

# IX Semana de História Política

Política, Conflitos e Identidades na Modernidade

## VI Seminário Nacional de História

Política, Cultura e Sociedade

ISSN 2175-831X

**2014**



# Anais 2014

Programa de Pós-Graduação em História da UERJ



**ISSN 2175-831X**

# **IX Semana de História Política**

Política, Conflitos e Identidades na Modernidade

## **VI Seminário Nacional de História**

Política, Cultura e Sociedade

**ANAIS**



**Rio de Janeiro  
2014**

Semana de História Política | Seminário Nacional de História: política, cultura e sociedade

(x:2014:Rio de Janeiro)

Anais/IX Semana de História Política/VI Seminário Nacional de História: Cultura & Sociedade; organização: Eduardo Nunes Alvares Pavão, Layli Oliveira Rosado, Mariana Albuquerque Gomes, Oscar José de Paula Neto e Rafael Cupello Peixoto – Rio de Janeiro: UERJ, PPGH, 2014.

4083p.

Texto em português

ISSN – 2175-831X

1. História Política – Congresso. 2. Cultura – Sociedade. 3. Relações Internacionais.

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**Reitor:** Ricardo Vieiralves de Castro

**Vice-Reitora:** Maria Christina Paixão Maioli

**Sub-reitora de Graduação – SR1:** Lená Medeiros de Menezes

**Sub-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa - SR2:** Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron

**Sub-reitora de Extensão e Cultura - SR3:** Regina Lúcia Monteiro Henriques

**Diretor do Centro de Ciências Sociais:** Domenico Mandarino

**Diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH):** José Augusto de Souza Rodrigues

**Programa de Pós-Graduação em História (PPGH)**

**Coordenadora geral:** Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira

**Coordenadora adjunta:** Marilene Rosa Nogueira da Silva

**Coordenadora do Doutorado:** Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves

**Coordenadora do Mestrado:** Maria Regina Candido

# **IX Semana de História Política**

Política, Conflitos e Identidades na Modernidade

## **VI Seminário Nacional de História**

Política, Cultura e Sociedade

### **COMISSÃO ORGANIZADORA**

Eduardo Nunes Alvares Pavão, Layli Oliveira Rosado, Mariana Albuquerque Gomes, Oscar José de Paula Neto e Rafael Cupello Peixoto.

### **REALIZAÇÃO**

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
– PPGH/UERJ

### **APOIO**

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro  
IFCH - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ  
SR-2 - Sub-Reitoria de Pós Graduação  
REDES - Redes de Poder e Relações Culturais  
NUCLEAS - Núcleo de Estudos das Américas  
NEA - Núcleo de Estudos da Antiguidade  
LEDDDES - Laboratório de Estudos das Diferenças e Desigualdades Sociais  
NUBHES - Núcleo de Estudos sobre Biografia, História, Ensino e Subjetividade  
NIBRAHAC - Núcleo de Identidade Brasileira e Historiografia Contemporânea  
LABIMI - Laboratório de Estudos de Imigração  
IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro  
Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro  
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro  
Revista de História da Biblioteca Nacional  
Faculdade de Comunicação Social - UERJ  
Instituto de Letras da UERJ

## **APRESENTAÇÃO**

A Semana de História Política da UERJ, em sua nona edição, pretende dar continuidade às questões que foram abordadas nos encontros anteriores, ou seja, promover a pesquisa histórica, bem como o diálogo e aproximações entre pesquisadores com estudos que envolvam abordagens teórico-metodológicas no âmbito da história política.

Esse projeto visa fomentar o debate acadêmico entre pesquisadores, tendo o intuito de divulgar a produção historiográfica dos interessados e promover o intercâmbio de ideias, profissionais (discentes e docentes) e instituições, contribuindo para a solidificação do Programa de Pós-Graduação, além de investir na produção editorial da revista Dia-Logos, fruto imediato do desenvolvimento desta Semana.

Dentro de seu espírito de renovação e incentivo aos novos pesquisadores, a Semana oferece mesas para apresentações de trabalhos de pesquisa de graduados, de graduandos (iniciação científica e projetos de monografia de conclusão de curso), convidando-os a contribuir com a qualidade alcançada pelo evento nas edições anteriores.

O Evento realiza-se nas dependências da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob a direção de uma Comissão Organizadora, composta por discentes do Programa, que se liga à Coordenação da Pós-Graduação em História. Essa Semana impulsiona pesquisadores de diversos Programas do estado, e também do país, a produzir e movimentar seus conhecimentos, permitindo-os ganhar visibilidade, ampliar a temática e trocar experiências.

É de grande valia tal esforço dos discentes, junto à Coordenadoria do Programa, em administrar a Semana, de forma que contribua para a construção de mais um espaço de discussão e de apropriação do universo científico acadêmico, corroborando com a práxis de pesquisa e de docência dos cursos de pós-graduação no Brasil.

**Comissão Organizadora**  
[www.semanahistoriauerj.net](http://www.semanahistoriauerj.net)



## **46 SIMPÓSIOS TEMÁTICOS**

**46 CARLOS CESAR DE OLIVEIRA SAMPAIO (1861 -1930): TRAJETÓRIA INTELECTUAL, MEMÓRIA E BIOGRAFIA**

*Adauto Tavares Araujo*

**56 O ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL, SISTEMA DE SAÚDE, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS NA ARGENTINA SOB O IMPACTO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS DA DÉCADA DE 1990**

*Adebiano Robert Rodrigues Pereira*

**66 JOSÉ OITICICA SEGUE PARA ALAGOAS: ANÁLISES DE UM DESTERRO E SEUS EFEITOS SOBRE AS "IDÉIAS SUBVERSIVAS"**

*Aden Assunção Lamounier*

**76 MEDICINA E RELIGIÃO: A CRIMINALIZAÇÃO DO ESPIRITISMO COMO UMA AMEAÇA À SAÚDE PÚBLICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA**

*Adriana Gomes*

**87 "PARA NÃO REPETIR O PASSADO": SINGULARIDADES MEMORIALÍSTICAS DE EMILIANO JOSÉ.**

*Adriano Batista Paixão do Lago*

**97 JOSÉ DE ALENCAR, UM ESBOÇO BIOGRÁFICO E IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS**

*Adriano Ribeiro Paranhos*

**107 A ICONOGRAFIA DA FAMÍLIA IMPERIAL NO BRASIL NO FINAL DE SÉCULO XIX: UMA PASSAGEM DA PINTURA PARA A FOTOGRAFIA DA MONARQUIA PARA A REPÚBLICA.**

*Agla Mendes de Melo Lessa*

**117 UMA NOVA POSTURA POLÍTICA HOMOSSEXUAL NA BAHIA: A FUNDAÇÃO DO GRUPO GAY DA BAHIA (GGB) NO ANO DE 1980**

*Ailton José Dos Santos Carneiro*

**127 A IMPRENSA OPERÁRIA NO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XX.**

*Alberto Dias Mendes*



- 137 ITABERABA: MEMÓRIAS DE UMA CIDADE NO INTERIOR DA BAHIA EM MEADOS DO SÉCULO XX**  
*Alcides de Jesus Lima*
- 144 NASCEU LÁ NA SERRA UMA LINDA FLOR: MEMÓRIA E IDENTIDADE NA ESCOLA DE SAMBA IMPÉRIO SERRANO**  
*Alessandra Tavares de Souza Pessanha Barbosa*
- 154 ESTIGMA E MASCULINIDADE: A RELAÇÃO ENTRE O DESEMPREGO E A VIOLÊNCIA CONJUGAL EM VITÓRIA/ES (2002-2006)**  
*Alex Silva Ferrari*
- 164 CONSERVADORISMO E POLÍTICA NO BRASIL DO SEGUNDO REINADO**  
*Alexandra do Nascimento Aguiar*
- 174 UMA NOVA LEITURA DO LITORAL: GAROPABA E A PRODUÇÃO DE UM DISCURSO "ANTI-MODERNO"**  
*Alexandra Lis Alvim*
- 181 O GOVERNO DE ANTÔNIO DE ALBUQUERQUE NO MARANHÃO: ELITES LOCAIS E TRÁFICO DE ESCRAVOS INDÍGENAS (1690-1701)**  
*Alexandre de Carvalho Pelegrino*
- 192 ENTRE A BECA E AS CÉDULAS: OS JUÍZES DE PAZ NAS ELEIÇÕES DO ESPÍRITO SANTO (1871-1889)**  
*Alexandre de Oliveira Bazílio de Souza*
- 202 A MÚSICA NAS COMEMORAÇÕES DOS CENTENÁRIOS DE CAMÕES (1880) E POMBAL (1882) NO RIO DE JANEIRO**  
*Alexandre Raicevich de Medeiros*
- 212 EDUCAÇÃO JESUÍTA NAS TERRAS DO RECÔNCAVO DA BAHIA: O REGULAMENTO DO SEMINÁRIO DE BELÉM DA CACHOEIRA (1686-1759).**  
*Alfredo Pinto da Silva Júnior*
- 223 O RECRUTAMENTO DE TROPAS NA ARGENTINA DURANTE A GUERRA DO PARAGUAI - MOBILIZAÇÕES INICIAIS**  
*Aline Cordeiro Goldoni*

- 232 DIAS GOMES E SUA VISÃO SOBRE O CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL EM FINS DO SÉCULO XX ATRAVÉS DAS PÁGINAS DO LIVRO DECADÊNCIA**  
*Aline Monteiro de Carvalho Silva*
- 241 A PROFISSIONALIZAÇÃO DOS SARGENTOS DO EXÉRCITO: DO IMPÉRIO AOS DIAS ATUAIS**  
*Aline Prado Atassio*
- 250 O CRONISTA DA CIDADE-CAPITAL EM REFORMA: A LITERATURA CARIOCA DE JOÃO DO RIO**  
*Amanda Danelli Costa*
- 260 CENAS DE FAMÍLIA: "POSSIBILIDADES DIVERSAS DE CONFIGURAÇÃO DO SENSÍVEL"**  
*Amanda Tostes Capichoni*
- 271 A VOZ DA UDR: UM ESTUDO DA ESTRATÉGIA DOS RURALISTAS CAPIXABAS PARA ELEGER CONSTITUINTES EM 1986**  
*Amarildo Mendes Lemos*
- 281 A EDUCAÇÃO DAS FILHAS DE D. JOÃO VI: FORMADAS PARA REINAR**  
*Ana Carolina Galante Delmas*
- 291 "VIVER DO QUE SE SABE FAZER": MEMÓRIA DO TRABALHO E COTIDIANO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA SANTIAGO DO IGUAPE**  
*Ana Paula Batista da Silva Cruz*
- 301 "LADRÕES À SOLTA": IMPRENSA CARIOCA, POLÍTICA E CRIME NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO DURANTE A CAMPANHA PRESIDENCIAL DE 1909 E 1910**  
*Ana Vasconcelos Ottoni*
- 312 O REGIME MILITAR NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA (1985-2011): A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA HISTÓRICA E O ENSINO ESCOLAR**  
*André Barbosa Fraga*
- 327 O ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO E SEUS DOCUMENTOS INTERESSANTES**  
*André Oliva Teixeira Mendes*
- 338 A PROPOSTA DE AMPLIAÇÃO DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL: O DEBATE NO ÂMBITO DO CDES (2004-2005)**  
*André Pereira Guiot*

- 348** "OUÇA TODO MUNDO E CONCLUA A SEU FAVOR": A TEATROCRACIA NASSOVIANA E A CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE 1640  
*André Ricardo de Oliveira Barbosa*
- 358** OS ESCRAVOS E A BUSCA POR ESPAÇOS DE AUTONOMIA E LIBERDADE NO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE  
*André Rocha Carneiro*
- 367** BIOGRAFIA E HISTÓRIA: VIOLETA CAMPORIFIORITO E O MATERNALISMO CIENTÍFICO (NITERÓI, ESTADO DO RIO DE JANEIRO: ANOS 1945/1966)  
*Andrea Ledig de Carvalho Pereira*
- 377** UMA HISTÓRIA DA TV PÚBLICA BRASILEIRA  
*Ângela Maria Carrato Diniz*
- 386** O IDEAL MORALIZANTE EM CHRISTINE DE PIZÁN: UMA ANÁLISE DA CIDADE DAS DAMAS  
*Anna Beatriz Esser Dos Santos*
- 397** MEDIAÇÕES POLÍTICAS EM OCUPAÇÕES NO NORDESTE MINEIRO (1985-1995)  
*Arnaldo José Zangelmi*
- 406** ESTADO, NAÇÃO E FÉ: DIMENSÕES DO ESTADO NOVO BRASILEIRO A PARTIR DA CINEMATOGRAFIA NACIONAL  
*Arthur Gustavo Lira do Nascimento*
- 416** NA PASSARELA DA TRADIÇÃO: MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES DA FORMAÇÃO DOCENTE DO CURSO NORMAL DO COLÉGIO DOM FELICIANO – GRAVATAÍ (1970 – 1990)  
*Artur Diego da Silva Alexandrino*
- 426** A UTILIZAÇÃO DO PANDEIRO NAS IGREJAS PROTESTANTES: UM DEBATE CONTRADITÓRIO  
*Artur Costa Lopes*
- 436** PARA O ALTO E AVANTE! - SUPERMAN E A IDENTIDADE NORTE-AMERICANA PÓS-11 DE SETEMBRO  
*Artur de Almeida Malheiro*
- 446** POLÍTICA E HISTÓRIA EM OSWALD SPENGLER: O FENÔMENO POLÍTICO-INTELLECTUAL DO "PRUSSIANISMO E SOCIALISMO" NA ALEMANHA (1920)  
*Augusto Patrini Menna Barreto Gomes*

- 460 RECONSTRUIR É PRECISO: NARRATIVAS E MEMÓRIAS DA ANTIGA COLÔNIA JULIANO MOREIRA (1924-1982)**  
*Beatriz Fartes de Paula*
- 470 INTERFERÊNCIAS ARQUIVÍSTICAS, CONSTITUIÇÃO DA MEMÓRIA E A REESCRITA DA HISTÓRIA. O "ACHAMENTO" DO PROCESSO INQUISITORIAL DO RÉU HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA**  
*Bruna Melo Dos Santos*
- 480 A POLÍTICA REVISTA COMBATIVA ILUSTRADA: IDEIAS E REPRESENTAÇÕES NO PERÍODO DA PRIMEIRA REPÚBLICA**  
*Bruna Vieira Gomes de Oliveira*
- 490 JOSÉ DE ALENCAR: LIBERALISMO E ESCRAVIDÃO**  
*Bruno Cordeiro Nojosa de Freitas*
- 500 AGENTES SOCIAIS E ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL DO PODER CONCELHIO PORTUGUÊS NA IDADE MÉDIA: O CASO DA LISBOA DO SÉCULO XIII**  
*Bruno Marconi da Costa*
- 511 ENTRE LUTAS E AÇÕES: A ATUAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA EM MINAS GERAIS JUNTO AO OPERARIADO (1950 A 1970)**  
*Camila Gonçalves Silva Figueiredo*
- 519 O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 1964 E AS QUESTÕES SENSÍVEIS À HISTORIOGRAFIA**  
*Carine Silva Muguet*
- 529 POR TRÁS DA CÂMARA ALTA: A FORMAÇÃO DAS BANCADAS MINEIRA E PAULISTA NO SENADO ENTRE O PRIMEIRO REINADO E O INÍCIO DA REGÊNCIA (1824-1834)**  
*Carlos Eduardo França de Oliveira*
- 539 PRÁTICAS JURÍDICAS DAS AÇÕES DE LIBERDADE NO TRIBUNAL DA RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO NO PERÍODO ENTRE 1871 E 1888**  
*Carlos Henrique Antunes da Silva*
- 548 A JUVENTUDE NAS CONSTITUIÇÕES DE 1891, 1934 E 1937**  
*Carlos Henrique Barbosa Buck*

- 558 REPRESENTAÇÃO E MEMÓRIA NO CINEMA AMERICANO DA DÉCADA DE 1960**  
*Carlos Vinicius Silva Dos Santos*
- 568 "FAZER UM BOI" - UM BRINCANTE NO BUMBA MEU BOI NO MARANHÃO (1950-1980)**  
*Carolina Christiane de Souza Martins*
- 578 LEI DE SEGURANÇA NACIONAL: PERSEGUIÇÃO POLÍTICA NO GOVERNO VARGAS**  
*Caroline Antunes Martins Alamino*
- 585 AS IRMANDADES NAS AMÉRICAS: EXPRESSÕES DE AUTONOMIA E RESISTÊNCIA**  
*Caroline Dos Santos Guedes*
- 595 A INFÂNCIA COMO EXPERIÊNCIA**  
*Caroline Trapp de Queiroz*
- 604 MERCADO CINEMATOGRAFICO NOS ANOS DE CHUMBO: GUSTAVO DAHL, A EMBRAFILME E O CASO "DONA FLOR..."**  
*Cayo Candido Rosa*
- 614 A LIBERDADE RELIGIOSA NA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1823**  
*Cecília Siqueira Cordeiro*
- 623 URBANIZAÇÃO EM VILA RICA: RECONSTRUÇÃO DO ESPAÇO ATRAVÉS DE TÉCNICAS DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO**  
*Christiane Montalvão*
- 633 LUTERANISMO: FÉ, SOCIABILIDADE, EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA ENTRE OS POMERANOS DO ESPÍRITO SANTO**  
*Cione Marta Raasch Manske*
- 641 MEMÓRIA RANCOROSA, AMISTOSA E AUTOCRÍTICA: ANALISANDO A MEMÓRIAS DE DOIS EX-GUERRILHEIROS SOBRE CARLOS LAMARCA**  
*Ciro Campelo Oliveira*
- 651 O VISCONDE DO URUGUAI E A REFORMA DO CÓDIGO CRIMINAL DE 1832: CENTRALIZAR PARA CONSERVAR A ORDEM E REORGANIZAR O ESTADO IMPERIAL**  
*Clarice de Paula Ferreira Pinto*

- 663 DIFERENTES VISÕES DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: DA PAISAGEM NATURAL À PAISAGEM ILUMINISTA**  
*Claudia Barbosa Teixeira*
- 673 CONSIDERAÇÕES DE JUSTINIANO JOSÉ DA ROCHA SOBRE A JUSTIÇA CRIMINAL NO BRASIL**  
*Claudia Adriana Alves Caldeira*
- 680 DA MILITÂNCIA ESTUDANTIL À GUERRILHA URBANA: ASPECTOS DAS LUTAS DE OPOSIÇÃO À DITADURA CIVIL-MILITAR EM FEIRA DE SANTANA**  
*Cláudia Ellen Guimarães de Oliveira*
- 690 A AUTORIDADE DOCENTE: DA METAFÍSICA AO PROCESSO DE SECULARIZAÇÃO, UMA ANÁLISE DE 1890 À 1892**  
*Cláudio Amaral Overné*
- 711 OS ESCRITOS POLÍTICOS DOS REPUBLICANOS LIBERAIS NA QUEDA DO BRASIL IMPÉRIO (1870-1891)**  
*Daiane Lopes Elias*
- 719 UMA POSSÍVEL MUDANÇA EM STENDHAL: BONAPARTE MENOS "IDEALIZADO"**  
*Daniel Eveling da Silva*
- 729 A BUSCA PELA MASCULINIDADE NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE HOMOSSEXUAL.**  
*Daniel Henrique de Oliveira Silva*
- 734 CONSIDERAÇÕES DE MACHADO DE ASSIS ACERCA DA ESCRAVIDÃO EM SUA PRODUÇÃO CRÍTICA**  
*Daniel Pinha Silva*
- 741 DA BATALHA À GUERRA DO RIO: AS FAVELAS NA IMPRENSA CARIOCA**  
*Daniella Guedes Rocha*
- 752 CRÔNICAS MESTIÇAS: UM ESTUDO SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO INDÍGENA ATRAVÉS DAS OBRAS DE BERNARDINO DE SAHAGÚN, MÉXICO - SÉCULO XVI**  
*Daniella Machado Fraga*
- 762 MEMÓRIA E HISTÓRIA: A ÁFRICA NOS LIVROS DE DIDÁTICOS 10 ANOS APÓS A LEI 10.639/03**  
*Danielle Rodrigues Silveira e Diego Dezidério*

- 774** **CULTURA POLÍTICA E NACIONALISMO EM TEMPOS DE GUERRA: O JORNAL A UNIÃO COMO PROPAGADOR DOS IDEAIS NACIONALISTAS NA PARAÍBA DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939-1945)**  
*Daviana Granjeiro da Silva*
- 784** **BIOGRAFIA E HISTÓRIA: O FAZER BIOGRÁFICO NA PESQUISA SOBRE D. DOMINGOS ANTÔNIO DE SOUSA COUTINHO (1762-1833)**  
*Debora Cristina Alexandre Bastos e Monteiro de Carvalho*
- 794** **O MUNDO DO SAMBA - IMAGINÁRIO E REPRESENTAÇÃO**  
*Denise Adôrno de Britto Guimarães*
- 804** **A CONCEPÇÃO DE "MÁ MORTE" NAS MINAS GERAIS NO SÉCULO XVIII**  
*Denise Aparecida Souza Duarte e Wesley Fernandes Rodrigues*
- 813** **A CONJURAÇÃO MINEIRA JOAQUIM NOBERTO : UM DIÁLOGO DE TEMPORALIDADES E CONCEITOS**  
*Denise de Fátima Gonzaga da Silva*
- 823** **"OS INDESEJÁVEIS" E O REGIME CIVIL-MILITAR BRASILEIRO: AS ESQUERDAS PRÉ-1964 NO EXÍLIO E NO PROCESSO DE ANISTIA POLÍTICA**  
*Denise Felipe Ribeiro*
- 831** **LUGARES - VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS EM MAYOMBE E NOITES DE VÍGILIA**  
*Derneval Andrade Ferreira*
- 841** **AUTORITARISMO E POLÍTICA NO SUL DO BRASIL: DAS RELAÇÕES PARTIDÁRIAS ENTRE A ARENA E O MDB ALEGRETENSES AO DEBATE SOBRE O REGIME CIVIL-MILITAR A PARTIR DA ESFERA LOCAL (1966 – 1979)**  
*Diego Garcia Braga*
- 851** **O PROJETO ILUMINISTA DE SOCIEDADE MODERNA NO DISCURSO DA GERAÇÃO 1870 BRASILEIRA**  
*Dievani Lopes Vital*
- 870** **O MÉTODO LANCASTERIANO NO ENSINO PÚBLICO CAPIXABA (1827-1871)**  
*Dirce Nazaré de Andrade Ferreira*

- 880 DITADURA MILITAR E A IMPLANTAÇÃO DO BIPARTIDARISMO NA PARAÍBA (1964-1966)**  
*Dmitri da Silva Bichara Sobreira*
- 889 EURÍPIDES E ARISTÓFANES: O TEATRO GREGO COMO DISPUTA POLÍTICA**  
*Dolores Puga Alves de Sousa*
- 898 O CANDIDATO QUE "SABERÁ SER DIGNO DO TEU VOTO": A IMPRENSA LOCAL ENQUANTO CANAL DE COMUNICAÇÃO ENTRE CANDIDATOS E ELEITORES/LEITORES**  
*Douglas Souza Angeli*
- 908 HISTORIOGRAFIA REVISITADA: HISTÓRIA E LITERATURA EM DIÁLOGOS**  
*Douglas Tomácio*
- 918 FORMAÇÃO DOCENTE NA PRIMEIRA REPÚBLICA PARAENSE: OS PROGRAMAS DE ENSINO DA ESCOLA NORMAL**  
*Edivando da Silva Costa*
- 927 A FESTA DAS CRIANÇAS: "O GRÊMIO LITERÁRIO DANIEL DE ALMEIDA" E A COMEMORAÇÃO DO DECÊNIO DA FUNDAÇÃO DO ASYLO DE MENINOS DESVALIDOS**  
*Eduardo Nunes Álvares Pavão*
- 935 UM ENFOQUE SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DE GUY DE HOLLANDA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA ENTRE AS DÉCADAS 1950/1960**  
*Elaine Coelho da Luz*
- 944 OS AUTONOMISTAS E OS PODERES LOCAIS NA BAHIA DURANTE O GOVERNO VARGAS**  
*Eliana Evangelista Batista*
- 954 ADMINISTRAÇÃO E ATUAÇÃO FEMININA NA SOCIEDADE DOS BARÕES DO CAFÉ DE VASSOURAS NO OITOCENTOS**  
*Eliane Cahon Leopoldo*
- 964 LINDOLFO CORDEIRO FRENTE A LUTA DOS TRABALHADORES RURAIS CEARENSES**  
*Eline Ehrich Albuquerque*
- 978 A NAÇÃO BRASILEIRA BRANQUEADA COMO HORIZONTE DE EXPECTATIVA NA HISTÓRIA DO BRASIL (1900) DE JOÃO RIBEIRO**  
*Elvis Hahn Rodrigues*



- 988 O PURI EM ESTADO DE INVISIBILIDADE: O DIRETÓRIO NUMA PERSPECTIVA MULTICULTURALISTA E INTERCULTURAL**  
*Ênio Sebastião Cardoso de Oliveira*
- 1013 A BELA ADORMECIDA: UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DAS TENSÕES AMERICANAS DA DÉCADA DE 1950 NO FILME DA DISNEY**  
*Érika Rachel Guimarães Soares Alves*
- 1023 UM CONCEITO PLURÍVOCO: AS NOÇÕES DE POVO NA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1823**  
*Erygeanny Machado de Lira*
- 1033 “UM ESTADIO Á ALTURA DE SEU PROGRESSO ESPORTIVO”: ANÁLISE DOS DISCURSOS JORNALÍSTICOS EM TEMPOS DE PREPARATIVOS PARA A IV COPA DO MUNDO DE FUTEBOL (1950) EM BELO HORIZONTE/MG**  
*Euclides de Freitas Couto, Marcus Vinícius Costa Lages e Karen Dos Santos Lima*
- 1044 AS RELAÇÕES ENTRE O REGIME CIVIL-MILITAR E A IMPRENSA ESCRITA DE UBERABA – MG (1964-1974)**  
*Eustáquio Donizeti de Paula*
- 1054 O LIBERTADOR ESTÁ VIVO: O MITO BOLIVARIANO E SEU USO NO GOVERNO DE HUGO CHÁVEZ**  
*Fábio Teixeira Oliver*
- 1063 O DOCUMENTO HAGIOGRÁFICO COMO INTERFACE DA TRANSIÇÃO DA ANTIGUIDADE CLÁSSICA PARA A ANTIGUIDADE TARDIA. O CASO DA VIDA DE SÃO GERMANO**  
*Felipe Alberto Dantas*
- 1072 O PROJETO NACIONALISTA DO INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS (ISEB): NOVOS TEMPOS, VELHOS PROBLEMAS**  
*Felipe Alves de Oliveira*
- 1082 A MEMÓRIA NO CONTEXTO DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL E SUAS IMPLICAÇÕES**  
*Fernanda Raquel Abreu Silva*
- 1092 GETÚLIO MARINHO DA SILVA: AFRO-RELIGIOSIDADES E ALTERNATIVA POLÍTICA NAS CANÇÕES DO PRIMEIRO GOVERNO VARGAS**  
*Fernanda Epaminondas Soares*

- 1104 ENTRE MÉDICOS E JURISTAS: UMA BREVE HISTÓRIA SOBRE A DISPUTA PELA TUTELA DO LOUCO-CRIMINOSO**  
*Fernanda Goulart Lamarão*
- 1115 A DUPLA APROPRIAÇÃO DO FUNDO DE MARINHA MERCANTE: AS DISSENSÕES QUE MARCARAM A FASE DE IMPLEMENTAÇÃO DA META 28 (1956-1961)**  
*Fernanda Pereira Pessoa*
- 1131 O QUE DITADURA TEM A VER COM DEMOCRACIA? DESENVOLVIMENTO E SEGURANÇA NACIONAL - AS ARTES DE GOVERNAR NO BRASIL DO INÍCIO DA DÉCADA DE 1970**  
*Filipe Menezes Soares*
- 1142 PARTIDOS POLÍTICOS EM MINAS GERAIS E ESTRATÉGIAS POLÍTICAS DE GETÚLIO VARGAS: ANÁLISE DA TRAJETÓRIA POLÍTICA DE VIRGÍLIO DE MELLO FRANCO (1930-1934)**  
*Flavia Salles Ferro*
- 1151 A POLÍTICA ILUSTRADA NA PROVÍNCIA DO MARANHÃO E PIAUÍ: ANÁLISE DA CORRESPONDÊNCIA TROCADA ENTRE D. RODRIGO DE SOUSA COUTINHO E D. DIOGO DE SOUSA (1798-1801)**  
*Flávio Pereira Costa Júnior*
- 1161 A CRÍTICA AO CAPITALISMO NO ÁLBUM ANIMALS DO PINK FLOYD (1977)**  
*Franco Santos Alves da Silva*
- 1172 BOMBACHA: O SÍMBOLO DA IDENTIDADE GAÚCHA**  
*Francys Peruzzi Saleh*
- 1182 O RESGATE DA TRAJETÓRIA HISTÓRICA MEMORIAL DA INDUMENTÁRIA DA NOIVA DO SÉCULO XX**  
*Frantieska Huszar Schneid*
- 1191 O IMPERADOR E O PRÍNCIPE: A PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO IMPERIAL BRASILEIRO NA QUESTÃO DA CRISE DINÁSTICA NO REINO DO CONGO (1858 – 1860)**  
*Frederico Antonio Ferreira*
- 1201 A QUESTÃO DA CRIMINALIDADE URBANA NO RIO DE JANEIRO E ORIGEM DO FENÔMENO DO "ESQUADRÃO DA MORTE" (1957/1960)**  
*Frederico Cícero Pereira de Oliveira*

- 1208 BREVE VISLUMBRE DA GÊNESE DO SUDÃO DO SUL**  
*Gabriel Cabeda Egger Moellwald*
- 1218 A MÚSICA NA SOCIEDADE DE CORTE DO RIO DE JANEIRO (1808-1838)**  
*Gilberto Vieira Garcia*
- 1236 A ATUAÇÃO DE ANTÔNIO FIRMINO MONTEIRO NA EXPOSIÇÃO GERAL DE BELAS ARTES DE 1884**  
*Giovana Loos Moreira*
- 1244 DISCIPLINA E RESISTÊNCIA AO SERVIÇO MILITAR: O RECRUTAMENTO E A DESERÇÃO NAS TROPAS REGULARES DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO NO SÉCULO XVIII**  
*Giovane Albino Silva*
- 1254 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**  
*Giovanni Latfalla*
- 1265 A META-HISTÓRIA COMO FERRAMENTA PARA A ABORDAGEM DE RELAÇÕES COM O PASSADO: JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E HISTORIOGRAFIA**  
*Gisele Lecker de Almeida*
- 1271 GETÚLIO CABRAL E SUAS VÁRIAS FACETAS**  
*Giselle Dos Santos Siqueira*
- 1279 O NACIONALISMO NO SAMBA-ENREDO E O MILITARISMO BRASILEIRO**  
*Giuliana Caetano Pimentel*
- 1289 COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE: ESPAÇOS DE FÉ E POLÍTICA NO RIO DE JANEIRO DOS ANOS 70**  
*GlauCIA Ferreira Lima de Brito*
- 1301 PETRÓPOLIS E SUAS HISTÓRIAS ALÉM DO SEGUNDO IMPÉRIO**  
*Grazielle de Souza Rocha*
- 1310 MEMÓRIAS DE FAMÍLIA: A HISTÓRIA DE MILITÂNCIA DA FAMÍLIA INTEGRALISTA VASCONCELLOS**  
*Guilherme Jorge Figueira*

- 1318 O ILUMINISMO E O PRIMADO DA EDUCAÇÃO: AS VISÕES DE ANTÓNIO NUNES RIBEIRO SANCHES E DO MARQUÊS DE CONDORCET**  
*Guilherme Marchiori de Assis*
- 1328 ENTRE A NAÇÃO E A ASSIMILAÇÃO - CONSTRUÇÃO DOS NACIONALISMOS AFRICANOS**  
*Gustavo de Andrade Durão*
- 1337 NAZISMO, CINEMA E OS JUDEUS: O ANTISSEMITISMO NOS FILMES JUD SÛB E DER EWIGE JUDE.**  
*Gustavo Feital Monteiro*
- 1347 "CAMISAS-VERDES" EM FLORIANÓPOLIS: ANÁLISE SOBRE A PRESENÇA INTEGRALISTA NA CAPITAL CATARINENSE.**  
*Gustavo Tiengo Pontes*
- 1357 O "TEMPO DO TRABALHO" EM UMA ZONA COLONIAL PERIFÉRICA (SÃO PAULO, SÉCULO XVII)**  
*Gustavo Velloso*
- 1371 COM LETRA TAMBÉM SE FAZ UMA REPÚBLICA: A CULTURA POLÍTICA DOS POPULARES NAS PÁGINAS FICCIONAIS MARANHENSES (1889-1915)**  
*Helayne Xavier Bras*
- 1381 MEMÓRIA AFETIVA DA ROUPA COMO DISPOSITIVO PARA A CRIAÇÃO DE GRUPO DE ESCAMBO**  
*Helena de Barros Soares*
- 1389 CONTRIBUIÇÃO DO MATERIALISMO HISTÓRICO E A LÓGICA HISTÓRICA DE E. P. THOMPSON PARA A RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA E MÚSICA**  
*Icles Rodrigues*
- 1398 NÃO FALE COM PAREDES: AS MÚSICAS E TEMÁTICAS DA CONTRACULTURA NO BRASIL 1965-1975**  
*Igor Fernandes Pinheiro*
- 1408 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS INTEGRADAS: INDICADORES QUALITATIVOS DE EFETIVIDADE SOCIAL DOS PROGRAMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NA REGIÃO DE SÃO PEDRO, VITÓRIA, ES (2005 - 2012)**  
*Inês Simon Ferreira*

- 1418 ALINA PAIM E A ESTRADA DA LIBERDADE: UMA MULHER COMUNISTA FEMINILIZANDO A DEMOCRACIA (1944-1947)**  
*Iracéli da Cruz Alves*
- 1428 NEGROS NA ARGENTINA? – A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES RACIAIS NA LITERATURA E NA IMPRENSA OITOCENTISTAS**  
*Isabela Alves de Oliveira*
- 1435 SEMANA ILUSTRADA, MARCO PIONEIRO NA IMPRENSA ILUSTRADA OITOCENTISTA DO BRASIL**  
*Isabela Moura Mota*
- 1445 “¡ARGENTINOS, A LAS ARMAS!”: LUTA ARMADA, INTERNACIONALISMO E LATINO-AMERICANISMO NA TRAJETÓRIA DO EJÉRCITO REVOLUCIONARIO DEL PUEBLO (ERP) DA ARGENTINA**  
*Izabel Priscila Pimentel da Silva*
- 1455 A CÂMARA DE PITANGUI E A CONFORMAÇÃO DA ELITE LOCAL (1715-1760)**  
*Izabella Fátima Oliveira de Sales*
- 1465 RELAÇÕES ENTRE IDENTIDADE, SELFIE E MODA**  
*Jairo Batista Bandeira*
- 1476 O MARQUÊS, A COMPANHIA E O COMPENDIO HISTÓRICO: REFORMAS POMBALINAS E ,ANTIJESUITISMO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII**  
*Jansen Gusmão Salles*
- 1483 O PLÁGIO PÁTRIO NA CONSTRUÇÃO DA LITERATURA NO BRASIL DO SÉCULO XIX**  
*Jean Bastardis*
- 1493 NOTAS SOBRE OS CONVÊNIOS ESTABELECIDOS ENTRE O CONSELHO FEDERAL DE CULTURA E O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. (1966-1968)**  
*Jessica Suzano Luzes*
- 1503 GOLPE, DEMOCRACIA E ABERTURA POLÍTICA: A IMPRENSA NO CEARÁ E O FIM DA DITADURA MILITAR. (1974-1985)**  
*João Batista Teófilo Silva*

- 1512 SOBRE HISTÓRIA E MEMÓRIA – A UTILIZAÇÃO DA IMPRENSA ESCRITA COMO FORMA DE DESVELAR A MEMÓRIA E ESCREVER A HISTÓRIA**  
*João Paulo da Silva Andrade*
- 1521 1939: MACHADO DE ASSIS, CEM ANOS - O HOMEM, A LITERATURA E A NAÇÃO NO REGIME VARGAS**  
*Joao Paulo Lopes*
- 1536 UMA BIOGRAFIA EM DOIS TEMPOS: RELAÇÕES ENTRE O PROJETO INTELECTUAL E A MEMÓRIA DE SIMÕES LOPES NETO**  
*Jocelito Zalla*
- 1544 EUGENIA NO BRASIL: CIÊNCIA COMO CLASSIFICADORA DO HOMEM E POLÍTICAS DISCIPLINARES**  
*Joice Anne Alves Carvalho*
- 1554 A HISTÓRIA E A MEMÓRIA VERSUS O MUNDO EFÊMERO MODERNO: CONSEQUÊNCIAS EM SALA DE AULA**  
*Joiciele Rezende Costa*
- 1564 O CARNAVAL PARA ALÉM DA AVENIDA: FOLIÕES E AS MUITAS MULTIDÕES QUE OCUPAM AS RUAS DO MUNDO PÓS-FORDISTA**  
*Jorge Edgardo Sapia*
- 1578 ANTISSEMISISMO E COLABORACIONISMO NA UNIVERSIDADE FRANCESA: O CURSO DE JEAN HÉRITIER (1943)**  
*Jougi Guimarães Yamashita*
- 1587 ESTUDANTES E POLÍTICA. RELATOS DO SILÊNCIO NA AGRUPACIÓN DE ESTUDIOS SOCIALES (AES)**  
*Juan Ignacio Gonzalez*
- 1598 A POLÍTICA INDUSTRIAL BRASILEIRA NOS GOVERNOS FHC E LULA**  
*Juanito Alexandre Vieira*
- 1607 A TRANSFORMAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS E CULTURAIS DA MORTE EM VITÓRIA-ES EM FINS DO OITOCENTOS E INÍCIO DO SÉCULO XX**  
*Júlia Freire Perini*

- 1617 O LUGAR DO MESTIÇO: A RELAÇÃO ENTRE MISTIÇAGEM E CRIME NA OBRA DE NINA RODRIGUES**  
*Júlia Passos de Mello*
- 1627 O OLHAR DE OUTREM: A TRAJETÓRIA DE JOSÉ CARLOS RODRIGUES, EDITOR D'O NOVO MUNDO, ATRAVÉS DAS MISSIVAS DO GEÓLOGO CHARLES FREDERICK HARTT**  
*Júlia Ribeiro Junqueira*
- 1637 "ESTA COR... ESTA MALDITA COR...": ARTUR AZEVEDO E O TIPO NACIONAL EM FINAIS DO OITOCENTOS**  
*Julia Soares Leite Lanzarini de Carvalho*
- 1647 A NARRATIVA MUSEOLÓGICA E O CONHECIMENTO HISTÓRICO: ESCRITAS E REPRESENTAÇÕES DO PASSADO**  
*Juliana da Costa Ramos*
- 1656 O GABINETE DE 2 DE FEVEREIRO DE 1844: UM MINISTÉRIO LIBERAL?**  
*Juliana da Silva Drumond*
- 1663 VANGUARDA PAULISTA: UNIDADE E ENGAJAMENTO DE UM MOVIMENTO ARTÍSTICO (1970-1980)**  
*Juliana Wendpap Batista*
- 1673 DAS PROFUNDEZAS DA HISTÓRIA: UM COMUNISTA NEGRO NA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1946**  
*Juliano Medeiros*
- 1685 NOTAS DE PESQUISA SOBRE A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE CARVALHO E MELO EM FACE AO GRANDE TERREMOTO DE LISBOA**  
*Julio Cesar da Costa Silva*
- 1695 A CONFEDERAÇÃO ABOLICIONISTA E O MOVIMENTO ABOLICIONISTA NA CORTE**  
*Júlio Cesar de Souza Dória*
- 1708 AS REMOÇÕES NO RIO DE JANEIRO: O CASO DA FAVELA DA BEIRA DA LAGOA ATRAVÉS DO TRIBUNA POPULAR EM 1947**  
*Karina Pinheiro Fernandes*

- 1716 LUCIO COSTA: A VIAGEM COMO CONVERSÃO AO MODERNISMO ARQUITETÔNICO**  
*Karla Adriana de Aquino*
- 1726 IDENTIDADES EM CONFLITO: A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA E A RECONSTRUÇÃO DO SER MULHER**  
*Karolina Fernandes Rocha*
- 1734 DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA DO ESTADO NOVO**  
*Kátia Adriana Falcão Pereira Espósito*
- 1744 AS RELAÇÕES ESCRAVISTAS NOS ANÚNCIOS DE SERVIÇO NA CORTE PÓS ABOLIÇÃO**  
*Lanna Camila Oliveira Dos Santos*
- 1754 A JUSTIÇA ECLESIASTICA NAS MINAS SETECENTISTAS: OS PROCESSADOS DE FEITIÇARIA (1745-1821)**  
*Larissa Freire Pereira*
- 1764 JOAQUIM NABUCO E FRANCISCO BAYON: REPRESENTAÇÕES DE PAN-AMERICANISMO NA REVISTA AMERICANA (1909-1919)**  
*Larissa Milanezi Fabríz*
- 1774 ASPECTOS DA POLÍTICA EXTERNA NO GOVERNO GEISEL: NOVAS DIRETRIZES NO QUADRO DE ABERTURA**  
*Leandro Arraes Liberali*
- 1784 INFLEXÕES NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DAS CONSEQUÊNCIAS DO GOLPE DE 1964**  
*Leandro Gavião e Rafael Sales Rosa*
- 1905 O ANO DE 1915 NO CEARÁ: A SECA E O CAMPO DE CONCENTRAÇÃO DO ALAGADIÇO**  
*Leda Agnes Simões de Melo*
- 1915 HIPPIES VINDOS DE MOSCOU: ANTICOMUNISMO E REPRESSÃO A PRÁTICAS CONTRACULTURAIS NO BRASIL DITATORIAL**  
*Frederico Kaminski*



- 1925 O SOBERANO PARA UM TEOCRATA: ALGUNS ELEMENTOS POLITICO-CULTURAIS PARA UMA IDENTIDADE RÉGIA CASTELHANA ATRAVÉS DO “ESPELHO DOS REIS” DE FREI ÁLVARO PELAYO (1341-1344)**  
*Leonardo Girardi*
- 1935 OS OLHARES DA “ACADEMIA” SOBRE A BAIXADA FLUMINENSE**  
*Liandra Lima Carvalho*
- 1955 RECRUTAMENTO MILITAR NA PARAÍBA OITOCENTISTA (1840-1860)**  
*Lis de Araújo Meira*
- 1965 AS CORES DA LIBERDADE: A GUARDA NEGRA E AS MOBILIZAÇÕES POLÍTICAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO NO CONTEXTO ABOLICIONISTA**  
*Lívia de Lauro Antunes*
- 1975 ESTRATÉGIAS IMPERIAIS: TRAJETÓRIA INDIVIDUAL E PRÁTICAS POLÍTICAS NA ADMINISTRAÇÃO DA POLÍCIA DA CORTE (1808-1821)**  
*Livia Mauricio Scheiner*
- 1985 DE LÍDER POPULAR A NABUCODONOSOR: A TRAJETÓRIA DE BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELOS NO SETE D’ABRIL**  
*Luaia Rodrigues*
- 1995 JOSÉ JOAQUIM DA ROCHA E A VIDA POLÍTICA NA CORTE DO SÉCULO XIX**  
*Luana Melo e Silva*
- 2002 A REVERSIBILIDADE DO ESPELHO: UM OLHAR ACERCA DA RECEPÇÃO DA DOCTRINA MONROE NA AMÉRICA DO PÓS-INDEPENDÊNCIA (1817-1829)**  
*Lucas Sales Furtado*
- 2011 A DITADURA DA BOLA: UM MILITAR E UM COMUNISTA À SERVIÇO DA SELEÇÃO**  
*Lucas Toledo Gonçalves*
- 2021 OS SENTIDOS DAS APARÊNCIAS: MODA, IMITAÇÃO E DISTINÇÃO EM FORTALEZA NO INÍCIO DO SÉCULO XX**  
*Luciana Andrade de Almeida*

- 2033 OS EUA E OS PROGRAMAS DE AJUSTE ESTRUTURAL DO BANCO MUNDIAL: A BUSCA PELA HEGEMONIA**  
*Luciana Correia Borges e Murilo Mesquita Melo e Silva*
- 2043 OS USOS POLÍTICOS DAS IDENTIDADES ÉTNICAS E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA NA ÁFRICA SUBSAARIANA**  
*Luciana Martins Campos*
- 2052 VIVER E MORAR NO SUBÚRBIO NO INÍCIO DO SÉCULO XX NA VISÃO DOS CRONISTAS E ESCRITORES**  
*Luciana Verônica Silva Moreira*
- 2062 O BRAÇO DO CLERO E SEUS CONFLITOS**  
*Luciano Cesar da Costa*
- 2072 'GRITOS DE UMA GERAÇÃO: ROCK, POLÍTICA E JUVENTUDE NA VIRADA PARA A NOVA REPÚBLICA'**  
*Luís Fellipe Fernandes Afonso*
- 2080 A ALDEIA DE SÃO FRANCISCO XAVIER DE ITAGUAÍ EM DISPUTA: CONTENDAS POR TERRAS E A LUTA DOS ÍNDIOS CONTRA A EXTINÇÃO DA ALDEIA NO CONTEXTO DO DIRETÓRIO (1784-1790)**  
*Luís Rafael Araújo Corrêa*
- 2092 OS METALÚRGICOS DE JUIZ DE FORA/MG E A JUSTIÇA DO TRABALHO (1950-1960)**  
*Luisa de Mello Correard Pereira*
- 2098 O CORPO NA FOTOGRAFIA: ARTE E DOCUMENTARISMO EM MIGUEL RIO BRANCO**  
*Luísa Kuhl Brasil*
- 2108 A LEPRA NO ESPÍRITO SANTO: A COLÔNIA DE ITANHENGA**  
*Luiz Arthur Azevedo Barros*
- 2118 A BIOGRAFIA DE D. WALDYR CALHEIROS DE NOVAES COMO ESCRITA DA HISTÓRIA: REDES SOCIAIS, MEMÓRIA E PODER**  
*Luiz Fernando Mangea da Silva*

- 2125 O DESENVOLVIMENTO DA COMÉDIA ANTIGA E O SISTEMA DEMOCRÁTICO ATENIENSE NO SÉC. V a. c.**  
*Luiz Henrique Bonifacio Cordeiro*
- 2135 INVADINDO O MUNDO PÚBLICO: MOVIMENTOS DE MULHERES (1945-1964)**  
*Marcela Cristina de Oliveira Morente*
- 2142 LITERATURA E IMPRENSA: REPRESENTAÇÕES DA FIGURA FEMININA NAS NARRATIVAS DO JORNAL "O DOMINGO" (1873-1875)**  
*Marcella Lima Ribeiro*
- 2152 A OBRA PARA VIOLÃO SOLO DE ZÉ MENEZES: SUAS INFLUÊNCIAS, SEU ESTILO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A LITERATURA DO INSTRUMENTO**  
*Marcello Gonçalves*
- 2161 ENTRE CONTEXTOS E LINGUAGENS POLÍTICAS: DUAS PROPOSTAS DE USO DA HISTÓRIA DOS CONCEITOS E DO PENSAMENTO POLÍTICO**  
*Marcelo Romero e Pedro Ivo Dias Tanagino*
- 2171 "A NOITE DOS DESESPERADOS" SOB A ÓTICA DE ALEXANDER MCQUEEN**  
*Márcia Helena de Mendonça*
- 2180 RELAÇÕES AUTORITÁRIAS AO LONGO DA HISTÓRIA: A INFLUÊNCIA DO REGIME MILITAR NA CULTURA POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS;RJ.**  
*Marcio Eduardo Brotto*
- 2190 A LIGA ELEITORAL CATÓLICA: PROJETO DE PODER POLÍTICO CATÓLICO NA ERA VARGAS**  
*Marco Antônio Baldin*
- 2201 PINTESCRITURAS: HISTÓRIA(S) ENTRE MCQUEEN E VAREJÃO**  
*Marco Antônio Vieira*
- 2210 RODOLFO WALSH: LITERATURA, POLÍTICA E ACONTECIMENTO NA "SEGUNDA DÉCADA INFAME".**  
*Marcos Gonçalves*
- 2220 TEMPORALIDADES ENSINADAS E AVALIADAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM ESTUDO A PARTIR DO SAERJINHO**  
*Marcus Leonardo Bomfim Martins*

- 2230 ENTRE O "PROJETO REFUNDACIONAL" E O "FLAGELO SUBVERSIVO": APORTES DE PESQUISA DESDE A REVISTA MEMORIAL DEL EJÉRCITO DE CHILE (1973-1990)**  
*Marcus Vinícius Barbosa*
- 2240 ¿CÓMO EDUCAR A LAS MUJERES? LA EDAD COMO ESPACIO DE ACCIÓN POLÍTICA**  
*Maria Cecilia Colombani*
- 2248 PERFIL SOCIAL DOS PARDOS DA ARQUICONFRARIA DO CORDÃO DE SÃO FRANCISCO EM MARIANA DURANTE A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII**  
*Maria Clara Caldas Soares Ferreira*
- 2258 ARTE EM BRANCO E PRETO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A VISIBILIDADE DOS (AS) ARTISTAS PLÁSTICOS (AS) NEGROS (AS) NA HISTORIOGRAFIA DA BAHIA**  
*Maria Cristina de Santana Melo*
- 2268 VILLA-LOBOS, EDUCADOR E COMPOSITOR – A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E DO MITO**  
*Maria Das Graças Reis Gonçalves*
- 2281 PAPAS E IMPERADORES : AS RELAÇÕES ENTRE ROMA E CONSTANTINOPLA ENTRE OS SÉCULOS V-VI**  
*Maria do Carmo Parente Santos*
- 2291 PARA ALÉM DO TEXTO: A ESTÉTICA SIMBOLISTA NA CENA BRASILEIRA FINISSECLAR**  
*Mariana Albuquerque Gomes*
- 2300 OS QUILOMBOS NA ARQUEOLOGIA E NA HISTORIOGRAFIA**  
*Marlon Barcelos Ferreira*
- 2307 A CULTURA POLÍTICA DO CLIENTELISMO: UMA ANÁLISE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO (1988-2010)**  
*Mateus Roberto Sposito Malvestio*
- 2317 O LUGAR DAS COMUNIDADES QUILOMBOS NA DINÂMICA SOCIAL E HISTÓRICA DE GAROPABA/SC.**  
*Mauricélia Teixeira de Albuquerque*

- 2327 O TRABALHO E O TRABALHADOR NO ESTADO NOVO DE VARGAS**  
*Mayra Coan Lago*
- 2337 ASSUNTOS COLONIAIS: AS POLÍTICAS DE ADMINISTRAÇÃO DO TRABALHO LIVRE NA ÁFRICA PORTUGUESA**  
*Maysa Espindola Souza*
- 2347 “PELOTAS É CULTA E RICA, MAS...”: AS VISÕES DA CIDADE DE PELOTAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX**  
*Melissa Xavier Gouvêa*
- 2355 BUROCRACIA DA ESCRAVIDÃO, RACISMO E ETNICIDADE: COMARCA DE VITÓRIA, ES. 1871-1888**  
*Michel Dal Col Costa*
- 2365 REPRESENTAÇÕES SOBRE O NEGRO EM MANUEL QUERINO E NINA RODRIGUES: O CONTRAPONTO**  
*Michelle Dantas Reis Souza*
- 2375 O OLHAR DE UM BRASILEIRO EXILADO NA EUROPA SOBRE O REGIME TOTALITÁRIO HITLERISTA**  
*Miqueline Ferreira de Freitas*
- 2383 O SURGIMENTO DAS DELEGACIAS ESPECIALIZADAS EM ATENDIMENTO À MULHER: CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS**  
*Mirela Marin Morgante*
- 2393 REFORMA PSIQUIÁTRICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO: O CASO DO HOSPITAL JOSÉ ALBERTO MAIA**  
*Mirella Rocha Magalhães*
- 2402 OS MÉDICOS DA ACADEMIA IMPERIAL DE MEDICINA E A PROPOSTA DA CREMAÇÃO DE CADÁVERES NA DÉCADAS DE 1870 E 1880**  
*Monique Leone Cunha Vidal*
- 2412 FOTOCUBISMO, FOTOGRAFIA E ARTE NO BRASIL (1940-1960)**  
*Monique Ferreira Dos Santos*

- 2421 JORNAL DA POESIA: SURTO POÉTICO NOS ANOS DE CHUMBO**  
*Moniquele Silva de Araújo*
- 2428 CONTRA OS MALVADOS ABSOLUTISTAS - CONCEITOS-POLÍTICOS NOS PANFLETOS CISPLATINOS (1821-1822)**  
*Murillo Dias Winter*
- 2437 OS NOVOS TEMPOS DE MARINA**  
*Natália Augusta Fontes de Carvalho Ribeiro Rodrigues*
- 2447 A CRIADAGEM COMO UMA ESPÉCIE DE VOYEUR DAS INTIMIDADES DOS PATRÕES: REPRESENTAÇÕES DAS CRIADAS NO JORNAL O RIO NU (1898-1916)**  
*Natália Batista Peçanha*
- 2457 MODERNIZAR E CIVILIZAR: O RIO DE JANEIRO DO ESTADO NOVO**  
*Natália Cabral Dos Santos*
- 2468 PROCESSOS DE DESTERRO E POLÍTICAS COLONIAIS EM FACE DOS CIGANOS DEGREDADOS NA AMÉRICA PORTUGUESA**  
*Natally Chris da Rocha Menini*
- 2478 O INSULAMENTO NO PASSADO: AS ESTRATÉGIAS EUCLIDIANAS DE PERSPECTIVAÇÃO DO TEMPO N"OS SERTÕES E NOS ENSAIOS AMAZÔNICOS**  
*Nathália Sanglard de Almeida Nogueira*
- 2488 UMA CIDADE PINTADA EM LETRAS: PERSPECTIVAS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO EM INÍCIO DO SÉCULO XX ATRAVÉS DAS CRÔNICAS DE JOÃO DO RIO**  
*Nathália Saraiva Ribeiro*
- 2506 A REPRESSÃO POLICIAL ÀS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRO-BRASILEIRA NO ESTADO NOVO (1937-1945)**  
*Nathália Fernandes de Oliveira*
- 2516 ARQUITETURA DAS IDEIAS - A DESSACRALIZAÇÃO DA SOCIEDADE OCIDENTAL E O ADVENTO DA FÉ RACIOCINADA**  
*Nicolas Theodoridis*

- 2526 SOCIEDADE E CULTURA NOS QUADRINHOS UNDERGROUND BRASILEIROS DA NOVA REPÚBLICA (1984-1995)**  
*Norton Frehse Nicolazzi Junior*
- 2536 MATO GROSSO: DA FUNDAÇÃO À GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA**  
*Orlando de Miranda Filho*
- 2546 RETRATOS DO CINEMA BRASILEIRO NAS PÁGINAS DO JORNAL DO BRASIL NA DÉCADA DE 1950**  
*Oscar José de Paula Neto*
- 2554 ENSINO SECUNDÁRIO E EQUIPARAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O GINÁSIO LEOPOLDINENSE/MG (1906-1926)**  
*Paloma Rezende de Oliveira*
- 2572 A EMERGÊNCIA DA MODERNIDADE EM FLORIANÓPOLIS: AS OBRAS DE FRANKLIN CASCAES A PARTIR DE 1960**  
*Pamella Amorim Liz*
- 2582 EM RAZÃO DO GRANDE TERREMOTO: OBSERVAÇÕES SOBRE A POLÍTICA POMBALINA NO REINADO DE D. JOSÉ I**  
*Patricia Maria da Silva Merlo*
- 2590 ENTRE A RAZÃO E A SENSIBILIDADE: PUBLICIDADE, IMAGINÁRIOS E A NOVA AMERICANIZAÇÃO DO BRASIL (1951-1954).**  
*Patrícia Sunah de Negreiros Lopes*
- 2604 DEMAGOGO? LÍDER POPULISTA? REFORMISTA? QUEM É O PERSONAGEM JOÃO GOULART NA LITERATURA DIDÁTICA?**  
*Paula Otero Dos Santos*
- 2613 ADAPTAÇÃO E REPRESENTAÇÃO: INFLUÊNCIA DA FIGURA DO MONSTRO NO IMAGINÁRIO COLETIVO**  
*Paula Tainar de Souza*
- 2623 AGRONEGÓCIO E HEGEMONIA: NOTAS DE PESQUISA SOBRE A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO (ABAG)**  
*Pedro Cassiano Farias de Oliveira*

- 2633 INTERPRETAÇÕES SOBRE NOSTALGIA E O BANZO NOS ESCRAVOS NO INÍCIO DO SÉCULO XIX**  
*Pedro Henrique Ferreira Danese Oliveira*
- 2640 CULTURA E IDENTIDADE: REPRESENTAÇÕES DO SEMIÁRIDO EM OS BRUTOS**  
*Polyana Danielle da Silva Medeiros*
- 2650 ELEMENTOS CULTURAIS MEDIEVAIS E REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS: UMA COMPARAÇÃO ENTRE RAINHAS**  
*Priscila Cardoso Silva*
- 2660 ESTRATÉGIA DE (SOBRE)VIVÊNCIA: AS ASSOCIAÇÕES DE IMIGRANTES PORTUGUESES NA CORTE (1860 – 1882)**  
*Priscila da Costa Pinheiro*
- 2670 PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DO COLÉGIO PEDRO II**  
*Priscila de Assunção Barreto Côrbo*
- 2680 "TODO MUNDO NA RUA": CHICO E CAETANO NO DEBATE SOBRE ENGAJAMENTO POLÍTICO E ARTE**  
*Priscila Gomes Correa*
- 2690 CLASSES PRODUTORAS E O PARTIDO ECONOMISTA DO BRASIL: APROXIMAÇÕES ENTRE O EMPRESARIADO COMERCIAL E INDUSTRIAL NO GOVERNO VARGAS (1930-1937)**  
*Priscila Musquim Alcântara de Oliveira*
- 2696 OS HERÓIS E OS NÃO HERÓIS NA HISTORIOGRAFIA DE VALENTIM BENÍCIO NO ESTADO NOVO**  
*Priscila Roatt de Oliveira*
- 2705 O PROJETO DE UNIÃO BRASIL E PORTUGAL ATRAVÉS DA IMPRENSA: DISCURSOS ESTAMPADOS NA GIL BLAS E NA ATLANTIDA.**  
*Priscila Velozo da Silva*
- 2714 A ESCOLARIZAÇÃO DOS NEGROS NA VILA DE QUELUZ ENTRE OS ANOS DE 1835- 1860**  
*Priscilla Samantha Barbosa Verona*
- 2733 RELIGIOSIDADES CRUZADAS: MOURISCOS JUDAIZANTES NO PORTUGAL DO SÉCULO XVI**  
*Rachel Romano Dos Santos*



- 2743 NARRAR UMA VIDA, DAR A ELA UM SENTIDO: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE A OBRA "O MARQUÊS DE BARBACENA" DE PANDIÁ CALÓGERAS**  
*Rafael Cupello Peixoto*
- 2752 A ESTÉTICA DO PROGNÓSTICO NA LITERATURA REALISTA DISTÓPICA DE ALDOUS HUXLEY, GEORGE ORWELL E YEVGENY ZAMYATIN**  
*Rafael da Cunha Duarte Francisco*
- 2761 MEDO DO TEMPO E TEMPO DO MEDO OU COMO A FOBIA (RE)INVENTOU A CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964 - 1985).**  
*Rafael de Farias Vieira*
- 2771 BANCO MUNDIAL, CONSENSO DE WASHINGTON E REFORMA DO ESTADO NOS ANOS 1990**  
*Rafael de Paula Fernandes Mateus*
- 2781 A SOCIABILIDADE MAÇÔNICA DA "UNIONE ITALIAN DI MUTUO SOCORRO BENSO DI CAVOUR"**  
*Rafael de Souza Bertante*
- 2791 DESILUSÕES REPUBLICANAS NO ROMANCE "VENCIDOS E DEGENERADOS" DE JOSÉ DO NASCIMENTO MORAES (1915)**  
*Rafael Henrique Silva Barros*
- 2802 "NÃO SOU UM ÓRFÃO LITERÁRIO": MANUEL ANTÔNIO DE ALMEIDA NA NARRATIVA BIOGRÁFICA DE MARQUES REBELO**  
*Rafael Lima Alves de Souza*
- 2808 AS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E URUGUAI DURANTE A DÉCADA DE 1930**  
*Rafael Nascimento Gomes*
- 2818 CIÊNCIA, MAGIA E A ARTE DA POLÍTICA: EMBATES ENTRE FAUSTINO RIBEIRO E PACÍFICO PEREIRA**  
*Rafael Rosa da Rocha*
- 2828 O FIO CONDUTOR: A IMPRENSA ANARQUISTA NO RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO (1945-1988)**  
*Rafael Viana da Silva*
- 2842 IMPRESSOS, CIDADANIA E POLÍTICA NO RIO DE JANEIRO (1858-1861)**  
*Rafaela de Albuquerque Silva*

- 2852 IDENTIDADE NEGRA NA ESCOLA**  
*Railda Neves Souza*
- 2861 A FAZENDA CANDEAL NOS ACERVOS JUDICIAIS: COTIDIANO E RELAÇÕES DE PARENTESCO DE CATIVOS/AS (FEIRA DE SANTANA/BA 1854-1920)**  
*Railma Dos Santos Souza*
- 2872 CONSTRUÇÃO DA AUTO-IMAGEM PELA IMPRENSA NO SÉCULO XIX - O CASO DO VISCONDE DE PIMENTEL**  
*Raimundo César de Oliveira Mattos*
- 2882 IMPRESSOS E OPINIÃO PÚBLICA EM MINAS GERAIS NO FIM DO PRIMEIRO REINADO**  
*Raphael Rocha de Almeida*
- 2892 A COMPROVAÇÃO DE UM FUTURO PRÓSPERO: PERMANÊNCIAS E RUPTURAS DA RETÓRICA AO LONGO DA HISTÓRIA LUSO-BRASILEIRA**  
*Raphael Silva Fagundes*
- 2904 A JUDICIALIZAÇÃO DA INFÂNCIA: A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO JURÍDICO, LEGAL E EDUCACIONAL DA INFÂNCIA NO BRASIL (1987-2000)**  
*Rayane Helena Araújo Mendes de Carvalho*
- 2914 SOLDADOS DE SALAMINA: FICÇÃO E MEMÓRIA NA RECONCILIAÇÃO COM O PASSADO**  
*Rebeca de Lemos Gonzalez Gil*
- 2923 A QUESTÃO AGRÁRIA E A RADICALIZAÇÃO POLÍTICA DURANTE O GOVERNO DE JOÃO GOULART**  
*Regiane Cordeiro Souza*
- 2934 UMA TRINCHEIRA A SER CONQUISTADA: PROPAGANDA POLÍTICA E "GUERRA TOTAL" NO CAMPO AUDIOVISUAL (1969-1979)**  
*Regilany Alves Batalha Oliveira*
- 2944 O GÊNERO BIOGRÁFICO COMO FORMA DE ESCRITA HISTORIOGRÁFICA: D. JOÃO VI NO BRASIL, DE OLIVEIRA LIMA**  
*Renan Pereira Fontes*

- 2953 A UTILIZAÇÃO DO CONCEITO DE PÚBLICO NOS OITOCENTOS**  
*Renato de Ulhôa Canto Reis*
- 2963 ENTRE REFORMAS E DEMOCRACIA: O PLANO TRIENAL NAS PÁGINAS DO CORREIO DA MANHÃ**  
*Renato Pereira da Silva*
- 2974 ENTRE TÉCNICOS E POLÍTICOS: O PARTIDO DA ARENA NO GOVERNO COLOMBO SALLES (1971-1975)**  
*Ricardo Duwe*
- 2984 DE PRISÕES À CONSTITUINTE - A VITÓRIA DE CARLOS MARIGHELLA E DO PCB NAS ELEIÇÕES DE 1945**  
*Ricardo José Sizilio*
- 2993 CONQUISTA, COLONIZAÇÃO E POLÍTICA INDIANA: AS IDEIAS DE JUAN SOLÓRZANO PEREIRA**  
*Ricardo Leme Santelli*
- 3003 ARQUIVOS ENTRE A GLASNOST E PERESTROICA: ANÁLISE HISTÓRICA SOBRE A ARQUIVOLOGIA SOVIÉTICA NOS ÚLTIMOS ANOS DA URSS (1986-1991)**  
*Roberto Lopes Dos Santos Junior*
- 3011 A DESSEGREGAÇÃO RACIAL NAS ESCOLAS DOS EUA: A VISÃO CONSERVADORA DA NATIONAL REVIEW, 1955-1957**  
*Rodrigo Farias de Sousa*
- 3019 A DITADURA CHILENA E OS SEUS DIFERENTES PROJETOS POLÍTICOS: LEIGH E PINOCHET (1973 – 1978)**  
*Rodrigo Peixoto Pires*
- 3031 O INSTITUTO DO CONCURSO PÚBLICO NO GOVERNO PROVISÓRIO (1930-1934): A RESULTANTE DA TENSÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DA DÉCADA DE 1920-30, ESTADO E CAMPO POLÍTICO.**  
*Rodrigo Pereira da Silva*
- 3041 OPERANDO ANÁLISES DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA A PARTIR DA “MATRIZ DISCIPLINAR” DE JÖRN RÜSEN: AS VIRTUALIDADES DE UM MODELO TEÓRICO-CONCEITUAL**  
*Rogério Chaves da Silva*

- 3049 UM BLOCKBUSTER CONTRAIDEOLÓGICO. ANÁLISE DO FILME TROPAS ESTELARES DE PAUL VERHOEVEN**  
*Rogério Marques de Paiva*
- 3059 O MARANHÃO E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NAS PÁGINAS DO ARGOS DA LEI – 1825**  
*Roni César Andrade de Araújo*
- 3069 DE MALEFÍCIOS E DEMÔNIOS: O LIVRO V DO FORMICARIUS E A ESTIGMATIZAÇÃO DA BRUXARIA NO SÉCULO XV.**  
*Roni Tomazelli*
- 3077 A ESSÊNCIA DA PROBLEMÁTICA EXISTENCIAL MODERNA NA TRILOGIA KUNDERIANA**  
*Rosimara Richard*
- 3087 O USO DAS CIÊNCIAS NO DISCURSO DE JOSE INGENIEROS E MANOEL BOMFIM**  
*Ruth Cavalcante Neiva*
- 3093 CRIME E PECADO: AS DENÚNCIAS DE UM HOMEM DO POVO**  
*Samara Bittencourt*
- 3101 O HOMEM, QUEM É ELE? UMA ANTROPOLOGIA ESCATOLÓGICA, DOS CARMINA BURANA AO SÉTIMO SELO**  
*Sebastião Lindoberg da Silva Campos*
- 3111 O CÓDIGO CRIMINAL DE 1830 E A PENA DE CORREÇÃO NO BRASIL IMPÉRIO**  
*Sérgio Luiz Milagre Júnior*
- 3120 MULHERES E CONHECIMENTO: DIZERES SOBRE A TRANSMISSÃO DE SABERES INTERGERACIONAL EM COMUNIDADES RURAIS QUILOMBOLAS MINEIRAS**  
*Simone da Silva Ribeiro*
- 3128 RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NAS ESCOLAS**  
*Sueli Melo Silva*
- 3138 REVOLTA, MEMÓRIA E ORGANIZAÇÃO MILITAR NA FRONTEIRA ENTRE PARÁ E MARANHÃO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX**  
*Sueny Diana Oliveira de Souza*

- 3149 AMIGOS PARA SEMPRE - O EMBELEZAMENTO DAS RELAÇÕES ENTRE DITADURAS NA IMPRENSA PORTUGUESA**  
*Susana Guerra*
- 3156 A UTILIZAÇÃO DA CHARGE NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO TERESINENSE**  
*Susy Nathia Ferreira Gomes*
- 3166 HISTÓRIA, ARQUITETURA E PATRIMÔNIO CULTURAL DA SAÚDE: O CASO DO HOSPITAL DOS LÁZAROS DO RIO DE JANEIRO.**  
*Tarcisio Pereira Bastos*
- 3172 DOCUMENTOS E ARQUIVOS: UM ELO ENTRE OS REGISTROS DA HISTÓRIA E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL**  
*Tatyana Marques de Macedo Cardoso*
- 3181 O INSTITUTO EVANGÉLICO DE LAVRAS ATRAVÉS DAS BIOGRAFIAS DE SAMUEL GAMMON, CARLOTA KEMPER E FRANK BAKER**  
*Thaís Batista de Andrade Arantes*
- 3191 A INSTALAÇÃO DO GOVERNO-GERAL: AS RELAÇÕES DE PODER ENTRE A METRÓPOLE PORTUGUESA E A COLÔNIA BRASILEIRA NO INÍCIO DA COLONIZAÇÃO**  
*Thaís Silva Félix Dias*
- 3199 DIREITOS ÀS MULHERES: PROBLEMATIZAÇÃO DAS QUESTÕES LEGAIS FEMININAS NA URSS**  
*Thaiz Carvalho Senna*
- 3200 "QUASE SEM DAR UM TIRO"?: A RESISTÊNCIA AO GOLPE DE 1964 EM PERNAMBUCO.**  
*Thayana de Oliveira Santos*
- 3219 OS SECRETÁRIOS DE GOVERNO: REGISTROS E MISSÕES**  
*Thiago Rodrigues da Silva*
- 3225 SIDNEY MILLER E SÉRGIO RICARDO: PROJETOS AUTORAIS UTÓPICOS E A CRISE DO NACIONAL-POPULAR (1966-1968)**  
*Tiago Antonio Bosi Concagh*
- 3239 NAZISTAS NO PARÁ? ACUSAÇÕES CONTRA ALEMÃES NA CAPITAL DURANTE A SEGUNDA GUERRA**  
*Tunai Rehm Costa de Almeida*

- 3249 MÚSICA E MEMÓRIA NA FORMAÇÃO DO PENSAMENTO GREGO PÓS-PLATÔNICO**  
*Vagner Geraldo Alves*
- 3256 ENTRE A ILEGALIDADE E O BEM COMUM E A PRODUÇÃO DE AGUARDENTE DE CANA NA REGIÃO DAS MINAS SETECENTISTAS**  
*Valquiria Ferreira da Silva*
- 3265 IMPRENSA, CULTURA POLÍTICA E NAÇÃO: O ANO DE 1870 NAS PÁGINAS DO O NOVO MUNDO**  
*Vanessa da Cunha Gonçalves*
- 3272 MEMÓRIAS NEGRAS NO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XXI PELO VIÉS CARNAVALESCO**  
*Vanessa Dupheim*
- 3283 PANFLETOS MANUSCRITOS E ORALIDADE NA FORMAÇÃO DE UM ESPAÇO PÚBLICO NO REINO DO BRASIL**  
*Vanessa Fraguas Serra Lucas*
- 3292 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PERSONAGEM BAIANA DE ESCOLA DE SAMBA NO SÉCULO XX E SEUS MÚLTIPLOS SIGNIFICADOS**  
*Vania Maria Mourão Araujo*
- 3302 REVOLVENDO OS ESCOMBROS DA MEMÓRIA: HISTÓRIA POLÍTICA PÓS-INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA REVISTA NO ROMANCE "TEORIA GERAL DO ESQUECIMENTO" DE JOSÉ EDUARDO AGUALUSA**  
*Victor Azevedo*
- 3312 AS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS: ENTRE CATEGORIAS E OBJETOS**  
*Victor Callari*
- 3320 A LEI BOSMAN E O FC BARCELONA: GLOBALIZAÇÃO DO FUTEBOL E IDENTIDADE REGIONAL**  
*Victor de Leonardo Figols*
- 3329 ÓPERA E POÉTICA NA ITÁLIA SETECENTISTA: RUMOS ESTÉTICOS EM PAUTA**  
*Victor Emmanuel Teixeira Mendes Abalada*
- 3340 "O POETA TEM CONTA NO BANCO": NOTAS SOBRE ARTE E POLÍTICA EM MANAUS NA DÉCADA DE 1960**  
*Vinicius Alves do Amaral*

- 3348 O PARTIDO REPUBLICANO MINEIRO/PRM E A FORMAÇÃO DE SUA REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR FEDERAL DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA (1906-1930)**  
*Vítor Fonseca Figueiredo*
- 3358 O VENTRE DO RIO: A COMPANHIA MERCADO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO NA PRIMEIRA REPÚBLICA**  
*Vítor Leandro de Souza*
- 3365 FUTURAS METRÓPOLES: A CIDADE LATINO-AMERICANA DO SÉCULO XXI NA IMAGINAÇÃO VISUAL DO SÉCULO XX**  
*Viviane da Silva Araujo*
- 3374 MODA E IMAGEM FEMININA NA IMPRENSA NO INÍCIO DO SÉCULO XX**  
*Vívian Marcello Ferreira*
- 3384 EUSÉBIO DE QUEIRÓS E OS INIMIGOS DA ORDEM EM 1842**  
*Welinton Serafim da Silva*
- 3394 A FLOTILHA DA AMAZÔNIA DIANTE DA MODERNIZAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL**  
*William Gaia Farias*
- 3405 INICIAÇÃO CIENTÍFICA**
- 3405 A CIRCULAÇÃO DE PROFESSORES ESTRANGEIROS NAS ATAS DO CNPQ (1962-1964) E A CRIAÇÃO DA COPPE**  
*Alana Ribeiro da Silva*
- 3411 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO NO BRASIL**  
*Alexandre Augusto e Souza*
- 3420 HISTÓRIA & ARQUIVO: EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES**  
*Alnélia Estevam de Carvalho*
- 3427 POLÍTICA E DISPUTA PELO ESPAÇO NA PLAZA DE MAYO DE 1945 A 1955**  
*Ana Carolina Oliveira Alves*

- 3437 AS RAÍZES DA DEMOCRACIA EM DEBATE: A POLIS EM DEBATE**  
*André Luis de Souza Alvarenga*
- 3447 FONTE PARA A HISTÓRIA POLÍTICA E CIENTÍFICA BRASILEIRA: ANALISANDO O ACERVO DO IMPERIAL OBSERVATÓRIO DO RIO DE JANEIRO (1846-1889)**  
*Beatriz Carvalho Betancourt*
- 3457 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE BRASILEIRA NA EXPERIENCIA ROMÂNTICA**  
*Brenda Laisa Morais*
- 3466 VOZES AO NÃO DITO: A PRODUÇÃO DO BROCK NO RIO GRANDE DO NORTE**  
*Brenda Soares Silva*
- 3477 NOTAS SOBRE A CONDESSA DE VIMIEIRO, UMA ILUSTRADA NA CORTE DE MARIA**  
*Bruna Breda Bigossi*
- 3484 EUGEN HUSSAK: OS ARQUIVOS PESSOAIS E OS DESAFIOS PARA A HISTÓRIA**  
*Camila Mattos da Costa*
- 3493 A IDENTIDADE COLETIVA COMO INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: O ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE SÃO CARLOS**  
*Carmen Rosane Pereira da Silva Costa*
- 3501 A GUERRA CIVIL ENTRE SUDÃO E SUDÃO DO SUL: UMA ANÁLISE DAS IMPLICÂNCIAS POLÍTICAS NOS CONFLITOS DO "MICROCOSMO AFRICANO"**  
*Carla Cristine Teixeira e Diogo Matheus de Souza*
- 3511 A QUINTA COLUNA EM SERGIPE: ANÁLISE DOS INTEGRALISTAS NO RELATÓRIO DE UM CHEFE DE POLÍCIA**  
*Caroline de Alencar Barbosa*
- 3521 A AMA DE LEITE, SUA REGULAMENTAÇÃO E OS PROJETOS ASSISTENCIAIS DA VIRADA DO SÉCULO XX**  
*Caroline Amorim Gil*
- 3531 LEI DA NATUREZA UMA RELIGIOSIDADE INTERNA CALCADA NA RAZÃO**  
*Daniela Gracias Godinho*



- 3540 CONSTRUINDO SONHOS: REPRESENTAÇÃO FEMININA NO CINEMA DE ANIMAÇÃO DA WALT DISNEY DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**  
*Diogo da Costa Salles*
- 3550 A ATUAÇÃO DA INQUISIÇÃO EM PORTUGAL: O CASO DA RAINHA DONA MARIANNA D'ÁUSTRIA, ENVOLVENDO O REI DOM JOÃO V (SÉCULO XVIII)**  
*Elenice Guimarães Ferreira Pinto*
- 3563 DIMENSÕES DO CRIME E DO PERDÃO NAS MINAS SETECENTISTAS**  
*Elias Theodoro Mateus*
- 3571 O TREM DA POLÍTICA CONDUZIDO POR PAULO DE FRONTIN: TRAJETÓRIA DO ENGENHEIRO NA ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL (1910-1914)**  
*Felipe Martins dos Santos*
- 3581 A IMPORTÂNCIA DA BÍBLIA NOS ARGUMENTOS POLÍTICOS DA INGLATERRA DO SÉCULO XVII**  
*Fernanda Fonseca Coutinho Gross*
- 3589 A REPRESENTAÇÃO AFRO AMERICANA NOS QUADRINHOS E SUA UTILIZAÇÃO COMO FONTE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**  
*Filipe Viana da Silva*
- 3599 UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O USO DE IMAGENS E CONCEITOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA**  
*Flábia Raíssa Medeiros dos Santos*
- 3606 AS NOVAS POSSIBILIDADES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS EM SALAS DE AULAS BRASILEIRAS, NO ENSINO DE HISTÓRIA DO SÉCULO XXI**  
*Gerimario da Silva Nunes*
- 3614 ENTRE PAPÉIS E MEMÓRIAS: A HISTÓRIA POR MEIO DOS ARQUIVOS.**  
*Germana Maria Lopes da Silva*
- 3622 A ASCENSÃO POLÍTICA DE JOSÉ ANTÔNIO CORREIA DA CÂMARA**  
*Guilherme de Mattos Gründling*
- 3632 CRIMINALIZAÇÃO E CONTROLE DA PROSTITUIÇÃO NA MODERNIDADE**  
*Hellen Dayane da Silva Corrêa*

- 3640 INSTRUIR PARA CIVILIZAR NO BRASIL IMPERIAL: O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DA PROVÍNCIA DA PARAÍBA DO NORTE.**  
*Janyne Paula Pereira Leite Barbosa*
- 3650 HISTÓRIA NO ENEM: ENTRE DISPUTAS DISCIPLINARES**  
*Jéssica de Oliveira Tavares e Luisa da Fonseca Tavares*
- 3660 ÁLCOOL: O USO DA BEBIDA ALCOÓLICA E A SUA RELAÇÃO COM A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM VITÓRIA (ES), NO ANO DE 2011**  
*Jéssica Oliveira Freitas*
- 3670 HISTÓRIAS SOBRENATURAIS: NARRATIVAS QUE ASSUSTAM E ENSINAM**  
*Jéssica Raiane de Araújo*
- 3679 A MODERNIZAÇÃO DO ENSINO DA MARINHA NA AMAZÔNIA NO ALVORECER REPUBLICANO**  
*Joana D'arc Moreira da Silva, Pablo Nunes Pereira e William Gaia Farias*
- 3689 OPTIMATES E POPULARES: DISCURSO E PODER NA ROMA REPUBLICANA**  
*Jonathan Cruz Moreira*
- 3699 A VIDA DE RADEGUNDA: REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE O GÊNERO HAGIOGRÁFICO**  
*Juliana Prata da Costa*
- 3706 POLÍTICA DE MASSAS NO NAZISMO: INTERPRETAÇÕES SOBRE A RESPONSABILIDADE COLETIVA ALEMÃ**  
*Juliana Victória Milaré Corrêa de Andrade*
- 3716 MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO: A RELIGIOSIDADE CATÓLICA NO PATRIMÔNIO URBANO E ARTÍSTICO DE JACAREZINHO/PR**  
*Juliana Carolina da Silva*
- 3724 A PERPETUAÇÃO DO RESTAURADOR: CONTRAPONTO ENTRE O TERREMOTO DE 1755 E AS REFORMAS POMBALINAS QUE LEVARAM O OFÍCIO DE SE ERIGIR UMA ESTÁTUA EQUESTRE A PROMOÇÃO DO REI, D. JOSÉ I, EM 1775.**  
*Juliano Gomes*
- 3731 A ENCICLOPÉDIA ELETRÔNICA DA INTOLERÂNCIA, DOS EXTREMISMOS E DAS DITADURAS NO TEMPO PRESENTE (1989-2012)**  
*Katty Cristina Lima Sá*

- 3741 ESTUDO PRELIMINAR SOBRE POSSÍVEIS LEGADOS DA COPA DO MUNDO DE 2014 EM CUIABÁ**  
*Kelen Katia Prates Silva*
- 3750 FOI O RESSINTO EM QUE FUNCIONAVA A MESA INVADIDO: OS FARIA FRAGA E A POLÍTICA ALTO SERTANEJA - CAETITÉ (1881-1889)**  
*Laiane Fraga da Silva*
- 3760 PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO: ATUAÇÃO POLÍTICA NO ALTO SERTÃO DA BAHIA (VILA DE BRUMADO 1930 – 1933)**  
*Laina Mara de Oliveira Silva*
- 3776 HISTORIA E TEMPORALIDADE NO DEBATE POLÍTICO BRASILEIRO (1830 - 1840)**  
*Larissa Breder Teixeira*
- 3783 FIGUEIREDO: UM NOVO GOVERNO / A LEI DA ANISTIA E O PLURIPARTIDARISMO**  
*Lia Raquel Sousa Silva*
- 3791 UMA HISTÓRIA DESCONHECIDA: A VIDA NOS CAMPOS DO GULAG SOB A PERSPECTIVA DE ALEXANDER SOLJENÍTSIN**  
*Ludmila de Sousa Firmino*
- 3801 ANDRÉS MENDO: A REPRESENTATIVIDADE DO EMBLEMA COMO INSTRUMENTO POLÍTICO E PEDAGÓGICO**  
*Luísy Danielly de Andrade Guimarães*
- 3809 OS ESQUECIDOS DA HISTÓRIA: MEMÓRIA DOS HOMOSSEXUAIS SOBREVIVENTES DOS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO NAZISTAS**  
*Luiz de Souza Porto Coêlho*
- 3815 O GOVERNO JOÃO GOULART E O GOLPE EMPRESARIAL-MILITAR DE 1964: ANÁLISE DO JORNAL DO DIA**  
*Manoel Afonso Ferreira Cunha*
- 3825 RESGATE DA MEMÓRIA DO CAMPO DE CONCENTRAÇÃO NA CIDADE DE GUARATINGUETÁ**  
*Manoel Fernando Moreira Júnior*

- 3835 OS MUSEUS E A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES TERRITORIAIS: UM ESTUDO SOBRE A IDENTIDADE CARIOCA NO MUSEU DE ARTE DO RIO**  
*Marcia Bielinski Barreto*
- 3845 HERODES MAGNO: A LEGITIMIDADE POLÍTICA DO REI DOS JUDEUS NA PALESTINA DO SÉCULO I a.C. E O DISCURSO DE FLÁVIO JOSEFO**  
*Marco Antonio Monte de Abreu*
- 3857 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A JUVENTUDE DE VOLTA ÀS RUAS**  
*Marco Aurélio Brandão Costa*
- 3867 TRANSIÇÃO BRASILEIRA E A DINÂMICA DA POLÍTICA ESTADUAL NO EDITORIAL DO JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO (1985-1989)**  
*Marcos Paulo Teixeira e Monica Piccolo Almeida*
- 3877 AS FESTAS DO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA E DA ADESÃO DO PARÁ, A PARTIR DOS PERIÓDICOS FOLHA DO NORTE E A PROVÍNCIA DO PARÁ (1920-1923)**  
*Marilene Andreza Guerreiro De Souza*
- 3887 O HOMEM E A BEIRA: HUMANISMO E REPRESENTAÇÃO URBANA EM "A MARGEM" (1967) DE OZUALDO CANDEIAS**  
*Nayhd Barros de Souza*
- 3897 AQUELES QUE NÃO PEGARAM EM ARMAS: POPULAÇÃO CIVIL EM ANGOLA NO PERÍODO DA GUERRA DE INDEPENDENCIA (1961-1975)**  
*Núbia Aguilar Moreno*
- 3903 DA TAPEÇARIA DE BAYEUX AS CRÔNICAS ANGLO-SAXÔNICAS: AS FONTES E SEUS LIMITES SOBRE A BATALHA DE HASTINGS (1066)**  
*Paulo Christian Martins Marques da Cruz*
- 3913 AVENIDA CENTRAL: PERSPECTIVAS DE UM TEMPO**  
*Priscila Lopes d'Avila Borges*
- 3921 O REFINAR DA "PAIXÕES"; MANEIRAS, INTERESSES E HISTÓRIA NAS OBRAS DE DAVID HUME**  
*Rafael da Silva Ferreira*

- 3929 O ESTADO ISLÂMICO: MITOS E FATOS**  
*Rafael Vargas da Silva*
- 3935 ENTRE CARTAS E DIÁRIOS: O REGIME TOTALITÁRIO TCHECO E A BUSCA DO PASSADO NA CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE**  
*Rafaela Paula da Silva*
- 3944 PRISÕES PREVENTIVAS EM 1964: SUBVERSÃO E COMUNIDADES DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO EM PERNAMBUCO DURANTE A EFETIVAÇÃO DO GOLPE CIVIL-MILITAR**  
*Raphael Henrique Roma Correia*
- 3954 "A HISTÓRIA DA ÁFRICA VAI À ESCOLA": SUGESTÕES PEDAGÓGICAS PARA APLICAÇÃO DA LEI 10.639/03 NO ENSINO FUNDAMENTAL**  
*Rejane Ramos Vieira*
- 3963 ALÉM DA VIDA: A DISTINÇÃO SOCIAL E A CONTINUIDADE SIMBÓLICA DIANTE DA MORTE EM VALENÇA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX**  
*Renan Perozini Gomes Barrozo*
- 3973 FICÇÃO CIENTÍFICA, ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA: UM ESTUDO DE CASO DO ROMANCE A MÃO ESQUERDA DA ESCURIDÃO, DE URSULA K. LE GUIN**  
*Renata da Conceição Aquino da Silva*
- 3983 FAMÍLIA E PODER EM SÃO JOÃO DE MERITI NA DÉCADA DE 1930**  
*Romero Jasku Bastos*
- 3993 RIO 40 GRAUS E O DESABROCHAR DO CINEMA NOVO.**  
*Ronillo Azevedo dos Santos*
- 4001 COMPLETAM ANOS HOJE...A VIDA SOCIAL SERGIPANA EM ANÚNCIOS DO JORNAL CORREIO DE ARACAJÚ.**  
*Rosana de Menezes Santos*
- 4011 MARCAS DE GUERRA – A REPRESENTAÇÃO DO SOLDADO NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL EM "J DE JENNY".**  
*Thaís da Silva Tenório*
- 4019 TURISMO CULTURAL: O ELO ENTRE TURISMO E HISTÓRIA. UMA ANÁLISE CONCEITUAL**  
*Thales Rocha de Freitas*

**4029 A HISTÓRIA DA SAMBA? A CIRCULARIDADE CULTURAL ENTRE O ENSINO DE HISTÓRIA E OS SAMBAS DE ENREDO.**

*Thaynã de Paula Falcão Sá*

**4039 HISTÓRIA E PRESERVAÇÃO: A ORGANIZAÇÃO DO ACERVO ARQUIVÍSTICO DO IMNS.**

*Thayná Fuly Garcia*

**4048 A SOCIEDADE RESENDENSE E SUAS PARTICULARIDADES, SEGUNDO O JORNAL YTATIAIA (1879-1889).**

*Valmir Dias Maia*

**4058 FEMINISMOS NO BRASIL: O CENTRO DA MULHER BRASILEIRA ATRAVÉS DE DUAS MILITANTES**

*Vanessa de Almeida Moura*

**4068 A HISTÓRIA ENSINADA NA EJA: CURRÍCULOS E METODOLOGIAS**

*Vanilda de Araújo Campelo*

**4076 A MULHER NEGRA NA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940**

*Victor Hugo Miranda de Freitas*

***Carlos Cesar de Oliveira Sampaio (1861 - 1930): trajetória intelectual, memória e biografia.***

***Adauto Tavares Araujo<sup>1</sup>***

**Resumo:**

O trabalho tem por objetivo analisar a biografia e a trajetória intelectual de Carlos Sampaio (1861 – 1930), engenheiro formado na Escola Politécnica do Rio de Janeiro que alcançou atuação de destaque na condução dos projetos de reformas urbanas da capital federal na Primeira República. Desse modo, focaliza-se um conjunto de textos de autoria de Sampaio correspondendo a artigos de jornal, relatórios e estudos editados entre 1922 e 1930, tendo em vista o estabelecimento das relações entre memória, trajetória e biografia.

***Palavras-chave:*** *intelectual, biografia, reformas urbanas.*

**Abstract:**

This paper aims to analyze the biography and the intellectual trajectory of Carlos Sampaio (1861 – 1930), an engineer graduated at the Polytechnic School of Rio de Janeiro who achieved outstanding highlight in conducting projects of urban reformation of the Federal Capital in First Republic. Thereby, the focus is a collection of texts written by Sampaio corresponding to articles from newspapers, studies and reports edited between 1922 e 1930, in view of the establishment of relations between memory, trajectory and biography.

**Keywords:** *intellectual, biography, urban reforms*

Este trabalho se propõe a analisar a biografia e a trajetória intelectual de Carlos Cesar de Oliveira Sampaio, engenheiro, empresário e político que esteve envolvido nos debates que permeavam as discussões sobre as reformas urbanas realizadas no Rio de Janeiro durante as primeiras décadas republicanas. Nesta comunicação, entendemos que o biografado não deve ser visto como um sujeito único e linear, mas sim como um homem partido, segmentado, sendo atravessado por diferentes fluxos sociais<sup>2</sup>.

Este trabalho foi estruturado a partir da relação existente entre a formação e a atuação de Carlos Sampaio com o contexto histórico no qual ele estava inserido. Ressaltamos que, neste momento, com o intuito de demarcar o espaço ocupado na

sociedade, os engenheiros, com Sampaio, buscaram afirmar a imagem de “médicos da cidade” no processo de promoção da salubridade da urbe.

Intelectuais e políticos formularam, durante o século XIX, dois postulados importantes: o primeiro era baseado na ideia da existência de um caminho da civilização a ser seguido, enquanto o segundo afirmava que a nação alcançaria a prosperidade e a grandeza através da solução dos problemas de higiene pública. Estes postulados permitiram a formulação da *ideologia da higiene*, que, contando com a adesão de médicos, engenheiros, políticos e governantes, formavam um conjunto de princípios que, supostamente, levariam o Brasil à civilização e ao progresso<sup>3</sup>.

Conforme assinalado por Kessel, a remodelação da capital da recém-nascida república brasileira teria uma dupla função: primeiro como vitrine, pois mostraria ao mundo o progresso brasileiro; segundo como espelho, porque as outras cidades do país seguir o exemplo do Rio de Janeiro na realização das suas respectivas reformas<sup>4</sup>.

Segundo Nicolau Sevcenko, o início da fase republicana no Brasil foi marcado pelo aparecimento de uma sociedade predominantemente urbanizada e fortemente enraizada em valores burgueses, que foi resultado do enquadramento do Brasil *nos termos da nova ordem econômica mundial instaurada pela Revolução Científico-Tecnológica, por volta de 1870*<sup>5</sup>.

Desse modo, entendemos que as intervenções urbanas estão inseridas do debate de ideias em torno da *modernização*<sup>6</sup> do país. As reformas eram necessárias para melhorar o escoamento dos produtos agrícolas e instalar um novo projeto de cidade, e foram uma resposta às necessidades da “face urbana” das atividades agroexportadoras, em função da inserção do Rio na economia mundial<sup>7</sup>.

Para Jaime Larry Benchimol, com o alvorecer do século XX o Distrito Federal sofreu, de fato, uma intervenção que alterou a sua fisionomia e estrutura, tendo efeito parecido a de um “terremoto” na vida da população carioca<sup>8</sup>. Porém, é preciso entender que as mudanças no Rio de Janeiro não estavam ligadas apenas às questões estruturais, como mudanças viárias e criação de redes sanitárias, mas também à reformulação de valores que os habitantes da cidade carregavam consigo, como mudanças em suas vestimentas e rotinas. Para o autor, esse conjunto de modificações deve ser designado como *regeneração*<sup>9</sup>, que insere as reformas urbanas em um processo ainda mais amplo de transformações nos costumes da cidade e no país. Nesse sentido, o ideal sanitário, um dos conceitos que apareceram com maior frequência nos debates sobre as reformas



urbanas, tinha como objetivo criar postulados para sanear o corpo e a moralidade dos indivíduos que vivem na cidade<sup>10</sup>.

Desde fins do século XIX, os engenheiros passaram a se apresentar como indispensáveis ao bom andamento das reformas, pois acreditavam que detinham o saber competente sobre o reordenamento da cidade, sendo o debate sobre as reformas urbanas para eles:

(...) um espaço privilegiado para a construção e afirmação de sua identidade intelectual e social específica como agentes diretos do programa de estruturação de uma nova ordem na sociedade brasileira; uma ordem que, para os propagandistas da modernização, regeneraria o país adequando-o aos ideais do *progresso* e da *civilização*<sup>11</sup>.

A formação de Carlos Sampaio é contemporânea aos primeiros projetos de remodelação urbana do Rio de Janeiro que, na visão dos engenheiros, seriam os meios pelos quais se afirmaria o progresso brasileiro, diante das outras nações.

### ***Carlos Sampaio: um engenheiro no centro dos debates***

Nascido em 13 de setembro de 1861, no Rio de Janeiro, Carlos Sampaio matriculou-se em 1875 na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e, em 1880, formou-se em engenheiro geógrafo, engenheiro civil e bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas. No mesmo ano de sua formação, foi um dos sócios fundadores do *Club de Engenharia*. Em 1884, já era professor de duas grandes escolas do Brasil: a Escola Politécnica e a Escola Naval.

Em 1887, Sampaio foi convidado por Luís Raphael Vieira Souto para participar das obras do desmonte do Morro do Senado, sendo este o primeiro momento em que Sampaio se envolveu com as reformas urbanas. Dois anos depois, também participou do episódio conhecido como *Água em seis dias*, no qual o também engenheiro Paulo de Frontin prometeu solucionar a crise no abastecimento de água na sede Corte em apenas seis dias. Em novembro de 1889, Carlos Sampaio assumiu a direção técnica dos serviços telefônicos da cidade do Rio de Janeiro, através da Empresa de Obras Públicas do Brasil.

Após esses primeiros anos em que atuou principalmente como engenheiro, passou a atuar também como empresário, ao abrir, ao lado de Vieira Souto e Paulo de Frontin, em 1890, a Empresa Industrial de Melhoramentos do Brasil, que tinha como

objetivo atuar em empreendimentos ferroviários, atividades de colonização e projetos de remodelações urbanas, como a reforma do Cais do Porto. A *Melhoramentos do Brasil*, como comumente era chamada, não resistiu à crise do encilhamento que gerou uma violenta especulação financeira, além da alta inflacionária que acabou por dificultar a obtenção de capitais disponíveis para a expansão das diversas atividades. Entre 1892 e 1901, Sampaio presidiu outra empresa, a *Melhoramentos de São Paulo*.

Com a posse de Rodrigues Alves na presidência da República, em 1902, e a nomeação do engenheiro Francisco Pereira Passos para a prefeitura do Distrito Federal, em 1903, o movimento reformista da Capital Federal ganhou ainda mais força. Os investidores estrangeiros viram nas obras de remodelação, saneamento e embelezamento o momento ideal para investir no Brasil, tendo em vista a criação de novas condições para expansão e a modernização de diversos serviços urbanos.

Ao se instalar no Distrito Federal, em 1905, a *Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company Limited*, também conhecida como *Rio Light*, levantou cinco milhões de dólares junto a investidores estrangeiros e obteve a concessão de serviços voltados à modernização da cidade, fazendo-se necessária a presença de algum intermediário entre a empresa e os governantes brasileiros<sup>12</sup>. Carlos Sampaio podia desempenhar este papel, pois reunia, ao mesmo tempo, os conhecimentos técnicos e os contatos políticos necessários para mediar a aquisição das concessões<sup>13</sup>.

Sampaio passou a atuar como meio de ligação entre o poder público e o capital internacional privado, realizando, ao longo de sua trajetória profissional, diversas tentativas de aquisições de concessões para depois repassá-las a investidores estrangeiros que buscavam aumentar a sua participação na economia brasileira. Dessa forma, mantinha relações próximas com investidores estrangeiros como os norte-americanos Percival Farquhar e Frederick Pearson, e uma série de cartas trocadas entre eles nos mostra que Sampaio buscava obter uma série de vantagens junto ao poder público para esses empresários, com o objetivo de garantir a lucratividade dos negócios da Light no Brasil.

Sampaio foi também responsável por supervisionar levantamentos e estudos de viabilidade dos projetos e buscar as melhores condições de negócios para essa empresa<sup>14</sup>. Em uma espécie de recompensa pelos serviços prestados, foi contratado, em 1908, para gerenciar os serviços da *Brazil Railway*, uma das companhias do grupo de investidores reunidos na Light<sup>15</sup>.

Em 1920, após a renúncia de Melcíades Mário Sá Freire, então prefeito do Distrito Federal, o presidente da República, Epiácio Pessoa, convidou Carlos Sampaio para o cargo. Como consequência de sua nomeação, Sampaio comandou a organização da Exposição Internacional do Centenário, em 1922, festividade que integraria a comemoração dos cem anos da Independência do Brasil.

A gestão de apenas dois anos de Carlos Sampaio foi marcada por iniciativas polêmicas, como a demolição do Morro do Castelo, e as constantes aquisições de empréstimos junto a bancos estrangeiros e o caso da renovação do contrato de telefonia da Light, ocorrido nos últimos dias do seu mandato.

Em seu discurso de posse, Sampaio apresentou aquelas que seriam as prioridades do seu governo:

A minha vida pública pode e deve ter mostrado todos os meus defeitos, mas uma qualidade não se pode negar: é de que eu seja um homem de ação. O momento presente é de ação porque é essencial dar a cidade o asseio indispensável; coparticipar tanto quanto possível com o Governo Federal para o seu saneamento; terminar as obras de embelezamento desta cidade na qual a natureza encarregou-se de formar o quadro mais lindo seria possível imaginar-se; e pôr em prática outros melhoramentos que, por um lado, permitam melhorar o que a arte humana não tem conseguido pôr a altura da beleza natural, e, por outro lado, sejam elementos lucrativos para equilibrar o sistema financeiro do município, que, como foi demonstrado pelo minucioso trabalho do distinto Prefeito que venho substituir, não é dos mais lisonjeiros, longe disso, é até dos mais precários<sup>16</sup>.

Projeto antigo, o arrasamento do Morro do Castelo ganhou novo ímpeto durante o governo sampalino. Carlos Sampaio tinha uma série de objetivos após a conclusão das obras de demolição: a área seria utilizada para a montagem dos pavilhões que iriam compor a Exposição do Centenário; tornaria possível aumentar a arrecadação da Prefeitura em cerca de três mil contos em impostos prediais; e venda dos terrenos abertos com a demolição resultaria em quarenta mil contos líquidos, segundo afirmou o prefeito em entrevista ao *Jornal do Brasil*, em 1921<sup>17</sup>.

Outras ações importantes da gestão de Carlos Sampaio foram as obras de saneamento e embelezamento da Lagoa Rodrigo de Freitas, inclusive com a construção da Avenida Epiácio Pessoa em seu entorno. Além disso, Carlos Sampaio também reconstruiu a Avenida Atlântica e Avenida Beira-Mar, que haviam sido atingidas por ressacas, e também a Avenida Niemeyer<sup>18</sup>.

A gestão de Carlos Sampaio também foi marcada por intensas disputas de poder entre o prefeito e o Poder Legislativo municipal. O engenheiro chegou a afirmar que, ao ver que as discussões sobre as obras da cidade eram “intermináveis”, resolvera agir com firmeza e executar as obras conforme o “planejado inicialmente”<sup>19</sup>. Desta forma,

apontamos uma dose de autoritarismo na condução dos projetos de remodelação urbana, o que era ainda mais potencializado com o fato das reformas terem alijado parte da população da tomada de decisões.

Ao fim de seu mandato, Carlos Sampaio enviou um ofício para o presidente da República, destacando que as obras de demolição do Castelo, a organização da Exposição Internacional, as obras contra as inundações e o saneamento da Lagoa haviam sido as principais realizações da sua gestão<sup>20</sup>. Sampaio se utilizava, portanto dessas obras para legitimar todas as outras medidas tomadas durante o seu governo.

A modernização urbana pregada por Sampaio previa a organização funcional do espaço que condenava a mistura de usos e classes sociais diversos e por isso era considerado necessário que as populações mais pobres se afastassem do Centro da cidade<sup>21</sup>. As reformas realizadas pelo engenheiro estavam inseridas no contexto da tentativa de integração do Brasil ao que era visto como “civilização moderna” e, conforme destacado pela autora, coubera ao prefeito a incumbência de realizar um conjunto de obras capaz de sintonizar a cidade-capital com a modernidade e o progresso<sup>22</sup>.

### ***A construção da memória: a produção intelectual de Carlos Sampaio***

Após o fim do seu mandato como prefeito, Carlos Sampaio buscou defender as medidas tomadas por sua administração. Sendo assim, a partir de 1923 publicou uma série de artigos, textos e entrevistas, compilados em livros, que funcionam como o ponto de vista defendido pelo engenheiro na argumentação em defesa das remodelações urbanas e também na construção de uma memória favorável ao seu governo.

Entendemos que os textos de Carlos Sampaio devem ser lidos a luz do conceito de *intelectual*, conforme formulado por Antonio Gramsci<sup>23</sup>. Desta forma, entendemos que, através do uso de suas aptidões, Sampaio formulou um discurso favorável às reformas urbanas, em uma tentativa de impor um projeto que era compartilhado por outras categorias intelectuais e profissionais, como médicos, políticos, outros engenheiros, e também por investidores nacionais e estrangeiros. Tal projeto seria imposto sobre a população pobre da Capital Federal, atingindo principalmente as famílias que habitavam o Centro do Rio de Janeiro, cuja permanência passou a ser considerada como um obstáculo ao progresso da cidade e do país.

Ao elaborar uma análise do sistema urbano, Henri Lefebvre aponta que é importante entender que o território deve ser visto como um terreno de combates, no qual o capital se apodera da cidade e a utiliza da forma e modo que lhe é mais conveniente<sup>24</sup>. Nesse sentido, procuramos compreender que a atuação de Carlos Sampaio estava baseada na criação das condições necessárias para o pleno desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Nos seus textos, Sampaio defendia que as obras realizadas por ele na Prefeitura deviam ser chamadas de “*obras reprodutivas*”, definidas como os empreendimentos baseados no tripé salubridade, embelezamento e progresso material.

Salubridade pode ser definida como o estado do que é saudável. Na concepção de Carlos Sampaio, as obras que contemplassem a salubridade da cidade se referiam às melhorias sanitárias, que passavam, por exemplo, pela questão do lixo que era deixado nas ruas<sup>25</sup>, o que facilitava as inundações que espalhavam o esgoto e as matérias fecais, e também pela demolição do Morro do Castelo, que ajudaria a ventilação do centro da cidade e contribuiria para a diminuição das doenças respiratórias<sup>26</sup>.

Nos documentos escritos por Carlos Sampaio, observamos que, ao lado dos argumentos sanitários, encontramos as proposições em defesa do embelezamento da cidade. Segundo o engenheiro, as obras, por ele planejadas, tornariam a cidade mais bela e, quando associadas à resolução dos problemas relacionados ao despejo de lixo e entulho, concorreriam para transformá-la em um local agradável para se admirar e viver<sup>27</sup>. O saneamento da Lagoa Rodrigo de Freitas foi acompanhado pela construção da Avenida Eptácio Pessoa que, arborizada, contribuiria para o embelezamento da região<sup>28</sup>. O desmonte do Castelo era apresentado em seu texto como equivalente à retirada uma cárie que tornava feio um “lindo sorriso”<sup>29</sup>.

O conceito de progresso material nas obras de Carlos Sampaio está ligado à ideia de “*obras reprodutivas*”, ou seja, empreendimentos que, depois de concluídos, gerariam renda aos cofres públicos da cidade e a valorização de terrenos de áreas específicas da cidade, notadamente as que interessavam aos investidores. Nesse contexto, as “*obras reprodutivas*” seriam aquelas que, realizadas por meio de empréstimos com bancos e investimentos, principalmente estrangeiros, tornariam determinadas regiões da cidade mais valorizadas graças às obras de saneamento, embelezamento e circulação.

Segundo Sampaio:

Sem ter anunciado programa algum de governo, e resolvido a agir de acordo com as circunstâncias, procurei, com o objetivo quase exclusivo de aumentar as

rendas da municipalidade, pôr em execução uma série de obras que julgava produtivas e que seriam obras de saneamento, de viação pública, de facilidade de circulação; e que, se possível, concomitantemente concorressem para o aumento da área central da cidade para atenuar os efeitos das inundações a que estava sujeita uma outra parte, e para o seu embelezamento geral<sup>30</sup>.

O livro *Memória Histórica*, de 1924, é uma coletânea composta de artigos, textos e discursos datados a partir de 1920, sintetizando o ponto de vista defendido por Sampaio para justificar os empreendimentos realizados. Neste livro, o engenheiro elenca os principais melhoramentos de sua gestão, como as obras de saneamento da Lagoa Rodrigo Freitas, concomitantemente com a construção da Avenida Epiácio Pessoa, que contribuiria para a circulação e embelezamento da região, e a reconstrução das avenidas Atlântica e Beira-Mar que sofreram com a ação das ressacas, em 1921.

Entendemos que este livro foi um dos meios privilegiados por Carlos Sampaio para afirmar que ele sabia o que estava propondo para a cidade. O engenheiro buscou mesclar, o máximo possível, os argumentos de salubridade, embelezamento e progresso material, passando a ideia de que as obras feitas na sua administração estavam dentro de um conjunto geral de propósitos que contribuiriam para o progresso brasileiro.

O livro *Discursos e Notas*, de 1925, compreende uma compilação dos discursos proferidos por Carlos Sampaio durante a sua gestão como prefeito do Distrito Federal, também contando com alguns pequenos artigos sobre temas que permeavam a gestão do prefeito como, por exemplo, a opção pela demolição do Morro do Castelo. Neste documento, é possível observar uma preponderância da ideia de progresso material, o que está intimamente ligado ao fato de serem discursos proferidos, em sua maioria, durante as inaugurações dos pavilhões estrangeiros na Exposição do Centenário, em 1922. O objetivo deste evento era de mostrar ao mundo a imagem do progresso e do alto grau de civilização brasileiro, com o objetivo de atrair ainda mais investidores para o Brasil.

O livro *Ideias e impressões*, de 1929, é uma compilação de entrevistas concedidas por Carlos Sampaio ao periódico *O Jornal*, no ano em que o livro foi editado. Conforme o título sugere, durante a entrevista o engenheiro transmitiu as suas impressões acerca de temas de teor político e econômico.

Carlos Sampaio criticou, neste livro, as propostas de Alfred Agache, urbanista francês contratado, em 1927, para propor um plano urbanístico para o Distrito Federal. Ao criticar o urbanista, Sampaio reafirma que a engenharia brasileira era capaz de criar o caminho necessário para levar o Brasil para o rol das nações civilizadas e, também,

para mostrar que as medidas tomadas durante a sua administração haviam sido corretas, afinal, ele detinha os conhecimentos necessários para pensar as mudanças na cidade.

A baixa frequência dos conceitos salubridade e embelezamento, neste documento, quando comparado com os demais, são decorrentes do fato de Carlos Sampaio estar mais preocupado agora com outros temas, como a defesa nacional, a estabilização da moeda, a construção de diques para a Marinha, a questão dos transportes e o problema da produção. O conceito de progresso material é o predominante neste texto, na elaboração em torno das proposições sobre o almejado progresso do país.

Com o presente trabalho, objetivamos o alargamento da compreensão da produção intelectual de Carlos Sampaio, através da análise da sua trajetória profissional e política, em um período de intensos debates sobre os caminhos que o Brasil deveria seguir para alcançar o progresso.

Na perspectiva de alargar a compreensão do campo de atuação de Sampaio, entendemos que se faz necessário considerar seus discursos não só como o de um engenheiro, mas também como o de um empresário, que se utilizava dos saberes específicos da engenharia, adquiridos durante a sua formação e na atuação na defesa de interesses privados, principalmente internacionais, que ele representava no Brasil.

Importante reflexão também é pensar o espaço das remodelações urbanas como um campo de confluência de poderes, que acabam por se sobrepor ao interesse do morador comum que tem a vida alterada por medidas autoritárias, que não se visam o bem-estar da população. As reformas urbanas resultaram em um período de forte especulação imobiliária, principalmente na área central da cidade, tendo como reflexo o aumento do custo de vida e o deslocamento daquela população para novas áreas, na direção dos subúrbios nas áreas de expansão da cidade. .

---

<sup>1</sup> ARAUJO, Adauto Tavares. Mestrando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHS – UERJ/FFP), sob orientação da Professora Doutora Maria Letícia Corrêa. Bolsista Capes. Email: adautohist@gmail.com

<sup>2</sup> AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. *Dimensões*, vol. 24, 2010. P. 162

<sup>3</sup> CHALHOUB, Sydney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. P. 35

<sup>4</sup> KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, DGPC, AGCRJ, 2001. (Memória carioca; v. 2).

<sup>5</sup> SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Cosac Naify, 2010. P. 12

<sup>6</sup> Segundo Marshall Bermann, entre os séculos XVI e XX o mundo acompanhou uma série de mudanças, como por exemplo, o advento do capitalismo, as revoluções políticas, a revolução industrial, a explosão demográfica, a expansão capitalista para as regiões periféricas, que transformaram as relações de

---

trabalho, cultura e política das sociedades ocidentais. Tais alterações estão relacionadas com o processo de modernidade, que, como ressaltou Bermann, *despeja homens e mulheres num turbilhão de permanente desintegração e mudança*, sendo os processos que dão vida a esse turbilhão chamados de *modernização*. BERMANN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. P. 24

<sup>7</sup> MOTTA, Marly. *Rio, cidade-capital*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. P. 30

<sup>8</sup> BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do Século XX*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992 P. 13

<sup>9</sup> SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio. In: Idem (org.). *História da vida privada no Brasil: República, da Belle-Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, Vol. 3, pp. 513-619.

<sup>10</sup> BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Cidade: história e desafios*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. P. 23

<sup>11</sup> KROPF, Simone Petraglia. Os construtores da cidade: o discurso dos engenheiros sobre o Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX. *Projeto História*. São Paulo, v. 13, jun. 1996. P. 182

<sup>11</sup> *Ibidem*. P. 180

<sup>12</sup> WEID, Elisabeth von der. O advento da Companhia (1900-1912). IN: LAHMEYER, Eulália Maria & LEVY, Maria Bárbara (coord.). *Estudos sobre a Rio Light*. Rio de Janeiro: Instituto Light/ Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2008.P. 37

<sup>13</sup> KESSEL, Carlos. *Op. Cit.* P. 34

<sup>14</sup> *Ibidem*. P. 36

<sup>15</sup> *Ibidem*. P. 36

<sup>16</sup> SAMPAIO, Carlos Cesar de Oliveira. *Memória histórica: obras da prefeitura do Rio de Janeiro*. Lisboa:LVMEN. 1924. P. 1

<sup>17</sup> *Ibidem*. P. 52

<sup>18</sup> SAMPAIO, Carlos Cesar de Oliveira. *Administração da Municipalidade do Rio de Janeiro: finanças municipais. 1927*. P. 7-9

<sup>19</sup> SAMPAIO, Carlos. *Memória Histórica. Op. Cit.* P. 18

<sup>20</sup> SAMPAIO, Carlos Cesar de Oliveira. *Discursos e Notas*. Rio de Janeiro: Typografia da S. A. Gazeta da Bolsa, 1925. P. 69

<sup>21</sup> MOTTA, Marly Silva da. O Hércules da Prefeitura e o Demolidor do Castelo: o Executivo municipal como gestor da política urbana da cidade do Rio de Janeiro. IN: OLIVEIRA, Lucia Lippi (org.) *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.P. 207

<sup>22</sup> *Ibidem*. P. 208

<sup>23</sup> GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere: Caderno 12 (1932): *Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais*. Edição e Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.

<sup>24</sup> LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Centauro, 2001. P.20

<sup>25</sup> SAMPAIO, Carlos Cesar de Oliveira. *Discursos e Notas. Op. Cit.* P. 22

<sup>26</sup> SAMPAIO, Carlos Cesar de Oliveira. *Memória Histórica. Op. Cit.* P. 116

<sup>27</sup> *Ibidem*. P. 116

<sup>28</sup> *Ibidem*. P. 127

<sup>29</sup> *Ibidem*. P. 15

<sup>30</sup> SAMPAIO, Carlos Cesar de Oliveira. *Discursos e Notas. Op. Cit.* P. 67-68



## **O Estado de Bem Estar Social, sistema de saúde, comércio e distribuição de medicamentos na Argentina sob o impacto das políticas neoliberais da década de 1990.**

Adebiano Rodrigues<sup>1</sup>

### Resumo.

O Welfare State experimentou forte restrição durante os primeiros anos da década de 1990, momento em que políticas orientadas para o mercado floresceram em toda América Latina. Os sistemas de saúde ocupam um lugar central no Welfare State, e por sua vez, o acesso a medicamentos também é vital nesses sistemas, devido a essencialidade do bem. Assim, buscaremos analisar os impactos dessas políticas neoliberais do período no comércio e distribuição de medicamentos da Argentina, onde essas políticas foram aplicadas vigorosamente.

Palavras chave: Estado de Bem Estar Social, política de saúde, neoliberalismo.

### Abstract.

The Welfare State has experienced strong restriction during the early years of the 1990s, at which market-oriented policies flourished throughout Latin America. Health systems occupy a central place in the Welfare State, and in turn, access to medicines is vital in these systems due to the essentiality of product. Thus, we will seek to analyze the impact of these neoliberal policies of the period in the trade and distribution of medicines in Argentina, where these policies were applied vigorously.

Key words: State Welfare, health policy, neoliberalism.

### Introdução.

---

<sup>1</sup> Adebiano Robert Rodrigues Pereira é mestrando no programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora na linha de pesquisa Poder, Mercado e Trabalho.

Políticas econômicas orientadas para o mercado encontraram terreno fértil em toda a América Latina no princípio da década de 1990. A Argentina, tal como vários outros países, buscou se reinsserir no cenário econômico mundial através de políticas de cunho neoliberal. Nas linhas que virão iremos avaliar como essa nova orientação política altera o Estado de Bem Estar Social e a correlação de forças no que respeita a cadeia de comércio e distribuição de medicamentos naquele país. Avaliaremos também algumas medidas relevantes que são levadas a cabo por reformas no sistema de saúde ao longo da década e no princípio da década seguinte, momento em que perde força a ideia de que apenas as políticas orientadas para o mercado seriam capazes de garantir um ambiente político, social e econômico satisfatório.

O Estado de Bem Estar Social ocupa lugar de destaque nas ciências sociais modernas surgiu como um efeito dos movimentos de autodefesa da sociedade diante da emergência da ordem capitalista. No início do século XX começou a ser incorporado as constituições dos países precursores neste movimento que partia do entendimento de que a situação dos trabalhadores era algo que deveria ser tratado de maneira coletiva. Surge então, mecanismos compensatórios de coesão social para a manutenção da força de trabalho necessária ao desenvolvimento do capitalismo. O Estado de Bem Estar Social atinge seu ápice nas décadas de 1950 à 1970 momento em que lhe são conformados seus limites, que terminaram por lhe caracterizar pela forma com a qual o Estado se relaciona com o mercado e com a família no que tange a provisão social<sup>i</sup>.

No Estado de Bem Estar Social os sistemas de saúde ocupam um lugar central, uma vez que poucos programas sociais são capazes de inserir o Estado de forma tão direta na economia e no exercício de uma profissão tão importante. Ainda no século XIX se estabelecem os primeiros sistemas compulsórios de seguro saúde. Evoluindo juntamente com os modelos de Welfare State em meados do século XX a Inglaterra inova para tornar-se o primeiro governo ocidental a adotar um programa de direito universal a serviços públicos de assistência médica. A configuração de um sistema nacional de saúde é influenciada por vários fatores dentre eles Jacob Hacker cita as estruturas de mercado, ideias políticas, interesses de grupos estratégicos, a opinião pública que forma em resposta as políticas de governo bem como a prevalência ideológica e econômica das variantes de Estado de Bem Estar Social presentes no mundo industrializado<sup>ii</sup>.

A regulação da venda e distribuição de medicamentos é aspecto central na organização dos sistemas de saúde. Embora seja o medicamento uma mercadoria de produção na maior parte dos países capitalistas fundamentalmente privada, é necessário o aval do Estado para

garantir sua circulação. Além disso, o comércio de medicamentos constitui um mercado imperfeito, pois, o consumidor final possui apenas uma pequena margem de escolha, uma vez que seu acesso é intermediado pelo profissional da saúde que tem o poder de prescrição. As falhas de mercado relacionadas com o mercado de serviços de saúde e medicamentos são basicamente associadas à assimetria de informações entre a oferta e o consumidor, e a seleção adversa do medicamento ou serviço de saúde. No caso de medicamentos, o que deve ser observado é a presença do médico como mediador no consumo, reduzindo a soberania do consumidor, a restrição à livre alocação dos fatores decorrentes do sistema de patentes, a presença de barreiras à entrada, definidas institucionalmente e não pelo custo dos fatores, a imprevisibilidade de circunstâncias (doenças) que motivam o seu uso, a estrutura de preços única, a inelasticidade da demanda<sup>iii</sup>. Assim, a regulação de do acesso e comercialização dos medicamentos aparece como elemento importante na organização dos diferentes sistemas de saúde.

#### Disposição do Sistema de Saúde.

Para analisar como os impactos das políticas orientadas pela rubrica de neoliberalismo alteram a agenda do comércio e distribuição de medicamentos é preciso esclarecer que o sistema de atendimento à saúde na Argentina é fortemente marcado por um caráter descentralizado e de acesso mediado por vínculo de trabalho, o que caracteriza seu Estado de Bem Estar Social como o que Esping Andersen classificou como Corporativista Conservador, onde a seguridade é garantida apenas aos trabalhadores formais com benefícios equacionados de acordo com o cargo ocupado<sup>iv</sup>. No tocante a fragmentação por tipo de cobertura, temos um sistema abrangente, mas, não universal. Dotado de grande segmentação em relação ao número de fundos de financiamento e de relações institucionais, de elevada separação entre funções de financiamento e provisão de serviços<sup>v</sup>. O setor de atendimento à saúde argentino estruturase em três subsetores. Primeiramente, um subsetor público, formado pelas estruturas administrativas provinciais, municipais e nacional, com financiamento provisão e uma rede de prestação de serviços pública. Segundo, um subsetor de seguro social obrigatório, organizado de acordo com as chamadas Obras Sociais. Estas são instituições de atendimento à saúde organizadas por ramo de atividade, em sua maioria são gerenciadas por sindicatos de trabalhadores e coordenadas pela Superintendência de Serviços de saúde (SSalud)<sup>2</sup>, existem

---

<sup>2</sup> Criada em 1996 a Superintendência de Serviços de Saúde é um organismo descentralizado da Administração Pública Nacional do Ministério da Saúde da Nação, é um ente que regula e controla os agentes de Sistema de

ainda as Obras Sociais provinciais (voltadas aos funcionais do governo provincial). Hoje o sistema argentino conta com 24 Obras Sociais provinciais e cerca de 250 Obras Sociais nacionais sindicais ou patronais<sup>vi</sup>. Em sua maioria as Obras Sociais não possuem instalações satisfatórias para o pleno atendimento de seus beneficiários, daí buscam contratos com terceiros para este atendimento. Na busca de tornar o sistema mais abrangente o Instituto Nacional de Serviços Sociais para Aposentados e Pensionistas (INSSPJ)<sup>3</sup> tem como uma de suas atribuições a manutenção do Programa de Assistência Médica Integral (PAMI). Por fim, o subsetor privado é composto por profissionais e estabelecimentos de saúde (Clínicas, laboratório, hospitais...) que atendem a casos individuais e, principalmente, os beneficiários das Obras Sociais mediante acordos individuais e coletivos, e as entidades de seguro voluntário (planos de saúde), chamadas Empresas de Medicina pré-paga<sup>vii</sup>.

Deste modo, ao final de década de 1990 dos 37 milhões de argentinos cerca de 16 milhões eram atendidos por Obras Sociais ou pelo PAMI, Obras Sociais provinciais respondiam por 5 milhões e planos de saúde por aproximadamente 3 milhões. Deste total, mais de 11 milhões de argentinos não possuíam qualquer tipo de cobertura<sup>viii</sup>. Devido ao fato do acesso a serviços de saúde ser mediado pela ocupação, o número de pessoas as margens do sistema tende a aumentar na medida em que avança o desemprego, justamente o que ocorreu no país devido à crise do final da década de 1990.

#### Neoliberalismo e o circuito de distribuição de medicamentos.

Carlos Manem é eleito presidente em 1989, tão logo assume o governo busca reorganizar o Estado argentino através das leis N° 23.696 (emergência administrativa) e lei N° 23.697 (emergência econômica). Em 1991 toma uma decisão de impacto nomeando Domingo Cavallo como ministro da economia com a missão de redefinir a maneira como a Argentina se

---

Seguro de Saúde (Obras Sociais, Planos de saúde, hospitais e profissionais farmacêuticos incluindo estabelecimentos e redes de prestadores de estabelecimentos farmacêuticos). Possui regime de autarquia administrativa, econômica e financeira em qualidade de ente de supervisão, fiscalização e controle dos agentes que integram o Sistema Nacional de Seguro de Saúde. Carta Compromisso da SSALUD. p. 6. Disponível em: <[http://www.ssalud.gov.ar/institucion/archivos/carta\\_com.pdf](http://www.ssalud.gov.ar/institucion/archivos/carta_com.pdf)>.

<sup>3</sup> O Instituto Nacional de Serviços sociais para Aposentados e Pensionistas é uma instituição pública, porém não estatal. Criada em 1971, por força da lei N° 19.032 com a finalidade de fornecer a seus filiados de todo o país serviços médicos assistenciais de proteção, recuperação e reabilitação de saúde. Em 1988 incluiu-se maiores de 70 anos que não possuem filiação a nenhuma Obra Social. Em 2009 mudou-se o nome e sigla do instituto para PAMI, nome pelo qual já era conhecido pela população. Porém, agora o nome do instituto passa à *Por uma Argentina Mais Integrada*. Fonte: Instituto Nacional de Serviços Sociais para Aposentados e Pensionistas. Carta Compromisso com El ciudadano. 2012. P. 07. Disponível em: <[http://www.sgp.gov.ar/contenidos/onig/carta\\_compromiso/docs/1ra\\_Carta\\_PAMI.pdf](http://www.sgp.gov.ar/contenidos/onig/carta_compromiso/docs/1ra_Carta_PAMI.pdf)>

insere no cenário econômico mundial. Diante de um panorama de crise inflacionária é lançado em 31 de Outubro do mesmo ano o Decreto N° 2284 de desregulação econômica. “Aprofunda-se a liberdade dos mercados com o objetivo de alcançar a estabilização dos preços e provocar a diminuição daqueles artificialmente elevados”<sup>ix</sup>, sob tal justificativa o decreto desregula o comércio interior, extingue uma série de empresas estatais e entes reguladores e promove uma reforma fiscal, versando sobre vários elementos da economia.

A desregulação econômica impactou o comércio de medicamentos na medida em que possibilitou, a livre instalação de farmácias por pessoas físicas ou jurídicas que reunissem as qualidades para desempenhar atividade (Art. 13). Com a finalidade de aumentar a competência do mercado de medicamentos ou especialidades medicinais catalogadas como de venda livre pela autoridade sanitária ou especialidades medicinais, se dispôs a livre comercialização destes produtos (Art. 14 para medicamentos e Art. 15 para especialidades). Na prática, isso significou que qualquer estabelecimento comercial capaz de acondicionar adequadamente medicamentos possuiria o direito de comercializar estes produtos. Tornou-se livre também a importação de especialidades medicinais de venda livre, que passou a ser liberada para qualquer pessoa física ou jurídica (Art. 16), objetivou-se com isso ampliar a oferta no mercado local, contribuindo para reforçar efeitos favoráveis aos consumidores.

Diante desta situação, a categoria dos profissionais de farmácia organizados na Confederação Farmacêutica Argentina (COFA)<sup>4</sup> relutam sem grande sucesso a progressiva perda de rentabilidade do negócio. Sem a exclusividade na distribuição de medicamentos criou-se um cenário em que uma grande gama de estabelecimentos que praticavam este comércio. A atuação da COFA ao longo de toda a década de 1990, sem resultados significativos, restringiu-se a protestar por meio de seu periódico *Correo Farmaceutico* reivindicando a regulamentação do mercado, das Obras Sociais e planos de saúde e denunciando casos de distribuição de medicamentos falsificados proporcionado pela quebra da cadeia de distribuição, pois além de estabelecimentos comerciais frequentemente ocorria a venda de medicamentos por parte de Obras Sociais, planos de saúde e mesmo nos consultórios médicos.

#### A crise do final da década e uma nova orientação política.

---

<sup>4</sup> A Confederação Farmacêutica Argentina (COFA) é desde 1935 a entidade de representação dos farmacêuticos. Agrupa 24 colégios farmacêuticos provinciais e possui profissionais distribuídos em mais de 10,000 farmácias em todo país. Devido ao modelo corporativo e a administração descentralizada adotada naquele país a COFA ganha maior importância no cenário. Seu destaque é potencializado pela cultura ainda presente na Argentina de tomar o farmacêutico como um profissional apto a fornecer a atenção primária no atendimento a pacientes.

Ao final da década de 1990 a percepção de que as medidas orientadas para o livre mercado, por si só, seriam capazes de garantir um ambiente institucional satisfatório perdem força. Em consequência disto observamos o fortalecimento de medidas que apontam para uma maior presença do estado em políticas sociais a fim de garantir a recuperação das condições de governança, vários países que aplicaram, em maior ou menor escala, as medidas de cunho liberalizante enfrentavam crises que afetavam, sobretudo, o emprego. Na viragem do século a Argentina vive um cenário de recessão econômica, marcado por um brusco aumento inflacionário, depreciação do poder de compra, 53% da população vivendo abaixo da linha de pobreza<sup>x</sup> e taxas de desemprego atingindo a casa dos 18% da população<sup>xi</sup> o que se torna ainda mais grave devido a seu formato corporativo de acesso a saúde, ausência de um sistema universal de acesso à saúde e financiamento de medicamentos.

Em Março de 2002, durante o governo provisório de Eduardo Duhalde (2002 – 2003) é proposto a reformulação dos créditos cedidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) convertendo o Programa de Atenção Primária de Saúde (PROAPS) criado em 1999, em um projeto destinado a garantir acesso gratuito a medicamentos ambulatoriais a população abaixo da linha de pobreza e sem seguridade social. A distribuição destes medicamentos essenciais se fez por meio de farmácias públicas dentro dos Centros de Atenção Primária a Saúde (CAPS), que são os equivalentes dos Postos de Saúde brasileiros. O conteúdo desta política foi delineado pelo Decreto N° 486/02<sup>5</sup> que declara emergência sanitária no território nacional.

Em uma análise superficial esta medida aparentemente teria prejudicado ainda mais os farmacêuticos, pois distribuiria medicamentos gratuitos a população não atendida pelos agentes de seguro saúde diminuindo seu público comprador que viria a ser atendido no chamado Programa Remediar. No entanto, a partir daí a COFA inicia uma campanha para a regulamentação do comércio de medicamentos genéricos e a exclusividade de distribuição por farmácias. O novo Ministério da Saúde da Argentina assumido em 2002 por Gines Gonzales Garcia tomou para si como meta promover o acesso da população a medicamentos essenciais<sup>xii</sup>. Para atender sua meta foi formulada uma política de medicamentos que, além do

---

<sup>5</sup> ARGENTINA. Decreto N° 486. De 13 de Março de 2002. Nele declara-se a emergência sanitária nacional, versa sobre atribuições do Ministério da Saúde, o fornecimento de insumos e medicamentos a instituições públicas de saúde com serviço de internação. Atribuições do Conselho Federal de Saúde (COFESA), monitoramento dos preços e importação, preços de referência, prescrição por genéricos e sua substituição, programa nacional de universalização do acesso a medicamentos (criação e funcionamento) e garantia das prestações básicas essenciais. Disponível em: <<http://www.mecon.gov.ar/digesto/decretos/2002/decreto486.htm>>.

programa Remediar, previa o uso de medicamentos por seu nome genérico, visando promover a competição pelo preço e melhorar a qualidade da prescrição. Para tal, foi criada a obrigatoriedade do prescritor de registrar o nome genérico do medicamento em receita e a habilitação do profissional farmacêutico de para aviar a alternativa comercial eleita pelo paciente para o medicamento prescrito. Esta medida promove uma recuperação de parte da autonomia do consumidor (pois, o mercado de medicamentos visto pela teoria econômica é tomado como um mercado imperfeito, uma vez que o consumidor final tem seu acesso mediado por um profissional da saúde) e devolve ao farmacêutico parte de seu poder na agenda de medicamentos, pois é o profissional capacitado a oferecer alternativas ao remédio de marca.

Em 1995 por força do Decreto 492/95 nasce o Programa Médico Obrigatório (PMO). Intuído a reduzir as discrepâncias entre os serviços prestados pelos diversos agentes de saúde. Desta maneira, o referido decreto determina em seu Artigo 1º que “os beneficiários dos Agentes do Sistema Nacional de Seguro de Saúde terão direito de receber as prestações médico-assistenciais que se estabeleça no programa médico de assistência que será aprovado pelo Ministério da Saúde e Assistência Social através da Secretaria de Saúde e Regulação Sanitária, este programa se denominará Programa Médico Obrigatório e será obrigatório a todos os agentes de seguro saúde”. Pouco a pouco foram inclusos nestes parâmetros básicos os planos de saúde e associações mútuas<sup>xiii</sup>. Em Julho de 2002, no mesmo pacote que instituiu o Remediar, a Superintendência de Serviços de Saúde aprova a resolução 201/02 que define o Programa Médico Obrigatório de Emergência (PMOE) que se integrou ao conjunto de prestações básicas essenciais dos agentes de seguro saúde. Esta medida aumenta a complexidade do sistema de proteção à saúde e produz um efeito prejudicial a demanda de regulação do comércio de medicamentos, uma vez que as Obras Sociais e planos de saúde se tornam responsáveis pelo co-financiamento dos gastos com medicamento de seus filiados com uma contribuição na ordem de 40% do valor do medicamento.

Como consequência desta medida o comércio de medicamentos por parte das Obras Sociais e planos de saúde que firmam cada vez mais acordos com laboratórios e retiram significativamente a mediação do farmacêutico no acesso ao produto. A COFA passa a denunciar casos de remédios receitados sem necessidade por Obras Sociais e supostos acordos com laboratórios clandestinos. Contudo, a distribuição de poderes entre os atores está alterada e o ambiente institucional é favorável à regulamentação das prestações de serviços na área da saúde. Deste modo, a COFA se aproxima das entidades governamentais a fim de intensificar convênios para a distribuição de medicamentos e construir parcerias.

A COFA se esforça em formar uma ampla rede de colaboradores englobando parlamentares, intelectuais ligados aos principais cursos de saúde do país, entidades de representação de categorias e organismos da administração pública. Promove então vários eventos e congressos onde conta com a presença de figuras importantes no cenário nacional como Juan Carlos Biani (Gerente de controle da SSalud), Aldo Neri (ex-ministro da Saúde), Dr. Ricardo Martinez da ANMAT<sup>6</sup> e até mesmo Dr. Ernesto Felício (diretor executivo da CAEMe<sup>7</sup>) que defendem a participação do farmacêutico no circuito de comercialização de medicamentos a fim de garantir a segurança e credibilidade do mercado.

A coalisão sai vencedora em Setembro de 2009 quando a comissão de saúde do senado aprova a Lei N° 26.567 que coloca a farmácia como canal exclusivo de venda de medicamentos, revogando qualquer efeito do Decreto N° 2.284/91 para o comércio de medicamentos. No entanto, grupos ligados ao comércio varejista organizados em torno da União de “Kiosqueros” da República Argentina (UKRA)<sup>8</sup>, obras sociais e planos de saúde buscam manter o comércio do gênero por meio de liminares ou mesmo na prática ilegal.

Por ocasião do XIX Congresso COFA e XIII Congresso da FEFAS<sup>9</sup> ocorrido em Outubro do mesmo ano na cidade de San Juan forma-se um coalizão envolvendo as três principais câmaras farmacêuticas do país a Confederação Farmacêutica Argentina (COFA), Federação Argentina de Câmaras de Farmácias (FACAF)<sup>10</sup> e a Associação de Farmácias Mutuais e Sindicais da República Argentina (AFMySRA)<sup>11</sup>, juntas as câmaras passam a se auto denominar Rede Nacional de Farmácias (RNF).

### Conclusão.

Com base no exposto acerca do comércio de medicamentos na Argentina podemos tomar que as características do sistema de saúde e da cadeia de distribuição de medicamentos na Argentina produziram uma categoria de farmacêuticos com características peculiares,

---

<sup>6</sup> Administração Nacional de Medicamentos, Alimentos e Tecnologia Médica (ANMAT) é um organismo descentralizado da administração pública nacional criado em 1992, o ente equivale a ANVISA Brasileira. Fonte: <[http://www.anmat.gov.ar/webanmat/institucional/que\\_es\\_la\\_ANMAT.asp](http://www.anmat.gov.ar/webanmat/institucional/que_es_la_ANMAT.asp)>.

<sup>7</sup> A Câmara Argentina de Especialidades Médicas (CAEMe) foi fundada em 1925. Representa os grandes laboratórios estrangeiros no país, foca sua atenção na promoção e concentração da propriedade intelectual. Disponível em: <<http://www.caeme.org.ar/nosotros.php>>.

<sup>8</sup> Entidade fundada em 1940 representa pontos de venda de consumo massivo a nível nacional. Está afiliada a Câmara Argentina de Comércio.

<sup>9</sup> Federação Farmacêutica Sul-americana (FEFAS), criada em 1991 é uma organização de representação dos farmacêuticos de nível internacional.

<sup>10</sup> Fundada em 1986 agrupou câmaras farmacêuticas de várias províncias é uma entidade que representa os proprietários de farmácias da Argentina.

<sup>11</sup> Representa as farmácias pertencentes a sindicatos, mutuais, obras sociais e cooperativas.



clamam por regulamentações no mercado, inclusive regulamentações nos preços. Diferente do que ocorre no Brasil, por exemplo, onde esta categoria sempre teve assegurada a exclusividade no comércio.

O esforço do Estado em centralizar a prestação de serviços de saúde é algo notório, embora, em certos momentos comedido para a manutenção da governabilidade. Mas, por uma característica intrínseca do sistema argentino não se alcança êxitos, a forte descentralização e a presença de vários fundos de financiamento da área de saúde produz um ambiente institucional onde abundam pontos de veto que impossibilitam o andamento de políticas centralizadoras. Contudo, fica claro uma mudança de perspectiva nas políticas do setor. Se ao princípio da década de 1990 medidas voltadas para o livre mercado eram entendidas como o caminho para garantir acesso e equilíbrio nos preços, tanto de serviços como de mercadorias essenciais como os medicamentos, ao final da mesma década isso já não ocorre. A partir de meados da década de 1990 criam-se alguns mecanismo de regulamentação entendendo que as medidas liberalizantes não seriam capazes de construir condições de governança e um ambiente institucional satisfatório. O Estado de Bem Estar Social restrito ao modelo corporativista conservador reduzido ainda mais com as políticas de cunho neoliberal do início da década agora ganha pequenos incrementos aqui e ali. Tomamos com exemplo dessa constatação, no que tange a área de saúde, o Programa Médico Obrigatório e mais adiante os Programas Remediar e Programa Médico Obrigatório Emergencial.

---

<sup>i</sup> SWAAN . A. In Care of the State. Cambridge. Polity Press, 1988.

<sup>ii</sup> HACKER, Jacob. The Historical Logico f National Health Insurance; Struture and Sequence in the Development of British, Canadian, and U.S. Medical Policy. Studies in American Political Development. U.S.A. 1998. p. 57 – 59.

<sup>iii</sup> ALBUQUERQUE, Eduardo; CASIOLATO; José. As especificidades do sistema de inovação no sistema de saúde; Uma resenha da literatura como uma introdução a uma discussão sobre o caso brasileiro. FeSBE. Belo Horizonte – M.G. 2000.

<sup>iv</sup> ANDERSEN. Esping. As três Economias Políticas do Welfare State. Revista Lua Nova, n24, setembro de 1991.

<sup>v</sup> MACEIRA, Daniel. Instituciones sanitárias en um país federal: las obras sociales provinciales en contexto. In: Série Seminários Salud e Política Pública - Seminário, 4. Buenos Aires: Centro de Estudios de Estado y Sociedad, 2003.

<sup>vi</sup> MACEIRA, Daniel; CEJAS, Cintia; OLAVIAGA, Sofia. Coodernación y integración: El desafio del sistema de salud argentino. CIPPEC. Documento de Trabajo N° 49. Agosto de 2010. p. 56.

<sup>vii</sup> PIOLA, Sérgio Francisco; CAVALCANTE, Maria de Lourdes. Sistema de saúde da Argentina; Reformas e relações com o setor privado. In: Regulação do setor de saúde nas Américas. As relações entre o público e o privado numa abordagem sistêmica. BISOT Jr, Geraldo; SILVA, Pedro Luiz de Barros; Daín, Sulamis (Org's). Brasília – D.F: Organização Pan-americana de Saúde, 2006. p. 222.

<sup>viii</sup> Federación de Mutuales de lãs Fuerzas Armadas y Seguridad – FE.M.FA.SE. 1997. Disponível em: <<http://www.femfase.com.ar/Textos/Garriga2.pdf>>.

<sup>ix</sup> ARGENTINA. Decreto N° 2.284. De 31 de Outubro de 1991. Desregulação do comércio interior de bens e serviços e do comércio exterior, entes reguladores, reforma fiscal, mercado de capitais, sistema único de seguridade social, negociação coletiva e disposições gerais.

<sup>x</sup> VENTURA, Graciela. RICCHERI, Pilar Rodriguanes. MONSALVO, Maurico. El Programa Remediar; Gestión y Resultados de um Modelo Innovador em APS. Ministério de Salud. Buenos Aires – Argentina. 2006. p. 12. Disponível em: < [http://remediar.gov.ar.pampa.avnam.net/files/Publicacion%20Remediar\\_07s.pdf](http://remediar.gov.ar.pampa.avnam.net/files/Publicacion%20Remediar_07s.pdf)>.

<sup>xi</sup> BERTRANOU, Fábio. M. PAZ, Jorge A. Políticas y Programas de Protección al Desempleo en Argentina. Oficina Internacional Del Trabajo – OIT. 1ª Ed. Buenos Aires. 2007. p. 16. Disponível em: < [http://www.oit.org.ar/WDMS/bib/publ/libros/proteccion\\_desempleo.pdf](http://www.oit.org.ar/WDMS/bib/publ/libros/proteccion_desempleo.pdf)>.

<sup>xii</sup> FORGAS, Rosa Ana Herrera de. Doña Remediar o el sentido de pertenecer. Boletín PROAPS – REMEDIAR. ISSN 1668-2815. Vol. 3. N° 21. Jul. 2006. p. 33. Disponível em: < [http://med.unne.edu.ar/catedras/farmacologia/boletines\\_remediar/boletin21.pdf](http://med.unne.edu.ar/catedras/farmacologia/boletines_remediar/boletin21.pdf)>.

<sup>xiii</sup> Programa Médico Obligatorio; Legislación Nacional Vigente. Secretaria Parlamentaria de La Camara de Diputados de la Nación. Direccion de Informacion Parlamentaria. 2003. P.6. Disponível em: <<http://www1.hcdn.gov.ar/dependencias/dip/documentos/RL.109.05.00-1.pdf>>.

## **José Oiticica segue para Alagoas: análises de um desterro e seus efeitos sobre as “Idéias subversivas”.**

Autor: Aden Assunção Lamounier  
Mestre em História Social pela  
Universidade Estadual de Londrina  
E-mail: [adenlamounier@gmail.com](mailto:adenlamounier@gmail.com)

### **Resumo.**

O presente artigo tem como principal objetivo analisar os reflexos da prisão de José Oiticica após a malfadada insurreição Anarquista no Rio de Janeiro em 1918. Busca-se perceber o impacto de sua prisão e desterro a Alagoas em relação à manutenção de seus ideais anarquistas. Observando as políticas repressivas do Estado referente a este personagem, acredita-se poder também, ao menos em parte, perceber os reflexos dessa política no que concerne à propagação ou retenção da ideologia anarquista no Brasil.

Palavras Chave: José Oiticica, anarquismo, repressão estatal.

### **Abstract.**

#### *Abstract*

*This article aims to analyze the reflexes of the prison of José Oiticica after the unsuccessfully anarchist insurrection in Rio de Janeiro, in 1918. It aims to realize the impact of his imprisonment and exile to Alagoas in relation to the maintenance of his anarchist ideals. Observing the State repressive policies concerning to this character, believed to be possible also, at least in part, to realize its reflexes with respect to the retention or propagation of anarchist ideology in Brazil.*

*Keywords: José Oiticica, anarchism, state repression.*

### **Introdução**

José Oiticica nasceu em 22 de julho de 1882, em Minas Gerais, proveniente da classe-média-alta. Coursou a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e a Faculdade de Medicina, que não foi concluída. Em 1906, fundou, com auxílio de sua prima e esposa Francisca Bulhões, o colégio Latino-americano, mas que, por dificuldades financeiras, fechou suas portas dois anos depois. Nele procurou aplicar suas perspectivas filosóficas, que ainda traziam alguns rasgos das ideologias republicanas. Era ainda um Oiticica patriota, mesmo liberal, que defendia a adoção da livre iniciativa e a necessidade de um caráter empreendedor para o povo brasileiro. Preocupado com a questão social, Oiticica então acreditava que os problemas advinham dos sistemas normativos das instituições educacionais, que acabavam por limitar a

capacidade competitiva e a capacitação técnica dos brasileiros (os quais seriam o caminho para emancipação do povo e da nação).<sup>1</sup>

Segundo Alexandre Samis, foi em uma conversa informal sobre a política nacional, as quais Oiticica mantinha com frequência com seu primo Ildefonso Falcão, jornalista, escritor e professor, que, expondo suas idéias, começou a ter contato com leituras anarquistas. Seu primo, ao ouvir o ponto de vista de José Oiticica sobre a sociedade, teria afirmado que aquilo eram teorias anarquistas<sup>2</sup> Naquele mesmo ano, em 1912, em um artigo intitulado *Francisco Ferrer e a Humanidade nova*, publicado no periódico *A Lanterna* José Oiticica declarou, pela primeira vez, ser anarquista.<sup>3</sup>

Em 1916, Oiticica, após várias tentativas em outros concursos públicos, conseguiu ser aprovado para o cargo de professor de Português do Colégio D. Pedro II, onde lecionou por 35 anos, até ser aposentado aos 70 anos de idade. Teve como apoio para aprovação neste concurso a intervenção do diretor do colégio, o monarquista Carlos de Laet. A sua avaliação foi bastante conturbada devido ao peso de seus antecedentes como anarquista e também por refutar teses de alguns de seus examinadores. Foi preso novamente em 1924, ficando detido até o ano de 1925. Entre os anos de 1929 e 1930 morou na Alemanha, lecionando na Universidade de Hamburgo. Voltou ao Brasil obrigado pelo governo de Getúlio, sob ameaças de que caso não retornasse perderia a Cadeira de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II<sup>4</sup>. Preso mais algumas vezes pela polícia de Vargas, incentivou a reativação da Liga Anticlerical e foi grão-mestre da *Fraternidade Rosa Cruz*, combateu e criou polêmicas com outros intelectuais, comunistas e representantes do Estado, e ainda buscou reativar o movimento anarquista carioca, tendo como veículo de divulgação o periódico *Ação Direta*, após o fim do Estado Novo.

Segundo Sheldon Leslie Maran, Oiticica, diferentemente de outros anarquistas que seguiram a corrente ideológica Russa pós revolucionária, ajudou, juntamente com Edgard Leuenroth que atuava em São Paulo, a sustentar por muitos anos um pequeno grupo de anarquistas brasileiros<sup>5</sup>. Foi um grande polemista, dedicado à causa anarquista, doutrinário, dirigente, líder, militante, publicou livros, artigos, dirigiu jornais referentes à temática social, ministrou cursos que visavam à emancipação do homem a partir do saber e organizou peças teatrais, defendendo a teoria anarquista até o final de sua vida.

Segundo boa parte dos que estudam a trajetória de Oiticica, como Edgar Rodrigues, Roberto das Neves, Alexandre Samis, Arnoni Prado, entre outros, este militante foi um

intelectual e anarquista doutrinário brasileiro que participou ativamente das lutas operárias ocorridas no país na Primeira República, atuando especialmente no Rio de Janeiro. É reconhecido também por ser um indivíduo de cultura vastíssima, tendo conhecimento em diversas áreas como Direito, Medicina, Filologia, Ciências Humanas além de dominar vários idiomas (latim e grego clássicos, francês, inglês, alemão, espanhol, italiano, russo e esperanto) sendo considerado, por intelectuais como Cândido Jucá Filho, um dos maiores linguistas, fonetistas e filólogos do Brasil. Nas palavras de Samis, “apaixonado pelas letras e movido pela sua ideologia, alcançou renome internacional e foi mesmo, para alguns governos, um perigoso subversivo”<sup>6</sup>.

Se não para todos os presidentes daquele contexto, ao menos para Delfim Moreira, José Oiticica foi mesmo um “perigoso subversivo”. Ao tentar concretizar o imaginário anarquista no que tange à revolução social, seguindo sua ideologia, buscou subverter a ordem vigente participando da organização do levante insurrecional anarquista do Rio de Janeiro, em 1918. Esta, malogrou devido à traição de um de seus membros que delatou o plano dos anarquistas na noite anterior à movimentação. Ao ser acusado de “líder” do levante teve como punição o desterro para o Estado de Alagoas. Após sua volta ao Rio de Janeiro, no ano de 1919, continuou militando nas causas operárias e anarquistas, escrevendo artigos para jornais, peças teatrais de cunho político, publicando livros referentes à divulgação da teoria e também sobre estudos de filologia.

A prisão e desterro deste militante àcrata serão observadas de maneira especial. Pretende-se, dentro do possível, analisar os reflexos da repressão estatal causados em Oiticica e em suas teorias anarquistas, buscando assim, perceber se ele teve diminuída sua ânsia pela destruição do sistema capitalista e implantação da sociedade anarco-comunista ou, ao contrário, tornou-se ainda mais combativo. Para tanto, é de igual importância, analisar o período em que Oiticica esteve em Alagoas, se as relações pessoais iniciadas naquela terra seriam frutíferas às suas teorias, se ele encontrou ali mais um campo de divulgação para as ideias ácratas e como esta deportação pode ter influenciado seu anarquismo. Pensando assim na questão territorial, busca-se, também, de uma forma sintetizada, observar os reflexos da política de desterro em relação à manutenção da ordem vigente.

### **Reflexos dos mecanismos de controle estatais nos ideais de José Oiticica**

O próprio José Oiticica já em 1919, logo após voltar de seu desterro em Alagoas, ao ser

entrevistado pela reportagem da revista *Gil Blas* e perguntado se a solução para os problemas sociais seria resolvido com uma Revolução Russa, afirma:

A Revolução Russa não será a solução de todos os problemas; será no entanto, o “caminho” para a solução definitiva. [...] A Revolução Russa não é, bem certo, o anarquismo, nem o seu regime é a anarquia. Seus decretos, entretanto, são de natureza anárquica e acharam o terreno para o advento do comunismo puro. [...] Mas a felicidade tão sonhada, só virá com a definitiva organização anárquica.<sup>7</sup>

A partir de tal entrevista, levando em que conta que foi cedida no mesmo ano de seu retorno ao Rio de Janeiro, pode-se perceber que as medidas repressivas tomadas pelo Estado, como desterrar as pessoas que causavam incômodo à ordem nacional, assim como as prisões com o seu tratamento sub-humano, visando impedir os militantes das causas operárias e sociais de propagarem idéias que poderiam colocar em risco a supremacia do capitalismo e também a estabilidade estatal no caso de José Oiticica, não surtiram efeitos. Pelo contrário, a prisão e desterro não conseguiu arrefecer o sentimento combativo de Oiticica. Tal sentimento parece ser comum no meio da militância operária e das questões sociais. Ao voltar de prisões, desterros e deportações, os que compõem estas frentes de luta parecem encontrar novos ânimos para enfrentar a batalha contra o capital.<sup>8</sup>

A construção da imagem do homem que não se abala, mesmo tendo sofrido as injustas penalidades do Estado, acaba por lembrar as imagens de heróis que nunca desistem de lutar pela justiça. Logo, o militante que luta e resiste, mesmo com todas as adversidades impostas pelo governo, passa a ser visto também como um herói. Tal mitificação da figura do militante serve de inspiração para que a luta contra o capital sempre permaneça<sup>9</sup>.

Possivelmente, influenciado por este sentimento de heroísmo externado a partir da necessidade da continuação da luta, e, tentando demonstrar a ineficácia das leis repressivas como forma de resolução da causa social, ao comentar sobre suas prisões, Oiticica escreveu que,

Não posso me queixar de minhas prisões. Sempre acabaram sendo úteis. Dessa vez aproveitei os meses de férias forçadas para uma revisão séria de meus estudos de fonética. [...]. Das autoridades só não tenho queixa pelo tempo que me deram em prisão. Em 1937, como lhe disse, pude voltar a estudar fonética depois de mais de 15 anos sem tempo para isso. Em 1925 valeu também: mandaram-me para a Ilha Rasa, depois para Ilha das Flores e mais tarde para a do Bom Jesus, senti não ter ido para Trindade porque assim completava logo meu conhecimento das prisões de Bernardes<sup>10</sup>.

Ao falar ironicamente das formas repressivas do Estado, Oiticica possivelmente tentava mostrar que sua teoria e suas ideias eram maiores do que as instituições prisionais mantidas pelo Estado e pela sociedade capitalista.

Adhemar Lourenço da Silva Junior, citando Raoul Girardet, ao falar da criação de “Heróis Operários”, afirma que “a mitificação das condutas de determinados personagens tende a dissociá-los do tempo cronológico, de forma a produzir relatos que tem, ou deveriam ter, sempre força no presente”<sup>11</sup>. Assim, os sofrimentos causados pelas leis do Estado passam a ser usados como um incentivo à continuação da luta, portanto, revigoram o inconformismo contra o capitalismo, ao contrário de o arrefecer. Oiticica apresenta este sentimento em seu poema intitulado *A Prisão*:

As grandes provações tornam as causas grandes!  
Nada sofro! Meu sonho há de ser sempre o que é.  
Do alto do meu Sinai fito areias e landes  
E prossigo a buscar Canaan, como Josué

Tenho orgulho, alma sã, das espadas que brandes!  
Vieram todas de heróis que morreram de pé;  
E hoje, em prol do teu povo, entre o Atlântico e os Andes.  
Melhor refulgirão, núncias da tua fé.

Bendita esta prisão que anima eu surto,  
Faz desta Via-Sacra o caminho mais curto  
E enfeita a minha cruz ao toque dos clarins!

Bendita a provação que me ergue aos superiores,  
Justifica o meu ato, unge os meus dissabores,  
E afirma, em toda a Terra, a glória dos meus fins<sup>12</sup>.

Desta forma, José Oiticica afirma que continuará sua luta, que nem a mais dura das prisões conseguirá interromper sua “Via-Sacra” para a emancipação do homem e nem as mais duras medidas repressivas conseguirão suplantar suas teorias anarquistas. É possível notar novamente aqui a construção do herói operário que, segundo Isabel Bilhão, tem como requisito indispensável a defesa e manutenção de sua honra, logo “a exposição pública de seus atributos de honradez: sua coragem, desprendimento material, honestidade e combatividade, tornam-no digno de ser um modelo a ser seguido por todos os trabalhadores”<sup>13</sup>. Esta exposição pública de atributos pode ser notada mais uma vez em um poema sem título de Oiticica, escrito durante o período em que esteve preso no Rio de Janeiro, esperando seu julgamento pela tentativa do levante, em 1918:

Irmãos, eu vos saúdo! [ilegível] presos,  
Ameaçados, malditos, seu futuro,  
Temos, em nossos braços indefesos  
Azas de anjos e tendões de palinuro

Estes focos azuis em nós acesos,  
\_\_Luz da grande Cidade que procuro  
Hão de arder ante os sátrapas [ilegível]sorpêsos  
Criando pôr Lei o que hoje é sonho puro

\_\_Guerreiros da Anarquia\_ os sofrimentos  
São, para nós, auréola e honra sublime,  
E mais nos honram quanto mais violentos

Tenhamos por bemvindas nossas dores;  
Que a dor aos homens justos não oprime  
E torna-os mais, superiores.<sup>14</sup>

As palavras de Oiticica incentivando a continuação da luta vêm mais uma vez enquadrar-se na analogia de criação da imagem de herói, pois, como afirma Silva Júnior, “O herói operário não é o que faz uma única coisa, mas que, a cada dia, coloca uma pedra a mais na construção de um status para sua pessoa [...]. Isso parece constituir o que há de comum entre todos os modelos de herói operário: demonstrar o compromisso ao longo de toda uma vida, inclusive velhice”<sup>15</sup>. No poema, ele tenta incentivar a continuação da batalha contra o capital logo após ter sofrido uma derrota para o Estado, e durante toda sua vida, ele continua afirmando sua luta em prol da anarquia. A exemplo disso, temos o relançamento do periódico anarquista *Ação Direta*, 1946, do qual Oiticica foi diretor até o ano de sua morte, em 1957.

Parece mesmo que Oiticica não se deu por vencido com sua primeira condenação, pois residindo em Alagoas ele conheceu e estreitou relações de amizade com Otávio Brandão que, com a profunda admiração já existente, devido a leituras de artigos de nosso personagem, conheceu-o pessoalmente em palestras que José Oiticica teria realizado aos pescadores da região<sup>16</sup>. Brandão pediu que o anarquista escrevesse a introdução de seu livro denominado *Canais e Lagoas*. Nesta obra, após pesquisa pelo Estado de Alagoas, Brandão buscou indicar as riquezas naturais daquele Estado<sup>17</sup>.

José Oiticica seguiu trabalhando ao lado de Brandão, que, influenciado pelo professor, também se declarou anarquista. Durante o período em que esteve em Alagoas, Oiticica seguiu divulgando a idéia anarquista entre os ribeirinhos que lá residiam. Seu desterro acabou, dessa forma, ampliando o território de divulgação de suas teorias ácratas. A medida que certamente visava “calar” Oiticica e assim exterminar com a “sedição” promovida pelo anarquista, acabou por se tornar frutífero à teoria ácrata. Conforme Silvia Petersen, cruzando assim as fronteiras estaduais. Escreve a autora:

Circunstâncias, tais como as perseguições e deportações ou a própria dinâmica



da vida daqueles personagens que eram um misto de agitadores-pedagogos-animadores culturais ou ainda as características profissionais de algumas categorias, determinam uma intensa mobilidade destes sujeitos sociais através de diferentes locais do país<sup>18</sup>.

Dessa forma, divulgavam, propagavam e também entrevam em contato com novas idéias.

A parceria com Brandão renderia a volta de Oiticica ao Rio de Janeiro. Após a polícia local descobrir uma tentativa de “complô maximalista” achou por bem recomendar que José Oiticica fosse aceito novamente à Capital Federal, mesmo ele ainda não tendo participado efetivamente de nenhuma reunião do “complô”, como afirma o periódico paulistano *A Plebe*,

O camarada José Oiticica não tinha tomado até então parte em nenhuma reunião dos anarquistas alagoanos, mas nem por isso deixou de aparecer nos noticiários dos jornais da terra. No bolso de um operário a polícia encontrou uma carta firmada por ele e dirigida a Octavio Brandão, recomendando a este que prosseguisse na campanha em prol do ideal anarquista<sup>19</sup>

Sua amizade, entretanto, teria fim quando o alagoano passou a defender os ideais socialistas baseados nos preceitos instituídos pelo governo revolucionário russo.

Em maio de 1919, José Oiticica desembarcou no porto da Guarda Costeira do Rio de Janeiro, juntamente com sua família, e dessa cidade só se ausentaria nos períodos de novas prisões e quando ministrou um curso na Alemanha. Oiticica continuou militando, atuando, divulgando as ideias ácratas até sua morte no ano de 1957, mesmo após a corrente ter perdido sua grande influência dentro do movimento operário. A partir da noção de ampliação do território de luta, da transposição das fronteiras tão importantes à manutenção do imaginário e do ideário anarquista, da política de desterro implementada pelo Estado, já aqui apresentadas, propõe-se uma última reflexão. Em relação às condições dominantes, teria o Estado conseguido manter a ordem vigente com sua política repressiva? Mesmo esta tendo como efeito colateral a expansão das ideias anarquistas e valorização dos militantes a partir da personificação do herói?

### **Reflexos territoriais do Conflito: manutenção de condições dominantes e exclusão dos agentes revolucionários**

O levante no Rio de Janeiro em 1918, que tem como um dos principais organizadores José Oiticica, nos permite entender um processo, pautado na intenção insurrecional anarquista, que, a partir de práticas sociais relacionadas à luta de classes, visava uma ocupação territorial específica tanto física quanto política da então Capital Federal. Este

processo conduziria, conseqüentemente, a transformações radicais no sistema social vigente – a derrubada anarquista do Estado capitalista. Consistiria numa reconfiguração de valores que lembra a ideia de produção e reprodução espacial a partir de práticas sociais determinadas, tratada por David Harvey<sup>20</sup>.

Mais do que transformação, a mudança radical de valores resultaria na criação de um novo território, com novos significados, imbuídos de simbolismos relacionados a uma ideologia de gestão alternativa às estruturas já estabelecidas.

A intervenção militar, impedindo a concretização da ideologia ácrata, presente no imaginário do operariado, conforme as proposições de Oiticica, Astrojildo e demais militantes da “sublime teoria”, resultou em duas condições concernentes ao território disputado. Por um lado o esgotamento da greve, com o desmantelamento organizacional da insurreição, garantiu a manutenção do território político-espacial dominante. Sem atendimento algum às reivindicações, os trabalhadores voltaram às mesmas fábricas, ao mesmo regime de trabalho, regido sob o mesmo sistema contra o qual reclamavam. Por outro, a prisão de Oiticica e dos insurrectos considerados co-autores do levante, anulou a participação destes agentes, ao menos por determinado período, no território sobre o qual tentaram intervir. Desterros e deportações, bem como a manutenção do regime trabalhista configuraram o domínio das práticas e estruturas já estabelecidas sobre a possibilidade de consolidação de novos significados.

### **Considerações Finais**

Acredito que, ao iniciar um estudo, o historiador possivelmente parte de um fato concreto ou conhecido, neste caso, a prisão de José Oiticica por participar da organização da insurreição anarquista no Rio de Janeiro em 1918, para, assim, efetuar análises de como se construiu tal acontecimento e, também, quais foram seus reflexos. Dessa forma, ele já imagina o final e, portanto, a conclusão de sua pesquisa não seguiria por um viés surpreendente, ou inédito. São análises abordadas e/ou os aspectos que ele elegeu como dignos de análises em tal fato que se tornam relevantes em seu trabalho.

No caso do historiador biógrafo, quase sempre seu objeto de pesquisa já é conhecido, já se sabe a história de vida do personagem a ser biografado, mesmo que a este ainda não tenha sido reservado algum lugar de destaque dentro da historiografia. O que quero dizer é que, geralmente, tanto o historiador quanto o biógrafo já têm alguma noção do

ponto final de sua pesquisa, ou do objeto pesquisado. Assim, a novidade em seu trabalho seria a possibilidade de novas análises, elaboradas por ele, e/ou o desenvolvimento de um novo ponto de visto sobre determinadas questões ou fontes.

A prisão e desterro de José Oiticica já são conhecidos na historiografia operária brasileira. Outros autores já reservaram algumas linhas ou obras, analisando principalmente sua participação naquele movimento insurrecional anarquista. Entretanto, procurou-se aqui observar os percursos, os itinerários, os reflexos das leis estatais sobre o personagem que acabaram por possibilitar a continuidade de sua “caminhada” dentro do movimento do operário e também dentro do anarquismo no Brasil. Para tanto, me ampararei nas novas discussões sobre análises biográficas, por pensar que, seguindo seus preceitos, seria possível concluir tal empreitada, visto que a trajetória de um homem não é composta por um percurso linear, direcionado, mas sim por relações, situações, possibilidades, que vão construindo sua trajetória e sua história.

## NOTAS

- <sup>1</sup> SAMIS, Alexandre. “Presenças Indômitas: José Oiticica e Domingos Passos”. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Arão. *As Formações das Tradições 1889-1945*. Col. História da Esquerda, vol. 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 90.
- <sup>2</sup> SAMIS, Alexandre. “Presenças Indômitas: José Oiticica e Domingos Passos”. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Arão. *As Formações das Tradições 1889-1945*. Col. História da Esquerda, vol. 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 98.
- <sup>3</sup> LAMOUNIER, A. A. *José Oiticica: itinerários de um militante anarquista, 1912-1919*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Londrina, ano 2011, p.35
- <sup>4</sup> VARGAS, Maria Tereza. *Sônia Oiticica: uma atriz rodiguiniana?* Coleção Aplausos, Imprensa Oficial, São Paulo, 2005, p.29.
- <sup>5</sup> MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro: 1890-1920*, Trad: José Eduardo Ribeiro Moretzsohn, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.86.
- <sup>6</sup> SAMIS, Alexandre. “Presenças Indômitas: José Oiticica e Domingos Passos”. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Arão. *As Formações das Tradições 1889-1945*. Col. História da Esquerda, vol. 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 92.
- <sup>7</sup> OITICICA, José. “O momento Social”. *Gil Blas*, 05/ junh/ 1919, p.10.
- <sup>8</sup> BILHÃO, Isabel. “Herói nacional e herói operário: análise comparativa de suas construções históricas”. In: *Métis: História & Cultura*, Caxias do Sul, Revista de História da Universidade de Caxias do Sul, v.1, n.2, jul-dez, 2002, p.283.
- <sup>9</sup> LAMOUNIER, A. A. *José Oiticica: itinerários de um militante anarquista, 1912-1919*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Londrina, ano 2011, p.128
- <sup>10</sup> CAMARINA, Mario. “Confissões de um anarquista Emérito”. *Revista O Cruzeiro*, 23/05/1953, Ano XXV, N.32, p.29.
- <sup>11</sup> SILVA JUNIOR, Adhemar Lourenço da. “O herói no movimento operário”. In: OTERO, Loiva; ELMIR, Claudio. *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 1998, p.116.
- <sup>12</sup> OITICICA, José.: *Sonetos (1911-1918)*, Maceió, Linotypia da Casa Ramalho, 1919, p.181.
- <sup>13</sup> BILHÃO, Isabel. “Herói nacional e herói operário: análise comparativa de suas construções históricas”. In: *Métis: História & Cultura*, Caxias do Sul, Revista de História da Universidade de Caxias do Sul, v.1, n.2, jul-dez, 2002, p.283.
- <sup>14</sup> OITICICA, José. Poema sem título escrito no período em que se encontrava preso no Rio de Janeiro em novembro de 1918, o qual pode ser encontrado no Arquivo Astrojildo Pereira 1890-1965, ASMOB-Milano- Archivo Del Movimento Operário Brasileiro. UNESP, São Paulo.
- <sup>15</sup> SILVA JUNIOR, Adhemar Lourenço da. “O herói no movimento operário”. In: OTERO, Loiva; ELMIR, Claudio. *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998, p.132.
- <sup>16</sup> RODRIGUES, E. *Os libertários*. Rio de Janeiro: VJR, 1993, p.42.
- <sup>17</sup> DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e Comunistas no Brasil: 1900-1933*, PARREIRAS, C. (trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p.71.
- <sup>18</sup> PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. “Cruzando Fronteiras: As Pesquisas Regionais e a História Operária Brasileira”. Porto Alegre, *Anos 90*, N.3, junho 1995 p. 135.
- <sup>19</sup> A PLEBE, em: LAURIS JUNIOR, Renato Luis, *José Oiticica: reflexões e vivências de um anarquista*. Dissertação de Mestrado em História. UNESP-Assis, 2009, p.12.
- <sup>20</sup> HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1994, p.54.

## **Medicina e religião: a criminalização do espiritismo como uma ameaça à saúde pública na Primeira República**

**Adriana Gomes**

**(Doutoranda – UERJ)**

**Resumo:** No Código Penal Brasileiro de 1890 o espiritismo foi criminalizado, sobretudo as suas práticas relacionadas à 'arte de curar'. Os cidadãos espíritas ficaram vulneráveis à punição nos artigos 156/157/158 da norma penal no tocante aos crimes contra a saúde pública. Em 1904 a criminalização foi intensificada com a criação do Regulamento Sanitário na Capital Federal, através do médico sanitário Oswaldo Cruz, que também coibia as práticas espíritas de cura. Nesse contexto, sentindo-se coagido pelas autoridades policiais o 'caixeiro' Francisco Nogueira solicitou à justiça a concessão de um *habeas corpus* preventivo por cerceamento do direito à liberdade religiosa e de consciência.

**Palavras-chaves:** Espiritismo – Medicina – Crime

**Abstract:** The Brazilian Penal Code, 1890 spiritualism was criminalized, especially related to their 'art of healing' practices. Spiritualists citizens were vulnerable to punishment in Articles 156/157/158 of penal norm with regard to crimes against public health. In 1904 the criminalization was intensified with the creation of the Federal Capital Health Regulations, through the sanitary doctor Oswaldo Cruz, who also thus preventing the spiritualist healing practices. In this context, feeling coerced by the police the Francisco Nogueira asked the justice to grant a writ of *habeas corpus* for preventive restriction of the right to religious freedom and conscience.

**Keywords:** Spiritualism - Medicine - Crime

O presente artigo pretende discutir a criminalização do espiritismo no Código Penal de 1890 e no Regulamento Sanitário de 1904. A sua ilegalidade foi motivada pelos problemas sanitários e de saúde pública pelos quais algumas cidades brasileiras foram submetidas, sobretudo a capital federal. Alguns espíritas por meio de práticas, ditas religiosas, sugestionavam a cura de doenças.

A norma penal do país no seu livro dos crimes contra a tranquilidade pública, inserido no capítulo dos crimes contra a saúde pública em seu artigo 156 proibiu o exercício ilegal da medicina sem a habilitação profissional. No artigo 157 proibiu a prática do espiritismo que pudesse despertar sentimentos de ódio ou amor e inculcar a cura de enfermidades curáveis ou incuráveis que pudessem subjugar a boa fé alheia. E no artigo 158 ficou estabelecida a

proibição de prescrição de receitas médicas aos não habilitados a exercerem medicina, pois a ideia de mando e ordem das receitas pelos não habilitados poderia comprometer o indivíduo na sua fisiologia e nas suas faculdades psíquicas<sup>1</sup>.

Dessa forma, os artigos penais supracitados poderiam levar cidadãos espíritas aos tribunais de justiça, pois a prática de realizar a ‘arte de curar’ era frequentemente encontrada nesse universo religioso. Os praticantes do espiritismo poderiam exercer o que se denominou curandeirismo, por praticarem ilegalmente a medicina por meio de intervenções mediúnicas de supostos médicos já falecidos. Os espíritas podiam ser triplamente qualificados: exercer a medicina sem ter a habilitação exigida, no artigo 156; praticar o espiritismo, no artigo 157; e prescrever medicamentos homeopáticos ou de outra ordem, praticando o curandeirismo, no artigo 158.

O Código Penal de 1890 veio ao encontro do que os médicos desejavam: somente eles teriam a competência de exercer a arte de curar. A atuação na área da saúde deveria ser exercida somente pelos habilitados por meio do ensino superior. Como a identidade de grupo dos habilitados na área de medicina já estava consolidada, os médicos haviam conseguido a proteção legal que exigiam desde o império. Em troca ao combate do curandeirismo realizado pelo Estado, eles ofereciam os seus préstimos na luta pela disciplinarização social”<sup>2</sup>.

A política voltada para a saúde pública também estabeleceu critérios de civilidade e atuava como instrumento de controle da vida social ao estabelecer padrões mínimos de higienização e saneamento para a cidade e a população. O pensamento médico passou a estar associado à modernidade. O argumento político voltado para a saúde pública contribuiu para direcionar a atuação governamental na capital federal. A salubridade da cidade se tornou a única autoridade capaz de dar contornos civilizados à capital.<sup>3</sup>

As práticas terapêuticas populares como a benzedura, garrafadas, banhos de ervas, uso de amuletos, entre outros, que mesclavam elementos culturais diversos da formação da sociedade brasileira deixavam de ser aceitas pelas autoridades do país e tinham, também, que deixar de ser acreditadas e aceitas pela população, mesmo que à força. Crer e fazer uso dessas práticas era ilegal, atrasado e irracional. O processo de urbanização e a valorização de novos saberes autenticavam a civilidade do país. Sob esse prisma, não poderia ser colocado no mesmo patamar um médico diplomado com um curandeiro e espírita curador, pois estes foram considerados antissociais e fomentadores da desordem pública.

A inserção do espiritismo como um crime contra a tranquilidade pública, o distinguia de outros crimes por considerar a parte lesada o ‘público’. Ele foi enquadrado como um crime contra a fé pública e com consequências, também, públicas. Diferente dos crimes contra a

pessoa, como no caso do homicídio, da injúria, das perseguições por crenças políticas e religiosas. Ou contra a propriedade, como o estelionato e o roubo. Assim como dos crimes contra as instituições – família, moralidade e casamento – como são os estupros, os adultérios e a poligamia. O espiritismo foi definido como um crime individual com consequências coletivas, como são os casos de incêndios provocados, atentados aos meios de transporte, alterações de medicamentos, falsificação de comestíveis, entre outros.<sup>4</sup>

Dessa maneira, esses crimes individuais mencionados com consequências coletivas, incluindo o espiritismo, aproximavam-se das contravenções. Estas eram definidas como uma prática perigosa pelas consequências imensuráveis que poderiam conferir à sociedade.<sup>5</sup>

A referência ao espiritismo no artigo 157 do Código Penal partiu de uma interpretação que relacionou os seus procedimentos como sendo mágicos, sem legitimidade social para que fosse considerada uma práxis da confissão religiosa. No limiar da república brasileira se compreendia como confissão religiosa o que não promovesse desordem e indisciplina no espaço público, se assim transcorresse não poderia ser categorizado como uma prática religiosa.

Assim sendo, o combate à feitiçaria e ao curandeirismo fazia parte de um projeto republicano de manutenção da ordem pública. Sobretudo, porque a maior parte da sociedade civil do novo regime instaurado no Estado era composta por africanos, afro-brasileiros, mestiços, ameríndios, imigrantes de diversas origens, que precisavam, no olhar do Estado, serem submetidos à normatização das leis e da moralidade, na qual a religião se incluía.

A jurisprudência brasileira, auxiliada pelas autoridades policiais, devassou os hábitos da população com o intuito de conhecer, classificar, disciplinar e tipificar que atitudes eram criminais ou não. Se “esquadrinhou os espaços públicos e os privados”<sup>6</sup>.

O Decreto 119-A, que estabeleceu a liberdade religiosa no início da Primeira República, provocou mais um confronto entre o Estado e a Igreja Católica em torno dos privilégios que esta usufruía no império e deixaria de usufruir na República, do que uma discussão sistemática a respeito. A confissão religiosa protestante, que já possuía representatividade no Império foi a que conseguiu a inserção nesse espaço público com mais êxito, sobretudo por meio da educação. No entanto, encontrou obstáculos<sup>7</sup> na ‘quase-laicidade’<sup>8</sup> do Estado brasileiro.

Para se discernir o que era religioso e legal do que era mágico e ilegal, ocorreu um intenso debate no âmbito jurídico ao longo da Primeira República. Às confissões religiosas não-católicas couberam o ônus de demonstrar ao Estado brasileiro que eram religiões, portanto, livres para professarem a sua fé. Já as religiões mediúnicas tiveram que demonstrar

*sub judice* que não eram uma ameaça à saúde e à ordem pública, ainda que apresentassem alguns procedimentos que, no caso do espiritismo, suscitassem a cura através de passes ou de prescrições de receitas homeopáticas ou de outra ordem por um médium “inspirado pelo ‘espírito’ de um médico já falecido”<sup>9</sup>. E nos cultos afro-brasileiros, demonstrar que as danças e os batuques eram manifestações de cunho religioso e não de desordem pública.<sup>10</sup>

Para o movimento espírita o desafio era continuar a prática de assistência aos necessitados, muitos exercendo a ‘arte de curar’, sem que fosse interpretado como uma insubordinação e um ato de desafio para a manutenção da ordem pública.

Contudo, em 1903, a ilegalidade dos praticantes do espiritismo ganhou uma dimensão mais agravante com a criação do Regulamento Sanitário. A política de fiscalização e o ímpeto à punição tornaram-se mais agressivos e invasivos aos cidadãos espíritas cariocas. O médico sanitarista Oswaldo Cruz elaborou um projeto de lei que foi aprovado em 8 de março de 1904, cujo objetivo era reorganizar o serviço sanitário do país – o Decreto 5156.

O Decreto 5156 regulamentava que a Diretoria Geral de Saúde Pública passaria a ter como atribuição tudo o que, na capital, fosse relativo à polícia sanitária, inclusive a higiene nos domicílios. Já para a profilaxia e para o combate às doenças infecciosas foi criado o Juízo dos Feitos da Saúde Pública. A atuação do Juízo seria na repressão ágil à falta de higiene e, também, às irregularidades nos assuntos referentes à salubridade pública.<sup>11</sup>

A cidade do Rio de Janeiro ficaria dividida em dez distritos sanitários e cada um deles teria uma delegacia de saúde. Os inspetores sanitários estariam subordinados aos delegados de saúde, que seriam auxiliados por seis ou sete médicos, vários inspetores sanitários e acadêmicos de medicina. Os inspetores sanitários, de acordo com o referido decreto, seriam os profissionais que teriam contato direto com a população. Eles atenderiam às reclamações, receberiam as notificações de doenças e efetuariam as vacinas. Além disso, fiscalizariam a salubridade de construções, inclusive agindo em casos de ilegalidade no exercício da medicina, a qual algumas práticas espíritas foram enquadradas como crime. O decreto regulamentava nos artigos 250, 251 e 252 as exigências legais para exercer a arte de curar e, mais uma vez, enfatizava a ilegalidade do espiritismo pelo exercício na cura de moléstias, sobretudo nos artigos 250 e 251<sup>12</sup>.

Aos inspetores sanitários coube a tarefa de fiscalizar o exercício ilegal da medicina e condenar os saberes considerados ilegítimos para o exercício das práticas médicas. Era o combate ao curandeirismo. Entre esses saberes tidos como ilegítimos e passíveis de punição estaria o espiritismo, conforme sinalizado no artigo 251 do Decreto 5156 e, também, no artigo 157 do Código Penal de 1890.



As infrações cometidas contra o Regulamento Sanitário, que era de competência de fiscalização do Inspetor Sanitário, iam do desacato à ordem de demolições ou interdições de construções, passando para a improbidade de gêneros alimentícios comercializados para o consumo até a prática ilegal da medicina. Essas infrações foram regulamentadas pela justiça sanitária através do Decreto 5224 que foi aprovado em maio de 1904.

O regulamento jurídico sanitário, Decreto 5224, estabelecia que as irregularidades sanitárias fossem identificadas, sobretudo, através de denúncias. A partir destas, que os inspetores sanitários iriam ao local da transgressão e lavriam os autos da infração com duas testemunhas. Esses autos, por sua vez, já seriam indicativos de plena prova contra as irregularidades encontradas, sem que fosse necessário que os funcionários que nele figurassem, viessem confirmar em juízo. A parte contrária teria o direito de ilidir a fé, apresentando provas. O procurador dos feitos da saúde pública poderia apresentar até três testemunhas de acusação. O autuado seria intimado pelo juiz, que num prazo de 24 horas deveria pagar a multa pertinente ou apresentar a sua defesa, a fim de requerer as diligências legais. Na audiência, dando início ao processo, o escrivão faria a leitura do auto de infração e, se o infrator estivesse presente ou representado por um procurador, as testemunhas de acusação e de defesa dariam os seus depoimentos, respectivamente. As testemunhas de defesa, também, seriam compostas por no máximo três pessoas. Após esses trâmites, segundo o regulamento jurídico sanitário, o procurador dos feitos da saúde pública reuniria as alegações escritas e o juiz daria a sua conclusão.<sup>13</sup>

De acordo com Giumbelli<sup>14</sup>, o principal objetivo do Decreto 5224 era atribuir ao inspetor sanitário autonomia para punir as infrações sanitárias com mais agilidade. Os números das testemunhas arroladas deveriam ser menores do que ocorriam corriqueiramente nas autuações. Além disso, os prazos para as tramitações dos processos deveriam ser num tempo bem mais abreviado. Situação que na prática não ocorria.

A necessidade de sanear a cidade e ‘civilizar’ a população justificava “a montagem de uma estrutura administrativa e executiva extremamente disciplinadora”<sup>15</sup>.

Isto posto, a cultura política autoritária se fez presente nas ações governamentais na Primeira República ao longo da implementação do projeto civilizatório, sobretudo na capital federal.

Ao mencionar o autoritarismo como um dos elementos formadores das culturas políticas brasileiras, proporciona a compreensão e assimilação mais proeminente das motivações que conduziram os atos dos governantes do regime republicano brasileiro em face

ao projeto civilizatório da capital federal e na criminalização do espiritismo em meio a um processo de secularização do Estado brasileiro.

A cultura política autoritária do Brasil é resultante de um processo sensível de interiorização de ideias e na adoção de comportamentos políticos convenientes, que permaneceram desde o período colonial. A sua emergência no projeto civilizatório, foi a partir de uma visão comum criada ao longo da história do país.

O autoritarismo, enquanto cultura política é uma visão partilhada, “uma leitura comum do passado”, que corroboram para a expressão de normas e valores compartilhados na sociedade brasileira. O pressuposto teórico de cultura política autoritária se fundamenta nas argumentações de Serge Bernstein <sup>16</sup>(1998, p. 349-363). Ele compreendeu como cultura política, os comportamentos políticos de uma determinada sociedade, no decorrer da história. Esse comportamento seria resultante de experiências vividas ao longo dos anos, por várias gerações, que podem ser identificados nos discursos, nos argumentos, nos gestos, nos comportamentos, entre outros aspectos, num processo de construção na dinâmica de uma sociedade.

Partindo desse pressuposto, a cidadania no Rio de Janeiro era outorgada pelo Estado e restringia brutalmente através de ações autoritárias a noção de espaço público no exercício dessa cidadania. Aqueles considerados indesejáveis deveriam ser excluídos dos meios de circulação da capital federal.

As mudanças vislumbradas para o país foram implementadas para o bônus de alguns, mas com o ônus para grande parcela da população da cidade do Rio de Janeiro, formada por mestiços, afro-brasileiros, desfavorecidos de uma forma geral e àqueles que não se inseriam de alguma maneira às normas ‘civilizatórias’ preconcebidas, como os espíritas. Estes agentes sociais tiveram que se enquadrar, mesmo com resistência, a um projeto imposto, unilateral, que não contemplava com a devida importância a história cultura da capital.

Numa cidade cerceadora de liberdades, como o Rio de Janeiro, só teria direito à cidadania quem participasse, isto é, defendesse as reformas implementadas pelo governo em nome do progresso do próprio Brasil. Qualquer comportamento fora da liberdade consentida pelo poder político, seria passível de ser considerada uma prática de desordem pública. Os agentes sociais que não se enquadrassem as normatizações impostas estariam, portanto, fora do projeto civilizatório. E ficariam sujeitos a enfrentar as sanções legais impostas pelo governo, por desrespeitarem a ordem estipulada.

E por desrespeitarem a ordem pública estipulada, que cidadãos espíritas tiveram os seus direitos cerceados no Código Penal de 1890 e no Regulamento Sanitário. Eles estariam

praticando, segundo as autoridades políticas, policiais e médicas, uma faceta da construção do que juridicamente se denominou charlatanismo, por exercerem ilegalmente a medicina através de intervenções mediúnicas.

Nesse contexto que em novembro de 1909, o cidadão Francisco Nogueira da Silva<sup>17</sup> solicitou à justiça a concessão de um *habeas corpus* preventivo. A motivação ao pedido foi fundamentada no cerceamento do direito à liberdade, tendo em vista que o impetrante se sentia perseguido pelas autoridades policiais e, portanto, ficava vulnerável a ser enquadrado nos artigos 156, 157 e 158 do Código Penal de 1890.

A proposta do pedido de *habeas corpus* era postular junto à justiça que os direitos do cidadão Francisco Nogueira fossem reconhecidos e amparados por lei antes que ocorresse a ação da polícia. Ele vislumbrava ficar salvaguardado de qualquer arbitrariedade por dispor da proteção legal necessária.

Francisco Nogueira da Silva trabalhava numa casa comercial exercendo a função de “caixeiro”. Em juízo, três testemunhas tiveram que atestar a veracidade de sua ocupação profissional: os senhores Oscar Machado, Damasceno Baptista e Raul de Azevedo. Os testemunhos, nesse caso, contribuiriam para a defesa construir as argumentações de que o Francisco Nogueira não era um curandeiro e que não exercia a arte de curar como meio de aquisição de recursos para a sua subsistência ou para enriquecimento ilícito.

O advogado Alípio Leal utilizou como principal argumentação para granjear o *habeas corpus* preventivo, a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade e à segurança individual. Para tanto, buscou legitimação na Constituição Federal de 1891 que garantia a liberdade de crença. Procurou enfatizar as antinomias nas normas jurídicas do país: norma penal e a Carta Magna.

Ao longo de toda a petição o advogado reafirmava que Francisco Nogueira da Silva professava o espiritismo como fé religiosa. Não houve tentativas no discurso de escamotear ou negar a religiosidade do solicitante. Porém, Alípio Leal reincidentemente afirmava que o espiritismo professado por seu cliente era o “pregado pelo Allan Kardec”. Possivelmente, para dar maior credibilidade às suas argumentações, sobretudo pela identificação do espiritismo kardequiano com o considerado “espiritismo entre os sinceros”, como fora qualificado pelo jornalista e cronista João do Rio.<sup>18</sup>

Para isentar as suspeitas que poderiam recair ao Francisco Nogueira pelo exercício da arte de curar, o advogado Alípio Leal fez questão de pontuar que o culto que ele realizava era de cunho religioso e proferido em dias de descanso do trabalho. Dentro da permissividade

garantida pela Constituição: as diversas confissões religiosas poderiam exercer pública e livremente o culto da sua fé.

Não obstante, apesar de não estar infringindo as leis constitucionais do país, o caixeiro se via em iminente perigo de sofrer violência e ser coagido por policiais. Segundo ele, a perseguição havia iniciado quando confessou a sua fé no espiritismo. A sua iniciativa em divulgar a sua opção religiosa teria motivado a ação dos policiais, que já teriam praticado o uso abusivo do poder ao rodearem a sua casa em busca de provas para que o caixeiro fosse autuado como curandeiro por exercer ilegalmente a medicina.

Com um discurso que ressaltou a coação e a perseguição das autoridades policiais, sem justificativa a não ser a religiosa, o advogado Alípio Leal justificou o seu pedido de *habeas corpus* preventivo ao Francisco Nogueira da Silva.

A perseguição, segundo o advogado, infringia a liberdade religiosa concedida na Constituição Federal de 1891 no artigo 72 § 3. Francisco Nogueira da Silva não usufruía a liberdade para realizar sessões espíritas em sua residência sem que se sentisse ameaçado de prisão.

Com o intuito de alicerçar solidamente o seu pedido de *habeas corpus* preventivo junto aos ideais da modernidade, Alípio Leal exaltou que os magistrados formavam um órgão de força vital para a sociedade, cuja função seria promover a divulgação da justiça e possibilitar o acesso ao Direito a todos, pois ao magistrado havia sido outorgada a missão de colocar as “peças de mecanismo social” em seu eixo. Para tanto, eles teriam o compromisso de preservar o direito de consciência de cada cidadão.

Nos documentos inclusos ao pedido de *habeas corpus*, foi certificado pelo escrivão vitalício da 4ª Vara Criminal, o Sr. José Accioly Cavalcante de Albuquerque, o teor do processo crime em que a Justiça Pública acusava o Francisco Nogueira da Silva nos artigos 156 e 158 do Código Penal.

De acordo com o José de Accioly, nos autos não foram verificados os elementos que pudessem incriminar o caixeiro no artigo 158 do Código Penal, pois Francisco Nogueira da Silva não prescrevia receitas médicas, como compreendem os lexicógrafos, que seria determinar por escrito sob a implicação da ideia de mando. Nessa medida, como a prática não era adotada pelo caixeiro, ele não exerceria o ofício de curandeiro como preconizava o artigo do Código Penal. O escrivão ainda reiterou que Francisco Nogueira da Silva não prescrevia receitas porque além de não ser curandeiro, também não recebia proventos desse meio para a sua subsistência.

No entanto, não foi negado o fato do Francisco Nogueira realizar consultas através do sugestionamento às pessoas de como deveriam proceder para obterem a cura. A arte de curar realizada pelo caixeiro era através de benzedura sem nenhum tipo de remuneração. Dessa forma, o discurso era articulado para que a sua atitude não fosse compreendida como uma infração a lei. Além disso, foi argumentado que o artigo 158 dizia que se verificasse a existência de um dano potencial ou real causado à saúde de alguém para ser indiciado no crime contra a saúde pública. Nesse caso, também, ele não se inseria, pois não havia ocorrido queixa de pessoa alguma junto aos órgãos competentes.

Em 30 de dezembro de 1909, o juiz Edmundo de Almeida Rego concedeu o *habeas corpus* preventivo ao Francisco Nogueira da Silva. Ele compreendeu que o caixeiro era constrangido pela polícia local no exercício do seu culto religioso, ao ponto de já tê-lo intimado a comparecer na delegacia para prestar esclarecimentos. Esse fato, de acordo com o juiz, demonstrava o cerceamento da liberdade do Francisco Nogueira no exercício de suas atividades religiosas. As vigílias à sua casa com o intuito de coletar provas de transgressão da lei infringiria a liberdade individual do cidadão. Dessa forma, a outorga do *habeas Corpus* preventivo foi legitimado pela Constituição Federal no seu artigo 72 § 22, que prescreve a sua concessão em caso de iminente perigo de sofrer violência e por coação ilegal e no exercício de abuso de poder.

O juiz considerou que o Pacto Federal garantia o direito de reunião e de liberdade de consciência. Assim sendo, o caixeiro que praticava o espiritismo em horas de folga do trabalho, sem remuneração e sem prescrever receitas médicas, não se inseria em nenhum dos delitos contra a saúde pública. Quaisquer constrangimentos impetrados pelas autoridades policiais foram considerados injustos e improcedentes.

No pedido de *habeas corpus* preventivo impetrado ficou identificado, nos ditos e não ditos dos discursos, que o caixeiro Francisco Nogueira da Silva exercia a arte de curar, porém as curas por ele realizadas não se inseriam, na interpretação do advogado, nas qualificações criminais dos artigos 156 e 158 do Código Penal. O juiz não considerou a benzedura como uma prática do exercício da arte de curar. Afinal, ‘benzedura’ não estava classificada no artigo 156 como uma das situações que pudessem ser qualificadas para o enquadramento de um cidadão criminalmente.

Nesse pedido de *habeas corpus*, ficou isenta de ser analisada a inserção do caixeiro no artigo 157 do Código Penal. Publicamente o Francisco Nogueira da Silva era um espírita e se legitimava na liberdade religiosa concedida na Constituição de 1891. No entanto, buscou a

aceitação de sua opção religiosa fundamentando-se na maior aceitabilidade social do espiritismo de Allan Kardec.

Esse discurso sinalizou que as motivações que o fizeram pedir o *habeas corpus* preventivo foi o exercício ilegal da medicina e a prescrição de receitas médicas. Essa preocupação, possivelmente, possa ter ocorrido pelo receio de ser inserido, também, nos artigos 250 e 251 do Regulamento Sanitário, que o tornaria mais vulnerável a responder um processo criminal. Mesmo com possíveis defesas fundamentadas e articuladas por um advogado, o desgaste com os trâmites seria muito maior, como ocorria nos inúmeros processos criminais com semelhantes motivações.<sup>19</sup>

Além disso, o pedido de *habeas corpus* evidenciou a apropriação consciente dos direitos do cidadão à liberdade individual e de consciência, com uma percepção notória de que a lei o ampararia. A concessão do pedido foi obtida dezenove anos após a criação do Código Penal, portanto, tempo considerável para a ocorrência de arbitrariedades policiais e discussões ocorridas nos processos criminais, onde as práticas espíritas da ‘mediunidade’ e da ‘psicografia’ foram intensamente debatidas como sendo ritos religiosos.

Dessa forma, protegidos pela Constituição de 1891 do Brasil, que concedia aos cidadãos o direito à liberdade religiosa e de consciência foi sendo engendrado um arcabouço de argumentações construídas ao longo dos anos para que se pudesse desconstruir as leituras dos artigos e antever a aplicabilidade da legislação penal mesmo, de certa maneira, com o impetrante a infringindo.

### Notas

---

<sup>1</sup> COLEÇÃO DAS LEIS DO BRASIL.

<sup>2</sup> SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. *Os sortilégios de Saberes: curandeiros e juízes nos tribunais brasileiros* (1900-1990). São Paulo: IBCCRIM, 2004, p. 75.

<sup>3</sup> RODRIGUES, Antônio Edmilson. História da Urbanização no Rio de Janeiro: a cidade capital do século XX no Brasil. In: CARNEIRO, Sandra de Sá; SANT’ANNA, Maria Josefina Gabriel (Org.). *Cidade: olhares e trajetórias*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p. 97.

<sup>4</sup> GIUMBELLI, Emerson. O cuidado dos mortos: uma história da condenação e legitimação do espiritismo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p. 81.

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> MONTERO, Paula. Religião, Pluralismo e Esfera Pública no Brasil. *Revista Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, 2006, p. 51.

<sup>7</sup> Júlio de Andrade Ferreira em *História da Igreja Presbiteriana no Brasil*, p. 64-70, relatou diversos casos de intolerância aos protestantes presbiterianos após a secularização do Estado Republicano. Segundo o autor, diversos templos foram invadidos e apedrejados, bíblias protestantes foram incineradas, além de ataques pessoais sofridos por pastores que, de forma geral, tornaram-se crimes sem punição do Estado. Além desses casos, Pedro Tarsier em *História das Perseguições Religiosas no Brasil*, p. 85-93, também relatou diversos eventos. Um dos casos citados por ambos os autores supracitados, foi o episódio ocorrido a um reverendo da Igreja Metodista, Sr. Justus H. Nelson. Ele ficou preso cerca de um mês por “desrespeitar” uma procissão católica que passava pelas ruas num dia de *Corpus Christi*, pelo fato de ter se recusado a tirar o seu chapéu enquanto o cortejo católico acontecia.

<sup>8</sup> Catroga compreendeu como ‘quase laicidade’ o distanciamento entre o discurso e a prática no processo de laicização do Brasil. A proposta de um Estado neutro, com relação à liberdade de culto ficou absorvida da realidade mesmo para as religiões que juridicamente eram isonômicas à católica. O Estado republicano não rompeu de fato com a Igreja Católica.

<sup>9</sup> GIUMBELLI, idem, p. 287.

<sup>10</sup> MONTERO, idem, p. 52.

<sup>11</sup> GIUMBELLI, idem, p. 134.

<sup>12</sup> Art. 250. Só é permitido o exercício da arte de curar, em qualquer de seus ramos e por qualquer de suas formas;

I. As pessoas que se mostrarem habilitadas por título conferido pelas Faculdades de Medicina da República dos Estados Unidos do Brasil;

II. As que, sendo graduadas por Escolas ou Universidades estrangeiras oficialmente reconhecidas, se habilitarem perante as ditas Faculdades, na forma dos respectivos estatutos;

III. As que, tendo sido ou sendo professores de Universidade ou Escola estrangeira oficialmente reconhecida, requererem licença à Diretoria Geral de Saúde Pública para o exercício da profissão, a qual lhes poderá ser concedida se apresentarem documentos comprobatórios da qualidade aludida, devidamente certificados pelo agente diplomático da República, ou, na falta deste, pelo cônsul brasileiro;

IV. As que, sendo graduadas por Escola ou Universidade estrangeira oficialmente reconhecida, provarem que são autores de obras importantes de medicina, cirurgia ou farmacologia e requererem a necessária licença à Diretoria Geral de Saúde Pública, que a poderá conceder, ouvida a Faculdade de Medicina e de Farmácia do Rio de Janeiro.

§ 1º As disposições deste artigo serão também aplicadas às pessoas que se propuserem a exercer as profissões de farmacêutico, de dentista e de parteira.

§ 2º A pessoa que exercer a profissão médica em qualquer de seus ramos, a de farmacêutico, de dentista ou de parteira, sem título legal, incorrerá nas penas do art. 156 do Código Penal.

Art. 251. Os médicos, farmacêuticos, dentistas e parteiras que cometerem repetidos erros de ofício serão privados do exercício da profissão, por um a seis meses, além das penalidades em que puderem incidir no art. 297 do Código Penal.

Parágrafo único. Os que praticarem o espiritismo, a magia, ou anunciarem a cura de moléstias incuráveis, incorrerão nas penas do art. 157 do Código Penal, além da privação do exercício da profissão por tempo igual ao da condenação, se forem médicos, farmacêuticos, dentistas ou parteiras (Coleção de Leis do Brasil).

<sup>13</sup> COLEÇÃO DE LEIS DO BRASIL.

<sup>14</sup> GIUMBELLI, Idem, p. 135-136.

<sup>15</sup> Idem, p. 137.

<sup>16</sup> BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). Para uma história cultural. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

<sup>17</sup> Localização: III – 191, 7; 3, nº 18 – Juízo da 4ª Vara Criminal, Biblioteca Nacional.

<sup>18</sup> Em seu livro *Religiões do Rio*, João do Rio dedicou um capítulo ao espiritismo Kardequiano, que intitulou de *Espiritismo entre os sinceros*, em que expôs as suas impressões pela religião após visita à sede da Federação Espírita Brasileira no Rio de Janeiro. No mesmo livro ao referir-se aos cultos afro-brasileiros, o autor denominou o capítulo de *Os Exploradores*.

<sup>19</sup> Para uma compreensão dos processos criminais que envolveram os artigos 156, 157 e 158 do Código Penal de 1890, ler: GOMES, Adriana. *Entre a fé e a ilegalidade: a atuação da Federação Espírita Brasileira diante dos processos criminais que envolveram cidadãos espíritas no Rio de Janeiro (1891-1905)*. Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro (1891-1905).

"Para não repetir o passado": singularidades memorialísticas de Emiliano José.

Adriano Batista Paixão do Lago\*

RESUMO:

Este trabalho busca analisar a produção memorialística do escritor e jornalista Emiliano José sobre a Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985), destacando as singularidades presentes na sua obra. Frisamos ainda que para esta análise estaremos atentos na relação entre história e memória tratando esta última como fonte para a história. Destacamos ainda Emiliano como “porta-voz” de uma parcela da esquerda baiana que atuou na oposição ao Regime civil-militar na Bahia, investigando quais as perspectivas dele ao escrever suas memórias.

ABSTRACT:

This paper seeks to analyze the production of memoirs of writer and journalist José Emiliano on the Brazilian Civil-Military Dictatorship (1964-1985), highlighting the singularities present in his work. Yet we stress that this analysis will be attentive to the relationship between history and memory by treating the latter as a source for the story. We also highlight Emiliano as "spokesman" of a portion of the left Bahia who acted in opposition to civil-military regime in Bahia, investigating which prospects him to write his memoirs.

---

\* Mestrando em História Regional e Local pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) sob a orientação da Prof. Dr<sup>a</sup> Priscila Gomes Correa. Bolsista CAPES.  
E-mail: [adrianobpl@hotmail.com](mailto:adrianobpl@hotmail.com)



Completados 50 anos do Golpe Civil-Militar de 1964 é interessante perceber que existem visões e versões diferenciadas do que foram os acontecimentos que ocorreram entre os anos de 1964 e 1985 e que marcaram enormemente a constituição da complexa e problemática modernidade brasileira.

É perceptível no âmbito cultural e político do Brasil que os acontecimentos que dizem respeito ao regime civil-militar serviram de inspiração para a escrita de diversas e conflitantes memórias, que apresentam visões polissêmicas sobre os fatos ocorridos e que põe de um lado os ex-militantes e do outro os militares, ambos insistindo estarem realizando uma narrativa ‘verdadeira’ sobre os fatos ocorridos.

A argentina Beatriz Sarlo ao analisar o que chama de “cultura de memória” no contexto pós-ditadura em seu país aponta que nos diferentes países da América Latina ocorrem um *boom* memorialístico no pós-ditadura onde diferentes discursos sobre o passado buscam se transformarem na “verdade” sobre o período em questão, fator que torna imprescindível a análise dessas memórias, ainda que possa parecer insensibilidade a análise de memórias traumáticas como por exemplo a lembrança daqueles que foram torturados ou que tiveram “companheiros” mortos.

No caso brasileiro, especificamente, essas diferentes visões e versões do golpe configuram a já célebre “Guerra de Memória”, que consiste no confronto entre as memórias de militares e a de ex-militantes de esquerda sobre a ditadura civil-militar através principalmente da publicação de livros onde são veiculadas essas memórias, que começam a ser publicadas no final dos anos 70.<sup>1</sup>

Situação digna de ser destacada é que os memorialistas iniciam sua atividade narrativa com o intuito de revelarem o que se passou no período, destacando desde a orquestração do golpe militar até as torturas sofridas nos “porões da ditadura”.

MARTINS FILHO (2003) destaca que num primeiro momento (processo de abertura política iniciada pelo governo Geisel, 1974-1979) são os ex-militantes quem procuram manter viva a memórias dos anos 60 e 70, afirmando que a maior parte dos oficiais ouvidos no imediato pós-ditadura gostariam que algumas situações fossem esquecidas sob a inspiração da Lei da Anistia (1979) que anistiou tanto os militantes quanto os militares que cometeram crimes políticos entre os anos de 1961 e 1979, e que serviria, portanto, para a superação dos traumas ocorridos durante o regime civil-militar.

Os militares, por sua vez, afirmam que por ter sido derrotada nas armas a esquerda buscou através da narração de suas memórias pelo menos vencer a batalha no campo das letras, situação considerada por estes como inoportuna, já que a Anistia concedida pelo Governo Militar zerava as contas entre os militantes e militares que deveriam olhar para os acontecimentos posteriores a 1964 como algo já superado, como uma página virada.

É necessário destacar que a distensão “lenta, gradual e segura” do regime civil-militar por volta dos anos 70 é quem permite a eclosão das memórias de militantes de esquerda que vêm então surgir a partir do processo de abertura a oportunidade de continuar a luta política pelo final da ditadura em outro terreno, o das ideias.

MARTINS FILHO ainda destaca que “a memória da esquerda não se construiu apenas com recordações militantes”<sup>2</sup> pois a estas se juntaram obras de perfil mais analítico, historiográfico, que apesar de escritas por ex-militantes, procuram analisar a ditadura como um fenômeno onde estão demarcadas situações singulares de autoritarismo e oposição civil desencadeadas pelo golpe de 1964, sendo Jacob Gorender ex-integrante do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e também do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) com o seu “*Combate nas Trevas*” (1987) e Daniel Aarão Reis Filho, ex-militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro(MR-8) e o seu “*Imagens da Revolução: Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971*” (1985), ambos historiadores, exemplos significativos desta tendência.

É no contexto dessa “guerra” que analisamos a produção memorialística de Emiliano José da Silva Filho, um ex-militante da esquerda que narra as suas experiências e também a experiência de um grupo, especificamente na Bahia, que desenvolvia estratégias de oposição ao regime civil-militar, destacando ao longo de páginas de livros memorialísticos aspectos da repressão da ditadura na Bahia, bem como relatos de torturas e atividades da oposição neste estado.

Emiliano José ao escrever suas memórias sobre a ditadura civil-militar na Bahia afirma que muitas pessoas ficavam surpreendidas ao descobrirem que os acontecimentos narrados por ele tinham acontecido neste Estado ao que ele afirma “para

eles, era como se a ditadura não tivesse existido no Estado. E existiu. Brutal, violenta, como em qualquer outro canto do país.”<sup>3</sup>

Nesse sentido, analisando a ideia do memorialista e confrontando-a com a historiografia, percebemos que a investigação de aspectos referentes a ditadura civil-militar brasileira até pouco tempo não tratava a Bahia como um espaço onde pudesse ter ocorrido embates significativos entre o Estado e a oposição. Até mesmo a historiografia até pouco tempo atrás considerava a Bahia como “área de recuo”

“Nesses estudos, diferentemente do que ocorre com estados como o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, a Bahia não é mencionada como um local relevante na oposição ao regime ditatorial, ou é, em geral, de forma breve, em circunstâncias específicas, como por exemplo, na abordagem da morte de Carlos Lamarca, ocorrida no interior do estado. Nas entrevistas com alguns ex-militantes das organizações armadas pesquisadas, constatamos uma tendência a destacar, explicitamente, a Bahia como área de recuo.”<sup>4</sup>

Contudo, a Bahia apresenta várias especificidades no que se refere ao período focalizado, pois para além de cada espaço regional apresentar suas peculiaridades que os fazem vivenciar situações políticas de forma singulares, algo perceptível na análise da historiografia sobre a ditadura civil-militar e seus reflexos na Bahia é que os últimos trabalhos vem dando conta de aspectos até então desconhecidos como a atuação de grupos armados na cidade de Salvador (principalmente VAR-PALMARES, MR-8 e PCBR) e também sobre a militância estudantil dos estudantes baianos especialmente no ano de 1968.<sup>5</sup>

Por tudo isso é que destacamos que a Bahia vem recebendo novos olhares sobre o período da ditadura civil-militar e nossa análise segue essa trajetória apontando para a produção memorialística de Emiliano José da Silva Filho, ex-militante da AP que apesar de nascido em São Paulo vive no Estado da Bahia desde o início da década de 1970, onde constrói grande parte de sua trajetória política e profissional.

Destacamos a figura de Emiliano como representativa de uma parcela da esquerda baiana no que diz respeito à construção de uma versão do passado que é veiculada através de suas memórias por entender que a memória é algo (que num primeiro momento, apesar de parecer individual, do sujeito que rememora), com um

caráter coletivo e social, como já demonstrara o sociólogo Maurice Halbwachs na sua obra pioneira sobre o estudo da memória *A Memória Coletiva* (1950).

Halbwachs destaca que nossas lembranças permanecem coletivas mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos e é justamente esta afirmação que assegura a posição do memorialista Emiliano José como representante de um grupo, pois em grande parte das situações narradas ele não era *testemunha* presente, ele tem acesso as histórias só depois delas terem se dado, por intermédio de terceiros. Apesar de partir em determinados momentos, de suas lembranças pessoais, Emiliano busca retratar, segundo suas próprias palavras a “experiência dos prisioneiros políticos da Galeria F, um conjunto de vinte celas da Penitenciária Lemos de Brito, nos anos 70”<sup>6</sup>, onde ficavam encarcerados os presos políticos na cidade de Salvador, experiências que não se circunscrevem somente à prisão, ele narra o antes, o que levou as pessoas a prisão por exemplo.

Enfim, é partindo dos pressupostos acima destacados que pensamos em trabalhar as memórias de Emiliano José (representativas de um grupo social), atentos a constatação de que

Lembrar o passado e escrever sobre ele não mais parecem as atividades inocentes que outrora se julgava que fossem. Nem as memórias nem as histórias parecem mais ser objetivas. Nos dois casos, os historiadores aprendem a levar em conta a seleção consciente ou inconsciente, a interpretação e a distorção. Nos dois casos, passam a ver o processo de seleção, interpretação e distorção como condicionado, ou pelo menos influenciado, por grupos sociais. Não é obra de indivíduos isolados. (BURKE, 2000: p. 70)

E constatado essa seletividade da memória, trabalhamos a mesma como fonte para a história sem deixar de lado a sua característica de fenômeno psíquico de reconstrução do passado, no presente, sujeita a motivações.

Destacamos que a memória e a história aparecem como pólos opostos na atividade de rememoração pois

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento,

inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que já não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente, a história, uma representação do passado.<sup>7</sup>

Sabemos que a história do tempo presente é, sem dúvida, o lugar mais visível e privilegiado para a análise do embate entre história e memória e que no Brasil é possível dizer que parte significativa dos estudos sobre o tempo presente tem como marco inaugural o golpe de 1964 e seus desdobramentos. E esta tradição auxilia no tratamento desta operação afetiva e atual que é a memória.

### **Emiliano José e a autobiografia**

Emiliano José da Silva Filho nasceu em 05 de fevereiro de 1945 na cidade de Jacareí, no estado de São Paulo. Filho de Emiliano José da Silva e de Maria Aparecida Barbosa da Silva desde a sua juventude é ligado a militância política. O memorialista chegou a ocupar o cargo de vice-presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), no biênio 1968-1969, sendo que é justamente esta posição que chamará a atenção das autoridades militares e fará Emiliano se deslocar para a Bahia.

Durante o período acima destacado Emiliano ligava-se ao grupo Ação Popular (AP), organização originada dos movimentos sociais católicos, bastante ligado ao movimento estudantil e que endossava a proposta de luta armada.

Emiliano chega à Bahia em janeiro do ano de 1970 com a identidade fria na qual utilizava o nome de Pedro Luiz Vian, e nesse estado é preso no dia 23 do mesmo ano por suspeita de participação na AP. Sobre esse episódio o memorialista revela

Em 1970, a ditadura estava a toda. Era o pós-AI-5. Era Médici. Era o terror. Os generais se julgavam donos da vida e da morte. Em outubro, Theodomiro e Paulo Pontes haviam sido presos. No dia 23 de novembro, seria a minha vez. Uma das pessoas que estavam reunidas comigo na praia da Ribeira, em Salvador, já havia sido identificada, pela polícia da repressão, que nos seguia. Quando a reunião acabou, e eu já na rua subia o primeiro degrau do ônibus, fui agarrado violentamente. Consegui escapar, mas terminei dominado logo adiante por uma equipe de homens da Polícia Federal, nas proximidades do Mercado Modelo, sem camisa e ensangüentado. Havia apanhado um bocado.<sup>8</sup>

Após a prisão Emiliano foi levado para o Quartel do Barbalho, também em Salvador, onde foi interrogado e torturado durante dois dias.

Da prisão Emiliano só sairá no ano de 1974 sob o regime de liberdade condicional e essa experiência de quatro anos detido servirá de base para uma série de livros memorialísticos de cunho autobiográfico nos quais Emiliano buscará narrar as memórias tanto do pré-golpe como dos anos em que vigorou o regime civil-militar na Bahia.

A série de livros intituladas *Galeria F – Lembranças do Mar Cinzento*, já está no quarto volume e conta com um certo tom autobiográfico memórias da resistência à ditadura na Bahia construindo em alguns momentos perfis de militantes que atuaram na resistência ao regime.

É necessário dizer que a Galeria F era uma galeria na Penitenciária Lemos de Brito, na cidade de Salvador, onde ficavam detidos os prisioneiros políticos. Emiliano, portanto, dá o nome a quatro de seus livros de Galeria F, segundo ele mesmo porque começou a escrever a partir de sua “própria experiência de prisão e tortura, imaginando que na sequência passaria logo a contar a vida coletiva na Galeria F”.<sup>9</sup>

A obra ainda apresenta um subtítulo que é *Lembranças do Mar Cinzento* (todas elas recebem o mesmo subtítulo) sobre o qual o autor diz

*Lembranças do Mar Cinzento*, que completa o título, não encontra muita explicação. Surgiu numa inspiração súbita, talvez motivada pelo cinza que cobria a Penitenciária Lemos de Brito e que também cobria nossos corpos, envolvidos por uma farda acinzentada, com uma listra branca no peito. As grades eram cinzas, o mundo dali de dentro parecia todo cinza, um mar cinzento, em oposição, talvez, à beleza infinita do mar, da profusão de cores dos oceanos.<sup>10</sup>

Apesar de parecer contra-senso o memorialista afirma que “ir para a Penitenciária Lemos de Brito naquele momento foi uma felicidade para mim.”<sup>11</sup> Pois quando um preso era julgado na conjuntura da ditadura civil-militar isso podia representar o reconhecimento daquela pessoa por parte do Estado, o que dificultaria um possível assassinato.

Além disso o memorialista explica que

Quando chegávamos à Galeria F, já havíamos passado pela fase da tortura. E era sempre bom chegar lá. Saíamos da violência e do isolamento, de

pouca ou nenhuma convivência com companheiros, para outro, onde era possível viver uma experiência coletiva e humana.<sup>12</sup>

E o autor reforça essa ideia da Galeria F como um lugar de certa esperança em meio a tristeza, que não era somente sua, mas também de seus companheiros quando estes eram presos e torturados. A Galeria a partir de certo momento começou a representar um espaço de convivência harmoniosa novamente após a experiência traumática da tortura.

A administração – a nossa administração – envolvia não só o controle dos recursos como também as comissões de esporte, de limpeza e de cozinha. Conseguimos, por exemplo, eliminar os ratos da galeria. E as celas era um primor de higiene. Tínhamos vários grupos de estudo. Foi, insista-se, um espaço de intensa atividade, uma rica e complexa convivência democrática.<sup>13</sup>

Enfim, a Galeria F é um caso de um “lugar de memória” que Emiliano trata de maneira bastante simbólica<sup>14</sup> e que terá significância para todos os presos políticos como espaço de convivência onde a maioria das personagens desta coletânea de Emiliano ficaram detidas.

Emiliano além de escrever a coletânea de quatro volumes *Galeria F* publicou também mais três livros onde o tema principal é a Ditadura, sendo estes: *Lamarca: O Capitão da Guerrilha*, publicado em 1980 junto com o jornalista Oldack de Miranda no contexto da distensão política do Governo Geisel (1974-1989), quando a situação política já permitia a revelação de alguns episódios considerados “históricos”; *Carlos Marighella: o inimigo número um da ditadura militar* (2004) e *As asas invisíveis do padre Renzo: uma história singela de amor e dor nos tempos da ditadura brasileira* (2002) todas estas tendo a peculiaridade de serem obras de cunho biográfico onde o escritor traçara o perfil destes três homens que, cada um de maneira peculiar, estabeleceram-se em frentes opostas ao regime.

Além das obras citadas o autor publicou “*Narciso no fundo das Galés*” (1992) onde realiza uma coletânea de artigos e “*Imprensa e poder, ligações perigosas*” (1995) livro onde reflete sobre a área onde o memorialista trabalhou grande parte de sua vida, o jornalismo.

Emiliano, aliás, tinha a fama de ser o “redator da prisão”, pois segundo a sua própria narrativa

Entre 1970 e 1971, foi difícil. As conversas entre os presos políticos se limitavam ao momento do banho de sol, duas vezes por semana, com duas horas de duração. Ou então dependurados nas grades superiores e utilizando o código de sinais dos surdos-mudos. Ainda assim, driblávamos a vigilância. Eu, neste meio tempo, fui o redator solitário do *Jornal de Notícias*, informativo escrito à mão, em meia folha de papel ofício, que resultado da compilação diária do noticiário ouvido num transistor trazido clandestinamente para dentro da prisão, chegava aos demais prisioneiros às 19 horas, pelo orifício da rede elétrica de cada cela.<sup>15</sup>

Existe no memorialista a ideia de que ele narra não somente para as pessoas se lembrarem, mas sim para as pessoas aprenderem com o passado, numa concepção que se assemelharia a noção da história como mestra da vida (*magistrae vitae*) onde o escritor “é capaz de emprestar um sentido de imortalidade à história como instrução para a vida, de modo a tornar perene o seu valioso conteúdo da experiência.”

Emiliano afirma que

Ninguém imagina ser agradável tratar dos crimes da ditadura. Mas isso é uma tarefa que não se pode deixar de lado. Faça-a com disciplina e serenidade. Temos de fazê-la não por qualquer atitude de estar preso ao passado, mas como parte de uma convicção de que aquele passado não pode se repetir. Foi uma época de barbárie, fomos transformados numa terra sem lei, governados por foras da lei, por facínoras e torturadores que se acreditavam senhores da vida e da morte. Passo a passo, vamos revelando o que foi aquela época de terror e de sombras, e revelando-a, vamos dando consciência às novas gerações, e creio que até mesmo a parte das antigas gerações, de que ditadura nunca, nunca mais.<sup>16</sup>

E essa concepção é recorrente nos escritos de Emiliano. Em outro ponto de sua obra mais recente, *Galeria F: lembranças do Mar Cinzento: quarta parte* (2012) ele pontua que “as dores do mundo não devem ser esquecidas. Muitas delas, para que não se repitam. Como os assassinatos cometidos pela ditadura. Os desaparecimentos forçados de pessoas, jamais vistas. Ditadura nunca mais.”<sup>17</sup>

Essa frase, “Ditadura nunca mais” será uma máxima repetida pelo memorialista ao longo de sua obra e aparecerá irmanada com a ideia de que é possível aprender a partir da história, dos erros cometidos no passado e que a lembrança não é uma tarefa que busque essencialmente a punição dos torturadores ainda hoje, é também isso, mas constitui também atitude que demonstra “lealdade com os que se foram em nome dos nossos sonhos.”<sup>18</sup>



---

<sup>1</sup> MARTINS FILHO, João R. *A Guerra de Memória: a ditadura militar nos depoimentos de militares e militantes*. In: VARIA HISTORIA, nº28, Dezembro, p.179-201, 2002.

<sup>2</sup> Idem, p. 02.

<sup>3</sup> JOSÉ, Emiliano. *Galeria F: lembranças do mar cinzento*. São Paulo: Casa Amarela, 2000, p. 12.

<sup>4</sup> SILVA, Sandra Regina Barbosa da. *Ousar lutar, ousar vencer: histórias da luta armada em Salvador (1969-1871)*. Salvador: EDUFBA, 2013, p.18.

<sup>5</sup> Ver SILVA, Sandra Regina Barbosa da. *Ousar lutar, ousar vencer: histórias da luta armada em Salvador (1969-1871)*. Salvador: EDUFBA, 2013.

TORRES, Lucas Porto Marchesini. *“A questão financeira é uma questão política”: militantes do PCBR em ações armada na Bahia (década de 1980)*. Salvador, 2013, 178 f. (Dissertação)

SANTANA. C.S. *Maoísmo na Bahia (1967-1970)*. Salvador, 2008, 135 f. (Dissertação)

<sup>6</sup> JOSÉ, Emiliano. *Galeria F: lembranças do mar cinzento*. São Paulo: Casa Amarela, 2000, p.10.

<sup>7</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo, nº 10, dez. 1993, p. 09.

<sup>8</sup> JOSÉ, Emiliano. *Galeria F: Lembranças do Mar Cinzento*. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2004, p.15.

<sup>9</sup> JOSÉ, Emiliano. *Galeria F: Lembranças do Mar Cinzento*. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2000, p. 11.

<sup>10</sup> JOSÉ, Emiliano. *Galeria F: Lembranças do Mar Cinzento*. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2004, p.15.

<sup>11</sup> JACOBINA, Ronaldo. *De volta à Galeria F*. *Revista Muito*, Salvador. Vol. 1, número 73, ago, 2009, p.24.

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> Ibidem, p. 27.

<sup>14</sup> Lugar de memória na acepção de Pierre Nora quando este afirma que “São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional.” In: NORA, Pierre. *Entre história e memória: a problemática dos lugares*. *Revista Projeto História*. São Paulo, v. 10, p.21.

<sup>15</sup> JOSÉ, Emiliano. *Galeria F: Lembranças do Mar Cinzento – Segunda Parte*. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2004, p.27.

<sup>16</sup> JOSÉ, Emiliano. *Galeria F: Lembranças do Mar Cinzento: quarta parte: golpe, tortura, verdade*. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2012, p. 19.

<sup>17</sup> Idem, p. 96.

<sup>18</sup> Idem, p.170.

## **José de Alencar: Esboço biográfico e implicações metodológicas.**

Adriano Ribeiro Paranhos\*.

### **Resumo.**

O trabalho que ora se apresenta, tem como objetivo apresentar um esboço biográfico de José de Alencar. Daremos ênfase a biografia subjetivada, às emoções e sentimentos durante suas diferentes experiências históricas. Acreditamos que essa opção metodológica nos ajude a fazer uma análise mais profunda das ações de Alencar dentro da sociedade, haja vista sua importância social no Brasil do século XIX. Entendemos que forma de agir de Alencar estava ligada ao Sentir e ao pensar dele.

**Palavras chave:** José de Alencar; história subjetivada; pensamento político.

### **Abstract.**

This paper the faces Themselves work presents the as a biographical sketch of José de Alencar Objectives present. Give emphasis from biography subjectivized, emotions the sentiments of during Their historical experience. We believe the nonsenses Were methodological option tells us deep shadow helps give stocks give analisis sociedad de Alencar from inside, socially in Brazil give his age 19 understand the importance of acting form of Alencar was linked to the measured by percent from the field.

**Keywords:** José de Alencar; subjectivized history; politics thought.

### **Introdução ao tema e metodologia.**

O trabalho a seguir tem como foco de análise a biografia de José de Alencar, um intelectual, que batalhou no campo da resistência à secularização na passagem à modernidade, no Brasil dos oitocentos. O trabalho faz parte do projeto, *Sentir, pensar e agir em José de Alencar: ideias jurídicas e cultura política no Segundo Reinado*, tem como objetivo analisar o campo intelectual no Brasil de meados do século XIX, a partir do pensamento, da prática política e dos sentimentos de José de Alencar (1829 — 1877), buscando mostrar a amplitude de suas ações políticas (os caminhos escolhidos, os grupos aos quais ele pertenceu e as relações sociais estabelecidas por ele) em instituições políticas e jurídicas. Nesse sentido daremos prioridade à problemática que envolve a apropriação de ideias modernas e ao pensamento religioso. A conjuntura histórica a ser trabalhada situa-se entre o ano de 1855, quando Alencar iniciou a publicação de crônicas no *Correio Mercantil*, chamada “Ao correr da pena”, e o ano de 1877, que marca sua última tentativa de reorganizar o Partido Conservador, e também por ser o ano de seu falecimento.

Para o tipo de análise que nos propomos a fazer, escolhemos como fundamento teórico a História intelectual, cujos elementos articulam a vida profissional, a política e a pessoal, buscando analisar todas as suas influências. Baseamo-nos na proposta metodológica de Carl

Schorske, na obra *Viena fin-de-siècle*<sup>1</sup>, que tem como mote a articulação entre história do poder, história das ideias e da cultura política. Essa escolha se deu pelo fato de entendermos que como intelectual José de Alencar fez diagnóstico, prognósticos, e tentou interferir na sociedade de variadas formas. Ele se colocou nos espaços públicos, como os jornais e o próprio parlamento, para expor suas ideias sobre variados temas sociais. Desse modo temos como objetivo metodológico investigar como as vivências de José de Alencar marcaram sua ideia da realidade social brasileira do século XIX.

O pensamento deve ser visto como parte da experiência humana, composta pelo sentir e pelo agir. Essas relações são permanentes, e dão movimento à vida. Projetamos esse ponto de vista para José de Alencar e sua subjetividade e subjetivação da época em que viveu. A identidade de uma pessoa é, fundamentalmente, o modo como ela teve formada a sua subjetividade, como reforça isso e como subjetiva a sua realidade social. Entendemos a experiência intelectual como uma experiência social, e buscamos como a vivência política de José de Alencar se expressou na sua atuação como teatrólogo, romancista, jornalista, jurista e político.

## **2 – A construção da subjetividade e a formação política.**

Feita essa pequena introdução, daremos destaque ao processo da construção da subjetividade política de Alencar. Pensamos que essa questão sob o viés de como as práticas cotidianas envoltas em relações de poder (principalmente aquelas referentes às instituições sociais como a família, ou então ligadas ao compadrio e favorecimento) contribuíram para a formação da figura política José de Alencar. É fundamental nesse tema pensar a questão do submeter-se a submissão, pois isso nos dá a possibilidade de problematizarmos a forma como Alencar se colocou diante do poder.

Caso tivéssemos que colocar um subtítulo nessa parte do trabalho, acreditamos que seria de bom tom *De Genere et Moribus*: “filho de padre”. O mecanismo de verificação eclesiástico nos serve aqui para entendermos uma parte importante da vida de Alencar, e como os adversários buscaram a “impureza” e “imperfeição” (católicas) para atacar Alencar. O sentido que conferimos a esse termo é pelo seu valor pejorativo no tocante à ilegalidade da relação da qual José de Alencar foi fruto e também pelo fato de ele ter sido um defensor ferrenho das ideias religiosas e da união entre Estado e Igreja.

O padre e senador José Martiniano Pereira de Alencar, casou-se, de acordo com os costumes laxistas do clero brasileiro, com sua prima Ana. O padre – senador e maçom foi uma figura importante na política brasileira, deputado brasileiro nas Cortes de Lisboa, e com grande atuação, sobretudo, no Primeiro Reinado. O senador fez parte do grupo de clérigos que

aturam politicamente durante a consolidação da Independência brasileira. Sua rede de relações políticas se dava entre Ceará, Minas Gerais (Províncias por onde foi eleito deputado) e Rio de Janeiro.

No dia 1º de maio de 1829, sob o clima conturbado do Primeiro Reinado, nasceu José de Alencar Martiniano Júnior. É interessante notar que nome que seu pai havia lhe dado, além de não esconder o tipo de relação que Alencar Júnior era fruto, e que deixou enraizada um sentimento nunca superado por ele, pois era apelidado de “filho de padre”. O que chamaremos de a primeira “desgraça” daquele que se achava “ungido pela graça”.

A figura paterna de José de Alencar Júnior deixou marcas importantes na sua formação privada, que misturou temas de interesses públicos, visto a posição política ocupada por seu pai. Ao memorar sua infância, no livro *Como e porque sou Romancista*<sup>2</sup>, Alencar nos mostra uma questão importante do cotidiano dele: a relação sexista nas relações privadas (parte da inscrição jurídica normativa que Alencar defenderia mais adiante sobre o casamento, influenciado por um ordenamento jurídico patriarcal). É preciso atentar para a importância que a família tem para a construção de Alencar, e como isso aparece nas suas obras como partes importantes para a sociedade. Ao narrar tais fatos, ele delineia o que seria sua função dentro da política brasileira. A vida política do pai foi deveras importante para Alencar, e isso se dava cotidianamente, entre situações corriqueiras que marcaram a memória política e afetiva dele.

Celebravam-se os serões em um aposento do fundo, fechando-se nessas ocasiões a casa as visitas habituais, afim de que nem elas nem os curiosos da rua suspeitassem do plano político, vendo iluminada a sala da frente. Enquanto deliberavam os membros do *Club*, minha boa Mãe assistia ao preparo de chocolate com bolinhos, que era costume oferecer aos convidados por volta de nove horas, e eu, ao lado com impertinências de filho querido, insistia por saber o que ali ia fazer aquela gente. (...) Até que chegava a hora do chocolate. Vendo partir carregada de tantas gulosinas a bandeja que voltava completamente destrugada; eu que tinha os convidados na conta de cidadãos respeitáveis, preocupados dos mais graves assuntos, indignava-me ante aquela devastação, e dizia com a mais profunda convicção: — O que estes homens vem fazer aqui é regalarem-se de chocolate. Essa, a primeira observação do menino em cousas de política, ainda a não desmentiu a experiência do homem. No fundo de todas as evoluções lá está o chocolate embora sob vários aspectos<sup>3</sup>.

Os encontros políticos patrocinados pelo seu pai mostram a clivagem e a vedação dos assuntos políticos às mulheres. Assim como as sociedades secretas, que Alencar expressava todo o seu ódio políticos e combatia com veemência (com relevo para a maçonaria), apenas homens participavam. E também como a Igreja Católica, A “ordem” em ação não era extensiva às mulheres. Veja que na religião as mulheres não tem a prerrogativa do sacerdócio, quer dizer, não possuem a dignidade de ministrar cultos. A mulher educada na sociedade patriarcal tinha que entender o lugar que deveria ocupar, e não desobedecer. A figura de

veneração era a masculina, tida como “perfeita”, portanto, aquela que ordenava os poderes dentro da sociedade.

A memória ligada aos sentidos remetidos ao chocolate é entendida aqui como metáfora para o amargor que da vida, para os insucessos em lutas, pois não haveria a docilidade das relações que marcavam as relações sociais no Brasil. É interessante essa sobreposição da impressão juvenil, e talvez ingênua, sobre toda a formação madura.

Numa rápida comparação entre a forma como ele construiu a memória de seus pais, a mãe dele foi mostrada como uma figura sem quaisquer referências do passado e sem perspectiva de futuro além dos espaços domésticos, especialmente a cozinha. São, na verdade, formas sutis de violência, mas com “amor”, cuja vítima se regozija da sua posição social.

Mencionado isso, o panfleto *Uma tese constitucional*, podemos ver os efeitos ideológicos da formação subjetiva de Alencar. No referido texto, Alencar deixa explicitada ao público uma postura além da não participação da mulher na vida política. O traço mais marcante é a misoginia acerca da figura da Princesa Isabel.

A rainha é soberana de seu marido na vida política; mas na vida social, no lar doméstico, o súdito assume o caráter de que o revestiram as leis divinas e sociais, torna-se chefe da família. Ainda um argumento, para mostrar que a mulher, pelo fato de subir ao trono não fica isenta daquele recato que e a condição de sua natureza física e moral<sup>4</sup>.

A cena da casa dele, que separava homens e mulheres, bem como suas funções, estavam presentes na interpretação que Alencar pretendeu fazer sobre a constituição brasileira acerca da temática do casamento da Princesa Isabel. A ausência de conflito no regime patriarcal era fundamental para a dominação masculina, e igualmente para que o ordenamento jurídico de autoridade e autoritarismo obtivesse valor. A harmonia que supostamente existia no ambiente familiar dele, era o padrão dentro daquela sociedade. É interessante atentarmos para esse tema da hierarquização, pois em diversos momentos da vida política de Alencar tal perspectiva pode ser vista.

Os tempos escolares deixaram marcas interessantes na subjetividade de José de Alencar. Conhecedor da língua francesa, habilidade desenvolvida no Colégio de Instrução Elementar (à Rua do Lavradio), contribuindo também para a sua formação ideológica, sobretudo a que estava relacionada ao respeito à hierarquia e a obediência. Segundo Alencar, o diretor do Colégio, Januário Matheus Ferreira, foi a primeira figura que ele tomou como símbolo de autoridade; leitor de autores que lhe deram inspiração para criar obras literárias e política. É fundamental que se tenha em vista o fato de muitas leituras feitas se deram a partir de traduções francesas. Sabendo disso, é preciso problematizar também as limitações e manipulações ideológicas em várias obras.

### Sobre Januário, atente para o que Alencar disse:

Usava ele de sapatos rinchadores; nenhum dos alunos do seu colégio ouvia de longe aquele som particular, na volta de um corredor, que não sentisse um *involuntário sobressalto* (...) Januário era talvez ríspido e severo em demasia; porém, nenhum professor o excedeu no zelo e entusiasmo com que desempenhava o seu árduo ministério. Identificava-se como discípulo; transmitia-lhe suas *emoções* e tinha o dom de criar no coração infantil os mais nobres estímulos, educando o espírito com a *emulação escolástica* para os grandes certames da inteligência<sup>5</sup>.

Devemos atentar para a construção da subjetividade de Alencar, e como as emoções que ele sentia como adulto eram ligadas a sua infância. É preciso notar que a autoridade que Alencar reconhecia na figura de Januário era exercida a partir do medo; e por que não com prazer, já que ele se sentia confortável com tal posicionamento? O “involuntário sobressalto”, podemos traduzir como uma emoção ligada a uma educação autoritária. Essa era a emoção que Januário transmitiu ao jovem José de Alencar.

A Escola, como instituição disciplinar, ideologizante, cumpriu parte do seu papel dentro do controle social, estabelecendo no jovem Alencar o medo e a reverência e veneração por aquele que tinha a autoridade, que estava acima na hierarquia de poder. Desse modo, podemos entender como Alencar se colocou como súdito diante de D. Pedro II, reverenciando-o.

Foi a Faculdade de Direito de São Paulo, a qual ele ingressou em 1846 e saiu em 1850, que se deu o complemento da formação de Alencar. A formação em direito e a luta política travada na imprensa durante a década de 1860, Alencar se tornou ministro da justiça em 1868. O cargo de ministro da justiça era comumente ocupado por bacharéis, e nos fornece a possibilidade de entender as decisões tomadas, os autores lidos e mais um lugar social onde o direito mostrava seus conflitos. Alencar marcou posição quando ministro, defendeu a hierarquização da estrutura judiciária, na linha de Eusébio, Paulino e Uruguai, tendo no ministro da justiça o ponto fundamental de todo o sistema de justiça.

É preciso destacar o papel da Escola e das instituições de ensino no XIX como parte da exclusão social. José de Alencar, apesar de dizer que fazia de tudo para ser o primeiro da classe, ele na verdade deixou à mostra como a educação era o primeiro momento para a seleção ou exclusão dos lugares de melhor fortuna dentro da sociedade. Conservando e legitimando, dessa maneira, as relações sociais existentes, e mais do que isso, mantendo o controle do poder que a educação tinha em todos os sentidos. Marcando de modo contundente a divisão da sociedade brasileira, na qual a mobilidade era limitada.

Foi grande a negligência dos pesquisadores que tiveram como objeto de análise José de Alencar, haja vista que a atuação dele como juriconsulto não recebeu a importância devida. Ocupar o lugar onipotente de intérprete das leis e dos sistemas jurídicos, classificando

e ordenando a sociedade para um determinado fim, que no caso de Alencar seria chegar à Glória. Assim, é importante pensarmos cada atualização histórica de temas jurídicos que buscavam conformar as relações sociais estabelecidas, e que em José de Alencar podemos ver as marcas do pensamento jurídico de São Paulo, um “militarismo bandeirantista” autoritário, tecnicista e dogmático<sup>6</sup>.

O campo do direito, assim como a política, é também o lugar do conflito de interesses e de suas soluções. Alencar ratificou o pensamento dos juristas, que constroem a ideia de que apenas no direito os conflitos poderiam ser resolvidos. Para isso, Alencar usou autores estrangeiros visando dar um caráter universal, não uma vontade daquele ministro.

Entendemos que a ideologia jurídica complementa a nossa investigação sobre o pensamento político de José de Alencar. A abordagem feita aqui se dará a partir das matrizes ibéricas do direito brasileiro e como isso contribuiu para o funcionamento político e social da sociedade imperial, sobretudo no que toca a apropriação das ideias liberais articuladas à defesa do escravismo e da propriedade privada. Temos como base a argumentação de Gizlene Neder sobre a estruturação das Faculdades de Direito no Brasil e as permanências históricas portuguesas.

Quando falamos em sujeito do direito, estamos pensando no direito como a principal forma moderna de sujeitar as pessoas, e assim construir as subjetividades baseadas no desejo de submissão. E mais: o discurso que visa produzir tal efeito invariavelmente está acompanhado da suposta proteção, que tem como objetivo manter a dominação política.

“Pouco depois [20 de junho de 1864] deixei a existência descuidosa e solteira para entrar na vida da família, onde o homem se completa”<sup>7</sup>. O casamento dele com Georgina Augusta Cochrane (20 anos mais jovem) foi outro momento importante, cujas ideias são expressas pelo pensamento de complementaridade e perfeição para o homem. Dentro do estilo de família tridentina (fórmula perfeita do que se esperava do matrimônio, filhos, fidelidade e indissolubilidade), completada pela nascimento dos filhos cinco filhos.

O tema do casamento dos clérigos, sensível à Alencar pela sua própria existência, foi tratado com mais veemência em duas obras ficcionais. Na peça teatral *O Jesuíta* e no romance *Ex homem*, Alencar combateu tal obrigação feita pela Igreja católica. O celibato seria uma maneira de tornar imperfeita a perfeita criação divina, pois impedia o homem de se completar com a mulher e com o casamento. Evidentemente que, essa regra da Igreja pesava sobre ele, pois carregava o apelido de “filho do padre”. A eliminação do celibato seria uma redenção e o fim de um sofrimento.

A faculdade de direito de São Paulo, além de seu aspecto mais conservador, era também um lugar onde a circulação de ideias e práticas literárias era grande. E foi nos tempos de faculdade que o

Único homem novo e quase estranho que nasceu em mim com a virilidade, foi o político. Ou não tinha vocação para essa carreira, ou considerava o governo do estado coisa tão importante e grave, que não me animei nunca a ingerir-me nesses negócios.

Entretanto eu saía de uma família para quem a *política era uma religião*, e onde se haviam elaborado grandes acontecimentos de nossa história<sup>8</sup>.

Inicialmente, é preciso que se diga que no começo da década de 1860 Alencar foi eleito para a Câmara dos deputados. Dissolvida a Câmara em 1863, ele atuou, como dito anteriormente, na imprensa, fazendo oposição aos Gabinetes liberais vigentes até 1868. Essa atuação valeu-lhe uma conquista, pois em 1868, além de eleito deputado novamente, Alencar chegou ao posto de ministro da justiça.

A subjetivação que ele fez do passado e da sua história aparecem com o conteúdo religioso sob a forma de ‘vocação’, quer dizer o “chamado” que ele recebeu, apresentado como um suposto dilema no trecho acima, nos dá um indício interessante para pensarmos a maneira como Alencar entrou na política.

No caso de Alencar, fica expresso que a família, que é uma apropriação do campo religioso, fora a responsável pelo “batismo” infantil (introdução sacramental, sobretudo, na forma de fazer a política, com qual grupo se aliar e como obter vantagens dentro da sociedade marcada pelo compadrio, marcando a comunhão entre aqueles que detinham o poder, e utilizavam o nome de Deus para justificar a hierarquia social e as alianças “sagradas”) dele na política. Entendemos aqui ainda que, a relação entre o público e o privado, cujas relações de dependência e favorecimento cortavam as relações sociais, a família teve nesse caso, executou uma função de grande relevo: dotar a criança que assistia àquelas cenas de sentimentos políticos de relevo para a sua ação dentro da política. É importante lembrar também que a família precedia à própria política, deriva desse fato a importância dada por Alencar a tal instituição, que em muitas ocasiões tornou privados temas políticos públicos.

Quando Alencar afirmou que a “política era uma religião” (seria a política a expressão da correlação de forças entre o jesuitismo e o jansenismo nas atuações políticas de Alencar?), cabe aqui a interpretação da ideia de religião como algo que buscava produzir a veneração (reverência e seus efeitos de poder, sobretudo no tocante à dominação social produzida pelo discurso jurídico; sentimento político escamoteado na sacralização feita por Alencar). Por conseguinte, pensando com as questões políticas do Império do Brasil, podemos dizer que



para o exercício do poder, com o objetivo de produzir obediência e submissão, a veneração ao poder era fundamental.

Sobre a “política como religião”, temos que Alencar a tratava como o lugar do sacrifício, um sacro ofício (um dever confessional), cuja profissão, dá fé igualmente, era fundamental para a família dele. E de alguém assim, a religião exigia o voto, mas de um devoto da política.

Com isso, conseguimos entender muitas atitudes políticas de Alencar ante o imperador, visto por ele como uma pessoa sagrada. Alencar se “colocava” de joelhos, num desejo de submissão, venerando a força de decisão que o monarca (aquele que devia governar de maneira providencial o país, mostrando toda sua potência) tinha, incluindo nesse caso a escolha de ministros, senadores e conselheiros de Estado. Tratava-se então de venerar o poder, na figura de D. Pedro II. Reconhecendo sua posição de súdito, quer dizer de submisso e o desejo de ser dessa maneira. Olhando com um pouco mais de atenção a essa questão, é possível ver uma justificativa para quaisquer que fossem os atos do imperador que visassem “defender” o país, instaurando na conjuntura da formação da nacionalidade a questão do medo. Defender do que e de quem? Deriva desse fato a criação de codificações e leis, que tinham como objetivo produzir efeitos que tivessem medo, obediência e submissão sempre no horizonte do tempo que se anunciaria.

E é mais do que evidente que, a religião Católica eleita como oficial também produzia efeitos ideológicos que corroborava com a lógica da obediência e da submissão a partir da prática do medo. Mas ao mesmo tempo ensinava a “amar” o soberano e o seu poder, com a expectativa de docilizar as ações que pudessem contestar o modo de organização da sociedade e o estabelecimento dos lugares sociais. Ademais, ao falar em religião como política, Alencar fez uma espécie de evocação do sentimento regalista, numa clara posição política de unidade daqueles que pensavam da mesma maneira. Isso é uma marca identitária dele.

O sentimento de estranheza que Alencar sentiu não era desconhecido a ele, pois como ele expôs, a política fez parte de sua infância, inclusive produtora de sabor de nostalgia. Um gosto pela política como negócio, como religião (no sentido dado por ele, e também por sua influência, tem um caráter positivo), daí o sentido da vocação, e por isso encarar a política como missão, cuja ideia do “tudo ou nada” (tal qual uma cruzada entre as ideias hierarquizantes e as ideias universalizantes da modernidade) era a norteadora das ações políticas de Alencar.

No entanto, a religiosidade de Alencar não o impediu de reverenciar os três principais líderes Saquarema: Eusébio, Paulino e Torres. Além deles, Alencar teve admiração pelo

Marquês do Paraná. O que os unia era o fato de serem maçons e igualmente por José de Alencar ter tido ligações políticas.

Com Eusébio de Queirós, o estreitamento foi maior. Nada diferente da prática social vigente que marcou as relações pessoais no Brasil, Alencar buscou a influência de Eusébio de Queirós para conseguir um posto de trabalho no ministério da justiça, tendo em vista que este era conselheiro de Estado. Ao mesmo tempo duas contradições, a busca da influência de um maçom conhecido publicamente e de se fazer valer do favorecimento que poderia ter ao se filiar ao pensamento de Eusébio.

Vou fazer um pedido à V. Exa (...) está vago o lugar de consultor dos negócios da Justiça e consta-me que o Sr. Ministro não tenciona provê-lo atualmente (...) minha pretensão não parece muito exagerada (...) se V. Exa entender que esta aspiração não é mal cabida em mim, espero que me auxiliará nela, como o tem feito constantemente<sup>9</sup>.

A intervenção de Eusébio de Queirós teve efeito, uma vez que Alencar conseguiu o cargo. Alencar foi nomeado diretor da segunda seção (justiça e estatísticas) do Ministério da Justiça, cargo ocupado até 1861, quando passou a conselheiro. Neste mesmo ano foi eleito deputado pela província do Ceará.

Como citamos acima, é possível vislumbrar que Alencar tivesse Eusébio de Queirós como “padrinho político” a quem ele recorria para conseguir favores<sup>10</sup>. Não por acaso, todas as cartas que Alencar escreveu para o seu “padrinho” terminavam de uma maneira na qual Alencar se colocava como “criado”. De acordo com Américo Lyra Júnior, o *Diário do Rio de Janeiro*, cujo diretor era José de Alencar, conseguiu o contrato para a publicação do diário oficial do império<sup>11</sup>.

Um paradoxo que merece destaque na trajetória política de Alencar: o recurso ao favorecimento devido à rede de sociabilidade que ele começara a construir. Esse tipo de relação foi combatido por ele de maneira veemente. Como aponta Roberto Schwarz, o favor era uma marca das relações sociais brasileiras<sup>12</sup>, o que por certo cria uma relação de dependência, marcada sem dúvida por uma atuação social em que a igualdade não era um valor defendido, muito pelo contrário. E como apontou Gisálio Cerqueira Filho<sup>13</sup>, a ideologia do favor limitou o liberalismo no Brasil.

A outro maçom Alencar se ligou mais uma vez, agora o Visconde Itaboraí. Com a formação do Gabinete 16 de Julho, em 1868, o ministério da Justiça foi ocupado por José de Alencar. Essa chegada ao ministério da justiça foi fruto da sua relação política com os conservadores, que mais uma vez lhe rendeu poder e prestígio político.

### 3- Considerações Finais.

Quando nos propomos a investigar a vida de Alencar e a forma como ele subjetivou sua própria história, destacamos o prisma da sua relação com o pensamento religioso. Foram mostradas algumas ideias dele influenciadas pela ideologia religiosa, de corte tomista, regalista e jansênica.

É importante observar que essa filiação nos ajuda a entender o posicionamento de Alencar ante a família, leis civis, imperador, o papel social da mulher, a ação política. Todos esses aspectos foram cobertos pelo manto “imaculado” da perfeição e por uma forma de pensar hierarquizada. Alencar pode ser considerado um (de)voto da monarquia, pois professava o referido regime político com devoção (diga-se de passagem, sem qualquer inclinação para o indulto de secularização), como um sacrifício e um sacro – ofício; da sociedade organizada nos moldes tomistas.

O intelectual que se considerou ungido pela “graça”, mas que caminhou com a “desgraça” de ser filho de um padre, lutando para que a Igreja mudasse, para enfim morrer na “graça” do “Criador”, mas morreu na “desgraça” de um destino que reservou derrotas importantes para aquele que se colocava como “ungido pela graça”. Em 1877, vítima do “mal do século”, José de Alencar faleceu.

#### Notas.

---

\* Mestre em História social e atualmente Doutorando, ambos no PPGH – UFF.

<sup>1</sup> SCHORSKE, Carl. *Viena fin-de-siècle: política e cultura*. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

<sup>2</sup> ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista*. Rio de Janeiro: Tip. G. Leuzinger & Filhos, 1893.

<sup>3</sup> Op. Cit, 1893, p. 19.

<sup>4</sup> ALENCAR, José de. *Uma tese constitucional. A princesa imperial e o príncipe consorte no Conselho de Estado*. Rio de Janeiro: Tipografia de Pinheiro e Comp., 1867.

<sup>5</sup> ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista*. Rio de Janeiro: Tip. G. Leuzinger & Filhos, 1893.

<sup>6</sup> NEDER, Gizlene. *Iluminismo jurídico penal luso – brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Campos Freitas, 2001, p. 145.

<sup>7</sup> Op. Cit. 1893, p. 53.

<sup>8</sup> Op. Cit. 1893, p. 35.

<sup>9</sup> ALENCAR, José de. *Cartas e documentos*. São Paulo: HUCITEC, 1977.

<sup>10</sup> ALENCAR, José de. *Cartas e documentos*. São Paulo: HUCITEC, 1977.

<sup>11</sup> LYRA JÚNIOR, Américo. *José de Alencar e o pensamento político brasileiro*. Brasília, UnB, 2002.

<sup>12</sup> SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas cidades editora, 2000.

<sup>13</sup> CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Ideologia do favor e ignorância simbólica da lei*. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1993.

## **A iconografia da família imperial no Brasil no final de século XIX: da pintura para a fotografia, da monarquia para a república.**

**Agla Mendes de Melo Lessa<sup>1</sup>**

**Resumo:** A perpetuação da memória está ligada diretamente à representação, seja através da pintura ou fotografia. A elaboração da imagem não é desassociada de questões sociais e políticas. Nesta base de pensamento, imperadores construíram um imaginário que passa por sistemas de governo como monarquias e repúblicas. A família imperial portuguesa, no Brasil do século XIX participou nas inovações de técnicas de registro e rumores de novos sistemas políticos. A análise iconográfica destes governantes serviu como sustentação de ideias e concepções governamentais.

**Summary:** The perpetuation of the memory is directly connected to the representation, either through painting or photography. The elaboration of the image is not disassociated from social and political issues. On this basis of thought, emperors built an imaginary passing through government systems like monarchies and republics. The Portuguese royal family in Brazil participated in the nineteenth century innovations registry techniques rumors of new political systems. The iconographic analysis of these rulers served as government support of ideas and conceptions

**Palavras-chave:** Iconografia. Monarquia. República. Iconography. Monarchy. Republic

### **1 INTRODUÇÃO**

O registro da imagem era e ainda é um dos principais meios de disseminar o conceito de existência. Quando se estuda a vida de grandes imperadores e sua família, é inevitável o encontro com uma pintura que os represente, artistas eram contratados pela corte com a principal função de registrar a família imperial e os principais fatos ocorridos durante aquele governo. Estes pintores poderiam ser comparados aos grandes “marqueteiros” das atuais campanhas políticas.

Padrões iconográficos de imperadores podem ser vistos quando se realiza um recorte na história, especialmente no final do século XVIII até meados do XIX. Governantes como Luiz XIV, Luiz XVI, Napoleão eram peritos em transformar sua imagem em uma bandeira de conceitos e ideais, o interessante é perceber a semelhança nas posturas e cenários. É neste mesmo período da história que se conhece o governo de D. João VI e posteriormente de D. Pedro I. Em meio a uma série de mudanças políticas como a saída de Portugal para o Brasil, toda a estrutura de “propaganda política” é renovada agora em padrões neoclássicos mais divulgados pela Missão Francesa (1816). Porém, desde a criação da fotografia e com ela a possibilidade de se registrar um momento em um determinado tempo e espaço.

Graças à fotografia, a Humanidade adquiriu o poder de aperceber-se com outros olhos, do seu ambiente e da sua existência. Ao verdadeiro fotógrafo cabe uma grande responsabilidade social. Deve trabalhar com os meios técnicos que se encontram à sua disposição, e esse trabalho é a reprodução exacta dos factos de todos os dias, sem distorções nem adulterações. (FREUND, 1995 p.188)

---

<sup>1</sup> Mestranda do Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB- Centro Artes, Humanidades e Letras / CAHL. *Campus* Cachoeira-Bahia 30 de Setembro de 2014. [aglalessa@gmail.com](mailto:aglalessa@gmail.com) Orientador: Fabrício Lyrio; Co-orientadora: Camila Santiago

A fotografia agora revela também o humano e não apenas o mito do império. “O valor, na fotografia, não pode apenas ser medido a partir de um ponto de vista estético, mas pela intensidade humana e social da sua representação óptica.” (FREUND, 1995, p.188)

Sendo assim, é possível avaliar a importância da fotografia no final do século XIX como fonte de ruptura de uma iconografia de império, bem como conhecer o trajeto da iconografia dos grandes imperadores do final do século XVIII até meados do XIX e perceber a possível padronização existente na estrutura da imagem levantando pontos de observação na formação de D. Pedro II e princesa Isabel como governantes do Brasil.

## **2 A FOTOGRAFIA NO BRASIL NO SÉCULO XIX**

Em 1839 na Academia de Ciências de Paris, Louis Daguerre divulgou oficialmente a fotografia como grande invento. A fotografia passa a ser uma dos meios de classificação social, seu grau de dificuldade era pago através de altos valores.

Instrumento de uma elite, a fotografia é introduzida no Brasil com a chegada da corveta franco-belga L’Oriental, chegando ao Rio de Janeiro no início de 1840 de onde são vistos os primeiros registros. Esta nova invenção tornou-se a maior concorrente dos pintores. Até meados do século XIX, toda grande família que possuísse bens econômicos, costumava fazer encomendas de pinturas de seus membros. Neste contexto de afirmação, a fotografia ganha espaço pela velocidade do registro da imagem e pela sua fidelidade ao modelo.

Todo um grupo social emergente, desejoso de preservar para sempre a imagem da prosperidade, ansioso por reafirmar pequenas glórias ou vaidades através de signos exteriores, passa a freqüentar com assiduidade cada vez maior a officina photographica(...)A partir de 1840-42 os pintores, como disse, passam a disputar clientela com os daguerreotipistas.(MOURA, 1983, p.8-9)

Toda uma ambientação era construída. A pose era a maior prova da intenção da fotografia, geralmente com ar opulento e discreto. O patriarca, a senhora discreta e as crianças, que deste os primeiros anos vistas como “pequenos adultos”, esta forma de tratamento era claramente demonstrada na construção da composição fotográfica. A distinção de classes e raças era um dos ideais de uma sociedade burguesa que via na fotografia a fidelidade e a prova da ascensão social. Moura, citando Claude Roy (elaborador de um ensaio sobre Adolphe Braun, 1812-1877, fotógrafo que registrou a corte francesa de Napoleão III) diz:

A fronteira que ainda divide a humanidade, que separa aqueles que sempre têm fome daqueles que raramente têm, os povos abastados dos povos nus, quase chega a confundir com a divisão dos seres entre aqueles que possuem sua fotografia e aqueles que não a possuem (...) No antigo Egito, a posse de um duplo era apanágio dos faraós e dos grandes e a imortalidade, o bem exclusivo de uma aristocracia. No mundo de hoje acontece o mesmo com a posse de um retrato. Os povos privados de sua imagem estão condenados a morrer duas vezes. (MOURA, 1983, p. 31)

Ser lembrado é uma das grandes necessidades do ser humano. Quando se recorda, se da existência. É neste meio filosófico que a mensagem de uma suposta “imortalidade” acalentava a

sociedade burguesa. Quando Claude Roy fala da segunda morte dos não privilegiados da fotografia, é lamentavelmente a morte biológica, mas também a morte da memória, da lembrança do outro em relação a este. O tempo apagando o passado.

Deve-se levar em conta também, que a fotografia expandiu-se no Brasil não só pela facilidade técnica, mas pelo constante interesse da Europa por países ainda vistos como exóticos, frutos de uma estética romântica e dos novos estudos científicos, fossem eles na área da botânica ou da antropologia.

O primeiro brasileiro a introduzir a fotografia no Brasil e adquirir um daguerreótipo foi D. Pedro II em 1840, sabedor do invento e das suas possibilidades o encomendou, sendo ele também o mais importante admirador e incentivador desta arte. “Mais importante que o fato de imperador ter sido nosso primeiro fotógrafo foi o fato de ter sido o primeiro colecionador de fotografia no Brasil – muito provavelmente também o pioneiro nas Américas.” (VASQUEZ, 2003, p.15). Coleção esta, doada a Biblioteca Nacional, cerca de 25.000 fotografias que deram entrada em março de 1892.

É interessante notar dois aspectos da fotografia do Brasil em meados do século XIX: o primeiro é a fotografia como fonte de registro de uma burguesia em busca pela ascensão. O segundo o aspecto nacionalista, que Boris Kossoy (2002:73) chama de “construção do nacional” através do apelo ideológico em que se pretendia divulgar o conceito de um grande império. Buscar registros de temas que provassem um desenvolvimento industrial e urbano era a chave para a perduração desta construção da imagem nacionalista. Trajes em estilo europeu nas fotografias, cenários que nada lembravam a flora brasileira foram explorados. Lembrando também que foi neste período, meado do século XIX, a grande fase das estradas de ferro, símbolo este de desenvolvimento econômico e industrial.

Tratam-se de imagens encomendadas que, se por um lado, se prestaram para a fixação da memória, por outro, tinham, em geral, uma finalidade promocional, propagandística, financiadas por instituições oficiais ou empresas privadas interessadas em divulgar um certo tipo de progresso. Imagens que mostram o material, mas que, em geral, omitem o social. Imagens construídas que visam propagar uma idéia simbólica de identidade nacional conforme a ideologia predominante num dado momento histórico. (KOSSOY, 2002, p.82)

A este exemplo, temos em D. Pedro II um dos maiores contratantes de fotógrafos da época para registrar as mais variadas produções e construções no território nacional, fotógrafos estes agraciados com o título de Fotógrafos da Casa Imperial. Segundo Vasquez (2003:16), Segundo Schwarcz (1998:345) D. Pedro fará da fotografia o grande instrumento de divulgação da sua imagem: moderna como queria que fosse o reino.

### **3 A ICONOGRAFIA DOS IMPERADORES DO FINAL DO SÉCULO XVIII – XIX.**

Segundo Panofsky, a iconografia é o ramo da história que possibilita a análise da imagem e suas complexidades partindo dela como fonte de informação. Características como: imponência, austeridade, patriotismo eram constantemente explanados nestas pinturas. A questão

principal seria o porquê desta semelhança e qual sua função ou intenção? Analisaremos alguns destes quadros em um breve paralelo entre França e Portugal. Imperadores franceses:

Luiz XIV (1638 – 1715)



Artista: Hyacinthe Rigaud  
Título: Retrato de Luiz XIV. 1701.

Luiz XV (1710 – 1774)



Artista: Louis-Michel van Loo,  
Título: Louis XV France. 198,3 × 142,5 cm

Luiz XVI (1754 – 1793)



Artista: Joseph Siffred Duplessis  
Título: Luiz XVI. 1775

Nestas imagens, é nítida a semelhança pictórica, seja na postura, cores utilizadas, ícones que se repetem. É uma estrutura que se divide em três pontos: ao centro, o governante, que sempre segura o bastão real, lado direito, coroa e coluna em estilo grego, já ao lado esquerdo, cortina e trono. Vestimenta, cores, atributos, símbolos francês, toda a estrutura é enriquecida com estes atributos reais que intensificam a ideia de hierarquia, nobreza e poder.

Quando se fala em Napoleão Bonaparte, o retrato passa por alterações. Ele implantou na França a República, em 1789 (Absolutista) criando uma ruptura com o Antigo Regime.



Artista: Jean Auguste  
Dominique Ingres. Napoleão  
em seu trono. 1804. Óleo sobre  
tela. 260 x 163cm

Analisando-se então os retratos de Napoleão em momentos diferenciados, alguns conceitos se repetem. 1. Era um governante, mas também um militar. 2. Utiliza-se da águia como um dos seus símbolos e não apenas a flor-de-lis. 3. É representado na segunda imagem em seu escritório com possíveis tratados, a República não é apenas de armas, mas de leis e direitos. 4. Trono e coroa (representada pelo diadema de folhas de louro, um símbolo de Vitória desde a Antiga Grécia) já não são focos principais e em alguns momentos são inexistentes. A primeira percepção a ser alcançada é a de que o retrato do governante estava intimamente ligado ao sistema governamental, fosse ele monarquia ou república. Partindo deste princípio a iconografia do governante é reformulada, e a imagem do republicano começa com Napoleão Bonaparte. Realizando então o paralelo com a coroa portuguesa, observa-se o retrato de D. João VI. Ele implantou na América do Sul a primeira monarquia, chegando à sua colônia em 1808, ele traz todo o conceito da arte neoclássica.



Artista: David, Jacques-Louis  
Título: Retrato de Napoleão.  
1812.

A chegada da Missão Francesa em 1816 vem a reforçar este novo estilo artístico não tão divulgado no Brasil. Entre os artistas que vieram, encontrava-se J. B. Debret (1768–1848), que serviu como artista na corte de Napoleão em meados de 1806. Debret retrata D. João VI dentro dos mesmos padrões formais dos reis franceses. É bem verdade que Debret não concedeu a D. João VI a mesma riqueza de detalhes que podem ser vistos nos governantes franceses. Reforçamos então os conceitos de monarquia e república que divergem e que eram ideais necessariamente retratados na iconografia destes governantes.



Artista: Jean-Baptiste Debret.  
Dom João. 1817. 0,60 x 0,42m.  
Óleo sobre tela. Museu Nacional de Belas Artes

Quando analisamos, porém um dos retratos de D. Pedro I, também realizado por Debret, fica ainda mais clara a ideia da imagem e sua relação com os aspectos políticos. D. Pedro I foi o governador-militar. Responsável pela independência do Brasil, era visto como “defensor perpétuo do Brasil” (CARVALHO, 2007:11). Debret cria no retrato de D. Pedro I o ideal do governante jovem, determinado, que inova em uma nação, mas que pertence ainda assim a uma genealogia portuguesa: os Bragança; as cores já não estão presas ao azul e vermelho (tão comum aos franceses), mas é agora substituída pelo amarelo e verde, uma representação direta à nacionalidade brasileira.

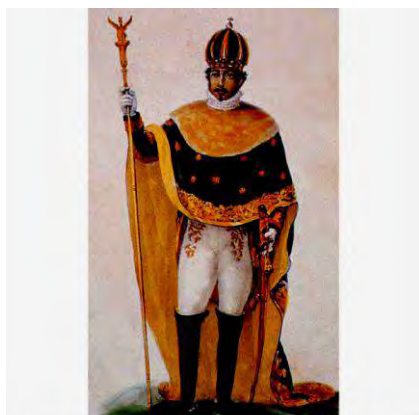


Figura 5 – Jean-Baptiste Debret, Coroação de D. Pedro I, gravura. DEBRET, Jean-Baptiste. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. Trad. Sérgio Millet. Belo Horizonte: Haraio: São Paulo: Edusp, 1989, v. III, prancha 10. Reprodução digital de José Rosael. Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Porém, mesmo em meio a estes novos ideais de governo, ainda estamos falando de uma monarquia e neste sentido os principais atributos permanecem: a coroa, o bastão real e o manto.

Realizando agora um paralelo entre todas estas imagens, compreende-se que existia, podemos assim dizer, um “padrão iconográfico” quando se retratava imagens dos reis europeus, mesmo estando D. João VI e D. Pedro I na América do Sul. Entender esta “intenção” possibilita entender os porquês das semelhanças. Sobre Debret: “Tanto Debret quanto a Corte tinham consciência da importância da circulação das gravuras para a divulgação da imagem do novo Estado. (MIGLIACCIO. 2000, p. 51-52)

#### 4 A ICONOGRAFIA DE D. PEDRO II: DA PINTURA PARA A FOTOGRAFIA

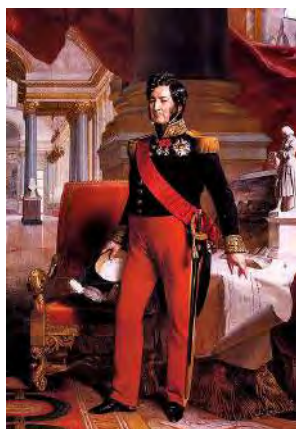
O período de governo de D. Pedro II foi dividido em cinco fases: Regência (1831-1840), Segunda Fase (1840-1850), Terceira Fase (1851 – 1864), Quarta Fase (1865 – 1870) e a Quinta Fase (1871 – 1889). Estas Fases vão desde o início de seu governo; passando pela implantação do parlamentarismo e a criação da Presidência do Conselho; desenvolvimento urbano e industrial, o que permitia um maior nacionalismo, até eclodir em uma implantação da República no Brasil através de um golpe militar, culminando assim com o exílio da família real para a



Europa. Durante seu governo, o Brasil passou por uma série de inovações, principalmente de cunho científico. E em nome desta modernização, chega ao Brasil a fotografia, que acaba por ocupar o lugar da pintura de retratos. Dom Pedro II será um dos maiores incentivadores desta arte, não só para a nação, mas principalmente em sua corte, em sua família real. Em seu reinado, uma série de batalhas foram realizadas, acordos assinados e uma inovação política implantada. Segundo o barão do Rio Branco, em colaboração ao livro escrito por Émile Levasseur, em 1889:

Há uma quarentena de anos, o Brasil, pacificado no interior, fez grandes esforços, sob a chefia do imperador D. Pedro II, para expandir a instrução, para elevar o nível do ensino, para desenvolver a agricultura, a indústria e o comércio, e para tirar partido das riquezas naturais do solo pela construção de vias férreas, pelo estabelecimento de linhas de navegação e por favores concedidos aos imigrantes. Os resultados obtidos desde o encerramento do período revolucionário são já consideráveis: em nenhuma parte da América, salvo nos Estados Unidos e no Canadá, o progresso foi mais rápido. (LEVASSEUR, 2000, p.68)

É neste momento que a fotografia tornou-se uma aliada do imperador. Segundo Lilia Schwarcz, D. Pedro II passa pelo processo que é conhecido como: a imagem do “monarca-cidadão”. Segundo a autora, o exemplo que serviu de inspiração ao imperador foi o de Luís Felipe I, (1773 –1850), rei da França de 1830 a 1848, foi cognominado o "Rei Burguês" ou "Rei Cidadão". É possível ver dois tipos mais claros de representação deste imperador: ele como governante francês e sua concepção de cidadão, que estão ligadas à pintura e a fotografia.



**Título:** Louis-Philippe de Bourbon, rei da França de 1830-1848. **Autor:** Franz Xaver Winterhalter, 1841



Sempre de jaquetão e à paisana, o imperador passeava pelas ruas, visitava colégios e ginásios, e presidia exames; conversava amigavelmente com visitantes estrangeiros (...). Aos poucos consolida-se, no lugar do cenário ostensivo dos áureos tempos do imperador, um aparato direto em que os atores à paisana fazem lembrança antes uma “democracia coroada” do que uma realeza. Com um comportamento próximo ao de seus súditos, o monarca se afasta da imagem do “rei forte” e introduz uma nova figuração cuja estranheza ganha as páginas dos jornais (...) (SCHWARCZ, 1998, p.320-321)

A ideia defendida era o afastamento definitivo da imagem de imperador e a introdução do “cidadão” (ligado a burguesia), mas que também estava imbuído em compreender as necessidades da nação, ainda

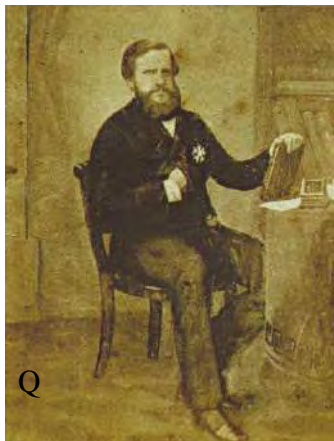
que em seus aspectos quase unicamente científicos e tecnológicos.

Analisando algumas imagens de D. Pedro II podemos perceber o que a fotografia foi capaz de fazer a partir do momento que não utiliza as mesmas “máscaras” que a pintura utilizava. Lembrando da imagem de Luís Felipe em comparação com as de D. Pedro II, percebemos algumas semelhanças. Quando falamos da pintura, na primeira imagem, some a ideia do rei e surge a do soldado uniformizado que traz a tona o conceito claro de comprometimento com a pátria.

**Título:** Louis-Philippe Ier  
**Data:** 1842 . **Autor:** Lerebours et Claudet



Autor: Victor Meirelles. Dom Pedro II.  
Óleo sobre tela. 252 x 165 cm.  
Museu de Arte de São Paulo (MASP)



Título: Pedro II do Brasil, 1858.  
Fonte: LAGO, Pedro Correa do. Coleção Princesa Isabel: Fotografia do século XIX. Autor: Victor Frond



Título: Imperador Pedro II do Brasil, 1888. Fonte: De Volta a Luz. Instituto Cultural Banco Santos, 2003. Autor: J. T. Hopwood

O padrão de modernidade que a fotografia permitia aproximava o Brasil dos países europeus, renovava a ideia do governante e neutralizava D. Pedro II de uma monarquia por permitir o conceito de universalização, especialmente nos momentos em que se permitia ser fotografado com livros, símbolo de erudição, retratava um Brasil com conhecimento e desenvolvimento já que a imagem do imperador representava a imagem da nação e seus ideais. Em algumas fotografias, sua imagem estará associada a Napoleão Bonaparte: uma das mãos escondidas sobre a casaca. Na imagem 03, se não fosse o título jamais se veria nela qualquer traço que remetesse a ideia de um imperador. É um cidadão apenas. Nada o vincula ao trono.

No caso do Brasil, onde o fosso entre os instruídos e os incultos era maior e mais profundo, o hábito de Dom Pedro II posar com um livro nas mãos funcionava como poderoso reforço de imagem – aquilo que hoje é denominado de marketing pessoal -, demonstrando a população iletrada que o soberano tinha os pré-requisitos intelectuais exigidos para a função. Contemplando os retratos de Dom Pedro II, qualquer um ficava com a certeza de que, longe de ser um despreparado, ou um doídivanas como o impetuoso pai excessivamente submisso aos imperativos da carne, era um homem sábio e reflexivo, preocupado em analisar todos os aspectos de uma questão antes de tomar uma decisão. (VASQUEZ, 2003, p.27)

O que a fotografia fez com a iconografia de D. Pedro II nenhuma pintura alcançou, pelo simples fato da pintura não ser momentânea. Dom Pedro criou o hábito de distribuir suas fotografias com dedicatórias. Era amado e seguido pelo povo, mas mesmo todo este ideal não impediu a concretização da República e o exílio da família real. Analisando uma série de imagens de D. Pedro II, é possível entender como até mesmo sua esposa, D. Tereza e sua filha princesa Isabel foram retratadas de forma tão próxima, primeiro por ser um processo rápido e com chances de ser repetido, caso não agradasse e segundo, que independente da visão crítica do fotógrafo, o modelo é um participante direto na criação da imagem em que a fotografia é um instante congelado.

## **5 REGISTRO: IMAGENS DA FAMÍLIA IMPERIAL DO BRASIL - SUA HUMANIZAÇÃO NA RELAÇÃO COM A REPÚBLICA**

Desde cedo o retrato fotográfico se coloca como uma prova material da existência humana, além de alimentar a memória individual e coletiva de homens públicos e de grupos sociais. Não por acaso, antes de deixar o país rumo ao exílio, a família imperial doou à Biblioteca Nacional sua imensa coleção de fotografias. Delas fazem parte mais de 400 retratos de D. Pedro II... (BORGES, 2005, p.41)

A fotografia em meados do século XIX não era vista em sua totalidade como base para registro histórico, principalmente pelo fato de que a fotografia era um trabalho um tanto quanto desconhecido e elaborado por desconhecidos. Maria Borges deixa clara a relevância feita aos pintores históricos: “As imagens por eles produzidas podiam ser consideradas um documento para a pesquisa histórica não apenas porque ilustravam o texto escrito, mas sobretudo porque traziam a assinatura de uma autoridade reconhecida nos círculos de poder.” p.29. Partindo desde conceito, os registros encontrados da família imperial de D. Pedro II não devem neste momento serem vistos diretamente com a intenção de representar a República (já que esta só será instituída em 1889, após o exílio de D. Pedro II e sua família), mas sim de trabalhar com a mudança na representação da família frente a estas renovações políticas que, ainda que não concretizadas, já eram uma realidade. Fazendo uma breve comparação, é possível analisar a estrutura formal quando se trata de pintura e fotografia, bem como, na relação com mudanças político-sociais.

**Fase: Infância. Ordem: D. João VI, D. Pedro I, D. Pedro II e Princesa Isabel.**



Retrato de Dom João VI ainda infante. Museu da Inconfidência, Século XVIII



Dom Pedro de Alcântara, Príncipe Real do Reino unido de Portugal, Brasil e Algarves. COSTA, Sérgio Corrêa da.. 1817. Anônimo



Imperador Dom Pedro II aos doze anos. 1837. Félix Emile Taunay



Pacheco, Insley Retrato das Princesas Dona Leopoldina e Dona Isabel, ca. 1855. Ambrótipo.

**Fase: Retrato. Ordem: D. João VI, D. Pedro I, D. Pedro II e Princesa Isabel**



O príncipe regente de Portugal, Dom João. Biblioteca Nacional de Portugal.. fol.: 51x40 cm 1804. Francesco Bartolozzi (1728-1815)



Retrato do imperador D. Pedro I, Museu Imperial de Petrópolis. 1830. Símplicio Rodrigues de Sá (?-1839)



Dom Pedro II, Imperador do Brasil aos 24 anos de idade. c.1850.. Coleção Princesa Isabel.



A Princesa Isabel, do Brasil (RJ, 1866) (Arquivo Nacional). Autor: Henschel

**Fase: Velhice. Ordem: D. João VI, D. Pedro II e Princesa Isabel.**

D. João VI faleceu aos 58 anos em 1826. D. Pedro I faleceu ainda jovem, aos 36 anos em 1834. D. Pedro II faleceu aos 66 anos em 1891 e Princesa Isabel faleceu aos 75 anos em 1921.



Retrato de Dom João VI. Acervo do Museu Paulista, São Paulo, Brasil. 1816.  
Autor: Jean-Baptiste Debret



Fotografia de Dom Pedro II do Brasil, idoso. Fotografia. c. 1890-91  
Autor: N. Blanc



Princesa Isabel com um dos seus netos no exílio. Fotografia. Paris, c. 1913

A fotografia representava a imagem do Império. Não só ela, mas também a pintura. Quando fazemos o paralelo das imagens de infância, em especial nos casos de D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II, o conceito de possível governante já estava estabelecido. Mesmo jovens, eles já eram retratados com atributos do império. No caso da Princesa Isabel, com sua irmã Leopoldina, os caracteres de uma infância independente do governo são explícitos, ainda que seja uma imagem que não possua nenhum simbolismo desta fase.

Na fase retratos, tanto em D. João VI quanto D. Pedro I, os atributos do império permanecem. D. Pedro II e Isabel já não foram retratados desta mesma forma. Ainda que em um sistema monárquico, as visões governamentais mudavam. Em descrição de sua auto-imagem, ele escreveu: “Nasci para consagrar-me às letras e às ciências e, a ocupar posição política, preferia a de Presidente da República ou ministro à de imperador.” (MAUAD, 1997, p.184).

Em uma sociedade vista como atrasada em paralelo com a França, a fotografia habilita a representação de um desenvolvimento. Ela acompanhava as grandes indústrias, os trens e os navios à vapor. O Brasil era um país emergente, lutando contra uma série de atrasos sociais para retornar ao círculo europeu, não mais como Portugal, mas como uma nova monarquia em desenvolvimento.

A ideia é percebermos as mudanças aparentes nas fases de desenvolvimento político. A fotografia ganhou espaço em meio à família imperial no Brasil não só pelo fato de ser uma inovação científica, por seu resultado rápido, mas também, como vimos anteriormente, por unir esta realeza, já tão afastada de uma série de mudanças na Europa. A fotografia também aproxima o Império do povo. Se não liam, viam. Viam um imperador que vestia-se da mesma forma que o patrão, que o dono da farmácia e tantos outros. Se a República tinha os conceitos de aproximação, a fotografia era uma representação gráfica deste ideal. Ela humanizava e difundia,

associava e modernizava. Não é assinalar que técnica é mais ou menos apurada, se pintura ou fotografia, mas entender qual técnica permitia que o governante olhasse para artista, mas que através do resultado, o povo olhasse para o governante.

Pinturas e fotografias são testemunhas de uma história passada. Estudamos ao longo do tempo sobre governantes e seus grandes feitos. Raramente nos é transmitida uma imagem que nos aproxime de uma realidade que permita ter uma certeza de que eles realmente existiram.

Quando vemos princesa Isabel, com um neto no colo ou sentada a contemplar o horizonte, em sua velhice, nos pensamos: Já vi uma foto parecida. O ser é um a realidade. Não podemos, é verdade, romantizar tanto os fatos. Se D. Pedro II era fascinado pela fotografia, ela soube usar seu “hobby” sabiamente para fins políticos, e se a história se repete, nossos atuais governantes aprenderam muito com ele. A fotografia não só o aproximava, mas o tornava constante no dia-a-dia dos brasileiros. Ser lembrado é uma necessidade humana. Tão humana quanto o é governar. Governo é um jogo de sedução entre atos, imagens e ideologias. A fotografia serviu nobremente em seu papel.

## REFERÊNCIA

- BAXANDALL, Michael. **Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros**. Trad. Vera Maria Pereira. SP: Companhia das Letras. 2006. Coleção: História Social da Arte
- BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & Fotografia**. 2ed. BH:Autêntica, 2005. Coleção: História &... Reflexões, 4.
- CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. Coordenação Elio Gaspari e Lilia Schwarcz. SP: Companhia das Letras, 2007
- DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. Ed. Círculo do Livro. Volume III. São Paulo. Tradução: Sérgio Milliet
- FERREZ, Gilberto. **Bahia: velhas fotografias, 1858 – 1900**. Rio de Janeiro: Kosmos; Salvador: Banco da Bahia Investimentos, 1988
- FREUND, Gisele. **Fotografia e sociedade**. Trad. Pedro Miguel Frad. Lisboa: Vega. 2ed. 1995. Coleção: Comunicação e Linguagem
- GOMES, Laurentino. **1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil**. SP: Planeta do Brasil. 2007
- GRANGEIRO, Cândido Domingues. **As artes de um negócio: a febre photographica: São Paulo 1862 – 1886**. Campinas, SP: Mercado de Letras; SP: Fapesp, 2000. Coleção Fotografia: Texto e Imagem.
- KOSSOY, Boris. **Fotografia e sociedade**. 2ed. São Paulo: Ateliê Editorial. 2001
- \_\_\_\_\_. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 3ed. São Paulo: Ateliê Editorial. 2002
- LEVASSEUR, Émile. **O Brasil por E. Levasseur 1889; com a colaboração de: Barão do Rio Branco...** | et al | ; tradução: Luiz Cavalcanti de M. Guerra, José Augusto de Carvalho. 1 ed. Rio de Janeiro: Bom texto. 2000
- MAUAD, Ana Maria. *Imagem e Auto Imagem do Segundo Reinado*. In: NOVAIS, Fernando. **História da vida privada no Brasil**. Vol.2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MOURA, Carlos Eugênio Marcosndes de (Org.). **Retratos quase inocentes**. [co-autores] Aracy A. Amaral, Carlos A. C. Lemos, Jean-Claude Bernardet. SP: Nobel. 1983
- PEREIRA, Sonia Gomes. **Arte brasileira no século XIX**. Belo Horizonte: C/Arte, 2008
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. 2ed. SP: Companhia das Letras. 1998.
- SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. SP: Companhia das Letras. 2004.
- SOUZA, I. L. C. **Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo 1780-1831**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.
- VASQUEZ, Pedro Karp. **O Brasil na fotografia oitocentista**. São Paulo: Metalivros, 2003

## **UMA NOVA POSTURA POLÍTICA HOMOSSEXUAL NA BAHIA: A FUNDAÇÃO DO GRUPO GAY DA BAHIA (GGB) NO ANO DE 1980.**

**Ailton José dos Santos Carneiro<sup>1</sup>**

**Resumo:** Este trabalho visa discutir como se deu o processo de fundação do Grupo Gay da Bahia e as novas estratégias e táticas políticas adotadas pelo grupo na luta pelos direitos civis dos ditos homossexuais na Bahia e no Brasil, na década de 1980. Para tanto, faz-se uso de uma revisão bibliográfica acerca da temática e da utilização de fontes orais, bem como, de uma análise de documentos – estatuto social do GGB, boletins informativos, jornais da época – que compõem a narrativa sobre esse passado. Com isso, trata-se de mais uma tentativa de inserir a problemática da homossexualidade na historiografia.

**Palavras-Chave:** Movimento Homossexual; Política, Grupo Gay da Bahia.

**Abstract:** This work aims to discuss how was the process of founding the Grupo Gay da Bahia and new strategies and tactics policies adopted by the group in the struggle for civil rights of homosexuals said in Bahia and Brazil, in the 1980s Therefore, use of a literature review on the theme and use of oral sources, as well as a review of documents - social status of GGB, newsletters, newspapers of the time - that make up the narrative of this past. With this, it is more an attempt to set the issue of homosexuality in the historiography.

**Keywords:** Homosexual Movement; Policy; Grupo Gay da Bahia.

### **Prólogo**

Para muitos estudiosos é consenso que o movimento homossexual brasileiro (MHB), como era denominado anteriormente o movimento LGBT<sup>2</sup>, emergiu na década de 1970, em plena a Ditadura Militar. Tem como marco dois acontecimentos que estão intimamente ligados: a publicação da edição de número zero do “Jornal Lâmpião da Esquina” em 1978, que discutia temas de interesse dos homossexuais e de outras minorias, e o surgimento do primeiro grupo organizado de homossexuais, o “Somos – Grupo de Afirmação Homossexual”, fundado em São Paulo, neste mesmo ano.

O aparecimento dessas organizações civis em defesa dos direitos dos homossexuais no país coincide com a terceira onda do movimento homossexual no plano internacional, iniciada no decênio de 1960.<sup>3</sup> Conforme Júlio Assis Simões e Regina Facchini<sup>4</sup>, essa fase permeada por constantes revoluções e transformações nos valores morais das sociedades foi o cenário propício para o surgimento dos grupos organizados de homossexuais em todo o mundo. Segundo os autores, é nesse período também que se forma uma nova representação da homossexualidade – a “identidade gay”. O marco dessa liberação gay foi a Revolta de Stonewall nos Estados Unidos.<sup>5</sup>

No Brasil, essas circunstâncias externas coadunadas com a conjuntura política vivida pelo Estado brasileiro impulsionaram os homossexuais a se organizarem politicamente a partir da década de 1970, engrossando ainda mais as demandas sociais. A tomada do poder pelos militares em 31 de março de 1964 gerou na sociedade brasileira uma cisão entre sociedade política e sociedade civil. O rompimento dessa delicada parceria atordoou diversos setores sociais em expansão e estancou o debate em torno de reformas sociais e políticas.<sup>6</sup> Com a chegada ao poder do General Emílio Gastarrazu Médici, no ano de 1969, a repressão militar atingiu seu paroxismo. Já na virada para a década de 70, a resistência dos estudantes a um governo autoritário e a reorganização da classe trabalhadora, em muito, impulsionada pela ala progressista da Igreja Católica e várias correntes de esquerda, gerou uma onda contestatória que agitou diversos setores sociais.

Oportunamente, foi neste momento que se criou no Brasil toda uma agitação político-cultural em torno da homossexualidade. De acordo com James N. Green<sup>7</sup>, nas décadas de 1960 e 1970, pode-se destacar três fenômenos na sociedade brasileira que permitiram uma maior visibilidade do homossexual, a saber: a ampliação dos espaços de sociabilidade homoerótica nas grandes cidades; o aparecimento na mídia de muitos artistas que assumiram uma androginia performática que negava a “carentice” e os rígidos padrões de gênero na sociedade brasileira, a exemplo de Caetano Veloso, do grupo musical “Secos & Molhados” e do grupo teatral “Dzi Croquetes”; e o surgimento de um novo modo de representar a homossexualidade no Brasil – o “entendido” – que passou a ter um viés político de afirmação homossexual que se distanciava do comportamento sexual hierárquico baseado na oposição binária entre a “bicha-passiva-feminina” e o “bofe-ativo-masculino” e introduzia no imaginário social, mesmo que ainda das classes mais elevadas e intelectualizadas, um modelo mais igualitário. Todo esse “desbunde” de uma cultura homossexual embarçou ainda mais esse confuso período da nossa história marcado pela Ditadura Militar. É nesse interstício que emerge uma identidade homossexual coletiva no país.

Além desses acontecimentos, outras importantes irrupções colaboraram para a tomada de consciência política por parte dos homossexuais no Brasil. O historiador Claudio Roberto da Silva<sup>8</sup> sintetiza pelo menos três:

O primeiro se refere à imprensa alternativa que promove uma reformulação da imagem associada ao indivíduo que sente atração por outros do próprio sexo; ele deixa de ser tratado como um amaldiçoado, incapaz de auto-realização, para transformar-se num ser que poderia provocar a revolução da estrutura social; o segundo se refere a produção acadêmica que retira a discussão do campo da medicina e da psicologia para colocá-la no campo das ciências humanas, alterando o enfoque ideológico e teórico da questão homossexual; o tema deixa de ser tratado como vício abominável, patologia e desvio, para tornar-se uma variável neutra da sexualidade humana, estudada como subcultura socialmente construída; e o terceiro se refere aos novos movimentos sociais que viabilizaram uma crítica ao machismo e ao racismo do país, conduzindo à reformulação das noções de gênero e sexo e à consolidação da identidade do militante homossexual.<sup>9</sup>

Analisando estas incursões citadas por Silva, percebemos que a imprensa alternativa desempenhou um papel de grande importância para a emancipação política dos homossexuais no país, sobretudo, com o surgimento do “Jornal Lampião da Esquina”, fundado em 1978, por Aguinaldo Silva, João Antônio Mascarenhas, entre outros. Em consonância com MacRae<sup>10</sup>, este periódico se diferenciou das demais publicações que tratava do tema devido a sua íntima relação com as organizações homossexuais que surgiram nesse período, fazendo com que as ideias veiculadas no jornal funcionassem como uma espécie de baliza para a construção de homossexualidades politizadas em todo o país. Dentre esses grupos homossexuais organizados, destaca-se o “Somos – Grupo de Afirmação Homossexual”, de São Paulo, devido ao seu pioneirismo e estilo de militância que se aproximava tanto dos ideais anarquistas, que tinha como maior representante interno João Silvério Trevisan, quanto da dialética marxista, defendida por James N. Green, mais conhecido como “Jimmy”.

Vale salientar também, conforme assinalado por Silva<sup>11</sup>, a importância das mobilizações coletivas em torno de identidades de raça e de gênero no Brasil para a formação do MHB. Nesta empreitada, o feminismo e suas críticas ao patriarcado e a desigualdade de gêneros acrescentou muito à causa dos homossexuais. Da mesma forma, a luta contra o racismo tornou-se um importante referencial teórico, emprestando à militância homossexual certa rigidez e melindre em torno da identidade, o que fez com que o discurso da “vitimização” se tornasse, a partir daí, uma importante arma na busca pelos direitos dos homossexuais.<sup>12</sup>

Já no ano de 1980, em meio à crise do jornal Lampião e do grupo Somos, foi que surgiu na Bahia, o Grupo Gay da Bahia. O grupo se aproveitou das fendas abertas pela



redemocratização do país para dar início a uma nova fase de politização da homossexualidade no Brasil.<sup>13</sup> Sob a liderança do antropólogo paulista Luiz Mott, o GGB inaugurou um novo estilo de militância política homossexual, muito mais específica e pragmática, focada na causa dos homossexuais, direcionando suas ações para além do interior da sociedade, tendo também como principal alvo o Estado.

Nesta perspectiva, este trabalho visa discutir como se deu o processo de fundação do Grupo Gay da Bahia e as novas estratégias e táticas políticas adotadas pelo grupo na luta pelos direitos civis dos ditos homossexuais na Bahia e no Brasil, na década de 1980. Para tanto, faz-se uso de uma revisão bibliográfica acerca da temática e da utilização de fontes orais, bem como, de uma análise de documentos – estatuto social do GGB, boletins informativos, jornais da época – que compõem a narrativa sobre esse passado. Com isso, trata-se de mais uma tentativa de inserir a problemática da homossexualidade na historiografia.

### ***"Gueis baianos: rodem a baiana, tudo bem, mas deixem de ser alienados...": A fundação do Grupo Gay da Bahia (GGB)***

O surgimento do Grupo Gay da Bahia está vinculado à chegada a Salvador daquele que seria o seu principal articulador: o antropólogo Luiz Mott. Em entrevista concedida ao jornal baiano “A Tarde”, em 16 de novembro de 2008, Mott remonta esse “mito de origem” do grupo. Segundo ele:

Eu vim para a Bahia depois de ter vivido uma relação heterossexual durante cinco anos, em Campinas, com duas filhas, aí então em 1978 eu assumi a minha homossexualidade e resolvi mudar para Salvador, fascinado pela beleza da cidade barroca, pelos negros, pelo clima e pelas frutas tropicais. E vim com a intenção de largar a universidade e viver uma vida meio hippie. Vim como professor visitante, e me beneficiei de um decreto de enquadramento, tornando-me professor adjunto. Depois fiz um concurso para professor titular. Em menos de um ano de chegada à Bahia, eu já tinha um namorado baiano, com o qual convivi durante sete anos. Estávamos numa tarde vendo o pôr-do-sol no porto da Barra quando um machão, percebendo que nós éramos gays - apesar de extremamente discretos -, me deu um tapa na cara, por pura homofobia. Foi a primeira vez na vida em que fui vítima de uma violência. Esse tapa na cara despertou a minha consciência da importância de defender os meus direitos como homossexual. (...) Aí a partir desse tapa na cara eu escrevi um anúncio para "O Lâmpião" que era assim: Bichas baianas, rodem a baiana, tudo bem! Mas deixem de ser alienadas. Vamos fundar um grupo de discussão sobre homossexualidade. Me escrevam!".<sup>14</sup>

Na prática, o anúncio de Mott enviado para o Jornal Lâmpião da Esquina serviu para corroborar uma mobilização coletiva que já vinha ocorrendo em torno da questão da homossexualidade na Bahia, contando no início com a participação no de 17 integrantes,

todos homens, em sua maioria jornalistas, estudantes universitários e professores. Sua reprodução na íntegra, como se pode ver, deixa bem clara a existência de um grupo que já se reunia para esses fins.

E atenção, ‘gueis’ baianos: rodem a baiana, tudo bem, mas deixem de ser alienados – Participem de um grupo de discussão sobre homossexualismo. Para maiores informações, escrevam para Luiz Mott: Rua Milton' de Oliveira, 114, 40000, Salvador, Bahia.<sup>15</sup>

Entre os membros-fundadores, chamam a atenção nomes como os de Ricardo Líper, Antônio Pacheco, também conhecido como Tony Pacheco, Alexandre Ferraz, Hédimo Santana, Wilson Santana, Aroldo Assunção, Huides Cunha, Davi Aranha, entre outros. Embora a iniciativa de formar um grupo político em torno da homossexualidade tenha partido de Luiz Mott, já se podia perceber nesse momento uma agitação político-cultural em Salvador para a construção de um movimento homossexual baiano. Muitos desses membros já discutiam e atuavam em defesa da homossexualidade, mesmo sem fazer parte de um grupo propriamente homossexual. Em entrevista concedida a Silva, Mott narra a formação do grupo:

Na época, um militante do movimento homossexual de São Paulo... que era baiano, voltou a Bahia. Ele entrou em contato comigo, colocou-me em contato com alguns anarquistas, jornalistas e professores. Essas pessoas também tinham pensado em organizar algo relacionado a movimento gay. Fizemos os primeiros contatos e marcamos a primeira reunião do Grupo Gay da Bahia. Foi no dia 29 de fevereiro de 1980... era um ano bissexto!! Reunimo-nos, dezessete pessoas num sábado à noite, estavam o Aroldo, Ricardo Líper, o caso de Ricardo Líper que era o Antônio Carlos Pacheco, um outro que chamava-se Alexandre Ferraz – anarquista-jornalista –, Carlinhos e o seu caso... Wilson. Este último era negro... ele se separou do Grupo Gay depois de dois anos e fundou o Adé Dudu.<sup>16</sup>

Pode-se destacar entre esses membros atuantes o protagonismo de Ricardo Líper, Tony Pacheco e Alex Ferraz que, juntamente com outros estudantes da UFBA, fundaram o jornal anarquista “O Inimigo do Rei”, mais um importante editorial da imprensa alternativa do Brasil no período da Ditadura Militar. Além dos anarquistas, é notável também a participação de Wilson Santos que desde 1979 já atuava no Movimento Negro Unificado (MNU) baiano.<sup>17</sup>

A convocação direta de Mott e o fato dos demais membros não terem nenhum envolvimento com partidos políticos de esquerda fez com o grupo se voltasse exclusivamente para as demandas da homossexualidade, contrapondo-se assim ao grupo Somos-SP que desde a sua fundação foi marcado por uma quebra-de-braço interna sobre a questão da participação ou não na “luta maior” – luta de classes – o que contribuiu, em alguma medida, para a cisão do grupo.

Outra importante diferença do movimento homossexual baiano em relação à

experiência paulista estava relacionada à construção de uma identidade homossexual coletiva do grupo. Enquanto o “Somos” trazia a necessidade de uma afirmação identitária homossexual no próprio nome, o GGB já nasce com essa identidade definida e consolidada compondo uma das suas siglas. Não obstante, antes de isso representar um contraponto entre esses dois grupos, trata-se mais de uma continuidade. Uma prova disso foi que logo de início o grupo iria se chamar “Somos-Bahia”, depois, por sugestão de Aroldo Assunção, o grupo foi definitivamente batizado de Grupo Gay da Bahia.<sup>18</sup>

Já assumidos, a primeira aparição pública do GGB ocorreu em 13 de maio de 1980, em um ato público do MNU contra o racismo e a falsa abolição da escravatura. Aproveitando a ocasião, e a multidão que aguardava o som dos tambores da banda “Olodum”, Mott subiu no palanque para discursar sobre a dupla discriminação sofrida pelos homossexuais negros na sociedade baiana. Esse discurso era fruto dos debates que já ocorriam no grupo, levantados, sobretudo, por Wilson Santos.

A partir de 1982, o Grupo Gay da Bahia iniciou um processo de institucionalização. Primeiro, o grupo tratou de obter uma sede para as suas reuniões e organização das suas ações. O responsável pela concretização desse projeto foi Luiz Mott, que adquiriu um imóvel por conta própria para a instalação do grupo. A inauguração festiva da nova sede do GGB na Escada da Barroquinha, Edifício Derby, ocorreu em 15 de abril de 1982.<sup>19</sup>

Outra importante iniciativa foi a elaboração de um estatuto, nesse mesmo ano. Antes disso, a distribuição das tarefas e tomada de decisão no interior do grupo se dava por meio de consenso, de acordo com a concepção anarquista predominante no movimento, numa fórmula muito semelhante à do grupo Somos-SP. Nesse novo momento cria-se um regimento interno estabelecendo um colegiado composto por seis conselheiros, seis coordenadores, tesoureiro, arquivista, secretário e o presidente e vice-presidente. Para Marcelo Cerqueira<sup>20</sup>, essa nova postura do grupo foi uma estratégia encontrada pelos seus membros para delinear e viabilizar novos projetos.

Para alcançar esse objetivo o grupo enfrentou uma verdadeira “odisseia” que tinha pela primeira vez o Estado organizado como principal obstáculo. Além dos membros do grupo, militantes de outras regiões do país também se propuseram a lutar o “bom combate”, como foi o caso do advogado João Antônio Mascarenhas, que cooperou oferecendo consultoria gratuita à organização. Contra a legalização do grupo, o cartório alegava que essa iniciativa era inédita, sem precedentes na jurisprudência brasileira, o mais indicado seria apelar a um juiz. Diante disso, eles contrataram um advogado que apresentou ao juiz mais de vinte documentos anexos, justificando que nem a Constituição, nem o código penal impediam

que os homossexuais se organizassem legalmente. Perante toda essa mobilização e do irrefutável amparo legal da petição, o Juiz Gudesten Soares, do Fórum Rui Barbosa de Salvador, proferiu, em 24 de janeiro de 1983, a seguinte sentença:

O homossexualismo é um fato da natureza e não conduta perniciosa, e jamais o seu direito de ser foi definido pelo Legislador Brasileiro como crime ou coisa que valha. O preconceito e a discriminação, sim, tiveram sempre a repressão da lei maior. Por isso, há de ser deferido o pedido de registro dos estatutos do GGB, como o defiro, mesmo que pareça estranho a quem pudesse negar lugar, no Jardim da Criação de Deus, às rosas rubras, brancas e amarelas só porque não são róseas. Registrem-se os estatutos.<sup>21</sup>

Dessa forma, o GGB foi o primeiro grupo homossexual a obter o registro de sociedade civil sem fins lucrativos. Essas primeiras conquistas da militância homossexual baiana marcam o início de uma nova política homossexual no Brasil. O Grupo Gay da Bahia não foi apenas o pioneiro, como também foi o principal protagonista dessa nova fase. Cabe agora analisarmos de forma mais detalhada esse processo de politização da homossexualidade sob a égide político-cultural do GGB na Bahia nos anos 1980.

### **Uma nova postura política homossexual na Bahia e no Brasil nos anos 1980**

O processo de abertura política que se iniciou com a ascensão do General Ernesto Geisel à presidência da república, em 1974, como uma resposta ao avanço do único partido legalizado, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), e às pressões exercidas por estudantes e trabalhadores que já reivindicavam a volta da democracia, programou uma “distensão lenta, gradual e segura”. Os Movimentos sociais vislumbraram nas fendas abertas pela redemocratização do país a possibilidade de terem suas reivindicações atendidas. A inércia do general-presidente João Baptista Figueiredo, que chegara ao poder em março de 1979, e a atuação de novos partidos e atores políticos, fortaleceu ainda mais a sociedade civil. Os grupos homossexuais que surgiram neste período, como foi o caso do Grupo Gay da Bahia, procuraram obter vantagens deste novo cenário político levando adiante muitas demandas suscitadas pelos movimentos homossexuais do final da década de 1970.<sup>22</sup>

Com isso, o GGB desenvolveu uma concepção mais antagônica na luta pelos direitos civis dos homossexuais, apontando aliados e opositores da causa homossexual. Assim, a ênfase em um *devir* revolucionário que marcou a primeira fase do movimento homossexual foi deixado de lado e o grupo adotou uma política mais pragmática, atuando, sobretudo, frente ao Estado. Isso, sem deixar de lado as ações no interior da sociedade civil.

Para Scherer-Warren<sup>23</sup>, esta ênfase na cidadania foi marcante na ação dos novos

movimentos sociais na década de 1980. Segundo a autora, “esta prática política decorre de uma reavaliação, estimulada pelo trabalho de educadores populares junto aos movimentos, dos princípios de legalidade e legitimidade.”<sup>24</sup> Ainda, comenta a autora, que muitas vezes este papel de educador era confundido com o de “dono” do movimento. No caso do Grupo Gay da Bahia, em seus primeiros anos, esta função educadora ficou, notadamente, sob a responsabilidade do seu principal representante – Luiz Mott. Sua condição de professor universitário e suas produções acadêmicas e literárias sobre a homossexualidade lhe conferiam o lugar de “intelectual orgânico”<sup>25</sup> do movimento.

Para que estas mudanças na postura da militância homossexual engendrada pelo grupo surtisse efeitos na sociedade em geral foi de extrema importância também à construção de uma identidade coletiva homossexual dentro do GGB que permitisse coesão, visibilidade e conquista de direitos. Neste sentido, para o grupo, a identidade “gay” era a que melhor os representava. Isso, devido a grande influência do *Gay Liberation* dos Estados Unidos, e por considerá-la mais “viril”, “belicosa”, por conseguinte, mais “respeitada” e “preparada” para o enfrentamento social. Nesta concepção também, os ideais dos movimentos negro e feminista tornam-se importantes referenciais teóricos, assim como são incorporados também dessas militâncias uma certa rigidez e um melindre em torno da identidade. A partir daí o discurso da “vitimização” torna-se uma importante arma na luta pela ampliação da cidadania homossexual.

Esse processo de politização da homossexualidade na Bahia sob a égide do Grupo Gay da Bahia se deu por meio de diferentes estratégias e táticas cotidianas, visando sempre à conquista de direitos civis para os homossexuais. É nesta perspectiva que o conceito de cidadania assume uma posição central no discurso e na luta social do grupo. Orientados sob este princípio, o GGB retomou e formulou uma série de reivindicações do movimento homossexual da década de 1970, como a luta pela despatologização da homossexualidade, o combate à violência diária sofrida pelos homossexuais, a defesa dos territórios e das práticas homoeróticas, as manifestações contrárias à imposição de uma representação homossexual subalterna e, nos meados dos anos 1980, lutou contra a epidemia do HIV/AIDS. Para os militantes baianos era “a hora e a vez” dos homossexuais.

### **Considerações Finais**

Neste trabalho, procuramos demonstrar que o surgimento do Grupo Gay da Bahia, fundado em Salvador, na década de 1980, representou o início de uma nova fase do

movimento político em torno da homossexualidade no Brasil, marcada por um novo processo de politização da homossexualidade, sobretudo, na Bahia, que visou conscientizar o máximo de pessoas que mantinham relações sexuais com o mesmo sexo dos seus direitos humanos e civis, através de uma ação política diversificada e criativa, tanto no interior da sociedade civil quanto junto ao Estado. Dessa forma, o GGB se tornou o principal sustentáculo do movimento homossexual brasileiro, servindo de modelo para outros grupos homossexuais organizados que foram surgindo nesta época.

No entanto, vale lembrar que mesmo antes da formação do GGB, no ano de 1980, já existia em Salvador pessoas preocupadas e dispostas a atuar politicamente no combate à opressão sofrida pelos homossexuais na sociedade. Da mesma forma, é importante salientar também que muitas das campanhas e reivindicações postas em prática pelo Grupo Gay da Bahia foram gestadas e ensaiadas ainda pela militância homossexual do final década de 1970, representada, notadamente, pelo grupo Somos-SP e pelo ativismo do jornal *Lampião da Esquina*. Ademais, a politização da homossexualidade ocorrida na Bahia, sob a égide do Grupo Gay Da Bahia, tem mais haver com uma mudança na perspectiva de intervenção da militância homossexual tanto na sociedade civil quanto na sociedade política, o que gerou grande visibilidade e expectativa de conquista de direitos por partes dos homossexuais.

---

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pesquisador-bolsista com financiamento pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orientador: Marcelo Pereira Lima. E-mail: [ailtonet@hotmail.com](mailto:ailtonet@hotmail.com).

<sup>2</sup> Atualmente o movimento político em torno da homossexualidade no Brasil é reconhecido pelas siglas LGBT, que designa a luta de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros na busca por cidadania plena e direitos humanos no país.

<sup>3</sup> Os historiadores e demais teóricos da homossexualidade destacam três importantes momentos do ativismo homossexual pelo mundo. De acordo com Prado e Machado, o primeiro momento inicia na Europa em meados do século XVIII, intensifica-se na metade do século XIX e tem seu desfecho no início do século XX, o segundo momento tem seu começo nos anos 1940 e se arrasta até a década de 1960, quando tem início à terceira fase do movimento homossexual com a irrupção da “Revolta de Stonewall” nos Estados Unidos, em 1969. Cf.: PRADO, Marco Aurélio Máximo e MACHADO, Frederico Viana. *Preconceito contra Homossexualidade: A Hierarquia da Invisibilidade*. São Paulo: Cortez, 2008.

<sup>4</sup> SIMÕES, Júlio Assis e FACCHINI, Regina. *Na Trilha do Arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

<sup>5</sup> Segundo Simões e Facchini, na madrugada de 28 de junho de 1969, o bar Stonewall Inn, um estabelecimento voltado para o público homossexual no bairro de Greenwich Village, em Nova York, enfrentou mais uma batida policial, entretanto, nessa noite os frequentadores do bar, em sua maioria jovens não-brancos, reagiram de forma inusitada, enfrentando os policiais em uma verdadeira sublevação coletiva que durou o fim de semana inteiro. Devido a forte resistência, os revoltosos gritavam e pichavam nos muros expressões como *Gay Power* (poder gay) e *Gay Pride* (orgulho gay). Os autores ressaltam ainda que foi a partir daí que o ser “gay” adquiriu um caráter subversivo, numa ampla postura de contestação política e cultural. Cf.: *Ibidem*.

<sup>6</sup> Para mais informações sobre os impactos do golpe de 1964 para a democracia brasileira, ver: TOLEDO. Caio Navarro. *1964: O golpe contra as reformas e a democracia*. Revista Brasileira de História. Revista Brasileira de História. São Paulo. V. 24. Nº 47, 2004.

<sup>7</sup> Cf.: GREEN, James Naylor. *Além do Carnaval: A Homossexualidade Masculina no Brasil do século XX*. São

---

Paulo: Editora Unesp, 2000.

<sup>8</sup> Cf.: SILVA, Cláudio Roberto da., *Reinventando o Sonho*: história oral de vida política e homossexualidade no Brasil contemporâneo. Dissertação de mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1998.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 8.

<sup>10</sup> Cf.: MACRAE, Edward. *A Construção da Igualdade*: Identidade sexual e política no Brasil da “Abertura”. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990.

<sup>11</sup> SILVA, Cláudio Roberto da. Op. Cit.

<sup>12</sup> De acordo com Maria da Glória Gohn, esses sujeitos coletivos configuram os chamados “novos movimentos sociais” com ênfase na afirmação e reconhecimento de identidades culturais, em oposição aos “movimentos sociais tradicionais” que se baseiam na luta de classes. Cf.: GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. 2º ed. São Paulo: Loyola, 2008.

<sup>13</sup> Para Simões e Facchini, o movimento político em torno da homossexualidade no Brasil pode ser dividido em três “ondas” ou fases: a “primeira onda”, focalizada no período que corresponde a “abertura política”, de 1978 em diante, quando surge o grupo Somos e o jornal Lâmpião da Esquina; a “segunda onda”, da qual o Grupo Gay da Bahia faz parte, marcada pelo processo de redemocratização do país, nos anos 1980, e pelas mobilizações em torno da Assembleia Constituinte e no combate à epidemia do HIV-AIDS; e a “terceira onda”, iniciada a partir de meados da década de 1990, caracterizada pela parceria entre Estado e grupos homossexuais organizados, pela adoção da designação LGBT para identificar o movimento e a consagração das “Paradas do Orgulho LGBT” em todo o país. Cf.: SIMÕES, Júlio Assis e FACCHINI, Regina. *Na Trilha do Arco-íris*: Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p.14.

<sup>14</sup> Jornal A Tarde, 16-11-2008.

<sup>15</sup> JORNAL LÂMPIÃO DA ESQUINA. Ano 2. Nº 22. Março de 1980, p. 3

<sup>16</sup> SILVA, Cláudio Roberto da., Op. Cit., p. 460.

<sup>17</sup> Estas informações podem ser encontradas na entrevista concedida por Wilson Santos ao blog “Ade Dudu”. Disponível em: <http://adedudu.blogspot.com.br/2011/05/um-pouco-de-historia.html>. (Acesso em 02 de março de 2013).

<sup>18</sup> Informações concedidas por Marcelo Cerqueira, em 27 de fevereiro de 2012. Vale ressaltar que Marcelo Cerqueira só ingressou no Grupo Gay da Bahia em meados da década de 1980, portanto, os dados cedidos por ele, anteriores a isso, por mais que tenham um caráter memorialístico, trata-se de uma “memória herdada”, pois foram informações adquiridas no convívio com Luiz Mott e demais membros-fundadores do grupo. O conceito de “memória herdada” se encontra nas formulações do sociólogo Michael Pollak. Segundo ele: “se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.” Cf.: POLLACK, Michael. *Memória e identidade Social*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 200-212.

<sup>19</sup> BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA, Ano I, nº 03, Abril de 1982.

<sup>20</sup> Informações concedidas por Marcelo Cerqueira, em 27 de fevereiro de 2012.

<sup>21</sup> BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA, Ano II, nº 06, março de 1983.

<sup>22</sup> Para mais informações sobre o processo de redemocratização do Brasil pós-Ditadura Militar ver: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Tempo da Ditadura*: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Brasil Republicano, Vol. 4).

<sup>23</sup> SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 55.

<sup>25</sup> De acordo com Gramsci, o intelectual orgânico é proveniente do grupo social que o gerou, tornando-se seu especialista, organizador e homogeneizador, em contraposição, ao intelectual tradicional que acredita estar desvinculado das classes sociais. Cf.: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: volume 2*. 6ª ed Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011; e GRAMSCI, Antonio. *Intelectuais e a Organização da Cultura*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

## **JORNAIS OPERÁRIOS NO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XX**

**Autor: Alberto Dias Mendes - Doutorando em História Política/Programa de Pós-Graduação em História Política da Uerj**

**Email: mendesad@yahoo.com.br**

**Orientadora: Lená Medeiros de Menezes**

### Resumo

A presente comunicação pretende identificar a imprensa operária, bem como refletir sobre a atividade dela, por meio do estudo de jornais e seus editores, representantes de ideias anarquistas e comunistas que predominaram no movimento sindical brasileiro no início do século XX. O estudo afasta-se da história tradicional, da mera narrativa cronológica, apresentando uma perspectiva de história política, com análise contextualizada e dialética do momento histórico que está sendo abordado.

Palavras-chave: imprensa operária, anarquismo, jornais anarquistas

### Summary

This Communication aims to identify the working press, as well as reflect on the activity of it, by studying newspapers and their editors, representatives of anarchists and communists who predominated in the Brazilian labor movement in the early twentieth century ideas. The study departs from the traditional story, the mere chronological narrative, presenting a perspective of political history, with contextual and dialectical analysis of the historical moment that is being addressed.

Keywords: labor press, anarchism, anarchist newspapers

### Introdução

A presente comunicação pretende refletir sobre a atividade da imprensa operária, por meio do estudo de jornais e seus editores, representantes de ideias anarquistas e comunistas que predominaram no movimento sindical brasileiro no início do século XX, para o que serviram como referencial teórico as obras de Konder (2009), Ferreira (1978) e Sodré (1999).

O estudo afasta-se da história tradicional, da mera narrativa cronológica, apresentando uma perspectiva de história política, com análise contextualizada e dialética do momento



histórico que está sendo abordado, concordando com a afirmativa de Pedersen (2006: 63) de que “actualmente todos nós somos historiadores políticos”. Ainda sobre a relevância da história do político, pode-se recorrer também a Rosanvallon (2010: 48) quando, ao defender o “retorno ao político” na historiografia, ensina que

A história filosófica do político é também compreensiva, porque seu objetivo central é apreender uma questão situando-a no contexto de sua emergência. Sob tais condições é impossível manter uma perspectiva objetivista, que creia ser possível ao historiador, de uma posição externa, pesquisar e controlar um objeto passivo. A abordagem compreensiva busca apreender a história em seu fazer-se, ou seja, enquanto ela mantém suas potencialidades – e antes, portanto, que ela se efetive no modo histórico e passivo, como um fato necessário.

A história política nessa perspectiva articula-se com o conceito de cultura política pois, conforme destacou Serge Berstein (1998), o historiador tem interesses na cultura política, tanto para “descobrir as raízes e filiações dos indivíduos, restituí-las à coerência dos seus comportamentos graças à descoberta das suas motivações” (p.362) quanto porque ela “fornece uma chave que permite compreender a coesão de grupos organizados à volta de uma cultura” (p.362).

A metodologia utilizada foi da consulta bibliográfica e sitográfica, o que possibilitou o levantamento de informações relevantes e fundamentais para a compreensão daquele momento histórico. Foram pesquisados 06 (seis) periódicos, em um total de 61 (sessenta e uma) edições entre os anos de 1914 e 1921: *A Classe Operária* (15); *A Obra* (09); *A Plebe* (13) *A Rebelião* (05); *Na Barricada* (07); e *A Voz do Trabalhador* (12)<sup>i</sup>. A interseção entre eles é a inspiração anarquista e socialista de seus editores e colaboradores. Durante os estudos, foram identificados dezenas de nomes que tiveram destaque na concepção, escritura ou distribuição desses jornais: Silvio Romero, Tobias Barreto, Silvério Fontes, Euclides da Cunha, Neno Vasco, Edgard Leuenroth, Astrojildo Pereira, Florentino de Carvalho, Lima Barreto, Octávio Brandão, Everardo Dias, Lyrio de Rezende e tantos outros. No entanto, tentei traçar um recorte mais pontual, a fim de que pudesse orientar a análise, deixando para outro momento a abertura de um leque maior.

### **Os jornais como fontes históricas**

Analisar e pesquisar a partir de fontes documentais na imprensa escrita constitui um desafio que ainda é caro aos historiadores. Inúmeras são as abordagens e as críticas aos trabalhos realizados e as conclusões extraídas, isto porque a relação entre jornalismo e história é,

relativamente, recente. Tomando como parâmetro as reflexões de Jean-Pierre Rioux - sobre o jornalismo em geral e não o de “esquerda” - ao falar sobre a história imediata e o papel do jornalista, ensina que as fontes por meio da imprensa passaram a ter mais rigor e reconhecimento a partir da década de 1970, isto porque os profissionais também melhoraram a qualidade do trabalho<sup>ii</sup>.

A imprensa aqui está concebida como agente histórico. No entanto, alguns elementos devem ficar bem evidentes sobre a utilização dessa rica fonte para a historiografia, principalmente no que tange à utilização de periódicos de época. Em que pese existir ainda um debate sobre a pertinência do uso dos jornais para as investigações dos historiadores, estudos existentes fazem do manuseio desse material um mosaico de informações riquíssimas para a consecução de excelentes trabalhos científicos, o que pode ser confirmado pela afirmação de Luca (2005:118), em seu estudo sobre as fontes: “O estatuto da imprensa sofreu deslocamento fundamental ainda na década de 1970: ao lado da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto de pesquisa histórica”. Luca levanta ainda a importância incontestável de identificar o material que fora utilizado, pois, para ela, “historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê” (p.132), ou seja, não é suficiente o estudo apenas do texto impresso e a reprodução pura e simples da informação, mas toda a estrutura que suporta o jornal, seus editores, as ideias que defendem, os grupos que atuam e as condições materiais de impressão do jornal.

Há vários significados para a imprensa e também sentidos, com isso é preciso saber o devido cuidado que ao profissional é exigido na análise dessa fonte documental, sem a ingenuidade da neutralidade, como adverte Sosa:

O uso de fonte jornalística como instrumento a ser utilizado em história política, conseqüentemente, não tem como deixar de levar em consideração o viés ideológico, presente ou na feitura do texto ou em sua leitura à época em que foi produzido. Isso conduz, inapelavelmente, à pesquisa não só das peças textuais em si, mas também do momento histórico em que foram produzidas e, dado o volume das mesmas, impõe-se ao pesquisador uma necessária e clara delimitação de cenários e tópicos envolvidos no processo.<sup>iii</sup>

Ainda sobre o estudo da fonte, Sosa acrescenta:

A imprensa adquire assim a função de porta-voz da sociedade, e como os acontecimentos são captados no momento mesmo em que ocorrem, identificam uma época. Ao historiador cabem os questionamentos às fontes para extrair um significado, retirando de sua linguagem os elementos capazes de representar um determinado momento histórico.<sup>iv</sup>

Uma das considerações a ser apreciada está nas palavras de Lustosa, sobre a importância dos jornais da época e a atenção para a realidade que se vivia:

[...] toda a nossa realidade atual é muito diferente daquela não só no Brasil como no restante do mundo ocidental. O acesso à educação era muito mais restrito, os livros custavam muito caro, a impressão do jornal também, ainda que bem menos. De modo que o jornal era o impresso de mais fácil acesso que se tinha.<sup>v</sup>

Essa preocupação com o uso das fontes, seu manuseio e significação esteve presente ao longo de todo o trabalho, a fim de garantir um resultado satisfatório que possa contribuir para a compreensão da realidade pretérita com o rigor necessário.

Em Sodré (1999), para quem “a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista” (p.01) há claramente a distinção entre a “imprensa burguesa” e a “imprensa operária”. Enquanto a primeira caracteriza-se pelos jornais oficiais, governamentais (a imprensa régia, por exemplo), a segunda diz respeito aos meios de comunicação impressos ligados aos sindicatos ou movimentos comunistas e anarquistas.

### **As idéias libertárias por meio dos jornais impressos no início do século XX**

Ainda na primeira década do século XX, a historiografia registra o I Congresso Operário Brasileiro (COB), que ocorreu no Rio de Janeiro, entre 15 e 20 de abril de 1906, cuja resolução principal foi a criação da Confederação Operária Brasileira, com hegemonia da concepção anarquista (SODRÉ,1999: 312), explicado pela grande concentração de imigrantes dessa tendência filosófica no meio dos trabalhadores. A partir desses fatos históricos, cresce a imprensa operária. Ao ganharem o Congresso, os anarquistas criam um jornal, *A Voz do Trabalhador*, que foi “porta-voz” daquela organização operária. Antes, registraram-se dezenas de periódicos ligados ao movimento de trabalhadores, como “O Proletário” em Pernambuco (1847), “O Operário” em Fortaleza-CE (1892) e “A Lanterna” no Rio de Janeiro (1901).

Os jornais operários constituíram-se um veículo imprescindível para fazer chegar as ideias libertárias ao operariado urbano do início do século, pois as transformações políticas, culturais, econômicas, sociais, geográficas estavam desencadeando novos processos de rupturas que necessitavam de um instrumento de informação e formação da nova classe em ascensão. Esses jornais, além das características elencadas, também apresentavam particularidades que devem ser consideradas na análise: discurso próprio crítico ao sistema político-econômico vigente; linguagem diversificada, com presença de estilo coloquial e erudito; utilização de imagens; uso de pseudônimo dos autores para fugirem à repressão política; periodicidade semanal ou mensal.

Ainda em Ferreira (1978:106) é possível encontrar mais aspectos particulares dos jornais operários, um deles a periodicidade que, segundo a autora, “era determinada pelos acontecimentos”, outro a “ausência de publicidade” (com exceções), exemplos que podem ser associados ao processo organizativo da classe operária, de forma independente ou em sindicatos. A autora da obra “Imprensa Operária no Brasil” também fez um estudo comparativo sobre o aparecimento dos jornais e os momentos de ebulição das mobilizações, o que resultou em um dado importante: nos períodos que antecederam as greves há um aumento do volume das tiragens; por outro lado, no momento dessas paralisações há uma diminuição no aparecimento de novas publicações, que ocorrem fora dos períodos de tensão, como explicou (FERREIRA, 1978:108):

[...] quando o índice de aparecimento de novos títulos é alto, a presença de greve é baixa (ou estas não existem); quando ao contrário, há grande ocorrência de greve, os novos títulos não aparecem (ou aparecem em número reduzido). No entanto, é natural esta oposição. Se o jornal for compreendido como instrumento de teoria, Isto é, de doutrinação – como era naquela época – é evidente que nos momentos em que a teoria era levada à prática, ou seja, no momento da ação concreta (a greve), a produção teórica sofria um processo de retração.[...]

Corroborando a análise do contexto histórico em que circularam os jornais operários, Luca (2005) acrescenta:

Há que se considerar que, até a chegada da Família Real (1808), as tipografias eram proibidas no Brasil e os que se atreveram a violar as regras foram duramente perseguidos. A *Gazeta do Rio de Janeiro*, publicação do governo lançada em setembro de 1808, foi o primeiro jornal legalmente impresso em terras brasileiras. Informava acerca dos atos do governo e trazia notícias do exterior, porém cuidadosamente filtradas pelos censores. Nesse contexto, compreende-se o papel fundamental desempenhado pelo *Correio Brasiliense*, que continha amplo noticiário sobre os acontecimentos internacionais, europeus e americanos, e colocava o Brasil em contato com o mundo. (grifo da autora)

Se a *Gazeta* foi o primeiro jornal impresso no Brasil, o *Correio Brasiliense* foi o primeiro a circular, no mesmo ano de 1808, editado na Inglaterra por Hipólito da Costa. O Século XIX é, portanto, o momento em que se iniciaram as primeiras experiências de produção de jornais no Brasil, o que veio crescer vertiginosamente com o tempo. Mesmo com toda a repressão à liberdade de expressão daquela época, há muitos registros de notícias oposicionistas ao governo nos periódicos que circulavam pelo império.

A partir do século XX, a imprensa operária ganha fôlego, principalmente com a chegada dos imigrantes gráficos e das repercussões dos acontecimentos na Europa e União Soviética. Por isso, é de grande relevância analisar alguns periódicos da época, o que farei a seguir.

### “A Voz do Trabalhador”

Muitos foram os impressos com informações sobre as lutas dos trabalhadores no final do século XIX e início do XX, conforme já dito anteriormente. Um desses meios de comunicação, cuja periodicidade lhe atribuiu a marca de “semanário”, o jornal *A Voz do Trabalhador* foi instituído pela Confederação Operária Brasileira, por meio de seu estatuto, a partir de 1906. O jornal começou a circular em 1 de julho de 1908, no Rio de Janeiro, sob a denominação de “ORGAM DA CONFEDERAÇÃO OPERÁRIA BRAZILEIRA”<sup>vi</sup>, cujo endereço, conforme constava na parte frontal do jornal, era “rua do hospício, 156, sobrado – Rio de Janeiro (BRAZIL)” (hoje rua Buenos Aires), tendo publicado nos dois primeiros anos e retomado suas edições apenas em 1º de maio de 1913. Dentre seus fins específicos, o artigo 2º do estatuto da organização sindical dizia:

2º-Estreitar os laços de solidariedade entre o proletariado e defender em público as reivindicações econômicas dos trabalhadores, servindo-se, para isso, de todos os meios de propaganda conhecidos, nomeadamente de um jornal que se intitulará “A Voz do Trabalhador”<sup>vii</sup>;

O primeiro jornal organizado, oficialmente, por uma entidade de trabalhadores começa a circular e difundir os ideais libertários somente em 1908, com muita dificuldade, por causa da precariedade das condições do trabalho gráfico, as perseguições políticas e a falta de recursos financeiros. Segundo o Centro de Documentação da UNESP, o jornal *A Voz do Trabalhador* está assim descrito:

Como o próprio periódico se define, *A Voz do Trabalhador*, ele é “no campo da imprensa o mais legítimo porta-voz dessa colossal e sofridora falange de escravos do trabalho que vive a mourejar brutalmente neste grave eito que se estende desde as cochilas gaúchas até os cálidos seringais da Amazônia”. *A Voz do Trabalhador* é um jornal anarco-sindicalista, criado em 1908, que teve a sua origem na fundação da Confederação Operária Brasileira em 1906, no Rio de Janeiro onde “sentiu-se a necessidade de uma força impressa que denunciasses e informasse sobre a vida dos trabalhadores no Brasil”. *A Voz do Trabalhador* apresenta-se como um jornal informativo, que dava conta das greves, da vida dos sindicatos, das lutas contra a carestia, da repressão policial e etc., com importantes debates entre lideranças como Neno Vasco e João Crispim, notícias dos estados e suas movimentações sociais. Enfim *A Voz do Trabalhador* é um periódico do começo do século XX que registra um dos momentos mais importantes da mobilização operária brasileira.<sup>viii</sup>

Sodré (1999) registra também que Lima Barreto<sup>ix</sup> figurou entre os “colaboradores” do jornal. No entanto, um intelectual, conhecido pelo nome “Florentino de Carvalho” exerceu

notória atividade nas comunidades anarquistas e formulou maior parte dos textos das edições de *A Voz do Trabalhador*, a partir da nova fase do periódico, depois de 1913.

### “A Plebe”

Com a finalidade de aumentar o trabalho de agitação e conscientização, o periódico *A Plebe*, criado em 1917, teve seu primeiro exemplar publicado em 09 de junho de 1917, sob a direção de um dos maiores intelectuais daquele momento histórico, Edgard Leuenroth (1881-1968), personalidade tão relevante que deu nome ao Arquivo histórico do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas. Leuenroth, filho de médico, aprendeu ofício de tipógrafo (gráfico na época) e teve contato com as ideias anarquistas por volta de 1901, pelas quais simpatizou e aderiu.

Segundo Rodrigues (1968 *apud* Ferreira, 1978), os gráficos eram muito politizados e com viés anarquista, “Sendo obrigatoriamente indivíduos alfabetizados, sua condição profissional era assim qualificada, não sendo poucos os gráficos – ou tipógrafos como eram conhecidos na época – que se tornaram jornalistas ou adquiriram outra profissão intelectual”(RODRIGUES, *apud* FERREIRA, 1978:111).

A primeira página do jornal “A Plebe” apresenta o editorial escrito, obviamente, por seu criador, Edgard Leuenroth, sob o título: “Ao que vimos – Rumo á Revolução Social”<sup>x</sup>. Assim, inicia o texto:

*A Plebe*, como facilmente se verifica, é uma continuação de *A Lanterna*, ou melhor dizendo, é a própria *A Lanterna* que, atendendo ás excepcionaes exigências do momento gravíssimo, com nova feição hoje resurge para desenvolver a sua luta emancipadora em uma esphera de acção mais vasta, de mais amplos horizontes, com um integral programma de desassombrado combate a todos os elementos de oppressão que sujeitam o povo deste paiz, como o de toda a terra, á odiosa sociedade vigente, alicerçada por toda a sorte de misérias e de violências.<sup>xi</sup>

Leuenroth deixa claro que está surgindo mais um periódico em substituição ao anterior, por ele mesmo editado (*A Lanterna*), cujo objetivo era mesmo, qual seja, difundir os ideais anarquistas e organizar os trabalhadores para uma luta contra as instituições vigentes, conforme em outro parágrafo viria defender que “a espécie humana” poderia considerar-se “verdadeiramente livre” quando fossem extintas as “maldições” do Estado, da Igreja e do militarismo. No mesmo texto, o autor tece uma crítica aos ideais da Revolução Francesa, dizendo que “Liberdade, Igualdade e Fraternidade só existem como uma grosseira expressão rethorica rotulando muita miséria e oppressão”, fazendo, em seguida, uma alusão ao “13 de maio”, para

que os trabalhadores alcancem “a sua alforria derradeira”, que trará, por sua vez, a felicidade do povo brasileiro, quando finaliza o texto dizendo que “é com esse objetivo que vem luta *A Plebe*”.

### ***“A Classe Operária”***

Em 1922 é criado o Partido Comunista<sup>xii</sup>, no Brasil, com a participação de nove delegados na cidade de Niterói (Rio de Janeiro), dentre eles Astrojildo Pereira, ex-militante anarquista que abandona estas últimas e segue o novo caminho do comunismo, certamente pela influência da linha leninista (KONDER, 1995:32). Isto porque o próprio Astrojildo, em um texto escrito para o jornal “Novos Rumos” (disponível na página virtual do Partido Comunista), confessa que as ideias anarquistas já haviam perdido espaço para o comunismo<sup>xiii</sup>, por forte influência de Marx, Engels e Lenin. Segundo o líder anarquista-comunista, a imprensa operária teve um papel fundamental na consolidação das organizações dos trabalhadores, principalmente na divulgação das ideias de esquerda e denúncia das arbitrariedades da classe dominante.

O jornal teve seu primeiro número em circulação no dia primeiro de maio de 1923, o que é bastante curioso, tendo em vista que a maioria dos jornais operários com maior expressividade iniciou suas publicações nessa mesma data. O jornal era, na verdade, um semanário, pois, em sua primeira página, no alto à direita dizia “publica-se aos sábados”. As características físicas e de diagramação eram semelhantes aos antecessores, com áreas destinadas a editorial, as notícias sobre os movimentos nos estados e informações para assinaturas do jornal.

No dia primeiro de maio de 1928, o jornal “A Classe Operária”, cujo subtítulo é “jornal de trabalhadores, feito por trabalhadores, para trabalhadores”, tendo na parte superior à direita escrito “Segunda Phase – Nº 1”. Esta curiosa inscrição indicava que o jornal havia parado de circular por um tempo, conforme seu próprio editorial afirmou: “Aqui temos, de novo, A CLASSE OPERÁRIA...”. Da mesma maneira que os jornais anarquistas, que pregavam a filosofia libertária, A Classe Operária, na parte central superior, deixa bem claro sua linha político-filosófica comunista, quando divulga uma das frases mais emblemáticas do século XIX que até hoje é parte integrante do vocabulário das esquerdas no mundo inteiro: “Proletários de todos os países, uni-vos”<sup>xiv</sup>.

A edição de julho de 1928 estampava na capa a seguinte manchete “Abaixo a guerra contra a heróica Rússia dos Soviets”, referindo-se, obviamente, à tentativa de aniquilar a revolução soviética, em andamento pelos países que se articulavam para começar uma nova Guerra Mundial, principalmente a Alemanha. Uma coluna era das principais matérias do jornal e

chamava-se “Guerra à Guerra” cujo objetivo era conscientizar o trabalhador sobre os problemas de uma guerra mundial ao mesmo tempo que fazia uma campanha pela valorização da participação da mulher na política, em um momento em que o machismo era muito conservador.

A linha adotada pelo PC brasileiro era distinta daquela defendida pelos anarquistas, o que foi um dos fatores preponderantes para o “racha” entre essas duas tendências que dominaram os movimentos de esquerda nas primeiras metades do século XX. No entanto, há ainda outros fatores que devem ser considerados na identificação das posições dos comunistas a partir do nascimento do PC, em 1922, e a repercussão da Revolução Soviética no mundo. Desde que o exército de Lênin e Stalin tomou o poder e os bolcheviques controlaram o Partido Comunista Russo, houve uma tendência a orientar as ações dos demais partidos no mundo inteiro, como fica evidente no pequeno trecho transcrito do jornal *A Classe Operária* quando afirma que se o “proletariado realizar (...) a linha leninista da I.C.”<sup>xv</sup> haveria uma vitória segura desses setores no Brasil. Segundo Konder (1995:35), os “marxistas-leninistas” sentiram necessidade de interpretar a realidade brasileira à sua maneira e o fizeram. Muitos foram presos e deportados, dentre eles Octavio Brandão, que foi com a família para a União Soviética. Nesse período histórico, participa do PC brasileiro um dos maiores líderes da esquerda brasileira, Luis Carlos Prestes.

### **Considerações finais**

Uma das dificuldades principais no caminho dos historiadores refere-se à questão dos conceitos, isto porque ao trabalharmos com épocas históricas pregressas nos deparamos com diferenças culturais que impõem alterações nas denominações dos objetos estudados, o que pode implicar seriamente o resultado pretendido.

A imprensa operária constituiu-se como uma alternativa de comunicação para um setor da população: os trabalhadores indústria (ainda embrionária).

Para além de uma alternativa comunicacional, a imprensa operária (ou proletária) do início do século XX representa uma rica fonte documental para a historiografia contemporânea, pois enriquece, sobremaneira, as investigações possíveis e necessárias de uma época que ainda possui muitas incógnitas a serem esclarecidas e questões relevantes que permanecem encobertas pela cortina pretérita de um tempo de muitas sombras e obscuridades. O avanço tecnológico, sem dúvida, é um fator essencial que tem permitido aos historiadores e demais cientistas, de todas as áreas, a desvendar grandes mistérios do passado e projetar novos enigmas para o futuro.



Podemos apontar, assim, indagações resultantes do pequeno estudo realizado, que poderiam dar lugar a novas investigações a fim de aprofundar mais os temas em questão e elucidar possíveis dúvidas sobre essa época tão dinâmica da história brasileira: 1- a Revolução de Outubro foi um marco histórico também para a imprensa operária no Brasil que, com o nascimento do PC (1922), passa a ter controle maior da massa trabalhadora e, com isso, as ideias comunistas ganham mais força junto a essa categoria da população; 2 – As disputas ideológicas tinham grande influência do cenário mundial e das orientações que vinham da Europa e União Soviética; 3 – a população, em sua maioria ainda camponesa, continuava destacada de todas as discussões político-ideológicas, pois, além da grande perversidade do analfabetismo originário das relações escravocratas, as poucas informações quando chegavam ou eram distorcidas ou já estavam por demais obsoletas.

---

<sup>i</sup> Os periódicos foram selecionados no período em referência por tratar-se do momento histórico em que aconteceram a I Guerra Mundial e a Revolução Soviética. O acervo encontra-se digitalizado e disponíveis em Centros de Pesquisa e Bibliotecas virtuais independentes, constantes da bibliografia dessa comunicação.

<sup>ii</sup> RIOUX, Jean-Pierre. *Entre história e jornalismo*. In: AGNÉS, Chauveau & TÉTART, Philippe. *Questões para a história do presente*. Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

<sup>iii</sup> SOSA, Derocina Alves Campos. *Imprensa e História*. Biblos, Rio Grande, 19, 2006, pág.111.

<sup>iv</sup> *ibidem*, pp.112-113.

<sup>v</sup> LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Entrevista, disponível em:

<[http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/k-n/FCRB\\_IsabelLustosa\\_Primeiros\\_anos\\_radicas.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/k-n/FCRB_IsabelLustosa_Primeiros_anos_radicas.pdf)>. Acesso em 24/06/2103.

<sup>vi</sup> Cf. RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Comunicação Social da Cidade do Rio de Janeiro. *Breve história da imprensa sindical no Brasil*. Cadernos da Comunicação, Série Estudos, nº 14, 2005, p. 08.

<sup>vii</sup> Estatuto da COB. Disponível em: <http://cob-ait.net/index.php/tudo-sobre-sindicalismo/29-organizacao/52-confederacao-operaria-brasileira-estatuto-historico>, acesso em 10/06/2013.

<sup>viii</sup> UNESP. CEDAP. Disponível em: <[http://www.cedap.assis.unesp.br/cat\\_periodicos/popup3/a\\_voz\\_do\\_trabalhador\\_cob.html](http://www.cedap.assis.unesp.br/cat_periodicos/popup3/a_voz_do_trabalhador_cob.html)>, acesso em 20/06/2013.

<sup>ix</sup> Lima Barreto aparece em todas as obras que falam sobre imprensa operária, tendo lançado, em 1907, o jornal “Floreal”. Por já ser um autor consagrado, não foi objeto da investigação, merecendo, contudo, um estudo individualizado sobre sua participação na imprensa libertária.

<sup>x</sup> Mantive a ortografia original do texto. Cf. A Plebe, 09/06/1917. *fac-sílime*.

<sup>xi</sup> Cf. A Plebe, 09/06/1917. *fac-sílime*. p.01.

<sup>xii</sup> Leandro Konder, ao referir-se ao “Partidão”, escreve “PC do Brasil”, talvez para evitar ser tendencioso haja vista a disputa ainda vigorosa entre os militantes partidários pela sigla “PCB” ou “PC do B” mais antiga.

<sup>xiii</sup> Nessa edição, sem data, Pereira fala da “bancarrota da anarquia”, numa clara referência do declínio desse movimento libertário e de sua mudança de paradigmas.

<sup>xiv</sup> A Classe Operária. 01/05/2013. p. 01. *fac-símile*.

<sup>xv</sup> I.C. – Internacional Comunista. Era uma organização internacional de “trabalhadores” comunistas. Em 1930 seria a III Internacional, criada em 1919, com direção política dos comunistas russos.

## **ITABERABA: MEMÓRIAS DA CIDADE NO INTERIOR DA BAHIA EM MEADOS DO SÉCULO XX**

*Alcides de Jesus Lima\**

### **Resumo**

Desenvolvem-se neste artigo algumas considerações acerca dos sentidos e significados da cidade através da memória. Têm-se como recorte espacial a cidade de Itaberaba no interior da Bahia. Os relatos sobre o cotidiano citadino possibilitam perceber alguns aspectos da realidade urbana em meados do século XX. Neste período, a municipalidade realizou diversas intervenções na paisagem urbana na tentativa de modernizar a urbe. A iluminação pública e o abastecimento de água da urbe também foram modificados.

**Palavras-chave:** Cidade. Memória. Cotidiano.

### **Abstract**

Develop in this article some considerations about the senses and meanings of the city through the memory. Have as space city Itaberaba clipping in the interior of Bahia. Reports on the city daily life make it possible to realize some aspects of urban reality in the mid-twentieth century. During this period, the municipality held various interventions in the urban landscape in an attempt to modernize the city. Public lighting and water supply of the city were also modified.

**Keywords:** City. Memory .Daily life.

### **Introdução**

Memória e história não se confundem, ainda que se aproximem em alguns aspectos. Pierre Nora as distinguiu e apresentou as características específicas de ambas. Ele considera que “a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado.”<sup>1</sup> Elas são reconstruídas e influenciadas pelo contemporâneo, aproximando-se neste ponto. A memória, no entanto, permanece sempre viva e em diálogo com a lembrança, conforme apontou Nora; “está sempre em processo de atualização.”<sup>2</sup> Um dos fatores que contribuem para esse eterno presente são as variações nos sentidos das

experiências no decorrer do tempo, pois “algumas experiências que não fazem sentido para a coletividade em alguns momentos, em outros podem se manifestar [...]”.<sup>3</sup>

Algumas interpretações acerca da memória como um campo de batalha são apresentadas por Michael Pollak. Suas considerações exemplificam como a memória é influenciada pelo presente. Para abordar essa questão, Pollak destaca o processo de reescrita da história da União Soviética em dois momentos distintos do processo de desestalinização desse estado. “O primeiro, nos anos 1950, caracterizou-se pela destruição de símbolos que lembravam Stalin. O segundo, em 1980 girou em torno de um movimento intelectual que visou construir a memória das vítimas do stalinismo.”<sup>4</sup> Nesses dois momentos se propôs a destruição da memória stalinista, possibilitando assim a emergência de uma nova memória. Para Pollak, “esse fenômeno consiste muito mais na irrupção de ressentimentos acumulados no tempo e de uma memória da dominação que jamais puderam se exprimir publicamente.”<sup>5</sup> A memória dos grupos sociais subordinados pela memória do estado, nesse caso, não foi apagada. Ela não tinha as mesmas condições de se manifestar ou de competir com a memória dominante.

O silêncio também é um aspecto que contribui para a sobrevivência de determinadas memórias. Muitas memórias podem permanecer em silêncio, subordinando-se a uma outra memória. Esse processo talvez ocorra porque em determinados contextos, uma delas encontram condições favoráveis e se torna preponderante. Acerca desse processo, Pollak registrou que:

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa [...], uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado deseja passar e impor.<sup>6</sup>

Essas considerações nos advertem acerca da complexidade da memória. Nesse contexto, analisam-se alguns relatos das experiências urbanas em meados do século XX, considerando-se o cotidiano da cidade através da memória. Também se esboça algumas considerações que compreende a função dos centros urbanos no contexto da organização territorial.

### **Cidade: memória, cotidiano e melhoramentos urbanos**

As cidades surgiram há pelos menos cinco mil anos. Não é, desse modo, uma realidade surgida no mundo contemporâneo. Como os centros urbanos são produtos históricos

e se transformam ao longo do tempo, considera-se a cidade produzida no contexto da sociedade burguesa.<sup>7</sup> A partir de alguns relatos dos sujeitos que habitam e constroem a realidade social, é possível perceber o cotidiano urbano, as relações sociais e também a vida material dos seus moradores. Focaliza-se, sobretudo, nas experiências ligadas a energia elétrica ao abastecimento de água na cidade de Itaberaba em meados do século XX.

A cidade se caracteriza como uma agregação humana que adquire significados a partir das relações sociais num determinado território. Para Marcel Roncayolo: “a cidade é território e dispõem de um território, quer pelo papel das instituições, quer pelo, mais informal, das suas atividades particulares.”<sup>8</sup> A cidade é pensada na contemporaneidade a partir da industrialização, destaca Henri Lefebvre. Para esse autor, no entanto, “a urbe preexiste a esse fenômeno e já era uma poderosa realidade.”<sup>9</sup> Nas suas considerações acerca das cidades em diferentes espaços e temporalidades, Lefebvre destaca a formação do capitalismo comercial nos núcleos urbanos medievais como o elemento responsável por constituir uma rede urbana:

A sociedade no seu conjunto, compreendendo a cidade, o campo e as instituições que regulamentam suas relações, tende-se a se constituir em redes de cidades [...] o que se levanta sobre essa base é o Estado, o poder centralizado. Causa e efeito dessa centralização do poder, uma cidade predomina sobre as outras: a capital.<sup>10</sup>

Essas considerações de Lefebvre possibilita pensar e perceber o papel dos centros urbanos na organização política e administrativa dos territórios que compreendem os Estados nacionais. Segundo esse autor foi à rede urbana e suas relações com o campo que possibilitou a configuração dos atuais Estados Modernos. Esse aspecto coloca a cidade como um elemento fundamental nos processos de organização e construção de territórios ao longo do tempo. As urbes são centros complexos e nela se formam diversas percepções, sentidos e significados. É impossível apreendê-las as suas diferentes faces.

Considerando esse aspecto, somente algumas práticas e relatos são considerados para se perceber alguns aspectos da realidade cotidiana em Itaberaba. É possível perceber através de algumas narrativas que essa realidade urbana foi marcada por diferentes experiências sociais. Essas experiências são reconstruídas por alguns sujeitos que vivenciaram a cidade em meados do século XX. Os relatos orais nos permitem penetrar no universo da iluminação pública da época.

As narrativas são consequências de um processo de seleção da memória. Nas narrativas acerca da vida noturna na cidade de Itaberaba nos anos anteriores a 1970, Arailza Custódio seleciona alguns elementos para reconstruir o cotidiano e os aspectos materiais dos

habitantes da urbe. Os seus registros não consideram os problemas decorrentes dos longos períodos sem energia elétrica no interior das habitações. Ela se concentra nos espectros que povoavam os espaços públicos da cidade. Nesse sentido, esses relatos se concentram no plano do imaginário e não nas práticas concretas do cotidiano. Através desses aspectos, no entanto, é possível penetrar no cotidiano da iluminação pública. Os fantasmas da cidade só desapareceram com a introdução da energia elétrica oriunda da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF depois de 1970. Esse é um período que pode ser considerado como uma transição de uma realidade para outra:

Quando a luz elétrica de Itaberaba era a motor há várias décadas, esta era acesa as ‘ave-marias’, ou seja, seis horas da tarde e apagava as dez horas quando as ruas ficavam escuras e desertas. Isto fazia com que as pessoas se recolhessem as suas casas, só saindo em casa de emergência. Com isso, surgiram várias histórias de assombrações, como ‘A Noiva’ que muitos moradores afirmaram ter visto pelas principais ruas da cidade, cantando [...] Essas assombrações só acabaram depois da inauguração da luz elétrica, vinda da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) em 14 de abril de 1971, que ficava acesa até o dia amanhecer. Era o progresso chegando aos poucos a Itaberaba.<sup>11</sup>

Esses relatos, porém não registram inúmeros aspectos relevantes no contexto urbano do período, como a remodelação urbana, por exemplo. Arailza constrói suas memórias a partir da realidade em que se insere no momento dos seus relatos em 1997. A cidade não é mais a mesma, a realidade urbana é outra. Logo, o cotidiano desse presente se impõe no processo de lembranças.<sup>12</sup> Nesse sentido, apesar dos espectros presentes no imaginário urbano, ela destaca o cotidiano pacato da cidade, contrapondo-se a nova realidade que se impõe com o crescimento da urbe. Ela recupera pontos do cotidiano que eram desfavoráveis naquele período ao mesmo tempo em que significam outros elementos.

Existem inúmeras outras narrativas que também destacam as experiências acerca da iluminação elétrica da época. Cada relato privilegia aspectos distintos acerca desse cotidiano. Isso se relaciona a individualidade das experiências e as visões expectativas de cada sujeito no interior da cidade. Peter Burke destacou que os historiadores que se interessam pela memória, devem “identificar os princípios de seleção, porque as memórias variam de lugar para outro; de tempo para outro. Elas são maleáveis.”<sup>13</sup> Enquanto os relatos de Arailza se concentraram no universo público, os relatos de Marly se voltam para o cotidiano no interior das habitações. Na década de 1940, o candeeiro era um instrumento de iluminação comum na maioria dos domicílios itaberabenses. Num contexto onde a iluminação pública se dava de forma parcial, poucas habitações contavam com energia elétrica.<sup>14</sup> Neste relato, destacam-se as dificuldades enfrentadas na realização das leituras sob a luz do candeeiro: “[...] e a gente queimava as

pestanas [...]”.<sup>15</sup> Ela narra essa experiência num contexto onde a energia elétrica está presente na maioria das habitações. A urbe não mais se submete a ausência de luz por longos períodos. Essa realidade foi frequente nas décadas anteriores a 1970. Como são construções do presente, esses relatos podem alterar os significados das experiências daquela época porque as experiências atuais se dão em outros contextos.

Essas narrativas ainda descrevem outros aspectos relacionados ao cotidiano itaberabense. A cidade vivia sob a perspectiva da modernização urbana. A municipalidade estava tentando eliminar algumas práticas que contradizia esse projeto de modernização social e urbana. O abastecimento de água, realizado pelos aguadeiros, constitui-se num dos principais elementos a ser modernizado. Nessa perspectiva, esses trabalhadores tendem a desaparecer com a realização de alguns melhoramentos no fornecimento de água em 1957.<sup>16</sup> Nessas narrativas, os aguadeiros aparecem como um dos principais sujeitos que representam cenas de incivildade urbana. Sua presença estava relacionada à existência de elementos indesejáveis. Os jumentos, animais utilizados pelos aguadeiros, foram incluídos na legislação urbana que excluía todos os animais da urbe.<sup>17</sup> O desaparecimento desses trabalhadores, entretanto, não alterou o movimento entre parte dos habitantes de Itaberaba, porque esses continuaram se deslocando para os chafarizes construídos pela municipalidade em diversos logradouros público da urbe.<sup>18</sup>

Esse processo retrata os diferentes tipos de vivências e os significados de um mesmo espaço urbano a partir de experiências diversas. A construção do sistema de abastecimento de água trouxe perspectivas distintas para moradores diversos: os aguadeiros perdem a sua fonte de renda e a elite local aumenta os seus privilégios, pois esse melhoramento representava uma mudança para aqueles que tinham acesso à água encanada em suas habitações. Outros habitantes continuaram obtendo água fora dos seus domicílios, mas alteraram-se as rotas no espaço urbano.<sup>19</sup>

O período onde se situam essas experiências é caracterizado pelas intervenções da municipalidade na paisagem urbana. A introdução de novos elementos em Itaberaba se deu de forma contraditória. A legislação sanitária que proibiu a circulação de animais no perímetro urbano em 1944 não foi aplicada com tanto rigor porque se vivia sob uma realidade semi-rural.<sup>20</sup> Essa realidade citadina poderia ser outra, caso os relatos fossem produzidos por outros sujeitos. Não existe uma única perspectiva de análise para esse período, porque a memória também não é única, ainda que exista a possibilidade de forjá-la.<sup>21</sup>

Para se compreender o projeto de construção da cidade moderna concebido pela municipalidade para Itaberaba, vêm-se considerando a memória como meio de acesso as experiências dos sujeitos acerca do cotidiano. Para se perceber as relações institucionais e políticas, os projetos de melhoramentos urbanos, as relações entre práticas cotidianas e civilização, outras fontes históricas são indispensáveis. Contudo, neste artigo se considerou algumas interpretações acerca da memória e suas possibilidades para a história urbana. Sandra Pesavento observou que: “a cidade é objeto de múltiplos discursos e olhares, que não se hierarquizam, mas que se justapõem, compõe ou se contradizem, sem por isso, serem uns mais verdadeiros ou importantes que os outros.”<sup>22</sup> Nessa perspectiva, um centro urbano dispõe de diversos relatos porque os sujeitos que o habita são portadores de experiências diversas.

Segundo Henry Rousso, “o trabalho do historiador é por definição uma operação seletiva, que depende do que foi efetivamente conservado, depende da sua capacidade pessoal e se inscreve num contexto particular.”<sup>23</sup> Se o trabalho desse especialista é seletivo, é necessário considerar atentamente a constituição das fontes orais, pois estas dependem também dos interesses dos sujeitos. Na análise das experiências urbanas com ênfase para o campo da coletividade, a memória oral se constitui num arsenal indispensável para se perceber as relações e práticas sociais no contexto das transformações urbanas. A municipalidade postulava a condição de cidade moderna para Itaberaba. Desenvolveu-se neste ambiente uma política de civilização que provocou um desarranjo na sociedade local, possibilitando novas configurações sociais e espaciais. Neste período, a urbe foi marcada pelos conflitos entre municipalidade e alguns grupos sociais que resistiram à exclusão de suas práticas. No contexto de modernização, esses grupos contrariaram os ideais do poder público local e da imprensa.

### **Considerações finais**

Pensar o uso da memória enquanto fonte histórica implica considerar os seus diversos aspectos, pois esses são fundamentais para o desenvolvimento de uma análise crítica das mesmas. Consideraram-se algumas interpretações acerca da memória que contribui para a análise das fontes acerca do cotidiano da cidade. Trabalhar com a memória urbana, reconhecendo-se sua complexidade e diversidade, possibilita perceber as diversas experiências no contexto urbano da época. As memórias, assim como as demais fontes históricas não nos dão acesso à totalidade das experiências históricas, mas a possibilidade de

através das interpretações e análises sistemáticas de dados, reconstruir uma representação do passado.

## Notas

\* Mestrando em História pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus V/Santo Antônio de Jesus – BA – Brasil e Bolsista CAPES – limjcid@gmail.com. Orientadora: Dr<sup>a</sup> Nancy Rita do Sento Sé de Assis.

<sup>1</sup> NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: 1981, p. 9.

<sup>2</sup> Ibid.

<sup>3</sup> THONSOM, Alistair. *Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: 1997, p. 57.

<sup>4</sup> POLLAK, Michael. *Memória esquecimento e silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p.3-15, pp. 4-5.

<sup>5</sup> Ibid., p.5.

<sup>6</sup> Ibid., p.8.

<sup>7</sup> BENEVOLO, Leonardo. Tad.: Silvia Mazza. *História e cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

<sup>8</sup> RONCAYOLO, Marcel. Território. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Região. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986. p 262-290. (Vol. 8), p. 282.

<sup>9</sup> LEFEBVRE, Henri. Trad.: Rubens Eduardo Frias. *O direito a cidade*. São Paulo: Centauro, 2001, p. 12.

<sup>10</sup> Ibid., p. 13.

<sup>11</sup> CUSTÓDIO, Arailza Lopes. *Fragmentos do passado*. Itaberaba, 1997.

<sup>12</sup> NORA, Pierre. Op. cit., p.9.

<sup>13</sup> BURKE, Peter. Trad.: Alda Porto. *Variedades da História cultural*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro: 2000, pp. 72-3.

<sup>14</sup> IBGE - Conselho Nacional de Estatística. *Sinopse Estatística do Município de Itaberaba Estado da Bahia: Subsídios para estudo da evolução política*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1948.

<sup>15</sup> SANTOS, R. S. M.; SILVA, M. L. Entrevista realizada em 20 de agosto de 2013.

<sup>16</sup> CERQUEIRA, Eptácio Pedreira de. *Pedra que brilha*. 3ª edição. Itaberaba: Salvador – EGBA, 2003.

<sup>17</sup> APMRFS. Caixa: 1074. Aviso 22 de março de 1956.

<sup>18</sup> Arquivo Público Municipal Roque Fagundes de Souza – APMRFS. Caixa: 1077 Of. nº 96/69 de 27 de maio de 1969.

<sup>19</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 202.

<sup>20</sup> APMRFS. Caixa: 0943. Decreto nº 186 de 1944.

<sup>21</sup> HENRY, Rousso apud POLLAK, Michel. Op. cit., p. 9

<sup>22</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre*. 2º Ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2012, p. 9.

<sup>23</sup> ROUSSO, Henry. Op. cit., p. 90.



**“Nasceu lá na Serra uma linda flor”<sup>1</sup>: a escola de samba Império Serrano como espaço familiar<sup>2</sup>**

**Alessandra Tavares de Souza Pessanha Barbosa<sup>3</sup>**

As escolas de samba no Rio de Janeiro se constituíram como espaços que extrapolam sua função primeira de promoção do lazer em direção a visibilidade das comunidades a elas ligadas. Neste sentido, nos deparamos, com a fundação da Escola de Samba Império Serrano, em uma ação que remonta as redes de relações sociais baseadas em laços familiares.

Palavras chaves: Sociabilidade, Rede Familiar, Visibilidade.

The samba schools in Rio de Janeiro were constituted as spaces that go beyond its primary function of promoting leisure towards the visibility of the communities associated with them. In this sense, we are faced with the founding of Imperio Serrano samba school, in an action that reconstructs the networks of social relations based on family ties.

Key words: Sociability, Family Network Visibility.

### **Espaços Familiares**

Uma das características da história da fixação da região do morro da Serrinha, em Vaz Lobo, local de fundação do GRES Império Serrano, é presença de grupos de famílias como agentes de povoação e estruturação da região. A ação das famílias é apontada nos diversos depoimentos apresentados pela literatura<sup>4</sup> que se desenvolveu a respeito da região como uma espécie de família extensa, extrapolando a noção de família consanguínea, adotando uma significação mais ampla.

Dona Vilma Machado narra que o deslocamento de sua família se deu por conta de um convite de sua madrinha, a vovó Maria Joana Monteiro, que possuía uma pequena casa nos fundos da sua. A mãe, uma mulher que acabara de se separar do marido e com filhos pequenos, fora abrigada pela amiga e comadre, recebendo ajuda no cuidado com as crianças e, muitas vezes, de ordem financeira.

Num primeiro momento, pode-se considerar que a proximidade<sup>5</sup> entre indivíduos era determinada somente pelas dificuldades financeiras e que, em nome de

uma superação, “viviam juntos, trocando, presentes, protegendo-se, prestando-se mútuos serviços”<sup>6</sup>. Todavia, esta relação poderia ser mais complexa do que a questão econômica poderia abarcar<sup>7</sup>. Talvez a afinidade não fosse determinante para que as pessoas compartilhassem a intimidade da vida em família, mas é por conta da mesma que certas aproximações eram tecidas, no estreitamento dos laços de amizade e parentesco, na execução das tarefas diárias, entre homens e mulheres da comunidade.

### **Rede social, rede de família e sociabilidade**

Quando a proximidade não era dada pelos laços consanguíneos, ou pelos casamentos<sup>8</sup> eram tecidas pelos compadrios. Mestre Fuleiro foi mencionado na entrevista que compõe o acervo de Depoimentos para a Posteridade do Museu da Imagem e do Som<sup>9</sup>, na qual Senhor Sebastião Oliveira destaca a relação familiar que ia além da questão consanguínea:

Suetônio – Agora o Molequinho fez menção a essas relações familiares, uma questão importante na origem do Império Serrano. No núcleo, eles todos são compadres. Mais de uma vez o Molequinho e o Mestre Fuleiro são compadres. Quantas vezes vocês são compadres?

Sebastião – Parando para contar, somos compadres umas 13 vezes.

José – Quando não eram parentes, eles davam os filhos para batizar uns aos outros, e chegavam a esses extremos do Molequinho e o Mestre Fuleiro serem compadres 13 vezes!

Sebastião – A esposa falecida do Fuleiro era amiga da minha falecida esposa. Eu dei a primeira filha para eles batizarem. Ele e a esposa, Maria Alice, me deram o primeiro filho para batizar. Mas o meu compadre Fuleiro gostava de muita orgia, e quando nasceu a Norma, ele tinha ido lá para o interior e só voltou três dias depois! Eu, como era compadre, resolvi os problemas, de maneira que quando ele voltou, voltou com ressaca: “- Ué, tem mais um aí?”. [...] Minto agora; eu estou esquecendo; nós somos compadres 12 vezes, mas conto 13 porque [ele batizou] a minha primeira filha[...], mas a minha segunda, eu dei para o meu primo, que é irmão da Elane.

Elane – E ele ficou aborrecido.<sup>10</sup>

Os treze compadrios entre Sebastião e Mestre Fuleiro são exemplos do estreitamento das relações entre as pessoas no Morro da Serrinha. Em suas análises, Chalhoub destaca que os deveres de reciprocidade eram muito valorizados entre os membros das famílias que se aproximavam, assim como “compadres e amigos eram também pessoas a quem se deviam dar demonstrações constantes de apreço e cortesia”<sup>11</sup>.

No caso referido por Sebastião, além da questão de ajuda mútua em momentos de dificuldades – e mesmo nos momentos de acobertamento de desvios de conduta no

casamento, como foi mencionado –, esses diversos compadrios seriam formas de celebrar e renovar laços de amizade. O aborrecimento de Mestre Fuleiro denota um laço estreito de amizade entre as famílias, o que deixava brecha ao protesto, caso a amizade não se manifestasse como esperado – ideia que Sebastião acatou como muito bom humor dando doze filhos para o amigo apadrinhar.

A aplicação da ideia de rede social e, por conseguinte, de rede de famílias, ajuda a entender a relação das famílias entre si, no Morro da Serrinha. As redes sociais podem ser entendidas como associações de pessoas que se unem por uma espécie de afinidade afetiva ou por partilharem algum tipo de objetivo. Implica a transformação de pessoas e de famílias no meio social em que estão inseridos. Desta forma, o conceito de rede social passaria a representar um conjunto de indivíduos, unindo ideias e recursos em torno de interesses e valores compartilhados.

As redes sociais são formas dinâmicas de relação dos indivíduos na sociedade. Apresentadas em sua multiplicidade, estas redes não pressupõem modelos estanques, considerando o caráter fluídico, e talvez multidimensional, que as relações em redes podem assumir no cotidiano dos envolvidos. “A estrutura é apreendida concretamente como uma rede de relações e de limitações que pesa sobre as escolhas, as orientações, os comportamentos, as opiniões dos indivíduos”<sup>12</sup>.

Em sua análise das redes sociais, Martelelo distingue dois tipos de redes sociais: uma que estaria ligada a movimentos institucionalizados, outra ligada aos espaços informais. A primeira reuniria indivíduos em nome de alguma associação, com funções e ações que estariam dentro de uma dinâmica para o desenvolvimento, a consolidação e a perpetuação de tais instituições. Os indivíduos estariam ligados através de elos hierárquicos, e suas ações dependeriam das ações de outros indivíduos, de maneira nem sempre espontânea. As redes de segundo tipo se consolidariam em espaços informais, a partir da tomada de consciência de interesses e/ou valores comuns numa comunidade. Neste caso, a diferença dá-se através de sua estruturação, ou seja, sua organização não é estabelecida mediante uma hierarquização.

Na direção de um movimento reflexivo sobre a construção de redes de relações familiares no Morro da Serrinha, identificam-se dois tipos, segundo o modelo de Marteleto. Um no primeiro momento, ainda no início da fixação das famílias na região, e outro num segundo momento, com a fundação da Escola de Samba Império Serrano.

O primeiro momento pode ser caracterizado pela consolidação de uma rede de famílias que se autoajudavam para vencer os obstáculos impostos pela adaptação à

região e/ou pelas dificuldades financeiras. Pode-se considerar a consolidação desta rede familiar baseada na informalidade.

Um dos aspectos para a aproximação de indivíduos e, por conseguinte, para a formação de redes sociais, seria a afinidade. No Morro da Serrinha, as afinidades entre os indivíduos forjavam relações entre as famílias. Pode-se analisar a aproximação entre algumas famílias locais através de seus espaços de lazer, suas festas. As palavras de Senhor Hélio indicam como estes espaços de lazer entrelaçavam as famílias:

A minha sogra era a Eulália... Ali tinha muitos rapazes e muitas moças, então nós íamos para lá, brincar, dançar, cantar, tinha sempre alguma coisa para fazer lá. E a mãe da Dona Eulália gostava muito de trazer aquele povo todo para casa, ficavam todos ali brincando, passavam a noite brincando... Da casa da minha sogra saíram muitos casamentos. Ali eu me casei em 1950.<sup>13</sup>

Os encontros, em momentos de festa, tornam-se espaços de sociabilidade, o que se pode entender pelo que afirma Claudia Rezende:

Na teoria social a noção de sociabilidade se refere geralmente a situações lúdicas em que há conagração e confraternização entre as pessoas. Ariés circunscreve, neste termo, visitas, encontros e festas que envolvem trocas afetivas e comunicações sociais para além do círculo familiar. Música e dança são elementos comuns, e a comensalidade figura quase obrigatoriamente nos momentos sociáveis.<sup>14</sup>

Assim as relações eram forjadas e nos momentos de comemoração reuniam-se indivíduos, parentes consanguíneos ou não, pela proximidade, em diversas festas, como casamentos, nascimentos, gurufins, jongos, blocos e escolas de samba da região. Senhor Hélio destaca que, mesmo não morando no Morro da Serrinha, as relações de amizade e parentesco o atraíam para a região, por conta dos diversos tipos de espaços lúdicos existentes nas casas das famílias:

As famílias eram sempre unidas, tinha sempre festa, por isso eu ia para lá, porque eu morava na Dona Clara. Todo fim de semana tinha alguma coisa na Serrinha: samba, roda de rua, churrasquinho... Em outros dias, durante a semana, eu ia para lá para jogar sueca, para ver os colegas. Lá a vida era assim. Muito boa a vida na Serrinha!<sup>15</sup>

Em estudo sobre as redes de sociabilidades estabelecidas através da música, no bairro de Madureira, Ana Paula Alves Ribeiro identifica um perfil das principais famílias que, em momentos diferentes, tornaram-se referência na organização e na difusão de alguma das manifestações culturais na região, tais como o jongo e o samba. Através da bibliografia disponível, a autora especifica cinco troncos familiares: os Costa, os Santos, os Oliveira, os Cardoso e os Monteiro.

Durante o processo de realização desta pesquisa, tanto através da bibliografia, quanto nas entrevistas e nas conversas informais, quando os microfones estavam desligados, houve a constatação do registro recorrente da participação do núcleo familiar, conforme destacado por Ribeiro. Com participação direta das famílias, em

maior ou menor grau, de maneira positiva ou como geradora de tensões<sup>16</sup>, a relação deste núcleo de famílias ou da rede de famílias apresenta-se em sua dinamicidade.

Não se pode desconsiderar a participação de alguns elementos das demais famílias, mas em relação ao Império Serrano, no que se refere à sua fundação e posteriormente à sua administração, este núcleo formado pelas cinco famílias destacadas foi determinante para a extensão da rede de sociabilidade que se irradiava no convívio dos participantes da escola de samba.

A partir da ligação das famílias com o Império Serrano, identifica-se uma rede que, em momentos diferentes, foram determinantes para a fundação e para a administração da escola de samba. Esta pesquisa não se propõe ao estudo minucioso sobre as famílias da região, mas se interessa por identificar as cinco famílias citadas e suas ligações entre si, a partir das práticas culturais, como reuniões e diferentes festas locais, e suas respectivas ações na fundação do Império Serrano.

A origem da família Costa é da região de Minas Gerais, tendo como núcleo Alfredo Costa, de profissão guarda-freios do trem noturno da Estrada de Ferro Central do Brasil, casado com Araci Costa, conhecida como Dona Iaiá. Eles chegaram à Serrinha com o seu bloco Cabelo de Mana, que deu origem à Escola de Samba Prazer da Serrinha, provavelmente, segundo registros e depoimentos dos entrevistados, fundada no final da década de 1920. A relação dos Costa com o carnaval foi determinante, segundo os discursos locais, para a fundação do Império Serrano.

A família Santos se instalou na Serrinha no ano de 1926, vinda do Andaraí, tendo como núcleo Paulino dos Santos e Teresa Benta dos Santos, pais de Antônio dos Santos, o Mestre Fuleiro. Dona Teresa era assídua dançarina de jongo. Seu filho foi um dos fundadores do Império Serrano, casando-se com uma das sobrinhas de Dona Iaiá da Costa, reforçando os laços entre as famílias. Mestre Fuleiro ficou conhecido como o *apito de ouro* ao comandar toda a harmonia da escola de samba, sozinho e somente com o uso de seu apito.

A chegada da família Oliveira ao Morro da Serrinha se deu através de Francisco Zacarias de Oliveira, funcionário da Companhia de Limpeza Urbana, casado com Etelvina Severa de Oliveira. Tiveram 10 filhos. Francisco Zacarias organizou quatro blocos na região: o “Primeiro Nós”, “Bloco da Lua”, “Dois Jacarés” e o “Três Jacarés”. Os Oliveira ficaram conhecidos no Morro da Serrinha por seu espírito festivo. Os filhos Eulália, Sebastião, João Gradim, Maria da Glória e Simplícia – mais que outros – herdaram do pai o gosto pela promoção das festas no local. Foi na casa de Eulália que se

fundou o Império Serrano, sob a liderança de Sebastião e alguns vizinhos, tendo como primeiro presidente João Gradim. Maria da Glória é conhecida, ainda hoje, na região, como Tia Maria do Jongu, referência do jongo no Morro da Serrinha.

A família Cardoso deslocou-se do Morro da Mangueira para o Morro da Serrinha. Seu núcleo era composto por Augusto Cardoso, trabalhador da Central do Brasil, e Juci Cardoso, que trabalhava em um hospital. Ribeiro destaca que uma das questões deste ramo familiar era o incentivo aos estudos, levando a uma preocupação futura com as crianças da região. Entre os Cardoso, estão profissionais da música que fundaram uma escola de samba preocupada com a formação das crianças do morro, a Escola de Samba Mirim Império do Futuro. Em relação a alguns membros da família, declara Ribeiro:

Entre seus filhos estão profissionais da música, Arandir, careca passista e militante de escola de samba e um dos fundadores da Escola de Samba Mirim Império do Futuro), Iraci (antiga filha de santo de vovó Maria e mãe de Valdemir, também militante de escola de samba e um dos fundadores da Escola de Samba Mirim Império do Futuro)<sup>17</sup>

A família Monteiro era formada por Pedro Francisco Monteiro, carregador da empresa Lloyd Brasileiro, e Maria Joana Monteiro, referenciada como Mãe de Santo da região, conhecida como Vovó Maria Joana, nascida em Valença, onde aprendeu a dançar o jongo. Participante da Escola de Samba Prazer da Serrinha, ela passou a componente do Império Serrano ainda na sua fundação, e cedia sua residência para a costura de parte das fantasias. Por ser composta de sambistas e jogueiros dedicados aos cultos afro-brasileiros, a família Monteiro representava os diferentes encontros culturais da região. Sobre estes aspectos Valença e Valença afirmam:

Maria Joana Monteiro, a Vovó Maria Joana Rezadeira, que reúne em si as heranças do culto afro-brasileiro da macumba, da dança do jongo e do samba, é hoje, na Serrinha e arredores, figura das mais representativas por ser, a um só tempo, mãe-de-santo, jogueira e sambista<sup>18</sup>.

A rede de famílias, estabelecida de maneira informal, estruturou-se posteriormente em torno de uma instituição formal: o Império Serrano. A fundação do Império acrescentaria um caráter institucional às relações entre as famílias, que passariam a ter sua ação e seus objetivos em favor da agremiação e da comunidade de maneira legitimada. A reunião dos indivíduos estaria inserida em uma dinâmica direcionada ao desenvolvimento e à perpetuação da instituição, Império Serrano. A escola de samba, por sua vez, seria um mecanismo pelo qual os interesses da comunidade faziam-se representar.

Entendem-se tais famílias como troncos centrais da rede familiar estabelecida no morro, cujas relações decorrem, num primeiro momento, das dificuldades financeiras. Não obstante, conforme verificado através das entrevistas, são perpassadas por uma grande e forte teia: a do lazer. As manifestações culturais e os espaços de lazer aproximavam pessoas e famílias, no sentido de congregarem, nos momentos de diversão, pessoas com as quais se nutriam certas afinidades.

Não se pode perder de vista que o processo de “institucionalização” da rede familiar do morro da Serrinha não anula as relações anteriores à fundação da agremiação, pois se percebe o caráter fluídico e multidimensional que as redes familiares podem assumir. Pode-se encontrar em um mesmo espaço a convivência de dois tipos de rede, a informal e a institucional, mas o que se ressalta é o fato de esta rede informal, no Morro da Serrinha, ter encontrado uma forma de ampliação de sua ação através da fundação de uma escola de samba.

A escola de samba, além de ter sido criada com o objetivo de ser um espaço de lazer e de representação do carnaval local, indicava em seu estatuto alguns interesses dos moradores da região. A rede de famílias, através do estatuto da escola de samba, colocara no papel, isto é, formalizara parte dos seus objetivos. À rede informal, que funcionava de maneira espontânea, baseada nos costumes, foi acrescentada uma hierarquia de funcionamento, com ações dependentes umas das outras, e nem sempre espontâneas.

Ao analisar o primeiro estatuto da escola de samba, percebem-se aspectos desta transposição dos interesses da rede de famílias. Através do Império Serrano, a rede familiar expunha seu dinamismo na busca de seus interesses.

O Império Serrano foi fundado como “Grêmio Recreativo Esportivo Escola de Samba”<sup>19</sup>, demonstrando uma clara intenção de fazer da escola de samba mais do que uma agremiação carnavalesca. Entre as suas finalidades, figuravam nos artigos 2º e 3º a motivação assistencial. No artigo 2º, o que se destaca é a intenção não só de dar assistência social e financeira aos moradores e participantes do Grêmio, mas de oferecer uma “maior assistência moral”.

O caráter de ajuda mútua da rede familiar figurava o artigo 2º, no que se refere à ajuda social e financeira, mas o que não fica claro é como se daria e qual tipo de ajuda a escola se propunha a oferecer a seus integrantes.

No artigo 3º, tem-se como objetivo a criação de centros de instrução primária. Desta forma, a escola de samba se propunha a extrapolar o espaço de lazer para exercer,

ainda, a função educativa na região. No referido artigo, o desenvolvimento de esportes e a recreação teriam, após a criação da agremiação, espaço reservado na quadra da escola. Com este artigo, o caráter assistencialista da escola de samba não se restringe somente aos integrantes da agremiação, mas a todos os moradores da região.

Como um centro de desenvolvimento, ampliando o caráter de ajuda mútua da rede informal de famílias, a escola de samba se ergue na região. Os artigos 2º e 3º do primeiro estatuto do Império Serrano propõem:

Art. 2º - Dar maior assistência moral, social e financeira à Escola de Samba, na organização e execução dos seus programas de festas recreativas, carnavalescas e de beneficência social.

Art. 3º - Fundar na sede da “E. de Samba” ou em lugares adequados, centros de instrução primária, esportiva e recreativa.<sup>20</sup>

Através da criação de órgãos como o Departamento Social Recreativo e do Departamento de Assistência Social, seriam oferecidas assistência médica, jurídica e funerária. A execução deste projeto chama atenção, pois, para tanto, seria preciso contratar ou criar parcerias com indivíduos ou grupos fora da comunidade. Dessa forma, existem indicativos de que há intenção de ampliar a ação da rede de famílias, atendendo a questões mais complexas e diversificadas, como o oferecimento de serviços que não chegavam à comunidade:

Art. 21º - São órgãos técnicos, imediatamente subordinados à Presidência da Diretoria:

- a) o Departamento Social-Recreativo, ao qual ficam afetadas as atividades sociais e recreativas;
- b) o Departamento de Assistência Social, ao qual ficam afetadas de auxílio-funerário.
- c) todas as atividades de amparo e benefício aos associados com as seguintes divisões:
  - gabinete médico
  - gabinete odontológico
  - gabinete jurídico
  - serviço
- d) o Departamento Cultural, ao qual ficarão subordinadas todas as atividades culturais, com as seguintes divisões:
  - I – Divisão Musical e Artística
  - II – Divisão Literária
  - III – Divisão Educacional<sup>21</sup>

A análise de alguns artigos do primeiro estatuto e do regimento interno do Império Serrano sinaliza uma intenção de seus fundadores de criar uma estrutura a partir da escola de samba. A agremiação serviria como uma instituição dedicada a suprir as dificuldades de acesso a serviços que seriam de responsabilidade do poder público.



## Considerações finais

Analisando a escola de samba para além do lazer, pode-se considerar como os aspectos culturais estão ligados às diferentes estruturas que dão sentido à vida social. O carnaval das escolas de samba adquiriu um significado que vai além da festa popular. É possível contemplar os caminhos estabelecidos pelos populares em direção ao diálogo entre os aspectos culturais, políticos e sociais, em uma espécie de extrapolação das festividades e do carnaval como diversão. A escola de samba tornou-se uma ferramenta na direção da negociação.

Os projetos propostos no primeiro estatuto e no regimento interno do Império Serrano são demonstrações da preocupação e da relevância dada pela rede de famílias com o objetivo de criar estruturas para a comunidade. O fato de o grupo tomar a iniciativa de utilizar a criação de um espaço de lazer local (o Império Serrano), a fim de transpor as dificuldades estruturais da comunidade, mesmo não tendo acontecido neste primeiro momento<sup>22</sup>, não anulou seu caráter empreendedor. A busca de melhores condições para a comunidade demonstrou a ampliação de seus interesses para além das manifestações culturais da região, as quais lhe serviram de brecha.

## Notas de referência

---

<sup>1</sup> OLIVEIRA, Sebastião. *Quase que chorei (música)*. Rio de Janeiro, 1947.

<sup>2</sup> O texto em questão é uma versão da dissertação apresentada pela autora deste para o PPGH – UERJ/FFP defendido em 2012 com título, *Nasceu lá na serra uma linda flor : Memória sobre o Império Serrano 1947-1950*.

<sup>33</sup> Doutoranda do PPHR – UFRRJ com orientação do Dr. Álvaro Pereira do Nascimento (E-mail – alletavares@msn.com)

<sup>4</sup> VALENÇA, Rachel & VALENÇA, Suetônio. *Serra, Serrinha Serrano: O Império do Samba*. José Olympio, 1981. p 30-31; VASCONCELLOS, Francisco. *Império Serrano: Primeiro Decênio: 1947- 1956*. Ensaio de Carnaval nº2. Rio de Janeiro, 1991.

OLIVEIRA FILHO, Arthur L. de & SILVA, Marília T. Barboza da. *Silas de Oliveira : Do jongo ao samba-enredo*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1981.

<sup>5</sup> No sentido utilizado por Milton Santos. Tendo a ver com a contiguidade física entre pessoas numa mesma extensão, vivendo com intensidade as suas inter-relações.

<sup>6</sup> BARRETO, Lima. Recordações do escrivão Isaías Caminha. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s.d, p. 213-214. Apud. CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: UNICAMP, 2001, p.194.

<sup>7</sup> Como é possível verificar nos inúmeros inquéritos policiais analisados por Sydney Chalhoub. Ver: CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: UNICAMP, 2001.

<sup>8</sup> Podemos destacar como casamentos que levaram ao estreitamento das famílias: João Gradim Oliveira (fundador e primeiro presidente do Império Serrano) com a filha de Elói Antero Dias (conhecido como Mano Elói, presidente do sindicato dos trabalhadores da estiva do Porto do Rio de Janeiro, fundador de diversos blocos e escolas de samba e quem incentivou a fundação do Império Serrano, doando a bateria); Silas de Oliveira e Dona Elane (prima de Eulália, Sebastião e João Gradim); Senhor Élio Antero Dias (um dos fundadores do Império Serrano e filho de Mano Elói) casou-se com uma das filhas de Tia Eulália.

<sup>9</sup> MUSEU DA IMAGEM E DO SOM (Brasil). *Depoimentos para Posteridade: Escola de Samba Império Serrano*. Rio de Janeiro, 1984.

<sup>10</sup> Idem..

<sup>11</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: UNICAMP, 2001, p.198.

<sup>12</sup> MARTELETO, Regina Maria. “Análise de Redes Sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação” (artigo). In: *Ciência da Informação*. Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001, p.72.

<sup>13</sup> DIAS, Hélio Antero. Entrevista concedida a Alessandra Tavares de S. P. Barbosa. Rio de Janeiro, 20 de out. de 2011. 1º CD (9:50min). .

<sup>14</sup> REZENDE, Claudia Barcelos. “Os limites da sociabilidade: ‘cariocas’ e ‘nordestinos’ na Feira de São Cristovão”. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. In: *Revista Estudos Históricos*, nº 28 – *Sociabilidades*, 2001, p.167.

<sup>15</sup> DIAS, Hélio Antero. Entrevista concedida a Alessandra Tavares de S. P. Barbosa. Rio de Janeiro, 30 de Nov. de 2011. 1º CD (9:50min).

<sup>16</sup> Como o caso dos Costa, de Alfredo Costa, na condução da Escola de Samba Prazer da Serrinha.

<sup>17</sup> RIBEIRO, Ana Paula Alves. *Samba São Pés Que Passam Fecundando O Chão... Madureira: Sociabilidade e conflito em um subúrbio musical*. 2003. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003, p.53-55.

<sup>18</sup> VALENÇA, Rachel & VALENÇA, Suetônio. *Serra, Serrinha Serrano: O Império do Samba*. José Olympio, 1981. p.12

<sup>19</sup> Estatuto o Império Serrano. 1948. Cf. VASCONCELLOS, Francisco. *Império Serrano: Primeiro Decênio: 1947- 1956*. Ensaios de Carnaval nº 2, Rio de Janeiro, 1991, p.43.

<sup>20</sup> Estatuto do GRES Império Serrano, 1948. Cf. VASCONCELLOS, Francisco. *Império Serrano: Primeiro Decênio: 1947- 1956*. Ensaios de Carnaval nº 2. Rio de Janeiro, 1991, p.43-45.

<sup>21</sup> Regimento Interno do GRES Império Serrano. 1947. Apud. VASCONCELLOS, Francisco. *Império Serrano: Primeiro Decênio: 1947- 1956*. Ensaios de Carnaval. nº 2. Rio de Janeiro, 1991, p.47.

<sup>22</sup> Nas entrevistas não foi mencionado nenhum tipo de assistência dentro da quadra do Império Serrano enquanto esta se localizava no Morro da Serrinha. No entanto, há alguns trabalhos hoje de desenvolvimento com parcerias junto ao Serviço Social da Indústria (SESI) que oferecem cursos para a comunidade, entre outros serviços.

## **ESTIGMA E MASCULINIDADE: O DESEMPREGO MASCULINO E A VIOLÊNCIA CONJUGAL EM VITÓRIA/ES (2002-2006)**

**Alex Silva Ferrari<sup>1</sup>**

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo elucidar as contribuições da conceituação acerca do estigma feita por Ervin Goffman ao estudo do o desemprego masculino e a violência de gênero contra a mulher. Ao longo do trabalho buscaremos elucidar as condições sociais da formação de um estigma em torno do desemprego masculino e a influencia desse fenômeno nos casos de violência contra a mulher.

**Palavras chaves:** estigma; desemprego; violência de gênero;

**Abstract:** This study aims to elucidate the contributions of conceptualization about stigma made by Ervin Goffman to the study of male unemployment and gender violence against women. Throughout the work will seek to elucidate the social conditions of formation of a stigma around male unemployment and the influence of this phenomenon in cases of violence against women.

**Keywords:** stigma; unemployment; gender violence;

### **I. O estigma segundo Goffman**

O dicionário Houaiss da Língua Portuguesa define a palavra estigma como sendo:

“substantivo masculino; 1 marca ou cicatriz deixada por ferida; sinal natural no corpo; qualquer marca; sinal infamante outrora aplicado, [...]; 2 cada uma das cinco marcas que alguns santos aplicavam no corpo, representativas das chagas de Cristo; 3 aquilo que é considerado indigno, desonroso; labéu”<sup>2</sup>

Ervin Goffman em sua obra “Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada” (1982) explica que essas definições derivam em primeiro lugar dos gregos, que deram o nome de estigma as marcas visuais utilizadas para destacar algo de extraordinário ou mau sobre um indivíduo. Na Era Cristã os estigmas adquiriram caráter divino e medicinal, este se referindo a patologias de caráter físico e atualmente o termo é amplamente aplicado, não deixando de lado suas antigas aplicações. Esse é o ponto de partida dos estudos de Goffman ao tratar da conceituação do estigma na contemporaneidade.

O autor faz esse estudo buscando apontar como o estigma é construído, suas implicações e interferências no cotidiano dos indivíduos. Para Goffman a organização social categoriza as pessoas por meio de atributos, estes são elencados como comuns e naturais formando o padrão de “identidade social”<sup>3</sup>, as pessoas então buscam se encaixar e identificar esses padrões nos seus pares, os que o fazem seriam os considerados normais. Uma vez em contato

os sujeitos passam observar os comportamentos e identidades uns dos outros e a percepção da diferença do que se convencionou como normal pode levar o grupo a estigmatizar o diferente. Em resumo, o estigma é “a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena”<sup>4</sup>.

Em sua análise Goffman categoriza o diferente em duas definições gerais, o desacreditado e o desacreditável. O Desacreditado seria aquele que é incapaz de encobrir o seu estigma, sendo esse perceptível aos que com ele tem contado como, por exemplo, surdos, paraplégicos, amputados, entre outros. Já o desacreditável é aquele que possui uma característica que o coloca em uma posição social de menos valor, mas usa de artifícios, ou de técnicas de encobrimento, para se ajustar aos padrões sociais e tornar o seu estigma imperceptível. Nesta categoria podemos encaixar antigos residentes de instalações psiquiátricas, profissionais que atuam em campos que geram juízo de valor negativo no contexto social, homossexuais, entre outros.

No cotidiano dos desacreditados, segundo o autor, é comum a busca pela adaptação e inclusão no mundo dos normais. Esse processo se dá pelo aperfeiçoamento de uma habilidade, busca de independência, ou muitas vezes pelo acobertamento, método de esconder o minimizar o estigma, manipulando a tensão nas relações sociais<sup>5</sup>. Por esse artifício, uma vez em contato com um indivíduo normal o estranhamento, o desconforto ou o conflito gerado pelo estigma não aconteceriam, ou seriam mitigados.

Já para aqueles que possuem um estigma onde um primeiro contato não é suficiente para que ele fique evidente, ou seja, os desacreditáveis, a falta de visibilidade abre a possibilidade de encobrimento<sup>6</sup>. Este é o processo pelo qual o estigmatizado manipula a informação social que transmite para terceiros, que são signos transmitidos a outros pelo indivíduo que informam sobre a identidade de seu transmissor, tanto como prestígio, como de estigma. É pela manipulação da informação social que o desacreditável manipula a tensão das relações sociais encobrendo os símbolos que fornecem a informação sobre o seu estigma.

Esses esforços do estigmatizado que Goffman relata remetem a construção do próprio estigma em si. O autor contribuiu fortemente para a exposição do estigma como uma construção social, o resultado da busca de normatização do comportamento social, portando, o estigma é a representação de uma identidade deteriorada, uma ação social que difere o indivíduo do que seria normal. A sociedade se estabelece como um todo que anula as individualidades, esse

todo é o modelo padrão a ser seguido e meio de controle social. A partir dessa ótica, o diferente passa a ser encarado como nocivo, ameaça ao *status quo*. Vivendo então em posição marginal no tecido social, o estigmatizado se esforça na busca de se encaixar no padrão exigido na tentativa alcançar a inclusão buscando alinhar sua identidade social real à sua identidade social virtual.

A identidade social real, na obra de Goffman, é o conjunto de atributos que um indivíduo identifica em si, já a virtual seria a percepção desses atributos a partir de terceiros, ou seja, a percepção dessas qualidades a partir da ótica do outro. O estigmatizado então se encontra numa estado de constante tensão entre as duas identidades, uma vez que quanto mais sua identidade real se afasta da virtual mais ele se torna um indivíduo diferente inserido num contexto social que demanda uniformidade.

A maior contribuição de Goffman ao estudo sobre o estigma é, portanto, a definição de que o desvio social é resultado da normatização do que seria normal e comum. O diferente é definido a partir de padrões estabelecidos que buscam homogeneizar comportamentos e estereótipos, sendo assim, a diferença ou estigma não está posto, mas é construído no seio de valores e atributos socialmente definidos. Sendo essas regras definidas à revelia do indivíduo, aquele que não se identifica, ou é identificado, nesses padrões é isolado e categorizado como inferior, sendo necessário a recorrer aos processos de acobertamento ou encobrimento para manipular as tesões da interação social.

## **II. Papéis sociais, normatização e controle social**

Nos estudos da constituição das relações sociais o papel social desenvolve um importante papel para o entendimento desses processos. Nader<sup>7</sup> define papéis sociais como o conjunto de direitos e deveres que cada indivíduo possui e que lhe permite assegurar seu *status* dentro da organização social. No vetor oposto, mas de forma complementar, a filosofia social propõe que essa estrutura só se dá a partir da distribuição desses direitos e deveres. Percebe-se aí a circularidade do tema, onde a co-dependência entre atores e meio é que constrói a estrutura das relações sociais, a partir de um código de regras e condutas às quais o indivíduo é instruído a incorporar. Há aqui uma relação clara com a teoria de Goffman sobre as construções sociais, onde o todo cria regras e padrões de comportamentos buscando homogeneizar os atributos e comportamentos sociais de cada indivíduo.

Nesse jogo social o sexo biológico por muito tempo tem se ocupado de posição preponderante para as definições e normatizações dos papéis sociais. Ser homem ou mulher é primeiramente definido pela genitália que o indivíduo apresenta, por isso, desde o descobrimento do sexo do bebê os pais já se encarregam de traçar os rumos que a educação dessa criança tomará, a fim de que ela se encaixe nas perspectivas que se esperam de cada um em seu contexto social (NADER, 2002: p. 464 e 465). Tendo em vista esse quadro, o conceito utilizado para tratarmos de papéis sociais está nitidamente alinhado uso do gênero com uma categoria de análise histórica, discussão iniciada pela americana Joan Scott (1988) que conceituou o uso do gênero como símbolos culturais evocadores de representações que são utilizados como conceitos normativos em organizações e conceitos sociais e como referência das identidades subjetivas. Grosso modo, as categorias de gênero são construções sociais do que é ser homem ou mulher na sociedade, onde as atribuições de cada um são oriundas do estabelecimento histórico social de funções e características arrojadas a cada indivíduo, e à sua subjetividade.

A consolidação dessas categorias perpassa a naturalização dessas construções, como ressalta Heleieth Saffioti ao afirmar é possível observar a “naturalização do feminino como pertencente a uma suposta fragilidade do corpo da mulher e a naturalização da masculinidade como estando escrita no corpo forte do homem”<sup>8</sup>. Com essas identidades naturalizadas e normatizadas, os papéis sociais de gênero tomam como molde princípios biológicos para abalzar sua aplicabilidade na estrutura social. Constrói-se então a política de controle social baseada na identidade de gênero do indivíduo, que deve então preencher os requisitos atribuídos ao seu grupo de gênero ou, seguindo a lógica de Goffman, ser estigmatizado por não se encaixar no padrão social vigente. A história social do Brasil a partir do final do Século XIX é reveladora no que concerne a formação de um modelo de família, onde padrões são formados, papéis sociais são delimitados e marcas profundas são deixadas em nossa organização social.

### **III. A construção de papéis sociais no Brasil contemporâneo**

O nascimento da república brasileira trouxe consigo a áurea de novos tempos e de grandes transformações sociais. A crise da monarquia brasileira,

“Na realidade, não se trata apenas de uma crise política, mas ela traz no seu bojo uma profunda instabilidade da ordem econômica e social. É a própria sociedade patriarcal latifundiária e escravocrata que entra em fase de progressiva desagregação”<sup>9</sup>.

Nesse contexto, o período entre o final do século XIX e início do século XX é marcado por correntes de pensamento que buscam normatizar, ou frear as mudanças sociais em curso no país. Segundo Azzi (1987) é possível destacar quatro linhas de discurso que surgem a partir da gradual substituição da família patriarcal rural pela nuclear e urbana, são elas: a positivista, a católica, a liberal e a socialista. As duas primeiras de cunho mais conservador defendiam a manutenção dos papéis sociais hierarquizados na família onde o homem desenvolve as atividades produtivas, sendo o provedor e protetor do lar, e a mulher por sua vez estaria incumbida das atividades reprodutivas, o cuidado da unidade doméstica, a educação dos filhos e suporte ao marido. Já o pensamento liberal sustentava o discurso da igualdade entre os sexos via o acesso igualitário à educação e ao mercado de trabalho. A corrente socialista não teve muita expressão nesse aspecto social, uma vez que se voltou para o desenvolvimento de políticas trabalhistas que atingiram não apenas homens, mas também mulheres trabalhadoras.

Até meados do século XX esses quatro discursos vão contribuir para moldar a família e os papéis sociais de gênero da república brasileira. É inegável que as correntes positivistas e católicas tiveram maior penetração no cotidiano das pessoas via manuais de moral e cívica, e pela adesão do movimento socialista do modelo de família por eles proposto (AZZI, 1987, p. 118). Apesar dos avanços sociais e da maior liberdade feminina, a primeira metade do século passado fica marcado por padrões rígidos a serem seguidos, ou almejados pela sociedade. Pinsky<sup>10</sup> observa que mesmo com maior liberdade as moças ainda eram classificadas como apropriadas ou não para o casamento, uma boa esposa era aquele que se dedicava ao lar e a família, uma mulher poderia ser trabalhadeira, empenhada em suas atividades, mas ser uma trabalhadora formal não era visto com bons olhos. Desviar desse padrão era correr o risco de ser estigmatizada como “mulher perdida”.

No que diz respeito ao sexo masculino, mesmo sendo possível observar a diminuição do poder do homem sobre a mulher, esta ainda é economicamente dependente dele, e a maioria das que trabalham o fazem apenas para complementar renda. Dessa forma, a imagem do homem como pilar financeiro do lar é normatizada, o ato de prover a casa define o papel social do homem, ocupando um espaço preponderante na definição da sua masculinidade, assim como ser dona de casa e mãe é o ideal para a mulher.

Falar sobre o modelo rígido de imposição dos papéis sociais de gênero na primeira metade do século XX não significa necessariamente afirmar que não houve avanços ou comportamentos desviantes da moral vigente. A educação feminina já era uma realidade, o relacionamento

entre os jovens casais já fluía de forma mais independente, e muitas mulheres já alcançavam o mercado de trabalho em profissões que as mantinham ligadas ao papel social de mulher dentro da família como, por exemplo, o magistério, a enfermagem e os serviços de recepção e secretariado.

Mas é a partir dos anos de 1960, segundo Pinsky (2012), que a juventude vai se impor aos padrões sociais rígidos que até então norteavam as relações sociais entre homens e mulheres. A invenção da pílula anticoncepcional traz consigo a possibilidade liberdade sexual da mulher solteira, e o controle do número de filhos que fica ainda menor, abrindo mais possibilidades para as mulheres dentro a família e no mercado de trabalho. É cada vez mais comum que a jovem solteira, principalmente a de classe média, tenha uma vida social sem as amarras de buscar satisfazer um modelo de “moça comportada”, escolhendo os seus namorados e exercendo a sua liberdade sexual.

Aos poucos, os meios de comunicação abrem espaço para essa “mulher liberada” e para a sexualidade de modo geral (PINSKY, 2012, p. 516). A quebra de tabus e modelos morais aos poucos se espalham por todas as camadas da sociedade brasileira, nas duas ultimas décadas do século XX a mulher independente, economicamente e sexualmente, é uma imagem do cotidiano. Os avanços femininos na busca pela igualdade social são evidentes e contam um sem número de exemplos

As conquistas feministas, para além das transformações no mundo da mulher, promovem a ressignificação das relações afetivas. Desde a década de 1960 é possível observar o crescimento de casais igualitários, onde mulheres e homens buscam dividir as atividades e obrigações do lar. Todavia, a construção dos papéis sociais de gênero ainda exerce forte influência em nossa sociedade, por isso ainda é muito recorrente que homens pensem que as atividades domésticas são obrigações das mulheres, mesmo que elas trabalhem fora tendo assim que cumprir duplas jornadas de profissional e dona de casa. O psicanalista Serge Hefez<sup>11</sup> afirma que mesmo entre casais igualitários ainda existe uma expectativa para que o outro preencha o papel social tradicional do seu sexo, mesmo que de forma inconsciente. Para o autor essa construção social continua presente na educação de meninas e meninos, o que contribui para a manutenção desses modelos, mesmo em casais que buscam desconstruir essa divisão social de atividades masculinas e femininas.



É de grande valia o uso da teoria de Goffman acerca da formação de padrões com a finalidade de classificar e hierarquizar os indivíduos, para entender os impactos dessas mudanças no arranjo social. A emancipação feminina defenestra os antigos padrões rígidos, mas é ainda muito clara a resistência social a esses avanços uma vez que o aparelho social baseado na homogeneidade, no que concerne os papéis sociais, não assimila o comportamento desviante desses indivíduos. Desta forma maioria dos homens, e uma parcela significativa de mulheres, não assimila as mudanças e conquistas sociais das mulheres nas últimas décadas, o conceito de masculinidade ainda está atrelado a valores tradicionais como a superioridade, a necessidade de dominação e de se provar homem, potente e viril a todo o momento. Diante desse quadro, Banditer<sup>12</sup> e Nolasco<sup>13</sup> falam sobre a crise da masculinidade, processo onde novas e antigas formas de se entender o “ser homem” estão em conflito.

No tocante aos papéis sociais, a crise da masculinidade, segundo Nolasco, tem fortes raízes da função de provedor do homem. Ao dominar o público e o mundo do trabalho, este ocupa enorme proporção na identidade masculina, o trabalho trona-se ponto chave na formação social desses indivíduos.

“Os modelos de comportamento masculino – gestos hábitos, tom de voz – tornam-se instintivos, e a rotina de trabalho – horários de atividades e de descanso – configura um padrão de conjunto da vida cotidiana. Até a sexualidade de um homem acaba por ser regulada por esta disposição de base frente ao trabalho, cuja complexidade é agravada pela experiência do desemprego, quando toda a existência do homem é posta em crise.”<sup>14</sup>

Nesse ponto, o empoderamento e a conquista do mundo público por parte das mulheres, via feminismo, e a falta de uma nova significação para a masculinidade geram pontos de conflitos. A mulher profissional e independente faz com que o figura do homem tradicional se torne obsoleta, soma-se a isso a falta de uma ressignificação do papel do homem que acompanhe os avanços sociais e transformações promovidas pelo movimento das mulheres, falta um novo conceito de masculinidade que seja compatível com a nova realidade da mulher. Dai a origem da crise da identidade masculina nos dias atuais.

Para Banditer a falta de um modelo masculino a ser ensinado e copiado pelos homens a partir da instituição familiar, relegou esse papel ao cinema, a televisão, ao mundo da cultura de forma geral. O que se observa desde então é o reacionarismo frente ao avanço feminino, a tentativa de formular figuras masculinas ultra viris, dominadoras, intensificando o embate

entre o masculino tradicional e o feminino libertador. É bastante evidente a ligação entre essa reação do mundo masculino e as teorias de Goffman, a ideia de sintetizar um comportamento padrão, exigindo a reação conservadora do sexo masculino frente as mudanças conquistadas pelas mulheres é uma clara tentativa de se evitar a *anomie*<sup>15</sup> dessa organização que está em franco processo de transformação. A ideia de se perder o referencial de sociedade e papéis sociais de gênero gera uma forte reação conservadora, esse processo resulta na reafirmação dos papéis sociais de gênero, que no mundo masculino é fortemente representado pelo papel de provedor do lar. Para exemplificar esse quadro, depoimento colhido por Alves e Diniz:

“Homem casou e para ele a mulher tá trabalhando, mas ele é o cabeça da casa, ele é quem comanda, né? O homem é que tem que assumir, a gente não deve baixar as rédeas para a mulher, não... [...] eu procuro não demonstrar que preciso dela, exijo respeito [...]. Homem é para ser ajudado pela esposa na falta de alguma coisa, mas não para ficar na dependência dela [...] O medo é este, eu vou me sentir muito humilhado, e homem não pode ser humilhado pela mulher. (H5)”<sup>16</sup>

Concentrar todos os membros da unidade doméstica como dependentes financeiros dá ao homem poder semelhante ao do estado, sendo ele responsável pela “proteção e administração da família, estando esta submetida a sua vontade”<sup>17</sup>. Como já exposto anteriormente, a atividade remunerada ocupa grande parte da vida do homem e de sua identidade, desta forma, o outro lado da moeda, o desemprego, traz novas implicações ao indivíduo do sexo masculino como, por exemplo, o estigma.

#### **IV. O desemprego como estigma e fator de violência contra a mulher em Vitória-ES**

Estar desempregado, incapaz de prover a família é um duro golpe na identidade masculina, e pode ser encarado como um estigma a ser encoberto a fim de não sofrer sanções sociais de seus iguais sendo encarado como inferior por não se encaixar no que seria considerado normal em seu grupo de convivência (GOFFMAN, 1988). A identidade masculina esta entrelaçada com sua atividade profissional, como buscamos expor ao longo desse artigo. Desta forma, ao perder o emprego o homem perde o referencial, sua subjetividade sofre um grande golpe, mas para além das questões pessoais, no seu círculo social seu valor é diminuído.

Ao perder o posto de trabalho, o homem fica aberto ao julgamento da falha, do fracasso. Nolasco (1995) ao tratar da construção subjetiva da masculinidade ressalta o valor da competição na identidade masculina, o homem deve sempre buscar ser o melhor, ter mais. O

desemprego joga essa perspectiva por terra, tornando esse homem inferior, um fracasso no seu papel a ser desenvolvido socialmente, um estigmatizado.

O propósito de manter seu papel social de gênero é ter o controle dos membros da família, garantir que a imagem de ser forte, viril e potente transpareça através do sucesso orçamentário do lar, o que não é mais possível diante da falta de uma atividade remunerada. Nestes casos, a violência pode ser um dos caminhos escolhidos por esse homem para lidar com essa situação, uma vez que é legitimada culturalmente desde a época colonial, sendo uma forma de objetificar e diminuir a sua vítima (ALVEZ; DINIZ, 2005). Dessa forma, pelo uso da força o homem garantiria sua dominação sobre sua companheira, garantindo o seu *status* social e reafirmando sua identidade masculina, mesmo estando em situação de desemprego.

Em pesquisa realizada na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher da cidade de Vitória-ES (DEAM-Vitória), ao buscar os relatos das vítimas não é penoso encontrar exemplos do que tratamos aqui. No relato da vítima registrado sob o número 688/02, uma balconista de 23 anos que afirma: “que o autor está agressivo, pois eles estão passando por uma crise financeira e na data do fato ele a agrediu por causa do dinheiro que ela controla dentro de casa.” Podemos citar ainda o caso o boletim de número 135/02, onde uma auxiliar de serviços gerais, 26 anos relata que o marido a agrediu e que ele “tem agido estranho, não querendo que ela trabalhe e a ofendendo [...] que esse comportamento vem sendo causado pela falta de emprego, já que ele não possui vícios”.

Os números também são significativos. No ano de 2002, por exemplo, dos 1349 casos registrados na DEAM-Vitória, 193 envolviam homens desempregados, o que representa aproximadamente 14,30% das ocorrências, número expressivo diante da diversidade de motivações e circunstâncias as quais podemos atribuir a esse tipo de violência. Desses casos, 115 foram cometidos por autores que possuíam relação afetiva com a vítima, maridos e amásios, por exemplo. 74% dessas vítimas exerciam alguma atividade remunerada, e proviam o lar, invertendo a lógica da divisão de papéis sociais, e para além do estigma do desemprego, esse agressor estava sob o estigma de ser sustentado por uma mulher.

Novamente, ao recorreremos ao relato dessas vítimas, a relação entre a subversão dos papéis sociais fica mais do que evidente. É possível identificar a tentativa violenta desses homens em reestabeler de alguma forma o domínio e a identidade masculina superior dentro da relação. No caso de número 241/03:

“a noticiante relatou que na manhã da ocorrência, o autor impediu a vítima de ir trabalhar e estava alcoolizado. O agressor a ameaçou com facas e tentou ter relações sexuais a força com a vítima. Além do agressor não trabalhar e fazer uso de bebida alcoólica, ele humilhou a vítima e a ofendeu”. (DEAM-Vitória, 2003)

A leitura preliminar das fontes mostra que os exemplos são muitos. É possível afirmar que o estigma social teorizado por Goffman atua como fator preponderante na construção da conjuntura que resulta nesses atos de violência. A construção de um padrão de papéis sociais de gênero a serem seguidos, ou até mesmo apenas utilizados como referência, deixaram grandes marcas em nossa sociedade. As mudanças das últimas décadas, abalaram os fundamentos dessa política padronizadora de controle social, resultado em conflitos e embates sociais. A reação em alguns setores da sociedade, principalmente no que diz respeito a masculinidade, onde se intensificou a imagem tradicional do que vem a ser homem através da cultura de massas (BANTIDER, 1993), gera os conflitos socioculturais dos quais tratamos nesse trabalho.

---

<sup>1</sup> Mestrando do programa de pós-graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, bolsista pela Fundação de Amparo a Pesquisa de Espírito Santo (FAPES), orientado pela professora doutora Maria Beatriz Nader; e-mail: alexsilvaferri@gmail.com

<sup>2</sup> HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

<sup>3</sup> GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 1982 p.12

<sup>4</sup> *Idem*, p. 7

<sup>5</sup> *Idem*, p. 113-116

<sup>6</sup> *Idem*, p. 84-102

<sup>7</sup> NADER, M. B. . A condição masculina na sociedade. *Dimensões. Revista de História da UFES*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências humanas e Naturais, nº14, p.461-480, 2002.

<sup>8</sup> SAFFIOTI, Heleith I.B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 77

<sup>9</sup> AZZI, Riolando. Famílias e valores no pensamento brasileiro (1870-1950). Um enfoque histórico. In. RIBEIRO, Ivete. *Sociedade brasileira contemporânea*. Famílias e valores. São Paulo: Edições Loyola, 1987, p. 86.

<sup>10</sup> PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In. *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: contexto, 2012.

<sup>11</sup> HEFEZ, Serge. *Homens no divã*. 1ª ed, São Paulo: Bencirá, 2013.

<sup>12</sup> BANDITER, E. . *XY: sobre a identidade masculina*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

<sup>13</sup> NOLASCO, S. . *O mito da masculinidade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

<sup>14</sup> TOLSON, 1977, apud NOLASCO, S. . *O mito da masculinidade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995, p.55

<sup>15</sup> Para Gilberto Velho (1985), seguindo o pensamento de Merton, a *anomie* seria a situação de um corpo social onde nenhuma regra ou modelo é estabelecido ou encorajado. “A falta de consenso geraria crise nas expectativas de comportamento impedindo o funcionamento ‘normal’ da sociedade” (VELHO, 1985: p. 14-15).

<sup>16</sup> ALVES, Sandra Lúcia Belo; DINIZ, Normélia Maria Freire. "Eu digo não, ela diz sim": a violência conjugal no discurso masculino. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 58, n. 4, p. 387-392, jul./ago. 2005, p. 390 Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672005000400002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672005000400002&script=sci_arttext)>. Acesso em: 4 jul. 2014.

<sup>17</sup> CARDOSO, I. . *Mulher e trabalho: as discriminações e barreiras no mercado de trabalho*. São Paulo: Cortez 1980, p. 55

## Conservadorismo e política no Brasil do Segundo Reinado (1881-1884)

Alexandra do Nascimento Aguiar<sup>i</sup>

### Resumo

O conservadorismo se consolidou como linha de pensamento a partir das críticas de Edmund Burke à Revolução Francesa, definindo-se pela sustentação da monarquia e da religião católica como pilares da política e da sociedade. Tais ideias estavam presentes antes do período revolucionário, no quadro do iluminismo, e emergiram nos países a partir de questões internas. Adotando a concepção de Karl Mannheim sobre o conservadorismo como estilo de pensamento, proponho refletir sobre a configuração do conservadorismo no panorama político do Brasil no Segundo Reinado, considerando as ideias associadas a ele e os grupos sociais que o incorporam como lógica de pensamento.

Palavras-chave: conservadorismo, Brasil, Karl Mannheim

### Abstract

Conservatism was consolidated as theory when Edmund Burke criticized the French Revolution. Burke defends the support of the monarchy and the Catholic religion as pillars of politics and society. Such ideas were present before the revolutionary period, and the countries emerged from internal issues. Adopting the concept of Karl Mannheim on conservatism like style of thinking, I propose to reflect on the configuration of conservatism in the Brazilian politic in the Second Empire, considering the ideas associated with it and the social groups that incorporate this concepts as logical thinking.

Keywords: Conservatism, Brazil, Karl Mannheim

Na segunda metade do século XVIII encontra-se o gérmen do mundo contemporâneo: o pensamento iluminista, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa que, engendrados na Europa, desmantelaram hierarquias e consolidaram o liberalismo político e econômico, alcançando também as Américas. Em contrapartida, tais transformações provocaram reações de resistência naqueles que viram seus valores desacreditados e se perceberam alijados do poder neste novo panorama.

O conservadorismo foi uma manifestação destes últimos, compreendido como ideologia, corpo coeso de ideias políticas, morais, econômicas, culturais e sociais, reunindo referências e seguidores em defesa da perpetuação de um projeto político de poder<sup>ii</sup>. Porém, antes de ser um conjunto articulado de argumentos, o conservadorismo surgiu como sentimento de preservação contra a desestabilização política e social provocada pela Revolução Francesa (1789-1799). O primeiro a ter essa percepção sobre a Revolução foi Edmundo Burke, cuja obra *Reflexões sobre a Revolução em França*, publicada em 1790, expressou inquietação sobre o potencial de influência da Revolução sobre a Europa, especialmente sobre a Inglaterra.

Apenas para breve visão sobre suas ideias, *Reflexões sobre a Revolução em França* foi escrito sobre o contexto da Assembleia Nacional Constituinte na França. A

censura de Burke ultrapassou a simples desaprovação dos fatos, porque ele antevia a mudança dos protagonistas na cena política, e que passava a ser a massa anônima sobre quem ele questionava, “quantos são, quem são, que valor suas opiniões tiram de seus talentos, de seu conhecimento, de suas experiências, de sua influência e de sua autoridade no Estado”<sup>iii</sup>. Para ele, liberdade e governo não eram “naturalmente bons” porque eram as circunstâncias que forneciam “a todo princípio político sua cor própria ou seu efeito particular”. A ressignificação da liberdade por um grupo e que não coadunava com as instituições e com as tradições significava que “quando os homens agem em corpo, a liberdade chama-se poder”<sup>iv</sup>. Os revolucionários haviam desprezado um Estado consolidado e seus estadistas experientes por um projeto de governo que desconheciam. Situação que denunciava a distância entre os discursos de oposição e o exercício de governar, “os indivíduos que mais se agitam talvez não sejam os mais capazes de ação”<sup>v</sup>.

A propriedade era concebida como um dos pilares da tradição, pois significava a imortalização dos antepassados, da história e da família, dos valores simbólicos transmitidos através do patrimônio, “o poder de perpetuar nossa propriedade em nossas famílias é um dos elementos mais valiosos e interessantes, que tende, sobretudo, à perpetuação da própria sociedade... Não é ilógico nem injusto, nem impolítico conceder certa preeminência decente e bem regulamentada e alguma preferência (não digo privilégio exclusivo) ao nascimento”<sup>vi</sup>. A desigualdade era inerente à natureza das sociedades, pois os homens desenvolviam habilidades concernentes à posição que ocupavam. Assim, discordava da organização da sociedade com base no direito natural, pois “todos os homens têm direitos iguais, mas não às mesmas coisas... nego-lhe a faculdade de estar entre os direitos originais diretos do homem na sociedade”<sup>vii</sup>.

*Reflexões sobre a Revolução em França* pode ser lido como manifesto pela preservação das tradições, da religião e da propriedade como norteadores da sociedade, tornando-se uma das leituras mais influentes na Europa na transição para o século XIX. As impressões de Burke sobre os acontecimentos revolucionários se consolidaram entre aqueles viveram a Revolução, como Joseph de Maistre<sup>viii</sup>, e, na primeira metade do XIX, as ideias centrais de sua obra foram sistematizadas por monarquistas e católicos avessos à democracia como Juan Donoso Cortés<sup>ix</sup>. O termo “conservador” só foi adotado com François-René Chateaubriand no periódico *Le Conservateur* (1818-1820). Uma publicação em defesa da restauração clerical e política, financiada pelo futuro Carlos X, no contexto da Restauração da dinastia Bourbon, restituída ao poder na França com o exílio de Napoleão Bonaparte<sup>x</sup>.

## **Pensamento conservador no Brasil**

No Brasil, Burke exerceu influência sobre o pensamento de José da Silva Lisboa (Visconde de Cairú), como em *Extratos das obras políticas e econômicas do grande Edmund Burke*, escrito por ele, em 1812. Lisboa apreciava o despotismo de Luís XIV, descrito por suas qualidades, “ornado por boas maneiras, [...] estava coberto com os mantos [...] da ciência, literatura e artes. Era assim uma tirania doirada<sup>xi</sup>”. Ele via com desaprovação o modelo de Estado republicano francês que se apresentava assentado sobre a democracia, “que proscree, confisca, rouba e assassina”, como ameaça aos proprietários, especialmente às “ordens superiores que sustentam os governos regulares e são os pilares dos tronos<sup>xii</sup>”. Reformar não significava colocar o Estado abaixo desprezando leis já existentes, desestabilizando governos e hierarquias sociais em nome de uma liberdade sem limites e de uma igualdade incoerente com a realidade. Segundo ele, “as revoluções são como terremotos, tudo arruinam e nada reparam. A sociedade civil, depois das convulsões políticas, sempre torna a compor-se de ricos e pobres, nobres e plebeus, bons e maus, quem manda e quem obedeça. A cena será renovada e, unicamente, mudarão os atores”, reafirmando a natureza desigual da sociedade, que sempre se reconstruía sob a mesma forma com novos elementos<sup>xiii</sup>.

A partir de 1822, o Brasil atravessaria um período conturbado como um Estado recém-criado, pois foi necessário refazer as alianças que haviam se formado durante o processo de independência. Após o sete de setembro as disputas emergiram em torno de projetos políticos divergentes, orientados por demandas regionais, além da necessidade de criar uma identidade comum entre as províncias. As tensões se voltavam sobre como garantir a unidade territorial e o regime monárquico em meio a América fragmentada e republicana. Parlamentares da Assembleia Constituinte de 1823, encarregada de elaborar as bases para a organização do Estado, indicariam a tendência conservadora em suas falas, Muniz Barreto, atuante na Revolução Pernambucana de 1817, afirmava “causa-me horror só ouvir falar em revolução”, ou Henrique Rezende declarava-se “inimigo da democracia<sup>xiv</sup>”.

A insatisfação de Pedro I com o projeto elaborado pela Assembleia Constituinte de 1823, que subordinava o executivo ao legislativo, teve como consequências a dissolução da Assembleia pelo Imperador e a Constituição de 1824. Esta foi orientada pelos grupos favoráveis à centralização e garantia ao Imperador prerrogativas acima de qualquer outro poder através do Poder Moderador. O reinado de Pedro I atraiu a reação negativa dos

grupos representados pela Assembleia e intensa crítica da imprensa por ser considerado autoritário, culminando com a abdicação do monarca em abril de 1831.

O governo regencial, iniciado em 1831, foi marcado por conflitos nas ruas, rebeliões em diversas regiões, estimulados pelas disputas entre as facções políticas e pela aprovação do Ato Adicional de 1834, pelo qual foram abolidos o Conselho de Estado e o Poder Moderador. Esse período foi caracterizado por ameaça de republicanismo, fragmentação do território e pela intensa participação popular, inclusive protagonizando algumas revoltas.

A situação se mostrou terreno propício para o combate à descentralização e a bandeira foi levantada pelo Regresso, movimento em que as elites divergentes se aliaram em defesa da ordem pública e da propriedade. Defendia-se o retorno ao governo centralizado, pois, na visão dos regressistas, a experiência federativa havia acirrado as disputas provinciais e a ausência de um Estado forte havia permitido o surgimento de revoltas lideradas membros da população pobre enquanto as elites refratárias instigavam levantes separatistas<sup>xv</sup>. A centralização monárquica recebeu o apoio dos cafeicultores fluminenses que adquiriam força nas decisões de Estado, com a consolidação de seu produto como o eixo da economia<sup>xvi</sup>.

A aprovação da Lei de Interpretação do Ato Adicional, em maio de 1840, iniciativa dos regressistas, limitou a autonomia das Assembleias Provinciais e fortaleceu a centralização. Nesse contexto, liberais moderados e liberais exaltados se reorganizaram em dois partidos políticos. Aqueles que haviam aderido ao regresso formaram o Partido Conservador, e os descontentes com a centralização comporiam o Partido Liberal, em defesa da autonomia das províncias, da extinção do Poder Moderador e do fortalecimento do legislativo<sup>xvii</sup>.

Paulino José Soares de Souza (Visconde de Uruguai), um dos fundadores do Partido Conservador, também influenciado pelas ideias de Burke, pode ser definido como um conservador-liberal. Membro das oligarquias agrárias, era defensor do governo representativo e parlamentarista, da necessidade de um Estado forte para garantir a ordem na sociedade e impedir o surgimento de movimentos radicais, sejam democráticos ou absolutistas<sup>xviii</sup>. Ao lado do visconde do Uruguai, o Partido Conservador contou com outras lideranças fluminenses, Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí) e Euzébio de Queirós, que associado ao enriquecimento da região gerado pelo café, conferiu à província do Rio de Janeiro a proeminência nacional<sup>xix</sup>.



Enquanto as Regências foram preservadas como memória negativa, o Segundo Reinado, sob o controle político do Partido Conservador, foi identificado à tranquilidade pública e à prosperidade econômica. Qualquer proposta de revisão sobre os direitos de propriedade ou reordenamento social eram interpretados como ameaça ao *status quo*, especialmente para os grupos proprietários rurais que se posicionavam como criadores da nação. Os agentes atuantes na política institucional e partidária ou eram herdeiros diretos da economia agrária ou sua trajetória profissional e política dependia do suporte da lavoura. Dessa forma, o Estado era orientado segundo os interesses do grupo e o exercício da política se colocava como parte da dinâmica para sua sustentação no poder. Era no interior dos grupos rurais que os políticos eram construídos, assim, quem ocupava posições à frente do Estado era, de uma forma ou de outra, oriunda da propriedade fundiária e da lavoura, ou “recrutado segundo critérios ‘plutocráticos’”<sup>xx</sup>.

A disputa entre liberais e conservadores dominaria o cenário político durante todo o Segundo Reinado, estes se revezavam no poder através de fraudes eleitorais e do uso de violência, o que motivou reformas com o pretexto de mudar esse quadro. Desde os anos 1850 a introdução da eleição direta aparecia como proposta relacionada à exclusão dos votantes de primeiro grau, pois eram responsabilizados pela corrupção e pela venda de votos, já que não compreendiam o significado da política. A partir dos anos 1870, liberais e conservadores passaram a reivindicar o voto direto, sob o mesmo argumento de moralizar as eleições. A ideia foi levantada pelos liberais em 1868, mas conquistou adeptos no Partido Conservador a partir da Lei do Ventre Livre (1871), que recrudescer as queixas dos grupos rurais que enfatizavam o papel primordial da lavoura para a sobrevivência do país<sup>xxi</sup> e o descaso do Estado com a categoria ao aprovar a emancipação do nascituro.

Foi nesse contexto que os liberais retornaram ao poder e suas lideranças, José Lins Vieira Cansação de Sinimbu (Visconde de Sinimbu) e José Antônio Saraiva, eram nomes associados à lavoura como membros das elites agrárias do norte. Sinimbu, à frente do Congresso Agrícola (1878), declarou a proteção à lavoura e a eleição direta como prioridades. As duas estavam ligadas porque os fazendeiros se viam obrigados a manter trabalhadores excedentes, pois estes eram seus votantes do primeiro grau. A reforma eleitoral, concluída por Saraiva em 1881, foi considerada bem sucedida por introduzir o voto direto e pluralizar a Câmara, elegendo dois partidos em número equilibrado. A Lei Saraiva, como se tornou conhecida utilizou a instrução e a propriedade como critérios para a participação política, pois os analfabetos perderam o direito de votar, o que reduziu o eleitorado para 1%.

Destacou-se na Câmara de 1881 a aparente conciliação entre liberais e conservadores, que demonstravam partilhar a satisfação com os resultados da reforma eleitoral. Considerando a historiografia que aborda a política no Brasil do Segundo Reinado, é possível indicar a predominância do conservadorismo na política imperial como aglutinador dos partidos imperiais, relegando para segundo plano as distinções partidárias em defesa pela permanência de grupos comuns no poder. Nesse sentido, proponho refletir sobre como o conservadorismo se apresentou como elemento norteador para as estratégias, as tomadas de decisão, construções de correlações de força e exercício de governo para os dois partidos. Para evidenciar tal hipótese exponho as relações e reações dos deputados liberais e conservadores durante a primeira legislatura por voto direto (1881-1884). Através de seus argumentos sobre descentralização e escravidão, temas presentes nos últimos anos da monarquia, podemos vislumbrar concepções como propriedade e governo pelo viés conservador.

### **“...Têm todos os mesmos ares de família”**

O primeiro ministério foi presidido por Martinho Campos, visto como um conservador dentro do Partido Liberal. A indicação de Martinho Campos não provocou surpresa pela sua boa relação com os políticos eleitos liberais e conservadores daquela legislatura, como o chefe do partido adversário, Paulino José Soares de Souza. Em janeiro de 1882, o jornal *Província de São Paulo* insinuou a existência de alianças entre situação e oposição naquela Assembleia. Publicou em sua seção política que “liberais e conservadores do Senado estavam dispostos a receber o novo gabinete na ponta da espada, mas se abrandaram depois que o sr. Martinho lhes comunicou por intermédio do sr. Paulino que o atual ministério era apenas uma transição para o Partido Conservador”<sup>xxii</sup>. Campos se apresentou como “mais acostumado a embarçar os governos do que a pensar em ser governo”, pois considerava ser oposição “mais patriótico e [exige] mais sacrifícios pessoais”, uma alusão sobre o Partido Liberal ter permanecido na oposição por dez anos. O programa de governo exposto por Campos era voltado exclusivamente para a administração e a economia, não se estendendo sobre outros temas que integravam o projeto político do Partido Liberal. Sobre seu posicionamento nas questões defendidas pelo seu partido, declarou que seu “liberalismo nunca teve como dogma fundamental senão a obediência absoluta e cega à lei”, e esta estava acima das vontades individuais que deveriam ser submetidas, “a lei deve obrigar a todo bom liberal a abaixar a cabeça”<sup>xxiii</sup>.

Campos observou que a política era “mal vista há algum tempo” pela população e defendeu os políticos dos dois partidos, afirmando que serviam ao Brasil como mártires. Para ele, as instituições estavam acima dos indivíduos: “não quero para o meu país a grande felicidade que Alexandre I não quis para a Rússia. Eu prefiro depender da boa ou má lei de meu país, do que da boa ou má vontade dos homens; eu sei que há muitos bons senhores, mas não quero nenhum”<sup>xxiv</sup>.

Em sua visão, a Política de Conciliação de 1853 foi um marco de progresso na dinâmica política e a reforma eleitoral de 1881 representava nova conciliação: “...têm todos os mesmos ares de família. Vivemos às mil maravilhas na mesma canoa e não temos dificuldades quanto às opiniões. Nós somos todos perfeitamente tolerantes quanto às opiniões de seus adversários. Hoje é que se pode dizer como o finado Visconde de Albuquerque – são duas coisas muito parecidas – um liberal e um conservador – e podia mesmo acrescentar um republicano...”<sup>xxv</sup>

Martinho Campos reafirmou que a nova constituição da Câmara impunha a necessidade de colaboração entre dos dois partidos, não havendo mais necessidade de “representar comédias parlamentares, simulando uns de oposicionista e outros de governistas”. Também frisou que não pretendia governar através de um programa que não tinha, preferia fazê-lo guiado pela experiência de trinta anos no Parlamento e pelas próprias opiniões<sup>xxvi</sup>.

João Lustosa da Cunha Paranaguá assumiu o cargo levantando a bandeira do Partido Liberal de 1868, em total oposição ao Gabinete chefiado por seu correligionário, Campos. O programa do ministério Paranaguá recebeu críticas contundentes dos conservadores de Paulino José Soares de Souza Filho (Visconde de Uruguai) e de Antônio Ferreira Viana. Soares de Souza observou que o momento era de boa relação entre os partidos, pois o “retraimento do espírito inovador” era correspondido pela “escusa da resistência formal e resoluta”, papel que lhe cabia na defesa das instituições e dos interesses conservadores, os pilares das sociedades, segundo ele<sup>xxvii</sup>.

O deputado ressaltou “a política moderada e tolerante” como tendências naturais de seu caráter e dos amigos a serviço das instituições representativas. Lembrando ao presidente do Conselho que, para o Partido Conservador, governar significava colocar “acima dos interesses e das paixões partidárias os interesses do Estado, os grandes princípios da nossa forma de governo, a regularidade e a boa ordem pública da administração”<sup>xxviii</sup>. Sobre o programa do ministério Paranaguá, Paulino Soares de Souza comparou-o ao do antecessor Martinho Campos, o atual era apenas correto, enquanto no

anterior “havia mais franqueza, neste mais palavras e todas sonoras [...] dessas que Camões qualificava ‘nomes com que se o povo néscio engana’”<sup>xxix</sup>.

Antônio Ferreira Viana via ausência de firmeza do Gabinete Liberal, a necessidade de uma administração que privilegiasse o mérito em detrimento da clientela e dos amigos, além de demonstração de liderança pelos ministros. O Partido Conservador, segundo ele, não era intolerante a reformas, mas exigia que sobre estas fossem apontados os propósitos e os instrumentos para a concretização, demonstrando-as necessárias<sup>xxx</sup>. Ele não compreendia como se poderia propor a descentralização para estimular os municípios e as províncias, se o Estado arrastava um déficit desde o Primeiro Reinado, “o nobre ministro terá a vara mágica de Moisés para, batendo sobre o rochedo, fazer jorrar recursos que atendam as necessidades do município e da província?” A crítica de Viana ressaltava a distância entre reivindicar reformas e realizá-las:

Por causa delas, caíram vítimas, dividiu-se a família brasileira, mas não se fizeram. Persistem, continuam as leis velhas, as práticas constituídas, e ninguém, ao menos não tem visto quem venha para o governo com suas ideias formuladas e prontas para sofrerem a discussão e transformarem-se em lei<sup>xxxi</sup>.

O discurso conservador trazia à memória as revoltas liberais da década de 1840 para reforçar a visão sobre os adversários como instáveis, capazes de promover a desordem por ideias inconsistentes, preocupados apenas em permanecer no poder. Esses não ofereciam propostas viáveis para a administração pública, pois estavam voltados para interesses partidários, governavam a partir das partes, das províncias e não pensando no país como um todo. Para ele, o programa liberal de 1868 havia perdido o sentido, pois fora idealizado dentro de um contexto de conflito, porém não se enquadrava as circunstâncias de 1882<sup>xxxii</sup>. Para o deputado, “os homens estão arregimentados [na Câmara e no Senado] por tradições do passado, mas não por ideias que nutrem hoje em seus espíritos.” A oposição colaboraria com o Governo nas reformas compatíveis com a realidade, mas “nada de reformas de fantasia”, pois um dos problemas do Brasil eram as “reformas ambiciosas”. Ele recomendava que os liberais adotassem as práticas constitucionais inglesas e que fosse retirada da Coroa a prerrogativa de interferir no Parlamento<sup>xxxiii</sup>.

O último ministério formado durante essa legislatura foi chefiado Manuel de Souza Dantas, contra o qual recaíram as críticas mais severas pelo Partido Conservador, inclusive através da imprensa fluminense criada com esse objetivo, *Brazil. Órgão do Partido Conservador*. A reação conservadora à apresentação do programa do Gabinete de Dantas, mais uma vez, foi protagonizada por Ferreira Vianna que o censurou afirmando

que o Imperador preferia “o pensamento do homem e não o desejo do partidário”, sem obter sucesso nas nomeações dos liberais<sup>xxxiv</sup>. Para a oposição, o Governo deveria dar prioridade total à questão econômica a qual todas as outras estavam subordinadas, inclusive a emancipação. Para Ferreira Vianna, havia apenas duas soluções sobre a emancipação: “a da lei ou a da revolução. Ou um partido toma a responsabilidade de uma revolução e desfecha o golpe, ou tem de obedecer à lei existente e melhora-la progressivamente até extinguir o mal”. Recuperar a economia era o primeiro passo para a emancipação, o contrário resultaria em guerra civil e falência:

Senhores, esta questão pode ser encarada de dois modos: ou considerando o homem escravo, ou considerando unicamente o Estado. Os homens políticos dos Estados Unidos entendiam que a república não fora feita para negros, e, por conseguinte, que deveriam extirpar a escravidão. Pouco se importando com o escravo. Entendo, porém que devemos importar-nos com o escravo, que é nosso irmão em Jesus Cristo e progressivamente destruir a escravidão; não faço uma hecatombe do meu semelhante para excluir do Império esta instituição<sup>xxxv</sup>.

Os conservadores acusavam Dantas de não dar continuidade à política iniciada por Saraiva, priorizando os interesses do partido em detrimento daqueles que diziam respeito ao país, o que fazia dele um “homem partidário”, segundo Ferreira Vianna. A frequente troca de ministérios demonstrava a instabilidade do Governo liberal, além das divisões internas que resultavam em moções de desconfiança. Contudo, o deputado via como inoportuno o retorno dos conservadores ao poder naquele momento, e a oportunidade, segundo ele, resumia a grande política<sup>xxxvi</sup>.

### **Considerações finais.**

A emancipação tomada à frente por Dantas gerou censuras por seus correligionários e pela oposição que interpretou o programa como “imposição imperial”. Em julho de 1884, após a leitura do projeto de emancipação dos escravos a partir dos sessenta anos de idade, ficou evidente que o Gabinete não contava mais com a maioria. Em reação ao projeto, o presidente da Câmara se demitiu, outro deputado liberal chamou a política ministerial de “antinacional” e os debates sobre o orçamento se tornaram inconciliáveis. Logo se seguiu uma moção de desconfiança, e os deputados fizeram questão de explicitar a razão no texto, “a Câmara reprovando o projeto do Governo sobre o elemento servil, nega-lhe sua confiança”, redigido por João Penido, deputado liberal por Minas Gerais. Para tentar solucionar o impasse entre o Parlamento e o Gabinete, Dantas pediu a dissolução da Câmara, aceita pelo Imperador, antecipando o encerramento da legislatura de 1881<sup>xxxvii</sup>.

Ao final, mesmo que ainda a título de hipótese, é possível indicar que o conservadorismo, enquanto lógica de pensamento, esteve presente nas mentalidades dos políticos do período analisado. Não é possível dizer que o conservadorismo foi o único elemento motivador de suas ações. Porém, nos parece bem claro que ele teve papel fundamental no jogo político presente no segundo reinado.

---

<sup>i</sup> Doutoranda em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Orientadora: prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Emília Prado. Prof<sup>a</sup> Titular de história do Brasil. Email: alexaaguilar13@gmail.com.

<sup>ii</sup> NISBET, Robert, Conservantismo. Lisboa: Editora Estampa, 1987, p. 9.

<sup>iii</sup> BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a Revolução em França*. Brasília: Editora Universidade Brasília, 1982, p. 50.

<sup>iv</sup> Idem, p. 51.

<sup>v</sup> Idem, p. 51-52.

<sup>vi</sup> Idem, p. 83.

<sup>vii</sup> Idem, p. 88.

<sup>viii</sup> SOARES, José Miguel Nanni. *Considérations sur la France de Joseph de Maistre: revisão (historiográfica) e tradução*. Tese de mestrado defendida na Universidade de São Paulo, 2009.

<sup>ix</sup> CORTÉS, Juan Donoso. *Ensayo sobre el Catolicismo, el Liberalismo y el Socialismo*. Biblioteca Virtual Universal, 2003.

<sup>x</sup> DURÁN, Armando Zerolo. *Chateaubriand y la Restauración: uma interpretación a través de Le Conservateur*. Foro Interno: Anuário de Teoria Política, 2012, n. 12, 129-157.

<sup>xi</sup> LISBOA, José da Silva Lisboa. *Extratos das obras econômicas e políticas do grande Edmund Burke*. Lisboa: EDITORA, 1822, p. 1.

<sup>xii</sup> Idem, p. 2.

<sup>xiii</sup> Idem, p. 6.

<sup>xiv</sup> Citado por COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora Grijalbo, 1977, p.117.

<sup>xv</sup> LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Momento monarquiano. O poder moderador e o pensamento político imperial*. Tese de doutorado. IUPERJ, 2007, p. 186.

<sup>xvi</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997, p. 77.

<sup>xvii</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem e Teatro de sombras...* p. 205-206.

<sup>xviii</sup> NEEDELL, Jeffrey D. *Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação*.

<sup>xix</sup> Ver MATTOS, Ilmar R. *O Tempo Saquarema – A formação do Estado Imperial*. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

<sup>xx</sup> WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1972, p. 66.

<sup>xxi</sup> PRADO, Maria Emília. *Memorial das desigualdades – Os impasses da cidadania no Brasil (1870-1902)*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 64-70

<sup>xxii</sup> Província de São Paulo, 25 de janeiro de 1882.

<sup>xxiii</sup> Anais da Câmara dos Deputados, 24 de janeiro de 1882.

<sup>xxiv</sup> Idem.

<sup>xxv</sup> Idem.

<sup>xxvi</sup> Idem.

<sup>xxvii</sup> Idem.

<sup>xxviii</sup> Idem.

<sup>xxix</sup> Idem.

<sup>xxx</sup> Idem.

<sup>xxxi</sup> Idem.

<sup>xxxii</sup> Idem.

<sup>xxxiii</sup> Idem.

<sup>xxxiv</sup> Anais da Câmara dos Deputados, 09 de junho de 1884.

<sup>xxxv</sup> Anais da Câmara dos Deputados, 09 de junho de 1884.

<sup>xxxvi</sup> Anais da Câmara dos Deputados, 09 de junho de 1884.

<sup>xxxvii</sup> PEREIRA DA SILVA, João Manuel. *Memórias do meu tempo...* p. 528-531.

## **Uma nova leitura do litoral: Garopaba e a produção de um discurso "anti moderno"**

Alexandra Lis Alvim

Graduada em Licenciatura em História – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Mestranda em História Cultural – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Orientadora: Profa. Dra. Maria Bernardete Ramos Flores (PPGH-UFSC)

E-mail: ale.alvim@hotmail.com

Como é sabido, no início dos anos 1970 no Brasil o aprofundamento do autoritarismo foi acompanhado pela expansão econômica, ou seja, o tempo da tortura, dos desaparecimentos políticos, das mortes acidentais também foi o tempo para a classe média melhorar sua vida. O “milagre econômico” forjou as bases de uma diversificada sociedade de consumo através de uma modernização autoritária. Estradas, industrialização, crescimento das grandes cidades: políticas de crescimento adotadas pelos governos militares que, até a crise do final dos anos 1970, geravam a sensação de que “faltava dar apenas alguns passos para finalmente sermos uma nação moderna” (MELLO; NOVAIS, 1998).<sup>1</sup> A nova escala de especialização da economia urbana complexificava a estrutura social e fazia das grandes cidades um polo de migrações do campo e de pequenos municípios. A modernização do espaço urbano estabelecia-se como um processo contraditório, acelerado, desigual e excludente e a expansão e verticalização das grandes cidades impunha novos ritmos – caótica combinação de trânsito, consumismo e desigualdade social, transformando-as em, de certa maneira, ambientes hostis e esmagadores. As rápidas mudanças descaracterizavam a paisagem de antigas cidades provocavam uma ruptura das experiências urbanas do presente com as herdadas no passado – sentia-se a perda e a transformação acelerada dos espaços e formas de sociabilidade urbana (MONTEIRO, 2005).<sup>2</sup>

Em 1970, a população urbana do Estado do Rio Grande do Sul equivalia a 53% da população total do Estado – em 1980, este percentual atingiria 68% da população gaúcha (MONTEIRO, 2005). Em Porto Alegre, nas duas décadas anteriores, o processo de metropolização, isto é, a concentração de pessoas provenientes do campo e de outras cidades nas periferias sem-estrutura ou nas cidades vizinhas, significou deixar de ser uma cidade de 394 mil habitantes em 1950 para chegar aos 885 mil em 1970 (MONTEIRO, 2005). A região metropolitana da cidade cresceu de 590 mil habitantes em 1950 para 1 milhão e 531 mil em 1970 - crescimento desordenado que provocou um impacto tanto na paisagem quanto nas formas de experienciar as cidades (MONTEIRO,

2005).

O crescimento dos centros urbanos também se relaciona com outros fenômenos que foram observados em escala mundial a partir da década de 1960, quando o espetacular crescimento econômico e a internacionalização do capital foram acompanhados do crescimento industrial e da ampliação dos extratos médios e do ensino superior. A geração do “boom demográfico” do pós-guerra beneficiava-se com a estabilidade econômica da “era de ouro do capitalismo” e iniciava sua vida sexual no momento em que surgia a pílula anticoncepcional. Ainda que a porcentagem de estudantes de nível superior continuasse mínima no Brasil, o número absoluto de universitários dava um salto sem precedentes aumentando de 155 mil estudantes em 1965 para 425 mil em 1970 (ALMEIDA; WEISS, 1998).<sup>3</sup> Isto é, ao mesmo tempo em que as grandes cidades tornavam-se cada vez maiores, expandindo-se para os lados e para cima, passavam a concentrar um número cada vez maior de habitantes jovens, dos quais muitos aglutinavam-se nas universidades. A emergência de culturas urbanas juvenis era acompanhada e alimentada pela modernização de comportamentos, que por sua vez era apressada pela modernização da sociedade. Pílula, moda, música tornavam-se instrumentos para questionar a moralidade sexual burguesa e também se tornavam expressão política, que em uma ditadura conservadora como a brasileira adquiriam uma conotação singular.

É na década de 1960 também que podemos situar, em decorrência e simultaneamente a estes fatores, a irrupção da contracultura, movimento social internacional que, no Brasil, procurou romper com a modernização autoritária da sociedade posta em prática pela ditadura. Os questionamentos contraculturais estão no bojo da famosa onda de contestações de 1968, quando os jovens irromperam definitivamente como uma força política ganhando as ruas em uma vasta rebelião global. Na base dos movimentos explosivos de 1968 encontrava-se o repúdio à tecnocracia que, percebida como o ápice do desenvolvimento da sociedade industrial, não era uma característica restrita aos países capitalistas e implicava a sujeição do indivíduo a uma condição de aceitação passiva das orientações da vida. Julgava a razão, motriz do pensamento ocidental desde o século XVIII, como incapaz de promover a libertação e culpada por jogar a humanidade em distúrbios como a “obscenidade crônica da guerra termonuclear” que pairava sobre o sistema “como uma ave de rapina” (ROSZAK, 1972).<sup>4</sup>

O Estado é visto como a encarnação da racionalidade, a racionalização da vida



social é vista como um tipo feroz de autoritarismo e a subjetividade é enaltecida – os discursos libertários contestavam das estruturas de poder mais visíveis ao *modus vivendi* ocidental, em oposição a todos os níveis de repressão internalizados desde o início do processo educativo. Tudo se tornava político: politizavam-se o corpo, a sexualidade, a vida privada, a vida íntima, “o amor assumido como uma maneira de fazer política (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009: p.90)”.<sup>5</sup> No nosso país, as tentativas de mudança comportamental estavam profundamente articuladas com a luta política contra a ditadura até 1968. A partir da instauração do Ato Inconstitucional nº5, com os meios legais de luta política rompidos pela repressão, aos jovens engajados restou escolher entre integrar-se ao sistema, partir para luta armada ou resistir por uma via alternativa, comportamental – contracultural. Entre a metralhadora e o LSD, alguns passaram a professar que, antes de alterar o sistema de poder, fazia-se necessário uma transformação interior e cotidiana. O “*drop out*”, o cair fora, significou colocar-se de fora do sistema, em suas margens, incorporar o grito “marginal” tropicalista através de comunidades alternativas, psicotrópicos, viagens ou a loucura. Comportamentos considerados desviantes que rompiam com a lógica racionalizante da esquerda e da direita e chegavam ao Brasil não por causa, mas antes e apesar da Ditadura – pois, ainda que o regime defendesse a rigidez dos costumes, não era possível, naquelas alturas, conter a influência cultural decorrente da aproximação do país com o polo americano, seus jovens pacifistas e as notícias dos incendiários estudantes europeus. E como escreveu Antônio Risério (2006, p.26)<sup>6</sup>: “a maré neo-romântica da contracultura, que pode ser definida como uma movimentação estético-psicossocial, se espalhou entre nós”. Das muitas causas levantadas pelas agitações contraculturais que tornariam-se agendas políticas importantes nas décadas seguintes, aparecia uma crítica ao modo industrial da relação com a natureza através da negação do imperativo tecnocrático de transformação desta em mera máquina produtiva. Inspirando-se em ideais românticos, pregavam um retorno à natureza, colocando em xeque a relação da humanidade com o mundo e a visão teleológica de sua história em direção a torná-la senhora absoluta do planeta.

Muitos traços destas práticas contestadoras podem ser observados no longa-metragem “Deu pra ti anos 70...”,<sup>7</sup> lançado em Porto Alegre em 1981, produzido e dirigido pelos jovens estudantes de cinema Nelson Nardotti e Giba Assis Brasil, que propunha uma reflexão sobre experiências juvenis sob a Ditadura Militar. Feito artesanalmente em Super 8, tecnologia então acessível, o filme contou com atores de

grupos de teatro emergentes na cidade, que, mais tarde, tornar-se-iam importantes no cenário artístico local, e representou as vivências pessoais de sua equipe sem a pretensão e a preocupação de agradar o público vasto das salas de cinema. A proposta de poetizar imagetivamente as vivências daqueles cuja adolescência foi atravessada por um período crítico da história nacional transforma o filme em uma narrativa na qual se transita quase todo o tempo entre o contraste das experiências e curiosidades inocentes juvenis e a realidade totalitária de uma cidade que crescia apressada e reduzia seus espaços de contestação. Em meio a estas cenas, as quais transparecem o medo quanto da repressão e a indecisão quanto ao futuro político do país, os quase quinze minutos passados em uma cidade litorânea catarinense emergem na obra como momentos de liberdade e fruição de novas experiências, não convenientemente toleradas nos outros espaços representados no filme.

Garopaba era um pequeno vilarejo de pescadores ao sul de Florianópolis. Suas casinhas antigas e sua igreja centenária em meio aos barracões de pescadores ofereciam um cenário bucólico que passou a ser descoberto por gaúchos que subiam a recém-construída BR 101. As belezas da cidade combinadas com um ambiente rústico e natural, prenho do antigo, exprimiam o cenário ideal para aqueles que buscavam fugir dos dissabores das modernizações em curso em larga escala nas grandes cidades, bem como do caráter repressor do regime que as ordenava. Sua relativa distância de Florianópolis e seus largos espaços propícios ao camping possibilitavam a prática de vivências consideradas inadequadas nos balneários já capitalizados e a transformariam em um dos “territórios livres”, espaços onde grupos transgressores podiam comportar-se de formas diferentes daquelas que eram entendidas como toleráveis pelo resto da sociedade. Pelo próprio método como os personagens realizam a viagem, através de caronas e barracas, e a própria significância das principais cenas desenroladas no local, a referência a Garopaba é atravessada por referências a comportamentos transgressores juvenis. Intercaladas com tomadas que mostram a calma de suas águas junto às suas montanhas e sua igreja colonial, os protagonistas do longa-metragem fazem uso de drogas e álcool enquanto a protagonista mulher tem a primeira relação sexual com o namorado.

Em 1961 Garopaba, cujas origens remontavam à colonização açoriana do século XVIII, é elevada à condição de município. Em 1964, o navio mercante Brasil Mar encalhou na costa da enseada trazendo um movimento de mergulhadores na cidade recém-emancipada, bem como a fundação do primeiro hotel. Ao longo da mesma

década a cidade sentiria os reflexos das políticas desenvolvimentistas do período: o governo estadual de Ivo Silveira havia contratado um fotógrafo para averiguar, por meio de imagens, as obras que empreendia por toda Santa Catarina – entre as quais, a construção da sede da sua Colônia de Pescadores.

Foi assim que Garopaba e Manfredo Hubner, com sua Pentax, se conheceram. Aquela não seria a única estadia do militar gaúcho, que retornou nos verões seguintes, trazendo consigo sua família, amigos e sua câmera fotográfica, até entrar para a reserva e, no início da década de 1980 estabelecer-se definitivamente como morador da cidade. Dentre os amigos trazidos por Manfredo constavam alguns jornalistas, como Ribeiro Pires, dos jornais “*Correio do Povo*” e “*Folha da Tarde*”, de Porto Alegre, e “*A Rua Grande*”, de São Leopoldo. As aventuras dos amigos nas praias se transformariam em uma série de reportagens e um assunto frequente nos três jornais, como aparece em uma reportagem de 20 de janeiro de 1972 do jornal “*A Rua Grande*”:

Além de fotografar pescarias e passeios, arrastões e viagens mar adentro, o Prietinho mergulhou e colheu fotos submarinas. Darão assunto sensacional. Resultado: foram tantas fotos colhidas que vim para o Hotel, pedi uma máquina de escrever emprestada ao prefeito Jorge Pacheco e escrevi uma série de reportagens para a Fôlha e o Correio.<sup>8</sup>

Exaltava-se da cidade seu ritmo sossegado, bucólico, a natureza exuberante, o estilo de vida antigo, a sabedoria dos homens do mar e o equilíbrio na relação homem/natureza: “As casas tôscas de pescadores. O sol morno. O vento suave soprando. E do mar vem a visão mais linda. Os barcos dos pescadores chegando à praia”.<sup>9</sup> Descrevia-se, portanto, uma cena totalmente diferente da visão urbana que se começava a se projetar sobre cidades na época já atulhadas de automóveis, presas a um ritmo frenético e cada vez mais distantes da natureza. Garopaba aparecia com certa frequência como sugestão de lugar de veraneio e, ao que parece, a pouca infraestrutura da cidade no início daquela década não era vista como um empecilho. O rústico, neste caso, é visto como positivo.

Uma reportagem do jornal *Correio do Povo* sugeria roteiros para o fim de ano de 1971: “O que importa é que você tem alguns dias livres para sair, mudar de ares. Serra? Por que não? Mas... e se as crianças preferem a praia. Praia? Qual delas?”<sup>10</sup> Fugir da rotina, mudar de ares, experimentar a natureza, revigorar as energias e preparar-se para, novamente, encarar o ar poluído das cidades – a vilegiatura marítima, tal qual no início do século XIX, está intrinsecamente associada aos dissabores da vida moderna, da qual esperava-se que corrigisse os males, os efeitos perversos do conforto e restabelecesse a

harmonia do corpo e alma.

A positivação do simples e do rústico evocava a fruição romântica do litoral. Segundo o historiador francês Alain Corbin (1988),<sup>11</sup> a leitura romântica do mar e das gentes do mar caracterizou-se pelo signo da nostalgia, pela imersão no frescor, inocência e energia de um passado de contato mais intenso com a natureza. Os românticos, inspirados em modelos anteriores, foram os primeiros a formular um discurso coerente sobre as paisagens marítimas, enriquecendo os modos de fruição que se constituíam nos primórdios do turismo marítimo e acentuando o desejo de estar junto delas que começava a se esboçar. O litoral, por esta visão, tornava-se um lugar privilegiado para a descoberta de si. Descoberta de si, liberdade, contato com a natureza: ideias que também condiziam com o que buscavam os jovens das cenas do filme “Deu pra ti anos 70...”.

A chegada dos jovens alternativos e das famílias veranistas colocava a antiga vila de pescadores cada vez mais aberta para o mundo, para novas influências e novas leituras. Mudavam os olhares sobre os mesmos espaços, coisas velhas ganhavam novos sentidos e sentiam-se novas necessidades. Quanto mais Garopaba era conhecida, mais se transformava. Conseqüentemente, sua divulgação foi acompanhada pela especulação imobiliária. A cidade tornava-se uma praia para consumo de classe média alta. Se no macadame da modernidade a interminável metamorfose dos valores do mercado faz com que tudo que tiver preço sobreviva (BERMAN, 1996: p. 157),<sup>12</sup> o “não moderno” se moderniza. Em uma determinada época, em que a modernização das grandes cidades brasileiras era engendrada de forma autoritária e parte crucial das mudanças e da imagem de nação que o governo militar almejava forjar, alguns espaços foram escolhidos como forma de escape ou resistência às transformações em curso. Uma valoração do “não-moderno” perpassa as duas leituras produzidas para um município de Santa Catarina a partir de um mesmo espaço, uma Porto Alegre e sua região metropolitana transformadas pela modernização autoritária do regime, valoração que muito retoma um tipo de fruição romântica do litoral, fruição oriunda de um século XIX que também debatia-se com os dissabores do início da modernidade.

- <sup>1</sup> MELLO, J. M. C.; NOVAIS, F. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna in: SCHWARCZ, L. M (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- <sup>2</sup> MONTEIRO, Charles. Discutindo o projeto de reformas urbanas da administração municipal do Prefeito Thompson Flores em Porto Alegre (1969-1975). In: *Segundas Jornadas de História Regional Comparada*, 2005, Porto Alegre: PUCRS, 2005. V., 1. pp. 1-13.
- <sup>3</sup> ALMEIDA, M. H. T. de; WEIS, L. Carro-Zero e Pau-de-Arara: O Cotidiano da Oposição de Classe Média ao Regime Militar In: SCHWARCZ, Lilia Moritz.(Org.). *História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- <sup>4</sup> ROSZAK, T. *A contracultura: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- <sup>5</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. 1968: O levante das palavras. In: CASTELO BRANCO, Edwar A. de (Org.). *História, cinema e outras imagens juvenis*. Teresina: EDUFPI, 2009.
- <sup>6</sup> RISÉRIO, Antonio. *Anos 70: trajetórias*. Instituto Cultural Itaú, Editora Iluminuras LTDA, 2006.
- <sup>7</sup> Longa-metragem “*Deu pra ti anos 70...*” Brasil, Giba Assis, Nardotti, Nelson. Casa de Cinema de Porto Alegre, 1981.
- <sup>8</sup> A Rua Grande, 20 de janeiro de 1972, pag. 16 e 17. (mantida grafia da época).
- <sup>9</sup> A Rua Grande, 28 de janeiro de 1972, p.21. (mantida grafia da época).
- <sup>10</sup> Correio do Povo, 30 de dezembro de 1971, p.13.
- <sup>11</sup> CORBIN, Alain. *Território do Vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das letras, 1988.
- <sup>12</sup> BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

## **O governo de António de Albuquerque no Maranhão: elites locais e tráfico de escravos indígenas (1690-1701)**

**Alexandre de Carvalho Pelegrino<sup>i</sup>**

### **Resumo:**

Em 1690, António de Albuquerque foi escolhido para o cargo de governador do Maranhão. Seus primeiros anos de governo foram marcados por uma conjuntura de sertões “abertos”. Posteriormente a promulgação da lei dos resgates, houve um aumento significativo das possibilidades de escravização indígena legítimas pelos moradores. A conjuntura de sertões “abertos” aliado a experiência de António foram fundamentais para a boa aceitação de seu governo pelas elites locais. O objetivo dessa comunicação é comprovar este bom relacionamento através dos dados recolhidos. Palavras-chave: Maranhão, Elites locais, Escravidão.

### **Abstract:**

In 1690, António de Albuquerque was chosen for the post of governor of Maranhão. His first years in that position were marked by a conjuncture of "sertões abertos". After the law of "resgates", the residents witnessed a significant increase in the possibilities of legitimate indigenous enslavement. The conjuncture of "sertões abertos" ally with the experience of António were fundamental to good acceptance of his rule by local elites. The purpose of this communication is to prove this good relationship through the data collected.

Keywords: Maranhão, Local elites, Slavery.

\*\*\*

Em 1725 terminariam os aproximadamente 45 anos de serviços à monarquia portuguesa de António de Albuquerque Coelho de Carvalho. Nascido no interior de uma família tradicional nos postos administrativos em diversas praças coloniais, António foi de longe o militar mais bem-sucedido de sua casa. A posição social da linhagem foi engrandecida pelos longos anos que passou no ultramar. Graças aos seus serviços, as antigas mercês doadas para a família foram mantidas. Além disso, outras tantas novas benesses foram alcançadas a partir do reconhecimento régio de seus feitos.

Se sua carreira começou no Estado do Maranhão no último quarto do século XVII, no início do século XVIII estaria lutando em Portugal na guerra de Sucessão ao trono espanhol, tendo ocupado o cargo de governador da Beira Baixa. Anos depois, seria nomeado para governar o Rio de Janeiro (1709) e em seguida participaria da pacificação das minas nos momentos finais da guerra dos emboabas, um dos conflitos mais encarniçados da história da América portuguesa. Seu último posto no ultramar não condizia com a trajetória ascendente de sua carreira, porém, em 1721, foi parar no governo de Angola, aonde viria a falecer poucos anos depois.

Este trabalho pretende apresentar parte da trajetória de António de Albuquerque Coelho de Carvalho (1655-1725), especialmente sua passagem pelo Maranhão. Lá, sua família possuía notoriedade, graças ao fato de terem recebido as doações de duas capitâneas donatárias: Cameté e Cumã. Não à toa, em 1690, quando foi escolhido para o cargo de governador, as elites locais, tanto da cidade de São Luís quando de Belém, aplaudiram a escolha do rei d. Pedro II. Graças ao seu bom relacionamento com as elites locais, António de Albuquerque pode permanecer no cargo por aproximadamente 10 anos, tempo bem maior do que os 3 anos previstos inicialmente.

Nesse texto discuto duas problemáticas principais. A primeira refere-se à experiência adquirida por António de Albuquerque nas lutas nos sertões por longos anos como fator que permitiu sua boa acolhida pelos membros das elites locais. Conhecedor das dinâmicas locais, António de Albuquerque entendeu que sem uma oferta de trabalhadores a baixos custos seria inviável governar aquela parte do império português. A segunda é exatamente mostrar como as redes de relacionamento entorno do trabalho, principalmente indígena, foram montadas. Ou seja, duas questões relacionadas que possivelmente explicam a longa permanência de António de Albuquerque no poder. Acredito, por fim, que esse acúmulo de experiência nos sertões foi importantíssimo para a sua ascensão social posterior.

António de Albuquerque Coelho de Carvalho nasceu por volta de 1655. Nessa época as pessoas não sabiam a data exata de seu nascimento. Eram corriqueiras apresentações deste tipo: “O capitão-mor da Muribeca António de Sá e Albuquerque, fidalgo da casa de Sua Majestade, cristão velho...que disse ser de quarenta e sete anos...”. Outras data, no entanto, ficavam registradas, tal como o batismo. O de António

de Albuquerque Coelho de Carvalho ocorreu justamente no ano dito acima, na igreja de Santa Engracia, em Lisboa.

Seu pai decidiu batizar o filho com o seu nome e a mãe, por sua vez, se chamava Inês Francisca Coelho de Carvalho. Eram primos, o primeiro era filho de Francisco Coelho de Carvalho e Brites de Albuquerque e a segunda era filha de António Coelho de Carvalho, irmão de Francisco, e Brites de Barros, prima de Brites de Albuquerque. Os casamentos entre parentes não muito distantes eram bastante comuns na sociedade portuguesa de antigo regime.

Tanto o pai de António de Albuquerque Coelho de Carvalho quanto seu avô também haviam ocupado o cargo de governador do Estado do Maranhão. Francisco Coelho de Carvalho (avô) foi escolhido pelo rei para ser o primeiro governador do então recém-criado Estado do Maranhão<sup>ii</sup>. Ele permaneceu neste posto por aproximadamente 10 anos, até sua morte em 1636. No entanto, antes de sua nomeação para o governo do Estado do Maranhão, Francisco Coelho de Carvalho governou a Paraíba. Foram nestes anos que se casou com Brites de Albuquerque, filha de António Cavalcanti de Albuquerque e Inês de Góis, membros da elite local pernambucana<sup>iii</sup>. Por seu turno, o pai de António de Albuquerque Coelho de Carvalho, que eventualmente chamarei de “o velho”, para exatamente diferenciar de seu filho, conhecido como “o moço”, foi governador do Estado do Maranhão entre 1667-1671<sup>iv</sup>.

No início da colonização de fato do Maranhão, o rei Felipe III acolheria as indicações feitas pelo experiente militar Bento Maciel Parente, no que tange a divisão administrativa da nova conquista ibérica. Segundo Parente, muito mais eficaz para a ocupação e administração seria a escolha, pelo rei, da “cabeça” do Estado e a doação, para vassallos merecedores, de novas capitâneas donatárias, estratégia, aliás, bastante corriqueira na expansão colonial portuguesa pelo atlântico<sup>v</sup>. Neste movimento, que aqui trato de forma bastante resumida, o rei escolheu para “cabeça” do novo Estado a capitania do Maranhão, que, por sua vez, teria como capital a cidade de São Luís. A outra grande capitania real seria o Pará, com destaque para a cidade de Belém (1616). As outras capitâneas importantes foram, ao menos inicialmente, doadas para particulares<sup>vi</sup>.

Acredito que os interesses da família de António de Albuquerque Coelho de Carvalho na região aumentavam muito pelo fato de possuírem essas duas capitâneas



donatárias. Não é possível esquecer que os donatários possuíam direitos sobre a produção, a arrecadação de impostos e alguns privilégios comerciais que poderiam render boas somas de dinheiro, além do valor simbólico investido neste tipo de mercê<sup>vii</sup>. António de Albuquerque, o velho, por exemplo, esforçou-se bastante para manter afastado de suas vilas, fundadas com bastante dispêndio de cabedal e esforço para aldear grupos indígenas, os interesses de outros poderes locais, tais como as câmaras municipais e os capitães-mores. Foi exatamente na passagem de seu pai pelo governo do Maranhão que António, ainda muito jovem é verdade, conheceria a região pela primeira vez. Após o fim do triênio previsto para durar os governos coloniais, António de Albuquerque retornou para Portugal com seu pai. Entretanto, apesar de breve, nesta passagem pelo Maranhão, foi educado pelo inaciano João Felipe Bettendorff, autor de uma das principais crônicas do século XVII.<sup>viii</sup>

Seu regresso para a América viria a acontecer alguns anos depois. Filho segundo de uma família nobre portuguesa, engajou-se na carreira militar<sup>ix</sup>. Aliás, este era o caminho mais comum para secundogênitos. Sem muitas perspectivas de receber boa herança dos pais, os serviços em armas eram vistos como propulsores da ascensão social, principalmente através da aquisição, via mercês régias, de tenças, comendas, hábitos das ordens militares, e, quem sabe, um título de nobreza<sup>x</sup>.

Em 1680, António de Albuquerque voltaria ao Maranhão para acompanhar a chegada do governador Inácio Coelho da Silva. Ademais, foi nomeado pelo próprio pai para a capitania-mor do Cameté. Neste cargo iniciou seu contato mais direto com os sertões da América. Não posso explorar a contento os diversos conflitos que os capitães donatários enfrentavam nesta parte do império português. Resumidamente, devo dizer que os desentendimentos davam-se na administração do trabalho indígena. Pelo menos a princípio os aldeamentos que estavam localizados dentro da jurisdição dos donatários não deveriam participar das repartições, ou seja, aqueles índios estavam isentos de prestar serviços para moradores de fora das vilas donatárias. Constantemente esta orientação era contrariada. Carente de mão de obra, os moradores das cidades de São Luís e Belém viravam seus olhos para esta importante reserva de trabalhadores existente nas capitanias donatárias. Os capitães donatários, desde o início da colonização utilizaram esta estratégia para o povoamento de suas capitanias (o incentivo a imigração de açorianos era a outra estratégia comum). Na capitania do Caeté, por exemplo, seu segundo donatário, Álvaro de Sousa, firmou 3 contratos com chefes indígenas para o

“descimento” de suas aldeias. Normalmente, os ameríndios aceitavam o deslocamento para a proximidade de um núcleo colonial em troca de ferramentas de metal e tecidos de algodão. Os índios deveriam ser batizados, ficavam obrigados a prestar serviços aos moradores da nova vila fundada, gozariam de certa proteção e, por fim, formariam instrumento essencial de defesa<sup>xi</sup>. Algo parecido foi feito por António de Albuquerque alguns anos depois na capitania do Cameté. Pessoalmente, nosso personagem envolveu-se no descimento de índios dos sertões para viverem nas proximidades da vila de Santa Cruz do Cameté<sup>xii</sup>.

Na famosa revolta de Beckman, ocorrida pouco tempo depois de sua chegada ao Maranhão, precisamente em 1684, ele tentou, frustradamente, convencer os moradores de São Luís a não se rebelarem. Sua lealdade a coroa não demoraria a ser reconhecida, tanto que um ano depois do levante alcançaria posto mais privilegiado na hierarquia militar, tendo sido nomeado como capitão-mor do Pará. Enquanto ocupou este cargo comprometeu-se com a construção e reformas de várias fortalezas no Estado do Maranhão, assistindo, inclusive, muitas vezes pessoalmente, em paragens muito distantes das cidades de Belém e São Luís, algo totalmente incomum para um homem de seu extrato social.

A década de 1680 foi marcada por embates, por vezes violentos, envolvendo a questão da mão de obra indígena. Os tempos haviam mudado, já haviam se passado cerca de 40 anos desde a expulsão dos holandeses de São Luís, a presença portuguesa na região já encontrava bases mais sólidas e as ameaças de outras potências coloniais ficavam mais localizadas nas fronteiras dos impérios<sup>xiii</sup>. Superada a fase de conquista, o novo imperativo da colonização passava a ser uma ocupação econômica e a fixação definitiva dos portugueses naquela importante região<sup>xiv</sup>. Entretanto, esta ocupação baseada na atividade agrícola e no extrativismo esbarrava num importante obstáculo: a carência de mão de obra. O Maranhão encontrava-se deslocado das principais rotas comerciais atlânticas, e, por este motivo, seus povoadores não encontravam uma oferta abundante de escravos africanos<sup>xv</sup>. Sem um tráfico negreiro forte e com possibilidades ainda muito grandes de escravização dos índios, aqueles habitantes engajaram-se com grande furor no tráfico de escravos indígenas<sup>xvi</sup>.

Os conflitos na década de 1680 começaram exatamente com a lei de liberdade dos índios baixada no dia 1º de abril de 1680<sup>xvii</sup>. Sem guardar nenhum caso de

escravização legítima dos índios, a nova lei surpreendeu os moradores, na medida em que o costume de administrar o trabalho indígena vinha sendo elaborado desde o início da colonização<sup>xviii</sup>. Os ânimos ficaram exaltados. Na tentativa de conter a situação, o rei prometeu a remessa de escravos africanos (1682). O abastecimento fracassou, tornando quase inevitável a revolta de Beckman (1684). Poucos anos depois, em 28 de abril de 1688, os moradores venceram novamente a queda de braço envolvendo o trabalho indígena e a coroa voltou a autorizar os resgates<sup>xix</sup>. Pouco antes, em 1686, Gomes Freire de Andrade (1685-1687), governador responsável pela punição dos revoltosos de 84, escreveu um documento, no qual defende abertamente a existência de um regular tráfico de escravos indígenas.

Gomes Freire inicia sua argumentação com um ponto comum em vários outros discursos produzidos pela administração colonial sobre os moradores do Maranhão: a raiz de todos os problemas e distúrbios por quais passa e passou aquela região está exatamente na pouca obediência daqueles súditos, no mau cumprimento das leis e ordens régias. Claro que suas impressões estão impregnadas pela recente revolta de 1684. Não obstante, assim como os rebeldes, Gomes Freire também identifica muitos pontos negativos na lei de liberdade dos índios de 1680. Para ele, os objetivos da lei visavam o bom serviço à religião católica e ao rei, contudo, graças a sua má execução, somente gerou a ira dos moradores. Nem os índios saíram beneficiados com a ideia de preservá-los nos aldeamentos e nem os moradores se beneficiaram dos escravos africanos, afinal, estes nunca chegaram em número satisfatório.

Segundo o governador, a forma como os missionários propunham a execução dos resgates era impraticável:

Neste cazo não posso informar a VMag.<sup>de</sup> como theologo, mas devo fazelo como soldado. E assim não disputarei se seria menos cargo de consciencia q pello meyo do cativeiro se trouxessem muitas almas a conversão da feé, ou se deixalas perder a todas como se tem visto em seis annos. Porem ainda sem me apartar da mesma ley de 1680 reparo q nella expressa VMag.<sup>de</sup> por palavras formaes, q suposto seião lícitos os cativeiros por justas razões de direito nos cazos exceptuados na dita ultima ley de 1655, e nas antecedentes; com tudo q são de mayor ponderação as razões q há em contrario p.<sup>a</sup> os prohibirem em todo o cazo serrando as portas aos pretextos, simulações, e dolos com q a malicia abuzando dos cazos em q os cativeiros são justos introduz os injustos. A mim me parece pello theor destas razões, q descobrindosse meyos por onde se evite o exabrupto procedimento com q se havião os cabos das tropas, q entravão aos cativeiros, não fica duvida p.<sup>a</sup> q se admitão, e q não tem lugar neste estado os argumentos q os P.<sup>es</sup> fazem com o do Brazil, pellas muitas differencas q vão de hum a outro, em generos, em certões, em pobreza, e em principios.<sup>xx</sup>

Logo em seguida, Gomes Freire desenvolve melhor estas diferenças entre o Brasil e o Maranhão:

He sem duvida, q os barbaros q habitão os certões q ficão p.<sup>a</sup> o cabo do norte, e todos os do estado athe os da vida rational, e obrigados da sua verocidade fazem os vencedores mantimento dos vencidos, e q estragando as leys da natureza procedem neste particular peor do q as feras: a estes condemnados a morte he piedade christam tirarllos do poder, ainda q não ouvera nesta conquista tanta necessidade de escravos, e em os largarem são tão faceis q chegão muitas vezes a offertalos gratuitam.<sup>te</sup> aos Brancos q vão ao cravo se lhes pedirem q os não matem; e se havemos de dar crédito a estes homens, he certo q o gentio lhes faz muitas instancias por estes resgates, porq dezião ter nelles a negociação em q tirem as ferramentas e drogas de q estão faltos; e se entre nos e elles se introduzir este comercio, não arrisca a paz estabelecida, antes a confirma, e segura, como nos está ensinando o exemplo da Cayana.<sup>xxi</sup>

Outro ponto interessante destacado por Gomes Freire sobre o Maranhão é o valor que os moradores davam para os escravos indígenas:

Os escravos naturaes fazem hua incomparavel differença no prestimo aos q vem de Guinê, e Angola, e a esse respeito estima hum morador maes o servico de hum índio q o de dous negros; porq estes como filhos do mato são practicos nelle, e como creados nos rios e guarapés só sabem remar as canoas, e fazelas, são destrissimos na cassa, e pescaria, sustentandosse della e a seus snors; tem genio e habilid.<sup>e</sup> p.<sup>a</sup> aprenderem com presteza tudo o q vem obrar aos brancos; o q se não acha nos tapanhunos, ou negros tintos, porq primr.<sup>o</sup>, q deixem de ser buçaes gastão largo tempo, e nunca os occupão maes q p.<sup>a</sup> o serv.<sup>o</sup> domestico.

A defesa aberta do tráfico de escravos indígenas acontece quando ele atrela o crescimento das receitas da fazenda real à venda de cativos. Já que cada índio escravizado deveria pagar em média 2\$000 réis de direitos à fazenda real, com o fim das vendas (1680), os cofres reais ficaram depauperados no Maranhão. Era imprescindível que este trato voltasse a funcionar, pois sem escravos perdia-se duas vezes: na arrecadação dos tais direitos e nos dízimos, visto que a produção ficava comprometida sem escravos. O dinheiro arrecadado deveria ser investido nas fortificações, quer dizer, o tráfico de escravos indígenas não era visto por ele como um empecilho ao desenvolvimento da sociedade colonial:

e a primr.<sup>a</sup> e maes essencial circumstancia p.<sup>a</sup> a conservação deste estado, e em q m.<sup>to</sup> se deve cuidar he q nelle tenha VMag.<sup>de</sup> rendimentos de q se poderem fortificar as pracas, fazer fortalezas nas costas do Ceará, p.<sup>a</sup> evitar a freqüência com q as nações do norte, comerceão como gentio, e do mesmo se necessita pello rio das Amazonas a respeito dos Francezes q assistem em Cayana; engrossar os Prezidios, fornecer os Armazens, e accodir a outros gastos que são precisam.<sup>te</sup> necessarios á segurança das povoações e portos marítimos, como aos descobrim.<sup>tos</sup> das drogas, e conhecim.<sup>to</sup> dos certões q quasi tudo nos está occulto, e por esta razão nos he inutil.

Nas partes finais do documento, Gomes Freire tenta formular um modo justo e prático de alcançar os escravos. É interessante que apenas 2 anos depois (28/04/1688), foi baixado um novo alvará reabilitando novamente os resgates, acolhendo muitas das sugestões feitas por Gomes Freire e discutidas no Conselho Ultramarino. Novamente os

sertões estavam abertos aos moradores, o que significava um alívio nas tensões daquela sociedade pobre e carente de trabalhadores.

Foi justamente neste contexto de “sertões abertos” que se iniciou o governo de António de Albuquerque Coelho de Carvalho. Uma série de guerras contra as populações indígenas vinham sendo feitas, desde a década de 1680, em várias partes do Estado do Maranhão<sup>xxii</sup>. Seguindo as orientações da administração colonial, a câmara municipal de São Luís registrou a chegada de escravos indígenas provenientes das tropas de resgate. No livro de “Registro Geral” podemos acompanhar quantos escravos indígenas desceram entre os anos de 1689 e 1746. Embora os registros sejam bastante irregulares, em alguns anos constam a chegada e outros não, para as tropas de resgate que ocorreram durante o governo de António de Albuquerque, as informações estão preservadas. Entre 1689 e 1694<sup>xxiii</sup>, 260 escravos chegaram até São Luís. O número de compradores foi 83, o que resulta numa média de 3,13 escravos por pessoa.

Como já foi dito anteriormente, os compradores dos escravos indígenas eram obrigados a pagar os direitos devidos à fazenda real por cada escravo. Somando o valor pago chega-se ao número nada desprezível de 1,138,400 réis. António de Albuquerque, neste contexto favorável, fazia uma manobra no mínimo curiosa. Dentre os escravos que deveriam ser repartidos pelas elites locais, alguns foram cedidos por ele para a câmara municipal, que, por sua vez, os vendia em praça pública. O dinheiro arrecadado era utilizado para custear as obras públicas.

Nos livros de receitas e despesas da câmara municipal de São Luís podemos acompanhar a evolução de suas receitas entre os anos de 1676 e 1698. Destacaria que nos anos de 1690, 1692 e 1693 temos duas listas: primeiro as receitas padrão encontradas todos os outros anos e uma segunda destinada às obras públicas. Normalmente estas rendas eram provenientes da venda de escravos, que, via de regra foram cedidos pelo governador. Ou seja, se quando António de Albuquerque foi escolhido governador os oficiais da câmara de São Luís o exaltaram por ter “criado-se entre nós e vivido muitos anos sendo a causa principal deste nosso conceito a grande piedade que reconhecemos.”<sup>xxiv</sup> Em 1693, quando deveria terminar o governo de António, eles não hesitariam em pedir ao rei a renovação de sua permanência. Não era para menos, um ano antes, em 1692, a câmara registrou sua maior receita nos últimos 15 anos. O grande conhecimento da terra, das gentes que a habitavam, da língua e da

forma de se fazer guerra eram qualidades destacadas pelos poderes locais para a permanência de António de Albuquerque no poder, pois somente um homem com esta experiência poderia oferecer os “remédios” para a pobreza dos moradores.

No final do século XVIII, António de Albuquerque passou a escrever ao rei pedindo seu retorno a Portugal. Dizia que sofria de constantes “achaques” e que precisava de algum tempo no reino para se curar. Em 1701 finalmente António foi autorizado a retornar para Lisboa, aonde viria a morar. A partir de agora, sua estratégia de ascensão social modificara-se levemente. Nos sertões do Estado do Maranhão, havia acumulado muitos serviços militares, os mais valiosos no momento de suplicar mercês. Precisava agora ampliar suas benesses, arranjar um casamento e garantir um herdeiro legítimo para seu patrimônio<sup>xxv</sup>. Com mais de 45 anos, casou-se com dona Luísa de Mendonça<sup>xxvi</sup>. Desta união nasceria Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho, sucessor da casa. Devo lembrar que apesar de António de Albuquerque ter sido um filho segundo, acabou herdando o patrimônio de seu pai, pois seu irmão mais velho morreu sem deixar descendente.

Portanto, para concluir, gostaria de reafirmar minhas proposições iniciais. Para a ascensão social de António de Albuquerque foram fundamentais seus anos de experiência nas guerras nos sertões. Sem ela talvez não tivesse tido o relativo sucesso na pacificação das minas, por exemplo. Além disso, para o nosso objetivo mais específico neste texto, ou seja, a relação de sua trajetória com o governo do Estado do Maranhão, aqueles anos vivendo na terra lhe conferiram o pragmatismo necessário para saber que sem o trabalho indígena o Maranhão não faria o menor sentido no contexto da colonização portuguesa.

---

<sup>i</sup> Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista CAPES. Orientador: Ronald José Raminelli. E-mail: [alexandrepelegrino@gmail.com](mailto:alexandrepelegrino@gmail.com).

<sup>ii</sup> A fundação do Estado ocorreu em 1621, sendo que na realidade só viria a ocupar de fato o cargo em 1626.

<sup>iii</sup> Não cabe aqui uma análise mais profunda sobre a genealogia de António de Albuquerque Coelho de Carvalho. Apesar disso, dados não faltam, já que tanto ele quanto seu filho, Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho foram feitos familiares do Santo Ofício. Seu avó, Francisco Coelho de Carvalho, também tentou, porém as habilitações ficaram incompletas. O sangue indígena, como era comum em várias famílias importantes de Pernambuco também estava presente no passado de António de Albuquerque. Entretanto, tal como alertou Evaldo Cabral de Mello, este não era um defeito visto com muitas reservas pelos inquisidores. Muito mais preocupante no processo foi o possível parentesco dele com a famosa cristã-nova Branca Dias. Seu processo está em: ANTT, Habilitações do Santo Ofício, Maço 60, Doc. 1238. Para uma discussão sobre os impedimentos baseados na limpeza de sangue no antigo

regime, ver: MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>iv</sup> Outro membro da família que ocupou o cargo de governador do Estado do Maranhão foi Francisco Coelho de Carvalho, o sardo. Este era filho de António Coelho de Carvalho e governou o Maranhão por poucos anos, entre 1646 e 1647, quando viria a falecer prematuramente. Assim como nosso personagem também possuía muitos anos de serviço nos sertões do Estado do Maranhão.

<sup>v</sup> *Papel por que consta a devizão das capitanias deste estado cuja papel se acha impresso por ordem de sua magestade*. Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL). Coleção da Vidigueira. Códice 1. Livro da Fazenda da Capitania do Caeté, f. 94-97v.

<sup>vi</sup> A capitania do Cameté foi doada para Feliciano Coelho de Carvalho, filho de Francisco Coelho de Carvalho; a capitania do Cumã foi doada para António Coelho de Carvalho, irmão de Francisco Coelho de Carvalho; a capitania do Cabo do Norte foi doada para o próprio Bento Maciel Parente; a capitania do Caeté foi doada para Gaspar de Sousa e, por fim, a capitania da Ilha Grande de Joanes foi doada para António de Sousa de Macedo.

<sup>vii</sup> SALDANHA, António Vasconcelos de. *As capitanias do Brasil: Antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenómeno atlântico*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. JOHNSON, Harold. “The Donatary Captaincy in perspective. Portuguese Backgrounds to the Settlement of Brazil”. *The Hispanic American Historical Review*. 52:2 (Maio de 1972)

<sup>viii</sup> “Fiz logo da sacristia, ainda por acabar, classe, e ajuntaram-se ali belos moços para meus discípulos, entre eles os dois filhos do senhor governador António de Albuquerque Coelho de Carvalho, a saber: Francisco, o mais velho, e António, que hoje nos governa, o mais moço, que por aquele tempo teria os seus 13 anos. Iam estudando todos com furor e grande aproveitamento, porque alguns deles já tinham começado a traduzir Quinto Cúrcio.” BETTENDORFF, João Felipe. *Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. Brasília: Edições do Senado Federal – volume 115, 2010, p. 316.

<sup>ix</sup> Como apareceu na citação de Bettendorff, o irmão mais velho de António chamava-se Francisco. Por sua vez, o mais novo chamava-se Feliciano. Identifico o padrão esperado das famílias nobres na casa de António. Enquanto o primogênito era herdeiro da casa, o filho segundo seguia na carreira militar e o outro na carreira eclesiástica.

<sup>x</sup> PARKER, Geoffrey. *The Army of Flanders and the Spanish Road 1567-1659*. New York: Cambridge University Press, 1972. Especialmente o capítulo “The High Command”. PARROTT, David. *The Business of war: Military Enterprise and Military Revolution in Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. Especialmente o capítulo que dá título ao livro.

<sup>xi</sup> *Termo que faz o principal Martim Moanha em seu nome e de seus vassallos*. Sociedade de Geografia de Lisboa. Coleção da Vidigueira. Códice 1. f. 68v. *Termo que faz o principal Lopo em seu nome, e de seus vassallos*. Sociedade de Geografia de Lisboa. Coleção da Vidigueira. Códice 1. f. 69. *Termo que fazem os principais Lucas, e Lazaro em seus nomes e de seus vassallos*. Sociedade de Geografia de Lisboa. Coleção da Vidigueira. Códice 1. f. 69v.

<sup>xii</sup> AHU, Maranhão (avulsos), Cx. 6, doc. 659 (1681).

<sup>xiii</sup> CHAMBOULEYRON, Rafael. *Portuguese colonization of the Amazon region, 1640-1706*. University of Cambridge, PhD thesis, 2005.

<sup>xiv</sup> Acredito que a importância geopolítica do Estado do Maranhão destacada por Alírio Cardoso no contexto da união ibérica ainda valha para o final do século XVII. CARDOSO, Alírio. *Maranhão na Monarquia Hispânica: intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655)*. Salamanca, Universidad de Salamanca (tese de doutorado), 2012.

<sup>xv</sup> WALTHORNE, Walter. *From Africa to Brazil: culture, identity, and the Atlantic Slave Trade, 1600-1830*. New York: Cambridge University Press, 2010, p. 38.

<sup>xvi</sup> SOMMER, Barbara A. “Colony of the sertão: Amazonian expeditions and the Indian slave trade” *The Americas*, 61:3, January, 2005, p. 420. Claro que nunca podemos ignorar a importância da exploração do trabalho indígena livre e assalariado.

<sup>xvii</sup> Livro Grosso do Maranhão. Primeira Parte. *Anais da Biblioteca Nacional*, 66, 1948, p. 57.

<sup>xviii</sup> Num rápido retrospecto sobre a legislação correspondente a este tema, teríamos: a concessão de administrações particulares nos momentos posteriores a conquista. A abolição desta prática, pelo menos na letra da lei, ocorreria em 1647. A administração temporal das aldeias nas mãos dos missionários e os casos legítimos de escravização foram regulados, finalmente, na lei de 1655. A revolta de 1661, contra o controle da mão de obra indígena por parte dos religiosos gerou novas diretrizes na política indigenista. Foi se consolidando, através de algumas leis nas décadas de 1660 e 1670 a administração temporal dos índios pelos leigos (1663 e 1677). A reversão deste cenário ocorreu justamente em 1680. KIEMEN,

---

Mathias. *The Indian policy of Portugal in the Amazon region*. Washington: The Catholic University of America Press, 1954. HEMMING, John. *O ouro vermelho: a derrota dos índios brasileiros*. São Paulo: EDUSP, 2007. Inspiro-me bastante nas discussões feitas por John Monteiro, ver: MONTEIRO, John. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. Especialmente o capítulo 4: “A administração particular”.

<sup>xxix</sup> Livro Grosso do Maranhão. Primeira Parte. *Anais da Biblioteca Nacional*, 66, 1948, p. 97.

<sup>xxx</sup> AHU, Maranhão (avulsos), Cx. 7, doc. 763 (1686).

<sup>xxxi</sup> Idem. No momento em que diz que os índios ofertam gratuitamente alguns escravos aos portugueses, vejo alguma semelhança com o que ocorria na Nova França. De acordo com Brett Rushforth esta era uma prática comum entre os ameríndios, geralmente simbolizava tentativas de aproximação e relações comerciais. Os franceses, num primeiro momento, hesitaram em aceitar esses cativos. Contudo, com o estreitamento das relações comerciais, passaram a demandar cada vez mais escravos. RUSHFORTH, Brett. *Bonds of Alliance: Indigenous and Atlantic Slavery in New France*. University of North Carolina Press, 2012.

<sup>xxxii</sup> As guerras contra as populações indígenas, intensificadas após a lei de 1688, possuíam uma dupla função: ao mesmo tempo em que limpavam o terreno (fenômeno muito claro nas proximidades dos rios Itapecuru e Mearim, região de criação de gado), também eram fonte importante de mão de obra.

<sup>xxxiii</sup> As expedições cessaram neste ano devido a uma grave epidemia de varíola. As informações das repartições estão em: APEM. “Livro de Registros Gerais 1689-1746”.

<sup>xxxiv</sup> APEM. Livro de Copiador de Carta (1689-1720). 1690, julho, 28.

<sup>xxxv</sup> António de Albuquerque possuía um filho ilegítimo homônimo. Era um mestiço nascido de um caso amoroso de seu pai com a mestiça Ângela de Barros, filha de Manuel da Mata e Maria de Azevedo, estes possuíam na sua ascendência tanto parentes pretos quanto índios. Este filho fez célebre carreira militar no oriente. MARTINS, Paulo Miguel. *Percorrendo o Oriente: a vida de António de Albuquerque Coelho (1682-1745)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.

<sup>xxxvi</sup> Era filha de d. Francisco de Melo e dona Joana de Melo e neta de d. Pedro de Melo, ex-governador do Maranhão. ANTT. Registro Geral de Mercês. D. Afonso VI. Livro 3, f. 96v. A habilitação para familiar do Santo Ofício do irmão de d. Luísa de Mendonça: ANTT. Habilitações do Santo Ofício. João de Mello e Abreu. Maço 116. Doc. 1876. António de Albuquerque possuía, pelo menos, as comendas de São Martinho da Aloutas do Bispado de Viseu; a de Santo Afonso de Val de Telhas da Ordem de Cristo; a de Santa Maria de Seia e a de São Martinho das Moitas. Além de outras fontes de renda e as duas capitâncias donatárias. Boa parte destas mercês foi herdada pelo seu filho Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho.



## Entre a beca e as cédulas: os juízes de paz nas eleições do Espírito Santo (1871-1889)

Alexandre de Oliveira Bazilio de Souza<sup>1</sup>

### **Resumo:**

A justiça de paz foi instituição atuante, por quase todo período imperial, em diversos âmbitos do direito. Não obstante, as pesquisas que a analisam destacam, majoritariamente, aspectos relacionados à competência criminal e costumam tomar, como delimitação temporal, a primeira metade do Oitocentos. Este trabalho, diferentemente, explora o papel que esses magistrados desempenharam nas eleições nos anos finais do Império e mostra, através de estudo de caso no Espírito Santo, a importância que tiveram na construção da cidadania brasileira.

**Palavras-chave:** justiça de paz; eleições; Espírito Santo

### **Abstract:**

The justice of the peace office functioned, for the greatest part of the imperial period, in various legal areas. Nonetheless, most of the researchers tend to focus on aspects related to its criminal competence and choose, as periodization, the first half of the 19<sup>th</sup> century. This work, differently, explores the role these magistrates served in the Empire's latest elections and shows, conducting a case study on Espírito Santo, the importance they had in the construction of Brazilian citizenship.

**Key-words:** justice of the peace; elections; Espírito Santo

### **Introdução**<sup>2</sup>

Os anos entre 1871 e 1889 são normalmente associados à decadência do Império.<sup>3</sup> Foi momento em que novos grupos, que não haviam vivenciado as traumáticas experiências da Regência, passaram a atuar, a exemplo do ministério de Rio Branco.<sup>4</sup> Este, apesar de conservador, iniciou uma série de reformas liberais que alteraram profundamente o cenário de então. Entre elas, podemos citar a Reforma Judicial de 1871, que visava, principalmente, à separação entre atribuições judiciárias e policiais.<sup>5</sup>

A justiça de paz ganhou destaque na reforma. Típica representante das ideias liberais, seu caráter eletivo passou a ser evocado para justificar o aumento (ou, ao menos, recuperação) de atribuições anteriormente suprimidas. Assim, na Assembleia Geral, formaram-se duas correntes: uma que desejava sua permanência – já que representante do povo – e outra que a desqualificava – já que entidade eleitoral. Sua proximidade com a população também era constantemente suscitada. Era traduzida, por essas correntes, em dois sentidos opostos: como garantidora da confiança dos jurisdicionados ou promotora de disputas pessoais.<sup>6</sup>

Nesse embate, a primeira corrente saiu vitoriosa. Assim, juízes de paz voltaram a julgar infrações às posturas municipais e conceder fianças, competências retiradas trinta anos antes pela Lei que reformara o Código de Processo Criminal. Em âmbito civil, o juizado viu o aumento de sua alçada de 50 para 100 mil-réis.<sup>7</sup>

### **O juiz das eleições**

Entre todas as atribuições da justiça de paz, sua relação com o fenômeno eleitoral era a que mais despertava a atenção dos contemporâneos. Isso ocorria por conta da dupla ligação que tinha com o sufrágio: seus membros eram magistrados eleitos que, durante praticamente todo período imperial, foram os grandes gestores das eleições. Como consequência direta dessa associação, entre 1871 e 1889, o juiz de paz foi mencionado no senado em 115 das 367 sessões que discutiram reforma eleitoral (ou 31%); na câmara, essa proporção foi ainda maior: 238 de 535 sessões (ou 44%).

A caracterização do juiz de paz nas sessões variava entre dois extremos: para uns, enquanto autoridade popular, o magistrado eleito poderia dar conta das inúmeras fraudes que rodeavam o processo eleitoral; para outros, a acumulação de poderes em suas mãos apenas fazia aumentar as ilegalidades. Durante os debates da Lei do Terço em 1875, essa segunda corrente foi mais forte e o juiz de paz acabou por perder parte do poderio conquistado anteriormente. Seis anos mais tarde, entretanto, essa situação alterar-se-ia, por ocasião da promulgação da Lei Saraiva em janeiro de 1881. O diploma alterou profundamente as eleições no período, na medida em que eliminava o sufrágio indireto e as qualificações, criando em seu lugar o alistamento feito mediante requisição a juízes municipais e de direito, realizado somente nos maiores centros. A nova Lei também foi responsável por queda de cerca de 90% do eleitorado brasileiro, na medida em que enrijeceu sobremaneira os critérios para comprovação de renda.

A mesa eleitoral permaneceu presente em todas as paróquias, sendo presidida pelo juiz de paz mais votado, auxiliado por seus imediatos em votos.<sup>8</sup>

Nesse momento, reafirmou-se o importante papel dos juízes de paz em âmbito eleitoral, principalmente em relação aos procedimentos relacionados diretamente à votação. Não por acaso, o senador Cândido Mendes, em 5 de julho de 1871, chamou a atenção para o fato de que, entre todas as atividades do juízo, a administração das eleições era aquela que mais ocupava seu tempo. Até que ponto tinha razão o senador? Ao analisar os ofícios trocados pela câmara de Vitória e os juízes de paz do município entre 1871 e 1889, nada menos do que 39% deles versavam sobre eleições. Já na comunicação entre esses magistrados e o presidente de província, essa proporção alcançou 28%, atrás apenas dos ofícios relacionados à investidura do cargo. Nenhuma outra atribuição administrativa desses juízes superou essas cifras, o que corrobora a afirmação de Mendes.<sup>9</sup>

De modo geral, as atividades eleitorais ocorriam em três momentos: os trabalhos preparatórios, o recebimento dos votos e sua contagem. Entre elas, eram as primeiras que mais contribuíram para essa intensa comunicação, fosse por conta da qualificação – existente até 1881 –, entrega dos títulos, marcação da data do pleito ou organização da mesa eleitoral. Nas seções que se seguem, são analisadas em detalhes cada uma dessas três etapas.

### **Os trabalhos preparatórios**

As atividades relacionadas aos preparativos das eleições eram causa de grande preocupação e disputa política, principalmente porque eram determinantes na definição de quem faria parte do eleitorado. Nas eleições de abril de 1876 na paróquia de São Mateus, por exemplo, foi necessária intervenção do presidente de província, após acusações de irregularidades no pleito. O padre José Pereira Duarte Carneiro, juiz de paz presidente interino da junta, convocou, por edital, 8 eleitores e 4 suplentes para eleição da junta. Segundo parecer do secretário de governo José Pinto Homem de Azevedo, tal convocação só seria legal caso houvesse 9 eleitores na paróquia e um não pudesse comparecer, por morte ou mudança de domicílio.

Enquanto membros das juntas de qualificação, os juízes de paz – ou mesmo aqueles eleitos sob sua presidência – eram responsáveis pela inclusão ou exclusão de nomes nas listas, atribuição que certamente lhes dotava de grande poder. A Lei do Terço determinava, no caso

de exclusão, a publicação de editais para que os prejudicados pudessem peticionar reclamação. Poderia ocorrer de um só cidadão requisitar a inclusão ou exclusão de dezenas. Foi o que fez José Bento Nogueira, morador da paróquia de Alegre, em 3 de maio de 1876, quando solicitou à junta a inclusão de 42 cidadãos que não foram inscritos na lista, apesar de preenchidos os requisitos legais; os membros da junta unanimemente decidiram acolher a reclamação. Resultado diverso deu-se na paróquia de Veado, em 4 de maio de 1876, quando Teófilo Barbosa da Silva reclamou à junta a exclusão de 23 cidadãos da lista de qualificados. A junta, presidida pelo juiz de paz José de Aguiar Valim, negou o pedido devido à falta de fundamentação, já que nem o nome dos cidadãos indevidamente qualificados Barbosa Silva havia elencado. Às vezes, a própria junta, espontaneamente, incluía nomes de votantes após feitura da lista. Na reunião da junta de Guarapari, em 4 de fevereiro de 1880, por exemplo, apesar de nenhuma petição ter sido apresentada, foram incluídos sete cidadãos na lista, por reconhecida sua qualidade de votante.

Havia também casos em que as juntas de qualificação decidiam não receber o protesto, ou, mesmo o recebendo, não o detalhavam na ata. Foi o que aconteceu, pelo menos na opinião do chefe de seção José Pinto Homem de Azevedo, na junta de Vitória, presidida pelo o 3º juiz de paz, José da Rocha Tagarro, em 13 de abril 1875. Segundo Azevedo, o protesto dos cidadãos Bazilio Carvalho Daemon, Sebastião Fernandes de Oliveira, José Inácio dos Santos Braga e Manoel Dias Gomes Neto não foram transcritos pela junta, mas apenas mencionado.

O título eleitoral transformou-se também em importante elemento de disputa política a partir de sua criação pela Lei do Terço. Em Cachoeiro, o juiz municipal Misael Ferreira Pena foi acusado pelo presidente da câmara local, Luiz Bernardino da Costa, de desorganizar todo o processo da paróquia, ao proceder à feitura de inventários ao invés da confecção dos títulos. Apelidado de “juiz da terra” pelo jornal *Da reforma*, Misael fora acusado ainda de injustamente perseguir o secretário da câmara, Lucas Corrêa do Espírito Santo, justamente por não lhe ter permitido levar os títulos em branco e livros de qualificação que estavam sendo organizados pela junta de Rio Pardo.<sup>10</sup>

### **Na boca da urna**

A votação era o segundo momento decisivo das eleições. Entre 1830 e 1875, os juízes de paz presidiam essas mesas e, no pós-81, não apenas a presidiam, como eram os únicos mesários.

Mesmo durante a vigência da Lei do Terço, juízes de paz poderiam, na falta de eleitores, compor, ou mesmo presidir a mesa. Foi o que aconteceu em Benevente, nas eleições de novembro de 1878, quando duas mesas eleitorais foram formadas, ambas presididas por juízes de paz: uma pelo 1º juiz Manoel dos Passos Martins e a segunda pelo 3º juiz Manoel Joaquim Fernandes da Silva. Situação similar ocorreu na paróquia de vila da Barra de São Mateus nas eleições daquele mesmo ano. A primeira mesa, organizada na câmara, foi presidida pelo 2º juiz de paz Eduardo Gomes de Santana. A segunda, montada na matriz, teve como presidente o 2º juiz de paz de Itaúnas, Raphael Soares da Rocha Jatahy. A existência de múltiplas mesas, conhecida à época como duplicata, era um dos importantes artifícios utilizados para anular eleições ou mesmo dar a determinado candidato a vitória, na medida em que cabia às casas legislativas a escolha daquela que seria considerada válida.

Durante a vigência da Lei Saraiva, quando cinco juízes de paz faziam parte da mesa eleitoral, esse tipo de disputa ganhou contornos bastante peculiares. Segundo a Lei, comporiam a mesa, além do juiz de paz mais votado, “os dois juízes de paz que àquele se seguirem em votos, e os dois cidadãos imediatos em votos ao 4º juiz de paz”. O termo cidadão abria brecha para as alegações de fraude, pois os imediatos poderiam acabar por se tornarem juízes de paz. Assim, quando um candidato perdia a eleição, dizia ter a mesa sido erroneamente formada, fosse porque dela participara um juiz de paz no lugar do cidadão, ou vice versa.

Mesmo quando excluído da presidência da mesa, na vigência da Lei do Terço, o juiz de paz presidiu as eleições de seus membros, exercendo forte influência nas relações político-eleitorais do período. Não foi então à toa que o major Áureo Triphino Monjardim de Andrade e Almeida sustentou a invalidade da eleição da mesa quando impetrou, em fevereiro de 1877, recurso para anular duplicata das eleições de Cariacica para juiz de paz e vereador no mês anterior. O major havia comparecido, juntamente com eleitores e seus suplentes, à matriz da paróquia no dia 4 de janeiro e aguardou para que algum dos juízes de paz da freguesia comparecesse. Na sua ausência, o 2º juiz de paz do 2º distrito, Justiniano de Alcântara Lobo, decidiu presidir eleição da mesa paroquial, cujo resultado deu a Almeida a presidência. O major afirmou em seu recurso que o 1º juiz do 1º distrito, Antero da Silva Coutinho, estava em Vitória no dia 4 e só regressou a Cariacica no final do dia, pernoitando na casa do 4º juiz de paz do mesmo distrito, Herculano Ferreira de Aguiar, – distante meia légua da sede – e que o 2º juiz, Manoel Santos Pereira, embora estivesse na cidade, não compareceu à matriz. Pugnava o major assim pela anulação da ata na qual figurava Manoel Pereira como presidente da eleição da mesa, cujo resultado deu a Antero Coutinho a presidência. Seu pedido foi

acolhido pelo juiz de direito de Vitória, Luiz Duarte Pereira, e confirmado pela Relação do Rio de Janeiro.

Se os embates políticos em torno dos juízes de paz eram acirrados durante as eleições dos membros da mesa eleitoral, certamente se intensificavam quando eles passaram a presidi-la. Tal situação ocorria porque era nessa posição que os juízes de paz tinham maior poder de influência, já que ali gerenciavam a inserção de votos, recebiam os protestos, comandavam a redação da ata e identificavam o votante ou eleitor. A identificação do eleitorado era um dos momentos mais importantes – e movimentados – das eleições. Em 6 janeiro de 1886, por exemplo, o presidente da mesa eleitoral de Cariacica, juiz de paz do 1º distrito, teve de decidir se o eleitor José Vieira dos Passos, que havia retirado o cognome Júnior, teria seu voto aceito. O juiz acabou por fazê-lo, e procedeu ainda à anotação em seu título, sob a alegação de que a alteração fora publicada na imprensa em 20 de dezembro de 1884. Na mesa de Viana, na eleição de 30 de outubro de 1881, ocorreu caso semelhante, quando se apresentou Joaquim de Azevedo Rodrigues Braga, alistado com seu terceiro e quarto sobrenomes invertidos. Embora tomado em separado, a mesa aceitou o voto do eleitor, já que se tratava de figura conhecida na vila. A mesma mesa também aceitou o voto de Francisco Vitorino Pinto da Rocha, que havia perdido seu título na noite anterior, já que muitas pessoas disseram ter visto o dito cidadão com seu título na mão.

A posição de poder dos membros da mesa tornava-os bastante suscetíveis de acusações de fraudes. Em julho de 1882, na eleição de Vitória para vereadores e juízes de paz, por exemplo, os mesários pertencentes ao partido liberal foram acusados de diversas práticas ilegais. Por isso, o conservador Aristides Brasileiro de Barcellos Freire ajuizou ação eleitoral relatando o ocorrido e afirmando que a mesa contabilizou 156 votos, apesar de apenas 153 eleitores terem participado do pleito, o que poderia ter alterado seu resultado, já que a diferença entre o 2º e 3º mais votados para juiz de paz foi de exatos três votos. Os membros liberais da mesa alegaram em sua defesa que, nas três cédulas, apesar de a Lei exigir quatro, havia apenas um nome para juiz de paz: capitão João Antônio Pessoa Júnior, correligionário do recorrente. Defenderam ainda que esses votos extras não alterariam a colocação entre os quatro eleitos e seus imediatos. O juiz de direito Epaminondas de Souza Gouvêa acatou os argumentos dos recorridos e julgou improcedente a reclamação, conforme impresso no *Espírito-Santense* de 10 de setembro de 1882. Inconformado, Barcellos Freire recorreu da decisão, a que a Relação deu provimento em 6 de outubro de 1882, sob o argumento de que os três votos extras poderiam influir no resultado dos quatro primeiros colocados. Uma nova

eleição foi marcada para o dia 28 de novembro, mas os mesmos quatro mais votados acabaram novamente eleitos para o juízo de paz de Vitória.<sup>11</sup>

### **Cédulas e mais cédulas**

Outro momento bastante importante para definição dos resultados eleitorais era a contagem de votos. Os anos entre 1871 e 1889 são bastante peculiares nesse aspecto, uma vez que reviram a participação do juiz de paz na apuração geral de votos para deputados, atividade dele retirada em 1846 e restabelecida pela Lei Saraiva. Desse modo, a partir de 1881, os juízes de paz presidentes das mesas, juntamente com o juiz de direito, realizariam a apuração final de todas as paróquias de seu distrito eleitoral.

A Lei Saraiva trouxe ainda outra interessante inovação relativa à apuração dos votos: o cociente eleitoral, cujo cálculo muitas vezes ensejava divergências de interpretação. Em 1882, na eleição para vereador, Manoel Barbosa dos Reis Neto, eleitor da paróquia de Benevente, questionou o resultado apresentado pela mesa, que declarou como vereadores eleitos dois candidatos que obtiveram apenas 15 votos. Reis Neto afirmou que, como a câmara da vila abrigava 7 vagas e somente 111 eleitores compareceram no dia do pleito, o cociente eleitoral a ser aplicada era 16 e não 15. O juiz de direito concordou com o argumento e declarou nula a apuração. O tribunal da Relação, contudo, reformou a decisão, pois entenderam os desembargadores que as frações do cociente deviam ser desprezadas.<sup>12</sup>

Esse variado quadro de possibilidades de participação do juiz de paz nas eleições ganha ainda mais relevância ao se considerar a alta frequência de votações no período. A Constituição Imperial estabelecia pleitos para diversos cargos no legislativo, mas também para o judiciário (como no caso dos próprios juízes de paz). As eleições para deputados à assembleia provincial eram aquelas mais frequentes, visto que o cargo tinha mandato de dois anos. Na outra ponta, estavam os senadores, uma vez que era função vitalícia. Juízes de paz, vereadores e deputados à assembleia geral tinham mandatos de quatro anos, mas suas eleições não tinham a mesma frequência. Entre as três, as últimas eram as que mais ocorriam, devido à possibilidade de dissolução da câmara. Não fosse por isso, os cargos locais certamente seriam responsáveis por maior número de pleitos, visto que eram bem mais numerosos. No ano da proclamação da República, por exemplo, havia na província do Espírito Santo: 1 vaga para senador, 2 para deputado geral, 22 para deputado provincial, 120 para vereador e 132 para

juiz de paz. Apesar de mais numerosos, os juizes de paz não ensejavam maior número de eleições que vereadores, uma vez que, na morte ou desistência do candidato, seu suplente era chamado. No caso dos vereadores, novas votações deveriam ocorrer. Havia também motivos procedimentais que explicavam o elevado número de eleições no período. Um deles é o mencionado cociente, criado em 1881: como só poderiam ser eleitos os que atingissem número mínimo de votos, novo pleito ocorria para as vagas não preenchidas.

Todas essas regras reguladoras de nossas eleições, associadas com a criação de novos municípios, paróquias e distritos de paz, provocaram forte aumento no número de votações, que já era grande. Em 19 anos, no Espírito Santo, foram criados 7 distritos de paz, 3 paróquias e 3 vilas, enquanto 2 vilas foram elevadas à cidade, aumentando o número de cargos locais e consequentes eleições. Em 1887, o Decreto nº 3.340 ainda permitiu eleições nos distritos de paz com mais de 20 eleitores, o que era comumente alcançado nos distritos da província. Como resultado, entre 1871 e 1889, as paróquias espírito-santenses realizaram, em média, 1,5 eleições ao ano. Vitória alcançou a impressionante cifra de 2,1. Isso se deu porque, além de paróquia, Vitória foi, até 1881, colégio eleitoral. Dessa forma, além das eleições primárias, ali também tinham lugar as secundárias. Por outro lado, outras paróquias como Santa Cruz, Benevente, São Mateus e Cachoeiro de Itapemirim também eram colégios, mas nenhuma delas alcançou média maior de que 1,9. Vitória o fez porque foi palco de diversas eleições adicionais. Duas delas ocorreram nas cinco paróquias do município, devido à morte e desistência de vereadores. Outra em quatro delas, segundo decisão do tribunal da Relação, confirmando anulação pelo juiz de direito de eleições para todos os cargos. Duas, entretanto, foram realizadas apenas em Vitória: a primeira, para deputado geral, por ter sido anulada pela câmara na assembleia geral; e a segunda, para juiz de paz, conforme decidiu o tribunal da Relação.

Analisada a participação do eleitorado nessas votações, foi também observado que era bastante alta, sem marcantes diferenças entre aquelas para o poder legislativo e o judiciário. Tanto que, após a revogação em 1881 da obrigatoriedade de voto para juizes de paz, a participação nessas eleições não diminuiu. Em Guarapari, por exemplo, a participação no pleito de 1882 para juiz de paz foi levemente superior àquela para deputado geral em 1885: dos 126 alistados da paróquia, compareceram respectivamente para votar 106 e 105 (ou 84% e 83%).<sup>13</sup>



## Conclusão

O presente estudo abordou o funcionamento da justiça de paz do Espírito Santo em âmbito eleitoral. Foi detalhado o cotidiano desses juízes, por meio de exemplos de sua atuação em diferentes fases do pleito. Os dados mostraram que, apesar de não serem autoridade única na gerência das eleições, os juízes de paz possuíam intrigante particularidade, que alterava profundamente sua relação com os escrutínios: a proximidade com o eleitorado. Suas incumbências nos pleitos refletiam justamente essa característica, a exemplo do processo de listagem dos votantes e sua identificação na hora da votação, o recebimento e contagem dos votos, a entrega dos títulos e até anotação das reclamações oralmente feitas.

Certamente essas atividades também poderiam ser exercidas por autoridades que não atuassem em contato direto com os habitantes da freguesia – tanto que o foram –, mas a presença do juiz de paz facilitava enormemente o acesso da população às urnas. É nesse sentido que se pode entender a declaração dos juízes de paz e suplentes de Viana, ao receber o voto de Joaquim de Azevedo Rodrigues Braga, apesar de invertidos seus sobrenomes no alistamento organizado pelo juiz de direito: era conhecido de todos na região.

Essa peculiaridade do magistrado eleito foi bastante determinante para a manutenção das eleições no cotidiano dos brasileiros. Quando a Lei Saraiva entrou em vigor em 1881, não apenas reduziu drasticamente o eleitorado do país, mas também deslocou o processo preparatório eleitoral da freguesia para a cabeça da comarca, impedindo as comunidades rurais de acompanhá-lo de perto. As mesas eleitorais, por outro lado, permaneceram em todos os rincões do país e a presença nelas dos juízes de paz conseguiu em parte amortecer o impacto das novas regras.

Finalmente, vale lembrar que o exercício do cargo definitivamente foi importante forma de participação na administração estatal. No Espírito Santo, havia 132 juízes de paz atuando simultaneamente no último quadriênio do Império. Descontadas as reeleições, foram mais de 600 vagas para o juízo nos 19 anos que cobrem o recorte temporal deste trabalho. Em uma província com menos de cem mil habitantes, esse valor certamente era significativo. Talvez por isso a justiça de paz tenha permanecido erguida por anos a fio, mesmo após a queda do Império que aqui a criou.<sup>14 15</sup>

---

<sup>1</sup> Doutorando em História pela UFES. Orientadora: Adriana Pereira Campos. E-mail: alexbazilio@yahoo.com.br.

---

<sup>2</sup> O presente trabalho apresenta dados analisados durante pesquisa de mestrado. Conferir em SOUZA, Alexandre de O. B. de. *Das urnas para as urnas: juízes de paz e eleições no Espírito Santo (1871-1889)*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2013, p.1-224.

<sup>3</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem/Teatro de Sombras*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.59.

<sup>4</sup> CARVALHO, José Murilo de. “Radicalismo e Republicanismo”. In: *Repensando o Brasil dos Oitocentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.41.

<sup>5</sup> PAPALI, Maria Aparecida C. R. *Escravos, libertos e órfãos: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895)*. São Paulo: Fapesp, 2003, p.80

<sup>6</sup> SOUZA, Alexandre de O. B. de. *Obra citada*, p.69-83.

<sup>7</sup> KOERNER, Andrei. *Judiciário e cidadania na constituição da República brasileira*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1998, p.100.

<sup>8</sup> SOUZA, Alexandre de O. B. de. *Obra citada*, p.83-99.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p.159-161.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p.147-148 e p.166-174.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p.151-152 e p.174-181.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p.181-182.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p.137-143.

<sup>14</sup> A federalização permitiu, contudo, que os novos estados alterassem seu funcionamento. A Constituição estadual de São Paulo de 1891, por exemplo, manteve os juízes de paz e determinou que sua eleição e competência seriam reguladas por lei. Os constituintes de Santa Catarina fizeram previsão semelhante. Conferir em SOUZA, Alexandre de O. B. de. “Políticos intelectuais e a reinvenção do Juiz de Paz imperial (1871-1889)”. *Revista Ágora*, Vitória, n.13 p.16, 2011.

<sup>15</sup> No que tange à legislação eleitoral, o juiz de paz continuou inserido em sua dinâmica, uma vez que o Decreto 200-A, de 8 de fevereiro de 1890, previa sua presidência das Comissões Distritais responsáveis pelo alistamento eleitoral. Conferir em PORTO, Walter Costa. *O Voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002, p.254.

**Arthur Napoleão (1843-1925) e a música nas comemorações dos centenários de Camões (1880) e Pombal (1882) no Rio de Janeiro.**

Resumo:

Nesse artigo pretendemos discutir qual a importância da música nas cerimônias ocorridas na cidade do Rio de Janeiro, no fim do século XIX, em comemoração ao tricentenário e ao centenário de morte dos portugueses Luiz de Camões (1880) e Marques de Pombal (1882). Por reconhecermos essas cerimônias, que tinham como o objetivo principal a conservação tanto de personagens significativos, quanto de fatos decisivos na memória das nações, como importantes pontos de reafirmação das relações entre Brasil e Portugal.

Palavras chave: Música – Comemorações – Memória.

Abstract:

In this article we will discuss what the importance of music in ceremonies that occurred in the city of Rio de Janeiro, in the late 19th century, commemorating the tercentenary and the centenary of the Portuguese death Luiz de Camões (1880) and Marques de Pombal (1882). By acknowledging these ceremonies, which had as main objective the conservation of both significant characters as decisive fact in memory of Nations as important points of reaffirmation of relations between Brazil and Portugal.

Keywords: Music – Celebrations – Memory.

Em 19 de junho de 1880, um artigo assinado com o pseudônimo de July D e publicado na coluna “*Crônicas Fluminenses*” da *Revista Illustrada*, fazia referência a um evento ocorrido a uma semana na cidade do Rio de Janeiro :

Esta semana não teve história própria: foi consagrada ao ócio e ao descanso, e o pouco que viveu, viveu-o da vida festiva da outra, como verdadeira parasita que foi. [...]. E, eu confesso, nunca vi tanta resistência, tanta atividade, nem tamanha sede de festas, no Rio de Janeiro, em homenagem a um homem que nem sequer nos pode agradecer. Os poetas debulharam-se em alexandrinos, o comércio em luzes, o povo em contentamento. Desde o dia 8, já não havia luvas nem rimas no mercado: oferecia-se um conto de réis por um camarote no Pedro II, e dez contos por uma rima para espírito [...]. (*Revista Illustrada*. Rio de Janeiro, n. 212, 19 de junho de 1880. (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro)).

O artigo registrava as comemorações do tricentenário da morte do poeta português Luís Vaz de Camões (c.1524-1580),<sup>i</sup> que envolveram grande parte da população carioca em 10 de junho de 1880, contando ainda com a presença de diversos intelectuais, e membros da comunidade portuguesa.

Dois anos mais tarde a cidade do Rio de Janeiro tornou-se novamente palco de uma série de comemorações, dessa vez relacionadas ao centenário de morte do Marques de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), diplomata e estadista Português.

Esses eventos que se tornaram comuns no continente europeu, na segunda metade do século XIX, com os centenários de Voltaire e Rousseau (1878), na França, e os de Galileu (1864), Dante (1865), e Maquiavel (1869), na Itália, tinham como objetivo principal a conservação tanto de personagens significativos, quanto de fatos decisivos na memória das nações, e apesar das características de cada realidade, estavam relacionados a ideais patrióticos e nacionalistas.

Especificamente, as festividades de Camões e Pombal encontraram grande repercussão no Brasil. A abertura oficial das comemorações do tricentenário de Camões, na cidade do Rio de Janeiro, foi marcada pela inauguração da *Exposição Camoneana*, na Biblioteca Nacional, que reuniu um grande acervo iconográfico e bibliográfico, e contou com a presença do Imperador D. Pedro II, tanto na abertura, quanto no encerramento da solenidade. O doutor Benjamin Franklin Ramiz Galvão (1846-1938), bibliotecário e organizador da Exposição, destacou, num breve discurso, que a obra de Camões tratava-se de um “*thesouro de todos os tempos e de todos os lugares*”.<sup>ii</sup>

Em 10 de junho, foi realizado um sarau no *Teatro Gymnasio*, que recebeu uma decoração inspirada nas Civilizações Clássicas, da Renascença e dos Descobrimentos, para a execução de trechos da ópera *Guarany* de Carlos Gomes.<sup>iii</sup>

O *Real Gabinete Português de Leitura* deu continuidade às comemorações, e contou com os portugueses Eduardo de Lemos, e Joaquim da Costa Ramalho Ortigão na comissão organizadora do evento. Uma nova edição de *Os Lusíadas* com prólogo do próprio Ramalho Ortigão foi publicada pelo *Real Gabinete*, que aproveitou a data para colocar a pedra fundamental da sua futura sede situada na antiga rua da Lampadosa, hoje rua Luís de Camões, que estava destinada a se tornar um pólo de divulgação da cultura portuguesa no Brasil.<sup>iv</sup>

Já as comemorações do centenário de morte do Marques de Pombal reuniram intelectuais, acadêmicos, e instituições, em torno de um objetivo em comum. No Rio de Janeiro, em 27 de março de 1882, foi criada uma comissão para a organização de um Sarau

Artístico Literário que se realizou em 13 de maio de 1882 no *Club Gymnástico Português*. Essa comissão foi dirigida pelo senhor Jesuíno Melchiades de Souza, da *Escola Militar*, e contou com o auxílio de outras instituições citadinas como a *Escola de Marinha*, a *Escola Politécnica*, a *Faculdade de Medicina*, a *Academia de Belas Artes*, o *Imperial Colégio Pedro II*, e o *Liceu de Artes e Ofícios*.<sup>v</sup>

O *Club de Regatas Guanabareense* também participou das comemorações organizando uma outra série de eventos na cidade.

#### Club de Regatas Guanabareense

Centenário do Marquês de Pombal 01 de maio de 1882.

A comissão do Centenário do Marquês de Pombal tem a honra de convidar a Ilustríssima Câmara Municipal da Corte a que Vossa Excelência tissimamente (sic.) preside para que se digne honrar com a sua presença, os festejos comemorativos do 1º Centenário daquele ilustre Estadista, que se hão de celebrar nos dias 8, 11 e 14 do corrente mês, como consta do resumo do programa junto. Tendo a comissão em vista não só dar as demonstrações de regosio público que são de uso em atos dessa natureza, como muito principalmente prestar uma homenagem digna e duradoura à memória do Marquês de Pombal, resolveu que o saldo da receita seja destinado a auxiliar as bellas-artes e instrução pública. Tanto pela causa dos festejos como pelo fim a que elles se destinam, nutre a comissão as mais bem fundadas esperanças de que a Illma. Câmara Municipal se dignará aceitar o seu convite, dando assim maior solenidade aos festejos, como já fez por ocasião do tricentenário do imortal épico português Luis de Camões.

Deus Grande Vossa Excelência Illmo. e Excemo. Sr. Dr. José Ferreira Nobre M. D. Presidente da Câmara Municipal da Corte. Barão do Rio Minho. Presidente da Comissão. (*Convite ao Centenário do Marquês de Pombal*. (Arquivo Geral do Rio de Janeiro, códice 41-1-3)).

Em 1885, o *Club de Regatas Guanabareense* publicou junto com a editora *Imprensa Nacional* de Lisboa, um importante exemplar literário dedicado ao político português, *O Marquez de Pombal. Obra Comemorativa do Centenário da sua morte*.<sup>vi</sup> Importantes nomes da elite sócio-cultural do período colaboraram com textos para esta obra, como José Maria Latino Coelho, Henrique Corrêa Moreira, Sylvio Romero, Dr. Thomás Alves Júnior, Conde Ângelo de Gubernatis, Dr. George Weber, Dr. Manuel Emygdio Garcia Oliveira Martins, Julio Mattos, Theophilo Braga, e Machado de Assis que escreveu para a ocasião uma poesia intitulada *A Derradeira Injúria* (1885).

Essas festividades contaram com a presença de portugueses residentes no Brasil na organização dos eventos. Dentre estes, foi convidado para a organização musical das cerimônias o pianista e compositor Arthur Napoleão (1843-1925), residente na cidade do Rio de Janeiro desde 1868.

Arthur Napoleão nasceu na cidade do Porto, e foi revelado em 1850, pelo pai, o napolitano Alexandre Napoleão, como um prodígio musical. Após algumas apresentações na sua cidade natal, foi levado a Lisboa onde teve o talento reconhecido pela elite local. Em 1852, o jovem pianista deixou Portugal, com 09 anos de idade, passou a apresentar-se em diversos palcos da Europa e Américas percorrendo cerca de

dezessete países entre a Europa e as Américas, contando sempre com a companhia do pai, Alexandre Napoleão, que tutelava sua carreira, organizando os concertos, as viagens, e principalmente buscando a inserção do filho nos ciclos da elite dos locais onde se apresentava.

No decorrer das suas viagens pelo continente europeu, em 1853, na França, Arthur Napoleão teve a oportunidade de se apresentar na casa da Princesa Mathilde Bonaparte Demidoff (1820-1904), prima do Imperador Napoleão III. A casa da Princesa Demidoff pode ser considerada um exemplo de espaço de sociabilidade, por costumar receber as pessoas mais célebres do mundo artístico e literário, dentre elas Gustave Flaubert, Hippolyte Taine e Alexandre Dumas.<sup>vii</sup> No ano de 1855, o pequeno Arthur Napoleão deu um concerto no palácio do Grão-Duque de Hesse, Luis III, em Darmstadt, Alemanha.<sup>viii</sup>

Posteriormente, mais maduro, Arthur Napoleão tomou as rédeas de sua carreira, chegando ao Brasil em 1868, para se fixar definitivamente. Nessa nova fase, começou a investir no campo dos negócios ligados a música, não abandonando entretanto sua carreira de pianista. Um ano após sua chegada ao Brasil se associou a Narciso José Pinto Braga, um editor de partituras, e fundou a *Narciso, Arthur Napoleão & Cia*, uma nova casa de edição, publicação e comercialização de partituras.<sup>ix</sup> Em 1878, Narciso deixou a firma, e Arthur Napoleão se associou ao jovem e talentoso violinista Leopoldo Miguez (1850-1902) fundando a *Casa Arthur Napoleão & Miguez*, situada à rua do Ouvidor 89.<sup>x</sup>

Na nova formação a firma manteve o trabalho de edição de partituras e comportou um pequeno salão destinado a pequenas apresentações de música de câmara e concertos solo, abertas ao público em geral, público este não muito diferente do freqüentador dos grandes clubes e das sociedades musicais cariocas do período.<sup>xi</sup> Pelo palco da *Casa Arthur Napoleão & Miguez* passaram diversas atrações, tanto nacionais quanto internacionais, o que pode comprovar a ocorrência de uma circularidade constante de músicos.

Em relação ao público que frequentava a sociedade podemos destacar que o concerto de José White em 30 de dezembro de 1879, no salão da *Casa Arthur Napoleão & Miguez*, reuniu “Um núcleo de distinctíssimas senhoras, ministros d’estado, músicos notáveis, e outras pessoas gradas”.<sup>xii</sup>

Assim, o salão de apresentações se tornou um importante espaço de sociabilidade musical, onde negros, brancos, profissionais e diletantes tinham a oportunidade de mostrar os seus talentos. Na *Casa Arthur Napoleão & Miguez*, Ernesto

Nazareth teve o contato inicial com os grandes nomes da música nacional da época como Alberto Nepomuceno, Francisco Braga, Henrique Oswald e Leopoldo Miguez.<sup>xiii</sup>

Na comemoração do centenário de Camões Arthur Napoleão pediu que seu amigo, o violinista Leopoldo Miguez compusesse uma peça para a ocasião. O talentoso flautista, e guarda-livros (contador) da *Casa Arthur Napoleão & Miguez*, Paulo Augusto Duque-Estrada Meyer ficou responsável por organizar a orquestra e as bandas que se apresentariam na comemoração.

Carlos Gomes também foi convidado por Arthur Napoleão para compor uma peça em homenagem a Camões. Ao receber o convite, o maestro, que se encontrava na Bahia, se apressou a escrever ao amigo.

Bahia 28 de Maio de 1880. Meu Arthur. Remetto-te o hymno. Se eu não tivesse correspondido ao teu convite seria para mim motivo de remorsos. Crê porém que foi com muito sacrificio que eu escrevi essas páginas, soffrendo aqui desgostos e amarguras, e além disso doente como ando. Não sei o effeito que esse hymno produzirá estando eu pouco certo dos elementos de tua orchestra de 400 músicos. Recommendo-te a phrase em Sib, nas páginas que eu fiz um signal com lápis vermelho. É necessário muito accento, muita força e muita expressão n'essa phrase! Tu és um artista que não precisa de ser ensinado por ninguém, e fico certo que tirarás todo o effeito que fôr possível obter d'esta minha fraca produção. Nada mais te posso dizer se não que fiz todo o meu possível para corresponder ao teu convite e render homenagem ao grande poeta Camões era meu dever. Já mandei pedir ao meu compadre Castellães dez exemplares de Maria Tudor, em brochura e espero com a maior urgência. Já viste a partitura de orchestra da ópera? O Ricordi mandou os bailados a quatro mãos. Se veio manda-me aqui dous exemplares. O Salvador Rosa aqui fez furor mas a companhia quebrou por falta de azeita no bolso da empreza. Este acontecimento me dá grande prejuizo, ficando eu, talvez aqui sem o benéfico prometido. Mostra esta carta ao Chico e dize-lhe que o amigo Teixeira Gomes promette arranjar-me um Concerto em benefício, e talvez eu não possa partir no dia 6 de Junho. Contudo elle há de receber aviso, antes d'esse dia, da ultima minha resolução. A minha vida anda muito encaiporada. Um abraço do Teu agradecido! Carlos Gomes. (*Memórias de Arthur Napoleão*, 1907, Texto datilografado, p. 199-200).

O espetáculo no *Teatro Dom Pedro II* reuniu cerca de três mil pessoas, no qual e contou ainda com a presença do Imperador e da Imperatriz Teresa Cristina (1822-1889), além de ilustres representantes dos campos das letras, ciências e artes. Nessa ocasião, um busto de Luis de Camões, esculpido por Simões de Almeida foi colocado na entrada do Teatro, e coberto de flores. O escritor Joaquim Nabuco que em 1872 já havia afirmado que “*o Brasil e os Lusíadas são as duas maiores obras de Portugal.*”,<sup>xiv</sup> abriu o evento com um solene discurso,<sup>xv</sup> que foi seguido pela recitação de uma série de poesias de Camões. Posteriormente, foi encenada, pela companhia do ator português Furtado Coelho, uma peça de Machado de Assis, intitulada, *Tu, só tu, puro amor*, que tinha como tema, o romance entre Camões e Catarina de Ataíde.<sup>xvi</sup>

A apresentação da parte musical da comemoração deu-se na noite de 10 de junho de 1880, que contou com uma orquestra de cerca de 400 músicos, e cujo programa foi formado

por três peças específicas, um *Hymno a Camões* composto pelo maestro Carlos Gomes, uma *Marcha, elegíaca a Camões* do jovem compositor Leopoldo Miguez, e uma *Marcha heróica a Camões*, de autoria de Arthur Napoleão, todas editadas pela *Narciso, Arthur Napoleão & Miguez*. Leopoldo Miguez regeu sua própria composição, e Arthur Napoleão regeu as outras duas peças do programa.<sup>xvii</sup>

Na madrugada seguinte, o Imperador Dom Pedro II, não se furtou em comentar o esplendor da comemoração que assistira, numa carta à Condessa de Barral, Luísa Margarida de Barros Portugal (1816-1891).<sup>xviii</sup>

Ontem assisti ao lançamento da pedra d'um belo edificio para a biblioteca do Gabinete Literário Português. Tudo estava muito bem arranjado para a cerimônia e havia muita gente. D'aí fui inaugurar a exposição Camoniana. Envio-lhe o catálogo e depois irá a descrição que se pretende publicar. Vai também o número especial da Revista Brasileira onde engrinaldaram versões a Camões poetas brasileiros. Os diários de ontem publicaram folha avulsa toda em honra de Camões. Às 8 horas da noite no Teatro Pedro II, que estava decorado geralmente com bastante bom gosto e apinhado de gente escolhida – citações apropriadas dos *Lusíadas* ornavam os camarotes – discurso que muito me agradou, sobretudo para o fim, do Deputado Nabuco, poesias, uma das quais original do Dr. Rosendo Moniz e recitada perfeitamente por ele de braço ao peito por ter fraturado há dias – pequeno drama de Machado de Assis inspirado todo pelos versos de Camões e escrito com muito talento – enfim três hinos compostos por Carlos Gomes, Artur Napoleão e fulano Miguez em honra de Camões tocados por mais de 600 músicos que formavam bellissimo espetáculo palco acima. Muito me agradou toda esta festa cuja narração produzirá excelente efeito também na Europa. (MAGALHÃES JÚNIOR, 1956, p. 339-340).<sup>xix</sup>

O pianista Arthur Napoleão também foi convidado, em 1882, para compor uma peça em homenagem ao centenário do Marques de Pombal. A peça de Arthur Napoleão, intitulada *Suíte d'Orchestre* op. 62,<sup>xx</sup> foi regida por Leopoldo Miguez em 08 de maio de 1882, quando realizou-se no *Theatro D. Pedro II*, uma *Homenagem da Mocidade Acadêmica Brasileira* ao estadista português, que contou também com um discurso de Rui Barbosa. Fato relevante, é que nas suas *Memórias*, o pianista comete um equívoco em relação a data da comemoração, indicando o ano de 1883. “*Em 1883, realizou-se a festa commemorativa do Márquez de Pombal, festa que, salvo a de Camões, nunca teve igual no Rio de Janeiro*”.<sup>xxi</sup>

Ao concluirmos, reconhecemos a significativa repercussão das comemorações dos centenários do poeta Luís Vaz de Camões e do Marques de Pombal no Brasil indica uma forma de articulação das elites nacionais para a manutenção dos laços entre Portugal e Brasil no fim do oitocentos.

Apesar de nas ultimas décadas do século XIX, terem ocorrido uma série de transformações no Rio de Janeiro, que buscavam tanto a melhoria da vida na cidade, incluindo a elaboração de um plano urbanístico capaz de melhorar as condições habitacionais, e a regularização do escoamento das áreas pluviais, quanto eliminar todo e qualquer vínculo com o modelo Imperial.<sup>xxii</sup> Pois, deu-se entre 1870 e 1890 um desenfreado crescimento populacional, quando o número de habitantes do Rio de Janeiro duplicou, passando de cerca



de 235.381 para 522 mil.<sup>xxiii</sup> Sendo essa população formada por um contingente multiforme de livres e recém-libertos da escravidão cada vez mais numeroso, ao qual se somava um significativo número de imigrantes,<sup>xxiv</sup> que costumava buscar uma nova oportunidade de ascensão social a cada dia.<sup>xxv</sup> Tendo todas essas transformações se intensificado a partir em 1889, com a proclamação da República, por se acreditar que a instauração de um novo regime fosse capaz de apagar toda a herança histórica do país.<sup>xxvi</sup>

Especificamente, entre os imigrantes portugueses que se encontravam no Brasil, havia um desejo em comum “fazer a América”. Os portugueses formavam uma numerosa força de trabalho ativa, que disputava com outros imigrantes, e com os brasileiros as escassas oportunidades de trabalho, e por representarem o “protótipo do bom trabalhador” recebiam o apelido de “burros de carga”, sendo acusados também de explorar a população com a cobrança de alugueis, e de juros abusivos sobre empréstimos. Toda essa rivalidade arrefeceu o sentimento antilusitano que se estendeu até as primeiras décadas do século XX, quando a concorrência para o trabalho se tornou mais intensa com a chegada dos imigrantes nordestinos à capital federal.<sup>xxvii</sup>

A questão da circulação dos imigrantes se agravou com a promulgação de um artigo na Constituição de 1891, que ficou conhecido como “grande naturalização”, e concedia a nacionalidade brasileira a todo estrangeiro que residisse no Brasil à data da Proclamação da República.<sup>xxviii</sup> A referida lei, que foi contestada por protestos formais de seis nações europeias (França, Portugal, Espanha, Grã-Bretanha, Áustria-Hungria e Itália), que temiam o rompimento em massa da cidadania de todos os estrangeiros que se encontravam no Brasil, segundo os legisladores, apenas favorecia a assimilação dos imigrantes que desejassem tornarem-se cidadãos brasileiros, preservando a liberdade de escolha através de uma suspensão imediata caso o imigrante apresentasse uma declaração em contrário no prazo de seis meses. Após as manifestações de protesto, por parte dos governos europeus, o Governo Republicano prorrogou o prazo de apresentação das declarações de suspensão dos direitos de cidadania. Portugal, representado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, José Vicente Barbosa du Bocage (1823-1907), veio a agradecer, por um memorando, a extensão do prazo, e deixou claro que a discordância dos governos, sobre a questão da “grande naturalização” não viria a perturbar as relações entre Brasil e Portugal.<sup>xxix</sup>

Diante desse quadro, a principal resposta para a questão do interesse da manutenção das boas relações entre a antiga colônia e metrópole encontra sua base na ascensão do regime imperialista, que surgia entre os anos de 1880 e 1914, quando o cenário mundial passou a encontrar-se dividido em territórios dominados político e economicamente por um pequeno número de Estados europeus e norte-americanos.<sup>xxx</sup> O grupo dominante unificava-se por sua

postura desenvolvimentista, enquanto o dominado era formado em sua maioria por ex-colônias espanholas e portuguesas. Potências como a Inglaterra e a França ampliaram seu território em cerca de 10 e 9 milhões de quilômetros quadrados respectivamente, já o território africano se encontrava completamente dominado com exceção da Etiópia, Libéria, e do Marrocos.<sup>xxxii</sup> Essa dominação atingiu a esfera cultural, principalmente em relação as elites locais do mundo dependente, que se curvaram a um claro processo de ocidentalização, sob o risco do desaparecimento.<sup>xxxii</sup>

As elites nacionais passaram a defender a ideia de que o Brasil, ainda conservava muitos laços identitários com Portugal, sua antiga metrópole, que nesse período mantinha no continente africano suas antigas colônias, Angola e Moçambique; sendo reconhecido como partícipe do grupo de Estados dominantes. Esse fato justificaria, o interesse pela manutenção de laços entre a antiga colônia e a antiga metrópole, principalmente por parte dessas elites, que buscavam tanto limitar os efeitos negativos do regime imperialista, quanto conquistar algum benefício de ordem pessoal ou coletiva.<sup>xxxiii</sup>

Portanto, reconhecemos que a escolha as comemorações dos centenários de heróis portugueses, e a escolha de portugueses residentes, que mantinham uma consistente relação com as elites nacionais, como o pianista português Arthur Napoleão que era considerado um importante mediador cultural do período, para a organização da parte musical dos eventos de Camões e Pombal, nas últimas décadas do oitocentos pode apontar para uma estratégia, que visava o estreitamento das relações das elites nacionais com Portugal. Sinalizando que o Brasil era herdeiro de Portugal, e mantinha os laços com a Europa branca e cristã, o que poderia ser um antídoto contra a ameaça imperialista.<sup>xxxiv</sup>

---

<sup>i</sup> COELHO, J. M. Latino. *Figuras do Passado. Luís de Camões*. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão Editores, 1985, p. 22-28.

<sup>ii</sup> *O Positivismo*. Revista de Philosophia, II vol., Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz, 1880, p. 515. (Real Gabinete Português de Leitura).

<sup>iii</sup> Idem, p. 514-517. (Real Gabinete Português de Leitura).

<sup>iv</sup> MARTINS, A. A. de B. *Esboço histórico do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Comércio, 1901, p. 50-51. (Real Gabinete Português de Leitura).

<sup>v</sup> PARENTE, Paulo André Leira. *As Comemorações Pombalinas de 1882*. In: *Memória Social e Documento – Memória & Construções de Identidades*. Org. LEMOS, Maria

---

Teresa Toribio Brittes e MORAES, Nilson Alves de. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora Ltda., 2001.

<sup>vi</sup> *O Marquez de Pombal. Obra Comemorativa do Centenário da sua morte*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885.

<sup>vii</sup> O então jornalista Marcel Proust (1871-1922), que tornou-se adiante o notável escritor de *Em Busca do Tempo Perdido* (1913-1927), publicou em 1903-1904 um artigo no periódico *Le Fígaro* intitulado *Salons parisiens*, onde descreveu a intensa sociabilidade cultural do salão da princesa Demidoff. Marcel Proust Aujourd'hui. Revue Annuelle Bilíngüe de la Societé Néerlandaise Marcel Proust. Association Fondée le 11 novembre 1972 par Drs. M. Books-Schouten et Drs. N. Nahmias-Radovici.

<sup>viii</sup> Arthur Napoleão. *Memórias*. Texto datilografado, 1907, p. 43.

<sup>ix</sup> Idem, 1907, p. 145.

<sup>x</sup> Idem, 1907, p. 191.

<sup>xi</sup> *Revista Musical e de Bellas Artes*, ano II, n1, em 03 de janeiro de 1880. (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

<sup>xii</sup> *Revista Musical e de Bellas Artes*, ano II, n 1, em 03 de janeiro de 1880. (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

<sup>xiii</sup> João Baptista Siqueira. *Ernesto Nazareth na música brasileira*. Rio de Janeiro : Ed. Aurora, 1967, p. 11.

<sup>xiv</sup> NABUCO, Joaquim. *Camões e os Lusíadas*. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1872, p. 9-10. (Real Gabinete Português de Leitura).

<sup>xv</sup> NABUCO, Joaquim. *Discurso pronunciado a 10 de Junho de 1880 por parte do Gabinete Portuguez de Leitura*, Rio de Janeiro:Edição Fac-Similada, 1880. (Real Gabinete Português de Leitura).

<sup>xvi</sup> MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Vida e obra de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. Vol. 3, p. 4-5.

<sup>xvii</sup> *Gazeta de Notícias*, de 11 e 12 de junho de 1880. (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

<sup>xviii</sup> MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do Imperador, anotada e comentada*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

---

<sup>xix</sup> O fulano Miguez, tratava-se do violinista e compositor Leopoldo Miguez, futuro autor do *Hino à República*, e que em 1890, com o fim do regime Imperial, seria nomeado Diretor do *Instituto Nacional de Música*.

<sup>xx</sup> *Suite d'Orchestre* op. 62 – redução para piano solo, Paris: Ed. Choudens, Fils.

<sup>xxi</sup> NAPOLEÃO, Arthur. *Memórias*, 1907, p. 210.

<sup>xxii</sup> SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil, República: da Belle Epoque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras. Vol. 3, 1998, p. 27.

<sup>xxiii</sup> BENCHIMOL, op. cit., p. 79-101.

<sup>xxiv</sup> *Idem*, p. 80.

<sup>xxv</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 16-18.

<sup>xxvi</sup> BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Coleção Biblioteca Carioca, 1992, p. 140.

<sup>xxvii</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata Galegos: Os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990, p. 61.

<sup>xxviii</sup> Constituição de 1891, Seção I: Das Qualidades do Cidadão Brasileiro – Art. 69 – São Cidadãos Brasileiros. Inciso 4º) os estrangeiros, que achando-se no Brasil aos 15 de novembro de 1889, não declararem, dentro em seis meses depois de entrar em vigor a Constituição, o ânimo de conservar a nacionalidade de origem. ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao91.htm)).

<sup>xxix</sup> CERVO, Amado Luiz e MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das Caravelas As relações entre Portugal e Brasil 1808-2000*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, p. 204-207.

<sup>xxx</sup> HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios 1875-1914*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011, p. 99-100.

<sup>xxxi</sup> *Idem*, p. 100.

<sup>xxxii</sup> *Idem*, p. 128-129.

<sup>xxxiii</sup> *Idem*, p. 131.

<sup>xxxiv</sup> BARROS, Orlando de. *Língua e identidade Nacional no Estado Novo*, In. TORÍBIO, M.T, DANTAS, A.T, BAHIA, L.E (ORG) *América Latina em Construção : Sociedade e Cultura – séc. XXI*. Editora 7 letras, 2006.

## **EDUCAÇÃO JESUÍTA NAS TERRAS DO RECÔNCAVO DA BAHIA: *O Regulamento do Seminário de Belém da Cachoeira (1686-1759)\****

Alfredo Pinto da Silva Júnior\*\*

### **Resumo**

O presente trabalho pretende analisar como se processou a educação jesuíta no Recôncavo da Bahia, mais especificamente, no Seminário de Belém da Cachoeira, fundado pelo Pe. Alexandre de Gusmão no ano de 1686. Deste modo, a partir das orientações expressas no Regulamento, buscaremos observar as peculiaridades da “pedagogia inaciana” adotada no Colégio de Belém, a que público se direcionava e as possíveis justificativas para “desconsiderarem” a dita “missão principal” de civilizar os índios, uma vez que não permitiam o acesso destes a educação ministrada no Seminário.

**Palavras-Chave:** Recôncavo. Educação Jesuítica. Colonos.

### **Abstract**

This work intends to analyze how sued Jesuit education in the Reconcavo of Bahia, more specifically, the Seminary of Bethlehem da Cachoeira, founded by Fr. Alexandre de Gusmão in the year 1686. Thus expressed from the guidelines in Regulation, seek observe the peculiarities of the "Ignatian pedagogy" adopted at the College of Bethlehem, to which the public is directed and possible justifications for "disregarding" said "primary mission" of civilizing the Indians, since they did not allow their access to education given in Seminar.

**Keywords:** Reconcavo. Jesuit education. Settlers.

A presença jesuíta no Recôncavo da Bahia se consolidou, a princípio, como desdobramento de sua inserção no universo econômico colonial, cujo primeiro passo foi a posse de terras, uma vez que os inacianos eram os maiores senhores de engenho entre as ordens religiosas.<sup>1</sup> Entretanto, é relevante enfatizar que o trabalho mais marcante dos jesuítas no Brasil, e também na Bahia, se desenvolveu no âmbito missionário-educacional, principalmente no que diz respeito à formação dos colonos e das lideranças político-administrativas da sociedade colonial.

Sendo assim, a Companhia de Jesus não se ocupou apenas da “salvação das almas”, mas preocupou-se também com a educação formal. Desta forma, a estrutura escolar e pedagógica do ensino jesuítico implantado no período colonial brasileiro adaptou-se ao momento histórico vivenciado neste espaço, pois, teve que conformar-se ao projeto lusitano para a colônia, a própria estrutura social das terras brasílicas no período e, sobretudo, o modelo de homem necessário para a época colonial.

Conseqüentemente, os jesuítas foram os maiores responsáveis pela formação da elite colonial brasileira; pois, do período compreendido entre sua chegada em 1549 até a sua expulsão em 1759, os inacianos foram responsáveis pelo ensino formal dos habitantes do

Brasil, inclusive dos filhos dos colonos que se preparavam para ingressar em cursos superiores na Universidade de Coimbra e em outras Universidades européias.

No âmbito educacional, a fim de embasar nosso trabalho, consultaremos a *Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis Iesu* – ou simplesmente, *Ratio Studiorum* –, que trata-se do plano geral de estudos da Companhia de Jesus e traz orientações metodológicas e práticas pedagógicas direcionadas a professores e alunos, visando organizar e unificar o ensino jesuítico nos diversos espaços.<sup>2</sup> Este documento norteador das práticas pedagógicas dos inacianos foi concluído em 1599, sob a orientação do padre Cláudio Aquaviva, e amplamente divulgado em todas as instituições educacionais administradas por membros da Companhia, inclusive na metrópole e colônias portuguesas.

Faz-se necessário expor ainda que o Seminário ou Colégio de Belém da Cachoeira, fundado em 1686, pelo padre jesuíta Alexandre de Gusmão, localizava-se à aproximadamente 7 km da cidade de Cachoeira, no Recôncavo da Bahia; e funcionava como um Colégio Secundário, segundo Serafim Leite, o primeiro Internato no Brasil. Esta Instituição educacional recebeu centenas de estudantes durante os seus 73 anos de funcionamento, suspendendo suas atividades em 1759, devido à expulsão da Companhia de Jesus do Brasil. O referido Seminário possuía um Regulamento próprio – que se constitui a principal fonte para o nosso trabalho –, elaborado entre 1694 e 1696 pelo fundador e primeiro Reitor desta Instituição.

Neste sentido, certamente, será bastante enriquecedor contrastar o método pedagógico geral da Companhia de Jesus – expressa na *Ratio Studiorum* –, com o Regulamento próprio do Seminário de Belém; a fim de perceber as prováveis influências e imposições gerais da *Ratio Studiorum* no projeto educacional do Colégio de Belém da Cachoeira, mas também as peculiaridades do referido Seminário.

Neste contexto, surgindo como demonstração prática das teorias pedagógicas formuladas por Alexandre de Gusmão e fortemente influenciado pelo modelo educacional proposto pela *Ratio Studiorum*, o Seminário de Belém da Cachoeira foi fundado com a finalidade de educar os filhos dos “principais”<sup>3</sup> nas primeiras letras e nos “santos e honestos costumes da fé cristã”. Logo, ao analisarmos o primeiro parágrafo do Regulamento desta instituição educacional percebemos nitidamente que o caráter religioso da Companhia influenciava significativamente o seu projeto educativo e direcionava o cotidiano deste Colégio:

O fim dêste Seminário é criar os meninos em santos e honestos costumes, principalmente no temor de Deus, e inclinação às coisas espirituais, afim de saírem ao diante bons cristãos. Além disto, hão-de aprender a ler, escrever, contar, gramática e

Humanidades, e não se lerá Curso de Filosofia; e nas doutrinas, que se fazem aos Domingos, se há-de procurar que aprendam os mistérios da fé com inteligência.<sup>4</sup>

Deste modo, o referido Seminário não surgiu isoladamente, fruto da vontade individual de seu fundador, mas como parte indispensável do projeto colonizador e evangelizador promovido pelos jesuítas no contexto de expansão da educação secundária direcionada à formação dos filhos dos colonos. Nestes termos, “a fundação de Colégios, sob a orientação do *Ratio Studiorum*, consolida a expansão dos jesuítas na instrução da aristocracia, não mais só para a formação de padres, mas também de burocratas e de profissionais liberais”.<sup>5</sup>

Contudo, segundo o escritor jesuíta Serafim Leite, devido à falta de recursos a serem investidos na construção desta Instituição, Alexandre de Gusmão foi obrigado a recorrer a ajuda oficial da Coroa portuguesa, assim o Rei mandou pedir informes ao Governador-Geral através de correspondência, incitando-o a solicitar aos moradores mais abastados da região algumas doações e “esmolas certas” para a implantação deste estabelecimento de “utilidade pública”:

procurasse persuadir aos moradores de maior possibilidade concorressem para ele com algumas esmolos certas, para se sustentarem os filhos dos que são pobres, pois era razão que tendo eles maior fruto das terras, se movessem à caridade para com os necessitados; principalmente quando as rendas da fazenda de Vossa Majestade não fossem bastantes para os encargos públicos para a conservação de todo o Estado; e ainda no caso de nela poder caber alguma cônica para este Seminário, sempre convinha que se aumentasse um maior número, para que, por meio da doutrina, que adquirissem os pobres, que neles se recolhiam, pudessem ter os que são ricos, Missionários naturais para as Aldeias, Mestres para os seus filhos, e Religiosos para o serviço de Deus, enriquecendo a todos do bem espiritual das almas, sem o que não podia haver riqueza, que aproveitasse, nem duração alguma dos bens temporais, que hoje se logram.<sup>6</sup>

Ao consultar esse trecho da carta régia direcionada ao Governador-Geral do Estado do Brasil somos conduzidos, quase que inevitavelmente, a aferir que o Seminário de Belém da Cachoeira fora construído com a finalidade de atender as demandas da população mais pobre desta colônia; entretanto, as palavras do Governador-Geral expressas na carta-resposta a esta correspondência oficial nos permite questionar tal idéia:

Informando-me, como Vossa Majestade me manda, achei que o Seminário se fizera havia uns poucos de anos, e que nele está um número de perto de cinquenta, mas estes nem todos são de homens pobres, e os mais deles são de homens ricos, que ajudam a sustentar aquele Seminário, e que lhe dão para isso algumas esmolos.<sup>7</sup>

Ora, diante desta reveladora constatação, pode-se aferir que a educação promovida no Colégio de Belém voltava-se, prioritariamente, para os filhos dos principais, que ajudavam a

sustentar esta instituição. Segundo Leite, de fato, a proposta inicial do dito Seminário era de ser gratuito, como a maioria das instituições educacionais administradas pela Companhia de Jesus, mas devido ao seu caráter de internato, surgiu a necessidade de se garantir recursos financeiros para a manutenção dos professores e alunos deste Colégio:

A situação, tal como se apresentava, não favorecia, nem consentia que se mantivesse na sua integridade a idéia primitiva de ser Seminário sem recursos certos. E surgiu a necessidade de se buscarem nos próprios alunos, esses recursos certos, e a idéia evoluiu para filhos de pais honrados e nobres, pagando cada qual uma pensão, aliás módica, segundo se verá. E ao mesmo tempo tratar-se-ia de buscar outro rendimento certo, que garantisse a admissão de alguns alunos pobres, que a não pagassem.<sup>8</sup>

As palavras de Serafim Leite expostas acima são bastante reveladoras e úteis à proposta deste trabalho; pois o fato de a idéia do Seminário ter “evolucionaado para filhos de pais honrados e nobres”, elucidam o caráter “aristocrático” que assumira o referido Colégio, voltando-se, principalmente, à formação dos filhos dos colonos, que seriam instruídos nas primeiras letras e outros saberes necessários ao prosseguimento de seus estudos em Universidades da metrópole portuguesa e de outras partes da Europa, embora esta não tenha sido, segundo Leite, a intenção do projeto na época da fundação.

Sendo assim, evidenciando os possíveis destinos e carreiras escolhidas pelos seminaristas de Belém, Serafim Leite, que mapeia o número de estudantes que passaram pelo Seminário de Belém desde a sua fundação, enfatiza que muitos alunos que estudaram nesta instituição, ingressaram em Universidades européias, principalmente a de Coimbra, e também, devido à doutrina e cotidiano deste Colégio, muitos seguiram a carreira religiosa:

O Seminário abriu com 8 alunos, dos quais Jerónimo Martins, baiano, entrou na Companhia. (...) Em 1690, os alunos são 37. E mais seriam se o edifício estivesse concluído. Em 1693, são 50. Todos pagam uma pensão moderada. Mais tarde haverá sempre algum que a não pague, assegurado o seu sustento por subsídios a isso destinados. De tôdas as partes do Brasil, do Norte ao Sul, surgem pedidos de admissão. Em 1695 saem de Belém da Cachoeira, com os estudos de Humanidades concluídos, muitos alunos: uns embarcam para Portugal, a matricular-se na Universidade de Coimbra; outros entram em diversas ordens religiosas; outros são admitidos na Companhia de Jesus. Aumentando o edifício, aumentam os alunos. Em 1696, são 80. No ano seguinte, perto de 100.<sup>9</sup>

Certamente, os jesuítas deviam estar convencidos que esse modelo de educação propedêutica e fortemente influenciada por pressupostos cristãos, era relevante, e até mesmo indispensável, para os filhos dos colonos do Brasil. Também os colonos o deviam estar, senão não mandariam seus filhos para serem seminaristas desta instituição educacional; meninos que, futuramente, ilustrariam as mais variadas carreiras administrativas, tais como padres, cânones, médicos, advogados, administradores de engenhos ou ocupariam cargos públicos.<sup>10</sup>



Neste sentido, a fundação deste Seminário era considerada pelas famílias mais abastadas um empreendimento de grande valia, pois possibilitaria “o bem de suas almas e a boa formação dos seus filhos”; ficando, estas famílias, responsáveis em ajudar na construção e manutenção desta tão relevante instituição. Como podemos perceber na carta do Coronel Manuel de Araújo de Aragão endereçada ao Padre Geral da Companhia, datada de 1687:

Muito Reverendíssimo Padre Geral da Companhia de Jesus: Ocupo ao presente o cargo de Coronel deste Distrito, que, pela grandiosa obra que nele se faz do Seminário, se chama de Belém, e por essa causa me corre obrigação dar a V. Reverendíssima Paternidade as graças em nome de todo este povo, por tão singular benefício de tanta utilidade para o bem de nossas almas e boa criação de nossos filhos, pedindo a V. Paternidade Reverendíssima nos leve adiante esta grande obra com seu favor (...)Baía, distrito de Belém, quatro de Julho de 1687 anos. Muito servo de Vossa Reverendíssima Paternidade, Manuel de Araújo de Aragão.<sup>11</sup>

As palavras do Coronel Aragão, certamente, expressam as expectativas das famílias mais abastadas em relação à implantação do Seminário e também o impacto político-social da construção desta instituição no distrito de Belém e no Recôncavo da Bahia. Nesta perspectiva, como já mencionamos, mesmo considerando a grande relevância da fundação e exercício do Colégio de Belém, é essencial sublinharmos que até mesmo a proposta de implantação desta instituição educacional está inserida num projeto muito mais amplo: o projeto colonizador português. Pois, como enfatiza Zotti:

Já na segunda fase da educação jesuítica, os Colégios cumpriram papel central na formação da aristocracia. O ensino secundário foi o principal nível oferecido nos colégios jesuítas e teve como função a preparação da aristocracia para a continuidade dos estudos na Europa, bem como para exercer as funções dirigentes e administrativas da colônia. Essa formação estava atrelada ao projeto hegemônico de Portugal, que se constituiu pelos vínculos e interesses do Estado e da Igreja.<sup>12</sup>

Ora, um olhar atento e minucioso sobre o Regulamento do Seminário de Belém, certamente, será bastante enriquecedor e revelador para os objetivos deste trabalho; pois explícita e implicitamente, este documento expressa relevantes e detalhadas orientações acerca do projeto pedagógico, metodologia, disciplinas e conteúdos a serem lecionados no dito Colégio; bem como, orientações práticas aos professores e alunos no que diz respeito ao cotidiano dos seminaristas dentro e fora da sala de aula, detalhando cada ação desde o despertar dos estudantes até o repouso nos dormitórios.

Destarte, as normas de admissão de estudantes no Colégio de Belém, estabelecidas no referido Regulamento, são bastante precisas e elucidativas do caráter aristocrático da educação ministrada nesta instituição. Sobretudo, porque esta educação voltava-se à formação dos filhos dos colonos e excluía, terminantemente, os meninos dos demais estratos sociais,

principalmente por questões étnico-raciais. Nesta perspectiva, podemos mencionar o trecho do Regulamento mais revelador desta dimensão elitista e excludente do projeto pedagógico deste Colégio:

8. Dos que pretendem entrar no Seminário, se hão-de tirar as informações (ainda que não com aquela exatidão, que se costuma, quando se trata de admitir alguém na Companhia), acêrca dos costumes, e da pureza do sangue: excluindo totalmente os que têm qualquer mácula de sangue judeu, e até o 3º grau inclusive os que têm alguma mistura de sangue da terra, a saber, de índios ou de negros mulatos ou mestiços.<sup>13</sup>

Assim, em concordância com Vanessa Freitag de Araújo, pode-se aferir que o modelo educacional desenvolvido pelos jesuítas na América Portuguesa foi essencial para o “acultramento, para a manutenção do poder de uma classe dominante na sociedade mercantil, educando os filhos dos principais, atuando como homens de negócios, justificando a escravidão, e dessa maneira, sustentando o *status quo*”.<sup>14</sup>

Desta forma, o modelo educacional dos inacianos, em nada revolucionário e emancipatório, foi bastante adequado ao contexto elitista, explorador e patriarcal daquela sociedade colonial brasileira. Logo, também o Seminário de Belém não propunha um modelo educacional acessível e inclusivo das camadas menos favorecidas, principalmente os colonizados, a saber: índios e africanos. No tocante a possibilidade dos filhos dos colonos poderem levar “moleques” – entenda-se tal expressão como meninos escravos que serviam os filhos dos senhores –, para servi-los cotidianamente enquanto tivessem internos no Seminário, o Regimento determina que:

17. Não se permita que os meninos tragam moleques para os servirem, porque é mui necessário para a sua boa criação que eles se sirvam a si, e uns aos outros quando estão doentes; e para se costumarem a ter cuidado das coisas, eles serão os sacristães, porteiros, etc., e varrerão seus cubículos, farão suas camas, etc.<sup>15</sup>

Considerando que o Regulamento só foi redigido entre 1694 e 1696; portanto, aproximadamente uma década após a fundação deste Colégio, esta orientação de não permitir que os estudantes levassem “moleques”, estabelecida no Regulamento, pode ser bastante reveladora do perfil dos seminaristas que estudavam nesta instituição, muitos deles possuidores de “escravos particulares”. Todavia, ainda que o Regulamento tentasse, em momentos específicos, formar os seminaristas nas virtudes cristãs do serviço e amor ao próximo; muitas vezes, o imperativo classista e a hierarquia social sobrepunham a necessidade de aprendizado de tais virtudes. Como podemos perceber por meio da nota posta pelo Padre Geral da Companhia em relação à regra exposta acima, ao aprovar o dito Regimento:

«Non decet saeculares nobiles», nota posta pelo P. Geral. Era o parecer do P. Provincial Manuel Correia: Esta ordem, «de fazerem os Seminaristas alguns officios mais baixos como varrerem os cubículos, etc., é digna de reparo, especialmente no Brasil, aonde nem o mínimo official Branco exercita tais officios, próprios dos escravos, nem se achará um homem Branco que tal faça, A que se ajunta serem os Seminaristas, filhos de Pais honrados e nobres, que não folgarão disso, muito mais havendo tantos escravos no Seminário que o poderão fazer».<sup>16</sup>

Além de ser um trecho bastante elucidativo para os propósitos do nosso trabalho, o Regulamento do Colégio de Belém é muito revelador também de outras dimensões de estudo e possibilidades de abordagem, por exemplo, o fato de o Seminário possuir “muitos escravos”, como nos revela o fragmento acima. Destarte, o fato da proposta educacional desta instituição voltar-se, principalmente, à instrução de meninos, “filhos de pais honrados e nobres” reafirma que a educação jesuítica é mantenedora das estruturas sócio-políticas e econômicas do Brasil colonial.

Segundo as determinações expostas no Regulamento, eram admitidos neste Seminário meninos com idade entre 12 e 13 anos, e não deveriam permanecer nele por mais de 5 ou 6 anos. Neste sentido, de acordo com Leite, de todas as partes da colônia surgiram pedidos de admissão por parte das famílias dos meninos, que haviam se convencido da eficácia e relevância da educação ministrada no Colégio de Belém.

Não obstante, o ensino jesuítico era caracteristicamente gratuito; contudo, o Seminário de Belém, pelo seu regime de internato, distinguia-se deste padrão administrativo, pois cobrava uma pensão das famílias de seus seminaristas. Deste modo, o custeio estabelecido para o sustento de cada seminarista era de aproximadamente 35.000 réis anuais, os quais deviam ser pagos em dinheiro, embora, em alguns casos também se pudesse aceitar o pagamento em açúcar, farinha ou carne. No entanto, se houvesse atraso por seis meses no pagamento, o seminarista poderia ser expulso deste Colégio; havendo também, em casos especiais, a possibilidade de admissão de seminaristas cujos pais não podiam arcar com este valor.<sup>17</sup>

Não obstante, seguindo-se rigorosamente as normas estabelecidas no Regulamento, os seminaristas deveriam ser instruídos nos bons costumes, e ainda que a Instituição não se voltasse à formação de clérigos, a relevância da castidade era repetidamente exposta e averiguada rigorosamente, inclusive no texto do Regimento. Assim, considerando que o Seminário de Belém funcionava com um regime de internato fechado, foi expressamente recomendado no Regulamento que os meninos não saíssem das portas da clausura sem licença, e mesmo sob autorização não o fariam desacompanhados, evitando-se, definitivamente, qualquer contato com pessoas do sexo feminino; como pode-se observar no

seguinte trecho: “(...) Não falem na Igreja com mulher alguma ainda que seja parenta, sem licença do Padre Reitor, e quando alguém de fora buscar algum seminarista, o porteiro dará aviso ao Padre Reitor”.<sup>18</sup>

É relevante ainda ressaltar que durante os seus 73 anos de atividade pedagógica, passaram pelo Seminário de Belém vários estudantes que posteriormente se tornaram pessoas eminentes na colônia e no reino português. Como por exemplo, Bartholomeu de Lourenço Gusmão (1685 ou 1686 – 1724), que ainda estudante de Belém demonstrou sua surpreendente capacidade criativa, desenvolvendo um experimento considerado o precursor do balão moderno, o aeróstato, apelidado de “passarinholá”, que muito encantou a Corte portuguesa no ano de 1709. Essa engenhosidade entrou para os anais da história da aviação.

Também merece destaque o irmão de Bartholomeu Gusmão, afilhado e homônimo do fundador do Seminário de Belém, o diplomata Alexandre de Gusmão (1695-1753), que se notabilizou por ter ocupado o cargo de Secretário de D. João V, e também por ter sido membro da Academia Real de História e do Conselho Ultramarino e responsável pela renegociação do Tratado de Tordesilhas sobre os limites meridionais do Estado do Brasil com a Espanha, através do Tratado de Madri em 1750.

Destarte, como já enfatizamos, embora o Seminário de Belém não se destinasse à formação clerical, a carreira religiosa parece ter sido a escolha de muitos seminaristas que por essa Instituição passaram. Neste sentido, seu fundador relatou em *Rosa de Nazareth nas montanhas de Hebron* que muitos estudantes por aqueles tempos já haviam saído para o clero secular e regular, e que apenas na Ordem dos Jesuítas ingressaram quase sessenta jovens. Nesta perspectiva, podemos mencionar outro insigne aluno, que entre os anos de 1752 e 1757 estudou no Seminário de Belém, o seminarista Antonio de Sant’anna Galvão (1739-1822), atualmente conhecido por Santo Antonio de Sant’anna Galvão – o primeiro santo brasileiro.

Segundo a historiadora Lais Viena de Souza, baseada nos escritos de Gusmão, este jovem chegou a manifestar interesse para ser admitido na Companhia de Jesus, mas por aqueles anos deflagrou-se a perseguição e expulsão desta Ordem do Império Português. Sendo assim, dirigiu-se para São Paulo, onde ingressou na Ordem Franciscana no ano de 1760, e devido a várias atribuições de milagres a este franciscano, foi canonizado pelo papa Bento XVI, no dia 11 de maio de 2007; demonstrando que o objetivo central do Colégio de Belém, de formar os meninos nos “santos e honestos costumes na fé cristã”, parece ter obtido êxito.<sup>19</sup>

No entanto, nas primeiras décadas do século XVIII, o Seminário sofreria uma grande perda, devido à morte de seu idealizador, o padre Alexandre de Gusmão, que faleceu nas

dependências do Seminário que fundara, no dia 15 de março de 1724. Não obstante, 35 anos após a morte do seu fundador, o Seminário de Belém sofreria um golpe ainda maior, pois suas atividades foram bruscamente interrompidas. A partir da promulgação do Decreto-lei de 3 de setembro de 1759 – promulgado pelo rei D. José I (1714-1774) –, a Companhia de Jesus teve suas atividades suspensas em todas as colônias lusitanas.

Neste sentido, com a promulgação desta lei, o Ministro do Estado português, o Marquês de Pombal, pretendia implementar reformas “modernizadoras” no âmbito educacional da metrópole lusitana e suas colônias, tirando das mãos da Companhia de Jesus o “monopólio” da educação e do ensino formal em suas possessões ultramarinas. Além disso, decidiu-se ainda expulsar os inicianos destes espaços, confiscando para o Estado português todos os seus bens materiais e financeiros. Nestes termos, segundo o historiador Fabricio Lyrio Santos, as conseqüências da promulgação deste decreto fizeram-se sentir também no Recôncavo da Bahia, principalmente no Seminário de Belém da Cachoeira, no qual a execução desta ordem concretizou-se de forma violenta, tanto para com os dirigentes da Instituição quanto para com os jovens seminaristas:

Quando chegou à Bahia a ordem de expulsão dos jesuítas, o desembargador Francisco Figueiredo Vaz ficou responsável pela prisão dos jesuítas residentes no Seminário. Segundo o padre José Caeiro, cronista jesuíta contemporâneo aos fatos, o desembargador ‘deu-se logo pressa de cumprir as ordens’. Dirigiu-se ao Seminário de Belém e pôs guardas em volta da Casa. Atirou para a rua os seminaristas. Contava os jesuítas duas vezes ao dia. Maltratou os padres por 13 dias, mandando-os finalmente para Salvador escoltados por um destacamento militar. Eram sete padres, incluindo o superior, Francisco Lago, além de dois escolásticos e dois coadjutores. O padre Francisco Marinho, que estava entre aqueles padres, foi um dos que renunciaram aos votos para não serem embarcados para Lisboa.<sup>20</sup>

Nesta perspectiva, de acordo com Serafim Leite, em dezembro de 1759, o funcionário público encarregado de expulsar os jesuítas do Seminário de Belém e fechar definitivamente as portas desta Instituição, Francisco Figueiredo Vaz, para realizar esta tarefa utilizou-se de extrema violência e “desumanidade” contra os jesuítas e os seminaristas que ali se encontravam, diferentemente do modo como se processou a expulsão em outras casas da Companhia de Jesus na colônia brasileira.

Não obstante, bastante elucidativo dos reais objetivos desta relevante e memorável instituição educacional foi uma correspondência escrita em julho de 1778, pelo Arcebispo da Bahia, D. Joaquim Borges de Figueiroa, endereçada à Rainha, na qual se refere às capelas e oratórios do arcebispado, ao provimento dos párocos e eclesiásticos, à fundação de um Seminário e outros assuntos:

Lembrava-me eregir hum Seminario, em que se criassem os filhos da Nobreza desta Cid.e, a maior p.te da qual assiste nos seos Engenhos, e Fazendas fora della, e naõ

mandaõ estudar seos filhos depois q. se despou-voou o Seminario, chamado de Belem (p.a onde os mandavaõ, e do qual sahiraõ a maior parte dos bons Ecleziasticos, q. ainda ha no Arcebispado, e muitos dos Seculares de bom procedim.to).<sup>21</sup>

Diante deste entusiasta discurso do Arcebispo, pode-se, portanto, aferir que o Seminário de Belém fora o principal responsável pela formação “dos filhos da nobreza”, que não tinha mais para onde mandar seus filhos após a expulsão dos inacianos das possessões ultramarinas de Portugal. Deste modo, quase duas décadas após o fechamento do referido Seminário, este Colégio permaneceu sendo lembrado como uma honrada instituição educacional, formando dignos eclesiásticos e homens de “bom procedimento”.

Em síntese, as reflexões propostas neste trabalho possibilitaram observar o quanto a educação promovida pela Companhia de Jesus contribuiu para a legitimação e manutenção dos contornos aristocráticos e patriarcais da sociedade colonial. Neste sentido, as instituições educacionais jesuíticas em terras brasileiras, inclusive o Seminário de Belém da Cachoeira, assumiram um caráter elitista e catequético, cumprindo a sua função de controle e manutenção social.

Enfim, tendo em vista que a Companhia de Jesus atuou de maneira quase que hegemônica na educação, a relevância da pedagogia jesuítica para a história da educação formal no Brasil colonial é um fato que não pode ser desconsiderado, “sendo que sua influência não se prendia apenas ao campo educacional, nem somente ao Brasil”. Assim, os inacianos implementaram na colônia brasileira um modelo educacional adequado às demandas do projeto colonizador português, sem, no entanto, perder o seu caráter eminentemente missionário. Neste sentido, sempre buscando pôr em prática o lema da Companhia, os jesuítas desempenharam suas funções para “maior glória de Deus” – *Ad majorem Dei gloriam* –, mas também para o “bem” da Coroa portuguesa.

### **NOTAS:**

\*O referido texto é resultado inicial de Pesquisa financiada pela CAPES, sob orientação da Professora Dr<sup>a</sup>. Edilece Souza Couto.

\*\*Graduado em História pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB e Mestrando em História Social pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Email: [alfredopsjr@gmail.com](mailto:alfredopsjr@gmail.com).

1.SANTOS, Fabricio Lyrio. A Presença Jesuíta no Recôncavo da Bahia. In: *Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras*, vol.I, 2007, p. 30.

2. FRANCA, Leonel. *O método pedagógico dos jesuítas. O “Ratio Studiorum”*. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1952.

3. Essa expressão devia ser comum à época para designar os filhos dos colonos, pois foi utilizada por Fernão Cardim e por Sebastião da Rocha Pitta ao se referir a estes meninos.

4. LEITE, Serafim. “Regulamento do Seminário de Belém da Cachoeira”. In: *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006, Tomo V. p. 180.

5. ZOTTI, Solange Aparecida. *A Função Social do Ensino Secundário no Contexto de Formação da Sociedade Capitalista Brasileira*. Tese de Doutorado/ Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. São Paulo, SP: [s. n.], 2009, p. 31.
6. LEITE, *Op. Cit.*, p. 167-168.
7. Idem, p. 168.
8. Idem, p. 169.
9. Idem, p. 177-178.
10. PAIVA, José Maria de. “Educação Jesuítica no Brasil Colonial”. In: *500 anos de Educação no Brasil*. Organizado por Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes de Faria Filho, Cynthia Greive Veiga, – 4 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 44.
11. LEITE, *Op. Cit.*, p. 171.
12. ZOTTI, *Op. Cit.*, p. 56.
13. LEITE, *Op. Cit.*, p. 182-183.
14. ARAÚJO, Vanessa Freitag de. *Educação e Religião na obra de Alexandre de Gusmão (1629-1724)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2010, p. 12.
15. LEITE, *Op. Cit.*, p. 183.
16. Idem, p. 183-184.
17. SANTOS, *Op. Cit.*, p. 32.
18. LEITE, *Op. Cit.*, p. 189.
19. SOUZA, Lais Viena de. *Educados nas letras e guardados nos bons costumes. Os pueris na prédica do Padre Alexandre de Gusmão S.J. (séculos XVII e XVIII)*. Salvador-BA: UFBA/ FFCH/ PPGH, 2008, p. 152.
20. SANTOS, *Op. Cit.*, p. 34.
21. Arquivo Histórico Ultramarino, Bahia (Castro e Almeida), Caixa 52. Doc. 9789. Projeto Resgate, CD 07.

## **O recrutamento de tropas na Argentina durante a Guerra do Paraguai - mobilizações iniciais.<sup>i</sup>**

**Aline Goldoni<sup>ii</sup>**

**Resumo:** No período inicial da Guerra do Paraguai, depois que a província de Corrientes foi invadida, o então presidente argentino Bartolomé Mitre se viu diante da difícil tarefa de reunir um grande contingente de soldados, que pudesse fazer frente ao imenso exército paraguaio. A oposição das províncias ao envolvimento no conflito ocasionou reduções constantes nos contingentes. Este trabalho tem como objetivo analisar o esforço inicial empregado pelo governo argentino na reunião de tropas para lutarem no conflito com o Paraguai.

**Palavras-chave:** Guerra do Paraguai, Argentina, Recrutamento.

**Abstract:** In the initial period of the Paraguayan War, after the province of Corrientes was invaded, Argentine President Bartolomé Mitre faced the difficult task of assembling a large contingent of soldiers, who could stand up to the huge Paraguayan army. The opposition of the provinces to get involved in the conflict occasioned constant reductions in quotas. This study aims to analyze the initial effort employed by the Argentine Government in the reunion of troops to fight in the conflict with Paraguay.

**Words-key:** Paraguayan War, Argentina, recruitment.



Ao contrário do que se imaginou na época, a Guerra do Paraguai foi o maior e mais longo confronto travado entre países da América Latina. A ideia de que o conflito não se estenderia por muito tempo foi compartilhada pelos governantes das nações envolvidas e por suas populações. O seu prolongamento, no entanto, mostrou que não se tratava de mais um enfrentamento entre os países que formavam a região da Bacia do Prata, mas de uma guerra ampla e de grandes proporções. O momento inicial do conflito foi marcado por um grande esforço por parte dos países envolvidos para a formação de um amplo contingente de soldados. Essa questão foi mais crítica no caso dos países aliados – em especial, Argentina e Brasil – que precisaram reunir tropas em caráter emergencial, depois de terem seus territórios invadidos pelo numeroso exército paraguaio.

Considerando a situação da Argentina, objeto de estudo deste trabalho, que teve seu território invadido pelo Paraguai – mesmo tendo mantido uma posição de neutralidade diante do conflito desencadeado entre esse país e o Brasil – o processo de reunião de tropas não transcorreu facilmente. Ao desferir um violento ataque aos navios de bandeira argentina, ancorados no porto da província de Corrientes, o exército de Francisco Solano López pegou os argentinos de surpresa, o que proporcionou uma defesa débil e ineficaz, facilitando a invasão. Em 14 de abril de 1865, as tropas paraguaias adentraram o território argentino por Corrientes que foi abandonada pelas autoridades locais, inclusive o governador, que diante da impossibilidade de combater um inimigo em maior número e muito bem armado deixou a província, para tentar estruturar um plano de defesa a partir de uma região próxima.

A invasão paraguaia ao território argentino não pôde se encarada com total surpresa pelo governo de Buenos Aires, pois havia algum tempo em que o presidente paraguaio vinha negociando a passagem de tropas pelo território do país vizinho. A partir da leitura de diversas correspondências trocadas entre o presidente Bartolomé Mitre e o governador da província de Entre Ríos – Justo José de Urquiza –, é possível perceber que a irredutível posição de neutralidade mantida por Mitre não deixou outra saída ao Paraguai, se não a de optar pela invasão e consequente declaração de guerra. Em carta enviada ao presidente em 8 de fevereiro de 1865, Urquiza o alerta sobre o perigo de invasão do território nacional. Dizia ele:

“V. E. conoce mi opinión; quizá para evitar el peligro de una violación que pudiese ser necesaria y que traería peores consecuencias que el tránsito

sujeto á condiciones pudiesen haberse acordado recíprocamente á ambos beligerantes, hubiese sido conveniente esto último.”<sup>iii</sup>

A ocupação da província argentina pelo exército inimigo ocorreu sem maiores inconvenientes para os correntinos, havia uma forte identificação entre os habitantes locais e os paraguaios, ambos falavam o mesmo idioma – o guarani. A intenção de López não era fazer de Corrientes um território conquistado, mas um aliado na ação contra Buenos Aires. As tropas invasoras, inicialmente, não cometeram qualquer abuso contra os moradores da região, que seguiram com suas atividades cotidianas, num primeiro momento, sem maiores sobressaltos.

A primeira iniciativa tomada pelo presidente paraguaio foi a de enviar o ministro das Relações Exteriores – José Bergés – a Corrientes, a fim de estabelecer um governo provisório sob o seu comando: a *Junta Gubernativa de la Provincia de Corrientes*.<sup>iv</sup> Tal Junta foi formada por destacados cidadãos da sociedade correntina e declarou-se aliada ao Paraguai, julgando o presidente argentino como traidor da pátria. A maioria da população de Corrientes, no entanto, permaneceu indiferente à invasão ou manifestou apoio ao governo de Buenos Aires, aqueles que apoiavam o ataque paraguaio formaram uma pequena minoria, contrariando os planos que Solano López tinha para a província.

O presidente paraguaio acreditava que, em caso de confronto com Buenos Aires, as províncias de Entre Ríos e Corrientes ofereceriam apoio ao Paraguai. Ainda em dezembro de 1864, meses antes da invasão do território argentino, um agente paraguaio em Montevideú enviou correspondência a Bergés relatando a repercussão, naquela cidade e na Argentina, do cerco à Paissandu<sup>v</sup> realizado pelas tropas brasileiras. A ação do Império, segundo o agente, gerou indignação entre os uruguaios e argentinos, entre outras informações, o agente diz que:

En cuanto a Corrientes y Entre Ríos, se sabe que siegue pronunciandose favoravelmente á este país [Paraguai].  
En la última de esas provincias ha causado una grande y profunda sensación el hecho de Paysandú. Están indignadísimos.  
Se cree que esas mismas ocurrencias harán precipitar más y más la acción de esas provincias en favor de este país [Paraguai].<sup>vi</sup>

As forças paraguaias mantiveram-se estacionadas em Corrientes até o mês seguinte a invasão e não houve qualquer confronto, foram registrados apenas encontro entre patrulhas, que se observavam sem maiores enfrentamentos. Essa situação permitiu que o governador de Corrientes se estabelecesse em San Roque e, a partir dessa região,

começasse a estruturar um plano de reação. Nessa localidade, foi reunido um contingente de soldados que permaneceu por alguns dias esperando material e armamento que seria remetido pelo governo federal.

Buenos Aires precisou agir rapidamente de forma a conter a ofensiva paraguaia. No entanto, o governo de Bartolomé Mitre enfrentou, já desde o início do confronto com o Paraguai, enormes dificuldades para reunião de homens. A notícia da invasão da província de Corrientes pelo Exército inimigo provocou “la entusiasta reaccion de la juventude porteña y de algunas ciudades del interior del país, pero produjo vigorosas resistencias en el resto de la República [...]”.<sup>vii</sup> Em algumas províncias “algunos adversarios al gobierno consideraban preferible unirse a los paraguayos contra Mitre que combatir a su lado [...]”.<sup>viii</sup>

Em maio de 1865, o governo declarou guerra ao Paraguai e ordenou às províncias que recrutassem contingentes para serem enviados ao teatro da guerra. O recrutamento encontrou forte resistência em diversas localidades. Para citar um caso exemplar, em junho de 1865 na província de La Rioja um grupo de gaúchos<sup>ix</sup> liderados por Aurelio Zalazar atacou o contingente destinado aos corpos do Exército e libertou os recrutas. Neste episódio, Zalazar formou uma *montonera*<sup>x</sup> de aproximadamente 500 gaúchos que se rebelaram em nome do Partido Federal e destituíram o governo provincial. Acontecimentos como este se deram com frequência em diversas províncias argentinas durante a Guerra do Paraguai; o que obrigou o governo central, muitas vezes, a desviar o foco do inimigo externo e combater oponentes internos.

Assim como ocorreu no Brasil, no início do conflito, nutriu-se na Argentina a ideia de que se trataria de um confronto rápido. O ministro de relações exteriores Rufino de Elizalde acreditava que, graças a aliança firmada entre o Brasil e a Argentina, a guerra duraria de três a quatro meses<sup>xi</sup>. Juízo este compartilhado pelo próprio Mitre, que em carta de maio de 1865 enviada a Urquiza afirmou a crença de que uma única batalha seria suficiente para retirar os paraguayos do território argentino. Dizia ele:

“según datos fidedignos, todo lo que ha invadido a Corrientes por el Paraná y por el Uruguay, no passa de 22.000 hombres, [...] y como poco más o menos nuestro ejército, compuesto de Argentinos, se compondrá de igual número, bastamos nosotros solo pa. pelearlos, teniendo grandes seguridades del triunfo.”<sup>xii</sup>

As expectativas do presidente não se confirmaram, a guerra se prolongou e como esperado foi se tornando cada vez mais impopular. O governo de Mitre enfrentou, durante o conflito, enorme dificuldade para que cada província enviasse sua cota de voluntários a compor o Exército. Os contingentes recrutados, em alguns casos, sublevavam-se durante a marcha gritando palavras de apoio aos paraguaios e dizendo que não queriam lutar unidos à Buenos Aires.<sup>xiii</sup>

Entre os portenhos, no entanto, uma grande quantidade de jovens buscou o alistamento nas fileiras do Exército, nos corpos de saúde ou nos batalhões da Guarda Nacional, também destacados para o conflito. Oficiais que atuaram na batalha de Pavón, também procuraram se reincorporar aos contingentes. Até mesmo funcionários da administração estatal, não obrigados a marchar, ingressaram. Entretanto, pequenos comerciantes e artesãos de Buenos Aires quando chamados aos corpos da Guarda Nacional não aderiram à causa. Muitos desses homens estiveram nas campanhas de Cepeda e Pavón e consideravam suficientemente cumprida sua obrigação de servir ao Exército.<sup>xiv</sup>

Essa postura foi uma constante nas províncias do interior e do litoral, exceto em Santa Fe, onde os corpos da Guarda Nacional foram reunidos em sua totalidade para completar os batalhões de linha. Assim como aconteceu no Brasil, essa instituição foi de fundamental importância para suprir a falta de um Exército numeroso, mas também na Argentina não foi fácil mobilizar os guardas. Segundo Miguel Ángel de Marco,

“a medida que llegaban a ellas [as províncias] los primeros decretos presidenciales, comenzaban los sufrimientos de los gobernadores, quienes no sólo debían enfrentar la hostilidad de la mayoría de sus paisanos sino soportar las exigencias de los jefes nacionales, que querían remontar a toda costa sus efectivos de línea y a la vez deseaban ver constituidos con urgencia los respectivos batallones guardia nacional.”<sup>xv</sup>

Além de não se identificarem com a causa da guerra, os indivíduos relutavam a seguir abandonando seus postos de trabalho, que sustentavam as suas famílias. As dificuldades não terminavam após a reunião dos batalhões; mesmo depois de já integrados ao Exército em marcha os indivíduos desertavam. Essas deserções, em alguns casos, aconteceram em massa. Como no episódio do *desbande de Basualdo* em 3 julho de 1865, quando mais de 2.000 homens recrutados por Justo Jose de Urquiza, líder político da província de Entre Ríos desertaram em massa. Diante dessa situação o General Urquiza acabou optando por licenciar o que sobrou da tropa evitando uma

desmoralização ainda maior. Em carta enviada a Mitre, Urquiza expõe as razões que o levaram a tal decisão: “[...] a tomar tan grave resolución, sin esperar sus órdenes, es porque no ha podido ser de outro modo, para no esterilizar en la desmoralización y el desorden elementos que deben volver á la defensa nacional [...]”.<sup>xvi</sup> Para o coronel José María Ramiro a causa principal dessa deserção em massa era “o espírito antinacionalista que reina em la mayor parte del Pueblo, porque no quiren hacer causa común com los porteños”.<sup>xvii</sup>

O motivo da resistência argentina, ao contrário do que se viu no Brasil, estava ligado ao não reconhecimento da guerra como uma causa nacional. De acordo com Ramón J. Cercáno,

“en las provincias la guerra era impopular y odiosa. Cuando en la plaza pública leen los bandos de los gobernantes y los tambores resorren la ciudad convocando a la guardia nacional, los hombres huyen a la selva próxima. No los empuja el temor. Han nacido y vivido em las batallas. Resisten a Buenos Aires y al Imperio.”<sup>xviii</sup>

A população das províncias via o confronto contra o Paraguai como um evento estritamente ligado aos interesses portenhos, não como um interesse nacional. “El sentimiento nacional era aún superado por el de pertencia a la patria chica local.”<sup>xix</sup> Neste sentido, a existência de um inimigo externo não foi funcional à disseminação de um sentimento de pertencimento subordinado ao projeto de consolidação da unidade nacional emulado pelas lideranças portenhas. Ao contrário do que se deu no Brasil, no início da guerra, o grau de consolidação do Estado Argentino não permitiu uma maior interação entre as diversas províncias da República. E, além disso, promoveu um revés nos esforços anteriormente impetrados por Bartolomé Mitre para superar o ciclo de guerras civis (entre caudilhos regionais e o governo central), reiniciando esses confrontos que assolaram a Argentina até o fim da década de 1850. Para Cesar Augusto Gauzzelli, “a guerra prolongou as disputas internas e externas das ‘regiões-províncias’ trazendo mais dificuldade na formação dos Estados”.<sup>xx</sup>

Situações de emergência, como a Guerra do Paraguai, funcionam como momentos decisivos para o processo de construção dos Estados, principalmente, na expansão da sua capacidade extrativa e regulatória. A conjuntura de guerra põe em xeque, de maneira repentina, a capacidade de um Estado manter o controle da ordem social, provoca alterações nos limites previamente constituídos do uso legítimo da coerção e redefine o conjunto das demandas requeridas dos cidadãos. No entanto, o

desdobramento dessas questões está ligado ao grau de comprometimento das elites com o Estado, pois tal comprometimento deve ser funcional a formulação de alternativas que acompanhem as exigências geradas por uma situação de emergência.<sup>xxi</sup>

A Guerra do Paraguai concebeu um momento de crise para o processo de consolidação do Estado argentino, particularmente, com a mobilização de homens e recursos. A dependência da ação de lideranças dos caudilhos locais motivados por interesses particulares e a ausência de meios eficazes para a realização do recrutamento militar limitou a capacidade extrativa do Estado. Esta capacidade foi, constantemente, regida por completa improvisação e dificuldade evidenciando o fracasso do governo central em estabelecer o controle sobre os meios de coerção.

Os problemas e a lentidão da campanha contribuíram para intensificar ainda mais as tensões entre o centro e a periferia, expondo assim o baixo grau de comprometimento das elites locais com a causa do governo central. Segundo Vitor Izecksohn, em boa parte da América Latina a fraqueza estrutural dos Estados nacionais impediu que seus governantes tirassem vantagens dos poucos períodos de guerras internacionais para fortalecer seus vínculos com a sociedade e construir padrões mais autônomos de funcionamento em relação aos grupos dominantes.<sup>xxii</sup>

O esforço de guerra alterou, momentaneamente, a dinâmica das relações instituídas entre os grupos locais e o governo central, uma vez que, o aumento exacerbado na demanda por soldados exigiu maiores sacrifícios das lideranças locais. O governo central da Argentina, em vários episódios, falhou em estabelecer uma maior interação com alguns setores de grupos dominantes, que exerciam um papel fundamental na articulação entre o centro e as localidades. O presidente Bartolomé Mitre precisou agir em diversas frentes para tentar contornar os problemas surgidos e obter a maior mobilização possível de soldados. No entanto, as investidas estatais, que foram aumentando ao longo do conflito, se mostraram insuficientes para atingir o campo das instâncias locais e, de uma maneira geral, os grupos populares se mantiveram avessos às demandas do governo federal.

A Guerra do Paraguai, no que concerne ao recrutamento de tropas, adquiriu diferentes contornos nos países envolvidos, uma vez que, os Estados encontravam-se em momentos distintos do seu processo de formação. O Brasil, por exemplo, no início da Guerra do Paraguai, já havia concluído um longo processo de centralização política, marcada por uma série de conflitos internos regionais, que resultara na consolidação da ordem monárquica a partir da década de 1840. A existência de um poder relativamente

centralizado permitiu, ao menos no primeiro ano do conflito, uma melhor reunião de recursos materiais e humanos. Ainda que em graus diferentes, as diversas províncias do Império se mobilizaram em prol da causa nacional; unidas contra a invasão do território por um inimigo externo.

O Estado argentino, por sua vez, ainda não lograra o mesmo grau de consolidação da ordem política brasileira. A oposição das províncias ao envolvimento no conflito (como parte de uma oposição maior ao crescente domínio de Buenos Aires sobre o resto do país) ocasionou reduções constantes nos contingentes das tropas. Durante a guerra, o país passou por uma série de conflitos internos relacionados às resistências províncias à centralização do poder a partir da capital federal. Essas províncias eram muitas vezes lideradas por caudilhos, cujo poder político derivava da capacidade de proteger seus clientes e aliados. Embora a liderança portenha tenha se concretizado a partir de 1862, ainda haveria um longo caminho até que a elite dirigente de Buenos Aires consolidasse um projeto centralizador hegemônico.

---

<sup>i</sup> Este trabalho é parte da pesquisa realizada para curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, que conta com apoio financeiro da FAPERJ, sob orientação do Prof. Dr. Vitor Izecksohn.

<sup>ii</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, alinegoldoni@gmail.com.

<sup>iii</sup> Archivo del General Mitre. **Documentos y Correspondencia. Guerra del Paraguay**. Tomo II. Biblioteca de la Nación. Buenos Aires, 1911, p. 99.

<sup>iv</sup> BEVERINA, Juan. **La Guerra del Paraguay (1865-1870) – Resumen Histórico**. Buenos Aires: Institución Mitre, 1973, p.120.

<sup>v</sup> Cidade localizada às margens do Rio Uruguai, que foi sitiada em 2 de dezembro de 1864 pelo exército brasileiro em apoio à ação dos *Colorados* liderados por Venâncio Flores, durante a guerra civil do Uruguai. Por ocasião dessa ocupação, as tropas governistas lideradas pelos *Blancos* foram vencidas, abrindo caminho para a tomada do governo uruguaio pela oposição.

<sup>vi</sup> Archivo del General Mitre. **Documentos y Correspondencia. Guerra del Paraguay**. Tomo II. Biblioteca de la Nación. Buenos Aires, 1911, p. 127.

<sup>vii</sup> MARCO, Miguel Ángel de. **La Guerra del Paraguay**. Buenos Aires: Booket, 2010, p.28.

<sup>viii</sup> Ibidem.

<sup>ix</sup> O termo “gaúcho” é empregado aqui com o sentido que lhe atribuiu Nicolas Shumway em seu livro *A Invenção da Argentina – História de uma Ideia*. Segundo ele, no seu sentido mais denotativo podemos entender por gaúcho o habitante humilde do campo, geralmente mestiço, cuja vida estava vinculada à terra. (SHUMWAY, Nicolas. *A Invenção da Argentina – História de uma Ideia*. São Paulo: UNB, 2008, p.106)

<sup>x</sup> Estas constituíam-se em uma espécie de milícia de caráter militar organizada hierarquicamente, mobilizadas por caudilhos para atuarem em rebeliões contra o governo central e não se tratavam de uma força permanente.

<sup>xi</sup> Archivo del Ministerio de las Relaciones Exteriores y Culto. Correspondencia de Rufino Elizalde para José Antonio Saraiva. Guerra de la Triple Alianza, caixa I.

<sup>xii</sup> Correspondencia Mitre-Urquiza (1860-1868). Buenos Aires: Fundação Banco de la Provincia de Buenos Aires, 1984, v. III, p. 39.

- 
- <sup>xiii</sup> Anales del Instituto Popular de Conferencias, séptimo ciclo, año 1921. Buenos Aires, 1925, p.91. Discurso de Estanislao Zeballos, “El general Mitre, conferencia dedicada a la memoria del general Mitre”.
- <sup>xiv</sup> OLMEDO, Agustín Ángel. **Guerra del Paraguay – Cuadernos de Campaña (1867-1869)**. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 2008, p. 15.
- <sup>xv</sup> MARCO, Miguel Ángel de. *Op. cit.*, p. 58.
- <sup>xvi</sup> Archivo del General Mitre. Documentos y Correspondencias. Presidencia de la Republica. Archivo 15. Tomo II, p. 225.
- <sup>xvii</sup> BOSCH, Beatriz. Urquiza y la Guerra de la Triple Alianza. *In: Boletín de la Academia Nacional de la Historia*. Buenos Aires, 1963. Vol. 34, p.834.
- <sup>xviii</sup> BEVERINA, Juan. *Op. cit.*, p. 7.
- <sup>xix</sup> *Ibidem*, p.16.
- <sup>xx</sup> GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. Regiões Província na Guerra da Tríplice Aliança. **Topoi**, v.10, n<sup>o</sup> 19, 2009, p. 85.
- <sup>xxi</sup> MENDES, Fábio Faria. **Recrutamento Militar e Construção do Estado no Brasil Imperial**. Belo Horizonte: Argumentum, 2010, pp. 93-95.
- <sup>xxii</sup> IZECKSOHN, Vitor. Recrutamento Militar no Rio de Janeiro Durante a Guerra do Paraguai. *In* CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs). **Nova História Militar Brasileira**. Fundação Getúlio Vargas. Bom Texto: Rio de Janeiro, 2004.



## **Dias Gomes e sua visão sobre o contexto político e social em fins do século XX através das páginas do livro *Decadência***

**Aline Monteiro de Carvalho Silva\***

**Resumo:** Este trabalho busca discutir brevemente, através da obra *Decadência* (1995) de Dias Gomes, como as mudanças políticas e sociais que ocorreram em fins do século XX afetaram a produção do dramaturgo. Penso as nuances entre texto e autor, personagens e sujeito, obra e contexto, através da relação entre história e literatura, discutindo aspectos relacionados à trajetória e visão do autor, além dos pontos políticos e sociais contemporâneos à produção da obra.

**Palavras-chave:** Dias Gomes - História - Literatura

**Abstract:** This paper intend discuss briefly through the work *Decay* (1995) by Dias Gomes, how the political and social changes that occurred in the late twentieth century affected the production of the playwright. I think the nuances between text and author, characters and subject, and the work context, through the relationship between history and literature, and discuss issues related to the history and vision of the author, beyond the contemporary social and political points of the production work.

**Key Words:** Dias Gomes - History – Literature

Este artigo faz parte de uma pesquisa maior que objetiva refletir sobre a obra literária, teatral e autobiográfica de Dias Gomes produzida no pós-ditadura e durante a redemocratização brasileira, entre os anos de 1980 e 1999, até a sua morte. Ao mesmo tempo em que sua produção arrefece, o dramaturgo procura uma nova posição e adequação ao novo contexto político-social do país, em um processo complexo de adaptação que afetou ao teatrólogo e também a um conjunto de intelectuais ativos na conjuntura anterior.

Dias Gomes nasceu na Bahia, em 1922, mudando-se para o Rio de Janeiro com sua mãe ainda na adolescência. Escreveu sua primeira peça, *A Comédia dos Moralistas*, aos quinze anos. Com dezoito anos, começou a escrever para a companhia de teatro de Procópio Ferreira. Sai poucos anos depois e começa a trabalhar em São Paulo na emissora de rádio de Oduvaldo Vianna (Pai). É nesse período na capital paulista que se filia ao Partido Comunista Brasileiro de onde viria se retirar apenas na década de 1970. Sua carreira como dramaturgo ganhou vulto concomitantemente ao crescimento e afirmação do Teatro Brasileiro Moderno e sua vertente mais popular.

Em 1964, mesmo com o trabalho ligado ao teatro e o sucesso de suas peças, o dramaturgo voltou a trabalhar no rádio. Com o golpe em abril no mesmo ano, foi demitido sumariamente da Rádio Nacional. Sem o emprego na rádio, Dias Gomes procurou outros meios para obter renda durante os cinco primeiros anos de ditadura. O ano de 1969 acabou sendo um marco na carreira de Dias Gomes. O autor de *O Santo Inquérito* passaria então de reconhecido e respeitado teatrólogo a grande escritor de telenovelas.

Parou de escrever para o teatro entre os anos de 1969 e 1977, dedicando-se somente a televisão. Esse hiato de cerca de oito anos foi rompido com a peça *As Primícias*. Dias Gomes decidiu parar de escrever novelas em fins dos anos de 1980, dedicando-se ao teatro e às minisséries televisivas. Morre em 1999, num acidente automobilístico, em meio à feitura de *Vargas*, adaptação de sua peça *Dr. Getúlio, sua Vida, sua Glória* para a tevê.

Percebemos na trajetória de Dias Gomes elementos que nos auxiliam na compreensão do leque de possibilidades, horizontes e escolhas possíveis de um intelectual. Identificado durante anos com o projeto do Partido Comunista Brasileiro para o país, foi visto pelas autoridades e por si como subversivo e militante. Sua história de vida e sua produção artística e cultural nos dão elementos que permitem aprofundar a reflexão sobre as relações entre história, política e cultura. Pensamos, mesmo que de maneira breve neste artigo, através da reflexão sobre a sua trajetória e produção, a relação entre história e literatura, texto e contexto, representação e retórica.

No contexto das últimas décadas do século XX, onde a militância política e a crítica ao governo perderam espaço, os intelectuais e artistas atuantes do período anterior tiveram de adaptar-se às transformações e às novas conjunturas. Se antes da ditadura e durante o regime dos militares a matéria-prima das produções de Dias Gomes eram a análise e crítica do governo, o dramaturgo precisou readaptar-se. Busco vislumbrar brevemente, através do livro

*Decadência*, como o autor buscou um novo espaço nessa sociedade, tentando redirecionar o alvo de suas análises e críticas sobre a sociedade em que vivia, observando como as mudanças ocorridas no contexto pós-1980 afetavam sua vida pessoal e suas obras.

Para pensar a mudança do perfil e do papel dos intelectuais e artistas a partir dos anos de 1980, não podemos dissociar essa questão da noção de que as gerações anteriores a esse período – anos de 1950, 1960 e 1970 – consideravam-se, em muitos casos, responsáveis pela construção da nação

<sup>1</sup>. Para eles, nação e povo eram ideias indissociáveis e a população brasileira era quem garantiria a unidade nacional.

Intelectuais, como Dias Gomes, atuantes durante os anos de 1950, 1960 e 1970, acreditavam em seu papel como intérpretes das massas populares e em seu auxílio na tomada de consciência de sua vocação revolucionária. Eles eram, em geral, ideólogos de um projeto que primava pelo desenvolvimento econômico, pela emancipação das classes populares e pela independência nacional<sup>2</sup>. Com as mudanças ocorridas no contexto político e social ainda no início da segunda metade do século XX, começaram as disputas por novos espaços, tanto em relação ao mercado quanto a sua influência.

O auge produtivo de Dias Gomes pode ser delimitado entre os anos de 1950 até o início dos anos de 1980. Após esse período, sua produção teatral e televisiva diminuiu consideravelmente até a sua morte, em 1999. Essa mudança e queda produtiva aconteceram paralelamente ao fim da ditadura militar, a entrada na Nova República, o aparecimento de novos atores políticos, sociais e intelectuais, além do fim da chamada “grande família comunista”<sup>3</sup>. Há a perda das bases políticas, sociais e econômicas do comunismo com a queda internacional de seu projeto e, também, no caso do Brasil, com o fim do Partido Comunista Brasileiro.

As mudanças políticas e sociais que ocorreram em fins do século XX afetaram a Dias Gomes e a uma geração de artistas e intelectuais a qual ele estava conectado, que partilhavam de seus ideais políticos, ideológicos, que pensavam sobre uma arte engajada, tendo eles sido, em boa parte, ligados à esquerda. Havia um sentimento compartilhado de que se estava passando por uma grande crise, que afetava diversos setores, político, social, teatral, entre outros.

O próprio autor, em entrevista ao programa *Roda Viva*, no ano de 1995, afirmou que a dramaturgia, em geral, estava em crise, inclusive a sua. Claudinei Ferreira lhe perguntou em seguida como ele percebia que estava em crise e o dramaturgo lhe respondeu:

No caso específico nosso, aqui, nós passamos por uma ditadura, nós aprendemos a escrever sob censura, a escrever com metáforas. E toda aquela dramaturgia que é rotulada como a nova dramaturgia brasileira, surgida nos de 1950 e 1960, passou pela ditadura e teve que sobreviver a ela debaixo de um teatro metafórico. Depois que houve a abertura, quando as peças passaram a não ser mais proibidas, nem cortadas, o mundo havia mudado também. Já tinham se passado vinte anos e a situação era outra, e impunha-se uma linguagem nova. E eu acho que nós ficamos em uma certa perplexidade da busca dessa linguagem...<sup>4</sup>

Alberto Guzik continuou a entrevista lhe perguntando se ele sentia que isso havia ocorrido em sua geração e Dias lhe respondeu que sentia isso em sua geração e algum haviam

parado de escrever. Eu tentei buscar essa identidade com o novo público, que além do mais, era muito influenciado pelo audiovisual, que nesses vinte anos tomou conta. Então é preciso levar tudo isso em conta, as mudanças do mundo, tudo isso aí. Então eu tentei, fiz algumas experiências como os *Campeões do Mundo*, por exemplo...<sup>5</sup>

Para compreender as mudanças de pensamento, as tentativas de reinserção e a busca por sair da perplexidade dita pelo dramaturgo, procuro compreender tanto a visão que esse grupo tinha nos anos anteriores aos anos de 1980 e 1990, quanto às reminiscências deste tipo de pensamento entre os intelectuais nessas décadas. Para o sociólogo Daniel Pécaut, os intelectuais acreditavam ter responsabilidade na construção da nação<sup>6</sup>. Muitos representantes desse grupo giravam em torno do Partido Comunista Brasileiro, como Dias Gomes. Esses intelectuais consideravam-se conscientizadores da população e acreditavam estar próximos ao poder político central do país nos primeiros anos da década de 1960. Como artista e intelectual, Dias Gomes transitava e compartilhava desses pensamentos.

O sociólogo ainda ressalta que a partir da abertura e da redemocratização política brasileira ocorreu uma perceptível mudança dentro da posição dos intelectuais na sociedade. Naquele momento, eles estavam saindo de certa posição superior em relação às demais categorias sociais. Teria sido a oposição ao regime militar que proporcionou uma maior união entre os intelectuais, apesar de sua heterogeneidade social profunda. O retorno à democracia acabou expondo os limites dessa coesão intelectual, fazendo com que a volta a democracia trouxesse conflitos para a identidade política do grupo.

Para Daniel Pecáut durante as décadas anteriores ao final do século XX, os intelectuais que

muitas vezes alheios às problemáticas partidárias, haviam partilhado, superando as suas divisões, de uma visão semelhante do Estado, do povo e da nação. [Com a abertura e a democratização este] Já não é o caso. Mas as mudanças são maiores ainda: uns retomam tranquilamente o caminho do Estado, associando-se à tecnocracia singularmente consolidada dos anos anteriores; outros continuam a se colocar ao lado dos movimentos sociais de base (os quais, deve-se observar, não conservam o mesmo dinamismo após a redemocratização) ou das classes populares organizadas (que já não têm tanta necessidade de mediadores intelectuais). As divisões da sociedade percorrem os intelectuais. Além disso, os líderes intelectuais que, durante a ditadura, conseguiram exercer grande influência nos partidos de oposição, percebem que a democracia fortalece o poder dos políticos profissionais e destila rapidamente uma classe política. Os intelectuais são conduzidos assim a um papel mais modesto.<sup>7</sup>

Portanto, no novo contexto político e social que se estabelece com a “Nova República”, esses intelectuais atuantes anteriormente, como Dias Gomes, acabaram perdendo seus espaços dentro da sociedade.

O historiador Jean-François Sirinelli<sup>8</sup> refletiu sobre a crise que abalou os intelectuais em fins do século passado, conjecturando sobre sua natureza. Para ele, houve uma crise de caráter político, ideológico e identitária. Assim, os intelectuais eram ligados à determinada cultura política e determinados campos de forças ideológicas, tendo sua formação relacionada ao contexto de uma determinada época e pelas respostas (ideológicas) obtidas. Como afirma Sirinelli, “os grandes embates dos intelectuais ao longo do século XX simultaneamente refletiram e nutriram as grandes tendências ideológicas que foram se perpetuando e, ao mesmo tempo, se modificando ao longo de todo aquele século”<sup>9</sup>.

Essa intelectualidade era dominante, principalmente a ligada às esquerdas, em sua esfera de influência tanto na França quanto em outras partes do mundo, como o Brasil, pelo menos até a década de 1970. O colapso dos regimes comunistas na Europa, o retrocesso do marxismo, o início do desgaste de modelos alternativos de esquerda como o caso da China e de Cuba, a reavaliação da questão do totalitarismo, fizeram com que essa crise política dos intelectuais começasse a modificar sua imagem, diminuindo a sua influência e credibilidade dentro da sociedade.

Esse tipo de questão fez com que esse grupo passasse por uma crise identitária, principalmente em razão do surgimento de novos formadores de opinião. Nas palavras de Jean-François Sirinelli, “além de ultrapassados pela mídia, os intelectuais corriam o risco de

perder sua condição de arautos das grandes controvérsias nacionais”<sup>10</sup>, fator que os levou também a uma crise ideológica, ideia que tem pontos em comum com as análises de Daniel Pecáut. Para o historiador, homens e mulheres que estavam ligados à mídia foram alçados ao papel de formadores de opinião, com sua forte presença e manifestações dentro dos meios de comunicação. Paulatinamente, os intelectuais perdiam os espaços anteriormente adquiridos e precisam contornar a crise política, identitária e ideológica que havia se constituído.

Dias Gomes estava e se considerava dentro dessa crise que abalou os meios intelectuais na década de 1980 e 1990. Não exatamente questão mídia e de seus representantes midiáticos, no qual o dramaturgo e outros intelectuais identificados com a esquerda ou não estavam inseridos, mas sim por conta dos rearranjos políticos e sociais que se apresentavam naquela conjuntura. Foi sentida a crise do papel do intelectual dentro daquele novo universo, das modificações que ocorriam e ganhavam velocidade no Brasil e no mundo. Essas questões como crise política, identitária e ideológica, são verificáveis nas produções teatrais, literárias e autobiográfica do teatrólogo, como no texto de *Decadência*<sup>11</sup>.

*Decadência* é um livro escrito por Dias Gomes em 1995. Este livro surgiu ao mesmo tempo em que o dramaturgo escrevia a minissérie de mesmo nome que foi ao ar na *Rede Globo de Televisão* no mesmo ano. Esta obra era, para seu autor, uma forma de retratar seus pensamentos e os conflitos acontecidos no contexto dos anos de 1990, que seriam típicos dos finais de século. A obra conta a história da decadente família Tavares Branco e de Ariel, jovem órfão, extremamente ambicioso, entre as décadas de 1980 e 1990. Acolhido pela família, apaixona-se pela filha do patriarca dos Tavares Branco, Carla. Por conta do seu envolvimento com ela, é acusado de estupro e expulso da mansão dos Tavares Branco. É a partir desse momento que inicia sua trajetória como pastor e líder de uma igreja evangélica, envolvendo-se também em uma busca desenfreada por enriquecimento e poder. Ao mesmo tempo em que os Tavares Branco iam entrando em uma grave crise financeira, Ariel, já pastor do Templo da Divina Chama, igreja criada por ele, enriquecia e tornava-se milionário.

A trama trata questões polêmicas como moral, religião e poder, além de falar de fatos importantes da história e da política nacional. Sua narrativa estava ao mesmo tempo articulada com o crescimento das igrejas evangélicas no início dos anos de 1990 e com os acontecimentos recentes do contexto nacional, como o movimento das Diretas Já, as primeiras eleições diretas no país após 25 anos e o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo.

Dias Gomes afirmou em sua autobiografia, *Apenas um Subversivo*, que o polêmico livro e minissérie *Decadência* foi também uma forma de retratar seu pensamento e os conflitos que aconteciam no final do século XX. O Brasil, ainda engatinhando nas areias movediças da democracia,

não estava vacinado contra nenhuma dessas crises, principalmente a moral e a ética, e sofria previsíveis convulsões. A desesperança nos homens que conduziam a nação arrastava o povo para o misticismo. Em busca de soluções milagrosas para seus problemas materiais, terreno propício ao surgimento de falsos messias prometendo o paraíso não para depois da morte, como os católicos, mas para os dias imediatos. Tentei retratar esse momento numa minissérie, *Decadência*, que gerou muita polêmica<sup>12</sup>.

Ainda sobre a polêmica em relação às igrejas evangélicas e o teor de sua obra, disse que

embora minha personagem Dom Mariel, pudesse assemelhar-se a dezenas de pastores em todo o mundo, o “bispo” Macedo, da Igreja Universal do reino de Deus – cujo crescimento é assombroso – enfiou a carapuça e moveu um processo contra mim, processo esse que, num momento em que redijo essas memórias, ainda rola na Justiça. Curioso é que, na referida minissérie, criei duas personagens, ambos pastores evangélicos de uma mesma igreja imaginária, uma honesta, e outra desonesta. O pastor honesto é negro (Milton Gonçalves), o desonesto é branco (Edson Celulari). O “bispo” Macedo preferiu identificar-se com o desonesto. Por quê? Preconceito de cor?<sup>13</sup>

*Decadência* é uma obra literária escrita a partir da perspectiva do presente, do período em que foram escritas, das necessidades em relação ao momento em que saíram da imaginação do autor, articulando sobre um passado que se desejava falar, vir à tona, emergir. Esse texto trabalha as memórias, tanto individuais quanto coletivas de seu autor. Essas produções não são separadas da realidade que cercava o dramaturgo; nela estão apresentadas as visões de mundo, os desejos, tanto os do passado e quanto os do futuro<sup>14</sup>.

A literatura é influenciada pelo contexto da época. As obras esforçam-se para representar e idealizar seu tempo, tendo na ficção um canal para a subjetividade. Desta forma, percebemos a subjetividade de uma época, através da obra, das personagens, do autor. Nas produções encontramos o imaginário e a representação de uma época em seu interior. Obviamente, essas questões que aparecem nos textos estão atreladas as demandas do presente e as possibilidades que o presente dá para que este testemunho de sua época venha à tona<sup>15</sup>.

O texto de *Decadência* faz parte de uma literatura produzida por Dias Gomes durante os anos de 1980 e 1990 que tem um tom fortemente pessimista. Alguns anos depois da escrita destas obras, o dramaturgo declarou que aquelas últimas décadas eram características das crises que assolam os finais de século, onde nada ocorre, mas que ele ainda acreditava que algo iria acontecer, provavelmente quando entrássemos no século XXI<sup>16</sup>. A crise, além de

perplexidade, trouxe inspiração para obras que questionavam os antigos alicerces e buscavam novos modos de produção e atuação. Como está escrito na orelha do livro *Decadência*, para “Dias Gomes, a decadência não representa o fim, mas sim o ponto a partir do qual se inicia o novo”<sup>17</sup>.

---

\* Doutoranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, orientada pela Profª Drª Denise Rollemberg, sendo bolsista Capes. E-mail: alinemcs@gmail.com.

<sup>1</sup> RIDENTI, Marcelo. *Em Busca do Povo Brasileiro: Artista da Revolução, do CPC a Era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

<sup>2</sup> PÉCAULT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

<sup>3</sup> Termo cunhado por Marcelo Ridenti em seu livro *Em Busca do Povo Brasileiro*. Precisamente, ele considera que foi um grupo de intelectuais e artistas que, ao longo de várias décadas, especialmente os anos de 1950, 1960 e 1970, pensou e produziu para um determinado Brasil e utilizou a arte para tal produção. RIDENTI, Marcelo. *Em Busca do Povo Brasileiro: Artista da Revolução, do CPC a Era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

<sup>4</sup> GOMES, Luana Dias; GOMES, Mayra Dias (org.). *Dias Gomes*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012. p. 154.

<sup>5</sup> Ibidem. p. 155.

<sup>6</sup> Daniel Pecáut trabalhou em seu livro com os intelectuais no Brasil dos anos de 1920 e 1980. Essas diversas gerações tinham essa característica em comum, de acreditarem ser responsáveis pela construção da nação. PÉCAUT, Daniel. *Op. Cit.*.

<sup>7</sup> PÉCAUT, Daniel. *Op. Cit.* p. 310.

<sup>8</sup> Jean-François Sirinelli discute a crise da intelectualidade na França em fins do século vinte, mas suas conclusões são caras e pertinentes a essa análise dos intelectuais nos anos de 1980 e 1990 no Brasil. SIRINELLI, Jean-François. “Os Intelectuais do Final do Século XX: Abordagens Históricas e Configurações Historiográficas”. In: AZEVEDO, Cecília; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; KNAUSS, Paulo; QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. *Cultura Política, Memória e Historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

<sup>9</sup> Ibidem. p. 48.

<sup>10</sup> Ibidem. p. 51.

<sup>11</sup> GOMES, Dias. *Decadência; ou O Procurador de Jesus Cristo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

<sup>12</sup> GOMES, Dias. *Apenas Um Subversivo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 350.

<sup>13</sup> Ibidem. p. 351.

<sup>14</sup> LABORIE, Pierre. “Memória e Opinião”. In: AZEVEDO, Cecília; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; KNAUSS, Paulo; QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. *Cultura Política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009

<sup>15</sup> CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda. *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. E: SEVCENCO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras; 2003.



<sup>16</sup> GOMES, Luana Dias; GOMES, Mayra Dias (org.). *Dias Gomes*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.

<sup>17</sup> GOMES, Dias. *Op. Cit.*, 1995. Este trecho encontra-se na orelha do livro.

## A profissionalização dos sargentos do Exército: do império aos dias atuais

Aline Prado Atassio  
Doutora em Ciências Sociais  
Professora visitante Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Ilhéus, BA.  
apatassio@gmail.com

Resumo: O presente texto objetiva explicar sobre a profissionalização de praças do Exército, especialmente os sargentos atualmente formados pela Escola de Sargentos das Armas (EsSA), com foco nas mudanças do ensino militar, que tentam adaptar a formação dos praças às mudanças constitucionais que legitimam a nova função militares, especialmente no que tange às atividades subsidiárias, de acordo com os artigos 142 e 144 da Constituição Federal de 1988.

Para tanto, metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e a etnografia, realizada entre os anos de 2007-2012, na EsSA.

A pesquisa foi capaz de mostrar que, não obstante a profissionalização e o crescente nível educacional, os praças são mantidos como profissionais de categoria inferior, dentro da escala hierárquica do Exército e, tal qual os oficiais, não são profissionalmente formados para as atividades “de polícia”.

Palavras-chave: Exército, Sargentos, profissionalização.

Abstract: Army sergeant professionalization: from the empire to the present days.

This paper aims to explain about army soldiers professionalization, specially the sergeants graduated by the School of Army Sargent (EsSA) with focus on military teaching changes which try to adapt soldier formation to the constitutional changes that legitimate the new military function, especially in what it concerns to subsidiary activities, in agreement with the articles 142 and 144 of the Federal Constitution from 1988. Therefore, the methodology used was the literature research and ethnography, performed between the years 2007-2012 at EsSA. The research has shown that, despite the professionalization and the increasing educational level, the soldiers are considered as professional of lower category within the hierarchy of the Army and as officers, they are not professionally trained for the “police” activities.

Keywords: army, sergeants, professionalization.

As instituições militares de ensino tornaram-se conhecidas pelos valores rígidos que passam aos alunos, sempre com o objetivo de formar bons militares. A preocupação dos militares com a formação de seus alunos não é desmedida, afinal, é através do ensino que a organização forma e renova seus quadros, perpetuando e reproduzindo o papel institucional dos militares, bem como seus valores, ou seja, o *habitus* e o *ethos* militar<sup>i</sup>.

É sabido que no final do período imperial, eram os militares que constituíam parcela significativa da classe educada de uma sociedade composta por escravos ou ex-escravos, índios e portugueses, sem constituírem ainda o que poderíamos chamar de cidadãos, legatários da colonização comercial, da exploração latifundiária e monocultora que deixou como herança ao povo brasileiro o fardo da desigualdade social.

Neste contexto, o descaso pela educação era patente. Em 1872, apenas 16% da população era alfabetizada<sup>ii</sup> e estes compunham os setores dominantes da sociedade, constituídos essencialmente por militares, fazendeiros, padres, engenheiros e magistrados. Muitos desses profissionais haviam garantido seus estudos fora do país, especialmente em Lisboa e Coimbra, o destino preferido dos filhos de latifundiários. Com o advento da República, fato que contou com apoio de parte significativa do oficialato<sup>iii</sup>, estava entre os votantes os militares. De acordo com Ludwig<sup>iv</sup> “em meados do século XX o corpo de oficiais compunha-se majoritariamente de elementos oriundos da classe dos senhores de terra e minoritariamente da nobreza em declínio ou da pequena-burguesia”

Devemos lembrar que o que chamamos aqui de militares refere-se especialmente ao corpo de oficiais. O serviço como praça não era privilégio algum, muito pelo contrário, o recrutamento forçado e violento marcaria negativamente a história dos praças, escolhidos entre aqueles que não possuíam prestígio social ou influência alguma, em sua maioria escravos, ex-escravos, todos sempre muito pobres. Não havia então escolas especializadas para a formação de praças; o preparo era quase nulo e a vida como soldado era difícil. Segundo Carvalho<sup>v</sup>

“Experiência totalmente negativa era o serviço militar no Exército ou na Marinha. O caráter violento do recrutamento, o serviço prolongado, a vida dura do quartel, de que fazia parte o castigo físico, tornava o serviço militar – em outros países símbolo de dever cívico – um tormento de que todos procuravam fugir”.

Todavia, fica notório quando analisamos a construção do Exército brasileiro a dedicação devotada aos oficiais, restando o descaso para a educação/formação dos praças, que, todavia, não é mantido até os dias de hoje, especialmente se levarmos em consideração as modificações sofridas neste ensino e no recrutamento nos últimos anos, como veremos a seguir.

As instituições para formações de oficiais são antigas, datando do século XIX, como a Academia Militar das Agulhas Negras (1810), a Escola Naval (1886)<sup>vi</sup>, ou a Academia da Força Aérea (década de 1960).

O processo de profissionalização militar era geral e obrigava o EB a novas adaptações; entre elas estava o treinamento de praças, o que levou a necessidade da criação de uma escola voltada para o ensino de liderança entre a tropa, ou seja, uma escola para formação de sargentos. Antes da criação de escolas específicas o corpo de sargentos era composto por soldados e cabos que se destacavam entre a tropa<sup>vii</sup>.

Com o advento da república, imposta pelos militares, o antigo ideal de profissionalização dos praças foi retomado e no dia 28 de maio de 1894 (74 anos após a criação do que viria a ser a AMAN e 8 anos depois da Escola Naval), por meio do Decreto Número 1199 de 31 de Dezembro de 1892, teve origem a primeira escola de formação de sargentos. O documento refere-se, no entanto, apenas às armas de infantaria, cavalaria, artilharia e engenharia e o curso ocupava instalações da Fortaleza de São João, Urca, Rio de Janeiro<sup>viii</sup>.

Em 1923 o Decreto Número 16.002 de 6 de abril de 1923 aprovou um regulamento que criava a escola de Sargentos de Infantaria (ESI). Ocupando as instalações da Escola Militar do Realengo, o curso tinha duração de 10 meses e formava apenas sargentos infantens.

A Escola de Sargento das Armas (EsSA) nasceu em 21 de agosto de 1945 e teve sua origem na Escola de Sargentos de Infantaria. A instituição foi criada buscando uma expansão na formação de militares e, desta forma, visava formar sargentos de todas as Armas (Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e, anos mais tarde, Comunicações). Nos seus primeiros anos a EsSA funcionava no mesmo local em que a Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, contudo, em 1950 foi transferida para a cidade de Três Corações, no interior de Minas Gerais, onde permanece até os dias de hoje<sup>ix</sup>.

Em 1995 o sistema de ensino militar passou a ser estudado pelo Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP) do EB com o intuito de modernizar o processo de formação dos futuros oficiais e praças. Em 1999 a Lei de Ensino número 9.786 foi aprovada e deu

início a reformulação nos cursos de formação de quadros do EB, que atingiu escolas para oficiais de todos os níveis, desde a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx) até a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) e Órgãos de Formação dos Oficiais de Reserva (OFOR).

A Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos (EASA), situada em Cruz Alta, RJ, foi criada neste mesmo período e em por objetivo “aperfeiçoamento do grau médio da linha de Ensino Militar Bélico. Habilita seus alunos para o desempenho de cargos de 2º e 1º sargentos e subtenente”<sup>x</sup>.

Todavia, foi apenas a partir de 2005 que as escolas de formação de sargentos passaram a sofrer mudanças na grade curricular. A proposta de mudança, segundo representantes da EsSA, adveio da necessidade de acompanhar as modificações que ocorriam nos exércitos do mundo todo. Para a EsSA, isso significa uma adaptação aos novos tempos, onde a tecnologia e a visão prospectiva imposta pelo cenário nacional e internacional exigia a mudança na sistemática da formação de sargentos.

A definição da nova sistemática deu-se com a expedição, pelo Comando do Exército, da portaria número 44-A, datada de 3 de fevereiro de 2005. Em 17 de novembro de 2005, o Estado-Maior do Exército (EME), remeteu a portaria número 139-EME, definindo assim as novas diretrizes para formação de sargentos de carreira. As premissas dessas novas diretrizes era “valorizar o sargento e aperfeiçoar a sua formação; proporcionar ao aluno do CFS (curso de formação de sargento) uma vivência de tropa que lhe permitisse melhores condições de afirmação de sua vocação militar; e permitir à Força Terrestre identificar o material humano possuidor de real pendor para a carreira das armas”<sup>xi</sup>.

Os objetivos, segundo documentos da Escola, eram de curto e médio prazo e visavam melhorar a “sedimentação do conhecimento técnico-profissional, além de se enquadrarem como vetor da modernização do ensino no Exército, na parte voltada ao preparo profissional do sargento”<sup>xii</sup>.

Evidentemente existem diferenças substanciais entre as escolas de formação de praças e de oficiais (incluindo aqui as outras Forças – Marinha e Aeronáutica), com relação ao tipo de ensino e a formação que receberão os novos militares. Não obstante encontrarem-se subordinadas a uma mesma diretoria, que é a Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento (DFA), estas escolas seguem linhas de ensino diversas que buscam proporcionar diferentes tipos de formação, os quais variam conforme a função para a qual o militar será destinado.

O ensino nas Escolas de praças, especificamente na EsSA, é fundamentalmente técnico, ministrado de forma prática, o que significa que diariamente os alunos são submetidos a exercícios físicos e simulações de combates, aspectos da educação militar que, apesar de comuns a todos os estabelecimentos de ensino, recebem atenção especial na EsSA, em detrimento da formação intelectual, seguindo o objetivo maior da Escola que é formar e aperfeiçoar combatentes, ou seja, aqueles militares que estarão no comando da tropa em uma situação de combate, contudo, não terão o poder de decisão sobre as estratégias a serem utilizadas, atividade esta realizada sempre por um oficial.

No início desta pesquisa, em 2007, a formação do sargento era conseguida em apenas um ano, dividido em dois períodos: o básico, com duração de 13 semanas, e o de qualificação, com 30 semanas. Ao final do básico e conforme seus méritos (que são avaliados através das notas e do comportamento), o aluno fazia a opção pela Arma que deseja ingressar.

Entretanto, a partir de 2008, modificações foram introduzidas na formação dos sargentos combatentes da EsSA. O período básico passou a ser realizado em outras unidades militares, chamadas unidades operacionais, e não mais na EsSA. Isso quer dizer que ao ser aprovado no concurso o candidato apresenta-se em uma OMCT – organização militar corpo de tropa - mais próxima da sua residência, onde passará 34 semanas sendo instruído (antes o período básico era realizado em 13 semanas). Foram inseridas disciplinas como “Lutas”, “Liderança militar” e “Operações de garantia da lei e da ordem”. Novos padrões de desempenho físico também foram adotados, aumentando a carga horária destinada às atividades técnicas militares. O intuito de tal medida é melhorar a adaptação do aluno à vida militar, incrementar o condicionamento físico e “aprimorar seus reflexos na execução de técnicas e táticas individuais de combate, além de iniciar em melhores condições o desenvolvimento da liderança militar<sup>xiii</sup> .

Tais modificações seria principalmente eliminar das fileiras do EB, logo no início do período de instruções, aqueles que buscam a carreira de sargento sem possuírem pendor, ou, como preferem chamar os militares, vocação para a carreira, tentando evitar com isso a reprodução do que Moris Janowitz chamou de o “carreirismo”, ou seja, o meio “pelo qual a pessoa busca o que acredita ser um caminho não competitivo e protegido para a realização de ambições limitadas”<sup>xiv</sup> .

Além do período estendido de curso, uma significativa mudança foi imposta ao recrutamento, ou melhor, a candidatura dos cidadãos para a carreira de sargento. Antes

de explanamos sobre as mudanças da própria EsSA, seria elucidativo notarmos aqui a distinção entre as formas de ingresso na EsSA e na AMAN. Para ingressar na AMAN, até o ano de 2004 a via única era através da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (ExpCEEx). Atualmente o ingresso é possibilitado pela aprovação em concurso público aberto a toda a sociedade; não obstante, devido o elevado nível da prova, a grande maioria dos que ingressam na Academia advém da ExpCEEx, onde o ensino é voltado para a preparação do aluno para a prova de admissão das Academias Militares. O candidato deve possuir ou estar terminando o ensino médio, ter idade entre 17 e 23 anos e também ser submetido a exames de saúde e físico, todos eles eliminatórios.

Já o ingresso na Escola de Sargento das Armas (EsSA), assim como em outros cursos de formação de sargentos, exigia menor qualificação. A princípio, o candidato era submetido a concurso público de admissão e deve possuir apenas o ensino fundamental completo, o que diminui consideravelmente o nível da prova. Atualmente, a regra foi modificada e para os concursos realizados a partir de 2008 é necessário que o candidato tenha ensino médio completo, assim como àqueles que desejam ingressar na AMAN.

De acordo com o general comandante da EsSA em 2011,

“A exigência do ensino médio completo é fundamental, de extrema relevância. Isso significa que a qualidade inicial do sargento, hoje, seja perfeitamente comparável ou superior – e isso precisa ser conferido estatisticamente – à do jovem que entra para a escola preparatória profissional de oficiais. Porque nos dois exames o universo de seleção é o mesmo: para oficial, 2º ano do ensino médio. Como eles dificilmente passam no primeiro concurso, (quando entra na Academia) ele já está no 3º ano, então ele tem o ensino médio completo; a idade é muito parecida, as motivações são diferentes mas em termos de instrução, de educação, de qualidade pessoal, isso a gente (EsSA) supera ou quase supera ou está perfeitamente no mesmo grau”

Não obstante tantas modificações, a rotina na Escola foi mantida, ou seja, o cotidiano é organizado de maneira exigente, sendo que as programações iniciam-se às 6 horas da manhã, com a “alvorada”, e terminam às 22 horas, com o “toque de silêncio”. O regime de internato foi mantido afinal é considerado o mais apropriado para o desenvolvimento dos valores e atitudes próprios dos militares, além da necessária capacitação profissional; assim o indivíduo vê-se completamente absorvido pela rotina da Escola. Os alunos são constantemente avaliados por testes físicos, psicológicos, disciplinares, de aptidão específica, além de intelectuais. Os resultados de tais testes

acompanharão os militares por toda sua vida na caserna, definindo as promoções, as localidades onde servirão e postos de comandos que ocuparão.

A função primordial desta rígida rotina, iniciada seis meses antes da chegada do aluno à Escola de Sargentos, é socializar os novos militares, realizando a incorporação do *habitus*<sup>xv</sup> de classe nos alunos, ao mesmo tempo em que reproduz a classe enquanto grupo social que partilha do mesmo *habitus*. É através do *habitus* que a instituição militar busca sua conservação. A socialização significa, portanto, a inculcação do *habitus* militar nos indivíduos e com as novas regras da EsSA, é realizada durante os seis meses iniciais, conhecido como período de adaptação e devidamente incorporado nos 12 meses de cursos restante.

De tal monta, os novos alunos são submetidos assim a formas de agir, comportamento e valores que, após o processo de socialização, tornam-se tão interiorizados que passam a ser considerados óbvios, naturais e quase instintivos, fazendo parte assim do *ethos*<sup>xvi</sup> militar. Esse *ethos*, tomado como forma interiorizada e inconsciente de moral, regularia a conduta cotidiana dos agentes.

No caso dos sargentos, qual seria o *habitus* e o *ethos* incorporados? Como deve pensar e agir um sargento? Quais as metas que devem buscar as escolas de formação de sargentos e, por fim, quais as preocupações básicas no processo educacional dos futuros sargentos?

Em recente publicação, o major Kenneth R. Williams, na *Military Review*, coloca o sargento como exemplo moral. Isso porque o sargento exerce uma liderança direta sobre a tropa, tendo portanto que servir como modelo de comportamento aos soldados. O mesmo autor afirma que a questão moral não é apenas importante para o cotidiano dos quartéis, mas principalmente para o sucesso da missão, colocando os soldados como agentes na manutenção da lei e da ordem, significando que, em caso de conflito longo, os soldados não cairão nas armadilhas de enxergar a população local como inimigo; sabendo desta forma distinguir quem é o inimigo real.

De acordo com o major Williams<sup>xvii</sup>

“Reduzir o impulso de ficar desatento é moral e estrategicamente fundamental; deve haver um esforço ativo para inculcar uma perspectiva moral na Força por meio de um exemplo de liderança na linha de frente”.

Portanto, o papel do sargento ultrapassa o ensino puramente técnico e recai sobre a compreensão do processo e não apenas das regras a serem seguidas e pelas quais os militares tem que agir como soldados.



Para ser um exemplo moral, o sargento precisa seguir 5 critérios e 4 processos. Os critérios seriam: disposição para agir de acordo com os ideais e princípios morais do Exército em todas as ações, arriscar os próprios interesses em benefício dos valores da instituição, ser inspirador aos outros e compreender com humildade seu papel no mundo<sup>xviii</sup> (Idem, p.50).

Os processos, ou modelos de comportamento, que conduzem a ação moral de um bom sargento são: sensibilidade ética, juízo ético, motivação ética e caráter ético<sup>xix</sup>

### Considerações finais

Este trabalho abordou, dentro das possibilidades garantidas pelo exíguo espaço, foi realizado um breve histórico sobre os sargentos que o sistema de recrutamento, associado ao descaso com os praças durante o processo de profissionalização das Forças Armadas, levaram os sargentos a terem sua história renegada ao segundo plano na bibliografia sobre militares. O tortuoso processo de recrutamento implicou na transformação do EB em uma escapatória ao desemprego. Foi também o tardio e lento processo de profissionalização que levou vários “mitos” sobre os sargentos a se perpetuarem no imaginário coletivo.

Sobre a EsSA especificamente, vimos que, criada em 1945, a Escola tem por objetivo formar sargentos combatentes, adotando assim um ensino fundamentalmente técnico, o que significa muito trabalho físico e muito exercício prático na formação dos alunos. O cotidiano da escola é exigente, com regime de internato que absorve por completo os futuros sargentos.

A função primordial desta rotina é socializar os novos militares, contribuindo para a rápida incorporação do *habitus* e do *ethos* militar pelos alunos. Assim, eles adquirem formas de ver, agir, sentir, pensar e partilham valores comuns ao EB, interiorizando todos os hábitos dos militares, tornando-os tão naturais que se aproximam do instintivo. A pesquisa não deixa dúvidas sobre a profissionalização e o crescente nível educacional dos praças, todavia, esses são mantidos como profissionais de categoria inferior, dentro da escala hierárquica do Exército e, tal qual os oficiais, não são profissionalmente formados para as atividades “de polícia”, pois ainda que o curriculum da EsSA aborde o tema, o faz de maneira insuficiente.

- 
- <sup>i</sup> Bourdieu, Pierre. *A distinção social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007B.
- <sup>ii</sup> Carvalho, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2009, p.23.
- <sup>iii</sup> Castro, Celso. *A invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- <sup>iv</sup> Ludwing, Antonio Carlos Will. *Democracia e ensino Militar*. São Paulo: Editora Cortêz, 1998, p.20
- <sup>v</sup> Carvalho, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p.37
- <sup>vi</sup> Antes de ser chamada de Escola Naval, a instituição foi intitulada Academia Real dos Guardas-Marinha, Academia Imperial dos Guarda-Marinha e Escola da Marinha. A Academia das Agulhas Negras, por sua vez, chamava-se Real Academia Militar e a Academia da Força Aérea, última a surgir, existia em esboço com o nome de Escola de Aviação desde 1919 (Ludwig. 1998, p.19).
- <sup>vii</sup> Arquivo da Biblioteca da Escola de Sargento das Armas, Três Corações, MG.
- <sup>viii</sup> Idem.
- <sup>ix</sup> WWW.esa.ensino.eb.br
- <sup>x</sup> Idem.
- <sup>xi</sup> Ibidem
- <sup>xii</sup> WWW.esa.ensino.eb.br
- <sup>xiii</sup> Idem.
- <sup>xiv</sup> Janowitz, Morris. *O soldado profissional*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1967, p. 107.
- <sup>xv</sup> Habitus, de acordo com Bourdieu em O Poder Simbólico (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007A ) pode ser definido como “sistema de disposições duradouras e transponíveis, estruturas estruturadas dispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a visada consciente de fins e o controle expresso das operações necessárias para atingi-los, objetivamente. “reguladas e “regulares” sem ser em nada produto da obediência a regras e sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto de ação organizadora de um maestro”
- <sup>xvi</sup> O ethos pode ser resumidamente definido como princípios ou valores em estado prático, em oposição à ética, que seria a forma teórica e codificada da moral.
- <sup>xvii</sup> Willians, Kenneth R. *O Sargento como exemplo moral*. Revista Military Review, jan-fev 2010, p.50.
- <sup>xviii</sup> Idem, p.50
- <sup>xix</sup> Ibidem, p.51.

## O cronista da cidade capital em reforma: a literatura carioca de João do Rio

Amanda Danelli Costa

Doutora em História Social da Cultura, PUC-Rio

Professora Adjunta do Departamento de Turismo da UERJ

[amanda.costa@uerj.br](mailto:amanda.costa@uerj.br)

### Resumo:

A Belle Époque carioca foi um momento em que ocorreram importantes transformações urbanas na cidade-capital. A primeira década do século XX no Rio de Janeiro foi o cenário das reformas levadas a cabo sob a orientação de Pereira Passos e Rodrigues Alves. Tais mudanças na urbs bem como as mudanças enfrentadas desde o século XIX no caráter do individualismo urbano moderno se tornaram os principais temas analisados nas crônicas de João do Rio (1881-1921) e que nos ajudam a refletir sobre as tensões presentes no corpo e no espírito da cidade.

Palavras-chave: João do Rio, Rio de Janeiro, individualismo urbano.

### Abstract:

Rio de Janeiro's *Belle Époque* was a time when major urban transformations took place in the capital city. The first decade of the 20<sup>th</sup> century in Rio de Janeiro was the scenery of the reforms carried out under the guidance of Rodrigues Alves and Pereira Passos. Such changes in the *urbs* and the transformations experienced since the 19<sup>th</sup> century in the essence of the modern urban individualism became the major topics analyzed in the chronicles written by João do Rio (1881-1921), which have supported us in our reflections about the tensions current in the city's body and spirit.

Keywords: João do Rio, Rio de Janeiro, urban individualism.

Paulo Barreto fez passagens curtas e duradouras em mais de uma dezena de periódicos, nos quais literatura e jornalismo caminharam juntos, de modo que ele se dedicava em muitas horas às redações dos jornais, sobretudo se ocupasse cargos de chefia. As horas que passava na rua perambulando eram horas de gozo, que atendiam bem à sua *verve* de cronista.

No jornal *A Gazeta de Notícias* escreveu, com o pseudônimo X., a coluna *A Cidade*, entre os anos de 1903 e 1904, quando o Rio de Janeiro enfrentava os primeiros sinais de mudança por conta das reformas urbanas. A necessidade da pressa, de que as coisas se sucedam em um tempo mínimo, o diagnóstico da passagem do tempo tal como nunca antes se experimentou vai aparecer ainda outras vezes na obra do cronista, que

tinha de se apresentar com uma sensibilidade aguda o bastante para que pudesse captar esses instantâneos da modernidade. Ele, que foi criticado por uma maneira hiperestésica de sentir, tem justamente aí, nessa acuidade anormal, uma qualidade importante que o possibilita renovar o estatuto da relação sujeito e o objeto, sem se tolher por uma pretensa neutralidade.

No ano de 1904 nasce João do Rio, quando definitivamente o cronista se incorpora às identidades da cidade e, no mesmo movimento, as identidades da cidade se incorporam na *persona* que ele cria. O sujeito – João –, um homem comum, que poderia falar a todos os homens, se emparelha ao objeto – Rio –, a cidade composta pelas mais diversas feições; com isso, Paulo Barreto eleva a cidade do Rio de Janeiro à condição de sujeito porque ela compõe o nome próprio daquele que escreveu e se inscreveu na cidade.

O primeiro grupo de textos que fez sucesso sob o pseudônimo de João do Rio foi “As religiões do Rio”, reconhecidas três anos depois pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como reportagens de “valor antropológico”. A escolha dos temas e dos métodos, de alguma forma antecipava as características daquele que se tornaria o livro mais conhecido de João do Rio, a reunião das crônicas publicada sob o título “A alma encantadora das ruas”. O cronista, que também se dedica a observar o que há de último tipo no mundo, consegue revelar a tradição através de um olhar constantemente renovado pelo tempo acelerado. As tradições, sobretudo aquelas relacionadas à população menos abastada, que eram escondidas debaixo do tapete das reformas e dos padrões de civilidade, era descoberta pelo cronista nas suas investidas às ruas. Essas tradições eram encobertas por um véu que ele buscava descobrir. Isso porque ele compreendeu que a modernidade é em si uma tensão entre esses tempos; e não significa a substituição do antigo pelo novo, mas um movimento de tamanha força que desloca a tradição no sentido de reler quase que ininterruptamente a novidade e vice-versa. A escrita de João do Rio se localiza nesse “meio do caminho” porque ela traduz a tensão que caracteriza a modernidade.

Paulo Barreto tentou um emprego público, especificamente na diplomacia, mas sem sucesso. Candidatou-se três vezes à Academia Brasileira de Letras (1906, 1907, 1909), ingressando na terceira tentativa e sendo o primeiro imortal a tomar posse de fardão, aos 30 anos de idade. Depois do seu falecimento, em junho de 1921, toda a biblioteca do cronista foi doada pela sua mãe para o Real Gabinete Português de

Leitura. Hoje, é possível fazer pesquisas nos volumes originais dos livros do próprio João do Rio, bem como observar os títulos que compõem sua biblioteca. Os livros de Friedrich Nietzsche, Charles Baudelaire, Edgar Allan Poe e Oscar Wilde foram leituras que colocaram o literato *upto date* em relação às idéias que circulavam no mundo e são, pelo menos, um sinal do seu caráter cosmopolita. Esses autores vão aparecer na sua obra, citados ou não, como referências fortes na busca do cronista para uma interpretação sobre a sua própria experiência urbana moderna.

Aliás, a escolha pelo Real Gabinete Português de Leitura como instituição de salvaguarda da memória do literato se deu possivelmente por conta da sua aproximação com Portugal, onde se tornou membro da Academia de Ciências de Lisboa e conquistou popularidade, tendo suas peças e livros muito apreciados. Os laços com Portugal e com a colônia portuguesa no Brasil acabaram motivando ataques contra João do Rio, que chegou a ser agredido fisicamente no restaurante da Brahma no Largo da Carioca, num episódio lamentável. As relações com Portugal renderam a fundação da revista *Atlântida*, em 1915, ao lado de João de Barros, a publicação de “Ramos de Loiro”, em 1918, e ainda alguns ensaios sobre o fado. Uma das demonstrações de amizade se deu no episódio do seu funeral, quando os taxistas – muitos deles pertencentes à colônia portuguesa – se ofereceram para levar de graça aqueles que quisessem acompanhar o falecido desde a saída da sede do seu jornal *A Pátria*, onde foi velado, até o cemitério São João Baptista, em Botafogo.

A crônica é aquele gênero literário que talvez esteja mais relacionado à passagem do tempo porque traz gravado no seu próprio nome o registro do tempo. De acordo com Antonio Candido, ela nasce quando o jornal se torna diário, em meados do século XIX. “Antes de ser crônica propriamente dita foi “folhetim”, ou seja, um artigo de rodapé sobre as questões do dia – políticas, sociais, artísticas, literárias”<sup>i</sup> – que teve como um dos seus primeiros popularizadores o escritor José de Alencar. Possivelmente, é o jogo entre despreensão e profundidade que tenha marcado tão especialmente as crônicas de João do Rio, que tematizava os diferentes universos dos distintos grupos sociais presentes na cidade. A partir do momento em que transforma a crônica no seu modo particular de comunicar ele também refigura a cidade que tematiza em uma cidade de letras. O caráter leve atribuído às crônicas é precisamente aquele que punge o leitor, como a agudeza de uma picada. O tempo da crônica não é o tempo das histórias totais; e porque ela recorta e investe simultaneamente em um tempo e espaço delimitados, consegue retirar das suas relações um sumo capaz de produzir presença<sup>ii</sup>.

Assim como a poesia demanda da sua leitura, envolvendo o corpo, em um ritmo e entonação próprios; a *verve* de João do Rio aproxima o leitor, lança-o dentro do tempo e do espaço da crônica, desfaz a distância entre o sujeito e o objeto, joga-o na rua: “Mas a quem não fará sonhar a rua? A sua influência é fatal na palheta dos pintores, na alma dos poetas, no cérebro das multidões. Quem criou o reclamo? A rua! Quem inventou a caricatura? A rua! Onde a expansão de todos os sentimentos da cidade? Na rua!”<sup>iii</sup>

A crônica de João do Rio, nesse sentido, não traz em si apenas a marca do tempo, mas também a materialidade do espaço porque promove uma espécie de tangibilidade possível com os fragmentos da cidade do Rio de Janeiro, nas suas mais diferentes formas de se mostrar. O cronista não se afasta do seu objeto, na realidade traz o seu objeto para dentro dele próprio, mistura-se a ele, e não esconde a subjetividade por detrás de uma maneira objetiva de compreender seu universo.

Com a declaração “eu amo a rua”, João do Rio percebe as ruas da cidade como um lugar de elaboração e de realização da cultura; e sabe que esse caráter guarda muito da multiplicidade que se encontra nas multidões. Para o cronista, os projetos de reforma da cidade significavam, entre outras coisas, a mudança das relações de sociabilidade entre os vários grupos sociais que conviviam no mesmo espaço urbano. As novas relações de negociação, que surgiram a partir dessa heterogeneidade, demandaram uma ressignificação do dia-a-dia experimentado nesse espaço regenerado. Por mais que isso não significasse um abandono dos debates literários, do abuso dos trocadilhos e das frases de efeito nas conversas nos bares e cafés; é a partir de então que o cronista revela seu método mais precioso: a *flânerie*. Perambular ou vagabundear com inteligência é o exercício ao qual o *flâneur* dedica. Flanar é admirar, auscultar, perseguir, se permitir ser inundado pelos detalhes. João do Rio apresenta a qualidade de esmiuçar tudo àquilo que observa, pois “de tanto ver que os outros quase não podem entrever, o flâneur reflete”.<sup>iv</sup>

Para compreender a psicologia da rua não basta gozar-lhe as delícias como se goza o calor do sol e o lirismo do luar. É preciso ter espírito vagabundo, cheio de curiosidades malsãs e os nervos com um perpétuo desejo incompreensível, é preciso ser aquele que chamamos flâneur e praticar o mais interessante dos esportes – a arte de flanar.<sup>v</sup>

As crônicas de “A alma encantadora das ruas” encenam o que obscurece o projeto da “cidade da virtude” civilizada, projetada e ordenada racionalmente como uma cidade ideal. O estilo do artista corta a alma feito um golpe de estilete, fazendo subir ao palco a “cidade do vício”, estigmatizada pelos males sociais.<sup>vi</sup> As várias cidades na

relação com a capital se mostram em interação constante. O flâneur lê e traduz o espaço público, representado pela rua, como dado vívido e dinâmico: “a rua é uma fator da vida das cidades, a rua tem alma!”<sup>vii</sup>

Os modelos não atraíam João do Rio, mas os copiava sempre que pudesse dar-lhes ares originais e, além disso, gostava especialmente de possuir aquela inquietação vanguardista, que o lançava de crônica a crônica. Talvez uma das suas maiores virtudes tenha sido conseguir dizer o que a sociedade ilustrada carioca não queria ouvir: persuadiu com a verossimilhança e fugiu dos limites restritos da totalidade, que a razão humana estabeleceu como padrão interpretativo do mundo; e assim ele conseguiu observar importantes questões nos temas mais cindidos do todo. Em grande parte retomando pontos já abordados em “A alma encantadora das ruas”, no seu discurso de posse da Academia Brasileira de Letras, desfecha contra o conservadorismo de pensamento nas letras:

(...) a vida dos nervos centuplicada, obrigam o artista a sentir e ver doutro feitio, amar doutra forma, reproduzir doutra maneira. Faz-se um poema de maravilha visível e de emoção aguda vendo uma fábrica. Tem-se todos os horrores e todas as delícias do mundo, sentindo uma rua. (...) o artista é, mais do que em outra qualquer época, o primeiro, porque vê enquanto os outros agem, reflecte enquanto os outros sentem, e, dominador, guarda consigo a immensa e suave força transformadora, a força que mostra os ridículos, indica as falhas, reduz a vaidade, diminue os poderosos, mata os imbecis, esmorece os fracos, incentiva os fortes e julga o mundo (...) e fixa a immortalidade, num pequeno poema, numa pagina, numa phrase (...).<sup>viii</sup>

O cronista fixou o espetáculo das mudanças promovidas na cidade e na capital nas primeiras décadas do século XX. Porque era múltiplo pôde apreender a vida das ruas e dos salões, da população e do *high-life*. A mobilidade do repórter dava a ele a liberdade de circular por todos os lugares e de observar como as relações entre as pessoas se estabeleciam e como elas participavam de um movimento dinâmico que afetava e era afetado pelos projetos públicos.

A coluna “Pall-Mall Rio” de *O Paiz*, se propunha a fazer uma série de perfis de personalidades e descrições de efemérides, dando continuidade a alguns temas presentes desde o “Cinematographo”. O “Pall-Mall”, ao contrário de “As religiões do Rio” ou “A alma encantadora das ruas”, voltou-se para a alta sociedade carioca, fazendo registros dos personagens que desfilavam pelas estréias do Municipal, nos banquetes do Assírio, nas recepções em embaixadas ou nos jogos de *foot-ball*. Enquanto o mundo lamentava a guerra mundial, no inverno de 1916, João do Rio punha-se a escrever sobre elegância,

perfumes, vestidos, chás e jantares. A temática fútil não objetivava fazer o “sorriso da sociedade”, mas uma crítica ardente e irônica ao *modus vivendi* carioca e às suas preocupações primeiras, mesmo em tempos de guerra. O cronista, à semelhança do fotógrafo, “é o tirano, o agente da vaidade”. “Quando um homem se ergue em fotógrafo - a sociedade prostra-se”<sup>ix</sup>. A crônica clica um instantâneo desse espetáculo mundano, embebido pela “delícia das ilusões”<sup>x</sup>. Revela os paradoxos de uma sociedade em crise porque sua aparência não reflete o que vai por dentro, não se observa a si própria – esse indivíduo de hábitos civilizados é um sujeito cindido no espaço do próprio corpo e na sua relação com o mundo porque não consegue incorporar o que aparece e não consegue elaborar criticamente suas faltas internas. O cronista, por outro lado, se equilibra na corda bamba por se sentir nesse mundo e ao mesmo tempo fora dele, justamente por conseguir fazer o raio-x da barbárie civilizacional.

Cada sinal merece a atenção do artista, que pode transfigurar o banal em essencial. Observar o detalhe põe em evidência o que se esconde e abre um mundo de possibilidades, distante do que é uniforme. Assim, João do Rio se dedicou ao heterogêneo, fazendo-se múltiplo para captar a fugacidade da cidade mutante. Numa cidade em transformação, o cronista adquire a relevância de quem narra a história do presente. Fixou a cidade, os tipos, as modas e as mentiras. Sua escrita é “dobradiça” porque promove o encontro entre elementos antigos e modernos, num entre-lugar. E é dessa forma que João do Rio se habilita para elaborar a crítica da tensão moderna, relativa à passagem do tempo e à reformulação de uma subjetividade. A maneira como ele trabalhou essas questões, ela em si, mantém a tensão, o que enriquece a sua literatura.

Ao contrário de Bilac e outros entusiastas da *belle époque*, que corriam ao lado do presente transformador, João do Rio foi lembrar o que os demais queriam esquecer: a presença da cultura. Enquanto a cidade vestia suas belas máscaras, João do Rio mostrava a sua face, ou melhor, as suas faces, e, no limite, apresentava as suas feridas. Bilac fazia o elogio da civilização através da regeneração e João do Rio apontava ironicamente a tensão existente na idéia de civilização que então vigorava porque tentava imprimir um padrão de civilidade de fora para dentro.

A virada do século XIX para o século XX ficou marcada como um momento em que, inconscientemente, se gestavam os novos limites da cidade e do homem para além do bem e do mal. A *Belle Époque* esteve marcada pela excitação em relação ao novo



tempo – sobretudo em decorrência dos avanços tecnológicos que transfiguraram a relação do sujeito com tempo e espaço –, mas os indícios de que as mudanças eram traduzidas superficialmente deixavam no subconsciente a desconfiança de que havia uma precariedade qualquer nas vantagens modernas.

De acordo com a sugestão de Antônio Edmilson Martins Rodrigues<sup>xi</sup>, uma das mais importantes e constantes preocupações de João do Rio era perceber que o homem moderno deixou de usar sua capacidade criativa como instrumento de ação e acabou cedendo à imitação. A ausência de consciência individual e a alienação frente ao fetiche enfraqueceram esse homem diante das suas aspirações, que se pacificavam com a cópia. No momento em que se lança e expõe um modelo, a novidade promove o aguçamento do desejo, fazendo com que ele vire em seguida moda. Desta forma, o homem moderno assume seus figurinos com a mesma velocidade em que eles se atualizam, sem conseguir distinguir bem suas escolhas, pois não há tempo para pensar. Para esse “homem essencialmente fútil” pior do que não refletir é ficar *démodé*. A vertigem da cópia roubou o tempo de o homem se aperceber. Na medida em que isso deixava de acontecer, as ilusões se mantinham em suspensão, sendo constantemente atualizadas pela efemeridade do tempo: a crônica sucedeu o romance; o flerte sucedeu o namoro; o carro sucedeu os coches. O que ditava o tempo era “a pressa de acabar”: beleza rápida, conquista rápida, velocidade ainda mais rápida, substituição rápida. Diante dessa conjuntura, o *flâneur* é aquele que consegue manter a sua individualidade.

Enquanto os outros se perdem nos sonhos, ele se agarra à sua própria individualidade. Mais do que consciente de si, ele é consciente do mundo que o cerca e sabe que possui aquela potência distintiva que o permite senti-lo e expressá-lo. Desse modo, o *flâneur* foi além do simples registro. Reconhecer-se sujeito, ator no mundo, deu as condições para que o cronista expressasse sua indignação frente à hipnose dos modelos. Consegue diagnosticar que a gravidade de tudo isso está na padronização dos desejos, dos gostos, dos comportamentos. Os limites da civilidade impõem uma artificialidade, quando não pode ser originalmente traduzida, que homogeneiza o homem, as suas expectativas, produções e relações no mundo. Ao observar “As mariposas do luxo”, o cronista captou o instante do sonho, e também do desejo não contemplado, das moças trabalhadoras que têm de se contentar em tão somente olhar as vitrines. Sua narrativa demonstra como essas imagens do moderno penetram nos diferentes lugares da cidade, chegando aos grupos que a princípio estariam excluídos de comungarem da sua universalidade.

De acordo com Margarida de Souza Neves<sup>xii</sup>, a regeneração da cidade e dos seus habitantes, orientados por um ideal de progresso, deveria ser partilhado por todos. Não existe trabalhador cansado, mal pago, adoecido que seja proibido de sonhar. Os desejos apresentam a mesma pulsão para a madame e a quitandeira, de maneira que o que as diferencia, somente, é a possibilidade de consumir e exibir o objeto de desejo. Resta manter o desejo de aperfeiçoamento vivo para que o simulacro não deixe cair sua máscara, expondo o seu íntimo sob descaso.

A imprensa no Rio de Janeiro a essa altura já experimentava as novidades que surgiam na Europa. Os jornais passaram a apresentar manchetes, subtítulos, reportagens, entrevistas, fotografias e caricaturas. As inovações técnicas não apenas mudavam o significado da imprensa nesse momento, mas também reinventavam a literatura que se destinava a ocupar as páginas dos jornais. Do mesmo modo, a fotografia e o cinema interferiram no modo como o homem se via na relação com o tempo e o espaço. João do Rio incorporou essas transformações como tema, mas também no seu estilo. O indivíduo moderno, fosse o literato ou o espectador, precisava se adaptar à pressa da passagem do tempo. O único que não precisava se adaptar é o *homo cinematographicus*, afinal ele é “como a multidão: ativo e imediato. Não pensa, faz; não pergunta, obra; não reflete, julga.”<sup>xiii</sup> O trecho seguinte demonstra como a sensação da velocidade na passagem do tempo refletia no comportamento social como um todo: “Qual é o fito principal de todos nós? Acabar depressa! O homem cinematográfico resolveu a suprema insanidade: encher o tempo, atropelar o tempo, abarrotar o tempo, paralisar o tempo para chegar antes dele.”<sup>xiv</sup> A coluna “Cinematographo”, assinada por Joe, mais um dentre os pseudônimos de Paulo Barreto, sobrevive de 1907 a 1910 na *Gazeta de Notícias*. O “Cinematographo” se destinava a apresentar os temas mais variados, como deveriam fazer os *films*, e investe de modo renovado em temas que são comuns na sua crônica, como por exemplo o diagnóstico do perigo da criminalidade numa determinada região da cidade: “Toda essa parte da cidade, uma das mais antigas, ainda cheia de recordações coloniais, tem, a cada passo, um traço de historia lúgubre. (...) a da Prainha, mesmo hoje aberta, com prédios novos, causa à noite uma impressão de susto.”<sup>xv</sup> Mais uma vez volta a questão do figurino, da imitação, da artificialidade, quando em “As máscaras do ano...” conclui que:

O século XIX que foi por excelência o nivelador da nulidade, deu o apetite de todos se parecerem, depois de uma certa idade, ao burguês comedido. Os sujeitos

fora dessa regra são exceções raras, ou casos de atavismo ou caos de violenta personalidade, capazes de impor uma atitude.<sup>xvi</sup>

Este trecho nos remete a Richard Sennett em “O declínio do homem público” quando analisa o fato de pessoas, no século XIX, temerem revelar a sua personalidade involuntariamente e acabarem promovendo uma espécie de circunscrição dos seus próprios sentimentos e afetos, buscando evitar parecerem ser aquilo que de fato são. A homogeneidade das aparências, de alguma forma, confere segurança às pessoas porque permite que elas se identifiquem pela superfície e, se contentes com isso, não avancem sobre o muro da vida privada.

Embora o cronista reconhecesse no desenvolvimento técnico um artifício necessário para a sobrevivência do indivíduo, João do Rio temia pela maneira vertiginosa da técnica avançar sobre a cidade e sobre os homens, embasbacados com o dado fantástico das transformações das suas relações com o tempo e o espaço. Já adivinhava o risco da tecnologia ganhar mais evidência do que o seu criador, transformando-o numa espécie de subordinado. João do Rio temia o aniquilamento do homem e de tudo que lhe é próprio, como a sua capacidade de sentir e refletir. Amputado disso, o homem perde a sua individualidade, a particularidade que o torna sujeito no mundo. Sem indivíduo, resta a massa, uniforme e homogênea, e as suas criações tão uniformes e homogêneas quanto ela própria. Resta ao homem, decepado em seu espírito, a imitação. É o fim do indivíduo, e no limite o fim do artista, aquilo que João do Rio mais temeu.

No seu trabalho, João do Rio se dedica a refletir sobre a possibilidade de uma modernidade sadia, que permita que a tradição não fosse apagada, mas pulverizada no novo; distinto do que ele observava como proposta do governo federal, com suas pretensões de modernizar-se à custa do antigo, que duramente persistiu às intervenções. No Rio de Janeiro moderno, antigo e novo não coexistiram numa mesma célula, mas certamente num mesmo corpo, o que fez com que o espaço da cidade e da capital se configurasse como um espaço diferencial.

Ao reconhecer o antigo no novo, o passado no presente, João do Rio compreendia também a efemeridade do seu próprio momento. Assim, ele percebia o seu tempo como uma espécie de relíquia e punha-se a compor vistas. Daí sua ansiedade em registrar, como se tudo estivesse prestes a desaparecer, mesmo o que fosse considerado de “último tipo”. A nevrose que João do Rio vivia e explicitava na sua escrita era própria de um sujeito histórico que percebia “o seu próprio lugar corresponder a uma

conjuntura espaço-temporal de dimensões heterogêneas – a contemporaneidade do não-contemporâneo<sup>xvii</sup>.

Com uma aposta no progresso, o projeto de modernidade aplicado à cidade do Rio de Janeiro no início do século XX deveria reconhecer os limites da cidade colonial e transpô-los para se conformar num novo tempo. No entanto, nossa modernidade experimentada tinha algumas feições provincianas: atendia a algumas demandas modernas, mas, muitas das vezes, aprisionava os novos valores numa perspectiva antiga. Esse seu caráter estava relacionado a uma mudança de valores sem uma simultânea mudança nas relações sociais. A crítica de João do Rio se dirige, enfim, aos resultados desse projeto modernizador estéril. O maior prejuízo deixado pelas transformações está na progressiva perda da individualidade, desfigurada tanto na relação do indivíduo consigo próprio como nas suas sociabilidades.

---

<sup>i</sup> CANDIDO, Antonio. “A vida ao rés-do-chão.” In: Antonio Candido. *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p.13-14.

<sup>ii</sup> Ver: GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

<sup>iii</sup> RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Belo Horizonte: Crisálida, 2007.p.14.

<sup>iv</sup> RIO, op.cit.2007.,p.18.

<sup>v</sup> Idem, p. 17-18.

<sup>vi</sup> SCHORSKE,Carl. E.*Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo*.São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 61.

<sup>vii</sup> RIO, op.cit. 2007, p. 15.

<sup>viii</sup> Rio, João do. *Psychologia Urbana*. Rio de Janeiro: Garnier, 2011. p. 224-225

<sup>ix</sup> João do Rio. Apud GOMES, Renato Cordeiro. *João do Rio: vielas do vício, ruas da graça*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.p.85.

<sup>x</sup>Ver: SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo das Letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>xi</sup> Ver: RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. *João do Rio, a cidade e o poeta: o olhar de flâneur na Belle Époque Tropical*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

<sup>xii</sup> Ver: NEVES, Margarida de Souza. *Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX*.

<sup>xiii</sup> RIO, João do. *Cinematógrafo*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009. p. 269.

<sup>xiv</sup> RIO, op.cit. 2009., p.270.

<sup>xv</sup> Idem, p. 30-31.

<sup>xvi</sup> Idem, p. 49.

<sup>xvii</sup> FALCON, Francisco José Calazans; RODRIGUES, Antonio Edmilson Rodrigues. *Tempos modernos: ensaios de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.230.

*Cenas de família: possibilidades diversas de configuração do sensível\**

Amanda Tostes Capichoni\*\*

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo demonstrar através da análise de duas cenas de família – *Arrufos* (Imagem 01), de Belmiro de Almeida e *Conciliadora* (Imagem 02), de Maria Pardos, como estas cenas foram reapropriadas e ressignificadas à luz da carga cultural e lugar social de seus espectadores. Através das apreciações críticas presentes nos jornais e livros para instrução buscaremos perceber os discursos e ideologias vigentes no momento em que estas obras foram expostas ao público.

**Palavras-Chave:** Cenas de família, crítica de arte, *Arrufos* e *Conciliadora*.

**Abstract:** This work objective demonstrate through of the analysis of two family scenes – *Arrufos* (image 01) by Belmiro de Almeida and *Conciliadora* (image 02) by Maria Pardos, as these scenes were adapted according of knowledge and social condition of their viewers (. Trough of critical appreciation in newspapers and books for instruction we'll search for understand the discourse and ideology present in the moment in which these scenes were exposed to the viewers.

**Keys Words:** Family Scenes, Art Critic, *Arrufos* and *Conciliadora*.

\*Expressão extraída do artigo de Vera Lins “Intimidade em cena”. In: **Oitocentos – Arte brasileira do Império à primeira república**. Rio de Janeiro: EBA- UFRJ/ DezenoveVinte, 2008.

\*\*Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, sob a orientação da professora Dra. Maraliz de Castro Vieira Christo. Bolsista CAPES. E-mail: amanda.tostes@yahoo.com.br

## **1. A família como tema nas representações imagéticas: usos e sentidos**

A origem da pintura de gênero remete à pintura nórdica do século XVII, uma região de governos menos centralizados. Para as artes plásticas, isso significou um não comprometimento com a construção de uma iconografia oficial, submetida a preceitos políticos. Deste modo, os artistas tinham liberdade para representar seus pares: pessoas comuns desenvolvendo atividades cotidianas; eram cenas dotadas de realismo.

Desta forma, podemos entender a singela produção iconográfica de cenas de gênero no decorrer do século XIX: sob o patrocínio do governo imperial, a AIBA esteve comprometida com a construção de uma iconografia oficial, enaltecadora dos feitos políticos do regime, dos homens notáveis e das grandes batalhas. O declínio desta lógica só é perceptível quando mudanças políticas demarcam o processo de franca decadência das bases do governo imperial e, conseqüentemente, das instituições oficiais como a AIBA consolidando-se efetivamente nas três últimas décadas do XIX, tendo como “público consumidor” uma burguesia urbana ascendente.

Correspondendo a uma tendência europeia, esta “classe média ascendente” demonstrou grande interesse por obras de menores dimensões, elegendo os temas domésticos para aquisição, em oposição às cenas históricas, de grandes formatos.

Tais obras, ainda que tivessem sido produzidas para o “mercado de arte”- constituindo assim, peças *a priori*, de natureza decorativa; hoje constituem importante documentação visual sobre a sociedade da época, bem como nos permite decodificar através das composições, indícios dos discursos e ideologias vigentes no período, da “atmosfera” de valores na qual estava imersa aquela sociedade.

Diante do exposto e partindo de duas cenas de família – *Arrufos*, de Belmiro de Almeida (1887) e *Conciliadora*, de Maria Pardos (1916), procuraremos perceber em que medida estes artistas apropriaram-se ou resistiram ao teor moral vigente no período e transpuseram-no para suas obras. Interessa-nos perceber em que medida tais imagens constituem uma documentação iconográfica das permanências e das mudanças sentidas pela sociedade da época, principalmente diante de uma concepção mais “romantizada” da família e dos papéis sociais de seus membros.

## **2. *Arrufos* e sua recepção pela crítica (Imagem 01)**

“Ainda no Rio de Janeiro não se fez um quadro tão importante como é este. Os assuntos históricos têm sido o maior interesse dos nossos pintores que,

empreendendo-os, **não se ocupam com a época nem com os costumes que devem formar os caracteres aproveitáveis na composição dessas telas.** Belmiro é o primeiro, pois, a romper com os precedentes, é o inovador [...] O pintor desprezando os assuntos históricos para se ocupar de um assunto doméstico, prova exuberantemente que compreende o *desideratum* das sociedades modernas, e conhece que **a preocupação dos filósofos de hoje é a humanidade representada por essa única força inacessível aos golpes iconoclastas do ridículo, a mais firme, a mais elevada, a mais admirável das instituições - a família[...]**<sup>1</sup>

Tal apreciação tem origem diante da virada “temática” que a arte brasileira vivenciou principalmente nas últimas décadas do século XIX. A presença de circuitos expositivos alternativos às exposições da Academia Imperial de Belas Artes possibilitou aos artistas uma verdadeira liberdade estética em todos os aspectos da produção das obras, resultando numa pluralidade temática e estilística até então, nunca vistas. Apesar de não ser a primeira cena brasileira de gênero *Arrufos* foi considerada obra inauguradora de uma nova forma de representação que era também resultado da convergência de novos valores para a sociedade de fins do XIX.

Exposta no Salão *De Wilde* em agosto de 1887, *Arrufos* atraiu inúmeros visitantes e suscitou intenso debate na imprensa. Apesar da ressalva de alguns críticos em relação ao local em que a obra fora exposta (desde o espaço exíguo à má iluminação), a afluência do grande contingente de espectadores - dentre eles importantes artistas e notáveis da época (como a Princesa Isabel), denota a expectativa criada em torno do quadro, oriunda em grande parte de sua temática e composição intrigantes<sup>2</sup>.

Mesmo entre os críticos da época, não houve homogeneidade no que diz respeito à interpretação possível de *Arrufos*. Para Gonzaga-Duque, aquela seria uma rusga passageira entre cônjuges, em que a esposa repreendida pelo marido se atira ao divã num momento de “explosão”. Para França Junior, *Arrufos* seria o bastante para eclipsar toda a produção de Belmiro até então. Segundo o crítico, “É impossível reproduzir com mais verdade e sentimento a scena íntima de um arrufo!”.

Opinião diversa à de Gonzaga-Duque e França Junior teve o crítico do jornal *Diário Ilustrado*. Inicia sua apreciação ressaltando o temor que sentiu ao perceber a desproporção entre os personagens da tela e o tamanho da mesma; ironicamente chega a dizer “Deus permita que elles não se levantem!”, antecipando um eminente acidente caso o casal ganhasse

vida. Além de ressaltar a ausência de proporção, o crítico demonstra ainda seu desagrado em relação ao fraco título em sua perspectiva. Para ele: “Quando uma mulher, vestida de seda, se atira ao chão, brutalmente, como aquella, quando ella chora, quando espatifa uma rosa, mordida de colera, o negocio é muito mais sério que um simples arrufo.”

Em fins do século XIX as cenas de gênero não apenas ganhavam espaço nos circuitos expositivos, como atraíam a atenção de um público expressivo numérica e socialmente. Estas obras mostraram-se herdeiras de um elemento fundamental da pintura histórica: a dimensão narrativa das imagens. Altera-se, no entanto, o substrato que possibilita/direciona a interpretação adequada destas imagens.

Existem possibilidades diversas de leitura para a cena. Através de sua estratégica composição, aberta a uma infinidade de interpretações, o jovem Belmiro obteve a repercussão provavelmente prevista e desejada. A família, como afirmou Gonzaga-Duque, era a preocupação dos filósofos daquele tempo, a firme e elevada instituição capaz de resistir “aos golpes iconoclastas do ridículo”. Existe ainda outro elemento que não se pode desconsiderar: a recorrência da composição de Arrufos. Ao representar uma cena de família da maneira como o fez, Belmiro a inscreve numa tradição imagética, e esta tradição remete a um assunto específico: o adultério.

## **2.2 Arrufos: recorrência compositiva e as implicações em sua compreensão**

Inserindo-se num contexto em que as artes plásticas e literatura efetivavam uma produção de cunho moralizante, orientada para a “camada burguesa” da sociedade brasileira, Belmiro de Almeida produz *Arrufos*. A tela causou grande escândalo entre os setores mais conservadores da Academia Imperial de Belas Artes, possivelmente devido à interpretação de que a cena remetesse a uma situação de adultério.

Segundo Gilda de Mello e Souza, é exatamente nisso que Belmiro deve ser considerado moderno: ele introduz um tema novo - o adultério, em uma sociedade moralista habituada com as grandes cenas históricas ou religiosas. Ainda de acordo com esta autora, a *prudência da crítica* fez com que se interpretasse a tela como representação de um simples arrufo de casal, de uma “disputa conjugal”, uma cena tipicamente familiar e rotineira.

Apesar do esforço da crítica em caracterizá-la como cena familiar, afirmação corroborada pela fala de Gonzaga-Duque sobre *Arrufos*, os elementos presentes na composição – o desespero da mulher atirada ao divã aos prantos, o indiferentismo masculino diante do sofrimento feminino, o olhar desiludido para a fumaça que se desprende do charuto;



a não retirada de uma das luvas; nos induzem a compreender a cena como a representação de um “arrufo” decorrente de adultério.

Para além das evidências presentes na própria cena, há uma tradição compositiva, característica das cenas de adultério. Belmiro havia retornado da França quando produzira *Arrufos*, o artista provavelmente teria entrado em contato com obras desta temática em território europeu.

Imagem de composição análoga a de *Arrufos* foi executada pelo artista francês Jules Pierre Tranchant, intitulada *Ruptura* (imagem 03). A imagem foi extraída do livro “História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra, sua localização no livro insere-se no debate sobre as relações de ilegitimidade e concubinato na França, durante a primeira metade do século XIX, deixando margem à interpretação da obra *Ruptura* como o término de uma relação extraconjugal, em virtude de um casamento próximo do personagem masculino. Alain Corbin<sup>3</sup> resalta o quanto era corriqueiro o padrão de duplicidade familiar masculina na classe burguesa.

Compositivamente, *Arrufos* e *Ruptura* apresentam diálogos notáveis; diferem apenas na divisão dos “planos”. Enquanto em *Arrufos*, toda a cena se desenvolve num mesmo plano, em *Ruptura* ela se divide, estando a mulher atirada sobre a cadeira em primeiro plano, e o homem que deixa o ambiente doméstico, em segundo. Em ambas as cenas há uma hierarquização entre os personagens: mulheres em nível mais baixo, homens em posição mais elevada, provavelmente não por acaso. Tal como se organiza, a cena emite a perspectiva de que as personagens femininas não estão em posição de exigência, mas de quem foi julgada e cuja ação desesperada denuncia não só a condenação, mas a autocondenação.

Dialogam ainda no que diz respeito à atitude masculina: enquanto em *Arrufos* a iminente “saída de cena” do homem é evidenciada pela retirada de apenas uma das luvas para fumar o charuto, em *Ruptura*, o abandono é escancarado: o personagem já se encontra de pé, em direção à porta para deixar o ambiente. Em ambas as obras o olhar masculino é bastante revelador, traduzindo profundo desprezo e grande indiferença pelo sofrimento feminino, reforçando a perspectiva de uma situação de julgamento masculino e consequente condenação por uma “falta” daquelas mulheres.

Nas duas cenas os rostos femininos se escondem emitindo uma dupla perspectiva: primeiramente denotam a ideia de vergonha, elas escondem o rosto para chorar, mas quem se envergonha também se esconde, busca ocultar o rosto, a identidade. Ao mesmo tempo, estas

cenar de gênero através de sua dimensão narrativa e da multiplicidade de interpretações que suscitaram adquiriram conotação de lição, ou seja, aquela mulher poderia ser qualquer mulher da sociedade. Estas cenas eram pedagógicas na medida em que explicitavam o triste e inescapável destino para as mulheres “desviantes”.

Concluimos a partir da fala do crítico Gonzaga Duque e da recorrência compositiva de *Arrufos* que, entre intencionalidade do artista ao produzir e, apropriação pelo público e crítica há valores e concepções envolvidos que conferem sentidos diversos à obra. Isso significa dizer que tais cenas foram reapropriadas ganhando sentido em função do “lugar de onde se via” e o que se desejava dizer a partir deste lugar. Ou seja, para Gonzaga-Duque, crítico de arte e amigo de Belmiro, era desejável interpretar a obra sob uma perspectiva moralista, pois falava para uma parcela da sociedade - a camada burguesa, permeada por valores e concepções morais sobre família e casamento, muito rígidos e tradicionais. Isso não significa afirmar que a interpretação foi uníssona, o que seria uma inverdade tendo em vista que, muitos críticos contemporâneos a Gonzaga-Duque interpretaram a obra como referência ao adultério. O que objetivamos demonstrar foi justamente estes usos e manipulações dos sentidos da imagem, em função de um discurso moralizante em uma sociedade marcada por um duplo padrão de moralidade para homens e mulheres.

### **3. Conciliadora (Imagem 02) - A família como tema: “possibilidades diversas de configuração” e seus significados implícitos**

*Conciliadora*, obra da artista espanhola naturalizada brasileira Maria Pardos, foi exibida ao público na Exposição Geral de Belas Artes do ano de 1916, junto a seis outras telas da artista: *Serenidade*, *Pensativa*, *Salvia*, *Convalescente*, *A poesia predileta* e *Flores*<sup>4</sup>. Apesar de ter sido o ano em que Pardos expôs o maior número de telas em uma EGBA, a artista não alcançou premiação. É importante notar, porém, que sua participação despertou a atenção da crítica, tendo recebido *Conciliadora*, a seguinte apreciação emitida no Jornal do Commercio em 24 de agosto de 1916 que, apesar de singela, mostra-se importante para reforçar o reconhecimento da artista, apesar do início tardio e curta duração de sua carreira: “Devemos antes de encerrar esta notícia citar o quadro *Conciliadora*, da Sra. Maria Pardos, de boas qualidades e expressivo.”

Ainda no ano de 1916 Maria Pardos expôs ao lado da jovem artista Regina Veiga - ambas discípulas de Rodolfo Amoedo, na conceituada Galeria Jorge, no Rio de Janeiro. Sobre a

exposição que reuniu 114 obras das duas artistas, encontramos na seção “Cartas de Mulher”, da Revista da Semana, acalorado comentário de “Iracema” a respeito da exposição, marcadamente uma duplicidade de perspectivas quando comparamos à nota presente no Jornal do Commercio. Enquanto neste último, o comentário parece uma tentativa de consolação à artista, não conferindo grandes valores à produção de Maria Pardos, em “Cartas de Mulher” a apreciação de uma “observadora” do sexo feminino demonstra grande admiração e reconhecimento do valor artístico das obras exibidas.

Mais uma vez, o lugar social de quem vê – o fato de ser homem ou mulher resulta numa perspectiva diversa. Para “Iracema”, o trabalho das duas artistas a representava e dignificava enquanto mulher, e nisso reside a euforia com as obras: a identificação suscitada. Nele, a comentarista discorre sobre sua admiração com as obras apresentadas, sobre a recepção destas obras e o reconhecimento do valor artístico de ambas as artistas que, por seus talentos, são comparadas aos homens artistas, ou seja, o parâmetro para qualificar o trabalho de uma pintora era que tivesse a destreza e habilidade que “naturalmente” seriam características propriamente masculinas, não femininas: “Li já em uma notícia de jornal, como um preito de homenagem, que qualquer das duas discípulas de Amoedo pintavam... como homens. Eu, porém, prefiro elogiar-as sem mudar o sexo do seu talento.”

Segundo Maraliz Christo, percebe-se na produção artística de Maria Pardos o interesse pelo cotidiano familiar, algo recorrente entre as pintoras de sua época. Mas o que há de mais específico em suas obras, é a ausência do personagem masculino como provedor da família, no auge de sua “vida útil”. Nota-se a opção da artista por retratar uma fase de maior vulnerabilidade - quando está idoso (*Serenidade*) ou apático, inerte (*Sem Pão*). É o que acontece em *Conciliadora*. Alguns elementos presentes na composição merecem destaque, pois nos fornecem pistas necessárias à leitura da obra e compreensão da possível intencionalidade da artista.

Ao invés de retratar o homem que reúne a família ao redor da mesa no auge de sua virilidade, o que segundo Ariès<sup>5</sup> constituiu o cerne das representações de família no século XVII, Maria Pardos opta por representar uma ordem familiar bastante alterada quando comparada às representações tradicionais – em Maria Pardos os homens são idosos, por vezes apáticos, já as mulheres apresentam-se altivas, seja executando alguma atividade (*Serenidade*), seja auxiliando o pai idoso (*Conciliadora*).

Partindo de uma perspectiva mais social da produção artística, somos levados a nos questionar sobre quem foi Maria Pardos. A artista foi companheira de Alfredo Ferreira Lage – fundador do Museu Mariano Procópio sem, no entanto, ter se casado oficialmente, atitude nada tradicional para sua época. Ainda que não se possa caracterizá-la como “feminista”, temos fortes indícios de que não teria sido uma mulher extremamente conservadora tendo em vista que como artista, Pardos ocupava uma posição marginal na sociedade.

Partimos do princípio de que Maria Pardos teria usado de estratégia semelhante à empreendida por Julia Lopes de Almeida, notável romancista de fins do século XIX. No mesmo ano em que *Conciliadora* foi exibida na Exposição Geral de Belas Artes, Julia Lopes de Almeida foi conferencista. Uma nota de jornal a respeito de sua conferência intitulada “A mulher e a arte” mostra-se elucidativa sobre a posição dúbia das mulheres artistas:

“A Sra. D. Júlia Lopes de Almeida, que foi recebida com manifestações de aplausos, discorreu com elegância sobre o thema escolhido, mostrando as afinidades entre a função social da mulher e a função social da arte e, provando como ser artista não é ser <<desertor do lar>> e que por isso a mulher, cultivando a arte, ainda mais ennobrece e dignifica o seu papel na sociedade como filha, esposa e mãe. **A mulher** foi sempre a inspiradora e a colaboradora da arte: sempre cultivou algumas das suas manifestações, como a musica, e *hoje aparece com exito nos departamentos de arte até ha pouco tempo reservados exclusivamente ao homem.*”<sup>6</sup>

Sob a mesma perspectiva compreendemos Maria Pardos. Sua estratégia dava-se não em relação a seu companheiro Alfredo Lage, mas em função da lógica que norteava as premiações nas Exposições Gerais. Seu antecessor, Belmiro de Almeida, encontrou forte resistência entres os setores mais conservadores da AIBA. Por ser mulher, seu cuidado deveria ser ainda maior. Esperava-se da mulher artista que cumprisse com suas funções sociais de filha, mãe e esposa, bem como as demais mulheres da sociedade. Portanto, não estava livre da observância dos valores estimados em uma *boa mulher* da sociedade além da obrigatoriedade de que sua produção artística tivesse caráter pedagógico para suas espectadoras.

Em suma, um olhar superficial não nos permitiria compreender as obras da artista como inovadoras. Entretanto, ao analisarmos o conjunto de sua obra aliado à sua trajetória pessoal, percebemos que Maria Pardos sutilmente imprimiu à sua produção, traços que nos revelam uma concepção mais atualizada a respeito de uma nova ordem familiar, estando por vezes o *pater famílias* em posição decadente e as mulheres em posição altiva, como uma nova força no interior destas famílias.

## CONCLUSÃO:

Através do presente trabalho nosso esforço consistiu em demonstrar as variadas interpretações possíveis para os dois estudos de caso realizados – *Arrufos* e *Conciliadora*, tendo em vista o momento de sua recepção, o parecer emitido pela crítica da época e o “lugar social de seus espectadores”. O que quisemos demonstrar foi que, para além da multiplicidade interpretativa possível, algo óbvio, estas interpretações estavam atreladas ao lugar em que o espectador se encontrava naquela sociedade. Procuramos explicitar de que maneira o status social e o gênero foram fatores importantes para um tipo específico de “apropriação” destas imagens.

Além disso, fez-se necessário explicitar os diferentes usos, apropriações e discursos empreendidos através dos “modos de ver” tais imagens. A partir da fala do crítico Gonzaga Duque, por exemplo, pudemos perceber como a posição que este ocupava dentro do universo das artes plásticas – cuja atividade tornou-se regular a partir do fomento das variadas exposições que ocorriam em circuitos paralelos aos da Academia Imperial de Belas Artes (posteriormente, Escola Nacional de Belas Artes), tendo seu discurso direcionado à camada burguesa da sociedade, gerando um modo de interpretação bastante conservador e até mesmo distorcido da cena retratada em *Arrufos*. Outros críticos contemporâneos à Gonzaga Duque demonstraram descrença em relação à obra como representação de um simples arrufo de casal, mas como representação da crise afetiva.

Através de *Conciliadora*, buscamos demonstrar como o lugar social também da mulher artista, foi definidor de um modo específico do fazer artístico. As necessárias estratégias que uma mulher ao ocupar uma profissão marginal como a carreira artística, teve de adequar-se, devendo estar atenta às projeções criadas pela sociedade e aos valores por ela engendrados.

Estas imagens se efetivaram como documentos iconográficos de uma época, e corroboram a concepção de que o fazer artístico é, antes de tudo, intelectual. Para alcançarem o reconhecimento pretendido, deveriam “projetar” a capacidade de fruição de seus espectadores, além dos valores morais que circundavam este público para, a partir de então, construir representações que poderiam ser reapropriadas de inúmeras maneiras, por públicos diferenciados. A apropriação adquiriu contornos amplos: sua complementação seria resultado da capacidade imaginativa de seu espectador e da atmosfera cultural, intelectual e moral em que estava inserido aquele que via.

## NOTAS:

- 1 DUQUE-ESTRADA, Luiz Gonzaga. *A arte brasileira*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.
- 2 CAVALCANTI, Ana Maria Tavares. “Arrufos” de Belmiro de Almeida (1858-1935) – história da produção e da recepção do quadro. In: *III Simpósio Nacional de História Cultural*. 2006.
- 3 *História da vida privada 4 : Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Org. Michelle Perrot. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- 4 CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. “A participação de Maria Pardos nas Exposições Gerais de Belas Artes (1913-1918)”. In: *Cultura e imaginário*. Fortaleza: Edições Instituto Frei Tito de Alencar.
- 5 ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- 6 *Jornal do Commercio*, 17/09/1916.

## ANEXOS

IMAGEM 01: *Arrufos*, Belmiro de Almeida, 1887. Óleo sobre tela, 89 x116 cm. Rio de Janeiro, Museu Nacional de Belas Artes.



IMAGEM 02: *Conciliadora*, Maria Pardos, 1916. Óleo sobre tela, 105 x 151 cm. Juiz de Fora, Museu Mariano Procópio.



IMAGEM 03: *Ruptura*, Jules Pierre Tranchant, s/d. Extraído do livro **História da Vida privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.



## **A voz da UDR: um estudo da estratégia dos ruralistas capixabas para eleger constituintes em 1986**

**Amarildo Mendes Lemos (IFES/UFES)\***

### **Resumo**

Apresentamos resultados de uma pesquisa sobre a atuação política da União Democrática Ruralista (UDR) do Espírito Santo nas eleições de 1986. A partir da cobertura jornalística analisamos a estratégia dessa entidade no sentido de canalizar a expectativa da elite rural capixaba e garantir a eleição de candidatos comprometidos com o programa da UDR para a Constituinte de 1988. A crítica à reforma agrária e a defesa do direito de propriedade são o cerne do discurso da entidade que age em conformidade com o entendimento ampliado de partido de Gramsci (1978), como uma força diretriz, com força política superior aos partidos.

Palavras chave: União Democrática Ruralista (UDR); Espírito Santo (ES); Eleições;

### **Abstract**

We present results of a survey on the political activity of the União Democrática Ruralista (UDR) of the Espírito Santo in the elections of 1986 from the press coverage we analyze the strategy of the entity to channel the expectation of the rural elite capixaba and ensure the election of candidates committed to the program for the Constituent UDR 1988 a critique of the agrarian reform and the defense of property rights are at the heart of the discourse entity acting in accordance with the party expanded understanding of Gramsci (1978), as a force guideline, with superior strength to party politics.

Keyword: União Democrática Ruralista (UDR); Espírito Santo (ES); elections;

O presente trabalho tem como objetivo analisar a atuação política da União Democrática Ruralista, em especial, da seção regional do Espírito Santo nas eleições de 1986. A partir da identificação de seus princípios básicos e de sua atuação estratégica no sentido de estabelecer seus interesses, podemos conceber uma explicação dessa entidade ruralista a partir do conceito ampliado de partido de Antônio Gramsci (1978), como uma força política superior aos partidos. Diversas eram as atividades promovidas pela entidade no sentido de reforçar sua visão de mundo, estendendo-a aos familiares, aos associados e à sociedade como um todo. Os leilões e exposições funcionavam como uma espécie de espetáculo com o objetivo de manter as raízes rurais e combiná-las com a modernidade. Comícios, passeatas e marchas cívicas se constituíam em eventos de contestação que ocupavam o espaço público e comunicavam à sociedade seu programa.<sup>1</sup>

Mobilizando entidades civis, em especial sindicatos patronais, associação de produtores e cooperativas, os proprietários rurais promoveram a criação da União Democrática Ruralista

---

\* O autor é professor de História do Instituto Federal do Espírito Santo – *Campus* Colatina e mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo – email: amarildo.lemos@ifes.edu.br



inicialmente para lutar contra o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que buscava, por sua vez, promover a função social da propriedade e, para tanto, desapropriar latifúndios improdutivos. A implementação da Reforma Agrária nesses termos afetou mais diretamente os pecuaristas.<sup>2</sup> Porém, não somente os interesses da pecuária extensiva que estavam em jogo. Pelo contrário, as eleições de 1986 escolheriam os atores políticos que escreveriam o novo pacto social, que modificariam o ordenamento jurídico.

Apesar do êxodo, no campo, permaneceram trabalhadores que lutaram pela posse da terra e se organizaram a partir do Movimento Rural dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Exigindo a implementação do seu projeto de Reforma Agrária, os trabalhadores se confrontaram com os fazendeiros. Nesse sentido, a organização dos fazendeiros em torno da União Democrática Ruralista (UDR) e da Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo (FAES) se apresenta também como uma forma de se garantir a conservação de suas propriedades, por meio da luta armada e da luta política.

Junto com a Igreja Católica, na defesa de uma forma de organização social mais justa para os trabalhadores rurais, encontrava-se o Movimento Rural dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Uma organização criada para pressionar o Estado e os fazendeiros para a realização da reforma agrária. Essa entidade foi criada em 1984 no Paraná a partir da premissa que a democratização da terra deveria se valer da ocupação, considerada uma ferramenta legítima dos trabalhadores rurais. No Espírito Santo a primeira ocupação realizada pelo MST se deu em 1985. Em 1986, pela primeira vez a estratégia de luta combinou ocupação de latifúndio e da sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em Vitória, ao mesmo tempo. Nesse ato foi ocupada fazenda da Empresa Florestas Rio Doce S/A que desenvolvia a eucaliptocultura, uma atividade monocultora que fortaleceu o desemprego no meio rural.<sup>3</sup>

### **O direito de propriedade como limite e alvo do programa político**

A rede de proteção dos fazendeiros se articulou em uma entidade de classe cujo objetivo era fortalecer os proprietários nos conflitos ensejados na disputa pela posse da terra. Assim, a luta da UDR se dava em dois flancos na atividade política e na repressão armada. Para tanto, essa entidade classista se valia dos leilões viabilizando recursos direcionados à campanha de seus candidatos e à compra de armas. Ela ainda levantava recursos para realização de churrascos com boi no rolete para conquistar popularidade. Esses churrascos aconteciam em tempos que carne bovina era um artigo raro na mesa dos brasileiros. Nesse período os preços eram tabelados pelo governo e as vendas de carne eram realizadas no “mercado negro”, informalmente, sob os olhos do Estado, e ao mesmo tempo de forma oculta.

A UDR pretendia impor um freio às desapropriações proclamando a defesa da liberdade. A liberdade da UDR não excluía a utilização da violência institucional para garantir seu programa. O conceito de liberdade da UDR encontra-se impregnado de conteúdo autoritário que vem à tona naquele momento de tensão. A entidade afirmava o seguinte sobre os rumos da instituição: “Vamos apoiar a Justiça, as Forças Armadas, as autoridades da área de segurança pública, por que estes são os únicos que podem nos auxiliar nesse momento.”<sup>4</sup>

Os “princípios de liberdade” da UDR são identificados com os “reais objetivos da UDR, que são o Direito de Propriedade, a Livre Iniciativa e a Democracia plena”.<sup>5</sup> O conceito de democracia da UDR não trazia uma preocupação com a formação de decisões coletivas. Pelo contrário, resume-se ao estabelecimento do programa político do empresariado rural: “para nós, produtores rurais, governo democrático é aquele que faz o que nós queremos e até impomos, e não o que nos dita normas”.<sup>6</sup>

Um dia após a imprensa ter divulgado a primeira desapropriação de 5 propriedades, das quais duas somavam 2.868,8 hectares, pelo INCRA levantou-se a UDR em nota publicitária paga pela entidade para se opor ao feito do Governo Federal. Acusava ser um paradoxo que estivessem sendo utilizados como mecanismos de expropriação das propriedades rurais o Decreto-Lei 3.365 de 21-06-1941 e o Decreto-Lei 554 de 25-04-1969, ambos produzidos em períodos autoritários. De acordo com ele, nesse mesmo artigo:

o Governo se levanta se levanta e promete confiscar o gado magro e faminto nos pastos, banido pela seca inclemente, que se abate sobre o país há precisamente um ano, mas as autoridades, que vivem em gabinetes refrigerados de Brasília, não sabem que, além da seca, estamos na entressafra, onde o peso do gado cai por falta de alimento, por que no frio o capim hiberna e não cresce, não podendo também a vaca, desnutrida, dar o leite que desejamos e, assim, o mais importante setor de uma economia de uma nação, que é a agropecuária, se torna um instrumento econômico mais infantil do que uma fábrica de brinquedos que sobrepassa na maré das concordatas.<sup>7</sup>

A menor propriedade desapropriada pelo INCRA em setembro de 1986 possuía 437,5 e a maior, 1.508,8 hectares (ha). Observando os dados da estrutura fundiária do Espírito Santo em 1985 observamos que em 1985 existiam 68.351 estabelecimentos rurais com menos de 100 ha que somavam 1.630.870 ha que correspondiam a um total de 42,5% da área total ocupada. Enquanto que 787 estabelecimentos com 500 ha ou mais somavam 939.051 ha. Analisando a proporção das terras em relação ao número de estabelecimentos vemos que 25% da área total ocupada estava concentrada em 1,13% dos estabelecimentos rurais.<sup>8</sup>

A UDR procurou distorcer os fatos e levar à opinião pública o entendimento que o projeto de reforma agrária do Ministério da Reforma Agrária (Mirad) a ser levado a cabo pelo INCRA ocuparia desproporcional à que dispunha o próprio estado. Seria uma área correspondente a 14 municípios, porém, a UDR escolheu com muito cuidado os 14 municípios para gerar a

impressão de medo e de que todos os proprietários rurais corriam o risco de serem atingidos pelo PNRA.<sup>9</sup> Para tanto a UDR publicou uma tabela apresentando a área em hectares com a soma total, em hectares, das propriedades rurais. No programa de assentamento de 18.700 famílias o Incra pretendia desapropriar 290.000 hectares de terras, equivalente a 2.900 km<sup>2</sup>. Os 14 municípios listados na tabela somavam um total de 6.777 propriedades segundo a UDR. Pesquisando a área total desses mesmos municípios constatamos que possuem juntos cerca de 3.676 km<sup>2</sup>. Ao mesmo tempo a área ocupada pelos quatro maiores estabelecimentos rurais do Espírito Santo em 1985 possuíam 151.406 hectares, ou 1.514,06 Km<sup>2</sup>, mais da metade da quantidade de terra disponibilizada para o assentamento das 18.700 famílias.<sup>10</sup>

A UDR representa de fato os interesses do latifúndio e acusava o plano nacional de reforma agrária de representar um perigo à Nação e um desrespeito ao Judiciário.<sup>11</sup> Aliás, entre este poder, o Judiciário, e a UDR havia uma proximidade que deve ser melhor pesquisada.

Quando assistimos à Igreja Católica investir contra o Poder Judiciário taxando-o de faccioso, de proprietário e até abominando que representantes do Judiciário tenham propriedades rurais, estamos chegando a um beco onde não existe mais saída. *É livre o direito de propriedade*. Não nos interessa quantas propriedades tenha a Igreja Católica no Brasil. Quantas fábricas. Quantos bancos. Nada.<sup>12</sup>

O presidente da UDR chegou a invocar a Encíclica *Rerum Novarum* em sua defesa da propriedade como um direito natural e inviolável. Conforme esse texto de Leão XIII: “é alheio a verdade dizer que se extingue ou se perde o direito de propriedade com o não uso ou abuso dele”.<sup>13</sup> Alegava que a legislação brasileira não esclarecia o que seria a função social da propriedade, bem como as obrigações sociais dos proprietários. Para a UDR o Estatuto da Terra – Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964 não traz especificações e deixa ao arbítrio do Estado e o conteúdo do artigo 147 da Constituição de 1964, segundo o qual o uso da propriedade estaria condicionado ao bem-estar social, precisava de regulamentação.<sup>14</sup> A análise realizada pela UDR insistia, portanto, que, a situação resultante dos conflitos pela Reforma Agrária era, desta forma, provocada

por responsabilidade exclusiva da Igreja Católica, do PT, de alguns segmentos esquerdistas do PMDB e da CUT, auxiliados no campo externos pela Internacional Socialista, que está mandando dinheiro para promover as invasões de terras. (...) Estes elementos, contrários à liberdade, estimulados pela Igreja Católica, que se aliou ao PT, precisa ser banidos da vida política brasileira, por que só querem conturbar a ordem, pregam a desunião, desestimulam a produção e vão gerar ainda um caos social, se as autoridades não tomarem as providências necessárias e constitucionais que preservam o direito de propriedade.<sup>15</sup> É contra os inimigos dos proprietários que nós temos que votar, para impedir que eles subam ao poder. Hoje, estimulados pela Igreja Católica (quem diria...!) os comunistas invadem propriedades, destroem a tranquilidade dos proprietários que, desestimulados, abandonam tudo.<sup>16</sup>

O discurso produzido pela UDR assume o conflito para depois negá-lo, ao passar uma imagem de harmonia nas relações entre trabalhador e empregador rural.

Assistimos, dia a dia, às mais contraditórias greves no meio urbano, mas nunca se teve notícia de que no meio rural o trabalhador tenha abandonado as fazendas, cruzado os braços. Nas propriedades agrícolas, tratamos nossos empregados como homens iguais a nós. Eles entram nas nossas casas pela porta da cozinha, sentam nas nossas mesas e nós nos sentamos nas mesas deles, comemos nos seus pratos. A afinidade que existe entre o empregado e o empregador rural, em qualquer parte do mundo, é inteiramente diferente. Humano, conciliador, o proprietário rural cede pasto aos empregados para botar suas rezes, dá espaço para fazer sua horta, plantar seu feijão, seu milho, para cuidar das galinhas, dá-lhes água encanada, luz, muito embora a vida no campo seja cheia de sacrifícios e dificuldades.<sup>17</sup>

O patriarcalismo da UDR excluía do trabalhador o direito de lutar pela estabilidade: “até o trabalhador comum, pobre coitado, regido pela CLT, o FGTS, luta pela estabilidade, onde todo mundo vive pendurado nas formidáveis empresas estatais.”<sup>18</sup> Da mesma forma, os conceitos de liberdade e de justiça social foram reduzido ao programa liberal em que o Estado deveria abandonar ao mercado a regulação do justo preço. Para a UDR justiça social seria aquela em que “todos os trabalhadores tem o mesmo direito, sejam iguais, dentro do livre espírito da iniciativa privada, onde todos são úteis dentro do normal processo de rentabilidade econômica.”<sup>19</sup>

Com o objetivo de combater a reforma agrária, a UDR retirava de quem cultivava a terra o apreço pela mesma: “não basta apenas dar a terra ao indivíduo para que ele a faça produzir. É preciso, acima de tudo, gostar da terra e ter coragem de plantar.”<sup>20</sup> As declarações buscavam ao mesmo tempo gerar a visão do empresário rural como uma pessoa sofrida que suportava intempéries e assumia o risco da produção (omitindo as exigências de auxílio do Estado), enquanto que a distribuição da terra aos trabalhadores rurais seria em vão:

Aturdido com o trabalho, o sol inclemente, a seca enervante e as vezes chuvas torrenciais, o produtor rural não se apercebeu de que, dentro dos templos das Igrejas Católicas, brotava um movimento, vindo do exterior, através da Internacional Socialista (o braço direito de Moscou na Europa), que pregava a reforma agrária, a expropriação de terras, as invasões e até mesmo a morte de seus proprietários, tudo em benefício dos chamados ‘sem-terra’, gente que não terá jamais condições de cultivar a terra, por que lhe falta vocação e amor por ela.<sup>21</sup>

O trabalhador rural era considerado um sujeito sem vocação ao meio rural.<sup>22</sup> Esse sujeito sem vocação é, acima de tudo, aquele que se constitui na força de trabalho da empresa rural e ainda dá conta de manter para si, animais no pasto, no chiqueiro e no galinheiro, que cultivava um roça, que planta hortaliças, feijão e milho.

### **Suprapartidarismo ou da usurpação dos partidos em nome do liberalismo econômico**

A entidade, apesar da preferência por partidos declaradamente de direita, também mantinha entre seus membros filiados que também participavam de partidos de esquerda. Ela agia de

forma similar à instituição partidária. Em reunião realizada com o então governador José Moraes e a “cúpula do PMDB”, em 1986, a entidade se afirmou como *suprapartidária*. Tinoco declara que a UDR tinha reunião agendada para o dia 19 de setembro de 1986 com o objetivo de escolher seus candidatos ao Senado, à Câmara Federal e à Assembleia Legislativa. A estratégia dos ruralistas de apoiar Élcio Álvares para o Governo do Estado não implicava em apostar todas as suas fichas no PFL. Com forte representação dentro do PMDB, a UDR se mobilizou para modificar a chapa do PMDB passando a exigir a saída do candidato a vice-governador Sérgio Ceotto. Arlindo Vilaschi afirmava durante a campanha que o nome do candidato a vice-governador, Carlos Alberto Cunha, havia sido submetido e aprovado pela UDR.<sup>23</sup> Ao destacar apoios ao PMDB nas eleições de 1986, Francisco Tinoco Rezende afirmou, no entanto, que, Carlos Alberto Cunha era um “grande fazendeiro e José Moraes, o atual governador, também é pecuarista da UDR, embora não filiado”.<sup>24</sup> Ao mesmo tempo, a imprensa anunciava que o Palácio Anchieta condicionava o apoio do governador José Moraes à modificação na chapa do PMDB.

Após suas indicações para a mudança das chapas, mesmo após as convenções que havia homologado os candidatos do PMDB, o governador José Moraes deu a seguinte declaração “esta substituição agrada aos proprietários rurais”. Perguntado acerca da imposição da UDR para que as mudanças fossem realizadas como condição para que a entidade apoiasse o PMDB, Moraes declarou, se esquivando da pergunta, que a entidade havia expressado o desejo de ter na chapa uma pessoa mais ligada ao meio rural.<sup>25</sup>

A atuação política da UDR chegou a gerar dessa forma uma ação jurídica formalizada contra esta entidade na Justiça Federal. Um procurador geral da República pediu a incorporação do patrimônio dos bens da entidade ao da União e a extinção da mesma devido ao seu caráter partidário.<sup>26</sup> Corroborando a avaliação do procurador geral da República, em 1986, uma secretária da UDR denunciou a atuação política dos empresários rurais. Acusou-os de “iludir os proprietários do interior com objetivo de obter benefícios próprios em troca de apoio a Élcio Álvares”.<sup>27</sup> O candidato a governador, Élcio Álvares, deveria, em troca do apoio político da entidade, garantir um cargo no primeiro escalão do governo do Estado, ou seja, uma secretaria de Estado que seria ocupada pelo presidente da entidade, Francisco Tinoco Rezende. De acordo com Olga, secretária da UDR, “Tinoco tomou a decisão de apoiar candidaturas sem nossa total autorização”.<sup>28</sup> Ela ainda ressaltava que não havia a intenção dos membros da UDR de “ingressar no terreno político”.<sup>29</sup>

Apesar disso, a coluna A Voz da UDR continuou sendo publicada. Desta forma a UDR continuava agindo “como se fosse uma força diretriz em si, superior aos partidos e por vezes

julgada como tal pelo público.”<sup>30</sup> No sentido de garantir sucesso na Constituinte Federal e nos outros cargos eletivos disputados em 1986 a UDR advertia:

estamos ouvindo atentamente o que dizem os candidatos (...). Não podemos, em hipótese alguma, deixar que um voto sequer seja dado aos que querem tirar nossos direitos à propriedade. Convocamos todos os empresários, os do comércio, os da indústria, os profissionais liberais, todos aqueles que têm propriedades, quer rurais, urbanas, (...) votem no candidato que possa assegurar nosso princípio básico de liberdade, que é o direito inalienável à propriedade. (...) É importante que o empresário rural e seus familiares não se comprometam, não assegurem votos a nenhum candidato antes de serem devidamente orientados pela UDR. A UDR irá dizer claramente, através da imprensa, os nomes dos candidatos que merecem seu voto. (...) Assim que nosso Conselho decidir que merecerá nosso apoio, então divulgaremos, nominalmente, quais serão os nossos candidatos. (...) A Assembléia Nacional Constituinte – a eleição de deputados federais, de senadores e de deputados estaduais – é a nossa meta principal.<sup>31</sup>

O fato da UDR arrogar para si o título de suprapartidária não a torna muito diferente dos partidos políticos. Os grupos que coexistiram em dois partidos durante a ditadura, separados com o recurso da sublegenda, utilizaram as siglas da mesma forma como se apropriaram nas eleições de 1986 dos diretórios das diversas legendas criadas com o pluripartidarismo. No dia 11 de outubro de 1986 Tinoco disse em entrevista que a partir daquela data cerca de 12.000 filiados organizados em doze diretórios da UDR estariam realizando “intenso trabalho junto aos proprietários rurais com filmes e folhetos (...) como cabos eleitorais”.<sup>32</sup> O presidente da entidade os ganhos do candidato que não necessitaria de pagar o valor do cabo eleitoral, custava aproximadamente Cz\$500 mil. Esse grupo estaria organizado a partir de 19 comissões municipais compostas por doze integrantes cada uma percorrendo municípios, córregos e fazendas, “visitando proprietários rurais e dizendo a eles o que a UDR pensa.”<sup>33</sup> Além disso, o trabalho de doutrinação se consolidava com instrumentos facilitadores como panfletos e filmes que segundo o presidente da UDR seria de fazendas produtivas cujos assentamentos estavam se tornando em antro de prostituição e jogos. Entre os filmes exibidos também era escolhido um filme no qual estaria constatadas as irregularidades de cada assentamento.

A UDR se posiciona favoravelmente à articulação com outros empresários, os do comércio e da indústria, pois ambos têm interesse na sacralização do direito da propriedade, entendido como algo absoluto. Essa perspectiva fica demonstrada na fala em que a UDR, se esquivando de acusações de que a apreensão de armas promovida pela Polícia Federal fosse de um proprietário rural filiado à entidade, alega que sua arma é o voto. A partir desta premissa, de que as armas da UDR seriam exclusivamente o voto, a entidade conclama a união dos proprietários, canalizando a expectativa dos mesmos de terem suas propriedades protegidas.

Vamos aliar nossas armas, que são nossos votos, aos dos comerciantes, dos industriais, dos empresários liberais, de todos seus filhos, suas esposas, para aplicarmos uma grande derrota a esses comunistas estimulados pela CNBB a invadir nossas terras, por que amanhã ela estará estimulando também a reforma urbana, a reforma comercial, a reforma industrial, e,

assim, todos segmentos empresariais terão que dividir seus bens com os ‘sem-comércio’, os ‘sem-indústria’, os ‘sem-apartamento’, os ‘sem-lotes urbanos’, os ‘sem-casas’, os ‘sem-televisão’, os ‘sem-geladeira’ e ‘sem-vergonha também!’.<sup>34</sup>

Diante desta postura que equiparava a entidade a um partido político, a advogada e candidata a deputada federal pelo PT, Sônia Rabello Doxey, com base nos artigos 241, 242, 243 e 355 do Código Eleitoral vigente à época, solicitou ao TRE a condenação da UDR por prática de crime eleitoral. A candidata do PT pediu também a suspensão imediata das publicações da UDR na imprensa local.<sup>35</sup> A divulgação de seus candidatos seguia de forma conjunta com a estigmatização dos partidos e candidatos de esquerda:

Vamos prestar bem atenção para ver quem mais se afina com nossas aspirações de liberdade, de direito de propriedade e livre iniciativa. Não vamos dar apoio a candidatos que digam que são de esquerda, que desejam a reforma agrária, por que estes são contrários à livre iniciativa e ao direito de propriedade.<sup>36</sup> É para este tipo de gente como Perly, Bonomo, Néelson Aguiar, Vasco Alves e tantos outros escondidos nas siglas do PMDB, PT e debaixo da saia da CNBB, CUT e da Internacional Socialista, que vieram apenas para atormentar a vida de quem está trabalhando, que temos de usar o nosso voto para derrotá-los.<sup>37</sup>

A ação da Deputada não surtiu efeito pois a UDR continuou sua atuação política. Um mês depois do pedido de Sônia Doxey os ruralistas definiram os nomes que seriam apoiados pela entidade. Admitindo o apoio da entidade a candidatos de diversos partidos, entre eles PFL, PMDB, PTB, PDS e, inclusive, PDT, o presidente da UDR capixaba ressalta que nesse estado havia um equilíbrio entre candidatos do PMDB e do PFL com alguns nomes do PDS. No interior do Espírito Santo a UDR promovia a distribuição de cédulas com nome dos candidatos ao governo do Estado, Élcio Álvares (PFL) e ao Senado, Theodorico Ferraço do PFL. Outros candidatos ao Senado foram apoiados pela UDR além de Ferraço: Camilo Cola e Gérson Camata do PMDB e, “por que os três são muito ligados ao meio rural”.<sup>38</sup> Para a Câmara dos Deputados foram divulgados os nomes Pedro Ceolin, José Carlos da Fonseca, Stélio Dias e Luiz Gonzaga Borges do PFL; Nyder Barbosa de Menezes, Wilson Haese e Jones dos Santos Neves Filho do PMDB. Após citar os nomes a reportagem termina dizendo que “tanto os que apoiam quanto os apoiados preferem que o apoio seja discreto.”<sup>39</sup> Após as eleições a UDR faz outra declaração dos nomes apoiados trocando o Wilson Haese por João Miguel Feu Rosa do PFL.<sup>40</sup>

### **Considerações finais**

A UDR fez em seu último manifesto antes das eleições um apelo aos ruralistas e ao empresariado para que o voto para os cargos da Assembleia Nacional Constituinte, da

Assembleia Legislativa e do Governo do Estado fosse direcionado a candidatos que guardassem os seus princípios.<sup>41</sup>

defender intransigentemente o direito de propriedade (seja rural ou urbano); defender e apoiar a iniciativa privada; defender e apoiar a política agrária que atenda às necessidades da Nação; defender e apoiar o retorno da tranquilidade no meio rural, indispensável ao crescimento da produção agrícola; resgatar e apoiar a harmonia entre empregados e empregadores e que as divergências existentes sejam resolvidas com respeito e deveres de cada classe; reprovam, por conseguinte, as ideias e as iniciativas que promovam a discórdia, desestimulem o trabalho, desestabilize o regime democrático, transgrida a lei e incitem a desordem.<sup>42</sup>

O resultado das eleições garantiu uma vaga no Senado para o candidato uderista Gérson Camata e para João Calmon, ligado ao grupo do megaempresário das comunicações Assis Chateaubriant, ambos do PMDB e com base eleitoral no noroeste do Espírito Santo. O resultado dos votos dos candidatos para o Senado apoiados pela UDR foi bastante expressivo, os três juntos somaram 70% da contagem total dos votos aos candidatos. Já a soma dos votos dos sete candidatos para a Câmara Federal não ultrapassou 20% do total. No entanto, foram eleitos três candidatos diretamente ligados à UDR: Pedro Ceolin, Stélio Dias e Nyder Barbosa de Menezes.

A partir das fontes consultadas, percebemos que a UDR promove ações que vão além da violência a partir da qual a entidade é conhecida. Além do viés que a leva a ser conhecida como sindicato do crime, percebemos uma iniciativa de diálogo com a sociedade capixaba no sentido de se manter o *status quo*. A defesa do direito de propriedade se constitui no cerne da propaganda política que busca envolver não somente o ruralista, mas a sociedade como um todo. Estigmatizava os movimentos sociais e os partidos de esquerda como desordeiros e reduz o trabalhador a um sujeito incapaz de administrar uma propriedade, apesar do mesmo ser quem move a produção das empresas rurais. A UDR fazia uma oposição sistemática ao programa político defendido pela esquerda, ao mesmo tempo em que defendia intransigentemente o direito de propriedade e atuava diretamente nas eleições – constituindo comitês, com direito a cabos eleitorais gratuitos.

O discurso do suprapartidarismo apresenta-se como uma forma de se aproximar do eleitor, compartilhando a insatisfação com a incapacidade dos partidos políticos de resolverem os problemas sociais. Promoviam a união de candidatos de diversos partidos políticos – inclusive de esquerda, com exceção do PT, na época – a partir de um programa comum: defesa do direito de propriedade e das liberdades econômicas. Os ruralistas se colocavam em atitude de desprezo quanto à classe política, e, contudo, atrelados diretamente ao Estado a partir dos seus representantes políticos.



## Notas

- 
- <sup>1</sup> SIMON, C. G. B. *O campo dos senhores: UDR e elite rural - 1985/1988*. Londrina: UEL, 1998, p.22.
- <sup>2</sup> Ibidem.
- <sup>3</sup> SOUZA Ademilson (et al.) *A Reforma Agrária e o MST no Espírito Santo: 20 anos de lutas, sonhos e conquistas de dignidade!* Vitória: Grafita, 2005, p. 148
- <sup>4</sup> A VOZ DA UDR. O avanço das invasões. Nota publicitária In: A Gazeta. Vitória. 26 set. 1986, p.11.
- <sup>5</sup> A VOZ DA UDR. (III). Nota publicitária In: A Gazeta. Vitória. 05 set. 1986, p.09.
- <sup>6</sup> CAIADO, Ronaldo. O Estado de São Paulo. Apud SIMON, 1998, p.11.
- <sup>7</sup> A VOZ DA UDR. (I). Nota publicitária In: A Gazeta. Vitória. 03 set. 1986, p.11.
- <sup>8</sup> BERGAMIM, C. Trajetória da agricultura familiar no Espírito Santo. In: CAMPOS JÚNIOR, C. T. *Transformações socioeconômicas do Espírito Santo: uma abordagem histórica e de manifestações recentes*. Vitória: IHGES, 2006, p. 131.
- <sup>9</sup> A VOZ DA UDR. A loucura da Reforma Agrária. A Gazeta. Vitória. 19 set. 1986, p.09.
- <sup>10</sup> BERGAMIM, op. cit. p. 131.
- <sup>11</sup> UDR só apoiar candidatos à Câmara e ao Senado. A Gazeta. Vitória. 11 out. 1986, p.03.
- <sup>12</sup> A VOZ DA UDR. A vesga Reforma Agrária. A Gazeta. Vitória. 21 set. 1986, p.13.
- <sup>13</sup> A VOZ DA UDR. (II). Nota publicitária In: A Gazeta. Vitória. 04 set. 1986, p.09.
- <sup>14</sup> A VOZ DA UDR. (II). Nota publicitária In: A Gazeta. Vitória. 04 set. 1986, p.09.
- <sup>15</sup> A VOZ DA UDR. O avanço das invasões. A Gazeta. Vitória. 26 set 1986, p.11 (erros de concordância do próprio texto).
- <sup>16</sup> A VOZ DA UDR. As armas da UDR. A Gazeta. Vitória. 28 set. 1986, p.16.
- <sup>17</sup> A VOZ DA UDR. (IV). A Gazeta. Vitória. 06 set. 1986, p.09.
- <sup>18</sup> A VOZ DA UDR. A loucura da Reforma Agrária. A Gazeta. Vitória. 19 set. 1986, p.09.
- <sup>19</sup> A VOZ DA UDR. A loucura da Reforma Agrária. A Gazeta. Vitória. 19 set. 1986, p.09.
- <sup>20</sup> A VOZ DA UDR. As armas da UDR. Nota publicitária In: A Gazeta. Vitória. 28 set. 1986, p.16.
- <sup>21</sup> A VOZ DA UDR. (II). Nota publicitária In: A Gazeta. Vitória. 04 set. 1986, p.09.
- <sup>22</sup> UDR reúne-se e garante apoio a Elcio Álvares. A Gazeta. Vitória. 20 set. 1986, p.03.
- <sup>23</sup> CANDIDATO ironiza Arlindo. A Gazeta. Vitória. 12 set. 1986, p.02.
- <sup>24</sup> UDR só apoiará candidatos à Câmara e ao Senado. A Gazeta. Vitória. 11 out. 1986, p.03.
- <sup>25</sup> JOSÉ Ignácio rejeita candidatura a vice-governador. A Gazeta. Vitória. 02 set. 1986, p.03.
- <sup>26</sup> CONTRA UDR. A Gazeta. Vitória. 23 jan.1989, p.4.
- <sup>27</sup> SECRETÁRIA da UDR denuncia troca de apoio. A Gazeta. Vitória. 09 out. 1986, p.3.
- <sup>28</sup> SECRETÁRIA da UDR denuncia troca de apoio. A Gazeta. Vitória. 09 out. 1986, p.3.
- <sup>29</sup> SECRETÁRIA da UDR denuncia troca de apoio. A Gazeta. Vitória. 09 out. 1986, p.3.
- <sup>30</sup> GRAMSCI, Antônio. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978, p. 168
- <sup>31</sup> A VOZ DA UDR. (IV). A Gazeta. Vitória. 06 set. 1986, p.09.
- <sup>32</sup> UDR só apoiará candidatos à Câmara e ao Senado. A Gazeta. Vitória. 11 out. 1986, p.03.
- <sup>33</sup> UDR só apoiará candidatos à Câmara e ao Senado. A Gazeta. Vitória. 11 out. 1986, p.03.
- <sup>34</sup> A VOZ DA UDR. As armas da UDR. Nota publicitária In: A Gazeta. Vitória. 28 set. 1986, p.16.
- <sup>35</sup> SÔNIA quer que UDR pare propaganda. A Gazeta. Vitória. 10 set. 1986, p.02.
- <sup>36</sup> A VOZ DA UDR. O começo de uma luta. A Gazeta. Vitória. 20 set. 1986, p.09.
- <sup>37</sup> A VOZ DA UDR. As armas da UDR. In: A Gazeta. Vitória. 28 set. 1986, p.16.
- <sup>38</sup> UDR só apoiará candidatos à Câmara e ao Senado. A Gazeta. Vitória. 11 out. 1986, p.03.
- <sup>39</sup> UDR distribui cédulas com nomes de candidatos. A Gazeta. Vitória. 25 out. 1986, p.05.
- <sup>40</sup> UDR diz que não perdeu com a vitória de Max. A Gazeta. Vitória. 20 nov. 1986, capa.
- <sup>41</sup> A VOZ DA UDR. Alerta da UDR aos ruralistas. A Gazeta. Vitória. 12 nov. 1986, p.13.
- <sup>42</sup> A VOZ DA UDR. Alerta da UDR aos ruralistas. A Gazeta. Vitória. 12 nov. 1986, p.13.

**A educação das filhas de D. João VI: formadas para reinar**

Ana Carolina Delmas

anacdelmas@gmail.com / 99989-2365 / 3546-2365

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da UERJ,  
sob orientação da prof.<sup>a</sup> dr.<sup>a</sup> Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves.

Bolsista Capes

Resumo:

Ao pesquisar o papel das filhas de D. João VI no contexto político da Península Ibérica, conheceu-se mais acerca de seu valor para a continuidade da dinastia de Bragança, frequentemente abalada pela falta de herdeiros. As infantas também não estavam fadadas à ignorância, contradizendo a imagem negativa que a historiografia construiu sobre elas e seu pai. Da mesma forma, D. Carlota Joaquina jamais deixaria que as filhas beirassem o iletramento, pois intuía casá-las com as coroas de toda a Europa.

Palavras-chave: Biografias - Família Real Portuguesa - Política Ibérica

Abstract:

The research of the role of the daughters of King John VI in the political context of the Iberian Peninsula allowed to know more about their value to the continuity of the dynasty of Braganza, often undermined by lack of heirs. Also, the princesses were not doomed to ignorance, contradicting the negative image that the historiography built on them and their father. Likewise, D. Carlota Joaquina would never let their daughters on the edge of illiteracy, once she intuited marry them with all the crowns of Europe.

Key-words: Biography - Portuguese Royal Family - Iberian Politics

A vida das infantas filhas de D. João VI representa um campo de estudo que ainda oferece muito a ser descoberto, o que ocorre de maneira mais intensa a respeito de sua infância e principalmente de sua educação. Em geral, não são conhecidos pormenores, e sim um conjunto de práticas próprias da cultura aristocrática da Idade Moderna. Sendo assim, a infância e a educação das infantas e também dos infantes são esferas que se confundem. Se o nascimento de uma criança no seio da aristocracia a posicionava em um meio de práticas específicas e diferenciadas do restante da população, nascer na Família Real representava um conjunto de cerimônias e significações ainda mais particulares. A vida de um príncipe ou princesa e o seu papel na continuação de sua casa dinástica eram acompanhados desde a gestação. Cada gravidez de D. Carlota Joaquina foi divulgada ao público e seguida de perto até o término. Ao contrário das crianças de outros segmentos sociais, as nascidas em Famílias Reais tinham suas trajetórias vigiadas publicamente desde muitos meses antes de seu nascimento.

Os filhos de D. João e D. Carlota Joaquina nasceram entre os últimos anos do setecentos e os primórdios do oitocentos. Naquele contexto de mudanças sociais e políticas, havia práticas relativas à educação que remontavam à Idade Média, ao lado de outras mais recentes que se prolongaram pelo século XIX. O próprio conceito de infância estava se modificando, havia passado do “adulto em miniatura” da Antiguidade para existir propriamente, sendo uma representação da inocência sob a vigilância dos preceptores (séculos XIII a XVIII); há uma separação da infância enquanto um período de vida diferente da idade adulta. Ainda não estavam bem definidos os conceitos de juventude e adolescência, mas foi naquela conjuntura que o registro da idade exata das crianças começou a ganhar importância, e houve uma valorização maior de seu papel no seio familiar.<sup>1</sup>

A atmosfera em torno das crianças de famílias reais guardava características específicas com relação ao resto da população, mas a questão do sexo do recém-nascido se assemelhava entre os diferentes segmentos sociais. O nascimento de um filho varão era sempre mais desejado e celebrado, ainda que Portugal tivesse oficialmente uma rainha ao trono. Ainda assim, o nascimento de uma criança saudável representava um alívio para as casas reinantes. O batismo era realizado o mais breve possível, especialmente para que a criança já estivesse livre do pecado original se viesse a falecer e pudesse ascender imediatamente ao céu. A escolha dos padrinhos, que se tornava uma relação de parentesco, era cuidadosa e estrategicamente pensada com o intuito de renovar e reafirmar laços familiares e dinásticos. Os batismos aconteceram sempre com muita pompa e seguidos de

festejos e iluminações pelas ruas, com o casal de padrinhos representando ambas as coroas e a ligação entre elas.

De forma geral, por volta dos três anos de idade, o infante do sexo masculino começava a contar com os cuidados do aio e de mestres, ao passo que as infantas permaneciam circunscritas aos aposentos da rainha. Objetivava-se iniciar a convivência com o universo masculino e o contato com as atividades consideradas adequadas ao gênero. No tocante à idade para início da aprendizagem das letras e armas, era prática comum que se desse precocemente, por volta dos cinco anos de idade, ou mesmo com um primeiro contato aos três anos.<sup>ii</sup>

Considerando mais especificamente a educação de infantas, não lhes era vedado o acesso ao ensino. As princesas portuguesas aprendiam os ensinamentos de virtude e honestidade, boas maneiras, saberes cristãos, além de fiar, costurar, bordar. Mas, tal como acontecia na corte espanhola, também estudavam letras e música. Vale lembrar que o conhecimento da leitura e do latim servia ao estudo dos livros de horas e devoção e edificação moral, além de prepará-las para serem mães de príncipes cuja educação deveriam acompanhar.<sup>iii</sup> Ainda que circunscrito a leituras vigiadas e ligadas ao ambiente religioso, é importante ressaltar que as infantas, então, não estavam fadadas à ignorância e ao quase analfabetismo.

O desconhecimento acerca da educação de D. João criou uma imagem negativa deste, comumente associada a um suposto despreparo para governar, hesitação e falta de habilidades políticas. Tal representação ganhou ainda mais força pelo consenso historiográfico de que tradicionalmente a educação dos filhos que não eram herdeiros diretos recebia menos atenção que a dos primogênitos. Pedro Calmon afirma que a educação de D. João foi entregue aos cuidados dos frades para lhe ensinarem mais música do que letras<sup>iv</sup>, mas ainda assim, sabe-se que D. João recebeu aulas pelos mesmos mestres que o irmão, D. José, cuja educação é geralmente elogiada. Além de aulas de música, ao menos uma instrução elementar de leitura e de escrita do português e aprendizagem da língua francesa.

A falta de informações acerca da educação das infantas e mesmo dos príncipes D. Pedro e D. Miguel contribuiu para que se associasse a mesma imagem negativa ligada a D. João. Mesmo o historiador português Ângelo Pereira, dono de uma extensa documentação epistolar escrita pelas infantas e sobre estas, apresenta um julgamento bastante acético. Destaca as qualidades excepcionais de D. Maria Teresa, mas afirma que as demais não respondiam da mesma forma aos mestres que tentavam lhes ensinar, excluindo apenas as

princesas Maria Isabel e Isabel Maria por suas habilidades nas músicas e artes plásticas. E mesmo assim, sobre a segunda, enfatiza seus nervos fracos e sua histeria<sup>v</sup>.

No entanto, o que se conhece a respeito permite depreender que havia uma preocupação com a formação das infantas. Sabe-se que tiveram aulas de música, equitação, pintura e desenho e letras (português, inglês e francês). E embora pare a ideia da figura iletrada de D. João VI, seria difícil admitir que alguém como D. Carlota Joaquina deixasse as filhas beirarem o analfabetismo. A rainha fora criada dentro da tradição da nobreza espanhola, que julgava indispensável uma boa educação para alcançar um bom casamento. Maria Luísa de Parma, mãe de D. Carlota, se aprimorou na educação das filhas, como demonstrou D. Carlota na exibição para a corte de Portugal antes de seu casamento, exibindo conhecimentos da Bíblia, de latim e de francês.<sup>vi</sup> Verifica-se também que D. João, então príncipe regente, procurou oferecer aos filhos aulas de educação moral, literária e artística, tanto em Lisboa quanto no Rio de Janeiro. E mesmo depois de seu retorno a Portugal, as infantas não deixaram de receber aulas de música. Três vezes por semana o mestre de piano de D. Maria da Assunção e de D. Ana de Jesus ia à Queluz dar-lhes aulas pela manhã<sup>vii</sup>.

D. Maria Teresa demonstrava inteligência e interesse pelas aulas, tendo como mestre e professor de cultura geral o erudito Dr. José Monteiro da Rocha. Aprendeu pintura com Domingos Antônio de Sequeira, pintor da Corte, e com José Viale. Afirma-se ter sido exímia em caligrafia, como pode ser percebido através de suas correspondências; uma habilidade aproveitada por D. João ao tê-la escolhido para sua secretária. Seus professores de música foram primeiro José Totti e depois o maestro Marcos Portugal. Seu professor de francês no Rio de Janeiro foi o abade Boiret. A equitação foi ensinada por Joaquim José Vallucy, genro do mestre de picaia do Príncipe Real, que também foi professor do infante D. Pedro Carlos. D. Maria Isabel de Bragança, assim como seu irmão D. Pedro, teve o mesmo mestre que sua irmã mais velha. O Dr. José Monteiro da Rocha deixou sua biblioteca para o discípulo D. Pedro, e o acervo foi incorporado na Real Biblioteca da Ajuda. Ex-jesuíta, cônego magistral da Sé de Leiria e Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, foi encarregado da educação de todos os príncipes e princesas.<sup>viii</sup>

Da mesma forma que os irmãos mais velhos e D. Maria Francisca de Assis, D. Maria Isabel teve aulas com Domingos Antônio de Sequeira e Marcos Portugal. Este organizou livros de música para os estudos dos infantes e infantas, sendo um deles o “Livro de Música e Canto para uso das Sereníssimas Senhoras Infantas”. Porém, após seu casamento e mudança para a Espanha, continuou sua educação artística com D. Vicente Lopez, pintor Real da Câmara. Por sua vez, D. Isabel Maria só teve dois professores em comum com os irmãos: o

mestre Dr. José Monteiro da Rocha, o pintor Domingos Antônio de Sequeira. Aprendeu língua portuguesa com o Fr. Antônio de Nossa Senhora da Arrábida; inglês com o padre James Waring e Miss Keed. Dividiu as aulas de pintura e desenho com Máximo Paulino dos Reis. As aulas de música, sua predileção, foram compartilhadas com Mr. Neuckomm, Francisco Maria Angelelli, Manuel Inocêncio Liberato dos Santos Carvalho e Silva, e João Domingos Bontempo. Suas aulas de equitação foram ministradas por Pedro Ricardo da Costa e Antônio José Pais.

As infantas D. Maria da Assunção e D. Ana de Jesus ainda não haviam iniciado seus estudos quando partiram para o Brasil, mas tiveram por mestre o conhecido Dr. José Monteiro da Rocha quando retornaram a Portugal. No Rio de Janeiro, seus professores foram os mesmo de seus irmãos mais velhos. Ambas receberam os ensinamentos de inglês com a referida Miss Keed. A primeira aprendeu música com o padre Joaquim Cordeiro Galão, Cônego e Tesoureiro Mor da Capela de Vila Viçosa, e posteriormente com Manuel Inocêncio Liberato dos Santos Carvalho e Silva, que também ensinou a D. Ana de Jesus. Seu professor de equitação foi Antônio José Cavalluci, ao passo que o da irmã mais nova foi o mestre Luís de Santa Ana.<sup>ix</sup>

Certamente há pontos a serem esclarecidos acerca das infantas e seus mestres. A transladação da Família Real para o Brasil também oferece uma falha na reconstituição dessa parte da trajetória das infantas. Ângelo Pereira forneceu mais informações acerca dos professores de D. Isabel Maria, deixando a dúvida se os demais irmãos teriam tido as mesmas aulas, como as de inglês, por exemplo. Porém, por outros fragmentos de informações do mesmo autor, é possível depreender que a preocupação com a educação foi dispensada igualmente entre os infantas. Parece ter sido um recurso a fim de evitar a repetição de informações. De fato, o que se pode afirmar é que houve sim, o cuidado em prover os filhos com os melhores professores, mestres e criados. Assim como D. Pedro e D. Miguel, as infantas receberam aulas de cultura geral, preceitos católicos, português, inglês, francês, equitação e, sem dúvida, desenho, pintura e música. Em geral tiveram acesso aos mesmos mestres e tutores que seus irmãos, provando que a educação de todos era uma preocupação de D. João e D. Carlota. Não há documentação que faça referências às afirmações de que as infantas não desenvolviam progresso na aprendizagem de qualquer uma das disciplinas que estudavam.

Contribuiu enfaticamente para a imagem de despreparo e rudeza das infantas e dos príncipes o historiador Oliveira Lima:

Dessa nobreza caracteristicamente nacional, inculta, iletrada, toureira, fadista, dissipada, arruaceira, foram D. Pedro, até a luta e o infortúnio o depurarem, e D. Miguel, até o exílio e a pobreza o enobrecerem, dois representantes genuínos e completos. Não desmentiam, um e outro, nem a filiação materna, nem o meio aristocrático a que pertenciam, na pouca elevação das inclinações, na grosseria das maneiras, na curteza das vistas, na sensualidade dos apetites, na animalidade dos gostos.<sup>x</sup>

Buscando enaltecer D. João, o autor enumera diversas características negativas atribuídas aos infantes, e liga-as à D. Carlota Joaquina, ou mesmo à nobreza portuguesa, mas nunca ao Príncipe Regente e Rei. Ainda que páginas próximas a este trecho, de sua obra *D. João VI no Brasil*, afirme-se que o aniversário de D. Pedro em 1813 foi comemorado com a inauguração do Teatro de São João, e que o Rio de Janeiro abrigou diversos espetáculos e missões artísticas, tudo parece estar ligado apenas a D. João. Mais uma vez, as palavras que restaram aos filhos - e aos demais jovens da fidalguia - foram:

Assim se apresentavam para o governo da monarquia os filhos de D. João VI, rijos de músculos mas alheios a todas as questões públicas, cheios de atividade mas estranhos a qualquer preocupação intelectual, suprindo sua palmar ignorância por uma grande vivacidade natural e sua odiosa vulgaridade pelos rasgos de um cavalheirismo espontâneo, de raça ou de índole, que fazia às vezes de contrapeso moral.<sup>xi</sup>

Conceitos que foram durante muito tempo base da historiografia acerca dos infantes e infantas, como para o referido Ângelo Pereira. O único consenso a perdurar parece ter sido acerca da predileção dos Bragança e de D. Carlota Joaquina pela música e pela equitação. Como se observou, foram as duas atividades em que parece não haver dúvida tanto acerca do oferecimento de aulas aos príncipes e princesas, quanto de seu engajamento nas mesmas. A equitação, muito apreciada por D. João na juventude, foi uma das paixões de D. Carlota, transferida também às filhas, que costumavam se locomover à cavalo no Rio de Janeiro. Sobre essa predileção há uma descrição interessante da esposa do General Junot, parte de uma correspondência em que narra o encontro com a rainha. Madame Junot, mais crítica que afável, afirmou que:

Montava ela um cavalinho, pequeno como todos os cavalos portugueses mas suficientemente indócil para pôr nervoso um bom cavaleiro. A Princesa estalou-lhe várias vezes o chicote no pescoço e nos flancos, e fê-lo dar umas voltas pelo pátio defronte o palácio. Em seguida partiu a galope como um colegial de quinze anos em férias.<sup>xii</sup>

Predileções afora, é importante destacar que tanto os príncipes quanto as princesas estiveram longe da ignorância e descortesia que comumente lhes é atribuída. Para compreender o restante de suas trajetórias, é preciso levar também em consideração o ambiente em que se desenvolveu sua infância. O contraste entre os temperamentos e interesses de D. João e D. Carlota, amenizado talvez nos primeiros tempos do casamento,

foram sentidos até o fim de suas vidas. D. Carlota Joaquina tinha extrema vivacidade, e mesmo tendo vivido na corte portuguesa desde a infância, parece nunca ter se habituado ao contraste entre a corte em que nascera e a que a acolhera. Em contraposição com a afrancesada corte de Aranjuez, cheia de festas e divertimento, a corte portuguesa constituía uma corte triste. O reino de D. Maria I prezava pelo conservadorismo austero da nobreza e do clero de Portugal, em que a Igreja impôs normas contra vários tipos de divertimento, como a encenação de comédias, os bailes e as festas<sup>xiii</sup>.

Com o passar dos anos, a companhia do marido não parecia lhe proporcionar prazer algum. O casamento por dever, pelo interesse político juntou dois indivíduos separados pela idade da noiva e pela divergência de interesses. Nunca se harmonizaram de fato, despertando as suspeitas de que viviam em uma paz armada<sup>xiv</sup>, mantida para os olhos alheios. A insatisfação de D. Carlota com os hábitos do marido aumentava, e não partilhava seu gosto pelas cerimônias eclesiásticas. Este, por sua vez, ressentia-se com a aversão da esposa, e a cada ano aumentava mais o tempo que passava separado dela, retirado em Mafra, onde vivia cercado de monges e frades. No entanto, ambos viviam em contato com o povo, porém por motivos distintos e em muitos momentos não partilhados: D. João confiava mais em frades e cavaleiros do que nos homens de sociedade; D. Carlota amava os divertimentos do povo. Talvez o ponto de concórdia fosse o amor de ambos pela música, equitação e pela caça.

Porém, o que se mantinha como uma mera incompatibilidade de gênios transformou-se em ponto nevrálgico com a primeira conspiração da princesa contra o príncipe regente. Uma conspiração que buscou insuflar o povo contra D. João e retirá-lo do comando de Portugal. Mas, se a conspiração falhou, seus efeitos marcaram profundamente as relações entre o casal. Se a língua espanhola ferina já havia cobrado acerca de sua paixão por D. Eugênia de Meneses, criticado sua confiança ilimitada em seu cabeleireiro Francisco Lobato e o atacado, antes a posição de D. João era afastar-se e recolher-se em Mafra. Em 1806 tudo se alterou, pois havia a prova concreta de grave deslealdade. Passaram a viver separados, encontrando-se ocasionalmente.<sup>xv</sup>

Ainda assim, não se pode afirmar que a separação do casal tenha sido radical e definitiva. Há indícios de que parecem afirmar o contrário, como alguns bilhetes trocados entre o casal no Rio de Janeiro, em março de 1818:

Meu amor. Sinto o teu incomodo, desejando muito o teu restabelecimento. Eu tenho tido poucas melhoras na minha perna; meus Filhos estão bons. O tempo tem sempre ameaçado trovoadas, mas a noite passada pela meia noite foi grande.

Vê se queres alguma coisa este que é teu

Esposo que muito te ama

João<sup>xvi</sup>



Na ocasião o rei residia em sua fazenda de Santa Cruz para se restabelecer de uma ferida em sua perna, decorrente da mordida de um carrapato. A demora na cicatrização fez com que o rei concedesse sentado suas audiências, e que se mudasse para a fazenda, inicialmente com toda a família, inclusive D. Carlota e as filhas<sup>xvii</sup>. Estas residiam normalmente no palacete da enseada de Botafogo, ao passo que D. João, D. Maria Teresa, D. Pedro e D. Miguel moravam na Quinta da Boa Vista.<sup>xviii</sup> Uma vez que residiam em locais distintos e distantes, a troca de cartas e bilhetes era comum, nos fornecendo pistas sobre a relação do casal entre eles e com os filhos. Vale lembrar que havia a consciência de que a correspondência era pública, e por isso tais escritos não podem ser considerados isentos de certa censura e polidez calculada por parte de seus autores. Ainda assim, contradizem a ideia de uma separação total e sem civilidade. Foi nessa atmosfera de idas e vindas, de paz armada e de pouca tranquilidade que se passou a infância e juventude dos infantes e infantas.

Interessante pormenor da vida dos filhos de D. João e D. Carlota foi o fato de terem sido vacinados contra varíola, mesmo em uma época em que o discurso contra o método ainda vigorava. Uma medida de cunho bastante avançado para a época, que denota a preocupação com a saúde e preservação da vida dos infantes e infantas. Talvez por ter perdido um irmão, uma irmã, um cunhado, um sobrinho e um dos filhos para a doença, que foi uma das grandes preocupações sanitárias em toda a Europa, D. João ordenou que a vacina fosse trazida a Portugal pouco depois de sua descoberta. Recomendou ao arcebispo que estimulasse a vacinação pelo exemplo, com a vacinação voluntária de pessoas ilustres e do clero, ordenando ainda aos párocos que falassem da vacinação em seus sermões dominicais. Sendo assim, nos primeiros anos do século XIX, o príncipe regente ordenou que todos os filhos fossem vacinados.<sup>xix</sup> Todos contraíram varíola, porém todos sobreviveram - o único filho de D. João VI e D. Carlota Joaquina que veio a falecer foi D. Francisco Antônio, mas não se sabe a causa de sua morte.

Uma vez que grande parte da infância, e especialmente da juventude dos infantes e infantas se passou no Brasil, é interessante conhecer alguns de seus hábitos em continente americano. D. Carlota Joaquina tentou de diversas formas impedir sua vinda e dos filhos para o outro lado do Atlântico, implorando até aos pais, reis de Espanha, que os auxiliassem a permanecer na Europa.<sup>xx</sup> Suas súplicas não impediram a transferência da Corte para o Brasil, onde suas filhas, especialmente as duas mais novas, cresceram. É através do relato de um dos homens de seu serviço particular, Don José Presas, que se observa um pouco de seu cotidiano na nova Corte. Este relatou que todos comiam em família, exceto D. Carlota Joaquina, que nunca se juntava aos demais, a não ser nas raras ocasiões em que a infanta D. Ana de Jesus a

fazia ficar. Esta sempre fora a favorita de D. Carlota. Por volta das nove da manhã, todos os dias, os infantes passavam com seus aios ou camaristas nos aposentos de seus pais para beijar-lhes as mãos e saber como haviam passado a noite. Faziam o mesmo com a avó, D. Maria I. D. José Presas retrata ainda D. Carlota como uma mãe rigorosa, como se pode depreender do episódio em que D. Miguel, então com oito anos, fez uma travessura e ainda incomodou o referido narrador:

A princesa mal havia acabado de ouvir quando saiu precipitadamente a buscar D. Miguel, e achando-o na mesma bateia, tirou um sapato e lhe aplicou com ele cinco ou seis açoites. Outra criatura teria agitado o Palácio com gritos e choro; mas D. Miguel não deu um suspiro, nem derramou uma só lágrima, e foi além, que havendo seu irmão D. Pedro (o imperador do Brasil) perguntado o que havia acontecido, lhe contou: Minha mãe me pegou, e eu não chorei; mas essa maldita coxa há de me pagar.<sup>xxi</sup>

O episódio narrado acima tomou lugar no Paço Real, primeira residência da Família Real Portuguesa no Brasil. Após a morte de D. Maria I, foram fixadas residências na Quinta da Boa Vista e no palacete de Botafogo, como afirmado anteriormente. A rainha nunca se separava das filhas mais novas, com quem frequentava diariamente a missa das nove em São Cristóvão. Depois da missa as infantas voltavam a cavalo para jantar às quatro com D. João, ao passo que a D. Carlota seguia de carro para Laranjeiras ou para o Rio Comprido, suas duas casas de recreio, parando eventualmente para visitar a Condessa de Vila Nova, de quem era amiga íntima.<sup>xxii</sup>

Esse era o ambiente que cercava os filhos de D. João e D. Carlota Joaquina, dividido entre as rugas dos pais. Partindo de tais apontamentos, é importante notar que, nas obras que se interessam por suas vidas, há dois momentos julgados merecedores de registros historiográficos: seus nascimentos e seus casamentos. Mesmo nas de Ângelo Pereira<sup>xxiii</sup> e do Conde de Rodezno<sup>xxiv</sup>, que apuraram com mais ênfase suas trajetórias ao invés de meramente citá-las - o primeiro com rigidez, o segundo mais enaltecido. Em geral, as infantas aparecem quando se fala da angústia da Casa de Bragança nos fins do século XVIII com a falta de herdeiros, ou nas alianças políticas feitas por meio de seus matrimônios. Nas publicações sobre os pais ou acerca dos irmãos, D. Pedro e D. Miguel, é comum que sejam brevemente mencionadas. Todo o período de infância e juventude, até o momento em que aparecem os planos matrimoniais parece ter se perdido na parca bibliografia sobre suas vidas, e mesmo na documentação encontrada. Ainda assim, o que se apreendeu acerca desse período de suas vidas confirma que foram educadas para reinar. E que receberam educação condizente com seu envolvimento nas tramas políticas ocorridas no século XIX entre Portugal, Brasil e Espanha.

- <sup>i</sup> ÁRIÈS, Phillippe. “As Idades da Vida” e “A Descoberta da Infância”. In: *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LCT, 1978. pp. 29-68.
- <sup>ii</sup> BUESCU, Isabel. “Educar o príncipe no século XVI. Modelos, práticas e representações.” In: *Na corte dos Reis de Portugal: saberes, ritos e memórias - Estudos sobre o século XVI*. Lisboa: Edições Colibri, 2010. pp. 15-30.
- <sup>iii</sup> BUESCU, Isabel. “Educar o príncipe no século XVI. Modelos, práticas e representações.” In: *Na corte dos Reis de Portugal: saberes, ritos e memórias - Estudos sobre o século XVI*. Lisboa: Edições Colibri, 2010. pp. 39-41.
- <sup>iv</sup> CALMON, Pedro. “A Corte Triste”. In: *O Rei do Brasil - Vida de D. João VI*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935. pp. 17-18.
- <sup>v</sup> PEREIRA, Ângelo. *As senhoras infantas filhas de El-Rei D. João VI*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1938.
- <sup>vi</sup> AZEVEDO, Francisca Nogueira de. “Ficar ou partir: o destino da Casa de Bragança”. In: *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. p. 52.
- <sup>vii</sup> PEREIRA, Ângelo. “Infanta D. Ana de Jesus Maria” In: *As senhoras infantas filhas de El-Rei D. João VI*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1938. p. 154.
- <sup>viii</sup> PEREIRA, Ângelo. “Amas, aias e mestres dos filhos de D. João VI”. In: *Os filhos de El Rei D. João VI*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1946. pp.67- 72.
- <sup>ix</sup> PEREIRA, Ângelo. “Amas, aias e mestres dos filhos de D. João VI”. In: *Os filhos de El Rei D. João VI*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1946. pp. 75-80.
- <sup>x</sup> LIMA, Oliveira. “As solenidades da Corte”. In: *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. p. 615.
- <sup>xi</sup> LIMA, Oliveira. “As solenidades da Corte”. In: *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. p. 616.
- <sup>xii</sup> CHEKE, Marcus. *Carlota Joaquina - A Rainha Intrigante*. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1949. pp. 19-20.
- <sup>xiii</sup> AZEVEDO, Francisca Nogueira de. “Ficar ou partir: o destino da Casa de Bragança”. In: *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. pp. 53-54.
- <sup>xiv</sup> SOUZA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil*. Volume II: Vida de D. Pedro I, Tomo I. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1957. pp. 1-7.
- <sup>xv</sup> CHEKE, Marcus. *Carlota Joaquina - A Rainha Intrigante*. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1949. pp. 15-20.
- <sup>xvi</sup> *Cartas de d. João VI, rei de Portugal, a d. Carlota Joaquina, rainha de Portugal - Mostrando-se preocupado com seu estado de saúde. Dando notícias suas e dos filhos*. Santa Cruz, 08/03 e 24/11/1818. Arquivo do Museu Imperial. Ref: I-POB-08.03.1818-JVI.P.c 1-2
- <sup>xvii</sup> MORAIS, Alexandre José de Melo. *Notas sobre Angelo Rondon, vida de D. João VI na Fazenda de Santa Cruz e na Ilha do Governador, História de Portugal e assuntos diversos*. Biblioteca Nacional, Divisão de Manuscritos. Ref: II - 30,24, 001. p. 11.
- <sup>xviii</sup> NEVES, Guilherme Pereira das & NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. “D. João VI”. In: *Dicionário do Brasil Joanino; 1818-1821*. Org. Ronaldo Vainfas & Lúcia Bastos Pereira das Neves. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. pp. 123.
- <sup>xix</sup> *Ofício de João da Silva Moreira Payzinho ao prelado diocesano arcebispo Primaz, no qual consta a ordem de vacinação a todos que não foram ainda acometidos da doença das bexigas*. 1813. s.n.p. Arquivo Nacional. Conjunto documental: Secretaria de Estado do Ministério do Reino. Notação: caixa 633, pct. 03, pacotilha 1, envelope 1, cópia 6, 3º doc.
- <sup>xx</sup> AZEVEDO, Francisca Nogueira de. “Ficar ou partir: o destino da Casa de Bragança”. In: *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. p. 25.
- <sup>xxi</sup> “No bién acabó de oír esto la princesa cuando salio precipitadamente a buscar á don Miguel, y hallandole en la misma batea, se sacó um zapato y le dió com el unos seis azotes. Outra criatura hubiera alborotado com gritos y llanto todo el palácio; mas don Miguel no dió um suspiro, ni derramó uma sola lagrima, y sucedió aun más, que habiendole preguntado su hermano don Pedro (el emperador del Brasil) que era lo que habia sucedido, le contestó: Mi Madre me ha pegado, y yoi no he llorado; pero esa maldita coja me la há de pagar.” D. José Presas. *Memorias secretas de la Princesa del Brasil, actual Reina vinda de Portugal, la Senora Dona Carlota Joaquina de Borbon*. Editadas por Carlos L. Sobrinho em 1830. *Apud* PEREIRA, Ângelo. *As senhoras infantas filhas de El-Rei D. João VI*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1938. pp. 21-23.
- <sup>xxii</sup> LIMA, Oliveira. “A Rainha D. Carlota”. In: *D. João VI no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. p. 186.
- <sup>xxiii</sup> PEREIRA, Ângelo. *As senhoras infantas filhas de El-Rei D. João VI*. Lisboa: Editorial Labor, 1938; *Os filhos de El Rei D. João VI*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1946.
- <sup>xxiv</sup> RODEZNO, Conde de. *La Princeza de Beira y los hijos de D. Carlos*. Madrid, 1928.

**“VIVER DO QUE SE SABE FAZER”: memória do trabalho e cotidiano em  
Santiago do Iguape (1960-1990).**

Ana Paula Batista da Silva Cruz.

Mestre em História

Universidade Estadual de Feira de Santana

Orientadora. Dr. Ione Celeste Sousa

E-mail. [apbscunica@yahoo.com.br](mailto:apbscunica@yahoo.com.br)

**RESUMO.**

Esse estudo fomentado pela CAPES, trata das histórias de vida, cotidiano e memória do trabalho dos moradores da comunidade Quilombola Santiago do Iguape, situada no Recôncavo da Bahia. Lançamos olhares para os sujeitos, seus modos de Fazer e viver. A principal fonte desse estudo são as fontes orais, não só por serem abundantes em uma localidade marcada pela oralidade, mas, por capacitar os sujeitos comuns a fazerem suas próprias histórias, nas várias faces da linguagem tais como: resmungos e entonações.

Palavras-chave: Comunidade, memória, trabalho.

**ABSTRACT.**

This study funded by CAPES, comes from the stories of real life and the work of community residents Quilombo Iguape Santiago, located in the Reconcavo of Bahia memory. Launch looks for the subjects, their ways of Making and live. The main source of this study are oral sources, not only because they are abundant in a locality marked by orality, but by empowering the common to make their own stories, in various facets of language subjects such as: grunts and intonations.

Keywords: Community, memory work.

O presente estudo apresenta as memórias de sujeitos da comunidade remanescente do quilombo<sup>i</sup> Santiago do Iguape, situada no Recôncavo da Bahia entre os anos de 1960 e 1990. A região, conhecida como Bacia do Iguape<sup>ii</sup>, é formada por 14 comunidades: Engenho da Ponte, Engenho Novo, Calolé, Caimbongo, Opalma, Campinas, Caonge, Calembá, Cabonha, Dendê, Embiara, São Francisco do Paraguaçu, Tombo e Santiago do Iguape. O recorte temporal acompanha as transformações socioeconômicas e culturais pelas quais passou o Recôncavo da Bahia, especialmente o reordenamento das atividades produtivas, como o declínio brusco das usinas de cana-de-

açúcar e da cultura do fumo, causando na região novo processo de esvaziamento populacional. Este último esteve articulado ao processo de industrialização que atingiu a capital na década de 1950 e a experiências migratórias, ocorridas em virtude da busca de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida<sup>iii</sup>.

Nesse espaço de tempo, os moradores da comunidade foco dessa análise acompanharam a substituição do mar, que era a principal via de deslocamento, pelos caminhos das estradas de rodagem – o que facilitou o deslocamento desses sujeitos para cidades próximas e abriu novas possibilidades para a comercialização dos produtos dos povoados. Além disso, esses moradores vivenciaram as discussões iniciais acerca das comunidades quilombolas no Brasil, que intensificaram as reivindicações sobre terras quilombolas na região.

Por fim, o período foi da implantação e declínio da Fábrica Opalma na Bacia do Iguape<sup>iv</sup>. Os sujeitos de Santiago do Iguape puderam, então, vivenciar novas experiências de trabalho. A importância desta fábrica pode ser percebida pela mudança do nome do povoado de Acutinga para Opalma<sup>v</sup>. Busquei perceber em Santiago do Iguape as relações cotidianas de viver e de trabalho, em meio às novas práticas sociais que foram sendo estabelecidas na localidade.

Nas memórias emergiram narrativas que revelaram as diversas práticas de atividades produtivas desenvolvidas pelos moradores de Santiago do Iguape: a pesca, a roça, a feitura de barcos e objetos de pesca, a cabotagem e o trabalho na Fábrica Opalma. Eram atividades que podiam ser realizadas, na sua diversidade, por um mesmo indivíduo, constituindo diferentes cotidianos evidenciados nos testemunhos: o pescador, o roceiro, o trabalhador fabril – manifestados na história de vida de um único indivíduo.

No período temporal selecionado, 1960-1990, a comunidade de Santiago do Iguape ainda não era certificada pela Fundação Cultural Palmares como “comunidade remanescente de quilombos”, o que ocorreu somente em 2006. Neste processo, foi implantada a Associação Quilombola de Santiago<sup>vi</sup>. Dessa forma, não utilizo a nomenclatura “remanescente de quilombo” para não correr o risco de ser acusada de anacrônica, no entanto por acreditar que o conhecimento histórico contribui para transformações sociais, e preocupada com a “utilidade da história”<sup>vii</sup>, mas entendo que discutir o processo de organização política das comunidades da Bacia do Iguape, especialmente da comunidade em questão, dá visibilidade às lutas da população da comunidade por direito às terras quilombolas.

A pesquisa visou construir um conhecimento histórico sobre os modos de trabalho em Santiago do Iguape a partir das narrativas orais, trazendo à tona processos sociais e lutas pela sobrevivência e por melhores condições de vida e de trabalho na comunidade. Blume<sup>viii</sup>, em pesquisa referente às memórias de trabalho e vivências de marisqueiras em Ilhéus, inspirado em E. P. Thompson, entende a memória como luta e trabalho, por operar no sentido de trazer as lutas em torno do cotidiano, da cultura e da experiência. Compartilho desta visão, e defendo que recuperar as memórias dos trabalhadores de Santiago do Iguape é uma forma de dar ouvidos e visibilidade às lutas histórico-sociais ante as transformações das relações de trabalho na região.

Considero que fazer opções acadêmicas é também fazer opção política<sup>ix</sup>. A minha opção por apreender as memórias de trabalhadores dessa comunidade é também uma opção política de legitimar aspirações por mudanças nas condições de vida e de trabalho deste grupo social, do qual faço parte. Construir uma visão histórica dos moradores de Santiago do Iguape é também construir uma história da minha família.

Sou nascida e criada na comunidade, bisneta de saveirista, neta de pescador e quilombola. Considero pertinente relatar minha trajetória para demarcar meu lugar de pesquisadora como de “dentro”. Entendo que os recortes dados, as questões abordadas e os marcos selecionados estão em grande medida articulados ao meu entendimento particular do mundo, como argumenta Eric Hobsbawm:

Todo historiador tem seu próprio tempo de vida, um poleiro particular a partir do qual sonda o mundo. Talvez ele seja comum a outros em uma situação comparável. [...] Meu próprio poleiro é constituído, entre outros materiais, de uma infância na Viena dos anos 20 da ascensão de Hitler em Berlim, que determinaram minhas posições políticas e meu interesse pela história e a Inglaterra, e especificamente a Cambridge dos anos 30, que confirmaram ambos. Sei que, provavelmente em grande parte devido a essas coisas, meu ângulo de visão é diferente do de outros historiadores que partilham de marca de interpretação da história e trabalham ou partilham de minha marca de interpretação da história e trabalharam no mesmo campo.<sup>x</sup>

Costumo relatar que o meu “lugar social” acabou definindo as minhas escolhas acadêmicas. Nesse sentido, quando entrei na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia para cursar História, no ano de 2007, já tinha noção de qual seria o meu objeto de estudo: a comunidade quilombola de Santiago do Iguape. Naquele período, a referida comunidade estava no auge das discussões sobre a “categoria remanescente de

quilombo”, com eleições para a nova diretoria da sua Associação Quilombola, e no processo de ocupação das terras na região.

No processo de orientação, foi considerado pertinente focar a investigação nas memórias dos sujeitos da comunidade de Santiago do Iguape entre as décadas de 1960 e 1990 quanto ao seu cotidiano, suas experiências de trabalho: fosse na pesca, na coleta de marisco, na produção de barcos, nas roças e na Fábrica Opalma. Narrativas sobre crises e desarticulação de seus modos de viver ante as mudanças que afetaram a região no período<sup>xi</sup>.

Nesse sentido, utilizar fontes orais me permitiu perceber faces de linguagem como os gestos, resmungos, olhares e entonações dos sujeitos, vivências expressas e marcadas no corpo. Portelli ressalta as possibilidades das entrevistas fazerem emergir aspectos e experiências sobre as quais os entrevistados nunca pensaram ter importância, pois,

A linguagem também é composta por outro conjunto de traços que não podem ser contidos dentro de um único segmento, mas também são portadores do significado. A fileira de tom e volume e o ritmo do discurso popular carregam implícitos significados e conotações sociais irreproduzíveis na escrita.<sup>xii</sup>

O mesmo autor argumenta ainda que “as fontes orais dão-nos informações sobre o povo iletrado e grupos sociais cuja história escrita é ou falha ou distorcida”<sup>xiii</sup>, e que cabe aos pesquisadores o respeito pessoal por aqueles com quem trabalham, bem como o respeito intelectual pelo material coletado.

Fenelon considera que a documentação oral vem sendo utilizada para recuperar possibilidades de trabalhar com temáticas contemporâneas ou para aproximar-se de grupos e movimentos sociais, onde a tônica de sua prática não é a escrita, e o analfabetismo é uma constante:

Certamente é preciso considerar que o uso de todos esses registros como “novas fontes” históricas a serem analisadas nos colocam, de imediato, a consideração de que tal como as fontes textuais, essas precisam ser desvendadas para delas extrair o não dito, as entrelinhas e aquilo que potencialmente permite olhares e leituras diversas<sup>xiv</sup>.

O primeiro contato com os moradores da comunidade como pesquisadora foi marcado por desconfiança e acolhimento. Uma relação paradoxal, pois ao mesmo tempo

em que os meus depoentes me acolhiam pelo fato de me conhecerem, eles também se sentiam intimidados em revelar suas experiências para uma pessoa próxima.

A desconfiança foi quebrada quando me apresentei não somente como a conterrânea curiosa, mas também como uma pesquisadora sedenta por conhecer e revelar a comunidade de Santiago do Iguape a partir das histórias de vida dos seus moradores. O diálogo, realizado com os 24 sujeitos entrevistados, revelaram experiências que se entrelaçaram com as minhas lembranças familiares, contribuindo para construção de saberes históricos dos trabalhadores e trabalhadoras de Santiago do Iguape.

O uso das fontes orais, portanto, pode recuperar histórias não conhecidas, e também capacitar as pessoas a fazerem suas próprias histórias, narrando o seu cotidiano. Dessa forma, o presente estudo buscou apreender memórias dos moradores de Santiago do Iguape, bem como contribuir na efetivação desses enquanto sujeitos da sua própria história, ao valorizar as várias camadas de ligação de memórias individuais e coletivas na pluralidade das versões sobre o passado enunciadas por diferentes narradores.

Quanto a essa categoria norteadora de pesquisa, Le Goff considera que a memória é o “trabalho de atribuir sentido ao passado no presente, a reescrita, recriação do passado no presente orientado por motivações de quem lembra e de quem produz memória”<sup>xv</sup>. Pollak reflete sobre a existência de pontos de referência que estruturam a memória individual e se inserem na memória da coletividade a que se pertence:

Em sua análise da memória coletiva, Maurice Halbwachs enfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos. Entre eles incluem-se evidentemente os monumentos, esses lugares de memória analisados por Pierre Nora, o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a nossa vida, as paisagens, as datas e personagens históricas de cuja importância somos incessantemente lembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, e, por que não, as tradições culinárias.<sup>xvi</sup>

Entre esses pontos de referência, se inserem os “lugares de memória” salientados por Pierre Nora:

São lugares de memória com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo no lugar de aparência puramente material, como um



deposito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica.<sup>xvii</sup>

Para Nora, os três aspectos coexistem, uma vez que o “lugar de memória” é material por seu conteúdo demográfico, simbólico pelas constantes lembranças e transmissões dessas, e funcional por hipótese, pois garante a cristalização dos lugares enquanto “lugares de memória”. Estes, para Pollak, são indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo, os lugares de memórias definem o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, que fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais.

As posições acima apresentadas foram metodologicamente utilizadas para tratar das memórias do cotidiano dos moradores de Santiago do Iguape, não apenas a partir do indivíduo, mas entendidas como propriedade de um grupo, uma comunidade. Memórias essas que giram em torno quase sempre de recordações do cotidiano do grupo, como nesse trecho:

Nesse tempo não tinha ponte a gente atravessava o rio, aí Osvaldo Luz que fez a ponte, pra poder atravessar, pra pegar o dendê cá de Santiago. A gente levava, não tinha almoço, era tudo com a gente. A gente acordava 3 horas da manhã, pra 4 horas tá todo mundo em dias, pra jogar canela, pra chegar lá bater o cartão. Quando a gente acordava atrasado, levantava ligeiro, botava um punhado de farinha na lata com carne de sertão. No caminho era divertido, todo mundo dando risada<sup>xviii</sup>.

Assim a partir destas falas de uma memória coletiva, foram incorporadas à pesquisa outras categorias de análise, em busca de sua percepção mais densa. Dentre estas, “Cotidiano”, “Modos de Fazer” e “Táticas”, na proposição de Certeau, que buscou desvendar as práticas culturais pelo ângulo da recepção anônima, da cultura ordinária, da criatividade das pessoas comuns, da organização dos grupos, das pessoas e das coisas. Sua reflexão incidiu sobre quais práticas eram realizadas pelos sujeitos denominados os “consumidores”:

Na realidade, diante de uma produção racionalizada, expansionista, centralizada, espetacular e barulhenta, posta-se uma produção de tipo totalmente diverso, qualificada como “consumo”, que tem como características suas astúcias, seu esfrelamento em conformidade com as ocasiões, suas “piratarías”, sua clandestinidade, seu murmúrio incansável, em suma, uma quase invisibilidade, pois ela quase não se

faz notar por produtos próprios (onde teria seu lugar?), mas por uma arte de utilizar aqueles que lhes são impostos.<sup>xix</sup>

Atentou também para os modos que os indivíduos utilizam para escapar dessas conformações, inventando o cotidiano graças às “artes de fazer”, às “astúcias sutis” e às “táticas de resistências” pelas quais alteram os objetos e os códigos socialmente estabelecidos, e se reapropriando dos espaços e dos seus usos:

A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo”, como dizia von Bullow, e no espaço por ele controlado. Ela não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas.<sup>xx</sup>

Certeau tentou mostrar que os “consumidores” não são apenas obedientes e passivos. Eles também abrem seus caminhos no uso dos produtos impostos nas “maneiras de fazer” que: “constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural”<sup>xxi</sup>.

Inspirada nestas proposições, busquei notar, nas memórias dos sujeitos de Santiago do Iguape, as matrizes de conciliação das atividades no mar ou na terra, plantando nas roças, trabalhando na colheita de quiabo, cortando e limpando dendê no trabalho na Fábrica Opalma, tecendo, lançando e puxando redes na labuta diária no mar, caminhando pelo mangue na coleta de marisco, construindo objetos de pescas: massaquaras, camboas, jereres, maruãs, cofos, balaios. E, através dessas memórias, apreender como os sujeitos da comunidade foco foram cotidianamente agindo sobre as normas que lhe eram impingidas no avaliar das possibilidades de sobrevivência.

Este diálogo com Certeau foi importante para compreender quais as táticas dos moradores da comunidade de Santiago do Iguape nas atividades produtivas, enquanto fazeres do cotidiano que acontecem em tempos e espaços diferentes.

Muitas práticas cotidianas (falar, ler, circular, fazer compras ou preparar as refeições etc.) são do tipo de tática. E também, de modo mais geral, uma grande parte das “maneiras de fazer”: vitórias do

“fraco” sobre o mais “forte” (os poderosos, a doença, a violência das coisas ou de uma ordem etc.), pequenos sucessos, artes de dar golpes, astúcias de “caçadores”, mobilidades de mão de obra, simulações polimorfas, achados que provocam euforia, tanto poéticos quanto bélicos.<sup>xxii</sup>

Para refletir como os sujeitos de Santiago do Iguape organizavam o seu tempo frente à realização de várias atividades cotidianas, utilizo os estudos de Edward Thompson referente à noção de tempo. Esse autor chamou atenção para a existência de diferentes formas de conceber e usar o tempo, em artigo sobre a difusão de relógios a partir do século XIV. Para medir o trabalho nas manufaturas, o autor se preocupou em discutir de que maneira essa mudança afetou a disciplina de trabalho, e a influência destas sobre a percepção de tempo internalizada pelos trabalhadores, via o condicionamento tecnológico dessa medição como meio de exploração da mão-de-obra.

O que precisa ser dito não é que um modo de vida seja melhor do que o outro, mas esse é um ponto de conflito de enorme alcance; que o registro histórico não acusa simplesmente uma mudança tecnológica neutra e inevitável, mas também a exploração e a resistência à exploração; e que os valores resistem, bem como a ser ganhos.<sup>xxiii</sup>

A pesquisa evidenciou que nas memórias do cotidiano e do trabalho em Santiago do Iguape a noção de tempo se relaciona com as atividades desenvolvidas, semelhante à direcionada pelas tarefas, analisadas por Thompson. E que essa noção estava ligada às diversas situações cotidianas de trabalho, que obedeciam aos ritmos da natureza. Eram marcadores de tempo os períodos da pescaria, da plantação de roças, da colheita de quiabo – orientadas pelo desenvolvimento de tarefas que, segundo Thompson, pressupõe pouca separação entre o trabalho e as demais relações sociais cotidianas.

O trabalho se prolonga ou se contrai de acordo com a tarefa, e o trabalho e o “passar do dia” se confundem. Ainda hoje é comum os pescadores serem encontrados durante o dia no bar conversando sobre as pescarias, contando “causos”, ou sentados às suas portas, remendando redes de pescas nos períodos de intervalo das tarefas diariamente produtivas. Escutam som, batem papo e às vezes passam o dia tomando uma pinga, jogando dominó na praça. Contudo, no “cair” da noite, os pescadores saem para a “labuta no mar”, pois é o período da maré boa para pesca.

Baseando-me nestas observações do presente e nas falas sobre o passado, incorporei a noção de tempo imbricada com os ritmos da natureza, com adaptações

sazonais das atividades no mar e na roça, e reservando ainda o tempo para festas religiosas, para os feriados locais, e para atender às demandas da produção na Fábrica Opalma. Esta, devo salientar, apresentou diferentes notações de tempo para os sujeitos de Santiago do Iguape, acostumados à execução de atividades diversas que exigia horários flexíveis. Essas categorias de análise ajudaram-me a compreender os moradores de Santiago do Iguape nos seus modos de viver e saber/fazer.

---

<sup>i</sup> O conceito Quilombo passou por diversas ressemantizações, até chegar a categoria de remanescente de quilombo.

<sup>ii</sup> Em alguns momentos utilizo o termo Vale do Iguape, que se refere à região da Bacia do Iguape.

<sup>iii</sup> Ver: PEDRÃO, Fernando Cardoso. Novos rumos, novos personagens. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.

<sup>iv</sup> Utilizo também a expressão Vale do Iguape, para me referir à região.

<sup>v</sup> A Fábrica Opalma foi implantada na década de 1960 no Vale do Iguape, especificamente no povoado Acutinga.

<sup>vi</sup> A Associação Quilombola de Santiago do Iguape ocupou as terras onde localizava-se o antigo Engenho Brandão, terras conhecidas na comunidade como “Quilombo” e ocupada por aproximadamente 40 núcleos familiares que produzem pequenas roças. Ver: CRUZ, Ana Paula Batista da Silva. Uma Breve Descrição da Comunidade Remanescente de Quilombo Santiago do Iguape. In: PIRES, A. L. C.; CARDOSO, L. C.; PEREIRA, N. G. *Nas margens do tempo: histórias em construção*. Curitiba: Ed. Progressiva/MEC, 2010.

<sup>vii</sup> Essa é uma questão que persigo ao longo da minha trajetória acadêmica, que teve início a partir do contato com o texto de Marc Bloch “Apologia da História”. Ver: BLOCH, Marc. *Apologia da história ou ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2002.

<sup>viii</sup> BLUME, Luiz Henrique dos Santos. “*Viver de tudo que tem na maré*”: tradições, memórias de trabalho e vivências de marisqueiras em Ilhéus, BA, 1960-2008. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

<sup>ix</sup> *Ibidem*

<sup>x</sup> HOBBSAWM, Eric. “O Presente como História”. In: \_\_\_\_\_. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 244-245.

<sup>xi</sup> Destacado nas pesquisas de economistas, sociólogos e historiadores como Maria Brandão, Fernando Pedrão, Costa Pinto, Ubiratan Castro, Walter Fraga, Katia Mattoso e Waldir Oliveira.

<sup>xii</sup> PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*. São Paulo, nº. 14, 1997. P. 27-28.

<sup>xiii</sup> *Ibid.*, p. 27.

---

<sup>xiv</sup> FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História Social: Historiografia e pesquisa. *Projeto História*. São Paulo, nº 16, 1998. P. 77.

<sup>xv</sup> LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 1996.

<sup>xvi</sup> POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricos*. Vol. 2, n.3, 1989. P 1.

<sup>xvii</sup> NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, nº 10, São Paulo, 1993. P. 21.

<sup>xviii</sup> Entrevista realizada com o Sr. Tiago Gomes dos Santos, 58 anos, morador de Santiago do Iguape e ex-trabalhador da Fábrica Opalma. A entrevista contou com a participação do Sr. Pedro dos Prazeres, 54 anos, também morador da comunidade de Santiago do Iguape e ex-trabalhador da Fábrica Opalma. Seu Tiago relatou o cotidiano dos trabalhadores da comunidade de Santiago do Iguape na Fábrica Opalma.

<sup>xix</sup> CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. P.82.

<sup>xx</sup> *Ibid.*, p. 94-95.

<sup>xxi</sup> Para Certeau, “o modo de usar a ordem dominante exercia o seu poder, que não tinham meios para recusar; a esse poder escapavam sem deixá-lo. A força de sua diferença se mantinha nos procedimentos de ‘consumo’. Em grau menor, um equívoco semelhante se insinua em nossas sociedades com o uso que os meios ‘populares’ fazem das culturas difundidas e impostas pelas ‘elites’ produtoras de linguagem.” (2012, p.39).

<sup>xxii</sup> CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. P.46.

<sup>xxiii</sup> THOMPSON, E. P. “Tempo Disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial”. In: \_\_\_\_\_. *Costumes em comum - Estudos Sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 301.

## **“Ladrões à solta”: imprensa carioca, política e crime na cidade do Rio de Janeiro durante a campanha presidencial de 1909 e 1910**

Ana Vasconcelos Ottoni \*

Resumo: Este trabalho analisa como a imprensa carioca retratava a suposta relação entre política e crime no Rio de Janeiro durante a campanha presidencial de 1909 e 1910, em consonância com as suas concepções sobre o sistema eleitoral vigente, policiamento na cidade e relacionamento dos políticos com os criminosos. Examina-se também como os jornais articulavam a discussão sobre as questões políticas e criminais da época com as suas posições quanto às candidaturas presidenciais do marechal Hermes da Fonseca e Rui Barbosa.

Palavras-chave: imprensa, crime no Rio de Janeiro, campanha presidencial de 1909 e 1910

“Thieves around”: Rio press, politics and crime in the city of Rio de Janeiro during the 1909 and 1910 presidential campaign

Abstract: This paper analyzes how the Rio press portrayed the alleged relationship between politics and crime in Rio de Janeiro during the 1909 and 1910 presidential campaign, in line with its views on the current electoral system, policing in the city and the political relationship with criminals. Also it examines how newspapers articulated the discussion about the political and criminal issues of that time with their positions concerning the presidential candidacies of Marshal Hermes da Fonseca and Rui Barbosa.

Keywords: press, crime in Rio de Janeiro, 1909 and 1910 presidential campaign

“Ladrões à solta”. “Ladrões audaciosos”. “A fraude e o assassinato”. “Crimes e mais crimes”<sup>1</sup>. Títulos de reportagens policiais e de artigos de jornais como esses eram estampados em abundância nas páginas da *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã* durante a campanha presidencial de 1909 e 1910. Nestas publicações, os jornalistas buscavam mostrar que o Rio de Janeiro, Capital da República, estava sendo infestado por diversos criminosos que efetivavam seus crimes a qualquer hora do dia, nos mais variados espaços da cidade. Muitos desses personagens criminais eram considerados pela imprensa como os principais cabos eleitorais/capangas de políticos. Segundo os jornalistas, os crimes cometidos pelos cabos eleitorais/capangas de políticos podiam ser realizados tanto com fins eleitorais, já que os bandidos agiam a mando dos políticos que buscavam vencer as eleições a qualquer custo, quanto para finalidades pessoais dos criminosos.<sup>2</sup>

Como veremos mais adiante do texto, ao relatarem tais crimes para seus leitores, os profissionais de imprensa divulgavam a ideia de que os principais fatores do aumento dos crimes na cidade eram o sistema eleitoral brasileiro da época, as relações estreitas que determinados políticos mantinham com os bandidos e/ou as deficiências no policiamento. Essas questões foram amplamente discutidas pela imprensa durante a campanha presidencial de 1909 e 1910, ou seja, em meio a uma disputa eleitoral, como assinalou Eliana Dutra, marcada pelo questionamento do sistema oligárquico, então em vigor, e da sua forma eleitoral.<sup>3</sup> Tais assuntos também foram abordados mediante aos diferentes posicionamentos dos impressos em relação às duas candidaturas que disputavam à Presidência da República: Rui Barbosa e marechal Hermes da Fonseca

Conforme assinala Vera Borges, os jornais cariocas estamparam em suas páginas as adesões e os distanciamentos em relação às duas candidaturas presidenciais, durante o segundo semestre de 1909.<sup>4</sup> Segundo Nelson Sodré, a imprensa havia se dividido, desde o momento em que, enfrentando o poderio das forças dominantes, Rui Barbosa se decidiu a desencadear a campanha civilista.<sup>5</sup> Na eleição de 1910, Hermes da Fonseca foi apoiado pelo então presidente da República, Nilo Peçanha. Na época, os dois grandes estados Minas Gerais e São Paulo tinham-se desentendido.<sup>6</sup> Segundo José Murilo de Carvalho: “o candidato da oposição, Rui Barbosa, apoiado por São Paulo, levou a cabo a primeira campanha eleitoral dirigida à população”<sup>7</sup>.

Este trabalho analisa como a imprensa carioca retratava a suposta relação entre política e crime no Rio de Janeiro durante a campanha presidencial de 1909 e 1910, em consonância com as suas concepções sobre o sistema eleitoral vigente, policiamento na cidade e relacionamento dos políticos com os criminosos. Examina-se também como os jornais articulavam a discussão sobre as questões políticas e criminais da época com as suas posições quanto às candidaturas presidenciais do marechal Hermes da Fonseca e Rui Barbosa.

Procura-se utilizar como corpus documental o *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e a *Gazeta de Notícias*. Selecionamos tais fontes, pois foram os principais jornais cariocas da época que discutiram intensamente os temas políticos/eleitorais e criminais do Rio de Janeiro durante a campanha presidencial de 1909 e 1910. Vale notar que o espaço reservado aos assuntos relativos aos crimes/criminalidade já tinha crescido nas páginas dos jornais desde finais do século XIX com a transformação da imprensa brasileira em empresa capitalista nesse período.<sup>8</sup> Desde essa época o crescimento das ocorrências de crimes veiculadas nos impressos era uma das formas encontradas pelos jornais para conquistarem um público mais vasto. Afinal, os próprios jornalistas diziam que os acontecimentos criminais tinham cada vez mais a preferência do público.<sup>9</sup>

Durante a campanha presidencial de 1909 e 1910, todos os três jornais aqui examinados pareciam muitas vezes utilizar a popularidade que os temas criminais davam aos impressos para poder discutir, em articulação com o crime, questões de caráter político-eleitoral do Brasil e do Rio de Janeiro republicano. Isso pode ser explicado pelo próprio fato de a eleição de 1910 ter sido a primeira disputa efetiva à Presidência da República com campanha eleitoral, durante a qual a eleição ganhara as ruas das cidades brasileiras, com os meetings- hoje conhecidos como comícios- as excursões eleitorais e a participação ativa da população urbana nas diversas atividades de campanha (recepções de chegada e partida das excursões eleitorais, meetings, etc), como lembra Vera Borges<sup>10</sup>.

Vale registrar que os jornalistas que abordavam os assuntos políticos/eleitorais e criminais em artigos de jornais da época podiam assinar ou não os seus textos. Tais profissionais eram em sua maioria filhos de famílias da classe média ou abastadas e profissionais formados em Direito, a exemplo de um dos cronistas políticos mais conhecidos do período, o advogado Leão Velloso, que trabalhava como redator –chefe do *Correio da Manhã*, no qual escrevia sob o pseudônimo de Gil Vidal.<sup>11</sup> Segundo Marialva Barbosa, o curso de Direito oferecia um curso de ciências sociais, no qual buscava formar dois profissionais: um para ser, em primeiro lugar, um burocrata-advogado e outro para ser, sobretudo um burocrata-político. O curso de ciências sociais oferecia matérias como economia e política que aprofundavam os horizontes de conhecimento dos estudantes que eram formados para ocupar funções de natureza política<sup>12</sup>. Talvez isso explique por que os jornalistas pareciam conhecer com profundidade os temas políticos e eleitorais da época. Suas próprias vivências cotidianas com a política também podem explicar tal conhecimento. Quanto à temática criminal, muitos jornalistas que escreviam em artigos de jornais da época também pareciam conhecer bem o referido assunto, devido ao tratamento detalhado que davam ao tema. A nosso ver, isso se deve ao fato de muitos deles terem se formado nas faculdades de Direito do Rio de Janeiro e São Paulo, onde tais cursos ofereciam a disciplina de Direito Criminal, e/ou ao fato de uma parte dos articulistas terem em experiências profissionais anteriores atuado como repórteres policiais, a exemplo de Leão Velloso, que fora repórter criminal em fins do século XIX.<sup>13</sup>

Em relação aos jornalistas que tratavam dos temas políticos/eleitorais e criminais em reportagens policiais, estes profissionais não assinavam suas matérias<sup>14</sup>. Os repórteres dos principais jornais cariocas da época - sejam eles da área policial ou não - eram em sua maioria jovens, estudantes das faculdades de Direito e filhos de famílias abastadas ou da classe média.<sup>15</sup> Os repórteres de polícia pareciam conhecer bem os temas relativos não apenas ao crime/criminalidade, mas também concernentes à política/eleições da época, pela forma



minuciosa com que relatavam esses assuntos. Isso se deve possivelmente não somente a formação acadêmica desses profissionais e às suas próprias vivências cotidianas com a política, mas também aos seus contatos com os populares nas ruas, através das entrevistas que faziam com diferentes tipos de personagens (vítimas, criminosos, testemunhas etc) envolvidos nos crimes, dos múltiplos relatos que circulavam na cidade e de informações da polícia. Ao fazerem suas reportagens nas ruas do Rio de Janeiro, iam em épocas eleitorais até os locais de votação da cidade, para procurar notícias de crimes cometidos por cabos eleitorais/capangas de políticos.<sup>16</sup> Afinal, os jornalistas sabiam que as eleições no Rio de Janeiro eram decididas por bandos que atuavam em determinados pontos da cidade e alugavam seus serviços aos políticos.<sup>17</sup>

Tanto os repórteres quanto os articulistas se mostravam preocupados com o crescimento dos crimes na capital, uma vez que tal expansão foi vista na época como um entrave a construção de um Rio de Janeiro que se queria moderno, europeizado, capaz de ser o cartão-postal da República.<sup>18</sup> Porém, os profissionais de imprensa não somente se preocupavam com tal questão, mas também com a situação política pela qual a cidade e o Brasil passavam, já que alegavam que era um absurdo um país que tinha a pretensão de ser dirigido por um regime democrático, não ter a soberania do voto.<sup>19</sup>

Comentavam que os criminosos que estavam ligados aos políticos “corruptos” perpetravam crimes com fins eleitorais em troca de dinheiro e proteção desses políticos. Em função dessa proteção, alegava a imprensa, os personagens criminais se sentiam confiantes em praticar de forma livre e impune os mais variados crimes para fins não apenas eleitorais, mas também pessoais.<sup>20</sup> Durante as eleições municipais de 1909, ocorridas em plena campanha presidencial de 1909 e 1910, o editorialista Gil Vidal fazia comentários nesse sentido, ao se referir a um capanga eleitoral conhecido no Rio de Janeiro que havia matado um cocheiro.

O assassino (Arthur de Novais) (...) era um capanga eleitoral. (...) Esse indivíduo (...) matando um pobre cocheiro, porque este lhe exigira o pagamento por serviços que lhe prestara, tinha, à vista dos precedentes de impunidade ocorridos com ele próprio, absoluta confiança na influência do seu patrono (o deputado carioca Nicanor Nascimento) pelo que não descobria empecilhos à expansão de seus instintos sanguinários.<sup>21</sup>

Além de os políticos tidos como “corruptos”, os jornalistas também responsabilizavam o próprio sistema eleitoral da época como um dos principais estimuladores dos crimes. Veiculavam a ideia de que em toda parte o “famoso sistema representativo” era “viciado e adulterado”, mas que “em parte alguma” ele o era “tão ostensivamente, tão claramente, tão escandalosamente, como no Brasil e principalmente na Capital Federal”, devido, diziam os profissionais de imprensa, aos inúmeros episódios de mortes, assaltos às urnas e conflitos aí

existentes.<sup>22</sup> Os repórteres e articulistas pareciam mesmo ter um desconforto com relação à lei eleitoral da época, já que ela, segundo os mesmos, não punia os envolvidos nas fraudes e violências eleitorais.<sup>23</sup>

Em suas publicações, assinalavam que o sistema eleitoral, ao não punir aqueles que praticavam as fraudes eleitorais, acabava fazendo com que os chefes políticos envolvidos em tais práticas eleitorais continuassem contratando e protegendo um dos seus principais cabos eleitorais: os criminosos da cidade, pois estavam cientes de que não seriam punidos. Não é à toa que os profissionais de imprensa alegavam que, quando as eleições se aproximavam, normalmente “(...) os chefes políticos procuram livrar da cadeia os seus instrumentos para as desordens eleitorais”; (e por isso) “não é de admirar que os ladrões campeiem impunes e calmamente por esta admirável cidade”,<sup>24</sup> cometendo os mais variados crimes.

Embora os jornalistas da *Gazeta de Notícias*, *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* convergissem em responsabilizar o sistema eleitoral brasileiro da época e os políticos “corruptos” pelo aumento dos crimes na cidade, divergiam sobre quem eram esses políticos e o modo como consideravam o serviço de policiamento na cidade. Antes de explicarmos essa questão, é importante dizer que durante a campanha presidencial de 1909 e 1910, os diferentes jornais cariocas se posicionaram de formas distintas em relação à eleição, de acordo com os seus interesses econômicos – era comum na época a compra da opinião de parte da imprensa pelos governos constituídos<sup>25</sup> –, ideológicos, políticos, entre outros. Assim, devido a fatores de diversa ordem, que aqui não serão discutidos, o *Jornal do Brasil* optou por apoiar a candidatura de Hermes da Fonseca, e a *Gazeta de Notícias* e o *Correio da Manhã* a candidatura de Rui Barbosa<sup>26</sup>.

Ao longo da campanha presidencial, os repórteres policiais e articulistas desses três jornais usaram suas publicações de crimes como instrumentos de ação partidária para apoiar ou atacar Rui Barbosa ou Hermes da Fonseca, de acordo com os posicionamentos dos impressos em relação a tais candidaturas.

No que diz respeito ao *Correio da Manhã*, como esta folha apoiava Rui Barbosa, recorreu às temáticas criminais para atacar diretamente a candidatura de Hermes da Fonseca e o governo de Nilo Peçanha, apesar de se declarar um jornal independente dos partidos, como lembra Américo Freire<sup>27</sup>. Seus jornalistas veiculavam a ideia de que Nilo Peçanha e outros políticos partidários do hermismo estimulavam os crimes na cidade. Segundo eles, tais políticos protegiam os bandidos, já que estes andavam à solta pelas ruas perpetrando variados crimes, sem serem punidos. Em troca dessa proteção, diziam os jornalistas do *Correio*, os criminosos prestariam “favores eleitorais” aos políticos adeptos da candidatura militar no sentido de fazerem com que Hermes

da Fonseca saísse vitorioso da eleição de 1910.<sup>28</sup> Os repórteres e articulistas do *Correio* afirmavam que um dos principais artifícios utilizados por tais políticos para que garantissem a impunidade dos criminosos diziam respeito às relações estreitas e “escusas” que estabeleciam com a polícia. Tais jornalistas alegavam que era por isso que polícia não prendia os criminosos mancomunados com políticos que apoiavam a candidatura de Hermes da Fonseca.<sup>29</sup> Em troca da proteção a esses bandidos, a polícia receberia benesses e cargos do governo, caso Hermes da Fonseca ganhasse as eleições.

O alvo central dos ataques do *Correio do Manhã* à polícia do Rio era o chefe de polícia, Leoni Ramos, tendo em vista que quem nomeava o chefe de polícia da época era o presidente da República.<sup>30</sup> Segundo os repórteres e articulistas do jornal, o policiamento nas ruas, sob a gestão de Ramos, era péssimo pois tal chefe de polícia somente estava interessado na “politicagem reles e desenfreada”, sendo por isso que os assaltos e roubos na cidade cresciam vertiginosamente em sua administração. “Hoje, os ladrões operam livremente, sem que a polícia do Sr. Leoni Ramos ligue a mínima importância”<sup>31</sup>.

Quando ocorreu as eleições municipais de 1909, consideradas como “sanguinolentas” devido aos crimes violentos e homicídios ocorridos, os jornalistas do *Correio* alegavam que Nilo Peçanha era o principal responsável pela falta de policiamento no referido pleito.<sup>32</sup> Gil Vidal, em um de seus inúmeros artigos nos quais fazia ferrenhas críticas à candidatura do Hermes da Fonseca<sup>33</sup>, argumentava que a falta de policiamento se devia às “íntimas relações entre o chefe de polícia e o presidente da República”<sup>34</sup>, já que, na perspectiva do editorialista, os criminosos que perpetraram homicídios e outros crimes durante o pleito de 1909 estavam amparados por autoridades policiais que atendiam às ordens de Nilo Peçanha de não prender tais bandidos.

Como já dito, além de Nilo Peçanha, outros partidários da candidatura militar eram responsabilizados pelo *Correio* e seus jornalistas pelo aumento da criminalidade na cidade, a exemplo do influente senador Augusto de Vasconcelos<sup>35</sup>. O *Correio* afirmava que tal político incentivava a criminalidade porque exercia forte influência na polícia e na política do período, inclusive no palácio do Catete, junto ao presidente da República.<sup>36</sup> Por exemplo, segundo um dos articulistas da folha, as relações “escusas” que Augusto de Vasconcelos travava com Nilo Peçanha desaguava na mais absoluta “segurança da impunidade” para “os mais perigosos criminosos” que infestavam a cidade e subúrbios, “a serviço da vergonhosa política” que “a todo custo o governo” queria que triunfasse.<sup>37</sup> Em relação às forças policiais, estas, dizia o jornalista, não prendiam os criminosos porque elas se “prestavam aos manejos” do senador Augusto de Vasconcelos.<sup>38</sup>

Tal como o *Correio*, a *Gazeta*, que também apoiava a campanha civilista, salientava que o envolvimento de Leoni Ramos e seus subordinados na campanha militar da época eram uma das razões que explicavam o motivo pelo qual as forças policiais deixavam a cidade entregue aos assaltos e roubos, já que os criminosos seriam protegidos pela “polícia hermista”<sup>39</sup>. Contudo, se por um lado a *Gazeta* convergia com o *Correio* quanto a essa ideia, por outro, distanciava-se desse último, por adotar uma postura ambígua quanto ao governo de Nilo Peçanha. Enquanto o *Correio* acusava com veemência Nilo Peçanha pelo aumento da criminalidade, chamando-o de “protetor e amparador dos assassinos e ladrões”<sup>40</sup> e cabo eleitoral de Hermes da Fonseca, a *Gazeta* ora dizia que o referido presidente mantinha uma posição neutra e imparcial na campanha presidencial<sup>41</sup> ora salientava que o mesmo para fazer vencer a candidatura militar protegia os bandidos, deixando-os livres para perpetrar vários crimes.<sup>42</sup>

Além disso, a *Gazeta*, não informava, diferentemente do *Correio*, quem eram os outros políticos partidários da campanha militar que estariam supostamente mancomunados com os criminosos durante a campanha presidencial. Em todo caso, devemos nos perguntar por que a *Gazeta* tinha um discurso ambíguo quanto a Nilo Peçanha, e o *Correio* produzia apenas discursos críticos ao referido presidente, se ambos apoiavam Rui Barbosa. Em relação à *Gazeta*, os seus ataques ao presidente podem ser explicados devido a própria posição assumida pelo jornal em prol da candidatura de Rui Barbosa, já que a candidatura militar era apoiada por Nilo Peçanha. Por outro lado, quando salientava que o presidente era imparcial e neutro na campanha eleitoral, parecia querer não contrariar o seu perfil político de jornal que ao longo de sua história foi caracterizado por ser uma folha governista. Já as constantes acusações feitas pela folha civilista *Correio* ao Nilo Peçanha podem ser explicadas tanto pelo fato deste político ter apoiado a candidatura militar, quanto também pelo próprio passado histórico do jornal que, desde a sua fundação, em 1901, era um jornal de clara oposição ao governo e aos grupos políticos dominantes<sup>43</sup>.

Quanto à folha hermista *Jornal do Brasil*, este jornal não informava quem eram os políticos adeptos da campanha civilista supostamente envolvidos com os criminosos da época. Diferentemente do *Correio* e da *Gazeta*, em nenhum dos seus textos mencionou a questão da politicagem na organização policial, pois pode ser que soubesse que se tocasse nesse assunto “espinhoso” prejudicaria a candidatura oficial do governo, já que afinal, os cargos na polícia eram objeto de favor político na época.

Embora ao longo da campanha presidencial ressaltasse que as eleições no Rio de Janeiro eram historicamente marcadas por diversas cenas de violência e crimes, no dia do pleito de março de 1910, o jornal assinalou que na referida eleição praticamente não houve crimes, sob a alegação

de que a polícia e o governo tinham agido energicamente contra os que tentavam perpetrar crimes. Em sua primeira matéria publicada no dia da votação, por exemplo, o *Jornal do Brasil* dizia que o governo estava “perfeitamente aparelhado e disposto a reprimir qualquer perturbação, a fim de garantir a liberdade do voto”<sup>44</sup>. Ao defender também com veemência a polícia, alegava que as forças de segurança tinham garantido a tranquilidade e a ordem, ao terem feito um “extraordinário policiamento” na cidade, já que Leoni Ramos mandou efetivar prisões de “vários desordeiros e gatunos”.<sup>45</sup> Por isso, dizia o impresso, o eleitorado poderia exercer “livremente o seu direito, sem peias e sem temores”<sup>46</sup>.

Contudo, há que se observar que essa defesa da polícia e do governo pelo jornal durante o pleito de 1910 contrariava seus discursos de anos anteriores, uma vez que o periódico ao longo de sua história fazia veementes críticas ao governo e às forças policiais<sup>47</sup>. Tanto o enaltecimento do *Jornal do Brasil* e seus jornalistas ao policiamento e ao governo na eleição de março de 1910 quanto a sua omissão sobre a questão da politicagem na organização policial durante a campanha presidencial podem ser lidos, assim, como instrumentos de ação político-partidária do impresso, ou seja, como uma forma desta folha assumir politicamente seu apoio à candidatura de Hermes da Fonseca.

Diferentemente do *Jornal do Brasil*, o *Correio* e a *Gazeta* ressaltavam que o pleito de 1910 foi caracterizado pela fraude, assaltos às seções eleitorais, ferimentos e sangue.<sup>48</sup> Apesar de Rui Barbosa ter recebido número expressivo de votos na cidade do Rio, a candidatura de Hermes venceu o pleito de março de 1910.<sup>49</sup> A derrota eleitoral do candidato civilista não desanimou de maneira alguma os jornalistas da *Gazeta* e do combativo jornal *Correio da Manhã* de continuarem utilizando as publicações de crimes como estratégia política para atingir Hermes da Fonseca.<sup>50</sup> Havia a expectativa de que a eleição de 1910 fosse anulada, já que de fato, a eleição teria tido evidências de irregularidades no pleito, como diz Cristina Buarque de Holanda.<sup>51</sup>

No que se refere ao jornal hermista *Jornal do Brasil*, a imagem de paz e tranquilidade no pleito de 1910 que a folha buscava passar com veemência para seu público, parecia ser uma representação imprescindível de ser produzida do ponto de vista do periódico. Afinal, a imprensa civilista contestava a vitória eleitoral de Hermes da Fonseca, ao acusar os seus partidários - e a ele próprio- de fraudarem as eleições, por meio de crimes e roubos de livros eleitorais.

Apesar dos jornais *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Gazeta de Notícias* se posicionarem de formas distintas quanto ao pleito de 1910, todos eles pareciam considerar que tratar as temáticas da criminalidade e eleições em suas páginas, influenciariam no apoio ou não-apoio popular à vitória de Hermes da Fonseca, tal a veemência com que discutiam o assunto. Isso tudo indica que os periódicos e seus jornalistas pareciam acreditar que o povo, ou pelo menos seus

leitores, estavam bem atentos e interessados por temas referentes à política da segurança pública da cidade, e às questões político-eleitorais da época.

Além disso, embora todos os três impressos aqui examinados articulassem diversos problemas políticos e eleitorais do Brasil e do Rio de Janeiro republicano com o crime, tinham o desejo, a esperança e a expectativa por uma República na qual houvesse a garantia ao direito do cidadão ao voto e à segurança pública. Tal aspiração era expressa através dos veementes apelos ou cobranças que os profissionais de imprensa faziam às autoridades governamentais e/ou policiais no cumprimento desse direito.<sup>52</sup>

Assim, o crime e suas supostas relações com a política da época pareciam ser utilizados pelos jornalistas do *Correio*, *Gazeta* e *Jornal do Brasil* não apenas como instrumentos políticos para apoiarem ou atacarem as candidaturas de Hermes da Fonseca ou Rui Barbosa, mas também como um meio para se discutir a viabilidade das eleições e da segurança pública na República.

### Notas e Referências

---

\* Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF). O presente artigo é resultado de um dos assuntos abordados em minha tese de doutorado intitulada “ “O paraíso dos ladrões”: crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa (Rio de Janeiro, 1900-1920)”. Niterói: Tese de doutorado em História, PPGH/UFF, 2012. A tese contou com o financiamento da CAPES e com a orientação da professora doutora Martha Campos Abreu. Atualmente, sou bolsista da FAPERJ no projeto de pesquisa “ O testemunho como janela: o perfil dos atingidos e a estrutura repressiva do Estado ditatorial no Rio de Janeiro a partir de testemunhos dados à Comissão de Reparação do Estado do Rio de Janeiro”, coordenado pelo professor doutor Marcos Luiz Bretas da Fonseca (UFRJ). E-mail de contato: [anavasottoni@yahoo.com.br](mailto:anavasottoni@yahoo.com.br). Endereço residencial: Rua Eutíquio Soledade, nº 6, Tauá, Ilha do Governador. Rio de Janeiro/RJ. Cep: 21920-055. Tel: (21) 3396-97-13.

<sup>1</sup> *Gazeta de Notícias*, 3/11/1909, 3; *Jornal do Brasil*, 20/02/1910, 5; 2; *Gazeta de Notícias*, 2/11/1909, 1; *Correio da Manhã*, 27/01/1910, 2.

<sup>2</sup> Os criminosos do Rio de Janeiro que estariam ligados aos políticos “corruptos” diziam respeito aos valentes e os chamados malandros. Segundo os jornalistas, os valentes eram geralmente criminosos temidos pela população pois cometiam sobretudo crimes violentos (homicídios e lesões corporais), além de roubos. Já os malandros podiam, tal como os valentes, produzir “medo” no outro, mas eles se valiam principalmente de ardis. Eram geralmente associados aos furtos e estelionatos. MISSE, Michel. *Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado (Sociologia), 1999, p. 258.

<sup>3</sup> DUTRA, Eliana. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1904-1014)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

<sup>4</sup> BORGES, Vera Lúcia Bogéa. “A dramaticidade da eleição presidencial (1909-1910)”. *Anais do I Seminário Nacional de Pós-Graduandos em História das Instituições*. Rio de Janeiro, 2008, p. 8.

<sup>5</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 327.

<sup>6</sup> CARVALHO, José Murilo de. “Os três povos da República”. In: Carvalho, Maria Alice Resende (org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 74.

<sup>7</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>8</sup> GUIMARÃES, Valéria. “Modernismo e sensacionalismo nos jornais de São Paulo e Rio de Janeiro no início do século XX”. In: *XI Encontro Regional da ABRALIC*. SP: USP, 2007, p. 4.

<sup>9</sup> BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

<sup>10</sup> BORGES, Vera Lúcia Bogéa. *A batalha eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na Primeira República*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2001, p. 25.

<sup>11</sup> BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. *Op.cit.*

<sup>12</sup> BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público. Os diários do Rio de Janeiro*. Niterói: Tese de doutorado em História, UFF, 1996, p. 117.

<sup>13</sup> BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. *Op.cit.*, p. 152.

<sup>14</sup> Vale notar que durante a Primeira República as reportagens policiais que tratavam de qualquer outro assunto também não eram assinadas.

- <sup>15</sup> BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa. Brasil, 1800-1900. Op.cit.*
- <sup>16</sup> Sobre as eleições no interior do país, ver a obra clássica de LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- <sup>17</sup> BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas*, 1917, p. 114 *apud*, Carvalho, José Murilo de. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia.das Letras, 1987, p.88.
- <sup>18</sup> MATTOS, Rômulo. “A aldeia do mal”: o Morro da Favela e a construção social das favelas durante a Primeira República. Niterói: PPGH-UFF, Dissertação de mestrado, História, 2004, p. 34.
- <sup>19</sup> “A fraude e o assassinato”, *Gazeta de Notícias*, 2/11/1909, 1.
- <sup>20</sup> “Sem polícia”, *Correio da Manhã*, 7/11/1909, 3. Artigo assinada por Gil Vidal; “As eleições municipais”, *Gazeta de Notícias*, 1/11/1909, 1.
- <sup>21</sup> “Sem polícia”, *Correio da Manhã*, 7/11/1909, 3. Artigo assinado por Gil Vidal.
- <sup>22</sup> “A fraude e o assassinato”, *Gazeta de Notícias*, 2/11/1909, 1.
- <sup>23</sup> “As eleições municipais”, *Gazeta de Notícias*, 1/11/1909,1.
- <sup>24</sup> “Assaltos de ladrões”, *Gazeta de Notícias*, 25/10/1909, 2.
- <sup>25</sup> BORGES, Vera Lúcia Bogéa. “A dramaticidade da eleição presidencial (1909-1910)”. *Op. cit.*, p. 9.
- <sup>26</sup> Sobre as razões do apoio de jornalistas e diferentes jornais cariocas à candidatura de Hermes da Fonseca ou à de Rui Barbosa, ver: BORGES, Vera Lúcia Bogéa. “A dramaticidade da eleição presidencial (1909-1910). *Op. cit.*, pp. 7-8; LOPES, Antônio Herculano. “Do monarquismo ao “populismo”. O *Jornal do Brasil* na virada para o século XX”. In: BASTOS, Lúcia; Morel, Marco; FERREIRA, Tânia Maria (orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: Faperj, 2006, pp. 343-344.
- <sup>27</sup> FREIRE, Américo. “Fazendo a República: a agenda radical de Irineu Machado”. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro: vol.13, n.26, p. 121.
- <sup>28</sup> Ver, por exemplo, as seguintes publicações: “Impunidade triunfante”, *Correio da Manhã*, 9/11/1909, 1. Artigo assinado por Gil Vidal; “A eleição e o Sr. Nilo Peçanha”, *Correio da Manhã*, 27/02/1910, 3.
- <sup>29</sup> “Crime e mais crime”, *Correio da Manhã*, 27/01/1910,2; “A eleição presidencial”, *Correio da Manhã*, 1/03/1910, 1-2.
- <sup>30</sup> Segundo Marcos Bretas, o chefe de polícia, além de nomeado pelo presidente, era escolhido entre os advogados com mais de dez anos de prática ou com notório saber no campo policial. BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 50.
- <sup>31</sup> “Estabelecimento assaltado na rua das Alfândegas: a polícia dorme”, *Correio da Manhã*, 13/01/1910,4.
- <sup>32</sup> “Um pleito de sangue”, *Correio da Manhã*, 1/11/1909, 1.
- <sup>33</sup> Ressalta-se que, segundo Vera Lúcia Borges, Gil Vidal em sua primeira matéria acerca da disputa presidencial de 1910 apoiou a candidatura do marechal Hermes e cobrou do candidato militar elementos que confirmassem o caráter renovador do lançamento do seu nome. Porém, segundo a autora, ele obteve como resposta apenas o silêncio. Assim, Gil Vidal “interpretou esta conduta como sinal de obediência à senha do silêncio que possivelmente Hermes da Fonseca recebera dos principais políticos”. Borges assinala então que este lhe pareceu ser o primeiro sinal para Gil Vidal apoiar a candidatura de Rui Barbosa. BORGES, Vera Lúcia Bogéa. *A batalha eleitoral de 1910. Op.cit.*, p. 14.
- <sup>34</sup> “A monstruosidade de anteontem”, Gil Vidal, *Correio da Manhã*, 2/11/1909, 1.
- <sup>35</sup> Augusto de Vasconcelos era médico, filho de um fabricante de rapadura, nascido em Campo Grande, zona rural da cidade do Rio de Janeiro. Na República obteve o seu primeiro mandato parlamentar em outubro de 1892, elegendendo-se intendente municipal pelo distrito de Campo Grande. Ao ganhar as eleições federais de 1906, transformava-se em chefe maior da política na capital. FREIRE, Américo. “ Augusto de Vasconcelos- O Dr. Rapadura: um estudo sobre liderança e negociação política na capital federal”. In: *O Rio de Janeiro em três perfis. Trajetórias individuais e o campo político carioca*. Rio de Janeiro: Textos CPDOC, nº 35, 1999.
- <sup>36</sup> “Fugiram”, *Correio da Manhã*, 10/12/1909,1; “Um pleito de sangue”, *Correio da Manhã*, 1/11/1909, 1.
- <sup>37</sup> “Fugiram”, *Correio da Manhã*, 10/12/1909,1.
- <sup>38</sup> IDEM, *ibidem*. Outros políticos conhecidos na época também eram acusados pelo *Correio* de serem responsáveis pelo aumento dos crimes na cidade, como o deputado carioca Nicanor do Nascimento e o senador gaúcho Pinheiro Machado. Sobre as publicações que faziam tais acusações, ver, por exemplo: “A última façanha: “Arthur Mulatinho” linchado”, *Correio da Manhã*, 7/11/1909,4; “Proteção ao assassino”, *Correio da Manhã*, 5/12/1909,3.
- <sup>39</sup> “Os ladrões campeiam: assaltos e roubos”, *Gazeta de Notícias*, 8/01/ 1910, 2.
- <sup>40</sup> “Protetor ao assassino”, *Correio da Manhã*. 5/12/1909, 3.
- <sup>41</sup> “Fugiram”, *Correio da Manhã*, 10/12/1909,1.
- <sup>42</sup> “O pleito de ontem”, *Gazeta de Notícias*, 2/03/1910, 1.
- <sup>43</sup> FREIRE, Américo. “Fazendo a República: a agenda radical de Irineu Machado”. *Op.cit.*, p. 121.
- <sup>44</sup> “A eleição do governo. O policiamento. Medida de segurança”. *Jornal do Brasil*, 1/03/1910, 2.
- <sup>45</sup> “Eleição presidencial. O aspecto da cidade”, *Jornal do Brasil*, 2/03/1910, 4.
- <sup>46</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>47</sup> SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>48</sup> “O pleito de ontem”, *Gazeta de Notícias*, 2/03/1910,1; “A eleição presidencial”, *Correio da Manhã*, 1/03/1910, 1-2.

<sup>49</sup> Sobre a análise dos fatores da derrota eleitoral de Rui Barbosa em 1910, ver: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. “A crise e a refundação republicana em 1930”. In: *República no Catete*. (org) CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 100-101.

<sup>50</sup> Sobre essas publicações, ver entre outras: “O pleito de ontem”, *Gazeta de Notícias*, 2/03/1910, 1; “Uma série de crimes: uma quadrilha de facínoras”, *Correio da Manhã*, 4/02/1911, 3.

<sup>51</sup> HOLANDA, Cristina Buarque de. *Modos da representação política: o experimento da Primeira República*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009, p. 112.

<sup>52</sup> “Noticiário”, *Jornal do Brasil*, 26/02/1910, 3, “As urnas”. Artigo assinado por Gil Vidal, *Correio da Manhã*, 1/03/1910,1; “O pleito de hoje”, *Gazeta de Notícias*, 1/03/1910, 1.



## **O Regime Militar nos livros didáticos de História (1985-2011): a construção da narrativa histórica e o ensino escolar**

**André Barbosa Fraga<sup>1</sup>**

### **Resumo:**

O presente estudo, situado no campo do ensino de História, reconhecendo o livro didático como um dos principais difusores, não somente do conhecimento histórico, mas também e, sobretudo, de uma determinada memória sobre o passado, pretende discutir as representações sobre o golpe militar ocorrido no Brasil em 1964 e sobre os governos ditatoriais que o sucederam, inseridas em livros didáticos de História para o ensino médio produzidos entre os anos de 1985 e 2011. Portanto, objetiva-se analisar as significativas transformações pelas quais os capítulos dedicados a esses acontecimentos históricos passaram em quatro décadas de redemocratização.

**Palavras-chaves:** Ensino de História; Livro didático; Regime Militar.

### **1- Introduzindo o assunto e apresentando as questões a serem trabalhadas**

O presente artigo, situado no campo do ensino de História, seguindo essa linha de abordagem que reconhece o livro didático como um dos principais difusores, não somente do conhecimento histórico, mas também e, sobretudo, de uma determinada memória sobre o passado, pretende discutir as representações sobre o golpe militar ocorrido no Brasil em 1964 e sobre os governos ditatoriais que o sucederam, inseridas em livros didáticos de História no período de 1985 a 2011.

Objeto semelhante já foi estudado por pesquisas anteriores, tais como: “A construção da memória no ensino da História”, um artigo de Luís Reznik<sup>2</sup>; e “O Regime Militar no livro didático de História do Ensino Médio: a construção de uma memória”, tese de doutorado de Aristeu Castilhos da Rocha<sup>3</sup>. No entanto, esses dois autores, em seus respectivos trabalhos, buscaram se debruçar sobre os livros didáticos de uma temporalidade distinta da nossa. O objetivo de ambos foi analisar as representações sobre o regime militar presentes nos manuais

---

<sup>1</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFF. E-mail: andrebfraga@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> REZNIK, Luís. “A construção da memória no ensino da História”. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula. (orgs). *1964-2004. 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004. Pp. 339-350.

<sup>3</sup> ROCHA, Aristeu Castilhos da. *O Regime Militar no livro didático de História do Ensino Médio: a construção de uma memória*. Tese de doutorado em História. Porto Alegre/RS: PUC, 2008.

escolares que circularam ainda durante o período de sua vigência. Qual a memória que foi se constituindo nos livros didáticos acerca do golpe de 1964 nos anos seguintes àquele acontecimento?

O que procuraremos fazer neste trabalho é analisar alguns elementos presentes nos livros didáticos produzidos em conjuntura totalmente oposta àquela em que tais autores focaram os olhares: a da redemocratização. Longe da censura e com todo o aparelho repressivo desmontado, foi possível elaborar novas narrativas sobre a ditadura.

As pretensões deste artigo são as de abordar alguns elementos presentes no material selecionado buscando averiguar transformações ocorridas nele, no que diz respeito ao seu conteúdo. Quais as principais mudanças que se constituíram nos manuais dos anos 1980, 1990, 2000 e 2010? De que maneira o contexto de produção pode tê-las influenciado?

A escolha dos livros a integrarem este pequeno exercício de análise que propomos obedeceu a dois critérios simultâneos. O primeiro foi o de, para padronizar a análise, optar por publicações que tivessem sido produzidas voltadas somente para o Ensino Médio. Já o segundo critério foi o de definir o *corpus* documental a ser trabalhado com base em nosso acervo pessoal e em pesquisa realizada no conjunto de bibliotecas que integra o Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), da UFRJ. Dessa forma, selecionamos livros encontrados em três bibliotecas, a do próprio CFCH, a do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) e a do Colégio de Aplicação (CAp). Gostaríamos de deixar registrada a surpresa que nos causou a dificuldade de se encontrar e reunir nessas instituições os livros didáticos produzidos no período com o qual optamos por trabalhar. A escassez de material se mostrou bem diferente do que imaginávamos, sobretudo por se tratarem de unidades pertencentes a cursos voltados à educação e à formação de professores.

Apesar das dificuldades, reunindo o material obtido chegamos aos seguintes títulos e autores: para os anos 1980 (*História da sociedade brasileira*, de Francisco Alencar, Lucia Carpi e Marcus Venício Ribeiro<sup>4</sup>; e *História do Brasil*, de Olavo Leonel Ferreira<sup>5</sup>); para os anos 1990 (*História do Brasil*, de Luiz Koshiba e Denise Manzi Frayze Pereira<sup>6</sup>; e *História: uma abordagem integrada*, de Nicolina Luiza de Petta e Eduardo Aparicio Baez Ojeda<sup>7</sup>); para

---

<sup>4</sup> ALENCAR, Francisco; CARPI, Lucia & RIBEIRO, Marcus Venício. *História da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.

<sup>5</sup> FERREIRA, Olavo Leonel. *História do Brasil*. São Paulo: Ática, 1985.

<sup>6</sup> KOSHIBA, Luiz & PEREIRA, Denise Manzi Frayze. *História do Brasil*. São Paulo: Atual, 1993.

<sup>7</sup> PETTA, Nicolina Luiza de & OJEDA, Eduardo Aparicio Baez. *História: uma abordagem integrada*. São Paulo: Moderna, 1999.

os anos 2000 (*História para o ensino médio*, de Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo<sup>8</sup>; e *História*, de Gislane Campos Azevedo Seriacopi e Reinaldo Seriacopi<sup>9</sup>); e para o início da segunda década do século XXI (*Conexões com a História*, de Alexandre Alves e Letícia Fagundes de Oliveira<sup>10</sup>; *História Global*, de Gilberto Cotrim<sup>11</sup>; *Por dentro da História*, de Pedro Santiago, Célia Cerqueira e Maria Aparecida Pontes<sup>12</sup>; *História*, de Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria, Jorge Ferreira e Georgina dos Santos<sup>13</sup>; e *História geral e do Brasil*, de Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo<sup>14</sup>). Esses são os exemplares que irão compor a análise iniciada a seguir.

## **2- Entre continuidades e mudanças: comparação dos conteúdos apresentados nos livros selecionados**

### **2.1- A participação dos civis**

Uma questão muito discutida e trabalhada hoje na academia é a da identificação dos agentes sociais responsáveis pela implementação da ditadura e pela legitimidade e continuidade da mesma. No que diz respeito ao caráter do regime político implantado pelo golpe de 1964, duas interpretações podem ser destacadas na historiografia. Na primeira, a experiência que tivemos em nosso país deve ser entendida exclusivamente como de responsabilidade de segmentos das forças armadas, daí a melhor designação para se referir àquele momento é a de regime militar.

Por sua vez, na segunda, há um entendimento de que o que tivemos não foi somente um governo controlado pelos militares, tendo em vista o frequente apoio de setores civis. Nessa interpretação, portanto, o melhor termo para caracterizar o período é o de regime civil-militar, por se tratar de uma ditadura em que se estimulou uma aliança política entre segmentos distintos dos meios militares e da sociedade e que permitiu que se convivessem na direção do aparelho de Estado tanto agentes militares quanto civis. Com base nessa discussão, analisaremos, neste ponto, como os livros didáticos selecionados abordaram essa questão. Por

---

<sup>8</sup> VICENTINO, Cláudio & DORIGO, Gianpaolo. *História para o ensino médio*. São Paulo: Scipione, 2002.

<sup>9</sup> SERIACOPI, Gislane Campos Azevedo & SERIACOPI, Reinaldo. *História*. São Paulo: Ática, 2008.

<sup>10</sup> ALVES, Alexandre & OLIVEIRA, Letícia Fagundes de. *Conexões com a História*. São Paulo: Moderna, v. 3, 2010.

<sup>11</sup> COTRIM, Gilberto. *História Global*. São Paulo: Saraiva, v. 3, 2010.

<sup>12</sup> SANTIAGO, Pedro; CERQUEIRA, Célia & PONTES, Maria Aparecida. *Por dentro da História*. São Paulo: Edições Escala Educacional, v. 3, 2010.

<sup>13</sup> VAINFAS, Ronaldo et al. *História*. São Paulo: Saraiva, v.3, 2010.

<sup>14</sup> VICENTINO, Cláudio & DORIGO, Gianpaolo. *História geral e do Brasil*. São Paulo: Scipione, v. 3, 2011.

quanto tempo a primeira interpretação foi utilizada? Ela continua majoritária? Desde quando a segunda começou a aparecer nos manuais escolares? De que maneira ela ocorre? Com que intensidade?

Ao analisarmos os livros produzidos em um período considerável, de 25 anos, é possível elaborar algumas considerações a esse respeito. Via de regra, os 11 manuais selecionados apresentam interpretação semelhante no que diz respeito à ação dos grupos sociais presentes no período de crise política desencadeada nos momentos finais do governo de João Goulart. Há uma visão bipolar de que se constituíram dois grupos bem definidos, unidos em torno dos mesmos ideais: o formado por setores que apoiavam Jango e defendiam a implantação das reformas de base e o que era constituído pela oposição ao presidente, que temia os rumos seguidos por ele ao supostamente intencionar implantar o comunismo no Brasil.

Ou seja, as forças sociais do período se movimentavam e se posicionavam com base em suas propensões ideológicas à esquerda ou à direita. O que se difere em cada livro com relação a essa interpretação é apenas a escolha que os autores fazem ao incluir quais agentes teriam composto as fileiras de cada um dos dois blocos. No geral, os livros destacam como tendo sido os seguintes os integrantes do grupo pró-João Goulart: grupos de esquerda, setores trabalhistas, sindicalistas, ligas camponesas e entidades estudantis lideradas pela União Nacional dos Estudantes (UNE). Por sua vez, o movimento contrário às reformas de base e à permanência do presidente foi desenvolvido entre os grupos considerados mais conservadores da sociedade: associações patronais, empresários, oficiais de alta patente das Forças Armadas, setores da alta hierarquia da Igreja Católica, políticos de direita e a classe média. Além desses, a maioria dos autores destaca também um integrante estrangeiro: os Estados Unidos.

O que causa estranheza nessa interpretação é o fato de que os diversos grupos de civis que fizeram associações tão fortes com os militares no capítulo dedicado à crise e ao fim do governo João Goulart, ao proporcionarem aos militares o apoio político e social necessário para a derrubada do presidente, desaparecem de cena no capítulo voltado para descrever as ações desenvolvidas pelos governos militares já constituídos. É bem verdade que uma parte do meio civil que patrocinou o golpe pensava que os militares somente reorganizariam o governo e o devolveriam em pouco tempo às mãos civis, mas, ao perceber que dessa vez isso não aconteceria, deixou de apoiá-los. No entanto, outros grupos de civis não só continuaram apoiando como participaram administrativamente do regime, e inclusive financiaram a criação de órgãos para perseguir, torturar e matar todos que fossem considerados inimigos, como o do

empresariado, formado por industriais, comerciantes, grandes fazendeiros, entre outros. Dessa forma, não seria apropriado responsabilizar única e exclusivamente os militares pelas ações desenvolvidas durante os 21 anos em que permaneceram no poder, inclusive pela violação dos direitos humanos.

Foi principalmente por causa de pesquisas que procuraram entender o papel dos empresários no movimento político que ocupou o poder de 1964 a 1985 que ganhou força a interpretação que prefere chamar o período em questão de regime civil-militar. Como destacam as pesquisas recentes, os empresários tiveram um papel decisivo. Por exemplo, os donos de grandes empresas de engenharia, empreiteiras, não foram apenas beneficiados por políticas públicas desenvolvidas pela ditadura, mas inseriram representantes de seus interesses em posições chave da administração do Estado. Inclusive, atuaram decisivamente em práticas de terrorismo de Estado, como na Operação Bandeirantes (Oban), desenvolvida em São Paulo e liderada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, com o objetivo de perseguir grupos da esquerda armada, prendendo, torturando e mesmo assassinando seus integrantes<sup>15</sup>.

Essa tendência que procura relativizar o papel exclusivo dos militares na definição dos rumos do Brasil, ao responsabilizar também civis por todos os excessos de força e violência desmedida empregados, chega aos livros didáticos na década de 1990. Ela está ausente nas obras *História do Brasil* e *História da sociedade brasileira*, ambas de 1985, e em *História do Brasil*, de 1993, aparecendo pela primeira vez, nos livros pesquisados, em *História: uma abordagem integrada*, de 1999. Ainda que surja sem grande destaque no texto, como uma pequena informação, altera e muito a interpretação comumente empregada até então, ao afirmar que os civis ajudaram diretamente o governo a armar uma extensa estrutura de controle social e de repressão aos que se opunham ao poder militar:

Listamos a seguir alguns instrumentos desse arcabouço de repressão e controle.

(...)

Operação Bandeirantes (Oban) – Instituição militar financiada por empresários paulistas, que tinha o objetivo de reprimir a oposição em São Paulo<sup>16</sup>.

A partir desse momento, dar espaço para discutir essa associação entre os militares e os civis passa a ser regra nos manuais escolares. Essa questão vai estar presente nos dois livros dos anos 2000 analisados. Além disso, dos quatro livros de 2010 e do único de 2011

<sup>15</sup> CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. Tese de doutorado em História. Niterói/RJ: UFF, 2012.

<sup>16</sup> PETTA, Nicolina Luiza de & OJEDA, Eduardo Aparicio Baez. *História: uma abordagem integrada*. São Paulo: Moderna, 1999. P. 267.

selecionados, que, aprovados pelo PNLD, estão atualmente sendo utilizados nas escolas de todo o Brasil, apenas em um deles esse aspecto não aparece: *História Global*, de Gilberto Cotrim. Enfim, dos seis livros que destacaram a relação civil-militar, produzidos de 2002 a 2011, cinco o fazem por meio da Operação Bandeirantes (Oban) e um por ser o primeiro e único a empregar a expressão “O golpe civil-militar de 1964”, que dá título a um boxe chamado “Conversa de historiador”, no qual se apresenta um trecho do livro *Em guarda contra o “perigo vermelho”. O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*, de Rodrigo Patto Sá Motta<sup>17</sup>.

Dos livros que chamam atenção para a Operação Bandeirantes (Oban), é preciso ressaltar que todos os dos anos 1990 e 2000, como o *História: uma abordagem integrada*, de 1999, ao qual nos referimos anteriormente, mencionam apenas o patrocínio de empresários brasileiros. Já a maioria dos produzidos em 2010 e 2011 destaca a participação de uma burguesia nacional e estrangeira ligada ao projeto, conforme podemos ver abaixo:

A Oban recebeu apoio financeiro de empresários brasileiros e estrangeiros para combater a guerrilha de esquerda. O órgão foi responsável pela prisão, tortura e morte de adversários do regime militar. Na década de 1990, foi descoberto, no bairro de Perus, na cidade de São Paulo, um cemitério onde eram enterrados corpos de prisioneiros mortos pela Oban<sup>18</sup>.

Dois livros deixam claro aos leitores, no próprio texto do capítulo, e não somente na bibliografia, quais as fontes utilizadas para colher as informações sobre a Oban. Um deles cita o livro *Brasil nunca mais: um relato para a história*, escrito por John Bowker e publicado em 1986, segundo o qual a chamada Oban funcionou com verbas recebidas de multinacionais como Grupo Ultra, Ford e General Motors<sup>19</sup>. E o outro utiliza em um boxe, de título “Ajuda empresarial”, um trecho do livro *A ditadura escancarada*, de Elio Gaspari, publicado em 2002. Ao fazer isso, esse manual escolar se tornou, entre todos os outros analisados, o que mais deu espaço para falar da relação civil-militar presente no período de 1964 a 1985, ao descrever com detalhes, valendo-se de Elio Gaspari, a Operação Bandeirante. No trecho citado, do qual aqui destacamos um fragmento, os alunos do Ensino Médio ficariam sabendo que:

---

<sup>17</sup> VAINFAS, Ronaldo et al. *História*. São Paulo: Saraiva, v.3, 2010. P. 328.

<sup>18</sup> ALVES, Alexandre & OLIVEIRA, Letícia Fagundes de. *Conexões com a História*. São Paulo: Moderna, v. 3, 2010. P. 227.

<sup>19</sup> SANTIAGO, Pedro; CERQUEIRA, Célia & PONTES, Maria Aparecida. *Por dentro da História*. São Paulo: Edições Escala Educacional, v. 3, 2010. P. 158.

A Operação Bandeirante foi socorrida por uma “caixinha” a que compareceu o empresariado paulista. O encontro foi organizado por Gastão Vidigal, dono do Banco Mercantil de São Paulo e uma espécie de paradigma do gênero. Sentaram-se à mesa cerca de quinze pessoas: representavam os grandes bancos brasileiros. Delfim Neto, ministro da Fazenda, explicou que as Forças Armadas não tinham equipamento nem verbas para enfrentar a subversão. Precisavam de bastante dinheiro (...). Na Federação das Indústrias de São Paulo, convidavam-se empresários para reuniões em cujo término passava o quepe. A Ford e a Volkswagen forneciam carros, a Ultragás emprestava caminhões, e a Supergel abastecia a carceragem da rua Tutóia com refeições congeladas. Segundo Paulo Egydio Martins, que em 1974 assumiria o governo de São Paulo, “àquela época, levando-se em conta o clima, pode-se afirmar que todos os grandes grupos comerciais e industriais do estado contribuíram para o início da Oban”<sup>20</sup>.

Enfim, a análise que fizemos dos 11 livros didáticos produzidos de 1985 a 2011 revelou que destacar a participação mais ativa dos civis tem se tornado cada vez mais uma preocupação dos autores, e que a forma de mostrar para os alunos essa associação com os militares se dá majoritariamente pelo caso dos empresários.

## 2.2- Os grupos de oposição ao regime

As crescentes medidas repressivas tomadas pelo regime militar desde o seu início, em 1964, praticamente fecharam todos os canais de participação política e de manifestação democrática. Deste ano em diante, as diversas instâncias da sociedade brasileira foram mantidas sob estrita vigilância. Porém, nem assim os movimentos de oposição ao governo se calaram. Lendo os manuais escolares, percebemos como esse é um ponto importante para os autores ao organizarem os conteúdos. Analisando minuciosamente os 11 livros didáticos com que trabalhamos, foi possível reunir todos os grupos de oposição destacados nesse material, tenham sido citados poucas ou muitas vezes, sendo eles: operários, estudantes, camponeses, políticos, artistas, jornalistas, membros das Forças Armadas e padres (denominados “progressistas”).

Além desses, destacam também os movimentos de luta armada, que reuniram pessoas saídas dos diversos grupos já mencionados, que na interpretação de 10 dos 11 livros surgiram como consequência das medidas mais repressivas advindas do AI-5. Já na interpretação de *História*, escrito por Ronaldo Vainfas, entre outros autores, a luta armada, valendo-se de assaltos a bancos e a carros fortes, havia começado antes, em 1967 e 1968<sup>21</sup>. Surgiram cerca de uma dúzia de grupos guerrilheiros no país, dos quais os dois mais destacados pelos livros

<sup>20</sup> SERIACOPI, Gislane Campos Azevedo & SERIACOPI, Reinaldo. *História*. São Paulo: Ática, 2008. P. 483.

<sup>21</sup> VAINFAS, Ronaldo et al. *História*. São Paulo: Saraiva, v.3, 2010. P. 339.

são o Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), chefiado pelo capitão Carlos Lamarca, oficial dissidente do exército, e o Aliança Libertadora Nacional (ALN), organizado por Carlos Mariguella. Essas duas guerrilhas ocorreram, respectivamente, no interior do Brasil e no meio urbano.

Obviamente, cada autor dos livros didáticos selecionou entre esses grupos aqueles que considerava os mais importantes para inserir no texto. Nesse processo, alguns ganharam mais espaço do que outros. O que procuramos investigar aqui é justamente o lugar que os agentes de oposição ao regime ocuparam nos manuais escolares. Os três grupos mais recorrentes e com maior visibilidade nos livros foram o dos operários, o dos estudantes e o dos artistas. Ao longo dos 25 anos analisados, algum deixou de ser lembrado? Sob um deles recaiu uma projeção maior?

Uma das conclusões a que chegamos foi a de que nos anos 1990 os estudantes tornaram-se, nos livros didáticos, um dos principais grupos de oposição ao regime, alcançando, desde então, um *status* privilegiado, equivalendo-se, algumas vezes, ao espaço dedicado aos operários e aos artistas, mas conseguindo na maioria delas sobrepujá-lo. No entanto, nem sempre foi assim. Os livros da década de 1980 apresentaram uma configuração distinta a essa. Em *História da sociedade brasileira*, de, entre outros, Francisco Alencar, o espaço dedicado aos estudantes é quase ínfimo e bem menor do que o reservado aos operários e aos artistas, cuja insatisfação, no caso destes últimos, era extravasada pela canção de protesto. Já no livro *História do Brasil*, de Olavo Leonel Ferreira, os estudantes sequer aparecem. Os artistas são destacados, mas não como opositores ao regime, ao serem inseridos dentro de um ponto chamado “Aspectos culturais”, no qual apenas se descreve o que foi produzido de importante na literatura, na ciência, no teatro e na música do Brasil.

Os operários, por sua vez, junto aos líderes da resistência armada Carlos Mariguella e Carlos Lamarca, são considerados os grandes opositores do governo. As greves preparadas pelos trabalhadores foram reprimidas como força, “(...) o que trouxe como resultado a intervenção em sindicatos, com a destituição de suas diretorias e a prisão de seus integrantes, além da morte de inúmeros grevistas”<sup>22</sup>. Quatro mortes oriundas da repressão do Estado são destacadas no livro: a de Carlos Mariguella, a de Carlos Lamarca, a do jornalista Vladimir Herzog e a do operário Santo Dias da Silva. Inclusive, há uma foto retratando a multidão que compareceu à missa celebrada no dia do enterro deste último, e outra mostrando uma das greves que eclodiram na região do ABC, em São Paulo, de 1978 a 1980. É interessante

---

<sup>22</sup> FERREIRA, Olavo Leonel. *História do Brasil*. São Paulo: Ática, 1985. P. 369.



observar que a morte do estudante Edson Luís, em um confronto com a polícia quando participava de um protesto pela melhoria da qualidade da comida servida no restaurante Calabouço, ligado à UFRJ, tão presente nos livros a partir da década de 1990, foi ignorada nesses dois livros de 1985<sup>23</sup>. A aparição tão destacada dos movimentos de trabalhadores nos livros da década de 1980 pode ser explicada pelo papel atuante que eles representavam naquele momento, com os sindicatos fortalecidos pelo movimento de redemocratização, ao se encerrar a interferência do regime militar na sua direção e com a organização de grandes greves.

Na década de 1990, os estudantes saem da posição de pouca projeção em que os livros dos anos 1980 os haviam colocado e alcançam um lugar de prestígio, no qual permanecem até hoje. O livro *História do Brasil*, de Luiz Koshiba e Denise Pereira, publicado em 1993, nada fala sobre os artistas, e, sobre os operários, descreve em poucas linhas as greves da década de 1970 em São Paulo e a morte do operário Manoel Fiel Filho, que, assim como Vladimir Herzog, foi torturado e morto covardemente nos porões da ditadura, depois de ter comparecido à sede do Exército, em São Paulo, para prestar depoimento, sendo apresentada pelas autoridades a versão oficial de que havia cometido suicídio.

Reserva-se no livro de Luiz Koshiba e Denise Pereira um grande espaço para falar dos estudantes, que são entendidos como os grandes opositores do governo:

No ano seguinte [1968], os estudantes saíram às ruas, nas principais cidades do país, protestando contra a “ditadura”. Os confrontos entre a polícia e os estudantes se multiplicaram, culminando com o assassinato do estudante Edson Luís, ainda menor de idade, no Rio de Janeiro. O brutal assassinato não intimidou os estudantes, que promoveram, no Rio, a célebre Passeata dos Cem Mil, a maior demonstração pública de repúdio ao regime militar<sup>24</sup>.

Destaca-se, ainda, a realização pelos estudantes de um Congresso ilegal para reorganizar a extinta UNE, que aconteceu na cidade de São Paulo, em outubro de 1968. Descoberto pelos órgãos de repressão, o evento foi desmantelado e seus participantes presos. Podemos conjecturar uma explicação para ter se atribuído destaque aos estudantes nesse livro produzido em 1993, o que não aconteceu na década de 1980, com base no contexto político em que os autores viviam: o de crise do governo Collor. Em 1992, a população brasileira saiu

---

<sup>23</sup> A investigação feita por Aristeu da Rocha, nos livros didáticos publicados entre 1967 e 1988, revelou, como já era de se esperar, por se tratar, com a diferença de alguns anos, do período de vigência do regime militar, que nenhum autor destacou o episódio envolvendo o restaurante Calabouço. Ver: ROCHA, Aristeu Castilhos da. *O Regime Militar no livro didático de História do Ensino Médio: a construção de uma memória*. Tese de doutorado em História. Porto Alegre/RS: PUC, 2008. P. 183.

<sup>24</sup> KOSHIBA, Luiz & PEREIRA, Denise Manzi Frayze. *História do Brasil*. São Paulo: Atual, 1993. P. 356.

às ruas para pedir o *impeachment* do presidente. Com cada vez mais adeptos, os protestos tiveram, como protagonista, a juventude, que pintou no rosto o “Fora Collor” e criou, assim, o movimento dos “Caras-pintadas”. Seguindo a mesma lógica, é possível tentar entender a diminuição do número de referências aos operários como grandes opositores do regime militar nos manuais escolares dos anos 1990, sobretudo quando comparado à década de 1980, pela conjuntura em que o movimento operário se encontrava nessa época, de privatização, terceirização, crise e enfraquecimento dos sindicatos.

Nos manuais escolares produzidos em 2002, 2008, 2010 e 2011, é possível perceber certo equilíbrio entre os espaços reservados aos estudantes e aos operários, considerados os grandes opositores ao regime. Claro, sem contar com os grupos da luta armada. Os protestos no restaurante Calabouço e a elaboração do congresso da UNE, por parte dos estudantes, e a resistência à intervenção do governo nos sindicatos e a organização de grandes greves, por parte dos operários, foram retratados nos livros como a demonstração de que esses dois grupos desafiavam constantemente a ditadura. Não é à toa que para confirmar esse espírito combativo atribuído aos dois nas narrativas dos livros, em quase todos vão estar presentes os assassinatos do operário Manoel Fiel Filho e do estudante Edson Luís. Por fim, os artistas têm um espaço mais reduzido se comparados aos estudantes e aos operários. E a resistência desse grupo ao governo se fazia representar pela chamada “arte engajada”, cujas principais representantes foram as canções de protesto, que mesclavam a atividade intelectual à política, pelas quais muitos acabaram sendo presos, torturados e exilados.

### **2.3- A violação dos direitos humanos**

Neste ponto, procuraremos retratar como, ao longo de 25 anos, os manuais escolares trataram a questão da violação dos direitos humanos perpetrada durante o período em que a ditadura militar governou o Brasil. A análise da narrativa sobre a violência presente nos livros estudados nos permite dividi-los em dois períodos: anos 1980 e 1990 e dos anos 2000 aos dias de hoje. A passagem de uma fase a outra apresentou grandes alterações nas representações a respeito do tema.

O primeiro aspecto a ser destacado é quanto à maneira empregada pelos autores para descrever as violações cometidas. Nos livros dos anos 1980 e 1990, as prisões, torturas e mortes eram retratadas de forma simples, sem muitos detalhes. Isso começa a se alterar completamente nos anos 2000, e tal mudança alcança o auge nos livros de 2010 e 2011,

atualmente empregados nas escolas do país. Não basta mais apenas saber que houve prisões, torturas e mortes, é preciso descrever com detalhes todo o sofrimento a que alguns brasileiros foram submetidos, como se a dor fosse de algum jeito compartilhada e sentida pelos alunos/leitores. Sendo assim, tornou-se uma tendência recente, iniciada no século XXI, contar com os mínimos detalhes as técnicas, táticas e estratégias desenvolvidas pelos torturadores para arrancar de suas vítimas a confissão de crimes e a ligação com grupos considerados subversivos.

Com isso, ficamos sabendo que para a prática da tortura “existiam vários métodos e instrumentos, como paus de arara, choques elétricos, afogamentos, geladeiras, produtos químicos, lesões corporais e o uso de insetos e animais”<sup>25</sup> e que ela “foi utilizada em pessoas de todas as idades, sexo ou situação física e psicológica. Assim, crianças foram sacrificadas diante dos pais, mulheres grávidas tiveram seus filhos abortados, esposas sofreram para incriminar seus maridos”<sup>26</sup>. Além disso, alguns autores optaram por inserir no livro relatos dos próprios torturados contando suas experiências, o que pode causar um impacto maior nos leitores, ao entrarem em contato com a fala da pessoa que foi vítima. Ronaldo Vainfas utiliza desse artifício, ao inserir em seu livro o depoimento de um ex-guerrilheiro, Jacob Gorender, que conta como foram as torturas que sofreu no tempo em que permaneceu preso<sup>27</sup>.

Gislane Seriacopi e Reinaldo Seriacopi fazem o mesmo, ao extraírem do livro *Brasil: tortura nunca mais* o seguinte depoimento:

[O depoente conta que] foi conduzido às dependências do Doi-Codi, onde foi torturado nu, após tomar um banho pendurado no pau-de-arara, onde recebeu choques elétricos através de um magneto, em seus órgãos genitais e por todo o corpo, (...) foi-lhe amarrado um dos terminais do magneto num dedo de seu pé e no seu pênis, onde recebeu descargas sucessivas, a ponto de cair no chão<sup>28</sup>.

Além dos depoimentos e relatos inseridos nos livros, mais uma maneira foi encontrada pelos autores para destacar as torturas: o uso de fotografias. Se nas décadas de 1980 e 1990 os livros, ao retratarem a morte do jornalista Vladimir Herzog, utilizavam uma foto tirada da missa realizada no dia de seu enterro, dos anos 2000 em diante era preferível fazer uso de outra, a de seu corpo na cela das dependências do Exército, em que claramente se notam as

---

<sup>25</sup> SANTIAGO, Pedro; CERQUEIRA, Célia & PONTES, Maria Aparecida. *Por dentro da História*. São Paulo: Edições Escala Educacional, v. 3, 2010. P. 158.

<sup>26</sup> COTRIM, Gilberto. *História Global*. São Paulo: Saraiva, v. 3, 2010. P. 217.

<sup>27</sup> VAINFAS, Ronaldo et al. *História*. São Paulo: Saraiva, v.3, 2010. P. 349.

<sup>28</sup> SERIACOPI, Gislane Campos Azevedo & SERIACOPI, Reinaldo. *História*. São Paulo: Ática, 2008. P. 483.

marcas de tortura em uma cena falsamente montada pelos militares para parecer que ele havia cometido suicídio.

Na década de 1980, gastava-se um grande espaço do capítulo referente ao regime militar para abordar os aspectos econômicos. Isso pode ser explicado primeiramente pela influência da historiografia dos anos 1970, que priorizava as relações econômicas. A historiografia alterou isso justamente nos anos 1980, mas a importância crescente de uma história social demorou mais alguns anos para ser incorporada aos livros didáticos. Além disso, a conjuntura econômica encontrada pelos autores no momento da escrita dos livros era de recessão. Então, compreender as ações econômicas empreendidas no período do regime militar era chegar às causas que levaram às próprias dificuldades encontradas no presente. O melhor exemplo é o do livro *História da sociedade brasileira*, de Francisco Alencar, em que das 16 páginas que formam o capítulo, 8 são dedicadas à economia.

Nos livros didáticos dos anos 1990, os aspectos econômicos ainda obtinham bastante espaço, como podemos ver no livro *História do Brasil*, de Luiz Koshiba e Denise Pereira. Nos anos 2000, há uma alteração profunda e passa a reservar-se pouco espaço a isso, bastando algumas informações sobre o “milagre econômico”. Ou seja, a partir desse momento, os aspectos culturais e políticos crescem, trazendo com eles muito mais informações acerca dos atentados aos direitos humanos. Se na década de 1980 os livros didáticos se preocupavam muito em divulgar o número de pessoas mortas ou desaparecidas, nos anos 2000 a preocupação é a de transformar esses números em pessoas de carne e osso, com nome e sobrenome. Daí a tendência de se utilizarem os depoimentos e relatos dos que foram torturados. Além disso, é preciso também revelar quem foram os torturadores. Nesse momento, passa-se a inserir nos manuais escolares nomes como o de Sérgio Paranhos Fleury.

Outra tendência verificada, mas agora especificamente nos livros de 2010 e 2011, é a de incluir essa violência do Estado brasileiro em um contexto maior de ditaduras ocorridas na América Latina. Por exemplo, o livro *Conexões com a História*, de Alexandre Alves e Letícia de Oliveira, insere o conteúdo sobre o regime militar brasileiro dentro de um capítulo intitulado “Ditaduras militares na América Latina”. O livro *História geral e do Brasil*, de Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo, publicado em 2011, utiliza o mesmo texto base encontrado no livro *História para o ensino médio*, de 2002, e publicado pelos mesmos autores e pela mesma editora, Scipione. No entanto, algumas atualizações foram empreendidas, sendo uma delas a inclusão de informações a respeito dos golpes militares surgidos em outros países da América Latina.

Por fim, finalizamos este ponto acrescentando que os manuais escolares de 2010 e 2011 apresentam um revisionismo importante quanto à relação dos presidentes militares com a violência. Alguns livros colocam em xeque determinadas visões que consideram poder se dividir os governos militares em períodos bem marcados, um brando, em que a violência mais acentuada, com tortura e morte, não teria ocorrido, e outro mais rígido. Por exemplo, Ronaldo Vainfas ao refletir sobre o governo de Castello Branco afirma:

É muito difícil concordar com as teses que defendem que Castello Branco representava a “linha moderada” ou “democrática” do Exército, em oposição ao grupo liderado por Costa e Silva, chamado de “linha dura”. Foi no governo de Castello que as instituições democráticas foram desmanteladas e as perseguições políticas e as torturas tiveram início<sup>29</sup>.

Em uma passagem do livro de Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo, que também não consta na versão de 2002, os autores relativizam a imagem “democrática” atribuída ao general Ernesto Geisel, com a ajuda de um trecho do livro *A ditadura derrotada*, de Elio Gaspari:

Em virtude de suas ações contra a linha dura e em defesa da abertura política, Geisel costuma ser superestimado como líder democrático ou progressista. No entanto, convém lembrar que, durante o auge da repressão, sua posição era de tolerância e mesmo de apoio ao uso da violência. Em conversa com seu futuro ministro do Exército, general Dale Coutinho, em 1974, Geisel foi categórico: “[...] esse troço de matar é uma barbaridade, mas acho que tem que ser [...] Nós não podemos largar essa guerra. Infelizmente nós vamos ter que continuar [...]”<sup>30</sup>.

Assim, os livros didáticos mais recentes contribuem para mostrar como a violência, inclusive em suas formas mais cruéis, permeou todo o período de duração do regime militar, sem exceção.

### **3- Considerações finais**

Esta breve análise de um conjunto de livros didáticos de História produzido no período de redemocratização do Brasil mostrou que o espaço reservado ao ano do golpe, à implementação e ao desenvolvimento do regime militar passou por transformações significativas ao longo dos últimos 25 anos, no que diz respeito aos seguintes temas

---

<sup>29</sup> VAINFAS, Ronaldo et al. *História*. São Paulo: Saraiva, v.3, 2010. P. 337.

<sup>30</sup> VICENTINO, Cláudio & DORIGO, Gianpaolo. *História geral e do Brasil*. São Paulo: Scipione, v. 3, 2011. P. 218.

trabalhados nesta pesquisa: a denominação do novo regime, a participação dos civis, os grupos de oposição ao regime e a violação dos direitos humanos. De todas essas alterações nas representações acerca do regime militar no país, presentes nestes lugares de memória que são os livros didáticos, a questão do desrespeito aos direitos humanos é a que mais chama atenção, pelo seu crescimento e avanço. De poucas referências ao assunto, na década de 1980, chegamos aos atuais livros didáticos com profundas reflexões sobre essa questão.

Tal mudança pode ser explicada por uma série de fatores, tais como a ampliação dos estudos acadêmicos sobre o tema, o que resultou em um aumento significativo de seminários, dissertações, teses, artigos e livros sobre o assunto; e a pressão crescente de famílias que tiveram seus parentes torturados e mortos pelo regime militar para que o assunto fosse debatido e os responsáveis julgados por seus crimes.

## **Referências bibliográficas**

### Teses

- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. Tese de doutorado em História. Niterói/RJ: UFF, 2012.
- ROCHA, Aristeu Castilhos da. *O Regime Militar no livro didático de História do Ensino Médio: a construção de uma memória*. Tese de doutorado em História. Porto Alegre/RS: PUC, 2008.

### Livro

- Reznik, Luís. “A construção da memória no ensino da História”. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula. (Orgs). *1964-2004. 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004. Pp. 339-350.

### Livros didáticos

- ALENCAR, Francisco; CARPI, Lucia & RIBEIRO, Marcus Venício. *História da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.

- ALVES, Alexandre & OLIVEIRA, Letícia Fagundes de. *Conexões com a História*. São Paulo: Moderna, v. 3, 2010.
- COTRIM, Gilberto. *História Global*. São Paulo: Saraiva, v. 3, 2010.
- FERREIRA, Olavo Leonel. *História do Brasil*. São Paulo: Ática, 1985.
- KOSHIBA, Luiz & PEREIRA, Denise Manzi Frayze. *História do Brasil*. São Paulo: Atual, 1993.
- PETTA, Nicolina Luiza de & OJEDA, Eduardo Aparicio Baez. *História: uma abordagem integrada*. São Paulo: Moderna, 1999.
- SANTIAGO, Pedro; CERQUEIRA, Célia & PONTES, Maria Aparecida. *Por dentro da História*. São Paulo: Edições Escala Educacional, v. 3, 2010.
- SERIACOPI, Gislane Campos Azevedo & SERIACOPI, Reinaldo. *História*. São Paulo: Ática, 2008.
- VAINFAS, Ronaldo et al. *História*. São Paulo: Saraiva, v.3, 2010.
- VICENTINO, Cláudio & DORIGO, Gianpaolo. *História para o ensino médio*. São Paulo: Scipione, 2002.
- VICENTINO, Cláudio & DORIGO, Gianpaolo. *História geral e do Brasil*. São Paulo: Scipione, v. 3, 2011.

## **O Arquivo do Estado de São Paulo e seus Documentos Interessantes**

ANDRÉ OLIVA TEIXEIRA MENDES\*

Orientação: Zilda Marcia Gricoli Iokoi

tmandre@hotmail.com

### **Resumo**

Criada em 1892 para subsidiar as ações administrativas do governo paulista, a Repartição de Estatística e Arquivo objetivava dar racionalidade e visibilidade aos seus documentos administrativos, dando-lhes organização, conservação e acesso.

Para garantir a publicização das fontes documentais capazes de provar a grandiosidade paulista, iniciou-se em 1894 a publicação de seus Documentos Interessantes. A disponibilização desse material permitiria a elaboração de uma versão paulista oficial acerca de sua grandiosidade, monumentalizando documentos, eventos e agentes históricos, com a participação do IHGSP.

### **Palavras-Chave**

1- Arquivo Público; 2- Patrimônio Documental; 3- Documentos Interessantes

### **Abstract**

Created in 1892 to subsidize the administrative actions of the São Paulo state government, the Bureau of Statistics and Archive aimed at providing visibility to its administrative documents, giving them organization, storage and access.

To ensure publicity of documentary sources capable of proving the greatness of São Paulo, it began to publish its Interesting Documents in 1894. The availability of this material would allow the preparation of an official São Paulo version of its greatness, monumentalizing documents, historical events and agents, with the participation of IHGSP.

### **Key Word**

1- Public Archives; 2- Documental Heritage; 3- Interesting Documents

---

\* Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo, professor da FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas) e UniFIEO (Centro Universitário Fundação Instituto de Ensino para Osasco).



Nas últimas décadas muito tem sido dito e escrito acerca das dificuldades e importância do ofício do historiador. Estudar o passado, (re)construindo-o constantemente, de acordo com as orientações teórico-metodológicas de cada pesquisador em seu tempo, bem como o uso dado às fontes documentais, implicam necessariamente assumir determinadas posições políticas, em uma clara demonstração da impossibilidade de manter-se neutro diante de um suposto “passado intocado”, pronto para ser “resgatado”. Exercitar a escrita da história mostra-se, cada vez mais, uma tarefa árdua, responsável por estabelecer um determinado vínculo entre os “mortos e os vivos”. Nesse cenário, o presente assume posição de destaque quanto às escolhas feitas, estabelecendo-se verdadeiro método progressivo-regressivo em que as preocupações e anseios próprios do presente condicionam e delimitam o retorno ao passado. Nas palavras de Lucien Febvre, a “História é filha de seu tempo”, na medida em que o indivíduo percebe apenas o que lhe é permitido, de acordo com seu estrito mundo mental<sup>1</sup>. Em relação ao passado, seria proibido “conhecer de si qualquer coisa a não ser o que ele mesmo lhes fornece, [conscientemente ou não]”, cabendo ao historiador preocupar-se com a posição “humilhante” que ocupa na fila de transmissão das informações ao longo do tempo<sup>2</sup>.

Não sendo capaz de recompor o passado por meios *encantatórios*, o historiador deve buscar elementos que permitam a ele estabelecer determinadas explicações aos seus questionamentos, utilizando-se de resíduos ou indícios de tempos históricos distintos e simultâneos. Marc Bloch defendia a tese de que seria impossível fazer história daquilo que não deixou vestígios, e se fosse esse o caso, caberia tanto aos historiadores como ao grupo social ao qual ele pertence, resignarem-se à ignorância.

A própria escolha de quais vestígios estudar, em detrimento de outros, mostra-se um ato repleto de parcialidades, num exercício ativo de construção de seu entendimento do passado a partir do hoje, na medida em que seus parâmetros analíticos são forjados no mundo do vivido, elegendo-se os problemas que mereçam ser respondidos, transformando possíveis documentos em fontes.

É nesse cenário que se insere o objeto desse trabalho. Desde o último quartel do séc. XIX tanto a cidade como a província/ estado de São Paulo vinham recebendo um grande volume de (i)migrantes, situação que se agravou com o advento da República. O governo paulista viu-se “obrigado” a adotar reformas administrativas no campo sócio-educacional, como forma de

controle social, criando na capital novos estabelecimentos de ensino voltados à formação de um público laico e republicano. Assim, surgiram a Escola Normal da Praça, a Escola Politécnica e o próprio Museu Paulista que, ao longo das duas primeiras décadas do séc. XX foi consolidando sua vocação histórica nacionalista, tendo São Paulo como seu berço.

Apesar de anterior, foi nesse mesmo cenário que a *Repartição de Estatística e Arquivo do Estado* surgiu em 1892 (decreto nº 28, de 01 de março, responsável por organizar as Secretarias do Interior, Justiça e Agricultura), com a incumbência de realizar “trabalhos estatísticos, guarda, coordenação, classificação de todos os papéis, documentos e livros atinentes ao direito constitucional, à história política e administrativa, à legislação e geografia de São Paulo e de todos os demais que o governo determinar que ali se depositem”<sup>3</sup>. No decorrer dos anos, muitos dos quadros estatísticos produzidos pela Repartição foram utilizados como mecanismos de propaganda de São Paulo no exterior, mostrando seu progresso e modernidade diante do restante do país, com o objetivo de atrair novos investimentos e fluxos populacionais. Se por um lado era necessário o estabelecimento de um órgão capaz de subsidiar as ações administrativas do Estado por meio de seus cálculos estatísticos e efetiva ação de controle, por outro, objetivava-se dar racionalidade e visibilidade aos documentos históricos produzidos e acumulados no correr do tempo, dando-lhes guarda, organização, conservação e acesso. Atuando como grande receptáculo administrativo e histórico de São Paulo, a instituição passou a receber e incorporar em seu acervo documentos de origens e naturezas variadas, oriundos das diversas secretarias, cartórios, poder Judiciário além de “recolhimentos” privados.

Se à Repartição de Estatística e Arquivo cabia conservar e disponibilizar a documentação acumulada pelo poder público, ficava a cargo de instituições parceiras, como o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP, criado em 1894), produzir análises e interpretações acerca do passado paulista, dando vazão aos anseios de uma elite até então “deixada de lado” por uma historiografia unificadora produzida no Rio de Janeiro. Coube a essa intelectualidade construir um passado repleto de glórias para São Paulo, elaborando sua memória oficial, na medida em que muitos daqueles que contribuíram ativamente com o Instituto e sua *Revista* também garantiram presença na Repartição e suas publicações, como foi o caso do próprio Diretor Antonio de Toledo Piza, também sócio fundador do IHGSP.

Diferente de outros estados, como Minas Gerais ou mesmo parte da região Nordeste, onde a participação de ensaístas e romancistas foi muito mais contundente na construção de sua representação de passado, em São Paulo foram os historiadores que ocuparam lugar de destaque na construção do “símbolo maior da identidade regional”, qual seja, o bandeirante, especialmente diante o “jogo de aproximação e distanciamento com a figura do jesuíta”<sup>4</sup>.

Inegavelmente a parceria entre a Repartição e o IHGSP mostrou-se cada vez mais eficiente, contando com imprescindível “apoio” governamental, fosse na composição dos quadros diretivos do Instituto, fosse por subvenções financeiras. De acordo com Antônio Celso Ferreira, o IHGSP contava com constantes aportes de recursos públicos para seu funcionamento, chegando a representar até 44% de todo seu orçamento anual<sup>5</sup>.

Para garantir a efetividade dessa parceria cabia ao Arquivo organizar e publicizar suas fontes documentais por meio da publicação dos *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, obra que durante muito tempo foi vista como referência para os historiadores ligados ao IHGSP. Ao que tudo indica, o intuito da publicação era disponibilizar cópias documentais transcritas, autenticadas e fidedignas, capazes de permitir um trabalho sistemático por parte dos historiadores, inclusive estimulando futuras investigações.

Vale lembrar que desde o séc. XIX a preocupação acadêmica em relação às fontes documentais era cada vez maior. Na opinião de Theodor Schellenberg, arquivista estadunidense que chegou a ocupar o cargo de Vice-Diretor do Arquivo Nacional dos Estados Unidos, os documentos produzidos em sua instância administrativa e acumulados em acervos arquivísticos trariam consigo certo caráter de isenção. A subjetividade seria um elemento de menor relevância na medida em que apareceria apenas por meio da ação dos pesquisadores, e não da instituição arquivística de guarda, quando passam a determinar o significado dos documentos<sup>6</sup>. Além disso, as iniciativas relacionadas à publicação de grandes séries documentais eram vistas pelo autor como positivas pois permitiriam “tornar acessível os documentos que são inacessíveis devido a características físicas”<sup>7</sup>.

Esse apego aos documentos, próprio desse tipo de iniciativa, reflete diretamente os princípios teórico-metodológicos estabelecidos pela *Escola Metódica*, responsável por orientar a formação acadêmica de um grande conjunto de historiadores. Para José Honório Rodrigues, a “palavra *documentum*, de uso mais generalizado que fonte, vem do verbo *docere*, ensinar, mostrar indicar.

O Documento é, assim, entendido como fonte escrita, meio de conhecimento, de algum fato ou ato ali representado”<sup>8</sup>.

Não por acaso iniciativas que visavam a reprodução e publicação de grandes volumes documentais encontraram eco em diversas instituições europeias no decorrer do séc. XIX, época de consolidação de discursos nacionalistas e identitários. Na Itália, Ludovico Antonio Muratori, conservador dos arquivos de Modena, publicou o *Rerum italicarum scriptores* (1723- 38), com 28 volumes. Seguindo a mesma linha, na Alemanha foi editado o *Monumenta Germaniae Histórica* (iniciada em 1826), dedicando-se ao levantamento de fontes medievais, registradas em 115 volumes. Essa última iniciativa foi fruto de uma ação incentivada pela Sociedade Histórica Alemã, tendo como grande orientador George Heinrich Putz, bibliotecário em Hanover e Berlim. Na Inglaterra foi organizado o *Rerum Britannicarum mediævi scriptores* (1858- 1911). Em todas essas iniciativas, apesar de terem suas origens vinculadas ao financiamento particular, cada vez mais o poder público passou a ocupar função de destaque, orientando as linhas e critérios de seleção e divulgação de documentos “úteis” à identidade nacional.

Assim, inegavelmente Schellenberg tem razão ao afirmar que a valoração dos documentos, bem como sua qualificação moral, dá-se mediante análise promovida apenas quando da utilização do material por parte dos pesquisadores. Se os documentos foram produzidos visando atender a uma demanda burocrático-administrativa, nada mais correto que encará-los como isentos, visto precederem quaisquer análises. Contudo, não se pode perder de vista que estes mesmos documentos nada mais são que o reflexo cotidiano dos embates e dilemas políticos em voga quando de suas confecções, fruto das disputas de poder e interação de diferentes agentes sociais. Assim, esse material não poderia ser visto sob a ótica da neutralidade pois, se precedem as análises, são decorrências de embates políticos. Além disso, a escolha de quais documentos publicar sob a ótica de um interesse único e homogêneo consolidaria um determinado caráter interpretativo, inquestionavelmente distanciado da ideia de isenção.

A publicação de grandes coleções de documentos transcritos representaria a possibilidade de disponibilização de catálogos seletivos, atendendo aos interesses específicos de determinados grupos. Esse tipo de instrumento de pesquisa teria como unidade básica documentos previamente selecionados, pertencentes a um ou mais fundos ou arquivos, seguindo-se critérios temáticos<sup>9</sup>. Para André Ancona Lopez, esses repertórios “transcendem a dimensão arquivística dos catálogos

convencionais”, disponibilizando documentos aglutinados por meio de seus temas<sup>10</sup>, fruto de escolhas deliberadas.

No caso dos *Documentos interessantes*, os critérios alegados por seus editores para a seleção e escolha das peças a serem publicadas estavam relacionados ao risco de perda e obscuridade de “importantes e preciosos” documentos históricos, fosse pelo precário estado de conservação do material, fosse pelo descaso a que fora entregue a documentação durante várias décadas. Contudo, apesar do precário estado de conservação dos documentos ser apresentado como uma constante, também são recorrentes as referências que indicam a origem dos documentos como estando em perfeito estado de conservação. Este é o caso do termo de abertura do volume 55, referente às “Correspondência oficial do Capitão General Antonio José da França Horta (1802-1804)”, no qual aparece expressa a informação de que os originais estariam no códice 82 do acervo do Arquivo, em perfeito estado de conservação<sup>11</sup>.

Mesmo tendo como álibi o estado de conservação, esse tipo de escolha expressa de maneira significativa a forma com que se pensava o fazer história, em uma clara demonstração da ação constitutiva de uma representação sobre um passado “glorioso e heroico”, com especial atenção ao período colonial, fazendo com que a figura do bandeirante fosse (re)alimentada e consolidada como o grande agente promotor de modernidade e desenvolvimento no território nacional.

Inegavelmente a série atendia às necessidades de uma legítima publicação documentária na medida em que as reproduções, além de substituírem os originais, trariam agregado um abundante volume de informações explicativas capazes de orientar futuros interpretes da história paulista e nacional. Diferente do que se pensou durante muito tempo, alguns dos 95 volumes publicados trazem ensaios e artigos analíticos sobre temas relacionados a questões sociopolíticas e econômicas de São Paulo, e não necessariamente apenas a reprodução de documentos.

Surgida na própria gênese da Repartição, como uma de suas principais atividades, a publicação dos *Documentos interessantes* garantiria visibilidade ao acervo, permitindo sua apropriação por parte de historiadores e legitimação de uma identidade paulista imbuída de um espírito pioneiro e empreendedor (quase republicano). No texto introdutório ao volume 66, Paulo Duarte expressa a opinião de que ainda existiria a necessidade de se fazer uma história paulista e do Brasil, até então acanhada devido à falta de fontes documentais. Boa parte do material ainda precisava ser lido, estando ele depositado em acervos mineiros e cariocas, diversos cartórios

(especialmente naqueles que ainda não tinham conseguido destruir tudo, apesar dos esforços), em acervos governamentais portugueses e espanhóis, assim como junto a ordens religiosas como a dos jesuítas<sup>12</sup>.

Iniciada em 1894 e estendida até 1990, a série tornou-se a responsável por implantar e consolidar uma política de reprodução documental que extrapolaria seus próprios limites, passando a ser adotada pela instituição em inúmeras outras publicações.

Na visão de Armando Prado (responsável pelo volume 44 dos *Documentos interessantes*) teria sido do próprio Antonio de Toledo Piza a ideia de publicar a série, na época em que o engenheiro acumulava os cargos de Diretor da Repartição de Estatística e Arquivo e responsável pela edição da *Revista* do IHGSP. Tratava-se de uma proposta editorial que atendia à demanda por acesso fácil e ágil às “fontes históricas relativas a São Paulo, existentes nos arquivos do Estado e nos de suas Municipalidades, mas também em mãos de particulares”. Teria sido dele os “pacientes trabalhos de pesquisa, escolha, cópia, anotação e publicação de livros e papéis antigos, concernentes aos fastos paulistas”<sup>13</sup>.

No decorrer dos primeiros 11 anos da Repartição (entre 1894 e 1903), período em que Toledo Piza esteve à frente da instituição, foram publicados 43 volumes da série. O volume 44 (intitulado “Diversos”), o primeiro a ser editado após sua morte, e contando com um interregno de 12 anos, teve como característica trazer a público uma “miscelânea” de textos, muitos deles sem nenhuma conexão temática aparente. O principal motivo para a adoção desse “critério” foi que se tratavam de documentos selecionados e transcritos pelo próprio Toledo Piza, destinados a uma publicação interrompida com a sua morte. A única contribuição externa teria sido a confecção de um texto introdutório e a escolha do último documento transcrito, relativo ao confisco de bens jesuíticos na capitania de São Paulo. Nas palavras do próprio Toledo Piza, em um esboço de texto que deveria servir como introdução ao respectivo volume, tratavam-se de “papéis estranhos ao Arquivo do Estado e a ele recolhidos de várias partes por meus esforços”, sendo “um dos mais variados e mais curiosos da coleção”<sup>14</sup>.

Se em um primeiro momento os *Documentos interessantes* voltaram-se para a publicação de transcrições documentais capazes de atender a uma demanda da elite intelectual e econômica paulista enfeudada no IHGSP, após a morte de seu primeiro diretor pouco foi alterado. A

principal transformação talvez tenha sido a perda de periodicidade da série que, no decorrer de mais de uma década, mostrara-se fortemente profícua.

Retomada em 1915, a coleção estendeu-se até o volume 95, editado em 1990, apesar de permanecer suspensa por períodos relativamente longos. Apenas para ilustrar tal situação, o volume 45, o primeiro sem nenhuma participação de Toledo Piza, veio a público apenas em 1924. Daí em diante, mesmo que com alguns períodos sem ofertar ao público nenhum novo volume da série, a publicação manteve certa regularidade, nunca ficando mais de 5 anos sem que um novo exemplar fosse publicado. Contudo, é possível afirmar que, apesar de manter-se “regular”, o volume de exemplares foi ficando cada vez mais escasso. Entre os anos de 1947 (volume 71) e 1990 (volume 95) foram editados apenas 24 novos números, com periodicidade variada (o volume nº 93 foi publicado no ano de 1980, e após 10 anos de intervalo foram lançados os dois últimos exemplares da série).

Inegavelmente, os *Documentos interessantes* apresentaram-se como fruto de uma determinada visão do fazer história, própria de um momento específico e mantido por inércia, atribuindo a um determinado conjunto de documentos um valor muito mais *museal* do que propriamente o de peça administrativa orgânica, produzida de maneira contextualizada. Sendo assim, tanto as unidades documentais aí reproduzidas como os próprios volumes da série não poderiam ser vistos superficial e rasteiramente como estruturas imbuídas de neutralidade, sem trazer intrinsecamente à sua composição, interferências propositais, arquitetadas e levadas a cabo de maneira premeditada.

O volume 48 (“Documentos relativos à história da Capitania de São Vicente e do bandeirismo: 1548- 1734”), de 1929, pode ser tomado como um exemplo disso. Sendo uma obra cuja organização e preparo apresentava-se concluída desde 1917, deu início a uma sequencia de exemplares em que foram publicados documentos referentes à capitania de São Vicente, levantados, compilados e anotados pelo historiador e folclorista Basílio de Magalhães, sob ordem do governo de São Paulo. De acordo com informações registradas no próprio volume, os originais selecionados poderiam ser localizados nos acervos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no Arquivo Nacional, ambos no Rio de Janeiro. Temas como o bandeirismo paulista também foram tratados nessa seleção.

Tal iniciativa estendeu-se até o volume 54, lançado em 1932 sob o título “Relação dos documentos históricos existentes no Arquivo Nacional e respeitantes a São Paulo, compreendidas as circunscrições que ao tempo lhe estavam anexas (1534- 1879)”. Em alguns casos, documentos foram selecionados mesmo já tendo sido publicados pelo próprio Arquivo Nacional, detentor do material, devido a eventuais equívocos de tradução paleográfica<sup>15</sup>.

A publicação de toda essa massa documental apresenta questões por vezes pitorescas. Esse talvez seja o caso do volume 51 (“Documentos relativos ao bandeirismo paulista e questões conexas”) que, em sua apresentação trata de um texto intitulado “A expansão geográfica do Brasil até fins do séc. XVII”, que teria sido apresentado no I Congresso de História Nacional (em setembro de 1914), mas que não fora publicado no respectivo exemplar para não retardar seu lançamento. Esse volume dos *Documentos interessantes* somente veio a público em 1930, 16 anos depois do respectivo congresso, tempo aparentemente suficiente para uma criteriosa revisão.

Em 1937, após 5 anos sem a publicação de nenhum novo exemplar da série, foi lançado o volume 55 (“Correspondência oficial do Capitão General Antonio José da França Horta”). Tratava-se do início de uma “parceria” entre o Arquivo e o IHGSP. Amparado pela lei nº 2.800 (de 28 de dezembro de 1936) o Instituto tornou-se o responsável por coordenar as publicações do Arquivo (o acordo estabelecia a edição de 12 novos volumes da série, contando cada um com 350 páginas). Por meio dessa intervenção caberia também ao Instituto dar continuidade a outras duas coleções, sendo elas as séries *Inventários e testamentos* e os volumes referentes a *Sesmarias*. Por uma questão pragmática, optou-se pela publicação de documentos mais recentes, ou em melhor estado de conservação, para que não se perdesse tempo com traduções. Com isso, foram aproveitados diversos materiais já preparados e prontos devido ao empenho do corpo técnico do próprio Arquivo.

Diante das inúmeras críticas e o baixo volume de publicações (apenas 9 títulos dos *Documentos interessantes* vieram a público), em 1939 foi rescindido o contrato com o IHGSP, passando o Arquivo a ter controle novamente sobre sua linha editorial. Nesse mesmo ano veio a público o volume 64 da série intitulado “Ofícios do Capitão General D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão aos diversos funcionários da Capitania (1772- 1775)” que, de acordo com o então Diretor João Lellis Vieira, seria fruto direto da retomada de investimentos por parte do



governo paulista em uma de suas “obrigações” históricas, tão necessários para o cumprimento de sua “rota patriótica”<sup>16</sup>.

Com a edição do volume 92, dedicado aos “Ofícios do General D. Luiz aos diversos funcionários da Capitania (1768- 1772)”, foi publicado um artigo fazendo um apanhado geral dos 84 anos de existência dos *Documentos interessantes*. Nele, Amélia F. Trevisan apontava que os critérios adotados para a publicação sempre foram os mais variados, indo desde a seleção de papéis avulsos, códices e mesmo a confecção de coletâneas de documentos.

Tamanha iniciativa deixa claro a tentativa de criação de mecanismos eficientes para a “socialização de ideias, valores e padrões de comportamento”, contando tanto com a participação da antiga Repartição de Estatística e Arquivo, como do IHGSP, do Museu Paulista e da Escola Normal. É importante lembrar que os diversos volumes dos *Documentos interessantes* eram distribuídos por todo o estado, ou mesmo fora do país, fosse como ferramenta de propaganda, fosse com o intuito de subsidiar pesquisas locais amparadas em documentos oficiais, ou mesmo garantir uma boa formação de professores e alunos espalhados nos diversos Ginásios Públicos no estado.

Nesse sentido, durante muito tempo a visão que o Arquivo teve de si, e mesmo do papel de São Paulo diante da história nacional, pouco sofreu alteração. Em 1946, logo na abertura do volume 70, João Lellis Vieira colocava o Arquivo como “verdadeiro Instituto do passado”, afirmando seu caráter universitário na medida em que constitui a “cátedra máxima da História Paulista e do Brasil”<sup>17</sup>. Essa mesma visão foi defendida por Célio Debes quase 50 anos depois, ao afirmar que

“a história corrente é manipulada pelos vencedores. E São Paulo, há mais de seis décadas, é o vencido. Os arquivos dos homens que participaram de suas glórias- e que, por isso, justamente, amargaram as agruras da derrota- é que deverão propiciar a restauração dos fatos, permitindo que se possa expungir de nossos fastos a manipulação maliciosa e cínica, que torna tais fastos caricatos”<sup>18</sup>.

Mesmo com grande lapso temporal, em 1990 foram publicados os dois últimos volumes da série, os de números 94 e 95, ambos referentes aos “Ofícios do General Horta aos Vice-Reis e Ministros”, em uma clara demonstração de que, apesar de “anacrônica”, encontrando eco em uma parcela da intelectualidade paulista preocupada ainda em garantir uma identidade supostamente monolítica para São Paulo, (re)produzindo valores que, apesar de comungados na coletividade, representariam os interesses de grupos sociais específicos. O esforço de divulgar conjuntos

documentais organizados e aparentemente orgânicos, dotados de fé pública, continuava a ocupar espaço importante no imaginário acadêmico, permitindo aos pesquisadores interessados informações cada vez mais precisas, eficientes e “neutras”, escamoteando as diferenças e mesmo as presenças estrangeiras, mesma que de outras regiões do país, em nome de um ambiente agregador e próspero, docilizando realidades mais amplas e complexas.

---

<sup>1</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 67.

<sup>2</sup> Idem, p.75.

<sup>3</sup> AESP. *História do arquivo público de São Paulo; acompanhado da relação dos cidadãos que governaram a província e o estado*. São Paulo: Duprat, 1908, p. 13.

<sup>4</sup> FERRETTI, Danilo José Zioni. *A construção da paulistanidade. Identidade, historiografia e política em São Paulo (1856- 1930)*. São Paulo, Tese de Doutorado defendida no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2004, p. III.

<sup>5</sup> Para Ferretti, certa autonomia financeira do Instituto pode ser percebida apenas entre os anos de 1913- 27 e 1931- 6. Ver: FERREIRA, Antônio Celso. *A epopéia paulista: imaginação literária e invenção histórica (1870- 1940)*. Tese de Livre Docência defendida no Departamento de História da UNESP. Assis: 1999, p. 73.

<sup>6</sup> SCHELLENBERG, Theodore R. *Arquivos modernos: princípios técnicos*. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 343.

<sup>7</sup> Idem, p. 330.

<sup>8</sup> WITTER, José Sebastião. *Arquivo e história. O Arquivo do Estado de São Paulo na administração e na história*. Tese de Livre Docência apresentada na FFLCH da Universidade de São Paulo. São Paulo: 1981, p. 39.

<sup>9</sup> CAMARGO, Ana Maria de Almeida, BELLOTTO, Heloisa Liberalli (coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: AAB-SP/SEC, 1996, p. 15. No caso específico dos *Documentos interessantes*, este instrumento não deve ser confundido com um Guia de Fontes pois caberia a ele identificar e localizar fundos, grupos ou séries, de um ou mais arquivos, seguindo-se critérios temáticos.

<sup>10</sup> LOPEZ, André Ancona. *Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa*. São Paulo: AESP/ Imesp, 2002.

<sup>11</sup> AESP. *Documentos interessantes*. São Paulo: Casa Eclética, 1937, vol. 55, p. 07.

<sup>12</sup> AESP. *Documentos interessantes*. São Paulo: Casa Eclética, 1942, vol. 66.

<sup>13</sup> PRADO, Armando. “Antonio de Toledo Piza”. In: AESP. *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*. São Paulo: Casa Eclética, 1915, vol. 44, p. 03.

<sup>14</sup> Idem, p. 15.

<sup>15</sup> AESP. *Documentos interessantes*. São Paulo: Casa Eclética, 1929, vol. 50, p. 03.

<sup>16</sup> AESP. *Documentos interessantes*. São Paulo: Casa Eclética, 1939, vol. 64, p. 03.

<sup>17</sup> AESP. *Documentos interessantes*. São Paulo: Casa Eclética, 1946, vol. 70, p. 04.

<sup>18</sup> DEBES, Célio. “A revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e a pesquisa histórica”. In: IHGSP. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: IHGSP, vol. 88, 1993, p. 65.

## **A proposta de ampliação do Conselho Monetário Nacional: o debate no âmbito do CDES (2004-2005)**

André Pereira Guiot<sup>i</sup>

Resumo:

O trabalho propõe apresentar o debate ocorrido no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), entre 2004 e 2005, acerca da busca pela ampliação do número de membros do Conselho Monetário Nacional (CMN). A proposta tinha como objetivo inserir na agência estatal demandas oriundas das entidades patronais representativas da fração industrial, principalmente no que tange a readequação do regime de metas de inflação, ensejando resistências das lideranças especialmente vinculadas ao setor financeiro-bancário presentes no CDES.

Palavras-chaves: CDES – CMN - política econômica

Abstract:

The present work proposes the debate at the Council for Economic and Social Development (CESD), between 2004 and 2005, about the effort to expand the number of members of the National Monetary Council (CMN). The proposal aimed at insert state agency demands from the representative fraction of industrial employers, especially regarding the upgrading of the inflation targeting regime, allowing for the resistance leaders especially linked to the financial-banking sector present in CDES.

Keywords: CESD – CMN – economic policy

Não é exagero afirmar que o eixo articulador do conjunto de preocupações e problemáticas dos variados, distintos e complexos temas que balizava os documentos, discussões e eventos promovidos pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) estava diretamente relacionado à superação dos mecanismos de entraves, aos desafios colocados e às direções a serem assumidas na elaboração do denominado “desenvolvimento sustentável”. Como arena formuladora e propositiva no interior do aparato estatal, os conselheiros do CDES, ainda que cientes das limitações intrínsecas do alcance das proposições por eles emanadas (seu caráter não vinculante e de assessoria restrita à Presidência da República), buscavam o reconhecimento de que suas aspirações e demandas expressassem os anseios da “vontade geral”, senão de “toda a nação”, ao menos daqueles que

tinham apostado na “esperança da mudança” quando da eleição de Lula da Silva à Presidência, em 2002.

O pano de fundo era o de que a construção do desenvolvimento requeria adoção de políticas imediatas, principalmente àquelas voltadas ao arrefecimento da austera política econômica administrada por Palocci e Meirelles – elevadas taxas de juros, sobrevalorização cambial e de megassuperávits primários -, sem, contudo, pudesse ameaçar a estabilidade econômica por meio do retorno do “imposto inflacionário”, argumento este bastante utilizado e aceito por ambos os lados (governo e conselheiros), considerado “um ganho para toda a sociedade, principalmente para os setores mais vulneráveis”. Neste ponto específico, tratava-se, especialmente para os setores empresariais, mas não apenas para eles, de acelerar o ritmo da “descompressão” da política econômica até então em vigor, considerado excessivamente cauteloso, aliado, entre outras medidas, à implementação de um conjunto de reformas e de uma política industrial.

A principal estratégia traçada pelos conselheiros para o relaxamento dos instrumentos de condução da política econômica consubstanciou-se na proposta de ampliação do número de membros que compõe o Conselho Monetário Nacional (CMN). No âmbito do CDES, a proposta foi levantada de forma pioneira na conturbada 10ª Reunião Plenária, em novembro de 2004, pela conselheira Sonia Fleury que, em parceria com seu suplente, o professor José Cezar Castanhar, ambos da FGV, escreveu um texto de intervenção para os conselheiros e ministros, abrindo o debate. A proposta original era que o de incluir o Comitê de Política Monetária (COPOM), além do CMN, no debate acerca do “processo de governança da área macroeconômica”.<sup>ii</sup> Os argumentos sustentados pela conselheira eram os de que não se conheciam os critérios e mecanismos adotados (estudos, prestação de contas etc) no processo de deliberação destas instâncias em relação, principalmente, às metas de inflação, além de apresentar uma composição “extremamente homogênea: não diversificada e não representativa dos diferentes setores produtivos da sociedade”, em comparação “com outros países desenvolvidos e de tradição democrática muito mais consolidada”, arrematando que

(...) isso é um resquício de um autoritarismo, que pensa que são decisões técnicas e que incluir a sociedade no processo seria politizar e desestabilizar quando, na verdade, a sociedade está pagando o preço político dessas decisões ditas técnicas, mas que podem levar a conseqüências políticas, inclusive de inviabilizar os pactos sociais que sustentam esse Governo. Nesse sentido, temos uma proposta clara que para sair disso é necessário alterar a composição do Copom e alterar a composição do Conselho Monetário Nacional para dar possibilidade que outros interesses, ministros dos setores produtivos, ministros dos setores sociais e a própria sociedade possam ali negociar metas que incluam, não só a estabilização, mas também o desenvolvimento, o emprego e a inserção social (Conselheira Sonia Fleury)<sup>iii</sup>.

Na mesma reunião, o conselheiro Rodrigo Loures (presidente da FIEP e membro da FIESP) apelava para a “cooperação entre todos os atores da sociedade” e a necessária “abertura do diálogo”, convocando, para tanto, representantes do setor financeiro bancário a refletirem sobre a “proposta séria” que estava em jogo:

E nesse sentido vejo, Márcio [Cypriano, presidente do Bradesco], Gabriel [Ferreira, CEO do Unibanco], que talvez esteja na hora do setor produtivo se sentar com o setor financeiro e com as representações trabalhistas para iniciarmos uma reflexão sobre a proposta que veio do João Felício, veio do Paulo Skaf de incorporar o setor produtivo no Conselho Monetário Nacional, de sorte que para a definição da política econômica sejam ouvidas todas as vozes do País.<sup>iv</sup>

Ainda nesta ocasião, o referido conselheiro havia entregado aos demais presentes o documento “Contribuições da FIEP para a Política Econômica Brasileira”, cujo conteúdo baseava-se em trabalho de professores da UFPR intitulado “Desenvolvimento Sustentado e Intermediação Financeira: o nexos esquecido”.<sup>v</sup> Não conseguimos ter acesso ao último documento, mas informações retiradas do site da FIEP<sup>vi</sup> elencam as medidas sugeridas “para tornar efetiva a contribuição do sistema financeiro para o desenvolvimento do país”, *exatamente as mesmas divulgadas pelo conselheiro Rodrigo Loures* no documento encaminhado ao CDES: i) adoção de uma política monetária pró-desenvolvimento; ii) sintonizar a política monetária com a política econômica; iii) implantar um sistema baseado no “núcleo da inflação”; iv) ampliar o Conselho Monetário Nacional; v) criar o Conselho Econômico da Presidência; vi) estabelecer quarentena aos membros do Copom; vii) e estabelecer a autonomia do Banco Central.

Alguns meses depois, todas as proposições acima também foram ratificadas e requeridas pelo IEDI, conforme consta na Carta IEDI 156 “Política Monetária Pró-Desenvolvimento: Contribuições da FIEP”, divulgada em 20 de maio de 2005. A única exceção foi o tema da autonomia do Banco Central, considerado “tema muito complexo e de muita controvérsia entre os empresários (...)”.<sup>vii</sup> Além delas, consideradas como “sugestões de modernização da estrutura de governança da política monetária”, a Carta 156 também encampava as “Proposições Adicionais” constantes no anexo do documento da FIEP, tidas como “propostas de alteração da política econômica que cabe ressaltar dada sua estreita relação com os objetivos de alcançar o desenvolvimento sustentado da economia brasileira”: a) redução do *spread* bancário; b) completar o processo de total desindexação da economia e c) redução da vulnerabilidade externa da economia brasileira. O documento do Instituto assinalou o esforço empreendido em recomendar ao Presidente da República a adoção destas medidas:

O IEDI tem debatido essas questões internamente e avalia como muito oportunas todas elas, tendo, inclusive, levado ao Exmo. Sr. Presidente da República e Ministros da Área Econômica, sugestões nessa direção. Levando em conta uma meta de crescimento, adaptar o sistema de metas de inflação e criar um Conselho Econômico junto à Presidência da República, foram recomendações encaminhadas pelo Instituto ao governo. Recentemente o IEDI participou junto com entidades sindicais (CUT, Força Sindical) e empresariais (CNI, FIESP) do lançamento de uma campanha pró-ampliação do Conselho Monetário Nacional (Carta IEDI 156).

Em 06 de outubro de 2004, antes, portanto, do lançamento do documento da FIEP e do início do tratamento do tema acerca da ampliação do CMN no CDES, a FIESP, outro aparelho privado de hegemonia patronal, por meio de seu recém-empossado presidente, Paulo Skaf, se mostrava igualmente empenhada em que fosse criada a “autoridade produtiva” onde os interesses “de quem trabalha e de quem produz” também estivessem representados no CMN, defesa esta expressa na revista IstoÉ Dinheiro:

**DINHEIRO:** *O sr. fala em “autoridade produtiva”. Que idéia é essa?*

**SKAF :** No Brasil só se fala de autoridade monetária. O Banco Central do Brasil se preocupa apenas com moeda, enquanto nos EUA, por exemplo, ele também se preocupa com o emprego. Nosso modelo é europeu, voltado exclusivamente para a moeda. Só que existem outros interesses no País também. E esses outros interesses precisam ser defendidos. Eu entendo que há necessidade de se criar uma autoridade produtiva, que defenderia os interesses de quem trabalha e de quem produz. A produção passaria a ter voz para valer.

**DINHEIRO:** *Como se faria isso?*

**SKAF:** Num movimento no qual a Fiesp, em parceria com a CNI e os setores do comércio e de serviços, junto com a agricultura e com os trabalhadores, ajudaria a montar uma articulação no Congresso Nacional, lutando por uma cadeira no Conselho Monetário Nacional para trabalhadores e para a indústria. Tudo se constituiria na figura da autoridade produtiva. Ela é importante para que a gente participe da formulação das políticas econômicas e não fique sempre recebendo pratos prontos e pagando o custo das decisões das quais não participamos.<sup>viii</sup>

O debate acerca da ampliação do CMN não teve início no CDES. Estudos e pesquisas acerca do tema estavam sendo demandados e elaborados pelas entidades patronais muito antes de aparecer e se tornar pauta de reivindicação recorrente no Conselho. Algumas notícias vinculadas ao assunto estavam sendo ventiladas na grande mídia já em setembro de 2004. O levantamento que fizemos nos mostrou que o trato mais sistêmico e aprofundado sobre o assunto foi feito *pioneiramente* por intelectuais acadêmicos vinculados a FIEP, cuja presidência era ocupada pelo conselheiro Rodrigo Loures. A CUT manifestou-se um pouco mais tardiamente e em consonância com os termos defendidos pelas entidades patronais.

Parece-nos claro, contudo, que foi no âmbito do CDES que a questão foi, durante algumas reuniões plenárias, sendo tensamente requeitada e ajustada à luz do atendimento dos interesses das associações patronais representativas do setor industrial, em aliança com o setor sindical. Para além dos recursos rotineiros de expressão de suas demandas por meio da grande

mídia, dos órgãos de imprensa de suas próprias entidades e da tribuna parlamentar, empresários e sindicalistas encontraram no CDES meio e guarida eficaz de propagação e alardeamento do tema em questão, que rapidamente tomou *status* de prioridade nacional em sua conversão em demandas gerais, justificado pela necessidade de afrouxamento do torniquete imposto pela equipe econômica. Para tanto, o discurso das lideranças das entidades empresariais industriais *precisava* identificar o máximo possível tal iniciativa a temas sensíveis e de forte apelo sócio-político frente às forças social-liberais, o qual contou com a ajuda das centrais e sindicatos laborais da base de apoio do governo, como “democracia participativa” ou “participação social”, “reforma do Estado”, “tornar mais permeável a burocracia conservadora”, “transparência nas decisões”, “governança macroeconômica eficiente”, com vistas a abreviar, ou melhor, a encontrar caminhos e instrumentos ditos mais profícuos e alternativos de política econômica para a retomada do “desenvolvimento” do país, complementando os empregados até então.

Houve, entretanto, no CDES, fortes divergências quanto a validade ou a conveniência da proposta de ampliação do CMN no interior da classe empresarial, não somente mas sobretudo de conselheiros vinculados ao setor financeiro-bancário. Tratava-se de um grupo restrito de conselheiros, mas suficientemente fortes o bastante para azedar a famigerada concertação. Com o avanço paulatino da pauta que poderia atingir ou ameaçar diretamente seus poderosos interesses políticos e econômicos, trataram rapidamente de se articularem e passaram a se manifestar nas plenárias, rompendo a condição de “produtores de silêncio”, situação reclamada por vários conselheiros no evento realizado pelo CDES em agosto de 2004.

As resistências se explicitaram no CDES na 12ª reunião, em maio de 2005, quando o conselheiro Roberto Setúbal (Presidente do Itaú S/A) manifestou-se contrariamente ao que estava sendo proposto na moção elaborada por uma comissão de conselheiros indicada por Jaques Wagner, então secretário-executivo do CDES. Segundo o conselheiro, a experiência dos anos 80, quando o CMN foi politizado por meio da representação de diversos setores, “foi um dos elementos que nos levou a ter aquela situação de descontrole inflacionário total” e o caminho que estava sendo adotado nos colocava “na contramão da história”, posto que “o mundo todo, quer seja nos Estados Unidos, na Europa, (...) deram independência ao Banco Central. Ou seja, despolitizaram totalmente a política monetária”.<sup>ix</sup> Acreditava que a política monetária deveria ser acompanhada de uma política fiscal mais forte, através do corte de gastos públicos e da desindexação de preços, aliviando a taxa de juros sobrecarregada.

O conselheiro Antoninho Trevisan (FIESP e Movimento Brasil Competitivo) refutava os argumentos de Setúbal, primeiramente dizendo que não estava mais em discussão a ampliação ou não do CMN, fato decidido na reunião anterior a qual Setúbal não participara. Além disso, alegava que o CMN nos anos 80 viveu sob o regime militar e num período de alta inflação. Trava-se, no regime democrático, de garantir “a participação não de políticos (...), mas de representantes legítimos da sociedade”. Tudo isto não tinha nada a ver com a independência Banco Central, que continuaria a ser resguardada.

Armando Monteiro Neto (presidente da CNI) contra-argumentou Setúbal dizendo que a presença dos ministros no CMN “significa a possibilidade de politização da política monetária, na medida em que os ministros são entes políticos por excelência”.<sup>x</sup> Contra a noção de que a economia é “uma ciência absolutamente exata”, com “fórmula única”, trouxe à cena a figura de Delfim Neto cuja “competência técnica” afirmou ser “inquestionável” e, contudo, “é absolutamente crítico em relação à condução da política monetária”, tomando como base “argumentos econométricos”.

Em seguida, a conselheira Zilda Arns interveio no debate dizendo que “se houve redução da desnutrição no País, muito se deve à estabilidade da moeda. O pobre hoje tem pouco dinheiro e vai gastando ao longo do mês” e que “os pobres estão comendo melhor porque a moeda agora é estável”. Portanto, a preocupação central da conselheira era a de que “não haja inflação” e afirmou não ter uma visão clara se a ampliação do CMN para nove membros “vai ajudar ou piorar a inflação no País”.

Outras intervenções em prol da ampliação se sucederam, como as de Antonio Neto (presidente da CGTB), Pedro Oliveira (CEB), Luiz Carlos Delben Leite (Sindimaq/PNBE), Rodrigo Loures (FIEP), este último sustentou que o CMN poderia “perfeitamente ser ampliado, constituído por pessoas de notável saber (...) de sorte a poder capturar e estar em sintonia com diversas perspectivas da sociedade e não ficar limitada exclusivamente a um viés financista”<sup>xi</sup> e, respondendo à Zilda Arns, afirmou que era “perfeitamente possível alcançar estabilidade econômica com juros baixos” a exemplo dos países desenvolvidos. João Felício (CUT) embasou seus argumentos na lógica da “democratização” por meio da “presença de representantes da sociedade civil, do mundo do trabalho, do mundo da indústria, para estabelecer diretrizes no CMN”.<sup>xii</sup>

Resgatando e valendo-se de sua experiência enquanto membro do CMN entre 1979 e 1989, o conselheiro e empresário Abílio Diniz (Grupo Pão de Açúcar) enfatizou que o órgão é “eminentemente técnico”. Sua intervenção foi decisiva para marcar o terreno dos opositores:



As pessoas que forem colocadas lá [no CMN] têm que ser qualificadas, tem que ser profundamente conhecedoras de economia (...). Não dá para querermos acomodar a sociedade em torno do CMN, não dá para pensarmos em colocar um representante da indústria, outro do setor financeiro, outro dos sindicatos, outro do setor social. O CMN não é para isso e nem sequer (...) foi capaz de segurar a inflação naquele tempo (...). Não é no CMN que a gente consegue segurar a inflação. O que nós estamos falando aqui é de modificar fundamentos da política econômica. Isto quem tem que modificar é o Presidente da República e o Ministro da Fazenda. (...) Eu acho que o Conselho [CDES] pode apoiar o seu aumento, agora para quê? Só se for para colocar pessoas capacitadas para atuar no CMN e preservar a maioria para o governo.<sup>xiii</sup>

Jorge Gerdau enfatizou a importância do posicionamento do Abílio Diniz, mas utilizou a fala de Zilda Arns para asseverar que “o crescimento da inflação afeta o mais pobre”. Como “guardião da moeda”, os conselheiros deveriam respeitar a “função técnica” do CMN. Gerdau retomou os argumentos de Setúbal: “estamos exigindo na política monetária um único instrumento de combate à inflação [que] deveria ser estabelecido por uma política econômica muito mais ampla”.<sup>xiv</sup> Em seguida, Setúbal voltou à carga concordando com as intervenções de Diniz e Gerdau e enfatizou novamente o “perfil técnico” para o CMN, sem o qual “colocamos em risco o esforço enorme que foi feito durante os últimos dez anos para controlar a inflação”.<sup>xv</sup>

O conselheiro Paulo Skaf, por sua vez, parabenizou a lucidez da fala de Antoninho Trevisan e criticou Setúbal ao querer comparar a experiência do CMN da década de 1980 com a atual - “comparar coisas que não são comparáveis”. Sobre a ameaça de se retirar o “perfil técnico”, Skaf lembrou que “técnicos também fazem parte da sociedade” e que “a ideia é ampliar uma discussão das regras do jogo com as quais toda a sociedade brasileira vai ter que conviver. Sem esquecer que estará assegurada a maioria para o governo”, conforme consta na moção. Com a composição atual, defendeu Skaf, “não há Conselho Monetário Nacional”, posto que o CMN “(...) do Ministro da Fazenda e do presidente do Banco Central, que praticamente representam uma única opinião, mais o Ministério do Planejamento, é um conselho que começa ganhando pelo menos de 2 x 1”.<sup>xvi</sup>

José Antônio Moroni (presidente da ABONG) elevou o tom do debate ao afirmar que “me dá um profundo desconforto ligar a questão da democracia, da participação à inflação (...) para mim é forçar a barra e é querer assustar a sociedade com o fantasma que nós, enquanto sociedade civil, conseguimos eliminar, e que não foi obra de nenhum governo”.<sup>xvii</sup> O conselheiro alertou sobre o “falso dilema” que era encarar o debate como “técnico e político”: “dizer que um Conselho formado por três ministros, sendo que um deles foi coordenador de campanha do atual Presidente e outros dois são deputados federais, é um espaço essencialmente técnico, me desculpem, é uma historinha na qual eu não acredito”.<sup>xviii</sup>

Fábio Colletti Barbosa (à época presidente do ABN AMRO Bank) foi outro conselheiro que se manifestou contrário à proposta de ampliação do CMN. Destacando as “conquistas importantes”, como a responsabilidade fiscal e o repúdio à inflação, asseverou que o CMN “está muito bem aparelhado para trabalhar com a definição de meta de inflação”. Argumentou, no sentido oposto ao de Felício e Moroni, que os ministros que compõem o CMN seguiam a orientação do Presidente e que este havia sido “democraticamente eleito”. Introduziu uma saída que traduzia a posição original dos prepostos dos banqueiros - Márcio Cypriano e Gabriel Ferreira - neste debate: a criação de Câmaras Consultivas, prevista em lei, como mecanismo “da sociedade ter alguma voz, mas eu acho que não seria adequado que isto acontecesse dentro do Conselho Monetário Nacional de maneira representativa, decidindo qual é a melhor meta de inflação para a sociedade”.<sup>xix</sup>

A moção acabou sendo aprovada como recomendação da maioria absoluta dos conselheiros e não como consenso, que seria expressão da unanimidade. Fleury relata que “na impossibilidade de obter o mesmo consenso (...), a moção foi votada e aprovada por cerca de 90% dos participantes, com grande repercussão na mídia”.<sup>xx</sup> Eis abaixo, em seu inteiro teor, a moção transcrita:

Considerando que:

O Brasil vive um momento especial devido à conquista da estabilização da moeda, combinado com o início de recuperação da taxa de crescimento econômico e da geração de novos empregos;

As decisões de política macroeconômica devem ser tomadas de forma a absorver a sensibilidade dos diversos setores da sociedade preocupados com o desenvolvimento brasileiro e dispostos a se co-responsabilizarem por esta trajetória;

**Os conselheiros, por maioria, recomendam:**

**A ampliação da composição do Conselho Monetário Nacional para no máximo nove integrantes, passando a incluir membros da sociedade, assegurada maioria aos representantes do Governo.** (Grifos no original).<sup>xxi</sup>

O desenho da moção deixou uma larga margem de manobra para que o Presidente da República, no caso de uma possível alteração na composição do CMN a partir da aceitação da recomendação do CDES, pudesse implementá-la em consonância com a vontade plena do Executivo, posto que: i) seria o próprio Presidente da República que escolheria os novos membros do CMN, razão pela qual Jaques Wagner lembrava que não necessariamente poderia atender as representações setoriais (empresários, trabalhadores e “sociedade civil”, por exemplo), o que lhe afastaria do perigo de “politização” e arrefeceria os ânimos dos dissidentes; ii) não haveria limite mínimo de inserção de novos membros não governamentais, permitindo ao Presidente “nomear oito membros do governo e um da sociedade”, na avaliação de Moroni; iii) em seu próprio texto, a moção assegurou maioria aos representantes do

governo, garantindo que as decisões na política econômica continuassem sendo ditadas pelo governo.

Durante e após o período de debates no CDES tomaram corpo campanhas e mobilizações patrocinadas pelos aparelhos privados de hegemonia empresariais, coligados a outras entidades da sociedade civil, principalmente às Centrais Sindicais, para que a proposta de ampliação do CMN fosse implementada. A referida Carta IEDI, por exemplo, em relação à aprovação da moção no CDES dizia que “é amplamente favorável à esta mudança, porque avalia que a maior presença de representantes do setor produtivo da economia trará o equilíbrio nas decisões pertinentes à taxa de juros e ao crédito na economia”.<sup>xxii</sup> No CDES, a retomada do debate, em tom de pressão e cobrança frente ao governo, era recorrente e durou até o fim do primeiro mandato de Lula da Silva.

Apesar das cobranças e do caráter extremamente tímido e defensivo da moção, a implementação da proposta, no fundo, jamais interessou ao Executivo, sofreu tratamento protelatório e um contínuo “em estudo” pelos Secretários do CDES, pelo *staff* ministerial da área econômica e pelo próprio presidente Lula da Silva. Em termos gerais, a questão era tratada pelos interlocutores do governo como importante e a ser estudada mais aprofundadamente, mas que solicitava espera e paciência, até mesmo porque se reorganizava uma nova equipe econômica devido à saída de Palocci do Ministério da Fazenda, em março de 2006.

Ficou claro pela exposição dos debates que, à despeito dos pontos divergentes, havia evidente convergência sobre o país que se desejava: equilíbrio macroeconômico (monetário e fiscal), respeito e garantia ao funcionamento regular dos mecanismos de mercado, com forte ênfase nas reformas, e autonomia do Banco Central. Preservadas estas condições, a disputa de fundo, a nosso ver, remetia ao redirecionamento tácito da política econômica “pró-desenvolvimento” (e dos instrumentos e mecanismos que o projeto envolvia), o que exigia a abertura de novas linhas de ação do empresariado industrial nos nichos estatais encarados por suas entidades como constitutivos dos interesses representativos do setor financeiro, como o Banco Central, o Ministério da Fazenda, o Conselho Monetário Nacional e o Comitê de Política Monetária.

O desenrolar da crise política do “mensalão”, por outro lado, atingiu em cheio a área econômica do governo, tornando insustentável o comando do Ministério da Fazenda por Palocci. A entrada de Guido Mantega em seu lugar acendeu os ânimos dos empresários da pirâmide da Paulista, entusiasmando-os com os novos rumos que a política econômica poderia ter nas mãos de um – assim considerado – “desenvolvimentista”. Muito

provavelmente, isto postergou ou distendeu temporariamente a batalha sobre a ampliação do CMN, aliado à conjuntura econômica bastante favorável do período 2006-2008.

---

<sup>i</sup> Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Virgínia Fontes. Bolsista pela Capes. E-mail: andre\_guiot@yahoo.com.br.

<sup>ii</sup> Criado em 31 de dezembro de 1964, o Conselho Monetário Nacional (CMN), integrado desde 1994 apenas pelo Ministro da Fazenda, do Planejamento e pelo Presidente do Banco Central, é o órgão máximo do Sistema Financeiro Nacional e definidor da meta de inflação. O Copom, órgão do Banco Central, define a taxa de juros tentando cumprir a meta estabelecida pelo CMN. O estabelecimento de metas inflacionárias é apenas uma das muitas outras funções do CMN, tais como “adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia; regular o valor interno e externo da moeda e o equilíbrio do balanço de pagamentos; orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras; propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros; zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras; coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária e da dívida pública interna e externa”. Retirado de <<http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/cmn.asp>>. Acesso em 15/08/2014.

<sup>iii</sup> ATA da 10ª Reunião Plenária, p. 34-35.

<sup>iv</sup> Idem.

<sup>v</sup> Os autores deste trabalho foram Fábio Dória Scatolin, Marcelo Curado, José Luís Oreiro e Marcelo de Oliveira Passos. Futuros trabalhos foram produzidos por alguns destes autores para a FIEP, sempre no mesmo tema, constando agradecimentos ao próprio Rodrigo Loures pelos comentários, assim como a Bresser Pereira, Luiz Fernando de Paula, dentre outros: OREIRO, José Luis e PASSOS. *A governança da política monetária brasileira: análise e proposta de mudança*. Porto Alegre, Revista FEE, v. 33, n. 1, p. 157-168, jun. 2005; OREIRO, José Luis. LEMOS, Breno P. e PADILHA, Rodrigo A. *O Regime de Metas de Inflação e a Política Monetária no Brasil: análise e proposta de mudança*.

<sup>vi</sup> Disponível em <<http://www.agenciafiep.com.br/noticia/empresarios-vaosugerir-mudancas-a-jose-alencar/>>. Acesso em 13/08/2014.

<sup>vii</sup> A Carta 156 afirma haver um “dilema” sobre a proposta: “A dúvida reside no amadurecimento de nossos dirigentes de Banco Central em termos de desenvolverem uma isenta e equilibrada visão do conjunto da economia e não uma visão excessivamente financeira da atividade econômica”. Ver <[http://www.iedi.org.br/cartas/carta\\_iedi\\_n\\_156\\_politica\\_monetaria\\_pro\\_desenvolvimento\\_contribuicoes\\_da\\_fiep.html](http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_156_politica_monetaria_pro_desenvolvimento_contribuicoes_da_fiep.html)>. Acesso em 13/08/2014.

<sup>viii</sup> Disponível em <<http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/entrevistas/20041006/chega-prato-pronto/147623.shtml>>. Acesso em 14/08/2014.

<sup>ix</sup> Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Ata da 12ª Reunião Plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República – CDES/PR*, p. 21.

<sup>x</sup> idem: 23.

<sup>xi</sup> idem: 24.

<sup>xii</sup> idem: p. 26.

<sup>xiii</sup> idem.

<sup>xiv</sup> idem: 27.

<sup>xv</sup> idem: 28.

<sup>xvi</sup> idem: 28-29.

<sup>xvii</sup> idem: 29

<sup>xviii</sup> Idem.

<sup>xix</sup> idem: 30.

<sup>xx</sup> FLEURY, Sonia (2006). O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo Lula – Texto entregue aos conselheiros em agosto de 2005. In: BRASIL, Secretaria de Relações Institucionais. *Reflexões sobre o CDES*, p. 36.

<sup>xxi</sup> Retirado de <<http://www.cdes.gov.br/evento/50/pleno-do-cdes-reuniao-ordinaria-n-12.html>> . Acesso em 18/08/2014.

<sup>xxii</sup> Carta Iedi 156, op. Cit.

## **“*Ouçá todo mundo e conclua a seu favor*”: a teatrocracia nassoviana e a convocação da assembleia legislativa de 1640.**

ANDRÉ RICARDO DE OLIVEIRA BARBOSA \*

### **RESUMO:**

Embora fosse a gestão nassoviana uma administração de um elemento invasor, exógeno e imposto, ela é tomada como uma referência administrativa. Isto se explica pelo Conde de Nassau ter empreendido sua legitimação através do diálogo, visando à mobilização populacional à adesão ao governo, e não pela imposição coercitiva. Para colocar em ação tal empreendimento, sua gestão foi engendrada conforme uma teatrocracia. A análise da assembleia legislativa de 1640, enquanto representação ficcional da sua aparência perante seus governados, comprova tal afirmativa.

**Palavras-chave:** Conde de Nassau; assembleia legislativa de 1640; teatrocracia.

### **ABSTRACT:**

Although nassovian management was an administration of an invader, exogenous and imposed element, it is taken as a positive standard administrative reference. This fact is explained by Count of Nassau has undertaken their legitimacy as the result of the dialogue, aimed at social mobilization to join the government, and not through coercive imposition. To put into action such achievement, his management was engendered from the perspective of a theatercracy. The analysis of the legislative assembly of 1640, while fictional representation of his appearance before his governed, proves this statement.

**Keywords:** Count of Nassau; legislative assembly of 1640; theatercracy.

### **1. Introdução**

Cimento Nassau. Edifício habitacional Maurício de Nassau. Edifício empresarial Nassau. Avenida Maurício de Nassau. Ponte Maurício de Nassau. Rádio Web Nassau. Teatro Maurício de Nassau. Escola Municipal Maurício de Nassau. Centro Universitário Maurício de Nassau. Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau.

No parágrafo anterior, podemos encontrar exatamente dez elementos da vida cotidiana urbana do Recife contemporâneo que prestam homenagem ao antigo governador da Nova Holanda, dando sua nomenclatura às suas marcas. Tal desígnio não é algo banal, de remota importância. Em contraposição, sob tal processo corriqueiro e cotidiano está o prestígio memorial ainda atual do Conde, tornando-se um verdadeiro monumento histórico para a região.

Tal atribuição de homenagens afetuosas e de um reconhecimento de seu valor histórico não é apenas um processo da contemporaneidade. Em setembro de 1640, um ano antes do contrato da administração nassoviana se findar – ele, inicialmente, governaria apenas

por cinco anos –, diversos representantes escabinos começaram a escrever missivas aos Estados Gerais, reivindicando a permanência do Conde.

Vários são os interessantes elementos que delas podem ser retirados em relação à atribuição de valor da população por seu governante: “(...) se ele se ausenta deste Estado muito em breve se há de tornar a aniquilar tudo que com sua presença floresceu e se alcançou (...)”<sup>1</sup>; “(...) embarcar [Nassau] é o mesmo que mandar-nos embarcar a todos (...) à sua presença e governo devemos nossas vidas e tudo o que possuímos (...) é voz comum e geral que no dia que sair ele (...) há-de principiar a ruína (...)”<sup>2</sup>; “(...) a quem desejamos por nosso governador de propriedade (...)”<sup>3</sup>.

Por fim, suas solicitações surtiram efeito: Maurício de Nassau permanecia à frente da Nova Holanda. Todavia, se em 1640 e 1641 tiveram êxito, nada puderam fazer, em 1644, para impedir o regresso do mesmo aos Países Baixos, retirado do cargo de governante pela Companhia das Índias Ocidentais. Apesar disso, igualmente não faltaram demonstrações de carinho.

Temos informações desta afetuosa despedida a partir do cronista batavo Gaspar Barlaeus, citado pelo historiador pernambucano Evaldo Cabral de Mello. No adeus ao Conde, havia uma “(...) turba de pobres, de ricos, de velhos e de jovens (...), era sem distinção o abatimento de todas as fisionomias, de grandes e de pequenos, de homens ou mulheres”<sup>4</sup>.

Todos estes “(...) tomaram-no sobre os ombros, conduziram-no carregado desde a praia (...). Julgavam, com efeito, altíssimo dever e honra levar nas costas a quem nas suas levara, tanto tempo, o destino e a salvação de todos”<sup>5</sup>. Assim, acabaram “(...) manifestando-lhe, com lágrimas e aclamações, a sua simpatia. (...) uns lhe desejavam felicidade, chamando-lhe pai, outros chamando-lhe senhor e protetor. (...) clamavam ter caído o Brasil e já não restar esperança (...)”<sup>6</sup>.

Todavia, tais demonstrações de afeto parecem não condizer com o fato do governo de Nassau ser uma administração de um elemento invasor, exógeno e imposto ali. Tal problemática torna-se ainda mais complexa ao nos darmos conta de que é o Conde de Nassau o único destes elementos de quem não só lembramos até hoje, quanto, sobretudo, cultuamos a sua preservação memorial. É fato mais do que comprovado de que não conseguimos nos recordar do nome de nenhum outro estrangeiro colonizador, seja holandês ou francês: é apenas o nome de João Maurício de Nassau que nos vem à mente.

Assim sendo, cabe analisar como se deu os moldes desta governabilidade, buscando alcançar, deste modo, as motivações tanto de tal afeto da população da Nova Holanda, quanto da permanente e ainda contemporânea transformação de seu legado em monumento histórico

de Pernambuco. Para isto, cabe a exposição e elucidação analítica de um dos episódios mais representativos desta busca da mobilização da adesão e do imaginário social: o da convocação de uma assembleia legislativa, no ano de 1640.

## **2. A primeira assembleia legislativa de toda a América do Sul**

No período de vinte e sete de agosto a quatro de setembro do ano de 1640, foi realizada, no território da Nova Holanda, uma assembleia legislativa, convocada pelo próprio João Maurício e o Alto Conselho, com os cinquenta e cinco representantes eleitos das capitânicas de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, a fim de "decretarem estatutos e leis para que se governassem em paz e quietação"<sup>7</sup>. Não faltou pompa e circunstância: houve banquetes, sons de trombetas, bater de caixas militares, peças de artilharia salvando no mar e na terra, estridor de armas. Um evento de grande porte.

Ademais, sob o visual de ser o primeiro parlamento a se reunir na América do Sul e o único por tão dilatado tempo, esta medida teve um grande impacto histórico por levar a dinamização de um aparente governo representativo, no qual os governantes ouviam, atenciosamente, todas as reclamações e proposições que os representantes de cada capitania faziam. Todavia, anterior à análise pormenorizada de tal evento histórico singular e inédito, cabe elucidar sobre a sua própria contextualização geradora.

Na análise dos estudiosos da temática, a motivação que acarretou a estratégia de elaboração da assembleia baseou-se em um tripé de razões. A primeira destas – e, talvez, a primordial, a mais importante – era o intenso temor da governança batava, de acordo com José Antônio Gonsalves de Mello, em relação às possíveis represálias por parte do governo geral do Brasil português, na Bahia, principalmente após os próprios batavos incendiarem os engenhos do Recôncavo baiano alguns meses antes. Tropas comandadas por Charles Tournalon Jr., da guarda pessoal do Conde de Nassau, “incendiaram vinte e sete engenhos, deles retirando os seus cobres (tachos e maquinaria), escravos, açúcar e outros bens, pondo fogo nas povoações da ilha de Itaparica e passando a fio de espada todos os prisioneiros do sexo masculino”<sup>8</sup>.

Sendo assim, apesar de toda a aparência de uma convocação de representantes dos governados para fins de elaboração de decisões que valeriam como leis, para serem “inviolavelmente observadas” e “imediatamente publicadas”, a intencionalidade real – contudo oculta – era a de que, em uma hipotética vingança aos incêndios, os batavos pudessem contar, no campo de batalha, com a adesão e apoio da própria população luso-brasileira local. Logo, apesar de todo o visual de reunião legislativa, o real propósito era a

indução dos governados para o seu lado, ou seja, “visavam a atraí-los a uma colaboração militar contra os soldados do seu Rei”<sup>9</sup>.

Tal motivação pode ser localizada através da averiguação do relatório dos membros do Alto e Secreto Conselho, apresentado no ano de 1646 ao Conselho dos XIX. Nesta fonte histórica, os três membros da administração afirmam que

*Para resguardar este Estado, (...) convocamos, no fim de agosto, uma assembleia geral ou dieta (...) para induzi-los àquilo, porque a defesa contra tal destruição e desastre em grande parte consistia na animação e inclinação dos habitantes portugueses em nosso favor, sem os quais nada podia ser feito. Para não mostrar-lhes tão claramente a nossa necessidade, outros assuntos foram incluídos na pauta (...).<sup>10</sup>*

Somada a esta razão, a segunda motivação que acarretou a realização estratégica de uma assembleia dos representantes dos moradores, em agosto de 1640, interliga-se, intrinsecamente, à derrota, em janeiro do mesmo ano, da esquadra naval do Conde da Torre, D. Fernando Mascarenhas, saindo os batavos vitoriosos. Na *generale missive* de treze de setembro de 1640, João Maurício, Hamel e Van der Burgh afirmam que, após esta importantíssima vitória naval,

*nos foi dada a esperança de que os moradores portugueses, percebendo o verdadeiro interesse que tínhamos pela sua propriedade e oferecendo-lhes toda a necessária assistência para que ela fosse mantida, sobretudo agora que toda a expectativa da armada espanhola se tinha desvanecido, haveria grande possibilidade de atraí-los a uma resolução em comum conosco, pois não viam à sua frente outro caminho para alcançar a posse pacífica dos seus bens e haveres.<sup>11</sup>*

Por fim, em terceiro lugar, a estratégia da convocação da reunião de 1640 esteve diretamente proporcional à desordem e ao caos que reinava no interior do território. Tal panorama caótico se deve a dois diferentes conflitos com os moradores do interior: um de natureza exterior e o outro internamente à própria administração batava.

Em relação àquele, deve-se à chamada guerra volante dos campanhistas: o interior sofria com os sucessivos ataques dos soldados do oficial luso-brasileiro Luís Barbalho Bezerra, os quais, na sua marcha cruzando os sertões em busca da Bahia, destruía canaviais, assaltavam engenhos e arrebanhavam todo o gado, organizando-se sob uma estratégia tática de terra devastada.

Considerando tudo à sua frente como inimigo – até mesmo os luso-brasileiros que haviam permanecido sob o comando dos invasores batavos –, pode-se definir tais ataques como “(...) uma marcha assassina. (...) Não se faziam mais prisioneiros (...). A crueldade não tinha limites: todas as plantações de cana foram queimadas e os prisioneiros portugueses eram entregues aos tapuias, que os matavam com requintados meios de tortura”<sup>12</sup>.



Já quanto ao conflito situado no interior da própria administração batava, devia-se às incontáveis queixas em relação aos abusos dos escoltetos. Estes possuíam o papel, dentro da administração da Nova Holanda, de fiscalizar os escabinos – órgão administrativo que será melhor elucidado na próxima página – e de exercer a função policial. No seu regimento, incumbia-lhes o papel de “prender os criminosos, promover a execução das sentenças, assistir à mesma execução, velar sobre a observância da ordem e regulamentos civis, e fazer punir os transgressores”<sup>13</sup>, tendo, por tal fato, as atribuições de “Promotores de Justiça, Exatores da Fazenda e Chefes de Polícia em suas respectivas circunscrições”<sup>14</sup>.

Devido a uma corrupção oficial e uma incompetência administrativa, aproveitando-se do poder de seus encargos, vários destes escoltetos se apresentavam sem escrúpulos, prendendo e, sobretudo, extorquindo os moradores luso-brasileiros sob falsos pretextos, inventadas alegações, sendo, por tais razões, estes os funcionários mais odiados e, ao mesmo tempo, mais temidos de toda a administração da Nova Holanda.

Ademais, para além dos abusos e transgressões dos escoltetos, também era crescente o número de ladrões domésticos – na maioria, soldados indisciplinados e desertores – no interior do território, os chamados salteadores. De acordo com relatos, “os soldados holandeses, cujos soldos e rações eram pagos geralmente com atraso, cometiam muitas vezes excessos, tais como a morte de um boi, com fim exclusivo de lhe comer a língua”<sup>15</sup>. Com toda esta desordem no interior, o Conde de Nassau e o Alto e Secreto Conselho articulou a estratégia pragmática da assembleia de 1640, uma vez que, para eles, “sem a colaboração dos portugueses, os assaltos no interior do país não podem ser reprimidos”<sup>16</sup>.

Por conta de todo este supramencionado tripé de motivações, foi, então, realizada a dita reunião legislativa, na residência nassoviana em Antônio Vaz<sup>17</sup>, durando nove dias – de vinte e sete de agosto a quatro de setembro do ano de 1640 –, participando cinquenta e seis representantes luso-brasileiros, dos quais dezenove eram senhores de engenho, treze eram os lavradores de cana e vinte e quatro tinham como meio de trabalho o comércio ou ocupações indefinidas. Logo, de acordo com a análise de José Antônio Gonsalves de Mello, a maioria era, pois, constituída de pessoas ligadas à “açucarocracia nordestina”<sup>18</sup>.

A maioria destes representantes dos moradores eram escabinos eleitos das capitânicas de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba. Assim sendo, anteriormente ao processo de elucidar melhor sobre a assembleia em si e o que deliberou o governo com esta, apresenta-se como de suma essencialidade o esclarecimento do modo em que estava baseada esta estrutura administrativa do escabinato, bem como a forma que os escabinos eram escolhidos.

Espécie de câmaras municipais criadas pelos batavos na administração da Nova

Holanda, tal sistema do escabinato apresentava um triplo processo eletivo para a escolha de seus representantes, como bem esclarece Rômulo Luiz Xavier do Nascimento. Inicialmente, o Conselho Político, órgão da administração batava, escolhia de vinte a trinta civis de cada capitania para desempenharem, de forma perpétua, a função de eleitores.

Tais eleitores votavam e emitiam uma lista de possíveis representantes, enviando para a administração superior, que escolhia uma parte destas indicações para desempenhar, finalmente, a função de escabino. Por exemplo:

*um mês após o comunicado da implantação das Câmaras de Escabinos, em início de agosto de 1637, chega da Paraíba, através de uma missiva de Elias Herckmans, uma lista de eleitores, bem como os nomes de quinze pessoas escolhidas pelos mesmos para serem indicadas à função de escabinos. Prontamente, Nassau e o Alto Conselho nomearam cinco deles.*<sup>19</sup>

Com tal elucidação, fica claro que, antes mesmo da convocação da assembleia, já temos a arbitrariedade batava na composição do escabinato, pois era da administração superior a última palavra, o processo final de escolha, através de um posicionamento conversador e que nada tinha a ver com as fictícias aparências de governo representativo que a assembleia de 1640 poderia transmitir. Sendo assim, apesar da impressão da admissão inicial no processo eletivo de luso-brasileiros para compor os escabinatos, esta estratégia não passava de uma artimanha de atitude política: colocando a primeira etapa da escolha dos escabinos ao cargo deles, ficava a equivocada sensação de sua participação nas deliberações do governo e, assim, evitava-se um possível confronto e rebelião dos mesmos.

Retornando ao detalhamento específico da própria assembleia<sup>20</sup>, nas atas desta reunião verifica-se que o governo apresentou cinco medidas de governabilidade, as quais os habitantes deveriam acatar como conduta legal a partir de então, e, em seguida, este ouviu, atenciosamente, todas as reclamações e proposições que os representantes de cada capitania fizeram. Desta forma, buscava-se

*auscultar os representantes dos moradores das mais diferentes vilas e freguesias, conquistando, assim, as simpatias da população rural e uma possível aliança com os senhores de engenho, responsáveis pela produção açucareira e principais vítimas daquela guerra volante dos campanhistas.*<sup>21</sup>

Em seu discurso de abertura, de acordo com as informações do renomado historiador britânico Charles Ralph Boxer, o Conde de Nassau afirmou que

*(...) a vitória de 1640, obtida “sem dano para o povo”, havia trazido a paz para Pernambuco. Mas, a despeito de tudo, continuava a colônia inquinada por “muitos abusos, costumes contra a natureza, insolências opressivas, assaltos de ladrões, mau comportamento da soldadesca e desobediência por parte dos moradores” (...). João Maurício chegou a dizer que ele e os seus conselheiros, pelo contrário, desejam*

*ardentemente mostrar a sua boa vontade para com os portugueses. Por esse motivo é que haviam convocado esta assembleia de influentes notabilidades com o fito de discutir os agravos existentes “e acudir com os remédios mais eficazes, de acordo com a sua aprovação e desejo”.*<sup>22</sup>

Para solucionar tais preocupações – que, conforme já abordado aqui anteriormente, foram as motivações que originaram a convocação desta assembleia por parte do governo da Nova Holanda –, medidas legais foram apresentadas por Nassau nesta reunião para os representantes das capitânicas: “restituir-se-iam aos moradores as armas que lhes tinham sido confiscadas no tempo da armada do Conde da Torre, a fim de que eles pudessem defender a si e as suas lavouras contra os assaltos dos bandoleiros, dos soldados desertores e dos escravos revoltados”, firmando-se que “as guarnições holandesas e os donos das fazendas se auxiliassem mutuamente no combate aos salteadores”<sup>23</sup>, além de instituição de patrulhas permanentes, com a tarefa de coibir a opressão dos seus próprios soldados aos lavradores.

Em relação a este episódio da assembleia, os estudiosos do período nassoviano vêem, neste evento histórico, um fiel representante do seu agir político conciliatório e da apresentação de sua gestão enquanto um governo representativo, na análise de Charles Ralph Boxer. Esta reunião legislativa é vista como uma espécie de engodo, de uma artimanha da política da boa vizinhança, conforme visualiza José Antônio Gonsalves de Mello, tendo o próprio Nassau dito que “desejavam, ardentemente, mostrar a sua boa vontade para com os portugueses”<sup>24</sup>. Era uma espécie de política do “ouça todo mundo e conclua a seu favor”.<sup>25</sup>

### **3. Conclusão: A teatrocracia nassoviana**

Conforme dito, por ser um elemento exógeno, invasor e imposto ali, o Conde de Nassau necessitava mobilizar a adesão da população e o reconhecimento da sua legitimidade administrativa. Esta busca de capital simbólico, enquanto conquista de corações e mentes de seus governados, fica melhor elucidado na análise do episódio da reunião legislativa enquanto uma instrumentalização deste referido domínio simbólico.

Na análise interpretativa acerca da figura nassoviana, o docente holandês José van den Besselaar (1916–1991) – que chegou a ministrar aulas, por seis anos, em regime de contrato, pela Universidade Católica de São Paulo – afirma que o referido governante da Nova Holanda “conquistou coisa muito melhor do que cidades e fortalezas: a simpatia de inúmeras pessoas. O poeta Vondel, referindo-se ao caráter amável de Maurício, diz com muita razão: ‘Quem ganha os corações vence o herói que ganha praças’”<sup>26</sup>.

Tal constatação parece estar contida, em outras palavras, no próprio discurso de Nassau na sua despedida do solo brasileiro:

*Não penses que o castelo do governo consiste de fortalezas, muralhas e trincheiras: ele se encontra no interior das consciências. (...) A grandeza dos Estados não pode ser medida pelas extensões territoriais e latifúndios, mas pela lealdade, benevolência e respeito dos habitantes.*<sup>27</sup>

Justamente por essa busca do interior das consciências, o governo nassoviano pode ser analisado, por sua essência, enquanto uma teatrocracia, conceito este construído pelo sociólogo francês Georges Balandier. Na sua análise, “todo sistema de poder é um dispositivo destinado a produzir efeitos, entre os quais se comparam às ilusões criadas pelas ilusões do teatro”<sup>28</sup>. Assim, este governo dos bastidores, como ele mesmo define, controla o real através do imaginário.

Para o intelectual em questão, com a teleologia de ser aceito, o soberano deveria enganar os seus súditos. Ao contrário de impor diretamente o seu poder, à base da violência autoritária, o mesmo faz com que seus governados adiram, de forma voluntária, ao seu poder, ganhando, assim, a sua legitimidade enquanto mandante. Em uma dramatização representacional de sua própria imagem, o governante ganha a confiança de sua população ao conquistar o coração dos mesmos, além de criar nestes um sentimento ilusório de parcela de poder, de participação no governo.

Por conseguinte, neste modo singular de governar, similar à produção de um espetáculo, o governante da Nova Holanda comportava-se “(...) como ator político para conquistar e conservar o poder. Sua imagem, as aparências que ele tem, poderão assim corresponder ao que seus súditos desejam encontrar nele. Ele não saberia governar mostrando o poder desnudo e a sociedade em uma transparência reveladora”<sup>29</sup>.

Todavia, não é por causa disso que esta simbologia política deve ser visualizada enquanto o reverso do real, sendo tal interpretação um profundo equívoco. Os dramas desta teatrocracia não eram nem ilusões, nem mentiras. Tal dramaturgia do poder não era, de forma alguma, exterior ao seu funcionamento: ao contrário, ela era o próprio estado tal como se apresentava na realidade – uma espécie de metonímia estatal.

À exceção dos chamados “homens de guerra” – os quais “não se mascaram dessa maneira, porque efetivamente o seu papel é mais essencial, afirmando-se pela força, enquanto os outros o fazem por meio das dissimulações”<sup>30</sup> –, há esta tendência majoritária – a das dissimulações. Na análise do sociólogo francês Roger Chartier, os exemplos mais manifestantes são “as formas de teatralização da vida social na sociedade do Antigo Regime. (...) a representação transforma-se em máquina de fabricar respeito e submissão, em um instrumento que produz uma imposição interiorizada, necessária lá onde falta o possível recurso à força bruta”<sup>31</sup>.

Esta busca da legitimidade e da adesão dos seus governados através da dominação simbólica detém a força de suas ideias produzidas não pelo seu caráter de verídico ou não, mas sim, de acordo com o sociólogo francês Pierre Bourdieu, na sua capacidade de mobilização, que faça com que o governo seja reconhecido e aclamado como legítimo. Em outras palavras, utilizando o domínio do imaginário social, enquanto uma atitude técnico-instrumental para a implantação desta dominação simbólica, há a geração de um sentimento de encantamento e comoção, com a oculta teleologia implícita do co-movimento – na acepção de caminhar juntos, como um só organismo.

Ao que tudo indica, o Conde de Nassau pautou sua governabilidade na Nova Holanda na teoria das aparências, cujo principal representante é o fundador do pensamento político moderno, o florentino Nicolau Maquiavel. “Governar é fazer crer”<sup>32</sup>: são não só as aparências do governante, mas, sobretudo, a profunda crença de seus governados nestas, que fazem com que a população se encha de esperanças e doem energias a esta gestão. Ou seja, de “fazer crer que se pode fazer o que se diz”<sup>33</sup>, em uma forma de mão-dupla mobilização/crença, ou “de dar a conhecer e de fazer reconhecer”<sup>34</sup>.

O historiador polonês Bronislaw Baczko efetua um breve resumo desta teoria das aparências de Maquiavel, trecho este que, embora seja de autoria do intelectual florentino, dá a impressão de analisar exatamente o que o próprio Conde João Maurício empreendeu com o episódio do assembleia de 1640:

*O Príncipe, rodeando-se dos sinais do seu próprio prestígio e manipulando habilmente toda a espécie de ilusões (símbolos, festas, etc), pode desviar em seu proveito as crenças e impor aos seus súditos o dispositivo simbólico de que retira o prestígio da sua própria imagem.*<sup>35</sup>

São, por tais motivações, que o Conde João Maurício de Nassau ainda está intensamente presente no cotidiano pernambucano, vivo, em corpo e alma. Isto se dá pelo fato de que, embora seu corpo biológico tenha perecido há um pouco mais de três séculos, a sua representação memorial ainda está, evidente e eminentemente, perceptível, a olhos vistos. Sua memória ainda arde, como fogo em brasa.

---

\* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Política, na linha de pesquisa Política e Cultura, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Orientado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Márcia de Almeida Gonçalves. Contato: [andre.uerj2008@yahoo.com.br](mailto:andre.uerj2008@yahoo.com.br)

<sup>1</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Fontes para a História do Brasil Holandês: a administração da conquista*. Volume 2. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985, p. 387.

<sup>2</sup> Ibid., p. 387–388.

<sup>3</sup> Ibid., p. 388.

- 
- <sup>4</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *Nassau – Governador do Brasil Holandês*. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 201.
- <sup>5</sup> *Ibid.*, p. 202.
- <sup>6</sup> *Ibid.*, p. 201.
- <sup>7</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves. *Op. cit.*, p. 313.
- <sup>8</sup> SILVA, Leonardo Dantas. *Holandeses em Pernambuco: 1630-1654*. 2ª Edição. Recife: Instituto Ricardo Brennand, Editora Caleidoscópio, 2011, p. 196.
- <sup>9</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves. *Op. cit.*, p. 301.
- <sup>10</sup> *Ibid.*, p. 271.
- <sup>11</sup> *Ibid.*, p. 303.
- <sup>12</sup> STRAATEN, Harald S. van der. *Brasil: um destino*. Tradução de Lacey Medeiros Breyer, 1ª Edição. Brasília: Instituto Cultural Maurício de Nassau; Linha Gráfica Editora, 1998, p. 102.
- <sup>13</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves. *Op. cit.*, p. 31.
- <sup>14</sup> WATJEN, Hermann. *O Domínio Colonial Holandês no Brasil: um capítulo da história colonial do século XVII*. Tradução de Pedro Celso Uchoa Cavalcanti, 1ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 305.
- <sup>15</sup> BOXER, Charles Ralph. *Os holandeses no Brasil: 1624 – 1654*. Tradução de Olivério Mário de Oliveira Pinto, 2ª Edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004, p. 167.
- <sup>16</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves. *Op. cit.*, p. 303.
- <sup>17</sup> Uma vez que, nesta época, ainda não havia sido edificado o palácio *Vrijburg* (Friburgo).
- <sup>18</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves. *Op. cit.*, p. 305.
- <sup>19</sup> NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. *Pelo lucro da companhia: aspectos da administração do Brasil Holandês*. Dissertação de Mestrado, História, CFCH, Universidade Federal de Pernambuco, 2004, p. 117.
- <sup>20</sup> Ao fim desta, ficou-se estipulado que todos os anos iam se realizar medidas iguais – o que acabou por não se consolidar.
- <sup>21</sup> SILVA, Leonardo Dantas. *Op. cit.*, p. 197.
- <sup>22</sup> BOXER. *Op. cit.*, p. 166–167.
- <sup>23</sup> *Ibid.*, p. 167.
- <sup>24</sup> *Ibid.*, p. 166.
- <sup>25</sup> SILVA, Leonardo Dantas. *Op. cit.*, p. 197.
- <sup>26</sup> BESSELAAR, José Van Den. *Maurício de Nassau, esse desconhecido*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), 1982, p. 81.
- <sup>27</sup> SILVA, Leonardo Dantas. "João Maurício: um príncipe renascentista". In: VIEIRA, Hugo Coelho et al. (Orgs). *Brasil Holandês: história, memória e patrimônio compartilhado*. 1ª Edição. São Paulo: Alameda, 2012, p. 129.
- <sup>28</sup> BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Tradução de Luiz Tupy Caldas de Moura, 1ª Edição. Brasília: Editora UnB, 1982, p. 6.
- <sup>29</sup> *Ibid.*, p. 6–7.
- <sup>30</sup> CHARTIER, Roger. "Por uma sociologia das práticas culturais". In: Idem. *A história cultural entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo, 4ª Edição. Lisboa: Difel, 1998, p. 22.
- <sup>31</sup> CHARTIER, Roger. "O mundo como representação". In: Idem. *À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos, 1ª Edição. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 75.
- <sup>32</sup> BACZKO, Bronislaw. "A imaginação social". In: LEACH, Edmundo et al. (Orgs). *Anthropos-homem*. 1ª Edição. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 301.
- <sup>33</sup> BORDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz, 1ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1989, p. 185.
- <sup>34</sup> *Ibid.*, p. 174.
- <sup>35</sup> BACZKO. *Op. cit.*, p. 301.

## **OS ESCRAVOS E A BUSCA POR ESPAÇOS DE AUTONOMIA E LIBERDADE NO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE.**

André Rocha Carneiro<sup>1</sup>

### **Resumo:**

Neste trabalho trataremos das estratégias de resistências e lutas desenvolvidas pelos escravos do vale do Paraíba fluminense, como os levantes, as fugas, a formação de quilombos, mas também a disseminação do temor sobre a população livre, mesmo que por meio de boatos, ou mesmo as de cooptação à classe senhorial, como a obediência e a submissão que tinham por objetivo conseguir o máximo de espaço de autonomia possível, como denominou o historiador Ricardo Salles.

**Palavras-chave:** Vale do Paraíba. Estratégias. Escravos.

### **Abstract:**

In this paper we will treat the strategies of resistance and struggles developed by slaves in Vale do Paraíba Fluminense, as the uprisings, the trails, the formation of quilombos, but also the spread of fear about the free population, even by hearsay, or even the cooptation of the senhorial class, such as obedience and submission which aimed to achieve the maximum space possible autonomy, as called historian Ricardo Salles.

**Key-words:** Vale do Paraíba. Strategies. Slaves.

### **Introdução**

O escravo é o inimigo inconciliável.

*Instruções para a Comissão Permanente nomeada pelos fazendeiros no município de Vassouras, de 1854*

A maior polarização política conflitiva entre as décadas de 1830 e 1850, estava entre a classe senhorial e os escravizados. É o que se pode deduzir da afirmação destacada acima, contida nas instruções da comissão permanente de fazendeiros de Vassouras, que se preocupavam com possíveis levantes escravos. Portanto, em uma sociedade escravocrata como a brasileira da época analisada, era a dialética conflitiva entre a classe senhorial e a

classe escrava que ditava os rumos da própria sociedade e ajudava a formar a identidade de cada uma destas classes.

Em uma sociedade escravocrata, toda a população, no geral, almejava ter um escravo, sinônimo de *status* social. Aos escravizados estavam proibidas quaisquer benesses do sistema. Apenas podiam sonhar com a tão pretendida liberdade. Daí as diversas formas de protesto contra a escravização, como fugas, justiçamentos de feitores e senhores, revoltas nas fazendas, insurreições urbanas, formação de quilombos, etc., além das pequenas resistências cotidianas, como sabotagem individual na unidade produtiva, barganhas, fugas provisórias, resistência ao ritmo de trabalho através da cadência das cantorias de trabalho ou mesmo pelo banzo, tristeza profunda que levava muitas vezes o escravo à morte. Em uma sociedade escravista, as relações dialéticas, conflitivas ou mesmo conciliatórias entre estas duas classes ajudavam a determinar a identidade de cada uma.

### **Os Escravizados e a busca por espaços de autonomia e liberdade**

Todas as estratégias desenvolvidas pelos escravos, as de resistências e lutas, como os levantes, as fugas, a formação de quilombos, mas também a disseminação do temor sobre a população livre, mesmo que por meio de boatos, ou mesmo as de cooptação à classe senhorial, como a obediência e a submissão, tinham por objetivo o que os cativos mais queriam em uma sociedade escravocrata que lhes impunha um trabalho forçado e lhes negava qualquer possibilidade de autodeterminação. Esse objetivo era conseguir o máximo de espaço de autonomia possível, como chamou Ricardo Salles<sup>2</sup>. O autor define o que esperavam os escravizados: “[...] liberdade de mais tempo de lazer, de trabalhar em roça própria, liberdade de acumular um pecúlio, liberdade de ver crescer os filhos junto a si, liberdade, enfim, de romper o jugo da escravidão, para si ou para algum membro da família”<sup>3</sup>.

### **Estratégias de Resistência e Luta**

As fugas e a formação de quilombos eram as estratégias mais usadas pelos escravizados, pois representavam o meio mais imediato de obter algum espaço de autonomia e liberdade. As fugas mais comuns eram as individuais, posto que não precisavam de grandes planos e eram de mais fácil execução, já que a falta de um escravo era mais difícil de se notar do que de uma quantidade maior. Sendo apenas um escravo, este seria menos visível, seria também mais fácil seu acoitamento, seu esconderijo, e mais difícil encontrá-lo, principalmente no meio das matas. Por isso, mesmo as fugas grupais não costumavam ser em



grandes quantidades, chegando normalmente em torno de apenas vinte pessoas. A mesma lógica que valia para o senhor, ou seja, o tratamento de poucas quantidades de escravos, por ser mais fácil de controlá-los, parece que também serviria para os escravos, pois em pouca quantidade seria mais difícil de serem encontrados.

Quanto às fugas, João Reis e Eduardo Silva<sup>4</sup> explicam que havia dois tipos: fugas reivindicatórias e fugas de rompimento. A fuga reivindicatória era de curta duração e tinha por objetivo levar o senhor à negociação, revendo determinada medida tomada em relação a um ou mais escravos. A fuga de rompimento era aquela que pretendia a formação de um quilombo e a busca de liberdade, se não definitiva, posto que se esperava o ataque das forças militares senhoriais, já que se mostravam um perigo para a ordem escravista, pelo menos no maior prazo possível. Entretanto, segundo os autores, ambas tinham por fator principal a quebra, por parte da classe senhorial, de compromissos e acordos anteriormente acertados. Mesmo que fracassados, os levantes e as fugas serviam para manter o clima de terror, o que servia para posteriores negociações com a classe senhorial.

Assim, o medo sentido pelos escravocratas era também um fator favorável aos escravos, pois nesses momentos poderiam negociar algumas vantagens, como folgas em domingos e feriados, tratamento dos doentes, terra para roçados, possibilidade de vender sua produção para conseguir algum pecúlio, direito a festas de jongo, melhoria da alimentação, entrevistas<sup>5</sup> etc.

As instruções da Comissão dos fazendeiros de Vassouras, também faziam alusão a este respeito. Outro item das instruções da Comissão incentivava os fazendeiros a permitirem que seus cativos tivessem um roçado próprio e pudessem comercializar seus produtos. Esta, a chamada “brecha camponesa”, que já constava do manual administrativo que o barão do Pati do Alferes escrevera para orientar seu filho a respeito da administração de uma fazenda, também pode ser vista como uma conquista das pressões escravas. Primeiro porque era uma reivindicação dos escravos a seus senhores. Segundo, pois, quanto mais valorizado o café, menos espaços havia nas fazendas para a produção de gêneros alimentícios, o que nos leva a crer que estes espaços podiam ser também arrancados aos senhores que talvez não vissem com bons olhos o fato de terem de perder terreno para os escravos. O fato de que muitos senhores tentavam, através destas concessões, incentivar seus escravos a produzir também o café, ainda pode comprovar a necessidade que tinham de mais terrenos para a produção da rubiácea. Terrenos estes muitas vezes cedidos a contragosto da classe senhorial.

Estratégias de resistência também eram realizadas pelas mulheres escravas. Para proteger filhos e maridos de serem vendidos, ameaçavam se suicidar ou mesmo praticar o infanticídio, ou ainda recusavam-se a trabalhar. Havia também o temor ao envenenamento por parte dos seus senhores. Florentino e Goes afirmam que umas das formas possíveis de resistência à escravidão eram o aborto e a interrupção do coito<sup>6</sup>.

Resistências também havia na forma de greve, mesmo que individual, principalmente se o senhor descumprisse regras costumeiras. João Reis e Eduardo Silva<sup>7</sup> descrevem o caso do escravo Sebastiano que deixou de trabalhar. Apesar de ser muito castigado, não se emendou e como era bom pedreiro, para não ter prejuízos, seu senhor preferiu vendê-lo.

Outra forma de resistência era o roubo. Segundo Flávio Gomes, os “Cativos desviavam café e vendiam, recebendo em troca aguardente e açúcar”<sup>8</sup>.

### **Diferenças e identidades étnico-culturais**

Um grande problema para a organização dos escravizados era o fato de que eles não se viam de modo uniforme. As diferenças eram incentivadas pela classe senhorial, como forma de dividi-los e enfraquecê-los. Talvez tenha sido essa a questão fundamental pela qual os escravizados não tenham conseguido se organizar de forma mais ampla contra o sistema de poder imposto pela classe senhorial. Um exemplo foi a revolta de Manuel Congo, que conseguira arregimentar, no máximo, em torno de 300 escravos (e mesmo assim alguns talvez tenham sido compelidos a participar sob ameaças) em um universo próximo de 14.333 escravos existentes em Vassouras.

Havia, evidentemente, diferenças entre eles, que poderiam dificultar as associações ou mesmo provocar conflitos. Primeiro, havia a distinção entre as diversas nações de origem da África. Segundo, havia distinção com base na superioridade de ofício e da posição dentro do regime escravista: os domésticos eram mais próximos do senhor do que os escravos do eito, e os escravos que possuíam determinado ofício (ferreiro, p. ex.) eram mais valorizados pelo senhor do que um escravo comum. Terceiro, havia distinção entre os urbanos, que tinham mais chances de conseguir dinheiro para a sua alforria e gastos pessoais e eram mais bem tratados pelo seu senhor, já que estavam mais próximos dos olhos da polícia, e os rurais, para quem imperava a vontade senhorial e o trabalho era mais árduo, chegando a dezoito horas por dia. Quarto e mais importante para o sistema escravista brasileiro, havia distinção entre os

crioulos, que estavam mais acostumados ao país, e os africanos, que demoravam a se adaptar e eram mais rebeldes.

Todavia, uma forma de aproximação entre os cativos poderia ter sido a cultura *bantu*, comum entre eles. Como a maioria dos escravos provinha da região da África Austral e Central, possuíam línguas nativas semelhantes, família linguística que foi chamada de *bantu*, facilitando a criação de uma identidade entre eles. Essa identidade *bantu* que, além de línguas semelhantes, também envolvia uma compreensão de mundo (cosmologia, religião, etc.) semelhante, teria sido gestada desde o aprisionamento nas feitorias, na costa africana, e reforçada entre os *malungos* do navio negreiro<sup>9</sup>. Flávio Gomes chama a atenção para o fato de que os cativos também poderiam ter criado uma língua comum, misturando dialetos africanos e o português, que seria falada entre eles, promovendo uma aproximação entre os escravos do vale do Paraíba<sup>10</sup>, deixando os brancos de fora.

Outra forma de aproximação poderiam ser os rituais e as danças, como o jongo e o caxambu, ou as canções de trabalho, chamadas de *vissungos*, pois ajudavam a formar laços comunitários entre os africanos recém-chegados na região. As manifestações religiosas, como os rituais e as danças dos escravos, segundo Emília Viotti, eram proibidas pelos fazendeiros, que temiam que essas reuniões pudessem se converter em insurreições. Mas, os escravos, a fim de manter suas tradições, se refugiavam nas florestas e, em suas cantorias misturavam palavras africanas ao coro de Santa Maria e ao *Ora pro Nobis*<sup>11</sup>.

João Reis e Eduardo Silva<sup>12</sup> também compartilham da tese de que a religião africana teve um papel importante na redução da distância entre os diferentes grupos de escravos, chegando até mesmo aos brancos, embora, para estes autores, tenha falhado em unir africanos e crioulos.

A religião foi, sem dúvida, uma manifestação cultural africana que tinha a capacidade de aglutinar escravos, reforçando sua capacidade de resistência frente à classe senhorial. Humberto Machado relata práticas de suicídio coletivo de escravos, realizadas a partir de atividades religiosas. Segundo ele: “As manifestações religiosas agiam, também, como forma de resistência do negro. Os fazendeiros consideravam-nas ‘feitiçarias’ que ‘viravam a cabeça dos escravos’”<sup>13</sup>.

Para Reis e Silva<sup>14</sup>, mesmo as diferenças étnico-culturais entre os africanos não podem ser vistas como elementos conservadores de um regime social. Essas diferenças marcavam a

diversidade de mundos vividos entre os escravos e os senhores, ajudando a criar, entre aqueles, uma identidade própria, que se traduziria por uma resistência a uma cultura dominante (senhorial) que tentava homogeneizá-los e moldá-los a uma condição submissa e passiva. As diferenças étnico-culturais seriam, portanto, potencializadoras de rebeliões.

Para esses autores, a condição de escravo produzia também uma solidariedade entre os africanos, fundando uma solidariedade de classe: “[...] a experiência escrava de classe reforçava a solidariedade étnica”<sup>15</sup>.

Todavia, para os autores acima, essa identidade étnico-cultural, apesar de se constituir em uma ideologia popular<sup>16</sup> com elementos de classe, não chegou a representar uma consciência de classe específica.

### **A Rede de Sociabilidade Escrava**

Um elemento importante nas relações de classe eram as redes de sociabilidade como forma de se desenvolver um capital social. Já existia isso nas relações políticas entre a classe senhorial. Para os escravizados também eram de suma importância, de modo a atingirem seus objetivos de buscar espaços de autonomia e liberdade. Sendo o lado mais fraco nessas relações de classe, quanto mais pessoas os pudessem ajudar, melhor. Muitas vezes os escravos fugidos se escondiam nas matas, contando com o apoio de outros escravos, que os alimentavam e acoitavam nas próprias senzalas. Dali comercializavam clandestinamente com alguns taberneiros e, também, praticavam alguns assaltos e roubos nos povoados vizinhos. Contando com uma complexa rede de solidariedade, com informantes e acoitadores, quando os policiais chegavam, encontravam o rancho já abandonado.

Os espaços de sociabilidade escrava, onde podiam se fazer alianças e planejar fugas e insurreições, podiam ser variados. Escravos visitavam seus *malungos* e parentes em outras fazendas em seus dias de folga. Frequentavam, quando podiam, tabernas, vendas e feiras locais para comerciar os produtos excedentes de suas roças, onde poderiam organizar fugas. Festas religiosas, danças de jongo e rodas de batuque, proporcionavam o encontro entre escravos de fazendas diferentes, quando poderiam organizar insurreições. Nos períodos de festejos recrudesciam boatos e os temores de revoltas. As estradas e os trapiches onde se armazenavam os grãos de café eram pontos de encontro entre escravos tropeiros que transportavam a produção das fazendas para os entrepostos comerciais. Esses tropeiros podiam servir de mensageiros entre escravos de fazendas e mesmo de cidades diferentes.

Os escravos que possuíam uma profissão, como ferreiros, pedreiros etc., eram elementos importantes na estratégia de organização de fugas e levantes, pois tinham mais prestígio entre os senhores, provocando menos desconfianças. Esse prestígio proporcionava-lhes maior mobilidade, podendo ser possível que contatassem, inclusive, escravos de outras fazendas. Na revolta de Manuel Congo, por exemplo, a participação de escravos com profissão especializada (53% dos 32 indiciados ou citados no processo-crime), levou Flávio Gomes a acreditar que estes foram fundamentais para que a fuga pudesse ser realizada.

Os escravos que trabalhavam na casa-grande poderiam também ter uma participação estratégica nas relações entre escravos e senhores, pois teriam a possibilidade de partilhar informações importantes para os cativos sobre a possibilidade de venda de alguns deles, sobre os temores dos senhores em relação a possíveis insurreições, sobre o planejamento de ataques a quilombos etc.

Os escravizados sabiam se aproveitar de uma situação adversa para a classe senhorial e utilizavam, para isso, também de suas redes de sociabilidade. Foi o que teria ocorrido no Caso Bracuhy<sup>17</sup>. A presença de militares nas fazendas em busca dos africanos boçais que deveriam ser liberados de seu cativeiro, segundo a lei de 1850, foi aproveitada pelos escravos que trataram de disseminar boatos de que as forças militares estariam ali para libertar a todos os cativos. O objetivo desses boatos, provavelmente, era propagar insurreições e fugas.

Fugas ocorreram incentivadas por essas redes que disseminavam os boatos e as notícias. Em Barra Mansa, havia um núcleo de escravos fugidos, mas que já estavam sob a proteção da força pública. Outros sete escravos teriam fugido da Fazenda Boa Vista, do Comendador Luciano José de Almeida, um dos acusados. Alguns escravos também tinham o conhecimento de seu direito à liberdade, devido a terem sido traficados depois da lei de 1831. Esses boatos se espalhavam “serra acima” com grande rapidez, fosse pelos escravos pajens que frequentavam as cidades e delas traziam as notícias para as fazendas, fosse pelos escravos ou livres que tinham maior possibilidade de locomoção, como os tropeiros. Pouco importava o teor das notícias, pois eles o alteravam em seu próprio benefício.

De acordo com Marta Abreu, os senhores tinham especial preocupação com os escravos ladinos, que já dominavam o português, tinham trânsito no mundo dos livres e gozavam de sua confiança. Apenas eles poderiam entender as leis, a de 1831 e a de 1850, e conversar com os Permanentes da Corte. Segundo a autora, a existência prévia de uma

identidade *bantu*, como visto anteriormente, facilitava a comunicação entre eles e lhes dava um sentimento de pertencimento a um mesmo grupo.

Tal configuração identitária teria ocorrido ainda nas rebeliões de 1847/48, em que os escravos teriam tido conhecimento das intenções britânicas de combate ao tráfico e esperavam ajuda da Inglaterra para livrar-lhes do cativo. Marta Abreu considera que essas rebeliões teriam influenciado o governo e a classe política da necessidade de se acabar com o tráfico, como ocorrera em 1850, provavelmente devido ao grande acúmulo de africanos nas fazendas senhoriais. Entretanto, dos 500 africanos traficados no Bracuhy, a autora cita que apenas 68 deles teriam sido resgatados em Bananal. Eles foram libertados na cidade do Rio de Janeiro, onde, “com seu exemplo e experiência de vida, ampliaram os caminhos possíveis para a liberdade dos homens de cor e complicaram a eficiência do sistema de dominação escravista”<sup>18</sup>.

Os escravos podiam também realizar casamentos e relações de compadrio com pessoas livres ou libertas como forma de ter acesso à alforria e à compra de escravos, o que, neste caso, reforçava a ordem escravista.

### **A Família como base da Rede de Solidariedade Escrava**

A respeito da rede de solidariedade escrava, Manolo Florentino e José Goes<sup>19</sup> desenvolveram um estudo sobre a importância das redes de solidariedades escravas baseadas na formação dos parentescos criados através do matrimônio e da formação da família escrava no convívio das fazendas e senzalas. As relações familiares escravas, segundo eles, cumpriram papéis políticos. Citando um estudo de Marshall Sahlins sobre as sociedades tribais, Florentino e Goes afirmam que nestas, como não há Estado para impedir a permanente possibilidade de conflito entre seus membros, eles buscam a paz através de laços parentais para formar uma sólida base de convívio social pacífico, como também através de trocas materiais<sup>20</sup>.

A escravidão produzia uma situação social de permanente conflito entre os cativos. Isto se dava pela escassez de mulheres escravas neste período, mas também pelas constantes levadas dos estrangeiros africanos que chegavam às senzalas, oriundos de nações diferentes, sendo, por isso, estranhos entre si. Além disso, como já foi ressaltado, havia também conflitos entre africanos e crioulos, o que era incentivado pela classe senhorial como forma de isolá-los e enfraquecê-los.

Para esses autores, a situação de escravidão não os unia, pelo contrário, provavelmente contribuía para seu exasperamento. Para que se mantivesse a paz nas senzalas, seria necessário, para além da repressão senhorial, que os próprios escravos a produzissem por meio dos laços de solidariedade e auxílio mútuo. A produção de parentescos seria uma das formas de mantê-la.

## Conclusão

Classe Senhorial escravista do vale do Paraíba fluminense se desenvolveu e ganhou poder durante o Império brasileiro devido à produção do café e ao acúmulo de escravos, mão de obra empregada na produção da rubiácea. Os escravos foram trazidos da África e ajudaram a formar o povo brasileiro. Foram eles também os grandes responsáveis pela produção da riqueza brasileira durante grande parte de nossa história. Suas lutas contra a situação de escravidão em que viviam foram permanentes e ajudaram, aos poucos, a pôr fim a este flagelo que assolou por séculos a história do Brasil.

---

<sup>1</sup> Mestre pelo PPGH – UERJ; e-mail: arc8136@ig.com.br

<sup>2</sup> SALLES, R. *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 248.

<sup>3</sup> Idem, p. 249.

<sup>4</sup> REIS, J. J. e SILVA, E.. *Negociação e Conflito. A Resistência Negra no Brasil Escravista*. Cia. das Letras: São Paulo, 1989.

<sup>5</sup> Quando homens e mulheres escravos de propriedades diferentes mantinham encontros íntimos.

<sup>6</sup> FLORENTINO, M. e GOES, J. R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, 1790 – 1850. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1997, p. 133.

<sup>7</sup> REIS, J. J. e SILVA, E., op. cit., p. 8.

<sup>8</sup> GOMES, F. dos S. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 72.

<sup>9</sup> SLENES, R. W. *Malungu, ngoma vem!: África coberta e descoberta no Brasil*. Revista USP, 12, 1991, 48/67.

<sup>10</sup> GOMES, F. dos S., op. cit., p. 212. Cf. também O Caso do Bracuhy, in CASTRO, H. M. M. de; SCHNOOR, E. (org.). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

<sup>11</sup> COSTA, E. V. da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: UNESP, 1998, p. 302.

<sup>12</sup> REIS, J. J. e SILVA, E., op. cit., p. 29 e 80.

<sup>13</sup> MACHADO, H., *Escravos, Senhores e Café. A Crise da Cafeicultura Escravista do Vale do Paraíba Fluminense: 1860-1888*. Niterói: Cromos, 1993, op. cit., p. 81.

<sup>14</sup> REIS, J. J. e SILVA, E., op. cit., p. 74.

<sup>15</sup> Idem, p. 79.

<sup>16</sup> Enquanto ideologia popular, a etnicidade também significa um sistema de mentalidades, de valores e de comportamentos que ordena a micropolítica do cotidiano. Cf. REIS, J. J. e SILVA, E., op. cit., p. 79.

<sup>17</sup> O Caso do Bracuhy, in CASTRO, H. M. M. de; SCHNOOR, E. (org.). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

<sup>18</sup> O Caso do Bracuhy, in CASTRO, H. M. M. de; SCHNOOR, E. (org.), op. cit., p. 195.

<sup>19</sup> FLORENTINO, M. e GOES, J. R., op. cit.

<sup>20</sup> Idem, p. 32.

**BIOGRAFIA E HISTÓRIA:  
VIOLETA CAMPOFIORITO E O MATERNALISMO CIENTIFICO  
(Niterói, Estado do Rio de Janeiro: anos 1945/1966)**

Andréa Ledig de Carvalho Pereira

Doutoranda

Programa de Estudos Pós Graduated em Política Social-UFF

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Suely Gomes Costa

[ledigandrea@gmail.com](mailto:ledigandrea@gmail.com)

**Resumo:**

Este trabalho enuncia referências, a partir do exame da biografia da assistente social Violeta Campofiorito Saldanha da Gama, com vista a observar mudanças de discursos e de ações do chamado maternalismo presente na formação profissional das assistentes sociais fluminenses nas décadas de 1940 e 1960. Busca trazer à tona a experiência das mulheres na construção da rede de proteção social do antigo estado do Rio de Janeiro entre 1945 e 1966.

**Palavras Chaves: Trajetórias. Proteção social. Maternalismo.**

**Summary:**

This paper sets out references from the examination of the biography of the social worker Violet Campofiorito Saldanha da Gama, in order to observe changes of discourses and actions called this maternalism in Fluminense training of social workers in the 1940s and 1960s to bring Search to the fore the experience of women in the construction of social protection of the ancient state of Rio de Janeiro between 1945 and 1966 network.

**Trajectories: Keys words. Social protection. Maternalism.**



## **Introdução:**

As ações no campo da filantropia e da assistência social, da primeira metade do século XX moveram as mulheres em direção a novos lugares e novos papéis. O discurso social desse tempo, ao transformar a maternidade no principal papel social feminino e num dever patriótico, conferiu às mulheres autoridade para exercerem no mundo público o que lhes é outorgado no mundo privado, à administração da casa, dos filhos e da família. “As intervenções femininas na vida urbana inscrevem-se ordinariamente no prolongamento de sua função familiar”. (COSTA et. al., 2001, p. 23). Nas experiências de homens e mulheres, tarefas ligadas ao cuidar implicam responsabilidades e compromissos que irão se configurar diferentemente.

Neste sentido, o pensamento maternalista inscreve-se em práticas ligadas ao cuidar, naturalizadas como próprias do universo feminino. A experiência do mundo privado, se estende ao mundo público no campo das ações sociais. Nessas ações vinculadas ao discurso maternalista verifica-se o paradoxo descrito por Scott (2002): as mulheres vão se apropriar do discurso da diferença sexual que historicamente as excluía da vida pública, para reivindicar sua inserção no mundo público a partir da maternidade, a qual lhe confere as aptidões necessárias ao exercício de determinadas funções, atuando na consolidação da sua cidadania. A mulher será, cada vez mais, apresentada como um ser “dotado de certas qualidades, que poderia regenerar a sociedade, através de campanhas pela ‘evangelização da paz e da caridade’ (...) imprescindível era a tarefa das feministas para a formação dessa nova mulher e, conseqüentemente, dessa nova sociedade” (VIEIRA, 2001, p. 118). Mulheres, sobretudo dos segmentos sociais médios, foram então chamadas a “sair” dos seus lares, para exercerem a “maternidade social” e inauguram diferentes frentes de atuação feminina no campo da proteção social<sup>1</sup>, que têm no sentimento “de cuidar” compartilhado em diferentes tempos, a matéria política que irá identificá-las e imprimir as suas trajetórias significados singulares.

A experiência cotidiana vivenciada pelas mulheres em geral, por muito tempo sob muitas invisibilidades, tem ampliado o exame de diversas experiências femininas na montagem e aperfeiçoamento dos sistemas públicos e privados de proteção social<sup>2</sup>. Na biografia<sup>3</sup> da Assistente Social Violeta Campofiorito, encontramos rastros e indícios do modo como pelo social as mulheres adentraram no espaço público, fazendo-se respeitar por seus trabalhos e saindo, como afirma Perrot (1994), do “circulo restrito traçado a sua volta”.

## **1 - Violeta Campofiorito Saldanha da Gama: maternidade social e Escola de Serviço Social de Niterói.**

Uma mulher firme em suas posições, mas que procurava caminhos sem impactos para atingir seus objetivos, é assim que Leila Maria Alonso Gomes, em sua tese de doutorado<sup>4</sup>, identifica Violeta Campofiorito. Em 1948, casada com o comandante da marinha mercante Eduardo Arnould de Saldanha da Gama e mãe de duas filhas, a professora de artes da Escola Industrial Henrique Lage, Violeta Campofiorito ingressa no curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social de Niterói (SSN) e inicia uma nova trajetória profissional, que a levaria a novos espaços, dando-lhe um lugar de destaque na montagem da rede de proteção social fluminense e no Serviço Social.

Nascida em 03 de outubro de 1909, na cidade de Belém do Pará, Violeta é a filha caçula dos quatro filhos (dois homens e duas mulheres), do pintor e arquiteto Pedro Campofiorito<sup>1</sup>, italiano e professor da Escola de Belas Artes de Roma que a convite do governador do Pará veio para o Brasil dirigir os serviços artísticos de Belém, no princípio do século passado, e de uma imigrante espanhola, que também havia chegado a Belém do Pará no mesmo período, exímia costureira e dona de casa, Delfina Paniagua. Aos sete anos, migrou com a família para Niterói, na época capital do antigo Estado do Rio de Janeiro, cidade que adotou para viver e onde consolidou sua trajetória profissional. A influência artística do pai - que ainda hoje é reconhecido como membro fundador da Sociedade Fluminense de Belas Artes e da Escola Fluminense de Belas Artes, e como diretor do Museu Antônio Parreiras - se faz sentir na formação profissional dos quatro filhos do casal: Quirino tornou-se pintor e professor, diretor da Escola de Belas Artes; a irmã Estela, pianista com medalha de ouro, o irmão Orlando, engenheiro e Violeta, que embora seja reconhecida pela sua atuação no campo da proteção social, também circulou pelo campo das artes, formando-se docente pela Escola Nacional de Belas Artes.

Professora primária, desde 1928, Violeta foi atuante no magistério público estadual, onde desenvolveu várias ações de “assistência voluntária” aos alunos. “Eu, no momento em que entrei para a educação na Henrique Lage, comecei a fazer assistência social voluntária. Criei vários conselhos, todo mundo trabalhava. Criei a sopa escolar, em que o estado foi obrigado a dar uma sopa escolar e um almoço” (CPDOC, 2002) Assim quando 1942, sob os auspícios da II Guerra Mundial, D. Alzira - filha do Presidente Getulio Vargas e esposa do então interventor Amaral Peixoto - convoca os professores e diretores de escolas para

participarem da criação da LBA fluminense, que em consonância com as ações da LBA nacional - criada pela primeira dama do país D. Darci Vargas, mãe de Alzira - deveria atender as famílias dos pracinhas que atuaram na FEB, o nome de Violeta é indicado para representar a Escola Industrial Henrique Lage.

(...) nós todos, diretores e professores de projeção, fomos chamados para uma reunião. Aí eu conheci dona Alzira e comecei a ficar muito amiga dela. A LBA Fluminense foi criada com esse grupo de diretores de escola, todos ao lado de dona Alzira, e senhoras da sociedade. Dona Darci já tinha criado a LBA no Rio de Janeiro. (CPDOC, 2002).

Para qualificar a atuação dos voluntários a LBA organizou cursos de: Noções de Enfermagem; Defesa Civil, Nutricionista e Visitadoras Sociais. Para este último, exclusivamente feminino, foram convidadas professoras primárias da capital e do interior do Estado do Rio de Janeiro. Violeta e muitas mulheres oriundas de cidades do interior do antigo estado do Rio de Janeiro participam da primeira turma do curso de visitadoras sociais da LBA Fluminense.

A propósito dessa campanha que vem sendo recebida com simpatia pela mulher fluminense, ouvimos, ontem, na sede da Legião, a professora Violeta Campofiorito Saldanha da Gama, elemento de destaque no nosso magistério e monitora chefe das visitadoras sociais de Niterói. Assim nos falou aquela distinta legionária do setor de educação popular: O espírito de sacrifício e obrigação das visitadoras sociais representado por um trabalho árduo e desinteressado, demonstra uma compreensão nítida e inteligente da solidariedade humana, útil e apreciada em todos os tempos, mas principalmente numa época de emergência como a atual. (O Estado, 1945 apud COSTA, S. G., 1995, p. 42).

Ao falar sobre o perfil das “alunas” do primeiro curso de Visitadoras Sociais na capital fluminense, D. Violeta afirma: “Tinha de tudo, quer dizer, de todos os níveis. Tinha gente até de primário, porque não era obrigatório o título de grau de conhecimento. Eram pessoas de boa vontade, por isso era voluntariado” (CPDOC, 2002). Esse primeiro grupo de visitadoras sociais é caracterizado, deste ponto de vista, por um voluntariado feminino e por uma ação voltada para o campo da filantropia.

A LBA fazia muito trabalho social, precisando desse grupo de pessoas que foram alertados para o bem estar social, fazendo serviço social voluntário. Niterói tem muitos morros, muitas favelas, e um grande número de pracinhas foi para a guerra. E os pracinhas foram todos das regiões mais pobres de Niterói, do Estado do Rio, onde também estávamos. Eu ficava mais em Niterói, mas muitas eram de outros municípios. Então, essas pessoas foram chamadas pela LBA, como um voluntariado, recebendo pró-labore para ajudar no trabalho de assistência aos pracinhas. Eu, por exemplo, subi morros para levar cartas para a família dos pracinhas: eu e **todas as minhas colegas voluntárias**. (grifos nossos). Estou falando não do tempo de formada, mas do tempo em que era voluntária. (CPDOC 2001)

Nessa experiência, o mundo privado se estende ao mundo público, consolidando um ideal de “mãe cívica”. As ações de voluntariado e filantropia movem as mulheres em direção a novos lugares e novos papéis. E isso significa um ganho na história das mulheres brasileiras: elas, agora, exercitam a maternidade social e, com isso, irão associar-se a lutas no campo dos direitos sociais, modificando a percepção que elas tinham do mundo e de si mesmas.

Assim, o contato de D. Violeta com a rede de proteção social na capital fluminense possibilitou-lhe outra inserção na esfera pública enquanto chefe do Serviço Social das obras sociais da LBA, nomeada por Dona Alzira Vargas, adiando seu ingresso na ESSN.

Eu comecei a trabalhar com as obras sociais e a levantar fundos; tudo isso ao lado dela (D. Alzira Vargas) (...). Eram várias promoções para beneficiar as obras. Primeiro, a gente orientava tecnicamente a obra para ter o seu estatuto. Eu fiquei formada em estatuto; fiz estatuto para tudo quanto foi obra social, porque elas se governavam voluntariamente, com uma certa desorganização. Então, eu fazia reuniões com as chefes para fazer o intercâmbio entre as obras; quem tinha mais conhecimento passava para a outra. Essas coisas de direção, como fazer requerimento, nas obras não se tinha muito conhecimento. No grupo legionário onde eu era a chefe, a gente ia a cada obra fazer reunião com elas e daí surgiu a idéia de uma feira de comunidade (...). (CPDOC, 2002)

O ingresso no mundo público subverte a ordem estabelecida e reivindica outras escolhas no universo privado. Assim, D. Violeta, num dos raros momentos em que fala de sua vida privada afirma: “ele (o marido) não gostava que mulher trabalhasse fora, mas eu tinha que trabalhar, porque era tudo difícil naquela época. Então, eu trabalhava mesmo” (CPDOC, 2002). Ao se inserir no espaço público, D. Violeta enfrenta dilemas próprios ao universo feminino e presentes em diferentes classes sociais, num conhecido ciclo feminino dos cuidados:

Para uma mulher trabalhar fora era muito difícil, mas como eu disse a vocês, minha mãe não trabalhava fora e eu morei sempre com ela ou perto dela. Ela foi um baluarte enquanto viveu. E minha irmã Estela, professora de piano de quase todos os colégios de Niterói, era casada, mas não tinha filhos. Minhas filhas eram filhas dela, porque ficavam mais tempo com ela do que comigo. Então morávamos todos perto da casa que papai construiu na Rua Mém de Sá, 24, depois de muitos anos aqui e lá. Morávamos todos perto, estávamos sempre muito unidos e realmente a minha irmã Estela me ajudou demais; e a minha mãe também. (CPDOC, 2002).

A institucionalização da LBA como política de Estado vai apontar para a necessidade de profissionalização dessas mulheres como agentes oficiais da proteção social sob a égide do Estado, situando a necessidade “(...) de profissionais, tecnicamente preparados, para atender às suas programações e com destinação de tempo diário para o desempenho de suas funções, uma vez que os leigos se dedicavam à prestação de assistência social dentro dos limites de

suas disponibilidades pessoais” (GOMES, 1994, p. 130). Práticas filantrópico-voluntárias ganham continuidade num campo de ação tendencialmente feminino, atualizando antigas tradições, ainda definidas como uma profissão de mulheres, mas agora em estreitos vínculos como o Estado próprios ao trabalhismo de Vargas. Desse modo, objetivando dar uma melhor formação profissional às mulheres que atuavam na rede de proteção social do antigo estado do Rio de Janeiro, a LBA inaugura no dia 23 de agosto de 1945, na Rua Tiradentes 148 – Ingá – Niterói, a Escola de Serviço Social de Niterói, a qual no início de sua vida institucional estava plenamente voltada para os programas assistenciais da LBA<sup>5</sup>.

Diante da necessidade de conclusão de seu curso na Escola Nacional de Belas Artes, e, devido sua atuação à frente do setor de Obras Sociais da LBA, Violeta não participa dessa primeira turma do curso de Serviço Social. Todavia, por ser chefe do setor de Obras Sociais da LBA (e a ESSN era considerada uma obra social), ela estava intimamente ligada a essa unidade de ensino como responsável pelo pagamento de todos os seus funcionários, inclusive professores. Seu ingresso no corpo docente vai se dar em 1948. Em 1951, ao terminar o curso de Serviço Social é nomeada por Alzira Vargas, diretora da ESSN, permanecendo no cargo até 1966, quando sob os auspícios do regime militar, pediu demissão do cargo de diretora, porém permaneceu na Escola como docente até sua aposentadoria em 1977. Sua trajetória acompanha a de formação e consolidação da ESSN como unidade de ensino superior.

Sob seu comando a escola vivenciará uma verdadeira “revolução”. Em 1952, a unidade deixa de ser feminina e torna-se mista; em 1954, passou a ser integralmente mantida pelo Estado; em 1956, foi reconhecida como instituição de nível superior, criando-se o sistema de vestibular para ingresso e o curso noturno para atender aos estudantes trabalhadores e, em 15 de maio de 1959 foi criado o Diretório Acadêmico Maria Kiehl (DAMK)<sup>6</sup>.

No ato em que fui nomeada, fiz uma revolução na Escola! Comecei deixando entrar homem: abri facilidades para o time masculino. Eu tenho exemplos de excelentes assistentes sociais homens que se formaram pela Escola. Depois, abri três turnos porque as pessoas que trabalhavam de manhã não podiam estudar à noite, e a Escola funcionava de manhã. Então eu abri uma turma de manhã e uma à noite, e também tinham algumas aulas que eram dadas à tarde. Foi uma beleza, porque muita gente pôde estudar (CPDOC, 2002).

Os anos 1960 marcaram para o mundo um período de profundas mudanças culturais e sociais. No Brasil, tal década iniciou-se marcada pela abertura política e por demandas sociais postas pelo crescente processo de urbanização. Sob o comando de D. Violeta Campofiorito

Saldanha da Gama, a ESSN vivenciará essa efervescência política e cultural. “O seu relacionamento político e a sua habilidade política deram uma dimensão diferenciada ao encaminhamento da Escola de Niterói” (GOMES, 1994, p. 122). Tais características foram confirmadas no depoimento da professora Suely Gomes Costa<sup>7</sup>, aluna da escola, no período em que Violeta a dirigiu. “Pelo menos nessa escola eu não tive cerceamento de liberdade, quando nela estudei.” O contato das alunas de Serviço Social com as idéias que circulavam na sociedade brasileira, trouxe mudanças para a formação acadêmica, oportunizou a renovação dos signos sociais da cultura profissional.

O contato das alunas de Serviço Social com as idéias que circulavam na sociedade brasileira, traz mudanças para a formação acadêmica, possibilitando a renovação dos signos sociais das culturas profissionais em geral e, também, das mulheres assistentes sociais dessa região. Assim, enquanto o corpo discente travava contato com o campo intelectual das esquerdas de Cuba, da China e da URSS fosse, através de correspondências, artigos de jornais de outros centros acadêmicos e intercâmbios e participação em diversos conclaves estudantis, D. Violeta participava de cursos e capacitações em países como França e EUA, diversificando os debates intelectuais dessa Escola.

O processo de federalização da Escola de Serviço Social possibilitou o contato de alunas/os com outros diretórios e centros acadêmicos, possibilitando uma ampliação das discussões para outras áreas do conhecimento. Além desse contato com a vida universitária mais ampla, a década de 1960 marca também o ingresso dessas mulheres em outros movimentos sociais, entre os quais o CPC (Centro Popular de Cultura) da UNE, fundado em 1962, o CPC-Niterói, contou com uma intensa participação dos membros do DAMK. Na formação de seus quadros, encontrava-se Suely Gomes Costa (ex-presidente do DAMK e primeira presidente do CPC-Niterói, entre 1962 e fins de 1963).

Nesse período, várias correntes de pensamento da esquerda, organizadas em frentes únicas, vão adentrar à Escola de Serviço Social de Niterói, sempre através do movimento estudantil, abrindo fortes questionamentos quanto à aquisição de novos conhecimentos no quadro de formação profissional. É marcante a crescente presença de mulheres na arena dos movimentos políticos e sociais. Durante o período que esteve à frente da ESSN, Violeta atuou na montagem da rede de proteção social no Antigo Estado do Rio de Janeiro. Em 1955, foram criados três grandes programas na ESSN: O COSAM<sup>8</sup> (Conselho de Obras e Serviços de Assistência ao Menor) “se propunha a estudar, pesquisar e debater os problemas que afetam ao menor, na obra social, na família, nas ruas, nas escola, e/ou no trabalho” (Gama.1995:32);

CRACEF ( Cruzada de Recuperação e Assistência ao Cego Fluminense ) e o FARIS<sup>9</sup> (Fundação de Assistência, Recuperação e Integração Social – Albergues Sociais).

Diante desse quadro, D. Violeta se apresenta como mediador de muitas tensões. Ela parece oferecer elos vivos entre gerações, transmitindo a história de um passado vivido e experimentado, onde o ingresso na Escola, as festas ao redor do piano na antiga sede da Escola, na Rua Tiradentes, e as reuniões no DAMK na década de 1960, compõe essa rede de sociabilidades, onde se descortinam experiências cotidianas e invisíveis de práticas e representações sociais antigas e novas onde a unidade de ensino revela-se um lugar de observação dos termos em que um novo conceito de maternalismo se forja. Todo esse processo de ebulição social, vivenciado pela geração de assistentes sociais que ingressou na ESSN em 1960, sofrerá um freio em 1964, com o Golpe Militar. Em 1966, o DAMK é lacrado pelas forças da ditadura, no mesmo ano D. Violeta se retira da direção, permanecendo na escola como professora até 1977.

Após sua aposentadoria da ESSN, Violeta é convidada pelo então prefeito de Niterói, Dr. Ronaldo Fabrício, para ser a primeira diretora do Centro Social Urbano na Ilha da Conceição. Já no governo Waldemir Bragança, em 1983, foi assessora do Secretário de Bem Estar Social Dr. Carlos Tortelly. Na década de 1990, atuou, voluntariamente, como presidente no CIEBES (Conselho de Integração de Entidades de Bem Estar Social) nos governos de Jorge Roberto Silveira e de João Sampaio. Falecida em 2011, Violeta Campofiorito deixou-nos um legado invejável, dedicados à educação e à formação profissional dos assistentes sociais.

---

<sup>1</sup> Segundo COSTA (1995), a proteção social diz respeito a práticas humanas de defesa grupal de longa duração e de diferentes formações e tempos históricos, onde o Estado-providência se apresenta como um caso particular de proteção social.

<sup>2</sup> Um exemplo está em: PERROT. M. E DUBY. G. História das Mulheres no Ocidente. Vol. I, II, III, IV e V. Porto: Ed. Afrontamento/São Paulo: EBRADIL, 1994.

<sup>3</sup> Nos aproximamos das contribuições metodológicas de Levillain (2003) ao recorrer à biografia enquanto método histórico, que remete às experiências vinculadas ao cotidiano e a subjetividade, onde se entrelaça a trama da vida, não como uma evolução, um plano preestabelecido em que o sujeito se apresenta como uma totalidade coerente, mas partindo do entendimento de que os indivíduos constroem sua trajetória, de acordo com projetos, os quais vão sendo mantidos, alterados ou substituídos em função do campo de possibilidades em que se encontram.

<sup>4</sup> Assistência Social no Estado do Rio de Janeiro: o significado histórico da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense no período de 1945/1964. PUC/S.P 1994.

<sup>5</sup> Em 1946 a LBA transferiu para a Escola de Serviço Social o acompanhamento dos casos que não estivessem consoantes com a assistência materno-infantil, os quais foram denominados “casos dolorosos”. (Gomes, 1994)

<sup>6</sup> O Diretório Acadêmico recebeu esse nome em homenagem a uma notável assistente social que estudou em São Paulo e atuou no planejamento e organização da Escola, em seus primórdios (GAMA, 1995, p. 17).

<sup>7</sup> In: Gomes, 1994, p. 123.

<sup>8</sup> Inicialmente o COSAM funcionou no prédio da ESSN, depois foi transferido para o prédio da R: General Osório 59 São Domingos, cedido pelo governo do estado. Em 1960, o então governador Roberto Silveira, solicitou ao COSAM “um plano moderno e eficiente” para o Instituto de Menores de Bom Jesus do Itabapoana. Como resultado do trabalho Violeta recebeu na Câmara de Bom Jesus o Título de Cidadã Honorária. O COSAM funcionou até 1968 quando foi incorporado pela FUNABEM.

<sup>9</sup> “A necessidade da existência, em Niterói, de um albergue social foi discutida na Escola de Serviço Social em várias reuniões das quais participamos pessoalmente, ao lado de lideranças do comércio, Clube de Diretores Lojistas dirigentes da Associação Comercial, representantes de bancos e muitas pessoas interessadas no assunto. O governo doou um terreno na Av. Jansen de Mello. Foi organizada uma objetiva campanha para arrecadar fundos para a manutenção e elaborada, por um voluntário, uma planta muito elogiada, para a construção do primeiro Albergue, no centro de Niterói. Foram feitos e registrados os estatutos, foi formada uma diretoria e lançada a pedra fundamental com muita repercussão jornalística. O processo de doação tramitava na Assembléia Legislativa e...foi vetado, por incrível que pareça” (GAMA, 1995:37)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BOCK, G. “Pobreza feminina, maternalismo e direitos das mães (1890-1950)”. In: DUBY, G., PERROT, M. *História das mulheres no Ocidente. O século XX*. Porto: Ed. Afrontamento/São Paulo: EBRADIL, 1994, pp.435-477.

CARVALHO, Andréa Ledig. “Buscando Novos Signos para o Serviço Social: Reexaminando Nossa História Profissional no Antigo Estado do Rio de Janeiro”. Tese de Mestrado em Serviço Social. UFF, (Programa de Pós-Graduação/ Mestrado), 1998.

CORREA, Mariza. “A cidade de menores: uma utopia dos anos 30”. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *História Social da Infância no Brasil*. – 6º ed. – São Paulo: Cortez, 2006. pp 81-100

FREIRE, Maria M. L. “Mulheres, mães e médicos: Discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920)”. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). 2006.

FREITAS, Rita de Cássia Santos. “Serviço Social, História e Trabalho”. *Serviço Social & sociedade* – nº 97: São Paulo: Cortez, 2009.

GAMA, Violeta C.S. da. “Memórias: Homenagem aos 50 anos da ESSN (1945-1995)” Niterói/RJ. EDUFF, 1995.

GOMES, Leila Maria Afonso. “Assistência Social no Estado do Rio de Janeiro: significado



*da Escola de Serviço Social da UFF no período de 1945/1964*”. Tese de Doutorado em Serviço Social. São Paulo; PUC, Faculdade de Serviço Social, 1994.

MOTT, Maria Lucia. “Maternalismo, política pública e benemerência no Brasil (1945-1930)”. In: *Cadernos Pagu*, Campinas .Unicamp, v. 16, pp. 119-234. 2001.

PERROT, M. “Sair”. In: DUBY, G., PERROT, M. *História das mulheres no Ocidente. O século XIX*. Porto: Ed.Afrontamento/São Paulo: EBRADIL,1994.

#### **DEPOIMENTOS:**

GAMA, Violeta Campofiorito Saldanha da. *Violeta Campofiorito (depoimento, 2001)*. Rio de Janeiro, CPDOC/MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2002.

## Uma História da TV Pública Brasileira

Ângela Maria Carrato Diniz

Orientador: Murilo César Ramos

Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da UnB

**Resumo:** O objetivo desta pesquisa é contar a trajetória das emissoras de Televisão não comerciais no Brasil. História “lenta”, se comparada à história “rápida” das emissoras comerciais. Parte-se dos primórdios da televisão no país e chega-se até a criação da TV Brasil, em 2007. De uma ideia “fora do lugar”, para utilizar o conceito de Schwarz (2000), a TV Pública pode e precisa torna-se o espaço para que as ideias de cidadania e inclusão social sejam efetivamente colocadas no lugar.

**Abstract:** The objective of this research is to tell the history of non-commercial TV stations in Brazil. This can be said to be a “slow” History, especially if compared to the “fast” history of commercial broadcasters. This research aims to rescue this history, from the early days of the Brazilian television up to the creation of the EBC and TV Brazil in 2007. From the Schwarz (2000) concept of an “out of place”, Public TV in Brazil can and must become the environment for effectively putting in place the ideas of citizenship and social inclusion.

**Palavras-chave:** Televisão Pública, História da Televisão, cidadania.

A televisão constitui-se na arena por excelência do espaço público nacional. É através dela que o Brasil se conhece e se reconhece. Presente em 98% dos lares, a TV é também o principal meio de que dispõe a população brasileira para se informar. Ao contrário de nações como a Grã-Bretanha, Estados Unidos, Canadá e Japão, onde a Televisão Pública tem relevância para a sociedade, aqui a televisão é sinônimo de TV Comercial, fato que deixa nítida a importância que as emissoras comerciais assumiram em nosso país historicamente.

Tal importância está longe de ter correspondência em termos de sua qualidade. Como assinala o ex-ministro da Cultura, Juca Ferreira, “a qualidade da televisão brasileira é muito baixa”, acrescentando que “nenhum país democrático do mundo permite que os radiodifusores transmitam o tempo todo em cadeia nacional.”<sup>1</sup> A força da TV Comercial praticamente inviabilizou as modalidades de TVs não comerciais. A fragilidade destas emissoras acabou sendo utilizada por seus adversários como uma espécie de atestado de superioridade. Teve início, assim, um círculo vicioso para as TVs não comerciais, algo que está longe de ser rompido.

---

<sup>1</sup> “A qualidade da TV brasileira é muito baixa”, entrevista do ministro Juca Ferreira à revista *Caros Amigos*, edição nº 157, abril de 2010, p.12.

A criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC)<sup>2</sup> e a estreia da TV Brasil, em 2 de dezembro de 2007, culminaram, como assinala Ramos (2012:16), “um processo de décadas de lutas no país pela instalação de um sistema público de comunicação, ou, dito de outro modo, de um sistema de rádio e de TV de serviço público sem finalidade comercial e fins lucrativos”. Transcorridos alguns anos, a avaliação que Ramos (2012:22) faz é a de que “entre vícios e virtudes normativas, o modelo institucional da EBC ostenta muito mais estas do que aquelas”.

Novas e intensas batalhas ainda terão que ser vencidas para que a TV Brasil se consolide como uma emissora televisiva efetivamente pública. Essas batalhas têm muitos adversários, a começar pela mídia comercial, as estreitas relações entre parte significativa dos políticos brasileiros e a mídia comercial, a falta de conhecimento da população sobre o que é uma emissora pública, mas, sobretudo, a realidade histórica, cultural e social brasileira, com suas conformações e deformações.

O desconhecimento dos primórdios e da história da TV não comercial no país contribuiu para criar junto à população a convicção de que só existe a Televisão Comercial. A título de exemplo, 71,2% dos brasileiros não sabem que as TVs são concessões públicas<sup>3</sup>, acreditando que elas são empresas comerciais como outras quaisquer. Os problemas, o silêncio e a penumbra que cercaram e ainda cercam tudo o que diz respeito às emissoras não comerciais consolidou junto aos profissionais, e mesmo entre a maioria dos estudiosos e pesquisadores, a falsa convicção de que o “protagonismo” da TV Comercial era inevitável.

A bibliografia sobre a história da televisão no Brasil praticamente ignora outra modalidade de emissora que não seja a comercial. Disciplinas sobre produção, programação e jornalismo em emissoras públicas de televisão inexistem nos departamentos e nas faculdades de Comunicação brasileiras. As poucas referências às

---

<sup>2</sup> A Empresa Brasil de Comunicação foi criada em 25 de outubro de 2007, por meio de decreto publicado no Diário Oficial da União. Uma vez aprovado, este decreto transformou-se na lei nº 11.625, sancionada em 07 de abril de 2008. Ela instituiu “os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta, através de autorização a cargo da EBC.”

<sup>3</sup> Este dado consta da pesquisa “Democratização da Mídia”, realizada em abril e divulgada em 16/08/2013, pela Fundação Perseu Abramo, do Partido dos Trabalhadores, em parceria com a Mark Sistemas de Pesquisas. Ela teve como objetivo investigar a percepção dos brasileiros sobre os meios de comunicação de massa no país. A íntegra pode ser acessada em <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/fpa-pesquisa-democratizacao-da-midia.pdf> Acesso em 17/09/2013.

TVs não comerciais servem para reforçar a impressão de que aqui não há lugar para a TV Pública. Afinal, qualquer pessoa pode, com alguma facilidade, concluir que se em seis décadas de televisão, a emissora pública não encontrou lugar, é porque não tem ou realmente não merece ter lugar em nossa sociedade.

Seis famílias controlam a Televisão Comercial aberta no Brasil.<sup>4</sup> Ao contrário dos Estados Unidos e da Europa, onde a propriedade cruzada dos meios de comunicação foi e continua sendo alvo de investigação rígida, aqui os proprietários de jornais são também os donos de revistas, emissoras de rádio, televisão por assinatura e de portais de internet. Durante as últimas quatro décadas, a emissora de uma dessas famílias, a Rede Globo, foi líder absoluta tanto em audiência como na participação no bolo publicitário nacional. A TV Globo conserva a posição de liderança, mesmo que enfrentando a eventual concorrência da TV Record, da Rede Bandeirantes e também em função de outras modalidades de TV, como os canais pagos e as alternativas possibilitadas por novas tecnologias, especialmente a internet,<sup>5</sup> nessa época de convergência dos meios.

A perda da liderança absoluta por parte da TV Globo não significou, entretanto, qualquer tipo de avanço para a ideia de emissoras não comerciais, pautadas pela informação, educação e cultura. Vale dizer: uma televisão comprometida com o avanço da cidadania. A cena televisiva brasileira segue comercial e oportunidades de mudança continuam sendo perdidas, como na discussão sobre a adoção do modelo digital de televisão em 2006. Ela poderia ter sido a oportunidade para um debate político mais amplo, incluindo a própria situação das concessões. Mas o que se verificou foi a centralização do debate nos aspectos técnicos envolvendo a nova tecnologia.

Na medida em que a TV Pública no mundo, em suas diversas versões e acepções, como a inglesa *BBC*, a norte-americana *PBS* ou a japonesa *NHK* são reconhecidas pela excelência de sua programação, quais as razões para governo e sociedade brasileira não apostarem efetivamente em uma televisão assim?

O que leva nossas elites a combater a TV Pública de forma tão acentuada e permanente? Considerando-se a televisão parte da mídia que, por sua vez, é fruto do ideário liberal na Europa e nos Estados Unidos e que as elites brasileiras desde os

---

<sup>4</sup> As famílias são: Abravanel (SBT), Dallevo e Carvalho (Rede TV!), Marinho (Organizações Globo), Macedo (Record) e Saad (Bandeirantes).

<sup>5</sup> Cruz Brittos, Valério & Kalikoske, André. "TV aos 60 anos. Desafios para a programação televisiva", in <<http://www.observatoriaodaimprensa.com.br>>. Acesso em 05/10/2010.

tempos do Império se consideram, em sua grande maioria, liberais, este posicionamento torna-se, no mínimo, contraditório. O que faz com que partidos políticos que têm em seus programas a defesa de ideais liberais, dentre as quais se destaca a liberdade de informação e expressão, critiquem, de forma tão acentuada, este tipo de emissora?

Diante de tantas questões, cabe uma pergunta mais incisiva: a TV Pública é uma ideia fora do lugar no Brasil? Fundamental para a consolidação e o avanço da democracia em outras partes do mundo, aqui ela não passaria de mais um artificialismo? A questão retoma uma conhecida indagação de Roberto Schwarz<sup>6</sup> sobre a disparidade entre as ideias adotadas no país, as nossas instituições e a realidade. No Império, o estatuto da escravidão impedia a prática das ideias liberais, por incompatibilidade. O ideário liberal não era colocado em prática, mas nossas elites também não o descartavam, temendo passarem por retrógradas. Daí o arremedo de realidade que marcou e continua marcando a vida cultural e intelectual do Brasil, com as ideias, a exemplo do liberalismo, sendo esvaziadas de qualquer conteúdo que não seja do interesse da elite brasileira.

Desconhecer a existência da TV Pública, combatê-la ao máximo, quando este desconhecimento não for mais possível, ou descaracterizá-la, mantendo-a numa posição subalterna, confinada a uma situação irrelevante em termos de influência e de audiência, não seriam partes de um mesmo processo? Não seria a maneira de garantir, como assinala Schwarz “a comédia ideológica” entre nós? Comédia na medida em que esta televisão, mesmo existindo, estaria fadada a não cumprir as suas razões de ser.

Responder a estas questões exige que se coloque em discussão o liberalismo no Brasil, enquanto tradição de pensamento que situa no centro de suas preocupações a liberdade do indivíduo e tem na liberdade de informação e expressão uma de suas pedras angulares. Até porque nossos liberais, sempre que lhes foi conveniente, apelaram para a intervenção dos militares na política, cercearam a liberdade de expressão e descartaram a livre concorrência. Daí a importância de se retomar a história da televisão comercial sob a perspectiva de uma história contra hegemônica, de sua contra-história, que é a TV Pública.

---

<sup>6</sup> Schwarz, Roberto. “As ideias fora do lugar”, in *Ao Vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades; Ed.34, 2000.

A televisão pensada e planejada por Edgard Roquette-Pinto, o pai da radiodifusão não comercial no Brasil, e a emissora de televisão da *Rádio Nacional*, ambas da década de 1950, não saíram do papel por interferência direta do primeiro magnata das comunicações no país, Francisco de Assis Chateaubriand, articulado aos interesses norte-americanos e contando com o beneplácito dos governos Eurico Dutra e Juscelino Kubitschek.

Outro magnata da mídia, Roberto Marinho, cujas empresas, em termos de importância, sucederam aos *Diários Associados* de Chateaubriand, também é responsável pela ideia de uma TV Pública não avançar. Aliás, para provar que o Brasil não precisa de uma emissora pública, acabou criando, quatro décadas depois, o *Canal Futura*, uma espécie de TV educativa do empresariado.

As televisões não comerciais atendem, no Brasil, por nomes diversos a exemplo de TVs educativas, TVs culturais, TVs comunitárias, TVs universitárias e TVs Públicas. Em comum, guardam a baixa audiência e recursos insuficientes para viabilizar uma programação adequada. A existência delas, pulverizadas como estão, tem servido, sobretudo, aos propósitos de seus adversários, na medida em que podem ser apresentadas como a “prova indiscutível” da superioridade da TV comercial. Talvez a única exceção seja a *TV Cultura* de São Paulo. Não é por acaso que periodicamente ela se vê envolvida em crises financeiras que nada mais são do que reflexos de crises políticas mais amplas, de embates entre diferentes concepções sobre o papel do Estado no Brasil.

A pesquisa com qualquer objeto num contexto histórico comporta desafios, mas esses se tornam maiores quando envolvem a televisão, um objeto multifacetário. A partir da centralidade que a televisão assume nas sociedades contemporâneas, muito da história, da história conhecida e “vívda” pelas pessoas e pelas coletividades acaba sendo a história por ela mostrada. Em se tratando da história da própria televisão, é preciso estar atento para o fato de que esta história tem sido escrita mais a partir da visão que os veículos têm de si mesmos e dos seus interesses do que dos interesses ou percepções da sociedade. Mais ainda: há uma inegável influência da televisão na própria visão que as pessoas têm sobre o que acontece e como acontece.

Para entender os motivos pelos quais uma TV Pública no Brasil ainda não teve lugar, é necessário se fazer uma investigação que parte da revisão bibliográfica sobre a

história da TV no país. História que precisará ser confrontada com a história brasileira nas últimas seis décadas, quando a TV passa a fazer parte da cena nacional. Até porque, não há como separar a história da televisão brasileira do contexto no qual ela está inserida. E, muito menos, deixar de levar em conta que nesta história, a televisão tem duplo papel: narradora e personagem da história narrada.

A pesquisa está dividida em nove capítulos. O capítulo 1, **“O que é uma Televisão Pública”** aborda as diversas visões existentes no mundo sobre o tema, a fim de mostrar suas possibilidades. A maioria dos estudiosos concorda que uma televisão, para ser considerada pública, deve preencher dois requisitos: autonomia administrativo-financeira e independência editorial. No entanto, outros aspectos são igualmente importantes para se classificar uma emissora como tal, a exemplo da qualidade e do compromisso de sua programação com a cidadania. Alguns pesquisadores, inclusive, assinalam que ao lado das TVs Públicas existem as chamadas emissoras “de interesse público”,<sup>7</sup> que cumprem um importante papel ao não se pautarem apenas pela audiência e pelos interesses do mercado.

No capítulo 2, **“Marcos conceituais para a história da TV Pública no Brasil”** é discutida, a partir de autores como Bloch, Le Goff, Farge e Foucault a relação entre passado e presente e entre presente e futuro, com o objetivo de construir uma nova visão para a história desta modalidade de emissora no país. É feita, igualmente, a discussão entre história e memória, pois se a história não pode ser reduzida à memória, o silêncio não é sinônimo de esquecimento.

**“A propósito do liberalismo e da modernidade”** é o título do capítulo 3. Nele é feito um mergulho na história com o objetivo de entender a conformação e a peculiaridade tanto do Estado quanto da sociedade brasileira. Se de um lado os clássicos nos apontam a herança portuguesa como uma das razões para a permanência de traços e expedientes nada republicanos entre nós, a modernidade à brasileira, com a adoção do que pode ser chamado de “exclusão seletiva”, também pouco tem contribuído para o avanço da ideia de uma Televisão Pública.

São analisados aspectos da relação social no Brasil como o “coronelismo”, com os expedientes do “favor”, do “tráfico de influência” e do famoso “jeitinho”.

---

<sup>7</sup> O conceito é adotado, por exemplo, pelo jornalista e pesquisador Gabriel Priolli, que implantou e dirigiu, por 10 anos, o *Canal Universitário* de São Paulo.

Expedientes que inviabilizam uma clara delimitação entre público e privado, contribuindo para perpetuar relações nada republicanas no Estado e na sociedade.

É importante não perder de vista que esta problemática acontece em meio à permanente adoção, por parte da elite brasileira, de ideias vindas de fora. Ideias que, em solo nacional, são descaracterizadas de seus aspectos essenciais ou críticos, para tornar possível sua adaptação à realidade local. O liberalismo, tão apreciado pela elite nacional, talvez seja o exemplo mais eloquente e persistente. Não é por acaso que para se entender a falta de lugar para a TV Pública no Brasil é preciso percorrer também o caminho das ideias liberais em nossa sociedade.

**“Chateaubriand versus Roquette-Pinto, uma história esquecida”** que dá nome ao capítulo 4, recupera uma parte deixada de lado e pouco conhecida da contrahistória da televisão no Brasil: a derrota do projeto de Televisão Educativa de Roquette-Pinto para a TV Comercial de Chateaubriand. Ao contrário da emissora improvisada e sem qualquer compromisso com os interesses da população brasileira que o dono dos *Associados* colocou no ar, Roquette-Pinto tinha elaborado um projeto de emissora educativa que se tornou referência internacional. Projeto que “desapareceu” em meio à burocracia e aos interesses dos veículos comerciais.

O capítulo 5, **“Rádio Nacional, a primeira emissora brasileira de ‘interesse público’”**, faz uma releitura da história da emissora apresentando-a como precursora dos veículos desta natureza, que só surgiram oficialmente no país nem meados da década de 1990. Cultural e nacionalista ao contrário de getulista ou estatal, como lhe rotularam seus adversários, a *Rádio Nacional* por pouco não conseguiu viabilizar sua emissora de TV. O capítulo aborda esta luta, ao mostrar que a derrota do projeto de televisão da *Rádio Nacional* é mais uma vitória de Chateaubriand e dos “liberais” brasileiros contra o surgimento de TVs Educativas.

**“Roberto Marinho versus TVs Educativas. Dois exemplos de modernidade à brasileira”**, título do capítulo 6, expõe as tentativas de avanço e as interdições que a ideia de uma TV não comercial no Brasil passa a enfrentar a partir de meados da década de 1960, período marcado pela chegada dos militares ao poder e pelo surgimento da *TV Globo*. São abordadas duas tentativas das *Organizações Globo* de monopolizar a produção teleducativa no país. A primeira delas se deu através do que ficou conhecido como Projeto Global de Teleducação. A segunda tentativa acontece a partir de 1997. Na



mesma linha de tentar obter vantagens e monopolizar a produção teleducativa, as Organizações Globo criam o Canal Futura. A partir de então, este Canal e a própria Fundação Roberto Marinho passam a se apresentar como entidades de “assistência social”, pleiteando vantagens e isenções exclusivas de quem efetivamente presta assistência social. Em ambos os casos, a pesquisa se vale de documentação inédita, que confirma aquilo que Faoro já denunciava nos anos 1950 a propósito dos limites do liberalismo brasileiro.

O capítulo 7, **“O campo público entre o ‘coronelismo eletrônico’ e a fragmentação”**, aborda a situação das TVs do chamado “campo público” - TVs Educativas, TVs Legislativas, TVs Culturais, TVs Comunitárias e TVs Universitárias - mostrando as dificuldades que enfrentam. A maioria destas emissoras só pôde ser criada graças à Lei do Cabo (Lei nº 8.977, de 06 de janeiro de 1995) que, ao regulamentar este serviço no país, obrigou as operadoras a carregarem, sem custos, o sinal de seis canais básicos de utilização gratuita. A Lei do Cabo, no entanto, ficou longe do que a sociedade civil queria.

O capítulo 8, **“TVs Educativas, a ordem é não darem certo”** é um duplo estudo de caso. Nele são discutidas as trajetórias da *TV Cultura*, de São Paulo, e da *TV Minas*, de Belo Horizonte, que, apesar de histórias diferentes, enfrentam problemas semelhantes. A trajetória de ambas é marcada por situações que ilustram os problemas e contradições que caracterizam a realidade brasileira.

**“TV Pública no Brasil, uma ideia ainda fora do lugar?”**, título do capítulo 9 aponta possíveis caminhos para que a pesada herança que impede o desenvolvimento desta modalidade de televisão entre nós comece a ser superada. Tarefa que envolve não só os setores mais diretamente comprometidos com o avanço da cidadania no Brasil, mas o governo e a sociedade como um todo.

A título de conclusão, a contra-história da Televisão Comercial no Brasil que é traçada nesta pesquisa, pode ser um primeiro passo para que a TV Pública encontre seu lugar entre nós. Está passando da hora de argumentos como “as TVs Públicas não sabem fazer televisão” ou “elas apenas gastam o dinheiro do contribuinte” serem sepultados de vez. Não apenas por serem falaciosos como também pela necessidade que tem a cidadania de receber informações, entretenimento e lazer de maneira plural.



## O Ideal Moralizante em Christine de Pizan: Uma análise da Cidade das Damas

Anna Beatriz Esser dos Santos

Doutoranda bolsista (Capes/CNPq)

Programa de Pós Graduação em História Comparada (PPGHC/IH/UFRJ)

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Bragança

Coorientadora: Profª Drª Gracilda Alves

Email: annaesser@hotmail.com

### Resumo

Este texto objetiva analisar e discutir os papéis femininos à luz da obra “A Cidade das Damas” escrita no século XV por Christine de Pizan. Este livro é feito em forma alegórica e conta com o auxílio de diálogos entre as três personagens femininas, a Razão, a Retidão e a Justiça, que conversam com Christine em um sonho diurno e propõem a construção de uma cidade reservada às mulheres através da escrita.

Palavras Chave: Medieval – Mulher – Christine de Pizan

### Abstract

This text aims to analyze and discuss the female roles based on "The City of Ladies" written in the fifteenth century by Christine de Pizan. This book is written in allegorical form and relies on the help of dialogues between the three female characters, Reason, Righteousness and Justice, who have a conversation with Christine in a daydream and propose to her the construction of a city reserved for women through writing .

Keywords: Medieval - Women - Christine de Pizan

### Introdução

Por volta do período de produção de Christine, no século XV, a mulher tinha sua construção imagética definida pelo olhar masculino que a colocava como uma figura frágil, inconstante e sedutora, que precisava ter sempre um homem para guiá-la, para ser a “cabeça”. No tocante ao ideal de conduta feminina, os clérigos transmitiam suas ideias através de pregações, especialmente com o surgimento das ordens mendicantes. No século XIII, enfatizavam-se os *exempla*, pequenas histórias baseadas em lendas ou no cotidiano, que serviam de base para a pregação. Estes pregadores empenhavam-se em atacar a vaidade feminina e a infidelidade, pondo em oposição virtudes necessárias, como a castidade e a obediência,<sup>1</sup> em um tipo de mulher concebido com base no modelo bíblico de Eva.

Com a ascensão da burguesia, surgem tratados voltados para assuntos bastante práticos, ensinando a mulher a ser submissa ao marido e saber governar a casa. Ao longo dos

dois últimos séculos da Idade Média, o pensamento da burguesia ascendente caracterizou boa parte da literatura desse período, com extremas críticas à personalidade da mulher<sup>2</sup>. Sentimentos como a vaidade, a ambição e a ingratidão caracterizavam diversas personagens de obras de autores da época. Muitas produções foram elaboradas com o intento de ilustrar os infortúnios que assinalavam a vida de um homem casado com um tipo de mulher concebido como “megera”. Estes ataques à mulher estão amplamente vinculados a um questionamento do sacramento do matrimônio.<sup>3</sup>

Todavia, essa construção tinha diversas ramificações, pois a figura da mulher poderia também seguir o modelo de Maria Madalena, que é a pecadora arrependida, a que se redime. Vemos que as atitudes de Jesus no Novo Testamento para com a mulher estrangeira (samaritana) e a adúltera (depois associada à Maria Madalena) condenada ao apedrejamento, eram de igualdade e compaixão.

Além desses modelos do feminino, temos a figura que exemplifica a representação máxima de virtude: Maria, Mãe de Jesus, que se mostrou um exemplo de resignação, boa conduta e amor a Deus ao enfrentar todas as adversidades para dar à luz e criar o Salvador, aquele que guiaria os homens – resgatando, assim, os pecados cometidos por Eva: “Dessa forma, a mulher não será, portanto, mais o instrumento material através do qual se exerce a tentação de Satanás: a Virgem resgatou o pecado original de Eva, a primeira tentadora, e a mulher já não é considerada perigosa como tal”.<sup>4</sup>

O período entre o final do século XIV e o século XV foi um período de diversas mudanças, desde o fortalecimento político das cidades até as novas movimentações sociais<sup>5</sup>. Em alguns momentos, as mulheres chegaram a dividir com os homens desde as tarefas domésticas até os trabalhos no cotidiano, no caso das camadas mais populares. Trabalharam no ofício de pedreiras, comerciantes, sapateiras e, algumas vezes, sem o amparo masculino. As mulheres também poderiam tentar exercer sua autonomia nos conventos, onde as religiosas poderiam aprender a ler e escrever.

### **Aportes teóricos e metodológicos**

Nossa reflexão permeia o papel da mulher na sociedade medieval, verificando as condutas esperadas pela mulher e os elementos que constituem um comportamento que era idealizado e o que era condenado pelo pensamento corrente do período. Analisamos assim, as representações a respeito da construção da imagem dessas mulheres.

Quando nos referimos à construção, em especial de gêneros, estamos nos referindo a algo que se opõe a ideias deterministas, e pensamos sobre a produção social dos sentidos (do que é masculino e feminino), a um processo que vem sendo construído ao longo do tempo.

Neste sentido, trabalharemos com as proposições teóricas elaboradas pela historiadora norte-americana Joan Wallach Scott. A autora afirma que gênero é o saber a respeito das diferenças sexuais. Scott utiliza o conceito aplicando-o de acordo com Michel Foucault, como “a compreensão produzida pelas culturas e sociedades sobre as relações humanas”.<sup>6</sup> Essa produção do saber encontra-se no social e envolve escolhas, interesses e relações de poder. Logo, consideramos que gênero e suas implicações possuem visão marcadamente politizada.

Para a autora, discutir gênero é abordar algo social. O conceito de gêneros sexuais apresenta-se para desconstruir a representação tradicional do feminino e do masculino, ao entender que homens e mulheres são socialmente produzidos pelo discurso dominante e também por crenças, imagens e símbolos presentes nas diferentes culturas. Podemos então, com nossa fonte, observar e verificar novos modelos, novas representações de como entendemos as mulheres medievais.

Quando utilizamos o conceito Representação, referimo-nos ao conceito desenvolvido por Roger Chartier<sup>7</sup>, que define tipos de “práticas” capazes de articular e dar sentido a tudo que permeia o campo da cultura. Este conceito alia-se ao de Apropriação, entendida por Chartier como práticas de produção de sentido, dependentes das relações entre texto, impressão e modalidades de leitura, sempre diferenciadas por determinações sociais<sup>8</sup>. As representações, apropriações e práticas fornecem sentido ao conjunto das práticas sociais, mas se diferenciam a partir do grupo que as veicula e elas não são discursos neutros, pois produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade e mesmo a legitimar escolhas. Coexiste uma gama de representações que são diferentes e também divergentes entre si, em uma luta constante, que servem a interesses de grupos particulares dentro da sociedade. Tais dão-se no nível simbólico e, muitas vezes, não são facilmente identificáveis. A escolha do termo representação contribui inclusive para desconstruir essa visão tradicional de como são pensadas as mulheres do período medieval.

Nossa fonte trata de um texto literário que contribui para a construção de identidades sociais, de relações sociais e de sistemas de conhecimento e crença, cuja reprodução e transformações (possíveis) cabem às práticas discursivas de que a literatura é um veículo. Neste sentido, podem representar e/ou reproduzir ideologias, que entendemos como,

significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais), que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das

práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação<sup>9</sup>

Como nessa construção textual o aspecto da língua é essencial, esta pode ser entendida, por um lado, a partir de sua função na sociedade, como um meio de comunicação nos quais mensagens e informações são elaboradas e passadas; mas também se pode compreender a linguagem como a própria comunicação, que é constituída na sociedade, reflete e é representada pela própria.

A respeito do papel da linguagem e sua importância para pensar as relações de poder no campo discursivo, as considerações de Bordieu são úteis para a análise de nossa fonte. Ele explica que se pode conferir uma eficiência propriamente simbólica de construção da realidade, isto porque aquela estrutura a noção que os agentes sociais têm do mundo e como se operam as relações nesse mundo. Assim, a língua pode ser compreendida como um sistema simbólico que constitui instrumentos de conhecimento e de comunicação, de visões de mundo e de percepção do mundo social. E afirma:

A percepção do mundo social é produto de uma dupla estruturação social: do lado objetivo, ela está socialmente estruturada porque as autoridades ligadas aos agentes ou às instituições não oferecem a percepção de maneira independente, mas em combinações de probabilidade muito desigual (...); do lado subjetivo, ela está estruturada porque os esquemas de percepção e de apreciação, (...) são produtos das lutas simbólicas anteriores e exprimem, de forma mais ou menos transformada, o estado das relações de força simbólica<sup>10</sup>

As considerações de Bourdieu são pertinentes para essa discussão, pois através delas pode-se precisar de que forma a linguagem exerce um poder e se constitui em um instrumento que age sobre o mundo. É através deste poder simbólico percebido na linguagem que o caráter social desta é reafirmado. A força das palavras se exerce na sua ação comunicativa, pois elas propagam valores, significados, ideologias que perpassam os agentes sociais e se configuram como formas de dominação e exercício de poder.

A questão da linguagem e das relações de poder tornam-se ricas em nosso trabalho, porque a aproximação entre História e Literatura se dá na medida em que ambas são formas de representar o mundo, as questões e indagações dos homens em determinada época.

Ao pensar sobre a utilização de literatura como fonte para a história, Sandra Jatay Pesavento afirma que “a Literatura permite o acesso à sintonia fina ou ao clima da época; o modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos”.<sup>11</sup>

Chartier vai mais além e chega inclusive a afirmar que quando textos literários são usados pelos historiadores “perdem a sua natureza literária para serem reconduzidos ao estatuto de documento, válidos porque mostrando, de um outro modo, o que a análise social

estabeleceu pelos seus próprios processos”.<sup>12</sup> Entendemos que o uso da literatura como fonte irá oferecer ao historiador a possibilidade de encontrar prováveis respostas do porquê da existência de diferentes representações que indivíduos ou seus grupos faziam de sua sociedade numa época.

Como método, utilizaremos principalmente a Análise de Discurso. Ela busca entender a língua em seu processo de significação, como trabalho simbólico inserido no contexto social. Esse estudo vê a linguagem como mediadora entre o homem e a realidade, natural e social. Tem por pressuposto básico que a linguagem é opaca, ou seja, não é possível ver através dela. A pergunta que a Análise do Discurso pretende responder é: como o texto significa?<sup>13</sup>

Para a Análise do Discurso, a língua, embora tenha sua própria ordem, é apenas relativamente autônoma. Os fatos não são dados, e sim significados. O sujeito de linguagem, aquele que fala, é afetado por seu contexto histórico, isto é, não tem controle sobre o modo pelo qual este o afeta. Por isso, podemos entender discurso também como “efeito de sentido entre os locutores”.<sup>14</sup>

### **A construção da moral feminina**

Christine de Pizan (1364-1430) viveu e recebeu educação na corte de Carlos V e mantinha a amizade e a proteção de Isabel da Bavária, esposa de Carlos VI<sup>15</sup>. Tornou-se uma escritora que conseguiu, entre os séculos XIV e XV, manter sua família através de suas obras, pois tinha encomendas na corte, por onde circulava livremente e mostrava sua erudição.

Com a morte de seu marido, ela precisou sustentar sua família e passou a escrever, dedicando-se a literatura através de encomendas das esposas dos príncipes. Foi considerada a primeira escritora profissional da literatura francesa que reivindica o “estudo” como um espaço íntimo e como lugar de criação literária e instrução pessoal<sup>16</sup>.

Christine de Pizan escreveu *A Cidade das Damas*<sup>17</sup> em 1405, com o propósito de intervir nas disputas dos homens de letras acerca da natureza feminina, a chamada “Querela das Mulheres”<sup>18</sup>. Suas representações da mulher são uma defesa ao pensamento majoritariamente misógino de sua época. Ela constrói uma argumentação com as damas chamadas Razão, Retidão e Justiça e questiona a autoridade masculina dos grandes pensadores e poetas que contribuíram para sua formação<sup>19</sup>. Também mostra através da retórica e nas referências que faz às obras reconhecidas de Ovídio, Cícero, Petrarca, Cesco d’Ascoli como a subordinação feminina e a “má fama” das mulheres haviam sido construídas<sup>20</sup>.

As mulheres da Cidade das Damas de Pizan estão metaforizadas em pedras sólidas ali construídas para caracterizar uma defesa moral para todas as mulheres com suas histórias de vida<sup>21</sup>. As três damas tem seus papéis definidos já no início do Livro: Razão é a responsável por fazer as fundações e os muros, demonstrando claramente que a principal defesa desta cidade habitada por mulheres é a argumentação racional; Retidão constrói as casas, palácios e templos, usando como pedras para essas construções as vidas exemplares de mulheres de diferentes épocas e Justiça termina a cidade, fazendo o acabamento e convocando as primeiras moradoras, as mulheres que foram constantes em seu amor.

A primeira parte de seu livro é a construção, sob o comando da Razão, que a ajuda a marcar o terreno. Este terreno é o mesmo do campo literário, necessário às respostas às argumentações masculinas, o que ela faz dialogando com Razão e defendendo as mulheres, demonstrando com exemplos porque elas mereciam ser defendidas. Dentre esses assuntos está o acesso a uma cultura intelectual refinada para as mulheres e grandes senhoras.

Minha Senhora, daquilo que me dissestes, posso deduzir que a mulher é uma criatura muito nobre. Contudo não foi Cícero que afirmou que um homem nunca deveria servir uma mulher porque estaria a servir um ser inferior a ele?

A Razão respondeu, o mais virtuoso dos dois é o ser superior. A excelência ou a inferioridade não é determinada pela diferença sexual, mas pelo grau de virtudes e perfeição moral que cada um atinge.<sup>22</sup>

Destaca também as mulheres instruídas e mulheres prudentes. Entre as que executaram atividades políticas e militares, destacamos a Imperatriz Nicaula da Etiópia, também conhecida como A Rainha de Sabá, que foi muito poderosa; Fredegunda da França, que por astúcia, tirou seu filho dos braços dos inimigos; e a rainha Blanche, que governou a França na menoridade do filho e depois ocupou um lugar principal no grupo de conselheiros dele. A intenção de Christine era mostrar que as mulheres têm capacidade de governar tão bem quanto qualquer homem, mostrando-as com prudência e com mentes esclarecidas para a política e para a justiça.

A seguir, a autora é guiada pela Retidão que a convoca: “agora venha comigo, pegue suas ferramentas e siga em frente. Misture a argamassa no seu pote de tinta, e então você poderá fortificar a cidade com sua caneta”.<sup>23</sup> Iniciou-se a construção das torres, dos palácios reais e das nobres habitações. As mulheres que foram convocadas para traçar essas primeiras edificações foram as sibilas e profetisas, que com sua linguagem irão construir o refúgio das mulheres.

Há o destaque para Christine e Retidão, quando debatem sobre os homens que prefeririam ter filhos ao invés de filhas. Retidão afirmou que isso acontece devido à simplicidade e ignorância dessas pessoas. Ela cita que os pais têm medo do custo que pagarão



no casamento dessas filhas, ou seja, preferiam os filhos por motivo de vantagens financeiras. Ela ainda ressaltou que geralmente os filhos homens, quando ficam ricos, desprezam os pais pobres, e se os pais são ricos, eles esperam a morte destes para adquirir a herança.

Nesta parte, também é debatida a relação com o casamento. Como uma cristã, Christine acreditava que a união entre homem e mulher no casamento era apreciada por Deus. Através de Retidão, passou a mostrar exemplos de amor conjugal representados por mulheres ilustres. Estas amavam tanto seus maridos que os seguiam a vida inteira. Algumas, como Artemísia, chegaram a construir imensos túmulos para que sepultassem seus companheiros. Outras, como Argia, foram até os campos de batalha para procurarem pelos corpos de seus amados; cuidaram dos maridos quando estes estavam doentes. Christine citou mulheres que fizeram de tudo por seus cônjuges, até morrer<sup>24</sup>.

Christine não pretendia que as mulheres tomassem o lugar dos homens, ela queria que não fossem mais vistas como criaturas detentoras do mal. Para Christine, a mulher deveria ser cristã, bondosa, amorosa, delicada, sendo ela casta ou virgem. Não pretendia travar uma guerra diretamente contra a figura masculina, mas intentava buscar o reconhecimento da honra e da moral feminina.

Com esses argumentos, Christine volta à defesa da educação e do ensino para as mulheres, partindo do seu próprio exemplo, uma mulher que adquiriu tanto conhecimento e sabedoria que chegava a igualar-se aos homens. Ela acreditava na capacidade feminina de aprendizagem e reprovava uma sociedade que a elas negava a oportunidade dada por Deus a todos os seres humanos de adquirir o saber.

Como continuação da questão das virtudes femininas, o diálogo entre Retidão e Christine tratou daquelas mulheres que conservaram a castidade e também homenageava aquelas que guardavam a virgindade, atribuindo suma importância a esse bem corporal e simbólico. Nossa autora citou diversos exemplos de mulheres que se mantiveram castas e puras, mesmo após a morte de seus companheiros.

Diante da defesa da moral feminina, Christine tinha um estilo próprio quando argumentava a favor da castidade, diferentemente de seus opositores, os quais colocam a castidade como única qualidade pertinente a uma mulher.<sup>25</sup>

Christine demonstrou outra visão da castidade: manter-se virgem ou casta, fechando-se em seu próprio corpo sem ter relações sexuais com seu marido ou amante era um estilo de vida que seria capaz de trazer para as mulheres um encontro com elas mesmas, um único modo de libertar as mulheres das amarras dos deveres conjugais e de tudo que a vida tinha para lhe oferecer sob forma de prisão, como os sofrimentos recorrentes da gravidez e dos partos, além

da submissão que se esperava de uma mulher, mesmo quando o marido fosse violento. Ela também recomendava que as mulheres casadas não se sentissem menos dignas que as virgens, por estarem submetidas aos seus maridos, “pois ser livre não é um bem assim tão grande”.<sup>26</sup>

Ao final da segunda parte do livro, Christine deteve-se a descrever o imenso amor que as mulheres carregam consigo.<sup>27</sup> Mencionou o amor de Dido, de Medea, Thisbe, Hero, Ghismonda, Lisabetta, mulheres que sofreram, choraram e morreram por amor. Ela confirmou também a generosidade nata como mais uma virtude feminina.

Na sequência de seu texto, Christine convocou as damas de seu tempo para que povoassem a mais nova cidade recém fundada, a Cidade das Damas: convidou Isabel da Bavária, a rainha da França; a Duquesa de Berry; Valentina Visconti, a duquesa de Órleans; a Condessa de Clermont, entre outras personalidades de sua época. Christine pretendia confirmar o sucesso de seu trabalho de construção de um novo pensamento sobre a mulher e para isso ela pedia auxílio das personagens femininas mais importantes de seu tempo, como citado anteriormente, suas comitentes que são louvadas e colocadas como mulheres de vida exemplar.

Ao fim da segunda parte do livro, Christine declarou que a Cidade das Damas estava finalizada e pronta para ser povoada. Dirigindo-se às mulheres de todas as condições, que amaram, amam ou amarão a virtude e a sabedoria, sua cidade não se situou em um tempo ou um lugar, ela era eterna, existiria enquanto houvesse pessoas que tivessem acesso ao seu livro.

Finalmente, na última parte de seu livro, Justiça, que fortificou a cidade, guiou Christine. Como já citamos, Maria, Mãe de Jesus Cristo, foi coroada como rainha e as escolhidas para figurarem como imperatrizes foram as irmãs de Maria e Maria Madalena. Neste momento também foram escolhidas as intercessoras que seriam as santas mártires.

Dedicada à vida contemplativa, nesta última parte do livro Christine apresentou as santas como mulheres independentes e autossuficientes, mulheres que só se casaram com Deus rejeitando a submissão ao sexo masculino. Ela não queria que as mulheres de sua Cidade se vestissem ou se portassem como homens, e sim que elas aparentassem o que eram realmente: “A mulher deveria se apropriar deste mundo sem deixar de ser mulher, só assim teria mérito. Essa é uma das extraordinárias lições de nossa autora”.<sup>28</sup>

Embora ela também tenha feito referências às mulheres que amavam e auxiliavam seus maridos, era a castidade que dava força e independência para as habitantes da Cidade das Damas. A virgindade era uma marca de fama e autorrealização das mulheres que fora do jugo matrimonial renunciaram aos papéis tradicionais de esposas e mães, para que vivessem segundo suas próprias vontades e julgamentos balizados pelo pensamento cristão.

Nossa autora convocou a todos e todas que encarassem sua cidade como um refúgio, uma fortaleza e, principalmente, como um exemplo de virtudes. Em seguida ela se dirigiu a todas as mulheres segundo seu estado civil, casadas, solteira e viúvas, e vai além desta categorização, estendendo seu discurso a todos os estamentos sociais, pedindo-lhes que tomassem cuidado com as armadilhas que pudessem vir a seduzi-las.

### **Conclusão**

Sua cidade-refúgio era seu próprio livro que fazia com que mulheres de diferentes religiões, épocas e condições pudessem se encontrar. Seu pensamento não estava no passado ou no futuro longínquo. A realidade de seu sonho e utopia consistia na grande verdade de que enquanto houvesse pessoas com acesso ao seu livro a Cidade das Damas serviria novamente de abrigo, pois ela continha os exemplos perfeitos para que todos tivessem como modelo a conduta daquelas que serviram como pedras de construção e das suas nobres habitantes.

Como a obra foi balizada pela moral cristã, Christine propôs a obediência feminina como uma virtude, embora tenha realizado uma ruptura dentro dessa relação de submissão ao insistir no direito da mulher ter a mesma educação dos homens, pois argumentou favoravelmente à capacidade feminina. Ela não defendia que homens e mulheres fossem iguais, reconhecendo que Deus os fez para diferentes funções, mas defendeu a honra feminina, pois nada que Deus poderia ter feito seria assim tão mal, afinal como Christine questionou, “ela não foi criada do melhor material criado por Deus? O corpo do homem”.<sup>29</sup>

Defendendo também o direito das mulheres à palavra, a autora procurou restabelecer o sentimento de confiança no sexo feminino e combater ideias correntes na época, dirigindo-se mais uma vez a todas as mulheres:

Respeitáveis damas, louvado seja o Senhor: a construção de nossa cidade chegou finalmente ao fim. Todas vós que apreciáis a virtude, a glória e uma boa reputação, podem agora ser alojadas com grande esplendor, no interior das suas paredes, não só as mulheres do passado como as do presente e também as do futuro, pois esta cidade foi criada para acomodar todas as que são merecedoras.<sup>30</sup>

Ela deixou claro o seu objetivo de incluir todas as mulheres no seu projeto de valoração e na sequência escreveu outro livro, O Tesouro da Cidade das Damas, no qual propôs um espelho para que todas as mulheres aprendessem a ser merecedoras de habitar em sua cidadela.

A construção da Cidade das Damas tinha definido o papel da mulher verdadeiramente ilustre. Aquelas que fazem parte da cidade têm o direito de estar ali, não por seu poder, riqueza ou nobreza. A Cidade das Damas reservava-se àquelas mulheres que se ilustravam pela sabedoria, pelo discernimento e pela justiça.<sup>31</sup> Assim, qualquer mulher poderia se

habilitar independentemente de sua condição social, bastando apenas que cada uma conhecesse o reto caminho a partir da condição social em que vivia.

Em resumo, todas vós mulheres, tanto das classes médias, altas, como baixas, deveis estar especialmente alerta e em guarda contra todos aqueles que procuram atacar a vossa honra ou a vossa virtude. Minhas damas, vede como estes homens vos criticam e vos acusam de todos os vícios imagináveis. Provai que estão errados, mostrando-lhes a vossa moral e refutando as críticas através do vosso comportamento honrado. Agi de forma a poderdes dizer como, tal como os Psalmistas: ‘A iniquidade do perverso recairá sobre sua própria cabeça’<sup>32</sup>

<sup>1</sup> LEITE, M.M.S.B. Representações femininas na idade média: o olhar de Georges Duby. *Sitientibus*, Feira de Santana, n.1, jul./dez 1999, p. 43.

<sup>2</sup> VAUCHEZ, A. *A espiritualidade na Idade Média Ocidental*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p.149.

<sup>3</sup> MACEDO, J. R. *A mulher na Idade Média*. São Paulo: Contexto, 1999, p.57.

<sup>4</sup> PILOSU, M. *A mulher, a luxúria e a Igreja na Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1995, p.32.

<sup>5</sup> MISKIMIN, H. *A Economia do Renascimento Europeu (1300-1600)*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 256.

<sup>6</sup> SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n° 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

<sup>7</sup> CHARTIER, R. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Difel, 1993, p.62-63.

<sup>8</sup> CARVALHO, Francismar A.L. O Conceito de Representações coletivas segundo Roger Chartier. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005.

<sup>9</sup> FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Trad. Izabel Magalhães et al. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001, p.117.

<sup>10</sup> BORDIEU, P. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p.139-140.

<sup>11</sup> PESAVENTO, S. J. Relação entre História e Literatura e Representação das identidades Urbanas no Brasil (século XIX e XX). *Revista Anos 90*, Porto Alegre, n°4, 1995, p.82.

<sup>12</sup> CHARTIER, R. *Op. Cit.*, p.62.

<sup>13</sup> ORLANDI, Eni. *P.Análise de Discurso*. São Paulo: Pontes, 2005, p.17.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p.21.

<sup>15</sup> LAIGLE, Mathilde. *Le livre des trois vertus de Christine de Pisan et son milieu historique et littéraire*. Paris: Honoré Champion, 1912, p.4.

<sup>16</sup> LEMARCHAND, Marie José. “Introducción”. In: PIZÁN, Christine. *La ciudad de las damas*. Madrid: Siruela, 2001, p. 20-26.

<sup>17</sup> Edição fac-símile digitalizada pela Bibliotheque Nationale. PIZAN, Christine. *Le livre de La cité des dames*. Paris: Bibliotheque Nationale, 1516.

Versão em português moderno: PIZÁN, Christine. *A Cidade das Mulheres*. Tradução de Ana Nereu. Lisboa: Coisas de ler, 2007.

<sup>18</sup> Debate intelectual em torno das ideias escritas na segunda parte do Roman de La Rose por Jean de Meug, que tratava como inferior a posição da mulher e se posicionava contra a educação intelectual feminina, delegando o saber ao domínio masculino.

In: DUBY, Georges (org.); PERROT, Michelle (org.). *História das Mulheres no Ocidente: A Idade Média*. Coimbra: Afrontamento, 1990, p. 530.

<sup>19</sup> GABRIEL, Astrik L. The Educational Ideas of Christine De Pisan. *Journal of the History of Ideas*, Vol. 16, No. 1 (Jan., 1955), p.5.

<sup>20</sup> FONSECA, Pedro Carlos Louzada. Christine de Pizan e Le Livre de La cite des Dames: Pontos de releitura da memória misógina da visão tradicional da mulher. *Anais do XIV Seminário Nacional Mulher e Literatura / V Seminário Internacional Mulher e Literatura*, s/d, p.4.

<sup>21</sup> BROWN-GRANT, Rosalind. Christine de Pizan and the Moral Defence of Women: Reading beyond Gender. *Speculum*, Vol. 77, No. 3 (Jul., 2002), p. 885.

<sup>22</sup> PIZAN, Op. Cit., p.24

<sup>23</sup> PIZÁN, Op. Cit., p.155.

<sup>24</sup> Nesta parte, as histórias apresentam uma estrutura narrativa diferente, empregando uma linguagem cortês para contar essas histórias de amor.

---

<sup>25</sup> L. VIVES, *Formación* (1089) apud. \_\_\_\_\_, A educação feminina. Entre as funções conjugais, o governo da casa e as práticas espirituais. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo9671.PDF>> Acesso em 10/09/2014.

Luis Vives em 1322, no livro intitulado *Os Deveres do Marido*, reflete acerca do pensamento com o qual Christine de Pizán conviveu e que a levou a escrever “A Cidade das Damas” mais tarde. A castidade era a base de todas as virtudes femininas e a ela ligavam-se outras duas virtudes femininas muito importantes: honestidade e vergonha. Por sua vez, estas virtudes estavam intimamente dependentes da piedade, já que “es en el sexo feminino preferente virtud la de la piedad, y por su propia naturaleza más inclinado a la devoción que el sexo masculino...”

<sup>26</sup> PISAN, Op. Cit., p.138.

<sup>27</sup> Ibid, p. 225-240

<sup>28</sup> LEMARCHAND, Op. Cit., p.48-50.

<sup>29</sup> PISAN, Op. Cit., p.24

<sup>30</sup> PISAN. Ibid. p.137

<sup>31</sup> CRISPIN, Maria de Lourdes. Introdução in: PIZAN, Christine. *O livro das três virtudes*. Lisboa: Editorial Caminho, 2002, p. 20

<sup>32</sup> PISAN, Op. Cit., p.141.

## Mediações políticas em ocupações no Nordeste Mineiro (1985-1995)

Arnaldo José Zangelmi <sup>1</sup>

Universidade do Estado de Minas Gerais

### Resumo

O objetivo desse trabalho é compreender as ações de mediação - desenvolvidas entre militantes de movimentos sociais, organizações, trabalhadores rurais e seus adversários - direcionadas para a realização de ocupações de terra nos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce (MG), nas décadas de 1980 e 1990. Com base na História Oral como metodologia, foram realizadas entrevistas junto a alguns dos principais atores que participaram desse processo, assim como analisado material escrito produzido por várias organizações.

Palavras-Chave: mediações, ocupações, movimentos sociais

### Abstract

The aim of this study is to understand the actions of mediation - developed among social movements, organizations, rural workers and their opponents - directed to the realization of land occupations in the Jequitinhonha, Mucuri and Rio Doce (MG), in the 1980s and 1990. Based on oral history as a methodology, interviews were conducted with some of the key actors who participated in this process and examined documents produced by various organizations.

Key words: mediations, occupations, social movements

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e professor da Universidade do Estado de Minas Gerais. [arnaldozan@yahoo.com.br](mailto:arnaldozan@yahoo.com.br)

O presente trabalho parte de um esforço de compreensão sobre alguns contornos das mudanças sociais e políticas na atualidade. Os processos de transformação - especialmente aqueles relacionados às buscas organizadas pelo redimensionamento das relações de poder na sociedade - chamam cada vez mais atenção e colocam desafios interessantes para as Ciências Sociais.

Diante desse desafio, o questionamento sobre os efeitos das ações de alguns grupos mobilizados - com suas várias utopias, valores, práticas, relações sociais e políticas - é fundamental para a compreensão dos processos em curso, suas potencialidades, limites e alternativas. Nesse sentido, cresce a necessidade de estudar as ações de grupos comumente denominados como organizações e movimentos sociais, buscando analisar em que medida essas ações acontecem, obtêm adesão, atingem seus objetivos e direcionam os processos sociais, culturais e políticos.

Parte dessas discussões foi desenvolvida anteriormente, em pesquisa na qual estudei as mobilizações que deram origem ao Assentamento Aruega (Novo Cruzeiro/MG) e as identidades dos trabalhadores rurais nele assentados. Na oportunidade, discuti a formação de novas identidades nas mobilizações e suas consequências para a organização social, econômica, política e cultural dos assentados, demonstrando como, a partir dessas ações, foram constituídas novas relações entre utopias políticas e valores tradicionais, resultados que serão mais bem explicitados quando for apresentada a problemática da presente tese.

Os desdobramentos daquele trabalho trouxeram novas questões que motivaram a pesquisa aqui apresentada, principalmente no que se refere ao questionamento sobre os componentes das mobilizações, naquele contexto, que poderiam ser considerados como os principais motivadores do processo estudado.

Assim, diante da multiplicidade de fenômenos que envolvem as ações de organizações e movimentos sociais, instigou-me colocar em questão quais seriam os possíveis elementos que incitariam a mobilização, as ações de enfrentamento e a formação de novos atores políticos.

A atenção está aqui direcionada para a noção de *mediação* (NEVES, 2008) enquanto ação específica fundamental para as mobilizações sociais e políticas. Diante da pergunta “Por que e como os movimentos sociais acontecem?”, questionar as ações de mediação pareceu, a princípio, ter potencial explicativo, pois entendo que essas ações podem ter caráter catalisador para a realização das mobilizações sociais.

Diante dessas reflexões, formulei a proposta de pesquisar as ações de mediação, entendidas em seu caráter múltiplo, processual e relacional – desenvolvidas entre militantes

de movimentos sociais, organizações, trabalhadores rurais e seus adversários - direcionadas para a realização de ocupações de terra nos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce (MG), a partir de meados da década de 1980 até meados da década de 1990.

Acredito que a pesquisa desenvolvida permite tecer algumas considerações que podem contribuir na compreensão sobre as ações de mediação, especialmente nas dinâmicas de organizações e movimentos sociais. Assim, suponho ter lançado alguma luz para ajudar a visualizar melhor como essas ações acontecem, conquistam adesão e direcionam esforços em certos sentidos.

Dessa forma, foi possível conhecer alguns dos principais grupos envolvidos nesse processo, suas expectativas e relações entre si - muitas vezes de parceria, outras de disputa e conflito - situações geralmente marcadas pela interdependência entre esses vários atores. Destarte, acredito que foram feitas aproximações no sentido de descobrir como suas expectativas e ações influíram nos rumos do processo tratado, implicando na busca pela constituição de novas representações, tornando possíveis as ocupações de terra e seus desfechos.

O universo cultural dos trabalhadores rurais do Jequitinhonha e Mucuri foi historicamente marcado pelo saudosismo em relação às antigas relações de solidariedade entre grupos de posseiros e/ou de mando, obediência e proteção, típicas dos vínculos tradicionais entre fazendeiros e agregados (RIBEIRO, 1996). Essas relações, diluídas no processo de modernização, continuaram como pontos de referência fundamentais para compreendermos a atuação desses trabalhadores, suas expectativas e escolhas.

Os vínculos e direitos tradicionais de agregados e posseiros perderam seu valor diante das novas forças econômicas, desamparando esses trabalhadores e lançando-os num mundo cujos significados não faziam sentido. Assim, havia uma memória do *enraizamento* em face da diluição dessas relações, levando essas pessoas ao desejo pelo restabelecimento de uma comunidade rural frente à solidão da sociedade moderna (RIBEIRO, 1996)

Em vista do contexto mais amplo de luta pela terra no Brasil, percebe-se como as ocupações em questão - assim como as que ocorriam em outros estados - tiveram significado relevante no desenvolvimento da *forma acampamento* (SIGAUD, 2000), em convergência com o processo de nacionalização das ações do MST (LERRER, 2008). Assim, foram estabelecidas, de forma massiva, novas formas de interação entre trabalhadores rurais, movimentos e Estado, interdependência na qual as ocupações de terra tinham significado central (SIGAUD, 2000)



No que se refere à luta pela terra em Minas Gerais, percebemos o crescimento da organização dos trabalhadores rurais até 1964, constituindo uma identidade de *camponês* e situando cada vez mais a reforma agrária como uma bandeira fundamental para o direcionamento das ações estatais. O golpe civil-militar de 1964 foi uma reação a esse avanço na organização dos trabalhadores e às iniciativas reformistas do Governo João Goulart – entre outras forças em ascensão no período – reprimindo violentamente essas lutas e desestruturando as formas de organização que vinham se constituindo. Dessa forma, visou impedir qualquer formação de oposições ao regime, perseguindo e reprimindo os atores que destoavam de sua busca pela “ordem”.

Nesse contexto adverso, vários atores buscaram dar continuidade e constituir novas formas de luta, alguns de forma mais radical e clandestina, outros de forma institucional, dentro dos limites estabelecidos pelo Governo Militar. Essas lutas, ainda pouco conhecidas, mantiveram a chama acesa, maculando a falsa imagem de ordem, consenso e harmonia tão cara aos governantes do período.

O processo de redemocratização política dos anos de 1980 é, em grande medida, constituído pelo amadurecimento de parte dessas lutas e do surgimento de novos atores e estratégias de mobilização, que questionaram o sindicalismo vigente, formando oposições, e situaram as ocupações de terra como estratégias legítimas na luta pela terra em Minas Gerais.

Nos vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce - regiões historicamente marcadas por intensos conflitos pela terra - foram realizadas as primeiras ocupações de terra massivas em Minas Gerais, pois esses lugares já contavam com a atuação de grupos como CEBs e CPT desde a década de 1970, o que deu base para a constituição das novas mobilizações. Esse processo, cujas articulações iniciais (1985-1988) foram impulsionadas pelo intenso processo de redemocratização, começou a se concretizar através das ocupações de terra num momento de retrocesso institucional em relação à luta pela reforma agrária, pois a repressão aos movimentos foi acentuada e a Constituição de 1988 ocasionou ambiguidades que dificultaram as desapropriações.

O MST chegou a Minas Gerais envolto em intensas disputas sindicais, alinhando-se aos grupos, como CUT e CPT, que buscavam a renovação nas lideranças de sindicatos locais e nos quadros da FETAEMG. Assim, estabelecendo alianças principalmente com a CPT, mas também com alguns sindicatos, o Movimento encontrou base para formar seus primeiros quadros na região, realizar os trabalhos de base e, assim, realizar algumas ocupações almejadas.

Diante desse contexto, a pesquisa aqui apresentada buscou demonstrar que as ações de mediação se deram no sentido da constituição de *bricolagens* entre elementos dos *universos de significação* - religiosos, políticos, culturais etc. - dos vários grupos envolvidos, caminhando na direção da formação de certas significações, que unificaram esforços dos trabalhadores rurais mobilizados em direção a um sentimento de força coletiva e à delimitação de certos atores como adversários (fazendeiros, policiais, poderes locais etc.), possibilitando, assim, a realização das referidas ocupações de terra e o consequente assentamento de parte das famílias mobilizadas.

Nessas novas combinações entre significações, destaca-se a articulação inicial entre a referência da “Terra Prometida” com a luta no cotidiano dos acampamentos - travessia necessária para essa conquista - assim como a constituição da imagem de Jesus Cristo como um questionador das relações de dominação. Dessa forma, a intensa vida religiosa dos trabalhadores rurais - já há vários anos sendo direcionada para a crítica às desigualdades sociais e políticas, pelas CEBs e CPT - foi relacionada com as concepções políticas das organizações e movimentos, formando um arranjo híbrido no qual as ocupações apresentavam legitimidade.

Destaca-se também a deslegitimação da figura do fazendeiro, seu direito sobre a terra e sua posição como fonte de proteção e autoridade. As condições de vida e trabalho - por mais degradantes que sejam - não são espontaneamente interpretadas como injustas. As ações de mediação constituíram um sentimento de injustiça ao propiciar o questionamento das relações de poder que as criaram e sustentaram, delimitando o fazendeiro como adversário em grande parte responsável pelas desigualdades.

O sentimento de força pela união entre os injustiçados e pela ligação das mobilizações locais com outras instancias de poder também estiveram no centro das ações de mediação analisadas. O poder local foi ressignificado diante de forças que extrapolavam seu alcance, ligadas a atores que não dependiam de suas redes de influência, o que permitiu que os trabalhadores rurais desconstruíssem sua imagem de dominação absoluta, inquestionável e eterna.

No entanto - dada a multiplicidade de atores que influíram nesse processo, com diferentes perspectivas e estratégias - essas mediações também foram marcadas por descompasso, tensões e disputas entre os principais movimentos e organizações que pretenderam mobilizar os trabalhadores rurais. Assim, existiram momentos de enfraquecimento das ações conjuntas, que, em certos casos, dificultaram a resistência nos acampamentos, permitindo a realização de despejos.

Os adversários também influíram nesse processo, buscando desarticular as mobilizações, no sentido da manutenção das relações de poder. Assim, fazendeiros, policiais, prefeitos etc. também realizaram mediações, rearticulando valores tradicionais - relacionados às antigas relações de mando/obediência/proteção – minando, em parte, a legitimidade das lideranças dos movimentos e enfraquecendo as significações em construção.

Assim, tratou-se de um processo dinâmico - com diferentes configurações de poder ao longo de cerca de dez anos de mobilização - e relacional, em vista da interação entre vários atores que interviram nesse processo, com suas diferentes expectativas e estratégias.

Alguns fatores merecem destaque especial, pois podem levar ao enriquecimento das análises sobre as ações de mediação. Primeiramente, chama a atenção como essas ações têm sua força relacionada com a coesão das combinações entre as significações dos atores mobilizados, constituição de novas significações híbridas que motivam as ações conjuntas.

As mobilizações ocorrem na medida em que essas *bricolagens* (NEVES, 2008) fizeram sentido, sendo coerentes com as expectativas e valores dos atores em relação, não rompendo abruptamente com os *universos de significação* desses grupos, mas sim constituindo novas significações de forma gradual. O papel da religiosidade como elemento central para estabelecimento inicial dessa coerência merece destaque, mesmo sua influência tendo diminuído ao longo do processo.

Destaca-se também o fato de que a formação de novas identificações foi elemento central, sendo um dos objetivos centrais das ações de mediação estudadas, pois teve o potencial de formar sentimentos de união e, no mesmo sentido, oposição àqueles que os grupos mobilizados pretendem enfrentar. Assim, a mediação – nesse processo e, possivelmente, em muitos outros - direcionou-se para a transformação nas principais delimitações dos grupos envolvidos, sendo elemento chave para o sucesso das mobilizações.

No entanto, como busquei demonstrar, as disputas entre os grupos que visaram mobilizar os trabalhadores rurais – em vista da diversidade de valores e expectativas - podem comprometer os objetivos mais gerais dessas ações, em vista do enfraquecimento das ações conjuntas e perda de coesão.

Nesse sentido, as divisões internas foram forte obstáculo para o estabelecimento de mobilizações conjuntas sustentáveis ao longo dos anos. Em cada *figuração* (ELIAS & SCOTSON, 2000) existe um arranjo de forças diferente, cujo resultado depende das diversas posições e estratégias dos atores em relação. Nesse processo, existiram alguns desencontros entre as ações de mediação dos diversos grupos. Mesmo geralmente evitando entrar nessas discussões, ficou evidente como CPT, STRs, PT e parte dos trabalhadores rurais mobilizados

não buscaram – como pretendiam os militantes do MST - mediar a construção da propriedade e do trabalho coletivos como valores fundamentais para as mobilizações.

As articulações de significados por esses grupos foram para outros sentidos, mais próximos da construção da propriedade e trabalho familiar. Essa divergência, notadamente, implica nas diferentes sociedades almejadas por esses grupos, concepções muitas vezes subsumidas diante das necessidades mais imediatas da busca pela conquista da terra.

Foi possível notar também que, em algumas situações, a busca pela construção do MST como um movimento de expressão em Minas Gerais - capaz de se reproduzir e ampliar ao longo do tempo - se chocou com anseios mais específicos, pelo acesso menos conflitivo à terra, como nos casos de Santa Rosa e Cachoeirinha, grupos que se distanciaram das práticas e ideologia do MST.

Percebemos também que, a partir de certo momento, os militantes do MST optaram por construir novos arranjos nas mediações, envolvendo menos significações religiosas, em consonância com seu afastamento da CPT e sua busca por realizar trabalhos de base com trabalhadores rurais provenientes de outros espaços, nos quais a religiosidade e o trabalho prévio das CEBs e CPT não tinham o mesmo peso.

Devido a essa diversidade de perspectivas, divergências são parte integrante desses processos de mobilização, principalmente quando envolvem uma multiplicidade de atores, como no caso estudado. Na imensa maioria das situações, as convergências em prol da reforma agrária se sobrepuseram, permitindo ações conjuntas coerentes, para as quais as ações de mediação tiveram papel fundamental.

No entanto, as situações nas quais os desencontros atingiram graus elevados, houve comprometimento das ações conjuntas e enfrentamento aos principais adversários. Esses momentos – alguns deles marcados por violentos despejos ou divisões entre os trabalhadores rurais mobilizados – abateram parte das mobilizações, dificultando sua reprodução.

Diante do processo estudado, quero destacar também como as mediações em favor dos poderes estabelecidos têm uma grande força para desarticular as mobilizações, influenciando decisivamente nesses processos. Talvez com mais eficácia do que as formas de violência mais conhecidas desses grupos, buscar passivamente rearticular significações e minar as perspectivas em construção se revelou como um procedimento surpreendentemente relevante. As balas doces surtiram tanto efeito desmobilizador quanto as de chumbo.

Nesse sentido, evidenciou-se como a legitimidade de representação e liderança dos militantes de organizações e movimentos sociais pode ser construída e desconstruída em processos dinâmicos que escapam ao suposto controle desses agentes, em face da

multiplicidade de atores, expectativas e poderes em jogo nessas relações. Trata-se, assim, de uma construção instável, dinâmica e relacional.

Quero chamar atenção para a potencialidade da articulação entre os conceitos de *reflexividade* e *mediação*, cujo diálogo considero que propiciou um aprofundamento na análise proposta. Assim, argumento que uma das principais expressões da reflexividade são os movimentos sociais, especialmente no que se refere às ações de mediação, que, em vista dos conhecimentos e experiências acumulados por esses grupos, visam rearticular significações para intervir na realidade. Em vista do monitoramento reflexivo sobre as relações, as mediações trazem potencial de transformação.

Essa potencialidade pode ser vista em várias situações tratadas nesse estudo, como na ressignificação da imagem dos fazendeiros e das condições de vida em que os trabalhadores rurais se encontravam. Também está presente na constituição das ocupações de terra como estratégias legítimas, diante dos novos conhecimentos trazidos pelos militantes de organizações e movimentos sociais de luta pela terra.

A mudança de perspectiva sobre os antigos conflitos na Fazenda do Ministério - através da rearticulação das memórias em direção a uma nova visão sobre o papel dos trabalhadores rurais - também reflete parte desse processo, entre várias outras situações nas quais os atores em questão, ao olhar seu passado e suas tradições de forma reflexiva, buscaram traçar alguns novos rumos para seu futuro.

Os resultados dessa tese reforçam o argumento - que inicialmente motivou a pesquisa aqui apresentada - sobre a necessidade de se estudar as mobilizações dos grupos comumente denominados como organizações e movimentos sociais. As ocupações tratadas aqui influíram em alguns processos políticos, sociais, culturais etc. mais amplos, principalmente nos contextos regionais onde foram realizadas.

Houve uma mudança significativa na perspectiva de parte da opinião pública regional, que passou a levar em conta as ocupações de terra como mecanismos legítimos de pressão sobre o governo e busca por justiça social. Muitas pessoas adensaram seu conhecimento sobre as perspectivas políticas e condições de vida desses grupos, compreendendo melhor os contornos da luta pela terra. Nesse processo - através da mídia e da convivência face-a-face cotidiana com os trabalhadores rurais acampados e assentados - parte da população da região passou a ver os sem-terra com outros olhos, menos discriminatórios e criminalizadores.

Essas mobilizações - para além de algumas conquistas pontuais das terras almeçadas - também mudaram parte das relações de poder na região, demonstrando que o *status quo* não tem caráter absoluto e eterno. Ele é móvel, pode sofrer golpes, através da organização de

grupos em situação desfavorável nessas relações de poder. Como buscamos demonstrar, essa mudança passa, decisivamente, pelas ações de mediação que buscam transformar as significações que sustentam essas relações, abrindo novas perspectivas e caminhos. O Nordeste Mineiro - região marcada pela longa história de opressão, violência e sentimento de impotência diante dos “poderosos” - teve mais alguns exemplos de situações nas quais os trabalhadores rurais venceram, sendo importantes alternativas políticas, que abriram precedente para a organização de outras mobilizações.

Por fim, vale ressaltar como essas mobilizações tornaram os espaços institucionais mais permeáveis às demandas dos trabalhadores rurais mobilizados, dando mais fluência e coerência às relações entre sociedade civil e Estado. Nesse sentido - ao tornar as ocupações de terra uma das principais formas de luta pela reforma agrária em Minas Gerais - essas mobilizações alargaram canais de interação fundamentais para a interlocução entre o poder público e uma parcela significativa da população, que foi historicamente desfavorecida pelas políticas públicas.

## Referências

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. L. *Estabelecidos e outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

LERRER, Débora Franco. *Trajetórias de Militantes Sulistas: nacionalização e modernidade do MST*. Rio de Janeiro, 2008, 197p. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) CPDA/UFRRJ.

NEVES, D. P. (Org.). *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães (org). *Lembranças da terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha*. Contagem: CEDEFS, 1996.

SIGAUD, L; A Forma Acampamento: Notas a Partir da Versão Pernambucana”. *Novos Estudos Cebrap*, nº 58, 2000. pp. 73-92.

## **Estado, Nação e Fé: Dimensões do Estado Novo brasileiro a partir da cinematografia nacional.**

Arthur Gustavo Lira do Nascimento<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Este trabalho propõe discutir o Estado Novo a partir da cinematografia nacional, investigando a utilização do cinema como projeto político na construção de uma identidade nacional. Para isso, fazemos uma releitura historiográfica do período, interligando práticas culturais à estrutura doutrinária do governo de Getúlio Vargas. A análise envolvendo as produções audiovisuais do período, tais como *Bandeira do Brasil* (1937) e *O Congresso Eucarístico* (1937), nos revela alguns dos importantes aspectos do regime estado-novista, dialogando História e Cinema.

**Palavras-chave:** Cinema, Estado Novo, Nacionalismo.

### **ABSTRACT**

This paper aims to discuss the *Estado Novo* from the national cinematography, investigating the use of cinema as a political project in building a national identity. For this, we make a historiographical reinterpretation of the period, linking cultural practices to the doctrinal structure of the Getúlio Vargas' government. The analysis involving the audiovisual productions of the period, such as *Bandeira do Brasil* (1937) and *O Congresso Eucarístico* (1937) reveals some important aspects of the new state scheme, dialoguing History and Cinema.

**Keywords:** Cinema, Estado Novo, Nationalism.

Junto ao desenvolvimento desse novo olhar historiográfico, o cinema, surgido no final do século XIX, criou nos homens novas formas de ver, interpretar e representar a sociedade e suas ideias. As práticas sociais e culturais que se constituíram ao redor da cinematografia ganharam uma atenção especial das ciências humanas e não passaram despercebidas pelos historiadores. A sétima arte mostrou-se um produto complexo em relação à história, seguindo os novos caminhos e abordagens da Escola dos Annales, o cinema nos apareceu tanto como objeto, quanto fonte, tendo destaque a metodologia proposta por Marc Ferro. Passamos a ficar atentos aos significados das imagens: um espaço, um homem, um personagem, um político, um governo, um Estado, uma nação.

Três elementos são importantes para compreender a função e o uso do cinema na sociedade. Primeiramente, considerar o local político que ele ocupa através do controle estatal. Em seguida, pensar o seu público, na multidão que é receptáculo dos elementos estéticos. Pessoas pré-dispostas a receber aquelas mensagens, que os mobilizam em seu favor. Tal como nosso terceiro elemento: os cinegrafistas. Estes homens possuem interesses e concepções discursivas próprias, que por mais que o cinema esteja atrelado ao Estado, suas percepções farão parte da obra. O autor entra num jogo de forças:

Consequentemente, a questão da apropriação termina dizendo respeito a vários personagens: o autor individual ou coletivo, o ordenamento jurídico, o Estado, o capital, as pessoas, assim como a sociedade e objetos figurados. É um jogo de relação de forças onde o Estado pode personificar ao mesmo tempo a repressão e a censura, assim como também o sentimento de coletividade (...)<sup>2</sup>.

Refletir sobre as estruturas e práticas governamentais através do cinema, em qualquer espaço e tempo, implica pensar uma multiplicidade de questões que envolvem os exercícios políticos e também culturais. Na disputa que ocorreu de 1930 a 1937 frente aos rumos políticos do Brasil é notável a heterogeneidade dessas questões. Mesmo com o Estado Novo, o governo esteve longe de ser um corpo sólido, uniforme e homogêneo. O Estado também é um local de conflitos. Muitos grupos e ideias distintas fazem parte das engrenagens administrativas frente aos órgãos do poder. Porém, alguns destes discursos permaneceram dominantes. Seja pela conjuntura social e política da época ou pela importância de seus intelectuais e artistas frente à formação doutrinária do Estado. Os cineastas e diversos outros artistas e escritores arquitetaram imagens que deram sentido ao regime e foram apropriados por seus doutrinadores.

A figura de Getúlio Vargas foi uma delas. A construção de uma memória idealizada do Presidente, que permanece viva até os dias atuais, porém readaptada<sup>3</sup>, teve nascimento na formação da relação do líder com as massas, construída durante o regime estado-novista. A figura de Vargas foi recorrente na construção imagética da sociedade republicana. Se de um lado a imagem de Vargas era fortemente utilizada, a unidade nacional, também situada na imagem do governante, era fortalecida cada vez mais pela representação da bandeira nacional.

A propaganda política desenvolveu um papel essencial para fortalecer a imagem do presidente a ideia de unidade e harmonização. Por esse movimento, os símbolos e imagens buscavam evidenciar elementos de união, como o nacionalismo. Aqui aparece o papel principal dos cineastas brasileiros, principais articuladores da visualidade desses símbolos. O suposto indiciamento de realidade dos filmes muitas vezes nos fez esquecer o fazer cinematográfico, que resulta de uma construção não só técnica, mas discursiva dos fatos, sob as mãos daqueles que detêm a câmera e seus editores/montadores. Esses homens foram responsáveis por criar – ou completar –, a constituição de símbolos nacionais frente a um conjunto de pessoas que legitimaram esses signos.

Com a operação entre Estado (ideólogos), cinegrafistas (força operacional) e público (as massas) – não necessariamente numa ordem hierarquizante –, a bandeira



nacional, por exemplo, tornava-se uma representação fundamental da nação. Getúlio Vargas tornar-se-ia a personificação do Estado. Um discurso que buscava excluir as divergências e discrepâncias entre as federações colocando em evidência a pátria e identificando o povo brasileiro como uma massa unificada.

Em regimes autoritários as pluralidades são negadas, dando base ao discurso centralista. Segundo Kracauer, a década de 1920 instaurou o conceito de massas; corpos unificados e ornamentados, “(...) milhares de corpos, assexuados (...). A regularidade de seus desenhos é aplaudida pela massa, disposta ordenadamente nas tribunas”<sup>4</sup>. A *massa* pode ser definida como esse aglomerado humano que excede e elimina a individualidade. É o público da contemporaneidade, este entendido como espectador, que não apenas mantém a distância da obra, mas integra suas representações, construtoras de símbolos, coletividades e ornamentos. Acentuado mais ainda durante os regimes totalitários e autoritários, que encontravam nas massas um caminho para a legitimidade e coesão.

A 19 de novembro de 1937 o Brasil celebrava mais um dia de sua flâmula, agora com o novo regime as festividades serviram como palco da consagração política. Dias antes, os jornais pernambucanos, por exemplo, já noticiavam o empenho da população em saudar aquela cerimônia cívica. No Recife, o anúncio era que vinte mil crianças fariam parte das comemorações<sup>5</sup>. A Federação dos Escoteiros Escolares de Pernambuco e os escoteiros agrícolas das cidades de Jaboatão e Catende estariam presentes, segundo o Jornal do Recife. Em Catende, os jornais informavam ainda a vinda de quatrocentos alunos da escola da usina do Sr. João Costa Azevedo<sup>6</sup>.

Na Capital Federal, o jornal Correio da Manhã noticiava a expectativa de milhares de pessoas na Praça Paris onde seria armado o Altar da Pátria, para a realização da cerimônia cívica e religiosa. O presidente e as autoridades ficaram num palanque especial nos pés do Altar da Pátria<sup>7</sup>. As realizações daquele dia foram amplamente propagandeadas pelos jornais e por outros meios de comunicação. O cinegrafista Alberto Botelho, dono da A Botelho Films, também acompanhou a cerimônia, registrando os principais pontos do evento.

O filme *Bandeira do Brasil*, realizado em 35 mm, preto e branco, foi um dos primeiros registros do Estado Novo. Curta-metragem sonoro, o documentário foi feito sob os padrões discursivos do regime: exaltação da figura do presidente e principais autoridades, e obviamente, a bandeira nacional como unidade e objeto de devoção.

Com uma tomada aérea, o filme dá uma ênfase no espaço da solenidade realizada na praia do Russell. Presidente, ministros de estado, corpo diplomático e altas autoridades civis e militares conforme relata o narrador. Vê-se a chegada do Presidente Vargas, chefe da nação. Em seguida, as bandeiras estaduais abolidas pela nova constituição aparecem enfileiradas aguardando a cremação, um dos pontos da programação dessa cerimônia cívica.

A primeira parte do filme é destinada à realização da Missa Campal no Altar da Pátria que conta com uma bandeira de mais de dez metros por trás da parte superior do púlpito. A missa é celebrada por Dom Sebastião Leme, um personagem importante no estreitamento dos laços entre os católicos com a política da época<sup>8</sup>. A cerimônia, taxada pelos próprios jornais como cívico-religiosa contou com um Coro Orfeônico, que entoou os cantos da missa. Regido pelo maestro Heitor Villa-Lobos, outra personalidade que manteve uma relação direta com o novo regime. Durante a exibição dos cantos no filme de Alberto Botelho, as massas aparecem uniformes, formando uma harmonia não só sonora, como corporal<sup>9</sup>. Esses corpos coletivos fazem contrastes com as figuras individuais das personalidades políticas que aparecem durante os cantos. Ao falar sobre o cinema de Leni Riefenstahl, Susan Sontag explica como a estética da cineasta alemã transforma pessoas em massa, sem individualidade, “agrupamento de pessoas ao redor de uma força toda poderosa e hipnótica ou de uma figura-líder”<sup>10</sup>.

Terminada a missa campal, o hasteamento da bandeira nacional foi feito por Vargas. Sendo hasteados ao mesmo tempo em outros vinte e dois mastros, simbolizando os Estados. Tudo no filme é unidade, o Brasil é um só. Vê-se então uma multidão balançando pequenas bandeiras em suas mãos. A coesão nacional possuiu uma trilha: o Hino da Bandeira. “Recebe o afeto que se encerra em nosso peito juvenil / Querido símbolo da terra, da amada terra do Brasil!”<sup>11</sup>. É feito então a cremação das bandeiras estaduais, que desapareceram com a Constituição de 1937, motivo destacado pelo narrado: *para serem substituídas por uma só bandeira, a nacional*.

O discurso de Francisco de Campos, segunda e última parte do filme, é emblemático. O peso desse personagem na película pode ser justificado pelo fato de a constituição de 1937 ter sido elaborada majoritariamente por Campos. Seu discurso é enfático na questão da Bandeira como símbolo de unidade nacional, explorando o aspecto sentimental e o direcionamento para que seu público seja parte constitutiva desse novo regime:

[...] Bandeira do Brasil és hoje a única, hasteada esta hora em todo território nacional única e só. Não há lugar no coração dos brasileiros para outras flâmulas, outras bandeiras, outros símbolos. Tu és a única porque só há um Brasil. Em torno de ti se refaz de novo a unidade do Brasil. A unidade de pensamento e de ação. A unidade que se conquista pela vontade e pelo coração. A unidade que somente pode reinar quando se instaura pelas decisões históricas, por entre as discórdias e as inimizades públicas, uma só ordem moral e política, a ordem soberana feita de força e ideal, a ordem de um único pensamento e de uma só autoridade: o pensamento e a autoridade do Brasil. Trabalhar por ele e defendê-lo dedicando ao Brasil o vosso pensamento e o vosso coração. Antes de tudo, soldados do Brasil. A vocação da juventude em horas como esta deve ser a vocação dos soldados seja qual for o seu nascimento, a sua fortuna, a sua inclinação, o seu trabalho. Que cada um na sua escola, no seu ofício, na sua profissão, seja um soldado.<sup>12</sup>

Durante sua fala, as imagens exibem diversas marchas, os grupos presentes empunham a bandeira nacional. Jovens, homens, mulheres e crianças aparecem em vários grupos desfilando e empunhando a bandeira nacional. No final, um desfile militar aparece, carregando ao invés da bandeira, armas. As forças do Estado Novo eram assim traçadas pela representação fílmica: autoridades políticas, militares e religiosas em consonância com a população, davam forma ao corpo imagético da nação.

A associação entre Igreja Católica e Estado foi um dos principais cerne do regime. Conforme nos revela Maria das Graças A. Ataíde de Almeida em sua análise sobre o Estado Novo em Pernambuco. O projeto político assumido pelo regime identificava-se com o paradigma pedagógico, de caráter conservador, sustentando pela Igreja Católica no Brasil<sup>13</sup>. A Igreja Católica buscava recompor as forças que haviam perdido com a Velha República. Na luta contra o laicismo, a ela se alinha com regime desempenhando um papel importante na sociedade.

A celebração cívica do Dia da Bandeira no Recife contou com o forte aspecto religioso. Aparentemente não relatada por imagens audiovisuais foi, no entanto, acompanhada pela imprensa local. Similar às celebrações da capital federal, o Recife contou com a parada da mocidade, onde jovens de vários estabelecimentos desfilaram exaltando a bandeira nacional. Em frente à Faculdade de Direito do Recife foi artisticamente armado o “Altar da Pátria”, para receber o desfile e a celebração da missa campal. Dentre os participantes do desfile estavam os Escoteiros Católicos, além disso, muitas escolas e colégios, inclusive de congregação religiosa como o Nóbrega e Salesiano também compuseram o desfile. Majoritariamente formado por estudantes e escoteiros, outros setores da cidade, como os clubes esportivos também fizeram parte

dos desfiles cívicos. A 19 de Novembro, o Jornal do Recife convidava os torcedores a participarem das cerimônias. Notas oficiais foram publicadas por clubes como o Tramways e o Sport<sup>14</sup>. Os trabalhadores também realizariam na tarde do dia da bandeira um desfile cívico, contando com a presença de diversos sindicatos e associações<sup>15</sup>.

O aspecto religioso marcou profundamente esse evento, não só pela participação da celebração religiosa na missa campal, mas também no sincretismo dos elementos religiosos com a questão nacional envolta no simbolismo da bandeira. A questão nacional era vista como uma profissão de fé. O governo incentivava um culto à pátria. Estado e Igreja tinham um inimigo em comum: o materialismo reinante imposto por outras nações. As festividades do Dia da Bandeira foram encaradas como uma afirmação patriótica, da fé na nação, que rejeita as ideias que não compadecem com as tradições<sup>16</sup>, com o amor a Deus e com a família. Um dia antes das festividades do Dia da Bandeira, no Jornal do Recife era publicada uma nota que fazia implicação da bandeira nacional à famosa reza católica “Ave Maria”, no texto “Ave Bandeira!” lia-se:

Ave Bandeira! Ave, Bandeira da minha Pátria, bendita sois entre as bandeiras dos Estados, bendito é vosso filho, o Brasil. Santa bandeira, mãe dos brasileiros, dai-nos força, coragem e vigor para manter ilesas a Pátria, a família e a religião, na luta contra o comunismo.<sup>17</sup>

A participação da Igreja Católica nas celebrações cariocas e pernambucanas é uma nota da inserção dos católicos na política<sup>18</sup>, que não se manteve apenas nas cerimônias cívicas. Diariamente, o papel doutrinário católico se infiltrou na sociedade através, primeiramente da revista *A Ordem*, e posteriormente, na secção diária do jornal *Folha da Manhã*, intitulado “Ação Católica”<sup>19</sup>.

A aproximação entre Igreja e Estado nos anos 30 é tratada por diversos autores, como Alcir Lenharo, em *Sacralização da Política*, onde o autor mostra como a Igreja atuou junto ao Estado como uma estratégia na manutenção de seu poder social. Essa relação tão próxima pode ser vista também através dos principais intelectuais ligados ao regime, que tinham profunda ligação com a doutrina católica, estabelecendo em seus ideais valores e elementos do catolicismo. Descreve Lenharo que “tão ou mais decisivo foi o apoio intelectual prestado pela Igreja, cujo estoque de imagem e símbolos foi utilizado estrategicamente pelos ideólogos do poder”<sup>20</sup>.

“Deus, à Pátria e à Família” era o discurso dominante do período. Elementos exaltados e interligados, sempre que possível. Por isso as imagens do pai (remetendo-se

também aos aspectos religiosos), do nacionalismo e do catolicismo fizeram parte de tantas representações e símbolos da época.

Sendo assim, o discurso católico aparecia em confluência com o governo varguista. Mais que isso, fundamentava seus valores, desde o decreto político-religioso contra o inimigo comunista à reparação dos conflitos sociais e a valorização do trabalho. “(...) À Igreja cabia difundir seus postulados religiosos e amainar o descontentamento da ‘massa sofredora’; às ‘classes mais favorecidas’ cabia a aplicação da racionalização do trabalho, obviamente de acordo com as suas consciências”<sup>21</sup>.

O cinema pernambucano também esteve próximo das questões religiosas. Utilizando as imagens como um recurso para a difusão dos valores católicos. A produtora pernambucana Meridional Filmes, produtora dos irmãos João e Newton Paiva, realizou no ano de 1939 as filmagens do III Congresso Eucarístico Nacional, que ocorreu de 3 a 7 de Setembro de 1939 na Capital Pernambucana. O periódico católico *A Cruz* anunciava o congresso em Pernambuco e notificava a realização de filmagens pela empresa cinematográfica Meridional Film, “(...) a fim de que o público possa apreciar depois o soberbo espetáculo que, certamente, será o 3º Congresso Eucarístico”<sup>22</sup>. O periódico faz ainda uma profunda referência à produtora pernambucana, relatando que:

A referida empresa, bastante conhecida no Rio, na Bahia e em Pernambuco, promete apanhar um filme de mais de 2.000 metros, sonoro, documentando, desse modo, todo o Congresso, observando uma ordem rigorosamente exata no desenrolar dos atos e tudo se fará sob o controle do Secretariado Geral [*religioso*]. Uma documentação completa do Congresso fará levar ao Brasil inteiro, a grandiosidade do sentimento religioso Pernambucano, o seu progresso e sua cultura.<sup>23</sup>

Em 24 de novembro de 1939, menos de três meses depois de sua realização, o filme *O Congresso Eucarístico*<sup>24</sup>, resultado das filmagens da Meridional entrou em cartaz no cinema carioca Rex, situado na Rua Álvaro Alvim, na Cinelândia onde permaneceu por dez dias<sup>25</sup>. A película pernambucana também circulou por outros Estados, chegando a ser exibida no norte do país, em Belém do Pará.

O historiador Allan Pinheiro da Silva relata em sua dissertação, intitulada “Cotidiano e Guerra nos Cinemas de Belém (1939-45)”, a exibição do filme pernambucano *III Congresso Eucarístico Nacional* promovida pelo interventor federal paraense José Malcher e o prefeito de Belém Abelardo Condurú aos alunos dos estabelecimentos de ensino da capital paraense. A exibição da película da Meridional no Cine Independência foi divulgada pelo jornal *Folha do Norte*. Segundo Pinheiro da

Silva: “Nas informações do periódico, a exibição do filme educativo sobre o congresso religioso seguia a proposta do Estado Novo para instrução dos alunos, utilizando o cinema como veículo de ensino patriótico e religioso dos jovens estudantes”<sup>26</sup>.

Em 15 de agosto de 1940, o periódico paraense informava que a exibição do *Congresso Eucarístico* havia despertado ‘a meninada’ e que mais de seis mil jovens têm assistido às sessões especiais do Cine Independência. A difusão da produção da Meridional, de norte a sul do país, nos revela a importância que a empresa desenvolveu para a cinematografia pernambucana. Com as dificuldades técnicas devido ao advento da sonorização, a realização de um trabalho que circulasse fora dos limites regionais era um feito de bastante prestígio. Claro que essa circulação tornou-se possível especialmente por dois fatores: primeiramente, a importância do evento de caráter nacional e a posição de prestígio da Igreja Católica frente ao Estado Novo; em segundo lugar, e não menos importante, as vantagens trazidas pelo governo de Vargas que possibilitava a realizadores e exibidores um campo produtivo.

As películas produzidas neste período eram, em sua grande maioria, a visão ideológica do Estado Novo sobre a sociedade brasileira, onde vários discursos consoantes com as propostas varguistas eram propagados: religião, trabalho, nação e etc. Podemos ainda dizer que esses veículos de comunicação não apenas reproduziam esses discursos, como os produziam. Os motivos da participação dos cineastas nessa construção nacional podem ser extraídos como uma retribuição aos favorecimentos ao cinema nacional, ou, simplesmente, ao fato de cinegrafistas e produtoras estarem alinhados ao novo regime.

Pragmaticamente, a questão da demanda é vista por muitos pesquisadores com relevância. Até finais da década de 1930, com a exceção do Instituto Nacional de Cinema Educativo e do serviço de divulgação do Ministério da Agricultura, os órgãos governamentais não possuíam estruturas nem equipamentos suficientes para a vasta produção de filmes documentais da época, contanto assim com o trabalho das empresas cinematográficas da região.

Essa diligência efetuada pelos cineastas brasileiros foi abalada quando em 1939, surge no Brasil o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado para fortalecer o controle e a manutenção da política propagandística, substituindo o antigo DPDC (Departamento de Propaganda e Difusão Cultural). Enquanto que o INCE estaria voltado para a questão de educação e cultura erudita, o DIP voltava-se para a doutrinação e a cultura popular. O DIP foi considerado a principal estratégia para a

propagação dos ideais do regime de Vargas. Ele possuía cinco divisões: a Divisão de Radiodifusão, a Divisão de Imprensa, a Divisão de Cinema e Teatro, a Divisão de Turismo e a Divisão de Divulgação<sup>27</sup>.

Segundo Sidney Ferreira Leite, o principal objetivo do órgão era: “sistematizar a propaganda e exercer o poder de censura aos meios de comunicação”<sup>28</sup>. Os cinejornais se tornaram uma das formas de propaganda mais vigorosas do Estado Novo. “Mostravam as comemorações e festividades públicas, as realizações do governo e os atos das autoridades”<sup>29</sup>. No entanto, a nível estadual, muitas interventorias não tinham condições de manter a propaganda política audiovisual através dos órgãos estaduais, precários em recursos, equipamentos e mão-de-obra, contando assim muitas vezes com o trabalho das empresas locais. Apesar da consolidação dos órgãos federais, como o DIP, muitas produtoras locais continuaram a atuar como legimitadoras e difusoras dos discursos varguistas através dos interventores.

As narrativas audiovisuais desse período são importantes registros do regime estado-novistas, além de memórias das produções cinematográficas locais, resistentes a um período de grandes adversidades. Boa parte do acervo dessa trajetória do cinema nacional tornam-se importantes fontes e objetos de pesquisa que fazem nos depararmos com novas histórias, caminhos, imagens e interpretações relevantes à historiográfica brasileira, seja no campo político ou cultural.

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Orientador: Prof. Dr. Flávio Teixeira Weinstein. Email: arthurlira31@gmail.com.

<sup>2</sup> FERRO, Marc. *A quem pertence as imagens?* In: NÓVOA, Jorge. FRESSATO, Soleni Biscouto, FEIGELSON, Kristian (organizadores). *Cinematógrafo: um olhar sobre a história*. Salvador: EDUFBA, São Paulo: Ed. UNESP, 2009, p. 22.

<sup>3</sup> *Pensemos no longa-metragem Getúlio* (2013) dirigido por João Jardim, que teve seu lançamento em 1 de maio de 2014. Todo filme é significativo no estudo da permanência da imagem de Getúlio Vargas nos dias atuais. Um fantasma, que tal como o final do filme, permanece sendo cortejado pelas massas aficcionadas por suas representações. Ref.: *GETÚLIO*. Direção: João Jardim. Brasil: Copacabana Filmes, 2013. (130 min.).

<sup>4</sup> KRACAUER, Siegfried. *O ornamento da massa*. São Paulo: Cosac & Naif, 2009, p. 92.

<sup>5</sup> *Jornal do Recife*, 10 de Novembro de 1937, p. 1.

<sup>6</sup> *Idem*.

<sup>7</sup> *Correio da Manhã* (RJ), 13 de novembro de 1937, p. 2.

<sup>8</sup> Para recuperar o prestígio da instituição religiosa perante a sociedade, em outubro de 1931 foi inaugurada a estátua do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro. Sob a direção do Arcebispo do Rio, em 1933 foi organizado a Liga Eleitoral Católica (LEC) que apoiava as lutas constitucionais de 1934. Com a tentativa de golpe, promovido pela ALN em 1935, a Igreja Católica se juntou ao Estado cada vez mais pontuando um inimigo em comum: o comunismo. Essa relação se manteve cada vez mais forte com o Estado Novo. A relação entre Estado Novo e Igreja, na luta contra o laicismo é tema do segundo capítulo do livro *A Construção da Verdade Autoritária*, da historiadora Mara das Graças Andrade Ataíde de Almeida. ALMEIDA, Maria das Graças Andrade de Ataíde. *A construção da verdade autoritária*. São Paulo: Humanitas / FFLCH/USP, 2001.

<sup>9</sup> Ao analisar a propaganda política arquitetada pelos nazistas, Jean-Marie Domenach aponta a utilização de imagens na criação da unidade, da disciplina e do domínio. DOMENACH, Jean-Marie. *A propaganda política*. Disponível em: <<http://migre.me/kLYzN>> Último acesso: 02 de agosto.

<sup>10</sup> SONTAG, Susan. *Sob o signo de Saturno*. Porto Alegre: L&PM Ed., 1986, p.72

<sup>11</sup> Trecho do Hino da Bandeira Nacional. Escrito por Olavo Bilac e musicada por Francisco Braga, este hino foi apresentando pela primeira vez em 9 de novembro de 1906.

<sup>12</sup> CAMPOS, Francisco. *Trecho extraído de: Bandeira do Brasil (1937)*. A. Botelho Film. Sonoro. Rio de Janeiro: 1937.

<sup>13</sup> ALMEIDA, Maria das Graças Andrade de Ataíde. *Op. Cit.*, p. 69.

<sup>14</sup> O *Jornal do Recife* publicava: “A diretoria do Sport Club do Recife comunica a todos os rubro-negros que resolveu tomar parte, oficialmente na grande parada cívica, hoje, em homenagem ao pavilhão nacional. E por isso, espera que todos os rubro-negros estejam a postos, na ilha do Recife, às 6 horas da manhã, de hoje. A essa expressiva festa de civismo, nenhum rubro-negro, verdadeiramente patriota e amante de seu clube deverá faltar. É mais uma oportunidade que têm os rubro-negros para demonstrar o seu grande amor ao Brasil e sua dedicação ao Sport Club do Recife”. *Jornal do Recife*, 19 de novembro de 1937, p. 3

<sup>15</sup> *Jornal do Recife*, 21 de novembro de 1937, p. 1.

<sup>16</sup> Sobre a tradição religiosa e sua influência na doutrina de Agamenon Magalhães, o historiador Paulo Fedhues aponta que: “a simbologia do cristianismo católico, resistente à longa duração e valorizadora das tradições, permitiu que os valores de uma nova época dialogassem com elementos de uma tradição reconhecida”. FEDHUES, Paulo Raphael Pires. *Tradição e Modernidade no Recife do Estado Novo*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2010, p. 128.

<sup>17</sup> *Jornal do Recife*, 18 de novembro de 1937, p. 1

<sup>18</sup> A inserção dos católicos na política era vista como um dever pátrio. De acordo com Maria das Graças Andrade de Ataíde de Almeida: “Em dezembro de 1937, logo após a instauração do Estado Novo, a Igreja radicalizou, aconselhando e convocando os católicos a assumirem uma posição política, e ressaltando que seria um mal incalculável permanecer um católico indiferente à vida política de sua Pátria. Os jornais e revistas católicos de Pernambuco reproduziam, sistematicamente, a pressão da Instituição para instaurar o ensino sob a égide do primado espiritual. A discussão perpassava sempre pela crítica ao liberalismo que levava ao laicismo, tornando-se gerador do comunismo”. ALMEIDA, Maria das Graças Andrade de Ataíde. *Op. Cit.*, p. 80.

<sup>19</sup> Enquanto que no cenário local, a seção da Ação Católica no Folha da Manhã fazia a propagação dos valores religiosos em consonância com o Estado Novo, “a imprensa religiosa da época, representada em nível nacional pela revista *A ordem*, que pertencia ao centro Dom Vital, fundado no Rio de Janeiro, em 1921 por Jackson de Figueiredo, foi a grande divulgadora dessas idéias”. MORAIS, Helicarla Nyely. *Viajem-memória de Nilo Pereira: do Ceará Mirim ao Recife e do Recife ao Ceará Mirim*. Natal: EDUFRN, 2011, p. 129.

<sup>20</sup> LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 1986. p. 190.

<sup>21</sup> LENHARO, Alcir. *Op. Cit.*, p. 190.

<sup>22</sup> A Cruz, 6 de agosto de 1939, p. 3.

<sup>23</sup> Idem.

<sup>24</sup> Infelizmente, não há registro nos acervos pernambucanos, nem na Cinemateca Brasileira da sobrevivência deste material, todas as referências aqui postar são feitas graças a divulgação do material na imprensa.

<sup>25</sup> *Correio da Manhã*, 24 de novembro de 1939, p. 12.

<sup>26</sup> SILVA, Allan Pinheiro da. *Cotidiano e guerra nos cinemas de Belém (1939-1945)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). São Paulo, 2007, p. 116.

<sup>27</sup> A Divisão de Radiodifusão estava destinada ao Rádio, enquanto que cabia a Divisão de Imprensa, o controle do conteúdo que se veiculava pelos jornais, revistas e livros. A Divisão de Cinema e Teatro controlava as produções brasileiras nesses setores, através da censura, mas também estava destinada ao incentivo de realizações que tivessem por objetivo a divulgação dos feitos de Getúlio Vargas e de seu governo. A Divisão de Turismo buscava enaltecer as questões de incentivo ao turismo no Brasil, exaltando sua beleza natural e seu povo. E por último, a Divisão de Divulgação era responsável pela distribuição de publicações oficiais e pelo controle e veiculação de discursos governistas. O órgão foi criado a partir do Decreto-Lei nº 1.915, de 27 de Dezembro de 1939.

<sup>28</sup> LEITE, Sidney Ferreira. *Cinema Brasileiro: das origens à Retomada*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

<sup>29</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Op. Cit.*, p. 106.



## **Na passarela da tradição: memórias e representações da formação docente do Curso Normal do Colégio Dom Feliciano – Gravataí (1970 – 1990)<sup>1</sup>**

Artur Diego da Silva Alexandrino<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale dos Sinos. Projeto de Dissertação da Linha de pesquisa: Educação, História e Políticas. Pesquisa a partir das memórias dos sujeitos que vivenciaram seu processo formativo docente no Colégio Dom Feliciano, identificando as representações desses sujeitos sobre essa formação profissional. Adotei nessa pesquisa, as abordagens dos referenciais teóricos e metodológicos da História Cultural e História Oral. Estudos da Memória Coletiva como “artefatos” que trazem representações da História da Instituição.

Palavras chaves: História Cultural, História Oral e Memória Coletiva

### **ABSTRACT**

Research developed in the Graduate Program in Education of the University of Vale dos Sinos. Thesis Project of the Research Line: Education, History and Policy. Research from the memories of the subjects who experienced their teaching learning process in the Dom Feliciano College, identifying the representations of these subjects on such training. Adopted in this research, approaches the theoretical and methodological frameworks of Cultural History and Oral History. Studies of collective memory as "artifacts" that bring representations of history of the institution.

Keywords: Cultural History, Oral History and Collective Memory

### **INTRODUÇÃO**

As pesquisas em Educação buscam compreender os amplos e complexos processos existentes nas práticas educativas, de forma a explicitar e analisar, os múltiplos elementos presentes nesses espaços educativos, compostos por diferentes sujeitos e em diversas ações. Esses sujeitos trazem consigo, mediante suas ações, vivências e/ou experiências pessoais e/ou profissionais que formam as peculiaridades de cada escola e, conjuntamente, compõem um universo complexo, que possibilitam diferentes investigações.

Desse modo, busca aprofundar os estudos e compreender processos essenciais e circundantes das temáticas pesquisadas, permitindo (re) significar e potencializar recursos do espaço escolar, tornando-os verdadeiramente “artefatos” preciosos de pesquisa e análise.

Inseridas nesse processo, estão as pesquisas e reflexões sobre a invenção da tradição histórica nas representações, nas memórias e na história das instituições de ensino, como recurso valioso de análise. Esses aspectos representam um vasto repertório de relações possíveis de serem estudadas, além de constituírem um mapeamento das instituições e práticas educacionais.

As tramas e articulações de conceitos partiram das memórias dos sujeitos que vivenciaram parte do seu processo formativo docente no Colégio Dom Feliciano, identificando as representações desses sujeitos sobre essa formação de profissionais. Optei, portanto, em uma abordagem metodológica centrada na História Oral e na análise sobre uma instituição apenas. Minha pesquisa está em andamento, mais exatamente na transcrição e na definição das categorias de análise.

Os objetivos propostos nessa pesquisa consistem em identificar e analisar as representações sobre o Colégio Dom Feliciano produzidas nos sujeitos que estiveram implicados no processo de formação do Curso Normal dessa escola. Perceber os elementos que constituem e fundamentam a tradição que o Colégio Dom Feliciano construiu na comunidade e as influências dessa tradição nas representações dos sujeitos da pesquisa sobre sua formação profissional, refletidas nas práticas presentes nos processos formativos dos alunos e que são reproduzidas na ação docente.

As problematizações pertinentes a essa pesquisa parte da compreensão da história, com as referências culturais rompendo a análise historiográfica, assim “[...] a história deve ser entendida como estudos dos processos com os quais constrói um sentido” (CHARTIER, 1990, p.27)<sup>3</sup>. As referências dos aspectos culturais originárias da Escola dos Annales fez surgir a História Cultural, compreendida por Chartier, que afirma:

A história cultural, tal como entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. 1990. (1990, p. 16 – 17);

As aplicabilidades dos conceitos próprios à História Cultural permitem analisar as perspectivas históricas, relacionam-se às formas de pensar a sociedade, às realidades, as complexidades e contextos ao longo dos processos históricos. As análises partem de “novos problemas”, “novas abordagens” e “novos objetos”, como problematiza Jacques Le Goff<sup>4</sup>, teórico da História Cultural.

A profundidade dos estudos, das problematizações conceituais, propostas pelo autor Justino Magalhães, possibilitam ao pesquisador “explorar” essas outras possibilidades de investigação, e também potencializam as possibilidades de análise com muitos conceitos significativos. Entre esses conceitos, destaco o de instituição:

[...] ideia de permanência e de sistematicidade, a ideia de norma e de normatividade.  
[...] ideia de instituição consagra uma combinatória de finalidades, regras e normas, estruturas sociais organizadas, realidade sociológica envolvente e fundadora, relação

intra e extrassistêmica; é, por consequência, uma ideia mais ampla e mais flexível do que a de sistema. (MAGALHÃES, 1994, p. 57 - 58)<sup>5</sup>

A autora Ester Buffa<sup>6</sup> reforça a importância de investigar as instituições escolares, ressaltando ser necessário compreender que as instituições compõem os sistemas escolares que correspondem a certa normatização generalista, porém constroem um universo particularizado.

Investigar o processo de criação e de instalação da escola, a caracterização e a utilização do espaço físico (elemento arquitetônico do prédio, sua implantação no terreno, seu entorno e acabamento), a organização e o uso do tempo, a seleção dos conteúdos escolares, a origem social da clientela escolar e seu destino provável, os professores, a legislação, as normas e a administração. Estas categorias permitem traçar um retrato da escola com seus atores, aspectos de sua organização, seu cotidiano, seus rituais, sua cultura e seu significado para aquela sociedade. (2002, p. 27).

Outro elemento de análise, que compõe meus estudos, é o currículo ou nas práticas educacionais de formação, como um objeto importante na compreensão dos processos pedagógicos. Acabo automaticamente abordando, mesmo que tangencialmente, os aspectos relacionados a essas práticas presente nas memórias dos sujeitos do Curso Normal para refletir sobre o processo formativo docente.

O autor Tomaz Tadeu da Silva (1994)<sup>7</sup> aborda esse tema e faz a indicação de teóricos que estudam esse campo em sua análise, referentes a essas literaturas, sistematiza elementos comuns à temática e auxilia no entendimento do campo nos estudos educacionais. Vidal (2009)<sup>8</sup> refere-se ao currículo como sendo um representante da Cultura Escolar e, articulando com os estudos de Silva (1994), estabelece como conceito de currículo:

[...] o currículo é considerado um artefato social e cultural. [...] O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sócias particulares. (p. 7 – 8).

As definições do currículo como “artefatos sociais e culturais” de normatização que representam as relações de poder e os processos históricos. As normatizações, assim como os currículos, são representações do mundo social que determinam elementos em sua construção mais ampla, mas que carregam os interesses dos grupos que as forjam (CHARTIER, 1990).

Ao abordar o Currículo como elemento construído socialmente e carregado de aspectos culturais, trago em minha pesquisa o autor André Chervel que advoga a capacidade da escola em produzir uma cultura específica, singular e original. Segundo Chervel, a

instituição escolar é capaz de produzir um saber específico cujos efeitos estendem-se sobre a sociedade e a cultura.

Busco entender na pesquisa o contexto da invenção da tradição, a partir dos processos de formação docente, presente nas memórias dos sujeitos implicados com o Colégio Dom Feliciano. Nesse intuito, pretende-se identificar, a partir das narrativas, as representações sobre essa formação, no propósito de entender a memória como um documento capaz de recriar forma e sentido nos processos de formação dos alunos do Colégio Dom Feliciano (NASCIMENTO; HETKOWSKI, 2007)\_e capaz de produzir um discurso que ao longo do tempo constroem a tradição do Colégio Dom Feliciano.

Os sujeitos escolhidos são representantes de todos os segmentos envolvidos historicamente nesses processos educativos, tais como supervisores, professores e alunos. No projeto proposto, as memórias carregam as representações de práticas curriculares, a partir das narrativas de seus sujeitos.

Segundo Bosi (2004)<sup>9</sup>, existem duas formas de expressão da memória. Uma é denominada como “memória hábito” representada pelas ações cotidianas e que são atos da memória reproduzidos de maneira rotineira. A outra forma consiste na “imagem lembrança”, resultante do inconsciente dos indivíduos; sendo ambas as formas de memória reflexos de interpretações da realidade, tornando-se, assim, registros históricos que compõem uma construção histórica coletiva.

O conceito de memória, utilizado nessa pesquisa, é resultante da interação social e dessa forma passa a ser construído socialmente. Portanto, a memória é coletiva. O indivíduo possui posição própria de suas vivências, mas a memória ocorre na interação entre os sujeitos (HALBWACHS, 2006), onde considera a memória como um resultado da interação social, onde possibilita perceber pontos de contato entre elas. Quando analisadas em conjunto, as lembranças evocadas pelo grupo de memórias constituem-se; assim, as memórias do grupo tornam-se memória coletiva.

Quanto aos sujeitos escolhidos para participar da investigação, cheguei ao número de quatro professores. Esse número, aparentemente pequeno, contempla as necessidades da pesquisa porque representa a diversidade de cada sujeito do universo educativo da instituição escolar (alunas, professores e coordenadores pedagógicos). Trabalhando com sujeitos/agentes em diferentes espaços e ações no processo educativo. Esses agentes registram suas participações na história da instituição estudada em função de suas contribuições relacionadas às histórias profissionais, envolvimento afetivos e formações singulares. Histórias

individuais constituem a complexidade da vida e da história, deste modo, os *sujeitos das ações* escolares tornam-se *sujeitos das histórias* e, assim, *sujeitos de memórias*.

As narrativas individuais são carregadas de representações e constituem um imaginário coletivo que, sustentado ao longo da história, consolida uma tradição. Com os registros dessas memórias, busca-se compreender os elementos que compõem os fenômenos do passado, no processo de reconstruir uma história partindo das memórias.

Esses sujeitos tornam-se produtores ou elaboradores de memórias e que identificados e mapeados, contribuem com as narrativas ao relembrar suas trajetórias pessoais na instituição selecionada para a pesquisa e, simultaneamente, ajudam a recompor a história educativa, bem como a história do estabelecimento de ensino. Portanto, tornou-se necessário o registro oral pela técnica de entrevistas, que serão abordadas nesse projeto como narrativas e tem como objetivo reconstruir o histórico das instituições e as práticas educacionais.

Em meu estudo, as temáticas discutidas nas narrativas sustentam-se nas memórias sobre a instituição pesquisada, suas relações com as comunidades, seus campos de ação, entre outras questões. Busca-se, desta maneira, analisar o processo histórico, bem como as representações dos sujeitos sobre sua formação, e no caso dos professores, sobre a escola e seu contexto de instituição.

Nos escritos de Jean-Jacques Becker<sup>10</sup>, a História Oral constitui-se em uma categoria particular de fonte. Para explicitar melhor, Becker apropria-se do que Jacques Ozouf denominou de “arquivos provocados” e desenvolve seu pensamento problematizando sobre as questões referentes à História Oral, Memória e Fonte Histórica.

No levantamento das produções acadêmicas, as práticas metodológicas ou teóricas desenvolvidas através das pesquisas em História Oral (ALBERTI, 2005)<sup>11</sup> tornaram-se muito presentes, demonstrando o fortalecimento dessa metodologia. Muitas produções acadêmicas relacionadas à temática da educação referenciam estudos e pesquisas que utilizam a História Oral como recurso metodológico, através da técnica de entrevistas (VIDIGAL, 1993)<sup>12</sup>. É possível encontrar inúmeras investigações relacionadas às memórias de educadores e suas trajetórias profissionais ou às histórias das instituições educativas.

A História Oral é, portanto, um método de trabalho que incide sobre o passado dos inquiridos, sobre aspectos da vida social que não são geralmente passados a escrito e cujo relato pessoal é filtrado pelo tempo e pelos percursos individuais; podemos mesmo falar de uma história do vivido. Baseia-se numa técnica de inquérito, pretendendo recolher testemunhos orais que passam a integrar (uma vez registrados e fixados) arquivos orais, segmentos de memórias sociais. (VIDIGAL, 1993, p. 6).

A definição dos sujeitos da pesquisa confunde-se com os sujeitos das ações educativas que, em sua temporalidade, constituem os sujeitos das histórias da instituição, e, conjuntamente, da história do Curso Normal. Busquei, em minha definição, englobar as complexidades do processo educativo, trazendo os diferentes sujeitos que vivenciaram o movimento formativo, na representação de alunas, professores e profissionais do apoio pedagógico. Os sujeitos de memórias foram escolhidos considerando minha trajetória profissional, fato que indica a aproximação do pesquisador com seu objeto, pois a maioria dos entrevistados é ou foram colegas de trabalho nos municípios de Gravataí e Cachoeirinha.

A opção pela metodologia da História Oral traz riscos e receios em escolher entrevistados com relações de proximidades profissionais. A esse respeito os escritos de Verena Alberti indicam que:

[...] podemos dizer que este conhecimento anterior não prejudica a produção do documento de história oral, apesar de nela interferir, porquanto o próprio diálogo e as avaliações recíprocas entre entrevistado e entrevistador situar-se-ão sobre bases diferentes do que se não houvesse algum tipo de relação anterior. (2005, p. 86)

O embasamento teórico da autora Verena Alberti, possibilitou maior liberdade na escolha dos sujeitos da pesquisa. Dessa forma, optei em entrevistar como os sujeitos de memórias, as narrativas individuais dos colegas, explicitados no quadro 1:

**Quadro 1 – Sujeitos da Pesquisa**

<b>Nome</b>	<b>Função</b>	<b>Período</b>
Ana Cristina Martins de Oliveira	Aluna	1977 a 1980
Fátima Bernardes	Aluna	1978 a 1980
	Professora e Supervisora	1991 aos dias atuais
Hilda Jaqueline Fraga	Aluna	1986 a 1988
Jurema Mineiro Weber	Aluna	1974
	Professora e Orientadora	1985 a 1988

Fonte: Elaborado pelo autor

Os caminhos utilizados para selecionar esses colegas, em detrimento a outros tantos que estudaram no Colégio Dom Feliciano, sustentam-se novamente nas referências de Alberti:

As escolhas dos entrevistados não devem ser predominante orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência. Assim, em primeiro lugar, convém selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se interaram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos. (2005, p. 32 – 33)

Minhas escolhas basearam-se no critério da competência e da experiência profissional e seu grande conhecimento e vivências. A professora Ana Cristina Martins de Oliveira foi aluna do Curso Normal e também uma das colegas parceiras na elaboração e execução do projeto do livro da Escola Municipal Granja Esperança, realizado em 2001. Trabalhamos na mesma escola atualmente, sendo ela a supervisora escolar da instituição. Já a professora Jurema Mineiro Weber foi minha colega na Secretaria Municipal de Educação de Gravataí, e sua escolha deve-se à experiência na instituição pesquisada, onde ela atuou em diferentes espaços como aluna, professora e orientadora do Curso Normal.

Nos primeiros contatos com a Jurema Weber, em meados de 2013, solicitei a participação em minha pesquisa com suas memórias, e diante de sua trajetória na instituição, pedi que indicasse possíveis entrevistados. A professora Jurema possui uma grande experiência docente em escolas da rede municipal e estadual da cidade de Gravataí, além de exercer diferentes cargos administrativos na Secretaria Municipal de Educação e na 28ª Coordenadoria Estadual de Educação. Um desses cargos exercidos consistia em acompanhar as estagiárias normalistas nas escolas municipais, sendo muito dessas estagiárias oriundas do Colégio Dom Feliciano.

Através de sua indicação surgiu o nome da professora Hilda Jaqueline Fraga, que também havia sido minha colega na Secretaria Municipal de Educação de Gravataí no ano de 2005 e aluna do Curso Normal no Colégio Dom Feliciano.

No processo, o nome da professora Fátima Bernardes também é mencionado. Ela é a única entrevistada que não teve contato profissional. Sua trajetória de mais de duas décadas no Colégio Dom Feliciano faz de suas memórias documentos indispensáveis para esse estudo. Ela exerceu diferentes funções na instituição. Em destaque e relacionados à pesquisa, aponto os cargos de supervisora e professora do Curso Normal.

As memórias desses sujeitos contribuem para reconstruir a história institucional e a história da pedagogia normalista. Nesse sentido, as memórias têm a função de:

[...] ampliar o conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas do passado através do estudo aprofundado de experiências e versões particulares; de procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu; de estabelecer relações entre o geral e o particular através da análise comparativa de diferentes testemunhos, e de tomar as formas como o passado é apreendido e interpretado por indivíduos e grupos como dado objetivo para compreender suas ações. (ALBERTI, 2005, p. 19)

As contribuições das memórias permitem identificar e analisar os discursos existentes em cada narrativa, possibilitando perceber as compreensões e entendimentos desses sujeitos

sobre o seu processo formativo em determinada realidade vivenciada no espaço e na temporalidade da pesquisa. Os discursos proferidos trazem distintas visões referentes ao passado, pois como afirma Chartier:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (1990, p. 17)

Os discursos produzidos a partir das memórias resultam em representações que os sujeitos constroem sobre as realidades vivenciadas. O conceito de discurso, utilizado nessa pesquisa, referencia-se na definição elaborada por Michel Foucault e no pensamento foucaultiano “ao instalar uma História sem sujeito e ao tomar o discurso pelo real, além de indicar que o objeto se define pela prática discursiva” (PESAVENTO, 2004, p 33)<sup>13</sup>.

As representações relevantes e instigadas nas entrevistas são voltadas para a compreensão do processo de formação das estudantes do curso normal como sujeitos envolvidos no processo, pois buscam compreender os mecanismos pelos quais os sujeitos ou grupos impõem a sua concepção de mundo social.

[...] envolve representação e reconstrução [...] porque a narrativa histórica tanto se coloca no lugar daquilo que aconteceu quando lhe atribui um significado. Nesse processo, o historiador trabalha com os traços que lhe chegam de um outro tempo (PESAVENTO, 2004, p 36)

A noção de representação constrói-se em concepções históricas e possibilita compreender o funcionamento da sociedade ou os elementos que permitem a percepção do mundo. Segundo Chartier, a representação pode significar “a pedra angular de uma abordagem em nível da história cultural” (1990, p. 23), e se permite articular em três modalidades da relação com o mundo social.

Essas modalidades apresentam-se, primeiramente, no trabalho de classificação e delimitação que produz as configurações múltiplas, nas quais a realidade é construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que objetivam fazer reconhecer uma identidade social significam simbolicamente um estatuto e uma posição; e por fim, as formas institucionalizadas marcam a existência do grupo ou da comunidade (CHARTIER, 1990).

As experiências e vivências na cidade de Gravataí permitiram-me elaborar possíveis hipóteses de que os discursos da qualificação da instituição, e, conseqüentemente, do Curso Normal, trazem fortes elementos de uma tradição constituída e atribuída ao Colégio Dom Feliciano.



Nos referenciais teóricos, o conceito de Tradição pode estabelecer diálogos com a ideia da invenção da tradição institucional existente no Colégio Dom Feliciano e percebidas nos discursos e nas representações.

O conceito de Tradição em uma concepção histórica elaborado por Hobsbawn e Ranger (1997)<sup>14</sup> destaca que as invenções das tradições indicam sintomas importantes e devem ser analisados em seus contextos, estabelecendo relações mais amplas na sociedade, segundo os autores:

[...] a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas imposição da repetição. (HOBSBAWN, RANGER. 1997 p. 12).

Segundo os autores, as tradições inventadas, pós-revolução industrial, podem ser percebidas em três categorias superpostas: a) As que se estabelecem ou simbolizam as coesões sociais ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais; b) As que se estabelecem ou legitimam instituições, status ou relações de autoridade; c) Aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inclusão de ideias, sistemas de valores e padrões de comportamento. Esses elementos indicados por Hobsbawn podem potencializar minha pesquisa referente ao Colégio Dom Feliciano.

As tradições inventadas incluem tanto as “[...] realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo [...]” (HOBSBAWN, 1997, p. 9). As tradições solidificam-se diante das práticas de natureza ritual ou simbólica, que se identificam pela escolha e constituição de certos valores e normas de repetição e comportamento; remetendo a um conhecimento apropriado e materializado em permanência a uma continuidade, diferenciando-se dos costumes.

O pesquisador Popkewitz<sup>15</sup> aborda uma concepção de Tradição que busca aproximar o conceito de tradição do campo de estudos relacionados à educação ou de práticas escolares que a constroem:

A tradição histórica de que falo nesse ensaio, em contraste, é uma tradição que focaliza a forma como as ideias estão corporificadas na organização do conhecimento escolar. Este estudo da história tem sido, de forma variada, chamado de semântico, genealógico, conceitual ou de epistemologia social. [...] que se centra nos padrões discursivos através dos quais o processo de escolarização é construído. (1994, p. 183).

Os referenciais teóricos e metodológicos presentes nesse escrito servem de base para minhas análises sobre o objeto de pesquisa.

- 
- <sup>1</sup> Pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale dos Sinos. Projeto de Dissertação da Linha de pesquisa: Educação, História e Políticas, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luciane Sgarbi Santos Grazziotin.
- <sup>2</sup> Mestrando em Educação. Professor das redes municipais de Cachoeirinha/RS e Sapucaia do Sul/RS nos Anos Finais (regular e EJA). E-mail: [arturalexandrino@gmail.com](mailto:arturalexandrino@gmail.com)
- <sup>3</sup> CHARTIEU, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel. 1990.
- <sup>4</sup> LE GOFF, Jacques. As mentalidades: uma história ambígua. In: \_\_\_\_ e Pierre Nora (orgs.). **História. Novos Objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- <sup>5</sup> MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Braga: Editora universitária São Francisco, 2004.
- <sup>6</sup> BUFFA, Ester. História e filosofia das instituições escolares. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JUNIOR, Décio (Org.) **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas/SP: Autores Associado; Uberlândia: EDUFU, 2002. P. 25-38.
- <sup>7</sup> SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa (org.) **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo. Cortez, 1994.
- <sup>8</sup> VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e práticas escolares como objeto de pesquisa em História da Educação. In: YAZBECK, Dalva Carolina; DA ROCHA, Marlos Bessa Mendes. (Orgs.). **Cultura e história da educação: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009, p. 103-114.
- <sup>9</sup> BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 12. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- <sup>10</sup> BECKER, Jean Jacques. O handicap do a posteriori. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org). **Usos & abusos da história oral**. 5<sup>a</sup>. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. P. 215-218.
- <sup>11</sup> ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- <sup>12</sup> VIDIGAL, Luis. **A História Oral: o que é, para que serve, como se faz**. Cadernos do Projeto Museológico sobre Educação. Santarém, 1993.
- <sup>13</sup> PESAVENTO, Sandra Jathay. **História & História Cultural**. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- <sup>14</sup> HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. (Coleção Pensamento Crítico).
- <sup>15</sup> POPKEWITZ, Thomas S. História do currículo, regulação social e poder. In. SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994 – (Ciência sociais da educação).

## A utilização do pandeiro nas igrejas protestantes

Artur Costa Lopes

Mestrando em Etnografia das práticas musicais – PPGM- UFRJ

lopes1958@hotmail.com

**Resumo:** Esta pesquisa visa apresentar uma análise etnomusicológica sobre a utilização do pandeiro, bem como suas possíveis origens em alguns templos protestantes de Duque de Caxias. De acordo com a fala de membros e alguns acadêmicos, o estudo parte do princípio de que esse instrumento é entendido como contraditório.

**Palavras-chave:** Pandeiro; protestante; etnomusicologia.

**Abstract:** This research aims to present an ethnomusicological analysis on the use of pandeiro, and its possible origins in some protestant churches of Duque de Caxias. According to the speech of some members and academics, the study assumes that the instrument is perceived as contradictory.

**Keywords:** Pandeiro; Protestant; ethnomusicology.

### Introdução

Há alguns anos me dedico à pesquisa participativa sobre as memórias sonoras de Piabetá e Xerém, bairros das cidades de Magé e Duque de Caxias respectivamente<sup>1</sup>. Esse trabalho vem sendo realizado com a excelente colaboração de alunos do ensino médio<sup>2</sup>, que se propuseram, voluntariamente, a debater questões relacionadas às suas relações de pertencimento com tais espaços de cerimônias religiosas, bem como as transformações que a paisagem sonora (SCHAFER, 1991) vem sofrendo ao longo dos anos e como os membros dos locais analisados percebem essas mudanças.

Desse estudo estão surgindo inúmeras questões que nem sempre podem ser debatidas a fundo nos encontros em conjunto, visto que os grupos se modificam conforme os alunos vão se formando. Uma delas está relacionada à instrumentação observada nos templos. Sendo assim, vimos que instrumentos como triângulo, pandeiro, guitarra, entre outros, estavam presentes, exercendo funções que poderiam mudar mais de acordo com a canção do que com

---

<sup>1</sup> Alguns trabalhos sobre essas pesquisas estão disponíveis em pequenos artigos: <http://seminariovozes.com.br/caderno.pdf> ou <http://www.semanahistoriauerj.net/arquivos/anais/anais-2013-vol1-completo.pdf>

<sup>2</sup> Esses alunos pertencem as escolas estaduais Barão de Mauá e CIEP 127 Frei Acursio Blower .

o momento, o que nos levou a seguinte indagação: Que fatores levaram à utilização de tais instrumentos? Portanto, percebemos que o pandeiro assume um papel especial em algumas igrejas protestantes, pois por vezes pode ser o único presente, possuindo ainda uma tradição considerável, a ponto de quase todos os entrevistados responderem que é comum seu uso, ou que já assistiram algum culto que disponha de pandeiristas.

Outra motivação para essa pesquisa surgiu em minhas aulas de música<sup>3</sup>, pois quando apresento esse instrumento de percussão, executando diferentes ritmos e quando toco um baião, uma embolada, ou outro gênero musical parecido, mas que utilize bastante palma da mão no centro do pandeiro (atacado de maneira intensa) e os alunos dizem que esse ritmo é “de igreja”. Esse fato me remeteu a outra questão: qual seria a conexão entre esses gêneros musicais citados (e essa maneira de execução) e a utilização dos mesmos por instrumentistas de igrejas protestantes?

A metodologia dessa pesquisa foi baseada em entrevistas, observações de campo, análises de execuções musicais e revisão de literatura nas áreas de etnomusicologia, história e teologia. Foram realizadas entrevistas com o pastor, instrumentista e outros membros a respeito da opinião sobre o pandeiro, formação, vivência com o instrumento. Dessa forma, a utilização da história oral está sendo de extrema importância, pois ela procura analisar o fenômeno através da voz de quem convive com a prática cotidiana do mesmo.

Até o presente momento foram observadas três igrejas: Brasil para Cristo (Xerém), Assembleia dos Santos (Mantiquira) e Assembleia de Deus (Vila dos Blocos), todas situadas no 4º Distrito de Duque de Caxias, Xerém. Portanto, a presente pesquisa propõe analisar elementos sonoros, principalmente com relação à performance do instrumentista, sua relação de interação com os demais membros do culto, o diálogo que ele trava com os demais instrumentos, quando esses também estão presentes, os gêneros em que ele está presente com mais frequência, bem como o contexto social em que estão inseridos.

## **O pandeiro nos templos protestantes**

É visível o aumento de diferentes denominações protestantes (ou evangélicas)<sup>4</sup> no cenário brasileiro desde as últimas décadas (CAMPOS, 2008). A música nesses templos pode

---

<sup>3</sup> Atuo como professor de educação musical para turmas do primeiro seguimento do ensino fundamental na Escola Municipal Raimundo Otoni, no Bairro de Campo Grande.

<sup>4</sup> Refiro-me as aos seguimentos cristãos derivados da reforma protestante dos séculos XV e XVI, onde destaco o Luteranismo, Calvinismo e Anglicanismo.

aparecer de maneira variada, indo do *rock* ao samba, do forró ao *blues*, contudo, comumente, é denominada de gospel. Entretanto, esse termo, no Brasil possui um significado diferente de onde ele surgiu<sup>5</sup>. Ou seja, as religiões protestantes brasileiras distorceram (ou ampliaram) características desse “gênero” musical cunhado, primeiramente pelos membros de igrejas norte americanas vindas da Inglaterra.

Nas pesquisas de campo realizadas, foi observado, em igrejas com dimensões espaciais pequenas<sup>6</sup> (com aproximadamente 40 lugares) que o som produzido tem algumas características contínuas nos diferentes encontros realizados. Uma delas é o alto volume que a amplificação é regulada, associado a uma intensidade bastante elevada das vozes e dos instrumentos (mesmo os que não são amplificados). Outro fato constante observado foi que o modo de cantar, da maioria dos membros, é marcado por uma interpretação que possui um caráter bastante imitativo do interprete “original”, chegando a ser unânime entre os intérpretes de faixa etária entre crianças e adolescentes. Esse modo de cantar, peculiar da música gospel brasileira é um resquício do gospel norte-americano, onde a valorização dos *vibratos* e *melismas*, com uma alta amplitude de extensão vocal, durante e juntamente com a parte instrumental das músicas. Essas que ocorrem, principalmente nas músicas de andamento mais lento e com letras mais reflexivas.

Com relação à origem da inserção do pandeiro nos templos, alguns entrevistados relacionaram-no com passagens bíblicas que citam seu nome. Segundo Raquel Karolyne<sup>7</sup> há referências que dão base à sua utilização no salmo 150 que possui um trecho que diz

(...) Louvem a Deus tocando trombetas, Louvem a ele com cítara e harpa! Louvem a Deus com dança e tambor, Louvem a ele com cordas e flauta! Louvem a Deus com címbalos sonoros, Louve a ele com címbalos vibrantes! Todo ser que respira louve a Javé, Aleluia!<sup>8</sup>

Segundo o trecho, deve-se louvar a Deus de diferentes formas, entre elas com instrumentos, Contudo, é importante observar que os instrumentos indicados são oriundos da região que atualmente é conhecida como Oriente Médio, mesmo local onde foram vistos os primeiros pandeiros. Felipe Sales, membro da Assembleia de Deus Ministério Nazireu, no Bairro de Taquara, em Duque de Caxias, comenta que

(...) o pandeiro, diretamente, não tem alguma definição precisa, mas há uma passagem em que foi utilizada uma panderola pra ser mais preciso, isso se deu após a travessia do

---

<sup>5</sup> Para o aprofundamento sobre o tema ver BARBOSA; SILVA, 2010 e BARROS, 2011.

<sup>6</sup> Refiro-me aos seguintes templos: Brasil Para Cristo (Xerém, Santa Cruz da Serra), Assembleia de Deus (Bambu Amarelo, dos Santos, do Km 51, Xerém).

<sup>7</sup> Depoimento gentilmente cedido por Raquel Karolyne no dia 12 de maio de 2014.

<sup>8</sup> Trecho retirado da *Bíblia Sagrada*. Edições Paulinas. Pg 27.

povo de Israel do mar vermelho comemorar a liberdade e festeja com todo o povo. E quem tocou foi Miriam irmã de Moisés<sup>9</sup>.

Essa passagem, encontrada no livro de Êxodo, também pode ser considerada como uma justificativa para a inserção desse e de outros instrumentos, ou mesmo de qualquer instrumento, nos ritos do cristianismo primitivo (primeiras igrejas cristãs dos séculos I, II e III). Todavia, segundo Mutz, a maioria dos das percussões utilizadas em diferentes ritos simbólicos foi abolida pelos primeiros cristãos e um dos fatores que contribuíram foi

(...) sua ligação com as arenas romanas: o rufar de tambores anunciava a hora da morte, o momento em que os cristãos eram lançados aos leões. Além disto, os tambores abafavam os gemidos de morte dos irmãos. Tocá-los no culto seria reviver momentos de angústia e tristeza (MUTZ, 1997. p. 7).

Porém, outro motivo, de acordo com o mesmo autor é que esses instrumentos eram bastante utilizados em ritos pagãos e em festas com danças sensuais, e com isso o cristianismo teria afinidade com as coisas "mundanas", ou que as afastasse de Deus, sendo assim, o recurso mais "puro" que restou foi o canto, fato que é bem observado durante a Idade Média, período que a voz foi utilizada em demasia nas cerimônias cristãs (MUTZ, 1997).

Como essa discussão necessitaria de outras fontes e fugiria do contexto do tema, o recorte temporal e espacial desse trabalho se limita a Duque de Caxias, entretanto, essas interpretações foram lançadas porque a pesquisa optou por relatar a voz dos entrevistados, elementos fundamentais na construção desse conhecimento.

De acordo com as observações, todas as igrejas protestantes analisadas, utilizam pandeiros de nylon. Isso pode ocorrer por diferentes fatores, onde destaco três principais: 1- a utilização do pandeiro, principalmente nos “corinhos de fogo”, está intimamente associada ao baião, ou mesmo ao toque dos versadores do gênero conhecido como embolada, que costumam usar a mesma confecção no instrumento; 2- pelo baixo custo, visto que todos os pandeiros observados eram de preço bastante acessível, 3- porque o pandeiro de couro não oferece um volume tão alto quanto o de nylon, e como o sistema de amplificação nesses templos (quando existem outros instrumentos além do pandeiro) privilegia normalmente a guitarra ou o microfone, acaba sendo uma função do pandeirista, tocar com bastante intensidade, ou nas palavras dos mesmos “meter o braço para que anime o povo”, para poder ser percebido junto dos outros por toda a igreja.

Uma leitura a ser feita da utilização desse instrumento (e de outros “não tradicionais”) em Duque de Caxias refere-se ao grande número de igrejas protestantes que surgem no Brasil,

---

<sup>9</sup> Depoimento gentilmente cedido por Felipe Sales no dia 15 de maio de 2014.

que passam a se preocupar mais com uma música que atraia fiéis do que com uma tradição instrumental. A tradição pode se encontrar no repertório e nos ritos, contudo, os instrumentos e outras composições podem variar conforme o segmento proteste e a influência da indústria de massa nesse local. Soma-se ainda o fato de Duque de Caxias receber uma leva de imigrantes de grande porte em meados do século XIX (SOUZA, 2002), trazendo com eles seus costumes e tradições, onde a música estaria presente nesses bens imateriais. Isso é ilustrado pela fala de Gabriele Bernardo<sup>10</sup> ao comentar sobre o porquê da inserção do pandeiro nos templos protestantes relaciona-o com a migração nordestina para a baixada fluminense e por Dulsi Raposo quando afirma que

(...) vejo que o pandeiro tem uma importância maior nas igrejas pentecostais, e que me parece que tem relação com a familiaridade das pessoas de origem nordestina com as denominações pentecostais. Inclusive os hinos possuem ritmos nordestinos (são os chamados crentes do "reteté")<sup>11</sup>

Segundo todos os entrevistados, o ramo protestante que mais utiliza o instrumento é o pentecostal. Segundo Leonildo Silveira Campos, o pentecostalismo, além do carismatismo<sup>12</sup>, são os fenômenos religiosos mais importantes do século XX (CAMPOS 2008). De acordo com ele, as raízes pentecostais estão nos Estados Unidos e vieram a partir de transformações dos moldes de ritos protestantes mais tradicionais, enfatizando os dons do Espírito Santo, como por exemplo, manifestações de transe ou falar em línguas. Dessa forma, esses fiéis se formaram a partir de extratos sociais mais baixos onde é bastante evidente o fervor emocional. Nesse contexto, “o clero intelectualmente preparado e inclinado à liturgia é rejeitado em favor de líderes leigos que satisfazem mais adequadamente as necessidades emocionais desta religião” (NIEBUHR, 1992, p. 27).

Essa corrente começa a chegar ao Brasil no início do século XX, através de três principais representantes: Igreja Evangélica Assembleia de Deus (1911), Congregação Cristã no Brasil (1910) e Movimento Missionário Norte Americano (1906). (BARROS, 2012). O que se mostra relevante é que a congregação Cristã no Brasil (com exceção do ramo renovado) manteve sua música nos moldes presbíteros franceses, utilizando instrumentos como violino, viola, órgão, violoncelo, flauta, trompete e trombone, e, no caso das mulheres o adereço do véu durante os cultos. Em contrapartida a Assembleia de Deus (também excluindo o ramo renovado), apesar de ser oriunda do anglicanismo inglês, se adequou mais ao contexto

<sup>10</sup> Depoimento gentilmente cedido por Gabriele Lima Bernardo no dia 29 de junho de 2014.

<sup>11</sup> Depoimento gentilmente cedido por Gabriele Lima Bernardo no dia 29 de junho de 2014.

<sup>12</sup> Também conhecido como renovação carismática, é o movimento católico que surge no final da década de XX com o intuito de renovar a igreja através de missas contendo curas e libertações e uma mudança significativa nas composições e na forma de performance.

onde foi “instalando” sedes no território brasileiro. Ou seja, sua instrumentação variou bastante conforme o passar dos anos.

### **O pandeiro nas igrejas analisadas**

De acordo com Sr. Joaquim, pandeirista da Igreja O Brasil Para Cristo, nessa região a tradição de se tocar pandeiro está, principalmente, nas Assembleias de Deus e nas igrejas que não possuem outros instrumentos. Porém, ele afirma que o pandeiro é muito utilizado nos encontros realizados nas casas das pessoas, esse instrumento que por vezes também acompanha as vozes, auxiliado por um violão<sup>13</sup>. No mesmo local o pandeiro foi utilizado sozinho, ou acompanhado de outros instrumentos (no caso a guitarra, triângulo e bateria), dando suporte ao gênero musical executado. Normalmente é “puxado” um canto e, enquanto o guitarrista procura a tonalidade para dar o suporte harmônico para a cantora, o pandeiro já acompanha sem maiores dificuldades. Mesmo com todos os instrumentos tocados simultaneamente, o pandeiro sobressai, por ter um volume bastante alto (nessa igreja em questão possuem dois, que são tocados sozinhos ou juntos), por serem de nylon e suas platinelas bastante agudas. Dessa maneira, ele pode ser considerado o coração da igreja, pois é perceptível que, quando executado, os membros cantam os chamados hinos, com mais vitalidade.

Também foi perceptível que outros instrumentos, tais como a bateria e guitarra são muito mais valorizados que o pandeiro. Isso é comprovado na fala do membro da Igreja Assembleia de Deus da Mantiqueira que – quando perguntei se alguém tocava pandeiro na igreja – me afirmou que sim, mas enquanto ainda não compram uma bateria<sup>14</sup>. Além disso, o pandeirista não precisa, necessariamente, estar em um local perto do altar ou de lado ou de frente para a assembleia. Ele pode estar em qualquer um dos bancos, o que pode reforçar o caráter popular e pouco valorizado desse instrumento e do instrumentista.

Vê-se, portanto, uma contradição, ou seja, esse instrumento pode ser muitas vezes, o único durante o rito, e por isso supõe-se que possui certo grau de importância. Dessa maneira, como ele pode ser tão desvalorizado a ponto de possuir um papel de “reserva” enquanto seu titular (a bateria) não está presente? Além disso, a fala do Sr. João comprova que ele é usado por ser de baixo custo e, por conta disso, está mais acessível aos planos orçamentários da igreja, quando, não é propriedade de algum membro. Portanto, uma pergunta se torna

---

<sup>13</sup> Depoimento gentilmente cedido por Joaquim Pereira Leal no dia 23 de julho de 2014.

<sup>14</sup> Depoimento gentilmente cedido por João Silva no dia 25 de julho de 2014.



pertinente: qual a relação de pertencimento entre os membros e a sonoridade do pandeiro nesses templos religiosos?

Felipe Sales, comentou que a utilização do pandeiro, assim como de outros instrumentos, harmoniza a música que está sendo tocada, e que em algumas igrejas essa percussão é essencial, principalmente nas pentecostais, geralmente em “corinhos de fogo”<sup>15</sup>, podendo ser usado, também, em outros estilos<sup>16</sup>. Assim como Felipe Sales, foi quase unânime a afirmação de que o pandeiro é muito utilizado nos chamados “corinhos de fogo”. Realizando uma busca por esse estilo, pude observar, nas inúmeras gravações que ele pode passear por diferentes gêneros musicais, onde os mais constantes são os ritmos oriundos do nordeste, principalmente ramificações do forró. Entretanto, quase sua totalidade possui um ritmo bastante vivo e um tipo de texto que privilegia uma linguagem popular associada à passagens bíblicas ou interpretações coloquiais das mesmas, como se observa na letra da canção *Varão de Branco*:

Contempla este varão / Que chegou agora / Abra a boca irmão / E dê um glória / Eu dei um glória / E o varão desceu / Trazendo a resposta do poder de Deus / Este varão que chegou / Brilha mais do que a luz / Ele está todo de branco / E o seu nome é Jesus...  
Mas Se você tem um problema / Ou sofre do coração / Não fique com este dilema / Conte agora pro varão (...) <sup>17</sup>

O trecho da letra apresenta termos bastante peculiares do linguajar protestante. Um deles é *varão*, que significa os homens que louvam a Deus. Outro é a massiva alusão ao antigo testamento, fato que é comprovado nas homilias dos pastores, que buscam uma aproximação entre esse passado distante para o presente, através de uma interpretação que utiliza um linguajar próprio da região que ocorre a pregação. Além disso, a frequente citação sobre cura e o costume de chamar o outro de irmão, baseado na bíblia que afirma que todas as pessoas são descendentes de um só povo, porém só é irmão quem participa desse seguimento religioso. Esse ritmo é um baião com uma harmonia bem típica de músicas como *Procurando tu* (Genival Lacerda) e *Feira de Mangalho* (Sivuca), contudo, o canto é executado de forma mais “rasgada” como se estivesse clamando algo com bastante intensidade.

Como o pentecostalismo tem por característica louvores e preces feitas com bastante vitalidade e num volume alto, o pandeiro tocado dessa maneira não foge a esse padrão. Dessa maneira uma relação de pertencimento com esse instrumento está no fato de que muitos membros além de toca-lo acabam internalizando alguns ritmos que ele costumava executar ou

---

<sup>15</sup> Gênero musical com melodias que privilegiam a alta intensidade, normalmente um baião.

<sup>16</sup> Depoimento gentilmente cedido por Felipe Sales no dia 15 de maio de 2014.

<sup>17</sup> Varão de Branco. Compositor: Noemi Nonato. Extraída de > <http://www.radio.uol.com.br/#/letras-e-musicas/noemi-nonato/varao-de-branco/1154473>

ouvir anteriormente. Isso é bastante visível – como já dito acima - quando apresento um toque de baião ou similar aos meus alunos e alguns (que são ou já frequentaram templos protestantes) afirmam que esse toque é de igreja e sabem distinguir claramente do samba, mas querendo aprender os dois. Mas como assim?

Uma possível explicação vem de Carlo Ginzburg ao afirmar que, um indivíduo pertencente a um grupo social pode apresentar um gosto (ou uma prática) comum a outros bastante diferentes, independente de credos ou classes sociais (GINZBURG, 1986). A memória auditiva, nesse caso é um fator importante para agravar essa relação entre a sonoridade do pandeiro e a conexão com o ritmo ser familiar do templo religioso, tanto que, durante as entrevistas, os membros de igrejas que não utilizavam o pandeiro, quando perguntava se eles se identificavam com esse instrumento, realizavam uma resposta rápida que sim ou não. Muitos que respondiam não, além de não ter uma vivência com esse instrumento dentro da própria comunidade cristã, poderia não entendê-lo como fazendo parte do processo de evangelização, por ainda não ter legitimidade em sua região ou por ser tão marcado como um instrumento bastante característico de uma música secular abominada por muitos protestantes, o samba.

Na opinião de Raquel Karolyne esse instrumento deixa o culto mais alegre e extrovertido. Como ela pertence a uma igreja de grande porte, composta por diversos instrumentos, ressalta que seu uso sozinho (sem outros instrumentos) não é comum nos templos, porém nas reuniões com pequenos grupos ou em vigílias é mais constante<sup>18</sup>.

Tem-se então, mais uma vez o pandeiro numa posição contraditória: bastante importante nas reuniões, onde a presença de pessoas é muito menor e o local de encontro costumam ser casas ou salas, e desprezado nos cultos, de maior importância na hierarquia dos ritos protestantes. Mesmo essa análise não levando em consideração o gosto dos instrumentistas dessas igrejas maiores, percebe-se que, de acordo com os estudos de campo, o pandeiro, por ser considerado<sup>19</sup> um instrumento periférico. Fazendo um paralelo ao apelido que os instrumentos de percussão costumam receber, a “cozinha”, ao passo que é o local mais importante do restaurante, pois sem ela não se prepararia a comida, é a menos observada, e, portanto sem um aparente holofote, entretanto, apenas ela, sem os outros ambientes, se sustentam, contudo de uma maneira bastante simplória, porém suficiente.

---

<sup>18</sup> Depoimento gentilmente cedido por Raquel Karolyne no dia 12 de maio de 2014.

<sup>19</sup> Refiro-me aos instrumentos de percussão em geral, que, na maioria das vezes, em conjuntos musicais pequenos, possui uma função menos valorizada.

Durante o culto na Assembleia dos Santos foi observado que o mesmo pandeiro foi tocado por três pessoas diferentes, dependendo da música. Isso variou conforme a função do membro e da intimidade (ou escolha) com o “hino”. Normalmente quem canta ao microfone não toca. Destaca-se em minhas observações de campo que todos os membros fazem questão de afirmar que pertencem a tal religião, comprovando através de seus gestos e falas, sem nenhuma timidez, e sempre buscando que o visitante sinta-se parte de sua comunidade e, se possível participe junto a ela, se adaptando aos moldes. Dessa maneira, é cabível a compreensão de que a música é uma das formas de se atrair (e manter) fiéis e tornar a constância da oração mais dinâmica para as diferentes faixas etárias. Assim, a queda da máscara do indivíduo dentro templo, ou mesmo fora dele - no cotidiano de muitos, como trabalho ou escola - a mostra da realidade, ou seja, num sentido verdadeiro, transparente e puro de louvar, o pandeiro acaba sendo um reflexo desses indivíduos que já o conhecem muito bem e, por conta disso integram-no como corpo de sua igreja.

Segundo o Roberto da Mata, no Brasil, os eventos sociais marcados pela evocação do divino, realizados sob a égide da igreja, se apresentam como conciliador entre a extrema formalidade e a extrema informalidade no âmbito criado pelo próprio ritual (DA MATA, 1997 p. 53). Essa pesquisa, mesmo em andamento, analisa que o improvisado, oriundo de um planejamento prévio, mas que permite algumas aberturas, foi uma das características principais dos cultos analisados. Esse é um elemento chave para se concluir que através desses encontros “guiados por uma força divina” e, portanto, ricos em formalidade, ao mesmo tempo, são valorizados pelos membros porque não dispensam a bagagem cultural dos mesmos, além de seus costumes locais. Portanto, destaca-se nesse estudo, que a fronteira entre o formal e informal é bastante tênue, visto que enquanto pastores e alguns membros utilizam ternos e leem a bíblia com todas as honrarias possíveis, ao interpretá-la baseiam-se nos costumes e tradições locais, bastante distantes do que foi lido. Isso gera um grau elevado de significação e entendimento para os membros, que se apropriam dessa interpretação e dão seguimento através de suas leituras diárias e em suas vivências no cotidiano.

## **Conclusões**

O pandeiro pode ser um elemento-chave para apresentar uma relação entre o simples e o complexo. Simples por se tratar de um instrumento de baixo custo, “fácil” manuseio, e considerado por alguns (como visto na pesquisa), como intermediário. Complexo porque, ao mesmo tempo, que possui essas características relatadas, acaba estando sempre presente nas

reuniões e cultos e seus toques são reconhecidos facilmente por todos os membros, mesmo fora do seu contexto, fazendo com que sua importância não seja desprezada.

Dessa maneira, o estudo apresentado, mesmo privilegiando esse instrumento de percussão, como figura principal para se entender o comportamento sonoro/social de uma micro-região, conclui que o debate sobre a música protestante é bastante amplo e contraditório. Principalmente por conta de suas diferentes ramificações, que ainda preservam algumas características dos primeiros costumes cristãos, fato que afirma que o contexto local (suas condições econômicas, políticas e sociais) pode transformar um costume, adaptando-o através do hibridismo, como observado no caso do pentecostalismo brasileiro e, de forma mais radical, visto que as mudanças aparecem mais significativas, no neopentecostalismo a partir da década de 1970.

## Referências

BARBOSA, Daniel Ely Silva; SILVA Gislene Calafange. *Tecendo as tramas acerca da música protestante: usos da história oral*. UFPE, Recife, 2010.

BARROS, Angélica. “Evangélicos de Raiz”. *Revista de História da Biblioteca Nacional Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. SABIN, Ano 8, n°87, dezembro, pp 22-23. 2012.

CAMPOS, Leonildo Silveira. “Os Mapas, Atores e Números da Diversidade Religiosa Cristã Brasileira: Católicos e Evangélicos entre 1940 e 2007”. *Revista de Estudos da Religião* dezembro pp. 9 47. 2008.

DA MATA, Roberto... *Carnaval, malandros e heróis para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª edição. Rio de Janeiro. Rocco, 1997

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo. Companhia das Letras 1986.

MUTZ, Alvano. “Os instrumentos rítmicos e a Igreja”. *Estudos Teológicos*, v. 37, n.1, p. 92-101, 1997.

NIEBUHR, H. Richard. *As Origens Sociais das Denominações Cristãs*. São Bernardo do Campo, ASTE/Ciências da Religião, 1992.

SCHAFER, Murray. *O ouvido pensante*. Tradução Marisa Trench de O. Fonterrada [ETal.]. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

SOUZA, Marlúcia. *Escavando o passado da cidade: Duque de Caxias e os projetos de poder político local (1900 – 1964)*. Dissertação de mestrado. Niterói. UFF, 2002.

## **PARA O ALTO E AVANTE!**

### **Superman e a identidade norte-americana pós-11 de setembro**

Artur de Almeida Malheiro

Mestre em História pela Unirio.  
Email: malheiro.artur@gmail.com

#### **RESUMO**

Após os atentados de 11 de setembro de 2001, observa-se um aumento da produção de filmes de super-heróis nos Estados Unidos. Dentre esses filmes, foi lançado, em 2006, o longa-metragem *Superman – O retorno*, dirigido por Bryan Singer. O objetivo deste trabalho é analisar esta super produção e fazer uma relação com a afirmação da identidade norte-americana no período.

Palavras-chaves: identidade; 11 de setembro; Superman

#### **ABSTRACT**

After the attacks of September 11, 2001, in the United States there was an increase in the production of the superheroes movies. Among these films, it was released, in 2006, *Superman returns*, directed by Bryan Singer. The purpose of this paper is to analyze this blockbuster production and make a connection with the assertion of the American identity in this period.

Keywords: identity; 09/11; Superman

Os ataques de 11 de setembro de 2001 deixaram marcas profundas na história e representaram um grande trauma na sociedade norte-americana<sup>1</sup>. Naquele dia, as duas principais torres do *World Trade Center*, famoso centro comercial localizado em Nova Iorque, conhecidas por Torres Gêmeas (*Twin Towers*), foram atingidas por aviões comerciais e vieram abaixo, como se tivessem sido implodidas. Além desses ataques, outro avião caiu sobre o Pentágono, sede do Departamento de Defesa norte-americano, na Virgínia, atingindo-o parcialmente, e um quarto caiu em um campo na Pensilvânia.

Nos anos que se seguiram a esta catástrofe, observou-se um aumento na produção de filmes de super-heróis. Entre os anos de 1990 e 1999, sete filmes de super-heróis foram lançados, com destaque para as produções da franquia Batman. Já entre 2000 e 2009, houve 21 estreias de filmes que possuem como personagem principal algum super-herói, entre eles *Superman – O retorno*.

Considerando o cinema como uma produção artístico-cultural reflexo da sociedade que o produz, a proposta deste trabalho é analisar esse relevante aumento da produção cinematográfica de filmes de super-heróis, após o ataque terrorista de 11 de setembro, como uma representação simbólica da afirmação da identidade da sociedade norte-americana. Para isso, será feita a análise do filme *Superman – O retorno* (2006), personagem icônico da cultura norte-americana.

As pesquisas sobre identidade têm sido cada vez mais importantes para os estudos culturais e para as sociedades contemporâneas. Para Castells, a identidade é socialmente construída. É o “processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais interrelacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado” que ele entende por identidade, ressaltando que ela é, ainda, fonte de significado para os seus próprios autores. Neste ínterim, a identidade é formada e se forma no seio da sociedade, organizando significados, e tendo como fonte de matéria-prima a história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, a memória coletiva, fantasias pessoais, aparatos de poder e de cunho religioso<sup>2</sup>. Katheryn Woodward entende que as identidades só adquirem sentido a partir da linguagem e dos sistemas simbólicos. Para ela, esses sistemas representativos de uma sociedade precisam ser decodificados para se entender a sua identidade. Sendo construída a partir da representação simbólica, Woodward acredita que as identidades são marcadas pela diferença. É o ato de estabelecer quem eu não sou que situará aquele que eu sou<sup>3</sup>.

A exportação de um “*american way of life*” por meio do audiovisual é parte integrante de uma política externa dos governos estadunidenses. Robert Burgoyne, citando Jacques Rancière, acredita em uma tendência crescente e onipresente na cultura americana de criar uma “ficção dominante” ou uma “imagem do consenso social”, dentro da qual é pedido aos membros de uma sociedade que se identifiquem, levando a uma “comunidade imaginada”<sup>4</sup>.

Ao descrever o conceito de ficção dominante, Rancière enfatiza a importância das formas narrativas e pictóricas, especialmente dos filmes, no fomento de uma noção de

identidade nacional, argumentando que elas criam uma ‘imagem da sociedade imediatamente legível para todas as classes’. [...] A ligação entre identidade e narrativa nacionais fica especialmente aparente no cinema norteamericano, sugere Rancière [...]<sup>5</sup>.

Para implementar essa análise, deve-se contextualizar historicamente o período em que o filme foi produzido. Deve-se levar em consideração o contexto de mundo globalizado, de enfraquecimento dos Estados-Nação e, principalmente, de relativa perda de hegemonia por parte dos Estados Unidos. São esses os fatores geradores de uma crise de identidade que se mostrará em reconfiguração<sup>6</sup>.

Castells aponta para a transformação nas relações dos Estados-Nação, que ele vai chamar de interdependência multilateral, devido a um reposicionamento de interesses e alianças no que tange à política externa, após a Guerra Fria, concedendo um caráter multilateral a esses Estados. Hobsbawm lembra que a crise dos Estados-Nação desencadeia uma redefinição, ainda em processo, das questões nacionalistas. O fim da Guerra Fria levou a uma desintegração das fronteiras nacionais contra ameaças internas e externas<sup>7</sup>. Além disso, o cenário do final do século XX e início do XXI caracteriza-se também por uma ligeira perda da hegemonia norte-americana<sup>8</sup>.

A (re)construção da identidade com base na nacionalidade aparentar-se-á ao que Castells chama de “identidade destinada à resistência” e que, no contexto analisado, ou seja, após o ataque terrorista de 11 de setembro, corroborará para estabelecer uma afirmação identitária à sociedade norte-americana a partir do reconhecimento de seu poder e hegemonia por meio de uma oposição ao estrangeiro, nas palavras de Castells, ou xenofobia, conforme Hobsbawm. Essa oposição vai se refletir no processo de construção ou (re)construção das identidades, pois, segundo Woodward, estas também podem se dar pelo estabelecimento das diferenças.

A globalização, entretanto, produz diferentes resultados em termos de identidade. A homogeneidade cultural promovida pelo mercado global pode levar ao distanciamento da identidade relativamente à comunidade e à cultura local. De forma alternativa, pode levar a uma resistência que pode fortalecer e reafirmar algumas identidades nacionais e locais ou levar ao surgimento de novas posições de identidade.<sup>9</sup>

Alguns dos mais representativos super-heróis nasceram em um contexto de guerra, no qual os Estados Unidos precisavam ser representados de forma forte e assertiva, como representantes do bem. As superaventuras aparecem em um período um pouco anterior à Segunda Guerra Mundial, e é Super-Homem, criação de Jerry Siegel e Joe Shuster, que inaugura essa fase com a sua primeira história em quadrinhos lançada em 1938.

Umberto Eco fez a análise deste super-herói que veio de outro planeta, Krypton. Caindo na Terra e criado por pais adotivos, logo começa a perceber que possui poderes sobre-humanos. Sua força é praticamente ilimitada, tem a habilidade de voar na velocidade da luz e sua visão é de raio X, podendo ver através de grossas paredes ou a distâncias ilimitadas. Seu sopro forte pode causar um furacão ou congelar objetos. É bonito, forte, charmoso, humilde e bom. Clark Kent, a sua identidade secreta é praticamente um *nerd*. Usa óculos de aros grossos, cabelo engomado, sempre bem vestido de terno e gravata, ar tímido e desajeitado. É desprezado pela sua colega de trabalho, a Lois Lane, que é apaixonada pelo Super-homem, sem saber que ambos são a mesma pessoa. Ao menor sinal de perigo, ele procura uma cabine telefônica, tira o terno e, por baixo da roupa do homem comum, está o uniforme azul com capa vermelha que o transforma no homem que todos gostariam de ser. Umberto Eco vê nessa dupla identidade a base de construção do “mito do Superman”.

Clark Kent personaliza, de modo bastante típico, o leitor médio torturado por complexos e desprezado pelos seus semelhantes; através de um óbvio processo de identificação, um *accountant* qualquer de uma cidade norte-americana qualquer, nutre secretamente a esperança de que um dia, das vestes da sua atual personalidade, possa florir um super-homem capaz de resgatar anos de mediocridade<sup>10</sup>.

Em *Superman – o retorno*, produção de 2006 dirigida por Bryan Singer, Superman retorna à Terra após um autoexílio de cinco anos, quando voltou a Krypton, o seu planeta-natal, na esperança de reencontrar o seu lar e o seu povo. Após descobrir que nada mais resta do planeta e que ele era o seu único representante, Superman volta para os braços de sua mãe adotiva no interior dos Estados Unidos para, em seguida, retomar as suas atividades como jornalista, utilizando a sua identidade secreta Clark Kent, no jornal *The Daily Planet*, tentar reconquistar o seu amor, a também jornalista Lois Lane, e lutar contra o seu arqui-inimigo Lex Luthor. Durante o autoexílio de Superman, Luthor casou-se com uma milionária idosa. Pouco antes de ela morrer, ele consegue fazer com que a mulher assine o testamento no qual ele aparece como seu único herdeiro. Detentor de um império milionário, o vilão parte para o Ártico onde há uma ilha de cristais remanescentes de Krypton nos quais estão gravadas as informações de Jor-El para o filho. As pesquisas de Luthor o levam a descobrir que os cristais associados à kriptonita – mineral fatal para o Superman – jogados à água podem se reproduzir de forma a constituir um novo continente, no qual o Superman não poderia resistir, devido à pedra letal. A sua ganância pela posse de terras e, conseqüentemente, dinheiro, faz com que ele leve a diante o plano de jogar os cristais na baía de Metrópolis – cidade fictícia onde se passa a história de Superman – com o intuito de destruir a cidade e criar novas terras, um misto de cristal e kriptonita, as quais seria impossível a presença de Superman.



O filme gira em torno da pergunta “o mundo precisa ou não do Super-homem?”. Esse questionamento parte da matéria escrita por Lois Lane após o suposto desaparecimento do homem de aço, “Porque o mundo não precisa do Superman”. Veremos ao longo do filme que essa afirmativa será refutada e que a humanidade não está preparada para viver sem este ser extraterreno que a salva de todos os males.

O filme começa com uma legenda explicando as origens do personagem. Nesta legenda, Superman se converte em “*nosso* grande protetor” (grifo meu). Ele não se torna protetor da fictícia cidade de Metrópolis, mas, sim “nosso”, de todos os habitantes da Terra, de todos que assistem à produção. Logo de início, já começamos a construir a imagem do quão necessário é o Superman para uma América construída no sentido de coletividade.

No início do filme, Singer retoma um texto do longa-metragem *Super-homem*, de 1978, dito pelo pai do super-herói, Jor-El, então vivido pelo ator Marlon Brando. Neste filme, quando Jor-El está preparando o filho para enviá-lo à Terra, ele diz para o bebê Kal-El, nome verdadeiro do Super-homem:

Você fará uma longa viagem, meu pequeno Kal-El. Mas nunca te deixaremos, até mesmo na face de nossa morte. Você fará de minha força a sua. Verá a minha vida através dos seus olhos. Assim como a sua vida será vista através dos meus. O filho se torna o pai. E o pai, o filho.

Em seu livro *Americanidade, puritanismo e política externa* (2012), Erica Resende analisou discursos da “Guerra ao Terror” em comparação com os sermões típicos dos puritanos da América Colonial, o “jeremíada”<sup>11</sup>. Segundo sua pesquisa, a predominância da utilização dos termos *we*, *our*, *ourselves* e *us* (nós, nosso, nós mesmos e nós) aparecem como função dêitica, visando criar e atribuir aos primeiros colonos da América uma identidade coletiva coesa e unida.

[...] os “jeremíadas” são geradores de “we-feeling” para os integrantes [d]a comunidade puritana, pois que os unem em torno da ideia de pertencimento coletivo que dá conforto e esperança. Constituindo-se como verdadeiras práticas discursivas na (re)produção da identidade nacional americana, tais sermões construíam narrativas, significados, representações, símbolos e mitos que permitiam aos indivíduos estabelecer seu pertencimento à coletividade ao mesmo tempo que agiam como canais de escoamento das principais tensões do puritanismo da Nova Inglaterra do século XVII<sup>12</sup>.

É possível observarmos a utilização da função dêitica homogeneizante em outras passagens do filme. Em sua primeira conversa com Lois Lane no terraço do edifício do *The daily planet*, Superman explica o motivo do seu desaparecimento. É quando Lois retruca: “Como pôde *nos* deixar desse jeito? Eu segui em frente, assim como o resto de *nós*. [...] O mundo não precisa de um salvador. E nem eu.”

Há uma leitura recorrente que associa a imagem de Superman a de Jesus Cristo, numa associação direta a uma ideologia puritana tipicamente americana. Algumas dessas semelhanças podem ser entendidas no fato do personagem ter sido enviado pelo seu pai para salvar a Terra. Bryan Singer admite a existência deste paralelo. Segundo o diretor, ele apenas deu continuidade a uma possível leitura feita por Richard Donner, diretor da produção de 1978. Contudo, ele admite que a sua criação como uma criança judia que morava em um bairro católico e frequentava o grupo jovem cristão o influenciaram na sua leitura de filmes como *Superman* e *Guerra nas estrelas*.

Isso fica claro no momento em que Superman sobrevoa a cidade e toma consciência da sua missão na Terra ao se lembrar das palavras de seu pai:

Apesar de ter sido criado como um ser humano, você não é um deles. Eles podem ser um grande povo Kal-El, eles desejam ser um. Só lhes falta a luz para mostrar o caminho. Por essa razão, acima de todas, a capacidade deles para o bem, eu lhes mandei você, meu único filho.

Esse discurso de Jor-El tem relação com a passagem bíblica em João 3: 16-17.

Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna. Porque Deus enviou o seu filho ao mundo, não para que condenasse o mundo, mas para que o mundo fosse salvo por ele.

Quando Superman faz um sobrevoo com Lois Lane, pergunta a ela o que ela está ouvindo e ela responde “nada”, ele argumenta:

Superman: Eu ouço tudo. Você disse que o mundo não precisa de um salvador, mas todos os dias eu ouço as pessoas gritando por mim. Sinto muito por ter te deixado, Lois. Vou te levar de volta agora.

Lois: Então, eu vou te ver por aí?

Superman: Eu estou sempre por perto.

Outro momento em que há uma relação da imagem de Superman com Cristo é quando ele retorna à Terra. Após ouvir o estrondo da queda do meteorito próximo à sua casa, sua mãe adotiva vai ao seu encontro. Ao ser surpreendida pelo toque de Clark em suas costas, ela vira-se e, emocionada, o abraça reproduzindo a obra *Pietà*, de Michelangelo.

Outro momento significativo da relação com o cristianismo ocorre quando Superman consegue retirar o “continente” de criptonita da baía de Metrópolis, salvando a cidade. O super herói leva o imenso bloco de pedra e o joga no espaço. Contudo, sem força, ele inicia uma queda livre em direção à Terra. Nesta queda, ele abre os braços nos remetendo à imagem do Cristo crucificado.

Além da associação com o cristianismo, o filme nos remete ao atentado de 11 de setembro. No seu início, quando Clark ainda está morando com a sua mãe, ele assiste às desanimadoras notícias da TV. São mostradas diversas imagens de guerras, confrontos e desastres. Curiosamente, aparece uma primeira imagem de conflitos no Oriente Médio. Em seguida, a atuação daqueles que foram considerados heróis do 11 de setembro, os bombeiros da cidade de Nova Iorque. Mais uma cena mostrando a polícia tentando manter a ordem, além de outras tensões que expodem no mundo. *Tensions erupt*, diz a legenda do noticiário.

Clark recebe um convite para voltar a trabalhar como jornalista no *The Daily Planet*. Um grande plano geral mostra Metrópolis, um grande centro, onde está localizado o jornal e onde se passa a maior parte da história. Metrópolis é uma analogia de Nova Iorque. A imagem de seus grandes prédios nos trazem a sensação de estarmos diante da *big apple*. Embora saibamos que, na história original do Superman, a grande cidade para onde ele se muda depois que se torna adulto chama-se Metrópolis, o filme não a identifica por esse nome. Tampouco, ela é chamada de Nova Iorque. Apenas supomos ser Metrópolis por causa da história do Super-herói e por lá estar localizada a redação do jornal *The Daily Planet*. Contudo, a semelhança entre as duas cidades é bastante evidente. Imaginar Nova Iorque como cenário de um filme em que o Superman retorna à Terra para salvar a humanidade, o mesmo local onde o atentado de 11 de setembro foi mais impactante e onde transcorre toda a ação do vilão Lex Luthor, em sua obsessão em destruí-la, é como que transportar o público para o momento do atentado e levá-lo a crer que aquela sociedade possui um salvador. Salvador esse que congrega características puritanas e, conseqüentemente, transformando-se em uma representação da política conservadora de George W. Bush<sup>13</sup>.

A propósito, em diversos momentos a cidade aparece como mais um personagem do filme, sempre privilegiando a utilização do grande plano geral, algumas vezes tendo Superman flutuando à sua frente, como uma espécie de protetor, como quando ocorre ao final do filme ao conversar com Lois Lane. Neste momento, eles repetem o diálogo que tiveram na primeira vez em que conversaram no alto do edifício do *The Daily Planet*.

Lois: Veremos você por aí?

Superman: Estou sempre por perto.

Mais uma referência ao atentado pode ser feita quando Lex Luthor está iniciando os seus testes com os cristais em uma maquete representando uma cidade. O teste consistia em jogar um pedaço do cristal na água para verificar a reação. O esperado seria a sua reprodução e a erupção de novas terras. O detalhe aqui é que os comparsas de Luthor possuem biotipos

bastante semelhantes aos dos povos do Oriente Médio, local de onde vieram os responsáveis pelos atentados de 11 de setembro. Apesar de Luthor ser o chefe, o executor é sempre o personagem com o fenótipo mais parecido com o dos afegãos. Pele morena, cabelos e olhos negros, lábios grossos. Ele é quem parte o cristal e o joga na água da cidade-maquete. O mais significativo fica por conta do momento em que este personagem, pouco antes da destruição da cidade-maquete, surge no enquadramento ao mesmo tempo em que um avião sobrevoa a cena, passando por cima da sua cabeça. Em montagem paralela, observamos que a primeira ação heróica do Super-homem será salvar os passageiros de um avião que está prestes a cair sobre um campo de *baseball* localizado na cidade de Metrópolis/Nova Iorque.

Outras imagens também fazem referência aos atentados. Em dois momentos do filme, a imagem da queda de dois corpos nos remetem à foto *The falling man*, de Richard Drew, que registrou o exato momento em que uma pessoa está em queda livre de um dos prédios do *World Trade Center*, no dia 11 de setembro. A imagem foi amplamente divulgada e virou um dos símbolos do atentado. abaixo ficou famosa na época.

No filme, duas cenas remetem à *The falling man*. Na primeira, um home cai de um edifício quando a cidade é atacada por Lex Luthor. Contudo, ele é salvo pelo Super-homem. Na segunda, é o próprio Super-homem que, sem forças, cai da ilha de criptonita após ser atacado por Lex Luthor.

Considerado por Noam Chomsky uma das culturas mais fundamentalistas do mundo<sup>14</sup>, os EUA têm referências no fundamentalismo cristão desde as ideias dos federalistas pós-revolucionários. Para Castells, a sociedade norte-americana, sempre em busca de mudanças sociais e mobilidade individual, de tempos em tempos, anseia pela segurança trazida pelos valores tradicionais fundados na verdade de Deus. Castells afirma que esse é um período de transição no qual os Estados Unidos teriam que sobreviver à Batalha de Armagedon originada no Oriente Médio. Porém, sairiam vitoriosos contando somente com a capacidade de regeneração da sua sociedade. Este fundamentalismo estaria na base de um movimento reativo que se prestaria à construção de uma identidade social e pessoal, reafirmando o controle sobre a vida e sobre o país.

A construção da identidade fundamentalista parece ser uma tentativa de reafirmação do controle sobre a vida e sobre o país, uma reação direta ao processo desenfreado de globalização que se faz cada vez mais presente na economia e na mídia<sup>15</sup>.

Essa relação dos super-heróis e cinema tem a ver com a produção simbólica de imagens capazes de passar diferentes visões de mundo ao seu público por meio de uma publicidade, muitas vezes intrínseca<sup>16</sup>.

Há uma “cultura da mídia” que se utiliza de imagens, sons, narrativas, símbolos cujo objetivo é modelar sociedades, opiniões públicas e comportamentos com os quais as pessoas forjam sua identidade. Kellner acredita que essa cultura que é veiculada pela mídia – representada pelos CDs, DVDs, cinemas, rádio, programas de TV, etc. – é responsável pela forma como a sociedade é induzida/conduzida. É por meio dela que são estabelecidas as noções de bem e mal, certo ou errado, moralidade, imoralidade e amoralidade. Ela constrói também as ideias de classes, gêneros e poderes. A cultura da mídia está inserida em um contexto de produção de massa que se destina a grandes públicos, e, por isso, “deve ser eco de assuntos e preocupações atuais”. Segundo ele, “os gêneros populares inspiram-se nas preocupações da época e dão origem a ciclos que tentam emular o sucesso das produções populares”<sup>17</sup>.

### Filme

Título: Superman – O retorno.

Título original: Superman returns

Produção: Bryan Synger, Gilbert Adler, Jon Peters – Warner Bros.

Roteiro original: Michael Dougherty e Dan Harris

Elenco: Brandon Routh, Kate Bosworth, Kevin Spacey, James Marsden, Frank Langella, Eva Marie Saint.

País: Estados Unidos

Ano de produção: 2006

---

<sup>1</sup> DUPAS, Gilberto. A nova doutrina de segurança internacional dos Estados Unidos e os impasses na governabilidade global. In: SANTOS, Theotonio dos (coord.); MARTINS, Fernando Sá e BRUCKMANN, Mônica. *Os impasses da globalização*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

<sup>2</sup> CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 29.

<sup>3</sup> WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu de. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 39.

<sup>4</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

<sup>5</sup> BURGOYNE, Robert. *A nação do filme*. Hollywood examina a história dos Estados Unidos. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 11.

<sup>6</sup> WOODWARD, op. cit.

<sup>7</sup> HOBBSBAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>8</sup> Para mais informações a respeito deste tema, ver os capítulos SANTOS, Theotonio dos. Unipolaridade ou hegemonia compartilhada. WALLERSTEIN, Immanuel. Geopolítica, política de classe e a desordem mundial. XIAN, Gao; SHOU-GUANG, Xie. Hegemonia e política mundial: a guerra contra o Iraque e depois. In: SANTOS, Theotonio dos (coord.); MARTINS, Fernando Sá e BRUCKMANN, Mônica. *Os impasses da globalização*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

<sup>9</sup> WOODWARD, op. cit. p. 21.

<sup>10</sup> ECO, Humberto. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 4. Ed.. s/d, p. 248.

<sup>11</sup> Com origem no Velho Testamento, o “jeremiada” tinha como objetivo a lamentação quanto ao estado de degeneração do povo, a exortação à ação para assegurar a redenção e o alerta para o zelo permanente em relação ao mal onipresente. Em sua versão americana, o “jeremiada” agia como instrumento de mobilização e de

---

controle social, canalizando pensamentos e energias para a promoção da conversão, o aperfeiçoamento da vida em comunidade e a salvação das almas. [...] Ao apagar a distinção entre os objetivos coletivos e individuais na busca da salvação, a retórica do “jeremíada” criava a tensão e a ansiedade necessárias à produção das condições de possibilidade para o próprio projeto da “América”: a promoção do progresso, a melhoria dos indivíduos e a busca da felicidade. [...] o “jeremíada” americano teria sido fundamental para a construção do que ele [Bercovitch] chama de “protomatéria” da unidade nacional americana. (RESENDE, Erica Simone A. *Americanidade, puritanismo e política externa: a (re)produção da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas discursivas da política externa norte-americana*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.p. 216-217).

<sup>12</sup> RESENDE, Erica Simone A. *Americanidade, puritanismo e política externa: a (re)produção da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas discursivas da política externa norte-americana*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.p. 264.

<sup>13</sup> PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Os Estados Unidos e o século XXI*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

<sup>14</sup> CHOMSKY, Noam. *11 de setembro*. 10a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

<sup>15</sup> CASTELLS, op. cit., p. 42.

<sup>16</sup> IANNI, Octavio. Mídia, política e hegemonia. In: SANTOS, Theotonio dos (coord.); MARTINS, Fernando Sá e BRUCKMANN, Mônica. *Globalização: dimensões e alternativas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

<sup>17</sup> KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru, SP: EDUSC, 2001, p. 88.

## Política e História em Oswald Spengler: o fenômeno político-intelectual do "Prussianismo e Socialismo" na Alemanha (1920)

Augusto Patrini Menna Barreto Gomes

Mestre em História Social (FFLCH-USP)

Núcleo de estudos em História da Cultura Intelectual da FFLCH (USP)

Pretendo analisar brevemente, neste artigo o livro “Prussianismo e Socialismo” (1919-1920) de Oswald Spengler, sob a perspectiva da História Intelectual. Livro de maior impacto político, intelectual e editorial na Alemanha em meados de 1920; Foi segundo seu autor, este texto foi uma tentativa de explicação de “*A Decadência do Ocidente*”. “*Prussianismo e Socialismo*” foi escrito entre a publicação dos dois tomos de “*A Decadência do Ocidente*” (1918-1922), e provavelmente, sob o impacto de dois acontecimentos que sacudiram a Alemanha, a derrota de 1918, e o fracasso da Revolução de 1918. Trata-se de um livro de história mas também de um manifesto político, ampliação das ideias políticas contidas no livro anterior: violentamente antiparlamentar, e antiliberal. Uma crítica mordaz da República de Weimar que colocara no poder o pequeno-burguês que o autor desprezava, “Prussianismo e Socialismo”, foi livro de “fácil” leitura, atingiu um público mais amplo do que o difícil, extenso e complexo livro anterior.

O socialismo de Spengler não era em nada parecido com o socialismo francês ou com aquele de Marx, era sim, herdeiro da teoria de estado de Hegel. No livro, Spengler reivindica o prussianismo como valor inerente ao “verdadeiro socialismo” alemão. Apresentando os valores, segundo eles aqueles inerentes aos da Prússia/Alemanha: senso de dever, ordem, lealdade e disciplina – como valores essenciais ao socialismo do futuro; desqualificando ao mesmo tempo valores como “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” associados por ele a “decadente” e, para ele, “distópica” sociedade anglo-francesa. Sua utopia “reacionária” formula uma teoria “socialista” amalgama de economia estatal, autoritarismo burocrático e monarquia. Spengler deixa claro que o futuro da Europa estaria “inevitavelmente nas mãos da Alemanha” sob uma pretendida revolução idealista anti-iluminista. Este livro, publicado no começo de 1920, teve tanto ou mais sucesso quanto seu livro anterior, e transformou-o em “apologista intelectual da revolução alemã direita”. O público alemão vislumbrou em “Prussianismo e

Socialismo” uma possibilidade de escapar da destruição prevista pela “filosofia da História” da decadência spengleriana (prevista no livro anterior) – por meio da “vontade de lutar”, pelo resgate da alma da *Kultur* alemã e ascensão de um novo César.

É interessante notar, que assim como Spengler fez em sua principal obra uma tipologia das culturas históricas, em seus livros posteriores, e sobretudo em *Prussianismo e Socialismo*, ele fez uma tipologia de povos da cultura/civilização fáustica (ocidentais). Essas teorias adiantadas neste texto seriam desenvolvidas de forma mais confusa e complicada no segundo tomo d’A *Decadência do Ocidente*.

No segundo tomo d’A *Decadência do Ocidente* Spengler explicou o emaranhado de teorias culturais sobre os povos presente em sua concepção de História. Ele relaciona o caráter de cada povo com seu conteúdo anímico, fazendo da arte, política, ciência, técnica e mesmo história símbolos dessas almas. Para Spengler, “O povo é uma associação de homens que sentem como um todo. (...) Existe um povo como tal, enquanto durar o sentimento de comunidade.”<sup>1</sup> Esse sentimento, ou essa alma é aquilo que vai dar forma a um povo, e não uma raça ou uma língua.<sup>2</sup>

No capítulo “Cidades e Povos” explica sua concepção de povo, dissociando este conceito a língua ou a raça:

Para mim, o « povo » é uma *unidade de alma*. Todos os grandes eventos da história não foram propriamente a obra de povos, *mas eles antes produziram estes povos*. Toda ação modifica a alma do autor. Pode-se inicialmente se ser agrupado em torno de um nome célebre, mas a existência de um povo, ao lugar de uma horda, significa esse nome é a consequência ou não destes com grandes eventos. (...) A palavra povo não tem outro conteúdo. Nem a unidade de língua, nem aquela de descendência física são decisivas. O que distingue um povo de uma população, aquilo que o diferencia e o amalgama em seguida, é sempre, o evento interior do “nós”. Quanto mais este sentimento é profundo, mais vigorosa é a força vital da associação. Existem formas de povos enérgicos, languídos, inconstantes, imperturbáveis. Eles podem mudar de língua, de raça, de nome, de país, enquanto sua alma persistir, eles se adaptam interiormente aos homens de todas origens imagináveis e os transformam. Se associamos entretanto, com muita razão, as noções de povos e de raças, não devemos estender este pelo conceito, hoje corrente de raça do período darwinista. Não vá então acreditar que os povos permanecem unidos pela simples unidade de descendência corporal, nem que se pode conservar sua forma durante somente dez gerações. Não será excessivo repetir que esta origem fisionômica existe somente para a ciência, nunca para a consciência do povo; e que nenhum povo nunca se entusiasmou por este ideal do “sangue puro”. A expressão « ter raça » não designa nada de material, mas alguma

<sup>1</sup> SPENGLER, O. *L’Déclin de L’Occident*. Tomos I Paris: Gallimard, 1976. Tomo II p. 149. A tradução livre é minha

<sup>2</sup> Idem, p. 147.



coisa cósmica e dirigida, uma harmonia sentida no destino, uma marcha e um ar compartilhado no ser-histórico.<sup>3</sup>

Spengler, nesse mesmo capítulo proclama-se arrogantemente o criador de uma nova “*morfologia dos povos*”, que poderia ser vista como uma tipologia dos povos. Assim para ele essa tipologia dos povos não teria unidade linguística, política ou zoológica, mas antes uma unidade psicológica. E será justamente tendo em vista esse “sentimento” que se poderá distinguir historicamente os povos de uma cultura ou outra.<sup>4</sup>

Em *Preußentum und Sozialismus*<sup>5</sup> (1919), tenta aplicar suas teorias históricas tentando identificar o lugar histórico do povo alemão em seu tempo. Neste livro ele coloca em oposição os valores do dever, da ordem e da legitimidade – segundo ele típicos do povo alemão, aos valores da civilização, associados por ele a cultura anglo-francesa - da *liberté*, da *égalité* e da *fraternité*. Fazendo uma forte crítica e oposição ao marxismo e a democracia liberal, Spengler evoca em tom exaltado o “*socialismo prussiano*”.

Como afirma o germanista Gilbert MERLIO no prefácio de “*Prussianité et Socialisme*” (1919):

As oposições entre o Ocidente liberal e a Alemanha conservadora, o Inglês mercantilista e o Alemão ou o Prussiano heroico, assim como a concepção de um socialismo nacional fundado na organização e visando unir e mobilizar todas as forças vivas do país, originam-se nas “ideias de 1914”. Elas determinam a estrutura de Prussianismo e Socialismo, obra polêmica inteiramente construída sobre falsas polaridades. Pois que se todos os povos que Spengler passa em revista são fáusticos, de acordo com a “impressão” que não pode deixar-lhes de conferir uma « alma » de nossa cultura, existem aquelas mais fáusticas que outras; e os desenvolvimentos de Spengler tendem, com mais força afirmativa que demonstrativa, a designar aquela que tem a vocação de tomar em suas mãos o destino último do Ocidente: A Prússia-Alemanha, forte por sua tradição estatista e militar, forte deste “socialismo prussiano” que não nada além do que o “socialismo disciplinário” (J. Droz) tal qual a guerra havia colocado em prática.<sup>6</sup>

Como toda filosofia da história, a de Spengler procura dizer aos seus contemporâneos onde eles estão. Ora, a morfologia histórica pretende prova-lo, eles estão no estágio da decadência da civilização, cujo olho experimentado do historiador percebe a esterilidade e a morbidez financeira sob a aparência exterior de potência. O declínio do Ocidente é fatal: este prognóstico, com este prognóstico, raros foram aqueles que, na época suportaram sua dureza. Daí a viva controvérsia iniciada a partir de 1918 em

<sup>3</sup> Idem, p. 151-152.

<sup>4</sup> Idem, p. 155-156

<sup>5</sup> Desta obra Spengler falará em 1932: “É deste livro que o movimento nacional tomou sua inspiração.”

<sup>6</sup> MERLIO, Gilbert. Préface. IN: SPENGLER, Oswald. *Prussianité et socialisme*. Paris: Actes Sud, 1993. P. 9.

torno de Spengler. Portanto, este profeta do declínio se defendia de ser pessimista. Por que a decadência possuía sua porção de consolação aos alemães.<sup>7</sup>

Como afirma o historiador das ideias Jeffrey Herff, este livro de Spengler identificava o socialismo com a Prússia e o capitalismo com Inglaterra e França. Assim, a revolução conservadora defendida por intelectuais como Spengler “dava continuidade à política cultural da Primeira Guerra Mundial. A oposição ao capitalismo e o nacionalismo alemão andavam de braços dados, pois a Alemanha era anticapitalista por definição.”<sup>8</sup>

A ideia de um socialismo prussiano ou nacional trazia consigo um conjunto de símbolos e metáforas que expressavam protesto contra a racionalização da sociedade, sem de modo algum colocar as relações de classe e de propriedade em questão. Este desvio da crise doméstica para o campo do conflito nacionalístico constituía feição característica do anticapitalismo alemão.<sup>9</sup>

O livro também defendia uma visão política e econômica baseada *Lebensphilosophie*<sup>10</sup>, sem deixar de fazer fortes críticas ao liberalismo e ao marxismo. Segundo esse programa, a vida era a “primeira coisa e última coisa” – e que o mundo, assim como a história, poderia ser apenas “observado e sentido”, mas não explicado e governado pela razão.

O socialismo patrocinava esta ideia da “vida”, e com isso estava em sintonia com uma revolta alemã mais difundida contra o iluminismo. Agora o socialismo estava separado das massas “radical-anarquistas”. Este foi apenas o primeiro passo para purificar o conservadorismo prussiano de toda a “estreiteza agrária-feudal”. Em *O Declínio do Ocidente* [sobretudo no Tomo II], Spengler deu passos adicionais, fundamentados também na *Lebensphilosophie* e na vontade de poder de Nietzsche, para conciliar o nacionalismo e o romantismo alemães com a tecnologia moderna.<sup>11</sup>

Outro historiador das ideias, Arthur Herman<sup>12</sup>, afirma que este *Prussianismo e Socialismo* transformou Spengler em um “apologista da revolução alemã de direita”,

---

<sup>7</sup> Idem, p. 8.

<sup>8</sup> HERF, Jeffrey. *O Modernismo Reacionário: Tecnologia, Cultura e Política na República de Weimar e no 3º Reich*. São Paulo: Editora Ensaio/Editora da Unicamp, 1993. P. 66.

<sup>9</sup> Idem. P. 66.

<sup>10</sup> Ver: “La Vie est l’alpha et l’oméga, et la Vie n’a pas de système, pas de programme, pas de raison; el est là pour elle-même et par elle-même, et l’ordre profond selon lequel elle se réalise, on ne peut que le voir et le sentir – et peut-être, ensuite, le décrire, mais pas d’après les catégories du bien et du mal, du juste et du faux, de l’utile et de l’agréable.” SPENGLER, Oswald. *Prussianité et socialisme*. Paris: Actes Sud, 1993. P. 113

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> HERMANN, Arthur. *A Idéia de Decadência na História Ocidental*. São Paulo: Editora Record, 1999.p. 258-259.

segundo ele, assim como Moeller van den Bruck tinha como meta retirar o nacionalismo alemão da tradição *bismarckiana*, Spengler tentava levar o “socialismo” para longe de marxistas e radicais de esquerda. Para Spengler, somente um socialismo autoritário<sup>13</sup> e pelo alto poderia “salvar” a economia mundial. Esta este era o programa filosófico e político do livro.<sup>14</sup>

Para Herman, Spengler conciliou neste livro princípios estatistas de um “socialismo” com o nacionalismo, o que posteriormente atrairia simpatias como aquela de Gregor Strasser e Josef Goebbels. Entretanto é preciso lembrar, como se viu, que para Spengler o termo *raça* – e mesmo sua tipologia de povos – era antes uma questão de espírito (alma) ou psicologia, e não de biologia.

A visão de Spengler da futura nação socialista sustenta uma forte semelhança com aquela de Brooks Adams, com uma elite tecnocrática disciplinada de engenheiros e outros técnicos tirando a Alemanha de sua “estreiteza agrária-feudal”. Tal qual Adams, Spengler também dotou esse futuro socialista da autoridade temerosa da fatalidade histórica; não fazia sentido protestar contra a versão deles do futuro, os dois escritores asseguravam aos leitores, porque ele (o futuro) estava predeterminado pelo destino. Porém sob a elite de Spengler também pulsam os ritmos austeros e firmes da vontade de poder de Nietzsche. A reviravolta total da sociedade princípios socialistas seria uma verdadeira tresvalorização dos valores, acreditava Spengler, à medida que tudo ia sendo transformado numa única *totalidade* de Estado, homem e máquina.<sup>15</sup>

Mesmo que Spengler tenha exercido influência com seus escritos políticos sobre homens adeptos do nacional-socialismo hitlerista, e que assim como os intelectuais da “Revolução Conservadora”, opunha-se ao liberalismo da República de Weimar, e ao tratado de Versalhes – sua visão era, como já foi ressaltado culturalista, metafísica e não materialista, racista ou antisemita.<sup>16</sup>

Para Spengler, a história e a “alma” são os fatores preponderantes, e sua visão é justamente oposta àquela dos racistas de toda espécie: não são as raças que fazem a história; mas ao contrário a história que faz as “raças”, ou as “almas dos povos”. Para ele a história ao “selecionar” sistemas de valores acaba por criar tipos dos povos, culturas/civilizações, linhagens ou “raças”: “Uma linhagem é em geral, mas nem

---

<sup>13</sup> Ver: “Toute prussianité repose sur l’idée d’un socialisme *authentique*, hérité de l’Ordre Teutonique.” SPENGLER, Oswald. Prussianité et socialisme. Paris: Actes Sud, 1993. P. 118

<sup>14</sup> Idem, p. 259.

<sup>15</sup> Idem, p. 262.

<sup>16</sup> Em 1927 ele escreveu ao germanista e professor francês André Fauconnet (1881-1965), um dos primeiros intelectuais franceses interessados em suas teorias: “Je suis d’avis que la politique doit se fonder sur les réalités et un raisonnement lucide et non sur des sentiments romantiques [...] Non seulement je suis tenu à l’écart du mouvement national-socialiste qui a mené le putsch de Munich, mais à ce moment-là j’ai aussi fait tout mon possible, en vain malheureusement, pour l’empêcher.” Idem. p.

sempre, unida pelo sangue. Um povo é sempre unido por uma ideia.”<sup>17</sup> De tal modo, uma população torna-se uma raça quando permanece unida fisicamente por muito tempo diante de um *destino*. Raça é uma questão espiritual, e psicológica, para Spengler, e nunca materialista.<sup>18</sup>

A ses yeux, le peuple, n'est pas un ensemble d'individus issus d'une souche commune, mais une totalité perçue comme vécu subjectif, un sentiment communautaire qui peut changer de langue e s'incarner dans plusieurs races successives.<sup>19</sup>

A questão para Spengler, neste livro, era entender qual o papel do povo alemão em seu momento histórico, e qual seria seu lugar em um mundo onde a “decadência do ocidente” seria um dado inevitável. É por isso que MERLIO afirma impecavelmente:

De même que, après l'apogée de la “culture” grecque, la civilisation antique s'est close sur l'Empire romain, de même la civilisation occidentale s'achèvera en un point d'orgue: l'*imperium germanicum*. Tout l'effort de Spengler, non seulement dans ses écrits politiques, mais aussi et déjà dans le Déclin, qui, on l'oublie trop souvent, a été conçu et écrit dans la perspective d'une victoire allemande au cours de la première guerre mondiale, consiste à indiquer à ses compatriotes qu'ils sont appelés à construire cet Empire qui, pendant quelque siècles encore, doit assurer la survie de l'Occident. De “bréviaire du pessimisme européen” (André Reszler), le Déclin devient ainsi, parmi d'autres, une bible du pangermanisme. Puisque la culture est définitivement forclosée, convertissez-vous aux tâches réalistes et héroïques de la civilisation. Soyez romains... ou plutôt prussiens : tel est l'appel lancé para Spengler aux Allemands!<sup>20</sup>

*Prussianismo e Socialismo* teria tido como primeiro nome, ainda em 1918, “*Romanos e Prussianos*”, e teria como objetivo dar a contribuição de Spengler às chamadas ideias de 1914. Esse “sistema” de ideias conservadoras pretendia sustentar o esforço de guerra da Alemanha, e reuniu homens como o próprio Spengler, mas também Thomas Mann, Friedrich Meineke, Max Shler, Werner Sombart etc. Como veremos, Spengler constrói nesse livro uma tipologia de povos europeus, o que levará algumas vezes a conclusões paradoxais. Para ele, tanto a democracia como o liberalismo são produtos da mentalidade inglesa, e por isso, segundo seu modo de ver, não têm lugar na Alemanha. O marxismo também é uma expressão da alma inglesa, e

<sup>17</sup> SPENGLER, Oswald. *Frühzeit der Welgeschichte. Fragmente aus dem Nachlaß*, C.H. Beck, München, 1966, p. 130.

<sup>18</sup> BENOIST, Alain de. Oswald Spengler et le III Reiche IN: *Nouvelle Ecole*, Oswald Spengler, número 59-60, Paris, 2010-2011. P. 100.

<sup>19</sup> VEYDAT, Pierre. L'Anti-humanisme de Spengler. IN: *Recherches Germaniques*, Strasbourg, 10, 1980, p. 144 Cit. BENOIST, Alain de. Oswald Spengler et le III Reich IN: *Nouvelle Ecole*, Oswald Spengler, numéro 59-60, Paris, 2010-2011. P. 95

<sup>20</sup> MERLIO, Gilbert. Préface. IN: SPENGLER, Oswald. *Prussianité et socialisme*. Paris: Actes Sud, 1993. P. 8

logo, para Spengler, subproduto da democracia e do capitalismo.

Nenhuma cultura, nenhum povo pode escapar sem perversão mortal e sua vocação. Os ingleses são por natureza e por causa da história individualistas, liberais e capitalistas; os prussianos são socialistas na medida que neles a comunidade é preponderante se comparada com o indivíduo. A máxima prussiana por excelência é aquela de Frederico II : « Eu sou o primeiro servidor do Estado.» que Spengler opõe frequentemente àquela de Luís XV: “O Estado sou eu!” segundo ele totalmente reveladora do egoísmo anarquista do Francês<sup>21</sup>

Assim, todos os “males” de seu país, da Revolução de Novembro à instauração da República liberal e democrática de Weimar seriam resultado o resultado direto da infiltração inglesa na consciência dos alemães<sup>22</sup>, espécie de “quinta coluna política, intelectual e moral”, que colocaria em risco o “destino” dos alemães:

En adaptant ainsi les “idées de 1914” à la situation de l’après la situation de l’après-guerre, Spengler donne sa version du coup de poignard dans le dos et fait de son ouvrage l’un des premiers manifestes de l’opposition national-conservatrice à Weimar, l’autre étaient *Le Droit des Jeunes Peuples* de Moeller van den Bruck paru à peu près à la même époque. Avec Moeller van den Bruck, Spengler devient dès lors l’un des pères spirituels de la “Révolution Conservatrice”. On appelle ainsi un courant néo-conservateur, porte para des groupes très divers, mais qui ont en commun le refus de la démocratie libérale et la recherche pour l’Allemagne d’une troisième voie entre le capitalisme libéral et le socialisme marxiste et prolétarien. (...) Comme le socialisme allemand de Moeller, le socialisme prussien de Spengler tente une définition de ce troisième parti. Mais ce qui assurera le succès de *Prussianité et Socialisme* auprès des jeunes nationalistes revenant du front et dont beaucoup, tels Ernst Jünger et Ernest von Salomon, s’engageront dans les corps francs, c’est moins le contenu qui le ton de l’ouvrage: l’appel à leur certitude intime, au “sang” qui parle en eux bien plus sûrement que leur intellect, à leur esprit de décision et de sacrifice, à cet esprit de corps que les avait entraînés pendant la guerre.<sup>23</sup>

Certamente, o socialismo spengleriano é algo totalmente díspar da acepção corrente da palavra socialismo. Não há nenhuma relação com o marxismo, ou correntes

---

<sup>21</sup> Idem, p. 10.

<sup>22</sup> Ver: Idem, p. 57-58: “En Allemagne, seul le socialisme peut, quelle que soit la version qu’on en donne, exister au plus profond. Le libéralisme est pour les nigauds. Il bavarde sur ce qu’il ne possède pas. Nous sommes ainsi faits, hélas; nous ne pouvons pas être des Anglais mais seulement des caricatures d’Anglais – et cela, nous l’avons été bien assez. Chacun pour soi : c’est anglais; tous pour tous: c’est prussien. Le libéralisme, par contre, signifie : l’Etat pour soi, chacun pour soi. C’est une formule selon laquelle on ne peut vivre, à moins que, à la manière libérale, on dit une chose, sans la vouloir ni la faire, pour en fin de compte, laisser une autre chose se produire. Il y a, en Allemagne, des principes haïs et décriés, mas c’est le libéralisme seul qui, sur le sol allemand, est méprisable; libéralisme que représenta toujours la stérilité, l’incompréhension de ce qui est sur le moment, était nécessaire et qu’on portait aux nues, vingt ans après, quand on n’avait pu le détruire, l’incapacité de collaborer ou de renoncer, la critique entièrement négative comme expression. Non d’une *volonté de changement* – comme celle que pratiquèrent les socialistes à l’époque de Bebel -, mais comme non-vouloir, tout simplement. Sans esprit pratique dans la vie mais habile dans ses opinions, sans discipline intérieure, sans la *profondeur* de la vie réelle, sans la moindre idée de ce que son activité rigoureuse et la détermination du libéralisme anglais, le libéralisme allemand fut toujours, sur notre route, une pierre d’achoppement.”

<sup>23</sup> Idem, p. 10-11.

socialistas anteriores. Trata-se da busca por uma terceira via, algo que foi relativamente comum em sua época. O socialismo spengleriano, é com certeza inseparável do espírito identitário alemão, e vem acompanhado de um manifesto, de um apelo exaltado a juventude<sup>24</sup>. Trata-se de realizar a conciliação intelectual de dois campos políticos que se encontravam até então em conflito, o espírito nacional (ou os conservadores) e o socialismo (ou os trabalhadores).

Também é bastante notável que os nomes dos capítulos sejam justamente: *A Revolução, O Socialismo: uma forma de vida, Ingleses e Prussianos, Marx e A Internacional*.

No primeiro capítulo, Spengler pretende fazer a crítica da revolução alemã – e consequentemente da democracia parlamentar<sup>25</sup>, abordando mais uma vez o tema que tornar-se-ia a sua obsessão intelectual; a presença do inimigo interno franco-inglês em solo alemão na forma de ideias. As consequências políticas seriam segundo ele apenas resultado da macula que desde a invasão de Napoleão carrega o povo alemão.

Logo, segundo Spengler, o problema do povo alemão, desde a revolução de 1918, era que vinha tentando ser inglês, em vez de “instintivamente” ser verdadeiramente alemão. Como já vimos, democracia, liberdades individuais, parlamentarismo, capitalismo, liberalismo, partidos políticos entre outras coisas seriam para ele, produtos diretos da “alma” inglesa, e portanto corpos estranhos no coração da Alemanha. Ao seu ver, a Revolução Alemã foi apenas a destruição do Estado alemão, continuidade do rigoroso e “socialista” estado prussiano.

Ao mesmo tempo que Spengler faz uma amarga crítica da República de Weimar, assim como dos vários episódios revolucionários que abalaram a Alemanha entre 1918 e 1919, faz ainda uma caracterização de franceses e ingleses – e suas “almas” inatas - os inimigos internos dos Alemães.

A Revolução Alemã de Spengler, é de outro tipo; militarista e nacionalista, e é resultado e consequência da alma inata alemã. No começo da guerra de 1914, os poderes civis e militares se concentraram nas mãos do imperador, e o *Reischstag*

---

<sup>24</sup> SPENGLER, Oswald. *Prussianité et socialisme*. Paris: Actes Sud, 1993. p. 19

<sup>25</sup> Ver: “On est prêt aujourd’hui à faire passer sous la tutelle d’un Etat-simulacre de vastes domaines de l’économie qui, à l’instar de mines et des chemins de fer, ne peuvent faire l’objet de spéculations; cependant, par les formes démocratiques du parlementarisme, c’est-à-dire en finançant les campagnes électorales et la presse – et donc le racolage des électeurs et des lecteurs -, on se réserve les moyens occultes de faire de ce gouvernement un organe qui administre des affaires privés. Tel est le terrible danger qui menace: *L’asservissent du monde* par le commerce.” SPENGLER, Oswald. *Prussianité et socialisme*. Paris: Actes Sud, 1993. P. 123.

transferiu seus poderes para o *Bundensrat* (representação dos estados federados). Ouve um enorme esforço de guerra envolvendo amplos setores da sociedade alemã – reunindo inclusive jovens intelectuais nacionalistas-conservadores entre os quais Spengler é um representante (conhecidos como geração de 1914); e mesmo o partido socialdemocrata adota uma política de defesa nacional e vota créditos de guerra. Era esse espírito de união nacional, de militarismo, e expansionismo imperialista que Spengler reivindicava em seu livro:

C'est en 1914 que cette révolution socialiste allemande eut lieu. Elle se déroula dans les formes légitimes et militaires. Par son importance, que l'homme moyen conçoit mal, elle surmontera lentement les abjections de 1918 et les intégrera comme **un moment dans sa marche en avant**<sup>26 27</sup>.

No capítulo *Le Socialisme: une forme de vie*; Spengler tenta explicar de forma muito condensada sua teoria da história - historicista, relativista, irracionalista e vitalista – e sua teoria das culturas; e com elas construir paradoxalmente uma teoria tipológica e conservadora dos povos. Nele, mais uma vez, Spengler identifica o Estado<sup>28</sup>, a economia, instituições, tradições, a arte, e mesmo a técnica e a ciências apenas como formas simbólicas que expressariam as almas de cada povo.<sup>29</sup>

E, finalmente Spengler, ao contrário do que faz no livro *A Decadência do Ocidente*, concentra-se na caracterização do homem fáustico, ou ocidental, que posteriormente será dividido entre ingleses e prussianos (ou alemães). A partir desta definição ele abordará o problema da decadência e da transformação da cultura em civilização, e na transferência da hegemonia política e cultural de um povo para outro. Assim como na civilização clássica isso aconteceu de gregos para romanos, segundo Spengler, com a declínio do ocidente isso poderia acontecer entre anglo-franceses e alemães.

---

<sup>26</sup> Spengler caracterizou assim a derrota militar, a proclamação do Estado separatista da Baviera a abdicação de Guilherme II, o armistício e a declaração da República. Ele julgava esses fatos “catástrofes” necessárias por “nossa natureza” para que a Alemanha se reeducasse para uma revanche.

<sup>27</sup> Idem. p. 29-30

<sup>28</sup> Para Spengler o Estado prussiano ou alemão deveria necessariamente ser “socialista”: “L'Etat socialiste prussien, par contre, se trouve par-delà ce Bien et ce Mal [fórmula que é certamente um eco de Nietzsche]. Il est *tout* le peuple; et par rapport la souveraineté absolue de ce dernier, les deux partis ne constituent... que des partis des minorités, et ils sont *tous deux* au service de tous. D'un point de vue strictement technique, le socialisme est le principe du fonctionnariat. Chaque ouvrier, en fin de compte, présente les caractères du fonctionnaire plutôt que du marchand, et il en va même pour le patron. Il y a des fonctionnaires d'industrie et du commerce au même titre qu'il y a des fonctionnaires militaires et de l'ordre publique. Cela fut déjà réalisé, mais avec plus d'ampleur, par la culture égyptienne et, encore que différemment, par la culture chinoise. Ce principe du fonctionnariat constitue la forme *intérieure* de notre civilisation politique en Occident que symbolisent, déjà, les villes gothiques avec leurs guildes et leurs corporations, ainsi que la structure des cathédrales gothiques où le moindre élément, si modeste soit-il, forme la nécessaire partie d'une dynamique d'ensemble.” SPENGLER, Oswald. *Prussianité et socialisme*. Paris: Actes Sud, 1993. P 106-107.

<sup>29</sup> Idem, p. 42-43.

Para Spengler somente existe o socialismo ocidental, e este seria o impulso expansivo, uma vontade de poder, típico do ocidente, e ausente e estranho a outros povos como chineses e russos. No entanto, ele não deixa de empregar nesta explicação seu método comparativo característico. Para Spengler o socialismo ocidental não é uma teoria política, mas um instinto político-social ou um tipo de psicologia dos povos.

Notemos que para Spengler, três povos ocidentais “*encarnaram*” o socialismo: os espanhóis, os ingleses e os prussianos. Já os franceses e italianos, ao seu ver, incarnaram a partir de Paris e Florença o seu “contrário”; o anarquismo. Para Spengler, socialismo e anarquismo eram “*deux sentiments du monde*” que constituíam o essencial do que “nomeamos de história moderna universal.”<sup>30</sup> É a partir desta oposição; socialismo e anarquismo; e depois socialismo e capitalismo que Spengler constrói uma classificação de povos, desenvolvida anteriormente no segundo tomo de *A Decadência do Ocidente*. Esses textos também evidenciam como seria a historiografia se escrita segundo o método simbolista spengleriano. Além do caráter simbólico de toda expressão humana (sociedade, arte, economia etc), é interessante notar o lugar de destaque que Spengler reserva para as ideias na História; tudo é questão de alma, mentalidade, estilo, instinto – e principalmente, ideias. Essa tipologia de povos europeus, é claro, serve politicamente na reivindicação do socialismo prussiano.

A partir destas tipologias, começa a empreender comparações para vasculhar a alma prussiana, seus símbolos e sua história. Fica mais que evidente que para Spengler há uma preocupação sobre a definição do que seria o povo alemão e qual seria a missão histórica de sua nação, a Alemanha. Outra obsessão desse livro será a definição do povo inglês, e da Inglaterra interior, dentro da Alemanha; e claro suas implicações no processo de decadência inerente a etapa da *civilização* (na acepção spengleriana) ocidental.<sup>31</sup>

Na verdade, toda proposição de *Prussianismo e Socialismo* repousa sobre oposições: entre prussianos e ingleses, entre *independência pessoal e comunidade supra pessoal*, entre Estado mínimo, Estado socialista (corporativo e autoritário<sup>32</sup>),

---

<sup>30</sup> Idem, p. 47

<sup>31</sup> Idem, p. 50-51

<sup>32</sup> Ver: “L’Etat de l’avenir” est un Etat de fonctionnaires. C’est là, inévitable, le stade final de notre civilisation tel qu’il résulte des conditions et des orientations prises. Le socialisme des milliardaires pourrait, sans que cela se remarque, parvenir lui aussi à transformer un peuple en une armée de “fonctionnaires privés”. De nos jours, les grands trusts sont déjà des Etats privés exerçant un protectorat sur l’Etat officiel. Toutefois, le socialisme prussien



entre individualismo (ou capitalismo) e *socialismo*, entre *sociaty* e *state*, e entre o “espírito” Viking e aquele da Ordem dos Cavaleiros Teutônicos.<sup>33</sup>

É central nesse jogo de dicotomias a comparação entre prussianos e ingleses (que apesar de serem identificados como objetos de oposição são caracterizados por Spengler com algum grau de admiração.) Seria interessante lembrarmos que já em sua teoria da cultura, Spengler defende que as culturas são mônadas incomunicáveis – e que seus valores, ideias, formas, psicologias não são transmissíveis entre uma cultura e outra. Aparentemente, mesmo que ingleses e prussianos, mesmo que façam, segundo essa teoria presente em *A Decadência do Ocidente*, parte da mesma cultura, a fáustica. Seus elementos simbólicos não são transmissíveis e comunicáveis entre elas. Em sua teoria cultural Spengler desenvolveu o conceito de pseudomorfose para falar das “trocas” culturais; como a própria palavra indica uma cultura só conseguiria repetir ou copiar a forma *externa* de algum elemento de outra, sem no entanto conseguir reproduzir este elemento em profundidade. Parece ser este o caso, na concepção Spengleriana, dos elementos “ingleses”, democracia, parlamentarismo, liberalismo, capitalismo, partidos políticos, copiados em uma *pseudomorfose* pelos alemães. Para Spengler, somente poderiam ser transmitidos ou captados elementos externos a alma-tipo dos povos. Sendo assim, instituições políticas não poderiam ser transmitidas de forma eficiente entre ingleses e alemães:

Il appartient au style prussien que la volonté individuelle se dilue dans la volonté général. Le corps des officier, le corps des fonctionnaires, la classe ouvrière de Bebel, “le” peuple, enfin, de 1813, 1870, 1914 sentent, veulent et agissante comme une unité supra-personnelle. Ce *n’est pas* de l’instinct grégaire; il y là quelque chose d’infiniment fort et libre que l’on ne peut comprendre si l’on n’en fait pas partie. La prussianité est exclusive. Même dans sa version prolétarienne, elle rejette les ouvriers des autres pays avec leur pseudo-socialisme égoïste. L’âme du domestique, la mentalité de l’asservi, l’esprit de caste – ce sont là des mots pour ce qu’on ne comprend qu’en termes de dégénérescence, et qu’on méprise. La véritable prussianité n’est méprisée par personne; on la craint. (...) Jamais un Anglais ne comprendra – le monde entier ne saurait comprendre – qu’une profonde indépendance intérieure est liée au style prussien. Un système de devoirs sociaux garanti, à l’homme qu’agitent des idées d’envergure, une souveraineté liée à sa vie intérieure qui est inconciliable avec un système – et c’est là que réside l’idéal individualiste – de droits sociaux. Um état

---

implique que ces Etats économiques, mis en place à l’intérieur des branches professionnelles, s’intègrent dans l’ensemble de l’Etat. Le point de litige entre conservateurs et prolétaires ne concerne pas, au fond, la nécessité ou non d’un système socialiste autoritaire – auquel on n’échapperait qu’en adoptant le système américain (ce que souhaite le libéralisme allemand) – mais la question du commandement suprême. Apparemment, les conditions sont aujourd’hui réunies pour que se réalisent un socialisme “d’en haut” et un socialisme “d’en bas”, tous les deux ayant la forme d’une dictature. Idem, p.125-126.

<sup>33</sup> Idem, p. 54.

d'âme comme celui de Moltke est impensable en Angleterre. La liberté anglaise *pratique* se paie ailleurs: l'Anglais, puritain, rationaliste, sensualiste, matérialiste, est intérieurement esclave.<sup>34</sup>

Esse jogo de antagonismos origina-se na concepção dos povos spengleriana. Todas as formas, sejam elas econômicas, sociais, militares ou políticas seriam apenas expressão de almas particulares ou de instintos natos. Por exemplo, para Spengler, enquanto a economia na acepção inglesa criaria “fortunas privadas”, a economia prussiana teria como meta criar riqueza coletiva: “Le terme désinvolte de “libre-échange” appartient à une économie viking [Spengler refere-se aos ingleses]. Le terme prussien, est donc socialisme, serait un échange des biens sous contrôle de l'Etat.”<sup>35</sup> Ou seja, o socialismo germânico<sup>36</sup>, segundo ele, assim como o capitalismo anglo-americano seriam resultado da alma destes povos, e não exatamente uma escolha consciente do sistema político. Quando os alemães tentaram estabelecer um sistema político e econômico liberal na República de Weimar, o que construíram, segundo a concepção de Spengler, foi uma caricatura do liberalismo, em seus termos presentes em *A Decadência do Ocidente*, uma *pseudomorfose*.

Para Oswald Spengler, cabe ao povo alemão assumir-se enquanto povo dotado de “alma única e socialista”, e combater o sistema inglês-capitalista-liberal: “Ainsi, deux grands principes économiques se trouvent aujourd'hui face à face. Le Viking est devenu le défenseur du libre-échange, le Chevalier [alemão], quand à lui, fonctionnaire dans l'administration.”<sup>37</sup> Trata-se de uma batalha de ideias, nos anos (1917-1933) em intelectuais como Spengler debatiam o “modelo alemão”, mas também de uma pergunta política: restava, naquele momento, saber se o mundo deveria ser regido de maneira capitalista ou “socialista”; pergunta que Spengler se faz tendo como base sua teoria da história, e sua concepção cíclica do tempo. Para fazer algumas proposições ele comparou a situação daquele momento ocidental “tardio” com outros momentos da história de outras culturas – que segundo ele passaram por etapa *vital* semelhante. Aos

---

<sup>34</sup> Idem, p. 61-62.

<sup>35</sup> Idem, p. 74

<sup>36</sup> Sobre esse “socialismo alemão” de caráter corporativista, ver: “L'Idée prussienne d'une *gestion* de la vie économique dans une perspective supra-personnelle transforma, sans le vouloir, à partir de la législation protectionniste de 1879, le capitalisme allemand en des formes socialistes au sens d'un *ordre d'État*. Les grands syndicats étaient des Etats économiques dans l'Etat, “la première tentative de la part de la société capitaliste – tentative pratique et systématique, réalisée avec envergure bien surgie de façon inconsciente – de découvrir les secrets de sa propre production et de maîtriser les lois sociales dont la puissance, inconnue et donc jugée ‘naturelle’, avait jusqu'à présent contraint à une aveugle soumission.”[ref. Paul Lensch, Berlin, S. Fischer, 1917, p. 41] Idem, p. 75.

<sup>37</sup> Idem, p. 77.

nossos olhos contemporâneos essas comparações longínquas no espaço e no tempo parecem-nos bizarras, ainda mais somadas a arriscada mania de se fazer previsões.

Parece-me entretanto que a hipótese central do livro encontra-se na teoria metafísica que cada povo possui uma alma única característica, imutável e incomunicável, teoria esta que também é central na teoria da história presente em *A Decadência do Ocidente*. Todas as formas (*morfologias*) humanas, seriam assim apenas símbolos ou expressões dessa alma inata. Assim também seria o caso da forma política, diferente para cada cultura ou mesmo para cada povo dentro de cada cultura. Não está claro entretanto, nos escritos de Spengler, se essa alma dos povos seria resultado da história, ou se algo inato transcendente. Penso que ele transita entre as duas posições sem deixar claro essa questão. O que é absolutamente transparente, que ao contrário do que muitos interpretes afirmam, essas almas do povo – não obstante suas metáforas biológicas – não seriam resultado de um suposto caráter biológico, genético ou racial. É bastante evidente, que para Spengler esses caracteres materiais-biológicos são resultados da alma metafísica dos povos, em alguns textos formada historicamente. Todos aqueles intérpretes que leram a teoria cultural (ou dos povos) e da história de Spengler pelo viés racista ou biológico certamente cometeram um erro interpretativo.

Mesmo pretendendo ser uma explicação de seu livro “A Decadência do Ocidente”, e não obstante o uso de suas teorias históricas e de sua teoria relativista da cultura, *Prussianismo e Socialismo* acaba também por ser um manifesto político; e uma resposta nacionalista para a pergunta “O que são os alemães?”. É bastante paradoxal que o relativismo/perspectivismo cultural de Spengler sirva para autoafirmação dos alemães, defesa do imperialismo e a crítica às políticas dos outros povos europeus pertencentes a Cultura Fáustica<sup>38</sup>:

*La véritable Internationale, est l'impérialisme, la domination de la civilisation faustienne, donc de la terre entière, par un seul principe formateur; non par des compromis et des concessions mais par la victoire et anéantissement. A côté du socialisme, et contre lui, il y a le capitalisme et l'ultramontanisme, et ce sont là trois façons d'une volonté socialiste de puissance: au moyen de l'Etat, de l'argent, de l'Eglise. Elles puisent leur force dans le monde de la conscience politique, économique et religieuse, et chacune d'entre elles tente d'intégrer les deux autres: tels sont les instincts créateurs de l'homme prussien, anglais et espagnol; ces instincts, qui se manifestent dans la froideur intellectuelle de notre civilisation moderne*

---

<sup>38</sup> Idem, p. 117-118.

avancée, (...) <sup>39</sup>

Finalmente, Spengler termina o livro com um exaltado e assustador apelo a juventude alemã. <sup>40</sup>

Penso que em grande parte, esse tom nacionalista e exaltado tenha sido responsável pela associação, ao meu ver incorreta, das ideias de Spengler ao nacional-socialismo. Não obstante o seu conservadorismo, aristocratismo e mesmo seu autoritarismo exaltado – elemento presente quase todos seus escritos; sua teoria da história – especialmente presente no primeiro tomo de “*A Decadência do Ocidente*” pode ser aproveitada se a separarmos da aplicação política - bastante paradoxal - que fez o próprio Spengler. A crítica ao eurocentrismo da historiografia de sua época, assim como o perspectivismo cultural são elementos enriquecedores e necessários para uma boa prática do trabalho historiográfico. Além disso, o seu método comparativo, utilizado com olhar crítico e criterioso, também pode ser procedimento enriquecedor para a escrita da história. Se, talvez, os objetivos de Spengler fossem responder perguntas sobre o caráter dos alemães, por outro, em alguns aspectos sua teoria da história apresentou características inovadoras.

---

<sup>39</sup> Idem, p. 118.

<sup>40</sup> Idem, p. 135

## **RECONSTRUIR É PRECISO: Narrativas e memórias da antiga Colônia Juliano Moreira (1924-1982)**

Autora: Beatriz Fartes de Paula  
Título Acadêmico: Mestre em Política Social  
Vinculação Institucional: Universidade Federal Fluminense/ Bolsista Reunificação das  
Universidades (REUNI/Capes)  
Orientadora: Prof<sup>ra</sup>. Dra. Suely Gomes Costa/ ESS/UFF  
Email: [bfartes@yahoo.com.br](mailto:bfartes@yahoo.com.br)

### **Resumo:**

A pesquisa alinha-se as preocupações pertinentes ao processo de avaliação dos sistemas de proteção social no Brasil, tendo como norte a revisão do conceito de “instituição total”. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza histórica, apoiada no uso da história oral, sobre a vivência na Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá, RJ. Cobrindo experiências entre o período de 1924, ano de inauguração, até meados de 1980, quando em consonância com a Reforma Psiquiátrica foram vetadas novas internações e aberto seus portões.

**Palavras chaves:** Negação da instituição total, memória e identidade coletiva.

### **Abstract:**

The research aligns relevant to the evaluation of social protection systems in the Brazil case, with the north to revise the concept of "total institution" concerns. This is a qualitative research historical in nature, based on the use of oral history, about living in the colony Juliano Moreira, in the studied area, RJ. Experiences covering the period between 1924, the year of opening, until mid-1980, when consistent with the psychiatric reform were vetoed new admissions and open its gates.

**Key words:** Denial of the total institution, memory and collective identity.

## **INTRODUÇÃO**

O trabalho aqui apresentado é um desdobramento de uma pesquisa qualitativa de natureza histórica, centrada na interpretação de fontes orais, com base nos registros da memória dos ex-pacientes e ex-funcionários da antiga Colônia Juliano Moreira (CJM), hoje, Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira (IMAS)<sup>1</sup> no período de 1924 a 1982.

As narrativas extraídas se assemelham a inúmeras outras histórias de vida de sujeitos que não apenas reagiram, mas também “agiram” a normas e restrições da vida.

De forma a indicar como a dinâmica e os modos de vida desses sujeitos possibilitaram a construção de novas redes de sociabilidade e a formação de uma identidade coletiva.

### **ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS**

Este estudo por ter como base os registros da memória dos ex-pacientes e ex-funcionários da antiga Colônia Juliano Moreira, teve à frente o desafio de se trabalhar com a subjetividade. Muitas informações chegavam fragmentadas, como se fossem “retalhos” de histórias de vidas. Para costurar essa colcha de retalhos foi importante escolher uma metodologia de pesquisa que permitisse isso.

As técnicas de metodologia adotada foram a micro-história e história oral com vistas a expor experiências individuais e coletivas relevantes para a análise e o estudo da história do passado.

A revalorização dos sujeitos através da biografia, tem à frente desafios decorrentes do entrecruzar de tempos históricos diversos e na associação desses tempos com muitas intersecções dos espaços plurais de umas com tantas outras vidas.<sup>2</sup>

Trabalhar com micro-história implica em escolhas metodológicas que nos possibilitem trazer à tona experiências ocultas e desvendar evidências inexploradas. Para Pollak (1989), ao optar por analisar os excluídos, os marginalizados e as minorias, a história oral tende a ressaltar a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "memória oficial".<sup>3</sup>

“Por causa desse caráter central do indivíduo e de sua biografia no trabalho de história oral convém ter claro que se trata de algo muito mais complexo. A ideia de história de vida, de biografia, é problemática porque pressupõe uma “unidade do eu”, que é ilusória- e aqui remeto especificamente ao clássico texto de Pierre Bourdieu, “A ilusão biográfica”.<sup>4</sup>

Para Bourdieu (1986) a “ilusão biográfica” corresponde a ilusão de uma identidade coerente e específica, retratando a vida como uma estrada, um caminho com acontecimentos sucessivos e ordem cronológica. Essa visão tende-se a descartar a vida como algo mutável, suscetível a todo momento a transformações. De fato, cada entrevistado, a sua maneira, construiu sua história, sem seguir o caminho linear.

“(…) um trabalho de história oral, a biografia, a trajetória individual, não é coisa dada, mas construída à medida mesmo em que é feita a entrevista. Se a pessoa tem o costume de refletir sobre sua vida, provavelmente já tem uma espécie de sentido cristalizado para alguns acontecimentos e percursos e pode preferir relatar esses, em vez de outros. Isso não quer dizer que aquele sentido seja falso ou não tenha relação com a realidade. É preciso ter claro, contudo, que ele não é a única possibilidade.”<sup>5</sup>

Partindo-se da ideia de que a história oral trata de histórias reais e não de histórias fictícias que podem de acordo com a vontade do autor seguir uma linha retilínea e cronológica. Defrontei com outro desafio, como conseguir costurar tais histórias sem parecer ao leitor algo confuso de compreender? Procurei assim, em minhas entrevistas buscar informações pertinentes a história de vida a partir do ingresso na CJM. Através desse recorte bibliográfico foi permitido trabalhar o conceito de identidade de Hall (2006) em que a mesma é formada e transformada continuamente, sendo definida historicamente e não biologicamente.<sup>6</sup>

### **OS CRITÉRIOS DE INCLUSÃO NA PESQUISA**

Para conseguir costurar essa colcha de retalhos de histórias, entrevistei pessoas que compunham a mesma rede social, seja através da relação entre funcionário- paciente, família do funcionário- paciente, paciente- paciente, de forma que fosse permitido o cruzamento das informações coletadas nas entrevistas.

Realizar um trabalho de memórias, cujo os protagonistas compartilham de uma experiência de vida em comum, implicou em situar, dar voz aos pacientes mentais. Isso me colocou diante de muitos dilemas e significou um grande desafio. Como trabalhar com o real e o imaginário, ou com lembranças que ora podem causar dor e sofrimento aos entrevistados?

Segundo Pollak (1989), aqueles indivíduos que tiveram suas vidas marcadas por rupturas e traumas, tendem naturalmente a apresentar uma dificuldade na construção de uma coerência e de uma continuidade de sua própria história.<sup>7</sup> Para enfrentar este desafio, a cuidadosa escolha dos entrevistados foi de fundamental importância. Optei em entrevistar apenas ex- pacientes que já conhecia, apoiando-me nos laços de confiança estabelecidos entre nós. Posso dizer que a amizade foi fundamental para a realização das entrevistas.

Como nesta pesquisa meu desejo não era apenas realizar um trabalho de memórias da Colônia Juliano Moreira, mas também, uma análise do tratamento hetero-familiar implementado na Colônia Juliano Moreira, entrevistei **11** moradores da Colônia (**06** ex-funcionários, sendo que **02** desses também exerciam o posto de esposas de funcionários; **02** filhos de ex-funcionários e **03** ex-pacientes) e **2** moradores do entorno da CJM.

A maior parte dos entrevistados tinha mais de oitenta anos e então me vi diante de outro desafio. Como resgatar fatos que aconteceram há mais de 50, 60 anos? Para elucidar tais lacunas, recorri à autora Ecléa Bosi. Para Bosi (1979), ao entrevistar os idosos, o pesquisador poderá ter a frente deslizos na localização temporal de um acontecimento, à

medida que seus entrevistados estarão suscetíveis a um processo de desfiguração dos fatos.<sup>8</sup> Não há como evitar riscos como esse.

Assim como com os ex-pacientes, ao escolher os ex-funcionários, suas esposas e filhos, optei por entrevistar aqueles dos quais já conhecia um pouco da trajetória de vida. Só que com estes, diferentemente dos ex-pacientes, não havia construído laços de amizade. Eu os havia visto uma ou duas vezes apenas. Apesar de já conhecer a história desses entrevistados, a minha presença como pesquisadora buscava por lembranças que não tinham sido ainda reveladas. Tive um cuidado redobrado ao me apresentar como estudante/pesquisadora e não mais como uma funcionária da prefeitura. Esse cuidado foi primordial para que eu pudesse ganhar a confiança dos entrevistados.

### **O ESTUDO DE CASO: A COLÔNIA JULIANO MOREIRA**

A política de isolamento implementada na antiga Colônia Juliano Moreira poderia ser estudada a partir de duas configurações.

A primeira, a partir da noção de instituição total de Goffman (1974) que concebe as instituições desse e de outros tipos como experiências as estabelece como um lugar de residência e de trabalho em que um grande número de indivíduos são submetidos a uma mesma condição de existência isolada do mundo exterior por um período relativamente longo. Viveriam, assim, conjuntamente, uma vida reclusa, submetida a regras de existências explícitas e minuciosamente regulamentadas.<sup>9</sup>

Apesar da regulação imposta aos internos da Colônia Juliano Moreira, deve-se pensar que a vida é muito mais complexa do que leis e normas ditadas pelo Estado ou pela sociedade, já que mesmo isolados, estes pacientes deram continuidade a suas vidas. Sendo assim, a segunda possibilidade de estudo, seria a busca por evidências que levassem a desconstrução da CJM como um lugar de incomunicabilidade.

A política de isolamento implementado, no caso da CJM, expõe tão logo uma dualidade: ao mesmo tempo que propunha o isolamento de seus pacientes, ela trazia para perto deles outras famílias, outras histórias, por meio do tratamento hetero-familiar<sup>10</sup>. Para Venâncio e Delgado (1989) pretendia-se com essa orientação, um tipo de assistência que incentivasse o contato frequente entre os pacientes psiquiátricos e as pessoas ditas “normais”.<sup>11</sup>

Partindo-se do pressuposto de que este tratamento acionou a formação de uma nova identidade coletiva, procurei localizar e examinar esse processo nas relações sociais construídas sob o regime dessa política de isolamento.



Nas primeiras décadas do século XX, pensava-se na constituição de uma nova proposta de trabalho da psiquiatria brasileira. A política de internação, até então existente, correspondia à permanência dos alienados em hospícios semelhantes a um quartel de força. O louco era visto como uma pessoa altamente perigosa e a permanência em sociedade significava risco social. Para Amarante (1995), essa caracterização da pessoa doente inaugurou a institucionalização da loucura pela medicina e a ordenação do espaço hospitalar por seus profissionais.<sup>12</sup>

Venâncio (2011) aponta que as transformações e melhorias da assistência aos alienados se efetivaram a partir da gestão do prefeito Francisco Pereira Passos (1902-1906) e da gestão de Oswaldo Cruz como diretor-geral de Saúde Pública do governo federal de Rodrigues Alves.<sup>13</sup> Para a mesma autora outros fatores que influenciaram diretamente a reorganização desse modelo de assistência, foram a aprovação do decreto 1.132 de 22 de dezembro de 1903 e a posse de Juliano Moreira para a direção do Hospício Nacional.

O novo modelo de assistência pública a alienados, partiu de uma metodologia de trabalho norteadas pelas orientações previstas nas diretrizes do Congresso Internacional de Alienistas, reunido em Paris em 1889. Elas recomendavam a construção de colônias agrícolas anexas aos asilos.

Para o médico Juliano Moreira, a colônia dos alienados proporcionaria aos internos um tratamento que permitisse uma “ilusão de liberdade”. Numa outra perspectiva, Amarante (1995) avalia que as colônias de alienados ampliariam a importância social e política da psiquiatria, de forma a suavizar as possíveis críticas ao modelo hospitalar dos asilos pinelianos.<sup>14</sup>

O surgimento da Colônia Juliano Moreira, partiu da necessidade de se instalar na cidade do Rio de Janeiro, uma instituição que pudesse ser adotada a política de assistência agrícola e hetero-familiar. Para isso, buscavam-se terras distantes que:

“(…) congregava as qualidades da vida rural, consideradas um dos pilares do tratamento a ser oferecido nas colônias agrícolas”. (Venâncio, 2011, p.42)<sup>15</sup>

Em busca de terras que atendessem essas especificidades, o Dr. João Augusto Rodrigues Caldas, por meio do decreto nº 9.748, de 31 de agosto de 1912, definiu as terras da antiga Fazenda do Engenho Novo como o espaço adequado para ser implementada a mais nova instituição psiquiátrica do Rio de Janeiro.

A antiga Colônia Juliano Moreira foi instalada em uma área em que funcionou um dos mais antigos engenhos de cana-de-açúcar da cidade do Rio de Janeiro. Inaugurada como instituição psiquiátrica, em 29 de março de 1924. A CJM deveria receber os

pacientes de duas colônias de alienados – as Colônias Conde de Mesquita e S. Bento. Essas vivenciavam, então, um processo degradante de suas atividades.

“A Colônia veio pra cá, eu não sei nem porque né porque aqui não tinha nada pra ela vir pra cá, ela era antes aonde é o aeroporto internacional do Galeão. Lá que era a Colônia Juliano Moreira, na Ilha do Governador. Agora como eles chegaram aqui isso ninguém nunca me contou. Pra vir da Ilha do Governador sem ter como, só tinha carvoeiro, como eles vieram pra cá?”(Sra. Mariazinha, 84 anos, filha de ex-funcionários e também ex-funcionária da CJM)

Segundo Venâncio e Delgado (1989), a criação das Colônias de Alienados foi norteada pelo princípio “da máxima liberdade” proporcionada pelo trabalho ao ar livre e pelo tratamento hetero-familiar.<sup>16</sup> Para Portocarrero (2002) o grau de liberdade desse paciente iria variar de acordo com seu grau de disciplina e sua capacidade de trabalho.<sup>17</sup>

Pretendia-se, com essa orientação, um tipo de assistência que incentivasse o contato frequente entre os pacientes psiquiátricos e as pessoas ditas “normais.

“Anexo ao hospital-colônia, em seus limites, deve o governo construir casinhas higiênicas para alugar às famílias dos bons empregados que poderão receber pacientes susceptíveis de serem tratados em domicílio. Farse-á assim assistência familiar. Se nas redondezas da colônia houver gente idônea a quem confiar alguns doentes poder-se-á ir estendendo essa assistência hetero familiar e até tentar a homo familiar.” (Moreira, 1910 **apud** Venâncio e Delgado, 1989, p.7)<sup>18</sup>

A partir dos anos 1940, a CJM recebeu investimentos em diversos equipamentos coletivos e sociais. A construção de novas casas para o tratamento hetero-familiar, as melhorias das estradas internas da Colônia e do transporte para seu acesso atendiam também aos anseios da comunidade que ali existia.

“Quando eu vim trabalhar tinha um ônibus meio velho que era do Ministério mesmo então ele ficava na Taquara 6 horas da manhã e a gente pegava ele se desse tempo, porque eu morava em Bangu. Então, se chegasse na Taquara e ele não estivesse a gente vinha a pé. Mas, depois começou a entrar o 762, aí ficava mais fácil pra gente.”(Ana, 76 anos, ex-funcionária)

No Brasil, o modelo da assistência hetero-familiar criado pelo doutor Juliano Moreira a partir de 1910, norteou a construção de uma colônia de alienados em Jacarepaguá. Foi permitido aos funcionários residir com seus familiares nas terras da CJM. Alguns deles receberam casas construídas pela própria administração da instituição psiquiátrica, já outros foram contemplados pela doação de lotes destinados para a

construção de suas moradias. Os terrenos eram pequenas chácaras que variavam entre 500 a 1.000 metros<sup>2</sup>.

“Tem um livro lá em cima que tem a vida da Colônia, nesse livro a gente assina, declara Sr. Alcebiades blábláblá para ficar responsável pela residência na rua tal no endereço tal, aquele lenga lenga toda. Lá falava que não era pra deixar ter invasão, não destruir, conservar o que está, podendo só melhorar, não deixar destruir. Era uma responsabilidade muito forte.” (Alcebiades, ex-funcionário, 87 anos)

Nessa perspectiva, por longos anos, incentivou-se a construção em terras pertencentes à Colônia. Acreditava-se que os padrões morais “higiênicos” daqueles poderiam ser transmitidos aos doentes, não somente através do convívio sistemático, mas também da vigilância. Para Venâncio e Delgado (1989), a proximidade com a vida familiar, além dessa representação ‘higiênica’, era vista como era necessária, uma vez que transmitiria costumes e regras sociais” .

“A proposta dos funcionários virem pra Colônia era para que fosse dado um tratamento melhor para os pacientes. Houvesse uma interação com o paciente e fluísse melhor o tratamento do paciente.” (Cristina, filha de ex-funcionários, 47 anos)

As propostas de trabalho agrícola e assistência hetero-familiar, alicerces do novo modelo assistencial supracitado, nunca chegaram a funcionar da maneira como foram idealizadas.<sup>19</sup>

Em 1951, a Colônia atingiu 3.800 pacientes de ambos os sexos, divididos em 4 clínicas psiquiátricas.

Para entretenimento de seus internos, a direção da CJM promovia atividades esportivas e oferecia atividades de arte, dentre elas a pintura. O time de futebol da CJM era organizado pelo inspetor da guarda do Pavilhão Ulisses Viana. Composto apenas por pacientes, chegou, por vezes, a enfrentar times da segunda divisão do Rio: nos noventa e cinco minutos de jogo, não haviam loucos e sãs, ao menos ali, no campo de futebol, todos eram considerados livres e iguais:

“Teve uma vez que fomos jogar em Campos, eu levei os pacientes. Eu pedi ao diretor mais de primeira ele não deixou. Depois ele fez com a mão e disse: - “Oh é problema teu, pode ir embora sai daqui”. Botei os pacientes, aluguei um ônibus, levei pra jogar lá. Ai meu Deus. Eles jogaram contra jogadores profissionais, contra o time principal de lá de futebol. Que disputavam o campeonato, eram os reservas, pra intermediar. Nós vencemos de 2x1. Foi a maior alegria. Eles faziam uma farra terrível.” (Alcebiades, ex-funcionário, 87 anos)

A construção de espaços de convivência foi intensificada no ano de 1951. Iniciaram-se neste ano, missas nos pavilhões e na Igreja Nossa Senhora dos Remédios<sup>20</sup>, essa localizada próximo à principal via de acesso da Colônia. Festividades religiosas e típicas eram organizadas por funcionários da Colônia e seus familiares.

“As festas juninas, carnaval, ai meu Deus do céu, a fogueira fazia maior sucesso. A de São João e São Pedro, eu fazia tudo. Qualquer festinha eu já fazia com a turma, os guardas tudo ajudavam. Uma média de 50 a 60 pacientes ajudavam também a limpar.” (Alcebiades, 87 anos, ex-funcionário)

A relação entre os internos e internas era proibido. Hidalgo (2011) relata que jovens do Núcleo Ulisses Pernambucano e os menores do Núcleo Adib Jabour, pulavam barreiras para se encontrarem nas proximidades do Morro Dois Irmãos/ Parque Pedra Branca.<sup>21</sup> Como castigo pela fuga, eram obrigados a tomar doses cavalares de remédio e eram submetidos por choques e castigos.

Este tratamento, bastante temido pelos internos, tinha também um uso disciplinar, além da assim chamada indicação médica, podendo ser aplicado naqueles que transgrediam as regras de conduta. Comumente os pacientes eram colocados deitados lado a lado no piso de um salão especialmente designado para este fim, e eletrochocados um após o outro. (...) os enfermeiros antigos relatam uma finalidade variante, de finalidade punitiva, conhecido como ‘miudinho’. Neste caso os eletrodos eram aplicados sucessivamente em outras partes do corpo que não a cabeça, e não provocavam senão a percepção dolorosa dos choques.<sup>22</sup>

O núcleo Teixeira Brandão também era cenário de encontros às escondidas. Como castigo às internas do pavilhão Faixa Azul tinha-se a violência imediata ou lenta (as consequências desse trato seriam sentidas após nove meses).

“Tinha um médico malvado, o chefão. Ele foi chefe do pavilhão depois do Dr. Inocêncio ele veio pra cá. Lá no Faixa Azul eles davam eletrochoque, depois foi proibido o eletrochoque. Lá tinha quarto-forte, todo o pavilhão tinha um quarto-forte e eletrochoque. Qualquer coisa de agitação, de alteração eles davam eletrochoque e aqueles remédios bravos. Deus me livre. O eletrochoque era dado na frente. Todo o plantão tinha que fazer como foi o comportamento e o nome da paciente que fez isso, fez aquilo. Se a paciente tivesse falado palavrão o médico dava eletrochoque na boca e se tivesse transado era eletrochoque na vagina.” (Laura, 82 anos, ex-funcionária)

Sublinha Couto (1994) que o modelo hospitalocêntrico reproduzia “um microuniverso das relações sociais, podendo significar a exclusão ou a tentativa de normalização de pessoas que haviam rompido os parâmetros sociais”.<sup>23</sup> Em Castells

(1999), a identidade destinada à resistência, levaria à formação de comunas, ou comunidades, dando origem a formas de resistência coletiva frente a uma opressão.<sup>24</sup>

A identidade torna-se uma “celebração móvel” formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias empurrando em diferentes direções de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou confortadora “narrativa do eu”. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia.<sup>25</sup>

Partindo-se do pressuposto de que o isolamento não necessariamente resultou na exclusão dos moradores da Colônia Juliano Moreira, de forma que estes acionaram a formação de uma nova identidade coletiva, busquei estudar a construção das relações sociais sob a política de isolamento implementada na Colônia.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesses dois anos de pesquisa, foram identificados registros que evidenciaram a presença do protagonismo dos moradores da Colônia. Através das construções de redes de sociabilidade, os sujeitos sociais venceram e resistiram à dor, às regras, às leis e assim, produziram novas possibilidades de vida e relações sociais. Nasceram-se crianças filhas de funcionário, de pacientes com pacientes, de pacientes com funcionários. Houve casamentos, separações. Havia festas temáticas (bailes de carnaval, festas juninas, festas de natal e réveillon), visitas de políticos (presidente Vargas e outros políticos), jogadores de futebol, apresentadores de tv e cantores. Pacientes chegavam enquanto outros fugiam. E aqueles que fugiam por vezes retornavam, uns pela vontade do Estado, outros por vontade própria.

Por fim, diante do exposto, a pesquisa indicou que apesar da existência de barreiras simbólicas e físicas consequentes da política de internação ali existente, estas não impediram que os internos, funcionários e seus familiares criassem laços afetivos, construíssem famílias e se inserissem as redes de apoio, fundamentais à vida social.

---

<sup>1</sup> O IMAS, hoje, está localizado na Estrada Rodrigues Caldas, número 3400, Jacarepaguá, Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> COSTA, Suely Gomes. “Gêneros, biografias e História” *GÊNERO. Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero*. Niterói: NUTE EDUFF, V.3, n. 2, Niterói, p. 17, 2003.

- 
- <sup>3</sup> POLLAK, Michael. “*Memória, esquecimento, silêncio*”. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v.2, n.3, 1989, p.3-15.
- <sup>4</sup> ALBERTI, Verena. *Indivíduo e biografia na história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000, p.3.
- <sup>5</sup> ALBERTI, 2000, pg.5.
- <sup>6</sup> HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro 11ª edição, Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p.13.
- <sup>7</sup> Pollak, 1989, p. 3-15
- <sup>8</sup> BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 402 p., 1979.
- <sup>9</sup> GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974, p.15-22.
- <sup>10</sup> O tratamento hetero-familiar, originário da psiquiatria europeia no século XIX, inspirava-se na experiência vivida pela aldeia de Geel, na Bélgica. Desde o século XVII, ela recebia romarias de alienados. Esta afluência de doentes para a aldeia, fez com que muitos camponeses, mediante pagamento, recebessem em suas casas os alienados e seus parentes, na época das festas religiosas, ou que cuidassem dos doentes, ali deixados pelas famílias até o ano seguinte.
- <sup>11</sup> DELGADO, PG. E VENÂNCIO, at. *Morar no Asilo: perspectivas de análise da “comunidade interna” da Colônia Juliano Moreira*. In: *Cadernos do NUPSO*, n:3. Rio de Janeiro: NUPSO/COEP, CJM, 1989, p. 9.
- <sup>12</sup> AMARANTE, Paulo (Coord) “*Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil/coordenado por Paulo Amarante*”. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1995, p. 26.
- <sup>13</sup> VENANCIO, Ana Teresa e CASSILIA, Janis Alessandra Pereira. “*Da colônia agrícola ao hospital-colônia: configurações para a assistência psiquiátrica no Brasil na primeira metade do século XX*”. *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, V. 18, supl. 1, dez. 2011, p.35-52.
- <sup>14</sup> AMARANTE, Paulo (Coord) “*Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil/coordenado por Paulo Amarante*”. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1995, p. 26.
- <sup>15</sup> VENÂNCIO, 2011, p.42.
- <sup>16</sup> DELGADO, PG. E VENÂNCIO, 1989, p. 9.
- <sup>17</sup> PORTOCARRERO, V. *Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria*. In: *Loucuras & Civilização collection*, v.4. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002, p. 120.
- <sup>18</sup> Moreira, 1910 *apud* Delgado e Venâncio, 1989, p.7.
- <sup>19</sup> DELGADO, PG. E VENÂNCIO, 1989, p.7.
- <sup>20</sup> A igreja, as construções institucionais de seu entorno e o aqueduto, formam hoje o Núcleo Histórico. Apesar desses prédios serem tombados e estarem sob os cuidados do Inepac, grande parte encontra-se deteriorados com o tempo.
- <sup>21</sup> HIDALGO, Luciana. *Arthur Bispo do Rosário: o senhor do labirinto*, 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2011, p. 78.
- <sup>22</sup> LOUGON, M. *Os Caminhos da Mudança: Reflexões sobre o processo de transformação num asilo de crônicos*. In: *Colônia – Cadernos de Psiquiatria Social*. Rio de Janeiro, vol.3, nº2, 1984, p.20.
- <sup>23</sup> COUTO, R.C.C. de M. Eugenia. *Loucura e Condição Feminina*. Cad. Pesq., São Paulo, n.90, p.52-61, 1994.
- <sup>24</sup> CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo, Paz e Terra; 1999, p. 24.
- <sup>25</sup> HALL, 2006, p. 12-13.

## **Retirando o pó do processo inquisitorial do réu Hipólito José da Costa: a importância da prática arquivística para a escrita da história**

Bruna Melo dos Santos<sup>i</sup>

### **Resumo:**

Tendo como ponto de partida o “achamento” do processo inquisitorial do réu Hipólito José da Costa – redator do *Correio Braziliense (1808-1822)* – desaparecido desde 1805 e localizado no ano de 2009, na seção miscelânea do *Arquivo Nacional da Torre do Tombo* (ANTT) – coloca-se como objetivo desse estudo analisar a relevância da prática arquivística, em especial a gestão de documentos, para a pesquisa histórica.

**Palavras-chave:** Hipólito José da Costa – Arquivo – Processo Inquisitorial

### **Abstract:**

Taking as its starting point the "achamento" the inquisitorial process of Hipólito José da Costa - editor of *Correio Braziliense (1808-1822)* - who had been missing since 1805 and was located in 2009, in the miscellaneous section of the National Archives of Torre Tombo (ANTT) – positions itself as objective of this study is to analyze the relevance of archival practice, mainly the management of documents, for historical research.

**Keywords:** Hipólito José da Costa - Archive - Inquisitorial Process

### **Introdução**

Perante essa problemática, surgem alguns questionamentos que tentarei responder, ou ao menos encontrar os caminhos possíveis para tecer uma narrativa. Destacam-se, por ora, para esse artigo, as seguintes inquietações: Por que um documento que deveria estar no fundo Inquisição foi parar na seção miscelânea do *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*? Qual a importância da descoberta do processo inquisitorial do réu Hipólito José da Costa para a historiografia? E, como questão chave, qual a importância do arquivista e das suas práticas intelectuais para a pesquisa científica?

A partir do levantamento da literatura arquivista, o documento, processo inquisitorial, é abordado tendo como referência o conceito de gestão de documentos – que, na perspectiva adotada nesse trabalho, envolve também a função preservação.

Da mesma forma, analisar a função avaliação, essencial ao fazer arquivístico, faz-se relevante por estabelecer diálogos com diversas áreas do conhecimento, tais como administração, história, ciência da informação, direito etc. Aqui, também ganha relevância as

discussões acerca da arquivística moderna, principalmente no uso das novas tecnologias no arquivo.

Autores que trabalham com a relação entre arquivo e memória são basilares para compreender as interferências das práticas arquivísticas na constituição da memória. As referências de Henry Rousso no texto “O arquivo ou o indício de uma falta”, no qual analisa como os pesquisadores, principalmente os historiadores, enxergam os documentos, são úteis para problematizar o uso do documento de arquivo como fonte de pesquisa. Rousso mostra que na realidade todo trabalho de pesquisa enfrenta inúmeras escolhas, é um processo seletivo a começar pela seleção da documentação que foi preservada e se tornou fonte do pesquisador<sup>ii</sup>.

A partir dessa perspectiva, destaca-se o protagonismo do arquivista que ganha à cena, tendo em vista que será o responsável em definir o que poderá ser fonte de pesquisa e o que será – tomando de empréstimo a definição de Heymann – “lixo histórico”<sup>iii</sup>.

Para dar conta das questões acerca do *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, torna-se necessário analisar a instituição e as técnicas adotadas no arquivo, que possibilitaram a descoberta de um documento silenciado, por mais de dois séculos, e que, agora, se torna um testemunho da memória maçônica de Hipólito José da Costa. Sem sombra de dúvidas, depois desse achado, essa memória passará por uma revisão.

O pioneirismo em trabalhar com o processo inquisitorial de Hipólito da Costa deixa a autora, que vos fala, tomada pela mesma emoção que acomete um garimpeiro quando se depara com uma rocha inexplorada, tal como sinalizou poeticamente Carlos Ginzburgo<sup>iv</sup>. Ao mesmo tempo, passada essa emoção, é necessário fazer a crítica ao documento e ter em mente que se trata de uma fonte dialógica, em que há uma série de perguntas e respostas, obviamente coletadas numa relação desigual de poder, no qual o acusado foi pressionado para testemunhar algo que, certamente, não faria espontaneamente.

Por fim, para não cair nas armadilhas que o documento de arquivo prega ao pesquisador, principalmente aquele que pensa ingenuamente ser possível um documento falar por si, na mais tradicional linha positivista, torna-se importante seguir os passos de Jacques Le Goff, adotando a crítica radical ao documento, a fim de verificar os processos que estão por detrás da transformação de um documento em monumento<sup>v</sup>.

### **Contexto da produção do documento/monumento: o processo inquisitorial do réu Hipólito José da Costa**



Antes de contextualizarmos o conceito de documento/monumento e a importância do profissional arquivista neste processo, faz-se necessário apresentar a personagem principal desse estudo e os desdobramentos da sua trajetória de vida, que resultou na produção do objeto e fonte desse estudo.

Hipólito José Pereira da Costa, ou simplesmente Hipólito da Costa, é considerado o patriarca da Imprensa Brasileira, apesar de haver controvérsias. Foi redator e editor do *Correio Braziliense* (1808-1822), periódico que escreveu direto de Londres para esclarecer os compatriotas das “terras brasileiras” sobre os assuntos que julgava relevantes.

Nasceu em 1776 na Colônia do Sacramento, uma região sem domínio definido, em decorrência das constantes disputas entre a Coroa de Portugal e a Coroa da Espanha pelo território. Até que em 1777, com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, ficou sacramentada a posse da Espanha. Diante do novo cenário político geográfico, várias famílias de origem portuguesa tiveram que deixar o local.

A família de Hipólito ficou durante algum tempo morando em Buenos Aires, só retornando para território português depois que Félix da Costa Furtado de Mendonça, pai de Hipólito, pelos serviços prestados como alferes da infantaria portuguesa, foi beneficiado com a sesmaria na região do Serro de Santana, atual município de Pelotas.

Parece que o infortúnio de ter nascido na Colônia do Sacramento deu margem para que a “nacionalidade” de Hipólito da Costa fosse questionada, assim, como também, o status do *Correio Braziliense* como sendo o primeiro periódico “brasileiro”.

Questionamentos a parte e muitos embates de memórias depois, o título de primeiro jornal brasileiro ficou com o *Correio Braziliense*. A Associação Riograndense de Imprensa (ARI), assim como outros grupos de imprensa que compartilhavam dessa memória pró *Correio*, tiveram uma participação bastante ativa nesse processo, resultando na mudança da data comemorativa da Imprensa para o “1º de junho”, data da primeira edição do *Correio Braziliense* (1808-1822), ao invés de “10 de setembro” que, até então, era a data oficial da comemoração, por conta da primeira edição do periódico a *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822).

O reconhecimento do *Correio Braziliense* como um jornal brasileiro é bastante pertinente se pensarmos o contexto em que circulou, isto é, período de monarquia absolutista, ausência de liberdade de imprensa, etc. Portanto, Londres foi o único lugar, onde Hipólito da Costa encontrou proteção para escrever criticamente sobre o governo luso-brasileiro e, dessa forma, esclarecer aos seus compatriotas sobre os fatos políticos, civis, e literários da Europa, sem correr o risco de ser preso novamente pelos cárceres da Inquisição.

Sim! Em pleno século XIX, quando a instituição Inquisição dava seus últimos suspiros, o Tribunal do Santo Ofício de Lisboa ainda teve fôlego para prender Hipólito José da Costa. A fim de situar o contexto histórico da prisão à fuga, passando pelo julgamento, que deu origem ao processo inquisitorial, objeto e fonte desse estudo, torna-se inevitável fazer uma breve exposição dos acontecimentos.

O crime do qual Hipólito estava sendo acusado foi o de pertencer à sociedade maçônica, que era proibida em Portugal desde 1738, pela *Bulla In Eminentis Apostolatus Specula* do papa Clemente XII. A princípio, ficou preso na cadeia do Limoeiro, e em seguida foi transferido para os cárceres da Inquisição em 28 de janeiro de 1803, onde ficou até junho de 1805, quando conseguiu fugir pelo portão da frente, diga-se de passagem, uma fuga no mínimo suspeita. Num belo dia, Hipólito percebeu que havia apenas um guarda para vigiar toda cadeia, fingiu estar com uma forte dor na barriga e solicitou que o guarda aquecesse um pouco de água para ele. Atendendo ao pedido, o guarda saiu deixando o preso sozinho e, ao seu alcance, o molho de chaves que fechava as portas do cárcere.

A partir de então estava instaurado o silêncio em torno do processo de julgamento de Hipólito da Costa, já que desde a fuga, o único documento que veio a público, sobre o caso, foram as memórias narradas pelo próprio réu no livro *Narrativa da Perseguição*. Alguns estudiosos, dentre eles, Alberto Dines, asseguram que Hipólito da Costa ao fugir teria levado consigo o processo<sup>vi</sup>.

Conjecturas a parte, o que interessa nesse estudo não é saber se Hipólito levou, ou não o processo, mas sim tentar compreender como esse documento depois de dois séculos perdidos, 1805 a 2009, foi localizado na seção miscelânea do *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*.

Nesse sentido, torna-se imprescindível pensar a prática arquivística e o fazer do arquivista, visto não como mediador, ou facilitador do arquivo, mas como pesquisador e atuante no processo de construção da memória. Quando o documento está disponível nos arquivos para o usuário realizar suas consultas, uma série de operações ocorreu antes disso, e sempre com a intervenção do arquivista.

### **O processo inquisitorial como objeto de arquivo e fonte da história**

Quase dois séculos depois de produzido, privilegia-se – como objeto e fonte de pesquisa – o processo inquisitorial do réu Hipólito José da Costa custodiado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ter como fonte de pesquisa um processo inquisitorial exige do pesquisador um cuidado redobrado, não que esse cuidado seja dispensado a outros documentos, porém, pelo fato de ser uma fonte dialógica, um testemunho oral, extraído do réu

e registrado pelo inquisidor, no momento em que o acusado, provavelmente, estava sobre pressão física ou psicológica, exige certamente mais cautela.

O documento inquisitorial detém uma característica ambígua, pois ao mesmo tempo em que nos dá a sensação de ser o mais próximo da verdade, pela possibilidade de ler o registro direto na fonte, ou seja, exatamente aquilo que foi escrito da fala do réu, tem-se, por outro lado, a interferência do próprio inquisidor, que, sem dúvidas, pode ter manipulado a fala do acusado antes de fazer o registro.

Além disso, é preciso levar em consideração que as confissões constituem registros fugidios, fragmentados e, profundamente, distorcidos, seja por pressões físicas ou psicológicas. A busca incessante dos inquisidores pela “verdade” não media esforços, e numa relação de poder assimétrico, o réu não tinha muita opção a não ser falar aquilo que sabia, e até o que não sabia.

Ao analisar os diálogos – que em boa parte das vezes parece mais um monólogo, em que o inquisidor faz as perguntas e o réu as responde como se fosse apenas um eco – é preciso estar ciente que o réu testemunhou contra a vontade. Na tentativa de se inocentar diante das autoridades, o acusado certamente fará distorções em seu depoimento.

Apesar disso, os registros dos inquisidores se tornam excelentes fontes, desde que sejam feitas as devidas críticas ao documento. É nesse sentido que Ginzburgo encontra semelhanças entre o trabalho do inquisidor e do antropólogo, pelo fato de ambos registrarem tudo sobre o objeto em análise. Mas, por motivos óbvios, as semelhanças param por aí <sup>vii</sup>.

Muito diferente do trabalho do inquisidor, cujo único objetivo é interrogar o acusado no afã de extrair a verdade que deseja ouvir, o antropólogo, num primeiro momento, coleta os dados, as informações, anotando todos os detalhes para, num segundo momento, decifrar a teia densa de descrição com o objetivo de produzir conhecimento sobre o objeto em questão.

Nesse ponto, é interessante tecer relações com o ofício do historiador, principalmente, quando se trabalha com documentos de arquivo. É uma prática que se assemelha ao trabalho dos monges copistas, em que o documento é reproduzido na íntegra, transcrevendo fielmente as informações, respeitando cada ponto e vírgula do original como se pretendesse tirar a “verdade” do documento.

Arlette Farge descreve, poeticamente, a sensação que qualquer pesquisador tem ao trabalhar com o documento de arquivo definindo-a como: o “sabor do arquivo” que passa pelo gesto artesão, lento e pouco rentável de copiar os textos. O ato de copiá-lo à mão faz o pesquisador penetrar no tempo e capturá-lo em uma página em branco <sup>viii</sup>.

Por não ser arquivista de formação, em alguns momentos, Farge comete equívocos que um profissional da área certamente não cometeria, ou pelo menos não deveria. Enfatiza, por exemplo, que o impresso é um texto redigido intencionalmente, com o objetivo de convencer e transformar a ordem dos conhecimentos. Sabemos, porém, que o documento manuscrito, custodiado no arquivo, também pode ter sido produzido com esse propósito.

Em contrapartida, reconhece que ao trabalhar com arquivos judiciais, mas especificamente com os autos de processo, não há nos registros a intenção de surpreender, agradar ou informar, mas somente o propósito de servir a uma polícia que vigia e reprime. Mas se os testemunhos registrados são verídicos ou não, já é outro problema, que precisa ser explorado pelo pesquisador.

Nesta constatação, percebe-se que a autora reconheceu as imprecisões que podem estar em qualquer documento e, portanto, deve passar pela crítica do pesquisador. Cabe ressaltar que o fato do conteúdo de um documento possuir inverdades, não o faz ser falso, e nem, tampouco, acarreta a perda da sua autenticidade. Simplesmente pela razão de ter sido produzido, e estar num arquivo, já é o suficiente para investigá-lo.

### **As interferências do arquivista sobre a memória e sobre a escrita da história**

Tomando como referência as contribuições de Michael Pollak de que “o trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história”, supõe-se que, talvez, fosse imortalizada outra memória do Hipólito maçom se o processo resultante da sua condenação não ficasse por séculos silenciado<sup>ix</sup>.

Os embates que envolvem a construção da memória permeiam o campo arquivístico, onde o arquivo é visto como um lugar de memória e o arquivista como o preservador da memória da instituição. A intervenção do arquivista sobre a memória ocorre com a prática arquivística da Avaliação em que se atribui valor aos documentos.

Dessa forma, define-se o documento que será preservado por ter um valor agregado tanto para o interesse do produtor, mas também para as pesquisas históricas e para a sociedade; e o documento que será eliminado pelo fato de já ter cumprido suas funções jurídicas e administrativas. No entanto, sabe-se que é preciso um trabalho multidisciplinar para fazer essa seleção, uma vez que a documentação que será preservada ou eliminada deve estar, também, de acordo com as exigências das leis.

Levando-se em consideração a importância das práticas arquivísticas nas pesquisas científicas, na construção da memória, e considerando o pressuposto de que toda e qualquer ação que necessita da intervenção do homem irá carregar sempre um grau de subjetividade,

espera-se como dever do profissional arquivista sinalizar os métodos utilizados na organização do acervo, pois assim, estará agindo de forma ética ao mostrar quais as interferências feitas no conjunto documental e quais foram os caminhos percorridos para lograr tal êxito.

É o arquivista que descreve a fonte que irá para o inventário, para os índices, catálogos, entre outros. Os escritos de Luciana Quillet Heymann destacam bem essa questão e enfatiza o papel de protagonista assumido pelo arquivista na seleção dos documentos, pois é ele que define o que será fonte de pesquisa e o que será “lixo histórico”<sup>x</sup>.

A partir do conceito de “lixo histórico” produzido pelos arquivos e as práticas do profissional arquivista na construção da lembrança ou do esquecimento, torna-se pertinente as análises feitas pela pesquisadora Aleida Assmann acerca da escrita, que é considerada a metáfora fundadora da concepção de memória e da lembrança, porém há tempos deixou de ser o meio privilegiado para tal. A escrita como rastro que os homens deixam de si mesmo está sendo questionada<sup>xi</sup>.

É como se o rastro deixado pela escrita se aproximasse dos restos. Não há mais escrita como um rastro duradouro. O rastro é aquilo que sobrou da escrita, portanto é o lixo. Leia-se lixo como um retrato inverso do arquivo. A metáfora utilizada é para assegurar que mesmo que se queira, há muitas coisas que não se pode resgatar. O resto é o que resta, nessa lógica está tanto o lixo como o arquivo. O lixo está para o arquivo, assim como o esquecimento está para a lembrança.

Por outro lado, seguindo os passos de Gagnebin, apesar de a escrita ter perdido o status de rastro privilegiado de registrar a memória, não há como negar que ela continua sendo a metáfora preponderante para tal função. Isso ocorre porque a escrita é mais arbitrária do que a imagem, e porque ela pode transcreever a linguagem oralmente e se relaciona com o fluxo narrativo que constitui a nossa memória<sup>xii</sup>.

A necessidade de escrever para não deixar o herói cair no esquecimento corrobora para a importância da escrita como registro da memória. A memória de Hipólito José da Costa foi, ao longo da história, resgatada diversas vezes do esquecimento. Por exemplo, no ano de 1872 foi lembrado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, sob o título de “Biographia dos brasileiros illustres por armas, letras, virtudes, etc. Hyppolito José da Costa Pereira”<sup>xiii</sup>.

### **A digitalização do processo inquisitorial, uma política de conservação acertada.**

Os arquivos inquisitoriais ficaram por muito tempo fora do foco dos pesquisadores. Carlos Ginzburgo ressaltou que além de serem consultados tardiamente, também foram

analisados de formas bem limitadas. Por exemplo, os historiadores protestantes quando fizeram uso desse arquivo tinham como objetivo “celebrar a atitude heroica dos seus antepassados diante da perseguição católica”<sup>xiv</sup>. Enquanto que os historiadores católicos foram relutantes em utilizá-los por conta do mal estar que gerava para a Igreja Católica.

Há ainda as dificuldades em trabalhar esses documentos em decorrência da deterioração do suporte, e pela ausência de palavras, que vão sumindo com o tempo, comprometendo, assim, a leitura do todo. Soma-se a isso, o desafio de compreender um manuscrito do século XIX, como é o caso específico deste estudo, que demanda, sobretudo, um bom domínio da técnica de paleografia.

Cabe sinalizar que as políticas de conservação em arquivo tem tornado realidade os projetos de digitalização de documentos a fim de preservá-los por mais tempo, já que inibe o manuseio do original, e possibilita o acesso por meio eletrônico ao documento. É importante não perdermos de vista que independente do suporte, a preservação consiste em toda ação de salvaguardar, recuperar, proporcionar durabilidade e permanência aos materiais dos suportes que contem a informação.

A preservação é um conceito que engloba a conservação, a conservação preventiva e a restauração, poderíamos parar a definição por aí, mas acreditamos ser necessário traçar a distinção entre os referidos conceitos que, para o senso-comum, pode até significar a mesma coisa, mas dentro da gestão de documentos arquivísticos tem atuações bastante diferentes.

Parafraseando a fala de Silva, vemos que a restauração, assim como a conservação, incide no tratamento individual do documento e tem como finalidade prolongar a vida do bem material. Bem diferente disso, o objetivo da conservação preventiva está no tratamento de todo conjunto documental, por meio da intervenção indireta, para retardar o início do processo de degradação do suporte<sup>xv</sup>.

Do exposto, conclui-se que as políticas de preservação de arquivo devem optar pela conservação preventiva, que visa um tratamento contínuo que incide sobre toda a massa documental retardando, dessa forma, o início da deterioração. Cabe ao arquivista ter o conhecimento técnico, científico e político para criar estratégias que resultarão em melhorias para o acervo.

Obviamente, qualquer intervenção nesse sentido, deve-se levar em consideração os custos e as vantagens da operação, que pode incluir desde a transferência de suporte, seja através da técnica da microfilmagem ou da digitalização, ou apenas a compra de um desumidificador. Cabe ao arquivista, juntamente com a equipe de conservadores, decidir qual a melhor solução de acordo com a realidade do acervo e com os recursos disponíveis.

Na era digital novos desafios são impostos a prática arquivística. O documento no suporte eletrônico exige da prática preservação uma revisão de seu método que passa a primar, sobretudo, pela informação, já que nesse cenário, suporte e informação serão tratados separadamente. A preocupação está em manter a forma fixa e a estrutura do documento, acrescenta-se a isso a obrigação de assegurar às características do documento em ambiente eletrônico que lhe garanta o status de arquivístico, isto é: a organicidade, naturalidade e unicidade.

Diante das constantes atualizações tecnológicas, deve estar previsto na política de conservação preventiva a migração do suporte quando estiverem obsoletos. A gestão de documentos deve cuidar para que as características arquivísticas estejam presentes no documento eletrônico durante todo o processo, desde a produção, utilização, até a destinação, para que a autenticidade seja respeitada e para que o acesso não seja prejudicado.

Ao identificar o acesso sazonal ao documento configura uma estratégia da prevenção que, ao fazer um mapeamento da documentação que será mais acessada em determinado momento, poderá criar políticas de preservação para inibir os impactos no acervo. Essa estratégia foi certamente adotada pela equipe do ANTT que ao localizar o processo inquisitorial de Hipólito José da Costa, personagem relevante do cenário luso-brasileiro, previu-se uma grande procura ao documento, que, tão logo tratado, foi digitalizado e disponibilizado on line.

Certamente, sem esse planejamento, o processo inquisitorial que resistiu por dois séculos à ação do esquecimento, não teria a mesma sorte se manuseado freneticamente pelos pesquisadores que há tempos discutiam e conjecturavam sobre o paradeiro do referido documento.

## **Conclusão**

Uma lacuna da trajetória de vida de Hipólito José da Costa ainda hoje permanece em parte silenciada. Refiro-me a faceta maçônica, mas precisamente, a memória maçônica construída, imortalizada, e porque não dizer, forjada pelo próprio Hipólito, ao escrever a obra *Narrativa da Perseguição* (1811), em que relata com ares heróicos sua postura frente ao Tribunal do Santo Ofício, na ocasião em que esteve preso, durante quase três anos (1802-1805), sob a acusação de ter cometido o crime de pertencimento a Maçonaria.

Possivelmente outra história seria narrada e, conseqüentemente, outra memória seria enquadrada se o material, nesse caso, o processo inquisitorial do réu Hipólito José da Costa, nunca tivesse sumido. Tal conjectura ganha relevância ao constatar que a escrita do processo

revela um Hipólito bem menos herói, a ponto de pedir perdão aos inquisidores por ter sido membro da maçonaria.

Por fim, adianto que não é pretensão deste estudo desmerecer o título de Hipólito como herói da causa maçônica, até porque a própria “militância” em que fez em prol dos maçons em seu *Correio Braziliense* já lhe garante tal reverência.

O interesse está em mostrar como o silenciamento de um documento pode conduzir a escrita da história, ao mesmo tempo em que contribui para o enquadramento de uma dada memória. Dessa forma, o presente artigo se propôs a buscar as causalidades que levaram o silenciamento do processo inquisitorial, tendo em vista que os documentos não aparecem por acaso aqui ou ali, muito pelo contrário, “a sua presença ou a sua ausência nos fundos dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise”<sup>xvi</sup>.

---

i UNIRIO. Programa de Pós-Graduação em Memória Social - PPGMS. Doutoranda em Memória Social. [brunaml@ig.com.br](mailto:brunaml@ig.com.br).

Orientador: Sérgio Luiz Pereira da Silva.

ii ROUSSO, Henry. "O arquivo ou o indício de uma falta". Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.17, 1996.

iii HEYMANN, Luciana Quillet. “Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre Arquivos Pessoais e o caso Filinto Muller”. In: FGV – Estudos Históricos, V.10 n.19, p.41-66, 1997.

iv GINZBURG, Carlo. O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.282.

v LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas. SP: UNICAMP, 1990.

vi DINES, Alberto. “O patrono e seu modelo”. In: Alberto Dines (ed.). Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense. Estudos, v. 01, São Paulo/Brasília, Imprensa Oficial/Correio Braziliense, 2002, p. 29.

vii GINZBURG. Id Ibidem.

viii FARGE, Arlete. O Sabor do arquivo. São Paulo: Edusp. 2009, p.23.

ix POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. Estudos Históricos, vol. 2, n.3, p.10.

x HEYMANN, Idem, p.41-66.

xi ASSMANN, Aleida. Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural. UNICAMP, 2011, p.240

xii GAGNEBIN, J.M. Lembrar, escrever, esquecer. São Paulo: Editora 34, 2006, p.111.

xiii MELLO, Francisco Inácio Marcondes. Homem de (Barão). “O Brasil Intelectual em 1801”. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro: IHGB, Tomo LXIV, p.6-31, 1901.

xiv GINZBURG. Idem, p. 286.

xv SILVA, Sérgio Conde de Albite. “A preservação da informação”. Páginas a&b. Lisboa, Portugal: Gabinetes de Estudos a&b, 2005.n. 15 p. 29-39.

xvi LE GOFF, Idem, p.101.



## ***A Política Revista Combativa Ilustrada: ideias e representações no período da Primeira República***

Bruna Vieira Gomes de Oliveira<sup>1</sup>

### **Resumo:**

*A Política Revista Combativa Ilustrada* foi um periódico que circulou na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1918 e 1922, voltado para a veiculação de notícias e textos de opinião relacionados aos acontecimentos políticos do país. Esta comunicação concentra-se na apresentação das principais características da revista, na identificação do seu corpo editorial, que contava, dentre os diversos colaboradores, com o escritor Coelho Neto e na análise de sua inserção no contexto político e intelectual do período.

**Palavras-chave:** Coelho Neto, Primeira República, imprensa.

### **Abstract**

*A Política Revista Combativa Ilustrada* was a periodical that was published in Rio de Janeiro city during the years 1918 until 1922, focused on dissemination of News and opinion texts related to the political events of the country. It is focused on the presentation of the main features of the magazine, the identification of its editorial board, which included, among many employees, the writer Coelho Neto and the analysis of their integration and intellectual context of the period.

**Key words:** Coelho Neto, The First Republic, The Press.

### **Introdução**

A imprensa, segundo Marialva Barbosa, desempenha o papel de veiculadora dos acontecimentos, por meio de variadas representações, que são dispostas segundo critérios subjetivos de seleção e hierarquização. Ao aproximar o encontro entre essas representações e as pessoas – seus diversos públicos – a imprensa, também se reveste de um caráter oficial, em razão do reconhecimento a ela conferido, por compartilhar informações e por proporcionar a participação daquelas nas questões nela abordadas<sup>2</sup>.

O início do século XX representou um período no qual o avanço tecnológico aos poucos adentrou o país, através da chegada de novos equipamentos, como o telégrafo, o cinematógrafo, o fonógrafo e o gramofone, que impactaram diretamente os diversos veículos

de imprensa<sup>3</sup>. A integração das inovações tecnológicas proporcionou uma significativa alteração na organização administrativa e informativa das revistas e jornais que, nesse contexto, passavam a assumir cada vez mais as características de negócio, o que exigia sua reestruturação, a progressiva concentração das empresas e a profissionalização dos jornalistas e demais colaboradores<sup>4</sup>.

O processo de modernização da imprensa proporcionou mudanças que afetaram a dinâmica dos campos cultural e intelectual. Nesse contexto, destacou-se o surgimento das primeiras revistas ilustradas semanais que, segundo Monica Pimenta Velloso, desempenharam um papel estratégico e de grande impacto social no que diz respeito “a receptividade e a especificidade do moderno no sistema cultural brasileiro”<sup>5</sup>.

Com um novo formato gráfico e uma linguagem diferenciada, que possibilitava uma maior aproximação com o público leitor e a formação de opinião, as revistas constituíram-se como um espaço estratégico de configuração político-intelectual e veiculação de ideias<sup>6</sup>. Além disso, Monica Velloso destaca o papel dos intelectuais nessa nova configuração, atentando para o fato de muitos deles ocuparem cargos influentes nas editorias das revistas ou serem seus proprietários. Além disso, a partir do recurso a novas formas de expressão – como, por exemplo, a caricatura – os intelectuais mostravam-se sensibilizados com a construção de vínculos mais estreitos com o público leitor<sup>7</sup>.

As revistas mais importantes no que se refere à tiragem e ao reconhecimento do público, em geral, eram as voltadas para os gêneros literário e cultural, como *A Avenida*, *Para todos*, *Renascença* e *Kosmos*, ou de variedades, como *Fon-Fon* e *Selecta*. Havia ainda as institucionais, como a *Revista da Academia Brasileira de Letras* e a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*; revistas voltadas para a faixa etária escolar, como a *Tico-Tico*; publicações humorísticas, como *O Malho*, *Careta* e *Dom Quixote*; publicações voltadas para públicos específicos como mulheres, operários e imigrantes, além de um grande número de almanaques, com títulos variados<sup>8</sup>.

### ***A Política em revista***

*A Política Revista Combativa Ilustrada* foi um periódico que circulou semanalmente e depois quinzenalmente na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1918 e 1922, cujo enfoque privilegiou questões políticas e administrativas da capital da República e de outras regiões do país. Com uma média de 14 ou 18 páginas desde o primeiro número, *A Política*

era composta pelo editorial, além de notícias, crônicas, artigos, acompanhados por imagens, como fotografias e ilustrações.

Tendo em conta os principais gêneros de revistas semanais ilustradas acima referidos, podemos identificar características diferenciais de *A Política*, em relação às demais em circulação na época, como por exemplo, *Fon-Fon*, *Careta* e *O Malho*. *A Política* foi uma revista literária voltada para os acontecimentos políticos da capital federal e dos estados. Nesse caso, a revista assumiu claramente uma linha editorial, sobretudo, jornalística, embora em sua composição também encontrássemos outras seções diversificadas, voltadas para a literatura, cultura e acontecimentos sociais.

O primeiro número de *A Política* foi publicado em 24 de abril de 1918 e o último número localizado na pesquisa data de 18 de fevereiro de 1922. A revista circulou neste período na cidade do Rio de Janeiro, sede da sua redação<sup>9</sup>. Informava-se, porém, a existência de representantes em vários estados do Brasil e também no exterior, o que sugere que sua circulação não se limitava à capital da República. Sua periodicidade inicialmente era semanal, condição que manteve até o número trinta e oito, de 19 de janeiro de 1919, quando um comunicado oficial informou que a circulação passaria a ser quinzenal. A revista não fornece informações sobre a sua tiragem; no espaço reservado ao seu expediente, informa-se ao leitor apenas o valor pelo qual era comercializada, conforme podemos observar na Tabela 1 abaixo:

**Tabela 1:**

<i>A Política Revista Combativa Ilustrada</i>		
<b>Número avulso</b>	1\$	\$500*
<b>Assinatura semestral</b>	22\$	
<b>Assinatura anual</b>	40\$	

**\*A partir do número sete, de 7 de junho de 1918, o valor do número avulso foi reduzido para 500 réis. *A Política Revista Combativa Ilustrada*, 1 de abril a 7 de junho de 1918.**

*A Política Revista Combativa Ilustrada*, como próprio nome demonstra, noticiava os acontecimentos a partir de uma postura ativa, dirigindo-se seus editores e colaboradores ao público de maneira incisiva e militante. Tal característica expressou-se já no editorial de apresentação, sem assinatura, veiculado em seu primeiro número, no qual se defendia que a ocasião seria propícia para uma “ação decisiva de todos”, por meio da liderança de pessoas capacitadas para tal:

As consciências carecem de ser guiadas. [...] Tem de ser guiadas pelos que servem a Pátria como a um puro ideal, pelos que se formaram na cultura da moral, nas garantias

da convicção, na exaltação do caráter, na disciplina da vontade, na desvelada dedicação aos princípios e no amor ao progresso. [...] Os aptos, os fortes, os eficientes e justos, os favorecidos pela natureza, os homens e não as sombras<sup>10</sup>.

Abaixo se observa, no mesmo editorial, a justificativa para a criação da revista, que seria um instrumento de liderança às mentes ainda incapazes de pensar e agir de maneira autônoma e eficaz. O mesmo editorial também afirma que *A Política* constituía-se como um veículo de combate e de debate, declarando-se inimiga de ações e práticas políticas tidas como comuns àquela época:

São estas as nossas razões. Não vimos [sic] explorar o jornalismo, especular com a pena, violar a vida privada, desacreditar os que têm mérito. Os processos conhecidos de ameaçar e inquietar para se fazer valer, de estragar, de enxovalhar, de arruinar – são inconciliáveis conosco. [...] É esta A POLITICA que apresentamos. O desequilíbrio, [...] a dobrez, o servilismo que [...] constituem as causas da confortável permanência d'essa politiquice amoral na direção do Estado, têm, pela frente, desde hoje, mais um inimigo de morte<sup>11</sup>.

A revista possuiu uma organização gráfica que permaneceu regular desde o período de sua criação até os últimos números localizados. A primeira página, que correspondia à capa da revista, trazia sempre uma ilustração, com fotografias ou charges relacionadas a algum personagem ou acontecimento de destaque na semana.

Internamente, a revista possuía o editorial, que geralmente ocupava meia página, seguido de artigos referentes a fatos de ordem política ocorridos nos diversos estados brasileiros. Havia ainda artigos voltados para a esfera internacional, nos quais eram abordados temas políticos e econômicos, como por exemplo, o noticiário da Grande Guerra, recorrente em notícias, artigos e editoriais no período de publicação da revista.

*A Política* possuía ainda algumas seções regulares, como *Notas Esportivas*, assinada por Coelho Neto, voltada para os acontecimentos do universo esportivo; *A Semana Social*<sup>12</sup>, que veiculava notícias como a realização de eventos, a chegada ao Rio de Janeiro de personalidades de destaque no cenário político, intelectual e artístico do país e a divulgação de nascimentos e bodas, configurando uma espécie de “coluna social”; e *Teatro Regional*, voltada a crítica de espetáculos apresentados nos palcos da cidade do Rio de Janeiro e ao panorama deste segmento artístico no período.

A literatura também se fez presente nas páginas da revista. No número dezesseis, de 9 de agosto de 1918, *A Política* anunciava a inauguração de uma seção voltada para temas literários, que contaria com a publicação integral de textos, peças e poesias de autores brasileiros. Por vezes, a revista veiculava também notícias referentes a esses temas, além de anunciar o lançamento de livros e publicar textos de crítica literária.

A coluna *Correio d'A Política* apresentava-se como um canal de diálogo entre a revista e seus leitores. Ocupava, no entanto, um espaço restrito na publicação, não sendo veiculada regularmente e não possuindo um espaço fixo. A coluna não fazia transcrição das cartas recebidas; os editores publicavam somente as respostas à correspondência enviada pelos leitores, esclarecendo possíveis dúvidas relacionadas a questões como preço, recebimento e periodicidade. Informava-se ainda que as cartas deveriam ser enviadas aos cuidados de João Rodrigues, diretor-gerente da publicação. A seção não era voltada, portanto, a comentários dos leitores sobre o conteúdo veiculado na publicação.

Além do recebimento de correspondência, *A Política* informava aceitar colaborações na forma de artigos escritos por seus leitores, reservando, porém, o direito de recusar sua publicação caso aqueles não atendessem aos “padrões exigidos”, não sendo os originais devolvidos aos seus autores.

A publicidade foi um elemento presente nas páginas de *A Política*. Podemos encontrar na revista diversos tipos de propaganda, desde anúncios de grandes empresas como a *Mutualidade Católica Brasileira*<sup>13</sup> e o *Lloyd Brasileiro*<sup>14</sup>, nesse último caso, ocupando por vezes, uma página inteira, à propaganda de pequenos estabelecimentos, como lojas, boutiques, farmácias e produtos farmacêuticos e ainda serviços oferecidos por profissionais liberais, como advogados, professores particulares e dentistas.

A cessão desses espaços, bem como a regularidade dos anunciantes, podem sugerir quais foram os elementos que possibilitaram o funcionamento da revista no período de 1918 a 1922 – ainda que, por vezes, a revista tenha se preocupado em afirmar seu caráter independente em editoriais e comunicados diversos<sup>15</sup>. Dessa forma, não tendo sido localizadas outras fontes de receita além dos anúncios e da informação sobre as vendas, torna-se necessária a relativização da afirmação de “independência” da revista, sendo necessária a identificação do grupo responsável pela publicação, tendo em vista reconhecerem-se as possíveis motivações e interesses envolvidos em sua criação e manutenção.

## **O corpo editorial**

A análise de *A Política* fundamenta-se segundo a perspectiva da relação entre o conteúdo produzido por seus editores e colaboradores e a disposição da revista como um instrumento de propagação de ideias e informações, que se organiza como um espaço composto de variadas representações relacionadas sobretudo ao contexto político do período. Neste caso, a revista é analisada segundo a identificação de uma dupla disposição que, de

acordo com Roger Chartier<sup>16</sup>, considera as relações intencionais contidas no discurso e os processos organizacionais que envolveram sua criação e circulação, possibilitando a veiculação de ideias e representações e influenciando sua receptividade junto ao público a que é destinada.

Os números localizados de *A Política* não informam a composição integral de seu corpo editorial, trazendo apenas a identificação do diretor geral e, por vezes, a dos autores dos artigos. Nesse caso, o exercício de identificação dos integrantes da revista pôde ser realizado apenas por meio de alguns dos artigos assinados e pelos comunicados oficiais que a revista emitiu, informando aos leitores a respeito de mudanças em sua organização.

O primeiro número de *A Política* trazia João Rodrigues como seu diretor geral, o qual era referido também, pela revista, como o seu fundador<sup>17</sup>. A única informação localizada sobre Rodrigues, que seria maranhense, consta no próprio periódico, em uma transcrição de notícias veiculada pelo *Jornal de Ilhéus*, da Bahia: “A Política – é este o nome de mais uma interessante revista ilustrada, que surgiu no Rio de Janeiro, sob a competente direção do ilustre maranhense dr. João Rodrigues<sup>18</sup>”.

O diretor ficou à frente da revista até o número seis, de 31 de maio de 1918. No número seguinte, editado em 7 de junho, veiculou-se um comunicado oficial, pelo qual era informado que o escritor Coelho Neto assumiria a sua direção:

Já os jornais noticiaram, e nós temos a honra de agradecer e confirmar que, desde o presente número, se acha a frente desta folha, como seu diretor intelectual, o eminente homem de letras Sr. Coelho Neto. O nosso fundador, Sr. João Rodrigues, tomou a seu cargo a direção administrativa da revista sem, entretanto, declinar do posto que sempre se reservou nesta redação<sup>19</sup>.

No número trinta e oito, de 17 de janeiro de 1919, *A Política* veiculou um comunicado informando que o escritor deixava sua direção, no qual se demonstrava pesar por sua saída e admiração e reconhecimento pelo escritor e por sua contribuição à frente da mesma. Porém, as verdadeiras razões da saída não eram, então, explicitadas:

O presente número d’A Política ressen-te-se [...] da falta de concurso do eminente homem de letras que é Coelho Neto. [...] Demonstrando assim, com palavras de coração, o nosso reconhecimento ao chefe intelectual que resolveu, por motivos que lhe são respeitáveis, deixar-nos ao desamparo das suas luzes, - cumpre-nos, entretanto, não vacilar na remissão das responsabilidades a que nos afizéramos. Continuaremos como começamos a viver. [...] Coelho Neto continuará a ter nesta revista dedicados amigos e admiradores às suas ordens<sup>20</sup>.

Embora, oficialmente, Coelho Neto não respondesse pela direção de *A Política*, observamos que seu vínculo com a revista não foi bruscamente interrompido: pelo contrário, o periódico continuou veiculando informações a respeito da sua atividade política e literária,

ao passo que manteve também a mesma linha editorial e o mesmo posicionamento assumido em seus primeiros números, principalmente em relação à política estadual maranhense, assunto que será abordado mais detalhadamente no próximo capítulo dessa dissertação. Nesse caso, podemos afirmar a existência de objetivos políticos comuns que aliavam João Rodrigues e Coelho Neto e que se mantiveram, mesmo após a saída deste último da revista.

Como mencionado anteriormente, *A Política* aceitava colaborações diversas em suas edições, característica essa que impossibilitou, até o momento, a identificação completa da autoria dos artigos veiculados na revista, visto que boa parte não era assinada e havia o recurso aos pseudônimos. Neste caso, a identificação dos demais autores, além de João Rodrigues e Coelho Neto, foi realizada a partir do critério de regularidade de veiculação dos textos nas edições da revista, durante o seu período de circulação.

Dentre os colaboradores que escreveram regularmente em *A Política*, podemos citar Ignacio Raposo, Mozart Monteiro, Humberto de Campos, Barbosa de Godois e Mucio Teixeira.

Ignacio Raposo foi referido em *A Política* como escritor, poeta e professor<sup>21</sup>. No período em que Coelho Neto ocupou a direção da revista, “assumi a secretaria o Sr. Ignacio Raposo que, aliás, desde o nosso início, nos vem prestando, como redator, o valioso concurso da sua pena<sup>22</sup>”. Raposo permaneceu até julho do mesmo ano no cargo, período em que a revista comunicou oficialmente a sua saída do mesmo<sup>23</sup>.

Mozart Monteiro, segundo *A Política*, era escritor, jornalista e professor da Escola Normal<sup>24</sup>, e também manteve na revista uma contribuição regular. O jornalista atuou na redação de *A Política* até janeiro de 1919, quando foi transferido pela revista “para o sul do país”, para “promover enquetes jornalísticas, fundar agências e nomear correspondentes epistolares e telegráficos<sup>25</sup>”.

O jornalista e literato maranhense Humberto de Campos também escreveu regularmente para *A Política*. Chegara ao Rio de Janeiro em 1912, onde conviveu com intelectuais e literatos renomados, como Rui Barbosa, José Veríssimo e Júlia Lopes de Almeida, contribuindo em diversos periódicos, como *Correio da Manhã* e o *Imparcial*. Autor de vários livros, Campos conquistou uma vaga, em 1919, na Academia Brasileira de Letras. Ingressou na carreira política em 1927, quando foi eleito deputado federal pelo estado do Maranhão, tendo sido reeleito em 1929<sup>26</sup>.

Antonio Baptista Barbosa de Godois foi outro maranhense que colaborou em *A Política*. Poeta, escritor e educador, atuou no magistério, na Escola Normal do Estado do Maranhão, e integrou o movimento voltado para o “resgate” da cultura e da literatura deste

estado. Fundou a Academia Maranhense de Letras e, como poeta, compôs a letra do Hino do estado do Maranhão. Foi ainda deputado federal e vice-presidente do seu estado natal.<sup>27</sup>

A *Política* recebeu ainda a contribuição de Mucio Teixeira em suas páginas. Natural de Porto Alegre, Teixeira foi poeta e jornalista, escrevendo para diversos órgãos da imprensa, como *Jornal do Commercio* (1880-1882), *O Cruzeiro* (1882-1883) e *Revista Literária* (1884)<sup>28</sup>.

### **Considerações finais**

Através desta análise sobre *A Política Revista Combativa Ilustrada*, procuramos identificar os elementos principais que integraram a sua composição e, através deles, traçarmos o perfil característico da publicação.

A composição de *A Política* era primordialmente voltada para a veiculação de textos sobre os acontecimentos políticos da capital federal e dos estados. Esses textos eram apresentados na forma de artigos, reportagens e crônicas – essas últimas geralmente veiculadas no editorial, espaço reservado ao comentário e para exposição do posicionamento da revista, geralmente relacionados aos fatos políticos de destaque noticiados na edição.

Embora o conteúdo de *A Política* fosse essencialmente político, a revista apresentava também outras seções regulares, que abordavam assuntos relacionados ao esporte, acontecimentos sociais, cultura e literatura. Em suas páginas encontramos também a publicidade, veiculada com regularidade e ocupando um espaço expressivo, o que nesse caso pode ter representado um meio de sustento para a revista no mercado, bem como a expressão do reconhecimento e do prestígio de seus editores, além da venda de exemplares avulsos ou por meio de assinaturas.

A partir da análise sobre o corpo editorial de *A Política*, podemos identificar em sua composição a existência de personalidades influentes nos campos da literatura, da imprensa e da política no período da Primeira República, com atuação na capital federal e vínculos no estado do Maranhão.

Ao mesmo tempo, o periódico serviu também como plataforma para a defesa e a divulgação de pautas às quais estava vinculado Coelho Neto, como a luta contra o analfabetismo, a educação e a atuação da Academia Brasileira de Letras, repercutindo a atuação desta entidade como espaço de consagração e distinção. Nesse sentido, a figura do escritor, enquanto esteve à frente da revista, constituiu-se como um elemento de identificação para o público a quem a revista se dirigia, por se tratar de uma figura influente nos campos



literário e político. Mesmo após o anúncio oficial de sua saída, a revista manteve a mesma linha editorial e o posicionamento crítico em relação à política maranhense, indicando a existência de uma afinidade política entre ambos.

Quanto aos demais colaboradores, longe de esgotarmos as possibilidades de investigação – visto que a análise pautou-se pela identificação de parte dos seus autores – podemos observar a composição uniforme do corpo editorial da revista, integrado por nomes que figuravam nos campos da política, da literatura e da imprensa, sendo dois deles maranhenses – como era o caso de Humberto de Campos e Antonio Baptista Barbosa de Godois.

Ao final dessa investigação podemos concluir que *A Política* foi uma revista em que a linha editorial esteve voltada para assuntos que privilegiavam a temática política, atraindo um público específico, distintamente do que ocorria com as demais revistas semanais ilustradas, que eram voltadas para o entretenimento e que atingiam um grupo mais amplo de leitores. Desse modo, *A Política* caracterizou-se como uma publicação que tinha como público alvo os integrantes do campo político ou as redes de sociabilidade estivessem relacionadas a seus editores.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGHS/UERJ). Orientadora: Maria Letícia Correa. E-mail: brunavigo25@gmail.com

<sup>2</sup> BARBOSA, Marialva. *Jornalistas, “senhores da memória?”*. IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, NP-02 – Jornalismo, 2004, p. 2. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2004/>. Acesso em: 22 jul. 2014.

<sup>3</sup> BARBOSA, Marialva. *Tecnologias do novo século (1900-1910)*. In: BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil – 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 21.

<sup>4</sup> LUCA, Tania Regina de. *A grande imprensa na primeira metade do século XX*. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 150-163.

<sup>5</sup> VELLOSO, Monica Pimenta. *Percepções do moderno: As revistas do Rio de Janeiro*. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Neves; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (org.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A. Faperj, 2006, p. 313.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 313-314.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 314-315.

<sup>8</sup> MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: Imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: FAPESP, 2008, p. 271-406.

<sup>9</sup> A redação da revista localizava-se na Avenida Rio Branco, números 110 e 112, 3º andar, Rio de Janeiro (Edifício do Jornal do Brasil). A partir do exemplar número 3, de 9 de maio de 1918, a revista informa a mudança de endereço para Avenida Rio Branco, nº 127, 1º andar, Rio de Janeiro.

<sup>10</sup> *A POLÍTICA REVISTA COMBATIVA ILUSTRADA*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica do Jornal do Brasil, n. 1, p. 3, 24 de abril de 1918.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 3.

<sup>12</sup> Por vezes a seção era denominada como *Sociais*.

<sup>13</sup> Sociedade fundada no ano de 1917, voltada para o oferecimento de pensões vitalícias e seguros de vida. *A POLÍTICA REVISTA COMBATIVA ILUSTRADA*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica do Jornal do Brasil, n. 14, p. 15, 2 de agosto de 1918.

<sup>14</sup> Empresa voltada para o serviço de navegação brasileira. *A POLÍTICA REVISTA COMBATIVA ILUSTRADA*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica do Jornal do Brasil, n. 3, p. 15, 17 de maio de 1918.

---

<sup>15</sup> A *POLÍTICA REVISTA COMBATIVA ILUSTRADA*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica do Jornal do Brasil, n. 4, p. 3, 17 de maio de 1918

<sup>16</sup> CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: Idem. *À beira da falésia: a história entre certezas e incertezas*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 71.

<sup>17</sup> A *POLÍTICA REVISTA COMBATIVA ILUSTRADA*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica do Jornal do Brasil, n. 1, p. 1 (capa), 24 de abril de 1918. Ver também: A *POLÍTICA REVISTA COMBATIVA ILUSTRADA*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica do Jornal do Brasil, n. 7, p. 8, 07 de junho de 1918.

<sup>18</sup> A *POLÍTICA REVISTA COMBATIVA ILUSTRADA*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica do Jornal do Brasil, n. 5, p. 9, 24 de maio de 1918

<sup>19</sup> A *POLÍTICA REVISTA COMBATIVA ILUSTRADA*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica do Jornal do Brasil, n. 7, p. 8, 07 de junho de 1918.

<sup>20</sup> A *POLÍTICA REVISTA COMBATIVA ILUSTRADA*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica do Jornal do Brasil, n. 38, p.3, 17 de janeiro de 1919.

<sup>21</sup> A *POLÍTICA REVISTA COMBATIVA ILUSTRADA*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica do Jornal do Brasil, n. 24, p.10, 4 de outubro de 1918.

<sup>22</sup> A *POLÍTICA REVISTA COMBATIVA ILUSTRADA*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica do Jornal do Brasil, n. 7, p.8, 7 de junho de 1918.

<sup>23</sup> A *POLÍTICA REVISTA COMBATIVA ILUSTRADA*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica do Jornal do Brasil, n. 12, p.4, 12 de julho de 1918.

<sup>24</sup> A *POLÍTICA REVISTA COMBATIVA ILUSTRADA*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica do Jornal do Brasil, n. 9, p.11, 21 de junho de 1918.

<sup>25</sup> A *POLÍTICA REVISTA COMBATIVA ILUSTRADA*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica do Jornal do Brasil, n. 37, p.7, 10 de janeiro de 1919.

<sup>26</sup> LOPES, Raimundo Helio. Humberto de Campos (verbete biográfico). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República (1889 - 1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAMPOS,%20Humberto%20de.pdf>  
Acesso em: 1 set. 2014.

<sup>27</sup> ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS. Acadêmicos fundadores: Antônio Batista de Barbosa de Godóis. Disponível em: [http://www.academiamaranhense.org.br/?page\\_id=42](http://www.academiamaranhense.org.br/?page_id=42). Acesso em: 30 de ago. de 2014.

<sup>28</sup> BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883-1902. p. 300-302.

## **José de Alencar: Liberalismo e Escravidão**

Autor: Bruno Cordeiro Nojosa de Freitas

Doutorando em História – Universidade Federal Fluminense (UFF)

Orientadora: Maria Veronica Secreto de Ferreras

### **Resumo**

Este trabalho, viabilizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), busca investigar a produção política de José de Alencar e suas matrizes de pensamento. Assim, considerarei publicações específicas sobre temas como o tráfico atlântico e o sistema representativo, que relativizaram as relações aparentemente conflituosas entre liberalismo e defesa do cativo. Metodologicamente, desejo cruzar informações sobre as conjunturas de produção, que envolvem normas sociais e filiações políticas, bem como ter em conta as experiências do próprio indivíduo.

Palavras-chave: Oitocentos, Teoria Política, Intelectuais.

### **Abstract**

This work, made possible by the Coordination for Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), investigates the political production of José de Alencar and their matrices of thought. So, I will discuss specific publications about topics such as the slave trade and the representative system, which relativized the seemingly conflicting relationships between liberalism and defense of captivity. Methodologically, I wish to cross information about the contexts of production, involving social norms and political affiliations, as well as take into consideration the experiences of the individual.

Keywords: Eight hundred, Political Theory, Intellectuals.

### **1. Introdução**

O único homem novo e quase estranho que nasceu em mim com a virilidade, foi o político. Ou não tinha vocação para essa carreira, ou considerava o governo do estado coisa tão importante e grave, que não me animei nunca a ingerir-me nesses negócios. Entretanto eu saía de uma família para quem a política era uma religião e onde se haviam elaborado grandes acontecimentos de nossa história.<sup>1</sup>

Em um exercício autobiográfico realizado no ano de 1873, em leve ritmo de conversa, destinado a fornecer ao leitor uma noção ampla a respeito de seus caminhos literários, bem como acerca de acontecimentos gerais e particulares que contribuíram para a sua formação como escritor, José de Alencar fazia transparecer conflitos pessoais que estiveram presentes em diversos momentos de sua vida. O embate entre o escritor e o político seria um dos primeiros desses, fosse por paixão no caso das letras ou pelo “arrebato” que sofrera já na maturidade por parte da “alta política”, em favor da qual chegou até mesmo a protelar a vocação literária durante alguns anos.

Embora argumentasse sobre a falta de qualquer ânimo para a carreira administrativa durante a mocidade, Alencar destacava a imensa importância que atribuía à matéria política desde cedo. Isso se justificava especialmente quando trazia à tona assuntos de ordem política em escritos ensaísticos sobre temas diversos. Ainda com cerca de vinte e sete anos publicou as *Cartas sobre a Confederação dos Tamoyos*, nas quais experimentava a crítica literária, ponto central da obra em questão, além de trechos de análise em estilo filosófico sobre “as forças da sociedade” e a organização da coletividade. Seu ingresso efetivo na vida pública, entretanto, ainda tardaria por mais cinco anos, quando, em 1861, foi eleito o segundo deputado mais votado pela província do Ceará, através do primeiro distrito (o da capital). Não escusaria, assim, a religião de sua própria família por muito tempo.

Nascido no ano de 1829, José de Alencar era oriundo de uma família de grande proeminência política no Ceará e seguia os passos de homem público de seu pai, o padre José Martiniano Pereira de Alencar, que havia representado o Ceará como deputado eleito para as Cortes de Lisboa em 1822. A contribuição de Martiniano na construção do Império do Brasil foi decisiva para traçar os rumos políticos da nação: como senador eleito em 1832, idealizou o “Clube da Maioridade”, que possibilitou a coroação de D. Pedro II na década de 1840 e a nova ascensão *Luzia*.<sup>2</sup> Foi também o primeiro presidente da Assembleia Legislativa Provincial do Ceará, criada no ano de 1834 por intermédio do Ato Adicional.<sup>3</sup>

A avó paterna de José de Alencar, Bárbara de Alencar, havia participado ativamente da Insurreição Pernambucana de 1817, exercendo liderança na cidade do Crato ao lado alguns de seus filhos. Seu tio, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, herdeiro dos traços de temperamento e da exaltação revolucionária de Bárbara, veio a ser uma das lideranças da Confederação do Equador de 1824, ocasião na qual falecera em combate após ter sido denominado “presidente republicano

da província” pelos rebelados.<sup>4</sup> Ambos se tornaram mártires de suas causas e receberam homenagens póstumas, figurando entre os principais vultos do culto cívico cearense – lugar que ocupam até os dias atuais.

A trajetória da família Alencar expressava, portanto, boa parte dos processos que marcavam a história do Brasil durante o séc. XIX. Ao menos três das suas gerações estiveram no centro de momentos políticos de grande importância antes e durante a consolidação do Império. Os dois exemplos mais significativos do envolvimento da terceira geração do clã com o Estado nacional eram encontrados nos filhos dos irmãos Tristão e José Martiniano: homônimos de seus genitores, Tristão de Alencar Araripe e José de Alencar ingressaram na burocracia e no serviço público de uma maneira um tanto diversa das gerações anteriores. O momento agora previa a austera dedicação à administração do Estado e não mais a exaltação.

A despeito do engajamento burocrático de José de Alencar na composição do Império Brasileiro após 1861, não seria possível dizer que essa relação com a administração do país tenha se dado de maneira completamente pacífica. Também nesse âmbito, a sua personalidade inquieta se manifestaria com vigor, tanto através de inflamados discursos proferidos no Parlamento, quanto em complexos escritos de natureza eminentemente política. Fragmentos históricos diversos possibilitam a apreensão de traços do pensamento político de Alencar e das suas formas de compreensão sobre a realidade.

Figura central do Romantismo brasileiro e um dos maiores responsáveis pela perpetuação de imagens nacionais na literatura durante o século XIX - como procedeu ao conceber verdadeiros mitos de origem da nacionalidade em *O Guarani* e *Iracema* - Alencar não pode e tampouco deve ter sua faceta de romancista posta de lado, ainda mais tendo em conta a considerável carga ideológica imbuída nesses trabalhos. Para Roger Chartier, há uma *negociação* de grande importância entre o produtor da escrita, inserto em um lugar social, e as instituições e práticas de seu contexto.<sup>5</sup> Esse diálogo certamente deverá ser estabelecido com a amplitude da produção alencarina. Sua empresa literária respondia, sem dúvidas, a anseios profundos e pessoais de expressão individual, como deixava claro em *Como e porque sou romancista*. Mas a sua tentativa de descobrir e reinventar o caráter brasileiro através da síntese das diversas características regionais, que dariam essência ao Império, partia de uma concepção específica de como a sociedade deveria se organizar. A união de ambientes distintos do país como os meios urbanos, os sertões, pampas e florestas, bem como dos homens que os habitavam, viria a ser a tradução dessa poética

nacional agora substanciada no Império. *O Sertanejo*, *O Gaúcho*, *O Tronco do Ipê*, entre outros romances que possuíam a especificidade da busca por retratar determinados espaços da nação – espaços esses que comporiam o quebra-cabeça da identidade brasileira em seu conjunto – representavam tal ambição.

As publicações políticas de Alencar totalizam cerca de quatro densas obras principais: os volumes sob o pseudônimo de Erasmo (*Cartas políticas ao povo* e *Ao Imperador*), *O Systema representativo* e *Os partidos*. Além delas, temos também compilações póstumas, como *A propriedade* e inúmeros artigos publicados em meios como periódicos, bem como um não menor número de discursos que deixou como parlamentar e ministro. Os temas que José de Alencar se propôs a discutir nesses textos são amplos, destacando-se comumente a questão escravista, problemas de organização da representação (e, conseqüentemente, das eleições) e reflexões jurídicas e econômicas sobre a administração pública. Estabelecer um diálogo entre essa produção, sua própria trajetória e aspectos históricos de ordem mais ampla estão entre as principais preocupações **aqui apresentadas**.

## 2. Desenvolvimento

No ano de 1860, o Ceará havia presenciado violentos acontecimentos relacionados à política e às eleições na província, que geravam dúvidas sobre a validade do pleito e a legitimidade dos candidatos eleitos. Na data de 8 de setembro de 1860, um conflito armado entre grupos ligados aos partidos Liberal e Conservador pôs em clamor a vila de Telha, localizada na região centro-sul do Ceará. O resultado imediato do incidente foi a morte de mais de 12 homens (com um total de mais de 30 feridos) e a marcação de novas eleições para uma data posterior.<sup>6</sup>

No pleito que seguiu, 8 deputados foram eleitos com a finalidade representar o Ceará na Câmara a partir do ano de 1861. Havia uma clara primazia do partido Conservador entre os vitoriosos, o que se tornava ainda mais emblemático após a morte do maior chefe político do partido Liberal na província: o senador José Martiniano Pereira de Alencar. Se o breve êxito Liberal, provocado pela criação dos círculos idealizados durante a “conciliação” de Paraná, sofreu um duro golpe após a expansão de distritos, a província cearense não foi exceção.<sup>7</sup>

Foi nesse panorama que o literato José de Alencar principiou sua carreira parlamentar: necessitava defender sua própria candidatura, bem sucedida, e estabelecer uma clara posição

favorável ao seu partido (Conservador), confrontando as críticas de membros veteranos da Câmara dos Deputados ligados ao partido Liberal, de seu falecido pai.<sup>8</sup> Um dos primeiros problemas que devemos ter em mente diz respeito à compreensão dessa diferença entre o pensamento político comum à família de Alencar e a sua própria filiação partidária.

Apesar de compreendermos que há um possível componente pragmático na escolha, que é a força conservadora no momento de sua eleição, a questão oferece possibilidades de reflexão mais amplas, até porque, segundo o próprio, sua atuação como parlamentar estabelecia uma clara cisão entre a vida como “um homem privado”, que não poderia ser cobrado politicamente por quaisquer posições que tenha tomado antes do ingresso como deputado – já que só diriam respeito à esfera particular – e o “homem público”, supostamente coerente com as suas ideias políticas durante toda a carreira que exerceu a serviço do Império.<sup>9</sup>

Algumas falas de Alencar ampliam a possibilidade dessa problemática e levam a algumas interrogações. Em que medida a sua filiação partidária obedece a ditames ideológicos ou práticos? Que relação a defesa do partido Conservador mantém com a perspectiva teórica que desenvolve em suas obras políticas e mesmo em aspectos da produção literária? Podemos entender como causalidade direta o fato de ter empreendido uma cruzada antiaboliconista e a aproximação com setores mais reacionários do partido? Em discurso no senado, já como ministro da Justiça, no ano de 1869, ressaltava o componente ideológico, a adesão intelectual e a própria maturidade que se vinculavam àquela opção partidária feita nove anos antes, dando pistas sobre algumas das perguntas que temos em mente:

A minha infância, Senhores, foi liberal, é verdade, conforme disse o nobre Senador pela Bahia [Zacarias de Gois e Vasconcelos]; foi liberal como é hoje a idade da reflexão. Hoje, porém, compreendo melhor a liberdade do que então a compreendia. O sentimento não mudou, mas a razão se esclareceu. Outrora, liberdade era para mim o entusiasmo popular, a eletricidade da multidão; hoje, porém, considero como o verdadeiro cunho da liberdade a felicidade de calma, tranquila do povo, a manifestação vivaz e enérgica da opinião pública. Li um escritor muito notável, que ultimamente foi aqui citado, Ers'kine May, estas palavras: “O espírito conservador é o estado normal da maior parte dos homens que chegam aos 50 anos; é o estado produzido não pela experiência ou pela filosofia, mas por um temperamento natural da velhice” [...].<sup>10</sup>

Além disso, esclarecia o fato de se considerar uma espécie de “liberal” mesmo pertencendo ao partido Conservador, ligando o que havia dito anteriormente, acerca da compreensão própria de um liberalismo equilibrado, à forma com a qual enxergava o papel do seu partido e do próprio Estado Imperial:

Sr. Presidente, o nobre Senador pela Bahia, o segundo dos oradores, não compreende como eu concilio as ideias democráticas com minha posição no Partido Conservador. Oh! Senhores, o que é o Partido Conservador? Não é, não tem sido sempre o Partido da Constituição? E há, porventura, uma Constituição com ideias mais democráticas que a nossa? (Apoiados). Não a conheço. Se a Democracia é o governo da Nação pela Nação, não conheço uma Constituição que no estado atual da civilização, a realize melhor do que a Constituição brasileira.<sup>11</sup>

Desde já, observamos que essas palavras de Alencar, sobre sua escolha, trazem também a possibilidade de repensar a própria composição dos partidos no Império. Segundo Jeffrey D. Needell, a definição de *Luzias* e *Saquaremas*, que daria origem aos partidos Liberal e Conservador, ocorreu no momento da Regência em torno de questões como a centralização do Estado e o grau de autoridade do monarca.<sup>12</sup> Conquanto aspectos como o perigo da restauração com Portugal e a radicalização do “partido da Oposição” (algo que contribuiu para a congregação de indivíduos dentro do “partido da Ordem”) tenham esmaecido durante a Conciliação, falas que sublinhavam um elemento ideológico nos partidos não seriam incomuns.<sup>13</sup> Bernardo Pereira de Vasconcelos justificaria sua mudança partidária com uma perspectiva próxima à de Alencar décadas antes.<sup>14</sup> Assim, enxergamos a oportunidade de pensar sobre aspectos amplos do Império do Brasil pondo em diálogo a produção de Alencar com o processo que o acompanha.

Nesse sentido, a compreensão histórica de *O Systema representativo* traz novas perguntas sobre sua trajetória e seu pensamento, ainda mais se levarmos em conta que a obra propunha questões fundamentais sobre a organização e o funcionamento do Estado nacional. Publicada no ano de 1868 e possuindo um a florado conteúdo de teoria política, essa produção apresentava como escopo fundamental aquilo que deveria integrar a base de todo o aparelho político brasileiro: a representação e o problema das eleições. Alencar seguia um direcionamento recorrente no séc. XIX, que buscava a boa regulação burocrática através de práticas eleitorais como a qualificação dos votantes e as sucessivas fases do pleito.<sup>15</sup>

A reforma eleitoral é o ponto para onde com razão convergem mais frequente as mediações daquelles que sobrepõem a questão política á questão material, o espirito do corpo. Sem desconhecer a importancia da prosperidade nacional, entendem esses que um estado não póde bem desenvolver-se quando seu organismo soffre.<sup>16</sup>

Mesmo sem fugir das bases de pensamento comuns no período, a obra guardava algumas peculiaridades relativas às suas perspectivas teóricas, possibilitando questionamentos diversos. Como Alencar compreendia as ideias de Representação, soberania popular e a própria legitimidade



do direito ao voto? Que bases intelectuais forneceram material para a escrita de seus textos e que autores mantinham ligação com suas opiniões? A leitura do livro esclarece algumas dessas perguntas e indica caminhos para a pesquisa historiográfica. Em primeiro lugar, baseado em Tocqueville, Alencar defendia a tese de que boa parte do que se entendia como o caráter geral do sistema representativo no ocidente seria distorcido, pois configuraria a onipotência da maioria sobre a minoria, excluindo a própria liberdade individual do que não fosse “multidão”. Segundo postulava, essa “tirania da maioria” seria até mesmo mais deletéria que casos de domínio aristocrático, pelo simples fato de que este ao menos toleraria a pressão popular, ao contrário do domínio da multidão, que abafaria a minoria completamente.<sup>17</sup>

A democracia ideal para Alencar teria uma feição definida, onde minorias e majorias deveriam contribuir equilibradamente para a formação do país, sem que a fórmula para se chegar à verdadeira representação fosse a simples vitória nas eleições. A vontade dos derrotados, de certa maneira, também deveria fazer parte do que chamou de “totalidade”:

A soberania nacional não significa uma somma de vontades, ou o produto da addicção de certa quantidade de votos; é um poder indiviso que emana da totalidade do paiz; uma vontade máxima e plena formada pela concrecção das vontades. Todos concorrerão para ella; ninguém isoladamente a creou.<sup>18</sup>

Desse modo, Alencar concordava com a opinião de Benjamin Constant sobre a necessidade de impor freios sobre a própria liberdade dos cidadãos, impedindo que essa liberdade subvertesse a ordem.<sup>19</sup> No que diz respeito à questão da soberania popular, sua ideia era a de que ela deveria ser auxiliar e aliada do exercício de todos os poderes políticos do Império. Nenhum dos poderes se contraporiria à plena soberania popular. Mesmo o Moderador, facilmente classificável como arbitrário por um ponto de vista exaltado, deveria possuir pouco mais do que a função de sancionar as demandas do povo traduzidas na Constituição.<sup>20</sup>

Em aparente oposição com a defesa das liberdades democráticas, Alencar paralelamente empreendia ataques contra medidas abolicionistas promovidas pelo Império, como a Lei do Ventre Livre de 1871, e elaborava escritos em defesa teórica da escravidão, como alguns dos contidos nas *Cartas* de Erasmo, publicadas na década de 1860. A contradição ganha ainda maior vulto se considerarmos o fato de que algumas de suas obras literárias continham ideias aparentemente libertárias nesse âmbito. Cabem, portanto, novos problemas especificamente relacionados com sua produção relativa ao tema da escravidão.

### 3. Conclusão

Sabemos que sua perspectiva sobre a escravidão percebia uma ligação entre monarquia constitucional nos trópicos e as suas bases sociais, que incluíam, inevitavelmente, a própria estrutura servil. Em sua visão, o fim dessa prática econômica e social poria em ameaça a continuidade do Império. De fato, mesmo com as críticas e sátiras que elaborou contra a pessoa de D. Pedro II, Alencar era um entusiasta convicto da figura do monarca como instituição, em si, do Estado. Não à toa, as Cartas de Erasmo ao Imperador acompanhavam tanto uma apologia ao escravismo brasileiro quanto conceituações sobre a importância e as atribuições do seu destinatário.

Não se nutre esta fé na dedicação á vossa pessoa: o que a fortalece é o zelo pelo grande princípio representado no snr. D. Pedro II; o amor á dynastia, gemea da patria, pois nascerão juntas; e acima de tudo o receio de que decepções amargas e sucessivas derramem no paiz o tédio pelas melhores instituições.

Sou monarchista, senhor, como sou christão; com fervor e entusiasmo, do mais profundo de minha alma.<sup>21</sup>

O fato de que delimitava a escravidão à realidade nacional e, em tese, não a defendia puramente como conceito universal, pode esclarecer a maneira como conciliava alguns romances tidos como abolicionistas e escritos políticos que iam em direção oposta. Dentro de sua elaboração se admitia que a escravidão seria, em sua essência, algo condenável, mas necessária para promover o progresso humano, sem a qual “a America seria ainda hoje um vasto deserto”.<sup>22</sup>

As palavras de Alencar oferecem valiosos indicativos para compreender questões de fundamental interesse sobre como ele concebia uma sociedade ideal, bem como os erros e direções que enxergava naqueles momentos do Brasil monárquico. Esses atributos levam, assim, a perguntas amplas no sentido de concluir se é possível falar que José de Alencar elaborou, especificamente, projetos de nação em seus escritos e traçar as características desses possíveis projetos. Buscamos, assim, demonstrar como o estudo do conjunto da produção intelectual de José de Alencar, em ligação com a percepção do contexto histórico de elaboração e aspectos de sua própria vida, trazem possibilidades inestimáveis para a pesquisa historiográfica.

Este trabalho traduz o início da pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Neste breve espaço, busquei materializar resultados gerais das prospecções em curso e primeiras sistematizações teóricas acerca

do objeto estudado, bem como problemas centrais que deverão ser abordados em um futuro próximo.

---

<sup>1</sup> ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista*. Rio de Janeiro, Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1893.P. 34.

<sup>2</sup> NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*, 5ª ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 67.

<sup>3</sup> O Ato Adicional foi promulgado em 1834 e daria corpo às concessões feitas pelo governo central às províncias em nome da estabilidade do Império.

<sup>4</sup> BARROSO, Oswald. *Tristão Araripe: Alma Afoita da Revolução*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006. p. 12.

<sup>5</sup> CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Trad. Mary Del Priore. Brasília: Editora da UNB, 1994.

<sup>6</sup> BRÍGIDO, João. *Antologia de João Brígido*. Organizada por Jáder de Carvalho. Editora Terra do Sol, rua Agapito dos Santos, 389. Fortaleza-Ceará, 1969. p. 490-491.

<sup>7</sup> Os círculos eleitorais mudaram a forma de votação no Brasil, dividindo em distritos as áreas de cada província que elegeriam seus deputados. Sua discussão envolveu diversos debates parlamentares e posições divergentes dos partidos do Império.

<sup>8</sup> Ver: Quarta sessão preparatória em 18 de abril. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Camara dos Srs. Deputados. Primeiro anno da Undecima Legislatura. Sessão de 1861. Tomo 1. Rio de Janeiro. Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve. 65 – Rua do Ouvidor – 65. 1861. p. 25.

<sup>9</sup> Essa ideia foi demonstrada em discurso proferido na sessão de 06 de setembro de 1869 do Senado, em resposta a questionamentos feitos por Zacarias Góes e Vasconcelos durante sessão anterior. Era uma defesa sobre o fato de ter se aproximado do partido Liberal antes de ser eleito pelo Ceará, mudando de perspectiva não muito tempo depois. Ver: ALENCAR, José de. *Discursos parlamentares de José de Alencar – Deputado-geral pela província do Ceará (1861 a 1877)*. Brasília, Câmara dos Deputados, 1877. p. 85.

<sup>10</sup> Sessão do Senado de 06 de setembro de 1869. In: ALENCAR, José de. *Discursos parlamentares de José de Alencar – Deputado-geral pela província do Ceará (1861 a 1877)*. Brasília, Câmara dos Deputados, 1877. p. 83.

<sup>11</sup> *Ibidem*. p. 85.

<sup>12</sup> NEEDELL, Jeffrey D. A formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857. In: Almanack Braziliense. São Paulo, nº10, nov. 2009. p. 19.

<sup>13</sup> NEEDELL, Jeffrey D. The party of order: the conservatives, the state, and slavery in the Brazilian monarchy, 1831-1871. Stanford: Stanford University Press, 2006. p. 103.

<sup>14</sup> Ver: “Fui Liberal” in: NABUCO, Joaquim. Um estadista do Império, 5ª ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p. 65.

<sup>15</sup> FREITAS, Bruno Cordeiro Nojosa de. *A exaltação dos eleitos: evolução eleitoral e política do Império (Ceará, 1846-1860)* / Bruno Cordeiro Nojosa de Freitas. – 2011.

<sup>16</sup> ALENCAR, José de. *O Systema representativo*. Por J. de Alencar; introdução de Walter Costa Porto. – Ed. fac-sim. Brasília: Senado Federal, 1996. Fac-símile de: Rio de Janeiro: Garnier, 1868. p. 9.

<sup>17</sup> Como exemplo de sua preocupação com a questão, propunha a presença de representantes honrados dos dois partidos durante a qualificação, promovendo a vigilância mútua de ambos e não a simples composição por autoridades públicas das freguesias, o que poderia promover a fraude decorrente de estarem presentes apenas membros de uma única parcialidade, o que efetivamente acontecia de maneira recorrente.

<sup>18</sup> ALENCAR, José de. Op. Cit. p. 26.

<sup>19</sup> CONSTANT, Benjamin. *Curso de Política Constitucional*. Traducido libremente al español por D. Marcial Antonio Lopez. Burdeos: Imprenta de Lawalle Jóven, 1823.

<sup>20</sup> ALENCAR, José de. Op. Cit.. p. 171.

<sup>21</sup> Idem. *As novas cartas políticas de Erasmo*. Rio de Janeiro – Typ. De Pinheiro & C., 1868. p. 7.

<sup>22</sup> Ibidem. p. 17.

## **Agentes sociais e organização político-institucional do poder concelhio português na Idade Média: o caso da Lisboa do século XIII**

*Bruno Marconi da Costa*<sup>1</sup>

### *Resumo:*

O presente artigo objetiva analisar os agentes sociais que participaram da organização da assembleia concelhia de Lisboa no decorrer do século XIII. Identificamos uma pluralização do *concilium* na referida centúria que, durante os seus períodos formativos nos séculos anteriores, era monopolizado pelos "homens bons": cavaleiros-vilãos, donos de terra e grandes mercadores. Analisaremos a complexificação dessa instituição a partir de dois casos: uma assembleia magna de 1285 e uma carta régia de 1298, que marcaram a presença de mesteirais nas reuniões do concelho.

Palavras chave: Lisboa, concelho, Idade Média.

### *Abstract:*

The current paper aims to analyze the social agents who participated in the assemblies of the Lisbon council during the 13th century. It is possible to identify a pluralization of the concilium during that century, opposing the monopolization we observe in its formative times - in the 11th and 12th centuries, when it was dominated by the groups called "homens bons" and "cavaleiros-vilãos", landowners and great merchants. We seek to analyze the complexification of this institution through the study of two cases: a great assembly in 1285 and a king's letter from 1298 - that show the presence of craftsmen at the council reunions.

Keywords: Lisbon, council, Middle Ages.

---

<sup>1</sup> Mestre e Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC/UFRJ), orientado pelo Prof. Dr. Álvaro Bragança Júnior e Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Gracilda Alves. Pesquisador do Grupo de Estudos Medievais Portugueses (GEMPO) e Bolsista CAPES. brunomarconihistoria@gmail.com

## *Introdução*

O presente artigo objetiva analisar o complexo conjunto de relações sociais que constituía o aparato concelhio de Lisboa durante o século XIII. Foi nesse período que a cidade se destacou frente ao conjunto do reino de Portugal como a "capital", com um multifacetado conjunto de agentes sociais convivendo e disputando os mesmos espaços. Intentamos observar, dentro do processo histórico, quais grupos participavam, de forma dominante ou não, nas diversas instâncias institucionais que expressam o poder local em solo lisiponense de forma legitimada pelos habitantes e poder régio.

Em um primeiro momento, trataremos de nossa definição de poder concelhio, indicando como esta instituição se construiu na Península Ibérica e, especificamente, em Portugal. A seguir, elaboraremos uma contextualização socio-econômica da cidade de Lisboa no século XIII, apontando as principais transformações ocorridas após a chamada "virada dos anos 1250". Por fim, analisaremos os grupos sociais que lançaram mão dessa instituição como estratégia política durante o referido recorte temporal, com destaque para a atuação dos cavaleiros-vilãos e dos mesteirais.

### *Os concelhos ibéricos: um ponto de partida*

Diversos autores da historiografia portuguesa medievista dedicaram-se a debater a natureza da instituição concelhia medieval e sua importância na constituição do que viria a ser o Portugal moderno. Desde, pelo menos, Alexandre Herculano e sua tese municipalista da origem românica dos concelhos portugueses, o debate sobre as origens concelhias manteve-se vivo durante todo o decorrer dos séculos XIX e XX. Uma quantidade expressiva de autores debruçaram-se no assunto, entre os quais destacamos, além de Herculano, Henrique de Gama Barros, Torquato de Sousa Soares, Paulo Merêa, Antonio Borges Coelho, José Mattoso, Humberto Baquero Moreno e Maria Helena da Cruz Coelho.

Partimos nossa análise definindo concelho como uma instituição política do terceiro estado (*os laboratore*), a qual sua primeira composição remete-se ao contexto de Reconquista. Os concelhos da região da Estremadura portuguesa e castelhana organizaram-se a partir do vazio político causado pelo recuo cristão após a conquista muçulmana, devido à fuga de bispos e nobres da região para as Astúrias.<sup>1</sup> Assim, os concelhos formados nessas terras de domínio islâmico são fruto da necessidade

daquelas comunidades de se organizar em conjunto para administrar suas terras comuns, acesso a reservas de água, gados e pastagens.

Com o avançar do processo de Reconquista dos séculos X a XII, houve o encontro do Norte senhorial-cristão e o Sul urbano-islâmico, e os nobres, ao lado do rei, avançavam sobre terras nas quais a tradição de administração local já existia. A presença do poder senhorial nessas comunidades era, então, apenas ocasional, e aquele era regido por uma relação de reciprocidade: a população ali estabelecida garantia uma proteção contra *razias* muçulmanas e, em compensação, beneficiava-se de um estatuto jurídico distinto das relações dominantes feudais.<sup>2</sup> Os novos senhores, assim, negociavam com as populações locais, e viam-se obrigados a reconhecer essa forma autônoma de governo através da outorga de cartas de foral. De acordo com Antonio Borges Coelho, cartas de foral são documentos complexos que desenvolvem o que designamos hoje como direito constitucional, fiscal, administrativo, civil, penal e processual.<sup>3</sup>

Doravante, as cartas de foral buscavam normatizar todo o cotidiano político, social e econômico daquelas comunidades. Envolviam-se em um projeto político dos poderes régio e senhoriais de fixar populações em áreas de fronteira, de maneira a garantir a proteção de áreas que perigavam receber avanços militares muçulmanos. Os concelhos instituía-se na esfera de relações sociais de força entre populações locais, muitas vezes de origem muçulmana, e grupos dominantes da aristocracia ibérica.

Com o decorrer dos séculos XI e XII, os concelhos complexificaram-se, criando diversos cargos funcionais para a organização e manutenção da ordem interna daquelas comunidades. As cartas de foral legitimavam esses funcionários concelhios, muitas vezes precisando suas formas de atuação. A origem muçulmana é facilmente identificável quando atentamos à própria terminologia de alguns desses cargos: o *alcaide* representava o rei ou o senhor naquela região; os *alvazis* eram os juizes, que julgavam e puniam os que infringiam os costumes; os *almotacés* encarregavam-se da "polícia econômica", regulavam os pesos e medidas daquela região.

Além dos cargos acima referidos, outra instância constitutiva dos concelhos medievais portugueses era a assembleia de vizinhos - chamada de *concilium*. Definia-se como uma reunião dos vizinhos, ocorrida semanalmente e em espaço público, onde se discutia e se deliberava sobre o governo daquela população. É importante salientar que

essa instância não poderia ser definida enquanto uma democracia, ao contrário do que teóricos do princípio do liberalismo costumavam considerar. As clivagens econômicas e sociais definiam quem participava e quem era marginalizado do processo decisório: em territórios mais urbanizados e complexos, como era o caso de Lisboa, o elitismo era maior do que em sociedades rurais mais simples.<sup>4</sup> Mesmo assim, os *concilia* ainda eram um espaço no qual interesses gerais poderiam superar projetos particulares de alguns grupos poderosos.

É sobre a composição dessas assembleias de vizinhos que nos debruçaremos no presente artigo. Para tanto, precisamos traçar um perfil geral do processo histórico de que a cidade de Lisboa foi palco no decorrer do século XIII.

#### *A cidade de Lisboa no século XIII: de praça militar a entreposto comercial*

À época do cerco a Al-Lishbuna em 1147, esta poderia ser definida como uma praça militar. Possuía uma função estratégica na linha do Tejo, e portanto servia como um posto avançado de tropas tanto para os muçulmanos quanto para os cristãos após o cerco. Tinha pequenas proporções para a época, quando comparada a outras cidades do Ocidente Medieval: 5000 habitantes distribuídos por 20ha de terra.<sup>5</sup> Sua economia restringia-se à produção de gêneros agrícolas em seu "cinturão verde", que sustentava as elites muçulmanas que viviam na parte interior da chamada "cerca moura".

Um cenário substancialmente diferente pode ser observado ao fim da centúria seguinte. Sua população praticamente triplicou, chegando a aproximadamente 14.000 pessoas. O espaço ocupado pela cidade também se expandiu para 60ha, inclusive levando à construção de uma nova muralha para proteção da área da ribeira.<sup>6</sup> As atividades econômicas foram dinamizadas, com o binômio urbano medieval do comércio-artisanato crescendo aceleradamente ao lado das já tradicionais atividades agrícolas.

Tal crescimento ocorreu devido ao que Gerard Pradalié chamou de "viragem dos anos 1250".<sup>7</sup> O autor identifica, para o caso de Lisboa, que a conquista de Alcácer do Sal em 1217 e, mais importante, o fim da Reconquista Portuguesa em 1249, levaram a um ambiente de paz na cidade. Esse clima propiciou uma transformação quantitativa e qualitativa no âmbito econômico, aumentando o número de bairros através do incentivo



dado por D. Afonso III (1248-1279) à expansão das atividades tipicamente burguesas: o comércio e o artesanato.

Com esse crescimento, Lisboa passou a se destacar no contexto do reino aos olhares do monarca. Tornou-se sede da chancelaria régia, que antes se fixava em Coimbra, o que pode ser considerada a promoção da cidade ao status de "capital". O bispado cresceu de importância, chegando próximo à autoridade do arcebispado de Braga no final do século. D. Dinis fundou em terras olisiponenses a primeira universidade de Portugal, antes desta ser transferida para Coimbra. Lisboa tornou-se entreposto comercial importante tanto para cidades do Mediterrâneo quanto do Norte da Europa. Enfim, a cidade estava cada vez mais evidente no contexto português, com atuação direta do poder régio sobre seu espaço constitutivo.

Destacamos aqui a política econômica do poder régio na cidade, que D. Afonso III inaugurou e foi continuada por D. Dinis: a compra expressiva de tendas. Com o objetivo de diversificar a renda da coroa, ambos os monarcas efetivaram uma política de compra e aforamento de unidades produtivas e de comércio na cidade, tendo seu auge entre os anos de 1276 e 1285. De acordo com um rol de propriedades de 1299<sup>8</sup> e um levantamento feito por Carlos Guardado da Silva da documentação da chancelaria<sup>9</sup>, essa política concentrou-se nas freguesias de São Nicolau, São Julião e Santa Maria Madalena, na "Cidade Baixa" de Lisboa: precisamente o centro econômico dinamizador que se desenvolveu durante o decorrer do século XIII, e onde concentravam-se as tendas pertencentes aos agentes sociais que mais ganharam espaço no concelho de Lisboa durante o mesmo período.

Como veremos a seguir, foi exatamente o grupo dos produtores urbanos que galgou posições institucionais na assembleia do concelho lisboeta durante o decorrer do século XIII.

#### *Os agentes sociais de Lisboa e o poder concelhio: uma relação de forças?*

Lisboa foi conquistada dos muçulmanos pelos exércitos cruzados cristãos no ano de 1147. Todavia, apenas em 1179 sua carta de foral foi oficialmente outorgada por D. Afonso Henriques, o novo senhor da cidade. Na ocasião, foi concedida simultaneamente uma carta de foral a outras duas proeminentes cidades da região central do reino: Santarém e Coimbra. Torquato de Sousa Soares, em sua tipologia dos concelhos

medievais portugueses a partir de suas cartas de foral, fez uma descrição geral do teor do documento, vinculando-o ao contexto socio-econômico e militar do reino no final do século XII: "Foi este regime, cujo principal objetivo parece ter sido favorecer a cavalaria-vilã, que a investida dos Almóadas punha novamente em relevo, sucessivamente adoptado por várias povoações entremenhas, alentejanas e algarvias".<sup>10</sup>

Parte também dessa perspectiva Marcelo Caetano, ao contrastar a carta outorgada a Lisboa em 1179 com o foral de Coimbra de 1111 (conquistado a partir de uma revolta popular moçárabe): "o espírito de um e de outro é diferente: em 1111 prevalecem os interesses populares, em 1179 estamos perante uma concessão régia que não abdica das prerrogativas e vantagens essenciais e que favorece sobretudo as classes privilegiadas".<sup>11</sup> O foral fazia parte da estratégia do poder régio de defesa territorial dos limites fronteiriços do reino, visto que Lisboa, como observamos, era vista como uma praça militar avançada.

Nesse sentido, partindo do processo de constituição dos concelhos medievais portugueses apresentado anteriormente, identificamos que o principal agente social envolvido na negociação com D. Afonso Henriques eram os grupos dominantes socio-economicamente vinculados a uma hierarquia político-militar, ou seja, os *cavaleiros-vilãos*. Estes "homens bons" decidiam os rumos do governo concelhio, elegendo anualmente os magistrados nas assembleias de vizinhos e ocupando das questões que diziam respeito à cidade e seus moradores.<sup>12</sup>

O cavaleiro-vilão era o membro do terceiro estado que mais se aproximava da nobreza e, por vezes, formava-se como um grupo social intermediário entre os *bellatores* (a nobreza guerreira) e os *laboratores*. Diferenciava-se do cavaleiro nobre principalmente pelo fato de não possuir uma família tradicional e aristocrática. Sua forma de ascensão à cavalaria era a partir de suas *posses*, geralmente manifestada em grandes e médias propriedades de terra na periferia dos concelhos, assim como, no final do século XIII, pela sua atuação em grandes negócios mercantis para o exterior. Mesmo assim, no âmbito da cultura e dos costumes, buscava refletir seus valores nos da nobreza tradicional, reproduzindo-os em uma escala própria, sem, porém, abandonar os bens que o sustentava economicamente.

Durante todo o período medieval, esses cavaleiros dominaram a política local, constituindo-se como uma verdadeira elite que ditava os rumos do governo concelhio.

Contudo, com a complexificação social advinda da "viragem dos anos 1250", novos grupos sociais ascenderam econômica e politicamente, levando a uma disputa interna pelas instâncias do concelho - principalmente na esfera pública da assembleia dos vizinhos. Destacam-se, entre esses grupos sociais, os *mesteirais*.

De acordo com A. H. Oliveira Marques, a terminologia "mesteiral" referia-se a um conjunto de trabalhadores significativamente heterogêneo. A denominação medieval incluía trabalhadores de ofícios mecânicos de artesanato ou de indústria, e também alguns pequenos comerciantes, alguns trabalhadores rurais como os almoineiros e pescadores.<sup>13</sup> Dentro dessa extensa categoria, algumas *experiências sociais* comuns levavam a agências sociais em conjunto: viver no ambiente urbano, a organização similar do trabalho e da produção e a criação de instituições de solidariedade - as confrarias. Essas experiências conferiam alguns pontos de unidade às diversas especialidades profissionais que faziam parte dessa categoria.

No final do século XII, os grupos políticos envolvidos na escrita do foral da cidade não regulamentaram a produção mesteiral, com exceção de três atividades: *ferreiros, sapateiros e peliteiros*.

ferreyro, ou çapateyro, ou pilyeyro, que em lixbõa casa ouuer, e em ella laurar, nom dê dela nenhuum foro. E quem mouro ferreyro ou çapateyro ouuer, e en sa casa laurar, nom dê por el foro. Outrossi aqueles que meestyraaes fferreyros ou çapateyros forem, e per este offiçio uiuerem, e casas nom ouuerem, venham aas minhas tendas, e façam a mim meu foro.<sup>14</sup>

A importância dada a essas três profissões é coerente com a percepção de Lisboa como uma praça militar à época da outorga do foral, como vimos anteriormente. Elas são fundamentais para armar e proteger cavaleiros-vilãos e peões da cidade, além de garantir a confecção de ferraduras e selas para montarias que seriam utilizadas em batalhas. Era estratégico tanto para os grupos dominantes quanto para o projeto político do poder régio que essas profissões fossem incentivadas a se instalar em seus muros.

Após a passagem para o século XIII, os três ofícios vislumbrados no foral continuavam mantendo sua importância na produção artesanal de Lisboa. Ferreiros, por exemplo, possuíam uma *confraria* na cidade, datada pelo menos de 1229, que pode ser identificada em um documento que consiste na venda, por parte dessa organização, de uma casa na freguesia de São Nicolau, contando com o testemunho de dez ferreiros.<sup>15</sup>

Com o passar desse século, como vimos, isso transformou-se aceleradamente. A política de compras efetuada por D. Afonso III e D. Dinis expressa essa transformação

no perfil e na percepção do poder régio em relação aos mesterais lisboetas. Em estudo recente, Carlos Guardado da Silva analisou, entre outras características, os contratantes que vendiam suas tendas ou aforavam seus rendimentos aos monarcas. Figuravam majoritariamente nomes e atividades vinculados aos mesterais, destacando-se, em ordem quantitativa, os sapateiros, seguidos de alfaiates, cuteleiros, alfagemes, carpinteiros, correeiros, carneiros, hasteeiros, peliteiros, tanoeiros, ferreiros, fiveteiros, trombeiros e adegueiros.<sup>16</sup>

A complexificação do poder econômico interrelacionava-se com o aumento do prestígio político, o que garantia aos mesterais uma crescente participação nas assembleias de vizinhos do concelho, dominadas tradicionalmente por cavaleiros-vilãos. De acordo com Gerard Pradalié, a primeira menção a um mestreal como "homem bom", ou seja, participante da assembleia de vizinhos, fazia referência ao alfaiate Vicente Pelagio, no ano de 1244.<sup>17</sup> Como veremos a seguir, a representatividade dos artesãos somente cresceu nas décadas seguintes, até ter sua participação proibida por D. Dinis em 1298.

Um evento exemplar foi a assembleia magna ocorrida em 7 de agosto de 1285 no adro da Sé, organizada pelo concelho da cidade e que contou com a participação de D. Dinis. Após divulgação feita por pregoeiros e porteiros a mando do alcaide e dos alvazis da cidade, estavam presentes, nomeados pelo tabelião Ioanne Mendes, além dos donos dos cargos acima citados, oito cavaleiros, cinco mercadores, dezesseis peliteiros, dezesseis alfaiates, dez pescadores. E constavam entre os participantes "outros muitos caualeiros, escudeiros, crerigos, cidadãos, mercadores, alfayates, peliteyros, çapateiros, correeiros, & ferreiros, que foram chamados, & juntados a esta cousa".<sup>18</sup>

A pauta dessa ampla e plural reunião de vizinhos com a autoridade maior do reino dizia respeito a uma série de agravos que D. Afonso III, pai de D. Dinis, havia feito à cidade. Lourenço Escola, o alcaide da cidade, entregou um documento produzido pela assembleia de vizinhos do concelho, envolvendo a cobrança indevida de impostos por parte dos oficiais régios, a intervenção régia sobre a justiça ministrada pelos alvazis e alcaide da cidade e a apropriação de terrenos comunais pelo rei.

Marcelo Caetano considera que Ioanne Mendes, o tabelião concelhio encarregado de registrar o acontecimento, teria dado ênfase à presença dos mesterais devido ao seu caráter "insólito".<sup>19</sup> Já Miguel Gomes Martins apresenta-nos uma

diferente interpretação, afirmando que a evidência depositada nessa categoria social diria respeito a uma necessidade de sublinhar a pluralidade dos agentes envolvidos naquelas questões, apresentando a legitimidade e a importância que aquele evento tinha para a vida concelhia.<sup>20</sup> Aproximamo-nos mais desta posição, e acrescentamos a hipótese que os mestrisais estavam presentes e foram evidenciados pelo documento devido ao fato desses agentes sociais serem os protagonistas do conteúdo da reunião, o qual atingia diretamente seu trabalho cotidiano.

A participação de múltiplos agentes sociais de origens socio-econômicas distintas continuou até os últimos anos do referido século. As assembleias de vizinhos, porém, não levavam sempre ao consenso entre os habitantes de Lisboa. Uma carta de D. Dinis, datada do ano de 1298 e endereçada às autoridades do concelho (alcaide e alvazis) discorre sobre essa relação conflituosa que despontava nas reuniões periódicas.

O referido documento régio versava sobre a forma de pagamento que os cavaleiros e peões lisboetas deveriam receber, recorrentes a uma guerra contra Castela ocorrida em 1295. Essa guerra, que teve ampla participação de hostes concelhias convocadas por D. Dinis, principalmente de Santarém e Lisboa, resultou em acordos políticos entre Castela e Portugal, delimitando as fronteiras com o Tratado de Alcañizes de 1297.

Após voltarem a Lisboa, os peões (formados principalmente por mestrisais e pequenos produtores rurais) e cavaleiros-vilãos (grandes e médios proprietários e mercadores) reuniram-se no concelho e, de acordo com a própria carta enviada por D. Dinis, houve dissenso sobre a forma de pagamento. Esse mesmo documento mostra-nos que a assembleia de vizinhos não era monopolizada pelos homens bons, até aquele dado momento: já participavam do *concilium* "os homees boos da vila" e "doos homees boons de cada mester"<sup>21</sup>, ou seja, que cavaleiros e representantes de mestres compartilhavam o mesmo espaço político de governo urbano.

A polêmica dividia os cavaleiros e os peões: àqueles, interessava o pagamento por status socio-militar, e estes preferiam "às valias", ou seja, por renda. D. Dinis, atentando ao fato desse conflito não aparentar resolução a curto prazo, interfere duplamente na autonomia do concelho. Primeiro, delibera sobre o conteúdo da questão específico: "tenho per bem que o cavaleyro pague como cavaleyro e o peon como peon".<sup>22</sup> Assim, D. Dinis colocava-se ao lado dos grupos dominantes

socioeconomicamente, reforçando a hierarquia militar envolvida na divisão social formal da cidade.

A segunda intervenção diz respeito à própria organização da assembleia concelhia, sobre a qual D. Dinis interfere em prol de uma *oligarquização*. Concluindo que as contendas surgiam devido ao fato de todos quererem ser chamados, o monarca decide que apenas " o alcaide e os alvazys com gran peça dos homees boons da vila que ajan acordo em Conselho sobre todos los feytos que na vila naçeren em tal guisa que seja o serviço de Deos e ao meu e a prol da terra"<sup>23</sup>, excluindo os representantes mesteirais da participação institucional política. No decorrer do século XIV, sua presença no concelho dar-se-ia apenas de forma esporádica, e a oligarquização da instância firmou-se a partir da criação da Câmara dos Vereadores.

### *Considerações finais*

Diferentemente do século XII, as mudanças socioeconômicas e políticas do século XIII levaram a uma pluralização da instituição concelhia em Lisboa. Junto aos tradicionais cavaleiros "homens bons", representantes de mestres ganharam crescente agência sobre o poder local. Assim, podemos considerar que nas últimas décadas do século XIII o concelho não era dominado por um grupo específico, o que levava a uma tensão e conflitos políticos derivados de interesses distintos na cidade.

O resultado foi a oligarquização do aparato institucional concelhio por parte do poder régio, que apenas cresceu durante o século XIV. Aliados da participação política, grupos de mesteirais participaram apenas de algumas atividades concelhias, documentalmente referidas aos anos de 1304, 1333, 1336, 1352, 1355 e 1364, sem reverter tal participação em nenhum peso político significativo.<sup>24</sup>

As tensões sociais, porém, não deixaram de existir devido ao fato dos mesteirais não possuírem mais representatividade substantiva na assembleia dos vizinhos ou na Câmara dos Vereadores. Os conflitos continuaram, principalmente devido ao contexto de Crise do século XIV e os mesteirais tiveram participação ativa nas revoltas que garantiriam a independência de Portugal frente a Castela, durante a Crise Dinástica de Avis. Entre suas reivindicações ao Mestre de Avis, encontrava-se a garantia da participação de dois representantes de cada mester no concelho - o que levou à criação da "Casa dos Vinte e Quatro". Sem a pretensão de uma análise conclusiva sobre o tema,

podemos inferir que essa participação expressiva no movimento de 1383 remonta a uma experiência social comum que esses agentes sociais tiveram ao participar do aparato concelhio lisboeta, nos últimas décadas do Duzentos.

---

<sup>1</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz et MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O poder concelhio - das origens às cortes constituintes*. Coimbra: Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1986. p. 2.

<sup>2</sup> ASTARITA, Carlos. "El Estado Feudal." In: *Del Feudalismo al Capitalismo: Cambio social y político en Castilla y Europa Occidental, 1250-1520*. PUV: Valencia, 2005. p. 52

<sup>3</sup> COELHO, António Borges. *Comunas ou Concelhos*. Lisboa: Caminho, 1986. p. 159.

<sup>4</sup> COELHO, Maria Helena et MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O poder concelhio...* p. 6.

<sup>5</sup> OLIVEIRA MARQUES, A. H. "Lisboa Medieval: uma visão de conjunto." In: *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Presença, 1988. p. 82.

<sup>6</sup> *Idem*, p. 84.

<sup>7</sup> PRADALIÉ, Gerard. *Lisboa - da Reconquista ao fim do século XIII*. Lisboa: Palas, 1975. p. 60.

<sup>8</sup> *Documentos para a história da cidade de Lisboa*. Livro dos bens próprios dos reis e rainhas. Lisboa: Câmara municipal, 1954. p. 333-353.

<sup>9</sup> SILVA, Carlos Guardado da. *Lisboa Medieval - A organização e estruturação do espaço urbano*. Lisboa: Colibri, 2008. p. 271-282.

<sup>10</sup> SOARES, Torquato de Sousa. "Concelhos." In: SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*, Volume I /A-D. Lisboa: Iniciativas. 1971. p. 652.

<sup>11</sup> CAETANO, Marcelo. *A administração municipal de Lisboa durante a 1ª dinastia*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1981. p. 8

<sup>12</sup> MARTINS, Miguel Gomes. "O concelho de Lisboa durante a Idade Média. Homens e organização municipal (1179-1383)." In: *Cadernos do Arquivo Municipal*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. Vol 7, (2005) p. 68.

<sup>13</sup> OLIVEIRA MARQUES, A. H. "O trabalho." In: *A sociedade medieval portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1976. p. 137.

<sup>14</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz et MAGALHÃES, Joaquim Romero. "Anexo 1 - Foral de Lisboa, outorgado por D. Afonso Henriques e confirmado por D. Sancho I e D. Afonso II." In: *O poder concelhio...* p. 94.

<sup>15</sup> PRADALIE, Gerard. "Documento nº 2" In: *Lisboa - Da Reconquista ao fim do século XIII...* p. 148.

<sup>16</sup> SILVA, Carlos Guardado da. *Lisboa Medieval...* p. 281

<sup>17</sup> PRADALIÉ, Gerard. *Lisboa - Da Reconquista ao fim do século XIII...* p. 91.

<sup>18</sup> BRANDÃO, Frei Francisco. "ESCRITVRA XVIII." In: *Monarchia Lusitana*. Lisboa: Craeesbeck, 1650. Quinta Parte, p. 314v-315v.

<sup>19</sup> CAETANO, Marcelo. *A administração municipal de Lisboa durante a 1ª dinastia...* p. 37.

<sup>20</sup> MARTINS, Miguel Gomes. "O concelho de Lisboa durante a Idade Média..." p. 71.

<sup>21</sup> *Documentos Para a História da Cidade de Lisboa*. Livro I de Místicos de Reis. Livro II dos Reis D. Dinis, D. Afonso IV, D. Pedro I. Lisboa: Câmara Municipal, 1947; Documento 3: 113.

<sup>22</sup> *Idem*, p. 114

<sup>23</sup> *Idem*, ibdem.

<sup>24</sup> FARELO, Mário Sérgio da Silva. *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*. Tese de Doutoramento em História Medieval pela Universidade de Lisboa, 2008. p. 67.

## **Entre lutas e ações: A atuação do Partido Comunista em Minas Gerais junto ao operariado 1950 a 1970**

Camila Gonçalves Silva Figueiredo  
Mestre e Doutoranda em História (UFJF)  
Orientadora: Dr. Valéria Marques Lobo

**Resumo:** A comunicação é resultado das conclusões iniciais da pesquisa de doutorado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Na tese de doutorado, analisamos as estratégias de atuação do Partido Comunista no estado de Minas Gerais junto ao movimento operário, no período de 1950 a 1970. Nesta comunicação, examinamos, de maneira sucinta, o processo de constituição da estrutura orgânica do Partido neste contexto. Por meio desta análise será possível identificar não somente como e por que o PCB organizou estratégias no intuito de adentrar ao movimento operário nas terras mineiras, mas também, quais ações foram aplicadas pelo Partido.

**Palavras chave:** Partido Comunista, Movimento operário, Minas Gerais.

**Abstract:** Communication is a result of the initial findings of doctoral research linked to the Graduate Program in the History of the Federal University of Juiz de Fora. In the thesis, we analyze the strategies of the Communist Party in the state of Minas Gerais with the labor movement, in the period from 1950 to 1970. In this communication, we examine succinctly, the process of setting up the organizational structure of the party in this context. Through this analysis you can identify not only how and why the PCB organized strategies in order to enter the labor movement in the mining land, but also, what actions have been implemented by the Party.

**Keywords:** Communist Party, Labor movement, Minas Gerais.

Na historiografia mineira alguns trabalhos se dedicaram a compressão da atuação do Partido Comunista Brasileiro em algumas cidades do estado. Dentre eles, podemos citar a dissertação de mestrado da historiadora Idalice Lima, que analisou a atuação do comunismo e do anticomunismo na cidade de Uberlândia. (LIMA, 2000). A historiadora Raquel Aparecida Pereira (PEREIRA, 2007) examinou o desempenho do Partido Comunista na cidade de Belo Horizonte nos anos de 1945 a 1951. Pereira faz menção a outras produções significativas atinentes ao desempenho das esquerdas em Minas Gerais, em especial, nas cidades de Nova



Lima, Juiz de Fora e Serra do Caparaó. Tais trabalhos são significativos, mas grande parte das produções existentes circunscreve como recorte espacial apenas cidades ou microrregiões.<sup>1</sup>

Sem extrair o mérito destas produções, é manifesto que desta maneira não é possível compreender de modo arraigado a articulação entre outros setores da esquerda com as demais regiões do estado ou com a capital mineira. Apesar do trabalho de Pereira trazer significativas apreciações sobre o PCB em Belo Horizonte, aborda os anos de 1945 a 1951 e, é limitada a referida agremiação partidária e a capital mineira. No transcorrer do seu trabalho a historiadora ressalta que não é seu objetivo compreender o trabalho do PCB junto às demais organizações de esquerda, em vista disso, salienta a importância para o desenvolvimento de pesquisas com este propósito. (PEREIRA, 2007)

Abordaremos nesta comunicação, de maneira sucinta, o processo de organização da estrutura orgânica do PCB em Minas Gerais e sua articulação com o movimento operário no período compreendido a partir da década de 1950. Para desenvolver as nossas análises, nos respaldamos no uso de fontes como: informes, atas e relatórios de atividades do PCB em Minas Gerais. Todos estes documentos são provenientes da documentação da Coleção Informante do Regime Militar, disponível no Arquivo Nacional da cidade.

Nos documentos relativos à fundação do PCB em Minas Gerais, identificamos que o primeiro comitê surgiu na cidade de Juiz de Fora, no ano de 1925, quando os cariocas Adelyno Decola dos Santos e Luiz Zuddio fundaram uma sede para a agremiação. Compreender a origem e formação do Partido Comunista em Minas Gerais perpassa pela necessidade de identificar a influencia de outros estados para a sua consolidação. Em Uberlândia os créditos são de indivíduos que vieram do estado de São Paulo para trabalhar em indústrias e empresas da cidade nas décadas de 1920 e 1930. Adelyno Decola dos Santos, em 1927, em passagem por Uberlândia também contribuiu com este processo na região do Triângulo Mineiro, sobretudo para a propagação das ideias comunistas no meio operário. Santos participou da organização e criação do partido na cidade e, de igual modo da criação da Associação Profissional dos Condutores de Veículos Rodoviários.

Em Belo Horizonte, capital do estado, o comunismo encontrou adeptos, sobretudo entre os trabalhadores de bondes, a partir de 1927, por meio da figura dos intendentes

---

<sup>1</sup> Alguns trabalhos significativos que abordam a temática do PCB em Minas Gerais, ver: HELENO, Alexandre Peixoto. *Revisitando as memórias de Clodesmidt Riani*: a trajetória de um líder trabalhista nas grandes lutas sociais que antecederam o golpe civil e militar de 1964. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2007 e GROSSI, Yonne de S. *Mina de Morro Velho*: a extração do homem. São Paulo: Paz e Terra, 1981 e GUIMARÃES, Plínio Ferreira. “*Caparaó, a lembrança do medo*: A memória dos moradores da região da Serra do Caparaó sobre o primeiro movimento de luta armada contra a ditadura militar – a Guerrilha de Caparaó”. Dissertação (Mestrado em História) - UFJF, Juiz de Fora, 2006.

Minervino de Oliveira e Otávio Brandão, oriundos da cidade do Rio de Janeiro. Ambos vieram à capital para proferir uma conferência no Centro das Casas Laboriosas, ocasião em que expressaram as concepções da ideologia comunista. A influência do comunismo entre os trabalhadores dos bondes da capital perdurou ao longo deste período, conforme podemos identificar no trecho do documento "Ligeiras considerações sobre o surgimento do Partido Comunista em Minas Gerais":

Até pelos idos de 1935 os trabalhadores de bondes de Belo Horizonte constituíram um agrupamento nitidamente revolucionário e inteiramente dominado pelas ideias comunistas. Todas as greves até então ocorridas tinham início entre tais trabalhadores e foram vários os seus choques com a polícia, alguns dos quais houve até mortes. (LIGEIRAS, PCB : 305.)

A disseminação do comunismo em âmbito estadual desde os idos de 1930 não foi uma tarefa homogênea. Alguns documentos examinados tratam das dificuldades em efetuar a propagação das ideias comunistas em terras mineiras. Em um dos relatórios do Serviço Público do Estado de Minas Gerais, que versa sobre a situação do comunismo no estado na década de 1950, justifica a trajetória de dificuldades em semear as ideias esquerdistas em função de dois fatores capitais. Primeiro, a religiosidade do mineiro, que associava o comunismo ao ateísmo, concepção muito difundida pelos anticomunistas. Em segundo lugar, a rarefeita organização operária, que em alguns casos obstruía o processo, pois, em muitas regiões do estado o processo de industrialização foi tardio.

Para fazermos uma rápida comparação, basta fazer menção a algumas regiões que, historicamente, detém progresso industrial, como a região central e a Zona da Mata. Estas regiões já possuíam, desde o começo do século XX, a atuação do movimento operário, em grande parte encabeçado por imigrantes. Ademais, também foram áreas pioneiras na instalação de comitês do Partido Comunista ainda na década de 1930. Em contrapartida, regiões com rarefeito desenvolvimento industrial, a exemplo do Norte de Minas, somente em 1951 adquiriu um Comitê do PCB, cuja sede, ficou localizada na cidade de Montes Claros.

Por outro lado, é preciso ressaltar que, a expansão da atuação do PCB em Minas Gerais não estava condicionada a existência de classes operárias nas cidades. Integrar suas ações junto às massas trabalhadoras era uma das estratégias de ampliação das fileiras do partido, mas não era a única. O espaço urbano não foi o único campo de atuação do PCB, os membros do partido também irradiaram suas ações em distintas áreas, como no funcionalismo público, imprensa, universidades, e no meio rural. Todavia, através da documentação consultada até o momento, identificamos que as orientações era concentrar maior atenção a inserção em meio aos lócus de atuação da classe trabalhadora.

Em vários documentos, com destaque para a obra "Resolução sobre a política de organização do partido" no final da década de 1940 e início de 1950, distribuído nos comitês, são expressas claras orientações para que os integrantes do PCB se articulem junto à classe trabalhadora com a finalidade de recrutar adeptos e de influenciar as ações deste setor. Esta não é uma orientação de caráter estadual, mas fazia parte do processo de organização da estrutura orgânica da agremiação de caráter nacional. Deste modo, nas orientações expressas pela resolução, o processo de inserção no meio operário é tido como uma tarefa capital para que o partido pudesse se constituir enquanto dirigente das massas:

Nas atuais condições do país, um Partido de ação, dirigente de grandes massas, deve possuir número elevado de membros. Não pode ser um partido de 'poucos e bons'. Deve ser um partido de dezenas e centenas de milhares de membros, para ligar-se estreitamente as massas onde elas estejam, viver seus problemas, organizá-las, levá-las a luta, aprender com elas, educá-las, dirigi-las. (...) [ o recrutamento] Ele precisa ser cuidadosamente estudado, planejado e controlado, dirigindo-se para os setores fundamentais da massa. No plano nacional deve ser orientado, em primeiro lugar, para os setores fundamentais do proletariado, metalúrgicos, têxteis, ferroviários (...) dando-se preferência ao recrutamento dos operários das grandes e médias empresas. (RESOLUÇÃO, PCB, 32p.)

De maneira contígua a essas orientações, o documento esclarece que o processo de ampliação das fileiras do partido não tem caráter apenas quantitativo. Desta forma, salienta a necessidade de planejamento adequado para agregar indivíduos que possam contribuir com plena atuação cotidiana, no intuito de evitar 'flutuações' na composição da agremiação.

Em âmbito nacional, o PCB vivenciou ao longo da sua trajetória diversos momentos de repressão e ilegalidade. Em Minas Gerais durante o período relativo à Segunda Guerra Mundial, embora estivesse na clandestinidade, os membros do partido prosseguiram atuando em meio a outras organizações, como por exemplo, integrados a "Sociedade Amigos da América" e a "Liga de Defesa Nacional". Quando retornou a legalidade, em 1945, o partido iniciou um processo de reestruturação das suas ações, através da organização de Comitês Centrais em várias regiões do estado. Os Comitês Centrais foram estruturados em 10 regiões, Cada Comitê estava responsável pela organização e estruturação das ações comunistas em várias cidades próximas.

**Tabela 01: Comitês Centrais do Partido Comunista em Minas Gerais (1945)**

<b>Regiões de atuação dos Comitês Centrais</b>	<b>Municípios de Atuação</b>
Triângulo Mineiro	Uberlândia, Uberaba, Monte Alegre de Minas, Canópolis, Araguari, Tupaciguara, Ituiutaba, Campina Verde, Campo Florido, Veríssimo, Monte Carmelo, Araxá, Conquista.
Oeste de Minas	Paracatu, Patrocínio, Patos de Minas, Ibiá, Lavras, Formiga, Divinópolis, Itaúna, Campo Belo, Ribeirão

	Vermelho, São João Del Rey, Bom Despacho, Dolores de Indaiá, Abaeté, Oliveira.
Sul de Minas	Passa Quatro, São Lourenço, Soledade de Minas, Itanhandu, Conceição do Rio Verde, Três Corações, Vargina, Alfenas, Eloi Mendes, Itajubá, Santa Rita do Sapucaí, Pouso Alegre, Ouro Preto, Jacutinga, Campanha, Cambuquira, São Gonçalo do Sapucaí, Caxambu, Andrelândia, Poços de Caldas, Guaxupé, Andradas, Botelho, Passos, São Sebastião do Paraíso, São Tomaz de Aquino, Jacuí, Camanducais.
Linha Central	Conselheiro Lafaiete, Santos Dumond, Barbacena, Juiz de Fora, Matias Barbosa e Lima Duarte
Zona do Minério	Nova Lima, Raposos, Rio Acima, Itabirito, Congonhas do Campo, Sabará, Caeté e Monlevade.
Vale do Rio Doce	Itabira, Nova Era, Acesita, Coronel Fabriciano, Governador Valadares, Resplendor, Caratinga, Aimores, Turumirim e Conselheiro Pena.
Zona da Mata	Carangola, Muriaé, Cataguases, Leopoldina, Além Paraíba, São João Nepomuceno, Bicas, Ubá, Viçosa, Rio Branco, Manhuassú, Ponte Nova, Rio Casca, Raú Soares e Abre Campo.
Zona do Centro	Ouro Preto, Santa Luzia, Pedro Leopoldo, Sete Lagoas e Pará de Minas.
Vale do Mucuri	Teófilo Otoni e Medina.
Norte de Minas	Montes Claros, Diamantina, Corinto, Buenópolis, Curvelo, Pirapora e Vale do Rio São Francisco.

**Fonte:** Dados compilados pela autora. Considerações sobre o surgimento do Partido Comunista em Minas Gerais. Pasta: BRANRIOX90ESIAACL303. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional.

Em maio de 1947 o comitê central da capital recebeu uma notificação do Tribunal Regional Eleitoral, através do telegrama nº 365.700, informando que o registro estava cancelado. A partir de então, o PCB retornou à clandestinidade, mas prosseguiu com suas ações. Para isso, eliminou cidades e comitês centrais que não obtiveram a projeção esperada. O partido deu continuidade ao processo de reestruturação orgânica, por meio da avaliação da pertinência em concentrar suas ações em localidades designadas como 'cidades fundamentais'. Seguindo essa aceção, em 1951, os comitês foram distribuídos de acordo com as seguintes zonas: Comitê Zona Central, com sede em Belo Horizonte, Comitê Zona do Triângulo Mineiro com sede em Uberlândia, Comitê Zona da Mata com sede em Juiz de Fora, Comitê Zona do Vale do Rio Doce com sede em Governador Valadares, Comitê Zona Sul de Minas com sede em Itajubá, Comitê Zona Norte de Minas com sede em Montes Claros.

Este processo de redefinição das cidades sede dos Comitês da agremiação comunista possuía justificativas relacionadas ao interesse em consolidar a articulação com áreas economicamente ativas e industrializadas. Desta forma, o partido teria maiores possibilidades de introduzir suas ações no movimento dos trabalhadores. Cabe salientar que, alguns

documentos que retratam este processo, apontam que além do mote econômico, a escolha pelas referidas cidades atendem, ao mesmo tempo, demandas estratégicas, com destaque para a amplitude quantitativa de adeptos alcançada. (RESOLUÇÃO, PCB: 32)

Cabe salientar que, este processo de reestruturação do PCB em Minas Gerais enfrentou outros desafios além da ilegalidade política. No início de 1952 os dirigentes nacionais passaram a intervir nas decisões dos vários comitês do interior do estado. O comitê de Belo Horizonte foi uma dos primeiros a perder a sua autonomia. A justificativa para a realização das intervenções está no fraco desempenho dos integrantes do comitê central, sendo, pois uma atitude de punição frente à má gestão. O comitê da capital passou a receber ordens apenas do Comitê Nacional.

Os dirigentes nacionais também arquitetaram outros mecanismos de organização das ações do partido no interior do estado. Para isso, foram criados os chamados "Comitês Avançados" nas cidades sede, e a partir deles formaram-se células. Na cidade de Juiz de Fora, por exemplo, foram criados 16 comitês estaduais e 64 células. Em Uberlândia, o número também era latente, 14 comitês e 84 células.

A criação das 'células' não foi algo restrito a Minas Gerais, fazia parte das orientações nacionais que objetivavam a reestruturação orgânica do partido. A criação das 'células' foi essencial, sobretudo no período em que o partido operava na ilegalidade, haja vista que os membros de cada célula ao integrarem-se em meio às esferas da sociedade passaram a instruir os simpatizantes sobre as concepções ideológicas do partido, orientando os indivíduos conforme seus interesses. Além disso, igualmente foi possível identificar as reivindicações dos setores, suas necessidades e experiências, em prol de integrá-las as estratégias de ação do partido, angariando assim um número maior de adeptos.

Em contrapartida, a intervenção realizada pelo órgão nacional trouxe à tona a influência exercida por outros estados, atuante desde o período de criação das Sedes do PCB em Minas Gerais. Além de evidenciar esta característica contribuiu para a sua manutenção. Isso porque, no ato da intervenção à sede do Comitê Central do estado, as determinações nacionais foram para que os comitês regionais se mantivessem subordinados aos estados que influenciaram e participaram da sua criação e consolidação. O Comitê Central além de que se submeter às demandas nacionais, revogando a autonomia em sua gestão, igualmente perdeu o controle sobre os demais comitês nas várias regiões do estado, conforme destacamos na Tabela 02:

**Tabela 02: Comitês do PCB em Minas Gerais na década de 1950**

Cidade/Região do Comitê	Subordinada à:
Belo Horizonte	Nacional
Juiz de Fora	Rio de Janeiro
Uberlândia	São Paulo
Aimorés	Espírito Santo
Sul de Minas e Triângulo Mineiro	São Paulo
Vale do Rio Doce	Espírito Santo
Montes Claros e Conselheiro Lafaiete	Não identificado

**Fonte:** Dados compilados pela autora. Considerações sobre o surgimento do Partido Comunista em Minas Gerais. Pasta: BRANRIOX90ESIACL303. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional.

Na documentação consultada até o momento não foi possível identificar qual estado contribuiu para a criação e instalação do comitê nas cidades de Montes Claros e Conselheiro Lafaiete. Considerando a localização geográfica, existe a hipótese de que o Comitê Central de Belo Horizonte tenha efetuado esta ação. No entanto, apenas no decorrer da realização desta pesquisa, por meio da análise fontes ulteriores, será possível confirmar ou refutar esta hipótese. De igual modo, as fontes consultadas não indicaram qual estado passou a tutelar os comitês de Montes Claros e de Conselheiro Lafaiete.

Nesta pesquisa, e como e porque o PCB estabeleceu ações acopladas ao movimento operário no estado. Ao contrário do que foi apregoado pela historiografia tradicional, que compreende como inexpressiva a atuação do PCB quando este se encontra na ilegalidade política, através desta pesquisa averiguamos que, apesar desta condição o partido prosseguiu com as suas ações. Além disso, deu continuidade ao processo de infiltração no movimento operário, influenciando no planejamento das suas ações e na realização de greves, inclusive em períodos de intensa repressão.

Cumpramos ressaltar que, esta é uma pesquisa que está em andamento. Por conseguinte, existem ainda várias questões a serem examinadas com maior esmero. Dentre essas questões, consideramos fundamental entender como se deu o processo relativo à perda de autonomia do Comitê Central de Belo Horizonte, e, como os seus membros se portaram diante deste fato. De igual maneira intencionamos compreender de maneira pormenorizada como se processou a articulação com o movimento operário e o Partido Comunista nas várias regiões do estado, o cotidiano, suas dificuldades e formas de contato e interação.

## Fontes:

COMUNISTA, Partido. Ligeiras considerações sobre o aparecimento do comunismo no Estado de Minas Gerais. Coleção Informante do Regime Militar. <<http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/Media/X9/BRANRIOX90ESIACL305.pdf>> Portal Memórias Reveladas. Arquivo Nacional. Pasta 01 e Pasta 02.

Resolução sobre a política de organização do partido. 32 p. Coleção Informante do Regime Militar. Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/Media/X9/BRANRIOX90ESIACP402.pdf>> Acesso em janeiro de 2014. Portal Memórias Reveladas. Arquivo Nacional.

COMUNISTA, Partido. *O que é o Partido Comunista?* Disponível em: <<http://pcb.org.br/portal/docs/partidocomunista.pdf>> Acesso em janeiro de 2014.

## Referências

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5ª ed.. SP: Ática, 1998.

GROSSI, Yonne de S. *Mina de Morro Velho: a extração do homem*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

GUIMARÃES, Plínio Ferreira. “*Caparaó, a lembrança do medo: A memória dos moradores da região da Serra do Caparaó sobre o primeiro movimento de luta armada contra a ditadura militar – a Guerrilha de Caparaó*”. Dissertação (Mestrado em História) - UFJF, Juiz de Fora, 2006.

HELENO, Alexandre Peixoto. *Revisitando as memórias de Clodesmidt Riani: a trajetória de um líder trabalhista nas grandes lutas sociais que antecederam o golpe civil e militar de 1964*. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2007.

LIMA, Idalice R. S. “*Flores do Mal*” na “*Cidade Jardim*”: comunismo e anticomunismo em Uberlândia. (Mestrado em História) – UNICAMP, Campinas, 2000.

PEREIRA, Raquel Aparecida. *Bandeiras Vermelhas nas ruas da cidade! Comunismo e espaço público em Belo Horizonte (1945-1951)* Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007, 188 p.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo, 2001.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. (Estudos Brasileiros)

## O cinquentenário do golpe de 1964 e as questões sensíveis à historiografia

*Carine Silva Muguet\**

**Resumo:** Buscaremos refletir os principais debates com respeito à ditadura (civil-) militar brasileira, tendo como parâmetro os cinquenta anos do golpe de 1964. Ao trabalhar com pesquisas acadêmicas, temos como objetivo divulgar como a historiografia sobre o período republicano tem trabalhado temas relativos à ditadura, bem como fazer um balanço da última efeméride.

**Palavras-Chave:** historiografia; efeméride; ditadura.

**Abstract:** We will seek to reflect the major debates regarding the Brazilian (civil-) military dictatorship, having as a parameter the fifty years of the 1964 coup. By working with academic research, we aim to disclose how the historiography of the republican period has worked on issues the dictatorship, as well as to take stock of the last commemoration.

**Keywords:** historiography; commemoration; dictatorship.

No momento em que o golpe civil-militar faz 50 anos vários atos de repúdio à minoria que ainda comemora sua “Revolução” foram organizados, além de eventos acadêmicos, mostras de cinema e arte, inauguração de centros de memória e publicações de obras. Em meio a tantas disputas de memória, potencializadas com os relatórios parciais da Comissão Nacional da Verdade e suas vertentes estaduais, percebemos o quanto é difícil para o historiador não deixar-se seduzir. Então, por que lembrar 1964 e não 1985/1988? Fazer essa reflexão é ir além; é pensar a sociedade brasileira e as gerações herdeiras da democracia, bem como a permanência de determinadas memórias.

Na historiografia, os desacordos e disputas se tornam ainda mais latentes quando se trata de uma efeméride. Após uma década de debates (2004-2014), a questão da denominação do golpe e da ditadura ainda não está encerrada, apesar de boa parte de a historiografia consentir que “golpe militar” não é a melhor denominação ao evento por desconsiderar o apoio ativo de civis. Assim, o golpe seria civil-militar, mas caracterizar a ditadura como civil-militar é outra questão.

No campo da pesquisa, o crescimento dos programas de pós-graduação, sobretudo na última década, possibilitou a criação de laboratórios e núcleos de pesquisa de diferentes linhas, contribuindo para o avanço no número de produções acadêmicas em instituições afastadas dos grandes centros. Apesar das dificuldades relacionadas às fontes sigilosas, os historiadores buscaram caminhos diferentes, movidos pela frustração diante a Campanha das Diretas Já no final dos anos 1980 e pela sensação de impunidade aos algozes anistiados. Com

---

\* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ – Orientanda do prof. Dr. Carlos Fico S. Júnior. Sem financiamento. Contato: carinesmuguet@gmail.com.



a consolidação e criação de novos programas de pós-graduação em instituições interioranas, percebemos um crescimento ainda maior de trabalhos sobre o período republicano nos anos 2000, sendo a história da ditadura (civil-) militar<sup>1</sup> (1964-1985) o tema mais recorrente nos estudos sobre Brasil República.

A empatia de pesquisadores pelo tema na atualidade é compreensível tendo em vista que ainda há diversas questões em aberto sobre os mecanismos de funcionamento e atuação do regime, dos atores sociais envolvidos, esclarecimento das circunstâncias de mortes e desaparecimentos, entre outras. Ao analisar a produção historiográfica acadêmica na área de História, percebemos que mesmo em um PPGH que disponibilizou apenas uma linha mais geral de pesquisa, a presença de docentes de várias áreas e de laboratórios de pesquisa ativos levou à produção de dissertações e teses mais diversificadas.

Neste sentido, cabe salientar que a premissa de nossa pesquisa<sup>2</sup> é analisar a produção acadêmica no que diz respeito aos temas relativos ao período ditatorial brasileiro, atentos, sobretudo, nas instituições interioranas. A nossa hipótese geral está nas produções acadêmicas tenderem a aumentar neste contexto de “(des) comemoração” e deste aumento ser mais significativo em instituições onde há pesquisas sobre a História do Brasil no tempo presente. A partir deste posicionamento, iremos nos centrar no cinquentenário do golpe, momento em que suscitou inúmeras publicações, congressos, documentários e por isso, é o objeto de análise neste trabalho.

\*\*\*

A efeméride é um termo utilizado pela intelectualidade para representar eventos emblemáticos na história que causaram memória negativa. Dessa maneira, rememorar uma data traumática tem o significado simbólico de lembrar para não esquecer. Deste modo, se os debates sobre o tema pareciam despertar pouco interesse acadêmico na década de 1990, o cenário que se apresenta duas décadas depois é bem diferente. Para Carlos Fico<sup>3</sup>, a aceitação da comunidade acadêmica por temas relativos ao golpe foi clara na ocasião dos 40 anos do golpe, relacionada à produção factual que contribuiu para quebrar mitos e estereótipos

---

<sup>1</sup> O termo apresentado com esta configuração tem a função de provocar o leitor, uma vez que os debates em torno do conceito ao caráter do golpe de 1964 ainda não ser consenso, apesar da maioria dos pesquisadores de uma linha historiográfica (acusada de revisionista) afirmar o civil-militar é consenso. A diante iremos expor melhor este debate.

<sup>2</sup> O banco de teses e dissertações correspondem a trabalhos na área de História de todos os programas de pós-graduação do país, entre 1998-2012. A pesquisa está em andamento.

<sup>3</sup> FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. São Paulo: RBH, V. 24, N.47, 2004, p. 29-60.

propiciados pelo distanciamento do historiador do processo histórico e caracterizados por ele como “desprendimento político” dos profissionais.

A percepção ao cinquentenário do golpe de 1964, no que diz respeito às pesquisas na área de História, é de que há um processo de continuidade em relação aos temas abordados na última década. O aumento vertiginoso de pesquisas sobre Brasil Pós-64, principalmente estudos a respeito de regiões afastadas do eixo Rio - São Paulo tem sido a grande novidade historiográfica. Pensar o golpe em regiões distantes da capital e perceber como foi o processo repressivo nestes locais é de importância fundamental para a compreensão de todo processo ditatorial brasileiro.

Neste sentido, o desenvolvimento de programas de pós-graduação em instituições interioranas durante a última reforma universitária, em 2003, nos ajuda a perceber uma mudança na pesquisa histórica nos últimos anos. O investimento em pesquisa e infra-estrutura tornou possível a diversificação de linhas na área de História. Além disso, o financiamento de projetos possibilitou uma melhor gestão dos laboratórios e a criação de novos, assim como a aquisição de equipamentos e demais recursos necessários para o desenvolvimento científico. Assim, os docentes tiveram mais recursos para trabalhar com graduandos e pós-graduandos conjuntamente, gerando, para a graduação, a possibilidade de continuidade na carreira acadêmica através da pesquisa.

Deste modo, ter um espaço de discussão extraclasse sobre teoria, historiografia, fontes e métodos de pesquisa ajudou a moldar um novo tipo de graduando, mais consciente do papel do historiador e dos objetos de pesquisa. E esse discente preparado em longo prazo, imbuído por novos aportes teóricos e estimulados à crítica das fontes, vem utilizando métodos de pesquisas diferenciados para a análise de temas relativos ao regime militar em regiões afastadas dos centros de maior produção. Se compararmos as produções atuais com as de duas décadas, percebemos um aumento considerável nos temas sobre movimentos sociais urbanos, arte e cultura como expressão política, economia, assuntos relacionados às esquerdas, imprensa, censura, crônicas dos diversos governos, movimento estudantil e estudo do golpe.

Entre 1994-2014<sup>4</sup>, os indicadores já demonstravam uma predominância de estudos sobre o período Republicano ainda na década de 1980, como apresentam Ronald Polito e Carlos Fico

Com respeito aos estudos do período republicano, mantêm-se geralmente estáveis os níveis de interesse entre os períodos de 73/79 e 80/89, mesmo que se verifique, um crescimento de trabalhos sobre História do Brasil pós-64, segmento, contudo, com baixa

---

<sup>4</sup> O período cronológico descrito tem como parâmetro as últimas três efemérides ao golpe de 1964 nos anos de 1994, 2004 e 2014.

representatividade numérica nos dois períodos. Ou seja, dos trabalhos sobre a época republicana, 42,8% referem-se a Primeira República(1889-1930), 23,2% ao período de 1930-1964, e 7,5% ao período pós-64, além dos que abordam fases múltiplas do período republicano<sup>5</sup>

Posteriormente, verificamos crescimento gradativo de interesse por temas sobre o Brasil pós-64. Existem relatos de eventos que foram cancelados por falta de público durante os trinta anos do golpe em 1964, o que poderia sinalizar uma sensação de frustração diante os rumos da nação durante a transição política e talvez uma tradição de estudos a períodos mais recuados. Porém, a partir dos anos 2000 a situação se modifica, levando temas relativos ao Brasil pós-64 ao patamar do mais estudado no que tange o período Republicano<sup>6</sup>.

Em eventos relativos ao cinquentenário do golpe, diversos pesquisadores falaram sobre a produção historiográfica durante suas conferências. O historiador Rodrigo Patto Sá Motta<sup>7</sup> ao avaliar a última década de produção durante evento na Biblioteca Nacional se defendeu daqueles que o rotulam como revisionista, afirmando que “há mais memória do que produção histórica”. Para ele, é necessário rigor acadêmico e visão crítica desatrelada a memória para que seja possível afastar-se das “paixões” e conceber análises mais amplas, de temas pouco explorados como militares, a participação social no golpe através da reflexão do sentido da “legitimidade do golpe” e outras que possam contribuir verdadeiramente para o conhecimento sobre o período.

Ao lançar *A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964* junto a Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis, além de *As universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*, ambas pela editora Zahar, Motta fala da importância de se investigar o aparelho ditatorial em suas diversas formas de atuação. Assim, as universidades merecem um olhar mais atento por terem sido diretamente afetadas pelo controle do Estado. Com a reforma universitária em 1968, inaugurou-se um grande período de modernização que em contra partida, levou-as a enfrentar grande repressão e expurgo de profissionais da educação e técnicos administrativos. Apesar do modo autoritário com que a reforma foi feita, muitos profissionais do setor teriam apoiado e participado ativamente da elaboração de um novo projeto universitário.

De fato, o historiador ao se deparar com fontes que demonstram esse tipo de participação civil deve estar atento ao contexto de dada decisão dos atores envolvidos,

---

<sup>5</sup> POLITO, Ronald; FICO, Carlos. *A História no Brasil (1980-1989): Elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto: UFOP. 1992, p. 53-54.

<sup>6</sup> Sobre isso ver: NEVES, Lucília A. *O governo João Goulart e o Golpe de 1964: memória, história e historiografia*. Niterói: Revista Tempo. N.28, 2009. PP 130.

<sup>7</sup> Rodrigo P. S. Motta esteve presente no evento *Os Cinquenta Anos do Golpe na Biblioteca Nacional* realizado entre os dias 27 e 28 de março de 2014 na Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro - RJ.

percebendo aquilo que Motta considera flexibilidade ambígua, manifesta tanto pelos agentes do Estado quanto pelos intelectuais num jogo de benefícios mútuos. Para Motta, estes 50 anos do golpe de 1964 são

(...) propício para estudar aquele doloroso momento com o distanciamento crítico possível, evitando, ao mesmo tempo, a sedução das paixões que o tema desperta e a busca ingênua de neutralidade. § A intenção é mostrar o desenrolar ambíguo e por vezes contraditório do regime militar, cuja expressão máxima foi a modernização conservadora. A ambiguidade e a flexibilidade, que abrem caminho para a acomodação e a conciliação, são aspectos-chave da cultura política brasileira, encontráveis à direita e à esquerda, tanto na sociedade quanto no Estado. O regime militar foi influenciado também por esse quadro cultural, e essa realidade contribuiu para amortecer a violência política em determinados momentos, envolvendo certos agentes sociais em jogos de acomodação com o Estado autoritário. É importante destacar que a ambiguidade e a flexibilidade se manifestaram nos dois “lados”, tanto da parte dos líderes intelectuais quanto dos agentes estatais, em jogo de mão dupla, implicando benefícios mútuos também. Analisar esse processo levando em conta sua complexidade e seu caráter paradoxal é indispensável para a adequada compreensão do significado do regime militar, fugindo-se de imagens simplistas e, exatamente por isso, confortadoras. Mais ainda: é esforço significativo para a superação do legado autoritário e, quem sabe, da faceta negativa da tradição conciliatória nacional<sup>8</sup>.

Seguindo a linha de Motta acerca da necessidade da historiografia de se afastar das paixões que obscurecem a visão crítica do pesquisador, o historiador Daniel Aarão Reis<sup>9</sup> tem defendido que é necessário o afastamento das memórias negativas no sentido de tê-las como guia de análise e, para isso, uma saída possível seria estudar o objeto no longo prazo. Segundo Reis, o que a historiografia tem feito em sua maioria é buscar responder questões relativas ao caráter repressivo mesmo sem acesso aos arquivos sigilosos. Porém, perceber como eram as relações da sociedade com o Estado durante a ditadura é fundamental. Deste modo, defende o termo *civil-militar* por acreditar que a denominação *golpe militar* não dá conta do processo por anular os civis que apoiaram o golpe e que, segundo o autor, fizeram parte do governo.

Por outro lado, não se trata apenas de recuperar a participação ativa das lideranças civis no processo da ditadura, mas também entender aquilo que eu denomino ‘as complexas relações entre sociedade e ditadura no Brasil’. (...) Foram milhões de pessoas que participaram dessas marchas [Marcha da Família com Deus pela Liberdade] e essas marchas queriam a ditadura, quer dizer, queriam a derrubada do governo legal e constitucional.(...) Posteriormente, ao longo da ditadura nós tivemos momentos importantes do processo nos vários governos ditatoriais em que através de eleições e de outros episódios, foi possível constatar que importantes segmentos da sociedade brasileira apoiavam governos ditatoriais. (...) Ora, se você for analisar minuciosamente o período, você vai descobrir que pra muita gente esse período foi também período de ouro; muita gente progrediu, muita gente adquiriu propriedades, muita gente adquiriu o seu primeiro carro, muita gente teve acesso a ensino de pós-graduação. A ditadura relançou o CNPQ e a CAPES que eram instituições que estavam relativamente atrofiadas. (...) Houve durante a ditadura formas de participação que requerem estudos

<sup>8</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar: Cultura Política brasileira e a modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 21.

<sup>9</sup> MOURA, Arthur; XAVIER, Felipe; CHAVES, Daniel. *A ditadura civil-militar* por Daniel Aarão Reis. Entrevista. Niterói: 202 Filmes – UFF, 01 de abril de 2013. Vídeo disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=vwVSRcjpGjY>>

para serem mais bem compreendidas. Penso que continua sendo um desafio estudar e compreender melhor o tempo da ditadura para compreender não só a participação ativa de elites civis durante todo o tempo, mas também as relações complexas da sociedade com a ditadura. Nem toda sociedade resistiu à ditadura, nem toda sociedade lutou contra a ditadura. Houve muita gente que apoiou, houve muita gente que apoiou e depois desistiu de apoiar, depois voltou a apoiar e isso precisa ser estudado para que a gente possa entender os fundamentos sociais da ditadura e do autoritarismo no Brasil<sup>10</sup>.

Neste trecho da entrevista concedida em 2013, Daniel A. Reis fala de aspectos que ainda são sensíveis a historiografia sobre o regime, ou seja, “complexas relações entre sociedade e ditadura”. E defendendo o termo *civil-militar*, que havia sido cunhado na década de 1980 por René A. Dreifuss em *1964: A Conquista do Estado*, Reis propõe que se amplie o olhar acerca da sociedade durante o regime, tendo como foco os momentos de participação social nas atividades oficiais, deixando implícita a ideia de que houve em certos momentos, concessão social diante o Estado autoritário. Todavia, não se pode determinar o pensamento social a partir de escolhas e ações de determinados grupos em um dado momento e local, o que demonstra a complexidade dessa relação.

Neste sentido, o argumento de historiadores como Carlos Fico, Daniel A. Reis, Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Motta, Samantha Viz Quadrat, dentre outros se coadunam na medida em que concordam que só conseguiremos interpretar aquele período se nos desprendermos de certos paradigmas que nos impedem de perceber a sociedade como envolvida tanto no golpe quanto na ditadura, seja sua participação dentro ou fora do Estado. E sobre este ponto, Carlos Fico<sup>11</sup> defende que o golpe foi “civil-militar” pelo comprovado apoio social à alternativa autoritária, mas não concorda que tenha existido uma “ditadura civil-militar” entre 1964-1985 e sim um regime essencialmente militar.

Para Fico, ideia de chamar a ditadura como civil-militar parece equivocada, uma vez que os civis que deram o golpe foram paulatinamente afastados pelos militares. Além disso, as pessoas que haviam apoiado o golpe prevendo eleições presidenciais diretas em 1966 foram surpreendidas pelo o Ato Institucional N°2 que cassou o mandato de vários políticos, perseguiu, exilou e puniu pessoas, levando muitos os que apoiaram inicialmente a se colocarem contra os militares. Em síntese, o fato de o presidente ser eleito indiretamente e ter seu poder posto acima dos demais, já representa um Estado de exceção mesmo que intelectuais e outras parcelas sociais tenham sido cooptadas por ele, de modo que a ditadura foi, em sua visão, essencialmente militar.

---

<sup>10</sup> Idem. Trecho transcrito de entrevista Daniel Aarão Reis concedida a 202 Filmes – UFF. Grifo meu.

<sup>11</sup> FICO, Carlos. *O golpe de 1964: Momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

Em relação à periodização - uma das grandes polêmicas deste cinquentenário - Daniel Aarão Reis defende uma classificação mais curta, considerando que a ditadura foi civil-militar e perdurou de 1964-1979. Segundo Reis, a Lei de Anistia, promulgada em agosto de 1979, marca o fim da ditadura e o início de um “Estado de direito autoritário” até a promulgação da Constituição de 1988<sup>12</sup>. Enquanto isso, Marco Antonio Villa também polemiza ao defender que só houve ditadura após o A.I N°5 quando o Congresso é fechado. Para ele, a vida cultural era altamente efervescente antes de 1968 e por isso não havia ditadura nos períodos anteriores, mas um Estado de exceção<sup>13</sup>.

O historiador Renato Luís do Couto Neto e Lemos<sup>14</sup> que também gerou polêmica ao propor uma nova denominação ao evento golpista, visualiza o golpe como “empresarial-militar”, pois, naquele momento, a elite empresarial temerosa quanto aos rumos do governo de Jango teria concordado com a solução autoritária bem antes de 1964 e permanecido apoiando os militares durante a ditadura. Para ele, a polarização daquele período não permitiria que se rompesse com o governo legal sem os militares e, em contrapartida, estes não se sustentariam no governo sem o respaldo da elite empresarial. Além disso, com o golpe, estas elites obtiveram ganhos financeiros e viram o desenvolvimento estrutural necessário para a manutenção de um estado capitalista moderno.

Apesar das críticas a essa periodização e as discussões relacionadas à denominação do golpe como “golpe militar”, “golpe civil-militar” ou “empresarial-militar<sup>15</sup>”, esse debate em torno dos conceitos foi de longe o que mais repercutiu no meio acadêmico. Em um destes encontros<sup>16</sup>, Carlos Fico considerou o assunto como meros “nominalismos” que partem da ideia equivocada de que, ao conferir nomenclatura, poderíamos compreender os

---

<sup>12</sup> Essa ideia foi apresentada por Daniel Aarão Reis durante o Seminário Internacional 50 anos do Golpe. Evento realizado no dia 04 de abril de 2014 na UERJ, Rio de Janeiro – RJ.

<sup>13</sup> VILLA, Marco A. *Ditadura à Brasileira – 1964-1985: A democracia golpeada à esquerda e à direita*. São Paulo: Ed. LeYa, 2014.

<sup>14</sup> Renato Lemos apresentou suas ideias durante as aulas 7 e 8 da disciplina 1964: 50 anos do golpe; em abril de 2014, no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Vídeo disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=s8GztOZaw7k>>

<sup>15</sup> Os debates em torno do termo empresarial-militar vão muito além do apresentado. Há vários pesquisadores que adotam o termo empresarial-militar, mas é necessário ampliar os estudos que fundamentem melhor a opção, bem como da viabilidade enquanto conceito. Ver mais sobre a tônica do debate historiográfico em: LEMOS, Renato Luís C. Neto e. *A “ditadura civil-militar” e a reinvenção da roda historiográfica*. Carta enviada ao jornal *O Globo* como comentário ao artigo do prof. Daniel Aarão Reis “A ditadura civil-militar”, publicado no caderno Prosa & Verso de 31 de março de 2012. Rio de Janeiro: O Globo, 2012. Ver também: MELO, Demian B. de. *O golpe de 1964 como uma ação de classe*. <<http://revistavjm.com.br/artigos/o-golpe-de-1964-como-uma-acao-de-classe/>> Acesso em 29 de setembro de 2014.

<sup>16</sup> Seminário Internacional 50 anos do Golpe. Evento realizado no dia 04 de abril de 2014 na UERJ, Rio de Janeiro – RJ; onde o pesquisador integrou a mesa ao lado de Daniel A. Reis e Wanderley G. dos Santos (ausente).

acontecimentos. Assim, a previsão de que haveria pouca novidade nestes 50 anos do golpe de 1964 se cumpriu, na medida em que existe uma tendência historiográfica em estudar o desenvolvimento do regime ditatorial, uma vez que há pouco interesse sobre os processos anteriores ao golpe e à sua culminância.

Em torno da repercussão acadêmica da efeméride, houve uma confirmação da tendência de estudos sobre o regime a partir de um viés cultural, principalmente pesquisas sobre teatro, música, revistas e jornais como meio de resistência à ditadura ou ambientes intelectuais que mesmo com a repressão, permaneceram ativos. Ademais, estudos de caso de militantes, movimentos estudantis, sindicais, entidades religiosas, partidos de esquerda, e, em menor número, estudos sobre os militares, estão entre os principais objetos de estudo. Neste sentido, a historiografia tem recebido contribuições interessantes com pesquisas sobre o processo ditatorial em diferentes regiões do Brasil, o que pode ser visto como a grande contribuição nesta efeméride. Segundo Carlos Fico<sup>17</sup>, existe muita documentação inexplorada, o que faz com que a direita não seja objeto de análise frequente na historiografia. De acordo com o historiador, não pesquisamos 70% das fontes oficiais e, por isso, a “abordagem regional” é de suma importância, já que nos leva a conhecer como o golpe foi vivido nesses locais. Apesar da historiografia ser muito centrada no eixo Rio - São Paulo, os estudos “regionais” estão se destacando, pois utilizam fontes do DEOPS de seus estados, Polícia Federal, história oral, mídia, arquivos pessoais ou de entidades civis, entre outras que estão, em parte, disponíveis no Arquivo Nacional.

Por fim, diversos jornais de grande circulação como a Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e a TV Brasil (canal da EBC)<sup>18</sup> realizaram reportagens, exibiram documentários na TV ou lançaram edições especiais sobre os 50 anos do golpe de 1964 em suas páginas na internet. Enquanto no meio político, vários representantes do poder público lembraram a efeméride em discursos oficiais tanto no Senado, quanto na Câmara dos Deputados e Assembleias legislativas estaduais. Entre eles, o discurso de Dilma Rousseff, ex-presa política e atual presidente do Brasil, repercutiu em todos os meios. No discurso divulgado pelo Planalto, várias questões relacionadas à memória são apresentadas, demonstrando a visão negativa ao processo ditatorial e a ideia da verdade ser representada pela memória da vítima, fator fundamental para a construção da história do país.

---

<sup>17</sup> LEAL, Bruno. *1964: 50 anos do Golpe* por Carlos Fico. Entrevista concedida ao programa Cafezinho em 15/01/2014 <<http://www.youtube.com/watch?v=Dm6J7kc3DBc>>

<sup>18</sup> Ver <<http://tvbrasil.etc.com.br/tags/50-anos-do-golpe>> documentários de Sílvio Tandler. Acesso em julho de 2014.

Cinquenta anos atrás, na noite de hoje, o Brasil deixou de ser um país de instituições ativas, independentes e democráticas. Por 21 anos, mais de duas décadas, nossas instituições, nossa liberdade, nossos sonhos foram calados. (...) Aliás, como eu disse quando instalamos a Comissão da Verdade, a palavra “verdade” na tradição ocidental nossa, que é grega, é exatamente o oposto do esquecimento e é algo tão forte que não dá guarida para o ressentimento, o ódio, nem tampouco para o perdão. Ela é só e, sobretudo, o contrário do esquecimento, é memória e é história. É nossa capacidade de contar tudo o que aconteceu.(...) A grande Hannah Arendt escreveu um dia que toda dor humana pode ser suportada se sobre ela puder ser contada uma história. A dor que nós sofremos, as cicatrizes visíveis e invisíveis que ficaram nesses anos, elas podem ser suportadas e superadas porque hoje temos uma democracia sólida e podemos contar nossa história.(...) E quem dá voz à história são os homens e as mulheres livres que não têm medo de escrevê-la. E acrescento: quem dá voz à história somos cada um de nós, que no nosso cotidiano afirma, protege, respeita e amplia a democracia no nosso país<sup>19</sup>.

\*\*\*

Apesar da dificuldade de expor todos os eventos e publicações<sup>20</sup>, nosso esforço se deu, sobretudo, em divulgar os principais debates que circundaram o cinquentenário do golpe de 1964. De fato, nota-se um interesse crescente por temas relacionados à ditadura militar, principalmente pelo caráter romântico presente na ideia da resistência de jovens que lutavam por democracia. Entretanto, não podemos desconsiderar as memórias de ex-militantes ou presos políticos, nem suas biografias, assim como também não se pode ignorar o pensamento de militares e parte da sociedade que defende a ideia de revolução de 1964.

É necessário que a historiografia consiga se abrir para novos temas e para novas possibilidades de análise a partir daquilo que já foi produzido, ou seja, observar o que está por trás de memórias que foram constantemente reafirmadas e que se tornaram parte do senso comum, além de ser exercício para a compreensão do pensamento social. Ao fazermos perguntas diferentes às fontes oficiais disponíveis podemos obter outras respostas. Neste sentido, o maior destaque desta efeméride foi os trabalhos produzidos em instituições fora dos grandes núcleos historiográficos, na medida em que trouxeram elementos até então desconhecidos.

Contudo, ainda existem poucas pesquisas sobre o golpe de 1964, uma vez que a maioria delas o entende como evento episódico que origina o regime, sem dar a devida atenção ao processo golpista. Além disso, há lacunas quanto à caracterização da composição social, sobretudo entre as décadas de 1960 e 1970, como pesquisas relacionadas ao

---

<sup>19</sup> Discurso da Presidente da República, Dilma Rousseff, durante assinatura do contrato para construção da ponte sobre o rio Guaíba - Brasília/DF. Palácio do Planalto, 31 de março de 2014. Ver: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-assinatura-do-contrato-para-construcao-da-ponte-sobre-o-rio-guaiba-brasilia-df>>

<sup>20</sup> Levantamos vinte publicações de obras entre lançamentos e reedições, através do site da Biblioteca Nacional. Ver: ISBN – Fundação Biblioteca Nacional - <<http://www.isbn.bn.br/website/>> Acesso em 13 de julho de 2014.



trabalhador rural e urbano no período, por exemplo, percebendo quem eram essas pessoas, qual a qualidade de vida delas, onde moravam e se a ditadura gerou benefícios também às classes subalternas. Neste sentido, poderíamos conhecer melhor a geração que testemunhou o golpe, compreender se o clima em 1964 era de apatia diante o golpe ou se o apoio civil foi ativo não só por parte da elite, mas também de outros grupos sociais.

Além disso, análises de longo prazo, compreendendo as relações políticas estabelecidas em outros momentos na República poderia nos ajudar a entender o porquê da solução autoritária empreendida através do discurso de restauração da ordem e que foi, tantas vezes, consentida socialmente na história do Brasil. Sobre as questões sensíveis, estas se apresentam enquanto desafio para a historiografia que deve romper com antigos paradigmas e se abrir a temas até então inexplorados. Enfim, se “há mais memória do que história”, como afirmou Rodrigo Patto Sá Motta, devemos descobrir caminhos que permitam utilizá-las sem um fim delineado, mas de modo crítico e consciente dos silenciamentos suscitados por ela.

#### *Referencias:*

FALCON, Francisco. *Reflexões sobre o programa de Pós-Graduação em História Social-trinta anos*. Rio de Janeiro: Topoi, n. 25, 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A cadeira de história moderna e contemporânea: um espaço de crítica e renovação do ensino de história. In: *ESCRITOS sobre história e educação: homenagem a Maria Yedda Leite Linhares*. Francisco Carlos Teixeira da Silva, Hebe Maria Mattos, João Fragoso (Orgs) Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2001, pp. 553-568

FICO, Carlos. *O golpe de 1964: Momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

LAPA, José Roberto Amaral. *História e Historiografia no Brasil pós 64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LEMOS, Renato Luís C. Neto e. *A “ditadura civil-militar” e a reinvenção da roda historiográfica*. Seção *Cartas*. Caderno Prosa & Verso de 31 de março de 2012. Rio de Janeiro: O Globo, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar: Cultura Política brasileira e a modernização autoritária*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2014.

POLITO, Ronald; FICO, Carlos. *A História no Brasil (1980-1989): Elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto: UFOP, 1992.

REIS FILHO, Daniel A. *Ditadura e Democracia no Brasil: Do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2014.

VILLA, Marco A. *Ditadura à Brasileira – 1964-1985: A democracia golpeada à esquerda e à direita*. São Paulo: Ed. LeYa, 2014.

## **Por trás da câmara alta: a formação das bancadas mineira e paulista no Senado entre o Primeiro Reinado e início da Regência (1824-1834)**

**Carlos Eduardo França de Oliveira<sup>1</sup>**

**Resumo:** Esta comunicação objetiva analisar, preliminarmente, a maneira como foram compostas as bancadas senatoriais das províncias de Minas Gerais e São Paulo entre o Primeiro Reinado e o início da Regência. Considerando que nos sistemas representativos da primeira metade do Oitocentos o Senado tinha como uma das suas funções primordiais oferecer governabilidade ao Executivo, balancear os poderes e coibir possíveis avanços da Câmara dos Deputados, pretende-se indicar alguns procedimentos, embates e nuances que trespassaram a escolha desses homens, em meio à construção do alicerce institucional que nortearia o funcionamento do recém-fundado Estado nacional brasileiro.

**Palavras-chave:** São Paulo; Minas Gerais; Senado imperial.

## **Behind the upper house: the formation of São Paulo and Minas Gerais benches in the Senate between the First Empire and beginning of the Regency (1824-1834)**

**Abstract:** This paper aims to analyze how the senatorial benches from Minas Gerais and São Paulo provinces were composed between the First Empire and the beginning of the Regency. In the representative systems of the first half of the nineteenth century the Senate had as one of its primary functions provide governability to the Executive, to balance the power and restrain possible advances of the Chamber of Deputies. It is intended to indicate in this paper some procedures, conflicts and nuances that permeated the choices of these men while building the institutional foundation of the newly founded Brazilian state.

**Keywords:** São Paulo; Minas Gerais; Imperial Senate.

De acordo com a Carta de 1824, o processo eleitoral relativo ao Senado ocorreria da mesma maneira que aquele estabelecido para a Câmara dos Deputados, mas com algumas diferenças que tornavam o acesso à primeira Casa mais restrito. Para preencher o cargo de senador era necessário contar com mais de 40 anos (contra os 25 solicitados para um concorrente à segunda Casa), possuir renda anual de oitocentos mil réis (o dobro do exigido para um deputado) e, preferencialmente, ter executado “serviços à pátria”, qualidade essa que conferia certo valor à vida política pregressa dos concorrentes. Diversamente dos deputados, que eram eleitos pela contagem total de votos dos eleitores (que por sua vez haviam sido escolhidos pelos votantes), os senadores mais votados eram arrolados em listas tríplexes, de onde o imperador escolheria “o terço na totalidade da lista”. Além disso, diversamente dos deputados, que eram temporários, os senadores eram vitalícios, característica que foi duramente criticada pelos liberais “exaltados” durante os primeiros anos do Império.<sup>2</sup>

Tendo por modelo a Câmara dos Lordes inglesa e a Câmara dos Pares francesa, o Senado brasileiro trazia, no entanto, um componente que atenuava o poder do imperador. Este, assim como os reis da Inglaterra e França, escolhia o nome daquele que deveria ocupar o cargo, mas, diversamente deles, não o fazia de forma livre, pois dependia da lista tríplex. Ademais, enquanto na Inglaterra e França o campo de escolha era composto pelos membros da nobreza, no Brasil não era necessário ter títulos nobiliárquicos para ser feito senador, além do cargo não ser hereditário, como na França e Inglaterra, aspectos sempre lembrados pelos que defendiam o Senado no Primeiro Reinado. Por fim, o número de senadores não poderia ser modificado, posto que a Constituição prescrevia que a bancada de cada província fosse composta por metade do número de deputados da mesma província e este número, por sua vez, só podia ser alterado pela aprovação da maioria da Câmara, respeitando-se o critério de proporção populacional. O imperador carecia, logo, de uma prerrogativa utilizada pelo Executivo em outras nações, como França e Portugal, que era a de criar e nomear novas cadeiras na câmara alta para garantir maioria parlamentar.<sup>3</sup>

A nomeação da primeira bancada senatorial por d. Pedro, referendada pelo gabinete ministerial em 21 de janeiro de 1826, tencionava implantar no Legislativo uma base de apoio às decisões do governo e ao projeto de monarquia prescrito pela Carta de 1824. Não nos esqueçamos de que, na primeira metade do Oitocentos, e nos termos de um regime representativo assentado no bicameralismo, o Senado tinha como uma das suas funções primordiais oferecer governabilidade ao Executivo, balanceando os poderes e contendo o avanço da câmara baixa.<sup>4</sup>

Alguns procedimentos levados a termo pelo monarca tornaram o processo passível de críticas pela oposição, a começar pelo fato de que nem todas as províncias elaboraram listas tríplexes conforme a Constituição. Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina,

São Pedro do Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás elaboraram listas incompletas as quais continham indivíduos que já constavam em listas para outras localidades, ou até mesmo indicavam concorrentes falecidos. Deste modo, feitas as primeiras escolhas, ficaram essas províncias destituídas de um aparato necessário para a composição do Senado. Para os casos da Bahia, Minas Gerais, Santa Catarina e São Pedro do Rio Grande do Sul, a solução encontrada por d. Pedro e o Ministério foi a de utilizar as listas tal como foram enviadas ao Executivo.<sup>5</sup> Já São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Goiás tiveram uma parte de seus senadores escolhida das listas originais e a outra metade de listas suplementares que foram feitas incluindo-se os cidadãos imediatamente mais votados aos originalmente listados, o que gerou muita controvérsia.

Ao que parece as demais províncias do Império não tiveram maiores problemas com as listas tríplices, embora estas não foram de todo respeitadas pelo governo. Assim, a designação dos membros do Senado fez com que concorrentes que obtiveram votações expressivas ficassem de fora da primeira Casa, caso ocorrido em Goiás, Alagoas e Cisplatina. Na prática, a composição do Senado por d. Pedro constituiu uma articulação política em prol do monarca, de seu Ministério e dos membros da administração pública. Todos os dez integrantes do Conselho de Estado formado em 13 de novembro de 1823 e confirmado pela Carta outorgada foram nomeados senadores por d. Pedro, que já os elevara à condição de Viscondes, a 12 de outubro de 1824, e de Marqueses, dois anos depois. Aliás, dentre os cinquenta e sete senadores nomeados por d. Pedro durante o Primeiro Reinado, havia quatorze marqueses, dois condes e oito viscondes. Quando da escolha dos senadores, em janeiro de 1826, cinco dos seis ministros que compunham o gabinete do monarca – São Leopoldo, Inhambupe, Caravelas, Baependi e Paranaguá – também tomaram assento no Senado. Estava assim montado o tripé que daria sustentação ao Primeiro Reinado: Senado, Conselho de Estado e Ministério.<sup>6</sup>

Com relação à província de São Paulo, a não indicação de candidatos associados aos liberais foi patente. Figuras de destaque na política paulista da década de 1820, como Vergueiro, Ornelas e Toledo Rendon, viram concorrentes bem menos votados – alguns deles nem constantes na lista – serem escolhidos para preencherem o cargo de senadores.<sup>7</sup>

Se Lucas Antônio Monteiro de Barros, então presidente de São Paulo, gozava de popularidade entre os paulistas, o mesmo não se pode dizer do bispo José Caetano da Silva Coutinho,<sup>8</sup> que nunca havia ocupado um cargo político na província. O próprio Francisco de Assis Mascarenhas,<sup>9</sup> governador de São Paulo entre 1816 e 1818 – período no qual a província sofrera com o recrutamento para a campanha do sul –, deixara de atuar de forma mais visível no cenário político paulista desde sua saída do governo. O caso de José Feliciano Fernandes Pinheiro é mais intrincado, pois sua ligação com a vila de Santos e a participação nas Cortes de Lisboa como

deputado por São Paulo, podem ter pesado na escolha do seu nome, mesmo que este tenha ficado entre os menos sufragados. Outra ressalva fica por conta de Francisco das Chagas Santos, o terceiro nome mais votado, mas que não se tornou senador. Chagas Santos elegeu-se deputado por São Paulo pela 1ª legislatura. Sua afinidade com a administração pedrina pode ter influenciado na decisão do governo em não escolhê-lo senador, justamente por se tratar de um ponto de amparo na câmara baixa.

Menos polêmica, visto que o governo selecionou os dois nomes mais votados e outros que tinham relações diretas com a província, a escolha da bancada senatorial mineira também não privilegiou figuras alinhadas aos liberais, como Manuel Inácio de Melo e Sousa e Nicolau Vergueiro, mas indivíduos próximos ao círculo do monarca e residentes no Rio de Janeiro, a exemplo de Estevão Ribeiro de Rezende, Manuel Jacinto Nogueira da Gama e João Gomes da Silveira Mendonça, os quais já haviam, inclusive, ocupado pastas ministeriais. Segundo Claus Rodarte, que analisou as listas eleitorais para o pleito senatorial mineiro de 1824, houve uma convergência de votos em São João del-Rei, Sabará e Ouro Preto, vilas que em sua maioria sufragaram conselheiros de estado, ministros e outros cargos indicados pelo Executivo, como magistrados. Em contrapartida os colégios eleitorais de Campanha, Minas Novas e Pitangui totalizaram mais votos para notabilidades locais e nomes em ascensão a política, como Bernardo Pereira de Vasconcelos. O autor sugere negociações prévias na composição das listas e o peso que das relações que os candidatos nutriam com a Corte.<sup>10</sup> Tais dados nos levam a crer que nas localidades mais próximas à capital mineira a presença de homens ligados a d. Pedro fazia-se mais presente, assim como no caso dos pleitos para a Câmara dos Deputados. Por fim, assim como ocorrera em São Paulo e outras localidades, o presidente da província em exercício, no caso José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, também foi feito senador.<sup>11</sup>

Não era à toa, portanto, a insatisfação dos liberais paulistas e mineiros, ainda que em vários momentos o Senado esteve incompleto. Em 1831, já no período pós-Abdicação, circulou na imprensa que a primeira eleição para senador em São Paulo havia sido fraudulenta, uma vez que José Caetano da Silva Coutinho e José Feliciano Fernandes Pinheiro, ambos membros da bancada paulista montada por d. Pedro, não haviam obtido o mínimo de votos necessários para a composição das listas tríplices.<sup>12</sup> Em Minas também surgiram contestações sobre a legalidade do mandato de alguns senadores escolhidos pelo monarca, procedimento levado a diante pela imprensa e pelas Câmaras Municipais de Pouso Alegre, para quem o processo fora permeado por “escandaloso abuso” do Executivo, e vila do Príncipe, que solicitou a suspensão no pagamento do subsídio recebido por Francisco Maria Gordilho de Barbosa, empossado senador por Goiás não obstante o baixo número de votos recebidos.<sup>13</sup> A intenção dessas ações era clara: derrubar alguns

dos senadores nomeados no 1º Reinado e promover novas eleições num ambiente mais propício para os moderados.

Até a Abdicação, a maior vitória dos liberais paulistas e mineiros quanto à conquista de uma cadeira no Senado deu-se com a nomeação de Vergueiro, em 1828. Preterido por d. Pedro na formação da bancada senatorial paulista em 1826, Vergueiro foi novamente lançado como candidato dois anos depois, por Minas Gerais, o que revela um enredamento entre oposicionistas mineiros e paulistas visando à ocupação do Senado desde o primeiro pleito. Essa manobra pode ser constatada num artigo publicado pelo jornal *O Universal* no início de 1828, na ocasião da eleição para preencher a vaga do falecido Marquês de Sabará. Dos seis nomes propostos para o cargo, quatro eram de ilustres políticos paulistas: o ituano Francisco de Paula Sousa, o paulistano Diogo Feijó, o sorocabano Tobias de Aguiar e o português Vergueiro, que muito cedo se fixara em São Paulo. Apenas João José Lopes Mendes Ribeiro, então presidente da província de Minas Gerais, tinha laços efetivos com a política mineira. Manoel Jose de Souza França, catarinense, era pouco conhecido na província e nela não desempenhara nenhuma função pública de destaque.<sup>14</sup> Vergueiro e Feijó também surgiram na lista proposta pelo jornal *Astro de Minas*.<sup>15</sup>

A mobilização em prol da eleição de Vergueiro surtiu efeito. Embora sua votação tenha sido inexpressiva em vilas como Ouro Preto e Sabará, o político paulista conquistou o primeiro posto em colégios de peso eleitoral, a exemplo de São João del-Rei e vila do Príncipe, ficando atrás apenas de João José Lopes Mendes Ribeiro, que no momento presidia Minas Gerais e ocupava uma cadeira na Câmara dos Deputados pela mesma província.<sup>16</sup> No Conselho de Estado não houve consenso quanto à escolha do nome.<sup>17</sup> É de supor que o favorito do imperador fosse o então presidente mineiro, que desde novembro de 1827 vinha à frente da pasta da Justiça, porém a crescente oposição ao governo, sobretudo dentro da Câmara dos Deputados e da imprensa, pode ter influenciado o monarca e seus ministros a tomarem uma atitude mais conciliadora. O periódico *O Farol Paulistano* publicou um artigo sobre a escolha de Vergueiro. Lançando mão de uma suposta imparcialidade, o redator ressaltou os aspectos positivos e negativos do novo cargo para o ex-deputado, em face da situação política do Império:

“Já se não pode duvidar da acertadíssima escolha que fez S.M.I. do ilustre Defensor dos nossos direitos o Sr. Vergueiro para Senador do Império pela Província de Minas Gerais; mas qual será a influência que terá esta nomeação, e escolha na felicidade pública? Lucrará a Nação Brasileira com a passagem deste digno Varão da Câmara dos Deputados para a Câmara dos Senadores? Eis uma questão que, em nosso entender, não é de fácil resolução (...). O Senado é composto em grande parte de homens do velho regime; de homens, que ainda estão lucrando com os abusos e que por consequência, afetando muita prudência nas reformas, querem alongar a época suspirada da queda dos ditos abusos, e da diminuição de seus interesses. O Sr. Vergueiro tem sido na Câmara dos Deputados forte e constante defensor das prerrogativas, que a Constituição deu a dita Câmara, e por essa rivalidade, que

desgraçadamente tem dividido as duas Secções do Corpo Legislativo, não será, talvez, ou certamente muito bem visto por uma grande parte do Senado (...). A Câmara dos Deputados perde um homem de grande valor em qualquer relação, que considerado seja, ao mesmo tempo que é duvidoso se no Senado poderá ao menos por ora fazer os mesmos serviços, que fazia na sua antiga Câmara. O Sr. Vergueiro mesmo vendo as dificuldades, que se lhe hão de necessariamente apresentar, talvez prudentemente se acanhe, e não dê toda a expansão, latitude, e franqueza ás suas opiniões; e os menos expertos, os desconfiados, e ainda mais os seus inimigos, os da publica prosperidade minem o seu credito, e o façam talvez perder em poucos dias o que lhe tem custado muitos anos, muitas fadigas, muitos desgostos a adquirir. Tudo isto nos parece exato; muito peso julgamos nesta reflexão última; mas pelo outro lado também não se podem razões fortes e de peso. No Senado ha, nem se pode, nem se deve pôr em dúvida muitos homens probos, desinteressados, e amigos da nova incomparavelmente melhor ordem de cousas, mas talvez senão tenham ainda desenvolvido, porque muito pouca gente tem a fortuna de ser própria para se pôr à frente das reformas, e de vencer o habito do antigo, do visto, do praticado: estes homens tendo um apoio, um guia, um chefe, que reína como o Sr. Vergueiro, a maior probidade, mais sincero desinteresse, a maior solidez, e fecundidade de argumentos, e razões, e decidida coragem, e invariável carácter, provavelmente o seguirão, e marchará provavelmente o Senado mais nas vistas do novo sistema; e lucrará a causa publica (...). O Senado pode ir sendo com esta, e outras nomeações semelhantes, reformado, e melhorado. Custa bastante ir de encontro a razão, a verdade forte, e digamos apresentada, e por isso bons efeitos devemos esperar da admissão do Sr. Vergueiro ao Senado. Na Câmara dos Deputados ele faz falta, mas o amor de gloria, mas as reeleições, mas o grande número de opositores, que ali tem o Ministério nos dão esperanças de que não seja irreparável a perda, e mesmo não será tão grande a falta”.<sup>18</sup>

Analisada por um viés mais amplo, a dicotomia apresentada pela folha paulistana expõe, em síntese, um dos pontos que permeou o debate político nos primeiros anos do Império, especialmente entre a outorga do texto constitucional e a abdicação de d. Pedro, em abril de 1831. Para a oposição liberal, que por esse período formava o principal e dividido grupo de oposição ao governo bragantino, a chave para o triunfo do “novo sistema” não residiria na criação de um novo aparato jurídico-administrativo, pois esse já estava dado pela Carta de 1824. Ela encontrar-se-ia, sim, na maneira como esses instrumentos legais seriam implementados, utilizados e articulados entre si, a fim de proporcionar aos liberais sua escalada ao poder e de fazer frente aos simpatizantes de um sistema de governo que recusavam a ampla atuação dos cidadãos nos negócios públicos. Especificamente em relação ao Senado, a oposição feita pelos liberais durante o Primeiro Reinado tocava em dois pontos básicos: na forma como d. Pedro escolhera os primeiros senadores e nos próprios nomes selecionados pelo imperador.<sup>19</sup>

O ponto crucial da hesitação sobre os rumos da vida política de Vergueiro residia, conforme o redator, na seguinte equação: de um lado, a entrada de Vergueiro para o Senado poderia ser estrategicamente perigosa, uma vez que essa Casa seria, segundo o redator d’o *Farol*, majoritariamente composta por “homens do velho regime”, o que por sua vez ofuscaria a força política de um dos líderes da oposição ao governo; de outro, a ida de Vergueiro poderia encetar uma reformulação das bases políticas do Senado, ampliando assim o leque de participação política da oposição. Em ambos os casos, porém, o princípio argumentativo era o mesmo: o acesso ao

poder se daria por meio da legalidade das ações, ou seja, pela utilização das possibilidades dispostas pela Carta de 1824. Tal argumento era frequentemente utilizado pelos que combatiam o governo, o qual era considerado o detentor do uso da violência, seja política seja de coerção física.

Antes de prosseguirmos, convém considerar que o lançamento da candidatura de Vergueiro por duas províncias distintas não foi um fato isolado, mas uma prática recorrente. Ao se confrontar a relação dos nomes mais votados em São Paulo e Minas para a formação da primeira bancada senatorial, percebe-se que alguns candidatos, sobretudo do círculo pedrino, concorreram por ambas as províncias ao mesmo tempo. José Joaquim Carneiro de Campos, por exemplo, concorreu por Minas e São Paulo, mas acabou sendo empossado pela Bahia. A ideia era combinar candidaturas para tentar preencher o máximo de espaços por aliados. Foi essa estratégia que permitiu que d. Pedro dispusesse, a princípio pelo menos, de um Senado marcadamente a seu favor.

A chegada dos liberais ao poder, em abril de 1831, esboçou uma substituição gradual no quadro de senadores. Mesmo fragilizado após o malogro do golpe de 30 de julho de 1832, Feijó foi o mais votado para ocupar a cadeira deixada vaga pelo marquês de Santo Amaro, senador fluminense falecido em agosto daquele ano.<sup>20</sup> O Conselho de Estado ficou dividido quanto à escolha do nome, que ainda contava com Antônio José do Amaral e Bento de Oliveira Braga. Os marqueses de Inhambupe e Caravelas optaram por Feijó, ao passo que Maricá escolheu Oliveira Braga, por ter ressalvas às “opiniões políticas” dos demais nomes. Paranaguá, por sua vez, afirmou que lhe parecia nula a eleição por não se haverem reunido os colégios eleitorais no mesmo dia, como ordenava a lei. A Regência deu preferência ao padre paulistano.<sup>21</sup>

Tal escolha acabou esbarrando, todavia, no Senado. A Comissão de Constituição deu parecer favorável ao diploma de Feijó, mas sem unanimidade. Voto vencido entre os membros da Comissão, José Saturnino da Costa Pereira justificou-se como já o fizera Paranaguá, abrindo espaço para uma manobra de alguns senadores em prol da anulação do processo eleitoral. Os esforços de Vergueiro e Caravelas em demonstrar a legalidade do mesmo não foram suficientes para desmontar a argumentação pretensamente legalista de homens como Cairu e Costa Pereira, de modo que a eleição acabou sendo anulada, para indignação da imprensa moderada.<sup>22</sup> Logo em seguida procedeu-se novo pleito e Feijó foi mais uma vez o mais votado, o preferido pelos conselheiros de Estado e o indicado pela Regência.<sup>23</sup> No Senado, Cairu, Inhambupe e Manuel Caetano de Almeida e Albuquerque tentaram nulificar o resultado, alegando a existência de problemas na elaboração das listas dos eleitores que participaram da votação. Vergueiro, Martiniano de Alencar e Caravelas rebateram-nos, no que saíram vitoriosos. Feijó tomou assento em julho de 1833.<sup>24</sup>



Cerca de um mês depois, após encabeçar lista tríplice que contava com o deputado paulista José Correa Pacheco e Silva e com o oficial do Exército José Joaquim Machado de Oliveira, Paula Sousa foi feito senador por São Paulo. Como era de se esperar, Paula Sousa recolheu quantidade significativa de sufrágios na maioria dos colégios eleitorais, com exceção das vilas de Santos e Areias, onde houve forte influência dos Andrada.<sup>25</sup> Na Corte, contou com um Conselho de Estado unânime a seu favor.<sup>26</sup> Tal escolha também sofreu resistência por parte do Senado, que, influenciado novamente por Cairu, Alcântara e Inhambupe, procurou retardar o ingresso do novo senador, declarando que em seu diploma não constava a assinatura de todos os regentes – Costa Carvalho, enfermo, encontrava-se em São Paulo –, tampouco das atas da eleição da vila de Sorocaba, o que punha em cheque sua legalidade. A questão ocupou algumas sessões, e teve em Feijó e Vergueiro as principais vozes a favor da admissão de Paula Sousa, aprovada pelo Senado em agosto de 1833.<sup>27</sup>

Ao fim e ao cabo a composição da casa vitalícia pouco mudou entre 1826 e 1834, período em que faleceram 12 dos 57 senadores nomeados originalmente pelo monarca, lembrando que o governo bragantino se valera de alguns artifícios, como o desrespeito às listas tríplices, para compor um Senado a seu favor. Até a Abdicação d. Pedro escolheu mais seis senadores, nenhum por São Paulo e somente Vergueiro por Minas Gerais. Coube à Regência Trina Permanente indicar outros seis, dentre eles Paula Sousa (São Paulo), Feijó (Rio de Janeiro) e José Bento Ferreira de Melo (Minas Gerais), nomes de proa entre os moderados paulistas e mineiros. Mesmo assim durante todo o Primeiro Reinado e os anos iniciais da Regência os moderados não tiveram uma bancada senatorial que os representasse em peso, o que refletiu na relação que esferas amplamente aparelhadas pelos liberais paulistas – como a Câmara dos Deputados, os Conselhos Provinciais e a imprensa periódica – travaram com o Senado e o Executivo.

A franca oposição praticada pela Câmara dos Deputados contra o Senado, durante o 1º Reinado e os anos iniciais da Regência, produziu uma imagem tão negativa a respeito da casa vitalícia que acabou contaminando boa parte dos estudiosos que se debruçaram sobre o período. Adjetivos como “moroso”, “improdutivo” e “antiliberal” foram utilizados à exaustão para qualificar o Senado, intuído então como o avesso da Câmara dos Deputados, esta sim, entre erros e acertos, verdadeiramente preocupada com o sucesso da monarquia constitucional. Entre as consequências mais imediatas dessa interpretação está o desinteresse dos historiadores pelos primórdios da instituição, que pouco tem utilizado os *Anais do Senado* como fonte de investigação, como atinou Vantuil Pereira.<sup>28</sup>

A ideia de um Senado fechado em si, negligente e preocupado somente em conter o avanço da Câmara dos Deputados é simplista e perigosa. Desconsidera a complexidade da política ali

desenvolvida e, conseqüentemente, torna fato o que na realidade fora um argumento dos liberais, sobretudo dos moderados: o de que Câmara e Senado faziam parte de um jogo bipolar em que a primeira representava os verdadeiros interesses da nação e o segundo uma barreira à consolidação das instituições liberais, espécie de último reduto da monarquia absoluta, do despotismo e da tutela portuguesa. É inegável que o Senado refutou uma quantidade significativa de projetos de lei da Câmara, opondo-se a ela, que foi um dos responsáveis pelo malogro de uma reforma constitucional mais arrojada, e que adotou uma postura de favorecimento à base de sustentação de d. Pedro e, por conseguinte, aos opositores da Regência, mas isto está longe de significar um descaso para com a “causa nacional”. Muito pelo contrário, do Senado partiram contribuições essenciais – e duradouras – para a montagem do Estado brasileiro, a começar pela lei de regulamentação das Câmaras Municipais, cujo texto se afinava com as tendências do liberalismo oitocentista. Prova disso é que, ao chegar na Câmara dos Deputados, o projeto quase não sofreu oposição e foi rapidamente aprovado. Os senadores protagonizaram, ainda, outras discussões de peso, como aquelas sobre colonização e naturalização de estrangeiros, criação de prelaças, navegação de rios e abertura de canais, estabelecimento do Tribunal de Justiça e a regulação da Intendência Geral da polícia.

---

<sup>1</sup> Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo.

<sup>2</sup> TAUNAY, Afonso de Escagnolle. *O Senado do Império*. Brasília: Senado Federal, 1978. 1ª edição 1941.

<sup>3</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. Representação política no Império. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo, Julho 2011, p.05-06. Acesso em julho de 2013.

<sup>4</sup> LIEBERMAN, David. The mixed constitution and the common Law. In: GOLDE, M.; WOKLER, R. (orgs.) *The Cambridge History of Eighteenth-Century Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p.324-325.

<sup>5</sup> TAUNAY, *op. cit.*, p.56-57.

<sup>6</sup> OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. O Conselho de Estado e o complexo funcionamento do governo imperial. *almanack braziliense* (Online), v. 5, p. 46, 2007.

<sup>7</sup> Relação dos candidatos mais votados para o Senado por São Paulo na ocasião das eleições para a 1ª legislatura do Império: 1º) Nicolau Pereira de Campos Vergueiro – 263 votos; 2º) Manuel Joaquim de Ornelas – 253 votos; 3º) Francisco das Chagas Santos – 215 votos; 4º) Manuel Martins do Couto Reis – 166 votos; 5º) Cândido Xavier de Almeida e Sousa – 161 votos; 6º) José Arouche de Toledo Rendon – 154 votos; \*7º) Lucas Antônio Monteiro de Barros (depois Barão e Visconde de Congonhas do Campo) – 151 votos. Nomeado; 8º) Sebastião Luiz Tinoco da Silva – 147 votos. Nomeado senador por Minas Gerais; \*9º) D. Francisco de Assis Mascarenhas (Conde e depois Marquês de São João da Palma) – 140 votos. Nomeado; 10º) João Carlos Augusto de Oyenhausen (depois Visconde e Marquês de Aracati) – 135 votos. Nomeado senador pelo Ceará; 11º) Estevão Ribeiro de Rezende (depois Barão, Conde e Marquês de Valença) – 130 votos. Nomeado senador por Minas Gerais; 12º) D. Nuno Eugênio de Lossio e Seiblitiz – 116 votos. Nomeado senador por Alagoas; \*13º) D. José Caetano da Silva Coutinho (bispo do Rio de Janeiro e Capelão-mor) – 115 votos. Nomeado; 14º) João Ferreira de Oliveira Bueno – 113 votos; \*14º) José Feliciano Fernandes Pinheiro (depois Visconde de São Leopoldo) – 108 votos. Nomeado; 15º) José Joaquim Carneiro de Campos (depois Visconde e Marquês de Caravelas) – 87 votos. Nomeado senador pela Bahia; 16º) Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade (depois bispo de São Paulo) – ? votos.

<sup>8</sup> José Caetano da Silva Coutinho (1768-1833) era natural de Caldas da Rainha, Portugal. Sacerdote, assumiu o posto de bispo da Diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro de 1807 até seu falecimento. Foi d. José quem coroou d. Pedro como imperador do Brasil, em 1822.

<sup>9</sup> Francisco de Assis Mascarenhas (1779-1843), sexto conde de Palma e marquês de São João da Palma, era natural de Lisboa, Portugal. Antes de dirigir São Paulo, foi governador das capitanias de Goiás (1804-1809), Minas Gerais (1810-1814). Quando saiu da presidência de São Paulo, tomou a frente do governo da Bahia (1818-1821).

<sup>10</sup> RODARTE, Claus Rommel. *Partidos políticos, poderes constitucionais e representação regional na 1ª legislatura da assembleia geral do império do Brasil: Minas Gerais (1826-1829)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2011, p.85-86 e 95-96.

<sup>11</sup> Relação dos candidatos mais votados para o Senado por Minas Gerais na ocasião das eleições para a 1ª legislatura do Império: 1º) Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá. Nomeado; 2º) José Teixeira da Fonseca Vasconcelos (depois Barão e Visconde de Caeté). Nomeado; 3º) João Severiano Maciel da Costa (depois Visconde e Marquês de Queluz). Nomeado senador pela Paraíba do Norte; 4º) Antônio Luiz Pereira de Campos (depois Visconde de Marquês de Caravelas). Nomeado senador por Pernambuco; 5º) José Joaquim Carneiro de Campos (depois Visconde e Marquês de Caravelas). Nomeado senador pela Bahia; 6º) José Egídio Álvares de Almeida (barão e depois Visconde e Marquês de Santo Amaro). Nomeado senador pelo Rio de Janeiro; 7º) Bispo do Rio de Janeiro e Capelão-Mor (D. José Caetano da Silva Coutinho). Nomeado senador por São Paulo; 8º) Estevão Ribeiro de Rezende (depois Barão, Conde e Marquês de Valença). Nomeado; 9º) Luiz José de Carvalho e Melo (depois Visconde da Cachoeira). Nomeado senador pela Bahia; 10º) Manuel Jacinto Nogueira da Gama (depois Visconde e Marquês de Baependi). Nomeado; 11º) Lucas Antônio Monteiro de Barros (depois Barão e Visconde de Congonhas do Campo). Nomeado por São Paulo; 12º) João Gomes da Silva Mendonça (depois Visconde do Fanado e Marquês de Sabará); 13º) Caetano Pinto Miranda Montenegro (depois Visconde e Marquês da Praia Grande. Nomeado senador por Mato Grosso; 14º) D. Francisco de Assis Mascarenhas (Conde e depois Marquês de S. João da Palma). Nomeado; 15º) José da Silva Lisboa (depois Barão e Visconde de Cairu). Nomeado senador pela Bahia; 16º) Mariano José Pereira da Fonseca (depois Visconde de Maricá). Nomeado; 17º) Nicolau Pereira de Campos Vergueiro; 18º) João Evangelista de Faria Lobato. Nomeado; 19º) Clemente Ferreira França. Nomeado senador pela Bahia; 20º) Antônio Gonçalves Gomide. Nomeado; 21º) Jacinto Furtado de Mendonça. Nomeado; 22º) Marcos Antônio Monteiro de Barros. 23º) Plácido Martins Pereira; 24º) José Caetano Gomes; 25º) Manuel Inácio de Melo e Sousa; 26º) Lucio Soares Teixeira de Gouveia; 27º) Sebastião Tinoco da Silva; 28º) José de Rezende Costa; 29º) José Clemente Pereira; 30º) Antônio da Rocha Franco.

<sup>12</sup> *O Universal*, nº 663, 24/10/1831.

<sup>13</sup> Cf. *O Astro de Minas*, nº 808, 02/02/1833; *O Universal*, nº 923, 02/09/1833; APB-CD, 31/07/1833, p.114; CEDI-CD, lata 83, maço 13, pasta 1, ofício de 03/09/1833; *O Sete de Abril*, nº 151, 10/06/1834.

<sup>14</sup> *O Universal*, nº 80, 14/01/1828.

<sup>15</sup> *Astro de Minas*, nº 19, 01/01/1828.

<sup>16</sup> Vergueiro obteve ao todo 162 votos, e João José Lopes Mendes Ribeiro, 284. O terceiro mais votado foi Lúcio Soares Teixeira de Gouveia, com 96 votos. Cf. TAUNAY, *op. cit.*, 1978, p.201.

<sup>17</sup> Apenas o marquês de Queluz optou por João José Lopes Mendes Ribeiro. O nome de Vergueiro foi escolhido por Caravelas, Baependi, São João da Palma, Maricá e São Leopoldo. Já os marqueses de Santo Amaro, Inhambupe e Paranaguá ficaram com Teixeira de Gouveia. Cf. ACE, sessão 3ª, 10/05/1828.

<sup>18</sup> *O Farol Paulistano*, nº 119, 07/06/1828.

<sup>19</sup> TAUNAY, *op. cit.*

<sup>20</sup> Cf. TAUNAY, *op. cit.*, 1978, p.224.

<sup>21</sup> *Atas do Conselho de Estado (1823-1834) (ACE)*. In: RODRIGUES, José Honório (dir.). *Atas do Conselho de Estado: obra comemorativa do sesquicentenário da instituição parlamentar*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973-1978, sessão 112ª, 01/02/1833.

<sup>22</sup> *Anais do Senado do Império do Brasil (ASI)*. Rio de Janeiro/Brasília, 1826-1889, 11/04/1833, p.07-08; 12/04/1833, p.09-12; 13/04/1833, p.17-25. Sobre a reação da imprensa moderada, ver *Aurora Fluminense*, nº 758, 17/04/1833, *O Sete de Abril*, nº 40, 14/05/1833; *O Universal*, nº 888, 12/06/1833; *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública de Ouro Preto*, nº ?, 21/06/1834.

<sup>23</sup> ACE, sessão 110ª, 28/06/1833. Apenas o marquês de Maricá não optou por Feijó, preferindo em seu lugar Joaquim José Pereira de Faro.

<sup>24</sup> ASI, 09/07/1833, p.145-146; 10/07/1833, p.150-163; 11/07/1833, p.168; 15/07/1833.

<sup>25</sup> Os nomes mais votados no colégio eleitoral de Santos foram: Joaquim Gonçalves de Andrade (7), Martim Francisco de Andrada e Silva (7), Antonio Carlos de Andrada e Silva (5), José Bonifácio de Andrada e Silva (?), José Ricardo da Costa Aguiar (?), Monsenhor Vidigal (1), Baltasar da Silva Lisboa (1), Francisco de Paula Sousa (1), cf. *O Novo Farol Paulistano*, nº 165, 16/04/1833.

<sup>26</sup> ACE, sessão 112ª, 26/07/1833. Neste dia o Conselho de Estado contou com a participação dos regentes e de Inhambupe, Baependi, Caravelas, Paranaguá, Maricá, São João da Palma, Barbacena e Conde de Lajes.

<sup>27</sup> ASI, 01/08/1833, p.347; 02/08/1833, p.357-358; 03/08/1833, p.359-367; 13/08/1833, p.14-21. A questão mereceu destaque n° *O Universal*, nº 919, 23/08/1833.

<sup>28</sup> PEREIRA, Vantuil. *Ao soberano congresso: direitos do cidadão na formação do estado imperial (1822-1831)*. São Paulo: Alameda Editorial, 2010, p.51.

## UMA LEITURA DO CONCEITO DE ASSIMILAÇÃO DE EMÍLIO WILLEMS

Marlete Golke <sup>1</sup>  
Carlos Henrique Armani <sup>2</sup>

**Resumo:** Na primeira metade do século passado muitos intelectuais se engajaram em estudos no sentido de compreender as relações culturais e sociais das sociedades que receberam imigrantes. Nesse aspecto, o Brasil é posto como um país colonizado e local de recepção de várias etnias que despertaram atenção para tais estudos onde destacamos o conceito assimilação atribuído pelo intelectual Emílio Willems. A pesquisa referida desenvolve-se com apoio financeiro da CAPES.

**Palavras-chave:** Assimilação; Indivíduo; Sociedade.

**Abstract:** In the first half of the last century, many intellectuals engaged in studies in order to comprehend the social and cultural relations of the societies that received immigrants. In this aspect, Brazil is taken as a colonized country, and reception place for many ethnics, who attracted attention for such studies, in which we detach the cultural assimilation concept attributed by the intellectual Emilio Willens. The refered research is being developed with CAPES (Superior Level Refining Personal Coordination) financial support.

**Key-words:** Assimilation; Individual; Society.

O objetivo deste artigo é destacar no âmbito geral possibilidades de compreensão do conceito de assimilação proposto por Emílio Willems que realizou um estudo sociológico das populações marginais na região sul do Brasil, lançando em 1940 sua obra, resultante desse

estudo: Assimilação e populações marginais no Brasil. Emílio Willems foi um intelectual que emigrou da Alemanha para o Brasil em 1931 e ministrou aulas de Sociologia na USP tendo influenciado as gerações posteriores.

A história, tradicionalmente, tem se ocupado, de um lado, com as bases materiais e sociais da existência humana, de outro, com as ideias mediante as quais os homens representam essa existência. Resultado de uma construção tipicamente moderna, que se inicia no século XVIII, com as Luzes, e se consolida, como "disciplina científica", no século XIX, a História, desde esses momentos, bipartiu-se em dois grandes segmentos, um material-social onde podemos inferir a economia, a política, a sociedade, e outro ideal com as ideias, o pensamento, a filosofia, a literatura, as artes. Cada qual desses segmentos segue seus próprios procedimentos de análise e corpos explicativos constituindo sua teoria de conhecimento. Ao estabelecer o sujeito da pesquisa ou objeto, uma vez que este é fruto das ações humanas, não deixa de constituir um sujeito do processo histórico que se quer conhecer. Dessa forma, o trabalho do historiador ao abordar e situar seu sujeito do passado aos olhos do presente vê-se num permanente conflito.

Partindo de uma análise teórico-metodológica de Dominick LaCapra<sup>3</sup> compreende-se as ideias de um determinado tempo e sua historicidade no contexto exterior e interior ao sujeito em investigação, constituindo a história num importante elemento para o processo de interpretação humana. Dessa forma, na tentativa de compreender as ideias em seus diferentes contextos na análise das fontes na perspectiva hermenêutica, não buscamos apenas analisar os textos, mas sim englobar todo processo interpretativo que emerge da comunicação e seu significado. Para LaCapra a questão texto e contexto se completa nas inter-relações que podem ser exploradas ampliando os pares duais como texto e autor para além de redes que se inter-relacionam, ou seja, a relação dos textos com seus diversos contextos pertinentes, pois a apelação ao contexto não responde ao ato de todas as questões da leitura e a interpretação formando apenas um contexto. Procedendo à análise de textos, LaCapra<sup>4</sup> aponta seis tipos de contextos históricos possíveis: a relação intenção do autor e texto; a relação entre a vida do autor e texto; a relação entre a sociedade e o texto; a relação entre cultura e texto; a relação entre o texto e o corpo da escrita e por fim, a relação entre os modos de discurso e o texto.

Nessa perspectiva o texto é pensado em relação a uma rede de contextos que se interligam. Em nosso caso, pretendemos destacar a relação do texto no contexto dos aspectos políticos, sociais e culturais. O tema da assimilação tem sido bastante discutido, apropriada e transformada em diferentes momentos do processo histórico. No Brasil, em meados da metade do século XX, esteve destacadamente em voga no campo da Sociologia e, também, da

História coincidindo com a expansão de cursos superiores e pós-graduações que possibilitaram ampliar os estudos a partir da década de 1970, deslocando os estudos de caso do meio rural para o viés da urbanização. Contudo, não houve um completo abandono sobre os estudos das comunidades rurais que prevaleciam até então. As novas exigências sociais e econômicas que se apresentavam e deslocaram a atenção dos historiadores e sociólogos para o contato com essas mudanças que estavam ocorrendo para esse deslocamento, é somada, também, à indagação sobre os indivíduos “marginalizados” na história que, diga-se de passagem, não deixa de envolver o processo de integração social, econômica e política para com a nação.

Assim, pretende-se apresentar com caráter introdutório o conceito de assimilação e suas variáveis dentro de uma perspectiva da História Intelectual na obra de Emílio Willems. A ideia em torno desse conceito pode ser refletido sobre um dado indivíduo que não esteja em seu nicho natural, ou seja, que sofreu deslocamento geográfico, especialmente para populações que migram e/ou imigraram. Destarte, lembremos que a América Latina foi grande receptora de imigrantes durante o século XIX e início do século XX, não excluindo desse cenário, Os Estados Unidos da América do Norte que também, foi palco receptor de estrangeiros. O deslocamento geográfico é o panorama geral para repensar tal conceito. Na atual conjuntura de migrações tem-se um retorno a ele com reformulações de Alba e Nee <sup>5</sup>.

Pois, até os anos sessenta do século passado o paradigma da assimilação reinava quase absoluto, influenciado pela Escola de Chicago nos EUA, desde Robert Ezra Park (1921) <sup>6</sup> até Milton Gordon (1964) <sup>7</sup>. As ideias sobre assimilação vinham se pondo e sendo descobertas por pesquisadores dentro de um contexto de imigrações e fixação dessas em território estrangeiro. Emílio Willems, autor e intelectual em questão, emigra da Alemanha para o Brasil na década de 1930 tendo recentemente obtido o título de doutor em Filosofia pela Universidade de Berlim onde teve contato com os debates sociológicos e antropológicos. Torna-se professor de Antropologia na Universidade de São Paulo e de Sociologia e Antropologia Social na Escola Livre de Sociologia e Política num período em que o campo da Sociologia estava despontando no Brasil.

Atendendo as suas atividades docentes e pesquisas, Willems fez um estudo de caráter sociológico sobre as populações marginais e publica em 1940, Assimilação e populações marginais no Brasil. Seu estudo com rigor científico oferece uma leitura desse conceito diferenciando-se de relatos de viajantes que relatavam e descreviam o Brasil, sua população e cultura. O debate da cultura brasileira e identidade nacional eram indispensáveis para pensar a nação e o caráter que se pretendia conferir ao país. Ao se pensar a cultura brasileira, ainda era

forte o caráter que se atribuía à raça como fator determinante para a análise, consequência de resquícios mentais de uma cultura intelectual marcada pelo progresso e superioridade dos “povos brancos europeus” frente a um país colonizado que teceu sua história mesclando escravidão e colonização.

Mencionado acima, o fator racial-biológico encontrava respaldo no Brasil com intelectuais que ao final do século XIX e início do século XX estavam em torno de debates sobre um “tipo ideal” nacional com teorias influenciadas pelos discursos eugenistas<sup>8</sup>. Tais teorias defendiam a superioridade da raça branca mediante uma inferioridade da raça negra, propugnando, desse modo, uma hierarquização e classificação das raças somadas pelas teses do darwinismo social e disseminação de uma raça pura, amplamente difundidas até a I Primeira Guerra Mundial. Citando Seyferth:

Os cientistas brasileiros encontraram meios para contornar a visão negativa seguida pelo racismo para a mistura de raças ora classificadas como inferiores, ora como atrasadas: inventaram a tese do branqueamento e os mestiços “superiores”! [...] Nos termos da sua versão “científica”, [...] o branqueamento da raça era visualizado como um processo seletivo de miscigenação que, dentro de um certo tempo (três gerações), produziria uma população de fenótipo branco [...]. Sendo assim, os imigrantes tinham um papel adicional a exercer: contribuir para o branqueamento e, ao mesmo tempo, submergir na cultura brasileira.<sup>9</sup>

Pode-se observar que alguns homens, os brasileiros eram pensados como racialmente inferiores, encontrando na imigração de brancos europeus o papel de integrar-se e transformar-se em brasileiros. Contudo, tal debate é anterior ao conceito de assimilação definido por Robert Park da Escola de Chicago que influenciou o conceito no Brasil ao final dos anos 1920, com Oliveira Viana que defendeu a tese do caldeamento ou fusão de raças. Ainda que, este autor traria a ideia de que duas raças quando postas em contato, o resultado seria que: a menos fecunda acabaria por ser absorvida pela dominante. Nota-se que essa teoria ainda apresenta marcas de uma hierarquização social e racial, tomando a ideia das características raciais para explicar as mazelas do país.

Aos poucos esse eixo explicativo deslocara-se para a relação homem-meio tomando a noção do meio como importante fator para o desenvolvimento do homem, bem como a necessidade de educação que fora negligenciada e ausente da vida do trabalhador. O próprio meio condicionava o homem a estar nessa situação, não que ele fosse assim naturalmente por um princípio de raça inferior, mas sim, as condições do meio o supriam na sua vontade e autenticidade de vir a ser. A revolução cultural do modernismo, também, pode ser citada como valorização de uma identidade e cultura nacional. Gilberto Freyre, igualmente se

empenha nessa valorização ao colocar o negro numa reinterpretação otimista do Brasil destacando-o com positividade para a formação nacional, a partir de um viés cultural.<sup>10</sup>

Embora houvesse uma tentativa de abordar a assimilação do povo brasileiro e colocá-lo como grupo homogêneo nacional, havia divergências quanto à caracterização racial dos grupos, alguns eram mais desejáveis e assimiláveis do que outros. Além, havia o receio de uma ameaça externa, dessa vez dos rumores da II Guerra Mundial ora em curso na década de 1930 estendendo-se aos primeiros anos da década seguinte com seu desfecho. As características físicas, culturais e externas eram vistas como fator de intransigência para homogeneizar a tão jovem nação brasileira.<sup>11</sup> Estava posto o processo de assimilação em curso, com foco a garantir esse processo para quem se encontrava fixo ou mesmo pretendia a fixação nesse país. O Estado Novo instaurado com Getúlio Vargas em 1937 pôs em prática o processo compulsivo de “assimilação” por meio de uma nacionalização e identificação com a pátria, em detrimento de associações simbólicas que representassem ligações com instituições étnicas.

Os efeitos consequentes da II Guerra Mundial numa exclamação de horror contribuíram para pôr de lado a teoria da assimilação sob o viés racial. O meio acadêmico tratou de interpretar a recepção de imigrantes internacionais valendo-se do termo de assimilação. Finalmente apontamos para Emílio Willems que tratou dessa questão para explicar o fenômeno/ conceito com grande teor teórico-metodológico. Vale destacar o verbete assimilação do Dicionário de Sociologia, também de sua autoria:

Conjunto das mudanças de ordem psíquica a que estão sujeitas as pessoas que se transferem de uma determinada sociedade para outra, culturalmente diversa. Praticamente essas mudanças consistem na obliteração, substituição e modificação de hábitos (modos de sentir, pensar e agir) anteriormente adquiridos. Os novos hábitos exteriorizam-se em forma de atitudes total ou parcialmente diferentes de atitudes anteriores. É óbvio que as atitudes novas surgem condicionadas a elementos culturais novos ou diferentes. Grau e ritmo de assimilação são determinados sobretudo pelas diferenças ou semelhanças culturais, pela frequência e espécie de contatos que se estabelecem entre pessoas culturalmente diversas. Outro fator importante representam as condições sociais em que ocorrem os contatos. Geralmente, a assimilação é acompanhada de conflitos mentais cuja intensidade varia em razão dos antagonismos que se observam entre os padrões de comportamento da sociedade antiga e da nova. Enquanto duram esses conflitos, a pessoa é marginal. A assimilação não exige a substituição de todos os hábitos anteriormente adquiridos. As necessidades básicas dos homens são as mesmas e as culturas criadas para sua satisfação apresentam semelhanças fundamentais. Daí se pode inferir que, em qualquer hipótese, uma parte das experiências anteriores pode ser utilizada para fazer os reajustamentos que a nova situação exige. A assimilação compreende exclusivamente hábitos, quer dizer, traços que a pessoa humana adquire em interação com seus semelhantes. Por isso, a assimilação nada tem que ver com fatores biológicos como nascimento, ascendência ou “sangue” do indivíduo. Importante é apenas o meio social em que a pessoa é educada.<sup>12</sup>



O autor parte da concepção de que os contatos sociais são condicionados por inúmeros fatores em que duas unidades culturais heterogêneas podem apresentar traços distintos, selecionar traços, identificar, conservar, modificar ou ainda refutar alguns elementos. Esses fatores são pensados em grau e ritmo que variam conforme a distância cultural, frequência e tipo de contato. Em seu livro, o autor exemplifica de forma didática essa questão:

Suponhamos o caso de uma assimilação já consumada das unidades A e B. É possível que A tenha conservado seus caracteres anteriores acrescidos apenas de alguns dados aceitos de B. O resultado poder-se-ia exprimir pelo sinal Ab. Mas é possível que tenha sucedido o contrário e, nesta hipótese, teríamos o resultado Ba. Enfim, não se deve desprezar uma terceira possibilidade. Da fusão de A e B poderá resultar uma síntese que, apesar de mostrar caracteres de A e B, constitue uma nova unidade C.<sup>13</sup>

A formulação que dá origem a última hipótese acima se refere ao “melting-pot”, teoria que teve muito prestígio nos Estados Unidos e acabou sendo repellido pela maioria dos sociólogos americanos por conceber a cultura americana como grande preparação e crescimento de uma cultura que recebia das correntes imigratórias “elementos que a habilitassem a produzir, depois de eliminadas as “impurezas”, um americanismo legítimo. O caldeamento das etnias, raças e de seus elementos culturais eram considerados como um processo natural que se consumaria fatalmente sem interferência de quem que fosse”.<sup>14</sup> Portanto, a mistura de etnias, raças e elementos culturais eram considerados como um processo natural que inevitavelmente aconteceria, pode-se inferir que havia um retorno ao conceito biológico ao tratar de culturas. Pois, referir-se ao caldeamento como uma completa assimilação dos indivíduos ou grupos pode ser um engano, ainda mais, quando essa teoria entrou em colapso durante a I Guerra Mundial onde se verificou que o simples contato ou simbiose não envolviam necessariamente o seu caldeamento, uma vez que implicava a obliteração das características de modo que as mudanças apenas se realizassem ou transformassem no ádvena e muito pouco no americano.<sup>15</sup>

O processo de assimilação tornou-se um termo popular, durante e depois da guerra mundial. Os Estados Unidos preconizavam um esforço nacionalista e político para fazer compulsória a assimilação evidenciando esforços para o ensino de inglês e educação cívica estimulando conseqüentemente a naturalização, embora ocorresse numa esfera de coerção ignorando a cultura anterior do imigrante. No Brasil houve processo semelhante com a nacionalização e naturalização dos imigrantes e seus descendentes. Contudo, tal ação, assim desenvolvida não solucionou o cerne do problema da assimilação a uma nova cultura, pois o ádvena simplesmente não apaga suas origens e adentra a novos padrões, pois, sua cultura

sofre obliteração, substituição ou modificação. A assimilação, assim, envolve um processo de criação e reinvenção e não simples abandono de características sociais e culturais.<sup>16</sup>

Seu processo pode ser acelerado ou retardado dependendo da comunicação e contato dos grupos e que podem, ainda, gerar um conflito mental e posterior sentimento de marginalização do indivíduo ou grupo. A ausência do conflito pressupõe que toda cultura é homogênea e uniforme.<sup>17</sup> Caso assim fosse, não caberia discussão acerca do fenômeno, o que é válido destacar, é que pode haver casos de (re) ajustes imediatos entre os grupos em contato, que variam conforme a frequência e fatores de mobilidade social. Willems pensa a questão do meio rural e urbano como determinantes para o estabelecimento sociável da comunicação e inserção na sociedade receptora e este processo ser mais exitoso naqueles indivíduos que processaram a ideia de emigrar passando pela transição social e psíquica.<sup>18</sup>

A marginalidade do indivíduo é considerada como “uma crise da vida afetiva” devido aos fenômenos culturais que se apresentam na vida afetiva, rivalizando com sentimentos e emoções anteriores. Caracterizada por uma situação anormal entre duas culturas, esse sentimento produz uma autoconsciência e consciência racial excessiva e sua atenção se dirige para atitudes grupais de desprezar-se a si mesmo. Embasado em Everett V. Stonequist,<sup>19</sup> sobre o ponto da marginalidade, o autor em questão se debruça à consciência racial como um fenômeno, respaldo da autoconsciência manifesta no tocante de como o próprio indivíduo se projeta perante a visão do outro por pertencer fenotipicamente e culturalmente a um grupo racial distinto, não como raça em si, mas a consciência associada a uma posição social incerta e, ao mesmo tempo inferior, este indivíduo é estigmatizado aos olhos de outra cultura.<sup>20</sup> Nessa abordagem, o intelectual afere para o ponto do largo aproveitamento da facilidade de identificação do indivíduo pelas marcas raciais a fim de incluí-lo numa homogeneidade exterior, não interessando sua naturalidade, nacionalidade e ascendência étnica, assim, qualquer pessoa “loira” é caracterizada como alemã, sendo que esta, por exemplo, pode ascender de outra etnia que não a alemã. Ou seja, a tendência de classificar fenotipicamente e culturalmente os grupos ou indivíduos como elementos exteriores e diferentes, adquire um sentido pejorativo associado a marcas raciais estendidas aos “alemães”, “turcos”, “japoneses”, “judeus” e “negros”.

Willems procedeu sua investigação sobre assimilação incluindo o homem marginal como sendo, então, o processo de assimilação – percepção do ambiente, meio, subtração e modificação – do indivíduo quando já se encontra em fase de integração ou mesmo já integrado em uma sociedade, uma vez que muitos por diversos fatores não retornam ao país de origem, se vê num “jogo de espelho”<sup>21</sup> repellido, posteriormente, por essa sociedade em

virtude de um preconceito, geralmente de natureza racial, e prossegue “é a situação do judeu na Alemanha atual, do negro, chinês e japonês na sociedade americana”.<sup>22</sup>

Encerra-se, dessa maneira, uma pequena introdução acerca dessa problemática do conceito de assimilação numa identidade nacional sob outro viés que não o biológico-racial, mas por uma análise da relação cultural, ou seja, o meio e a sociabilidade dos indivíduos que proporciona conhecer essa sociedade e, inclusive, do próprio grupo/indivíduo nela inserido reconhecer-se numa integração ou marginalização que se vale da assimilação. Tal processo é passível de mudança no tempo compreendendo os contatos sociais que podem ser lentos ou mais ágeis conforme os fatores que se apresentam, sempre delicados numa sociedade e país receptor de grupos imigrantes.

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. E-mail: gmgolke@gmail.com

<sup>2</sup> Orientador - Doutor em História; Pós-doutorado em Teoria e Filosofia da História; Professor Adjunto II do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.

<sup>3</sup> LACAPRA, Dominick. *Rethinking intellectual history*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1983.

<sup>4</sup> PALTÍ, Elías José. *Giro lingüístico e historia intelectual*. - 1a ed. 1a reimp. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2012.

<sup>5</sup> ALBA, Richard; NEE, Victor. *Remaking the American Mainstream. Assimilation and Contemporary immigration*. Cambridge, Harvard University Press, 2003.

<sup>6</sup> PARK, Robert E. *Old World Traits Transplanted: The Early Sociology of Culture*. New York, Harper Brothers, 1921.

<sup>7</sup> GORDON, Milton M. *Assimilation in American Life*. New York, Oxford University Press, 1964.

<sup>8</sup> Para uma compreensão e debate profundo sobre essa temática, consultar STEPAN, N.L. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005.

<sup>9</sup> SEYFERTH, Giralda. “Construindo a Nação: Hierarquias Raciais e o Papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização”, in M. C. Maio e R.V. Santos (orgs.), *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 1996.

<sup>10</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48ª ed. São Paulo: Global, 2003.

<sup>11</sup> Para saber mais consultar: RAMOS, Jair Sousa. “Dos Males que Vêm como Sangue: As Representações Raciais e a Categoria do Imigrante Indesejável nas Concepções sobre Imigração da Década de 20”, in M. C. Maio e R.V. Santos (orgs.), *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 1996.

<sup>12</sup> WILLEMS, Emílio. *Dicionário de Sociologia*. Rio de Janeiro, Globo, 1950, p. 8.

<sup>13</sup> WILLEMS, Emílio. *Assimilação e populações marginais no Brasil: um estudo sociológico sobre os imigrantes de alemães no sul do Brasil*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1940, p. 03.

<sup>14</sup> BERKSON, Isaac B. *Theories of Americanization*, New York, 1920 *apud* WILLEMS, 1940, p. 04.

<sup>15</sup> WILLEMS, 1940, p. 4-5.

<sup>16</sup> WILLEMS, 1940.

<sup>17</sup> Sobre isso TAFT, Donald. *Humam Migration*. New York, 1936.

<sup>18</sup> WILLEMS, 1940, p. 54.

<sup>19</sup> STONEQUIST, Everret V. *The Marginal Man*. New York, 1935.

<sup>20</sup> WILLEMS, 1940, p. 107-109.

<sup>21</sup> A expressão *espelho* é aqui referida a uma situação em que a posição do indivíduo é interiormente ambígua, mirando-se em duas posições, uma a que ele se vê e outra de como é visto pelo outro, resultando no conflito “Eu e o Outro”. Emilio Willems já faz uso dessa expressão em 1940 e encontra-se também em BHABHA (1998) como uma reinscrição, auto-suspeição onde a identidade e seu enquadramento é a presença angustiada dentro do Eu de uma agonia existencialista que emerge quando se olha através de outro.

<sup>22</sup> WILLEMS, 1940, p. 99-100.

## **A JUVENTUDE NA CONSTITUIÇÃO DE 1937: CUIDAR E DISCIPLINAR<sup>1</sup>**

Carlos Henrique Barbosa Buck

Mestre em História Social PPGH/Universo

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Angélica Müller (Universo)

E-mail: carloshenriquebuck@gmail.com

**Resumo:** A política do Estado Novo para a juventude presente na Constituição de 1937 adequava-se à proposta governamental de construção de uma nova identidade nacional e de um novo cidadão. Os jovens deveriam ser cuidados e disciplinados. A educação deveria abranger aspectos cívicos, físicos e morais e favorecer o desenvolvimento das faculdades, aptidões e tendências vocacionais. Em síntese, os jovens deveriam ser moralmente disciplinados, fisicamente adestrados e preparados para cumprir seus deveres para com a economia e a defesa da Nação.

**Palavras-chave:** Estado Novo, juventude, Constituição Brasileira

**Abstract:** The Estado Novo politics to youth present in Brazilian Constitution of 1937 suited to the government proposal to build a new national identity and a new citizen. Young people should be cared for and disciplined. Education should include civic, moral and physical aspects and promote the development of faculties, vocational skills and trends. In summary, youth should be morally disciplined, physically trained and prepared to fulfill their duties to the economy and the defense of the Nation.

**Keywords:** Estado Novo, youth, the Brazilian Constitution

## **Introdução**

Neste artigo, analisaremos as abordagens relativas à juventude nas três primeiras constituições republicanas (1891, 1934 e 1937). Nosso objetivo será verificar se a Constituição de 1937 (CF/37), outorgada pelo então presidente Getúlio Vargas no mesmo dia em que se instituiu o Estado Novo, revela mudanças significativas que possam indicar um novo tratamento dado ao tema. Ainda que o texto constitucional seja um corpo de proposições teóricas que podem ou não realizar-se, acreditamos que sua análise pode ser uma primeira abordagem para entendermos a política do Estado Novo para a juventude.

Para alcançarmos nossos objetivos, analisaremos os elementos fundamentais da política para os jovens apontados pela Constituição de 1937, evidenciando suas continuidades e rupturas com relação às propostas das duas constituições anteriores. Estenderemos nossa análise para além dos artigos que tratam especificamente da juventude, acolhendo outros temas e palavras-chave que auxiliem no entendimento da política governamental aqui tratada. Nessa direção, o esforço interpretativo incluirá os tópicos família e infância, além de educação e cultura, quando direcionados ao processo formativo de crianças e jovens.

### **A Constituição de 1891 (CF/1891)**

Na Constituição de 1891<sup>ii</sup>, nenhum artigo estabelece alguma forma de relação ou responsabilidade do Estado com relação à infância, à juventude ou à família, e nem desta última para com o Estado. As três palavras citadas ou conteúdos a elas relacionados nem mesmo aparecem no texto constitucional. No tratamento dos temas educação e cultura, há a preocupação com o desenvolvimento dos ensinos secundário e superior, mas não existem citações explícitas de sua importância para a formação da juventude. Nestas áreas, o Congresso Nacional recebeu algumas atribuições. Duas delas direcionavam-se estritamente ao Distrito Federal: a elaboração da legislação alusiva ao ensino superior e a responsabilidade, não privativa, de prover a instrução secundária (CF/1891: art.34, inc.30 e art.35, par.4º). Duas outras responsabilidades, também não privativas, tinham alcance nacional: a criação de instituições de ensino superior e secundário nos Estados e o incentivo ao desenvolvimento das letras, artes e ciências (CF/1891: art.35, par. 2º e 3º), esta última sendo a única referência do texto à área cultural. Em toda a Constituição há apenas mais uma referência à educação,

determinando que, nos estabelecimentos públicos, o ensino deveria ser obrigatoriamente leigo (CF/1891, art.72, par.6º). Segundo Marinete dos Santos Silva: “A República Velha caracterizou-se pela ausência de uma política nacional em matéria de educação, reflexo da própria descentralização política que dominou a época” (SILVA, 1980, p.17). Em 1926, a primeira constituição republicana foi revista, mas não foram realizadas mudanças nas temáticas aqui analisadas. As palavras infância, juventude e família continuaram fora do texto constitucional.

### **A Constituição de 1934 (CF/34)**

A Carta de 1934, entretanto, apresentou inovações importantes, notadamente na área social, com a inclusão, nas palavras de Ronaldo Poletti, “... de matérias até então consideradas não-constitucionais (p. ex. funcionários públicos, religião, família, cultura e ensino, ordem econômica e social)” (POLLETI, 2001, p.34). Tais mudanças foram sinalizadas logo no início dos trabalhos da comissão elaboradora do anteprojeto da Constituição<sup>iii</sup>, em uma intervenção de João Mangabeira que, segundo Poletti, marcaria o tom dos debates, demonstrando uma preocupação até então

“... inédita na condução histórica dos nossos assuntos de governo. Está registrado na ata: *O Sr. João Mangabeira salienta que todas as Constituições modernas têm como orientação acabar com as desigualdades sociais. Se a Constituição brasileira não marchar na mesma direção, deixará de ser revolucionária para se tornar reacionária* (AZEVEDO, 1933, p.274).” (POLLETI, 2001, p.23).

A Constituição de 1934 promove mudanças claras no encaminhamento de questões relativas à infância, à juventude e à família. Esta é colocada sob a proteção especial do Estado (CF/34, art.144), estabelece-se o amparo à maternidade e à infância e o socorro às famílias de prole numerosa. A palavra juventude aparece apenas uma vez no texto constitucional, ainda assim podemos notar tanto a preocupação governamental em proteger os jovens contra a exploração e o abandono físico, moral e intelectual (CF/34, art. 138, alíneas c, d, e), quanto em discipliná-los, devendo-se, para alcançar este objetivo: “g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais” (CF/34, art.138, alínea g)<sup>iv</sup>.

A temática educacional ganha importância no texto constitucional, requerendo um capítulo específico – “Da Educação e da Cultura” –, dividido em onze artigos para o

detalhamento de suas determinações. Para Marinete dos Santos Silva “Pode-se afirmar perfeitamente que a nova Carta inaugurou uma política nacional em matéria educativa...” (SILVA, 1980, p.20).

A educação é considerada um direito de todos, mas a responsabilidade de efetivar este direito caberia tanto ao poder público como à instituição familiar. O desenvolvimento moral e econômico da Nação seria uma decorrência da eficiência dessa parceria. (CF/34, art.149)

A Carta propõe a uniformização do ensino em todo o território, cabendo à União o estabelecimento de diretrizes (CF/34, art.5º, inciso XIV) e as funções de planejar, coordenar, regular e fiscalizar o ensino em todos os níveis e em âmbito nacional (CF/34, art.150, alíneas a, b). A difusão da instrução pública em todos os graus aparece como responsabilidade concorrente da União e dos estados (CF/34, art.10, inciso VI). Estabelece-se o ensino primário gratuito e obrigatório, extensivo aos adultos (CF/34, art.150, par. único, alínea a), a “tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário a fim de o tornar mais acessível” (CF/34, art.150, par. único, alínea b), a obrigatoriedade do ensino no idioma pátrio (CF/34, art.150, par. único, alínea d) e o ensino religioso optativo (CF/34, art.153). Alguns artigos detalham percentuais de impostos e outras formas de garantir recursos financeiros para a educação, incluindo destinações específicas para o ensino em zonas rurais e para o auxílio a alunos necessitados (CF/34, art.156 e 157). Há também uma manifesta preocupação com a questão do analfabetismo e, para combatê-lo, até mesmo empresas recebem atribuições no âmbito educacional<sup>v</sup>. Com relação à cultura, o artigo 148 designa à União, estados e municípios, a responsabilidade de: “... favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual” (CF/34, art.148).

Na esfera do ensino superior, destacam-se duas competências da União. A primeira: “determinar as condições de reconhecimento oficial dos estabelecimentos de ensino secundário e complementar deste e dos institutos de ensino superior, exercendo sobre eles a necessária fiscalização”; a segunda: “manter no Distrito Federal ensino secundário e complementar deste, superior e universitário” (CF/34, art.150).

Observando-se o teor de todo o capítulo, conclui-se que a União é, em última instância, a grande responsável pelo desenvolvimento da educação nacional, detendo os encargos de suplementar “deficiências de iniciativa ou de recursos”, onde fosse necessário, e de “estimular a obra educativa em todo o País, por meio de estudos, inquéritos, demonstrações e subvenções” (CF/34, art.150, alínea e).



## A Constituição de 1937 (CF/37)

Na Constituição de 1937, o direcionamento de esforços para as questões sociais, empreendido inicialmente pela Carta de 1934, especialmente os tópicos família, infância e juventude, ganham ainda mais espaço e importância.

Assim como na Constituição de 1934, a família é colocada sob a proteção especial do Estado, afirma-se o auxílio às famílias de prole numerosa (CF/37, art.124), e o compartilhamento da tarefa educacional entre pais/responsáveis e o Estado. Notam-se, entretanto, duas mudanças. Uma delas relaciona-se ao cuidado devido pelos responsáveis pela guarda e educação de crianças e jovens, considerando-se falta grave submetê-las a abandono moral, intelectual ou físico. Outra mudança pode ser notada no aumento do número de artigos que ressaltam os deveres do Estado para com a família, a infância e a juventude, abrangendo todo tipo de cuidado e de garantias de cumprimento de necessidades.

As análises de Maria Helena Capelato nos possibilitam entender a importância que a família passou então a ocupar nas propostas governamentais. Segundo a historiadora, a identidade nacional coletiva que a política de massas do Estado Novo esforçava-se em produzir incentivava o sentimento de agregação e a ideia de pertencimento e de orgulho à própria terra, enaltecida como grandiosa e farta. Utilizavam-se mensagens com grande carga afetiva para construir a noção do Brasil (Estado, Nação, Pátria) como a família maior, formada pelo elo entre as inúmeras famílias que compartilhavam uma mesma história e cultura. A autora ilustra com a lição três do livro “O Brasil é bom”, obra didática de propaganda governamental, que transcrevemos abaixo:

*Se todos os brasileiros são irmãos, o Brasil é uma grande família. Realmente é uma grande família feliz. Uma família é feliz quando há paz no lar. Quando os seus membros não brigam. Quando não reina a discórdia... O chefe do governo é o chefe do Estado, isto é, da grande família nacional. O chefe da grande família feliz... (O Brasil é bom, DNP, 1938. APUD CAPELATO, 2009, p.267).*

As palavras do jurista Alvaro Bittencourt Berford, no livro *O Estado Nacional e a Constituição de Novembro de 1937* (BERFORD, 1944), retratam em boa parte as diretrizes e pensamentos do Estado Novo<sup>vi</sup>. Em seu texto, Berford cita o também jurista Dionísio Gama<sup>vii</sup> para estabelecer relações entre o papel da família e a valorização de uma nação:

*Dionísio Gama por sua vez, esclarece: “As grandes aglomerações de homens, conhecidas pelo nome de - nações – encontram sua origem na família. Esta é,*

*conseqüentemente, o centro, o âmago, em uma palavra, o mais essencial e indispensável de todos os elementos, de que aquela se compõe; de modo que as nações valerão o que, por ventura, valerem as famílias. [...]*  
*É, destarte, a família a pedra em que se assenta a estrutura da própria sociedade, e, daí, do próprio Estado. (BERFORD, 1944, p.165 e 166)*

A análise dos artigos da Constituição nos mostra que, embora a família tenha funções a cumprir no processo educacional, a Carta de 1937 transfere ao Estado uma parcela maior de responsabilidade. No artigo 15, o texto constitucional estabelece que caberia privativamente à União “fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes a que deve obedecer a formação física, intelectual e moral da infância e da juventude” (CF/37, art.15, inciso IX). No artigo 127: “A infância e a juventude devem ser objeto de cuidados e garantias especiais por parte do Estado, que tomará todas as medidas destinadas a assegurar-lhes condições físicas e morais de vida sã e de harmonioso desenvolvimento das suas faculdades.” (CF/37, art.127)

O Estado recebe também a tarefa de suprir aquilo que as famílias de alguma forma não ofereciam aos filhos, particularmente com relação às “deficiências e lacunas da educação particular” (CF/37, art.125) e às necessidades de crianças e jovens que tivessem sido submetidas a abandono moral, intelectual ou físico ou que fossem filhos de pais miseráveis (CF/37, art.127). O Estado deveria não só garantir a educação, mas até mesmo a subsistência dos mais carentes. Além disso, para aqueles que não tivessem recursos para custear o ensino particular, a Nação, os estados e os municípios deveriam fundar escolas públicas, de forma a possibilitar à infância e à juventude carente “uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.” (CF/37, art.129)

Nota-se também, no texto constitucional, a preocupação com a educação profissionalizante, direcionada aos mais carentes ou aos filhos do operariado. Ainda que não de forma explícita, vincula-se tal forma de ensino ao desenvolvimento econômico do país. Segundo a Constituição, o primeiro dever do Estado na esfera educacional seria “O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas...” (CF/37, art.129), mas caberia também às indústrias e sindicatos a criação de escolas de aprendizes para os filhos dos operários ou de seus associados. (CF/37, art.129)

Deve-se notar, ainda, que nos anos 1930 o analfabetismo impunha-se como um grande problema social e, ainda que atingisse todas as idades, a educação das crianças e jovens parecia ser o caminho mais indicado para sua solução. A alfabetização, ao relacionar-se com o desenvolvimento profissional individual, também se ligava ao desenvolvimento da economia

nacional, como afirmava um trecho do livreto *O Brasil é bom* que, na lição n.9, citado por Capelato: “O menino para ser um bom brasileiro deve também saber ler. Um homem sem instrução é um homem infeliz, porque não possui habilitação capaz para o exercício de muitas profissões vantajosas e sofre constantemente com a sua própria ignorância...” (*O Brasil é bom*, DNP, 1938. APUD CAPELATO, 2009, p.230).

Reconhecia-se que a adequada formação dos jovens teria repercussão direta sobre o desenvolvimento do país, mas esta educação não poderia depender apenas da instrução, do conhecimento técnico-profissional. Berford destacava a ligação entre a educação cívica, moral e física dos “cidadãos de amanhã” e o aumento do potencial econômico do país:

*E o Estado, então, não desconhecendo que ao elemento jurídico se liga o econômico, que a sua independência e segurança dependem dos indivíduos que formam o seu povo, intervém diretamente no aprimoramento das faculdades e qualidades cívicas, morais e físicas da infância e da juventude, cidadãos de amanhã.  
Propiciando o Estado a si mesmo, pela sua intervenção direta, homens sadios de corpo e de espírito, realiza obra de mérito e garantia, aumentando o seu potencial econômico, pelo crescimento e apuramento de sua população... (BERFORD, 1944, p.169)*

A inclusão de elementos relativos à formação cívica, moral e física sinaliza a ênfase no caráter disciplinador presente nas propostas do Estado Novo para a educação da juventude:

*Art 131 - A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência.  
Art 132 - O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas; e outras por fim organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento, dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação. (CF/37, art. 131 e 132)*

No inciso 15 do artigo 122, que trata do direito de manifestação do pensamento e no qual a censura prévia a uma série de meios de comunicação é implementada, novas medidas disciplinadoras para crianças e jovens aparecem sob a ideia de proteção: “A lei pode prescrever: “b) medidas para impedir as manifestações contrárias à moralidade pública e aos bons costumes, assim como as especialmente destinadas à proteção da infância e da juventude.” (CF/37, art.122, inciso 15)

Em síntese, nota-se na Constituição de 1937 um tratamento diferenciado e uma maior importância dada à família, à infância e particularmente à juventude. Até mesmo em uma análise quantitativa a atenção direcionada aos jovens é evidenciada, pois, se na carta de 1891

a palavra juventude nem mesmo aparece, e na carta de 1934 aparece apenas uma vez, no texto de 1937 contam-se seis citações.

As medidas de “cuidado” e “proteção” ganham ainda mais espaço, mas é o caráter disciplinador que se apresenta como a mudança mais contrastante, direcionamento este que pode ser observado na proposta de uma educação que não se limitaria apenas à instrução, mas que deveria ampliar seu espectro de ação através da inclusão dos aspectos cívicos, morais e físicos.

## **Conclusão**

O Estado Novo desejava promover uma nova cultura política, uma nova identidade nacional, a identidade nacional coletiva, francamente oposta ao individualismo e ao pluralismo das proposições liberais então criticadas (CAPELATO, p.221 e 222). Para tanto, pensava-se na construção de um novo cidadão e as crianças e os jovens foram reconhecidos pelo governo como públicos-alvo fundamentais para tal empreendimento.

Na análise aqui realizada sobre a juventude na Constituição de 1937, notamos que a temática recebeu de fato um tratamento diferenciado com relação às duas constituições anteriores e que o papel dado à juventude mostrou-se de acordo com a proposta governamental de formação de um novo cidadão. Nessa direção, a Carta, entendida como um primeiro corpo propositivo de uma política para os jovens no Estado Novo, ressaltava que a juventude deveria ser cuidada e disciplinada e que, para tanto, deveria receber uma educação que abrangesse os aspectos cívicos, físicos e morais e que favorecesse, além disso, o desenvolvimento de suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais. Em síntese, e parafraseando o final do artigo 132, na política estadonovista para a juventude esta deveria ser moralmente disciplinada, fisicamente adestrada e, por fim, preparada para cumprir os seus deveres para com a economia e a defesa da Nação.

---

## NOTAS

<sup>i</sup> Artigo elaborado sob orientação da prof<sup>ª</sup>. Angélica Müller, Dra. em História Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Doutora em História Social pela USP e prof<sup>ª</sup>. da Universidade Salgado de Oliveira (PPGH-Universo).

<sup>ii</sup> A Constituição de 1891 compunha-se de 91 artigos, aos quais podemos somar outros oito artigos referentes às Disposições Transitórias. A mais concisa das constituições brasileiras apresentava cinco Títulos, divididos em Seções e estas em Capítulos. Os Títulos I, II e III tratavam respectivamente da organização federal – os três poderes –, dos estados e dos municípios. Somente no título IV - “Dos Cidadãos Brasileiros” - vemos o foco do texto direcionar-se do Estado para aqueles que são o seu motivo de existência, os cidadãos, na forma de duas seções: “Das qualidades do Cidadão Brasileiro” e “Declaração de Direitos”. O último título trata das “Disposições Gerais” e logo a seguir as “Disposições Transitórias” finalizam a Carta. (BALEEIRO, 2001)

<sup>iii</sup> A subcomissão, constituída para apresentar um primeiro projeto a ser estudado pela comissão, ainda que reconhecesse a importância de alguns pontos da Constituição de 1891, decidiu não utilizá-la como documento base para a elaboração da nova constituição. Na segunda sessão da subcomissão, o Relator-Geral Carlos Maximiliano apresentou uma proposta com as linhas gerais da futura Carta e foi feita uma distribuição de temas entre os membros da subcomissão. Os temas “Família, Educação e Ordem Econômica e Social” ficaram sob encargo de José Américo, João Mangabeira e Oliveira Vianna. (POLETTI, 2001, p.23)

<sup>iv</sup> No item em questão, não há uma referência direta à infância ou à juventude, mas sua colocação ao fim do artigo, após outros itens que deles tratam fundamentalmente, nos permitiram estabelecer a ligação. (POLETTI, 2001, p.166)

<sup>v</sup> O artigo 139 obriga empresas industriais ou agrícolas estabelecidas fora dos centros escolares que empregarem mais de cinquenta pessoas, e entre as quais – considerando seus filhos – houver dez ou mais analfabetos, a proporcionar a estes o ensino primário gratuito. (CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1934)

<sup>vi</sup> No título do livro, o autor acrescenta a seguinte dedicatória/recomendação: para uso da Juventude Brasileira. Considerando que o texto foi prefaciado e aprovado por Francisco Campos, autor da constituição que serve de tema ao livro, podemos considerar que as ideias expressas na publicação retratam em boa parte as diretrizes e pensamentos do Estado Novo.

<sup>vii</sup> O livro de Berford não apresenta bibliografia e não indica referências que possibilitem a identificação precisa do autor citado, Dionísio Gama. Entretanto, encontramos alguns livros que, pela proximidade temática e período de publicação, seriam do autor citado e, portanto, nos serviram como indicativos para o seu reconhecimento, ainda que de forma duvidosa. Entre eles: GAMA, Affonso Dionysio. *Da Hyphoteca: teoria e pratica*. Editora Saraiva, 1921; *Tobias Barreto*. Editora Monteiro Lobato, 1925; *Código Penal Brasileiro*. Editora Saraiva, 1929; *Manual do Advogado*. Editora Saraiva, 1931; *Das Procuções*. Editora Saraiva, 1936.

---

AZEVEDO, José Affonso Mendonça de. *Elaborando a Constituição Nacional*, Belo Horizonte, 1933.

BALEEIRO, Aliomar. *Constituições Brasileiras: 1891* (Coleção Constituições Brasileiras vol.2). Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos. Brasília. 2001

BERFORD, Alvaro Bittencourt. *O Estado Nacional e a Constituição de Novembro de 1937* (síntese), 1944. Não há dados sobre editora e local de edição. Consulta realizada na Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo. Editora UNESP. 2009

CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1891. In BALEEIRO, Aliomar. *Constituições Brasileiras: 1891* (Coleção Constituições Brasileiras vol.2). Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos. Brasília. 2001

CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1934. In POLETTI, Ronaldo. *Constituições Brasileiras: 1934* (Coleção Constituições Brasileiras vol.3). Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos. Brasília. 2001

CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1937. In COSTA PORTO, Walter. *Constituições Brasileiras: 1937* (Coleção Constituições Brasileiras vol.4). Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos. Brasília. 2001

COSTA PORTO, Walter. *Constituições Brasileiras: 1937* (Coleção Constituições Brasileiras vol.4). Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos. Brasília. 2001

POLETTI, Ronaldo. *Constituições Brasileiras: 1934* (Coleção Constituições Brasileiras vol.3). Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos. Brasília. 2001

SILVA, Marinete dos Santos. *A educação brasileira no Estado Novo (1937/1945)*. Editorial Livramento. São Paulo. 1980

## Representação e Memória no Cinema Americano da Década de 1960<sup>i</sup>

Carlos Vinicius Silva dos Santos<sup>ii</sup>

PPGHC/IH/UFRJ

Orientador: Prof. Dr. Wagner Pinheiro Pereira

carlosvsdossantos@gmail.com

### RESUMO

A comunicação examina os processos de representação e construção de memória do contexto político-cultural dos anos 1960, nos Estados Unidos da América, através da produção cinematográfica do período. Privilegiando-se “A Primeira Noite de Um Homem” (Mike Nichols, 1967) e “Sem Destino” (Dennis Hopper, 1969), problematizam-se os mecanismos de absorção de um determinado arquétipo como modelo representacional social. Considerando-se as teorias de Roger Chartier e de Michèle Lagny, busca-se esclarecer o papel do cinema na consolidação de uma visão do passado.

Palavras-chave: Cinema; Representação; 1960.

### ABSTRACT

This paper examines the process of construction and characterization of memory of 60's political and cultural context, in the United States of America, through movie production. Focus on “The Graduate” (Mike Nichols, 1967) and “Easy Rider” (Dennis Hopper, 1969), this research looks for absorption mechanisms of a specific archetype as model of social representation. Considering theories of Roger Chartier and Michèle Lagny, this work objectify to enlighten the role of cinema on the consolidation of a perspective of past.

Keywords: Cinema; Representation; 1960.

## INTRODUÇÃO

A década de 1960 é usualmente caracterizada como um período histórico de grande efervescência cultural e política, momento no qual diversas parcelas populacionais, antes alijadas, alcançam posição de destaque no cotidiano das mais diversas nações ao redor do mundo. Nestes anos, organizações mais ou menos coesas dedicaram-se a dar voz às demandas de jovens, de negros, de mulheres, de imigrantes, em suma, de variadas minorias portadoras de apelos a muito silenciados. Voltando-se especificamente ao caso dos Estados Unidos da América, aquela sociedade desfrutava de um longo cenário de prosperidade econômica<sup>iii</sup>, iniciada ao fim da Segunda Guerra Mundial. Neste contexto, desenvolvem-se questionamentos à ordem social, notadamente formulados pela emergente cultura juvenil, pelas mulheres e por um nascente movimento pelos direitos civis. Iniciados na década anterior, seria nos anos 1960 que estes movimentos atingiriam o nível da contestação aberta, tanto no âmbito cultural, quanto no político.

Considerando a consolidação de uma cultura jovem nos anos 1960, o presente texto busca examinar a maneira como esta cultura foi absorvida pela indústria midiática do período, nos Estados Unidos, possibilitando a gestação de um determinado arquétipo juvenil, através da representação de elementos que viriam a caracterizar a juventude desta década. Portanto, privilegiam-se os títulos cinematográficos “A primeira noite de um homem” (*The graduate*, dir.: Mike Nichols – 1967) e “Sem destino” (*Easy rider*, dir.: Dennis Hopper – 1969) pela temática juvenil de seus enredos, por um lado, e pela importância atingida por tais obras, tanto em seus respectivos momentos de lançamento, quanto posteriormente, por outro. Pretende-se, para além da apreciação das fontes, observar os processos envolvidos na absorção da cultura jovem pela indústria do cinema americano, por um lado, e os possíveis alcances do arquétipo juvenil cunhado, provocando transformações naquela mesma cultura que se encontra nas bases de formação deste arquétipo, por outro. Investiga-se, desta forma, a maneira como os atores sociais consomem sua própria representação, através do cinema.

Atendendo ao exame proposto, os apontamentos de Michèle Lagny mostram-se singularmente pertinentes. Tratando da representação fílmica, a autora afirma:

O cinema, de ficção em particular, parece muito produtivo para refletir a noção de representação. Muito frequentemente é no mínimo conservador, na medida em que as imagens se alimentam menos das inovações que dos modelos de longa duração. (...) Porém, e como sintoma de nostalgias, os filmes podem também ser portadores de desejos novos e às vezes contrariados.<sup>iv</sup>

Ainda refletindo sobre a capacidade do cinema em permitir o acesso do observador competente ao processo de constituição da representação social operada, salienta Lagny:



Se suas imagens não dizem grande coisa sobre a realidade dos fatos, elas testemunham, entretanto, sobre a percepção que dela temos, ou que queremos ou podemos lhes dar, em um momento preciso, datado e localizado.<sup>v</sup>

Buscar examinar o processo de representação social no cinema, acionando questões referentes às noções de identidade cultural e imaginário social, caras à Michèle Lagny, conduz às reflexões produzidas por Roger Chartier, no campo da História Cultural. Segundo o autor:

A história cultural (...) tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler.

(...)

As percepções do social não são, de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados (...) Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação.<sup>vi</sup>

Talvez por Chartier apresentar o conceito de ‘representação’ de uma maneira ampliada, desdobrando-o em contextos representacionais diversos, são inúmeros os trabalhos que passaram a instrumentalizar, no trato com as fontes fílmicas e cinematográficas, a conceitualização proposta por aquele autor, ainda que usualmente os estudiosos procedam por recortar as possibilidades de abordagem que o conceito em questão oferece. No presente texto, o conceito é apreciado tendo-se em mente que a representação social é um processo dinâmico para o qual convergem tendências singulares e, por vezes, bastante dissonantes, presentes numa dada sociedade, num dado momento. O que importa no exame apresentado é, estritamente, refletir sobre o procedimento através do qual se constituiu uma representação juvenil específica, partilhada pela produção cinematográfica selecionada, e de que maneira esta representação acabou por atingir, posteriormente, a autoridade de modelo da cultura jovem do período.

## A JUVENTUDE NO CINEMA HOLLYWOODIANO DE FINAIS DOS ANOS 60

Produzidas em fins da década de 1960, as películas selecionadas insere-se em um momento histórico no qual tanto a conjuntura político-econômica, quanto a atmosfera sociocultural, haviam sofrido sensíveis transformações com a exacerbação, e mesmo alguma radicalização, das demandas já perceptíveis na década anterior. No âmbito político, apesar de sucessivas tentativas de aproximação entre os dois principais antagonistas da Guerra Fria, Estados Unidos e União Soviética, a política externa continuava marcada pela mútua desconfiança entre estes atores. Internamente, vê-se a polarização entre setores liberais e conservadores, com a década testemunhando o assassinato de proeminentes figuras do cenário político, como o presidente John F. Kennedy, seu irmão Robert Kennedy, e os destacados

ativistas do movimento civil, pastor Martin Luther King Jr. e Malcolm X. Economicamente, a conjuntura de elevação vertiginosa do consumo, que veio a caracterizar a década de 1950, já não se faz tão presente, reduzindo a sensação de elevação do padrão de vida da população que, todavia, continua bastante elevado se comparado às demais partes do mundo<sup>vii</sup>. No que se refere à atmosfera sociocultural, por sua vez, os anos 1960 trazem à tona os movimentos representativos da contracultura<sup>viii</sup>, sobretudo relativos à parcela jovem da população.

O movimento cinematográfico no qual “A primeira noite de um homem” e “Sem destino” encontram-se incluídos insere-se em todo o contexto cultural do fim da década em apreço. A denominação Nova Hollywood<sup>ix</sup> ou *American Art Cinema* volta-se a um conjunto de produções realizadas nos Estados Unidos, mais precisamente na Califórnia, entre os anos finais da década de 1960 e os anos 1970, que conseguiram subverter os padrões de produção da indústria cinematográfica controlada, até então, pelos antigos grandes estúdios, impondo tanto novas temáticas, quanto inovações estéticas, oriundas do cinema moderno europeu.

Ao longo dos anos 1960, apesar de alguns esporádicos sucessos de bilheteria, a crise que havia se iniciado no pós-Segunda Guerra apenas se intensificara. Um a um os *majors*, os assim denominados grandes estúdios, que outrora controlaram toda a cadeia da produção cinematográfica dos Estados Unidos, monopolizando tanto a produção das películas, quanto a distribuição e exibição das mesmas, são vendidos a corporações estranhas ao negócio do entretenimento. Distantes das novas demandas culturais da população americana, usualmente os estúdios não eram bem-sucedidos em produzir filmes que veiculassem representações próximas àquela sociedade, com as quais os indivíduos pudessem se identificar e reconhecer a realidade de seu cotidiano. Assim, diante do quadro de limitado retorno financeiro, os estúdios, em reorganização, passam a experimentar novas formas de produção, arriscando produzir enredos com temáticas mais atuais, desde que de baixo orçamento, dividindo os custos com produtores independentes. Desta forma, ganha espaço um grupo de novos diretores, alguns oriundos da televisão, outros iniciados na roteirização, que viriam a propor enredos distantes daqueles tradicionalmente rodados em Hollywood, estando esteticamente antenados às inovações do cinema em outras nações, sobretudo europeias. Segundo Peter Biskind, em uma afirmação não despida de nostalgia, o período

Foi a última vez que Hollywood produziu um bloco de filmes arriscados e de alta qualidade - em vez de uma rara e solitária obra-prima -, que eram impulsionados por seus personagens e não pela trama, que desafiavam as convenções tradicionais de narrativa, que desafiavam a tirania da correção técnica, que quebravam os tabus da linguagem e do comportamento, que ousavam ter finais infelizes. Eram filmes frequentemente sem heróis, sem romance, sem – para usar o jargão esportivo, que se tornou onipresente em Hollywood – alguém “por quem torcer”. (...) Os 13 anos entre “Bonnie e Clyde”, em 1967, e “O portal do paraíso”, em 1980, marcam a última vez em

que foi realmente empolgante fazer cinema em Hollywood, a última vez em que as pessoas puderam, consistentemente, ter orgulho dos filmes que faziam, a última vez em que a comunidade como um todo encorajou a excelência e a última vez em que houve uma plateia disposta a apoiá-la integralmente.”<sup>x</sup>

“A primeira noite de um homem” é dirigido por Mike Nichols. Nascido na Alemanha e de origem judia, Nichols migrou ainda na infância para os Estados Unidos, em companhia de sua família, com o início dos conflitos da Segunda Guerra Mundial. De pai relativamente abastado, Nichols pôde obter educação de alto nível, chegando a estudar no prestigiado Actors Studio. Ao longo da década de 1950 desenvolve seus estudos na atuação, tornando-se ator e, posteriormente, diretor de teatro, função na qual ganha notoriedade ao longo da década de 1960. De talento reconhecido no campo teatral, estreia como diretor de cinema com o aclamado “Quem tem medo de Virginia Woolf?” (*Who is afraid of Virginia Woolf?* – 1966), pela Warner Bros. Após o sucesso do título dirige “A primeira noite de um homem”.

A película em questão narra as desventuras de Benjamin Braddock (Dustin Hoffman), um jovem prestes a completar 21 anos que acaba de se graduar em uma universidade. De família abastada residente em Pasadena, Califórnia, Benjamin não tem absoluta ideia do que esperar de seu futuro, sendo absorvido pela incerteza. Apesar de sua insegurança pessoal, seus familiares e amigos comemoram seu retorno à casa de seus pais, parabenizando-o pelo título. Pela perspectiva deles, o rapaz está vivenciando os melhores anos de sua vida: jovem, graduado, proprietário de um carro esporte italiano que ganhara do pai como presente pela formatura, Ben tem todos os motivos para fazer muito sucesso com o sexo oposto e deve se aproveitar disso, segundo um dos convidados.

Após as insistentes investidas de Mrs. Robinson (Anne Bancroft), esposa do sócio de seu pai, Benjamin inicia um caso sexual com a mesma. Abre-se, assim, um hiato na vida de Ben, que passa os dias na piscina e as noites em encontros com Mrs. Robinson, esquecendo momentaneamente as preocupações com o futuro. Percebendo que não possui qualquer ligação com Mrs. Robinson além do desejo sexual, Benjamin busca detalhes da vida da amante a qual confessa viver um casamento infeliz e proíbe-o de se encontrar com sua filha, Elaine (Katharine Ross), a quem ele conhecia desde o colégio e para quem seus pais e Mr. Robinson o estavam direcionando. Apesar da proibição Elaine e Ben se aproximam amorosamente. A partir daí, diante da oposição de Mrs. Robinson e do afastamento de Elaine devido à descoberta do caso de Ben e sua mãe, Benjamin busca reconquistar a jovem, mudando-se para Berkeley, universidade na qual ela estuda. Os pais de Elaine tentam levá-la a constituir matrimônio com outro estudante, porém Benjamin consegue evitar o fato no último instante. Fugindo da igreja, o casal sobe em um ônibus e, após um breve momento de

comemoração pela vitória alcançada, o sorriso de ambos transforma-se em uma enigmática expressão neutra, enquanto o ônibus os guia para um futuro em aberto.

“Sem destino” é dirigido por Dennis Hopper e produzido por Peter Fonda, ambos atores de cinema conhecidos no meio profissional de Hollywood. Apesar de não figurarem dentre os principais atores, e do fato de Hopper ser considerado emocionalmente instável, diante do contexto de produção propiciado pelas transformações acima mencionadas, o roteiro consegue financiamento e o filme é rodado por uma produtora independente.

A película narra a viagem feita por dois motociclistas, Wyatt ou ‘Capitão América’, protagonizado por Fonda, e Billy, vivido por Hopper. A dupla de amigos tem como objetivo chegar à cidade de Nova Orleans em tempo de acompanhar o *Mardi Gras*, partindo de Los Angeles. Para tanto, realizam tráfico de uma encomenda de cocaína, quantidade que, segundo eles, é o suficiente para assegurar-lhes riqueza e, através desta, liberdade. Escondendo o valor adquirido no interior do tanque de combustível da motocicleta de ‘Capitão América’, partem para a estrada dando início a uma jornada de descobertas dos verdadeiros valores da nação americana. Ao longo do caminho, a viagem de Wyatt e Billy vai descortinando a América, derrubando estereótipos e relativizando muitas das certezas que se encontram nas bases do *ser* americano. Os variados tipos com os quais os protagonistas travam contato dão mostras da heterogeneidade da nação, tanto nos padrões étnicos, quanto nos valores culturais e morais.

Efetivamente, Wyatt e Billy realizam uma viagem de auto-conhecimento, além da busca por uma América que lhes parece distante, mais propriamente que o simples deslocamento rumo à Nova Orleans. Pontuada pelo uso constante de cigarros de maconha, a trajetória de ambos não é pautada por um itinerário rígido, tampouco pela real observância do tempo a se levar até o destino final, permitindo alguns desvios e atrasos<sup>xi</sup>. Nova Orleans acaba por não lhes oferecer a liberdade que tanto almejam. Retornando à estrada, tragicamente encaram todo o peso do preconceito com o qual seu estilo de vida é tratado por parte significativa da população americana, sendo friamente assassinados por uma dupla de homens que haviam discordado da forma como Wyatt e Billy se vestiam.

Apesar das discrepâncias existentes entre as representações de juventude operadas nas duas obras, alguns elementos fundamentais aproximam as personagens. Benjamin e Elaine são oriundos de famílias relativamente ricas, tendo desfrutado de conforto financeiro por toda a vida, além disso, possuem núcleos familiares e sociais coesos, apesar do casamento de fachada dos Sr. e Sra. Robinson. Contam, ainda, com uma sólida formação, tendo estudado nas melhores universidades do país e seus futuros parecem assegurados. Sobre Wyatt e Billy, por sua vez, o roteiro de “Sem destino” esclarece poucas informações. Não sabemos nada da

origem dos protagonistas, apenas nos sendo permitido supor que, devido a sua filosofia de vida, devam possuir algum grau de instrução, pois dialogam com grupos culturais específicos presentes nos Estados Unidos do período, estes usualmente formados por jovens oriundos das classes médias e escolarizadas daquela sociedade. A despeito deste distanciamento inicial, as dúvidas e questionamentos que embalam todas estas personagens são as mesmas: como a sociedade na qual vivem parece ser pautada por valores que não são capazes de atender às suas expectativas morais e éticas, o futuro lhes parece incerto. Como resultado, tanto Benjamin e Elaine quanto Wyatt e Billy acabam por romper com os padrões tradicionalmente aceitos, ainda que em graus distintos. Wyatt e Billy, libertários, abraçam a contracultura; Benjamin e Elaine, abastados, rompem com os ditames sociais através da recusa em atender aos planos que haviam sido traçados para eles. De qualquer forma, o afastamento dos padrões sociais cobra seu preço, no primeiro caso, pela morte das personagens, no segundo, pela incerteza do futuro que se descortina diante do casal.

## REPRESENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIA

Voltando-se a questão representacional, os títulos privilegiados, “A primeira noite de um homem” e “Sem destino”, operam a construção de juventudes arquetípicas do período de produção de ambas as películas, o final da década de 1960. Acionando um determinado conjunto de características comportamentais de suas personagens, as obras puderam construir modelos consistentes da juventude daquele momento histórico. Tendo-se em mente as considerações de Roger Chartier, anteriormente citado, quanto aos complexos mecanismos envolvidos no processo de formulação de representações sociais, deve-se salientar que tais representações são produzidas diante de um campo de disputas e tensões, no qual variadas vozes e tendências concorrem<sup>xii</sup> pela primazia na concepção de tais constructos. Desta maneira, e atentando para as especificidades da conjuntura a qual atravessava a indústria cinematográfica hollywoodiana em fins da década em questão, é de se supor que as representações juvenis constituídas nestes filmes buscassem um diálogo intenso entre as respectivas produções e as demandas e anseios presentes na sociedade, em especial emanadas do contingente juvenil da população. A cultura jovem que se consolidava seria, portanto, absorvida pela mídia, a qual gesta uma representação que busca se adequar às tensões culturais presentes.

Considerando-se o exposto por Michèle Lagny, quanto ao potencial do cinema em permitir análises concernentes às noções de identidade cultural e imaginário social, as obras elencadas possibilitam a observação do processo de constituição da identidade juvenil através

da organização de elementos culturais que figuram como fundamentos do próprio *ethos* jovem. Examinando-se os enredos de “A primeira noite de um homem” e de “Sem destino”, são as incertezas e angústias da juventude que ganham destaque, afirmadas por um constante e incômodo sentimento de não pertencimento à sociedade que a cerca (ou aos valores desta) e da qual esta juventude é parte integrante. Assim, o jovem dos anos 1960 é sublinhado pela oposição parcial ou total aos padrões, valores e tradições que dão corpo e substância à sociedade restando a ele, desta maneira, buscar o distanciamento, seja físico ou espiritual. Talvez por isso as personagens protagonistas destas películas permaneçam em movimento, o que implica alguma espécie de fuga. Enquanto Wyatt e Billy intentam uma viagem rumo ao leste, revisitando o mito da expansão ao oeste americano, Elaine se refugia em Berkeley, com Ben cruzando as estradas da Califórnia com seu conversível esporte em alta velocidade, à sua procura.

Os aparatos envolvidos no processo de consumo cultural<sup>xiii</sup> das representações midiáticas mostram-se por demais intrincados para que se permita qualquer tentativa de elucidação dos mesmos nestas páginas. Entretanto, é seguro afirmar que o arquétipo juvenil produzido nas obras selecionadas alcançou considerável nível de aceitação social, como podem comprovar as bilheterias atingidas pelas produções. Desta forma, as representações formuladas obtiveram êxito em dialogar com as demandas presentes na sociedade em um momento de intensas e profundas transformações culturais.

A eficácia da formulação dos arquétipos implementados torna-se ainda mais evidente considerando-se a longevidade das representações engendradas, o que se atesta pela posição de destaque atingida por estes títulos cinematográficos na história do cinema e, para além disso, na consolidação da caracterização da juventude dos anos 1960 fundamentada nas bases da representação operada nestas obras e em produtos midiáticos partícipes deste constructo, consumidos culturalmente. Assim, a juventude representada arquetipicamente nos títulos selecionados, e em outras manifestações midiáticas daquele recorte histórico, acaba por caracterizar a cultura jovem não apenas naquele momento, porém igualmente *a posteriori*, aos olhos de indivíduos que sequer vivenciaram o período, colaborando para a cristalização de uma visão objetiva da juventude dos anos 1960, que se torna, enfim, hegemônica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se, no presente artigo, considerar as produções cinematográficas “A primeira noite de um homem” e “Sem destino” com a intenção de observar o processo de construção de arquétipos juvenis, em contato com as demandas culturais presentes na

sociedade dos Estados Unidos, nos anos finais da década de 1960. Sem pretender uma análise detida das fontes, o que não seria exequível diante das modestas dimensões do texto, buscou-se problematizar as maneiras pelas quais a representação da cultura jovem foi operada nas citadas obras, além de se refletir sobre o consumo de tais representações, no momento de sua consecução e posteriormente, salientando a durabilidade de tais constructos representacionais, elevados à posição de modelo daquela juventude.

Apesar de ter havido outras produções cinematográficas que dialogaram com a cultura jovem do período, voltadas à formulação de modelos representacionais distintos, as representações operadas na chave apresentada pelas películas selecionadas alcançaram maior sobrevida, conquistando lugar na memória coletiva sobre os anos 1960, quando a juventude, já portadora de força cultural, luta por sua definitiva consolidação enquanto ator político e social autônomo.

---

<sup>i</sup> As reflexões concernentes ao conceito de representação e ao uso deste no cinema, presentes no texto, foram oportunamente exploradas pelo autor, com modificações, no artigo “A indústria do cinema hollywoodiano e a construção de um arquétipo juvenil nas décadas de 1950 e 60”, integrante dos anais do 8º Simpósio Brasileiro de História da Historiografia. No prelo.

<sup>ii</sup> Doutorando junto ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada, do Instituto de História, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC/IH/UFRJ). Bolsista CAPES.

<sup>iii</sup> Apesar do surpreendente desenvolvimento econômico observado, que proporcionou substancial melhoria dos padrões gerais de vida nos Estados Unidos nos anos 1950 e 1960, parcelas populacionais significativas não foram contempladas por este cenário de otimismo financeiro. Para uma reflexão acerca deste contexto, ver COHEN, Lizabeth. *A Consumers' Republic – The Politics of Mass Consumption in Postwar America*. New York: Vintage, 2003.

<sup>iv</sup> LAGNY, Michèle. “O cinema como fonte de história”. In: NÓVOA, Jorge; FRESSATO, Soleni Biscouto; FEIGELSON, Kristian. *Cinematógrafo: um olhar sobre a história*. Salvador, São Paulo: EDUFBA/Editora UNESP, 2009. pág. 105.

<sup>v</sup> *Idib.* pág. 102.

<sup>vi</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002. pp.16-17.

<sup>vii</sup> Cf. COHEN, Lizabeth. *A Consumers' Republic – The Politics of Mass Consumption in Postwar America*. New York: Vintage, 2003.

<sup>viii</sup> As bases da contracultura dos anos 1960 podem ser localizadas já em movimentos culturais surgidos na década anterior. Usualmente, sublinha-se, neste tipo de abordagem, a Geração Beat, movimento desenvolvido, sobretudo, na literatura, do qual *Howl*, de Allen Ginsberg (1956), *On The Road*, de Jack Kerouack (1957) e *Naked Lunch*, de William S. Burrough (1959) constituem-se como os principais exemplos. Ainda nos anos 1950, materializa-se o Movimento Pelos Direitos Civis, singularmente presente na década seguinte. Os anos 1960 representam um momento de aprofundamento dos questionamentos sociais, culturais e políticos, com a busca por liberalização cultural, notadamente nos costumes e na liberdade individual, tendo certos movimentos assumido claros desdobramentos políticos, alguns abarcando a retórica revolucionária. Bastante heterogêneos, listar estes movimentos políticos e culturais, no presente artigo, poderia levar à desaconselhável imprecisão, além de se constituir em exercício exaustivo. Para uma melhor abordagem do tema, ver GAIR, Christopher. *The American Counterculture*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007. Sobre a Geração Beat, ver MEDOVOI, Leerom. *Rebels – Youth and the Cold War Origins of Identity*. Durham, London: Duke University Press, 2005, especialmente o cap. 6 “Beat fraternity and the generation of identity”.

---

<sup>ix</sup> As denominações das escolas cinematográficas são, por vezes, alvo de polêmica entre autores. Naquilo que concerne ao termo -Nova Hollywood- cabe ressaltar não ser claro nem o momento de aparição, nem de término. Apenas em caráter de exemplificação, apesar de, para alguns autores, “Bonnie e Clyde – uma rajada de balas” (*Bonnie and Clyde*, dir.: Warren Beatty – 1967) ser o título inicial deste período na história do cinema, existem aqueles que consideram presentes alguns dos traços característicos da Nova Hollywood já em obras rodadas na década de 1950. Ver o debate conceitual presente em MASCARELLO, Fernando. “Cinema hollywoodiano contemporâneo”. In: MASCARELLO, Fernando. *História do Cinema Mundial*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2006.

<sup>x</sup> BISKIND, Peter. *Como a Geração Sexo-Drogas-e-Rock’n’Roll Salvou Hollywood: Easy Riders, Raging Bulls*. Trad. Ana Maria Bahiana. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2009. pp. 15-16.

<sup>xi</sup> Como significativamente demonstra o ato de Wyatt no momento de início da jornada, atirando ao solo seu relógio de pulso.

<sup>xii</sup> O autor utiliza-se correntemente do termo “luta de representações”. Cf. CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002. e CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre. Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

<sup>xiii</sup> Roger Chartier, citando e problematizando a definição que Michel de Certeau dá ao consumo cultural de massas afirma: “A uma produção racionalizada, expansionista, tanto quanto centralizada, estrondosa e espetacular, corresponde uma *outra* produção qualificada como “consumo”. Esta é artilosa, encontra-se dispersa, mas insinua-se por toda parte, silenciosa e quase invisível, uma vez que não assinala sua presença com produtos próprios mas com *maneiras de utilizar* os produtos impostos por uma ordem econômica dominante. Anular o corte entre produzir e consumir é antes de mais afirmar que a obra só adquire sentido através da diversidade de interpretações que constroem as suas significações.” CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002. pág. 59.



Título: Fazer um boi: um brincante no Bumba-meu-boi do Maranhão (1950-1980)

Autora: Carolina de Souza Martins

Mestranda PPGH/UFF

Bolsista CAPES

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Martha Abreu

e-mail: carolinamartins@id.uff.br

Resumo

Esta pesquisa que se encontra em andamento tem como objetivo analisar a trajetória de um cantador de bumba-meu-boi do Maranhão conhecido como Coxinho. A partir do conhecimento da vida e obra deste artista popular pretende-se entender não “porquê”, mas “como” homens e mulheres, em sua maioria negros e pobres, desafiavam os limites a que eram impostos seus cordões de boi, limites não só espaciais, mas também financeiros, tornando o folguedo do boi a expressão do estado.

Palavras-chave – bumba-meu-boi, Maranhão, cultura popular.

A definição de Câmara Cascudo sobre o “Cantador se aplica bem ao caso dos cantadores de Bumba-meu-boi do Maranhão. Cascudo afirma que o cantador é “o registro, a memória viva [...] a voz da multidão silenciosa, a presença do passado, o vestígio das emoções anteriores, a História sonora e humilde dos que não têm história. É o testemunho, o depoimento”<sup>1</sup>.

“Coxinho do Boi de Pindaré” foi um cantador de bumba-meu-boi conhecido em São Luis do Maranhão. Entre as décadas de 1960 e 1980 esteve à frente do grupo de Bumba-meu-boi denominado *Boi de Pindaré* e ao lado de outros companheiros conseguiu a fama numa época em que as atenções do poder público estavam se voltando para as manifestações culturais populares maranhenses, mais precisamente o bumba-boi. Atualmente, 23 anos após a morte do cantador, sua memória é acionada constantemente tanto pelos órgãos públicos de cultura que o transformaram numa espécie de baluarte do folclore maranhense, quanto pelos brincantes e cantadores de diferentes grupos de boi.

Berto, Berto Coxo ou Coxinho, como ficou conhecido, é uma figura emblemática na constelação de cantadores de bois do Maranhão. Um dos objetivos deste trabalho é tentar entender a partir de que estratégias esse cantador, assim como outros artistas populares, conseguiu marcar de forma impressionante a história do

bumba-meu-boi em São Luis e no Maranhão<sup>2</sup>, a ponto de vinte e três anos depois de sua morte ainda ser constantemente lembrado dentro e fora das rodas de boi.

No ano de 1910, nascia Bartolomeu dos Santos, no lugarejo Fazenda Nova. Este lugarejo fica próximo ao povoado Lapela, no município de Vitória do Mearim, que por sua vez é localizado na região da baixada maranhense. Sendo negro, filho de camponeses, este estudo parte do pressuposto que Berto era descendente de escravos que povoaram a região da baixada ainda no período escravista, provavelmente como cativos das fazendas de açúcar ou dos negros libertos que ocuparam a região após 1888.

A região da baixada maranhense localiza-se na parte norte do estado do Maranhão e compreende diversos municípios como Vitória do Mearim, Pindaré-Mirim, Viana, Pinheiro, São Bento, São Vicente Férrer, dentre outros. No século XIX, esta região abrigou grandes fazendas que tinham suas atividades econômicas voltadas para a produção de açúcar e que concentravam um contingente significativo de escravos. Além da escravaria, há também registros de quilombos que se localizavam próximo às fazendas. Segundo Assunção<sup>3</sup>, a presença de quilombos ao redor das fazendas escravistas maranhenses era comum e apareciam frequentemente nas queixas dos fazendeiros. No final do século XIX, o declínio da lavoura que atingiu o estado somado à abolição da escravidão teve como uma das consequências o abandono destas fazendas pelas famílias senhoriais e a ocupação das terras por ex-escravos e camponeses pobres que ali se estabeleceram e desenvolveram uma economia de subsistência<sup>4</sup>. O início do século XX será marcado pela migração de pessoas desta região para a capital do estado, dentre elas, alguns cantadores de boi dos quais trataremos mais à frente.

A relação dos escravos com o bumba-meu-boi, como já foi dito pelos folcloristas, era ressaltada pelos jornais e periódicos de São Luis no século XIX, e podemos supor que era igualmente no interior do estado. Esta relação aparece da mesma forma na memória dos entrevistados, como no caso de Mestre Castro que afirma ser descendente dos escravos que viveram na região de São Vicente Férrer e que o bumba-meu-boi é herança de seus ancestrais. Mestre Castro afirma ainda que as pessoas que nasciam e viviam no povoado onde se originou a sua família eram conhecidas como “os pretos do Bacurizeiro” em referência à cor da pele. Ao explicar seu apelido, ele diz: “Mico [apelido] porque eu era filho do pessoal do Bacurizeiro, pessoal que foi escravo”.<sup>5</sup>

Em Vitória do Mearim, Coxinho iniciou-se no bumba-meu-boi ainda cedo, com a idade de 14 anos. De acordo com o depoimento de seu filho mais velho, Zequinha, a incursão de seu pai pelos cordões de bumba foi devido ao pagamento de uma promessa feita a São João<sup>6</sup>. Assim, no ano de 1924, Coxinho estreou em um boi de cofo<sup>7</sup> chamado *Reis do Ano* representando o papel de vaqueiro<sup>8</sup>.

Em São Luis, a virada do século é marcada pela experiência do avanço do progresso com a instalação de fábricas, o que atraiu muita gente do interior do estado<sup>9</sup>. Dessa forma, aos 16 anos e seguindo o fluxo de pessoas que migravam do interior do estado para a capital, Berto, como afirmou um jornal local, “um cantador obscuro, afugentado por uma cheia que devastou o Mearim<sup>10</sup>, chegou a São Luis no final dos anos 20 à procura de um batalhão para brincar”<sup>11</sup>. Era um trabalhador braçal, que não sabia ler e escrever, assim como muitos da sua época. Da mesma forma que ele, outros cantadores e brincantes chegaram à mesma época na capital trazendo consigo o costume de brincar boi<sup>12</sup>. Coxinho começou a trabalhar no porto como estivador marítimo, fazendo viagens nas embarcações que iam e vinham constantemente do interior para a capital, carregadas de mantimentos. Na pesquisa que realizou para a publicação do seu discurso de posse da Academia Arariense-Vitoriense de Letras, o acadêmico Aírton Marinho colheu o depoimento do senhor José de Ribamar Duarte, que segundo consta, nasceu também em Lapela e conviveu durante algum tempo com o cantador. No seu depoimento, o Sr. José de Ribamar afirma que, no final dos anos 1930, Berto foi o amo<sup>13</sup> dos dois bumbas montados por seu pai, chamados *Luminoso* e *Derretente* ainda no interior. Deste período, José de Ribamar se recorda, inclusive, da estrofe de uma toada de Berto: “*Vou fazê casa no tempo/As nuvem é pra mim passear/Vou morá dentro da lua/Pra vê Luminoso passar.*”<sup>14</sup>

Berto, logo que chegou a São Luis trabalhou como moço de convés nas embarcações que ligavam a capital e o interior do estado, fazendo a rota São Luis-Grajaú<sup>15</sup>, vivendo a maior parte do tempo embarcado. Aírton Marinho cita uma toada de Berto, que acredita-se ser desta época e que lhe foi cantada pelo próprio Zequinha: “*Mas essa é a serpente marinha/que conduz porco e saco de açúcar/e até paneiro de farinha*”<sup>16</sup>. Berto, provavelmente se referia às embarcações que faziam o transporte de gêneros alimentícios chamando-as de “serpente marinha”.

Em São Luis, Berto estabeleceu residência no bairro do Cavaco, periferia da Ilha e que hoje é conhecido como bairro de Fátima. Não se sabe ao certo quando Berto foi morar neste bairro, mas como ele vivia a maior parte do tempo embarcado, segundo depoimento de Zequinha e das informações obtidas por Aírton Marinho, foi provavelmente a partir dos anos 1940 que ele se fixou definitivamente em São Luis. O bairro do Cavaco entre as décadas de 1950 e 1970 era um bairro proletário bastante populoso, como atesta o jornal *O Combate* em uma denúncia sobre o estado crítico do acesso à localidade: “neste setor proletário vivem criaturas humanas que tem direito ao respeito e bom trato dos poderes públicos”<sup>17</sup>. A vida cultural do bairro também é destacada pelos jornais, como a notícia da festa de Santa Bárbara em que houve “exibições de folclore de umbanda, devendo haver o que se chama de tambor de mina”<sup>18</sup> além da animação no período junino com os ensaios de brincadeiras de côco, quadrilhas e três bumbas, em diferentes locais do bairro<sup>19</sup>.

Encontramos registros do bairro do Cavaco desde o final do século XIX em jornais locais<sup>20</sup>. O bairro do Cavaco, que posteriormente se chamará bairro de Fátima se tornou o bairro-sede do Boi de Pindaré onde até hoje está situada a *Associação Cultural Beneficente Junina Pindareense*.

O apelido de Bartolomeu, “Berto Coxo” ou “Coxinho” se deveu à ferida na perna que carregou durante praticamente toda sua vida e que lhe deu um andar coxeado. Como todo artista que se torna um mito, a explicação da ferida na perna tem ares místicos: Coxinho, ainda jovem, brigou com uma namorada e lhe deu um chute. A mãe da moça, rogou-lhe uma praga de que nunca mais, durante toda sua vida, Berto chutaria mulher alguma. A perna ferida era justamente a perna que, acredita-se, Berto teria agredido a mulher.

É na estiva que Berto conhece a maioria daqueles que serão seus companheiros nas brincadas de bumba-boi em São Luís. A relação entre a estiva e os grupos de bumba-meu-boi é um dado que chama atenção. Sobre essa questão, estudos realizados em outras regiões do país apresentam reflexões relevantes para se pensar a realidade maranhense. O trabalho de Érika Arantes sobre o cotidiano do porto no Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX revela que o trabalho na estiva era realizado por uma maioria negra e mestiça, e que havia uma relação entre estes trabalhadores e o mundo do samba<sup>21</sup>. Da mesma forma, é possível propor que, no caso de São Luis, baseando-se

no perfil de antigos estivadores que se destacaram nas rodas de boi, que a maioria era também de negros e mestiços e que estes trabalhadores tinham como uma de suas diversões lúdicas o bumba-boi. Além disso, o trabalho na estiva era braçal o que, de certa forma, dava oportunidade a pessoas pobres que não tinham qualificação profissional, como no caso de Berto.

A relação da categoria com as festas populares parece que não se restringia somente ao bumba. Apesar de não haver encontrado notícias sobre festas no Sindicato dos Arrumadores (estiva terrestre), foi possível localizar duas informações sobre festividades no

Sindicato dos Estivadores (estiva marítima) como esta do ano de 1947 em que o jornal *Diário de São Luis* noticiava a participação ativa do Sindicato dos Estivadores na Semana Eucarística de Alcântara, ocasião em que a imagem de N. S. do Livramento desembarcou em São Luis e permaneceu na sede do sindicato “que se achava embandeirada e em cuja sala principal fora armado um artístico altar”. Após o término da ladainha, a imagem “foi conduzida para a rua pelos Srs. drº Paulo de Oliveira, delegado do trabalho e Amâncio Nogueira, presidente do Sindicato dos Estivadores”<sup>22</sup>. Em 1949 o jornal *O Combate* noticiava o convite do Sindicato à população de São Luis para os festejos de N. S. da Vitória “como patrocinador e responsável pelos festejos”<sup>23</sup>.

Nos depoimentos de cantadores de bumba-boi apresentados na coletânea *Memória de Velhos*, percebe-se que a maioria deles vem para São Luis entre as décadas de 1930 a 1950 para trabalhar no porto exercendo a atividade na estiva. Como exemplo, cito: Canuto Santos, nascido em Guimarães, veio para São Luis na década de 1940 e trabalhou como estivador terrestre; José de Jesus Figueiredo, nascido em São Vicente Férrer, veio para São Luis em 1956 e trabalhou como estivador terrestre; Apolônio Melônio, nascido em São João Batista, chegou a São Luis no ano de 1939 e trabalhou como estivador marítimo; Leonardo Martins, nasceu em Guimarães, chegou à capital em 1940 e também foi estivador.<sup>24</sup>

Além destes, cito também: José Apolônio Martins, veio para São Luis provavelmente entre as décadas de 1930 e 1940, nasceu em Viana e era estivador terrestre; Hemetério Raimundo Cardoso (Misico), natural de Guimarães, veio para São

Luis na década de 1920 e era estivador marítimo<sup>25</sup>. João Câncio dos Santos, chegou a São Luis na década de 1940 e foi estivador terrestre; Maurício Fonseca, dono do Boi de Pindaré entre 1982-1985 também foi estivador, assim como Ciriaco, antigo cantador do Boi de Pindaré e atual cantador do Boi de Santa Fé e Camaliete, já falecido e ex-cantador do Boi de Pindaré<sup>26</sup> e por fim, seu Antoninho, que nasceu em São João Batista, veio para a cidade em 1960 e exerceu a atividade na estiva<sup>27</sup>.

As entrevistas realizadas com Mestre Castro e Seu Antoninho trazem informações valiosas sobre a relação do Sindicato dos Arrumadores e o Boi de Pindaré, especificamente. Mestre Castro afirma que João Câncio dos Santos, dono do Boi de Pindaré desde sua fundação, em 1960 até sua morte ocorrida em 1977, conseguiu empregar alguns brincantes do seu cordão de boi na estiva, dando oportunidade de emprego aos seus conterrâneos da baixada<sup>28</sup>.

*[...] eu diria que 90% era estivador. João Câncio era estivador terrestre, igual ele aqui [se refere a Sr. Francisco Arouche, que está do seu lado]. [...] ele segurava o brincante aqui. [...] dava aquele apoio, empregava as pessoas e elas ficavam brincando aqui no boi. Tinham mais tempo de sair. (Mestre Hermínio Castro, Cantador do Boi de Pindaré. Entrevista realizada em 27 de maio de 2014).*

Seu Antoninho conta que ele próprio foi empregado na estiva através da intervenção de João Câncio, assim como outros boieiros<sup>29</sup>.

Sobre esta questão Careca, filho de João Câncio, afirmou em seu depoimento: “*tudo girava em torno deles*”, indicando o poder, que segundo ele, teriam os estivadores<sup>30</sup>. Se nos anos imediatamente posteriores à abolição o porto era local de trabalho de gente pobre e excluída socialmente, com o passar dos anos essa realidade se transforma e o *status quo* da profissão muda<sup>31</sup>. Podemos supor que o movimento era frenético no porto da cidade, visto que a ilha de São Luís só foi ligada ao continente após o aterramento do Campo de Perizes em 1943 e a construção da ponte Marcelino Machado em 1972<sup>32</sup>. Dessa forma, anteriormente, o abastecimento da cidade era feito apenas por via marítima através de embarcações, situação que demandava mão de obra em larga escala nas atividades portuárias em São Luís.

Infelizmente não se tem um estudo aprofundado sobre sindicatos no Maranhão. Sobre isso e tomando uma abrangência nacional, podemos citar Maria Cecília Velasco, que afirma que o interesse da historiografia pelo imigrante branco europeu e a formação dos sindicatos deixou de lado a existência de importantes organizações de trabalhadores

negros e pardos e isso, segundo, a autora, “pode ser uma das razões pelas quais até hoje pouco se sabe sobre os primórdios do movimento sindical em Estados como Pernambuco, Ceará ou Amazonas que, embora tenham tido imprensa e organizações operárias ativas desde o início do século XX, representam verdadeiros vazios historiográficos sobre o tema.”<sup>33</sup>

A maneira como estes homens, oriundos de cidades do interior do estado, vão se organizando em São Luis, tendo como um dos pontos de socialização não só o ambiente de trabalho, mas também o bumba-meu-boi é algo que merece atenção. Podemos afirmar que existia uma dimensão da reciprocidade dentro dos grupos de boi que vão surgindo em São Luis, principalmente naqueles que são formados por indivíduos do interior do estado do Maranhão. Os grupos de bumba podem ser pensados como corporações quanto aos laços de solidariedade que eram firmados entre os brincantes e que ultrapassavam o período junino. Sobre isso e tendo como base o estudo da antropóloga Regina Prado, realizado na baixada maranhense na década de 1970, podemos pensar nos grupos de boi tal como “uma empresa teatral itinerante que, antes de se apresentar, já estabeleceu normas e condições”<sup>34</sup>. Na sua análise sobre a dinâmica dos grupos de Bumba na região da Baixada Maranhense, esta autora defende que o boi é uma “verdadeira corporação”, pois “congrega pessoas de diferentes lugares, a ‘boiada’ se apresenta como uma daquelas esferas descritas de solidariedade que representam, em ordem crescente, e de dentro pra fora, a unidade doméstica, a parentela e o povoado”<sup>35</sup>.

Assim, na matança<sup>36</sup>, que é a morte do boi, o ritual que marca o término das apresentações, se percebe o quanto a solidariedade gerada pelo grupo é forte, os sentimentos que afloram no momento da despedida, a saudade dos companheiros. Entre um período junino e outro esses laços permanecem, como afirmou um brincante entrevistado pela antropóloga:

*“Hoje nós matemo esse boi, mas é pessoas que se por acaso eu parti daqui pruma viagem, tô apoiado. Tenho tudo que eu preciso, o necessário, como seja uma boia, um café, um descanso. Se eles passa aqui na minha casa e se tive um preparo, sinhô, e se não tive um preparo, me preparo no momento. Mas eles têm que se homenageado por mim. Tenho que fazê a mesma coisa que eles fazem por mim, né?”*<sup>37</sup>

Nesse relato, podemos observar a continuidade e a força dessas relações que vão se construindo entre os brincantes de bumba-meu-boi. Para além da dimensão religiosa, mística do bumba boi na qual os brincantes estariam participando do folguedo para

pagarem dívidas com os santos e “encantados”, entidades espirituais dos terreiros de religião afro-maranhense, existe uma dimensão de ordem prática, a solidariedade entre esses homens.

É possível alargar a análise de Prado realizada na região da Baixada Maranhense e pensá-la também dentro do contexto da cidade de São Luis, onde houve uma intensa migração no início do século XX. É dessa migração que nasce a miscelânea de ritmos do bumba, os chamados sotaques. De acordo com Michol, quando essas pessoas passam a se deslocar dos seus lugares para a capital do estado levam consigo seus costumes e seus modos de fazer. Como afirma a autora, “*O bumba meu boi é um espaço de identidade para o homem do interior que vem para a cidade*”<sup>38</sup>. Sobre a relação do migrante maranhense com o bumba, Michol afirma,

“O bumba-meu-boi é para os migrantes maranhenses a expressão da vida que se amplia, misturando as vivências do interior e as vivências da cidade. É a síntese da vida produzindo-se na cultura, em que os sujeitos se identificam e identificam sua produção”<sup>39</sup>.

O caso de Coxinho é exemplar. Brincante de bumba-meu-boi desde os tempos de rapazola, iniciando-se no interior do Maranhão, ele chega a São Luis e traz consigo as vivências do “meio boeiro” peculiares à sua região. Na cidade, a interação com migrantes oriundos de diferentes municípios do interior do estado faz com que esta vivência se amplie e comece a se transformar. Podemos supor que não havia um estilo único de bumba-boi nos municípios da baixada. Cada região, cada povoado e cada lugarejo tinha uma maneira específica de fazer o bumba. A partir do momento em que estes sujeitos de diferentes regiões passam a interagir na capital do estado, começam a se organizar e a partilhar suas experiências e seus modos de fazer até formar os grupos que, posteriormente serão chamados de sotaques. Não é à toa que Coxinho, João Cândia, Apolônio Melônio, migrantes da baixada, se encontraram e dividiram a cantoria na frente do boi de Viana durante os anos 40 e 50, que era de propriedade José Apolônio Martins, natural de Viana. Eles partilhavam dos mesmos códigos culturais e, provavelmente, se identificavam pelo fato de serem da mesma região. Mais tarde, são estes cantadores que irão fundar o Boi de Pindaré.

Esta pesquisa se encontra em andamento, dessa forma o texto apresenta dados preliminares resultantes do trabalho com as entrevistas realizadas com cantadores e <sup>40</sup>brincantes antigos do Boi de Pindaré, além da pesquisa documental em jornais de época.



- 
- <sup>1</sup> Cascudo, Câmara. *Vaqueiros e Cantadores*. São Paulo: Ed. Global, 2005. P. 128
- <sup>2</sup> Em junho de 2014, Zequinha de Coxinho recebeu uma menção honrosa em memória de seu pai pela prefeitura do município de Pindaré.
- <sup>3</sup> ASSUNÇÃO, Mathias R. Quilombos Maranhenses. In: REIS, João; J. GOMES, Flávio. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- <sup>4</sup> Sobre a baixada ver FARIAS FILHO, Marcelino Silva.(org.). *O Espaço Geográfico da Baixada Maranhense*. São Luís, JK Gráfica Editora, 2012. Araújo, Raimundo. Cultura migrante na baixada maranhense. X Encontro Nacional de História Oral. Recife, 2010.
- <sup>5</sup> Entrevista realizada na sede do Boi de Pindaré no dia 27 de maio de 2014.
- <sup>6</sup> Entrevista realizada na casa de Zequinha de Coxinho no dia 24 de janeiro de 2012.
- <sup>7</sup> O boi de cofo: bozinho improvisado feito de cofo, uma das diversões juninas das crianças no Maranhão.
- <sup>8</sup> Vaqueiro: Personagem importante na representação do auto do boi.
- <sup>9</sup> Meirelles, Mário. *História do Maranhão*. Imperatriz, MA: Ética, 2008; Correia, Maria da Glória. *Nos fios da trama: quem é essa mulher?* São Luis: Edufma, 2006.
- <sup>10</sup> Mearim - rio que corta a cidade de Vitória do Mearim, onde Berto nasceu.
- <sup>11</sup> O Estado do Maranhão. 24/08/1990.
- <sup>12</sup> Ver depoimentos na coleção Memória de Velhos.
- <sup>13</sup> O amo é o principal cantador do boi, é o fazendeiro.
- <sup>14</sup> Elogio de Bartolomeu dos Santos, patrono da cadeira nº7 da AVL proferido por Airton Marinho Azevedo. Revista da Academia Arariense-Vitoriense de Letras. Ano 1. Nº 3. Janeiro de 2012.
- <sup>15</sup> Grajaú - município do interior do Maranhão.
- <sup>16</sup> Elogio de Bartolomeu dos Santos, patrono da cadeira nº7 da AVL proferido por Airton Marinho Azevedo. Revista da Academia Arariense-Vitoriense de Letras. Ano 1. Nº 3. Janeiro de 2012.
- <sup>17</sup> O Combate. 20 de março de 1957.
- <sup>18</sup> O Combate. 26 de novembro de 1965.
- <sup>19</sup> O Imparcial. 21 de junho de 1970.
- <sup>20</sup> Localizei duas notícias referentes ao bairro nos jornais *O Paiz*, de 12 de janeiro de 1884 e no *Diário do Maranhão*, de 05 de setembro de 1883.
- <sup>21</sup> Arantes, Erika. *O porto negro: cultura e trabalho dos primeiros anos do séc. XX*. Unicamp, 2005 (Dissertação de mestrado). Erika cita o nome de alguns estivadores que conseguiram fama no mundo do samba e do carnaval: João da Bahiana, Hilário Jovino, Aniceto da Serrinha, Mano Elói, Sebastião Molequinho, João Gradim, etc.
- <sup>22</sup> Diário de S. Luis. 17/12/1947
- <sup>23</sup> O Combate. 19/11/1949
- <sup>24</sup> Todos são cantadores de bumba-meu-boi. *Memória de Velhos: depoimentos. Memória oral da cultura popular maranhense*. São Luis: CMF/SECMA, 2008. Vol. 6 e 7.
- <sup>25</sup> Informações colhidas no livro do folclorista Carlos de Lima escrito no ano de 1968. Lima, Carlos. *Bumba-meu-boi*. São Luis, 1982. 3ª Edição.
- <sup>26</sup> Informações obtidas através das entrevistas realizadas com Mestre Hermínio Castro, Francisco Aroucha e Careca.
- <sup>27</sup> Entrevista realizada na sede do Boi Capricho do Povo, com Seu Antoninho no dia 18/07/2014. Todos estes municípios citados estão incluídos na região da baixada maranhense. Destaco que o município de Guimarães está localizado na baixada, porém o estilo de bumba-meu-boi é diferente. O sotaque de Guimarães ou de zabumba tem um ritmo mais acelerado, a indumentária e os personagens também são diferentes dos bois da baixada. Explico mais detalhadamente na introdução deste trabalho. Foi possível consultar o livro de registros do Sindicato de Arrumadores de São Luis. O registro de admissão dos empregados compreende a década de 1950 até 1990. Observando o local de nascimento dos estivadores foi possível notar que a grande maioria vem de municípios da baixada maranhense, sobretudo Guimarães e Viana.
- <sup>28</sup> Entrevista realizada no dia 27 de maio de 2014.
- <sup>29</sup> Entrevista realizada no dia 18 de julho de 2014.
- <sup>30</sup> Entrevista realizada no dia 07 de junho de 2014.
- <sup>31</sup> Cito a presença do Sindicato em momentos relevantes como a carta enviada por entidades a Getúlio Vargas na ocasião de seu aniversário, na qual há a assinatura do presidente da entidade, Graciliano

Costa. (O Combate, 22/04/1953) e a carta destinada ao Presidente Dutra em 1948 oferecendo total apoio contra os “agitadores políticos e traidores da Pátria”. (Diário de São Luis, 04/01/1948)

<sup>32</sup> Camelo, Júlia. *Ocultar e preservar: a saga da civilidade em São Luis do Maranhão*. UFPA, 2010 (tese de doutoramento).

<sup>33</sup> VELASCO E CRUZ, Maria Cecília. *Da tutela ao contrato: homens de cor brasileiros e o movimento operário carioca no pós-abolição*. Topoi, vol. 11, nº20, 2010. P. 114

<sup>34</sup> Prado, Regina. *Todo ano tem: as festas na estrutura social camponesa*. São Luis: edufma, 2007. P. 131.

<sup>35</sup> Prado, Regina. *Todo ano tem: as festas na estrutura social camponesa*. São Luis: edufma, 2007. P. 141

<sup>36</sup> A matança é o ritual que marca o fim das apresentações dos grupos de bumba. Cada grupo realiza a sua matança, é a morte do boi.

<sup>37</sup> PRADO, 2007.

<sup>38</sup> Michol, Maria. *Matracas que desafiam o tempo: é o bumba boi do Maranhão*. São Luis: [s.n], 2005.

P.71

<sup>39</sup> Michol, Maria. 2005, P. 71

## LEI DE SEGURANÇA NACIONAL: PERSEGUIÇÃO POLÍTICA NO GOVERNO VARGAS

Caroline Antunes Martins Alamino\*

### Resumo :

Este artigo versa sobre a estruturação da Lei de Segurança Nacional, com o intuito de compreender o cenário de seu contexto de criação, em abril de 1935, pouco após da criação da Aliança Nacional Libertadora. E sua consolidação em um período de tentativa de controle do governo Vargas após os levantes de novembro de 1935, culminando na criação do Tribunal de Segurança Nacional em 1936.

**Palavras-chave:** segurança nacional, governo Vargas, repressão.

### Abstract:

This article deals with the structure of the National Security Act, in order to understand the background of their context of creation in April 1935, soon after the creation of the Aliança Nacional Libertadora. And its consolidation into a control period of the Vargas government after the uprising of November 1935, culminating in the creation of the National Security Court in 1936.

**Keywords:** national security, government Vargas, repression.

Para compreendermos o contexto histórico de 1935 quando é aprovada a Lei de Segurança Nacional, devemos pensar na situação política como um todo, em que se encontrava o Brasil no período. Em 1935 o governo estava nas mãos de Getúlio Vargas como presidente eleito, mas isso não significava que o mesmo encontrava estabilidade e aprovação política e popular.

Embora o golpe de 1930 tenha se solidificado a partir de diversas frentes insatisfeitas com o governo chamado de Primeira República, que representava claramente apenas os interesses de algumas oligarquias a solução apresentada com o golpe não satisfiz aqueles buscavam uma alternativa democrática.

Após perder as eleições de 1930 os políticos e os tenentes resolveram por fim ao governo oligárquico no momento comandado por paulistas, através das armas. Os tenentes que já haviam demonstrando suas insatisfações através de duas revoltas tenentistas em 1922 e

---

\* Doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Orientanda do Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte. Bolsista CAPES. E-mail: alaminocaroline@gmail.com

1924 encontraram na oposição estruturada em torno da figura de Vargas a chance de ter suas demandas atendidas após um golpe.

Contudo a forma como foi constituída essa estrutura do golpe não representava a união nem a concordância do governo que estaria por vir, que enfrentou diversas fissuras que foram remediadas com a força e a brutalidade de uma ditadura.

Havia desde o princípio uma terceira via que não se identificava nem com os interesses oligárquicos da Primeira República nem com o Governo Provisório varguista que se instalou, antes mesmo do golpe de 1930, Luís Carlos Prestes criticava a união dos jovens políticos com a dissidência oligárquica, e também se posicionou contra o golpe lançando seu próprio Manifesto Revolucionário. Declarava-se socialista e sustentava que a mera de troca de homens no poder não atenderia às reais necessidades da população brasileira.

Após a vitória dos golpistas, a lealdade de alguns tenentistas foi retribuída com a nomeação de tenentes como interventores dos estados. Que se demonstraram líderes inexperientes sem um programa de transformações sociais, com propostas vagas e moralistas, além de não serem os únicos a almejam mudanças, o movimento operário já havia organizado lideranças, programas e estratégias na década de 1920, contudo os tenentes eram reconhecidos como a vanguarda revolucionária e democrática capaz de realizar as transformações almeçadas na república. Essa tentativa de manter aliados militares se mostrou desastrosa, sobretudo com o João Alberto Lins de Barros, que governou São Paulo contra a vontade dos paulistas resultando na Revolução Constitucionalista de 1932. Segundo Vianna<sup>1</sup>:

As mudanças trazidas pela Revolução de 1930 — importantes, sem dúvida — não solucionaram os problemas econômicos e sociais do país nem os anseios democráticos de parte da população. As medidas de Getúlio Vargas remodelaram o Estado e beneficiaram a classe operária, embora subordinando-a ao Ministério do Trabalho, mas não modificaram a estrutura produtiva nem as relações sociais, e estavam longe de satisfazer àqueles que desejavam mudanças mais radicais. Uma parte dos tenentes que participou da Revolução de 30 — que passaremos a chamar de tenentes de esquerda — mostrou-se decepcionada com os rumos do movimento e achou que a politicagem que combateu logo estaria de volta. (p.68)

Após dois anos de instalado o governo provisório, um movimento armado paulista se levanta contra o governo, incomodados com a intervenção direta do governo federal nos governos estaduais, nem com a nomeação de um interventor paulista Pedro Manuel de Toledo acalmaram-se os ânimos, visto que não havia autonomia para o interventor governar, a ponto de não poder se quer formar seu próprio secretariado. A situação fez com que antigos aliados como os Partido Republicano Paulista e o Partido Democrático de São Paulo, que antes

havia apoiado o golpe de 1930, se unissem, em 1932, na Frente Única exigindo o fim do governo provisório e uma nova Constituição.

Segundo Silva<sup>2</sup> apesar da derrota do levante paulista, a Revolução Constitucionalista é um marco histórico, pois pressionou o governo federal e impediu que o país fosse governado de forma inconstitucional. Sendo sua maior contribuição a pressão para que um novo texto da Constituição fosse formulado dois anos mais tarde.

É nesse cenário com diversas oposições que em 16 de julho de 1934 foi aprovada uma nova Constituição no Brasil, marcada pelo período do golpe de Estado cometido por Getúlio Vargas em 1930, essa nova Constituição tinha pretensões de acalmar os ânimos quanto à legalidade do governo provisório, trazendo consigo a eleição de Getúlio Vargas no dia seguinte, conforme as Disposições Transitórias, que previam essas primeiras eleições como indiretas e a partir de 1938 apenas eleições diretas.

A Assembleia Nacional Constituinte formada por deputados eleitos em maio de 1933, aprovou a nova constituição, e elegeram Getúlio Vargas à Presidência da República com 70,58% dos votos. A nova Constituição traz o voto obrigatório a todos os alfabetizados maiores de 18 anos de ambos os sexos, sendo o voto secreto, cria a Justiça do Trabalho; proíbe o trabalho infantil, determina jornada de trabalho de oito horas, repouso semanal obrigatório, férias remuneradas, indenização para trabalhadores demitidos sem justa causa, assistência médica e dentária, assistência remunerada a trabalhadoras grávidas; proíbe a diferença de salário para um mesmo trabalho, por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil e o cargo de vice-presidente foi extinto (voltando a existir apenas em 1946).

Essa Constituição durou apenas três anos, sendo anulada com o golpe de Estado de 1937, quando Vargas instaurou a ditadura do Estado Novo. E oficialmente vigorou apenas um ano, sendo suspensa em 1935 pela Lei de Segurança Nacional.

O projeto de Lei nº. 78 começou a tramitar em 26 de janeiro de 1935, segundo Neto<sup>3</sup> antes mesmo da discussão do projeto o Deputado Adolfo Bergamini (DF – PD) protestou contra prisões de jornalistas, funcionários da imprensa e da perseguição ao *Jornal do Comércio*, o Deputado José Ferreira de Souza (RN – PP) alegou que o próprio governo alimentava a crise de uma “possível ameaça comunista”, que devíamos atentar as liberdades constitucionais num período em que já ocorriam perseguições aos que atentavam contra os interesses dos interventores. Na mesma linha o Deputado Antônio Augusto Covello (SP– Partido da Lavoura) examinou o projeto e declarou a falta de precisão quanto à qualificação de certos delitos e o Deputado Adolfo Bergamini (DF – PD) propôs a elaboração de um substitutivo já que o projeto chocava-se com a Constituição. O Deputado José Matoso de

Sampaio Corrêa (DF – Avulso) declarou que o projeto de Lei se preocupava em armar os agentes do poder público sem cogitar a salvaguarda e a defesa dos direitos dos cidadãos.

Demonstrando assim que mesmo sendo aprovada a lei não foi uma unanimidade na Câmara, alguns deputados compreendiam que se tratava de uma medida que representava um cerceamento, legitimador de uma cassação política que se colocava acima até dos direitos constitucionais.

A Lei de Segurança Nacional<sup>4</sup> aprovada definia os crimes contra ordem política e social. Definia como crime quem se opusesse diretamente (ou de fato) à reunião ou ao livre funcionamento de qualquer dos poderes políticos da União. A pena era de reclusão, de 2 a 4 anos. Em seu art. 3º previa pena de prisão celular de 1 a 3 anos a quem fizesse oposição, por meio de ameaça ou violência, ao livre e legítimo exercício de funções de qualquer agente do poder político da União.

No art. 5º previa penas de 3 a 9 meses de prisão celular para quem impedisse funcionário público de tomar posse do cargo para o qual tivesse sido nomeado, para quem usasse de ameaça ou violência para forçá-lo a praticar ou deixar de praticar qualquer ato de ofício, ou para quem obrigasse funcionário público a exercer o cargo, em determinado sentido. O art. 7º prescrevia a mesma pena para quem incitasse funcionários públicos ou servidores do Estado à cessação coletiva, total ou parcial, dos serviços. A previsão atingia a greve no serviço público, que ficava terminantemente proibida. A perda de cargo era a pena prevista para o funcionário público que paralisasse suas atividades. A instigação da desobediência coletiva ao cumprimento da ordem pública era também penalizada com 1 a 3 anos de prisão celular.

O art. 10º cita que incitar militares, inclusive os que pertencerem a polícias, a desobedecer á lei ou a infringir de qualquer forma a disciplina, a rebelar-se ou desertar, teria a pena de prisão celular de 1 a 4 anos, o mesmo para quem distribuísse ou procurasse distribuir entre soldados e marinheiros papeis, impressos, manuscritos,, em que se contivesse incitamento á indisciplina. Esse artigo em especial foi muito utilizado para compor processos posteriormente no Tribunal de Segurança Nacional, utilizando-se de todo e qualquer panfleto, bilhete ou mesmo rascunho como evidência.

No capítulo II são listados os crimes contra a ordem social: incitar o ódio entre as classes sociais, com pena de 6 meses a 2 anos de prisão celular; instigar as classes sociais á luta pela violência, com pena de 6 meses a 2 anos de prisão celular; incitar luta religiosa pela violência com pena de 6 meses a 2 anos de prisão celular ; incitar ou preparar atentado contra pessoa ou bens, por motivos doutrinários, políticos ou religiosos, com pena de 1 a 3 anos de

prisão celular; instigar ou preparar a paralisação de serviços públicos, ou de abastecimento da população, pena de 1 a 3 anos de prisão celular; induzir empregadores ou empregados à cessação ou suspensão do trabalho por motivos estranhos às condições do mesmo, pena de 6 meses a 2 anos de prisão celular; promover, organizar ou dirigir sociedade de qualquer espécie, cuja atividade se exerça no sentido de subverter ou modificar a ordem política ou social por meios não consentidos em lei, pena de 6 meses a 2 anos de prisão celular; e tentar, por meio de artifícios fraudulentos, promover a alta ou baixa dos preços de gêneros de primeira necessidade, com o fito de lucro ou proveito com pena de 6 meses a 2 anos de prisão celular.

No Capítulo IV que traz os artigos 22 a 24, indica no art. 22 que não será tolerada a propaganda de guerra ou de processos violentos para subversão da ordem política ou social. No art. 23 prescrevia pena de 1 a 3 anos de reclusão para quem fizesse propaganda de processos violentos para subversão da ordem pública; a pena seria de 1 a 3 anos de prisão celular para quem fizesse propaganda de processos violentos para subversão da ordem social. Idêntica pena era prescrita para quem fizesse propaganda de guerra.

O Capítulo V com os artigos 25 ao 36 cabe destacar o art. 26 que vedava a impressão, exposição à venda, venda, ou qualquer modo de circulação de gravuras, livros, panfletos, boletins ou quaisquer publicações não periódicas, nacionais ou estrangeiras, em que se verificasse prática de ato definido por crime na lei, devendo a autoridade apreender os exemplares, sem prejuízo da ação penal competente. A mesma prática, por meio de radiodifusão, ensejava a aplicação de multas pecuniárias, além da suspensão do funcionamento por prazo não excedente a 60 dias, ou a fechamento, constatada a reincidência. Seriam multadas também as agências de publicidade, ou transmissoras de notícias e informações, que praticassem definidos como delituosos, pela lei de que se cuida, tratando assim do cerceamento da imprensa.

E o art. 30 que proibia a existência de partidos, centros, agremiações ou juntas, de qualquer espécie, que visassem a subversão, pela ameaça ou violência, da ordem política ou social, complementado pelo art. 32 que previa afastamento ou para servidor público civil que se filiasse ostensiva ou clandestinamente a partido, centro, agremiação, ou junta de existência proibida pela lei, bem como se praticasse quaisquer dos crimes descritos pela norma que se estuda. O art. 36 prescrevia que, sem prejuízo de ação penal, perderia o cargo o professor que, na cátedra, praticasse quaisquer dos atos definidos como crime pela lei de segurança, provado o fato em processo administrativo, ou, se estável, mediante sentença judiciária.

O art. 37 previa que seria cancelada a naturalização, tácita ou voluntária, de quem exercesse atividade política nociva ao interesse nacional. Considerava-se essa última a prática de qualquer dos delitos previstos na lei de segurança, sem prejuízo de outros casos previstos na legislação.

A Lei de Segurança Nacional mais do que suspendeu a Constituição, agiu de forma coercitiva em relação às conquistas constitucionais. A Lei nasce como forma de proteção jurídico-política em relação a crescente movimentação da oposição governamental encabeçada até então pelo PCB mesmo este estando em clandestinidade, a ameaça se tornou maior com a organização da Aliança Nacional Libertadora – ANL, cujo primeiro manifesto público foi lido na Câmara Federal em janeiro de 1935.

Em abril do mesmo ano seria votada e aprovada a Lei de Segurança Nacional, sendo acionada três meses depois como fundamentação legal para o Decreto nº 229 que fechava a ANL. Com os levantes de novembro de 1935, no dia 25 do mesmo mês foi aprovado na Câmara com 172 votos a favor e 52 contras o “estado de sitio”, por fim em 1936 foi criado ao Tribunal de Segurança Nacional. Segundo Campos<sup>5</sup> o Tribunal de Segurança Nacional se consolidou como instrumento de distribuição de condenações, contando com juízes que distribuíram pesadas sentenças, inclusive contra as evidências dos autos.

### **Considerações finais**

Concluimos assim que a Lei de Segurança Nacional foi um meio legal encontrado para justificar juridicamente a perseguição política que Getúlio Vargas promoveu em seu governo, que embora tivesse sido apontada por diversos deputados, antes de sua aprovação, ainda como projeto de lei, que seria a legalização da censura, o projeto foi aprovado e garantiu assim o início da perseguição a todos que o governo varguista considerava uma potencial ameaça.

Apresentou uma regressão em relação a conquistas trabalhistas, com a proibição de greves, e oprimindo legalmente qualquer resquício do movimento tenentista que ainda existia. Visto que após os levantes de 1935 os organizadores foram severamente punidos.

Também serviu de ferramenta para opressão da imprensa em todos os seus meios, tornando crime se posicionar contra o governo.

A Lei de Segurança Nacional mais do que oprimiu os opositores de Getúlio Vargas em suas diversas frentes (comunistas, tenentistas, integralistas, etc), serviu de ferramenta para ampliação de um cerceamento maior de liberdades políticas, como a suspensão da Constituição, a declaração de estado de sitio e a instalação do Tribunal de Segurança



Nacional. Garantindo assim repressão necessária para a instalação da ditadura do Estado  
Novo em 1936.

---

<sup>1</sup> VIANNA, Marly de Almeida G. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo, Editora Swarcz, 1992.

<sup>2</sup> SILVA, Tiago Ferreira. *Revolução Constitucionalista de 1932*. Disponível em: <http://www.historiabrasileira.com/era-vargas/revolucao-constitucionalista-de-1932/>.

Acessado em 01 de setembro de 2014.

<sup>3</sup> NETO, Casimiro Pedro da Silva. *Década de 1930 – Os anos de incertezas: a origem da primeira Lei de Segurança Nacional*. 2006. 136f. Monografia (especialização) – Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, 2006.

<sup>4</sup> BRASIL, Lei nº 38, de 4 de abril de 1935. Define crimes contra a ordem política e social. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>. Acessado em : 01 de setembro de 2014.

<sup>5</sup> CAMPOS, Reynaldo Pompeu. *O Tribunal de Segurança Nacional, 1936-1945*. 1979. 178f. Dissertação de Mestrado em História- Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense- UFF, Niterói, 1979.

Título: As irmandades nas Américas: Expressões de autonomia e resistência.

Nome: Caroline dos Santos Guedes.

Título acadêmico: Mestranda

Vinculação institucional: Universidade Federal Fluminense / Núcleo de Pesquisas em História Cultural.

Orientador(a): María Verónica Secreto

Co-orientador(a): Larissa Viana

E-mail: [Caroline.santosguedes@hotmail.com](mailto:Caroline.santosguedes@hotmail.com)

Palavras-chave: Irmandades – Negros – Cidades.

Resumo: Este trabalho visa analisar duas irmandades que fazem parte da dinâmica urbana colonial, a irmandade de São Elesbão e Santa Efigênia no Rio de Janeiro e a irmandade de São Baltazar em Buenos Aires. Ambas as instituições tem santos negros como patronos e seus associados também são majoritariamente africanos e afrodescendentes. Baseando-se nas documentações, é importante perceber de que maneira o culto a esses santos e a dinâmica interna das irmandades contribuem para uma autonomia negra em meio às repressões diárias.

Keywords: Brotherhoods - Black - Cities.

Abstract: This paper aims to examine two sororities that are part of the colonial urban dynamics, the brotherhood of St. Elesbão and Santa Efigenia in Rio de Janeiro and the brotherhood of San Baltazar in Buenos Aires. Both institutions have black saints as patrons and their associates are also mostly Africans and African descendant. Based on the documentation, it is important to realize how the cult of theses saints and the internal dynamics of the brotherhoods, contributing to a black autonomy amid the daily repressions.

#### 1- Introdução:

As irmandades que me proponho a apresentar foram importantes instituições para a população negra desde meados do século XVIII até o longo século XIX, quando as mesmas começam a perder força devido ao processo emancipacionista tanto no Brasil quanto no Rio da Prata.

É indispensável considerar essas irmandades como produtos de uma realidade urbana, que é mais fluída e dinâmica, permite maior circulação de africanos e seus

descendentes, seja através da escravidão de ganho ou da formação de redes de solidariedades que eram comuns entre escravos, forros e livres.

O Rio de Janeiro como um local de destaque no tráfico e muito importante para a dinâmica Imperial, se configurava como um dos centros imperiais, com grande fluxo de pessoas e controle das autoridades. Nesta cidade foi criada a Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia em 1740, sendo esta instituída por africanos, conforme consta no compromisso da instituição. Estes africanos eram oriundos da Costa da Mina, Ilha de São Tomé, Cabo Verde e Moçambique.

Buenos Aires, uma região marginal do Império Espanhol, é conhecida pelo grande fluxo do comércio ilegal. Em 1776 a cidade é elevada à capital do Vice-Reino do Rio da Prata, aumentando assim sua demografia, circulação de pessoas e controle por parte das autoridades. A primeira irmandade negra criada na cidade teve como santo patrono São Baltazar, um negro que foi um dos três reis magos que presentearam o menino Jesus na ocasião de seu nascimento.

A escolha de ambas as irmandades se deu através da utilização da teoria “connected histories” de Serge Gruzinski<sup>i</sup> que prioriza a comunicação entre histórias. Sob tal perspectiva, ambas as instituições são destinadas a negros, tendo como patronos santos de cor também. Foram criadas em uma dinâmica colonial de impérios ibéricos e se mantêm instaladas em meios urbanos. Esta trajetória em comum das confrarias expostas faz com que suas histórias sejam comparadas, se cruzem e se comuniquem em uma perspectiva histórica, ampliando a análise sobre as mesmas.

## 2- O que significa ser um irmão no mundo escravista ibérico?

As irmandades são instituições de ajuda mútua, onde os afiliados tem como dever pagar uma taxa anual, doar esmolas, frequentar missas, festas e procissões. As confrarias por sua vez devem ajudar seus membros em casos de impedimento de trabalho, como enfermidades, prisões e velhice, além de realizar o funeral em ocasiões de óbito. A ajuda financeira para a concessão de alforrias também é uma das realizações dessas instituições.

A maior preocupação dos membros das irmandades parece ser com os ritos da morte, já que segundo Lucilene Reginaldo<sup>ii</sup>, nas religiões africanas assim como no catolicismo há uma crença na existência de outros planos. Participar uma irmandade significa assistência em casos de vida e morte. Os testamentos analisados por Miguel Rosál<sup>iii</sup>, no caso de Buenos Aires nos deixa claro a preocupação após a morte, a partir

do momento que muitos escravos fazem testamentos, mesmo sem ter bens para deixar a parentes ou a confrarias. Isso se dá pela preocupação desses indivíduos em detalhar como querem que seja seu rito após a morte, local de enterro e de missa.

Além disso, as confrarias proporcionam aos negros; discriminados sociais, sejam eles escravos ou forros; a formação de redes de solidariedade entre os membros das irmandades, formando inclusive graus de parentesco simbólicos, como ressalta João José Reis<sup>iv</sup>. Isso pode ser observado nos documentos de ambas instituições. Os afiliados se chamam de irmãos.

Não pretendo aqui, ignorar que essas irmandades, como todas as outras são cheias de conflitos internos que iremos tratar a seguir. Apesar da existência dos mesmos é necessário observar a importância desses laços que são formados diante do cotidiano de sofrimento e opressão dos escravos e o quão necessários se fazem estas aproximações na dinâmica em questão. Através do parentesco simbólico é possível perceber as irmandades como espaços de socialização da população negra.

Segue abaixo trecho do capítulo 17 do compromisso da irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia de 1740 e também de uma carta de permissão para a continuidade das diversões negras da irmandade de São Baltazar de 1784. Nas duas realidades os negros filiados às irmandades são denominados “irmãos”.

*Capítulo 17*

*Os Irmãos desta Santa Irmandade terão o cuidado toda diligencia em pagar suas esmolos pois são para o ornato e decência dos Santos evitando que todas as despesas que fizerem se lhe desse porque continuamente estão rogando a Deus nos dê bens da fortuna e salvação para nossas almas (...)<sup>v</sup>*

*Senôr,*

*Los Hermanos de la confradia de San Balthazar y las animas fundada en la capital de Buenos Aires en la parroquia de la nsa. Sra. De la piedad a devoción de los negros libres y esclavos que en ella reciden (...)<sup>vi</sup>*

### 3- Cultos aos santos negros e festejos:

Como forma de cultuar os santos negros de quem são devotos, os irmãos realizam anualmente festas para seus oráculos. Obviamente, por ser tratarem de festividades negras, que muitas vezes envolvem elementos da tradição africana, como música, dança e alimentos, as mesmas sofrem algumas restrições.

Através dos documentos, é explícito que a irmandade do Rio da Prata sofre uma repressão muito maior do que a irmandade carioca. São muitas as cartas de confrades de São Baltazar destinadas a autoridades exigindo seus direitos de diversões em meio ao

cotidiano escravo. Muitas também são as reclamações dos padres belemitas da paróquia de Nossa Senhora da Piedade do Monte Calvário, onde foi instalada na área externa a irmandade de São Baltazar. Os párocos insistiam em desqualificar as festividades negras, como verdadeiros produtos do profano, conforme podemos observar no documento abaixo:

*Desacatos públicos se hacen à la Yg.a como es ponerse en el átrio de el templo à danzar los bayles obsenos, q.e acostumbran, como ejecutaron el día de S.n Balthazar à la tarde y del Domingo de Pascua de Resurrección en cuyo tempo estaba D.or Vic.te. Piñeiro diciendo Misa, y Yo en el confesionário: viendo que no podia oyr à los penitentes, que estaba confessando, p.r la bulla que metían con sus alarios, y tambores (...)<sup>vii</sup>*

Os negros confrades se defendem, buscando legitimar suas danças, tentando caracteriza-las como sagrada e para isso a mesma tem que acontecer sem mulheres, sem ações desordenadas e sem pecados:

*(...) Estos bayles en primero lugar no se pueden llamar de obsenos p.r.q.e no son con mugeres, ni se hacen en ellos acciones desordenadas (...) en segundo p.r.q.e su objeto es tan próprio del día. Lo terceiro, que p.a ser obscenos aquel bayle seg.n las reglas de moralidad necessita otras circunstancias que sean criminal contra los preceptos de Díos y aquí no hubo tales circunstancias co q.e no hay razón para titular aquel bayle de obsceno (...)<sup>viii</sup>*

No Rio de Janeiro eram realizados os chamados congados nos dias de festas dos santos Elesbão e Efigênia, o congado era uma espécie de corte, inspirado nos moldes reais do Antigo Regime. Eram eleitos um imperador e uma imperatriz e sua corte, os mesmos desfilavam pelas ruas com trajes e objetos reais como cetro e coroa. É importante observar o ato de resistência e audácia negra ao incorporar tais comportamentos, morais e costumes à sua realidade, mesmo que uma vez por ano. Isso porque está se tratando de uma população negra, escrava ou forra, que segue adaptando a sua realidade de exclusão elementos do cotidiano do Império português.

Apesar de todo significado que envolve esta manifestação, a repressão não aparece nos documentos em torno do chamado congado, de acordo com o que é possível observar na troca de correspondências (Correspondência eclesiástica para a aprovação do compromisso da irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia entre os devotos da irmandade, o bispo do Rio de Janeiro e a mesa de consciência de ordens em Lisboa ano de 1764– depositado no museu do negro, na irmandade dos santos, no centro do Rio de Janeiro. Documento nº 5.), onde a mesa de Consciência e Ordens de Lisboa defende o

acontecimento das festividades já que estas recolhem esmolas e consolam os negros diante da realidade do cativo:

*E<sup>xo</sup>. R<sup>ev</sup>. S<sup>nr</sup> - nos cinco capitulos com que estes pretendem querem addir ao seo compromisso não acho cousa que encontre a Jurisdição Eclesiástica nem que também se opponha aos bons costumes, e [ainda que seja mal soantes aos ouvidos a palavra “Folias”-] como esta consiste em terem hum Imperador, Imperatriz, Principe, Princeza, Reys Rainhas de estado;[para conciliarem por este meio melhor os animus e as esmolas d’esta gente preta e há entre elles observado este costume nas cidades e terras mais bem reguladas talvez para que tenham esta consolação; entre tantas trabalhos do cativo;] a que o sujeitou a sua infelicidade, parece-me, que se lhes pode conceder o que pedem, ainda que triano, seja eleição attendendo a que não são officiaes, que tenham administração de que devão e hajão de dar contas sem embargo do que V. E<sup>xa</sup>. R<sup>evma</sup>. determinara o que mais justo parecer Rio 9 de outubro de 1764. Antonio José de Gouveia Procurador da Mitra despacho DD de confirmação dos capitulos que apresentão sendo encorporados no compromisso e rubricado por. Antonio Roiz de Miranda P. Familiar Rio 9 de outubro de 1764 com a rubrica – se. [grifos meus]<sup>ix</sup>*

Tais manifestações também nos mostram que nem todos os participantes da irmandade carioca eram escravos desvalidos, pois de acordo com o compromisso a posse de cargos para o congado era concorrida e os que fossem eleitos para tal cargo deveriam doar altas esmolas e arcar com os custos de seus trajes.

*capitulo 1º:*

*Porquanto vimos que a experiencia tem mostrado que um estado de folias nas irmandades pretas serem de muita validade e assim pa. excitar os animos dos Irmãos queremos que haja um estado de Imperador, Imperatriz, Principe e Princeza nesta Santa Irmandade. Eleitos na forma do capitulo quarto. Na eleição de Juiz e mais officiaes somente com a differença que o Imperador e mais pessoas pertencentes ao seu cargo hão de ter patrimonio, e acabado que seja o dito tempo de tres annos a mesa que servr eleger outros sujeitos que entender são capaes de ocupar os ditos lugares a qual a Mesa de Eleyção assistirá o Imperador a ella como caberá principal aquelle acto, e se quizer ficar para outro trienio com avantajada esmollla estará com/ primeiro lugar vendo o juiz com a mesa se convém.<sup>x</sup>*

4- A ocupação de cargos e as eleições:

As duas irmandades contam com uma configuração de organização onde os membros são eleitos para algumas funções, formando hierarquias internas. Havia a mesa diretiva que contava com cargo máximo (Juiz ou provedor para o Rio de Janeiro e Mayordomo para Buenos Aires), tesoureiros, secretários, escrivão, padre capelão e procuradores. Na irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia havia uma mesa própria

de mulheres, onde as mesmas eram eleitas e elegíveis. Cada mesa contava com doze pessoas.

O juiz da irmandade era um representante da mesma. Para Pierre Bourdieu<sup>xi</sup>, o representante constitui o grupo que o constitui e adquire o poder de falar e agir em público em nome de todos. É o porta-voz que adquiriu o poder de proferir tais palavras, tem capital simbólico conferido pelo coletivo. E mesmo se tratando de uma irmandade negra, este papel é de suma importância e concorrência, existindo inclusive conflitos em torno das eleições.

As eleições são essenciais, pois este é um ato de reconhecimento do juiz e dos ocupantes de outros cargos. Os mesmos adquiriram capital simbólico sendo eleitos. É necessária a colaboração dos governados e dos mecanismos do sistema para o êxito da linguagem da autoridade.

De acordo com os documentos da irmandade carioca é possível observar que essa hierarquia de cargos burocráticos na irmandade, além das eleições, também se dá em função da renda dos candidatos, que devido as suas esmolas podiam ser elegíveis, conforme também acontecia com os cargos da corte, como observado anteriormente.

*Capítulo 22*

*Haverá n'esta Irmandade uma juíza a qual será eleita por votos como o juiz que são 12\$800 rs. que é só a obrigação que lhe impoem em razão deve ser a dita esmolla vantajada e haverá também douze Irmãs de Meza eleitas na mesma forma que darão de esmola 2.000 rs. Cada um e querendo por sua devoção darem maior esmola, maiores serviços farão à Deus e os Santos.<sup>xii</sup>*

Ter algum cargo nas irmandades é muito relevante, não diferente de outras instituições, as irmandades exploram as diferenças. “*O mundo social é também representação e vontade; existir socialmente é também ser percebido, aliás, percebido como distinto.*”<sup>xiii</sup>

A eleição de membros para a ocupação de cargos burocráticos expõe a existência de uma hierarquia dentro da instituição negra que também se baseia em renda, como os cargos reais, ou seja, também há uma diferença econômica entre estes. Não são todos negros despossuídos ainda vítimas da escravidão. Isso possivelmente se dá em função da realidade urbana que permite ao trabalhador ser um escravo doméstico que cria laços com seus amos e recebe benefícios, ou ser um escravo de ganho, o que possibilita a acumulação de pecúlio para a compra da liberdade.

O mundo urbano é muito mais flexível do que o rural devido às possibilidades de sobrevivência e a formação de redes de solidariedade que também são propícias para o mantimento de uma identidade negra, como é no caso das irmandades. Mas é importante ressaltar que existia um esforço por parte das autoridades de frear essa aquisição de autonomia negra.

As confrarias indubitavelmente são locais de resistência, de formação de vínculos e que proporcionam alguma autonomia para os renegados da sociedade. E uma das ações mais significativas da instituição é o poder de voto que todos os “irmãos” possuem. É uma população privada de cidadania que encontra um viés para exercer seu direito, mesmo que dentro de uma instituição.

Concordo com Mariza Soares<sup>xiv</sup> quando a autora defende que a noção de representatividade se agregava à liberdade. Isso se dá de forma muito intensa nesse período de queda do Antigo Regime, numa busca constante de autonomia e liberdade em que os negros se encontravam naquele momento.

O que essas sociedades mantêm de mais importante em relação aos padrões de Antigo Regime são as posições hierárquicas dos indivíduos, ou seja, as distinções entre as qualidades de pessoas, como por exemplo, entre livres e escravos, segundo María Verónica Secreto<sup>xv</sup>. Porém não se pode esquecer que as sociedades coloniais têm uma realidade hierárquica mais fluida do que a própria metrópole, por vários motivos, entre eles possibilidades de autonomia por meio dos ofícios de ganho e a formação de redes de solidariedade, conforme já citado anteriormente.

É importante que todas as manifestações que aqui foram expostas, detalhadas ou não, as missas, procissões, ritos fúnebres, congados e outros festejos, foram incorporados pelos negros para a sua realidade. Tais manifestações foram readaptadas para uma dinâmica de vida dos negros no mundo colonial, como mais uma forma de resistir ao sistema, resignificando-o de acordo com suas realidades, interesses e experiências.

O culto aos santos negros e as diversas manifestações provenientes do mesmo se inserem na lógica cultural de resistência trabalhada por E. Said<sup>xvi</sup> à medida que o autor (em seu estudo de caso) acredita que a resistência recupera o que já foi influenciado ou permeado pela cultura do Império, e é exatamente isso que acontece nas irmandades negras quando os africanos e afrodescendentes buscavam para si os santos negros, que os definiam, que tinham a mesma cor de pele, que eram provenientes do mesmo continente. Assim, esses negros entraram numa lógica religiosa imperial, tendo um



santo que os representa. Existia uma identificação dos negros com os santos, e isso era uma expressão de resistência simbólica.

Os santos negros e toda a dinâmica provinda das irmandades e a própria instituição em si devem ser pensados como produtos de cruzamentos. São claros resultados de histórias entrelaçadas e complexas, interligadas e sobrepostas que geraram tais formas negras de resistir. A apropriação de São Balthazar, Santo Elesbão e Santa Efigênia pela população africana e afrodescendente foram o produto final do cruzamento de experiências religiosas e de outros fins entre brancos e negros. Os africanos e afro-descendentes como agentes sociais estavam inseridos em uma tentativa de se definir culturalmente através de santos patronos e festas comemorativas, por exemplo.

É importante frisar que o fato dos africanos aderirem ao catolicismo e consequentemente se apropriarem de seus elementos não quer dizer que sua manifestação não seja autêntica. Said defende a importância das influências que é resultante do contato cultural, já que nenhuma cultura é impermeável. Assim, me permito pensar nos santos negros como afirmações de identidades que surgem através de uma política mobilizadora.

#### 5- Conclusão:

A título de conclusão este ensaio pretendeu expor a devoção aos santos negros nos séculos XVIII e XIX por africanos e afrodescendentes, muitos escravizados. O mais importante foi analisar a organização interna e as manifestações que são provenientes desse culto.

A hierarquia de cargos e o exercício da cidadania através do voto foram fundamentais para uma população que era discriminada e sem direitos. Essas experiências internas na irmandade se deram como ensaios para a vida em sociedade, uma possível liberdade e a autonomia que muitas vezes era facilitada pela própria instituição.

Os festejos e todas as proibições e permissões que os cercavam, a maneira com que estes eram feitos e os elementos africanos e europeus que eram apropriados e resgatados também dizem muito sobre a interação social da população negra, apesar de escravizada e de seus ideais de se integrar e resistir.

---

<sup>i</sup> GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. Topoi, Rio de Janeiro, mar. 2001, pp. 175-195.

<sup>ii</sup> REGINALDO, Lucilene. “*África em Portugal*”: devoções, irmandades e escravidão no Reino de Portugal, século XVIII. História, 2009, no.1, pp. 289-319. ISSN 0101-9074. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br) Data de acesso: 23/07/2014.

<sup>iii</sup> ROSAL, Miguel. “*Aspectos de la religiosidade afroporteña, siglos XVIII-XIX.*” Buenos Aires, CONCINET, Instituto Ravignani, UBA, 2009.

<sup>iv</sup> REIS, João José. “Tambores e temores: A festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX.” IN: CUNHA, Maria Clementina P. (org.). *Carnavais e outras F(r)estas*. Ensaios de História social da Cultura. Campinas: UNICAMP, 2002.

<sup>v</sup> Compromisso da Irmandade dos Santos Elesbão e Ephigenia de S. Domingos d’esta cidade do Rio de Janeiro anno de 1767.” – depositado no museu do negro, na irmandade dos santos, centro do Rio de Janeiro. Capítulo 17.

<sup>vi</sup> (AGN 31-4-6, doc. 436.)

<sup>vii</sup> (AGN 31-4-6, doc. 436.)

<sup>viii</sup> (AGN 31-4-6, doc. 436.)

<sup>ix</sup> Correspondência eclesiástica para a aprovação do compromisso da irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia entre os devotos da irmandade, o bispo do Rio de Janeiro e a mesa de consciência de ordens em Lisboa ano de 1764– depositado no museu do negro, na irmandade dos santos, no centro do Rio de Janeiro. Documento nº 5.

<sup>x</sup> Compromisso da Irmandade dos Santos Elesbão e Ephigenia de S. Domingos d’esta cidade do Rio de Janeiro anno de 1767.” – depositado no museu do negro, na irmandade dos santos, centro do Rio de Janeiro. Capítulo 1º.

<sup>xi</sup> BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. O que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 2008. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/141640316/BOURDIEU-Pierre-A-economia-das-trocas-linguisticas-O-que-falar-quer-dizer> Data de acesso: 25/05/2014.

<sup>xii</sup> “Compromisso da Irmandade dos Santos Elesbão e Ephigenia de S. Domingos d’esta cidade do Rio de Janeiro anno de 1767.” – depositado no museu do negro, na irmandade dos santos, centro do Rio de Janeiro. Capítulo 22.

<sup>xiii</sup> Op. Cit. 2008.

---

<sup>xiv</sup> SOARES, Mariza de Carvalho. “Política sem cidadania: Eleições nas irmandades de homens pretos, século XVIII” IN: CARVALHO, José Murilo de. E CAMPOS, Adriana Pereira (orgs.) *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

<sup>xv</sup> SECRETO, María Verónica. Entre a hierarquia e a igualdade: Os degraus da individualização na Buenos Aires “tardocolonial” e nas primeiras décadas da vida independente. Seminário Internacional NUPEHC 20 anos. Sujeitos na História: Perspectivas e abordagens. 18 a 20 de setembro, Universidade Federal Fluminense, 2012.

<sup>xvi</sup> SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

## A infância como experiência

Caroline Trapp de Queiroz<sup>1</sup>

### Resumo

Nossa proposta é colocar em debate a concepção benjaminiana de infância entendida como experiência. A compreensão de que a criança está na cultura, vivenciando-a e modificando-a sustenta a ideia de uma infância que não é posse, mas experiência constitutiva do sujeito criança, seja em que contexto, tempo ou espaço for, o que transcende qualquer idealização. Partindo da visão filosófica de problematização a que nos convoca Walter Benjamin, acreditamos que o debate institua uma possibilidade de troca com nossos pares.

Palavras-chave: Infância, Experiência, Walter Benjamin.

### Abstract

Our proposal is to put in debate Benjamin's conception of childhood understood as experience. The understanding that the child is in the culture by living it and modifying it supports the idea of a childhood which is not a possession, but an constitutive experience of child subject, in whatever context, time or place which transcends any idealization . Starting from the philosophical view that the Walter Benjamin's questioning calls us, we believe that this debate institutes a possibility of exchange with ours pairs.

Keywords: Childhood, Experience, Walter Benjamin.

### A infância nas ondas do rádio

Entre os anos de 1927 e 1933, o filósofo alemão Walter Benjamin apresentou narrativas radiofônicas para crianças no programa de rádio *A hora das crianças*,<sup>2</sup> transmitido em emissoras de Berlim e Frankfurt. Desses programas, nenhum áudio foi conservado, tendo-se

---

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Orientadora: Rita Marisa Ribes Pereira. Agência financiadora: CNPq.

<sup>2</sup> Sabe-se, entretanto, que Benjamin apresentou programas de diversos gêneros, voltados não apenas para crianças, mas também para adultos, abordando questões culturais. Para saber mais, ver: BAUDOIN, Philippe (Org.). *Walter Benjamin: écrits radiophoniques*. France: Editions Allia, 2014. PEREIRA, Rita Ribes. “A hora das crianças: narrativas radiofônicas de Walter Benjamin”. In: JOBIM E SOUZA, Solange e KRAMER, Sonia. (Orgs.). *Política, cidade, educação: itinerários de Walter Benjamin*. Rio de Janeiro: Contraponto. Ed. PUC-Rio, 2009.

como registro apenas os escritos que serviram de base para a apresentação dessas narrativas, escritos esses que “chegaram até nós graças ao hábito que Benjamin cultivara de arquivar os trabalhos feitos, enviar cópias para amigos/interlocutores ou, ainda, de publicar prévia ou posteriormente os escritos feitos para este fim”.<sup>i</sup> Com duração aproximada de vinte a trinta minutos, alguns dos textos que compõem a coleção do programa infantil foram publicados em 1985, sob o título de *Aufklärung für Kinder*.<sup>ii</sup>

Meu objetivo para esse artigo é colocar em debate a concepção benjaminiana de infância a partir da análise de dois desses programas de rádio, são eles, *Passeios pelos brinquedos de Berlim I e Passeios pelos brinquedos de Berlim II*. Entendo que essas narrativas permitem uma aproximação com a concepção de infância que Benjamin põe em prática no trato com as crianças. A tradução que utilizei para essa análise foi feita por Aldo Medeiros para fins didáticos. Nessas narrativas, Benjamin conta um pouco sobre um passeio que fez pelas lojas de brinquedos de Berlim, entrelaçando reflexões sobre os brinquedos que povoaram sua própria infância e aqueles que hoje são produzidos e comercializados para as crianças.

Para mim, essas narrativas tornam manifestas, na prática, toda uma teoria de infância que perpassa a obra benjaminiana.<sup>3</sup> Importa dizer que essa teoria não nos é aqui objeto de estudo direto, sendo de nosso interesse verificar como Benjamin lidava com as crianças em seus programas de rádio. Essa intencionalidade diz respeito à percepção de que toda a teoria institui uma ética nos modos de fazer, o que significa que, olhar para os programas de rádio que Benjamin dirigia às crianças é tão rico quanto olhar para as obras nas quais ele fala abertamente sobre infância. Assim, as narrativas radiofônicas de Benjamin,

Falam da sua infância em Berlim antes da primeira Guerra e das transformações urbanas trazidas pela sua reconstrução, falam de livros surpreendentes e de escritores instigantes (Hoffmann, Rellstab, Glassbrenner, Goethe, Sade, etc.), falam de catástrofes naturais, brinquedos, teatro de marionetes, ciganos, magias, bruxarias, falsificadores de selos e contrabandistas de bebidas, a tomada da Bastilha, exposições universais etc.<sup>iii</sup>

Em relação à infância, a discussão é extensa e perpassa diferentes campos do saber, científico ou não. A cultura popular, por exemplo, acostumou-se a pensar – e propagar – que crianças não deviam partilhar conversas de adultos. No bojo dessa máxima, temos gerações e gerações de crianças que tiveram caladas suas vozes diante dos mais diversos assuntos. Resgatar hoje uma experiência radiofônica que, ainda no século passado, propunha narrar todo o tipo de temática às crianças, é a forma que busco para reafirmar que as crianças estão no mundo e na

---

<sup>3</sup> As obras em que Benjamin se detém à temática da infância são “Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação”, “Infância em Berlim por volta de 1900” e “Rua de mão única”. Fragmentos dessas obras são perpassados por mim na tessitura dessa ponte entre as ideias benjaminianas de infância e os modos como ele lida com as crianças em seus programas de rádio.

cultura se relacionando com inúmeros elementos, sujeitos, práticas, saberes e, assim, construindo sua percepção de mundo e de vida ao mesmo tempo em que a vivem, ou seja, desde a mais tenra idade. Julgo necessário afirmar que a participação das crianças na sociedade e na cultura é lugar-comum em maior parte das análises sobre a infância de maneira que,

No âmbito dos estudos da infância, é matéria corrente a compreensão de que a criança nasce inserida numa cultura e que a criança a ressignifica e recria com os instrumentos que essa mesma cultura lhe permite. Em suas brincadeiras, suas demandas e seus modos de agir, mais do que imitar o mundo social supostamente já instituído, as crianças formulam a sua crítica, o afetam e o recriam.<sup>iv</sup>

Ademais, acredito que recuperar uma experiência radiofônica que se dirigiu às crianças numa perspectiva de infância que guarda potencialidades capazes de nos inspirar nos mais diferentes contextos é relevante na medida em que chama atenção aos modos como nos dirigimos hoje à infância que conhecemos. Pensar infância a partir de Benjamin é pensar como lidamos com o sujeito criança enquanto agente histórico e indivíduo dotado de subjetividade.

### **História, memória, experiência e narrativa em Walter Benjamin**

Muitos são os artigos que se voltam à análise da infância a partir dos textos que Benjamin escreveu resgatando memórias de sua própria infância e analisando as infâncias que o circundavam em sua atualidade. Como o propósito para esse artigo é olhar para as narrativas da rádio, penso que um breve desvio em direção aos conceitos de história, memória, experiência e narrativa é suficiente para traçar a análise pretendida.

A concepção de história presente nas *Teses sobre o conceito de história*<sup>v</sup> se constitui como elemento fundante das concepções benjaminianas de experiência, narrativa e memória, todas importantes para o desenvolvimento de sua ideia de infância. Para ele, a modernidade acabou por expropriar o sujeito da sua própria história, ao lançar os homens ao individualismo e à competição, características do sistema capitalista. Sem a marca da coletividade e sem o encontro com outras histórias, a ciência histórica de fins do século XIX a meados do XX – essa a que Benjamin dirige suas críticas – se preocupava com os grandes homens e seus grandes feitos. A fim de legitimar sua cientificidade e também as ações dos *grandes*, a história era contada a partir do passado escrito, registrado em documentações oficiais, ou seja, um passado que julgava-se real e cuja descrição de eventos traria a isenção e a imparcialidade a que aspiravam os historiadores do período. Nesse sentido, o tempo de curta duração, da narrativa dos acontecimentos, um tempo linear e acumulativo, que caminhava em direção ao progresso era o tempo priorizado pela história oficial.<sup>vi</sup>

Benjamin fala dessa crítica à história oficial com as crianças, encaminhando a narrativa à concepção de uma história que pressupõe construção, seleção e, da mesma forma, exclusão,

Quando era pequeno aprendia história com o Neubauer, o mesmo livro de texto que se utilizava e, segundo creio, se utiliza em algumas escolas, ainda que hoje em dia tenha um aspecto bastante diferente. No meu tempo, o que mais chamava a atenção neste livro era que a maior parte das páginas estava impressa em dois tipos de letra, uma grande e outra pequena. Em letras grandes figuravam os nomes dos reis, as guerras e os acordos de paz, os tratados, os feitos importantes etc. Tudo isso se tinha que aprender, o que não achava muita graça. A letra pequena estava consagrada à chamada história da cultura, que tratava dos usos e costumes das pessoas em tempos antigos, de suas convicções, sua arte, sua ciência, suas construções etc. Isso não precisava aprender. Bastava ler. E isto sim me divertia. Não me importava que essa parte fosse muito ampla e, por isso, com letra menor ainda. Na escola, não chagávamos a ouvir muito sobre isso. O professor de alemão nos dizia que essas coisas pertenciam à aula de história, e o professor de história afirmava que sobre isso se falaria na hora de alemão. Por fim, quase nunca se falava desse assunto.<sup>vii</sup>

Uma história contada pela ótica do vencedor é uma história de letra grande, uma história de nomes, nomes de pessoas, nomes de documentos, nomes de guerras. A essa ideia de história, Benjamin contrapõe a narrativa e a produção de memória. Para ele, a narrativa das histórias das pessoas comuns é o que permite aos homens se identificar e se reconhecer uns nas histórias dos outros, devolvendo aos indivíduos o senso de coletividade, furtado pela modernidade. É o que faz Benjamin ao compartilhar suas histórias de vida e de infância.<sup>viii</sup> Ele defende uma história viva que não é feita apenas de documentos, fatos ou dos *grandes*, mas de narrativas do cotidiano, narrativas de experiências, narrativas das *gentes* que formam a coletividade. Isso porque, se a experiência afeta o sujeito de forma singular, o compartilhamento de experiências torna coletivo os seus sentidos a partir da narrativa. Essa ideia de história faz todo o sentido quando olhamos para sua ideia de tempo, um tempo cujo passado não está encerrado, mas presente num presente no qual ele tem pretensões.

As *gentes*, os cotidianos, a vida miúda que não aparece nessas letras grandes figuram como o caminho para o que Benjamin chama de *escovar a história a contrapelo*, ou seja, trazer os oprimidos ao protagonismo histórico e as contradições ao debate. Ora, se nos contam a história *aos cacos*, precisamos recolocar os *cacos* que, propositalmente, foram deixados de fora da narrativa. É dessa forma que mudamos o passado – conformado porque construído com base na tradição dos vencedores – e transformamos o sentido da própria história, trazendo no presente um passado vivo, um passado que se (re)insere na história e vê *redimida* a sua opressão. Benjamin *escova a história a contrapelo* ao falar dos sujeitos silenciados pela história, “crianças, ciganos, bruxas, bandoleiros, pobres e também formas apagadas do teatro e da literatura – instigando as crianças a construírem uma escuta para as histórias contadas em ‘letra pequena’.”<sup>ix</sup>

## **Passeio pelos brinquedos de Berlim com a hora das crianças**

Em texto que visa apresentar os programas infantis de Benjamin, Pereira chama atenção ao fato de que tratava-se de uma análise de narrativas radiofônicas “subtraídas de seu principal elemento constitutivo, o som”.<sup>x</sup> No caso desse artigo, isso significa dizer que as peças radiofônicas de Benjamin serão analisadas em seu aspecto discursivo, como texto escrito, e não como programa de rádio, uma vez que eu não tenho nem a possibilidade de ouvir e, menos ainda, de mapear a receptividade desses programas. Julgo essa ponderação necessária, pois pensar uma metodologia é pensar aquilo que me chega enquanto fonte histórica e registro humano e, da mesma forma, o posicionamento ético a que me implico nessa análise. Esse fator não deturpa, entretanto, o sentido do texto, já que “quem escuta uma história está em companhia do narrador; mesmo quem a lê partilha desta companhia”.<sup>xi</sup> Assim, embora esteja ciente do meu afastamento em relação aos programas transmitidos pela rádio – afastamento no tempo, no espaço e no contexto de veiculação –, tenho a mesma clareza quanto à minha aproximação em relação ao discurso que para esses programas Benjamin elaborou.

Para as análises propostas, procurei agrupar as narrativas selecionadas de acordo com os seguintes eixos, a desconstrução da infância idealizada e o lugar da criança na cultura. Ao término da análise, procurarei tecer a incidência dessas questões à ideia de infância enquanto experiência. Em relação à desconstrução da infância idealizada, encontramos, primeiramente, um posicionamento do autor na obra *Rua de mão única*,

Elucubrar pedantemente sobre a fabricação de objetos – meios de apresentação, brinquedos ou livros – que fossem apropriados para crianças é tolice. Desde o Iluminismo essa é uma das mais bolorentas especulações dos pedagogos. Seu enrabichamento pela psicologia impede-os de reconhecer que a Terra está repleta dos mais incomparáveis objetos de atenção e exercício infantis. E dos mais apropriados.<sup>xii</sup>

Aqui Benjamin critica a falta de sensibilidade para perceber o que é de interesse das crianças. O pedantismo dos pedagogos para criar os mais diferentes materiais e brinquedos educativos os impede de perceber que infantil é tudo aquilo pelo que as crianças voltam o seu olhar. Essa mesma característica na criação de coisas *para* crianças é alvo de reflexão por parte do filósofo nos programas radiofônicos infantis. Em *Passeio pelos brinquedos de Berlim II*, ao falar sobre um jogo elétrico de perguntas e respostas em que, ao inserir um pino ao lado da pergunta e outro ao lado daquilo que se pensa ser a resposta, uma luz acende indicando se a criança acertou ou não, Benjamin explica, “é claro que se trata de um brinquedo nada inocente, no qual o professor espertamente se transformou em uma lâmpada. E ainda há outros brinquedos onde a escola se infiltrou e está camuflada”.



Contra esse pedantismo que necessita de objetivos cartesianos mesmo nos brinquedos infantis, Benjamin contrapõe o interesse das crianças pelo residual, chamando a atenção para o olhar das crianças que se volta àquilo que, muitas vezes, os adultos desprezam – pela incapacidade de sensibilidade, arrisco afirmar,

[...] as crianças são inclinadas de modo especial a procurar todo e qualquer lugar de trabalho onde visivelmente transcorre a atividade sobre as coisas. Sentem-se irresistivelmente atraídas pelo resíduo que surge na construção, no trabalho de jardinagem ou doméstico, na costura ou na marcenaria. Em produtos residuais reconhecem o rosto que o mundo das coisas volta exatamente para elas e para elas unicamente.<sup>xiii</sup>

Dessa forma, as crianças criam um pequeno mundo próprio de coisas e significados inserido em um mundo maior. Isso nos leva ao próximo eixo, ou seja, a afirmação de que a criança está na cultura. Ainda que Benjamin afirme o lugar da criança nesse pequeno mundo que ela cria para si, no qual a maneira de olhar, a forma de viver, os anseios e os hábitos são todos subjetivos, da mesma forma, ele faz questão de enfatizar o lugar da criança inserida na cultura, produzindo e sendo produzida por ela em um movimento de mútuo afetamento. A infância, nesse sentido, é social e historicamente marcada, sendo constituída na relação com o meio em que a criança vive, que é alterado pela sua ação *in loco*, mas também a partir da interação com seus pares, com os adultos e consigo mesmas.

Esse lugar *monadal*<sup>4</sup> da criança, ou seja, um lugar marcado pela especificidade, mas que, ao mesmo tempo, guarda laços com a cultura de maneira geral, é destacado por Benjamin no programa *Passeio pelos brinquedos de Berlim I*,

Eu disse a mim mesmo, os adultos podem escutar no rádio todo o tipo de programa que interesse a eles, com informações especializadas, apesar de, ou exatamente porque eles já entendem do assunto tratado, no mínimo tanto quanto o locutor do programa. E porque não se pode fazer também estes programas especializados para crianças? Por exemplo sobre brinquedos, apesar de, ou exatamente porque eles entendem de brinquedos no mínimo tanto quanto o homem que aqui lhes fala.

A concepção de um saber infantil especializado está diretamente relacionada à ideia desse pequeno mundo próprio das crianças e ao reconhecimento que essa especificidade deve ganhar quando se pretende pensar e agir *com* e *sobre* as crianças. Em contrapartida, reconhecer a criação, elaboração e inventividade das crianças não pressupõe compreendê-las apartadas da cultura,

Pois se a criança não é nenhum Robinson Crusóe, assim também as crianças não constituem nenhuma comunidade isolada, mas antes fazem parte do povo e da classe a que pertencem. Da mesma forma, os seus brinquedos não dão testemunho de uma vida

---

<sup>4</sup> Benjamin refere-se ao conceito de mônada a partir da monadologia de Leibniz, ou seja, para ele um fragmento possui nele mesmo os laços com o todo, sendo uma parte do todo, mas igualmente um todo em si, enquanto fragmento.

autônoma e segregada, mas são um diálogo de sinais entre a criança e o povo. Um diálogo de sinais, para cuja decifração seguro.<sup>xiv</sup>

Portanto, esse reconhecimento deve existir quando se fala de infância, uma vez que, enquanto adultos, temos da infância aquilo que guardamos em nossa vivência como memória. Entretanto, isso não basta se quisermos saber da infância contemporânea, pois desta apenas as crianças que hoje compõem a categoria podem dizer, já que a vivem enquanto experiência do e no presente. Aqui reside a ideia da potência expressa pela infância no que se refere à partilha de sentidos entre sujeitos de diferentes gerações. Essa construção de um saber que se situa no limiar entre o que já se sabe, memorialisticamente, dessa experiência de infância e o que não sabe das experiências dos *outros* que habitam essa categoria hoje é o que de mais convidativo há no pensamento de Benjamin acerca da infância. Para ele, é na relação entre adultos e crianças que se situa a possibilidade das trocas intergeracionais e, assim, da construção de uma ideia de infância mais sensível e menos preocupada com a *pedagogização* da vida das crianças.

Os eixos de análise das narrativas de Benjamin permitem verificar na prática diretrizes que embasam sua teoria de história, memória, experiência e narrativa, bem como enfatizam a ideia de infância enquanto experiência, uma vez que ela se expressa nesse lugar de existência, potência e vivência da criança. Lugar que Benjamin adentra para se dirigir a elas com a sinceridade de quem reconhece suas singularidades e suas formas de enxergar e se relacionar com o mundo. Como experiência, Benjamin nos permite compreender a infância fora da lógica da tutela que muitas vezes guia a ação dos adultos. Falando às crianças sobre os mais diferentes assuntos de maneira sincera e sem a *infantilização* característica das atuais produções midiáticas voltadas à infância, o filósofo já chamava atenção, no século passado, ao fato de que se poderia falar sobre tudo com as crianças, uma vez que, inseridas na cultura, nada haveria nessa dinâmica que não as afetasse e, “portanto, que não há nada da realidade social de que fazem parte que não possa ser dito ou dialogado com as crianças, desde que lhes afete com sinceridade”.<sup>xv</sup>

É, portanto, essa teoria acerca da infância que assino como um compromisso, um ato político e uma diretriz que guia meu posicionamento perante a vida. Para mim a infância é a experiência constitutiva do sujeito criança, seja em que contexto, tempo ou espaço for e acredito que a assinatura dessa teoria “institui a possibilidade da crítica, dos confrontos ideológicos, da polifonia, da discursividade”<sup>xvi</sup> com meus pares.

O entendimento de que a criança está na cultura, influenciando-a, modificando-a e vivenciando-a, a partir das leituras de Benjamin, me leva à percepção de uma infância como

experiência – seja ela qual for – que afeta as crianças de modo singular.<sup>5</sup> A infância não é posse, mas experiência que transcende qualquer idealização, seja ela acadêmica ou não. É o espaço de expressão e existência, na acepção da palavra, que devemos ter em vista quando falamos *com, de e sobre* crianças, pois seu lugar na cultura é de agência, protagonismo e narração de uma produção e história que lhes pertencem por direito por se tratar de criações subjetivas.

### Considerações

Esse artigo teve como objetivo colocar em debate a concepção benjaminiana de infância entendida como experiência. Benjamin parece nos ensinar tanto sobre concepções de infância a partir de uma observação a seu posicionamento diante das crianças nos programas de rádio quanto a partir da leitura de seus textos, o que evoca o embricamento entre teoria e prática que o acompanha. A compreensão de que a criança está na cultura, nos leva a pensar que esses sujeitos estão construindo uma categoria de infância própria que é social, cultural, histórica e plural, ainda que nas singularidades que compõem a vida, como faixas etárias, particularidades étnicas, diferenças socioeconômicas, etc. Isso significa que, cada experiência implica uma forma diferente de viver e experimentar a infância, e essas formas fogem à qualquer idealização.

Benjamin parecia saber desse lugar das crianças – a cultura – ao narrar a elas fatos que aconteciam na cidade, como o tráfico de bebidas alcoólicas, as catástrofes naturais, os incêndios, e mesmo aquilo que circulava em termos de literatura, eventos e personalidades, por exemplo. Nesse sentido,

Se Descartes concebe [a infância] como um momento patológico do conhecimento – época na qual a alma está tão misturada ao corpo para fins de sobrevivência que a impossibilita de pensar –, para Benjamin é um modo de existência crítico e epistemológico, crítico em sentido epistemológico.<sup>xvii</sup>

Essa criticidade que Matos enxerga na ideia de infância de Benjamin coloca em questão a imagem da criança como ser repleto de incapacidades, supostamente ingênuo, que necessita de tutela e restrições. Para Benjamin, o lugar do *não saber* é um lugar antes de possibilidades que de deficiências,

Benjamin não ressalta a ingenuidade ou a inocência infantis, mas, sim, a inabilidade, a desorientação, a falta de desenvoltura das crianças em oposição à “segurança” dos adultos. Mas essa incapacidade infantil é preciosa: [...] porque contém a experiência

---

<sup>5</sup> Ainda conforme Benjamin, entendo que, embora a experiência afete singularmente os sujeitos, é no compartilhamento, na narrativa, que as diferentes experiências – e seus sentidos – se tornam coletivos. Esse “tornar coletivo” é importante quando pensamos na potencialidade de reapropriação da história e do pertencimento dos sujeitos a uma coletividade que a narrativa suscita.

preciosa e essencial ao homem do seu desajustamento em relação ao mundo, da sua insegurança primeira, enfim da sua não-soberania.<sup>xviii</sup>

Da incerteza, do *não-conceito*, da contradição, se originam outras formas de pensar que transcendem regras e limites impostos por essas ou aquelas determinações já existentes no saber que o adulto toma para si como símbolo de sua superioridade diante da vida e das crianças. Talvez a renúncia àquilo que pensamos saber da infância seja o caminho para um olhar mais atento àquilo que as crianças têm a nos dizer sobre elas. Não se trata de uma recusa a tudo o que já foi debatido no campo da infância, mas sim um movimento de renúncia ao poder que advém desses saberes, poder este que, muitas vezes, acaba por silenciar os saberes que as crianças constroem sobre si mesmas e sobre o mundo. Acredito que a melhor forma de pensar sobre nossas formulações acerca da infância é refletir sobre "o que estamos ajudando a fazer de nós mesmos em meios às redes de saber e poder que ao mesmo tempo nos constituem?".<sup>xix</sup>

---

<sup>i</sup> PEREIRA, Rita Ribes. "A hora das crianças: narrativas radiofônicas de Walter Benjamin". In: JOBIM E SOUZA, Solange e KRAMER, Sonia. (Orgs.). *Política, cidade, educação: itinerários de Walter Benjamin*. Rio de Janeiro: Contraponto. Ed. PUC-Rio, 2009.

<sup>ii</sup> BENJAMIN, Walter. *Aufklärung für Kinder: Runfunkvorträge*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1985.

<sup>iii</sup> PEREIRA, Rita Ribes. Op. Cit., p. 09

<sup>iv</sup> PEREIRA, Rita Ribes. O (en)canto e o silêncio das sereias: Sobre o (não)lugar da criança na (ciber)cultura. *Childhood & philosophy*, Rio de Janeiro, v.9, n. 18, jul-dez. 2013, p. 322.

<sup>v</sup> BENJAMIN, Walter. "Teses sobre o conceito de história" In: \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

<sup>vi</sup> Para saber mais sobre essa concepção de história, ver: FARIAS, Marcilene Nascimento de; FONSECA, André Dione; ROIZ, Diogo da Silva. "A escola metódica e o movimento dos Annales: contribuições teórico-metodológicas à história". *Akrópolis*, s.l., v. 14, n° 3 e 4, 2006; WEHLING, Arno. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2001.

<sup>vii</sup> BENJAMIN, Walter. *El Berlim demonico: relatos radiofônicos*. Barcelona: Icaria, 1987.

<sup>viii</sup> Exemplo disso pode ser encontrado em: BENJAMIN, Walter. "Infância em Berlim por volta de 1900". In: \_\_\_\_\_. *Rua de mão única*. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

<sup>ix</sup> PEREIRA, Rita Ribes. "A hora das crianças: narrativas radiofônicas de Walter Benjamin". Op. Cit.

<sup>x</sup> Idem.

<sup>xi</sup> BENJAMIN, Walter. "O Narrador" In: \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 230.

<sup>xii</sup> BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 17.

<sup>xiii</sup> Idem.

<sup>xiv</sup> BENJAMIN, Walter. "História cultural do brinquedo". In: \_\_\_\_\_. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. 2 ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 43, 2002. p. 94.

<sup>xv</sup> PEREIRA, Rita Marisa Ribes; MACEDO, Nélia Mara Rezende. (Orgs.). *Infância em Pesquisa*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2012. p. 50.

<sup>xvi</sup> Ibidem, p. 85.

<sup>xvii</sup> MATOS, Olgária. *História viajante: notações filosóficas*. São Paulo: Studio Nobel, 1997. p. 39.

<sup>xviii</sup> GAGNEBIN, Jeanne-Marie. *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2005. p. 180.

<sup>xix</sup> ORLANDI, Luiz Benedito Lacerda. "Corporeidades em Minidesfile". In: FONSECA, Tânia Mara Galli; ENGELHAM, Selda (Org.). *Corpo, Arte e Clínica*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004. p. 75.

## **Mercado Cinematográfico nos Anos de Chumbo: Gustavo Dahl, a Embrafilme e o caso "Dona Flor..."**

Cayo Candido Rosa<sup>1</sup>

**Resumo:** Alinhado à Política Nacional de Cultura de 1975 do Regime Militar (1964-1985), Gustavo Dahl trabalhou pela industrialização e difusão do cinema brasileiro durante a segunda metade da década de 1970 quando foi diretor da área de distribuição da Embrafilme. "Dona Flor e Seus Dois Maridos" (Bruno Barreto, 1976) exemplifica a dinâmica de gestão cinematográfica adotada de modo inédito no período. Relacionando a pessoa, a instituição e o filme, mapearemos os motivos do sucesso do filme enfatizando a nova política adotada.

**Palavras-chave:** embrafilme; gustavo dahl; dona flor e seus dois maridos;

**Abstract:** Aligned with the 1975 National Policy for Culture of the military rule (1964-1985), Gustavo Dahl worked for the industrialization and dissemination of Brazilian cinema during the second half of the seventies, when diretor of film distribution at Embrafilme. "Dona Flor and Her Two Husbands" (Bruno Barreto, 1976) exemplifies the dynamics of the cinema policy adopted then. The reasons for the movie success will be listed by relating Dahl, the institution and the movie itself laying emphasis on this new policy.

**Key-words:** embrafilme; gustavo dahl; dona flor e her two husbands;

### **Introdução**

Ao se projetar nas telas em novembro de 1976, *Dona Flor e Seus Dois Maridos* (Bruno Barreto) mostrou muito sobre sua época, tanto no seu contexto de realização e distribuição quanto naquilo que foi projetado e acabou refletindo, consciente ou inconscientemente, as tensões vividas no período. Esta apresentação tem como objetivo mapear de modo conciso os motivos de sucesso do filme *Dona Flor...* com ênfase no inédito modelo de distribuição utilizado pela Embrafilme, órgão estatal que se alinhava à Política Nacional de Cultura (PNC) aventada pelo regime militar em 1975. Diante disto, através da leitura crítica de fontes primárias (artigos, entrevistas, documentos, etc.) e textos que dissertam sobre o tema, foi possível identificar que a estratégia de distribuição da Embrafilme foi o motivo que melhor viabilizou a permanência de *Dona Flor...* nas telas culminando no seu sucesso de público. Além disso, através da análise do filme, notamos que outros fatores destacaram-se em igual ou menor

escala para justificar o fenômeno como, por exemplo, os ideais de “nacional” e “popular” (subvertidos em termos mais mercadológicos que identitários) representados através de manifestações culturais como o carnaval e a culinária, além do uso de elementos das famosas pornochanchadas como ferramentas de atração. É possível também esboçar uma leitura do filme como uma alegoria do próprio cinema brasileiro da época que, liderado por figuras do Cinema Novo, lidava com seu passado transgressor e ao mesmo tempo negociava sua sobrevivência com um regime ditatorial preocupado em se legitimar perante a sociedade. Tais fatores levaram o filme a quase onze milhões de espectadores e o consolidou como síntese do cinema brasileiro e da estratégia mercadológica da Embrafilme na segunda metade da década de 1970.

A busca por tais motivos faz parte de uma pesquisa mais ampla que tem como objeto a atuação de Gustavo Dahl como teórico de cinema e gestor da Embrafilme e o interesse pela importância da distribuição do filme se deu durante um evento sobre os 50 anos da ditadura organizado pelo CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) em que o professor Ismail Xavier se dedicou a falar sobre o cinema feito durante o regime militar. Durante as perguntas, ele apontou para o fato de que Hector Babenco foi um único cineasta que teve a proeza de fazer mais de cinco milhões de espectadores com o filme *Lúcio Flávio, passageiro da agonia* (1976) sem a presença de Sônia Braga, Xuxa ou os Trapalhões na telas. O tom era obviamente jocoso, entretanto, há se de pensar no assunto. Ao associar as figuras de Sônia Braga, por exemplo, ao sucesso de público, ele desconsiderou outros elementos fundamentais para o sucesso da obra. Obviamente, se o professor fosse questionado, levantaria todos esses pontos e deixaria claro que um filme não é garantia de sucesso puramente baseado em seu *star system*, vide produções hollywoodianas estreladas, porém fracassadas por conta de um fraco roteiro ou direção falha.

Ao conferirmos a lista de maiores bilheterias até o ano de 1984, notamos que das dez maiores, sete eram protagonizadas pelos trapalhões, as duas primeiras (o segundo era *A Dama da Lotação*, 1978, Neville D`Almeida) tinham Sônia Braga como protagonista e, sozinho, em quarto, estava o filme de Babenco. Podemos buscar e listar motivos que vão além das figuras dos protagonistas para explicar o sucesso de tais filme dentro do contexto que segue.

*Dona Flor...* foi filmado num período ditatorial em que o cinema brasileiro dependia basicamente do Estado para sua existência. A Embrafilme, que havia sido fundada em 1969 como um braço do Instituto Nacional de Cinema (INC) para divulgar o cinema no exterior, ganhou

espaço e tornou-se o único órgão do setor. Muito disso se deve ao fato de à frente da empresa, estarem pessoas ligadas à produção cinematográfica e ao Cinema Novo. O debate em torno do fato se houve colaboração por parte de certas figuras ou cooptação do Estado não cabe aqui, no entanto, é imprescindível que se tenha isso em mente. Mesmo tendo certas liberdades, não havia o impulso revolucionário dos anos 1960. Esta parceria entre Cultura e Estado foi debatida por uma série de sociólogos e cientistas políticos como Sérgio Miceli, Renato Ortiz e Marcelo Ridenti e hoje o debate é também trazido por historiadores como Marcos Napolitano, Wolney Vianna Malafaia (no caso do cinema) entre outros.

O filme, baseado na obra homônima de Jorge Amado publicada em 1966, faz parte de uma série de livros em que o autor deixou de lado a denúncia social como em *Mar Morto* (1936) e *Capitães de Areia* (1937) e passou a se dedicar aos costumes e situações do cotidiano como a culinária e a sensualidade feminina. Logo em seu título *Dona Flor e Seus Dois Maridos* nos dá uma ideia da história que nos será apresentada: Uma professora de culinária (Sônia Braga) divide dois parceiros, um a mantém no papel social de esposa e outro lhe garante os prazeres da carne. O diferencial “fantástico” está no fato de que Vadinho (José Wilker), o primeiro marido, morre nos primeiros minutos do filme antes mesmo dos créditos iniciais, porém volta dos mortos para atormentar e atizar os desejos da viúva que já se encontra casada, porém não sexualmente satisfeita, com Dr. Teodoro (Mauro Mendonça), respeitado farmacêutico da cidade. As lembranças e lamentos de Dona Flor ocupam mais da metade do longa. Através dos *flashbacks*, começamos a entender o por que das diferentes reações durante o velório e enterro de Vadinho: a mãe da viúva reclamando do genro falecido, uma mulher jovem e bonita chora copiosamente num canto da sala sendo observada por Dona Flor, um homem negro de terno branco aproxima-se da cova e elogia o morto. Ao longo do filme, percebemos que Vadinho é um malandro convicto. Apostador, mulherengo e sempre pedindo dinheiro para a mulher para usar em suas apostas sem retorno. Aparentemente, a única vantagem que Dona Flor tirava de Vadinho era o prazer sexual que ele lhe proporcionava. Depois da morte do marido, ela cai num luto que começa a preocupar seus amigos e familiares. Passada a depressão, ela então se casa com o farmacêutico, homem de bem, representante dos interesses de sua categoria, romântico e apaixonado. Teodoro, no entanto, custa em dar prazer à Dona Flor, que acaba recebendo a visita do falecido Vadinho. O desenrolar da narrativa se dá nos vinte minutos finais, quando depois de longos minutos assistindo ao sofrimento da viúva nas mãos do primeiro marido, finalmente

vemos a heroína em posição de escolha. Ela se vê dividida entre um marido correto e minimamente respeitado (o personagem é ridicularizado pela mãe de Dona Flor por ser apenas farmacêutico e não médico) e o fantasma de Vadinho que, apesar dos pesares, trazia-lhe prazer. Ela pede solicita um ritual que o leve de volta para o mundo dos mortos, porém, arrepende-se no fim e Vadinho, que por um momento achamos ter sumido de vez, volta para a cama de Dona Flor, a partir de então dividida pelos três. Ao final, vemos os três saindo da Igreja. Dona Flor está claramente satisfeita com seu marido correto de um lado e o antigo marido do outro. Ela não se arrepende da decisão e acaba por tirar proveito dos dois, enquanto um lhe garante a posição social o outro lhe garante o prazer sexual. Os três descem a rua acompanhados da multidão enquanto a música tema é tocada.

Os motivos do sucesso poderiam ser listados em três pontos: 1. A exploração do erotismo como ferramenta de aproximação com o grande público consumidor das pornochanchadas e telenovelas; 2. A subversão dos termos “nacional” e “popular” e como isso foi usado de modo muito bem sucedido na obra; 3. A atuação inédita da Embrafilme em relação à distribuição.

### **O erotismo como ferramenta de atração**

O cinema brasileiro sempre teve mais liberdade em relação ao erotismo se comparado com a TV. Sônia Braga já era conhecida do público e se tornara uma espécie de símbolo sexual depois de sua atuação em *Gabriela*, novela da Rede Globo de Televisão com 132 capítulos que foi ao ar em 1975, entre 14 de abril e 24 de outubro, também baseada numa obra de Jorge Amado. Apesar de a faixa do horário das 22h permitir mais liberdade aos produtores, a TV ainda mantinha certas restrições quanto ao conteúdo. Há nos anos 1970 uma proliferação de filmes nacionais de relativo retorno de bilheteria conhecidos como as pornochanchadas ao recuperar o gênero das chanchadas (comédias dos anos 1950), agora com apelo erótico. Tal apelo pode ser notado em filmes como *Xica da Silva* (Cacá Diegues, 1976), *A Dama da Lotação* e também em *Dona Flor...*, no qual o erotismo é apontado inclusive com certo incômodo por Janet Meslin em sua crítica ao filme para o *The New York Times*: “Aparentemente, o único talento digno desse homem [Vadinho] era o de fazer amor, e *Dona Flor...* [...] dedica mais tempo que o necessário para essa faceta do casamento.”<sup>2</sup> (MESLIN, 1978).



O fato de a crítica de cinema notar o excesso de cenas relacionadas a sexo vai além do seu possível puritanismo uma vez que o filme, de fato, dedica boa parte de seu tempo à exploração do erotismo, seja pela nudez dos personagens, seja pelas sugestivas cenas de sexo. Tal fato pode sim ter contribuído para o sucesso do filme nas bilheterias.

### **O “Nacional” e o “Popular” em *Dona Flor...***

Já apontamos o fato de que o regime militar procurava através de suas ações relacionadas à cultura, permear e manter a ideia do nacional e do popular enquanto tradições genuinamente brasileiras, baseando-se nos conceitos freyrianos de mestiçagem e democracia das raças dos anos 1930, ou seja, “a cultura brasileira dentro desta perspectiva é vista como um conjunto de valores espirituais e materiais acumulados através do tempo. Ela é um patrimônio, e por isso deve ser preservada”<sup>3</sup>. A Política Nacional de Cultura vem à tona em 1975 e define que a cultura brasileira “decorre do sincretismo de diferentes manifestações que hoje podemos identificar como caracteristicamente brasileira, traduzindo-se um sentido que, embora nacional, tem peculiaridades regionais”. Mais à frente vai definir que se deve “manter viva a memória nacional, assegurando a perenidade da cultura brasileira”. Com muita perspicácia, os cineastas viram nesses temas nacionais-populares a matéria-prima para a confecção de obras que teriam uma resposta popular no sentido quantitativo. Os elementos da cultura popular e da diversidade regional estão em *Dona Flor...* representados pelo sincretismo religioso (tanto a Igreja católica, o terço e o ritual para que Vadinho desapareça dividem o universo diegético do filme), o Carnaval, o jogo, as serenatas e, obviamente, a receita da Moqueca de Siri Mole, o “prato preferido de Vadinho”.<sup>4</sup> Janet Meslin aponta a receita como “a único pedacinho interessante de cor regional”<sup>5</sup>, o que prova que mesmo para um olhar estrangeiro, pelo menos essa passagem da cultura local (também nacional) é bastante perceptível e visualmente bem explorada pelo cineasta.

Sendo assim, *Dona Flor...* usa elementos da cultura popular para virar um fenômeno popular, ou seja, de grande audiência. Outros filmes como *Xica da Silva* e *O Menino da Porteira* (Jeremias Moreira Filho, 1977) também tratariam de elementos regionais e de cultura popular e trariam bom retorno de bilheteria. Ou seja, *Dona Flor...* estava de acordo não só com a PNC, mas também com a nova política de mercado proposta pela Embrafilme que via a ideia de “nacional” como integração do mercado. Renato Ortiz explica: “A indústria cultural adquire, portanto, a possibilidade de equacionar uma identidade nacional, mas reinterpretando-a em termos

mercadológicos; a ideia de ‘nação integrada’ passa a representar a interligação dos consumidores potenciais espalhados pelo território nacional. Nesse sentido se pode afirmar que o nacional se identifica ao mercado, à correspondência que se fazia anteriormente, cultura nacional-popular, substitui-se uma outra, cultura mercado consumo”<sup>6</sup>. Não é novidade que a Rede Globo de Televisão irá expandir seu mercado para todo o território nacional e a Embrafilme abrirá representantes em oito cidade diferentes (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Botucatu, Curitiba, Porto Alegre, Recife, São Paulo, Salvador). Isso está relacionado à aproximação mercadológica de distribuição que os gestores da Embrafilme tiveram a partir de 1974 e que analisaremos a seguir.

### **Mercado é Cultura**

Essa é a questão em que encontramos motivos para defender a ênfase desta apresentação. A distribuição é uma etapa fundamental no processo de divulgação de um filme, uma vez que é nesse momento em que se decidem quantas salas abrigarão o filme desde sua estreia até o fim de sua carreira comercial. A distribuição de uma série de filmes brasileiros pela Embrafilme no final dos anos setenta e início dos oitenta é, sem dúvida, um motivo crucial para o estrondoso sucesso de bilheteria de várias obras. Até dezembro de 1984, daqueles dez filmes mais assistidos, 7 eram dos trapalhões e dois tinham Sônia Braga como protagonista, entretanto, desses 10, sete também haviam sido produzidos, coproduzidos ou distribuídos pela Embrafilme, sendo os 6 primeiros, entre eles *Dona Flor*, *Lucio Flávio* e o décimo colocado.

Tamanho sucesso se dá pelo novo enfoque do cinema em relação ao mercado adotado pela Embrafilme, especificamente nas figuras de Roberto Farias e Gustavo Dahl, sendo este último responsável pela Superintendência Comercial (Sucom), setor que controlava a distribuição do filmes. Era um cargo que, apesar de responder a Farias, o diretor geral da empresa, tinha importância equiparada, uma vez que enquanto um aprovava ou não a produção ou coprodução de um filme o outro decidia se iria ou não distribuí-lo, ou seja, cabia a Dahl dar o “brilho” ao filme, como apontou produtor Antônio Cesar em entrevista a Tunico Amancio.<sup>7</sup>

No início dos anos 1960, Gustavo Dahl tem posição contrária aos seus atos dos anos 1970, já que defendia um cinema independente em “oposição à indústria”<sup>8</sup>. Entretanto, ao se deparar com a realidade do fazer cinema no Brasil e com a crise de público do Cinema Novo, ele começa a repensar a ligação deste cinema com seu público admitindo que, no entanto, haveria

uma “diminuição da substância ideológica”<sup>9</sup> nos filmes em relação aos da primeira fase do Cinema Novo. Sendo assim sua “crítica ao sistema de produção independente irá encaminhar sua reflexão em direção à indústria”<sup>10</sup> culminando em seu conhecido artigo na *Revista Cultura* de 1977 intitulado “Mercado é Cultura”. O texto escrito no momento em que a Embrafilme colhe os frutos de grandes sucessos de bilheteria que contaram com seu apoio como *Xica da Silva* e *Dona Flor...* alega que “o espectador quer ver-se na tela de seus cinemas, reencontrar-se, decifrar-se” e “para que o país tenha um cinema que fale sua língua é indispensável que ele conheça o terreno onde essa linguagem vai-se exercitar. Esse terreno é realmente o seu mercado. Neste sentido explícito, é válido dizer que mercado é cultura, ou seja, que o mercado cinematográfico brasileiro é objetivamente a forma mais simples de cultura brasileira.”<sup>11</sup>

Vemos novamente aqui a ideia do nacional voltado para a área do mercado. O mercado nacional é onde, primordialmente, os filmes nacionais devem ser vistos e, portanto, consumidos. A ideia de “se ver” na tela demonstra que a cultura popular (regional e nacional) é identificável pelo público, chamando-o para as salas de cinema e fazendo os filmes tornarem-se, de fato, populares, ou seja, consumidos por um número significativo de espectadores.

Na mesma revista em que Dahl publica o artigo, podemos ver uma propaganda de *Dona Flor...*, peça publicitária de responsabilidade da Embrafilme. O cartaz usa números exagerados e se gaba por bater filmes estrangeiros de sucesso como *O Exorcista* (William Friedkin, 1973), *Inferno na Torre* (John Guillermin, 1974) e *Tubarão* (Steven Spielberg, 1975). Cita frase do autor da obra original e foca na “beleza ousada e deliciosa malícia” que a protagonista aprendeu nas ruas da Bahia. Vale lembrar que quando a peça publicitária foi montada, o filme já estava em cartaz há pelo menos quatro meses. Outra peça na *Folha De São Paulo* destaca o orgulho da Embrafilme e seus feitos. Na mesma *Folha*, do dia da estreia, há uma reportagem destacando a predominância de fitas nacionais, apontando *Dona Flor...* como possível sucesso. Citamos:

“Esta é uma das semanas mais importantes do cinema brasileiro, que começa a entrar, finalmente, numa nova e auspiciosa fase de escalada pela conquista do mercado interno de exibição. Os lançamentos totalizam cinco, sendo que três deles estão acima da média das realizações imediatistas: ‘Dona Flor e Seus dois Maridos’ de Bruno Barreto, ‘A Noite das Fêmeas’, de Fauze Mansur e ‘A Flor da Pele’, de Francisco Ramalho Jr. Sobram somente dois que estão irremediavelmente inseridos nas limitações e no baixíssimo nível das chamadas “pornoanchadas”: “As Mulheres do Sexo Violento”, de Francisco Cavalcanti e “As Mulheres que Dão Certo”, de Adenor Pitanga e Lenine Ottoni. E o que mais surpreende em tudo isso é que os lançamentos estrangeiros são poucos e sem grandes destaques. Dona Flor (a partir de hoje nos cines Ipiranga, Art-Palacio, Astor, Belas Artes, Center Villa Rica, Cinespacial e Festival) é, sem dúvida, o filme brasileiro mais esperado do ano, e não por

coincidência, o mais promovido, o mais badalado, o mais caro e, por isso, talvez o mais bem acabado de todos os filmes já produzidos no Brasil.”<sup>12</sup>

Cabe aqui destaque para o número de cinemas. Seis salas só no centro, o que há época era muito, considerando que ainda não havia a tática *blockbuster* e os complexos de cinema. Havia menos cinemas, porém com mais lugares. Além dos cinemas no centro, que recebiam as fitas primeiro, também havia os cinemas de bairros, que aguardavam algumas semanas a estreia. O filme continua em cartaz durante todo o ano de 1977, sendo finalmente lançado em Nova York em 1978 depois de longa negociação dos produtores com a Embrafilme para a liberação de US\$100.000,00 para seu lançamento no Paris Theater, cinema nova-iorquino conhecido por exibir produções estrangeiras.<sup>13</sup>

Desse modo, podemos aferir com bastante segurança que o enfoque inédito da Embrafilme em relação à distribuição contribuiu para que *Dona Flor...* tivesse o êxito popular não só no Brasil, mas também fora dele.

### **Dona Flor como Alegoria**

*Dona Flor...* representa o espírito de uma época em que o cinema brasileiro lutava pela sua industrialização em meio a um Estado conservador que detinha o poder financeiro de viabilizar tal objetivo. Ao se unir ao Estado, a maioria dos cineastas e produtores teve que ceder de algum modo caso quisessem conquistar o mercado interno e estabelecer a indústria, fosse para fugir da censura ou para conquistar o público. O grupo teve que deixar de lado o cinema radical e independente e de pura denúncia social e se adequar à indústria, entendendo o cinema como um produto de massa inserido no mercado. Essa tensão de negociar por todos os lados (comercial, público, independência artística ou autoral, censura, etc) gerou frutos que conseguiam levar ao público temas culturalmente relevantes sem que houvesse um choque entre plateia e tela. A própria personagem principal de *Dona Flor...* pode ser interpretada alegoricamente como os cineastas da época. Eles, tal qual a personagem, são obrigados a lidar simultaneamente com o passado e o presente. Vadinho, o primeiro marido, representando o passado, é aquele que, invisível, volta (ou sempre esteve ali?) para atormentar e seduzir Dona Flor. Ele é imoral, libertino, incosequente e, como a figura do malandro que é, transita entre dois mundos. Teodoro, o segundo marido, representa o presente, ou seja, as alternativas que Dona Flor (ou o cinema brasileiro) tem nas mãos. Ele é culto, institucional, defende sua classe e é também comedido e conservador, o que acaba deixando a personagem principal insatisfeita. A conclusão

que o filme nos dá é que Dona Flor decide dividir a mesma cama com os dois. Ela termina o filme saindo de uma igreja (símbolo máximo de instituição e benção) caminhando de braços dados com o passado invisível que não mais a incomoda e o presente imanente. Representados alegoricamente em Dona Flor, muitos cineastas da época resolvem abraçar a instituição cinematográfica (a Embrafilme ou a própria indústria) vendendo seus filmes dentro dos padrões industriais sem esquecer totalmente o passado juvenil e transgressor que ainda os acompanhava.

### **Considerações finais**

O trabalho aqui presente tentou pinçar de forma breve não só os motivos que cercam a produção e as características estéticas do filme, mas também os contextos políticos da época juntamente com o aparato institucional que levaram *Dona Flor e Seus Dois Maridos* a ser um dos filmes de maior bilheteria de toda a história do cinema brasileiro. Tal estudo é parte de uma pesquisa mais abrangente em curso no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo que tem como objeto de estudo a figura de Gustavo Dahl como teórico do cinema e seu papel no setor de distribuição da Embrafilme.

Apesar de esta apresentação focar de modo cirúrgico na questão da distribuição, levando em conta, inclusive, dados estatísticos, não se pode negar que a junção de determinados fatores colaboraram para o sucesso do filme. O próprio fato de *Dona Flor...*, ainda em 1984, figurar em primeiro lugar com larga vantagem sobre o segundo colocado (mais de quatro milhões de espectadores a mais), demonstra que a presença de Sônia Braga, por exemplo, ajudou a alavancar o sucesso. O contexto da abertura de espaço para o protagonismo feminismo na sociedade, assunto infelizmente não abordado neste trabalho, também ajuda a colaborar com o sucesso. Não é por acaso que os dois primeiros filmes têm suas protagonistas mulheres fortes, ainda que sensuais, interpretadas por Sônia Braga. A busca por respostas de quanto um filme gerou impacto na sociedade e até que ponto determinada mensagem foi transmitida é sempre tortuosa e sinuosa para o pesquisador, daí grande quantidade de diferentes perspectivas e interpretações trazidas para enriquecer o debate.

Quando estudamos *Dona Flor...* com mais detalhes, podemos enxergar muito mais que uma simples obra de entretenimento. Além de uma história sendo contada, vemos um fenômeno que explica, resume e representa a situação do cinema brasileiro nos final dos anos 1970 e nos ajuda a tentar entender o cinema brasileiro hoje que, mesmo depois da chamada

Retomada (1992-2002) sofreu para sobreviver às alternativas de produção e distribuição num cenário político e econômico adverso e ainda luta para estabelecer uma indústria autônoma que permita a existência e convivência de filmes populares com filmes artisticamente mais ousados. Tal discussão faz-se presente e é possível buscar em eventos passados possíveis explicações para o contexto atual.

---

<sup>1</sup> Mestrando em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São

<sup>2</sup> “Apparently, this man's only note-worthy talent was for lovemaking, and ‘Dona Flor and Her Two Husbands’ [...] devotes more than enough screen time to that aspect of the marriage.” MESLIN, Janet. “Dona Flor and Her Two Husbands (1977)” *The New York Times*, 27.02.1978.

<sup>3</sup> ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 96.

<sup>4</sup> Dona Flor relembra as instruções de preparo enquanto vemos na tela planos fechados de cada etapa da receita: *lave os siris inteiros em água de limão; lave bastante para tirar o sujo sem lhes tirar, porém, o gosto de maresia; um a um, coloque os siris na frigideira, bem devagar que este é um prato muito delicado* (o plano detalhe preenche a tela com a perna da personagem que rala uma cebola); *tome de quatro tomates escolhidos* (o plano agora explora as curvas do torço de Dona Flor), *um pimentão, uma cebola, em rodelas coloquem para dar um toque de beleza e só quando tudo estiver cozido, e só então, juntem o leite de coco e o azeite de dendê; sirvam bem quente como sempre servi* (o plano mostra o prato preparado e fervilhando). Dona Flor começa a lamentar a morte de seu marido e o borbulhar do plano fechado é trocado suavemente por um plano médio em que vemos ela e Vadinho se beijando em sua lua de mel.

<sup>5</sup> “the only interesting bit of local color” MESLIN, op. cit.

<sup>6</sup> ORTIZ, A *Moderna Tradição Brasileira: Cultura Brasileira e Indústria Cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 165.

<sup>7</sup> AMANCIO, Tunico. *Artes e manhas da Embrafilme: cinema estatal brasileiro em sua época de ouro (1977-1981)*. Niterói: UFF, 2000, p. 81.

<sup>8</sup> DAHL, Gustavo. “A solução única” *Suplemento Literário de O Estado de São Paulo*, 21.10.61.

<sup>9</sup> DAHL, “Cinema Novo e seu público” *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v.I, n.12-12, dez.1967/mar. 1967.

<sup>10</sup> BERNARDET, Jean-Claude & GALVÃO, Maria Rita. Cinema, repercussões em caixa de eco ideológica (As ideias de “nacional” e “popular” no pensamento cinematográfico brasileiro). São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 213.

<sup>11</sup> DAHL, “Mercado é Cultura” *Cultura*, Brasília, v. VI, n. 24, jan. mar.1977.

<sup>12</sup> “Boas ou ruins, predominam as obras nacionais” *Folha de São Paulo*, 22.11.1976.

<sup>13</sup> Há na Cinemateca Brasileira um extenso arquivo da Embrafilme que até o presente momento ainda se encontra em processo de higienização e acondicionamento. Nele foi possível encontrar fontes que provam as negociações entre produtoras e Embrafilme em busca de financiamento. No caso específico do lançamento de *Dona Flor...* em Nova York, ainda que de forma confusa, pode-se encontrar na pasta de nº 110.1/00825 toda a negociação para o pedido de dinheiro para a distribuição, desde a carta manuscrita de Luís Carlos Barreto para Roberto Farias até o pedido formal deste último para Mário Henrique Simonsen, então Ministro da Fazenda, pedindo autorização para a liberação dos fundos e a isenção de impostos para a quantia. Nota-se aí que apesar do ritmo industrial que foi proposto, os produtores e a própria Embrafilme lidavam com uma série de burocracias que atrasavam a distribuição de determinados filmes. A carta de Luís Carlos Barreto data de julho de 1977 demonstrando intenção de lançar o filme já em setembro, entretanto, toda a negociação só é finalizada em dezembro do mesmo ano, deixando a estreia em solo americano para o início do ano seguinte. Em junho de 1978, Barreto concede entrevista ao programa Painel e afirma que o filme já faturara US\$360.000 nos EUA, quantia pequena se comparada ao que se somou no Brasil, mas grande em virtude do menor número de salas e a barreira da língua (ao contrário da maioria dos filmes estrangeiro que eram dublados para o inglês, o filme foi subtitolado).

## A Liberdade Religiosa na Assembleia Constituinte de 1823

Cecília Siqueira Cordeiro\*

**Resumo:** O artigo busca historicizar o intenso debate levado a cabo na Assembleia Constituinte de 1823 acerca da liberdade religiosa, que opôs dois universos mentais distintos – aqueles que eram favoráveis à liberdade de culto e aqueles que não o eram – sem, contudo, questionar a manutenção da fé católica na nova nação. É significativo na fala dos deputados a busca pela definição dos limites jurisdicionais dos poderes temporal e espiritual, revelando a complexa relação Estado-Igreja, marcada pela tradição regalista herdada de Portugal.

**Palavras-chave:** Assembleia Constituinte, Liberdade religiosa, Império.

**Abstract:** This article has as objective historicize the intense debate conducted in the Constituent Assembly of 1823 on religious freedom, which opposed two different universes – those who were in favor of cult freedom and those who weren't – without, however, question the maintenance of Catholic Faith in the new nation. It is significant in the deputies' speech the search for definition of jurisdictional limits of temporal and spiritual powers, revealing the complex State-Church relation, marked by regalism tradition inherited from Portugal.

**Keywords:** Constituent Assembly, Religious freedom, Empire.

*Quando, para qualquer matéria se pode arrastar o nome  
de liberdade, inflama-se logo os espíritos.*

Marquês de Queluz, 1828<sup>1</sup>.

O artigo 5º da Constituição de 1824 consagra o catolicismo como religião oficial do Império, além de permitir o culto das demais religiões, sem forma alguma exterior de Templo<sup>2</sup>. Este artigo exprime em poucas linhas um intenso debate levado a cabo na Assembleia Constituinte de 1823 acerca da liberdade religiosa e dos limites jurisdicionais do Estado e da Igreja Católica no Brasil. Tal debate se iniciou na sessão de 7 de outubro de 1823, quando da votação do artigo 7º do Projeto de Constituição, encerrando-se quase um mês depois, após aparecer na ordem do dia em sete sessões legislativas e suscitar mais de 70 intervenções<sup>3</sup>.

Apesar da dissolução da Assembleia por D. Pedro I, não se pode desprezar sua importância e contribuição à elaboração da Carta de 1824, cujos redatores foram escolhidos entre os constituintes e cuja forma guardava muitas lembranças do Projeto de Constituição elaborado pela Assembleia. Os deputados eleitos à Assembleia Geral, Constituinte e

---

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade de Brasília. E-mail: [cordeiro.cecilia@yahoo.com.br](mailto:cordeiro.cecilia@yahoo.com.br). Orientadora: Profª. Drª. Diva do Couto Gontijo Muniz.

Legislativa do Império do Brasil – dentre os quais 26% eram clérigos<sup>4</sup> – representavam 14 províncias do país<sup>5</sup> e estavam cientes de que vivenciavam um momento ímpar na História do Brasil: se delimitaria, pela primeira vez, as bases jurídicas e administrativas da nova nação. Nas palavras de Francisco Homem de Mello, “o que havia de mais ilustrado no país achou-se reunido no seio da Constituinte”<sup>6</sup>, de forma que as discussões que ali tomaram lugar

dão pleno testemunho desta verdade, e provam exuberantemente que havia nela a soma das luzes suficiente para a confecção da Constituição. Algumas matérias foram ali tratadas com grande erudição, entre outras a liberdade religiosa (...) e a instituição do júri<sup>7</sup>.

O fato de parte da historiografia sobre a Igreja no Brasil relegar tão baixo prestígio político à instituição<sup>8</sup> vai de encontro à riqueza e extensão do debate sobre liberdade religiosa travado durante a Constituinte. É significativo, também, não estar em discussão a manutenção ou não da religião católica como religião oficial do Império: os deputados, mesmo aqueles favoráveis à liberdade de culto, não estavam dispostos a abrir mão da condição de súditos de uma nação católica, como é possível interpretar na fala do monsenhor Francisco Moniz Tavares:

Sigo a Religião Católica Apostólica Romana, conheço por princípios que ela é a única e verdadeira; porém também conheço que a convicção íntima da verdade não autoriza a proscricção dos que erram. Nasci no grêmio dessa religião, e pretendo, mediante os auxílios da Divina Graça, nela viver, e morrer; mas se por desventura (o que Deus não permita) a Graça me abandonar, essa Graça, sem a qual, na frase dos apóstolos e dos mais doutos varões da Igreja, nenhuma ação meritória podemos praticar... Sim, se essa graça me abandonar, e eu passar a seguir outra religião, não desejarei ser perseguido, nem inquietado no exercício dessa religião adotada (...) Isto posto, como poderei jamais deixar de aprovar este artigo?<sup>9</sup>

Ainda com relação ao baixo prestígio institucional da Igreja no Brasil, os deputados constituintes, preocuparam-se em definir os limites jurídicos do Estado Imperial e da Igreja Católica, tratando os assuntos desta última como prerrogativas daquele primeiro. Até mesmo os clérigos presentes à Constituinte pareciam não se importar com este fato: nem mesmo o Bispo Capelão-Mór do Rio de Janeiro, José Caetano da Silva Coutinho, defendera a não interferência da Assembleia nos assuntos de cunho religioso. Para os constituintes, uma vez reconhecida a religião católica como a religião oficial do Estado, tornava-se não só possível, como essencial que se discutisse a matéria religiosa, especificamente o direito à liberdade de culto.

A tradição de forte regalismo no Brasil, ou seja, de interferência do Estado nos assuntos da Igreja, foi herdada de Portugal, sobretudo devido a adoção, nas conquistas ultramarinas daquele Reino, do regime do padroado. Segundo Thales de Azevedo<sup>10</sup>, tal “regime de privilégios seculares e espirituais” foi introduzido no Brasil com a bula *Super*



*Specula Militantis Ecclesiae*, de 1551, na qual o papa Júlio III, a pedido do rei português D. João III, instituía o bispado de São Salvador, na Bahia, estendendo ao Brasil o regime de padroado vigente em Portugal.

Para melhor se compreender o regime de padroado em terras brasileiras, faz-se necessário retomar as relações entre a coroa portuguesa e o papado desde o início. Para o historiador José Mascarenhas Menck<sup>11</sup>, as relações remontam à formação de Portugal, já que as lutas para a reconquista do território português foram conduzidas como uma “luta contra os infiéis ou inimigos de Cristo”, de forma que, desde muito cedo, houve uma “associação entre espada e fé”, entre os reis portugueses e o papado. Porém, tal associação mostrava-se bastante complexa na medida em que possuía uma hierarquia distinta para as partes envolvidas: enquanto que para a Santa Sé o poder espiritual dos papas estava acima do poder temporal dos reis, para os monarcas portugueses, o poder temporal deveria ser superior ao poder episcopal dentro dos limites de seu território.

A complexidade dessa relação que não raramente expressava-se em conflitos de jurisdição e de soberania foi traduzida na adoção de três figuras jurídicas pelo reino de Portugal e que, mais tarde, foram adotadas no Brasil: o padroado régio, o beneplácito e os recursos à coroa. O regime do padroado se trata, em linhas gerais, de uma “troca de obrigações e de direitos entre a Igreja e um indivíduo, ou instituição, que assume assim a condição de padroeiro”<sup>12</sup>. No caso do Império português, o padroeiro era o próprio monarca. Era ele quem escolhia os bispos para serem nomeados pelo papa, ordenava a criação de igrejas, distribuía as cômguas ao clero e recolhia o dízimo dos fiéis. João Fagundes Hauck, ao descrever a irritação de D. Pedro I quando a Santa Sé, logo após a Independência, “exigiu formalidades para o reconhecimento do padroado régio na pessoa do imperador do Brasil”<sup>13</sup>, comenta que:

Tornou-se evidente, então, a diferença de conceito de padroado: Pedro I o tinha como direito, atribuição própria do poder absoluto dos reis, quando Roma o considerava como especial privilégio, concedido pelo papa em decorrência de função determinada: a evangelização dos territórios conquistados<sup>14</sup>.

O beneplácito, por sua vez, era o assentimento estatal para que bulas e outros documentos episcopais tivessem validade no território português. Já os chamados recursos à coroa consistiam em uma apelação contra o abuso ou a improcedência dos tribunais eclesiásticos. De fato, qualquer cidadão português, bem como qualquer cidadão brasileiro, poderia recorrer à justiça civil para que ela corrigisse ou alterasse qualquer sentença proclamada por juiz eclesiástico. Essas três figuras jurídicas formavam o “*ius cavendi*”,

expressão latina que significa, em tradução livre, “lei de cautela”. Para José Menck, o *ius cavendi* era “essencial à manutenção e à própria existência dos Estados frente à Igreja”<sup>15</sup>. Essas prerrogativas do Imperador brasileiro já estavam asseguradas tanto no Projeto de Constituição (Art. 142), quanto na Carta de 1824 (Art. 102), mesmo antes da Santa Sé reconhecer o Brasil como país independente<sup>16</sup>.

Roque Spencer M. de Barros, ao analisar os aspectos da vida religiosa no Império, sugere que prevalecia uma paz precária entre Estado e Igreja, uma vez que a ingerência daquele nesta última era muito grande. Esta paz poderia romper-se a qualquer instante, e quase o foi no episódio conhecido como Questão Religiosa (1872-1875)<sup>17</sup>. Para Barros,

ninguém, rigorosamente falando, levava a peito a defesa das prerrogativas da Igreja, protestando contra as invasões do Estado no domínio espiritual, ou, por outro lado, pretendendo ampliar a jurisdição daquela sobre o domínio temporal deste (...) Reinava, assim, a paz, embora se tratasse de uma paz precária, que a qualquer instante poderia ser rompida, desde que aparecessem uns poucos campeões da religião romana dispostos a fazer valer no país o catolicismo na sua integridade, para tanto invocando o caráter oficial de sua crença<sup>18</sup>.

Contribuindo para esta imagem de precariedade política e institucional da Igreja, estudiosos do tema citam a situação decante do clero no Brasil do Oitocentos. Nas palavras de João Hauck, “o papel fundamental outrora exercido pelos jesuítas, cuja rede de colégios cobria os pontos mais importantes do litoral, não foi assumido por ninguém”<sup>19</sup>. O episcopado era reduzido e não acompanhava o crescimento populacional; contava com um arcebispado, o da Bahia, além de meia dúzia de dioceses (Olinda, Rio de Janeiro, São Luís, Belém, Mariana e São Paulo) e mais duas prelazias (Mato Grosso e Goiás), todas com recursos escassos. O número de paróquias (aproximadamente 600) era extremamente pequeno para uma população de quatro milhões de pessoas, o que dava a inacreditável média de quase sete mil fiéis por pároco<sup>20</sup>, tornando a administração episcopal tarefa quase impossível.

Além do mais, o clero brasileiro era caracterizado como bastante heterodoxo, com relativa autonomia a Roma, e, de certa forma, com tendências até separatistas – o padre e futuro regente Diogo Antônio Feijó via a possibilidade de se constituir uma Igreja nacional, onde, entre outras coisas, se aboliria o celibato sacerdotal como uma forma de acabar com sua inobservância generalizada<sup>21</sup>. Para Roque Spencer Barros,

o clero nacional, dos tempos pombalinos até às vésperas da Questão Religiosa, não se distinguia, com raras exceções, por qualquer demonstração de ortodoxia. Mais frequentadores das letras francesas do que das latinas, mais versados na literatura profana do que nas obras piás, muitos de nossos clérigos estavam saturados dos ideais iluministas, das reivindicações democráticas e liberais da Revolução Francesa (...) Ao lado do ideal iluminista, o clero professava geralmente, no que diz respeito às relações entre a Igreja e o Estado, o mais ferrenho regalismo<sup>22</sup>.

A despeito dessa precariedade espiritual, política e institucional da Igreja no Brasil, não se pode negar que a religião católica constituía um aspecto fundamental da fisionomia do Império: não é por acaso que a aclamação dos dois imperadores brasileiros, o início dos trabalhos da primeira Assembleia Constituinte do país e as próprias eleições estivessem revestidos de “auspícios religiosos”<sup>23</sup>. Quanto ao clero, por mais heterodoxo que fosse, sempre esteve envolvido nas questões nacionais, seja lutando nas insurreições (não podemos esquecer que a Revolução de Pernambuco foi chamada de “revolução dos padres”), seja elegendo-se deputados e senadores do Império.

Na Assembleia Constituinte de 1823, por exemplo, os deputados – clérigos ou não clérigos, favoráveis ou não à liberdade de culto – continuavam a ver na religião católica “o fundamento moral da sociedade”<sup>24</sup>, na medida em que procuraram estabelecer os limites jurídicos e as prerrogativas do Estado e da Igreja nos artigos 7º, 14, 15 e 16 do Projeto de Constituição.

Assim que a liberdade religiosa virou pauta das sessões legislativas, os deputados dividiram-se. Aqueles contrários à liberdade de culto foram acusados pelos demais deputados de estarem permitindo que o Estado interferisse em algo de foro tão íntimo quanto a crença pessoal de cada cidadão. Antônio Carlos de Andrada Machado, um dos redatores do Projeto de Constituição, discursou neste sentido:

Temos neste § outro direito individual, a liberdade religiosa, isto é, a liberdade de adorar cada um o Ente Supremo pela forma que melhor lhe parece. Este direito é tão sagrado, que eu creio que nem deveria entrar no catálogo dos direitos garantidos, porque a relação da criatura com o criador está fora do alcance político. Quando os homens se ajuntaram, e por convenção sacrificaram uma porção de sua liberdade para conservar a outra, seguramente não cederam do direito de adorar a Deus de modo que lhe parecesse melhor, para se sujeitar à forma que lhes fosse determinada; porém, já que a sociedade chegou a essa desgraça, uma vez que até se tem usurpado o domínio do pensamento, é preciso com cuidado estabelecer este direito. Por isso a Comissão declarou a sua garantia, para evitar o absurdo de se obrigar o cidadão a praticar o contrário do que lhe dita a sua consciência<sup>25</sup>.

Apesar de Roque Barros negar a existência de “campeões da religião romana” dispostos a fazer valer o catolicismo em sua integridade, a Assembleia contou também com deputados que acusavam os constituintes favoráveis à liberdade de culto de cometerem apostasia e perjúrio, na medida em que todos ali haviam jurado defender a religião oficial do Estado. O padre Manoel Rodrigues da Costa, que permanecera dez anos exilado após a Inconfidência Mineira, estava entre os deputados contrários ao artigo:

Eu ontem ouvi aqui proposições que muito me scandalizaram; ouvi que era livre ao homem adorar a Deus no seu coração como bem lhe parecesse; e que também o podia

adorar com o culto que melhor lhe agradasse. Na verdade, estabelecer-se entre nós como artigo constitucional uma tal liberdade muito me tem escandalizado. Se não tivéssemos uma religião revelada, pela qual Deus nos fez conhecer como o devemos adorar, tanto interior quanto exteriormente, poderia admitir-se essa liberdade religiosa (...) Para não ser perjuro ao juramento que temos prestado, de manter e defender a Religião Católica Romana, é que eu requeiro que não passe, mas seja excluído semelhante artigo<sup>26</sup>.

Caminha no mesmo sentido o discurso do deputado Maciel da Costa, o futuro Marquês de Queluz e senador do Império. Ele admite tal liberdade apenas como “proposição filosófica”, mas considera uma “contradição notável” a existência de tal direito em uma Constituição feita para brasileiros, isto é, “católicos romanos”.

Para quem legislamos nós? Para brasileiros, isto é, católicos romanos. Quem representamos nós aqui? Brasileiros, isto é, católicos romanos (...) E para quê? Para decretarmos que nós, eles, nossos filhos, nossa posteridade, teremos o direito de apostatar da verdadeira religião, da religião de nossos gloriosos maiores? Não, Sr. Presidente, não.<sup>27</sup>

Sobre a possibilidade de estarem os deputados cometendo perjúrio e apostasia ao votarem a favor da liberdade religiosa, o monsenhor Moniz Tavares e o padre Henriques de Resende pedem a palavra para se defenderem. Resende faz questão de pontuar que “a pureza do catolicismo (...) não lucra com a intolerância”<sup>28</sup>, e Tavares alega que é de “absoluta necessidade, para a manutenção da boa ordem e prosperidade do país, que o governo proteja claramente a todos os seus súditos, seja qual for a religião que seguirem”<sup>29</sup>. Amparado nas “lições da História”, Tavares também afirma que “todo o governo que se intrometer em matérias de religião, há de necessariamente acarretar desgraças e misérias”<sup>30</sup>. E ele continua:

Como é que se pode jamais concluir que, sancionando nós o artigo, sancionamos a apostasia? Dizemos nós por ventura que o governo deixará de proteger a religião católica, que aqueles que a professarem serão inibidos dos direitos civis e políticos? (...) Semelhante procedimento não passou pela cabeça de nenhum dos Srs. Deputados, redatores deste Projeto; pelo contrário, eles dizem mui positivamente que a religião do Estado, a religião por excelência, é a Católica Romana<sup>31</sup>.

Em seguida, em uma expressão clara do regalismo que se perpetuava no clero brasileiro, o monsenhor afirma ser um “favor muito especial” estar constitucionalmente definida “a preferência dada a uma religião sobre as outras”<sup>32</sup>, especialmente quando esta atitude já teria acarretado sérias perturbações a outros Estados.

Assumindo uma postura diametralmente oposta à de Tavares, José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairu, alega que o povo francês, “que antes era mui subordinado e católico”, na ânsia de acabar com todo e qualquer tipo de intolerância durante a Revolução Francesa, tratou de instaurar em sua Constituição a “tolerância absoluta do governo sobre objetos políticos e religiosos”<sup>33</sup>, originando severos abusos e desordens. Assumindo que esta

poderia ser a inclinação da Assembleia ao aceitar o artigo, ele termina o seu discurso de forma profética: “Céus! Que futuro se nos preparam!”<sup>34</sup>

Por fim, e apesar da grande polêmica, o artigo acabou sendo votado e passou tal como constava originalmente no § 3º, Artigo 7º do Projeto de Constituição. Abaixo, encontra-se a lista dos constituintes que tomaram a palavra para debater a matéria, a província pela qual tinham sido eleitos e o posicionamento que tomaram<sup>35</sup>:

OS CONSTITUINTES NA DISCUSSÃO DA LIBERDADE RELIGIOSA		
Deputados que se pronunciaram	Província	Posicionamento
Andrada Machado	SP	Favorável
Bispo Capelão-Mor *	RJ	Contrário
Carneiro	BA	Favorável
Carneiro da Cunha	PB	Favorável
Carneiro de Campos	RJ	Favorável
Dias *	MG	Favorável
Faria Lobato	MG	Favorável, com ressalvas
França	BA	Favorável, com ressalvas
Henriques de Resende *	PE	Favorável, com ressalvas
Maciel da Costa	MG	Contrário
Moniz Tavares *	PE	Favorável
Montesuma	BA	Favorável
Rodrigues da Costa *	MG	Contrário
Silva Lisboa	BA	Contrário
Vergueiro	SP	Favorável

\* deputados integrantes do clero: dois padres, um cônego, um monsenhor e um bispo  
Fonte: Diários da Assembleia Geral, Legislativa e Constituinte do Império do Brasil

## Conclusões

Com a dissolução da Assembleia e a outorga da Carta de 1824, o Artigo 7º foi suprimido e transformado em outros dois: o Artigo 5º, que mantinha o catolicismo como religião oficial do Império e permitia os demais cultos *sem forma alguma exterior de templo*; e o § 5 do Artigo 179, que assegurava que ninguém ia ser perseguido por motivo de religião, *desde que respeitasse a do Estado e não ofendesse a moral pública*. O exposto na Constituição de 1824 apontava para a disposição do Imperador em manter as prerrogativas do poder temporal sobre o espiritual e a ingerência do Estado nos assuntos da Igreja, de forma a perpetuar a tradição secular do regalismo, típica de Antigo Regime, herdada de Portugal. Desta feita, acabou compactuando com os deputados constituintes, que julgavam ser da alçada da Assembleia a definição dos assuntos religiosos da nação.

Porém, no que diz respeito a separação das esferas pública e privada – ou seja, o entendimento, por parte de alguns deputados, de que a adoração a um Ente Supremo deveria ser uma escolha de foro íntimo do cidadão brasileiro –, as posturas eram em favor de

princípios liberais e revolucionários – os “abomináveis princípios franceses”<sup>36</sup>, na expressão de Emília Viotti. Para o deputado França, por exemplo, estranho lhe parecia “se dar em uma Constituição ou tratar-se nela as coisas de outro Mundo”; Montesuma também compactua desta visão mais liberal, chegando a afirmar que

os ilustres autores do Projeto de Constituição quiseram só declarar que a Constituição na parte religiosa não seria menos liberal do que nas outras (...) porque assim como nós queremos que o cidadão seja livre enquanto cidadão, também o devemos declarar livre como homem religioso<sup>37</sup>

Essas ideias revolucionárias e liberais, juntamente com a onda de Constitucionalismo<sup>38</sup> que chegara ao país, compunham o cenário político-ideológico-intelectual da década de 1820 no Brasil. Não é raro a menção dos deputados a autores estrangeiros, dentre eles Benjamin Constant, Jean-Jacques Rousseau e John Locke, autores que certamente tiveram acesso quando de sua formação universitária em Coimbra ou em outras cidades europeias. O fato de os constituintes debaterem os *direitos individuais do cidadão brasileiro* mostra que estavam atentos às demandas do “novo vocabulário político”<sup>39</sup> pós-revolucionário, no qual as palavras de ordem eram *representação, cidadania, soberania* e, principalmente, *liberdade*.

Portanto, pode-se dizer que a Assembleia Geral, Legislativa e Constituinte do Império do Brasil representou um palco privilegiado dos debates que estavam em voga à época, sendo possível distinguir a coexistência de antigos – tradicionais, ligados ao *modus operanti* do Antigo Regime – e novos – modernos, liberais, espelhados no pensamento inaugurado nas revoluções burguesas do século XVIII – modos de pensar e de agir, que se acomodavam de forma mais ou menos conflituosa no interior da elite intelectual e política brasileira.

---

<sup>1</sup> João Severiano Maciel da Costa, o Marquês de Queluz, em discurso proferido no Senado em 10 de junho de 1828 apud RIBEIRO, Gladys Sabina; PEREIRA, Vantuil. “O Primeiro Reinado em revisão”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (orgs.). *O Brasil Imperial, volume I: 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1822-1889, p. 137.

<sup>2</sup> BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil (1824)*. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)>.

<sup>3</sup> Sobre o assunto, ver NEVES, Guilherme Pereira das. “A religião do Império e a Igreja.” In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. (orgs.). op. cit., p. 377-428.

<sup>4</sup> Essa porcentagem corresponde aos 19 clérigos (15 padres, dois cônegos, um monsenhor e um bispo) presentes na Assembleia, em um universo total de 74 deputados.

<sup>5</sup> Das 19 províncias, 14 se fizeram representar, não sendo eleitos deputados das províncias do Grão-Pará, Sergipe, Cisplatina, Piauí e Maranhão.

<sup>6</sup> MELLO, F. I. Marcondes Homem de. *A Constituinte perante a História (1863)*. Brasília: Conselho Editorial do Senado, 1973, p. 4.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 5-6.

<sup>8</sup> Cf., por exemplo, HAUCK, João Fagundes et. al. *História da Igreja no Brasil: Ensaio de interpretação a partir do povo. Segunda Época: A Igreja no Brasil no século XIX*. Petrópolis: Editora Vozes, 1980; BARROS, Roque Spencer M de. “Vida religiosa”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil monárquico. Tomo II, V. 4. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1974; PEREIRA, Nilo. *Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil*. 2ª ed. Recife: Massangana, 1982.

<sup>9</sup> *Diários da Assembleia Geral, Legislativa e Constituinte do Império do Brasil*, sessão de 8 de outubro de 1823, p. 190.

- 
- <sup>10</sup> AZEVEDO, Thales de. *Igreja e Estado em tensão e crise: a conquista espiritual e o padroado da Bahia*. São Paulo: Ática, 1978, p. 80.
- <sup>11</sup> MENCK, José Theodoro Mascarenhas. *O Parlamento Imperial, a Liberdade Religiosa e as Relações Estado-Igreja no Brasil (1823- 1889)*. Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília, Brasília, 1995.
- <sup>12</sup> NEVES, Guilherme Pereira das. “A religião do Império...”. op. cit., p. 382.
- <sup>13</sup> HAUCK, João Fagundes et al. op. cit., p. 78.
- <sup>14</sup> Idem.
- <sup>15</sup> MENCK, José Mascarenhas Menck. op. cit., p. 49.
- <sup>16</sup> O reconhecimento da Independência do Brasil pela Santa Sé deu-se apenas em 25 de janeiro de 1826.
- <sup>17</sup> A Questão Religiosa é caracterizada como crise e ameaça de um cisma protagonizada pelos bispos de Olinda e do Pará, D. Vital e D. Macedo Costa, respectivamente, e pelo Imperador D. Pedro II, culminando na prisão dos bispos.
- <sup>18</sup> BARROS, Roque Spencer M. de. “Vida religiosa”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.). op. cit., p. 324.
- <sup>19</sup> HAUCK, João Fagundes et al. op. cit., p. 13.
- <sup>20</sup> NEVES, Guilherme Pereira das. “A religião do Império...”. op. cit., p. 384; HAUCK, João Fagundes et. al. op. cit., p. 81.
- <sup>21</sup> HAUCK, João Fagundes et al. op. cit., p. 14.
- <sup>22</sup> BARROS, Roque Spencer M. de. “Vida religiosa”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.). op. cit., p. 321.
- <sup>23</sup> Sobre o assunto, ver CORDEIRO, Cecília Siqueira. *A liberdade religiosa na Assembleia Constituinte de 1823*. Monografia de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013, especialmente capítulo 2.
- <sup>24</sup> NEVES, Guilherme Pereira das. “A religião do Império...”. op. cit., p. 388.
- <sup>25</sup> *Diários...*, sessão de 7 de outubro de 1823, p. 185.
- <sup>26</sup> *Diários...*, sessão de 8 de outubro de 1823, p. 190.
- <sup>27</sup> *Diários...*, sessão de 7 de outubro de 1823, p. 185-186.
- <sup>28</sup> *Diários...*, sessão de 8 de outubro de 1823, p. 192.
- <sup>29</sup> *Ibidem*, p. 191.
- <sup>30</sup> *Ibidem*, p. 192.
- <sup>31</sup> *Ibidem*, p. 191.
- <sup>32</sup> Idem.
- <sup>33</sup> *Ibidem*, p. 194.
- <sup>34</sup> *Ibidem*, p. 195.
- <sup>35</sup> Os nomes dos deputados estão transcritos como aparecem nos Diários da Assembleia Constituinte. Para a consulta aos nomes completos dos deputados, cf. CORDEIRO, Cecília Siqueira. op. cit., capítulo 3.
- <sup>36</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9ª ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p. 23.
- <sup>37</sup> *Diários...*, sessão de 9 de outubro de 1823, p. 212.
- <sup>38</sup> O Constitucionalismo pode ser caracterizado como um movimento político e ideológico que chegou no Brasil a partir dos sucessos da Revolução Constitucionalista do Porto, de 1820. Em sua expressão mais simples, significava a cobrança por uma Assembleia Geral, Legislativa e Constituinte que asseguraria a autonomia do Brasil frente a Portugal.
- <sup>39</sup> A expressão é de Lúcia Bastos Pereira das Neves. Sobre o assunto, cf. NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Revan/Gaperj, 2003.

**Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF**  
**Instituto de Ciência Humanas - ICH**  
**Christiane Montalvão**  
**Orientador: Angelo Alves Carrara**  
[\*\*Chris.montalvao@hotmail.com\*\*](mailto:Chris.montalvao@hotmail.com)

### **Urbanização em Vila Rica: reconstrução do espaço através de técnicas de sistemas de informação.**

Esta comunicação busca apresentar a pesquisa em andamento no âmbito do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora cujo objetivo é estudar a distribuição da população urbana de Vila Rica entre os fins do século XVIII e inícios do século XIX por meio de técnicas componentes do Sistema de Informação Geográfica (SIG). A reunião de dados históricos e geográficos permitirá a geração de mapas bi- ou tridimensionais com os resultados obtidos. O objetivo é produzir um mapa capaz de reconstruir a dinâmica social e do espaço de Vila Rica no período estabelecido.

**Palavras chave:** Urbanização, Vila Rica, Sistemas de Informação.

### **Urbanization in Vila Rica: space reconstruction through techniques of information systems.**

This communication aims to present the ongoing research within the graduate in History of the Federal University of Juiz de Fora program whose goal is to study the distribution of the urban population of Vila Rica between the late eighteenth century and early nineteenth century through technical components of Geographic Information System (GIS). The meeting of historical and geographic data allow the generation of bi-or three-dimensional maps with the results. The goal is to produce a map be able to reconstruct the social dynamics and space of Villa Rica in the set period.

**Keywords:** Urbanization, Villa Rica, Information Systems.

#### **Introdução:**

O presente artigo busca fazer um ensaio sobre os métodos utilizados na pesquisa: “Os espaços urbanos de Minas Gerais: Vila Rica, 1784-1835”<sup>1</sup>, cujo objetivo é mapear a mancha urbana deste núcleo populacional e estudar a concentração demográfica através de uma nova abordagem em voga no meio acadêmico. O uso dessa abordagem que venho chamando de *georreferenciamento aplicado à história*<sup>2</sup> liga os estudos históricos aos sistemas de informação não só por trabalhar com dados quantitativos<sup>3</sup>, mas sim por utilizar novos softwares como, por exemplo, o AutoCAD<sup>4</sup> e o ArcGIS<sup>5</sup>. Tais programas de computador permitem produzir uma imagem do espaço tanto em duas dimensões (2D) como em três dimensões (3D), com coordenadas



georreferenciadas a partir de pontos existentes desde o período colonial, que é o caso de algumas edificações de Ouro Preto.

### **História e Sistemas de Informação Geográfica.**

Entre os fins do século XVIII e 1835 Minas Gerais deixara de ser uma capitania do Estado, depois Reino do Brasil, para tornar-se uma província do Império. A imagem que dela tinham seus habitantes durante o Setecentos começou a desbotar, para dar lugar a um outro quadro, com cores novas. Entre 1808 e 1813, a produção total de ouro tornou-se equivalente à produção agrícola e pecuária da Capitania, e não cessou mais de perder importância para estas últimas. Desde então, outras mudanças ocorreram rapidamente, especialmente o aumento na emissão do papel moeda: 1807 foi o último ano em que o ouro em pó – o principal meio de troca e a principal reserva de valor da capitania, circulou livremente como moeda em seu interior. A perturbação financeira de 1808, a ocupação da Zona da Mata e do Leste mineiro e o estabelecimento de uma política em relação aos índios a partir de 1813, a inclusão do Triângulo Mineiro em 1816, a rápida ocupação do vale do Paraíba mineiro e sua inclusão no complexo agro-exportador cafeeiro a partir de 1818, marcaram o fim do ‘Século do Ouro’ na mentalidade do século XIX. A partir de então, a Capitania, poucos anos depois Província de Minas Gerais parecia ser outra coisa que o fora no século anterior, apesar de estruturalmente não ocorrer qualquer ruptura. Apesar de os habitantes da capitania perceberem-na como fortemente dominada pela mineração — o que era correto, especialmente para a região recoberta pelo quadrilátero formado pelas antigas vilas de Ouro Preto, Sabará, Caeté e cidade de Mariana, assim como para a Demarcação Diamantina — a paisagem predominante era rural. Era nos sítios e nas fazendas que se concentrava a maior parte da população de Minas.<sup>6</sup>

O maior núcleo urbano da capitania de Minas Gerais em 1812 era Ouro Preto, com 1651 edificações. Em seguida vinham Sabará, Diamantina, São João del Rei e Paracatu, com um total entre 785 e 758 imóveis compreendidos nas áreas que suas câmaras municipais arbitravam ser seus espaços urbanos. A única cidade da capitania, Mariana, compreendia 607 casas, pouco acima do total para o Serro, com 546. Pitangui e Campanha, sedes das duas freguesias com mais elevada produção agrária de Minas nesse ano, possuíam, respectivamente, 400 e 377 casas. As demais vilas e arraiais contavam menos de 328, e os "lugares notáveis" menores, como São Vicente, com 15 apenas. O valor total arrecadado com o imposto da décima predial resultava de dois fatores fundamentais: o

número de prédios e o valor de cada imóvel. Sem dúvida, os maiores valores arrecadados deveriam provir das vilas e arraiais com maior número de prédios. Os 6.671 imóveis — 61% do total de 10.940 de prédios lançados — das nove maiores vilas mencionadas anteriormente eram responsáveis em 1812 por 73% do total da décima para esse ano (Rs 4:526\$107 de um total de 6:207\$677). Este, contudo, era o valor cobrado, o que estava longe de corresponder ao recebido.<sup>7</sup>

As cifras totais, contudo, opacam aspectos diversos. A relação entre o total da décima e o número total de imóveis revela que os prédios de algumas vilas e arraiais valiam em média bem mais do que os prédios de outras. As vilas e arraiais com os prédios mais caros em média eram, nesta ordem, São João del Rei, Campanha, Bom Sucesso, Tijuco, Lagoa Dourada, Barbacena, Ouro Preto, Mariana e o Serro. Estes números convidam a que se busque a razão destas diferenças. A riqueza proveniente das atividades agrícolas não é a explicação principal. Se assim fosse, a freguesia com uma das mais elevadas participações na produção rural, Pitangui, lideraria a lista. Outra questão a demandar respostas é o papel dominante desempenhado por cada vila e arraial.

É nesse contexto que se insere nossa investigação, que tem por objetivo mais amplo contribuir para a caracterização dos espaços urbanos na capitania, depois província de Minas Gerais, com recurso aos Sistemas de Informação Geográfica. Trata-se de uma empreitada que envolveu a solução de um grande número de problemas decorrentes tanto da variedade de fontes - cada uma exigindo uma metodologia específica - quanto dos próprios procedimentos em si. Um outro problema corresponde ao próprio uso dos chamados Sistemas de Informações Geográficas na pesquisa histórica, "ainda bastante incipiente, tanto em relação ao que se dá em várias outras áreas do conhecimento, como em contraposição com a sistemática pertinência de questões ligadas ao espaço nos estudos do passado".<sup>8</sup> O que podemos observar é que este tipo de estudo com representações digitais de cidades históricas ainda é muito escasso no Brasil<sup>9</sup>, entretanto diversos trabalhos realizados no exterior aplicam tecnologia para áreas urbanas de caráter histórico, constata-se que a grande maioria envolve técnicas de visualização utilizando programas para a Realidade Virtual.<sup>10</sup>

O uso do computador em análises espaciais acelerou-se a partir dos anos 1990, e pode ser associado, no que tange à demanda pelo SIG a uma necessidade crescente de organização do aumento sem precedentes do fluxo de informações, com aplicação nas áreas de gestão de políticas públicas, administração de redes comerciais, estudos de geografia econômica, gerenciamento ambiental, análises geomorfológicas e roteamento

do tráfego urbano, por exemplo. A despeito disto, na pesquisa histórica seu uso é ainda muito incipiente. Na avaliação de Luis Ferla, a explicação parece ligar-se à "pequena tradição do uso das tecnologias da informação entre estudiosos das ciências humanas, em geral, e entre os historiadores, em particular, em contraposição ao que acontece em outras áreas, como nas ciências ditas naturais ou exatas". A bibliografia a respeito, contudo, tem aumentado de maneira considerável nos últimos anos.<sup>11</sup>

Isto, contudo, ocorre bem menos com os historiadores econômicos, há muito habituados com o recurso aos métodos de história quantitativa e serial, que sempre demandaram o uso da informática no tratamento das informações massivas com as quais lidam em suas pesquisas. Esta é a razão pela qual a presente pesquisa está sendo desenvolvida com o auxílio de pesquisadores do Grupo de Pesquisa em História Econômica - História Quantitativa e Georreferenciada, que considera que:

"a incorporação privilegiada da dimensão espacial na agenda de pesquisas possibilitaria não apenas o enriquecimento das possibilidades temáticas e da capacidade de integração de distintas tipologias documentais, como também poderia fornecer novas perspectivas analíticas e interpretativas para temas já relativamente bem explorados, mas que poderiam sofrer ressignificações ou relativizações com o auxílio da tecnologia aqui proposta".<sup>12</sup>

Compartilhamos a aposta feita por Anne Kelly Knowles, Amy Hillier e Roberta Balstad, de que "não há dúvida de que o saber acadêmico baseado em SIG histórico irá render novas descobertas". Ou ainda por Ian Gregory e Paul Ell, segundo os quais "o SIG se tornará uma parte essencial da pesquisa histórica no futuro".<sup>13</sup>

No entanto, como destacou Luis Ferla, nestes tipos de pesquisa ainda enfrentamos as dificuldades inerentes a um contexto, de um lado, favorável no que respeita à pertinência da tecnologia e, de outro a incipiência de trabalhos nessa área no país.<sup>14</sup> Esta é a nossa maior dificuldade.

Não se trata de fazer uma biografia totalmente deste espaço utilizando-se de técnicas computacionais, mas o uso do termo e talvez o método se encaixem com a atual fase da pesquisa que visa reconstruir esses espaços com base em fontes que demonstrem como a realidade fiscal e legislativa da sociedade interferiu ou não no meio urbano.

O espaço geográfico é um espaço composto e organizado geralmente pelas sociedades humanas. Ele é polígono, e para o seu entendimento é necessário um estudo de suas transformações, de todo o seu processo de formação histórico. Para geógrafos críticos como Milton Santos, Ruy Moreira, David Harvey, entre outros, o objeto de

estudo da geografia é o espaço, concebido de forma humanizada e politizada como uma instância social. Segundo essa concepção em voga na atualidade, as sociedades se expressam no espaço geográfico, em um feixe de relações sociais, políticas e econômicas que estabelecem entre si e o espaço que ocupam. São relações construídas na família, no trabalho, escola, universidade, no lazer, na igreja e em muitos outros núcleos. E como em toda relação, há mudanças, especialmente nos últimos anos, onde o mundo tecnológico tem alterado e provocado com bastante rapidez modificações na vida das pessoas e dos espaços onde vivem.

“As paisagens geográficas mudam, mas porque elas mudam? As paisagens mudam porque precisam incorporar novos objetos que a ciência descobriu e novos elementos que a técnica cria por meio do trabalho do ser humano. É partindo da ciência e da tecnologia que objetos são fabricados pelos homens. Alguns desses objetos são incorporados à nossa rotina sem maiores implicações, como o telefone celular, por exemplo. Outros objetos exigem implantação de novos arranjos espaciais que facilitem o seu uso pelas pessoas, no dia a dia: derruba isso constrói aquilo... E assim a paisagem muda. Isso sem considerar os fenômenos naturais: os terremotos, as inundações, os deslizamentos de terra e outros.”

E são esses fenômenos, sociais ou não, cada qual em seu tempo, provocaram transformações não só em Vila Rica, mas em todo o mundo. O porquê de o foco estar direcionado a Vila Rica se trata do material que dispomos e da vontade de associar esses dados a um novo conceito de produzir informações capazes de serem compreendidas visualmente melhor com o uso dos sistemas de informação (SIG<sup>15</sup>).

Após a produção do mapa de 1784 em meio digital constatou – se através de uma sobreposição as distorções e mudanças ocorridas. Com o auxílio da base de dados fornecidos pela décima predial, os tombos e pelo recenseamento somados ao mapa de Ouro Preto (2006) georreferenciado, cedido gentilmente pela prefeitura local, poderemos em um segundo momento verificar com mais exatidão quando e por que essas transformações ocorreram com o fim do século do ouro e com a transferência da capitania do Estado e o “começo” de uma província. Também é objetivo demonstrar que a articulação entre a História e as tecnologias associadas aos Sistemas de Informação Geográfica, como o georreferenciamento, é fundamental para fazer avançar nossos conhecimentos nas áreas da História Econômica, de modo mais abrangente, e da História Urbana, de modo particular, apresentando um produto final que seja acessível

não só a pesquisadores das áreas de pós-graduação, mas também um material que possa ser didático ao ensino de base.

Este procedimento seguiu muito de perto o método de elaboração do plano de Lyon vetorizado a partir da planta cadastral dessa cidade do século XIX, e cujo objetivo foi produzir um documento utilizável para pesquisas futuras. A diferença estava em que o ponto de partida na iniciativa francesa foi desenhá-lo em um formato eletrônico por meio da decomposição em camadas vetorizadas. No final, pretendia-se que a superposição dos planos (o vetorizado e o manuscrito) permitisse interpretar precisamente as diferenças. A correção geométrica é operada segundo um posicionamento num sistema de referência único dos pontos dos quais se sabe que não mudaram, por representarem uma mesma realidade física em duas datas diferentes.<sup>16</sup>

Pensávamos que seria fácil num segundo momento comparar o mapa desenhado a partir da imagem original do século XVIII com a planta mais recente de Ouro Preto de que dispomos (de 2006). Este procedimento, contudo, mostrou-se absolutamente ineficaz, pois a planta manuscrita não contém indicação de qualquer sistema geodésico de referência (característica, aliás, comum à planta de Lyon). Por não ser georreferenciado, o resultado não nos assegura o rigor necessário. De qualquer maneira, esta primeira confrontação foi importantíssima para avançarmos, pois já nos permitiu observar a ocupação de terrenos vazios, o desaparecimento de ruas e o surgimento de novas construções incorporadas às construções do século XVIII.

Com esse propósito de utilizar recursos de sistemas de informação, procura-se tornar conceitos abstratos visíveis através da representação visual do espaço urbano. O manuseio das informações colhidas nas fontes (Tombos de Ouro Preto 1812; Décima predial de Ouro Preto; 1809; Lista nominativa de Ouro Preto 1804, Planta de Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar 1784)<sup>17</sup> auxiliada pelos recursos GIS tem como propósito mostrar como esse processo de mudança e continuidade é visualmente revelado pela cidade. Através do uso do GIS, visa-se mapear essas mudanças urbanas ligadas à situação econômica e social que esta localidade (Ouro Preto) sofreu ou não com os retrocessos e avanços devido ao fim da exploração massiva de seus recursos naturais.

Neste trabalho a tecnologia será aplicada como instrumento de análise e crítica do espaço urbano construído e modificado. Os Sistemas de Informações Geográficas “englobam em um só sistema as funções de documentação, análise, representação, visualização e monitoramento, que podem auxiliar o estudo da evolução da forma urbana e suas respectivas interfaces na paisagem”.<sup>18</sup> Assim é possível fazer o

cruzamento dos dados das fontes já citadas, ou a partir de iconografias antigas de pouca precisão, no caso o mapa de 1784 que apresenta precisão cartográfica distorcida, e relacioná-los com dados atuais criando uma nova fonte: um mapa da região central de Vila Rica que contenha a população distribuída neste espaço físico. Esta amostragem será um dos produtos desta pesquisa. Com esses resultados é possível nutrir estudos futuros voltados à interpretação deste espaço urbano.

---

<sup>1</sup> Pesquisa em andamento desenvolvida no âmbito do curso Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora pela discente Christiane Montalvão, graduada em História na mesma faculdade. Pesquisa sob orientação do Professor Doutor Angelo Alves Carrara.

<sup>2</sup> Georreferenciamento aplicado à História seria o uso de SIG (*Geographic Information System* - Sistema de Informação Geográfica) que permite através de usos de softwares associarem os conhecimentos históricos a informações geográficas de precisão para representar os espaços urbanos ou rurais e também possibilita através de dados extraídos das fontes a criação de novas fontes ou imagens fiéis do espaço (no caso mapas a partir das informações contidas nas fontes).

<sup>3</sup> ALMEIDA, Carla M. OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. (orgs). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

<sup>4</sup> AutoCAD (desenho auxiliado por computador) é um programa de computador utilizado principalmente para a elaboração de peças de desenho técnico em duas dimensões (2D) e para criação de modelos tridimensionais (3D). É amplamente utilizado em arquitetura, design de interiores, engenharia civil, engenharia mecânica, engenharia elétrica, utilizados por geógrafos, e em vários outros ramos da indústria e pesquisa técnica.

<sup>5</sup> ArcGIS é um programa de computador, um *Sig* fornecido pela ESRI (Environmental Systems Research Institute), uma empresa americana especializada na produção de soluções para a área de informações geográficas. No site da ESRI, o ArcGIS é apresentado como "um sistema incremental de software para criação, gestão, integração, análise e disseminação de dados geoespaciais, ao nível individual ou global de uma rede distribuída de pessoas". Serve como *Sig* para criação, visualização, consulta e análise de representações cartográficas, operando sob o sistema Microsoft® Windows

---

NT/2000/XP. Oferece um instrumental interativo para exploração, seleção, apresentação, edição, análise, simbolização e classificação de dados geoespaciais, assim como para criação, manutenção e gestão de meta-dados geoespaciais (simplifica a produção de mapas e análises geoespaciais). Disponível em:

[\[server.igeo.ufrj.br/fronteiras/geodicas/index.php?action=artikel&cat=4&id=155&artlang=pt-br\]\(http://server.igeo.ufrj.br/fronteiras/geodicas/index.php?action=artikel&cat=4&id=155&artlang=pt-br\)](http://igeo-</a></p></div><div data-bbox=)

<sup>6</sup> Sobre este conjunto de transformações das atividades econômicas e desenvolvimento urbano de Vila Rica foram consultadas as obras a seguir: CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais; produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007. BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *Códigos e Práticas: o processo de constituição Urbana em Vila Rica Colonial (1702-1748)*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2004. REIS FILHO, Nestor Goulart. *A urbanização e o urbanismo na região das minas*. São Paulo: FAU/USP, 1999. VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento – residências*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

<sup>7</sup> CARRARA, Angelo Alves. Espaços urbanos de uma sociedade rural: Minas Gerais, 1808-1835. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 25, p. 144-164, 2001.

<sup>8</sup> FERLA, Luis. Implementação de GIS Histórico no Campus de Humanidades da UNIFESP e projeto-piloto sobre a urbanização de São Paulo (1870-1940). Comunicação apresentada no *Congresso da Associação de Estudos Latino-Americanos* (San Francisco/Califórnia, 23- 26 de maio de 2012).

<sup>9</sup> ROCHA, Heliana Faria Mettig. *Visualização Urbana Digital: Sistemas de Informações Geográficas e Históricas para o Bairro do Comércio – Salvador*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

<sup>10</sup> Realidade Virtual é a técnica avançada de interface que permite ao usuário realizar imersão, navegação e interação em um ambiente sintético 3D gerado por computador, utilizando canais multi-sensoriais (AZEVEDO: CONCI, 2003).

<sup>11</sup> Para mencionar apenas alguns títulos de interesse mais direto para esta pesquisa: BODENHAMER, David J; CORRIGAN, John; HARRIS, Trevor M. (Ed.). *The spatial humanities: GIS and the future of humanites scholarship*. Bloomington: Indiana University Press, 2010; FRANK, Zephyr; JOHNSON, Lyman. "Cites and Wealth in the

---

South Atlante: Buenos Aires and Rio de Janeiro before 1860," *Comparative Studies in Society and History*, 48:3, 2006; GREGORY, Ian; ELL, Paul. *Historical GIS: technologies, methodologies and scholarship*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007; HARVEY, C.; PRESS, J.. *Databases in historical research: theory, methods and applications*. London: Palgrave Macmillan, 1996; KNOWLES, Anne (ed.). *Placing history: how maps, spatial data, and GIS are changing historical scholarship*. Redlands: Esri Press, 2008; LANGRAN, G. *Time in Geographical Information Systems*. London: Taylor & Francis, 1992; OTT, Thomas; SWIACZNY, Frank. *Time-integrative geographic information systems: management and analysis of spatio-temporal data*. Berlin: Springer-Verlag, 2001; REBELATTO, Martha; FREITAS, Frederico. "Desafios e possibilidades ao uso de Sistemas de Informação Geográfica na História". In: 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, de 11 a 13 de maio de 2012, UFRGS, Porto Alegre; SIEBERT, Loren. "Using GIS to document, visualize, and interpret Tokyo's Spatial History". *Social Science History*. 24:3, 2000, pp. 537-574. *Social Science History*, vol. 24(3), 2000; TOWNSEND Sean; CHAPPELL, Cressida; STRUIJVÉ, Oscar. *Digitising History: A Guide to Creating Digital Resources from Historical Documents*. Oxford: Oxford Books, 1999.

<sup>12</sup> FERLA, Luis. Implementação de GIS Histórico no Campus de Humanidades da UNIFESP e projeto-piloto sobre a urbanização de São Paulo (1870-1940). Comunicação apresentada no *Congresso da Associação de Estudos Latino-Americanos* (San Francisco/Califórnia, 23- 26 de maio de 2012).

<sup>13</sup> KNOWLES, Anne (ed.). *Placing history: how maps, spatial data, and GIS are changing historical scholarship*. Redlands: Esri Press, 2008, p. 272; GREGORY, Ian; ELL, Paul. *Historical GIS: technologies, methodologies and scholarship*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 204.

<sup>14</sup> FERLA, Luis. Implementação de GIS Histórico no Campus de Humanidades da UNIFESP e projeto-piloto sobre a urbanização de São Paulo (1870-1940). Comunicação apresentada no *Congresso da Associação de Estudos Latino-Americanos* (San Francisco/Califórnia, 23- 26 de maio de 2012).

<sup>15</sup> "...são conjuntos de hardware, software e dados geográficos para aquisição, armazenamento, análise, gerenciamento e visualização de dados, especialmente referenciados com a superfície da Terra. De uma forma mais genérica, os SIG são ferramentas que permitem os usuários criar consultas interativas... refere-se ao processo



---

de gerar novas informações através do processamento de dados espaciais por tecnologias computacionais.” (PEREIRA, 1999)

<sup>16</sup> GAUTHIEZ, Bernard Gauthiez. Lyon en 1824-32: un plan de la ville sous forme vecteur d’après le cadastre ancien. *Géocarrefour*, v. 83, p. 57-68, 2008.

<sup>17</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO/Planta de Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar; autor: P. D. Almeida; colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com legenda, com seta norte, escala em braças, papel canson telado, bom estado, 83cm x 29cm; localização: 5.051.1131.

ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO/COLEÇÃO CASA DOS CONTOS DE OURO PRETO/Décima predial de Ouro Preto; 1809; volume 3540; rolo 215/fotograma 1130.

ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO/COLEÇÃO CASA DOS CONTOS DE OURO PRETO/Lista nominativa de Ouro Preto; 1804 [distritos: Morro, Antônio Dias, Alto da Cruz, Cachoeira do Campo, Padre Faria, Água Limpa, Taquaral, Cabeças]; rolo 620/fotogramas 0119.

LIVRO DE TOMBOS 1806 - Sesmaria do Termo de Ouro Preto. AN rolo 215, fotograma inicial 1130.

<sup>18</sup> Definição sobre os Sistemas de informação que se enquadram na proposta desta pesquisa. ROCHA, Heliana Faria Mettig. Visualização Urbana Digital: Sistemas de Informações Geográficas e Históricas para o Bairro do Comércio – Salvador. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

## LUTERANISMO: FÉ, SOCIABILIDADE, EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA ENTRE OS POMERANOS DO ESPÍRITO SANTO.

Cione Marta Raasch Manske<sup>1</sup>

### Resumo:

A história do pomerano que imigrou para o Espírito Santo no séc. XIX não deve ser dissociada do luteranismo. Por representar fé e sociabilidade, vilas e cidades se constituíram próximas às igrejas. O luteranismo instituiu, por imprevidência do Estado, escolas comunitárias onde se aprendia alemão, resistindo à nacionalização das escolas no período Vargas. No militarismo, pastores foram presos e a língua alemã proibida. Na atualidade há um misto de crença e representatividade entre os descendentes de pomeranos e o luteranismo.

**Palavras-chaves:** Luteranismo. Pomeranos. Sociabilidade.

### Abstract:

The history of the Pomeranian who immigrated to the Espírito Santo in the century XIX should not be dissociated from Lutheranism. To represent faith and sociability, towns and cities constituted themselves nearby of the churches. The Lutheranism instituted by improvidence of the State, community schools where they learned German, resisting the nationalization of schools in the Vargas period. In the Militarism, pastors were arrested and banned the German language. At present there is a mixture of belief and representation among the descendants of Pomeranians and Lutheranism.

**Keywords:** Lutheranism. Pomeranians. sociability.

A imigração pomerana para o Espírito Santo no séc. XIX foi motivada por contextos instituídos na Pomerânia e no Brasil. Entre os pomeranos, a desarticulação do sistema feudal impulsionou desemprego e fome, contexto que induziu a busca por novas possibilidades de trabalho e sobrevivência. No Brasil, a substituição da mão de obra escrava e a necessidade de ocupação de áreas desabitadas justificaram políticas públicas de incentivo à imigração europeia. Sob esta constituição dualista, a partir de 1859 os pomeranos desembarcaram no Espírito Santo e se localizaram em núcleos coloniais. Em grande maioria, foram fixados na colônia de Santa Leopoldina, em áreas distantes dos centros urbanos e no meio das matas, esta localização se deu por motivação de ocupação territorial, uma das justificativas do processo de imigração.

A disposição das colônias e das casas, ligadas apenas por trilhas na floresta devido à inexistência de estradas, a utilização da língua pomerana no cotidiano, o desconhecimento da língua portuguesa e a ausência do Estado na prestação de serviços públicos essenciais de saúde e educação, proporcionaram o isolamento do grupo como forma de condução da vida na localidade, condição que seguiu até 1879 com a chegada de Johannes Schäfer em Jequitibá, Santa Leopoldina. Johannes foi o primeiro pastor da igreja luterana que se estabeleceu junto

aos pomeranos, e por meio de seu comando, teve início os cultos na escola particular local, essa menção se faz pelo fato da primeira igreja de representação luterana ter sido inaugurada na localidade apenas em 1882. A partir da vinda de Johannes a igreja luterana enviou outros representantes que tiveram primordial importância para os pomeranos, seus descendentes e a comunidade local. Juntamente com os religiosos, os pomeranos empreenderam uma organização comunitária, fundando igrejas, e próximos a elas, vilas e cidades. Na igreja, além da celebração de cultos e casamentos, era onde se organizavam assembleias que decidiam a vida na localidade, realização que atribui ao luteranismo representação religiosa, social e política.

Nessas reuniões foi estabelecida, entre outras decisões, a organização e a manutenção de uma educação institucionalizada por meio de escolas comunitárias pomeranas. Administradas pela igreja luterana e mantidas pelos colonos, as aulas nessas escolas eram regidas pela língua alemã, fato que ignorava a língua pomerana, a língua materna, ser a primeira língua falada no grupo. Vale lembrar, no entanto, que a língua pomerana começou a ter grafia somente em 2006, com a publicação de dois livros do pesquisador de Santa Maria de Jetibá, no Espírito Santo, Ismael Tressmann, fato este que inviabilizou seu aprendizado escrito no período anterior a estas publicações.

As aulas nas escolas comunitárias pomeranas eram dadas com base na bíblia e no catecismo, instituindo caráter religioso à educação escolar. Outro fator que dava as escolas comunitárias característica singular era a obrigatoriedade de frequência dos alunos às aulas ser limitada a dois ou três dias na semana. Essa quantidade de frequência se estabeleceu pelo fato dos alunos trabalharem na lavoura e sua mão de obra complementar as atividades laborais familiares e a economia desse núcleo social. Vale observar ainda que a limitação da frequência escolar estava atrelada à responsabilidade do pagamento dos professores ser atribuição dos colonos, menção que demonstrava adequação escolar à realidade econômica e social dos pomeranos.

A escola comunitária pomerana e outros empreendimentos locais se constituíam por meio do envolvimento dos colonos e da igreja, sem comprometimento das autoridades locais, seguindo assim até o início da República no Brasil. Contudo, a nova organização nacional que a República instituía tinha por base a valorização do nacionalismo. Porém, a proposta nacionalista do referido período não estabelecia integração da cultura pomerana à nacional, mas o ideário se constituía na imposição da cultura nacional e a anulação da cultura instituída na colônia. Os limites impostos pelo nacionalismo aos imigrantes começaram a ser observados por meio da inspeção das escolas no Espírito Santo a partir de 1916 no governo de

Bernadino de Souza Monteiro. Neste ano, o governo local faz referência à ineficiência da fiscalização das escolas primárias isoladas do interior, justificando o fato especificando que a “fiscalização das escolas primárias, a cargo da Directoria de Ensino Publico, com o auxílio de um único inspector escolar não pode dar resultados satisfatórios”<sup>2</sup>. A inspeção objetiva, entre outras funções, acompanhar as escolas do interior, o que incluía as escolas comunitárias pomeranas.

Outra menção à referência à fiscalização do governo dada as escolas estrangeiras frequentadas por pomeranos desde o período apresentado se justificava por motivo de outros imigrantes contemporâneos a esses, como os italianos, não terem mais o ensino ministrado na língua materna no final da década de 30. “Em 1938 já não existiam as escolas que ministravam conhecimentos em italiano”<sup>3</sup>. É importante referendar ainda que o que diferenciava os pomeranos dos italianos é que “a parte do ensino controlado pela Igreja Católica era há muito tempo ministrado em português, mesmo quando dirigido por padres estrangeiros”<sup>4</sup> e o ensino nas colônias pomeranas se mantinham fiéis à língua alemã, introduzida e administrada pela igreja luterana em regime de parceria com os pomeranos, uma vez que os colonos é que financiavam essa educação.

As medidas educacionais propostas pelo governo não apresentaram o resultado esperado junto às localidades pomeranas, uma vez que a inspeção escolar continuou limitada e a imposição da língua portuguesa não ocorreu de fato, reafirmando a continuidade da cultura local no contexto cultural e educacional.

Há, comtudo, algumas escolas particulares, de preferencia situadas em pontos onde o habitante é estrangeiro ou descendente de estrangeiro, nas quaes, ao lado das disciplinas que a lei 1.195 impõe sejam ministradas, se ensinam tambem idiomas alheios. É difficil, senão impossivel, deter de chofre esse costume, que data de remotas epocas, quando por culpa do poder publico, o isolamento do colono concorria para que elle conservasse os habitos, a lingua e a vivaz tradição de sua patria distante. Dahi o fundarem elles escolas, regidas quasi sempre por ministros das respectivas seitas, nas quaes o pensamento, as convicções, o idioma, tudo era estranho ao Brasil.<sup>5</sup>

Assim se seguiu até a década de 30 quando Getúlio Vargas assume o Governo Provisório e anuncia o programa de reestruturação nacional. Uma de suas metas principais era melhoria de vida do trabalhador urbano e rural por meio da criação do Ministério da Instrução e Saúde Pública, logo modificado para Ministério da Educação e Saúde (MESP). A inauguração da nova pasta ministerial foi acompanhada de uma campanha, por meio de alianças com os Estados, de saneamento dos problemas da educação e da saúde pública, considerados por Vargas, primordiais para a melhoria nas condições de vida dos brasileiros.

As propostas de Vargas, contudo, se tornaram imposições em todo o território entre 1937 e 1945, quando é instaurado o Estado Novo, período em que se estabeleceu o domínio

do governo de Getúlio, de forma ditatorial, sobre a sociedade brasileira. Ações padronizadas foram instituídas e interventores foram nomeados para os estados com a finalidade de impor as mudanças e impedir oposição. Na educação, em especial, o que teve por primazia foi a reestruturação da educação escolar baseada no nacionalismo. O conteúdo ensinado a partir de então obedecia a critérios que permeavam o estudo da história destacando a criação de heróis nacionais e o culto a personalidades da vida política brasileira. A valorização da cultura nacional impôs um processo de nacionalização das culturas alheias que se localizavam no território brasileiro. Essa constituição impulsionou a imposição da língua portuguesa à demais culturas, padronizando e institucionalizando um sistema educacional com base em parâmetros nacionais.

A formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma língua vernacular como o meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como por exemplo, o sistema educacional nacional.<sup>6</sup>

Uma questão importante a ser abordada é a concepção do Estado de que a educação seria um dos pilares da política de renovação das estruturas sociais, primando pela centralização da ação educativa na escola, se desvincilhando da teoria política do ensino como responsabilidade da igreja e da família. A educação tornou-se ainda uma das via de imposição da cultura nacional as demais culturas, num processo de impedimento do uso da língua materna dos grupos imigrantes e de seus descendentes. O governo de Vargas “simplesmente reduziu o complexo problema de relacionamento com uma cultura tornada marginal à proibição do uso da língua na transmissão de conhecimentos escolares e religiosos”<sup>7</sup>. A não utilização da língua alemã, de acordo com a proposta do governo, forjaria a integração à cultura nacional e desestruturaria o elo identitário dos imigrantes. Por meio desse processo a nova organização nacional da educação escolar relegou o reconhecimento das diferenças baseadas no nascimento e na cultura herdada à abrangência de uma explicação totalizante e a concepção unidimensional e simplificada da teoria cultural do Estado nacional ao longo dos anos.

A frente da Secretaria responsável por abrigar os imigrantes no Espírito Santo estava o professor Fernando Duarte Rabelo, que por meio dos seus inspetores, fiscalizava a utilização da língua portuguesa e nomeava professores que falavam o português para as comunidades imigrantes. A par dessa premissa, compreendemos que a realidade linguística, cultural e religiosa instituída nas escolas comunitárias pomeranas organizadas pela igreja luterana seriam alvo dessa nova política educacional. O processo de intervencionismo

educacional, cultural e linguístico, tinha por base a especificidade tradicional e étnica desse grupo, diversa da referência nacional.

Cabe referir que a imposição nacionalista da obrigatoriedade da língua portuguesa nas escolas comunitárias frequentadas por pomeranos ameaçava a representatividade da igreja luterana no grupo, que além da função religiosa alcançou outra importante incumbência ao assumir a educação escolar. A obrigação da língua portuguesa abstraía da religião, detentora do conhecimento da língua alemã, a função educacional, uma vez que o alemão, língua em que eram ministradas as aulas nas escolas pomeranas, era um dos critérios de manutenção da dominação da igreja sobre a educação. Contudo, apesar da realidade apresentada, a imposição da educação escolar nacional aos pomeranos impulsionou um processo de desistência da educação escolar, desencadeando um enorme contingente de pomeranos analfabetos.

É importante observar que a proposta de mudança na organização e na estrutura da educação escolar deste período não era condizente com a realidade brasileira. As escolas eram restritas a poucas cidades e funcionavam precariamente, com a predominância de professores leigos lecionando a alunos em salas multisseriadas. Esse contexto representou a dificuldade apresentada, no que tange a realização a contento, da reorganização institucional da educação no ideário nacionalista. No estado do Espírito Santo a dificuldade na instituição da proposta de Vargas também foi notada. E nesse aspecto, o que a ineficiência do Estado na oferta e no acompanhamento educacional de fato permitiu aos pomeranos foi a manutenção, em algumas localidades, de escolas particulares alemãs gerenciadas pelos pastores luteranos. Essas escolas continuaram funcionando na ilegalidade e mantiveram as características identitárias pomeranas, uma vez que o estado não conseguiu abolir definitivamente a atuação religiosa na oferta da educação escolar, tão pouco excluiu o uso da língua estrangeira nas escolas localizadas na sua jurisdição.

Em 1939 tem início a Segunda Guerra Mundial e mesmo tendo algumas diretrizes políticas semelhantes ao governo fascista e nazista, a promoção dada à Alemanha e a Itália por meio desse episódio motivou Vargas a intensificar suas ações junto aos grupos representativos destes países no Brasil. No Espírito Santo, muitos descendentes de alemães e, entre estes, alguns pastores sofreram violência simbólica e física, justificado por sua representatividade entre os grupos imigrantes, em especial entre os pomeranos. Essa representação é observada no relato sobre um dos pastores da localidade de Santa Maria de Jetibá, que apesar da violência sofrida não retornou para a Alemanha, se mantendo fiel à localidade e aos pomeranos. “Como a maioria dos pastores protestantes alemães, nessa época

Hermann Röelke também foi preso, teve a casa invadida e revistada pela polícia. Mas nunca saiu de Santa Maria até morrer”<sup>8</sup>.

O confinamento de pessoas consideradas simpatizantes da Alemanha e dos países aliados à política nazista também foi uma das estratégias utilizadas pelos governantes nesse período por meio da DOPS. No Espírito Santo, a DOPS foi uma delegacia que começou a ser institucionalizada pelo Decreto Estadual nº 129 de 27 de novembro de 1930, com a criação do Delegado de Ordem Social, subordinado a Delegacia Geral. Em 1937, foi estabelecida a Delegacia de Segurança Política e Social, que objetivava vigiar os movimentos contrários ao governo de Vargas. E com o mesmo fim, surge a Delegacia de Ordem Política e Social. Os agentes que trabalhavam nessas delegacias confinavam os suspeitos no Instituto Agrícola de Maruípe e no Hospital Getúlio Vargas, instituições que se transformaram em cárceres. “Como prisioneiros em Maruípe, encontramos pastores luteranos, lavradores, médicos, empresários, que tiveram de deixar a sua vida cotidiana depois que se tornaram um “perigo em potencial””<sup>9</sup>. A preocupação com os pastores era justificada pela relevância que sua função assumia nas comunidades imigrantes.

As ações governamentais foram acompanhadas de formas variadas de resistência, muitas vezes estabelecida por arranjos singulares e meios nem sempre convencionais. É o caso que “diz-se que certo pastor luterano teria pedido ordem para usar a língua holandesa. Após obter a referida licença, o pastor continuou falando em alemão, já que não se sabia diferenciar tais línguas”<sup>10</sup>. E assim se seguiu no Espírito Santo durante todo o período que perduraria a Segunda Guerra Mundial. De um lado, investidas governamentais, e de outro, a ação dos imigrantes frente a esses ataques. O término da Segunda Guerra, no ano de 1945, instituiu nova conjuntura mundial e nacional. Na Europa, as delimitações territoriais estabelecidas pela Conferência de Potsdam determinaram a divisão da Pomerânia em duas áreas: a parte oriental da Pomerânia se tornaria posse da Polônia, e a parte ocidental, seria incorporado ao território da Alemanha Oriental. Essa imposição transformou os pomeranos estabelecidos no Brasil em um povo apátrida, o que motivaria a assimilação nacional, uma vez que não teria mais um referencial territorial originário. Essa teoria, entretanto, não se estabeleceu.

Em 1964 tem início o militarismo no Brasil. Durante vinte anos de domínio militar, perseguições e prisões se instituíram em todo o território nacional. O nacionalismo e a obediência às propostas governistas se tornaram políticas impostas aos civis. Igrejas e escolas eram alvo de acompanhamento do governo. Por assim mencionar, no Espírito Santo, os descendentes de pomeranos e pastores luteranos, por proferirem as línguas pomerana e alemã

representavam oposição à nação, assim sendo, tiveram casa invadidas, seus pertences confiscados, e prisões realizadas. Em relação à educação local, a desconsideração linguística e cultural pomerana se fez presente, aprendia-se a língua portuguesa e o nacionalismo por meio do currículo escolar estabelecido.

É neste período que as escolas particulares do interior começam a sofrer as primeiras, porém decisivas, oposições no contexto local, representada pela introdução de pastores brasileiros junto aos pomeranos. Em Jequitibá e Caramuru, o primeiro pastor luterano brasileiro da região assumiu a função no ano de 1969, o pastor Edgar Vollbrecht, deu início a um dos grandes desafios entre os pastores luteranos: a motivação da frequência à escola nacional dos filhos dos pomeranos. Se faz necessário observar que “por motivos vários, especialmente de ordem econômica, são refratários à matrícula dos filhos nas escolas brasileiras, e muitas vezes para fazê-la, mister se faz a intervenção do pastor”<sup>11</sup>. Frequentar as escolas públicas representava tirar a criança cinco dias da semana do trabalho da lavoura, o que interferia na economia familiar, além do mais, nem todas as famílias viam na educação escolar uma necessidade. A escola particular mantida pela comunidade, na década de 60, tinha como frequência obrigatória apenas dois e três dias da semana e cada localidade escolhia uma pessoa da comunidade mais ou menos letrada para tornar-se professor e o pagamento do professor era diferente em cada local, em alguns lugares era realizado *in natura*, como o pago em uma quarta de milho, que equivale a 7,5 kg.

Esse contexto refletiu na extinção da escola particular comunitária por parte dos pais, uma vez que o financiamento dos professores ficava custoso. Assim, entre outros fatores já mencionados, a figura do pastor luterano brasileiro entre os pomeranos representou o fim da oposição à educação estatal e permitiu o início a desagregação da religião do processo educacional escolar, além de ser um facilitador da introdução da língua portuguesa na localidade, oposição sustentada por pastores alemães. Porém, a ação do pastor enquanto coordenador de outros contextos comunitários não cessará.

Na contemporaneidade, a presença do pastor luterano continua sendo relevante entre os pomeranos. Nos cultos, nas enfermidades, nos nascimentos, batismos, casamentos e mortes a igreja luterana e o seu representante constituem presença emblemática. Nas organizações das festas locais e nos litígios familiares a palavra do pastor é respeitada. No entanto, o luteranismo tem na atualidade um importante trabalho na comunidade pomerana que é o atendimento às especificidades do grupo, que vai desde o pomerano mais idoso que não fala e não entende a língua portuguesa e a língua alemã, que vive num tradicionalismo característico de vida condizente com muitos dos idosos locais, à criança e o jovem que têm apenas o



português como referência linguística e que tem na tecnologia o elo cotidiano a uma realidade que vai muito além do contexto do grupo, criando condição de acesso ao conhecimento diverso e ao dinamismo das mudanças atuais do mundo. Esse desafio se apresenta como um dos contextos que permeiam o dia a dia do pastor luterano, que ao criar estratégias de convivência, remediando os conflitos de geração na comunidade, institui um processo de manutenção da crença luterana e do cristianismo entre os pomeranos do Espírito Santo.

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciências Sociais pelo Mestrado Associado (PUC-SP/UVV-ES). Professora da rede pública estadual do Espírito Santo e pedagoga do município de Vila Velha. raaschmanske@ig.com.br. 27-33367893. Rua Domingos Martins, s/nº, ed. Celito Regatiere, ap. 406, Vila Capixaba, Cariacica, ES. CEP 29148-130.

<sup>2</sup> Mensagem dirigida pelo presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. Bernadino de Souza Monteiro ao Congresso Legislativo. [http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1916\\_out\\_12\\_Bernadino\\_Souza\\_Monteiro.pdf](http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1916_out_12_Bernadino_Souza_Monteiro.pdf), p. 24. Acesso em 21/09/2014.

<sup>3</sup> SOARES, Renato. *Spini nei Fiori: a “nacionalização” das escolas dos imigrantes no Espírito Santo, na Era Vargas*. Vitória: Darwin, 1997, p. 110.

<sup>4</sup> SOARES, R. *op.cit.*, 1997, p. 110.

<sup>5</sup> Mensagem dirigida pelo presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. Bernadino de Souza Monteiro ao Congresso Legislativo, [http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1919\\_out\\_12\\_Bernadino\\_Souza\\_Monteiro.pdf](http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1919_out_12_Bernadino_Souza_Monteiro.pdf), p. 36-37. Acesso em 21/09/2014.

<sup>6</sup> HALL, Stuart. *A identidade na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro, 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998, p. 49-50.

<sup>7</sup> SOARES, R. *op.cit.*, 1997, p. 113.

<sup>8</sup> SOARES, R. *op.cit.*, 1997, p. 95.

<sup>9</sup> ACKERMANN, Silvia Regina. *Quando preferir um samba ao hino nacional é crime: integralismo, etnicidade e os crimes contra o estado e a ordem social (Espírito Santo – 1934-1945)*. 2009. 335 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2009, p. 133.

<sup>10</sup> PORT, Ido. *Os altos de Itarana*. Itarana: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, 2004, p. 53 *apud* Ackermann, 2009, p. 140-141.

<sup>11</sup> PACHECO, Renato. *Estudos Espírito-Santenses*. ed. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1994, p. 73.

## **MEMÓRIA RANCOROSA, AMISTOSA E AUTO-CRÍTICA: ANALISANDO A MEMÓRIA DE DOIS EX-GUERRILHEIROS SOBRE CARLOS LAMARCA**

Ciro Campelo Oliveira<sup>1</sup>

### **Resumo**

Este trabalho confronta as memórias de dois ex guerrilheiros sobre Carlos Lamarca. Alferdo Sirkis e Celso Lungaretti militaram nas fileiras da Vanguarda Popular Revolucionária e ambos conviveram com Lamarca, no entanto, em suas biografias os dois o tratam de forma muito distinta. Lungaretti tem uma memória rancorosa, Sirkis uma memória amistosa sobre ele. Cruzando as fontes vamos perceber como a memória não é apenas determinada por acontecimentos vividos, mas também pelas solicitações do presente, que jogam um papel decisivo e contribui para sua remodelação, comparando suas memórias hoje perceberemos como elas foram repensadas e as mudanças em seus traços.

Palavras Chave: Memória; Lamarca; VPR.

### **Abstract**

This work confronts the memories of two former guerrillas about Carlos Lamarca. Alferdo Sirkis and Celso Lungaretti together campaigned for "Popular Revolutionary Vanguard" and both lived with Lamarca, however, in their biographies they treat Lamarca very differently. Lungaretti has a bitter memory, Sirkis has a friendly memory about it. Crossing the sources we can see how the memories is not only determined by lived events, but also by the demands of the present, playing a decisive role and contribute to your remodeling, comparing their memories today realize how they have been rethought and changes in their traits.

Key words: Memory; Lamarca; VPR.

---

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós Graduação em Sociologia Política na Universidade de Vila Velha. Email: [ciro\\_campelo@hotmail.com](mailto:ciro_campelo@hotmail.com). Orientador: Professor Dr. Vitor Amorim de Angelo.

Em 1964, João Goulart era presidente do Brasil, um político progressista que defendia algumas propostas estruturais para o Brasil, estas que incluíam mudanças no setores educacional, fiscal, político e agrário. Eram as chamadas Reformas de Base. No entanto setores conservadores do país tomados pelo fantasma do socialismo temiam que Jango transformasse o Brasil num país socialista, dessa forma os militares se unem e dão um golpe de estado em 01 de abril de 1964<sup>2</sup>.

O Brasil passa a ser governado por uma junta militar, assiste vários políticos progressistas e engajados nas causas populares sendo cassados pela ditadura. As manifestações de rua e passeatas são reprimidas com extrema violência, a imprensa sofre com a censura, a União Nacional dos Estudantes (UNE) – principal entidade estudantil brasileira, criada desde 1938, é colocada na ilegalidade através da Lei Suplicy. Sindicatos e grêmios estudantis são fechados. Nesse contexto de desmando por parte os militares surgem as organizações de vanguarda dentro da esquerda brasileira que não vêem outra solução, senão a luta armada. Essa vanguarda ao mesmo tempo em que se decidia pela luta armada, vivia sempre fragmentada pelas divergências políticas, os partidos de esquerda enfrentavam uma dissidência atrás da outra. Eram muitos rompimentos e novos grupos iam se formando; alguns com tendências “de massa”, ou seja, tentavam atrair a massa para si e alcançar o apoio popular, a fim de tomar o poder, esses ainda acreditavam que a luta era política e não militar. Já outras organizações tinham a linha militar; eram os chamados “militaristas” – grupos de vanguarda que acreditavam em tomar o poder pelas armas<sup>3</sup>.

Dentre todos os grupos de esquerda que lutaram contra a ditadura vamos ter como objeto do nosso trabalho a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Considerada uma organização de extrema esquerda a VPR tinha como linha de combate o foquismo<sup>4</sup>. A VPR foi organizada por Onofre Pinto<sup>5</sup>, que além de organizar era quem

---

<sup>2</sup> DE ANGELO, Vitor Amorim. Luta Armada no Brasil. São Paulo: Claridade, 2009, p. 19-20.

<sup>3</sup> Entrevista on-line para o jornal “O Rebate”, concedida por Celso Lungaretti, entre os dias 1º e 12 de outubro de 2006. Disponível em: <<http://www.jornalrebate.com/colunistas2/cir6.htm>>. Acesso em: 22 set. 2014.

<sup>4</sup> O foquismo foi criado a partir da vitória que Che Guevara e Fidel Castro tiveram em Cuba, em que a luta consistia em criar focos guerrilheiros no campo, para depois deflagrar a revolução na cidade. A

dava as cartas na VPR até a sua prisão em 1969, contudo o maior ícone da VPR é o ex capitão do exército brasileiro Carlos Lamarca.

Lamarca adere à guerrilha e foge do quartel de Quitaúna com 69 fuzis FAL<sup>6</sup>, logo se torna um grande ícone na guerrilha; não poder ser um grande quadro teórico, mas pela repercussão que sua adesão à guerrilha deu na mídia. A partir daquele momento era uma questão de honra para o exército brasileiro prender o “Capitão da Guerrilha”. Lamarca logo vira mito, a ponto de quase todas as ações armadas desse período serem atribuídas a ele<sup>7</sup>.

Esse trabalho visa analisar as memórias que foram construídas sobre Carlos Lamarca na visão de dois ex-guerrilheiros: Celso Lungaretti e Alfredo Sirkis. Ambos militaram na VPR e escreveram suas memórias em trabalhos biográficos. Lungaretti escreveu “Náufrago da Utopia” e Sirkis escreveu “Os Carbonários”. Além de suas biografias também usamos recursos da história oral, como entrevistas e conversas com os mesmos.

Para Halbwachs, a lembrança é a reconstrução do passado influenciado pelo presente. A memória individual está sempre remetida a um determinado grupo como forma de uma construção da identidade<sup>8</sup>.

Nesse caso, trabalhar-se-ão essas duas memórias. Primeiro Celso Lungaretti que constrói uma memória rancorosa sobre Lamarca. Nem sempre foi assim, porém no decorrer de sua vida como guerrilheiro existe um ponto de ruptura em sua memória. Qual é esse ponto de ruptura? Vamos detectá-lo no decorrer desse trabalho.

---

esquerda brasileira tomou conhecimento dela por meio da Guerra de Guerrilhas (1960), de Che Guevara, e depois por Revolução na Revolução (1967), do francês Régis Debray, que foi quem desenvolveu essa teoria depois da experiência vitoriosa em Cuba (GORENDER, 1999, p.80).

<sup>5</sup> Ex- sargento do exército brasileiro Onofre ajudou a fundar a Vanguarda Popular Revolucionária (GORENDER, 1987, p.131).

<sup>6</sup> Fuzil Automático Leve, arma de uso exclusivo das forças armadas.

<sup>7</sup> JOSÉ, Emiliano & MIRANDA, Oldack. Lamarca: O Capitão da Guerrilha. São Paulo: Global Editora, 1980, p.88.

<sup>8</sup> HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Centauro, 2004, p. 48.

No caso de Sirkis, o que ficou foi uma memória amistosa, esta que foi construída no decorrer dos quarenta dias em que conviveu com Lamarca num aparelho<sup>9</sup> no subúrbio do Rio de Janeiro, entre dezembro de 1970 e janeiro de 1971. Neste período, ambos vivem bem e constroem uma grande amizade, ao ponto de Sirkis chamar Lamarca de amigo<sup>10</sup>.

Não é objetivo desse trabalho traçar histórico minucioso da militância de Lungaretti, mas sim localizar o ponto de ruptura que fez com que sua memória se tornasse rancorosa.

O que leva um garoto de 18 anos a ser um revolucionário? Pergunta complexa, tendo em vista a diferença do momento político de hoje, num país democrático, onde há direito ao voto e onde os grêmios estudantis são livres. Na época de Lungaretti, a coisa era mais complicada, pois o país vivia sob o julgo de uma ditadura. Com isso, o final dos anos 60 foi para muitos jovens o início de uma longa e dura vida dentro da militância de esquerda, Lungaretti e seu grupo de amigos da escola secundarista aderem à luta armada e acabam escolhendo a VPR para militar<sup>11</sup>.

Como já dito a VPR era um grupo de caráter foquista, e seu objetivo era fazer a guerrilha no campo, partido assim para a cidade. Contudo a VPR passa por um processo de divisão em 1969 e ressurgiu tendo Carlos Lamarca como seu principal quadro militar. O objetivo da nova VPR? Fazer a guerrilha no Campo, finalmente colocando o Foquismo em ação. Lungaretti foi um dos selecionados para participar desse grupo pioneiro que iria iniciar a guerrilha no campo<sup>12</sup>.

---

<sup>9</sup> Ao invés de dizer apartamento ou casa, a guerrilha adotou o termo aparelho, para identificar os lugares onde os guerrilheiros residiam.

<sup>10</sup> SIRKIS, Alfredo. Os Carbonários. Rio de Janeiro: Record, 1998, p. 20.

<sup>11</sup> Entrevista on-line para o jornal “O Rebate”, concedida por Celso Lungaretti, entre os dias 1º e 12 de outubro de 2006. Disponível em: <<http://www.jornalrebate.com/colunistas2/cir6.htm>>. Acesso em: 22 set. 2014.

<sup>12</sup> LUNGARETTI, Celso. Naufrago da Utopia: Vencer ou Morrer na Guerrilha aos 18 anos. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 115.

Segundo Lungaretti<sup>13</sup> o sítio ficava na altura do quilômetro 254 da BR-116 – rodovia que passa por São Paulo rumo a Porto Alegre. Fazia parte do grupo pioneiro: Lamarca, o velho companheiro de movimento secundarista Massafumi Yoshinaga (André) e outro nissei, Yoshitane Fujimore (Antenor).

Essa área tinha uma série de inconvenientes: é comum encontrarem estranhos em suas caminhadas, tendo de esconder, às pressas, as armas que carregam; a rodovia é muito próxima; os tiros repercutem a longa distância. Enfim, todos concordam: Jacupiranga é uma localidade populosa demais para servir de base para guerrilheiros tornando-se inadequada para receber outros militantes que viriam da cidade. Assim, decidiram evacuá-la<sup>14</sup>.

Após a definição de que a área realmente seria desativada, Lungaretti decide abandonar o campo e retornar a cidade. Na véspera do dia marcado para o abandono da área, Massafumi e Júlio (codinome de Lungaretti na época) comunicam sua decisão de voltarem para a cidade. Massafumi diz que não se aclimatou no campo nem na Organização; quer um tempo para refletir. Júlio pede apenas uma designação urbana: “Prefiro correr riscos maiores na cidade, desde que seja realmente útil à Organização. Aqui não estou sendo”. No momento da partida, Lamarca adverte Júlio e Massafumi: “Companheiros, esta área está sendo abandonada e não terá mais utilidade para a VPR. Mesmo assim, não deve ser aberta para a repressão”<sup>15</sup>.

Em abril de 1970 ocorreu uma série de prisões no Rio de Janeiro envolvem a VPR, dentre os presos estava Lungaretti. A após essa série de prisões a área de guerrilha que fora instalada por Lamarca no Vale do Ribeira é delatada, e o que segue é um cerco

---

<sup>13</sup> LUNGARETTI, Celso. *Náufrago da Utopia... Op., Cit., p. 123*

<sup>14</sup> LUNGARETTI, Celso. *Náufrago da Utopia... Op., Cit., p. 127*

<sup>15</sup> Apud LUNGARETTI, Celso. *Náufrago da Utopia... Op., Cit., p. 128.*

brutal dos militares aos guerrilheiros que estavam no Vale sendo comandados por Lamarca<sup>16</sup>.

Lungaretti afirma que não sabia onde seria instalada a área de guerrilha nº 2, ele sai da área nº 1 e vai para o Rio de Janeiro cumprir funções urbanas dentro da VPR. Contudo, pesa sobre a ele a acusação de ter entregado essa área para a repressão após a sua prisão<sup>17</sup>. Até hoje não se sabe se realmente foi ele, porém isso acabou virando um consenso dentro da esquerda, permanecendo dessa forma por mais de 30 anos.

A versão de Lungaretti é simples: como poderia delatar algo que eu não sabia? Lungaretti afirma que não sabia onde era a segunda área.

Já Sirkis da mesma maneira que Lungaretti começa a militar na VPR, assim como a maioria dos jovens que entram na luta armada, Sirkis é oriundo do Movimento Estudantil.

De sua militância surge o seguinte questionamento: Como Sirkis desenvolve uma memória amistosa sobre Carlos Lamarca? Responderemos isso no decorrer do trabalho.

A militância de Sirkis começa de verdade em janeiro de 1970, ele sai de casa e cai na clandestinidade, indo morar num quartinho em Botafogo. Nessa época, a VPR já atuava com um Grupo Tático Armado (GTA) no Rio de Janeiro, sob a responsabilidade de Roberto Gordo. Juarez Guimarães de Brito “Juvenal” vem de São Paulo para comandar o novo GTA com Alex Polari e Sirkis na coordenação. A ideia era fortalecer e organizar o setor secundarista, o outro GTA era mais voltado diretamente para as ações armadas<sup>18</sup>.

Após as prisões de abril de 1970 a VPR consegue planejar e executar o seqüestro do embaixador alemão em junho do mesmo ano. Uma das exigências é a libertação de 40 presos políticos em troca do embaixador alemão, todos os militantes da VPR presos

---

<sup>16</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Ática, 1987, p. 210-211.

<sup>17</sup> Entrevista on-line para o jornal “O Rebate”, concedida por Celso Lungaretti, entre os dias 1º e 12 de outubro de 2006. Disponível em: <<http://www.jornalrebate.com/colunistas2/cir6.htm>>. Acesso em: 22 set. 2014.

<sup>18</sup> SIRKIS, Alfredo. *Os Carbonários... Op., Cit., p. 178.*

em abril de 1970 estão na lista, menos Lungaretti, daí vem seu ponto de ruptura em relação à Lamarca. Segundo Lungaretti, Lamarca poderia incluir seu nome na lista dos presos que seriam libertados e não o fez. Contudo, o sequestro foi realizado com sucesso. O embaixador libertado e quarenta presos políticos chegam até a Argélia<sup>19</sup>.

Após o seqüestro a VPR vai ganhando fôlego e vivendo com uma certa precariedade<sup>20</sup>. Contudo após um assalto lucrativo a VPR consegue captar recursos financeiros e se fortalece a ponto de organizar, dessa vez sozinha um novo seqüestro. Dessa vez é o embaixador suíço que é seqüestrado em dezembro de 1970<sup>21</sup>. Esse sequestro, diferente dos seqüestros anteriores, desenrola-se de forma muito complicada. A VPR pede a libertação de setenta presos políticos, porém, dessa vez, a ditadura endurece e resolve negar dezenove dos setenta nomes que estava na lista. A maioria dos militantes que estava no aparelho queria que o embaixador fosse executado, tendo em vista o endurecimento dos militares em libertar os presos, Sirkis é completamente contra a execução do embaixador. Lamarca está indeciso. Porém, após uma conversa com Sirkis se convence de que o correto é libertar o embaixador<sup>22</sup>.

Após 40 dias o seqüestro termina com relativo sucesso. Setenta presos são libertados e vão para o Chile, porém a VPR racha após esse seqüestro. Sirkis abandona a luta armada, Lamarca vai para o MR8 e morre em setembro de 1971, os outros militantes que restaram são presos ou assassinados pela ditadura.

A amizade de Sirkis com Lamarca surge durante essa convivência que tiveram no aparelho onde o embaixador suíço ficou preso.

A convivência foi amistosa entre eles, bem como a memória que restou de Sirkis. Ele resume bem seu sentimento por Lamarca em um parágrafo do seu livro.

Antes de conhecê-lo, eu imaginava um militar durão, áspero, de muitos colhões e pouca sensibilidade humana e política, do mesmo

---

<sup>19</sup> SIRKIS, Alfredo. Os Carbonários... Op., Cit., p. 238.

<sup>20</sup> SIRKIS, Alfredo. Os Carbonários... Op., Cit., p. 259.

<sup>21</sup> SIRKIS, Alfredo. Os Carbonários... Op., Cit., p. 288.

<sup>22</sup> SIRKIS, Alfredo. Os Carbonários... Op., Cit., p. 323.



gênero que a maioria dos outros ex-militares da organização que eu conhecera. Pintou um sujeito afável, com a humanidade à flor da pele. Era incapaz de esconder o que ia por dentro. No rosto liam-se todos os seus sentimentos. Nunca desrespeitava ou sacaneava um companheiro e tratava todos com carinho<sup>23</sup>.

Quarenta anos depois, via e-mail, Sirkis diz o que pensa sobre Lamarca.

Convivi com Carlos Lamarca os memoráveis 40 dias, de dezembro de 1970 a janeiro de 1971, em que estivemos juntos, guardando o embaixador suíço no aparelho da rua Tacaratu, em Honório Gurgel. Aí brotou uma amizade e uma admiração imensa por ele, nosso comandante. Hoje tenho uma visão mais crítica tanto dele como de mim, na época. Mas continuo a admirá-lo como a figura heróica que foi e também como uma carioca muito especial [...] <sup>24</sup>.

Podemos ver que sua admiração e amizade por Lamarca resistiu a quatro décadas e, analisando toda essa convivência, vimos o porquê dessa memória amistosa construída por Sirkis, tanto pela convivência e episódios em que viveram juntos, como, com o passar dos anos, a maturidade sobre sua opinião não mudou.

E Lungaretti? Qual a sua posição sobre Lamarca? Segue esse texto escrito em 1994, após uma polêmica com o jornalista Marcelo Paiva:

Para encobrir seu erro, Lamarca deixou-me fora da lista de presos trocados por um embaixador. E foi para preservar a imagem do capitão da guerrilha que a esquerda me transformou em bode expiatório do fracasso da aventura foquista. Mas não conseguiu calar-me<sup>25</sup>.

Analisando a memória de Lungaretti, fazemos o seguinte questionamento: onde se encontra o traço de mudança e maleabilidade em sua memória?

A memória não é baseada apenas em fatos do passado; ela também traz consigo traços do presente – daí podermos centrar no ponto onde Burke<sup>26</sup> fala da maleabilidade da

---

<sup>23</sup> SIRKIS, Alfredo. Os Carbonários... Op., Cit., p. 313.

<sup>24</sup> Enviado via e-mail por Alfredo Sirkis em 26/08/2011.

<sup>25</sup> Jornal Folha de São Paulo, 08/08/1994, Lungaretti, In: LUNGARETTI, Celso. **Náufrago da Utopia- Viver ou Morrer na Guerrilha**. Aos 18 anos.

<sup>26</sup> BURKE, Peter. *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

memória – esses acontecimentos do tempo presente vêm recheados de nuances que fazem com que a memória seja remodelada. Vejamos o caso de Lungaretti: ele era jovem, tinha apenas dezenove anos, e, realmente, fez diversas acusações contra Lamarca, pois atribuiu a ele todas as torturas que sofreu, achando que Lamarca poderia tirá-lo da prisão. Ele julga Lamarca como único responsável por não tirá-lo dessa situação e acha que o veto à inclusão de seu nome na lista dos que seriam trocados pela liberdade do embaixador alemão foi do próprio Lamarca. A prisão e a liberdade de Lungaretti, naquele momento, estavam nas mãos de Lamarca. Portanto, todo seu sofrimento ocorreu por decisão dele.

Essa mudança ocorre com Lungaretti, quando fizermos um comparativo entre sua memória, em 1994, e depois em 2011. A escrita de Lungaretti é sempre hostil em relação a Carlos Lamarca. O passar do tempo não apagou o rancor, mas fez com que a memória dele fosse remodelada e, hoje, ele consegue ver Lamarca com outros olhos, conseguindo perceber alguns acertos, e coloca-o como um dos maiores revolucionários que o Brasil já teve.

Via e-mail, perguntei a Lungaretti o que ele teria a dizer de Lamarca agora, mais maduro. Segue fragmentos do seu texto. Esse texto foi escrito dezessete anos depois da polêmica com Marcelo Paiva. Percebe-se grande diferença, maturidade e até mesmo mais serenidade na fala de Lungaretti.

[...] Com o passar do tempo, fui reequilibrando os pratos na balança [...] No entanto, hoje reconheço seu idealismo e extremo espírito de sacrifício. Fez o melhor que podia, alçado a uma posição que não estava preparado para ocupar (era um comandante militar, não político). A culpa, na verdade, foi nossa. Ele era tão conveniente para nós que fechamos os olhos às suas limitações, mesmo percebendo que elas existiam.

Foi extremamente elogiável sua resistência à ideia de execução do embaixador suíço. O homem lhe deveu a vida. Matá-lo teria sido um erro terrível, semelhante ao assassinato de Aldo Moro. Não mudaria o resultado da luta e deixaria os revolucionários com péssima imagem. A direita exploraria nossa “crueldade” por décadas, como faz com suas duas únicas vítimas impactantes.

[...] Concluindo: Ele assumiu grandes responsabilidades e, como consequência, seus acertos e erros foram na mesma escala. No cômputo geral, o balanço é favorável. Deve ser reconhecido como um dos maiores revolucionários brasileiros de todos os tempos. Mas, não estava sempre certo, nem era infalível. Ninguém é<sup>27</sup>.

Na perspectiva de Burke, a memória é maleável e aquilo que é gerado sobre um determinado indivíduo é fruto do que se viveu com ele. Com isso você carrega dentro de si lembranças, sejam elas boas ou ruins<sup>28</sup>. E, na hora de expor isso no papel é que a memória vai se mostrar exatamente como ela está guardada dentro de você. No caso de Lungaretti, com extremo rancor. No caso de Sirkis, um imenso carinho, afeto, respeito e amizade. No caso de Sirkis a sua memória não mudou, continua amistosa, no caso de Lungaretti houve uma auto crítica em relação a Lamarca.

Com efeito, a memória não é apenas determinada pelos acontecimentos vividos, mas também pelas solicitações do presente, que jogam um papel decisivo também, inclusive contribuindo para remodelá-la, detectamos isso através dessa última opinião de Lungaretti sobre Lamarca e assim podemos concluir que a memória é mutável, que a construção de uma imagem vem a partir da vivência e das lembranças que se teve com aquele indivíduo, e que com o passar do tempo e diversos fatores levam a remodelação dessa memória.

---

<sup>27</sup> Enviado via e-mail por Alfredo Sirkis em 26/08/2011.

<sup>28</sup> BURKE, Peter. Variedades de História Cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.73.

**Título da Comunicação:** *"O visconde do Uruguai e a reforma do Código Criminal de 1832: centralizar para conservar a Ordem e reorganizar o Estado Imperial"*

**Autora:** Clarice de Paula Ferreira Pinto

**Título acadêmico:** Mestre em História Social

**Instituição:** Universidade Federal Fluminense

**Orientador:** Théo Lobarinhas Piñeiro

**Co-orientador:** -

**Agência Financiadora:** CAPES

**E-mail:** [lice82uff@gmail.com](mailto:lice82uff@gmail.com)

**Resumo:**

Esta comunicação pretende discutir a participação de Paulino José Soares de Sousa, o visconde do Uruguai, na aprovação da lei nº 261 de reforma do Código do Processo Criminal. O Código instituído pela Regência em 1832, determinou uma estrutura judiciária descentralizada, a partir do fortalecimento do juiz de paz. Assim, a reforma do Código, ocorrida em 1841, tornou-se fundamental para Paulino, pois estabeleceu um processo de centralização judiciária, que possibilitou a construção do Estado Imperial sob a hegemonia saquarema.

**Palavras-chave:** Estado Imperial – Código Criminal – Visconde do Uruguai

**Abstract:**

This communication discusses the participation of Paulino José Soares de Sousa, the Viscount of Uruguay, in the adoption of law nº. 261 of reform of the Criminal Procedure Code. The Code introduced by the Regency in 1832, determined a decentralized judicial structure, from the strengthening of the justice of the peace. So, the reform of the Code, which occurred in 1841, became fundamental for Paulino, because it established a process of judicial centralization, which enabled the construction of the Imperial State under saquarema hegemony.

**Keywords:** Imperial State – Criminal Code – Viscount of Uruguay

## **1- Introdução**

Paulino José Soares de Sousa, futuro visconde do Uruguai, ocupou o ministério dos Negócios da Justiça, por um breve período em 1840, antes do Golpe da Maioridade, e depois entre os anos de 1841 e 1843. Este foi um momento marcado pela eclosão de inúmeras revoltas e rebeliões nas províncias do Império brasileiro, pela implementação da reforma do Código do Processo Criminal de 1832, em 3 de dezembro de 1841. Identificado com a tradição conservadora, Paulino considerava o princípio da Ordem como algo prioritário. Logo, era preciso reagir contra à "desordem" e à "insubordinação" representadas pelas revoltas regenciais, mobilizando os mecanismos de repressão necessários. Ao fazer aprovar na Câmara dos Deputados e no Senado a reforma Código do Processo Criminal de 1832, foi portanto possível delegar ao governo central "mais força contra as facções," contribuindo para a supressão e "para que não reapareçam as desordens e commoções, que tem continuamente affligido o Paiz (...)"<sup>1</sup>.

O objetivo deste texto será o de discutir a atuação de Paulino no enfrentamento dos conflitos sociais e políticos que marcaram o momento enquanto esteve à frente da pasta da Justiça. Após a análise das revoltas regenciais e das medidas tomadas para sua contenção, trataremos das críticas feitas pelo ministro ao Código do Processo Criminal de 1832, apontado-o como o principal instrumento da desorganização da Nação.

## **2- As Revoltas Regenciais**

A época das regências, foi um momento de agitação política, no qual a disputa pelo comando do governo entre liberais moderados, liberais exaltados e caramurus, geraria intensas rebeliões. O Ato Adicional de 1834, por sua vez, representou um compromisso entre essas diferentes facções políticas, mas nem por isso significou uma conquista, já que "submetia os interesses locais às forças dominantes no âmbito provincial" e "acabava por tornar legítimas as desigualdades no interior do Povo"<sup>2</sup>.

Segundo Marco Morel, os liberais moderados, pensando no progresso "ensaiavam não enganar, mais aplicar engenhosa operação política com duas dimensões: legitimar a construção de uma nação nos feitiços de seus interesses e frear a possível corrida do processo revolucionário"<sup>3</sup>. No entanto, o "carro da revolução", apareceu como um "divisor de águas" no cenário político, adquirindo vida e movimentos próprios, e caracterizando assim o período regencial como um tempo de novas perspectivas políticas.

Para Ilmar Mattos, este foi o momento de proeminência da Praça pública em relação aos espaços da Casa e do Estado - entendendo-se esses espaços como os da Revolução social,

Liberdade e Autoridade, respectivamente - onde a Liberdade confundia-se com a Igualdade, eliminando as hierarquias dentro da sociedade política imperial. É importante ressaltar que, para o autor, a sociedade imperial era permeada por um sentimento aristocrático, "que referenciava os diferentes critérios que permitiam não só fazer distinções (...), mas também e antes de mais nada hierarquizar os elementos constitutivos da sociedade" <sup>4</sup>.

A partir desta premissa, deriva a noção de que a sociedade estava necessariamente dividida em três mundos: o mundo do trabalho, o do governo, e o da desordem. O primeiro era formado pelos escravos, a quem se atribuía a competência exclusiva de trabalhar; o segundo era reservado aos membros da "boa sociedade" que tinham como competência específica, governar <sup>5</sup>; e o terceiro era constituído predominantemente por homens livres e pobres, que não tinham lugar, nem ocupação e que vagavam desordenadamente pelo território - fato que, para Paulino, relacionava-se à eclosão de rebeliões ou sedições .

As rebeliões que estouraram durante o período regencial, e mais especificamente após a aprovação do Ato Adicional de 1834, não foram senão resultado de uma política que se propunha assegurar a cada grupo local o predomínio de seus interesses no âmbito provincial, na intenção de descentralizar de forma mais equilibrada o aparelho de Estado. Os confrontos aconteciam entre facções locais ou regionais da classe senhorial, as quais se somavam rebeliões envolvendo pobres, libertos, escravos e quilombolas. Este foi o caso da Cabanagem, da Farroupilha, da Sabinada e da Balaiada.

A Cabanagem, revolta ocorrida na província do no Grão-Pará, entre 1835 e 1840, distinguiu-se pela grande participação popular e por possuir bases de sustentação bastantes heterogêneas, reunindo desde pequenos proprietários e arrendatários até artesãos, além de um amplo apoio de homens desprovidos de bens, dentre os quais destacam-se índios, negros libertos e escravos. Apesar de um forte vínculo com a monarquia e com o então príncipe D. Pedro II, "muitos cabanos e suas lideranças vislumbravam perspectivas políticas e sociais diferentes daquelas vindas dos governantes regenciais do império centralizado na corte carioca" <sup>6</sup>.

No seu âmago, a Cabanagem demonstrou ser um movimento motivado pela insatisfação em relação à política do governo central, pela lusofobia exacerbada e pela desconfiança das autoridades, além de ser impulsionado pelo espírito de autonomia de que passaram a desfrutar as províncias após o Ato Adicional de 1834 <sup>7</sup>.

Em 1841, no relatório do ministério dos Negócios da Justiça, Paulino ressalta a visão de que "(...) os indivíduos que compunham as massas" teriam de ser "inteiramente dispersos, e por uma bem dirigida sujeição não contraírem o hábito da subordinação e do trabalho, perdido

o da ociosidade e feroz licença em que tem vivido”<sup>8</sup>, sendo necessário para isso o fortalecimento do governo central através de uma reforma do Código do Processo.

A Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos, ocorrida no Rio Grande do Sul entre os anos de 1835 e 1845, ao contrário de outras revoltas regenciais, foi realizada pela chamada "boa sociedade", ou seja, por aqueles pertencentes ao "mundo do governo". Foi um movimento que, sobretudo, nasceu do descontentamento da classe dominante local - composta por grandes estancieiros e charqueadores - com a política tributária do governo imperial.

Paulino considerou essa "revolução", como: "De todas as sedições que tem rebentado no Império, he sem duvidaa do Rio Grande do Sul, pelo seu caracter, pelos sacrificios enormes que nos tem custado, pela sua duração, e pelas suas terriveis consequencias, a mais séria, e a mais complicada"<sup>9</sup>.

Nos últimos anos da rebelião, seja pelo desgaste e destruição causados pelas batalhas, seja pela instabilidade política na região platina, aos estancieiros e charqueadores interessava mais em ver seus interesses atendidos do que continuar com o conflito e, conseqüentemente perder o mercado brasileiro para seus concorrentes uruguaios.

Por seu turno, a Sabinada foi uma revolta urbana ocorrida, entre o fim de 1837 e o início de 1838, na cidade de Salvador<sup>10</sup>. De base social bastante ampla, contava com a participação expressiva de profissionais liberais, funcionários públicos, pequenos comerciantes, artesãos, militares<sup>11</sup> e escravos crioulos (aqueles nascidos no Brasil).

Os "sabinos" combatiam o governo regencial por não acreditarem na eficácia do Ato Adicional de 1834 como propiciador de maior autonomia provincial<sup>12</sup>. Além disso, eram contra os senhores de engenho do Recôncavo e seus aliados políticos, pretendendo por meio de uma reforma social expulsá-los da província. Seu projeto político, redigido por Francisco Sabino e José Duarte da Silva, consistia no desligamento completo, porém temporário, da Bahia em relação ao governo central enquanto o imperador não assumisse o trono.

Apesar de não ter se estendido pelo Segundo Reinado, a Sabinada foi abordada neste texto por se constituir em uma revolta de caráter liberal que questionava a hierarquia da sociedade imperial, baseada na divisão em três mundos, como já explicado anteriormente. Assim, em 1838, quando Araújo Lima assume o cargo de regente, tentando a implementação do projeto do Regresso, a derrota desta revolta se torna extremamente importante para garantir a força do projeto centralizador.

Outra importante revolta regencial, a Balaiada ocorreu entre 1837 e 1841, na província do Maranhão e do Piauí, e traduziu, regionalmente, os anseios de grupos sociais distintos. O

movimento se inicia com a disputa pelo governo da província do Maranhão entre grupos políticos liberais e conservadores, os "bem-te-vis" e os "cabanos", respectivamente. Os primeiros eram compostos por fazendeiros de gado e segmentos médios urbanos e os segundos por negociantes portugueses, grandes criadores de gado e produtores de algodão.

Não demorou para que vaqueiros, cesteiros, pequenos proprietários, homens livres, libertos e escravos se rebelassem. Essa ampla adesão popular remetia aos conflitos que contrapunham os pequenos produtores de alimentos e vaqueiros aos grandes proprietários de terra e mão de obra escrava <sup>13</sup>.

Os "balaios" - como eram chamados os sertanejos rebelados - não propuseram transformações significativas na ordem econômico-social, apenas seguiram as reivindicações do líderes liberais <sup>14</sup>. Para Paulino, os revoltosos eram "(...) huma massa enorme de homens ferozes, sem moral, sem religião e sem instrução alguma, eivados de todos os vícios da barbaridade! (...) Nem o sexo, nem a idade, nem a propriedade nada respeitaram" <sup>15</sup>.

Assim, na Sessão de 3 de novembro de 1841 da Câmara do Deputados, Paulino analisa o período regencial: “Em que estado deixarão as Regências o país? Deixarão-no retalhado por paixões e ambições de localidades, criadas e alimentadas pelas nossas leis, e por concessões repetidas e quase necessárias da fraqueza (...)” <sup>16</sup>.

Como homem do movimento do Regresso e do partido Conservador, Paulino entendia que a centralização é a unidade da Nação e a unidade do poder e para que essa centralização fosse bem sucedida e para que o governo fosse forte, era necessário uma reforma da legislação, ou seja era necessário que se reformasse o Código do Processo Criminal de 1832.

### **3 - A reforma do Código do Processo Criminal de 1832**

O contexto histórico que precedeu o movimento do Regresso e que persistiu até o final do período regencial foi marcado pelas insurreições de escravos, pelos distúrbios da "malta" e pelas rebeliões em diversas províncias do Império, ameaçando assim sua integridade territorial.

Logo, na visão dos regressistas, teria de ser implementada uma política que fortalecesse o princípio da autoridade central, recuperasse o prestígio da Coroa e aumentasse o poder de ingerência do Executivo, e que a partir de uma processo de centralização política, tornasse o Estado forte e capaz de administrar as relações entre o governo central, o provincial e o municipal. Para tal intento, seria necessária uma reformulação das leis descentralizadoras da Regência: o Código do Processo de 1832 e Ato Adicional de 1834.



A reforma do Código de Processo Criminal começou a ser pensada já em 1837, quando Araújo Lima assumiu como regente, nomeando, para o ministério dos Negócios da Justiça, Bernardo Pereira de Vasconcelos. O então ministro Vasconcelos formou uma comissão – da qual Paulino faria parte – para elaborar um projeto de reformulação do Código.

Após a antecipação da maioridade de Dom Pedro II, perpetrada pelos liberais, os conservadores só conseguiram voltar ao governo no Gabinete de 23 de março de 1841, com Paulino ocupando a pasta da Justiça. Tão logo assumiu o ministério, apresentou o projeto de Reforma do Código do Processo Criminal para ser discutido na Câmara do Deputados.

As críticas feitas por Paulino ao Código do Processo Criminal concentravam-se no fato de que o governo central "ficou sem ação própria sobre agentes administrativos (...), dos quais dependia sua ação, e que todavia eram dele independentes" <sup>17</sup>. Essa "ação" a qual Paulino se referia, era a difusão das leis gerais, às quais cabia a esses agentes fazer cumprir. Logo, torna-se necessário explicitar os pontos desta lei que causaram maior embaraço ao então ministro da Justiça.

O Código do Processo de 1832 criou uma estrutura judiciária e policial fortemente descentralizada. Os cargos de juiz de paz, promotor, o juiz municipal, e o júri passaram a ser eleitos na esfera da municipalidade. Segundo Paulino, os juízes de paz eram "criaturas da cabala de uma das parcialidades do lugar" <sup>18</sup>. A eles competiam julgar ações, prender foragidos da justiça, formar culpa e pronunciar acusados, além de ajudar a compor a listagem de jurados, e indicar nomes para os cargos de escrivão de paz e inspetores de quarteirão para as Câmaras e nomear oficiais de justiça. Os promotores, assim como os juízes municipais, eram escolhidos através de uma lista tríplice, entregue pela Câmara aos eleitores. Suas funções eram, respectivamente, assumir a responsabilidade exclusiva pela acusação, e executar as ordens, sentenças e mandatos proferidos pelo juiz de direito <sup>19</sup>.

Em um discurso proferido na Câmara dos Deputados, a 21 de julho de 1841, Paulino mostrou sua insatisfação com a "sobrecarga de atribuições" dos juízes de paz, e deu ênfase, "a competência de pronunciar acusados", arma "que não poucas vezes serve para saciar paixões particulares, que não poucas vezes serve, (...), os caprichos das pequenas facções em que se acha dividida a população de muitas de nossas pequenas povoações de fôra" <sup>20</sup>.

O mesmo argumento utilizado por Paulino para criticar o juiz de paz serviria para o juiz municipal. Conforme o Código do Processo, o juiz municipal seria designado pela Câmara Municipal, e suas atribuições consistiam em substituir o juiz de direito, nos

impedimentos ou em suas faltas, executar, dentro do termo, as sentenças e mandados dos juízes de direito, além de também exercitar cumulativamente a jurisdição policial.

De acordo com Paulino, em seu relatório ministerial de 1841, os juízes municipais eram parciais e leigos, homens que não saberiam pronunciar o princípio mais trivial de jurisprudência<sup>21</sup>. Assim afirma:

"(...) a Administração de Justiça, hoje confiada a Juizes Municipaes e de Orphãos, na maior parte dos casos inteiramente leigos, e dados a occupações que lhes não deixam o tempo preciso para se instruirem nos Processos e nas Leis. Dahi resulta entregarem a morosa decisão dos casos que lhes são sujeitos, por menos complicados que sejam, a Advogados do lugar, ou outras pessoas muitas vezes mais ou menos interessadas por huma das partes"<sup>22</sup>.

A partir desse trecho, concluimos que a crítica feita pelo ministro Paulino residia no total desconhecimento, por parte dos juízes municipais, das práticas jurídicas e das leis. Além desse fato, destaca-se a dependência destes juízes frente aos advogados locais, que os manipulavam de acordo com os interesses de um dos grupos políticos dominantes. Segundo Paulino, tornava-se importante ressaltar que os juízes de paz e as Câmaras Municipais, muitas vezes filhos da "cabala" vencedora nas eleições do locais, tornavam as autoridades nomeadas por estes, no caso o juízes municipais, reféns de suas exigências<sup>23</sup>.

Outro alvo dos ataques e críticas de Paulino foi a figura do promotor. Essas seguiam a mesma linha daquelas feitas ao juiz de paz e ao juiz municipal. De acordo com o Código do Processo de 1832, todos cidadãos aptos a serem jurados, poderiam também ocupar o cargo de promotor - sendo escolhidos, para esse, aqueles que preferencialmente fossem instruídos nas leis<sup>24</sup>. A escolha deste funcionário caberia ao presidente de província, que o selecionaria a partir de uma lista tríplice elaborada pela Câmara Municipal.

As críticas direcionadas aos promotores diziam respeito à nomeação e à qualificação dos cidadãos para o exercício desta função. Em 3 de novembro de 1841, Paulino discursava, na Câmara dos Deputados, destacando as questões acima:

“O interesse da sociedade exige que esses lugares sejam servidos por homens que tenham a necessaria capacidade e instrucção para que possam lutar com vantagem contra a defesa. E o que quasi sempre não acontece. O cargo de promotor he odioso, nenhum incentivo tem, e por isso, principalmente em nossos municipios de fóra, quasi todos fogem de o exercer, de modo que frequentemente recai em pessoas menos idôneas. (...), que não tem conhecimento das leis, que não, que não he dotado de muita inteligencia e que não tem o habito de falar em publico.”<sup>25</sup>.

Assim, para Paulino, a tarefa dos promotores era ingrata, pois cabia a ele acusar e dificultar a ação da defesa dos criminosos, ficando na linha de frente das facções locais e de seus protegidos. E, além disso, não recebiam nenhuma remuneração por isso.

Quanto ao júri de acusação, as críticas de Paulino centravam-se na forma de escolha de seus membros e no seu mau funcionamento. Segundo a proposta do Código de 1832, o júri seria formado por cidadãos - aptos a serem eleitores - de "reconhecido bom senso e probidade" <sup>26</sup>.

O ministro ressaltava a dificuldade em se conseguir cidadãos habilitados para o cargo e que, concomitantemente, estivessem dispostos a dividir seu tempo já preenchido por demandas particulares e profissionais com as atribuições do cargo. Assim, em discurso feito no Senado, em 11 de julho de 1840, Paulino observa que: "Um dos principais inconvenientes que tem encontrado entre nós a instituição dos jurados provém de que em muitos termos é muito limitado ou insuficiente o número das pessoas habilitadas para exercer aquele cargo" <sup>27</sup>.

Além disso, outro obstáculo da administração judicial na ótica de Paulino, era o mal funcionamento do corpo de jurados, que ocorria porque seus membros priorizavam os afazeres pessoais em detrimento dos assuntos públicos, fazendo com que tomassem decisões apressadas e nem sempre acertadas <sup>28</sup>. Tal fato advinha das grandes distâncias percorridas pelos cidadãos, entre as Comarcas e os Termos, da falta de local propício para se instalarem e principalmente da ausência de ajuda financeira do Estado para o exercício da função de jurado. Logo, para Paulino, o júri de acusação deveria ser extinto, já que seus membros tenderiam a dar maior importância aos assuntos privados em detrimento dos assuntos públicos<sup>29</sup>.

Para Paulino, o Código do Processo Criminal, em sua concepção mais ampla, representara um ataque direto à magistratura profissional e uma afirmação dos ideais liberais de autonomia judiciária e de descentralização política <sup>30</sup>. A maior parte das atribuições dos juízes de direito foram transferidas para o juiz de paz, cabendo ao primeiro regular as sessões judiciais, presidir o Conselho de Jurados, orientar o debate entre as partes, dentre outros <sup>31</sup>.

As regras que regulavam a escolha dos juízes de direito se constituíam em uma questão primordial para Paulino. Já que, naquele momento, para se chegar ao cargo de juiz de direito bastaria que os bacharéis obtivessem "(...) uma carta e uma simples certidão de prática, que em rigor apenas prova que assignarão papeis no escriptorio de um outro advogado, (...) "<sup>32</sup>. Logo, na Sessão de 2 de junho de 1841, Paulino expressou seu descontentamento, ao dizer: "O Código do processo, destruindo os predicamentos pelos quais anteriormente se regulavão os acessos na magistratura, não lhes substituiu regra alguma, e por isso entendo que

os juízes de direito devem ser chamados às relações pela sua antiguidade, serviços e merecimento" <sup>33</sup>.

A partir dessas críticas de Paulino, podemos depreender que, na sua visão, independente do prevaletimento da autoridade eleita, em relação aquela nomeada pelo governo, o Código do Processo Criminal continha falhas na distribuição das atribuições dos funcionários e nos critérios de escolha dos cidadãos para preenchimento dos cargos.

Logo, a reforma do Código de Processo Criminal representaria, o fim dos desmandos dos grupos dominantes locais no aparelho de Estado. Esses "desmandos" eram chamados pelo ministro dos Negócios da Justiça de "castelo inexpugnável". Segundo Paulino:

"Sucedida a vitória das eleições uma das parcialidades em que estavam divididas as nossas províncias. A maioria da Assembléa Provincial era sua. Pois bem, montava o seu partido, e, por exemplo, depois de nomeados para os empregos e postos da Guarda Nacional homens seus, fazia-os vitalícios. Amontoava os obstáculos para que o lado contrário não pudesse para o futuro governar. Fazia juízes de paz seus e Câmaras Municipais suas. Estas autoridades apuravam os jurados e nomeavam indiretamente, por propostas, os juízes municipais, de órfãos e promotores. Edificava-se assim um castelo inexpugnável, não só para o lado oprimido, como ainda mesmo para o governo central" <sup>34</sup>.

Assim, a partir das reformas centralizadoras - a lei de Interpretação do Ato Adicional e a reforma do Código do Processo Criminal -, as parcialidades poderiam até montar um partido, não necessariamente político, mas que servisse aos seus interesses. No entanto, este seria imediatamente desmontado, se houvesse uma tentativa, por parte dos grupos dominantes locais, de controlar as autoridades nomeadas pelo governo do Estado.

Após a enumeração das críticas feitas por Paulino ao Código do Processo de 1832, passaremos a expor as mudanças introduzidas pela lei nº 261, sancionada a 3 de dezembro de 1841, que estabeleceu uma série de reformas no Código do Processo Criminal. As principais modificações foram: 1) a criação nas capitais de um Chefe de polícia nomeado pelo poder central e escolhido entre desembargadores e juízes de direito, de caráter amovível. Além disso, teria de designar nos municípios, os delegados e subdelegados que ficariam a ele subordinados; 2) foram esvaziadas as atribuições dos juízes de paz, a maior parte destas transferidas para o chefe de polícia e seus delegados; 3) modificou-se a forma da nomeação dos juízes municipais e promotores, ficando essa a cargo do Imperador ou Presidente de Província - dispensando, portanto, a indicação das Câmaras Municipais; 4) foram dadas atribuições mais amplas aos juízes de direito, os quais deveriam ser nomeados entre os bacharéis formados que tivessem servido nos cargos de juízes municipais, de órfãos ou de promotores por pelo menos quatro anos; 5) ficaram abolidas as juntas de paz e o júri de

acusação; 6) foram estabelecidas novas regras sobre o júri; 7) introduziram-se novas regras para a formação da culpa acerca do corpo delicto; 8) ficou estabelecido que a competência para a concessão do *habeas corpus* caberia ao juiz superior, ao que havia decretado a prisão; e 9) foram expandidas as atribuições dos juízes municipais e se estabeleceu a Relação do Distrito como competente para conhecer todas as apelações das sentenças definitivas<sup>35</sup>.

As críticas de Paulino também incidiram sobre o papel do Chefe de polícia, quando da vigência do Código de Processo de 1832. Neste período, as atribuições do Chefe de polícia foram esvaziadas de tal maneira que os próprios legisladores não conseguiam defini-las<sup>36</sup>. A partir da reforma, as funções dos Chefes de polícia foram aumentadas - além daquelas já ditas acima -, e estes ficaram encarregados de atribuições criminais, como formação de culpa e do processo para ser enviado ao juiz de direito<sup>37</sup>.

Segundo Paulino, a reforma do Código do Processo, não objetivou somente: "(...) habilitar o Poder para resistir aos partidos sempre descontentes, e para cumprir hum dos seus primeiros deveres, a manutenção da Ordem publica, e a protecção á segurança individual, tirando-o da dependencia de influencias locaes, e dando-lhe acçãoefficaz sobre as Autoridades subalternas"<sup>38</sup>.

A Lei nº 261 significou, algo muito maior, que foi a continuidade de uma política centralizadora que visava o fortalecimento do governo do Estado em detrimento do governo da Casa - controlado pelas facções dominantes da província -, e conseqüentemente dos interesses "nacionais" em relação aos interesses locais. A reafirmação do controle do Estado sobre seus representantes nas províncias expressou uma derrota das facções locais e um aumento da influência do governo central na política provincial. A política centralizadora regressista não tentou acabar com as hierarquias locais, apenas procurou reformular a hierarquia nacional, a partir da submissão dos governos provinciais e municipais ao governo central.

---

<sup>1</sup> SOUSA, Paulino José Soares de. *Relatório do Ministério dos Negócios da Justiça, do ano de 1840*. Typografia Nacional, 1841, p. 29.

<sup>2</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: HUCITEC, 2004, p. 137.

<sup>3</sup> MOREL, Marco. *O período das regências: 1831-1840*. p. 22.

<sup>4</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Idem*, p. 112.

<sup>5</sup> "Governar era 'reger bem', quer a casa - entenda-se, as distintas propriedades, a começar pela escravaria, 'regulando sua economia e administração', quer o Estado - ou seja, a Monarquia constitucional 'dando Leis e fazendo-as executar'. Nesta última dimensão, o ato de governar transformava os membros da boa sociedade em 'cidadãos ativos'. Por governar o Estado, a boa sociedade representava-se como Povo, constitutivo do mundo do governo". In: Ilmar Rohloff de. *O Lavrador e o Construtor...* Op. cit., p. 196.

---

<sup>6</sup> RICCI, Magda. Cabanos, patriotismo e... Op. cit., p. 189.

<sup>7</sup> Lei nº 16, de 12 de Agosto de 1834 - Ato Adicional. In: *Portal da Câmara dos Deputados*. Sítio: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html>. Acesso em 12/10/2013.

<sup>8</sup> SOUSA, Paulino José Soares de. *Relatório do Ministério dos Negócios da Justiça, do ano de 1840*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1841, p. 6-7.

<sup>9</sup> SOUSA, Paulino José Soares de. *Relatório do Ministério dos Negócios da Justiça, do ano de 1840*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1841, p. 4.

<sup>10</sup> O clima de Salvador era particularmente tenso nos últimos meses de 1837, pela memória recente da revolta do Malês, em 1835, e agravado pelas péssimas condições de vida resultantes das secas sucessivas, escassez e altos preços dos gêneros alimentícios, além do aviltamento da moeda. In: GRINBERG, Keyla. A Sabinada e a politização da cor na década de 1830. In: GRINBERG, Keyla. e SALLES, Ricardo. (orgs.). *O Brasil Imperial...* Op. cit., p.271-272.

<sup>11</sup> Os oficiais militares geralmente descendiam de famílias de proprietários de terras ou de militares tradicionais. In: GRINBERG, Keyla. A Sabinada e a..., Idem, p. 273.

<sup>12</sup> Os "sabinos" acreditavam que a dependência econômica e política da província estava associada ao exercício autoritário do poder central sediado no Rio de Janeiro. In: SOUZA, Paulo César. *A Sabinada: a revolta separatista da Bahia (1837)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

<sup>13</sup> BASILE, Marcelo Otávio N. de C. A Independência e a formação do Estado Imperial. In: LINHARES, Maria Yeda. (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2000, p. 234-236.

<sup>14</sup> BASILE, Marcelo Otávio N. de C.. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keyla e SALLES, Ricardo. (orgs.). *O Brasil Imperial...* Op. cit., p. 71.

<sup>15</sup> SOUSA, Paulino José Soares de. *Relatório do Ministério dos Negócios da Justiça, do ano de 1840*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1841, p. 9-10.

<sup>16</sup> Sessão de 3 de novembro de 1841. *Anais da Câmara dos Deputados*. Discursos Parlamentares (1823-1886). Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1888, p. 810.

<sup>17</sup> URUGUAI, Visconde do. Ensaio sobre... Op. cit., p.455.

<sup>18</sup> COSER, Ivo. *O pensamento político do Visconde do Uruguai e o debate entre centralização e federalismo no Brasil (1822-1866)*. Belo Horizonte: Editora da UFMG / Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008, p. 284.

<sup>19</sup> URUGUAI, Visconde do. Idem, p. 456-457.

<sup>20</sup> Sessão de 21 de julho de 1841. In: *Anais da Câmara dos Deputados*. Discursos Parlamentares (1823-1886). Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1888, p. 280.

<sup>21</sup> Sessão de 3 de novembro de 1841. In: *Anais da Câmara dos Deputados*. Discursos Parlamentares (1823-1886). Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1888, p. 814.

<sup>22</sup> SOUSA, Paulino José Soares de. *Relatório de Ministro da Justiça do ano de 1840*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1841, p.27.

<sup>23</sup> URUGUAI, Visconde do. Ensaio sobre... Op. cit., p. 465.

<sup>24</sup> *Código de Processo Criminal de 1832*, Op. cit.

<sup>25</sup> Sessão de 3 de novembro de 1841. In: *Anais da Câmara dos Deputados*. Discursos Parlamentares (1823-1886). Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1888, p. 815.

<sup>26</sup> *Código de Processo Criminal de 1832*, Op. cit.

<sup>27</sup> Sessão de 11 de julho de 1840. *Anais do Senado, 1823 - 1899*. Brasília: Senado federal, 1960, p. 306.

<sup>28</sup> SOUSA, Paulino José Soares de. *Relatório de Ministro da Justiça do ano de 1840*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1841, p. 24.

<sup>29</sup> Segundo Ivo Coser, "esta supressão decorre da precedência no cidadão brasileiro dos assuntos privados sobre os assuntos públicos". In: COSER, Ivo. *O pensamento político do...* Op. cit., p. 302.

---

<sup>30</sup> Sessão de 2 de junho de 1841. In: *Anais da Câmara dos Deputados*. Discursos Parlamentares (1823-1886). Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1888, p. 346.

<sup>31</sup> *Código de Processo Criminal de 1832*, Op. cit.

<sup>32</sup> Sessão de 16 de junho de 1840. In: *Anais do Senado, 1823 - 1899*. Brasília: Senado federal, 1960, p. 68.

<sup>33</sup> Sessão de 2 de junho de 1841. In: *Anais da Câmara dos Deputados*. Discursos Parlamentares (1823-1886). Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1888, p. 345.

<sup>34</sup> URUGUAI, Visconde do. Ensaio sobre... Op. cit., p. 465.

<sup>35</sup> Lei nº 261, de 3 de dezembro de 1841 - Reformando o Código do Processo Criminal. In: Portal da Câmara dos Deputados. Sítio: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-261-3-dezembro-1841-561116-publicacaooriginal-84515-pl.html>. Acesso em: 20/09/2013.

<sup>36</sup> URUGUAI, Visconde do. Ensaio sobre... Op. cit., p. 456.

<sup>37</sup> COSER, Ivo. *O pensamento político do Visconde do Uruguai e o debate entre centralização e federalismo no Brasil (1822-1866)*. Belo Horizonte: Editora da UFMG / Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008, p. 295.

<sup>38</sup> SOUSA, Paulino José Soares de. *Relatório de Ministro da Justiça do ano de 1842*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1843, p. 4.

## DIFERENTES VISÕES DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: DA PAISAGEM NATURAL À PAISAGEM ILUMINISTA

Claudia Barbosa Teixeira<sup>1</sup>

### Resumo:

Observam-se nas cidades formas urbanas que expressam o conteúdo cultural e ideológico de um grupo social e do poder de seus governantes. O objetivo deste artigo é apresentar a paisagem da cidade do Rio de Janeiro em três momentos de sua história: a paisagem natural oferecida aos primeiros visitantes, a paisagem religiosa, marca deixada pela cultura lusitana, e a paisagem iluminista, com sua tentativa de equiparação às grandes cidades do mundo.

**Palavras-chave:** Rio de Janeiro; paisagem natural; paisagem cultural.

### Abstract:

In the cities are observed urban forms that express the cultural and ideological content of a social group and the power of its governing. The objective of this article is to present the landscape of Rio de Janeiro city at three moments of its history: the natural landscape offered to the first visitors, the religious landscape, mark left for the lusitanian culture, and the enlightenment landscape with its attempt of equalization to the great cities of the world.

**Keywords:** Rio de Janeiro; natural landscape; cultural landscape.

A paisagem do Rio de Janeiro é conhecida mundialmente por sua beleza e exuberância naturais, que mesmo depois de muitos aterros, desmontes, reformas e demais ações administrativas, permanecem como um dos cartões de visita do país. No ano de 2012 a cidade tornou-se a primeira do mundo a receber o título de Patrimônio Mundial como Paisagem Cultural, concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A candidatura foi apresentada pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), para quem paisagem cultural significa “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”.

O objetivo desse trabalho é apresentar essa interação dos nossos colonizadores com o meio natural encontrado na cidade do Rio de Janeiro e as marcas deixadas pela cultura

---

<sup>1</sup> Arquiteta e Urbanista. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense (2009). Doutoranda em História pelo PPGH da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ingresso em 2011). Orientador: Edgard Leite. Bolsista CAPES. Email: [claudiabarbosa@ibest.com.br](mailto:claudiabarbosa@ibest.com.br)



lusitana em dois momentos de sua história: a paisagem religiosa construída, consequência da estratégia da Igreja Católica de apropriação do território carioca e a paisagem iluminista, com sua tentativa de equiparação às grandes cidades do mundo à época.

Por ser a paisagem um conceito abrangente utilizou-se para o presente estudo definições de paisagem e paisagem cultural a partir do geógrafo americano Carl Sauer. Para o autor paisagem pode ser definida como uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais.<sup>2</sup> A paisagem natural pode ser caracterizada pelos elementos da natureza que não se modificaram ou a área anterior à introdução da atividade humana. Para Sauer o conceito de paisagem cultural “é a área geográfica em seu último significado. Suas formas são todas as obras do homem que caracterizam a paisagem.”<sup>3</sup>

### **A paisagem natural**

No caso da cidade do Rio de Janeiro, a paisagem natural vislumbrada por Gaspar de Lemos em 1502 apresentava a Baía de Guanabara espelhando a visão do Paraíso Terrestre medieval. A paisagem natural exuberante apresentada pelo mar cristalino, a fauna, a flora e as montanhas que o cercavam. A Baía de Guanabara, a partir desse momento, sai do anonimato e passa a ser visitada com mais frequência. Foram realizadas viagens com fins exploratórios e, posteriormente, com o fim de guardar a costa. Apesar do impacto inicial de tamanha beleza, o que se constatou, no período que se seguiu, foi um total desrespeito à natureza e aos habitantes nativos, em nome da exploração do pau Brasil, que faria da “conquista” um empreendimento lucrativo.

De passagem pelo Rio de Janeiro, em dezembro de 1552, vindo de Salvador rumo a São Vicente, o primeiro Governador Geral do Brasil, Tomé de Souza, sugeriu ao rei de Portugal que mandasse recursos humanos e materiais para estabelecer ali “uma povoação honrada e boa”.<sup>4</sup> Na mesma carta Tomé de Souza, se dirige a D. João III, exaltando sua admiração pela baía de Guanabara: “tudo é graça que dela se pode dizer”.<sup>5</sup> Leite afirma que nessa breve passagem pela região o loyolista Manoel de Nóbrega considerou o Rio de Janeiro

---

<sup>2</sup> SAUER, Carl Ortwin. A morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p. 23.

<sup>3</sup> Ibid. p. 57.

<sup>4</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Rio de Janeiro no século XVI*, Vol. II. Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, Lisboa, 1965. P. 26.

<sup>5</sup> Ibid.

como “fruta verde”, por ser “a conquista do Rio não a de uma cidade já feita, mas a de uma floresta virgem, onde iria nascer a cidade”.<sup>6</sup>

Não se tinha, até então, um núcleo fixo de povoamento. No caso do Rio de Janeiro, o que estimulou a ocupação definitiva do território foi a ocupação da baía de Guanabara pelos franceses (1555), na tentativa de implantar no Brasil o projeto da “França Antártica”, encabeçado por Nicolau Durand de Villegaignon, que seria uma colônia francesa que serviria à exploração mercantil e abrigaria os protestantes perseguidos na França.

Diversos conflitos se seguiram, ocasionando a vinda da primeira expedição organizada por Mem de Sá (1560) a fim de expulsá-los da região. Tal fato acarretou na fundação da cidade, em 1565, por Estácio de Sá, para que esta servisse, inicialmente, de base na luta contra os franceses e seus aliados indígenas. Durante quase dois anos continuaram os conflitos. O dia 20 de janeiro de 1567, dedicado a São Sebastião, foi a data escolhida por Mem de Sá para o ataque definitivo. Depois de sangrentas lutas, os portugueses neutralizaram os franceses em seus dois principais redutos, na Glória e Ilha do Governador. Nesta conquista estavam juntos os bravos soldados de El-Rei comandados por Mem de Sá e os “soldados de Cristo”, ou seja, os missionários da Companhia de Jesus, tendo à frente o padre José de Anchieta.

Foi a partir do pequeno núcleo instalado no alto do morro de São Januário que a Igreja Católica fincou suas raízes no Rio de Janeiro. A construção da igreja matriz de São Sebastião e da igreja dos jesuítas definiu o início da estratégia da Igreja Católica de ocupação do território carioca. A partir daí a instituição foi se difundindo em novos territórios que também se tornariam irradiadores da fé católica, estabelecendo um elo entre religião e a organização funcional e espacial da cidade.<sup>7</sup>

### **A paisagem religiosa**

Na cidade do Rio de Janeiro o processo de formação urbana foi permeado desde a sua fundação por um sentimento religioso característico da cultura lusa. Os fundadores da cidade e os primeiros moradores estavam impregnados da religiosidade católica, inerente aquele período histórico e que deixou marcas até hoje. Como fenômeno cultural, a religião também se expressa espacialmente. Para Marilena Chauí a religião realiza o “encantamento do mundo, explicando-o pelo maravilhoso e misterioso. O grupo que detém este saber misterioso, ao

---

<sup>6</sup> LEITE, Pe. Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Volume IV, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. p. 25

<sup>7</sup> ROSENDAHL, Zeny. *Hierópolis: O Sagrado e o Urbano*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

tornar-se detentor do poder, adquire o domínio de encantar, desencantar e reencantar o mundo”.<sup>8</sup>

A paisagem natural da cidade, entrecortada por praias, rios e montanhas, foi acrescida pelas construções de diversas igrejas e conjuntos arquitetônicos religiosos. As torres das igrejas, mosteiros e conventos coroavam seus morros. O difícil solo da cidade foi domado, tomado e organizado por esses templos, em torno dos quais foi se configurando a malha urbana da cidade. E essa paisagem marcou a cidade por um longo período de tempo.

Até 1763, ano da transferência da capital do Vice-Reinado de Salvador para o Rio de Janeiro, a área urbanizada da cidade restringia-se à extensão de terras entre quatro morros que neste estudo foram considerados territórios religiosos. Isso ocorreu devido à implantação dos templos da Igreja secular e das quatro grandes Ordens Religiosas em sítios estratégicos, a maioria em pontos mais elevados, como que dominando o território. São eles: Morro de *São Januário* (posteriormente Morro do Castelo), onde se localizou a Sé de São Sebastião e a Companhia de Jesus; Morro de *São Bento*, ocupado pela Ordem de mesmo nome; Morro de *Santo Antônio*, onde a Ordem dos Frades Menores se fixou e o Morro da *Conceição*, onde foi construída uma capela de Nossa Senhora da Conceição e, no início do século XVIII, o Palácio Episcopal da cidade. A Ordem do Carmo optou por ocupar uma área estratégica na várzea, em frente ao porto, onde existia uma ermida dedicada a Nossa Senhora do Ó e que, posteriormente, daria lugar à igreja dos carmelitas.

Da base do morro de São Januário nasceram os primeiros caminhos da cidade. A várzea era arenosa e em grande parte encharcada com lagoas, pântanos e manguezais. Trilhas foram construídas numa tentativa de contornar a base do morro para escapar de terrenos úmidos. Muitas delas com o objetivo de interligar o núcleo urbano no alto do morro a pequenos, mas significativos templos religiosos, que foram responsáveis pelo reconhecimento da região na qual se situavam.

Muitos desses territórios religiosos são frutos da devoção dos cristãos católicos que aqui vieram morar, que construíram ermidas dedicadas aos santos de sua devoção e a implantação destes pequenos templos foi responsável pelo reconhecimento da região na qual se situavam e pela abertura de trilhas ou caminhos que originaram a malha viária da cidade. No Quadro 1, a seguir, se encontram relacionados alguns desses templos:

---

<sup>8</sup> CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 2000, p. 391.

### Quadro 1 – Templos religiosos

Templo	Data da construção	Localização	Destinação atual
N.Sra do Ó	Uma das mais antigas da cidade	Praça XV	Igreja de Nossa Senhora do Carmo (carmelitas)
N.Sra da Ajuda	Meados do século XVI	Convento da Ajuda na área da Cinelândia	demolido
N.Sra da Conceição	1582	Morro de São Bento	Mosteiro de São Bento
N.Sra da Conceição	1634	Morro da Conceição. Serviu de base para construção do Palácio Episcopal da cidade em 1702.	Ocupado pelo Serviço Geográfico do Exército.
Capela da Misericórdia	1584	Deu nome ao 1º bairro da cidade: bairro da Misericórdia	Igreja N.Sra. de Bonsucesso
Ermida de Santa Luzia	1592	Construída por pescadores em frente à praia que recebeu o nome da santa.	Igreja de Santa Luzia
Ermida de São José	1608	Rua Primeiro de Março.	Igreja de São José
Ermida de N.Sra. do Desterro	± 1620	Morro do Desterro (Santa Teresa)	Convento das Carmelitas
Capela Santa Cruz	Entre 1623 e 1628	Construída sobre o antigo forte de Santa Cruz, na rua Primeiro de Março.	Igreja de Santa Cruz dos Militares
Capela N.Sra. da Candelária	± 1610	Em pouco tempo se tornou a igreja matriz da 2ª freguesia.	Igreja da Candelária

Elaborado pela autora

Outra ação estratégica da Igreja Católica que reforçou a paisagem religiosa ocorreu em 1676, com a criação da Diocese da cidade do Rio de Janeiro, segunda do Brasil. Com essa ação se pode perceber o incentivo à criação de novos espaços religiosos e ampliação dos já existentes. Como foi o caso da implantação de conventos para mulheres e seminários (até então inexistentes) que possibilitariam a formação do clero diocesano independente do seminário jesuíta.

Para além deste traçado urbano entre os morros, as Ordens Religiosas receberam doações de terras em regiões bastante afastadas para sua produção agrícola, o que permitiria

seu sustento. Alguns “caminhos” foram implantados para viabilizar o acesso a estes novos territórios religiosos, a partir dos quais também foram se configurando novas malhas urbanas.

Verificou-se também no século XVIII a atuação significativa dos leigos através das Ordens Leigas - Ordens Terceiras e Irmandades - ambas de origem medieval. Elas, através dos serviços de seus fiéis, também foram de valiosa colaboração na construção e expansão da paisagem religiosa na cidade. Elas foram responsáveis em grande parte pelas festas e cerimônias religiosas, tais como procissões, festas devocionais, cortejos fúnebres, que davam vida à sociedade colonial. Destacaram-se, no período estudado, a Irmandade da Misericórdia, ligada à Santa Casa, as do Santíssimo Sacramento das freguesias da Sé, Candelária, São José e Santa Rita e a de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos.

Cabe ressaltar que com a demanda de crescimento em população, comércio, manufaturas e serviços, “havia grande concentração de escravos que eram utilizados em todos os setores da vida urbana.”<sup>9</sup> Mesmo tendo se localizado fora da área urbana, as Irmandades de negros e pardos também exerceram sua influência na configuração da cidade. Cavalcanti afirma que a implantação desses templos:

(...) levou ao melhoramento dessas áreas e incremento das construções de casas ao seu redor. Dessa forma, a cidade se expandia à medida que os fiéis procuravam embelezar os templos dos santos de sua devoção, alinhar e aplainar as ruas que lhes davam acesso e construir residências nas imediações da morada de seus padroeiros.<sup>10</sup>

### **A paisagem iluminista**

Em meados do século XVIII a Igreja Católica na Europa iniciou uma gradativa perda de prestígio, como forma espacial de convergência de fiéis. Os franceses haviam realizado sua revolução pelas ideias, que se caracterizavam por um constante apreço à razão. Filósofos e economistas questionavam comportamentos como os privilégios da nobreza, o absolutismo monárquico, a religião, a injustiça social. A clareza de ideias como a busca constante por conhecimento, a filosofia, o uso da razão, iluminaram uma nova concepção de ver e viver no mundo. Esse período conhecido como Iluminismo, teve como expoentes nomes como Voltaire, Montesquieu, Diderot, Rousseau, entre outros, que expressaram de maneira veemente suas análises críticas ao social, ao político e ao religioso.

---

<sup>9</sup> SILVA, Marlene Rosa Nogueira da. *Negro na rua – a nova face da escravidão*. São Paulo: Hucitec, 1988. p. 51

<sup>10</sup> CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p. 206

Dessa maneira diversos soberanos da Europa procuraram por em prática essas novas ideias, governando pela razão e pelos interesses do povo, mas sem deixar de lado o absolutismo régio. A busca por uma explicação racional para todas as coisas modificou a maneira de ver a natureza, a religião, a sociedade e sua forma de expressão espacial: a cidade.

Verificava-se na cidade medieval europeia um modelo de urbanização circunscrito, voltado para dentro das muralhas que cercavam a cidade. No mundo ocidental, as cidades do Iluminismo de uma maneira geral foram marcadas pela demolição dessas muralhas defensivas e pela expansão para novas regiões da cidade. O processo de adaptação às novas realidades acarretou a realização de obras para acelerar fluxos e abreviar percursos.<sup>11</sup> Ao mesmo tempo seriam necessárias reformulações no desenho urbano que viabilizassem a circulação das ideias, conseqüentemente das pessoas. Igualmente importante era a questão da salubridade. Entendeu-se que a cidade precisava se abrir para permitir a circulação do ar. O traçado urbano se utilizou de formas geométricas regulares, como o retângulo e o círculo, dando forma às grandes praças. “Uma vez eliminadas as demarcações tradicionais, a identidade do centro urbano será redefinida em relação a um entorno que esteve excluído por muito tempo.”<sup>12</sup>

Em Portugal, as concepções urbanas de cunho iluminista foram parcialmente adotadas após o terremoto de 1755 que destruiu grande parte da cidade de Lisboa. As obras de reconstrução, sob a responsabilidade do então nomeado secretário de Governo Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, foram propostas pelo engenheiro militar Manoel da Maia. Com sua equipe foram incansáveis na elaboração e execução das obras necessárias. Nas palavras de Cavalcanti:

foi a partir do trabalho dessa equipe que a Metrópole passou a ter um exemplo da boa arquitetura, baseada nos princípios de Vitruvius e de seus intérpretes Serlio, Vignola etc., construída com técnica, ciência e em prazo curtíssimo para os padrões da época. Com ela Lisboa entrava na modernidade e exibia os valores reconhecidos com os do período das Luzes. A reconstrução da cidade tornou-se símbolo da Monarquia reformista portuguesa, pela demonstração da capacidade técnica e criatividade de seus arquitetos, engenheiros e artífices, enfim, um modelo a ser tomado como referência e mimeticamente retrabalhado.<sup>13</sup>

---

<sup>11</sup> ZUCCONI, Guido. *A cidade do século XIX*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2009. p. 29.

<sup>12</sup> *Ibid.* p. 35.

<sup>13</sup> CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p. 292.

Sauer afirma que a paisagem cultural é sujeita à mudança pelo desenvolvimento da cultura ou pela substituição de culturas.<sup>14</sup> Embora timidamente a cidade do Rio de Janeiro também sofreria reformas urbanas que espelhariam as propostas de reestruturação urbana para Lisboa e o novo modo de pensar a cidade. Ao mesmo tempo, devido ao crescimento da mineração na região de Minas Gerais, o porto do Rio de Janeiro se destacava em importância para o país. “Concomitante ao desenvolvimento do volume de comércio do porto, aumentava a circulação de ideias, sobretudo daquelas ligadas ao iluminismo francês. O aumento no número de comerciantes estrangeiros na cidade ampliou os horizontes de seus habitantes.”<sup>15</sup> Em 1763, com a elevação da cidade do Rio de Janeiro à capital do Vice-Reino, diversas ações administrativas por parte dos Vice-reis visaram melhoramentos da cidade para que esta se amoldasse ao status de capital. O primeiro Vice-Rei Conde da Cunha (1763-1767) providenciou a abertura e saneamento de diversos logradouros. Dentre esses, o Vice-Rei mandou cobrir com lajes de pedra a vala existente no limite da área central da cidade. Sua intenção era atrair para o núcleo central os moradores de classe mais abastada que permaneciam em seus engenhos e fazendas, o que favoreceu o adensamento populacional. Tais iniciativas foram modificando os aspectos da cidade que ultrapassou os limites da Rua da Vala (atual Uruguaiana), da mesma forma que novas concepções estéticas foram modificando a tipologia das construções, como o estilo neoclássico. Igualmente mandou construir um hospital para os lázaros em São Cristóvão.

O Marquês do Lavradio (1769–1779) se encarregou da limpeza da cidade, mandando “lajear e calçar ruas centrais, aterrar os pântanos e as lagoas que encharcavam a cidade e eram causa de contínuas epidemias.”<sup>16</sup> Igualmente foram abertas diversas ruas como a que hoje leva seu nome. Removeu da rua Direita (atual Primeiro de Março) o comércio de escravos transferindo-o para o Valongo. Sob o governo do vice-rei Luiz de Vasconcelos (1779 – 1790), dentre outros melhoramentos da cidade, destacou-se o aterramento da Lagoa do Boqueirão para a implantação do primeiro jardim público da cidade (atual Passeio Público), inaugurado em 1783. Encarregou o mestre Valentim da Fonseca e Silva para a tarefa. Esta

---

<sup>14</sup> SAUER, Carl Ortwin. A morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p. 43.

<sup>15</sup> AZEVEDO, André Nunes de. A capitalidade do Rio de Janeiro. Um exercício de reflexão histórica. In \_\_\_\_\_ (Org.) *Anais do Seminário Rio de Janeiro: Capital e Capitalidade*. Rio de Janeiro, 23 a 26 de outubro de 2000. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/SR-3 UERJ, 2002. pp 45-63. p. 50.

<sup>16</sup> FLEIUSS, Max. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1928, p. 130.

obra “objetivava retirar o Largo do Paço de sua posição de único marco espacial do gênero”.<sup>17</sup> Projeto inovador por ser pensado de forma a integrar-se com a paisagem da Baía de Guanabara. Destacam-se igualmente as obras de calçamento e embelezamento do Largo do Palácio dos Vice-Reis (atual Praça XV), tendo mandado construir um cais , “à imitação do de Lisboa, com 105 braças de comprimento, todo de pedra lavada, com assentos, peitoris de granito, três escadas e uma rampa para o mar”.<sup>18</sup> Procedeu a remoção do chafariz que se situava no centro do largo para a linha do cais. A execução do novo chafariz também foi de responsabilidade do Mestre Valentim que ainda hoje pode ser visto na Praça XV. Importante para a cidade foi a determinação do Conde de Resende (1790-1801) de proceder ao saneamento e aterrar o chamado Campo de Santana, local de despejo de detritos. Tal ação não só tornou a circunvizinhança da já existente igreja de Santana mais agradável como acabou por definir uma nova centralidade na cidade.

A vinda da Corte para o Rio de Janeiro certamente acelerou o processo de urbanização e melhoramentos na cidade, indicando que D. João VI “buscava infundir na cidade o ideal europeu de civilização”.<sup>19</sup> Foram tomadas medidas que haviam sido aplicadas na reconstrução de Lisboa, como a retirada das gelosias das casas, que não permitiam a entrada de luz natural em seu interior, além de impedir a perfeita circulação do ar. Igualmente procedeu-se os serviços de enxugamento e aterros de pântanos e lagoas ainda existentes na região central da cidade, possibilitando a expansão do núcleo central para os manguezais de São Diogo (atual região da Cidade Nova). No Campo de Santana foram realizadas intervenções importantes como a construção de um quartel a pedido do Conde de Linhares, a implantação de um extenso jardim e um parque em área cercada e, posteriormente, a instalação de chafariz, além de outros investimentos de infraestrutura urbana visando a melhoria da região, consolidando-a como nova centralidade na cidade. As influências europeias também foram manifestadas na arquitetura e nas artes quando, em 1816, chegou ao Rio de Janeiro a Missão Francesa. Dentre os artistas destacou-se o arquiteto Grandjean de Montigny que executou diversos projetos no estilo neoclássico como a Academia de Belas Artes e a Casa da Moeda. Embora com essas tentativas de equiparação ao estilo europeu de cidade, será somente em meados do século XIX

---

<sup>17</sup> CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p. 312.

<sup>18</sup> FLEIUSS, Max. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1928, p. 134

<sup>19</sup> AZEVEDO, André Nunes de. A capitalidade do Rio de Janeiro. Um exercício de reflexão histórica. In \_\_\_\_\_ (Org.) *Anais do Seminário Rio de Janeiro: Capital e Capitalidade*. Rio de Janeiro, 23 a 26 de outubro de 2000. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/SR-3 UERJ, 2002. pp 45-63. p. 53.



que a cidade do Rio de Janeiro começará a mudar sua paisagem através das primeiras tentativas de modernização com a instituição dos serviços de transporte urbano e de esgotos presentes no plano urbanístico para a cidade, datado de 1875.

### **Considerações finais**

O que se percebe no caso da cidade do Rio de Janeiro, como em tantas outras cidades é que a partir da paisagem natural, foi se construindo a paisagem cultural de acordo com os interesses dos agentes dominantes característicos de cada período histórico. Sobreposições de culturas que foram (re) desenhando a cidade para dar a ela uma identidade. Até 1763 a paisagem religiosa o núcleo central da cidade ainda se encontrava limitado pelos quatro morros ocupados por edificações religiosas que também se espalhavam por toda a área plana.

A partir da elevação da cidade à capital do Vice-reino buscou-se inaugurar um novo espaço urbano e uma nova estética que simbolizasse o pensamento iluminista. A cidade se expandiu a novas áreas, ensaiando novas hierarquias urbanas. Buscaram-se alternativas para o problema de saneamento e erradicação de doenças. Mas ainda levaria alguns anos para que a paisagem da cidade se igualasse ao ideal europeu de civilização.

JUSTINIANO JOSÉ DA ROCHA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A  
ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA CRIMINAL NO BRASIL.

*Claudia A. A. Caldeira<sup>1</sup>*

O presente comunicado aborda o texto "Considerações sobre a administração da justiça criminal no Brasil, e especialmente sobre o júri", publicado em 1835, escrito por Justiniano José da Rocha. Nele o autor critica algumas mudanças instituídas com a criação do Código Criminal de 1832. Nosso objetivo é empreender uma leitura que considere esta obra não somente como peça política, mas também como discurso de um jovem bacharel recém-formado em busca de uma oportunidade.

palavras-chave: Justiniano José da Rocha- júri- advogado

Abstract

This paper addresses the text "Considerations for criminal justice in Brazil and especially the jury", published in 1835, written by Justinian José da Rocha. In it the author criticizes some changes instituted with the creation of the Criminal Code of 1832. Our goal is to undertake a reading that considers this work, not only as a political piece, but also, as a discourse of a young newly formed bachelor in search of an opportunity.

keywords: Justiniano José da Rocha - jury- lawyer

Introdução:

Justiniano José da Rocha geralmente é lembrado por sua atuação na imprensa conservadora e pela autoria do opúsculo *Ação, reação, transação*. Sua produção, porém, não se limitou somente a esta obra, tendo produzido outros trabalhos que não alcançaram a mesma projeção que o opúsculo, como as *Considerações sobre a administração da justiça criminal no Brasil, e especialmente sobre o júri*, escrito em 1835.

A publicação ao contrário de muitos trabalhos que saíam dos prelos ocultando a identidade do autor ou apresentando-se com um pseudônimo, ostentava o nome de Justiniano José da Rocha, devidamente apresentado como bacharel formado no curso jurídico de São Paulo e advogado. Sem ainda desfrutar da notoriedade que alcançaria no

jornalismo político durante o Segundo Reinado, sua atitude pode ser interpretada como forma de não deixar dúvidas sobre sua posição política neste momento, no qual já ensaiava a crítica a algumas bandeiras liberais. Ao contrário dos artigos apresentados na imprensa, os opúsculos eram peças mais elaboradas, com mais fôlego e que procuravam estabelecer uma opinião definitiva sobre o tema em questão. Em geral eram respondidos em publicações do mesmo formato que buscavam refutar as primeiras. Embora não tenhamos localizado outro folheto que pudesse ter motivado a publicação de *Considerações sobre a administração da justiça criminal no Brasil*, no qual tece críticas à organização do sistema judiciário, observa-se em sua reflexão a fala de um jovem advogado marcada pelo descontentamento com a política desenvolvida pelos moderados, em especial o Ato adicional de 1834. Lançada no momento em que despontavam rupturas no interior desta facção, que até então conduzira a política no país, esta produção ajuda a pensar as posições políticas de Justiniano José da Rocha antes de aderir ao partido conservador. Inicialmente vale conhecer um pouco das transformações introduzidas no judiciário contra as quais se colocava o autor.

## 2. O Júri e o Juiz de paz na legislação brasileira oitocentista

O período compreendido entre 1827 e 1837 foi apontado pelo historiador Thomas Flory como a década liberal, em referência às mudanças promovidas na organização judiciária como a criação do Juiz de paz e o estabelecimento do conselho de jurados.<sup>2</sup>

Na Constituição outorgada de 1824, tanto o júri quanto o juiz de paz estariam presentes, o primeiro nos artigos 151 e 152 e o segundo no artigo 162, porém necessitando de legislação que determinasse seus procedimentos.

Em relação ao Júri, dois anos após a Independência, em 18 de junho de 1822, d. Pedro I lançava um decreto, cuja finalidade era julgar os crimes de abuso da liberdade de imprensa. Nele estipulava que vinte e quatro Juízes de Fato (leigos) fossem selecionados entre os homens *bons, honrados, inteligentes e patriotas*. Desses vinte e quatro, apenas oito realmente participariam do processo de exame da culpa, sendo os demais dispensados.

Quanto ao Juiz de paz, sua função só seria regulamentada em 1827; com isso dava-se um importante passo, pois, por determinação da Constituição, o processo só poderia ter andamento depois de passar pela tentativa de conciliação promovida por esses juízes.<sup>3</sup>

Mas apesar dessa iniciativa, suas funções só estariam plenamente definidas com a criação do Código Criminal de 1832. Aos Juízes de paz cabia exercer funções judiciais e policiais. Realizavam investigações criminais, só inocentando ou condenando crimes mais brandos, pois só podiam aplicar penas leves. Os casos mais complexos e graves eram submetidos ao conselho de jurados<sup>4</sup>.

Na imprensa do início da década de 1830 se observa que o debate sobre o tema se dividia entre elogios e críticas. O jornal *Aurora Fluminense*; por exemplo, antes mesmo da criação do Código de Processo Criminal, mostrava-se confiante nos avanços que poderiam ser produzidos com a atuação dos juízes de paz e do júri:

"A instituição dos Juízes de paz vai no melhor andamento entre nós; parece que as pragas dos requerentes, rúbulas e fiéis de feitos a fazem prosperar de dia em dia. Fomos ultimamente informados que na Paróquia de São José, durante o período em que o lugar esteve ocupado pelo Juiz de paz suplente, a saber, nos 27 dias que vão de 5 de junho a 2 do corrente, em 6 audiências houve 19 conciliações, e apenas 15 causas, em que a conciliação não tivesse efeito. Com melhores códigos de processo, e a excelente instituição do Júri, não sabemos o que será feito da maior parte dos filhos da chicana..."<sup>5</sup>

Ainda, nas páginas da própria folha eram reproduzidos os questionamentos de outros jornais que não acreditavam na eficácia dessas inovações no contexto brasileiro, como o *Imparcial*:

Leia-se no seu nº 70 – onde, depois de se lamentar pela pronúncia que sofreu no Júri, se exprime desse modo:  
"Nem por isso se persuadam que nos queixamos dos jurados; mas é necessário falar com clareza; não há melhor instituição em um povo que tenha bons costumes, e viva em fraternal união: *não há pior instituição em um povo desmoralizado*, e que exista dividido em partidos: naquele é o espírito da razão e da justiça que dirige os Juízes, neste é o espírito de partido, e as paixões mais corrosivas."<sup>6</sup>

Ao longo do tempo, tanto o sistema de jurados quanto os juízes de paz seriam instrumentalizados pelas elites locais, distanciando-se da ideia de independência que inicialmente lhe fora atribuída. O cargo de juiz de paz, por exemplo, embora eletivo, acabou sofrendo manipulações, em algumas cidades eram os próprios fazendeiros que exerciam esta função, passando a atuar em defesa de seus interesses<sup>7</sup>.

### 3. Considerações sobre a justiça criminal no Brasil

O opúsculo escrito por Justiniano vinha a lume dois anos após ter concluído o curso de ciências sociais e jurídicas da Faculdade de São Paulo, instituição da qual sairia boa parte da elite política do país durante o Segundo Reinado. Embora, ainda não tomasse parte nos debates políticos na imprensa, participava de um importante espaço de sociabilidade ligado a este campo, a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, ligada à facção moderada, que chegou a ser considerada por Abreu Lima um *Estado dentro do Estado*<sup>8</sup>. Valendo-se de petições que dirigia ao governo, e de um número expressivo de políticos que compunham seus quadros, quase sempre obtinha êxito na aprovação de suas propostas<sup>9</sup>. Além disso, conseguira estabelecer contato com associações do mesmo gênero, em outras províncias, o que permitiu que sua influência ultrapassasse os limites da Corte.<sup>10</sup>

Justiniano chegaria a ocupar uma vaga no Conselho da Sociedade Defensora, função da qual fizeram parte importantes políticos como Rodrigues Torres, Limpo de Abreu, Januário da Cunha Barbosa, Evaristo Ferreira da Veiga, entre outros, função essa conquistada por meio de eleição, na qual fora o quarto mais votado entre os 36 eleitos em 1835, ano em que esta encerraria suas atividades.

Com isso se observa a coincidência entre o encerramento de um espaço de debate político, do qual Justiniano fizera parte, com o lançamento do opúsculo, podendo ser interpretado como a busca por outro canal de discussão que lhe rendaria também visibilidade. Não se pode descartar que na imprensa encontraria maior liberdade para expor suas críticas a algumas reformulações implantadas no setor judiciário durante a Regência:

"Há muito que, vendo o pouco acerto das decisões dos nossos jurados, assentamos que essa instituição carecia de bondade relativa; mas atribuímos seus desvarios a sua novidade, ao atraso de nossa civilização; concentrando assim as razões da queixa do presente esperávamos melhor futuro; pois que, arrastados pelas torrentes de seus panegiristas, não nos animávamos a duvidar da bondade absoluta de um sistema tão gabado.

Ultimamente, porém, veio-nos às mãos uma obra de Mr. Mezard intitulada: - *Sobre a liberdade considerada em suas relações com o júri, e com a justiça*. Sua leitura nos (*ileg.*) que esses males, que atribuímos às circunstâncias peculiares do Brasil, davam-se também na França tão ilustrada, na Inglaterra onde o júri lhe é tão antigo.<sup>11</sup>

Segundo Rocha, seu opúsculo inspirava-se na obra do francês M. Chevalier Mezard, que fora procurador-geral do tribunal criminal e primeiro presidente do tribunal real da

cidade de Ajaccio. A obra em questão se chamava *Du principe conservateur, ou De la liberté considérée sous le rapport de la justice et du jury*, que curiosamente, teve a primeira parte de seu título omitido. O princípio conservador, apontado por Mezard, corresponderia ao desejo natural de autopreservação da qual derivavam, em sua visão, a liberdade e a justiça<sup>12</sup>. Para o autor, liberdade seria ter garantidos os direitos individuais e da propriedade<sup>13</sup>. Neste trabalho Mezard questionava não só o júri mas também a representação política e a soberania popular, entre outros ideais de viés democrático, defendendo em contrapartida a superioridade dos magistrados profissionais, temas que ainda seriam abordados por Justiniano na redação d'*O Chronista*.

Nas páginas da obra *Considerações sobre administração da justiça...*, Rocha também criticou os juízes de paz. Sua atitude, em relação aos avanços democráticos introduzidos na organização jurídica, aponta outro debate que versa sobre a questão da magistratura formada por leigos (eletiva) e os profissionais de carreira. Estes últimos passaram a ser vistos como marcados por vícios e espírito corporativista.

Segundo Flory, esse embate foi ainda maior com a criação do Código de Processo Criminal em 1832, que delegava aos juízes independentes maiores responsabilidades que a dos magistrados profissionais<sup>14</sup>, e que fora apontado no opúsculo escrito por Justiniano:

"Indagamos a causa de tão lastimável confusão do justo e do injusto, julgamos poder assegurar que é: 1º a formação da culpa entregue aos juízes de paz; 2º os julgamentos confiados aos juízes de fato; 3º a nulidade absoluta do Juiz de direito na decisão mais importante.

Notemos de passagem que, em toda a máquina tão complicada de nossa organização judicial, o único assalariado é o único de pouca importância; aquele que devemos supor mais hábil é o que menos tem a fazer. Todo seu ofício limita-se a uma operação automática, maquinal, passiva: - transladar do Código para o corpo da sentença aquilo que a decisão dos jurados lhes mandou copiar.<sup>15</sup>

Diante desse quadro torna-se mais fácil entender o discurso produzido pelo autor, que destaca a importância do judiciário como responsável pelo equilíbrio e harmonia da sociedade e os riscos que incorriam os chefes de Estado ao delegarem essas funções para leigos ou nas mãos daqueles que se valiam de suas relações pessoais, e não de seus talentos, para galgarem posições na carreira:

"Capacitemo-nos de toda a importância da escolha de um juiz; penetremo-nos bem destas palavras o insigne Royer-Collard. Considerai a sociedade em si mesmo; o fim para que existe; a natureza e a diversidade dos poderes; e

reconhecereis que a ação de todos eles vem resolver-se, confundir-se na ação do poder judiciário" -Penetremo-nos bem dessas verdades, e confessaremos que nada há mais interessante, nada em que possa ser mais perigoso, o chefe supremo de uma nação, do que na nomeação dos seus juizes... eles que, superiores a interesses humanos, devem desprezar os ameaços, as forças, as seduções das lágrimas, os atrativos do ouro; eles que semi-deuses na terra tem de - julgar.

Mas não: como o patronato nos tem por vezes dado juizes indignos, melhor é ... não nos importarmos com virtude, inteligência, habilidade...

O cavalo de Calígula foi Cônsul: se isso nos espanta, é porque não fomos seus contemporâneos, disse Mirabeau na Assembleia Constituinte francesa... escolhamos então nossos juizes: não atendamos nem à influência de partidos, nem à influência de famílias, nem empenhos; escolhamos entre os que derem prova de prudência, de discricção, de honradez, de inflexibilidade no cumprimento do dever: não confiemos a espada da justiça às mãos da venalidade, da imperícia, e muito menos às mãos do acaso.<sup>16</sup>

Embora em 1835 as censuras ao sistema de jurado, juntamente com o juiz de paz, fizessem parte do cotidiano da imprensa, ao questioná-los Justiniano sabia que sua posição iria gerar polêmica, mas sem dúvida sua intenção era chamar atenção, objetivo que alcançaria:

"Cada época tem suas preocupações; e chama para si o anátema universal aquele que, temerário, se atreve a combatê-las. Tal é hoje o sistema do júri: ouvidor de sua bondade, e quase de sua infalibilidade, é um sacrilégio... sabemos que nosso arrojo vai conjurar contra nós a indignação, talvez geral; mas se fizermos ver, que a instituição do júri não satisfaz nenhum dos fins."<sup>17</sup>

Não por acaso, a *Aurora Fluminense*, redigida por Evaristo da Veiga, a quem Justiniano possivelmente já tivera chance de expor algumas de suas ideias, quando foram Conselheiros da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência, dedicaria algum espaço para comentar a publicação:

Lemos o Opúsculo que acaba de publicar O Sr. Dr. Justiniano José da Rocha, sobre a administração da justiça criminal no Brasil e especialmente sobre o júri, tendo por *objeto principal mostrar os defeitos radicais dessa instituição*. Anunciamos que aquela cuja publicação, havíamos dito que prevenções favoráveis faziam nascer em nosso espírito o nome de seu autor, cujos talentos já tivemos ocasião de apreciar. Estas prevenções não foram desmentidas pela leitura das *Considerações sobre o júri*, com quanto longe estamos de abraçar a maior parte das ideias do Dr. Rocha. Uma instituição que tem sido objeto de tantos gabos e de tantas censuras, que com o sistema representativo foi transportada da Inglaterra para América e para o Continente Europeu, que entre nós começou ainda ontem, mudando toda a face do regime judiciário, sem que nos seus primeiros ensaios tenha confirmado o juízo magnífico que dela se formara; merece bem que os espíritos atilados e reflexivos lhe prestem séria atenção, e que exprimam francamente o seu parecer, embora este vá de encontro aos preconceitos públicos, ou à crença dominante. É sem dúvida por estes

motivos que o Sr. Rocha se resolveu escrever sobre o *júri* e adotando opiniões que não são as mais recebidas hoje entre os povos cultos: não temeu ele assim cometer o sacrilégio de duvidar de sua bondade e infalibilidade. Esta independência de espírito é nobre e aponta o caminho único por onde possam chegar o conhecimento da verdade e a destruição dos abusos.<sup>18</sup>

As diferenças em relação ao sistema de júri, embora tratadas de forma amistosa na folha, já assinalavam um distanciamento entre a visão política de Justiniano e a do grupo liderado por Evaristo da Veiga, e que seria tratada de forma mais clara e contundente nas páginas da *Atlante*, onde faria oposição ao regente Feijó, cuja eleição contara com o empenho da Sociedade Defensora. Nesta publicação também apontaria a facção moderada como avessa aos bacharéis, mencionando a postura de certo líder que dizia que para ingressar na magistratura a posse de um diploma não se fazia necessária, mas somente os talentos e virtudes como estabelecia e a Constituição.

Espera-se com essa breve exposição obter uma maior compreensão das posições políticas de Justiniano José da Rocha, considerando o contexto de produção de sua obra.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. e-mail:cl.caldeira@uol.com.br

<sup>2</sup> FLORY, Thomas. *El juez de Paz y el jurado en Bresil imperial, 1808-1871*. México Fondo de Cultura, 1986.

<sup>3</sup> CAMPOS, Adriana Pereira & VELLASCO, Ivan. Juízes de paz, mobilização e interiorização da política. In: CAMPOS, Adriana Pereira & CARVALHO, José Murilo. (org). *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 383.

<sup>4</sup> BAJER, Paula. *Processo Penal e cidadania*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p.26-27.

<sup>5</sup> *Aurora Fluminense*, 16/06/1830, nº 362, p. 1526.

<sup>6</sup> Idem, *Ibidem*, 3/09/1830, n.387, p. 1616.

<sup>7</sup> DOLHNIKOFF, Mirian. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2005, p. 85.

<sup>8</sup> CASTRO, Paulo Pereira de. A experiência republicana, 1831-1840. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira, t. II- O Brasil Monárquico, 2ª vol.- dispersão e unidade*. São Paulo: Difel, 1995 (6ª edição),p.13.

<sup>9</sup> Idem, *Ibidem*, p.13.

<sup>10</sup> BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, 2004, p.90.

<sup>11</sup> ROCHA, Justiniano José. *Considerações sobre a administração da justiça criminal no Brasil, e especificamente sobre o Júri*. Rio de Janeiro; Typ. Impr. e Const. de Seignot Plancher, 1835, p.1

<sup>12</sup> *Du principe conservateur, ou De la liberté considérée sous le rapport de la justice et du jury*. Paris: Chez Béght ainê, 1820. p.1

<sup>13</sup> Idem, *Ibidem*, p.1

<sup>14</sup> Idem, *Ibidem*,p.1

<sup>15</sup> ROCHA, Justiniano José. *Considerações sobre a administração da justiça criminal no Brasil, e especificamente sobre o Júri*. Rio de Janeiro; Typ. Impr. e Const. de Seignot Plancher, 1835, p.11 - 12.

<sup>16</sup> Idem, *Ibidem*. p. 8-9

<sup>17</sup> Idem, *Ibidem*. p. i

<sup>18</sup> *Aurora Fluminense*, 26/10/1835, nº 1111



## DA MILITÂNCIA ESTUDANTIL À GUERRILHA URBANA: ASPECTOS DAS LUTAS DE OPOSIÇÃO À DITADURA CIVIL-MILITAR EM FEIRA DE SANTANA

Cláudia Ellen Guimarães de Oliveira<sup>1</sup>

**RESUMO:** Com o golpe que instituiu o Estado ditatorial em 1964, muitos conflitos e ações contrárias ao regime eclodiram intensamente na Bahia até 1971. Estudantes, partidos e organizações, principalmente de esquerda, mobilizaram atos públicos. Com o recrudescimento do regime, parte da militância estudantil optou pela luta armada, com treinamentos e/ou guerrilhas na capital e no interior. A partir dos aspectos dessa militância na cidade de Feira de Santana, objetivamos analisar como e porque parte desses estudantes transitou para a luta armada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ditadura Civil-Militar; luta armada; Feira de Santana.

**ABSTRACT:** With the coup that established the dictatorial State in 1964, many conflicts and actions against the regime erupted intensely in Bahia until 1971. Students, parties and organizations, mostly left, mobilized public acts. With the resurgence of the regime, part of student militancy opted for armed struggle, with training and/or guerrillas in the principal city and in the countryside. From the aspects this militancy in the city of Feira de Santana, aim analyze how and why of these students transitioned to the armed struggle.

**KEYWORDS:** Civil-Military Dictatorship; armed struggle; Feira de Santana.

Essa comunicação é um dos resultados das primeiras investigações relacionadas ao projeto de pesquisa *A militância de esquerda em Feira de Santana e as lutas de oposição à Ditadura Civil-Militar (1960-1970)*, em curso no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O objeto da pesquisa é a militância estudantil de esquerda em Feira de Santana e, a partir da apresentação desse panorama, o presente texto objetiva demonstrar passagens da transição dessa militância, ou seja, das primeiras ações dos estudantes no cenário político local, para a opção do enfrentamento armado à Ditadura Civil-Militar.

*O CENÁRIO POLÍTICO EM FEIRA DE SANTANA DA DÉCADA DE 1960: O GOVERNO CHICO PINTO E OS CONFLITOS POLÍTICOS*

Durante a década de 1960, o cenário político de Feira de Santana foi marcado pelas acirradas divergências de grupos políticos como Partido Social Democrático (PSD) e na União Democrática Nacional (UDN), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), mas, entrincheirados, principalmente, entre o PSD e a UDN. O terreno de maior ocorrência dessa divergência era a relação com as famílias importantes da cidade, e entre os sujeitos que estabeleciam ligações de convivência e de afinidades com essas principais lideranças políticas<sup>2</sup>.

Nos meses anteriores ao golpe de 1964, aumentaram as lutas e as desigualdades sociais em Feira de Santana em decorrência do crescimento da população urbana que vinha ocorrendo nas décadas anteriores, o que fez da cidade um espaço de problemas e conflitos comuns a outras regiões do país. Concomitantemente, cresceram as perseguições e os embates políticos associadas a laços partidários e/ou às práticas coronelistas de favorecimentos e apadrinhamentos<sup>3</sup>. Em 1962, ocorreu a eleição para o governo da Bahia. Com o apoio das forças conservadoras da coligação PTB-UDN, Lomanto Júnior conseguiu a vitória nas eleições frente ao candidato Waldir Pires, do PSD. O grupo que conquistou o poder do Estado se encontrava dividido em três grupos: um de tendência liberal, representado por pequenos e médios empresários; um segundo, conservador, herança da oligarquia tradicional; e, entre ambos, figurava Antônio Carlos Magalhães, então presidente do diretório estadual da UDN.

Entretanto, pressionado pelas forças vitoriosas, no dia 2 de abril, em pleno golpe de Estado, o governador da Bahia hipotecou apoio ao movimento militar<sup>4</sup>. Não demorou para esse alinhamento político se estender à Feira de Santana, com o reajuste dos cargos da administração em favor do regime militar e com o aval “preciosíssimo” dos grupos conservadores locais.

No plano municipal, Francisco Pinto da Silva, o “Chico Pinto”, ganhou a disputa para a prefeitura de 1962, pondo fim à hegemonia conservadora dos mandatos udenistas anteriores de João Marinho Falcão (1954-1958) e Arnold Silva (1958-1962). Em seu governo, Chico Pinto seguiu uma tendência que abria espaço para a participação popular (associações de bairros, movimentos sociais, etc.), como bem deixou evidente o *slogan* da campanha – “Chico Pinto no poder é o povo governando”<sup>5</sup>. O então prefeito deveria permanecer no poder até 1967, todavia, o golpe de Estado de 1964 antecipou o término de sua gestão.

Duas principais tentativas de resistência ao golpe militar foram empreendidas sem sucesso: o “Comício da Resistência”, que seria realizado nas primeiras horas do 1º de abril, mas que não obteve êxito; e a marcha organizada por Chico Pinto e alguns homens da Guarda Municipal e políticos vindos de Salvador – Péricles de Souza, Haroldo Lima, Raimundo

Mendes, Sérgio Gaudenzi, dentre outros. No caso da marcha, a mobilização foi cancelada devido à antecipação dos militares em tomar o Quartel da Polícia Militar e acuar o prefeito em seu gabinete<sup>6</sup>. Sendo assim, logo após a vitória do golpe civil-militar, as forças da UDN assumiram a prefeitura através da figura de Joselito Amorim. Essa nova administração abriu caminho para projetos modernizadores nos moldes do processo de industrialização dos grandes centros, a exemplo da criação da Região Metropolitana de Salvador<sup>7</sup>. Consonante com esse novo poder constituído, a participação popular foi coibida e marginalizada<sup>8</sup>.

### *A MILITÂNCIA ESTUDANTIL FEIRENSE FRENTE AO GOLPE DE 1964 E SUAS PRIMEIRAS ASSOCIAÇÕES POLÍTICO-IDEOLÓGICAS*

Os anos de 1964-1968 concentraram maior agitação e propaganda política por parte dos estudantes, como as panfletagens nos portões das instituições de ensino, organização de comícios e reclamos à juventude feirense para a luta a favor da democracia<sup>9</sup>. Estas ações contavam com a colaboração dos estudantes Luciano Ribeiro, Margarida Ribeiro, José Wagner, Geraldo Lima, Deolindo Checcucci, José Carlos Teixeira, Antônio Veloso e Hildete Galeão. Endossando a participação estudantil, após o golpe de 1964, o PCB local se reestruturou através de grupos artístico-culturais da cidade e recebeu a colaboração do Grupo de Teatro do Colégio Central de Salvador, que também se associava as ações do Grêmio Estudantil desta instituição<sup>10</sup>.

Entre os anos de 1966-1968, cresceram as reivindicações de estudantes baianos contrários ao acordo MEC/USAID que exigiam uma solução para o problema de alunos excedentes no ensino secundário e nas universidades<sup>11</sup>. Em Feira de Santana, estudantes de algumas instituições de ensino (Colégio Estadual de Feira de Santana, Ginásio Municipal Joselito Amorim, Instituto de Educação Gastão Guimarães e Colégio São Francisco de Assis) foram às ruas demonstrar a insatisfação contra os problemas da educação dando origem à passeata de 26 de agosto de 1968<sup>12</sup>. Apesar da rápida desmobilização pela repressão, a passeata teve grande repercussão na cidade.

Entre os participantes dessa passeata, destacaram-se militantes dos grupos de esquerda surgidos durante a década de 1960, especialmente daqueles oriundos dos rompimentos que atingiram o PCB depois do golpe de 1964<sup>13</sup>. Em princípios desta década, o PCB viveu uma fase de desavenças internas, quando após o golpe de 1964 se dividiu em várias tendências: algumas defensoras da estratégia pacífica de tomada do poder com o apoio da burguesia nacional (baseada na declaração de Março de 1958 e na acepção da revolução em duas etapas: uma nacional e democrática, e outra socialista), e outras favoráveis a uma política mais

radical, que até então caracterizara o partido (tendência seguida por boa parte dos militantes que se decidiram pela luta armada). Para estes últimos, a luta teria o sentido de reforçar a posição do proletariado, através das pressões das massas em prol da luta revolucionária, e não o contrário, o reforço da burguesia dentro do Estado brasileiro. Assim, estavam presentes membros da Dissidência Baiana (DI/BA) uma das cisões do PCB baiano, da Ação Popular (AP)<sup>14</sup>, da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (Polop)<sup>15</sup> e a célula local do PCB.<sup>16</sup>

A esse respeito, um inquérito da Polícia Militar, datado de 3 de novembro de 1969, mapeou as principais movimentações estudantis de Feira de Santana iniciadas em agosto de 1967 e abril de 1968, quando então tomaram proporções maiores com a realização de greves e passeatas. Esses acontecimentos foram protagonizados por estudantes em ligação com professores e outros trabalhadores da cidade, vistos como propensos radicais de esquerda. Podemos assim citar: Luciano R. Santos<sup>17</sup>, José Coutinho Estrela<sup>18</sup>, Yara Maria Cunha Pires<sup>19</sup>, Juvenal Conceição Gonzaga<sup>20</sup>, Celso Ribeiro Daltro, Ed' Lauro Ferreira Santos<sup>21</sup>, Jaime Almeida da Cunha, José da Silva Moura Filho, Luís Humberto de Carvalho Pereira<sup>22</sup>, Margarida Maria Ribeiro Santos<sup>23</sup>, Jonicael Cedraz de Oliveira<sup>24</sup> e Luís Antônio Santa Bárbara<sup>25</sup>. Contudo, como demonstrou o inquérito, as mobilizações de esquerda em Feira de Santana centraram-se no setor estudantil, mesmo contando com a colaboração de sujeitos de outras categorias sociais.

#### *O RECRUESCIMENTO DO REGIME MILITAR: O AI-5 E A LUTA ARMADA JUNTO AO MR8/BA*

Do ano de 1968 em diante, com as investidas da esquerda, o governo intensificou o controle das subversões mais radicais, ampliou a censura e promoveu ações mais truculentas com o quinto Ato Institucional, como menciona Ridente<sup>26</sup>:

O AI-5 pôs em recesso, por tempo indeterminado o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas estaduais, dando ao governo militar plenos poderes para cassar mandatos eletivos, suspender direitos políticos dos cidadãos, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos, suspender o *habeas corpus* em tribunais militares, entre outras medidas autoritárias.

Nesse momento, por todo o país, os movimentos estudantis e as organizações clandestinas passaram por uma fase de retração em suas atividades. Toda a efervescência estudantil que abalou Feira de Santana durante o ano de 1968, através de jornais, do teatro, da passeata e da Academia de Letras de Estudantes de Feira de Santana (ALEFS), foi dispersa. Sendo assim, os jovens militantes feirenses se voltaram para a leitura aprofundada de teóricos

defensores da luta armada e buscaram contatar militantes ou organizações subversivas de outras cidades, principalmente de Salvador, muitos deles integrantes do movimento estudantil do Colégio Central de Salvador e da Dissidência Interna do PCB baiano<sup>27</sup>. Como resultado das divergências internas do PCB em Salvador, a partir de 1967, constituíram dois grupos dissidentes: um liderado por Juca Ferreira e Sérgio Landulfo Furtado e outro coordenado por Chantal Russi, Marie Hélène Russi, Carlos Sarno e Jurema Valença. Os dois grupos atuaram dentro do movimento estudantil entre os anos de 1967 e 1968, inclusive com os estudantes feirenses, e depois integraram organizações clandestinas de esquerda<sup>28</sup>. Portanto, foi estabelecida uma ponte de contatos entre Feira de Santana e Salvador, e os estudantes feirenses acabaram tornando-se militantes clandestinos caçados pelas forças repressivas do regime militar.

Os encontros e reuniões eram preparados com cautela, pois, como estavam visados pela repressão desde as movimentações anteriores, temiam a prisão. Muitos locais da cidade tornaram-se pontos dessas reuniões, quando estas não ocorriam nas residências dos militantes feirenses. Ainda em 1968, os militantes feirenses alugaram uma casa no bairro do Sobradinho para servir de local para encontros, ou seja, para funcionar como “aparelho” de atividades políticas para formação de quadros da militância<sup>29</sup>.

Um ano depois, em 1969, ocorreram treinamentos de guerrilhas nas imediações de Feira de Santana, no distrito de Jaíba, do qual participaram os militantes feirenses. O treinamento ocorreu em uma fazenda de propriedade do militante Renato Pires Freitas, onde se discutiu estratégias de confronto militar e táticas de sobrevivência na caatinga e de disfarces<sup>30</sup>. O momento foi importante porque, além de asseverar os vínculos entre os grupos comunistas dissidentes de Feira de Santana e de Salvador, confirmou também a adesão de um dos líderes do movimento estudantil feirense, Luís Antônio Santana Bárbara, que ingressou no MR-8/BA para participar das ações de guerrilha na região<sup>31</sup>.

Desde o início da década de 1960, alguns estudantes universitários que militavam no PCB carioca entraram em divergências internas porque discordavam da tendência moderada do partido e intencionavam direcioná-lo para um viés radicalizado. Em meio a esse processo, os universitários cariocas passaram a se definir como Dissidência do Rio de Janeiro. Pois, logo em 1966, a aliança do PCB com o recém-fundado e legalizado Movimento Democrático Brasileiro (MDB) tencionou ainda mais os desentendimentos ideológicos. E como consequência de tal aliança, os militantes dissidentes romperam definitivamente com o partido, constituindo a Dissidência Universitária da Guanabara (DI-GB) e assim, passaram a defender uma política socialista intermediada pela luta armada e guerrilha urbana<sup>32</sup>. O nome 8

de outubro viria como alusão à captura do guerrilheiro Ernesto Che Guevara que, naquele dia de 1967, foi capturado e executado no dia seguinte pelo exército boliviano. Primeiro, a Dissidência da Guanabara usou a data para intitular um jornal lançado como *Movimento Revolucionário 8 de Outubro*, e, depois, em 1969, o nome se sobrepôs ao próprio grupo, originando o MR-8. Entre os anos de 1967 e 1969, a organização realizou atividades de panfletagem e manteve contatos com outras dissidências, até ser desmantelada pela repressão.

Em setembro de 1969, em ligação com a ALN, os membros da dissidência da Guanabara realizaram o sequestro do embaixador estadunidense no Brasil, Charles Elbrick. Como forma de desmoralizar e confundir a polícia, esses militantes reativaram o nome MR-8, colocando-o como responsável pelo sequestro. Nessa situação, perseguido mais do que nunca pelas forças da repressão, o MR-8 decidiu alterar sua estratégia de luta para o modelo de guerrilha rural<sup>33</sup>. No interior da organização havia a proposta de formação de um grande grupo com junção de várias dissidências, mas, como a ideia não teve sucesso, o MR-8 só formou ramificação na Bahia, com um grupo de estudantes secundaristas, dos quais os militantes feirenses faziam parte<sup>34</sup>.

Portanto, o primeiro contato do MR-8 com a dissidência do PCB em Salvador remonta ao ano de 1968, quando o dirigente nacional do grupo, Franklin de Souza Martins, compareceu na cidade com o objetivo de consolidar a ampliação e a reestruturação do grupo. Na Bahia, as ações do MR-8 foram iniciadas em 1969 tendo Lucia Murat de Vasconcelos na direção regional. As primeiras atividades do MR-8/BA se direcionaram para o recrutamento de novos membros e a organização da estrutura de funcionamento<sup>35</sup>.

Em termos organizacionais, o MR-8/BA passou a funcionar em quatro frentes: Trabalho Interno, Trabalho Externo, Operária e Estudantil. A Frente de Trabalho Interno atuava nos bairros populares, com o levantamento de informações da imprensa local, estudos socioeconômicos, produção de artigos e distribuição de jornais. Para a de Trabalho Externo foram designadas atividades como panfletagem e pichações. A Frente Estudantil tinha a tarefa de conquistar novos militantes e formar grupos de estudos. Por último, a Frente Operária mantinha a função de estabelecer contatos de teor político com os operários das indústrias de Salvador<sup>36</sup>.

No que diz respeito aos militantes de Feira de Santana, identificamos o já mencionado Luís Antônio Santa Bárbara, que atuou com o codinome “Ramos” na Frente de Trabalho Externo juntamente com Airton da Silva Ferreira Filho e José Carlos Souza (o “Rocha”)<sup>37</sup>. Essa frente de trabalho mantinha contato direto com o setor operário através das atividades de agitação e propaganda. Em 1970, Santa Bárbara encontrou-se com Rocha Martinez

(companheiro de militância em Feira de Santana), em Salvador, dirigindo o Grupo de Agitação e Propaganda do MR-8<sup>38</sup>.

Em meados de 1970, alguns militantes ligados à dissidência de Feira de Santana foram presos em Salvador, a exemplo de Carlos Orleans, conhecido como “Leo” ou “Pacote”, que já havia se desligado do MR-8. Inclusive, no instante da prisão, Leo estava em companhia de Rocha Martinez em uma pensão. Ambos foram levados para a sede da Polícia Federal, onde prestaram esclarecimentos sobre sua ligação com o MR-8 e quanto às ações subversivas. Contudo, sem muitos esclarecimentos, logo foram liberados. Em pouco tempo, Lamartine Mota também foi preso e as denúncias prosseguiram<sup>39</sup>.

Rocha Martinez foi preso novamente, dessa vez no Rio de Janeiro. Sempre que era realizada uma prisão de militantes, a repressão buscava informações a respeito da localização de outros companheiros de luta, dentre eles, Luís Antônio Santa Bárbara, que figurava entre os nomes mais procurados da esquerda baiana. Por essa sequência de quedas e como estratégia do próprio MR-8, em 1971, este militante foi deslocado para a área rural de Buriti Cristalino, no município de Brotas de Macaúbas, no oeste baiano. Para o mesmo projeto e local, foram deslocados revolucionários de outros lugares: o ex-capitão Carlos Lamarca<sup>40</sup> e José Campos Barreto (o “Zequinha”)<sup>41</sup> – com a missão de preparação da área para estabelecimento do foco guerrilheiro<sup>42</sup>.

Os objetivos do MR-8 na Bahia se alteraram em 4 de março de 1971, quando Solange Lourenço Gomes teve um surto psicótico e se entregou à polícia, delatando informações importantes sobre a organização e seus militantes. Nesse dia, em Salvador, ocorria a reinauguração do Estádio Otávio Mangabeira (a Fonte Nova) e Solange lá estava para se encontrar com um companheiro de militância. Mas, diante dos problemas psicológicos que enfrentava, entregou-se na Delegacia de Jogos e Costumes da Polícia Civil. Entre os nomes delatados por Solange estava o de Eliana Gomes Oliveira, filha de um oficial da Marinha, que, ao ser presa, deu indícios para a repressão descobrir os passos do MR-8. Esses episódios desestruturaram consideravelmente a organização e provocaram sucessivas prisões de quadros importantes do movimento<sup>43</sup>.

A caça aos militantes não cessou e, em poucos dias, o MR-8/BA foi totalmente desbaratado. Muitos aparelhos e locais de encontros foram descobertos, resultando na prisão de militantes e de integrantes do núcleo central da organização, a exemplo de Edson Argolo e Carlos Moreira Vilanueva<sup>44</sup>. Desse momento em diante, coube à repressão seguir as pistas dos interrogatórios dos presos e do material apreendido nos aparelhos da organização e ir à caça do restante do grupo. E de fato, em poucos dias, a polícia identificou a área de campo em que

o MR-8 iniciava a preparação para a guerrilha. Foi durante uma *blitz* de rotina da Polícia Militar, na Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, que alguns militantes abandonaram o veículo em que estavam e deixaram para trás as cartas de Lamarca que deveriam ser entregues a Iara Yavelberg, amante do militante<sup>45</sup>. As cartas de Lamarca pararam nas mãos do Centro de Informações da Marinha (CINEMAR), que, juntamente com as informações dos depoimentos de militantes presos anteriormente, permitiram localizar e desmobilizar a área de guerrilha na região de Buriti Cristalino<sup>46</sup>.

### *ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS*

Esses dados de pesquisa se inserem em um campo de debates da história política. Por isso, o método da história oral de vida se torna extremamente fundamental nesse caso, podendo contribuir nas recentes discussões historiográficas que levantam questões acerca das relações entre história, memória e identidade no contexto político da Ditadura Civil-Militar. Afinal, para a historiografia brasileira, ainda é muito lacunar os estudos sobre esta tríplice aliança no que se refere às camadas sociais mais distantes dos jogos de gabinetes e bastidores políticos em momentos críticos, como o da Ditadura Civil-Militar.

No âmbito das relações entre história presente e memória, se faz necessária uma reflexão sobre os grupos de esquerda, em sua maioria, formados por jovens trabalhadores, jornalistas e estudantes secundários e universitários que lutaram contra o regime militar durante as décadas de 1960 e 1970 em várias cidades do Brasil. Pois, passados os trinta anos de reabertura democrática, tomando como referência o quanto foram veladas as ações do regime militar, vários são os grupos que buscam organizar seus testemunhos ao reclamar sua participação na construção da memória nacional. É nesse panorama de descobrimento de testemunhos e de reconhecimento de outras memórias, “menores”, que deveriam compor a memória coletiva e subsidiar uma história mais ampla e transparente, que iniciativas como grupos de estudos em memórias da ditadura e organizações como a Comissão da Verdade cumprem decisivo papel na reescrita da memória como terreno dessa nova história.

O que pesquisas dessa natureza exigem do historiador é precisamente não só um estudo crítico do passado, mas, igualmente, uma mediação idônea na emergência de testemunhos e memórias de sujeitos clandestinizados em certo período muito crítico da história do país. Essa memória clandestina, como define Michael Pollack<sup>47</sup>, é duplamente problemática porque seus silêncios trazem em si os traumas da clandestinidade e revelam uma complexa superposição de discursos, primeiro entre testemunhos de um mesmo grupo ou comunidade e, depois, entre a memória nacional oficial e as várias memórias “clandestinas”.



Nestes termos, Paul Ricoeur (2007) também estabelece relação similar entre memória, história e identidade. Para este filósofo francês, considerando suas diversas complexidades, a memória, grosso modo entendida como imagem do passado, é campo de disputas entre diferentes testemunhos. Os sujeitos do presente histórico têm o compromisso de confrontar e avaliar criticamente os testemunhos para se chegar numa memória “maior” que melhor permuta as memórias contraditórias de cada sujeito ou grupo que testemunha: “Os falsos testemunhos [...] só podem ser desmascarados por uma instância crítica cujo único recurso é opor testemunhos tachados de suspeitos outros testemunhos mais confiáveis” (Idem, p. 40-41). Assim, se constrói uma memória que é a imagem do passado coletivo sobre a qual se constrói o presente e se projeta o futuro, isto é, a história.

---

<sup>1</sup> Licenciada em História (UNEB, 2013) e aluna regular do Programa de Pós-Graduação Mestrado em História da Universidade Estadual de Feira de Santana. Bolsista do Programa de Demanda Social da CAPES (2014-2016). Orientador: Dr. Eurelino Teixeira Coelho Neto; E-mail: <claudiaellen\_89@hotmail.com>.

<sup>2</sup> CAMPOS, Ricardo da Silva. *O Putsh na Feira: sujeitos sociais, partidos políticos e política em Feira de Santana (1959-1967)* [monografia – Licenciatura Plena em História]. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2010, p. 24-25.

<sup>3</sup> Idem, p. 24.

<sup>4</sup> FERREIRA, Muniz Goncalves. O golpe de Estado de 1964 na Bahia. Salvador, 2004, p. 01-05. Disponível em <[http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1994%3Aaa-o-golpe-de-estado-de-1964-na-bahia-&catid=58&Itemid=414](http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1994%3Aaa-o-golpe-de-estado-de-1964-na-bahia-&catid=58&Itemid=414)>. Acesso em 20 de setembro de 2014 às 14h00min.

<sup>5</sup> CAMPOS, Op. Cit., p. 32.

<sup>6</sup> JOSÉ, Emiliano. *Lembranças do Mar Cinzento* (V). In: Galeria F: Lembranças do mar cinzento, parte II, capítulo V, s/d. Disponível: <[http://www.emilianojose.com.br/?event=Site.dspLivroConteudo&capitulo\\_id=154&conteudo\\_id=174](http://www.emilianojose.com.br/?event=Site.dspLivroConteudo&capitulo_id=154&conteudo_id=174)>. Acesso em 02 de maio de 2013, às 15h03min; FOLHA DO NORTE. *Volta a reinar a tranquilidade no seio da família feirense, livre do espectro do comunismo*. Ano 55, nº2872, 09 de maio de 1964, p.01.

<sup>7</sup> SILVA, Sandra Regina Barbosa da. “OUSAR LUTAR, OUSAR VENCER”: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971). [dissertação – Programa de Pós-Graduação em História]. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 2003, p. 33.

<sup>8</sup> CAMPOS, Op. Cit., p. 53-54.

<sup>9</sup> CERQUEIRA, Ruy. *Santa Bárbara, o estudante da guerrilha: a vida e a trajetória política do único estudante de Feira de Santana que se tornou guerrilheiro*. Feira de Santana: Gráfica Modelo, 2002, p. 37, 55-58.

<sup>10</sup> SILVA, 2010, p. 50-51.

<sup>11</sup> FERREIRA, Op. Cit., p. 10.

<sup>12</sup> SILVA, 2010, p. 12.

<sup>13</sup> Cf. GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira das ilusões perdida à luta armada*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1990. COSTA, Ricardo; PINHEIRO, Milton; FERREIRA, Muniz. *Breve balanço de polêmicas e dissidências comunistas no Brasil*. Disponível em <[http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5998:breve-balanco-das-polemicas-e-dissidencias-comunistas-no-brasil&catid=56:memoria](http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5998:breve-balanco-das-polemicas-e-dissidencias-comunistas-no-brasil&catid=56:memoria)>. Acesso em 22 de agosto de 2014, às 22h00min.

<sup>14</sup> Criada em 1962, nasce do desenvolvimento de setores de esquerda da Ação Católica. Em 1965, a organização adota o pensamento marxista como forma de análise da realidade brasileira e opta pela luta armada. Em 1966-1967, cresceu, no interior da organização, o grupo maoísta que provocou o afastamento dos militantes cristãos. Em 1968, a AP estabelece ligação com o PCdoB e adota a estratégia de cerco das cidades através do campo (GORENDER, Op. Cit., cap.16. RIDENTE, Marcelo. *As esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel (org.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.21-52, 2007).

<sup>15</sup> Nasceu em 1961, formada por estudantes provenientes da Liga Socialista de São Paulo e da Mocidade Trabalhista de Minas Gerais e voltava-se para o debate teórico doutrinário. Em 1967, foi duramente criticada

pelo imobilismo e a questão do imediatismo da luta armada gerou divergências internas. Entre 1967 e 1968, o que restou da organização aderiu à Dissidência Leninista do PCB no Rio Grande do Sul e, assim, formou-se a Política Operária Comunista (POC). Em 1970, alguns militantes se desligaram da POC e voltaram a constituir a antiga POLOP, agora com a denominação de Organização de Combate Marxista-Leninista/Política Operária (OCML-PO) (REIS, Daniel. *Classe operária, partido de quadros e revolução socialista: o itinerário da Política Operária-Polop (1961-1986)*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel, Op. Cit. GORENDER, Op. Cit., cap. 19).

<sup>16</sup> SILVA, 2010, p.55.

<sup>17</sup> No período em questão, era vereador da Câmara Municipal de Feira de Santana e estudante da Faculdade Estadual de Educação; enquanto vereador, proferiu discursos na Câmara de vereadores considerados subversivos (AUDITORIA DA 6ª CIRCUNSCRIÇÃO JURÍDICA MILITAR. *Processo Militar nº 22/69*. Ministério do Exército/6ª Região Militar /Quartel General/2ª Seção. Salvador, 1971).

<sup>18</sup> Em 06 de maio de 1968, assumiu a função de professor de Biologia no Colégio Estadual de Feira de Santana, quando então passou a se envolver nos movimentos estudantis (Idem).

<sup>19</sup> Então professora do Instituto de Educação Gastão Guimarães, em Feira de Santana (Idem).

<sup>20</sup> Professor do colégio Estadual de Feira de Santana em 1968, quando agiu de trama com Yara C. Pires e José C. Estrela nas atividades subversivas (Idem).

<sup>21</sup> Trabalhava na área de tipografia e participou dos movimentos estudantis (Idem).

<sup>22</sup> Natural de Saúde/BA e nascido em 24 de agosto de 1947. Em Feira de Santana foi estudante no período em questão, participando, assim, das movimentações estudantis (Idem).

<sup>23</sup> Era professora. Logo após sua participação nas ações políticas de Feira de Santana (1967-68), esteve presente no famoso XXX Congresso da União Nacional de Estudantes (UNE), realizado em Ibiúna, São Paulo (Idem).

<sup>24</sup> Nos acontecimentos de 1967-68 era estudante universitário e trabalhava na Invicta Editora, manteve ativa participação em movimentos, greves e passeatas (Idem).

<sup>25</sup> Idem.

<sup>26</sup> RIDENTE, Op. Cit., p.37-38.

<sup>27</sup> SILVA, 2010, p. 58.

<sup>28</sup> SILVA, 2003, p.56.

<sup>29</sup> SILVA, 2010, p.61-63.

<sup>30</sup> CERQUEIRA, 2002, p.69.

<sup>31</sup> SILVA, 2010, p.70.

<sup>32</sup> CAMURÇA, Marcelo Ayres; REIS, Daniel Aarão. *O Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8): da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel, Op. Cit., p.133-136.

<sup>33</sup> RIDENTE, Op. Cit., p. 43; GORENDER, Op. Cit., p.166-170.

<sup>34</sup> REIS; CAMURÇA, Op. Cit., p.135-136.

<sup>35</sup> SILVA, 2003, p.72,74.

<sup>36</sup> SILVA, 2003, p.82-84.

<sup>37</sup> SILVA, 2010, p.75, 79.

<sup>38</sup> SILVA, 2010, p.83-84.

<sup>39</sup> SILVA, 2010, p.84-85.

<sup>40</sup> O capitão Carlos Lamarca abandonou o exército brasileiro em 1969 e ingressou decididamente na luta armada integrando os quadros da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) – grupo de intelectuais dissidentes da POLOP – no intuito de formar o foco guerrilheiro. Em 1971, Lamarca se desligou do VPR e ingressou no MR-8, impressionado com a estratégia de guerrilha rural do grupo. Cf. ROLLEMBERG, Denise. *Carlos Marighella e Carlos Lamarca: memórias de dois revolucionários*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel, Op. Cit., p.69, 74-75.

<sup>41</sup> José Campos Barreto era natural de Brotas de Macaúbas. Seu contato com o movimento estudantil se deu durante sua passagem por São Paulo, quando trabalhou em uma das indústrias de Osasco. Em 1968, participou ativamente da greve dos metalúrgicos e foi preso. E após uma temporada como militante da POLOP, Zequinha retornou para a Bahia. Em 1971, intermediou a transferência de Santa Bárbara para Buriti Cristalino. Conferir: CERQUEIRA, 2002, p.98; MINISTÉRIO DO EXÉRCITO/ 6ª REGIÃO MILITAR, 1971, p. 130-132.

<sup>42</sup> SILVA, 2010, p. 87.

<sup>43</sup> SILVA, 2003, p.150; MARCONI, Paulo. Perseguição e morte de Lamarca. COOJORNAL. Porto Alegre, agosto de 1979, ano I, n.44, p.16.

<sup>44</sup> SILVA, 2010, p.92.

<sup>45</sup> BAFFA, Ayrton. A morte de Lamarca em pleno Sertão. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 16 de setembro de 1981, p.09.

<sup>46</sup> MARCONE, Paulo. Perseguição e morte de Lamarca. COOJORNAL. Porto Alegre, agosto de 1979, p.18.

<sup>47</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Trad. Dora R. Flaksman. Rio de Janeiro, *Revista Estudos Históricos*, v. 02, n. 03, 1989.

## **A AUTORIDADE DOCENTE: DA METAFÍSICA AO PROCESSO DE SECULARIZAÇÃO, UMA ANÁLISE DE 1890 À 1892**

Cláudio Amaral Overné  
Mestre em Educação – Processos Formativos e Desigualdades Sociais  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sônia Camara  
overne@gmail.com

### **RESUMO:**

Trata-se das primeiras aproximações acerca da representação de autoridade do professor, que circulam por uma atmosfera de caráter metafísico até o processo de secularização do exercício docente, no último quartel do século XIX. Assim, os trabalhos de António Nóvoa, Peter Burke, António Viñao Frago são examinados, no desejo de estabelecer as proximidades, semelhanças e mesmo as divergências na construção do sentido de autoridade docente. O estudo fundamenta-se num levantamento bibliográfico e pretende apreender como o conceito de representação proposto por Chartier pode ser útil para a análise do tema em tela na área da História da Educação Brasileira.

Palavras-chave: Autoridade do professor, Representações, religioso e secular.

### **ABSTRACT:**

The paper represents the first approximations about the representation of the teacher's authority, in the last quarter of the 19th century, in the context of Brazilian education. Intends to learn how it was constructed and appropriate in the social imaginary and within a socio historical turning to Brazil Empire from Republic of Brazil. The studies of António Nóvoa, Peter Burke, António Viñao Frago are examined, in the desire to establish the proximities, similarities and differences in the construction of the sense of teaching authority for that period. Finally, it indicates that the path is open, with challenges that need to be taken into account for the continuation of investigations and for the methodological-theoretical deepening.

Keywords: teacher's Authority, Representations, religious and secular.

### **INTRODUÇÃO**

A questão da fundamentação da autoridade dos professores e suas representações no contexto das pesquisas é assunto pouco pesquisado pelos historiadores da educação. Apesar do tema da autoridade ser recorrente no cenário educacional, e se encontrar vívido no canteiro da escola, as explicações e as pesquisas sobre o ambiente escolar pouco ou nenhuma colaboração têm oferecido para o ajuizamento da problemática das representações de autoridade do professor no ambiente das pesquisas de história da educação. A questão da autoridade do professor não é apenas saber de maneira, mais ou menos evidente, que ela existe, mas também conhecer como a autoridade é laborada, construída no imaginário social e quais são seus efeitos sobre os atores sociais no decurso sócio histórico. Parto da observação da realidade em que a autoridade dos professores estava embasada no imaginário das

representações da sociedade brasileira, em princípios de caráter declaradamente religiosos, desde os idos do século XVI, até boa parte do século XIX.

A longa duração dessa forma de representação, que fora construída acerca da autoridade do professor, desde o Brasil Colônia atravessando o Brasil Império e chegando ao Brasil República favorece inicialmente uma imagem perene e estável de autoridade do professor como inabalável, nutrida por uma aura sacra. O sentido de autoridade do professor ao manter fortes vínculos com o ambiente religioso, seus valores e crenças apresentava-se como verdade revelada, ou seja, uma doação divina, uma vocação e, portanto, inquestionável. A percepção dessa realidade, segundo Roger Chartier<sup>1</sup>, de um processo de longa duração inscreve não um contexto de linearidade, mas de lutas por representações, “onde está em jogo a ordenação, logo a própria estrutura social.” O que implica a necessidade de se atentar para os permanentes enfrentamentos de sentidos, estratégias que determinam posições e relações na construção das representações de autoridade do professor. Deve-se considerar que o conhecimento histórico não é algo evidente como categorias estáveis e invariáveis. Na concepção de Chartier<sup>2</sup> “os objetos históricos, quaisquer que sejam, não são objetos naturais, em que apenas variariam as modalidades históricas da existência.” Em sentido semelhante, Lucien Febvre<sup>3</sup> expõe que cada época constrói no plano das ideias para si sua própria representação do passado histórico. Indicando que os objetos históricos devem ser analisados à luz das práticas, móveis, que as constroem possibilitando reconhecer a variabilidade das configurações que erigem de forma singular domínios de práticas, econômicas discursivas e formas sociais.

A compreensão da educação e do exercício docente implica levar em conta o movimento sócio-político e sua incidência no modo como se construíram as representações de autoridade dos professores no Brasil. Dessa forma, o recorte temporal dos anos de 1890 à 1892, ou seja, a Primeira República, período da instituição do Ministério de Instrução Pública Correios e Telégrafos, são de especial interesse para esse artigo, por assinalarem a preocupação estatal em tornar laica e ilustrada não só a educação oferecida no país, mas o próprio exercício docente e sua autoridade. O momento sócio histórico desse período da educação brasileira favorece questionamentos, tais como: Em que medida o período marcado pela transição entre o Brasil Império e o Brasil República projeta mudanças nas

---

<sup>1</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p.23.

<sup>2</sup> *Ibid.*, p.78

<sup>3</sup> FEBVRE, Lucien. *Life in renaissance France*. Cambridge: MA, 1977.

representações de autoridade do professor? Quais são os elementos fundantes da autoridade do professor no imaginário social em fins do século XIX?

Elencar como objeto de estudo a análise do movimento sócio histórico das representações de autoridade do professor, permite refletir sobre como os indivíduos, os grupos, os sujeitos sociais construam seu entendimento sobre o significado da autoridade docente na sua vida. Compreender tal processo, conforme propugna Chartier<sup>4</sup>, implica em não assinalar o movimento das formas culturais como simples difusão. Todavia, a representação de autoridade do professor deve ser analisada em constante tensão a ser reproduzida entre, de um lado, o desenvolvimento de uma distinção pela diferença e, de outra forma, a sua apropriação por meio da imitação social ou pela imposição aculturante.

As fontes secundárias a serem utilizadas para a escrita desse artigo estão relacionadas com o aporte teórico relativo ao assunto, ou seja. Assim, quanto às etapas, isto é, os procedimentos metodológicos podem ser expressos por meio do levantamento bibliográfico da produção teórico histórico e educacional, ou seja, as fontes usadas para a confecção desse artigo são essencialmente secundárias. A decisão de optar pela análise da representação de autoridade do professor, em fins do século XIX, significa efetuar um corte epistemológico que contribui para o enriquecimento e aprofundamento do entendimento da construção das representações de autoridade e suas manifestações no imaginário social desse período da história da educação brasileira.

Peter Burke<sup>5</sup> indica que o exame historiográfico, depois da Escola dos *Annales*, deve ser “culturalmente constituído ou construído” enunciando que ela não está dada, não é normal trata-se de uma construção social e histórica, assim como o fato também é construído, pois não existe fato histórico por natureza. Nessa mesma esteira, Diana Vidal<sup>6</sup> pondera sobre o ofício do professor e o exercício de sua autoridade como uma memória criada. Ao caminhar nessa senda é preciso considerar as permanências das representações de autoridade do professor e não de seu rompimento. Assim, deve-se levar em conta o que permanece e o que varia, as formas invariantes, as práticas.

É no contexto das culturas escolares que se pode empreender uma análise histórico cultural da construção das representações de autoridade docente e de seu processo de

---

<sup>4</sup> Op. Cit., p.223

<sup>5</sup> FEBVRE, Lucien. *Life in renaissance France*. Cambridge: MA, 1977, p.98

<sup>6</sup> VIDAL, Diana. *Culturas Escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)*. Campinas: Autores Associados, 2005, p.32

transição, da metafísica ao secular. Pois, segundo António Viñao Frago<sup>7</sup>, as culturas escolares abarcam as distintas manifestações das práticas que são encetadas no interior da escola sem deixar de considerar a sua encarnação no contexto social em que está inserido.

### **As representações de autoridade do professor**

Numa observação preliminar do Brasil República, em particular da organização escolar, bem como da história e da arte de ensinar vislumbra-se um movimento de reação do positivismo contra a metafísica incidindo na (re)construção social da representação de autoridade do professor. Dessa forma, a análise da representação de autoridade do professor, no último quartel do século XIX adquire relevância. Pois, de acordo com Chartier<sup>8</sup> verificar as configurações sociais e conceptuais próprias de um tempo e um espaço possibilitam a (re)construção do artefato histórico. Ao tomar como objeto de pesquisa as representações de autoridade do professor desse período, tem-se por intenção analisar as percepções do social sem deixar de considerar seus modos constitutivos. O que no entendimento de Chartier<sup>9</sup> “diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão social como categorias fundamentais de percepção e apreciação do real”. Clarice Nunes e Marta Carvalho<sup>10</sup> acompanham as formulações de Chartier, ao enunciarem que a representação apresenta-se como exercício “ordenado, hierarquizado, classificado” articulado às posições dos atores.

O exame das representações coletivas e das identidades sociais, proposta por Chartier<sup>11</sup> sugeri uma forma diferente e dialógica que traz para a arena de seus estudos os recortes sociais e as práticas culturais. Ele objetiva transpor a objeção existente no contexto das abordagens estruturalistas e dos procedimentos fenomenológicos propondo esquemas criadores de formas de classificação e de percepção de instituições sociais que encampam por meio de representações coletivas, as divisões da organização social. As análises efetuadas pelo historiador Chartier<sup>12</sup> admitem que “estas representações são matrizes de práticas

---

<sup>7</sup> FRAGO Viñao. Historia de la educación e historia cultural. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n.0, p. 63-82, set./dez.1995, p.69

<sup>8</sup> Op. Cit., p.27

<sup>9</sup> Ibid., p.17

<sup>10</sup> NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. In: GONDRA, José Gonçalves (org.). *Pesquisa em história da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p.50

<sup>11</sup> CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

<sup>12</sup> Op. Cit., p.183

construtoras do próprio mundo social”, ideia já amplamente defendida por antropólogos e sociólogos, como Marcel Mauss e Émile Durkheim.

Segundo Chartier<sup>13</sup> as representações habitam um campo de forças, de disputa de sentidos, e, portanto não há neutralidade. Esse historiador entende as representações “como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”. O sentido da representação no entendimento de Nunes e Carvalho<sup>14</sup> indica não apenas o ponto de chegada, mas essencialmente demarca o ponto principiador. Assim, as representações de autoridade do professor assinalam o processo de interiorização de formas esquemáticas atuando na criação e estruturação do mundo social.

Chartier<sup>15</sup> pensa uma história cultural do social que adote por objeto o entendimento das maneiras e das razões, ou seja, das representações do mundo social, que indiferente a vontade dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses e paralelamente delineiam a sociedade tal como se imagina que ela é, ou de forma idealizada, ou seja, como desejavam que ela poderia ser. Trata-se de considerar que o imaginário sempre coletivo, como escreve Roger Chartier<sup>16</sup>, governa “as representações e juízos dos sujeitos sociais, sem que estes o saibam”. Todavia, Chartier<sup>17</sup> assevera que as representações, quaisquer que sejam, carecem de ser analisadas como “uma teia de relações complexas, onde cada indivíduo se encontra inscrito de múltiplas formas, as quais são todas culturalmente construídas.” A ideia de construção cultural da representação no entendimento de Burke<sup>18</sup> emerge como contraponto ao determinismo social e econômico. Burke declara que os historiadores necessitam auscultar os limites da plasticidade cultural, que sempre devem ser vistos como sujeitos a alterações de caráter econômico, político e por tradições culturais.

### **Caracterizando a autoridade**

No estudo empreendido a respeito da representação de autoridade do professor importa conceituar essa categoria. As investigações filológicas de Antônio Geraldo da Cunha<sup>19</sup> indicam que o verbete autoridade é substantivo feminino, oriundo do latim *auctoritas*, e

---

<sup>13</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p.17

<sup>14</sup> Op. Cit., p.36

<sup>15</sup> Op. Cit., p.19

<sup>16</sup> Ibid., p.45

<sup>17</sup> Ibid., p.83

<sup>18</sup> Op. Cit., p.129

<sup>19</sup> CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007, p.207

significa direito ou poder de se fazer obedecer, de tomar decisões. Corroborando esse pensamento, Richard Sennett<sup>20</sup>, ao observar de forma análoga que o termo autoridade tem sua procedência na palavra latina *auctor*, de *augere*, significando autor, oferece um enriquecimento de sentido ao perceber que ela aponta para a ideia daquele que produz, que gera, que inventa e não somente aquele que emite as ordens. A análise empreendida pelo sociólogo Richard Sennett<sup>21</sup>, acerca do conceito de autoridade em seus múltiplos ambientes tem como princípio apreciações que partem da raiz do termo, apontando para a ideia de comando, líder, supervisor, aquele que têm força para conduzir e a utiliza para guiar os outros. O axioma de Richard Sennett colabora na compreensão do papel do pedagogo, do professor na educação. Segundo Cunha<sup>22</sup>, a palavra “pedagogo” vem do latim *paedagogu*, que deriva originalmente do grego *paidagogos*, projetando a ideia de curador, supervisor, guia, tutor de crianças. O pedagogo grego ou romano segundo Jaeger<sup>23</sup> era um auxiliar masculino, de confiança, geralmente um escravo bem-instruído. O *paidagogos* tinha como tarefa guiar e tomar pelas mãos o infante conduzindo-o à boa educação, para que aprendesse boas maneiras.

### **O sentido de autoridade do professor, o clérigo e o laico**

No período do Império brasileiro o exercício da autoridade dos professores era de atitude marcadamente clerical, predominando a força da influência do caráter, dos valores, da ideologia e das crenças da religião, o que também fora verificado em Portugal, conforme apontamentos de Nóvoa. Nóvoa<sup>24</sup> chega mesmo a afirmar que a gênese dos professores e de sua autoridade estava intimamente relacionada e imbricada com as congregações religiosas. Esse artigo não tem a pretensão de estabelecer uma gênese da autoridade do professor, antes admite que o sentido de autoridade do professor proposto socialmente no decurso da história está sujeito ao movimento dinâmico possibilitando outras percepções e diferentes construções.

A produção da existência da autoridade docente no período imperial repousava numa bruma metafísica. Ao passo que havia na conjuntura sócio-política da Primeira República, um forte desejo de mudança por parte da liderança política, em especial, por parte de Deodoro de Oliveira e do ministro da Instrução Pública Telégrafos e Correios, Benjamim Constant, em

---

<sup>20</sup> SENNETT, Richard. *Autoridade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2001, p.32

<sup>21</sup> Op. Cit., p.31

<sup>22</sup> Op. Cit., p.591

<sup>23</sup> JAEGER, Werner. *Paidea*. A formação do homem grego. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

<sup>24</sup> NÓVOA, António (org.). *Profissão professor*. Trad. Irene Lima Mendes, Regina Correia, Luísa Santos Gil. 2ª ed. Porto: Porto Editora, 1995a, p.15



que a autoridade e o ofício professoral transitassem do religioso para um processo de secularização, sob o controle do estado.

Momento em que a educação parece deixar as mãos da igreja e singrar para as do Estado. O último quarto do século XIX, propicia uma série de inquirições e suspeições, possibilitando o estudo da construção no imaginário social da sociedade brasileira das formas constitutivas da autoridade do professor, nesse ínterim histórico. A opção por um exame de perspectiva histórico cultural, tal como propugna o historiador francês Roger Chartier<sup>25</sup>, corrobora na possibilidade de se identificar a maneira “como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.”

O exame empreendido por António Nóvoa, em Portugal acerca da formação do professor e seu processo de profissionalização pode ser bastante útil para os estudos historiográficos da educação, em particular para o estudo e escrita desse artigo e seu tema em questão. Nóvoa<sup>26</sup> em seus estudos aponta indícios de uma nova construção da imagem social do professor e de sua autoridade naquela sociedade, a portuguesa. Resguardando as devidas diferenças regionais, os estudos de Nóvoa podem ser bastantes úteis para a análise da dessacralização da autoridade do professor no contexto brasileiro e o conseqüente processo de elaboração de uma nova representação de autoridade do professor, a laica, no contexto da Primeira República no Brasil.

Os apontamentos de Nóvoa<sup>27</sup> assinalam que em meados do século XVIII, a sociedade europeia no anseio de construir a imagem do professor nutria indagações se este deveria ser religioso ou leigo, se deveria ser escolhido ou nomeado. Todavia, vigorava com certa pujança no imaginário social europeu, apesar de todos esses questionamentos, a concepção de um tipo de autoridade docente que assemelhar-se-á ao do sacerdote. Corroborando com o entendimento proposto por Nóvoa, Nunes e Carvalho<sup>28</sup> assinalam que a sociedade europeia, no decorrer do século XIX, ao experimentar o processo de laicização deixava pairar no ar o primado da razão sobre o primado da fé. Certamente, esses elementos são indícios importantes que precisam ser analisados e, além disso, apontam para a possível alteração de status da autoridade do professor, demarcando o processo de dessacralização, ou seja, a sua iminente secularização.

### **A fundamentação da autoridade docente no contexto das mudanças sócio políticas**

---

<sup>25</sup> Op. Cit., p.17

<sup>26</sup> Ibid., p.15

<sup>27</sup> Ibid., p.16

<sup>28</sup> Op. Cit., p.22

A representação de autoridade do professor que vigorava na sociedade brasileira, no século XIX, não se tratava de um elemento natural, mas evidentemente de uma construção social. Nesse sentido, Nunes e Carvalho<sup>29</sup> descrevem a representação como resultante em última instância da criação mental de certo período, congregando determinadas categorias e grupos sociais. A rigor, quando se toma a história cultural como método de análise é preciso pensá-la como o estudo da construção da representação, que segundo Chartier<sup>30</sup> relaciona-se as classificações e as possíveis exclusões que constroem, na sua diferença radical, uma constelação de formas sociais e conceituais singulares de uma época ou de um contexto.

A autoridade docente que figurava no imaginário social do século XIX, em muito se aproximava da imagem do sacerdote, conforme enuncia Nóvoa<sup>31</sup>. A autoridade do professor no imaginário social sob esse aspecto, por conseguinte, tornava-se inquestionável, por ser divina. Remetia mesmo a ideia do santo. Por isso, o professor<sup>32</sup> deveria ser uma pessoa recatada, discreta que não se mistura-se, evitando a exposição em público para zelar por sua vocação, sendo uma referência social.

Gondra e Schueler<sup>33</sup> assinalam que já por ocasião das Reformas Pombalinas, em 1759, observa-se um esforço primeiro de mudança de fundamentação no imaginário social da autoridade do professor no contexto brasileiro e português. A Reforma Pombalina procurou retirar das mãos da igreja a educação e estatizá-la, sinalizando o evidente esforço do Estado por dessacralizar não só o ofício docente, mas também a autoridade docente e secularizá-la. Essa passagem da autoridade do professor da forma metafísica para o secular, ainda que de maneira irregular ocorria paulatinamente no Brasil, principalmente no final do século XIX, com o advento da República. Uma nova figura de autoridade do professor parecia emergir nas representações em tempos de transformações sociais e políticas na terra do pau-Brasil.

O professor de acordo com apontamentos de Popkewitz<sup>34</sup>, ao efetuar seus estudos sobre a educação estadunidense no início do século XIX, seria uma pessoa altruísta sempre

---

<sup>29</sup> Op. Cit., p.37

<sup>30</sup> Op. Cit., p.27

<sup>31</sup>Op. Cit., p.16

<sup>32</sup>Nessa direção, Villela (2002 apud GONDRA; SCHUELER, 2008) aponta que o professor deveria ser portador de predicativos exemplares, tais como a longanimidade, a modéstia, a reserva e a discrição, devendo ainda ser dotado da capacidade de gerenciar, disciplinar e vigiar os alunos servindo não só a esses de modelo, mas à toda comunidade.

<sup>33</sup> GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008, p.160

<sup>34</sup> POPKEWITZ, Thomas S. Profissionalização e formação de professores: algumas notas sobre a sua história, ideologia e potencial. In: NÓVOA, António (org.). *Os professores e a sua formação*. Trad. Graça Cunha, Cândida Hespanha, Conceição Afonso e José António Sousa Tavares. 2ªed.Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995, p.39

disposta a servir, sem ambições terrenas, modesta nos seus sonhos, deveria, enfim, contentar-se com o que tinha vivendo resignadamente. Os apontamentos de Gondra e Schueler<sup>35</sup> caminham na mesma direção de Porpkewitz, ao indicarem que esse modo de vida do professor corroborava na divulgação social da representação de autoridade docente que em muito se assemelhava ao do sacerdote. Tratava-se de um ofício caracterizado pela nobreza do sacrifício, marcado pelas difíceis condições materiais de existência, por ser estimado no imaginário social o caráter divino-temporal, o professor em seu exercício da autoridade era um sujeito que vivia sob a insígnia da vocação sagrada.

A influência do ambiente eclesiástico não emergia de modo implícito no fazer pedagógico, mas fulgurava com todo o seu esplendor em todas as instâncias da constituição da identidade e da autoridade do professor. Nóvoa<sup>36</sup> observa que no decurso do século XIX, há uma imagem de professor que atravessa “as referências do magistério docente, ao apostolado e ao sacerdócio”. Os símbolos que influenciavam o caráter eclesiástico configuravam-se em revelações ostensivas de fé exibidos na indumentária, no código de ética e moral que regulava a vida e o caráter da autoridade do professor sempre em clara analogia ao do vocacionado para o ministério sacerdotal. O resultado culminava não em elementos meramente imaginários nos afazeres pedagógicos, mas adquiriam concretude na postura e nas ações mais comezinhas adotadas no contexto imediato da sala de aula.

As representações, de acordo com as reflexões de Chartier<sup>37</sup>, enunciam que “todas visam, de fato, a fazer com que a coisa não tenha existência a não ser na imagem exibida, que a representação mascare ao invés de pintar adequadamente o que é seu referente”. Segundo Gondra e Schueler<sup>38</sup> a estatização da docência, em fins do século XIX, promulga a elaboração de novos processos constitutivos da imagem simbólica da autoridade docente, ainda que provisórias e contraditórias, construía-se a ideia de uma autoridade do professor secular e estatizado. Os propósitos da Primeira República em direção à educação, que deveria ser laica, invocam o modelo das nações civilizadas de racionalidade oriunda das influências do período Iluminista. Buscava-se por meio da educação afirmar uma identidade homogênea do Estado brasileiro em substituição à religião como marca característica de nação. Importa dizer que os professores como clérigos, de acordo com estudos de Gondra e Schueler<sup>39</sup>, foram mestres na arte de ensinar e aprender figurando no imaginário social europeu numa fusão de autoridade

---

<sup>35</sup> Op. Cit., p.174

<sup>36</sup> Op. Cit., p.16

<sup>37</sup> Op. Cit., p.185

<sup>38</sup> Op. Cit., p.184

<sup>39</sup> Ibid., p.156

religiosa e laica. Tanto que o exame empreendido por esses historiadores, Gondra e Schueler<sup>40</sup>, sinaliza para o movimento de construção das representações acerca da *missão* que repousava sobre os ombros do professor estabelecendo uma analogia entre o professor e o sacerdote.

A construção da autoridade desse tipo de professor realça a pujança da religião sobre o imaginário social daquela sociedade, bem como de sua moral. Portanto, a sacralização da autoridade do professor estava embasada nos modelos de comportamento desejadas e inculcados na sociedade europeia e brasileira. Nesse sentido, Nóvoa<sup>41</sup> observa que mesmo quando o professor tinha como missão educar a sociedade, depois passando para o exercício de um ofício, num contexto em que a profissão toma o espaço da vocação, ainda, assim, as motivações originais permaneciam as mesmas. Os professores em seu *modus vivendi* permaneciam sendo regulados por uma ética e um sistema normativo de caráter especificamente religioso aproximando-os da imagem da autoridade de um sacerdote. À guisa de considerações finais, ao tomar a representação em suas pesquisas Chartier não tem a pretensão de instaurar uma teoria acabada do conhecimento sobre tais conceitos, muito menos anseia instituir ou promulgar uma teoria geral e universalista da histórica de determinado sistema social. Nesse mesmo sentido, esse artigo não pretendeu de forma alguma oferecer uma resposta pronta e acaba acerca das representações de autoridade do professor, no último quartel do século XIX. Antes ele se inscreve num contexto complexo e móbil, admitindo suas limitações e aberto, portanto, a um novo devir que se encontra no imaginário social em permanente e tensa disputa de sentidos. Assim, as representações de autoridade do professor são influenciadas por complexos elementos sociais, econômicos e culturais que no decurso histórico determinam, significam os sentidos que a envolvem a representação de autoridade em um permanente vir a ser.

---

<sup>40</sup> Ibid., p.173

<sup>41</sup> NÓVOA, António (org.). *Os professores e a sua formação*. Trad. Graça Cunha, Cândida Hespanha, Conceição Afonso e José António Sousa Tavares. 2ªed.Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995b, p.16

**Da decadência da Indústria ao Etnodesign: a moda emerge no cenário das políticas públicas brasileiras.**

**Virginia Abreu Borges**

Mestrado em Artes Visuais -Unicamp, Campinas-SP. [vivideabreuborges@gmail.com](mailto:vivideabreuborges@gmail.com)

**Orientação Claudia Valladão Mattos, PPAV/PPGH/IFCH, Unicamp.**

**Co orientação José Maurício Arruti, CPEI/PPGAS/IFCH, Unicamp.**

**Cristiana Katagiri**

Master of Arts - Culture Industry/Centre for Cultural Studies, Goldsmiths, University of London - London-UK. Ano de obtenção 2011.cristiana.k@gmail.com

**Orientação Matthew Fuller- CCS/Goldsmiths, University of London.**

**Co orientação Josephine Berry Slater –CCS/Goldsmiths, University of London.**

**Resumo**

Esse artigo trata do diálogo entre o Ministério da Cultura e a sociedade civil em torno da Moda. O objetivo é investigar o surgimento da categoria –moda enquanto cultura- no contexto das políticas públicas no Brasil contemporâneo. Apresentamos uma metodologia, denominada Etnodesign, premiada pela SEC/MinC em 2012, com intuito de problematizar as relações e os processos que perpassam contextos interétnicos de criação de coleção de moda, mediados por designers e estilistas.

This article is contextualized within a discussion towards fashion between the Ministry of Culture and the civil society. The attempt is to investigate the realm of fashion throughout the existent cultural policies in contemporary Brazil. It presents a methodology - granted by the SEC\MinC in 2012 - conducted at the Talents of Brazil Program. Finally, the aim is to problematize relations and processes that encompass the interethnics dimensions of a fashion collection creation, mediated by designers and fashion designers.

**Palavras chave:** Arte étnica, Políticas Públicas, Etnodesign.

**Key words:** Art Ethnic, Cultural Policies, Etnodesign.

## Introdução

Este artigo parte da observação de um cenário de mudanças sociais e políticas decorrente de um intenso diálogo entre o Ministério da Cultura (MinC) e a sociedade civil em torno da moda. Diversos atores sociais (designers, estilistas, produtores, estudantes, professores, etc.) se articularam junto ao MinC reivindicando a inserção do campo da moda na pauta das Políticas Culturais, levando à sua inclusão nas diretrizes para o desenvolvimento de políticas públicas setoriais, do Plano Nacional de Cultura.

O intuito é apontar as implicações estéticas e sociais desta inclusão, a partir da problematização das relações e dos processos de criação de moda em contextos interétnicos, referentes ao estudo de caso do Programa *Talentos do Brasil*. Vale salientar, que este Programa, filiado institucionalmente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), teve início em 2005, e já estava em fase de implementação antes da mobilização do setor da moda junto ao MinC, em 2010. Nesse sentido, pude acompanhar a articulação de alguns dos atores envolvidos nos dois âmbitos institucionais, a exemplo de estilistas, que foram estilistas do *Programa Talentos do Brasil* e posteriormente foram eleitos delegados do PNC junto ao MinC, o que indica a hipótese de que o *Talentos do Brasil* é inerente a um processo mais amplo que se desdobrou posteriormente via MinC.

Lançaremos mão das hipóteses produzidas em campo, entre janeiro de 2009 e dezembro de 2011, durante as oito Oficinas de criação de coleção de moda que a primeira autora realizou para o *Talentos do Brasil*, que resultaram posteriormente na elaboração de uma metodologia de criação de coleção de moda, denominada *Etnodesign*, premiada pelo Ministério da Cultura em 2012 e que continuou em aperfeiçoamento em 2013 via Centro de Pesquisa em Etnologia Indígena da Unicamp (CPEI) em convênio com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Atualmente esse estudo integra o projeto de mestrado da primeira autora, no Instituto de Artes da Unicamp, sob a orientação da historiadora da arte Claudia Valladão Mattos e a Co-orientação do antropólogo José Maurício Arruti.

## Da decadência da indústria da moda no Brasil

Para compreender o que pode ter levado a sociedade civil a se mobilizar junto ao MinC em busca da inclusão da moda na pauta das políticas públicas, precisamos compreender a crise na indústria da moda brasileira atualmente, que por sua vez, remonta a sua formação histórica.

O Brasil devido a sua condição de país colonizado teve muito de sua cultura e hábitos determinados por Portugal que, por sua vez, era influenciado pelo prestígio da França. Assim, com a chegada da corte portuguesa em terras brasileiras no século XIX o ato de imitar os europeus se popularizou e se transformou em um símbolo de civilização, uma aspiração para a aristocracia emergente (Avelar 2009, Braga e Prado 2011).

Por conseguinte, a cópia e a interpretação de modelos internacionais foram os grandes catalisadores do desenvolvimento da indústria da moda nacional. Isso se deu principalmente devido à falta de tradição, tecnologia e mão-de-obra especializada que favorecessem o funcionamento da indústria do vestuário local (Seixas e Portinari, 2009)

Deste modo, o que inicialmente serviu de impulso e modelo para o desenvolvimento da indústria da moda local, permanece até hoje como um mecanismo imprescindível aos processos produtivos da indústria da moda nacional. A reprodução se tornou algo estruturante e institucionalizado dentro da cadeia produtiva da moda como se observa no depoimento a seguir:

*“O tema do último desfile foi a fase azul e rosa do Picasso, o tema da coleção comercial partiu de uma viagem para o Ceará. Existe uma tendência às escolhas de temas nacionais como Amazônia, índios e agora o Ceará mas na prática o que prevalece é sempre um olhar internacional sobre um tema nacional [...] Os destinos mais frequentes são Nova Iorque e Paris, mas atualmente Florença devido à existência de um outlet de marcas internacionais.”* (Nota 1)

Em virtude disso, guias *“Como pesquisar moda na Europa e nos Estados Unidos”* de AissaHeuBasile1996, foram criados para auxiliar em *“pesquisas no exterior”* (Nota 2). Nesse âmbito, pode se especular que a moda nacional ainda passa por um processo de legitimação complexo e lento devido a padrões de comportamento contínuos, determinados por modelos decorrentes de um passado histórico marcado pela colonização européia.

A indústria da moda brasileira é recente, foi somente em meados de 1950 que os primeiros passos são dados no estabelecimento de uma cadeia produtiva têxtil-vestuário

(Caldas, 2008) e na década de 1980, 1990 e, início dos anos 2000, algumas marcas como Fórum, Ellus, Zoomp, Huis Clos, Rosa Chá, Cavalera, Alexandre Herscovitch, Colcci, dentre outras, ganharam prestígio em território nacional. Impulsionadas por plataformas midiáticas como o Phytoervas Fashion, Morumbi Fashion e São Paulo Fashion Week.

Mas o período de expansão da indústria criativa da moda no Brasil, ao que tudo indica, durou pouco, de acordo com dados de 2010 da ABIT, o setor têxtil e de confecção é constituído por 30 mil empresas de vários portes que fabricam em torno de 5,5 bilhões em peças de vestuário e geram de 1,7 milhão de empregos. Entretanto, apesar de números expressivos, segundo Miquetti (2012) observou-se a redução no faturamento geral da indústria têxtil e de confecções no decorrer dos anos 2000, e especificamente entre os anos de 2010 e 2012.

Na avaliação das principais empresas têxteis do País, o ano de 2011 foi especialmente um ano difícil - “Foi muito atípico” - Vimos muita concorrência com importados no mercado interno, custos elevados de matéria-prima, políticas comerciais desfavoráveis, tudo isso pesou bastante”, diz Marli Vernille Guth, gerente de marketing da Canatiba. As exportações brasileiras do setor têxtil e de confecções (sem considerar fibra de algodão) recuaram 1,5% em 2011, para US\$ 1,42 bilhão. Em volume, o recuo foi de 9% frente a 2010, para 266 mil toneladas.

As exportações para os Estados Unidos, segundo maior comprador de têxteis e confecções do Brasil, caíram pela metade no ano passado, para US\$ 118 milhões. O volume exportado para o país foi 40,5% menor em 2011, segundo dados do Ministério do Comércio Exterior compilados pela Abit. O principal problema é a competição com a China. “Perdemos muitos clientes bons que tínhamos nos Estados Unidos para os chineses. Está complicado competir”, diz Débora Colen, gerente de exportação da Cedro Têxtil.

A saída apontada pelo setor é ampliar investimentos em maquinário, para produzir tecidos com maior valor agregado. “A saída são os produtos diferenciados, porque tentar competir com a China em básicos, não é viável”, diz Demirci, da Farbe.

O avanço da globalização e a abertura do mercado nacional na década de 1990 durante o governo Collor, para as importações, demonstraram o quão frágil eram as



bases nas quais a moda tinha se construído. Assim sendo, as conseqüências imediatas desse processo foram: i) Aumento da oferta para consumidores locais das marcas internacionais renomadas como Chanel, Gucci e Prada; ii) Democratização do acesso à informação através do avanço das mídias digitais; iii) “Financeirização” do setor, as marcas famosas foram vendidas para holdings, o que as separou de seus respectivos fundadores e, ou diretores criativos, que por sua vez detinham o capital simbólico das marcas, o chamado “DNA” criativo; iv) Massificação generalizada do setor e conseqüentemente, a perda da fidelidade dos clientes.

De acordo com Braga (2013), nesse contexto, as marcas nacionais para se manterem competitivas, no novo mercado, viram-se “forçadas” a olhar para a cultura nacional em busca de um diferencial. Pode-se especular então que este fato somado ao comportamento de imitar o colonizador e aspirar ao que é estrangeiro tenha engendrado mecanismos complexos de criação de moda e produção de valor simbólico, como por exemplo, a ideia de olhar para o Brasil através de uma “perspectiva internacional” – vide relato do estilista anteriormente descrito.

### **Ao Etnodesign**

Em pesquisa ação (nota 3) atuei na condição de designer de moda junto ao público de artesãs agricultoras familiares, em ações promovidas pelo Programa denominado Talentos do Brasil, no âmbito institucional do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), trabalhei com grupos de artesãs da zona rural entre janeiro de 2009 e dezembro de 2011. Atuei na criação de novos produtos, na sistematização dos dados gerados e no acompanhamento às artesãs nas reuniões técnicas do contexto institucional, assim como nos locais e eventos de exposição e oferecimento desses produtos à mídia e ao mercado (Feira denominada Brasil Rural Contemporâneo, Salão do Turismo, Fashion Rio, Exposustentat, etc.). Tratavam-se dos seguintes grupos:

1. Grupo de 30 mulheres que trabalham o trançado tupinambá em piaçava, localizadas em Porto do Sauípe, município de Entre Rios, no litoral norte da Bahia -Associação APSA - (a 100 km da cidade de Salvador);
2. Grupo de 40 mulheres que trabalham o crochê, o macramê e o tear, dos municípios de Barreirinhas e Tutóia, no Maranhão. -Cooperativa ARTCOOP- (localizados a 440 km da capital, São Luiz);

3. Grupo de 50 mulheres bordadeiras das comunidades de Varjadas e Candiais, localizadas no município de Passira, no semiárido pernambucano -Grupo Bordados que Brotam- (a 112 km de Recife);
4. Grupo de 60 mulheres bordadeiras dos municípios de Juarez Távora e Alagoa Nova, no agreste da Paraíba -Cooperativa COOBAN- (localizado a mais ou menos 30 km de Campina Grande);
5. Grupo de 30 mulheres costureiras do município de Salinas - Grupo Linha do Horizonte- (localizado no Norte de Minas Gerais);
6. Grupo de 40 mulheres rendeiras de bilro do município de Parnaíba - Associação das rendeiras de Morros de Mariana-(localizado a mais ou menos 450 km de Teresina no Piauí);
7. Grupo de 60 artesãs que trabalham a fibra de tururi em Muaná -Associação AFLORMAR- (interior de Belém do Pará);
8. Grupo de 40 mulheres pescadoras, mulheres e filhas de pescadores, que trabalham o couro de tilápia e pirarucu no município de Coxim -Associação AR PEIXE- (localizada a 255 km de Campo Grande no Mato Grosso do Sul).

Iniciei o trabalho na condição de equipe técnica de desenvolvimento de produtos, uma vez que para a área de criação de produtos o Programa privilegiou a contratação de nomes consagrados no campo da moda, como Ronaldo Fraga, Jun Nakao, entre outras figuras midiáticas. Essa posição de status desfavorecida com relação à figura do estilista, pela qual me inseri no campo, se tornou estrategicamente determinante para que eu estabelecesse uma relação de confiança com as minhas interlocutoras.

Meu olhar sobre o presente objeto de estudo nasceu dessa perspectiva, pela qual pude coletar depoimentos das artesãs sobre os incômodos e o mal estar que elas sentiam frente às falhas dos estilistas famosos.

Posteriormente fui convidada a compor a equipe de criação do Programa. Minha primeira coleção na função de estilista com as artesãs gerou visibilidade na mídia e um pedido comercial para uma loja em Tóquio. Porém, apesar do resultado técnico e artístico ter sido considerado positivo, minhas inquietações acerca da qualidade da

mediação que o estilista opera nesse contexto, entre cultura material tradicional e design de moda contemporâneo, apenas se tornaram mais complexas a partir da minha experiência de mediação.

Conviver com as senhoras fundadoras dos grupos em seus lares, vivenciando uma troca de saberes éticos e estéticos, me possibilitou momentos de troca de perspectiva com as artesãs e um exercício de observação e reflexão sobre a alteridade.

A minha trajetória no Programa foi concluída com a incumbência de formular uma cartilha da metodologia de criação e desenvolvimento de produtos para o *Programa Talentos do Brasil*. Eu e outros dois designers voltamos a campo, dessa vez juntos, com o objetivo não de criar produtos, mas de propor uma metodologia que pudesse ser reaplicada, um guia para as próximas intervenções técnico-artísticas que seriam feitas pelos estilistas. Nesse momento tornou-se incontornável a questão: Qual tipo de relação entre estilista e artesãs favorecerá a geração de um novo conhecimento oriundo da troca entre o conhecimento técnico-científico e os saberes tradicionais?

Essa experiência motivou-me a sistematizar uma visão crítica sobre a qualidade da mediação do estilista, o que me levou a propor um novo padrão de relação e processos criativos em contextos interétnicos, baseado no conceito de co-autoria. Essa abordagem toma de empréstimo métodos de pesquisa da Antropologia e da História da arte e é denominada atualmente, *Etnodesign*. Ao passo que me sugere que essa investigação deva continuar sendo ampliada e aprofundada no sentido de analisar a arte étnica como uma nova categoria de Moda -moda enquanto cultura-, buscando os liames com a Moda industrial -moda enquanto uma categoria até então operada por valores eurocêntricos-.

Além disso, acompanhei o adensamento do diálogo entre o Ministério da Cultura (MinC) e o campo da Moda, que ganhou contornos através da eleição de diretrizes para o desenvolvimento de políticas públicas setoriais junto ao Plano Nacional de Cultura (PNC), que ocorreu na ocasião do “*I Seminário de Cultura da Moda*” entre os dias 26 e 29 de setembro de 2010 em Salvador, que culminou na LEI Nº 12.3433 (Nota 4), que entre outras coisas, propõe:

*“2.5.13 Promover e fomentar iniciativas de preservação da memória da moda, do vestuário e do design no Brasil, contribuindo para a valorização das práticas artesanais e industriais, rurais e urbanas”.*

É importante ressaltar que a Lei reconhece oficialmente, pela primeira vez, que a Moda passa a integrar políticas públicas voltadas à Cultura, por meio dos seguintes itens relativos às “Estratégias e Ações” previstas no seu Capítulo II, *“Da Diversidade: Reconhecer E Valorizar A Diversidade, Proteger E Promover As Artes E Expressões Culturais”*.

Após os diálogos com o setor, o MinC definiu que as propostas de moda se alinhariam em três eixos principais: i) Formação de competências criativas, técnicas ou artísticas; ii) Constituição de acervo memorial; iii) E promoção de desfile nacional e internacional, que segundo a Lei Nº 12.343, passa a compreender a moda enquanto uma categoria de arte relacionada aos diferentes modos de vida e à diversidade cultural. O que nos aponta preliminarmente às novas categorias de moda que emergirão nesse contexto.

Posto isso, torna-se interessante analisar os efeitos dessa política (2005-2014) no que diz respeito às transformações e transubstanciações dos objetos e produtos circunstanciados ao *Talentos do Brasil*.

O *etnodesign* surge a partir do contato da primeira autora entre os agentes envolvidos no Programa *Talentos do Brasil* e é motivado pelo desafio de contribuir para o debate que está em curso no campo acadêmico, mercadológico e institucional sobre os modos de uso e apropriação dos saberes e fazeres tradicionais, papel desempenhado pelo Estado e pelo mercado, assim como sobre como as populações tradicionais e étnicas têm reelaborado tais saberes e fazeres a partir desta relação.

## **Conclusão**

A moda não é objeto novo no campo das ciências humanas, foi compreendida enquanto sistema por Barthes, ganhou a categoria de campo em Bordieu, foi interpretada histórica e socialmente por Lipovetsky, além de outras importantes contribuições como a de Gilda de Melo, analisada por Heloísa Pontes, por exemplo.

Para pensarmos a moda no contexto das políticas públicas nacionais, propomos pensá-la enquanto linguagem, para isso, faremos uso do aporte teórico oferecido pelos estudos semióticos realizados por Peirce, que vem instrumentalizando a produção de conhecimento no campo das Artes, a exemplo da aplicação que Martine Joly faz para a sua concepção de análise da imagem.

Se tomarmos à indumentária enquanto signo e o contexto sócio cultural como referente, a moda pode ser apreendida então como uma metáfora da sociedade, ela espelha a sociedade em termos estéticos e simbólicos e para além da imagem que produz, oferece um campo de relação entre indivíduo e regra social, o que permite ao indivíduo mudar e inventar a sua maneira de se apresentar ao mundo, ao passo que não deixa de operar enquanto um dispositivo de representação social.

Ela tem sido compreendida como um processo inseparável do nascimento e do desenvolvimento do mundo moderno e pós industrial ocidental, por isso, a moda enquanto linguagem evidencia mudanças históricas, mas comunica, por meio das indumentárias, para além do espírito de um tempo.

Tendo em conta a tensão entre a autonomia das singularidades e a inserção dessas em contextos que obedecem a regras sociais estabelecidas, relacionadas a tradições e ancestralidades, o mecanismo da moda é auto-reflexivo, espelha a sociedade, e a imagem que produz reflete-se de volta no mundo, produzindo efeitos, sobretudo, em si mesma.

À exemplo do estudo realizado via CPEI com os Pankararu, referenciado ao convênio 774849\2012 com IPHAN, podemos observar que o próprio espaço de vida e de referências estéticas e imagéticas indígenas incorpora esta tensão, na medida em que podemos observar nos seus artesãos tanto o compromisso com a produção de artefatos tomados como “tradicional”, quanto o interesse em produzir objetos “novos”, relacionados a projetos e modos de vida contemporâneos, que implicam novas referências estéticas, materiais, estilos, usos e modos de produção.

A emergência desse fenômeno novo dentro da produção artesanal, cuja conexão vincula a cultura material e imaterial de grupos sociais rurais, ou étnicos, a mercados urbanos de grandes metrópoles nacionais e internacionais, pode ser entendida se levarmos em conta “novos valores que emergem na sociedade pós-industrial” (Abreu,

2005) e “os novos usos e redefinições da noção de “cultura” no cenário político contemporâneo” (Muniagurria, 2011). Nesse processo, “revela-se o reconhecimento de novos sujeitos de direito e categorias políticas” (Arruti, 1999), e também a abertura de um espaço para a valorização das chamadas “identidades culturais”, no qual a moda constitui-se como uma nova categoria na chave da Arte e da Cultura. Nessa perspectiva, o caminho é repensar o mercado da moda, historicamente tão dependente da importação de padrões estéticos europeus, enquanto produção estética contemporânea vinculada à valorização da arte não européia e do modo de ser e de viver de povos étnicos, contudo, (Mattos, 2014) nos alerta para que não evoquemos o outro em termos europeus.

### **Notas**

1. Trecho de um depoimento de uma marca de luxo que desfila na São Paulo Fashion Week.
2. Geralmente as viagens de pesquisa ocorrem semestralmente. São feitos revezamentos entre os integrantes do setor criativo nas indústrias de moda. Têm como função principal a compra de peças prontas para reprodução.
3. No campo do design de Moda é pertinente a idéia de Pesquisa Ação: É constituída das etapas: planejamento de melhoria de determinada prática, aplicação do teste empírico, descrição dos efeitos da nova prática e análise dos resultados. A investigação acontece na descrição dos acontecimentos como reflexo de uma determinada ação prática. TRIPP, David (2005). Este tópico do artigo reproduz a experiência metodológica da primeira autora.
4. A LEI Nº 12.343 Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências - disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/2010/lei-12343-2-dezembro-2010-609611-publicacaooriginal-130918-pl.html> (de 2 de dezembro de 2010)

### **Referências bibliográficas**

ABIT - *Setortêxtil e de confecção balanço 2012 e perspectivas 2013*

ABREU, Lucimar Santiago de. *A construção social da relação com o meio ambiente entre agricultores familiares da Mata Atlântica brasileira*. Campinas: Emopi, 2005.

ARRUTI, José Maurício Andion *O reencantamento do Mundo*. Dissertação de Mestrado, Museo Nacional MN/UFRJ, Rio de Janeiro, Mimeo. 1996

AVELAR, Suzana. *Moda: globalização e novas tecnologias*, São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009.

BASILE, Aissa Heu *Como pesquisar moda na Europa e nos EUA*. São Paulo: Senac. 1996.

BRAGA, João, *Um século de moda*. São Paulo: 2013. D'Livros

BRAGA, João, PRADO Luís André do, *História da Moda no Brasil*. São Paulo: Senac. 2011

BOURDIEU, Pierre, *A produção da Crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2004.

CALDAS, Dario *Evoluções Recentes na imagem da moda do Brasil em Corpo e Moda por uma compreensão do contemporâneo, em Corpo e moda: por uma compreensão do contemporâneo*. São Paulo: Estação das Letras e Cores. 2010: pp 231-237

BRAH, Avtar. Diferença, Diversidade e Diferenciação. *Cadernos Pagu* (26) janeiro-junho de 2006: pp 329-376.

Miquetti, Miqueli. *Moda brasileira e mundialização: Mercado mundial e trocas simbólicas*. Dissertação de Doutorado IFCH-Unicamp. Campinas 2012: pp 185-242.

MUNIAGURRIA, Lorena Avellar (2011) *Redefinições da noção de "cultura" e o surgimento de novos sujeitos na política cultural brasileira*. Trabalho apresentado na 28 Reunião Brasileira de Antropologia, São Paulo.

PONTES, Heloisa. *A paixão pelas formas*. *Novos Estudos*. CEBRAP, 2006, pp 87-105

JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Campinas-SP: Papyrus, 2012.

SEIXAS, Cristina Araújo. *A Questão da Cópia e da Interpretação no Contexto da Produção de Moda da Casa Canadá, no Rio de Janeiro da Década de 50*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2002

## OS ESCRITOS POLÍTICOS DOS REPUBLICANOS LIBERAIS NA QUEDA DO BRASIL- IMPÉRIO (1870-1891)

DAIANE LOPES ELIAS\*

### RESUMO

O presente texto visa realizar um exercício de interpretação histórica dos escritos políticos do grupo republicano liberal através de alguns dos textos de seus principais teóricos e propagandistas entre 1870-1891. A escolha do tema almeja investigar como a corrente republicana liberal buscou ideias, em voga no Oitocentos, para possibilitar estratégias de ação que, ao intervirem politicamente, deslegitimassem o "status quo" imperial, bem como vencessem a disputa pela organização política e social do Brasil.

**Palavras-chave:** proposta republicana liberal, linguagem política, deslegitimação do império.

### *ABSTRACT*

The present article seeks to carry out an exercise in historical interpretation of the political writings of the republican liberal group, foccusing on the texts of its main theorists and propagandists between 1870 and 1891. The theme choice aims at an investigation of how the liberal republican camp sought out ideas that were in vogue in the 1800s in order to facilitate action strategies which, in intervening politicaly, delegitimized the imperial "status quo" as well as won the dispute for the political and social organization of Brazil.

**Keywords:** liberal republican proposal, political language, delegitimization of the empire.

---

\*Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), orientada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tânia Bessone e co-orientada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lúcia Bastos. E-mail: [daiane\\_elias@yahoo.com.br](mailto:daiane_elias@yahoo.com.br)



O presente texto visa apresentar algumas questões sobre os escritos políticos de expoentes do grupo republicano liberal contra a monarquia brasileira no período de 1870 a 1891. A escolha do ano de 1870, como marco histórico inicial, parte do irromper do *Manifesto Republicano*, por ser esse um dos principais registros de contestação ao regime monárquico, estendendo-se até o ano de 1891, no qual o texto constitucional, de viés liberal, servirá como marco histórico final, obviamente, por demonstrar que o significado de república construído pelos liberais vencera a disputa política.

Para isso, dialogou-se com os enunciados contidos nos textos dos principais expoentes da corrente republicana liberal, para melhor compreender sua construção discursiva estudando o porquê de certas escolhas para realizarem o que pretendiam. O interessante é perceber que a estratégia discursiva vencedora fez uso de um determinado contexto linguístico: o da política científica,<sup>1</sup> de meados do Oitocentos que, após ser escolhido e adaptado, encontrou sentido na realidade brasileira e proporcionou sua vitória em detrimento de outras propostas de república existentes. O objetivo é entender a busca por ideias para construção de um discurso que mobilizasse à ação, haja vista os vários “usos de significados” no momento de disputa entre as linguagens antigas e novas desse período.

Entende-se que os republicanos liberais, bem como positivistas e jacobinos, não eram meros copistas de doutrinas estrangeiras, as leram a seu modo, para encontrar nelas as ferramentas capazes de instrumentalizá-los na ação de deslegitimação das instituições, práticas e valores imperiais, conseqüentemente, de legitimação de seu próprio grupo através da criação de um discurso capaz de reinventá-los como nova elite política do país.

Travava-se a disputa, sobretudo pela via do discursivo, pelos postos de comando do país entre os vários setores insatisfeitos com a Monarquia. A busca por alternativas possíveis para solucionar as tensões existentes na sociedade oitocentista brasileira surge a partir de questões, como, por exemplo, a escravidão, a imigração estrangeira, ou ainda a centralização política. É desse modo que “a opção pela república e o modelo de república escolhido tinham a ver com a solução que se desejava para tais problemas”.<sup>2</sup> As correntes republicanas passaram a disputar a organização política da sociedade brasileira, contudo o modelo liberal é o vitorioso.

O modelo vencedor possui como características a liberdade civil, o direito individual, a não intervenção do Estado na economia, visto que tem “por base um contrato político-social que reconhece todos os indivíduos como livres e iguais, postulando sua autonomia e abrindo campo para um novo tipo de interesse sobre esse 'eu moderno'. Uma ideia que confere à vida individual uma importância até então desconhecida”.<sup>3</sup> Assim, para os defensores deste ideal

de sociedade seria viável a concepção de república baseada no modelo americano, visto que o pacto social acontecia a partir da lógica do interesse individual. O caráter de “público” era o somatório dos interesses particulares, o que servia de justificativa para a defesa de seus próprios interesses. Desse modo, a corrente liberal pode ser associada à “liberdade dos modernos”,<sup>4</sup> ou seja, uma liberdade pautada na busca de satisfação dos interesses particulares com uma organização política capaz de garantir-lhes a realização destes interesses. Alguns de seus expoentes eram: Alberto Sales, principal teórico da república federal-liberal paulista, Quintino Bocaiúva, representante na Corte e Assis Brasil, no Rio Grande do Sul. Esses pensadores se dedicaram a tratar de temas importantes ao país, seus escritos visavam a ação política e não a formulação de teorias. O próprio título de algumas de suas obras<sup>5</sup> já fornece indícios para interpretá-los enquanto agentes de seu tempo, pois traziam consigo a opção pela república liberal, que nesse período era indissociável do conceito de democracia, pelo federalismo, pelo oportunismo político (significava implantar a república o quanto antes, assim que viável), etc.

Para isso, o grupo republicano liberal elaborou estratégias de ação, como, por exemplo, a escolha pelo repertório da política científica que serviu de arma para justificar a oposição à Monarquia. A linguagem da política científica, ao ser adaptada, forneceu argumentos à orientação política, pois o “movimento intelectual encontrou aí uma linguagem e um esquema conceitual para se diferenciar da tradição imperial”.<sup>6</sup> Desse modo, pensou-se o país como partícipe dos estágios civilizatórios pelos quais o mundo moderno “necessariamente” passaria. A aceitação da ideia da “marcha do progresso” tornava indispensável mudanças de ordem econômica, cultural, política e social. Por isso, dever-se-ia promover as transformações cabíveis para auxiliar o pleno desenvolvimento do Brasil no mundo moderno. Assim,

O repertório político-intelectual de fins do oitocentos deu ao movimento intelectual instrumentos para interpretar sua conjuntura como crise de um padrão de sociedade e de um regime político, incompatíveis com o ritmo e a direção da história mundial. E como decadência: desagregação da ordem sociopolítica legada pela colonização.<sup>7</sup>

Devido à linguagem combativa, criada a partir dos empréstimos feitos do vocabulário da política científica que construía uma visão de mundo evolutiva, os contestadores passaram a interpretar a monarquia sob a ótica do decadentismo,<sup>8</sup> que era lido como um movimento contrário a marcha da evolução social, ou seja, eram as “estruturas artificiais” que se mantinham no tempo por atitudes políticas equivocadas. A monarquia passou a ser

interpretada como uma herança colonial que permanecera na Modernidade e que deveria ser superada.

Desse modo, fizeram escolhas para criar uma linguagem política eficaz ao intervir e deslegitimar o *status quo* imperial pela inversão do discurso, tudo aquilo que se referia à monarquia encontrava seu pleno oposto no vocabulário contestador republicano que escolhia os “textos que tinham um explícito intuito de contradizer a narrativa oficial”.<sup>9</sup> Invertia-se o espelho para criar o ambiente favorável para que a nova linguagem instaurasse o real. Assim, a batalha discursiva contra a monarquia fez uso, sobretudo, de “conceitos antitéticos”.<sup>10</sup> Os pares de conceitos em oposição, monarquia x república, passaram a ser muito utilizados, sendo a monarquia identificada como um “regime de privilégios”, de “corrupção dinástica”, “despótico” e de “atraso”, enquanto que a república era, por excelência, associada ao “governo de si”, à “plena soberania popular”, ao “bem comum”, ao “talento” e ao “progresso”. O recurso aos pares de antônimos era muito usado na retórica dos grupos contestadores para denegrir a imagem da monarquia, enquanto se fortalecia a da república.

Não por acaso, o século XIX fora fortemente marcado pelas teorias científicas de reforma como, por exemplo, o positivismo, evolucionismo, cientificismo e darwinismo social.<sup>11</sup> O diálogo dos contestadores com essas teorias possibilitou a formação de uma nova linguagem política republicana que, para fins práticos, optou por entender a república brasileira como a forma de governo do progresso, como último estágio da evolução social, ou ainda, como o desvelar do estado positivo. Assim, observa Maria Tereza Chaves de Mello em relação aos grupos contestadores do período:

para aquela geração ilustrada, o regime republicano passou a ser percebido como uma fatalidade histórica. Essa cultura democrática e científica penetrou profundamente na sociedade brasileira do final do Império. Ela renovou o vocabulário e a semântica.<sup>12</sup>

A necessidade de superar a fase monárquica, que passara a ser sinônimo de atraso e crise no discurso republicano, tornara-se a ordem do dia. A crença no progresso a fez anacrônica e o choque entre os dois conceitos de velho (monarquia) e novo (república) ocorreu. Era assim que o intenso debate político criava um vocabulário combativo com o intuito de transformar o contexto político-social do país. Cada grupo desenvolveu um significado próprio para a república que almejava implantar, o que demonstrou a grande mobilização de recursos semânticos, não apenas para mudar a realidade do Brasil, mas para que, ao se alterar essa realidade, se garantisse os postos de comando aos “líderes” dos grupos

marginalizados. A busca pela inserção no campo político fora o elo comum dos contestadores do Império.

Desse modo, é ao lançar um olhar sobre a guerra discursiva feita a partir das enunciações dos principais representantes republicanos que se sentiam marginalizados pela monarquia, sobretudo os liberais aqui escolhidos, que se obtém uma maior inteligibilidade do período. Os três expoentes da república liberal, Alberto Sales, Quintino Bocaiúva e Assis Brasil, cada um representando uma região do país, compartilhavam as mesmas leituras, bem como o modo de interpretá-las, defendendo de forma semelhante os interesses de grupo para alcançarem o mesmo objetivo: dar fim à experiência de marginalização ao se tornarem nova elite política do país quando instaurada a república. Mas, até ocuparem os principais cargos no recente regime, participaram de conferências públicas, tentaram dar uma unidade ao Partido Republicano, colaboraram e dirigiram jornais e, sobretudo, escreveram obras que construíram imagens opostas entre a monarquia e a república a partir de uma mesma lógica discursiva. A oposição conceitual em seus textos é clara, para isso, os conceitos antitéticos, monarquia/república, dialogavam sob a leitura positivista, evolucionista, cientificista em textos de propaganda que, como tal, buscavam “informar” e “formar” republicanos. O vocabulário da política científica emprestou justificativas e permitiu a criação de argumentos pelos contestadores.

Vale lembrar também que muitos destes contestadores compartilhavam uma formação de base retórica, o que lhes permitia ainda o bom uso das técnicas de mobilização de “lugares-comuns”, visto ser a retórica a arte que visa convencer para mover à ação.<sup>13</sup> Os argumentos retóricos utilizados na construção discursiva, como pode ser observado a partir de algumas das obras de Alberto Sales, Quintino Bocaiúva e Assis Brasil, pautavam-se, sobretudo, em repetidos exemplos políticos e históricos, em autoridades ilustres e na criação de imagens mentais opostas entre monarquia e república que permitiam “ver” com clareza o encadeamento “lógico” construído na tentativa de mover à ação seus leitores. Por isso, a propaganda se tornou uma das maiores e melhores armas para deslegitimar o *status quo* imperial. Fora desse modo que os seus discursos se tornaram arma contra o Império e instrumento de caráter pedagógico na disputa pela organização do país. Assim, explica-se a importância dada à propaganda,<sup>14</sup> que, como forma primordial de intervenção no debate da época, intensificou a disputa no campo da linguagem, sendo capaz de criar uma nova linguagem política republicana que fora eficaz ao deslegitimar o *status quo* imperial e ao justificar o “novo”.

Todavia, isso só fora possível porque, dentre todos os grupos que disputaram o poder político, os republicanos liberais, além de observar a sociedade e escolher o momento oportuno de agir, construíram um discurso coeso para ir de encontro ao *status quo* imperial, haja vista o contextualismo linguístico criado entre a Corte, São Paulo e Rio Grande do Sul, respectivamente representados por Quintino Bocaiúva, Alberto Sales e Assis Brasil. Não houve disputas internas capazes de ramificar, ou mesmo, enfraquecer sua ação, por isso atingiram uma forte coesão no discurso que os tornou ainda mais eficazes na ação, possibilitando-os ser a nova elite política. A Constituição de 1891 e a ocupação dos principais cargos políticos pelos republicanos liberais após 1889 demonstram a vitória dessa corrente.

Neste momento, é importante lembrar que uma das principais marcas dessa mesma sociedade era a inexistência do sentimento de comunidade, incapaz de construir a nação, de criar elos sociais eficazes para sustentar uma gestão política comprometida com o bom governo. Essa ausência de sentimento de pertencimento coletivo não apenas propiciou a volta da corrupção e das negociatas no recente regime, como também, talvez, seja uma das principais razões da república liberal se instalar no poder em detrimento dos outros ideais republicanos - jacobino e positivista. Esses dois últimos, respectivamente, atribuíam à república, ou um ideal ligado à liberdade dos antigos, com ampla participação popular na busca da instauração de um regime para o “bem comum”, o que exigia a constituição da nação, ou então, afirmavam seu oposto, instaurar uma república ditatorial, a partir de um Estado forte e intervencionista. Pois bem, se não havia sentimento de pertencimento comum, se a nação ainda não existia, como falar em participação popular, por outro lado, um regime que prega a falta de liberdade, por sua vez também não poderia ser interessante àqueles que não fariam parte do círculo de poder político. A república liberal, embora também fosse composta por uma elite que almejava estar à frente no campo político, tinha embutido em seu discurso a necessidade dos indivíduos de buscarem a satisfação pessoal, o “público” entendido como o somatório de interesses particulares facilitaria sua aceitação pelos insatisfeitos com a monarquia, afinal abria-se uma brecha à ação, pois todos enquanto indivíduos poderiam ser contemplados.

Como cada corrente possuía o interesse de ganhar a disputa política, cada uma tentou, em alguma medida, instrumentalizar-se para combater o regime monárquico, bem como para se diferenciar das demais concorrentes pelo poder político do Brasil. Contudo, para além disso, é importante perceber que se deveria estar em sintonia com a sociedade, ou seja, o novo regime tinha que fazer sentido no real. E a corrente que melhor compreendeu essa necessidade fora a da república liberal, não por acaso vencera a disputa. A *performance* dos republicanos

liberais construída durante o embate discursivo contra a monarquia garantiu aos mesmos a inserção no campo político como nova elite, pois seus esforços ao usar, transformar e adaptar vocabulários e teorias existentes foram eficazes para justificar suas novas práticas, valores e instituições.

Assim, conclui-se que o estudo dessa nova linguagem, surgida pelo jogo de enunciados oriundos da batalha pelo domínio do campo político, torna-se importante para se obter uma melhor compreensão dos agentes em seu contexto, pois somente através da investigação das ideias escolhidas e modificadas para a intervenção política nesse ambiente histórico é que se pode conferir sentido aos textos dos contestadores da monarquia brasileira entre 1870 e 1891.

<sup>1</sup> Sobre a adoção da linguagem da “política científica” ver ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 176.

<sup>2</sup> Ver CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 23.

<sup>3</sup> Ver GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si. Escrita da História*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004, p. 12.

<sup>4</sup> Ver CARVALHO, José Murilo de. “Entre a liberdade dos antigos e a dos modernos: a República no Brasil”. In: *Dados. Revista de Ciências Sociais*, v. 32, n. 3, 1989, pp. 265-80.

<sup>5</sup> Alguns exemplos são: *Política republicana* (1882); *A pátria paulista* (1887); *Catecismo Republicano* (1885), *Ciência Política* (1891) de Alberto Sales, ou ainda, os títulos de Assis Brasil: *O oportunismo e a revolução* (1880); *A República Federal* (1881); *Democracia Representativa. Do voto e do modo de votar* (1893), entre outras.

<sup>6</sup> Ver ALONSO, Angela. *Idem*, p. 238.

<sup>7</sup> Ver ALONSO, Angela. *Idem*, p. 240-41.

<sup>8</sup> A versão científica de decadentismo adotado pelos contestadores é proveniente da geração portuguesa de 1870. Segundo Angela Alonso, era um grupo que, em sua maioria, defendia a postura “anticlerical, anti-romântico, republicano e federalista”, pontos caros às reformas sociais pretendidas pelos contestadores do Brasil, por isso a escolha consciente pela versão portuguesa do decadentismo. Ver ALONSO, Angela. *Op. Cit.*, p. 174.

<sup>9</sup> Ver MELLO, Maria Tereza Chaves de. “A República e o Sonho”. In: *Varia História*. Belo Horizonte: UFMG, vol. 27, n°45, jan-jun 2011, p. 133.

<sup>10</sup> Ver KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 191-231.

<sup>11</sup> É importante destacar que as obras de teorias científicas não se situaram temporalmente tão somente no Oitocentos, mas, de acordo com Tania Bessone, houve “Registros e comentários a respeito de obras mais lidas ou muito ‘faladas’ na primeira década do século XX”, dentre as quais estavam a dos principais autores utilizados no Oitocentos quando se tratava de teorias científicas tais como: Spencer, Darwin, Comte, Haeckel, etc. Ver FERREIRA, Tania Maria T. Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. p. 142.

<sup>12</sup> Ver MELLO, Maria Tereza Chaves de. *Idem*, p. 124.

<sup>13</sup> Sobre o ensino de retórica, bem como a utilização da retórica como chave de leitura para acessar os textos do século XIX entendidos como forma discursiva de pensamento, ou ainda a manutenção pela geração de 70 do discurso ornado para defender a mudança no ensino da retórica à ênfase nas ciências físicas e naturais. Ver, respectivamente, HÉBRARD, Jean. “Três figuras de jovens leitores: alfabetização e escolarização do ponto de vista da história cultural”. In: ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil: São Paulo: FAPESP, 1999. p. 33-78.; CARVALHO, José Murilo de. “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, setembro de 2000. pp. 123-152.; VERGARA, Moema de Rezende. “Reflexões acerca da educação em periódicos científico-literários do século XIX no Rio de Janeiro: os ideais da geração de 1870”. In: *Revista Ágora*. Vitória: número 8, 2008. pp.1-13.

<sup>14</sup> A propaganda era feita, sobretudo via imprensa, que, nesse momento, fins do Oitocentos, foi mais um espaço possível para a batalha discursiva entre os ideais republicanos contra a monarquia, afinal a imprensa muitas vezes ao longo da história serviu “como um dos meios de transformação, de incitamento à transformação”. Ver PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história: nove entrevistas*. São Paulo: Editora Unesp, 2000. pp. 170-171.

## Uma possível mudança em Stendhal: Bonaparte menos “idealizado”.

Daniel Eveling da Silva\*

**RESUMO:** A partir da análise de sinais nas obras “Napoleão” e “A Cartuxa de Parma” de Stendhal (escritas em meados dos anos de 1830) posso verificar uma mudança de percepção, do autor, para com a figura de Bonaparte. Se anteriormente o general visto como grande líder e “vanguarda” de posicionamentos políticos e militares, passou a ser inserido dentro de uma “rede” de personagens que garantiram a governança e conquistas militares. Pretendo, dessa maneira, demonstrar como isso se modificou, na percepção do autor e, consequentemente da sociedade francesa, em comparação aos seus escritos iniciais da década de 1820

**PALAVRAS CHAVE:** Stendhal; Napoleão; Romances.

**ABSTRACT:** From the analysis of signals in the works " Napoleon " and " The Charterhouse of Parma " Stendhal ( written in the mid- 1830 ) can verify a change of perception , the author , to the figure of Bonaparte . If previously the general seen as a great leader and "cutting edge " of military and political positions , is now being embedded within a " network " of characters that ensured governance and military conquests . I intend , in this way , demonstrating how it has changed, the perception of the author , and consequently of French society , compared to their initial writings decade of 1820A from the analysis of signals in the works " Napoleon " and " The Charterhouse of Parma " of Stendhal ( written in the mid- 1830 ) can verify a change of perception , the author , to the figure of Bonaparte . If previously the general seen as a great leader and "cutting edge " of military and political positions , is now being embedded within a " network " of characters that ensured governance and military conquests . I intend , in this way , demonstrating how it has changed, the perception of the author , and consequently of French society , compared to their initial writings of the 1820.

**KEYWORDS:** STENDHAL; Napoleon; Novels.

Napoleão Bonaparte e o período de seu governo despontaram na literatura do século XIX com uma influência considerável nas preocupações dos autores europeus, marcadamente os franceses. O período de governo do general e imperador foi profundamente caracterizado por alterações sociais e culturais ainda provenientes, em grande parte, dos ideais da Revolução Francesa.

No período da Restauração, pós 1814, escritores como Benjamin Constant, Madame de Stael, por exemplo, foram opositores do líder e o compararam a “Nero” com ares de um tirano, sem ter dado continuidade “a consagração das liberdades proclamadas em 1789”<sup>i</sup>, para esses tais mudanças acontecidas na Revolução deveriam ter sido mantidas pelo general, como, por exemplo, a igualdade, sem estamentos, da sociedade.

Paralelamente a essa “corrente” opositora ao ex-imperador dos franceses existia outra cuja vertente era pautada por admiração a figura do general, nesse podemos enquadrar autores como Victor Hugo e Balzac, reconhecidos, ainda em vida, como dois expoentes das artes francesas, que partilhavam de aproximações para o período imperial e, consequentemente, a trajetória de Napoleão Bonaparte<sup>ii</sup>.

Em minha leitura a percepção opositora a Bonaparte também aparece nos escritos de Stendhal e pode ser questionada de uma forma mais indireta e muitas vezes em uma ironia



para as classes opositoras do líder. Stendhal dessa maneira, transportava, para mim, aspectos do contexto social no qual estava inserido. Seja nas terras do Franco Condado ou em Milão e Parma. Assim, pretendo reconstruir essas duas possíveis leituras presentes na obra de Stendhal.

Mesmo compartilhando de uma perspectiva napoleônica, ou melhor, uma admiração para com a figura do general entre 1796-1803, Stendhal permitiu em determinados personagens, centrados principalmente na aristocracia e burguesia (que se afidalgou) opositores ao Imperador. Dessa forma pretendo abordar como pelos “sinais” posso entender esse processo constituinte de parcelas sociais do período, não somente na França, mas, creio, na Europa como um todo.

No decorrer de seus romances Stendhal possibilitava, para mim, a perspectiva de uma idealização, nem sempre benéfica para a figura do general Bonaparte. Como destacado acima, corroborando Renato Janine Ribeiro, a presença de admiração para o líder se faz de maneira mais acentuada nas Campanhas da Itália. Essa percepção do “herói”, se posso dizer, ainda não “autocoroado” e exemplar da sua própria trajetória, importando mais os feitos a vínculos e propagador dos ideais revolucionários são os pontos nos quais se ancora a admiração de Stendhal e que reverbera em seus personagens.

Como já citado a obra “Napoleão”, escrita em dois momentos (1816-1817 e 1836-1837), demonstra para mim não somente a admiração para Bonaparte, mas, também uma crítica, que demonstra outra perspectiva do líder, inserido dentro de uma rede auxiliar que permite seus feitos e, para mim, me parece mais marcante em “A Cartuxa de Parma”.

Acredito ser importante nesse instante destacar um aspecto da obra, “Napoleão”, para exemplificarmos o debate entre os dois momentos de sua composição. Nos primeiros manuscritos da obra ela aparece com o título de “Vie de Napoleón” e nos anos finais “Memoires sur Napoleón”. Se analisarmos esses dois títulos vemos uma problemática: o primeiro carregava a ideia de escrever uma biografia do ex-líder francês, ainda vivo, no período inicial da escrita, e o segundo surge como “lembranças”, essa divisão constava nos manuscritos do autor e por qual fato isso acontece?

Recorrer ao dicionário e a conceituação de “memória”, pode nos ajudar a entender isso. Segundo o Dictionnaire Critique de la langue française de 1787-1788 o conceito poderia ser entendido como “La réputation bonne ou mauvaise qui reste d'une personne après sa mort” Uso o dicionário de 1787-1788, entretanto a próxima edição, registrada na Universidade de Chicago e seu projeto de digitalização, de 1835 - Dictionnaire de l'Académie française – mantêm entre as conceituações tal definição. Nesse sentido usar o termo “memória” para a

obra marca a opção de expressar a opinião de um homem após sua morte de Napoleão Bonaparte<sup>iii</sup>.

A primeira parte de “Napoleão” não segue, inteiramente, um ritmo linear como é de se esperar de uma biografia, ao mesmo tempo em que inicia falando do general Bonaparte faz adendo sobre o filho do governante, como Rei de Roma, ou mesmo sobre os golpes que culminaram na Restauração em 1814., em um curto espaço de três páginas, a medida que as ideias vem ocorrendo a mente do escritor ele as escreve.

Para o colocado acima o processo narrativo ocorreu da seguinte forma: começa debatendo a Campanha da Rússia, a derrota de Bonaparte, e o papel do exército, acompanhando o imperador. Essa descrição parece formar “sinapses” de ver o filho do governante como inábil para as artes militares, comparativamente a seu progenitor, e seu afastamento do título de “Rei de Roma” devido a ser educado por “criaturas elegantes e fúteis como todos os príncipes nulos”<sup>iv</sup> não percebendo o equilíbrio de poderes, para os governantes, a fim de manterem seus tronos. Isso o remete imediatamente as incompetências do último rei francês, falhas similares acontecerão para o filho de Napoleão e sua inapetência frente aos desafios político militares. A apresentação das ideias é feita por um vai e volta, marcando o “aparecimento”, ou melhor, o “rememoração” de tais aspectos da vida política francesa do período.

A percepção de começo de uma “queda” da figura admirada vem para Stendhal quando

O imperador pereceu por duas causas:

1º) o amor que passou a ter pelos medíocres, depois de sua coroação;

2º) a união do ofício de imperador ao do general-em-chefe<sup>v</sup>

Nesse ponto surge um aspecto de crítica a figura, não mais idealizada beneficentemente. Não quero dizer com isso ter se tornado opositor ao líder, apenas, passou a ter uma atitude mais crítica em relação a seus feitos, pós 1804. Nisso reside, talvez, a mudança e as influências dos personagens, refletindo, a do próprio autor. Como disse a medida que os personagens se tornam mais velhos as referencias ao líder carismático desaparecem, da mesma maneira são formados nos “ares” das Campanhas da Itália. Após esse período e as medidas tomadas enquanto Imperador não são tão visíveis nos textos.

Mesmo assim subsistem imagens, benéficas ou não do imperador, sendo as contrárias perceptíveis mais com pequenos indícios textuais. Demandando uma leitura pormenorizada de tais inserções, problematizando elas não somente por palavras e expressões colocadas no

meio de “apologias” para a figura, mas, também quando o autor efetuou crítica a determinados comportamentos de uma classe aristocrática, pela ironia e efeitos de irrisão o aspecto contrário ao imperador pode aparecer nas passagens de seus livros, dessa maneira passo abaixo para o outro aspecto apresenta nas obras de Stendhal: o caráter opositor a Napoleão Bonaparte.

Nas páginas de o “Vermelho e o negro” a aversão a Bonaparte se faz por formas mais “indiretas” e, em minha hipótese, “O vermelho e o negro” possui uma “aura” mais bonapartista. Dessa maneira, quando vão se trocar os enxergões das camas, da propriedade rural, e Julien, que transportava um portrait de Bonaparte se viu prestes a ser descoberto, pede a sua patroa para retirar tal objeto do meio de sua cama pensando o seguinte:

O retrato de Napoleão, dizia-se sacudindo a cabeça, achado escondido nos aposentos de um homem que fez profissão de tanto ódio ao *usurpador*! Encontrado pelo sr. de Rênal, tão reacionário e tão irritado! E, para o cúmulo da imprudência, na cartolina branca atrás do retrato, linhas escritas por minha mão! e que não podem deixar dúvida alguma sobre o excesso de minha admiração! e cada um desses transportes de amor está datado! há um de anteontem<sup>vi</sup>.

Obviamente a passagem acima reforça a admiração de Julien para a figura do general. Mas o termo “usurpador” inserido no meio de tantas frases demonstra a existência de alguma outra percepção, para a figura, afinal é aquele “que pela força ou pela astúcia apreende uma propriedade, uma dignidade, título, etc, que não lhe pertencem”<sup>vii</sup>. Para um admirador do Imperador a inserção do termo atrelado à tomada de algo a força, não tendo direitos legítimos, ocasiona uma perspectiva de entendermos o general dentro da postura da chamada “Lenda negra”, oposta de idealização benéfica ou, consoante ao explicitado por Lúcia Bastos, seriam os partidários das classes opostas ao general<sup>viii</sup>.

Isso reflete na obra de Stendhal como um todo, em minha percepção os seus protagonistas podem ser enquadrados dentro das vertentes de admiração para Bonaparte, entretanto isso não garante somente essa visão dentro dos romances. Mesmo o próprio autor sendo integrante de uma aproximação para com o ex-imperador, inserido dentro de seu tempo deixava transparecer a oposição.

Os contrastes podem ser visualizados, creio eu, pela inserção e Stendhal dentro de um contexto histórico social, cultural e político de mudanças, afinal tais interligações, pró ou anti-napoleônicas, e a forma de aparecimento dentro das expressões literárias precisam ser contrastadas para o estabelecimento de um quadro mais complexo de aspectos muitas vezes tomados como “naturalizados”<sup>ix</sup>.

Nos questionamentos do caráter contrário a Napoleão ainda é preciso ficar atento para a questão de serem mais centradas nas classes burguesas ou aristocráticas, seja na figura dos Rênal, La Mole (de “O vermelho e o negro”) ou nos do marquês Del Dongo (“A Cartuxa de Parma”), isso de representa, pelo olhar de Stendhal, grupos reacionários nos quais velhos privilégios foram revogados. Não digo haver a inexistência de “aristocracia” a serviço de Bonaparte, pois, ele instala um corte na Itália e depois a transplanta para a França, mas, é uma aristocracia pautada pelos serviços e não somente pela “antiguidade de sangue”.

No caso da sra. de Rênal, primeira patroa e amante de Julien o caráter opositor a Bonaparte transparece na seguinte passagem:

-Ah! exclamou, como Napoleão era de fato o homem enviado por Deus para os jovens franceses! quem o substituirá? que farão os infelizes, mesmo mais ricos que eu, que tem os escudos necessários para prover-se de uma boa educação, mas não o bastante para comprar um home aos vinte anos e progredir numa carreira? Não importa o que façamos, acrescentou com um profundo suspiro, essa lembrança fatal sempre nos impedirá de sermos felizes”

No mesmo instante, viu a sra de Rênal franzir a sobrancelha e tomar um ar frio e desdenhoso; essa maneira de pensar parecia-lhe convir a um criado. Educada na ideia de que era muito rica, parecia supor que Julien o fosse também. Ela o amava mil vezes mais que a vida e não dava nenhuma importância ao dinheiro.

Julien estava longe de adivinhar tais idéias. Aquele franzir de sobrancelha trouxe-o de volta a terra. Teve suficiente presença de espírito para compor uma frase, dando a entender à *nobre dama*, sentada perto dele no jardim, que as palavras que acabava de repetir, ele as ouvira durante a viagem a casa de seu amigo madeireiro. Era o raciocínio dos *ímpios*.

- Pois bem, não se misture a essa gente, disse a sra. de Rênal, conservando ainda um pouco daquele ar glacial que, de repente, sucederá a expressão a mais viva ternura.

Aquele franzir de sobrancelha, ou melhor, o remorso por sua imprudência, foi o primeiro golpe contra a ilusão que acalentava Julien. Ele pensou: ela é boa e meia, gosta muito de mim, mas foi educada no campo do *inimigo*. Eles devem ter medo sobretudo dessa classe de homens corajosos que, após uma boa educação, não tem bastante dinheiro para seguir uma carreira.<sup>x</sup>

Penso, como já dito, na leitura de tais contrapontos pela lógica dos “sinais” na linguagem e o processo do dialogismo<sup>xi</sup>, não da forma completamente estruturada como Mikhail Bakhtin define para o caso de Dostoievski, pois, notamos um cruzamento de múltiplas “consciências” na figura de um mesmo personagem, mesmo que seja de forma breve como destaquei acima. Isso nos coloca a percepção, em meu entender, da existência de “outro lado”, ou seja, não somente aspectos benéficos são apresentados na obra, há a existência da imagética negativa, que o atrelava não somente ao caráter de “usurpador” do trono francês, mas, também a questão religiosa, pela utilização do termo ímpio, ou seja, contrário a aspectos da religião<sup>xii</sup>.

Essa caracterização anti-religiosa, apesar de Bonaparte ter permitido o regresso da Igreja Católica em 1804, era um dos fatores utilizados para a caracterização da outra imagem do líder. Penso na existência de dois momentos no transcrito característicos do dialogismo e, conseqüentemente, na composição contrária ao líder a afeição de Julien, demonstrada “descuidadamente” em sua fala e, em seguida, “a justificação e alteração” do ponto de vista, após fala da sra de Rênal, permitindo entender o entrecruzamento de pensamentos no interior de tal personagem, conduzindo ao processo de certa “desconstrução” do líder admirado.

O “ar glacial” da sra de Rênal apareceu com uma poderosa ferramenta de repressão, para Julien, isso pode ser vinculado a uma lógica de desprezo para com aqueles admiradores de Bonaparte. A vinculação de “nobre dama” grifada pelo autor demonstra o grupo na qual ela se inseria e representação formulada, prioritariamente, para esses atores sociais. Lembro, que apesar de ser uma obra dita “ficcional” há um “âncora” social para a formulação imagética<sup>xiii</sup> e, penso, ser possível entendermos essa pela própria vivência do autor, pensando na sua trajetória – filho de uma rica família burguesa de Grenoble – e que após a Restauração foi afastado de seus cargos públicos, durante um tempo, e frequentador de salões e teatros, espaços de sociabilidades<sup>xiv</sup> de uma classe mais abastada da sociedade, não só francesa, mas, também italiana, teria acesso a esse tipo de pensamento de crítica ao ex-líder, isso coaduna o pressuposto de ter a “Lenda Negra” uma maior representatividade nas classes dos antigos primeiro e segundo estamentos.

Ainda aparece os aspectos do ser “educada no campo do inimigo” isso coloca, em meu entender, a questão de serem de um movimento oposto ao de Julien, isso permite que note o protagonista dentro do pensamento de aproximação com o partido bonapartista em oposição ao partido monarquista, ou seja, aqueles que aspiravam os ideais monárquicos.

Na citação de Stendhal ainda vemos a questão de uma personagem sra de Rênal ter sido criada na ideia de ser muito rica e por isso deter um pensamento opositor ao general. Não quero dizer, pelas ideias do autor e no decurso de seu romance ser desprovida de recursos, ao contrário, mas, para mim tal contraposição se baseia principalmente nos ideais de uma burguesia que se afidalgava. Imitando os hábitos de uma classe aristocrática, afastada pelo general da governança os integrantes desse grupo, sejam da nobreza de sangue ou a antiga de toga, eram opositores ao pensamento de Bonaparte por retirar o direito hereditário, continuando na trilha da Revolução Francesa, da casa dos Bourbons.

Essa questão, se retomarmos o pensamento bonapartista de Julien e seu “mal de filho do século”<sup>xv</sup> e cruzarmos, pela linguagem ancorada no contexto social de produção<sup>xvi</sup>, podemos entender uma certa caracterização do direito divino dos reis e, conseqüentemente,

uma oposição a ascensão de grupos “sem estirpe”, ou seja, aqueles cuja trajetória se pautaria por suas próprias ações, tal como efetuada no período Revolucionário e de Bonaparte.

Claro que esses aspectos são inferidos por mim, a partir, dos cenários de composição dos personagens e suas reverberações das famílias aristocráticas. Nisso retomo o meu pensamento de ser fundamental a composição psicológica de tais personagens, sendo monarquistas e tendo ligações com o monarca, afinal o Marquês era Ministro, podemos entender os pressupostos, existentes nas classes aristocráticas de Bonaparte como usurpador do trono francês, como a primeira citação destacada por mim.

Inseridos dentro de uma classe aristocrática, exilada pela Revolução Francesa e optantes pelo exílio, até a Restauração, podemos entender o processo de construção dos personagens da família La Mole e seu círculo como exemplos de uma classe a qual mantinha os pressupostos anteriores a Revolução.

Já em “A Cartuxa de Parma” o posicionamento contrário/crítico a Napoleão ocorre fundamentalmente, como já dito, pela personagem Marquês Del Dongo, em minha percepção, Stendhal executava uma espécie de crítica para as velhas aristocracias europeias, baseadas em parâmetros de ancestralidade e medievalidade

Durante os treze anos de 1800 a 1813, acreditou constante e firmemente que Napoleão seria derrubado antes de seis meses.

Imagine-se, pois, seu contentamento, quando em começos de 1813, teve Notícias dos desastres de Beresina! A tomada de Paris e a queda de Napoleão estiveram a ponto de lhe fazer perder o juízo; permitiu-se então os mais ultrajantes comentários em relação à esposa e a irmã. Enfim, após, catorze anos de espera, teve alegria inexprimível de ver as tropas austríacas voltarem a Milão. Segundo ordens vindas de Viena, o general austríaco recebeu o marquês Del Dongo com uma consideração vizinha do respeito; apressaram-se em lhe oferecer um dos primeiros postos do governo, e ele aceitou como pagamento de uma dívida. Seu filho mais velho teve um posto de tenente num dos mais belos regimentos da monarquia.<sup>xvii</sup>

Logo após essa passagem Stendhal se preocupa em traçar um quadro de descaracterização das competências do marquês, como inábil para os negócios, ávaro, sem noções políticas, tal como seu filho mais velho. Mas, mesmo tendo essa percepção transparece o caráter opositor a Bonaparte e, conseqüentemente, pela linguagem enquanto discurso social e histórico noto a caracterização de uma classe que ansiava pela queda do general. Não somente como usurpador, mas, também de “tirano” sobre territórios não franceses, não digo com isso o território de Milão ser independente, pois, havia influência austríaca nele.

Entretanto a expansão territorial impulsionada pelas campanhas militares de Bonaparte produziram vastas anexações territoriais e afastamento das antigas casas reinantes. Produzindo, como podemos perceber acima, insatisfação entre grupos leais aos antigos monarcas, não totalmente leais, mas, coniventes com as antigas formas de governo e administração, seguindo os direitos estamentais.

Na sequência da citação, transcrita acima, após a demissão do Marquês Del Dongo de seu cargo público, Stendhal nos coloca um ex ministro de Bonaparte sendo espancado na rua até a morte, por partidários da monarquia austríaca. Segundo enredo esse personagem poderia ter sido salvo, caso, um padre houvesse aberto as portas da igreja. Não tendo feito isso o cura acabou por receber, por interferência do pai do protagonista de “A Cartuxa” e sua rede de influências um cargo mais elevado nas fileiras da Santa Igreja. Nesse ponto existe, novamente, a crítica de Stendhal entre a ligação de política e religião<sup>xviii</sup>.

O apontamento da espera da queda de Bonaparte “a cada seis meses” nos coloca a reflexão da grupos opositores dessa figura e que ansiavam, profundamente, pelo destronamento do general. As articulações efetuadas pelos exilados, nas mais variadas cortes da Europa, com apoio da Inglaterra, mantiveram a discussão a tentativa do general e isso, demonstra para mim, a possibilidade de entender um grupo o qual criticava os posicionamentos do líder e reverberava pela Europa.

A menção a “tomada de Paris”, também é interessante para entendermos a críticas a Bonaparte, após as sucessivas derrotas no Império Russo, pela tática da queima de cidades não havendo proteção para os militares e nem mantimentos, espalhou-se o boato da morte do Imperador na frente oriental, batalhas nas quais Stendhal participava, e o general Malet conseguiu “arregimentar uns poucos descontentes para a sua causa e induzira, pela astúcia, os mais baixos escalões do poder a lhe garantir o controle da polícia de Paris”<sup>xix</sup>. Contrastando essa citação com a retirada de “A Cartuxa de Parma”, podemos ainda entender uma posicionamento de setores comemorando uma possível queda do Imperador, não somente pelo fim de seu reinado, mas, também por poder haver uma restauração dinástica, como houve, a partir de 1814, tendo a Áustria como responsável por isso<sup>xx</sup>.

Outra das possíveis críticas a forma de posicionamento de Bonaparte está presente quando foi dito, sobre as “parvoíces monárquicas” na personagem Saint Giraud, de “O vermelho e o negro”, ou ainda inexistência de “fidalgos insolentes” caso títulos nobiliárquicos não fossem distribuídos. Se retornarmos ao livro “Napoleão”, vemos a crítica aberta de Stendhal pelo imperador ter passado a ter “amor pelos medíocres”<sup>xxi</sup>. Sabemos que já nas Campanhas da Itália o general restituiu uma corte no Castelo de Mombello, muito

semelhante a uma estrutura apenas de “usar” para conseguir determinados postos. Os “mediócras” podem ser entendido, sobretudo, pela parcela da sociedade usando das estruturas simbólicas da corte e de sua rede apenas para seus próprios interesses, perdendo as características de “impulso” e revolucionárias de suas primeiras ações como governante.

Não quero dizer, contudo, serem tais críticas como somente oriundas da própria percepção, individual do autor, penso, na necessidade delas transparecerem de certa maneira com aspectos da sociedade inserida. E a figura do Imperador e general e suas atitudes foram questionadas por alguns grupos. Isso deixa perceber a obra de Stendhal carregando não somente aspectos positivos para a figura do general, mas, também alguns outros, tendo que ser percebidos pelos mencionados sinais indícios deixados pela linguagem/discurso do autor.

---

\* Doutorando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, bolsista CAPES, orientado pela Professora Doutora Beatriz Helena Domingues. Graduado e Mestre em História pela UFJF. Email: [develings@gmail.com](mailto:develings@gmail.com).

<sup>i</sup> NEVES, Lucia M. Bastos. *Napoleão Bonaparte*: Imaginário e política em Portugal (c.1808-1810). São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008, p. 45.

<sup>ii</sup> Cf.: WINOCK, Michel. *As Vozes da Liberdade*: os escritores engajados do século XIX. Tradução de: Elóia Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

<sup>iii</sup> <http://artflsrv02.uchicago.edu/cgi-bin/dicos/pubdico1look.pl?strippedhw=memoire>

<sup>iv</sup> STENDHAL. *Napoleão*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006

<sup>v</sup> Idem. p., 187

<sup>vi</sup> STENDHAL. *O vermelho e o negro*: Crônica do Século XIX. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2002.

<sup>vii</sup> <http://artflsrv02.uchicago.edu/cgi-bin/dicos/pubdico1look.pl?strippedhw=usurpateur>

<sup>viii</sup> NEVES, Lucia M. Bastos P. *Napoleão Bonaparte*. Op.cit.

<sup>ix</sup> WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade*: na História e Literatura. São Paulo: Cia das Letras, 1990. Na perspectiva desse autor, ao abordar os poemas da Inglaterra demonstrando a complementaridade das relações cidade e campo, os mesmos movimentos literários podem explicitar aspectos contraditórios da sociedade nas quais eles estão inseridos. Ao abordar os poemas de Penhurst e o outro lá nos é demonstrado como mesmo dentro da própria obra existem divergências sobre os movimentos sociais, compartilhando de um ideal marxista Williams foca em uma “exploração” dos trabalhadores e a ascensão de um novo grupo do “mercado agrário”. Porém, a sua metodologia comparativa, entre as passagens das obras e textos contemporâneos é o que me interessa aqui, pois, permite a percepção da existência dentro da mesma obra de aspectos contraditórios e complementares.

<sup>x</sup> STENDHAL. *O vermelho e o negro*. Op.cit. p., 99.

<sup>xi</sup> Para Mikhail Bakhtin o dialogismo ocorre em sua “completude” somente nas obras de Fiódor Dostoiévski. Antes deste existiam textos monológicos, ou seja, poderiam haver pontos variados, dentro de um mesmo enredo, mas, não dentro de um mesmo personagem, haveria a existência de processo de dialogismo, em alguns escritores como ..... achar no livro, todavia não poderia caracterizar o processo dialógico. Isso só se concretizaria na obra do autor de Irmãos Karamazov. Porém, creio, na existência desse processo dialógico na obra de Stendhal. Mesmo de forma de pequenos indícios no enredo do romance. BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da Poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

<sup>xii</sup> <http://artflsrv02.uchicago.edu/cgi-bin/dicos/pubdico1look.pl?strippedhw=impie>

<sup>xiii</sup> Cf.: WILLIAMS, Raymond. *A Cidade e o Campo*. Op.cit.



<sup>xiv</sup> No sentido interacionista de Elias. Cf.: ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

<sup>xv</sup> Cf.: WINOCK, Michel. *As vozes da liberdade*. Op.cit. Para Winock o mal dos filhos do século seria aplicado a uma geração em que os ideias do Antigo Regime voltaram a voga, em França, e devido a isso suas possibilidades sociais ficaram mais restritas.

<sup>xvi</sup> Cf.: SEVCENKO, Nicolau. Introdução. In.: \_\_\_\_\_. *Literatura como missão: tensões culturais e circulação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

<sup>xvii</sup> STENDHAL. *A Caruxa de Parma (b)*. Op.cit. p. 71-72.

<sup>xviii</sup> Cf.: LEVY, Ann – Deborah. *10 textes expliqués, Le Rouge et le Noir: Stendhal*. Paris: Hatier, 1987

<sup>xix</sup> CHANTERANNE, David; PAPOT, Emmanuelle. *Napoleão: sua vida, suas batalhas, seu império*. Tradução de: Leila Kommers e Pina Bastos. Rio de Janeiro: Agir, 2012, p 92

<sup>xx</sup> Cf.: RÉMOND, René. *O século XIX 1815-1914*. Op.cit.

<sup>xxi</sup> STENDHAL. *Napoleão*. Op.cit.p. 187.

## A BUSCA PELA MASCULINIDADE NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE HOMOSSEXUAL

Daniel Henrique de Oliveira Silva<sup>1</sup>

### **Resumo:**

Nesse trabalho meu objetivo foi analisar a busca pela masculinidade, pautada no fortalecimento de uma identidade baseada na grade binarista heteronormativa. Essa análise foi feita a partir da seção “Ensaio”, de janeiro de 1979 do Jornal Lampião da Esquina, em que o jornal relata sobre a nova cultura que está ganhando força em meio aos homossexuais; de culto à masculinidade; que revela a introjeção do discurso dominante na construção da identidade homossexual.

**Palavras chave:** Identidade, Masculinidade, Discurso.

### **Abstract:**

The aim of this work was to analyze the quest for masculinity, firmed on strengthening of an identity based on grid binary heteronormative. This analysis was taken from the section called “Ensaio”, in January 2000, from “Jornal Lampião da Esquina”, in which the newspaper reports about the new culture that is gaining power among the homosexuals; worship to masculinity; which reveals the introjection of the dominant discourse in the construction of the homosexual identity.

**Key words:** Identity, Masculinity, Discourse.

O jornal *Lampião da Esquina* foi um periódico criado e mantido como veículo voltado ao público homossexual brasileiro, iniciando sua circulação em abril de 1978 e tendo sua última edição em julho de 1981. Consideramos importante perceber sua presença na sociedade brasileira especialmente na década de 1970, marcada por novos

---

<sup>1</sup> Mestrando em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, orientado pela Prof. Dra. Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro. E-mail: Daniel.hos@hotmail.com

movimentos sociais que lutavam contra a opressão em busca de liberdade de expressão. No Brasil, o cenário era o de declínio ou esgarçamento político do regime militar; responsável pelo cerceamento dos canais de comunicação social e particularmente pela censura à imprensa. Trata-se de um momento de conflitos resultante de pressões internas e externas de setores da sociedade civil que demandavam espaços de participação e representação democrática, portanto, não por acaso, trata-se de um processo que ficou reconhecido também como de início da abertura política. neste contexto, foi criado o impresso *O Lampião da Esquina* (1978-1981), primeiro órgão de imprensa a abordar a homossexualidade de maneira pontual por um viés político, além de trazer à tona várias discussões sobre sexualidade e levantar a bandeira de outros temas polêmicos. Sendo assim se faz importante compreender como as identidades são construídas, se essas identidades, que acredito serem aprisionadoras das múltiplas identidades, emergem em um sistema heteronormativo que diferencia e hierarquiza a (homo)sexualidade, em suma, pensar como essas identidades são questionadas e discutidas por esses grupos.

Na reportagem da seção *Ensaio*, de janeiro de 1979, o jornal relata sobre a nova cultura que está ganhando força em meio aos homossexuais de culto à masculinidade. Isso nos faz refletir sobre os motivos que levam esse discurso da masculinidade compulsória a tornar-se dominante também no interior da comunidade gay.

É esta a mensagem central do mundo das boates machistas: a masculinidade é a única verdadeira virtude; os demais valores são desprezíveis. (...) Ela redundava exclusivamente a glamurização da força física. A idéia da masculinidade é tão conservadora que quase chega a ser primitiva. Que os homossexuais se sintam atraídos por ela, achando-a gratificante, não chega a ser uma surpresa<sup>2</sup>.

Nesse trecho podemos perceber como esse discurso machista, de valorização da masculinidade, calcado na construção sexista “masculino/feminino”, coloca em exposição o primeiro elemento designando-o superioridade, disseminando a noção simplista de “homem dominante versus mulher dominada”<sup>3</sup>. Talvez estando aí a justificativa para essa busca pela masculinidade, o masculino é socialmente mais aceito.

O Lampião, neste trecho, coloca uma importante questão em relação a esse tema: “Gerações inteiras de mulheres se definiram segundo os termos masculinos e os

---

<sup>2</sup> Jornal Lampião, Ano 1 – Nº 8 – Janeiro de 1979, p.8.

<sup>3</sup> LOURO, Guacira, Lopes. Sexualidade e Educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997, p.33.

homossexuais frequentemente parecem aceitar os mesmos valores”<sup>4</sup>. Nessa citação o jornal expõe algo extremamente problemático no meio homossexual: ao mesmo tempo que pretende romper com o padrão androcêntrico ao afirmar uma postura “gay”, em contraposição o reproduz, buscando difundir a masculinidade compulsoriamente e alimentando valores do discurso dominante.

O jornal apresenta como questão para essa busca da masculinidade, o fato do gay ser visto como um perdedor por ser o opressor detentor do falo que abdicou e traiu esse poder opressor fálico. Ele é um perdedor a partir do momento que ele abdica dos ideais machistas, de superioridade masculina, tornando-se mais próximo da mulher ao assumir-se homossexual, provando conseqüentemente sua inferiorização. Seffner<sup>5</sup>, afirma que a inteligência é “colocada quase em oposição à 'ser viadinho ', o que reforça a idéia de que a homossexualidade masculina é equiparada não apenas a modos afeminados, mas também à futilidade e à 'frescura”<sup>6</sup>. Estando aí a explicação da busca pela masculinidade, uma tentativa de adquirir novamente o respeito e a inserção social por meio da manutenção do status quo. Nesse sentido, a busca pela masculinidade pode ser pensada como múltipla, “mais do que isso se encontram em regime de movimento, de fluidez, de deriva”<sup>7</sup>. Essa busca pela masculinidade deve ser vista não apenas como uma contradição do ser homossexual, aquele que é oprimido pelo sistema heteronormativo e segue alimentando-o por esse estilo de vida, mas também pela derivação da “masculinidade hegemônica”, ao não estar inserido nesse padrão de masculino, busca-se representá-lo no meio social em que se está inserido, como forma de aproximação. O padrão nesse caso, pode ser uno mas as representações dele, são múltiplas e se constituem diversamente. (Seffner, 2003).

Ao apresentar essas questões, o jornal sugere alternativas para se romper com esses padrões e identidades.

Ser gay sem arrependimento, culpa ou vergonha é o mesmo que demonstrar que existem alternativas viáveis aos estilos de sexualidade. Mas a real alternativa para as crianças não é necessariamente a homossexualidade, mas a rejeição das velhas verdades sobre a masculinidade e feminilidade<sup>8</sup>.

---

<sup>4</sup> Jornal Lampião, Ano 1 – Nº 8 – Janeiro de 1979, p.8.

<sup>5</sup> SEFFNER, Fernando. Derivas da masculinidade: representações, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual. 2003. 261 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

<sup>6</sup> Idem, p.232.

<sup>7</sup> Idem, p.242.

<sup>8</sup> Idem, p. 9.

O Lâmpião da Esquina assume, no artigo publicado na seção Ensaio, em janeiro de 1979, “fruto de uma condensação de um trabalho de Seymour Kleinberg, publicado originalmente na revista norte-americana Christopher Street e depois, no jornal Gay News”<sup>9</sup>, um importante papel ao afirmar que a melhor alternativa é rejeitar os velhos padrões, afinal, é rompendo com o teor unívoco da heteronormatividade que será possível evitar que discursos normativos tornem-se dominante em meio à sociedade em geral, inclusive em relação às identidades homossexuais, e gerem novas hierarquizações, renovando aqueles mesmos poderes. Como bem assinala o artigo de Seymour Kleinberg publicado no Lâmpião em janeiro de 1979.

O que é triste sobre os homens das jaquetas de couro é que a passagem para o lado do inimigo não os livrará do opróbrio. Quando chegar o dia, eles estarão entre aqueles que a Ku Klux Klan ataca. Paracez estar sendo ignoradas as lições dos negros que renegavam sua negritude ou dos judeus que juravam ser alemães assimilados. Para certos brancos, tudo que não é branco é negro, para os nazistas, um judeu é um judeu. Dar boas vindas ao inimigo não o aplaca; muitas vezes, serve apenas para torná-lo mais vicioso, furioso por ver que sua vítima aprova seu escárnio<sup>10</sup>.

É relevante pensar nas relações de gênero ao analisar esse jornal, pois vive-se em uma sociedade falocêntrica, em que se percebe a força do discurso da heterossexualidade compulsória, em que as relações de gênero são “hierarquizadas, verticalizadas”<sup>11</sup>. Trata-se de uma sociedade que constrói discursos impregnados desse jeito de pensar e agir. Reproduz-se, desse forma, uma sociedade em que o masculino heterossexual é fortemente marcado pela supremacia. No entanto, nas relações homossexuais, há uma nova hierarquização, certo jogo dentro de outro em que se identifica o feminino, ocorrendo sua inferiorização e exclusão.

Podemos observar em nossa sociedade diferenças explícitas quanto às localizações identitárias, particularmente ao papel de gênero. Aos homens são associadas às ideias de liderança, força, coragem e independência; às mulheres, os traços de dependência, cooperação, afetividade e lealdade.

[...] os meninos, muito mais do que as meninas, são incentivados a desenvolver atividades que estimulam o corpo e a apresentar comportamentos arrojados, audaciosos; recebem por brinquedos: caminhãozinho, simulacros de armas, bola, bicicleta, e equipamentos vãos

<sup>9</sup> Jornal Lâmpião, Ano 1 – Nº 8 – Janeiro de 1979, p.8.

<sup>10</sup> Idem, p.8.

<sup>11</sup> VANNUCHI, Maria Lúcia. A construção das identidades de gênero. In: Caderno Espaço Feminino, Volume 26, nº 1, EDUFU, 2013, p. 62.

que ativam os movimentos corporais. Mas, se são estimulados fisicamente, em contrapartida suas emoções são cerceadas pelo fatídico “homem não chora”. Às meninas estão reservadas atividades lúdicas que reproduzem o universo doméstico, preparando-as para a gestão do lar. Recebem como presentes: boneca, panelinha, fogãozinho, vassourinha e, dependendo do poder aquisitivo das famílias, toda uma parafernália eletro-eletrônica de utensílios domésticos em miniatura para brincarem de “casinha”, para aprenderem a ser boas mães, esposas exemplares, e eficientes donas-de-casa. Nelas, são incentivadas posturas docéis, de aquiescência e submissão, traduzidas como predicados de feminilidade<sup>12</sup>.

A partir dessa constatação, verifica-se que em nossa cultura o feminino é construído em contraposição masculino. e que há uma estrutura heteronormativa norteadora de valores éticos, responsável pela produção de discursos e sentidos sobre comportamentos dos indivíduos e grupos. Buscar a masculinidade a qualquer custo, como podemos observar em muitos textos dos movimentos sociais, inclusive neste periódico, “não era esta uma maneira particularmente eficiente de acabar com a opressão, mas pelo menos um velado desafio contra uma sociedade que os humilhava”<sup>13</sup>. Essa humilhação que supera o campo simbólico, chegando ao nível dos xingamentos é discutido por Zanello e Gomes, que afirmam:

Os xingamentos sexuais apontam para um sentido de passividade, relacionado nas representações de gênero, ao “ser mulher”. O xingamento sexual considerado mais ofensivo neste caso (“veado”) é, portanto, aquele que aposta para uma proximidade, ou qualquer experiência que possa aproximá-lo, de ser uma simples “mulherzinha”. (...) É nesse sentido, que a virilidade deve ser eternamente provada. Ficando o feminino relacionado à falta, falha, falência e vulnerabilidade<sup>14</sup>.

O Lampião, na maioria de seus textos, critica fortemente a postura masculinista, mas ao mesmo tempo apresenta questões que revelam o porquê desse posicionamento, por ser um meio talvez inconsciente de enfrentar a sociedade heterossexual que os julgava. Proporcionado por esse debate, cabe-nos apontar que essa posição reflete o imaginário de determinado grupo homossexual, que desejava inserir-se na sociedade heteronormativa, buscando o *status quo* e sua manutenção, ao invés de subvertê-lo. Inserir-se nessa sociedade, adquirir o *status quo*, significava para esses homossexuais, serem aceitos, e esse processo, no imaginário desse determinado grupo, só poderia se efetivar por meio da obrigatoriedade de tornar-se cada vez mais masculino.

---

<sup>12</sup> VANNUCHI, op.cit.,p.64.

<sup>13</sup> Jornal Lampião, Ano 1 – Nº 8 – Janeiro de 1979, p.8.

<sup>14</sup>Zanello, Valeska e Gomes, Tatiana. Xingamentos masculinos: a falência da virilidade e da produtividade. In: Caderno Espaço Feminino, Volume 26, nº 1, EDUFU, 2013, p.270.

## Considerações de Machado de Assis acerca da escravidão em sua produção crítica

Por Daniel Pinha Silva, Doutor em História Social da Cultura pela PUC-Rio e  
Professor dos Departamentos de História da PUC-Rio e da UERJ

### RESUMO

A comunicação analisa textos da produção crítico-literária machadiana, publicada primeiramente nos anos 1860-70, que tematizam o problema da escravidão. O exame desses artigos nos indica que há, em Machado, a defesa de um procedimento de leitura acerca do literário que admite o enfrentamento de questões sociais do seu tempo, desde que esse enfrentamento não iniba o caráter propriamente literário contido nos textos. Esse ponto fica evidente, por exemplo, no exame que ele empreende acerca das peças *Mãe* e *O demônio familiar*, de José de Alencar. Com isso, notamos que, em Machado, não está em jogo a defesa de um absenteísmo necessário do literato diante dos problemas que afligem seu tempo – como é o caso da escravidão – mas sim que, no tratamento desses problemas, a matéria literária consiga causar espanto e provocar no leitor o desconforto que o leve a observar a realidade de modo diverso.

### PALAVRAS-CHAVE

Machado de Assis, escravidão, literatura brasileira

### ABSTRACT

This essay examines texts of critical literary production Machado de Assis, first published in the years 1860-70, in texts that analyze the problem of slavery. The examination of these articles indicates that there is, in Machado, the defense of a procedure of reading about the literary that admits the analysis of social issues of his time, since this confrontation does not inhibit the effect of the literary character contained in the texts. This point is evident, for example, when he examines *Mother and Demon familiar*, dramatical texts of José de Alencar. Machado does not defends a necessary absence of literary reflections about the problems afflicting his time - as is the case of slavery - but that, in the treatment of these problems, the literary phenomenon can cause shock and cause the reader discomfort.

### KEY-WORDS

Machado de Assis, slavery, Brazilian literature

Uma tradição de leitura aos textos machadianos inclui a literatura e crítica machadianas no rol do absenteísmo do mundo, ou seja, ausência e certo alheamento ante as questões que movimentam a experiência real<sup>1</sup>. Faz sentido a sugestão de Gustavo Bernardo a esse respeito.

É o caso de Machado de Assis, volta e meia considerado acomodado, reacionário ou niilista, por conta da sua identificação e de seus personagens com a postura cética. Ainda que suas crônicas e romances veiculem uma crítica bastante ácida à sociedade e seus preconceitos, nunca se posicionou claramente a favor de mudanças, em geral, ou a favor da abolição da escravatura, em particular (apesar de mulato ele mesmo, enfatizariam seus detratores), quer porque não concordasse com as mudanças propostas, quer porque suspeitasse que elas provocariam problemas maiores do que os que tentavam solucionar (suspeita essa premonitória, como hoje sabemos). (BERNARDO, G.: 2007, 238)

É sintomática, nesse sentido, a opinião de Silvio Romero, expressa em seu livro sobre Machado de Assis, em 1897. A obra machadiana é qualificada como pessimista e, para entendê-la, seria necessário compreender a posição de Machado ante o que ele, Romero, espera da literatura e de suas funções sociais.

Esta questão do pessimismo, para ser aprofundada, deveria esmiuçar o problema da sensibilidade e da intelectualidade dos escritores, lado subjetivo do assunto, e, ao mesmo tempo, a ação das peripécias, das pressões da sociedade sobre eles, lado objetivo do fenômeno. Só um estudo, assim completo, sobre cada autor, poder-se-ia conhecer a natureza de sua intuição pessimista ou não sobre o mundo e a experiência. Pelo que toca aos vaivens da sociedade, bem se vê como ele atuam diversamente sobre os homens e daí a variedade de casos que se nos deparam. (ROMERO, S.: 1992, 259)

Para Romero, o pessimismo machadiano é expressão de seu comportamento titubeante diante do mundo<sup>2</sup>.

Há os sofrendores, que, por circunstâncias várias da sensibilidade e da inteligência, chegam a certo pessimismo apenas teórico, espécie de protesto para uma mais perfeita organização das coisas. Creio que nesse grupo é, como já deixei indicado que se pode colocar o nosso Machado de Assis. (Idem, 259)

Em suma, a expectativa gerada a partir da concepção romeriana de literatura, que defendia a inclusão do componente moral como essencial à matéria literária, não encontraria respaldo na produção literária de Machado de Assis. Em constante contato com o real, a experiência ficcional machadiana se caracteriza, justamente, por deixar seu leitor em completa desorientação em relação a como agir no mundo. O primado que paira é o da dúvida ante qualquer tipo de situação<sup>3</sup> e a realidade se impõe em seu texto ficcional sob a égide do fértil terreno do improvável.

Embebido pelo engajamento que caracteriza seus primeiros anos de jornalismo, Machado aparece no texto “O passado, o presente e o futuro da literatura brasileira”, em 1858, ocupado em discorrer sobre a tarefa e a dimensão social do homem de letras do seu tempo.



No estado atual das cousas, a literatura não pode ser perfeitamente um culto, um dogma intelectual, e o literato não pode aspirar a uma existência independente, mas sim *tornar-se um homem social, participando dos movimentos da sociedade em que vive e de que depende*. [Grifo meu] (ASSIS, M.: 1962, 788, v. III)

Aqui, a requisição social da literatura aparece em primeiro plano e o literato não tem uma existência isolada de seu tempo. Ele deve pensar, imerso nele, sobre os problemas de sua sociedade. Mesmo assim, o literato/homem social de Machado não chega a apontar caminhos efetivos para a ação. A reflexão já se configura como ação, em face das mudanças decorrentes do progresso material, e no modo como tais inovações afetariam os comportamentos humanos:

A sociedade atual não é decerto compassiva, não acolhe o talento como deve fazê-lo. Compreendamos! Nós não somos inimigo encarniçado do *progresso material*. Chateaubriand o disse: ‘Quando se aperfeiçoar ao vapor, quando unido ao telégrafo tiver feito desaparecer as distâncias, não hão de ser só as mercadorias que hão de viajar de um lado a outro do globo, com a rapidez do relâmpago; hão de ser também as ideias.’ Este pensamento daquele restaurador do cristianismo – é justamente o nosso; – nem é o desenvolvimento material que acusamos e atacamos.

O que nós queremos, o querem todas as vocações, todos os talentos da atualidade literária, é que a sociedade *não se lance exclusivamente na realização desse progresso material*, magnífico pretexto da especulação, para certos espíritos positivos que se alentam no fluxo e refluxo das operações monetárias. O predomínio exclusivo dessa realeza parva, legitimidade fundada numa letra de câmbio, é bem fatal às inteligências; o talento pede e tem também direito aos olhares piedosos da sociedade moderna: negá-los é matar-lhes todas as aspirações, *é nulificar-lhe todos os esforços aplicados na realização das idéias mais generosas, dos princípios mais salutareos e nos germens mais fecundos do progresso e da civilização*. [Grifo meu ] (Idem, 787)

Machado expõe um problema que abarca a sociedade brasileira em sua época, mas não somente. Os males da especulação financeira, a introdução do crédito especulativo em detrimento do produtivo, o deslumbramento provocado pelos progressos materiais, enfim, não são questões exclusivamente *brasileiras*, tampouco *oitocentistas*. Não é à toa que Antonio Candido sugerirá, anos depois<sup>4</sup>, que Machado antecipa nesse momento um tópico caro ao debate sobre os impactos da modernização material, geradores de um olhar inebriado e reificado do homem em face de si. Daí se eleva o papel das ideias, como capazes de impor reflexão onde só há êxtase. Tal reflexão não representa um caminho ao qual o leitor possa se apoiar, mas contenta-se em por a interrogação.

Vejam como funciona, em Machado, essa perspectiva, diante de um tema espinhoso de seu tempo, especialmente para ele, por sua condição racial e origem social: a escravidão negra. Um tema arriscado, sem dúvida, como afirmou Gustavo Bernardo, citado linhas acima: “nunca se posicionou claramente a favor de mudanças, em geral, ou a favor da abolição da escravatura, em particular (apesar de mulato ele mesmo, enfatizariam seus detratores)”. Uma alternativa a esse tipo de ênfase de leitura do *bruxo-absenteísta*, recolhido nas letras ante o mundo que lhe cerca, pode ser o destaque de seu total oposto, como o faz Sidney Chalhoub,

em sua busca pelo funcionário público e pelo “historiador” que estariam por trás do romancista. Perseguindo esse objetivo, Chalhoub chega a afirmar:

Em 1873, Machado de Assis tornou-se funcionário do Ministério da Agricultura; a partir de meados de 1876, passou a chefiar a seção desse ministério, encarregada de estudar e acompanhar a aplicação da lei de emancipação. O romancista formou-se e transformou-se ao longo dos anos 1870 em diálogo constante com a experiência do funcionário público e do cidadão. De fato, é possível até mesmo investigar as relações entre a experiência do funcionário e a famosa virada narrativa do romancista, ocorrida entre 1870 e 1880, ou entre *Iaiá Garcia* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. (CHALHOUB, S.: 2003, 139)

O leitor que concorda com essa premissa entende a produção ficcional de Machado associada à experiência dele como funcionário público e cidadão. Não somente associada, mas submetida. Algo que o próprio Machado discordaria, certamente, se coerente ao que propôs em toda a sua produção letrada, crítica e ficcional, cuidadosa que era, com a dimensão estética do texto literário e a centralidade desta para a compreensão histórica do fenômeno literário.<sup>5</sup>

A leitura mais cautelosa de Astrojildo Pereira, não menos preocupado que Chalhoub em revelar a face cidadã da literatura machadiana, parece-me bem mais apropriada.

Certamente, ninguém pretende emprestar à participação de Machado de Assis na luta contra a escravidão o mesmo caráter ou o mesmo feitio que lhe deram Castro Alves, Luis Gama, Nabuco, Patrocínio, Rebouças, Joaquim Serra, Ferreira de Araujo, Ferreira de Meneses, Rui Barbosa. *Machado de Assis participava da luta comum ao seu modo, com os seus próprios métodos e suas próprias armas. Cumpriu o seu dever como podia e como sabia. (...)* E o fez, convém acrescentar, *não só como escritor, mas também como funcionário público*, precisamente em função do cargo que ocupava na Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura. [Grifo meu] (PEREIRA, A.: 1959, 93-4)

Repare que Astrojildo Pereira, leitor marxista da obra machadiana e fundador do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, reconhece que Machado de Assis, escritor e funcionário público, lançava mão de instrumentos completamente diferentes, no Ministério e nas letras, em prol de um mesmo objetivo. Para Pereira, Machado exerce importante papel enquanto um funcionário público que tomava medidas em favor da abolição. No entanto, essas medidas não se tornam mote para a explicação de seus romances – tal como expresso por Chalhoub – visto que à literatura cabe uma forma de intervenção distinta no mundo. Astrojildo Pereira acerta quando acentua que Machado, o ficcionista, participava das lutas sociais de seu tempo *com os métodos e armas de que dispunha* – e de que queria fazer dispor, acrescento. Nesse sentido, a pergunta central colocada por Machado passaria a ser: como tornar a literatura arma para as lutas de seu tempo? Levando-se em conta, ainda, que a vocação social não se impunha como condição obrigatória para a matéria literária em Machado.

O espinhoso tema da escravidão aparece com bastante destaque na série de artigos publicada por Machado no *Diário do Rio de Janeiro*, em março de 1866. Leiamos, primeiro,

os comentários acerca de *O Demônio Familiar*, peça de José de Alencar que tratava diretamente dos desdobramentos da escravidão na sociedade brasileira.

*O Demônio Familiar* apresenta um quadro da família com o verdadeiro cunho da família brasileira; reina ali um ar de convivência e de paz doméstica, que encanta desde logo; só as intrigas de Pedro transtornam aquela superfície: corre a ação ligeira, interessante, comovente mesmo, através de quatro anos, bem deduzidos e bem terminados. *No desfecho da peça, Eduardo dá a liberdade ao escravo fazendo-lhe ver a grave responsabilidade que desse dia em diante deve pesar sobre ele, a quem só a sociedade pedirá contas. O traço é novo, a lição é profunda. Não supomos que o Sr. Alencar dê às suas comédias um caráter de demonstração; outro é o destino da arte; mas a verdade é que as conclusões d'O Demônio Familiar, como as conclusões de Mãe, têm um caráter social que consolam a consciência; ambas as peças, sem saírem das condições da arte, mas pela própria pintura dos sentimentos e dos fatos, são um protesto contra a instituição do cativo.* [Grifo meu] (ASSIS, M.: 1962, 872, v. I)

Em seguida, a leitura que ele empreende sobre *Mãe*, também de Alencar, na mesma série.

Assistíamos ao melhor de todos os dramas nacionais até hoje representados; estávamos diante de uma verdadeiramente obra dramática, profundamente humana, bem concebida, bem executada, bem concluída. (...)

*Se ainda fosse preciso inspirar ao povo o horror pela instituição do cativo, cremos que a representação do novo drama do Sr. José de Alencar faria mais do que todos os discursos que se pudessem proferir no recinto do corpo legislativo, e isso sem que Mãe seja um corpo demonstrativo e argumentador, mas pela simples impressão que produz no espírito do espectador, como convém a uma obra de arte.* A maternidade da mulher escrava, a mãe cativa do próprio filho, eis a situação da peça. Achada a situação, era preciso saber apresenta-la, concluí-la; tornava-se preciso *tirar dela todos os efeitos*, todas as consequências, todos os lances possíveis; do contrário, seria desvirginá-la sem fecundá-la. O autor não só compreendeu, como o executou com uma consciência e uma inspiração que não nos cansamos de louvar. [Grifo meu] (Idem, 875)

Para, por fim, acompanhar o funcionamento da mesma lógica na carta pública sobre Castro Alves, de 1868.

Eu não podia, por exemplo, deixar de mencionar aqui a figura do preto Luis. Em uma conspiração para a liberdade, era justo aventar a ideia de abolição. Luis representa o elemento escravo. Contudo o Sr. Castro Alves não lhe deu exclusivamente a paixão pela liberdade. *Achou mais dramático por naquele coração os desesperos do amor paterno. Quis tornar mais odiosa a situação do escravo na luta entre a natureza e o fato social, entre a lei e o coração.* Luis espera da revolução, antes da liberdade, a restituição da filha; *é a primeira afirmação da personalidade humana; o cidadão virá depois.* Por isso, no terceiro ato Luis encontra a filha já cadáver, e prorrompe em exclamações e soluços, o coração chora com ele, e a memória, se a memória pode dominar tais comoções, nos traz aos olhos a bela cena do rei Lear, carregando nos braços Cordélia morta. *Quem os compara não vê o rei nem o escravo: vê o homem.* (Idem, 899)

Mais do que analisar que tipo de crítica social está contida na obra que examina, importa a Machado refletir sobre as possibilidades de a literatura transformar-se em arma, sem abrir mão das qualidades essenciais de que dispunha – nos termos de Astrojildo Pereira, intervir no presente “com os seus próprios métodos e suas próprias armas”. Em “O Demônio familiar” agrada a Machado o desenvolvimento da trama, ocorrida em seio doméstico, onde é marcante a presença do escravo no cotidiano de uma família burguesa brasileira. Se na primeira parte da história a escravidão aparece como situação acomodada aos costumes e à rotina familiar,

rotina que se interrompe apenas por ações cafajestes do escravo, é o desfecho que mais chama a atenção de Machado. Eduardo, o protagonista, dá liberdade ao cativo, responsabilizando-se a si e à sociedade brasileira como um todo, pelo desenrolar atribulado daquela situação. Ainda que se refira à lição que a peça transmite – ponto coerente com a concepção de teatro que desenvolve em sua crítica – Machado procura, mais uma vez, resguardar o lugar do teatro enquanto obra de arte: “*Não supomos que o Sr. Alencar dê às suas comédias um caráter de demonstração; outro é o destino da arte*”. O protesto contra a instituição do cativo não concorre com o princípio artístico que rege textos dramáticos, e é isso que eleva as peças de Alencar a um patamar especial.

No exame sobre *Mãe*, incluímos mais um componente nessa análise. Lemos Machado destacar o quanto uma peça teatral pode “inspirar ao povo o horror pela instituição do cativo”, “pela simples impressão que produz no espírito do espectador, como convém a uma obra de arte”: ou seja, o desenrolar da história provoca na plateia asco, nojo, arrepio, um conjunto de impressões que impactam o espectador ante o que está vendo no palco e ao seu redor na sociedade. O mérito de Alencar estaria não só na escolha da situação – mãe cativa do próprio filho – mas na exploração dos efeitos e lances possíveis. Ao mesmo tempo, o autor provoca um conjunto de sensações peculiarmente causadas por uma obra de caráter literário, cuja qualidade é não ser apenas demonstrativa a partir de argumentos consistentes. O caso é o mesmo quando ele examina a presença de uma personagem escrava no drama *Gonzaga* de Castro Alves. As relações familiares entre senhores e escravos voltam a chamar a atenção de Machado: agora é o vínculo pai/filho que se sobrepõe ao senhor/escravo, isto é, o conflito entre uma situação natural e outra social. É a condição humana do escravo que aparece em primeiro plano, em completa desarmonia com seu status social: “quem os compara não vê o rei nem o escravo: vê o homem”. Estaria aqui, nas leituras a Alencar e Castro Alves, o mote para “Pai contra Mãe”, famoso conto machadiano surgido anos mais tarde, cujo tema central, como indica o título, envolve o conflito entre as condições materna e paterna no contexto dos últimos anos da escravidão?<sup>6</sup>

Machado sublinha nesses textos a importância do literato como homem social, desde que o cumprimento dessa função não implique inibição ou anulação do efeito provocado pela literatura. Ele defende, além disso, o uso da literatura como instrumento capaz de deixar evidentes as feridas da sociedade, mas sem que esta explicita alternativas de ação. Quando José de Alencar expõe a horrenda situação entre a condição da mãe cativa do próprio filho, ou quando Castro Alves exhibe o desespero do amor paterno, na luta entre a natureza (da relação pai/filho) e o fato social (da relação escravo/senhor), o que Machado de Assis, o crítico,

valoriza nos dois é o efeito literário que eles retiram da situação. Ele não complementa as lições expostas por Alencar e Castro Alves, não expõe um caminho a seguir. Nesse sentido, não há saída evidente a ser proposta pela literatura, pois a solução para os problemas sociais não se encontra na literatura em si, mas na vida. Em Machado o ponto central não é o modo como a realidade permeia a literatura, mas sim o lugar que a literatura ocupa na realidade.

---

<sup>1</sup> Podemos citar, dentre outros estudiosos que fizeram coro ao discurso que apresentava Machado como um absenteísta: Lucia Miguel-Pereira, Luiza Lobo e Mario Casassanta.

<sup>2</sup> Para Romero, esse comportamento indeciso de Machado é revelador de seu espírito brasileiro.

“Machado de Assis é, disse eu, um representante do espírito brasileiro, mas num momento mórbido, indeciso, anuviado, e por um modo incompleto, indireto, e como que a medo.” ROMERO, Silvio. Op. cit., 153.

<sup>3</sup> Ver MELO E SOUZA, Ronalds. *O romance tragicômico de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006; BERNARDO, Gustavo. “O bruxo contra o comunista ou: o incômodo ceticismo de Machado de Assis.” *KRITERION*, Belo Horizonte, n° 115, Jun/2007, p. 235-247; PALTÍ, Elias José. “O Espelho Vazio. Representação, subjetividade e História em Machado de Assis”. In: *A obra de Machado de Assis. Ensaios premiados no 1º Concurso Internacional Machado de Assis*. Ministério das Relações Exteriores. Governo Federal, 2006.

<sup>4</sup> Para Antonio Candido, Machado revela profunda compreensão das estruturas sociais, explorando em sua produção ficcional a relação devoradora de homem a homem, chamando a atenção para o risco de transformação do homem em objeto de seus semelhantes. São recorrentes em seus romances e contos, temas como, ganho, lucro, soberania do interesse, dentre outros, que ajudariam a entender a percepção machadiana acerca da sociedade capitalista. CANDIDO, Antonio. “Esquema Machado de Assis” In *Vários Escritos* São Paulo: Duas Cidades, 1995.

<sup>5</sup> Esse ponto fica evidente em “Notícia atual da literatura brasileira: instinto de nacionalidade”, publicado pela primeira vez em 1873, e que se tornou posteriormente o artigo de crítica mais citados pelos comentadores machadianos. Nas palavras de Machado: Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região: *mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a emprobreçam. O que se deve exigir antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem de seu tempo e de seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço* [Grifo Meu] (ASSIS, Machado.: 1960, 804) Nesse sentido, a condição primeira para elevação literária é o *sentimento íntimo*, que não se avalia por critérios nacionais ou sociais, mas sim estéticos. E se esse critério estético se define pela relação da literatura com as suas condições temporais, ele se constitui também por um valor atemporal, universal, uma forma literária que não se insere em apenas uma época, mas percorre todas. Ele não atende a nenhuma demanda específica, dele não se deve exigir compromisso com nada, além da própria experiência literária. A metáfora do sentimento íntimo se apresenta como a condição própria da experiência literária que sobrevive a todas as épocas e as extrapola; essa é a única matéria da qual nenhum literato pode fugir – nem aquele que escreve um texto literário, tampouco o que examina a obra feita.

<sup>6</sup> Conto publicado no volume Relíquias de Casa Velha, em 1906. O título do conto, “Pai contra mãe”, é representativo da luta travada entre Cândido Neves e Arminda, com o objetivo de proteger a sobrevivência de seus respectivos filhos. Ela, grávida, queria dar a luz a um filho livre, por isso havia fugido do domínio do senhor que a tinha como propriedade. Ele só poderia garantir a permanência do filho recém-nascido junto à família caso conseguisse algum dinheiro para diminuir a miséria dos seus. Pobres e escravos – duas condições sociais – lutavam pela sobrevivência de si e de seus filhos – situação natural: eis o mote da trama.

## **Da Batalha à Guerra do Rio: as favelas na imprensa carioca**

**Daniella Guedes Rocha**

**Doutoranda em História, Política e Bens Culturais (CPDOC/FGV)**

**Orientadora: Mariana Cavalcanti (CPDOC/FGV)**

**E-mail: guedes.dani@gmail.com**

### **Resumo**

Em mais de cem anos, a favela foi representada de diferentes formas na imprensa carioca. Este artigo trata das representações contidas na campanha *A Batalha do Rio*, de 1948, no *Correio da Manhã*, e na *Guerra do Rio*, como o jornal *O Globo* denominou a cobertura da ocupação do Complexo do Alemão pela Polícia Militar, em 2007. As continuidades e descontinuidades de enquadramentos refletiram o contexto de produção das notícias, bem como a relação entre Poder Público e favela.

**Palavras-chave:** segregação; favelas; imprensa.

### **Abstract**

In over one hundred years, the slum was represented differently in Rio's press. This paper deals with the representations contained in the campaign *A Batalha do Rio*, in 1948, in the newspaper *Correio da Manhã*, and in *Guerra do Rio*, like *O Globo* called coverage of the occupation of Complexo do Alemão by the Military Police in 2007. Continuities and discontinuities frameworks reflected the context of news production, and the relationship between government and slum.

**Key Words:** segregation; slums; press.

### **1. Introdução**

Para Freitas e Nacif<sup>1</sup>, teóricos e profissionais da área de comunicação têm sentido, nos últimos anos, “a necessidade de melhor compreender as questões urbanas, visto que é nas metrópoles que se constitui boa parte da simbologia midiática contemporânea”. Dito isto, o objeto de investigação deste artigo partiu de questionamentos sobre a segregação socioespacial na cidade do Rio de Janeiro e as representações forjadas pela imprensa em

relação aos espaços segregados. As favelas, símbolo maior desta segregação, surgiram no final do século XIX dentro de um processo de segregação socioespacial que já vinha se desenvolvendo no espaço urbano do Rio de Janeiro, como um modo de suprir o problema de déficit habitacional, abrigando uma massa de pobres que precisavam habitar próximo aos locais onde era oferecido trabalho<sup>2</sup>. A partir de então, a favela se disseminou no espaço geográfico do Rio de Janeiro, acompanhando as vertentes de expansão da cidade, tanto no deslocamento das indústrias rumo ao subúrbio quanto no desenvolvimento da Zona Sul, processos que descentralizaram as fontes de emprego<sup>3</sup>. Este processo não foi acompanhado de uma política habitacional voltada para o imenso contingente de mão de obra que era atraído para estes lugares. Os pobres passaram a ocupar os morros, charcos e terrenos desocupados, levando ao surgimento de diversas favelas e ao adensamento de outras. Estes espaços foram alvo de diversas políticas públicas nestes 110 anos, passando de um longo período de remoções para as obras de urbanização iniciadas na década de 1980.

Na imprensa, a favela foi representada de diferentes formas. Neste artigo, são analisadas duas coberturas separadas entre si por 59 anos: a *Batalha do Rio*, campanha iniciada pelo *Correio da Manhã* em 1948, e a *Guerra do Rio*, termo usado pelo jornal *O Globo* durante a ocupação militar do Complexo do Alemão em 2007, a fim de conhecer o enquadramento predominante utilizado em relação à favela nestas duas coberturas. O conceito de enquadramento é usado por Porto para definir “os princípios de seleção, ênfase e apresentação” utilizados por jornalistas para organizar o noticiário<sup>4</sup>. O estudo dos enquadramentos desenvolvidos pela mídia pode revelar como os meios de comunicação rotulam determinados espaços ou grupos. O enquadramento corresponderia, segundo Porto<sup>5</sup>, a um segundo nível de efeitos da mídia. Enquanto a teoria do *agenda setting*, forjada em 1972 por Maxwell McCombs e Donald L. Shaw<sup>6</sup>, corresponderia a um primeiro nível, ao determinar *sobre o que* as pessoas devem pensar; o segundo nível corresponderia ao conceito de enquadramento: a mídia não só afeta *sobre o que* o público pensa, mas também *como* o público pensa sobre determinados temas.

A análise das subjetividades criadas em relação à favela em seus 110 anos de existência permitiram estabelecer os principais enquadramentos usados pela mídia impressa em relação a este espaço, que posteriormente nortearam a pesquisa apresentada neste artigo.

---

**Categorias de enquadramento estabelecidas**

---

<ul style="list-style-type: none"><li>- Enquadramento dicotômico: aquele que contrapõe a favela à cidade;</li><li>- Enquadramento higienista: a favela vista como o local da imundície;</li><li>- Enquadramento estético: retrata a favela como algo que enfeia a “cidade maravilhosa”;</li><li>- Enquadramento paternalista: retrata a favela como a única opção de moradia do pobre, que deve ser ajudado a sair daquela situação;</li><li>- Enquadramento da favela como o espaço do “não”: o espaço da carência, da ausência de serviços públicos;</li><li>- Enquadramento da favela como o espaço da cultura popular;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Enquadramento da favela como espaço do trabalhador: retrata os moradores destes espaços como trabalhadores;</li><li>- Enquadramento da favela como ameaça ao meio ambiente;</li><li>- Enquadramento da favela como espaço da pobreza: vista como espaço do pobre por excelência;</li><li>- Enquadramento da favela como o espaço da criminalidade: o lugar onde o crime faz parte do cotidiano. Neste caso, os moradores da favela podem ser vistos como criminosos em potencial/cúmplices de bandidos ou como vítimas desta criminalidade.</li></ul>
--	---

Fonte: do autor.

Estas categorias foram aplicadas às notícias, trecho a trecho, com o objetivo de identificar os vários enquadramentos presentes no texto. A pesquisa foi realizada na Divisão de Periódicos da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, com edições microfilmadas e originais dos dois jornais. Note-se que a pesquisa desenvolvida neste artigo se refere a um tipo de mídia, a mídia impressa, mais especificamente o jornal. Especificando-se ainda mais, a pesquisa se refere ao jornal *Correio da Manhã* e ao jornal *O Globo*, no momento de produção das duas coberturas. Os resultados alcançados são válidos para os textos divulgados no período e analisados neste artigo. Em relação à Batalha do Rio de Janeiro, foram analisados 47 textos divulgados no jornal *Correio da Manhã*, sendo 17 deles artigos de Carlos Lacerda publicados na coluna Tribuna da Imprensa, quatro artigos de opinião e 26 reportagens. O volume de reportagens analisadas durante a operação policial no Complexo do Alemão em 2007 foi maior, mas isto não significou uma discussão mais aprofundada da questão das favelas. As matérias eram mais objetivas, focadas no fato, e não no processo que levaram as favelas a se transformarem em territórios dominados pelo tráfico. Em um período de dois meses – de 03/05/2007 a 03/07/2007 – a cobertura da Guerra do Rio pelo jornal *O*



*Globo* contou com 132 textos, sendo 122 reportagens, cinco artigos de opinião e cinco editoriais.

A análise partiu da hipótese de que não há uma continuidade no enquadramento principal; enquanto na primeira cobertura espera-se uma representação da favela como o espaço do não - da miséria, da precariedade e da imundície -, em que os favelados eram vistos como pessoas necessitadas que deveriam ser retiradas daquela situação, na segunda cobertura espera-se um enquadramento da favela como o espaço da criminalidade, sendo seus moradores potenciais criminosos e culpados, em parte, pelo medo e insegurança que acometem o “asfalto”.

## 2. A Batalha do Rio

A chamada Batalha do Rio de Janeiro se iniciou com um conjunto de artigos de Carlos Lacerda no jornal *Correio da Manhã*, em 1948, que suscitaram uma série de discussões na imprensa carioca sobre a questão das favelas, com diversas propostas, que, no entanto, acabaram desencadeando poucas ações. Opositor ao governo, Lacerda lança no dia 19 de maio um “Convite” à campanha, em sua coluna *Na Tribuna da Imprensa*, onde cobria os trabalhos da Assembleia Constituinte. Cinco dias antes, porém, Lacerda já havia publicado o artigo “Notas do diário de um repórter”, em que enumera diversas questões que, em sua opinião, deveriam ser debatidas. Em uma das notas, o colunista afirma que havia 119 favelas no Distrito Federal – “Desde o Presidente da República até o mais faltoso dos contribuintes, todos reclamam as misérias do Brasil, e ninguém cuida, ao menos, de começar a curá-las”<sup>7</sup>. Na edição seguinte, Lacerda ressalta que um “tema para as suas deliberações” da Convenção do Rotary Club que estava sendo realizada na cidade seria o “dos meios para travar a batalha do Rio de Janeiro, que não é propriamente a guerra às favelas e sim a guerra ao egoísmo e à inércia, pai e mãe das favelas”. No dia 16 de maio, o *Correio da Manhã* estampa na capa uma fotografia aérea da Praia do Pinto, com um texto em que também clama pelo início de uma “batalha cujas proporções não serão medidas pelo número de mortos, e sim pelo número de vivos que ela tenha feito”<sup>8</sup>.

Lacerda volta a falar sobre a questão favela no dia 18, quando conta a história de Ifigênia, uma lavadeira viúva, com três filhos, cujo vizinho escreveu uma carta lida pelo

colunista na rádio. Após uma série de doações, Lacerda afirma que era preciso “saber se se tratava de um fenômeno isolado, único, ou de sentimento generalizado que apenas precisa desencadear-se”<sup>9</sup>. No dia seguinte, o jornal lançou um convite para que fosse criada uma nova rede de solidariedade, desta vez voltada não apenas para uma favelada, mas para todos os habitantes das favelas do Rio de Janeiro. O *Correio da Manhã* se dirigia a “todos – particulares, colegas de imprensa, emissoras de rádio, instituições, autoridades municipais e federais – e convida-os a cooperar na solução do mais dramático, do mais complexo e delicado de nossos problemas locais”<sup>10</sup>. Os “cerca de quatrocentos mil brasileiros em 119 favelas” viviam uma vida à parte, “à margem da comunidade”. Em um grande artigo, o político “oferece” ao prefeito Mendes de Moraes e ao Presidente da República a seguinte proposta: “O Governo apoiará, pelos meios de que dispõe, uma campanha popular destinada a encarar, com vontade de resolvê-lo, o problema das favelas”<sup>11</sup>.

Segundo o colunista, melhorar uma favela significava “dar aos seus habitantes melhores oportunidades e possibilidades de comer melhor, de educar-se, de ter mais saúde, etc, dando-lhes assim forças para sair da favela”. Percebe-se então, já neste primeiro texto de Lacerda sobre a campanha, o enquadramento paternalista que será adotado constantemente em seus artigos durante esta cobertura. Dos treze textos publicados por ele referentes à Batalha do Rio de Janeiro de 20 de maio de 1948 a 06 de junho do mesmo ano, em dez deles este enquadramento é encontrado. Lacerda mostra os favelados como pessoas que não escolheram viver em moradias precárias e que estavam naquela situação não por sua culpa, mas por questões sociais externas a estes indivíduos – “Na sua imensa maioria (...) os favelados não moram assim porque querem e sim porque não têm casas. Não comem mais porque não gostem de comer, e sim porque lhes falta comida”<sup>12</sup>. As reportagens do jornal também adotam este tipo de enquadramento: “os moradores das favelas são indigentes. A grande maioria lá vive por não ter onde morar”<sup>13</sup>.

O *Correio da Manhã* passa a mostrar esta pobreza extrema, descrevendo as precárias condições de vida nos morros da cidade. A opção de ressaltar a miséria, a ausência de serviços públicos e a falta de higiene nas favelas fundamenta o enquadramento paternalista, já que, no decorrer da adoção do enquadramento da favela como o espaço do “*Não*”, há a construção da visão de que os favelados não sairiam daquela situação apenas pelos seus próprios esforços, necessitando da ajuda do próximo. A favela é retratada como o espaço do

“*Não*” em nove das 26 reportagens analisadas durante a campanha e em três artigos de Lacerda – em um deles, o colunista afirma que os favelados viviam “entre as valas, exalação pútrida dos dejectos e detritos”<sup>14</sup>. Miseráveis, trabalhadores e pessoas que viviam em péssimas condições de higiene, os favelados eram “vítimas indefesas (...) em face da indiferença que tem reinado até então dos que só olham as paisagens dos morros, que não vêem os que morrem lá em cima antes dos quarenta”<sup>15</sup>. Estes indivíduos *precisavam* ser ajudados.

Para Lacerda, esta solução não deveria ter um caráter coercitivo, ou punitivo; as remoções deveriam ser descartadas, e as favelas precisavam ser melhoradas, passando por um processo de urbanização – “é precisamente contra a ideia de expulsão e a favor da recuperação, do aproveitamento adequado, da melhoria de condições de habitação dos favelados que nos batemos”<sup>16</sup>. A remoção em massa desses moradores era, para Lacerda, “não apenas uma violência – era uma utopia”. A maioria dos favelados deveria “ser localizada nas próprias zonas em que se encontram as favelas. Ali mesmo, ou nas proximidades, porque o deslocamento privaria a população de uma série de serviços públicos”. A solução estava no desenvolvimento da capacidade de iniciativa dos moradores e da compreensão de seus próprios problemas. Com a participação dos favelados, seria possível demolir barracos condenados, restaurar outros, instalar esgoto, água, luz e tanques comunitários.

A edição do dia 06 de junho traz o último artigo de Lacerda da série publicada como parte da *Batalha do Rio*. Lacerda afirma que a campanha encontra obstáculos no alto escalão do governo. Os órgãos da Prefeitura, paralelamente, mantinham uma postura contrária à propagada pela campanha – agiam “como se vissem nos favelados em conjunto aquilo que é minoria, o criminoso antissocial”. Para Lacerda, nada podia ser feito pelas favelas que não fosse “para os favelados, com o apoio e a ajuda deles, e não contra eles”. A postura adotada pelo governo, porém, conseguiria unicamente deixar “sob a ruína dos casebres uma centelha” de onde se alimentaria “a chama da propaganda comunista no Rio de Janeiro”<sup>17</sup>. Mesmo afirmando, ao apresentar a campanha, que esta não era uma “cruzada contra o comunismo”, pesquisadores apontam que o objetivo de Lacerda ao promover a *Batalha do Rio* era criar uma proposta alternativa às vigentes, elaboradas tanto pelo Governo quanto pelo Partido Comunista, que ampliava sua presença nas favelas. Lacerda então se apropria de um enquadramento paternalista em relação à favela e se torna o principal promotor de uma

campanha que afirmava não ser “contra o favelado e sim a seu favor”, com o objetivo de que o favelado deixasse “de o ser”, isto é, vivesse e morasse “em condições mais dignas”. Após 06 de junho, porém, a campanha desaparece do *Correio da Manhã*. O projeto, considerado “grandioso” pela imprensa da época, ficou apenas nas páginas dos jornais. O programa proposto durante a campanha, apesar da imensa lista de adesões publicadas pelo *Correio da Manhã* diariamente, não foi concretizado.

### **3. A Batalha se torna a Guerra do Rio**

Em 2007, o cotidiano do Complexo do Alemão ficou mais de dois meses nas páginas dos principais jornais cariocas devido a operações policiais constantes realizadas na região, em um episódio que *O Globo* chamou de *Guerra do Rio*. A explicação para esta “guerra” remonta a fevereiro, quando o menino João Hélio Fernandes Vieites, de 6 anos, morreu após ser arrastado por mais de sete quilômetros preso ao cinto de segurança do carro onde estava. Após o crime, a esquina em que a mãe de João Hélio foi rendida pelos assaltantes passou a receber policiamento ostensivo. Em 1º de maio, a viatura que permanecia estacionada no local foi metralhada. Bandidos armados com fuzis fizeram vários disparos contra o carro da PM, matando os dois soldados que ocupavam a viatura. No dia seguinte, a Polícia Militar fez uma operação na Vila Cruzeiro. O objetivo era “caçar oito traficantes que teriam executado” os dois policiais em Bento Ribeiro<sup>18</sup>. Horas depois do assassinato dos dois PMs, o governador Sérgio Cabral declarou que o Rio vivia uma guerra. “E nós vamos ganhar esta guerra”<sup>19</sup>, ressaltou. As ações policiais que se seguiram no Complexo do Alemão foram tratadas como tal. A *Guerra do Rio* não era uma campanha como a *Batalha do Rio*, de solidariedade para com a - ou de apenas discussão da - questão favela. Foi um período no qual as comunidades que compõem o Complexo do Alemão foram alvo de operações quase diárias da Polícia Militar cujo objetivo era combater a quadrilha de traficantes que dominava aquele território. As reportagens publicadas pelo *O Globo* se focavam nas ações policiais, e não na conjuntura do problema favela.

E as ações policiais estavam inseridas no contexto de guerra. A resistência encontrada pelos policiais militares devia-se a que os traficantes usavam “táticas militares de guerra” para impedir as operações. Segundo *O Globo*, havia 150 traficantes nas comunidades armados com

fuzis e metralhadoras antiaéreas<sup>20</sup>. Os veículos usados pela PM eram impedidos de entrar no Complexo pelas barreiras de trilhos de trem e o derramamento de óleo na pista. As casamatas, as barricadas e o treinamento recebidos se voltavam para a proteção do território dominado, no qual as 33 bocas-de-fumo negociavam semanalmente 30 quilos de cocaína pura. Na mesma edição, o Complexo do Alemão é apresentado como “a fortaleza do tráfico”, o “principal entreposto de distribuição de drogas, armas e munição das zonas Norte e Leopoldina”<sup>21</sup>. Ao mesmo tempo, era o principal “foco de disseminação de violência no Rio”<sup>22</sup>. “A caçada mostrou que o tráfico havia transformado as favelas daquela região em uma fortaleza inexpugnável”, afirma o jornal<sup>23</sup>. A favela não só era o espaço por excelência da criminalidade – enquadramento presente em 93 de 132 matérias publicadas – mas também o ponto que irradiava ações violentas por toda a cidade. Era o espaço a ser invadido pelas forças policiais e ocupado pelo Estado, cuja “omissão total” havia levado a uma situação que parecia “medieval: enclaves, fortalezas”<sup>24</sup>. A Polícia Militar só consegue chegar ao topo do Complexo do Alemão após 57 dias de ocupação, em 27 de junho, em uma operação que mobilizou 1350 homens. Dezenove pessoas morreram.

Toda guerra tem um algoz e sua vítima. Na *Guerra do Rio*, a hipótese lançada neste artigo era de que as classes média e alta constituíam as principais vítimas destes confrontos e os favelados eram colocados ao lado dos algozes. O tráfico só existia na comunidade porque o favelado permitia – e o apoiava, como nas manifestações contra a Polícia. Estas hipóteses não se confirmaram. Naquela *Guerra do Rio*, *O Globo* considerou o favelado a maior vítima dos confrontos. O jornal dá voz aos moradores da favela e seus representantes, abrindo espaço para a reflexão sobre o cotidiano dos favelados em um período de conflito entre traficantes e policiais. Os moradores da parte alta da comunidade estavam sem luz e telefone; o serviço de coleta de lixo estava prejudicado, assim como o de entrega de correspondências; três mil crianças estavam sem aulas; e a queda de luz havia queimado a bomba de água, obrigando os favelados a carregarem latas d’água até suas casas. As reportagens sobre a suspensão de serviços públicos se sucedem, com destaque para o fechamento de escolas e creches. Mais que a ausência de serviços públicos, *O Globo* ressalta o medo e a apreensão dos moradores. Dentre os feridos, os moradores eram as principais vítimas dos confrontos – em 19 de maio, quando o número de atingidos por balas perdidas era de 53, cinquenta eram habitantes do Complexo. Os relatos da rotina de medo vivida pelos moradores e a ênfase no alto número de

feridos, na opressão mantida pelo tráfico e nas dificuldades provocadas pela suspensão dos serviços básicos na favela constroem um enquadramento do favelado como principal vítima da criminalidade<sup>25</sup>. A população do Complexo do Alemão não foi ignorada: sua apreensão e seus anseios tomaram as páginas do jornal. Como solução para esta guerra, o discurso adotado pelas autoridades do Estado – e reproduzido pelo jornal *O Globo* – se sustenta na ideia de que era preciso “devolver as favelas para seus verdadeiros donos: a população inocente que só quer tranquilidade”, nas palavras de José Mariano Beltrame. O objetivo de “salvar” as vítimas daquela guerra não seria alcançado sem programas sociais, sem o desenvolvimento de uma política que fosse muito além da área da segurança pública. “É preciso urbanizar o complexo, dar escola, saúde e perspectiva de futuro aos jovens”<sup>26</sup>.

#### 4. Considerações finais

Da *Batalha do Rio*, em 1948, à *Guerra do Rio*, em 2007, passaram-se 59 anos de intervenções públicas, de mudanças na imprensa e nas representações do espaço-favela. A pesquisa revelou que o enquadramento predominante utilizado pelo *Correio da Manhã* foi o paternalista, calcado no espaço do *Não*, enquanto o jornal *O Globo* sustenta um enquadramento da favela como o espaço da criminalidade. No primeiro, a favela é vista como o local de moradia dos que não tiveram outra opção a não ser subir os morros da cidade, devido ao crescente deficit habitacional e à ausência de políticas públicas voltadas para a solução deste problema. O *Correio da Manhã* propõe uma campanha a favor dos favelados, dizendo-se com o objetivo de melhorar suas condições de vida. No segundo momento, a favela é enquadrada como o local do crime, em que este se faz presente no cotidiano da vida dos seus moradores – e que se irradia para outras partes da cidade. A descontinuidade identificada no enquadramento utilizado se reflete na resposta a ser dada ao problema favela. Se em 1948 a proposta da *Batalha* era urbanizar as favelas para levar melhores condições de vida a seus moradores, em 2007 a *Guerra* seria vencida com o uso da força. Se antes a questão era habitacional, no segundo momento se torna um problema de segurança pública. As representações construídas em relação às favelas desde o seu surgimento influenciaram e/ou foram influenciadas pelas políticas públicas voltadas para estes espaços. Ao espaço do *não*, a resposta foi a urbanização; ao espaço da criminalidade, tem sido a polícia.

No entanto, contrariando a hipótese lançada no início da pesquisa, a cobertura realizada pelo jornal *O Globo* da ocupação do Complexo do Alemão em 2007 não retrata os moradores como cúmplices do tráfico e/ou criminosos em potencial. Os moradores foram considerados as principais vítimas dos confrontos ocorridos na comunidade. Este enquadramento foi construído pelo jornal ao enfatizar os relatos do cotidiano de medo nas comunidades, o alto número de feridos entre os moradores, a opressão mantida pelo tráfico e as dificuldades provocadas pela suspensão dos serviços básicos. Ao mostrar sua apreensão em meio aos confrontos, *O Globo* não ignorou a população do Complexo do Alemão, dando voz aos moradores. Neste caso, há uma continuidade em relação à *Batalha do Rio*, em 1948. Em ambas as coberturas, o favelado é mostrado como vítima; na primeira, da inércia de autoridades e cidadãos; na segunda, do tráfico. Nas duas ocasiões, ele necessita de ajuda; na primeira, para sair daquela situação de miséria (e imundície) em que vivia; na segunda, para ser libertado da submissão imposta pelos traficantes.

## 5. Notas Bibliográficas

<sup>1</sup> FREITAS, Ricardo; NACIF, Rafael. *Destinos da cidade: comunicação, arte e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

<sup>2</sup> CAMPOS, Andreilino. *Do quilombo à favela: A produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

<sup>3</sup> ABREU, Maurício. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ZAHAR, 1987.

<sup>4</sup> PORTO, Mauro. “A mídia brasileira e a eleição presidencial de 2000 nos EUA: A cobertura do jornal Folha de S.Paulo”. *Cadernos do Ceam*. Brasília, 2001, p. 11-32.

<sup>5</sup> PORTO, Mauro. “Enquadramentos da mídia e política”. *Anais da Anpocs*, 2002.

<sup>6</sup> McCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald. L. “The agenda-setting function of mass media”. *Public Opinion Quarterly*, Vol. 36, Número 2, Summer 1972.

<sup>7</sup> “Notas do diário de um repórter” – *Correio da Manhã*, 14/05/1948, p.2.

<sup>8</sup> “A favela era uma parte humilde...” – *Correio da Manhã*, 16/05/1948, Capa.

<sup>9</sup> “Ifigênia” – *Correio da Manhã*, 18/05/1948, p.2.

<sup>10</sup> “Convite” – *Correio da Manhã*, 19/05/1948, Capa.

<sup>11</sup> “A batalha do Rio de Janeiro” – *Correio da Manhã*, 19/05/1948, p.2.

- <sup>12</sup> “O que pretendemos do Governo” - Correio da Manhã, 20/05/1948, p.2.
- <sup>13</sup> “Vai começar a Batalha” - Correio da Manhã, 21/05/1948, Última Página.
- <sup>14</sup> “Pernambuco” - Correio da Manhã, 23/05/1948, p.2.
- <sup>15</sup> “Escondidinho ou Prazeres vista por dentro” - Correio da Manhã, 30/05/1948.
- <sup>16</sup> “O Partido Comunista e a Batalha do Rio de Janeiro” - Correio da Manhã, 21/05/1948, p.2.
- <sup>17</sup> “Prioridade número um” – Correio da Manhã, 22/05/1948, p.2.
- <sup>18</sup> “Mais vítimas inocentes” – O Globo, 03/05/2007, p.13.
- <sup>19</sup> “Cabral: ‘Nós vamos ganhar esta guerra’” – O Globo, 03/05/2007, p.13.
- <sup>20</sup> “Bandidos com táticas militares” – O Globo, 09/05/2007, p.18.
- <sup>21</sup> “Complexo do Alemão, a fortaleza do tráfico” – O Globo, 20/05/2007, p.26.
- <sup>22</sup> “Secretário: objetivo é asfixiar tesouraria da facção” – O Globo, 23/05/2007.
- <sup>23</sup> “Notícias de uma guerra que já dura um mês” – O Globo, 27/05/2007, p.30.
- <sup>24</sup> “Cerco Inglório” – Opinião, O Globo, 01/06/2007, p.6.
- <sup>25</sup> Enquadramento encontrado em 61 reportagens, nos cinco artigos de opinião e um editorial.
- <sup>26</sup> “Alemão: faltam policiais para vencer o tráfico” – O Globo, 27/05/2007, p.30.



## **Crônicas Mestiças: um estudo sobre as estratégias de dominação indígena através das obras de Bernardino de Sahagún, México- século XVI**

Daniella M.Fraga\*

**Resumo:** Este trabalho possui como objetivo, analisar as estratégias das apropriações culturais indígenas a partir da obra: *Historia General de Las cosas de la Nueva España* (1588), produzida pelo franciscano Bernardino de Sahagún, em um contexto de dominação espanhola sobre a cultura náhuatl durante o século XVI, no México. Buscaremos, portanto, identificar as estratégias de diferenciação do que seria aceito como veneração Católica ou prática herege e problematizar a construção dos discursos de dominação e missão religiosa franciscana no México.

**Palavras-chave:** México, Cultura Náhuatl, B. Sahagún.

**Abstract:** This work aims to analyze the strategies of indigenous cultural appropriations from the work: *Historia General de Las cosas de la Nueva España* (1588), produced by the Franciscan Bernardino de Sahagún, in the context of Spanish domination of the Nahuatl culture during the sixteenth century in Mexico. We intend, therefore, to identify the strategies of differentiation than would be accepted as Catholic veneration or practice heretic and problematize the construction of discourses of domination and religious Franciscan mission in Mexico.

**Keywords:** Mexico, Nahuatl Culture, B. Sahagún

A compreensão da formação das sociedades coloniais através dos religiosos na América passa necessariamente pela compreensão dos instrumentos de conquista espiritual e territorial. A análise acerca da trajetória do franciscano Bernardino de Sahagún (1499-1590) e de suas obras tais como o *Historia General de las cosas de la Nueva España* (1545-1588) e *Psamoldia Christiana* (1583), terá como objetivo identificar os recursos utilizados e as interpretações dadas pelo franciscano sobre o processo de evangelização e conquista no México. As estratégias que diferenciavam práticas hereges e devoções católicas, o que foi valorizado por ele, bem como sua localização nas diretrizes da ordem franciscana servirão para perceber como as

diferentes experiências e leituras culturais, dadas por espanhóis ou indígenas, passaram a conviver, se remodelar e ressignificar as práticas culturais que até então possuíam.

Bernardino de Rivera, nasceu em 1499 na província espanhola de Sahagún. Como prática comum, incorporou o nome da cidade de seu nascimento quando em 1520, deslocou-se para Salamanca para estudar na Universidade que, naquele momento, representava um dos centros intelectuais humanistas com maior prestígio no continente europeu, a Universidade de Salamanca.

A Universidade de Salamanca, conhecida como o centro do florescer humanista da Espanha conduziria seus alunos a uma valorização das propriedades linguísticas, os vocabulários, o ensino de arte e filosofia. Segundo Miguel León Portilla<sup>1</sup> a formação na universidade era trilingue sendo as línguas ensinadas o grego, o hebraico e o árabe destacadas dentro de uma perspectiva de resgate à tradição clássica. Antonio Nebrija<sup>2</sup>, um dos mais importantes linguistas, presente em Salamanca em finais do século XV e início do século XVI, defendia a organização de um critério ordenador de palavras, formulando uma das primeiras gramáticas da língua castellana. Neste sentido, Miguel León-Portilla defende que o contato de Sahagún com estas correntes intelectuais refletiu diretamente na ação pedagógica de evangelização do Novo Mundo. É pertinente destacarmos, que sua formação trilingue em Salamaca, pôde ter inspirado o modelo de ensino do Colégio de Santa Cruz de Tlatelolco, onde Sahagún participou diretamente da formação dos métodos pedagógicos, tornado-se professor nesta instituição a partir de 1536. O ensino do latim, do castellano e do náhuatl como os pilares de formação dos alunos, significou a formação de uma elite intelectual na sociedade colonial aos moldes culturais europeus.

A Igreja Católica vivia, no século XVI, uma verdadeira ameaça ao monopólio da fé cristã<sup>3</sup>. O processo instaurado por Martin Lutero questionou uma Igreja que vivia sob a cobrança de indulgências, de comercialização de relíquias e objetos sagrados, além do despreparo do clero e do afastamento entre a instituição e seus fiéis. Neste sentido, os rearranjos de certos princípios e ações tornaram-se essenciais para responder aos questionamentos dos reformadores e para limitar o crescimento das religiões protestantes.

Estas redefinições foram pensadas e debatidas durante o Concílio de Trento, entre 1545 e 1565, a grande preocupação era não permitir que mais territórios Católicos fossem influenciados pelas ideias reformadoras, portanto era preciso combater as heresias sendo elas protestantes ou mouras. Através da reorganização da moral religiosa,

do estabelecimento de seminários e do reconhecimento da necessidade da organização de missões evangelizadoras, o objetivo era conter o crescimento de fiéis não católicos.

No contexto de expansão política e territorial europeia, a conquista da América representaria o fortalecimento do Estado Nacional Espanhol em que a Igreja Católica seria a mais importante instituição do processo. Boxer<sup>4</sup>, define esta dupla ação “Coroa e Fé”, como instrumento crucial do êxito expansionista Ibérico. Embora o Concílio de Trento, não tenha estabelecido diretrizes específicas para a evangelização no Novo Mundo, os religiosos que passavam a adentrar os portos americanos deveriam, teoricamente seguir os preceitos defendidos em Trento. Logo, o combate à heresia foi ressignificada às demandas americanas.

Em 1529, Bernardino de Sahagún chega ao território mexicano. Os seus primeiros anos no Novo Mundo transcorreram em Tlalmanalco – atual município de Tlamanalco de Velásquez no México - (1529-1532), para depois ser guardião (e provavelmente fundador) do convento de Xochimilco – atual município pertencente à Cancún, no México Central-(1535). Em 1536 e por ordem real, o arcebispo do México Juan de Zumárraga fundou o Imperial Colégio da Santa Cruz de Tlatelolco. Desde o começo, o frei franciscano ensinaria latim ali. O Colégio instruía acadêmica e religiosamente os jovens da nobreza indígena conhecidos pelos espanhóis pelo termo *principales* (geralmente indivíduos pertencentes as famílias formadoras, grandes proprietários de terras e comerciantes). Com algumas interrupções, frei Bernardino estaria ligado ao Colégio até a sua morte. Ali formou alunos que logo seriam os seus colaboradores nas pesquisas sobre a língua e a cultura náuatles. Antonio Valeriano de Azcapotzalco, por exemplo, foi o responsável pela organização do primeiro relato em língua náhuatl<sup>5</sup> sobre a aparição no monte Tepeyac de Nossa Senhora de Guadalupe ao indígena recém converso Juan Diego e um dos alunos que participou diretamente no recolhimento das informações para a elaboração do *Historia General de la cosas de la Nueva España*.

O franciscano defendeu novas propostas políticas de evangelização e, como participante direto do processo de conquista no México, acreditava que para que esse empreendimento tivesse êxito, era necessário um profundo conhecimento das práticas e rituais das civilizações astecas. Segundo Todorov, “normalmente o vencido que aprende a língua do vencedor”, contudo, este conhecimento tornou-se válido, uma vez que fosse um aprendizado que pudesse facilitar a dominação e iniciar o processo de ressignificação cultural ameríndio. Esta complexidade percebida a partir do contato

entre as culturas astecas e espanholas tornou o aprendizado da língua um instrumento interessante para o delicado momento social de formação da identidade mexicana. A obra “*Historia General de las cosas de la Nueva España*” produzida por Sahagún entre 1545 e 1565, se propõe a descrever em detalhes a antiga religião asteca com a finalidade de facilitar a expansão do cristianismo e ser destinado aos religiosos católicos no combate às antigas práticas consideradas idolátricas pelos europeus, mesmo após a conversão dos indígenas.

Em meados de 1545, Bernardino de Sahagún profere no prólogo de seu livro que o processo de cristianização dos indígenas não é satisfatório, a medida que elementos referentes as suas práticas anteriores, ainda eram percebidas mesmo nos ritos de devoção católicos ensinados a eles como é visto na seguinte passagem: “Piden al rey les autorice a tomar medidas rigorosas contra la idolatria, pues sí en apariencia los índios han renunciado a ella, siguen de noche y en lo secreto adorando a sus viejos dioses y ofrendiéndoles sacrificios...”.<sup>6</sup>

Sahagún acreditava que os nativos aceitavam a fé Católica, mas paralelamente perpetuavam suas antigas tradições, ou seja, aceitavam o Deus Cristão e não abandonavam suas práticas tidas como pagãs. Neste sentido, podemos compreender estas permanências a partir do fato que as práticas culturais são permeáveis e, segundo Frederick Barth “*um grupo pode adotar os traços culturais de um outro, como a língua e a religião, e contudo continuar a ser percebido e a perceber como distintivo*”.<sup>7</sup>

O intercâmbio cultural entre ameríndios e espanhóis foi marcado por tensões acerca das regras de formação de famílias, os rituais, as leis, a organização social e política. Assim, segundo Serge Gruzinski, os religiosos esperavam uma completa transposição de valores e um total esquecimento por parte dos nativos, das suas antigas práticas, através da catequização.

A prática da idolatria compreendida pelas ordens religiosas na América, significava o conjunto de práticas consideradas heréticas pelas autoridades eclesíásticas. O rituais de adoração, as representações das divindades, as interpretações sobre os deuses e suas respectivas presenças nas imagens, foram identificadas pelos católicos como um elemento que deveria ser combatido sob a justificativa que os indígenas estariam interpretando de forma equivocada os preceitos de devoção e adoração católicos. Segundo, Serge Gruzinski<sup>8</sup> o conceito de idolatria estaria imbuido de significados perjorativos para a Igreja contudo, ele defende que o conceito

representaria uma via alternativa de distintas intepretações entre o imaginário europeu e o imaginário indígena.

A obra *Historia General de las cosas de la Nueva España*, possuía, segundo Sahagún, o objetivo de esclarecer quais eram as possíveis práticas que poderiam confundir os religiosos e esconder as práticas pagãs. Experiências, que sem um conhecimento prévio, “mascarariam” a adoração aos ídolos astecas.

Dividido em doze livros repartidos em quatro volumes e depois disso encadernados em três volumes a estrutura escolhida é o registro feito em colunas. A coluna da direita escrita em espanhol e da esquerda em náhuatl, além de uma terceira coluna contendo um glossário e intervenções de Sahagún. É observada uma ordem hierárquica nos temas abordados estruturados em: Assuntos Divinos, Assuntos Humanos e Assuntos da Natureza e dos Animais. No último livro o tema da Conquista, a partir da visão indígena, também é abordado. No prólogo, Sahagún definiu que os objetivos do recolhimento destas informações deveriam ser a construção de um acervo indígena que serviria como base para a organização de um vocabulário e para o reconhecimento das antigas práticas culturais, à medida que segundo o franciscano, a cristianização estaria sendo feita de maneira superficial. Era necessário conhecer para dominar.

Também conhecido como Códice Florentino, por ter sido preservado na Biblioteca de Florença na Itália, levado pelo chefe da intendência dos franciscanos Rodrigo de Sequera em 1590 se propunha a catalogar todas as informações relativas a dinâmica asteca antes da chegada dos espanhóis. Estas informações começaram a ser adquiridas no Colégio de Santa Cruz de Tlatelolco, que segundo o próprio Sahagún, era um local de intensas trocas culturais. Neste sentido, reuniu informações sobre os rituais, as festas, os deuses e elementos do cotidiano em um compêndio com doze livros contendo a descrição destes elementos. O texto foi composto a partir das informações recolhidas das testemunhas, consideradas mais fidedignas, isto é, indivíduos considerados influentes, como aqueles que ocupavam cargos políticos, grandes comerciantes e chefes religiosos na sociedade asteca conhecidos como os *principales*. Sahagún organizou questionários e registrou o que recolheu em náhuatl, como forma de preservar a fidelidade destas informações<sup>9</sup>.

Sahagún pretendeu reforçar a fidelidade das informações adquiridas através do registro em náhuatl e as traduções feitas por ele em espanhol, contudo em nossa análise deveremos considerar que não necessariamente as informações dariam conta de uma

descrição completa das relações culturais da sociedade asteca. Mesmo o texto sendo registrado em língua náhuatl, tal estratégia não eliminava os filtros culturais presentes nessa múltipla tradução.

Além disso, a estas informações escritas em língua indígena e espanhola também foram acrescentadas ilustrações. É importante perceber que a imagem funcionava como uma espécie de interlocutora entre os dois mundos quando em um contexto de problemas de comunicação entre as duas culturas, ela funcionaria como um instrumento facilitador desta comunicação.

A preocupação sobre a preservação das informações, segundo León-Portilla, poderia estar associada a um reconhecimento de Sahagún sobre a riqueza e a complexidade destes elementos culturais. Assim como a preservação das mitologias gregas e romanas, o mapeamento destas dinâmicas seria importante para lembrá-las como um passado que havia sido superado. O próprio Sahagún, admitiu no prólogo do *História General*, um problema bastante significativo no recolhimento destas informações na medida em que a diretriz inicial das autoridades religiosas era que se eliminassem completamente qualquer elemento que pudesse remeter ao período pré-colombiano.

A destruição de ídolos, de templos e dos chamados códices, seria supostamente a solução para o fim do paganismo nativo. A desestruturação das práticas indígenas seria a norma nos anos iniciais de evangelização. Em 1547, Sahagún inicia discretamente o recolhimento destas informações. Entre 1558/1561 a ida às vilas mais distantes de Tapeapulco e os diálogos com os anciãos são iniciadas para então serem intensificadas entre 1560/1580. Assim, Sahagún defende que para se combater as heresias era preciso o reconhecimento delas. Estabelecendo uma comparação com a relação médico/paciente, Sahagún enxerga as práticas indígenas como enfermidades que deveriam ser curadas pelos religiosos e, portanto, estas “doenças” deveriam ser conhecidas e reconhecidas pelos religiosos como forma mais hábil de combatê-las.

“El médico no puede acertadamente aplicar las medecinas al enfermo sin que primero conozca de qué humor o de qué causa procede la enfermedad. De manera que el buen médico conviene sea docto en el conocimiento de las medecinas y en el de las enfermedades, para aplicar convenientemente a cada enfermedad la medicina contraria. Los predicadores y confesores, médicos son de las ánimas; para curar las enfermedades”<sup>10</sup>

A busca por informações e o registro delas em língua indígena também está presente em outra obra de Sahagún, chamada *de Psamoldia Chistiana y sermonario de los Sanctos del año en lengua mexicana* de 1583. Esta produção nada mais é do que um livro de salmos cristãos. Também dividido em colunas da esquerda em náhuatl e da direita em espanhol este material circulava livremente entre os indígenas como um instrumento de evangelização<sup>11</sup>.

Em seu prólogo, Sahagún estabelece críticas e denuncia aspectos da religião indígena, tais como as ritualizações e os sacrifícios humanos. Dividido em dois volumes intitulados: *Livro da Tristeza* (correspondente ao Antigo Testamento e o surgimento do pecado) e o *Livro das Alegrias* (correspondente ao Novo Testamento, trata de Jesus, Maria e os Santos). A compreensão dos salmos como cânticos de exaltação ao divino era uma estratégia que fazia sentido ao imaginário cultural indígena. Os chamados cânticos mexicanos, perseguidos pelas autoridades religiosas, seriam “substituídos” pelos salmos cristãos. León- Portilla, chama atenção que a adaptação às antigas experiências culturais fizeram parte da necessidade de flexibilização para atingir um objetivo maior: a conquista do território e, claro, do imaginário cultural.

As iniciativas de Sahagún, foram vistas, diversas vezes, como perigosas aos objetivos cristãos católicos. O Concílio de Trento reafirmara a proibição da interpretação da bíblia por leigos bem como, a tradução em língua nacional. Os esforços de Sahagún para o recolhimento e a divulgação destes materiais, tanto para espanhóis quanto para indígenas, o fizeram ser suspeito de contribuir para a proliferação da idolatria no Novo Mundo.

Em 1577, o monarca Felipe II, ordena o recolhimento de todo o material produzido por Bernardino de Sahagún. Segundo, os adversários do frei, suas obras contribuiriam para um maior reforço de resgate das antigas práticas nativas. Assim, Sahagún entregou uma cópia de seu manuscrito ao seu superior, Rodrigo de Sequera, que a conduziu até a Europa, ficando conhecida como *Copia de Sequera* ou *Códice Florentino*, como já mencionamos anteriormente. Toda esta informação rica permaneceu esquecida até o historiador Francisco del Paso y Troncoso publicar o original preservado em Madrid e o de Florença com o título de *História Geral das coisas da Nova Espanha*.

As ações de Sahagún, vistas, muitas vezes, de forma contraditória nos fornecem um ambiente de tensões significativas no Novo Mundo. A necessidade de recolher informações para identificar as práticas indígenas e ao mesmo tempo a interpretação de

outros religiosos e até mesmo do monarca Felipe II, de uma suposta compactuação do frei para com os fingimentos na adoração indígenas demonstram claramente uma falta de unidade entre as ordens e também entre a Igreja e o Estado. Como proceder diante de uma série de manifestações culturais, o que aceitar ou quais critérios de identificação utilizar, faziam parte desta cadeia de tensões em uma sociedade que iniciara seu processo de formação.

Em 1493, os primeiros franciscanos chegaram à Nova Espanha. Em 1523, através das chamadas *Ordenanzas sobre o Descubrimiento* de Felipe II, houve a sistematização da vinda das missões religiosas no Novo Mundo. Em 1526, chegaram os dominicanos e mais tarde, em 1533 os agostinianos. Nesse sentido, Robert Ricard<sup>12</sup>, chama atenção para o fato de que estas ordens religiosas tiveram de adaptar seus estatutos originais para atuarem na América. O processo de evangelização afetou diretamente a ordem, à medida que o ambiente de incertezas e de intercâmbios culturais trouxeram fragilidades às diretrizes iniciais das ordens mendicantes.

A adaptação das estruturas medievais à um meio social não europeu, originou a formação de um entremeado simbólico flexível, interpretado por alguns, como falta de ortodoxia pecaminosa, favorável aos nativos. É importante destacar que esta flexibilidade, variava de ordem para ordem. Contudo, de uma forma geral, o ideal de vida monástica pensado na Idade Média como característica das ordens mendicantes, foram substituídas pelas ações missionárias. A necessidade de uma presença mais significativa e mais atuante para efetivar o controle dos nativos foram marcadas por conflitos entre os franciscanos, entre a ordem e os bispos acerca da presença de elementos indígenas no clero e, sobretudo entre 1570- 1640 o problema da crioulização na formação da identidade mexicana.

Os franciscanos consideravam que a evangelização seria mais eficaz se fosse feita também por padres nativos, sendo talvez o mais importante, não o seu trabalho, como seriam poucos, mas o simples fato de sua existência, seria o maior símbolo de aceitação e assimilação dos elementos culturais dos conquistadores.

Dom Alonso de Montúfar<sup>13</sup>, segundo arcebispo do México, chama atenção em 1556 para a carência de religiosos e a falta de preparo dos que estavam na Nova Espanha prejudicariam a eficácia da cristianização dos povos ameríndios. Destacou também, a falta de uma obediência hierárquica em relação aos regulares. Acusava-os de abrirem monastérios sem o consentimento dos bispos e, em contrapartida os regulares acusavam os seculares de desconhecerem as reais necessidades dos fiéis<sup>14</sup>.



Foi nesse ambiente de caos e incertezas que Bernardino de Sahagún prosseguia com a defesa de conhecer e incorporar as populações indígenas como via facilitadora do êxito de dominação. É interessante destacar que Bernardino de Sahagún não foi o único a interessar-se pela coleta de informações nahuatl. O também franciscano, frei Andrés de Olmos, em 1547, anteriormente à Sahagún, já se preocupava em traduzir a literatura e as práticas mexicanas presentes nos códices. Através dos diálogos com os anciãos e os *principales* nobres astecas, a obra *Arte para aprender la lengua mexicana*, foi o modelo para muitos outros, e para o próprio Sahagún, que se seguiram no Novo Mundo.

Anteriormente, a Sahagún e Olmos, o franciscano Toríbio de Motolín, nas primeiras décadas de 1500, já havia se preocupado em escrever um compilado da língua nativa contendo as principais características culturais dos povos pré-colombianos, chamado de *Historia de los indios de Nueva España*<sup>15</sup>.

Todo este material produzido por franciscanos, transmitiam as interpretações dadas por eles, a partir de seus imaginários, sobre o conjunto complexo de culturas presentes anteriormente no território americano, antes da chegada dos europeus. Mesmo com a presença de tradutores indígenas, estas informações poderiam ser consideradas por elas mesmas, mestiças a medida que os fluxos de informações dadas não necessariamente correspondessem às realidades. O que foi interessante mencionar, o que supostamente não foi dito e as interpretações de Sahagún e suas escolhas sobre o que era de fato *importante* estar no *Historia General de las cosas de la Nueva España* fazem destas obras aos mesmo tempo um referencial de evangelização bem como de flexibilização e atuações indígenas para além do que fora permitido no período colonial.

Por entender o conjunto de ritualizações indígenas, suas cerimônias e honras aos seus antigos deuses, Sahagún conseguiria identificar os elementos “perigosos” para a doutrina católica. Em outras palavras, se, para alguns religiosos, permitir certas práticas garantiria o processo de conquista, para Sahagún, estas práticas poderiam fugir ao controle da Igreja católica às chamadas idolatrias e superstições. As tensões no interior das ordens religiosas bem como entre as autoridades eclesiásticas, geraram uma dificuldade sobre a identificação das “reais” intenções do franciscano para a Igreja naquele momento. O momento fora de incertezas para ambos, sejam eles nativos ou espanhóis, as constantes adaptações necessárias para a sobrevivência.

Portanto, a obra deixada por Bernardino de Sahagún nos traz referências importantíssimas das experiências culturais dos nativos indígenas. A preservação delas não substituiu a perda imensurável dos registros destruídos nos anos iniciais do

processo de conquista. Serge Gruzinski, defende o conceito de *ocidentalização do imaginário*<sup>16</sup> para a compreensão dos objetivos de transposição dos elementos europeus ao conjunto de experiências nativas. Contudo, a necessidade de flexibilização e as diferentes interpretações das experiências culturais, geraram o que Charles Dibble nomeou de *nahuatilização do cristianismo*<sup>17</sup>.

O registro destas obras, e os resultados observados sobre a religiosidade dos povos latino americanos nos remetem a este processo dúbio de interpretações em que dois universos culturais entram em contato gerando novos universos culturais adaptados e, logo ressignificados.

---

\* Mestranda em História Social pelo Programa de Pós- Graduação em História Social (PPGHIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com orientação da Professora Doutora Juliana Beatriz Almeida de Souza. E-mail: danimfraga@yahoo.com.br

<sup>1</sup> LEÓN-PORTILLA, Miguel. *El mundo en que vivió Bernardino de Sahagún España y México*. IN: Revista de Estudios de Cultura Náhuatl (UNAM).

<sup>2</sup> Antonio Nebrija (1414-1522), foi um importante linguísta, autor da primeira gramática castellana e do primeiro dicionário da língua espanhola. Teve sua formação no curso de Humanidades na Universidade de Salamanca com formação em 1463. Dez anos após viria a torna-se docente na mesma instituição, lecionando também na Universidade de Alcalá a partir de 1490.

<sup>3</sup> Ver: Boxer, C.R A *Igreja e a Expansão Ibérica (1440 – 1770)* Lisboa: Edições 70,1989.

<sup>4</sup> Idem 4.

<sup>5</sup> O relato intitulado Nican Mopohua foi o primeiro registro em língua indígena acerca da aparição de Nossa Senhora de Guadalupe marco dos anos iniciais do culto mariano do México, produzido aproximadamente entre 1552 e 1560.

<sup>6</sup> SAHAGÚN, Fray Bernardino de. *Historia General de las cosas de Nueva Españã*. Madrid: Allianza, 1988.p.393.

<sup>7</sup> POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade- seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth*. São Paulo: Editora Unesp.

<sup>8</sup> BERNARD, Carmen E GRUZINSKI, Serge. *De la idolatria: una arqueologia de las ciencias religiosas*. México: Fondo de cultura Económica, 1992

<sup>9</sup> LEÓN-PORTILLA, Miguel. *De la oralidade y los códices a la Historia General; transvase y estructuración de los textos alegados por Fray Bernardino de Sahagún*. Estudios de Cultura Náhuatl. México, p.65-141,1999.

<sup>10</sup> Sahagún, Bernardino. *Historia General de las cosas de Nueva España-* Manuscritos IMP/16, 2,22-23- Biblioteca Nacional- Livro I, Prólogo

<sup>11</sup> LEÓN-PORTILLA , Hernandez de. *Bernardino de Sahagún – Diez estúdios acerca de su obra*. México: Fondo de Cultura Económica,1990.

<sup>12</sup> RICARD, ROBERT. *La conquista espiritual de México*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

<sup>13</sup> Alonso de Montúfar, nascido em Loja, Granada foi o segundo arcebispo do México de 1551 a 1572. Comprometeu-se a reafirmar o trabalho de seu antecessor, o bispo Juan de Zumárraga para o crescimento da Igreja no México.

<sup>14</sup> Idem 10.

<sup>15</sup> LEÓN-PORTILLA, Miguel. *Códices; os antigos livros do Novo Mundo*. Florianópolis: Editora da UFSC,2012.

<sup>16</sup> GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol. Séculos XVI/XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

<sup>17</sup> DIBBLE, Charles. *Los manuscritos de Tlatelolco y México y el Códice Florentino* IN: Revista de Cultura Náhuatl, México: Portal de Revistas Científicas y arbitradas de la UNAM v.24.

Memória e História: a África nos livros de didáticos 10 anos após a Lei 10.639/03.

Diego Dezidério<sup>1</sup>

Danielle Rodrigues Silveira<sup>2</sup>

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Helenice Aparecida Bastos Rocha<sup>3</sup>

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar a memória da história da África presente em uma coleção de livros didáticos produzidos dez anos após a Lei 10.639/03. Partindo do princípio que o livro didático de História pode ser considerado “lugar de memória” uma vez que, intencionalmente ou não, esse tipo de material didático pode produzir uma determinada visão compartilhada sobre a realidade social dentre a geração de estudantes aos quais se destina.

Palavras- Chave: História da África, Livro de Didático, Memória

Abstract: This paper has the objective of analyze the African history memory presents on a collection of didactic book produced ten years after the 10.639/03 law. Assuming that the History's didactic books can be considered “place of memory” since, intentionally or not, this kind of teaching material could produce a certain shared vision on the social reality among the generation of students for whom it is intended.

Key-Words: History of Africa, Didactic Book, Memory

### **A questão da memória presente nos livro didático de história.**

O grande interesse no tema da relação entre memória e história surgiu na cena historiográfica via história das mentalidades coletivas, que atraiu um número imenso de historiadores nas décadas de 1960 e 1970, e hoje se constitui num campo importante tanto de pesquisa empírica, quanto de reflexão teórica no campo do conhecimento histórico.

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós Graduação em História social da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Email: diego.deziderio@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós Graduação em História social da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Email: rs.danni@gmail.com

<sup>3</sup> Professora adjunta do departamento de História da Uerj/Ffp. Membro do ppghs/Uerj/Ffp e coordenadora do ProfHistória. Email: helarocha@gmail.com

A partir da década de 1980, o tema da memória recai, em especial sobre a relação que se estabelece entre as lutas sociais por reconhecimento e as disputas pela gestão da memória nacional. Tais disputas não emergem de embates científicos e historiográficos, ainda que tenham rebatimento no campo acadêmico, mas de demandas coletivas de grupos minoritários ou historicamente silenciados, expressas em diferentes níveis: desde a redefinição de “lugares de memória” da nação, como o calendário de efemeridades, os espaços memoriais e os currículos escolares, até as novas modalidades de normatização e judicialização da memória, passando pela proposição de políticas públicas de reparação simbólica e redistribuição de recursos (Heymann; Arruti, 2012).

Na década de 1980, o historiador francês Pierre Nora criou a expressão lugares de memória<sup>4</sup>. Convencido de que no tempo em que vivemos os países e os grupos sociais sofreram uma profunda mudança na relação que mantinham tradicionalmente com o passado, Pierre Nora acredita que uma das questões significativas da cultura contemporânea situa-se no entrecruzamento entre o respeito ao passado, seja ele real ou imaginário e o sentimento de pertencimento a um dado grupo; entre a consciência coletiva e a preocupação com a individualidade; entre a memória e a identidade.

Sendo assim, Nora apresenta sua categoria de “Lugares de Memória” como resposta a essa necessidade de identificação do indivíduo contemporâneo. É nos grupos “regionais”, ou seja, sexuais, étnicos, comportamentais, de gerações, de gêneros entre outros, que se procura ter acesso a uma memória viva e presente no dia-a-dia. Nora conceituará os lugares de memória como, antes de tudo, um misto de história e memória, pois não há mais como se ter somente memória.

O autor, na sua busca para uma solução possível ao problema de “não se ter memória”, pontua que se não há uma memória espontânea e verdadeira, há, no entanto, a possibilidade de se acessar uma memória reconstituída que nos dê o sentido necessário de identidade. Para Nora: “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais” (NORA, 1993: 13).

---

<sup>4</sup> Os lugares de memória são, primeiramente, lugares em uma tríplice acepção: são lugares materiais onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; são lugares funcionais porque têm ou adquiriram a função de alicerçar memórias coletivas e são lugares simbólicos onde essa memória coletiva – vale dizer, essa identidade - se expressa e se revela. São, portanto, lugares carregados de uma vontade de memória.

Isso faz parte de sua ideia de que os lugares de memória se configuram essencialmente ao serem espaço onde a ritualização de uma memória-história pode ressuscitar a lembrança, tradicional meio de acesso a esta.

Nora afirma que os lugares de memória são espaços criados pelo indivíduo contemporâneo diante da crise dos paradigmas modernos, e que com esses espaços se identificam, se unificam e se reconhecem agentes de seu tempo, isto é, a tão desejada volta dos sujeitos: “a atomização de uma memória geral em memória privada dá à lei da lembrança um intenso poder de coerção interior”. (NORA, 1993: 17-18). Ocorrendo então uma revitalização possível sobre a relação pessoal do indivíduo com o seu próprio passado, transformando toda memória geral em memória privada. A memória passa a estar em todos os lugares, dentro das consciências individuais em decisões solitárias gerando o que o próprio Nora chama de “homens-memória”. Todo objeto passou a ser promovido dentro de um universo extremamente fragmentado. Tudo tornou-se vestígio, indício possível, resto, rastro, suspeito da própria história. A partir de um avanço da oralidade, a popularização das biografias de anônimos, o retorno da narrativa, e os estudos de micro-história, aumentam a importância do ofício do historiador como personagem essencial, impedindo que a história torne-se somente história (vivida ou narrada).

Neste âmbito o ofício daqueles que realizam a transposição do conhecimento histórico para os livros didáticos (e que por sua vez introduzem certas memórias), obedece sobretudo à necessidade vital de preservar e transmitir experiências plurais e únicas, projetando luz sobre a diversidade e a complexidade daquilo que tantas vezes nos é mostrado como uma sucessão de fatos de um sentido interpretativo único e inquestionável. O lembrar/esquecer-se da memória coletiva alimenta uma corrente subterrânea necessária à sobrevivência de diferentes grupos e indivíduos e à reestruturação de identidades, de intencionalidades e valores que nem sempre são dominantes.

As análises das questões aqui apresentadas são fundamentais para se refletir acerca da função da literatura didática de história. Entendemos ser importante indagar se, no momento da produção destes livros, tais questões são levadas em consideração, tal como as funções e os usos da memória e da própria história. De acordo com Nora, os livros didáticos, auxiliam na formação da memória de milhões de jovens, transportando

os da memória coletiva para a memória histórica, depois para a memória pedagógica; tornando-se assim, também lugares de memória (NORA, 1993: 23).

O autor declara que os livros didáticos se configuram como um lugar de memória por ser um elemento não apenas difusor do conhecimento histórico mas, sobretudo, de uma determinada memória. Nesse sentido entendemos a importância do livro didático, no processo de formação da memória histórica, por proporcionar a implicação e evocação de experiências passadas, experiências vividas há muito ou pouco tempo, direta ou indiretamente, podemos rememorar uma história da qual não participamos diretamente, mas que nos foi contada e que assumimos como parte do nosso passado, que são acionadas no tempo presente e nele se expressam, a partir de distintas motivações ou estímulos.

### **Em busca da memória da África na coleção didática "História Sociedade e Cidadania"**

Na intenção de cumprir o objetivo de refletir como a legislação em questão está sendo contemplada nos livros didáticos de História, nos propomos em fazer uma apreciação de dois livros de uma coleção de manuais didáticos utilizados na Rede Pública de Ensino em São Gonçalo no Estado do Rio de Janeiro sob a luz da Lei 10.639/2003. Os dois livros de História são referente às séries finais do Ensino Fundamental<sup>5</sup> da Coleção "História Sociedade e Cidadania", referentes ao 6º e 7º ano, de Alfredo Boulos Júnior, a edição analisada é a de 2014. Partimos do princípio que queríamos observar a ação da Lei nestes manuais, ou seja, como a África foi inserida na História através dos livros didáticos.

No primeiro momento, observamos que o livro do 6º ano trata da história da África na unidade 3 denominada "Vida Urbana: Oriente e África", e é esta a única unidade que é dedicada a história da África, que aparece somente em dois momentos no capítulo 7 e no capítulo 8 do livro.

O capítulo 7 da unidade é intitulado "O Egito Antigo", podemos observar que o autor introduz o tema destacando que o Egito fica no continente africano este ainda

---

<sup>5</sup> De acordo com as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n. 9.394/1996 "Art. 32. O Ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 anos, gratuito na escola pública, iniciando se aos 6 anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão." Ou seja, as séries iniciais formam o Fundamental 1 e as séries finais são o Fundamental 2.

ressalta que muitas vezes o mesmo não é associado a este, destaca também que os egípcios foram a grande civilização negra da antiguidade, porém houveram outras diversas grandes civilizações no continente.

Quem não admira o povo do rio Nilo, das múmias, dos faraós, que escrevia livros de Matemática e construía pirâmides? A maioria dos egípcios antigos eram africanos e tinham a pele negra ou mulata. O que é mais uma prova contra as pessoas racistas que teimam em dizer que “os negros não foram capazes de formar uma grande civilização”. Acontece que o Egito não foi a única grande civilização da África. Existiram muitas outras. (BOULOS, 2012: 121).

O autor inicia os conteúdos neste capítulo com apresentação e discussão sobre o conceito de civilização, logo depois destaca a grande importância dos recursos naturais para a formação da sociedade egípcia.

Os egípcios criaram uma civilização fascinante em meio deserto. Desde 5000 a.C., os habitantes das aldeias próximas do Nilo cultivavam cereais, como trigo, o centeio e a cevada, legumes, frutas, linho e algodão. E isso só foi possível porque souberam aproveitar as cheias do rio Nilo. Anualmente, entre junho e novembro, as chuvas caem, o rio Nilo enche, transborda e umedece a terra. A partir de novembro, as águas baixam, o rio volta ao seu leito, e a terra fica coberta por **húmus**<sup>6</sup>, que favorece a prática da agricultura... (BOULOS, 2012: 122).

No decorrer do capítulo Boulos apresenta de que maneira se formou o império egípcio, a estrutura hierárquica dessa sociedade, a política e religião no Egito antigo e contextualiza a relação existente entre as duas. Explica que o faraó era considerado pelos egípcios, mas que um ser de origem divina, ele era considerado o próprio deus. Ele era governador do império, coordenador das construções de obras públicas, comandante militar e juiz supremo. Boulos apresenta e trabalha de forma satisfatória os conteúdos e o conceito de politeísmo, entretanto apresenta de forma rasa e não discute o conceito de escravidão. “Os escravos eram geralmente, prisioneiros de guerra e faziam os trabalhos mais pesados e perigosos em minas, pedreiras e nas grandes obras públicas.” (Ibidem: 130).

---

<sup>6</sup> As palavras que aparecem em negritos no texto, o autor destaca um box para apresentar o seu significado.

No capítulo 8 denominado de “A Nubia e o Reino de Kush”, o autor dá início ao capítulo evidenciando que a Núbia é o berço da civilização na África, e este é o título do primeiro tópico, e que na antiguidade a Nubia serviu como um importante elo entre os povos da África Central e os do Mediterrâneo, entretanto não explica o porquê da Núbia ter sido o berço da civilização africana e nem o porquê de ela ter sido um elo importante com o mediterrâneo.

Situada na África negra, a Núbia era uma extensa faixa de terra localizada ao sul do Egito, entre a primeira e a sexta catarata do rio Nilo. Na antiguidade, serviu como um importante elo entre os povos da África Central e os do Mediterrâneo. (Ibidem: 145).

Na continuação da exposição dos conteúdos, Boulos dá destaque para a conquista da Kush sobre o Egito por volta de 730 a.c., salientando que a Núbia reinara sobre o Egito durante longo tempo, porém sem entrar nos detalhes deste período. Prosseguindo ele ressalta como funcionava a escolha do rei e em seguida fala do importante papel que a mulher ocupava nesta sociedade, tudo de forma bem rasa.

Os Cuxitas escolhiam seu rei de um modo original. Inicialmente, os líderes das comunidades votavam naquele que consideravam mais preparado para o cargo de rei. Em seguida, lançavam sementes ao chão para perguntar ao deus da cidade se a escolha foi acertada. Em caso de confirmação do deus, realizavam uma festa que terminava com a coroação do novo rei (Ibidem: 147). As mulheres ocupavam posições importantes no reino de Kush. A mãe do rei, por exemplo, recebia o título de senhora de Kush ou **candece**. Quando seu filho se casava, ela adotava a esposa do filho como sua própria filha. Assim, influenciava o governo, tanto através do filho como da nora (Ibidem: 148).

No que diz respeito a exposição dos conteúdos do livro do sexto ano, estes são apresentados de forma positiva de forma que estão buscando expressar uma memória positiva sobre a história e cultura africana. No capítulo 7 sobre o Egito antigo os conteúdos são bem apresentados e os conceitos bem discutidos, entretanto tendesse de levar em consideração a grande produção historiográfica sobre este tema. Já no que diz respeito ao Capítulo 8 sobre a Núbia e o reino de Kush, Boulos se esforça em legitimar o estudo da África, o que não deixa de ser um ponto positivo, porém sua abordagem é muitas vezes simplista e restrita a descrições da sociedade, economia e da formação política do reino deixando muito a desejar.



Quanto a linguagem o livro apresenta textos construídos com palavras simples, frequentemente, traz em seu corpo boxes destacando os vocábulos menos comuns, curiosidades/personalidades, visando facilitar a compreensão do aluno e no que diz respeito às imagens esta são amplamente utilizadas em quase todas as páginas a mais de uma, coloridas e grandes. No livro do 6º ano as imagens são mais “infantilizadas”, sem complexidade. Pode se afirmar certamente no que tange à inserção da história da África no livro do sexto ano a Lei está sendo cumprida.

No livro do 7º ano a questão da história da África e da cultura Afro-brasileira esta presente em duas unidades do livro. Na unidade 1, capítulo 4 que é nomeado “A África negra antes dos europeus: o império do Mali e o reino do Congo” neste capítulo o autor aborda o continente africano antes da chegada dos europeus, conhecido por África negra.

Boulos inicia o capítulo apresentando de maneira breve o império do Mali,

Há poucos documentos escritos sobre o Mali; os vestígios arqueológicos (vasos, potes, panelas, restos de alimentos e de fogueiras) também são reduzidos. Assim, as principais fontes para o conhecimento do Mali são:

- a) as fontes escritas árabes, como os relatos do viajante Ibn Battuta;
- b) as fontes orais africanas (histórias preservadas pelos griots e transmitidas de boca em boca, dos mais velhos para os mais jovens). (Boulos, 2012: 63).

A forma superficial na qual o autor apresenta o conteúdo e faz a descrição das fontes disponíveis demonstra um total desconhecimento da historiografia vigente sobre o tema. Contudo ele separa um boxe abaixo da apresentação onde dá um importante enfoque no que tange a questão da tradição oral e a figura dos griots enquanto guardiões e transmissores da história do continente.

Dando continuidade Boulos descreve a expansão do islã do norte da África para outras regiões do continente e destaca que o reino do Mali adere a religião islâmica. Ressalta ainda que os líderes africanos da época se convertiam ao islamismo a fim de participar do comércio, que era controlado, em grande parte pelos árabes mulçumanos. Em seguida descreve a importância comercial da cidade de Tombuctu, apresenta as características da economia malinesa as formas de governo e administração. Porém quando passa a descrever algumas características gerais dessa civilização eleitas para

estudo, o autor incorre em alguns desacertos. Por exemplo, ao citar a cidade de Tombuctu, Boulos ressalta a importância cultural e comercial da região, mas insere no texto e nos seus comentários conceitos ou termos que só poderiam ser aplicados em outros contextos. É o que acontece quando ele faz referência à Tombuctu como um centro de comércio internacional.

Essa famosa cidade tinha dezenas de milhares de habitantes e uma das maiores universidades do mundo. Era também um grande centro de comércio internacional. Vendiam-se até livros escritos em árabe que abordavam assuntos como Medicina, Geometria, Religião, Poesia e História. (Ibidem: 65)

Podemos perguntar: onde estavam as nações africanas naquele momento, já que partimos da premissa de que o comércio internacional ocorre entre nações. Ao mesmo tempo, era de se esperar que a conversão de parte das populações da área ao islamismo fizesse da leitura do Alcorão e de outros textos em árabe uma prática comum. Por que então o espanto do autor (Vendiam-se até livros...)?

Quando o autor trabalha os conteúdos referentes ao reino do Congo ele é ainda mais sucinto e ocorreram também imprecisões e simplificações, ao descrever a cultura material do Congo.

Assim como os reis europeus, o rei do Congo possuía seu trono, seus súditos e recebia impostos. Estes eram pagos em espécie (sorgo, vinho de palma, metais preciosos, frutas, gado, marfim e peles) e em dinheiro. A moeda do congo era o nzimbu, uma espécie de concha marinha obtida na ilha de Luanda; o rei tinha monopólio sobre sua produção. (Ibidem: 69).

Ao tratar da economia Boulos poderia ter enfatizado a relevância da metalurgia e o circuito comercial que envolvia as atividades econômicas da região, mesmo que não fosse a atividade econômica principal. Porém, ele segue o caminho da simplificação: “A base da economia do Congo era a agricultura e o pastoreio. Os congos cultivavam legumes, verduras, frutas e criavam porcos, bovinos e cabras” (Ibidem: 70).

Alguns deslizes cometidos e a forma resumida na qual trata os conteúdos, demonstram a falta de conhecimento do autor diante do grande suporte que as pesquisas históricas e antropológicas, já se deram sobre os temas abordados por ele. Entretanto apesar das limitações, Boulos tenta caracterizar as sociedades africanas a partir de uma

valorização das diversidades etnoculturais, fugindo assim da forma estereotipada que a África comumente é apresentada.

O segundo momento em que a história da África e a cultura afro-brasileira se faz presente no livro do sétimo ano é na unidade 4, capítulo 15, intitulado “Economia e sociedade colonial açucareira”. Neste o autor faz referência à introdução da mão de obra escravizada de negros africanos no Brasil a parte do processo de colonização portuguesa. O autor aborda os motivos da escravização pelo viés econômico enfatizando a burocratização do comércio, e a habilidade que os negros possuíam com a metalurgia e a agricultura, mas não discorre sobre como se dava a captura dessas populações, nem o tipo de tratamento que era conferido a esses grupos.

Na passagem do século XVI para o XVII, os senhores de engenho passaram a preferir os africanos aos indígenas como mão de obra em razão: a) da alta lucratividade do comércio de africanos pelo Atlântico; do domínio que alguns povos africanos tinham da metalurgia do ferro; da experiência dos africanos na produção de açúcar; dos portugueses já terem empregado africanos nas suas ilhas do Atlântico (Cabo Verde e Açores).

O comércio de africanos pelo Atlântico dava lucro aos comerciantes portugueses e brasileiros e ao governo de Portugal, que cobrava impostos sobre esse comercio. (Ibidem: 280/281).

O tráfico negreiro é apresentado de forma simplificada como se os africanos não tivessem nenhuma participação nesse negócio e a África fosse um verdadeiro “viveiro passivo” (NOVAES, 1978). Nesta interpretação, havia apenas uma ação da Europa sobre a África, determinando uma hierarquização no processo de dominação. Como se os africanos assistissem passivamente os acontecimentos, quando sabemos que a rede do comércio de escravos envolvia também o traficante africano.

Em outro momento Boulos aborda a participação dos escravizados na sociedade colonial.

Grande parte da população era formada por africanos escravizados e seus descendentes. Do trabalho deles despendia o funcionamento da economia colonial: a lavoura, a pecuária, a coleta, a pesca, o transporte de mercadorias etc. Os que trabalhavam carpindo, plantando, colhendo e pescando eram chamados escravos de campo e constituíam 80% dos escravos dos maiores engenhos. Os que trabalhavam na fabricação de açúcar formavam 10% do

total. Os domésticos (a cozinheira, a faxineira, a arrumadeira etc.) e os artesões (o oleiro, o carpinteiro, o ferreiro etc.), juntos, compunham os outros 10%. (Ibidem: 287).

Ao abordar o tema escravidão na sociedade colonial, há simplificação por parte do autor, que enfoca somente no trabalho escravo como uma das bases mantenedora do sistema colonial, e não explora outros aspectos como as formas de resistências e as relações sociais e afetivas construídas na vivência cotidiana.

Apesar das dificuldades enfrentadas por Boulos na exposição conteúdos do livro do sétimo ano o autor demonstra preocupação em articular os conteúdos históricos estudados. O problema está na falta de aproximação com os novos estudos realizados acerca das temáticas e no fato de sintetizar a história africana e da escravidão, como se não houvesse outras realidades a retratar. Contudo os conteúdos são sempre apresentados sempre de forma positiva, fugindo do imaginário construído pela sociedade contemporânea da população brasileira de que a África é somente um reduto de animais selvagens e de um povo miserável e sem história. As páginas dedicadas aos africanos escravizados, não são marcadas apenas pela violência dos castigos aplicados aos escravos ou a rotina do trabalho pesado, fugindo assim do estereótipo sobre a escravidão. Sendo assim é possível afirmar que a construção da memória sobre a história da África e da cultura afro-brasileira, acontece de maneira positiva nos livros didáticos analisados.

Em relação aos textos e imagens deste capítulo, estes são bem utilizados, os textos apresentam uma linguagem de fácil compreensão e as imagens estão sendo trabalhadas como fontes não aparecendo somente como meras ilustrações.

Após essa breve análise descritiva, concluímos primeiramente que o livro didático é um importante instrumento em sala de aula, como também uma fonte histórica essencial para pesquisas no âmbito da História da Educação e da Cultura Escolar. Através deste podemos perceber que quanto ao estudo da África na Educação Básica, houve mudanças quanto às leis, especificamente a Lei 10.639/2003, que torna História da África e Afro brasileira, que vem sendo cumprida a inserção, se constituindo em um passo significativo para uma educação igualitária. Entretanto, ainda existe muito a reivindicar e avaliar quanto ao tipo de informação publicada nestes manuais, se elas

estão acrescentando com o conhecimento e desmistificação a imagem negativa dos povos negros ou cristalizando estereótipos.

Referências Bibliográficas:

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; & DANTAS, Carolina Vianna. “Em torno do passado escravista ações afirmativas e historiadores”. In: ROCHA, Helenice; GONTIJO, R.; MAGALHAES, M. S. (Orgs.). A escrita da história escolar: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2009. v. 01.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. (Orgs.). História do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2007.

ARAUJO, Valdeí Lopes de. “A aula como desafio à experiência da história”. In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís; MONTEIRO, Ana Maria; GONÇALVES, Marcia de Almeida. (orgs.). Qual o valor da história hoje? Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2012. v. 01.

BITTENCOURT, Circe Maria. Livro Didático e conhecimento histórico: uma História do saber escolar. Tese (Doutorado) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1993.

BITTENCOURT, C. M. F. Repensando a noção de tempo histórico no ensino. In: PINSKY, J. (Org.) O ensino de História e a criação do fato. 7.ed. São Paulo: Contexto, 1997.

BITTENCOURT, Circe. Ensino de História: fundamentos e métodos. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CASSIANO, Celia C. F. O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985 – 2007). Tese de doutorado. São Paulo: PUC-SP, 2007.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004

FERRO, Marc. A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação. São Paulo: IBRASA, 1983.

GOMES, Nilma Lino. “A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da lei 10.639/03”. In: MOREIRA, A. F. & CANDAU, V. M. (orgs.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2

HASENBALG, Carlos A. Entre o mito e os fatos e relações raciais no Brasil. Revista de ciências sociais, Rio de Janeiro, V.38, n. 2, 1995.

HEYMANN, Luciana; ARRUTI, José Mauricio. “Memória e reconhecimento: notas sobre as disputas contemporâneas pela gestão da memória na França e no Brasil.”. In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís;

JUNIOR; Alfredo Boulos. *História Sociedade e Cidadania*. São Paulo: FTD, 2013. Volume do sexto ano.

JUNIOR; Alfredo Boulos. História Sociedade e Cidadania. São Paulo: FTD, 2013. Volume do sétimo ano.

MONTEIRO, Ana Maria; GONÇALVES, Marcia de Almeida. (orgs.). Qual o valor da história hoje? Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2012. v. 01.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: Em foco o Programa Nacional do Livro Didático. In: Anais do XXII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS. Caxambu, outubro de 1998.

LIMA, Mônica. “Aprendendo e ensinando história da África no Brasil: desafios e possibilidades”. In: ROCHA, Helenice; GONTIJO, R.; MAGALHAES, M. S. (Orgs.). A escrita da história escolar: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2009. v. 01.

MELO E SOUZA, Marina de. “História da África: um continente de possibilidades”. In: ROCHA, Helenice; GONTIJO, R.; MAGALHAES, M. S. (Orgs.). A escrita da história escolar: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2009. v. 01.

MIRANDA, Sonia Regina e LUCA Tania Regina. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. Revista Brasileira de História, vol. 24, no 48, jul- dez. 2004, p. 123-144

MONTEIRO, Ana Maria. Professores e livros didáticos: narrativas e leituras no ensino de história. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos, REZNIK, Luís & MAGALHÃES, Marcelo de Souza. A história na escola: autores, livros e leituras. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MUNAKATA, Kazumi. Dois manuais de história para professores: histórias de sua produção. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.3, p. 513-529, set./dez. 2004.

NORA, Pierre Between. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. In: Projeto História. Nº 10. São Paulo: PUC, 1993.

OLIVA, Anderson Ribeiro. “A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática”. Estudos Afro – Asiáticos, São Paulo, Vol. 25, nº 3, 2003, p. 421-461

OLIVEIRA, João Batista Araújo e; GUIMARÃES, Sonia Dantas Pinto; BOMÉNY, Helena Maria Bousquet. A Política do Livro Didático. São Paulo: Editora da Unicamp, 1984.

PENTEADO, Heloisa Dupas. Metodologia do Ensino de História e Geografia. 3 ed. São Paulo: CORTEZ, 2010.

ROCHA, Luís Carlos Paixão da. Políticas Afirmativas e Educação: A lei 10.639/03 no contexto das políticas educacionais no Brasil contemporâneo. Dissertação (Mestrado em Educação e Trabalho) – Universidade Federal do Paraná, Faculdade de Educação, Paraná, 2006.

**CULTURA POLÍTICA E NACIONALISMO EM TEMPOS DE GUERRA:  
O JORNAL A *UNIÃO* COMO PROPAGADOR DOS IDEAIS NACIONALISTAS NA  
PARAÍBA DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939-1945)**

Daviana Granjeiro da Silva\*

**RESUMO:**

Este artigo traz reflexões acerca das representações feitas pelo Jornal *A União* no que tange ao estado da Paraíba durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A interventoria de Ruy Carneiro (1940-1945) se constituirá como o período crucial de disseminação das práticas políticas nacionalistas e patrióticas do Estado Novo (1937-1945) e assim, sob o viés da Nova História Política será possível construir uma narrativa acerca de como se delineou a cultura política paraibana sob a conjuntura da guerra.

**Palavras-Chave:** Cultura Política; Segunda Guerra Mundial; Nacionalismo.

**ABSTRACT:**

This article brings reflections about the representations made by the journal *A União*, involving the Paraíba State during the Second World War (1939-1945). The administration of Ruy Carneiro (1940-1945) will be constituted the crucial period of dissemination of the nationalism and patriotic political practices of the Estado Novo (1937-1945), and so, under the studies of New Political History, it will be possible to set up a narrative about how the political culture paraibana delineates itself about the war time.

**Keywords:** Political Culture; Second World War; Nationalism.

**INTRODUÇÃO**

A legitimação de um regime político ocorre com a efervescência de diversos fatores, que vão desde o campo jurídico às práticas simbólicas cotidianas. A consolidação da

---

\* Professora da rede pública estadual da Paraíba; Licenciada em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); cursando especialização em “Fundamentos e Práticas da Educação: práticas interdisciplinares”, pela UEPB e mestranda em História, na linha de pesquisa “Ensino de História e saberes históricos”, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: [davianags@hotmail.com](mailto:davianags@hotmail.com)

República no Brasil se fez mediante “processos de construção de identidade”, envolvendo invenção, divulgação, imposição e adesão de um grupo a determinados valores e ideologias<sup>i</sup>.

Retomando brevemente aos estudos que tratam desse período da história brasileira, é possível perceber um pouco desse processo de legitimação e construção da nacionalidade que se configura após a proclamação da república, em 1889. José Murilo de Carvalho em *A formação das almas* (2010)<sup>ii</sup> apresenta uma importante contribuição acerca desse processo de construção de uma nova identidade para esse novo momento do Brasil, onde os símbolos nacionais foram elementos cruciais para a afirmação do regime republicano no imaginário coletivo. Anteriormente, o autor nos traz um uma proveitosa análise da elite política imperial e o processo de formação do estado nacional em sua obra *A construção da ordem* (2007)<sup>iii</sup>, examinando como se deu a homogeneidade ideológica, através da educação, da ocupação e da carreira, tornando possível às elites brasileiras implementarem determinado tipo de dominação política.

Essa explanação do contexto pré-republicano no Brasil se faz importante para pensarmos as mudanças e permanências da primeira metade do século XX no país, no que se refere às práticas políticas predominantes, sobretudo quando pensamos na clássica divisão entre Primeira República (1889/1930) e Era Vargas (1930/1945). Importante também para percebermos as especificidades locais, como é o caso do estado da Paraíba, analisando como se delinearam práticas de grupos políticos e como elas foram ressignificadas pela população paraibana, através da invenção<sup>iv</sup> de uma tradição<sup>v</sup>.

Este artigo busca focar o período do Estado Novo, devido ao contexto das práticas nacionalistas disseminadas e intensificadas em virtude da Segunda Guerra Mundial (1939/1945)<sup>vi</sup>, pois as pesquisas demonstraram elementos constituintes de uma cultura política predominante voltada para o estado de beligerância, onde os jornais impressos serviram a tal intento, como foi o caso do Jornal *A União*, órgão oficial do governo<sup>vii</sup>. Os ideais nacionalistas faziam parte do projeto político dominante a nível nacional e o estado da Paraíba, à época governada pelo interventor Ruy Carneiro (1940/1945) irá corroborar com tal intento, como será detalhado ao longo do trabalho.

## **ESTADO NOVO E SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: NOVOS RUMOS PARA A POLÍTICA BRASILEIRA**

O governo de Getúlio Vargas que se inicia em 1930 marca um novo contexto político-social brasileiro. Em 1937, ele instaura o Estado Novo (1937/1945)<sup>viii</sup> que caracterizará ainda



mais seu perfil autoritário e centralizador. Desse modo, o país ganha um caráter diferente do período republicano.

Dentro desse contexto, é possível perceber o Estado Novo como um período de características próprias e bem delineadas, onde os aspectos voltados para as práticas patrióticas e nacionalistas disseminadas ao longo do regime ditatorial fazem parte de uma cultura política predominante no período. Por cultura política, pensamos a partir da abordagem de Ângela de Castro Gomes (2005)<sup>ix</sup>, como sendo:

“um conjunto de representações, complexo e heterogêneo”, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos de um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribuí a uma dada realidade social, em determinado momento de tempo<sup>x</sup>.

A autora nos chama a atenção ainda para o fato de que mesmo havendo uma multiplicidade de culturas políticas em dada conjuntura, não impede que uma seja predominante. No caso do Estado Novo, as práticas vigentes no país tinham como finalidade a construção de uma consciência nacional voltadas para o civismo e à exaltação da pátria. A Segunda Guerra Mundial (1939/1945), por sua vez, foi evento potencializador dessa dinâmica, principalmente após a entrada do Brasil no confronto, em agosto de 1942, tendo em vista que seria necessária uma política voltada para o incentivo aos soldados que se preparavam para o combate bélico.

As estratégias de manutenção do poder por parte do presidente Vargas se dá de diversas formas, desde a intensificação de regimes de censura até as alianças com países democráticos. Com isso, tornou-se necessário a forte utilização dos meios de comunicação para a construção da imagem desse governo forte, centralizado e nacionalista. O estado da Paraíba, por sua vez, contava com o interventor Ruy Carneiro (1940/1945), que enfatizava as pretensões do governo nacional por meio de ações públicas e patrióticas recorrentes.

O Jornal *A União*, órgão oficial do governo, se constituiu como fonte essencial para a propagação dessa imagem. Nesse sentido, discursos patrióticos, apelo por apoio da nação e uso dos símbolos nacionais como sinônimo de identidade e unidade foram intensificados nesse período, como as pesquisas nos periódicos nos apontam, caracterizando um panorama político-social paraibano em consonância com os ideais varguistas do período.

Maria Helena Capelato em seu artigo **Estado Novo: o que trouxe de novo?**<sup>xi</sup> afirma:

O advento do Estado Novo, fruto de um golpe de apoiado por militares e pelas forças conservadoras da sociedade, não se originou de um movimento de massas nem se caracterizou pelo aspecto mobilizador, como ocorreu em outros países nesse período. Considerando o povo brasileiro inepto para a participação política (a grande massa de analfabetos servia de reforço para esse argumento),

os ideólogos do poder, que organizaram o Estado pelo alto, tinham a preocupação de conquistar as elites, consideradas peças importantes na construção de um novo país<sup>xii</sup>.

A autora enfatiza as particularidades do Estado Novo, mas deixa claro a sua inspiração europeia: “um traço comum foi a crítica à liberal democracia e a proposta de organização de um Estado forte e autoritário, encarregado de gerar as mudanças consideradas necessárias para promover o progresso dentro da ordem<sup>xiii</sup>”.

Após a concretização do regime ditatorial fazia-se necessária a afirmação desse novo regime. E para tanto, as estratégias usadas foram de forte repressão e controle social que afetaram os rumos do país nos próximos anos. Os estados não mais possuíam autonomia e eram governados por interventores nomeados pelo próprio Getúlio Vargas a fim de que as decisões não saíssem de sua ordem.

Maria Helena Capelato propõe a divisão do Estado Novo em dois momentos cruciais: o período antes de o Brasil entrar na Guerra (1937-1942) e o período de fortes mudanças que se darão após a sua entrada no conflito, em 1942:

Pretende-se mostrar que, nos dois períodos, o Estado Novo definiu-se pelo autoritarismo graças ao intenso controle político, social e cultural e pelo cerceamento das liberdades em muitos planos; houve repressão e violência extrema expressas nos atos de tortura. O período se caracterizou também pelas significativas mudanças promovidas pelo governo. Elas ocorreram em vários níveis: reorganização do Estado, reordenamento da economia, novo direcionamento das esferas pública e privada, nova relação do Estado com a sociedade, do poder com a cultura, das classes sociais com o poder, do líder com as massas<sup>xiv</sup>.

Dentro desse contexto, a tentativa de manutenção da ordem e de afirmação de um país forte e nacionalista vai ser evidenciada nesse período de diversas maneiras: os meios de comunicação foram fortemente afetados (jornais, revistas, rádio), bem como as manifestações artísticas e culturais do período (cinema, teatro, música) agora vigiados, censurados e punidos; a criação do DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda – responsável por divulgar as realizações do governo que vai contribuir para o fortalecimento da imagem de uma política centralizadora, onde tudo passava pela aprovação do presidente; as transformações na política trabalhista como uma estratégia de controle social e da legitimidade da imagem de progresso para o país. E esse cenário será intensificado em virtude do confronto mundial.

## NACIONALISMO EM TEMPOS DE GUERRA

O Nacionalismo é um fenômeno complexo que se configura em tempos, espaços e contextos distintos. Possuindo caráter ideológico, disseminou-se por diversos países e atingiu uma ampla dimensão.

Eric Hobsbawm em **Nações e Nacionalismo desde 1780**<sup>xv</sup> aborda a questão do nacionalismo entrelaçado com o conceito de nação e com abrangência maior do que o caráter meramente geográfico. O autor questiona o caráter conceitual, admitindo a complexidade do termo em vista das ordens políticas, sociais, econômicas e culturais presentes nas relações humanas e que, portanto, interferem na conceituação desse fenômeno.

Para o historiador britânico, o fenômeno do Nacionalismo é uma construção que vai sendo fortalecida em fins do século XVIII e início do século XIX e que as relações políticas, econômicas e sociais são entrelaçadas na construção desse fenômeno<sup>xvi</sup>. Isso implica dizer que cada espaço e cada temporalidade vão absorver de forma particular o sentimento de nacionalismo, e assim também o fará a população de determinada região.

Acerca da efervescência do Nacionalismo nos países latino-americanos, o autor aborda a marginalidade do fenômeno em países fora da Europa:

O maior aglomerado de Estados independentes fora da Europa – as repúblicas latino-americanas – chamavam pouca atenção a não ser nos Estados Unidos, e o nacionalismo nessa área era visto mais como uma piada ruritânia, ou assimilado pelo indigenismo – a redescoberta cultural da validade das civilizações e das culturas indígenas –, até que certos grupos, nas décadas de 30 e 40, surgiram para mostrar simpatia pelo fascismo europeu, o que lhes permitiu ser alvo de atenções posteriores<sup>xvii</sup>.

A partir dessa definição é possível perceber o caráter nacionalista do governo de Getúlio Vargas, voltado para a política de massas, com caráter assistencialista, elaborando estratégias de disseminação de uma imagem positiva onde o seu governo seria voltado para os pobres, não havendo distinção de classes.

O órgão oficial do governo atua no sentido de confirmar essa ideia no imaginário social. Em diversos momentos, apresenta textos aclamando a ideia de que todas as classes estariam unidas em prol da luta pelo destino da nação.

Como já foi abordado anteriormente, diversas foram as estratégias de legitimidade e fortalecimento do regime político Estado Novo, pelo presidente Getúlio Vargas. Dentro desse contexto, as mudanças se faziam na perspectiva de engrandecimento da nação como um país forte e de um governo carismático e justo, onde as massas são beneficiadas.

Em virtude da atmosfera da guerra, o patriotismo, entendido como sentimento de amor pela pátria, foi intensificado com medidas do governo cada vez mais fortes, buscando intensificar os sentimentos de pertencimento, de orgulho pela nação. E em diversas esferas da sociedade medidas foram tomadas nesse sentido. O cotidiano das pessoas mudou. O que era ouvido, sentido, permitido e dito iam ao encontro dessa política de controle. A atmosfera da guerra só veio a acentuar ainda mais as transformações ocorridas.

Por sua vez, o interventor Ruy Carneiro fazia questão de apresentar o estado da Paraíba como sinônimo de vibração e apoio ao governo federal. Mesmo estando no Rio de Janeiro, acompanhava as manifestações populares e escrevia para o Jornal *A União* a fim de registrar sua preocupação, vibração e apoio às causas da nação, como em mensagem proferida no periódico em 18 de agosto de 1942, intitulada **Pode o povo paraibano estar certo de que o governo saberá conduzir os destinos da nacionalidade:**

Acompanho, cheio de entusiasmo, as manifestações patrióticas do povo paraibano, possuído da mais justa revolta ante os inomináveis atentados praticados pelas hordas de nazistas sanguinários, que levam o luto, a miséria e a dor, a todos os lares, sem respeito aos mais comensuráveis direitos dos povos que apenas aspiram desfrutar um regime de paz, sossego e conforto<sup>xviii</sup>.

É notória nas páginas de *A União* a imagem patriótica que se pretendia passar através das matérias e colunas com declaração de apoio e de solidariedade para com os destinos da nação. Em diversos momentos, fica evidenciada essa intencionalidade advinda do meio de comunicação oficial do governo, seja pelas doações de donativos em favor das famílias dos mortos marítimos, seja pelo discurso apelativo em torno do luto das vítimas.

O uso dos símbolos nacionais para intensificar-se o patriotismo do país é ainda mais evidenciado em tempos de Guerra. Em agosto de 1942 foi assinado um decreto-lei que estabelecia o uso da bandeira e a execução do hino nacional:

Haverá nos Estados Maiores das forças armadas federais, na Casa da Moeda, na Escola Nacional de música, nas embaixadas, legações e consulados do Brasil, nos museus históricos oficiais, nos quartéis-generais das Regiões Militares, nos comandos de unidades de terra, mar e ar, capitânicas de portos e alfândegas, e nas prefeituras municipais uma coleção de exemplares padrões de símbolos nacionais a fim de servirem de modelo obrigatório para a respectiva feitura, constituindo um instrumento de confronto para a comprovação dos exemplares destinados à apresentação, procedam ou não da iniciativa particular<sup>xix</sup>.

Para a construção de uma imagem positiva de encorajamento aos pracinhas<sup>xx</sup> brasileiros também foram criados símbolos próprios, característicos da participação na Guerra: os slogans *E a cobra vai fumar* e *Senta a Pua!* marcaram a participação da FEB<sup>xxi</sup> e da FAB,

respectivamente. No campo do simbólico, essas representações constituem marco essencial para a construção patriótica e é possível destacar que esse era o intento do governo, pois se fazia necessária uma política intensiva de ações voltadas para a busca de amor à pátria, tendo em vista que não era creditada ao Brasil a participação bélica no confronto. Sendo assim, uma política nacionalista ainda mais intensa foi sendo estabelecida pelos grupos políticos dominantes.

### **NAS ENTRELINHAS DO JORNAL A UNIÃO: CULTURA POLÍTICA EM FAVOR DA GUERRA**

Em 18 de agosto de 1942 navios brasileiros são afundados no litoral baiano. A notícia vem estampada no Jornal *A União*, causando uma comoção popular e um sentimento de justiça. A população vai às ruas demonstrar a indignação e clamar por justiça e esse momento é externado pelo Jornal como uma prova de patriotismo, sendo narradas detalhadamente as manifestações populares nos dias seguintes ao atentado. É importante atentar para o destaque dado pelo jornal à notícia do torpedeamento: a manchete principal subtende uma ênfase muito maior não explicitada nas páginas seguintes. O que se percebe é a forte entonação para a notícia com o propósito de gerar comoção popular.

Desde ante-ontem aos primeiros momentos da divulgação da dolorosa notícia, formou-se nessa cidade [João Pessoa] um verdadeiro movimento patriótico, de que participaram, todas as classes, vibrantes e cheias de entusiasmo, profligando a selvagem agressão, que fere todos os elementares princípios do direito internacional<sup>xxii</sup>.

O momento de participação popular é comparado à Revolução de 1930, em coluna em *A União*: “A Paraíba está de pé contra a hora do Brasil. Toda a cidade de João Pessoa apresenta um grandioso aspecto comparado aos grandes dias de 30” (p.6) A associação ao movimento de 1930 mostra um discurso voltado para as questões de um fato marcante na história paraibana, no que tange às questões de participação das massas.

Em 22 de agosto de 1942 O Brasil declara guerra ao Eixo e a partir de então os meios de comunicação dão ainda maior ênfase às notícias da Guerra. Se antes o jornal apresentava cotidianamente uma coluna com o panorama da guerra dos principais países beligerantes, agora o Brasil entrava na lista da coluna, sendo acompanhado o desfecho da sua participação efetiva no confronto<sup>xxiii</sup>.

É possível perceber que havia a cogitação de o país entrar no confronto, mesmo antes do atentado em 18 de agosto, pois a partir da análise do dia-a-dia nos jornais, constata-se uma

prévia preparação brasileira, tanto no setor bélico, com o anúncio de treinamentos militar, cursos de soldados, bem como no setor psicológico enaltecendo-se a figura do presidente como responsável e comprometido com o futuro da nação para que dessa forma, a população confiasse e estivesse disposta a lutar por amor à pátria.

As ações do governo serão diversas para dar destaque ao estado de beligerância: discursos patrióticos, exaltação dos símbolos nacionais e manifestações populares eram relatadas diariamente nos periódicos. No período da guerra governava a Paraíba o interventor Ruy Carneiro (1906-1977), que atuou de 1940 a 1945. Seu governo possuiu características bem peculiares, com a imagem de uma política assistencialista e democrática, nunca visto antes pela população paraibana. O interventor era porta-voz do presidente Getúlio Vargas e demonstrava um espírito conciliador singular. Nesse sentido, o Jornal A União apresentou por diversas vezes essa imagem de governante das massas. Acerca disso, a historiadora Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva enfatiza em seu artigo **O Salvador, o realizador e o democrata**<sup>xxiv</sup>: a construção do mito político do interventor Ruy Carneiro (1940-1945):

Ao mesmo tempo em que A União, utilizando-se não apenas do texto escrito, mas também de ampla iconografia constrói a imagem de Ruy Carneiro como a de um homem devotado a sua terra, grande realizador, comprometido com o Estado Novo, bem relacionado na capital da República, amigo pessoal do presidente Vargas, preocupado com as questões sociais e excelente administrador, outra imagem desponta no jornal oficial: a de democrata. A Paraíba viveria então em perfeita paz e bem-estar, traço do espírito humanitário e democrático que caracterizavam Ruy Carneiro<sup>xxv</sup>.

Com esse perfil, o estado da Paraíba se via entre um regime autoritário em contrapartida com fortes marcas da política assistencialista, característica do governo de Ruy Carneiro nesse período.

O Jornal *A União* externa nas suas edições o desenrolar da Guerra, bem como as vibrações do povo paraibano. É possível perceber as movimentações de pessoas ilustres no período, proferindo substancial apoio ao governo. Nesse sentido, não deixaria de ser relatado em coluna no jornal a declaração do intelectual e 1º governante da Paraíba, escolhido pelo presidente Getúlio Vargas, José Américo de Almeida aos Diários Associados:

Há mil formas de servir à Pátria: cada qual com as suas faculdades, principalmente nas situações extremas, quando ela invoca como o mais sagrado dos deveres o concurso efetivo de todos os homens. Da minha parte não faltarei nessa hora decisiva com o sentimento público que me prezo de cultivar, onde ele parecer mais útil, conforme as circunstâncias indicarem<sup>xxvi</sup>.

O discurso fervoroso de José Américo de Almeida serve como exemplo de um homem e intelectual que ama a sua pátria. Este não apenas fala de si, mas sua linguagem parece atingir a todos os compatriotas. Dessa forma, ele enfatiza que é nos momentos extremos como o que o país estava passando que se mostra o sentimento de devir à nação. Seu discurso representa no imaginário social um modelo impulsionador dos ideais nacionalistas, produzindo um bem simbólico, já que:

“Intelectuais seriam profissionais na produção de bens simbólicos, essenciais à legitimação de regimes políticos modernos (cada vez menos afeitos ao uso da força), o que demarcaria um vínculo forte e indissolúvel entre cultura e política, entre história e memória, o que desenha relações, de vários matizes, nada mecânicas nem simplistas entre poder e saber, entre políticos e intelectuais.<sup>xxvii</sup>”

Como abordado até aqui, o jornal *A União* teve forte participação na conjuntura política do período, pois através dele, eram externados os ideais nacionalistas, os modelos patrióticos a serem seguidos e o tipo ideal de nação que se pretendia, dentro da ordem e do progresso. Estabelecidos dentro de uma cultura política fortemente embasada no nacionalismo, os projetos nacionais se delinearam a partir de continuidades e rupturas, construindo um cenário político e social peculiar que demarcou a história do Brasil da segunda metade do século XX.

## CONSIDERAÇÕES

Todos os elementos destacados neste artigo confirmam as reflexões em torno das práticas políticas disseminadas no período em questão, que fazem parte de uma cultura predominante voltada para o contexto da Segunda Guerra Mundial.

Ao mesmo tempo em que buscavam legitimar o regime ditatorial vigente no país, essas práticas reforçavam uma tradição e construíam uma identidade nacional para esse novo cenário republicano, tendo o jornal como elemento catalisador desse processo. E o estado da Paraíba, como nos mostram os estudos, não passou imune a isso. Contribuiu de forma sintomática para esse panorama político-social e mais do que isso, refletiu dentro de suas especificidades, a forma como o governo e o povo foram agentes dessa história.

- 
- <sup>i</sup> GOMES, Ângela de Castro. *José Veríssimo e a educação nacional: história pátria e cultura política republicana*. In: CURY, Cláudia; CORDEIRO, Raimundo Barroso. Jr. Flores, Élio (orgs). *Cultura Histórica e Historiografia: legados e contribuições do século 20*. João Pessoa: Editora Universitária, 2010.
- <sup>ii</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- <sup>iii</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- <sup>iv</sup> HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs). *A invenção das tradições*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006.
- <sup>v</sup> O conceito aqui utilizado de tradição inventada é amparado pelo historiador Eric Hobsbawm (1997), com ênfase em sua discussão sobre as práticas simbólicas através de rituais que vão sendo ressignificados no imaginário social. Mais precisamente, o autor chama a atenção para o fenômeno do nacionalismo como movimento ideológico que torna necessária a invenção de uma continuidade histórica (p.15).
- <sup>vi</sup> Sobre isso ver: HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX – 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- <sup>vii</sup> A fonte principal para esta pesquisa foi o *Jornal A União*. Agosto de 1942/ Julho de 1944.
- <sup>viii</sup> O Estado Novo foi um regime político implantado por Getúlio Vargas, fruto de um Golpe de Estado em novembro de 1937 e durou até outubro de 1945. Marcou um novo momento da Era Vargas, trazendo grandes mudanças para o Brasil, sobretudo no que tange à política centralizadora e autoritarista.
- <sup>ix</sup> GOMES (2010).
- <sup>x</sup> GOMES, 2010, p.31.
- <sup>xi</sup> CAPELATO, Maria Helena. *Estado Novo: o que trouxe de novo?*In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- <sup>xii</sup> CAPELATO, 2007, p.137.
- <sup>xiii</sup> CAPELATO, 2007, p.11
- <sup>xiv</sup> CAPELATO, 2007, p.113.
- <sup>xv</sup> HOBBSAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra; 1998.
- <sup>xvi</sup> O autor britânico defende a ideia do fenômeno do nacionalismo como uma construção a partir da relações de poder e sociais que se configuram em cada contexto. Aborda as formas de afirmação do sentimento de nacionalismo com este antecedendo e formulando a ideia de Nação.
- <sup>xvii</sup> HOBBSAWM, 1990, p.179.
- <sup>xviii</sup> A União, 19 de ago. de 1942, p. 1.
- <sup>xix</sup> A União, 2 de Ago. de 1942, p.4.
- <sup>xx</sup> Forma como ficaram conhecidos os soldados brasileiros que lutaram na II Guerra Mundial.
- <sup>xxi</sup> Para maior detalhamento desse processo, ver obra do historiador Luciano Bastos Meron *Memórias do Front: Relatos de Guerra de Veteranos da FEB* (2009), onde o autor aborda detalhadamente desde a preparação militar brasileira aos seus rendimentos no front na Europa.
- <sup>xxii</sup> A União, 20 de Agosto de 1942, p6.
- <sup>xxiii</sup> Há uma coluna específica que apresenta o panorama da guerra, com notícias breves sobre diversos países envolvidos. A partir do dia 19 de Agosto de 1942, após o atentado sofrido pelo Brasil, o *Jornal A União* apresenta o país em lugar de destaque, ou seja, dentro dessa coluna sobre a guerra.
- <sup>xxiv</sup> SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros . *O salvador, o realizador e o democrata: a construção do mito político do interventor Ruy Carneiro (1940-1945)*. In: Faustino Teatino Cavalcante Neto; Martinho Guedes dos Santos Neto; Paulo Henrique M. de Queiroz Guedes. (Org.). *Cultura e poder Político: historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana..* 1ed. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB, 2012, v. , p. 84-98.
- <sup>xxv</sup> SILVA, 2011, p.193-194.
- <sup>xxvi</sup> A União, 27 de Ago. de 1942, p.6.
- <sup>xxvii</sup> GOMES, 2010. p.148.



## **Biografia e História: o fazer biográfico na pesquisa sobre D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho (1762-1833)**

**Debora Cristina Alexandre Bastos e Monteiro de Carvalho\***

**Resumo:** A biografia esteve em pauta, nas últimas décadas, nos debates historiográficos mesmo após um período de descrédito. Com a renovação da História política ela volta à tona, mas ainda com olhares ressabiados. Escrever uma biografia ainda nos dias atuais se traduz em uma difícil tarefa diante todas as nuances a serem consideradas. A presente comunicação alia as discussões teórico-metodológicas do fazer biográfico à minha pesquisa que tem como foco a vida de Domingos Sousa Coutinho, diplomata português do século XIX.

Palavras-chave: Biografia, História, Domingos Antônio de Sousa Coutinho.

**Abstract:** Biography and History: D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho (1762-1833)

The biography was discussed in recent decades, the historiographical debates even after a period of discredit. With the renovation of the political history its returns, but still distrustful glances. Write a biography yet nowadays translates into a difficult task before all the nuances to consider. This communication combines the theoretical and methodological discussions of the biographical do my research that focuses on the life of Domingos Sousa Coutinho, a Portuguese diplomat of the nineteenth century.

Keywords: Biography, History, Domingos Antônio de Sousa Coutinho.

Diante da leitura sobre as relações internacionais portuguesas em finais do século XVIII e início do XIX, um personagem me chamou atenção: D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho que participou de diversos intentos das relações exteriores em meio ao conturbado período instaurado com as investidas napoleônicas. O período em que esteve em Londres, mais especificamente entre os anos de 1807 a 1810, foi o objeto de minha dissertação cujo foco foi a atuação de D. Domingos na negociação da Convenção Secreta de Londres de 1807, na consequente abertura dos portos brasileiros às nações amigas em 1808, e na negociação e escrita dos tratados de Aliança e Comércio de 1810. O objetivo da pesquisa referente a esta dissertação era demonstrar a participação deste personagem nestes três momentos, visto que ele era um personagem pouco conhecido e que estava sempre à sombra de seu irmão, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Tirá-lo da sombra, esta era a finalidade.

Pouco se sabe sobre D. Domingos, em geral, quando mencionado, o é para demonstrar determinado contexto, sem que se tenha um trabalho específico sobre ele. Ou pelo menos, não se tinha até a finalização da dissertação anteriormente mencionada. Alguns de seus irmãos já

---

\* Aluna do curso de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora sob a orientação do Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata no projeto denominado: Um Homem de Estado no alvorecer da Modernidade: D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho (1762-1833). Bolsista da CAPES. Email: debbyhistoria@yahoo.com.br

foram, e continuam sendo, vale destacar, alvo de diversas pesquisas.<sup>1</sup> O que não ocorre com D. Domingos.

Diante da pesquisa realizada para a dissertação, dos trabalhos realizados sobre seus irmãos, e principalmente, pelo interesse em desvendar mais sobre este personagem tão pouco mencionado, propus-me a pensar em escrever a biografia de D. Domingos. De certa forma, ao pensar em escrever a biografia de D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho, tomei por base a ideia de Andree Mansuy de pensar um personagem em suas múltiplas vertentes trazendo a tona sua vida pública (que aqui seria traduzida por sua participação na diplomacia portuguesa e tendo como foco a sua vida enquanto o que denominei como um Homem de Estado). E por outro lado, a privada que teria como objetivo saber um pouco mais de sua vida antes disso, sua formação acadêmica, seus autores preferidos, sua vida antes da diplomacia. Como inicialmente tratava-se de um projeto de pesquisa para o doutorado, com o tempo, tal projeto tomou algumas nuances para que fosse colocado em prática. Diante disso, repensar o fazer biográfico tornou-se um fator importante no desenvolvimento da pesquisa, visando aliar, dessa forma, os aspectos teórico-metodológicos à pesquisa aqui mencionada.

Segundo Sabina Loriga, a reflexão biográfica durante o século XVIII desenvolveu em duas bases: “além da vida dos santos e dos reis, interessou-se cada vez mais pela e poetas, soldados ou criminosos; e adota um tom mais intimista”.<sup>2</sup> No século XIX que o fazer biográfico se pôs como um ofício. E ainda segundo Sabina, isso se deveu a alguns autores como John Morley, James Parton, Charles-Augustin Sainte-Beuve. No século XX, a tendência era manter a biografia à margem das discussões historiográficas. Na revista dos *Annales* de 1988, os editores chamaram atenção para um período incerto criticando o retorno da narrativa, do acontecimento, do político da biografia. No ano seguinte, tal revista protagonizou uma abertura dando lugar a textos como o escrito por Giovanni Levi intitulado “Usos da biografia”. Aos poucos, essa “sensação de crise foi sendo minimizada e parte do debate incorporado ao antigo modelo macroestrutural da Escola dos *Annales*”<sup>3</sup>, como aponta Adriana Barreto. A preocupação com o uso de biografias ou de trajetórias volta a tona após o processo denominado por René Remond de “Renascimento da História Política”. Neste processo, a história política passou a dialogar com outras disciplinas tais com a ciência política, a sociologia, a literatura passando a ter como objeto de estudo processos eleitorais, partidos políticos, grupos de pressão, opinião pública, mídia e relações internacionais. Diante deste quadro, o que não podemos negar é que a biografia continua no centro dos debates historiográficos.

Algumas questões podem ser consideradas como centrais no que tange ao fazer biográfico. E, neste trabalho, focarei em três. É importante destacar que tais questões não esgotam o assunto, mas neste momento, são elas que mais causam inquietude no desenvolvimento da pesquisa sobre D. Domingos de Sousa Coutinho. A primeira delas é a necessidade que o biógrafo que segue o método historiográfico tem de ter uma questão que norteie a sua pesquisa, tal ponto abarca algumas questões que nos ajudam a pensar na biografia sem a pretensa ilusão de se abarcar toda a vida do biografado. A segunda delas trata-se da relação do biógrafo com as fontes históricas e, por último, a relação entre indivíduo e sociedade.

### **1. A questão: biografia de D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho.**

Como dito anteriormente, a pesquisa aqui apresentada teve inicialmente como foco, a vida de D. Domingos enquanto um homem de Estado no alvorecer da Modernidade. Algumas reflexões, no entanto, são necessárias. A professora Márcia Gonçalves sempre chama atenção para o fato de que a biografia deve ter uma questão. Sobre esta, dois pontos devem ser analisados. O primeiro deles é que de certa forma, o projeto mostrou-se interessado em discutir a vida de Domingos dentro de um rótulo em que já a hipótese era a de que ele havia sido formado para ocupar tal lugar. Este viés denuncia algumas nuances que devem ser pensadas no desenvolvimento da questão para este projeto. A primeira delas é justamente a tentativa de enquadrar o personagem, trazendo, assim, a discussão de que ele exerce de certa forma de uma liberdade que por vezes é esquecida pelo biógrafo. Em seu texto para a Revista do Annales, ao discutir os usos da biografia, Giovanni Levi indaga: “Pode-se escrever a vida de um indivíduo?”<sup>4</sup> Tal questão nos assombra desde a renovação da História Política e a abertura a para biografia. Por trás desta questão, Levi chama a atenção para alguns problemas que por vezes poderiam “se esvaziar em meio a certas simplificações que tomam como pretexto a falta de fontes”<sup>5</sup>. Esta, no entanto, segundo ele, não seria a maior dificuldade a ser superada pelos historiadores que estudam trajetórias e biografias. Já em 1989, Levi apontava que biógrafo deveria ficar atento para que não se caia na ilusão de que os atores históricos obedecem a um modelo de racionalidade anacrônico e limitado. Seguindo uma tradição biográfica estabelecida e a própria retórica de nossa disciplina, contentamo-nos com modelos que associam uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas.<sup>6</sup>

Tal citação ajuda na percepção do que acredito que seja um dos entraves em se empregar a biografia em uma pesquisa: a crença na linearidade da trajetória de vida do homem, acreditando que este segue um sentido único e que não sofre mudanças. A crença na

linearidade traz consigo outra pretensão ilusória, que seria o fato de que seria possível abarcar toda a vida de um indivíduo ao escrever sua biografia, muitas vezes denunciada pela tentativa de se fazer a biografia seguindo uma lógica cronológica e que, em geral, abarca o nascimento, os anos de formação e finalizando com a morte. Bourdieu acredita que a biografia estaria

organizada como uma história que transcorre, segundo uma ordem cronológica que também é uma ordem lógica, desde um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início, mas também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até seu término, que também um objetivo.<sup>7</sup>

, a ordem cronológica não seria a única forma de se escrever uma biografia, existiriam várias outras formas. A historiadora francesa deixa claro que esta é uma das críticas que eles faz ao Bourdieu e aponta:

Basta pensar em Plutarco, que enfatiza mais o caráter e as qualidades morais da personagem do que a sua vida. No início do século XX, o grande biógrafo Lytton Strachey prefere uma narração sintomática, apoiando-se, essencialmente, nos momentos-chave (as conversações, os traumas, as crises econômicas, as separações afetivas). Não existe nenhuma regra formal nesse domínio, nem mesmo no que diz respeito às características individuais. Inúmeros biógrafos exaltam-nas, mas alguns as minoram em proveito das semelhanças, na esperança de representar um tipo médio, ordinário.<sup>8</sup>

Bourdieu se utiliza de uma visão mais sociológica. A biografia seguiria, calcada numa ilusão, em uma linha da vida que teria um início, um meio e um fim. A biografia seria, portanto, um nível de análise social em que biografar significaria mapear o campus. A questão da biografia para Bourdieu seria ir em busca do lugar em que o indivíduo ocuparia neste campus. Ou seja, para ele o indivíduo só contribuiria para uma análise do social.

Acredito que tal discussão nos leva a outro ponto muito comum, atualmente, por vezes, vemos a biografia como sendo um trabalho árduo, e por vezes, estudiosos se valem de *mea culpa*, dizendo que sua pesquisa não se trata de uma biografia, mas sim, de uma trajetória. O conceito de trajetória é muito utilizado como um dos vieses do fazer biográfico. Tal conceito, largamente utilizado pelas ciências sociais, ainda está sendo descortinado pelos historiadores. Sua principal característica estaria no fato de que a trajetória pensaria o indivíduo em suas múltiplas ações, ou seja, dentro destes vieses o biógrafo poderia tratar de alguns destes sem a pretensão de abarcar sua vida na totalidade.

Adriana Barreto se empenhou em pensar o conceito de trajetória e chama atenção para dois pontos chave, o primeiro deles é levar em conta, justamente, a crítica da ilusão biográfica de Bourdieu que apregoa este *cursus* tendo como cerne o nome próprio. Bourdieu acredita que o mundo social busca a identificação da normalidade com a identidade. O nome próprio seria o representante da individualidade frente às análises macro-históricas.<sup>9</sup> A partir dele, pode-se traduzir algumas iniciativas de se fazer uma redução de escala, buscando não apenas analisar uma especificidade, mas também buscando através dela uma noção mais geral.

Segundo Bourdieu o nome próprio constitui o ápice da biografia e da mudança na visão dos historiadores que anteriormente apenas possuíam visões das massas ou de heróis. Sobre o nome próprio, dessa forma ele declara:

Por essa forma inteiramente singular de nomeação que é o nome próprio, institui-se uma identidade social constante e durável, que garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis onde ele intervém como agente, isto é, em todas as suas histórias de vida possíveis. É o nome próprio “Marcel Dassault” com a individualidade biológica da qual ele representa a forma socialmente instituída, que assegura a constância através do tempo e a unidade através dos espaços sociais dos diferentes agentes sociais que são a manifestação dessa individualidade nos diferentes campos(...)<sup>10</sup>.

Diferentemente da posição abordada por Bourdieu sobre o nome, o historiador italiano Carlo Ginzburg juntamente com Carlo Poni propuseram usá-lo enquanto um fio condutor onde o indivíduo não é apenas uma oposição a sociedade, mas também, um “resultado da ação de indivíduos em suas relações com outros indivíduos”<sup>11</sup>. Uma metodologia de pesquisa que tem sido realizada na história social é o que eles tratam no texto “o nome e o como” propondo a micro história como forma de apreender a complexidade dos fenômenos<sup>12</sup>. Diante das formas de pensar a utilização das trajetórias no fazer biográfico é importante destacar que

O estudo da trajetória do moleiro Menocchio, ou de outras trajetórias de vida, só pode ganhar legitimidade se há uma flexibilização das próprias regras de organização do discurso histórico. É preciso abdicar da ideia concebida por Braudel da história como um grande mosaico. A sedutora fantasia de uma história total, gradativamente erguida pelo esforço conjunto de vários historiadores, não comporta casos que não estejam incluídos em sistemas explicativos. Para os partidários desse modelo de história, eles são anedotários, com baixo valor analítico. Daí a importância da história da arte e etnografia. As biografias só podem ser reconhecidas como lugar de articulação de uma escrita da história se esta é pensada como significação e re-significação do passado. Ou seja, como uma obra aberta.<sup>13</sup>

Diante do que foi dito até aqui, podemos perceber que a questão da biografia pode ajustar a esse discurso da trajetória. Através dela é possível pesquisar alguns dos vieses do biografado sem que, contudo, seja necessário abarcar toda sua vida. Um indivíduo pode conter vários, e por que não estudar foca a pesquisa em um desses. No caso da minha pesquisa, acredito que seja interessante repensar a questão de vê-lo como um Homem de Estado por alguns motivos, o primeiro deles, já mencionado anteriormente trata-se do fato de pensar o Domingos, sem enquadrá-lo. Enquadrá-lo nos levaria a uma tentativa de pensá-lo enquanto representativo de um meio. E por que não pensá-lo por si. D. Domingos era um Sousa Coutinho, formado em Leis pela Universidade de Coimbra, que atuou como diplomata para a coroa portuguesa. Aí estão alguns dados sobre Domingos. Dados estes que apontam principalmente para a sua carreira na diplomacia. Neste interim, a questão biográfica seria: quem era o diplomata D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho e como se deu sua atuação na política externa portuguesa nas primeiras décadas do século XIX? Para responder a esta questão, algumas fontes foram arroladas e sua maioria tratam-se de correspondências oficiais,

algumas confidenciais e de quadros políticos que tentavam passar para a corte os principais acontecimentos das investidas de Napoleão Bonaparte na Europa. Tais quadros políticos começaram a ser produzidos no ano de 1810.

## 2. A biografia e a relação com as fontes

A pesquisa que tem como foco a vida do diplomata português D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho tem como principais fontes, suas correspondências em sua maioria oficiais, algumas com conteúdo confidencial, seus quadros políticos que integram o mote das correspondências. Diante da necessidade de contrabalancear as fontes contamos ainda com alguns de seus escritos tal como o Resposta Pública a denúncia secreta<sup>14</sup> e seus artigos em dois jornais o Correio Braziliense e O Investigador Português em Inglaterra.

Como apontado a preocupação com o uso de biografias ou de trajetórias nasceu do processo denominado “Renascimento da História Política”.<sup>15</sup> Neste processo, a história política passou a dialogar com outras disciplinas. Esta renovação de estudos acerca da História Política também pôde ser percebida no Brasil. Tendo como destaque a historiadora Ângela de Castro Gomes que chamou atenção para a utilização das correspondências enquanto fonte. Segundo a autora, tornou-se cada vez maior “o interesse dos leitores por um certo gênero de escritos – uma escrita de si -, que abarca diários, correspondências, biografias e autobiografias (...)”, privilegiando, assim, uma memória individual.<sup>16</sup> Tais práticas nos ajudam a ver como a trajetória de um indivíduo tem um caminho que se altera ao longo do tempo.

Através da escrita de si, utilizando-se de correspondências, diários, enquanto fontes historiográficas pode-se ter uma noção da trajetória de um indivíduo. Segundo Rebeca Gontijo, a correspondência denota um lugar de subjetividade e de sociabilidade “pois ela permite a construção e a transmissão de uma espécie de clima emocional, que possibilita aproximações e afastamentos entre os missivistas. Por meio dela, eles podem estabelecer relações sociais, revelando a multiplicidade de interesses e de negociações postas em prática em momentos e situações específicas”.<sup>17</sup>

As correspondências são um lugar da sociabilidade já que ela corresponderia ao que Gontijo chamou de “ato de presença”. Tal autora destaca o valor das correspondências privadas, no entanto, ao trazer o “jogo interativo” das correspondências em “que impõe a exigência recíproca de receber, ler, responder e guardar cartas”, de modo a manter a correspondência e a relação”<sup>18</sup>. Podemos perceber que este ato também é oportuno para as correspondências oficiais. Outro ponto a ser considerado na utilização de correspondências tanto privadas como oficiais é fato de que elas possuem uma linguagem retórica específica.

Como dito anteriormente, as principais fontes para o desenvolvimento desta pesquisa são em sua maioria correspondências. No Arquivo Nacional no Rio de Janeiro é possível ter acesso às seguintes coleções: Negócios de Portugal, Gabinete de D. João VI, Independência do Brasil: acontecimentos precursores e Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro é possível encontrar no setor de manuscritos diversas cartas trocadas entre os membros da Família Sousa Coutinho na Coleção de Linhares, é possível microfilmar o que for de interesse do pesquisador. Outra coleção importante trata-se da Coleção Portugal que também pode ser encontrada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro que possui todo o seu acervo compilado e organizado em um Inventário Analítico.

No Arquivo histórico do Itamaraty é possível ter acesso às seguintes coleções: D. João VI: Documentos autógrafos, assuntos estrangeiros, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Correspondências de Estrangeiros. (AHIRJ) A maior parte desses documentos foi fotografada pela proponente que teve o trabalho de sistematizar tais fontes por período.

Ainda na biblioteca Nacional é possível encontrar cópias digitalizadas dos principais periódicos brasileiros, dentre os quais se encontram os 175 fascículos do *Correio Braziliense* (1808-1822). E, ainda, no setor de periódicos raros desta mesma biblioteca encontram-se os 92 fascículos do *Investigador Português em Inglaterra* (1811-1819). Assim como *O Campeão português* (1819- 1821). Podendo ser utilizados também outros periódicos do período de acordo com a necessidade e andamento da pesquisa. O texto de D. Domingos também pode ser encontrado no setor de obras gerais Biblioteca Nacional.No Instituto Histórico Geográfico Brasileiro se encontram correspondências trocadas entre D. Domingos e o Lord Strangford, embaixador britânico (IHBG).

O importante a ser destacado aqui é que as fontes utilizadas nesta pesquisa foram escritas por Domingos em um determinado momento e que elas foram produzidas para um correspondente, o que denota todo um cuidado na escrita e na retórica. Domingos foi um homem que possuía pelo menos dois pseudônimos; Jacob Methes e R. da C. Gouvea. Por trás da máscara dos pseudônimos Domingos poderia ter uma maior liberdade na escrita.

### **3. A biografia e a Relação Indivíduo - Sociedade.**

A relação indivíduo *versus* sociedade já foi suscitada algumas vezes ao longo deste artigo, a começar pela visão mais social de Pierre Bourdieu em seu texto sobre a ilusão biográfica. Se no século XIX a relação indivíduo sociedade já se configurava como nos mostra Sabina Loriga, nos dias atuais ela ainda é uma questão a ser considerada e longe de ser totalmente resolvida, por isso, é tão passível de discussão.

Com a crise dos modelos marxistas e estruturalistas a noção de indivíduo voltou à tona.

Não se tem como negar que a biografia e com ela o indivíduo voltam à discussão após uma história preponderantemente coletiva. Sabina vai ao século XIX em que busca a compreensão dicotômica, utilizando para isso a expressão utilizada por Norbert Elias em se que opõe o indivíduo à sociedade.<sup>19</sup> Não à toa a historiadora francesa traz à tona a tese de Johann Gustav Droysen, historiador alemão, que em 1863 disse: “se chamamos A o gênio individual, a saber, tudo o que um homem é, possui e faz então este A é formado por a + x, de seu país, de seu povo, de sua época, etc., e em que x representa sua contribuição pessoal, a obra de sua livre vontade”.<sup>20</sup> Ainda segundo Sabina o x mesmo que minúsculo é o responsável pela movimentação da história, e por isso, é primordial.

Levando em consideração mais uma vez uma análise sociológica, podemos apontar a visão de Daniel Cefai. Segundo Cefai, o micro representado pelo próprio ator e o macro pelo contexto o qual ele pertence são indissociáveis, e que, se, pensados separadamente não fazem sentido. Ainda segundo ele, é possível pensar o micro, não apenas como uma redução de escala, e que é plausível fazer o estudo sobre este indivíduo. Tal estudo, ajuda na compreensão de como os atores se relacionam, colaboram, expressam ou solucionam seus problemas. O indivíduo, nessa perspectiva não deve, contudo, ser isolado. É um estudo do micro, que permite perceber o ambiente em que o ator esteve envolvido, mas que, ao mesmo tempo, nos dá uma noção estrutural.<sup>21</sup>

Nesta mesma perspectiva, as relações entre grupos e posicionamentos individuais leva ao que Serge Bernstein aponta ao debater a multiplicidade de perspectivas, pois, “estas estão sempre em contato uma com as outras, relacionando-se dialeticamente, enriquecendo-se mutuamente, muitas vezes de maneiras conflituosa, adaptando-se à conjuntura e definindo a identidade do indivíduo e da sociedade em que se insere”.<sup>22</sup>

Diante desta discussão é importante para esta pesquisa pensarmos o conceito de cultura política. Segundo Serge Bernstein, o conceito de Cultura Política pode adaptar-se a complexidade dos comportamentos, rompendo ainda com a ideia de Cultura Política no singular, levando em consideração as várias componentes que a cercam e que estão em constante confluência. Se olharmos por esse âmbito, percebemos que os valores apreendidos pelo ator, não são estáticos e se modificam de tempos em tempos. Além disso, é importante ter em mente a preocupação com a teleologia. D. Domingos, por exemplo, foi um filho segundo que apesar de celibatário, não seguiu a carreira eclesiástica muito embora ele e seu pai, D. Francisco Inocência, tenham tentado. Se olharmos pelo âmbito do Antigo Regime este



deveria ter sido seu destino. Mas não foi. Assim como D. João não havia nascido para assumir a Coroa Portuguesa.

D. Domingos era um ator social, na concepção trazida pelo antropólogo Fredrik Barth. O antropólogo trabalha com noções como: as de incertezas, incoerências, espaço dos possíveis. Para ele, a sociedade é formada por sistemas sociais que são fragmentados por incoerências, diferente de uma abordagem integrada e regida por normas coerentes. Leva-se em consideração, portanto, que as reações dos indivíduos não são homogêneas. Para Barth, o comportamento social não resulta de uma obediência mecânica a um sistema de normas; se a sociedade é fragmentada, os indivíduos se envolvem de maneiras diversas, e não de forma mecânica e sistematizada e privilegia como unidade de observação a interação entre as pessoas. Busca-se, portanto, assumir uma posição em que o trabalho inscreva D. Domingos em um jogo de “forças reticulares”, enfatizando os vínculos sociais os quais ele esteve inscrito.<sup>23</sup>

Desta forma, as ações de D. Domingos são resultados das escolhas e das estratégias que ele segue, de acordo com os recursos que possuía. Portanto, se as escolhas dependem dos recursos, juntamente com esses processos, surgem as incertezas e imprevisibilidades. Nas palavras do antropólogo, “o conceito de escolha não pode passar despercebido, o problema central se torna quais são os constrangimentos e incentivos que canalizam as escolhas dos indivíduos.”<sup>24</sup> Barth deseja explorar até que ponto podem ser explicados os padrões de forma social se assumirmos que eles são resultados de várias escolhas e decisões.

Se por um lado, eles são a menor escala capaz de fazer suas próprias escolhas e/ou traçar suas estratégias, de acordo com suas incertezas, limites e recursos.<sup>25</sup> Por outro, estes atores sociais são um ponto de encontro. D. Domingos é um ator social, agente de ações sociais que é possuidor de diversas relações sociais.<sup>26</sup> Nasce, dessa maneira, a noção de rede que é um conjunto de ligações entre diferentes indivíduos em uma sociedade. A relação de D. Domingos com outros atores sociais faz com que cada um destes se tornem um ponto de encontro dentro das relações. Tais relações são as mais diversas, que tem seu início já dentro da estrutura familiar, que no Antigo Regime, se traduzia pela casa. Além dessa, pode-se ter uma infinidade de relações que estão em confluência.

### **Concluindo...**

Neste ensaio, resolvi colocar algumas questões que me foram levantadas no neste primeiro ano de doutorado. A principal delas está atrelada à questão da biografia de D. Domingos, já que isso ditará todo o andamento da pesquisa. Acredito que o exercício de repensar o projeto seja muito proveitoso ainda mais quando passamos a ter um maior suporte

teórico-metodológico pra isso. O que se pode perceber é que a questão biográfica, as fontes e a relação indivíduo sociedade não esgotam as discussões sobre o fazer biográfico. Muitas outras são suscitadas a quem se aventura a este gênero, tal como sua relação com a narrativa, por exemplo. No entanto, a difícil tarefa de se escrever uma biografia, ou mesmo uma trajetória, nos exige tais discussões. Principalmente quando se trata de uma biografia histórica.

---

<sup>1</sup> Podemos destacar o estudo realizado sobre D. Francisco Maurício de Sousa Coutinho, escrito por Luiz de Mello Vaz de São Payo (PAYO, 1994) e a historiadora Márcia Motta. O outro irmão que mais recebeu atenção tanto da historiografia portuguesa e brasileira, D. Rodrigo de Sousa Coutinho foi e ainda é o foco de diversos estudos.

<sup>2</sup> LORIGA, Sabina. **O pequeno X: da biografia à História**. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2011

<sup>3</sup> Idem

<sup>4</sup> LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína (org). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

<sup>5</sup> Idem. P. 169.

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína (org). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. P.184

<sup>8</sup> SOUZA, Adriana B. & LOPES, Fábio Henrique. Entrevista com Sabina Loriga: a biografia como problema. In: Revista **História da Historiografia**. Ouro Preto, número 9. 2012. P.32

<sup>9</sup> BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína (org). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. P. 186.

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> AVELAR, Alexandre de Sá. Figurações da Escrita Biográfica. In: **ArtCultura**, Uberlândia, v. 13, n. 22, p. 137-155, jan.-jun. 2011. P. 166

<sup>12</sup> GINZBURG, C. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. In: C. GINZBURG; E. CASTELNUOVO e C. PONI (orgs.), **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro /Lisboa, Bertrand Brasil /Difel, 1991, p. 169-178.

<sup>13</sup> SOUZA, A. B. Biografia e escrita da história: reflexões preliminares sobre relações sociais e de poder. In: **Revista Universidade Rural**. Série Ciências Humanas, Seropédica, RJ: EDUR, v. 29, n 1, p. 27-36, jan-jul, 2007. P.30

<sup>14</sup> GOUVEIA, R. da C. **Resposta pública a denúncia secreta que tem por título “Representação que sua Magestade fez Antônio de Araujo de Azevedo em 1810”**, Londres, 1820. Biblioteca Nacional.

<sup>15</sup> REMOND, René. (org) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV.

<sup>16</sup> GOMES, Ângela de Castro (org). **A escrita de si e a escrita da História**, Rio de Janeiro, FGV, 2004. P.20

<sup>17</sup> Idem. P. 266

<sup>18</sup> Idem. P. 267

<sup>19</sup> Tal oposição, segundo Giovanni Levi foi definida por Pierre Bourdieu como sendo um “absurdo científico”. Cf: LEVI, Giovanni. **Usos da biografia...** p. 168.

<sup>20</sup> Loriga, 2011. P. 14

<sup>21</sup> Cf.: CEFAI. *Expérience, culture et politique*. In: **Cultures politiques**. Paris: PUF, 2001.

<sup>22</sup> DELGADO, Márcio de Paiva. **Carlos Lacerda, Juscelino Kubistchek, João Goulart e a Frente Ampla de Oposição ao Regime Militar (1966-1968)**. Disponível em:

[http://veredasdahistoria.kea.kinghost.net/edicao4/Art.05\\_Carlos\\_Lacerda\\_revisado.pdf](http://veredasdahistoria.kea.kinghost.net/edicao4/Art.05_Carlos_Lacerda_revisado.pdf)

<sup>23</sup> SOUZA, Adriana Barreto. Entre o mito e o homem Caxias e a construção de uma heroicidade moderna. In: **Revista Locus**. Editora Ufff. V. 7, n 1, Juiz de Fora, 2001, p. 93-106.

<sup>24</sup> BARTH, Fredrik. **Process and form in social life**. Vol.1, London: Routledge & Kegan Paul, 1981. P. 31.

<sup>25</sup> BARTH, Fredrik. **Process and form in social life**. Vol.1, London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

<sup>26</sup> BARTH, Fredrik. **O Guru, o iniciador e outras variações**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

## O mundo do samba – imaginário e representação

Denise Adôrno de Britto Guimarães – denisebritto01@gmail.com

(mestranda no Programa de História Social da UFRJ)

Orientadora.: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andrea Casa Nova Maia

Resumo: Elevado a símbolo da Nação no primeiro governo Vargas, o samba neste período teve como tema diversos aspectos da questão nacional. A partir de considerações teóricas referentes à formação do imaginário social de Cornelius Castoriadis, Benedict Anderson e Eric Hobsbawn e tendo como fonte sambas de 1930 a 1945, este trabalho analisa as representações que o samba fazia do próprio samba em relação à construção discursiva da identificação nacional buscando compreender o que o samba já nacionalizado dizia sobre si mesmo.

Palavras-chave: Samba, Identidade Nacional, Getúlio Vargas

Abstract: Raised as a symbol of the nation in first Vargas's government, the samba in this period had as a subject several aspects of the national issues. Starting from the theoretical considerations about the formation of the social imaginary of Cornelius Castoriadis, Benedict Anderson and Eric Hobsbawn and having as a reference sambas from 1930 to 1945, this study aims to analyze the representations that the samba did of its own samba related to the discursive construction of the national identity trying to comprehend what the samba already nationalized said about itself.

Keywords: Samba, National Identity, Getúlio Vargas

O processo de elevação do samba a gênero musical nacional se deu em um cenário de construção da nacionalidade brasileira no primeiro governo Vargas, cujo debate remonta a meados do século XIX. Para os autores Hermano Vianna<sup>i</sup> e Marcos Napolitano<sup>ii</sup> a nacionalização do samba se deu pela confluência de diversos fatores que, naquele momento, faziam do samba o melhor representante para a cultura popular urbana que se pretendia identificada com a Nação.

Expressão musical nascida na cidade do Rio de Janeiro em meio a uma população racialmente identificada como negra ou mestiça, pobre e marginalizada, já nos anos de 1930 o samba começava a descer os morros, sair das periferias e adentrar a cidade, chegando aos salões do Palácio do Catete. No momento em que o debate racial escolhia o mestiço como o verdadeiro “tipo brasileiro”, as manifestações culturais que eram relacionadas a esse mestiço passaram a identificar o brasileiro (ORTIZ, 1985)<sup>iii</sup>.

Para além dos interesses do Estado de se apropriar do samba e torná-lo cultura nacional havia também o interesse dos próprios sambistas de se inserirem no mercado de cultura popular e de fixarem as canções que até então se perdiam. Ao próprio mercado de música que, nesse momento, começava a se instalar na cidade do Rio de Janeiro interessava buscar artistas locais, cujo custo de produção era baixo, para formarem os *castings* tanto das gravadoras quanto das rádios. É deste modo que na década de 1930 intelectuais, Estado, músicos e mercado participaram do processo que tornou o samba a música brasileira por excelência.

A invenção da Nação brasileira a partir da construção histórico-narrativa do “mestiço” atrelado à ideia de modernidade, civilidade e trabalho deixava um espaço viável e ritualístico para o samba como cultura nacional. A Nação não estava dada, sua legitimidade e tradição estavam sendo forjadas naquele momento<sup>iv</sup> tendo como forte influência a nova abordagem de raça e cultura de Gilberto Freyre em *Casa-Grande e Senzala*<sup>v</sup>.

Este trabalho, uma reflexão ainda em desenvolvimento, parte das considerações de Benedict Anderson<sup>vi</sup> e Eric Hobsbawn<sup>vii</sup> sobre a construção narrativa do nacional em características compartilhadas por um povo que se imagina igual e conectado à mesma relação de espaço e tempo, mas também das ponderações de Cornelius Castoriadis<sup>viii</sup> sobre a dimensão imaginária das formações e instituições sociais, atentando para a importância do *fazer ser*, da instituição dos grupos sociais pela própria delimitação e atribuição de significações a si mesmo.

### **O que o samba de 1930 a 1945 dizia sobre si mesmo?**

Como parte do projeto de pesquisa “Em *terra de samba e pandeiro*: representações da Nação brasileira em canções populares de 1930 a 1945”<sup>ix</sup> está a escuta exhaustiva e a análise textual, sonora e performática de sambas do período. Durante este processo uma das principais características encontradas nas canções analisadas foi a recorrência do samba tematizado e o discurso ou a identificação que ele criava sobre si: o samba sempre se representa como a felicidade, o bem maior, o único prazer do sambista ou até mesmo do “povo brasileiro”.

Em 1933 Bide (Alcebíades Barcelos) e Valfrido Silva lançaram na voz de Carlos Galhardo *Se o samba morrer*<sup>x</sup> em que além da qualificação do samba como fonte de prazer ele já se mostra como representação do nacional.

Se o samba morrer, meu Deus  
Meu Deus, sei que vou sofrer  
As cabrochas vão se lastimar  
A cidade em peso vai chorar  
[se tal coisa acontecer]

Vai chorar Estácio, Mangueira e Rio Comprido  
O Brasil inteiro vai ficar sentido  
Meu coração vai sofrer noite e dia  
Sem samba eu não tenho alegria

“Razão de viver” é uma das representações encontradas em diversos exemplos, como na composição de 1943 de Heitor dos Prazeres, *Não há*<sup>xi</sup>: “Eu hei de sambar enquanto vida eu tiver / o samba é o meu prazer / Eu não deixarei, haja o que houver”. Em *Cuíca, pandeiro e tamborim*<sup>xii</sup> Custódio Mesquita chega a indagar “O samba é meu amor, o samba é minha alegria / E se não existisse o samba como é que eu viveria?”.

O samba, tão importante para aqueles que o viviam, era visto também como aquilo que cura tanto os males físicos quanto as dores da alma. *Minha embaixada chegou*<sup>xiii</sup>, composição de Assis Valente em 1934 fala dos doutores da favela onde “O professor se chama bamba / Medicina é na macumba / Cirurgia lá é samba”. Um ano antes, em *Sapateia no chão*<sup>xiv</sup>, ele já dizia que

A Dona Sociedade foi pedir a Pai-de-Santo  
Um remédio que livrasse sua gente dos quebranto  
E Pai João lhe receitou um despacho de folia  
Obrigando todo mundo a batucar de noite e dia

O processo de nacionalização do samba era percebido e tematizado nas canções. Embora certo samba ainda fosse marginalizado e perseguido pela força policial – aquele que ainda permanecia nos morros ou estava associado à vadiagem e à criminalidade – mesmo os artistas de música popular que não estavam no *casting* das rádios ou gravadoras tinham consciência do alcance do samba.

Em *Isso não se atura*<sup>xv</sup>, Carmen Miranda canta que os sambistas já consagrados e benquistos pelo Estado representados aqui pelos frequentadores do Café Nice, não recebiam o mesmo tratamento da polícia que os demais, mas embora em seu reduto fossem perseguidos, tinham reconhecimento artístico até mesmo internacional:

O sambista do café  
Ai, eu não quero falar mal  
Só se lembra da morena  
Quando chega o carnaval  
Diz que o samba cá do morro  
Já nasceu de pé-quebrado  
Mesmo assim nosso capenga  
Corre o mundo e é cantado  
Batucada na avenida  
A polícia não consente  
Aparece o tintureiro [camburão, viatura]  
E ‘seu’ guarda leva a gente

Tematizando o processo de nacionalização do samba em 1936, Assis Valente lança *Cansado de sambar*<sup>xvi</sup>. Embora o título sugira algum tipo de afastamento do samba, o sambista pergunta ao coração se ele quer descansar “e ele disse que não, que não queria”. Nacionalização do samba e exaltação do gênero como maior prazer aparecem juntos nesta

canção: “Eu nasci na Praça Onze, dou a vida pra sambar / Já sambei lá na Favela, Salgueiro e Portela, Estácio de Sá / Vou sambar lá no Catete pro seu presidente me condecorar”.

Mário Lago e Custódio Mesquita compositores brancos e de classe média, sambistas da cidade, no mesmo ano de 1936 sugerem em *Sambista da Cinelândia*<sup>xvii</sup> que o samba já teria descido o morro e não haveria mais disputa de origem ou legitimidade.

Sambista desce o morro  
Vem pra Cinelândia, vem sambar  
A cidade já aceita o samba  
E na Cinelândia só se vê gente a cantar [sambista]  
Hoje está tudo tão mudado e acabou-se a oposição  
Escolas há por todo lado, de pandeiro e violão  
O morro já foi aclamado e com um sucesso colossal  
E o samba já foi proclamado sinfonia nacional.

Ainda nesta tentativa de auto-afirmação outras questões também tematizadas eram “quem não gosta de samba” e a participação de pessoas de outros grupos sociais no *mundo do samba*. É o caso, por exemplo, de *Camisa Listrada*<sup>xviii</sup>, samba de 1937 de Assis Valente, onde o “doutor” resolve entrar no samba trocando sua realidade pela dos foliões do Cordão do Bola Preta. Em *Inimigo do samba*<sup>xix</sup>, Aaulfo Alves e Jorge de Castro definem bem o que era a nacionalização e a representação do samba para o sambista:

Pra você que é inimigo número um do samba brasileiro  
Pra você matar o samba tem que me matar primeiro  
Mesmo assim depois de morto ainda lhe darei trabalho  
Morre o homem fica a fama e com a fama lhe atrapalho  
Destruir não é grandeza, me desculpe meu senhor  
Construir é que é nobreza, é ter arte e ter valor  
Você fala o ano inteiro, mal do samba sem pensar  
Mas no mês de fevereiro [cá pra nós]  
Você samba até cansar de sambar

### Os inimigos do batente

O outro lado da moeda não era, portanto, quem não gostava de samba – o que, para o sambista, parece não existir de fato – mas o *mundo do trabalho*. Embora o samba fosse a “sinfonia nacional” como dizia o *Sambista da Cinelândia* e o brasileiro fosse o trabalhador, nas representações do próprio samba *mundo do samba* e *mundo do trabalho* eram opostos.

*Nasci no samba*<sup>xx</sup> de Bide e Benedito Lacerda, gravado em 1932 por Leonel Faria deixava bem claro que o lugar do sambista era no samba e neste ambiente não havia espaço para o trabalho:

Vivo na malandragem, não quero saber do batedor  
Pode escrever o que vou dizer, ando melhor do que o trabalhador  
Não faço força, nunca fiz e jamais hei de fazer  
Nasci no samba e nele hei de morrer.

Mário Lago e Aaulfo Alves lançaram em 1943, durante o Estado Novo, *Quero meu pandeiro*<sup>xxi</sup>. Como todo bom brasileiro, o personagem trabalhava e cumpria suas obrigações,

mas nos quatro dias de Carnaval não queria chateação: “Trabalho o ano inteiro, pra ver seu bem estar / Mas no mês de fevereiro, quero meu pandeiro, quero ir pra rua sambar”.

Não era apenas o sambista quem confirmava, no samba, a oposição encarnada pelo trabalho. A “mulher do malandro” dizia o mesmo. Essa personagem é aquela que gostaria que seu homem se regenerasse, mas encontra sempre um empecilho: o samba.

Em *Vai trabalhar*<sup>xxii</sup> de 1942, composição de Ciro de Souza e uma dolorida interpretação de Aracy de Almeida, uma dessas mulheres ganha vida e o samba é claramente antagônico ao trabalho, o causador dos infortúnios familiares:

Isso não me convém e não fica bem  
Eu no lesco-lesco, na beira do tanque  
Pra ganhar dinheiro e você no samba o dia inteiro ah!  
O dia inteiro, ah! O dia inteiro  
Você compreende e faz que não entende  
Que tudo depende de boa vontade  
Pra nossa vida endireitar você deve cooperar  
É forte, pode ajudar  
Procure emprego, deixe o samba e vai trabalhar

Wilson Batista, compositor conhecido pela vocação à malandragem, em 1939 lançou *Inimigo do batente*<sup>xxiii</sup>. Aqui quem fala é outra mulher de sambista, também cansada de trabalhar e ver seu companheiro preocupado apenas com o samba. Desta vez ela chega a procurar emprego para o malandro, mas ele tem um grande defeito que o impede de trabalhar: diz que é poeta.

Eu já não posso mais! A minha vida não é brincadeira  
Estou me desmilinguindo igual a sabão na mão da lavadeira  
Se ele ficasse em casa ouvia a vizinhança toda falando  
Só por me ver lá no tanque, lesco-lesco  
Lesco-lesco, me acabando  
Se lhe arranjo um trabalho  
Ele vai de manhã, de tarde pede as contas  
E eu já estou cansada de dar murro em faca de ponta  
Ele disse pra mim que está esperando ser presidente  
Tirar patente no sindicato dos inimigos do batente  
Ele dá muita sorte  
É um moreno forte, é mesmo um atleta  
Mas tem um grande defeito: ele diz que é poeta  
Ele tem muita bossa, compôs um samba e quer abafar  
É de amargar, eu não posso mais  
Em nome da forra, vou desguiar

Estes dois exemplos citados trabalham a mesma ideia do samba contrário ao trabalho e do sambista como o *bon vivant à brasileira* que tanto não quer trabalhar como reconhece que samba e trabalho não combinam. Como estes, muitos sambas tematizaram o trabalho e seu valor para o homem, a família ou a sociedade mantendo a representação do *mundo do samba* como a negação a todos esses valores. Quando quem fala é a mulher – a mãe de família, dona de casa, a “boa brasileira” – o samba representado não é qualificado enquanto festividade – para ela –, muito embora para o sambista, “seu homem”, continue tendo o

mesmo significado. Mesmo quando o gênero musical podia servir ao que pretendia dele o Estado, o samba representado continuava sendo o mesmo samba malandro.

O melhor exemplo do significado do samba no próprio samba talvez seja do já tão mencionado Assis Valente. Em *Recenseamento*<sup>xxiv</sup> de 1940, brilhante crônica popular gravada por Carmen Miranda, o compositor dá vida a outro estilo de mulher: a que acompanha o homem no samba. Malandra também, ela se vê obrigada a lidar com um representante do Estado, o “agente recenseur”, que em 1940 decide bisbilhotar a vida do morro. De forma bastante irônica ela consegue driblar as inconvenientes perguntas descrevendo o *mundo do samba* como se estivesse descrevendo um mundo do “bom brasileiro”, dizendo o que o recenseur gostaria de ouvir:

Em 1940 lá no morro começaram o recenseamento  
E o agente recenseur  
Esmiuçou a minha vida que foi um horror  
E quando viu a minha mão sem aliança  
Encarou para a criança que no chão dormia  
E perguntou se meu moreno era decente  
E se era do batente ou era da folia  
Obediente eu sou a tudo que é de lei  
Fiquei logo sossegada e falei então  
O meu moreno é brasileiro, é fuzileiro  
E é quem sai com a bandeira do seu batalhão  
A nossa casa não tem nada de grandeza  
Mas vivemos na pobreza sem dever tostão  
Tem um pandeiro, tem cuíca e tamborim  
Um reco-reco, um cavaquinho e um violão  
Fiquei pensando e comecei a descrever tudo  
Tudo de valor que o meu Brasil me deu  
O céu azul, um Pão de Açúcar sem farelo  
Um pano verde e amarelo, tudo isso é meu  
Tem feriado que pra mim vale fortuna  
Retirada de laguna vale um cabedal  
Tem Pernambuco, tem São Paulo e tem Bahia  
Um conjunto de harmonia que não tem rival

Conforme analisa o historiador Adalberto Paranhos<sup>xxv</sup>, *Recenseamento* utiliza diversos elementos do samba, mais especificamente das Escolas de Samba, como tudo o que o Brasil podia dar àquela mulher, toda sua riqueza:

Seu “moreno”, como tudo leva a crer nem de longe poderia ser catalogado no exército regular de trabalhadores do Brasil, ele que seria porta-bandeira (ou melhor, mestre-sala) de escola de samba. No barraco em que moravam, faltava tudo [...] só não faltavam os apetrechos reclamados pelo samba. Afinal de contas, o que o “Estado Novo” lhes deu? O azul do céu, um cartão postal (o Pão de Açúcar), uma bandeira (apequenada aqui na menção a um reles pano verde-amarelo). Além do mais, a louvação aos feriados entra em contradição aberta com a idealização do trabalho que ganhava força naqueles dias. (PARANHOS: 2005, p. 150)

O que persiste em todas as representações do samba no samba é, de fato, sua relação com a festividade e seu afastamento dos compromissos, em especial a família e o trabalho. Ainda que o samba enquanto gênero musical fosse símbolo nacional – por força e vontade



dos próprios sambistas, do Estado e da indústria musical – o samba no imaginário popular estava longe de qualquer imagem pretendida para a Nação oficial.

### **A instituição imaginária do (mundo do) samba**

O escrever e reescrever, cantar e recantar do sambista sobre seu grupo e as características que o compunha em um espaço já considerado patrimônio da Nação era a construção do *mundo do samba* nele e por ele mesmo. Ao falar de si e se colocar como representante da felicidade ainda que estivesse à margem do que era socialmente valorizado ou reconhecido, o *mundo do samba* se criava e se instituía como grupo social próprio, mas que, ao mesmo tempo, poderia servir como identificação de todo o povo brasileiro já que as características que compartilhavam estavam ligadas às qualidades *naturais* do ser nacional.

O samba é sempre parte do simbolismo nacional – durante e após o processo que tornava brasileira a cultura mestiça – ainda quando esvaziado de conteúdo nacionalizante, porque sua estrutura musical já basta como representante da nacionalidade. Sua musicalização já compõe a materialização do que se imaginava ser nacional e já falava de um *povo brasileiro* com uma *cultura brasileira*. Mas ele também o foi em seu conteúdo discursivo. Como já apresentado, muitas canções tematizaram assuntos tidos oficialmente como questões nacionais. Ao falar do mestiço, do elogio ao trabalho, da regeneração e, principalmente, do samba como música de todo o país – a cultura brasileira –, o samba se construía como símbolo da Nação.

O conceito de cidadania neste período estava atrelado à ideia de “cidadão-trabalhador”. Os direitos do cidadão só existiam quando precedidos pelo dever cívico: o trabalho. Não eram brasileiros os que não se adequavam a esta realidade e “o bom brasileiro”, por sua vez, era aquele que através do trabalho contribuía para o crescimento de todo o Brasil (CAPELATO, 1998)<sup>xxvi</sup>. Nesta perspectiva, muitos sambas representaram este *bom brasileiro*. Mas não era o *bom brasileiro* quem estava ligado ao samba tematizado. Ao construir as características que conotavam e identificavam o samba, os sambas o relacionavam ao oposto deste cidadão-trabalhador: o malandro.

Ainda que pareça ser de algum modo natural ou esperado que o samba se tornasse símbolo brasileiro, sua escolha responde a demandas que inegavelmente “fazem sentido”, mas para além disso há também uma dimensão de escolha do samba dentre os muitos gêneros musicais que eram executados na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX que não pode ser explicada tão somente pelo “fazer sentido”, pela funcionalidade do samba. Talvez

possamos encontrar esta explicação no conteúdo que o samba trazia, principalmente sobre si mesmo.

Samba é sinônimo de prazer, sambar é o mesmo que ter alegria, sambista é homem de valor – mesmo que a carga valorativa não seja a esperada: do cidadão-trabalhador. A dimensão imaginária do samba carregava-lhe de um sentido que estava em acordo com o que costuma identificar e conotar uma sociedade: o que há de melhor. Nos lembra Castoriadis que “O significante ultrapassa sempre a ligação rígida a um significado preciso, podendo conduzir a lugares totalmente inesperados” (CASTORIADIS: 1982, p. 147).

Ao criar o *mundo do samba* nestas canções, inventava-se uma caracterização quase que ritualística para aqueles que compunham o grupo em questão. Qualquer etapa desta caracterização servia para identificação de seus membros. O terno branco, os instrumentos musicais, os versos, a batucada, a morena/mulata, a aversão ao trabalho, o apreço pela orgia – esses elementos se articulavam na formação de um imaginário social sobre o que aqui aparece como *mundo do samba*.

É preciso ter em mente que esta caracterização não era novidade em 1930, esses elementos já compunham a vida boêmia da cidade do Rio de Janeiro. A novidade era que o produto cultural associado a eles se tornou representante da Nação. O *mundo do samba* que era negado e marginalizado agora podia se cantar como sendo, na realidade, o *mundo do brasileiro*. E, de fato, ele cantava-se assim. Ainda que perseguido “nosso capenga corre o mundo e é cantado”, o sambista podia se inventar através do próprio samba já que fazer samba não era mais vadiagem e com isso ele podia instituir-se.

### **A prece do ‘João Ninguém’ ou ‘Salve o prazer!’**

Um samba de 1937 de Durval Maia e Assis Valente, gravado por Orlando Silva, celebrava o casamento entre samba e prazer<sup>xxvii</sup>:

Alegria, pra cantar a batucada  
As morenas vão sambar  
Quem samba tem alegria  
Minha gente era triste e amargurada  
E inventou a batucada pra deixar de padecer  
Salve o prazer, salve o prazer

Da tristeza não quero saber,  
A tristeza me faz padecer,  
Vou deixar a cruel nostalgia,  
Vou fazer batucada,  
De noite e de dia vou cantar.

Esperando a felicidade,  
Para ver se eu vou melhorar,  
Vou cantando, fingindo alegria,  
Para a humanidade,

Não me ver chorar.

Antes do samba a “minha gente” vivia triste e amargurada, foi preciso inventar a batucada para evitar o padecimento. Quem samba tem alegria, resumia o sambista. Assis Valente, talvez o mais popular dos compositores, em um samba intitulado *Alegria* saudava o prazer que o samba traz a quem não resta nada.

Esta parcela da população da cidade do Rio de Janeiro que era acusada de vadiagem, marginalizada e perseguida tanto em suas expressões culturais quanto em seu modo de vida, podia – com a nacionalização do samba – se reconstruir em outro local: da periferia ao centro das representações. Porém, o samba tematizado, conforme apresentado anteriormente, não se esvaziou de significado ou se ressignificou por estar reposicionado, ele manteve seu conteúdo “marginalizado”. O samba se cantava como sendo música apreciada por todos, cantada do morro ao Palácio do Catete, da avenida aos salões; doutores queriam se travestir de malandros, madames esperavam anoitecer para sambarem também; o samba corria o mundo, era a sinfonia nacional – mas a origem do samba era a malandragem, ele pertencia ao malandro e significava prazer.

O samba cantado pelo samba permitiu um reposicionamento ao malandro-sambista que tinha muito pouco de concreto ou real e muito mais de imaginário e representação. No fim das contas o “real” para o sambista era o que dizia Laurindo de Almeida em *Você nasceu pra ser granfina*<sup>xxviii</sup>, composição de 1939 gravada por Carmen Miranda:

Um samba exige tal simplicidade  
É justamente o que você não tem  
Eu desejava que você soubesse  
Que o samba é a prece do "João Ninguém".

---

<sup>i</sup> VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

<sup>ii</sup> NAPOLITANO, Marcos. *História e Música: História cultural da música popular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

<sup>iii</sup> ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

<sup>iv</sup> Os projetos de formação da Nação brasileira são anteriores ao primeiro governo Vargas. É possível associar os primeiros movimentos nacionalistas ao período que sucede a Independência do Brasil, nos anos de 1820 e 1830, com ênfase para a literatura do Romantismo. A partir de 1870 o debate nacionalista surge com características mais consolidadas em instituições científicas e meios político-intelectuais.

<sup>v</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 26. ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

<sup>vi</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

- 
- vii HOBBSAWN, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- viii CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- ix Pesquisa de mestrado iniciada no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro em fevereiro de 2014.
- x “Se o samba morrer” (Bide e Valfrido Silva), Carlos Galhardo. 78 rpm, Victor, 1933.
- xi “Não há” (Heitor dos Prazeres), Carmen Costa. 78 rpm, Victor, 1943.
- xii “Cuíca, pandeiro e tamborim” (Custódio Mesquita), Carmen Miranda. 78 rpm, Odeon, 1936.
- xiii “Minha embaixada chegou” (Assis Valente), Carmen Miranda. 78 rpm, Victor, 1934.
- xiv “Sapateia no chão” (Assis Valente), Carmen Miranda. 78 rpm, Victor, 1936.
- xv “Isso não se atura” (Assis Valente), Carmen Miranda. 78 rpm, Columbia, 1941.
- xvi “Cansado de sambar” (Assis Valente), Bando da Lua. 78 rpm, Victor, 1936.
- xvii “Sambista da Cinelândia” (Custódio Mesquita e Mário Lago), Carmen Miranda. 78 rpm, Odeon, 1936.
- xviii “Camisa Listrada” (Assis Valente), Carmen Miranda. 78 rpm, Odeon, 1937.
- xix “Inimigo do samba” (Araulfo Alves e Jorge de Castro), Orlando Silva. 78 rpm, Odeon, 1942.
- xx “Nasci no samba” (Bide e Benedito Lacerda), Leonel Faria. 78 rpm, Odeon, 1932.
- xxi “Quero meu pandeiro” (Araulfo Alves e Mário Lago), Anjos do Inferno. 78 rpm, Continental, 1943/1944.
- xxii “Vai trabalhar” (Ciro de Souza), Aracy de Almeida. 78 rpm, Victor, 1942.
- xxiii “Inimigo do batente” (Wilson Batista e Germano Augusto), Dircinha Batista. 78 rpm, Odeon, 1939.
- xxiv “Recenseamento” (Assis Valente), Carmen Miranda. 78 rpm, Odeon, 1940.
- xxv PARANHOS, Adalberto de Paula. *Os desafinados: sambas e bambas no “Estado-Novo”*. Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.
- xxvi CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papyrus, 1998.
- xxvii “Alegria” (Assis Valente e Durval Maia), Orlando Silva. 78 rpm, Victor, 1937. Rel.: Assis Valente, Abril Cultural, 1982.
- xxviii “Você nasceu pra ser granfina” (Laurindo de Almeida), Carmen Miranda. 78 rpm, Odeon, 1939.

## A concepção de "má morte" nas Minas Gerais no século XVIII

Denise Aparecida Sousa Duarte\*  
Wesley Fernandes Rodrigues\*\*

### Resumo

O objetivo do trabalho é analisar a concepção da “má morte” nas Minas Gerais no século XVIII, apontando as categorias nas quais se enquadraram este conceito e de que forma elas se efetivavam na vivência cotidiana, apresentando exemplos retirados de fontes documentais da época, sejam aqueles referentes aos costumes ou os que apresentam ideias ditas "oficiais", como textos religiosos ou normas civis. Trataremos ainda da noção de preparação para a morte e sua importância naquele contexto, e de como a ausência desse aparelhamento para os fins últimos era considerada como danoso para a salvação das almas.

### Palavras-chave

Má-morte, Minas Gerais, Século XVIII

### Summary

This study aims to analyze the concept of "wild death" in Minas Gerais state during the 18<sup>th</sup> century. The categories in which this concept fits will be pointed out as well as how they appeared in daily life. Examples from documentary sources of the period will be presented, including those related to customs or those that present ideas deemed as "official" ones such as religious texts or civil standards. The notion of being prepared for death and its importance in that context will be also discussed, as well as how the absence of those preparation rituals for the last moments of life was considered harmful to soul salvation.

### Keywords

Wild death, Minas Gerais, 18<sup>th</sup> Century

---

\*Doutoranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais; orientador José Newton Coelho Meneses. [ddenao@yahoo.com.br](mailto:ddenao@yahoo.com.br)

\*\*Doutorando pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, bolsista Capes; orientador Eduardo França Paiva. [wesley\\_fernandes@yahoo.com.br](mailto:wesley_fernandes@yahoo.com.br)

## Introdução

Para os cristãos a morte não significa aniquilação, ou extinção do ser, pois a alma é eterna. Após o fim das atividades corpóreas, de acordo com a doutrina dos Novíssimos, a alma conhece seu destino eterno: salvação (a vida no Paraíso Celeste) ou a danação (a verdadeira morte, posto que não há redenção para os condenados ao inferno)<sup>1</sup>. O Purgatório é destinado aos salvos que necessitam de purificação (expurgação dos pecados veniais<sup>2</sup>) antes de alcançarem a glória de Deus.<sup>3</sup> Essa concepção doutrinária estava arraigada no imaginário cristão da Época Moderna, tendo sido veiculada com grande sucesso por meio de sermões, literatura piedosa e imagens da morte do justo e do pecador. Assim, antes de morrer, havendo tempo e condições para isto, os fiéis deviam receber três sacramentos: a penitência, eucaristia e a extrema-unção. Além disso, costumeiramente, faziam testamentos onde emendavam seus erros (reconheciam filhos ilegítimos, por exemplo), estabeleciam legados pios (faziam doações aos pobres, viúvas e órfãos) e descrimavam os ritos *post mortem* que deveriam ser realizados em favor de suas almas.<sup>4</sup> Essas práticas demonstram o quanto a morte repentina era temida pelos católicos, apesar da doutrina garantir uma boa morte mesmo para os justos que morriam sem tempo de se prepararem:

A morte dos justos é preciosa diante de Deus, diz o Profeta, ela é agradável. O que é precioso, estima-se em qualquer lugar que esteja, tem-se muito cuidado dele. Assim, ainda que os justos morram destituídos de todo o socorro humano, ainda que morram subitamente, a sua morte nunca é imprevista, Deus tem um singular cuidado dela: E como poderia deixar de ser feliz esta morte, sendo tão preciosa nos seus olhos?<sup>5</sup>

Portanto, do ponto de vista teológico, não havia razão para o homem temer a morte repentina, pois mesmo que lhe faltasse o tempo necessário para os ritos *ante mortem* sua vida ilibada garantiria sua salvação.

Não obstante, de uma maneira geral, a cultura cristã ocidental valorizou o recebimento dos sacramentos, a elaboração de testamentos, a preparação de exéquias e os sufrágios em favor da alma do jacente. Tal comportamento está profundamente ligado à crença no Purgatório e, conseqüentemente, à possibilidade de remissão das faltas cometidas em vida. Assim como ressaltou a historiadora Cláudia Rodrigues, o Purgatório intensificou a prática de sufrágios pelas almas padecentes, resultando numa tendência a valorização da agonia e dos últimos instantes, fortalecendo os laços de solidariedade entre vivos e mortos<sup>6</sup>. O Purgatório era, portanto, o destino almejado pelo homem comum, consciente de seu

distanciamento quanto à posição de santo (a quem cabia o Paraíso logo após a morte), mas também de seu empenho pela salvação.

### **A concepção de “má morte” e as fontes documentais**

A “má morte”, ou seja, a morte considerada como uma maldição, era a repentina, a súbita e sem preparo. Essa ideia se estende também à morte clandestina, sem testemunhas, e a dos executados pelo Estado.<sup>7</sup> A morte sem aviso (ou como pena para criminosos) impedia os homens de receberem os sacramentos e estabelecerem previamente os seus funerais ou mesmo as orações a serem feitas em favor de suas almas.

Devemos considerar que existiram diferentes tipos de morte indesejada que podem ser divididas entre a daqueles a quem a legislação negava a possibilidade de preparação para os fins últimos, isto é, os condenados, e a daqueles que morreram repentinamente. No primeiro caso se enquadra os indivíduos que cometeram crimes de lesa majestade e eram condenados à morte natural<sup>8</sup>, que por sua vez, de acordo com as Ordenações Filipinas, classifica-se em morte atroz e morte cruel. A “pena capital atroz” tornava mais grave a morte, contudo, não imputava maior sofrimento ao réu, limitando-se às penas de confisco de seus bens, açoites, queimar ou esquartejar seu cadáver, além do banimento da memória do morto. Já a morte cruel consistia em retirar a vida do réu lentamente por meio de métodos dolorosos, queimar ou esquartejar vivo, matá-lo de fome ou por veneno, açoitá-lo até a morte ou enterrá-lo vivo<sup>9</sup>. Contudo, o mais comum em relação às Minas Gerais durante o século XVIII era a morte repentina, sem preparação, e serão esses os casos analisados neste texto. Nessa categoria englobam-se aqueles que morreram sem nenhuma elaboração prévia ou com um aparelhamento parcial. São exemplos desses casos os que foram assassinados, os que se acidentavam, os que faleciam repentinamente de doenças, entre outros.

Os registros de óbitos e testamento são as importantes fontes de pesquisa para se compreender as atitudes diante da morte. Os óbitos, por exemplo, trazem informações importantes sobre o recebimento dos sacramentos, se ele se deu na totalidade ou somente em parte, como nos casos dos registros de óbitos de Manoel Fernandes, solteiro e natural do Arcebispado de Braga, falecido em 04 de junho de 1735, que descreve o recebimento de todos os sacramentos<sup>10</sup>; ou mesmo o registro de Antonio da Silva Soares, que morreu “(...) com o sacramento da penitência somente que se ministrou debaixo de condição por não poder falar e não haver forma para mais por morrer de morte apressada”<sup>11</sup>.

A morte repentina, no entanto, era caracterizada principalmente por impossibilitar o recebimento dos sacramentos finais: penitência, eucaristia e extrema-unção. Dentre os benefícios desses sacramentos destinados aos moribundos estava a capacidade de atuar, no caso da penitência, como:

taboa depois do naufrágio: porque tanto que um homem batizado naufragou pela culpa mortal, perdendo a graça de Deos, que no batismo tinha recebido, não lhe resta outro remédio para se salvar neste naufrágio, mais que esta taboa do Sacramento da Penitência, confessando inteiramente com dor os seus pecados ao legítimo ministro, e abraçando por este meio a absolvição delles<sup>12</sup>.

Já a Eucaristia intervia, com “aquelles effeitos, que em nós costuma causar o sustento dos corpos: acrescenta vida espiritual da alma, e a sustenta, e conforta: aviva a Fé, alenta a esperança, dá novos fervores de caridade, reprimi vícios e apetites desordenados, diminui tentações, e por seu modo preserva dos pecados (...)”<sup>13</sup>. O último sacramento é a extrema-unção, que seria “de grande utilidade para os fiéis (...) para dar ajuda, conforto e auxílio na hora da morte, em que as tentações de nosso comum inimigo costumão ser mais fortes, e perigosas”, e seus efeitos são os de “perdoar-nos as relíquias dos peccados, (...) dar muitas vezes, ou em todo, ou em parte a saúde corporal ao enfermo (...) [e] consolar o enfermo dando-lhe confiança e esforço, para que na agonia da morte possa resistir aos assaltos do inimigo”<sup>14</sup>. Destarte, os que morriam repentinamente ficavam destituídos desses benefícios.

Privado dos sacramentos finais ficou João Angola, morto em 04 de agosto de 1775, cujo corpo foi enterrado no adro da matriz de São José Del Rei “por falecer da desgraça de um tiro”<sup>15</sup>. Outro exemplo de uma morte sem sacramentos é a do preto angola Joaquim, que era fugitivo e que morreu afogado em 22 de novembro de 1763<sup>16</sup>. José, escravo nagô, morador de São João Del Rei, também morreu “sem sacramentos por falecer de repente em companhia dos Capitães do mato que o traziam para a cadeia desta vila apanhado no Quilombo para as partes de Lage”<sup>17</sup>. Contudo, em algumas circunstâncias, além da ausência dos sacramentos, aos mortos eram também negadas as exéquias e o enterramento em solo sagrado. Isso aconteceu no registro descrito entre as devassas *ex officio* de Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, com o caso de dois corpos de negros que foram achados e estavam “deixados debaixo de uma laje no morro desta Vila em 1740”<sup>18</sup>.

Ainda que os exemplos apresentados acima se refiram a casos de negros africanos e que havia a possibilidade desses ritos e orações não possuir um sentido real em suas vidas, ou seu recebimento não fosse almejado por alguns deles, ainda assim esses casos se constituíam



como um problema para a comunidade de devotos. No que diz respeito aos cativos, o batismo e a doutrinação deles era responsabilidade dos seus senhores e da Igreja. Assim, o não recebimento dos sacramentos finais se estabelecia como uma falta dos responsáveis, já que o cuidado espiritual desses homens também constava entre suas obrigações<sup>19</sup>.

Outro ponto importante era a confecção dos testamentos, que apresentavam questões relativas ao modo como deveria se dar a elaboração das exéquias, desde a veste funerária que deveria ser utilizada no jacente, os acompanhamentos no cortejo fúnebre, as missas de corpo presente e as referentes ao *post-mortem*, bem como o local de inumação do corpo. Um bom exemplo de tais determinações encontra-se no testamento de Antonio Francisco Cruz, datado de 28/07/1737, cujo conteúdo ressalta que seu:

“(...) corpo será sepultado na igreja Mariz da freguesia de Antonio Dias donde sou freguês, e será envolto em hábito de São Francisco, e peço a todas as irmandades donde sou irmão acompanhem meu corpo a sepultura e peço a todas que façam sufrágios que costuma fazer por todos os irmãos com a brevidade possível. No dia de meu falecimento me digam nove missas (...)”<sup>20</sup>.

O testamento acima destacado ressalta ainda um importante elemento que contribuiu para a vivência de uma “boa morte”: a participação nas irmandades. A importância das confrarias se deve ao fato de que “(...) todos os acontecimentos, do nascimento à morte, eram comemorados nas confrarias e quem estivesse fora delas seria olhado com desconfiança, privado do convívio social, quase um apátrida dentro de grupos que se reuniam em associações (...)”<sup>21</sup>.

O *Livro de Compromisso da Irmandade do Archanjo São Miguel* de 1735 da matriz do Pilar de Ouro Preto é um bom exemplo das obrigações das associações religiosas para com seus agremiados. O texto relata a obrigatoriedade da irmandade em assistir aos seus irmãos desde a doença, de modo especial em casos de pobreza, em que ela deve ajudá-lo “(...) com o que se poder, e for necessário ao enfermo, nomeando lhe irmãos que aos dias lhe vão assistir se for o enfermo pessoa desamparada e não tiver quem lhe assista (...)”<sup>22</sup>e, principalmente, com missas pelas almas, num total de “(...) de sessenta missas se mandará dizer por cada irmão que morrer logo com toda a brevidade, e se poder ser, logo no mesmo dia algumas e quando não serão ditas quando mais comodamente parecer aos da mesa (...)”<sup>23</sup>.

No entanto, não eram suficientes a redação de testamentos e a agremiação em irmandades leigas se a morte fosse repentina. Nos casos de assassinato, por exemplo, o assassino poderia prejudicar, segundo a crença da época, o assassinado impossibilitando a

realização completa dos preparativos que aliviarão o tempo de sua passagem pelo Purgatório. Tal situação provavelmente atormentava aos fiéis de modo geral, bem como aos familiares daqueles que eram assassinados, que temiam pela alma daquele que se foi.

Mas o fato do jacente ter deixado testamento ou mesmo ter recebido os ritos destinados pelas irmandades pode ter amenizado esse sentimento de temor pela alma do ente querido, ainda que, segundo o catolicismo o recebimento dos sacramentos finais fosse importante. Um caso comparável à observação exposta acima é o de Gonçalo Antonio, falecido em Vila Rica aos 17 dias de abril de 1749, que não recebeu nenhum sacramento por morrer de uma facada. Mas, além de redigir um testamento deixando estipulado o cerimonial para sua morte, relatando as irmandades nas quais era agremiado e ordenando que fossem utilizados “(...) cinquenta mil réis em missas pelas almas do purgatório na mesma freguesia de esmola costumada” e mais “(...) cinquenta mil réis em missas na dita freguesia da mesma esmola pelas almas de meus defuntos”, foi ainda sepultado:

(...) nesta matriz na cova do Santíssimo Sacramento de quem era irmão. Foi amortalhado em hábito de São Francisco, levado na tumba da Misericórdia acompanhado por mim vigário e por nove padres mais; todos lhe disseram missa de corpo presente, e se lhe fez ofício também de corpo presente e também foi acompanhado da irmandade de Nossa Senhora do Pilar e do Santíssimo Sacramento de ambas era irmão<sup>24</sup>.

Outro testador que morreu sem o recebimento dos sacramentos finais foi Luis Correia de Oliveira, falecido aos cinco dias do mês de novembro de 1744 devido ao fato de morrer apressadamente, mas foi “sepultado em cova da fábrica, por morrer nesta freguesia de Nossa Senhora do Pilar, foi amortalhado no hábito de São Francisco, e acompanhado por mim Vigário e pelos padres desta freguesia”. O registro de óbito condiz, na maior parte dos pontos, com o que o falecido havia requisitado em seu testamento, uma vez que ele roga

que sendo servido levar me da vida presente nestas Minas quero seja amortalhado meu corpo em hábito de São Francisco e enterrado na Matriz acompanhado do Reverendo Pároco e dos mais padres da freguesia a quem se declara sua vela e esmola costumada e mesmo será nas missas de corpo presente, e será levado na tumba das almas acompanhado da mesma Irmandade e das mais desta Matriz. (...) Declaro que se falecer nestas Minas de que me faça um ofício de corpo presente dando a esmola costumada aos sacerdotes que acima digo me acompanharem meu corpo<sup>25</sup>.

Os testamentos apresentam, assim, importantes elementos que seriam complementares ao recebimento dos sacramentos para que se alcançasse uma “boa morte” segundo a concepção dos homens naquele contexto, cuja valorização dos momentos posteriores à morte também se fazia presente. A veste funerária, os acompanhamentos de sacerdotes e das irmandades, as

orações *post mortem* e mesmo o sepultamento no interior dos templos (que poderiam ajudar a abreviar o tempo de purgação dos pecados devido às orações ocorridas ali), como podemos observar, eram realizadas independentemente da administração dos sacramentos *ante mortem*. Acreditamos que, em grande medida, esse comportamento se explica pelas noções referentes a probabilidade de se alcançar a beatitude após a passagem pelo Purgatório e, desse modo, os próprios sacerdotes da Igreja Católica não deixaram de realizar os ritos posteriormente à morte dos fiéis, mesmo nos casos em que houve a ausência da penitência, eucaristia e extrema-unção, elementos que a própria religião considerava como importantes no momento derradeiro.

## Conclusão

A partir dos exemplos acima apresentados podemos refletir sobre o real enquadramento desses casos na concepção de “má morte”. Mesmo na ausência dos sacramentos finais, ou nos casos extremos de abandono dos corpos dos falecidos – que quando encontrados possivelmente eram encaminhados para o sepultamento em solo sagrado – a Igreja e os fiéis, de certa maneira, estavam presentes. Desse modo, alguns dos ritos religiosos relativos aos fins últimos do homem (tais como: encomendação da alma, cortejo fúnebre, sufrágios, sepultamento) poderiam ser realizados, o que provavelmente amenizou o temor pela alma daquele que se foi, sendo a “má morte” relativizada por essas atitudes.

---

<sup>1</sup>Os Novissimos do Homem, ou Os Fins Últimos do Homem, são: a Morte, o Juízo (Particular e Universal), o Inferno e o Paraíso. Para Philippe Ariès, o tema do Juízo sobreviveu aos séculos, mas o julgamento final perdeu a popularidade a partir do século XIV, em que o destino pessoal de cada homem foi apresentado como foco, e a eternidade de sua alma ficava decidida no próprio momento de sua morte física. ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981-1982, p.114-118. Veja também: CAMPOS, Adalgisa Arantes. *A Terceira Devoção do Setecentos Mineiro: o culto a São Miguel e Almas*. 1994. 432 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. p. 12-81. SANT’ANNA, Sabrina Mara. *A boa morte e o bem morrer: culto, doutrina, iconografia e irmandades mineiras (1721 a 1822)*. 2006. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. p. 56-68.

<sup>2</sup> Segundo Alexandre Daves, os fiéis encontravam conforto com a possibilidade de purgação dos pecados veniais, ou seja, aqueles que não se constituíam como extremos e por isso passíveis de perdão. Para o autor, “a relação entre os novos tipos de pecadores e novo foro espiritual estabelecia maior tolerância da Igreja para com as práticas sociais emergentes, e, ao mesmo tempo, legitimava novas formas de solidariedade entre vivos e mortos”. DAVES, Alexandre Pereira. *Vaidade das Vaidades: os homens, a morte e a religião nos testamentos da comarca do Rio das Velhas (1716-1755)*. 1998. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, p.45.

<sup>3</sup> Segundo Jacques Le Goff o Purgatório é “(...) um além intermediário onde certos mortos passam por uma prova que pode ser abreviada pelos sufrágios – ajuda espiritual – dos vivos”. De acordo com essa proposta, concomitante a morte ocorreria um Juízo Particular promovido pela própria consciência do moribundo que poderia encaminhá-lo ao Inferno, indicado aos pecadores que não mudaram de intenção, ou o Paraíso, dedicado aos puros de coração que seguiram a risca os preceitos religiosos, e o “terceiro local”, dedicado àqueles que cometeram pecados veniais mas se arrependeram a tempo de sua morte. LE GOFF, Jacques. *O nascimento do*

*Purgatório*. Editorial Estampa: Lisboa, 1993. p.18-19. Sobre o Purgatório como o terceiro lugar na topografia celeste cf. VOVELLE, Michel. *Almas do Purgatório* ou o trabalho de luto. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

<sup>4</sup> DUARTE, Denise Aparecida Sousa. *E professo viver e morrer em Santa Fé Católica*: atitudes diante da morte em uma freguesia de Vila Rica na primeira metade do século XVIII. 2013. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais.

<sup>5</sup> APNSP, Casa dos Contos – Ouro Preto. Volume 0091, Rolo/Microfilme 005/0360-0475. *Retiro Espiritual Para Hum Dia De Cada Mez*. Obra muito útil para toda a sorte de pessoas e principalmente para aqueles que desejam segurar uma boa morte. Traduzido da Língua Francesa. Tomo I. Oitava Edição mais correta, e exata. Lisboa, na Officina de Antônio Rodrigues...1818. p. 184. (A grafia do trecho transcrito foi atualizada).

<sup>6</sup> RODRIGUES, Cláudia. RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p.48.

<sup>7</sup> ARIËS, Philippe. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1981-1982.p. 12.

<sup>8</sup> Segundo a historiadora Adalgisa Arantes campos, a morte natural tinha o significado de um fim violento e distinto daquilo que era nomeado de boa morte, ou seja, uma morte esperada, anunciada pela doença. Execuções na colônia: a morte de Tiradentes e a cultura barroca. In: *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, 110(1992), pp.141-167.

<sup>9</sup> ORDENAÇÕES FILIPINAS. *Ordenações, e leis do Reino de Portugal*: recopiladas per mandado do muito alto, catholico & poderoso rei dom Philippe o Prio. [B]. Impressas em Lisboa : no mostro. de S. Vicente Camara Real de S. Magde. da Ordem dos Conegos Regulares por Pedro Crasbeeck, 1603. Título XLI, nota 4, p. 1190-1191.; Assim como descreveu Adalgisa Arantes Campos, a Coroa portuguesa, apesar de abrir mão do prolongamento da agonia, conservava a morte natural para sempre, que resultava em negar a sepultura ao justicado, que teria os quartos expostos até a decomposição completa. O condenado não era reintegrado a comunidade religiosa e não deveria receber os ritos tradicionais. No entanto, a historiadora aborda que nas Minas, apesar de condenados por crimes de lesa majestade, como os quilombolas, Felipe dos Santos ou mesmo Tiradentes, terem sido penalizados a uma morte atroz, essa poderia, por vezes, ser convertida em uma “boa morte”, uma vez que esses homens poderiam receber os ritos de preparação ou mesmo sufrágios pela sua alma. Execuções na colônia: a morte de Tiradentes e a cultura barroca. In: *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, 110(1992), pp.141-167.

<sup>10</sup> CECO/ACCOP. *Livro de óbitos, óbitos e testamentos* (Vila Rica e Freguesias – 1734 - 1750). Volume: 1863, Rolo/Microfilme: 055/0572-0767. Registro de testamento de Manoel Fernandes. Vila Rica, 04 JUL. 1735.

<sup>11</sup> CECO/ACCOP. *Livro de óbitos, óbitos e testamentos* (Vila Rica e Freguesias – 1734 - 1750). Volume: 1863, Rolo/Microfilme: 055/0572-0767. Registro de testamento de Antonio da Silva Soares. Vila Rica, 17 JAN. 1742.

<sup>12</sup> Do Santo Sacramento da penitência: em que consiste esse sacramento, sua instituição, e importância. In: VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado*, feytas e ordenadas pelo...Senhor d. Sebastião Monteyro da Vide...propostas e aceytas em Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho de 1707. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro. 1853. Livro Primeiro, Título XXXIII, § 123.

<sup>13</sup> Do Augustissimo Sacramento da Eucharitia, de sua intuição, matéria, forma, effeitos, e ministro delle. In: VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado*, feytas e ordenadas pelo...Senhor d. Sebastião Monteyro da Vide...propostas e aceytas em Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho de 1707. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro. 1853. Livro Primeiro, Título XXIII, § 85.

<sup>14</sup> Do Sacramento da extrema-unção: da intuição, matéria, forma, ministro, e effeitos deste sacramento, e a quem se deve administrar. In: VIDE, D. Sebastião Monteiro da. Introdução. *Constituições Primeiras do Arcebispado*, feytas e ordenadas pelo...Senhor d. Sebastião Monteyro da Vide...propostas e aceytas em Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho de 1707. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro. 1853. Livro Primeiro, Título XLVII, § 191-193.

<sup>15</sup> APSASJRM. *Livros de registro de óbitos*: Inventário de Fontes do Arquivo Paroquial da Matriz de Santo Antônio. Período: 1772 - 1779, Caixa: 31, Número: 79, p.501.

<sup>16</sup> APSASJRM. *Livros de registro de óbitos*: Inventário de Fontes do Arquivo Paroquial da Matriz de Santo Antônio. Período: 1756 - 1760, Caixa: 29, Número: 77, p. 196v.

<sup>17</sup> APSASJRM. *Livros de registro de óbitos*: Inventário de Fontes do Arquivo Paroquial da Matriz de Santo Antônio. Período: 1772 - 1779, Caixa: 31, Número: 79, p.566v.

<sup>18</sup> APM. Registro de devassas, querelas, com procedência de devassas anteriores. (1741-1809).

<sup>19</sup> A preocupação da Igreja na conversão desses homens é apresentada pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, ao tratar que “os supditos, que se servem de captivos infiéis, trabalhem muito, porque se convertão à nossa Santa Fé Catholica, e recebão o Sacramento do Batptismo, vindo no conhecimento dos erros, em que vivem, e estado de perdição, em que andão, e que para esse feito os mandem muitas vezes a pessoas doudas, e virtuosas, que lhes declarem o erro, em que vivem, e ensinem, o que é necessário para sua salvação”. Do Baptismo em adultos, e disposição que devem ter, para se lhes haver de conferir. In: VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado*, feytas e ordenadas pelo...Senhor d. Sebastião Monteyro

da Vide...propostas e aceytas em Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho de 1707. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro. 1853. Livro Primeiro. Título XIV, § 52.

<sup>20</sup>CECO/ACCOP. *Livro de óbitos, óbitos e testamentos* (Vila Rica e Freguesias – 1734 - 1750). Volume: 1863, Rolo/Microfilme: 055/0572-0767. Registro de testamento de Antonio Francisco Cruz. Vila Rica, 28 JUL. 1737.

<sup>21</sup>SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. p.17.

<sup>22</sup>AEPNSP. Vol. 011. *Livro de Compromisso da Irmandade do Archanjo São Miguel*. Vila Rica. 1735. Capítulo 28.

<sup>23</sup>AEPNSP. Vol. 011. *Livro de Compromisso da Irmandade do Archanjo São Miguel*. Vila Rica. 1735. Capítulo 34.

<sup>24</sup>CECO/ACCOP. *Livro de óbitos, óbitos e testamentos* (Vila Rica e Freguesias – 1734 - 1750). Volume: 1863, Rolo/Microfilme: 055/0572-0767. Registro de testamento de Gonçalo Antonio. Vila Rica, 17 ABR. 1749.

<sup>25</sup>CECO/ACCOP. *Livro de óbitos, óbitos e testamentos* (Vila Rica e Freguesias – 1734 - 1750). Volume: 1863, Rolo/Microfilme: 055/0572-0767. Registro de testamento de Luis Correa de Oliveira. Vila Rica, 05 NOV. 1744.

## **A conjuração mineira de Joaquim Noberto: um diálogo de temporalidades e conceitos.**

**Denise de Fátima Gonzaga da Silva (Mestre em Literatura pela Universidade Federal de Juiz de Fora )**

**Resumo:** O presente artigo pretende debater o texto de Joaquim Noberto de Sousa e Silva , publicado em 1863 pelo Instituto Histórico Brasileiro , engendrando uma análise em torno da formação conceitual do herói na obra , assim como , o conceito de História e a definição do ideal de vilania.

**Abstrat:** This article intends to analyse the work of Minas Gerais History of Conspiracy, written in 1863, which had as mean discussion the composition of concepts in the history from the perspective of Instituto Historico Brasileiro , along with the hero concept, engendering with important elements from the work of Joaquim Norberto de Souza e Silva to build the historiographic knowledge.

**Palavras Chaves:** História, Conjuração Mineira ,Tiradentes

**Keywords:** History, Mineira Conspiracy, Tiradentes .

O presente artigo pretende se inserir dentro de uma análise a História da cultura , em uma perspectiva da História dos conceitos , como Afirma Koselleck , onde encontramos a importância do entendimentos da formação do significado das palavras inscritas em cada construção cultural , como aspecto central para a compreensão do contexto histórico e do distar de uma análise anacrônica da História. Koslleck, na obra *Futuro passado , contribuição semântica aos tempos históricos* , conjectura apontamentos importantes em relação a filosofia da História quando se posiciona em torno da produção da história anterior ao iluminismo, tece o movimento das luzes como eixo central na mudança do fazer historiográfico . Dentro de suas concepções o modelo de construção temporal cíclico onde o retorno ao passado interferia na elaboração histórica e arquitetura de seus conceitos fazia parte escrita de uma História anterior ao movimento das Luzes e Revolução Francesa .

. As concepções de Koselleck, dentro da história dos conceitos modulam quesitos importantes na análise do artigo , por direcionar as mudanças em relação ao fazer historiográfico justamente dentro da ruptura com os elementos de circularidade , assim a linearidade está presente na Conjuração Mineira de Joaquim Noberto e se filia a uma prática aliada ao Instituto Histórico Brasileiro e ao mundo das Luzes do século XVIII, tendo em suas preocupação olhar sobre o futuro ao entender que a escrita representa

uma forma de perpetuação de uma memória. Portanto, com a afirmação de dois conceitos como cerne do debate histórico “espaço da experiência” e o “horizonte de expectativas”, podemos caminhar pelo labirinto que a linguagem, ao mediar sempre o fazer historiográfico o espaço do discurso que encerra as investigações históricas e ao mesmo tempo, pode-se denotar uma significação diante de um novo olhar para a realidade vividas pelos colonos e pelos intelectuais do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, legando novidades em torno da história cultural, aproximando-se do debate com as mentalidades. Para Koselleck:

o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser recordados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento [...] Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias<sup>1</sup>

Na formação da Modernidade<sup>2</sup> seria sempre fundamental observar a relação entre o espaço da experiência e o horizonte de expectativas que orientam a escrita da história e os conceitos daí decorrentes, pois ambos são indissociáveis e a tensão antropologicamente que concebe essa relação seria o centro da identificação da modernidade, como que enlace entre os conceitos que fundam as instituições deste tempo<sup>3</sup>. Assim, a linguagem na investigação em torno da obra de Joaquim Noberto, ganha uma significação ampla e inserida na nuância delegada por Foucault, vamos compreender a vinculação a análise do discurso, dentro dos moldes preditos em a Ordem do discurso, para o qual as palavras representam um local de poder na sociedade, não só um espaço no qual o conflito é representado, mas onde de fato ele acontece.<sup>4</sup>Dentro desse viés a fonte central que será pesquisada será o livro de Joaquim Noberto de Sousa e Silva, membro do Instituto Histórico Brasileiro produziu o primeiro documento crítico em torno da Conjuração Mineira, como brasileiro e herdeiro da tradição cultural da América portuguesa. anteriormente apenas autores estrangeiros como Charles Rebeyrolles e Robert Southey haviam se posicionado em torno deste evento histórico. As primeiras referências do Instituto Histórico Brasileiro ao movimento são de 1810 quando uma obra feita por um historiador estrangeiro chamado, Robert Southey *Historia do Brasil*, inclui um capítulo sobre a Inconfidência; porém

---

1  
2  
3  
4

esse capítulo só foi publicado em 1846, sendo a tradução feita por um participante do levante Resende Costa.

O artigo versa justamente no anseio de questionamentos em torno de como um escritor do Instituto Histórico Brasileiro posiciona-se dentro de um arquivo do passado colonial brasileiro ainda carente de investigações, compreendido aqui como aborda Jacques Derrida, isto é, o arquivo como *arché e arconte*, ou seja, objeto de desejo e local repousa uma lei, a norma e mover de instituições e interesses. Podemos observar que questões importantes podem ganhar significado quando tencionamos interpretar dentro do labirinto que a linguagem tangencia as possibilidades de construções conceituais, a partir do momento que se veicula um diálogo de temporalidades

.....a estrutura do arquivo, o conceito de “verdade histórica”, quiçá de ciência em geral, os métodos de decifração do arquivo, a implicação do sujeito no espaço que ele pretende objetivar, e, em especial, a tipologia de todas as definições internas/externas que estruturam esse sujeito e fazer dali um lugar de arquivo em relação ao qual **nenhuma objetivação é pura, nem verdadeiramente possível, isto é, completa e terminável**<sup>5</sup> (negrito nosso)

Nesse sentido, a trajetória que o artigo descreve e orienta-se mediante a busca de questionar essa fonte, no que tange três pontos determinantes, como se produz o conceito de História de Joaquim Noberto na obra *Conjuração Mineira de 1863*? Pensando o autor dentro de uma dualidade na qual existe uma experiência literária mesclada a uma produção historiográfica do século XIX, inquirir as questões referentes a produção do saber historiográfico poderia permitir o encontro com a composição de outros elementos como a relação com a memória e com os arquivos do passado, valoriza-se nesses quesitos as questões referentes a ruptura ou permanência?

Partindo da análise das motivações do autor, observando esse relacionamento com o passado dentro de uma dinâmica postulada em consonância com o enfoque de Jacques Le Goff “O passado é uma construção é um reinterpretção constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da História.”<sup>6</sup>

A produção histórica postula o lugar de monumento, de questionamento em torno do fazer historiográfico relacionando o passado ao presente e nesse dialogo, as concepções de perpetuação dessa memória mediante a construção do texto escrito planeja um colóquio entre as temporalidades. Neste movimento, pontuar sobre as motivações e os caminhos que levaram a produção histórica de Joaquim Noberto, nos aproximam dos objetivos de sua obra e da compreensão de seu tempo. Como parte desse processo

---

5

6



observamos que “tirar o ofício da história das mãos dos juízes” a produção da memória , pois os conjurados não teria sido oferecida a voz do discurso , a fala foi silenciada . Se posicionar diante desse silêncio , dessas lacunas que o passado colonial não permitiu ao colono , parece vincular-se ao desejo do autor no contexto pós-Independência . O lugar do discurso dos autos da devassa e a forma como foram escritos, incomoda o brasileiro , o passado colonial precisa ser reescrito sobre a ótica do homem livre do domínio metropolitano e a forma como essa reescritura é processada e arquiteta um debate em torno da produção da memória , observando que ela remete aos aspectos que vamos apontar as luzes e as sombras . Nesse jogo, a composição textual é de suma importância , atentamos também para a forma da produção textual , como indissociável da compreensão dos significados do saber historiográfico .

“Os severos juízes tinham julgado os conjurados, e a história não podia julgar a conjuração, porque a conjuração é os conjurados com as suas idéias, com os seus esforços, com a sua trama, com a sua revolta; é o governo colonial com as suas prisões, com as suas masmorras secretas; é os juízes com suas devassas longas e enfadonhas, com os seus interrogatórios cheios de argúcia e de artifícios, com a sua sentença conspurcada de insultos e de injúrias; com as suas execuções ludibriadas pela mutilação dos cadáveres e pelo azorrague dos algozes; com os seus destellos para as solidões da morte, com suas infâmias póstumas, com seus seqüestros bárbaros, com seus arrasamentos salgados ou seus monumentos infamantes.”<sup>7</sup>

. A objetividade escrita da historia é prioritária para Joaquim Noberto , dentro de uma investigação documental , a produção da objetividade estaria vinculada a pesquisa nos documentos e imersa inclusive na possibilidade de se romper com as lacunas que vislumbram a produção desses documentos poderiam ser transpostas, a partir do confronto de fontes , de uma investigação minuciosa.

Adentrar aos arquivos da Conjuração Mineira , significa primeiro enveredar por um advertência postulada por Joaquim Noberto no seu livro, a necessidade de se inquirir as fontes , postura que não teria sido feita no passado e que concebe um desafio para o historiador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é desenhado por matizes claras , confere-se a necessidade de um posicionamento diante desse passado . Nas palavras do próprio imperador, Dom Pedro II , temos o desejo de se colocar diante da “experiência do Passado “ , a partir de um vislumbre sobre o horizonte da expectativa , arregimentando conceitos de Koselleck, dentro do Império brasileiro . O que pode-se desprender desses elementos são justamente as querelas que localizam o passado colonial e a estrutura do Antigo Regime , assim como , a prerrogativa do ideal de nação que estava –se edificando a partir da Independência . Voltar ao passado de lutas ,

---

7

poderia denotar uma busca pelas rupturas na história dentro da linearidade , da concepção de futuro , mas a forma pela qual se dialoga com esse arquivo colonial poderia trazer novos espaços de colóquio no que sintetiza conceitos como República, Império e a Relação estrutura de poder metropolitano que se encontra na contemporaneidade do autor expressa na permanência da Dinastia de Bragança . Logo ao postular, no início de seu texto uma fala direcionada ao Instituto histórico , Joaquim Noberto , enaltece a s faltas e as lacunas que circundam a pesquisa em torno do Movimento da Conjuração Mineira , a busca pela veracidade do fato , representa a objetividade central , pois anteriormente a proposta investigativa do Instituto existiam questionamentos profundo que norteariam a existência ou não do movimento , colocando-se sobre os ombros das conspirações metropolitanas em torno do controle colonial , a possível invenção sobre os fatos que circundavam a Conjuração Mineira .

O autor traz estuda a Conjuração dentro dos documentos das Devassas e investigando também uma documentação anônima que passa a fazer parte do final de seu livro como apêndice que foram elaboradas no século XVIII, a fim de reconstruir o que de fato aconteceu dentro da Conjuração , o que suscita as diretrizes da produção historiográfica o IHGB. Trazer a luz, ou melhor, a verdade sobre os acontecimentos dentro de um enveredar pela trajetória de juízes de um passado que não legou aos colonos o direito de pronunciamento , seria a tarefa do autor da História da Conjuração Mineira . A perspectiva do Instituto historiográfico é necessária para se desvelar as contradições e a eloqüência da voz do metropolitano e dos funcionários reais diante da possibilidade de um levante e da liberdade política da colônia. Buscando acrescentar mais informações ao movimento dos conjurados , Joaquim Noberto também avaliou os documentos referentes a um conjuntos de manuscritos que apresentavam a Conjuração Mineira sobre a ótica de um contemporâneo anônimo encontrado na biblioteca Nacional cujo o título era *Memória do êxito que teve a Conjuração de Minas e dos fatos relativos a ela acontecidos nesta cidade do Rio de Janeiro desde o dia 17 até 26 de abril de 1792.*

A organização do livro de Joaquim Noberto está disposta dentro de uma visão cronológica da História dos acontecimentos da Conjuração Mineiro, e ao mesmo tempo, a narrativa, o narrador conta a História seguindo o rumo dos acontecimentos e a montagem do Auto da Devassa . Assim prioritariamente o texto narrativo apresenta as reuniões, os rumos do movimento , a participação dos personagens na Conjuração que chega as minúcias de pensamentos e considerações que envolvem inclusive inferências

e julgamentos a cerca da atitude dos colonos conjurados e da montagem do processo e interrogatórios até as sentenças e a sua execução .

Os dezenove capítulos estão discriminados da seguinte forma: Cap. I: O Reino e a Colônia, Cap. II: Os estudantes brasileiros, Cap. III: A Hipótese da República Cap IV: Tiradentes e Álvares Maciel , Cap. VI:Reuniões dos Conjurados , Cap. VII, Gonzaga e o lançamento da derrama , Cap. VIII: Os novos Conspiradores, Cap. IX : A suspensão da Derrama , Cap. X : Delatores e espiões, Cap. XI : Tiradentes no Rio de janeiro , Cap. XII Refúgio e prisão de Tiradentes , Cap. XIII prisão e seqüestro , Cap. XIV ainda prisões e seqüestros .Cap. XV As duas devassas , Cap. XVI : Os interrogatórios , Cap. XVII : Ainda os interrogatórios , Cap. XVIII : A sentença e a defesa , Cap. XIX : A morte e os desteros. Os capítulos envoltos por uma narrativa que aproxima na composição textual a História da Conjuração dos Romances , por representar um estilo que apresenta os sentimentos dos conjurados , carregado por uma linguagem emotiva dentro dos debates que também arregimentam convicções políticas, descreve as práticas do cotidiano do século XVIII, aproximando-se da teatralização da vida . Entendendo essa, tal como uma possibilidade encontrada por Joaquim que conseguir realmente historicamente detalhar a reuniões, os debates dentro do que realmente aconteceu em suas minúcias, ou seja,podemos inclusive observar a proximidade das elocuições de Joaquim Noberto em a História da Conjuração Mineira com o livro de Voltaire , o Tratado sobre a Intolerância no moldes da narrativa , embora ainda sim se perceba um proximidade maior com a construção de romance com protagonistas e antagonistas e modelos de heroicidade e de vilania na obra de Joaquim Noberto. Na verdade , O instituto histórico com a filiação a ilustração e história iluminista,tem objetividade para o seu tempo , porque o que determina essa racionalidade é a relação com as fontes e a busca da verdade dos fatos , quanto maior a proximidade com a descrição de minúcias maiores serão os argumentos do autor em relação a sua pesquisa , e portanto, nos ditames de uma objetividade não necessariamente tinha que instaure-se a partir de um texto com racionalidade na sua forma , não se instrui dentro do Instituto Histórico um necessário gênero textual como científico, o texto narrativo pode servir a construção histórica e a verdade distando da ficção como componente fundamentalmente histórico sem prejuízo da historicidade mesmo que nesse percurso se desenhem conjurados como personagens romanceados.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> .

### 1) O conceito de heroicidade em Joaquim Noberto de Sousa e Silva

No Auto da devassa Gonzaga, tenta atribuir a face inconseqüente do movimento a Tiradentes, isentando-se, e aos outros, da fama de doidivanas que pregavam a revolução aos quatro cantos da capitania de Minas Gerais. Na prisão Gonzaga escreveu os seguintes versos: " Ama a gente acizada, a honra, a vida, o cabedal tão pouco que põe uma ação dessas nas mãos de um pobre, sem respeito e louco"<sup>9</sup> Existe um posicionamento de Joaquim Noberto fundamental diante de figura de Tomas Antônio Gonzaga e Joaquim José da Silva Xavier, ambos representariam modelos de heróis de autoridade diferentes, em um primeiro momento sempre que Tiradentes aparece no seu livro, é a figura da oratória que salta aos olhos, o homem do púlpito, aquele que comunica o movimento, que percorre as ruas de Vila Rica a anunciar o levante em bom tom, com a voz a perpassam as pedras e tendenciando a chegar nos ouvidos da autoridade. A ausência de medo e mesmo a concepção de que seria um homem frustrado pela vida, cercam a imagem de Tiradentes para Joaquim, emprestando, assim como abordou Gonzaga a loucura, como um adjetivo capaz de descrevê-lo com viemência.

Dentro disso Tiradentes adquiri uma persona como leviana, dotado de um espírito selvagem, infortunado na vida sem conseguir uma promoção do exército já com 39 anos, projeta-se imagem do homem frustrado que andava a comunicar a suas intenções no movimento, um insano com concepções libertárias. Apresenta-se a perda da sanidade, da racionalidade que poderia arquitetar o movimento, assim, Tiradentes não se encontra com a definição de um herói. Joaquim chega a mencionar o choro de Tiradentes quando José Álvares Maciel, fala sobre a indiferença que os colonos teriam em relação as tendências de separatismo. Nesse caminho, podemos observar que o ideal de heroicidade que definiria um modelo de comportamento a ser seguido, um ideal de exemplo social, não recai sobre o personagem do alferes, porque na produção textual, e aí julga-se dentro do discurso, não da prática real do conjurado, mas na linguagem que dentro do modelo cortês que permanece no pós independência em uma perpetuação do sistema monárquico da família de Bragança. Podemos observar que esse elementos, a cultura das cortes se insere na denotação do herói de Joaquim. Tomás Antônio Gonzaga reuniria em sua pessoa as três características centrais do herói cortesão modelar do século XVI ao século XVIII, na sociedade cortesã ibérica: a coragem e virtuosidade

---

9

cavalheirescos, a prudência Tridentina e a dissimulação típica da sociedade de cortês. Esse modelo tripé coloca Tomás Antônio Gonzaga no panteão dos conjurados, embora Joaquim Noberto, em seu texto, afirma que diretamente a autoridade de um líder não era a prática dos debates, existiam diversas cabeças que orientavam o movimento, até mesmo por essa questão, pelo rompimento com a coletividade e representar muito, um falar solitário, que Tiradentes não pode representar a heroicidade de Joaquim Noberto e de forma central do Instituto Histórico Brasileiro. O jogo que se encena na corte, dentro dos discursos que se proferiam nas reuniões dos conjurados e do lugar de respeito que Tomás teria fica evidenciado nas passagens textuais da História da Conjuração mineira, por exemplo em um questão central dos debates do levante, qual seria o destino do recente nomeado governador da província Visconde De Barbacena incitando o posicionamento que se filia aos sans-cullotes, ao modelo de oposição ao cortês, o que o colocaria fora da proximidade de um ideal de herói, Tiradentes se pronuncia Omo voluntário para cortar a cabeça do novo governador. Diante da postura o debate acaba por definir o aprisionamento do Visconde de Barbacena na fazenda da cachoeira junto com sua família até ser exilado da província sublevada. Neste contexto infunde-se uma ruptura com o modelo de virtuosidade cavalheiresca na fala de Tiradentes o que o afasta da tradição cortesã, cortar a cabeça, aderir ao modelo de violência popular e que acometeria apenas aos súditos distantes da corte. Tratar com generosidade o membros de um mesmo grupo social define a prudência e o ritual cavalheiresco que é privilegiado não configuração do herói da História da Conjuração Mineira.

No desenvolvimento da narrativa, passando para os interrogatórios e depoimentos, Gonzaga é o homem que nega a participação no movimento e essa negativa não é algo que o denigre como traidor ou mesmo leviano e mentiroso, ou mesmo sem virtudes, distante da coragem cavalheiresca porque na verdade aí entra a terceira qualidade do herói a dissimulação, o objetivo seria dissuadir a elite metropolitana na sua condenação, evitar a prisão de si e dos seus colegas conjurados. Assim diante de incisivas negativas, afirma como já mencionado a crítica a postura de Tiradentes que por fim, seria na verdade o culpado pela descoberta do movimento. Nesse sentido, a dissimulação cortesã de Gonzaga o insere dentro do princípio da racionalidade e da inteligência do homem cortês que mobiliza as transformações por meio do discurso e não da violência. O espaço do debate político seria as minúcias, o entre lugar e não a

abertura do palco e púlpito. Outro momento interessante que lança luz sobre a visão desse modelo cortês de herói como uma permanência que ilustra no Instituto Histórico Brasileiro, na obra de Joaquim Noberto é justamente o momento no qual O Visconde de Barbacena após ter sido informado do movimento por Joaquim Silvério dos Reis, decide cancelar a derrama, no entanto, o então governador, não acredita na participação de Gonzaga o que conduz a estratégia de ação do governador de chamá-lo para comunicar o fato.

A narrativa afirma o posicionamento de parabenização do Visconde e o desejo de colocação de uma possível estatua em homenagem ao mesmo pelo povo que não queria de forma alguma a cobrança da derrama, essa postura de Gonzaga é irônica e configura o seu posicionamento no levante, ao lado do povo, o discurso de Gonzaga seria a sua voz eloqüente que rompe com os privilégios de sua posição defende os ideais do colonos, afirmando o desejo desses incipientes brasileiros, centro da ótica do século XIX, com os jogos da corte, sem exageros, sem a loucura, usando da inteligência e objetividade que o momento suscitava. A figura do mártir que assume a culpa do movimento, não é algo que legitima a representatividade do herói, os ecos dessa postura remetem a negação de um ato cívico, político e se apresenta mais como um fruto da religiosidade e mesmo da “loucura”, dos “exageros” de Joaquim José da Silva Xavier. Nesse viés, o lugar da heroicidade não poderia se maculado por posturas de idílios longínquos posição do herói se filia também ao homem ilustrado, ao fiel das letras e não da religiosidade, o enfoque da ciência e racionalidade destituiu a fibra que o espaço da religiosidade poderia trazer como modelo para a prática heróica, logo, o lugar de centralidade do herói é o do homem político distando de uma hagiografia.

Nessa perspectiva, o modelo de herói persuasivo e cortesão se encontra com os ditames de uma anunciação na qual aproxima-se da difusão de um movimento baseado na intelectualidade e racionalidade dentro de uma proposta na qual a luta pela emancipação era algo inevitável dentro dos adjetivos que circundavam a notoriedade dos colonos. A força, a luta que pertencia aos soldados coloniais, no livro de Joaquim é reverenciada por Josepe Garibaldi, nesse ponto, o hemisfério sul tem que se render a heroicidade do brasileiro, aos homens da terra que ensinam ao Velho Mundo, como lutar pela emancipação. A partir da Análise do texto de Joaquim Noberto de Sousa e Silva, escrito em 1863, como parte de um mundo letrado que identificava uma forma de ver o mundo e ao mesmo tempo, uma postura ao se lidar e dinamizar o arquivo, como bem argumenta Derrida, dentro de uma suplementabilidade, na qual

conhecimentos , saberes e conceitos são definidos , podemos observar a predominância dos elementos de continuidade , a argumentação do autor defini-se pela concepção de um movimento de libertação que foi proposto pelos colonos , cerceado pela leviandade de alguns conjurados e pela força da ação metropolitana e realmente consumado pelas mãos de uma dinastia que permanece no poder . O mundo que deveria ser questionado pelo movimento insurrecional, era sim os exageros e espoliações promovidas pelos funcionários metropolitanos. No entanto, em relação ao modelo de corte que se instaura no Antigo Regime, não é questionado na sua essência pelas proposições de dois aspectos: o conceito de vilania não repousa sobre o Monarca e a corte portuguesa, sendo o ato da sentença, da segunda sentença representado como benevolência, o segundo aspecto, seria a composição do ideal de heroicidade que não se integra a representatividade do homem do povo , dentro da liberdade , igualdade e fraternidade pelos menos nas questões civis . A prática do discurso, da união da população em defesa da emancipação produzida pela voz de Joaquim José da Silva Xavier é nulidade pelo eco da personalidade de Tomas Antônio Gonzaga dentro do modelo de herói cortesão do séculos XVI ao século XVIII Ibérico.

<sup>1</sup>KOSSELIC,Reinhart. **Futuro Passado.Contribuição a semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto - Ed. PUC-Rio, 2006.

<sup>2</sup> Reconhecida como paradigma a partir do século XVIII

<sup>3</sup>Idem,p.324.

<sup>4</sup>FOUCALT, Michel. **A ordem do discurso**. Apud Tereza Cristthina barbo Siqueira Disponível em:  
[http://www.ucg.br/site\\_docente/edu/teresa\\_cristina/pdf/genealogia](http://www.ucg.br/site_docente/edu/teresa_cristina/pdf/genealogia). Acesso em 10. jan.2008

<sup>5</sup> DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo: Uma impressão freudiana**. (1995). Trad. Cláudia de Moraes. Rio de Janeiro: Relume Dumará,2001P.72.

<sup>6</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Unicamp:Campinas.2003,p.25.

<sup>7</sup> Silva , Joaquim Noberto de Souza .A História da Conjuração Mineira. Rio de janeiro: . p.4.

<sup>8</sup> NOBERTO, Joaquim. **A História da Conjuração Mineira**. Rio de janeiro: Biblioteca Nacional,p.72.

<sup>9</sup> AUTOS da devassa da Inconfidência Mineira. Brasília: Câmara dos deputados,1976.V9.P.62.

## "Os indesejáveis" e o regime civil-militar brasileiro: As esquerdas pré-1964 no exílio e no processo de anistia política

Denise Felipe Ribeiro <sup>i</sup>

**Resumo:** Na elaboração do projeto de anistia política, uma das questões centrais era o retorno dos exilados. Essa preocupação era acentuada ao tratar-se de personagens ligados às esquerdas pré-1964. As atividades de atores políticos como Brizola, Paulo Schilling, Prestes, Arraes, Julião, Gregório Bezerra, Paulo Freire e Marcio Moreira Alves eram monitoradas pelos órgãos de segurança e informações no exterior. Abordaremos a utilização da denominação "indesejáveis" e o estabelecimento de normas por ocasião do retorno desses personagens ao país em 1979.

**Abstract:** In the preparation of the project about political amnesty, one of the central issues was the return of the exiles. This concern was accentuated in relation to characters connected with the left pre-1964. The activities of political as Brizola, Paulo Schilling, Prestes, Arraes, Julião, Gregório Bezerra, Paulo Freire e Marcio Moreira Alves were monitored by security agencies and abroad information. We will discuss the use of "undesirables" and the establishment of rules on the return of these characters to the country in 1979.

**Palavras-chave:** Anistia; exílio; Regime civil-militar brasileiro

**Key words:** Amnesty; exile; Brazilian civil-military dictatorship

No ano de 1979, em meio aos debates relativos ao processo de abertura e anistia política, a grande imprensa mencionava a existência de uma lista com os nomes de oito exilados cujo retorno ao país era visto com restrições pelo regime ditatorial. Praticamente todos eles revelavam sólidas atividades políticas antes da ruptura institucional ocorrida em 1964: Luiz Carlos Prestes, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Francisco Julião, Gregório Bezerra, Marcio Moreira Alves, Paulo Schilling e Paulo Freire.<sup>ii</sup>

Tais personagens faziam, em maior ou menor medida, parte de tradições políticas que remontam ao período que antecede o golpe civil-militar de 1964. Entretanto, ao analisarmos a produção acadêmica sobre o processo que resultou na anistia política de 1979, a despeito da grande diversidade de estudos realizados nos últimos anos e dos diferentes ângulos de análise, percebemos que os atingidos de primeira hora pelo movimento golpista têm sofrido com uma abordagem que os relega a um lugar secundário. A atenção secundária dedicada aos personagens da geração de 1964,<sup>iii</sup> pode nos indicar um processo de enquadramento da memória. Michel Pollak, ao abordar a questão da memória coletiva, nos lembra que, enquanto



operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se deseja preservar, a memória inclui tentativas de definição e de reforço dos sentimentos de pertencimento e das fronteiras sociais entre coletividades diversas.<sup>iv</sup> Nesse sentido, a memória construída acerca do processo de redemocratização, abertura política e anistia teria, com efeito, priorizado determinados grupos políticos em detrimentos de outros. A chamada “geração de 1968” teria, portanto, sido priorizada nos estudos produzidos sobre o período em detrimento da geração anterior. Isso se deve, em grande parte, ao processo de construção e reconstrução de identidades pela qual aquele grupo passava durante o período de abertura política, a partir de meados dos anos 1970, e que resultou na conformação de novos partidos e projetos políticos. Explica-se, desse modo, a necessidade de levar a cabo uma operação coletiva de (re)interpretação do passado que privilegiasse suas ações, experiências e projetos políticos em detrimento das experiências que antecederam a “geração de 1968”.

Os personagens que, de acordo com a matéria da revista *Veja*, eram os “indesejáveis” para o regime civil-militar faziam, em maior ou menor medida, parte de tradições políticas que remontam ao período da história republicana brasileira entre 1930 e 1964. Na nossa cultura política, tais personagens e tradições ganharam uma série de interpretações pejorativas. Uma delas levou à utilização da expressão “populismo” como uma forma de englobar todas essas tradições – a despeito das peculiaridades e da diversidade de projetos políticos vinculados a cada um desses personagens. A noção de populismo foi disseminada tanto por intermédio dos círculos acadêmicos como por parte da imprensa, atingindo e deixando marcas, além de ressignificar parte da memória da república democrática de 1946.<sup>v</sup> Segundo Daniel Aarão Reis, tais estudos teriam assim contribuído para um esvaziamento das análises acerca da tradição, por ele denominada, “nacional-estatista” no campo das esquerdas, que acabou ganhando o rótulo de pensamento burguês e reformista. Assim, “a tradição trabalhista, que empolgou grandes movimentos sociais ao longo de décadas, foi simplesmente eliminada do campo de reflexão das esquerdas”.<sup>vi</sup> Aarão Reis observa que tal concepção ainda encontra reflexos nos estudos contemporâneos sobre as esquerdas no Brasil, na medida em que é a tradição comunista que detém uma espécie de monopólio no âmbito das esquerdas.<sup>vii</sup> A esse respeito, Aarão Reis nos traz sua própria experiência:

A geração da qual faço parte, que iniciou vida e participação política nos anos imediatamente anteriores ou posteriores a 1964, que formou a então autodenominada **esquerda revolucionária**, ou **nova esquerda**, considerava o trabalhismo um lixo. Tinha ido, como se costumava dizer na época, para a lata de lixo da história. A partir daí, conosco, a história iria começar do zero.<sup>viii</sup>

Se para as esquerdas surgidas no pós-1964, as tradições que a antecederiam deveriam ser esquecidas, para o regime ditatorial, o combate havia sido por elas motivado. Quinze anos após o golpe civil-militar que as alijara do poder, e em meio ao processo de abertura política, era o conjunto de diferentes tradições que compunham as esquerdas do pré-1964 que continuava a ser a “pedra no sapato” do regime.

No início de 1979, quando a Lei da Anistia não havia sido promulgada, muitos exilados já pensavam o seu retorno ao país. Enquanto isso, o governo ia mudando seus procedimentos e elaborando regulamentos para lidar com essa questão. Nesse sentido, foram transmitidas orientações ao Itamaraty em relação a concessão de passaportes, que facilitariam o deslocamento de brasileiros no exterior e o retorno ao Brasil. Mas, isso dependia de como seria classificado cada exilado, em função de sua situação política. Para o grupo denominado como “indesejáveis”, por exemplo, o retorno ao país teria uma série de empecilhos e limitações.<sup>ix</sup> De acordo com o noticiado pela Revista Veja,

Haveria um grupo “verde”, sem quaisquer dificuldades na área política, merecedores de passaportes normais; um outro classificado de “cor-de-rosa”, integrado por cidadãos indiciados em processos, e por isso habilitados, apenas, a obter um título de nacionalidade para o regresso; e finalmente um reduzidíssimo círculo de oito pessoas, para as quais estaria aceso um sinal “vermelho” – isto é, elas receberiam documentos somente após uma negociação política de sua volta ao governo.<sup>x</sup>

O vazamento da notícia de que haviam sido estipulados procedimentos diferenciados para o grupo dos “indesejáveis” gerou um certo constrangimento para o governo. Alguns veículos da imprensa buscaram esclarecimentos a esse respeito, fazendo com que integrantes do regime tivessem que se pronunciar. O porta-voz do governo, coronel Rubem Ludwig, alegou desconhecer tais instruções do Itamaraty, afirmando que todos os exilados, sem distinção, poderiam retornar ao país, desde que acertassem suas contas com a justiça.<sup>xi</sup>

Nos setores oposicionistas, o ocorrido deu mais um argumento para aqueles que lutavam pela anistia política. O senador Paulo Brossard (MDB-RS) comentou a lista dos oito indesejáveis lembrando que havia sido dada muita importância ao decreto que revogava o banimento, enquanto somente a anistia resolveria todos os casos. Sintonizado com tais críticas, o senador Gilvan Rocha (MDB-SE) afirmou que só haveria conciliação nacional com a convocação de uma Assembleia Constituinte e a concessão da anistia.<sup>xii</sup>

Inseria-se também nessa discussão o tratamento que o governo reservaria a banidos e exilados. De acordo com o vice-presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Jesus Trindade Barreto (Arena), o tempo de banimento deveria ser contado para efeito de condenação ou prescrição da pena, enquanto os exilados por terem “abandonado” o país, não

deveriam ter prescrição da pena, pois “quando um preso foge, o tempo de fuga não é contado no período total de sua condenação”.<sup>xiii</sup>

Entre os “indesejáveis”, Miguel Arraes e Marcio Moreira Alves foram ouvidos por jornalistas a respeito da lista em que foram incluídos. Para o ex-governador de Pernambuco e o ex-deputado, ambos cassados, a lista dos “indesejáveis” era uma demonstração da manutenção do arbítrio e da repressão e objetivava dividir os brasileiros exilados. Moreira Alves não conseguia sequer enxergar lógica aparente na lista, posto que seus integrantes tinham origens ideológicas diversas.<sup>xiv</sup>

O receio governamental em relação a esses personagens é demonstrado em documentos oficiais. Em relatório produzido pelo Estado Maior das Forças Armadas, em 1972 – sete anos antes da Lei da Anistia – nota-se a preocupação com a “reabilitação de personalidades proscritas pela “Revolução Democrática de 1964”.<sup>xv</sup>

1. Ao se aproximar o término do prazo (1974) com que foram punidos, pelos Governos Revolucionários, com a “suspensão dos direitos políticos”, inúmeras figuras da vida pública brasileira, antes e depois de 1964 – verifica-se a crescente frequência com que são focalizadas pelos diversos meios de comunicação social, particularmente pela imprensa.

2. Intencionalmente ou não, essas referências predispõem a opinião pública a se tornar benevolente com as personalidades focalizadas, criando receptividade à idéia de sua total reabilitação, com a restituição plena de seus direitos políticos, antes mesmo do término do prazo da sanção que lhes foi imposta. (...)

4. Aproximando-se as épocas de renovação dos cargos eletivos nas administrações municipais e estaduais e, mais longinquamente, da federal, quase coincidentes com o término das punições impostas a tais figuras proscritas pela Revolução – é lícito acreditar, se lhes for permitido, em sua influência nos processos eleitorais que se avizinham, mesmo que sejam indiretas as eleições. Num futuro próximo, além disso, sendo-lhes restituída a plenitude de seus direitos políticos, poderão elas mesmas, candidatar-se a cargos na administração pública.

5. A alusão a essas personalidades é feita mesmo no próprio Congresso. O “Noticiário da Imprensa”, de 17/18 ABR 72, do SNI, reproduz a essência de um projeto de lei, de autoria do deputado Jerônimo Santana (MDB/RO), apresentado a 17 ABR 72, à apreciação da Câmara, pelo qual “ficam anistiados os SRs JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, JÂNIO QUADROS E JOÃO MARQUES GOULART, ex-presidentes da República, que tiveram decretada a suspensão de seus direitos políticos”.<sup>xvi</sup>

Tais personagens, durante todo o período em que permaneceram exilados, foram monitorados pelo regime ditatorial através de seus órgãos de informações. Na documentação analisada até o presente momento, é patente o monitoramento minucioso de alguns líderes políticos pertencentes a diversas vertentes das esquerdas pré-1964. Em 1972, um informe do Ministério das Relações Exteriores dava conta das viagens de Miguel Arraes ao Chile, ao Peru e ao México, e de que este estaria mudando sua concepção de atividade político-revolucionária por meio da criação de “comitês contra a corrupção”, que não poderiam ser

reprimidos pelo governo devido ao fato desses comitês não apresentarem um objetivo político.<sup>xvii</sup>

Como observado, até o momento, na documentação, Leonel Brizola era um dos personagens políticos sobre o qual recaíam inúmeros receios por parte do regime. Ele e seus simpatizantes sofriam a constante e atenta vigilância dos órgãos de informações. Em 1979, já no contexto de abertura política e dos debates acerca da possibilidade de retorno dos exilados e banidos, suas ações eram objeto de grande atenção. O Departamento de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ) informava a presença de Brizola no México e atentava para os contatos estabelecidos com outras lideranças como Francisco Julião e Neiva Moreira.

O Adido das Forças Armadas junto à Embaixada do Brasil no México, informou ao Chefe daquela Missão Diplomática que:

a) LEONEL BRIZOLA esteve algumas semanas naquele país, até 15/MAR/79, quando regressou a NOVA YORK.

b) Declarou o ex-governador do Rio Grande do Sul ter sido convidado pela direção do PRI para, juntamente com os ex-deputados NEIVA MOREIRA e FRANCISCO JULIÃO, participar, como membro de “delegação brasileira das festividades comemorativas do cinquentenário do referido partido, realizadas em QUERETARO, na primeira semana de março”.

c) Disse, também BRIZOLA, que havia decidido regressar ao Brasil em fins de abril ou começo de maio, a fim de reiniciar sua atividade política, mesmo sabendo que deverá ser preso à sua chegada e passar um ou dois meses detido.

d) Acrescentou ele, ainda, que assim resolveu em virtude de achar que sua liderança política apenas pode ser mantida e exercida, agora, no BRASIL.

e) Afirmou, igualmente, estar trabalhando a fim de somar, em torno de si, o maior número possível de dirigentes políticos afastados da vida partidária após 1964, admitindo, inclusive, dividir sua liderança com alguns deles.<sup>xviii</sup>

João Trajano Sento-Sé observou que o retorno de Leonel Brizola ao Brasil foi marcado por uma série de debates que em última instância se referiam às preocupações com a redefinição do quadro partidário e a realocação das lideranças naquele contexto de abertura política.<sup>xix</sup> O receio em relação ao retorno de Brizola e de outras lideranças pré-1964, revelavam o modo como essas figuras eram encaradas pelo regime ditatorial. Em um momento em que a chamada “linha-dura” das Forças Armadas ainda não havia sido totalmente neutralizada, as resistências à ameaça comunista que aqueles personagens representavam para aquele setor castrense continuavam sendo significativas. O retorno dos “indesejáveis” significava, para o regime, que o perigo que o movimento golpista quis afastar em 1964 ainda estava presente.<sup>xx</sup> Sobre a lista que proibia o retorno ao país dos oito exilados, Sento-Sé lembra:

A publicação reiterada e ostensiva dessa lista expressava o modo como estes homens eram encarados pelo regime, ou por parte de seus integrantes. Os representantes da linha dura, como já foi mencionado, estavam longe, a essa altura, de ter sido neutralizados. Preservavam sua parcela de força, embora estivessem em processo de crescente decomposição. Agarravam-se, ainda, ao apelo do combate à subversão e ao fantasma do comunismo, a despeito da visível queda do poder persuasivo dessa retórica. A lista

negra, assim chamada à época, indicava aqueles que eles encarnavam de modo explícito “o perigo que o movimento de 64 quisera afastar, do qual não estávamos totalmente libertos”.<sup>xxi</sup>

Assim, no final dos anos 1970, quando o regime ditatorial já considerava as organizações da luta armada como vencidas, os olhos se voltaram ainda mais para as lideranças políticas do pré-1964. O Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), informava sobre um debate sobre liberdade de imprensa, realizado na sede do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre/RS. Do relatório, constavam as observações e análises feitas pelos presentes acerca de diversos temas:

O SNI (Serviço Nacional de Informações) é um prolongamento da ESG (Escola Superior de Guerra) sendo que, se seus mais recentes chefes, um atualmente é Presidente da República e outro Comandante do III Exército. Tal órgão já calculou guerras, invasões e tudo o mais que nunca existiram, a não ser em suas mentes. É um órgão exclusivamente de acompanhamento e coordenação e sua preocupação atual é com a abertura política e a anistia, os problemas que trarão juntos, que são: LUIZ CARLOS PRESTES, com seu PC; LEONEL DE MOURA BRIZOLA e o dito PTB; CENTENO, JULIÃO, MIGUEL ARRAES e outras figuras indesejáveis para o órgão.<sup>xxii</sup>

Entretanto, a questão do retorno ao país e a reinserção política desses personagens não era uma preocupação exclusiva dos militares. Segundo Lucia Grinberg, ao longo do processo de abertura, políticos e simpatizantes da Arena (Aliança Renovadora Nacional) discutiam a respeito do retorno de líderes políticos cassados e/ou exilados.<sup>xxiii</sup> Os diagnósticos arenistas revelavam um sabor fatalista, prevendo eventuais revanchismos. Temiam que líderes com grande capacidade de mobilização, como Leonel Brizola, retornassem ao jogo político. Tais preocupações levavam os partidários e simpatizantes da Arena a pleitear medidas governamentais que não permitissem que as conquistas da “Revolução de 1964” fossem abandonadas. Nesse sentido, em janeiro de 1978, o senador arenista Tarso Dutra (RS) defendia não ser aquele o momento da reentrada de Brizola na vida política do país, pois, em sua visão o “ciclo revolucionário” não estava completamente encerrado.<sup>xxiv</sup>

Mas, não eram apenas os arenistas que estavam apreensivos com a possibilidade de retorno desses personagens. Aos olhos emedebistas, o retorno dessas lideranças políticas também poderia constituir-se em um entrave a determinados projetos políticos que começavam a ser projetados a partir dos primeiros indícios de abertura política. Líderes do MDB, como Ulisses Guimarães e Tancredo Neves, temiam que o ingresso de Brizola no partido, assim como o de outras lideranças, pudesse resultar num rearranjo de forças cujas consequências seriam imprevisíveis.<sup>xxv</sup>

Partimos aqui da premissa de que os personagens classificados pelo regime ditatorial como “indesejáveis” no contexto da abertura política e do processo de redemocratização encarnariam ideias e perspectivas políticas diversas, mas que simbolizam as tradições

políticas que o golpe civil-militar perpetrado em 1964 pretendeu alijar. Não indiscriminadamente, cerca de 15 anos após a retirada do poder operada principalmente através de cassações, perda de mandatos e exílios forçados, a ditadura ainda tinha como preocupação central a possibilidade do retorno e de retomada dos projetos políticos dos chamados “indesejáveis”.

---

<sup>i</sup> Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em 2012, sob a orientação da Professora Doutora Samantha Quadrat. Professora I de História da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Email: df.ribeiro@gmail.com

<sup>ii</sup> Revista *Veja*, 10 de janeiro de 1979, p. 30-32.

<sup>iii</sup> Ver ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: Entre raízes e rades*. Rio de Janeiro: Record, 1999. A autora divide os personagens que viveram a experiência do exílio entre os anos 1960 e 1970 em duas gerações: a de 1964 e a de 1968. De um modo geral, a primeira geração estaria identificada com as diferentes tradições políticas que atuaram durante o governo João Goulart, ligados a sindicatos e partidos políticos legais, como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). A segunda geração estaria mais próxima das manifestações estudantis iniciadas entre os anos de 1965-66 e 1968. A geração de 1968 tinha, em geral, uma postura mais crítica em relação às práticas e avaliações do PCB e do PTB e supervalorizavam a ação revolucionária.

<sup>iv</sup> POLLAK, Michel. “Memórias, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p.9.

<sup>v</sup> As perspectivas teóricas marxistas defendidas por Octavio Ianni e Francisco Weffort foram as grandes disseminadoras do conceito de populismo.

<sup>vi</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. “As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições”. In: FORTES, Alexandre (Org.). *História e perspectivas de esquerda*. São Paulo/Chapécó: Editora Perseu Abramo/Argos, 2005, p.174-175.

<sup>vii</sup> Idem. Esse cenário, no entanto, vem se transformando. Sobretudo a partir dos anos 1990, uma série de trabalhos historiográficos tem procurado empreender uma revisão dessa imagem solidificada do “populismo” na política brasileira. Autores como Angela de Castro Gomes, Jorge Ferreira, Maria Helena Capelato, Lucília de Almeida Neves têm procurado desconstruir esses esquemas de percepção desqualificatórios, por meio da historicização do conceito de “populismo”, renovando os estudos sobre o sindicalismo e sobre os projetos e a atuação do PTB. Para uma breve, mas consistente, revisão da construção do conceito de populismo e dos estudos que procuraram trazer uma reflexão e renovação a esse respeito ver a introdução da obra FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>viii</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *Op. cit.*, p.175. Grifo do autor.

<sup>ix</sup> Revista *Veja*, 10 de janeiro de 1979, p.30-32.

<sup>x</sup> *Idem*.

<sup>xi</sup> Jornal *Folha de São Paulo*, 4 de janeiro de 1979, p.6.

<sup>xii</sup> *Idem*.

<sup>xiii</sup> *Idem*.

<sup>xiv</sup> *Idem*.

<sup>xv</sup> Arquivo Nacional. BR AN RIO TT O MCP PRO 0248

<sup>xvi</sup> *Idem*.

<sup>xvii</sup> Arquivo Nacional. BR AN RIO TT O MCP PRO 0258

<sup>xviii</sup> Arquivo Nacional. BR AN RIO TT O MCP PRO 1669

<sup>xix</sup> SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 47.

<sup>xx</sup> *Idem*, p. 53-54. Sobre a trajetória de Leonel Brizola no exílio e no retorno ao país após a anistia política, ver BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

<sup>xxi</sup> SENTO-SÉ, João Trajano. *Op. cit.*, p.53-54.

<sup>xxii</sup> Arquivo Nacional. BR AN BSB VAZ 130 0161.

<sup>xxiii</sup> GRINBERG, Lucia. “‘Saudações arenistas’: a correspondência entre partidos da Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1966-1979”. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha. (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*, volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 268-272.

<sup>xxiv</sup> Jornal *O Globo*, 29 de janeiro de 1978, p.6. “Para Tarso Dutra, candidatura Magalhães é forma de diálogo”.

<sup>xxv</sup> SENTO-SÉ, João Trajano. *Op. cit.*, p.77.

## LUGARES - VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS EM *MAYOMBE* E EM *NOITES DE VIGÍLIA*

Derneval Andrade Ferreira<sup>1</sup>

**Resumo:** Pretende-se discutir algumas configurações espaciais nas obras *Mayombe* de Pepetela e *Noites de Vigília* de Boaventura Cardoso, objetivando uma melhor compreensão das ações dos personagens em relação à construção de um discurso colonialista e/ou anticolonialista. Este trabalho não tem como propósito propor uma discussão no campo científico, pautada na veracidade de uma perspectiva fisiográfica, mas sobretudo, abordar o espaço como uma movimentação possível que se inscreve no imaginário e ajuda a entender a reelaboração de espaços e fronteiras de/em Angola.

**Palavras – Chave:** Literatura; espaço; Angola.

**Abstract:** It is intended to discuss some spatial configurations in the works *Mayombe* Pepetela and *Noites de Vigília* Boaventura Cardoso, aiming at a better understanding of the characters' actions in relation to the construction of a colonialist and / or anti-colonialist discourse. This work has as purpose to propose a discussion in the scientific field, based on the veracity of a physiographic perspective but mainly address space as a possible drive that fits in the imagination and helps to understand the redrafting of boundaries and spaces of / in Angola .

**Keywords:** literature; space; Angola.

Ao problematizar papéis temáticos de sujeitos ficcionais de uma determinada obra literária, vários elementos são acionados para que num trabalho interpretativo, o texto possibilite a compreensão dos múltiplos aspectos da vida cotidiana, das relações culturais e da historicidade de um povo. É a partir dessa relação que se percebe a importância de analisar onde os diversos sujeitos imaginários estão situados no decorrer das narrativas e quais os lugares ocupados por eles, a fim de que se descubram as ações e os diversos planos da enunciação ficcional. Esse posicionamento torna-se relevante à leitura da literatura de ficção, principalmente pelo fato de que o processo de estudo de uma obra literária não pode ser realizado apenas pelos elementos literários, a compreensão do contexto histórico e geográfico é imprescindível. (A. Cândido, 2005). Dessa forma, o espaço é um dos fatores essenciais na constituição da narrativa e o panorama cultural e histórico em que a obra é produzida engloba alusões e informações fixadas em pontos determinados do tempo que igualmente estabelecem um espaço interativo com a narrativa. Por isso, o espaço ou ambiente físico imaginado, redesenhado é reconfigurado pelo universo social onde narradores e personagens estão inseridos e desfilam, criando cenários que muitas vezes apresentam correspondências com a realidade e, numa configuração maior, esse espaço apresenta também elementos importantes para a compreensão social e histórica do homem.

---

<sup>1</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia. Orientadora: Profª. Dra. Maria de Fátima Maia Ribeiro. Bolsista da FAPESB. E-mail: derneval.f@hotmail.com



Postas essas ideias, pretende-se discutir algumas configurações espaciais nas obras *Mayombe*<sup>i</sup> e *Noites de Vigília*<sup>ii</sup>, objetivando uma melhor compreensão das ações dos personagens em relação à construção de um discurso colonialista e/ou anticolonialista presente nas narrativas. Embora estejam no plano da ficção, as obras dos autores angolanos abrem possibilidades de demarcações de espaços e fronteiras que dizem muito da realidade de um país assolado pelo colonialismo. Obviamente que esta tese não tem como objetivo propor uma discussão no campo científico, pautada na veracidade de uma perspectiva fisiográfica, mas, sobretudo, abordar o espaço como um recurso possível que se inscreve no imaginário e ajuda a entender a reelaboração de espaços e fronteiras de/em Angola.

Pepetela e Boaventura Cardoso, imbuídos na condição de emissários de Angola, no percurso de suas produções literárias, estabelecem recortes espaciais que terminam dando uma conotação de um espaço historicamente construído. A intitulação ao romance *Mayombe*, por exemplo, é muito sugestiva para se compreender melhor as diversas façanhas expostas pelo autor ao longo da narrativa. Geograficamente, Mayombe é uma densa floresta que corta o rio Lombe e faz parte da paisagem geofísica de Angola, caracterizando a diversidade natural do continente africano. Numa dimensão semântica, Mayombe agrega outros sentidos, transformando-se num espaço textual, capaz de revelar outras tantas significações que a trama narrativa descortina ao longo do romance. É importante pontuar que essas acepções vão sendo criadas, alimentadas e reconfiguradas à medida que os sujeitos imaginários presentes na narrativa ocupam os distintos lugares, experimentando-os e vivenciando-os. Assim, a floresta Mayombe assume um papel de sujeito no decorrer da trama, pelo fato de transgredir sua dimensão natural e permitir que personagens acionem suas problematizações, trazendo à tona uma diversidade de experiências reveladoras de historicidade, de memórias e de aspectos culturais.

Discutindo sobre o romance *Mayombe*, Maria Aparecida Santtili<sup>iii</sup> (2003, pág. 192) afirma que “o assunto deste livro é o cotidiano da guerrilha na floresta Mayombe, na fase da luta armada pela libertação de Angola”. Então, pode-se afirmar que o romance possibilita o reconhecimento no eixo de seu universo cultural de questões trazidas pelo colonialismo que necessariamente se fazem presentes como característica expressa da literatura angolana.

Se o conteúdo principal da obra é o cotidiano da guerrilha, é preciso entender de que forma essa ação armada é evidenciada e de que forma ela é configurada e reconfigurada nos espaços ocupados pelos sujeitos no interior da narrativa. No capítulo I da obra, intitulado “A Missão”, a trama é praticamente desenrolada na floresta Mayombe, espaço que acolhe os diferentes personagens e também os narradores que se alternam entre os diálogos. Fica evidente que Mayombe é alvo de exploração de madeiras pelos “tugas”, ação típica do colonialismo

português em África, e os nativos guerrilheiros embrenham-se na mata no combate a essa ação numa tentativa de enfraquecer as veias do colonialismo. É importante lembrar que a dimensão da luta armada em defesa da floresta Mayombe ultrapassa o âmbito militar.

Para tal análise, segue o diálogo entre o comandante Sem Medo e o Comissário:

O Comandante sentou-se numa pedra.

- Esperamos que o Das Operações tenha razão. Ele é que fez o reconhecimento...

- Reconhecimento! – Disse o Comissário. – Desceu o rio, encontrou a picada de exploração de madeira. Chamas a isso um reconhecimento? Nem sequer sabe se os tugas têm tropa na exploração.

- Vamos saber agora. O que é preciso é começar. Metemos a base no interior, já foi um passo em frente. Acabada a guerra de fronteira! Agora vamos estudando as coisas no terreno e decidindo aos poucos. De qualquer modo, esta operação está dentro das tuas teorias: acção política, mais que militar. Não sei de que te queixas...

(MAYOMBE, 1980, pág. 20)

O diálogo entre o comandante e o comissário deixa claro que o autor, por meio de suas personagens, tenta passar através de falas e comportamentos uma ação de consciência política sobreposta a militar. Dessa forma, percebe-se ainda que a formação política, o processo de conscientização, a luta ideológica são armas mais adequadas do que o uso do esforço físico. Nesse aspecto, a obra escrita em um período de guerra, de transição de sistema político apresenta passagens que dialogam com as propostas dos discursos pós-colonialistas e de um pensamento libertador. Observa-se, portanto, que a floresta é usada pelo autor como um recurso de instrumentalização para que seu discurso tome feições de um ideário político.

Também reconhecendo a floresta Mayombe como palco da ação guerrilheira, Rita Chaves<sup>iv</sup> (2005, pág. 80) afirma que

[...] Mayombe, floresta tropical situada ao norte, na província de Cabinda, e que dá nome ao famoso romance de Pepetela. Distante centenas de quilômetros da capital, a floresta articula-se com ela na medida em que, durante a guerra de libertação, acolhe, entre suas árvores, os guerrilheiros de uma das frentes de combate. O calor da hora faz com que ali se reúna gente de toda parte do país, conferindo à floresta um caráter cosmopolita, onde se pode perceber todo um mosaico de problemas que traduzem a complexidade das contradições legadas pelos séculos de colonialismo.

Ao pontuar essas questões levantadas por Chaves, percebe-se que outros valores são agregados à floresta à medida que ela torna um cenário de vivências e experiências. E sobre essa ideia é importante problematizar as contribuições de Michel de Certeau<sup>v</sup> (1994) sobre a questão espacial. Segundo o pensador francês, o espaço existe no momento em que as produções sociais são vivenciadas pelas pessoas e, dessa forma, a história se realiza nas ações dos indivíduos em um determinado espaço. Mayombe, portanto, vivenciada e experimentada por povos de diversas

etnias, origens e ideologias adquire uma representação histórica da própria diversidade política, social e cultural de Angola.

Mayombe não é apenas a densa floresta que serve de palco para a encenação das lutas anticoloniais, nem tampouco o elemento crucial, gerador do conflito entre “tugas” e nativos devido à exploração ilegal de madeiras. A floresta, dentro da narrativa, adquire uma conotação muito mais ampla, estendendo-se desde a uma mística representação da cultura africana, guardiã de segredos e mistérios peculiares aos povos africanos até a uma ideia de um espaço que funciona como metáfora da nação a ser conquistada. Dessa forma, vencer os tugas contra a exploração de madeira significa uma retomada de domínio contra as forças colonialistas, até porque a floresta simbolicamente representa a nação. Além disso, os elementos naturais como rios, matas, árvores, folhas, terra.... misturam-se aos corpos dos guerrilheiros, ora constituindo-os, ora servindo-os como instrumento de defesa; um verdadeiro aliado contra as forças colonialistas. Sobre as feições que a floresta adquire, observe o trecho na voz do narrador:

[...] A mata abriu valas camufladas de folhas sob os pés dos homens, barulhos imensos no silêncio da noite, derrubou árvores sobre os homens. E os homens avançaram. E os homens tornaram-se verdes, e dos seus braços folhas brotaram, e flores, e a mata curvou-se em abóboda, e a mata estendeu-lhes a sombra protectora, e os frutos. Zeus ajoelhado diante de Prometeu. E prometeu dava impunemente o fogo aos homens, e a inteligência. E os homens compreendiam que Zeus, afinal, não era invencível, que Zeus se vergava à coragem, graças a Prometeu que lhe dá a inteligência e a força de se afirmarem homens em oposição aos deuses. Tal é o atributo do herói, o de levar os homens a desafiam os deuses.

(MAYOMBE, 1980, pág. 78)

Mais uma vez, percebe-se que a floresta Mayombe permite a protagonização de seu espaço, ao mesmo tempo em que se torna sujeito da paisagem descrita no romance. Se Mayombe pode ser tomada como metáfora de nação, sujeito atuante e personagem em transe de personificação com outros personagens, significa dizer que o espaço eleito pelo autor e nobremente descrito pelo narrador estabelece um grau de cumplicidade entre escritor, personagens e obra, transformando-se em um principal elemento agenciador que tenta inverter fragmentos da história oficial da Angola. Em outras palavras, Mayombe é, ao mesmo tempo, o signo que intitula a obra e também um elemento complexo carregado de representações que conduzem os leitores mais avisados a realizarem, analogicamente, a leitura de um projeto empenhando no revisionismo do discurso oficial colonialista. Dessa forma, a relação cúmplice estabelecida entre narrador/personagem/espaço geográfico (Mayombe) associa-se ao projeto de dinamizar o exercício da palavra a favor de uma releitura do passado colonial e permite, talvez, entender a dinâmica de leitura que o autor e a própria arte literária relativizam, a fim de que novos sentidos sejam criados a partir da apropriação textual e de momentos de historicidade.

Para problematizar a relação espacial de alguns personagens e suas trajetórias ao longo do romance *Mayombe*, é preciso insistir no fato de que o espaço é uma dimensão que traz à tona uma diversidade de experiências reveladoras de historicidade, isto porque é construído a partir de ações por seres que o habitam, estabelecendo uma relação entre passado e presente. Para ampliar a discussão nessa perspectiva, toma-se por base a obra intitulada “*Por uma geografia nova*”<sup>vi</sup> (1978) do conceituado geógrafo baiano Milton Santos. Segundo esse autor, o espaço é central e compreendido como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações que estão acontecendo e manifestam-se através de processos e funções.

Tomando, por exemplo, a origem e a formação de alguns personagens de *Mayombe*, percebe-se, analogicamente, a pluralidade cultural e política do homem angolano. O personagem Teoria, primeiro narrador-personagem, afirma que nasceu em Gabela, terra do café. E que sua constituição étnica é de mãe negra e pai branco português. Além de o personagem percorrer caminhos em busca de sua identidade, (por não saber se é branco ou se é negro) e viver a ideia conflitante do “talvez”, Teoria abre espaço para se discutir as contradições e as ambiguidades postas pelo próprio sistema colonialista. Milagre, outro personagem da trama, declara ter nascido em Quibaxe, região Kibundo, muito próxima da região do comissário e do Chefe de Operações. Apesar de sua região ser próspera, seu pai sempre foi pobre. Milagre anuncia:

Vejam a injustiça. Eu, Milagre, vim de Quibaxe, onde os homens atacavam o inimigo só com catanas e a sua coragem, eu vim de longe, o meu pai foi morto, a cabeça levada pelo tractor, para ver agora um dos nossos, amarrado, seguir para o Congo, amarrado, porque ficou com cem escudos dum traidor de Cabinda! Eu, sou Milagre, nasci para ver isto!

(MAYOMBE, 1980, pág. 73)

Na constituição espacial dos personagens pode-se citar ainda Muatiânvua, um dos guerrilheiros. Filho de pai trabalhador da Diamang e de mãe Kimbundo do Songo, Muatiânvua vive diferentes planos em termos históricos e culturais. Laura Cavalcanti Padilha<sup>vii</sup> (2003, pág. 316-17) ao analisar algumas dimensões espaciais, na ficção de Pepetela, reconhece que

A bela fala de Muatiânvua, que reflete a sua dor, pode ser um paradigma possível da necessidade de desprimordialização da “identificação étnica” ou, em outras palavras, do seu desejável redimensionamento histórico-cultural. Não se nega “a qualidade mítica e subjetiva” de tal identificação, mas ela perde a importância, deixando de querer-se exclusiva.

.....  
Juntam-se os lugares, cria-se o território como um, soldados, rios, mares, florestas, chanas. Chega-se, assim, a uma outra percepção de onde estaria ou qual seria o local de pertença do sujeito [...]

Ao que parece, Muatiânvua simboliza a figura do marinheiro, aquele que vive às margens, vivenciando lugares distintos, carregando consigo um intenso sentimento de destribalização. Se esse personagem percorre diversos lugares, convive com pessoas de diferentes línguas e, por ora, apresenta feições de uma destribalização, significa dizer que, analogicamente, ele representa um elemento importante na desarticulação do discurso maniqueísta da formação étnica de seu país, envolvendo negros/brancos. Muatiânvua cresce no bairro Benfica e ele mesmo anuncia:

Onde eu nasci, havia homens de todas as línguas vivendo nas casas comuns e miseráveis da Companhia. Onde eu cresci, no Bairro Benfica, em Benguela, havia homens de todas as línguas, sofrendo as mesmas amarguras. O primeiro bando a que pertenci tinha mesmo meninos brancos, e tinha miúdos nascidos de pai umbundo, tchokue, quimbundo, fiote, kuanhama.

As mulheres que amei eram de todas as tribos, desde as Reguibat do Marrocos à Zulu da África do Sul. Todas eram belas e sabiam fazer amor, melhor umas que outras, é certo. Qual a diferença entre a mulher que esconde a face com um véu ou que a deforma com escarificações?

(MAYOMBE, 1980, pág. 140)

Observe como o espaço e as práticas sociais realizadas nele são fundamentais para que se tenha uma compreensão maior das relações humanas. O espaço experimentado e vivenciado (Certeau, 1994) constitui unidade histórica, estendendo-se como um fator social e não somente como um reflexo social (Santos, 1978). Nessa perspectiva, fica claro que diversos elementos representativos presentes no romance *Mayombe*, tais como homens, mulheres, guerrilheiros, floresta, rios... juntam-se a favor de uma ideia comum: a libertação política de Angola. Assim, os diversos espaços e seus mais representativos sujeitos protagonizam a favor da proliferação de um discurso anticolonialista, de repúdio às forças do regime autoritário e do comando coercitivo que contribui para o apagamento cultural.

Ao se tomar, por exemplo, a obra *Noites de Vigília* de Boaventura Cardoso, percebe-se que os lugares ocupados por narradores e personagens, percorrendo ambientes variados assumem múltiplas significações, contribuindo significativamente para a problematização dos próprios personagens, da ação narrativa e da constituição histórica na qual o romance está inserido.

*Noites de Vigília* narra primordialmente as memórias de dois personagens que em diversos momentos da narrativa assumem outras vozes, inclusive de narrador-personagem. Referem-se aos personagens Quinto e Saiundo que após anos de desencontros, marcados pelas consequências da mobilidade da própria guerra, reencontram-se no mercado denominado Roque Santeiro, “situado próximo ao musseque Sambizanga, cuja denominação se originou do êxito que a novela da televisão brasileira, com o mesmo nome, teve entre os luandenses” (TÂNIA MACÊDO<sup>viii</sup>, 2006, pág. 50).

Da mesma forma que Luanda, factualmente, constitui a referência obrigatória no imaginário nacional para os angolanos, o mercado Roque Santeiro representou um organismo vivo que abrigou homens, mulheres, trabalhadores, bêbados, vagabundos, prostitutas... todos a serviço não só de uma movimentação econômica e material de Luanda, mas também como elementos utilizados pelo texto ficcional para representar fenômenos da realidade. Deixa-se claro que o mercado Roque Santeiro na narrativa Cardoseana não apresenta uma configuração urbanística, na sua feição física, mas espaços por onde desfilam seus personagens num cenário narrativo. Esse espaço imaginário, caricaturado e idealizado pelo autor é alçado a uma apologia realística de forte conotação histórica, principalmente por acompanhar o desenvolvimento geofísico da própria cidade. O espaço do mercado São Roque é desenhado na voz do narrador:

[...] Depois passou à secção onde se comia – o cheiro das comidas saborosas, muito fumo, música alta, barracas cheias de comensais naquela hora do almoço, perto das treze. Quem seriam aquelas pessoas que entravam naqueles chamados restaurantes que o mercado oferecia, de onde tinham vindo? Quinito se interrogava e concluía que talvez fosse gente que trabalhava mesmo ali, nas centenas de barracas do mercado, para além de algumas pessoas que teriam vindo expressamente no Roque para saborear um funje de carne ou de peixe [...]  
(NOITES DE VIGÍLIA, 20012, pág. 9-10)

Imagina-se que Boaventura Cardoso aborda a heterogeneidade de Angola e revela sua faceta multicultural, caricaturando os espaços e dando-lhes valores realísticos. Nessa passagem, percebe-se que o narrador confere a Quinito uma aproximação com o espaço urbano, extremamente movimentado e representando a mixórdia cultural de Angola, atribuindo-lhe uma dimensão não somente comercial, mas, sobretudo humanizadora, porque os sujeitos que por ali percorrem com a suas variadas feições podem contribuir muito no dito da realidade posta sob as veias da ficção. Assim, numa leitura mais entranhosa, percebe-se que o texto literário mais uma vez abre dimensão para que a história possa ser reinterpretada, mediante possíveis contratos estabelecidos tanto pelo texto histórico quanto pelo texto literário, sem ferir os processos objetivos da tradição histórica.

Um dos pontos mais marcantes do romance *Noites de Vigília* é o emocionante encontro entre Quinito e Saiundo no mercado Roque Santeiro. Faz-se necessário pontuar que o espaço mais uma vez exerce papel importante na narrativa, ele abre e proporciona a abertura de uma dimensão extraordinária ao enredo, visto que é a partir daquele reencontro que diversos fatos veem à tona, fragmentos de memória são acionados e a história da independência angolana é recontada sob discursos que ora convergem, ora divergem da versão oficial. Observe como o narrador habilmente discorre o reencontro dos personagens principais da história:

[...] Quinito estava agora na secção onde se vendia fuba aos sacos e ao quilo, o chão todo vestido de branco, os vendedores todos esbranquiçados, o pó branco da farinha a lhes ornamentar os cabelos, os braços, a roupa – engraçado aquele

ambiente de a branca imaculada cor. Estava ele olhar assim, deleitoso – o ver vagar dele remansoso -, para aquela gente vestida de branco, quando de repente viu alguém agachado a comprar um ou dois quilos de fuba, cujo rosto lhe pareceu familiar. Embora hesitante, se aproximou do indivíduo no cada passo dele articulado, mancante, agora estava a um metro dele, e os olhares inevitavelmente se cruzaram. Quinito quase gritou de alegria abrindo os braços ao mundo: Saiundo!

(NOITES DE VIGÍLIA, 2012, pág.11)

O reencontro entre Quinito e Saiundo não apenas reascendeu as lembranças da infância e as histórias de vida de cada um deles, mas também representou uma possibilidade de reviver, por meio da memória os árduos momentos de guerra na época da libertação e os longos períodos de guerra civil que os vinte e sete anos de desencontros não conseguiram apagar. Portanto, os dois personagens *“um pouco mais animados, passaram então em revista o que ambos acontecera durante os cerca de vinte e sete anos em que tinham deixado de se ver. Na corrente do tempo passava o ano de dois mil e três...”* (NOIES DE VIGÍLIA, 2012, pág. 11-12).

Insistindo ainda na questão espacial, percebe-se de que forma Boaventura Cardoso em *Noites de Vigília* elegeu determinadas zonas espaciais como o propósito de externar seu projeto literário libertador, a fim de conceber o espaço como um elemento, dentre tantos outros, capaz de revelar historicidade. A movimentação do personagem Quinito, por exemplo, não representa tão somente seu deslocamento dentro da trama, revelando suas sagas e peripécias, mas também uma dimensão problematizadora e, sobretudo, vital na reconfiguração dos espaços ocupados por sujeitos construtores de historicidades. Assim, Quinito, por meio da memória, relembra seu passado árduo na guerra, apresentando uma dimensão maior dos fatos e possibilitando uma reabertura de fatos históricos. Nesse aspecto, parece que o personagem é usado como um elemento de instrumentalização criado pelo autor para fins de reconfiguração discursiva do colonialismo; uma espécie de contra-discurso.

Exercendo por diversos momentos o papel de personagem-narrador, Quinito revive aspectos de seu passado, por meio de longas passagens, densas descrições e diálogos surpreendentes. Ele narra suas memórias a seu velho amigo Saiundo, revelando os diversos lugares ocupados por ele. Assim, sentado em uma mesa de bar, bebendo cervejas, no Roque Santeiro, Quinito viaja no tempo e relembra o momento de luta quando ele perde a perna direita, suas diversas passagens pela prisão, seus momentos amorosos vividos e compartilhados com Tita, a organização de uma associação dos mutilados da guerra, sua atuação como membro do MPLA, as negociações entre os mutilados e o governador no Largo do Negola, enfim ele narra a noite que antecede o onze de novembro de 1975, como fatos que não apenas deixam indeléveis cicatrizes, mas também como acontecimentos importantes a serem revolvidos, dando novas

conotações à história oficial. Por fim, o maior desejo de Quinito era ser sugado pelo mar quando morresse como uma espécie de retorno às origens e uma supervalorização aos elementos místicos e naturais. Se Roque Santeiro é a representação associada à diversidade cultural de Luanda, não poderia ter local melhor para as reminiscências serem lembradas por figuras imaginárias que reascendem fatos e acontecimentos à luz da memória. O narrador também reconhece o Roque Santeiro como um importante espaço na recomposição da memória de Quinito:

Quinito tinha escolhido propositalmente aquele local em que tinha anos havia se encontrado com seu amigo Saiundo. Talvez ele próprio não soubesse justificar a razão de tal escolha. Certo que desde aquele primeiro encontro com Saiundo, no Roque Santeiro,, aquele grande mercado informal fazia parte de sua vida. Ali tinha passado horas a reviver um pouco de sua trágica existência. Ao se aproximarem dele, Quinito se levantou para que o filho reparasse logo em que estado físico ele se encontrava. [...]

(NOITES DE VIGÍLIA, 2012, pág.188)

Observa-se que os elementos espaciais revelam não somente um certo domínio por parte do escritor aos ambientes que guardam histórias, como também revelam a profunda sedução dos lugares no imaginário do homem angolano. Assim, em dado momento da ficção de Boaventura, paisagens espaciais se misturam com paisagens de palavras e assim também com uma atmosfera de sentimentos, possibilitando reencontros, renovando discursos para que o meio social se transforme e, por conseguinte, a historicidade de um povo possa inscrever-se na memória e no tempo, isso porque o espaço oferece as condições histórico-culturais para que se possa realizar uma releitura da própria história.

Uma leitura mais atenta faz com que se perceba como as categorias espaço e tempo se correlacionam mutuamente para a revelação de alguns indicativos nas obras em análise. À medida que a ação se desenrola, relacionamentos são vividos, surgimentos de conexões profundas e decisivas se fazem necessárias, admissões e reconhecimentos explícitos e comprometedores são postulados no texto. Inevitavelmente, as dimensões tempo e espaço proferem proeminências significativas. Isso significa que, a cada processo cultural vivido por Quinito e Saiundo, este se transforma no tempo e no espaço. Divagando por diversos espaços acionados pela memória, esses personagens reconhecem que o tempo passou e que eles fizeram histórias, percorrendo diversos lugares. Sobre a noção espaço e tempo, o próprio Quinito narra:

Meu caro Saiundo, a nossa conversa já vai longa, o tempo passou sobre nós, o tempo... Não tinha noção exacta, que só sabiam é que durante a longa conversa tinha passado muito tempo, os dois estavam mais velhos, os cabelos brancos agora eram muitos, as pessoas que frequentavam também tinha envelhecido, muitos tinham se ausentado desta vida terrena, um dia voltariam com as andorinhas, as famílias que eles tinham criado por onde a vida lhes levara certamente que tinham se multiplicado com novos membros, a cidade tinha



mais gente e crescido bastante, os pássaros tinham fugido para as verdes quietas e longas paragens, a natureza se transformando.[...]

(NOITES DE VIGÍLIA, 2012, pág. 245)

Observa-se que os espaços abordados por Boaventura não simbolizam apenas um profundo fascínio, um verdadeiro elemento denunciador da relação amorosa entre o autor e as paisagens de sua terra, mas também como lugares de resistência que guardam histórias, aventuras e lembranças. Lugares regidos por organizações políticas, lugares marcados por fatos históricos, lugares que presenciaram arroubos amorosos; enfim, dimensões espaciais que numa leitura mais engajada podem refletir e possibilitar novas criações de sentido. Portanto, essa dimensão espacial dinâmica e, ao mesmo tempo plural, criada pelo autor, expressa o espaço imaginário, remetendo a lugares de resistência, a espaços de memória coletiva, a territórios históricos, a fronteiras que reforçam a consciência identitária de um povo. Essas configurações servem de inspiração à ficção Cardoseana e, através de uma narrativa marcada por fatores históricos e romanescos, o autor coloca-se a serviço do que não deve ser esquecido, pondo assim nas mãos dos leitores possibilidades de múltiplas leituras. Dessa forma, com a narrativa *Noites de Vigília*, o escritor Boaventura Cardoso alarga mais o espaço do leitor na esfera da construção de sentidos, ao descortinar uma Angola multicultural e, ao mesmo tempo, contraditória, devido à herança dos espinhosos anos de colonização.

---

<sup>i</sup> PEPETELA, Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos. *Mayombe*. 7ed. Publicações Dom Quixote.1980.

<sup>ii</sup> CARDOSO, Boaventura. *Noites de Vigília*. São Paulo: Terceira Margem, 2012.

<sup>iii</sup> SANTILLI, Maria Aparecida. *Paralelas e Tangentes*. São Paulo: Arte & Ciência, 2003.

<sup>iv</sup> CHAVES, Rita. *Angola e Moçambique* Experiência Colonial e Territórios Literários. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

<sup>v</sup> CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

<sup>vi</sup> SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

<sup>vii</sup> PADILHA, Laura Cavalcante. Lugares assinados ou algumas imagens espaciais na ficção de Pepetela. In: LEÃO Ângela Vaz. (Org.) *Contatos e Ressonâncias: literaturas africanas de língua portuguesa*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

<sup>viii</sup> MACÊDO, Tânia. Luanda. Literatura, História e Identidade de Angola. In: PANTOJA, Selma.(Org.) *Identidades, memórias e histórias em terras africanas*. Brasília: LGE editora, Luanda: Nzila, 2006.

## **Autoritarismo e política no sul do Brasil: das relações partidárias entre a ARENA e o MDB alegretenses ao debate sobre o regime civil-militar a partir da esfera local (1966 – 1979)**

Diego Garcia Braga<sup>1</sup>

**Resumo:** A presente comunicação versará sobre a temática do regime cívico-militar brasileiro, a partir da fronteira oeste sul-rio-grandense, para analisar o período bipartidário em Alegrete (1966 – 1979). Ela se propõe a investigar as relações de poder que envolveram a política do município e as clivagens sócio partidárias entre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), bem como verificar a forma com que as estruturas típicas do regime em questão interagiram com as características da política local e vice-versa.

Palavras-Chave: Ditadura civil-militar, Política, Alegrete

**Abstract:** This communication will discourse on the subject of Brazilian civil-military regime, from the western south-rio-grandense boundary, to analyze the bipartisan period in Alegrete. (1966 – 1979). This study aims to investigate the power relations surrounding the policy of the municipality and the socio partisan cleavages between Aliança Renovadora Nacional (ARENA) and Movimento Democrático Brasileiro (MDB), how to check the way the typical structures of the regime in question interacted with the characteristics of the local policy and vice versa.

Key-Words: Civil-military dictatorship - Policy - Alegrete

### **Introdução**

Não são poucos os estudos que abordaram o regime civil-militar brasileiro como objeto de pesquisa. Boa parte deles compreendem a repressão, a atuação das “oposições” e os grupos de esquerda, incluindo-se casos específicos de memória, de pessoas que sentiram brutalmente a violência do Estado;<sup>2</sup> ou, no sentido institucional, nas disputas ocorridas no interior das forças armadas e na instabilidade do quadro político no qual a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) atuaram.<sup>3</sup> Geralmente localidades interioranas aparecem apenas como cenários onde ocorreram fugas de “subversivos” e/ou atos repressivos contra eles, ou ainda referentes às reuniões e ações clandestinas em locais afastados dos “olhos” do regime. Além disso, alguns desses exemplos aparecem mais como práticas oriundas dos grandes conglomerados urbanos e que alcançam

localidades afastadas por meio dos seus movimentos ao invés de uma visão social do interior em meio à ditadura.

Não é de nosso interesse alimentar um suposto antagonismo entre metrópole e interior. Pensar o regime civil-militar a partir de um município distante cerca de 600 km da capital do seu estado – Porto Alegre –, afinando a observação à política, é o que aqui se problematiza. Como Daniel Aarão Reis recomenda, “cabe ao historiador [...] romper com as amarras da ‘história vigiada’, do senso comum e das memórias estabelecidas”.<sup>4</sup>

Deste modo, o objetivo do artigo é analisar as relações entre a ARENA e o MDB, tendo por base as clivagens político-eleitorais em torno dos pleitos de 1968, 1972 e 1976, verificando como se deu a interação entre a política alegretense e o regime autoritário. Além disso, levaremos em consideração a configuração política anterior ao bipartidarismo, mediante o pressuposto de uma correlação entre o Exército e elites locais. Vale lembrar que Alegrete localiza-se próximo às fronteiras com a Argentina e o Uruguai e no período manteve suas eleições diretas, permanecendo livre a escolha do prefeito, ao contrário de alguns dos municípios vizinhos, que foram enquadrados como área de segurança nacional, e, assim, tiveram impedidas as eleições majoritárias, com o líder do Executivo indicado pelo regime.<sup>5</sup> A presença no bioma pampa e o seu extenso território proporcionou – e ainda proporciona – uma baixa densidade demográfica, o que levou o município a se estruturar historicamente às atividades ligadas ao agronegócio – realidade semelhante a todos os municípios pertencentes à fronteira oeste do RS –, sendo, portanto, outro dado importante para a organização dos nossos argumentos.<sup>6</sup>

Usando como fontes informações obtidas nos arquivos de Alegrete, tais como as atas legislativas, relatórios de governos municipais, entre outros, além dos resultados eleitorais disponibilizados na página da internet do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RS)<sup>7</sup> e o relato testemunhal de alguns políticos do período, procuramos enquadrar o artigo conforme o conceito de “espaço político”, isto é, na “área de conflito que constitui a base da relação entre eleitores e partidos, num dado sistema político e num certo momento histórico.”<sup>8</sup> Desse modo, dividimos a referida investigação em duas frentes. Na primeira, partiremos de algumas explicações conceituais sobre os partidos políticos e de uma visão mais ampla sobre o quadro político brasileiro, associando a atuação dos partidos e do modelo bipartidário a alguns estudos sobre o tema, para, em seguida, articulá-los aos resultados ocorridos em Alegrete. Na segunda parte, após ter indicado o processo de formação da ARENA e do MDB alegretenses, daremos centralidade às associações entre características do regime autoritário, Exército e elites locais.

### **Partidos e eleições: o caso de Alegrete (1966-1979)**

Faz-se necessário, ao abordar um tema cujas relações de poder entre partidos políticos possuem relevância, algumas vinculações sobre os seus objetivos enquanto instituições representativas da sociedade. Norberto Bobbio escreve que os partidos assumem papel de intermediação entre eleitores e eleitos, além de ocupar lugar central nos sistemas representativos;<sup>9</sup> enquanto Serge Berstein, ao percorrer caminho semelhante, aborda que é através dele que se opera a mediação política, função primordial para articular as necessidades ou as aspirações mais ou menos confusas das populações.<sup>10</sup> Já Giovanni Sartori vai dizer que os partidos servem como canais de expressão, indo mais longe ao propor uma definição: seriam “qualquer grupo político identificado por um rótulo oficial que apresente em eleições, e seja capaz de colocar através de eleições (livres ou não), candidatos a cargos públicos.”<sup>11</sup>

Porém, de que forma pensar os partidos políticos em seu sentido conceitual e relacioná-lo à experiência brasileira, mediante o desfavorável cenário proporcionado pela ditadura civil-militar? Punições, como a perda de mandato e a cassação dos direitos políticos, e intromissões no funcionamento normal de inúmeros parlamentos foram impostos a partir de 1964.<sup>12</sup> É consenso entre historiadores o fato da extinção dos partidos em 1965 ter tido como causa imediata a eleição direta em 11 estados, que resultou “em pesada derrota para os candidatos apoiados pelo governo em dois estados importantes, Rio de Janeiro (então Guanabara) e Minas Gerais”.<sup>13</sup> Decretou-se o Ato Institucional nº 2, seguido pelo Ato Complementar nº 4, que criou o bipartidarismo. Nesta concepção, a ARENA é concebida como a representação política do regime civil-militar e o MDB à oposição.

A ARENA beneficiou-se deste instável cenário e se manteve predominante na primeira década do regime, onde parece haver outro consenso entre os historiadores: o ano de 1974 visto como uma espécie de “divisor de águas” para a política, marcando o início do declínio do partido nas eleições gerais (federal e estadual) e, inversamente, o avanço do MDB. Em 1974 também houve o início do governo Geisel e a denominada “abertura lenta, gradual e segura”. Ademais, estudos como os de Bolívar Lamounier e Raquel Meneguello, Lucia Klein e Marcus Figueiredo, Maria D’Alva Kinzo, vão colocar não apenas os partidos, mas o próprio sistema bipartidário brasileiro, como artificiais. Conforme Kinzo, a falta de uma clareza ideológica e representativa e a diversidade de origens partidárias que caracterizaram a ARENA e o MDB seria marcante para tal definição.<sup>14</sup>

Por outro lado, o município de Alegrete apresentou resultados eleitorais que não se enquadram à premissa nacional, de pujança da ARENA e rejeição do MDB até metade dos anos de 1970. Em 1968 e 1972, o MDB local elegeu consecutivamente os seus candidatos a

prefeito, obtendo ao mesmo tempo vantagem numérica na Câmara (6 contra 5 e 9 contra 8, respectivamente), justamente no período mais repressivo do regime.<sup>15</sup> Arnaldo Paz e Adão Ortiz Houayek foram os prefeitos eleitos nestes pleitos, sendo que o segundo já tinha obtido êxito em 1963, representando o PTB. Houayek permaneceu no cargo até o final de 1968 e filiou-se ao MDB em mandato. Esta situação foi invertida em 1976, através da vitória do arenista José Rubens Pillar para prefeito e pela vantagem mínima conquistada pelo partido na Câmara (9 contra 8), em um período de enfraquecimento da ARENA no plano federal.

A geografia de Alegrete permitiu-lhe uma condição especial na fronteira oeste do estado, pois manteve as eleições diretas. Numa observação comparativa prévia, teria apresentado, por um lado, resultados contrários aos dados nacionais. Por outro, estaria apenas enquadrado como muitos municípios pequenos do interior do país, onde a ARENA ainda era predominante, ao final da década de 1970.<sup>16</sup> Todavia, estaríamos equivocados em inserir o caso de Alegrete ao segundo item. É preciso dissecar estes resultados eleitorais levando em conta a distribuição dos partidos no cenário anterior ao regime. Assim sendo, pode-se dizer que a ARENA e o MDB locais vão herdar e se constituir como tais a partir de uma estrutura organizacional e eleitoral já montada. Além disso, é interessante observar as estratégias partidárias e de algumas lideranças em seu interior. A este item retornaremos à frente.

O último pleito municipal antes de o regime iniciar ocorreu em 1963. Em Alegrete, a disputa envolveu os mesmos partidos das anteriores, o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Libertador (PL) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A distribuição política também se repetiu: a coligação “União Pelo Progresso de Alegrete” (UPPA), apresentada pela primeira vez na eleição de 1955 e que era formada pelo PSD, UDN e PL – sendo este último o de maior peso eleitoral – contra o PTB. Venceu somente uma vez, em 1959, com o Sr. Joaquim Milano (PL). O PTB, por sua vez, era o partido mais forte entre todos estes. Elegeram os prefeitos Waldemar Borges em 1955 e Adão Houayek em 1963, e manteve um maior número de integrantes nas bancadas legislativas de 1955 (7 contra 4), 1959 (6 contra 5) e 1963 (6 contra 5).<sup>17</sup>

Todavia, a dicotomia envolvendo o bloco conservador e o trabalhismo não foi uma exclusividade de Alegrete. Ela se estabeleceu de um fenômeno ocorrido entre 1946 e 1964 em praticamente todo o Rio Grande do Sul (que se diferenciou do “padrão nacional PSD-PTB versus UDN”) e foi denominada por alguns cientistas políticos de “PTB/Anti-PTB”.<sup>18</sup> Trindade e Noll pressupõem que a “longa tradição polarizada que, durante o período 1945-1964, transformara-se na confrontação PTB/anti-PTB, permitiu que as novas siglas – ARENA e MDB – se acomodassem com menos artificialismo que nos outros estados”.<sup>19</sup>

No caso de Alegrete, a ARENA e o MDB apresentaram resultados percentuais semelhantes aos obtidos pelas antigas bancadas da UPPA e do PTB. Na Câmara, o PTB teve 54,54% e a UPPA 45,45% em 1951, 1959 e 1963; e em 1955, o PTB teve 63,63% e a UPPA 36,36%. Em 1968, o MDB teve 54,54% e a ARENA 45,45%; em 1972, respectivamente, 52,94% e 47,05 %; e em 1976, 47,05% e 52,94%. A diferença mínima entre as fases “PTB/UPPA” e “MDB/ARENA” ocorre porque eram onze as vagas disponíveis na câmara até 1968, número aumentado para dezessete nas duas restantes.

### **Uma questão de alianças**

Pode ser algo bastante delicado inferir sobre alianças, devido a sua complexidade. Seja como for, é bastante pragmático pensar nas relações de proximidades entre o Exército e diretórios locais da ARENA, pelo fato de o partido ter sido implantado justamente para representar o regime no espaço político. Não precisamos ir muito longe para constatar no mínimo uma correlação entre o regime e a elite política proveniente do diretório partidário, independente da localidade na qual estivermos nos referindo e das características sociais inseridas a ela. Mas devemos reconhecer que as origens da ARENA alegretense se remetem a uma estrutura praticamente já montada, na anterior formalização e atuação da UPPA. O mesmo ocorrendo com o MDB em relação ao PTB.

Alegrete, além de próximo à área de segurança nacional, abrigou, no período, quatro guarnições do Exército e um hospital militar. Trata-se de um número expressivo se levado em conta o fato do município ter à época uma população de aproximadamente 50 mil habitantes, ainda que três destes quartéis já existissem antes do regime iniciar. A massiva presença do Exército poderia influenciar possíveis inseguranças sociais e difundir o medo, em virtude da repressão, mas isso é contrabalanceado pelos resquícios do conservadorismo comuns a comunidades interioranas. Embora muitas pessoas tenham enfrentado prisões e restrições profissionais por causa da ditadura, a violência não foi radicalizada para toda a sociedade local. Em outras palavras, ocorreram de fato ações contra “focos subversivos”; no entanto, a generalização da violência, tal como se evidenciou nos grandes centros, não foi necessária.<sup>20</sup> Alegrete apresenta uma sociedade conservadora e elites rurais hegemônicas, representadas principalmente pela ala do antigo PL, na época de existência da UPPA, e pela ARENA, no período em estudo.

Diante disso, a aliança no qual nos referimos parte estrategicamente de dois vieses: da necessidade de legitimidade do regime e no comum acordo entre as elites locais – política e econômica, embora entrelaçadas – de beneficiar-se com este regime. Marcelo Ridenti discute

com mais clareza a questão da legitimidade, abordando o fato de a ditadura ter combinado “diferenciadamente o uso da força e as tentativas de legitimação” e de nunca ter se assumido “como uma ditadura, no máximo como democracia relativa”, mediante um golpe em nome da própria “democracia, supostamente ameaçada”.<sup>21</sup> Estes pontos levantados por Ridenti nos abrem boas perspectivas de análises, ao pensar sobre a relação entre dominantes e dominados e na política de força e de convencimento.

Sobre as elites locais, é plausível sugerirmos, à luz dos sucessos emedebistas em Alegrete, que qualquer investida eleitoral arenista enfrentaria importantes dificuldades. Possivelmente a população associou o “Movimento Democrático” ao trabalhismo, movida também pela presença de antigas lideranças petebistas no partido. Como já mencionado, houve uma transição dos políticos, respectivamente, do PTB e da UPPA para o MDB e ARENA.<sup>22</sup> Do lado arenista, a obtenção de poder político parece ter iniciado por meio da influência no Legislativo – em suma, conquistando a presidência da Casa. A presidência da Câmara permitiria uma contraposição à vantagem numérica da bancada oposta e poderia ser necessária em pressões ao Executivo e em eventuais votações de projetos apresentados em plenário. Desse modo, os interesses particulares da ARENA enquanto instituição e dos indivíduos componentes dela, que visavam ascensão política, se juntaram às intenções de legitimidade do regime.

Mas podemos pensar até que ponto uma ação em comum acordo entre Exército e UPPA/ARENA, como uma intervenção no Executivo ou no Legislativo contribuiria para criar frente à opinião pública alegretense uma imagem negativa do regime. Independente disso, uma interferência na Câmara foi feita em 31 de dezembro de 1965, dia em que ocorreria a escolha da presidência para o ano seguinte. Nas escolhas das chapas, formou-se apenas uma da “bancada da situação”.<sup>23</sup> A sessão, que estava sendo realizada pela manhã, foi suspensa, após alguns militares solicitarem a palavra e conversarem em particular com membros da bancada situacionista, conforme nos indica a ata legislativa do dia. À tarde, a sessão foi reaberta. Nela, estavam presentes apenas os componentes da bancada da oposição (UPPA) e um vereador da situação (Osório Nunes – PTB –, um dos indivíduos contatados pelos militares presentes durante a sessão).<sup>24</sup> Contudo, entre uma sessão e outra, os vereadores das duas bancadas foram conduzidos ao 6º Regimento de Cavalaria e liberados em seguida, com exceção de Adão Faraco (Presidente da Câmara) e Gustavo Perfeito (líder da bancada), detidos. Como nos diz Adão Faraco, em entrevista, os dois seriam levados pelo Exército à Uruguaiana, mas, para surpresa de ambos, foram libertados por volta das 17 horas, após o encerramento da reunião.<sup>25</sup> O vereador situacionista presente deu quorum à sessão e a mesma

escolheu o Sr. Nelcy Oliveira, eleito pela UPPA, presidente legislativo para o ano de 1966. Osório Nunes pediu licença dos trabalhos legislativos por tempo indeterminado.<sup>26</sup> Poucos dias depois, em nota publicada no Jornal Gazeta, Nelcy admitiu que no início do mês de dezembro foi procurado em seu escritório de advocacia por Brasilêncio Machado (UPPA/ARENA), e este o havia orientado a retornar aos trabalhos na Câmara, porque a partir do ano seguinte assumiria o lugar de presidente do Legislativo.<sup>27</sup>

A ARENA manteve a presidência da Câmara até 1972 e recuperou em 1977.<sup>28</sup> Todavia, a virada da década de 1960 para a de 70 marcou uma forte pressão legislativa do partido na Câmara, em detrimento às duas vitórias consecutivas do MDB para a prefeitura, comentadas anteriormente, e o crescente aumento da população urbana.<sup>29</sup> No primeiro caso, o MDB teve o vice-prefeito (Adão Faraco) e dois vereadores (Eleú Meneses e Honório Paines) cassados por meio do AI-5, no início de 1969. As vagas legislativas foram preenchidas pelos suplentes, ao contrário do cargo de vice-prefeito, que permaneceu desocupado. Isso intensificou a coerção arenista, desta vez buscando o impeachment de Arnaldo Paz (MDB).<sup>30</sup> Com relação ao segundo aspecto acima enumerado, partimos de informações extraídas de depoimentos prestados por dois ex-políticos da ARENA.<sup>31</sup> Adotando critério semelhante de perguntas, quando questionados sobre o voto e o eleitor do partido, ambos disseram que eles se concentravam principalmente na zona rural. Jarbas Aurélio diz que, além do voto do campo, a ARENA conquistava votos no centro da cidade; e Luiz Félix, que muitos estancieiros financiavam campanhas arenistas. Esta vinculação já existia entre a elite agropecuarista local e a UPPA. Contudo, certamente a diminuição da população rural trouxe preocupações à cúpula do partido.

Contudo, como explicar o êxito na eleição de 1976? Em primeiro lugar, o advento das sublegendas é essencial para a compreensão das disputas locais e para o desfecho alegretense ocorrido neste ano, bem como no de 1968.<sup>32</sup> Contudo, a observação sobre os dados dos dois pleitos podem confrontar o argumento levantado no início do artigo, em que expomos os resultados municipais como contrários aos apresentados nas esferas estaduais e federais.<sup>33</sup> Em 1968, Arnaldo Paz (MDB 2), o vencedor, viu sua sublegenda obter menos votos do que a de Joaquim Milano (ARENA 1); e em 1976, o mesmo ocorreu com José Rubens Pillar (ARENA 1). Contudo, quando aludimos à verificação das distribuições político-partidárias anteriores ao regime, chamamos atenção para o acirramento dos escrutínios de Alegrete. PTB e MDB venceram alguns pleitos por resultados apertados.<sup>34</sup> Rubens Pillar estava ciente da necessidade da obtenção de votos urbanos, aliado às suas intenções particulares na política. Ele foi padre até o fim dos anos de 1960, e pouco depois de largar as práticas vocacionais,



compôs a ARENA 2 na disputa majoritária de 1972. Escreveu diversos textos no Jornal Gazeta de Alegrete, desempenhou atividades docentes na Fundação Educacional (primeira universidade de Alegrete) e presidiu inúmeras associações de bairro durante toda a década de 1970. Tais medidas foram determinantes para a vinculação de seu nome em atividades sociais urbanas e entre as camadas mais baixas da cidade, cruciais, portanto, para o pleito de 1976. Em contraponto, a cúpula do MDB deve ter confiado no resultado da eleição municipal anterior, em 1972, cuja vitória, por meio de “chapa” única, se deu sobre duas sublegendas da ARENA.<sup>35</sup>

### **Considerações Finais**

Um estudo de caso sobre a ditadura civil-militar nos permite ver aspectos impossíveis de serem identificados caso optarmos pela perspectiva macro. Percebemos em Alegrete pontos referentes à repressão do Estado, com pontuais prisões de comunistas e “subversivos”, instabilidade e pressões políticas desferidas ao MDB, intervenção no legislativo e assim por diante. Os militares penetraram na sociedade e delegaram alguns oficiais para determinadas funções estratégicas, como nos círculos de debates sociais, no editorial do Jornal Gazeta de Alegrete, solenidades e bailes em clubes sociais. Estas informações, embora necessitem de melhor aprofundamento, nos servem para verificar que as elites militar, econômica e política andavam próximas e frequentavam os mesmos ambientes. Tal aliança – entre militares, agropecuaristas e arenistas –, no entanto, não se constituiu numa relação vertical, com o Exército no topo de uma pirâmide autoritário-social invisível. Em suma, tinham objetivos semelhantes em relação ao poder, e outros específicos referentes à legitimidade (aprovação popular do regime, pelo Exército, e do discurso local, pelas elites representadas pela ARENA), e o controle do poder político (com interesse de ambos).

Contudo, os resultados eleitorais ocorridos em Alegrete – um município interiorano – demonstram a importância do quadro partidário anterior ao bipartidarismo para a configuração posterior entre a ARENA e o MDB. Foram escrutínios bastante acirrados, cujas sublegendas também ganham espaço de análise importante. Podemos considerar que os partidos políticos em Alegrete gozaram de certa autonomia, fazendo com que o bipartidarismo no município em nada parecesse artificial. Logicamente, ao olharmos as esferas federais constataremos cenário distinto, onde, de fato, ARENA e MDB atuaram de forma bastante limitada. Mas preferimos crer em um sistema bipartidário frágil ao invés de artificial. Para concluir o trabalho, consideramos extremamente importante a citação de Marina Franco: sobre abordagens referentes às ditaduras latino-americanas, a reflexão sobre as escalas de análises, “y, em particular sobre lo local”, ela escreve que há um acúmulo de “estudios donde

las variables válidas para las grandes capitales nacionales son extendidas sin problematización para describir toda la dinámica nacional”<sup>36</sup>.

## Notas de Referência

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), orientado pelo Professor Doutor Hernán Ramiro Ramírez. Contato: sirdiegobraga@hotmail.com. Bolsista Capes/Fapergs.

<sup>2</sup> Sobre esta questão ver: PADRÓS, Henrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões. *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964 – 1985): história e memória*. Vol. 1 – 4. Porto Alegre: Corag, 2009. A obra divide-se em quatro volumes, seguindo a ordem: (1) Da campanha da Legalidade ao golpe de 1964, (2) Repressão e Resistência nos "Anos de Chumbo", (3) Conexão Repressiva e Operação Condor, (4) O Fim da Ditadura e o Processo de Redemocratização.

<sup>3</sup> Para um debate acerca de estudos que abordam a conspiração golpista de 1964 e do próprio regime autoritário, ver: FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

<sup>4</sup> REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estadista. In REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 11 – 29.

<sup>5</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. Decreto-Lei nº 314. 13/3/1967 [internet]. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 8/9/2014.

<sup>6</sup> Os municípios limítrofes a Alegrete no período: Uruguaiana, Quaraí, São Francisco, Itaqui, Cacequi, São Vicente do Sul e Rosário do Sul. É necessário citar Santana do Livramento, pela sua importância na região, embora não faça fronteira com Alegrete.

<sup>7</sup> Ver opção “eleições municipais anteriores a 1990”, inserida ao link [internet] “Eleições”, disponível em: <http://www.tre-rs.gov.br>. Acessado em 5/6/2014.

<sup>8</sup> Cf. Verbete “espaço político”. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 5ª Edição. Brasília: Udund, 1993, p. 392.

<sup>9</sup> BOBBIO, Norberto. In: BOVERO, Michelangelo (Org.). *Teoria Geral da Política: a filosofia política e a lição dos clássicos*. 20ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000, p. 470.

<sup>10</sup> BERSTEIN, Serge. Os partidos. In. RÉMOND, René. (Org.). *Por Uma História Política*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 61.

<sup>11</sup> SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Edunb, 1982, p. 85-86.

<sup>12</sup> Ver mais em: GRINBERG, Lucia. *Partido Político ou Bode Expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965 – 1979*. Rio de Janeiro: Mauad x, 2009. KINZO, Maria D’Alva Gil. *Oposição e Autoritarismo*. São Paulo: Idesp/Vértice, 1988. KLEIN, Lúcia; FIGUEIREDO, Marcus. *Legitimidade e Coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Forence-Universitária, 1978. LAMOUNIER, Bolívar. O “Brasil autoritário” revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In. STEPAN, Alfred (org.) *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 p. 83-134. LAMOUNIER, Bolívar; MENEGUELLO, Raquel. *Partidos Políticos e consolidação democrática*. São Paulo: Brasiliense, 1986. SKIDMORE, Thomas E.. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985. In. STEPAN, Alfred (org.) *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 p. 25-82.

<sup>13</sup> LAMOUNIER, Bolívar; MENEGUELLO, Raquel, 1986, p. 64

<sup>14</sup> KINZO, Maria D’Alva G., 1988, p. 32.

<sup>15</sup> RIO GRANDE DO SUL. Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RS). Eleições municipais de 1968, 1972 e 1976.

<sup>16</sup> O sistema bipartidário durou até 1979, mesmo ano na Lei da Anistia. Para Kinzo, embora a reforma partidária (que resultou na volta ao sistema multipartidário) representasse um importante avanço no processo de liberalização, representava também “uma estratégia do governo para dividir a oposição e assim manter a transição sob controle.” KINZO, Maria D’Alva G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição [internet]. São Paulo em Perspectiva. São Paulo. v. 15, n. 4, p. 3-12, 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392001000400002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400002)> Acessado em 26/5/2012.

<sup>17</sup> Cf. pesquisa de: SANTOS, Danilo Assumpção. *Câmara Municipal de Alegrete: 180 anos (1831-2011)*. Alegrete: Gráfica Universitária, 2011. Na página do TRE/RS estão disponíveis os resultados a partir de 1959, com exceção do de 1963.

<sup>18</sup> Dois estudos pioneiros no âmbito estadual remontam a Leônidas Xausa e Francisco Ferraz (O surgimento do bipartidarismo no Rio Grande do Sul) e a Hélio Trindade (Eleições e partidos no Rio Grande do Sul), publicados em: FLEISCHER, David V.. (Org.). *Os partidos Políticos no Brasil*. Volume I e II. Brasília: UnB, 1981.

<sup>19</sup> TRINDADE; NOLL, 1991, p.82.

<sup>20</sup> Analisando a repressão em Alegrete, notamos que ações do Exército contra indivíduos tidos como “subversivos”, cujo depoimento prestado pelo ex-militante de esquerda Rui Neves também nos amparam, tiveram maior intensidade nos primeiros anos do regime. Várias pessoas foram presas nos primeiros dias de abril de 1964, levados ao 6º Regimento de Cavalaria. Entre eles: Amadeu Pereira, Gregoriano, Pedro Siqueira, Luís Afonso, Ângeli, Paulo Lopes, Sandoval, Emilio Lopes, Eroni Carús (vereador do PTB), Timóteo Bombach, Valentin Trindade, Policarpo Pereira da Costa, Cassiano Pahim da Motta (político do PTB/MDB), João Antunes. Logo, um grupo entre 15 e 20 pessoas aproximadamente, foi levado a Ponto Alegre, entre eles Cassiano Pahim, Valentin Trindade, Policarpo Pereira, Luís Afonso Almeida, Eroni Carús, Paulo Lopes, Timóteo Bombach, Honório. Como recorda o Sr. Neves, eram pessoas marcadas ou associadas a alguma atividade realizada no município em um passado próximo ao golpe; algumas delas participaram do grupo local formado em solidariedade à campanha da legalidade, em 1961, de aproximadamente 25 pessoas. Cf. NEVES, Rui: depoimento [Nov. 2010].

<sup>21</sup> RIDENTI, Marcelo, 2014, p. 30.

<sup>22</sup> Ainda necessitamos analisar as profissões dos políticos envolvidos nos pleitos alegretenses estudados. Temos algumas informações, mas preferimos deixá-las de fora, por ainda não ter aprofundado o tema.

<sup>23</sup> É importante ressaltar que no período entre a instauração do AI-2 e a formação dos dois partidos, no início de 1966, as bancadas do PTB e da UPPA ficaram distribuídas conforme o governo petebista local. Assim, a bancada do PTB ficou denominada “situação” e a da UPPA “oposição”.

<sup>24</sup> ALEGRETE. Câmara Municipal. Sessão de 31/12/1965.

<sup>25</sup> FARACO, Adão Dornelles: depoimento [ago. 2010]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga. Sobre a trajetória política de Faraco, ver: MARTINS, Gilmar de Lima. *74 Perguntas a Adão Faraco*. Vol. I e II. 1ª Edição. Alegrete: Q&B Publicações Ltda e Bumerangue Comunicação Total, 2012.

<sup>26</sup> ALEGRETE. Câmara Municipal. Sessão de 31/12/1965.

<sup>27</sup> Nota sobre o ocorrido na Sessão da Câmara. *GAZETA DE ALEGRETE*. Alegrete, p. 1, 15/1/1966.

<sup>28</sup> Presidentes da Câmara de Alegrete: Adão Faraco, 1964-65(PTB/MDB); Nelcy Soares de Oliveira, 1966 (UPPA/ARENA); Rui Barbosa da Silveira, 1967-68 (ARENA); Brasilêncio Lopes Machado, 1969-71 (ARENA); Cláudio Amildon Rosso, 1972-73 (ARENA); João de Oliveira Bicca, 1973-76 (MDB); Ary Faria Marimon, 1977 (ARENA); Miguel Jacques Trindade, 1978 (ARENA); e Wilson Homero Dornelles Crespo, 1979 (ARENA).

<sup>29</sup> População em Alegrete: 43.426 em 1950 (20.119 urbana e 23.307 rural); 54.627 em 1960 (34.571 urbana e 20.056 rural); 65.030 em 1970 (46.077 urbana e 18.953 rural); e 69.472 em 1980 (55.598 urbana e 13.874 rural). Cf. IBGE.

<sup>30</sup> Um processo envolvendo supostos pagamentos irregulares a um funcionário público municipal foi movido contra o prefeito, Arnaldo Paz. A Justiça acabou absolvendo o réu, Arnaldo, pois não se tinham provas concretas sobre o caso e porque os vencimentos referentes às férias do servidor teriam sido iniciados na administração anterior. O acusado admitiu o erro e justificou-o como equívoco burocrático. Cf. *GAZETA DE ALEGRETE*, 20 de maio de 1971, p. 4.

<sup>31</sup> MENDONÇA, Jarbas Aurélio: depoimento [abr. 2014]; OLIVEIRA, Luiz Carlos Félix: depoimento [mar. 2013]. Entrevistas concedidas a Diego Garcia Braga.

<sup>32</sup> As sublegendas, implantadas em 1968 para as eleições municipais, permitia as disputas intrapartidárias, isto é, além da natural já ocorrida entre as legendas, também admitia as disputas entre as alas do próprio partido, sendo permitidas no máximo três por instituição. O escrutínio final era definido pela soma dos votos conquistados pelas sublegendas do partido, e não pelo candidato de maior votação. Assim, nas duas disputas alegretenses os candidatos vencedores aproveitaram-se deste recurso para obter a vitória. Ver mais em: BRASIL. Câmara Legislativa Federal [internet]. Extraído de: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5453-14-junho-1968-359235-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acessado em 8/9/2014.

<sup>33</sup> Em 1968: Joaquim Milano e Manoel Antunes da Silva (ARENA 1): 8065 votos; Jarbas Mendonça Aurélio e Delci Dorneles (ARENA 2): 1107 votos; Cassiano Paim da Motta e José Pinto de Medeiros (MDB 1): 3118 votos. No total, MDB e ARENA conquistaram respectivamente 10010 e 9172 votos. Em 1976: José Rubens Pillar e (ARENA 1): 10443 votos; João Farret e Odilon Bessa Simões (ARENA 2): 2714 votos; Airton Pacheco do Amaral e Felipe Scarrone Silva (MDB): 12726 votos. No total, a ARENA somou 13157. Fonte: TRE/RS. Acessado em 5/6/2014.

<sup>34</sup> Idem. Eleições municipais de 1959, 1968, 1972 e 1976. A página não disponibiliza os escrutínios anteriores a 1959 e o de 1963.

<sup>35</sup> Idem.

<sup>36</sup> FRANCO, Marina. A modo de cierre: La historia de las dictaduras recientes del Cono Sur como desafío epistemológico. In RAMÍREZ, Hernán; FRANCO, Marina (Orgs.). *As ditaduras do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, sp.

## O PROJETO MODERNO ILUMINISTA NO DISCURSO DA GERAÇÃO 1870 BRASILEIRA

Dievani Lopes Vital\*

**RESUMO:** Este trabalho discute como as proposições do projeto iluminista de sociedade moderna foram apropriadas pela Geração 1870 brasileira na crise do Império. Criticando a tradição imperial, ela buscou repensar a realidade nacional, recorrendo às teorias científicas do Oitocentos europeu, todas tributárias do Iluminismo. Ansiava estabelecer a civilização moderna num país em transformação. Tomando o contexto da questão religiosa e das campanhas abolicionista e republicana, analisa-se os pontos nodais desse projeto nas obras de Joaquim Nabuco, Rui Barbosa e Silva Jardim.

**Palavras-chave:** Modernidade, Iluminismo, Geração 1870 brasileira.

**ABSTRACT:** This paper analyses as the propositions of the Enlightenment modern project society were appropriate by 1870 Brazilian Generation in the Empire crisis. She criticized the imperial traditions and she rethought the national reality through Scientific theories Europeans of the 19th century, heiress of Enlightenment. She aim establisher the modern civilization in Brazil in transformation. Through the religion question, the abolitionist and republican campaigns, it examines the points of this project in works of Joaquim Nabuco, Rui Barbosa and Silva Jardim

**Key words:** Modernity; Enlightenment; 1870 Brazilian Generation.

O Iluminismo possuía uma visão de história. Autores como J. Habermas discute a existência de um verdadeiro projeto de sociedade moderna presente no discurso dos filósofos do século XVIII. Estando dada essa perspectiva, identifiquemos o surgimento da expressão “projeto iluminista”.

Habermas (2000) se vale desse termo para definir o fenômeno intelectual que surge no século XVIII com o advento do Iluminismo. “Modernidade - um projeto inacabado’ era o título de um discurso que ele havia pronunciado quando recebeu o Prêmio Adorno em 1980”<sup>1</sup>. Este projeto que já vinha sendo formulado desde o século XVII pelos filósofos do Iluminismo consiste num desenvolvimento inexorável das ciências objetivas, das bases universalistas da moralidade, da lei, sendo ao mesmo tempo uma libertação das capacidades cognitivas acumuladas e de sua utilização na organização racional da vida<sup>2</sup>. A “modernidade” é um

conceito histórico surgido com o Iluminismo, fenômeno, aliás, considerado o responsável por iniciá-la.

Esse projeto crê na Razão como meio pelo qual o homem pode conquistar a liberdade e a felicidade sociopolítica. Ela é capaz de evolução e de progresso. A perfectibilidade humana consiste na libertação do homem em relação à superstição, ao medo, aos preconceitos de todas as ordens, isso através do conhecimento, das ciências e da moral. A razão é aperfeiçoada através do progresso das civilizações, as quais são ordenadas na sequência das mais atrasadas às mais adiantadas. Nesse projeto, a natureza é concebida distinta da civilização, que é vista como reino da liberdade<sup>3</sup>. O uso da violência por meio da revolução é legitimado para acelerar a marcha da humanidade rumo à sua emancipação, à perfectibilidade, em suma, à felicidade.

Essa cosmovisão iluminista de história modelara o pensamento ocidental desde fins do Setecentos, deixando à disposição um repertório formidável de novas ideias em seu projeto moderno de sociedade humana. Neste artigo identificam-se as características desse projeto, bem como sua aspiração revolucionária, atendo-se ao caso da Revolução Francesa, nos discursos e obras da Geração intelectual brasileira de 1870, emergida no ocaso do regime imperial no Brasil. Analisaremos o período de crise de um modelo social até então vigente, assentado na monarquia e na escravidão, e de formulação de propostas reestruturantes da sociedade por parte da intelectualidade coetânea, pautando-se para isso em novos valores, majoritariamente republicanos.

A modernização conservadora incompleta promovida pelo Gabinete Rio Branco (1871-1875) e a crise político-institucional do Império condicionaram a emergência dos intelectuais brasileiros nos anos 1870. Através do espaço público aberto e em ‘expansão no período, esses homens passariam a propugnar pela reforma da ordem imperial.

Atenta ao atraso e à letargia da sociedade em que estava inserida, essa geração buscou repensar a realidade nacional, a partir das correntes científicas em voga na Europa que eram tributárias do Iluminismo setecentista<sup>4</sup>. Abolição da escravidão, federalismo, secularização e expansão da instrução pública eram algumas das defesas desses intelectuais. A república era o ideário político da grande maioria, salvo alguns como Joaquim Nabuco e Eduardo Prado.

Composta por intelectuais, políticos, jornalistas e literatos, Roque S. M. Barros a denominou em sua tese de *Ilustração brasileira*. Assim, a proposta de pensar a relação entre o Iluminismo e o movimento político-intelectual brasileiro surgido em finais do Império já havia sido posta em prática na década de 1980. O autor cognominou o movimento com esse termo indicando o apreço que os homens de letras que compunham essa geração tinham para com a

educação, a ciência e as ideias, sendo estes os caracteres que os nossos intelectuais havia legado do Iluminismo europeu do décimo oitavo século<sup>5</sup>.

Comparando o abolicionismo no Brasil e nos EUA, Célia de Azevedo enfatiza que “(...) os conceitos iluministas enraizavam-se de um modo muito mais puro no discurso abolicionista brasileiro”. O ideal de equilíbrio social e a crença na interrelação e evolução das instituições, ambos os princípios do iluminismo, marcaram profundamente segundo a autora os primeiros escritores antiescravagistas, e por sequência, os abolicionistas dos anos 1870-1880. Outro princípio iluminista presente entre os pensadores abolicionista da geração 70 no Brasil foi a irracionalidade e não lucratividade da escravidão<sup>6</sup>.

As ideias do projeto moderno iluminista ressoavam nas propostas de reforma da sociedade imperial pretendidas pela Geração 70 através de suas produções. Conforme Maria de Mello (2007) a *intelligentsia nacional* quis valer-se da Razão como único guia para a reconstrução da sociedade e do Estado pátrios, superando a tradição de hierarquias fundadas no privilégio e a caduca união trono-altar do Império, para fundá-los sobre a ciência, a efetiva propulsora do progresso. Ao evolucionismo otimista apreendido por esses homens de letras se “(...) acrescentava a confiança iluminista na perfectibilidade humana”<sup>7</sup>.

Os textos de Joaquim Nabuco (1849-1910), Rui Barbosa (1849-1923) e Silva Jardim (1860-1890) tomados aqui englobam de forma geral três questões postas em discussão aberta a partir da década de 1870 no Brasil, quais sejam: a extinção do regime servil, a separação entre Igreja e Estado, e a República como forma de governo, substituta da monarquia.

Como bem mostra Joaquim Nabuco em sua autobiografia *Minha Formação*:

O ano de 1866 foi para mim o ano da Revolução Francesa: Lamartine, Thiers, Mignet, Louis Blanc, Quinet, Mirabeau, Vergniaud e os Girondinos, tudo passa sucessivamente pelo meu espírito; a Convenção está nele em sessão permanente<sup>8</sup>.

O abolicionista pernambucano descreve o republicanismo agressivo cultivado na França como intolerante<sup>9</sup>. Nabuco fala que, sem a influência política negativa, mundana e aristocrática, os seus impulsos e as suas leituras francesas (e, portanto revolucionárias) daquele tempo de seus vinte anos teriam levado o seu liberalismo inato a degenerar-se em radicalismo e este, por sua vez, em republicanismo.

O que o desviou da trajetória republicana, com o movimento iniciado na década de 1870 no Brasil, foi o contágio com o espírito inglês, o que segundo Nabuco o teria tornado monárquico de razão e de sentimento<sup>10</sup>. Nessa obra, Nabuco mostra a influência que a

escravidão exerceu sobre o seu pensamento, o que vinha acontecendo desde os tempos da mocidade.

Para resolver a questão abolicionista no país, a via revolucionária como meio de acelerar a mudança social, tal como é preconizado no projeto moderno iluminista, é totalmente descartada por Joaquim Nabuco. Vamireh Chacon (2000) afirma que do complexo processo da Revolução Francesa Joaquim Nabuco teria optado pelo modo de ação dos girondinos, o que é comprovado na sua escolha pela luta legal, parlamentar, por pronunciamentos eleitorais cada vez mais conscientizados, por campanhas políticas entre as massas brasileiras, também começando a despertar. Desse modo, Nabuco não via na guerra civil um meio para pôr fim à escravidão no país<sup>11</sup>.

Em *O que é o Abolicionismo*, Evaldo Cabral de Mello (2011) selecionou os principais trechos de *O Abolicionismo* (1883) nos quais Nabuco, segundo o autor, expõe os fundamentos do regime escravista no Brasil através da ótica de um liberal preocupado com o futuro econômico do país e de um letrado formado nos ideais do Iluminismo, assustado com o nível de degradação moral e social ao qual estava condenada a nação pelo cativeiro de seres humanos. Muitos dos argumentos expostos por Nabuco nos fazem remeter ao tratamento que Montesquieu dispensou à escravidão em *O espírito das Leis*. No capítulo no qual ele descreve a influência da escravidão sobre a nacionalidade se evidencia a preocupação iluminista do intelectual pernambucano com o equilíbrio social e das raças no Brasil, observando como no país houve uma mistura extremamente intensa do europeu com o africano, se comparado com os Estados Unidos<sup>12</sup>.

No capítulo no qual aborda a influência da escravidão sobre o território e a população do interior do Brasil, Nabuco a analisa a situação se pautando em outro princípio iluminista, o da não lucratividade da escravidão. Para ele, a destruição da natureza é o resultado deixado pela exploração predatória dos recursos naturais realizada por esse sistema. A monocultura escravista tinha até então gerado em diversas regiões do país uma falsa aparência de prosperidade<sup>13</sup>. A crença iluminista na interrelação e na evolução das instituições fica claramente perceptível no capítulo no qual o abolicionista pernambucano ressalta as funestas influências sociais e políticas da escravidão sobre grandes instituições do Império, como a Igreja e o Estado<sup>14</sup>.

Nos anos 1870, a Questão Religiosa expôs um dos fundamentos da Monarquia, a união Trono-Altar. A introdução que Rui fez para a sua tradução da obra de Janus<sup>15</sup>, *O Papa e o Concílio* (1877), ilustra a influência do projeto moderno iluminista no pensamento de um homem de letras da geração 70, se o podemos assim dizer. Rui teve a preocupação de informar

as mentes da opinião nacional acerca do embate entre a postura reacionária da Igreja Romana frente aos princípios fundadores da sociedade moderna, embate que assolava a Europa e que, já naquela altura, refletia no país com a desobediência civil promovida pelos bispos D. Vital Maria (Recife) e D. Antônio Macedo (Pará).

Rui critica o que ele chama de idolatria papal, o dogma da infalibilidade pontifícia, proclamado pela Igreja do tempo de Pio IX, através de documentos papais como a *Encíclica Quanta Cura* e o *Syllabus* (1864)<sup>16</sup>, ambos ratificados pelo primeiro Concílio Vaticano (1869-70). Ele demonstra claramente como as proposições presentes no *Syllabus* vão à contracorrente do movimento liberal da chamada por ele “sociedade moderna”. Rui expõe a incompatibilidade entre os princípios do *Syllabus* e os princípios da Modernidade<sup>17</sup>. Ao estabelecer a equivalência entre os jesuítas e o romanismo (ultramontanismo), Rui indica a que sociedade “moderna” fazem os partidários do papa antagonismos: “(...) a forma cristã da sociedade civil triunfante com a revolução francesa”<sup>18</sup>.

Portanto, para Rui a questão religiosa é um embate entre o *Syllabus* e a Revolução. Ele é causado, sobretudo, pela reação clérigo-romana frente ao processo de secularização pelo qual passava a sociedade ocidental moderna desde a data de 1789. Ao indagar sobre o fato que pusera fim à Idade Média, ele responde: “sem duvida nenhuma, a revolução de 89, destruindo pela raiz o feudalismo, e secularizando a ordem civil”. O intelectual de ascendência baiana aponta que essa revolução “é a base, a essência, a rasão de ser do estado moderno”, se apresentando intolerável à Roma. Ele nos chama atenção para o fato de os princípios do movimento se encontrarem “perfilhados” no texto constitucional brasileiro da época, sendo considerados todos eles sandice, estupidez e absurdo pelo Papa<sup>19</sup>.

Ao falar do posicionamento dos católicos liberais frente à idéia da secularização do Estado, ele reconhece que as liberdades consagradas nas constituições das sociedades contemporâneas, mormente a brasileira, são consequências da Revolução Francesa: “(...) a constituição brasileira, na sua substancia e fôrmas essenciaes, é tão legitima, tão directa e tão congenera prole da revolução como qualquer das nomeadamente excommungada em Roma”<sup>20</sup>.

Rui compartilha a ideia defendida tanto pelo pensamento iluminista quanto pela Revolução Francesa da soberania popular, princípio substancial das constituições modernas de seu tempo. Entendendo que a autoridade é delegada do povo, ele cita os parágrafos da constituição de 1824 que deixam explícito o princípio da soberania popular como fonte de legitimidade da autoridade investida do poder no país. Ele mostra como a constituição brasileira, uma vez inspirada na declaração francesa de 1791, é imperdoavelmente abominada pela Cúria Romana<sup>21</sup>.



A questão religiosa é tratada em termos de violação da soberania da nação pela política do clero ultramontano de Roma, um ataque contra os direitos soberanos do Estado, contra o estado leigo edificado pela Revolução Francesa, e contra organização da sociedade civil<sup>22</sup>. Ao falar sobre o recrudescimento do ideal ultramontano no Oitocentos, o jornalista sustenta claramente uma ideia cara ao projeto moderno iluminista. Para ele também o fim último da aceleração promovida pelo progresso é a concretização da liberdade: “Para nos convenceremos de que o espírito ultramontano vae recrudescendo no seu pendor retrogrado, á maneira que o seculo XIX accelera o seu impulso progressivo para a liberdade, basta cotejar a concordata de 1801 com a de 1855”<sup>23</sup>.

Citando o orador da Assembleia Nacional Constituinte da França revolucionária, o Conde de Mirabeau, Rui demonstra a primazia do princípio da liberdade de consciência sobre as demais liberdades. Ele atesta a precipuidade que representa para o Brasil esse princípio, promovido pelo movimento revolucionário francês e desenvolvido pelo iluminismo em torno da ideia do sujeito autoconsciente. Ele aponta a sua adoção como imprescindível para estimular a imigração a fim de ocupar a vastidão territorial do país<sup>24</sup>.

Antônio da Silva Jardim é considerado um radical jacobino da República brasileira. Em seu opúsculo *Salvação da Pátria (1888)*, ele chama a si e aos seus correligionários de “republicanos patriotas e adversários, inimigos mesmo, da Monarquia no Brasil”. Este governo é entendido como um “perigo social”, um “elemento de perturbação e luta”, “um corpo estranho que é no organismo brasileiro”. Ele afirma que o que desejam é a República, “é a eliminação da Monarquia, é a extinção do privilégio de casta, e governo da Opinião”<sup>25</sup>.

Seu discurso faz alusão a princípios, já mencionados, que norteiam o projeto de Modernidade iluminista. Para Silva Jardim, a evolução das sociedades não é uma fatalidade independente da ação humana. Tudo está sujeito a leis (influência do comtismo). Para ele, o homem também é agente da evolução social, aliás, um agente importante para a transformação política, social das instituições e dos atos. A evolução humana em seu apogeu não poderá excluir a revolução. Silva Jardim fala que é um engano pensar que o percurso da sociedade humana rumo à perfectibilidade se dará de forma serena e sem abalos ao se considerar terminado o período das revoluções sistemáticas. Isso é desconhecer a própria natureza dos homens. Sendo assim é impossível banir do tecido social a revolução<sup>26</sup>. O propagandista ressalta no que a Revolução consiste:

(...) ela consistirá, eternamente, no supremo recurso da massa popular, do proletariado, fraco pela riqueza, mas poderoso pelo número, contra as imposições do poder político tirânico ou do poder moral sem moralidade<sup>27</sup>.

Em seu pensamento, a violência também é uma condição imprescindível para o alcance da liberdade já que a insurreição é vista como essa garantia de liberdade e esse dever excepcional presente no coração dos homens<sup>28</sup>.

Jardim elucida qual o perigo que ronda a pátria, explicando o título do opúsculo: uma vez o Imperador estando moribundo, “(...) pretendem subir ao trono um príncipe expatriado e guerreiro: - perturbador; e uma princesa fraca e beata: - incapaz; ambos ameaçam aos destinos da pátria, que, sem exagero, pode ser dita em verdadeiro perigo”. O republicano radical coloca a situação brasileira em 1888 como equivalente àquela da França em 1789 para justificar a transformação política do país em república por meio da revolução, o meio de reformar, no caso brasileiro, de baixo para cima<sup>29</sup>.

Em *Carta Política ao Paiz e ao Partido Republicano*, esperava o propagandista que fosse o dia 30 de dezembro de 1888 o estopim para que se preludiasse a partir de 1889, no Centenário da Revolução Francesa, a “Revolução Brasileira”<sup>30</sup>. Não se pode perder de vista a ênfase que o republicano radical na *Carta* dá à importância e à defesa da violência como meio de se promover a mudança, o que é tomado como legítimo pela moderna concepção iluminista de história, uma vez que o emprego da violência por meio da revolução nada mais é do que a aceleração da marcha do espírito em busca da liberdade.

Segundo Silva Jardim, “(...) a violencia é digna, a violencia é justa, a violencia é também santa: só os fracos não se indignam, só os nullos não se revoltam só os covardes não respondem á violencia, que é um insulto, com a violencia, que é um castigo!”<sup>31</sup>. Sua ênfase não escusava nem mesmo as figuras dos nobres brasileiros. Nesse discurso, ele chega ao extremo de cogitar a execução do príncipe-consorte da Princesa Regente, Filipe d’Orleans (Conde D’Eu) em caso de resistência do mesmo diante de uma iminente ordem de desterro.

## **Conclusão**

Entender o Iluminismo a partir da sua relação com a Revolução Francesa, com as correntes científicas elaboradas ao longo do Oitocentos europeus, tomando como ideia a existência de um projeto de Modernidade, presente nas obras dos porta-vozes do Iluminismo, mostra-se profícuo para interpretar as produções nos deixadas pelos intelectuais brasileiros que contestaram a ordem erigida pelos Saquaremas, no Brasil do dezenove. Isso ficou evidente

tomando as obras de Joaquim Nabuco, Rui Barbosa e Silva Jardim, três das grandes personalidades da “Ilustração Brasileira”.

---

\* Licenciado, Bacharel e Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista CAPES. Orientador (a): Prof.ª Doutora Cláudia Maria Ribeiro Viscardi. E-mail: dievanilopesvital@yahoo.com.br.

<sup>1</sup> HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Tradução: Luiz Sérgio Rodnet Nascimento. SP: Martins Fontes. 2000, p. 1.

<sup>2</sup> HABERMAS, Jürgen. Modernidade - Um Projeto Inacabado. In: ARANTES, Otilia B. Fiori; ARANTES, Paulo E. **Um Ponto Cego no Projeto Moderno de Jürgen Habermas**. SP: Brasiliense. 1992.

<sup>3</sup> CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. SP: Editora Ática, 2000, p. 57-58.

<sup>4</sup> O filósofo francês Augusto Comte, teórico do positivismo, considera o Marquês de Condorcet (1743-1794) seu imediato precursor. (COMTE, Auguste (1798-1857). Os pensadores. SP: Abril Cultural, 1978).

<sup>5</sup> BARROS, Roque. S. M. **A Ilustração brasileira e a idéia de universidade**. SP: Convívio, 1986, p. 9.

<sup>6</sup> AZEVEDO, Célia M. M. **Abolicionismo: EUA e Brasil, uma história comparada (século XIX)**. SP: Annablume, 2003, p. 44, 47.

<sup>7</sup> MELLO, Maria T. C. de. **A República Consentida**. RJ: Editora FGV: Editora EDUR, 2007, p. 93, 122.

<sup>8</sup> NABUCO, Joaquim. **Minha Formação**; introdução de Gilberto Freyre. Brasília : Senado Federal, 1998, p. 34-35.

<sup>9</sup> Idem, p. 61-62.

<sup>10</sup> Idem, p. 112-113.

<sup>11</sup> CHACON, Vamireh. **Joaquim Nabuco: revolucionário conservador**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000, p. 20.

<sup>12</sup> NABUCO, Joaquim. **Que é o Abolicionismo?**; seleção de Evaldo Cabral de Mello. SP: Penguin Classics Cia das Letras, 2011, p. 25-27.

<sup>13</sup> Idem, p. 33-36, 40, 44.

<sup>14</sup> Idem, p. 50-73.

<sup>15</sup> Pseudônimo utilizado pelo teólogo, padre católico e historiador de origem alemã Johann Ignaz Joseph Von Döllinger (1799-1890), afastado da Igreja desde a anúncio de abertura do Concílio Vaticano I (1869-70), isto devido à sua discordância em relação ao dogma da infalibilidade pontifícia. O religioso foi o autor do original de *O Papa e o Concílio*, traduzido ao português por Rui Barbosa.

<sup>16</sup> O termo “Syllabus” em latim significa lista. No contexto em que estamos investigando, o termo denomina o documento papal, expedido juntamente com a Encíclica Quanta Cura em 8 de dezembro de 1864, através do qual Pio IX cataloga os “erros” que se faziam presentes nas constituições dos Estados modernos até a presente década de 70 do século XIX. Podemos afirmar que os “erros” catalogados faziam menção a vários princípios herdeiros do Iluminismo Setecentista conjugados às conquistas da Revolução de 1789, tais como: o racionalismo absoluto; a liberdade de pensamento; a liberdade civil de todos os cultos e sua liberdade de manifestação; separação entre as esferas religiosa e política, com a submissão da autoridade eclesial à autoridade civil; a escola leiga; a laicização do direito; o combate à ideia de progresso, à modernidade, ao pensamento liberal. Esses e outros pontos condenados pelo Syllabus encontra-se disponíveis em:

<http://www.montfort.org.br/old/index.php?secao=documentos&subsecao=enciclicas&artigo=silabo&lang=bra>.

<sup>17</sup> JANUS. **O Papa e o Concílio**. Versão e Introdução de Rui Barbosa. RJ: Brown & Evaristo, Editores, 1877, p. 96.

<sup>18</sup> Idem, p. 28.

<sup>19</sup> Idem, p.128.

<sup>20</sup> Idem, p. 132, 140.

<sup>21</sup> Idem, p. 141.

<sup>22</sup> Idem, p. 187.

<sup>23</sup> Idem, p. 207. Rui cita a Concordata assinada entre Pio VII e Napoleão em 1801, e aquela firmada pelo Estado austríaco com a Igreja em 1855.

<sup>24</sup> Idem, p. 243.

<sup>25</sup> JARDIM, Silva. **Salvação da Pátria** (Governo Republicano). Santos: Typ. a vapor do Diário de Santos, 1888, p. 6.

<sup>26</sup> Idem, p. 7-8.

<sup>27</sup> Idem, p. 8.

<sup>28</sup> Idem, p. 8.

<sup>29</sup> Idem, p. 9.

<sup>30</sup> JARDIM, Silva. **Carta Política ao Paiz e ao Partido**. RJ: Imprensa Mont' Alverne, 1889, p. 24.

<sup>31</sup> Idem, p. 24.

## **A guerra civil entre Sudão e Sudão do Sul: uma análise das implicações políticas no conflito do "microcosmo africano"<sup>1</sup>**

Carla Cristine Teixeira<sup>2</sup>

Diogo Matheus De Souza<sup>3</sup>

### **Resumo:**

O artigo tem por finalidade analisar a Guerra Civil Sudanesa (1962-2005) e o contexto da separação entre o Sudão e o Sudão do Sul, ocorrido em 2011. Embora os conflitos na região tenham sido amplamente interpretados como fundamentalmente étnicos e religiosos, procuramos reunir argumentos que possam demonstrar como as implicações políticas também estiveram e ainda estão fortemente presentes, contribuindo para que tais conflitos permaneçam até a atualidade. A influência estrangeira e a disputa por petróleo representam alguns dos principais motivos políticos que mantêm o cenário conflituoso dentro do “microcosmo africano”.

Palavras-chave: Sudão – Sudão do Sul – Guerra Civil.

### **Abstract:**

The article aims to analyze the Sudanese Civil War (1962-2005) and the context of the separation of Sudan and South Sudan, which occurred in 2011. Although the conflicts in the region have been widely interpreted as fundamentally ethnic and religious, seek to gather arguments that can demonstrate how policy implications also were and are still strongly present, contributing to such conflicts remain until today. Foreign influence and competition for petroleum represent some of the main political motives that keep the conflicting setting within the "African microcosm".

**Keywords:** Sudan – South Sudan – Civil War.

A África foi, durante muito tempo, um continente negligenciado pelos teóricos das Relações Internacionais. A ideia dominante era a de que a periferia representava apenas uma simples “consumidora de teoria”, onde a importância dela para a análise da conjuntura política, cultural e econômica do mundo é considerada ínfima. Pela compreensão da História,

a questão torna-se mais profunda. Alguns teóricos pós-colonialistas criticam essa visão estereotipada do “outro”, que desempenhou por vezes o papel de motor e impulsionador de inúmeros eventos na história da humanidade. Pode-se afirmar que essa curiosidade com relação ao desconhecido esteve acompanhada por ideais de poder e dominação em diferentes níveis de preconceito e hegemonia, principalmente no que se refere aos empreendimentos do ocidente europeu<sup>4</sup>.

Edward Said (1990)<sup>5</sup> explicou sobre a visão ocidental do outro, construída com base nas experiências europeias no seu intitulado “*Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*”, definindo-o como um dos instrumentos de descrição, ensinamento, colonização e de reestruturação do domínio e de autoridade associados ao Ocidente, existentes até a atualidade. A África, como um dos maiores continentes, ocupando cerca de 20% do território mundial, não fugiu a regra. Sua posição a coloca no “centro do mundo”, tornando-a palco da corrida imperialista e de diversas disputas<sup>6</sup> que serão representadas neste trabalho, através do levantamento de problemas e possíveis conclusões no que diz respeito ao conflito existente entre o Sudão e o Sudão do Sul<sup>7</sup>. A escolha deste recorte temático permite visualizar uma imagem de alguns aspectos característicos do Oriente Médio e também da África islamizada. Nossa intenção é tornar perceptível a proximidade e as estreitas relações que envolvem o Ocidente e o Oriente, com base em teorias e análises tanto da História, quanto de Relações Internacionais.

Antes da separação das duas nações (2011), quando existia apenas o Sudão, a região já era comumente tratada como sendo um “microcosmo da África”, ou seja, abrigando cultural e socialmente todo um continente em um território consideravelmente menor, situado entre diferentes fronteiras ideológicas: a África árabe, a negra, a muçulmana e a cristã<sup>8</sup>. O conceito do Sudão como “microcosmo” é essencial para que se compreenda a configuração deste país - e como isto se tornou uma das condições deflagradoras para um grande conflito civil que está presente em território sudanês desde 1962 até a atualidade<sup>9</sup>. Este conflito “foi amplamente interpretado pela mídia, atores políticos internacionais e mesmo acadêmicos como sendo um conflito religioso entre o Norte muçulmano e o Sul cristão/animista.<sup>10</sup>” Mas será que os motivos para que o conflito perdure restringem-se unicamente às disputas religiosas?

Hannah Arendt (1950)<sup>11</sup>, ao definir o conceito de política, expõe que a mesma se baseia na pluralidade dos homens e trata da convivência entre diferentes, embora a relação se dê entre dominadores e dominados. Essa situação pode ser exemplarmente aplicada na família, onde o homem costuma reconhecer sua primeira instituição política. A autora ressalta

que a associação entre religião e família se dá quase que de maneira natural, considerando que o homem, nas religiões monoteístas, ao querer tornar-se imagem e semelhança de Deus, acaba por tornar outros homens o reflexo de si mesmo. Dessa forma, não seria tão simples desassociar as políticas religiosas das políticas a serem seguidas dentro do seio familiar e desse modo, das tradições e jugos particulares dos homens. Aproximando essa teoria da realidade de alguns países islamizados, é possível entender o porquê de a Shari'a<sup>12</sup> deter tanto o poder temporal quanto o espiritual no Sudão, onde homens poderosos são homens religiosos - tornando indissociáveis direito e fé. Mesmo com a maioria da população sendo adepta do Islã, era expressivo no Sudão o número de cristãos, que obviamente não eram atendidos por leis estabelecidas com base em textos sagrados que não os do Cristianismo, ainda que a origem de ambas seja comum. Tal circunstância provocou inúmeros deslocamentos que levaram o grupo a se concentrar numa região específica ao sul do país<sup>13</sup>.

Pode ser que a tarefa da política seja construir um mundo tão transparente para a verdade como a criação de Deus. No sentido do mito judaico-cristão, isso significaria: *ao* homem, criado à imagem de Deus, foi dada capacidade genética para organizar *os* homens à imagem da criação divina. Provavelmente, um absurdo — mas seria a única demonstração e justificativa possível à idéia da lei da Natureza. Na diversidade absoluta de todos os homens entre si — maior do que a diversidade relativa de povos, nações ou raças — a criação *do* homem por Deus está contida na pluralidade. Mas a política nada tem a ver com isso. A política organiza, de antemão, as diversidades absolutas de acordo com uma igualdade *relativa* e em contrapartida às diferenças *relativas*.

Como afirma Hannah Arendt (1993)<sup>14</sup> na citação à cima, a política de um país não se restringe a questões religiosas, mas se torna abrangente e congruente conforme a influência de fatores e interesses externos. O conflito entre o norte de maioria islâmica e o sul de maioria cristã perdurou por décadas no país e, embora não seja possível descartar a contribuição religiosa na fomentação do mesmo, tampouco devemos achar que seja o único ingrediente para tal. Ao observar o todo, alguns fatos recentes despertaram nossa atenção: primeiramente o reconhecimento de independência do Sudão do Sul, em 9 de Julho de 2011, pela Organização da Unidade Africana (OUA) – atual União Africana, que possui tradicionalmente uma postura de não reconhecimento dos movimentos separatistas, devido ao receio de que estes possam ser influentes no surgimento de movimentos correlativos<sup>15</sup> - É preciso levar em consideração aqui, o problema territorial que a África possui desde a Conferência de Berlim (1884-1885), onde houve uma fragmentação do continente em favor dos interesses imperialistas externos, sem respeitar a natureza, etnia ou tradição dos povos que lá existem<sup>16</sup>. Um segundo ponto, é que mesmo após a declaração da independência do

Sudão do Sul, os conflitos perduram, expondo a fragilidade social, econômica e principalmente a necessidade de medidas emergenciais que o novo Estado precisa adotar.

A partir de agora, desenvolveremos uma análise das características de cada local e das questões que influenciaram, se destacaram ou desempenharam papel singular durante o conflito e o processo de separação do território sudanês, considerando cada particularidade a fim de apontar e reconhecer as possíveis interferências e até mesmo as manipulações exercidas por interesses internacionais.

### **Darfur, Cartum e a violação dos Direitos Humanos<sup>17</sup>**

Para que se consiga entender como o conflito no território sudanês se estende até a atualidade, é necessário trazer alguns aspectos históricos relacionados a ele, bem como se situar geograficamente dentro da região. É importante citar, então, a região de Darfur, que, assim como o sul, está envolvida nas disputas entre ‘árabes’ e ‘africanos’ (não-árabes)<sup>18</sup>, e onde existe uma alarmante situação de sofrimento humano. O governo do Sudão, centralizado em Cartum e comandado por Omar Hassan Ahmad AL-Bashir desde 1989, é considerado como o principal responsável pelos crimes aos direitos humanos no que BADMUS (2008, p. 311) chama de desastre em Darfur. A comunidade internacional acusa o governo de Cartum de tentar uma possível “limpeza étnica”<sup>19</sup> na região darfuriana e realizar a arabização<sup>20</sup> forçada da população.



Figura 1: Mapa onde é possível localizar a região do Darfur dentro do Sudão, bem como a delimitação da nova nação reconhecida em 2011, o Sudão do Sul.



Além da tentativa de “limpeza étnica”, Cartum estabeleceu também, no Sul e no Darfur, uma política de censura a jornais e a outros veículos de comunicação que promovessem ideais separatistas. Sobre isto, GUIMARÃES (2010, p. 25) afirma:

Omar AL-Bashir promoveu ações para evitar a separação do Sudão e manter a unidade nacional, utilizando o serviço de segurança para censurar a circulação de jornais independentes e de oposição. Em Julho de 2010, de acordo com notícia publicada em *blog* sobre a atuação da polícia na UNMIS (Missões das Nações Unidas para a paz no Sudão), o jornal sudanês AlTayyar que circula no Sul foi censurado, assim como outros que já foram censurados por conterem críticas severas ao governo local.

Outra estratégia que o governo central de Cartum, juntamente com a elite árabe do Norte, utilizou para neutralizar a luta por um Sudão secular por parte das etnias não-árabes foi a fragmentação do Darfur em três Estados, em 1994. A pretensão era separar a formação étnica dos Fur, que não só está na lista de povos não-árabes na região, como é também a grande maioria nela. Ao se espalhar pelos três estados, os Fur deixariam de ser a maioria e passariam a ser minoritários, facilitando a política de Cartum para promover o arabismo por todo o território Sudanês.<sup>22</sup> Esta divisão é um dos principais motivos para que o Darfur permaneça em situação de conflitos frente ao governo de Cartum.

A longa guerra civil que enfrentam as regiões sudanesas já resultou em milhares de mortos, refugiados e deslocados internos, obrigando diversas interferências da ONU (Organização das Nações Unidas) e tentativas de Acordos de Paz. Estes acordos foram sendo feitos ao longo da década de 2000, porém o que se pode perceber é que eles não surtiram o efeito esperado e as violações maciças aos direitos humanos permanecem até a atualidade. Como destaca GUIMARÃES (2010, p. 23-24), “a neutralidade é uma das características defendidas por agências onusianas relacionadas ao repatriamento de refugiados ou a intervenções humanitárias.” Entretanto, a escolha de mantenedores da paz que possuem ligações identitárias com o Norte ou com o Sul pode não ter sido satisfatória.

A militância dos direitos humanos vem sendo questionada, pois costuma estar imbuída de valores ocidentais e democráticos como liberdade e igualdade, não necessariamente identificados por todas as nações do mundo, que possuem diferentes formas de governo e diferenças culturais muitas vezes inaceitáveis aos olhos ocidentais.<sup>23</sup> Edward Said (1990, p. 32), é enfático ao dizer que há culturas e nações cuja localização fica a leste que possuem uma realidade obviamente maior que qualquer coisa esperada a respeito no Ocidente. Ele ainda defende a tese de que a relação entre o Ocidente e o Oriente é uma relação de poder, de dominação, de graus variáveis de uma hegemonia complexa.

“Acima de tudo, a autoridade pode, na verdade deve, ser analisada.” Esta ideia de Said (1990, p. 50) é também fundamental dentro do contexto da interferência ocidental em território sudanês, bem como da posição centralizadora de Cartum. Mesmo depois da independência do Sudão do Sul, a nova nação continua dependendo do Sudão para conseguir exportar o petróleo, já que não possui saídas para o mar, contudo, ao mesmo tempo, o governo nortista é também um dependente do sul, devido às receitas obtidas com a própria extração petrolífera. Isto já faz refletir sobre o primeiro passo a ser dado para que se solucionem os conflitos entre os dois territórios, que nada mais é do que a integração regional entre eles, e respectivos acordos econômicos que venham beneficiar a ambos. Mas esta integração regional depende também de acordos com os vizinhos e com as demais nações que estão interessadas da mesma forma na produção petrolífera da região.<sup>24</sup>

### **Disputas locais, a questão do petróleo e a influência estrangeira no Sudão e Sudão do Sul**

O petróleo é o elemento principal que interliga interesses globais e locais na região sudanesa, constituindo-se no principal produto de exportação do Sudão. A importância das regiões petrolíferas é também percebida quando se observa que os principais confrontos entre tropas governamentais e grupos rebeldes que foram excluídos dos acordos de paz, foram travados justamente nestas regiões. Se juntarmos a produção de petróleo do Sudão e do Sudão do Sul, veremos que a região sulista representa aproximadamente 70% do que é produzido. Embora a questão do petróleo seja o objetivo de análise aqui, é importante comentar que o Sudão do Sul possui reservas quase inexploradas de urânio, bauxita, diamante, cobre e ouro, onde muito provavelmente acontecerá exploração nos próximos anos, devido às próprias dificuldades econômicas que o novo país tem enfrentado no contexto de seu nascimento.

No que diz respeito aos conflitos inerentes à esfera local, pode-se citar as reivindicações do Sudão do Sul para incorporar a região petrolífera de Abyei, na fronteira entre este país e o Sudão. Tal região é caracteristicamente instável, principalmente nas Montanhas Nuba, onde comunidades e grupos rebeldes pró-sul contestam a sua permanência no local.<sup>25</sup> Além disto, este conflito na fronteira tem se mostrado ainda mais complexo se analisada a situação atual, pois disputas pelo domínio das reservas de petróleo tem se tornado frequentes também entre as etnias não-árabes presentes no Sudão do Sul.<sup>26</sup> Isto reforça o argumento de que fatores étnicos podem ser facilmente mobilizados em prol de interesses políticos e econômicos.

Já em relação ao âmbito global, é necessário compreender quais e como as grandes potências possuem envolvimento dentro do cenário de conflito sudanês. Neste caso, a China

aparece como uma das principais representantes, devido ao seu grande interesse nas relações econômicas com os países da África desde a Revolução Chinesa (1949).<sup>27</sup> Embora, em teoria, os chineses tenham um princípio de não interferência nos assuntos internos de outros países, na prática o que se percebe é que tal política não é fielmente executada. Isto se torna bastante notório nas fortes relações entre chineses e sudaneses, que se dão desde a década de 1980, quando a China aproveitou o desestímulo à presença ocidental no país africano por conta do conflito civil para fortalecer seu vínculo econômico (intimamente ligado ao petróleo) com ele. A aproximação e apoio que os chineses forneceram ao governo de Omar Al-Bashir em função de seus interesses foi duramente criticada pela Comunidade Internacional. Sobre isto, SCHNEIDER (2008)<sup>28</sup> ainda afirma:

Os determinantes do apoio chinês ao governo do Sudão no Conselho de Segurança da ONU são os recursos naturais. Pequim não só ameaçou vetar determinadas sanções contra o país, como fez pressão em diversos itens polêmicos, impedindo consideravelmente a ação da ONU no país. De um total de 22 resoluções do Conselho de Segurança especificamente sobre o Darfur, a China absteve-se de cinco e impediu que muitas fossem à votação através da ameaça de veto.

Esta posição de apoio que o governo chinês tomou em relação à Cartum era favorável à China, pois mantinha as empresas ocidentais longe do Sudão, o que ainda se somava ao fato de a aceitação de sanções poder colocar em risco o fornecimento de petróleo e investimentos realizados. Contudo, a percepção de que apoiar o Sudão em sua tentativa de arabizar o Darfur e o Sudão do Sul acarretava um custo significativo para a imagem do país, fez com que a China flexibilizasse a observância do princípio.<sup>29</sup> Representando o maior importador de petróleo sudanês, o país asiático passou a aproximar-se do governo do sul desde 2005, abrindo um consulado em Juba (atual capital do Sudão do Sul) e incentivando a modernização regional. A mudança nas relações dos chineses com o Sudão do Sul é algo que pode ter resultados significativos para que o conflito na região seja pacificado.

Por outro lado, os Estados Unidos também foram, e são, centralmente importantes para o sucesso do separatismo. Além de receber milhares de refugiados sulistas e de enviar milhões de dólares em ajuda humanitária para a região, o país foi um dos principais defensores dos acordos de paz. Tal interesse estadunidense em interferir nos conflitos da região sudanesa mostra-se profundamente ligado também aos interesses econômicos do país na África, assim como no caso da China, relacionados ao petróleo. As questões políticas apresentam-se, mais uma vez, intimamente presentes dentro do cenário de instabilidade do Sudão do Sul, pois a iniciativa dos Estados Unidos em criar uma frente de comando (AFRICOM), em 2007, para atuar em missões de paz na África foi duramente criticada por

países do continente, justamente por ir ao encontro dos interesses norte-americanos na região  
30.

O que se pode perceber ao analisar a atuação dos Estados Unidos no cenário sudanês é uma característica oscilação na sua posição oficial de apoio ou de oposição á Cartum. Com o golpe militar de 1989 que colocou Omar Al-Bashir no poder e logo em seguida a intensificação de um discurso islâmico radical e o apoio sudanês ao Iraque na Primeira Guerra do Golfo fez com que, em 1991, os Estados Unidos fechassem sua embaixada em Cartum. A partir da década de 2000 e principalmente após a Independência do Sudão do Sul, há uma mudança na situação, pois Washington passa a oferecer importantes incentivos a Cartum caso mantenha relações pacíficas com o país vizinho.

Como ainda coloca SCNEIDER (2008, p. 30), “é importante ressaltar que essa melhora no relacionamento entre os governos do Sudão e dos Estados Unidos mantêm-se, no entanto, na informalidade tanto pelo lado sudanês quanto pelo lado norte-americano.” Para Omar Al-Bashir, as pressões internas referentes a um relacionamento muito próximo com os Estados Unidos poderiam ser insustentáveis. Por outro lado, o conflito no Darfur não permite que as sanções econômicas sejam retiradas por parte do governo norte-americano, nem permite uma aproximação oficial do mesmo.

No que diz respeito ao Sudão do Sul, o conflito local permanente que existe também entre as etnias não-árabes da região tem feito os Estados Unidos apelarem ao Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas para que considere a aplicação de sanções contra os responsáveis pelos crimes aos direitos humanos cometidos no país. Segundo notícia publicada pelo jornal “*Epoch Times*”, em 24 de Abril de 2014, o embaixador francês, Gérard Araud, chegou a manifestar “pleno apoio” à proposta norte-americana, mostrando que outros países também podem aderir à política norte-americana de sanções.<sup>31</sup>

Apesar do grande número de resoluções do Conselho de Segurança da ONU, há uma persistência dos governos sudanês e sul sudanês em não permitir a ação intensiva da organização em seus territórios. Ou seja, apesar das atrocidades cometidas e do grande número de mortos nos conflitos, a ONU quase nada pode fazer, pois precisa se submeter à soberania dos países, principalmente no caso do Sudão, por conta do governo de Omar Al-Bashir. Ao mesmo tempo, fica claro também os limites não só da ONU, mas como das instituições internacionais em geral para conseguir sobrepor os interesses das grandes potências.<sup>32</sup>

## Considerações Finais

O conceito de “microcosmo” para definir a região onde se estabelece as nações do Sudão e do Sudão do Sul é bastante plausível, levando em consideração toda a história contida nela: disputas por território, recursos, hegemonia, religião. Tais características permearam os conflitos da história da humanidade, mas em alguns casos, como o tratado no artigo, acabaram algumas vezes sendo interpretados com uma visão simplista demais, sem uma análise mais aprofundada.

Através deste artigo, identificamos diversos aspectos que nos levam a concluir que além das questões étnicas e religiosas, existem outras influências, principalmente políticas envolvidas no cenário do conflito civil entre o Sudão e o Sudão do Sul. Ficou claro também, que as relações internacionais entre os dois países e outras nações são profundas e modificaram de alguma maneira a realidade de cada um.

Por fim, acreditamos que uma das melhores formas para a região sudanesa superar as dificuldades resultantes de tanto tempo de conflitos políticos, territoriais e étnicos, será através de uma integração regional, onde o Sudão do Sul consiga eliminar os problemas sociais e econômicos característicos do contexto de seu nascimento.

---

<sup>1</sup> Este trabalho é resultado de uma pesquisa feita na quarta-fase da graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina para a disciplina de História das Relações Internacionais, tendo como orientador o Professor Dr. Márcio Roberto Voigt.

<sup>2</sup> Graduanda do curso de História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: [moratelli-ca@hotmail.com](mailto:moratelli-ca@hotmail.com).

<sup>3</sup> Graduando do curso de História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: [diogo.m.souza@uol.com.br](mailto:diogo.m.souza@uol.com.br).

<sup>4</sup> GUIMARÃES, S. D. *Sociedades, conflitos e direitos humanos: Sudão, o microcosmo africano*. 2010. 62 f. Trabalho de Conclusão do Curso em Relações Internacionais – Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa/PB, 2010, p. 29-30.

<sup>5</sup> SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>6</sup> VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analucia Danilevicz. *História da África e dos Africanos*. Editora Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2013.

<sup>7</sup> República do Sudão (*Al-Jumhuriyat as-Sudan*). Localiza-se no centro-leste da África, e faz fronteiras com Egito, Líbia e Mar Vermelho. Disponível em: < [http://www.portalbrasil.net/africa\\_sudao.htm](http://www.portalbrasil.net/africa_sudao.htm) > Acesso: 23 de Maio de 2014.

República do Sudão do Sul. Localiza-se no centro-leste da África, e faz fronteira com Sudão, país do qual conquistou independência em 9 de janeiro de 2011. Disponível em: < <http://7a12.ibge.gov.br/voce-sabia/curiosidades/sudao-do-sul> > Acesso: 23 de Maio de 2014.

<sup>8</sup> BADMUS, Isiaka Alani. “Nosso Darfur, Darfur deles”: a política desviante do Sudão e a nascente “limpeza étnica” em uma emergente anarquia africana. In: Contexto int., v.30, n.2, Rio de Janeiro: 2008, p. 313.

<sup>9</sup> O conflito civil, que será melhor explicado ao longo do artigo, teve duas fases, de 1962 a 1972, e a segunda, de 1983 a 2005, teoricamente encerrado com o Acordo de Paz intermediado pela ONU. Porém, ao contrário do que isto dá a entender, o cenário conflituoso permanece até a atualidade (SCHNEIDER, 2008, p. 07).

<sup>10</sup> A busca em abordar os aspectos políticos do conflito sudanês é um contraponto ao que costuma fazer grande parte dos estudiosos do continente africano, que “despolitizam” a compreensão dos fenômenos políticos da região limitando-se nas diferenças culturais irreconciliáveis (SCHNEIDER, 2008, p. 19).

<sup>11</sup> ARENDT, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 3 edição. 2002.

<sup>12</sup> O islamismo trouxe consigo um conjunto de leis que regem a vida do muçulmano, essas leis compõem a Sharia, que é elaborada pela combinação de diversas fontes, incluindo o Alcorão (o livro sagrado dos muçulmanos), os Ahadith (ditos e condutas do Profeta Maomé SAAS) e as Fatwas (decisões dos estudiosos islâmicos para questões do cotidiano, que muitas vezes usam interpretações do alcorão e dos Ahadith). Na tradição islâmica, Sharia, é vista como algo que alimenta a humanidade. Disponível em: < <http://arabesq.com.br/Principal/Islamismo/IslamismoArticle/tabid/175/ArticleID/1789/Default.aspx> > Acesso: 23 de Maio de 2014.

<sup>13</sup> GUIMARÃES, Op. Cit., p. 21.

<sup>14</sup> ARENDT, Hannah. O significado de revolução. Companhia das Letras, 1993, p. 22-23.

<sup>15</sup> OLIVEIRA, Lucas Kerr; SILVA, Igor. Sudão do Sul: novo país, enormes desafios. In: Meridiano 47, vol.12, n.128, nov-dez. 2011, pág. 25 a 35. Disponível em:

<<http://periodicos.bce.unb.br/index.php/MED/article/view/3954>> Acesso em Maio/2014.

<sup>16</sup> MARTINS, André R. “Fronteiras e Nações”. São Paulo: Editora Contexto. 1992.

<sup>17</sup> Direitos humanos são os direitos e liberdades básicas de todos os seres humanos. Seu conceito também está ligado com a idéia de liberdade de pensamento, de expressão, e a igualdade perante a lei. A ONU proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que é respeitada mundialmente. A Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas afirma que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos, dotados de razão e de consciência e devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade. Disponível em: < <http://www.significados.com.br/direitos-humanos/> > Acesso: 23 de Maio de 2014.

<sup>18</sup> Como resultados das missões cristãs de ingleses e franceses, no Sul e no Darfur vivem cristãos e seguidores de costumes tradicionais locais, além de vários grupos tribais heterogêneos e sem autoridade política centralizada (GUIMARÃES, Op. Cit., p. 18).

<sup>19</sup> De acordo com a Comissão de Especialistas da ONU: “limpeza étnica” significa um ato de “deixar uma área etnicamente homogênea por meio do uso da força ou da intimidação para remover pessoas de determinados grupos da área” (COHEN, A. Deviant behaviour. Boston: Houghton Mifflin, 1999.).

<sup>20</sup> “O poder político tende a ser monopolizado pelos árabes, no norte, que entendiam e consideravam o país como ‘propriedade privada’, utilizando-se de uma ideologia de Islã e de superioridade racial árabe (arabismo) para justificar seus atos” (BADMUS, Op. Cit., p. 314).

<sup>21</sup> Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/blogs/worldviews/files/2013/12/SSudan606-1.jpg>> Acesso em 19 de Maio de 2014.

<sup>22</sup> BADMUS, Op. Cit., p. 322.

<sup>23</sup> GUIMARÃES (2010, p. 28).

<sup>24</sup> OLIVEIRA; SILVA, Op. Cit., p., 27-31.

<sup>25</sup> Ibidem, p. 28.

<sup>26</sup> WELLE, Deutsche. Conflito no Sudão do Sul não tem motivação étnica, mas política, Carta Capital, 29/04/2014. Disponível em < <http://www.cartacapital.com.br/internacional/conflito-no-sudao-do-sul-nao-tem-motivacao-etnica-mas-politica-9053.html> > Acesso em 20 de Maio de 2014.

<sup>27</sup> A Revolução Chinesa de 1949 e o seu princípio de ‘exportar a revolução’ coincidiram com a proliferação de movimentos de libertação nacional pela África, dos quais muitos contaram com a ajuda bélica e humanitária de Pequim. O estreitamento das relações foi usado, também, como meio de impedir a aproximação dos países africanos com Taiwan e seu reconhecimento como nação independente (ALVES, 2010, p. 25-26).

<sup>28</sup> SCHNEIDER, L. G. As causas políticas do conflito no Sudão: determinantes estruturais e estratégicos. 2008. 74 f. Trabalho de Conclusão do Curso em Relações Internacionais – Universidade Federal do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre/RS, 2008, p. 24.

<sup>29</sup> ALVES, André Gustavo. Os interesses econômicos da China na África. In: Boletim de Economia e Política Internacional. N. 01. Jan-Mar, 2010, p. 25-33.

<sup>30</sup> OLIVEIRA; SILVA, Op. Cit., p. 25-29.

<sup>31</sup> AGÊNCIA BRASIL. EUA e França apelam à ONU por sanções ao Sudão do Sul, *Epoch Times*, 24/04/2014. Retirado de < <http://www.epochtimes.com.br/eua-franca-apelam-onu-sancoes-sudao-do-sul/> > Acesso em 20 de Maio de 2014.

<sup>32</sup> SCHNEIDER, Op. Cit., p. 63.

## O MÉTODO LANCASTERIANO NO ENSINO PÚBLICO CAPIXABA DO SÉCULO XIX

Dirce Nazaré de Andrade Ferreira<sup>1</sup>  
Cleonara Maria Schwartz<sup>2</sup>

### APRESENTAÇÃO

Quando se pensa na história da educação envolvendo o Método Lancasteriano no Brasil, embora um grupo de pesquisadores dentre os quais Maria Helena Câmara Bastos, Luciano Faria Filho, Maria de Fátima Neves, tenham nos últimos anos publicado obras sobre a temática, há uma lacuna na história da educação no Estado do Espírito Santo que ainda precisa ser preenchida pois ela mostra desdobramentos culturais e políticos que se apresentam como memórias para produção de importantes pesquisas.

Esta comunicação pretende em breves linhas investigar o método Lancasteriano na educação pública no Espírito Santo do século XIX para compreender no Brasil pós-independente que mudanças sociais, culturais e políticas causaram impactos no ensino.

Simões e Franco (2004, p.5) ao tecerem algumas reflexões sobre a história da educação no Espírito Santo no século XIX, destacam a riqueza do tema, mas também “[...] a escassez de produção historiográfica no período imperial e a precariedade e dispersão das fontes”, fatores que se configuram como desafios de pesquisa, e que tornam relevante o trabalho.

No período imperial houve um processo de grandes transformações ao qual Coutinho (1993, p.36) denomina “modernização neocolonial” ou descolonização, pois as ações que ocorreram nas três primeiras décadas do século XIX tentaram substituir as estruturas do Brasil antigo e reforçar a nação pelas vias de estruturas consideradas modernas à época.

Dito isto, na perspectiva de desvelar o Método Lancasteriano nas escolas do Espírito Santo, é importante investigar como as autoridades oficiais adotaram o método e as apropriações geradas em sua aplicação buscando compreender como o poder e as

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História social das relações políticas, na Universidade Federal do Espírito Santo. Professora da Universidade Federal do Espírito Santo.

<sup>2</sup> Coordenadora do Doutorado em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Professora da Universidade Federal do Espírito Santo.

relações políticas se inserem na educação. Sendo assim, este trabalho se desenvolverá a partir das seguintes questões:

- Quais estratégias pedagógicas estão presentes no método Lancaster no Espírito Santo?
- Quais relações de poder político estão descritas na educação provincial?

Quando se pensa na relevância de estudar a educação e seus desdobramentos na história, temos a percepção de que, a educação como ato político traz em seu conteúdo uma série de elementos que formam a sociedade, dentre eles a cultura. Portanto, investigar a educação como reforço de desenvolvimento de uma neo nação revela as relações de poder cristalizadas através de suas políticas educacionais, o que passamos a discorrer através de aspectos históricos.

## 1 - O BRASIL PÓS-INDEPENDENTE E A NECESSIDADE DE UM SISTEMA DE EDUCAÇÃO

Proclamada a independência do Brasil em 1822, durante um certo tempo se discutiu a necessidade da criação de um sistema escolar brasileiro e um método de ensino. As medidas oficiais demonstraram o interesse na implantação do Ensino Mútuo, exemplo disso o decreto 01/03/1823 destaca as vantagens do Método Lancasteriano “[...] pela facilidade e precisão com que desenvolve o espírito e o prepara” (MOACYR, 1936, p.71). Essa preparação consistia em executar um método capaz de desenvolver habilidades educacionais, nos moldes de disciplina militar. Pires de Almeida (1989, p. 57) ao tratar da educação no império destaca que,

[...] em março de 1823 o governo criara uma Escola de Ensino Mútuo que deveria ser instalada no Rio de Janeiro, e para propagar esse sistema de instrução uma ordem ministerial exigiu que cada província do império enviasse um soldado que seguiria as lições e em seguida as ensinaria nas escolas.

Na criação do sistema de instrução primária no Brasil, houve uma aproximação com as idéias inglesas. Coutinho (1993, p. 64) explica essa relação destacando que “[...] quando a Família Real partiu para o Brasil foi protegida pela Marinha Britânica para



fazer a travessia do Oceano Atlântico”, o autor ressalta ainda que dessa cooperação foram feitas algumas alianças tais como a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, o tratado comercial de 1810<sup>3</sup> concedendo benefícios alfandegários à Inglaterra, e no aspecto educacional, foi adotado formalmente o método inglês (Ensino Mútuo ou Lancasteriano).

Eis que o tempo da independência brasileira “[...] foi o tempo da modernidade liberal, marcada pelo critério absoluto da lei, pelo *laissez-faire* econômico e pela educação racional” (HILSDORF, 2001, p.70), então, no período imperial brasileiro se observou alternância de poder entre grupos políticos liberais e conservadores. Ao adotar a monarquia como regime político, o Brasil referendou o ideário conservador, então necessitava fortalecer o Estado monárquico pela institucionalização de sistemas, dentre elas a educação. Hilsdorf (2001, p.73) explica que “[...] por toda parte a opinião liberal foi solidária a esse sistema [o método Lancaster], vendo nele a mais fiel imagem de uma monarquia constitucional”.

Assim, quando a Lei Geral de 1827 determinou o método Lancaster no ensino brasileiro foi um amálgama de interesses, sobretudo conservadores. Gondra (2008, p. 82) ensina que “ao observar a capilarização do modelo escolar [brasileiro] ao longo do século XIX, fica perceptível a adesão do Estado, da igreja e da sociedade civil a esta forma de interferir no curso de vida da sociedade”.

O método lancasteriano foi a difusão do ideário moderno propagado no país pelas vias da educação. Saviani (2005, p. 15) observa que “[...] o método de ensino mútuo que já vinha sendo divulgado no Brasil desde 1808, tornou-se oficial em 1827 com a aprovação das Escolas de Primeiras Letras, ensaiando-se sua generalização para todo o país” para aplicar o processo civilizatório iluminista nas Escolas primárias e secundárias das províncias brasileiras.

A partir da independência, política e educação começavam a receber contornos racionalizados, uma vez que as estruturas burocráticas iniciam sua implantação<sup>4</sup> no Brasil, logo, o movimento fundante do Estado nacional se apoiou na educação como

---

<sup>3</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. *O Império brasileiro* (1822-1889). Brasília: UNB, 1986. Pelo tratado de 1810 a Inglaterra obteve seus artigos comercializados à taxa aduaneira inferior aos demais países. Com esse tratado a Inglaterra praticamente eliminou a concorrência no mercado brasileiro, dominando-o quase por completo.

<sup>4</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Nação e cidadania no império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2007, p.35. Explica que “a máquina estatal do século XIX usou quatro mecanismos para fortalecer o rei: a burocratização, a monopolização da força, a criação da legitimidade, e a homogeneização das idéias”.

fator político, e como forma de preconização de unidade, centralizou a educação pelas vias do método Lancastriano.

O processo educativo foi pensado como alicerce de manutenção da harmonia, o que por sua vez conduziria à pacificação social. Desta forma a instrução pública pelo Método Lancastriano além de preservar a ordem social, serviu para gerar uma identidade pacificadora nos estudantes. Hilsdorf (2001, p. 73) chama a atenção para o método de ensino mútuo denominando-o como,

[...] a educação da massa trabalhadora, que conquistou o homem comum e também o professor, que partilhava a mentalidade liberal. Trata-se, afinal, de um liberalismo antidemocrático, que conserva a hierarquia, a desigualdade e a diferença na sociedade.

## **2 – O MÉTODO LANCASTERIANO NO ENSINO BRASILEIRO E NO ESPÍRITO SANTO**

O Brasil começava a construir seu sistema de educação, logo as províncias apresentavam muitos problemas, sendo que no Espírito Santo em 1824 as escolas públicas estavam abandonadas, principalmente por falta de professores<sup>5</sup>. Logo, o Método foi pensado como proposta de modernização para suprir as lacunas instrucionais no Brasil, principalmente a carência de docentes, já que se propunha a ensinar com um só professor, um elevado número de alunos. Bastos (2005, p. 35) ao traçar a história do ensino mútuo destaca a educação massificada atribuída às classes populares, enfatizando que,

[...] o método foi sistematizado separadamente por André Bell (1753-1832) e por Joseph Lancaster (1778-1838). Bell um médico e pastor anglicano teve a idéia de utilizar em um orfanato os melhores alunos para transmitir conhecimento aos demais. Lancaster por sua vez, criou uma escola para alunos pobres em Londres. O método permitia alcançar grande número de alunos, a um custo muito baixo.

Foi o método Lancaster uma estratégia pedagógica aplicada principalmente às classes mais vulneráveis, que proporcionou a expansão da educação com economia de tempo, espaço e custo financeiro, pois ele “[...] estava ligado à necessidade de extensão

---

<sup>5</sup> COUTINHO, op.cit.p.5, destaca que “a precariedade do ensino, principalmente a ausência de instalações físicas”. E conclui que os prédios onde funcionavam as escolas de primeiras letras eram improvisados, inadequados para receber alunos e professores.

da educação a todas as classes sociais, propósito empreendido pelo iluminismo no século XIX” (BASTOS 2005, p. 34).

Pelo modelo lancasteriano, segundo Coutinho (1993, p. 65) “[...] era possível ao professor ensinar centenas de alunos a partir da monitoração que dividia os grupos em centúrias (grupos de 100), por sua vez divididos em decúrias (grupos de 10)”. Os alunos eram separados por grupos coordenados por um decurião responsável pela disciplina, já os chefes de classe ou monitores eram alunos considerados mais adiantados no conteúdo pedagógico e que auxiliavam o professor nas tarefas junto aos alunos, de modo que disciplina e ordem eram exigências permanentes.

Se no método individual o agente de ensino é o docente, no método lancasteriano a ação do professor incidia sobre uma sala com muitos alunos, sendo compartilhada com monitores e agentes de classe, sob a perspectiva de democratizar o ato de ensinar, com baixo custo. Havia portanto uma divisão de alunos por grupo e a responsabilização de cada grupo discente por monitores e chefes de classe, que recebiam uma pequena remuneração.

Saviani (2005, p.15) ao abordar o ensino mútuo no Brasil, destaca que “[...] o método baseava-se no aproveitamento dos alunos mais adiantados como auxiliares do professor no ensino de classes numerosas”. Embora esses alunos contribuíssem na efetivação do método pedagógico, o foco não era posto na atividade do aluno, mas no próprio método. Destaca Saviani (2005, p. 16) que “[...] no ensino mútuo buscava-se o equacionamento do ensino e o disciplinamento como maior habilidade exigida”. O ensino era coletivo e consistia na tarefa recursal ou recursiva mútua entre alunos mais adiantados com outros nem tanto assim.

## 2.1 – O MÉTODO LANCASTERIANO NO ESINO DO ESPÍRITO SANTO

Na história da educação no Espírito Santo do século XIX, há uma série de fontes primárias originais demonstrando a existência do Método Lancasteriano: os discursos de Presidentes da Província, os Jornais Correio da Vitória (1849) e a Regeneração (1835), e principalmente a Reforma Couto Ferraz. Para este trabalho, no entanto, focaremos na Reforma Couto Ferraz e em alguns fragmentos de um documento de 1871 - encontrado no Arquivo Público - denominado Regimento Interno das Aulas Públicas da Província do Espírito Santo. Passemos à sua análise.

Já de início o documento descreve as ações de racionalidade e disciplina ligadas também à religiosidade expressa nas exigências de:

Art. 1 – O professor publico deve:

§ 1. Cuidar da instrucção de seos discípulos cultivando-lhes a intelligencia, a memória e também na sua educação infundindo-lhes no coração os sentimentos dos deveres para com Deos, para com a pátria, Paes, parentes, para com o próximo e para comsigo mesmo.

O procedimento do professor e seos exemplos são o meio mais efficaz de obter esse resultado.

§2. Apresentar-se na aula um quarto antes de começarem os trabalho vestido decentemente, sendo o ultimo a retirar-se.

Para ilustrar, Saviani (2005, p. 15) descreve que “[...] o método Lancasteriano supunha regras predeterminadas, rigorosa disciplina e distribuição hierarquizadas dos alunos” que lembrava as estruturas escalonadas da organização militar e eclesiástica. Conforme demonstra o documento analisado foi, principalmente sobre a religiosidade que o Estado construiu seu sustentáculo educacional. Vejamos que o professor deve:

[...]

§8. Principiar e encerrar os trabalhos de aula pela oração do cathecismo, approvada na Diocese que poderá ser cantada.

§9. Acompanhar os alumnos á missa todos os sabbados ou domingos á igreja mais próxima, velando que elles se conduzão com respeito e reverencia, fazendo com q’alternadamente dous dos mais adiantados sirvão de acolytos.

§10. Leccionar com desvelo e amisade todos os alumnos sem mostrar prefrença ou parcialidade; presidendo pessoalmente o exercício das aulas, e inspeccionando os trabalhos das classes, castigando nos termos prescriptos os que faltarem seos deveres, recompensando aos que merecerem pela sua conduta, intelligenciae acções meritórias, prohibindo rixas ou contendias entre elles.

§11. Fazer todos os dias antes e depois no fim dos trabalhos, antes da oração, chamada dos alumnos notando-lhes as faltas (REGIMENTO DE 1871, ARTIGO 1)

Descrevendo o ensino ordeiro, Pires de Almeida (1989, p. 59) revela os requisitos docentes citadas por Chateaubriand que diz “[...] devemos pôr a frente das escolas de ensino mútuo, homens aptos a inspirar confiança nas famílias”. Por seu turno Hilsdorf (1999, p. 197) reitera a adoção do ensino mútuo como a proposta conservadora adotada por que “[...] era a forma ideal perante a família e a igreja tradicional, para atender às seculares reivindicações de uma educação mais cooperativa, ativa e humana, e de formação para a vida produtiva e contemporânea, disciplinada e racional”.

Por educação humana se entende que o método Lancaster substituiu os castigos físicos por sanções psicológicas nas escolas. Na sociedade escravocrata do século XIX esse fator é considerado grande modificação. Todavia, os castigos psicológicos adotados

nem por isso foram menos aflitivos, e consistiam em constrangimentos públicos tais como manter o aluno “[...] ajoelhado em seu lugar, ajoelhado sobre o banco (Regimento das Escolas de Primeiras Letras do Espírito Santo de 1871)”. Essas sanções faziam parte de regras e regulamentos escritos, na perspectiva de inserir organização, disciplina e racionalidade na escola.

Para o método lancasteriano ensinar requeria previsibilidade, daí ter sido criado em torno do ensino, um conjunto de ordenamentos com regras de comportamento previamente definidas, e procedimentos publicizados de forma a não haver dúvidas entre alunos e professores. Saviani (2005, p.17) ao abordar o legado da educação no século XIX ensina que o método mútuo, “[...] supunha regras predeterminadas, rigorosa disciplina e distribuição hierarquizada de espaço e posições de postos [...]”. A mesa do professor ocupava a parte central da sala sob um estrado mais alto, em destaque, de modo que fosse possível visualizar a classe e seus diversos grupos. Assim, tanto a disciplina e vigilância eram consubstanciadas na figura do Estado, sendo exercitada pelo professor, a partir de sua mesa, quanto na porta das salas de aulas, haveriam de ser postas figuras e brasões imperiais demonstrando o nexa entre Estado monárquico e educação. Vejamos:

- Art 90. – Cada uma aula deverá ter:
- § 1º Uma taboleta á porta com as armas imperiaes indicando a que freguezia pertence, o sexo e o gráo de ensino.
  - § 2º Um livro de matricula aberto, numerado, rubricado, encerrado pelo director geral, ou inspector na capital, e pelos inspectores, e delegados nos districtos.
  - § 3º Um dito do mesmo modo preparado para o registro de moveis e utensílios.
  - § 4º Uma imagem do senhor crucificado, que será colocada na parede por cima da cadeira do professor, bem acondicionada em uma caixa ou santuário de madeira e decente.
  - § 5º Um estrado de um palmo de altura e com dimensões sufficientes para conter uma cadeira para o professor, e uma mesa com duas gavetas e chaves, tendo em cima uma campainha, um tinteiro e arieiro, lápis, canivete, regra e ardósia.
  - § 6º Uma cadeira ao lado do professor para as pessoas que forem visitar a sala. (REGIMENTO DE 1871).

Embora o professor fosse essencial, a responsabilidade era dividida entre ele, os monitores e os chefes de classe, através de separação classificatória de gruposhierárquicos por níveis de conhecimento. O Método Lancasteriano tinha precisão de detalhes e uma forma que lembrava a verticalização piramidal, pois segundo Foucault (1995, p.156) “[...] melhor que o círculo, a pirâmide podia ser completa para

formar uma rede sem lacunas e ser bastante discreta para não pesar como uma massa inerte sobre a atividade a disciplinar”. No Regimento, há uma clara linha de hierarquia entre professor, monitor geral, chefe de classes e monitores, cada um com sua tarefa especificada. Vejamos:

Art. 2 – O alumno que mais se distinguir em intelligencia, merito e conducta será o monitor e suas obrigações são:

§1. Coadjuvar o professor inspeccionando todas as classes, executando as suas ordens, advertir seus coudiscipulos quando se desviarem do cumprimento de seus deveres concernentes ao exercício d’aula, dando parte, no caso de transgressão, de todas as infracções.

§2. Substituir o chefe de classe que faltar, leccionando a respectiva classe.

§3. Fazer guardar silencio e ordem evitando a confusão o conversação e motim nas classes.

§4. Conceder licença aos codiscipulos para irem beber ou a outras funcções naturaes, estando o professor occupado, e não consentir que saia mais de um, nem que se demore muito fora da aula, salvo caso extraordinario: dará parte ao professor se algum alumno adoecer ou tiver necessidade de retirar-se para providenciar (REGIMENTO DE 1871).

A padronização do ensino reforçava tanto a centralização da educação pelo Estado quanto a uniformização dos discursos oficiais, como mecanismo de poder que fortalecia a monarquia. Desta forma a adoção do ensino mútuo no império representou a tentativa de sedimentação do poder político, através das estratégias pedagógicas disciplinadoras, que garantiriam ordem no Estado. Bastos (2005, p.116) evidencia que a adoção do método mútuo representou um "[...] processo de incorporação das modernidades dos países centrais, em fase de industrialização e conseqüente formação de cidadãos adaptados a essa realidade".

Esse entrelaçamento da educação com a monarquia e religião como estratégia de sustentação política, contribui até certa forma, para manutenção de uma sociedade ordeira e disciplinadora no Espírito Santo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Método Lancasteriano esteve presente no ensino do Espírito Santo com muita ênfase, e certamente que, na sociedade do oitocentos cuja convivência social era interceptada por conflitos - a luta pela liberdade política, a luta pela libertação de escravos, a luta da elite para manutenção de status quo - é fato que a educação foi um

dos sustentáculos que tentou contribuir para pacificação da sociedade e restaurar ordem e civilidade.

Portanto as estratégias de ensino vistas nas fontes, mas principalmente no Regimento de 1871 descrevem muito bem o Método Lanasteriano, sua adoção da proposta racional, ou seja, a escola sendo produtora de cultura enquanto agente formador de condutas na sociedade. Ocorre que simultaneamente, a escola também recebe uma gama de práticas de outros agentes sejam eles externos ou externos. Assim a história da educação está imersa no discurso oficial, mas também em práticas cotidianas dos sujeitos, instigados pelo meio cultural, tanto assim que somente a escolarização não é suficiente para a manutenção do status político, tanto assim, que a monarquia ruiu.

## 5- REFERÊNCIAS

BASTOS, Maria Helena Camara. O Ensino monitorial/mútuo no Brasil. In: **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005. p. 37-49.

CERTEAU, Michel de. Operação Historiográfica. IN: **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **Nação e cidadania no império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2007.

CHARTIER, Roger. **História cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

\_\_\_\_\_. **À beira da falésia: história entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COUTINHO, José Maria. **Uma história da educação no Espírito Santo**. Vitória, Espírito Santo: Secretaria de Produção e Divisão Cultural da UFES. 1993.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GONDRA, José; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. O Ensino mútuo na província de São Paulo: primeiros apontamentos. In: Bastos, M. H. e Filho, Luciano de Faria (Orgs.). **A Escola elementar do século XIX: o método monitorial/mútuo**. Passo Fundo: UFPF, 1999. p. 56-63.

LIMA, Manuel de Oliveira. **O Império brasileiro (1822-1889)**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

MANACORDA, Mário Alighiero. **História da educação**: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 1992.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e o império**: subsídios para a história da educação no Brasil, 1854-1887. São Paulo: Ed. Nacional, 1937.

NEVES, Fátima Maria. **O Método lancasteriano e o projeto de formação disciplinar do povo (São Paulo, 1808-1889)**. Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Letras, 2003. Tese de Doutorado em história. p. 2-145.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. O Liberalismo político no Brasil Imperial: idéias representações e práticas. In: Peixoto, Antonio Carlos (org.). **O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

PIRES DE ALMEIDA, José Ricardo. **História da instrução pública no Brasil (1500-1889)**. São Paulo: EDUC, 1989.

SAVIANI, Dermeval. **O Legado educacional do século XIX**. Campinas: Autores Associados, 2005.

SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel; SALIM, Maria Alayde Alcantara (Org.). **História da educação no Espírito Santo**: vestígios de uma construção. Vitória, ES: EDUFES: UFES, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2009. p. 37-50.

SCHNEIDER, Omar e GONDRA Gonçalves José (org.). Educação e instrução na província do Espírito Santo. in: **Educação e instrução nas províncias e na corte imperial (1822-1889)**. Vitória: EDUFES, 2011. p. 47-64.

SCHWARTZ, Cleonara Maria; FALCÃO, Elis Beatriz de Lima. Métodos para ensinar a ler e a escrever no espírito santo no processo inicial da institucionalização da educação primária pública. Acesso em 24/11/2011. Disponível em [www.anped.org.br/reuniões/28/textos/gt10/gt10895/int.rtf](http://www.anped.org.br/reuniões/28/textos/gt10/gt10895/int.rtf).



## **DITADURA MILITAR E IMPLANTAÇÃO DO BIPARTIDARISMO NA PARAÍBA (1964-1966)**

Dmitri da Silva Bichara Sobreira\*

**Resumo:** Este texto é fruto de pesquisa de mestrado que visa analisar a atuação da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido criado para dar apoio político à ditadura militar instaurada em 1964, no estado da Paraíba. Analisaremos a conjuntura política paraibana na década de 1960, bem como o posicionamento dos políticos e de seus respectivos partidos no golpe civil-militar de 1964, e a implantação do bipartidarismo na Paraíba, a fim de compreender a permanência de culturas políticas nos novos partidos.

**Palavras-chave:** Ditadura militar; partidos políticos; cultura política

**Abstract:** This work derives from master research that aims to analyze the acting of Aliança Renovadora Nacional (ARENA), political party created to give political support the military dictatorship established in 1960, in state of Paraíba. We are going to investigate paraibana politic context in the 60s, as well as the positioning of politicians and their respective political parties in civil-military coup of 1964, and implementation of the bipartisanship in Paraíba, in order to understand the permanence of political cultures in new parties.

**Keywords:** Military dictatorship; political parties; culture policy

### **1. Introdução**

O presente trabalho é parte do projeto de dissertação que está em desenvolvimento que visa analisar a atuação da Aliança Renovadora Nacional (Arena) na Paraíba. A Arena foi um partido político criado pelo regime militar através do Ato Institucional nº 2 (AI-2) que instaurou um sistema bipartidário no Brasil. Tal partido foi

---

\* Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB)

organizado para ser a base da ditadura militar no legislativo, ficando os que a ela faziam oposição filiados ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Estudar a Arena e o MDB vai muito além do simples fato de preencher uma lacuna na historiografia do estado da Paraíba, pensar os partidos políticos durante o regime militar é compreender a atuação de setores da sociedade civil ao longo da ditadura. Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat<sup>i</sup> apontam para o fato de que por muito tempo a historiografia não pensou a ditadura também como um produto social.

Para elas, cabe aos historiadores refletir sobre a atuação da sociedade no regime militar, algo que para seus membros é por vezes doloroso, desconfortável, e, até mesmo, vergonhoso. Revisar esse período verticalizando a análise social num contexto local é se deparar com a continuidade dos *ismos* das culturas políticas brasileiras: coronelismo, clientelismo, patrimonialismo, entre outros<sup>ii</sup>.

Analisar os partidos pode ajudar a melhor compreender a atuação da sociedade na ditadura. A historiadora Lúcia Grinberg<sup>iii</sup>, que realizou importante pesquisa sobre a Arena, ressalta a importância de pensarmos os partidos políticos. Para ela:

Essa maneira de tratar os partidos, essa coisificação, é tão comum que é mesmo constitutiva da identidade de cada partido. Quer dizer, além do estudo das relações entre os membros do partido, assim como das relações com os militantes de outros partidos, com os representantes do governo, eleitores, imprensa, é fundamental estudar a elaboração da memória e da identidade dos partidos políticos<sup>iv</sup>.

Minha intenção nesse texto é apresentar como ocorreu a implantação do bipartidarismo no estado da Paraíba. Como fontes primárias dessa pesquisa, indico a utilização dos três principais jornais do estado<sup>v</sup> e as atas de eleições do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB). Apresentaremos a conjuntura política paraibana na década de 1960, como o golpe de 1964 foi recebido pelos políticos, a configuração da política paraibana pós-golpe, o AI-2 e a formação dos novos partidos

## **2. A Paraíba na década de 1960 e o golpe civil-militar de 1964**

A conjuntura política partidária na Paraíba na década de 1960 estava organizada entre os dois principais partidos da época: União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD), eles eram orbitados pelos partidos

menores, Partido Democrata Cristão (PDC) e Partido Liberal (PL), aliados da UDN, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), aliado político do PSD. Além deles havia o Partido Republicano (PR) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB), que recebeu a maioria dos antigos membros do extinto Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Em 1960, sem ter condições de lançar candidatura própria para o governo do estado, a UDN apoia Pedro Gondim, candidato pelo PDC, tendo como rivais no pleito daquele ano uma chapa formada pelo PSD e PTB. Nessa eleição o candidato apoiado pela UDN sai vitorioso.

A Paraíba, um estado de economia agrária de raízes oligárquicas, vivia, na década de 1960, aquilo que César Benevides<sup>vi</sup> chamou de *paz agrária*, que era um acordo político entre as oligarquias do estado que estavam divididas entre os dois principais partidos da época. Resumidamente esse tratado privilegiava a manutenção de uma ordem social baseada no controle de terras que protegia o latifúndio contra os movimentos sociais do campo que ganhavam força no cenário político nordestino.

Ao longo de toda a década de 1960, até o golpe de 1964, a grande maioria dos políticos paraibanos usou de seus meios de expressão para criticar a atuação das ligas camponesas, que foi o maior expoente desses movimentos sociais do campo. Esses camponeses organizados lutavam por causas que variavam desde a melhor condição de trabalho no campo até a de uma reforma agrária.

Os políticos paraibanos criticavam o movimento camponês a cada comício ou ocupação de terras pelos trabalhadores rurais. Eles eram em geral políticos dotados de uma cultura política anticomunista que classificavam as ligas como agitadoras e perturbadora da ordem social. Independente de estar na posição de situação ou oposição ao governo estadual, os políticos paraibanos defendiam o latifúndio contra qualquer ameaça, fortalecendo a *paz agrária*.

O golpe civil-militar que ocorreu em primeiro de abril de 1964 fortaleceu o poder desses líderes oligárquicos na Paraíba. O movimento militar, logo que derrubou o presidente João Goulart, ganhou a adesão do governador Pedro Gondim, quando esse viu que era algo irreversível. A vitória dos militares e a adesão do governador paraibano ao movimento golpista logo repercutiu em ambientes parlamentares. Um dia depois da queda de Jango foi aprovado na Assembleia Legislativa voto de aplauso ao posicionamento tomado pelo governador<sup>vii</sup>.

Logo em seguida, a Assembleia telegrafou para o gal. Justino Alves de Bastos, comandante do IV Exército em Recife, parabenizando os militares:

A Assembleia Legislativa da Paraíba [...] congratula-se com vossência pela brilhante vitória das Forças Armadas pacificando segundo a melhor tradição do Grande Caxias a família brasileira livre agora de ameaça comunista. Digne-se o eminente compatriota em estender aos chefes vinculados a esse Comando os aplausos cívicos e veemênte dos legisladores paraibanos.<sup>viii</sup>

A UDN, através do deputado estadual Clóvis Bezerra, presidente do partido no estado, enviou telegrama para Gondim, parabenizando-o pelo posicionamento favorável ao movimento militar<sup>ix</sup>. O PSD, principal oposição política de Gondim no governo, não manifestou publicamente apoio ao governador, nem aos militares, mas isso não impediu que seus membros assumissem posição favorável ao movimento militar. O único partido na Paraíba a manifestar solidariedade à Goulart foi o PTB. O líder da bancada *petebista*, o deputado Ronaldo Cunha Lima, endereçou telegrama ao líder do partido na Paraíba, o senador Argemiro de Figueiredo, pedindo “*que transmita ao ‘presidente’ João Goulart nosso pensamento de lealdade partidária*”<sup>x</sup>.

Respaldados pelo golpe, os parlamentares paraibanos passaram a adotar medidas para com os deputados que tinham ligações com os movimentos sociais. Em discursos acalorados, Joacil de Brito Pereira (UDN), passou a defender o caráter de urgência da cassação desses indivíduos. Citando o nome dos deputados Assis Lemos e Langstein de Almeida, e dos suplentes Figueiredo Agra e Agassiz de Almeida, todos do PSB, o deputado *udenista* disse que eles eram “[...] *porta vozes, na Paraíba, da revolução abortada pela vigilância e patriotismo de nossas Forças Armadas*”<sup>xi</sup>. Seria necessário que esses perdessem seus mandatos por falta de compatibilidade com o decoro parlamentar. Uma comissão composta por deputados da UDN, PSD, PTB, PDC e PSB decidiu por unanimidade cassar o mandato dos deputados citados.

O movimento militar que levou ao golpe de Estado contra o presidente foi do agrado da grande maioria dos parlamentares paraibanos. Anulando os movimentos sociais (em especial as ligas camponesas) e reforçando a *paz agrária*, os políticos paraibanos tiveram mais tranquilidade para se programar para as eleições de 1965, visando o governo do estado, fato que irá ajudar a entender a situação político-partidária paraibana e a implantação do bipartidarismo no estado.

## 2. As eleições de 1965 e a formação do bipartidarismo na Paraíba

O golpe civil-militar teve o apoio da maioria dos partidos políticos paraibanos, mas isso não significa que havia uma homogeneidade dentro deles. Isso fica claro quando analisamos o processo até as eleições para governador do estado em 1965. Dentro da UDN e do PSD haviam rachas entre grupos políticos que divergiam de interesses nos dois partidos.

A UDN era um partido rachado, várias forças políticas integravam a oligarquia partidária *udenista*. O partido estava tecnicamente dividido entre os *lacerdistas*, políticos que simpatizavam com a liderança de Carlos Lacerda, governador da Guanabara, e *agripinistas*, aliados a João Agripino, principal nome da UDN paraibana no cenário político nacional. Essa disputa teve seu ápice com a prorrogação do mandato do presidente Castelo Branco, o *mandato tampão*. De acordo com Grinberg<sup>xii</sup>, Agripino era uma das lideranças da UDN nacional que era contra uma provável candidatura de Lacerda à presidência da república, preferindo que Castelo continuasse na presidência.

Carlos Lacerda, por sua vez, tinha muito respaldo dentro da UDN paraibana. As visitas dessa liderança *udenista* foram muito prestigiadas na Paraíba<sup>xiii</sup>. O governador da Guanabara servia como ponte política de Ernani Sátiro dentro da UDN estadual, que disputava a candidatura para governador do partido nas eleições de 1965 contra João Agripino, que acabou vencendo a quebra de braço e disputando as eleições.

Outro aspecto que gerava um racha dentro da UDN era sua aliança com o PDC. O apoio político a Pedro Gondim não agradava muitos *lacerdistas*, para a escolha do vice-governador na chapa de Agripino, eles barraram o nome do deputado Silvio Porto, que havia sido secretário de Gondim em sua gestão estadual. Fizeram o partido optar pelo nome de Severino Cabral, um político de Campina Grande, que poderia dar mais chances a Agripino naquela cidade, segundo maior colégio eleitoral do estado.

No lado oposicionista, o bloco formado pelo PSD-PTB estava rachado. Membros do partido trabalhista não se entendiam com lideranças *pessedistas*. Por meses o senador Argemiro de Figueiredo (PTB) recusou ser candidato à vice na chapa encabeçada pelo também senador Ruy Carneiro (PSD). De acordo com coluna do *A União*, a declaração dada por Carneiro concordando com a cassação dos membros do PTB, Newton Rique, prefeito de Campina Grande, e Abelardo Jurema, e do ministro de Jango, não caíram bem aos ouvidos dos *petebistas*<sup>xiv</sup>.

Também havia divergências entre os deputados da bancada oposicionista na Assembleia. O caso da não aprovação de um projeto elaborado por Ronaldo Cunha Lima (PTB), e a sua declaração de que nas próximas eleições para a mesa diretora do legislativo estadual paraibano votaria no candidato da UDN, causou desconforto nos membros de seu partido, demonstrando a falta de coesão na oposição<sup>xv</sup>.

No final do período de especulações lançaram-se os nomes de João Agripino e Severino Cabral (UDN-PDC) e Ruy Carneiro e Argemiro de Figueiredo (PSD-PTB), chapas que não eram do agrado de cem por cento dos quadros das agremiações envolvidas. Ao longo da campanha foram muitas as declarações de membros de ambos os partidos apoiando a chapa rival. As relações entre os políticos paraibanos não se limitavam aos interesses de suas agremiações partidárias.

Por uma pequena diferença, a coligação UDN-PDC sai vitoriosa, elegendo João Agripino, político que apoiou o movimento militar abertamente. Mas nem todos os governadores eleitos naquele pleito eram do agrado dos militares. Dos 11 estados com eleições naquele ano, a oposição ganhou em quatro deles. Maria Helena Moreira Alves<sup>xvi</sup> destaca a importância da eleição de candidatos oposicionistas na Guanabara e em Minas Gerais para o fim de uma iniciativa de abertura do regime. A partir desse fato, a ala linha dura do regime passou a pressionar o presidente Castelo Branco para a implantação do Ato Institucional nº 2 (AI-2).

De acordo com Alves, o AI-2 foi baixado em 1965 para ampliar os mecanismos de controle do executivo Estado. Os militares passam a ter controle sobre aspectos destinados aos poderes legislativo e judiciário. A partir do Ato Complementar nº4, decretado três dias depois do AI-2, os antigos partidos foram extintos e criados dois, um de situação, a Arena e, um segundo, o MDB, que seria uma espécie de “oposição responsável”, controlada pelos militares.

Na Paraíba iniciou-se um impasse para a formação dos partidos do regime militar. Como conciliar uma série de partidos que, apesar de apoiarem o regime militar, tinham uma série de divergências não só entre os partidos rivais, mas nos coligados e, até mesmo dentro das próprias agremiações partidárias?

O silêncio inicial foi prevaleceu nos políticos paraibanos. De acordo com um colunista: *“E quem diabos vai falar agora nessa transição? [...] Nesse ponto todos condenam a decisão presidencial, e com que constrangimento, se todos estão com o presidente?”*<sup>xvii</sup>. As lideranças da UDN e PSD não esconderam suas intenções de filiarem-se à Arena, mas João Agripino saiu com a vantagem sobre Ruy Carneiro por

ser o governador eleito, deixando o *pessebista* em um impasse, pois não aceitava viver sob a chefia partidária de seu adversário político. De acordo com José Octávio de Arruda Melo<sup>xviii</sup> só depois de uma conversa com Castelo Branco, que tinha afeição por sua pessoa, Carneiro aceitou ingressar no MDB, continuando a apoiar os militares<sup>xix</sup>.

A Arena formou-se da grande maioria dos quadros das principais agremiações na Paraíba. Coordenados por Agripino, dissidentes do PSD, PTB e PSB se juntaram à políticos da UDN, PDC, PR e PL. Uma comissão formada por Waldir dos Santos Lima (ex-PDC), Sylvio Porto (ex-PDC) e Joacil de Brito Pereira (ex-UDN), percorreu todo estado filiando políticos para a Arena, que já tinha maioria absoluta na Assembleia<sup>xx</sup>.

Em ocasião na casa de praia de João Agripino, em que compareceu uma centena de políticos paraibanos, muitos deles conduzidos pelo deputado federal Teotônio Neto (ex-PSD, aliado de Ruy Carneiro), foi fundada a secção regional da Arena na Paraíba<sup>xxi</sup>. Teotônio migrou para o partido governista devido um ponto no Ato Complementar que possibilitava a criação de sublegendas. Em um manifesto publicado pelo jornal de sua propriedade, ele afirma:

Sem propósitos ocultos, a grande maioria das forças que antes se agrupavam em partidos antagônicos, está hoje formada na Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Para que possam se reunir as lideranças tradicionalmente nos estados, serão criadas a figura das sublegendas, que funcionarão com características próprias de partidos estaduais independentes, ligados, porém, por vínculos maiores do interesse nacional.<sup>xxii</sup>

O partido governista funcionava como um *porto seguro*, como relata coluna no jornal *A União*, “*Tudo por uma medida de precaução, de sobrevivência, pois estava lembrado das estórias marinhas: não raro certos comandantes jogavam aos tubarões, em alto mar, os tripulantes que não lhes fossem do agrado...*”<sup>xxiii</sup>. Para os novos integrantes da Arena, vincular-se ao partido significava, além de defender os princípios daquilo que eles chamavam de *revolução*, estar “seguro” das medidas punitivas dos militares as quais estavam passíveis. Num estado em que predominam culturas políticas oligárquicas, os vínculos familiares se colocavam à frente de interesses partidários<sup>xxiv</sup>.

O MDB, por sua vez, teve dificuldades para formação do partido. Poucos eram os que se dispuseram inicialmente à ingressar na oposição. Apesar de seu líder ter se filiado ao partido, maior parte dos *pessedistas* migraram para a Arena. Coube a Humberto Lucena (ex-PSD) a função de criar o partido na Paraíba. Ele percorreu o território paraibano para montar os escassos diretórios municipais do partido. A maior

parte do partido foi formada por *ex-pessedistas*, *ex-trabalhistas* e *ex-socialistas*. Em muitas cidades não houve sequer um único político filiado ao MDB<sup>xxv</sup>.

Analisando os dados das eleições realizadas nos anos de 1966 e 1968<sup>xxvi</sup>, através das atas localizadas no site do TRE-PB, é possível ter uma visão geral do mapeamento dos políticos paraibanos posteriormente à implantação do bipartidarismo. As eleições para prefeito foram divididas, em 65 municípios no ano de 1966 e em 106 municípios em 1968, totalizando 171 cidades. Delas a Arena teve pelo menos uma representação para prefeito em 152, e o MDB 104 candidatos. A Arena precisou do artifício das sublegendas em 62 desses municípios, e o MDB em 27.<sup>xxvii</sup>

Para deputado estadual, das 40 vagas disputadas a Arena ficou com 28 delas, 24 para Arena-1 e 4 para Arena-2, o MDB – que não teve sublegenda – ficou com as 18 demais cadeiras. Na eleição para deputado federal, das 19 cadeiras, a Arena elegeu 11 nomes, ficando o MDB com as outras oito representações. Para senador, houve dois candidatos, um de cada partido.

Apesar de serem informações de características quantitativas, que impossibilitam analisar a quais grupos políticos cada indivíduo pertenciam. Os dados obtidos pelas atas do TRE-PB mostram uma predominância da Arena na Paraíba, em contrapartida ao MDB.

### **3. Considerações finais**

Ao analisar a organização partidária pós-AI-2, podemos perceber uma série de fatores que influenciaram esse rearranjo de agremiações. Inicialmente ficou provado que questões de fidelidade a um projeto partidário não são as causas primordiais para essa reestruturação. Apoio ao governo militar e fidelidade a uma liderança política ou grupo político foram, em uma primeira análise as principais características que se apresentaram. É preciso entender como uma rede de poder caracterizada por questões de interesse econômicos e pessoais influenciou nesse contexto político.

Porém, é necessária uma análise mais esmiuçada nas fontes apontadas para dissertação, além de uma maior reconstrução dos laços políticos dos indivíduos que protagonizaram a política paraibana na década de 1960. Esse foi um pequeno esboço, ao longo da pesquisa de mestrado que está em desenvolvimento, serão analisados casos específicos que ajudem a elucidar tal problemática da história política paraibana.



- <sup>i</sup> ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. “Memória História e Autoritarismos”. In: **A construção social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX** (Brasil e América Latina). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- <sup>ii</sup> Por cultura política, entendo aquilo que Rodrigo Patto Sá Motta caracteriza como “*Conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro*”. (2009, p.21).
- <sup>iii</sup> GRIMBERG, Lúcia. **Partido político ou bode expiatório: Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- <sup>iv</sup> GRINBERG, 2009, p. 24
- <sup>v</sup> Entre os jornais destacados estão o *A União*, periódico oficial do Estado; *O Norte*, do grupo Diários Associados, de propriedade de Assis Chateaubriand; e o *Correio da Paraíba*, de propriedade do deputado federal do PSD, Teotônio Neto.
- <sup>vi</sup> BENEVIDES, César. **Camponeses em marcha**. São Paulo: Paz e terra, 1985.
- <sup>vii</sup> Voto de aplausos ao gov. Pedro M. Gondim. **A União**. João Pessoa, 2 de abril de 1964, p. 8.
- <sup>viii</sup> Legisladores paraibanos aplaudem a atuação dos chefes militares. **O Norte**. João Pessoa, 4 de abril de 1964, p. 3
- <sup>ix</sup> UDN solidária com atitude democrática do governador. **A União**. João Pessoa, 7 de abril de 1964, p. 1.
- <sup>x</sup> SOUTO, José. Ronda Política: Telegrama. **O Norte**. João Pessoa, 03 mar 1964.
- <sup>xi</sup> Joacil pede cassação de mandatos de deputados da linha comunista. **A União**. João Pessoa, 8 de abril de 1964, p. 8
- <sup>xii</sup> GRIMBERG, 2009, p. 56.
- <sup>xiii</sup> Uma delas, que não chegou a ocorrer, foi em março de 1964. Naquela ocasião, estudantes invadiram o prédio da Faculdade de Direito, no centro de João Pessoa, onde o governador da Guanabara discutiria. Os deputados *udenistas* Joacil de Brito Pereira e Marcus Odilon Ribeiro Coutinho tentaram invadir o prédio para expulsar os estudantes que protestavam contra a vinda do governador. A segunda foi em setembro de 1964, Lacerda foi recebido por políticos da UDN e discursou na Assembleia Legislativa.
- <sup>xiv</sup> Tópicos. **A União**. João Pessoa, 20 de junho de 1965, p. 3
- <sup>xv</sup> Parecer rejeitado causou desentendimento entre deputados da bancada oposicionistas. **A União**. João Pessoa, 13 de maio de 1965, p. 3.
- <sup>xvi</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2005.
- <sup>xvii</sup> MADRUGA, J. S. **Diário da política**. Correio da Paraíba, João Pessoa, 3 de dezembro de 1965, p. 3.
- <sup>xviii</sup> MELO, J. Octávio de Arruda. **Da Resistência ao poder: O (P)MDB na Paraíba (1966-1999)**. Campina Grande: EDUEPB, 2010. Neste trabalho, o autor descreve os problemas para a formação do MDB paraibano, sua atuação ao longo da ditadura militar e sua passagem para a democracia, quando se tornou PMDB até a crise na qual se desvincularam uma série de membros (liderados por Ronaldo Cunha Lima) em 1999.
- <sup>xix</sup> MELO, 2010 p. 52.
- <sup>xx</sup> Formação da Arena na Paraíba: Agripino coordena e designa comissão organizadora na Paraíba. **A União**. 17 de janeiro de 1966, p. 1.
- <sup>xxi</sup> Arena estadual (constituída) já tem organização partidária na Paraíba. **A União**. João Pessoa, 3 de março de 1966, p. 8.
- <sup>xxii</sup> Teotônio Neto à Paraíba. **Correio da Paraíba**. João Pessoa, 19 de dezembro de 1965, p. 1
- <sup>xxiii</sup> Porto Seguro. **A União**. João Pessoa, 5 de março de 1966, p. 3.
- <sup>xxiv</sup> Foi o caso da cidade de Sousa, quinto maior colégio eleitoral da Paraíba. Naquela cidade haviam três grandes oligarquias, os Gadelhas, da UDN, os Pires de Sá, do PSD, e os Gonçalves Abrantes, do PTB. Os últimos elegeram o prefeito Antônio Mariz nas eleições de 1963. O *petebista* Mariz, primo e herdeiro político de João Agripino, apesar das questões partidárias, filia-se à Arena. Impossibilitados de juntarem-se ao partido dos militares, os Gadelhas da UDN, migram para o MDB. (MELO, 2010; 49)
- <sup>xxv</sup> MELO, 2010, p. 47.
- <sup>xxvi</sup> Apesar do bipartidarismo ainda estar vigorando até 1979, analisei apenas esses dois anos, pois são os que se encaixam no recorte da pesquisa referente ao mestrado (1964-1968).
- <sup>xxvii</sup> Os dados não tem a exatidão correta dos números, devido dez municípios terem suas atas contando buracos de informações sobre os partidos aos quais os candidatos disputaram o pleito.

## EURÍPIDES E ARISTÓFANES: O TEATRO GREGO COMO DISPUTA POLÍTICA

Dolores Puga Alves de Sousa<sup>1</sup>

### Resumo:

Este trabalho se fundamenta em uma reavaliação do teatro ateniense: a peça *Bakxai* (*As Bacantes*) de Eurípides, e *Bátraxoi* (*As Rãs*) de Aristófanes, ambas apresentadas nos festivais de 405 a. C. em Atenas, com o intuito de problematizar o uso do teatro como instrumento de financiamentos estatais e privados de cidadãos interessados em sustentá-lo dentro de disputas políticas. Os textos teatrais, mais do que representar novos olhares mitológicos, traduzem a *agon* política em jogo: as *hetaireias* de poetas.

### Palavras-chave:

Eurípides; Aristófanes; *As Bacantes*; *As Rãs*; Disputas políticas.

### Abstract:

This work is based in a reevaluation of the Athenian theater: the play *Bakxai* (*The Bacchae*) by Euripides, and *Bátraxoi* (*The Frogs*) by Aristophanes, both presented at festivals in the 405. C. in Athens, in order to problematize the use of theater as an instrument of state funding and private of citizens interested in sustaining it in political disputes. The dramas, more than representing new mythological looks, translate the policy into play *agon*: the poets' *hetaireias*.

### Key-words:

Euripides; Aristophanes; *The Bacchae*; *The Frogs*; Political disputes.

Este trabalho possui como foco principal a busca por uma contribuição e reavaliação dos estudos sobre o teatro na antiguidade clássica, particularmente o teatro ateniense. Para tanto, propõe uma análise de dois poetas do século V a. C. a partir das obras dramáticas *Bakxai* (*As Bacantes*)<sup>2</sup>, tragédia de Eurípides de 406/5 a.C. – última peça que escreveu antes de vir a falecer – e *Bátraxoi* (*As Rãs*)<sup>3</sup>, comédia de Aristófanes, de 405 a.C., aprofundando investigações sobre as mensagens sociopolíticas dessas obras, buscando elementos que descortinem suas *hetaireias*, as facções políticas dos poetas, e suscitando perspectivas que permitam uma ampliação dos olhares sobre os sujeitos históricos envolvidos na construção e produção das peças teatrais, seu funcionamento enquanto instrumento de traduções sociais, críticas ou conformidades dos valores da época. O trabalho propõe, portanto, o exame do

teatro como meio de posicionamento de interesses e, em última instância, o diálogo permanente entre Arte e Política.

Não é mais possível conceber as discussões sobre arte sem se pensar que toda e qualquer obra é política. Isso não significa afirmar que todas sejam engajadas, mas considerar que, não importa a ideia transmitida, existirá uma posição elegida e uma tentativa constante de legitimação dessa visão social assim construída e levada ao público. De tal modo também o é para o teatro na antiguidade, embora os pesquisadores tenham a tendência de analisá-lo de maneira totalmente diversa de períodos e regiões diferentes da Grécia, abordando-o, neste caso, de forma abstrata e generalizada. A problemática do atual trabalho reside justamente neste ponto: na necessidade de construção de uma perspectiva crítica e política, tanto do teatro grego como meio de exposição e defesa de ideias sociais em disputa, quanto dos indivíduos da antiguidade como sujeitos históricos de seu tempo, sem idealizações.

Para ampliar essas discussões, o trabalho propõe a construção de um debate acerca das teorias desenvolvidas pela historiografia francesa tradicional sobre o tema, a saber, de historiadores tais como Jean-Pierre Vernant, Pierre Vidal-Naquet, Jacqueline de Romilly, e Claude Mossé, cujos textos, apesar de atestarem a discussão da cidadania ou do teatro antigo como conectada aos temas gerais da *polis* (da cidade) – sua criação, suas leis e seus desdobramentos –, têm se situado no revés dessa abordagem do campo de disputas políticas para os estudos da antiguidade clássica, sobretudo de Atenas.

De acordo com Nicole Loraux, restaria questionar se as abordagens antropológicas da Grécia não estariam despolitizando a cidade<sup>4</sup>, uma vez que o grego é considerado sempre em sua alteridade de “outro” e por isso devidamente mitificado e ritualizado para se aproximar de nós, quase subalternos a uma cultura fixada, unificada, sem conflitos, pois construída em bases sólidas e inquestionáveis.

Ora, a intransponível distância que nos separa da Antiguidade não poderia de modo algum bastar para garantir a existência de um “homem grego” uno e indivisível, no qual todos os afetos estariam em consonância. Se é verdade que “o homem grego não pode ser recortado em camadas” [referindo-se a uma fala de Vernant], nossa tarefa [...] é postular, apesar disso, como já fazia Platão, que não há psiquismo – designado em grego pela palavra alma (*psukhe*) – que não reúna em sua interioridade instâncias conflitantes. Em resumo, uma maneira de devolver o homem grego à sua multiplicidade.<sup>5</sup>

Segundo Loraux, o mito, presente na maioria das pesquisas tradicionais, consagrou análises do ritual e práticas que homogeneizaram uma alteridade grega. Nesse ínterim, a historiadora propõe uma análise política renovada, em que pese não mais um simples apontamento das “mudanças de dirigente e de constituição”<sup>6</sup>, mas, compreender dentro das instituições e dos valores gregos, as divisões e os conflitos presentes na “cidade grega”. Para

ela, como para este trabalho, é preciso “descentralizar a cidade dela mesma”<sup>7</sup>, propondo uma pesquisa que construa uma comparação de Atenas com ela mesma, na avaliação de seus múltiplos traços e interesses sociais em jogo, neste caso, a partir dos estudos do teatro como instrumento de poder, na disputa de poetas e demais integrantes da produção da antiga tragédia e comédia. Ainda segundo Loraux, evitar a “unidade do homem grego” traduz a polifonia das vozes e discursos, renunciando um raciocínio grego que se suponha legítimo<sup>8</sup>.

A abordagem pela via de análises morais, filosóficas e generalizantes sobre o teatro grego está presente em pesquisas como de Vernant, Vidal-Naquet e Romilly<sup>9</sup>. Para os primeiros, além da determinação “de uma consciência e de um homem trágicos”<sup>10</sup>, a defesa de um “espírito” da época é uma presença constante em suas análises. A matéria da tragédia faz parte de um pensamento social “próprio da cidade”<sup>11</sup>, cidade esta pensada no singular. Para esses historiadores, a tragédia se situa em um momento de incertezas e por isso constituída de contradições e problemas entre uma tradição religiosa e mítica e o advento do pensamento racional e filosófico; entre a avaliação do “caráter do herói” na peça (*ethos*), e, sobretudo, a imposição da onipotência dos deuses (*daimon*), elementos sobressalentes nas análises das obras artísticas<sup>12</sup>. A visão jurídica e das leis estariam também presentes, no entanto, representando apenas a unicidade da *polis*.

Jean-Pierre Vernant e Pierre Vidal-Naquet endossam a visão aristotélica<sup>13</sup>, especificamente do capítulo XIII da obra *Poética*<sup>14</sup>, quando Aristóteles explica que o fundamento trágico só se estrutura pela não consciência humana dos atos, por uma “falha” em sua própria essência, que o impede de enxergar a verdade da evolução do espírito, o que somente seria alcançado pelos deuses. Com o auxílio de uma das principais fontes teóricas do teatro antigo lançadas, os autores franceses ajudam, assim, a fundamentar a legitimação de um pensamento apolítico e sem elementos das especificidades dos períodos históricos das obras, das regiões e interesses sociais dos poetas trágicos antigos, uma vez que defendem sobretudo a perspectiva espiritual e religiosa do fundamento trágico, assim como observa Aristóteles.

Claude Mossé, além de afirmar que as representações teatrais fundamentariam a “unidade da cidade”<sup>15</sup>, ainda chega a situar as análises do teatro grego dentro de um tópico sobre “a atividade religiosa do cidadão”<sup>16</sup>, já de antemão deixando a arte poética relegada como apenas um apêndice da religiosidade e do valor do mito de uma época. Seu exame sobre a criação dos festivais de teatro da antiguidade, ao invés de conceber em si mesmo um campo de concorrência na arena das ideias sociais e políticas, se constituiu apenas como “festas em honra de Dionísio”<sup>17</sup>, deus que a tradição vinculou como representante do teatro entre outros fatores.

Jacqueline de Romilly também acusa a fundamentação dos festivais de teatro grego vinculada ao culto de Dioniso, com a construção de seu templo e do teatro em Atenas como um artifício do tirano Pisístrato no movimento de urbanização da Grécia no século VI a. C.<sup>18</sup>. No entanto, em novos estudos arqueológicos, tem-se percebido que a construção dos primeiros teatros era direcionada para a preparação dos jovens gregos à guerra e, para além disso, muito se tem discutido, por exemplo, sobre a função crítica da tragédia (e posteriormente da comédia) de se posicionar justamente contra o poder centralizado dos tiranos. Pensar “a origem do teatro” sob as mãos da tirania, seria, então, um pensamento equivocado da questão, muito embora esses estudos têm definido uma série de pesquisas, inclusive brasileiras sobre o tema<sup>19</sup>.

No âmbito do teatro, essa multiplicidade de fatores sociais deve ser pensada para a análise dos festivais ocorridos na Ática, sobretudo os de Atenas, objeto desta pesquisa, tais como As Leneias e a Grande Dionísia. Isabel Castiajo aponta que o festival das Leneias acontecia em meados de janeiro e, segundo lexicógrafos, provavelmente no mercado da cidade, a noroeste da Acrópole, na Ágora. Pelos seus escritos, apresentavam-se comédias, mas os comediógrafos também poderiam apresentar em outros concursos. Era um festival que teria iniciado por volta de 440 a. C. e era puramente ático. Os estrangeiros participavam da Grande Dionísia, que representava o maior festival deles, contemplando comédias, mas com enfoque nas principais tragédias do ano<sup>20</sup>. Esta acontecia em março em Atenas e contemplava a “ostentação” da ideia de civilidade e democracia presentes no discurso político de unidade e grandiosidade e, por isso, tinha o intento também de ser uma mostra para os estrangeiros que visitavam a cidade justamente nessa época. Muito provavelmente a peça *Bakxai* (*As Bacantes*) de Eurípides tenham se apresentado no mesmo festival da Grande Dionísia junto à peça *Bátraxoi* (*As Rãs*) de Aristófanes em 405 a. C., após esta ter sido exibida nas Leneias do mesmo ano.

Dentro dessa organização dos festivais, havia toda uma política para o teatro. O trabalho dos poetas como de todo aspirante à “cidade ideal” era escrutinado pelos magistrados e seus rivais durante o planejamento e realização dessas competições. Os atenienses mantinham uma preocupação filosófica de manutenção do estado de identidade pelo viés da valorização pedagógica da tragédia para os cidadãos. Daí a busca de fiscalização coercitiva da maneira como se conduziam os coros. Nestes termos, o sistema da *choregia*, no qual ricos cidadãos gregos (os *coregos*) eram escolhidos pelo arconte-epónimo para financiar os coros disponíveis era não apenas uma forma de vários desses elementos constituintes do teatro honrarem seus deuses, mas também de desempenho em festivais e fundo de competição entre

as elites. Tem o papel de transmitir o poder da *arché* ateniense pela cultura da “segurança da cidade” assim como o poder naval<sup>21</sup>. Conciliado a esta questão, apesar de ainda não existir um fundo estatal voltado para o teatro no século V. a. C. (a *theorica*), já era possível considerar um financiamento estatal para a participação de cidadãos pobres como espectadores a partir de decisões nas assembleias<sup>22</sup>, além de caber ao Estado a responsabilidade pelo pagamento dos atores e honorários dos poetas escolhidos para os festivais, assim como o prêmio atribuído ao vencedor<sup>23</sup>.

Essa discussão traz um debate tanto sobre a visão ingênua de estabilidade política e social da democracia da *polis*, quanto da definição de cidadania, demonstrando a lacuna existente entre ideologia e prática, e a necessidade de aprofundamento das pesquisas pelo estudo do teatro no viés econômico e a influência do pagamento das liturgias dos ricos cidadãos que deveriam prestar serviços de financiamento para a comunidade. O sistema das liturgias (*liturgiai*) estava estritamente ligado com a honra e o prestígio de uma elite social e cívica. A participação nos festivais estava diretamente centrada em noções de status, identidade e obrigação honorífica<sup>24</sup>.

De acordo com Peter Wilson, foi a partir da época de Clístenes que podemos observar a preocupação em listar os “vitoriosos” nos festivais, segundo um monumento instituído no século IV a.C.. O período de Clístenes foi pensado como uma ruptura no sentido primordial desses eventos – que se colocavam antes apenas como competições de ditirambos, ou seja, apresentações de cantos corais de louvor. Aristóteles, na obra *Constituição de Atenas*, ao vincular o surgimento da *choregia* e outras liturgias com a “revolução democrática” de fins do século VI a.C., acaba por fazer uma relação causal entre aquilo que entende como desenvolvimento democrático e uma “revolução cultural” em Atenas, não observando o sentido do controle da *polis* pelas instituições da *choregia* e o sistema de *litourgiai*. A influência dos tiranos e da aristocracia nesse sistema cultural implantado (como “patrões” pessoais) pelas performances corais urbanas (Grande Dionísia), demonstra a existência dessa busca de controle<sup>25</sup>.

Wilson nos aponta que diferentemente do que se imagina – inclusive contrária à perspectiva da *Constituição de Atenas* de Aristóteles –, o sistema das liturgias não era uma questão de imposição formal e administrativa, mas especialmente para os festivais, permaneceu para os ricos como uma questão de escolha de “render-se entusiasticamente para o demos”<sup>26</sup>. Tratava-se de um domínio ao mesmo tempo cultural, político e econômico.

Segundo Eric Csapo, quanto à análise artística das peças antigas, a partir do final do século V a. C. é possível verificar esse apelo na construção de personagens cada vez mais

individualizados<sup>27</sup> em que o coro, embora representasse tradicionalmente o “corpo cívico” democrático, perde cada vez mais sua importância ou modifica sua função cênica. De qualquer forma, mesmo com essas mudanças, permanece o discurso oficial democrático da “igualdade”, pois aquilo que é diferente é estigmatizado, como a representação de um coro totalmente diferenciado a exemplo da própria peça *As Bacantes*, em que o coro não representa a “cidade”, mas o “outro”. De acordo com o estudioso, as obras passam a apresentar cada vez mais uma espécie de “realismo social”, com uma linguagem mais próxima da realidade, diferentemente da “pompa” utilizada por poetas como Ésquilo, por exemplo – muito embora ainda não é possível vincular o movimento realista da arte nesse período.

A linguagem das interpretações de Eurípides e Aristófanes, nas últimas décadas do século V, tendia para o realismo social, na representação do discurso comum, mas isso não produziu mudança na vida, uma vez que a diversidade da linguagem na *pólis* era mal representada como discurso comum sem diferenças sociais. A estética emergente era um realismo limitado pela perspectiva do cidadão democrático, cujo “outro” era um estranho, um estrangeiro, ou possivelmente uma mulher [caso do coro das mulheres de *As Bacantes*]. Mas ele evitou a representação linguística da diferença social no corpo do cidadão, e até mesmo na população residente. Essa era uma distinção que apelava mais para as elites antidemocráticas que prontamente equacionaram a diferença cultural entre elite e massa [...].<sup>28</sup>

Quanto à análise da semiótica das peças, para a obra *Bakxai (As Bacantes)*, mais que demonstrar rituais estrangeiros ligados à Dioniso, Eurípides traduz, sob a metáfora de Tebas uma democracia e um *arché* ateniense esfacelados com o período de fim dos conflitos do Peloponeso e a disputa entre a parte mais tradicional da sociedade, concebida pelos *aristoi* (“os melhores” – famílias aristocráticas) e seus rituais e deuses, e a ascensão de novos ricos, *oligoi* e seus cultos e deuses. Na peça, o coro faz o papel das bacantes, que avisam Penteu que suas atitudes do não reconhecimento do novo deus são errôneas e predizem o estrago que Dioniso fará com Tebas:

CORO – [...] a lucidez,  
sustêm,  
mantêm  
imperturbada a morada.  
[...]  
Sabença não é sabedoria [...].<sup>29</sup>

Dos conceitos operacionais de *As Bacantes*, é possível destacar *sophón*, aqui traduzida por Trajano Vieira como “sabença” ou “conhecimento/ciência” em contraposição à *sophia*, traduzida por “sabedoria”. Como é possível perceber, Eurípides joga com a questão do conhecimento racional apontando que ao contrário da tradição que define o “outro” representado como louco, loucura seria se portar contra a sabedoria e lucidez de obedecer aos mandos de Dioniso – sabedoria esta identificada na velhice de Cadmo e do vidente Tirésias que se demonstram a favor do deus desde o início da peça. Além desses termos, é possível

identificar também a dicotomia *nomos* (a lei) e *phýsis* (a natureza), na deturpação da lógica democrática da norma social ateniense em contraposição com a “selvageria” ligada à perspectiva de uma nova cultura e deuses, e o termo “*eudaimonía*”, alegria vivenciada com a divindade.

Segundo Trajano Vieira: “Eurípides, no final da vida, diante de uma Atenas esgotada por mais de duas décadas de guerra contra Esparta, reavalia noções tradicionais da cultura grega, que remontam a Homero, como prudência e piedade religiosa.”<sup>30</sup>. O “outro”, representado por Dioniso e as bacantes na peça pode demonstrar essa intolerância quanto à divergência, demonstra insatisfação quanto a um *arché* ateniense agora esfacelado e Eurípides fomentando essa dualidade com uma perspectiva realista ao situar as ações sociais perante seus próprios cultos e crenças e os cultos e crenças que vinham dominando a cidade, embora demonstre fantasiosamente o poder do deus na tragédia. De acordo com Eric Csapo:

O foco renovado na caracterização realista da diferença dentro da composição social da *pólis* certamente levou a representação dramática a ficar mais próxima ao ponto de vista de uma nova elite governante, definida mais pela riqueza que pela descendência (embora tenha se apropriado de muitos dos valores e atitudes da aristocracia do começo do século V).<sup>31</sup>

Voltando-se para a peça *Bátraxoi* (*As rãs*), Aristófanes explora as disputas entre os poetas em seus posicionamentos estéticos, mas, sobretudo políticos – as *hetaireias* dos tragediógrafos –, pois, segundo Eric Csapo: “[...] o poder e a repercussão desse debate, pelo menos para a plateia ateniense, foi bem além de valores meramente dramáticos. Ésquilo e Eurípides representavam posições, e não poetas” (CSAPO, 2008, p. 150). Ainda segundo Csapo sobre o papel dos poetas dentro da comédia: “Ésquilo representava a tradição e os valores de um passado heroico. Eurípides representava a modernidade dos valores de um presente ‘radicalmente’ democrático” (p. 151). Por isso, Aristófanes acaba por se posicionar politicamente por uma perspectiva aristocrática quando da escolha de Ésquilo como o melhor poeta em Hades ao final da obra e o que merecia voltar à vida, quando aponta Dioniso questionando os poetas sobre o que eles consideravam a respeito do aristocrático Alcibíades na política de Atenas:

DIONISO – [...] Eu desci, em busca de um poeta.

[...]

DIONISO – Para que a cidade se salve e celebre seus coros. Por isso, aquele dos dois que aconselhar à cidade uma medida útil, esse penso levá-lo comigo. Para começar, então que opinião tem cada um de vós a respeito de Alcibíades? Porque a cidade tem um parto difícil.

[...]

EURÍPIDES – Detesto o cidadão que se mostra lento a ajudar a pátria, mas muito pronto a fazer-lhe grande mal, engenhoso para si próprio, mas sem soluções para a cidade.

[...]



ÉSQUILO – Não se deve alimentar na cidade um filhote de leão. E sobretudo não alimentar um leão na cidade, porque se alguém o criar, tem que sujeitar-se às suas maneiras.<sup>32</sup>

Atuante nas decisões políticas das últimas décadas do século V em Atenas, Alcibíades demonstrou ambição de poder ao mesmo tempo em que propunha à população da cidade que explorassem as insatisfações com o Peloponeso tentando conquistar adeptos à cidade<sup>33</sup>.

Seja pelos traços da linguagem da peça, a caracterização dos personagens, os conceitos e termos gregos utilizados, bem como a estética, todos são instrumentos de análise da tragédia de Eurípides e a comédia de Aristófanes escolhidas como fontes documentais. Aliadas as outras discussões do trabalho, esta pesquisa pretende ser uma ferramenta de enriquecimento dos estudos na área.

---

<sup>1</sup> Dolores Puga Alves de Sousa é doutoranda em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sob orientação da Profa. Dra. Maria Regina Candido. Professora D. E. da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Câmpus de Coxim. E-mail: dolorespuga@gmail.com

<sup>2</sup> EURÍPIDES. **As Bacantes**. Tradução de Trajano Vieira. Edição Bilíngue. São Paulo: Perspectiva, 2010.

<sup>3</sup> ARISTÓFANES. **As Rãs**. Tradução de Américo da Costa Ramalho. Coimbra: Edições 70, 2008.

<sup>4</sup> LORAUX, Nicole. **A tragédia de Atenas** – a política entre as trevas e a utopia. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p. 18.

<sup>5</sup> Idem, p. 23-24.

<sup>6</sup> Idem, p. 31.

<sup>7</sup> Idem, p. 33.

<sup>8</sup> Idem, p. 37.

<sup>9</sup> ROMILLY, Jacqueline de. **Fundamentos de literatura grega**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980; e ROMILLY, Jacqueline de. **A tragédia grega**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

<sup>10</sup> VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. **Mito e tragédia na Grécia Antiga**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977, p. 09.

<sup>11</sup> Idem, p. 13.

<sup>12</sup> Idem, p. 23.

<sup>13</sup> Idem, p. 28-29.

<sup>14</sup> ARISTÓTELES. **A Poética**. Tradução de Eudoro de Souza. Edição Bilíngue. São Paulo: Arte Poética, 1992.

<sup>15</sup> MOSSÉ, Claude. **O cidadão na Grécia Antiga**. Lisboa: Edições 70, 1993, p. 63.

<sup>16</sup> Idem, p. 62.

<sup>17</sup> Idem, p. 63.

<sup>18</sup> ROMILLY, Jacqueline de. **A tragédia grega**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 08.

<sup>19</sup> CASTIAJO, Isabel. **O teatro grego em contexto de representação**. Coimbra: Coimbra University Press, 2012.

<sup>20</sup> Idem, p. 13-21.

<sup>21</sup> WILSON, Peter. **The Athenian institution of the Khoregia** – the Chorus, the City and the Stage. Australia: Cambridge University Press, 2000, p. 2; 4.

<sup>22</sup> ROSELLI, David Kawalko. *Theorika* in fifth-century Athens. **Greek, Roman and Byzantine Studies**, n. 49, 2009, p. 5-30.

<sup>23</sup> CASTIAJO, Isabel. Ibidem, p. 21.

<sup>24</sup> WILSON, Peter. Ibidem, p. 25.

<sup>25</sup> Idem, p. 13-14; 18.

<sup>26</sup> Idem, p. 54.

<sup>27</sup> CSAPO, Eric. Calípides limpando o assoalho: os limites do realismo no estilo clássico de atuação e interpretação. In: EASTERLING, Pat e HALL, Edith (orgs.). **Atores gregos e romanos**. São Paulo: Odysseus Editora, 2008, p. 160.

<sup>28</sup> CSAPO, Eric. Calípedes limpando o assoalho: os limites do realismo no estilo clássico de atuação e interpretação. In: EASTERLING, Pat e HALL, Edith (orgs.). **Atores gregos e romanos**. São Paulo: Odysseus Editora, 2008, p. 168.

<sup>29</sup> EURÍPIDES. **As Bacantes**. Tradução de Trajano Vieira. Edição Bilingue. São Paulo: Perspectiva, 2010, v. 390-395, p. 66.

<sup>30</sup> VIEIRA, Trajano. In: EURÍPIDES. Idem, p. 18.

<sup>31</sup> CSAPO, Eric. Ibidem, p. 169.

<sup>32</sup> ARISTÓFANES. **As Rãs**. Tradução de Américo da Costa Ramalho. Coimbra: Edições 70, 2008, v. 1417-1431c, p. 133-134.

<sup>33</sup> JONES, Peter. **O mundo de Atenas** – uma introdução à cultura clássica ateniense. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 34.

## O candidato que “saberá ser digno do teu voto”: a imprensa local enquanto canal de comunicação entre candidatos e eleitores/leitores

**Douglas Souza Angeli**

Mestrando em História na Unisinos / CAPES

Orientadora: Dra. Marluza Marques Harres

douglasangeli@hotmail.com

**Resumo:** Para o estudo da construção de eleitores e de eleitorados, com base nas primeiras eleições realizadas em Canoas/RS (1947 – 1963), encontramos nos jornais um caminho profícuo devido ao considerável volume de exemplares da imprensa local que circularam nesse período. O recorte temporal concerne à primeira experiência democrática brasileira, pois com a ampliação do eleitorado, os candidatos, em busca do voto, necessitaram construir uma popularidade eleitoral. Nesses periódicos, encontramos representações acerca do voto e dos significados de ser eleitor e ser candidato nessa rede de sentidos.

**Palavras-chave:** Eleições municipais; Imprensa e eleições; Construção de eleitores.

**Abstract:** To study the construction of voters and constituencies, based on the first elections held in Canoas / RS (1947 - 1963), found in the papers a meaningful way due to the considerable amount of copies that circulated in the local press in this period. The time frame regards the first Brazilian democratic experience, because with the expansion of the electorate, candidates in search of the vote needed to build an electoral popularity. These journals, we find representations of voting and voter and meanings of being a candidate in that sense network.

**Keywords:** Municipal elections; Press and elections; Construction of voters.

### Introdução

Para este trabalho, os documentos pesquisados são fontes jornalísticas, da imprensa local que circulou no município de Canoas/RS entre 1947 e 1955. Entendemos, como Ricardo de Aguiar Pacheco, que compreender o campo político “passa por rastrear, nos indícios deixados pelo passado, os significados atribuídos às representações e práticas sociais” (2008, p. 172). E as seguintes questões orientarão esse rastreamento: Qual o papel da imprensa local na relação entre candidatos e eleitores? Como partidos e candidatos se dão a ler nas páginas da imprensa? Quais representações acerca do voto, das eleições, do *ser candidato* e do *ser eleitor* podemos apreender a partir da leitura desses periódicos?

Canoas foi emancipada em 1939, tendo seu primeiro prefeito nomeado no ano seguinte. Oito anos depois, já tendo dobrado sua população, Canoas tinha como símbolo de sua metamorfose o ampliar de sua mancha urbana<sup>1</sup>. O ano era 1947, e a cidade se preparava para o exercício inédito de eleger vereadores.

A eleição de 1947 tinha por objetivo formar a primeira legislatura da Câmara Municipal. A ditadura de Getúlio Vargas havia terminado, a Constituição de 1946 havia sido promulgada e o Brasil vivia a primeira experiência de democracia em toda sua história (CARVALHO, 2013, p. 126-127)<sup>ii</sup>. O resultado desse pleito revelaria o predomínio do Partido Social Democrático (PSD), partido do prefeito Nelson Paim Terra e que elegeu cinco dos nove vereadores. Restavam duas cadeiras para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), uma para a União Democrática Nacional (UDN) e uma para o Partido de Representação Popular (PRP)<sup>iii</sup>.

Em 1951 seria realizada a segunda eleição municipal, dessa vez para eleger vereadores e prefeito. E com a eleição de Sady Fontoura Schvitz (PTB), inaugurava-se uma tendência passível de ser observada pela evolução das bancadas por partido entre 1947 e 1963 e pelo perfil dos prefeitos eleitos nesse período: o PTB elegendo as maiores bancadas e dois dos quatro mandatários eleitos para o executivo municipal nesse espaço de tempo (RANICHESCKI, 1998)<sup>iv</sup>.

### **Jornais e eleições: a política se dá a ler**

O jornal *O Democrata*, fundado às vésperas das eleições municipais de 1947, talvez tenha sido um dos primeiros canais de comunicação entre candidatos e eleitores na vida política canoense. Em suas páginas, noticiava-se especialmente os acontecimentos ligados ao PSD, partido do prefeito Nelson Paim Terra – que ocupava também o cargo de diretor do jornal, sendo seu gerente Artur Pereira Vargas, também pessedista. Isto não impedia o periódico de circulação quinzenal de autodeclarar-se “órgão independente”<sup>v</sup>.

Em sua edição de 12 de novembro de 1947, três dias antes da realização do primeiro pleito municipal de Canoas, *O Democrata* estampou em sua capa uma nota do PSD conclamando o eleitorado a votar nos seus candidatos à vereança. E por meio dessa nota, pode-se ter acesso – três anos antes do registro do Comitê Feminino anteriormente referido – às características consideradas indispensáveis aos candidatos: “conhecidos por seu passado e sua conduta, pautados sempre sob uma linha vertical de honestidade e dignidade moral, conhecedores dos problemas de nosso município”<sup>vi</sup>.

Partido que estava à frente da administração municipal, é compreensível que para o PSD os vereadores eleitos deveriam ser aqueles “em condições de prestar eficiente

colaboração ao Governo Municipal”<sup>vii</sup>. Porém, destaca-se tanto na matéria sobre o Comitê Feminino, em 1950, quando na nota do PSD, em 1947, como qualidade do candidato o conhecimento dos problemas da comunidade canoense. A nota, publicada poucos dias antes da eleição de 1947, acrescenta outros elementos à nossa análise: o passado, a conduta, a honestidade, enfim, a “dignidade moral” dos candidatos.

Os candidatos Arthur Pereira Vargas, Ulysses Machado, Vicente Cláudio Porcello, Max Oderich, Décio Antonio da Silveira, Mario Grillo, Julio Finkler Primo, Emílio Antonio Ferreira e Juvenal Machado eram assim caracterizados pela nota publicada pelo PSD nas páginas de *O Democrata*: “homens de trabalho, afeitos à luta de todos os dias, em contato direto com o povo de cujas necessidades, aspirações e anseios são conhecedores”<sup>viii</sup>. Eram, portanto, candidatos que estando em contato com a população, conheciam suas necessidades – ou assim queriam ser vistos pelos eleitores. São características que qualificam o candidato e o legitimam a buscar o voto do eleitor – sem o qual o candidato não se faz eleito. Tais qualificativos – honestidade, boa conduta, homens de trabalho, conhecedores dos anseios e das necessidades do povo – talvez digam respeito tanto ao modo de representar o que se considerava como característica apropriada aos candidatos, quanto à imagem que os candidatos querem passar de si próprios aos eleitores/leitores.

As notas publicadas na imprensa por partidos e candidatos – lidas enquanto representações pelas quais estes sujeitos expressam a si mesmos enquanto candidatos e sua compreensão sobre o processo político no qual estão inseridos –, são também portadoras de significados acerca do ato de representar politicamente o eleitor e sua comunidade. Mário Albino Both foi candidato a deputado estadual nas eleições de 1950. Propaganda sua foi publicada no jornal *Correio de Canoas* em 30 de setembro daquele ano, salientando as qualidades necessárias aos representantes do povo: não bastava que fossem eles dotados de uma “cultura exuberante”, era preciso que tivessem “vivido os problemas em torno dos quais se prolonga a existência dos humildes”<sup>ix</sup>. Publicada pelo “Comitê Central da Candidatura de Mário Albino Both”, a nota enfatizava as qualidades do candidato: possuía ele “predicados morais, intelectuais e cristãos”<sup>x</sup>.

Também nas eleições de 1951, pelas quais os eleitores canoenses elegeram seu prefeito e os vereadores para a segunda legislatura, as páginas da imprensa foram vistas como um canal de comunicação entre candidatos e eleitores. E mais uma vez era fundado um jornal em ano eleitoral: dessa vez, chamava-se *Canoas em Marcha*, e, como ficará claro adiante,

dava bastante ênfase ao noticiário ligado ao partido governista (primeiro o PTB, do prefeito José João de Medeiros e do prefeito eleito em 1951, Sady Schivitz; depois o PSD, quando o prefeito Schivitz migrou para a sigla)<sup>xi</sup>.

Ao tratar das mudanças promovidas pela democracia vigente no Brasil entre 1945 e 1964 na história do voto, Letícia Bicalho Canêdo ressaltou o papel dos partidos políticos, que intensificariam cada vez mais as relações entre o eleitor (obrigado a votar) e o candidato (que necessita do voto), bem como a concorrência entre os próprios candidatos, “dada a necessidade de os partidos apresentarem o maior número de candidaturas nas eleições, a fim de aumentar sua audiência” (2010, p. 537-538)<sup>xii</sup>. Segundo Canêdo, amplia-se a necessidade, por parte do candidato, de construir uma popularidade eleitoral: “para conquistar o eleitor não basta mais ser apenas um respeitável representante da comunidade local” (idem, p. 538). Nesse sentido, a edição de 20 de outubro de 1951 do jornal *Canoas em Marcha* trouxe, diante da proximidade das eleições, várias páginas com anúncios de candidatos, demonstrando, de forma cada vez mais clara, o papel da imprensa local enquanto canal de aproximação entre candidatos e eleitores/leitores.

Assim, retornemos aos qualificativos. Nas páginas da referida edição de *Canoas em Marcha*, desfilam uma série de candidatos a prefeito e vice-prefeito, bem como os postulantes à vereança. Dr. Sezefredo Vieira, candidato a prefeito pelo PRP, apresentava-se como “um candidato que por ser amigo de todos, conhece as tuas necessidades”; O candidato a prefeito pelo PSD era assim apresentado: “O progresso de Canoas depende do teu voto. Elege Hugo Lagranha, que administrará de acordo com a tua aspiração”<sup>xiii</sup>. Nos dois casos, busca-se uma comunicação direta com o eleitor/leitor.

Candidato a vereador pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), Kurt Alfredo Hoffmann apresentava-se como o candidato “que saberá ser digo do teu voto”; Vicente Cláudio Porcello, candidato a vereador pelo PSD, era assim caracterizado: “um candidato que sempre batalhou pelo desenvolvimento de Canoas e progresso do seu povo”; Jardelino Souza Lemos, candidato pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), conclamava os “petebistas canoenses” e se intitulava “pecuarista e agricultor canoense”, “conhecedor das necessidades do povo de Canoas, principalmente do pequeno pecuarista e agricultor”<sup>xiv</sup>. Aparecem novamente os qualificativos relacionados à dignidade, à relação do candidato com a comunidade e ao conhecimento das necessidades da população.

Ao pesquisar a história do voto no Brasil, Letícia Bicalho Canêdo destacou o período após o Estado Novo como promovedor de grandes transformações: “no lugar das assembleias quase secretas dos homens bons, de poder social e político, isto é, dos notáveis, aparece a necessidade de construir uma popularidade eleitoral” (2010, p. 358). Nesse sentido, o candidato a vereador Paulo Szekir (PSD) era apresentado, na edição do jornal *Canoas em Marcha* de 20 de outubro de 1955, como fazendo jus à recomendação diante do eleitorado “pelo seu caráter íntegro, pela sua capacidade de trabalho, pelo seu cavalheirismo sem par, pelo seu gênio afável, requisitos estes que o tornam um dos vultos mais populares e benquistos nesta cidade”<sup>xv</sup>. Nota-se, neste caso, uma valorização muito maior dos atributos pessoais, do “cavalheirismo”, em suma.

### **Quem lê e quem escreve: o eleitor se faz ouvir?**

Segundo Roger Chartier, “a experiência mostra que ler não significa apenas submissão ao mecanismo textual” (1992, p. 214)<sup>xvi</sup>. Podemos considerar que as publicações de partidos e candidatos são elementos constituintes da rede de sentidos do campo político, mas isso não implica necessariamente que o leitor dos jornais seja construído enquanto eleitor e cidadão de uma forma passiva. É novamente Chartier que enfatiza: “seja lá o que for, ler é uma prática criativa que inventa significados e conteúdos singulares, não redutíveis às intenções dos autores dos textos” (ibidem, p. 214).

Porém, diante da tensão que atravessa a crítica literária – entre a liberdade dos leitores e as coerções que buscam reprimi-la – Chartier destaca que a História oferece duas abordagens necessariamente ligadas: “reconstruir a diversidade de leituras mais antigas, a partir de seus vestígios múltiplos e esparsos, e identificar as estratégias através das quais autoridades e editores tentaram impor uma ortodoxia ou uma leitura organizada” (op. cit., p. 215).

Na visão de Chartier, é necessário reunir duas perspectivas que geralmente não se articulam: “o estudo de como os textos e as obras impressas que os comunicam organizam a leitura autorizada; e, por outro lado, a compilação de leituras concretas, costuradas em declarações individuais ou reconstituídas no nível das comunidades de leitores” (op. cit., p. 216).

Nos jornais *O Democrata*, *Canoas em Marcha*, *Expressão* e *O Momento*, ou seja, todos os que foram citados neste artigo até este ponto, podem ser encontradas opiniões diversas sobre o município de Canoas, sua vida política, seus problemas e as demandas de sua população. Porém, quando não se tratam dos editoriais ou de matérias assinadas pelos jornalistas, são produções textuais de dirigentes partidários ou pessoas ligadas de uma forma ou de outra com as elites políticas locais.

Esse quadro se altera, momentaneamente, quando nos encontramos diante do jornal *Gazeta de Notícias*, que circulou em Canoas entre 1959 e 1961 e se apresentava como “um jornal realmente independente”. Na edição de 12 de junho de 1959, surge uma coluna intitulada “O que o povo pensa”, com a seguinte proposta: “publicaremos nesse espaço a opinião do povo sobre assuntos da atualidade”<sup>xvii</sup>. Eis a reprodução da coluna:

A pergunta de hoje é: O que nos diz sobre a crescente alta do custo de vida? – ‘É consequência da má orientação que os nossos governantes vêm dando ao país. Quando mais se precisa de trabalho o que se faz é politicagem. Culpado também da inflação é o famigerado Salário Mínimo’. Sr. Miguel dos Santos Ferreira – Funcionário Público. – ‘A vida está cada vez pior e, nós os pobres, não temos esperança de melhora. O senhor quer um exemplo? A semana passada, paguei por uma lata de azeite Cr\$ 60,00. Pois ontem, fui comprar do mesmo azeite e, sabe quanto paguei? 90 cruzeiros! E, ainda dizem que o leite vai aumentar!’ Sra. Castorina Modesto – Doméstica. – ‘Ruim, mesmo, a vida está para nós, operários. O salário sobe, mas nunca chega, pois os gêneros sobem muito. Não adianta dar salários novos todos os anos, se eles não fizerem frente a alta que se verifica em todos os setores...’ – Jovem Hélio Rezem – Pintor<sup>xviii</sup>.

Os três sujeitos que responderam à enquete, e não sabemos quais teriam sido os critérios de escolha, fazem uma crítica aos governantes em decorrência do aumento do custo de vida. O funcionário público critica o que chama de “politicagem” e aponta o salário mínimo como um dos culpados pela inflação. Entretanto, parecem mais representativas as falas da doméstica e do pintor, ao menos por duas razões: a forma como caracterizam a si e ao seu grupo (“nós, os pobres” e “nós, os operários”); e a referência à vida cotidiana (o preço do azeite e a relação entre preços e salários).

Pensando no papel da imprensa local na relação entre candidatos e eleitores, podemos dizer, a partir do exemplo acima, que o eleitor se faz ouvir por meio do jornal? Acrescentada esta pequena exceção, no caso da documentação pesquisada, o eleitor – e mais amplamente o cidadão – é sempre representado pelos candidatos, pelas elites dirigentes dos partidos políticos ou por outros agentes (jornalistas, editores, colunistas, comentaristas) mais ou menos ligados aos grupos políticos que disputam o poder.



Nesse sentido, o jornal *O Momento* publicou, em 24 de setembro de 1955, um editorial sobre as eleições municipais que então se aproximavam: “a cada dia que passa, mais próximos estamos do dia em que teremos de escolher os nossos representantes. A responsabilidade é enorme”. Após eleger uma série de demandas como prioritárias, o texto do periódico imprime uma receita aos eleitores: “o povo não pode continuar à margem das discussões que dizem respeito à solução dos problemas nacionais e municipais. O povo deve participar, ativamente, votando em quem merece governar”<sup>xxix</sup>. Nesse caso, são os editores do jornal que prescrevem a forma correta da participação do cidadão por meio do voto.

Quando, nas eleições de 1955, nenhum vereador foi reeleito, artigo assinado pelo jornalista Walter Galvani da Silveira, afirmava que tal acontecimento havia sido um ato de justiça efetuado pelo povo. O comentário chegava à seguinte conclusão: “isso vem provar que o povo não está mais satisfeito com a atuação de nenhum dos seus representantes”<sup>xxx</sup>. É o comentarista do pleito que constrói uma interpretação acerca do sentimento do povo a partir do resultado das urnas.

Um texto assinado por Moisés Machado, publicado na *Gazeta de Notícias* em 21 de outubro de 1959, ressalta as realizações da administração municipal e defende a candidatura do governista Hugo Simões Lagranha a prefeito. Suas palavras finais são as seguintes: “Mais vale uma ação do que mil palavras. O povo que julgue e que dê sua resposta por meio de sua arma, que é o voto”. A forma de ação legítima que cabe ao povo é o voto, e assim a ação esperada do eleitor é ditada pelo articulista.

Publicado no jornal *Folha de Canoas* em 26 de julho de 1959, o anúncio das candidaturas de João Galhardo a vereador e de José João de Medeiros a prefeito, ambos pelo PTB, propõe-se a falar diretamente com o eleitor/leitor canoense: “procura com teu voto consciente eleger homens que conheçam os problemas do Município e a necessidade de uma população tão merecedora de melhores atenções dos Poderes Públicos”<sup>xxxi</sup>. É o candidato, que nesse caso é também proprietário do periódico, que atribui um significado ao voto do eleitor.

Talvez nesse ponto seja importante recordar a reflexão que Michel Offerlé propõe para quem deseja decifrar historicamente o enigma do voto: para que haja eleições é necessário que haja eleitores e é necessário que haja também candidatos. O ato de votar faz aparecer objetos, produtos e conceitos novos da urna aos eleitorados, dos cartazes aos comentaristas. E citando Alain Garrigou, ressalta que o eleitor elege, mas esquece que a eleição primeiro o construiu enquanto eleitor (2011, p. 178)<sup>xxii</sup>.

Candidatos, partidos políticos, governantes, jornalistas, editores, articulistas e comentaristas constroem representações sobre o voto, atribuem sentidos ao *ser eleitor* e ao *ser candidato*, tomam parte na produção do eleitor. O que o eleitor fará com o voto, quem elegerá, que sentido ele atribuirá ao seu voto, suas escolhas, tudo será definido por ele posteriormente. Porém, nesse instante, ele já será *eleitor*.

### **Considerações finais**

Ao tratar do que chamou de “revolução silenciosa”, Jean-Yves Mollier destacou que, no caso francês, o sufrágio universal e, no fim do século XIX, a escolarização, fizeram com que os cidadãos fossem incluídos no mundo da leitura (2008, p. 81). No Brasil, conforme Letícia Bicalho Canêdo, o conjunto de transformações, incluindo as políticas educacionais, promovidas durante a Era Vargas, propiciaram no período seguinte (1946-1964) o surgimento do eleitor-cidadão (2010, p. 537)<sup>xxiii</sup>.

A existência de um jornal, com notícias, artigos literários, variedades, e, principalmente, com publicidade (inclusive anúncios políticos) pressupõe a existência de leitores. Em potencial, havia leitores no município, pois segundo os dados coletados pelo IBGE nos censos demográficos de 1940 e 1950, o índice de pessoas que sabiam ler e escrever passou de 54,77% para 67,77% nessa década<sup>xxiv</sup>. Não é possível saber sobre a circulação desses periódicos nos bairros, mas podemos imaginar, inclusive pelos anúncios, que havia circulação pelo menos nas casas comerciais e nos diversos espaços de sociabilidade.

Sabemos que a crescente urbanização e a industrialização modificaram o perfil dos eleitores brasileiros. As políticas de alfabetização e a incorporação do voto feminino levaram a ampliação do eleitorado. Por sua vez, a criação de importantes partidos políticos nacionais e a experiência democrática iniciada no Brasil após o Estado Novo, alteraram a característica dos candidatos.

Em diversos casos nos quais o início da circulação dos periódicos coincide com o período pré-eleitoral, isso se explica pela íntima relação entre jornalistas, editores e lideranças políticas. O jornal é visto, assim, como uma ferramenta útil ao difícil empreendimento que consiste em conquistar votos. Em outros casos, independentemente de quem edita o jornal, diversos partidos e candidatos publicaram seus manifestos e seus anúncios, pelos quais

buscavam transmitir mensagens aos eleitores. O jornal é visto, também assim, como um dos caminhos possíveis da construção de eleitorados.

Portanto, podemos afirmar que a imprensa local foi vista como um canal de comunicação entre candidatos e eleitores/leitores. Representantes de variadas clivagens políticas, incluindo partidos como PSB, PTB, PSD, PL, PRP e UDN, e candidatos a vereador e a prefeito de diferentes perfis e propostas, identificaram os jornais como uma possibilidade de aproximação com o leitor que desejavam tornar eleitor.

A utilização de periódicos já está bastante difundida na pesquisa histórica recente, porém, como qualquer fonte, não podemos considerá-los como detentores de uma verdade que se oferece à colheita. O texto publicado no jornal pressupõe um leitor e, no caso da propaganda política, busca mobilizá-lo, incitá-lo, conquistar sua adesão e constitui-lo como parte de seu eleitorado. Isso exige de nós, uma leitura intensiva, como propusera Elmir (1995)<sup>xxv</sup>.

Produzido para ser lido, visto, manuseado, passado de mão em mão e assim multiplicado, o jornal local foi um caminho encontrado por candidatos e partidos para darem-se a ler e a ver pelos eleitores/leitores. Sandra Pesavento dizia que a força da representação “se dá pela sua capacidade de mobilização e de produzir reconhecimento e legitimidade sociais” (2012, p. 41)<sup>xxvi</sup>. Nesses periódicos, encontramos representações acerca do voto, das eleições, dos eleitores, dos candidatos, dos cargos em disputa, dos partidos, da democracia, enfim, de todos os componentes do campo político.

Partidos políticos apresentavam os seus candidatos como “homens de trabalho”, proficientes, honestos, dotados de “autoridade moral e intelectual”. Candidatos se apresentam como “benquistos” e dignos do voto do eleitor. O voto é visto como arma legítima de ação do povo. As eleições são tidas como momentos propícios à demonstração, por parte do eleitorado, de sua “consciência política”.

Por meio de textos e imagens, partidos e candidatos constroem representações sobre si e também sobre o eleitor e seu papel cívico. Acima de tudo, dita-se a ação que se espera do eleitor/leitor: “vote”, “eleja”, “sufrague”, “procure seu título eleitoral”. E assim, ao construir uma imagem de candidato para os leitores, empreende também um esforço na construção dos leitores enquanto eleitores.

Com raras exceções, essas imagens dos candidatos e dos eleitores foram construídas por jornalistas, editores, comentaristas, articulistas e pelos próprios candidatos e elites dirigentes dos partidos políticos. Como o chargista que desenha um cidadão encarando seu vereador e cobrando-lhe providências, todos eles se empenham em desenhar o eleitor como querem que ele seja, como desejam que ele se comporte, como imaginam que ele é ou deveria ser. Certamente o leitor anônimo constrói outro conjunto de representações acerca da vida política. O desafio é encontrar os vestígios dessas outras versões.

---

<sup>i</sup> Segundo os censos demográficos realizados pelo IBGE, Canoas contava com 17.630 habitantes em 1940; 39.826 em 1950; e 103.503 em 1960 (Fundação Estadual de Economia e Estatística). Há um estudo realizado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente que registra 8,34% de área ocupada pela mancha urbana no município em 1940; esse índice passa para 23,30% em 1970 (Instituto Canoas XXI, 2011).

<sup>ii</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

<sup>iii</sup> RESULTADO das eleições de 15 de novembro. *O Democrata*. Canoas. Nov, 20. 1947. Capa. (UPHAM).

<sup>iv</sup> RANINCHESKI, Sonia. *História, poder local, representação: a Câmara de Vereadores de Canoas*. Canoas: La Salle / Câmara Municipal, 1998.

<sup>v</sup> O DEMOCRATA. *O Democrata*, Canoas, n.º 01, 05 jun. 1947. Capa.

<sup>vi</sup> AO ELEITORADO canoense (publicação do PSD). *O Democrata*, Canoas, n.º 10, 12 nov. 1947. Capa.

<sup>vii</sup> AO ELEITORADO canoense (publicação do PSD). *O Democrata*, Canoas, n.º 10, 12 nov. 1947. Capa.

<sup>viii</sup> AO ELEITORADO canoense (publicação do PSD). *O Democrata*, Canoas, n.º 10, 12 nov. 1947. Capa.

<sup>ix</sup> AO POVO de Canoas. *Correio de Canoas*, Canoas, n.º 02, 30 Set. 1950. Capa.

<sup>x</sup> AO POVO de Canoas. *Correio de Canoas*, Canoas, n.º 02, 30 Set. 1950. Capa.

<sup>xi</sup> Canoas em Marcha, Canoas, n.º 11, 20 out. 1951; n.º 15, 09 jan. 1952; n.º 17, 05 fev. 1952; Ano II, n.º 03, 24 dez. 1952; Ano III, n.º 02, 30 set. 1953; Ano III n.º 08, 26 mai. 1954.

<sup>xii</sup> CANÊDO, Letícia Bicalho. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 517-544.

<sup>xiii</sup> ESCOLHA. Canoas em Marcha, Canoas, n.º 11, 20 out. 1951. P. 02.

<sup>xiv</sup> ESCOLHA. Canoas em Marcha, Canoas, n.º 11, 20 out. 1951. P. 02-03.

<sup>xv</sup> PAULO Szekir. Canoas em Marcha, Canoas, n.º 11, 20 out. 1951. Contracapa.

<sup>xvi</sup> CHARTIER, Roger. Textos, impressões, leituras. IN: *A nova História Cultural*. Hunt, Lynn. São Paulo. Martins Fontes, 1992.

<sup>xvii</sup> O QUE o povo pensa. *Gazeta de Notícias*. Canoas, 12 jul. 1959. P. 02.

<sup>xviii</sup> Idem.

<sup>xix</sup> APROXIMAM-SE as eleições. *O Momento*. Canoas, Ano I, N.º 30, 24 set. 1955. Capa.

<sup>xx</sup> O POVO fez justiça. *O Momento*. Canoas, Ano I, n.º 33, 15 out. 1955. Capa.

<sup>xxi</sup> Folha de Canoas. Canoas, Ano I, N.º 33, 26 jul. 1959.

<sup>xxii</sup> OFFERLÉ, Michel. *Perímetros de lo político: contribuciones a uma sócio-história de la política*. Buenos Aires: Antropofagia, 2011.

<sup>xxiii</sup> MOLLIER, Jean-Yves. *A leitura e seu público no mundo contemporâneo: ensaios de história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

<sup>xxiv</sup> Censos demográficos de 1940 e 1950 (Fundação Estadual de Economia e Estatística).

<sup>xxv</sup> ELMIR, Cláudio Pereira. *As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica*. Cadernos de Estudo. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, n. 13, 1995.

<sup>xxvi</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

## **HISTORIOGRAFIA REVISITADA: HISTÓRIA E LITERATURA EM DIÁLOGOS.**

Douglas Tomácio<sup>1</sup>

**Resumo:** A aceitação da subjetividade do historiador e o alargamento entre as fronteiras nos campos do conhecimento, com a “Escola dos Annales”, demarcaram a aproximação da história com diferentes áreas, dentre estas a literatura. Questionam-se os limites entre narrativa histórica e literária, demarcando a tendência de renovação teórico-metodológica e disciplinar. Neste trabalho, pretende-se discutir esse intercâmbio, entendendo que, assim como a narrativa literária está embebida da realidade que a circunscreve, a historiografia não prescinde da subjetividade e imaginação.

**Palavras-chave:** História, Literatura, Transdisciplinaridade.

**Abstract:** The acceptance of the historian's subjectivity and the extension of the boundaries between fields of knowledge, with the "Annales school", staked to approach the story with different areas, among them the literature. The limits between historical and literary narrative were questioned, marking the trend of theoretical-methodological and disciplinary renewal. In this work, we intend to discuss this exchange, realizing that, as well as literary narrative is is soaked reality that circumscribes, historiography does not dispense the subjectivity and imagination

**Keywords:** History, Literature, Transdisciplinarity.

### **1- Novas formas de se fazer história: literatura e história e suas conversas possíveis**

Convictos de que perpassamos pelos “certos”, em vez do certo, e pelas “verdades” e não mais pela “verdade”, única e inequívoca, estamos, enfim, trilhando os caminhos possibilitados a partir de fins década de vinte do século passado, com o advento da “Escola dos Annales”. Contexto este em que emergem figuras como Lucien Febvre e Marc Bloch, expoentes historiadores que encabeçaram o que hoje denominamos Nova História, movimento através do qual se ampliam as concepções acerca do conhecimento histórico, do campo de pesquisa deste, bem como das fontes nas quais ele se debruçará.

A partir desse movimento, segundo Galvão (1998), passa-se também à construção de uma história social e econômica e não somente aquela restrita à dominante história política. As dimensões humanas, até então pouco pesquisadas, entram em cena, promovendo a dilatação do “território do historiador” NORA e LADURE, (apud GALVÃO, 1998:54). Desse modo, “Sentimentos, crenças, atitudes que percorrem os séculos e impregnam a vida social”

(Galvão, 1998, p.29) também compõem a construção e a investigação histórica. Tais aspectos explicitam que em voga está a pesquisa historiográfica voltada à cultura, às mentalidades e que na “Nova História, portanto, todas as atividades humanas e todos os sujeitos históricos são considerados objetos de análise histórica.” (GALVÃO, 1998, p.29). Cabe lembrar que é a partir das décadas de 1960 e 1970 que a Nova História Cultural é difundida em maior magnitude, alcançando notória repercussão.

## **2- Uma relação de idas e vindas: história, suas fontes e seus discursos.**

No exercício de demonstrar a relação entre história e literatura, Galvão (1998) perpassa sobre importantes questões que de modo efetivo elucidam a relação ora estreita, ora distante que existiu entre esses campos. Em sua investigação, apropriando-se do que fora assinalado por Freitas (1986), bem como por Jauss (1987), a autora postula que, antes mesmo da hegemonia positivista da segunda metade do século XIX se consolidar, história e literatura estiveram intimamente ligadas durante a primeira metade desse mesmo século.

A emergência do romance histórico no período fez desaparecer a dicotomia clássica entre a *'res fictae'*, como própria do domínio da poesia e a *'res factae'*, objeto da história: a ficção poética tornou-se presente no horizonte da realidade e a realidade histórica no horizonte da poesia. (GALVÃO, 1998, p.34).

Entretanto, diante do novo contexto, em que o rigor e objetividade na pesquisa dos estudos históricos se impuseram através da lógica positivista, o afastamento se deu.

Sena Júnior (2010) advoga que a “ânsia desmistificadora e a sede de verdade”, então concebida como a busca pela ciência do homem do século XIX, conferiu a abolição nos estudos da história do recurso às técnicas ficcionais de representação, o que, por sua vez, teria possibilitado uma básica oposição entre a busca pelo fato em si, e a rejeição de suas representações literárias, nesse contexto entendidas como fantasiosas. Para o autor, essa resistência configurou uma convenção, pelo menos entre os historiadores, em identificar a verdade como o fato e considerar a ficção o oposto da verdade. Aspecto que, nos dizeres de Sena Júnior, em vez de um meio de se apreender a realidade, torna-se um obstáculo ao entendimento desta. Assim, nos trilhos da “história-verdade/história-acontecimental”, a busca por narrar os fatos “conforme foram exatamente” não poderia contaminar-se com uma forma de narrativa que em si acopla a “criação livre”, comum na literatura.

Após tal separação, já no século XX, os dois campos novamente se encontram, conforme Galvão (1998). Nesse momento, segundo a autora, três grandes aspectos se apresentam: o crescimento dos estudos que buscam identificar o caráter histórico-social da produção literária, a introdução da discussão sobre a narrativa e o discurso histórico e a noção do documento como criação, isso a partir da renovação produzida pela Escola dos Annales e, por conseguinte, pela Nova História.

Atendo-se a esse mesmo momento de aproximação, Sena Júnior (2010) destaca que, embora tenha se constituído enquanto uma fonte altamente produtiva, detentora de um universo repleto de significações e representações, a inserção da literatura não se deu de forma pacífica entre os historiadores. Segundo o autor, havia aqueles que, retomando a discussão presente no século anterior, questionavam a validade do discurso literário no que tange à verdade histórica nele presente. Mesmo assim, para ele, com a ampliação da própria concepção de verdade em história, o cruzamento entre os campos se deu de maneira crescente, permitindo maior flexibilidade para se pensar a história e seus elementos constituintes.

Galvão (1998), também se detendo no debate instaurado já no século XX sobre o caráter de verdade das/nas fontes históricas e literárias, vai mais a fundo ao demonstrar que a partir de então, e em consonância com o debate historiográfico contemporâneo, destacadamente a partir de 1973, a distinção entre arte e ciência não mais apresentava tanta força, fazendo com que se considerassem artificiais as fronteiras que separavam o discurso de verdade e o discurso ficcional; o que permitia a aproximação entre os referidos campos.

Para tanto, Galvão, dentre outros pensadores, retoma o que considerado foi por White (1992) e Veyne (1992). Segundo este, os estudos realizados nas últimas décadas revelam uma história que é concebida como criação, à medida que se constitui enquanto “narração de acontecimentos verdadeiros”, aproximando-a, por exemplo, do romance.

Assim, ao discutir a relação entre história e narrativa literária, o autor evidencia também a dimensão narrativa do próprio conhecimento histórico. Tal fato, de certo modo, ressalta a relativização da ideia de verdade na história. Esta – e, por conseguinte, os fatos históricos –, assemelhando-se à literatura, se constitui como produto da interpretação do historiador, que ela narra: “Como o romance, a história seleciona, simplifica, organiza, faz com que o século caiba numa página [...]” (VEYNE, apud GALVÃO, 1998, p.36).

Ainda basilada em Veyne e demonstrando o proeminente papel da narração na história, Galvão indica que a narrativa situa-se para além de todos os documentos, uma vez que as fontes não são o evento em si, mas a narração destes. Tais eventos seriam assim

irrecuperáveis em sua imanência, cabendo ao historiador agir na feitura de um fio condutor através do qual se interligariam os fatos. No entanto, Galvão (1998) ressalta que para Veyne, mesmo tendo sido amplificado o conceito de verdade, bem como as fronteiras entre os campos, existe, sim, uma separação entre a história e o romance. A distinção se dá na medida em que a história tem o maior interesse pela verdade, ao passo que o romance interessa-se sobremaneira pela beleza, sem a qual este se desvaloriza. O que demonstra-nos que, mesmo relativizada, a “verdade”, ou “verdades”, ou ainda versões “dessa/s verdade/s” está/ão presente/es como elementos de destaque para a história.

Perscrutando os estudos de Peter Gay (1990), Galvão traz à tona a discussão acerca da especificidade da história, ainda que tantas semelhanças se identifiquem. Desse modo, em alguma medida, corrobora com a distinção que Veyne (1992) apontou. Segundo ela, a partir de Gay, é possível entender que, ao fim, história não é nem ciência e nem ficção. Em suas postulações, este autor advoga que, ainda que sejam de difícil demarcação as fronteiras existentes, a história possui um estatuto próprio, que assinala uma possível distinção entre ela e a literatura. Para Gay, na história o objetivo maior é a verdade, compromisso este ao qual a ficção não se atém, afinal caracteriza-se pela liberdade e não pelos limites. Portanto, para o historiador, importa que o conhecimento produzido seja subordinado à demonstração, o que de algum modo clarifica certos limites das tênues linhas que caracterizam cada um dos campos.

Também adentrando a discussão acerca da tenuidade entre a história e a literatura, encontra-se Santos (2007). Para ela, literatura e história são, basicamente, duas formas de registrar o discurso da humanidade, que se diferenciam por sutis conceitos de ficção e verdade, em consonância com os autores aqui enumerados. A estudiosa afirma que o discurso literário resulta de uma reflexão e se constitui em uma mediação social, tal como o discurso histórico. Daí, defende ser possível, através das técnicas de expressão literária, tais como os modos de narrar e construir pontos de vista, poder-se revelar a história. Defendendo essa perspectiva, a autora lança mão dos dizeres de Antônio Celso Ferreira (1994), para quem:

As relações entre história e literatura estão no centro do debate sobre a disciplina histórica na atualidade. Constituindo-se em linha de pesquisa destacada, o estudo desse intercâmbio remete, no entanto, a uma reflexão que já acumula várias décadas e envolve diferentes áreas das humanidades preocupadas com a linguagem. Pautado por uma ótica interdisciplinar e comparativista, tal linha acompanha a propensão contemporânea de se interrogar as fronteiras de conhecimento que a tradição institucional construiu. Questionam-se os limites entre arte, ciências e filosofia, ficção e verdade; gêneros literários; narrativa histórica e narrativa literária. Todavia, essa tendência pode representar um caminho de renovação teórica, metodológica e disciplinar, lançando indagações de enorme amplitude. (FERREIRA, apud SANTOS, 2007, p.04).



Por sua vez, Pessanha (1992), para além dessa estreita relação, aborda de maneira mais direta o fazer do historiador. Segundo o autor revela, muito embora conceba sob domínios distintos história e ficção, o historiador “ao escrever, organizar e relacionar informações, montando sequências e elos causais, inevitavelmente cria, imagina: é narrador” (PESSANHA, 1992, p.51), o que torna sutis os limites que separam literatura e história, ficção e realidade, tal como assinalado também por Ferreira (1994).

A este respeito, do fazer historiográfico, da feitura da escrita advinda de uma interpretação que age diretamente sobre o “real” e, por conseguinte, sobre a apreensão que temos deste, cabe a seguinte fala:

A relação do historiador com o real não é tão inequívoca como parece, porque a história não se escreve a partir de uma realidade, mas sim das interpretações que épocas sucessivas puderam construir dessa realidade. Um acontecimento do passado não existe para nós por ter ocorrido um dia, mas por sabermos que ocorreu um dia, mediante seu registro e sua interpretação pelo cronista ou pelo historiador. [...] história, como toda escrita, não é um vidro transparente através do qual a realidade pode ser vista, mas um fator de opacidade, um obstáculo a ser contornado. Toda escrita introduz uma forma de escolha, de arbitrário e de imaginário, da qual nem o próprio historiador consegue livrar-se inteiramente [...]. (MIRANDA, apud GALVÃO, 1998, p.38).

Apenas para ressaltar, a pretendida isenção, à qual se reporta Miranda (1992), não se constitui enquanto uma força nos debates historiográficos atuais. De todo modo, o aspecto por ele ressaltado deixa-nos claro que, inevitavelmente, a escrita é comprometida pelo sujeito, inclusive na daqueles que advogavam a história acontecimental, presente na perspectiva positivista.

Outro importante expoente da discussão acerca do documento, da fonte, da forma de fazer e entender história que aqui cabe referenciar é Jacques Le Goff. Esse destacado historiador francês, também membro da Escola dos Annales, foi (e é) responsável por significativa renovação na pesquisa histórica, em especial aquela voltada à mentalidade e antropologia da Idade Média. Seus estudos também abrem espaço para a compreensão mais amplificada do exercício do historiador e da utilização de fontes diversas como objetos de estudo dotados de intencionalidades. Tal amplificação é capaz de em si absorver a literatura. Segundo ele,

A intervenção do historiador escolhe o documento, extraindo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da sua própria posição na sociedade da sua época e da sua organização mental, insere-se numa situação inicial que é ainda menos "neutra" do que a sua intervenção. O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de

uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram [...]. Resulta de esforços das sociedades históricas para impor ao futuro -- voluntária ou involuntariamente -- determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira. (LE GOFF, 2003, p. 537-538).

Os dizeres de Le Goff acerca do documento enquanto fonte de formas variadas, bem como do discurso/s nele presente/s, assim como também o olhar do autor sobre o historiador enquanto sujeito ativo em seu exercício de seleção e análise são, de fato, bastante esclarecedores e, de uma forma geral, explicitam a concepção historiográfica defendida contemporaneamente. Concepção esta que significativamente compreende e estimula esses elos entre os diferentes campos; tornando-os ferramentas essenciais para a análise histórica.

Outro aspecto também presente na citação acima sobre o qual cabe algumas considerações, à medida que dialoga diretamente com os campos analisados, e, em especial, com a profícua relação entre ambos, diz respeito ao caráter sócio-histórico que a obra literária traz consigo, um dos três grandes elementos para o qual Galvão (1998) também chama-nos atenção. Isso nos permite entender que, mesmo fictícia enquanto obra, a produção literária está intimamente atrelada ao contexto de sua produção e, assim, intencionalmente ou não, em seu bojo estarão presentes aspectos socioculturais de sua época. Como tal,

A Literatura permite o acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos. Ela dá a ver sensibilidades, perfis, valores. Ela representa o real, ela é fonte privilegiada para a leitura do imaginário. [...] Para além das disposições legais ou de códigos de etiquetas de uma sociedade, é a literatura que fornece os indícios para pensar como e porque as pessoas agiam desta e daquela forma (PESAVENTO, 2004, p.82-83).

Sevcenko (1983) ressalta que mesmo sendo a obra literária, antes de qualquer coisa, um produto artístico com claros propósitos de comoção e agrado, ela “está ao mesmo tempo condicionada por sua sociedade e seu tempo, de onde o escritor retira seus temas, valores, normas ou revoltas” (SEVCENKO, 1983, p.20). Para ele, é cabível dizer que qualquer obra está sujeita aos reflexos sociopolíticos de sua concepção, estes, tendo sido expressos pelo autor (ainda que não intencionalmente), tornam possível a simultânea leitura de história e literatura. Portanto, ao ler a literatura, lemos também a história.

Bosi, apud Bores (2010), pontuando o caráter imprescindível de análise a partir do contexto de produção da obra, sugere que nos atentemos com maior vigor à época em que a obra foi forjada e não necessariamente àquela a que ela se refere. Assinalando certa sobreposição do valor analítico conferido ao caráter sócio-histórico extrínseco ao texto.

Por sua vez, Candido (1985) salienta a importância de uma análise do texto literário que se atenha tanto sobre os elementos intrínsecos quanto extrínsecos. Enquanto o primeiro se refere ao seu conteúdo como um todo, descrito por meio da trama, temática, dimensões formais etc; o segundo se refere ao contexto social e temporal em que o texto em questão foi produzido. Para o autor, é exatamente este segundo elemento o responsável por conferir à criatividade, originalidade e imaginação as condições reais de existência.

Em suas postulações, Sena Junior (2010) afirma que, no seu primordial papel de fornecimento de elementos substanciais na construção de uma verdade acerca dos fatos, a literatura desempenha um testemunho histórico preponderante e, como tal, carrega significações que somente serão entendidas se devidamente estudadas a partir do contexto histórico em que o objeto foi construído, seja ele oficial ou uma obra de arte. Contexto este capaz de revelar apropriações, acomodações, lutas e resistências. A partir disso, para Sena Júnior, cabe o entendimento de que a base central para qualquer produção, inclusive a ficcional, é a matéria social e histórica. Desse modo, podemos reconhecer, por meio das peças literárias que lemos, aquilo que costumeiramente chamamos de realidade.

É isso que nos permite mergulhar nas aventuras do personagem, tentados a ocupar-lhes o lugar, dialogando com eles, chorando os desfechos de suas vidas [...] a obra de ficção lida com ações sonhadas, com sentimentos compartilhados, com intermediação entre o real e as aspirações coletivas. A obra literária constitui-se parte do mundo, das criações humanas, e transforma-se em relato de um determinado contexto histórico-social. Por isso, *“qualquer obra literária é evidência histórica objetivamente determinada – isto é, situada no processo histórico”, cabendo ao historiador se debruçar sobre estas obras como uma “nova” fonte de percepção para a produção historiográfica, indagando, questionando, trazendo a tona a sua visão sobre determinado tempo.*<sup>2</sup> (SENA JUNIOR, 2010, p.05).

Nesse mesmo sentido, está Borges (2010), para quem à medida que a literatura constitui-se em “uma prova, um registro, uma leitura das dimensões da experiência social e da invenção desse social, sendo fonte histórica das práticas sociais, de modo geral, e das práticas e fazeres literários em si mesmos, de forma particular” (BORGES, 2010, p.99), ela registra e expressa o campo social a que se refere e no qual se insere, em seus aspectos múltiplos e diversificadamente complexos. Assim, tendo sido constituída a partir desse mundo social e cultural é dele testemunha, além de também constituinte, efetuando, pelo filtro do olhar de seu autor, percepções e leituras da realidade; configurando-se como agente de instrumento, inscrição, proposição de valores e projetos, caminhos e atitudes, formas de ser e sentir. E “Enquanto tal é registro e leitura, interpretação, do que existe.” (BORGES, 2010, p.98).

Vale lembrar que a relação da tríade obra, autor e contexto não é unilateral, como se apenas este exercesse influência sobre os demais, mas, antes, recíproca. Assim, ainda que exista toda essa relação que efetivamente se faz sentir em uma dada obra qualquer, o autor, bem como sua produção, não se caracteriza somente enquanto produto desse contexto, como que algo determinado. Ele e sua obra são também agentes que atuam diretamente sobre a realidade exterior, assinalando, pois, uma relação de interferências constantes.

Ao destacar essa reciprocidade relacional, e em defesa daquilo que ele mesmo postula, Borges (2010) se fundamenta em Davi (2007). Para este autor, o literato, enquanto sujeito que se insere na realidade sociocultural de seu tempo, dela sendo parte constituinte, com ela, por sua vivência, dialoga ao produzir sua representação e nesse diálogo age não apenas como simples refletor de acontecimentos sociais; é também um sujeito a transformá-la, combiná-la, a criá-la e a devolver tudo isso em sua produção à sociedade da qual é concomitantemente “produto e produtor”.

Nesse mesmo exercício de pensar o diálogo entre história e literatura, abordando também o ofício do historiador (não se esquivando da relação “produto-produtor/produtor-produção”) frente a ela, a historiadora Sandra Pesavento (2004) ressalta ser essencial o cuidado que este deve ter no que se refere à análise da época em que a obra foi produzida, bem como do autor e do tempo ao qual este se refere em sua produção, seja ele acerca do momento presente, do passado, ou mesmo do futuro. Tal fato, também como nos demais autores, demonstra-nos o importante processo de historicização da obra.

A este respeito Chalhoub e Pereira (1998), também ressaltando a importante ação reflexiva e problematizadora sobre a literatura enquanto fonte, nos dizem o seguinte

[...] a proposta é historicizar a obra literária – seja ela conto, crônica, poesia ou romance –, inseri-la no movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social, destrinchar não a sua suposta autonomia em relação à sociedade, mas sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social – algo que faz mesmo ao negar fazê-lo. (CHALHOUB, PEREIRA, 1998, p.07).

Por fim, em seu turno, Borges (2010) destaca o valor temporal e histórico da literatura, os quais podem ser desvelados justamente através desse processo de historicização, que segundo ele é descrito como “sua inserção no tempo e na sociedade em que foi produzida, clareando a relação de trocas recíprocas, de contatos e interações entre essas dimensões, suas aproximações e seus distanciamentos internos e externos.” (BORGES, 2010, p.106).

### **3- Considerações “finais”**

Por meio da utilização da literatura enquanto fonte, sob um processo contínuo de problematização e historicização, permeando as tenuidades existentes, ao passo que deixamos transparecer similitudes e especificidades, contatamos um universo repleto de possibilidades para se pensar contextos e histórias, para construirmos e dizermos desses contextos e também de nossos próprios, para concomitantemente, sob essa reciprocidade relacional que nos permeia, produzir literaturas históricas e/ou histórias literárias.

Através do uso da literatura, como bem aponta Boschi (2007), podemos contatar claros indícios e com isso (re)estruturar a própria feitura e concepção do conhecimento historiográfico, afinal “A literatura auxilia o historiador a repensar e ampliar o leque de seus questionamentos sobre a realidade. Na medida em que tratam da condição humana, a ficção e a poesia são instrumentos importantes para a análise da realidade.”. (BOSCHI, 2007, p.36-37). Para Boschi (2007), assim como Sevckenko (1983), existe uma relação importante entre literatura e história, ficção e verdade. E essa relação, mesmo que tensa, possibilita interessante intercâmbio. Abre “o leque” de questionamentos e com isso permite nova confrontação, em um relacionar para além de reflexos, autonomias e determinações e isso, parafraseando Sevckenko, permite visualizar o potencial da utilidade da literatura como fonte do trabalho histórico, configurando-se, nos dizeres de Boschi, um importante instrumento analítico.

Em Borges, entendemos que:

Recorrer a esse tipo de documento possibilita-nos acessar um imaginário social, pensado tanto como qualquer coisa imaginada quanto como um conjunto de imagens variadas acerca da existência em sociedade, colhendo informações, muitas vezes, não encontradas em outras fontes ou perdidas por tantas, como aquelas referentes às formas de agir e comportar, de pensar e sonhar, de sentir e relacionar etc. próprias de um tempo, de um lugar e de um grupo social. (BORGES, 2010, p.106).

Nesse emaranhado mundo de perdas e achados, de presenças e ausências documentais, pela literatura acessamos o que, talvez, sem ela não nos seria possível. Na prosa romântica, na ávida crônica, ou no conto dos encantos e desencantamentos pode apresentar-se uma configuração poética do real. Desta que agrega, inclusive, o imaginado e revela-se como singular categoria para a análise histórica de um espaço-tempo de uma sociedade<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora – PPGE/UFJF – CAPES. Orientador: Carlos Fernando F. Cunha Júnior. *E-mail:* [dtlmeduc@gmail.com](mailto:dtlmeduc@gmail.com)

<sup>2</sup> Grifo meu.

---

<sup>3</sup> Referências: ADAN, Caio Figueiredo Fernandes. *A literatura como evidência histórica: cotidiano popular em O cortiço*. Fênix (UFU. Online), v. 5, p. 14-31, 2008.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especificidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BERUTTI, Flávio Costa; MARQUES, Adhemar Martins. *Ensinar e aprender história*. Belo Horizonte: RHJ, 2009. 187 p.

BETELLA, Gabriela Kvacek. *Os quatro cavaleiros de um íntimo apocalipse e suas biografias vicárias: Fernando Sabino, Otto Lara Resende, Hélio Pellegrino e Paulo Mendes Campos na escrita de perfis*. Revista Estudos avançados (USP), v.21, n.60, São Paulo maio/ago. 2007, p 247-270.

BORGES, V. R. *História e literatura: algumas considerações*. Revista de Teoria da História, v. ANO 1, Número 3, p. 94-109, 2010.

BOSCHI, Caio César. *Por que estudar história?* São Paulo: Ática, 2007. 72p.

CASTELLO, José Aderaldo. *A literatura brasileira*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1967-1969. 6 v.

CASTELLO, José Aderaldo. Produção literária do modernismo - crônica e memorialística. In: *A literatura brasileira: origens e unidade (1500-1960)*. São Paulo: Edusp, 1999. 2v, p. 377-561.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. Apresentação. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (org.) *A história contada: capítulos de História social da Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 7-13.

CHARTIER, Roger. Debate Literatura e História. In: *Topoi*. Revista de História. Rio de Janeiro, n. 1, 2000, p. 197-215.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Literatura, memória, história e cidades: interseções*. SCRIPTA, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 137-145, 1º sem. 2004

IGLESIAS, Francisco; PAULA, João Antônio. *História e literatura: ensaios para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2009. 320 p.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *História e Memória*. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003. p. 525-541.

MATIAS, F. S. *As notícias jornalísticas e o diálogo entre a literatura e a história em "O ano da morte de Ricardo Reis" de José Saramago*. Mafuá, Florianópolis, v. 7, p. 1-12, 2007.

PESAVENTO, Sandra J. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Imaginário da Cidade: Visões Literárias do Urbano*. 2 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.

SANTOS, Z. A. M. *História e Literatura: uma relação possível*. Revista Científica/FAP (Curitiba. Impresso), v.2, p.117-126, 2007.

SANTOS, R. C. *História e Literatura: divergências, convergências*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2001. v. 01. p. 81-82.

SENA JUNIOR, G. F. *Realidade versus ficção: a literatura como fonte para escrita da história*. In: VI Simpósio Nacional Estado e poder: cultura, 2010, São Cristóvão-SE. Anais VI Simpósio Nacional Estado poder: cultura, 2010.

STONE, Lawrence. *O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma velha história*. In: Revista de história, n. 2-3, p.1-26, 1991.

WELLEK, René; WARREN, Austin. *Teoria da literatura e metodologia dos estudos literários*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

## **Formação docente na primeira República paraense: os programas de ensino da Escola Normal.**

**Edivando da Silva Costa<sup>1</sup>**

Neste trabalho, discute-se, no âmbito do processo da história da educação e das relações de gênero, a formação recebida pelas mulheres da Escola Normal nos anos iniciais da República paraense. Para tanto, reflete-se acerca dos programas de ensino que nortearam a formação dos professores, em especial, dos regulamentos de 1891, 1900, e 1903. A pesquisa investiga no contexto paraense, os discursos construídos por políticos e intelectuais republicanos, bem como as reflexões acerca das diferentes propostas de ensino para homens e mulheres normalistas.

**Palavras-chave:** história da educação, Pará, século XX.

### **Education graduating on first Paraense Republic: The Programs of teaching schedule at a common school.**

This research, focus on education historical process and gender relation, the formation received by the women on common school at the beginning of Paraense Republic. Therefore, It shows the programs which guided the teacher's graduation, on special, ordinance 1891, 1900 and 1903. The research aims Paraense social context, the speeches built by politicians and Republicans, as well as reflexions around the different purposals of teaching for men and women.

**Abstract:** history of education, Pará, century XX.

Considerando-se que a pesquisa discute a formação para a docência a partir das práticas pedagógicas e valores da Escola Normal em Belém do Pará, nos parecer pertinente perguntar: Quais seriam os conhecimentos que deveriam ser ensinados sistematicamente para as mulheres normalistas em fins do século XIX e início do século XX em Belém do Pará? Sobre esta questão, podemos refletir a partir dos escritos de José Veríssimo, intelectual republicano e um dos responsáveis pela reorganização do ensino no estado do Pará. Para este intelectual “a instrução da mulher” deveria ser “integral e enciclopédica. [...] Bastaria que ela não ignorasse o que mais essenciais deles, nas ciências gerais e abstratas, [...] para o conhecimento do mundo e direção da vida”.<sup>2</sup> Como porta voz do discurso republicano, Veríssimo traçava um perfil do que as normalistas deveriam aprender na busca da

consolidação de uma nova ordem social, ao mesmo tempo em que reforçava a ideia da instrução e prescrição dos “papeis” femininos na capital do Pará. Sugeriu assim que às mulheres caberia tão somente uma educação mais geral, apenas para que estas não fossem de todo ignorantes da ciência. Completava seu raciocínio afirmando em relação às mulheres: “Não se deve fazer dela uma sábia”.<sup>3</sup> Embora o contexto paraense se caracterizasse por um projeto político que pretendia transformar a sociedade em civilizada e moderna, ainda cabia às mulheres certa inferioridade, bastando ensiná-las na medida necessária ao cumprimento de seus deveres naturais: ser boa filha e boa mãe, e obedecer ao marido, e quando inserida no magistério ser uma boa mestra.

Belém, neste período, segundo Maria de Nazaré Sarges, “era uma cidade que vivia a euforia do boom da borracha e experimentava as transformações e novidades das riquezas produzidas pela Belle Époque, além de se tornar a vanguarda cultural da região”.<sup>4</sup> Mas, ao mesmo tempo caracteriza-se como um espaço contrastante, conforme aponta Cristina Cancela, pois: “os investimentos em iluminação, transporte e fornecimento de água nem sempre chegavam às áreas de expansão onde vivia a maioria dos trabalhadores recém-chegados à capital nem aos inúmeros cortiços.”<sup>5</sup> Ao ostentar tais atributos, os moradores de Belém, mesmo que não vivendo em uma grande capital experimentavam as chamadas contradições da modernidade vivenciada por capitais do Brasil, como São Paulo e Rio de Janeiro, e também dos países europeus, consideradas como expoentes da “civilização” e do “progresso”.<sup>6</sup>

Atentar para os conteúdos ofertados na Escola Normal permitiu compreender igualmente as disciplinas inseridas na grade de ensino como instrumentos responsáveis pela difusão dos valores republicanos. Neste sentido, com a finalidade de formar o quadro de professores para o Estado, distribuíram-se as disciplinas de acordo com o referido Regulamento da Escola Normal, devidamente assinado pelo governador paraense, nos seus respectivos anos, o que nos possibilitou pensar ser uma instrução dotada de interesses e intencionalidades.

#### **Disciplinas da Escola Normal do Pará, Regulamento de 1891.**

<b>Disciplina – 1º Ano</b>	<b>Disciplina – 2º Ano</b>	<b>Disciplina – 3º Ano</b>	<b>Disciplina – 4º Ano</b>
Português (3)	Português e Literatura nacional. (3)	Pedagogia geral, metodologia e higiene escolar (5)	História Universal: recapitulação da antiga e média, história moderna, particularmente do Brasil e especialmente do Pará (3)
Francês (3)	Francês (3)	História Universal antiga e média (3)	História Natural (5)
Aritmética (estudo)	Álgebra até equações do 2º	Física e Química (6)	Instrução moral e cívica.



completo) (5)	grau exclusivo, Geometria plana e no espaço (5)		Noções de direito e de economia política. Estudo da Constituição da União e do Estado (5)
Geografia geral e exercícios cartográficos (3)	Corografia do Brasil, exercícios cartográficos e cosmografia (3)	Desenho de ornato e de flores (2ª cadeira) (2)	Música, regras de instrumentação e contraponto (2)
Desenho linear (1ª cadeira) (2)	Desenho linear, de perspectivas e de sombras (1ª cadeira) (2)	Música, vocalizações (1)	Desenho de paisagens (2ª cadeira) (2)
Caligrafia (1)	Música elementar (1)	Prendas de agulha (1)	Prendas de agulha (1)
Prendas de agulha (1)	Prendas de agulha (1)		
18	18	18	18

Fonte: Diário Oficial do Estado do Pará. Nº 88, Belém, 27 de Setembro de 1891.

O quadro acima nos permite compreender a estrutura organizada pelo poder público paraense no sentido de direcionar as disciplinas ofertadas na Escola Normal para a sua nova fase republicana. Tal sistematização data do ano de 1891, de acordo com as atribuições direcionadas pelo Regulamento da Escola<sup>7</sup>, durante o governo do Dr. Lauro Sodré, em que no ato de sua criação, pelo artigo 6º atribui como “gratuito e leigo o ensino normal.”<sup>8</sup> Refletir sobre os programas de ensino nos possibilitou encontrar tendências e marcas características das concepções educacionais em voga nesse período em Belém. Modelar nesse sentido é a disciplina “Higiene Escolar”, como componente de um contexto marcado pelo ideal de civilidade e de progresso, o que nos revela a importância que os saberes de higiene alcançavam nos primeiros anos do regime republicano. Heloisa Rocha, em seu livro, *A higienização dos costumes*, nos indica que aos educadores de São Paulo, por exemplo, naquele contexto também cabia “ensinar a todos e por toda parte o *a b c* da Saúde”, [...] “essas apostolas já experimentadas nas lides de guiar a infância pelos meandros do ler e do escrever”.<sup>9</sup> Neste sentido, percebe-se que existiam estratégias na difusão de práticas higienistas através da educação, não somente em Belém do Pará, mas em todo o país, visto que as principais cidades brasileiras vivenciavam intenso processo de transformação, cabendo então à escola o papel de disseminar novos hábitos e costumes considerados saudáveis.

No contexto da Escola Normal em Belém podemos ainda perceber disciplinas direcionadas para a formação da nacionalidade e do patriotismo. Assim, o estudo de “Português” e “Literatura”, de acordo com o referido regimento deveriam ter por objetivo, “inspirar o sentimento de pureza vernácula e o gosto pelos bons modelos, pelo estudo crítico das obras primas da literatura do nosso idioma”, imbuídos, portanto, de sentidos nacionalistas. Tinha-se também a disciplina “Desenho” cujo objetivo era “educar os sentidos, proporcionar aos alunos um meio pronto e usual de experiência e fixarem o pensamento”. A disciplina “História”, de acordo com o regimento era “particularmente encaminhada ao sentido da

educação cívica”, enquanto que a “Geografia” empregaria “o maior cuidado nos exercícios cartográficos, no quadro negro e no papel”. Ao lado dessas disciplinas existia ainda a “A Instrução Moral”, que deveria ser “essencialmente prática e pedagógica”, visando “preparar os alunos mestres nos processos experimentais no cultivo dos sentimentos da infância escolar”.<sup>10</sup> Tais disciplinas conforme percebemos ao longo da pesquisa foram devidamente organizadas e sistematizadas com o intuito de formar cidadãos para a nova pátria, alicerçadas em uma educação que identificasse, ao mínimo, os discursos e símbolos do Brasil republicano e contribuísse diretamente para a elevação da sociedade brasileira rumo à *civilização* e ao *progresso* aos moldes Republicanos.

Neste sentido, o programa de ensino do curso normalista nos possibilitou observar a influência cientificista com o ensino das ciências, que, com o auxílio dos meios de “observação e experimentação”<sup>11</sup>, seria a “disciplina fortificadora e educadora do espírito, familiarizando com métodos de investigação e demonstração científica”<sup>12</sup>. Assim, tratava-se de um ensino aplicável aos usos da vida, constituindo-se em conhecimentos de trato experimental, que poderiam ser utilizados na prática diária.

É interessante observar, portanto, que o programa da Escola Normal expressou um caráter utilitário e prático que era materializado também por meio da disciplina “Prendas de agulha”. São evidências de propostas de uma educação escolar que se expandiria para o lar, esperando que “as mulheres desempenhassem novos papéis no âmbito doméstico e na esfera pública”.<sup>13</sup> Neste sentido, o estudo das coisas do lar deixava clara a intenção de preservar certa identidade feminina, nos ditames construídos socialmente em que conforme indica Soihet, “o espaço privado do lar era o local apropriado à sua inserção social e o cuidado com a família, sua ocupação prioritária”.<sup>14</sup> Portanto, a educação feminina, ainda que direcionada por um programa de ensino diferenciada dos homens foi também responsabilizada por formar as educadoras dos futuros cidadãos da pátria.

Em Belém do Pará, o intelectual republicano Hygino Amanajás, árduo defensor da educação feminina nos ditames de “mãe” e “educadora”,<sup>15</sup> comungava de tais ideias ao afirmar que, “também no magistério, a mulher, sem dúvida era superior ao homem quando se trata de ensinar crianças, tem ela ensejo, ou antes, tem obrigação imperiosa de cumprir esse dever, que ainda mais a engrandece”<sup>16</sup>. Portanto, a educação feminina organizava-se no sentido de fortalecer determinados arranjos sociais ao universo da mulher no contexto histórico em questão, pois delas se exigiam as qualidades de esposa, de mãe, e filhas prendadas na sociedade paraense, ao mesmo passo que oportunizava novos saberes, sendo

eles médico, higiene, pedagógico, científico, presentes nas diversas disciplinas que compunham o programa de ensino.

Em 1900, pouco mais de 10 anos da proclamação da República no Brasil, pelo decreto n. 809 de 25 de Janeiro, que o então governador Dr. José Paes de Carvalho, estabelece as regras de reforma da Escola Normal, e neste documento apresenta as disposições legais que sistematizavam a estrutura disciplinar para a Escola Normal a partir do referido ano.

#### **Disciplinas da Escola Normal do Pará, Regulamento de 1900.**

<b>1º Ano</b>	<b>2º Ano</b>	<b>3º Ano</b>	<b>4º Ano</b>
Português (1ª cad) (3)	Português (1ª cad) (3)	Português (2ª cad) (3)	Literatura (3)
Frances (3)	Frances (3)	História Universal (3)	História dos povos Americano e do Brasil (3)
Aritmética (5)	Álgebra (3)	Pedagogia (3)	
Geografia (3)	Geometria (3)	Física (3)	Legislação do Ensino (2)
Desenho (2)	Corografia do Brasil (2)	Cosmografia (1)	
Caligrafia (2)	Desenho (2)	Educação Cívica (3)	Química (3)
	Caligrafia (2)	Desenho (2)	
			História Natural (5)
			Estudo da Constituição da Pátria e do Estado (2)
18	18	18	18

FONTE: Diário Oficial do Estado do Pará. Nº 2507, Belém, 31 de Janeiro de 1900, pag. 193.

Conforme se observa no quadro acima, a listagem de disciplinas ofertadas sofreu poucas alterações com relação ao programa de ensino anterior de 1891. Neste, a proposta pedagógica ainda privilegia a formação do cidadão patriótico comprometido com a nação e, como consequência a proposta política do regime em vigor. Nela, estão incutidos os valores republicanos com base na ciência, moral e civismo, da ordem e do progresso.

Observadas as devidas disciplinas, notamos que estavam correlacionadas umas às outras, como podemos exemplificar com a disciplina Literatura. Nesta, seria “precedido o estudo de noções de história literária, particularmente as que mais diretamente influíram na formação e desenvolvimento da literatura da língua portuguesa.”<sup>17</sup> Ao que tudo indica, a disciplina Literatura possuía vertente cívico-pedagógica, que juntamente com História e Geografia contribuiriam na formação do cidadão a partir das obras literárias.<sup>18</sup> Dessa forma, por mais que se tratassem de cadeiras diferenciadas, as variadas disciplinas possuíam afinidades em suas propostas de ensino.

No que tange à disciplina Pedagogia e Legislação de Ensino era “tendente a preparar os alunos para o sacerdócio do mestre-escola, e encaminhá-los no conhecimento das leis reguladoras do ensino publico e de seus deveres, atribuições e regalias, como professores”.<sup>19</sup> Podemos verificar a existência, ao que tudo indica, de um ideal de valorização da função de professor que, no contexto inicial republicano, era também designado com o título de mestre-escola. De acordo com os escritos de *A Escola*: revista oficial do ensino no Estado do Pará<sup>20</sup>,

“o mestre-escola, em todos os países do mundo é considerado e respeitado, representa a parte mais importante da sociedade, pois é o grande artista da oficina extraordinária que se chama escola, onde modela e forma o espírito da criança.”<sup>21</sup> Ainda, que a disciplina “Pedagogia” estivesse, concentrada nos últimos anos de formação da Escola Normal, esta nos parece ser a disciplina que voltava-se mais especificamente para os conhecimentos acerca da prática de ensino, dos deveres e ofícios dos futuros professores primários.

Um dos pontos de alteração curricular que podemos notar em 1900 na Escola Normal de Belém incide na reforma da disciplina “Instrução Moral e Cívica” que se desvinculava do “Estudo da Constituição da Pátria e do Estado do Pará”, e era deslocada para o último ano (4º ano) da formação. Tratava-se ao que tudo indica da diluição de uma disciplina com caráter disciplinador das condutas sociais, e importante exercício na formação dos futuros cidadãos brasileiros. Portanto, era uma disciplina que orientava o cidadão para o dever patriótico, da ordem e do progresso e que as então ideias do nascente regime republicano deveriam ser inculcadas na formação do professorado e reproduzido nas series iniciais. Ao mesmo passo, a reforma educacional proposta para a Escola Normal excluiu de sua grade de ensino “Prendas de agulha” sem, no entanto incluir outra que possuísse o mesmo caráter de ser extensivo aos deveres do lar. As demais disciplinas sem grandes alterações demonstraram uma continuidade dos regimentos anteriores em seus objetivos traçados, notadamente, nacionalista e patriótico.

Em 1903, o Poder Executivo autorizou, mais uma vez, a reformado Regimento da Escola Normal, sob a lei nº. 834 de 24 de Outubro de 1902, e decreto de nº. 1.207 de 2 de Abril de 1903. Nos arquivos disponíveis e pesquisados encontramos o detalhamento de tal reforma bem como nos anos anteriores.

### **Disciplinas da Escola Normal do Pará, Regulamento de 1903.**

<b>1º Ano</b>	<b>2º Ano</b>	<b>3º Ano</b>	<b>4º Ano</b>
Português (3)	Português (3)	Português (3)	Literatura Nacional (3)
Frances (3)	Frances (3)	História Geral (3)	História do Brasil e do Pará (3)
Aritmética e Geometria (4)	Aritmética e Algebra (4)	Física e Química (3)	Pedagogia (3)
Desenho (3)	Geografia Geral (3)	História Natural (3)	Educação Moral e Cívica (3)
	Desenho (3)	Corografia do Brasil (2)	Cosmografia (2)
	Caligrafia (2)	Prendas (2)	Prendas (2)
		Caligrafia (2)	Caligrafia (2)
13	18	18	18

FONTE: Diário Oficial do Estado do Pará. Nº 3425, Belém, Sexta, 02 de Abril de 1900, pag. 13.

Nesta reforma, o curso completo da Escola Normal se manteve em quatro anos e as variadas disciplinas que faziam parte do programa de ensino da Escola Normal do Pará de 1903 integravam conhecimentos previamente selecionados e orientavam o saber a ser

adquiridos pelos futuros professores normalistas. Tais disciplinas como nos regimentos anteriores apresentavam características “instrutivas”, as quais possibilitavam aos alunos e alunas uma formação considerada prática e concreta, essenciais, portanto, na execução do ofício de professor primário. Nesse programa de ensino, sua principal marca era a continuidade dos anos de 1891 e 1900, em vista às finalidades educativas a que se destinava a formação do cidadão voltada para a consolidação do regime republicano. Nesse intento, é que apontamos as disciplinas de *Física* e *Química*, como exemplos, da presente concepção positivista de crença incondicional no progresso e na ciência, discursos caros na época. De acordo com o programa de ensino tais disciplinas teriam o intuito de “salientar os fenômenos mais correntes e suas leis fundamentais de maior emprego na vida prática,”<sup>22</sup> constituindo o ensino, que privilegiava o saber prático, o que o método intuitivo destaca como aprendizagem por meios práticos e experimentais.

Nos moldes dos ideais de “modernidade” e “civilização”, depreende-se que a formação normalista circunscrevia-se no ideário europeu, pois, de acordo com os programas de ensino notamos a existência da disciplina “Francês”. Nesta, o aluno “deveria por fim habilitar não somente a ler, entender e traduzir com facilidade as obras escritas, como também fazer dele uso correto, quer falando quer escrevendo.”<sup>23</sup> Assim, podemos compreender que se tratava da herança francesa na educação brasileira, sob as influências do positivismo do sociólogo francês Augusto Comte.

Em se tratando de mudança ocorrida a exemplo do regulamento anterior, destacamos o retorno da disciplina “Prendas domésticas”. Pensar o retorno da referida disciplina com o intuito de habilitar as alunas em costura, corte e feitiço de roupa branca, nos sugere pensar uma extensão das atribuições do lar, pois, de acordo com o regimento, tratava-se de conhecimentos “de primeira necessidade da família”.<sup>24</sup> No mesmo intento, os programas de ensino analisados nos ajudaram a refletir o caráter e o estatuto do curso da Escola Normal, a regularidade das disciplinas arroladas nos anos iniciais do regime republicano. De igual modo, auxiliaram no entendimento do movimento de constituição da referida escola e o reforço repetido no sentido da presença de uma visão diferenciada na formação de homens e mulheres.

Neste estudo, privilegiamos os programas de ensino que foram ministrados na Escola Normal, nos anos de 1892, 1900 e 1903, os quais incidem nos anos iniciais do recém-implantado regime republicano. Ao longo da pesquisa acerca dos programas de ensino da Escola Normal foi possível perceber que os ideais e saberes preconizados pelas autoridades educacionais do Estado do Pará esforçavam-se na formação de professores para atuarem na escola primária e, ao mesmo tempo, na construção e consolidação da nova ordem social

vigente. Os resultados apontaram para a necessidade de formar os educadores segundo o espírito científico em voga que se constituía numa exigência do mundo moderno, sem se perder de vista, as atribuições femininas que ainda se voltavam para a formação do lar para os cuidados com a família. Priorizou-se, nas disciplinas do programa de ensino, a característica enciclopédica, ao que José Veríssimo, em seus escritos, atribuía como essencial na educação das mulheres. Neste sentido, uma formação centrada nas grandes áreas do conhecimento, como Português, Matemática, História, Geografia, na formação geral de humanidades, com características instrutivas. Tais disciplinas, portanto, com conteúdos cívicos e patrióticos seriam extremamente importantes. Com base nos regimentos normalistas, conforme já asseveramos, percebemos um programa construído a partir das relações de gênero. De fato, conforme adverte Joana Pedro, “o uso da categoria de análise ‘gênero’ reforça a ideia de que as diferenças que se constatavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do ‘sexo’ como questão biológica, mas sim definidos pelo ‘gênero’ e, portanto, ligados à cultura”.<sup>25</sup> No caso da Escola Normal em Belém, de acordo com o que desenvolvemos até aqui, os programas de ensino eram diferentes entre o alunado masculino e feminino, no tocante à organização e à prioridade dos conteúdos. O ensino acabava se definindo especificamente pelo “gênero”, através da composição dos currículos e atividades destinadas a cada “sexo”.<sup>26</sup> Dessa forma, os objetivos das autoridades primavam pela formação de um professorado que fosse capaz de preparar o aluno futuro cidadão da pátria para a moderna sociedade da civilização e do progresso. Esse viés civilizador dirigiu-se a um público interno à Escola Normal, constituído de homens e mulheres, futuros professores-mestres e, ao mesmo passo, que também era sistematizada no intuito de estender-se para além dos muros escolares, de modo a atingir a sociedade como um todo, no cumprimento de suas ideias e ideais.

---

<sup>1</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, Linha de Pesquisa História Social da Amazônia, sob orientação da prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Franciane Gama Lacerda. E-mail: edivandocosta@hotmail.com

<sup>2</sup> VERISSIMO, José. *A Educação Nacional*. Pará: Tipografia Tavares Cardoso, 1890, p. 154.

<sup>3</sup> Idem.

<sup>4</sup> SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*. 3ª ed. Belém: Paka-Tatu, 2010, pág. 143.

<sup>5</sup> CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e família em uma capital amazônica: (Belém 1870-1920)*. Belém: Ed. Açai, 2011. p. 142.

<sup>6</sup> Cf. BRESCIANI, Maria Stela. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1982. SEVCENKO, Nicolau “prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso”. In SEVCENKO, Nicolau (Org.): *História da vida privada no Brasil 3 – República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp.7-48.

<sup>7</sup> Diário Oficial do Estado do Pará. Edição nº 88, Belém, 27 de Setembro de 1891, p. 377.

<sup>8</sup> Para maior esclarecimento acerca da relação Estado e Igreja no Pará, ver: NEVES, Fernando Arthur de Freitas. Estado e Igreja: cumplicidades e tensões do catolicismo no Pará do final do século XIX. In: *Facetas da História da*

---

Amazônia. NEVES, Fernando Arthur de Freitas. LIMA, Maria Roseana Pinto. (orgs). Belém: Editora: Pakatatu, 2006.

<sup>9</sup> ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. *A Higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do instituto de higiene de São Paulo (1918-1925)*, Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 2003, pag. 141.

<sup>10</sup> Diário Oficial do Estado do Pará. Op. Cit. p. 377.

<sup>11</sup> Neste sentido, conferir: ORTIZ, Renato. Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX. In: *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

<sup>12</sup> Diário Oficial do Estado do Pará. Op. Cit. p. 377.

<sup>13</sup> AREND, Fávero Silvia. Meninas: trabalho, escola e lazer. In: *Nova História das mulheres*. Carla Bassanezi Pinsky & Joana Maria Pedro. (orgs). São Paulo: Contexto, 2012, p. 72.

<sup>14</sup> SOIHET, Rachel. Movimentos de mulheres: a conquista do espaço público. In: *Nova História das mulheres / organizadoras Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maranhão Pedro – São Paulo: Cia das Letras, 2012, p. 219.*

<sup>15</sup> Sobre a importância da educação feminina, conferir, MATOS, Maria Izilda Santos de. “Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico”. In: *O corpo feminino em debate*. MATOS, Maria Izilda Santos de. SOIHET, Rachel. São Paulo: Editora UNESP, 2003. Também, RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo. (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 49.

<sup>16</sup> AMANAJÁS, Hygino. Deveres da mulher para com a pátria. In: *Noções de Educação Cívica: para uso das escolas primárias do Estado do Pará*. Belém, Typ. do Diário Oficial, 1898, p. 110.

<sup>17</sup> Diário Oficial do Estado do Pará. Edição nº 2507, Belém, 31 de Janeiro de 1900, p. 193.

<sup>18</sup> Para maior compreensão acerca dos objetivos presentes nas obras literárias Cf. HANSEN, Patrícia Santos. “*Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República*”. Tese de doutorado da Universidade de São Paulo, Disponível em: [http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde12022008111516/publico/TESE\\_PATRICIA\\_SANTOS\\_HANSEN.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde12022008111516/publico/TESE_PATRICIA_SANTOS_HANSEN.pdf), acessado em 14/07/2014.

<sup>19</sup> Diário Oficial do Estado do Pará. Edição nº2507, Belém, 31 de Janeiro de 1900, p. 19.

<sup>20</sup> Sobre a revista, trata-se de um periódico mensal de caráter oficial que circulou no Pará de 1900 a 1905. Dotado de conteúdo educacional era voltado para os professores. Cf. COSTA. Rafaela Paiva. “*A Formação de Professores da Primeira República no Pará. (1900-1904)*”. Belém-PA, 2011.

<sup>21</sup> A Escola: revista oficial do ensino no Estado do Pará, 1901, nº 14, p. 459.

<sup>22</sup> Diário Oficial do Estado do Pará. Edição nº 3425, 02 de Abril de 1903, p. 16.

<sup>23</sup> Diário Oficial do Estado do Pará. Edição nº 3425, 02 de Abril de 1903, p. 15.

<sup>24</sup> Diário Oficial do Estado do Pará. Op. Cit. p. 16.

<sup>25</sup> PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. História. São Paulo, v.24, nº 1, pag. 77-98, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>.

<sup>26</sup> SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade. vol. 20 (2), jul./dez. 1995.

## **A Festa das Crianças: “O Grêmio Literário Daniel de Almeida” e a comemoração do decênio da fundação do Asylo de meninos desvalidos.**

Eduardo Nunes Alvares Pavão<sup>i</sup>

**Resumo:** A partir da análise dos pedidos de matrícula no Asilo de Meninos Desvalidos, dos ofícios do Diretor do Asilo, dos atestados de óbitos, das certidões de casamento e de batismo e dos documentos emitidos por políticos, professores, funcionários públicos, delegados, escrivães de vara de órfãos se busca identificar, descrever e analisar os discursos e as práticas dentro da instituição, seus dispositivos de poder/saber e o papel do "Grêmio Literário Daniel de Almeida" no discurso pedagógico do Asylo de Meninos Desvalidos.

**Palavras-chaves:** Asilo, Infância desvalida, disciplina.

**The Feast of the Child: "The Literary Guild of Daniel Almeida" and the commemoration of the founding of the decade Asylum for destitute boys.**

**Abstract:** From the examination of applications for registration in the Asylum of Underprivileged Boys, the offices of Director of the Asylum, the death certificates, and marriage certificates of baptism and documents issued by politicians, teachers, civil servants, representatives, clerks stick of orphans trying to identify, describe and analyze the discourses and practices within the institution, their devices power / knowledge and the role of the "Literary Guild Daniel Almeida" in the pedagogical discourse of the Asylum Underprivileged Boys.

**Keywords:** Asylum, Childhood helpless, discipline.

### **Situando “O Grêmio Literário Daniel de Almeida”**

A documentação localizada situa a criação do “Grêmio Literário Daniel de Almeida” em 1885. Isto é, dez anos após a criação do Asylo de meninos desvalidos. O nome desse grêmio literário foi uma homenagem ao terceiro diretor do internato, o médico Daniel Oliveira Barros de Almeida. Ao longo da pesquisa foi possível encontrar menção ao diretor, no final dos anos 70 do século XIX, nos avisos da diretoria ao ministro e secretário do Império e Negócios do Estado.

Daniel de Almeida, como ficou conhecido formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1880, na qual defendeu a tese *Patologia da Placenta*. Neste momento já fazia parte do quadro dos funcionários do Asylo dando aulas de francês e interinamente substituindo o diretor da Instituição. Quando João Joaquim Pizarro foi exonerado por acumulação de cargos públicos em 1883, Daniel de Almeida foi indicado para a direção do internato, pois era filho do primeiro diretor, já dominava o funcionamento da instituição e tinha exercido a administração do Hospital Provisório de Santa Bárbara.



O filho de Rufino Augusto de Almeida morou no Palacete Rudge a partir de 1875, com o pai, a mãe, irmã e cunhado, irmão e a esposa e prima. Ele permaneceu à frente do internato até 1889 quando foi substituído por Moreira Francisco Sampaio.

O “Grêmio Literário Daniel de Almeida” era composto por diversos internos do Asylo e sua formação está vinculada à comemoração dos dez anos de fundação do internato.

#### A Festa das Crianças

O Grêmio Literário Daniel de Almeida, realizou, na noite de sábado, no edifício do Asylo de Meninos Desvalidos, a sua festa comemorativa do decênio da fundação do mesmo Asylo.

Foi orador oficial o menino Joaquim Francisco de Souza, que foi seguido na tribuna por alguns dos seus companheiros.

Fazia gosto ver-se a meninada alegre, robusta e satisfeita a bater palmas aos seus colegas, a esta explosão santa tão espontânea na alma das crianças.

Aos discursos seguiu-se um concerto, mas um concerto magnífico onde fez-se boa música e onde tivemos ocasião de ouvir uma bela composição – Meiga – grande valsa para orquestra, oferecida ao distinto Dr. Daniel de Almeida, diretor do estabelecimento pelo aluno Francisco Braga.

Continue o Dr. Daniel a desenvolver o espírito dos meninos em boa hora confiados aos seus cuidados, e quando por ventura em sua vida nada mais fizesse para se engrandecer, bastava para elevar o seu nome o ter tão bem dirigido um dos nossos principais e mais importantes estabelecimentos<sup>ii</sup>.

### **Eu Braga; Costa; Coutinho; Moreira; Pimentel; Sacramento; Telles; Villa-Lobos; fui interno e estudei no Asilo de Meninos Desvalidos.**

Por que a criação de um Asilo para meninos desvalidos na cidade do Rio de Janeiro em finais do século XIX? Quem eram os meninos, como eram e de onde vinham os asilados admitidos naquela instituição? Quais eram os critérios usados para a classificação de um menino como desvalido? Depois de admitidos no Asilo, como era o cotidiano dos meninos? E mais, o Asilo seguia o seu objetivo explícito de educar os meninos desvalidos e inseri-los no mercado de trabalho ou atendia a outros interesses como: o projeto de higienização dos espaços públicos e controle social na cidade do Rio de Janeiro no último quartel do século XIX?

As estratégias de poder utilizadas e suas possíveis formas de funcionamento de cotidiano, assim como a possibilidade de contra poderes por parte dos asilados, manifestos através de resistências, indisciplinas e formas sutis, como processos de somatização são algumas das preocupações dessa pesquisa.

Os meninos do Asilo de Meninos Desvalidos não são meninos anônimos, muito menos vítimas ou heróis, são: Raul Villa-Lobos, Paulino do Sacramento, M. J. da Silva Telles, Lima Coutinho, Luiz Moreira, Francisco Braga, Francisco Izidro Monteiro, João

Batista da Costa. São sujeitos de suas histórias, possuem trajetórias, nomes. Não estavam à margem, faziam sim parte de toda a engrenagem da organização da sociedade fluminense nos séculos XIX e XX.

*Vida e glória de Baptista da Costa* de Carlos Rubens, mandado publicar pela Sociedade Brasileira de Belas Artes nas oficinas da Tipografia Mercantil em 1947, foi uma obra de 1.200 exemplares. Seu autor já havia falecido quando do término da impressão do livro, o que não o impediu de assinalar que:

Baptista da Costa não se afastou jamais do Asilo de Meninos Desvalidos, que o acolhera em 1877. Assim é que dele foi inspetor de alunos de fevereiro a setembro de 1886; professor adjunto em 1893; de desenho em 1894, com 29 anos, licenciando-se em 1896, quando embarcou para a Europa, permanecendo no antigo estabelecimento educacional até morrer<sup>iii</sup>.

Rubens (1961) ressalta que: Raul Villa-Lobos era o Nº 38, Francisco Braga, o Nº 59, Lima Coutinho o Nº 6, Luiz Moreira, o Nº 65 ou Nº 21 e João Baptista da Costa o Nº 88. Portanto números, formas de objetivação, ou de despersonalização da pessoa, pois o indivíduo ao ser identificado por um número, sobrenome, “nome de guerra”, apelido, marca, tatuagem, deficiências caracteriza formas de desconstituição da identidade. As diferenças e as desigualdades eram normalizadas pela entrada e consequente internação que eram submetidos os asilados quando adentravam no Asilo.

Porque é importante situar o lugar de fala de cada um deles? Por que João Batista da Costa, o Nº 88 no Asilo de Meninos Desvalidos, órfão de pai e mãe aos oito anos, nascido em Itaguaí aos 24 de novembro de 1865, tem importância como sujeito que entrou no Asilo de Meninos Desvalidos aos onze anos e que “fazia-se encadernador, enquanto outros frequentavam as oficinas de alfaiate, marceneiro, sapateiro”.

A História é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que deverão ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos<sup>iv</sup>.

Ao se referir à vida que João Baptista da Costa levava no Asilo, Rubens (1961) afirma:

E parecia que não era infeliz. No Asilo, a vida corria como numa grande família. Os alunos eram obedientes e amigos, os mestres afetivos, os diretores boníssimos. Encontravam ordem e disciplina. Do amanhecer à noite, da hora matinal do banho à da prece e do recolhimento, ouviam as badaladas que convidavam aos afazeres e iam contentes à ginástica, às aulas, ao trabalho, às refeições e ao recreio, no ambiente onde tudo era limpo, fraternal e confortador. Além das vezes que saíam a tocar em festas públicas (e a banda dos “meninos desvalidos” fez época!), tinham divertimento no próprio Asilo, dos quais se destacava o teatro<sup>v</sup>.

Já Villa-Lobos, ou melhor, Raul Villa-Lobos, era “tocador de requinte e violoncelo e depois professor de corografia”, foi funcionário da Biblioteca Nacional e autor de livros como *A Revolta da Armada de 6 de Setembro de 1893*, sob o pseudônimo de Epadimondas Villalba. Segundo Amaral (2009), Heitor Villa-Lobos aprendeu com Raul, seu pai, “violoncelo e um pouco de clarineta, amante de música, violoncelista e clarinetista amador, que morreu cedo, deixando a família com poucos recursos”<sup>vi</sup>.

Nas suas atividades cotidianas os asilados “encontravam ordem e disciplina”. Isto é, desde o horário matinal até ao início da noite, do se banhar ao se recolher, passando pelo horário da reza, tudo era regado pelo toque dos badalos. Eles tinham o horário da ginástica, do trabalho, das refeições e do recreio. Tudo ordenado, disposto de forma organizada. Mas às vezes “saíam a tocar em festas públicas”. Os asilados segundo Rubens (1961):

Representavam ali França Júnior e mais comediógrafos do tempo. O cenógrafo era um deles: Francisco Izidro Monteiro. Na falta de elemento feminino, fácil se afigurava a Francisco Braga aparecer em travesti e fazer sucesso. E as representações tinham a frequência do monarca democrata e de elementos da sociedade carioca, que também iam assistir às missas que Monsenhor Venerando da Graça celebrava na capela<sup>vii</sup>.

É por demais “ler resistência nessa figuração”? Segundo Louro (2009) “normas regulatórias têm um caráter performativo, quer dizer, sua citação e repetição fazem acontecer, isso é, produzem aquilo que nomeiam”<sup>viii</sup>. Onde se encontra a figura feminina? Ela está presente nos regulamentos, nas fotos, nas pinturas e nos relatórios.

O regulamento do Asilo de Meninos Desvalidos estabelecia como sendo uma instituição restrita ao sexo masculino, mas a figura feminina se encontra neste espaço masculino através do relatório do diretor do Asilo Jurandir Rufino, nas fotografias que Malta, assim como nas peças de França Júnior e nas comédias “do tempo”, nas missas celebradas pelo Monsenhor Venerando da Graça que eram assistidas pelo “monarca democrata” e por “elementos da sociedade carioca”. No recorte anterior a representação do “elemento feminino” por Francisco Braga possibilita problematizar a questão de gênero e as artes, como no teatro grego os papéis serem interpretados/representados exclusivamente por homens.

Ao se referir ao período que João Baptista da Costa cursa a Academia de Belas Artes, Rubens (1961) destaca:

Alguns alunos faziam-lhe chacota, por isso chamavam-lhe “guarda urbano”. Se no Asilo sofrera antes a covardia do cozinheiro desalmado e impune, agora tinha os próprios colegas a encherem-no de chufas e ditérios, pelo fato de vestir uma roupa que talvez só despertasse risotas porque era de uma casa de meninos sem sorte<sup>ix</sup>.

Corpos “desvalidos”, corpos “adjetivados”, corpos qualificados como: corpos “inaptos”; corpos “incapazes”; corpos “inúteis”; corpos “doentes”; corpos “inválidos” e corpos “inadequados”. Corpos no qual o uniforme do Asilo de Meninos Desvalidos, de brim pardo ou azul com botões amarelos, está presente em discursos imagéticos de fotografias, de pinturas e de escritas. Isto é o dito, é o escrito em livros, regulamentos, relatórios, documentos oficiais, cartas pessoais, recibos, bilhetes. Descrevem que João Baptista da Costa “teve funções variadas, não sendo das melhores a de ajudante do cozinheiro, de quem recebeu tratamento ríspido, em desacordo com o que os alunos recebiam dos professores e diretores, pelo que lhe guardou sempre justificado ressentimento”<sup>x</sup>. Segundo Rubens (1961):

Batista sofreu muito. Não era nobre nem filho de Conselheiros. Suportou ironias e agressões. Estudava e sofria no Asilo, sofria e estudava na Academia. Mas também num e noutro estabelecimento desfrutava amizades confortadoras. Havia quem nele não enxergasse apenas o pano e os botões de metal<sup>xi</sup>.

No primeiro relatório do diretor do Asilo, ao Barão de São Felix, Diretor Geral da Instrução Pública do Município da Corte, consta uma série de modificações por ele realizadas, alterações essas que se diferenciavam consideravelmente das disposições do regulamento nº5849. Segundo Rufino Augusto de Almeida, os asilados sendo pobres não seria lógico possuírem serviçais e deveriam executar todas as tarefas pertinentes a um homem que vive à custa dos seus próprios proventos:

Criado este Asilo para abrigar e educar meninos desvalidos ou entregues à miséria por extrema pobreza de seus pais, a mim parece que se deve prestar muita atenção às vocações ou aptidões destes meninos, e habilita-los a viverem à custa de seu próprio trabalho. Assim, o menino que por falta de desenvolvimento intelectual não possa ser um homem de letras ou um bom artista, façamo-lo um bom agricultor, um horteleiro, um jardineiro, ou simplesmente um bom trabalhador de enxada, ou mesmo um bom criado de servir, etc. No sentido de levar a efeito esta salutar ideia tenho procurado dirigir a educação dos meninos, apesar da repugnância e desgosto dos parentes de alguns asilados, que sentem a pobreza de seus antepassados ofendida, porque pretendo criar homens para o trabalho, não fidalgos e candidatos aos empregos públicos<sup>xii</sup>.

O lugar de fala é importante, assim como é relevante descrever os espaços de circulação, de sociabilidade dos indivíduos inseridos em uma determinada cena discursiva, de uma cidade, de um país. Na década 60, do século XIX, Rufino Augusto de Almeida foi diretor da casa de correção de Recife. Sua passagem por esta instituição foi motivo de notas na imprensa, debates na Câmara e acusação de enriquecimento ilícito. Na década de 70, do mesmo século, vai ocupar o cargo de diretor de uma instituição de internação de

meninos desvalidos e modifica parte do regulamento da instituição para “dirigir a educação dos meninos”.

Os internos do Asilo se reuniam para fazerem atividades fora do Asilo. João Baptista da Costa, excursionista das trilhas do maciço da Tijuca, do Corcovado e de Santa Teresa, está presente nestes momentos. Segundo Rubens (1961):

Na última que fizeram ao Corcovado, não confiaram somente nas próprias cordas vocais: levaram clarins, que Visconti e um músico do Arsenal de Guerra faziam retinir, alarmando os incautos e os ares. E foi tamanho o alarido causado pelas clarinadas estridentes, que quando o bando alegre e trêfego chegou ao Largo do Guimarães, a Guarda Urbana o cercou e prendeu, levando todos até “Dois Irmãos”, onde, visto que se tratava de estudantes, foram soltos<sup>xiii</sup>.

Treze anos após a fundação do Asylo os internos do Asylo realizaram uma sessão musical para a entrega dos prêmios aos destaques do ano de 1888. Ao discurso de abertura da diretoria proferido pelo Dr. Daniel de Almeida seguiu-se um concerto organizado pelo então professor Francisco Braga. Do programa musical participaram Paulino Sacramento, Lopes Ferreira e Monteiro de Barros, Américo Gonçalves, Luiz Moreira, Leopoldo Salgado, Annibal Salgado, Benjamim de Seixas e o próprio Francisco Braga. Ao fim do evento os alunos ofereceram aos convidados “modesto copo de água”<sup>xiv</sup>

### **Considerações Finais**

Este trabalho é um estudo que não se esgota por si só, pois esta pesquisa prima pelo seu caráter provisório por se encontrar em construção. Através das fontes, dos documentos busquei uma maior consistência na elaboração desse artigo, mas ao longo da pesquisa tive de fazer opções, refazer trajetórias, repensar caminhos, reelaborar objetivos e rediscutir estratégias e como “a fonte não fala” ela requer que se descrevam relações, conexões estas que não são fixas, mas voláteis, efêmeras.

Através dos discursos médicos, jurídicos, políticos emergiram práticas normativas, estabelecendo limites de gênero, idade e condição social e econômica. Por meio de um poder disciplinar e de controle essas políticas buscavam a transformação dos corpos desses indivíduos vistos como “desvalidos” em corpos “úteis” para o trabalho e para a constituição de uma nação que se queria forte e civilizada.

Na segunda metade do século XIX está na ordem do dia qual o caminho seguir na educação das crianças e adolescentes? A preocupação com as noções de controle, disciplina está presente, em discursos e práticas voltadas para construção de uma sociedade civilizada, com projeto de modernização e de construção de uma nação forte. Ocorre um

esquadrinhamento da infância e da adolescência pobre, dos seus deveres e dos seus direitos. No entanto, resistências e contra poderes emergiram por parte dos asilados, e eu ilumino o “Grêmio Literário Daniel de Almeida” como uma das cenas discursivas da emergência da resistência dos meninos desvalidos do internato.

A história política, presa aos grandes feitos, ao factual, aos “grandes homens” e à narrativa linear, entrou em desprestígio já na segunda metade do século XIX. Com a abertura a novos temas e objetos, especialmente às mentalidades, proposta pelos historiadores na primeira geração dos *Annales*, a história política foi relegada ao esquecimento durante muitas décadas. Com a sua retomada nos anos 80 do século XX, muitos historiadores trabalham não apenas com documentos e fontes escritas, havendo um grande interesse pela memória, pelas biografias, pelos sujeitos.

Concluo que a historiografia brasileira contemporânea se renovou e em particular a história política. Num primeiro momento receava usar o termo de renovação da história política, mas balizado por Soihet (2003), considero que esta ampliou o seu campo de estudo, expandiu suas formas de abordagem e conseqüentemente os debates e as críticas que contribuem para o “fazer história”<sup>xv</sup>.

Esta pesquisa como parte do meu projeto de tese “De corpos desvalidos a corpos úteis: Higiene, controle e disciplina no Asylo de Meninos Desvalidos (1875-1894)” e tendo sido fruto de análise e leitura de textos, mapeamento de arquivos, problematização da emergência das condições e possibilidades dos discursos e práticas de atendimento aos meninos desvalidos, procura ampliar o debate e propõe-se a ser um ponto de partida no processo de constituição de novos problemas.

---

<sup>i</sup> Doutorando em História Política pela UERJ. Artigo elaborado sob orientação da Professora Doutora Marilene Rosa Nogueira da Silva. Apoio financeiro da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. E-mail: [enap2010@yahoo.com.br](mailto:enap2010@yahoo.com.br).

<sup>ii</sup> *Gazeta da Tarde*. Rio de Janeiro: Tipografia de José do Patrocínio, n. 62, 17 mar. 1885, p.1.

<sup>iii</sup> RUBENS, Carlos. *Vida e glória de Baptista da Costa*. Rio de Janeiro: Tipografia Mercantil, 1961, p. 138.

<sup>iv</sup> SILVA, Marilene Rosa Nogueira. Carceralização da Escravidão no Rio de Janeiro: A Emergência de um problema. In *Maracana/Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. Programa de Pós-Graduação em História – n.4, 2007/2008, p. 124.

<sup>v</sup> RUBENS, Carlos. *Vida e glória de Baptista da Costa*. Rio de Janeiro: Tipografia Mercantil, 1961, p. 12.

<sup>vi</sup> AMARAL, Sonia Guarita. *O Brasil como Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

<sup>vii</sup> RUBENS, Carlos. *Vida e glória de Baptista da Costa*. Rio de Janeiro: Tipografia Mercantil, 1961, p. 13.

- 
- viii LOURO, Guacira Lopes. Foucault e os estudos queer In Rago, Margareth; VEIGA NETO, Alfredo (ORG.). *Para uma vida não fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 138.
- ix RUBENS, Carlos. *Vida e glória de Baptista da Costa*. Rio de Janeiro: Tipografia Mercantil, 1961, p.14.
- x *Ibidem*, p. 10.
- xi *Ibidem*, p. 14
- xii BRAGA, Theodoro de Medeiros. *Subsídios para a Memória Histórica do Instituto Profissional João Alfredo: desde a sua fundação até o presente (1875—14 de Março de 1925)*. Rio de Janeiro, 1925, p.34.
- xiii RUBENS, Carlos. *Vida e glória de Baptista da Costa*. Rio de Janeiro: Tipografia Mercantil, 1961, p. 15.
- xiv *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 1286, 20 de dezembro de 1888, p.1.
- xv SOIHET, Rachel, “Introdução”. In Martha Abreu e Rachel Soihet. *Ensino de História, conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/ Faperj, 2003.

## UM ENFOQUE SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DE GUY DE HOLLANDA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA ENTRE AS DÉCADAS 1950/1960<sup>1</sup>

Elaine Coelho da Luz<sup>2</sup>

### RESUMO

O texto objetiva evidenciar o trabalho de Guy de Holanda, verificando a disciplina de História no ensino secundário do Brasil, durante a Escola Nova em 1950/1960. A partir das discussões de renovação, quando se buscava sair do tradicional. O enfoque teórico em bibliografias do ensino secundário, disciplina História, recursos e o conceito disciplina escolar, discutido por Chervel, permitem entender o contexto do ensino secundário. Seus subsídios de discussão vinculam-se à História Cultural, dando visibilidade às publicações de Guy de Holanda.

**Palavras-chave:** Guy de Holanda. Escola Nova. Ensino de História.

### ABSTRACT

The paper aims to highlight the work of Guy de Holanda, checking the discipline of history in secondary schools in Brazil during the New School in 1950/1960. From the discussions of renewal, when it sought out traditional. The theoretical approach in bibliographies of secondary education, discipline history, resources and school discipline concept, discussed by Chervel allow us to understand the context of secondary education. Their subsidies mailing bind to the Cultural History, giving visibility to the publications of Guy de Holanda.

**Keywords:** Guy de Holanda. New School. Teaching of History.

### INTRODUÇÃO

Trata-se de fazer com que o aluno adquira uma vivência do passado da Humanidade, graças à qual possa compreender o presente, com todas as suas sombras e luzes, tragédias e esperanças<sup>1</sup>.

O princípio desta investigação se dá no Brasil, quando se instalavam as primeiras manifestações de renovação educacional em meados do século XX, sendo que, “Reformas

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado no evento IX Semana de História Política e VI Seminário Nacional de História, realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, de 20 a 24 de outubro de 2014. Publicação após o evento nos Anais <http://semanahistoriauerj.net>

<sup>2</sup> Aluna regular do Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Bolsista Capes (PPGE/UDESC/2014) Orientanda do Professor Dr. Norberto Dallabrida, integrante do grupo “Culturas Escolares, História e Tempo Presente”. Email: [elaine.pastoriz@hotmail.com](mailto:elaine.pastoriz@hotmail.com).



educacionais nos ensinos primário e normal que eram de competência dos Estados, são promovidas em diversos Estados da federação, de acordo com os ideais da Escola Nova”<sup>2</sup>. A Escola Nova trazia uma proposta educacional que procurava sair do modo tradicional de ensino que vigorava, utilizando diferentes sugestões de aprendizagem que incluíssem novos recursos pedagógicos a fim de, alcançar sucesso na aprendizagem no meio escolar.

Por meio dos estudos de Lourenço Filho em sua obra *Introdução aos Estudos da Escola Nova*, verificamos que “Dessa forma, a expressão escola nova adquiriu mais amplo sentido, ligado ao de um novo tratamento dos problemas da educação em geral.” (1978, p.17)<sup>3</sup>. A inspiração ao movimento Escola Nova voltava-se em prol de melhorias no rendimento dos alunos, qualidade da educação escolar e possibilidade de inclusão dos jovens ao mercado de trabalho. A Escola Nova apresentava uma proposta educativa com diferentes métodos de aprendizagem, que incluíam recursos pedagógicos distintos a fim de alcançar sucesso no meio escolar.

Esse procedimento ocorria em vários países, os educadores passaram a considerar os problemas, optando pela aplicação de recentes descobertas respectivas ao desenvolvimento de crianças. Por meio da variação dos procedimentos de ensino, passou-se a “transformar as normas tradicionais da organização escolar, ensaiando uma *escola nova*, no sentido de escola diferente das que existissem”.<sup>4</sup> A transformação proposta pela Escola Nova foi pensada e voltada, em especial, para a infância e não para a adolescência, no entanto, ela chegou ao ensino secundário.

O professor de História Guy de Hollanda da Faculdade Nacional de Filosofia - Universidade do Brasil, localizada no Rio de Janeiro, entre outras atividades, também era técnico de educação do Ministério da Educação e Cultura. A importante obra intitulada “Um Quarto de Século de Programas e Compêndios de História para o Ensino Secundário brasileiro (1931-1956)”, foi encomendada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e lançada pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE). Publicada em 1957 aborda sobre Currículo, Programas e Métodos, sendo o Volume I da Série IV, tendo por propósito principal estudar e analisar os programas de ensino e os compêndios de História utilizados nas escolas do ensino secundário. Esta obra significou respeitável trabalho, tornou-se um clássico de fundamental valor para os estudos dos programas e currículos da disciplina de História. Trata sobre currículo de História, materiais de ensino e estratégias escolares como soluções para os problemas no âmbito educacional. Permitindo-nos verificar sua contribuição

como profissional envolvido naquele contexto de renovação educacional, preocupado em diagnosticar e solucionar problemas relacionados ao ensino de História.

Nesse sentido, a pesquisa que se apresenta tem como principal objetivo evidenciar o trabalho de Guy de Hollanda e verificar a disciplina de História no ensino secundário do Brasil, no movimento de renovação chamado Escola Nova. O recorte temporal da pesquisa enquadra-se durante o movimento de renovação do ensino no Brasil, nas décadas de 1950 e 1960. Também procuramos evidenciar a inserção de novas estratégias didáticas, enquanto facilitadores da apropriação do conhecimento acerca dos conteúdos no ensino de História, no período estudado.

Os subsídios que encaminham a discussão, permitindo a imersão nos dados empíricos e as investigações aqui expostas vinculam-se às novas possibilidades da escrita, proporcionadas pela História Cultural. Para ampliar entendimento sobre o tema, nos reportamos aos estudos da pesquisadora Sandra Pesavento<sup>5</sup> que aponta as mudanças epistemológicas. Para a autora, a História Cultural pode ser considerada uma história sem fronteiras, difundida no mundo e que apresenta em seu campo de investigação a memória e a historiografia, assim como, identidades e narrativas que juntas, permitem pensar o mundo através de um novo olhar.

O contexto político em que estava inserido o ensino secundário que proponho pesquisar vivenciava a República Populista no Brasil. Com o término do Estado Novo em 1945, o período Populista durou até 1964 quando se deu o início do Regime Militar, ambos apresentavam espírito centralizador e mantinham controle rigoroso sobre a sociedade. A reflexão sobre a perspectiva de mudanças proposta por Guy de Hollanda se justifica pela situação política daquela época, na qual a sociedade brasileira experimentou um curto período democrático, que, embora fosse limitado, possibilitava algumas modificações inclusive na educação<sup>6</sup>.

A Constituição de 1946 procurou compor o regime democrático no Brasil, no aspecto educacional instituiu a fixação da Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional (LDBEN). Clemente Mariani, o então Ministro da Educação e Saúde, formou uma comissão de educadores, para elaborar um projeto para a LDBEN. Eram os primeiros passos em busca de alterações significativas para a educação brasileira, como a aprovação da Lei nº 4 024, de 20 de dezembro de 1961, e a criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB), com objetivos voltados aos princípios de liberdade e com ideais de solidariedade, em todos os níveis de ensino.

Com preocupação em melhorar a educação de modo geral, começou-se a questionar a qualidade do ensino. Voltaram-se os olhares para a formação do professorado, aos métodos didáticos utilizados e à produção dos livros didáticos. Em 1952 Anísio Teixeira criou a Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (CALDEME), com intenção de analisar os livros didáticos que circulavam no país. “Entender essa Campanha e a atuação vinculada ao CBPE/Inep é esclarecedor para se compreender a importância que o livro didático teve nos debates dos anos 1950 e 1960”<sup>7</sup>. Além de publicar livros de autores brasileiros, realizar tradução de obras que apoiassem a educação, entre outras funções, a Campanha tinha como principal objetivo, elaborar planos ou guias de ensino, com a finalidade de contribuir com os professores do ensino secundário.

Para efetivar o trabalho de elaboração dos guias de ensino, Anísio Teixeira e Gustavo Lessa convocaram alguns educadores, considerados unanimidades que foram encarregados de elaborar os guias de acordo com sua área de atuação. Tratava-se de professores experientes no ensino secundário e pesquisadores vinculados a Universidades, em especial da USP e da Faculdade Nacional de Filosofia. A Caldeme estava designada a analisar os manuais e programas de ensino produzidos pelos professores, para o ensino secundário. Em 1956, Guy de Hollanda assinou o contrato para realizar o estudo crítico dos programas e compêndios de História para o ensino secundário brasileiro.

### 1.1 GUY DE HOLLANDA E OS COMPÊNDIOS DE HISTÓRIA

Guy de Hollanda trata em seu livro sobre os compêndios de História Geral para o curso ginásial, e História da América. Segundo Hollanda: “Uma característica didática comum a ambos os livros é a ausência de qualquer vista geral prévia, leituras, resumos, questionários e exercícios”<sup>8</sup>. O autor verifica que todos seguem com ligeiros arranjos, alguns conservam as mesmas páginas escritas há mais de 20 anos, sem alterações. Quanto aos compêndios de História do Brasil para o ginásio, Guy de Hollanda lembra sobre a aplicação do método concêntrico-ampliatório, o qual consiste em voltar ao estudo de determinado tópico. Entretanto, se não tratar o assunto de maneira diversa, corre-se o risco de repetição.

A autora Circe Bittencourt aprofunda os estudos sobre as disciplinas escolares, permitindo-nos entender que o interesse de pesquisadores pela história do ensino de História é recente, pois, tem sido objeto de pesquisas desde a década de 1980. Em sua pesquisa a autora também analisa a obra de Guy de Hollanda, com intenção de identificar a trajetória do ensino de História no ensino secundário. “A trajetória da História como disciplina escolar, no

Brasil, não foi tranquila, tanto em relação à sua introdução na grade curricular da escola secundária quanto à elaboração de seus programas”<sup>9</sup>. Ao realizar um balanço final dos compêndios de História para o secundário, Guy de Hollanda aponta os problemas na apresentação material dos compêndios, quanto à nitidez das ilustrações e a encadernação que deixa a desejar. Sobre a informação histórica (grifos do autor)<sup>10</sup> diz que “Não têm aparecido compêndios que exerçam uma ação renovadora, como a ‘História do Brasil’ de João Ribeiro, há mais de meio século”.

O professor Guy de Hollanda destaca a falta de autonomia dos compêndios que seguem os programas oficiais, ainda que estes apresentem falhas. Porém, faz uma ressalva ao fato de que, se o manual se afasta dos programas, o mesmo não encontra editor. O autor considera como o mais grave defeito dos manuais de História, seu caráter resumido, que induz à memorização de datas e nomes desconectados a significações consistentes para os alunos. Ele atribui esta falha, aos editores que, por questões econômicas pretendem baratear o produto final, por isso, reduzem ao mínimo de páginas, com empobrecimento da linguagem e ilustrações sem legendas. Também analisa sobre a seleção dos compêndios e a Comissão Nacional do Livro Didático.

Neste contexto, nos amparamos nos estudos de Luiz Reznik ponderando o pensamento social brasileiro, debates educacionais, interdições oficiais na elaboração do livro didático, bem como a produção editorial, completam o foco de seu estudo para entendimento do contexto educacional no ensino secundário brasileiro. Em sua pesquisa Reznik<sup>11</sup> (1992 p.171) expõe que: “Este autor, constata que a Comissão aprovava a quase totalidade dos compêndios, sendo que as ressalvas para modificações incidiam, geralmente, apenas para as futuras edições, nem sempre sendo cumpridas”. Assim, Hollanda levanta uma reflexão sobre o papel da CNLD, sugere transformá-la em um órgão de consultas, voltado ao ensino médio sob a jurisdição do Governo Federal. Ao verificar as teias de relações que cercam questões acerca do ensino de História e dos livros didáticos, para Reznik o livro didático “é um professor coletivo que dá verdadeira orientação de conteúdo e método. Consiste não apenas em um instrumento de apoio, mas é quem instrumentaliza, imprime direção às aulas”<sup>12</sup>.

Seguindo esta linha de pensamento, outro importante tema abordado na obra de Guy de Hollanda é sobre estereótipos, atitudes e valores nos compêndios de História destinados ao ensino secundário, o que vem a ser definida pelo autor como uma “análise de conteúdos”. Hollanda intenciona remoção dos estereótipos inseridos nos conteúdos, ele demonstra preocupação em relação ao modo como os discursos estão colocados, e ainda, o quanto estes

podem alimentar atitudes de ressentimento, incompreensão ou ódio entre grupos distintos. Também foram apreciadas as “Normas” da comissão Brasileira para o ensino de História e da Geografia. Guy de Hollanda dialoga com a UNESCO na revisão de textos em vista de melhor compreensão internacional entre nações.

## 1.2 O ENSINO DE HISTÓRIA E OS NOVOS RECURSOS

Com intenção de propor estratégias didáticas, Guy de Hollanda oferece orientações aos docentes e o incentivo à utilização de novos recursos para as aulas de História, em suas publicações. O conjunto de capítulos que compõe a quarta parte do seu estudo, são voltados ao ensino da História no curso secundário. O capítulo “As leituras complementares e os meios audiovisuais no ensino da História na escola secundária brasileira”, dá conta de analisar sobre a introdução e o uso de novos recursos no ensino. Segundo o autor “[...] - estampas, fotografias, diapositivos (“ou slides”) e diafilmes, discos fonográficos e outras técnicas de gravação, rádio, cinema e televisão – que prestam uma valiosa ajuda à aprendizagem”<sup>13</sup> (grafia original). A utilização de tais recursos didáticos, em especial, nas aulas de História tinha como finalidade oferecer aos alunos do ensino secundário maiores possibilidades de ampliar sua permanência na escola e conhecimento. Além destas tecnologias, a gama desses novos recursos se aperfeiçoava com leituras complementares, ilustração documentária, livros auxiliares e uso de atlas históricos.

Acrescentado a outros recursos, o uso de atlas e mapas é uma prática necessária aos educadores e o sucesso de suas aulas modifica-se conforme a apropriação dos alunos em relação às leituras e ao conteúdo trabalhado. Quanto aos livros auxiliares dos compêndios de História, Guy de Hollanda traz alguns detalhes interessantes sobre os cadernos de História Geral, da América e do Brasil, publicados a partir de 1953, sobretudo, os de História do Brasil que possuíam valor didático, pois os mapas e esquemas cartográficos facilitavam a compreensão dos acontecimentos históricos.

Outro tópico debatido refere-se aos meios audiovisuais e reproduções fotográficas impressas, apresentam-se como recursos pedagógicos indispensáveis a um ensino de História eficiente. Apesar de que, poucas as instituições escolares de ensino secundário do Brasil, naquele período, que possuíam aparelho de projeção, tampouco, havia disponibilidade de diapositivos ou diafilmes. Portanto, na falta de recursos tecnológicos mais avançados “O magistério lança mão, quase sempre, apenas de recortes de revistas, postais, fotografias, folhetos ilustrados, [...]”<sup>14</sup>. Assim, os docentes procuravam alternativas na tentativa de sair do

tradicional, cativar a atenção do aluno e obter sucesso em sua prática pedagógica. Entretanto, Hollanda alerta ao fato de que, esses recursos não são suficientes se forem utilizados com exclusividade, eliminando os anteriores. Tratava-se de novos recursos, inseridos ao currículo escolar que caracterizavam a inovação didática, experimentada no ensino secundário brasileiro.

Desse modo, para verificar as contribuições do livro de Guy de Hollanda para currículo escolar no ensino secundário brasileiro nas décadas 1950/1960, remetemo-nos ao conceito disciplina-saber, sendo que se trata de um dos objetos de estudo da cultura escolar e é discutido pelo linguista francês André Chervel. Este autor tece comentários que contribuem com o entendimento acerca da escrita sobre o ensino da disciplina de História no currículo prescrito, que se apresentava contemporâneo ao ensino secundário.

A partir do século XX o termo disciplina é usado como matérias de ensino. “Toda inovação, todo novo método chama a atenção dos mestres por uma maior facilidade, um interesse mais manifesto entre os alunos, o novo gosto que eles vão encontrar ao fazer os exercícios, a maior modernidade dos textos que se lhes submete”<sup>15</sup>. A utilização destas tecnologias foi importante, pois representou avanço na educação, e, de certa maneira, esta renovação até hoje é perseguida pelos programas de políticas educacionais, pelas instituições escolares e educadores de modo geral.

Por fim, a obra Guy de Hollanda dá enfoque ao professor e aluno diante dos programas e compêndios de História no curso secundário. Nesse sentido, para Chervel, “As práticas da motivação e da incitação ao estudo são uma constante na história dos ensinos”<sup>16</sup>. Ele retoma a discussão sobre a necessidade de renovação dos manuais, para isso, sugere que os programas sejam “mínimos”, assim, dará autonomia aos docentes para elaboração dos próprios programas para o curso secundário, conduzindo para a melhoria do ensino.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao final desta pesquisa, consideramos que o presente estudo permitiu investigar a obra do professor Guy de Hollanda, o que é relevante para o entendimento do tema ao se conectar com a História da Educação. As leituras aqui apresentadas vinculam-se às novas possibilidades do fazer historiográfico, convencionadas pela História Cultural.

Quando tentamos avaliar a situação educacional brasileira e procurar entendê-la, verifica-se que há uma linha tênue de tempo. Ao analisar o contexto histórico de algumas

décadas atrás, constatamos semelhanças entre situações vivenciadas hoje no âmbito escolar e as medidas utilizadas na tentativa de resolver tais dificuldades, com circunstâncias muito parecidas no ensino secundário entre as décadas de 50/60 do século passado.

Neste sentido, esta pesquisa possibilitou dar visibilidade às contribuições de Guy de Hollanda para a educação brasileira, e, constatar como se deu o processo de valorização da disciplina de História no currículo escolar do ensino secundário, por meio das discussões e publicações da época analisada.

## Notas

---

<sup>1</sup> HOLLANDA, Guy. **Um Quarto de Século de Programas e Compêndios de História para o Ensino Secundário Brasileiro (1931-1956)**. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais - INEP. Ministério da Educação e Cultura - MEC. Rio de Janeiro, DF: 1957, p. 07.

<sup>2</sup> DI GIORGI, Cristiano. **Escola Nova**. Série Princípios, 2º ed. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 55.

<sup>3</sup> LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **Introdução ao Estudo da Escola Nova**: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea. 12ª ed. São Paulo: Melhoramentos, Fundação Nacional de Material Escolar, 1978, p.17.

<sup>4</sup> LOURENÇO FILHO, op. cit., p.17.

<sup>5</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e Histórica Cultural**. Belo Horizonte, MG: Editora Autêntica, 2008.

<sup>6</sup> GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da Educação**. Coleção Magistério – 2º grau. Série Formação do professor. São Paulo: Cortez, 1990.

<sup>7</sup> FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As ações da Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (CALDEME). In **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo: julho/2011, p.3. Disponível: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300894675\\_ARQUIVO\\_Textocompleto-anpuh-JulianaFilgueiras.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300894675_ARQUIVO_Textocompleto-anpuh-JulianaFilgueiras.pdf) Acesso em: 30/07/2014.

<sup>8</sup> HOLLANDA, Guy. **Um Quarto de Século de Programas e Compêndios de História para o Ensino Secundário Brasileiro (1931-1956)**. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais - INEP. Ministério da Educação e Cultura - MEC. Rio de Janeiro, DF: 1957, p.177.

<sup>9</sup> BITTENCOURT, Circe (Org.). **O Saber Histórico na Sala de Aula**. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 29.

<sup>10</sup> HOLLANDA, Guy. **Um Quarto de Século de Programas e Compêndios de História para o Ensino Secundário Brasileiro** (1931-1956). Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais - INEP. Ministério da Educação e Cultura - MEC. Rio de Janeiro, DF: 1957, p.196.

<sup>11</sup> REZNIK, Luis. **Tecendo o Amanhã** (A História do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos, 1931 a 1945). Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Niterói: 1992, p.171.

<sup>12</sup> REZNIK, Luis. op. cit., p.151.

<sup>13</sup> HOLLANDA, Guy. **Um Quarto de Século de Programas e Compêndios de História para o Ensino Secundário Brasileiro** (1931-1956). Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais - INEP. Ministério da Educação e Cultura - MEC. Rio de Janeiro, DF: 1957, p. 221.

<sup>14</sup> HOLLANDA, Guy. op. cit., p. 222.

<sup>15</sup> CHERVEL, André. A História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Revista **Teoria e Educação**, Porto Alegre, v. 2, p.177-229, 1990, p. 205.

<sup>16</sup> CHERVEL, André. op. cit., p. 205.



## Os autonomistas e os poderes locais na Bahia durante o Governo Vargas

Eliana Evangelista Batista<sup>1</sup>

Doutoranda em História - UFBA

Orientador: Marcelo Pereira Lima

[eliana25d@hotmail.com](mailto:eliana25d@hotmail.com)

### Resumo:

Este trabalho ocupa-se da discussão sobre a oposição ao governo de Getúlio Vargas no interior da Bahia, entre os anos de 1930 e 1945. Verifica-se como a atuação de lideranças políticas locais foi negligenciada por alguns estudos que analisaram os desdobramentos políticos no Estado nesse período, ao tempo em que revela os primeiros resultados de uma pesquisa de doutorado que investiga as ações desse grupo conhecido como os *autonomistas* nos diferentes municípios da Bahia.

**Palavras-chave:** Política. Autonomismo. Bahia.

### Abstract:

This paper is concerned with the discussion of the opposition to the government of Getúlio Vargas in Bahia, between the years 1930 and 1945. It investigate as the performance of local political leaders was neglected by some studies that analyzed political developments in the State this period, at the same, time to reveal the first results of a PhD research, that investigates the actions of this group known as the *autonomistas* in the different municipalities of Bahia.

**KeyWords:** Political. Autonomismo. Bahia.

A história política da Bahia tem se constituído em área de interesse de diversos historiadores nos últimos anos.<sup>2</sup> As abordagens trazidas nesses trabalhos, buscam dar conta de uma variedade de temas e objetos que dizem respeito à disputa pelo poder político no estado, entre eles, a indicação, posse e o governo de Juracy Magalhães, interventor cearense nomeado para governar a Bahia, em setembro de 1931 por Getúlio Vargas e que se manteve no poder até 1937, destacando-se no estado pela capacidade de articulação política com os coronéis, e pelas sucessivas vitórias sobre os seus principais adversários no estado: os *autonomistas*.

Se por um lado esses estudos revelam parte dos desdobramentos da política varguista na Bahia e as estratégias de um forasteiro para resistir, contornar e cooptar seus chefes políticos tradicionais, por outro, apresentam uma lacuna em relação a essa temática, qual seja a de analisar o alcance dessa política ou a oposição a ela no interior do estado. Os historiadores que até o momento se debruçaram sobre esse período na tentativa de compreendê-lo a partir da atuação política de Juracy Magalhães, não se ocuparam

detidamente da atuação de seus opositores nos diferentes municípios, sobretudo, entre 1932 e 1935 quando tiveram atuação mais ativa e, posteriormente, em 1945, quando se articularam nas bases de formação da UDN, no estado.

A maioria dos autores desses trabalhos está de acordo que na Bahia o movimento de 30 não era promissor, pois as circunstâncias de ser baiano, o vice-presidente eleito naquele ano, o governador Vital Soares, era o principal motivo para os baianos não apoiarem o grupo revolucionário. Ademais, não existia na Bahia tradição tenentista. De acordo com José Calasans, o quadro político baiano apresentava-se diverso. Para ele, na Bahia, o que havia, de fato, era “batalhões patrióticos, organizados por destemidos chefes sertanejos em perseguição a Prestes”, ação considerada motivo de vanglória regional.<sup>3</sup>

Sendo um dos primeiros historiadores a revelar os aspectos da Revolução de 30 na Bahia, José Calasans inaugura um modo de ver esse acontecimento político no estado. Luís Henrique Dias Tavares também concorda que na Bahia houve uma frágil movimentação e apoio por parte dos militares e civis. Esse quadro teria perdurado, segundo o historiador, até 1934, quando foi proclamada a Nova Constituição.<sup>4</sup> Não obstante a essa parca movimentação em apoio ao grupo revolucionário da década de 30, esse movimento tomou repercussão nos anos que o sucederam, sobretudo em razão da já referida nomeação de um militar cearense para administrá-lo, o tenente Juracy Magalhães.

Com essa decisão do governo federal, até mesmo as forças políticas locais que estavam a favor do grupo liberal que chegou ao poder em 1930, como é o caso do chefe político baiano José Joaquim Seabra, que esperava ou ser nomeado ou ser consultado quanto a um nome para assumir a interventoria, voltou-se contra Getúlio Vargas e o seu representante na Bahia. Era inadmissível para J.J.Seabra, e para muitos outros baianos, que o governo do estado não fosse confiado a um “político da terra”, situação que consideravam humilhante.

Os estudos historiográficos mais referenciados sobre esta temática são os de Consuelo Novais Sampaio, e Paulo Santos Silva. Na obra *Poder e Representação: o Legislativo na Bahia na Segunda República (1930-1937)*, publicada em 1992, Consuelo Sampaio recompôs o processo político-partidário e a atuação do Legislativo baiano entre 1930 e 1937. Tomando por objeto de estudo os diferentes projetos e propostas das agremiações políticas para chegar ao poder à época, a autora analisou a *Liga de Ação Social e Política*, a LASP e a *Concentração Autonomista da Bahia*, principais Partidos de oposição no estado na década de

1930.<sup>5</sup>

Como desdobramento desse trabalho, podemos citar mais dois do historiador Paulo Santos Silva. *A volta do jogo democrático (Bahia, 1945)*, de 1992, e *Âncoras da Tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*, de 2001. Na primeira obra, Silva demonstrou como no declínio do Estado Novo, no ano de 1945, a frente oposicionista ao governo Vargas na Bahia, que se abrigava naquele ano sob a bandeira da União Democrática Nacional (UDN), fincava as suas raízes na agremiação partidária que ficou conhecida na década anterior como *autonomismo* baiano.<sup>6</sup>

Na segunda, Paulo Silva ocupou-se do contexto da política baiana entre os anos de 1930 e 1949 à luz da atuação dos *autonomistas*, sobretudo daqueles que assumiram o papel de intelectuais no Estado. O foco do trabalho de Silva foi à identificação dos vínculos entre o trabalho intelectual e o poder político.

Embora tenham feito uma análise panorâmica da política varguista que teve lugar na Bahia nesses anos, por não se constituir em objetivo dos seus trabalhos, ambos os historiadores não investiram esforços para analisar esse desdobramento político no interior do estado. O foco de suas análises foi a capital, sobretudo porque era desse espaço que emanava as decisões políticas mais importantes da época. Apesar disso, ambos reconhecem e destacam a existência de ações contrárias ao governo Vargas e a Juracy Magalhães nos municípios do interior do estado, como também observam a importância das alianças que foram estabelecidas entre capital e interior para o processo político-partidário da década de 1930. Muito do que foi analisado sobre essa temática em períodos mais recentes pode, perfeitamente, ser definido como ramificações desses dois trabalhos, a exemplo deste.

Nos estudos mais recentes, alguns ainda não publicados, a Revolução de 30 e o *autonomismo* não se constituem como elementos centrais de investigação. Ainda assim, eles contribuem muito para o entendimento dessa temática, uma vez que centraram as suas narrativas em torno do interventor do estado naquele período. São eles *Juracy Magalhães e a construção do juracisismo: um perfil da política baiana (2005)*, de Patrícia Carneiro Santos Moreira de Carvalho, e *De forasteiro à unanimidade: a interventoria de Juracy Magalhães na Bahia (1931-1934)*, de Ana Luíza Araújo Caribé de Araújo Pinho.<sup>7</sup>

No primeiro trabalho, Patrícia Carneiro ao mostrar como surgiu na Bahia a corrente política conhecida como *juracisismo* e como um homem alheio à realidade baiana pode

construir, em tão pouco tempo, vínculos políticos que o mantiveram à frente da vida pública do estado por mais de quarenta anos, debruça-se sobre uma documentação que revela, sobretudo, aspectos da política na capital baiana, como é o caso do jornal *Diário da Bahia*.

Nesse processo, a autora analisa a oposição baiana, especialmente aquela reunida em torno da LASP, como um movimento essencialmente urbano. Reconhece, no entanto, que na Campanha de 1934 essa feição urbana foi substituída por disputas bastante acirradas no interior do estado, quando as caravanas autonomistas visitavam diversas cidades, entre elas Alagoinhas. Embora tenha investigado a atuação da oposição frente ao governo de Juracy Magalhães, Patrícia Carneiro não teve por objetivo aprofundar essa análise em relação ao interior do estado, mantendo seu foco, a exemplo dos outros trabalhos elencados, na capital baiana.

O trabalho de Ana Luíza Caribé Pinho, por sua vez procurou revelar as estratégias que o interventor Juracy Magalhães utilizou e que permitiram, em curto espaço de tempo, que ele assumisse o poder político do estado tornando-se uma das principais lideranças políticas da Bahia. A oposição ao governo do Juracy é analisada em dois momentos: a primeira à luz da atuação da LASP e do chefe político local José Joaquim Seabra, considerados pela autora como uma oposição de pouco efeito; a segunda, pelo retorno do exílio de Otávio Mangabeira e pela organização da *Concentração Autonomista da Bahia*.

A documentação analisada por Ana Pinho, especialmente as cartas endereçadas ao interventor federal Getúlio Vargas, permitiu identificar a atuação dos autonomistas em diferentes cidades da Bahia, como Itabuna, Barreira, Pilão Arcado, Itaquara, Bonfim e Alagoinhas. Entretanto, essa atuação no interior também não foi sistematizada pela autora.

Há ainda o trabalho *Tempos Vermelhos: a Aliança Nacional Libertadora e a Política Brasileira (1934- 1937)*, de 2006, de Jacira Cristina Santos Primo. Nessa dissertação de Mestrado, a autora toma como temática central a atuação da Aliança Nacional Libertadora no estado da Bahia na década de 1930. Para tanto, discorre sobre outras frentes de oposição ao governo de Juracy Magalhães e Getúlio Vargas, e nesse curso, os autonomistas converteram-se, também, em objeto de análise.<sup>8</sup>

Sobre os desdobramentos desse processo político no interior baiano, podemos citar também a dissertação de Mestrado de Carlos Nássaro Araújo da Paixão, *Traços da cidade de Alagoinhas: memória, política e impasses modernização (1930/1949)*.<sup>9</sup> Ao tomar a cidade de

Alagoinhas como cenário para discutir esses três eixos temáticos, o autor costura em sua narrativa, a partir do texto memorialístico da escritora alagoinhense Joanita da Cunha e de informações recolhidas em documentação de arquivo, as transformações de ordem urbana, política, sociais e econômicas ocorridas nessa cidade.

Por esta razão, o movimento revolucionário de 30 e a repercussão deste na cidade de Alagoinhas são analisados pelo autor. Carlos Nássaro conclui que nesse município, as transformações em torno da política local, sobretudo a partir das eleições de 1934 ficaram a meio caminho de uma renovação, tanto em seus quadros, quanto na sua relação com o poder, ou ainda, com relação a sua concepção de política e de “missão” legislativa.<sup>10</sup>

Essa dissertação revela os primeiros desdobramentos da Revolução de 30 na cidade de Alagoinhas, e sugere que houve nesse município certo adesismo por parte dos chefes políticos locais ao “governo revolucionário”, principalmente por considerar o quadro que compôs o Conselho Consultivo logo após a dissolução da Câmara Municipal.

Se considerarmos as matérias publicadas no principal meio de comunicação da cidade impresso à época, o Jornal *Correio de Alagoinhas*, bem como as Atas do Conselho Consultivo, entre os anos de 1930 e 1933, de fato, é essa a primeira conclusão a que chegamos. No entanto, é esse mesmo jornal, a partir de 1934 que revela outros aspectos do jogo político local, pois a partir desse ano, converte-se em porta voz da *Concentração Autonomista Baiana*, fazendo, deliberadamente, campanha em prol da chapa “Governador Otávio Mangabeira”.

Voltando o olhar também para esse município, Amélia Saback Alves Neta, ao analisar a atuação dos integralistas na cidade no trabalho intitulado *Os verdes às portas do sertão: doutrina e ação política dos integralistas na Bahia (1932-1945)* mostra como a bandeira autonomista foi defendida em Alagoinhas tanto por civis quanto pela imprensa, principalmente porque à época, assumia a direção do jornal *Correio de Alagoinhas*, principal veículo de comunicação da cidade à época, o bacharel Carlos Olímpio, que ao lado de Dantas Bião, importante chefe político local, enfeixava forças em favor de Otávio Mangabeira.<sup>11</sup>

Essa campanha aberta em favor dos autonomistas não foi comum na imprensa baiana de todo o interior do estado. No texto *Reações à Concentração Autonomista no interior da Bahia – 1932/1937*, de 2013, mostrei como a recomposição de uma atuação da oposição baiana ao governo de Getúlio Vargas e Juracy Magalhães no interior torna-se essencialmente

difícil, pois a maioria das informações que se tem, se tomarmos por base somente os jornais da época, são de combate às agremiações partidárias de oposição. Razão pela qual essa recomposição começou a ser feita pelos discursos situacionistas.<sup>12</sup>

Assim, os jornais *Folha do Norte*, de Feira de Santana, o *Jornal Oficial*, de Canavieiras, *O Município*, de Santo Amaro e o *Diário da Tarde*, de Ilhéus, preocupavam-se, sobretudo, em publicar na primeira página, matérias de apoio aos interventores federal e estadual. Grande parte dessas matérias era transcrição de jornais da capital. A preocupação dos dirigentes desses jornais era, portanto, a de sobrelevar os atos dos “revolucionários”, destacando, por mais de uma vez, que o Brasil e a Bahia estavam passando por um processo de moralização na política, no qual não tinha lugar as práticas fraudulentas e as irregularidades nos processos eleitorais, comuns na República Velha.<sup>13</sup>

Essas matérias revelaram como a atuação da oposição ao governo de Getúlio Vargas na Bahia, notadamente pelos *autonomistas*, foi intensa em algumas cidades, sobretudo em Senhor do Bonfim e Alagoinhas, municípios em que o PSD, de Juracy Magalhães foi vencido no pleito eleitoral de 1934.

Por esta razão Juracy Magalhães, estrategicamente, visitava muitos municípios do interior da Bahia, entre eles, e por mais de uma vez, o município de Alagoinhas, tomando parte, inclusive, da posse do Conselho Consultivo, em maio de 1932, e de outra Sessão desse Conselho no final deste mesmo ano, ocasião em que afirmou que “Alagoinhas fazia jus aos maiores benefícios do governo revolucionário”.<sup>14</sup>

Juracy Magalhães buscava manter uma relação com esses chefes políticos locais em torno de coisas concretas. Essa prática denominada por Consuelo Sampaio de “Política de Acomodação”, ou seja, essa lealdade que os chefes políticos locais ofereciam com base em troca de favores e sem nenhum compromisso ideológico foi, em diferentes momentos, tomada como uma prática de adesismo na política baiana, o que em alguma medida é verificado em muitos municípios.<sup>15</sup>

No entanto, como pode ser verificado a partir do contato com as fontes primárias que estão sendo analisadas, a política de troca de favores não foi suficiente para cooptar todas as forças políticas locais na Bahia. Isso é o que sugere a análise do jornal *O Imparcial*, impresso na capital baiana naquele período. Esse periódico, que fazia cobertura diária das caravanas organizadas por esse grupo no interior do estado passou a destacar, em primeira página, como

os municípios interagiam com a política da capital e o fenômeno *autonomista* na campanha eleitoral do ano de 1934. Essas matérias intituladas “A Luta pela Autonomia da Bahia” eram regulares, e a partir de outubro daquele ano passaram a ser ilustradas com uma série de imagens que mostravam como as caravanas *autonomistas* eram recepcionadas nas diferentes localidades.<sup>16</sup>

As cartas recebidas por Otávio Mangabeira no exílio também nos revelam muito da condição do interior à época. Ao analisá-las percebe-se o quanto a participação de lideranças políticas fora da capital baiana era importante no quadro da oposição. Trechos como “O nosso interventor leva todo o tempo em excursões políticas pelo interior”,<sup>17</sup> ou “do interior as saudades e protestos de solidariedade me surpreendem, quer pelo número, quer pela qualidade”<sup>18</sup>, conforme relatava a Otávio Mangabeira, em dezembro de 1933, o proprietário do *Jornal A Noite*, Geraldo Rocha, evidenciam essa importância assumida pelo interior do estado na campanha eleitoral vigente naquele período e o esforço que se fazia para realizar alianças com seus representantes.

Ante o interesse pelos municípios baianos entre situação e oposição, sobretudo no ano de 1934, os nomes que pleiteavam uma cadeira dirigente no estado, embrenhavam-se cada vez mais no sertão, com a justificativa de que precisavam conhecer melhor os problemas do interior e do homem interiorano.<sup>19</sup> E como podemos verificar, ainda que somente em dois municípios, a campanha oposicionista surtiu efeito. Em outras cidades como Ilhéus, o PSD de Juracy Magalhães, ainda que não tenha perdido as eleições tornou-se alvo de críticas.

Isso foi possível, pois as lideranças locais estavam dispostas a vencer e expulsar do poder o cearense Juracy Magalhães. Foi com esta motivação que esses líderes uniram-se a antigos rivais políticos. Assim, em 1934, a *Concentração Autonomista* tornava-se a principal frente de oposição ao governo de Getúlio Vargas na Bahia. Formada pelos diferentes grupos políticos contrários a esse governo, entre eles, a LASP, a *Concentração Autonomista* entrou nessa disputa pela retomada do poder no estado, defendendo a chapa *Governador Otávio Mangabeira*, principal nome de oposição a Getúlio Vargas na Bahia, cuja força espraiava-se nos diferentes municípios pelas mãos dos correligionários.

A investida da *Concentração Autonomista*, que apelando para o “orgulho regional” empreendeu incursão pelo interior do estado baiano rendeu-lhe 13 dos 42 lugares ocupados na Assembleia Estadual Constituinte, no pleito eleitoral de 1934. Resultado dessa eleição, o

Poder Legislativo do Estado foi reinstalado, oficialmente, em 23 de abril de 1935. Imediatamente à posse dos deputados elegeram-se de forma indireta para governo da Bahia, o tenente Juracy Magalhães, legando mais um fracasso aos autonomistas.<sup>20</sup> A atuação dessa bancada legislativa foi curta, uma vez que em pouco mais de dois anos da posse na Câmara, seus membros foram mais uma vez levados à ilegalidade pelo Golpe de Estado desferido por Getúlio Vargas, em 1937.

O período que compreende os anos de 1937 e 1945 é o menos conhecido no que diz respeito aos desdobramentos do processo político no estado baiano. Por conta do Estado Novo, a censura à imprensa foi endurecida. Muitos jornais que até então emprestavam apoio a oposição baiana converteram-se em porta-voz do governo estadonovista como é caso do jornal *Correio de Alagoinhas*.<sup>21</sup> Esse período é, portanto, o nosso principal desafio nesta pesquisa, pois ainda que esse grupo tivesse mantendo-se fora da disputa, tão logo encontrou condições favoráveis voltou a atuar na política no ano de 1945.

Esse ano configurou-se, portanto, num terceiro momento de análise sobre o fenômeno *autonomista*. A experiência com a ditadura imposta por Getúlio Vargas, que durou oito anos, conduziu à formação de Partidos Nacionais em seu declínio, entre eles, a UDN. A conjuntura anterior, centralizadora e autoritária justificava e reunia na Bahia, nas bases de formação dessa agremiação, tanto as lideranças destronadas do poder, em 1930, principalmente Otávio Mangabeira, quanto aquelas que entraram em desacordo com a implantação do Estado Novo, a exemplo do próprio Juracy Magalhães.<sup>22</sup>

Os *autonomistas* baianos fizeram parte do primeiro grupo que ingressou na UDN no ano de 1945. A demora em se organizarem como diretório na Bahia, o que só veio a ocorrer em finais de outubro daquele ano, é muito mais fruto das determinações do Código Eleitoral da época, que impôs restrições na estruturação partidária da oposição, do que da falta de representantes no estado. Ainda que o seu registro definitivo só tenha saído em 10 de novembro de 1945, desde abril a UDN atirava-se em comícios por toda a Bahia.<sup>23</sup>

Em alguma medida, esse ano fazia ressurgir a bandeira autonomista do início da década anterior, e mais uma vez os baianos pleiteavam ocupar um lugar de destaque na política nacional. Desse modo, o entusiasmo dos baianos em torno de Otávio Mangabeira era justificado por essa possibilidade, o que ocorreu quando ele foi eleito Presidente desse Partido. Ao modo das eleições realizadas na década anterior, para que a vitória se consumasse



no ano de 1945, caberia aos líderes *autonomistas* da capital da Bahia conquistar o eleitorado do interior, razão pela qual os intelectuais que representavam a UDN na capital do estado dividiam-se com a sôfrega caça aos votos nos diferentes municípios da Bahia.<sup>24</sup>

Como se vê, os autonomistas fizeram parte das transformações no campo político baiano durante o governo de Getúlio Vargas e, mais especificamente, durante o governo de Juracy Magalhães. Avaliar o sucesso desse interventor, sem pensar na atuação desse grupo é como contar meia história, submeter o conhecimento histórico à memória do vencedor, e esta esconde as traições, as perseguições, o exílio e os obstáculos impostos à oposição. Há uma dívida dos historiadores baianos em relação a essa temática. O interior, em que pese às informações parcas de uma ou outra pesquisa de História, ainda está desprovido de interpretações dos seus grupos políticos locais, vistos somente à luz da atuação dos grupos partidários da capital.

Assim, se por um lado, o nosso objetivo é recompor a atuação dos autonomistas enquanto oposição, por outro, nos propomos a problematizar as interpretações que foram feitas em torno da atuação política de Juracy Magalhães na Bahia. Em alguma medida estes estudos criaram uma epopeia em torno desse cearense a ponto de naturalizar a ideia de que todos os coronéis do interior se converteram ao seu domínio ou aderiram ao seu modo de fazer política. Ao analisar a sua trajetória na Bahia tomando por base, especialmente, as cartas e os livros de memória de sua autoria, esses estudos, em certa medida, negligenciaram outras fontes que vão à contramão desse sucesso político naturalizado. Queremos, portanto, enxergar o outro lado dessa moeda.

---

<sup>1</sup> Eliana Evangelista Batista é doutoranda em História pela Universidade Federal da Bahia. Possui Graduação e Mestrado também em História, pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB. É membro do Grupo de Pesquisa História, Literatura e Memória (UNEB) e Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Alagoinhas (GEPEA). Este trabalho recebe o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

<sup>2</sup> Para que se tenha uma ideia geral da quantidade de trabalhos que versam sobre a Bahia ver: SILVA, Paulo Santos. “A historiografia baiana nos últimos cinquenta anos”. In: *Do passado para o futuro*. Edição comemorativa dos 50 anos da Anpuh. Raquel Glezer (org). São Paulo: Contexto, 2011. pp. 85-105.

<sup>3</sup> CALASANS, José. “A Revolução de 1930 na Bahia”. In: *Porto de Todos os Santos*. Revista do Departamento de Educação Superior e da Cultura. Ano I, n.1, Bahia, Abril, 1968, p.5-17.

<sup>4</sup> TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 4ª ed. Salvador: Editora Itapoã. 1969.

<sup>5</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e representação: o Legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937*. Salvador: Assembleia Legislativa. Assessoria de Comunicação Social, 1992.

<sup>6</sup> SILVA, Paulo Santos. *A volta do jogo democrático* (Bahia, 1945). Salvador: Assembleia Legislativa. 1992. p. 85-96; \_\_\_\_\_. *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930/1949)*. Salvador: EDUSFBA, 2011.

---

<sup>7</sup> MOREIRA, Patrícia Carneiro Santos. *Juracy Magalhães e a construção do juracisismo: um perfil da política baiana*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFBA. 2005; Ana Luiza Caribe de Araújo. *De forasteiro à unanimidade: a interventoria de Juracy Magalhães na Bahia (1931-1943)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós- Graduação em História, Política e Bens Culturais. CPDOC, 2010.

<sup>8</sup> PRIMO, Jacira Cristina Santos. *Tempos Vermelhos: a Aliança Nacionalista Libertadora e a Política Brasileira (1934-1937)*. 2006. 132 f. Dissertação – Mestrado em História Social (UFBA), Salvador, 2006.

<sup>9</sup> PAIXÃO. Carlos Nássaro Araújo da. *Traços da cidade de Alagoinhas: memória, política e impasses da modernização (1930-1949)*. 2009.145f. Dissertação – Programa de Pós Graduação em História Regional e Local (UNEB), Santo Antônio de Jesus, 2009.

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> ALVES NETA. Amélia Saback. *Os verdes às portas do Sertão. Doutrina e ação política dos integralistas na Bahia (1932-1945)*. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local (UNEB) Santo Antônio de Jesus 2012.

<sup>12</sup> BATISTA, Eliana Evangelista. “Reações à Concentração Autonomista no interior da Bahia”. In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*, ANPUH, Natal-RN, 2013.

<sup>13</sup> Ver jornais: *Folha do Norte*, Feira de Santana - 1930/1936; *O Município*, Santo Amaro -1930/1935; *Diário da Tarde*, Ilhéus – 1934; *Jornal Oficial*, Canavieiras – 1935; *O Imparcial*, Salvador – 1934. BPEB.

<sup>14</sup> FIGAM. Conselho Consultivo. *Ata de Posse*. 15 de maio de 1932; *Correio de Alagoinhas*, Alagoinhas, 19 de Janeiro de 1933. Anno XXVI, n. 1.326;

<sup>15</sup> Israel Pinheiro afirma: “O adesismo de 1930 tinha o sentido da política na Bahia. O Estado Novo não rompia com esta política. A Bahia [no que] pese aos avanços políticos da Revolução de 1930, continua subsumida no seu atraso secular. Definitivamente a Revolução de 30 não chegou à Bahia, ou até pode ter chegado mais pairou no ar. PINHEIRO. Israel de Oliveira. “A política na Bahia: atraso e personalismos”. *Ideação*, Feira de Santana, n. 4, p. 49-78, jul./ dez. 1999; MOREIRA. Patrícia Carneiro Santos. *Juracy Magalhães e a construção do juracisismo...* op.cit., p. 82.

<sup>16</sup> “A Luta pela Autonomia na Bahia”. *O Imparcial*, Salvador, 05,06,07,08,09 e 10 de outubro de 1934, BPEB.

<sup>17</sup> Carta de Euvaldo Pinho a Otávio Mangabeira. 21 de Janeiro de 1933. In: Octávio Mangabeira. *Cartas do exílio (1930-1934)*. Org.: Consuelo Novais Sampaio. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2012. v.2. p. 47. BPEB.

<sup>18</sup> Carta de Geraldo Rocha a Otávio Mangabeira. 23 de Dezembro de 1933. In: Octávio Mangabeira. *Cartas do exílio (1930-1934)*. Org.: Consuelo Novais Sampaio. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2012. v.2. p. 330. BPEB.

<sup>19</sup> MOREIRA. Patrícia Carneiro Santos. *Juracy Magalhães e a construção do juracisismo...* op. cit.

<sup>20</sup> Sampaio. Consuelo Novais. op. cit., p. 163-164.

<sup>21</sup> Para compreender a censura durante o governo Vargas ver: CAPELATO. Maria Helena Rolim. “Propaganda política e controle dos meios de comunicação”. In: *Repensando o Estado Novo*. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345 p. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>.

<sup>22</sup> Para entender a formação de partidos no declínio do Estado Novo ver: BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o Udenismo; ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981; FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. 3. Ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1980; SOUZA, Maria do Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa Ômega, 1983.

<sup>23</sup> Ver Matérias do Jornal *A Tarde*, Salvador, 1945. BPEB.

<sup>24</sup> SILVA, Paulo Santos, 2011. op. cit., p. 47 e 49.

## **Administração e Atuação Feminina na Sociedade dos Barões do Café de Vassouras no Oitocentos.**

Eliane Cahon Leopoldo<sup>1</sup>

### **Resumo:**

Este trabalho pretende analisar a atuação administrativa feminina, especificamente das mulheres de elite, do município de Vassouras, Rio de Janeiro (1850-1899). O estudo tem por tema “Administração e atuação feminina na sociedade dos barões do café de Vassouras”. Para tal, elegemos três representantes desse contexto histórico: Anna Jesuína Cândida Teixeira Leite, Francisca Bernardina de Souza Carvalho e Eufrásia Teixeira Leite. A pesquisa teve por objetivo compreender o “ser uma mulher administradora de negócios, capitalista, gestora de seus patrimônios”, no cenário.

**Palavras-Chaves:** Mulher de elite, Vassouras, capitalista.

### **Abstract:**

This thesis aims to analyze the female administrative action, specifically the elite women, the municipality of coffee Vassouras, Rio de Janeiro (1850-1899). The study has the theme "Management and female performance in the coffee barons Brooms society." To this end, we have chosen three representatives of this historical context: Anna Jesuina Candida Teixeira Leite, Francisca Bernardina de Souza Carvalho and Eufrásia Teixeira Leite. The research aimed to understand the "to be a woman business administrator, capitalist woman and manager of their equity" in the scenario.

**Keywords:** Elite woman, Vassouras, capitalist.

### **Capitalistas, baronesas e financistas no cenário vassourense**

No Brasil de tantas diversidades sociais, onde as ideias adotadas nem sempre correspondiam aos valores de todos os seguimentos. Debater o tema requer enxergar que o próprio modo de viver e as estruturas que estabeleciam as relações entre o público e o privado eram ambíguos. Mudanças significativas ocorreram na estrutura da sociedade oitocentista, e passam a moldar, o comportamento dos indivíduos, o compartilhamento dos espaços de

convivência, resultando em um conjunto de restrições que, através dos novos hábitos de higienização e educação, demarcavam os indivíduos neste período e cenário. Nessa época “as mulheres [...] são em suma os porta vozes da vida privada”.<sup>2</sup> E aos homens estava destinado o poder, o governo da rua, o público. Isso refletia e muito os hábitos das sociedades européias do período abordado: a mulher relegada ao plano doméstico (privado) da sociedade.<sup>3</sup>

O poder e a posição masculina no espaço público e privado sempre foram muito bem marcados culturalmente. Apesar de as mulheres das camadas privilegiadas da sociedade serem coroadas como rainhas (do lar), à imagem de Maria, mãe de Jesus Cristo, devendo, portanto, ser exemplos de retidão, abnegação e obediência, a verdade é que elas “reinavam, mas não governavam”. Então, tanto na sociedade, quanto na intimidade do lar, eram apenas sombras dos seus senhores. Ao menos, era esse o constructo masculino de mulher ideal.<sup>4</sup>

Ao longo da história das mulheres muitas foram as imposições vivenciadas dessa forma, endossando o discurso anterior referente à ocupação feminina nos espaços públicos e privados. Vale ressaltar ser este o quadro de atuação feminina suposto quando pensamos esta sociedade e período. Mesmo em uma expectativa mais ampla, ao pensar a atuação feminina, carece lembrar que “as culturas patriarcais em que as mulheres existiam tinham o efeito de lhes restringir e regular as esferas de ação e as formas de expressão”.<sup>5</sup>

Existe vasta produção historiográfica sobre a produção cafeeira no Rio de Janeiro e na região do Vale do Paraíba fluminense.<sup>6</sup> Todavia, apesar de nossa pesquisa trabalhar com o contexto da sociedade dos barões do café, este estudo tem por tema “Administração e Atuação Feminina na Sociedade dos Barões do Café de Vassouras no Oitocentos.” Nosso objetivo principal é compreender as atuações administrativas de “mulheres da elite vassourense”. Para tal, elegemos três representantes desse contexto histórico: D. Anna Jesuína Cândida Teixeira Leite, Francisca Bernardina Leite de Carvalho (Baronesa do Amparo) e Eufrásia Teixeira Leite. As pesquisas e análises abrangem o período de 1850-1899.

Nesse sentido, tomamos por base nossas compreensões, fruto das análises realizadas primeiramente nas principais fontes de pesquisa, compostas por testamentos e inventários *post-mortem*,<sup>7</sup> pertencentes ao acervo do Centro de Documentação Histórica (CDH/USS) de Vassouras, Rio de Janeiro, Brasil. Logo de início, observamos que o arquivo abarcava número expressivo de personagens, numa primeira triagem identificamos 89 mulheres, vimos que o mesmo ocorria com o conjunto de documentos enquadrados em nossas propostas de estudo. Trazê-los para o palco de debates contribuiria e muito para a expansão do entendimento acerca da atuação feminina desse contexto histórico; em virtude, porém, das circunstâncias de tempo, tal constatação nos levou à opção de trabalhar com três mulheres da elite cafeeira do município de Vassouras. Nessa perspectiva, com apoio da documentação enxergamos, nos

fragmentos deixados impressos, fontes textuais – ou seja, em testamentos e inventários *post-mortem* –, as bases para os estudos desta pesquisa.

Havia algumas lacunas que tais documentos por si só não conseguem sanar. Optamos então por agregar a nossos estudos referências encontradas em documentos pertencentes ao acervo do Museu Casa da Hera/Vassouras, Rio de Janeiro: (trechos de cartas); em periódicos: *Correio Mercantil* (anúncios e fragmentos de artigos); no *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da capital da província do Rio de Janeiro* (LAEMMERT, 1844 - 1885).<sup>8</sup> No anuário em questão priorizamos dados publicados sobre o município de Vassouras e sobre nossas eleitas. Assim como selecionamos trechos de artigos publicados em *O Vassourense* (1887). Tais referências têm relevância, pois auxiliam nossa compreensão acerca da problemática aqui debatida.

É certo que, o ano de 1850 ficou marcado por fatos importantes no cenário do século XIX, como: a promulgação das Leis de Terras (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850), que dispõe sobre as terras devolutas no Império. Também de grande importância foi a Lei Eusébio de Queiroz, aprovada em 4 de setembro de 1850, que proibiu o tráfico Atlântico de escravos para o Brasil. No período de ascensão da produção cafeeira na região do Vale do Paraíba. Devemos lembrar que, na região do Vale, os escravos eram os braços da produção cafeeira. Por acaso, a data da referida Lei é também a data de nascimento de uma de nossas personagens, digna representante dessa elite que marcou sua trajetória, imprimindo as próprias marcas no passado e no presente – Eufrásia Teixeira Leite.

A trajetória de vida de Eufrásia já foi objeto de estudo de vários historiadores<sup>9</sup>, e também retratada em romances<sup>10</sup>. Uma figura que suscita vários diálogos. Nossa segunda personagem, D. Anna Jesuína Cândida Teixeira Leite, filha de Francisco José Teixeira (Barão de Itambé) e Francisca Bernardina do Sacramento Leite Ribeiro irmã de Francisco José Teixeira Leite (Barão de Vassouras) e Joaquim José Teixeira Leite. Nasceu na Freguesia da Barra, município de São João Del Rei (Minas); casou-se com o primo Luciano Leite Ribeiro assim como sua sobrinha Eufrásia Teixeira Leite, teve vida longa. Exerce a administração de seus bens e negócios, após ficar viúva. Nas referências do *Almanak Laemmert*, o nome da personagem consta na relação de “Capitalista de Vassouras” a partir da década de 60 até a década de 80 do século XIX. Nossa terceira personagem Francisca Bernardina Leite de Souza Carvalho – Baronesa do Amparo, natural de São João d’ El Rei, província de Minas Geraes, filha legítima do capitão Manoel Ferreira Leite e D. Josepha de Souza Monteiro. Viúva de Manoel Gomes de Carvalho (1788-1855). O fato de seus nomes constarem na relação do *Almanak Laemmert*, como Capitalistas foi o atributo principal que nos motivou a estudar estas

duas mulheres, – a Baronesa do Amparo e Anna Jesuína – ou seja o fato de atuarem no cenário e no período como Capitalistas. Anna Jesuína Cândida Teixeira Leite figura na relação de “negociante e Capitalista” ao lado de homens da própria família, entre estes seus irmãos Joaquim José Teixeira Leite e Francisco José Teixeira Leite. Queremos esclarecer que o termo em questão é utilizado e atribuído a homens e mulheres, no anuário *Laemmert*; segundo o dicionário Antonio de Moraes Silva, “capitalistas eram as pessoas que tinham grandes “catedões”, e dinheiro para suas negociações e “meneyos”.<sup>11</sup>

Nas publicações do *Laemmert*, em uma visão mais alargada para as listas publicadas, nos deparamos com outras mulheres na gerência de seus negócios e fazendas, na região do Vale do Paraíba. Ao focalizarmos o município de Vassouras, encontramos casos como o de D. Luiza Joaquina da Costa Neves, caracterizada como proprietária de engenho de café movido a vapor e fazendeira<sup>12</sup>; D. Maria Esméria Teixeira, mencionada na lista de fazendeiras de engenho movido a vapor na década de 50; D. Ludovina Maria de Jesus Silveira; D. Maria Luiza Estrexe; D. Ana Isabel de Lacerda Werneck; e D. Anna Francisca de Jesus Ferreira, citadas como fazendeiras; Baronesa do Campo Belo (Fazenda do Secretário), fazendeira e proprietária de engenho de café movido a vapor, e da máquina de *Lidgerwood*. Além das acima citadas, há atuantes como fazendeiras, como a viúva de Francisco Luiz dos Santos Werneck; a viúva do Comendador Manoel da Costa Franco; e a viúva do Comendador José Gomes Ribeiro de Avelar. Compreendemos, no entanto, que as atuações destas não refletem o quadro geral de atuação feminina na sociedade, nesse período. Outros trabalhos relacionados ao Vale começam a despontar, e a importância dessas mulheres pode ser observada em contribuições impressas no passado, como nos legados de documentos oficiais e nas referências na imprensa.

Não podemos esquecer que, em suas relações diárias, as personagens citadas convivem com outras mulheres para as quais a lógica patriarcal ainda ditava os comportamentos. Nossas eleitas, ao longo de suas trajetórias, conseguem traçar seu espaço de atuação. O pertencimento à elite representa fator relevante nesses casos, visto que, de posse de suas heranças, solteiras como Eufrásia Teixeira Leite, e casadas ou viúvas como D. Anna Jesuína Cândida Teixeira Leite e a Baronesa do Amparo, passam a atuar no espaço masculino.

Esse aspecto as difere da visão construída pela sociedade e pela historiografia tradicional, cujo enfoque quanto às relações femininas e masculinas no período infligia à mulher um papel secundário, e ao homem, a gerência de seus negócios, o mundo da rua. Entendemos ser esse quadro procedente de uma generalização do modelo de família patriarcal, apresentado principalmente na obra de Gilberto Freyre.<sup>13</sup> O autor foi referência

para muitos outros trabalhos. No entanto, enxergamos transformações no papel social desempenhado pela mulher ao longo do Oitocentos. Gostaríamos de sublinhar que mesmo Gilberto Freyre reconhecia exceções no caso específico das mulheres de elite. Ao retratá-las em seus textos, o autor as apresenta envolvidas não somente nas questões domésticas, mas também na administração de fazendas e negócios, com a mesma energia masculina. Segundo Lucas Gesta Palmares Munhoz de Paiva, “pesquisas realizadas após 1970 no Brasil, demonstram novas formas de organização familiar em vários segmentos sociais, que incitavam uma contestação ao clássico modelo patriarcal. Em diversos campos aparecia um quadro diferente”.<sup>14</sup>

Além dos mencionados, outros fatores que nos moveram a estudar tais figuras femininas, responsáveis por aguçar ainda mais nossa curiosidade de historiadora, foram alguns desejos retratados nos testamentos e, em alguns casos, os conflitos ocorridos no processo de inventário. Questões estas que nos permitiram perceber fragmentos dos códigos de convivência e conduta dos contextos sociais da época.

A data que finaliza o recorte, inicialmente 1899, estaria relacionada ao encerramento do século XIX, e também à questão da chegada de nova leva de mineiros à região, à caça por terras baratas. Agora não mais direcionados à cultura do café, e sim à pastagem, assunto profícuo para debates futuros. Segundo informações que constam do inventário *post-mortem* de D. Anna Jesuína Teixeira Leite, o ano de 1899 marca o fim de sua longa trajetória de vida. Todavia, trabalhamos com informações contidas no testamento de Eufrásia Teixeira Leite (1930). Portanto, nosso recorte temporal encerra-se, com a abertura do testamento de Eufrásia Teixeira Leite.

Para o estudo das relações sociais e atuações administrativas femininas no município de Vassouras e região do vale do Paraíba sul fluminense, faz-se necessário o conhecimento do cotidiano, das redes familiares, e das associações em que estavam inseridas as mulheres de elite. Muito já se escreveu sobre os barões do café, sua participação no cenário político e econômico do Império. Entretanto, as mulheres dessa elite, com exceção de alguns casos, quase sempre figuram como que adornassem o cenário.

Novas fronteiras historiográficas foram abertas, como relatamos anteriormente, muitos trabalhos estão emergindo, e com eles a nova face feminina da mulher de elite do Oitocentos. Uma imagem distante das figuras femininas ociosas apresentadas anteriormente. Mulheres atuantes administrativamente no mundo das fazendas, dos negócios, dos familiares, e no controle das finanças domésticas. Temos o exemplo da Viscondessa de Arcozello, Maria Isabel de Lacerda Werneck, apresentada por Mauad e Mariana Muaze.<sup>15</sup> Ou ainda a trajetória

de Eufrásia Teixeira Leite, descrita por Miridan Britto Falci e Hildete Pereira Melo.<sup>16</sup> As autoras, através de minuciosa pesquisa, nos revelam o percurso de uma Eufrásia Teixeira Leite, mulher de negócios, financista, bem-sucedida, a qual, após a perda dos pais no ano de 1873, toma o rumo de sua vida ao embarcar para Paris com a irmã Francisca. Diferentemente de Eufrásia Teixeira Leite, outras mulheres da elite, no entanto, são tuteladas por parentes e seus maridos.

Enfim, na tentativa de reconstrução das trajetórias de nossas personagens, empreendemos estudos em suas redes familiares, buscando entender suas atuações, bem como a dinâmica estabelecida nas relações comerciais, financeiras e sociais. Muitas das vezes os vestígios estão nos caminhos que a família trilhou. Vale lembrar que, no século XIX, a família representava um pilar muito importante, por que não dizer indispensável, ressaltando que esse mesmo aspecto se fazia notar nos séculos anteriores. Na família eram desenvolvidas todas as estratégias que moldavam as relações sociais. A família agregava indivíduos, lócus da inserção social. Paula Chaves Teixeira<sup>17</sup> conclui: “O sentimento de pertencer a uma família ia para além dos laços consangüíneos e de parentesco ritual”. A autora ainda argumenta: “ser membro de uma família era participar de suas escolhas, era percebê-la como o principal meio de atuação social, política e econômica”. Dessa forma, “os laços familiares representavam a sustentação e identificação dos indivíduos”.<sup>18</sup>

Nesse contexto, ainda pensando a família, podemos dizer que esta permitia a inserção e a mobilidade social. Ou seja, em uma sociedade na qual os fatores político e econômico ditavam regras hierarquizantes, algumas estratégias eram postas em prática pelos membros das diversas famílias, principalmente aquela pertencentes às elites. As teias formadas por laços familiares ou interesses comuns ao grupo cabiam em uma relação de clientelismo que cimentava tais práticas. Ocorrência esta constatada a partir da análise de dados encontrados nas fontes; em nosso caso, mas especificamente os relacionados à família Teixeira Leite. Para tal, selecionamos e cruzamos informações do Município de Vassouras e Freguesias de Nossa Senhora da Conceição do Paty do Alferes; Sacra-Família do Tinguá; Freguesia de Santa Cruz dos Mendes; e Freguesia de São Sebastião dos Ferreiros, disponíveis no *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da Capital da Província do Rio de Janeiro* (LAEMMERT). Dados estes que abrangem o período de 1854 -1885. Também foram consultados documentos do CDH/USS.

Vale lembrar que ambas as famílias faziam parte do grupo que ocupou a hegemonia social, política e econômica na localidade, no século XIX. “Uma sociedade cuja dinâmica econômica transita entre relações pessoais marcadas por redes de parentescos e relações



capitalistas que por vezes eram recém institucionalizadas, como as estabelecidas a partir de 1850”.<sup>19</sup> Os Teixeira Leite praticavam atividades financeiras, alguns se dedicavam a empréstimos e créditos, como Joaquim José Teixeira Leite pai de Eufrásia e irmão de Anna Jesuína foi comissário de café, comerciante, exerceu atividades financeiras na Casa Comissária Teixeira Leite & Sobrinhos. Exercendo estas atividades manteve contato com várias redes sociais. Nas teias sociais e familiares nota-se o entrelaçamento de parentes pelo casamento de tios com sobrinhas, primas com primos, Anna Jesuína casou-se com seu primo Luciano Leite Ribeiro.

Interessante foi ter observado no conjunto de atividades apresentadas, a função de capitalista, no que se refere a uma qualificação pensada como exclusiva dos homens neste período. O que difere de nossos entendimentos produzidos por relatos historiográficos anteriores, as viam como corpos sem fala.<sup>20</sup> Essas evidências revelam a dinâmica da participação feminina na função de administradora, seja no dia a dia das fazendas, seja na cidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Avaliar a participação da mulher em um cenário predominantemente patriarcal e conservador, requer enxergar que as mulheres passam a exercer papel mais ativo, administrando suas heranças, suas fazendas, seus negócios, além das atividades administrativas domésticas. Porém ressaltamos que existiram casos de mulheres gestoras no século XVIII. Fato gerado por diversas circunstâncias, como no caso da morte de seus esposos.

Sendo assim ao refletir sobre o lugar e sobre a participação e atuação da mulher na sociedade em questão, percebe-se uma generalização por parte dos historiadores ao construir suas argumentações. Muitas das vezes as atividades exercidas estavam relacionadas ao grupo social aos quais as mulheres pertenciam. E quando projetamos nosso olhar para a atuação administrativa das mulheres de elite vassourense, percebemos que o quadro não sofria muitas alterações.

Muitas mulheres das famílias senhoriais do Vale tinham profunda importância para a construção das redes de sociabilidade, bem como davam estabilidade para a “casa”, administrando os negócios na ausência de seus maridos e também auxiliando na perpetuação do poder de suas famílias, tão caro a lógica patriarcal oitocentista na qual se inseriam. Eram também construtoras de redes de sociabilidade e auxiliadoras na manutenção destas redes junto de seus maridos, pais e irmãos.<sup>21</sup>

Buscamos apresentar um panorama de suas atuações, com base nas fontes. Duas de nossas personagens não tiveram filhos legítimos; D. Anna Jesuína, segundo seu testamento, adota a afilhada Raquel, tornando-a uma de suas herdeiras. Eufrásia morre solteira, e não encontramos dados relacionados a adoções. Por sua vez, a Baronesa do Amparo tinha filhos, seus herdeiros principais.

Quanto há documentos que apresentam algum tipo de intimidade ou convívio entre ambas, nas poucas cartas de autoria de Eufrásia por nós analisadas, o nome de D. Anna Jesuína não é citado. Não existem fotos, cartas, nada. A não ser a vontade expressa de D. Anna Jesuína em seu testamento, no qual o nome de Eufrásia e o de sua irmã Francisca Bernardina aparecem como sobrinhas e herdeiras. Comportamento este talvez motivado por questões familiares do passado, ou apenas porque as fontes se perderam com o passar dos anos. Muitas foram às visitas aos arquivos vassourenses, no caso o CDH/ USS/ Vassouras e o IPHAN-Vassouras, assim como à biblioteca da Casa de Cultura Vassourense e ao museu Casa da Hera. Visitamos também o antigo cemitério da cidade de Vassouras. No rasto de fontes direcionamos nossas pesquisas para o Hospital Eufrásia em busca de dados. Assim como realizamos algumas idas aos arquivos da Biblioteca Nacional. Na imprensa local encontramos poucas referências em que seus nomes figurem em publicações. É fato que as irmãs Eufrásia e Francisca Bernardina Teixeira Leite residiam em Paris. Dessa forma, dados que as apresentem como parentes são mais raros.

Nota-se grande diferença entre as trajetórias de Anna Jesuína e de sua sobrinha Eufrásia Teixeira Leite. Esta última, mulher tida como moderna, multiplica seu capital através de investimentos variados, como as aplicações na bolsa de valores, novos mercados, e mesmo em bens de raiz, no Brasil. Eufrásia transitava na alta sociedade parisiense, mantendo estreitas relações com nobres; uma mulher que com o passar dos anos torna-se financista e empreendedora de sucesso, e mais tarde é transformada em mito. D. Anna Jesuína, por sua vez é tida pela imprensa local como um anjo caridoso; aparentemente não buscou ostentação, seu inventário revelou costumes simples, e não encontramos nenhuma menção a seu nome relacionado a tais costumes e hábitos. De sua vida sabemos apenas o que as fontes informam.

Em seu testamento e no inventário percebe-se que Anna Jesuína converte seu capital em apólices da dívida pública, ações do Banco da República do Brasil. Com relação a bens de raiz, observa-se que a personagem possuía sua casa de moradia. Havia também a parte da herança recebida quando da morte de seu marido, transformada em apólices. No corpo do documento ainda encontramos dados que caracterizam ações de empréstimo. O que nos leva ao conceito de capitalista citado anteriormente. Através da divulgação do anuário *Laemmert*

dos anos citados anteriormente, foi possível grosso modo mapear e classificar a participação de Anna Jesuína Cândida Teixeira Leite no mundo dos negócios, na região do vale do Paraíba fluminense Vassouras (1869-1885).<sup>22</sup>

Há escassez de estudos, principalmente quando abordamos atividades financeiras desempenhadas pelas mulheres na região. Nota-se que, no caso da implantação da produção cafeeira no Vale do Paraíba, no primeiro momento o crédito tinha a função de estimular e possibilitar a produção, suprindo uma defasagem do mercado. Sua outra face é a possibilidade de lucro mediante cobrança dos juros, aplicados nas negociações. Nas décadas seguintes, mesmo após a implantação de bancos, o crédito não atendia às exigências do mercado e produtores. “De um modo geral, essas atividades eram anotadas em letras ou papéis de crédito, algumas vezes registradas em cartórios, outras, em cartas de crédito particulares.”<sup>23</sup>

Percebe-se ainda ser a amizade um dos valores importantes no processo dessas negociações. As relações pessoais agindo como garantias, uma troca de reciprocidade, assim como os laços familiares. Enxergamos essas relações no testamento e no inventário de D. Anna Jesuína Cândida Teixeira Leite, quando de seu desejo de repartir os próprios bens, deixando-os como herança para parentes, afilhados e pessoas amigas. Essa mesma relação fica aparente quando estudamos a relação de devedores que consta de seu inventário. Ao pensar a questão das relações dos domínios de negócios rentáveis, é indiscutível a presença e a contribuição de mulheres nesse cenário.

---

## Notas de referências

<sup>1</sup> Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Severino Sombra (USS), Vassouras, RJ, orientada pela Professora Doutora Cláudia C. Azeredo Atallah. Contato: [elicahon@hotmail.com](mailto:elicahon@hotmail.com).

<sup>2</sup> SOIHET, Rachel. Mulheres ousadas e apaixonadas: uma investigação em processos criminais cariocas 1890-1930. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 9, n. 18. 1989. p. 199-216.

<sup>3</sup> OGANDO, Ana Carolina Freitas Lima. *Entre o Público e Privado: As relações de gênero no pensamento positivista e católico (1870-1889)*. Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. De 23 a 26 de agosto de 2010. Anais UFSC.

<sup>4</sup> Cf. Dissertação de mestrado de Maria Alciene Neves. *Os Brilhantes Brutos de Maria Clara da Cunha Santos*. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação da UFSJ. 2009. Disponível em: [http://www.ufsj.edu.br/portalrepositorio/File/mestletras/DISSERTACOES/OS\\_BRILHANTES\\_BRUTOS\\_D\\_E\\_MARIA\\_CLARA\\_DA\\_CUNHA.pdf](http://www.ufsj.edu.br/portalrepositorio/File/mestletras/DISSERTACOES/OS_BRILHANTES_BRUTOS_D_E_MARIA_CLARA_DA_CUNHA.pdf).

<sup>5</sup> BARMAN, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo: UNESP, 2005, p. 21.

<sup>6</sup> STEIN, Stanley Julian. *Vassouras: Um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Fronteiras, 1990. \_\_\_\_\_, *Grandeza e decadência do café: no vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961. SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. MARQUESE, Rafael; TOMICH Dale. *O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX*. In: GRINGERG Keila; SALLES Ricardo. *O Brasil Imperial volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. MUAZE, Mariana. *O Vale do Paraíba Fluminense e a dinâmica imperial*. p. 297. Disponível em: [http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wpcontent/uploads/2010/12/15\\_mariana\\_muaze.pdf](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wpcontent/uploads/2010/12/15_mariana_muaze.pdf).

<sup>7</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. Testamentos e Inventários. A morte como testemunho da vida. In: BASSANEZI, Carla; LUCA Tania Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 93.

<sup>8</sup> *Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da capital da província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, 1844-1888. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/almanak2.htm>.

<sup>9</sup> FALCI, Miridan Britto e MELO, Hildete Pereira de. *Leituras de uma Mulher Rica*. Revista do Mestrado de História, vol. 6, p. 105-126, 2004. \_\_\_\_\_ *A sinhazinha emancipada: a paixão e os negócios na vida de uma ousada mulher do século XIX Eufrásia Teixeira Leite (1850-1930)*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2012. CIRIBELLI, Marilda Corrêa. *Uma visão histórica sobre Eufrásia Teixeira Leite*. ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003. CATHARINO, Ernesto José Coelho Rodrigues. *Eufrásia Teixeira Leite: fragmentos de uma existência*. Vassouras: Edição do autor, 1992.

<sup>10</sup> LAGE, Cláudia. *Mundos de Eufrásia: a história do amor entre a incrível Eufrásia Teixeira Leite e o notável Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: Record, 2009. FERNANDES, Neusa. *Eufrásia e Nabuco*. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2012. QUEIROZ, Eneida Quadros. *A mulher e a casa*. São Paulo: Baraúna, 2013.

<sup>11</sup> DICIONÁRIO ANTONIO DE MORAES SILVA. 1789, p. 342. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/2/capitalista>,

<sup>12</sup> Laemmert, 1869, p. 107.

<sup>13</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*, publicado em 1933 pela primeira vez. Nesta obra o autor retrata o apogeu da família patriarcal, modelo que por longo tempo foi balizador para muitos outros trabalhos historiográficos. Todavia, em *Sobrados e Mucambos*, publicado em 1936, o autor já nos revela um patriarcado decadente. Um dos exemplos para legitimar nossa citação seria a argumentação de FREYRE relacionada principalmente às mulheres, nas páginas 105 e 126. Entretanto reconhecemos que apesar do processo de modernização esse modelo generalizou a organização familiar e social brasileira.

<sup>14</sup> PAIVA, Lucas Gesta Palmares Munhoz de. *A atuação da mulher fazendeira pertencente à classe senhorial no Vale do Paraíba Fluminense*. 1º Seminário Fluminense de Pós-Graduandos em História, organizado pelos programas de pós-graduação em História da UNIRIO, UFRRJ, UNIVERSO, UERJ-FFP, de 26 a 29 de novembro de 2012, no Centro de Ciências Humanas da UNIRIO. Disponível em: <http://seminarioposhistoria.net84.net/pdf/lucas.pdf>.

<sup>15</sup> MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008. MAUAD, Ana Maria; MUAZE, Mariana. “A escrita da intimidade: história e memória no diário da viscondessa do Arcozelo”. In: GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

<sup>16</sup> FALCI, Miridan Britto; MELO, Hildete Pereira de. *A sinhazinha emancipada: a paixão e os negócios na vida de uma ousada mulher do século XIX: Eufrásia Teixeira Leite (1850-1930)*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2012.

<sup>17</sup> TEXEIRA, Paula Chaves. *Negócios entre Mineiros e Cariocas: famílias, estratégias e redes mercantis no caso Gerásio Pereira Alvim (1850-1880)*. p. 43. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1321.pdf>.

<sup>18</sup> *Ibidem*.

<sup>19</sup> RABIB Floriano Antonio. *Investimentos e Créditos na realidade de Vassouras durante o século XIX: um estudo de casos no Império*. IV Conferência Internacional de História Econômica & VI Encontro de Pós-graduação História Econômica. Disponível em: <<http://cihe.fflch.usp.br/sites/cihe.fflch.usp.br/files/Rabib%20Floriano%20Antonio.pdf>>. Acesso: 20/12/2013.

<sup>20</sup> PERROT, Michele. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: EDUSC, 2005.

<sup>21</sup> PAIVA, Lucas Gesta Palmares Munhoz de. *A atuação da mulher fazendeira pertencente à classe senhorial no Vale do Paraíba Fluminense*. Trabalho apresentado no 1º Seminário de Pós-graduandos em História. Disponível em: <http://seminarioposhistoria.net84.net/pdf/lucas.pdf>.

<sup>22</sup> LAEMMERT, (1855-1856) – (1869-1885).

<sup>23</sup> LACERDA Antônio Henrique Duarte *apud* BERTRAND, 1999, ressalta: Tais noções são fundamentais para a compreensão das relações entre os indivíduos, credor e devedor, inseridos numa sociedade onde pertencer a um grupo e/ou a uma família é o elemento estruturador da sociedade. \_\_\_\_\_. *Mercadores e agricultores na formação do espaço econômico das Minas Gerais Setecentistas. (Os Ferreira Armonde)*. HERA Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada – Vol. 6 Nº 11 jul-dez 2011. Disponível em: [http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/LACERDAAH.D\\_HEERA-2011-vers%C3%A3o-para-pdf.pdf](http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/LACERDAAH.D_HEERA-2011-vers%C3%A3o-para-pdf.pdf).

## **Lindolfo Cordeiro e a práxis intelectual frente a luta do trabalhador rural**

**Eline Ehrich Albuquerque<sup>1</sup>**

**Orientadora: Prof.<sup>ª</sup> Dr.<sup>ª</sup> Isabel Ibarra Cabrera<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

Analisa as práticas jurídicas do advogado Lindolfo Cordeiro frente a luta dos trabalhadores rurais no Sertão do Ceará na década de 1970, que enfrentava diferentes formas de repressão. Estabelece um debate teórico-metodológico com Foucault e Gramsci que apontam para as práticas intelectuais como ação transformadora da realidade. Aborda o contexto histórico do Brasil Militarista e a proposta de reforma agrária e sua atuação no processo de defesa dos trabalhadores da Japuara na cidade de Canindé entre 1969-1973.

**Palavras-chaves: Intelectual. Lindolfo Cordeiro. Trabalhador rural.**

### **ABSTRACT**

Analyzes legal practices Lawyer Lindolfo Lamb fight against rural workers in the Hinterland of Ceara in the 1970s, who faced different forms of repression. Establishes a theoretical-methodological debate with Foucault and Gramsci pointing to the intellectual practices as transformative action of reality. Discusses the historical context of Brazil Militaristic and agrarian reform proposal and its performance in the process of defending the workers in the city of Japuara Caninde between 1969-1973.

**Key-words: Intellectual. Lindolfo Lamb. Rural worker.**

## **1 INTRODUÇÃO**

No relatório realizado pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH), setembro de 2012, aponta para o número de 1.196 casos de assassinatos decorrentes das lutas no campo durante a Ditadura Civil-militar brasileira, onde foram vitimados trabalhadores e apoiadores de suas causas. Entre esses apoiadores 69 advogados foram executados durante o regime, nesse quadro se insere Francisco Lindolfo Cordeiro, advogado da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Ceará (FETRAECE).

Entre os anos de 1968 a 1978, Lindolfo Cordeiro esteve envolvido na luta camponesa na região Norte Central do Estado do Ceará. Responsabilizado pelo massacre ocorrido na Fazenda Japuara, em 1971, e por vários outros casos de confrontos entre

---

<sup>1</sup>Mestranda em História Social pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA  
elinefonteles@hotmail.com.br

<sup>2</sup>Doutora em História pela Universidad Complutense de Madrid, professora do programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Maranhão. -isabelibarra555@hotmail.com

trabalhadores e latifundiários no sertão cearense, foi acusado de subversão e indiciado na Lei de Segurança Nacional, Decreto Lei nº 898 de 29 de setembro de 1969, que punia com a pena de morte os casos de insubordinação contra autoridades, instituições, leis e princípios estabelecidos pelo Estado. Respondeu na justiça militar um extenso processo que se arrastou durante sete anos. Após ser absolvido em setembro de 1978, foi executado, dois meses depois, na porta de sua residência na cidade de Tianguá –CE.

Como advogado sindicalista assumiu uma postura de defensor das causas dos trabalhadores rurais que se viam prejudicados com a nova política econômica do governo, pautada na ideia do desenvolvimento agroindustrial

Nossa proposta é analisar a atuação do advogado Francisco Lindolfo Cordeiro, frente a luta dos trabalhadores rurais na região do Sertão cearense, na década de sessenta do século passado, tomando como exemplo dessas lutas o episódio da Fazenda Japuaçu, objetivando identificar suas práticas como jurista. Nessa perspectiva utilizaremos o de conceito “intelectual” de Gramsci e Michel Foucault<sup>3</sup>, uma vez esses teóricos convergem ao atribuírem uma função social a ação intelectual dos sujeitos históricos.

Para Gramsci(1982)<sup>4</sup>, todos os homens são intelectuais, muito embora em suas atividades econômicas uns se utilizem mais da força física que outros, não significa dizer que não sejam intelectuais. Poder-se-ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectual. O modo de ser de um intelectual está relacionado a vida prática, como construtor, organizador e não apenas orador, eloquente.

Quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais, faz-se referência, na realidade, tão somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. Isso significa que se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não-intelectuais.

No que se refere ao tipo de intelectual difere entre o intelectual urbano e o intelectual rural. “O primeiro cresce juntamente com o processo industrial estão ligadas as suas vicissitudes, confundindo-se com o autêntico estado-maior.”<sup>5</sup> Já os intelectuais de tipo rural, estão ligados a massa social, ainda não elaborada e movimentada pelo sistema capitalista.

Esse tipo de intelectual põe em contato a massa camponesa com a administração estatal ou local (advogados, tabeliães, etc.) e por essa mesma função, possui uma grande

---

<sup>3</sup>FOULCALT, M. **Microfísica do poder** (18 ed.). Rio de Janeiro: Graal, 1979.

<sup>4</sup>GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a Organização da Cultura** (4ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p. 7.

<sup>5</sup>Ibi Idem, p. 12.

função político-social, já que a mediação profissional dificilmente se separa da mediação política. (GRAMSCI, 1982, p.13)

Foucault (1979) aponta para o intelectual que utiliza seu saber como forma de poder capaz de transformar a realidade social a qual está inserido. Luta contra o poder, luta para fazê-lo aparecer e feri-lo onde ele é mais invisível e mais insidioso.

Nesse sentido Lindolfo Cordeiro era um intelectual como todos os outros homens são, como todos os trabalhadores rurais, porém sua categoria de intelectual se configurava por um saber acadêmico, que não se limitava as questões teóricas, mas ação, uma vez que buscava pôr em prática esses saberes, mediando os conflitos agrários através do conhecimento adquirido.

Ainda segundo Michel Foucault (1992), o poder está em todas as partes, não somente no Estado, não é uma coisa, não é um objeto, é uma prática em circulação, uma realidade que não pode ser pensada como algo que tem um centro, um topo, um lugar fixo, ele está em todos os lugares, é uma rede de saberes construtivos, o poder se constitui como uma técnica de fazer de sujeitos impostos pela disciplina, dessa forma as instituições são os principais instrumentos de reprodução desses poderes, são elas que produzem as formações discursivas que são assimiladas pelo indivíduo, como escola e sindicatos.

Isso não significa dizer que aqueles trabalhadores que não tinham acesso à educação formal, ou não eram conhecedores das leis que regiam o País, não fossem conscientes de sua dura realidade. Sabiam que eram explorados, expropriados, que precisam da terra para plantar e sobreviver. Tinham conhecimento de sua realidade, de suas vivências, de suas reais necessidades.

Eram portadores de saberes, saberes esses resultantes de suas vivências, de suas práticas cotidianas sua relação com o meio é pautada em seu conhecimento de mundo. O agricultor sabe quais as etapas que deve percorrer para cultivar a terra, quais são os obstáculos e como deve conduzir o seu trabalho. Dessa forma, ele tem consciência de sua realidade, espacial, climática, orgânica indispensável a uma boa produção.

No que se refere a Lindolfo Cordeiro era um jurista especialista em direito agrário que teve toda uma formação sistematizada pela escola. Segundo Gramsci (1982), a escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis.

Concluiu o quarto ano ginasial e o curso científico no Liceu Cearense, na década de 1940. Formou-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará no ano de 1961, era especialista em Direito Civil e Direito Agrário.

Exerceu várias atividades intelectuais nos âmbitos jornalístico e jurídico, foi subgerente dos Diários Associados<sup>6</sup>; Diretor comercial e de Relações públicas do periódico “O jornal”<sup>7</sup>; Ex-assessor jurídico da Secretaria de Planejamento do Estado do Ceará, nos Governos de Virgílio Távora e Placito Adelado Castelo; Chefe do Contencioso<sup>8</sup> da Federação dos Trabalhadores na Agricultura; advogado militante no Fórum de Fortaleza e no interior do Estado, como também, no Piauí nas cidades de Teresina, Piripiri, Parnaíba e D. Pedro II.

Mesmo transitando entre as esferas de poderes institucionalizadas pelo Estado, Lindolfo assume uma postura intelectual participativa nas causas sociais. Se configurando como um intelectual “maldito” na perspectiva foucaultiana, onde o papel do intelectual é lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso. (Foucault, 1979).

Dessa forma Lindolfo Cordeiro não pregava a “revolução socialista”, leninista-marxista, segundo análise da documentação consultada, mas colocava seu conhecimento a serviço da sociedade, buscando transformar as relações sociais, através do saber.

Em nossa análise optamos por usar o termo “trabalhador rural” em detrimento do termo “camponês”, não por entendermos que as relações de trabalho no meio rural se consolidavam, de forma homogênea, como assalariadas ou contratuais aos moldes capitalistas, mas sim por considerar “trabalhador rural” o sujeito que através de seus reforços transforma a natureza e dela retira o seu sustento, sua sobrevivência. Nesse quadro se insere lavradores, meeiros, posseiros, arrendatários e sem-terra.

Segundo Arendt (2007) evidenciou-se que o trabalho nasceu da necessidade de subsistência da vida humana e logo após, evoluiu para um ofício, por tanto antes de ser uma atividade econômica, a agricultura se constituía como um mecanismo de subsistência. O trabalho por sua vez, é a atividade que corresponde ao artificialismo da existência humana (ARENDR, 2007). Consideramos aqui como trabalhadores rurais os assalariados, posseiros e meeiros.

## **2 Militarismos e as leis agrárias**

A luta agrária no Brasil foi marcada por intensos conflitos, que envolveu trabalhadores rurais e proprietários de terras, esses encontros estiveram nos cerne das

---

<sup>6</sup> Jornal da capital cearense nas décadas de 60 e 70 do século passado

<sup>7</sup> Jornal editado em 1957 e 1958 na cidade Fortaleza - Ceará

<sup>8</sup> Seção ou repartição (pública ou privada) encarregada das questões pendentes de solução em tribunais.



discursões do Estatuto da Terra, regulamentado pelas leis de nº 4.504 de 30 e dezembro de 1964; a de nº 4.947, de 06 de abril de 1966 e o Decreto Lei de nº 59.566, de 14 de novembro de 1966. O Estatuto da Terra foi criado durante o governo militar objetivando conter os ânimos dos trabalhadores rurais que depois da proposta das Reformas de base lançadas pelo governo João Goulart, passaram a se organizar em tornos da ligas camponesas reivindicando a reforma agrária.

Em fevereiro de 1964, o presidente anunciou as reformas de base, que consistia num conjunto de reformas econômicas e sociais que incluía a reforma agrária, através da criação do Estatuto da Terra. O momento que a antecede ao início da ditadura de 1964 é caracterizado pela ação e organização relativamente livres e autônomas do campesinato frente ao Estado. As associações camponesas, sindicatos e principalmente a organização nacional das Ligas Camponesas, não possuíam nesse período um controle político e jurídico de direto do Estado.

A política de João Goulart ai de encontro aos interesses da classe burguesa e dos investidores norte-americanos, gerando assim, um clima propício para o golpe militar. Em 31 de março de 1964, o presidente foi deposto e instalou-se no Brasil uma ditadura civil-militar que governou o país (1964 – 1985), esse período se caracterizou pela censura à imprensa, movimentos culturais e sociais, a repressão aos opositores do regime militar, institucionalização da tortura, entre outros fatores.

Assim, logo após o golpe de 1964, o então presidente Marechal Castelo Branco enviou ao Congresso Nacional um projeto de reforma agraria, que não atendia aos anseios dos trabalhadores rurais uma vez, garantia a manutenção da propriedade privada dos grandes latifundiários, a reforma agrária não seria aplicada a grandes áreas particulares ela ocorreria somente em áreas de conflitos, dessa forma, o governa desarticulava as bases políticas que reivindicavam tais direitos e garantiriam para o Estado, através do INCRA o bônus da distribuição das terras.

Pouco tempo depois do golpe de 64, o governo de marechal Castelo Branco enviou ao Congresso um projeto, elaborado meses antes por empresários e militares, destinado a concretizar uma reforma agrária que não representasse um confisco das terras dos grandes fazendeiros, mas que permitisse conciliar a ocupação e utilização das terras com a preservação da propriedade capitalista e da empresa rural. Esse projeto foi aprovado rapidamente, transformado em Estatuto da Terra. (MARTINS, 1985, p.22)

Assim o Estatuto da Terra se configurava com um instrumento de controle social, porém, manipulável nas mãos dos intelectuais que conheciam as leis, funcionando como um dispositivo de expansão capitalista uma vez que beneficiava a implantação de agroindústria no campo, como podemos observar no § 2º do art. 1º da lei de nº 4.504, de 30 de novembro de

1964: Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do País.

O Estatuto da Terra funcionava como um paliativo das tensões sócias, uma vez que não resolvia de forma efetiva a problemática da terra, mas penetrando em suas brechas era possível obter alguns ganhos.

É nesse contexto que se insere a luta do advogado sindicalista Lindolfo Cordeiro, que tendo como instrumento o Estatuto da Terra, procurava conscientizar os trabalhadores rurais de seus direitos.

### **3 Lindolfo Cordeiro e a práxis intelectual frente a luta do trabalhador rural**

Para entendemos a atuação de Lindolfo Cordeiro frente as tensões sociais rurais no Sertão cearense tomamos por exemplo o caso da fazenda Japuará, um dos episódio de maior repercussão no interior do estado do Ceará e a primeira desapropriação por tensões sociais, ocorrida durante a ditadura.

Grande parte dos moradores da região rural em Canindé eram constituída de pequenos agricultores, que trabalham na terra com suas famílias, os quais cultivam pequenos lotes (na qualidade de meeiros ou de arrendatários), nas grandes propriedades. Era cultivado arroz, milho, abóbora, feijão, mandioca, mamona e o algodão em algumas regiões, este destinado a venda. A maior parte da produção agrícola era voltada a subsistência desses trabalhadores, e quando havia sobras da safra, possibilitava uma pequena renda.

Em janeiro de 1971, a fazenda Japuará, no sertão de Canindé(CE), foi palco de um confronto envolvendo trabalhadores rurais, moradores, jagunços contratados pelo então proprietário Júlio Cesar Campos e a polícia local.

Antes de pertencer a Cesar Campos, Japuará era de propriedade de João Lima, depois de sua morte passou para sua esposa que resolver arrendá-la a Firmino Amorim, juntamente com um compromisso preferencial de compra. Firmino amorim trabalhava as terras juntamente com seu primo Francisco Nogueira Barros, o Pio, que residia ali com sua mulher e seus 14 filhos.

Com o falecimento do então proprietário, as terras foram colocadas à venda, sendo a prioridade da compra dos trabalhadores, uma vez que um de seus herdeiros havia assumido

esse compromisso com os moradores da área, pois os mesmos haviam feito benfeitorias nas terras.

No entanto ao receber uma proposta mais interessante de Cesar Campos, descumpriu-se o acordo, e a propriedade foi vendida em 1969 ao comerciante que exigiu a saída imediata dos moradores, passando então a persegui-los.

Mas quando o César comprou, aí passam quatro anos de luta. O gado chegava meia-noite, botava meia-noite na fazenda... meus tí, a família tudo era daqui. O pai era, meia-noite, obrigado a ir tirar gado de dentro do terreno (...). Quando era no final da safra, quando é pra cá... realizar a safra né. Quando o povo falava com ele, perguntar se ele ia ajudar (...). Os primeiro fazendeiro arrumava gente pra ajudar. Quando foi falar, ele... ele... disse que não dava né. Mas se tivesse uma cabaça tinha que dar uma cuia pra ele. Que era de metade né.<sup>9</sup>

Os trabalhadores entraram com uma ação judicial requerendo a preferência de aquisição da propriedade, caso contrário, indenização pelas benfeitorias.

O resultado foi favorável a Cesar Campos, sendo expedido um mandado judicial que determinava a retirada das famílias no prazo de 24 horas. Lindolfo Cordeiro interveio a favor dos moradores, conseguindo sustar a ação de despejo. O caso continuava na justiça, enquanto isso eram orientados pelo Dr. Lindolfo a aguardarem a decisão judicial sem saírem das terras.

Apoiados pela Lei 4504, de 30 de dezembro de 1964, conhecida como Estatuto da Terra, e representados juridicamente pelos advogados da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE), Lindolfo Cordeiro e Ubirajara Alves, os agricultores resistiram ao latifundiário em caráter judicial (REVISTA HOMEM, ESPAÇO E TEMPO, 2013, p.4)

A Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, Estatuto da Terra, No art. 2º determinava que todos os contratos agrários seriam regidos pelas normas do presente regulamento, as quais eram obrigatória aplicação em todo o território nacional e irrenunciáveis os direitos e vantagens nelas instituídos (art. 13, inciso IV da Lei nº 4.947 -66). Onde constava que nos contratos agrários, qualquer que fossem a sua forma, contava obrigatoriamente, cláusulas que segurassem a conservação dos recursos naturais e a proteção social e econômica dos arrendatários e dos parceiros-outorgados. No parágrafo primeiro determinava a proibição de renúncia dos direitos ou vantagens estabelecidas em Leis ou Regulamentos, por parte dos arrendatários e parceiros-outorgados. Assim a lei:

---

<sup>9</sup> 11Entrevista com o Sr. Francisco Edilson Paes Silva, de 40 anos de idade, tinha entre 6 ou 7 anos na data do evento, residente na localidade de Garrote/Japuara. Entrevista realizada em 04/08/2005 em sua residência, junto com o seu pai Francisco Mariano Mundoca; in: Revista Homem, Espaço e Tempo, dezembro de 2013, p.4

a) favorecia o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutavam, assim como de suas famílias; que mantivessem níveis satisfatórios de produtividade; assegurava a conservação dos recursos naturais;

Sendo de responsabilidade do Estado:

a) promover e criar as condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil, de preferência nas regiões onde habita, ou, quando as circunstâncias regionais o aconselhem em zonas previamente ajustadas na forma do disposto na regulamentação desta Lei;

b) zelar para que a propriedade da terra desempenhe sua função social, estimulando planos para a sua racional utilização, promovendo a justa remuneração e o acesso do trabalhador aos benefícios do aumento da produtividade e ao bem-estar coletivo.

Enquanto aguardavam a decisão da justiça, os trabalhadores foram surpreendidos com a presença de 80 homens armados de revólveres, facões e foices que invadiram a Fazenda derrubando cercas e destelhando casas. Um dos moradores, Pio, atirou acertando um dos jagunços, a partir de então, Japuara tornou-se um “campo de guerra”, resultando, além da morte de um do jagunço, alvejado por Pio, foram vitimados um trabalhador rural, uma soldado e o delegado de Canindé.

Três trabalhadores foram responsabilizados pelo episódio, entre eles Pio Nogueira que juntamente com os demais se refugiou na mata, na região do Serrote de Santa Tereza, próximo da Fazenda Japuara, de lá pediram ajuda ao Dr. Lindolfo. Segundo relato de Lizardo, filho de Pio, seu pai enviara um bilhete ao Dr. Lindolfo pedindo para que ele fosse busca-los na mata, esse bilhete não poderia ser encontrado pela polícia que estava farejando todos os canto de Canindé. Feito o contato, Lindolfo seguiu para a região juntamente com a imprensa, pois era uma forma de garantir a integridade física daquelas pessoas. Seguiram no carro do “Diário Associado” para Fortaleza onde foram detidos no Corpo de Bombeiros até a liberação do Habeas Corpus.

Como o Estatuto da Terra previa a desapropriação em área de conflito, Lindolfo utilizou esse saber como forma de poder, e encontrou com o pedido de desapropriação da área, alegando desapropriação por fins social, por se tratar de uma região conflituosa, dois meses depois a Fazenda foi desapropriada pelo INCRA, sendo o primeiro caso de desapropriação do estado do Ceará.

Esse fato teve grande repercussão, tanto na imprensa local como internacional. Lindolfo Cordeiro, foi responsabilizado pelos acontecimentos da Fazenda Japuara, a partir da denúncia de um dos advogados da FETRAECE, José Ubirajara Alves, que em carta ao tenente

Coronel da 10ª RM, acusa Lindolfo de ser subversivo e de desfazer todos os acordos que a Federação realizava entre trabalhadores e proprietários rurais. Em um trecho da carta denúncia José Ubirajara deixa claro que Lindolfo não aceitava as negociações realizadas pelo sindicato.

Para isso, na mais completa falta de ética profissional, brio e critério, após eu fazer um acordo trabalhista na comarca de Pacoti, entre trabalhador rural e a Arquidiocese de Fortaleza (do imóvel “Sítio Bastiges”) com a presença do Dr. Juiz de Direito daquela Comarca, de advogado da parte empregadora, do trabalhador, isso, passado vários dias, vai êle e peticiona desfazendo tudo aquilo, alegando uma série de asneira e demonstrando que é um homem totalmente integrado a agitação social.(PROCESSO, 42/71- 10ª RM )

É interessante notar que a denúncia parte de dentro da própria Federação e é realizada por um advogado sindicalista, resultante das tensões interna a instituição. Sendo a instituição uma esfera de poder do Estado, não lhes garante um homogeneidade ideológica, uma vez que são constituídas por sujeitos com vivencias específicas e de uma multiplicidade de experiências, portadores de concepções diferencia de realidade. Dessa forma não podemos analisar os embates que se travaram, sobre as questões fundiárias, dentro de um esquematismo ideológico da instituição Sindical. Lindolfo e Ubirajara eram dois intelectuais, que compartilham da mesma formação, Bacharéis em Direito, ocupavam a mesma posição social dentro do sindicato, entretanto com práticas e concepções ideológicas antagônicas.

Martins (1984), chama a atenção para o fato de que as concepções burguesas de “progresso” que permeavam as questões agrária no país durante a Ditadura Civil-militar, impedia uma compreensão ampla da luta pela terra e o significado da intervenção militar para impedi-la ou desativa-la.

O fato de que as relações que marcaram os conflitos envolvem predominantemente a questão da propriedade, da expropriação e não a questão do trabalho, da exploração, faz com que as instituições cuja a prática política está centrada na concepção racional-legal do contrato social não possam abranger e nem mesmo perceber a especificidade dessas lutas sociais. (MARTINS, 1984, p.16).

É nessa brecha das relações institucionais que encontramos a atuação de Lindolfo Cordeiro, era uma intelectual, especialista em Direito Agrária, que lutava ao lado dos trabalhadores rurais por melhores condições de vida, isso implicava em defender seus direitos, no que tange todas as questões relacionadas a exploração desses trabalhadores por parte dos latifundiários, em suas vivencias específicas, cotidianas, não se voltava apenas a temática maior que permeava as discursões a nível nacional, a Reforma Agrária, mas de todas as formas de expropriação e exploração vivenciadas no âmbito das relações de trabalho nas

áreas rurais, nesse quadro se insere salários de acordo com o que a lei determinava, indenizações justas( de conforme com as benfeitorias e o tempo que esse trabalhador se encontrava nas terras), meeira<sup>10</sup> de conformidade com a legislação. Em sua carta de defesa, redigida pelo mesmo diz:

Como advogado da Federação dos trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará, tenho movido e acompanhando ações judiciais defendendo, em casos concretos, o direito do trabalhador rural, sobretudo no tocante ao pagamento justo da renda, e para evitar despejos de modestas e humildes famílias sem o competente e necessário decreto judicial, e visando, ainda, assegurar-lhe a justa indenização por benfeitorias úteis e necessárias. Tudo isso tenho feito, pela via judicial, e com base nas normas do direito agrário vigente (Lei nr. 4.504, de 30 de novembro de 1964; 4.947, de 6 de abril de 1966 e Decreto nr. 59.566, de 14 de novembro de 1966. (Defesa de Lindolfo Cordeiro, Extraída do processo 42/71).

A frente da FETRAECE, Dr. Lindolfo procurou inserir esses trabalhadores nos debates concernentes as questões agrárias, através do conhecimento que detinha sobre o Estatuto da Terra, enfrentava os poderes locais, ora legislando em prol do trabalhador rural, ora politizando esses sujeito ao incentivar a participarem das discursões de seus diretos. Dessa forma Lindolfo assumir uma postural de intelectual do tipo rural na perspectiva gramsciana, onde cabe ao advogado colocar em contato a massa de trabalhadores do campo com a administração estatal ou local, tendo uma função político-social,

Lindolfo Cordeiro era conhecedor das leis, como atesta a documentação consultada, se apropriando de seu saber, enfrenta os grandes proprietários rurais, em defesa dos direitos dos trabalhadores, difundindo ideais socialistas e fazendo verdadeiros sarais onde lia o Estatuto da Terra. Segundo Lindolfo:

Tanto o Estatuto da Terra como o Regulamento (Decreto nr. 59.599, de 14 de novembro de 1966) protegem o direito dos trabalhadores rurais, em suas relações de trabalho com o proprietário da terra. Além de especificar os direitos, a lei os tornou obrigatórios e irrenunciáveis (art. 2º e 13, item I do Decreto nr. 59.566/66). (Defesa de Lindolfo Cordeiro extraída do processo 42/71).

No depoimento de Francisco Herculano Sobrinho (Processo nº 42/71) ao Departamento de Polícia Federal no dia 05 de fevereiro de 1972, fica clara a política praticada por Lindolfo quando afirma que: “ele explicava que o estatuto era uma lei e que aquela lei mandava os agricultores trabalharem, então tinha que cumprir a Lei, trabalhando e sempre

---

<sup>10</sup> Que ou quem cultiva um terreno de outrem, com quem tem de dividir o produto daí resultante.

repetindo aqueles leitores que o trabalho era direito e que eles só deveriam pagar 20% e nada mais”.

Em outro documento do Departamento de Polícia Federal – Processo nº 42/71 – Diretoria Regional do Ceará \_ encontramos depoimento de Belarmino Alves Pereira e Paulo Alves Pereira, ambos trabalhadores da Fazenda São Felipe em Sobral, onde ocorrerá um conflito que resultou numa morte, afirmam que Dr. Lindolfo dizia:” Que eram os donos da terra, e que agiram daquela maneira autorizados pelo advogado do sindicato. Disseram ainda “que nos outros países os moradores eram donos das terras” citando inclusive a URSS e declaram também que o advogado do Sindicato havia mostrado a eles a Lei que, assegurava esse direitos”.

Nesse mesmo depoimento declara que deixou de pagar a renda no ano de 1970, em virtude da proprietária não querer receber, entretanto estava com a renda de D. de Paula Pessoa em sua casa, se referendo a parte de sua produção agrícola, constituída de feijão, farinha, algodão e mamona, sendo que a renda da mamona já havia sido entregue a proprietária. O pagamento do arrendamento era distribuído da seguinte forma: farinha e algodão 20%, e milho, feijão e mamona 10%, de acordo com o determinado pelo sindicato. Num entanto a proprietária se recusava a receber “vinha cobrando uma renda maior, não quer aceitar a renda como manda a lei”<sup>11</sup>

A partir da difusão do Estatuto da Terra no meio rural, os trabalhadores passaram a reivindicar seus direitos, não aceitando mais as determinações dos proprietários das terra, antes das práticas de conscientização realizadas por Lindolfo Cordeiro pagavam o que lhes eram exigido sem questionar.

Um outros exemplo é o caso Francisco Alves de Sousa que trabalhavam nas terras de dona Anaide, como arrendatário, havia 21 anos e pagava o uso da terra com 30% de feijão e 50% da farinha. Com o conhecimento do que a lei determina, passou a recusa-se a pagar o que era exigido pela proprietária.

A lei determinada 20%, era o que o Dr. Lindolfo dissera, então só iriam pagar aquela quantidade.

No depoimento do senhor Antônio Domingos Pereira diz que há ‘trinta anos trabalhava nas terras de D. Anaide Andrade e que nos últimos anos aquela senhora vinham empinando o mesmo de trabalhar em sua propriedade, mas como não tinha outro lugar pra ir continuava trabalhando naquelas terras para sustentar seus nove filhos, brocou a terra e que

---

<sup>11</sup> Depoimento extraído do processo crime 42/71, p.66, in: Brasil nunca mais. Disponível em [http://bnm-acervo.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB\\_01&pesq=lindolfo+cordeiro](http://bnm-acervo.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&pesq=lindolfo+cordeiro).

iria plantar, obedecendo o que manda a lei: que não é morador da D. Anaide, não se utiliza das frutas da propriedade dela e que paga a meeira que ela cobra.<sup>12</sup>

#### 4 Conclusão

Eram múltiplas as condições de existência do homem no meio rural, eram posseiros que a muitos anos trabalhavam a terra e que agora se viam obrigados a deixá-las, os meeiros e arrendatários que já não aceitavam as quantidades impostas pelos proprietário, trabalhadores que queria seus salários de acordo com o estabelecido por lei, se configurava agora novas relações onde esses trabalhadores lutavam pelo sustento de sua família, por melhores condições de vida.

A luta empreendida pelos trabalhadores rurais do Sertão do Ceara durante a ditadura civil-militar no Brasil, foi uma resposta as novas relações de trabalho que se apresentavam naquela conjuntura, não se travava apenas da reforma agraria, ligada a expansão capitalista industrial no meio rural, mas de uma nova relação contratual regida por lei, o Estatuto da terra, que regulamentava de certa forma os direitos daqueles trabalhadores.

Os trabalhadores não se negavam a pagar o que era determinado por lei, muito pelo contrário, quando os proprietário se recusavam a receber o que eles se propunham a pagar, o pagamento era guardado, até uma decisão contrária. Eles não aceitavam mais era se expropriado, explorado.

Lindolfo se insere nessa luta se posicionando ao lado dos trabalhadores rurais e buscando através do conhecimento que detinha sobre a lei, atenuar as contradições sociais existente no meio rural, através do seu saber acessava o poder, redirecionando-o, atuando em defesa dos trabalhadores.

Segundo Arendt (2007) a ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde, para à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política.

Segundo Michel Foucault a politização de um intelectual tradicionalmente ocorre através da posição intelectual que o mesmo ocupa na sociedade Burguesa, no sistema de produção capitalista, na ideologia que ela produz ou impõe (ser explorado, reduzido à miséria,

---

<sup>12</sup> Depoimento prestado por Antônio Domingos Pereira ao Delegado Cel.PM. Cristóvão Peixoto de Holanda em 13 de janeiro de 1970, na cidade de Sobral- CE. In Proc.42/71, p.66. [http://bnm-acervo.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB\\_01&pesq=lindolfo+cordeiro](http://bnm-acervo.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&pesq=lindolfo+cordeiro)



rejeitado,” maldito” ou acusado de subversão), como também esse intelectual é considerando politizado ao perceber nas brechas da sociedade relações políticas onde normalmente não são percebidas, construindo seu próprio discurso de verdade. Nessa perspectiva Lindolfo Cordeiro cumpria seu papel de intelectual uma vez que ao utilizar a lei expressa pelo próprio Estado de direito, traduzia aos trabalhadores rurais uma outra forma de conceber a realidade, isso não implica que os mesmos não tinham um entendimento acerca dessa realidade, que caberia ao intelectual dizia a verdade àqueles que ainda não a viam e em nome daqueles que não podiam dizê-la: consciência e eloquência (FOULCAULT,1979).

Os trabalhadores tinham conhecimento de sua realidade, os conflitos eram resultantes dessa tomada de consciência, num entanto não tinham ferramentas para acessar o poder, ou pelo menos não sabiam que as tinham. Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber (Foucault, 1979),

#### **Notas:**

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BRASIL, Secretaria Especial dos Direitos Humanos.Comissão **Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. Direto à Verdade à Memória [Livro]. - Brasília : [s.n.], 2007.

\_\_\_\_\_ **Direito à Memória e à Verdade - Retrato da Repressão Política no Campo - Brasil 1962 -1985** - Camponeses Torturados Mortos Desaparecidos. [Livro]. - Brasília : [s.n.], 2010.

BRASIL NUNCA MAIS. Em <http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/>

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da repressão política no campo Brasil1962-1985: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: MDA, 2010

SOUSA, Simone. (Org.) **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, Typographia Urânia, Stylus Comunicações, 1995.



## ***História do Brasil* (1900) de João Ribeiro: a nação branqueada como horizonte de expectativa.**

Elvis Hahn Rodrigues<sup>1</sup>

### Resumo:

Nosso trabalho é o resultado preliminar da pesquisa “A nação brasileira como narrativa escolar: um tempo histórico nos livros didáticos de História (1861-1933)”. Investigamos a representação da nação brasileira em diferentes manuais de História. Nossa comunicação analisa uma de nossas fontes, a *História do Brasil*, de João Ribeiro, publicado em 1900. Nossa análise aponta que a *História do Brasil* possui um horizonte de expectativa no conceito de nação, conforme Koselleck. A partir de um novo cruzamento da raça *mameluca* nacional com os imigrantes europeus, a nação brasileira teria condições de se adaptar as mudanças históricas da modernidade ocidental.

### Abstract:

Our paper is the preliminary result of the search "Brazilian nation as school narrative: a historical time in history textbooks (1861-1933)". We investigate the representation of the Brazilian nation in different history books. Our communication examines one of our sources, the history of Brazil, João Ribeiro, published in 1900. Our analysis shows that the history of Brazil has a horizon of expectation in the concept of nation as Koselleck. From a new cross breed Mamluk national with European immigrants, the Brazilian nation would be able to adapt the historical changes of Western modernity.

João Ribeiro (1860-1934), autor de *História do Brasil*, de 1900, é o nosso autor analisado. Ribeiro viveu um momento distinto dos professores anteriores trabalhados. Viveu a fase final do Império e o surgimento da República, viveu e conviveu com o turbilhão de ideias que transformaram o Ocidente, a Segunda Revolução Industrial e o desenvolvimento da Ciência decorrente dessa revolução.

Ao lado disso, nosso autor manteve algumas permanências entre o nosso circuito intelectual, caracterizamos como Polígrafo, em função da diversidade de assuntos que escreveu ao longo de sua trajetória intelectual. Nascido no nordeste e, posteriormente, viveu e morreu no Rio de Janeiro dos anos de 1930, já mergulhado no período da chamada

---

<sup>1</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Bolsista CAPES. Professor do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Angra dos Reis. Orientação da professora Dra Arlette Medeiros Gasparello.

Era Vargas. Tantos deslocamentos e mudanças políticas, de alguma maneira, transformaram as percepções desse intelectual sobre o Brasil, a política e a nação brasileira.

Nascido em Laranjeiras, na então Província do Sergipe, em 1860; teve acesso as primeiras letras na sua terra natal e, especialmente, na convivência com o seu avô. O que lhe permitiu demonstrar o seu talento e ingressar nos estudos secundários no Liceu de Aracajú, onde mais uma vez se destacou e ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia. Contudo, não levou à termo o curso, abandonando-o; ingressou, ainda, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, que também não foi concluída. Sua formação em nível superior só se completou em 1894, em Ciências Jurídicas, quando há muito já vivia no Rio de Janeiro, como jornalista, professor e autor de livros de gramática portuguesa.

Por volta dos 21 anos de idade, em 1881, foi viver no Rio de Janeiro, a capital do Império e onde estava a maior parte de intelectualidade brasileira, com a circulação de jornais e revistas que transformavam em direção a uma fisionomia urbana para a capital. Exerceu o magistério em instituições de ensino privado como o Colégio São Pedro de Alcântara e Colégio Alberto Brandão. Após essa experiência trabalhou como funcionário da Biblioteca Nacional, onde manteve contato com boa parte dos acervos a respeito da História do Brasil e conviveu com outro historiador proeminente de seu tempo, João Capistrano de Abreu.

A partir dessa experiência sua trajetória intelectual ganharia mais consistência, especialmente, com a publicação de obras sobre a língua portuguesa, sua evolução e transformação do Brasil. Embora tenha se candidatado a professor de Língua Portuguesa em 1887, foi nomeado três anos depois como professor de História Universal do Colégio Pedro II. A partir daí, seus biógrafos nos indicam maior conforto e segurança financeira para o nosso polígrafo, o que lhe permitiu alçar voos maiores e publicação de vários livros, sejam didáticos ou não.

A produção de manuais didáticos, isto é, dedicados ao ensino foi uma das facetas de João Ribeiro, como indica José Veríssimo, quando o recepcionou na Academia Brasileira de Letras, em 1915: “Um milhão de brasileiros conhecem o vosso nome, tanto o levaram a todos os recantos do país”. (ABL, 2005, p. 40). Quer dizer, a produção didática de Ribeiro o tornou popular no meio escolar; contudo, isso ocorreu com os seus livros de gramática.

João Ribeiro se destacou pela produção jornalística, como crítico de publicações bibliográficas diversas, que iam desde livros de História, Literatura, tradução de obras clássicas, bem como, análises das conjunturas políticas de seu tempo. Assim como a sua atividade como professor, o jornalismo percorreu, praticamente, toda a sua vida. Em um momento anterior, podemos averiguar diversas publicações em diferentes jornais como o Jornal Estado de São Paulo e o Jornal do Brasil, cujo vínculo se manteve até 1934, ano de seu falecimento<sup>2</sup>. Escreveu para muitos jornais e revistas de Rio e São Paulo, como o Jornal do Brasil, Revista Sul Americana, Estado de São Paulo, *A Gazeta da Tarde*, *O Globo* (de Quintino Bocaiúva), *A Época*, *A Semana*, *O País* e o *Correio do Povo*. De acordo com um dos seus biógrafos, Carlos Devinelli (1945), embora o magistério lhe desse a segurança e a estabilidade financeira, seus maiores dividendos provinham da atividade jornalística. O que justifica a longevidade nessa atividade, mesmo após ter se aposentado do Colégio Pedro II, em 1926.

Sem dúvida foi um sujeito histórico que soube aproveitar as oportunidades que o mercado editorial de sua época podia oferecer, porque além de jornalista foi autor de manuais escolares, seja de gramática portuguesa, seja de História; aos quais podemos mencionar *História Antiga (Grécia e Oriente)*, de 1892, *História do Brasil*, de 1900, *História Universal*, de 1918, *História da Civilização*, de 1932 ou *Gramática Portuguesa*, de 1887.

A transformação do Estado como maior comprador de livros escolares e o fato de pertencer ao principal conglomerado editorial, a Francisco Alves, cujo dono de mesmo nome, tornou-a a maior livraria do Brasil, durante a Primeira República. Tais condições permitiram ao nosso polígrafo ser conhecido do grande público, como já indicou Veríssimo.

Tais trabalhos permitiram, também, a João Ribeiro escrever livros de outra natureza, mais teórica e aprofundada, como foram os seus trabalhos de História da Língua Portuguesa e de Filologia, e obras literárias. São elas: *Dicionário Gramatical* de 1889, *Páginas Estéticas* de 1905, *Frases Feitas I* de 1908, *Frases Feitas II* de 1909, *Fabordão* de 1910, *A Língua Nacional* de 1921, *Notas de um Estudante* de 1921, *Colméia* de 1923,

---

<sup>2</sup> A minha dissertação de mestrado defendida em abril de 2011, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, versou, entre outros assuntos, a biografia de João Ribeiro, porque naquele momento analisávamos a sua *História do Brasil* e como ele representou a nação brasileira, a partir do debate intelectual daquele período.

*Cartas Devolvidas* de 1926, *Curiosidades Verbais* de 1927 e *Florestas de Exemplos* de 1931.

Como intelectual, num momento progresso caracterizamos da seguinte maneira:

não dogmatismo, sua curiosidade em considerar novas ideias das mais diversas áreas do conhecimento, o que fazia numa tensão dialética entre o seu conservadorismo e a sua rebeldia. Em verdade, não tinha um pensamento acabado, ao contrário, estava aberto às mudanças, às leituras que fazia sobre os mais variados campos do conhecimento. Em torno das questões políticas, como República ou Monarquia, era afeito a ordem, pela mudança em vias institucionais, desde que levassem em consideração as índoles psicológicas do povo brasileiro e preservasse o país de uma guerra civil e sua unidade política. A questão entre os dois regimes não era apenas uma questão de mudança, não se poderia fazer uma transposição da ordem política que havia nos Estados Unidos e na América Latina para o Brasil. Trata-se, antes, de levar em conta as relações históricas que aqui se estabeleceram, e como estas poderiam se coadunar num regime como o republicano, que necessita das características de uma sociedade, dotada de *self-government* para funcionar. Justamente o aspecto que a sociedade brasileira não tinha e, pontualmente, expresso por João Ribeiro em sua *História do Brasil*. Essa questão nos dá pista sobre sua admiração pelas figuras de Dom Pedro II, Floriano Peixoto e Getúlio Vargas; afinal, ambos, chefes de Estado, caracterizaram-se pela sua força de coesão nacional e unidade política. Tal centralidade política dessas personagens pode ser interpretada como caminho viável a uma sociedade sem as prerrogativas do *self-government*, que só a educação e a boa miscigenação poderiam constituir. (RODRIGUES, 2011, p. 54).

Nosso entendimento é que o João Ribeiro possui leituras conservadoras a respeito do povo brasileiro, sua História, embora percebesse as lacunas dessa narrativa. Imbuído das teses cientificistas de seu tempo, desconfiava da capacidade do povo brasileiro em desenvolver as habilidades de se autogerir e organizar, o que nos permite compreender os artigos encomiásticos em torno de figuras políticas que concentraram o poder em suas mãos, como os mencionados na passagem.

Tais habilidades, *self-government*, poderiam ser edificadas a partir da miscigenação da já nação mameluca com os imigrantes europeus que vieram para o Brasil, em sua época, é o que Sílvio Romero chamou de boa mestiçagem, porque branqueava o povo brasileiro com povos que, de alguma forma, tinham relações históricas

e culturais com o Brasil, diferente, dos povos asiáticos que vieram na mesma época e que Romero condenava.<sup>3</sup>

Outra passagem digna de nota biográfica de sua vida intelectual foi a sua passagem pela Academia Brasileira de Letras, em que foi empossado em 1898. Embora tenha pertencido ao circuito intelectual que deu origem a ABL, não foi um de seus fundadores em função de estar na Europa no momento de sua fundação, (1898).

Sua presença na ABL ficou marcado pelo embate com Machado de Assis, em torno do formato da Academia, que para Ribeiro deveria ser formado não apenas por homens das letras e de produção literária, mas de intelectuais de diferentes campos do conhecimento, como o jornalismo, a jurisprudência, entre outros. Exerceu diferentes cargos na instituição, foi eleito presidente, em 1926, porém, recusou o resultado e renunciou. Teve opiniões e posições diversa, acerca da entrada das mulheres na Academia: em 1912 foi contra, em 1927 se mostrou favorável. O que pode nos dar pistas sobre o seu conservadorismo acerca de suas posições.

A partir de nossa análise sobre a produção intelectual de Joao Ribeiro, suas inquietações sobre a evolução da Língua portuguesa e a História do Brasil, percebemos como a primeira foi fundamental para o desenvolvimento da segunda. De outro modo, a Língua Portuguesa é uma chave de leitura para a compreensão da sociedade brasileira e o seu desenvolvimento histórico.

Para o nosso polígrafo, a evolução da língua portuguesa no Brasil teve movimentos históricos diversos de sua origem, em Portugal, pois fora enriquecida com a experiência histórica da América<sup>4</sup>, com o encontro entre os povos Bantos e Tupis, o que deu fisionomias próprias, especialmente, topográficas, a fauna e flora brasileira. Afinal, havia a necessidade de dar novos nomes as coisas e lugares desconhecidos pelos portugueses e, para isso, foi fundamental a experiência anterior das nações autóctones, que aqui viviam e suas contribuições linguísticas.

Outro elemento ou um dos pilares que representa a nação brasileira em João Ribeiro é a raça. Na representação histórica de João Ribeiro, é uma questão muito cara na análise histórico-sociológica do Brasil, pois é no cerne do seu caráter moral que nosso

---

<sup>3</sup> Ver mais: ROMERO, S. *História da Literatura Brasileira*. Contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da literatura brasileira. Tomo 1º, 6ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1960.

<sup>4</sup> Ver mais: RIBEIRO, J. *A Língua Nacional*, de 1921.

autor explica o porquê do atraso social do Brasil ante o Ocidente. A moral está imbricada nas virtudes das raças, acumuladas ao longo de sua história. A miscigenação ocorrida ao longo de quatrocentos anos de história constituiu uma raça, a mameluca, desmoralizada, sem as virtudes de constituir um Estado superior, com as habilidades do *self-government*, ou seja, constituir uma República.

Na leitura de João Ribeiro, as raças têm habilidades inatas, isto é, uma natureza ontológica que lhes caracteriza e as distingue entre si, leitura esta que não está apenas exposta na *História do Brasil* de 1900, mas se encontra presente também em suas publicações sobre História Geral, como a *História Universal* e a *História da Civilização*, cujo sentido da História está, primeiramente, na formação da ideia de nação, de unidade social de um povo, e o legado de cada civilização. Na formação dos Estados nacionais, isso fica mais explícito na história moderna e contemporânea. O argumento da raça, como formadora de cada povo, está nas linhas narrativas de cada capítulo.

Por outro lado, João Ribeiro enuncia novos paradigmas para a formulação da nacionalidade brasileira com a inserção de questões racialistas e científicas para a interpretação do processo histórico. Assim, sua narrativa se construiu por temáticas e não uma cronologia histórica de acontecimentos, tendo personagens políticos e heróis de guerra como protagonistas da narrativa. A *História do Brasil* de João Ribeiro traz elementos culturais, problematiza o cruzamento das raças e a moral constituída por essa miscigenação.

Se a questão da raça é silenciada nos manuais do império, em João Ribeiro é profundamente problematizado. A miscigenação entre europeus, africanos e americanos foi o motor para a formação da raça nacional *mameluca*.

Os mamelucos são caracterizados pela incapacidade política de se autogovernarem, seus regimes políticos são forjados pelo espectro da civilização europeia, mas não se coaduna com o espírito destrutivo de sua natureza, isto é, um elemento que lhe é ontológico, comum a todos os nacionais e latino americanos, e assim, sua história política é marcada:

Em geral, assimilam e preferem as theorias e os systemas mais radicaes porque esses são possíveis só com a demolição da sociedade; cortejam assim a civilização e ao mesmo tempo satisfazem o instinto fundamental que é, como o das crianças, puramente destrutivo. Sem o apoio moral dos costumes, as mutações de espírito são nellas rapidas e vertiginosas. Da religião



passam á impiedade e ao atheísmo; do governo ao anarchismo, e pode dizer-se generalizando, na ordem amam a subversão. Aquelles que descendem da escravidão ou da floresta viva nada têm com o passado que a prole d'elles, não tendo nobreza, não a estima. Nada aceitam da historia, que naturalmente lhes é suspeita ou indifferente, e buscam remedio impossivel nas utopias do futuro que a sua fragil moral não comporta; assim sorriem dos reis que a historia consagrou e ainda escarnecem mais dos deuses falsos que elles proprios fabricam e se propõem inutilmente a venerar. Nem sabem governar nem ser governados; primeiramente porque confundem auctoridade com a força que para elles é o unico symbolo d'ella; e depois confundem a obediencia com servilismo. Tão grande é a alegria no mandar como é ignominiosa a vergonha no obedecer. E como a obediencia é para elles a escravidão, cada um e todos luctam por uma parcella do mando como por um alimento essencial á vida; e por isso pela força ou pela fraude falsificam todos os actos e processos da vida publica que conduzem ao poder. Contam assim, os annos da existencia pelas revoluções e pelas crises; desprezam o trabalho (que é sempre de Tantalos porque podem crises e as revoluções d'um golpe destruil-o) pelos azares e empregos. O governo é, pois, para elles afinal de contas um orgão do communismo e um agente da redistribuição da fortuna. (RIBEIRO, 1935, p. 373-4)

Ou seja, incapazes de se governarem e serem governados, satirizam a História, confundem autoridade com autoritarismo e obediência com servilismo, tudo isso expressões de uma nação cuja raça tem apenas o amor ao poder, aos interesses econômicos, como ele chama ao longo de seu livro, — interesses imediatos. Assim, a consciência das limitações da raça nacional era o primeiro passo para superação dos obstáculos para a construção de uma nação moderna e civilizada. Desse modo, a nação não estava perdida, há um caminho a ser seguido para a superação desse estado social. E o caminho, segundo Ribeiro, estaria no esforço secular pela educação bem como,

O único remédio para esses povos é o mesmo da antiga colonização, o povoamento continuo e a imigração européa (...) que trabalha nos officios e arroteia os campos, inculca a vida e coordena essas desordens. (RIBEIRO, 1935, p.374)

Entretanto, a educação como é mencionada não basta, pois a raça constituída estava condenada; deveria haver mais um movimento de miscigenação levado a termo com a imigração europeia, aliás, em grande expansão, nesse período. Assim, o novo

movimento de miscigenação facultaria ao novo povo brasileiro as virtudes para a organização de uma sociedade civil.

É o que nos termos de Koselleck e de Paul Ricoeur entenderíamos de se tratar de uma experiência temporal, que relaciona passado, presente e futuro da nação brasileira com o seu horizonte de expectativa, qual seja, o de atingir um nível civilizatório e progresso material similar ao das nações do ocidente; em que o caminho adotado seria o da educação da nação mameluca combinado com imigração europeia.

## **BIBLIOGRAFIA:**

MACEDO, Joaquim Manoel de. *Lições de História do Brazil para uzo dos alumnos do Imperial Collegio Pedro Segundo*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial, 1861.

\_\_\_\_\_. *Lições de História do Brazil para uzo dos alumnos do Imperial Collegio Pedro Segundo*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial, 1863.

MAIA, Luís de Queirós Mattoso. *Lições de História do Brazil proferidas no Internato do Colégio Imperial Pedro II*. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior; Typ. Editor, s/d.

RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Curso Superior segundo os programmas do Collégio Pedro II. 13° ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1935.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. Tradução: Lolio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.

BARROS, Roque Spencer Maciel. *A ilustração brasileira e a ideia de universidade*. São Paulo: Edusp/Convívio, 1986.

BENTIVOGLIO, Júlio. A História Conceitual de Reinhart Koselleck. *Vitória, Dimensões*, vol. 24, p. 114-134, 2010.

BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. Tese (doutorado em História Social). São Paulo: FFLCH, 1993.

\_\_\_\_\_. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n.3, set./dez. p. 475-491. 2004a.

\_\_\_\_\_. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004b.

\_\_\_\_\_. *Livro didático e saber escolar 1810-1910*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BONFIM, Manoel. *A América Latina – males de origem, o parasitismo social e evolução*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

CHOPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004.

GASPARELLO, Arlette de Medeiros. *Construtores de identidades: A pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004.

\_\_\_\_\_. O livro como referência da cultura histórica. In: MAGALHÃES, Marcelo; ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

GONTIJO, Rebeca; MAGALHÃES, Marcelo. O Presente como questão: a República nas histórias do Brasil de João Ribeiro (1860-1934) e a proposição de uma ética da atualidade. In: GONTIJO, Rebeca; MAGALHÃES, Marcelo; ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

HANSEN, Patrícia Santos. *Feições e Fisionomias: A história do Brasil*. Rio de Janeiro: Access Editora, 2000.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade*. Tradução: Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

IGLÉSIAS, Francisco. *Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, IPEA, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. *O futuro passado: contribuição semântica aos tempos históricos*. Tradução: Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2007.

\_\_\_\_\_. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos, Rio de Janeiro*, vol. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.



# Índios em Estado de Invisibilidade: Os Puris de Campo Alegre e o Diretório Pombalino numa Perspectiva Multiculturalista e Intercultural

## Introdução

O presente ensaio pretende fazer uma rápida discussão sobre a formação do Aldeamento de São Luis Beltrão na região de Campo Alegre da Paraíba Nova. O Aldeamento, habitado pelos índios Puris, cuja formação foi a partir de um grande conflito na região e em plena vigência do Diretório Pombalino no final do século XVIII, lei indigenista do Estado Metropolitano Português. Nessa discussão procuramos identificar em pressupostos teóricos de distintas correntes historiográficas, uma que defenda a dominação da etnia Puri a partir do processo de aculturação ou assimilação do índio. E outra relacionada ao processo de Multiculturalismo e de Interculturalidade, procurando entender o processo de invisibilidade do índio Puri na região.

No final dos setecentos, Campo Alegre era uma vasta região vista pelo colonizador português como uma área de “sertão” ocupada pelos “índios brabos”<sup>1</sup>, dividida em várias etnias, com predomínio dos Puris, Coroados e Coropós, todas estas etnias ligadas ao mesmo tronco lingüístico, o macro-gê<sup>2</sup>. Em meados do século XVIII, o crescimento econômico da região levou o deslocamento populacional para a região, e conseqüentemente, o avanço das chamadas frentes colonizadoras para a região, o que levou à fundação da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campo Alegre da

---

<sup>1</sup> Sobre essa temática MALHEIROS afirma que “Em relação às aldeias criadas ao longo do litoral desde XVI, o mote, sobretudo no século XIX, era classificar os índios que ali viviam como civilizados, caboclos aculturados que dispensavam qualquer tratamento especial ainda garantido por lei aos índios, os direitos sobre suas terras. De outro lado, a detecção de “índios brabos” e soltos pelo sertão instigava um discurso sobre a necessária intervenção da mão “civilizadora” da “sociedade civil” sobre eles, instituindo-se, a partir de então, religiosos, militares e particulares na tarefa de contratá-los e “civilizá-los”. (...) Quando em 1767 o militar Manoel Vieyra Leão classifica os índios “soltos” do Rio de Janeiro como “brabos” e seu promissor território como “sertão”. MALHEIROS, Márcia, *“Homens da Fronteira” Índios e Capuchinhos na Ocupação dos Sertões do Leste do Paraíba ou Goytacazes, século XVIII e XIX*,UFF, Niterói, 2008. p. 39.

<sup>2</sup> A Família Puri foi vinculada pelo pesquisador Aryon Rodrigues ao tronco Macro-Jê. Dividida em 23 línguas, espalhava-se também por regiões que atualmente fazem parte dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo. Doze delas eram faladas no Rio de Janeiro.. FREIRE, José Ribamar Bessa e MALHEIROS, Márcia Fernanda. *Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro*, EDUERJ, Rio de Janeiro 2010, p 8 e 9.<http://www.taquiprati.com.br/arquivos/pdf/Aldeamentos2aedicao.pdf>, acesso: 04 de janeiro de 2011.

Paraíba Nova, que em 1801 foi elevado a condição de vila com o nome de Resende, e por conta disso, um aumento dos atritos entre os índios Puris e colonos que se deslocavam para a região.

O projeto colonizador da coroa portuguesa na era Pombal organizado a partir do Diretório, política indigenista que procurou desenvolver critérios com claros indícios “civilizacionais”, que para alguns historiadores, se tratava de um conjunto de leis que objetivava transformar o índio em vassalo do rei<sup>3</sup>. Sendo criado a princípio para as capitanias do Maranhão e do Norte da colônia Lusitana na América, o Diretório passou a ser estendidos as demais regiões inclusive a província do Rio de Janeiro e a sua região de Campo Alegre da Paraíba. Neste ensaio vamos nos ater apenas ao Diretório, pois temos a intenção de buscar discutir a legislação indigenista que foi promulgada pelo Estado Metropolitano português e suas conseqüências, e o discurso de civilizar o índio dentro do contexto de tentativa de dominação que levaria a abertura da discussão sobre a existência nessa dominação uma ação assimilacionista desses índios, o que levaria a sua invisibilidade nos documentos oficiais, ou um processo de resistência a essa dominação, o que seria um multiculturalismo ou até mesmo uma interculturalidade.

## **A ocupação dos Sertões de Campo Alegre da Paraíba Nova**

A região Sul da então capitania do Rio de Janeiro, e especificamente a do Médio Vale do Paraíba, nos setecentos, era chamada de Campo Alegre da Paraíba Nova, uma vasta região que se estendia da fronteira de São Paulo com o que é hoje o município de Resende, até a confluência do rio Preto com o Paraíba e este com o rio Paraíba do Sul. Do Litoral para o interior tinha como sua divisa a serra do Mar e também rio Preto, fronteira natural com a província de Minas Gerais. Campo Alegre era uma antiga região de passagem das áreas mineiras, com grande proximidade ao caminho real ou caminho velho do ouro que ligava essa região ao litoral<sup>4</sup>. Podemos identificar no documento abaixo a possibilidade de Campo Alegre se localizar numa região que aparentemente era um caminho para as regiões mineiras:

---

<sup>3</sup> DOMINGUES, Ângela. *Quando Os Índios Eram Vassallos, Colonização e Relação de Poder no Norte do Brasil Na Segunda Metade do Século XVIII*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 2000.

<sup>4</sup> Mapa Caminho real do ouro, caminho velho. <http://diretoriomonarquicodobrasil.blogspot.com/2010/12/paraty-estrada-real-reviva-os-bons.html>.

Ilmo Ex<sup>o</sup>. SM. Informe a Sr. Chanceler ouvido por escripto ao Sr Procurador da Câmara. Diz Francisco Manoel da Silva de Melo, Cap.<sup>a</sup> do Regimento de Estr.<sup>a</sup> desta Praça, q lhe tem possibilidade e força para poder estabelecer uma fazenda de creações e cultura, e por que tem a certeza q no Distrito de Campo Alegre se achão terras devolutas no novo caminho que se abril para Minas, nas margens do rio Negro entre as terras dos índios da Aldeia de São Luis, correndo sua medição, pelo R<sup>o</sup> acima e pelo Rio abaixo, Rogo a Vs Ex<sup>a</sup> lhe faça a mercé de conceder a Sesmarias duas legos de terras completas com os seus respectivos Sertons.(grifos nossos).Para Vs Ex<sup>a</sup> seja conceder lhe a dita Sesmaria. E R M<sup>5</sup>

A possibilidade de Campo Alegre ter sido uma rota de ouro elevaria a importância da região para a coroa portuguesa, e podemos conjecturar como o fator que viabilizou a ocupação e fundação da freguesia de Nossa Senhora de Campo Alegre da Paraíba Nova pelo Alvará de 02 de janeiro de 1757<sup>6</sup>. Sobre essa possibilidade de Campo Alegre ter sido uma região de “passagem” sendo uma rota alternativa de ouro para o litoral, vamos utilizar os apontamentos de Monsenhor Pizarro, memorialista que confirma esta possibilidade<sup>7</sup>. Segundo ele, no começo do século XVIII, Campo Alegre era passagem de bandeirantes paulistas, à procura de ouro e do apresamento de índios.

João Maia - outro memorialista do final do século XIX - em seu livro “Descobrimento de Campo Alegre até a Criação da Vila de Resende”, pontua que no século XVII, havia na região dos Sertões do Rio Paraíba, apenas algumas pequenas capelas e curado, sendo uma das mais antigas era a capela de Paraíba do Sul, curada em 1719<sup>8</sup> e o de João Marcos e 1742<sup>9</sup>. Porém, a Paraíba Nova, em sentido oposto a Paraíba do Sul, já era conhecida por Garcia Rodrigo Paes Leme em 1683, conquistador que descobriu um caminho pelos fundos da serra dos Órgãos até as Minas Gerais. Com a

<sup>5</sup> ANRJ. Manuscrito do Pedido de Sesmaria de Francisco Manoel da Silva de Melo, na região do Rio Negro e de Campo Alegre da Paraíba Nova. 1798. Fundo Sesmaria: Conjunto Documental: Sesmaria. Código do Fundo BI 15144. microfilme n<sup>o</sup> NA 031-2005.

<sup>6</sup>Foi ela erigida em honra a Nossa Senhora da Conceição de Campo Alegre, recebendo dez anos após a sua construção, por Alvará de 2 de janeiro de 1757, o predicamento de freguesia. Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, Edição. 11. RJ. 1958. P. 228.

<sup>7</sup> Das Minas Gerais se faziam extravios imensos do ouro, e dod diamantes por dentro do Sertão da Mantiqueira para o Rio de Janeiro, que era oculto de ambos os Generais de ambas as Capitánias. ARAÚJO E PIZARRO, José de Souza Azevedo. Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das Províncias annexas a’jurisdição do Estado do Brasil, Tomo V, Livro. V. Imprensa Régia. 1820. p.48.

<sup>8</sup> Descobrimdo Garcia Rodrigues Paes Leme pelos fundos da Serra dos Orgaons os caminhos para as Minas Geraes (de que era Guarda Mor, e fora um dos primeiros de seu 9 povoadores), por concessão do Ordinário levantou na margem do Rio Pará-iba, debanda d'alem, uma Capella (...) o Bispo D. Francisco a mesma Capella com o character de Curada , e deputou-lhe Livros próprios para Assentos de Casamentos , Baptismos , e Fallecimentos , que principiaram à ter exercicio no mez de Maio de 1719. PIZARRO. Op. Cit. 102 -103.

<sup>9</sup>MAIA João Azevedo Carneiro. *Do Descobrimento de Campo Alegre até a Criação da Vila de Resende*, CCMM, Resende, 1998, 2<sup>o</sup> edição.. Op. Cit. p.1.

abertura de novos caminhos, no começo do século XVII, são solicitadas sesmarias pelos seus desbravadores, onde se intensifica a presença colonizadora na região, onde Garcia Rodrigo Paes Leme, e Bernardo Proença, ocuparam algumas áreas na região da Paraíba Nova<sup>10</sup>. Porém, o processo de ocupação da região começa no século XVIII e que segundo Monsenhor Pizarro, iniciou-se com a chegada de Simão da Cunha Gago, na Capitania de São Paulo, com uma expedição que se estabeleceu na região, o qual pretendia procurar ouro e conquistar os ameríndios que povoavam os sertões da ainda desconhecida Campo Alegre:

Perseguido Simão da Cunha Gago por adversa fortuna na Capitania de S. Paulo, onde era Coronel, e habitante, passou à das Minas Gerais com o destino de melhorar a sua sorte, para o que assentou vivenda no sitio da Lagoa denominada Ajurú-ócu<sup>11</sup>. Mancomunado ai com outros, entrou no de signo (bem que occulto) de pesquisar ouro, e pedras preciosas;(...) para entrar em conquista do Gentio, povoador do Sertão da sua vizinhança. Corra essa faculdade rompeu afoitamente os matos, atravessou rios, e chegou às margens do conhecido com o nome de Pará-iba.(...) dando ao terreno o nome de Campo Alegre, com que fizeram conhecido o paiz de novo habitado<sup>12</sup> [...] (grifos nossos).

Dentro do relato de Pizarro, Simão Cunha Gago foi o fundador de Campo Alegre, através de uma expedição, no estilo dos bandeirantes, procuravam riquezas e buscavam apresamento de índios. Além disso, outro fator que poderia ter provocado o avanços das fronteiras coloniais em direção a Campo Alegre seria a existência de fortes indícios da existência de ouro nessa região, possibilidade explicitada na fonte abaixo:

Domináveis povos, q' pobrememente vivem naqueles certoens na conceção e faculdade de tirar Ouro resultará grandes lavras nos Reais Qz\\uintos de S. Magestade, principalmente não sendo necessária, q' a Real Fazenda sedetrimente alguma, pois não só os habitantes das duas freguesias S. João Marcos, Campo Alegre. Rio de Janeiro a 19 de junho de 1791 Simplicio de Castro Vitorino – Comandante da Costa<sup>13</sup>

Uma concentração populacional que poderia ter ocorrido diante da ocupação de colonos atraídos pelo ouro e pelo comércio para abastecer os tropeiros e exploradores

---

<sup>10</sup> LEMOS, Marcelo Sant'ana. O Índio Virou Pó de Café? A Resistência Dos Índios Coroados de Valença Frente à Expansão Cafeeira No Vale do Paraíba (1788-1836), Dissertação de Mestrado, UERJ, Rio de Janeiro, 2004.p. 34.

<sup>11</sup> Ajurú-ócu que dizer Papagaio criado na Pedra, ou Casa de Papagaio. PIZARRO. Op. Cit. 37.

<sup>12</sup> Idem. p. 37- 38.

<sup>13</sup> ANRJ. Fonte Manuscrita. Carta de Simplicio Fernando de Castro Vitorino ao Vice-Rei Conde de Resende. Resende – Fundo: Vice-Reinado Conjunto Documental: Correspondência de capitães-mores e comandantes de regimentos de vilas do Rio de Janeiro. 4º seção – 13º classe série I, 4º coleção, caixa 484 – pacote 2, 328 a 376.



que passavam por Campo Alegre, além da necessidade de produção agrícola para atender a demanda de consumo das regiões produtoras de ouro das Minas Gerais. Esse processo de ocupação manteve-se até a metade dos oitocentos, o que levava ao aumento dos atritos com os silvícolas da região, considerado fator para a fundação do aldeamento de São Luis Beltrão nessa localização na capitania do Rio de Janeiro, assim como a proximidade com o Caminho Real, ou o Caminho velho do ouro<sup>14</sup>.

Utilizamos essas fontes para justificar no presente trabalho os motivos que levaram o avanço das fronteiras coloniais em direção a essas áreas de “Sertões”, da então capitania do Rio de Janeiro, região ocupada pelos chamados “índios brabos”, que por sua vez aguçava, em certa medida, o imaginário do colonizador do século XVIII e XIX. Uma região que nesse período era repleta de mitos, significados e representações desde tempos imemoriais. Sobre esse aspecto do imaginário mitológico Raoul Girardet assinala que mito “constitui um sistema coerente e completo, ele não invoca, nessas condições, nenhuma outra legitimidade que não a sua simples afirmação, nenhuma outra lógica que não a de seu livre desenvolvimento”<sup>15</sup>. O que podemos observar sobre o que explicita Girardet na compreensão sobre o mito que cercava essas terras de sertões, num imaginário repleto de riquezas e mistérios sombrios, habitadas por índios perigosos, e o fascínio que exercia os sertões de Campo Alegre sobre o colonizador, região também chamada de sertões dos “índios brabos”. Devemos considerar que, no século XVIII essa área ainda não estava totalmente ocupada, podendo ser caracterizada como uma fronteira aberta, ainda “alto sertão”, ou como já citamos “sertão dos índios bravos”. “Tudo que reflete o imaginário sobre o sertão “dos índios bravos”, “tudo o que é denunciado e temido no outro”, segundo Girardet, “ reveste-se de repente, voltando contra este, de um sombrio e todo poderoso atrativo (...) lendas douradas ou sombrias, a veneração ou a execração se alimenta do mesmo fato”<sup>16</sup>. Girardet nos remete a atração dos sertões habitados pelos chamados “índios brabos”, mesmo revestida de uma sombria e desconhecida, num imaginário repleto de “perigos” que ao mesmo tempo exercia uma grande atração aos colonos e as frentes pioneiras. Todo esse quadro apresentava tensão entre colonos em processo de expansão, índios de várias etnias e

---

<sup>14</sup> Mapa Caminho real do ouro, caminho velho. <http://diretoriomonarquicodobrasil.blogspot.com/2010/12/paraty-estrada-real-reviva-os-bons.html>

<sup>15</sup> GIRARDET, Raoul. *Para uma Introdução ao Imaginário Político*. In *Mitos e Mitologias Políticas*. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo. Companhia das Letras, 1987. P.11 e 12.

<sup>16</sup> GIRARDET. Op. Cit. p. 16

variada situação geopolítica: “deslocados”, “destribilizados”, “estanciados”. Essa área era caracterizada como um espaço de solidão, deserto ou sertão.<sup>17</sup>

Ao considerarmos a palavra sertão, não podemos utilizar o mesmo valor semântico de nosso tempo. Sobre essa questão Javier Fernández e Juan Francisco Fuentes adverte:

Os historiadores tradicionais, em efeitos, partindo do suposto de que é possível identificar um punhado de < questões perenes> que supostamente ocupariam os pensadores políticos de todas as épocas, eles usaram materiais históricos sobre o projeto de seus próprios conceitos, levando a atitudes e sequências doutrinárias, enganosas e familiaridades, anacronismos, no sentido original dos textos do passado.<sup>18</sup>

O que Javier e Juan querem dizer é que ao tratamos do termo sertão não seria o emprego de uma mera área afastada da costa, ou qualquer outra definição contemporânea, pois no período colonial, esse termo semântico está repleto de valores míticos e significados, e ocupou o imaginário do colonizador durante o período colonial e pós-colonial.<sup>19</sup> De uma forma geral “certão” ou ‘sertão’<sup>20</sup>, é usada largamente pelas autoridades coloniais portuguesas e por viajantes, nos séculos XVIII e XIX. Marcelo Lemos esclarece que: “certão” ou “sertão”, seria a corruptela de “desertão”, para alguns autores, para outros sua etimologia estaria ligada às palavras *desertum* (desertor) e *desertanum* (lugar desconhecido para onde foi o desertor). A partir do século XV, em Portugal, passou a indicar os espaços vastos, desconhecidos, distantes e de baixa densidade demográfica. No Brasil, a palavra sertão foi usada como este e outro significado<sup>21</sup> como, por exemplo, na designação de “o espaço do outro, o espaço por excelência da alteridade<sup>22</sup> em que no entendimento de Lemos exprime claramente o conceito de Fronteira. Esse pesquisador baseou-se nas fontes pesquisadas por ele, onde várias sesmarias foram doadas, nas proximidades da Aldeia de Valença, vindo com a expressão “sertão dos índios”.

Maria Elisa Mader caracteriza o sertão como “vazio, à ausência, à idéia de deserto, à falta de governo, de leis, de religião, de educação, de população, de luzes,

<sup>17</sup> MALHEIROS. Op. Cit. P. 31

<sup>18</sup> SEBASTIÁN, Javier Fernández e FUENTES, Juan Francisco. *Introdução. Diccionario político y social del Siglo XIX Español*. Editora: Alianza Editorial. Madrid. 2002. P. 26 a 27

<sup>19</sup> MACHADO, Marina Monteiro. *Entre Fronteiras: Terras Indígenas Nos Sertões Fluminenses (1790-1824)*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2010. p.

<sup>20</sup> LEMOS. Op. Cit. p. 27.

<sup>21</sup> Cf. LEMOS. p. 27

<sup>22</sup> AMADO, Janaina. “Região, Sertão, Nação”. *Estudos Históricos*: Rio de Janeiro. Vol. 8. nº 15 (jan-jun). 1995. p 149.

enfim, de tudo que representasse a ordem e a civilização”.<sup>23</sup> Porém, não podemos colocar o sertão apenas por uma região de barbárie, assinalada no trabalho de Mader, que sintetizaria o conceito de sertão apenas a uma visão etnocêntrica, de uma sociedade que se classificava como superior e “civilizada”, não levando em conta que as áreas de sertões eram sujeitas à mobilidade, avanço e conquista, estando sempre em constante movimento.

Machado reafirma o que diz Lemos a respeito do sertão, definindo-o como outra designação para a palavra Fronteira. Segundo seu conceito, a fronteira é um perímetro que se distancia do oceano, que caminha para o interior, um espaço novo e desconhecido, que no Brasil é comumente conhecido como sertão<sup>24</sup>. O sertão era geralmente associado ao interior, à região mais distante da costa, assumindo o mesmo sentido da fronteira, que caminhava em direção ao oeste<sup>25</sup>.

Nesses discursos, muitas vezes para compreender o universo de ocupação espacial indígena, criaram-se dois aspectos na tentativa desse entendimento, uma baseada na ocupação litorânea e outra no interior. Como a ocupação no litoral se processou de maneira rápida e por que não dizer voraz, fez com que as comunidades indígenas dessa região fossem mortas ou subordinadas a “máquina colonizadora”. No interior ocorria a resistência dos “índios brabos”, “os selvagens”, e as dúvidas e necessidades em relação a uma área ainda desconhecida na qual a travessia dessa fronteira tornava-se um processo de conquista de áreas ignotas, inexploradas, “primitivas”, guardiãs de pavores e esperanças<sup>26</sup>.

## **A visão dos memorialistas sobre os Puris**

Sobre a origem do nome “Puri” ocorrera, segundo Bessa Freire e Márcia Malheiros<sup>27</sup>, a partir de uma designação pejorativa, dada por seus vizinhos Coroados. Teodoro Sampaio, segundo verbete de Métraux, analisa etimologicamente a palavra

---

<sup>23</sup> MADER, Maria Elisa. *Civilização e barbárie: a representação da nação nos textos de Sarmiento e do Visconde de Uruguai*. Niterói, 2006. Tese (doutorado) - PPG História, UFF, p.122.

<sup>24</sup> MACHADO. Op. Cit. p. 10.

<sup>25</sup> AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais; século XVIII*. São Paulo: Annablume, 2008.

<sup>26</sup> MALHEIROS. Op. Cit. p. 33

<sup>27</sup> FREIRE e MALHEIROS. Op Cit. P. 17.

Puri, para designar: povo miúdo, fraco, gatinha, de pequena estatura<sup>28</sup>. A descrição etimológica de Sampaio confirma o que dizem Freire e Malheiros ao pontuarem:

O nome Puri é uma designação pejorativa dada a eles pelos Coroados. Os Puris, Telikong ou Paqui estavam divididos em pelo menos três sub-grupos: Sabonan, Uambori e Xamixuna, que ocupavam um território na área do rio Paraíba e Serra da Mantiqueira. No séc. XVIII, antes de serem vendidos como escravos foram estimados em mais de 5.000 índios. No séc. XIX, foram aldeados em São Fidelis e na Missão de São João de Queluz, registrando-se 655 índios Puri em Resende, em 1841. Em 1885, Ehrenreich localiza remanescentes Puri no baixo Paraíba.<sup>29</sup>

O que nos remete a impressão de que o povo Puri era uma etnia, e utilizando novamente as palavras de Cunha, possuindo os mesmos atributos físicos que as demais etnias que viviam na Capitania do Rio de Janeiro no Século XVIII e XIX. Porém, existem diversas descrições físicas para os índios Puris, mas a citada acima é a que acabou se generalizando. A pequena estatura dos Puris em relação aos outros etnônimos, segundo Paulo Pereira dos Reis, é pontuada por vários autores, como frágeis e pequenos.

De (...) porte acaçapado (...) Von Spix e Von Martins  
(...) Geralmente muito Baixos (...) Eschwege  
(...) pequenos como nas outra partes (...) Casal  
(...) de Corpo apoquentado (...) (Casal)  
(...) Pequena Estatura (...) Joaquim Noberto<sup>30</sup>

Em certa medida a observação desses memorialistas contribuiu na construção de uma representação coletiva dos índios puris na região de Campo Alegre. Partido do princípio que as “representações não se opõem ao real; elas se constituem através de várias determinações sociais para, em seguida, tornarem-se matrizes de classificação e ordenação do próprio mundo social, do próprio real”<sup>31</sup>. Apesar de cada memorialista tecer sua própria descrição sobre o aspecto do índio puri criou-se uma representação coletiva dessa etnia. Roger Chartier refere-se às representações coletivas como:

Os esquemas geradores dos sistemas de classificação e de percepção como verdadeiras "instituições sociais", incorporando sob a forma de

<sup>28</sup> SAMPAIO, Teodoro Fernandes, O Tupi na Geografia Nacional, Gráfica da Escola de Aprendizes Artífices, Bahia, 3ª edição, 1928. Verbete Purys. Segundo Métraux, “O Puri era um nome pejorativo Concedido a eles pelo Coroado”. p. 534.

<sup>29</sup> FREIRE e MALHEIROS. Op Cit. p. 17.

<sup>30</sup> REIS. Op. Cit. 69.

<sup>31</sup> BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar que dizer*. Trad. Sérgio Miceli *et all*. 2ª Ed. São Paulo: Edusp, 1998. p. 109.

representações coletivas as divisões da organização social — "As primeiras categorias lógicas foram categorias sociais; as primeiras classes de coisas foram classes de homens em que estas coisas foram integradas" —, mas também considerar, corolariamente, estas representações coletivas como as matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social — "Mesmo as representações coletivas mais elevadas só têm existência, só são verdadeiramente tais, na medida em que comandam atos"<sup>32</sup>

Chartier em seu trabalho utiliza as teses Durkheim e Mauss, sobre representações coletivas, segundo estes autores, entendidas como verdadeiras instituições sociais, analisando a possibilidade dessas representações através de dois véis, um que incorpore sob a forma de categorias mentais das classificações da própria organização social, e outro, como matrizes que constituem o próprio mundo social, na medida em que comandam atos, definem identidades.

A tentativa da formação de uma identidade pelos memorialistas do século XIX sobre os índios puris de Campo Alegre dos sertões dos "índios brabos", em um discurso do dominador de uma sociedade dita superior para outra que carecia de "civilização" é muito presente em seus relatos e nas fontes que tentam retratar a vida desses índios, mesmo que essas identidades desenvolvidas mostrem um caráter antagônico.

Analisando as crônicas do Príncipe Maximiliano ao descrever a pequena estatura dos Puris, em sua afirmação: "Devo confessar que nenhuma diferença nesse particular observei entre os Puris e as outras tribus"<sup>33</sup>. Essa observação difere dos registros de outros pesquisadores da época, onde podemos presumir dessas observações é que havia uma grande heterogeneidade nas populações indígenas em vários aspectos não se limitando apenas ao físico. Algumas dessas diferenças poderia ser fruto da contradição analítica entre as diversas narrativas de cronistas e viajantes, inclusive confundido-as no momento de classificá-las, como por exemplo, a que ocorrera com os Coroados, que segundo Norberto, passou a designar toda a tribo que utilizasse um corte de cabelo característico que lembrava uma coroa: "No Rio de Janeiro o nome de Coroados foi generalizado a todos os selvagens que se distinguiam pela maneira de

---

<sup>32</sup> Chartier utiliza apontamentos de E. DURKHEIM e M. MAUSS, "De quelques formes primitives de classification. Contribution à l'étude des représentations collectives", *Année sociologique*, 1903, reeditado em M. MAUSS *Oeuvres complètes*, 2, *Représentations collectives et diversité des civilisations*, Paris, Les Editions de Minuit 1969, pp. 13-89. M. MAUSS, "Divisions et proportions de la sociologie", *Année sociologique*, 1927, reeditado em M. MAUSS, *Oeuvres complètes*, 3, *Cohésion sociale et divisions de la sociologie*, Paris, Les Editions de Minuit, 1969, pp. 178-245. CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. p. 61-80

<sup>33</sup> WIED-NEUWIED, Maximiliano Alexandre Philipp: *Viagem ao Brasil*. Tradução de Edgar Süsskind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo. Coleção Brasiliana, Ed. Nacional, São Paulo, 1940. p 108

cortar o cabelo”<sup>34</sup>. O nome Coroado foi dado pelos portugueses, segundo Saint Hilaire aos índios que tinham o hábito de “Cortar os cabelos no meio da cabeça, à maneira dos nossos sacerdotes, ou seja, antes, de não conservar mais do que uma calota de cabelos, como fazem ainda hoje os Botocudos”.<sup>35</sup>

Devemos ressaltar que apesar da grande diversidade, fruto de uma classificação confusa dos viajantes e cronistas do século XIX, os Coroados aos quais nos referimos são aqueles que eram lingüisticamente vinculados ao tronco macro-jê, que Marcelo Sant’ana Lemos adota como da Família Puri-Coroado, proposto por André Metraux<sup>36</sup>. Bessa e Malheiros também classificam os Coroados pertencentes à família Puri, que habitavam as ramificações da Serra do Mar e nos vales dos rios Paraíba, Pomba e Preto. Subdividida em vários grupos, entre os quais, Maritong, Cobanipaque, Tamprun e Sasaricon.<sup>37</sup>

Porém, a existência de divergências, fato muito natural tratando-se do estudo de uma nação já extinta, e da qual há grande carência de registros, fazem com que o diálogo com os relatos de memorialistas e fontes primárias para analisar o comportamento e todo o quadro social e político dos Puris é uma tarefa um tanto quanto complexa, além de invadir o imaginário do colonizador e as narrativas dos memorialistas em certa medida possuidoras de traços míticos. O que nos remete a Raoul Girardet se referir a um traço específico da narrativa mítica que:

É em um código que se tem o direito de considerar como imutável em seu conjunto que ela transmite sua mensagem. Ao olhar do analista, o fato pode deixar de ganhar particular importância, já que fica claro no mesmo lance que é também em função de uma mesma chave que essa mensagem será suscetível de ser decifrada.<sup>38</sup>

Girardet, também analisa o caráter psíquico do olhar de quem analisa as mensagens desses códigos e a sua influência que serão decifradas e o reconhecimento de uma lógica do imaginário, que em nosso caso estaria ligada a narrativas dos memorialistas sobre os aspectos e os modos viventes dos índios puris de Campo Alegre e do aldeamento de São Luis Beltrão. Lógica do imaginário que segundo o autor “um ponto de apoio oferecida a inteligência crítica.”<sup>39</sup>

---

<sup>34</sup> SILVA. Op. Cit p. 88.

<sup>35</sup> SAINT HILAIRE, Auguste de. Viagem às nascentes do Rio São Francisco. Belo Horizonte. Ed. Itatiaia, EDUSP. São Paulo. 1975. p. 38.

<sup>36</sup> LEMOS. Op. Cit. p. 50

<sup>37</sup> FREIRE E MALHEIROS. Op. Cit. p.

<sup>38</sup> GIRARDET. Op. Cit. p. 18

<sup>39</sup> IDEM

Apesar de ter ocorrido no século XX, um grande avanço nas pesquisas historiográficas, antropológicas, lingüísticas e arqueológicas, trazendo um novo panorama à observação do universo sociocultural indígena<sup>40</sup>, essas divergências ainda nutre um grande espaço para o avanço de novas pesquisas sobre a construção da representação dos índios Puris de Campo Alegre.

Sobre essas divergências, veremos os apontamentos de Manuel Martins do Couto Reys, engenheiro militar que percorreu várias regiões dos Sertões da Capitania do Rio de Janeiro. Reys descreve os Puris da seguinte forma:

São estes Indios assas corpulentos, audazes, destemidos, vigilantes, e de máximas muito atraícoadas, inclinados a toda a deshumanidade, dando morte a qualquer vivente que encontrão, seja ou não irracional, ainda que os não offendão.<sup>41</sup>

Couto Reys contradiz a maioria das descrições de outros observadores ao relatar, a condição física corpulenta dos Puris. Poderíamos pensar na possibilidade de erro, já que devido a tanta controvérsia e da carência de fontes, não poderíamos então afirmar que os chamados Puris de Campo Alegre, seriam os mesmos, apesar de pertencerem ao tronco macro-gê de outras regiões que margeavam o Rio Paraíba. Ou ainda, poderíamos conjecturar que o termo puri poderia ser uma forma geral aplicada aos índios que viviam nessa região, e não tinham as características dos Coroados e Coropós, mas falavam a língua do tronco macro-gê, nos setecentos e oitocentos.

Todavia, a dificuldade de classificar povos nativos, desde o período colonial faz parte da História. Segundo Paulo Pereira dos Reis, ao comparar vários pesquisadores como Freireyss, Toledo Piza, Alfred Métraux e Paulo Ehrenreich, a origem dos Índios Puris, Coroados e Coropós, seriam aqueles grupos que nos primeiros séculos de colonização eram chamados genericamente de Tapuias, como índios do sertão ou, Tupis no litoral. Isto é, a diversidade do índio da colônia luso-brasileira era reduzida a apenas dois grupos. Os Tapuias eram aqueles que eram desconhecidos para os europeus com uma cultura e língua diferente daquelas etnias que viviam no litoral (os Tupis). Queremos dizer com isso que tanto os Puris, Coropós e Coroados eram conhecidos no

---

<sup>40</sup> (...) este esforço conjunto é quase sempre insuficiente quando o pesquisador se propõe a refletir sobre índios considerados extintos. Grande parte da produção etnológica no século XX fundamentou-se em pesquisa de campo, em “índios de carne e osso”, estando calcada na premissa do presente etnográfico, desvalorizando, muitas vezes, trajetórias históricas em suas interpretações acerca dos povos indígenas. Nesta conjuntura, “índios de papel”, presentes apenas em registros históricos, não pareciam lá muito interessantes. MALHEIROS. Op. Cit. p. 91.

<sup>41</sup> Manuscritos de Manuel Martins do Couto Reys, 1785. Rio de Janeiro: Arquivo Publico do Rio de Janeiro. 1997. p. 72.

universo étnico dos primeiros anos de colonização como Tapuias. Nesse contexto Luciana Maghelli em seu trabalho conclui:

(...) os Puri, Coroado e Coropó, pertenciam ao tronco lingüístico Macro-Gê e não ao Tupi. Também conhecidos como ‘Tapuia’, os índios pertencentes ao tronco Macro-Gê, sempre foram vistos por colonos e colonizadores como inimigos, selvagens, destituídos de qualquer traço de humanidade. Ao contrário daqueles pertencentes ao tronco Tupi que, exatamente em razão de terem se aliado mais facilmente aos portugueses, foram muito mais fácil e rapidamente dizimados. Somente o selvagem Tapuia ousara sobreviver em pleno século XIX (...) <sup>42</sup>.

Observando tanto os autores citados, quanto os relatos de viajantes do século XVIII e XIX, os ameríndios que viviam na região do Médio Vale do Paraíba, eram nitidamente vistos como diferentes daqueles que viviam no litoral e também já não eram mais considerados da mesma origem genérica dos Tapuias, surgindo então o reconhecimento de diferenças étnicas e contrastes desses índios de tronco lingüístico macro-gê, que passaram a serem reconhecidos como etnias e como representação da identidade cultural própria por parte dos colonizadores luso-brasileiros.

## **Diretório Pombalino no processo “civilizacional” do Índio**

Segundo Moreira Neto “no governo de Marquês de Pombal o problema indígena no Brasil alcançou relevância só comparável à que teve durante o século XVI e segunda metade do século XVII”<sup>43</sup>. Por isso, inserido em um contexto do século XVIII, vamos procurar nos ater ao Diretório Pombalino buscando detalhar, através de um diálogo historiográfico, pontuando as transformações trazidas à política Indigenista aplicadas na colônia brasileira, a partir da promulgação do Diretório Pombalino.

A Promulgação do Diretório Pombalino, ocorreu no dia 7 de julho de 1755<sup>44</sup>,

---

<sup>42</sup> MAGHELLI, Luciana. Aldeia da Pedra, estudo de um aldeamento indígena no Norte Fluminense. Dissertação de mestrado. UFRJ, RJ, 2000. p 121 e 122.

<sup>43</sup> MOREIRA NETO, Carlos De Araujo, Os Índios É A Ordem Imperial - Legislação Colonial Pós - Pombalina, Brasília, FUNAI, 2005. p. 231

<sup>44</sup> Alvará de 7 de junho de 1755, mandando renovar a inteira observância da Lei de 12 de setembro de 1653, que os Índios do Grão do Pará e Maranhão, sejam governados no temporal pelos Governadores com a inibição das administração dos regulares. ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Secretária do Estado do Brasil, Conjunto Documental: Correspondência ativa e passiva dos governadores do Rio de Janeiro com a Corte. Registro original. Códice 80, documentos em armário e mostruário, ARM 1, LIV. 6 folha .3.



cujo documento o Rei D. José I aprovou a Liberdade dos índios no Norte do Brasil<sup>45</sup>. Portanto, a política implantada pelo Diretório, a princípio visava a Amazônia, fato que pode ser bem compreendido pela maior concentração de índios nessa região, sendo um elemento básico para o projeto colonial português. Há ainda um outro fator que não pode ser suprimido - a presença de forte contingente de padres Jesuítas, que possuíam o real domínio sobre os índios dessa região, onde Moura afirma:

[...] a presença missionária, prioritária, mas não exclusiva, do jesuíta, em áreas, agora, século XVIII. Em fronteiras fechadas, principalmente [...] extremo norte da colônia com as grandes extensões em aberto, as suas sesmarias, aldeamentos e mesmo Casas e fazendas não são mais e somente núcleos isolados de alto sertão, mas espaços cada vez mais pressionados pela expansão territorial e colonos leigos, ou mesmo pela reorganização dos espaços administrativos coloniais. O sucesso das missões e de suas fazendas traz, também, novos tipos de pressão a demarcação de suas propriedades, frente à expansão dos agentes mencionados e à seus próprios foreiros; a defesa dos interesses missionários e administrativos em suas tradicionais áreas de influência. Nessa primeira questão podemos perceber novos âmbitos das relações políticas, que não as tradicionais jesuíta/Coroa, através dos administradores coloniais, ou jesuítas/índigenas. Há um universo colonial de disputa de poder e de legitimação de presença e atuação [...].<sup>46</sup>

O que ocorria na região de fronteira do Norte da colônia eram disputas de poder sobre a legitimidade de presença e atuação entre os missionários, os colonos e o Estado, em um mesmo território, acrescido da tensão de demarcação das Linhas fronteiriças entre Castela e Lisboa. O Diretório Pombalino, além de organizar a Política indigenista, a princípio no norte da colônia, a partir de meados do século XVIII, trazia também uma nova diretriz da administração portuguesa, já que alterava as tradicionais relações entre administradores e indígenas, e mesmo com a Igreja. Os aldeamentos e fazendas dominados pelos missionários jesuítas haviam se tornado, ao longo dos anos, eixo de atração para os ameríndios. “Comunidades e indivíduos, desterritorializados pela expansão colonial, fugidos das guerras de apresamento e da escravização, instalam-se em aldeamentos, relativamente próximos às áreas missionárias em geral<sup>47</sup>.” Esses

---

<sup>45</sup> A data da Promulgação do Diretório observada nas fontes entra em desacordo com alguns autores, como por exemplo: Ângela Domingues, cita a sua promulgação para o dia 6 de junho. Porém a fonte clara encontrada no Arquivo Nacional no que diz respeito à data da Promulgação da Carta (dia 7 de Junho de 1755). Moreira Neto, em seu livro os Índios na Ordem Imperial, confirma o que diz as fontes do ANRJ. P. 233.

<sup>46</sup> MOURA . Ana Maria da Silva. Fazendo Fronteira: A Experiência de Francisco Xavier Mendonça de Furtado na Grande Amazônia. Século XVIII. USS, Vassouras. 2010. p.2

<sup>47</sup> Idem

espaços ocupados por várias etnias, assim como missionários e colonos luso-brasileiros, onde aos poucos as relações comerciais são estabelecidas, desdobraram-se em longos espaços produtivos, bastante povoados, e, naturalmente cobiçados<sup>48</sup>.

No entanto, a certeza de que o Diretório Pombalino traria forte contestação dos moradores e dos missionários do Estado Grão-Pará, a aplicação de tal Carta, só ocorreria dois anos mais tarde, em 1757<sup>49</sup>. Fato um tanto curioso para tal cautela, visto que de uma forma geral os Índios brasileiros eram considerados homens livres, de acordo com os decretos reais e bulas papais, documentos que se repetiam sistematicamente desde o século XVI. Embora, de uma forma geral, as leis ligadas à liberdade dos Índios sempre oscilaram no Brasil colonial<sup>50</sup>, criando uma série de contradições sobre essa questão, que não cabe aqui aprofundamento, merecendo um estudo mais minucioso num trabalho futuro.

A utilização da “Guerra Justa”, de certa maneira sempre foi “ofensiva” na colônia, onde os colonizadores criavam motivos para burlar a legislação, quando esta era favorável à liberdade dos índios, permitindo a guerra de caráter “defensivo”. Segundo Domingues: “A prática de hostilidades contra vassallos e aliados dos luso-brasileiros e a queda de pactos celebrados eram motivos a se considerar na declaração da justiça de uma Guerra<sup>51</sup>.” Podemos pontuar que muitas vezes essas hostilidades eram provocadas pela agressividade dos próprios colonizadores que, incitando os índios à violência, poderiam beneficiar-se com uma guerra justa, que nada mais era de uma forma de escravizar os índios com a finalidade de obter mão de obra<sup>52</sup>. A importância dada ao Diretório aqui se deve ao fato de ter sido uma efetiva Política Indigenista aplicada na região de fronteira ao norte da colônia onde Pombal desenvolveu segundo Moreira Neto, “eficaz política diplomática portuguesa em área disputada pela Espanha”

---

<sup>48</sup> Segundo Moura, podemos citar como exemplo o atual centro sul fluminense, tendo como pólo a Fazenda de Santa Cruz. MOURA, Ana Maria da Silva. “Ao Ocidente da Capitania: os indígenas e a transformação do espaço.” In Espacialidades. Claudia A. dos Santos et alii. USS. ISBN. 85-904798-1-1. pp53/66.

<sup>49</sup> DOMINGUES, Ângela Domingues. *Quando Os Índios Eram Vassallos, Colonização e Relação de Poder no Norte do Brasil Na Segunda Metade do Século XVIII*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Lisboa, 2000. p. 25

<sup>50</sup> PERRONE-MOISÉS, “Beatriz, Índios Livres e Índios Escravos, Os princípios da Legislação Indigenista do Período Colonial” (século XVI a XVIII), In: Carneiro da Cunha, Manuela (org). *História Dos Índios no Brasil*, SP, Companhia das Letras/FAPESP/SMC-PMSP, 2ª edição, 2006, p. 115.

<sup>51</sup> DOMINGUES, Op. Cit. P. 28

<sup>52</sup> Segundo Domingues, os fundamentos para legitimar uma ação guerreira, consistiam conseqüentemente na defesa da paz, segurança e religião, mas os aspectos econômicos e civilizacionais também concorriam para essa decisão. DOMINGUES, IDEM.

<sup>53</sup>. Mesmo que o Diretório tenha sido estendido posteriormente ao restante da colônia luso-brasileira, não reduzia a importância dada a Pombal na região, a ponto de escolher seu irmão, Francisco Xavier Mendonça de Furtado, para administrá-la. Esta observação de Moreira Neto nos mostra a importância que Pombal dava às regiões de fronteiras que estavam em litígio com a Coroa Espanhola, principalmente as do norte da colônia. Essas regiões limítrofes, praticamente desocupadas pelos colonos lusitanos, eram habitadas por populações ameríndias que viviam na colônia brasileira. A posse das terras do norte da colônia brasileira, em larga medida dependia de relacionamento amigável, e porque não, amistoso com esses índios. Como a Coroa visava garantir estas terras, encontrava-se num grande impasse: manter a posse dessas terras, as quais deveriam ser ocupadas por vassallos do rei, e que no caso, não havia em número suficiente na região. A saída desse impasse seria promover uma custosa ação militar, como fora realizada na região da Prata, especificamente no território das missões, ou fazer uma integração, “civilização”, através de processo de inserção subordinada<sup>54</sup> com o objetivo de transformar esses índios em súditos, dando base legal que garantisse a posse da terra nas fronteiras luso-brasileiras com Coroa Espanhola.

Neste quadro, a situação dos Jesuítas tornou-se difícil na colônia brasileira, pois a partir da segunda metade do século XVIII, aliados de outrora e reconhecidos colaboradores da coroa passaram a serem perseguidos pela administração Pombalina, como verdadeiros inimigos da Metrópole, reunindo, segundo a ótica do Estado Metropolitano, tudo o que de pior podia existir nas colônias portuguesas<sup>55</sup>. Com a reforma Pombalina baseada na Ilustração, tentando fortalecer o poder do Estado Absolutista de Portugal, dentro de Despotismo Esclarecido, Pombal passou a enfrentar os principais setores da sociedade que poderiam ameaçar ou até mesmo desafiar as pretensões dessa Reforma Pombalina.

A necessidade de uma política favorável à “civilização” dos índios foi levada em conta para definir os limites do Império luso-brasileiro, por isso a busca da lealdade de

---

<sup>53</sup> MOREIRA NETO, Carlos De Araujo. *Os Índios É A Ordem Imperial – Legislação Colonial Pós-Pombalina*, Brasília, FUNAI, 2005. p. 231.

<sup>54</sup> Moura aborda aspectos da incorporação e inclusão subordinada de negros e indígenas, no Brasil Colonial. MOURA, Ana Maria da Silva. LIMA, Carlos Alberto Medeiros. *Devoção e incorporação: igreja, escravos e índios na América Portuguesa*. Curitiba, Ed. Peregrina, 2002. P. 379.

<sup>55</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino, *Metamorfose Indígenas – Identidade e Cultural nas Aldeias Coloniais do Rio de Janeiro, administração das aldeias*. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro 2001. p. 168.

grupos fronteiriços indígenas, principalmente do Norte da colônia <sup>56</sup>, passou a ser fundamental para atender os objetivos territoriais da posse da terra no projeto colonizador Pombalino. Nas regiões de fronteira do império, no qual o índio era o principal elemento ocupante nessas regiões, devendo se transformar em súditos fiéis, em que seriam alvos da tutela da coroa, cristianizado, “educado” e “civilizado”, para integrar a sociedade colonial, onde Ângela Domingues sintetiza o Diretório num processo de tentativa de transformar os índios em um vassalo do Rei, elemento fidelíssimo de sua Majestade.

Com o Diretório, as aldeias deveriam ser governadas através de uma administração civil, sem que os religiosos tivessem qualquer domínio sobre o aldeamento, mantendo apenas a administração do espiritual. Segundo Almeida a sua promulgação, que regulamentou todas as questões referentes aos índios, foi igualmente estendida ao resto do Brasil e suas aplicações, evidentemente, variaram nas regiões e situações específicas<sup>57</sup>. Podemos observar que no caso de Campo Alegre e o Aldeamento de São Luis Beltrão o Diretório acabou se adaptando às demandas e interesses locais. Os sertões de Campo Alegre, ocupados pelos “índios brabos” da etnia Puri, Coroados e Coropós possuíam outra realidade em comparação com os índios do Norte do Brasil na Província do Grão-Pará e Maranhão, visto que lá, na condição de vassalos do Rei, se tornaram peças fundamentais na garantia da posse da terra da Coroa portuguesa, principalmente nas áreas de fronteiras com terras da Espanha. Na Capitania do Grão-Pará, as grandes missões deram lugar às vilas, mas os índios que ainda não haviam sido contatados deveriam ser aldeados, “civilizados”, para atender aos interesses primordiais da política.

## **O Diretório numa perspectiva Multiculturalista e Intercultural**

Na capitania do Rio de Janeiro, a situação era muito diferente: as questões estavam ligadas principalmente a consideração de “fronteira aberta” em uma região indiscutivelmente portuguesa. O índio nesta região era visto como um obstáculo à expansão da ocupação luso-brasileira. Dessa forma, os conflitos entre os chamados

---

<sup>56</sup> Há outra evidência do invulgar relevo atribuído pelas metrópoles europeias à política indigenista aqui desenvolvida por essa época. O simples fato de que Pombal tenha nomeado para o governo da região amazônica seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, (Estado do Maranhão e Grão-Pará), é prova suficiente da ênfase posta na solução desse problema. MOREIRA NETO. Op. Cit. p. 233.

<sup>57</sup> ALMEIDA, Op. Cit. p. 171.

gentios e os colonos traziam as características do tradicional processo colonizador.

Uma comprovação desse fato e o grande conflito que levou a fundação do Aldeamento na região, onde o índio, em tese, não teve o mesmo tratamento dos ameríndios da região do Norte da colônia.

Mesmo não havendo homogeneidade em sua aplicação, Pombal pretendia com o Diretório, criar uma estrutura legislativa que pudesse dar sustentabilidade ao “Projeto Civilizador”, transformando o índio em um súdito católico, fiel e que pudesse transformar áreas desconhecidas em lugares com uma rede sólida de povoação, e uma economia em expansão sob o controle do reino. É claro que, como já foi relatado, seu objetivo imediato era a colonização efetiva da Amazônia. Segundo Domingues:

O Diretório também foi à forma pela qual os portugueses fizeram a passagem ou a adaptação de uma ideologia de colonização globalmente delineada a uma situação concreta, ou seja, o mecanismo jurídico e político através do qual se conseguiria atingir (...) os desígnios pretendida de maneira abstrata no Reino. (...) Pretendia-se tornar os ameríndios em súditos e católicos fieis; procurava destribilizar e aculturar os indígenas, por forma a, por outro lado, de criar um estrato camponês ameríndios integrados a economia de mercado como assalariado e, por outro lado transformar os índios em veículos da colonização portuguesa<sup>58</sup>.

O Diretório Pombalino que tinha como objetivo, segundo Domingues, transformar o índio em “súdito”, justificava-se pela necessidade de ter comunidades ocupadas por vassalos fiéis ao rei, para garantir a posse de terra. Para isso, o Diretório utilizou o processo de “civilização” e destribilização, isto é, acabar com os costumes dos índios e transformar as aldeias em locais também dos portugueses, incentivando a presença de brancos no interior das reduções. A questão da destribilização passou a ficar mais evidente com a transformação da aldeia<sup>59</sup>. Casamentos mistos, identificados

---

<sup>58</sup> DOMINGUES. Op. Cit. p. 68.

<sup>59</sup> Segundo Freire e Malheiros: No momento da chegada dos primeiros europeus, os índios viviam em aldeias ou tabas espalhadas por todo o território do Rio de Janeiro. A aldeia era a maior unidade política das sociedades indígenas. Cada uma delas tinha autonomia e reconhecia como autoridade maior o seu chefe, tuxaua, morubixaba ou cacique. Os nomes dessas aldeias - os topônimos indígenas - referem-se a acidentes geográficos, denominações de animais, de plantas, de elementos culturais. Às vezes, eram designadas pelo nome do seu próprio chefe. Segundo alguns tupinólogos, nem sempre é fácil interpretar o significado desses nomes, que apresentam grafias diferentes e foram recolhidos por quem não dominava bem as línguas indígenas, havendo, portanto, muito de fantasia na identificação de sua procedência etimológica. FREIRE, José Ribamar Bessa e MALHEIROS, Márcia Fernanda. Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro, EDUERJ, Rio de Janeiro 2010, p. 13.

<http://www.taquiprati.com.br/arquivos/pdf/Aldeamentos2aedicao.pdf>, acesso: 04 de janeiro de 2011. Porém os Aldeamentos deixaram de ter uma função de unidade política para se tornar um espaço de

como a permissão do branco casar-se com o índio e vice-versa, e “para os quais vantagens eram oferecidas,”<sup>60</sup> faziam parte da montagem desse Projeto Colonial expresso pelo Diretório, que nada mais era uma tentativa de “civilizar” do índio, em um processo de inserção subordinada, o que nos faz questionar a ocorrência de procedimentos assimilatórios dos gentios, ou da tentativa de uma assimilação como afirma Almeida.<sup>61</sup>

A partir daqui abriremos o debate sobre a questão relacionada ao Diretório, como afirma Ângela Domingues, na tentativa de tornar o índio um Vassalo do Rei como foi pontuado acima, ocasionando um processo de assimilação cultural do índio ou sobre uma resistência cultural se estabeleceu um processo de multiculturalismo ou mesmo uma Interculturismo dos índios Puris em Campo Alegre.

Roque de Barros Laraia define cultura a partir do conceito do antropólogo Roger Keesing, que considera a cultura como um “sistema adaptativo”, conceito reformulado por vários antropólogos, que apesar de várias divergências eles concordam que:

“Cultura são sistemas (padrões de comportamento socialmente transmitidos) que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos. Esse modo de vida das comunidades inclui tecnologias e modos de organização econômica, padrões de estabelecimento, de agrupamento social e organização política, crenças e práticas religiosas, e assim por diante.”<sup>62</sup>

Esse conceito se insere no contexto da resistência cultural do índio que algumas vezes teve de se adaptar a sua situação de aldeado na região de Campo Alegre, o que Celestina Almeida chamou de uma “cultura de resistência adaptativa”<sup>63</sup>, fruto da troca entre índios Puris e o colonizador.

Porém, quando se falava em “civilizar” o índio dentro dos princípios metropolitanos e transformá-lo em súdito do Rei, isso não significava na prática ter um vassalo com os mesmos direitos que o branco colonizador, Celestina Almeida também afirma que os princípios básicos do Diretório Pombalino eram assimilacionistas<sup>64</sup>.

Roberto Carlos de Oliveira define sobre o termo assimilação como “processo

---

submissão do índio, onde ele era reduzido, inclusive com outras etnias, e catequizados por missionários. Essa estrutura passou a fazer parte do projeto colonial português.

<sup>60</sup> ALMEIDA, Op. Cit. p. 168.

<sup>61</sup> IDEM

<sup>62</sup> LARAIA, Roque de Barros. Cultura um Conceito Antropológico. Editora Zahar. 25º Edição. Rio de Janeiro. 1986. P.59.

<sup>63</sup> ALMEIDA. Op. Cit. p 28.

<sup>64</sup> ALMEIDA, Op. Cit. p. 168

pelo qual o grupo étnico se incorpora noutro perdendo sua peculiaridade cultural e sua identificação étnica anterior”<sup>65</sup>. Observando que com o Diretório, o índio tem o espaço da aldeia, esse espaço passava a ter a presença do branco, mas o índio continuava sendo reconhecido como índio, um elemento que não gozava de iguais condições, não possuía o mesmo extrato social que os luso-brasileiros. Em certa medida o Diretório estabeleceu a proibição da discriminação contra os ameríndios, podendo este ocupar todos os cargos, mas sua condição de aldeado era mantida. O índio mantinha-se tutelado pelo Diretor da aldeia, cargo criado pelo Diretório, que passava a exercer as funções administrativas do aldeamento, cargo antes exercido pelo missionário, sendo o cargo do diretor princípio de uma administração laica, já citada anteriormente. O Diretório trouxe, no que diz respeito a política indigenista, o reconhecimento da equidade de direitos, enquanto súditos e civilizados. Segundo Domingues “paradoxalmente, pela própria Coroa que concedia aos seus súditos ameríndios um estatuto especial, o de pessoa miserável, por considerar que o índio não era totalmente responsável por si e nem pelos seus actos”<sup>66</sup>. Todavia, tal comentário do autor nos parece eivado de anacronismos.

Entretanto, a autora reforça a hipótese de que o Diretório não proporcionou um processo de assimilação dos índios, tão claro às condições da época, nem a sua “civilização”. Assim, todo esse quadro reforça a hipótese, que apesar de sua aparente intenção, o Diretório não proporcionou um processo de assimilação dos índios, tão claro às condições da época, nem a sua “civilização”. O índio sendo reconhecido e identificado como tal, desenvolve, mesmo sob a opressão de um projeto colonizador, um processo de resistência cultural que podemos chamar de multiculturalismo, conceito desenvolvido por José Ignacio López Soria:

(...)como sendo a coexistência, em um mesmo horizonte social (geralmente o do estado-nação), de diversas culturas, fenômeno que se faz mais complexo na medida em que, por um lado, as diversidades culturais que povoam um mesmo território ou territórios próximos se apropriam da palavra e decidem contar-nos sua própria história, e, por outro, o transbordamento das dimensões institucionais dos estados-nação acaba alargando esses horizontes.<sup>67</sup>

---

<sup>65</sup> OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terenas*; (prefácio de Darcy Ribeiro). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. 2 ed. Revisada. p. 103.

<sup>66</sup> DOMINGUES. Op. Cit. p. 69.

<sup>67</sup> SORIA, José Ignacio López. *Filosofía e Interculturalidade* Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Lima. 2004. P. 02. <http://textos.pucp.edu.pe/pdf/2057.pdf>. Acesso. 15/06/14

Refletindo sobre o conceito de Soria e transportando para Campo Alegre e o aldeamento de São Luis Beltrão, observamos que ocorreu na região um grande conflito em que parte da população nativa foi morta ou chegando a óbito através de uma epidemia de varíola (a febre da bexiga), que outro grupo fugiu para outras regiões e que outro grupo aceitou a ser submetido à situação de aldeado. O multiculturalismo vem nesse conceito identificar a cultura do índio que sofre o processo de aldeamento. Porém, podemos perceber que antes desse processo era muito mais nítido observar esse universo multicultural de sociedades nas frentes de expansão, onde era possível visualizar toda a amplitude das diversidades culturais do índio em processo de colonização, e do colonizador diante de culturas e de etnias que se apresentavam nessas frentes pioneiras. O agressivo, e por que não dizer, traumático processo de formação do Aldeamento de São Luis Beltrão, derivado como já foi dito, d'um grande conflito, com a intervenção militar, e a ajuda dos colonos, nos moldes dos que ocorriam na colônia entre luso-brasileiros e indígenas, porém, o texto não fala de guerra justa, apesar de haver indícios da sua ocorrência, diante da vigência do Diretório Pombalino. Norberto relata sobre uma possível memória desses conflitos:

Ainda hoje relata a tradição as maiores atrocidades cometidas em vingança contra os atentados dos índios, e acusa a peste das bexigas levada ao seio das tabas dos Puris como um meio eficaz para reduzi-los; o horror de tão negra scenas presenciaram os moradores do Parahyba. Cujas torrentes caudalosas arrastavam quotidianamente os hediondos cadáveres das miseráveis vítimas, e bem se revela nas expressões do vice-rei quando diz que este valente official conseguiu afugentar os rebeldes fora do sertão circumvizinho por ter recorrido aos meios só capazes de os atterrar<sup>68</sup>.

O texto acima de Norberto indica como foi violento o conflito em Campo Alegre onde os índios foram contaminados pela peste da bexiga, nome dado à varíola naquela época, usada como “arma de guerra” e causadora de uma verdadeira calamidade entre os índios, culminando com a fundação do Aldeamento.

No entanto, dentro do aldeamento, na vida cotidiana e nas relações sociais que são construídas podemos teorizar a formação de um ambiente social intercultural. O conceito de interculturalismo assinalado a partir do:

entrecruzamento dessas diversidades, tanto nas esferas da cultura, como nos subsistemas sociais e no universo da vida cotidiana, entrecruzamento que tende a constituir constelações poliaxiológicas,

---

<sup>68</sup> SOUSA SILVA, Joaquim Norberto, Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Memória Histórica das Aldeias do Rio de Janeiro, 3ª Série, Nº 14 – IHGB, 1852. p. 244



onde convivem, não sem conflito, diversos estilos de vida e normas de bem-viver, enraizadas em diferentes discursos.<sup>69</sup>

O Interculturalismo reforça a tese da existência de uma cultura adaptativa dentro dos aldeamentos, mesmo o de São Luis Beltrão, classificado por Celestina Almeida por um Aldeamento “tardio de fronteira”, por ter sido fundado no final do século XVIII, ainda na vigência do Diretório e nas chamadas fronteiras dos Sertões dos “índios brabos”. Neste espaço onde ocorriam trocas culturais entre os índios que ali viviam, no caso de São Luis - os Puris - e a sua relação com o homem branco. Almeida observa o aldeamento como um espaço não só cristão e português, mas também um espaço cultural também do índio. Um espaço, segundo ela, de “ressocialização”<sup>70</sup> dos povos indígenas que permitiu a recriação de sua identidade cultural.

## Considerações Finais

Alguns autores, como Ana Maria Moura, defendem a tese de que na prática ocorreu um processo de inserção subordinada<sup>71</sup>, conceito pelo qual se pauta tanto a permanência dos valores que ordenavam a sociedade, quanto uma diretriz de inserção à esfera do poder de Estado. Os valores culturais que regiam a sociedade mantêm a discriminação do indígena como tal, com sua inserção no status de súdito, no qual direitos e deveres serão regidos pela autoridade real. A política Pombalina, expressa em 95 parágrafos do Diretório, nos quais se estabelecia princípios para a “Civilização” e “Integração” e para a plena inserção, aos moldes da época, do índio na sociedade luso-brasileira. Mostra os aspectos da cultura política desenvolvida no século XVIII, demonstrando, como conceitua Serge Berstein, “a importância do papel das representações na definição de uma cultura política que faz dela outra coisa que não

---

<sup>69</sup> SORIA. Op. Cit. p. 2.

<sup>70</sup> ALMEIDA. Op. Cit. p 28

<sup>71</sup> Cf. MOURA. O conceito de “inserção subordinada” é ratificado por Moreira Neto quando esta aborda que o “Diretório foi um instrumento de intervenção e submissão das comunidades indígenas aos interesses do sistema colonial”. MOREIRA NETO. Carlos Araújo. Índios da Amazônia. De Maioria a Minoría (1750-1850), Petrópolis, Editora Vozes, 1988, p. 20 e 27.

uma ideologia ou conjunto de tradições”.<sup>72</sup> A cultura política que se estabeleceu no Estado Português na Era Pombalina, na formação da estrutura política de caráter despótico, que procurou fortalecer o Estado português e organizar a política indigenista na colônia lusitana na América. Entre as estratégias que foram citadas nesses artigos, podemos pontuar a difusão da língua portuguesa em substituição da língua geral, esta proibida pela coroa nas aldeias; das administrações laicas, abolindo a autonomia missionária nas aldeias, e da transformação dos núcleos dos aldeamentos em povoados, freguesias e vilas, isto é, aos moldes do modelo espacial do colonizador. Todavia, segundo Moreira Neto “a política indigenista Pombalina teve sucesso mais aparente que real, introduzindo modificações pretensamente radicais num sistema de dominação social e econômica que continuava indene, preso a velhas raízes coloniais, a despeito de todas as transformações formais.” Muito embora seja leviano afirmar que Pombal possuísse uma personalidade de comportamento radical, a ponto de querer mudar a sociedade colonial do XVIII, não se podem negar as transformações que o Diretório trouxe para a política indigenista no Brasil, fazendo com que o tema retornasse a uma posição de relevância pela Metrópole e na Colônia. O que poderíamos analisar em relação ao Diretório Pombalino, como verdadeiras transformações? Alterar a condição do índio, fosse ele missionário ou dos sertões, em um súdito, católico e fiel, necessitaria destribalizar e aculturar<sup>73</sup> essas populações criando uma espécie de camponês índio integrado à economia de mercado e a serviço dos interesses coloniais portugueses. Essa proposta aponta para duas questões, que ainda não foram desenvolvidas pela historiografia: a primeira de âmbito cultural, isto é, não era algo que poderíamos assinalar que pudesse ser implantado com um decreto, diante em uma sociedade colonial que via o índio como um ser inferior, e em larga medida, utilizado como escravo. A segunda, de cunho político no qual o status de súdito não revogava a tutela administrativa para esses povos. O que faz cair por terra as interpretações do Diretório que além de “civilizar” o índio conseguiria a sua assimilação, mesmo que essa fosse uma intenção velada. Inclusive utilizando a estratégia de fazer com que o índio desaparecesse dos documentos oficiais, levando a um processo de invisibilidade. Portanto, quando falamos em conceito assimilacionista nos reportamos a colocar o indivíduo assimilado à cultura do outro em condições que se confundam ao meio social

---

<sup>72</sup> BERSTEIN, Serge. *A Cultura Política*. In: Jean-Pierre Rioux & Jean François Sirinelli. *Para uma História Cultural*. Ed Estampa. Lisboa.. 1998. p. 350

<sup>73</sup> DOMINGUES. Op. Cit. p. 68.

que o absorveu, fato que não ocorreu, e nem poderia, com o Diretório Pombalino. Mesmo com as tentativas de ocidentalizar os espaços das aldeias, transformando-as aldeias em freguesias e vilas, onde passaram não só a conviver índios, missionários, como também colonos. Uma tentativa que não teve êxito já que o índio sempre foi reconhecido como tal, como um personagem pertencente à de um extrato social inferior, que passava não por um processo de assimilação e tendo sua cultura identificada num conceito multicultural e, sobretudo num processo de resistência gerando o interculturalismo, numa gestação cultural desenvolvida principalmente, em Campo Alegre no Aldeamento de São Luis Beltrão onde a presença cultural dos Puris ainda mesmo nos nossos dias, permanece presente na memória da sociedade da antiga Campo Alegre, atual cidade de Resende. Desta forma, se a assimilação dos índios foi um dos objetivos de Pombal, o marquês não obteve o sucesso desejado.

## **Bibliografia**

ALMEIDA, Maria Regina Celestino, *Metamorfose Indígena – Identidade e Cultural nas Aldeias Coloniais do Rio de Janeiro, administração das aldeias*. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. 2001.

ARAÚJO E PIZARRO, José de Souza Azevedo. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das Províncias anexas a’jurisdição do Estado do Brasil*, Tomo V, Livro. V. Imprensa Régia, Rio de Janeiro.1820.

AMADO, Janaina. “*Região, Sertão, Nação*”. Estudos Históricos. Vol. 8. nº 15 (jan-jun), Rio de Janeiro. 1995.

BERSTEIN, Serge. *A Cultura Política*. In: Jean-Pierre Rioux & Jean François Sirinelli. *Para uma História Cultural*. Ed Estampa, Lisboa. 1998.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar que dizer*. Trad. Sérgio Miceli *et all*. 2ª Ed.. Edusp, São Paulo. 1998.

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. In: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, Porto Alegre. 2002.

DOMINGUES, Ângela Domingues. *Quando Os Índios Eram Vassalos, Colonização e Relação de Poder no Norte do Brasil Na Segunda Metade do Século XVIII*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa. 2000.

FREIRE, José Ribamar Bessa e MALHEIROS, Márcia Fernanda. *Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro*, EDUERJ, Rio de Janeiro. 2010. <http://www.taquiprati.com.br/arquivos/pdf/Aldeamentos2aedicao.pdf>, acesso: 04 de janeiro de 2011.

GIRARDET, Raoul. *Para uma Introdução ao Imaginário Político*. In *Mitos e Mitologias Políticas*. Tradução Maria Lucia Machado. Companhia das Letras. São Paulo. 1987.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura um Conceito Antropológico*. Editora Zahar. 25º Edição. Rio de Janeiro. 1986.

MADER, Maria Elisa. *Civilização e barbárie: a representação da nação nos textos de Sarmiento e do Visconde de Uruguai*. Tese (doutorado) - PPG História, UFF. Niterói, 2006.

MOREIRA NETO, Carlos De Araujo. *Os Índios É A Ordem Imperial – Legislação Colonial Pós- Pombalina, Brasília, FUNAI*. 2005

\_\_\_\_\_. Carlos Araújo. *Índios da Amazônia. De Maioria a Minoría (1750-1850)*, Editora Vozes. Petrópolis, 1988

MOURA, Ana Maria da Silva. LIMA, Carlos Alberto Medeiros. *Devoção e incorporação: igreja, escravos e índios na América Portuguesa*. Ed. Peregrina, Curitiba. 2002

\_\_\_\_\_, Ana Maria da Silva. *Fazendo Fronteira: A Experiência de Francisco Xavier Mendonça de Furtado na Grande Amazônia*. Século XVIII. USS, Vassouras. 2010.

\_\_\_\_\_. “Ao Ocidente da Capitania: os indígenas e a transformação do espaço.” In *Espacialidades*. SANTOS. Claudia A. dos. et alii. USS. ISBN. 85-904798-1-1.

PERRONE-MOISÉS, “*Beatriz, Índios Livres e Índios Escravos, Os princípios da Legislação Indigenista do Período Colonial*” (século XVI a XVIII), In: Carneiro da Cunha, Manuela (org). *História Dos Índios no Brasil*, SP, Companhia das Letras/FAPESP/SMC-PMSP, 2º edição, 2006

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terenas*; (prefácio de Darcy Ribeiro). 2 ed. Revisada. Francisco Alves. Rio de Janeiro. 1976.

REIS, Paulo Pereira dos. *O Índigena do Vale do Paraíba: apontamentos históricos para os estudos indígenas do Vale do Paraíba Paulista e regiões circunvizinhas*. Governo do Estado de São Paulo. São Paulo. 1979.

SEBASTIÁN, Javier Fernández e FUENTES, Juan Francisco. *Introdução. Dicionário político y social del Siglo XIX Español*. Editora: Alianza Editorial. Madrid. 2002.

SAINT HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte. Ed. Itatiaia, EDUSP. São Paulo. 1975

SAMPAIO, Teodoro Fernandes, *O Tupi na Geografia Nacional*. Gráfica da Escola de Aprendizes Artífices, Bahia, 3ª edição, 1928.

SORIA, José Ignacio López. *Filosofia e Interculturalidade*. Universidad Nacional Mayor de San Marcos.Lima. 2004. <http://textos.pucp.edu.pe/pdf/2057.pdf>. Acesso. 15/06/14

SOUSA SILVA, Joaquim Norberto, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brazil.Memória Histórica das Aldeias do Rio de Janeiro*, 3ª Série, Nº 14 – IHGB, 1852.

## **Fontes Primárias**

Mapa Caminho real do ouro ou caminho velho. <http://diretoriomonarquicodobrasil.blogspot.com/2010/12/paraty-estrada-real-reviva-os-bons.html>.

ANRJ. Manuscrito do Pedido de Sesmaria de Francisco Manoel da Silva de Melo, na região do Rio Negro e de Campo Alegre da Paraíba Nova. 1798. Fundo Sesmaria: Conjunto Documental: Sesmaria. Código do Fundo BI 15144. microfilme nº NA 031-2005

ANRJ. Fonte Manuscrita. Carta de Simplicio Fernando de Castro Vitorino ao Vice-Rei Conde de Resende. Resende – Fundo: Vice-Reinado Conjunto Documental: Correspondência de capitães-mores e comandantes de regimentos de vilas do Rio de Janeiro. 4ª seção – 13ª classe série I, 4ª coleção, caixa 484 – pacote 2, 328 a 376

## **A BELA ADORMECIDA: UMA ANÁLISE REPRESENTATIVA DAS TENSÕES NORTE-AMERICANAS DA DÉCADA DE 1950 NO FILME DOS ESTÚDIOS DISNEY<sup>i</sup>**

Érika Rachel Guimarães Soares Alves<sup>ii</sup>

### **Resumo**

O artigo examina a representação cinematográfica da sociedade americana em “A Bela Adormecida” (Clyde Geronimi, 1959), buscando abordar as questões socioculturais envolvidas no contexto de produção da obra. Líder do bloco capitalista, os Estados Unidos experimentaram o embate entre grupos contestadores e a parcela tradicional da população. Considerando as discussões relacionando cinema e história, ancoradas nos autores Marc Ferro e Sébastien Denis, objetiva-se analisar as personagens apresentadas, acompanhando as tensões que marcaram a sociedade americana da década de 1950.

### **Palavras-chave**

A Bela Adormecida; Walt Disney; Cinema

### **Abstract**

The article examines the cinematic representation of american society in "Sleeping Beauty" (Clyde Geronimi, 1959), seeking to address socio-cultural issues involved in the context of production of the film. Leader of the capitalist bloc, the United States experienced the clash between contestants groups and the traditional portion of the society. Based on the discussions of the relationship between cinema and history, the objective is to analyze the characters presented, considering the tensions that marked the american society of the 1950s.

### **Keywords**

The Sleeping Beauty; Walt Disney; Cinema

## Introdução

O presente artigo é um breve estudo sobre a representação da sociedade americana apresentada no filme de animação “A Bela Adormecida” (The Sleeping Beauty; dir.: Clyde Geronimi – 1959). A abordagem tem como objetivo analisar as maneiras pelas quais se deu a construção e caracterização dos personagens de um conto medieval para o público infanto-juvenil americano do fim da década de 1950, tendo em vista os conflitos políticos e socioculturais que os Estados Unidos da América enfrentavam tanto no âmbito interno quanto externo. A inserção deste país na geopolítica característica da Guerra Fria, como líder do chamado “bloco capitalista” teve reflexos em sua produção cultural da época. Além das tensões externas, internamente a população se engajava em movimentos que se dedicavam a questionar os modelos sociais já estabelecidos. Uma das razões pelas quais este último aspecto destaca-se é a influência que as transformações econômicas vieram a ter na atmosfera sociocultural americana, em um processo que envolveu o distanciamento de elementos tradicionalmente considerados como constituintes das bases identitárias do *American way of life*, enquanto as feridas da Segunda Guerra Mundial abriram o horizonte de novas perspectivas a população, principalmente jovens americanos.

O artigo propõe-se a debater a construção da reprodução de modelos sociais através da análise fílmica de um conto de fada. As representações sociais contidas nas obras cinematográficas expõem dilemas morais característicos da época de sua produção. Mesmo a ambientação da história sendo o período medieval, as personagens lidam com problemas e questionamentos contemporâneos a elas. Indagam e discutem, cada um a sua maneira, a função que exercem na sociedade. A comparação atenta entre estas metáforas sociais oferece o entendimento que:

[...] as obras de história não podem recriar literalmente o passado, mas apenas envolver os seus resíduos em uma construção verbal, um texto que tenta explicar para nós, no presente, pessoas, acontecimentos, momentos e movimentos extintos. Isso envolve muito mais do que o literal.<sup>iii</sup>

O filme da Bela Adormecida ambienta-se na Europa medieval, contudo não tem a pretensão de apresentar fidelidade à realidade social, política ou econômica da época retratada. Tendo em vista a tentativa de se remeter ao mundo no qual o conto original foi criado, o filme apresenta certa liberdade criativa com relação aos estudos historiográficos medievais. Para a elaboração desta análise será utilizado o conceito de "medievalidade"

apresentado por José Rivair Macedo na introdução do livro *A Idade Média no Cinema*, em que o autor analisa a apropriação do medievo por variadas mídias, em especial o cinema, e como seus desvios históricos são interpretados. Cabe ressaltar que as representações medievais popularizadas nos filmes da Disney são fundamentais na construção do imaginário infantil a respeito do medievo europeu. Na obra afirma-se:

Neste último caso, diferentemente das "reminiscências", que de alguma forma preservam algo da realidade histórica da Europa medieval, defrontamo-nos com uma das manifestações mais tangíveis da "medievalidade", em que a Idade Média aparece apenas como uma referência, e por vezes uma referência fúgida, estereotipada. Assim, certos índices de historicidade estarão presentes em manifestações lúdicas, obras artísticas ou técnicas de recriação histórica (...), mas a Idade Média poderá vir a ser uma realidade muito mais imprecisa na inspiração de temas (magos,feiticeiros, dragões, monstros, guerreiros, assaltos a fortalezas) produzidos pelos meios de comunicação de massa e pela indústria cultural.<sup>iv</sup>

Nesta introdução cabe fazer uma breve análise sobre animação. O pesquisador Luís Nogueira aponta em seu trabalho algumas considerações sobre a relação entre as animações e a sociedade que nos parecem pertinentes à análise do objeto. Nogueira defende a ideia de que a animação permite proximidade e compreensão da lógica da sociedade, dada a sua extrema liberdade criativa. Assim, o ser humano acaba adquirindo uma presença “mais alusiva e simbólica do que concreta. Mesmo quando presente, ele é mais da ordem da abstração e da figuração do que da imitação”<sup>v</sup>

Já o livro "O Cinema de Animação", de Sébastien Denis, apresenta-nos uma discussão do cinema da animação, tendo em vista seu impacto narrativo, cultural, político, econômico e filosófico. Sébastien Denis descreve um panorama atual das técnicas, temáticas e diferentes áreas abrangidas por esta arte desde mais de um século, reunindo perspectivas diferentes no sentido de mostrar o extraordinário potencial desta arte narrativa. Denis apresenta um panorama histórico geral, buscando atrelar as relações da linguagem a todas as suas problemáticas. O autor discute a questão das origens da linguagem e as aproximações e diferenças da animação em relação ao cinema em geral a partir do final do século XIX.

O estudo aqui apresentado propõe uma reflexão social através da análise de uma obra ficcional cinematográfica. O intuito é, a partir deste estudo, ser capaz de identificar as transformações ocorridas nos papéis sociais representados na sociedade americana durante as décadas de 1950. Um dos principais teóricos a discutir as produções cinematográficas como um instrumento de construção histórica, Marc Ferro, defende que o cinema é uma complexa estrutura profundamente ligada ao meio social ao qual pertence. Tensões e disputas oriundas da própria sociedade no período em que a película é produzida



transparecem ao pesquisador. Sendo assim, os filmes tornam-se agentes históricos, já que expressam concepções e conceitos próprios do seu tempo. O próprio Ferro explicita que:

O filme aqui não está sendo considerado do ponto de vista semiológico. Também não se trata de estética ou de história do cinema. Ele está sendo observado não como uma obra de arte, mas sim como um produto, uma imagem-objeto, cujas significações não são somente cinematográficas. Ele não vale somente por aquilo que testemunha, mas também pela abordagem sócio-histórica que autoriza<sup>vi</sup>.

### **A Bela Adormecida**

A Bela Adormecida estreou nos cinemas norte americanos em 29 de janeiro de 1959, contudo, o seu processo de produção foi reconhecidamente o mais lento dentre todos os filmes da Disney lançados até então<sup>vii</sup>. Considera-se, então, pertinente afirmar que mesmo tendo chegado ao público no final dos anos 50, a animação recebeu influência direta dos acontecimentos políticos, sociais e econômicos de grande parte da década citada. Para os Estados Unidos, esse período caracteriza-se pela transição entre a fase de guerras da primeira metade do século XX e a fase das revoluções comportamentais e tecnológicas da segunda metade.

Politicamente, observa-se a manutenção da disputa por influência por meio da Guerra Fria. Essa conjuntura demonstra a fortíssima presença da retórica anticomunista tanto no que se refere à União Soviética quanto à China. O posicionamento norte-americano para todos aqueles que acreditavam ideologicamente no comunismo era considerá-los uma ameaça à nação, sejam eles inimigos externos, americanos natos ou estrangeiros residentes no país. A intensa patrulha anticomunista motivada pelo medo gerou perseguições políticas em várias instâncias da sociedade americana. O fenômeno do Macartismo<sup>viii</sup> ficou famoso por promover interrogatórios com figuras públicas e notórias<sup>ix</sup> durante a década de 1950. Entretanto, a forte retórica anticomunista permanece. A economia do pós-guerra é marcada pela recuperação da crise de 1929 e seu desenvolvimento estabelece, assim, uma sociedade voltada para o consumo. Um efeito claro desse movimento é o surgimento dos subúrbios de classe média e dos *shoppings centers* nestes locais.

É neste ambiente que se fundamentam as tensões que eclodem na década de 1960. Os papéis sociais determinados do período pré-guerra já não se encaixam na nova sociedade da década de 1950. Já se nota a luta por reconhecimento de movimentos negros, a ascensão de uma nova cultura jovem, a contracultura, e o processo de

emancipação feminina, que havia ido trabalhar fora no esforço de guerra e imprime resistência em voltar a ser dona de casa<sup>x</sup>. É na união de todos esses fatores que se dá a produção de *A Bela Adormecida*.

O filme foi dirigido por Clyde Geronimi e o roteiro foi adaptado do conto de fadas "A Bela Adormecida" compilado por Charles Perrault. Entretanto, a maior fonte de inspiração do longa-metragem foi o famoso balé que o russo Pyotr Ilyich Tchaikovsky criou em 1890, também chamado "A Bela Adormecida". Toda a trilha sonora da animação foi desenvolvida a partir das músicas compostas pelo compositor clássico. A canção tema do casal Aurora e Felipe, "Era uma vez em um sonho"<sup>xi</sup>, utiliza-se da mesma melodia composta por Tchaikovsky, tendo sido apenas letrada para o filme. Curioso perceber que a trilha sonora de "A Bela Adormecida" é basicamente instrumental, sendo a música acima citada uma das únicas a ser efetivamente cantada.

A animação em questão tem uma posição notável dentro do universo de filmes da Disney. É a última película animada feita totalmente a mão. A direção de arte do estúdio esforçou-se para que os desenhos lembrassem a estética gótica medieval. Animadores eram enviados a museus para estudarem as tapeçarias antigas e se inspirarem nos seus formatos e ângulos. Walt Disney abriu mão dos traços arredondados característicos das suas obras em detrimento da horizontalidade típica das imagens na época retratada. O filme destaca-se por fazer uso de novas formas e cores que acabaram dando aos personagens uma forma mais estilizada e adulta.

O filme inicia-se com os créditos de abertura utilizando-se de uma fonte que lembra o estilo gótico, o fundo é pintado com cores fortes e seu entorno é decorado com figuras que remetem as tapeçarias medievais. Logo no começo da animação o público é apresentado à música tema do casal principal. Ao final da canção, uma tomada em *live action*<sup>xii</sup> mostra um livro dourado, revestido por pedras preciosas, onde é possível ler o nome do conto, apoiado em um púlpito. A sala na qual a obra se encontra é decorada de forma a situar o espectador no tempo do filme, ao mesmo passo em que demonstra a importância do objeto no primeiro plano. Há um raio de luz que ilumina diretamente o livro, imprimindo nele um sentido de sacralidade.

A elevação do livro a tal grau pode ser interpretada como um lembrete de que a narrativa que está prestes a se iniciar é antiga, representa uma tradição há muito esquecida, porém ainda reverenciada. O livro é a chancela do conhecimento, é através

desse suporte que o mundo moderno se solidificou. O ato de abrir um livro é semelhante a uma viagem, o leitor entra em contato com representações que podem ou não se assemelhar com a realidade. Através da leitura, é possível adquirir conhecimento e experiência. Para o filme, o ato de abrir o livro é um convite para entrar em uma narrativa repleta de significados guiados pela imaginação. A partir do momento em que o livro se abre o espectador é transportado para o mundo da animação, no qual bruxas, fadas e dragões vivem em um universo fantástico que apenas é acessível por meio daquelas páginas<sup>xiii</sup>. O abrir do livro de Walt Disney aciona uma série de mitos e construções tipicamente atreladas ao mundo ocidental, agregando um valor cultural à produção. Importante ressaltar que a última cena da película é o mesmo livro se fechando, indicando o final da narrativa<sup>xiv</sup>. O fechar indica que não há espaço para continuação nem dúvidas sobre o que se passou com os personagens. Ser 'feliz para sempre' assume a condição de um estado perpétuo para todos os envolvidos no conto.

A princesa Aurora recebe esse nome por conta do seu nascimento ser considerado um raio de luz para o reino. A personagem é constituída com formas longilíneas para acompanhar a horizontalidade dos ambientes. Embora seja a principal personagem do filme, Aurora tem seu protagonismo posto em dúvida ao longo da produção. A moça não é responsável por quase nenhuma decisão com o passar da trama. Seu único ato pensado é se afastar do príncipe Felipe ao perceber que se trata de um desconhecido. A princesa é ciceroneada pelas pessoas ao seu redor e tem a juventude e inexperiência como justificativa para ser tutelada. Retirada do convívio da corte ainda bebê, a moça foi criada de forma reclusa - quase semelhante à vida em um monastério. Aurora demonstra certo grau de curiosidade, porém ele não é suficiente para fazê-la sair do papel que lhe foi designado. A representação da moça medieval austera e casta faz com que sejam suprimidas da personagem alguns elementos fundamentais para a empatia do público, como humor, simpatia e graça. Psicanalistas<sup>xv</sup> associam o furo do dedo de Aurora a uma metáfora para a passagem da fase infantil para a adulta. A idade da princesa também é muito simbólica, já que para a sociedade norte-americana é com dezesseis que se debuta, ou seja, a jovem é apresentada a sociedade como uma mulher de fato. Ressalta-se que a princesa não questiona e nem é questionada. Seus desejos não são levados em consideração, ao passo que o rumo da sua vida já está definido e ligado diretamente aos planos das fadas e dos pais.

É curioso notar o contraste entre a aparente apatia da princesa Aurora e as aspirações das jovens mulheres da década de 50. Há um embate de tensões muito forte na sociedade entre o desfrutar de uma liberdade recém-conquistada e o tradicional modelo de dona de casa. A inserção no mercado de trabalho assim como a transformação do consumo possibilitaram a jovem americana almejar uma alternativa de futuro. Mesmo com papéis definidos é possível observar ao longo da década uma certa flexibilização das delimitações. Estas tensões e embates, contudo, tornam-se mais visíveis a partir da década seguinte<sup>xvi</sup>.

Herdeiro ao trono por direito de nascimento e prometido em matrimônio com a princesa desde a tenra infância, príncipe Felipe é dotado de um visível impulso rebelde. O primeiro príncipe da Disney a ter um nome próprio não se deixa controlar pelas vontades alheias a si e toma suas próprias decisões. Ele é detentor de uma força de vontade que o faz vencer todos os empecilhos postos entre ele e seu objeto de desejo, no caso a jovem donzela desconhecida. Seu fiel cavalo branco<sup>xvii</sup>, Sansão, é dotado de uma personalidade mais próxima dos cachorros do que dos equinos, por isso serve como alívio cômico na trama<sup>xviii</sup>. Sua obstinação beira a teimosia, fato que é ressaltado pela vilã Malévola enquanto batalham. Felipe é investido cavaleiro ao ganhar das fadas sua espada e escudo<sup>xix</sup>, pois apenas com o auxílio da verdade e da virtude o amor triunfa sobre o mal. É necessário ressaltar que as únicas ordens que Felipe seguiu no decorrer da animação foram dadas pelas fadas. O príncipe seguiu exatamente a orientação delas até alcançar o quarto da princesa. Isso demonstra que por mais que o jovem não fosse afeito a seguir ordens, o fazia quando a experiência dos mais velhos se mostrava mais necessária do que o ímpeto juvenil.

Outro ponto a ser levantado é a inevitabilidade do destino. Mesmo quebrando a promessa de casamento feita na infância e agindo de modo a contrariar o desejo estipulado por seus pais, o casal é levado pelas circunstâncias a cumprir o papel que lhes havia sido imposto. A união dos dois torna-se, assim, certa e inevitável, já que até o acaso os levou a esse final. Apesar do ímpeto juvenil em seguir seu próprio caminho, no fim, é o caminho estipulado pelos pais que acaba por se apresentar diante deles. Assim colocado, é a postura tradicional dos pais que prevalece como correta, já que mesmo o acaso levou a ela. Visto pela perspectiva dos embates culturais da década, no campo da cultura jovem, esse desenlace da narrativa pode denotar uma postura tradicionalista da produção, sublinhando o prevaletimento dos valores tradicionais da sociedade.

A inserção do elemento mágico no enredo é uma característica comum aos contos de fada. A ideia dos animadores, inicialmente, era que as fadas fossem idênticas, contudo Walt Disney foi convencido de que três personagens distintas teriam mais apelo com o público. A distinção se dá tanto em sua aparência, embora todas sejam senhoras idosas, quanto em traços de personalidade bem marcados. Cada uma das fadas é representada por uma cor, não há a utilização dos tons das roupas das fadas em nenhuma cena ou personagem a não ser no vestido que elas fazem para Aurora. Embora detentoras de grande sabedoria, são passionais, passíveis de erros e equívocos. Isso denota certa dualidade nas personagens, já que podem assumir tanto o papel da experiência quanto o do atraso. Mesmo assim há um grande respeito pelo trio e em momento algum o mesmo tem a sua conduta questionada. Sua magia só pode ser usada para o bem, tornando-as incapazes de expurgar o mal.

Naquilo que concerne à Malévola, o principal desafio na construção da personagem foi a falta de interação da bruxa com as outras personagens. Esse problema foi resolvido com a adição de um corvo de estimação. É a personagem mais dotada de simbologia. Seus traços são alongados ao máximo transformando-a em uma criatura alta e extremamente magra. Sua figura remete a uma árvore seca, sem vida. Considerando a simbologia da árvore como a fonte de vida, Malévola significaria exatamente o oposto, sua ausência. A cor esverdeada da pele é associável à coloração dos cadáveres. As longas e finas unhas são pintadas de preto, assim como tudo que a cerca. Os chifres, apontando para o alto, são um lembrete da origem do seu poder maligno. Sua fala é irônica e maliciosa. Os animais que a cercam são muito significativos. O corvo, o porco e o dragão são característicos de uma simbologia muito própria do medievo cristão. Vários bestiários medievais foram escritos associando essas criaturas ao mal e a morte.

Entretanto, em "A Bela Adormecida" não é dito ao expectador a origem dos seres mágicos e nem suas razões. Não se conhece seus passados nem a função que exercem naquela sociedade. As fadas Flora, Fauna e Primavera são apresentadas ao público sem maiores explicações, assim como a aparição de Malévola e seu ressentimento por não ter sido convidada. Estas criaturas encarnam polaridades opostas. A personagem de Malévola é dotada de uma maldade maniqueísta. Não há um impulso principal que a faz agir além da própria maldade por si só, enquanto as fadas são apresentadas como puras e boas por natureza.

A polaridade e os arquétipos representados pelos seres mágicos são facilmente traduzidos como um reflexo do contexto político no qual os Estados Unidos estavam inseridos. A maldade maniqueísta de Malévola assemelha-se na propaganda americana à alegada "maldade" da União Soviética contra a democracia e o capitalismo. Não há uma razão evidente, e sim o prazer pela destruição. Ambos são capazes de tudo para saciar sua vontade de levar o caos e desespero às almas boas. O poder das três boas fadas não é suficiente para derrotar o mal, contudo, com a união da tradição com a impetuosidade o inimigo pode ser derrotado.

### **Considerações Finais**

Este artigo voltou-se ao exame da produção cinematográfica de animação "A Bela Adormecida" no intuito de abordar a representação da sociedade norte americana. Além disso procurou-se também fazer uma análise do filme e seus significados. À luz das propostas teóricas anteriormente salientadas, considerou-se a potencialidade do cinema, enquanto fonte historiográfica, em possibilitar a observação das variadas tensões que compõem a sociedade, privilegiando-se o cenário sociocultural e político com o qual a película dialoga, em contato com o contexto de desenvolvimento econômico e do surgimento de novas demandas culturais ligadas, sobretudo, ao consumo de bens materiais, dentro da propagação do American way of life, na geopolítica da Guerra Fria.

O conto de fada é utilizado pelos Estúdios Disney para manter um vínculo com o público infanto-juvenil e assim ajudar a estabelecer um modelo de sociedade que, aos poucos, era questionado. A partir de 1960, as reivindicações dos movimentos sociais norte- americanos tornam-se mais efetivas e fervorosas. A crise no modelo tradicional culminou na propagação de grupos empenhados em promover uma nova estrutura que enfim representasse a nova sociedade que havia se estruturado.

---

<sup>i</sup> O presente artigo é inspirado em outro, de mesma autoria, intitulado " **A Bela Adormecida: Uma análise da representação das tensões americanas da década de 1950 no filme da Disney.**", que foi publicado no volume 5 da Revista *Medievalis*, organizada pelo NIELIM, Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre as Literaturas do Medievo, da Faculdade de Letras, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>ii</sup> Mestranda do Programa de Pós Graduação em História Comparada (PPGHC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pesquisadora em Cinema e História. Orientanda do Professor Doutor Wagner Pinheiro Pereira. Bolsista Capes. Contato: erikagsalves@gmail.com.

<sup>iii</sup> ROSENSTONE, Robert. *A história nos filmes, os filmes na história*. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 235.

<sup>iv</sup> MACEDO, José Rivair. *A Idade Média no Cinema*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009, p. 26-27.

<sup>v</sup> NOGUEIRA, Luís. *Manuais de cinema II: Géneros cinematográficos*. Covilhã: Livros LabCom, 2010, p. 61.

<sup>vi</sup> FERRO, Marc. *Cinema e História*. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 32.

<sup>vii</sup> A ideia original do filme foi aprovada na primeira metade da década de 1950, entretanto o forte envolvimento de Walt Disney em outros projetos - como Zorro, O Clube do Mickey Mouse e a construção do seu primeiro parque temático - acarretou o atraso de várias etapas da animação. Os roteiristas e animadores esperavam semanas para conseguir o consentimento de Disney sobre as cenas, quando não eram obrigados a refazê-las. Estima-se que o projeto *A Bela Adormecida* passou por volta de três anos engavetado. Por conta do atraso, essa animação consagrou-se como a mais cara a ser realizada pelos Estúdios Disney. (THOMAS, Bob. 1991. p. 104-105)

<sup>viii</sup> O termo foi cunhado a partir das ações do senador americano Joseph McCarthy que propunha uma 'Caça às Bruxas' contra o comunismo.

<sup>ix</sup> Walt Disney voluntariou-se mais de uma vez a depor para provar que não simpatizava com a causa comunista. Ele também demitia funcionários se houvesse suspeita de filiação partidária, assim como os denunciava também.

<sup>x</sup> Contudo, muitas mulheres ainda trabalhavam em turnos de meio período para ajudar no orçamento familiar.

<sup>xi</sup> "Once upon a dream", no original.

<sup>xii</sup> Filmagem de cenas reais. Não há uso de elementos de animação.

<sup>xiii</sup> É curioso perceber o número de produções cinematográficas que se iniciam como a abertura de um livro. Até mesmo as películas mais recentes fazem uso deste artifício quando pretendem impor a obra um aspecto de transcendência temporal.

<sup>xiv</sup> Além do final da narrativa o fechamento do livro também indica um fim de um ciclo. Há um movimento fechado de circularidade. O livro sempre vai ser aberto e fechado. Essa é uma característica da narrativa do cinema clássico hollywoodiano.

<sup>xv</sup> BETTELHEM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fadas*. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

<sup>xvi</sup> Sobre as transformações culturais em curso na sociedade americana do período, Cf. LEUCHTENBURG, William E. (org.). *O Século Inacabado – A América Desde 1900*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. e DIGGINS, John Patrick. *The Proud Decade: America in War and in Peace*. New York: W. W. Norton & Company, 1989.

<sup>xvii</sup> O Cavalo Branco é considerado um arquétipo clássico do Cavaleiro nobre e puro de coração. A cumplicidade estabelecida entre o cavaleiro e seu cavalo remete-se aos tempos medievais, podendo-se encontrar referências sobre a dupla em antigos manuais de cavalaria como o de Ramón Llull "O Livro da Ordem de Cavalaria", escrito em 1275 e tido como um dos principais manuais de cavalaria medieval. O psicanalista Bruno Bettelhem estabelece uma relação entre as representações do cavaleiro e seu cavalo com o imaginário romantizado do medieval, que remontaria sentimentos de confiança, nobreza, bondade e coragem.

<sup>xviii</sup> Outro ponto que justificaria a falta de popularidade de "A Bela Adormecida" é a falta de humor. Apesar de alguns personagens, por vezes, apresentarem certa jovialidade, não se configuram como alívio cômico ou fonte de empatia na trama.

<sup>xix</sup> A espada e o escudo são símbolos da investidura de um cavaleiro medieval típico. O cavalo era utilizado apenas por aqueles cavaleiros que detinham algum título de nobreza ou fosse capaz de manter seu próprio animal. A simbologia que envolve esses elementos é uma característica da época medieval que se mantém no imaginário contemporâneo. Ramon Llull, em "O Livro da Ordem de Cavalaria" já apontava para sacralidade dessa tradição ao afirmar que: "Ao cavaleiro é dada a espada, que é feita à semelhança da cruz, para significar que assim como nosso Senhor Jesus Cristo venceu a morte na cruz na qual tínhamos caído pelo pecado de nosso pai Adão, assim o cavaleiro deve vencer e destruir os inimigos da cruz com a espada. E porque a espada é cortante em cada parte, e cavalaria é para manter a justiça, e justiça é dar a cada um o seu direito, por isso a espada do cavaleiro significa que o cavaleiro com a espada mantém a cavalaria e a justiça.(...) Escudo é dado ao cavaleiro para significar ofício de cavaleiro, porque assim como o escudo mete o cavaleiro entre si e seu inimigo, assim o cavaleiro é o meio que está entre rei e seu povo. E assim como o golpe fere antes no escudo que em o corpo do cavaleiro, assim cavaleiro deve parar seu corpo diante de seu senhor se algum homem desejar pendurar ou ferir seu senhor. (...) Cavalo é dado ao cavaleiro por significado de nobreza de coragem e para que seja mais alto montado a cavalo que outro homem, e que seja visto de longe, e que mais coisas tenha debaixo de si, e que antes seja em tudo o que se convém à honra de cavalaria que outro homem." [www.ricardocosta.com/traducoes/textos/o-livro-da-ordem-de-cavalaria](http://www.ricardocosta.com/traducoes/textos/o-livro-da-ordem-de-cavalaria) (Acesso em 13/09/2014)

## UM CONCEITO PLURÍVOCO: AS NOÇÕES DE POVO NA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1823

Erygeanny Lira<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem o objetivo de investigar no *Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império*, lido no contexto do seu tempo, as suas formulações políticas, em especial, as suas noções de *povo*. Imersos no agitado período de transição entre o absolutismo do período colonial e o constitucionalismo que emergia no reino independente, os constituintes de 1823, atentos ao ideário da Revolução Francesa e da Independência das colônias da América do Norte, já consideravam o povo como ator central do processo político. Cabe-nos, então, compreender quais os debates que fizeram aparecer o tema e os problemas do conceito de *povo* no âmbito da primeira experiência constituinte brasileira

**Palavras-chave:** Assembleia Constituinte 1823, Estado brasileiro, Povo.

**Abstract:** This study presents an analysis of the political formulations introduced by the *Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império (Journal of the Constituent and Legislative General Assembly of the Empire)*. We are particularly concerned with the different conceptions of People advanced in the text, which is investigated within the context of the time period of its production. Immersed in the agitated transition period between the absolutism of the colonial period and the constitutionalism that emerged in the independent kingdom, the constituents of 1823, mindful of the ideals of the French Revolution and the independence of the colonies of North America, already considered the people as the central actor in the political process. We thus examine the debates that brought to light the thematic and the issues surrounding the concept of People during the first Brazilian Constituent Assembly.

**Keywords:** Constituent Assembly 1823, Brazilian State, the People.

A experiência vivenciada pelos quase noventa representantes que em 1823 se dirigiram à Corte do Rio de Janeiro para formar a Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil e que teriam a tarefa de elaborar a primeira carta constitucional brasileira é, sem dúvida, um dos momentos mais importantes da nossa história política. Como afirma Pedro Octávio Carneiro da Cunha, a Constituinte era a “casa comum de tudo que se forjara de melhor no país” e por meio dela seria possível promover o rascunho da alforria colonial materializado em um estatuto supremo, que seria o próprio fundamento da nação independente.<sup>2</sup> Uma observação mais cuidadosa sobre a origem e as trajetórias dos constituintes revela que não é possível identificar, no início dos trabalhos em 1823, características de reunião dos mais variados grupos que sejam diferentes daquelas ligadas à determinada província a qual pertencem.<sup>3</sup> A Assembleia é, à primeira vista, a pintura da



pluralidade do país, e não o lugar de efervescência de ideias novas. Como diz Carneiro da Cunha:

O Congresso, aliás, não contava com maioria ou minoria arrematadas, nem mesmo com feixes rígidos de opinião; essa fluidez que esbatia arestas dentro do próprio diálogo parlamentar e deu ao primeiro legislativo brasileiro um caráter particular de espelho homogêneo da nação, isto é, das classes representadas.<sup>4</sup>

Embora a Assembleia ter sido dissolvida seis meses após sua abertura, o trabalho legislativo elaborado por ela não deve ser desprezado. Além do regimento interno e do Projeto de Constituição, que veio a público em 1º de setembro, foram apresentados 38 projetos de Lei, afora um grande número de propostas e indicações das comissões instaladas. Devido à complexidade das discussões que se travaram naquele espaço político, foram aprovados efetivamente seis projetos. O primeiro foi sobre a vigência da legislação que dirigia o Brasil até abril de 1821; o segundo, sobre a forma de promulgação das leis da Assembleia Constituinte; o seguinte, sobre a revogação do decreto de 16 de fevereiro de 1822, o qual criara o Conselho de Procuradores Gerais da Província; o quarto determinou a proibição aos deputados do exercício de qualquer outro emprego durante o tempo de deputação; o quinto, do decreto de 30 de março de 1818, o qual proibia o funcionamento das sociedades secretas; e o último, sobre a regulação de uma forma para os governos provinciais.<sup>5</sup> Alguns projetos tiveram um amplo debate dentro da Constituinte, mas não alcançaram status de lei, como o projeto de naturalização dos portugueses – que toca na questão da construção do corpo político – apresentado pelo pernambucano Muniz Tavares em 22 de maio; a proposta de criação das universidades de autoria de José Feliciano Fernandes Pinheiro; e o projeto sobre a liberdade de imprensa, discutido em várias sessões da Assembleia.

Os debates produzidos no calor do momento ocasionaram tensões próprias aos trabalhos dos constituintes, bem como as opiniões divergentes dos membros da Assembleia Geral de 1823. Mas, a partir de julho, os ânimos ficaram ainda mais exaltados devido o acirramento da peleja entre a Casa parlamentar e o Governo. Em meados de julho, José Bonifácio e Martim Francisco de Andrada foram afastados dos Ministérios do Império e da Fazenda, respectivamente, e passaram a fazer oposição ao Governo na imprensa e dentro da Assembleia juntamente com o outro irmão Andrada, o Antônio Carlos. No dia 17 de julho, D. Pedro nomeou José Joaquim Carneiro de Campos para Ministro do Império, e Manuel Jacinto Nogueira da Gama para a pasta da Fazenda, ambos também deputados da Constituinte. Ainda em julho, entrou em discussão o Projeto sobre a sanção das leis aprovadas na Assembleia. Neste momento aflorou com mais vigor a questão do povo, que, na verdade, perpassou toda a existência da Assembleia Constituinte, desde o discurso do Imperador na abertura da

Assembleia até os debates em torno do Projeto de Constituição (especificamente no que diz respeito à formação do corpo político). É sobre este tema que nos debruçaremos neste trabalho.

\*\*\*

O início dos trabalhos da Constituinte de 1823 se deu com o discurso proferido por D. Pedro I na sessão de 03 de maio. Nele já podemos perceber que a noção de povo se transformou num tenso entrecruzamento de sentidos. Ainda que o vocábulo “povo” fosse central no glossário de todos os grupos políticos do século XIX, é importante sublinhar que a sua definição e seu significado variavam entre eles e eram um dos mais importantes objetos de luta política.<sup>6</sup> A polissemia do termo “povo” já estava expressa nas primeiras palavras do Imperador aos *dignos representantes da nação brasileira*.

Primeiramente, o vocábulo povo assumiu a forma de plural, “os povos”, como crítica a postura política da metrópole para com a colônia. “Portugal”, disse D. Pedro, [...] “nunca quis consentir que *os Povos do Brasil* gozassem de uma Representação igual aquela [o Imperador referia-se as Cortes Portuguesas]”. E, um pouco mais adiante, D. Pedro ressalta “o contentamento, que *os Povos deste vasto Continente*” mostraram com a elevação do Brasil ao status de Reino Unido, porém adverte que “esta medida política não veio, como dev[eria] ter vindo outra, qual era a convocação de uma Assembleia, que organizasse o novo Reino”. Foi com grande entusiasmo que o Imperador lembrou a convocação da Assembleia Constituinte em consequência do Decreto 3 de junho do ano pretérito [1822], “*a requerimento dos Povos, por meio de suas Câmaras, seus Procuradores Gerais e meus conselheiros de Estado*”.<sup>7</sup>

Nas palavras do Imperador, a noção de “povos” está associada à ideia de territorialidade, moradores de uma cidade, de uma vila ou os habitantes do extenso continente brasileiro. Estes sentidos coincidem com os que nos oferece o dicionário de língua portuguesa de Antônio de Moraes Silva, na edição de 1789: “Povo, s.m. Moradores de uma cidade, vila ou lugar/ Povo miúdo, plebe, canalha/ Nação, gente”.<sup>8</sup>

As acepções mencionadas, em boa medida, são heranças da antiguidade clássica. Na Grécia, a palavra *demos* significava, num de seus sentidos, região, país ou terra; e estritamente ligada a esta primeira acepção, referia-se também ao corpo político ou base social do sistema político. O termo *demos* foi pensado por Aristóteles em dois sentidos: 1) incluía apenas os homens que participassem da autoridade, isto é, dos cargos públicos e da administração política legal sobre um determinado território; e 2) incorporava as pessoas que possuíam direitos reconhecidos pela lei e podiam considerar-se livre, ou seja, aqueles que podiam

participar da *Polis*. Assim, na Grécia antiga a noção de *demos*, ou povo, está relacionada à participação dos cidadãos na autoridade específica de um determinado território.<sup>9</sup>

Ponderando o contexto político e histórico, o vocábulo *povos* evocado na fala do Imperador identifica-se com a concepção territorial presente na antiguidade clássica. Está intimamente ligado a “*vasto Continente*”, a “*suas Câmaras*”, aos habitantes de uma província como a “*Majestosa Província de Minas*”. Refere-se assim ao “povo” no sentido empírico, uma vez que em cada acepção é incontestável a menção ao valor empírico, enumerável e descritível dos habitantes que, em princípio, deveriam formar a soberania.

O termo *povos*, segundo estudo de François Guerra, era comum a todas as línguas latinas e designava as comunidades políticas do Antigo Regime. Os “povos da Espanha”, por exemplo, correspondiam aos corpos políticos que formavam a monarquia espanhola: os reinos, as províncias e as principais cidades. Entretanto, ainda de acordo com Guerra, é difícil inferir se os textos que empregavam a palavra *povos* se referem às corporações municipais, às províncias ou reinos ou à população em conjunto.<sup>10</sup> No Antigo Regime e na medievalidade ibérica, o conjunto do corpo político era denominado *os povos* – cidades ou vilas do reino e império português –, os quais estavam ligados ao rei por um pacto específico. Os corpos componentes da sociedade se caracterizavam por uma hierarquia alicerçada em uma ordem universal inalterável cujas partes possuíam responsabilidades e deveres. O rei era a cabeça, defensor da paz, sossego e felicidade. Tinha a obrigação de governar de acordo com a justiça e dar soluções aos conflitos. Nesta percepção, o povo e o seu plural, *povos*, era compreendido como o conjunto das ordens e corpos que sustentavam uma relação de obediência e lealdade para com o rei.<sup>11</sup>

Ao evocar, na abertura da Assembleia, a noção de *povos*, D. Pedro se referia tanto às comunidades políticas municipais e provinciais, como ao conjunto da população brasileira. É importante lembrar que o cenário geopolítico brasileiro estava bastante agitado; províncias como Bahia, Pará, Maranhão e Piauí não abraçaram à causa do Brasil e, por isso, continuavam atadas politicamente a Portugal. Assim, a expressão *povos* mobilizada por D. Pedro talvez pudesse estar ligada à reafirmação do seu título de Imperador Constitucional do Brasil, no sentido de ser o único capaz de unir em torno de si as várias *províncias* ou *povos* em conflitos e constituir o UM, o povo, no sentido moderno do termo.

Por conseguinte, ao prosseguir o seu discurso, o jovem monarca enalteceu o caráter constitucional do seu poder ao convocar uma Assembleia para elaborar “uma constituição sábia, justa, adequada e executável, ditada pela razão” e que promovesse “*a justa liberdade dos Povos* e toda força ao Executivo”. Logo em seguida, pronunciou as polêmicas palavras:

Como Imperador constitucional, e mui principalmente como defensor perpétuo deste Império, disse ao povo no dia 1º de dezembro do ano passado, em que fui coroado e sagrado, que com minha espada defenderia a pátria, a nação e a constituição, se fosse digna do Brasil e de mim.

E arrematou: “Espero que a constituição que façais mereça a minha imperial aceitação, seja tão sábia e tão justa quanto apropriada à localidade e a civilização do *povo brasileiro*”.<sup>12</sup>

O plural *povos*, subitamente, deu lugar ao singular *povo*. E mais, associado ao adjetivo pátrio, *povo brasileiro*. Neste caso, o povo vincula-se ao ato de aclamação do monarca e às bases da futura constituição do Império. Estamos diante da noção de povo no sentido abstrato, ideal, como base para a legitimidade política, como soberano coletivo e autor das leis. Eis a definição mais utilizada no ambiente político do século XIX. Em contraposição às definições anteriores, o termo *povo* remete antes de tudo a um princípio político, que, como sublinhou François Guerra, não tem equivalência imediata com os sentidos concretos presentes no vocábulo *povos*.<sup>13</sup>

A noção de povo, se seguirmos bem de perto o discurso do Imperador, é constitutivamente dúbia: de um lado, identifica-se com um fato plural – *os povos* como províncias, cidades ou habitantes de um continente –; por outro, identifica-se com uma ideia singular – *o povo* como princípio jurídico. Porém, para compreender os problemas do século XIX é preciso analisar como se entendia e se mobilizava a noção de povo nesse último sentido, que compreende a essência da política moderna.<sup>14</sup>

As festas para aclamar o novo monarca e promover a causa brasileira eram, conforme o estudo de Iara Lis Souza, o momento para alcançar a *unidade-na-diversidade*, visto que estavam presentes na praça pública o povo empírico e o povo abstrato para legitimarem o novo contrato social do Estado, sempre selado com grandes paradas militares. Para historiadora, o artifício de recorrer às tropas por meio das câmaras delimitava uma “certa noção de povo”, da qual os homens que moravam na cidade ou nas redondezas eram coagidos a participar; associava negociantes, pequenos roceiros, comerciantes, proprietários, foreiros, arrendatários, homens que viviam de seus ofícios, forros, mulatos livres. Esse povo corporificado nas tropas e milícias, participava do processo de aclamação do imperador, marchando nas praças, homogeneizando o todo social, exibindo as armas, lutando contra os soldados portugueses e todos aqueles que fossem contrários à causa do Brasil, arriscando a própria vida, bradando os vivas que legalizavam a soberania brasileira.<sup>15</sup>

É interessante assinalar que a noção de povo adquiriu, a partir deste momento, uma nova centralidade política no vocabulário da época. Desde fins do século XVIII, principalmente com a Revolução Francesa e a propagação das Luzes, alargou-se a ideia de

povo. No verbete da *Encyclopédie* dedicado a *peuple*, Chevalier de Jaucourt inicia pelo reconhecimento de que se trata de um “nome coletivo difícil, pois há diferentes ideias de povo nos diversos lugares, nos diversos tempos e segundo a natureza dos governos”. Analisa, em seguida, que a palavra designava, na França de seu tempo, tanto uma parte numerosa e necessária da nação, ou uma classe, como também a própria nação, ou seja, a noção de povo associava-se a de nação.<sup>16</sup> Contudo, a acepção povo percorreu um ambíguo jogo de sentidos: referia-se, de um lado, ao povo empírico, na medida em que o povo mostrava-se no espaço público por meio de suas reivindicações, discordâncias e violências; de outro, era sinônimo de soberania, porque apenas o povo celebrava o contrato social. Ou seja: o povo era, ao mesmo tempo, *poder*, porque era a fonte de toda legitimidade; e *enigma*, visto que não possuía um rosto facilmente identificável.<sup>17</sup>

O grande número de significados da noção de povo adentrava, assim, no debate político como um elemento-chave. Por isso, o papel que a ideia de povo desempenhará como instância legitimadora do processo de reestruturação da Europa e das Américas nos fins do século XVIII e início do século XIX será de fundamental importância. Por mais que estejam registrados diversos exemplos de convivência entre os antigos e novos significados do termo, é indiscutível a importância que o vocábulo “povo” assumiu perante a necessidade de legitimidade de ruptura com o Antigo Regime e com a sua concepção de soberania.

No início do século XIX, a ideia de povo como “todo” ou unidade política designava que aquele se transformara em ator central do processo político, em força histórica evidente, ao mesmo tempo em que passa a ter destacada sua natureza problemática: quem era o povo? Como deveria exercer a soberania?

Nos debates da nossa primeira Assembleia Constituinte, em 1823, o povo foi elemento-chave. Perguntava-se: quem era o “povo independente” recém constituído? Qual o sistema político e administrativo adequado para o povo *brasiliense*? A controvérsia em torno do Voto de Graças à primeira fala de Sua Majestade Imperial na Assembleia iniciou, oficialmente, os trabalhos parlamentares, e apresentou os diferentes usos da acepção “povo”. A urgência da matéria foi proposta por Antônio Carlos Machado, que sugeriu as palavras a serem remetidas, enaltecendo os “sentimentos de verdadeira constitucionalidade do Imperador, além dos princípios de genuína liberdade a que aspira”.<sup>18</sup> Entretanto, alguns deputados mostraram-se incomodados com as *palavras ambíguas* que D. Pedro havia defendido na sessão de abertura, prometendo defender a constituição se fosse digna do Brasil e Dele, e sugeriram que deveria entrar em discussão a Fala do Imperador. O deputado José Custódio Dias, eleito por Minas Gerais, enfatizou que

julgar se a Constituição, que se fizer, é digna do Brasil, só compete a nós como *Representantes do Povo*, e aos mais que ainda faltam de muitas Províncias. Demais se nós confiamos tudo dele, por que não confia Ele também tudo em nós? Tem *um Povo fiel que o elege seu defensor, que o aclama, que o coroa*, e há de desconfiar? Acabem-se de uma vez estas indiferenças; seja uma só a voz da Nação e a do Chefe do Poder Executivo, por mais arriscada que for a crise. *Nós, como Representantes da Nação* não seremos injustos, nem faltaremos aos nossos deveres; *o Povo Brasileiro ama com predileção a Dinastia de Bragança*, e é tão brioso e liberal como amigo do seu Imperador. Entendo pois que deve entrar neste contrato sem desconfiar de nós.<sup>19</sup>

Na fala do constituinte encontramos, mais uma vez, a associação entre povo e o adjetivo pátrio, brasileiro, alusivo a noção de identidade territorial. De fato, este período é marcado pela emergência na linguagem política de uma nova forma de identidade política: o ser brasileiro. Por isso, a maioria dos parlamentares ao falar em povo, no singular, adiciona o adjetivo pátrio *brasileiro* em um esforço para construir o conceito de povo próprio. Por isso, na continuação da sua fala, ainda o deputado José Custódio Dias refere-se ao “*Povo Brasileiro* [que] tem posto em nós a sua confiança, e espera que façamos uma Constituição digna dele”.<sup>20</sup>

Entretanto, ao associar a acepção povo à ideia de representação, o deputado conferiu ao vocábulo um sentido propriamente político. Para o deputado Dias, o povo havia encomendado “uma Constituição mui conforme aos seus sentimentos”. Ele continua: “[talvez], teremos a sorte que quase sempre cabe aos defensores da liberdade. Eu [...] quero a liberdade [...] bem entendida, e a favor dela sempre clamarei, *como órgão do Povo*, sem jamais me desviar deste caminho por temor ou covardia”.<sup>21</sup>

Imediatamente, o constituinte João Antônio Rodrigues de Carvalho expôs a sua opinião sobre o Voto de Graça, defendendo a superioridade do Imperador em relação à Assembleia. Para Rodrigues de Carvalho, “a Nação escolheu o Senhor D. Pedro I para o seu Imperador, e a Nação o ama”. E para comprovar, disse o deputado,

consulte cada um o que viu e ouviu no dia da abertura desta Assembleia: os vivas dentro deste recinto, e fora, e pelas ruas, eram incessantes, no teatro o regozijo e as aclamações foram iguais; e eis aqui o termômetro do sentimento público.<sup>22</sup>

O que subjaz do discurso do deputado é a sutil mudança de termos. Enquanto a maioria dos deputados referia-se ao povo, seja como fato plural ou como princípio jurídico, Rodrigues de Carvalho reportava-se à Nação como fundamento do poder do monarca. Este fato não passou despercebido por Antônio Carlos Machado. Incomodado com o uso aleatório das palavras, o constituinte alertou:

Há uma diferença entre Povo e Nação, e se as palavras se confundem, a desordem nasce. Nação abrange o Soberano e os Súditos; *povo só compreende os Súditos*. O Soberano é a razão social, coleção das razões individuais; *o povo é o corpo que obedece à razão*. *Da confusão destes dois termos, da amalgamação in-filosófica da Soberania e povo, tem dimanado absurdos, que ensanguentaram a Europa, e nos ameaçam também; exijo que se substitua a palavra povo a de nação todas as vezes que se falar em soberania.*<sup>23</sup>

O povo que figura na fala de Antônio Carlos trata-se daquele que elege o seu governante, mas depois desse ato, nada mais toca, a não ser submeter-se, ser súdito. O povo, portanto, não está no centro do discurso político, pois desse modo evitava-se que este mesmo povo aparecesse como protagonista no teatro do poder e portador da vontade soberana.

\*\*\*

É importante sublinhar, porém, que os esforços dos parlamentares e mesmo do Imperador, ao que parece, estavam destinados a unir *os povos* – entendidos como províncias, cidades ou habitantes do território brasileiro –, muitos deles imersos em conflitos pró ou contra Independência política, e construir o UM, *o povo* no sentido moderno do termo. O processo de construção da unidade teve como fundamento a ideia de nação. Por isso, cabe matizar as interpretações que afirmam que o ingresso do Brasil na trilha constitucional se deu segundo o modelo contemporizador e conciliador, para que a soberania nacional e popular fosse “negada, freada, mutilada e, mais tarde golpeada”; ou a aceção que defende que desde antes da independência praticou-se a “recusa da soberania popular e nacional”; ou ainda que o povo é “um simples figurante, quando não mero espectador” do jogo político.<sup>24</sup>

Não podemos precisar ao certo o grau de participação do povo nos primeiros anos da década de 1820, mas vimos com o estudo da historiadora Iara Lis Sousa o envolvimento do povo, o “povo do Imperador”, no processo de construção da soberania nacional. Também nos dias que antecederam a dissolução da Constituinte notava-se a presença de um grande número de indivíduos que lotavam a Assembleia. O deputado José Martiniano de Alencar deixou esse fato registrado no *Diário da Assembleia*:

uns cidadãos desejam ouvir as discussões, me pediram agora que visto não haver lugar nas Galerias, requeresse eu à Assembleia a permissão para entrarem para dentro [sic] da sala, ficando por detrás das cadeiras dos Deputados; eu proponho a Assembleia decidirá.<sup>25</sup>

O povo, então, imiscuía-se, a seu modo, acerca dos debates sobre o futuro da nação. O deputado Antônio Carlos assim expressou este fato: “nisto não pode haver dúvida, ninguém é

mais interessado nos trabalhos e nas deliberações da Assembleia do que o Povo: isso se tem feito em todas as Assembleias”. Por isso, “entrem, ouçam e saibam como nós, ou bem ou mal, defendemos os seus direitos”.<sup>26</sup> Para o constituinte paulista, o Povo, escrito com P maiúsculo, era parte constituinte do corpo legislativo, logo, deveria tomar parte nas discussões parlamentares. Esse raciocínio não é compartilhado por outros deputados, entre eles José da Silva Lisboa:

Esta alterada toda ordem, não se discutiu, e já foi aprovada a entrada tumultuária do Povo nesta sala, contra o Regimento! Eu requeiro que se mande discutir, porque foi decidido contra toda ordem, está tudo inteiramente fora de ordem. Não está decidido com a regularidade do estilo. Senhores, não vamos levar a praça de assalto...<sup>27</sup>

Antônio Carlos encerrou a discussão em tom de surpresa: “o que me admira é haver tanto medo do Povo, e tão pouco da tropa! No meio do Povo Brasileiro nunca podemos estar mal (apoiado, tanto dos Senhores Deputados como das Galerias)”.<sup>28</sup>

Ao analisarmos os discursos dos deputados no *Diário da Assembleia* constatamos que o Estado brasileiro, em sua formação, está assentado no princípio da soberania da nação. Assim, teoricamente, o titular da soberania estava bem instituído; na prática, todavia, o lugar central da política – que no Antigo Regime era ocupado pela pessoa do rei – é um lugar vazio, inocupável. A nova legitimidade política faz com que todos os atores pretendam transformar-se em encarnação ou representantes do povo, e os debates entre os parlamentares em 1823 confirmam esta ideia, por isso as longas discussões entre aqueles que consideravam a Assembleia como a primeira e legítima representante do povo, e aqueles que consideravam o Imperador como o poder supremo da sociedade predominaram na Constituinte de 1823. O único caminho para ascender ao poder consistia em assumir a representação do povo. Que se dava por meio da transferência simbólica da vontade do povo a um ou vários homens: Os representantes, ou a elite intelectual e política, ou os proprietários e os homens letrados, que podiam conceber o interesse geral da nação.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo, sob orientação do professor Cícero Araújo. E-mail: erygeanny\_lira@hotmail.com

<sup>2</sup> CARNEIRO DA CUNHA, “Capítulo I: A fundação de um Império liberal” in: HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Tomo II, vol 1, Livro Segundo, 2003, p. 275.

<sup>3</sup> Os debates sobre a educação e a construção das universidades travados em várias sessões da Assembleia são exemplos claros disso.

<sup>4</sup> CARNEIRO DA CUNHA, *op.cit.*, pp. 277-278.

<sup>5</sup> Todos estes projetos foram aprovados como Lei em 20 de outubro de 1823.

<sup>6</sup> GUERRA, François-Xavier. “El Pueblo soberano: incertidumbres y coyunturas del siglo XIX” in: *Modernidad e Independencias: Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México: FCE, MAPFRE, 2000, p. 353.

<sup>7</sup> D. Pedro I, “Fala do Trono”, DAC, sessão 03 de maio de 1823, pp. 15 e 17. Grifos nossos.



<sup>8</sup> Ainda conforme D. Pedro, “quando *os Povos da Rica, e Majestosa Província de Minas* estavam sofrendo o férreo jugo do seu deslumbrado Governo”. Ver: Dicionário da Língua Portuguesa Composto por António de Moraes Silva (1831): Lisboa, Imp. Régia, 4ª edição *apud* “Entre viejos y nuevos sentidos: ‘pueblo’ e ‘pueblos’ en el mundo IberoAmericano entre 1750 y 1850” in: SEBASTIÁN, Javier Fernández (dir). *Diccionario político y social del mundo ibero-americano: la era de las revoluciones, 1750-1850*. Madrid: Fundación Carolina; Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales; Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.

<sup>9</sup> Ver RIVAS, Xosé Luiz Barreiro. Verbetes “povo” in: *Dicionário de Filosofia Moral e Política*. Instituto de Filosofia da Linguagem. Universidade de Lisboa. Fundação para a Ciência e Tecnologia. Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Disponível em [www.ifl.pt](http://www.ifl.pt)

<sup>10</sup> GUERRA, 2000, p. 354.

<sup>11</sup> PEREIRA, Luisa Rauter. “Verbetes povo e povos” in: Feres Jr. João (org). *Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, pp. 203-224.

<sup>12</sup> D. Pedro I, “Fala do Trono”, DAC, sessão 03 de maio de 1823, p. 18. Grifos nossos.

<sup>13</sup> GUERRA, 2000, p. 355.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 355.

<sup>15</sup> SOUZA, Iara Lis F. S. C. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, pp. 178-179.

<sup>16</sup> Chevalier de Jaucourt, “Verbetes Povo” in: DIDEROT & D’ALEMBERT. *Verbetes políticos da Enciclopédia*. Tradução de Maria das Graças de Souza. São Paulo: Discurso Editorial/Editora UNESP, 2006.

<sup>17</sup> ROSANVALLON, Pierre. *Le peuple introuvable: histoire de la représentation démocratique en France*. Éditions Gallimard, 1998.

<sup>18</sup> Antônio Carlos Machado, DAC, sessão 05 de maio de 1823, p. 22. Antônio Carlos apresentou o seguinte voto de Graças: “Proponho que se nomeie uma Deputação para levar à Presença de Sua Majestade imperial, o voto de graças da Assembleia pela graciosa Fala de Sua Majestade Imperial pronunciada na sessão primeira, 3 de maio do corrente mês, e que se declare a Sua Majestade Imperial: 1º que a Assembleia reconhece com ternura a generosidade e a grandeza d’alma de Sua Majestade Imperial, que desprezando sentimentos acanhados, e vistas curtas e interessadas foi o primeiro a convocar a Representação Nacional, que deve limitar o poder que de fato possuíram os seus Antecessores. 2º que a Assembleia louva, e agradece a atividade de Sua Majestade Imperial, que lhe abriu o caminho às reformas precisas, e facilitou assim os trabalhos da Assembleia. 3º a Assembleia reconhece mais na Fala de Sua Majestade Imperial os sentimentos de verdadeira constitucionalidade, e os princípios de genuína liberdade a que aspira – Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado”.

<sup>19</sup> José Custódio Dias, DAC, sessão 06 de maio de 1823, p. 28.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 29.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 29.

<sup>22</sup> João Antônio Rodrigues de Carvalho, DAC, sessão 06 de maio de 1823, p. 29.

<sup>23</sup> Antônio Carlos Machado, DAC, sessão 06 de maio de 1823, p. 31. Grifos nossos.

<sup>24</sup> FAORO, Raymundo. “Assembleia Constituinte: A Legitimidade Resgatada” in: *A República Inacabada: organização e prefácio de Fábio Konder Comparato*. São Paulo: Globo, 2007. ROMANO, Roberto. “Como papel Amassado” in Júlio César França Lima e Lúcia Maria Wanderley Neves. *Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Editora Fiocruz, 2007. COMPARATO, Fábio Konder. “prefácio” in: *A República Inacabada...*

<sup>25</sup> José Martiniano de Alencar, DAC, sessão 10 de novembro de 1823, p. 389.

<sup>26</sup> Antônio Carlos Machado, DAC, sessão 10 de novembro de 1823, p. 389.

<sup>27</sup> José da Silva Lisboa, DAC, sessão 10 de novembro de 1823, p. 389.

<sup>28</sup> Antônio Carlos Machado, DAC, sessão 10 de novembro de 1823, p. 389.

**“Um estadio á altura de seu progresso sportivo”:** análise dos discursos jornalísticos em  
tempos de preparativos para a IV Copa do Mundo de futebol (1950) em Belo  
Horizonte/MG

*Euclides de Freitas Couto<sup>i</sup>*

*Marcus Vinícius Costa Lage<sup>ii</sup>*

*Karen dos Santos Lima<sup>iii</sup>*

Resumo

A preparação para a IV Copa do Mundo de futebol (Brasil, 1950) pode ser problematizada a partir das diretrizes formuladas pelos EUA para o novo concerto mundial pós-Guerra, que encontrava ressonância nas exigências e ingerências da Fifa. Para compreender a realização desse evento afinado à agenda da modernização capitalista, o presente artigo, ao tomar Belo Horizonte como estudo de caso, analisa os discursos do jornal *Estado de Minas* problematizando suas posições ideológicas frente ao novo modelo político adotado pelo país.

Palavras-chave: Copa do Mundo de futebol; modernização capitalista; discurso político.

A escolha do Brasil para sediar a IV Copa do Mundo de futebol em 1950 não pode ser justificada apenas por uma possível incapacidade europeia em sediar o evento em função dos estragos que a Segunda Guerra provocou no continente. Tal fator não impediu, por exemplo, que os Jogos Olímpicos se realizassem na Inglaterra em 1948, antes mesmo da realização da Copa do Mundo no Brasil. A decisão da *Fédération Internationale de Football Association* (Fifa) correspondia, portanto, a uma posição política da própria entidade, que relacionava-se tanto ao campo esportivo quanto ao rearranjo geopolítico internacional vivenciado após 1945, destacando-se, nesse último aspecto, o processo de distensão do capitalismo internacional, cujos principais pressupostos se vinculavam à reprodução do liberalismo econômico e à consolidação de alianças políticas nas frágeis democracias sul-americanas.

Nessa perspectiva, a opção de se analisar os discursos produzidos pela grande imprensa mineira deve-se, especialmente, ao seu papel político que, indubitavelmente, contribuiu para a legitimação das ações do poder público ao longo do período de preparação para o evento. Ao figurar como um dos principais atores sociais nesse cenário, parte-se da hipótese de que a grande imprensa, em sua maioria, esteve a serviço dos mais proeminentes grupos políticos do país, uma vez que o teor ideológico dos seus discursos apresentava-se afinado com o projeto liberal-capitalista encampado pelo governo brasileiro. Outrossim, a

formação da opinião pública em torno da realização do evento internacional no país dependia, necessariamente, do aval e do apoio dos veículos de imprensa, cuja contribuição se tornara essencial em virtude dos desdobramentos políticos que eclodiram ao longo do período de organização.

Para os desideratos desse artigo, o *corpus* documental analisado se resume às publicações do *Estado de Minas* entre os anos de 1949 e 1950, um jornal de periodicidade diária da cidade de Belo Horizonte/MG. Seu conteúdo era diversificado e ilustrado, com vistas à ampliação e diversificação do público leitor. Em sintonia com os pressupostos conceituais propostos por Tânia de Luca<sup>iv</sup>, o *Estado de Minas* pode ser considerado, naquele contexto, um periódico profissionalizado, com organização empresarial em busca de produtividade e lucro. As tradicionais reportagens, entrevistas e artigos políticos mesclavam-se com seções especializadas de esportes, vida social e cultural, e crítica literária, cujo objetivo central era “[...] atender aos anseios da crescente classe média urbana e dos novos grupos letrados.”<sup>v</sup>

Por ser parte da cadeia de imprensa denominada *Diários Associados*, o *Estado de Minas* adotava o posicionamento político de seu proprietário, Assis Chateaubriand. Desde meados da década de 1920, Chateaubriand mostrara-se inclinado a apoiar um modelo de desenvolvimento econômico baseado no capital externo<sup>vi</sup>. Pode-se dizer, portanto, que, no contexto pós-Guerra, os *Diários Associados*, incluindo o *Estado de Minas*, apoiaram o alinhamento brasileiro ao “bloco capitalista” e, sobretudo, às propostas norte-americanas de desenvolvimento econômico pautado na livre circulação do capital externo. Nesse sentido, o *Estado de Minas* torna-se uma fonte histórica privilegiada no que diz respeito à análise dos discursos de modernização capitalista do país e também de Belo Horizonte, presentes na cobertura da Copa do Mundo de futebol.

Ressalta-se que o procedimento metodológico da análise de discurso, adotado no presente artigo, é considerado como uma alternativa à metodologia da análise de conteúdo, que pauta-se em uma pretensa neutralidade do método, de cunho positivista e quantitativista, cuja convicção se ancora na ideia de que o texto estudado encobre um significado profundo, uma espécie de verdade que busca-se revelar. Opondo-se a essa perspectiva conteudista, o procedimento metodológico discursivo não apenas interpreta o texto, mas, sobretudo, considera sua análise como uma construção teórico-conceitual, explicitando os contextos sociais, históricos e ideológicos de sua produção, bem como as opções teóricas adotadas para sua investigação. Nesse sentido, os resultados obtidos através da análise do discurso são,

acima de tudo, a expressão do problema de pesquisa que ora se constrói, e não como a verdade intrínseca aos textos que aqui estão analisados<sup>vii</sup>.

Para tanto, o artigo é apresentado em duas seções: a primeira se dedica a realizar uma breve digressão histórica com vistas a elucidar o cenário político internacional, nacional e local no período de organização da IV Copa do Mundo de futebol, buscando localizar a posição dos principais atores sociais envolvidos com o evento, quais sejam a Fifa, o Governo brasileiro e a Prefeitura de Belo Horizonte. A segunda seção se propõe a analisar propriamente as fontes primárias, ou seja, os discursos jornalísticos, cujo conteúdo fornece o material necessário para compreensão das particularidades que envolveram as querelas políticas em torno da organização do evento.

### **1. Fifa vs. Brasil: a Copa do Mundo e o jogo de interesses no processo de distensão do capitalismo internacional**

No período pós-Segunda Guerra, a Fifa havia se consolidado como um organização privada com grande reconhecimento internacional. Em relação à realização da IV Copa do Mundo é possível observar que, primeiramente, a entidade objetivava unificar as principais nações praticantes de futebol no mundo sob suas bases regulamentares. Frente ao desempenho expressivo das seleções e dos clubes de futebol da Argentina, do Brasil e do Uruguai, o continente sul-americano tornava-se um território estratégico para a Federação Internacional<sup>viii</sup>.

Secundariamente, mas não menos importante, a reordenação político-econômica pós-Guerra indica algumas hipóteses da escolha do Brasil pela Fifa, sobretudo ao considerarmos o alinhamento brasileiro ao bloco “ocidental” e capitalista coordenado pelos norte-americanos. Findado o conflito internacional, os norte-americanos substituíram os planos de emergência<sup>ix</sup> pela criação de condições favoráveis para que estrangeiros investissem diretamente em setores produtivos locais, removendo barreiras alfandegárias e os regulamentos nacionais, viabilizando a livre circulação de mercadorias, a expansão do comércio e a liquidez dos países mais desenvolvidos. Os países que se alinharam ao “bloco capitalista” tiveram, portanto, que reorganizar sua política econômica no sentido de garantir a liberdade de ação ao capital estrangeiro, a partir da defesa de igualdade entre o capital nacional e o estrangeiro.

Cabe ressaltar que o esporte competitivo moderno e os grandes eventos esportivos podem ser considerados, nesse contexto, como fenômenos de interesse do “bloco capitalista”, visto que seu desenvolvimento, desde o princípio, pautou-se na lógica capitalista moderna<sup>x</sup>.

As regulamentações burocráticas para realização do mundial de futebol, estabelecidas pela Fifa e pactuadas por seus associados, confirmam tal premissa, como, por exemplo, a previsão, antes mesmo da realização das partidas de futebol, da divisão das rendas obtidas no término da competição<sup>xi</sup>, demonstrando que o interesse comercial era um dos principais objetivos do evento. Além disso, a entidade supranacional gerenciaria e se apropriaria dos lucros obtidos com a realização do evento, mesmo sem investir nele diretamente, reclamando para si “[...] o direito exclusivo de explorar os restaurantes, bares, anúncios, irradiações e outras coisas mais no Estádio Municipal [Maracanã], além [de já possuir o] controle [de comercialização] dos ingressos.”<sup>xii</sup>

No caso brasileiro, a candidatura empreendida pela Confederação Brasileira de Desportos (CBD) contava, desde o princípio, com o apoio do poder público, como visto no posicionamento de vários atores políticos brasileiros, como João Lyra Filho, presidente do Conselho Nacional de Desportos (CND)<sup>xiii</sup>, que cobraram a intervenção do Estado para viabilizar a realização do evento, construindo as obras necessárias para que a competição acontecesse no país<sup>xiv</sup>. Nesse sentido, a escolha da Fifa pelo Brasil levava em consideração duas questões centrais, a saber: a tradição futebolística brasileira, justificada, dentre outros motivos, pelo terceiro lugar alcançado pelo selecionado no último mundial realizado em 1938; e a posição política brasileira que, além de cumprir as exigências da entidade, se comprometeu em financiar todas as despesas relacionadas ao evento, permitindo a gerência da entidade supranacional nos lucros obtidos com a sua realização.

A permissividade do governo brasileiro de que agentes externos, como a Fifa, controlassem parte de suas transações comerciais, no caso, àquelas oriundas de espetáculos esportivos, justificava-se pelo alinhamento progressivo aos EUA por parte do Estado Novo varguista (1937-1945), intensificado a partir da eleição para a presidência da República do general Eurico Gaspar Dutra pelo Partido Social Democrata (PSD), apoiado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criado e presidido pelo ex-ditador Vargas. Isso porque, desta feita, a política externa não estava personalizada em figuras como a do ex-ditador Getúlio Vargas, mas coordenada pelo Palácio do Itamaraty, órgão burocraticamente profissionalizado de influência liberal e jurídica, de posicionamento pró-Aliados ocidentais e aos EUA. Fator que explicaria, em partes, a posição do governo brasileiro frente as exigências e, sobretudo, ingerências da Fifa nos negócios nacionais com a realização da Copa do Mundo no país. A subserviência à política norte-americana também se justificava a partir de interesses ideológicos do governo brasileiro que, a partir do alinhamento ao “bloco capitalista” angariaria algumas vantagens políticas, como, por exemplo a reivindicação de participar

ativamente no novo concerto mundial pós-Guerra e nas negociações de paz, sobretudo a conquista de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, o que significaria o reconhecimento do Brasil no plano internacional<sup>xv</sup>.

Esses interesses ideológicos brasileiros podem ser simbolicamente relacionados aos discursos formulados em torno da realização de um evento esportivo como a Copa do Mundo de futebol, marcado pela associação ao capitalismo internacional e pelo forte apelo nacionalista. No período do pós-Guerra, com a hegemonia do discurso de negação do totalitarismo, o Brasil buscava esquecer seu recente passado autoritário e se apresentar como uma nação democrática, justificando, assim, sua diplomacia pró-EUA. A trajetória social do futebol brasileiro, de ressignificação de sua prática e consumo, possibilitando a sua popularização, bem como a integração e o reconhecimento dos negros e demais grupos subalternos como parte importante da cultura nacional, mesmo havendo forte cultura racista no país<sup>xvi</sup>, seria, portanto, a consagração dessa identidade nacional pretensamente “democrática” racial e classista. Além disso, a instrumentalização política do futebol, sobretudo levando em consideração a participação do governo na promoção do evento em questão, reforçava a tentativa do país mostrar suas potencialidades humanas e tecnológicas, seu pleno desenvolvimento capitalista, enfim, sua importância no plano e no novo concerto internacionais. É com base em tal discurso que os governantes brasileiros legitimaram suas ações na preparação, durante e após a realização do mundial de futebol no país.

Previamente programada para acontecer entre junho e julho de 1949, a IV Copa do Mundo de futebol foi realizada no Brasil entre os dias 24 de junho e 16 de julho de 1950 uma vez que o Comitê Organizador solicitou o adiamento da competição dada sua proximidade com os Jogos Olímpicos de Londres em 1948<sup>xvii</sup>. As 32 associações nacionais de futebol inscritas a participarem das eliminatórias do Mundial de 1950 foi considerado um recorde se comparado às três edições anteriores<sup>xviii</sup>. Apesar disso, apenas 13<sup>xix</sup> das 16 vagas para a “fase final” da competição foram preenchidas, quantidade inferior aos mundiais de 1934 e 1938, que contaram, respectivamente, com 16<sup>xx</sup> e 15<sup>xxi</sup> participantes. Isso ocorreu porque, assim como a diplomacia pós-Guerra, o “mundo da bola” também estava em turbulência, o que levou a uma série de desistências<sup>xxii</sup>.

A questão da definição das cidades que sediaram a Copa é, por sinal, relevante na discussão ora empreendida, uma vez que constituiu-se na justificativa da desistência francesa<sup>xxiii</sup>. As únicas cidades que desde o princípio estavam confirmadas para receber os jogos eram Rio de Janeiro e São Paulo<sup>xxiv</sup>, centros urbanos que, desde os primeiros anos do século XX, tentaram monopolizar a organização/regulamentação do futebol nacional. Em

outubro de 1949, representantes da CBD, entidade desde então sediada na capital federal, percorreram as cidades de Belo Horizonte/MG, Curitiba/PR, Porto Alegre/RS, Recife/PE e Salvador/BA para estudar a possibilidade das mesmas sediarem a competição, considerando “[...] problemas de localização das delegações, capacidade dos estádios, necessidade de adaptação dos estádios e possibilidades de renda [...]”<sup>xxv</sup>. A capital baiana foi a única, dentre as cinco cidades visitadas e estudadas, que não recebeu jogos do mundial, uma vez que sua praça de esportes, o “[...] Estádio da Graça está em precária situação. [e] o tempo é exíguo demais para qualquer providência que vise a dotar o estádio de melhoramentos.”<sup>xxvi</sup>

Entretanto, a decisão pela escolha das sedes não se restringia apenas às questões divulgadas pela CBD. Um aspecto central dizia respeito ao envolvimento dos poderes públicos estaduais e municipais, bem como de seus governantes, com o evento, tanto no que diz respeito às obras infraestruturais exigidas pelo Comitê Organizador da Copa, quanto ao pagamento de “quotas” à entidade cebedense.

Nesse cenário, assim que assumiu a Prefeitura de Belo Horizonte, Octacílio Negrão de Lima, ex-futebolista amador nas décadas de 1910 e 1920 pelo América Futebol Clube (FC)<sup>xxvii</sup>, descrito pela imprensa como “esportista cem por cento” e como “o maior centro-médio do antigo futebol mineiro”<sup>xxviii</sup>, destinou verbas para os principais clubes de futebol da cidade como forma destes se estruturarem quanto a seus Estádios. Mesmo assim, as reformas das praças esportivas existentes não foram suficientes para o Comitê Organizador da Copa do Mundo aprovar a realização dos jogos em Belo Horizonte.

A partir de então, o projeto de construção de um novo Estádio passou a ser aventado, sendo definitivamente encampado pela diretoria do Sete de Setembro FC, clube de menor expressividade da cidade, à época presidido pelo vereador Antonio Lunardi. Batizado de Estádio Independência, em homenagem a agremiação setembrina, a nova praça de esportes<sup>xxix</sup> começou a ser construída no início de 1949.

## **2. O jornal *Estado de Minas* e a organização da Copa do Mundo de 1950: diálogo entre fonte e objeto de estudo**

No intuito de legitimar seu posicionamento político, o *Estado de Minas* construiu um discurso que buscava convencer a população belo-horizontina da importância internacional do Mundial de futebol, bem como sua relevância para o país e para a própria capital mineira. Desde meados de 1949, a sua Seção de Esportes trazia diariamente ao menos uma pequena nota relacionada a competição, contribuindo na formação dos leitores como público

interessado e desejoso pela realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, e que, nesse sentido, mesmo que de forma indireta, acabava por apoiar também a modernização capitalista inerente ao evento. Uma das principais frentes de atuação do periódico em questão foi a campanha formulada em defesa da construção de uma nova praça de esportes belo-horizontina capaz de atender as exigências dos organizadores do evento. Isso porque, até o final da década de 1940, a cidade possuía três Estádios cuja capacidade não superava 12 mil espectadores<sup>xxx</sup>, muito aquém aos aproximados 40 mil lugares do Municipal paulista, o Pacaembu, ou dos mais de 150 mil lugares do Municipal carioca, o Maracanã.

No final de 1949, o *Estado de Minas* “[...] ratificava a [...] promessa [de Octacílio Negrão de Lima] à C.B.D., relativamente á conclusão do Estadio Independencia, do Sete de Setembro.”<sup>xxxii</sup>. A partir de então, o periódico em questão iniciou uma cobertura que ora destacava os progressos da obra, atribuindo-os aos esforços do prefeito de Belo Horizonte e, eventualmente, do vereador Antonio Lunardi, ora cobrava mais empenho da Prefeitura e do Sete de Setembro FC para que o mesmo ficasse pronto a contento dos organizadores do Mundial e a tempo de realização dos jogos da competição na cidade. Em ambos os casos, sempre se enfatizava os impactos positivos do novo Estádio, além de considera-lo uma demanda do público futebolístico belo-horizontino e símbolo de progresso e desenvolvimento local, reforçando nos leitores o apoio ao evento e, sobretudo, a intervenção do poder público como sendo de fundamental importância para a sua realização na cidade.

Os elogios à Negrão de Lima tiveram seu ápice quando o *Estado de Minas* publicou o artigo intitulado “Deus lhe pague”<sup>xxxiii</sup>, de autoria de Etienne de Castro, que denunciava o ceticismo e a incredulidade com que foi recebido inicialmente o projeto do novo Estádio, contrapondo-o a “obra magnífica” que vinha sendo realizada, responsável por tornar o Sete de Setembro FC, “pequeno garoto das ruas, roto e maltrapilho” em “personagem digno das atenções gerais”<sup>xxxiii</sup>. Para Castro, os impactos positivos da empreitada não se restringiam ao clube setembrino, mas deveriam ser considerados pelo esporte mineiro em geral, uma vez que o novo Estádio representaria “[...] a propria independencia do futebol mineiro.”<sup>xxxiv</sup> O artigo de Castro reforçava, assim, a importância da intervenção pública para o esporte local e, sobretudo, legitimava a atuação do prefeito e o modelo de desenvolvimento econômico que se atrelava ao evento que seria realizado na cidade.

As declarações de Etienne de Castro representavam um quadro de otimismo e de propaganda quanto à realização do Mundial em Belo Horizonte, preparando terreno para que o *Estado de Minas* reforçasse a campanha de construção do Independência, convocando a população a participar ativamente como financiadores diretos do empreendimento, quando



então o Sete de Setembro FC lançou, primeiramente, sua campanha de ampliação do número de associados<sup>xxxv</sup> e, posteriormente, de venda das cadeiras cativas do Estádio Independência<sup>xxxvi</sup>. A divulgação do andamento de ambas as campanhas objetivava estimular e, sobretudo, representar o apoio público belo-horizontino à construção do Independência e de realização da Copa do Mundo na cidade.

Essas campanhas iniciavam-se em um momento delicado para as obras do Independência, que poderiam não ser concluídas a tempo da realização da IV Copa do Mundo de futebol na cidade. De fato, o projeto original do Estádio dos florestinos<sup>xxxvii</sup> foi abandonado, não sendo executado o último conjunto de arquibancadas que fecharia a “ferradura”<sup>xxxviii</sup>, o que não impediu, contudo, que os três jogos do Mundial previamente acordados ocorressem em Belo Horizonte<sup>xxxix</sup>. As críticas e cobranças dirigidas ao prefeito quanto ao término das obras, formuladas pelo *Estado de Minas* entre fevereiro<sup>xl</sup> e março<sup>xli</sup> de 1950, foram rapidamente substituídas pelo apoio incondicional, após a CBD definir a tabela dos jogos e Belo Horizonte se sentir lesada com os jogos que lhe foram destinados<sup>xlii</sup>.

Um dia após a abertura oficial do campeonato, em 25 de junho, o *Estado de Minas* publicava uma foto aérea do Independência, considerando-o como sendo a colaboração do futebol mineiro “[...] para o sucesso da maior iniciativa de todos os tempos do futebol brasileiro.”<sup>xliii</sup> Apesar de constatar que o “[...] estadio [...] ainda não é o que será, [está] perfeitamente á altura de permitir jogos de grande vulto em Belo Horizonte.”<sup>xliv</sup> Reconhecia-se, assim, os problemas de organização do evento ao se indicar que o Estádio não estava concluído, mas, ao mesmo tempo, enaltecia-se o empreendimento que colocava o Brasil e, em especial, Belo Horizonte, em evidência internacional.

### Considerações finais

O assunto da conclusão do Independência voltou à tona terminado os jogos do Mundial em território belo-horizontino, mas, desta vez, as críticas e cobranças foram balizadas pelo sucesso que teria sido a realização do evento na cidade. Pois, como havia sido constatado, “Os jogos do Mundial no Independência vieram provar que **Belo Horizonte estava realmente precisando de um estadio á altura de seu progresso esportivo.**”<sup>xlv</sup>; legitimando-se, assim, todos os preparativos realizados para a promoção da competição na cidade.

O desfecho da cobertura da Copa do Mundo coroava, portanto, o discurso do *Estado de Minas* de convencimento público sobre a necessidade de se promover o Mundial no país e,

sobretudo, na cidade de Belo Horizonte, a partir de argumentos que demonstravam a magnitude internacional da competição, bem como sua relevância e seus impactos positivos no âmbito nacional e local. Estas argumentações que, como demonstrado, exigia e, simultaneamente, corroborava a intervenção governamental no sentido de viabilizar a realização da Copa do Mundo de 1950 no Brasil.

Por fim, cabe destacar que o conjunto das narrativas publicadas ao longo do período analisado cumpria o papel de legitimar na opinião pública a suposta consolidação da posição do país no “bloco capitalista”, no continente sul-americano, em plena Guerra Fria. Ao defender a realização da Copa do Mundo, especialmente encampando os interesses locais, o discurso formulado pelo *Estado de Minas* mostrava-se extremamente consonante ao novo modelo de modernização capitalista mundial, no qual a reprodução do capital das empresas internacionais, como o caso da Fifa, assume prioridade na agenda estatal e legitimidade na opinião pública.

---

<sup>i</sup> Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), professor adjunto da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

<sup>ii</sup> Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) e bolsista de apoio técnico da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

<sup>iii</sup> Bolsista PIBIC-CNPq/ Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

<sup>iv</sup> LUCA, Tânia Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos.” In.: PINSY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

<sup>v</sup> LUCA, 2005, p. 138.

<sup>vi</sup> Para contextualizar a atuação de Assis Chateaubriand e dos *Diários Associados*, ver: LUCA, Tânia Regina de. “A grande imprensa no Brasil da primeira metade do século XX.” *9ª Conferência Internacional da Brazilian Studies Association (Brasa)*. Nova Orleans: Tulane University, 22 p., 2008.

<sup>vii</sup> Para as questões referentes ao procedimento metodológico da análise do discurso, ver: ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Breno. “Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória.” *Alea: Estudos Neolatinos*. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 7, n. 7, p. 305-322, jul./dez. 2005.

<sup>viii</sup> Hipótese desenvolvida por FRANZINI, Fábio. “Da expectativa fremente à decepção amarga: o Brasil e a Copa do Mundo de 1950.” *Revista de História*. São Paulo: FFLCH/USP, n. 163, p. 243-274, jul./dez. 2010.

<sup>ix</sup> Esses planos de emergência corresponderam ao fornecimento de altos empréstimos aos governos sul-americanos para financiar projetos de desenvolvimento econômico, angariando assim, apoios diplomáticos e militares para o conflito. Essa política econômica de guerra norte-americana possibilitou, por exemplo, que países sul-americanos ampliassem consideravelmente suas balanças comerciais, demandando bens de consumo em escala no pós-Guerra. Para essas questões, ver: MOURA, Gerson. *O alinhamento sem recompensa: a política externa do Governo Dutra*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1990. 113 p. (Textos CPDOC)

<sup>x</sup> Para essa assertiva, nos baseamos no seguinte artigo: HORNE, J.; MANZEINREITER, W.. “An introduction to the sociology of sports mega-events.” *The Editorial Board of the Sociological Review*. Oxford: Blackwell, p. 1-24, 2006. Apesar dos autores supracitados trabalharem com a questão dos megaeventos esportivos, tal premissa é apresentada para o esporte moderno e os grandes eventos esportivos desde seus primórdios, como se vê na passagem a seguir: “This book suggests that just as modern competitive sport and large-scale sport events were developed in line with the logic of capitalist modernity [...]” (p. 1)

<sup>xi</sup> 15% das rendas obtidas no Mundial era destinado à Fifa, 30% para a entidade organizadora e os outros 55% divididos entre as associações participantes. Ver: ESCOBAR, Geraldo. “O lado triste e aflitivo do mundial. Previsto um prejuízo de três a quatro milhões”. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, p. 8, 25 nov. 1949.

<sup>xii</sup> “A F.I.F.A. quer muita coisa”. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, Seção de Esportes, p. 2, 27 nov. 1949.

<sup>xiii</sup> Órgão criado a partir do Decreto-lei nº 3.199 de 1941 durante a ditadura de Getúlio Vargas que se prestou a “estabelecer as bases de organização dos desportos em todo o país”. BRASIL. “Decreto-lei nº 3.199, de 14 de

abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país.” *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 16 abr. 1941.

<sup>xiv</sup> FRANZINI, p. 247-250, 2010.

<sup>xv</sup> MOURA, 1990, p. 24-45.

<sup>xvi</sup> FRANCO JÚNIOR, Hilário. “A crise do regime oligárquico e o fim do amadorismo (1920-1933).” In.: *A dança dos deuses: futebol, sociedade, cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 69-77.

<sup>xvii</sup> “QUEREM o adiamento do Campeonato Mundial de Foot-Ball”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, p. 10, 24 set. 1947.

<sup>xviii</sup> “PUNIÇÃO para os faltosos”. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, Seção de Esportes, p. 1, 11 jun. 1950.

<sup>xix</sup> Participaram da IV Copa do Mundo de futebol (1950) as seguintes delegações: Bolívia, Brasil, Chile, Espanha, Estados Unidos da América, Inglaterra, Itália, Iugoslávia, México, Paraguai, Suécia, Suíça e Uruguai. Ver: FIFA. *Copa do Mundo da FIFA Brasil 1950*. “Equipes.” Fifa.com, 1994-2014. Disponível em <<http://pt.fifa.com/tournaments/archive/worldcup/brazil1950/teams/index.html>>. Acesso em 22 set. 2014.

<sup>xx</sup> FIFA. *Copa do Mundo da FIFA Itália 1934*. “Equipes.” Fifa.com, 1994-2014. Disponível em <<http://pt.fifa.com/tournaments/archive/worldcup/italy1934/teams/index.html>>. Acesso em 21 jul. 2014.

<sup>xxi</sup> FIFA. *Copa do Mundo da FIFA França 1938*. “Equipes.” Fifa.com, 1994-2014. Disponível em <<http://pt.fifa.com/tournaments/archive/worldcup/france1938/teams/index.html>>. Acesso em 21 jul. 2014.

<sup>xxii</sup> As desistências de participação da IV Copa do Mundo de Futebol de diversas associações nacionais de futebol possuem especificidades e, portanto, não serão objeto de apreciação no presente artigo. Para uma breve e não detalhada análise dessa questão, ver FRANZINI, 2010, p. 254-262.

<sup>xxiii</sup> A delegação francesa optou por não participar do evento por discordar da montagem da tabela dos jogos, que os forçaria a viajar de Porto Alegre/RS à Recife/PE dentro de poucos dias, como pode ser constatado nas seguintes notas jornalísticas: “A FRANÇA não disputará o mundial”. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, p. 11, 6 jun. 1950. “NÃO haverá alteração da tabela”. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, p. 7, 7 jun. 1950.

<sup>xxiv</sup> “PARA a Copa do Mundo”. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, p. 4, 12 out. 1949.

<sup>xxv</sup> “O MUNDIAL em Foco. Viajou Flavio Costa para a Europa. Observará futuros adversários do escrete brasileiro. Cronistas do velho continente iniciam uma tremenda campanha contra a realização do certame no Brasil”. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, p. 8-9, 30 mar. 1950.

<sup>xxvi</sup> “NÃO haverá jogos em Salvador”. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, p. 10, 18 maio 1950.

<sup>xxvii</sup> PAIVA, Carlos. “Década de 10; Década de 20”. In.: *Enciclopédia do América MG. Bahia com Timbiras, onde nasceu uma paixão. A história do América Futebol Clube, de Belo Horizonte 1912-2012*. Ed. especial do centenário. Belo Horizonte: Editora Alicerce, 2012. p. 35-66.

<sup>xxviii</sup> SANTOS, André Carazza dos. “A Copa do Mundo no Brasil (1950): Belo Horizonte e o ideal de cidade almejado para encantar os estrangeiros.” *EF Deportes Revista Digital*. Buenos Aires, ano 1, n. 86, p. 4, jul. 2005.

<sup>xxix</sup> A nomenclatura “praça de esportes” se justifica, pois o espaço não contava apenas com instalações futebolísticas, mas também previa-se a construção de “apartamentos para hospedagem das delegações, bem como uma esplendida cozinha, banheiros, salas medicas, de massagens, um salão nobre [...]. [...] bar, departamentos médicos, secretaria e outros departamentos, como o aquático, de basquete, volei, etc.” Ver: “DOIS estádios para a Copa do Mundo. Aceleradas as obras do Independência”. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, Seção de Esportes, p. 2, 4 abr. 1950.

<sup>xxx</sup> Os três Estádios existentes em Belo Horizonte até o final da década de 1940 eram o Estádio Octacílio Negrão de Lima, ou Alameda, de propriedade do América FC; o Estádio Antônio Carlos, de propriedade do Clube Atlético Mineiro; e o Estádio Juscelino Kubitschek, pertencente ao Cruzeiro Esporte Clube. Ver: SANTOS, 2005, p. 3. Mesmo diante desse cenário, dirigentes do América e do Atlético aventavam a possibilidade de receber alguns jogos do certame mundial, diante da possibilidade de construção de um túnel e de reforma dos alambrados de seus Estádios por meio do financiamento da Prefeitura de Belo Horizonte. Para essa informação, ver: “MARIO Gomes se baterá pela semi-final em B. Horizonte”. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, p. 9, 11 nov. 1949. “O PREFEITO em reunião com os 4 clubes da Capital”. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, p. 9, 2 dez. 1949.

<sup>xxxi</sup> “MARIO...”, p. 9, 1949.

<sup>xxxii</sup> CASTRO, Etienne de. “Deus lhe pague”. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, p. 12, 13 dez. 1949.

<sup>xxxiii</sup> Idem.

<sup>xxxiv</sup> Idem.

<sup>xxxv</sup> Para a campanha de ampliação do número de associados do Sete de Setembro FC, ver as seguintes referências: “QUARENTA socios por semana”. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, p. 9, 24 dez. 1949. “83 propostas por semana”. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, p. 9, 18 jan. 1950. “Até os jogadores serão socios”. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, p. 9, 25 mar. 1950.

<sup>xxxvi</sup> Para a campanha de venda das cadeiras cativas do Estádio Independência, ver as seguintes referências: “O ‘COCK-TAILL’ do Sete á imprensa”. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, p. 8, 30 mar. 1950. “113 cadeiras

---

vendidas”. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, p. 10, 21 abr. 1950. “COOPERE na construção do “Estadio Independencia” do 7 de Setembro, comprando sua cadeira cativa”. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, p. 9, 2 maio 1950.

<sup>xxxvii</sup> Em alusão ao Bairro da Floresta, sede original do Sete de Setembro FC.

<sup>xxxviii</sup> “QUASE prontos os vestiários do Independencia”. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, p. 9, 17 maio 1950.

<sup>xxxix</sup> A saber, Iugoslávia vs. Suíça, em 25 de junho; EUA vs. Inglaterra, em 29 de junho; e Bolívia e Uruguai, em 2 de julho de 1950.

<sup>xl</sup> “UM TOQUE de alerta”. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, p. 9, 2 fev. 1950.

<sup>xli</sup> “SEMI-PARALISADAS as obras do Estadio Independencia”. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, Seção de Esportes, p. 1, 12 mar. 1950.

<sup>xlii</sup> Belo Horizonte perdeu a condição de receber todos os jogos da chave da Inglaterra após a realização do sorteio da competição. Constatando-se que Inglaterra e Espanha se enfrentariam ainda na primeira fase, o referido jogo foi confirmado para acontecer no Estádio Municipal do Rio de Janeiro sob justificativa da CBD de que a importância do confronto demandaria um palco com maior capacidade de público, possibilitando maior arrecadação. Questão, aliás, que suscitou controvérsias e descontentamentos em Belo Horizonte, inclusive representando o não pagamento das “quotas” por parte da Prefeitura à CBD. Para essa questão, consultar publicações do *Estado de Minas* entre final de maio e início de junho de 1950.

<sup>xliii</sup> “A NOSSA parte”. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, Seção de Esportes, p. 2, 25 jun. 1950.

<sup>xliv</sup> *Idem*.

<sup>xlv</sup> “FALA-SE que o Independencia não será concluído”. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, p. 9, 5 jul., 1950. Grifos nossos.

## **AS RELAÇÕES ENTRE O REGIME CIVIL-MILITAR E A IMPRENSA ESCRITA DE UBERABA – MG (1964-1974)**

Eustáquio Donizeti de PAULA<sup>1</sup>

**Resumo:** Essa comunicação visa dialogar com a temática regime civil-militar de 64 e as relações entre Estado, poder e a imprensa, num período em que o modelo político exaltava as realizações governamentais para buscar legitimidade, ao mesmo tempo em que impedia a formação crítica dos cidadãos e censurava os opositores. Amparada pelos pressupostos teórico-metodológicos da História Política, a pesquisa busca investigar se o centenário periódico, o “Jornal Lavoura e Comércio”, da cidade de Uberaba – Minas Gerais, configurou-se como foco de resistência velada ou aberta contra o regime civil-militar ou atuou como difusor das ações do Estado.

**Palavras-chave:** regime civil-militar, poder, imprensa.

**Abstract:** This Communication aims to engage with the issue of civil-military rule 64 and the relationship between State, power and the press, in a period when the political model extolled the government's achievements to seek legitimacy, while preventing the critical formation of citizens and censored opponents. Supported by the theoretical and methodological assumptions of Political History, the research seeks to investigate whether Uberaba's centennial newspaper “Lavoura e Comércio”, in Minas Gerais, was configured as the focus of veiled or open resistance against the civil-regime military or acted as a diffuser of the State's actions.

**Keywords:** civil-military regime, power, press.

O texto apresentado é resultado parcial da pesquisa em fase de desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação de Doutorado em História pela UNESP de Franca/SP e busca refletir sobre a atuação da imprensa ante o golpe civil-militar<sup>2</sup> de 1964 e suas implicações em relação à liberdade de expressão e controle sobre a sociedade. A temática desenvolvida é relevante para a história política recente do país, principalmente porque, mesmo após quase três décadas de redemocratização, algumas marcas do período ainda permanecem. Na produção do conhecimento histórico, a utilização dos meios de comunicação entre os pesquisadores, seja como objeto ou fonte de pesquisa, tem-se ampliado consideravelmente.

Para compreender o contexto histórico em que se deu o golpe de 1964 e as relações entre a mídia e a crise política institucional, responsável pela deposição do presidente João Goulart, torna-se essencial analisar o discurso político conservador que defendia a necessidade de manter a ordem socioeconômica capitalista, conforme as diretrizes da doutrina de segurança nacional, marcada pela interdependência entre o Brasil e os Estados Unidos. Eleito democraticamente em 1960, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), para o cargo de vice-presidente do país, João Goulart acabou assumindo o governo após a renúncia do presidente Jânio Quadros. Porém, o governo Goulart (1961-1964) acabou sendo deposto, em março de 1964 por um golpe civil-militar. Na compreensão de Hobsbawm (1996)<sup>3</sup>, as Forças Armadas tomaram o poder no Brasil, em 1964, contra o inimigo populista que se deslocava para a esquerda, ao oferecer a democratização, a reforma agrária e a descrença em relação à política estadunidense. Aliado a este processo de colapso do modelo populista e a instabilidade política institucional, com as constantes ameaças golpistas, é importante pensar o panorama internacional, uma vez que os setores conservadores temiam o avanço do socialismo na América Latina, sob o contexto da Guerra Fria. A sociedade brasileira assistia temerosa, nas décadas de 1960 e 1970, ao equilíbrio do terror, expressão surgida a partir do medo de destruição do planeta oriundo da ameaça nuclear gerada pelos embates entre Estados Unidos e União Soviética, que buscavam a hegemonia global (ARON, 1986)<sup>4</sup>.

Com a deposição de Jango, o governo civil-militar impôs reformas tecnicistas e autoritárias, buscando eliminar quaisquer formas de pensamento e atuações que ousassem contestar o modelo imposto. Além das tentativas de silenciamento, ocorreu também a cooptação dos formadores de opinião, dentre eles a mídia, com o objetivo de se estabelecer um maior domínio cultural sobre a população. Sucintamente, estes foram alguns dos instrumentos do Estado autoritário para manter seu domínio.

Assim, as regulamentações, arbitrariedades e demais instrumentos de coerção buscaram determinar as normatizações sobre os meios de comunicação e modelos comportamentais por um viés conservador, nos quais os intelectuais, professores, jornalistas, artistas, dentre tantos outros profissionais, foram vigiados e postos sob a tutela da censura. Os censores do Estado, em seus discursos, atentavam para a moral, os bons costumes e os valores da tradicional família cristã, com vistas a combater a ameaça comunista. Para silenciar os formadores de opinião, rotulados como subversivos, os tecnocratas fizeram uso de diversos órgãos, instrumentos e estratégias de inspeção e fiscalização, buscando diversificar as formas de imposição, seja por meio de solicitações e recomendações aos proprietários dos

veículos de comunicação ou até mesmo a censura prévia aos jornais, editoras, emissoras de televisão e rádios ou através da autocensura, com a manipulação sobre a mídia (KUSHINIR, 2004)<sup>5</sup>. Entretanto, alguns veículos da grande mídia e redes de comunicação nacionais, tais como *O Estado de São Paulo*, *a Folha de São Paulo*, *O Globo*, *O Estado de Minas*, dentre outros, não só apoiaram o golpe de Estado contra o governo Jango, mas também foram sustentáculos do regime ditatorial, ora manipulando as notícias contrárias ao governo civil-militar, ora exaltando as realizações do regime discricionário.

É essencial estabelecer algumas considerações, para refletir o que esta investigação visa dialogar. As representações<sup>6</sup> do golpe de 1964, no interior mineiro, especificamente na cidade de Uberaba, *locus* desta pesquisa, são controversas. Cidade polo do Triângulo Mineiro, Uberaba era a terceira com maior número de estudantes universitários do estado, atrás somente de Belo Horizonte e Juiz de Fora. Em 1964, a cidade possuía em torno de 93 mil habitantes e tinha três faculdades, a Faculdade Federal de Medicina, atual Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e duas instituições particulares, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino (FISTA)<sup>7</sup>, da congregação das irmãs dominicanas e a atual Universidade de Uberaba (UNIUBE) (LACERDA FILHO, 2006)<sup>8</sup>.

A principal fonte e que também é objeto desta pesquisa são as publicações do centenário jornal diário *Lavoura e Comércio*, importante periódico fundado por ruralistas uberabenses, no final do século XIX, para fazer oposição ao fisco e a tributação do governo mineiro. Segundo a historiadora e superintendente do Arquivo Público de Uberaba, Marta Zednik de Casanova, o *Lavoura* é o jornal mais antigo de Minas Gerais e o terceiro mais antigo do Brasil. O periódico se consolidou como o principal jornal do interior mineiro, com 104 anos de existência, de 1899 a 2003, e deixou marcas indeléveis no cotidiano da sociedade uberabense e mineira. Entretanto, em 2003, por problemas financeiros e de gestão, o periódico encerrou as suas atividades. O inventário dos arquivos do referido periódico inclui, entre outros, uma coleção de 27 mil e 500 edições – encadernado em 227 volumes e 900 mil fotografias. Atualmente, essas fontes passam por um processo de restauro e de digitalização, e serão disponibilizadas para consulta aos pesquisadores, fortalecendo assim o direito à Lei de Acesso a Informação. O projeto de digitalização dos arquivos do *Lavoura* tem o apoio do Arquivo Público Mineiro, UFTM e da FAPEMIG (SABINO, 2013)<sup>9</sup>.

Sobre as representações do golpe de 64, o *Lavoura e Comércio*, então o jornal de maior circulação na cidade em Uberaba, publicava em manchete, edição de 03/04/1964: “A família católica de Uberaba agradecerá hoje, em grande missa campal, a ser realizada na

Praça Rui Barbosa, às 19h30min, o restabelecimento da ordem e a vitória sem derramamento de sangue, dos princípios da liberdade na Pátria brasileira” (PAULA, 2007, p. 95)<sup>10</sup>.

Entretanto, apesar da nota de adesão em primeira página, a reação de contestação ao golpe civil-militar também ocorreu na cidade, e um dos focos de resistência, embora de forma mais velada, eram os estudantes, professores e religiosos dominicanos da FISTA e membros da Juventude Universitária Católica, a JUC (PAULA, 2007). Nos termos de Vieira (1998)<sup>11</sup>, na década de 1960, a ampliação da esquerda cristã em Minas Gerais, representou significativa importância para o movimento estudantil nacional. Organizaram-se inicialmente entre os jovens estudantes católicos entidades que apresentavam o intuito de realizar atividades políticas e sociais independentes da Igreja Católica, como: a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Operária Católica (JOC), a Juventude Universitária Católica (JUC), a Ação Operária Católica (AOC) e a Ação Popular (AP), organização socialista que desempenhou forte militância entre estudantes secundaristas e universitários no país.

Ainda são escassas em Uberaba as pesquisas, no campo da história da cidade, abrangendo a temática aqui discutida, ou seja, a relação entre o regime ditatorial e a imprensa uberabense e o quanto este período, em que as liberdades foram cerceadas, repercutiu não só no trabalho dos jornalistas, mas em toda a sociedade de forma nefasta. O resgate histórico do legado do centenário jornal uberabense Lavoura e Comércio constituirá um tributo proeminente para a história do Triângulo Mineiro, considerando que as publicações desse periódico são relevantes para a compreensão do contexto sociopolítico, econômico e cultural de Minas Gerais e especificamente de Uberaba, na segunda metade do século XX. A originalidade desta pesquisa, em andamento, prende-se ao fato de que busca captar, se ocorreu a adesão ou resistência por parte da imprensa escrita uberabense, concomitante ao pluralismo de conflitos, subversões, resistências e também, colaboracionismo, que de uma forma ou de outra, interferiram na atuação do Estado autoritário brasileiro pós-64. Isto com enfoque nas publicações da imprensa local. Nesse sentido, o trabalho tentará compreender a percepção e intencionalidades das publicações locais diante da conjuntura que se impôs, quando se estabeleceu e se consolidou o regime de exceção.

Ao escolher os jornais como fonte de pesquisa primária, entendemos que estes se constituem em mananciais fundamentais para a coleta de dados nesse estudo, ao permitir o conhecimento de concepções que circulavam pelo imaginário<sup>12</sup> da população local. Dessa forma, as representações presentes nas publicações do Jornal Lavoura e Comércio permitem abordagens mais amplas em relação ao acontecimento político, mas com a consciência de que



as matérias divulgadas não são neutras. Para Baczko (1984)<sup>13</sup>, os meios de comunicação difundem ideias de um determinado segmento social e legitimam seu discurso de poder, de acordo com os seus interesses. E na contemporaneidade, Nora (1976)<sup>14</sup> acrescenta que os meios de comunicação tornaram-se os novos formadores de opinião e detentores do monopólio da história. Os acontecimentos são cada vez mais manipulados pelos jornalistas, que vem ocupando o espaço dos intelectuais da academia.

A pesquisa busca problematizar as ingerência do governo ditatorial e as resistências, silenciamentos ou adesões da imprensa escrita, por meio da análise do jornal *Lavoura e Comércio*, com recorte temporal no período de 1964 a 1974. Destarte, elaborou-se um questionamento sobre a atuação desse periódico uberabense, em torno da seguinte questão-problema, que direcionará a pesquisa: as publicações do *Lavoura e Comércio* configuraram-se como foco de resistência velada ou aberta contra o regime civil-militar ou atuaram como difusor da legitimidade do Estado? Para responder ao questionamento apresentado, a pesquisa parte da seguinte hipótese que guiará a condução da investigação: de um modo geral, sob censura, o periódico *Lavoura e Comércio* atuou como difusor e legitimador do regime civil-militar, embora, excepcionalmente, tenha havido resistência por parte de algumas de suas publicações. Como objetivos, a pesquisa atenta em identificar a importância cultural e política do referido veículo de comunicação no contexto local e regional, nas décadas de 1960 e 1970, e busca investigar sobre as representações da sociedade uberabense em relação ao golpe de 1964 e à ditadura civil-militar. Bem como, analisar a ingerência do regime ditatorial sobre as publicações do periódico uberabense.

A pesquisa que se realiza, em sua fase inicial, é do tipo bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa. Procura-se desenvolver uma investigação que possibilite compreender o regime civil-militar de 1964 sob o olhar da imprensa uberabense. Na intenção de levantar informações sobre as relações entre poder, imprensa e a história de Uberaba, partiu-se para um levantamento bibliográfico e documental, no Arquivo Público de Uberaba. Por meio das publicações, buscamos recuperar a história recente do país tendo como *locus* a cidade de Uberaba. Dessa forma desejamos re(construir) algumas visões sobre a história da cidade, tendo como ponto de partida a derrubada do presidente João Goulart.

Com esse entendimento, estão sendo feitas a coleta e a análise documental de fontes escritas primárias, particularmente aquelas oriundas da imprensa, através do periódico *Lavoura e Comércio*, nos acervos pertencentes ao Arquivo Público de Uberaba. Este diário centenário se caracterizou como fonte porque tais documentos são extremamente úteis para se

promover uma (re)construção do cotidiano uberabense durante os anos de 1964 a 1974, já que é portador de matérias que buscavam divulgar os acontecimentos locais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais.

Para realizar uma melhor análise do acervo documental citado, atenta-se para as contribuições de Burke (1992)<sup>15</sup> sobre a necessidade de pensar na subjetividade das fontes. Elas representam a visão da elite da época, são mediatizadas. Portanto, deve-se investigar o documento tentando filtrar o que pode ser revelado pelas informações. Sobre a abordagem qualitativa da pesquisa, Velho (1978)<sup>16</sup>, estabelece que o envolvimento com o objeto de estudo não constitui defeito ou imperfeição dos métodos e não invalida seu rigor científico, mas alerta que o pesquisador, como membro da sociedade, deve ser capaz de interpretar e relativizar o seu próprio lugar. Cabe ressaltar, que tanto o trabalho do jornalista quanto do historiador está carregado de reinterpretações e subjetividades na ocasião em que seleciona, hierarquiza, prioriza ou até mesmo omite ou silencia este ou aquele acontecimento. Entendemos que as reinterpretações, em seus distintos contextos, estão marcadas por mediações simbólicas. A questão está na dimensão de duas “temporalidades”, entre a imprensa que relatou o acontecimento no momento presente e o historiador que o reinterpreta a posteriori (BARBOSA, 1998)<sup>17</sup>.

Inicialmente, a pesquisa dialoga com autores que tratam da questão do colapso do populismo, da crise do modelo de substituição das importações e dos processos que culminaram com o golpe de 1964, em um período marcado pela Guerra Fria. Em relação a este contexto, as leituras de Hobsbawn, em “Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991” e Aron “Os sistemas pluripolares e os sistemas bipolares: a estratégia da dissuasão” tornam-se essenciais para entender o complexo contexto internacional a que o período pesquisado se insere. Para apreender a crise do governo Jango e a ascensão do regime civil-militar, diante de vasta bibliografia, dialogamos com as obras: “1964: História do Regime Militar Brasileiro”, de Marcos Napolitano<sup>18</sup> e, “A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964”, Aarão Reis, Ridenti e Motta<sup>19</sup>, quando afirmam que a crise econômica e o avanço político-ideológico das classes trabalhadoras e populares passavam a ser encarados pela elite brasileira como realidades sociais inaceitáveis. As análises de Carlos Fico<sup>20</sup>: “Além do Golpe – Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar” ao dar enfoque à conturbada conjuntura no início dos anos 1960, destacando as atuações dos políticos Brizola, Lacerda e Kubitschek, contribuíram para alargar a compreensão sobre os acontecimentos que desencadearam o golpe de Estado. E em “Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)”,

Maria Campello de Souza<sup>21</sup> reforça a concepção sobre os fatores do golpe, quando afirma que as classes conservadoras e seus partidos políticos, o PSD e a UDN, começaram a perder a hegemonia política com a ascensão de novos setores urbanos no embate político. Nesse contexto, as incertezas eleitorais e o conflito institucional entre o Congresso conservador e o Executivo reformista desencadearam o golpe.

Para a apreensão dos conceitos de elite, intelectual e partido político, além do processo de busca pela hegemonia do País e o controle do Estado, que é exercido pelos grupos no poder, expressada nas ações e no aparato jurídico do Estado, que culminaram no golpe de 1964, torna-se necessário a compreensão das apreciações de Gramsci<sup>22</sup>, em “Os intelectuais e a organização da cultura”. Na concepção de Sirinelli (2003, p. 242)<sup>23</sup>, existem “duas acepções do intelectual, uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os ‘mediadores’ culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento”.

Sobre a historiografia<sup>24</sup> e renovação da História Política, essencialmente os autores: Rémond, em “Por uma História Política”; Berstein, em “A Cultura Política”; Burke, em “A escrita da história”; Chartier, com “A História cultural”; Revel com “Proposições - Ensaio de História e Historiografia” e Certeau com “A cultura no plural”, são relevantes para o aprofundamento da compreensão da História Política renovada com a contribuição da cultura na historiografia. Para Berstein (2009), a História Política se renovou com o aporte da história cultural, no campo das representações. Foi necessário substituir as abordagens que privilegiavam apenas os estudos dos grandes vultos e organizações políticas por uma história mais abrangente, que buscasse interpretar os fatos e a evolução das sociedades humanas em seu conjunto. A cultura política contribuiu para oferecer uma resposta mais satisfatória aos historiadores para explicar os comportamentos políticos. E para se consolidar no coletivo da sociedade, a cultura política necessita de um período de pelo menos duas gerações. Sua cristalização se faz através das instituições: família, escola, meio de trabalho, partidos políticos e a imprensa (BERSTEIN, 1998). Nos termos de Rémond (2003), a História Política inovou-se ao perder seu caráter elitista e se reabilitou quando os historiadores do político passaram a pesquisar a inserção das classes populares no jogo político. Campos (2011) acrescenta que a História Política ganha relevância ao valorizar as reflexões do homem, através das suas ações, ao transformar e organizar a sociedade rompendo com a história centrada somente nas elites ou no plano das estruturas.

A pesquisa adota uma linha teórica baseada na vertente da História Política, pois estudar a imprensa pelo viés político pode desvelar feições importantes da sociedade, pois a

mídia e seus colaboradores, ao publicar suas matérias, não se dissociam do ambiente social e nem resistem aos interesses de grupos econômicos e políticos. Nos regimes autoritários, se acentua ainda mais a manipulação da imprensa para controlar as informações e criar embaraços à liberdade de expressão para silenciar a oposição.

Para o entendimento sobre a história da imprensa<sup>25</sup> no Brasil e o uso dos jornais como objeto e fonte de estudo contribuíram as leituras das obras de Capelato: “Imprensa e História do Brasil” e o artigo de Silva e Franco “Imprensa e História Política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal na pesquisa histórica”. Em Kushinir “Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988” e o artigo de Flávia Biroli: “Representações do golpe de 1964 e da ditadura na mídia: sentidos e silenciamentos na atribuição de papéis à imprensa, 1984-2004”, foram essenciais para compreender as intrincadas relações de permissividade e colaboracionismo entre a grande mídia e o poder ditatorial. O historiador, ao valer-se dos meios de comunicação como fonte e objeto de pesquisa, deve ter a compreensão de que a imprensa é um instrumento cultural de formação de opinião, expressando ideologia e interesses políticos, não só de seus redatores e articulistas, mas também e principalmente de seus proprietários e financiadores. Em geral, a imprensa não é independente, apesar de procurar demonstrar o contrário. Torna-se necessário, pois, desvelar as tendências políticas e ideológicas estabelecidas em suas publicações. Segundo Capelato (1988), ao usar os jornais como fonte primária de pesquisa, espera-se que seu valor esteja no fato de que sua função não é apenas repassar informações, mas, em produzir acontecimentos com uma compreensão particular do mundo, acrescida de subjetividade, interesses e intenções aos quais os veículos de comunicação estão vinculados. Com a redemocratização política no país, a partir de meados da década de 1980, as pesquisas nos arquivos da imprensa têm ganhado destaque para a compreensão dos discursos, das representações, dos interesses e dos acontecimentos, buscando ultrapassar os limites da superficialidade das manchetes, que até então estavam sob a vigência da censura. As obras relacionadas que fundamentarão a pesquisa procuram estabelecer um amplo diálogo interdisciplinar de forma a produzir uma base de sustentação teórico-metodológica que possa dar conta das novas demandas interpretativas. Neste sentido as obras utilizadas apresentam possibilidades de investigação e de caminhos a serem problematizados, no intento de contribuir para a produção da pesquisa. Assim, o golpe civil-militar de 1964, não deve ser analisado exclusivamente pelo viés econômico, também devem ser considerados os interesses individuais e coletivos, as disputas políticas, as representações,

os acordos feitos nos centros de poder, a atuação de partidos políticos e da mídia, enfim aquilo que remete ao político.

## Notas

<sup>1</sup> Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP Câmpus Franca/SP. Orientadora: Professora Doutora Teresa Maria Malatian. É Professor do Instituto Federal do Triângulo Mineiro – IFTM Câmpus Uberaba. E-mail: eustaquiodonizeti@iftm.edu.br.

<sup>2</sup> Consideramos que o golpe de Estado e o governo que se impôs a partir de 1964 tiveram como protagonistas elementos das Forças Armadas, principalmente do Exército. Todavia, não foi meramente uma quartelada, uma vez que contou com o apoio decisivo e a participação de uma parcela significativa de segmentos da sociedade civil. Foi resultado de uma conspiração envolvendo militares, empresários, grande imprensa e a Igreja Católica conservadora, unidos no que foi, de fato, um clássico golpe civil-militar (DREIFUSS, 1981). Por isso, utilizaremos a nomenclatura civil-militar, embora sem a pretensão de realizar detidamente a análise de tal discussão no espaço deste artigo. DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

<sup>3</sup> HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>4</sup> ARON, Raymond. Os sistemas pluripolares e os sistemas bipolares: a estratégia da dissuasão. In: \_\_\_\_\_. *Paz e Guerra entre as Nações*. Trad.: Sérgio Bath. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002, p. 189-218.

<sup>5</sup> KUSHINIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

<sup>6</sup> Chartier (1990) entende as representações como elementos de transformação do real e que dão sentido ao mundo. A construção deste sentido ou simbolismo social não ocorre dentro de uma liberdade absoluta, pois as representações se sustentam nas condições reais da existência, ou melhor, as ideias possuem um mínimo de concreticidade do cotidiano para que tenham aceitação social. As percepções que os indivíduos estabelecem em relação aos acontecimentos que ocorrem em seu meio são denominadas de representações. Identificar como o indivíduo e a sociedade percebem a realidade é essencial para a compreensão da ação política.

<sup>7</sup> A FISTA ofertava à comunidade uberabense e região em seu período de apogeu, ao final dos anos de 1960 e início da década de 1970, os cursos de Letras, Pedagogia, Ciências, Química, Biologia, Matemática, História, Geografia, Filosofia, Comunicação e Jornalismo, Arquitetura e Urbanismo (PAULA, 2007).

<sup>8</sup> LACERDA FILHO, Mozart. *Os caminhos, as pessoas, as ideias: a trajetória política de Gildo Macedo Lacerda, sua rede de sociabilidades e sua geração*. 166f. 2006. Dissertação (Mestrado) UNESP - Departamento de História da Unesp. Franca, 2006.

<sup>9</sup> SABINO, João Eurípedes. *Lavoura e Comércio*. 29 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.jmonline.com.br/novo/?noticias,22,ARTICULISTAS,88270>>. Acesso em 01 dez. 2013.

<sup>10</sup> PAULA, Eustáquio Donizeti de. *O regime militar (1964 – 1980) e o movimento de resistência dos professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino em Uberaba – MG*. 205f. 2007. Dissertação (Mestrado) - UNIUBE. Uberaba, 2007.

<sup>11</sup> VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. 68: Os estudantes mineiros e o desejo de um novo mundo. In: MARTINS FILHO, João Roberto. (Org.). *1968 faz 30 anos*. Campinas: Mercado de Letras, São Paulo: Fapesp, São Carlos: Ed. da Universidade de São Carlos, 1998, p. 77-93.

<sup>12</sup> O imaginário coletivo é um conjunto de símbolos, conceitos, memória e imaginação de um grupo de indivíduos pertencentes a uma determinada sociedade. A sensibilização desses grupos sociais em relação a esses símbolos e valores compartilhados reforça o sentido da existência da vida em comunidade (CHARTIER, 1990).

<sup>13</sup> BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaudi. vol.1. *Memória e História*. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984, p. 296-331.

<sup>14</sup> NORA, Pierre. O retorno do fato. In: NORA, Pierre; LE GOFF, Jacques. (Orgs.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1976. p. 179-193.

<sup>15</sup> BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.

<sup>16</sup> VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. (Org.). *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 36-46.

<sup>17</sup> BARBOSA, Marialva. Jornalismo e História: um olhar e duas temporalidades. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos das; MOREL, Marcos (Org.). *História e Imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos*. Anais do Colóquio. Rio de Janeiro: UERJ/IFCH, 1998, p. 87-91.

- <sup>18</sup> NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- <sup>19</sup> REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- <sup>20</sup> FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- <sup>21</sup> SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil – 1930 a 1964*. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.
- <sup>22</sup> SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003, p. 231-269.
- <sup>23</sup> Sobre a historiografia e a renovação da História Política ver: BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-364.
- \_\_\_\_\_, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et. alli, (Orgs.) *Cultura Política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 29-46.
- CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. A renovação da História Política através de Xavier Gil Pujol. *Nearco*, Rio de Janeiro, n. 2, p.174-180, 2011. Disponível em: < <http://www.nea.uerj.br/nearco/arquivos/numero8/12.pdf> > Acesso em: 15 ago. 2013.
- CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas: Papyrus, 1995.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- RÉMOND, René (Org). *Por uma História Política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.
- REVEL, Jacques. *Proposições - Ensaios de História e Historiografia*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2009.
- <sup>24</sup> Sobre o uso dos jornais nas pesquisas de História ver: BIROLI, Flávia. Representações do golpe de 1964 e da ditadura na mídia sentidos e silenciamentos na atribuição de papéis à imprensa, 1984-2004. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 25, n. 41: p. 269-291, jan/jun 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v25n41/v25n41a14.pdf>> Acesso em: 02 out. 2013.
- CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/ EDUSP, 1988.
- SILVA, Márcia P. da; FRANCO, G. Y. Imprensa e História Política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal na pesquisa histórica. *Revista eletrônica história em reflexão* (UFGD), v. 4, p. 1-11, 2010. Disponível em: <[www.periodicos.ufgd.edu.br](http://www.periodicos.ufgd.edu.br)> Acesso em: 09 set. 2013.
- <sup>25</sup> GRAMSCI, Antônio. *Os Intelectuais e a Organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

## **O Libertador está vivo: o mito bolivariano e seu uso no governo de Hugo Chávez**

Fábio Teixeira Oliver<sup>1</sup>

### **Resumo**

O presente trabalho busca discutir o uso das referências a Simón Bolívar nos discursos do ex-presidente venezuelano Hugo Chávez. Defende-se aqui que Chávez seguiu a tradição política local, ao se valer das representações do Libertador na busca por respaldo e adesão política, mas inovou incorporando ao discurso oficial a imagem de um Bolívar revolucionário. Pretende-se, neste artigo, identificar de que forma foi feita essa apropriação do principal herói nacional por Chávez e sua equipe de governo.

**Palavras-chave:** Mito Político, Simón Bolívar, Hugo Chávez.

### **Abstract**

This work search to discuss the use of references to Simón Bolívar in the speeches of former Venezuelan President Hugo Chavez. Defending here that Chavez followed the tradition of local political, to use the representations of the Liberator as seeking political support and membership, but innovated by incorporating in the official discourse the image of a revolutionary Bolivar. It's intended in this article to identify how this appropriation, of the main national hero, was made by Chavez and his government.

**Keywords:** Political Myth, Simón Bolívar, Hugo Chávez.

## **INTRODUÇÃO**

A velha e tradicional História Política, restringida por muito tempo aos grandes feitos (como guerras e revoluções), aos personagens individuais e geralmente atrelada a uma visão reducionista de poder, sofreu alterações significativas no decorrer do século XX, principalmente a partir de sua segunda metade. Embora relegada por algum tempo, em especial devido ao esgotamento de suas abordagens superadas, a História Política passou por uma renovação substancial e adentrou o século XXI como um campo mais amplo e rico. Parte desse ressurgimento se deve à incorporação de novos objetos, métodos e conceitos, pelo diálogo com outras áreas de conhecimento e, sobretudo, por uma nova visão sobre a própria ideia do que seria o político.

Acerca dessa renovação, o historiador Pierre Rosanvallon defende que o objeto político contemporâneo deve ser entendido como tudo que fornece sentido a um determinado grupo e

contribui para criar um sentimento de pertencimento entre seus habitantes. Ou seja: o político qualifica o processo pelo qual um agrupamento humano adquire as características de uma comunidade.

Em sua proposta de uma história filosófica do político, o autor defende que o objetivo desse novo enfoque é justamente ampliar o raio de análise para todos os aspectos responsáveis pela construção de uma determinada ordem e coesão social. O político, portanto, não deve ser enxergado como um campo restrito, à parte dos demais. Ele dialoga, e está implícito, com todo o sistema de representação que estabelece a ordem e o modo como as partes se relacionam em determinada comunidade. Sobre tal ampliação, o mesmo autor afirma que:

Devemos, de fato, nos mover na direção de uma história política total a fim de construir o sentido do político em toda sua complexidade. Hoje são muitas as vias pelas quais a história se renova... Nesse sentido, a história do político pode extrair conhecimentos da história cultural, da história social; da clássica história das instituições políticas e da história das ideias<sup>2</sup>.

O historiador francês René Rémond também defende a flexibilidade do político, afirmando que a política se relaciona com todos os segmentos da configuração social - ora determinando, ora sendo determinada. Trata-se de um campo abstrato, assim como o econômico ou o social, que adquire concretude no cotidiano das relações, sendo o ponto para onde confluem todos os componentes da trama social.<sup>3</sup>

Nessa renovação da História Política, destaca-se a contribuição da Nova História Cultural no sentido de oferecer elementos que até então estavam à margem das análises políticas: as representações sociais, os imaginários, as memórias coletivas, as mentalidades e o papel essencial dos mitos. A importância da abordagem dos mitos para a compreensão de determinados arranjos políticos justifica-se uma vez que a apropriação de personagens idealizados é uma estratégia utilizada à exaustão como forma de respaldo e adesão por diferentes líderes.

De acordo com o sociólogo francês Georges Balandier, os mitos possuem função justificadora, à qual recorrem os guardiões da tradição e os detentores/beneficiários da autoridade.<sup>4</sup> Além disso, tais construções apresentam intensa maleabilidade, transitando entre tendências distintas e adequando-se ao momento histórico pertinente.<sup>5</sup> Suas apropriações e seus usos ocorrem, na maioria das vezes, em momentos de crise, já que auxiliam a



restabelecer a confiança em um futuro incerto – como se dotados de um poder sobrenatural, ao qual os indivíduos se apegam por um novo começo.<sup>6</sup>

E foi justamente em um contexto de tensão política que se pôde observar o ressurgimento de um dos mitos mais influentes na história contemporânea da América Latina: o de Simón Bolívar. Apropriado por Hugo Chávez no contexto de sua Revolução Bolivariana, o Libertador das Américas surge como pilar fundamental em uma proposta de governo que prega um modelo político-econômico totalmente diverso de seus antecessores.

### **O PAPEL DO MITO BOLIVARIANO NA HISTÓRIA POLÍTICA VENEZUELANA**

A adoração em torno de Simón Bolívar sempre foi um ponto de importância crucial nas sociedades latino-americanas, em especial na Venezuela. O líder militar comandou as lutas de independência contra o colonizador europeu e, desde então, foi alçado pela população ao posto de principal herói e símbolo nacional. Seu nome passou a designar ruas e praças, seus retratos e estátuas se disseminaram por toda a Venezuela e, dessa forma, as homenagens ao Libertador seguem atravessando os séculos.

Sua figura, além de ter papel de destaques no panteão de heróis locais, foi essencial na construção da identidade nacional venezuelana. Segundo o historiador Germán Carrera Damas, o culto a Bolívar surge como um fator de unidade e comoção entre a população, já que cabia a eles fazer valer o empenho de Bolívar pela libertação do país. Tal como se o Libertador houvesse lançado as sementes de uma pátria livre, e coubesse ao povo se unir e empenhar-se para que os frutos de tal processo pudessem ser colhidos, como afirmou também Blanco-Fombona:

O Libertador passou pela dor profunda, que o levou ao sepulcro, de ver os ideais de toda sua vida desconhecidos e caluniados. Viu triunfarem os medíocres e os traidores. Viu paróquias levantarem-se contra ele e se imporem homúnculos e pátrias minúsculas. [...] O seu drama foi um dos mais tristes que a história conhece! Foi um grande homem sem grande povo.<sup>7</sup>

Essa veneração intensa fez com que o Libertador se tornasse mais do que um símbolo da nova nação venezuelana. Além de transformar-se em figura essencial na construção da identidade nacional, Bolívar passou por um processo de canonização perante a população, tornando-se uma espécie de santidade aos olhos da comunidade. Sua adoração adquiriu proporções míticas e a população, em especial os camponeses, construiu representações do general como

indivíduo dotado de poderes sobrenaturais, ao qual dirigia suas orações e suplicava por suas bênçãos.<sup>8</sup>

Com poder indiscutível junto à população venezuelana, a principal discussão em torno do mito bolivariano diz respeito às suas origens. Enquanto uma corrente considera esse processo de mitificação como algo espontâneo, que surgiu inserido no imaginário popular, existe uma tendência diversa que defende um empenho da elite *criolla*, da qual o próprio Bolívar fazia parte, em construir os símbolos e valores da recém formada nação, fazendo do Libertador a marca maior da identidade emergente.<sup>9</sup>

Contudo, não se descarta que ambas as interpretações, na verdade, se complementem. Afinal, todo o empenho em construir uma imagem de herói para Simón Bolívar não deve ter sido tramado sem a observância do poder que a figura do Libertador exercia perante as camadas populares. Sobre tal discussão, parece pertinente a visão de Arenas e Calcaño, os quais sugerem que:

El culto bolivariano no solo tiene sus cauces en las formas y necesidades de la política institucionalizada. El mismo está presente también – y sin duda alimentado y reforzado por aquella dimensión – en las manifestaciones populares. Es aquí donde encuentra sus expresiones más espontáneas de religiosidad. Carrera Damas ha advertido que la imagen de Bolívar goza, junto a de los santos, de la veneración de los campesinos para quienes “no se trata de un superficial acatamiento de consignas oficiales fetichistas, sino de “una verdadera compenetración emocionada” con la persona y la gesta del Libertador.<sup>10</sup>

Para além da discussão sobre suas origens, o fato concreto e inegável é que a apropriação e o uso do mito bolivariano tornaram-se prática recorrente na esfera de poder oficial da Venezuela. Pouco depois da morte de Bolívar, seu poder simbólico já era invocado em um momento no qual a Venezuela era assolada pelo término de uma Guerra Federal, marcada pela oposição entre os independentistas e os adeptos da Coroa Espanhola. Findado o conflito, houve a necessidade latente de se construir a unificação nacional, construindo e compartilhando significados de Bolívar como sendo o “Pai da Pátria”. Recorrendo a tal figura, tão cultuada pela grande massa, o Estado venezuelano, em fase de consolidação, encontrou uma estratégia pertinente para incorporar a parte da população que ainda não se sentia parte de tal comunidade.

Desde então, Bolívar se fez presente em praticamente todos os governos venezuelanos. Apesar de algumas diferenças específicas, Bolívar foi geralmente utilizado no discurso oficial como um personagem em torno do qual a população deveria se unir, configurando elemento

de integração nacional. Nesse sentido, construiu-se o mito agregador, um ponto de coesão pelo qual os venezuelanos deveriam superar as diferenças e caminhar rumo a uma nação unida. Foi assim na época em que caudilhos ameaçavam o poder central, durante as inúmeras ditaduras que vigoraram no país ou mesmo durante o período democrático<sup>11</sup>.

Essa construção passou a ser contestada a partir de 1960, quando a esquerda venezuelana propôs uma nova abordagem do Libertador defendendo a ideia de um Bolívar revolucionário, mesclando suas ideias com elementos do socialismo soviético. Tal tendência ganhou força especialmente com a publicação do manifesto *Marxismo-leninismo-bolivariano*, escrito por Pedro Duno em 1969, o qual defendia que, decorrente de sua proposta eurocêntrica, o marxismo ortodoxo não se adequaria à realidade latino-americana, e, portanto, era essencial que o mesmo fosse enriquecido pelos ideais de teóricos políticos mais próximos da realidade local<sup>12</sup>.

Nesse contexto de renovação na interpretação e apropriação de Bolívar, houve a formação política de Chávez e seus companheiros do *Movimiento Bolivariano Revolucionário 200* (MBR-200), que tentaram em 1992 um golpe de Estado contra o então presidente Andrés Pérez. Com o fracasso do levante, Chávez foi preso, mas antes pediu aos seus aliados a deposição das armas, em um discurso televisionado que ficou conhecido como *Por Ahora*:

Companheiros: lamentavelmente por enquanto, os objetivos que nos propusemos não foram alcançados na capital. Quero dizer, nós, aqui em Caracas, não conseguimos controlar o poder (...). Ouçam o comandante Chávez que lança esta mensagem para que, por favor, reflitam e deponham as armas (...). Companheiros, ouçam esta mensagem solidária. Agradeço-lhes sua lealdade, agradeço-lhes sua valentia, desprendimento, e, diante do país e de vocês, assumo a responsabilidade por esse movimento militar bolivariano. Muito obrigado.<sup>13</sup>

Esse rápido discurso lançou Chávez como a figura pública de maior destaque do momento. Em um cenário político-econômico marcado por uma forte insatisfação popular e um governo imerso em inúmeras crises e escândalos, o líder rebelde emergiu como possível comandante e coordenador da fúria do povo contra o governo vigente. Além disso, tais palavras marcaram a divulgação, para a população venezuelana, de um movimento revolucionário, autodenominado bolivariano, que ganhava corpo no país.

## **A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA**

Com a vitória de Hugo Chávez nas eleições de 1997, iniciou-se na Venezuela um modelo de governo que defendeu medidas de caráter reformista e redistributiva, consolidadas em grande parte com a aprovação da nova constituição, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2000. Tratava-se do início da “Revolução Bolivariana”: segundo a equipe chavista, o novo governo significaria um processo revolucionário, que romperia definitivamente com o modelo anterior.

Chávez defendeu que as mudanças teriam como base, em grande parte, os ideais de Simón Bolívar, sendo o Libertador mais do que um personagem histórico atrelado a um passado glorioso. Para o novo presidente, Bolívar seria um dos maiores teóricos políticos latino-americanos e um marco na luta pela hegemonia e soberania nacional. Chávez entendia o momento de sua ascensão como semelhante ao momento colonial, quando os interesses de uma pequena elite bloqueavam a liberdade da massa, e defendia o resgate das ideias do principal herói da independência e sua inserção no cenário atual.

Dessa forma, Chávez buscou reconstruir a imagem do Libertador como inspiração para os preceitos de seu governo revolucionário, defendendo a ideia de um Bolívar democrático, popular e nacionalista, que empenhou sua vida na luta por uma Venezuela livre e igualitária e que, por isso, deveria ter os ideais resgatados na nova conjuntura em questão. Com base nessa visão, o ex-presidente construiu em seu discurso uma realidade dicotômica da Venezuela, na qual os apoiadores da Revolução Bolivariana seriam os novos “Patriotas” (em referência aos que lutavam pela independência no período colonial) e seus opositores os traidores da pátria.

Em seus discursos, Chávez afirmava a existência de um país em choque entre a oligarquia atrelada ao capital estrangeiro - composta em maioria pela elite petrolífera, pelos detentores dos meios de comunicação privados e pelos antigos governantes do país, alheios aos interesses nacionais - e a grande maioria da população, defasada economicamente e excluída da esfera política e dos direitos sociais básicos.

Estos golpistas, estos apátridas, lo que pretenden es que al pueblo no se le instruya; lo que pretenden es que a los niños y a los jóvenes, sobre todo de los sectores más pobres y de las clases medias, no se les eduque, que no tengan acceso a la educación para que les siga dominante durante 500 años más. ¡Lo juro que no van a lograr! Llamo la Venezuela toda a ponerse de pie, unida, a defender la educación, que es a defender la vida de Republica<sup>14</sup>.

Dessa forma, Chávez se apropriou de Bolívar como um líder combativo, no qual a população deveria se espelhar para derrotar o inimigo atual e libertar a Venezuela novamente. Em seu

*Discurso en el acto de Homenaje a los Trabajadores de PDVSA y Marineros Mercantes*, proferido em 27 de dezembro de 2002, defendeu:

Por eso, hijos de Bolívar como somos, y tomo tus palabras, hermano, a la altura de Bolívar estamos, a la altura de los nuevos libertadores de Venezuela. Felicitaciones, pues, a todos y a todas, y adelante, cada día más unidos, cada día más firmes, en la nueva libertad de la patria de Simón Bolívar<sup>15</sup>.

Ao sustentar a existência desse cenário de conflito entre povo e oligarquia e ao entender que a Venezuela já havia experimentado esse embate em seu período colonial, tendo sido liberta por Bolívar e o povo sob seu comando, Chávez contribuiu para a construção de sua própria representação como novo líder militar que conduziria a Venezuela à nova independência. Dessa forma, o presidente e sua equipe de governo se empenharam na construção da ideia de que Chávez seria a personificação do processo revolucionário, herdando a espada de Bolívar.

Pode-se verificar a existência de tal projeto através de obras que tratam da relação entre as figuras de Chávez e Bolívar, como os livros *Chávez Nuestro*<sup>16</sup> e *Historia de la Revolución Bolivariana*<sup>17</sup>, ambos marcados pela exaltação à bravura e ao espírito de liderança de Chávez e pela aproximação de sua revolução com as lutas de Bolívar. Entretanto, o bolivarianismo de Chávez parece tratar-se de um elemento de apelo emocional do que propriamente um ideário político bem definido. Segundo a pesquisadora Carla Ferreira, esta faceta de um Bolívar revolucionário se assemelha muito mais a uma espécie de *protobolivarianismo*, presente no período entre a independência e o fim da Guerra Federal (1813-1860) e muito forte, sobretudo, entre as camadas populares.<sup>18</sup>

Tal vertente baseava-se muito mais em uma memória oral e fantasiosa sobre Bolívar, destacando sua imagem de guerreiro em oposição ao esforço da elite oligárquica da época em promover o esquecimento de seu legado como condutor da independência venezuelana. Analisando as referências de Chávez a Bolívar, pode-se observar o uso de frases carregadas de misticismo e apropriadas em seu discurso como instrumento de comoção, ao invés de suposto ideário político.

Se Chávez inovou no sentido de construir o discurso oficial a partir do uso de Bolívar como o justificador de uma revolução, o presidente pareceu manter a tradição ao insistir na apropriação do personagem de forma isenta de problematizações e muitas vezes anacrônica. Ao representar Bolívar como um líder popular, empenhado na defesa dos valores de igualdade e justiça social, Chávez não considerou interpretações contrárias – as quais tratam o

Libertador como ator político que, em seu contexto, defendeu a alternância de poder entre a Coroa Espanhola e a elite crioula, por exemplo - e descartou fontes produzidas pelo próprio Bolívar cujas ideias se chocavam com tal representação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por mais que Chávez defendesse a pertinência dos ideais de Bolívar em sua conjuntura histórica de governo, observa-se em seus discursos um uso de Bolívar como personagem político a se espelhar do que como teórico com propostas válidas para a atualidade. Grande parte das críticas dos opositoristas figura, justamente, em considerar Chávez como ator político que fazia uso de Bolívar como espécie de marketing político, não havendo um real projeto de governo inspirado em seus ideais. A própria equipe de Chávez parecia acreditar nesse caráter pragmático da revolução em detrimento de uma agenda política bem definida

A seis años del triunfo electoral de Hugo Chávez y el inicio del ejercicio de su gobierno revolucionario, no todo está hecho, ni todo está claro. Por ser un proceso en pleno desarrollo, atravesado por múltiples variables, por ser una revolución que ridiculizo las tesis postmodernas, por ser una atípica revolución que construye y deconstruye simultáneamente sus dinámicas internas, por ser un ejercicio colectivo que se alimenta de diversas corrientes, por ser ante los ojos del imperio un árbol debilucho, una mala hierba que no han podido erradicar, por la incorporación de cada día mayor número de simpatizantes a sus filas, por su fortalecimiento a pesar de las embestidas neoliberales y el complot mediático internacional y sobre todo, por ser una revolución que se escribe a diario.<sup>19</sup>

Apesar de atribuir a Bolívar função política de destaque - a ponto de incluí-lo no próprio nome do país, o qual a partir da promulgação da nova constituição passou a chamar-se República Bolivariana da Venezuela - observa-se que Chávez, apesar da nova roupagem oferecida ao herói nacional e de um discurso que defendia a pertinência de seus ideais no panorama atual, continuou utilizando Bolívar como uma ferramenta de acesso ao imaginário popular e, portanto, bastante eficaz para respaldo e adesão política.

A recorrência e a forma com que Bolívar geralmente apareceu nos discursos de Chávez não demonstram a existência de um repertório vasto ou mesmo uma tentativa de adaptação de suas ideias a uma realidade completamente distinta. As referências são, em maioria, repetitivas e encaixadas em sua fala conforme a conveniência, promovendo recortes que muitas vezes deturpam as palavras de seu contexto original. A força do uso de Bolívar na oratória chavista, portanto, parece estar relacionada muito mais à amplitude retórica,

carregada de apelo emotivo e grau de misticismo consideráveis, do que à historicização de seus ideais.

---

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) sob orientação do Prof. Dr. Fábio Muruci dos Santos, e Licenciado em História pela UFES. Email: fabioliver@gmail.com.

<sup>2</sup> ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Editora Alameda, 2010, p. 47.

<sup>3</sup> RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 444.

<sup>4</sup> BALANDIER, Georges. Mitos Políticos de Colonização e Descolonização. In: *As Dinâmicas Sociais*. São Paulo: Difel, 1976, p. 203.

<sup>5</sup> GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das letras, 1987, p. 12.

<sup>6</sup> CASSIRER, Ernst. *O mito do Estado*. São Paulo: Editora Códex, 1992, p. 351.

<sup>7</sup> BLANCO-FOMBONA, Rufino. O idealismo internacionalista de Bolívar. In: *Suplemento Pensamento da América*. Rio de Janeiro: A Manhã, 29 out. 1944. c. 1, p. 153-154.

<sup>8</sup> CARRERA-DAMAS, German. *El culto a Bolívar*. Caracas: Ediciones de la Biblioteca de la Universidad Central de Venezuela, 1973. p. 231

<sup>9</sup> A respeito de tal discussão ver: FREDRIGO, Fabiana de Souza. *Guerras e Escritas: a correspondência de Simón Bolívar (1799-1830)*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

<sup>10</sup> ARENAS, Nelly; CALCANÕ, Luis. Los círculos bolivarianos: el mito de la unidad del pueblo. In: *América Latina Hoy*, Universidad de Salamanca, 2004, p. 171.

<sup>11</sup> Sobre tal tradição, ver: ZAVALA, D. F. M. História de meio século na Venezuela: 1926-1975. In: CASANOVA, P. G. *América Latina: História de meio século*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1977.

<sup>12</sup> UCHOA, Pablo. *Venezuela: A encruzilhada de Hugo Chávez*. São Paulo: Editora Globo, 2005, p. 116.

<sup>13</sup> Discurso disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=VBUo-pYeVfQ>. Acesso em: 04/02/2013.

<sup>14</sup> FRÍAS, Hugo Chávez. *El golpe fascista contra Venezuela: Aquí está en juego la vida y la patria*. Havana: Ediciones Plaza., 2003, p. 55.

<sup>15</sup> Ibid. p.17.

<sup>16</sup> BÁEZ, Luiz; ELIZALDE, Rosa Miriam. *Chávez Nuestro*. Habana: Casa Editora Abril, 2004.

<sup>17</sup> EL TROUDI, Haiman; BONILLA-MOLINA, Luis. *Historia de la Revolución Bolivariana. Pequeña Cronica (1948-2004)*. Caracas: Ediciones Gato Negro, 2004.

<sup>18</sup> FERREIRA, Carla Cecilia Campos. *Bolivarianismo e Chavismo: Os desafios ideológicos do processo venezuelano*. Disponível em: <http://www.historiaelutadeclasses.uff.br/index.php/HLC/article/view/12/12>. Acesso em 22/08/2014.

<sup>19</sup> EL TROUDI, Haiman. *Para comprender la revolución bolivariana*. Caracas: Ediciones de la presidencia de la republica, 2004, p. 5.

## **O documento hagiográfico como interface da transição da Antiguidade Clássica para a Antiguidade Tardia.**

**Felipe Alberto Dantas\***

### **Resumo**

Propomos apresentar a hagiografia como documento privilegiado de discursos de poder que se constituem na transição da Antiguidade Clássica para a Antiguidade Tardia, evidenciando como as referências retóricas e formais desse tipo de documentação trazem aspectos que apontam para duas tradições distintas, que se encontram nesse momento. E que a possibilidade desse tipo de estudos também é fruto de uma transição operada pela historiografia, a partir dos anos 60, com o desenvolvimento dos estudos culturais e recuperação da História Política.

**Palavras-chave:** Hagiografia; Antiguidade Tardia; Poder Episcopal

### **Abstract**

We propose to introduce a hagiography as privileged document of discourses of power that are in transition from classical antiquity to the late Antiquity, demonstrating how rhetorical and formal references of this type of documentation bring aspects pointing to two different traditions that are at that moment. And that the possibility of this type of studies is also the result of a transition operated by historiography, from 60 years, with the development of cultural studies and recovery of political history.

**Keywords:** Hagiography; Late Antiquity; Episcopal Authority

Esse trabalho é fruto da pesquisa de mestrado que desenvolvemos na Universidade Federal de São Paulo, sobre autoridade episcopal na Gália-romana do séc. V d. C. Essa pesquisa parte do pressuposto de que, durante essa época começa a se delinear uma nova forma de autoridade, exercida por um grupo específico de bispos da região da Gália, e que ela é constituída sobre novas bases políticas e religiosas de legitimação.

Nossas hipóteses são que contribui fortemente para o reforço da autoridade episcopal ainda em formação, tanto o papel de interlocutores que esses bispos cumprem em relação ao

---

\* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História pela Unifesp; Bolsista Fapesp. Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr. Glaydson José da Silva; Email: felipealbertodantas@hotmail.com.



Império Romano e aos povos germânicos que vão se conformando sobre esse território, quanto o novo impulso dado ao cristianismo pelo ascetismo monástico desenvolvido na região da Provença e, sobretudo, no monastério de Lérins. Dele provêm vários bispos influentes desse século, com Hilário de Arles, Salviano de Marselha, Euquério de Lyon, Fausto de Rieux e Germano de Auxerre. Suas ideias respondiam aos novos tempos que eram, segundo nossa opinião, e em que pese a passagem do poder, muito mais de acomodação que de choque. Essas ideias induziam a tomada de posição desses bispos em relação ao mundo secular em transformação. Isso porque elas possuíam aspectos importantes, como a valorização de um plano salvífico universal (que ia contra a tese de um agostianismo estrito - com sua ideia de graça e predestinação - e abarcava, assim, o trabalho de conversão junto aos “bárbaros”). Também pesavam o reforço da autoridade moral do bispo a partir de hábitos ascéticos que se opunham ao fausto de palácios episcopais, no momento que a igreja dos mártires passa a igreja do Cristo *Imperator*, bem como a relação entre essas práticas ascéticas, hierarquia e autoridade, desenvolvida pelos monges de Lérins, que se ligavam diretamente aos primeiros apóstolos<sup>1</sup>.

Todos esses elementos encontramos em alguns documentos dessa época, como os escritos apologéticos de Salviano de Marselha<sup>2</sup>, cartas de Sidônio Apolinário a bispos ligados a Lérins<sup>3</sup> e sobretudo, por ser nosso ponto de partida, a *Vida de São Germano de Auxerre*, escrita pelo padre Constâncio de Lyon, na segunda metade desse mesmo séc. V<sup>4</sup>.

Esse documento, de natureza hagiográfica é determinante para nossa pesquisa, uma vez que ele evidencia a construção de um discurso de poder em torno de um grupo específico de bispos, a quem a tradição posterior deu o nome de semipelagianos, e que foram muito atuantes nesse século tão importante na transição da Antiguidade para a Idade Média. Pela pena do padre Constâncio, identificamos em São Germano a complementaridade de um ideal de ascetismo e de engajamento político do monge-bispo que fora defendido pelos monges de Lérins. Fato esse explicado pela ligação próxima que mantinham tanto Germano quanto Constâncio, seu hagiógrafo, de figuras importantes da Gália, formadas em Lérins<sup>5</sup>.

Embora a formação do reino dos francos não seja o foco dessa pesquisa, nossa hipótese inicial é de que, quando Clóvis chega ao poder no final desse século, esse processo de formação da autoridade episcopal e de incorporação desses bispos à nova rede de poder estabelecida já está consolidado, e o rei franco não faz mais do que se aproveitar dela. Antes de herdarem o poder romano, foi necessário que os francos fossem integrados à romanidade, e para isto teria concorrido definitivamente o papel exercido pelo episcopado do século V.

Mas para chegarmos a tais conclusões se faz necessário relacionar nossa pesquisa ao desenvolvimento historiográfico e metodológico da pesquisa histórica sobre o período em

questão, ocorrida nos últimos 40 anos, pelo menos, e reforçada pela revalorização e entrecruzamento da histórica política com a cultural, verificada a partir de então.

Foi necessário antes de mais nada a mudança de foco na historiografia que se dividia entre ruptura e permanência. Ela ocorre no preciso momento em que a cesura entre Antiguidade e Idade Média é deixada de lado e, pouco a pouco, o embate entre romanistas e germanistas que marcou essa historiografia desde o séc. XVIII - sobre as consequências benéficas ou devastadoras da entrada de povos germânicos no império a partir de 406 d.C., e que levavam a uma supervalorização da predominância de fatores antigos (romanos) ou novos (germânicos) na constituição dos reinos ocidentais alto-medievais - foi dando lugar a novos estudos que trabalham com a ideia da permanência de instituições políticas e da autoridade pública romana nas mãos de novos atores que vão surgindo, e que teriam conseguido adaptá-las, mantendo e transformando, ao mesmo tempo, o legado encontrado e recebido.

Essa mudança historiográfica marca o início da caracterização desse período da história ocidental como o de uma *Antiguidade Tardia*, onde elementos da cultura clássica não tinham desaparecidos por completo, e nem aqueles que conhecemos como da Chamada “Idade Média” estavam já conformados. Dentre os autores que desenvolveram o conceito de Antiguidade Tardia, os dois mais representativos são Peter Brown e o seu *The World of Late Antiquity* (1971) e Henri-Irénée Marrou com *Décadence romaine ou antiquité tardive?* (1977)<sup>6</sup>.

Sobretudo a partir da década de 60, pesou para uma nova tomada de posição, a renovação dos estudos culturais, com categorias de análise como mentalidades, representações, e a reinserção da esfera política na historiografia. Essa renovação propiciou a abertura para colaboração de outras disciplinas como a antropologia, a psicologia, a estatística e também, para exploração de outras fontes, a exemplo do resgate operado aos documentos de natureza Hagiográfica. Determinante também foi o fim dos antagonismos franco-germânicos do contexto pós-guerra e a preeminência cada vez mais forte no enfoque europeu, no estudo de suas origens<sup>7</sup>. Um último elemento a apontar é a reavaliação dos estudos sobre Baixo Império, que supervalorizavam elementos de uma crise, nascida no séc. III e que teria levado ao desmoronamento do Império<sup>8</sup>.

Se a partir dessa renovação ainda falamos em continuidade romana sob os reinos romano-germânicos, ela se daria sobre novas bases, privilegiando, sobretudo, os mecanismos de adaptação desse legado às novas realidades e o papel da Igreja na construção desse edifício.

Embora essa viragem nos estudos tenha se dado, sobretudo nos últimos quarenta anos, alguns autores antecederam esse movimento. Ainda nos anos trinta, Henri Pirenne defendia a tese da continuidade das instituições romanas sob o governo dos francos e de outros reinos que

se estabeleceram no ocidente medieval. Não obstante essa tese reconhecer a preeminência das referências romanas sobre os governos bárbaros, para Pirenne isso não anulava os elementos de natureza bárbara, como a própria vitória do cristianismo niceno, que se deu somente após a conversão e conquistas de Clóvis<sup>9</sup>.

É também antes do boom dos estudos culturais dos anos 60, que a esfera política é reinserida nos estudos históricos, sendo determinante aqui é o debate empreendido pelo fundador dos *Annales*, Marc Bloch, com seu *Reis Taumaturgos* (1924) com Ernest Kantorowicz e o *Os dois corpos do Rei* (1958).

Ambos os autores trabalham com a questão da sacralidade real durante a Idade Média e antecedem muitas das discussões que serão levadas a cabo, sobretudo a partir dos anos 60, e em grande medida representadas na terceira geração dos *Annales*.

Em seu mais famoso livro, Bloch trabalha com as formas invisíveis da legitimação da autoridade pública baseada numa “consciência popular” e da ruptura da dicotomia clássica entre dominantes e dominados, mostrando como certas percepções do poder real circulavam e eram partilhadas por estratos diferentes da sociedade europeia. Kantorowicz, por sua vez, defende a historicidade da sacralização da monarquia, legitimada na interpenetração entre as esferas do poder temporal e eclesiástico<sup>10</sup>.

Embora possuam muitas diferenças, esses autores coincidem em ao menos três pontos, que são, a recusa de atrelar o poder a eventos efêmeros (à curta duração de Braudel), a recusa também do determinismo socioeconômico sobre ele e, por fim, a existência de uma autoridade pública reconhecida, anterior ao nascimento dos estados modernos<sup>11</sup>.

As contribuições de Bloch e Kantorowicz são decisivas tanto no que diz respeito ao impulso dado nos estudos aos estudos culturais e dos utensílios mentais das sociedades, quanto na reabilitação da história política. Mas não mais aquela pautada na narração cronológica e factual e a partir dos documentos de “arquivo” e sim naquela mais abrangente, problematizadora, e que contou com a colaboração da antropologia política e da diversificação das fontes de análise.

Essa renovação historiográfica abriu a possibilidade de se enxergar o poder como resultante da escolha de indivíduos e permeável às aspirações de estratos sociais diferentes, e também a anterioridade da autoridade pública ao estado moderno. Para a Antiguidade Tardia, isso permite abordar o período não mais como o do desaparecimento do poder e sim como “rearranjo de forças que conduziu à constituição de um mundo ainda marcado pela influência da romania, mas profundamente original”<sup>12</sup>.

Mas gostaríamos de nos remeter ao segundo dos aspectos dessa viragem historiográfica, no que diz ao renovamento metodológico que acompanhou essa evolução, lembrando daquilo que Jörn Rüsen nos ensina sobre a modificação no trato das fontes ao longo da História. Uma vez que mudam os critérios orientadores de sentido, o historiador é levado a uma nova relação com suas fontes. Técnicas diferentes de pesquisa são formuladas para que produzam os significados diferentes requeridos pela mudança no tempo. Com isso abre-se a oportunidade tanto da reformulação das perguntas que fazemos às mesmas fontes como também mobilização de outros tipos de fontes, que não eram aceitos até então<sup>13</sup>.

No nosso caso, isso acontece quando na utilização das fontes principais de nossa pesquisa – que se constitui de hagiografias tardo-antigas - contestamos conceitos anacrônicos e noções ultrapassadas de tratamento daquelas. Ao invés de conduzirmos a investigação de modo a tentar extrair a verdade purificada dessas fontes - o que nos remeteria a um modelo cientificista de história, ou a algo mais anterior ainda, que é a crítica bolandista dos sécs. XVII e XVIII – procuramos trabalhar com uma metodologia que desvende primeiro os interesses subjacentes a velhos modelos praticados, e que em outra ponta, ponha as fontes com as quais trabalhamos, o máximo possível em relação com seus contextos de produção e difusão.

Essa *práxis* historiográfica de tratamento de documentos hagiográficos só é possível dentro dos marcos da evolução verificada ao longo do século XX, que tem como ponto de partida a *Revista dos Annales*, pelas questões levantadas e pelo alargamento da noção de fontes. Porém, a aceitação integral e a compreensão plena da tipicidade e do uso adequado da fonte hagiográfica demoraram um pouco mais a acontecer, pois a crítica historiográfica continuou presa aos velhos pressupostos metodológicos de busca da verdade nas fontes.

Esse mesmo desejo de exatidão histórica é o que encontramos até recentemente na historiografia tardo antiga e medieval. Ele tem sua origem na crítica eclesiástica do séc. XVII, é reforçada pelo esforço metódico do séc. XIX e torna-se ainda mais premente com o desenvolvimento de estudos pautados na psicanálise freudiana, que põe em xeque toda noção de testemunho neutro. A partir daí autor hagiográfico torna-se não mais confiável e seu relato perde o valor histórico. Somente um pouco mais tarde um novo interesse começa-se a ganhar força em torno de sua própria pessoa, vista agora, como espelho da sociedade na qual estava inserido<sup>14</sup>.

Outro problema por trás dessa busca de uma verdade histórica se dá pelo tipo de comparação errônea desse tipo de fonte, com outras de origem literária, como a biografia, tanto pelo atrelamento desta a uma noção de verdade, tal como conhecemos hoje, mas que inexistia

na Idade Antiga e Alto-Medieval, quanto pelo conteúdo de natureza distinta que os dois tipos de fontes literárias veiculavam e que apontavam para tradições distintas.

Ao contrário do que se busca hoje, tanto para a biografia antiga, como para a hagiografia não importava a adequação entre narração e fato<sup>15</sup>. A verdade para os antigos era entendida como “o não esquecimento” (por exemplo, em Platão) e em seus escritos os fatos eram “antes de tudo, significantes a serviço de um discurso de verdade que constrói sua organização edificando sua manifestação”<sup>16</sup>. Mas, para o biógrafo antigo, o que estava em jogo era a imortalização dos grandes personagens pela memória, a edificação e inserção deles em um panteão de grandes feitos de sua civilização, ou de uma tradição narrativa que se renovava com a circularidade do tempo. Isso muda durante a Antiguidade tardia, em relação à narrativa hagiográfica, embora ela tenha as mesmas fontes de inspirações formais antigas que a biografia. A diferença se dá no fato de que, ao contrário do conteúdo da biografia, que funcionava para os clássicos a partir de uma concepção de tempo cíclica, o tempo da hagiografia funcionava já em termos escatológicos. Logo, o mais importante não era a imortalização de uma memória heroica e sim o modelo exemplar daqueles que conseguiram a vitória salvífica. O santo constituía o exemplo contundente de como vencer as tribulações dessa vida. Guiar à salvação e não se mortalizar na história era seu objetivo (o foco estava no modelo e não na personalidade).

Ao procedermos a esse exercício com a Vida de São Germano, evidenciamos em Constâncio elementos de duas tradições distintas. O autor, que é reconhecido como um dos reitores cultivados galo-romanos, responsáveis pela educação pública de tradição latina e profundo conhecedor dos escritores clássicos - a ponto de se inspirar em Virgílio e em Plínio, o Jovem, em algumas passagens da hagiografia - tem suas fontes de inspirações formais e retóricas do mundo clássico, sendo a hagiografia pautadas nos modelos de biografias escritas por autores latinos como, Plutarco e Suetônio. Por outro lado, Constâncio é representante de um programa político e pastoral totalmente vinculado ao contexto de transformações pelo qual passa o mundo romano do século V, apontando para o ideal cristão de sociedade, que se conforma durante a Idade Média.

O santo aqui espelha o modelo maior do próprio Cristo, por isso a hagiografia não tratar dos vícios do personagem, a exemplo das biografias. Isso não quer dizer que o hagiógrafo estaria livre para uma construção qualquer desses modelos. A hagiografia é nas palavras de Michel de Certeau “*um discurso das virtudes*” que “*articula a ordem do parecer com a ordem do ser*” ... e que “*oferece uma escolha e uma organização próprias destas virtudes, utilizando para este fim o material oferecido seja pelos fatos e pelos gestos do santo, seja pelos episódios pertencentes ao fundo comum de uma tradição*”<sup>17</sup>. Esses relatos deveriam estar em harmonia

com a tradição de uma dada comunidade e era confrontado por um público que poderia nem sempre ser tão receptivo a ele. O fato de a hagiografia contradizer uma verossimilhança da realidade poderia causar o descrédito, ou pior ainda, a profanação daquele santo<sup>18</sup>. Por isso havia um controle de seu conteúdo mesmo por parte da Igreja<sup>19</sup>. E mesmo que esse controle institucional não fosse tão forte, sempre havia a possibilidade de confrontação com outras fontes de difusão orais e escritas, inclusive não cristãs. Confrontação essa que é determinante ainda hoje para o trabalho dos historiadores sobre essas fontes.

Assim, se formos definir a hagiografia a partir disso, diríamos que ela é gênero literário que privilegia atores do sagrado e visa sua edificação e exemplaridade, para isso articulando o extraordinário e o real. Ela se aproxima mais ou menos do extraordinário, do fantasioso, do milagre, enquanto estes servem de signos do poder de Deus na história. Nesse sentido a hagiografia é a cristalização literária das percepções coletivas de uma dada tradição a qual se inserem santo e hagiógrafo, mas a partir de uma estrutura que valoriza não “tudo o que se passou, mas o que é exemplar”<sup>20</sup>.

Essa nova definição só é verificada, novamente, com a renovação dos estudos culturais da qual já falamos, quando a hagiografia ultrapassou o conceito de ciência dos conhecedores dos santos para ocupar o de *corpus* literário. Tal evolução significou, segundo Guy Philippart, o início da emancipação tanto da hagiografia quanto do hagiógrafo da história do santo ou do culto, “para que fossem tratados eles mesmos enquanto objetos de história específicos”. Ela deu origem também a um novo interesse não somente de historiadores, como de antropólogos e sociólogos, pelos estudos das representações mentais e culturais da “sociedade medieval encantada dos santos”<sup>21</sup>.

Tal possibilidade de estudo se abre quando esse tipo de documento passa a ser caracterizado por um objeto literário e cultural ou nas palavras de Certeau um “discurso hagiográfico”<sup>22</sup> que se insere na vida um grupo ou sociedade. O hagiógrafo é quase sempre representante de um programa, de um ideal pastoral, dogmático ou político e sobretudo de um corpo eclesiástico que vive dessas representações de sagrado. Cabe ao pesquisador perscrutar esse discurso até chegar ao nível das representações culturais que alimentam a criação hagiográfica.

## NOTAS

<sup>1</sup> PINHEIRO, Rossana Alves. *Da Instituição do monacato a monaquização do Episcopado na Provença de João Cassiano e dos Lerinianos*, Campinas: [s. n.], 2010.pp. 153-156.

- <sup>2</sup> SALVIEN DE MARSEILLE. *Oeuvres I*. Notas e tradução para o francês por LAGARRIGUE, G.. Sources Chrétiennes n° 176. Paris : Les éditions du Cerf, 197. Também do autor., « Du Gouvernement de Dieu ». In: *Oeuvres II*. Notas e tradução para o francês por LAGARRIGUE, G., Sources Chrétiennes n° 220. Paris : Les éditions du Cerf, 2013 (1975).
- <sup>3</sup> SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epistolae* I.1, II.10, III.2, IV.17, V.5 e VI.7, VI.12, VII.18, VIII.9, VIII.16 e IX.16. In MIGNE, J. P. *Patrologia Latina*. Tomus LVIII. Paris, 1862. Temos a tradução para o inglês: SIDONIVS APOLLINARIS. "Epistolae". In: ANDERSON, W.B. (trad.). *Sidonius: Poems and Letters*. Vol I – II. . Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard, Univ. Press, 1936)
- <sup>4</sup> CONSTÂNCIO DE LYON. *Vie de Saint Germain d'Auxerre*. Tradução para o francês e análise histórica e literária por BORIUS, René. Paris: ed. Du Cerf, 1965.
- <sup>5</sup> PLACI, Mauro. *Germain d'Auxerre par Constance de Lyon: La Vita Germani, projet de résistance chrétienne*. Séminaire d'histoire de la langue, d'histoire littéraire et d'histoire des idées. Université de Neuchâtel, 2007.
- <sup>6</sup> Embora Brown e Marrou sejam os responsáveis pela celebridade que o conceito atingiu, o último desses autores não deixa de reconhecer a paternidade do termo - que se popularizou em alemão desde meados do séc. XX - a A. Riegl e seu *Spätromische Kunstindustrie nach der Funden in Oesterreich*, publicado em Viena, em 1901.
- <sup>7</sup> SILVA, Marcelo Cândido da. *A Realeza Cristã na Alta Idade Média*. Os fundamentos da autoridade pública no período merovíngio (séculos V-VIII). São Paulo: Alameda, 2008, p. 32.
- <sup>8</sup> CARRIÉ, J.-M & ROUSSELLE, A.. *L'Empire Romain en mutation ; des Sévères à Constatin 192-337*. Paris: Éditions du Seuil, 1999.
- <sup>9</sup> PIRENNE, Henri. *Maomé e Carlos Magno. O impacto do Islã sobre a Civilização europeia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010 (1936)
- <sup>10</sup> SILVA, Marcelo Cândido da. "O poder na Idade Média entre a História Política e a Antropologia Histórica". *Signum*, n. 2003, p. 236.
- <sup>11</sup> SILVA, Marcelo Cândido da. *Idem*, 238.
- <sup>12</sup> SILVA, Marcelo Cândido da. "Entre a Antiguidade Tardia e a Idade Média". *Diálogos*, vol. 12, n. 2, 2008, p.57.
- <sup>13</sup> RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UNB, 2001.
- <sup>14</sup> PHILIPPART, Guy. "Hagiographie comme littérature: concept récent et nouveaux programmes". In: *Hagiographie. Revue des Sciences Humaines*, n. 251, éd. Par Gaucher, Elisabeth et Dufournet, Jean. Université de Lille 3: 1998, p.28.
- <sup>15</sup> MIATELLO, André Luís Pereira. *Hagiografia. E-dicionário de termos literários de Carlos Ceia*. CETAPS. Disponível em: [http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com\\_mtree&task=viewlink&link\\_id=225&Itemid=2](http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com_mtree&task=viewlink&link_id=225&Itemid=2), acessado em 27/09/2014.
- <sup>16</sup> DE CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 266.
- <sup>17</sup> DE CERTEAU, Michel. *Idem*, p. 274.
- <sup>18</sup> PHILIPPART, Guy. *Op. cit.*, p. 38.
- <sup>19</sup> DE CERTEAU, Michel. *Op. cit.*, p. 271.
- <sup>20</sup> DE CERTEAU, Michel. *Idem*, p. 267.
- <sup>21</sup> PHILIPPART, Guy. *Op. cit.*, p. 28.

<sup>22</sup> DE CERTEAU, Michel. *Op. cit.*, p. 275.



## NOVOS TEMPOS, VELHOS PROBLEMAS: O ISEB E O PROBLEMA DA FORMAÇÃO NACIONAL<sup>1</sup>

**Resumo:** Tendo como objeto de análise os intelectuais do ISEB, a pesquisa busca apontar os possíveis lugares-comuns destes intelectuais, que como a sua geração anterior, pretenderam diagnosticar as causas do atraso brasileiro. Partindo de uma nova referência teórica, a economia, os isebianos passaram a explicar o nosso descompasso a partir de uma nova linguagem política que se constituiu nos anos 1950. Pretende-se neste trabalho tecer diálogos entre os intelectuais do ISEB e os seus antecessores das décadas de 1920 e 1940.

**Abstract:** Having as object of analysis the ISEB intellectuals, the research seeks to identify the possible clichés of these intellectuals who like their previous generation, sought to diagnose the causes of Brazil's backwardness. Starting from a new theoretical framework, the economy, isebianos now explain our disconnect from a new political language that was formed in the 1950s in this work is intended to weave dialogues between ISEB intellectuals and their predecessors of decades 1930 and 1940.

**Palavras-chave:** História Intelectual, Pensamento social brasileiro, nacionalismo.

**Keywords :** Intellectual History, Brazilian Social Thought, nationalism.

(...) Por que se industrializaram os EUA no século XIX, emparelhando-se com as nações européias, enquanto o Brasil evoluía no sentido de transformar-se no século XX numa vasta região subdesenvolvida? Superando o fatalismo supersticioso das teorias de inferioridade de clima e “raça” essa pergunta adquiriu uma significação mais real do ponto econômico. (FURTADO, 1958)

Este trecho emblemático de *Formação Econômica do Brasil* de Celso Furtado resume bem o espírito dos anos 1950. Em sua maioria, a produção intelectual deste decênio tivera como referência uma nova disciplina, a economia<sup>2</sup>. Como explicitado acima, teses elaboradas em torno da discussão da raça e do clima, comuns desde o início do século, caem num certo descrédito. Os anos 50 incluiu um novo elemento à discussão da formação da nacionalidade. Cabe ressaltar que este novo viés interpretativo pode ser compreendido mediante a análise das influências da teoria do materialismo histórico e da teoria do subdesenvolvimento.

Segundo Maria Stella Martins Bresciani<sup>3</sup> é possível tecer um diálogo entre os intérpretes do Brasil. Deixando de lado procedimentos metodológicos, como a organização de autores e obras em correntes ou escolas de pensamento, além dos rótulos de conservadores ou reformistas e até mesmo de denominar autor e obra como clássico, Bresciani tece uma reflexão tendo como ponto de partida, aquilo que denominou de lugar-comum destes autores (Oliveira Vianna, Paulo Prado, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr.): o pressuposto mesológico, a noção de raça e de etnia, a noção de uma elite em descompasso com a sociedade, a tese sobre a ausência de um

típico cidadão-liberal e a precariedade dos hábitos de solidariedade.

Tendo como referência o trabalho de Bresciani propomos um diálogo, não apenas entre autores, mas também entre as experiências de tempo. Neste caso, referimo-nos a possibilidade de confrontar duas conjunturas, aquelas dos anos 1920 a 1940 com os anos 1950 a 1960. Partindo da ideia de que inclusão de uma nova disciplina, a economia, corroborou para a formulação de interpretações em certa medida inéditas, tentaremos estabelecer os lugares-comuns daqueles que escreveram entre os anos de 1950 e 1960. A partir daí teceremos uma diálogo entre as conjunturas, com o intuito de perceber as continuidades e as possíveis mudanças no que tange a análise da formação da nacionalidade. Em relação à primeira conjuntura, de 1920 a 1940 tomaremos como base o trabalho de Bresciani. No tocante a segunda, teremos como objeto de análise o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB.

Iniciaremos nossa análise apresentando de forma resumida o percurso teórico-metodológico da história das ideias ou história intelectual ao longo do século XX. Vale ressaltar que o trabalho de Bresciani, faz parte de uma renovação historiográfica iniciada nos 1990 que buscou reler aqueles autores e obras tidos “clássicos” de outra forma. Além disso, os pesquisadores passaram a recuperar autores “menores” da nossa historiografia, como Manoel Bomfim, Alberto Torres, Hermes Lima, Guerreiros Ramos, entre tantos outros. Outro ponto questionado pelos novos pesquisadores era a prática de classificar os autores e obras em correntes ou escolas de pensamento.

Para André Botelho e Lilia Moritz Schwarcz<sup>4</sup>, esta renovação da historiografia do pensamento social brasileiro deve-se a criação de novos espaços de pesquisa, como por exemplo, A Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, cujo Grupo de Trabalho Pensamento Social no Brasil vem se reunindo continuamente desde 1981, além da crescente expansão dos programas de pós-graduação em História.

Não é por acaso que esta renovação do campo aconteceu na década de 1990. O fim do Regime Militar e conseqüentemente o retorno a Democracia, fez com que uma nova geração, já distante do trauma de 1964 pudesse tecer suas análises de uma forma diferenciada. Por exemplo, entre as décadas de 1960 e 1980, os analistas do ISEB, aqui citamos Caio Navarro de Toledo e Maria Sylvia de Carvalho Franco, liam a produção intelectual do grupo à luz dos eventos daquele 1 de Abril de 1964. Para estes analistas, o ISEB cometera erros grosseiros na sua leitura acerca da realidade brasileira. Assim, passaram a receber inúmeros rótulos, como os ideólogos do nacional-desenvolvimentismo. Dante Moreira Leite, por exemplo, referia-se a produção de Álvaro Vieira Pinto, membro do ISEB, de forma pejorativa – classificara autor e obra como estritamente românticos.

Pode-se dizer que ao longo do século XX no Brasil vigorou um tipo de análise pautado nos princípios de uma história das ideias<sup>5</sup>. Como referência a este debate, citamos o trabalho de Leandro

Konder *História dos Intelectuais nos anos cinqüenta*.<sup>6</sup> Logo no começo do texto Konder ponderava sobre a necessidade de atribuir certa fisionomia aos anos 1950, ou seja, recuperar o “ambiente cultural” que existia naquele momento. Assim, antes de adentrar ao debate circunscrito aos intelectuais, dedicava-se a construção de um certo contexto. Passe-se então a uma narrativa dos acontecimentos mais importantes daquela década, a morte de Getúlio Vargas, a Guerra Fria, a conquista da Copa do Mundo, o debate em torno da Petrobrás, entre outros. Conclui o texto afirmando que “o processo pelo qual a história era repensada, entretanto, era inevitavelmente contraditório<sup>7</sup>.”

Um procedimento também bastante comum no Brasil é a produção de manuais sobre os intérpretes e pensadores do Brasil. Este tipo de publicação tem como pano de fundo a elaboração de sínteses dos nossos “clássicos.” Com isso, alguns recursos metodológicos eram aplicados: a) a elaboração de uma publicação relacionada à história do pensamento social brasileiro exige uma escolha de autores e obras; b) a narrativa cronológica do texto constrói certa unidade de pensamento, às vezes inexistente entre os autores, além disso, produz no leitor uma sensação de superação do intérprete posterior em relação ao anterior.

Segundo Fábio Franzini e Rebeca Gontijo<sup>8</sup> a lógica de produção dos “clássicos” gera consequentemente uma situação inversão, a lógica do esquecimento. Um exemplo disto é o famoso prefácio de Antônio Cândido *O Significado de Raízes do Brasil* escrito em 1967, que elegeu como obras indispensáveis ao leitor *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre (1933), *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1936) e *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Júnior (1942). Outra memória bastante arraigada considera a Revolução de 1930 um divisor de águas na historiografia brasileira. Assim, cristalizou-se a ideia de que tudo que antecede os anos 1930 carece de pouco crédito. José Carlos Reis<sup>9</sup>, por exemplo, considera a existência de certo movimento intelectual que tivera origem em Varnhagen e se estende até a Revolução de 1930.

*O Caráter Nacional Brasileiro – História de uma Ideologia*, de Dante Moreira Leite (1976) constrói uma grande narrativa sobre o pensamento social brasileiro, categorizada de ideologia do caráter nacional brasileiro. O início desta ideologia é o século XVIII, momento que florescem os primeiros sentimentos nativistas. Passando para o século XIX, a ideologia neste momento, fez-se presente no momento da Independência, quando necessitávamos afirmar a nossa unidade nacional e atribuir ao brasileiro traços positivo, sobretudo ao índio, símbolo da nacionalidade. Uma terceira fase terá início por volta de 1880, estendendo-se até a década de 1950. Segundo Moreira Leite, esta é a fase propriamente dita da ideologia, “pois é nesse período que a teoria racial é aceita pelos autores brasileiros e que virá para justificar o domínio das classes mais ricas. Além disso, as teorias raciais permitem aos ideólogos explicar o atraso do Brasil pela existência de grupos de raças inferiores e mestiços.<sup>10</sup>”

A ruptura e o descrédito desta ideologia acontecem mediante o aparecimento de circunstâncias históricas que exigiriam a formulação de uma nova ideologia. A intensificação da industrialização e a conseqüente luta pela independência econômica corroboraram para a criação de novos quadros teóricos. Segundo Dante Moreira Leite, "as condições da vida social é que determinam as características psicológicas, embora estas, depois, possam também influir na vida social."<sup>11</sup> Em *Formação do Brasil Contemporâneo (1942)* é que acontece a ruptura, pois a obra de Caio Prado Júnior "assinala um novo momento na interpretação histórica do Brasil: já não se trata de explicar a situação do país através de um ou outro fator – a raça, o clima, a escravidão, as características psicológicas dos colonizadores – mas de interpretá-los em função do sentido da colonização."<sup>12</sup>

O problema deste tipo de procedimento metodológico – a elaboração de uma extensa narrativa – é que, como qualquer história, acaba tendo início, meio e fim. Moreira Leite, por exemplo, situa Sérgio Buarque de Holanda numa certa transição entre a ideologia do caráter nacional brasileiro e a ruptura dos anos 1950. Além disso, atribui-se aos autores e obras juízo de valor, como observamos logo abaixo,

De um lado, não se deve imaginar que a fase anteriormente examinada não tenha apresentado contribuições positivas. Muito ao contrário, os chamados "estudos brasileiros," ainda que formulados numa perspectiva errada ou deformadora, certamente despertaram o interesse por vários problemas, permitiriam o levantamento de dados e a apresentação de hipóteses explicativas. Se em alguns casos – por exemplo, com Oliveira Vianna ou Gustavo Barroso – a deformação ideológica chega a um ponto extremo, de maneira que sua contribuição é quase nula, em outros – como em Gilberto Freyre – os dados, ainda que referentes a apenas uma região e a uma classe, são significativos.<sup>13</sup>

Em relação a Manoel Bomfim, chama atenção a explicação dada para o insucesso editorial de sua obra principal *A América Latina: Males de Origem (1905)*. Para Moreira Leite, "a razão fundamental para o esquecimento de sua obra decorre do fato de Manoel Bomfim estar adiantado com relação aos intelectuais de seu tempo, ou do fato de ser capaz de propor uma perspectiva para a qual esses intelectuais não estavam preparados"<sup>14</sup>. "Como havia construído de antemão uma narrativa na qual a ruptura aconteceria somente nos anos 1950, tornara-se impossível pensar numa fissura ainda no início do século. Utilizando-se de um recurso comum – que não deixa de ser bizarro –, de classificar um autor como a frente de seu tempo, justifica o esquecimento de Bomfim pela ignorância de seus contemporâneos que ainda não estavam preparados para compreendê-lo.

Numa obra recente *As Identidades do Brasil (2000)* de José Carlos Reis, é possível identificar ainda, resquícios deste tipo de abordagem descrito anteriormente. A meu ver, mesmo o autor justificando a adoção de uma perspectiva diferente, em que autores e obras seriam compreendidos cada um ao seu tempo, acaba sendo conduzido a práticas tradicionais da história das

ideias. Segundo José Carlos Reis, o objetivo do trabalho “é a reposição de alguns intérpretes do Brasil em sua época, em sua data, com sua problemática específica e com as suas específicas avaliações do passado e projeção do futuro”<sup>15</sup>.

Fazendo uma leitura koselleckiana dos intérpretes do Brasil, José Carlos Reis constrói duas categorias analíticas, mudança e continuidade como forma de organizar autores e obras em dois blocos, daqueles tidos como os descobridores do Brasil e daqueles considerados os redescobridores. O primeiro fazia um elogio ao passado, visualizando apenas uma modernização em que futuro seria o seu aprimoramento – este bloco é representado por Varnhagen e Gilberto Freyre. O segundo interpretava o passado como um problema e projetava um futuro radicalmente inverso – neste bloco estão Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda, Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso.

Podemos dizer que em relação aos juízos de valores, como aquele feito por Dante Moreira Leite a obra de Oliveira Vianna, não estão presentes no texto de José Carlos Reis, até porque sua “hipótese é a de que não há autores superados, desde que lidos em sua época. Dentro dela, são insuperáveis.”<sup>16</sup> Porém, a escolha de classificar os autores em correntes de pensamento nos soa como algo problemático.

Dividimos estas sínteses do Brasil em duas correntes: a do descobrimento do Brasil (1850-1930), aqui representada por Varnhagen e Gilberto Freyre, que priorizam a continuidade em relação à mudança, que preferem o passado, o Brasil tradicional ao Brasil moderno. Desde essa perspectiva, o Brasil deverá ser ou o mesmo passado ou a melhoria do passado. A tese do “progresso linear e gradual” é interpretada de modo conservador: é o mesmo que se aperfeiçoa. O passado resolverá os seus problemas sem necessidade de ruptura, mudança, revolução. (...) As interpretações que constituem a corrente do “redescobrimento do Brasil” priorizam a mudança em relação a continuidade.<sup>17</sup>

Além disso, a obra de José Carlos Reis reforça a noção dos “clássicos” pois a sua justificativa em relação a escolha dos autores, tem como parâmetro a noção de “panteão da historiografia brasileira.” Por fim, uma sugestão de leitura feita aos apreciadores da obra nos despertou atenção. Para Reis, o coerente era ler do começo ao fim, respeitando a ordem estabelecida, pois o livro possuía uma “intriga virtual,” uma “lógica interna”, era uma espécie de “romance do Brasil.”

Como mencionamos acima, a história das ideias e/ou história intelectual no Brasil vem sofrendo um intenso debate, provocando assim, uma revisão crítica acerca dos procedimentos teórico-metodológico adotados nas últimas décadas. Como exemplo, cito o trabalho de Maria Stella M. Bresciani, *O Charme da Ciência e a sedução da objetividade. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. Segundo Bresciani, “o motivo maior dessa pesquisa foi encontrar reiteradamente sobre a figura de Francisco de Oliveira Vianna o estigma de pensador conservador e autoritário, divulgador de teorias racistas (...)”<sup>18</sup>. Buscando deixar de lado os rótulos – pouco esclarecedores –, a

pesquisadora se propôs a trazer o autor “para seu tempo e lugar teórico.” Diferentemente de José Carlos Reis que já havia anunciado esta mesma posição em sua obra, mas que ao final fora sedução pela nossa “mania” de enquadrar os autores, Bresciani tece uma análise objetivando “reconstruir a teia de diálogos com suas referências teóricas<sup>19</sup>.” Além disso, esclarecia o que o intuito era compor “o campo acadêmico, intelectual e político como teia de inter-relacionamentos” que esclareceria “posições assumidas perante uma questão comum<sup>20</sup>.” Portanto, recusava-se compor um “contexto” narrando fatos e acontecimentos, que acreditava-se, explicar por si só um autor e uma obra.

Retomando a reflexão de Celso Furtado, citada no início do trabalho, buscaremos a partir de agora propor um diálogo entre duas conjunturas, a primeira de 1930 e 1940 e a segunda de 1950 a 1960. Teremos como referencial teórico-metodológico o trabalho de Bresciani. Isto significa dizer que, recusaremos interpretar a produção intelectual dos anos 1950 e 1960 tendo como princípio seu enquadramento em certo “ambiente cultural<sup>21</sup>”. Procuraremos nos diferenciar, por exemplo, das estratégias de pesquisas contidas em *História dos Intelectuais nos anos cinquenta* de Leandro Konder.

O que propomos é, como bem disse Bresciani, compor o campo acadêmico, intelectual e político, para a partir daí, compreender as posições políticas assumidas perante uma questão comum – no caso desta pesquisa, teremos como foco de análise os posicionamentos intelectuais e políticos assumidos pelos intelectuais do ISEB perante o debate do nacionalismo. Recusando assim, o rótulo de ideólogos do nacional-desenvolvimentismo, pretendemos situar cada autor no seu lugar de fala. Além disso, buscaremos esclarecer melhor a tese desenvolvida sobre a heterogeneidade intelectual do grupo. Desde a década de 1990, aqueles que se dedicaram a revisar a obra do ISEB, passaram a recusar uma ideia bastante comum nos anos 1970 e 1980, de que os isebianos foram os responsáveis pela formulação da ideologia do nacional-desenvolvimentismo aplicada pelo governo do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1960).

A contestação dos pesquisadores dos anos 1990 deve-se, sobretudo, ao retorno aos quadros democráticos. Como dissemos acima, uma nova geração de pesquisadores, passaram a visitar os anos 1950 sem o trauma de 1964. Assim, sem os estigmas dos rótulos, puderam reler as obras e tecer novas conclusões, que apontavam para uma inconsistência teórica do grupo. Ou seja, não podíamos falar em ideologia dentro do ISEB. As novas pesquisas passaram a apontar que, tratava-se de um grupo heterogêneo, incapaz de formular uma ideologia, pois tinham posições distintas em termos intelectuais e políticos. Para a geração anterior, aquela dos anos 1970 e 1980, um grupo de intelectuais, vinculados institucionalmente ao governo Brasileiro<sup>22</sup>, só poderia se comportar como uma inteligência a serviço do Estado.

Não há dúvidas quanto às divergências teóricas dos intelectuais do ISEB, e de seu insucesso na montagem de uma ideologia do desenvolvimento nacional. Mas este insucesso não se explica

simplesmente pelas divergências teóricas do grupo. Este é o argumento, é a contribuição deste trabalho ao debate. Nossa hipótese é que a incapacidade de formular de uma ideologia para o desenvolvimento nacional deve-se a certa organização de setores contrários aos princípios adotados pelo ISEB, que através uma atuação política consistente conseguiu minar as bases de seu projeto nacionalista. Se observarmos o desenrolar da história, veremos que os ditos nacionalistas acumularam duras derrotas, como a crise de 1958, acarretada pela publicação de Hélio Jaguaribe *O nacionalismo na atualidade brasileira (1958)*, que acabou culminando na saída de alguns intelectuais do Instituto, como por exemplo, Guerreiro Ramos. Como desdobramento deste caso, o ISEB teve a sua imagem exposta cotidianamente na imprensa, sofrendo assim, inúmeras críticas que acabaram desprestigiando a instituição, que passou a ser questionada pelos seus próprios aliados, como União Nacional dos Estudantes, a UNE. Dois anos depois, nas eleições de 1960, os nacionalistas sofreram nova derrota, o então candidato do movimento, o General Teixeira Lott, perdera as eleições para Jânio Quadros. Mais tarde, com a renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart, o ISEB, juntamente com os outros setores, passaram a reivindicar as ditas reformas de base, que foram interrompidas pelo golpe de 1 de abril de 1964. Esta era a última derrota do ISEB, que logo após a ascensão dos militares via a sua sede ser destruída e um decreto-lei ser expedido, indicando a sua extinção.

Como mencionamos acima, nosso ponto de partida é compreender as bases teóricas do ISEB, para além da composição do “ambiente cultural”, busca-se restituir os diálogos e as referências conceituais dos membros do instituto. No início do texto indicamos duas referências importante a estes intelectuais, a teoria do materialismo histórico e a teoria do subdesenvolvimento formulada pela CEPAL. Ambas as teorias se fizeram presentes, respectivamente a partir da publicação de Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo (1942)* e de Celso Furtado *Formação Econômica do Brasil (1959)*. Quem afirma isso é Fernando Henrique Cardoso,

Primeiro lemos *A economia brasileira*. Depois, a *Formação econômica do Brasil*. Foi um choque enorme: passamos a ler e a adivinhar o que ocorria no Brasil pela lente da economia. Caio Prado já ensinara a muito o fundamental da inserção da economia brasileira no mercado mundial. Simonsen também dera os contornos da economia de forma objetiva. Mas Celso Furtado fez brotar em nós a paixão pela economia. Desenvolvimento e subdesenvolvimento; produto bruto; taxa de investimento e capacidade de importar; fluxo de renda e outras noções do gênero, que eram quase palavras a saltar de textos técnicos para ferir os ouvidos de leitores mais atentos ao capricho da frase do que à clareza do conceito, passaram a ser o pão nosso de cada dia das universidades<sup>23</sup>.

Partindo da reflexão de Fernando Henrique Cardoso, pretendemos demonstrar de forma resumida o modo como ambas as obras influenciaram a produção intelectual do ISEB. Caio Prado Júnior sendo o iniciador da aplicação da teoria do materialismo histórico a realidade brasileira, deixara como legado a compreensão de que o descobrimento do Brasil caracterizara-se apenas

como mais evento, daqueles ocorridos em decorrência da expansão da empresa comercial europeia do século XV. Assim, desde o início, o Brasil vinculou-se economicamente a uma região detentora de monopólios comerciais. Diante disto, Caio Prado chegara à conclusão de que a essência da nossa colonização era o mercado externo, este era o sentido, não só da colonização, mais ainda do Brasil Contemporâneo que numa palavra, ainda não havia completado a sua evolução de economia colonial para a economia nacional.

*Formação Econômica do Brasil* de Celso Furtado é lançada em 1959, mas as idéias de Furtado já circulavam pelo instituto desde a sua fundação em 1955, isto porque o economista já havia ministrado alguns cursos e a palestras para aqueles que freqüentavam o ISEB – entre eles os alunos dos cursos e os próprios membros permanentes do instituto. Além de *Formação*, mais duas obras completam a reflexão de Furtado daqueles anos, *Perspectivas da economia brasileira (1958)* e *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento (1961)*. Corroborando com as ideias de Caio Prado, Furtado dizia que “a ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa.”<sup>24</sup>

Partindo da reflexão de Caio Prado, Furtado buscava em suas obras, teorizar sobre o atraso da economia brasileira. Em diálogo com a CEPAL, compreendia que a nossa condição de inferioridade em relação aos Estados Unidos, devia-se a formação de estruturas subdesenvolvidas na economia brasileira. Grosso modo, o subdesenvolvimento caracterizava-se pela existência de dois polos antagônicos operando sobre a economia, um de estrutura capitalista e outro de estrutura arcaica – em que prevalecia ainda uma organização econômica de molde colonial. A principal contribuição teórica de Furtado fora demonstrar que, diferentemente do que pensavam os economistas clássicos, o desenvolvimento econômico não seguia nenhuma lei universal, pelo contrário “o desenvolvimento econômico é um fenômeno com nítida dimensão histórica”<sup>25</sup>. O desenvolvimento da América Latina, tendo a sua própria dinâmica histórica deveria ser teorizado de forma distinta daquela aplicada a realidade da Europa. Assim, todo o esforço dos intelectuais da CEPAL, entre eles Celso Furtado, fora compreender as especificidades latino-americanas.

Tendo demonstrado de forma simples as principais referências dos intelectuais do ISEB, passaremos a etapa da comparação, ou utilizando os termos de Bresciani, do diálogo entre as conjunturas de 1920-1940 e 1950 e 1960. Segundo esta mesma autora os intérpretes da primeira conjuntura – Oliveira Vianna, Paulo Prado, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior –, possuíam certo lugar-comum. Os pontos de interseção seriam os seguintes: a) o pressuposto mesológico – neste caso em menor ou maior grau o clima e a geográfica teriam alguma influência sobre a formação do cidadão brasileiro; b) as noções de raça e de etnia – aqui se discutia a influência da miscigenação sobre a formação da sociedade brasileira; c) o descompasso entre a elite e o povo – este ponto refere-se a problemática em torno de uma elite que buscava implementar



no país princípios institucionais estranhos a nossa herança ibérica; d) a herança ibérica, por consequência, havia formado um tipo de cidadão contrário aos princípios da democracia-liberal. e) a precariedade dos hábitos de solidariedade que faziam de nossa constituição uma ideia exótica.

A segunda conjuntura 1950-1960 está aqui representada por alguns dos intelectuais do ISEB, a saber: Nelson Werneck Sodré, Hélio Jaguaribe, Álvaro Vieira Pinto e Osny Duarte Pereira. Como o lugar-comun destes autores destacamos: a) o povo-massa é o protagonista da revolução brasileira – diferentemente dos autores de 30 e 40 que argumentavam sobre a pouca maturidade do povo para a democracia, aqui são eles o elemento principal, a essência da revolução; b) o nacionalismo é compreendido como a única força capaz de promover a ruptura com a economia colonial, transformando assim, a economia em algo estritamente nacional; c) o subdesenvolvimento é a única causa dos males do Brasil e da América Latina. Assim não há espaço para argumentos relacionados ao clima, a geografia e a raça; d) O Estado é compreendido como um agente central no planejamento e na execução de uma política voltada para o desenvolvimento nacional – neste caso, criticava-se a tese de que o desenvolvimento nacional deveria associar-se ao capital estrangeiro.

Finalizando este texto, temos a sensação de que para além das conclusões, ainda primárias sobre os lugares-comuns de cada conjuntura, nossa principal contribuição é a reflexão em torno de debate sobre as questões teórico-metodológicas da história das ideias e/ou história intelectual no Brasil. O diálogo nesta ocasião apresentou-se de forma estreita. Teremos outra oportunidade de apresentar de forma complexa os dilemas e desafios enfrentados pelos intelectuais brasileiros entre aqueles anos de 1920 e 1960.

---

<sup>1</sup> Felipe Alves Oliveira, mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo Santos de Abreu. / email: felipe\_ufop08@hotmail.com

<sup>2</sup> Ver VILLAS BOAS, Gláucia. *A vocação das ciências sociais no Brasil: um estudo da sua produção em livros do acervo da biblioteca nacional 1945 a 1966*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.

<sup>3</sup> BRESCIANI, Maria Stela Martins. "Um possível diálogo entre (e com) os intérpretes do Brasil." In: *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

<sup>4</sup> BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). *Um enigma chamado Brasil. 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

<sup>5</sup> Tomamos como referência a definição de Francisco Falcon sobre a História das Ideias, "(...) a história das ideias remeter a textos nos quais os conceitos articulados constituem os agentes históricos primários, vindo a seguir as pessoas portadoras desses conceitos, enquanto as chamadas relações externas são entendidas como simples condições de existência das ideias propriamente ditas." Ver FALCON, Francisco. "História das Ideias." In: *Domínios da história. Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. 21 reimpressão.

<sup>6</sup> KONDER, Leandro. "História dos Intelectuais nos anos cinquenta." In: *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2ed. São Paulo: Contexto 1998.

<sup>7</sup> KONDER, L., 1998. p.358.

<sup>8</sup> FRANZINI, Fábio; GONTIJO, Rebeca. "Memória e história da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960. In: *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

<sup>9</sup> REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 9.ed. ampliada – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

<sup>10</sup> LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro. História de uma ideologia*. 3ed. São Paulo, Pioneira, 1976 p. 326

<sup>11</sup> Ibidem.p.327.

<sup>12</sup> Ibidem.p.316.

<sup>13</sup> Ibidem.p.311.

<sup>14</sup> Ibidem.p.251.

<sup>15</sup> REIS, J.C.,2007 p.14.

<sup>16</sup> Ibidem.p.14.

<sup>17</sup> Ibidem.p.17.

<sup>18</sup> BRESCIANI, M.S, 2009. p.161.

<sup>19</sup> Ibidem.p.162.

<sup>20</sup> Ibidem.p.162.

<sup>21</sup> Esta categoria fora utilizado por Leandro Konder em *História dos intelectuais dos anos 1950*.

<sup>22</sup> O instituto fora criado pelo decreto federal numero 37.608 em 1955 pelo então presidente Café Filho. Vale ressaltar que ISEB era um órgão vinculado ao Ministério da Educação e da Cultura (MEC).

<sup>23</sup> CARDOSO,Fernando Henrique. *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 208

<sup>24</sup> FURTADO, Celso Furtado. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1984. p.15

<sup>25</sup> Idem, 1961. p.22

## **A memória no contexto da Justiça de Transição no Brasil e suas implicações**

Fernanda R. Abreu Silva  
Mestranda em História PPGH/UNIRIO  
Orientadora: Lucia Grinberg  
fernandaabreu2@gmail.com

### **Resumo**

Compreendemos que analisar o modelo de Justiça de Transição brasileiro consiste em estudar o próprio processo de abertura política e a maneira como indivíduos e grupos sociais se articulam com o legado autoritário e, por consequência, constroem suas identidades e consolidam suas memórias. Assim, pretendemos discutir esse processo enfocando algumas políticas públicas a respeito da memória e a verdade; bem como analisar a luta por anistia no Brasil e os seus desdobramentos através da atuação da Comissão de Anistia.

Palavras-chave: Anistia, Justiça de Transição, Memória

### **Abstract**

We understand that analyze the model of Brazilian Transitional Justice consists in studying the process of political opening and how individuals and social groups articulate with the authoritarian legacy and therefore construct their identities and consolidate their own memories. We intend to discuss this process focusing on some public policy regarding memory and truth; and analyze the struggle for amnesty in Brazil and its aftermath through the action of the Amnesty Commission.

Keywords: Amnesty, Transitional Justice, Memory

### **Introdução**

Ao estudar a história política recente do Brasil, pode-se perceber com clareza que não houve um momento em que marcou o fim efetivo do regime autoritário. Atribui-se o período da ditadura militar desde o Golpe de 1964 até 1985, quando houve a eleição *indireta* do presidente Tancredo Neves que, com sua morte antes mesmo da posse, assume José Sarney, membro do extinto ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido do governo. Nota-se que

o ocorrido, na verdade, foi uma reconfiguração da situação política, sem que isso alterasse necessariamente a conjuntura política do país.

Não é possível, no entanto, que ao fim de um regime autoritário, a democracia se estabeleça plenamente de forma imediata. É preciso enfrentar um processo de transição ao regime democrático que visa dar conta da herança autoritária do período de repressão através de medidas específicas, voltadas ao direito à memória e justiça. A esse processo, convencionou-se atualmente chamar Justiça de Transição, e se insere na redemocratização como uma reação efetiva às violações aos direitos humanos que ocorreram durante a ditadura militar. O objetivo principal é permitir a reconciliação do país e, sobretudo, a consolidação da democracia.

Cada nação cria medidas conforme a sua história e cultura política a fim de encarar o legado de desrespeito aos direitos humanos, além do Brasil, podemos citar os casos da Argentina, do Uruguai, da África do Sul e outros. É uma justiça de caráter restaurativa, em que as próprias sociedades se transformam após um período de imensa violação dos direitos humanos<sup>17</sup>. A Justiça de Transição no Brasil está voltada para quatro grandes diretrizes políticas que compreendem: "promoção da reparação às vítimas; fornecimento da verdade e construção da memória; regularização das funções da justiça e re-estabelecimento da igualdade perante a lei e, por fim; reforma das instituições perpetradoras de violações contra os direitos humanos; de modo a verificar como tais dimensões constituem-se em verdadeiras obrigações jurídicas no sistema de direito pátrio"<sup>18</sup>.

Visto isso, compreende-se que analisar o modelo de Justiça de Transição brasileiro consiste em estudar o próprio processo de abertura política e a maneira como indivíduos e grupos sociais se articulam com o legado autoritário e, por consequência, constroem suas identidades e consolidam suas memórias.

Por ser um campo de estudo recente e bastante complexo, a Justiça de Transição conta com a hegemonia de juristas, porém há uma série de historiadores e sociólogos se inserindo nesta discussão buscando proporcionar um foco mais histórico. No Brasil, este campo está em construção através de uma parceria entre diversas áreas de conhecimento, como o Direito, a História, a Ciência Política e a Sociologia. Muitos desses juristas, inclusive, fazem parte da Comissão de Anistia e mantêm uma produção intelectual voltada a um esforço de pensar e repensar a própria atuação: deste modo, para compreender o contexto da produção bibliográfica desses autores, é também necessário entender o que é a Comissão de Anistia e qual é sua função nesse processo.

Em virtude das diretrizes propostas pela justiça transicional brasileira, algumas iniciativas foram tomadas, como a criação de políticas de memórias voltadas para a ampliação da consciência sobre os abusos do passado a fim de firmar a ideia de não-repetição. Alguns projetos são financiados pelo próprio Estado com a finalidade de promover o acesso às memórias do período, como por exemplo o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas, criado em 2009, coordenado pelo Arquivo Nacional, que agrega diversas instituições que possuem documentos relativos à ditadura militar com o propósito de permitir a divulgação de documentos e pesquisas. Além desse, há também os projetos financiados diretamente pela Comissão de Anistia, os "Marcas da Memória", que apoiam a produção acadêmica e cultural para estimular a difusão da memória do que se passou durante o regime político autoritário brasileiro.

A Comissão de Anistia é uma comissão de reparação, criada por Medida Provisória em 2001, e assumiu um caráter jurídico ao ser convertida em lei (nº 10.559/2002) no ano seguinte. Sua atribuição é atender à necessidade de regulamentação do artigo 8 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988<sup>25</sup>. A função da Comissão de Anistia é examinar e julgar os pedidos de anistia<sup>26</sup> e proceder à reparação do requerente, deferindo ou não os requerimentos que posteriormente são deliberados pelo Ministério da Justiça. Desta maneira, a Comissão é responsável pelo recolhimento de importantes documentos referentes à trajetória política dos indivíduos que solicitam a anistia. Seu julgamento passa, então, a fazer parte de um processo ainda incompleto vivenciado pelas vítimas da repressão.

Dentro desse contexto, a anistia é a chave central para entender a justiça de transição no Brasil e é onde o processo de reparação está inserido. De acordo com a historiadora Maria Paula Araújo<sup>27</sup>, a justiça de transição começou a ser implementada no país durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e, desde então, sua ênfase está na questão da reparação, desfavorecendo a apuração de responsabilidades.

O critério de reparação no Brasil se difere da maioria dos países latino-americanos que também enfrentam as medidas transicionais, pois aqui possui um caráter mais trabalhista que político<sup>28</sup>. A autora enfatiza que as indenizações reforçam as diferenças de classes uma vez que são calculadas a partir do salário que o requerente recebia na época em que foi demitido, preso, banido etc. Portanto, o valor recebido por médicos, advogados e jornalistas é sempre maior do que o valor das indenizações de operários e trabalhadores braçais em geral.

O jornalista peruano Esteban Cuya<sup>29</sup> argumenta que a questão básica ao fim do período autoritário é refletir como atender as demandas das vítimas da violência e o que se deve fazer com os culpados pelas violações dos direitos humanos. Ele aponta quatro

componentes básicos da Justiça de Transição aplicados após o fim dos regimes autoritários:

1. A busca inestricta da *verdade* para esclarecer os crimes de direitos humanos e de direito humanitário internacional e assim construir a memória histórica contra as políticas de esquecimento; 2. A aplicação da *justiça* contra os responsáveis pelas violações aos direitos humanos e ao direito humanitário internacional, seja através dos tribunais nacionais, internacionais ou mistos; 3. Colocação em prática de *medidas de reparação*, tanto material quanto moral, para todas as vítimas de abusos de direitos humanos. (...) 4. A aplicação de *reformas institucionais* dentro das estruturas do Estado para transformá-lo em um órgão democrático dentro de um Estado de Direito<sup>26</sup> (grifo original).

Essas ações são no intuito de corresponder, de alguma maneira, às demandas das vítimas de violências, além de assegurar que os atos graves de violação dos direitos humanos não mais se repetirão. As medidas de reparação, portanto, fazem parte de um processo que visa a recomposição do Estado e da sociedade, permitindo que o sujeito retome a gerência da sua própria vida ao resgatar uma cidadania consciente<sup>27</sup>.

### *Anistia à brasileira*

No Brasil, a Lei da Anistia (nº 6.683/1979) foi criada enquanto os militares ainda estavam no poder e, mesmo sendo uma demanda de setores da sociedade, essa proposta de reconciliação nacional não surgiu no contexto de Justiça de Transição, pois isto envolveria uma série de mudanças estruturais que sequer foram consideradas naquele momento. A conjuntura em que foi dada a anistia foi a da abertura "lenta, gradual e segura" orientada pelos próprios militares e partidários do regime. Em vista disso, é importante ressaltar que não houve Justiça de Transição antes da Constituição de 1988.

Desde a sua implementação, em 1979, a Lei da Anistia fomenta um amplo debate no que diz respeito ao seu significado e sua abrangência. Sabe-se que uma parte considerável dessa discussão se concentra na questão da anistia aos agentes do aparato repressor estatal que cometeram ações contra os direitos humanos. Esses perpetradores valem-se de uma interpretação da lei que os isenta das responsabilidades de seus atos, já que se encaixam nos "crimes conexos", como é mencionado no primeiro artigo da referida lei. No entanto, essa é uma questão apenas interpretativa que, sob o olhar de órgãos do executivo como Ministério Público e da própria Comissão de Anistia, além de uma parcela da sociedade civil como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o grupo Tortura Nunca Mais, não deveria ser

considerada válida uma vez que crimes de tortura não são crimes comuns, mas crimes de lesa-humanidade<sup>10></sup>.

Para o presidente da Comissão de Anistia, Paulo Ayrão, a insistência histórica nessa interpretação "bilateral" da lei é o principal entrave à efetiva regularização das funções da justiça após o período autoritário, soma-se a isso a omissão do Poder Judiciário em promover o que ele considera como "sua adequada e coerente interpretação"<sup>11></sup>. O ex-ministro da Justiça, Tarso Genro (PT-RS), por sua vez acredita que, a partir dessa interpretação, atém-se à imaginária noção de igualdade de responsabilidades, de forças, entre vencedores e vencidos. Segundo o autor, isso acarreta em uma grave consequência que seria a conclusão de que a ordem democrática pode ser transgredida em qualquer situação, pois conta com expectativa de que os parâmetros para perdão político já estão dados<sup>12></sup>.

Contudo, essa discussão não convém neste momento. Devemos nos ater à problematização do conceito de anistia: perdão ou esquecimento? Perdão de quem? Esquecimento do quê?

A anistia brasileira, como já dissemos, foi fruto de reivindicações sociais. Ao fim dos anos 1970, o movimento pela anistia dos presos e exilados políticos começou a ser travado juntamente com novos grupos sociais que também se engajaram. Algumas organizações civis, como o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e, posteriormente, os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs) e a Associação de Defesa dos Direitos e Pró-Anistia Ampla dos Atingidos por Atos Institucionais (AMPLA), foram responsáveis por avivar as manifestações que reclamavam anistia para os presos políticos.

As principais bandeiras levantadas por essas organizações incluíam a volta dos exilados; a investigação das mortes e desaparecimentos; restabelecimento dos empregos daqueles que foram demitidos por razões políticas; o julgamento de torturadores e a responsabilização das Forças Armadas por esses crimes, entre outras. Lutavam por uma anistia "ampla, geral e irrestrita": ampla, pois incluiria todos os atos de manifestação contra o regime; geral porque seria para todas as vítimas da repressão; e irrestrita, pois não teria discriminação ou restrição<sup>13></sup>. O projeto aprovado não foi amplo, nem geral e tampouco irrestrito, mas naquele momento valeu como uma vitória parcial e é considerada uma conquista da sociedade civil.

Desde 2006, com a chamada "virada hermenêutica", a Comissão de Anistia se propõe a ressignificar o processo transicional brasileiro, afastando-se da ideia de anistia como esquecimento que foi amplamente fixada no senso comum. Acredita-se que essa noção tem sido superada tanto na sociedade civil quanto nos debates legislativos e nas ações do Executivo, todavia essa ideia de anistia enquanto esquecimento permanece no Poder Judiciário. Sobre

essa questão, Tarso Genro tem uma interessante colocação:

A compreensão majoritária nos meios jurídicos, até agora, foi que: primeiro, houve 'anistia recíproca'; segundo, que esta foi sustentada por um contrato político inscrito na Constituição Federal de 1988, orientado pela Lei de Anistia de 1979; e terceiro, que o Estado Democrático de Direito assimila, sem poder, tal compreensão da anistia - ou seja, os que deram sustentação à violação dos Direitos Humanos, poderão 'anistiar a si mesmos' - mesmo que isso implique o ingresso, na ordem jurídica democrática nova, de um traço essencial do regime de exceção: a designação autoritária de quem perdoad e de quem é perdoado!<sup>67</sup>.

Atualmente, a Comissão de Anistia, em nome do Estado, pede desculpas formais ao ex-perseguido político que nesse momento recebe o status de anistiado político. Este ritual simboliza o reconhecimento do direito de resistência do cidadão, pela qual ele se orgulha por pessoalmente ter feito parte da derrubada da ditadura e estar hoje inserido no processo de redemocratização.

Neste ponto é importante ressaltar a natureza da reparação que passou a ser adotada após essa "virada hermenêutica" da Comissão. Os membros da Comissão perceberam que era necessário ampliar o conceito de reparação e torná-lo abrangente também à questão moral. A reparação moral se baseia no direito de resistência e na violação dos direitos humanos perpetrados pelo Estado, que obstava o cidadão de expor suas opiniões políticas na esfera pública<sup>68</sup>. Essa reparação não é apenas pelas violações da humanidade do indivíduo provocadas pelo Estado, mas também uma reparação pelo seu projeto de vida interrompido ou abruptamente modificado. Sobre isso, Paulo Abrão e Marcelo Torelly explicam claramente:

A estrutura de reparação do dano moral difere substancialmente da estrutura de reparação do dano material, haja vista que aquela também pode ser formulada por políticas públicas de memória, ensejando aquilo que alguns denominam como uma "política de reparação integral" ou como um conceito abrangente de reparação como conjunto de medidas de compensação, restituição, reabilitação das vítimas, satisfação pública e não-repetição, ou seja, que atenda a dimensão econômica e retributiva mas também sane a ofensa moral e previna a sociedade contra a repetição das violações!<sup>69</sup>.

Ao adotar essas políticas de reparação moral, volta-se às políticas de memória, que já comentamos aqui. Quando o indivíduo recebe publicamente um pedido de desculpas pelo Estado, há o reconhecimento de que ele não estava errado em se insurgir, mas o Estado estava em cercear os direitos individuais e as garantias civis. A reparação moral faz com que aquele sujeito se sinta novamente inserido na sociedade, isso é algo que podemos perceber no depoimento da historiadora Dulce Pandolfi,



O Estado está agora diante de mim se curvando e me tratando desse jeito, que coisa linda! (...), foi quando eu desabei, eu me senti muito recompensada, foi uma coisa muito bonita! Mesmo que a gente saiba que, claro, não apagou as coisas do passado, mas você sente que finalmente a cidadania chegou nesse país. Acho mesmo que todo mundo deveria entrar [com o példo de reparação]. Foi um momento muito lindo da minha trajetória<sup>17</sup>.

Nesse sentido, as Caravanas da Anistia cumprem um papel fundamental como um ritual aberto que permite que a luta pessoal daquele indivíduo assuma um caráter coletivo; isso se dá porque as Caravanas são audiências públicas em que a Comissão, como representante do Estado, pede perdão ao cidadão por ter violado os seus direitos e, após esse momento, concede a palavra ao anistiado, dando-lhe voz para que exponha as suas considerações. Em virtude disso, a audiência sai do âmbito particular e atinge um contexto comunitário, possibilitando o acesso de novas gerações a uma via do processo democrático.

#### *Memória, democracia e desconfiança*

Este trabalho que estamos desenvolvendo se insere no campo do "Tempo Presente"<sup>18</sup>. Nesse campo, há a articulação de duas temporalidades: o passado, o qual a memória se refere; e o presente, no qual essa memória é construída. O ator está sempre em movimento: o encadeamento das suas lembranças e seus esquecimentos possibilitam a ressignificação do seu passado, implicando diretamente no seu presente e nas expectativas futuras. É necessário, portanto, estar em constante análise do passado e dos seus significados.

Feitas essas considerações, faz-se preciso discorrer sobre o papel da memória dentro do social e do político, uma vez que a memória e o esquecimento permitem a construção de narrativas que implicam diretamente na interpretação das questões sociais que o indivíduo estabelece.

Segundo o historiador Maurice Halbwachs<sup>19</sup>, pioneiro nos estudos sobre a memória dentro da História, a memória seria uma construção social coletiva e, assim, seria formulada pela presença em grupos sociais. Considerando que a memória coletiva seria fruto das interações sociais, a manutenção dessa memória demanda a permanência das ligações entre os indivíduos que integram um grupo social. A inserção do sujeito no grupo repercute na própria memória individual, pois na medida em que se insere e interage com o grupo, suas memórias são recuperadas e, por conseguinte, mantém a memória coletiva ativa. A memória é, portanto,

um meio de significação social e temporal, por isso exerce tanta importância na elaboração do senso comum<sup>19</sup>.

A relevância das políticas de memória no contexto da justiça transicional se dá na medida em que o Estado, ao lembrar e reparar, assume a sua responsabilidade quanto aos crimes cometidos contra os resistentes – que ali exerciam seu direito de resistência – e assume também um esforço no sentido de consolidar uma narrativa de não-repetição. Essas medidas de memória, então, têm por finalidade proporcionar à vítima de perseguição política o sentido de cidadão reparado pelo Estado.

Concordamos com Torelly quando ele afirma que lembrar das violações cometidas pelo Estado no passado contra a própria população torna-se um sinal de alerta permanente para a sociedade, fazendo parte da cultura social do país:

*A consolidação de uma memória social crítica em relação ao passado passa a funcionar como combustível para a defesa de uma cultura democrática, sustentando e legitimando as reformas políticas e jurídicas que permitem o ressurgimento nacional em uma nova configuração política<sup>20</sup>.*

Entretanto, a memória coletiva social não é alterada de repente; principalmente quando não é de interesse de setores da sociedade que esses fatos não sejam lembrados. Ao negar e omitir as ações perpetradas durante a ditadura, não se constrói essa cultura da não-repetição; quando o Estado de Direito não fornece políticas de memória para a sua auto-reflexão, o que é difundido na memória social é a permanente possibilidade de se acabar com o Estado Democrático de Direito e novamente se tornar um Estado de Exceção.

Outro fato que dificulta a modificação da memória social é a descrença no Estado de Direito. Se acaso formos analisar a trajetória política institucional brasileira, perceberemos que o país, desde após a sua independência de Portugal, teve assembleias constituintes dissolvidas, constituições outorgadas, rebeliões militares contra o poder estabelecido, golpes e ditaduras. Dessa maneira, está inserido na cultura política do Brasil a pouca confiabilidade no Estado de Direito refletida no senso comum que permeia a sociedade.

O historiador Pierre Rosanvallon tem dedicado seus estudos a pensar sobre as democracias contemporâneas e o crescente descontentamento e falta de confiança na instituição política democrática. Este trabalho se encaixa perfeitamente na nossa discussão, já que, em vista do que foi comentado acima, o Brasil possui níveis baixos de confiança no Estado e em algumas de suas instituições.

Segundo o autor, essa desconfiança entre os cidadãos e seus representantes é indicativa

de uma crise de representação que, no entanto, não pode ser interpretada como sinal de enfraquecimento da democracia, mas sim como a necessidade de reavaliar e reformular o sistema representativo. Estaríamos em um processo de contra-democracia, que não é algo contrário à democracia, mas uma nova configuração da democracia que envolve todos os problemas no que tange a cidadania e representação, caminhando para um universo contra-democrático constituído por manifestações de desconfiança do cidadão em relação às instituições<sup>21</sup>.

Tanto para Rosanvallon, quanto para Abrão e Genro, a democracia ainda não foi alcançada - quiçá um dia será. A democracia enquanto poder do povo implica em alguns problemas para ser acessado, havendo uma tensão entre a democracia e sua possibilidade de organização de fato. O homem torna-se um sujeito abstrato cuja individualidade estaria amparada pela igualdade jurídica, na generalização do social, para que se torne governável por regras universais. Esse é um dos pressupostos do Estado de Direito. De acordo com a análise da obra de Rosanvallon muito bem elaborada pela cientista social Alessandra Faria,

Na democracia moderna o povo não possui forma: ele perde toda a densidade corporal para tornar-se nome, quer dizer, uma força composta de iguais, de individualidades puramente equivalentes sob o reino da lei. (...) A sociedade não é composta por mais do que vozes idênticas, totalmente substituíveis, reduzidas no momento fundador do voto a unidades contabilizáveis que se amontoam nas urnas; a sociedade se transforma em um fato puramente aritmético<sup>22</sup>.

Assim, o social perde espaço para uma consciência jurídica de igualdade, dissolvendo a identidade individual. Isso provoca uma crise de identidade do povo, gerando dificuldades em lidar com as suas demandas e se estabelecer, por fim, a soberania popular que garante a democracia.

Ao entender a democracia como uma institucionalização da liberdade e regime político da maioria associados aos direitos das minorias, tratando-se de um fenômeno social, histórico, temporal e *mutante*<sup>23</sup>, Abrão e Genro compreendem o caráter mutável da democracia que historicamente vive em constante transformação e é para esta transformação que a obra de Rosanvallon atenta.

As políticas de memória levadas a diante pela Comissão de Anistia em nome do Estado Democrático de Direito do Brasil, representa a aceitação da permanente luta por consolidar e aperfeiçoar a democracia brasileira, tendo em mente os percalços deste caminho. A memória é, portanto, um meio efetivo de contribuição para a transformação do senso comum que interfere e influencia na memória social do país e que pode, enfim, promover uma

verdadeira mudança na conjuntura política brasileira.

- <sup>14</sup> ABRÃO, P.; GENRO, T. *Memória Histórica, Justiça de Transição e Democracia sem Fim*. In: **Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal**. Ministério da Justiça. Brasília, 2010. p. 23.
- <sup>15</sup> ABRÃO, P.; TORELLY, M. D. *Justiça de Transição no Brasil: a dimensão da reparação*. In: **Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal**. Ministério da Justiça. Brasília, 2010. p. 27.
- <sup>16</sup> Idem p. 42.
- <sup>17</sup> Cartilha Informativa da Comissão de Anistia, Ministério da Justiça, 2010. p. 8.
- <sup>18</sup> ARAÚJO, M. P. *Anistia, memória e reparação: processos de democratização e justiça de transição no mundo ibero-americano*. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. Anais eletrônicos, São Paulo, julho de 2011.
- <sup>19</sup> Ibidem p.8
- <sup>20</sup> CUYA, E. *Justiça de Transição*. In: **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, n° 1. p. 37-78, jan/jun 2011.
- <sup>21</sup> Ibidem, p. 40.
- <sup>22</sup> REMÍGIO, R. *Democracia e Anistia Política: sempre com a cultura do silêncio, possibilitando uma justiça e transição*. In: **Revista Anistia, Política e Justiça de Transição**, Brasília: Ministério da Justiça, n° 1, jan/jun 2009., p.194).
- <sup>23</sup> Artigo V da Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- <sup>24</sup> ABRÃO, P.; TORELLY, M. D. *Justiça de Transição no Brasil: a dimensão da reparação*. In: **Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal**. Ministério da Justiça. Brasília, 2010. p. 38.
- <sup>25</sup> GENRO, T. *Teoria da Democracia e Justiça de Transição*. In: ABRÃO, P.; GENRO, T. **Os direitos da transição e democracia no Brasil: estudos sobre Justiça de Transição e Teoria da Democracia**. Belo Horizonte. Ed. Fórum, 2012. p.6.
- <sup>26</sup> RODEGHERO, C. S.; DIENSTMANN, G.; TRINDADE, T. **Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.
- <sup>27</sup> GENRO, T. *Teoria da Democracia e Justiça de Transição*. In: **Os direitos da transição e democracia no Brasil: estudos sobre Justiça de Transição e Teoria da Democracia**. Belo Horizonte. Ed. Fórum, 2012. p.6.
- <sup>28</sup> ABRÃO, P.; TORELLY, M. D. *Justiça de Transição no Brasil: a dimensão da reparação*. In: **Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal**. Ministério da Justiça. Brasília, 2010. p.49
- <sup>29</sup> Idem p. 48.
- <sup>30</sup> Pandolfi, Dulce; Depoimento concedido ao projeto "Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil" (Equipe do Rio de Janeiro – UFRJ). Rio de Janeiro, 25 de maio de 2011.
- <sup>31</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006. 2ª edição
- <sup>32</sup> TORELLY, M. *Justiça Transicional, Memória Social e Sentido Comum Democrático: notas conceituais e contextualização do caso brasileiro*. In: **Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal**. Ministério da Justiça. Brasília, 2010
- <sup>33</sup> Idem p. 109.
- <sup>34</sup> FARIA, A. *O trabalho da representação e Piere Rosanvallon*. p. 36.
- <sup>35</sup> Idem p.40.
- <sup>36</sup> ABRÃO, P.; TORELLY, M. D. *Justiça de Transição no Brasil: a dimensão da reparação*. In: **Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal**. Ministério da Justiça. Brasília, 2010. p. 23.

## GETÚLIO MARINHO DA SILVA: AFRO-RELIGIOSIDADES E ALTERNATIVA POLÍTICA NAS CANÇÕES DO PRIMEIRO GOVERNO VARGAS

Fernanda Epaminondas Soares<sup>1</sup>

**RESUMO:** A pesquisa em andamento envolve o músico, compositor e bailarino negro Getúlio Marinho da Silva (Amor) que foi o primeiro a gravar comercialmente canções com elementos da cultura e das religiões de matriz africana em disco no Brasil. Amor ganha importância quando problematizamos a visibilidade que uma cultura negra poderia ter através do mercado fonográfico. Amor também ajuda a pensar as possibilidades de luta que o espaço público poderia lhe assegurar por meio das músicas no governo provisório de Vargas.

**Palavras-chave:** Intelectuais negros, música, religiosidade.

**ABSTRACT:** The still in progress research is about the black musician, composer and dancer Getúlio Marinho da Silva (Amor), who was the first to record commercially songs with culture and religions elements of African origin in Brazil. Amor works become important when we question the visibility that could have a negro culture through the music industry. Amor also helps to think about the struggle possibilities that public space could assure him through the songs in provisional government of Vargas.

**Keywords:** Black Intellectuals, music, religion.

A proposta deste artigo consiste em analisar parte da trajetória do músico-bailarino Getúlio Marinho da Silva, o Amor, no Rio de Janeiro do período entre 1930 e 1934<sup>2</sup>. Através da temática de suas composições musicais que envolvem as afro-religiosidades junto com parte do código penal brasileiro da época, o objetivo central está em problematizar como Amor pode ser importante para refletir sobre a questão do negro, já que, por meio de suas músicas, colocou no espaço público os temas dos orixás em uma sociedade que ao mesmo tempo em que lhe dava espaço, a legislação ainda condenava, pelo menos parte de sua cultura.

Como embasamento teórico e, principalmente, para discutir as questões colocadas, vou me apropriar do conceito de “dupla consciência” adotado por Paul Gilroy<sup>3</sup> que terá o apoio dos estudos de Stuart Hall<sup>4</sup>. A fim de melhor analisar as fontes e contextualizá-las, me

valerei de pesquisas historiográficas tais como os de Martha Campos Abreu<sup>5</sup> e Yvonne Maggie<sup>6</sup>.

Seguindo essa proposta, o artigo está organizado de forma que conheçamos o personagem central e o contexto social-histórico em que estava inserido, seguido da análise de algumas de suas músicas e de trechos do código penal da época, para que tenhamos ideia de como era vista a cultura que o músico gravava nos discos. Assim, antes de começar a expor as questões, é de suma importância saber quem foi Getúlio Marinho da Silva e em qual sociedade ele estava vivendo.

*“Getúlio Marinho da Silva (Amor), **preto, babalaô**, funcionário municipal. Exímio dançarino, mestre-sala do rancho Quem Fala de Nós Tem Paixão, influenciou todos os mestres-salas que vieram depois, tanto nos ranchos como nas escolas. Compositor de sambas e pontos de candomblé. Com Eloy Antero Dias, o Mano Eloy, gravou os primeiros discos comerciais contendo pontos de candomblé. [...]”* [grifos meus] (FRANCESCHI<sup>7</sup>, 2010)

Como vimos, Getúlio Marinho da Silva, apelidado de “Amor” desde a infância, foi um múltiplo artista. Além de funcionário público, compositor e bailarino da dança dos mestres-salas, era tocador de omelê (antiga cuíca) e, junto com Mano Eloy, foi o primeiro a gravar comercialmente músicas em homenagem aos orixás e santos em estúdio no Brasil.

Baiano<sup>8</sup>, de Salvador, nasceu no dia 15 de novembro de 1889, um ano após a abolição da escravatura, e faleceu em 31 de janeiro de 1964 no Rio de Janeiro. Filho de Paulina Teresa de Jesus e de Antônio Marinho da Silva (conhecido como “Marinho que toca”) veio com a família para o Rio de Janeiro com apenas seis anos e já com essa idade, passou a frequentar o rancho *Dois de Ouros* na Pedra do Sal.

Ao longo dos seus 75 anos de vida, criou-se frequentando as casas das tias baianas (Bebiana, Gracinda, Ciata e Calu Boneca) e conheceu nos terreiros pais de santos famosos como João Abalá, Assumano e Abedé. Talvez por isso, trouxe e gravou pontos de macumba em disco e participou dos primeiros ranchos carnavalescos cariocas criados por baianos do bairro da Saúde.

Getúlio Marinho da Silva frequentou também as rodas de samba organizadas por seus contrerêneos que se reuniam no *Café Paraíso*, localizado na atual Avenida Marechal Floriano e antiga Rua Larga de São Joaquim. Aprendeu as coreografias de mestre-sala com Hilário Jovino<sup>9</sup>, tornando-se especialista e muito cogitado pelos ranchos. (EFEGÊ<sup>10</sup>, 2007)

Dentre variados ranchos, também participou do criado por Tia Ciata<sup>11</sup>, o chamado *Macaco é Outro* com forte referência e crítica, já no nome, à questão e ao preconceito racial.

Além de Getúlio Marinho, faziam parte do *Macaco é Outro* figuras ilustres do carnaval dos ranchos, como o próprio Hilário Jovino, Perciliana Maria Constança (mãe de João da Baiana<sup>12</sup>), Tia Amélia do Aragon (mãe de Donga<sup>13</sup>), Tia Bebiana e Tia Rosa.

Em 1930, teve sua primeira composição<sup>14</sup> gravada *Não quero Amor* pelo Conjunto Africano na gravadora Odeon, mas as composições que chamarei atenção neste artigo, são as que trazem temas religiosos da cultura afro-brasileira, justamente por apresentarem de maneira explícita e enfática mensagens que retratam verdadeiros rituais, pontos de macumba e batuques imbricados nas letras, na música e no ritmo. Para Jota Efegê, “*Convivendo com os africanos praticantes das religiões e ritos do continente negro e com os baianos a eles ligados (...) os pontos de macumba que levou para o disco tiveram, ambos, perfeita autenticidade melódica e interpretativa.*” [grifos meus] (EFEGÊ<sup>15</sup>, 2007).

Em 1940, Amor foi escolhido o *Cidadão Samba* do carnaval carioca que representava as escolas de samba e a música brasileira:

“(...) Getúlio Marinho teve, justa e merecidamente, a incumbência de em 1940, personifica-la [a música brasileira]. A primeira escolha recaía, anos antes, no saudoso Paulo da Portela<sup>16</sup> que, depois de sucedido por vários outros, viu um **verdadeiro baluarte** ostentar a dignificante faixa. Então, à frente de um triunfal cortejo que teve a participação de 44 escolas, o *Cidadão-Samba Getúlio Marinho da Silva*, recebeu a consagrada homenagem dos carnavalescos cariocas”. [grifos meus] (EFEGÊ<sup>17</sup>, 2007)

Sobre sua vida pessoal, sabemos apenas que Getúlio Marinho foi casado com Déia (Planície Sampaio Ferreira) e vítima de uma doença não identificada que lhe causou a morte em 1964. Apesar de seu sucesso, Amor teve como um de seus endereços, um quarto de aluguel, humilde, localizado na Lapa, bairro boêmio do Rio de Janeiro, e seu enterro não teve o mesmo luxo e destaque como eram suas performances como mestre-sala. Sabemos apenas que sua esposa compareceu e mesmo sendo poucos os que foram à sua despedida, não sabemos quem eram e não encontramos trabalhos de pesquisa que busquem por essas informações.

Os estudos sobre música e identidade negra são um campo novo quando se trata dos estudos de historiadores. É recente o enfoque dos trabalhos pelos quais a cultura, a música e a identidade negra são acionadas como uma possibilidade de luta política. Logo, temos poucas investigações que abordam as trajetórias de artistas negros e suas estratégias de luta com uma abordagem política no contexto de uma sociedade excludente e racista do pós-abolição carioca.

Mais especificamente sobre a trajetória de um músico, temos a dissertação de mestrado de Bianca Miucha Cruz Monteiro<sup>18</sup> sobre o sambista Sinhô, na qual procurou entender o significado da produção do artista para ele próprio, para o samba e para a sociedade carioca refletindo sobre a visão de mundo do músico e seu diálogo com diversos setores da sociedade.

Outro trabalho que investiga um artista negro realçando as discriminações e racismos sofridos por ele junto das suas estratégias de inserção na sociedade através da música é o da historiadora Martha Campos Abreu<sup>19</sup>. Com o “crioulo Dudu”, Martha Abreu investiga a vida e a obra de Eduardo das Neves, apontando possíveis estratégias adotadas por ele a fim de estabelecer sua identidade e participação no cenário político entre 1890 e 1920.

É sob esse aspecto de inserção política que procuro investigar a trajetória de Getúlio Marinho da Silva. Para isso, analisarei a seguir, algumas de suas obras que tratam de temas afro-religiosos. Dentro da sua produção, em mais de trinta canções esses temas foram abordados nas letras e na música, com rezas, gargalhadas e batuques característicos das religiões de matriz africana.

Exemplos são encontrados já nos títulos de algumas canções gravadas e gêneros pelos quais foram classificados pelas gravadoras: *Ponto de Inhassan*<sup>20</sup> – Macumba (1930); *Ponto de Ogum*<sup>21</sup> – Macumba (1930); *Canto de Exu*<sup>22</sup> – Macumba (1930); *Canto de Ogum*<sup>23</sup> – Macumba (1930) etc. A seguir, analisarei duas de suas composições: *Pisa no Toco*<sup>24</sup> – Ponto de Macumba (1932) e *Quilombô*<sup>25</sup> – Ponto de Macumba (1932), respectivamente:

*Fala: He-he-he... No terreiro que galo canta, pinto nunca cantô  
Exu, ê, Exu, ê / Dá licença Exu, de louvar pra vos suncê? He-he-he...*

*Coro: Ê – Ô, pisa no toco dum galho só / Ê – Ô, pisa no toco dum galho só*

*Pisa no toco / Pisa no galho  
Segura a mucamba senão eu caio, he-he-he...*

*Marimbondo pequenino botou fogo na paiol He-he-he-he...  
Cachimbo de Pai Benedito, calunga! Tá lá no gongar! He-he-he-he...*

*Pisa no Toco* aparece com tom de música de terreiro. As onomatopeias como as risadas ganham destaque nessa canção assim como outros elementos que remetem aos símbolos de cultos de origem africana, como *terreiro*; o orixá *Exu*; *mucamba*<sup>26</sup> que significa ser uma mulher auxiliar em certos terreiros bantos ou iniciada na seita da cabula; *Pai Benedito* que dá ideia de ser um pai de santo; *calunga*<sup>27</sup> que na umbanda significa cada um dos integrantes da falange de seres espirituais que vibram na linha de Iemanjá, como ainda



indivíduo preto ou também falar a língua banto da região do Triângulo Mineiro e Alto Parnaíba. E por último, *gongar*<sup>28</sup> que quer dizer espelho ou o ato de olhar-se em um.

*Quilomborirá / Quilomborirá*  
*Quilomborirá dá licença / Quilomborirá pra saravá*  
*Quilomborirá orixá / Quilomborirá*

*Quilomborirá de papai / Quilomborirá de mamãe*  
*Quilomborirá no meu ganzá / Quilomborirá*

*Quilomborirá / Eu quero vê*  
*Quilomborirá Ogum megê / Quilomborirá olha só, quilomborirá*

*Quilomborirá salve Ogum / Quilomborirá salve Exu*  
*Quilomborirá Ogum megê / Quilomborirá*

*Quilomborirá salve Xangô / Quilomborirá Ogum megê*  
*Quilomborirá Iemanjá / Quilomborirá*

*Quilomborirá salve Omulu / Quilomborirá salve Exu*  
*Quilomborirá / Eu quero vê*  
*Quilomborirá Ogum megê / Quilomborirá olha só / Quilomborirá...*

Já em *Quilombô*, música transcrita acima, os elementos de repetição estão bem marcados pela palavra *Quilomborirá* que dá ideia de derivação da palavra “quilombo”. Além disso, traz muitas referências de orixás como *Ogum megê*, *Ogum*, *Exu*, *Xangô*, *Iemanjá* e *Omulu*. Mais ainda, traz as palavras *saravá*<sup>29</sup> que significa “salve!” e *ganzá*<sup>30</sup>, que denota uma espécie de chocalho; também uma dança cujo nome provém do instrumento e, reco-reco comprido de bambu, pelo qual Nei Lopes<sup>31</sup> ouviu ser chamado em Luanda.

Apesar de Amor ter abordado de forma considerável os temas das afro-religiosidades em suas músicas, o contexto histórico brasileiro não era tão favorável à aceitação das religiões de matriz africana quando tomamos por base o código penal brasileiro da época. Para melhor compreendermos o contexto, analisarei apenas o código do período do início da Era Vargas, mesmo momento histórico das gravações de Getúlio Marinho. Segundo Yvonne Maggie, nesse momento específico,

*“O Estado, no Brasil, se imiscuiu nos assuntos da magia porque era preciso conhecer, disciplinar e socializar essas práticas tidas como de negros e pobres, mas que todos conheciam na ‘alucinação da dor ou na ambição’. Magia e poder se entrelaçaram e magistrados, fiéis e acusados são tocados pelo mesmo sistema de crenças”.*  
(MAGGIE<sup>32</sup>, 1992)

Segundo Maércio Falcão Duarte<sup>33</sup>, com o artigo intitulado “*Evolução Histórica do Direito Penal*”<sup>34</sup>, a Consolidação das Leis Penais de Piragibe ou de 1932 nasceu da necessidade de modificar o Código de 1890, e, já que não se podia modificá-lo imediatamente

por conta do governo do período ser provisório, surgiram assim, muitas leis para “remendar” o Código de 1890, o que resultou em confusões e incertezas na aplicação delas.

Apesar da “nova” constituição, encontramos a mesma linha de raciocínio do código de 1890, ou seja, as mesmas ideias à época do começo da primeira república. Os artigos 156, 157 e 158 do Código Penal de 1890, por exemplo, permaneceram inalterados no Código Penal de 1932<sup>35</sup>, portanto, nos anos de 1930 assim como em 1890, o chamado “curandeirismo”, a “magia”, o “espiritismo” e a “medicina ilegal” eram considerados crimes:

*“Art. 156. Exercer a medicina em qualquer dos seus ramos, a arte dentária ou a farmácia; praticar a homeopatia, a dosimetria, o **hipnotismo ou magnetismo animal**, sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos: [grifos meus]*

*Penas - de prisão celular por um a seis meses e multa de 100\$ a 500\$000.*

*Parágrafo unico. Pelos abusos cometidos no **exercício ilegal da medicina em geral** os seus autores sofrerão, além das penas estabelecidas, as que forem impostas aos **crimes** a que derem causa. [grifos meus]*

*Art.157. Praticar o **espiritismo**, a **magia** e seus **sortilégios**, usar de **talismãs** e **cartomancias para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de molestias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar** e subjugar a credulidade publica: [grifos meus]*

*Penas - de prisão celular por um a seis meses e multa de 100\$ a 500\$000.*

*Art. 158. Ministras, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer forma preparada, substância de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o ofício do denominado **curandeiro**: [grifos meus]*

*Penas - de prisão celular por um a seis meses e multa de 100\$ a 500\$000.”*

Nota-se por esses artigos que mesmo, algumas vezes, de maneira indireta, as práticas religiosas afro-brasileiras eram consideradas como crimes, visto que tais artigos são encontrados no Código Penal brasileiro de 1932. Com as contribuições de Maggie<sup>36</sup>, podemos ir ainda mais além, pois ela assegura que em 1934 foram organizadas as Polícias de Costumes que passaram a controlar as instituições religiosas e médicas. Em 1937, dentro das Delegacias de Costumes foi criada a Seção de Tóxicos e Mistificações, ou seja, uma criação ainda mais específica para combater e controlar instituições religiosas.

Para Martha Abreu, pensando no tipo específico de música com elementos das religiões africanas nos primeiros anos da República, é importante considerar que

*“Em constante litígio com as expressões populares e negras, essas elites [intelectualizadas e dirigentes] teriam alimentado as ações repressoras das autoridades, policiais e jurídicas, e condenado o futuro do país, caso elas tivessem vida*

*longa. Desejavam enterrar o Brasil antigo e africano e buscar um ideal nacional imitativo das nações mais civilizadas". (ABREU<sup>37</sup>, 2011)*

Pensando em questões sociais e raciais, vale questionar: Como foi possível Getúlio gravar essas músicas já que juridicamente, os cultos afro-religiosos não eram totalmente aceitos? Além disso, Getúlio gravou músicas ligadas ao candomblé e aos pontos de macumba, não seria essa uma forma de Amor demonstrar sua história e em consequência, a história de seu grupo? Se sim, em consequência, poderia promover uma identidade positiva quando comparada àquela dos códigos penais, por exemplo? No caso de Getúlio Marinho, a cultura das religiões afro-brasileiras explícitas em suas canções poderia ser uma maneira de valorizar sua cultura nesse contexto social.

Sendo assim, é importante considerar a atuação de Amor não apenas dentro do contexto musical e da indústria fonográfica, mas também no contexto social do Estado brasileiro naquele momento. Diante desse último, a atuação de Amor é de suma importância para agregar valores positivos à cultura de seu povo e também de negociação com essa cultura vigente que podemos ter uma amostra pelo código penal de sua época.

De acordo com Stuart Hall<sup>38</sup>, os sujeitos sociais representantes de uma cultura negra estavam negociando com os agentes sociais que representavam uma cultura dominante e por isso, a luta precisava ocupar o espetáculo para conseguir espaço, ou seja, a espetacularização das expressões de matriz africana seria uma abertura importante, pois essa estava negociando com a cultura influente e, a partir dessas manifestações culturais é fundamental considerar a experiência vivida por trás delas. Em outras palavras, refletir como os negros pensaram nessa inserção, pois apesar do possível sucesso de Getúlio em positivar sua cultura, cada indivíduo a experimentou de uma maneira diferente.

No tocante à essa questão da negociação e aprofundando na especificidade do estudo de Getúlio Marinho da Silva, é importante lembrar que Stuart Hall destaca que não existe uma cultura negra pura, mas uma diversidade negra que tem em comum a experiência do racismo, mas com sujeitos históricos diferentes onde haverá perdas, mas que nunca serão totais, assim como a inclusão, ou seja, mesmo que a inclusão se faça por meio de uma visibilidade possibilitada pelas músicas, por exemplo, esse ganho foi alcançado por um representante da cultura negra enquanto artista e músico e, embora representasse membros de seu grupo, não os representaria por completo.

No tocante à influência da indústria fonográfica, mesmo ela interferindo no que se produzia e no que poderia ser mais vendável no vislumbre de lucro financeiro, os

compositores ou artistas negros, de maneira geral, não foram vítimas do “espetáculo-negócio” e do contexto da produção desenfreada daqueles tempos, pois artistas como Getúlio Marinho, mesmo que visassem o lucro, a questão racial não perde valor. Segundo Reginaldo Prandi:

*“(...) a presença dos orixás e de muitos elementos do candomblé e da umbanda em letras de músicas, divulgadas no rádio desde seu surgimento, tem servido, ao lado de outros meios culturais, para divulgar as religiões afro-brasileiras, tornar conhecidos seus deuses, espíritos e personagens, divulgar mitos e valores, popularizar suas práticas e seus mistérios.” (PRANDI<sup>39</sup>, 2005)*

Com as reflexões e a passagem de Prandi poderei questionar: A intenção das músicas era apenas fazer divertir? As músicas poderiam ou não ter alguma influência naquele contexto político? Será mesmo que os negros não foram explorados pelo mercado ou fizeram bom uso dele? Foi uma dominação? Foi uma negociação? Com as canções popularizando a cultura dos orixás, um grupo social (ou étnico?) estaria representado positivamente? Essa é mais uma gama de questões para se pensar e, principalmente, investigar mais detalhadamente.

Getúlio Marinho da Silva tinha fortes relações com as comunidades negras das rodas de samba, frequentador dos terreiros de candomblé das tias baianas e dos pais de santo no início do século XX, o que fazia de Amor um homem que transia consigo diversos dos valores e símbolos desses grupos. Poderia assim ser considerado uma liderança negra no contexto do “espetáculo-negócio” no Rio de Janeiro do pós-abolição?

Ora, se a população negra sofria vários tipos de preconceito, quem poderia ser o público alvo dessas canções com temas ligados à religiosidade afro? Quem consumia as músicas de Getúlio Marinho que tanto davam ênfase às religiões afro-brasileiras? Será que o público era apenas de negros ou poderia ter um público variado?

Será que somente negros consumiam suas obras? Ou também brancos? Se brancos também consumiam, que interesses tinham? Vamos considerar o chamado “gosto pelo exótico”? Ou todos, brancos e negros consumiam porque eram adeptos às religiões mencionadas nas composições?

Respostas para essas questões ainda não podem ser respondidas, mas são importantes para pensarmos na complexidade que aquela sociedade poderia encontrar, pois se o público fosse apenas de negros, podemos pensar que o negro que recebia essa mensagem poderia se sentir representado de alguma forma e, talvez, poderia se ver numa espécie de “sentimento coletivo negro”. Mas, se o público fosse diversificado, será que os setores médios poderiam receber essa mensagem como uma tímida integração do negro, mesmo que por vias informais como através da música? Ou recebia com um sentimento de exotismo? Ou, ainda, será que ele

poderia receber essa arte com desprezo e com ares debochados?

Com essas questões, além de problematizarmos a complexidade de uma sociedade vigente no contexto do pós-abolição, podemos tentar perceber que os diferentes públicos poderiam receber esse material artístico de diversas formas, fazendo com que o esforço de Getúlio Marinho em explicitar os elementos da cultura negra, pudesse receber avaliações “debochadas” pelas camadas médias e assim sua tentativa de visibilidade poderia ser mais um mecanismo de exclusão.

A história de vida e artística de Amor permite pensar que a maneira de se inserir era informal e personalista, pois como essa inserção era tida por meio de um representante, não havia um sentimento de grupo. Assim, como afirmou a historiadora Martha Abreu<sup>40</sup>, a cultura política poderia ser um elemento individual, mas também coletivo e compartilhado por grupos.

Portanto, a inserção de Getúlio não era compartilhada por todos os negros, pois diferente da maioria deles, ele era reconhecido como artista famoso e embora tivesse a cultura em comum, a maneira como experimentaram o racismo, a discriminação e o preconceito, se deu de formas variadas. É importante considerar que essa inserção por meio de um caminho informal não significa que a sociedade era menos racista, mas que o caminho de inserção informal foi uma conquista.

Além disso, é fundamental lembrar que existem diferenças mesmo dentro de grupos que compartilham de uma mesma matriz cultural. Mas, as diferenças dentro de um mesmo grupo cultural ficam sanadas mesmo que momentaneamente quando a luta para o reconhecimento social está em pauta, pois mesmo com as divergências internas, todos reclamam por reconhecimento na sociedade.

Por meio das reflexões tidas até então, vale a apropriação do conceito de “*dupla consciência*” adotado por Paul Gilroy<sup>41</sup>, pelo qual os mecanismos adotados por Getúlio Marinho ganham uma explicação clara, pois, a trajetória do elegante compositor e mestre-sala, nos dá um exemplo de como os artistas negros pensaram a sua própria inclusão na modernidade e como eles perceberam e lançaram suas estratégias, como no caso de Amor, para ser reconhecido no mundo artístico, mas para além dele, buscando reconhecimento também em busca de liberdade, cidadania, autonomia política e social.

Paul Gilroy ajuda a analisar a edificação ou a nova definição de ideias de pertencimento contida na luta e na noção de “*dupla consciência*”. Com isso, ele evidencia a produção do pensamento e da arte negra como resultados da comunicação entre modernidade e “*dupla consciência*”.

Em outras palavras, para Paul Gilroy, vale a concepção do negro estando dentro *e* fora de uma sociedade simultaneamente, sem conceber ao negro a limitação de suas alternativas como o de estar dentro *ou* estar fora ou então de escolher entre isto *ou* aquilo.

A “*dupla consciência*” permite entender a identidade e o reconhecimento do que era ser negro para Amor na tentativa de almejar qualquer reconhecimento enquanto artista e quais seriam suas estratégias de visibilidade para o homem real, para o Getúlio Marinho da Silva enquanto cidadão e integrante de uma sociedade excludente ao mesmo tempo em que se inseria através das músicas.

O “estar dentro”, no caso de Getúlio Marinho, seria a sua inserção social enquanto artista por conta de seu sucesso como músico e bailarino, mas estaria “fora” porque sua cultura, a de seu grupo e os elementos dela que ele mesmo externava em suas canções, não eram completamente aceitos.

Com isso, esse conceito ajuda a compreender também que em uma sociedade complexa como a dos anos de 1930 no Brasil, não valeria encaixar Getúlio Marinho da Silva em lugares específicos (apenas no campo da música, a exemplo), mas pensá-lo junto com o contexto histórico, político e social de seu tempo.

A noção de “*dupla consciência*” ajuda a perceber que dependendo das circunstâncias, suas “táticas” poderiam variar, possibilitando a apropriação de diversas estratégias, como as que puderam (ou poderiam) ter sido adotadas por Amor em suas canções, valendo-se assim de seu prestígio e espaço público para popularizar e positivar, talvez, sua cultura. Daí, a importância de se pensar no contexto histórico, como também no contexto social e político.

Em suma, é importante refletir igualmente sobre a perspectiva da mudança historiográfica, pois como se buscou problematizar ao longo deste trabalho, um músico negro passa a ser visto como elemento capaz de lutar e reivindicar seus interesses e, como artista negro, pensando a sua inserção que mesmo sendo individual, se fazia interessante do ponto de vista da visibilidade para membros de seu grupo.

---

<sup>1</sup> Mestranda do curso de pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense sob orientação da professora Dra. Larissa Moreira Viana. E-mail: fernandasoares@id.uff.br

<sup>2</sup> A pesquisa tem o recorte temporal mais amplo que coincide com produção artística do músico, abrangendo desde o final da primeira república até o final de sua carreira em 1960.

<sup>3</sup> GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora 34/Universidade Cândido Mendes, 2001. A teoria da “dupla consciência” foi elaborada por W. E. B. Du Bois e é um dos principais temas abordados por Paul Gilroy na referência citada.

<sup>4</sup> HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 2006.

<sup>5</sup> ABREU, Martha. “Cultura política, música popular e cultura afro-brasileira: algumas questões para a pesquisa e o ensino de História”. In: BICALHO, M. F.; GOUVEA, M., de; SOIHET, R. (Org.). *Culturas Políticas: Ensaios de História Cultural, História Política e Ensino de História*. Rio de Janeiro. Mauad/Faperj, 2005.;

ABREU, Martha. “O ‘crioulo Dudu’: participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantor (1890-1920)”. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 11, n° 20, jan-jun. 2010. e ABREU, Martha. “Histórias musicais da Primeira República”. *ArtCultura*. Uberlândia: v.13, n° 22, p.71-83, jan.-jun. 2011.

<sup>6</sup> MAGGIE, Yvonne. *Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Arquivo Nacional, Órgão do Ministério da Justiça, 1992.

<sup>7</sup> FRANCESCHI, Humberto M. *Samba de sambar do Estácio: 1928 a 1931*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2010, p. 179.

<sup>8</sup> Informações sobre a biografia de Getúlio Marinho da Silva, Amor, disponíveis em: MARCONDES, Marcos Antônio. (ED). *Enciclopédia da Música Popular Brasileira: Erudita, folclórica e popular*. Volume 2. São Paulo: Art Editora/Publifolha, 1977, p. 33; *Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira*. Disponível em: <<http://www.dicionariompb.com.br/amor>> - Acesso em: 03 de abril de 2012; *Direto da Geladeira*. Disponível em: <<http://diretodageladeira.blogspot.com.br/2011/09/getulio-marinho.html>> - Acesso em: 03 de abril de 2012.

<sup>9</sup> Figura importante do carnaval carioca, fundou vários ranchos na cidade do Rio de Janeiro e foi liderança da comunidade baiana na cidade.

<sup>10</sup> EFEGÊ, Jota. “Getúlio levou os pontos da macumba para o disco”, matéria de “O Jornal” do dia 7 de abril de 1973. In: EFEGÊ, Jota. *Figuras e coisas da música popular brasileira*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Funarte, 2007, p. 54.

<sup>11</sup> A mãe-de-santa mais conhecida entre as “tias baianas”. Em sua casa as festas eram famosas tanto pelo samba como pela celebração de seus orixás.

<sup>12</sup> Compositor, cantor e instrumentista.

<sup>13</sup> Músico, compositor e violonista.

<sup>14</sup> Encontrou-se registro de uma música anterior a 1930. *O Feitiço é um Fato* de 1929.

<sup>15</sup> EFEGÊ, Jota. “Getúlio levou os pontos da macumba para o disco”, matéria de “O Jornal” do dia 7 de abril de 1973. In: EFEGÊ, Jota. *Figuras e coisas da música popular brasileira*. Volume 2ª edição. Rio de Janeiro: Funarte, 2007, p. 54.

<sup>16</sup> Sambista e compositor. Foi um dos fundadores do Grêmio Recreativo Escola de Samba Portela.

<sup>17</sup> EFEGÊ, Jota. “O ‘Amor’ morreu com pouco choro, pouca vela e sem fita amarela”, matéria de “O Jornal” do dia 5 de abril de 1964. In: EFEGÊ, Jota. *Figuras e coisas da música popular brasileira*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Funarte, 2007, p. 100.

<sup>18</sup> MONTEIRO, Bianca Miucha Cruz. *Sinhô: A Poesia do Rei do Samba*. Dissertação de Mestrado em História Social – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

<sup>19</sup> ABREU, Martha. “O ‘crioulo Dudu’: participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantor (1890-1920)”. *Topoi*. Rio de Janeiro: v. 11, n° 20, jan-jun., 2010.

<sup>20</sup> Domínio público; parceria de Getúlio Marinho com Eloi Antero Dias; Intérpretes: Getúlio Marinho e Eloi Antero Dias; Gravadora: ODEON 10.679

<sup>21</sup> Idem.

<sup>22</sup> Domínio público; Intérpretes: Getúlio Marinho e Eloi Antero Dias; Gravadora: ODEON 10.690.

<sup>23</sup> Idem.

<sup>24</sup> Intérprete: João Quilombô; Gravadora: Parlophon 13.400-a.

<sup>25</sup> Idem.

<sup>26</sup> Significado consultado em LOPES, Nei. *Novo Dicionário Banto do Brasil*. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: Pallas, 2012, p. 180.

<sup>27</sup> Idem, p. 66.

<sup>28</sup> Idem, p. 126.

<sup>29</sup> Significado consultado em LOPES, Nei. *Novo Dicionário Banto do Brasil*. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: Pallas, 2012, p. 231.

<sup>30</sup> Idem, p. 124.

<sup>31</sup> Compositor, cantor e escritor brasileiro formado em Ciências Sociais e Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>32</sup> MAGGIE, Yvonne. *Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Arquivo Nacional, Órgão do Ministério da Justiça, 1992, p. 29.

<sup>33</sup> Bacharel em Direito, analista judiciário da Justiça Federal em Natal - RN.

<sup>34</sup> DUARTE, Maércio Falcão. “Evolução Histórica do Direito Penal”. *Revista Jus Navigandi*. Teresina: ano 4, n°. 34, 1 ago, 1999. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/932/evolucao-historica-do-direito-penal/2>> - Acesso em: 08 de abril de 2013.

<sup>35</sup> BRASIL. *Consolidação das Leis Penaes - Aprovada e adotada pelo Decreto número 22.213 de 14 de Dezembro de 1932*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, 1938, p. 46-47.

<sup>36</sup> MAGGIE, Yvone. *Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Arquivo Nacional, Órgão do Ministério da Justiça, 1992.

<sup>37</sup> ABREU, Martha. “Histórias musicais da Primeira República”. *ArtCultura*. Uberlândia: v.13, n° 22, p.71-83, jan.-jun. 2011, p. 74.

<sup>38</sup> HALL, Stuart. *Dá Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 2006.

<sup>39</sup> PRANDI, Reginaldo. *Segredos Guardados: Orixás na Alma Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 187.

<sup>40</sup> Conceito de “cultura política” do historiador francês Serge Berstein adotado pela historiadora Martha Campos Abreu em ABREU, Martha. “Cultura política, música popular e cultura afro-brasileira: algumas questões para a pesquisa e o ensino de História”. In: Soihet, R., Bicalho, M. F., Gouvêa, M.F., *Culturas Políticas: ensaios de História Cultural, História Política e Ensino de História*. Rio de Janeiro, Mauad, 2005, p. 4.

<sup>41</sup> GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo, Rio de Janeiro, Editora 34/Universidade Cândido Mendes, 2001.



## **ENTRE MÉDICOS E JURISTAS: Uma breve história da disputa pela tutela do louco-criminoso**

Fernanda Goulart Lamarão

Mestranda em Direito Penal e Especialista em Ciências Criminais e Segurança Pública pela UERJ, Bacharela em Direito pela UFRJ, [fernandagoulartlamarao@gmail.com](mailto:fernandagoulartlamarao@gmail.com), <http://lattes.cnpq.br/2623259890680697>

Orientador: Davi Tangerino / Coorientadora: Vera Malaguti Batista

### **Resumo**

O artigo possui como escopo fazer uma breve análise da influência do discurso médico no tratamento jurídico-penal conferido aos indivíduos que padecem de sofrimento psíquico na nossa margem. Para tanto, estabeleci como ponto de partida a assimilação de conceitos como degeneração e criminoso nato, bem como a patologização dos sujeitos criminalizados pelo positivismo criminológico. Abordei, finalmente, a relação entre a Medicina e o Direito cristalizada na figura do perito e a tensão entre as especialidades médicas pela tutela do louco-criminoso.

**Palavras-chave:** Doença mental. Assistência psiquiátrica. Responsabilidade penal.

### **Abstract**

This article aims to make a brief analysis of the influence of medical discourse in the criminal legal treatment of the individuals suffering from mental disorders in our country. To do so, I set as a starting point the assimilation of concepts such as degeneration and “born criminal” and the pathologizing of offenders by *positivist criminology*. Finally, i discussed the relationship between medicine and law crystallized in the figure of the medical expert and tension among medical specialties for the care of the insane-offender.

**Keywords:** Mental illness. Psychiatric assistance. Criminal liability.

## ENTRE MÉDICOS E JURISTAS

### Uma breve história da disputa pela tutela do louco-criminoso

O grande internamento dos indesejáveis destroços do exército industrial de reserva criado pela Revolução Industrial inspirou uma reflexão científica sobre a rede de prisões, manicômios, asilos e internatos, “libertando” o pensamento criminológico do discurso meramente jurídico, um momento de constituição de um saber sobre o criminoso e de constituição do criminoso como um anormal. Naquela ocasião, as ciências médicas transferiram-se para o campo do controle penal, focando no sujeito desviado a fim de encontrar uma explicação científica para a *criminalidade*.

Na abordagem de Szasz, por outro lado, a Psiquiatria Institucional nascente, com o objetivo de confirmar sua ideologia e justificar seus poderes e privilégios, combinou as noções de doença mental e *criminalidade*, unificando-as a partir de um denominador comum extremamente útil para juízes e psiquiatras: a ideia de periculosidade<sup>1</sup>. Como enfatiza o mencionado autor, sob esse prisma, os criminosos só se distinguiam dos doentes pela maneira que escolhemos para lidar com eles, afinal, o crime seria uma perturbação da comunicação e, por isso, uma forma de doença mental.

Pode-se afirmar, portanto, que enquanto a loucura, entre outros comportamentos desviantes, era patologizada por um incipiente discurso psiquiátrico e convertida em doença mental, a noção de livre arbítrio e a revolucionária ideia de igualdade, fundamentos da responsabilidade jurídica construídos pela Escola Clássica, cediam lugar ao biodeterminismo dos velhos criminalistas, que mais tarde seria substituído por um sociodeterminismo. Esse enfoque pretensamente científico do comportamento criminoso culminaria na superposição de dois modelos de intervenção social, paradigma que se perpetua até hoje, notadamente, no que tange ao indivíduo com sofrimento psíquico: o modelo jurídico-punitivo e o modelo psiquiátrico-terapêutico, duas facetas do poder punitivo.

Deparando-se com a ambiguidade inerente à instituição criada especificamente para o tratamento e contenção do louco-criminoso, o manicômio judiciário, Carrara reconstruiu o processo de configuração desse sujeito perigoso desde o monomaníaco dos alienistas franceses, passando pelos degenerados de Morel e pelos criminosos natos da tríade italiana de Lombroso, Ferri e Garófalo até os loucos morais de Maudsley, revelando a idiosincrasia presente na concepção “doente-criminoso”. Entre elucubrações de médicos e juristas, entre

outros especialistas, sobre as fronteiras entre a doença mental e o crime, portanto, surgirá o principal personagem desse trabalho, o sujeito perigoso por excelência e, por isso, disputado por diversos ramos da Medicina, bem como pelo aparato de justiça criminal: o louco-criminoso.

Se a antropologia mais tarde pensaria no crime como um atributo de certas naturezas humanas, noção ressignificada pela Medicina Legal, o crime como objeto da psiquiatria foi interpretado como sintoma de uma doença mental, uma situação excepcional, uma natureza pervertida por causas ou razões externas e inesperadas. Nesse ponto, é preciso assinalar que a percepção do crime como uma patologia se consolidou com as ideias positivistas, contudo, Carrara, citando, entre outros, Castel, observa que a aproximação entre loucura e crime teve início no âmbito das sociedades liberais, afinal, se o contrato social visava o bem comum, um ataque à sociedade e a ruptura com tal pacto poderiam ser compreendidos como um sinal de irracionalidade<sup>ii</sup>.

Não por acaso as primeiras incursões dos alienistas franceses para além dos muros dos asilos foram motivadas pelos enigmas que certos crimes representavam, sendo emblemáticos os casos de Pierre Rivière<sup>iii</sup> e, nos trópicos, de Custódio Serrão<sup>iv</sup>. Decerto, o caráter incompreensível de tais delitos, a subversão de valores tão básicos (amor materno, amor filial, por exemplo) permitiu a presença dos alienistas nos tribunais, pois provocou o questionamento acerca da própria humanidade desses sujeitos. Nesse cenário, surgiu a monomania, definição que concorreria mais tarde com a doutrina da degeneração.

A monomania apareceu como uma noção intelectualista da loucura, “uma concepção que definia a loucura basicamente através do delírio<sup>v</sup> e que tinha como tipo exemplar o maníaco”, podendo permanecer oculta por muito tempo, o que intrigava os juristas. Posteriormente, a monomania se desdobrou em algumas modalidades: a intelectual, lesão parcial da inteligência; a raciocinante ou afetiva, a loucura moral pelos ingleses, que diz respeito aos hábitos, ao caráter, às paixões; e a instintiva, na qual há uma lesão da vontade, mas o delírio não se faz presente. A partir de então, a loucura seria definitivamente vinculada ao comprometimento da consciência e, em razão disso, passou-se a observar não só o perfil do pensamento do indivíduo, mas também o seu comportamento. Há, portanto, um deslocamento do exame de ideias e representações do sujeito para a crítica de suas ações, o que aumentou o poder de intervenção dos alienistas na seara judicial. Com o saber médico engajado na distinção entre o doente e o homem são, o responsável e o irresponsável, natural a intensificação de uma disputa entre alienistas e juristas pela tutela louco-criminoso.

Em meados do século XIX, porém, a monomania se tornou objeto de críticas no

Velho Continente e começou a ceder espaço para a doutrina da degeneração, fruto de uma reflexão médica específica sobre o crime. Casos como o de Custódio Serrão combinariam tais conceitos, pois descreviam o sujeito como um louco hereditário, característica do degenerado, que sofria da mania dos perseguidos-perseguidores, uma das especificidades da monomania. Há de se reconhecer, por conseguinte, que a monomania e a degeneração possuem pontos de encontro, pois ambas pretendiam formular explicações para transgressões aparentemente irracionais, divergindo, porém, quanto ao caráter atávico atribuído às perturbações pela doutrina da degeneração, o que a tornaria sinônimo de predisposição hereditária, discurso reproduzido em certa medida em relação ao criminoso nato e pela Higiene, uma face da Medicina Social.

Em nosso país, a noção de degenerescência proposta por Morel, ou seja, que vincula variações étnicas e raciais, sentido conferido por naturalistas e “antropologistas”, a uma patologia mental transmitida hereditariamente, foi antropofagicamente pensada por Nina Rodrigues e se mostrou em consonância com as finalidades sociais exigidas naqueles tempos sediciosos, sobretudo, a manutenção da ordem tão necessária em função dos grandes períodos de anarquia, caudilhismo e guerras civis, característicos da história latino-americana do século XIX, e a conservação de um tratamento desigual aos negros e mestiços recém-libertos.

Assim, apesar de a predisposição hereditária já ser apontada por alienistas de meados do século XIX como uma das principais causas da alienação mental<sup>vi</sup>, apenas com os ensinamentos de Morel se concluiu que a hereditariedade mórbida produzia algo além de uma simples propensão, engendrando verdadeiros tipos antropológicos desviantes, cujos sistemas vitais encontravam-se constitucionalmente mal conformados e funcionalmente alterados, proposta que se filia a uma concepção organicista da loucura, pois relacionada a uma reflexão sobre o sistema nervoso, questão reinterpretada por Nina Rodrigues considerando a heterogeneidade do nosso povo.

Nada mais natural, portanto, que Nina Rodrigues defendesse a necessidade de um tratamento jurídico-penal distinto, pois a mestiçagem gerava uma propensão às doenças mentais, às afecções graves do sistema nervoso, à degenerescência física e psíquica, comprometendo os indivíduos ao ponto de praticamente nulificar sua vontade, pedra angular do pensamento penal clássico.

Sem dúvida, esse afastamento de um olhar teológico sobre a loucura e sua patologização fortaleceram a busca por uma explicação científica para o fenômeno, seja uma

lesão orgânica que justificasse a alienação mental, seja o entendimento de que distúrbios funcionais no sistema nervoso a acarretariam, como defenderam Pinel e Esquirol<sup>vii</sup>. Reforçando argumentos anatomopatológicos, a explicação de Morel substituiu a ausência de uma lesão original no sistema nervoso por uma má conformação desse sistema representada na existência dos estigmas físicos da degeneração, questão também abordada por Nina Rodrigues<sup>viii</sup>, o que daria uma base objetiva para a medicina mental e permitiria a sua incorporação pelas ciências positivas. Os sinais físicos, portanto, atestariam a existência de uma deformação mais profunda, de um defeito invisível, mas presente nas células nervosas.

Feitas tais ponderações, Morel e seus seguidores entenderam que os degenerados deveriam ser considerados alienados, independentemente do grau da sua degeneração, o que, dada a extensa classificação proposta por Morel, que partia da excentricidade e chegava na debilidade mental completa, abarcaria uma gama de comportamentos não patologizados até então, ampliando o objeto de reflexão psiquiátrica e, conseqüente, a própria noção de sujeito perigoso. Daí advém, também, a possibilidade de inclusão do “comportamento criminoso” no espaço de manifestações degenerativas, o que cooperou para a construção de uma primeira criminologia. Enfim, se na doutrina das monomanias o louco se aproxima do perigo e do crime, na degeneração, o criminoso é patologizado e medicalizado, pois passa a ser considerado detentor de uma anomalia moral, de uma disfunção orgânica, sintomas da alienação, o que determinou a incursão da medicina mental no campo do direito penal a fim de questionar suas premissas básicas.

Como advertiu Carrara, contudo, não partiram exclusivamente do saber psiquiátrico as críticas mais certeiras ao direito penal liberal. Enquanto as doutrinas da monomania e da degeneração construíram uma zona fronteira entre culpa e inocência, responsabilidade e irresponsabilidade, crime e doença mental, transformando o desvio e, mais especificamente, o delito, no prenúncio de uma moléstia mental qualquer, a antropologia criminal, disciplina surgida nas últimas décadas do século XIX e pedra angular do positivismo criminológico, além de reivindicar o status de ciência natural e positiva, sistematicamente examinou o crime fora da dicotomia sanidade/insanidade e apontou suas conseqüências para a prática penal e penitenciária, tecendo as objeções mais contundentes ao sistema jurídico-penal até então vigente.

Partindo da ideia de que a maldade de um homem estava estampada em seu corpo, fazendo parte de sua natureza, questão consagrada pela Escola Positivista do Direito Penal, os

pais da antropologia criminal, Gall, Broca, Lavanter, Della Porta, iniciaram uma abordagem objetiva da questão criminal, área de reflexão que ficou conhecida como criminologia, apegando-se a uma perspectiva preponderantemente biologizante, que, de certo modo, influencia, até hoje, os nossos códigos penais.

Conjugando o atavismo enunciado pela doutrina da degeneração com a concepção de que o comportamento criminoso decorria da variação antropológica da espécie, ou seja, articulando evolucionismo e biodeterminismo, Lombroso, principal expoente da Escola Positivista do Direito Penal e grande mentor de Nina Rodrigues, construiu a figura do criminoso nato, personificação da periculosidade, um tipo humano regressivo, cujos estigmas, comuns também no degenerado, indicariam não apenas uma anomalia orgânica, mas uma “ferocidade original” que o impedia de pensar ou agir como um “homem honesto”, de modo que o crime era fruto de uma condição desviante que lhe é característica.

Esse “outro”, que poderia ser um inimigo externo (membro das sociedades ditas não civilizadas) ou um inimigo interno (o criminoso), embora moralmente irresponsável e, portanto, inocente, teria negado quaisquer direitos, até mesmo os chamados universais, e seria objeto de intervenções de todo tipo, inclusive, a eliminação física. Logo, foi o criminoso nato, aquele por natureza incorrigível, a principal chave na demonstração positivista da falsidade dos pressupostos do direito clássico, principalmente, a liberdade de agir, e, conseqüentemente, da inocuidade das reações penais fundadas na responsabilidade individual.

Ora, considerando que o homem age em obediência aos imperativos da natureza, reformulou-se a resposta penal como uma medida essencialmente fundada na noção de defesa social. Além disso, a intervenção penal deveria ser delineada por meio de uma avaliação particular da periculosidade ou da temibilidade, termo usado por Garófalo, do sujeito, o que seria auferido por exames físicos e psicológicos promovidos por um corpo técnico. Portanto, em prol de uma ideia de segurança pública, tanto os loucos inocentes como os criminosos moral e individualmente irresponsáveis deveriam ser medicalizados e contidos, o que, longe de fomentar a impunidade, permitiu uma intervenção mais profunda e ilimitada, pois respaldada pelo perigo, frise-se, cientificamente apurado, que ambos representavam para os demais cidadãos.

Tal como a doutrina da degeneração, a recepção dessas premissas positivistas na América Latina, como Rosa del Olmo salientou, não se desenvolveu de maneira unilateral, como uma imposição de “normas universais” pelos países industriais, mas contou com a

aceitação entusiasmada dos grupos hegemônicos das zonas periféricas consoante seus interesses específicos<sup>ix</sup>. Pensando especificamente na sociedade brasileira do século XIX, percebe-se a solução de um agudo dilema: a transição do regime de tutela colonial para o regime da lei como garantia da igualdade esbarrava na necessidade de limitar a participação das massas, principalmente, das classes perigosas compostas por milhões de descendentes de africanos, os degenerados por excelência de Nina Rodrigues, na vida política do país, negando-lhe, assim, a cidadania – que se torna um assunto também de competência médica – e reafirmando a sua exclusão.<sup>x</sup> Não surpreende, portanto, que paralelamente ao declínio do regime escravista o positivismo criminológico, uma nova ciência do controle social, passasse a desempenhar papel substancial no cenário brasileiro, servindo como instrumento para a manutenção do tratamento jurídico desigual dirigido contra negros e mestiços em geral, antes “máquina de trabalho”, agora, “objetos de ciência” e, por isso, alvos de uma tutela específica.

Assim, embora não seja corriqueiramente questionado que os saberes jurídicos se apropriam e ditam soluções para os conflitos interindividuais, tampouco há de se ignorar que tais discursos não se encontram isolados das demais áreas do conhecimento. As especialidades médicas, notadamente, a Medicina Legal e a Psiquiatria, mantêm íntima relação com a judicialização dos conflitos, ora como coadjuvantes, ora perseguindo um protagonismo, principalmente, no que tange às técnicas sobre a responsabilidade penal dos sujeitos, situação na qual os peritos obtiveram papel de destaque.

Ora, Foucault, ao analisar especificamente o exame psiquiátrico, por óbvio, no Velho Continente, revelou a existência de uma aliança entre os saberes médicos e os discursos jurídicos, na qual os médicos funcionavam como juízes paralelos, detentores de um poder que reside no exercício de um saber especializado, imune, em tese, à crítica de leigos. Assim, se inicialmente, o exame “clássico” visava tão-somente apurar se o indivíduo acusado estava em estado de demência ou não no momento do ato, o que afastaria a sua responsabilidade jurídica, com o refinamento e a aproximação entre os discursos jurídicos e os saberes médicos, o exame psiquiátrico, na esteira dos discursos já delineados, passou a se debruçar sobre outras questões além do delito em si. Nesse cenário, naturalmente, olhar do perito se voltou para as possíveis causas para o desvio, a motivação, a origem, o ponto de partida, de forma que o exame passou do ato à conduta, do delito à maneira de ser, para um estado de generalidade no comportamento de um indivíduo, viabilizando não a punição do crime, mas do próprio sujeito, e tendo como meta derradeira “mostrar como o indivíduo já se parecia com seu crime antes de o ter cometido”<sup>xi</sup>.

Nesse contexto, juízes passaram a julgar e punir condutas irregulares, violadoras de regras éticas ou morais, distúrbios emocionais, enfim, comportamentos que fogem a uma expectativa social, estabelecendo verdadeiros antecedentes ao delito, o que Foucault chamou de “infraliminares da penalidade”, tornando o sujeito responsável por tudo e por nada. Além disso, o sujeito “delinquente” alvo do exame psiquiátrico se tornou objeto de uma tecnologia, de um saber de reparação, de readaptação, de reinserção, de correção, caso sensível à sanção penal, uma substituição da punição pela cura, ou posto de lado como indivíduo perigoso, caso não o fosse. Ou seja, passou-se do problema jurídico da atribuição da responsabilidade para a detecção da periculosidade do sujeito e de sua suscetibilidade à sanção. Patente, portanto, o abrandamento da demarcação dicotômica: doença e responsabilidade, causalidade patológica e liberdade do sujeito jurídico, terapêutica e punição, hospital e prisão, e, uma vez constatada a incapacidade de o indivíduo compreender a natureza da sua conduta ou de agir conforme esse entendimento, afastava-se a penalidade, surgindo, por outro lado, o dever de curar o outro e o dever de se curar: a cura como pena.

É preciso assinalar, no entanto, que nem sempre esse espaço foi capitaneado por psiquiatras, especialistas que nomearam o louco como objeto de análise, tendo sido ocupado por antropólogos, criminólogos e profissionais da Medicina Legal, ramo da medicina cuja autonomia fora especialmente defendida por Nina Rodrigues em nosso país, personagem já mencionado nessa pesquisa. Nina, cujas pesquisas antropológicas das relações sociais receberam especial atenção graças à publicação seletiva de seus trabalhos, como alerta Mariza Corrêa<sup>xiii</sup>, também se interessou pela perícia médico-legal, tema naturalmente tangenciado pelo estudo da “questão racial”, grande bandeira da época.

Discípulo de Lombroso e apaixonado pela pesquisa empírica, procedimento comum da área médica antes mesmo de ser uma metodologia das ciências sociais, Nina Rodrigues investigou como o comportamento de cada sujeito estava predeterminado pelo seu pertencimento a certas classes biológicas, o que o levou a defender o cálculo da a periculosidade real ou virtual de cada indivíduo, hierarquizando culturalmente as categorias raciais e demonstrando o equívoco da prescrição de igualdade nos diplomas legais. Em outras palavras: Nina Rodrigues, a quem se consagra a inauguração da antropologia, da Criminologia e da Medicina Legal em nosso país, atuou pela legitimação da função pericial, que depois seria disputada entre especialistas como o médico legista, a partir da fundamentação desenvolvida pelo próprio Nina, o criminólogo, figura que se confundiria com o primeiro, e, finalmente, o psiquiatra, no caso do potencial louco-criminoso.



A Medicina Legal, então, uma das primeiras disciplinas a conquistar um espaço institucional próprio, com toda a sua bagagem instrumental de aferição e classificação transformou o sujeito num objeto individualizado de um saber autoritário que visava defender a sociedade, um campo do saber situado na intersecção dos modelos médico e jurídico que produziria um terceiro tipo de conhecimento: a Criminologia, para Nina Rodrigues, um saber focado na correlação entre mestiçagem, degenerescência e *criminalidade*, o que reafirmaria, enfim, a imprescindibilidade de um tratamento pretensamente científico para a questão.

Equivoca-se, porém, quem pensa que Nina Rodrigues lutou pela institucionalização da Medicina Legal e pela profissionalização do perito médico-legal tão-somente para impedir o acesso de desqualificados. Em verdade, o médico maranhense acreditava na importância da intervenção do Estado numa sociedade na qual ainda coexistiam ex-escravos e ex-senhores, em que a República acabara de ser proclamada pelo Exército e pela Armada em nome da nação, uma nação que carecia de unidade étnica e na qual a fusão de raças diferentes inviabilizava a segura previsão de sua futura constituição definitiva. Nina se esmerou, ainda, em recortar seu trabalho distinguindo-o de outros médicos, da medicina judiciária, da medicina clínica e da Higiene. Nesse contexto, defendeu a reabsorção do serviço médico-legal pela academia e a atuação dos professores de Medicina Legal como peritos, uma das bandeiras de seu antecessor na faculdade da Bahia<sup>xiii</sup>, Virgílio Damásio, embora já estabelecesse relações informais com a polícia.

Dito isso, a Medicina Legal, que surgiu em nosso país como uma luta por um nicho profissional, incorporaria áreas cada vez mais amplas da vida social e se confundiria com a Medicina Social, com sugestões de definição e classificação pelos códigos civil e penal, o que culminaria na tentativa de absorção de mais um objeto de análise, o louco, que acabou sendo assumido por outro campo, a Psiquiatria. Evidente, portanto, a cumplicidade nascente entre os saberes médicos e os discursos jurídicos, conivência cristalizada na figura do perito médico-legal, o que também ocorreu na outra margem do Atlântico.

Assim, se, inicialmente, os saberes médicos representaram uma ameaça ao direito e à prática penal, despertando o receio dos juristas, pois afastariam a responsabilidade e pretensamente conduziram a uma impunidade, num segundo momento, eles foram incorporados pelo discurso jurídico e se puseram a serviço do controle social dos indesejáveis, no nosso caso, na virada do século XIX para o século XX, os escravos recém-libertos, os mestiços e os imigrantes, situação que, na atualidade, se estende às classes menos favorecidas

de uma forma geral. Logo, tal como nas metrópoles, formou-se um *continuum* médico-judiciário no Brasil recém-republicano, o que se perpetua, como demonstrou Carrara, o que Foucault chamaria de “jogo de dupla qualificação”<sup>xiv</sup> em substituição ao modelo de exclusão recíproca entre o discurso médico e o judiciário, fazendo surgir o que ele chamaria de “domínio da perversidade”.

A incorporação de noções médicas no campo do poder judiciário e, inversamente, noções jurídicas no campo da competência médica, permitiu e ainda permite a substituição da alternativa institucional “ou prisão, ou hospital”, “ou expiação, ou cura” por uma miscibilidade institucional, uma homogeneidade da reação social, uma reunião entre os polos expiatório e terapêutico que visa verdadeiramente responder ao perigo, não à doença, nem ao crime, uma superposição que justificou a criação de uma instituição ambígua como o manicômio judiciário, um estabelecimento que não é propriamente terapêutico e tampouco responde exatamente ao crime, porque, nesse caso, bastariam as instituições punitivas.

Enfim, na medida em que doença e crime se confundem, na medida em que delito e delinquente são patologizados, na medida em que perito e juiz trocam de papéis, o discurso do medo e a noção de perigo se fortalecem, inaugurando e justificando uma cadeia ininterrupta de instituições médico-jurídicas, cujo objetivo é exercer um controle fundado na caracterização de um indivíduo, fazendo com que o sujeito passe a ser considerado pela sociedade no nível de suas virtualidades e não pelos seus atos<sup>xv</sup>, além de torná-lo objeto de estudo de “especialistas”.

---

<sup>i</sup> SZASZ, Thomas. *A fabricação da loucura – Um estudo comparativo entre a Inquisição e o movimento da Saúde Mental*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976, p. 45.

<sup>ii</sup> CARRARA, Sergio. *Crime e Loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 69.

<sup>iii</sup> FOUCAULT, Michel. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

<sup>iv</sup> CARRARA, Sergio. *O crime de um certo Custódio e o surgimento do manicômio judiciário no Brasil*. Rio de Janeiro: Revista Dados, n. 2, vol. 34, pp. 279-301, 1991.

<sup>v</sup> PESSOTTI, Isaias. *A loucura e as épocas*. São Paulo. Ed. 34, 1994, p. 124.

<sup>vi</sup> BIRMAN, Joel. “A dimensão moral da alienação mental: as paixões e as normas.” In: *A Psiquiatria como discurso da moralidade*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

<sup>vii</sup> PESSOTTI, Isaias. *Os nomes da loucura*. São Paulo: Ed. 34, 2001, pp. 57-63.

<sup>viii</sup> NINA RODRIGUES, Raymundo. *Mestiçagem, degenerescência e crime*. Tradução de Mariza Corrêa do artigo “Métissage, dégénérescence et crime”, publicado nos Archives d’Anthropologie Criminelle, v.14, n.83,

---

1899, p. 3. Disponível em <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/Mesticagem.pdf>  
Acesso em 20 de janeiro de 2014, pp. 10, 12, 31.

<sup>ix</sup> OLMO, Rosa del. *A América Latina e sua criminologia*. Rio de Janeiro: Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2004, p. 159.

<sup>x</sup> CORRÊA, *As ilusões da liberdade: A Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998, pp. 33-34.

<sup>xi</sup> FOUCAUL, Michel. *Os anormais*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p. 18.

<sup>xii</sup> CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: A Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998, p. 136.

<sup>xiii</sup> CORRÊA, Mariza. “*Raimundo Nina Rodrigues e a “garantia da ordem social”*”. São Paulo: Revista USP, n. 68, pp.130-139, dezembro/fevereiro 2005-2006. Disponível em <http://www.usp.br/revistausp/68/11-mariza-correa.pdf>.

<sup>xiv</sup> FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p. 28.

<sup>xv</sup> FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 2003, p. 99.

## A dupla apropriação do Fundo de Marinha Mercante: as dissensões que marcaram a fase de implementação da Meta 28 (1956-1961)

Fernanda Pereira Pessoa \*

### RESUMO

Neste artigo trataremos sobre como a Meta 28, que previa a implantação da indústria pesada naval, foi de encontro à longa experiência histórica de submissão da Marinha Mercante ao capital estrangeiro, tensão esta que suscitou dissidências entre comerciantes e industriais, conforme veremos no decorrer deste trabalho. Para a sua escrita nos valem especialmente dos Relatórios Anuais da Comissão de Marinha Mercante (1957-1961), e da Revista Portos e Navios, uma publicação bimestral criada em 1958, com a premissa de ser um espaço comum de troca de ideias e informações entre todos aqueles que se dedicavam à operação e à construção de navios e portos.

**Palavras-chave:** indústria naval, marinha mercante, plano de metas.

### A execução da Meta 28

Em meados da década de 1950, o serviço de navegação de longo curso estava quase que inteiramente entregue a armadores estrangeiros. Dos mais de 60 navios do Lloyd, apenas 20 eram empregados nessa atividade, conhecidos como Lóide Nações. No ano de 1956, as despesas com a contratação de navios estrangeiros para o transporte de mercadorias do comércio exterior brasileiro atingiram a cifra de 325 milhões de dólares, enquanto com o Lloyd havia sido gastos apenas 29 milhões, conforme podemos ver na tabela abaixo<sup>1</sup>:

Armadores	Importação	Exportação
Estrangeiros	US\$ 132, 1 milhões	US\$ 193, 0 milhões
Loide Brasileiro	US\$ 19,0 milhões	US\$ 9,7 milhões

\* Mestranda do Programa de Pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

E-mail: f.pessoa@live.com

<sup>1</sup> COMISSÃO DE MARINHA MERCANTE. **Relatório**, 1957, p. 8-9, 14.

Tanto o emprego de navios estrangeiros no frete de produtos importados onerava a economia nacional, como a utilização dos mesmos na exportação inibia a incorporação de divisas à receita nacional. Reivindicava-se para o país ao menos o transporte de 1/3 do volume do comércio exterior.

Esse conjunto de fatores gerava um ônus exorbitante para o Estado, e um grande desafio se impôs a Juscelino Kubitschek: como fazer do Brasil um país desenvolvido, tendo em funcionamento esta poderosa máquina de sucção do dinheiro público? Acreditava-se, inclusive, que esta crise dos transportes marítimos poderia vir a ser, em um futuro próximo, a ruína da economia nacional, o que demandava uma intervenção rápida e eficiente por parte do Estado, contra o iminente colapso da economia nacional. A reestruturação da Marinha Mercante requeria uma ação enérgica e imediata sob o risco de comprometimento de todo o Programa de Metas<sup>2</sup>.

Para JK o problema da indústria naval transcendia a esfera econômica e se estendia a uma dimensão política, na medida em que via na consolidação da grande indústria brasileira uma saída para o subdesenvolvimento e para a preservação da soberania nacional. Esse nexos entre desenvolvimento e soberania esteve presente ao longo de todo o seu governo, e orientou não só a sua campanha eleitoral, como muitos dos discursos proferidos pelo presidente<sup>3</sup>.

É nesse contexto que foram elaboradas as metas de número 11 e 28, que viriam a contribuir não só para a eliminação de um dos pontos de estrangulamento da economia (a área de transportes) como também para a unificação do território nacional, uma vez que sendo a Marinha Mercante, no referido período, o único meio de transporte que interligava diferentes regiões do país, ela não só condicionaria diretamente o desenvolvimento econômico do Brasil, como também representaria um dos mais importantes meios de promoção da unidade nacional, como aponta o Relatório da Comissão de Marinha Mercante do ano de 1957<sup>4</sup>:

é o Brasil um país com imenso espaço geográfico [...] e em seu interior as condições de vida são relativamente difíceis [...] há no *hinterland* enormes distâncias despovoadas e sem apoio logístico, impedindo, assim, a criação de sistemas de transportes alternativos eficientes rodoviários ou ferroviários, além disso, sob o ponto de vista hidrográfico a existência de quatro sistemas fluviais importantíssimos

---

<sup>2</sup> CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO. **Reaparelhamento da Marinha Mercante**. Rio de Janeiro, página 2.

<sup>3</sup> BRASIL. **Presidente (1956-1961). Discursos do Presidente Juscelino Kubitschek**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

<sup>4</sup> MARINHA MERCANTE. Comissão Especial de Reorganização da Marinha Mercante. **Significação da Marinha Mercante para a vida nacional**, 1954, p. 10.

– o do Amazonas, o do Tocantins, o do São Francisco e o do Prata – atua como fator preponderante de penetração e de integração territorial.<sup>5</sup>

Como podemos ver, a concretização dessas metas, no âmbito do discurso político, era legitimada por uma tripla heroica incumbência: alavancar a economia nacional, romper com a extrema dependência do Brasil com relação aos armadores estrangeiros, e unificar este grande país de dimensões continentais, elementos que contribuiriam para a afirmação da sua soberania.

Mas até a década de 1950, as diferentes iniciativas governamentais que tiveram por objetivo o reaparelhamento da Marinha Mercante Brasileira esbarraram no ônus aos cofres públicos. Em 1958, a criação de um fundo que seria destinado exclusivamente ao atendimento dessa demanda ascendeu a esperança em torno da viabilidade deste projeto. Todavia, o provimento de recursos descolado de um projeto mais consistente traria um grave impacto cambial, e não solucionaria o problema da dependência estrangeira. Ou seja, a solução não estava na importação maciça de navios - panaceia do problema do transporte marítimo e fonte de novos problemas para a economia - mas no desenvolvimento da incipiente indústria naval, que fomentaria a especialização da mão de obra técnica nacional, e a criação de indústrias subsidiárias, ampliando o parque industrial brasileiro<sup>6</sup>.

Os recursos do Fundo da Marinha Mercante proviriam da Taxa de Renovação da Marinha Mercante (adicional cobrado sobre o valor do frete de 5% para cargas de saída e 15% para cargas de entrada em portos nacionais) de 32% da receita de despacho aduaneiro, e de juros e comissões resultantes de aplicações realizadas pelo próprio Fundo<sup>7</sup>. Esse esquema financeiro permitiria a aquisição das primeiras embarcações, o reaparelhamento dos estaleiros nacionais, o financiamento da construção naval no país, além da importação das matérias-primas e equipamentos que se fizessem necessários<sup>8</sup>. O desenvolvimento da indústria naval passava não só pelo incentivo às empresas nacionais e estrangeiras a investirem no setor, como também pela criação de uma linha de crédito para a renovação da frota nacional.

Os recursos arrecadados seriam depositados no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, e administrados pela Comissão da Marinha Mercante, incumbida de arquitetar projetos de estímulo à construção naval. O Fundo seria aplicado<sup>9</sup>:

---

<sup>5</sup> COMISSÃO DE MARINHA MERCANTE. **Relatório**, 1957, p. 3.

<sup>6</sup> *Idem*, 1957, p.11.

<sup>7</sup> Criados pela Lei 3.381 de 24 de abril de 1958.

<sup>8</sup> COMISSÃO DE MARINHA MERCANTE. **Relatório**, 1957, p. 15-16.

<sup>9</sup> JUNQUEIRA, Eduardo. **Estradas do Brasil para o Mundo. Sobena 50 anos: A Evolução da Indústria Naval**. Rio de Janeiro: Arte Ensaio Editora, 2012, página 31.

I) Em Investimentos:

- a) Na compra ou construção de embarcações para as empresas de navegação de propriedade da União;
- b) No reaparelhamento, recuperação ou melhoria das condições técnicas e econômicas das embarcações pertencentes às empresas referidas na alínea anterior;
- c) Na construção, no reaparelhamento ou ampliação de estaleiros, diques, carreira e oficinas de reparos pertencentes às empresas navais de propriedade da União [...]
- e) Na construção de navios e estaleiros para a própria Comissão de Marinha Mercante, quando destinados a posterior arrendamento ou venda.

II) Em financiamentos a empresas nacionais de navegação ou reparação naval, privadas ou estatais, para:

- a) Compra ou construção de embarcações;
- b) Reaparelhamento, recuperação ou melhoria das condições técnicas ou econômicas de embarcações;
- c) Construção, reaparelhamento ou ampliação de estaleiros, diques, carreiras e oficinas de reparos da Marinha Mercante;
- d) Aquisição de materiais para construção ou recuperação de embarcações da Marinha Mercante [...]<sup>10</sup>

Em 13 de junho de 1958, o Decreto Federal de nº 43.899 criou o Grupo Executivo da Indústria de Construção Naval (GEICON), incumbido da proposta, estudo, coordenação e aprovação de projetos de instalação de novos estaleiros e da ampliação dos existentes, além do estabelecimento de normas gerais a serem observadas pelos órgãos governamentais na execução das metas de construção naval. Era composto por diversos representantes do Executivo e de bancos federais, complementando as bases de apoio para a estruturação da indústria naval, e consagrando a ascendente presença do Estado nesse setor. São eles: o Ministro da Viação e Obras Públicas, presidente do grupo, o Presidente da Comissão de Marinha Mercante, o Diretor de Portos e Costas do Ministério da Marinha, o Diretor Geral do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, o Diretor Superintendente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, o Diretor da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil S.A., o Diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A., e o Diretor Executivo da Superintendência da Moeda e do Crédito.

Dois anos depois, por meio do Decreto nº 47.812, as atribuições do GEICON foram transferidas para o Conselho Coordenador da Comissão de Marinha Mercante (COCICON), que deu continuidade ao andamento dos trabalhos. Constituíam este Conselho, além das autoridades que fizeram parte do grupo executivo, o Chefe do Departamento Econômico e Consular do Ministério das Relações Exteriores, e o Presidente do Conselho de Tarifas Aduaneiras<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> COMISSÃO DE MARINHA MERCANTE. **Relatório**, 1958, p. 3-4.

<sup>11</sup> Em maio de 1961, já na gestão de Jânio Quadros, o COCICON foi substituído pelo Grupo Executivo da Indústria Naval (GEIN), por meio do Decreto nº 50.856, de 26 de junho de 1961.

Através do Fundo de Marinha Mercante foram reformados os estaleiros Mauá, Caneco, Só e Emaq, e atraídos dois grupos estrangeiros: a japonesa *Ishikawajima Heavy Industries*, cuja subsidiária Ishkawajima do Brasil Estaleiros S/A foi instalada no Caju, e a holandesa *Verolme United Shipyards*, cuja subsidiária Verolme Estaleiros Reunidos do Brasil S/A, foi inaugurada em Angra dos Reis.<sup>12</sup> Parte das encomendas da Petrobras, Vale do Rio Doce, CSN e Lloyd Brasileiro foram direcionadas para estes estaleiros, com o fim de consolidar o elo entre a construção naval e a Marinha Mercante.

A reorganização da Comissão de Marinha Mercante, concomitantemente à ampliação da expressividade do Fundo (que passou de Cr\$ 2 bilhões em 1958, para Cr\$ 4 bilhões em 1959), à implantação de novos estaleiros, e à realização das primeiras encomendas junto aos mesmos, fez do ano de 1959 um marco da maturação desse projeto governamental<sup>13</sup>.

No ano seguinte foram feitas as seguintes encomendadas junto aos estaleiros acima citados<sup>14</sup>:

Data da assinatura do contrato	Estaleiro	Nº de navios	Toneladas
25/08/1960	Companhia Comércio e Navegação	4	1.500
31/10/1960		2	6.175
15/03/1960	Ishikawajima do Brasil Estaleiros S/A	3	5.600
31/10/1960		2	5.600
16/03/1960	Verolme Estaleiros Reunidos do Brasil S/A	2	10.500
08/08/1960	EMAQ Engenharia e Máquinas S/A	2	2.200/3.000
16/09/1960	Indústrias Reunidas Caneco S/A	1	2.200
16/09/1960	Estaleiro So S/A	1	2.200
-	Total	13	70.150

Em 7 de novembro de 1960 se deu o lançamento do primeiro navio brasileiro, construído pelo Estaleiro Lahmeyer, da Companhia Comércio e Navegação<sup>15</sup>.

<sup>12</sup> JUNQUEIRA, Eduardo. Os Grandes Estaleiros. In: **Estradas do Brasil para o Mundo. Sobena 50 anos: A Evolução da Indústria Naval**. Rio de Janeiro: Arte Ensaio Editora, 2012, página 35.

<sup>13</sup> COMISSÃO DE MARINHA MERCANTE. **Relatório**, 1959, p. 1-2.

<sup>14</sup> COMISSÃO DE MARINHA MERCANTE. **Relatório**, 1960, p. 197.

<sup>15</sup> O ESTALEIRO Lahmeyer da Cia Comércio e Navegação lança ao mar o primeiro navio brasileiro. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1960 1º Caderno, página 13.



De acordo com o Relatório da Comissão de Marinha Mercante, Juscelino Kubitschek despedia-se da presidência em 1961 deixando os seguintes encaminhamentos, referentes às encomendas realizadas em 1960, junto a estaleiros nacionais<sup>16</sup>:

Das 4 encomendas que a Companhia Comércio e Navegação recebeu, de 1500 toneladas cada, foram entregues o Ponta d' Areia e o Praia Grande, cujo lançamento do primeiro se deu em 06/06/1961 e do segundo em 13/10/1961, e estavam em fase avançada de montagem de máquinas e equipamentos o Ponta Negra e o Ponta da Armação, lançados em 16/08/1961 e 28/11/1961, respectivamente. As outras 2 unidades encomendadas, de 6.175/6.300 tdw, encontravam-se na fase de montagem. Em novembro do mesmo ano o estaleiro foi contemplado com a encomenda de 2 novas unidades (5.340/5.600), dentro do programa de continuidade operacional.

A Ishikawajima do Brasil Estaleiros S/A que havia recebido a encomenda de 5 navios de 5.600 tdw entregou, em 22/12/1961, o primeiro da série Volta Redonda. O Cidade de Manaus e Cidade de Belém foram lançados em 13/09/1961 e 11/12/1961, respectivamente, e as outras duas unidades, Marília e Londrina, se encontravam em montagem dos cascos e estruturas.

A Verolme Estaleiros Reunidos do Brasil S.A. que foi incumbida da construção de 2 navios de 10.500 tdw, lançou a primeira unidade, o Henrique Lage, em 27/10/1961, estando em fase de montagem de máquinas e equipamentos. A segunda unidade, o Pereira Carneiro, teve a quilha batida em 28/07/1961, e ao término do ano achava-se em fase adiantada de montagem do casco e estruturas. No mesmo ano o estaleiro recebeu a encomenda de novo navio de 12.000 tdw.

O EMAQ Engenharia de Máquinas S.A. que havia sido encarregado da construção de 2 navios (2.200/3.000 tdw) realizou o batimento de quilha dos mesmos em 14/12/1961. Encomendas idênticas foram feitas às Indústrias Reunidas Caneco S. A., cujo batimento da quilha foi realizado em 19/12/1961.

A indústria de construção naval, cujos projetos no ano de 1960 já apresentavam uma capacidade de 158 mil *deadweight*/ano, era uma realidade. A meta de nº 28 havia sido alcançada com êxito<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> COMISSÃO DE MARINHA MERCANTE. **Relatório**, 1961, p. 1-2.

<sup>17</sup> DE FARO, Clóvis. DA SILVA, Salomão L. Quadros. A década de 1950 e o Programa de Metas. In: GOMES, Angela de Castro (org). **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: FGV, 2002, página 88.

Mas apesar da aparente coesão do processo, os dois anos que separaram a criação do Fundo de Marinha Mercante (1958) da execução da meta, foram marcados por uma série de tensões, conforme veremos a seguir.

### A dupla apropriação do Fundo de Marinha Mercante

Vimos na primeira parte desse trabalho que a partir do advento da Segunda Revolução Industrial, a renovação da frota nacional se deu através da aquisição de embarcações de segunda mão.

Após a publicação da Lei nº 1.112, de 25 de maio de 1950, que concedia a isenção de direitos sobre a compra de navios com menos de cinco anos de construção, houve o aumento considerável da procura por novas unidades no exterior por armadores brasileiros. Somente no ano de 1957, a Comissão recebeu o requerimento de importação de 104 novas unidades dentre navios, rebocadores, barcaças, lanchas, pesqueiros e chatas<sup>18</sup>.

Atendendo a uma pequena parcela dessas requisições, no mesmo ano entraram em tráfego 14 navios importados, conforme mostra a tabela abaixo<sup>19</sup> e foram encomendados 7 petroleiros junto à Holanda e o Japão<sup>20</sup>:

Navio	Empresa	Ton.	Construído
Rio Maracanã	Cia de Navegação Costeira	5.400	USA
Rio Paquequer	Cia de Navegação Costeira	5.400	USA
Rio Jaguaribe	Cia de Navegação Costeira	5.400	USA
Rio Miranda	Cia de Navegação Costeira	5.400	USA
Rio Tubarão	Cia de Navegação Costeira	5.400	USA
Rio Moçoró	Cia de Navegação Costeira	5.400	USA
Rio Capibaribe	Cia de Navegação Costeira	5.400	USA
Rio Iguaçu	Cia de Navegação Costeira	5.400	USA
São Vicente	L. Figueiredo Navegação S/A	2.850	USA
Orleães	Navegação Catarinense Ltda.	2.255	Suécia
Navinsul	Ind. Com. Nav. Soc. Vinícola Riograndense	788	França

<sup>18</sup> COMISSÃO DE MARINHA MERCANTE. **Relatório**, 1957, p. 25.

<sup>19</sup> *Idem*, 1957, p. 41.

<sup>20</sup> *Idem*, 1957, p. 24.

Navio	Empresa	Ton.	Construído
Ceres	Navegação Savônia S/A	1.400	Noruega
Maria Ramos	Navegação Antônio Ramos S/A	1.200	Suécia
Lestemar	Navegação Transmar Ltda.	990	Suécia
	Total	52.683	

Em 1958 entraram em tráfego 20 novas embarcações (22.456 tdw), cujos países de aquisição foram: Brasil (6), Dinamarca (4), Holanda (1), Noruega (2), Polônia (1), Suécia (5), e Polônia (1), e foram requeridas 80 novas embarcações. Em resposta à uma pequena parte das novas demandas foram autorizadas a aquisição de 4 navios na Finlândia (6.100 tdw) e 14 na Polônia (74.000 tdw), perfazendo um total de 100 mil toneladas, com entrega prevista para o início de 1961<sup>21</sup>.

Foi nesse contexto que o recém-criado Fundo de Marinha Mercante sofreu dois tipos de apropriação: uma direcionada para o desenvolvimento da indústria local, e outra voltada para a importação de navios.

Essas duas correntes estão presentes na *Revista Portos e Navios*, que apesar de ser intitulada como de caráter puramente técnico e informativo, através das colunas *Construção Naval no Brasil*, e *Orientando a Indústria*, trouxe à tona os diferentes interesses que perpassavam a consolidação da indústria de construção naval no Brasil.

A priori, as metas 11 e 28 estavam diretamente relacionadas: a primeira voltava-se para o desenvolvimento da Marinha Mercante, e previa o acréscimo de 300 mil toneladas à frota de cabotagem e longo curso, e de 330 mil toneladas à frota de petroleiros. Já a segunda previa a implantação da moderna indústria de construção naval e a ampliação da capacidade de produção anual dos estaleiros de 5.000 toneladas para 160.000 toneladas anuais, até 1962<sup>22</sup>.

Ou seja, aos principais beneficiados pela execução da primeira meta, os armadores, interessava a aquisição de novas embarcações com preços razoáveis, e aos industriais, o atendimento dessas demandas. Todavia, apesar desses interesses serem aparentemente convergentes, ambos os grupos eram separados por suas respectivas agendas de trabalho: os armadores tinham urgência na aquisição de novas embarcações, enquanto a indústria nacional precisava de tempo para se reestruturar. A partir da compreensão dessa tensão, é possível

<sup>21</sup> COMISSÃO DE MARINHA MERCANTE. *Relatório*, 1958, p. 4, 9, 11-13.

<sup>22</sup> DE FARO, Clóvis; DA SILVA, Salomão L. Quadros. A década de 1950 e o Programa de Metas. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV, 2ª edição, 2002, p. 83-87.

elucidar o posicionamento aparentemente contraditório da Comissão de Marinha Mercante, que ao mesmo tempo em que fomentava a criação e o reaparelhamento de estaleiros em território nacional, dava continuidade à importação de novas embarcações junto a estaleiros no exterior, não isenta, é claro, de críticas.

As propagandas 1 e 2, que circularam na revista recém-criada, denunciam a parceria da Petrobrás com o estaleiro dinamarquês Burmeister & Wain:



1)



2)

Legenda:

1. “Pelos sete mares tremula o pavilhão nacional levado pela FRONAPE. Homenagem dos Estaleiros Burmeister & Wain Dinamarca”.
2. “Com encomenda feita pela FRONAPE de 6 navios tanques de 10.000 tdw à Burmeister & Wain Maskin-og Skibsbyggeri, Copenhague, esta frota será dotada do que há de mais moderno em petroleiros. Burmeister & Wain sente-se orgulhosa de contribuir, por meio de sua avançada técnica, para a emancipação econômica do Brasil. Burmeister & Wain Copenhague Dinamarca”.

Fonte:

- 1) PORTOS E NAVIOS, Setembro-Outubro de 1959.
- 2) PORTOS E NAVIOS, Novembro-Dezembro de 1958 e 1959.

A partir de 1959, os estaleiros nacionais, minimamente reestruturados, passaram a reivindicar essas encomendas, tidas como cruciais para a sobrevivência da indústria emergente, e é nesse contexto que a *Portos e Navios*, se converteu em veículo de divulgação dessas reivindicações. De acordo com a sua 23ª edição de julho de 1961, os fundamentos da indústria naval brasileira

[...] são seguros, mas ela não pode prescindir do apoio e da proteção do Estado, seu criador. Seria um desastre de enormes proporções se, por idênticos motivos, o fracasso da iniciativa de Mauá se repetisse.

E tudo o que a indústria de construção naval precisa é apenas que lhe sejam asseguradas encomendas, dentre as destinadas à renovação e ampliação de nossa frota mercante<sup>23</sup>.

Em resposta a esta reivindicação foi publicada na edição de agosto de 1961, a resolução da reunião celebrada no dia 26 de julho do mesmo ano pelo Grupo Executivo da Indústria Naval, na qual o GEIN<sup>24</sup> recomendou aos órgãos governamentais que sejam negados incentivos à importação de embarcações de qualquer natureza, tais como colaboração financeira por entidades oficiais de crédito e concessões especiais de câmbio para pagamento de encomendas no exterior<sup>25</sup>.

Paralelamente às dissensões entre industriais e armadores, se dava também o embate entre industriais do setor de construção naval e de setores sucursais. As indústrias subsidiárias se impostaram contra a importação de peças e equipamentos pelos estaleiros e pela própria Comissão de Marinha Mercante. Em repúdio a esta prática, em abril de 1961,

O Sindicato da Indústria da Construção e Montagem de Veículos do Estado de São Paulo, por seu presidente Sr. Vitório Ferraz, enviou ao chefe da nação, Sr. Jânio Quadros, telegrama vazado nos seguintes termos:

Tomamos conhecimento de que estaleiros navais estão procurando importar material e equipamentos para navios iguais aos fabricados no Brasil. A indústria brasileira tem procurado atender às necessidades do programa de construção de navios com grandes sacrifícios.

Não achamos justo a concorrência estrangeira a câmbio especial e com favores alfandegários, desestimulando e desencorajando a indústria nacional estabelecida com encargos de pessoal e representando considerável economia de divisas. Solicitamos de V. Exa. providências junto à Comissão de Marinha Mercante para que sejam sustadas as importações desnecessárias.

Telegrama com igual sentido e na mesma ocasião foi encaminhado ao Comandante Alberto Pimentel, presidente da Comissão de Marinha Mercante<sup>26</sup>.

A construção de navios requeria grande quantidade de equipamentos e partes complementares, cuja fabricação não era feita nos estaleiros. O parque industrial brasileiro estimulado pela crescente demanda, se expandiu através da abertura de indústrias subsidiárias

---

<sup>23</sup> **Portos e Navios:** Revista Técnica e Informativa. Momento decisivo para a nossa indústria naval. Julho de 1961, Volume IV, nº 23, p. 13.

<sup>24</sup> Antigo GEICON.

<sup>25</sup> **Portos e Navios:** Revista Técnica e Informativa. Negados incentivos à importação de navios. Agosto de 1961, Volume IV, nº 24, p. 8-9.

<sup>26</sup> **Portos e Navios:** Revista Técnica e Informativa. Desnecessário importar equipamentos para navios. Abril de 1961, Volume IV, nº 20, p. 3.

nos Estados da Guanabara, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde eram produzidos guinchos com acionamento elétrico, tampos de escotilhas de aço, motores elétricos, bombas especiais, dentre muitos outros produtos<sup>27</sup>. Se os estaleiros não priorizassem a produção nacional, essas indústrias não sobreviveriam.

Em contrapartida, representantes de grandes estaleiros argumentavam que a importação era realizada depois de esgotados os últimos recursos. Segundo eles, as menores fábricas tinham se fechado na produção para a indústria automobilística, e ignorado o leque de possibilidades que se abre com a ascensão da indústria naval, e por isso as indústrias médias e pequenas, quando não desconheciam por completo, resistiam à adoção de normas e procedimentos técnicos impostos pelas sociedades classificadoras, que atuam em nome do governo brasileiro na fiscalização da aplicação de normas relativas à segurança da navegação, da vida humana e da preservação do meio ambiente, ratificadas pelo Brasil no plano nacional e internacional<sup>28</sup>. A incompatibilidade com estas normas poderia implicar o embargo da embarcação. Segundo o engenheiro Aloísio P. Guimarães, assistente do departamento de compras da Ishikawajima do Brasil S./A.,

O que se verifica na prática é que por ocasião das concorrências, entram as firmas com o intuito de ganharem a encomenda, sem um exame profundo e detalhado do que irão ou deverão fabricar.

Após a vitória na concorrência é que se iniciam os problemas. Dificuldades de aprovação dos desenhos, dificuldades de adaptação da maquinaria existente, falta de matéria-prima, em tempo, dependência de subfornecedores, dificuldades nos testes, etc., tudo isto contribuindo para o encarecimento do custo da produção e atraso na entrega<sup>29</sup>.

Segundo Lauro Monteiro de Barros, da Ishikawajima do Brasil Estaleiros S. A., era necessário que as indústrias subsidiárias tomassem conhecimento de que as sociedades classificadoras estabelecem as regras para a construção de navios, de sua maquinaria e de outros equipamentos. Essas sociedades, tais como a *Lloy's Register of Shipping*, a *American Bureau*, e a *Bureau Veritas*, levavam a efeito inspeções dos navios não só durante sua

---

<sup>27</sup> **Portos e Navios**: Revista Técnica e Informativa. Momento decisivo para a nossa indústria naval. Julho de 1961, Volume IV, nº 23, p.13.

<sup>28</sup> **Portos e Navios**: Revista Técnica e Informativa. Como vem a indústria nacional suprindo a nossa construção naval? Julho de 1961, Volume IV, nº 23, p. 30.

<sup>29</sup> **Portos e Navios**: Revista Técnica e Informativa. Como vem a indústria nacional suprindo a nossa construção naval? Julho de 1961, Volume IV, nº 23, p. 30.

construção, mas também durante toda a sua vida útil, a fim de verificar se eles se achavam em condições de navegabilidade e segurança<sup>30</sup>.

A supervisão dessas sociedades está presente desde a produção da matéria-prima (chapas e perfilados de aço, peças de aço fundido ou forjado) que deve ser por elas aprovada, até nos menores detalhes relativos à estrutura do navio. Após o acabamento, cada navio é submetido a provas de funcionamento de toda sua instalação sob a condição de carga máxima, e em alguns casos de sobrecarga de seus equipamentos, no porto, atracado, e no mar. Essas provas são assistidas pelos fiscais das citadas sociedades, que emitem os competentes certificados autorizando o registro, seguro, e operação comercial do navio<sup>31</sup>.

Toda essa fiscalização torna-se necessária, pois é inconcebível a aplicação de princípios genéricos que orientam a indústria em geral, à indústria de construção naval, dada a natureza singular de seu produto final. O navio balança de um a outro bordo, arfa, sobe e desce, e todo esse complexo movimento somado a vibrações oriundas do sistema de propulsão e a altas temperaturas, afetam o funcionamento e a fixação dos equipamentos a bordo. Sob mau tempo, esses movimentos tornam-se ainda mais acentuados, implicando choques violentos em toda a sua estrutura, que deve ser capaz de bastar-se durante longos intervalos de tempo, durante travessias por vezes demasiadamente distantes<sup>32</sup>.

Ou seja, grande parte do êxito da construção naval repousava sob a responsabilidade das indústrias subsidiárias, porém, segundo os representantes dos grandes estaleiros se fazia necessário que elas se conscientizassem disso, e se conformassem às citadas exigências e regras. Seus produtos tinham importância tão vital que sua falha pode significar, no mínimo, prejuízos decorrentes de operações de salvatagem, quando não desastre total: a perda do navio, com sua carga, tripulação e passageiros<sup>33</sup>.

Em resumo, a produção das indústrias subsidiárias deveria ser orientada pelos seguintes preceitos:

- a) características de mínimo peso e espaço ocupado pelo aparelho;
- b) temperaturas ambientes;
- c) esforços dinâmicos consequentes dos balanços do navio;
- d) funcionamento ininterrupto nas diversas condições de inclinação do navio;

---

<sup>30</sup> BARROS, Lauro Monteiro de. **Portos e Navios**: Revista Técnica e Informativa. Fabricação no Brasil de equipamentos complementares para a indústria de construção naval. Setembro de 1961, Volume IV, nº 25, p. 22-23.

<sup>31</sup> *Idem*, Setembro de 1961, Volume IV, nº 25, p. 22-23.

<sup>32</sup> *Idem*, Setembro de 1961, Volume IV, nº 25, p. 22-23

<sup>33</sup> BARROS, Lauro Monteiro de. **Portos e Navios**: Revista Técnica e Informativa. Fabricação no Brasil de equipamentos complementares para a indústria de construção naval. Setembro de 1961, Volume IV, nº 25, p. 22-23.

- e) vibrações;
  - f) atmosfera e meio ambiente propiciatórios da corrosão acentuada;
  - g) segurança e funcionamento contínuo durante longos períodos de tempo (traduzidos em vários dias de funcionamento);
  - h) baixo custo de manutenção [...]
- No que respeita ao equipamento elétrico, em particular, deve-se acrescentar:
- i) características especiais de isolamento;
  - j) maior segurança contra incêndio;
  - k) maior espaçamento entre condutores e entre cada condutor e a massa do navio<sup>34</sup>;

Em resposta ao debate em questão o GEIN pediu que os órgãos interessados estudassem a possibilidade de adoção das medidas que permitissem a importação pelos estaleiros nacionais, através de financiamento estrangeiro, de partes complementares da produção naval brasileira quando não disponíveis no mercado interno, e em contrapartida reforçou as diretrizes básicas para o desenvolvimento da indústria de construção e reparos navais e de indústrias complementares, segundo as quais não seriam concedidos novos favores à compra ou encomenda de embarcações no exterior, salvo em casos estritamente excepcionais<sup>35</sup>.

Com a consolidação e o aperfeiçoamento da indústria de construção naval pesada, as requisições de importação foram decrescendo. Em 1961, não houve encomenda de navios no exterior. No ano seguinte foi alcançado um elevado índice de nacionalização, além de encerrarem-se as importações de navios novos e de segunda mão. Para os próximos anos, todas as encomendas deveriam ser atendidas pela indústria doméstica<sup>36</sup>.

Ao longo deste artigo vimos como que a partir da incorporação do aço e da mecânica pesada pela construção naval, os estaleiros brasileiros se detiveram à construção de pequenas embarcações e apenas ao reparo e à manutenção de embarcações maiores, e como que a precariedade desses estaleiros levou a frota nacional a um estado alarmante de sucateamento, materializado no exemplo da trajetória deficitária do Lloyd, grande ícone da história da navegação. Vimos também como tanto a reestruturação da Marinha Mercante como da construção naval foram viabilizadas pela expansão do parque industrial e pela maturação das redes de financiamento, e por fim analisamos como a Meta 28 impactou os pilares de uma tradição centenária de submissão da Marinha Mercante ao capital estrangeiro.

---

<sup>34</sup> *Idem*, Setembro de 1961, Volume IV, nº 25, p. 22-23.

<sup>35</sup> **Portos e Navios**: Revista Técnica e Informativa. Negados incentivos à importação de navios. Agosto de 1961, Volume IV, nº 24, p. 8-9.

<sup>36</sup> GOULARTI FILHO, Alcides. A trajetória da Marinha Mercante Brasileira: Administração, Regime jurídico e planejamento. **PESQUISA & DEBATE**, SP, volume 21, número 2 (38), 2010, p. 257.  
COMISSÃO DE MARINHA MERCANTE. **Relatório**, 1961, p. 136.



## Fontes primárias

### Biblioteca Nacional (Seção de Periódicos)

- **Relatório Anual da Comissão de Marinha Mercante**
  - Período: 1957/01 a 1957/12 / Localização: 6, 269, 01, 04 / Coleção: 1957;
  - Período: 1958/01 a 1958/12 / Localização: 6, 269, 01, 05 / Coleção: 1958;
  - Período: 1959/01 a 1959/12 / Localização: 6, 269, 01, 06 / Coleção: 1959;
  - Período: 1960/01 a 1960/12 / Localização: 6, 269, 01, 07 / Coleção: 1960;
  - Período: 1961/01 a 1963/12 / Localização: 6, 269, 01, 08 / Coleção: 1961-1963.
  
- **Revista Portos e Navios**
  - Período 1958/03 a 1959/12 / Localização: 4, 101, 01, 01, / Coleção: 1 (1-6); 2 (7-11);
  - Período 1960/01 a 1960/12 / Localização: 4, 101, 01, 02 / Coleção: 2 (12); 3 (13-17);
  - Período 1961/01 a 1961/12 / Localização: 4, 101, 01, 03 / Coleção: 3 (18); 4 (19-28);
  
- **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1960 1º Caderno, página 13.

### Biblioteca do Ministério da Fazenda

- CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO. **Reaparelhamento da Marinha Mercante.**
  - Gaveta 12/ Código: 330. 981.C755 2

### Arquivo Histórico da Marinha

MARINHA MERCANTE. Comissão Especial de Reorganização da Marinha Mercante.  
**Significação da Marinha Mercante para a vida nacional**, 1954.

## Bibliografia

### 1.1. Livros e/ou capítulos de livros:

BRASIL. **Presidente (1956-1961). Discursos do Presidente Juscelino Kubitschek.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

GOMES, Angela de Castro (org). **O Brasil de JK.** Rio de Janeiro: FGV, 2002.

JUNQUEIRA, Eduardo. **Estradas do Brasil para o Mundo. Sobena 50 anos: A Evolução da Indústria Naval.** Rio de Janeiro: Arte Ensaio Editora, 2012.

LAFER, Celso. **JK e o programa de metas (1956-1961):** processo de planejamento e sistema político no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica.** São Paulo: Brasiliense, 4ª edição, 1983.

RIBEIRO, Clóvis. **O problema dos transportes marítimos no Brasil.** Conselho Federal de Comércio Exterior, 1934.

TAVARES, Maria da Conceição *et alii*. O Plano de Metas e o papel do BNDE. In: O papel do BNDE na Industrialização do Brasil: Os anos dourados do desenvolvimentismo, 1952-1980. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o desenvolvimento, **Cadernos Memórias do Desenvolvimento**, setembro de 2010, vol. 4, n° 4.

## 1.2. Artigos acadêmicos:

BNDES. **O BNDES e o Plano de Metas.** Disponível em: <  
[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/plametas.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/plametas.pdf)> Acesso em: 20 de julho de 2014.

BRUM, Argemiro J. O Desenvolvimentismo Jucelinista: “Cinquenta Anos em Cinco”. In: **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro.** 18ª edição, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CAPUTO, Ana Cláudia; MELO, Hildete Pereira de. **A industrialização brasileira nos anos de 1950: Uma análise da Instrução 113 da SUMOC.**

Disponível em: <  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-41612009000300003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612009000300003)> Acesso em: 20 de julho de 2014.

CENTRO INTERNACIONAL CELSO FURTADO DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO. O Plano de Metas e o papel do BNDE. In: **Memórias do Desenvolvimento**. Ano 1, nº1, Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2007, p.45-89.

GOULARTI FILHO, Alcides. A trajetória da Marinha Mercante Brasileira: Administração, Regime jurídico e planejamento. **PESQUISA & DEBATE**, SP, volume 21, número 2 (38) pp. 247-278, 2010.

GOULARTI FILHO, Alcides. Companhia de Navegação Lloyd: uma trajetória de déficit financeiro e desenvolvimento econômico. **História Econômica & História de Empresas**. Vol. 12, nº 2, 2009, p.5-36.

GOULARTI FILHO, Alcides. Empresas estatais e a consolidação da indústria da construção naval brasileira. **Historia de la Industria, los Servicios y las Empresas en América Latina**, v. 12, p. 38-74, 2013.

GOULARTI FILHO, Alcides. História Econômica da Construção Naval no Brasil: Formação de Aglomerado e Performance Inovativa. **Revista Economia**, Maio/Agosto de 2011.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Presença e ausência do Estado na trajetória da construção naval brasileira.** Disponível em: <  
<http://www.iseg.utl.pt/aphes30/docs/progdocs/ALCIDES%20GOULARDI%20FILHO%20Industria.pdf>> Acesso em: 20 de julho de 2014.

KORNIS, Mônica. **Grupos Executivos.** Disponível em: <  
<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>> Acesso em: 20 de julho de 2014.

## **O que ditadura tem a ver com democracia? Desenvolvimento e Segurança Nacional - as artes de governar no Brasil do início da década de 1970.**

Filipe Menezes Soares

Mestrando no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco

Orientadora: Prof. Dra. Regina Beatriz Guimarães Neto

Contato: menezes.fs@gmail.com

### **Resumo:**

Considero que “o debate contemporâneo sobre o passado ultrapassou a capacidade do historiador de dirigi-lo”. Nesse sentido, me utilizo de representações contemporâneas do governo Médici para compará-lo com o Estado democrático de direito, suas políticas públicas e compromissos no Brasil da atualidade. Para realizar essa reflexão retomei alguns objetivos primordiais do terceiro governo da ditadura, são eles: Desenvolvimento e Segurança Nacional. A tentativa consiste em recuperar as práticas do regime e relacioná-las com o tempo presente.

**Palavras-Chave:** ditadura; democracia; desenvolvimento & segurança nacional.

### **Abstract:**

I consider that "the contemporary debate about the past exceeded the ability of the historian to direct it." In this sense I use some contemporary representations of the Medici government to compare it with the democratic rule of law Estate, its public policies and commitments in Brazil today. To perform this reflection I took up some primary objectives of the third government of dictatorship, they are: Development and National Security. The attempt is to recover the practices of the regime and to relate them to the present time.

**Key-words:** dictatorship, democracy, development & national security.

### ***Desenvolvimento e Segurança Nacional***

Tanto a historiografia como a memória contribuíram para a criação de determinadas imagens do governo Médici. Hoje, esse governo é hegemonicamente conhecido como os “anos de chumbo” da ditadura. Outra denominação que por muito tempo marcou a imagem do período foi a de identificá-lo como “os anos de ouro” do governo civil-militar.

Apesar da historiografia ter contribuído para a construção dos termos (“anos de ouro” e “anos de chumbo”) e para sua posterior cristalização no senso comum, não se pode negligenciar o movimento da memória quando o assunto é o governo do general Garrastazu Médici. Foi ao longo da própria história do país, com o advento da redemocratização, que a concepção dos “anos de ouro” da ditadura foi perdendo espaço para a definição do período como “anos de chumbo” (CORDEIRO, 2014)<sup>i</sup>. Esse movimento não foi casual, mas está

conectado a determinadas experiências históricas e aos usos políticos do passado da ditadura.

Aqui, questiono essas denominações para entender como imagens tão distintas, quase antagônicas, podem compor a visão de um mesmo período histórico. Por um lado os “anos de ouro”, crença no desenvolvimento, no milagre brasileiro e na modernização econômica do país. Do outro, os “anos de chumbo”, que nos remete a uma sociedade marcada por conflitos, torturas, repressão e censuras a liberdade de expressão. A possível contradição que carregam denominações tão distintas pode ser melhor problematizada através de uma investigação das técnicas de governo e dos objetivos políticos que marcaram o terceiro governo da ditadura. Através de alguns discursos oficiais e de determinadas práticas do governo Médici pretendo apontar alguns mecanismos que permitem aproximar naturezas tão antagônicas como o ouro e o chumbo.

Os “anos de ouro” estão ligados a euforia desenvolvimentista que marcou a primeira metade da década de 1970. Nesses anos, convencionou-se afirmar que o país atravessa o período do “milagre brasileiro” – momento em que os índices de desenvolvimento econômico cresciam de modo acelerado. Manipulando dados da economia e fazendo do país um canteiro de obras, o governo confirmava o sucesso de suas políticas econômicas e demonstrava colocar o Brasil no rumo do progresso. Junto às políticas de desenvolvimento, o governo Médici radicalizava na repressão. Críticas e resistências a seu governo não eram toleradas. Uma rede de vigilância funcionava na perseguição e repressão de qualquer iniciativa contrária ao projeto da ditadura. O governo Médici esmagava a subversão por entendê-la como um entrave ao desenvolvimento. Na concepção oficial, para desenvolver o país era necessário estabelecer um clima de segurança nacional – acabar com toda e qualquer possibilidade de revolta, por em prática um controle preciso da população a ser governada.

No livro *Metas e Bases para Ação de Governo (1970)*<sup>ii</sup> é possível termos contato com alguns discursos que expõe o planejamento do terceiro governo da ditadura. Retomo esse trecho, dentre outras questões, por conta da maneira com que o objetivo de desenvolvimento aparece articulado ao de segurança nacional:

“Consolidando as conquistas básica do I e II Governos da Revolução, ao III Governo caberá dar importante passo com o objetivo de eliminar o desnível entre o patrimônio físico e a dimensão econômica do País; e por essa forma, durante o seu período, **impulsionar o Brasil para a plenitude do desenvolvimento acelerado** e auto-sustentável, conduzindo-o, ao mesmo tempo, efetivamente, à relativa estabilidade de preços **em clima de segurança e de estabilidade social e política**. Na última área, realizar-se-á esforço realista de progressiva evolução no sentido de

construir uma sociedade politicamente aberta, que concilie a necessidade de aceleração do desenvolvimento com a manutenção das liberdades e com o maior grau possível de participação da iniciativa privada e da descentralização da atividade econômica (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1970, p. 6, grifo nosso)”

Dentre os objetivos listados acima, destaquei as passagens que definem as metas de *aceleração do desenvolvimento* e de *segurança e estabilidade política e social*. Segundo o discurso oficial, o desenvolvimento só seria realizado de maneira efetiva ao mesmo tempo que fosse vivido um clima de segurança e estabilidade sociopolítica no país. Desenvolvimento e Segurança Nacional são objetivos centrais do terceiro governo da revolução. Boa parte dos pronunciamentos oficiais destacam essas premissas. Essa concepção em muito foi estimulada pela intenção declarada da ditadura em manter a ordem social protegida de ameaças “terroristas” e/ou “anti-democráticas”, ou seja, protegida das ações subversivas e de inspiração marxista. Se o desenvolvimento só poderia vir ao lado de um clima de estabilidade política, o governo não mediria esforços para barrar possíveis ameaças ao *status quo* da ditadura. A isso se refere a ideia de “*segurança e de estabilidade social e política*”. O perigo que representava a “subversão” foi extinto pela caça dos defensores da inspiração marxista; assim como as críticas à política da ditadura não poupou nem artistas e nem intelectuais, nem trabalhadores e nem os filhos das classes média e alta do país. A violência decorrente desse processo foi posteriormente denominada de “anos de chumbo”.

Insisto que a utilização desses termos aqui só me importam a medida que possibilitam o debate em torno das políticas de desenvolvimento e segurança nacional. Considero que a partir dessas políticas governamentais é possível entender a relação entre a ditadura e a sociedade na primeira metade da década de 1970. A principal referência que utilizo para problematizar as relações entre governo e sociedade constitui a obra *Segurança, Território e População*<sup>iii</sup>. Segundo o autor, dentre as técnicas utilizadas pelo Estado estão justamente os mecanismos da economia – aqui debatidos em torno das políticas de desenvolvimento do governo Médici – e também os mecanismos de segurança – aqui identificados no aparato de repressão utilizado pelo regime:

“De um lado vamos ter toda uma série de mecanismos que são do domínio da economia, que são do domínio da gestão da população e que terão justamente por função fazer crescer as forças do Estado e, de outro lado, certo aparelho ou certo número de instrumentos que vão garantir que a desordem, as irregularidades, os ilegalismos, as delinquências sejam impedidas ou reprimidas” (FOUCAULT, 2008,

p. 475)

A discussão desses objetivos do governo só fazem sentido a medida que são conectados a uma dada experiência histórica. Ou seja, o desenvolvimento e a segurança nacional remetem a determinados acontecimentos do início da década de 1970. São esses acontecimentos e essa experiência histórica que também nos permite ter contato com as técnicas utilizadas pelo governo da ditadura. E ao investigar algumas técnicas do governo civil-militar foi possível estabelecer um paralelo com as práticas de governo utilizadas na democracia contemporânea. Ao aproximar as práticas de regimes políticos teoricamente distintos tracei algumas comparações entre a experiência histórica da ditadura e a história que temos vivido no Brasil do presente.

### ***Atualidade da ditadura e a história que temos vivido***

As promessas de progresso feitas pelo Governo Médici parece nunca terem se realizado. Na verdade até hoje o Brasil ainda parece ser o eterno país do futuro, pois ainda convivemos com as promessas de uma potência econômica que jamais se realizou. De maneira similar à ditadura, pelo menos ao nível do discurso, as políticas públicas da contemporaneidade continuam comprometidas com o desenvolvimento capitalista. A condição de país emergente permanece na classificação do Brasil em relação à economia mundial e, assim sendo, todos os programas de governo após os anos de ditadura civil-militar prometeram e seguem prometendo colocar o Brasil no patamar dos países industrializados<sup>iv</sup>. Por exemplo, assim como Garrastazu Médici e a ditadura, o governo Fernando Henrique Cardoso escancarou a aliança do poder público com o empresariado, privatizando uma série de serviços públicos e indústrias de base. Dando continuidade ao casamento entre poder público e iniciativa privada, o governo Dilma se apoia em grandes empreendimentos para seguir na tentativa de modernização capitalista do Brasil. Os mega projetos como a Copa do Mundo e a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte mantêm a intenção desenvolvimentista e não mediram as consequências de seus impactos sociais. A comparação é inevitável uma vez que o “milagre brasileiro” também se apoiou nas grandes obras do governo Médici para demonstrar, na prática, o desenvolvimento econômico do país. Guardadas as especificidades de cada época, construções como a Transamazônica e a ponte Rio-Niterói foram apresentadas como 'vitrines' de um Brasil moderno.

Reparem que no rol das grandes obras do governo Médici e do governo Dilma estão duas intervenções na Amazônia brasileira. Na década de 1970, a Transamazônica. Hoje, Belo

Monte. Especialista em estudos na região, Viveiros de Castro compara a ambição desenvolvimentista da atual presidente à megalomania do progresso na ditadura. Segundo ele, assim como na ditadura, os atuais projetos rodoviários e a construção de usinas hidrelétricas, somados com os benefícios ao agronegócio, representam um descaso com os direitos do povos indígenas. Para o antropólogo, quando o assunto é Amazônia, o regime civil-militar (a direita) se aproxima do projeto político do Partido dos Trabalhadores (a esquerda). O que permite essa comparação é justamente a insistência na modernização capitalista:

“Foi preciso a esquerda, uma ex-guerrilheira, para realizar o projeto da direita. Na verdade, eles sempre quiseram a mesma coisa, que é mandar no povo. Direita e esquerda achavam que sabiam o que era melhor para o povo e, o que é pior, o que eles pensavam que fosse o melhor é muito parecido. Os militares talvez fossem violentos, mais fascistas, mas o fato é que é muito parecido. (...) [a esquerda em geral] tem uma incapacidade congênita para pensar todo tipo de gente que não seja o bom operário que vai se transformar em consumidor. Uma incapacidade enorme para entender as populações que se recusaram a entrar no jogo do capitalismo. Quem não entrou no jogo – o índio, o seringueiro, o camponês, o quilombola - , gente que quer viver em paz, que quer ficar na dela, eles não entendem. (...) [a esquerda] têm essa concepção de produção, de que viver é produzir - 'o trabalho é a essência do homem'”<sup>v</sup>.

Para criticar as recentes políticas governamentais na Amazônia, Viveiros de Castro faz uma comparação entre o governo da presidenta Dilma e o período da ditadura. O entrevistado mobiliza o passado para fortalecer seus argumentos. A medida que recorre à ditadura, ele historiciza o governo Dilma, “desnaturaliza” suas práticas e define algumas intenções de seu governo. Ao tornar presente um passado foi possível demonstrar que algumas políticas do Brasil da atualidade caminham num sentido parecido daquele escolhido pelos generais que ocuparam as cadeiras da presidência da república, em especial o general Garrastazu Médici. Os usos políticos de experiências históricas contribuem diretamente para as reflexões em torno do tempo presente. Ao me utilizar da comparação exposta por Viveiros de Castro e tendo por referência os estudos de Hartog & Revel<sup>vi</sup> entendo que “*o debate contemporâneo sobre o passado ultrapassou a capacidade do historiador de dirigi-lo (KNAUSS, 2012)*”<sup>vii</sup>. Mas os antropólogos, e os intelectuais de maneira geral, não são os únicos capazes de dividir com o historiador a capacidade de propor um debate contemporâneo sobre o passado. Outras pessoas, ligadas a outros locais de enunciação, também fazem usos políticos do passado. No Brasil, inclusive, é possível encontrar outros paralelos entre o Governo Dilma Rousseff e o



governo do general Garrastazu Médici. Vejamos a seguir:



Latuff não é historiador, mas recorre ao passado para construir uma reflexão política em torno do tempo presente. No desenho estão a presidenta Dilma, o governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, e o “espírito” do presidente Médici, junto a sua lápide que indica o ano de nascimento e morte do ex-general<sup>viii</sup>. A sugestão é clara: Médici está morto, pertence ao passado, pertence à História. Alckmin e Dilma por sua vez estão vivos e suplicam por inspiração ao antigo presidente. Nos balões, a mensagem escrita define os motivos da busca pela inspiração de Médici: “*fazer a copa das copas*”. Entre junho e julho de 2014, o Brasil sediou a Copa do Mundo de futebol da FIFA<sup>ix</sup>. Esse empreendimento privado contou com uma firme parceria entre empresários e o poder público. A própria expressão “copa das copas” foi utilizada pela presidenta ao afirmar que o Brasil sediaria a melhor das competições até então realizadas<sup>x</sup>. Mas porque recorrer a Médici? Quais políticas da ditadura poderiam inspirar o governo democrático para a realização da Copa do Mundo?

Apesar de ser um evento privado, o governo teve que desembolsar exorbitantes quantias de dinheiro público para que a Copa fosse realizada no Brasil. E para justificar a abertura dos cofres, o Governo Federal inseria a copa do mundo na lista de ações que visavam desenvolver a economia do país. O respaldo para o gasto de dinheiro público em um evento privado constituiu a promessa de que a Copa do Mundo traria uma espécie de modernização

da sociedade brasileira.

Não podemos subestimar a importância do milagre econômico para o Governo Médici. As políticas de desenvolvimento desse governo foram determinantes para a construção de sua legitimidade. O crescimento econômico do início da década de 1970 veio acompanhado das torturas, prisões, censura, etc. A ditadura pagava a conta da repressão com a euforia desenvolvimentista e com a crença de que o país seguia o rumo para se transformar em nação potência. Nesse laboratório político está guardada a fórmula da ditadura: desenvolvimento e segurança nacional, dois dos principais objetivos do regime. A intenção, portanto, era dinamizar o capitalismo no país e esmagar qualquer ameaça a este projeto econômico.

Mas em que medida Dilma e Geraldo se conectam com esse processo? Bem, o primeiro ponto está dito nos parágrafos anteriores. Uma vez que a Copa da FIFA contou com altos investimentos do poder público, ela significava aos políticos uma chance de potencializar a economia nacional e atestar o sucesso do empreendimento governamental. Assim como os “anos de ouro”, os “anos da copa” poderiam render uma euforia desenvolvimentista similar à ocorrida na década de 1970. Uma outra questão aproxima os dois momentos políticos presentes na charge: a repressão. Desde de junho de 2013 até momentos antes da final da Copa do Mundo eclodiram manifestações de rua no país. O denominador comum das motivações que levaram pessoas às ruas era o questionamento dos esforços governamentais para realização da Copa do Mundo. Enquanto gastava milhões com o evento, o governo não resolvia a precária estrutura de seus serviços públicos básicos<sup>xi</sup>. Para não perdermos o fio da discussão, importa afirmar que boa parte das obras da Copa do Mundo estavam ligadas a ilusão progressista de *“uma nação que sonha em ser 'potência', mas que não consegue superar problemas básicos”* (CORDEIRO, 2014, p. 201). Na Copa, turistas e empresários foram privilegiados, enquanto as periferias sofreram com desalojamentos e aumento do custo de vida.

Diante do crescimento dos movimentos que tomaram as ruas das grandes cidades, o governo, para salvaguardar o empreendimento que se tornara a Copa do Mundo, ou seja, para salvaguardar a orientação de sua política econômica pautada pelo desenvolvimento, teve de por em prática todo um aparato de repressão às manifestações. Nos anos da ditadura, mesmo reprimindo deliberadamente, o governo do general Médici foi capaz de abafar a tortura a ponto de não comprometer sua imagem enquanto ocupava o posto de Presidente da República. Hoje, a repressão utilizada tanto pelo Governo Federal, como pelo Governo de São Paulo, contou com um aparato policial que não mediu esforços na desmobilização das manifestações ao redor do país. Assim como Médici, os representantes políticos da atualidade

não queriam ver ameaçadas as suas políticas de desenvolvimento. Violência, tortura, prisões arbitrárias, monitoramento e perseguições foram relatadas. A censura à imprensa também foi frequente pois vinha de dentro das próprias redações, uma vez que os empresários da comunicação estavam rendidos à política econômica da qual a Copa do Mundo foi o carro chefe.

A inspiração de Médici aos políticos do executivo brasileiro vem da capacidade em articular a confiança no desenvolvimento com a garantia de segurança aos empreendimentos público-privados. Desenvolvimento e Segurança Nacional aparecem imbrincados também na democracia. Ou seja, na sombra do progresso foi possível cobrir as ruínas de um Estado autoritário que não mede esforços para salvaguardar interesses econômicos de uma pequena elite político empresarial. Essa foi uma marca da ditadura civil-militar, principalmente no que toca aos anos de governo do general Garrastazu Médici. De forma parecida funciona a democracia. Ainda na esteira do desenvolvimento, suas ações públicas são planejadas e postas em prática sem medir as consequências sociais do empreendimento. Ou melhor, até medem as consequências, o problema é que sua balança tende a privilegiar os interesses de determinados grupos políticos e empresariais. Nesse processo, a resistência e os questionamentos políticos às atuais medidas de governo tendem a sere respondidos com o peso da repressão. No uso da comparação, Não adianta apontar o regime da ditadura como o único monstro repressor da História política brasileira quando hoje sentimos na pele os autoritarismos policialescos do Estado democrático de direito. Tanto a ditadura quanto a democracia fincaram seus governos legitimados pela marcha rumo ao progresso, tudo isso enquanto maquiavam suas práticas autoritárias. No entanto, não é que a repressão e os abusos passaram despercebidos; é que mobilizada por outros interesses, parte da população prefere cegar para as arbitrariedades de seu governo, seja na ditadura ou no atual Estado democrático de direito.

### ***A copa do mundo é nossa!***

Um outro elemento da charge não pode passar despercebido. Em espírito, o antigo presidente Médici aparece carregando a taça Jules Rimet, premiação dada ao Brasil pelo título de campeão da Copa do Mundo de Futebol em 1970. A imprevisibilidade da história revelaria um outro acontecimento a ser explorado pela propaganda governamental. Garrastazu Médici era fanático por futebol, frequentava estádios e eventualmente aparecia na imprensa para tecer comentários sobre o esporte (GASPARI, 2002)<sup>xii</sup>. A campanha vitoriosa da seleção brasileira, logo no início de seu mandato, possibilitou ao governo explorar ainda mais a imagem do presidente Médici para assim fortalecer a ditadura:

“(...)grudado no radinho de pilha – imagem que o aproximava do homem comum -, o novo presidente se arriscou várias vezes a frequentar estádios lotados, não raro tendo sua presença anunciada pelos auto-falantes. Promovia-se assim uma importante estratégia de propaganda da Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência (AERP), no sentido de transformar o general Médici em torcedor número 1 da nação, articulando os trunfos futebolísticos à imagem de Brasil – potência que o governo se esforçava em difundir (AGOSTINO, 2004, p. 17)<sup>xiii</sup>”

Dessa maneira, aproveitando o fanatismo do general e da popularidade do esporte, a ditadura utilizou do futebol como importante canal de aproximação do presidente com a população a ser governada. Naquela altura, mesmo sem movimentar a quantidade de dinheiro que movimenta hoje, o futebol já constituía uma paixão nacional, tipo de expressão da cultura de massas no país. Ao explorar a imagem do presidente como um homem ligado ao esporte, a ditadura pretendia fortalecer a imagem popular do general. Nessa concepção, Garrastazu Médici seria um homem comum, aquele que falava a mesma língua do povo, pois frequentava seus espaços e portanto entendia seus anseios.

Dando continuidade a tentativa de comprar as políticas de Médici com as da atual democracia, assistimos recentemente às viagens da presidenta Dilma para inaugurar os estádios onde seriam realizados os jogos da copa. Em cada cerimônia de inauguração, os trabalhadores responsáveis pela construção dos estádios eram reunidos para comemorem a entrega dos estádios a presidenta. Era uma oportunidade única para discursar e fortalecer sua imagem frente ao povo brasileiro.

As Arenas, como convencionou-se denominar os estádios de Copa do Mundo, representam o que há de mais avançado no ramo. São expressões do progresso no Brasil da atualidade. Em 1970, pós conquista do mundial, o governo Médici também inaugurou uma série de estádios ao redor do país e aproveitou deles para também fortalecer a identidade do presidente enquanto figura pública da nação. Para o povo, a construção de novos estádios, ou seja, o ritmo acelerado de obras ao redor do país, constituía a prova material de que finalmente o Brasil acertava os rumos do desenvolvimento:

“(...)estádios eram inaugurados em todo o Brasil, geralmente com a presença de autoridades do governo, em muitos casos do próprio presidente. Morumbi, em São Paulo; Rei Pelé, em Maceió; Castelão, no Ceará, além de vários outros, eram monumentos que aproximavam o governo do conjunto da população, enquadrando-se no modelo de grandes obras que marcava o período (AGOSTINO, 2004, p. 19/20)”

Durante o seu governo, o general Garrastazu Médici saía fortalecido com a imagem de um presidente reconhecido pela população. Assim como foi feito por Dilma, a construção e inauguração dos estádios, por exemplo, foram obras que materializavam o crescimento econômico fortaleciam a identidade pessoal do presidente. Seja na ditadura ou seja na democracia, a importância das políticas de econômicas para a relação entre governo e sociedade reside no entendimento de que a confiança no desenvolvimento representa uma dada maneira de estar no mundo. A euforia desenvolvimentista da década de 1970 ou o entusiasmo com a realização da Copa do Mundo no Brasil fizeram com que boa parte da sociedade confiasse nas políticas governamentais posta em prática em dois momentos distintos da história do país. Guardadas as devidas proporções, essa confiança também deve ser pensada com um dos elementos que fizeram a população cegar para os abusos cometidos tanto pela ditadura quanto na democracia.

- i CORDEIRO, Janaína. Por que lembrar? A memória coletiva sobre o governo Médici e a ditadura em Bagé. In REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.) A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014
- ii MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. *Metas e bases para ação de governo*. Departamento de Imprensa Nacional, 1970.
- iii FOUCAULT, Michel. *Segurança Território e População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- iv Hoje o Brasil é integrante de um grupo de cooperação política e econômica que reúne alguns países considerados de mercado emergente. O grupo é chamado BRICS e reúne as iniciais dos países integrantes: Brasil, Rússia, Índia e África do Sul (South Africa).
- v Entrevista realizada por Rafael Cariello para a revista *Piauí*, nº88, ano 8, janeiro de 2014, p. 18.
- vi HARTOG, François & REVEL, Jacques (Dire). *Les usages politiques du passé*. Paris: Éditions de l' HHESS, 2002.
- vii KNAUSS, Paulo. Usos do passado e história do tempo presente: arquivos de repressão e conhecimento histórico. In VARELLA, F. F.; MOLLO, H. M; PEREIRA, M. H. F.; MATA, S. (orgs.). *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- viii A charge foi publicada em 01/04/2014. Num mesmo 1º de Abril, há cinquenta anos, era realizado o golpe civil-militar. Naquele dia o Brasil amanhecia sob o comando dos generais – estava inaugurada a ditadura. No desenho, estão: Dilma, presidente do Brasil desde o início de 2011 e que cumpriu o último ano de seu mandato em 2014, se candidatando a possível reeleição; Geraldo Alckmin, duas vezes governador do estado de São Paulo. Seu último mandato teve início também em 2011, completando o quarto ano de seu governo em 2014. Por fim, o general Médici. “Presidente” que comandou o Brasil no terceiro governo da ditadura e responsável pelo período abordado na pesquisa. A publicação encontra-se disponível em: [http://latuffcartoons.wordpress.com/2014/04/01/medici-geraldealckmin\\_-dilmabr-e-a-copa-de-todas-as-copas-charge-copapopularsp/](http://latuffcartoons.wordpress.com/2014/04/01/medici-geraldealckmin_-dilmabr-e-a-copa-de-todas-as-copas-charge-copapopularsp/)
- ix Federação Internacional de Futebol Associado, do francês: *Fédération Internationale de Football Association (FIFA)*. A FIFA é a realizadora o campeonato mundial de futebol, principal evento esportivo da atualidade. A organização reúne 209 países ou territórios associados.
- x Em Maio de 2014, num discurso proferido durante o congresso da União da Juventude Socialista, Dilma Rousseff afirmava que o Brasil realizaria a “Copa das Copas”: “A Copa do Mundo se aproxima e tenho certeza que o nosso país fará a Copa das Copas. Tenho certeza da nossa capacidade. Tenho certeza do que fizemos, tenho orgulho das nossas realizações”.
- xi MARICATO, Emilia [et al]. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo : Carta Maior, 2013.
- xii GASPARI, Helio. *A ditadura Escancarada vol. 2 – As ilusões Armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- xiii AGOSTINO, Gilberto. Futebol e Ditadura Militar no Brasil Revista Nossa História, Rio de Janeiro: Vera Cruz, ano 2, nº. 14, p. 14 – 20, dezembro 2004.

## **Partidos políticos em Minas Gerais e estratégias políticas de Getúlio Vargas: análise da trajetória política de Virgílio de Mello Franco (1930-1934)**

Flavia Salles Ferro<sup>1</sup>

**Resumo:** O trabalho tem como objetivo compreender a conjuntura política de Minas Gerais entre os anos 1930 e 1934 através da análise da trajetória política de Virgílio de Mello Franco. Será abordado sobre o Partido Social Nacionalista, o Partido Progressista, as disputa pela interventoria mineira e a Assembleia Constituinte de 1934. A partir desses estudos, serão compreendidas estratégias políticas de Getúlio Vargas para equilibrar forças regionais e se manter na chefia da República.

**Abstract:** The study aims to understand the political context of Minas Gerais between 1930 and 1934 by analyzing the political trajectory of Virgilio de Mello Franco. Will be addressed on Partido Social Nacionalista, the Partido Progressista, the dispute over the Minas Gerais ruler and the Constituent Assembly of 1934 From these studies, will be understood political strategies of Getúlio Vargas to balance regional forces and remain at the head of the Republic.

**Palavras-chave:** Virgílio de Mello Franco; interventoria mineira; Governo Provisório de Getúlio Vargas

**Keywords:** Virgílio de Mello Franco, Minas Gerais ruler; provisional government of Getúlio Vargas

Virgílio Alvim de Mello Franco foi de família que possuiu importante participação na política brasileira. Fez parte da elite mineira<sup>1</sup>, vinculado à oligarquia. Ele também seguiu esse caminho. Foi político tradicional da Primeira República, participou da Revolução de 1930, sendo conhecido como tenente civil pelo seu destaque no movimento. No início da década de 1930 apoiou o Governo Provisório e foi importante aliado das estratégias políticas de Getúlio Vargas. Contribuiu na fundação do Partido Social Nacionalista e do Partido Progressista, escreveu em jornais, disputou a interventoria mineira em 1933. Com a indicação de Benedito

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Estuda “A trajetória política de Virgílio de Mello Franco em contexto de mudanças (1929-1948)”, sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Ferreira e apoio financeiro da CAPES. E-mail: flavia.sferro@gmail.com.

Valadares para o cargo de interventor de Minas Gerais, Virgílio rompeu relações com Vargas e se tornou opositor a seu governo. Participou da Assembleia Constituinte de 1934.

Instaurado o Estado Novo, Virgílio se afastou da política. Retornou em 1942, quando o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial. Participou da escrita do “Manifesto dos Mineiros”, foi fundador da UDN, atuou como primeiro secretário do partido. Afastou do cargo em 1946, devido aproximações da UDN com o governo Dutra. Foi assassinado em 1948. Em carta de Virgílio a Pedro Aleixo, ele escreveu sobre sua trajetória:

“Lutei quinze anos, sem a falta de um dia; consumi minha mocidade, num esforço hercúleo de sacudir a árvore pra que os outros colhessem os frutos; escrevi na imprensa; fiz discursos; escrevi livros; fiz revoluções e expus a vida e a liberdade; sofri prisões e constrangimentos de toda a ordem; achei-me em tudo e em toda parte, menos na hora de colher os frutos.”<sup>ii</sup>

O trabalho tem como objetivo compreender a trajetória política de Virgílio de Mello Franco entre 1929 e 1933. A escolha por este recorte é devido as mudanças ocorridas que tornaram Virgílio, aliado a Getúlio Vargas na Revolução de 1930 e início do Governo Provisório, importante opositor de seu governo em 1933. Virgílio de Mello Franco vivenciou contexto político de mudanças. Compreender sua trajetória permite ao estudioso avaliar as tensões política deste momento, as transformações ocorridas e como ele participou delas. Dessa forma, serão compreendidas contradições, continuidades e rupturas políticas da década de 1930 em Minas Gerais.

Em 1929, Virgílio de Mello Franco iniciou sua participação na política nacional a partir da formação da Aliança Liberal. Nesta coligação, seu papel foi dialogar entre os participantes, propagandear ideias. Após a derrota nas urnas de Getúlio Vargas, ele foi articulador para realização do movimento armado. Foi protagonista na Revolução de 1930. Seu prestígio foi tanto que ficou conhecido como “Ariel” da Revolução de 1930. Osvaldo Aranha escreveu sobre Virgílio:

“Todos os que fomos parte da Revolução devemos-te admiração, mesmo quando tua voz vier ferir os nossos melindres ou articular as nossas responsabilidades. Mais do que ninguém podias e devias falar. Tua autoridade excede a de todos. Foste uma espécie de Ariel da Revolução. Estiveste em toda a parte, agiste em todas as horas, animaste os vacilantes, reconfortaste os fracos, articulaste os fortes, ligando-nos a todos e em todos os transe. Ninguém te excedeu moral e materialmente na hora da conspiração. Foste a providencia na crise e a paciência nos momentos de ansiedade. No Rio, em Minas, no Rio Grande, entre militares e civis, entre chefes e soldados, entre políticos e revolucionários, fizeste o milagre da boa vontade, levando o estímulo e confiança por toda a parte. Foste sempre igual. Resolvida a luta, não mudaste mais. Foste sempre o mesmo. Nada alterava a tua vontade nem diminuía a tua fé. Nunca bati em tua porta que não te encontrasse de pé. Poucos homens tem esse condão de viver dentro de um



pensamento até vencer. Esse poder íntimo, essa vontade forte e calma, essa força interior, essa “qualidade”, como dizemos no Rio Grande, foi o segredo da tua ação revolucionária. É o dom de crer, de esperar e de realizar. Nele está a alma dos homens fortes. Nele está a tua grande e inalterável alma de revolucionário, que, como certas árvores solitárias, deita raízes na tempestade para poder frutificar na bonança. Era o que eu devia dizer-te, sem forma de prefácio, numa simples carta, fazendo pouco de história e muito de justiça.”<sup>iii</sup>

A citação acima é parte do prefácio do livro *Outubro, 1930*, escrito por ele em 1931. Virgílio pediu para Osvaldo Aranha escrever. É percebido o louvor de Aranha para Virgílio. Ele elogiou sua participação na Revolução de 1930. Chegou a chama-lo de Ariel, fazendo, assim, comparação entre Virgílio e Ariel do drama de *The Tempest*, escrito por William Shakespeare.<sup>iv</sup> Ele pretendeu, através da comparação, valorizar a participação de Virgílio na revolução, descrevendo-o como peça fundamental para o sucesso do movimento.

Virgílio possuiu importante participação na Revolução de 1930. Foi aclamado tenente civil devido o reconhecimento pelas atividades que desenvolveu em prol do movimento. Ele fez discursos, escreveu artigos, angariou políticos para aderirem à Aliança Liberal. Contribuiu na articulação para realização da Revolução de 1930.

Após a vitória da Revolução de 1930, diversos cargos públicos foram distribuídos entre os participantes do movimento. No entanto, Virgílio não aceitou nenhum. Segundo Carolina Nabuco,

“dos cargos públicos que lhe foram oferecidos, Virgílio não quis aceitar nenhum. Tinha, porém, uma ambição que nenhum dos amigos desconhecia – a interventoria em Minas. A qualquer vantagem do momento, preferiu aguardar uma mudança de circunstâncias que viesse a lhe abrir as portas do Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte. Sua situação, entretantes, era a de um dos homens de maior influência no Brasil.”<sup>v</sup>

Virgílio de Mello Franco tinha desejo de ser interventor de Minas Gerais. Ele era aliado de Getúlio Vargas, que foi, com sua ajuda, empossado Chefe do Governo Provisório. Compreender isto permite ao estudioso entender o rompimento de Virgílio com Getúlio Vargas em 1933.

Os primeiros anos posteriores à Revolução de 1930 foram caracterizados por instabilidade política, que se expressou nas lutas e nos choques ocorridos entre as distintas forças sociais que disputaram espaço político maior no cenário nacional.

Iniciado o Governo Provisório, as oligarquias tradicionais que ocupavam os cargos políticos administrativos, foram substituídas por aliados reformistas.<sup>vi</sup> Grupos de tenentes e de revolucionários civis se reuniam com Getúlio Vargas a fim de discutir sobre os cargos

políticos e estratégias de governo. Este grupo foi denominado pela imprensa opositora de “gabinete negro”. Virgílio de Mello Franco participou desse grupo.

A partir destas reuniões foi proposta a criação de partido que representasse as propostas revolucionárias. Assim, foi fundado o Clube Três de Outubro, o qual Otávio Malta escreveu que “seria o instrumento vivo, buliçoso, de formulação da política tenentista”.<sup>vii</sup>

O Clube Três de Outubro em Minas Gerais foi denominado de Legião Liberal Mineira. Fundado em fevereiro de 1931 por Francisco Campos, Gustavo Capanema e Amaro Lanari, contou com apoio do presidente estadual Olegário Maciel. Inicialmente, a Legião Liberal não tinha propósito de ser partido político e sim agremiação com finalidade de formar mentalidades revolucionárias.

Em Minas Gerais, o período de 1930 a 1933 foi marcado pela instabilidade de sua política. Segundo a historiadora Helena Bomeny<sup>viii</sup>, o presidente do estado, Olegário Maciel, demonstrava incapacidade de estabilizar a política mineira, o que ocasionou na intervenção, ainda que tímida, do governo provisório no estado, pretendendo substituir o interventor.

Olegário Maciel sofreu, em 1931, tentativa de golpe, que pretendeu o depô-lo e substituí-lo por Virgílio de Mello Franco. O golpe ocorreu em 18 de agosto, quando a comissão executiva do PRM conclamou seus correligionários para convenção com o propósito de redefinir a linha político-partidária e estabelecer programa de ação para atuar na nova conjuntura. O “grande equívoco” ou “18 de agosto”, como o episódio ficou conhecido, terminou na tentativa de deposição de Olegário Maciel, chefe do governo estadual. O golpe contou com o apoio de Osvaldo Aranha, então ministro da justiça do governo Vargas.

A carta enviada por Hugo Soittuer a Virgílio de Mello Franco – o qual substituiria Olegário Maciel –, após o episódio “18 de agosto”, elucida o pensamento dos apoiadores da tentativa do golpe. Nela, ele escreveu:

“O desgoverno Olegário Maciel não conta com 15% da população e nem com a solidariedade integral da força pública, por isso que a indisciplina lavra nos quartéis. (...) A revolução foi obra de dois homens: do sr. e do Ministro Osvaldo Aranha e portando ninguém com mais autoridade do que os senhores para dar a palavra decisiva sobre os acontecimentos mineiros.”<sup>ix</sup>

O Presidente do estado de Minas resistiu à tentativa do golpe através do apoio da Força Pública, de Gustavo Capanema e Amaro Lanari, que logo contataram Francisco Campos no Rio de Janeiro. Contou também com a ajuda de Antônio Carlos, Wenceslau Brás e outros que eram contra a deposição de Maciel.

Após o fracasso do golpe, houve manifestações sobre o possível envolvimento do governo provisório com o movimento. Isto gerou abalo nas relações do governo Vargas com Olegário Maciel. A atitude do Governo Provisório foi tentar reconquistar a confiança do presidente de Minas Gerais. Era necessário equilibrar as forças entre as oligarquias tradicionais e os reformistas civis e militares deste estado, uma vez que São Paulo já demonstrava descontentamento com o governo federal. Se Minas Gerais se unisse à causa paulista haveria concentração de forças, o que acarretaria no enfraquecimento do governo provisório.

Nesse sentido, Vargas propôs o “acordo mineiro”, que consistiu na coligação da Legião Liberal – o governo chefiado por Olegário – e o PRM – numerosa facção do antigo partido que obedecia à orientação de Artur Bernardes. Este acordo foi assinado a 20 de fevereiro de 1932 por Gustavo Capanema, representando o governo estadual; Venceslau Brás, pela Legião Mineira; e Virgílio de Mello Franco, pelo PRM. Foi origem do Partido Social Nacionalista, o qual, em seu programa estabeleceu:

“Os dois partidos, diante da situação excepcional que o Brasil atravessa e na qual todos os verdadeiros patriotas devem consagrar o pensamento e a acção aos destinos do país, consideram imperativo de patriotismo a unificação das forças políticas em Minas Geraes, afim de que possa o Estado cumprir integralmente os seus iniludíveis deveres para com a Nação. No empenho de estreitarem, de modo perfeito, os vínculos dessa cooperação resolvem os órgãos diretos dos dois partidos constituir numa comissão mista de seis membros, tirados em igual numero de cada partido, com o encargo de estudar as constituições, os rumos, os programas e as ideologias dos dois partidos, com o fim de compatibiliza-los e apresentar estatutos e programas de uma só agremiação partidária.”<sup>x</sup>

O PSN constituiu-se, portanto, em partido que uniu as forças antagônicas de Minas Gerais. Agremiaram políticos oligárquicos tradicionais e os reformistas do grupo civil-tenentista, cabendo, portanto, que eles resolvessem, entre eles, as disputas pelo poder estadual.

Devido ao partido ser composto por forças políticas opostas e divergentes em ideias, ele se desfez em poucos meses. Seu fim se deu em maio de 1932, quando Venceslau Brás renunciou à direção do PSN, enquanto Virgílio de Mello Franco desligou-se de seus quadros.

A atitude desses políticos decorreu de suas posições opostas diante da participação do PSN na formação do bloco pró-Constituinte, ao lado da Frente Única Paulista e da Frente Única Gaúcha. Enquanto Virgílio seria contrário à formação do bloco, Venceslau Brás teria defendido a formalização dos entendimentos com os paulistas. Esse episódio marcou a dissolução do partido.

A vitória do governo federal sobre o movimento constitucionalista de 1932 representou em Minas Gerais, com a saída dos principais nomes vinculados às oligarquias mais tradicionais, a reaglutinação das forças em torno do governo estadual. Bomeny<sup>xi</sup> afirma que isto facilitou a estabilidade da política mineira com o governo provisório em 1932. Em 1933, novo partido foi fundado, o Partido Progressista, que foi aliado aos ideais políticos de Vargas.

O programa do PP seguiu os ideários da Legião Liberal Mineira, juntamente, com propostas do PRM. Consistiu em defender: criação de justiça eleitoral; independência do Poder Judiciário; liberdade de imprensa; expansão do crédito agrícola; colonização das terras devolutas; liberdade sindical; barateamento dos custos da produção de café; preservação das cidades históricas de Minas Gerais e também criação de organismos culturais que incentivassem o aproveitamento de temas nacionais na música, na literatura e nas artes plásticas.<sup>xii</sup>

Virgílio teve papel importante no Partido Progressista. Segundo Helena Bomeny, ele possuía “ligação com uma ala tenentista, o que vale dizer, sua afinidade com a definição de um projeto político mais centralizador, e seu ponto de referencia política substantivo: o estado de Minas Gerais, francamente adepto de um modelo descentralizado”.<sup>xiii</sup>

Com a criação deste partido, houve estabilidade no governo mineiro. No entanto, Olegário Maciel, presidente do estado, morreu em cinco de setembro de 1933, acarretando novas instabilidades em Minas Gerais. Este contexto foi marcado por disputas entre tenentes e seus aliados civis contra grupos oligárquicos tradicionais em torno dos nomes indicados para interventoria do estado, como é possível observar na carta de Cristiano Machado para Antunes Maciel:

“A verdade é porém, que este acontecimento<sup>xiv</sup> [...] deixa aos responsáveis pela direção do país, nas pontas de um dilema evidente, a oportunidade de uma larga e necessária conciliação de espírito, ou a lamentável continuação de um estado de coisas que urgia ser corrigido. [...]

Mas a simples nomeação do Interventor poderá desanuviar os horizontes, abrindo largas perspectivas do país, como poderá igualmente perturbar uma e outra, abrindo mais funda ainda a divisão de um grande Estado da federação que se irmanou com o Rio Grande na luta de 1930 para marcar a linha de diferenciação de duas épocas na história político-social do Brasil.

Regredir aos processos, ao ambiente e ao ar impuro de outros tempos, seria um crime e um impossível. Mas equivalerá como uma tentativa criminoso a isso o significado da nomeação de quem possa, valendo-se da projeção de um cargo tão espinhoso, fazer reviver, pela expressão que signifique e pelas influencias a que se deixe seduzir, uma época contra cujos processos se levantou a Nação em armas.”<sup>xv</sup>

Cristiano Machado relatou, na carta acima citada, a importância do interventor no caso mineiro. Este seria o continuador dos interesses revolucionários de 1930, ao afirmar que “poderá desanuviar os horizontes, abrindo largas perspectivas do país” ou poderia propiciar o retorno à política oligárquica, relatado em “valendo-se da projeção de um cargo tão espinhoso, fazer reviver, pela expressão que signifique e pelas influências a que se deixe seduzir, uma época contra cujos processos se levantou a Nação em armas.”

As disputas em torno do nome escolhido para interventor não representou, unicamente, o interesse das forças políticas mineiras, em ter na figura do interventor, seus interesses defendidos. As disputas, e conseqüentemente, a escolha pelo candidato para o cargo, estiveram relacionadas, principalmente, ao jogo político de Vargas, que consistiu em ter na figura do interventor, segundo Maria Helena Castro,

“um caráter suprapartidário, devendo situar-se necessariamente, acima das forças estaduais. O interventor era oficialmente um mediador: representante do Governo Provisório no estado e porta-voz dos interesses estaduais junto ao poder central. Sua legitimidade e força condicionavam-se à sua capacidade de representar e intermediar os interesses estaduais e os federais, sem que se reduzisse a um ou outro.”<sup>xvi</sup>

O interventor era, portanto, representante dos interesses estaduais, e, principalmente, aliado ao governo federal. Por assim ser, a escolha do interventor por Getúlio Vargas garantiria o equilíbrio das forças estaduais e federais.

Interessava a Vargas escolher candidato representante das posições tenentistas e, ao mesmo tempo, que mantivesse afinidades com setores oligárquicos. Seguindo estes critérios, dois nomes foram prediletos a interventoria: Virgílio de Mello Franco e Gustavo Capanema.

Virgílio e Capanema possuíram trajetórias políticas semelhantes. Foram políticos tradicionais da Primeira República, compuseram a Aliança Liberal e foram aliados ao Governo Provisório. No entanto, dentro do Partido Progressista de Minas Gerais, Virgílio era tido como representante legítimo dos interesses tenentistas, enquanto Capanema dos oligárquicos.

A decisão do chefe do governo entre Virgílio e Capanema transitou nas cisões entre as forças políticas mineiras, e conseqüentemente, no interesse de Getúlio em equilibra-las. Influenciou, também, a divergência de apoio dado por Flores da Cunha e Osvaldo Aranha. Flores da Cunha apoiou Gustavo Capanema, enquanto Osvaldo Aranha, Virgílio de Mello Franco. O rompimento com a facção preterida causaria instabilidade em seu ministério e na Constituinte de 1934.

Escolher um seria preferir a corrente oligárquica ou tenentista do Partido Progressista, o que poderia acarretar na insatisfação com o governo provisório por uma destas representações políticas. Vargas, em estratégia política de não gerar descontentamento destas facções com seu governo, escolheu por um terceiro – Benedito Valadares. Após essa decisão de Vargas, Virgílio rompeu com seu governo. Ele escreveu:

“Eu nunca lhe pedi nada, Senhor Doutor Getúlio Vargas.

Vaga a interventoria mineira, quando o senhor ainda se encontrava no Norte, não lhe dei um telegrama, não lhe escrevi uma carta, não pedi a ninguém para que, em meu favor, influísse sobre o senhor. Mas, não só com o senhor eu me mantive em atitude a mais discreta: não procurei, para tratar do assumpto, nenhum dos seus ministros e nenhum dos próceres, destes muitos que por aí andam... depois do dia 24 de outubro de 1930.

No dia do seu regresso do Norte, tendo ido, como era do meu dever, espera-lo, o senhor próprio é testemunha de que só tornei a vela quando o senhor mesmo me chamou ao Palácio do Catete, para comigo tratar do assunto mineiro. Depois disso, novamente convocado pelo senhor, fui informado de que era proposito seu nomear-me interventor em Minas. Este seu pensamento foi pelo senhor próprio comunicado ao Osvaldo, ao Juracy, e ao João Alberto. Não, pois, por mim, mas pelo senhor, souberam estes três bons amigos das suas intenções. Retardada a solução do caso mineiro e não tendo sido efetivado o Capanema nem nomeado eu ou o Waldomiro (candidato do Ministro Maciel), o “Correio da Manhã”, começou a campanha contra o meu nome, campanha que, de crescendo em crescendo, chegou, agora a injúria e a calúnia.

Nestas condições, venho agradecer ao senhor os seus bons propósitos a meu respeito e dizer-lhe o seguinte:

Eu não quero ser interventor em Minas, como não quis ser tabelião, como não quis ser ministro no Uruguai, como não quis ser diretor do Banco do Brasil, como não quis ser presidente do Conselho Nacional do Café e como não quis, talvez, ser ministro da Justiça.

Vou renunciar amanhã o meu mandato de deputado para, sem garantias especiais, poder levar às suas últimas consequências a minha questão com o torpe individuo que, de dentro de uma carroça de lixo, quer se dirigir aos homens limpos.”<sup>xvii</sup>

Virgílio de Mello Franco foi político que participou das contradições existentes nos primeiros anos após a Revolução de 1930. Foi ligado ao grupo reformista, apoiou o Governo Provisório, defendeu a centralização do poder. Ainda assim, dialogava com as oligarquias mineiras. No entanto, como apresenta Helena Bomeny, neste jogo político, Virgílio saiu perdendo, enquanto Vargas o principal vencedor. Através da decisão de tornar Benedito Valadares interventor de Minas Gerais, ele manteve o equilíbrio de forças políticas necessário para a continuidade de seu governo.

---

<sup>i</sup> Segundo Cláudia Viscardi, para ser da elite mineira eram necessários os requisitos: ser do gênero masculino, ser branco, ter curso superior, ter laços de parentescos com outros membros da elite política e ser originário de uma das regiões politicamente importantes do estado. Para mais, ver: VISCARDI, Cláudia. Op. cit. ; WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937*. Paz e Terra, 1982.

- 
- <sup>ii</sup> Carta de Virgílio de Mello Franco a Pedro Aleixo, 9 de setembro de 1945. Arquivo Virgílio de Mello Franco, CPDOC-FGV.
- <sup>iii</sup> ARANHA, Osvaldo. In: FRANCO, Virgílio Alvim de Mello. *Outubro 1930*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. XXII.
- <sup>iv</sup> Neste drama, Ariel foi o responsável pelo naufrágio dos usurpadores, ocasionando, então, o retorno do trono a Próspero, legítimo Duque de Milão.
- <sup>v</sup> Idem, p. 68.
- <sup>vi</sup> Este trabalho utiliza das definições de Dulce Pandolfi. Ela defende, que na década de 1930, houve disputas sociais entre as oligarquias dissidentes dos grupos políticos tradicionais e dos tenentistas e seus aliados civis. Para mais, ver: PANDOLFI, Dulce. “Os anos 1930: as incertezas do regime”. In: FERREIRA, Jorge. & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: volume 2 O tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2003.
- <sup>vii</sup> MALTA, Otávio, pp. 50-51 apud CARONE, Edgard. *O Tenentismo*. 1975, p.177.
- <sup>viii</sup> BOMENY, Helena Maria Bousquet. A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política nos anos 30. In: GOMES, Ângela de Castro (org). *Regionalismo e Centralização Política: Partidos e Constituinte nos Anos 30*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- <sup>ix</sup> Carta de Hugo Soittuer a Virgílio de Mello Franco, datada de 21/08/1931, Arquivo Virgílio de Mello Franco, série Correspondências, CPDOC- FGV.
- <sup>x</sup> Carta a Virgílio de Mello Franco, fevereiro de 1932. Arquivo Virgílio de Mello Franco, série Correspondências, FGV-CPDOC.
- <sup>xi</sup> Idem.
- <sup>xii</sup> VMF c 32.02.00, Arquivo Virgílio de Mello Franco, série Correspondências, CPDOC-FGV.
- <sup>xiii</sup> BOMENY, Helena Maria Bousquet. Op. cit., p.175.
- <sup>xiv</sup> Este acontecimento que ele se refere é a morte de Olegário Maciel e, conseqüentemente, a disputa em torno do nome para a interventoria mineira.
- <sup>xv</sup> Carta de Cristiano Machado para Antunes Maciel, VMF c 33.09.05-A, Arquivo Virgílio de Mello Franco, série Correspondências, CPDOC-FGV.
- <sup>xvi</sup> CASTRO, Maria Helena de Magalhães. O Rio Grande do Sul no pós-30: De protagonista a coadjuvante. In: GOMES, Ângela de Castro (org). *Regionalismo e Centralização Política: Partidos e Constituinte nos Anos 30*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, p. 52.
- <sup>xvii</sup> Carta de Virgílio de Mello Franco a Getúlio Vargas, 26 de novembro de 1933, Arquivo Virgílio de Mello Franco, série Correspondências, CPDOC-FGV.

## **A política ilustrada na Província do Maranhão e Piauí: análise da correspondência trocada entre D. Rodrigo de Sousa Coutinho e D. Diogo de Sousa (1798-1801)**

Flávio Pereira Costa Júnior (flaviopoeta@hotmail.com)<sup>1</sup>

### *Resumo:*

Este artigo tem como objetivo mapear as informações que demonstram que há uma intensa troca comercial entre o Maranhão e Portugal no que se refere aos impressos e como isto estava atrelado a política iluminista da época. Desta forma perceber o discurso iluministas nestas cartas.

### *Palavras-chave*

Impressos – comércio - colônia

### *Abstracto*

This article aims to map the information to show that there is an intense commercial exchange between Maranhão and Portugal with regard to printed and how it was linked to Enlightenment politics of the time. Thus realizing the Enlightenment discourse in these letters.

### *Keywords*

Printed – trade - colony



D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1795-1801), Ministro da Marinha e Ultramar tinha em sua prática política a característica de ser ilustrada. Isso se deve a valorização do conhecimento científico para se conhecer melhor as ‘especificidades’ de cada uma das possessões do império lusitano. Ao se analisar as correspondências (documentos da AHU) trocadas com D. Diogo de Sousa (1798-1804) capitão-geral e governador da província do Maranhão e Piauí evidencia-se tal pressuposto como o envio de amostras da fauna, flora e minerais locais, além do fomento a pesquisa. Por ordem direta do ministro há envio de impressos científicos para a região.

Estes homens possuíam tais especificidades por serem do período moderno. Desde o século XVII o conhecimento no Ocidente se desenvolveu a partir de conhecimentos que cada vez mais estavam pautados na empiria e no conhecimento testado. O homem moderno se valeu do conhecimento científico como base de legitimação das relações sociais. É evidente que outros tipos de conhecimentos não forma extintos como é o caso do religioso, artístico e do popular. Mas ficaram no segundo plano, inclusive o filosófico.

Por mais que possamos admirar a coragem e respeitar a extraordinária engenhosidade dos filósofos no decorrer da era moderna, não se pode negar que a sua influência e a sua importância diminuíram como nunca antes. Não foi no pensamento da Idade Média, mas no da era moderna, que a filosofia passou a segundo ou mesmo a terceiro plano.<sup>2</sup>

No iluminismo lusitano tinha como características a difusão de conhecimento por meio de impressos voltados para uma filosofia naturalista-utilitária. Ou seja, o conhecimento que a coroa desejava que fosse perpetuado pelo Império Lusitano era o que pudesse divulgar e conhecer as potencialidades econômicas das diversas regiões ultramarinas e da própria metrópole a partir do uso racional da natureza e da agricultura. E isso estava em consonância com as demais filosofias da Europa, conforme Arendt:

E é mais evidente, naturalmente, nas tendências pragmáticas de filosofia moderna, que se caracterizam não apenas pela alienação cartesiana do mundo, mas também pela unanimidade com que a filosofia inglesa do século XVII em diante e a filosofia francesa do século XVIII adotaram o princípio da utilidade como chave que abriria todas as portas à explicação da motivação e do comportamento humanos.<sup>3</sup>

No âmbito da política lusitana havia a necessidade de se conhecer o próprio território com fomento a pesquisa e a educação. Neste último caso com concessão de bolsas para se estudar em Portugal<sup>4</sup>.

Ao analisar a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) referente a trocas de correspondência de documentos oficiais entre D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Ministro da Marinha e Ultramar (1796-1801), e D. Diogo de Sousa, governador e capitão-general da capitania do Maranhão (1798-1806), nota-se o interesse de realizar no Maranhão uma política ilustrada. Tal pressuposto se evidencia pelos assuntos tratados como o envio de ervas medicinais, remessa de livros, fomento a pesquisadores e bolsas para estudantes.

As práticas ilustradas no Império Português foram realizadas desde Sebastião José de Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal, como é mais conhecido. A queda do mesmo, no período que ficou conhecido como “viradeira”, ou seja, a morte de D. José I (1777), rei de Portugal, a subida ao trono de D. Maria I, a perseguição ao ministro Marquês de Pombal não destronou as ideias ilustradas do mesmo. O período mariano ficou por muito tempo estigmatizado pela historiografia como de dogmatismo, ignorância e fanatismo, anticientífico. Pois para além da perseguição daquele que ficou conhecido como símbolo do governo esclarecido lusitano, a rainha era fervorosa religiosa. Mas como destaca Novais, mais do que rupturas houvera continuidades nas políticas pós-pombalinas:

[...] a queda do marquês de Pombal , que se seguiu a morte de José I, sua perseguição, a libertação dos presos políticos, enfim a “viradeira”, não passa de fenômenos conjecturais. A equipe dirigente, de índole ilustrada, continuou basicamente a mesma, com novos acréscimos<sup>5</sup>

Assim também corrobora Luiz Carlos Villalta sobre o continuísmo da ilustração lusitana no período pós-pombalino:

O reinado de dona Maria I (1777-1792) não significou uma ruptura radical com o que lhe antecederam. Embora tenha constituído uma reação, pautou-se, em linhas gerais, pela continuidade de princípios e nomes, pela inovação e reparação. Preservou a orientação absolutista e manteve em seus cargos — ou guindou a outros — pessoas que participaram do reinado de d. José I.<sup>6</sup>

Sendo que neste momento surgem dois lugares de saberes fundamentais na história do conhecimento em Portugal: a Academia Real das Ciências (1779) e a Real Biblioteca Pública da Corte (1796)<sup>7</sup>.

As sociedades eruditas e as Academias Reais tornaram-se os centros moralmente influentes nos quais os cientistas organizavam-se em busca de caminhos e meios que lhes permitissem capturar a natureza na armadilha de experimentos e instrumentos, de modo que ela fosse forçada a revelar seus segredos.<sup>8</sup>

Mas essa ciência e esse conhecimento, como lembra Munteal Filho<sup>9</sup>, era para a glória da Coroa, e não para o questionamento das balizas que a sustentavam. A ilustração lusitana “rechaçou as idéias ilustradas que questionavam as prerrogativas absolutistas do trono, o domínio colonial e a religião católica”<sup>10</sup>. Assim se formavam mecanismos de controle para que o conhecimento difundido fosse somente o de interesse da realeza, como a proibição de tipografias no Brasil e a vigilância acerca da vinda de livros.

No final dos setecentos vai se formando uma consciência de que para explorar o império lusitano, se deveria, antes de tudo, conhecê-lo. Isso implica dizer que se deveria estudá-lo. Sob esse aspecto, os sócios da Real Academia de Lisboa vão construir um conhecimento pragmático, que desse conta da demanda que se fazia necessária por conhecer melhor as colônias, para então explorá-las. Vai gestando-se uma História Natural do Império, em que pretendia-se descrever as partes importantes do mesmo.

Cada “capítulo” da história natural das colônias, divulgado de uma maneira geral nos impressos e coleções de Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa, tratava de uma capitania ou área mais extensa do império ultramarino, enfatizando o relevo, as condições climáticas, fluviais e o perfil dos habitantes. Os bosques também constituíam uma preocupação dos naturalistas-utilitários que se agregavam em torno dos estabelecimentos especulativos em Portugal e nas colônias, o que pode ser percebido numa Memória de Joaquim José Lobo da Silva sobre a utilidade dos estudos que dizem respeito à conservação das matas, florestas e bosques.<sup>11</sup>

O conhecimento produzido pelos naturalistas-utilitários tinham em seu desenvolvimento prático, o interesse a busca por características naturais da colônia, e logo de propor a melhor forma de utilizá-lo para desenvolvimento econômico. “A produção das Memórias e dos Projetos fizeram parte deste esforço de mapeamento das potencialidades econômicas das colônias”<sup>12</sup>.

Maria Odila Dias, no clássico artigo “Aspectos da ilustração no Brasil”, trata de tema que nos interessa. Neste texto evidencia como as ciências naturais vão ser fundamentais neste momento da administração das colônias. A necessidade de saber pra melhor dominar é a síntese de sua tese. O Estado terá o papel de fomentador dos estudos sobre a agricultura e natureza das colônias.

Os pedidos de estudo de exemplares da flora brasileira e de se levantarem produtos interessantes e comerciáveis, até então ignorados ou inexplorados, que Pombal dirigiu aos governadores e capitães-gerais das principais capitanias foi o estímulo inicial para as ciências naturais no Brasil. As dificuldades dos portugueses em seus domínios do Oriente provocara uma

valorização crescente no Brasil, cuja natureza tropical e desconhecida parecia ofertar enorme manancial de tesouros ocultos<sup>13</sup>.

A política pós-pombalina se manteria ilustrada. Isso é significativo para entendermos a gestão de D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1795-1801), que será ministro da Marinha e Ultramar, e em especial as suas ações governamentais ligadas ao fomento, às pesquisas, ao envio de livros para a colônia - no caso estudado, para a Capitania do Maranhão e Piauí. D. Rodrigo era afilhado do Marquês de Pombal e almejava reformar a forma de governar e de sustentar a colonização das possessões ultramarinas. Era sócio e fundador da Academia Real das Ciências de Lisboa. Para o mesmo estas possessões tinham fundamentais importâncias para manter o império lusitano, ao ponto de propor para D. João a transferência da corte para o Brasil em 1801, “no seu entender, o príncipe regente tinha muito pouca escolha em caso de conflito. Se os franceses ocupassem Portugal, os ingleses ocupariam o Brasil e melhor seria antecipar-se a ambos tomando a iniciativa”<sup>14</sup>. D. Rodrigo “formularia os princípios da ideologia colonial da Ilustração portuguesa”<sup>15</sup>.

Ao se tornar ministro da Marinha e Ultramar, traz para seu governo a burocracia estatal, composta por um séquito de funcionários que estavam em ligados a sua visão ilustrada, dentro do programa naturalista-utilitário. Nesse contexto, escolhe D. Diogo de Sousa para ser governador e capitão-geral do Maranhão e Piauí. Este tinha o perfil acadêmico e estava em consonância com a política ilustrada conforme aquele preferia para a ocupação de cargos importantes. D. Diogo era doutor em matemática pela Universidade de Coimbra.

Mediante a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino pode-se notar no envio de ofícios e correspondências entre D. Diogo de Sousa e D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o interesse de conhecer melhor a capitania do Maranhão mediante pesquisas e análises das potencialidades econômicas da região. Questões relativas às matas,<sup>16</sup> salitre<sup>17</sup>, plantas medicinais<sup>18</sup> e aves<sup>19</sup> são temas de discussões entre os dois. Há também o fomento para o estudo de indivíduos solicitando para estudarem na Universidade de Coimbra.<sup>20</sup> Tudo isso está em correlato com o que foi apresentado pela historiografia que discute sobre o iluminismo como prática política realizada na gestão de D. Rodrigo.

O investimento na coleta dos produtos naturais, para além de um movimento de ruptura com o isolamento cultural dos portugueses relativamente ao continente, estava associado às demandas do Estado burocrático e ao projeto dos intelectuais ilustrados luso-brasileiros que acabaram por conduzir ao reconhecimento e conquista metódica do território ultramarino. Este investimento, que tinha como eixo as potencialidades do mundo natural das colônias, referia-se também aos métodos de classificação e de acondicionamento das remessas oriundas do mundo natural das colônias, que

acabavam por redundar em mecanismos de elaboração de um conhecimento útil e esclarecido aos intelectuais luso-brasileiros.<sup>21</sup>

O conhecimento pragmática inerente a este tipo de política tinha como ideia reparti-lo aqueles que pudessem executá-lo, ou seja àquele que tivessem em sua possibilidade social usar para fins econômicos. Assim em dois documentos do AHU podemos notar a redistribuição de impressos entres os colonos.

Fiz repartir por estes habitantes os noventa exemplares que VEx<sup>a</sup> me remeteu sobre cultura, e manipulação do açúcar; e remeto nesta ocasião o seu produto em letra ao Official maio João Felipe da Fonseca, na forma que VEx<sup>a</sup> me determinou em Aviso de 3 de Abril do presente ano.<sup>22</sup>

Esta correspondência é destinada a D. Rodrigo pelo então governador do Maranhão e capitão-geral do Maranhão e Piauí, D. Fernando de Noronha. Estes impressos tinham como tema específico açúcar, que era cultivado no Maranhão. Situação semelhante vai ser indicado pelo sucessor no governo:

Fiz repartir os quatros exemplares da instrução sobre a cultura das Batatas por igual número de pessoas, que me parecem mais aplicadas a agricultura, como V. Ex<sup>a</sup> me determinou em o seu Aviso de 17 de Julho do corrente ano, que acompanhou os ditos exemplares.<sup>23</sup>

Por lado, a batata não é uma agricultura que era muito praticada no Maranhão, mas era também de interessante para D. Rodrigo que se estivesse estimulando novas culturas. Nos dois documentos a pouco apresentado são de governadores diferentes e que tinham o mesmo destinatário que é o D. Rodrigo, e ambos assumem nestes documentos que ter repartido os impressos entre os habitantes foi uma ordem direta deste ministro. Uma forma de redistribuir conhecimento pragmática a esta capitania. Mas infelizmente não fica claro quem são destinados estas obras, se a elite econômica no interesse de que estes pudessem se valer deste conhecimentos para incrementar a economia, ou se é destinado àqueles que estavam na administração da capitania.

Porém também já se foi levantado outra hipótese de que os livros eram repartidos gratuitamente por que não eram comprados. Na capitania de São Paulo houvera algo semelhante como distribuição dos impressos, o que levou a Mario Odila Dias a levantar esta hipótese<sup>24</sup>. Também Mário Meireles informa que a venda de livros fracassara e que perfazia o prejuízo de 2:401\$478 rs.<sup>25</sup>

Um fato curioso é de que os impressos no começo do oitocentos no Maranhão ficaram na Casa do Correio para ser posto a venda. Isso é significativo, pois nota-se que há um comércio de impressos, ainda que se possa imaginar que mínimo no local<sup>26</sup>. O Bernadino Pereira Lago, no começo do oitocentos afirma que “não há, porém, livraria

alguma pública, nem loja de livros.”<sup>27</sup> De fato não havia neste momento um local específico para venda deste tipo de artigo nesta época, mas como destaca Marcelo Cheche, não seria por isso que não haveria a venda dos mesmos.

No Maranhão, os pontos de venda de livros e jornais podem ser mais facilmente observados a partir dos anúncios trazidos pelo *Conciliador*, primeiro jornal da província, que circulou a partir de abril de 1821. Em casas, lojas e boticas era possível encontrar uma importante variedade de impressos, de folhinhas de reza, porta e algibeira a autores clássicos, como Tito Lívio, Virgílio e Horácio; novos métodos de Gramática; a *Estatística histórico-geográfica*, de Antonio Bernardino Pereira do Lago; e jornais, folhetos e coleções de leis portuguesas elaboradas sob a nova ordem, agora constitucional. Havia também a possibilidade de encomendar livros, jornais e folhetos portugueses, serviço oferecido por Francisco José Nunes Corte Real, funcionário da Tipografia.<sup>28</sup>

Outra questão fundamental deste local de venda dos impressos é a constituição do mesmo. O Correio da Cidade em São Luís é formado por ordem direta de D. Rodrigo, que neste momento está tentando reorganizar o sistema postal do império por razões estratégicas. Entre estas razões está diretamente ligado por questões econômicas de reajustar as finanças do império que já sofre com o esgotamento dos metais preciosos, e assim reestruturar o funcionamento das atividades do correio no intuito de obter mais arrecadação de verbas. Outro fator é de construir um lugar de envio e recebimentos de correspondências para que possa dinamizar tal atividade. Tal lugar se encontrava na casa do administrador do correio local<sup>29</sup>. Por fim, no caso especial do Correio da Cidade de São Luís, vai adquirir uma terceira atividade que é a de venda de impressos.

O envio de impressos para o Maranhão tinha o objetivo de estimular a cientificidade na forma de se gerir a economia local, por isso estes livros tinham temas bastante delineados: comércio e culturas agrícolas (tradicional como a cana-de-açúcar e o algodão e promissoras como pimenta da índia e a canela). As culturas que já eram praticadas eram estimuladas a serem melhoradas, e as que demonstravam potencial, incentivadas a serem realizadas.

Não há nesta documentação analisada referências às obras de caráter ficcional.<sup>30</sup> Ainda que em outras partes da América portuguesa se notasse este tipo de livros<sup>31</sup>. Isso ocorre porque não é de interesse dessa política ilustrada a difusão de literatura, que não teria valores práticas e estavam “meramente” voltadas para o entretenimento. Para além, por muito tempo este tipo de leitura seria desaconselhável, inclusive com diagnósticos médicos desfavoráveis.

Dos 883 impressos que vieram por ordem de D. Rodrigo de Sousa Coutinho em 1800 para a capitania do Maranhão todos eram ligados à temática do comércio e da agricultura. São títulos como *Fazendeiro do Brasil*, *Memórias sobre a plantação de algodão*, *Cursos de Estudos do Comercio e fazenda*, entre outros análogos.<sup>32</sup>

Oswaldo Munteal Filho destaca a política naturalista-utilitária, da formação de conhecimento prático em que pese à necessidade de entender a colônia em seus aspectos naturais.

Os naturalistas da Academia Real das Ciências de Lisboa, inspirados pelas potencialidades dos “usos e das virtudes” das plantas tropicais, enviaram exploradores às colônias com o fito de avançar sobre o conhecimento da natureza, a fim de que estes remetessem gêneros exóticos e até então desconhecidos aos Museus de História Natural de Coimbra e de Lisboa, promovendo assim um programa de aclimatação de plantas úteis nos territórios que compunham o Império Colonial Ultramarino<sup>33</sup>.

Era de interesse de Portugal em sua política colonialista a partir de viés ilustrado o investimento em conhecimento científico. Na capitania do Maranhão e Piauí estavam inseridas neste contexto.

Parte da documentação analisada podemos perceber uma reflexão dos indivíduos de suas épocas em relação aos conteúdos dos impressos. O texto possui sua inerente ambiguidade: a da autoridade do texto e a da liberdade de entendimento do leitor.<sup>34</sup> Ainda que a censura colonial tenta homogeneizar os textos e até mesmo a leitura.<sup>35</sup>

Há caso que as obras também são comentadas por seus leitores, em um documento pode-se ver o tipo de leitura que D. Diogo de Sousa fez e a sua opinião sobre a obra:

Ainda que á presa li a tradussão da Obra sobre a Architetura Naval, a qual VEx.<sup>a</sup> remetteo em Carta de 10 de Dezembro do año passado ameu Antecessor pelo Correyo Maritimo: A-cheya muito sientifica; mas parece-me que apozição das Letras, mesmo alguàs de succoens dafig. 2.º precisão corresão.

Deos Guarde a VEx.<sup>a</sup> S. Luiz do Maranhão 5 de Março de 1799% III.<sup>mo</sup> eEx.<sup>mo</sup> S.<sup>or</sup> D. Rodrigo deSouza Coutinho.<sup>36</sup>

Neste documento há um parecer sobre o a tradução do livro *Architetura Naval* por Diogo de Sousa, que relata que tal obra foi enviada ao seu antecessor, pelo Correio da Cidade, sendo elogiado por ser muito *sientifica*, porém com a ressalta que as letras da figura 2º precisam de correção. Também neste documento relata o tipo de leitura feita “lido a presa”. D. Diogo Sousa assina destinada ao D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

## CONCLUSÃO

Ao analisar a documentação do AHU referente ao período que coincidiu as gestões de D. Rodrigo e D. Diogo é notável que havia uma prática política que conforme a bibliografia estudada fazia parte de uma conjectura ligada ao pensamento ilustrado. Isso é notável pelo interesse científico e econômico na fauna, flora e recursos minerais da capitania do Maranhão e Piauí. A educação também era importante neste contexto que se voltava para a história natural, perceptível com a vinda de impressos com esta temática por ordem direta do Ministro e pela proposta do governador de se constituir uma disciplina exclusiva para este tipo de conhecimento.

---

<sup>1</sup>Formado em história licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão e atualmente é mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História pela Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS-UFMA). Orientado pelo professor Alírio Carvalho Cardoso (PPGHIS-UFMA) e tem como co-orientador o professor Marcelo Cheche Galves (PPGHEN-UEMA)

<sup>2</sup> ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p.367.

<sup>3</sup> Idem, op. cit., p. 382-383.

<sup>4</sup> Não havia nas colônias lusitanas universidades como haviam na América Castelhana, assim o ensino superior daqueles que viviam nas colônias seria na própria metrópoles.

<sup>5</sup> “O Reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n.7, 1984, p. 106.

<sup>6</sup> *1789-1808: o império luso-brasileiro e os brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Virando séculos), p. 19-20.

<sup>7</sup> RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: Monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008, P. 66-67.

<sup>8</sup> ARENDT, Hannah. Op. cit., p. 347.

<sup>9</sup> “O liberalismo num outro Ocidente: política colonial, idéias fisiocratas e reformismo mercantilista”. In. GUIMARÃES, Lucia M. Paschoal; PRADO, Maria Emília (orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: REUAN: UERJ, 2001.

<sup>10</sup> Villalta, op. cit., p. 17-18.

<sup>11</sup> MUNTEAL FILHO, op. cit, 2001, p. 36.

<sup>12</sup> Idem. “Política e Natureza, no reformismo ilustrado de D. Rodrigo d Souza Coutinho”. In. *O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999, p. 99.

<sup>13</sup> DIAS, op. cit, p. 113.

<sup>14</sup> MAXWELL, Kenneth. “Acomodação”. In. *A devassa da devassa: A inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808*. São Paulo: Paz e Terra, 2005, p. 258.

<sup>15</sup> NOVAIS, op. cit., p. 111.

<sup>16</sup> AHU-ACL-CU – 009 Caixa: 102 doc.: 08262; AHU-ACL-CU – 009 Caixa: 102 doc. 08264.

<sup>17</sup> AHU-ACL-CU – 009 Caixa: 102 doc.: 08263; AHU-ACL-CU – 009 Caixa: 105 doc.: 08378.

<sup>18</sup> AHU-ACL-CU – 009 Caixa: 111 doc.: 08653; AHU-ACL-CU – 009 Caixa: 113 doc.: 08792.



---

<sup>19</sup> AHU-ACL-CU – 009 Caixa: 115 doc.: 08933.

<sup>20</sup> AHU-ACL-CU – 009 Caixa: 109 doc.: 08578; AHU-ACL-CU – 009 Caixa: 109 doc.: 08586; AHU-ACL-CU – 009 Caixa: 109 doc.: 08587.

<sup>21</sup> MUNTEAL FILHO, op. cit., 2001, p. 55.

<sup>22</sup> D. 8018

<sup>23</sup> D. 8031

<sup>24</sup> DIAS, Maria Odila da Silva. “Aspectos da Ilustração no Brasil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. volume 278. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1968.

<sup>25</sup> MEIRELES, op. cit., p. 63.

<sup>26</sup> Do mínimo me refiro a citação anterior do Meireles.

<sup>27</sup> LAGO, Antônio Bernardino Pereira do. *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*. São Paulo: Siciliano. 2001, p. 77. O termo livraria utilizado pelo autor é referente ao que conhecemos hoje por biblioteca, já o local de venda deste tipo de livros era conhecido como loja de livros.

<sup>28</sup> GALVES, Marcelo Cheche. *Ao Público sincero e imperial: imprensa e independência do Maranhão (1821-1826)*, Niterói, 2010 – Tese (doutorado em história)- UFF, 2010, p. 59, grifo do autor.

<sup>29</sup> Neste momento não é de estranhar que órgãos públicos pudessem funcionar na casa daqueles que eram agentes do império, é elucidativo também o caso da educação régia que ocorriam na casa do professor.

<sup>30</sup> No entanto, Marcelo Cheche Galves em sua tese, vale-se da pesquisa de Villalta para sustentar que a partir de 1795 veio uma grande quantidade de romances para o Maranhão (GALVES, Marcelo Cheche. *Ao Público sincero e imperial: imprensa e independência do Maranhão (1821-1826)*, Niterói, 2010 – Tese (doutorado em história)- UFF, 2010, p. 27).

<sup>31</sup> ABREU, Márcia (org.) *Leitura, história e historia da leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1999. ABREU, Márcia (org.). *Trajatória do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008. VILLALTA, op. cit.

<sup>32</sup> “Estudos dedicados ao Maranhão no período colonial reservam lugar de destaque para o papel da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, criada em 1756, como dinamizadora das atividades de agro-exportação, principalmente relacionadas ao algodão e ao arroz” (GALVES, op. cit. p. 38).

<sup>33</sup> 2001, p. 55-56

<sup>34</sup> Cf. CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo : Ed. UNESP, 1998. O autor tem um objetivo em sua comunicação, mas isso não quer dizer que o leitor vá receber a informação conforme o escritor deseja.

<sup>35</sup> Cf. VILLALTA, Luiz Carlos *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Uso do Livro na América Portuguesa*. 1999. 443 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

<sup>36</sup> AHU, D. 8.259

## A crítica ao capitalismo no álbum *Animals* do Pink Floyd (1977)

Franco Santos Alves da Silva

alvesfranco@hotmail.com

Bolsista CAPES no curso de Doutorado em História Cultural

Orientador Dr. Marcio Roberto Voigt

Co-orientador Dr. Alexandre Busko Valim

PPGH - Universidade Federal de Santa Catarina

### Resumo

Em 1977 a banda britânica de rock progressivo Pink Floyd lançou o álbum conceitual *Animals*. Inspirado, mas com algumas diferenças, na obra *Revolução dos Bichos*, de George Orwell, contendo cinco músicas com nomes de animais: ovelhas, porcos e cães. Busca-se, portanto uma análise do álbum no contexto da década de 70, ou seja, o surgimento de uma nova onda conservadora, frente à recente crise do capitalismo, e um desencantamento do mundo moderno, que animaliza as pessoas e as relações sociais.

Palavras-chave: Pink Floyd, capitalismo, contestação.

### *Abstract*

*In 1977 the British progressive rock band Pink Floyd released the concept album Animals . Inspired, but with some differences in the book Animal Farm, George Orwell, containing five songs with names of animals: sheep, pigs and dogs. The goal is an analysis of the album in the context of the 70's, during the emergence of a new conservative wave front to the recent crisis of capitalism, and disenchantment of the modern world , which animalizes people and social relations.*

*Keywords : Pink Floyd , capitalism, contestation.*

Em 21 de janeiro de 1977 o grupo de rock progressivo britânico Pink Floyd lançou seu décimo álbum de estúdio, *Animals*. A banda, formada por Roger Waters, contrabaixo e vocais, David Gilmour, guitarra e vocais, Richard Wright nos teclados e Nick Mason na bateria, passava por uma centralização na concepção e composição nas mãos de Roger Waters desde os álbuns anteriores *Wish you where here* e *The Dark Side of the Moon*.

A obra é composta por cinco canções que criticam a sociedade capitalista e seus efeitos no mundo contemporâneo através da criação de um mundo distópico que animaliza os seres humanos e os separa em classes sociais diferentes. Podemos aqui tratar a distopia como um gênero de narrativa - o oposto da utopia - tal como uma metáfora que exagera certos elementos da sociedade ao criar um mundo ao mesmo tempo análogo e semelhante ao “real”,

aonde estes exageros servem de alerta aos problemas percebidos pelo autor. A concepção em questão foi inspirada pelo livro *Revolução dos Bichos*, lançado em 1945, por George Orwell, mas, diferente do livro – que critica o stalinismo na Segunda Guerra Mundial – o disco faz uma abordagem mais direta sobre o conservadorismo, o liberalismo econômico e a sociedade ocidental, em especial a inglesa, na década de 1970. Desta forma este trabalho busca compreender sua relação com este contexto em questão.

A concepção de *Animals* ganhou contorno ainda durante a gravação do último álbum *Wish you were here* enquanto Roger Waters rabiscava o projeto de um filme com um mundo distópico em seu caderno com desenhos de máscaras de animais, e que não chegou a ser realizado. O grupo já tocava regularmente as canções “Raving and Drooling” e “You Gotta Be Crazy”, que nas gravações foram reformuladas e se tornaram “Sheeps” and “Dogs”, respectivamente. A capa do álbum ficou a cargo da Hipgnosis, empresa que havia feito as artes anteriores para o grupo. Contudo as três opções apresentadas inicialmente foram descartadas, entre elas uma criança espiando seus pais fazendo sexo, “copulando como animais”. Roger Waters residia em Clapham Common, bairro no sudoeste de Londres, distante do estúdio, e passava sempre pelas imponentes torres brancas da Usina de Força de Battersea, quando teve a ideia de usá-la para a capa do disco. A usina foi projetada por Sir Gilbert Scott, arquiteto que criou a icônica cabine vermelha de telefone. O porco foi desenhado por Andrew Saunders e Jeffrey Shaw e construído com mais de nove metros de comprimento pela empresa alemã Ballon Fabrik, mesma que construiu os primeiros zepelins.<sup>1</sup>

O ano foi de transformações para o grupo, compraram um prédio de três andares na Britannia Row, 35, que funcionou como estúdio e depósito para a aparelhagem de iluminação e som e assim deixaram de alugar o estúdio Abbey Road, que os acompanhava desde o início. O aparente passo extravagante significava na verdade uma economia para o grupo que vinha gastando muitas horas extras de ensaios e gravações, além disso, eles pretendiam locar o novo estúdio, bem como alugar parte do equipamento. Vale ressaltar ainda que foi a partir deste disco que a banda começou a se apresentar em estádios, mudança que possibilitou uma série de inovações técnicas ao grupo que já era conhecido pelo grande aparato de iluminação e projeção que utilizava. O porco, carinhosamente apelidado de “Algie”, passou a ser utilizado nestas apresentações, mas depois foi trocado por uma réplica mais barata, que explodia em um grandioso efeito pirotécnico.<sup>2</sup>

A teoria proposta para análise da música segue a mesma proposta por Robert Walser, Richard Middleton, Simon Firth e o brasileiro Marcos Napolitano, que priorizam a análise da

música enquanto objeto dentro do contexto de sua própria produção. Segundo Napolitano, os primeiros estudos culturais, isolavam o objeto de uma conjuntura maior, entretanto isto “fragmenta este objeto sociológica e culturalmente complexo, analisando ‘letra’ separada da ‘música’, ‘contexto’ separado da ‘obra’, ‘autor’ separado da ‘sociedade’, ‘estética’ separada da ‘ideologia’”.<sup>3</sup>

Segundo Robert Walser, muitas pesquisas dissertam sobre o ‘significado’ de uma canção, entretanto é tão somente a letra da música que está em voga na análise. Mas a significação verbal é responsável por uma das partes na equação que procura entender a complexa relação músicos, fãs e música popular, independente do gênero em questão.<sup>4</sup> O raciocínio de Richard Middleton é semelhante, ao afirmar que grande parte dos estudos sobre letras são feitas segundo métodos de análise de conteúdo, o que simplifica a relação entre o conteúdo lírico e a ‘realidade’, além de ignorar a especificidade das estruturas dos sistemas de significação musicais e verbais<sup>5</sup>. A melodia, timbre, ritmo, técnica e estilo alteram a conotação e o efeito das palavras e o resultado do discurso, por isto a separação entre os elementos acima se mostram deficientes e não podem ser esquecidos dentro da análise da música. No caso do Pink Floyd, as diferenças entre os dois vocalistas, David Gilmour e Roger Waters, tornam-se antagonistas que se completam, através da criação de atmosferas, sensações e técnicas entrosados com a letra e o conceito em si. Além do mais, certos elementos musicais nos condicionam a experimentarmos determinadas sensações. De acordo com Simon Firth, “as imagens privadas que passam pela nossa cabeça quando nós ouvimos músicas são determinadas pelos códigos de trilhas sonoras que nós aprendemos em dúzias de situações em que assistimos algo publicamente”.<sup>6</sup>

Há semelhanças e diferenças entre o álbum e o livro de Orwell. Na fábula do escritor inglês os animais se rebelam contra uma fazenda liderada pelos humanos, mas acabam sucumbindo aos mesmos erros e tiranias do antigo regime, ao seguirem o porco Napoleão, que havia afastado os demais porcos do poder, na tentativa de fundar uma sociedade utópica idealizada por porcos mais velhos. Nesta sátira do projeto de Stalin à União Soviética Comunista, leis são criadas para definir a nova ordem social e sustentar a revolução, amplamente repetidas pelas ovelhas<sup>7</sup>. Em resumo, os sete mandamentos que negavam qualquer gesto que imitasse a humanidade passaram a ser adaptados, até os porcos estarem andando sobre duas patas e jogando com cartas com os homens de outras granjas e discutindo economia. No final os animais já mal se lembravam das diferenças de viver sob o julgo dos humanos ou dos porcos.

A concepção de Waters difere principalmente na forma como a sociedade está organizada e, sobretudo, a quem as críticas são dirigidas. Os porcos continuam sendo os “protagonistas maus”, mas não encarnam personagens políticos da Revolução Russa e sim economistas, moralistas e políticos ingleses. Neste sentido, a sátira e do grupo é muito mais direta e contundente, pois, como veremos adiante, à nomeação direta aos diferentes tipos de porcos na sociedade. Outra questão que permanecesse é a necessidade de se fazer a revolução para alterar a estrutura da sociedade, mas, uma vez ela realizada, os animais passam por semelhantes aspirações de mobilidade de classe e uma conseqüente traição aos valores inicialmente defendidos.

O álbum começa com uma balada de amor, *Pigs on the Wind (part 1)*, composta por Roger Waters para sua nova namorada<sup>8</sup>. É uma música curta, dedilhada em violão, quase que abrindo as demais músicas, com um minuto e vinte e cinco segundos, que inicialmente formava apenas uma canção com a que fecha o disco, mas que foi dividida para tirar um pouco a frieza e o tom sério do álbum e dar um início e fim coerente<sup>9</sup>. Entretanto, a letra da canção está totalmente vinculada à temática do álbum, pois é um casal que promete proteção mútua frente às dificuldades daquela sociedade, “Se você não se importasse com o que me aconteceu, e eu não me importasse contigo (...) andaríamos zig-zagueando nosso caminho através do aborrecimento e da dor”.

A música seguinte é *Dogs*, uma estrondosa canção de dezessete minutos, sendo a mais longa do disco, escrita por Roger Waters e co-escrita por David Gilmour, sendo a única do disco que ele também canta. Ela começa com uma variação em violão e órgão, até progredir com a voz de Gilmour, mais grave e levemente rouca. O longo solo de Gilmour é um dos pontos interessantes, bem como a inserção de latidos de cães no meio da música, além de sons agudos do sintetizador que dividem parte do solo de órgão para então entrar a segunda parte, cantada por Waters. Os cães são a burguesia, aqui representada no mundo selvagem dos negócios, na alta competição das empresas:

“Você deve ser louco, ter uma verdadeira necessidade/ Você precisa dormir sobre seus dedos do pé, e quando você estiver na rua/ Precisa ser capaz de pegar a presa fácil com os olhos fechados /E depois se movendo silenciosamente, contra o vento e escondido / Você tem que atacar no momento certo, sem pensar”.

Neste primeiro verso percebemos o mundo de disputa, aonde existem vários códigos de conduta e comportamento que operam como distinção de classe e fomentadores de status. No trecho: “E passado algum tempo você pode treinar detalhes de estilo/ Como a gravata de

clube e um firme aperto de mão/ Um certo olhar nos olhos e um sorriso fácil” Evidenciam-se as relações sociais, quase todas baseadas no interesse, na troca de influências fria e traiçoeiramente arquitetadas, como nos indica a continuação: “Você precisa ter a confiança das pessoas para quem você mente/ Para que quando elas virarem as costas/ Você tenha a chance de lhes enfiar a faca”.

Os temas que tangenciam o disco, em especial *Dogs* sintetizam e ilustram a pressão da sociedade para o comportamento da sociedade de mercado, através da necessidade da especialização técnica, da necessidade de adaptação para sobrevivência em um mundo repleto de predadores não confiáveis, aonde “todos são descartáveis e ninguém é confiável”. Mas tudo isto tem um preço a ser pago: “E à medida que o medo cresce, o sangue ruim azeda e vira pedra/ E é tarde demais para largar o peso que você costumava jogar por aí/ Então tenha um bom afogamento, enquanto você vai afundando sozinho/ Arrastado pra baixo pela pedra”. Enfim, os cães aspiram virar porcos, os personagens da próxima canção.

Em *Pigs (Three different ones)* há uma nomeação direta de ao menos uma das diferentes espécies de porcos que povoam o mundo – e em especial o Reino Unido – na terceira das três estrofes. As demais são passíveis de interpretação e discordância desde então, sem os músicos terem revelado diretamente quem são. Contudo é interessante levantar algumas possibilidades. Não obstante, é nesta categoria que se encontra a classe social que domina e manipula os demais animais conforme suas vontades, seu moralismo e objetivos econômicos. A canção de onze minutos e vinte e seis segundos inicia com o ronco de um porco, sintetizadores e teclado que cria uma atmosfera tensa, até encaminhar para o *reef* de guitarra que enche junto com o teclado, bateria e baixo, até entrar o vocal de Waters, com um tom de escárnio, como quem berra uma mensagem para alguém. O modo que ele canta a música, uma melodia falada, quase declamada, viria a se tornar um estilo na sua carreira solo. A letra inteira é uma indireta a hipocrisia da farsa montada pelos porcos para manter e atualizar os discursos caros à sua classe: o homem de negócios, a mulher/mãe ideal, a moralista.

O primeiro porco, “grande homem, homem porco, ha ha, que falso você é/ Seu próspero magnata, ha ha, que falso você é”. Há especulações que este seja Winston Churchill (“Uma mancha de porco em seu queixo gordo”) – a quem Waters culpa pela morte do seu pai durante uma campanha na Itália, na ponte de Anzio na Segunda Guerra Mundial –, contudo esta hipótese não foi confirmada, provavelmente porque Waters não desejava ir contra a sacralização de um herói nacional. Na parte seguinte: “E quando sua mão está sobre o seu

coração/ Você é quase uma boa risada/ Perto de ser um piadista”. Este trecho faz alusão ao juramento sobre o coração, mas em seguida o autor dúvida dos seus gestos, como quem tem certeza de que é falso e calculado. É interessante lembrar que a sociedade desenhada aqui não é estática, há possibilidades e desejos de ascensão social, no caso dos porcos que um dia foram cães.

O porco seguinte é igualmente não identificado, mas trata-se de Margareth Thatcher: “Saco de ratos do ponto de ônibus, ha ha, que falsa você é/ Sua velha fodida, haha, que falsa você é”. Pois além de cantar no feminino, ele fazia um trocadilho nas versões ao vivo, trocando velha (*hag*) por *Mag*, abreviação de Margaret. Há também diversos símbolos que ajudam identificá-la, como as jóias, “você irradia cacos frios de vidro”, ou seja, um brilho falso, inútil e perigoso, ou ainda: “você é a maioral com seu alfinete de chapéu”, adereço de distinção social da aristocracia inglesa. Thatcher era vista pela banda como um perigo conservador cuja voz crescia fortemente na política inglesa. Foi neste período que a *Líder da Oposição* ganhou seu apelido de Dama de Ferro, em razão das duras críticas à Rússia, sua opinião negativa sobre o Estado de Bem estar Social, a não independência da Escócia e a necessidade de supressão dos movimentos sindicais<sup>10</sup>.

O último porco, como afirmamos anteriormente, é o único cuja identidade é revelada: “Ei, você, Whitehouse/ Haha, que falsa você é/ Sua ratazana conservadora”. A pessoa em questão é Mary Whitehouse, uma moralista pública que tinha grande voz na Inglaterra dos anos 60 e 70. Whitehouse acusava o Pink Floyd como um dos degradantes elementos da tradição e cultura britânica, um péssimo exemplo para os jovens. Whitehouse queria banir a violência, o sexo e as drogas da televisão britânica através do ativismo moralista com uma série de entidades, propagandas e movimentos conservadores que viam no liberalismo social e nas mídias de massa, o grande problema da Inglaterra naquele contexto. “Você precisa deter a maré diabólica/ E manter tudo isso do lado de dentro”, ecoa Waters em som abafado como efeito de megafone, com um acompanhamento da bateria de Nick Mason no *cowbell* (instrumento de percussão metálico que imita o som do sino da vaca), Desta forma, as campanhas feministas, movimentos homossexuais, e tudo que poderia denegrir os bons costumes, era alvo de suas críticas. “Toda lábios cerrados e pés frios/ E você se sente ofendida? Você precisa deter a maré diabólica/ E manter tudo isso do lado de dentro/ Mary, você é quase um docinho”. O maniqueísmo cristão era um dos pontos do discurso de Whitehouse, daí a ironia do grupo ao referirem-se a ela. “Eu jogava fora aquele verso sobre Mary Whitehouse, mas ele acabava retornando pra mim”, afirmou Waters.<sup>11</sup>

A música “Sheep” aponta para o último grupo social, presente na base da pirâmide esboçada por Roger Waters. Trata-se do povo, dos trabalhadores e pobres que ficam “Inocentemente passando seu tempo no pasto”, sem qualquer consciência de si perante o contexto, pois ficam “apenas vagamente ciente de um certo desconforto no ar”. A música de dez minutos e dezenove segundos inicia com teclado e marcação do contrabaixo até perto dos dois minutos, quando se inicia o vocal. A primeira estrofe é cantada rapidamente, com uma levada da bateria e os acordes de guitarra. Perto dos quatro minutos há um solo, para depois iniciar a próxima parte. A atmosfera e o som em si transmitem uma sensação mais otimista que as demais músicas do álbum, talvez pelo tema revolucionário proposto na letra. Ela inicia e termina com balidos de ovelhas. O vocal gutural ressalta que “é melhor tomar cuidado/ Pode haver cães por perto”. Isto nos dá uma indicação da condição precária de existência das ovelhas frente à uma luta de classes, cujo enfrentamento com os cães é inevitável. “O que você ganha fingindo que o perigo não é real?/ Submissos e obedientes vocês seguem o líder/ Descendo pelo trauteados corredores, em direção ao vale da morte”. Aqui há mais um chamado para a necessidade de um despertar das ovelhas, mas notemos que apesar da submissão há uma noção de que algo está fora do lugar, nesta frase ressaltada pela palavra fingindo, e anteriormente pelo *certo descontentamento no ar*. Portanto há elementos de descontentamento, mas falta-lhes alguma fagulha. A canção faz um trocadilho com o Salmo 23: “O Senhor é meu pastor, nada me faltará”, indicando a religião – principalmente o cristianismo anglicano no Reino Unido – como uma das razões da amortização e inércia das ovelhas. Entretanto a música indica um movimento, porque se antes eram obedientes, agora passaram a perceber a violência que sofriam, por isso, vejamos a parte seguinte: “com facas brilhantes, ele liberta minha alma/ Ele faz-me pendurar em lugares altos. [...] Porquê eis que ele tem grande poder, e muita fome”. Ou seja, aos poucos as ovelhas prosperam para “quando chegar o dia, nós, pessoas humildes/ Através da reflexão silenciosa e grande dedicação/ Dominaremos a arte do karatê”. Enfim, nesta parte, durante o processo de tomada de consciência, há a necessidade de organização política, estratégica, quase clandestina e com a necessidade de ir às armas, para subverter e libertar de sua condição social.

A revolução levada a cabo pelas ovelhas aparece nos versos explosivos: “balindo e balbuciando, caímos em seu pescoço com um grito/ Onda após onda de vingadores dementes/ Marcham alegremente da obscuridade para um sonho”. Contudo o resultado desta Marcha não nos parece positivo: “Você já ouviu as notícias?/ Os cães estão mortos!/ É melhor você ficar em casa/ E fazer o que lhe mandaram/ Caia fora da estrada se quiser continuar vivo”.



Fica-nos a pergunta: quem matou os cães? As ovelhas durante o processo revolucionário? Os porcos em um movimento de repressão contra-revolucionário?”. Não parece haver luz no fim do túnel para as ovelhas, no final parecem que voltam à sua condição subserviente, e “fazer o que lhe mandam”.

A violência no tradicional carnaval afro-caribenho de Nothing Hill, com 300 policiais feridos, e mais de 60 civis presos, foi uma das inspirações de Waters para pensar “Sheep”, que trata essencialmente da desordem social. “É uma música sobre revolução. Era minha ideia sobre o que ocorria na Inglaterra e posteriormente aconteceu no tumulto em Brixton e Toxted (1981)”. No evento de Nothing Hill a população negra havia recebido os policiais com cones, tijolos e paus, após estes utilizarem de uma força desproporcional sobre um jovem jamaicano. A reação popular foi justificada pelo racismo institucional com que a polícia metropolitana de Londres era vista ao agir sobre negros e imigrantes. A banda The Clash também escreveu uma canção, “The White Riot”, baseada no evento.<sup>12</sup>

A canção que fecha o álbum é a segunda metade da primeira, *Pig on the Wind (part two)*. Curiosamente estas foram as primeiras letras do Pink Floyd a falarem diretamente sobre o amor entre duas pessoas. Ela inicia no mesmo embalo em violão e a voz suavemente cantada de Waters. A primeira parte soa como uma resposta à promessa de proteção mútua: “agora que encontrei um lugar seguro/ Para enterrar meu osso”, contudo não deixa de fazer uma ligação, ou melhor, um encerramento ao conceito geral de *Animals*, pois a letra os coloca como parte integrante de um dos grupos sociais, os cães. “E qualquer idiota sabe que um cão precisa de um lar/ Um abrigo contra os porcos em vôo”. Não obstante é interessante ressaltar que o próprio grupo vinha passando por um momento complicado: centralização da criação nas mãos de um integrante, royalties das músicas e um comportamento mais como banda com os espetáculos em estádio e o novo estúdio.

Passada esta breve análise, cabe aqui alguns questionamentos e levantamentos na tentativa de entender o álbum em seu contexto. Inicialmente é interessante perceber o histórico dos integrantes da banda. O pai de Nick Mason se juntou ao Partido Comunista na luta contra o fascismo, mas deixou o partido no início da guerra pra tornar-se delegado sindical na Associação de Técnicos da Cinematografia (ATC). Segundo Mason, em sua autobiografia:

Minha mãe, Sally, era uma excelente pianista, cujo repertório incluía a peça (hoje em dia politicamente incorreta) “Gollinwog’s Cakewalk” de Debussy. A coleção de discos

de 78 reações na nossa casa era ainda mais eclética, incluindo peças clássicas, canções do proletariado comunista interpretadas pelo Coral do Exército Vermelho, “The body bears Picnic” e “The Laughing Policeman”. Sem dúvida, traços dessas influências podem ser encontradas em algum lugar na música do Pink Floyd – vou deixar a tarefa de encontrá-los para aqueles com mais energia.<sup>13</sup>

O histórico da formação política do grupo era bastante similar. A mãe de Roger Waters foi filiada ao Partido Comunista e militante convicta do *Labour* (trabalhismo), enquanto o pai morreu em uma campanha na Itália, fato que marcará seu processo criativo dentro da banda. Roger Waters foi presidente do comitê da juventude da Campanha para o Desarmamento Nuclear em Cambridge, participou de protestos e manifestações junto com as Marchas de Aldermaston. Manson e sua namorada na época, Lindy, também participaram de algumas passeadas do movimento, inclusive um comício na Praça Grosvenor, repreendido pela polícia<sup>14</sup>. Mesmo durante a gravação do álbum havia brigas internas por motivos políticos, como Brian Humphries, responsável pela engenharia, que havia trabalhado com o grupo em filmes musicais e no disco *Wish you were here*, “no meio de uma banda notória por suas sensibilidades a esquerda, seria melhor guardar para si suas opiniões direitistas, principalmente quando Roger estava presente”<sup>15</sup>.

Outro ponto chave na compreensão da obra é o contexto político da década de 1970 quando o sistema capitalista de produção entrou em uma profunda crise. A produção e distribuição de petróleo, diante do embargo dos países árabes, gerou escassez de combustíveis após 1973 nos Estados Unidos, bem como da desvalorização da moeda americana durante o mandato do presidente Nixon, e alta inflação dos países industrializados são apenas alguns exemplos<sup>16</sup>.

A situação no Reino Unido era complicada: inflação, greves e desemprego. Em 1974, o sindicato dos mineiros de carvão promoveu grandes blecautes, em resposta ao corte no fornecimento de combustível para as centrais térmicas, o que ajudou na queda do primeiro ministro Edward Heath. Enquanto que o primeiro ministro James Callaghan, eleito em 1976, líder do Partido Trabalhista e originário da classe operária, enfrentou o agravamento da crise nos sindicatos, desemprego, problemas no sistema público e gratuito de saúde. Questões que a oposição conservadora de Margaret Thatcher soube explorar muito bem para assim ser eleita primeira ministra em 1979. Não obstante umas das ações de Thatcher foi a aproximação com o Instituto para Assuntos Econômicos (IEA), então sustentado por especuladores financeiros sob a doutrina de Friedrich von Hayek, Nobel de economia de 1974, e Milton Friedman, um dos gurus do *neoliberalismo* e Nobel de economia de 1976.

Thatcher assumiu a vanguarda política do movimento ideológico contra o *Welfare State* (estado de bem-estar social), e contra o “Inimigo interno”, ou seja, a classe operária. Assim a diminuição de salários, o corte nos gastos públicos e imobilização dos salários passaram a ser uma de suas metas<sup>17</sup>.

É preciso compreender o disco também no diálogo com seus pares. A chegada do *punk rock* tratou bandas como Led Zeppelin, Emerson, Lake & Palmer, Yes e Genesis como “dinossauros do rock”.<sup>18</sup> Aquele verão era o primeiro da “onda punk”, trazidos por bandas como The Clash, Sex Pistols, Dr. Fellgood, The Damned e os Ramones de Nova Iorque. A diferença de gerações entre as bandas na década de 1970 - o grupo já estava na casa dos trinta - além da situação financeira do Pink Floyd, fez deles um alvo para a nova geração, uma contraposição a ser evitada.<sup>19</sup> Entretanto, os demais lançavam discos despreziosos, enquanto o Pink Floyd lançou algo tão ou mais político que os próprios punks. Na outra mão havia a ascensão da *disco music*, com o filme *Embalos de sábado à noite*, e as músicas desapegadas e fúteis de Donna Summer e Bee Gees, que dominavam as rádios, e o grupo buscava se reafirmar e reinventar com alguma coisa à dizer ao mundo, na intenção de questioná-lo ou alterá-lo. *Animals* estreou na Inglaterra em segundo lugar e nos Estados Unidos em terceiro<sup>20</sup>. Desde então já vendeu mais de sete milhões de cópias e continua a ser celebrado até hoje.

---

<sup>1</sup>MASON, Nick. *Inside Out – a Verdadeira história do Pink Floyd*. São Paulo: Escrituras, 2013. p. 257.

<sup>2</sup>Idem. p. 254.

<sup>3</sup>NAPOLITANO, Marcos. *História e música: história cultural da música popular*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 8.

<sup>4</sup>WALSER, Robert. *Running with the devil: power, gender, and madness in heavy metal music*. Middletown: Wesleyan University Press, 1993, p. 26

<sup>5</sup>MIDDLETON, Richard. *Studying popular music*. Philadelphia: Open University Press, 1990, p. 227-228

<sup>6</sup>FRITH, Simon. *Music for pleasure*. Nova Iorque: Routledge, 1988, p. 142.

<sup>7</sup>“1. Qualquer coisa que ande sobre duas pernas é inimigo. 2. Qualquer coisa que ande sobre quatro patas, ou tenha asas, é amigo. 3. Nenhum animal usará roupas. 4. Nenhum animal dormirá em cama. 5. Nenhum animal beberá álcool. 6. Nenhum animal matará outro animal. 7. Todos os animais são iguais”. Em ORWELL, George. *A Revolução dos Bichos*. São Paulo, Editora Globo S.A, 2003. p.19.

<sup>8</sup>PINK FLOYD, *Animals*, Haverst/EMI, 1977. 1 LP. As citações seguintes das canções contidas no álbum serão omitidas para não ultrapassar as regras de editoração do texto, entretanto o corpo do texto faz referência aos nomes da música.

<sup>9</sup>Esta questão mais tarde se tornaria um problema na divisão dos royalties, pois os mesmo eram divididos por canção.

<sup>10</sup> De 1975 a 1979 Thatcher foi Líder da Oposição, é uma posição oficial do político que lidera a oposição no Reino Unido, por convenção, líder do maior partido não eleito ao cargo de Primeiro Ministro. Entre os anos de 1979 e 1990 Margaret Thatcher foi a primeira mulher eleita ao cargo de primeiro ministro britânico.

<sup>11</sup> BLAKE, Mark. *Nos bastidores do Pink Floyd*. São Paulo: Generale, 2012, p. 272.

<sup>12</sup> Idem. p. 269.

<sup>13</sup> MASON, N. *Op. Cit.* p.16.

<sup>14</sup> Idem, p.21.

<sup>15</sup> Idem p.256.

<sup>16</sup> VOIGT, Márcio Roberto. *O impacto dos choques petrolíferos na diplomacia brasileira (1969-1985)*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2010, p.27.

<sup>17</sup> CHILDS, David. *Britains since 1945: a political history*. Taylor & Francis, 2006. p.185.

<sup>18</sup> Ibidem. p. 261.

<sup>19</sup> BLAKE, M. *Op. Cit.* 269.

<sup>20</sup> Idem, p.277.

## BOMBACHA: O SÍMBOLO DA IDENTIDADE GAÚCHA

Francys Peruzzi Saleh<sup>1</sup>

Vinicius Gadis Ribeiro<sup>2</sup>

### Resumo:

O objetivo deste artigo é analisar o processo de identidade do gaúcho através de suas tradições e cultura. A identidade passa a ser construída ao longo do tempo, onde qualquer indivíduo tem o direito de optar pelo que for melhor para si, tendo em vista as experiências anteriores. A bombacha é o elemento símbolo do companheirismo e da liberdade, identificando o sul-rio-grandense em qualquer lugar do mundo e servindo de inspiração para enriquecer a cultura do gaúcho do Rio Grande do Sul.

**Palavras-chave:** Indumentária. Tradição. Gaúcho.

### Abstract:

The objective of this paper is to analyze the process of identity through the gaucho traditions and culture. The identity is now built over time, where any individual has the right to choose what's best for you, keeping in view the past experiences. The breeches element is the symbol of fellowship and freedom, identifying the South Rio Grande anywhere in the world and inspiring them to enrich the culture of the gauchos of Rio Grande do Sul.

**Keywords:** Clothing. Tradition. Gaucho.

## INTRODUÇÃO

Como consequência das raças vermelha, negra e branca nasce o gaúcho ou gaudério, um tipo social que “era formado por desertores, fugitivos, vagabundos, criminosos, [...] todos marginalizados pela sociedade latifundiária que se dedicava à pecuária extensiva”<sup>3</sup>. Flores e Savaris salientam que devido ao latifúndio, o gaúcho, formado pelos elementos portugueses, espanhóis, negros e índios, vivia na miséria e excluído da sociedade pela falta de trabalho. Para garantir sua subsistência ocupava-se nas épocas de safra nas charqueadas e rodeios na Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul trabalhando para os estancieiros e assegurando emprego para a próxima colheita<sup>4,5</sup>.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Design, Educação e Inovação. Centro Universitário Ritter dos Reis. fpsaleh@gmail.com

<sup>2</sup> Orientador. Doutor em Ciência da Computação (UFRGS). Centro Universitário Ritter dos Reis. vinicius@uniritter.edu.br

<sup>3</sup> FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. 8. ed. Rev. Ampl. Porto Alegre: Ediplat, 2006. p. 61.

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> SAVARIS, Manoelito Carlos. *Rio Grande do Sul: História e Identidade*. Porto Alegre: Fundação Cultural Gaúcha – MTG, 2008.

No entanto, para Dias e Appel<sup>6</sup> os termos gaudério e gaúcho são distintos conforme exibição em seu artigo intitulado *Contradição Gaúcha*, cuja explicação segue:

Em meados de 1770, o termo “gaudério” aludia ao não confiável, ao marginal, ao abagaceirado, ao insubordinado e, principalmente, aquele que ameaçava a propriedade privada. Se, por um lado, essa primeira denominação carregava um apelo estritamente pejorativo, por outro lado, o vocábulo “gaúcho”, empregado pelos platinos e cisplatinos, referia-se ao campeiro mestiço rioplatense – elogiável no domínio do cavalo e na lida com o gado<sup>7</sup>.

Embora tenha existido tal diversidade de significados, foi a partir de 1790 que os termos passaram a ser sinônimos, denominando o gaúcho como desviante e pilhador, ou seja, o errado, o marginal que acompanhavam os exércitos ao longe<sup>8</sup>, mas que “[...] passaram a ser chamados a integrar as tropas dos comandantes militares locais que, de estancieiros, travestiam-se em coronéis, comandando a resistência contra as tentativas de invasão, ora dos espanhóis, ora dos portugueses”<sup>9</sup>.

Hoje o gaúcho é o símbolo da identidade do povo sul-rio-grandense cuja herança das lendas, danças, músicas, trabalho, linguagem, alimentação, costumes, mitos e vestuário foi formada pelas distintas etnias<sup>10, 11, 12, 13</sup>.

Portanto, tem-se que a cultura real do povo gaúcho está consolidada na sua tradição aliada a sua história, principalmente no tocante a sua maneira de vestir, que também marca sua identidade. Para tanto, a vestimenta foca o objetivo do presente estudo, mostrando a bombacha como a indumentária que retrata a identidade do povo sul-rio-grandense.

## **O TERRITÓRIO RIO-GRANDENSE EM HISTÓRIA**

Os índios foram os primeiros habitantes do Rio Grande do Sul que distribuídos em três grupos Gê ou Jê ou Tapuia, Pampeano e Guarani ou Tupi-Guarani, ocupavam as regiões dedicando-se à agricultura, à caça e à pesca. A mulher também tinha sua grande participação ficando

---

<sup>6</sup> DIAS, Anelise; APPEL, Janine. *Contradição Gaúcha*. 2012. Disponível em: <<http://www.revistaovies.com/artigos/2012/08/contradicao-gaucha/>>. Acesso em: 18 ago. 2014. p.1.

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> SAVARIS, op. cit. 2008, p. 21.

<sup>10</sup> FLORES, op. cit. 2006.

<sup>11</sup> LIMA, Jarbas. *Tradicionalismo ... Responsabilidade Social – Reflexões*. Porto Alegre: Movimento Tradicionalista Gaúcho – MTG, 2004

<sup>12</sup> DUBAR, C. *La Socialisation: Construction des Identités Sociales et Professionnelles*. Paris: Armand Colin. 2000

<sup>13</sup> SAVARIS, op. cit. 2008.

com a parte do cultivo de produtos agrícolas como: milho, pimenta, feijão, mandioca, abóbora etc., e também a o uso da erva-mate<sup>14</sup>.

No transcorrer dos séculos XVII até o XX, jesuítas espanhóis, portugueses, negros, alemães e italianos passam também a fazer a história do Rio Grande do Sul. Em 1634, juntamente com a catequização dos índios guaranis pelos padres jesuítas espanhóis, o gado bovino foi incorporado na região, ocasionando extensa criação do animal selvagem. Portugueses, negros, alemães e italianos passam a explorar a região e contribuir para o desenvolvimento econômico do Estado. Os portugueses tomaram posse dos campos, construindo estâncias e explorando todo o gado que encontravam; os negros, vindos da África, contribuía com o trabalho escravo na fabricação do charque; os alemães e os italianos ajudavam no desmantelamento de árvores para a abertura de caminhos dentro da mata. Com essa miscigenação acontece o choque de culturas pela contribuição de cada imigrante que insere a tradição campeira do Rio Grande do Sul, dando origem ao gaúcho, cuja indumentária é o resultado da influência indígena e europeias<sup>15, 16, 17, 18, 19, 20</sup>.

Definir o povo gaúcho não é uma tarefa fácil, por isso, o melhor é pensar no quanto o gaúcho colabora para a pátria comum brasileira através de um estilo que, se não é exclusivamente seu, possui marcas e identidades bem visíveis<sup>21</sup>.

No entanto, de acordo com Nunes e Nunes<sup>22</sup>, o gaúcho é o “habitante do Rio Grande do Sul, dedicado à vida pastoril e perfeito conhecedor dos costumes campeiros”. É o homem que acata a lei e respeita sua terra. É o homem que usa bombacha, toma chimarrão e saber que ser gaúcho é lembrar-se da responsabilidade que os conterrâneos tiveram em representar o Estado sul-rio-grandense e lutar por ele.

Todos precisam estar conscientes do que significou, significa e deverá, para sempre, significar o nome gaúcho, que segundo ele é sinônimo de “étnico, gentílico, histórico, pampeano, guerreiro e estancial, revolucionário, libertário e libertador”. Para o autor, o nome gaúcho “comporta uma multidão de adjetivações das quais, nenhuma esgota o seu rico conteúdo”<sup>23</sup>.

---

<sup>14</sup> SAVARIS, op. cit. 2008.

<sup>15</sup> FAGUNDES, Antonio Augusto. *Indumentária Gaúcha*. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

<sup>16</sup> SAVARIS, op. cit. 2008.

<sup>17</sup> FLORES, op. cit. 2006.

<sup>18</sup> KAISER, Jakzam. *Ordem e progresso: o Brasil dos Gaúchos*. Florianópolis: Insular, 1999.

<sup>19</sup> DIAS; APPEL, op. cit. 2012.

<sup>20</sup> FISCHER, Luis A. *et al. Nós, os teuto-gaúchos*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

<sup>21</sup> STRELIAEV, Leonid. *Identidade*. Porto Alegre: L. Streliaev. 2009.

<sup>22</sup> NUNES, Zeno Cardoso; NUNES, Rui Cardoso. *Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996. p. 211.

<sup>23</sup> LIMA, op. cit., 2004. p. 87.

Enriquecendo a teoria acima, Savaris enaltece que os gaúchos “De rudes, valentes, independentes, amantes da liberdade, exímios cavaleiros, eram também bons soldados, empenhados peões, até bons agregados, bastava que lhes dispensasse respeito e um pouco de compreensão”<sup>24</sup>.

O gaúcho é um “tipo da primeira metade do século XVIII”<sup>25</sup>, ou seja, aquele tipo que foi formando sua própria indumentária com base nas vestimentas do povo ibérico, portugueses e espanhóis, e também copiando algumas peças que os indígenas usavam. Assim, do chiripá primitivo<sup>26</sup> e das bragas<sup>27</sup>, o gaúcho cria o chiripá farroupilha para ser usado no campo a trabalho. Mais tarde, a bombacha passa a fazer parte do vestuário, como traje fundamental no guarda-roupa do gaúcho.

## A IDENTIDADE DO RIO-GRANDENSE

A construção da identidade rio-grandense não sucede de um método que segue a direção de uma linha somente, mas dá ênfase ao modo de ser de qualquer indivíduo construído a partir de vivências culturais e afetivas. E é assim que o gaúcho do Rio Grande do Sul se encontra, ou seja, em um modelo de exposição cultural diferenciada<sup>28</sup>, por carregar em suas raízes um pouco da contribuição dos alemães (culinária), italianos (culinária, canções e danças), negros (culinária: feijoada, mocotó e quibebe), portugueses (dança-chimarrita) e índios (churrasco e chimarrão), povos que ajudaram na construção deste Estado, deixando a marca de alguns costumes e heranças<sup>29,30,31</sup>.

Para Luvizotto<sup>32</sup> “Existe uma forte identidade entre os gaúchos, uma herança cultural baseada em tradições e costumes que são transmitidos de forma arraigada de geração para

---

<sup>24</sup> SAVARIS, op. cit., 2008. p. 26.

<sup>25</sup> FAGUNDES, op. cit., 1985. p. 6.

<sup>26</sup> Espécie de saia de couro cru, usado pelos índios cavaleiros, formada por um retângulo de pano enrolado na cintura até os joelhos. (FAGUNDES, op. cit., 1985). Vestimenta rústica, sem costuras, usada antigamente pelos homens do campo. É constituído de um metro e meio de fazenda que, passando por entre as pernas, é preso à cintura em suas extremidades por uma cinta de couro ou pelo tirador. (DICIONÁRIO GAÚCHO. *Chiripá*. Disponível em: <<http://www.compadreosvaldinho.com.br/2013/06/27/clique-aqui-e-veja-um-completo-dicionario-rio-gaucha/>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

<sup>27</sup> Traje de origem europeia usado pelos estancieiros, homens com grande poder aquisitivo e que se vestiam somente de tecidos europeus. (FAGUNDES, op. cit. 1985).

<sup>28</sup> DUBAR, op. cit, 2000.

<sup>29</sup> SAVARIS, op. cit., 2008.

<sup>30</sup> CIRNE, Paulo Roberto de Fraga *et al.* *Movimento Tradicionalista Gaúcho – MTG. MTG 40 anos: raiz, tradição e futuro – 1966-2006*. Porto Alegre: MTG, 2006.

<sup>31</sup> LIMA, op. cit., 2004.

<sup>32</sup> LUVIZOTTO, Caroline Kraus. *Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 11-12.



geração”. O respeito por sua história faz do gaúcho ser único em relação à população de outras regiões do Brasil.

Canclini defende a ideia de que:

A identidade é uma construção que se narra, nela estabelecem-se acontecimentos fundadores, que quase sempre relacionados à apropriação de um território por um povo ou à independência obtida através do enfrentamento dos estrangeiros vão se somando as façanhas em que os habitantes defendem esse território, ordenando seus conflitos e estabelecendo modos legítimos de convivência a fim de se diferenciarem dos outros<sup>33</sup>.

Compreende-se, com base em Canclini, que a identidade é construída ao longo do tempo, onde o ser humano passa a optar pelo que entender ser melhor para si pelo fato de já ter tido uma experiência anterior. De igual modo, tem ele o direito de criar suas preferências, escolhendo as pessoas para o seu ciclo de amizade, alimentos que aprecia, a roupa que vai vestir etc. Isso tudo faz desenvolver a identidade.

Corroborando a ideia de Canclini, Hall<sup>34</sup> afirma que, psicanaliticamente, o ser humano “continua buscando a identidade e construindo biografias que tecemos em diferentes partes de nossos eus divididos numa unidade porque procuramos recapturar esse prazer fantasiado da plenitude”. E continua:

Assim a identidade é formada, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, sendo assim algo inato, existente na consciência do indivíduo desde o momento de seu nascimento. Existe sempre algo imaginário ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, ou seja, sempre em construção<sup>35</sup>.

Complementando o dito acima, Bauman<sup>36</sup> afirma que a necessidade planejada da construção e reconstrução da identidade, como ela é percebida “de dentro”, e como ela é “vívida” pelos praticantes.

Os gaúchos formam um grupo social que se vale de um discurso étnico-regional como diacrítico fundamental na construção de sua identidade. Assim, embasando-se mais uma vez em Kaiser, pode-se afirmar que:

[...] a cultura gaúcha é um sistema simbólico que avaliza estigmas e estereótipos, sustenta a invenção de tradições e a formação de grupos de interesse e solidariedade. É através do culto a valores éticos, morais e práticas sociais consideradas seletas e o

---

<sup>33</sup> CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução: Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p. 173.

<sup>34</sup> HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 39.

<sup>35</sup> Idem.

<sup>36</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 102.

estabelecimento de tradições que justifiquem e glorifiquem as características étnico-regionais da cultura que os gaúchos geram e mantêm o sentido de sua identidade<sup>37</sup>.

À frente do exposto, compreende-se que ter uma identidade gaúcha exige a compreensão compartilhada das tradições, dos componentes morais e das personalidades sociais que o indivíduo pode assumir de acordo com sua importância dentro do grupo.

O gaúcho se identifica com o povo sul-rio-grandense, não somente pelo seu estilo de vida ou pela forma de cultura, mas pelo que representa para outras regiões. Esse é um processo cultural que visa identificar a cultura cultivada por um povo que deverá propagá-la conforme seus princípios e formação<sup>38</sup>.

Ter uma identidade seria, antes de qualquer coisa, ter um país, uma cidade ou um bairro, uma entidade em que tudo o que é compartilhado pelos que habitam este lugar se tornasse idêntico ou intercambiável, de forma a ser mutável dentro do *corpus* de suas ideologias. Nestes territórios a identidade é posta em cena, celebrada nas festas e dramatizada nos rituais cotidianos. Aqueles que não compartilham constantemente deste território, nem o habitam, nem possuem, portanto, os mesmos objetos e símbolos, bem como os rituais e costumes, sendo estes diferentes<sup>39</sup>. A identidade é algo inquestionável, mas, ao mesmo tempo, tem-se a memória do que foi perdido e reconquistado, onde são celebrados e protegidos os signos que os evocam. A identidade tem seu santuário nos monumentos e museus, esta em todas as partes, mas se condensa em coleções que reúnem o essencial<sup>40</sup>.

Identidade cultural são “aqueles aspectos de nossas identidades que surgem de nosso “pertencimento” a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais”<sup>41</sup>.

O gaúcho sul-rio-grandense ganha uma nova roupagem com o desenrolar do século XX, pois a vestimenta tradicionalista, tanto nos países em torno do sul da América do Sul quanto no Brasil, passam a ser motivo de orgulho para suas populações. O indivíduo campeiro transforma-se no símbolo dessas regionalidades, trazendo de volta o espírito tradicionalista que havia, de certa forma, sido esquecido<sup>42</sup>.

Após o período de incorporação da vestimenta tradicionalista, a industrialização dessa vestimenta fica aos cuidados de lojas conhecedoras do ramo, que passam a atender a grande

---

<sup>37</sup> KAISER, Jakzam. *Ordem e progresso: o Brasil dos Gaúchos*. Florianópolis: Insular, 1999. p.31.

<sup>38</sup> SAVARIS, op. cit., 2008.

<sup>39</sup> CANCLINI, op. cit. 2000.

<sup>40</sup> CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

<sup>41</sup> HALL, op. cit., 2006. p.8.

<sup>42</sup> CANCLINI, op. cit., 2000.

demanda, mesmo porque a partir dos anos 90 do século passado eclode o movimento *pan-gauchismo*, ou seja, o que a política das fronteiras manteve dividido, a resistência da cultura termina em unir outra vez<sup>43</sup>.

Outro fato que desperta a curiosidade e, vale ressaltar, é altamente influenciador neste estilo gaúcho, diz respeito à tradição, ou seja, a transmissão de dados culturais de um povo através de suas gerações. Consiste na transmissão das lendas, narrativas, valores espirituais e acontecimentos históricos através dos tempos, algo transmitido de pais para filhos. Tradição também é o conjunto de ideias, uso e costumes, recordações e símbolos conservados pelo tempo, através de gerações<sup>44</sup>. Também pode ser designada como um culto aos costumes das boas coisas do passado. Diante disso, sabe-se que o povo gaúcho enaltece sua tradição com base na sua indumentária e nos seus costumes.

Recorre-se ao MTG para entender que os fatos históricos do Rio Grande do Sul estão mudando, mas o que está fortemente permanecendo é a cultura do povo gaúcho que tem capacidade para se adaptar às mudanças. Porém, em meio às mudanças, ficam os traços imprescindíveis de uma cultura cuja simbologia através de seus elementos culturais, seja crença, valores, ideias etc., são muito mais do que simples peças culturais materiais que fiscalizam o comportamento social de um povo.

Diante disso, esclarece Savaris:

O modelo que é construído quando se fala nas coisas gaúchas está baseado num passado que teria existido na região pastoril da Campanha no sudeste do Rio Grande do Sul e na figura real ou idealizada do gaúcho. É em torno desse eixo que giram os debates sobre identidade Gaúcha [...]. Trata-se de uma construção de identidade que exclui mais do que inclui, deixando fora a metade do território sul-rio-grandense e grande parte de seus grupos sociais<sup>45</sup>.

Nota-se que a cultura do gaúcho é uma miscigenação de etnias diversificadas, onde, como já exposto, índios, negros, espanhóis, italianos, alemães, jesuítas, árabes, açorianos, entre outras, formaram a história do povo do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, elucida Luvizotto que:

A diversidade das culturas existentes acompanha a variedade da história humana, expressa possibilidades de vida social organizada e registra graus e formas diferentes de domínio humano sobre a natureza. [...] a cultura gaúcha [...] é apenas uma das culturas presentes no Brasil, não é melhor nem pior, apenas diferente e singular no contexto nacional<sup>46</sup>.

---

<sup>43</sup> CANCLINI, op. cit., 2000.

<sup>44</sup> MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO (MTG). *O gaúcho*. Disponível em: <[http://www.mtg.org.br/pag\\_cursos\\_indumentaria.php](http://www.mtg.org.br/pag_cursos_indumentaria.php)> Acesso em: 12 jul. 2014.

<sup>45</sup> SAVARIS, op. cit., 2008. p. 174.

<sup>46</sup> LUVIZOTTO, Caroline Kraus. *Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p.36.

De acordo com Stallybrass, “as roupas são preservadas; elas permanecem [...] são presenças materiais e, ao mesmo tempo, servem de código para outras presenças materiais e imateriais”<sup>47</sup>. O autor observa que existe uma relação entre a roupa e a identidade, visto que tanto uma quanto outra pode ser transferida e junto a identidade. Por isso, nos dias de hoje, é visível o respeito pelas tradições gaúchas, como também o incentivo pela música, dança, pelo churrasco, chimarrão, costumes, indumentária típica que faz propagar a cultura às gerações dos mais jovens.

### **A INDUMENTÁRIA DO GAÚCHO: A BOMBACHA EM EVIDÊNCIA**

A indumentária do gaúcho traça o perfil de um povo de trabalhadores rurais, antes livres e, que no século XXI, já estavam habituados aos cercamentos das estâncias. Por isso, muito mais do que uma peça de roupa, a bombacha carrega simbolismos fortes<sup>48</sup>. A bombacha passa a ser a identidade do gaúcho.

De origem turca, a bombacha foi usada na Guerra do Paraguai (1864-1870), passando a fazer parte do vestuário na revolução de 1893, onde a maioria dos estancieiros dava preferência à bombacha, deixando o chiripá para ocasiões festivas. No final do século XIX, os senhores coronéis não apreciavam o uso da bombacha em eventos festivos da época, mesmo porque os trabalhadores faziam uso da mesma para o serviço no galpão<sup>49</sup>.

O gaúcho adotou a bombacha por sentir-se desconfortável, ou seja, maneado para andar a cavalo e também para enfrentar os inimigos nas batalhas. E acrescenta: “Era o símbolo do companheirismo e da liberdade que tanto buscava”<sup>50</sup>.

Para o Movimento Tradicionalista Gaúcho do Paraná – MTG-PR<sup>51</sup>, a bombacha é um traje histórico que revela a imagem do homem gaúcho e é marca exclusiva de sua identidade.

Por sua vez, Côrtes<sup>52</sup>, esclarece que a bombacha tradicional requer muita mão de obra, especialmente quando adornada com pregas ou enfeites. Em razão disso, alguns tipos de calças se tornaram mais baratas, embora não tenham estas mesmas características próprias para quem anda a cavalo, como acontece com o mexicano e o *cowboy* norte-americano. Aqui

---

<sup>47</sup> STALLYBRASS, Peter. *O casaco de Marx: Roupas, Memória, Dor*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.38.

<sup>48</sup> FAGUNDES, op. cit. 1985.

<sup>49</sup> Idem.

<sup>50</sup> TORINELLI, Orlando. *Alma de gaúcho*. 2004. Disponível em: <<http://www.buenas.com.br/edi130/alma.htm>>. Acesso em: 13 jul. 2014. p.1.

<sup>51</sup> MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO DO PARANÁ (MTG-PR). *Manual das Pilchas Gaúchas*. Disponível em: <[http://www.mtgparana.org.br/web/?cont=menu&id\\_menu=63](http://www.mtgparana.org.br/web/?cont=menu&id_menu=63)>. Acesso em: 10 jul. 2014.

<sup>52</sup> CÔRTEZ, João Carlos Paixão. *O Gaúcho: Danças, trajes, artesanato*. Porto Alegre: Garatuja, 1978. p.365.

no Rio Grande do Sul, o cavaleiro gaúcho, homem acostumado às lidas com o gado, ainda prefere o uso das bombachas.

Atualmente a bombacha, a calça larga e apertada no tornozelo, passa a fazer parte do traje de honra do gaúcho, ou seja, da pilcha, seja na lida do campo seja nas festividades alusivas aos sul-rio-grandenses. Segundo o MTG a pilcha é “a expressão da tradição, da cultura e da identidade própria do gaúcho, motivo de grande alegria e celebração em memória do pago”<sup>53</sup>. No entanto, foi a partir de 1989 que a bombacha passa a ser considerada roupa social<sup>54</sup>, uma indumentária que identifica o gaúcho sul-rio-grandense em qualquer lugar do universo.

A bombacha, indumentária histórica, faz parte do Manual das Pilchas Gaúchas<sup>55</sup> dos Movimentos Tradicionalistas, sendo usada pelos peões nas cores claras e escuras, em tecido de brim, linho, tergal, algodão e tecidos mesclados, desde que sejam lisos, listrados ou xadrez, mas de forma bastante discreta. Usada com camisa, botas, colete, guaiaca, chapéu, paletó (para ocasiões formais) e lenço, a bombacha deve seguir o modelo: “cós largo sem alças, dois bolsos grandes na lateral, largas, estreitas, ou médias, dependendo da região, com ou sem favos de mel ou de abelha, sem enfeites ou fantasias maiores de botões e franjas, com punho e abotoada no tornozelo”<sup>56</sup>. É proibido usar bombachas plissadas e coloridas que destoem do padrão tradicional.

Segundo o conhecimento de Fagundes:

Quando veste bombacha nenhum gaúcho anda em mangas de camisa, salvo entre seus iguais, na intimidade. Se não, pelo menos, usa colete. Melhormente, o casaco, em ambiente e com pessoas de mais distinção. E se é pobre, veste a blusa campeira, fofa na cintura e nos punhos, quase sempre do mesmo pano da bombacha. O casaco, muitas vezes era preto, usado em contraste com a bombacha branca. Esta era bem larga na fronteira e mais estreita quase calça, na serra, mas sempre abotoada no tornozelo<sup>57</sup>.

Até o ano de 1976 o tecido que era confeccionada a bombacha variava de acordo com a condição financeira do gaúcho. Caso o gaúcho fosse rico, a bombacha acompanhada do casaco era feita por um alfaiate cujo tecido usado era a casemira e se pobre, a costureira se encarregava de fazer usando o brim<sup>58</sup>.

Importante destacar que as cores para as bombachas naquela época puxava sempre para o azul marinho e para o marrom. Preto só em caso de luto, diferente dos dias de hoje,

---

<sup>53</sup> MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO. op. cit., 2014. p.1.

<sup>54</sup> Idem.

<sup>55</sup> São diretrizes estabelecidas pelos Movimentos Tradicionalistas Gaúchos com o propósito de ensinar prendas e peões a usarem a pilcha de forma correta. (MTG, 2014)

<sup>56</sup> MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO. op. cit., 2014. p.1.

<sup>57</sup> FAGUNDES, op. cit., 1985. p. 21.

<sup>58</sup> Idem.

onde a bombacha pode ser usada tanto nas cores claras como escuras, mas sempre em harmonia com o resto da indumentária<sup>59</sup>. Por outro lado, segundo o Manual das Pilchas Gaúchas, a bombacha é usada como traje de trabalho, traje de honra, em ocasiões informais, desportivas e de serviço, enfim, uma indumentária que faz parte do gaúcho e faz parte da sua história.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise do processo de identidade do gaúcho através de suas tradições e cultura marcou o objetivo deste artigo e levou a entender que muitas culturas possuem diversas peculiaridades e estilizações que se contrapõe aos estigmas preestabelecidos nesta ou naquela sociedade. De igual modo, distintos elementos constituem a cultura de um povo, cultura esta que forma as peculiaridades de identidade e caracterizam elementos que podem, facilmente, ser marcas diferenciadoras de grupos estabelecidos em uma região.

Dentre estes elementos, constatou-se que a bombacha se torna diferente entre os adereços, vestimentas e caracterizações. Pode-se citá-la como vestimenta particularmente identificadora de um grupo ou etnia cultural, sendo assim produzida, hoje, em larga escala e comercializada de forma tão popular. Sua confecção tem origens de um passado distante, adornada desde os mais simples toques até os mais requintados cortes e costuras de alto padrão.

Para tanto, compreende-se que a vestimenta pode caracterizar uma cultura e é de extrema importância por ser formadora dos instintos que arraigam um povo como também influencia outras culturas desde os tempos mais remotos até a atualidade e até os mais distantes horizontes futuros. Por isso devemos celebrá-la, registrá-la e mantê-la sempre em constante evolução e como peça formadora de nossa identidade cultural.

Enfim, a vestimenta do gaúcho, mais especificamente a bombacha, mostra o símbolo da identidade do sul-rio-grandense, mas que foi mudando com o decorrer dos anos, recebendo heranças de outras culturas e, servindo de inspiração para outras regiões no que tende a enriquecedora cultura do gaúcho do Rio Grande do Sul.

---

<sup>59</sup> MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO. op. cit., 2014.

## O resgate da trajetória histórica memorial da indumentária da noiva do século

XX

### The rescue of the historical memorial trajectory of the dressing of the twentieth century bride

Frantieska Huszar Schneid<sup>i</sup>

**RESUMO:** Pretende-se refletir sobre a relação roupa *versus* memória. Aqui interessa a abordagem da moda enquanto elemento de resgate da memória, pois as roupas têm a capacidade de oferecer um sentido de pertencimento, criando conexões com espaços e tempos diferentes. Qual a finalidade de um vestido de noiva? Esta questão é o “alinhavo” chave deste artigo que tem como objetivo resgatar ao menos em parte a trajetória histórica memorial da indumentária da noiva inserido em uma sociedade cristã.

**Palavras-chave:** Memória; Indumentária da noiva; Fotografia.

**ABSTRACT:** It is intended to reflect on the relationship clothes *versus* memory. Here concerns the fashion approach as an element of memory rescue, because clothes have the ability to provide a sense of belonging, creating connections with different spaces and times. What is the purpose of a wedding dress? This question is the key "tack" of this article that aims to rescue at least in part the historical memorial trajectory of the dressing of the bride inserted in a Christian society.

**Keywords:** Memory; Dressing of the bride; Photograph.

#### Introdução

O presente artigo é um recorte da pesquisa de mestrado<sup>ii</sup> intitulada *Fotografias de Casamento: Memórias compartilhadas a partir de acervos pessoais*. Aqui pretende-se refletir sobre a relação da roupa com a memória, destacando o vestido de noiva do século XX inserido em uma sociedade cristã.

No último século as pesquisas na área de moda contaram não apenas com estudiosos da área, mas também com historiadores, sociólogos, psicólogos, filósofos, economistas etc., que usaram como base essencialmente representações textuais e visuais do vestuário. Nesse sentido estes pesquisadores compreendem a moda como fenômeno sociocultural, sendo que a roupa materializa um tempo passado, fornecendo uma noção ideológica e cultural da sociedade que a criou e consumiu.

Ao falar de moda, neste caso se refere a um sistema de apreensão próprio, que pode ser percebido através dos costumes (que trata-se do modo de vida, similar a moda), estilos em voga num certo período da história. Aqui será trabalhado o conceito de moda enquanto fenômeno social, histórico, cultural, econômico, geográfico e comportamental de produção

simbólica, industrial e mercadológica, relacionados à criação estética do vestuário e complementos.

A moda é um processo em constante modificação das exigências dos grupos de uma sociedade. Essa ideia não condiz apenas com a indumentária, mesmo que seja o exemplo mais visível deste fenômeno. O vestuário, as roupas, a indumentária, são indícios da sociedade que os usou e atestam como a aparência é uma composição que engloba concepções e práticas culturais que habitam os corpos, isso se dá através das práticas sociais, dos conceitos culturais, dos ritos de passagem, da intimidade e do lazer, bem como o estilo de vida de uma determinada época.

A indumentária - o traje e seus acessórios – é um documento fundamental para o estudo das formas vestimentares, “suporte material, físico, imediatamente concreto, da produção e reprodução da vida social” (MENESES, 1983, p. 112). O conceito social que o traje conquista se manifesta através de sua estética e, ao mesmo tempo, demonstra o elo intelectual e afetivo que se estabelece entre o traje e seu usuário. Traje é todo objeto usado para revestir o que certa cultura compreende por nudez, sendo feito ou não de material têxtil. Também se pode dizer que o traje engloba tudo o que serve para construção da aparência de um indivíduo inserido em qualquer sociedade. “Esconder a nudez e a apresentação pública são dados gerais para compreendermos o que é um traje em qualquer sociedade” (SANT’ANNA, 2008, p. 3).

O estudo das práticas vestimentares está relacionado com o tempo histórico, condições econômicas, culturais, geográficas, modos de produção, pensamentos, organização social e representações simbólicas da sociedade. Hábitos sociais e suas relações com os espaços de vivência e seu reflexo nos hábitos de vestir evidenciam o caráter histórico do vestuário. Assim como afirma Lipovetsky (1989), podemos considerar a moda um elemento fundamental para a compreensão das sociedades modernas, pois ela está intimamente ligada aos fatos políticos, econômicos e sociais da história mundial, repercutindo nos modos de vestir. O ato de vestir emite diversos desmembramentos, ele agrega e autentica o indivíduo no espaço, além de apresentar novas experiências.

A moda nasce quando deixa de ser utilitária para ser a representação de uma posição social, almejando estética e comunicação não verbal, transmitindo informações aos receptores.

As roupas são ‘hieróglifos sociais’ (MARX, 1971, p.79), que escondem, mesmo quando comunicam, a posição social daqueles que as vestem. Quer dizer que a moda e a indumentária podem ser formas mais significativas pelas quais são construídas, experimentadas e compreendidas as relações sociais humanas (BARNARD, 2003, p. 24).



O universo que circunda a roupa é muito maior do que o invólucro material útil de apenas cobrir e proteger corpos. As roupas que protegem os corpos são moldes através dos quais o indivíduo entra contato com o mundo externo, de tal forma que elas tornam a ter significado crucial na configuração do espaço, seja ele público ou privado, o que se pode afirmar é que existe uma necessidade de adaptação vestimentar para conquistar um determinado ambiente.

#### **A relação roupa *versus* memória**

Dentre os múltiplos olhares lançados sobre a moda, aqui interessa a abordagem da moda enquanto elemento de resgate da memória, notadamente a memória feminina.

Em muitos períodos da história, as mulheres permaneceram caladas, silenciadas, impedidas de se comunicar, escrever e criar. Nesses momentos as roupas e as formas de se vestir ganharam novos significados, passando a ser utilizada, principalmente como forma de expressão pessoal e feminina, os modos mais tênues tornaram-se aliados de sobrevivência. Souza (2003, p. 29) afirma que: “Para a mulher a vestimenta era a expressão mais profunda e mais explícita da sua alma”.

Perrot (1989, p. 15) afirma que “a memória das mulheres é uma memória trajada. A vestimenta é a sua segunda pele, a única na qual se ousa falar, ou ao menos sonhar”. É comum ao relembrar um fato, a mulher descrever os pormenores, como por exemplo, a roupa que usava, os detalhes dos acessórios. A roupa é capaz de despertar e provocar sensações para além de sua materialidade e utilidade, graças ao seu papel como objeto de memória social que nem sempre está ligada a memória individual, tamanho o seu poder de associações e analogias.

As roupas têm a capacidade de oferecer um sentido de pertencimento a um lugar de memória, criando conexões com espaços e tempos diferentes, são objetos lotados de significações emocionais que afetam quem a usa e também quem a observa. Pierre Nora aborda os lugares de memória dizendo que “é um lugar duplo: um lugar de excesso fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações” (1993, p. 27).

Ao abordar o assunto memória das roupas, Stallybrass (2012, p. 13-14) afirma que a vida social da roupa “está no fato de que ela nos recebe, recebe nosso cheiro, nosso suor, recebe até mesmo nossa forma. (...) As roupas recebem a marca humana”. Aqui a vestimenta é entendida como uma “extensão do homem” (MCLUHAN, 1989).

Pode-se afirmar que pensar sobre roupas é pensar sobre memórias. Stallybras afirma que: a roupa está intrinsecamente ligada à memória, a roupa é um tipo de memória. O mesmo autor afirma que “quando a pessoa está ausente ou morre, a roupa absorve sua presença ausente” (2012, p. 14). Pode-se afirmar que a roupa se tornou objeto da memória e contemplação, deixando de lado seu caráter utilitário e efêmero e agregando sentimento, afeto, se tornando insubstituível por qualquer outro objeto. O autor afirma que, “os corpos vêm, e vão: as roupas que receberam esses corpos sobrevivem” (STALLYBRAS, 2012, p. 11). As roupas circulam nos brechós, bazares de caridade, passam de geração a geração,

Estas roupas são memórias congeladas da vida cotidiana de tempos remotos. Antigamente, habitavam as ruas barulhentas, os teatros cheios de gente, as *soirées* brilhantes da vida social. Agora [...] esperam pungentemente que a música comece de novo (WILSON, 1985, p. 12)

### **O vestido de noiva no século XX**

Qual o propósito além da finalidade de um vestido de noiva na sociedade brasileira durante o século XX? Esta questão é o “alinhavo” chave deste artigo e como a indumentária está inserida de acordo com as mudanças históricas dentro do século passado.

Cabe, então, fazer uma contextualização histórica acerca da moda e indumentária, e, principalmente, das noivas de cada década. Investigando os vestidos de noiva ao redor do mundo percebe-se que as tendências têm muito mais a ver com a história dos trajes do que com moda.

Mandar fazer véu, grinalda e um vestido de cauda para serem usados apenas uma vez eram um hábito da aristocracia. Quando a rainha Vitória da Inglaterra casou com o seu primo, o príncipe Albert, em 1840, ela endossou o vestido de noiva branco como símbolo de *status* para noivas abastadas, até então a cor tradicional era o prata. Lançou moda, também, substituindo a tradicional tiara de brilhantes, por uma tiara de flores de laranjeira. Worsley (2010, p. 12) afirma que, “A rainha era vista como uma romântica moderna que se casou por amor, em um vestido adornado por rendas simples para uma integrante da família real”.

Durante o século XX, o casamento, sobretudo o católico, com a noiva vestida de longo, branco, com grinalda de flores na cabeça e véu, seja ele curto ou longo parece representar uma imagem sacra, comparada com a senhora maior do cristianismo.

Pensando pelo ponto de vista católico, entende-se que o vestido de noiva busca uma aproximação com a Virgem Maria, Mãe de Deus, Santa do culto cristão católico. Maria se estabeleceu no entendimento latino e, mais precisamente, no modo de pensar brasileiro, como símbolo de meiguice sagrada, um ideal a ser seguido pelas mulheres que buscavam ou já tinham se tornado donas do lar, mães de família. Torna-se claro que o propósito maior é

fortificar o suposto puro, imaculado, virtuoso, bem como a ideia da maternidade, repulsa das coisas profanas e do cuidado com a virgindade, um cânone a ser seguido por todas as mulheres, “moças de família”. As roupas neste contexto cumpriam papéis de conexão entre corpo e alma, entre o mundo moral e o mundo físico.

Em 1923, o casamento da Rainha Elizabeth Bowes-Lyon repercutiu no mundo inteiro. Lady Elizabeth casou-se com o duque de York usando um simples vestido de *chiffon moiré* na cor marfim com faixas de *lamê* prateado e pérolas. Foi o primeiro casamento a ser filmado e as imagens exibidas no mesmo dia. Tal fato influenciou todos os tipos de mídias, inclusive um anúncio de sabonete da marca *Lux*, que levou o nome de *The Queen*, que trazia noivas no dia do seu casamento. (BLACKMAN, 2011, p.28)

No início do século XX, vestido de noiva era privilégio para os ricos; aqueles que não podiam arcar com as despesas, usavam seu melhor traje. No contexto pesquisado, até os anos 1930, as noivas de classes mais baixas, casavam com seu melhor vestido – não necessariamente branco- ou também chamadas “roupas domingueiras”<sup>iii</sup>, devido ao baixo poder aquisitivo. Depois disso, surgiam na cidade de Pelotas – RS, as chamadas roupas de segunda mão, na qual permitiam que as noivas adquirissem o sonhado vestido branco por um preço mais acessível.



Figura 1: Vestido de noiva da década de 1930. Acervo da pesquisadora

Destaca-se que os vestidos de noiva e todos os acessórios presentes na cena retratada foram usados no Brasil dentro do século XX, e o cenário de vida brasileira aqui foi pensado tendo como *locus* o estado do Rio Grande do Sul, principalmente a cidade de Pelotas, por ser a terra de origem onde vive até hoje a guardiã do acervo das fotografias.

Todo o *glamour* dos anos 30 deu lugar à simplicidade durante a Segunda Guerra. As noivas da década de 1940 adotaram um estilo mais sóbrio, pois ostentar um modelo luxuoso

era visto como antipatriótico. Devido aos altos impostos do período a maioria das mulheres vestia *tailleurs* ou mesmo uniformes. Segundo Veillon (2004, p. 230), “Se por um lado a moda se inscreve em primeiro lugar como fato social, por outro se submete às regras da economia, que condicionam o consumo e, por conseguinte, a criação.” Neste período as revistas de moda foram de suma importância para a moda feminina, Veillon nos diz que:

As roupas são usadas até o extremo limite das possibilidades. As revistas que antigamente serviam quase exclusivamente como espaço para se trocar ou valorizar os figurinos de luxo tornaram-se suporte de uma moda cotidiana cuja palavra de ordem é “tirar partido dos recursos disponíveis”, incluindo o que está *demodê*. [...] as publicações femininas multiplicaram os conselhos e exemplos práticos. (VEILLON, 2004, p. 231)

Quando termina o conflito, o fenômeno da moda não tem a mesma significação que em 1939. Com a libertação, inconscientemente, as mulheres aspiram à renovação de estilo. O dia 12 de fevereiro de 1947 sela definitivamente essa mudança, Christian Dior lança sua coleção.

À medida que desfilam os manequins, lê-se o estupor diante dos vestidos alongados, das anáguas. Os aplausos crepitam, o costureiro é felicitado por sua revolução, batizada como *new look*<sup>iv</sup> por Carmel Snow. É o triunfo de uma outra feminilidade, traduzida em saias amplas como corolas e nas blusas-bustiê. Dessa vez, a página está virada, a guerra de fato acabou; o estilo *new look* se lança à conquista do mundo, ao mesmo tempo em que se presta a adaptações múltiplas, em que o *prêt-à-porter*<sup>v</sup> ocupará um espaço cada vez maior (VEILLON, 2004, p. 236).

Nas fotografias analisadas das décadas de 1940 e 1950 nota-se, sobretudo vestidos longos de cor branca e com mangas longas, assim sendo é possível perceber uma virtude que a sociedade do momento exigia de uma moça que fosse casta, seriedade. A mulher séria, honesta é vista dentro desta sociedade como recatada, e conseqüentemente uma boa mãe de família.

Nos anos 1960 o grande ícone da moda era Jackie Kennedy, seu estilo sofisticado, inteligente e cosmopolita influenciou a maneira de vestir das mulheres de todo o mundo. Ela era “...deslumbrante, sem ostentar, desafiadora mas incontestável...” (s/autor, 2010, p. 28). Suas roupas também refletiram em algumas alterações nos vestidos de noiva, como golas e o encurtamento das magas. No livro *50 Vestido que Mudaram o Mundo* (2010, p. 28), afirma que Jackie “usou o espaço que tinha para introduzir uma memória que ainda está viva”.



Figuras 2,3 e 4: Vestidos de noivas de 1947, 1950 e 1967 respectivamente. Acervo da pesquisadora

Em 1970, os vestidos eram mais leves e soltos, demarcando a cintura com faixa. O aparecimento dos *hippies* e o clima de paz e amor eram transmitidos para as saias longas e os acessórios em formato de flor. A silhueta atlética, com as curvas no lugar, mostravam que o corpo foi mais cortejado que a moda. Assim, surge um novo perfil, suave e romântico que substituiu a excentricidade e rebeldia da década anterior.



Figura 5: Vestido de noiva de 1976. Acervo da pesquisadora

Um vestido nupcial, de cor branca, por vezes branco alvíssimo carrega, entre seus bordados, anáguas<sup>vi</sup> e acabamentos, valores e pudores da sociedade que está trajando, assim pode-se mostrar que a vestimenta também é permeada de imaginários.

“Se as escolhas do vestuário são uma das formas como os indivíduos entendem sua vida pessoal” (CRANE, 2006, p. 391) as escolhas feitas pelas noivas revelam informações sobre como eram suas vidas, suas personalidades, os locais onde viviam, de que famílias vinham, o estilo dos noivos na qual estariam se casando.

A cor branca da indumentária da noiva no Brasil, também estava ligado à inocência e virgindade da moça que o vestida em seu dia especial, portanto o representativo é imbuído de

castidade, sendo a castidade o valor mais significativo, o que nos remete à invenção da roupa branca nos séculos XVII e XVIII na Europa. As roupas do dia-a-dia brancas, seja nas cidades ou nos campos, também eram divisores entre o limpo e o sujo, classes superiores e inferiores.

Porém entre a classe média e alta, o branco impera até o final do século. Afirma-se que a maioria das moças ainda optavam por usar a cor branca nos seus vestidos, porém a partir dos anos 1980 a moda já “permitia” que ousassem tanto nos modelos quanto nas cores da indumentária nupcial.

É importante salientar que o vestido de casamento, quando não era branco, por motivo de escolha pessoal ou por gravidez fora de hora, utilizava a outras duas cores: o rosa bebê, suave, ou o azul celeste, um pálido ou como chama-se na linguagem de moda, tom pastel. Ressalta-se também que ambas as cores usadas como alternativa pela negação do branco são comuns em representações da Virgem Maria.

### **Considerações Finais**

Como pode-se verificar, a roupa torna-se um recurso da memória coletiva, tal como um vestido de noiva, que provoca no indivíduo uma série de associações afetivas pessoais ou mesmo produzidas pela cultura social. É uma produção da memória coletiva, que acaba tornando os vestidos de noiva brancos, referências claras a tudo aquilo que engloba o universo feminino, seja por ser envolvido pela áurea de sonho ou em uma posição de aprisionamento social.

Concluída a contextualização história, finaliza-se este artigo afirmando que o registro da imagem permite que famílias acumulem durante anos fragmentos capazes de constituírem-se como um espaço de memória. Isso se dá através da construção narrativa cujo objetivo foi o de resgatar ao menos em parte a trajetória histórica memorial da indumentária da noiva no dia do seu casamento.

### **Referências bibliográficas**

BARNARD, Malcolm. *Moda e Comunicação*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

BLACKMAN, Cally. *100 anos de moda*. Tradução Mario Bresighello. São Paulo: Publifolha, 2011. 400 p.

*CINQUENTA vestidos que mudaram o mundo*. Tradução Cecília Martins. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. 112 p.

CRANE, Diana. *A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas*. Tradução Cristina Coimbra. São Paulo, Senac, 2006.

FREIRE, Gilberto. *Modos de homem e modas de mulher*. São Paulo: Global, 2009.

LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 347 p.

MARX, Karl. *O capital, crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensão do homem*. São Paulo: Cultrix, 1989.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. In: *Revista de História* (Nova Série) n.115, jul/dez. São Paulo: USP, 1983.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Revista Projeto História*. São Paulo: nº10, p. 7-28, dezembro, 1993.

PERROT, Michelle. As práticas da memória feminina. In: *Revista Brasileira de História*, v.9 (18), p. 9-18, 1989.

SANT'ANNA, Patricia. A moda no museu. In: *Anais do I Congresso Internacional de Moda*, CIM, 2008, Madrid, 22 al 24 de octubre de 2008.

STALLYBRASS, Peter. *O casaco de Marx: roupas, memória, dor*. Tradução Tomaz Tadeu. – 4ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. 111 p.

SOUZA, Maria J.A. de. Forma, textura e estilo da sociabilidade e intimidade femininas: Bahia – séc. XIX e XX. In: Peixoto, Ana L.U. et AL. *Museu do Traje e do Têxtil*. Salvador: Fundação Instituto Feminino da Bahia, 2003. P. 29-36.

TREPTOW, Doris. *Inventando Moda: planejamento de coleção*. 3ª Ed. Brusque: do autor, 2005. 209 p.

VEILLON, Dominique. *Moda & guerra: um retrato da França ocupada*. Tradução e glossário André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. 210p.

WILSON, Elisabeth. *Enfeitada de sonhos*. Lisboa: Edições 70, 1989.

WORSLEY, Harriet. *O vestido de noiva*. Tradução Dafne Melo. São Paulo: Publifolha, 2010. 320 p.

---

<sup>i</sup> Docente do Instituto Federal Sul-rio-grandense. Mestranda em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. Orientadora deste trabalho: Francisca Ferreira Michelin. E-mail: frantieskahs@gmail.com

<sup>ii</sup> Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas

<sup>iii</sup> “Roupas de ver Deus”, domingueira ou veste de domingo, a melhor roupa do indivíduo. A roupa de domingo, a roupa especial do dia de sociabilidades religiosas e profanas, era algo historicamente notável naquela sociedade (FREIRE, 1998).

<sup>iv</sup> Das ruínas da Europa após a Segunda Guerra Mundial, o *New Look* veio como uma explosão de otimismo que ressuscitou a indústria da alta-costura parisiense e delineou uma estratégia de renovação econômica e social para a década que se seguiu. (s/autor, 2010, p. 16)

<sup>v</sup> As roupas de prêt-à-porter são produzidas em escala industrial. A quantidade varia conforme o tipo de mercado para o qual a peça será distribuída. Existe o prêt-à-porter de luxo, com tiragens mínimas e limitadas por modelo e o extremo: a produção em massa para distribuição nacional ou mundial. (TREPTOW, 2005, p. 38-39)

<sup>vi</sup> Por baixo dos vestidos, existiam forros, feitos de morim – tecido telado 100% algodão – chamados de anáguas.

O IMPERADOR E O PRÍNCIPE: A PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO IMPERIAL  
BRASILEIRO NA QUESTÃO DA CRISE DINÁSTICA NO REINO DO CONGO  
(1858 – 1860).

Frederico Antonio Ferreira<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo busca esclarecer as relações que ocorreram no campo diplomático e instrucional entre o Brasil do 2º Reinado e o Reino do Congo na África no episódio da questão sucessória ocorrida entre os anos de 1858 a 1860. Identificando as iniciativas adotadas pelo príncipe Nicolau de Água Rosada no sentido de estabelecer contatos com a monarquia brasileira e a participação de agentes estatais e comerciantes brasileiros, portugueses e britânicos no centro oeste africano durante o período.

**Palavra-chaves:** Brasil; Congo; Diplomacia.

**Abstract:** This paper intends clarify the relationships that occurred in the diplomatic and instructional field between Brazil 2nd Reign and the Kingdom of the Kongo in Africa in the episode of the succession occurred between the years 1858 to 1860. Identifying the initiatives taken by Prince Nicholas de Água Rosada to establish contacts with the Brazilian monarchy and the participation of state agents and merchant Brazilians, Portuguese and British west African center during the time.

**Key words:** Brazil; Kongo; Diplomacy.

### Introdução

O presente artigo busca esclarecer as relações que ocorreram no campo diplomático e instrucional entre o Brasil do 2º Reinado e o Reino do Congo entre as décadas de 1850 e 1860 e o modo como a burocracia estatal no Rio de Janeiro e em Luanda lidam com todo o processo; O incidente gira em torno da carta, que um membro da elite local congolosa escreve para o imperador Pedro II em 1860. O caso não apresenta menção na historiografia nacional, todavia, está presente como um momento importante da formação da nacionalidade angolana<sup>2</sup>, em sua luta contra a dominação portuguesa e refere-se diretamente ao Brasil (WHEELER & PÉLISSIER, 2012). Sua relevância se encontra na oportunidade de análise da atuação do Brasil, um país de regime monárquico, agroexportador e escravista, e como ele se colocava internacionalmente após a extinção do tráfico de escravos e junto a uma população

---

<sup>1</sup> Mestrando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Caldas e coorientação do Prof. Dr. Pedro Campos. E-mail para contato: [arquivistafred@gmail.com](mailto:arquivistafred@gmail.com).

<sup>2</sup> Conforme Wheeler (1968, p.40) o significado dos eventos envolvendo o príncipe Nicolau de Água Rosada: "His written protest, as far as I know, is the first case of Angolan written assertion against modern colonial influence and, therefore, represents an antecedent to later Angolan nationalism".



africana com a qual mantém contato.

O artigo descreve a pesquisa de mestrado em andamento, que visa analisar em uma perspectiva ampla questões geralmente abordadas de modo restrito e muitas vezes distintos: escravidão interna, a política externa, as relações entre o Brasil e a África e a forma como estes temas aparecem neste episódio específico. Situado dentro da Era do Capital (HOBBSAWN, 2009), o incidente apresenta a atuação de brasileiros, congolezes, portugueses e britânicos na região da foz do Rio Zaire, no centro oeste africano, em um episódio no qual seus interesses se atritavam e sem necessariamente relacionar-se ao tráfico de escravos. Para uma compreensão adequada da amplitude e das variáveis envolvidas no caso, se faz necessário deter-se na análise no contexto no qual estavam envolvidos.

### **Entre aspirações e vicissitudes: A política externa do 2º Reinado**

O período do 2º Reinado destaca-se pelas intervenções brasileiras no espaço sul americano e pela intensificação dos contatos com a Grã Bretanha, outros estados europeus e Estados Unidos (CERVO & BUENO, 2008). Em 1844 chegava ao fim os tratados firmados com os britânicos logo após a Independência possibilitando ao governo do Rio de Janeiro criar condições para atuar de modo mais autônomo no cenário internacional (CERVO & BUENO, 2008). Esta atuação pode ser analisada sob diferentes prismas: primeiro, pode-se considerar que a monarquia reinante desafia os súditos da rainha Vitória no sentido que tenta, por todas as formas, burlar as pressões diplomáticas e bélicas que exigiam a extinção imediata do tráfico (CERVO & BUENO, 2008). Uma segunda forma de entender o tema cogita que o império sul americano adotara uma postura oscilante: sendo subserviente com os britânicos de um lado e fazendo sentir sua força junto aos países do cone sul de outro (SILVA, 1990). Importante salientar nesta análise a necessidade de reconhecimento da monarquia brasileira junto aos demais países, o imperativo de demonstrar constância em face de vizinhos instáveis e ainda o de denotar pujança e civilização (CERVO & BUENO, 2008).

Este processo interventivo não se deu de modo súbito, nem uníssono em todo o período. A concepção das linhas mestras da política externa do 2º Reinado não eram um mero acaso. De um lado haviam grupos mais voltados a negociação, acreditando no desenvolvimento pelas vias do liberalismo econômico (CERVO & BUENO, 2008). Outro defendia uma ação mais intensiva do Império na busca por seus interesses, postulando um posicionamento protecionista quanto ao comércio internacional: "Contudo os dois lados muito dialogavam, pouco divergiam e muito se articulavam" (CERVO & BUENO, 2008, p.68).

## **Vozes do passado longínquo: as colônias portuguesas na África**

A partir de 1825 o reino português, após o reconhecimento emancipação do Brasil, passa por um período político conturbado. Grupos que apoiavam o absolutismo monárquico e os que defendiam o liberalismo entram em choque quando da crise sucessória do trono lusitano após a morte de D. João VI em 1826. O conflito termina em 1834 com a vitória dos liberais e as lutas debitam o reino. O Império Português estava reduzido, naquele momento, a sua menor extensão em quatrocentos anos, a metrópole se encontrava desprovida de recursos financeiros e as colônias restantes desguarnecidas e ameaçadas pela ameaça de potências como Grã Bretanha (ALEXANDRE, 1998).

Lisboa tenta refundar seu império ultramarino sob os pilares do reforço do aparelho administrativo, mudanças profundas no sistema econômico e a expansão territorial. A metrópole buscava meios de expandir suas posses no sentido norte da África até a foz do rio Zaire e ao sul até Benguela. Contudo, o clima político interno em Portugal ainda era de agitação, o governo não possuía receitas que permitissem reinvestir nas colônias para que se tornem lucrativas, e se não bastasse, levas de migrantes lusos rumam para o Brasil, exaurindo a possibilidade de se ampliar a presença de reinóis nas possessões africanas (ALEXANDRE, 1998). Inicia-se assim, aquilo que a historiografia lusa chama de 3º Império Português (WHEELER, 2009).

## **Cruz, fogo e sangue. O Reino do Congo entre o século XIV e XIX**

As costas da região central da África foram o espaço em que os interesses britânicos, lusitanos e brasileiros entraram em contato direto, nem sempre de modo harmonioso ou mesmo pacífico. Dentre as diversos grupos organizados que habitam a região, destaca-se a etnia Congo, estabelecida no que os portugueses chamaram de Reino Congo. As populações congolezas se localizam na parte ocidental da África Central ao sul das florestas equatoriais do centro do continente, ao redor da foz do rio Zaire, em terras de relevo geralmente baixo com pontos contendo florestas densas e clima úmido, ocupando o espaço das atuais províncias de Uíge e Zaire no noroeste angolano (VANSINA, 2010a, 2012; WHEELER & PÉLISSIER, 2012). A etnia Congo é formada por seis grupos: Kishicongo-muxicongo, Sosso, Pombo, Sorongo e Zombo que se caracterizam por falarem o idioma Quicongo. Os maiores grupos étnicos eram os Kishicongo-muxicongo que por volta do século XIII formam o corpo principal do que seria o Reino, governados por um líder intitulado *Manicongo* e que habitava a cidade de Mbanza Congo (WHEELER & PÉLISSIER, 2012).

Os portugueses acessam a foz do rio Zaire e estabelecem os primeiros contatos com os

congoleses em 1482, em meio a busca pela rota para as Índias. Os portugueses encontram ali uma sociedade com cidades organizadas, poderes locais instituídos e munida de um exército poderoso. A sede onde habitava o líder local, chamado de *manicongo*, se situava em uma montanha no interior do território, era chamada pelos nativos de *Mbanza Congo*. A população e seus governantes se mostram receptivos, convertem-se ao cristianismo, recebem arma de fogo dos portugueses e são tratados com aliados em um primeiro momento (WHEELER & PÉLISSIER, 2012). O armamento fornecido pelos portugueses fizeram com que o *Manicongo* expandisse as fronteiras e aumentasse a influência estrangeira nas decisões internas (BOXER, 1988). Com a mudança da área de atuação portuguesa para o Atlântico e o início da colonização do Brasil, o uso de mão de obra compulsória se intensifica (BIRMINGHAM, 1977). Isso fez com que os congoleses, de aliados e recém convertidos, se tornassem primeiramente fornecedores e posteriormente vítimas do tráfico de escravos. (BOXER, 1988).

O Reino do Congo, em 1850, era uma sombra pálida do poder e exuberância que exibiam quando da chegada dos portugueses no século XV: destruído por disputas internas e pela presença destes na região. Somada a presença lusa, tem lugar os esforços britânicos no estabelecimento de comércio dos chamados “produtos lícitos”, todavia o tráfico humano movimentou grandes somas de dinheiro durante os séculos XV - XIX e dinamizou a economia congolesa, porém estava desde muito tempo fora das mãos do rei e da nobreza do reino (HERLIN, 2004). As elites locais, frequentemente, se levantavam contra o poder central. A força política do monarca era pouca e por vezes se sustentavam precariamente com o auxílio lusitano que cobrava um alto preço pela ajuda: a diminuição gradativa da soberania do Reino ante aos interesses expansionistas (BROADHEAD, 1979).

### **Jogo de reis: questão sucessória de 1858**

Em 1858 morre o rei congolês Henrique II, ainda dentro do período de luto que deveria haver até a coroação do novo rei dois grupos, liderados por potestades locais, disputam o trono: de um lado, Pedro Ndongo, herdeiro legítimo ao trono (conforme as regras locais) foi apoiado pelos portugueses, porém era tido como impopular. Do outro, Álvaro Catende, que por sua vez tinha o apoio dos nobres locais e era abertamente anti-lusitano (WHEELER & PÉLISSIER, 2012). Segue-se um conflito sangrento que se arrasta entre os litigantes. O Governo Geral Português de Angola coroa Ndongo como Pedro V (ou IV) com a promessa de auxiliá-lo mediante a uma declaração de vassalagem do novo rei ao soberano de Lisboa no qual reconhece sua autoridade (AHI: 221/22/7).

Um dos membros da casa real congolesa, Nicolau de Água Rosada, escreve para o rei

português Pedro V queixando-se da interferência do Governo Geral na coroação do rei dos congoleses. Em dezembro de 1859, remete a Lisboa um artigo e consegue publicá-lo no *Jornal do Comércio*. O artigo consistia em críticas à forma como Portugal empreende sua dominação sobre um povo que sempre lhe foi amigo e solícito (AHI:221/2/7; WHEELER & PÉLISSIER, 2012). As autoridades coloniais portuguesa e do Governo Geral reagiram negativamente ao artigo. Transferiu-o para a sede da administração colonial em na longínqua Moçamedes (Namibe), temendo outras represálias, o príncipe tenta empreender fuga para o Brasil. Em meio a isto é brutalmente assassinado (WHEELER & PÉLISSIER, 2012; AHI: 221/2/7).

Os grupos de oposição a influência portuguesa e que apoiavam a Álvaro Catende iniciam um motim nas regiões ao norte da colônia e vencem as forças metropolitanas enviadas para conter a revolta. Invadem as minas de cobre pertencentes ao súdito brasileiro Francisco A. Flôres, trocam o minério por armas com comerciantes franceses e destroem feitorias norte americanas e britânicas. Os portugueses só conseguem conter o motim com a ajuda de forças vindas de Lisboa, em setembro de 1860. O governador geral de Angola foi substituído e dentre as tropas enviadas estava o próprio Infante e futuro Pedro V de Portugal (AHI: 238/2/2).

Esta situação, por si mesma, poderia ser mais uma dentre tantas querelas dinásticas locais ou ainda de interesse apenas da história da presença portuguesa na África se não fosse a suspeita de envolvimento de outros governos na questão. Periódicos lisboetas, repercutindo o artigo do Príncipe Nicolau, acusam diretamente aos britânicos de envolvimento no caso ou mesmo outros países estrangeiros, como a participação brasileira com seu cônsul (AHI: 221/2/7). Segundo as correspondências do Governador Geral de Angola, Coêlho do Amaral, a Secretaria do Ultramar, parece que os agentes consulares do Brasil e da Grã-Bretanha eram os principais suspeitos em dar ajuda a Nicolau em sua tentativa abortada de deixar Angola. Porém os mentores de todo o plano seriam o cônsul Sousa e Oliveira que estava disposto a ajudar Nicolau a deixar Angola, assim como o juiz do tribunal misto para combate a escravidão Edmund Gabriel, responsabilizado por arregimentar um navio britânico que o levasse do Ambriz para o Brasil.

O príncipe Nicolau, como funcionário da administração colonial em Luanda, conseguiu acessar as elites locais e a ter contato com representantes diplomáticos, em especial o cônsul brasileiro Dr. Saturnino de Souza e Oliveira e o juiz do tribunal misto luso britânico Edmund Gabriel (AHI: 238/2/2). Nicolau tenta estabelecer contato direto com o Imperador do

Brasil (WHEELER & PÉLISSIER, 2012). Ele escreve uma missiva, que é encaminhada pelo cônsul brasileiro em Luanda, na qual acena com a possibilidade de intermediar contatos comerciais entre o império sul americano e o Reino Congo, que segundo seu relato, possuía soberania e autonomia (AHI: 221/2/7).

Dentre outros suspeitos estavam os britânicos. Eles antagonizavam com os portugueses quanto ao tráfico de cativos e por desinteligências quanto a posse da foz do Zaire. Por outro lado, também o Império do Brasil, ex colônia portuguesa, ainda estava muito vinculada à Angola comercialmente, podendo ser considerado um possível concorrente pela posse das possessões portuguesas na África (ALEXANDRE, 1998).

### **Fantasma de além-mar: a presença brasileira no centro oeste africano**

Para desvelarmos a participação e o envolvimento de brasileiros e britânicos no episódio faz-se preciso averiguar aspectos relacionados ao histórico dos interesses em jogo e das ações destes países na região. A presença brasileira na região do Congo e de Angola não se iniciara na década de 1850. As primeiras iniciativas institucionais do Império para o continente africano foi tomada ainda no 1º Reinado, em que chegou-se a estabelecer-se um consulado em Luanda com Germark Possolo em 1826, o qual foi expulso em 1827 (COSTA E SILVA, 2003). Dentre as causas possíveis estavam o temor dos lusitanos quanto a proximidade econômica e social entre as suas colônias africanas com o Brasil e a possibilidade de uma intervenção deste no sentido de incorporá-las ao seu território (ALEXANDRE, 1998).

Durante o Período Regencial o governo brasileiro segue barganhando junto Portugal autorização para re colocação do consulado, pedido que foi negado prontamente (RODRIGUES, 1961). Já no 2º Reinado, é estabelecida na possessão inglesa da Cidade do Cabo um Consulado em 1840 e feita uma nova solicitação ao governo de Lisboa, em 1847, no qual era alegado a reciprocidade diplomática, a qual foi novamente indeferida. Dentro do chamado Gabinete da Conciliação, o Império abre um consulado em Monróvia, capital da Libéria em 1853 (AHI:221/2/7). Apenas em 1854 o governo lusitano acena positivamente ao estabelecimento de consulados brasileiros junto aos portos coloniais que estavam abertos ao comércio internacional (COSTA E SILVA, 2003).

Em 1856 a Secretaria dos Negócios Estrangeiros do Império nomeia o primeiro vice cônsul para Luanda<sup>3</sup>. O Governo do Rio de Janeiro envia para Luanda no cargo de vice-

---

<sup>3</sup> Conforme o "Relatório do ano de 1856, apresentado à Assembleia Geral Legislativa de 1857".

cônsul a Frederico Hermenegildo, que havia aberto o consulado na Libéria em 1856 (RODRIGUES, 1961). Ele não chega a ir para Angola. No mesmo ano é exonerado do cargo e é enviado em seu lugar Ignácio José de Morais<sup>4</sup>, sobre o qual não há dados quanto a sua atuação.

Em 1858 chega a cidade de Luanda Dr. Saturnino de Sousa e Oliveira, filho do ex ministro do império de mesmo nome e sobrinho do Visconde de Sepetiba (BLAKE, 1970). As instruções enviadas ao cônsul brasileiro em Angola em 1857, redigido pelo Visconde do Rio Branco, assinalam as intenções do Império em reaquecer os níveis de comércio dos chamados "produtos lícitos" com Angola e posteriormente até mesmo para todas as colônias portuguesas na África (AHI 281/2/3).

Seu pai havia perdido o posto de ministro dos estrangeiros por posicionar-se favorável a novas medidas de restrição ao tráfico de escravos em 1845 (PARRON, 2011). Saturnino filia-se a "Sociedade contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização e da Civilização Indígena", que publicava um dos primeiros periódicos abolicionistas do país chamado *O Philantropo*. O jornal circulou na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1849 a 1852 e Saturnino chegou a ocupar a direção do semanário. Neste, a causa do fim da deportação maciça de africanos era considerada como um meio de incentivar o uso da mão de obra livre e de libertar o Império dos "males" advindos da África (KODAMA, 2008).

Dr. Saturnino de Sousa e Oliveira chega a Luanda com instruções claras, do Ministro Visconde do Rio Branco, no sentido de estudar as relações comerciais com a região de Angola e as causas do desaquecimento das trocas comerciais que outrora fora tão próspero entre as duas margens do Atlântico Sul e de propor medidas para reativá-lo com absoluta exclusão a escravidão (RODRIGUES, 1961).

Além das iniciativas de cunho institucional, a presença de brasileiros na região é notória e sua importância na política e na economia locais é sensível. No final da década de 1840, mesmo com os embarques de escravos sofrendo diminuições gradativas, o número de pedidos de súditos brasileiros por permissões para continuarem a viver em Angola ultrapassou em muito o feito por cidadãos de outras nacionalidades (FERREIRA, 2001). Ainda surgem notícias de empreendimentos de súditos brasileiros em Angola e sua atuação imbricava-se com o poder colonial lusitano na região. Teixeira Miranda é um exemplo disso, ex traficante de escravos, se notabiliza como fornecedor de soldados e cavalos utilizados pela governo geral no combate a grupos rebeldes no interior e ajudando na expansão lusitana no centro

---

<sup>4</sup> Conforme o "Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros do ano de 1857, apresentado à Assembleia Geral Legislativa em 1858".

oeste africano (FERREIRA, 2001).

Há ainda o caso de Francisco Antônio Flôres, rico comerciante em Luanda, que desempenhava um papel importante como investidor na região até por volta de 1860 e com ligações estreitas com os governadores e até mesmo funcionários britânicos (FERREIRA, 2001). Desta poderosa rede de articulações, o ex traficante de escravos consegue junto a coroa portuguesa uma autorização para explorar as minas de cobre do Bembe a norte de Angola em 1857 e o faz usando o nome de uma companhia com sede em Londres<sup>5</sup>. O mesmo inicia o plantio de algodão, com capital britânico, nas regiões próximas ao Ambriz em 1858 (AHI 238/2/1). Em 1859 os relatos do juiz do Tribunal Misto Luso-Britânico em Luanda descreve o sucesso dos empreendimentos do brasileiro em Angola. Ambos os negócios instalam-se na região centro oeste africano, próximos a foz do rio Zaire, no Reino do Congo.

### **Entre as leis do mercado e o direito das gentes: a presença britânica no centro oeste africano**

Quanto à Grã Bretanha, as posições giram em torno das pressões pelo fim do tráfico de escravos e a intensificação de sua presença na região centro oeste africana. Desde a presença de D. João VI no Rio de Janeiro, os britânicos atuam no sentido de limitar o tráfico de cativos. As pressões continuam, sem porém grande sucesso durante o Período Miguelino (1828-1834) com a proposta de criação como uma Comissão Mista para julgamento de casos de embarcações que fossem capturadas transportando africanos para escravidão na América (ALEXANDRE, 1998). O projeto de tratado entre ambos sempre foi conduzido por Lisboa com vagar, atravessou a Guerra de Sucessão (1826-1834) e só voltou ao debate quando na gestão do ministro Sá de Bandeira em 1836. Cansados das idas e vindas das tratativas, os britânicos ameaçam invadir as colônias portuguesas na África caso não fossem tomadas medidas no sentido de extinguir o tráfico. O governo português assina o tratado e cria as Comissões Mistas em 1839 (ALEXANDRE, 1998).

Contudo, a ênfase britânica no fim do transporte ilegal de africanos para o trabalho escravo na primeira metade do XIX não impedia que estes estabelecessem feitorias e estabelecesse ocupações, ainda que pontuais e sem um caráter “imperialista”, no litoral da África Ocidental, central e austral. Pesquisadores britânicos perscrutavam rios como o Níger, o Nilo e o Zaire. Parte do litoral da África Ocidental foi tomada por britânicos para fins de filantropia - Serra Leoa (GEBARA, 2011). Em 1855, após a tomada do porto de Ambriz, ao

---

<sup>5</sup> Conforme a "Coleção Oficial de Legislação Portuguesa 1857-1858".

norte de Luanda, o governo de Londres indisps-se com os portugueses quanto a definição dos limites das possessões lusitanas (MARQUES, 2006) O não reconhecimento britânico da posse lusitana da foz do rio só será equacionada quando do Conferencia de Berlim e a partilha da África (WHEELER & PÉLISSIER, 2012).

### **Desfecho**

O representante britânico e brasileiro reafirmam sua boa fé no desempenho de suas funções consulares e os respectivos governos reafirmam suas melhores intenções na manutenção de seus representantes diplomáticos na colônia portuguesa de Angola (AHI238/2/2). No entanto, o juiz do Tribunal Misto Luso-Britânico envolvido no caso, Edmund Gabriel é transferido para Moçambique em 1861, onde vem a morrer no ano seguinte<sup>6</sup>. O vice-cônsul brasileiro, Dr Saturnino de Sousa e Oliveira, é exonerado do cargo no mesmo ano, e seguiu vivendo em Luanda, onde atuou como médico e comerciante de vinhos e incentivador das artes (BURKE,1970).

É possível vislumbrar neste episódio que a monarquia brasileira, agroexportadora e escravista, diante da ameaça que a interdição definitiva do tráfico representou buscou reposicionar-se institucional e comercialmente no Atlântico Sul. Os contatos entre brasileiros e angolanos, durante a primeira metade do XIX, não se davam apenas na esfera do governo colonial português na região, mas também com grupos locais. Assim percebe-se que a profundidade dos vínculos que ligavam os dois lados do oceano, antes de terem sido bruscamente rompidos, foram sutilmente dissipados.

### **Fontes Documentais:**

1. *Arquivo Digital do Center for Research Libraries (CRL):*

*Relatório do ano de 1856, apresentado à Assembleia Geral e Legislativa de 1857.* Ministro José Maria da Silva Paranhos.

*Relatório do ano de 1857, apresentado à Assembleia Geral e Legislativa de 1858.* Ministro José Maria da Silva Paranhos.

*Colecção official de legislação portuguesa 1857-1858.*

*The Journal of the Royal Geographical Society. Volumen the Thirty-Second. 1862.* Disponível em: < [www.crl.edu/content.asp](http://www.crl.edu/content.asp)>. Acesso em 22 jul. de 2014.

2. *Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro.*

Maços:

221/2/7

238/2/1

---

<sup>6</sup> Conforme o "The Journal of the Royal Geographical Society. Volumen the Thirty-Second. 1862".



238/2/2

281/2/3

### Referências Bibliográficas

ALEXANDRE, Valentim. "A viragem para a África". In: BETHENCOURT, F. & CHAUDHURI, K. (Dir). *História da expansão portuguesa*. Navarra: Círculo de Leitores, 1998, p. 68-85.

BLAKE, Sacramento. *Diccionario Biográfico*. 7º Vol. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.

COSTA E SILVA, Alberto da. *Um Rio Chamado Atlântico a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

GEBARA, Alexsander Lemos de Almeida. "Imagens inglesas e portuguesas sobre a África no Século XIX: projetos políticos e representações". In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo, julho 2011, p. 1-14.

MARQUES, João Pedro. "A ocupação do Ambriz (1855): Geografia e diplomacia de uma derrota inglesa". In: *Africana Studia*. Nº 09. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2006, p. 145-158.

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826 a 1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1961.

KODAMA, Kaori. "Os debates pelo fim do tráfico no periódico O Philantropo (1849-1852) e a formação do povo: doenças, raça e escravidão". In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 28(56), 2008, p. 407-430.

SILVA, José Werneck. *As duas faces da moeda: a política externa do Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Univerta, 1990.

FERREIRA, Roquinaldo. "The suppression of the slave trade and slave departures from Angola, 1830s-1860s". In: *História Unisinos*, São Leopoldo, 15(1): Janeiro/Abril 2011, p.03-13.

VANSINA, Jan. "A África equatorial e Angola: as migrações e o surgimento dos primeiros Estados". In: NIANE, Djibril Tamsir (org.). *História geral da África, IV: África do século XII ao XVI*. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010a

VANSINA, J. "O Reino do Congo e seus vizinhos". In: OGOT, Bethwell Allan. Brasília (org.) *História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII*. Brasília: UNESCO, 2010b.

## **A QUESTÃO DA CRIMINALIDADE URBANA NO RIO DE JANEIRO E A ORIGEM DO FENÔMENO "ESQUADRÃO DA MORTE" (1957-1960)**

**Frederico Cícero Pereira de Oliveira<sup>1</sup>**

Mestrando em História Social – PPGHS FFP UERJ  
Bacharel e Licenciado em História - UERJ  
Especialista em História das Relações Internacionais - UERJ

**Resumo:** O fenômeno “Esquadrão da Morte” apareceu nos jornais do Rio de Janeiro a partir da década de 1950, caracterizando-se pela atuação oficiosa e violenta de agentes da polícia no combate a criminalidade carioca durante a gestão de Amaury Kruel no Departamento Federal de Segurança Pública. Partindo das ideias de Marie-Monique Robin e de Martha Huggins pretendemos problematizar as origens e especificidades do fenômeno e resgatar a historicidade em torno da questão de uma possível influência estadunidense ou francesa.

**Palavras-chave:** Esquadrão da Morte, criminalidade, polícia.

**Abstract:** The phenomenon "Squadron of Death" appears in newspapers of Rio de Janeiro, for the first time during the 1950s, characterized by the officious and violent actions of police fighting crime during the administration of Amaury Kruel in the Federal Department of Public Safety. Based on the ideas of Marie-Monique Robin and Martha we analyze the origins and characteristics of the phenomenon and rescue the historicity surrounding the issue of a possible American or French influence.

**Key-words:** Squadron of Death, crime, police.

---

<sup>1</sup> Aluno do Programa de Pós-Graduação em História Social, da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGHS FFP UERJ), coordenado pela historiadora dr<sup>a</sup> Célia Tavares. Título provisório da pesquisa em andamento: “Uma história do Esquadrão da Morte: Mitos, símbolos, indícios e violência no Rio de Janeiro (1957- 1969)”. Orientador: Prof. dr. Rafael Vaz da Motta Brandão, Co-orientador: Prof. dr. Gelsom Rozentino de Almeida.

## **Introdução**

A pesquisa que encetamos, denominada *Uma história do Esquadrão da Morte: Mitos, símbolos, indícios e violência no Rio de Janeiro (1957- 1969)*, se enquadra no domínio temático de uma história da polícia, da violência e da criminalidade. Violência e criminalidade que se manifestam diariamente como fenômeno num espaço fragmentado, fracionado, apartado, mas que só ganha as primeiras páginas dos jornais da época com mais frequência quando parece ultrapassar a linha invisível entre a marginalidade, na qual vive uma parcela significativa da população da cidade, e a cidade espaço público ordenado onde supostamente operaria uma espécie de normalidade que aquela violência e criminalidade viriam a ofender. No estágio inicial da pesquisa no qual estamos o espaço tem se apresentado como uma categoria chave para auxiliar a compreender os fenômenos da violência e da criminalidade e a dinâmica catalisada pela violência na resposta do aparato policial do Estado. Em linhas gerais, até onde conseguimos até o momento vislumbrar, o Esquadrão da Morte surge no bojo dessa resposta, por sua vez, produzindo mais violência.

## **O Primeiro Esquadrão da Morte e a violência urbana**

A narrativa sobre o Esquadrão da Morte, numa primeira leitura, surgiu na segunda metade da década de 1950, no transcurso da política de segurança implementada pelo general Amauri Krueel, associada a atividade de policiais<sup>2</sup> vinculados ao Departamento de Federal de Segurança Pública, no Rio de Janeiro, então Capital do Brasil.

Amauri Krueel foi quem, após queixa feita por representantes da Associação Comercial do Rio de Janeiro sobre o clima de insegurança na cidade, teria autorizado aos seus comandados “o extermínio puro e simples dos malfeitores”. Dito de outra forma, cobertos “pela impunidade institucional, cada policial passava a acumular várias instâncias: investigação, julgamento, decretação da pena e sua execução”.<sup>3</sup>

O temido Serviço de Diligências Especiais (SDE)<sup>4</sup> foi criado nesse contexto. Comandado por Cecil Borer, delegado da confiança do general Krueel, o grupo conseguiu durante algum tempo implementar a risca as medidas necessárias para promover a redução dos “facínoras”. Com a destituição de Amauri Krueel do cargo, provocada pelo escândalo no

---

<sup>2</sup> VENTURA, Zuenir. *Cidade Partida*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994; BARBOSA, Adriano. *Esquadrão da Morte: um mal necessário?* Rio de Janeiro: Editora Mandarin, 1971.

<sup>3</sup> VENTURA, Zuenir. *Cidade ...* Op. cit., p. 35.

<sup>4</sup> Em Adriano Moreira e Adérito Lopes lê-se: Grupo de Diligências Especiais.

qual ele estava envolvido, assumiu a função um coligado seu, também militar, Crisanto Figueiredo. A este, que ficaria pouco tempo no cargo, substituiu-o o coronel Gustavo Borges.

Foi nesse período de emergência da narrativa sobre o fenômeno Esquadrão da Morte que o Chefe de Polícia, Krueel, também foi envolvido em um rumoroso escândalo de corrupção, revelado pelo jornalista Mário Morel envolvendo detetives, delegados e contraventores do jogo do bicho.<sup>5</sup> Sobre esse caso, o jornalista Zuenir Ventura, no livro *Cidade Partida*, reportando-se a uma série de reportagens feitas por Mário Morel para o periódico *Mundo Ilustrado*, conta que na época da polêmica envolvendo a cúpula da segurança pública do Rio de Janeiro, o general Amauri Krueel, Chefe de Polícia, fora acusado de ser o responsável pela “invasão do crime nos quadros do Departamento Federal de Segurança Pública”.<sup>6</sup>

### **O segundo Esquadrão da Morte**

Em 1964, ainda durante a chefia da Secretaria de Segurança do Estado por Gustavo Borges, um bandido inexpressivo até então alcunhado de Cara de Cavalo matou, no desdobramento de uma perseguição policial partindo da Tijuca em direção a Vila Isabel, o detetive Milton Le Cocq, nome respeitado na polícia fluminense daquela época e mito que perdura ainda hoje entre os mais antigos da corporação, e já naquela época rotulado pela imprensa como o “líder” do esquadrão da morte.

A morte de Le Cocq foi o estopim para uma caçada que ocupou as páginas dos jornais do Rio de Janeiro por vários meses. Centenas de policiais, entre eles Euclides Nascimento, Hélio Vigio, Sivuca, Cartola, Hélio Guaíba, vasculharam as ruas, becos e vielas da cidade em busca do rapaz. Ao fim e ao cabo Cara de Cavalo foi encontrado e assassinado com mais de cinquenta tiros, como ato de vingança, por uma parcela da polícia. Alguns meses depois do ocorrido é fundada pelos policiais que participaram da caçada a Scuderie Le Cocq. Essa associação era um clube, uma confraria, que tinha na caveira atravessada por duas tíbias atravessadas o seu símbolo mais marcante. Tinha entre os seus mais ativos membros alguns integrantes do extinto Esquadrão Motorizado, de cujas iniciais muito foi inferido em jornais e revistas em crônicas sensacionalistas sobre coincidência com as do “esquadrão da morte”. Consoante Adérito Lopes:

---

<sup>5</sup> LOPES, Adérito. *O Esquadrão da Morte*: São Paulo 1968-1971. Lisboa: Prelo Editora, 1973.

<sup>6</sup> VENTURA, Zuenir. *Cidade ... Op. cit.*, p. 49.

Estavam criadas as bases para psicológicas para a aceitação da idéias de “solução final”, aplicada aos setores da população considerados “marginais” ou “anti sociais”. A partir de então, os princípios do “Esquadrão da Morte” vieram incorporar-se na “filosofia” repressiva da ditadura brasileira, sendo os que melhor serviam uma política de degradação e de desmoralização deliberadas da sensibilidade popular.<sup>7</sup>

O mesmo autor diz que as execuções ocorridas entre 1964 e 1965 foram encorajadas por agentes do Estado, atingindo em sua maioria “as camadas mais miseráveis da população”. Ainda segundo o referido autor, as notícias sobre tais chacinas eram recebidas por parte da “classe média e da alta burguesia” com considerável indiferença. Tal como os jornalistas Zuenir Ventura e Edmar Morel, Adérito Lopes aponta Amauri Krueel como o responsável pela emergência de uma “política de eliminação física” dos delinquentes ainda no final do anos 50. No entanto, diferente dos citados Lopes localiza o surgimento do Esquadrão da Morte “imediatamente após a o golpe de Estado de 1964”. Segundo esse autor:

A vitória das forças de direita libertou os instintos mais baixos da facção da pequena burguesia simpatizante do fascismo e dos elementos mais violentos do sistema repressivo policial e militar. Os primeiros meses da ditadura foram o tempo dos ajustes de contas, da caça aos líderes populares, aos dirigentes sindicais, aos estudantes, aos deputados nacionalistas ou de esquerda, aos governadores e políticos que não aderiram ao novo regime.<sup>8</sup>

A partir de 1968, então, já era possível identificar, em alguns estados e municípios da federação, a proliferação do fenômeno Esquadrão da Morte, como na Baixada Fluminense, em São Paulo, Bahia e Espírito Santo.

### **A temática da polícia e da criminalidade na historiografia recente**

De acordo com os historiadores Marcos Bretas e André Rosemberg<sup>9</sup> até os anos sessenta era muito incipiente a produção bibliográfica sobre o tema e o pouco material disponível havia sido produzido em sua maioria por antigos policiais.

---

<sup>7</sup> LOPES, Adérito. *O Esquadrão...* Op. cit, p. 18

<sup>8</sup> LOPES, Adérito. *O Esquadrão...* Op. cit, p. 33

<sup>9</sup> BRETAS, Marcos; ROSEMBERG, André. *A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas*. In: Topoi - Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro, vol. 14, nº 26, jan./jul. 2013, p. 162-173.

Do ponto de vista acadêmico, a polícia era subsumida em grandes esquemas explicativos, onde se fazia instrumento dócil. Numa perspectiva liberal Numa perspectiva liberal, fazia parte das instituições do progresso moderno, parte pouco significativa da história de um Estado que se fazia melhor, mais racional e democrático. Numa perspectiva marxista, fazia parte do arsenal repressivo, agindo sob as ordens de um Estado ou de uma burguesia opressora. A crise destes grandes modelos explicativos permite uma aproximação maior do objeto policial, mas ainda limitada pela visão profundamente negativa que o mundo universitário tinha (ou tem?) do mundo policial.<sup>10</sup>

Ainda que o ambiente social de agitações políticas e culturais no Brasil nos anos sessenta tenha de algum modo contribuído para uma aproximação maior das Ciências Sociais e a da História a essa área temática o fato é que todo o processo ocorreu de maneira lenta e pouco expressiva se comparado à abordagem dos mesmos campos de estudos em relação a outras áreas temáticas. Nesse diapasão se entende que:

As conjunturas conflituosas dos anos 1960 não ajudavam a imagem da polícia, e isto talvez de forma mais radical num país como o Brasil, sob o controle de uma ditadura militar. (...) A possibilidade de estudar a história da polícia, além de indesejada, parecia também muito limitada. No quadro da ditadura, a aproximação universidade/polícia era recusada de ambos os lados. Mesmo em países democráticos, a polícia via a aproximação acadêmica com enorme desconfiança, dificultando muito o acesso à informação.<sup>11</sup>

Assim, levando em consideração o que informam os autores foi se constituindo em relação à temática, no período mais considerado como pertencente ao de uma história do tempo presente, um verdadeiro hiato historiográfico. Consideramos que essa constatação é como se se considerasse que no espaço da cidade, a segregação, a violência, a criminalidade, a polícia e a própria reflexão sobre o território tivessem a mesma relevância que a política, a economia e a cultura. E isso fica muito evidente quando se procura um livro de história sobre polícia e criminalidade situadas a partir dos anos 40 para a presente data. Vê-se que a temática é uma seara praticamente inexplorada por historiadores, embora campo privilegiado pelo interesse de jornalistas, sociólogos, antropólogos e cientistas políticos.

### **O espaço, a cidade e a violência**

Para José D'Assunção Barros<sup>12</sup>, “não é o tipo de fato (...) que define uma subespecialidade de História, mas sim o enfoque”<sup>13</sup> que se dá a cada tipo de fato. Assim, sob

---

<sup>10</sup> BRETAS, Marcos; ROSEMBERG, André. *A história da polícia...* Op. cit. p. 163.

<sup>11</sup> BRETAS, Marcos; ROSEMBERG, André. *A história da polícia...* Op. cit. p. 163.

<sup>12</sup> BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História: Especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, p. 112

o influxo dessa concepção acreditamos que seja possível viabilizar, para análise da questão tópica aqui tratada, uma maneira de compreendê-la não à parte mas como envolvida em toda uma rede de influências para cuja reflexão se torna imprescindível que sejam considerados o capitalismo, o espaço, a cidade e suas divisões, suas fraturas, sociais, econômicas, políticas etc. Ou seja, a violência também tem uma historicidade a ser resgatada e essa historicidade não pode ser trazida a lume em toda a sua pujança e complexidade sem pensarmos o entorno e as multifacetadas forças que atuam no lugar na qual ela ocorre, a cidade. Sobre a historicidade da cidade, diz Henri Lefebvre:

Se á uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas. (LEFEBVRE, 2001, p. 52)

É essa historicidade que, concomitante a questão principal da investigação em curso, pretendemos resgatar, de certa forma inferindo que tal resgate possa também lançar novas possibilidades de entendimento sobre o fenômeno Esquadrão da Morte e o seu surgimento naquele tempo, naquele espaço urbano, naquela cidade. À importância da cidade como objeto de estudo, o autor chama a atenção para como proceder no cotejo do objeto:

É preciso estudar como é que a globalidade é significada (...) como a cidade é significada (...) como são significados os modos de viver e de habitar (...) A cidade tem uma dimensão simbólica; os monumentos, como também os vazios, praças e avenidas, simbolizam o cosmo, o mundo, a sociedade ou simplesmente o Estado. Ela tem uma dimensão paradigmática; implica em mostrar oposições, a parte interna e a parte externa, o centro a periferia, o integrado à sociedade urbana e o não integrado. Finalmente ela possui também uma dimensão sintagmática: ligação dos elementos, articulação da isotopias e heterotopias. Em seu nível específico, a cidade se apresenta como um subsistema privilegiado porque é capaz de refletir, de expor os outros subsistemas e de oferecer como um “mundo”, como uma totalidade única, na ilusão do imediato e do vivido. Exatamente nesta capacidade residem o charme, a tonicidade, a tonalidade própria da vida urbana. Mas a análise dissipa essa impressão e revela vários subsistemas ocultos na ilusão de unicidade. (LEFEBVRE, 2001, p. 70-71)

O período no qual o fenômeno Esquadrão da Morte surge na imprensa da Capital, o Rio de Janeiro da época, na segunda metade dos anos, 50 é um período onde prosseguem os acentuados fluxos migratórios para as grandes cidades do país. As cidades aumentam seu contingente populacional composto em sua maioria por pobres, segregados às margens da cidade, e, de maneira, simbólica, às margens da civilização.

---

<sup>13</sup> BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História...* Op. cit. p. 112

Nesse cadinho se manifestam a violência, a exploração, vicejam desigualdades, ou ainda, em outro diapasão, transparece da “ilusão da separação numa unidade, a da dominação, do poder econômico e político da burguesia”<sup>14</sup>. Mas nesse contexto pensarão os que determinam os rumos das cidades no “direito à cidade”? Não acreditamos que para aqueles essa questão esteja de fato posta na agenda, ao menos não de forma imediata. A exclusão de certas classes do urbano é como aludimos anteriormente quase como uma exclusão da civilização ou ao menos de um elá civilizatório que a cidade almeja para si ainda que implicitamente. Nos parece que boa parte da contundência do pensamento lefebvriano em relação ao direito à cidade se erige confrontando essa questão:

o direito à cidade (não à cidade arcaica mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais etc.). A proclamação e a realização da vida urbana como reino do uso (da troca e do encontro separados do valor de troca) exigem o domínio do econômico (do valor de troca, do mercado e da mercadoria) (LEFEBVRE, 2010, p. 139)

Enfim, a pesquisa em curso procurará utilizar esse aporte teórico para enriquecer a reflexão sobre a emergência do Esquadrão da Morte na cidade capital e a sua permanência no Estado da Guanabara e finalmente no Estado do Rio de Janeiro. A cidade, assim sob o influxo da reflexão lefebvriana já não é mais um espaço morto para a reflexão, vazio de sentido e relevância, e sim um espaço que pode vir a significar uma maneira mais sofisticada de investigar uma história da polícia, da violência e da criminalidade. Violência e criminalidade que, como dissemos antes, se manifestam diariamente como fenômeno num espaço fragmentado, fracionado, apartado, mas para cuja realidade e níveis possíveis de reflexão ainda ocultam muito de sua crudelíssima realidade.

---

<sup>14</sup> LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 51.



## **Considerações sobre o fracasso do projeto nacional sudanês e o surgimento da República do Sudão do Sul**

Gabriel Cabeda Egger Moellwald<sup>1</sup>

### **Resumo**

A República do Sudão do Sul é fruto de duas longas guerras civis, e sua existência enquanto Estado-nação é consequência do fracasso do projeto nacionalista do Sudão e da persistência do SPLM/A, partido político/grupo armado que se tornou Estado/exército e símbolo de libertação. O intuito deste trabalho é buscar compreender alguns aspectos dos processos que levaram ao surgimento do novo país. Para tanto, buscaremos situar o contexto no qual esses processos se desenvolveram, levantando, de forma livre, algumas questões pertinentes.

Palavras-chave: Sudão, Sudão do Sul, SPLM/A

### **Abstract**

The Republic of South Sudan is the result of two long civil wars and its existence as a Nation-State is a consequence of the failure of Sudan's nationalist project and the persistence of SPLM/A, political party/armed group that would become State/army and symbol of national liberation. This work aims to comprehend the processes that led to the emergence of the new country. Thus, we will situate the context in which these processes occurred, raising pertinent issues along the way.

Keywords: Sudan, South Sudan, SPLM/A

Estados surgem e se desintegram, cada um a seu tempo. E dos fragmentos da desintegração nascem novos Estados. O caso da República do Sudão é bastante ilustrativo desse fenômeno e da fragilidade de um Estado cujo projeto nacional redundou no fracasso final: a separação de uma parte considerável de seu território. Não há na história começos específicos fáceis de delimitar, então para escaparmos ao máximo da inevitável armadilha do olhar retrospectivo, começemos em 1954, ano dos eventos que consagraram a independência do Sudão, até então território colonial administrado por um condomínio entre as coroas egípcia e britânica.

Sentimentos nacionalistas já ecoavam há no mínimo duas décadas entre membros da elite sudanesa e de uma classe estudantil incipiente. Porém, sem ignorarmos a importância de um movimento interno pela independência do Sudão nesse período, foram eventos no Egito

que precipitaram o fim do condomínio. A revolução de 1952 dos “oficiais livres” liderados por Nasser provocou a queda do rei Farouk I, e logo pôs-se fim à presença britânica no país. Esse novo cenário, consolidado em 1954, teria efeitos profundos para a independência do Sudão e principalmente sobre a forma como se daria essa independência. Nos termos acertados entre o colonizador que se retirava e os representantes do novo país a surgir estavam uma política de “sudanização”, com a remoção dos britânicos dos cargos oficiais. Porém, dos 800 cargos “sudanizados”, apenas seis foram alocados a sul-sudaneses<sup>2</sup>. Esse novo Sudão, sem a presença dos sulinos e de outras regiões mais afastadas do chamado “triângulo árabe”<sup>3</sup>, pode nos ajudar a explicar o motivo pelo qual, antes mesmo de formalizada a independência, o país já se encontrava em vias de uma guerra civil.

---

Pretendemos aqui analisar alguns fatores que ajudam a explicar o fracasso do Estado do Sudão em se manter coeso, concretizada a independência do Sudão do Sul em 2011. Defendemos a ideia de que esse fracasso se deveu principalmente à incapacidade das lideranças sudanesas no decorrer desse longo período em desenvolver um Estado que respeitasse as enormes diferenças regionais. As elites no poder, representativas do “triângulo árabe”, incorporando a ideia racista de uma superioridade “árabe” em relação ao “africano” e construindo um projeto nacionalista baseado na expansão do islamismo às áreas não islâmicas e do árabe como língua nacional, provocaram a inconformidade de ampla parcela da população e a conseqüente revolta na região sul. Cremos ser fundamentais muitos dos fatores considerados mais importantes por especialistas no assunto, como a periferização política e econômica dos sul-sudaneses e de Darfur<sup>4</sup>, mas esses devem ser entendidos como conseqüência da reprodução de um “paradigma da diferença” profundamente enraizada na sociedade sudanesa. Em outras palavras, as decisões tomadas em 1954 que resultaram na criação de um só Estado, juntando uma diversidade de povos cujos laços foram construídos com históricas divergências e desconfiança, foram o estopim para o conflito que duraria meio século. O imenso Estado que surgiu, reunindo em seu território centenas de nações com diferentes línguas, costumes e religiões, bem poderia representar uma união pan-africana a conectar o norte islâmico e o sul animista, mas fracassou. E esse fracasso não deve se deve a uma suposta incapacidade de convivência entre esses diferentes povos, mas é conseqüência do olhar curto das elites que reproduziram internamente a lógica racista colonial. Elites essas que também relegaram ao segundo plano quem não se conformasse à imagem proposta de um ideal cidadão sudanês: no caso, muçulmano, “árabe” em contraposição a “africano”, como se

a negritude dessas elites fosse embranquecida pelo mito da ligação genética com o Oriente Médio.

---

Tanto quanto as relações coloniais perpetradas pelos impérios europeus estiveram fundamentadas em um “paradigma da diferença”, de acordo com Mudimbe<sup>5</sup>, ou pelo “complexo de autoridade” do homem branco, de acordo com Frantz Fanon<sup>6</sup>, as relações estabelecidas após a fundação da República do Sudão mantiveram essa lógica, dessa vez com a imposição de uma “cultura árabe” e a inferiorização racial do “negro animista” ao sul, além das populações periféricas da capital Cartum e de Darfur ao oeste. Essa mitificação que fez do sul-sudanês um estrangeiro em seu próprio país, alguém sem ampla cidadania, ainda vinculado ao recente passado das relações entre um norte escravagista e um sul fornecedor de escravos, é a base das políticas que relegou o sul à uma condição periférica.

Se considerarmos que as vozes das lideranças do sul foram completamente ignoradas nas negociações de 1954 pelos termos da independência, podemos ter uma ideia do caminho que viria a seguir. Seguindo a cartilha de um nacionalismo árabe apoiado no sucesso da revolução de Nasser no Egito, o sul foi incorporado ao novo Estado como se fosse o apêndice natural de uma nação “árabe”, a fornecer o espaço vital e os escravos metafóricos para a expansão do Islã rumo ao sul da África. Mesmo governos mais laicos, dos vários que surgiram em golpes e revoluções no decorrer da história do país, não foram capazes de estabelecer um vínculo de união nacional a agregar as diferenças étnicas, culturais e religiosas do país; em outras palavras, aqueles que ocuparam o poder no Sudão desde sua independência até seu esfacelamento em 2011 não chegaram a cogitar um Estado que não fosse baseado nas premissas do Islã. E mesmo no período entre guerras, de 1972 a 1983, quando um sistema federativo foi colocado em prática, as elites do norte sempre mantiveram a mão na maior fatia das riquezas e tiveram mais voz política, em detrimento das elites que representavam os povos do sul. E esse desfavorecer crônico do sul em muito se deve, em nossa opinião, à reprodução dessa lógica colonial estruturalmente embasada nas premissas de superioridade racial e religiosa. A consequência disso foi o surgimento, a persistência e o fortalecimento de uma resistência organizada visando um Sudão unido com real distribuição de poderes ou mesmo a independência total do sul.

Quando buscam mais voz, mais participação no destino do país no qual foram incluídos sem serem devidamente consultados, as elites sul-sudanesas pedem o básico:

autonomia política e espiritual e respeito a seu modo de vida e suas instituições sociais e culturais. Buscam, antes de mais nada, o reconhecimento da premissa básica da igualdade racial, o que esbarra no “complexo de autoridade” das elites no poder. E sua luta é respaldada justamente no orgulho de sua “africanidade” em contraposição ao colonialismo “árabe”. Esse foi um dos principais fatores a unir as diferentes nações do sul do enorme Sudão no longo conflito civil que se estabeleceu após a independência. O que uniu os “rebeldes” de então e os atuais líderes e habitantes em geral da república que surgiria com o desmembramento do Sudão é justamente o fato de serem “sulinos”. Talvez para um observador incauto possa parecer estranho que o nome um tanto estéril de Sudão do Sul tenha sido escolhido para designar o novo país, mas faz sentido se considerarmos que o país surgiu da luta longa e árdua entre o “sul” e o “norte”; “periferia” contra “centro”. Mesmo que em alguns momentos houvesse debates entre um projeto independentista e outro federalista, entre a manutenção de um Sudão unido em novos termos ou a fragmentação do território, aqueles que lutavam a guerra contra as forças armadas do Sudão não compartilhavam somente o inimigo como o fato de serem, justamente, “sulinos”, portanto, orgulhosamente “africanos”.

John Garang de Mabior, líder do SPLM/A (*Sudan People's Liberation Movement/Army*), movimento que agregaria a oposição sulina ao governo durante a segunda guerra civil de 1983 a 2005, insistiria em seus discursos que a luta contra o governo opressor de Cartum era uma luta de todos os sudaneses, uma luta por um novo Sudão, mais justo e igualitário, com liberdade religiosa e participação política de todos. Não é à toa que o então presidente do Sudão Gaafar Nimiery falava em “problema do sul”, algo que estaria travancando o processo de nacionalização arabizante posto em prática pelo poder central estabelecido em Cartum. Repetindo, o que unificou líderes, soldados e cidadãos de diferentes etnias sob égide rebelde foi justamente essa pecha que lhes era atribuída de “sulinos”, “africanos”, considerados inferiores pelo norte “árabe”, supostamente civilizado. Considerando isso, é possível argumentar que as guerras civis sudanesas simbolizam bem um pan-africanismo localizado, um movimento baseado na resistência das culturas “negras” contra a tentativa de submissão política, econômica e cultural de uma força “estrangeira”, no caso o sudanês afro-muçulmano do norte do país. Esse pan-africanismo ideológico a fundamentar a resistência pode ser visto com a formação, em 1963, do partido SANU (*Sudan African National Union*), a emular os partidos de libertação nacional da Tanzânia e do Quênia (TANU, *Tanganyika African National Union* e KANU, *Kenya African National Union*).

Todos apelam para uma noção de “africanidade” para agregar diferentes nações nas lutas de libertação.

Essa “africanidade” é a marca que irá definir uma “identidade sul-sudanesa” e justificar o nome do país. Por longo tempo, desde meados do século XVIII até pelo menos 1930, nações situadas no atual Sudão do Sul, entre eles os Nuer, assim como os Dinka, Bari, Azande e outros, lutaram e resistiram, mesmo contra todos os fatores contrários, à invasão turca, egípcia e britânica de seus territórios. As batalhas estão escritas nos livros de história. Mawut Mach Guarak cita o exemplo do líder espiritual Guek Ngundeng, que se tornou um ícone unificador da nação Nuer, e lutou “até o último suspiro contra os ingleses. Em 1929, as forças anglo-egípcias derrotaram Ngundeng e arrasaram seu exército”.<sup>7</sup> Acabaram derrotados, e os ingleses, sem força e vontade para lidar com a região, decidiram estabelecer um “distrito fechado” na região que hoje compõe basicamente o território sul-sudanês, que assim permaneceu até 1954. Nesse ano, pouco menos de uma década depois do fim da segunda guerra mundial, o Sudão deixava de ser controlado pelo condomínio egípcio-britânico e o “distrito fechado” passava a ser parte de um imenso Sudão independente. Desde então, a história dos povos que viviam no antigo distrito fechado é uma história de resistência à opressão dos novos donos do poder.

Já em 1947, na conferência de Juba, atual capital do Sudão do Sul, os líderes sul-sudaneses para lá convocados já manifestavam com clareza a vontade de seus representados. Não foram ouvidos e, por pressão das elites afro-muçulmanas estabelecidas em Cartum, o sul mais tarde seria agregado ao norte. Lembramos que, no momento, o nacionalismo árabe estava no auge com Nasser no Egito, e os ingleses, cujo interesse no delta do Nilo estava vinculado à manutenção de boas relações com o novo governo egípcio, (aliado aos líderes árabes de Cartum) não ousaram defender os interesses dessa elite sul-sudanesa receosa de uma integração forçada. No fim, decidiu-se por unir o “distrito fechado”, Darfur e outras regiões a um grande Sudão. E também lembramos que caberia às lideranças afro-muçulmanas em Cartum promover o processo de criação de uma identidade nacional sudanesa, baseada na língua árabe e nos fundamentos do Islã como base constitucional. É possível que essa elite acreditasse no sucesso desse empreendimento; sua arrogância é outra demonstração da tendência a inferiorizar os sudaneses “africanos”, ainda associados a fatores negativos como a escravidão. Sua cegueira, de acordo com a opinião aguda do poeta e ideólogo sul-sudanês Kuir ë Garang, seria o fator responsável pelos problemas do país após a independência:

Os sul-sudaneses são conhecidos historicamente e até os dias atuais como um povo que sofreu sob um monstruoso sincretismo de poderes imperiais e racistas. Eles também foram, em uma nota mais traumatizante, sujeitos a uma sequência de regimes vacilantes, escolas de hermenêutica política e desumanidade teocrática socialmente engendrada e executada pelas elites governantes em Cartum.<sup>8</sup>

De 1955 e 2005, com a exceção do período de relativa paz entre 1972-1983, todos os pedidos de líderes sulinos por uma autonomia regional ou por um sistema federativo seriam negados e o processo nacionalista “árabe” tentaria se impor à força. Os primeiros governos sudaneses não conseguiram lidar com o que consideraram um “problema”: a diversidade étnica, racial e religiosa do enorme país. Com isso, produziu-se um descontentamento forte demais entre os cidadãos não-muçulmanos do resto do país, principalmente no sul “africano”, mas também em Darfur, como ilustra o tenebroso genocídio dos meados dos anos 2000 e os conflitos em andamento.<sup>9</sup> Contrários aos desejos da elite central, optaram pela rebelião. Assim como em tantos outros casos, a resistência a ouvir as demandas de determinados grupos de pessoas resultou no esfacelamento de um território. A arrogância, a crença na superioridade racial ou religiosa de um povo sobre outros resultou na desagregação de um país. Nos causa tristeza notar que o Sudão, que poderia ter sido um exemplo da colaboração na diversidade, mostrou novamente que, sem a promoção de um mínimo de igualdade entre grupos de cidadãos diferentes, não há nação.

---

Mas detemo-nos por um instante maior na história do SPLM/A, grupo armado/partido político que agregaria os esforços do sul contra o poder central de Cartum. Os termos do tratado de paz estabelecido na capital da Etiópia em 1972 entre o então presidente do Sudão, Gaafar Nimiery, e o então líder dos “rebeldes” no sul, Joseph Lagu, ajudaram a pôr fim ao conflito, mas não resolveram as questões a fissurar o país. E não à toa, uma década depois do tratado de Addis Abeba, uma nova guerra civil teria início justamente devido à radicalização do governo sudanês e a uma volta às “políticas islamizantes”, entre elas o estabelecimento da *sharia* em todo território nacional. Novamente, a imensa diversidade seria desrespeitada, numa nova e tardia reprodução da lógica colonial. O resultado foi o surgimento do SPLM/A, liderado com mão de ferro pelo intelectual comunista John Garang de Mabior. Para ele, o movimento teria três principais objetivos. Nas palavras bem resumidas do estudioso Arop Madut-Arop, o principal seria “lutar pela criação de um novo Sudão unido que proporcionaria igualdade e justiça às áreas marginalizadas do país”. Os outros objetivos, “a adoção de um

sistema socialista” e “o reagrupamento e treinamento das forças que lutavam dispersas pela região para dar-se início à guerra”<sup>10</sup> podem ser vistos como pontos fundamentais para a concretização do objetivo primeiro.

Novamente cabe aqui um vislumbre do contexto internacional para compreendermos porque o discurso de Garang enfatizava a manutenção de um Sudão unido em detrimento da independência total da região sul. É importante ressaltarmos que, para juntar e treinar as forças para o conflito, o SPLM/A contava com um aliado importante na Etiópia comunista governada pelo Derg na figura de Haile Mariam Mengistu. Por bastante tempo, até a queda de Mengistu, a fronteira ocidental da Etiópia serviu de campo de refugiados e de treinamento para os “rebeldes” do SPLM/A. E durante esse período, o governo etíope lutava contra seus próprios separatistas na Eritreia. Autores como Arop e Kuir e Garang enfatizam a inteligência política de John Garang em abafar os discursos pela independência em prol da luta imediata em andamento. E também não é coincidência que a maior fissura dentro do SPLM/A aconteceu após a mudança de regime na Etiópia, e que a causa do racha ocorreu devido às visões diferentes da luta. De um lado, os partidários de Garang apoiavam sua visão de um Sudão unificado e do outro, Riek Machar enfatizava a necessidade da luta pela independência total. Não é nosso objetivo dissecar essa separação que teve consequências dramáticas para a luta contra o governo de Cartum e para a população, mas é importante lembrar que nem sempre a luta dos “sulinos” contra o “norte” foi coesa e sem dissensões internas. E que, após a independência, essas dissensões voltariam com força, complicando o processo de construção nacional do Sudão do Sul.

Mas resolvidas as divergências entre os campos de Garang e Machar, com a vitória do primeiro e reunificação do partido, as atenções se voltariam novamente à luta contra as forças armadas do Sudão. A luta continuaria até 2005, quando, graças em parte a uma pressão maior do governo dos Estados Unidos no país, seria assinado o Tratado Compreensível de Paz, com um plebiscito programado para 2011, no qual os povos do sul votariam pela independência ou pela manutenção de um Sudão unido federalista. A esmagadora vitória do voto pela independência ajuda a demonstrar que, nos seis anos entre o tratado e o plebiscito, as lideranças no norte não se esforçaram suficientemente para seduzir os sulinos a manter o país unido.

---

O Sudão como país, como projeto nacional, foi, portanto, um fracasso. E os fatores que contribuíram para esse fracasso são justamente aqueles que estabelecem as bases para uma identidade “sul-sudanesa”. Agora independente, não há mais a necessidade de afirmação de uma identidade “africana” em contraposição à “árabe”. Acabou a guerra de resistência dos “sulinos” contra o centro de um país governado por uma elite que os considerava inferiores. O que será feito para fortalecer esse sentimento sulino - que nada mais é do que o sentimento de “africanidade” - é uma incógnita. Analisando os eventos que se desenrolam após 2011, data da independência oficial da República do Sudão do Sul, percebe-se que, desejada ou não, essa não será uma tarefa fácil. Afinal, os sinais mostram haver uma forte disputa de poder, agora no interior do partido a governar o novo país. Além do mais, o uso de um discurso simplista por parte de inimigos políticos e grande parte da mídia, que tenta desenhar o conflito em moldes étnicos, é sempre um perigo para qualquer noção de coesão nacional.

Em 15 de dezembro de 2013, a eclosão de um violento conflito entre soldados do exército em uma caserna em Juba mostrou o quão fraturadas estavam as bases do poder no país. Não demoraria muito para diferentes grupos armados aparecerem e formarem alianças frágeis, baseadas em interesses diversos. Em um país novo que já carecia de coesão política ou identitária, agora a disputa por poder, influência e acesso às riquezas se dá no palco “nacional”. Porém, não se trata de um conflito binário entre “governo” e “rebeldes”, representados por um ou outro grupo étnico. Em artigo recente, Matthew LeRiche demonstra bem a complexidade do conflito, refletindo também sobre a questão da etnicidade. De acordo com o autor, “o ponto chave é que a maior parte dos ataques não ocorreram inicialmente por causa de etnicidade ou de ódio de uns contra outros por causa de sua etnicidade”<sup>11</sup>. Porém, o fator étnico não deve ser desprezado, não pela lógica falsa da existência de inimizades em linhas étnicas, mas pela forma como ocorre a distribuição de poder no país.

No Sudão do Sul, qualquer líder tem importantíssimas obrigações com sua comunidade ou tribo. Essas obrigações são muitas vezes satisfeitas incluindo grande número de membros da família ampliada ou companheiros de tribo em postos de governo ou como motoristas, conselheiros, guardas e/ou outras funções secundárias.

A maioria das figuras envolvidas [no conflito atual], se bem que não todas, tem forças de segurança altamente originadas de suas áreas nativas e tribos ao redor. Essa abordagem nepotista criou uma situação na qual os principais apoiadores e defensores físicos de líderes individuais possuem construções étnicas mais ou menos exclusivas<sup>12</sup>.

Devido a uma incapacidade do governo sul-sudanês em construir uma coesão entre as lideranças bem diversas do país, o que ocorreu foi o desmantelamento do partido hegemônico



e do seu exército. Muitas forças deserdaram e formaram campos opostos ao governo, sendo o principal formado pelas tropas fiéis ao ex-vice-presidente Riek Machar, sacado do posto em agosto de 2013 e responsabilizado por uma tentativa de golpe pelo presidente Salva Kiir Mayardit. Após a confusão de dezembro em Juba, começou uma série de ataques nas principais cidades do país, com consequências nefastas para a população. Em meados de agosto de 2014, o número de refugiados internos e externos ultrapassava a casa dos milhões e o número de mortes era estimado em mais de 10.000, de acordo com agências da ONU. Muitas dessas mortes foram caracterizadas como retaliações étnicas, mas vale lembrar que os ataques iniciais não tiveram motivação étnica, sendo causadas por desavenças entre lideranças políticas e suas bases de poder.

Portanto, apoiamos a ideia de que as guerras civis sudanesas do século passado que culminaram com a fragmentação do país devem ser consideradas como consequências da reprodução de um “complexo de autoridade” a imaginar uma superioridade “árabe” e uma inferioridade “africana”. Esse sentimento significou que o “tratamento monstruoso dos sul-sudaneses estava justificado em função de uma categorização racial e religiosa [...] e ninguém esperava que houvesse reclamações”.<sup>13</sup> Já o mesmo não pode ser dito no caso do atual conflito no Sudão do Sul. Se antes questões raciais e religiosas foram as grandes motivadoras da periferização política e econômica a provocar a guerra, agora florescem novos problemas. Como era de se esperar, seria muito difícil que houvesse uma rápida transformação de um partido altamente militarizado em um partido político convencional. Além disso, o fracasso em controlar a corrupção, distribuir cargos de influência igualmente entre as diferentes nações sul-sudanesas e estabelecer mecanismos de prestação de contas do governo, entre outros fatores, resultou em mais um conflito armado à beira do Nilo Branco. Como se resolverão esses problemas estruturais e como alcançará a paz um país exaurido pela guerra são questões que somente o tempo responderá.

---

<sup>1</sup> Graduado em História e mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, sob orientação do Prof. Dr. José Rivair Macedo e com bolsa de pesquisa da CAPES. (gabriel.egger@gmail.com)

<sup>2</sup> COLLINS, Robert O. *A History of Modern Sudan*. 3ª edição. New York: Cambridge University Press, 2010, p. 65.

<sup>3</sup> O “triângulo árabe” é uma região geográfica do Sudão situada no Vale do Rio Nilo e delimitado por Porto Sudão ao leste, Dongola ao norte e Sennar ao sul, com o centro na capital Cartum.

<sup>4</sup> JOHNSON, Douglas H. *The Root Causes of Sudan's Civil Wars*. Edição revisada. Kampala: Fountain Publishers, 2011, p. ix.

<sup>5</sup> Esse conceito pode ser encontrado em MUDIMBE, Valentim. *A Invenção da África*

<sup>6</sup> Esse conceito pode ser encontrado em FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*.

<sup>7</sup> GUARAK, Mawut Achiecque Mach. *Integration and Fragmentation of the Sudan*. 1ª edição. Bloomington: Author House, 2011, p. 76. Citação traduzida do inglês pelo autor.

<sup>8</sup> GARANG, Kuir ë. *South Sudan Ideologically*. 1ª edição. Calgary: The Nile Press, 2013, p. 1. Citação traduzida do inglês pelo autor.

<sup>9</sup> O atual conflito em Darfur começou em 2003, e estimam-se entre 170 e 460 mil mortos e milhões de refugiados. Para uma

<sup>10</sup> MADUT-AROP, Arop. *Sudan's Painful Road to Peace*. 1ª edição. Lexington: BookSurge, 2006, p. 70. Citação traduzida do inglês pelo autor.

<sup>11</sup> LERICHE, Matthew. Disponível em: <<http://africanarguments.org/2014/01/28/south-sudan-not-just-another-war-and-another-peace-in-africa-by-matthew-le-riche/>>. Acesso em: 20 de jul. 2014. Citação traduzida do inglês pelo autor.

<sup>12</sup> Ibid. Citação traduzida do inglês pelo autor.

<sup>13</sup> GARANG, Kuir ë. *South Sudan Ideologically*. 1ª edição. Calgary: The Nile Press, 2013, p. 15. Citação traduzida do inglês pelo autor.

## A MÚSICA NA CORTE DO RIO DE JANEIRO (1808-1840)

Gilberto Vieira Garcia (Doutorando em Educação – UFRJ)  
gilbertovieiramusica@gmail.com

**RESUMO:** Texto sobre os significados oficiais da Música no Rio de Janeiro, entre a transferência da Corte, o Primeiro Reinado e o Período Regencial; destacando sua importância como referência de ilustração e de “bom gosto valorizada na formação cidadã das elites imperiais; analisando-se seus “usos legítimos” nas discussões sobre sua “natureza” pedagógica e moral, seu valor diante das Nações civilizadas e o papel do Estado na institucionalização de uma Música Oficial, expressa, sobretudo, pela Música Sacra e a Ópera.

Palavras-chaves: História da Educação Musical, História da Música, Brasil Império.

### A CULTURA MUSICAL COMO PEDAGOGIA

Ao se analisar a documentação que faz referência à Música no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX, nota-se uma crescente tendência de valorização de sua suposta natureza ética e pedagógica e seu papel na formação moral do ser humano e na civilização das sociedades. Nesse sentido, é bastante comum aparecerem entre os documentos definições sobre a sua importância “fundamental” para o estabelecimento de uma “alma afinada”, dos “ternos afectos do coração humano”, da “harmonia das ideias” e “do systema nervoso” e as suas funções enquanto “influência civilizatória” e meio de acesso ao “Universal” e ao “Divino”. Finalidades a ela atribuídas que, de acordo com a própria documentação, teriam como fundamento as concepções elaboradas no “berço da civilização musical”, isto é, no mundo antigo, onde a Música teria uma importância central para o aperfeiçoamento da natureza humana e na educação da sociedade. Uma referência que pode ser encontrada em vários de seus trechos, como, por exemplo, no discurso de inauguração do Imperial Conservatório de Música, em 1848, quando Francisco Manuel da Silva<sup>1</sup> afirma que:

A música, com efeito, é a inseparável companheira da civilização; com ela progride e se desenvolve, recebendo e comunicando alternadamente o seu caráter e influência. É sobretudo entre as nações antigas mais célebres, entre essas os gregos tão admiravelmente organizados, que cumpre estudar seus efeitos e importância. (*Apud* Andrade, 1967, p.254)

Ou no artigo publicado no periódico *O Brasil*, na ocasião da criação legal do Conservatório, em 1841, onde se destaca que:

No entanto a música, desde a mais remota antiguidade, tem sido cultivada por todos os povos. É uma espécie de instinto, uma necessidade de nossa natureza que nos arrasta para o gozo dos encantos inestimáveis de harmonia [...] adoça os

costumes, modera a força pela graça, aproxima os elementos diversos da sociedade. (*O Brasil*, 1841, p.4)

Ou, ainda, no artigo publicado em 1836 pelo futuro “Mestre” de desenho do CPII e diretor da Academia Imperial de Belas Artes, Manuel Araújo Porto Alegre, destacando que:

Ligados à história, caminhando no labirinto da antiguidade, veremos sempre a Música representando um grande papel na scena social: na infância, na prosperidade das nações, esta arte divina sempre amiga do homem, o ampara com suas áas angélicas, e o transporta fóra da atmosfera dos males, e da desgraça. (*Nitheroy*, 1836, p.168)

Analisando-se esses trechos pode se perceber, então, que nessa perspectiva os principais valores atribuídos ao fenômeno musical parecem repousar muito mais sobre a importância que seus efeitos psicológicos e morais tem para a sociedade, enquanto marcas de uma “boa educação”, do que sobre sua compreensão utilitária como um elemento cerimonial e decorativo, uma prática puramente mecânica e exterior. Assim, destacada como “uma arte divina e encantadora”, ela também teria um papel “natural” no temperamento dos impulsos, na “afinação” dos costumes e, mesmo, na “cura” dos males e desgraças do homem.<sup>2</sup> Nesse sentido, a Música aparece, então, como uma espécie de sujeito na história das “célebres Nações”, uma “musa” que, ordenando, equilibrando e pondo em consonância os contrastes e as diversidades sociais, teria o potencial de atuar como um influente protagonista no desenvolvimento das grandes civilizações, desde a “infância” até as cenas de prosperidade.

Dentro desses termos, um conceito que parece ter uma importância central é o conceito de harmonia e seus pressupostos de conciliação, de equilíbrio dos contrários e de perfeição. Sua ideia principal é que a Música, em consonância com as próprias *leis* que regem a ordem do Universo e da Natureza, teria um poder inato de dar harmonia à alma humana, inculcando virtudes, erradicando vícios e más inclinações (Fubini, 2008). Assim, afinado de alguma forma com a concepção clássica segundo a qual “a harmonia que constitui a música é do mesmo tipo da harmonia que rege a alma humana e o Universo” (*Idem*, p.70), Araújo Porto Alegre afirmava em seu artigo “Sobre a Música”, em 1836:

Toda natureza é uma orchestra, que, em variadas escalas, reproduz harmonias diferentes nas fibras do homem sensível. (*Nitheroy*, 1836, p.168)  
[...] O homem que detesta a Música é de máo caracter [...] é um aborto da natureza, onde há falta de harmonia no systema nervoso. (p.172)

Concepção também compartilhada por Francisco Manuel da Silva ao defender, no referido discurso de inauguração do conservatório, em 1848, que a Música, “como que um tipo divino”, “não é um invento do homem, antes resulta da organização que lhe outorgou a natureza.” (*Apud* Andrade, 1967, p.253) Assim, continuava ele:

A música não é pois uma arte frívola, mas considerada sob o seu verdadeiro ponto de vista é uma *ciência* de suma importância, que por modo mais sensível que qualquer outra reúne o útil ao agradável, e bem dirigida muito pode influir na moral e nos costumes. (*Idem*, p.254, Grifos meus)

[...] Não é nossa alma, qual instrumento dócil às impressões da harmonia, de quem ela faz vibrar cada corda ao seu capricho? [...] A música é em toda parte um instinto da natureza, uma necessidade da alma [...]. (*Idem*, p.253)

Nessa perspectiva, a Música seria, então, uma necessidade e uma expressão “natural” que, dirigida sob seu “verdadeiro” ponto de vista “científico”, respeitando-se seus princípios e suas *leis* e conhecendo-se seus efeitos sobre o homem, poderia tornar harmônica a própria alma e a sensibilidade, influenciando a moral e os costumes e cultivando o “bom” caráter. Entretanto, mesmo considerando que ela “não é uma arte frívola”, parece importante não se perder de vista que, como a natureza e “suas variadas escalas”, ela traz consigo o potencial de “reproduzir harmonias diferentes nas fibras do homem sensível”, estimulando diversas paixões e emoções, promovendo, assim, não apenas virtudes, mas, também vícios. Nesse sentido, parece, portanto, que não seria a todo tipo de Música que caberia a digna função de educar e civilizar. Questão bastante sensível no contexto da Corte, haja vista a diversidade que caracterizava seu cenário musical, com seus Batuques, suas Modinhas, seus Lundus; as Óperas e a Música Sacra.

A esse respeito, Monteiro (2008), pautando-se pela ideia de circularidade e entrecruzamento de culturas, reconhece que o “Brasil colonial já apresentava formas próprias de manifestações musicais” e, se, nas “igrejas eram estabelecidos os limites”, “nas praças e em outros locais públicos articulavam-se lundus, modinhas e práticas de tradição europeia.” Entretanto, reconhecendo também os limites de uma sociedade escravista, predominantemente negra e mestiça, o autor não deixa de enfatizar que, entre esses espaços de tolerância e articulação, o “que aconteceu, na verdade, foi que as práticas musicais tiveram tanto de atenuante, em relação às diferenças sociais, quanto de agravante.” (p.181)

Nesse aspecto, é interessante se notar que, mesmo com uma suposta ambiguidade da Modinha - ora refinada, ora “indecente e chocante” -, bem como com toda a improvisação, a assimetria rítmica, os movimentos de dança “desordenados”, a “lascívia” e o “erotismo” que eram associados ao “vil batuque” e ao “quente lundu”, esses gêneros também fizeram parte significativa dos divertimentos das classes abastadas. (*Idem*, p.185-194) O que não quer dizer, contudo, numa perspectiva da Música como “Ciência” e Arte “Sulbime”, que essa permissividade se dava de maneira irrestrita, sobretudo, ao se considerar as transformações musicais que ocorrerão na Corte durante a primeira metade do século XIX, com a Música Sacra e, especialmente, com a Ópera, e a importância de ambas junto às políticas culturais do

Estado. Quanto a essa última, criticando, em 1862, o “excesso de estrangeirismo” que marcou seu processo de desenvolvimento no Brasil, com a influência da Ópera Italiana, Joaquim Manoel de Macedo<sup>3</sup>, sobre um prisma nacionalista-romântico, nos dá margem para pensar o quanto esses gêneros estavam presentes na sociedade de Corte do Rio de Janeiro, durante esse período. Assim, afirma o autor:

E o pior é que o gosto e a originalidade desses cantos [“populares”], cuja música tinha um caráter que a fazia distinguir da música característica de todas as outras nações, têm-se ido perdendo pouco a pouco, sacrificada ao canto italiano, cuja imitação é, desde alguns anos, o pensamento dominante dos nossos compositores. As *modinhas* e os *lundus* brasileiros quase que já não existem senão na memória dos antigos; foram banidos dos salões elegantes e com todos os costumes primitivos, à semelhança das aves que, espantadas dos bosques vizinhos do litoral pelo ruído da conquista dos homens, fogem para as sombrias florestas do interior. (Macedo, 2005, p.90)

Uma construção e uma forma de sustentar o ideal de uma essência originária da Música brasileira que estaria sendo “sacrificada” por um “estrangeirismo” desmedido. Posição que, se, por um lado, nos permite perceber o papel da Ópera italiana como uma importante referência pública no âmbito da canção, por outro, pode fazer-nos deduzir que havia uma total segregação do Lundu e da Modinha em relação aos demais gêneros que, de alguma forma, eram legitimados como oficiais. O que dificulta as possibilidades de se perceber uma certa circularidade da cultura musical da cidade do Rio de Janeiro naquele contexto, observada, por exemplo, de maneira estilizada, nos relatos dos estrangeiros sobre sua presença cotidiana (Cardoso, 2006; Monteiro, 2008), na própria obra de alguns dos principais compositores daquele momento<sup>4</sup>, bem como entre as Músicas editadas e comercializadas na cidade durante o século XIX, que contavam com grande número de Modinhas e Lundus (Leme, 2011). Uma perspectiva de segregação empregada na própria construção da imagem de supremacia cultural da Capital, a partir de uma hierarquização da Música de acordo com as diversas regiões do Brasil, suas províncias, seus “bosques vizinhos” e o caráter peculiar de seus habitantes, percebida, por exemplo, quando Araújo Porto Alegre afirma que:

Entre todos os povos, além do carácter geral, outro se manifesta que é o dos habitantes dos diversos logares da mesma Nação. Entre nós apparecem dous salientes na Musica, na Bahia, e o Norte, Minas Geraes, e o Sul: a Musica bahiana é o *lundum*; e a mineira a *modinha*. O *lundum* é voluptuoso em excesso, melancólico; e a *modinha* é mais grave. Tudo é doce na Bahia, o terreno produz assucar e come-se chorando com ardor a malagueta!

Nas mais Provincias do Brasil, a Música é cultivada desde a *senzala* até o palácio; de dia e de noite soa a marimba do escravo, a guitarra, e a viola do *Capadocio*, e o piano do senhor.

Santa Catharina, e Pernambuco apresentam homens cabaes em gênio musical [...].

No Rio de Janeiro, Capital do Imperio, cheio da melhor da sociedade Brasileira, e onde os melhores talentos das Minas geraes, e de outras Provincias, vem exercitar seus arte, saí fora dos limites das Provincias indicadas. (*Nitheroy*, 1836, p.179-181)

Assim, retomando o pressuposto de que os *princípios* que regem a Música seriam tão estáveis e universais quanto os que regem a Natureza, pode-se deduzir, portanto, que haveria uma relação entre qualidade musical, perenidade, virtude e “bom gosto”, isto é, superação dos “costumes primitivos” e provincianos. Nesse sentido, a “boa Música” seria, então, a aquela consagrada moralmente pela tradição (Fubini, 2008), tradição que, sob o olhar da sociedade de Corte do Rio de Janeiro, foi construída historicamente tendo como referências oficiais os principais gêneros que, de alguma forma, estavam associados ao *ethos* musical das civilizações europeias, ou seja, a Música Sacra, a Ópera e, em certa medida, a Música de Câmara.

Um outro ponto que merece destaque está no tipo de relação estabelecida, a partir da cultura clássica, entre o “*encanto*” das palavras e a linguagem musical. Seja por suas funções religiosas, retóricas ou artísticas, nota-se uma acentuada preocupação histórica quanto ao poder e às funções que o elemento musical associado ao verbal pode exercer enquanto instrumento para estimular “afectos”, intensificar paixões, afirmar ou refutar valores. (Fubini, 2008) Nesse campo de discussões, tornam-se bastante recorrentes os argumentos aos quais, numa perspectiva moral, o seu desenvolvimento deva sempre estar a serviço de sua correspondência e sua coerência para com o elemento verbal, acentuando, em suas vozes, o “*encanto*” de seus textos e os conteúdos semânticos de suas palavras. Aqui, a referência à relação entre Música e Poesia mostra-se como o principal eixo para evidenciar a plenitude de seu encontro com a Palavra e a importância que seu cultivo teria como um meio educacional. Quanto a essa discussão, afirmava Araújo Porto Alegre:

Onde há musica há poesia, onde há poesia há música. (*Nitheroy*, 1836, p.165)  
[...] A Musica nasceo com a Poesia, e quando estas gemeas operam juntas quanto potencia não desenvolvem? Esta ultima quando desdobra as asas de fogo, sobe as estrellas, e recebe da mão de Deos o lume da Epopea, descendo sobre a terra, orgulhosa, canta os faustos da humanidade (p.169)

Uma nítida alusão aos elementos da cultura clássica, na qual Porto Alegre, de certa forma, destaca como essa interseção entre a Música e Poesia poderia exercer um importante papel pedagógico, fazendo fazer brilhar “o lume das Epopeias”, isto é, seus característicos conteúdos morais e exemplos comportamentais, ao se cantar “os faustos da humanidade” e, portanto, as lições das conquistas civilizatórias das “grandes nações”. Uma linha de pensamento que terá reflexos diretos sobre os sentidos que o ensino da *Música vocal* irá

adquirir ao longo do tempo junto ao ensino escolar, como pode se perceber na nota publicada no periódico *A Instrução pública*, em 1872, “A Música na Educação”, ao lançar para o leitor, de forma provocativa, a seguinte questão:

“Se a Música e a Poesia [...] tiveram tanto poder em Esparta para reconduzir à virtude os homens corrompidos, e depois para os governar, que influencia não teriam ellas sobre nossos filhos na idade da inocência! Quem se esqueceria das santas leis da moral se ellas fossem cantadas em versos?! (*A Instrução Pública*, 1872, p.156)

Assim, valorizada por suas virtudes éticas e pedagógicas, por seu poder “sublime” e “encantatório” de “harmonizar ideias”, de “afinar tradições”, de “uniformizar sentimentos” e fazer “governar os homens”, a Música teria, por extensão, um papel de destaque junto à definição do “caracter dos povos” e à “orquestração” da sociedade, isto é, sua ordem e funcionamento. Dessa forma, poderia ser considerada, então, como uma espécie de “índice de progresso” das sociedades, por meio do qual se tornava possível avaliar o “estado das nações” ao se comparar “suas produções musicas com sua civilização” (*Nitheroy*, 1836, p.174).

Um tipo de função que pareceu ter um significado importante para o país durante o século XIX, diante das supostas possibilidades do reconhecimento de seu lugar junto à história das “grandes civilizações”, pois, como afirmava Porto Alegre, ao destacar o poder memorial dos “cânticos da Pátria”: “tal é a potência de reminiscência desatada pela Música, que colloca na Thermas de Nero, em Subiaço, no Palacio dos Cesares, no Palatino, ou nas faces do Vesuvio, a torrente do Carióca, o balsamo de mangueira, e o coqueiro do Guayba.” (*Idem*, p.173) Assim, considerando-se, então, a amplitude das transformações causadas pela transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, quais foram os seus impactos sobre o cenário musical da Capital durante o período joanino (1808-1821) e os desdobramentos desse cenário no Primeiro Reinado (1822-1831) e no Período Regencial (1831-1840)?

## AS TRANSFORMAÇÕES DO CENÁRIO MUSICAL

De acordo com Le Goff (1994), como a história não é nem imóvel nem tão pouco um simples fluxo de transformações contínuas, o seu foco é justamente o estudo das *mudanças significativas*. Nesse sentido historiográfico, a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, parece ser um marco inicial interessante para se pensar sobre as funções e os significados da Música para a sociedade de Corte e suas relações possíveis com o estabelecimento do seu ensino junto aos estudos do CPII. A instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro e a transformação da cidade em sede do governo e centro de decisões políticas



acarretaram mudanças que vieram a interferir significativamente nos hábitos e nos comportamentos da sociedade carioca (Gondra & Schueler, 2008, p.23). Diante do aumento da circulação de pessoas, produtos e ideias, bem como das demandas nobiliárquicas e diplomáticas da Corte, tal processo constitui-se por uma série de medidas que, de certa forma, objetivavam recuperar e construir no Rio de Janeiro práticas socioculturais semelhantes àquelas que caracterizavam a vida cortesã das Monarquias europeias.

Um fator importante nesse processo foi a dimensão que a ideia de “bom gosto” alcançou enquanto uma espécie de indicativo do estágio de desenvolvimento cultural da “boa sociedade” carioca, tendo como referência a noção aristocrática de *ilustração*. A partir da instalação da Corte, a associação entre os conceitos de modernidade, de progresso e o gosto trazido pelos estrangeiros e, sobretudo, pelos membros da família real, torna-se central no processo de definição das identidades sociais; como se pode perceber, por exemplo, pela grande frequência com a qual termos como “gosto soberbo e elegante”, “gosto moderno” e “bom gosto”, são destacados nos inúmeros anúncios de produtos e serviços publicados no principal periódico da Imprensa Régia, a *Gazeta do Rio de Janeiro* (Monteiro, 2006, p.19). Um indicativo do quanto esse ideal de atualização dos hábitos e dos comportamentos anunciava-se oficialmente na ordem do dia, em suas disputas ideológicas pela construção e estabelecimento dos referenciais de uma identidade sociocultural superiormente distinta.

Como parte de um projeto que visava privilegiar as elites políticas e intelectuais e, de certa forma, construir nos trópicos um Império Luso-brasileiro, várias instituições foram criadas no campo educacional, científico e cultural.<sup>5</sup> As discussões em torno da criação de uma Academia de Belas Artes, em 1816, foram importantes no que se refere às propostas que visavam estabelecer institucionalmente novas referências sobre os conceitos de arte e artista (*Idem*, p.121-125), num contexto ao qual era predominante o caráter utilitário e mecânico de suas funções e ofícios junto às cerimônias e aos eventos oficiais.

Assim, as práticas de consumo de obra de arte e de frequência aos ambientes artísticos passam a ter também um caráter relativamente “autônomo” em relação aos seus aspectos estritamente funcionais, acentuando seu valor intelectual, ao serem reconhecidas como sinal de ilustração, de um “bom gosto” e de um comportamento afinado com o que se anunciava como mais novo e moderno. Em suma, a percepção, as circunstâncias e o comportamento para com as *artes* afigurando-se como elementos de atualização e afirmação das diferenças e do *status* dos diversos grupos dessa sociedade. Disputas em torno da definição de um “uso legítimo” da arte no Brasil, que começa a se intensificar a partir de 1808, tendo como foco, sobretudo, a Capital carioca, configurando um contexto no qual, segundo Monteiro (2008):

Não bastava somente ser abastado, era preciso corrigir os modos, as formas de comportamento e, sobretudo, lançar um olhar [e, por que não, uma escuta] diferente sobre ao mundo. Esse olhar [e essa escuta] viria[m] também pela arte, pelas percepções de uma prática que aos poucos adquiria valor e tornava-se um indicativo de bom gosto. (p.120)

Se, desde o século XVIII já é possível se perceber uma presença significativa da Música nos espaços públicos e domésticos da sociedade colonial brasileira (Cardoso, 2006), o período que se inaugura a partir de 1808 é marcado por uma intensificação e um desenvolvimento das atividades musicais sem precedentes. A criação de novos espaços nos quais a Música teve um papel de destaque, o aumento do número de espetáculos e eventos dedicados ou relacionados à Música, a complexificação das composições produzidas e executadas, o afluxo constante de músicos estrangeiros, bem como a disseminação da prática musical amadora, o desenvolvimento do mercado editorial e do ensino particular de Música, são alguns dos aspectos que elucidam a intensidade das transformações ocorridas nesse período nas práticas musicais.

Entre 1808 e 1831, o Rio de Janeiro tornou-se um dos principais centros de Música Sacra e Ópera das Américas (Cardoso, 2006). Condição que se deve, em grande parte, graças à entrada definitiva do Estado como patrocinador de suas atividades e empregador de seus profissionais (Cardoso, 2008, p.43). Diante do papel que a religião católica teve na constituição da imagem do Império e da predileção do D. João pelo repertório sacro, a Capela Real foi então central no que se refere à importância da Música Sacra para a sociedade e a cultura da Corte. De acordo com o Alvará de sua fundação, em 15 de Junho de 1808, D. João argumentava não querer “perder nunca o antiquíssimo costume” de manter junto ao Palácio “uma Capella Real, não só por maior comodidade, e edificação” de sua Família, “mas, sobretudo, por maior decencia, e esplendor do Culto Divino, e Gloria de Deus”. (*Apud*, Cardoso, 2005, p.51) Com o seu coro e sua orquestra, ela “foi a primeira instituição profissional de Música no Brasil mantida com recursos públicos, de forma permanente.” (*Idem*, p.10) A partir do Independência, passou a ser denominada como Capela Imperial, tendo sua extinção decretada em 1889, com a República.

O “esplendor de seu Culto” e o seu valor musical são notórios ao se considerar, por exemplo, a qualidade do repertório executado e composto para sua liturgia, a expressão numérica de sua orquestra e de seu coral, a importância de suas atividades junto ao calendário de solenidades oficiais e o prestígio dos músicos que fizeram parte de seu elenco (Cardoso, 2005) – dentre eles, o consagrado compositor, regente e Mestre-de-capela Padre José Maurício Nunes<sup>6</sup>. Como afirmava Araújo Porto Alegre, em seu artigo “A Música sagrada no

Brasil”, de 1848: “O côro da capella era o templo da música, era o astro da *divina harmonia*, que avultava com toda pompa e majestade, *fazendo d’esta cidade uma orchestra deliciosa.*” (*Íris*, 1848, p.47, Grifo nosso)

Paralelamente à importância “Sublime” de seu caráter devocional, uma relação mais “profana” com os “encantos” da Música, associada a uma nobre ideia de “passatempo” e de “divertimento”, ganha espaço graças, sobretudo, à importância que a Ópera irá conquistar durante esse período. Como afirma Elias (1995), tomando o contexto europeu como referência: “A obra musical mais prezada na escala social de valores da sociedade de Corte era a Ópera. [...] institucionalmente, uma Ópera, com a imensa despesa que acarretava, estava atrelada quase que exclusivamente às Cortes [...]” (p.36)

Assim, no contexto da Capital carioca, a construção de teatros, a criação de companhias, a regularidade das apresentações, a recorrente inclusão dos palcos da Corte no circuito internacional e a presença constante dos membros da família Real dentre seu público foram alguns dos fatores que tornaram a Ópera uma das principais programações no circuito sociocultural das elites da Corte. A fundação do Real Teatro de São João, em 1813, “a mais avantajada casa de óperas das Américas”, com 1800 lugares (Cardoso, 2005, p.127), parece significativa para se imaginar a importância que tal divertimento teve na vida social carioca, ditando modas e redefinindo gostos. Valendo se pensar, inclusive, sobre quais questões puderam estar em jogo para se construir um teatro com essa capacidade de público, naquele contexto, como, por exemplo, se haveria, de fato, uma demanda entre as elites suficiente para manter a frequência de sua lotação? Ou, se poderia haver, junto às finalidades de se construir um teatro tão grandioso, alguma intenção pedagógica dele ser também um espaço para formar de público?

Em suma, como concluía Araújo Porto Alegre, quanto à importância dessas duas instituições para o próprio desenvolvimento cultural do país:

[Uma Capella Real que] se ufanava à face do Mundo como um dos melhores conservatorios de Musica, e sem a menor duvida, a melhor orchestra no mundo do sanctuario [...].

Um Theatro de canto, e dos mais belos que se podem ver; uma Capella Real cheia dos melhores cantores a Italia [...] que reproduziam as mais belas composições de toda a Europa tanto no sanctuario como no theatro não podia deixar de influir uma grande abalada sobre o gosto musical. [...] uma Capela Real que nos punha a par das Naçoens civilizadas, e que nos distinguia sobre toda a America. (*Nitheroy*, 1836, p.181-182)

Nação, civilização, distinção e gosto musical: uma trama de elementos cuja articulação, intensificada desde a instalação da Corte, toma impulsos ainda maiores após a Independência, durante o Primeiro Reinado. Quando a monarquia perde seu caráter

absolutista ao fundar-se como uma monarquia constitucional norteadas por ideais republicanos, inaugurando um conjunto de demandas as quais os aspectos pedagógicos da Música ganham destaque diante das necessidades de afirmação do nascente Estado Imperial, de formação para a cidadania e de consolidação de uma “Nação brasileira”.

A afamada *vocação* e o interesse que D. Pedro I tinha pela Música, desde antes de assumir o trono, foram fatores importantes para o fortalecimento das funções e dos significados políticos que a Música, enquanto um elemento do Estado, passara a concorrer durante o Primeiro Reinado, afirmando e fazendo “cantar” os valores da Pátria e evocando os signos de civilização da Nação. Um meio a serviço da monumentalização da imagem de um “Príncipe Filarmônico” que compõe e rege a “pátria livre” com sua predileção para propagar a Música e, supostamente, a “harmonia” para toda a sociedade e para todo homem de “bom caráter”. Como sintetizava Araújo Porto Alegre, em 1836:

O Fundador do Imperio do Brasil era musico, tocava quasi todos os instrumentos, e nos seus belos momentos de enthusiasmo compoz hymnos<sup>7</sup>, que inda hoje se cantam.

A sociedade inteira está invadida pela Musica. E aquelle que não possui similhate predicado, julga-se menos feliz, mas não deixa de cantar. (*Nitheroy*, 1836, p.172)

Para além de suas atuações como regente, compositor e instrumentista, pode-se considerar também a influência que sua presença assídua nas óperas e nos bailados teve sobre a intensificação dos significados dessa prática como hábito culto e de “bom gosto” e sobre a frequência das elites ao teatro. Nesse cenário, diante das frequentes subvenções estatais, o Teatro de São João representou um papel oficial de protagonista. Ainda em 1822, D. Pedro I concede uma loteria ao seu proprietário, para organizar as dívidas adquiridas desde a construção do prédio (1810-1831), e “continuar a pôr em cena espetáculos, que sejam dignos de oferecer-se ao público” da Corte, como forma de “proteger este estabelecimento pelos atendíveis e conhecidos motivos por que os teatros são favorecidos em todas as Nações Civilizadas” (Decreto de 26 de Dezembro de 1822). Já em 1824, por conta de um grande incêndio e da necessidade de se reedificar o teatro, o Imperador concede ao proprietário três loterias, garantido sua reinauguração em 1826, quando, em homenagem ao seu patrono, passou a ser denominado como Imperial Teatro São Pedro de Alcântara.

Mais uma vez, a importância do teatro para as “Nações Civilizadas” e “cultas” é destacada, considerando-se especialmente a necessidade de serem “protegidos pelos Governos”, diante de sua função moral e pedagógica, “como estabelecimentos próprios para dar aos Povos lícitas recreações, e até saudáveis exemplos das desastrosas consequências dos vícios, com que se despertem em seus ânimos o amor da honra e da virtude” (Decreto de 16

de Agosto de 1824). Uma iniciativa política, orientada na direção clara de que a proteção ao Teatro e aos seus “divertimentos” cênicos, coreográficos e musicais significava também uma forma garantir para a “boa sociedade” recreações “lícitas e saudáveis”, cultivando os valores da virtude e da honra, promovendo a civilidade e a dignidade da Nação.

É possível se perceber, então, que se estabelece, entre 1808 e 1831, um ciclo bastante intenso de afirmação das funções político-pedagógicas da Música, sobretudo, dos seus significados enquanto um “bem” associado à ideia de “bom gosto”, de ilustração, cujo cultivo denotaria ao país as características de uma “Nação Civilizada”. Um ciclo que, de certa forma, ganha vulto a partir de 1808, se intensifica sobremodo durante o Primeiro Reinado, mas que entrará em declínio durante o Período Regencial, quando ocorre uma redução brusca no espaço oficial da Música na Corte, especificamente na Capela particular do Imperador, na Câmara Imperial e no Teatro São Pedro de Alcântara – rebatizado como Teatro Constitucional Fluminense, a partir de 1831. (Cardoso, 2006) Um período no qual, de acordo com Araújo Porto Alegre, se “todo o império do *Brasil* era uma orchestra”, era “uma orchestra onde a voz política mesquinha, limitada e fria, como o esgoismo que a-dictava, espancava todas as ideias archetypas, todas as tendencias ao bello, e todos os voos para as regiões sublimes.” Em suma, um período no qual: as “artes entravam na menoridade.” (*Iris*, 1848, p.49, Grifo do Autor)

#### A “DEGENERACÃO”

Com a abdicação de D. Pedro I, já em 1831, a Capela Imperial teve a sua orchestra praticamente extinta por uma portaria governamental, ingressando num período de crise e desprestígio que só será minimamente superado em 1842 (Cardoso, 2005). Somando-se a essa questão, nota-se ainda que a partir de 1808, devido às transformações ocorridas no gosto musical na Corte do Rio de Janeiro, de maneira geral a Música Sacra vinha passando por uma sensível mudança de estilo, perdendo seu caráter religioso ao confundir-se com a música profana dos teatros e dos salões. Assim, seja por questões estéticas de modernização ou por questões profissionais que envolviam diretamente os músicos que atuavam simultaneamente nas igrejas e em outros espaços, o que se percebe é que nesse período, para muitos, a “sublime pureza” da Música Sacra sucumbia aos apelos “profanos” da Música da Ópera e, mesmo, da Música “popular”. Contrariando, nesse momento de crise, a ideia de que “a igreja era o limite”, de acordo com o periódico *O Mercantil*, de 1846:

[...] As ladainhas se converteram em contradanças, as súplicas em árias jocosas, o *Te Deum* em música de folia, etc, etc. Saí do teatro, entrai na igreja, a diferença é nenhuma!

Observa-se em muitas igrejas do Brasil os realejos suprindo os órgãos; é um meio muito econômico na verdade, mas pouco decente; nada mais ridículo do que entrar num templo, ver sair o padre para o altar e ouvir um negro no coreto tocar o realejo [...] Entra-se em dúvida se estamos na igreja ou num Cosmorama e teatrinho de bonecos!

Mas ainda não é tudo, há na côrte um enxame de organistas [...] sendo a maior parte deles amadores que aprendem alguma coisa do piano para se divertirem, só tocam na igreja as suas árias favoritas do piano: então ouve-se a contradança, a valsa, o lundum, suas modinhas e esse montão de tocatas que tanto agradam a multidão. [...] é repugnante e ridículo sair de uma missa [...] ao toque da polca [...]. (*Apud* Andrade, V.I, p.220)

Diante desse quadro onde a Música profana passa a ocupar um espaço “indevido” junto ao repertório sacro, com seus negros tocadores de realejo, com os divertimentos dos organistas amadores e a rítmica contagiante das danças populares, Araújo Porto Alegre, preocupado com o destino da “educação da juventude” e suas questões éticas e comportamentais, escreve no periódico *Iris*, em 1848, que a evolução da Música de igreja no Brasil, passando por um “mal da época”, fez com que a mocidade se comportasse nos templos

[...] com uma desenvoltura e desrespeito tal a tudo o que era sagrado, que não havia meio de refrear-a: o escarneio, a mofa da incredulidade, eram títulos de glória, eram brasões de sua altivez, e de uma cousa, a que chamavam liberalismo, que nem seus mestres nem eles compreendiam. [...]

[é preciso que] o templo seja d’ora avante o templo, e theatro a liça das melodias profanas. Em quanto existir esta horrível confusão, a arte não se levantará do seo abatimento, nem será um elemento de civilização: a música é alguma cousa mais do que uma arte de deleite e passatempo. (*Iris*, 1848, p.47-50)

Um “mal de época” marcado por um desprezo da mocidade não apenas à Música sacra, mas, a tudo que a sua tradição poderia representar, como, por exemplo, a própria Monarquia. Uma juventude identificada com uma visão supostamente “equivocada” do liberalismo, imersa num ambiente de “alienação cultural” onde o templo e o teatro se confundiam, pondo em risco o protagonismo que a Música vinha exercendo entre as artes, enquanto um meio pedagógico de ascese e de civilização.

Situação de crise também que se estendeu ao “Theatro de canto”, quando se percebe que, entre 1831 e 1844, nenhum espetáculo de Ópera completo foi encenado na Corte do Rio de Janeiro (Cardoso, 2006). Um período de esvaziamento de sua função pedagógica expresso não apenas na precarização de sua programação, como também da própria transformação dos significados que esse espaço passaria a ter para a “boa sociedade” da Corte. Durante o período Regencial, o Teatro deixou de ser um espaço “oficial” dedicado às manifestações e aos divertimentos que, idealmente, se prestavam ao cultivo das virtudes morais, da honra e da civilização e, mesmo, do Estado, para tornar-se uma concorrida arena na qual seus fins

“maiores” eram comprometidos pelas crescentes manifestações políticas que vinham tomando conta da cena na capital do Império.

Um espaço que se tornou também um lugar de disputa ao qual, depois de ter servido aos festejos da Monarquia em torno, por exemplo, da aprovação da Constituição Política da Monarquia Portuguesa, entre 1821 e 1822; ou da Independência, em 1822 (Andrade, 1967, V.I), foi também palco de uma série de tumultos, entre 1831 e 1833, opondo *Povo e Tropa*, “*brasileiros*” e “*lusitanos*”, *Exaltados e Moderados* (Basile, 2007). A esse respeito, Andrade (*Idem*) afirma que, após a abdicação de D. Pedro I, tornara-se “extremamente perigoso ir ao S. Pedro de Alcântara. O perigo tanto estava nas ruas, como dentro do teatro. Os tumultos da rua ganhavam a sala com facilidade, transformando-a em pandemônio.” (p.193) Na mesma direção noticiava o Jornal do Comércio de 1831:

As melancólicas ocorrências do mês de Setembro no Teatro fizeram com que o público ficasse privado de um divertimento que, além de muito profícuo à moral e à civilização dos povos quando bem dirigido, constituía presentemente o único que neste gênero tínhamos na capital do Império. [...] Altercava-se ali sobre política, formavam-se partidos, davam-se gritos sediciosos, havia freqüentes desafios e o homem sisudo, o cidadão pacífico, todo aquele, enfim, que ali ia para distrair-se, deixava-se ficar em casa para se não expor à fúria de uma mocidade infrene. (*Apud* Andrade, V.I, p.194)

Mais uma vez é destacada a importância da moral e da civilização para a Capital do Império que, nesse contexto de crise da Monarquia, punha-se, em certo sentido, em perigo diante dos conflitos de ordem política que tomavam conta de suas ruas e do principal espaço público de divertimento “oficial” da família real e da “boa sociedade” no Rio de Janeiro: o Teatro S. Pedro de Alcântara. “Tumultos” e “pandemônios” que iam contra determinado modelo de comportamento cidadão, contestando mais uma vez “tudo” o que pudesse de alguma forma afigurar-se como um símbolo da Monarquia, tendo novamente como principal agente dessa turba “uma mocidade infrene”, “desordenada” e “desorientada”.

Como sintetiza Cardoso (2006), com a abdicação de D. Pedro I, a Corte foi subtraída de seu centro de gravidade social e minimizada na sua etiqueta e em seus rituais – dentre os quais se incluíam a Música Sacra e a Ópera. Um processo de esvaziamento simbólico e político que se intensifica no decorrer do período Regencial, construindo-se uma imagem de um Império sem pompa, sem Corte, sem aristocracia e, fundamentalmente, sem nenhuma opção de tornar a figura do Monarca centro das atenções sociais e ícone da estabilidade do Império. (*Idem*, p.212) Como noticiava o periódico *O Guanabara*, acerca da “systematica oposição ao passado” e da “anarchia geral” que caracterizaram esse período: “Tudo o que

“tinha um cunho tradicional, imutável, um caráter de crença e um dogma, foi derrocado.”  
(O *Guanabara*, 1854, p.270)

Interessante se notar como, em meio à tendência de descentralização que marca o período Regencial, a vida musical da Corte, que até então estava centralizada oficialmente, sobretudo, nos espaços da Capela Imperial e no Teatro São Pedro de Alcântara, também passa por um processo de fragmentação. Assim, mesmo com o esvaziamento da Corte e da importância oficial da Música e seus apelos morais e civilizatórios, ocorre, sobretudo a partir de 1831, uma proliferação de sociedades e agremiações recreativas que passaram a promovê-la enquanto forma de entretenimento e atividade cultural, por meio da realização de bailes e concertos ou “academias”, como eram chamados na época. (Andrade, 1967, V.I; Cardoso, 2006) Uma tendência de descentralização dos espaços musicais na qual não apenas suas programações e conteúdos deixam de ser de alguma forma tutelados e determinados pelo Estado, como também parece haver uma prevalência de suas funções meramente “recreativas”, em contraponto às suas finalidades para o “cultivo” do espírito e o desenvolvimento da civilização. Tendência duramente criticada por Araújo Porto Alegre, ao afirmar que:

O retrato iconio de uma sociedade corrupta é a moda; o delírio, e a extravagancia passeiam nas salas dos bailes personificados na casava ou toucado, e o peor é, que os homens sensatos estão sujeitos a essa lei, para não desatarem o riso do estúpido casquilho, ou da senhora de *bom tom*, que, separados da sociedade humana [!], da sociedade intelectual [!], só prestam obediência à auctoridade do cabeleireiro, alfaiate, ou modista. (*Nitheroy*, 1836, p.176)

Em suma, diante desse “desenho” da sociedade, desse “quadro” icônico, numa certa perspectiva simbólica e política, a Música deixara de ocupar, então, um lugar de destaque para com suas funções pedagógicas e sua importância oficial. Nesse sentido, colocada em “decadência” pela “Administração Governamental”, conclamava mais uma vez Porto Alegre: “Gyramos no circulo das reformas, e economias, mas o sumidouro das necessidades de dia em dia abre as faces, e pede ouro; abate-se um muro, e não se cultiva o terreno, que elle enchia, antes se deixam os fragmentos esparsos! Ah! Senhor Deos... Voltemos á Musica.” (*Idem*, p.182)

Posição interessante, por um lado, por evidenciar uma perspectiva que via as reformas do período Regencial e seu saldo de fragmentação social e política como uma ameaça à unidade do Império e a toda a obra “edificada” até então pela Monarquia. Por outro, por remeter à ideia de que a Música podia representar ideologicamente um “terreno” “necessário” para se cultivar o “caráter da nação” e o sentimento pátrio, harmonizando ideias e tornando



uníssonas as “vozes” da sociedade. Funções que, em certo sentido, ficaram fragilizadas com a crise que atingiu a Música Sacra e a Ópera na Corte, durante o período Regencial, considerando-se tanto a posição de “desprezo” da *mocidade* aos elementos da tradição que poderiam representar a Monarquia, quanto, especialmente, o papel central que o Estado deixou de exercer enquanto principal promotor da “ascensão” da Música “desde a choupana até o paço, desde a praça da aldeia até o teatro da Capital”, desde a “barbárie” até a civilização. (*Idem*, p.174).

#### MÚSICA: ORQUESTRAÇÃO DO IMPÉRIO, “VIDA E ALMA” DA “BOA SOCIEDADE”

Como afirmava Araújo Porto Alegre: “A musica não desceo do céu somente para dar-nos sons melodiosos, ou ferir-nos os sentidos com a riqueza da harmonia, não” (*Nitheroy*, 1836, p.164), ela exerce “um grande papel na scena social: na infância e na prosperidade das naçoens” (*Idem*, p.168) Nesse sentido, compreendida de acordo com as concepções da cultura clássica, das *humanidades*, para além de seu caráter mecânico e utilitário, a ela caberia um papel pedagógico particular enquanto um *meio* para promover virtudes, formar valores, organizar ideias, “harmonizar” a sociedade, “afinar” suas tradições e fazer “progredir” sua cultura. Uma concepção na qual o “caráter edificante” da Música Sacra e o ideal de ilustração da Ópera e de certos espetáculos cênicos, coreográficos e musicais do Teatro, eram definidos como as referências *oficiais* da “boa Música” para a sociedade de Corte, como um solene contraponto à “cacofonia” dos gêneros musicais “primitivos” e “provincianos” que persistiam em ecoar na Capital, durante a primeira metade do século XIX. Referências que ganham uma força institucional, junto ao Estado, entre 1808 e 1831, com a respectiva criação da Capela Real (1808), posterior Capela Imperial (1822), e da inauguração do Teatro São João (1813) e sua reabertura como Teatro São Pedro de Alcântara (1826-1831). Período e instituições apontados pela documentação como *marcos* da “verdadeira” tradição musical legada ao Império, tradição a qual, como o próprio regime político, parecia, entretanto, ter o equilíbrio de sua “orquestração” e a “harmonia” de suas “vozes” ameaçada pela “anarchia geral” que se estabeleceu a partir das Regências.

Em suma, um contexto de Corte cuja compreensão da Música referenciava-se num conjunto de significados e funções que abrangia desde a *habilitação técnica* (a “mecânica” necessária para aqueles que a tinham como ofício); a *educação*, considerando seu caráter moral (religioso, estético, comportamental ou político); até o *entretenimento*, os nobres “passatempos” que conquistavam grande espaço por meio das práticas amadoras, das aulas particulares e das programações das sociedades e agremiações recreativas (Monteiro, 2008;

Cardoso, 2006; Andrade, 1967, V.I). Um conjunto de significados e funções da Música, quer seja como “bem cultural” ou como prática, que talvez não devesse continuar se desenvolvendo nesse contexto de crise de maneira totalmente descentralizada, fora das competências estatais, sobretudo, pela importância de sua tradição para a Monarquia e pelo potencial de sua “aplicação” junto à “educação da mocidade”, no que se refere à Religião, à Civilização, ao caráter nacional e à Pátria, pois, como defende Araújo Porto Alegre: “a música é alguma coisa mais do que uma arte de deleite e passatempo.” (*Íris*, 1848, p.47) “A Música é para a sociedade o que a boa distribuição da luz é para um quadro, ambas dão vida e alma às coisas que se aplicam. (*Nitheroy*, 1836, p.164)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### • **Obra completa**

CARDOSO, André. *A Música na Capela Real e Imperial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Música, 2005.

ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1995.

FUBINI, Enrico. *Estética da música*. Lisboa: Edições 70, 2008.

MONTEIRO, Maurício. *Construção do Gosto, A – Música e Sociedade na Corte do Rio de Janeiro – 1808-1821*. São Paulo: Ateliê, 2008.

### • **Capítulos de livro**

GONDRA, José Gonçalves. “Inteligência disciplinada’ *In: Artes de Civilizar: Medicina, Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2004, p.350-384.

GONDRA, José G.; SCHUELLER, Alessandra. “Formas do Brasil e formas da educação”. *In:\_\_\_\_\_*. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008, p.19-39.

LE GOFF, Jacques. “Memória”. *In: História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 1994, p.419-476.

LEME, Mônica Neves. “Isidoro Bevilacqua e Filhos: radiografia de uma empresa de edição musical no longo século XIX”. *In: Música e História no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011, p. 117-160.

### • **Artigos**

BASILE, Marcelo. “Revolta e cidadania na Corte regencial”. *Tempo: revista do departamento de história da UFF*, Rio de Janeiro, v.11, n. 22, p. 31-57, Janeiro, 2007.

### • **Teses**

CARDOSO, Lino de Almeida (2006), *O som e o soberano: uma história da depressão musical carioca pós-abdicação (1831-1843) e de seus antecedentes* [tese de doutorado]. São Paulo: USP, Programa de Pós-graduação em História Social, 2006.

- **Documentos**

ANDRADE, Ayres de. *Francisco Manuel da Silva e seu tempo, 1808-1865: uma fase do passado musical do Rio de Janeiro à luz de novos documentos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, V.I e V.II, 1967.

BRASIL. Decreto de 26 de Dezembro de 1822. Encarrega o Banco do Brazil de formar o plano de uma loteria, para com o beneficio della auxiliar as despezas do Theatro de S. João.

Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislação/publicações/doimperio>

BRASIL. Decreto de 16 de Agosto de 1824. *Sobre a concessão de loterias e outros favores para reedificação de thetro desta capital*.

Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislação/publicações/doimperio>

*Conservatório de Música*. In: O BRASIL. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1841, V.II, Num. 148, p.4.

MACEDO, Joaquim Manoel. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005.

*Os Nossos Artistas*. In: O GUANABARA - REVISTA ARTISTICA, SCIENTIFICA E LITTERARIA. Rio de Janeiro: Typographia Guanabarensis, 1854, Tomo I, p.272.

PORTO-ALEGRE, Manuel Araújo. Sobre a Música. *Nitheroy, Revista Brasiliense – Sciencias, Lettras, e Arte*. Paris: Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836, Tomo Primeiro, N° 1°, p.160-183.

PORTO-ALEGRE, Manuel Araújo. A música sagrada no Brasil. *Íris*. Rio de Janeiro: Typographia do Íris, 15 de fevereiro 1848, tomo 1, p.47-50.

ABSTRACT: Text on the official meanings of Music in Rio de Janeiro, between the transfer of the Court, the First Empire and the Regencial Period; highlighting its importance as reference and illustration of "good taste" valued in the citizen formation of imperial elites; analyzing their "legitimate uses" in discussions about their pedagogical "nature" and morality, its value in the face of civilized nations and the role of the state in the institutionalization of Official Music, expressed especially by the Sacred Music and Opera.

Keywords: History of Music Education, Music History, Brazil Empire.

---

<sup>1</sup> Importante personagem do cenário musical da primeira metade do século XIX, conhecido mais comumente como o compositor do Hino Nacional, tem uma riquíssima trajetória que abrange, por exemplo, o processo de formação como aluno do padre José Maurício Nunes Garcia; a carreira como compositor, que inclui desde a nomeação ao posto de compositor da Imperial Câmara (1841), até a realização de Músicas populares, como o "Lundu da Marrequinha"; o exercício do cargo de Mestre-de-capela, na Capela Imperial (1842); e sua atuação como líder de classe e educador musical na organização da Sociedade de Beneficência Musical (1833) e criação e fundação do Imperial Conservatório de Música, respectivamente, em 1841 e 1848. (Andrade, 1967)

<sup>2</sup> Quando à função da Música como um "remédio para alma", Fubini (2008) faz uma profunda análise de como essa questão aparece na antiguidade clássica (evocando, inclusive, as noções de *alopatia* e *homeopatia*) e como ela foi apropriada, de alguma forma, no decorrer da história da Música Europeia. É interessante se notar, contudo, que essa discussão também teve desdobramentos no próprio contexto específico do Rio de Janeiro, do século XIX. O que pode ser encontrado nos argumentos médicos empregados na defesa da importância das

---

Belas Artes e da Música para a educação, presentes, por exemplo, nas teses produzidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, entre 1845 e 1892, analisadas por José Gondra (2004).

<sup>3</sup> Professor de Geografia e História do Brasil no Colégio Pedro II (1849-1850; 1853-1858); sócio fundador, secretário e orador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, desde 1845; fundador da revista *Guanabara*, juntamente com Gonçalves Dias e Manuel de Araújo Porto Alegre – publicação e personagens importantes para o Romantismo, no fim da primeira metade do século XIX. A obra utilizada neste trabalho, *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro* (Macedo, 2005), trata-se de uma crônica do cotidiano e dos costumes carioca que busca retratar, especialmente, seu ambiente político, sociocultural, artístico e literário. Um documento histórico bastante rico, sobretudo, ao ser analisado junto às matrizes do pensamento romântico e seus ideias de construção do popular e do nacional.

<sup>4</sup> Como, por exemplo, Sigismund von Neukomm, discípulo de Haydn que trabalhou na cidade entre 1816 e 1821, o já citado Francisco Manuel da Silva e o próprio Mestre de Música do CPII, Francisco da Luz Pinto.

<sup>5</sup> Como, por exemplo: a Academia Real a Marinha (1808), a Academia Real Militar (1810), os cursos de Economia, Agricultura e Química (1808/1810), os cursos Médico-Cirúrgicos do Rio de Janeiro e da Bahia (1808), a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (1810), a Biblioteca Pública (1810), o Real Jardim Botânico (1810), a Missão Artística Francesa (1816) e o Museu Real (1818). (Gondra e Schueler, 2008, p.24)

<sup>6</sup> Considerado como um dos compositores mais importantes da primeira metade do século XIX, no Brasil, era mestre de capela da Catedral do Rio de Janeiro desde 1878, sendo posteriormente transferido com o mesmo cargo para a Capela Real, em 1808, e para a Capela Imperial, em 1822, ficando em exercício até 1830, ano de seu falecimento. (Cardoso, 2005)

<sup>7</sup> Os momentos de “entusiasmo” que ocorreram, primeiramente, no tenso contexto da aprovação da Constituição Política da Monarquia Portuguesa, entre 1821 e 1822, quando, segundo Andrade (1967), “naqueles dias febris que precederam a Independência, ali estava D. Pedro procurando segurar com uma das mãos as rédeas as situação política e com a outra lançando no papel o seu Hino Constitucional.” (p.141) E, em segundo, no próprio contexto da Independência, quando “o fundador do Império” compõe, a partir da poesia de Evaristo da Veiga, o *Hino Constitucional Brasiliense*. Para um aprofundamento da temática Música e Política ver: Buch, Esteban. *Música e Política: a nona de Beehtoven*. São Paulo: EDUSC, 2001; e para uma reflexão sobre os hinos como objetos de análise história ver: Pereira, Avelino Romero Simões. Hino Nacional Brasileiro: Que história é esta? In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, v. 38, 1995.

Reflexões sobre a Pintura de História produzida por Antônio Firmino Monteiro na  
Exposição Geral de Bellas Artes de 1884.

Giovana Loos Moreira<sup>i</sup>

Resumo

Ensejamos analisar a narrativa de História do Brasil produzida por Antônio Firmino Monteiro. Monteiro foi um pintor do século XIX que se destacou na EGBA de 1884. Recortaremos três telas de sua produção a fim de visualizarmos aspectos de seu contexto histórico: “O Capitão João Homem”; “O Vidigal” e “Retirada da Laguna”. Almejamos, então, expor o meio artístico e intelectual que se envolveu, de maneira a identificar as redes de relações construídas e a formação de sua trajetória.

Abstract

We wish to review the History of Brazil as produced by Antonio Firmino Monteiro. Monteiro was a nineteenth century painter who excelled in 1884 EGBA (Fine Arts General Exhibt). We shall focus on three screens of his production in order to realize some key aspects of their historical context: "Capitão João Homem"; "Vidigal" and "Retirada da Laguna". We intend, therefore, to expose the artistic and intellectual environment involved, in order to identify the networks of relationships built, and what his whole trajectory was built upon.

Palavra Chave

Pintura – Exposição Geral de Belas Artes – Antônio Firmino Monteiro

Keywords

Painting - Fine Arts General Exhibt - Antônio Firmino Monteiro

A leitura deste texto é desaconselhada para aqueles que buscam alguma conclusão acerca da temática. Pretendemos utilizar este espaço como uma forma de exposição da

trajetória da pesquisa até então realizada. Tendo em vista a incipiência do projeto, iremos percorrer os caminhos traçados com suas idas e vindas, acertos e erros.

Temos ainda uma longa jornada em busca de mais informações sobre a vida e obra do pintor Antônio Firmino Monteiro. É evidente que a procura por informações que preencham as lacunas existentes serão infundáveis, pretendemos assim expor as questões já levantadas com suas respectivas viabilidades, nos colocando em posição aberta para o diálogo e consequentemente o recebimento de novas sugestões.

Após essa breve apresentação de nossas intenções, desejamos expor nosso objeto de estudo. O projeto em foco vem sendo realizado no curso de Pós-graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora e visa conhecer algumas obras do pintor oitocentista; Antônio Firmino Monteiro. As principais produções de Monteiro se deram entre as Exposições Gerais de Belas Artes de 1879 e 1884, sendo recortadas três telas que compuseram a Exposição de 1884. São elas; “O Capitão João Homem” “Vidigal” e “Retirada da Laguna”. A motivação da escolha desta temática esta relacionada à movimentação no campo da História da Arte de revisão do século dezenove.

Como se sabe, o movimento artístico oitocentista se desenvolveu a partir da chegada de artistas franceses ao Brasil. Estes fundaram a Academia Imperial de Belas Artes adotando o modelo acadêmico francês e proporcionaram um ensino de maior influência neoclássica. A Academia recebeu duras críticas durante o século dezenove e com o advento do “modernismo” a oposição se acentuou.

Segundo Camila Dazzi<sup>ii</sup>, inúmeros intelectuais republicanos se opunham ao mecenato imperial artístico, pois para tais, a ação impossibilita o desenvolvimento das expressões artísticas livres, já que estariam incumbidos de servir ao projeto imperial. Os “artistas acadêmicos” seriam, ao ver dos republicanos, eurocêntricos, presos a método de ensino inapropriado, retrógrados e sem capacidade de expressão da identidade nacional. A historiografia modernista do XX também forjou a imagem negativa do século anterior, onde a Academia Imperial de Belas Artes seria desprovida de autonomia, realizando meras cópias do modelo artístico europeu. Alguns autores, como Mário Barata, apontam a essência da brasilidade na arte Barroca. A academia havia retardado o pleno desenvolvimento da arte nacional, que então, era retomada com o Modernismo. Percebemos que a crítica a Academia ocorreu em várias temporalidades e se direcionavam a aspectos diversos.

Atualmente as críticas sofrem uma revisão historiográfica e pululam nos trabalhos como de Sônia Gomes Pereira, Valeria Alves Lima, Cybele Fernandes, Camila Dazzi e Arthur Valle, novos olhares para o período. Estamos num momento onde se reavalia os estereótipos pejorativos, as definições inflexíveis e limitadas. A ideia de ruptura absoluta entre “Arte Acadêmica” e “Moderna” tão frequente nos manuais didáticos é paulatinamente rebatida.

Pereira coloca que apesar do avanço, as pesquisas em História da arte carecem de estudos sobre artistas e obras menos notáveis. Tendo em vista esta lacuna, nosso projeto se deterá na compreensão das três telas.

Monteiro nasceu em 1855 e faleceu em 1888 no ápice da carreira. Participou em 1879 pela primeira vez da Exposição Geral de Belas Artes com duas telas, “Exéquias de Camorim” e “A Fundação da cidade do Rio de Janeiro”. As críticas dos periódicos de 1879 foram favoráveis e sinalizaram a expectativa de suas futuras produções. Logo, sua atuação na Exposição de 1884 ensejava sucesso. Desta forma, em 1884 integrou o evento com mais de 27 obras, que variam entre pinturas de paisagem, gênero e histórica.

Rosângela Silva<sup>iii</sup> expõe que Angelo Agostini acompanhou, entusiasmado, a trajetória de Firmino. Agostini o via como gênio em potencial, contudo, algumas obras como “Capitão João Homem” e “Vidigal” não atenderam as expectativas. Ambas teriam sido produzidas apressadamente para Exposição, o que impossibilitou o adequado estudo anatômico.

Em “O Capitão João Homem”, Firmino se deteve a uma cena do passado colonial e escolheu como palco a Fortaleza Nossa Senhora da Conceição no Rio de Janeiro. A fortaleza resistiu ao tempo e atualmente se encontra aberta ao público, fornecendo uma linda vista do centro da capital. O momento histórico representado foi entre 1763-1767, durante a construção da Casa das Armas no governo do Vice-rei D. Antônio Álvares da Cunha. A imagem tem como protagonista o Conde da Cunha, então Vice-rei, e o Capitão João Homem. Segundo nota da Exposição<sup>iv</sup>, o Capitão por diversas vezes brincava ao invés de trabalhar, tendo o Conde, (representado sentado ao centro do quadro), o obrigado a trabalhar conforme estava vestido; ou seja, o Capitão fora forçado a trabalhar com vestimentas de repouso.

A figura de João Homem é representada trajando camisola branca ao centro do quadro em frente ao Conde. Suas mãos demonstram a tensão de quem está preste a receber uma sentença. O conde, no entanto, se mostra imponente, com as pernas cruzadas, olhar franzido e condenador, com a mão erguida e o dedo indicador direcionado ao Capitão.

Monteiro consegue mesclar a tensão de quem está preste a ser castigado com o cômico, tendo em vista que é obrigado a trabalhar com trajes de repouso, o que causava grande constrangimento. Há, então, a desmoralização do personagem por meio da exposição de sua intimidade perante seu grupo de convívio. Mas qual teria sido a inspiração para escolha desta temática tão inusitada?

O suporte literário era essencial para Pintura histórica, sendo necessário grande estudo para abordar o gênero<sup>v</sup>. Acreditamos que o livro “Mosaico Brasileiro” de Manuel Duarte Moreira de Azevedo<sup>vi</sup> foi a principal fonte consultada. O dicionário de Augusto Blake, “Diccionario Bibliographico Brasileiro”,<sup>vii</sup> apresenta Moreira de Azevedo como grande intelectual. Azevedo formou-se bacharel em letras pelo Colégio Pedro II e doutor em medicina pela Universidade do Brasil. Em 1863 foi nomeado professor de História no colégio Pedro II e atuou por décadas no IHGB, ocupando-se majoritariamente de assuntos históricos. A produção de Azevedo foi demasiadamente vasta, e acreditamos que possivelmente outros de seus livros também interferiram nas concepções de Monteiro, como “Homens do passado, chronicas dos séculos XVIII e XIX”

Não encontramos estudos aprofundados acerca de Moreira de Azevedo ou de suas obras, no entanto, podemos destacar a pesquisa de Francisco Topa<sup>viii</sup>, onde demonstra que Azevedo realizou algumas afirmações equivocadas nas obras “Mosaico brasileiro” e “Curiosidades- Notícias e variedades históricas brasileiras”

Quanto a tela “Vidigal, esta se aproxima de “Capitão João Homem” ao expressar também a relação entre vítima e algoze. Na obra, o personagem Major Vidigal, chefe de polícia, foi representado castigando alguns sujeitos ociosos que se dedicavam ao samba, capoeira, candomblé e outras atividades tidas como inadequadas. A passagem em questão foi retirada do livro “Memórias de um sargento de milícias” cuja autoria é de Manuel Antônio de Almeida. Inferimos, então, que ambas as representações trazem a mescla entre a Pintura de História e gênero. Infelizmente, ainda não possuímos muitas informações sistematizadas acerca a tela “ Vidigal” e “Retirada da Laguna” devido a inserção recente de ambas a pesquisa.

A iconografia, “Retirada da Laguna” aborda um momento fatídico na História da Guerra do Paraguai. A tela traz a narrativa da campanha de maio de 1867, no sul do Mato Grosso onde houve grandes perdas humanas e a retirada forçada dos brasileiros sob o intenso ataque da cavalaria paraguaia. Firmino opta por representar a passagem através da iconografia



de uma mulher que empunha a arma do marido morto, visando assim salvar a vida do filho, que se esconde atrás de sua mãe. Firmino escolhe então uma forma diferente para representar a Guerra, onde foca nas mazelas sociais deixadas nos personagens anônimos da História, afastando-se assim das telas de cunho comemorativas dos anos 70. Podemos então relacionar uma preocupação social ligando as três telas selecionadas, e será através da observação do contexto de Firmino que iremos perceber as movimentações do campo artísticos e as novas abordagens em voga.

É importante salientar que no ano em foram expostas as telas; 1884, as concepções sobre pinturas de História sofreram mudanças quando comparadas à Exposição anterior, 1879. Segundo Walter, durante as 14 Exposições de 1840 a 1860 o gênero Pintura de História foi pouco frequente. Será a partir da Exposição de 1872 e 1879 que ganha vulto, sobretudo, acerca da temática da Guerra do Paraguai. Contudo, foi em 1884 que novas interferências foram observadas na abordagem da pintura de História no Brasil.

Segundo Jorge Coli, cabe à pintura de História trazer uma narrativa clara e grandiosa, abordando tanto os feitos do presente como do passado. Tendo sempre como meta convencer o espectador da veracidade de sua narração. A pintura de História deve representar o instante fecundo, ou seja, o momento que preceda ao ponto culminante, estimulando que o observador imagine o desfecho do acontecimento.

Todavia, nos anos 80, a pintura de História apresenta sinais de transformações. Segundo Heloisa Pires<sup>ix</sup> há o rompimento com as grandes temáticas históricas, surge um desejo pela originalidade. Dazzi<sup>x</sup> argumenta que nasce uma valorização do moderno associada à originalidade, com rompimento dos padrões considerados clássicos, estimando, então o domínio de diversos gêneros, desfazendo as fronteiras tipológicas. É “o momento em que muitas frentes batalham para tornarem-se a oficialidade”.

Dentro desta amplitude de posicionamentos iremos futuramente analisar as possibilidades de escolhas que Monteiro possuía, em qual repertório visual se inseriu e como podemos perceber estas características em sua obra. Pois desta forma compreenderemos as condições de elaboração da iconografia. Contudo, devido a incipiência do estudo em questão, iremos limitar nosso texto apenas as questões já expostas, posto que ainda há uma longa jornada rumo a maior conhecimento da produção de Antônio Firmino Monteiro.

### **Fontes Primárias:**

AZEVEDO, Moreira de. *Mosaico Brasileiro, ou coleção de ditos, respostas, pensamentos, epigramas, poesias, anedotas, curiosidades e fatos históricos de brasileiros ilustres*. Paris: B. L. Garnier, 1869.

*Catálogo das obras expostas na Academia das Bellas Artes em 23 de agosto de 1884*. Rio de Janeiro: Typ. de P Braga & C., 1884.

*Catálogo Ilustrado da Exposição Artística na Imperial Academia das Bellas-Artes do Rio de Janeiro, organizado por L. de Wilde, com os desenhos originaes dos próprios artistas expositores*. Rio de Janeiro: Typographia e lithographia a vapor, Lombaerts & Comp., 1884.

DUQUE, Gonzaga. *A arte brasileira*. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & Cia., 1888, ed. Aos c. de T. Chiarelli, Campinas: Mercado de Letras, 1995.

*Museu D João VI: Documentos arquivísticos (Avulsos):* nº 1297, 1303, 3588, 3726, 5544 e 5728.

**Periódicos:** 1979: *Revista Brasileira/ O Apostolo/ Jornal do Comércio/ Gazeta de Notícias/ A Nebulosa*. 1884: *Le Messenger du Brèsil/ Gazeta da Tarde/ O Mequetrefe/ Revista Ilustrada/ O Apostolo/ Jornal do Comércio/ Gazeta de Notícias* 1888: *O Paiz / O Fluminense/ Jornal do Comércio/ Gazeta de Notícias/ Gazeta da Tarde*. (Disponíveis e digitalizados).

### **Fontes Secundárias:**

*Anuário da Diretoria de Serviço Geográfico*, nº 30. Brasília: S/ ed , 1995.

BAXANDALL, Michael. *O olhar Renascente - Pintura e Experiência Social na Itália da Renascença*. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CAVALCANTI, Ana Maria Tavares. *Les artistes brésiliens et les Prix de Voyage en Europe à la fin du XIX*. (Tese de doutorado) - Université Paris I Panthéon-Sorbonne, Paris, 1999.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *A história do Brasil apresentada por Antônio Firmino Monteiro na exposição geral da academia de belas artes de 1884*.

COLI, Jorge. *Como estudar a arte brasileira do século XIX?* São Paulo: SENAC, 2005.

\_\_\_\_\_. *Pedro Américo, Victor Meirelles, entre o passado e o presente*. Anais I Encontro de História da Arte- IFCH/Unicamp, 2005.

DAZZI, C. C.. “*Pôr em prática a reforma da Antiga Academia*”: a concepção e a implementação da reforma que instituiu a Escola Nacional de Belas Artes em 1890. Tese (Doutorado) - UFRJ, EBA, Artes Visuais, Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_. *Pedro Weingärtner e a Pintura Neo-pompeiana*. 19&20, RJ, v. IV, n.2, abr.2009.

\_\_\_\_\_. *A recepção do meio artístico carioca à exposição de Henrique Bernardelli de 1886*. In: Anais do I Encontro de História da Arte Unicamp, ed. do IFCH, 2006.

LEVY, Carlos Roberto Maciel. *Exposições Gerais da Academia Imperial e da Escola Nacional de Belas Artes*. Rio de Janeiro: Edições Pinakothek, 1990.

LIMA, Heloisa P.. *A presença negra nas telas: visita às exposições do circuito da Academia Imperial de Belas Artes na década de 1880*. 19&20, RJ, v. III, n. 1, jan. 2008.

LUZ, Angela Ancora. *Uma breve História dos Salões de Arte*. RJ: Caligrama, 2005.

PEREIRA, Sonia G.. *Academia Imperial de Belas Artes no Rio de Janeiro: revisão historiográfica e estado da questão*. RJ: Revista Arte & Ensaios. EBA/UFRJ 2004.

PEREIRA, Walter Luiz. *Óleo sobre tela, Olhos para História*. Rio de Janeiro: Faperj, 2013

PEVSNER, Nikolaus. *As Academias de Arte: passado e presente*. SP: Cia das Letras. 2005.

SILVA, Rosângela de Jesus. *A crítica de arte de Angelo Agostini e a cultura figurativa do final do 2º Reinado*. Dissertação (mestrado) - Campinas: UNICAMP, IFCH, SP, 2005.

SQUEFF, Leticia. *Uma galeria para o Império*. São Paulo: Edusp, 2012.

TOPA, Francisco. *Dois Estudos sobre Silva Alvarenga*. Porto: Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas. Série II, V. XIV, 1997.

VEJO, Tomas Perez. “*La pintura de historia y la invención de las naciones*”. Locus: revista de historia. Juiz de Fora: NHR e EDUFJF, V.5 n° 1, jul. 1999.



MONTEIRO, Antônio Firmino. *Capitão João Homem*. 1884. Óleo sobre tela. 101 x 84 cm.  
Museu Imperial, Rio de Janeiro.

---

<sup>i</sup> Mestranda em História pelo programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora na linha Narrativas, Imagens e Sociabilidades, tendo como orientadora a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maraliz de Castro Vieira Christo e possuindo apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq.  
E-mail:giovanaloos@gmail.com

<sup>ii</sup> DAZZI, C. Camila. *“Pôr em prática a reforma da Antiga Academia”: a concepção e a implementação da reforma que instituiu a Escola Nacional de Belas Artes em 1890*. Tese (Doutorado) - EBA-UFRJ Rio de Janeiro, 2011.

<sup>iii</sup> SILVA, Rosângela de Jesus. *A Crítica de Arte de Angelo Agostini e a Cultura Figurativa do Final do Segundo Reinado*. Mestrado (dissertação) – IFCH, UNICAMP, São Paulo, 2005.

<sup>iv</sup> LEVY, Carlos Roberto Maciel. *Exposições Gerais da Academia Imperial e da Escola Nacional de Belas Artes*. Rio de Janeiro: Edições Pinakothek, 1990.

<sup>v</sup> VEJO, Tomas Perez. *“La pintura de historia y la invención de las naciones”*. Locus: revista de historia. Juiz de Fora: NHR e EDUFJF, V.5 n<sup>o</sup> 1, jul. 1999.

<sup>vi</sup> AZEVEDO, Moreira de. *Mosaico Brasileiro, ou coleção de ditos, respostas, pensamentos, epigramas, poesias, acedotas, curiosidades e fatos históricos de brasileiros ilustres*. Paris: B. L. Garnier, 1869.

<sup>vii</sup> BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, V. VI, 1900. P. 61.

<sup>viii</sup> TOPA, Francisco. *Dois Estudos sobre Silva Alvarenga*. Porto: Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas. Série II, V. XIV, 1997.

<sup>ix</sup> LIMA, Heloisa Pires. *A presença negra nas telas: visita às exposições do circuito da Academia Imperial de Belas Artes na década de 1880*. 19&20, Rio de Janeiro, v. III, n. 1, jan. 2008.

<sup>x</sup> DAZZI, C. Camila. *“Pôr em prática a reforma da Antiga Academia”: a concepção e a implementação da reforma que instituiu a Escola Nacional de Belas Artes em 1890*. Tese (Doutorado) - EBA-UFRJ Rio de Janeiro, 2011.

Disciplina e controle social no serviço militar: o caso das tropas regulares da Capitania de Pernambuco no governo de José César de Meneses (1774-1787)

Giovane Albino Silva<sup>1</sup>

Resumo: O presente trabalho discute a tentativa de controle social dos soldados através do serviço militar no governo de José César de Meneses. Utilizamos os pressupostos de Michel Foucault para analisar a política de disciplinamento pelo engajamento dos “vadios” e “vagabundos” nas tropas regulares. Para tanto, estudamos o processo de arregimentação de soldados através dos recrutamentos forçados e dos espaços de atuação do poder disciplinar a fim de observar se os propósitos das autoridades lusitanas foram efetivados na Capitania de Pernambuco.

Palavras-chave: Tropas regulares, soldados, disciplina.

Abstract: This article discusses the social control attempted of soldiers through military service in José César de Meneses government. We use the assumptions of Michel Foucault to analyze the policy of disciplining through engagement of "stray" and "bums" in the regular troops. For this, we study the process of soldiers' regimentation through the forced recruitment and the operation spaces of disciplinary power to observe whether the purposes of the Lusitanian authorities were hired in the Captaincy of Pernambuco.

Key-words: Regular troops, soldiers, discipline.

O processo de formação do Estado português acompanhou o movimento gradual de concentração do poder nas mãos dos monarcas que, desde a ascensão da dinastia dos Borgonhas durante o século XII, enfrentaram uma série de batalhas almejando estabelecer um território próprio de um reino em construção. À imagem sob o “império de conflitos”, calcada na figura do rei que era antes de tudo um chefe guerreiro capaz de conduzir a sociedade e manter a liderança, foram sendo moldadas as condições para o delineamento das possessões portuguesas. Os constantes conflitos dirigidos pelos monarcas em busca do fortalecimento do recente reino exigiram a formação de tropas, necessárias para assegurar a defesa territorial e a consolidação da monarquia. Aliás, as guerras possibilitaram aos reis expandirem seus domínios territoriais assim como o espaço político de atuação do seu poder. Dessa forma, a configuração de Portugal se processou tendo a matriz militar como uma de suas balizas, capaz de gerir e assegurar o poder real<sup>2</sup>.

A contratação de homens através de mobilizações militares temporárias e a assimilação de mercenários para servirem ao Estado português representaram as primeiras formas de arregimentação de soldados em sua composição social. Entretanto, esse tipo de organização foi sendo gradualmente substituída pelas tropas institucionais, classificadas enquanto unidades militares vinculadas primordialmente ao rei e não lastreadas em contratos. Elas eram basicamente três no século XVII: Ordenanças, auxiliares e regulares<sup>3</sup>. Com características distintas em meio ao recrutamento militar e à posição social que ocupavam seus integrantes, as tropas regulares constituíam os exércitos profissionais, permanentes e pagos custeado pela Coroa, sendo também uma das instituições que foram transplantadas para a América portuguesa<sup>4</sup>. As justificativas para sua utilização na colônia eram, sobretudo, para agirem na defesa costeira e no controle das convulsões internas geradas, por exemplo, pelos indígenas e escravos<sup>5</sup>.

A constituição e utilização da tropa regular na América ficaram limitadas a regiões específicas, situadas essencialmente em pontos econômicos e políticos estratégicos da colonização lusitana. Nesse sentido, as Capitânicas da Bahia e Pernambuco se destacavam entre as localizadas ao norte do Estado do Brasil, possuindo tropas regulares entre as suas unidades militares<sup>6</sup>. No entanto, os procedimentos para a formação e manutenção desses corpos tinham fundamentos particulares para a Coroa portuguesa, numa lógica de inserção social capaz de produzir efeitos mais extensos do que somente o aumento de militares no exército.

O processo de constituição dessas tropas seguiu o método de recrutamentos militares baseada na inserção forçada de grupos sociais específicos e a pretensão de torná-los objetos

com certas utilidades para o Estado<sup>7</sup>. Na verdade, a aspiração seria de redirecionar determinadas pessoas em suas atividades na sociedade colonial para exercícios militares e, assim, torná-los cada vez mais submissos e regidos sob uma “ordem” colonial ditada pela Coroa portuguesa, numa tentativa de normatização das práticas cotidianas e do controle de suas ações individuais. O recrutamento, desse modo, constituiu um instrumento de dominação utilizado pelas autoridades lusitanas para auxiliar no controle e domesticação dos personagens conhecidos como vadios e vagabundos, os quais representavam os grupos inicialmente almejados para comporem o quadro de soldados das tropas regulares.

Esses homens eram reconhecidos em virtude dos seus exercícios diários, afastados das atividades econômicas prioritárias para Portugal - no caso da Capitania de Pernambuco, relacionadas à produção de açúcar. Assim, mendigos, ladrões, desempregados de um modo geral compunham a massa de vadios e vagabundos que não estiveram vinculados aos exercícios considerados “úteis” para a Coroa, sendo, para tanto, preteridos pelas autoridades para comporem o grosso de soldados das tropas regulares. Esses indivíduos, como dito, eram relocados de suas atividades para serem engajados no exército, numa lógica que viabilizava o aproveitamento desses corpos pelo Estado através da presença do poder disciplinar no campo militar.

Ao analisar as formas de poder distribuídas pela sociedade Michel Foucault destacou o papel de algumas instituições na utilização do poder disciplinar. Segundo ele, as disciplinas, enquanto força de dominação, permitem o “controle minucioso do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade”<sup>8</sup>, caracterizado pelo trabalho na arte do corpo humano que busca, sobretudo, a sua obediência e proveito. Elas estão inseridas dentro de uma “mecânica de poder” que tem por finalidade básica “domesticar” os corpos, ou seja, torná-los “úteis” e “dóceis” para fins específicos<sup>9</sup>. A ação desse poder é de caráter normativo e, deste modo, tem a pretensão também de coibir e punir os comportamentos tidos como desviantes pelas autoridades, inserindo os indivíduos numa malha de submissão e subordinação aos anseios do Estado. Os espaços de atuação do poder disciplinar são múltiplos, com diferentes formas de atuação, sendo um deles, o exército.

Dessa forma, a inclusão de vadios e vagabundos nas tropas regulares tinha como finalidade básica incorporá-los na lógica do disciplinamento militar, tendo em vista a necessidade de transformar seus costumes, modelando-os para exercícios que beneficiassem o Estado. Assim, o recrutamento deveria tornar os vadios e vagabundos úteis e dóceis, normatizando suas práticas cotidianas para, deste modo, exercer uma atividade considerada produtiva para as autoridades lusitanas. Ademais, a Coroa portuguesa almejava utilizá-los

como força militar na pretensão de resolver dois problemas básicos no âmbito da sociedade colonial: “diminuir o excesso de vagabundos nas vilas e a falta de soldados nas tropas”<sup>10</sup>. E é nessa linha de pensamento que os recrutamentos foram sendo dirigidos na América portuguesa, inclusive no governo de José Meneses, um dos grandes reformuladores das tropas regulares situadas na Capitania de Pernambuco durante o século XVIII.

José César de Meneses, governador entre os anos de 1774 e 1787, se mostrou bastante preocupado com as organizações militares desde os primeiros meses que assumiu a Capitania. As tropas regulares, nesse contexto, eram constituídas por dois Regimentos de infantaria (um situado na vila do Recife e o outro na cidade de Olinda) e uma companhia de Artilharia, com base no Recife. Meneses promoveu mudanças buscando a reformulação da divisão das companhias para cada Regimento, no intuito de diminuir os gastos com o pagamento dos militares, sobretudo os incapazes de praticarem as suas atividades<sup>11</sup>.

Em seu primeiro ano de governo, José Meneses enviou um ofício ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, descrevendo a precariedade em que se encontravam suas tropas, destacando os “imensos soldados incapazes, e a maior parte dos oficiais com idade avançada”.<sup>12</sup> Os relatos produzidos pelo governador transmitem a ideia de que os cargos das tropas regulares estavam mal abastecidos, com pessoas não aptas ao serviço, além de pouco disciplinada. Resolveu, para tanto, mexer em alguns setores, renomeando alguns cargos e dispensando outros homens. Todavia o afastamento de militares, sobretudo soldados com idades avançadas, esvaziaram as fileiras do exército, obrigando o governador a iniciar os procedimentos para arregimentar novos homens através dos recrutamentos forçados. E foi dessa forma que Meneses procedeu, empenhando-se em reformular o Regimento de Olinda:

Actualmente fico cuidando em reformar o outro Regimento de Olinda, e como os soldados que ficarão delle e do Regimento do Recife que mandei são da sorte que tenho exposto a V. Ex<sup>a</sup>, expedi já ordem circular aos capitaens mores destas circunvizinhanças para me remeterem logo prezos todos os vadios, que nos seus distritos poderem alcançar, e listas dos nossos solteiros, dezembaraçados, e idôneos para o Real Serviço, para destes recrutas preencher o dito Regimento e inteirar o que resta para ficar completo o do Recife<sup>13</sup>.

Nesse relato o governador enfatizou os grupos específicos que deveriam ser reconduzidos para compor o quadro de soldados dos Regimentos de Olinda e Recife. A ordem inicial era que fossem “logo prezos todos os vadios, que nos seus distritos poderem alcançar”, evidenciando os propósitos de recrutar primeiramente esses homens, para, em seguida completar as vagas que não tivessem sido preenchidas através de uma lista estabelecida com o



nome de outros personagens. Percebe-se, dessa forma, o princípio de incorporação dos vadios e vagabundos visando essencialmente o seu disciplinamento, trazendo-os para atividades produtivas ao governador da Capitania e o controle de suas atividades, dentro do campo das normatizações que o exército poderia oferecer.

A situação das tropas regulares, entretanto, não era confortável. Ao longo da missiva citada aparecem frases como “destroçada e carecida de hum pronto socorro”, “nella não há pólvora” ou então “a mesma incapacidade, que na tropa, achei no armamento della”, demonstrando o cenário degradante encontrado por José César Meneses nos seus corpos militares e que revela o pouco grau de disciplinamento que havia no exército. Característica que não era exclusiva desse governo e que fez parte da costumeira situação que estavam submetidas às tropas regulares espalhadas pela colônia, uma vez que o infausto abastecimento e a precariedade regiam o cotidiano dos soldados na América portuguesa<sup>14</sup>.

As dificuldades encontradas por Meneses não se restringiam à falta de armamento ou à ausência de um hospital adequado, mas afetavam também as estruturas materiais do cotidiano militar, essenciais para o disciplinamento dos corpos, como os quartéis. Para o efetivo exercício do poder disciplinador era preciso condições mínimas de atuação. E um dos basilares é a presença de acampamentos militares bem abastecidos e cuidados, pois este lugar é, antes de tudo, uma parte da vigilância, onde se poderia efetivar o processo de controle da conduta dos soldados, através da guarda, supervisão e custódia. Para um exército ser bem disciplinado é preciso também ser bastante vigiado. Os acampamentos ou quartéis militares eram fundamentais, sobretudo pelas funções que deveriam desempenhar:

Quartéis: é preciso fixar o exército, essa massa vagabunda; impedir a pilhagem e as violências; acalmar os habitantes que suportam mal as tropas de passagem; evitar os conflitos com as autoridades civis; fazer cessar as deserções; controlar as despesas<sup>15</sup>.

Eram, portanto, locais propícios para o exercício da disciplina onde os corpos estariam submissos, dóceis e ao mesmo tempo obedeceriam a um critério de utilidade mediante as necessidades dos governantes. Enclausurar, isolar e controlar eram funções próprias dos quartéis que, entre suas características, tinham a serventia de diminuir as deserções na relação de vigilância que estes espaços proporcionavam aos oficiais sobre a massa de soldados aquartelados, controlando seus comportamentos e evitando, portanto, a profusão de resistências.

Os espaços de recolhimento dos soldados eram, assim, essenciais para o disciplinamento dos corpos. Todavia, a realidade desenhada por José Meneses acerca dos

quartéis enfatizava um cenário de destruição e precariedade, o que dificultava bastante a vigilância dos soldados. Vejamos primeiro o de Olinda:

Passando revista aos quartéis dos dois regimentos desta praça os achei inteiramente incapazes; o do regimento de Olinda está todo no chão, e há tempos que nelle não assiste tropa alguma, por que como os soldados erao desta praça, davao-lhes os comandantes licenças para morarem em suas cazas, o que agora não se pode praticar, por serem os soldados novos de sítios distantes da praça, e de necessidade de deverem assistir nos quartéis<sup>16</sup>.

O relato do governador produzido em 1775 impressiona pelo grau de desestruturação do quartel que deveria arregimentar a tropa regular da cidade de Olinda. Os soldados não tinham as mínimas condições de se instalarem nos ambientes próprios do regime militar nem ao menos dormir na localidade. Em virtude dessa situação, os comandantes concediam licenças para que eles retornassem às suas casas, embora essa prática estivesse sendo gradualmente diminuída em virtude da incorporação de novos homens e a impossibilidade de regressarem às suas respectivas residências. Essa situação, para tanto, exigiu reformas urgentes de reestruturação, obra que o próprio governador tentou realizar, mas com muita dificuldade<sup>17</sup>. Os constantes deslocamentos dos soldados entre sua casa e o quartel criaram espaços de certa liberdade, ambientes pelos quais os revoltosos e desgostosos com o exército poderiam buscar alternativas de resistência, prejudicando a situação das tropas regulares e enfraquecendo o papel de controle dos corpos militares preterido pelas autoridades. Portanto, a necessidade de reedificar esses espaços não derivava apenas da conveniência para se estabelecer um local de moradia própria dos soldados, mas também para evitar que pessoas cometessem determinados desvios danosos à estrutura militar. Ao permitir a saída desses homens para dormirem em suas casas a vigilância é invariavelmente diminuída e os propósitos de controle social se atenuavam.

Sobre o quartel do Regimento da vila do Recife, José Meneses escreveu que:

Atualmente fico mandando consertar os do regimento do Recife, e fazer lhe o necessário para os armamentos das companhias, que nunca tiverão tarimbas e dormião os soldados sobre a terra, cuja despeza será muito limitada<sup>18</sup>.

Embora os soldados não tivessem sido liberados para dormirem em suas residências, a situação em que esse quartel se encontrava não era muito diferente ao de Olinda. A ausência de tarimbas - estrado de madeira onde dormiam os soldados - revela a deplorável condição a que estiveram submetidos, obrigando-os a dormirem no chão e sobreviverem no cotidiano que não os favoreciam. Mesmo com os relatos de José Meneses afirmando que esta localidade estava passando por reformas estruturais, a qualidade parece não ter alterado bastante ao

longo dos anos, pois em 1801 observou-se que “os quartéis que ate agora havião erão muito pequenos, e sem alguma acomodação”<sup>19</sup>, dando a entender que as dificuldades e precariedade no abastecimento continuavam e a falta de estruturação fazia parte da realidade dos soldados nos quartéis dos Regimentos de Recife e Olinda. Porém não somente estes espaços encontraram dificuldades de manutenção e reestruturação na estrutura militar que compunham as tropas regulares. As fortificações, locais de atuação diária dos soldados, apresentavam situações bem complicadas.

Em janeiro de 1775, José Meneses escrevia ao secretário do estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre “o decadente estado em que achei esta capitania, assim pelo que respeita a sua fortificação, como a incapacidade da tropa que a guarnece”<sup>20</sup>. Entre as precárias estruturas analisadas o governador dedicou palavras ao estado de suas fortificações e os problemas que aquelas condições poderiam resultar nos ataques de corsários e inimigos:

A fortificação se acha em algumas das principais partes da sua mais importante defesa, grandemente arruinada, como são as fortalezas de Tamandaré, Nazaré, Cabedelo e da ilha de Fernando, que todas necessitam de pronto reparo, não só para poderem rezistir a qualquer ataque, como deve reccar-se no tempo prezente, mas tão bem para evitar no futuro maior despeza a Real Fazenda, pois agora se necessita só de conserto, e então será preciso fazer de novo<sup>21</sup>.

As fortalezas estavam “grandemente arruinada”, necessitadas de consertos que, na opinião do governador, não exigiria grandes despesas da Real Fazenda, caso os cuidados fossem realizados imediatamente. D. Tomás José de Melo, sucessor de Meneses, expôs a importância na “conservação das fortalezas”, sobretudo “no caso de qualquer ataque, se poder defender, e conservar tão importante colônia”<sup>22</sup>, evidenciando, portanto, o papel desses baluartes para a contenção de ataques e a preservação dos territórios<sup>23</sup>. Embora as fortificações possuíssem relevância na conservação da própria colonização, a situação era bastante precária, prejudicando não somente os exercícios a serem realizados pelos soldados, mas também os dispositivos de controle social necessários para a efetivação da disciplina.

Esse cenário, portanto, dificultava o processo de normatização disciplinar dos militares nas tropas regulares de Pernambuco, tendo em vista que os espaços de vigilância e controle das condutas sociais eram precários, abrindo possibilidades para o surgimento de resistências, provocadas pelo movimento contrário e de objeção ao disciplinamento<sup>24</sup>, como a recorrente deserção<sup>25</sup>. E de fato, as expressões de revoltas, representadas em sedições, motins, fugas,

marcaram o cotidiano das tropas regulares, configurando em resistências não pouco utilizadas pelos soldados<sup>26</sup>.

Desta maneira, percebe-se que a Coroa portuguesa utilizava o serviço militar no exército como um instrumento de controle social através dos recrutamentos forçados de grupos sociais específicos. Havia uma tentativa de fomentar a inserção dos vadios e vagabundos, dando-lhes funções que beneficiassem o Estado. Contudo, tal propósito não foi atingido plenamente na Capitania de Pernambuco em virtude da realidade estrutural que estiveram assentadas as tropas regulares refletida na precariedade dos quartéis e das fortificações além da própria dificuldade de arregimentação de soldados, relativizando a efetividade do poder disciplinador nessas unidades militares.

## **BIBLIOGRAFIA**

- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- COSTA, Fernando Costa. "Condicionantes Sociais das Práticas de Recrutamento Militar (1640-1820)". *Separata das Actas do VII Colóquio "O Recrutamento Militar em Portugal"*. Lisboa: Ramos, Afonso & Moita, Lda, 1996.
- COTTA, Francis Albert. A fabricação do soldado português no século XVIII. In: POSSAMAI, Paulo (Org). *Conquistar e Defender: Portugal, Países Baixos e Brasil*. Estudos de história militar na idade moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- GOMES, José Eudes. *As milícias d'el Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- MELLO, Christiane Figueiredo Pagano. *Forças militares no Brasil colonial: Corpos de Auxiliares e Ordenanças na segunda metade do século XVIII*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009.
- PEREGALLI, Enrique. *Recrutamento Militar no Brasil Colonial*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1986.
- POSSAMAI, Paulo César. *O Cotidiano da Guerra: a vida na colônia do sacramento (1715-1735)*. 2001. Tese (Doutorado) - Curso de História, USP, São Paulo.

- SILVA, Giovane Albino. *Os 'soldados e mais pessoas criminosas': a deserção e a resistência ao ofício de soldado da tropa regular na capitania de Pernambuco na segunda metade do século XVIII*. In: Anais do XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH. Natal, RN, Julho 2013.
- SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII*. Recife: Cepe, 2010.
- SILVA, Kalina Vanderlei. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial: História de homem, militarização e marginalidade na capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001.

---

<sup>1</sup> Mestrando em história pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Kalina Vanderlei Silva. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Email: giovanealb@hotmail.com.

<sup>2</sup> Portugal iniciou o processo de formação do Estado com a ascensão de Afonso Henriques, líder do condado portugalense e que foi transformado em reino, ampliando o território através de sucessivas batalhas e conquistas. Com isso, o fortalecimento do poder real foi sendo constituído a partir das forças militares, as quais ajudaram a consolidar o Estado em formação. FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 1996.

<sup>3</sup> Sobre a organização militar em Portugal ver: COSTA, Fernando Costa. "Condicionantes Sociais das Práticas de Recrutamento Militar (1640-1820)". *Separata das Actas do VII Colóquio "O Recrutamento Militar em Portugal"*. Lisboa: Ramos, Afonso & Moita, Lda, 1996.

<sup>4</sup> Sobre a definição e distinção das três organizações militares citadas ver: SILVA, Kalina Vanderlei. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial: História de homem, militarização e marginalidade na capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001, p. 77-79.

<sup>5</sup> No livro "nas solidões vastas e assustadoras", a historiadora releva o papel das tropas regulares na contenção da chamada "guerra dos bárbaros" e na tentativa de dominar os índios do sertão e garantir a expansão das "fronteiras" do Estado para o continente. Em outro trabalho ela analisa as disputas em torno da destruição do quilombo dos palmares e a presença das tropas regulares nesse cenário. SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII*. Recife: Cepe, 2010; SILVA, Kalina Vanderlei. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial: História de homem, militarização e marginalidade na capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001.

<sup>6</sup> As tropas regulares não eram bem distribuídas na América, razão pela qual foram estrategicamente localizadas e constituídas. Seu quantitativo era bastante reduzido – principalmente se comparadas às ordenanças e milícias - em virtude dos altos gastos para sua manutenção, forçando a Coroa pela redução das regulares e utilização das outras organizações militares, especialmente nos pontos não tão importantes para os administradores coloniais. Para mais detalhes sobre a escassez da tropa regular e o uso das ordenanças e milícias nas Capitanias da América portuguesa, ver: GOMES, José Eudes. *As milícias d'el Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010; MELLO, Christiane Figueiredo Pagano. *Forças militares no Brasil colonial: Corpos de Auxiliares e Ordenanças na segunda metade do século XVIII*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009.

<sup>7</sup> A priori, os soldados das tropas regulares deveriam ser brancos e oriundos do reino. Devido à ausência desses personagens na colônia, permitiu-se a possibilidade de inserção de outros grupos, ficando proibidos apenas os escravos e índios. SILVA, Kalina Vanderlei. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial: História de homem, militarização e marginalidade na capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001, 98.

<sup>8</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 118.

<sup>9</sup> Idem, p. 119.

<sup>10</sup> Isso não quer dizer, entretanto, que somente esses homens eram os recrutados pela tropa. Por exemplo, em diversas situações os “oficiais mecânicos” também foram alvo da conscrição, sobretudo quando o quantitativo de vadios arregimentados não era suficiente. SILVA, Kalina Vanderlei. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial: História de homem, militarização e marginalidade na capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001, p. 105.

<sup>11</sup> Cada Regimento era formado por dez companhias. José Meneses modificou esse número reduzindo para apenas sete, diminuindo essencialmente o número de oficiais - cargos almejados e dispendiosos na sociedade colonial, realizando, portanto, uma reformulação no quadro superior de militares nas tropas regulares. Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos de Pernambuco. Caixa: 117, documento: 8934.

<sup>12</sup> Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos de Pernambuco. Caixa: 117, documento: 8934.

<sup>13</sup> Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos de Pernambuco. Caixa: 117, documento: 8934.

<sup>14</sup> Diversas obras atestam o cenário degradante das tropas regulares e em diferentes contextos. Entre os autores que abordam esse aspecto: PEREGALLI, Enrique. *Recrutamento Militar no Brasil Colonial*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1986; POSSAMAI, Paulo César. *O Cotidiano da Guerra: a vida na colônia do sacramento (1715-1735)*. 2001. Tese (Doutorado) - Curso de História, USP, São Paulo.

<sup>15</sup> FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 122.

<sup>16</sup> Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos de Pernambuco. Caixa: 118, documento: 9018.

<sup>17</sup> “Para reedificação dos quartéis de Olinda, tinha mandado ajuntar a pedra, e tão bem há de ser obra de pouco despendio, por que hei de hir muitas vezes ve-la e mandar os mesmo soldados a fachina”. Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos de Pernambuco, Caixa: 118, documento: 9018.

<sup>18</sup> Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos de Pernambuco. Caixa: 118, documento: 9018.

<sup>19</sup> Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos de Pernambuco. Caixa: 229, documento: 15493.

<sup>20</sup> Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos de Pernambuco. Caixa: 118, documento: 9017.

<sup>21</sup> Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos de Pernambuco. Caixa: 118, documento: 9017.

<sup>22</sup> Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos de Pernambuco – Caixa: 163, documento: 11648.

<sup>23</sup> Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos de Pernambuco – Caixa: 119, documento: 90815.

<sup>24</sup> Segundo Michel Certeau, “se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa a rede de “vigilância”, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também “minúsculos” e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que “maneiras de fazer” formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou “dominados?”), dos processos mudos que organizam a ordenação sociopolítica”. CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 40-41.

<sup>25</sup> Para mais detalhes sobre a presença da deserção nas tropas regulares nesse contexto ver: SILVA, Giovane Albino. *Os ‘soldados e mais pessoas criminosas’: a deserção e a resistência ao ofício de soldado da tropa regular na capitania de Pernambuco na segunda metade do século XVIII*. In: Anais do XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH. Natal, RN, Julho 2013.

<sup>26</sup> Kalina Silva elenca alguns momentos em que as resistências ocorreram nas tropas de Pernambuco no período colonial representados pelos movimentos citados. SILVA, Kalina Vanderlei. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial: História de homem, militarização e marginalidade na capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL<sup>1</sup>

Giovanni Latfalla<sup>2</sup>

### **Resumo:**

Este artigo aborda alguns aspectos das relações internacionais do Brasil durante a II Guerra Mundial, particularmente as dificuldades de entendimentos com a Inglaterra, como o fracasso da proposta americana da entrada de nosso país como Membro Permanente do Conselho de Segurança da futura ONU, o que nos colocaria como um dos principais atores internacionais pós-1945, e também o convite recusado pelo Brasil para fazer parte junto dos EUA como tropa de ocupação na Áustria, já durante a Guerra Fria. Teria o Brasil perdido uma oportunidade de aumentar o seu prestígio junto à superpotência americana?

**Palavras-chave:** II Guerra Mundial – Conselho de Segurança – Tropa de ocupação

### **Abstract:**

The paper discusses some aspects of international relations in Brazil during World War II, particularly the difficulties of understanding with England, the failure of the American proposal of entry of our country as a Permanent Member of the Security Council of the UN future, which put us as one of the leading international players post 1945 and also declined the invitation to join the Brazil to the USA as occupation troops in Austria, as during the Cold War. Brazil would have missed an opportunity to increase their prestige among American superpower?

**Keywords:** World War II - Security Council - occupation troops

### **Introdução**

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, contra os países do EIXO, ocorreu somente em agosto de 1942, após o afundamento de vários navios mercantes por submarinos alemães. Entretanto, apesar de participar da guerra ao lado dos Aliados, o Brasil enfrentou várias dificuldades em seus relacionamentos tanto com os Estados Unidos quanto com a Inglaterra. Dificuldades sérias que, a nosso ver, deveriam ser mais bem estudadas, e que poderiam talvez explicar os motivos pelos quais, após o conflito mundial, o Brasil não ser considerado um importante ator no cenário internacional.

## O início dos problemas com os ingleses

Antes mesmo da 2ª Guerra começar, a Inglaterra já demonstrava atuar estranhamente com relação ao Brasil. A polícia civil do Distrito Federal relatou, ao Ministro da Guerra, general Dutra, acerca dos contatos de um agente, na Bahia, com o Cônsul e Vice-Cônsul da Inglaterra, tendo estes passado informações sobre um suposto plano de sabotagem de elementos da Alemanha ou Itália, ou conjuntamente, entre os dias 10 de agosto e 15 de setembro de 1939, a navios e propriedades da França e da Inglaterra. Informaram também o desembarque de grandes quantidades de bombas incendiárias nos portos de Santos e Belém. De acordo com os informantes, estas bombas não eram maiores do que uma lapiseira ou uma caneta tinteiro.<sup>3</sup>

No ofício secreto ao presidente Vargas, o ministro Dutra anexou um extenso documento com dezesseis perguntas feitas pela embaixada britânica no Brasil, considerado por ele ingênuo, principalmente por causa do item 1º, onde os ingleses perguntavam se o Estado Brasileiro poderia fornecer patrulhas para o cais e para as ruas contíguas às docas, sentinelas para os armazéns das docas e guardas para as propriedades. Além disso, se o Brasil não tivesse condições de fornecer as patrulhas necessárias, oferecia a possibilidade de que as mesmas fossem fornecidas pelo Governo Britânico, com um oficial ou suboficial do Brasil como comandante, e um súdito britânico como intermediário. O item terminava por perguntar se o Estado Brasileiro tinha “alguma sugestão a fazer acerca do recrutamento de tal pessoal”. O general Dutra considerou que o documento, além de ingênuo, demonstrava total desconhecimento das possibilidades do Brasil como Nação independente.<sup>4</sup>

Além do item 1º, algumas das perguntas, realmente, eram estranhas. No item 2º estava escrito que, se o Cônsul britânico solicitasse guardas ou patrulhas, o governo brasileiro estaria habilitado a fornecê-las imediatamente. No item 7º, se o Cônsul informasse o nome de pessoas capazes de atos de sabotagem, se o Brasil poderia vigiá-las. Uma série de medidas de fiscalização visando pessoas, instalações físicas e embarcações, grandes ou pequenas, foram também sugeridas pelas autoridades britânicas.<sup>5</sup>

Quando a guerra começou em 1º de setembro de 1939, em uma reunião ministerial no Palácio do Catete, o presidente Vargas fez uma clara proclamação anunciando a neutralidade do Brasil. Disse também: “O Brasil não é inglês nem alemão,



é um país soberano”, demonstrando que não tinha preferência pela vitória dos dois beligerantes.<sup>6</sup>

Sobre o posicionamento brasileiro no início do conflito, em junho de 1940, o Chefe da Missão Militar Americana no Brasil, general Lehmann Miller, fez o seguinte relato ao embaixador americano, Caffery, a respeito de autoridades do Exército e da Marinha do Brasil, relacionados aos acontecimentos do front europeu:

A presente reviravolta na guerra na Europa está tendo uma profunda influência aqui, em todas as autoridades no Exército, Marinha e governo civil brasileiro. Apesar de elas não confiarem na Alemanha, têm uma grande admiração pela máquina de guerra daquele país. Não gostam dos ingleses. Eles não querem criar antagonismo com a Alemanha, porque sabem que o Brasil não está preparado, e acreditam que a Alemanha é o único país que pode fornecer armas em condições razoáveis. O destino de países neutros na Europa levantou-lhes dúvidas quanto a capacidade dos Estados Unidos em protegê-los contra uma agressão, especialmente no caso de uma coalizão de países agindo contra nós. Todas estas considerações tendem a fortalecer os elementos pró-nazista no Brasil, e à medida que a Alemanha consolide suas conquistas na Europa, a situação aqui no Brasil ficará pior, a não ser que uma ação imediata seja tomada por nosso Governo para combatê-la eficazmente.<sup>7</sup>

Em uma das acaloradas discussões entre os generais Góes Monteiro e Lehmann Miller, este, após acusar autoridades brasileiras de serem simpáticas ao nazismo, teve como resposta que o Brasil não tinha predileção especial por qualquer dos países beligerantes. Disse ainda que o Exército Brasileiro reagiria contra qualquer espécie de dominação ou escravatura, fosse ela alemã ou britânica, que ele definiu como mais suave, apenas econômica e já experimentada, e a outra, a nazista, mais brutal.<sup>8</sup>

A questão de simpatizar ou não com os ingleses não era apenas um sentimento de militares do Brasil, que, em nossa opinião, admiravam os feitos da máquina de guerra nazista, sem nunca pretender uma aliança com a Alemanha. Existia nas Forças Armadas dos EUA um número considerável de oficiais anglóforos, e havia uma desconfiança de que a grande preocupação dos ingleses era, além da derrota nazista, a manutenção do seu ainda imenso império colonial.<sup>9</sup>

O comentário a respeito dos militares brasileiros não gostarem da máquina de guerra inglesa pode ser também explicado pela questionável atuação da marinha inglesa, com relação ao Brasil, durante o ano de 1940, que levou a sérios incidentes diplomáticos entre os dois países. Relacionavam-se ao ataque ao navio mercante alemão Wakama, à interceptação de navios mercantes do Brasil, como o Almirante Alexandrino, e ao aprisionamento do mercante brasileiro Siqueira Campos.<sup>10</sup>

Com o início do conflito, o Almirantado inglês decretou o bloqueio marítimo à Alemanha, visando embargar o envio de produtos para este país. Nesta época, final da

década de 1930, o comércio entre Brasil e Alemanha experimentava forte crescimento, o que fez com que o Brasil e outros países saíssem prejudicados pela medida inglesa. O Brasil exportava vários produtos para a Alemanha e importava, dentre outros, armamentos, adquiridos a partir de 1937.

Em outubro de 1939, com a guerra tornando-se mundial, foi criada, pela Declaração do Panamá, a chamada Zona de Segurança, o aumento da extensão das águas territoriais dos países americanos. Ingleses e alemães em guerra não respeitaram esta determinação.

O incidente com o navio alemão Wakama ocorreu em fevereiro de 1940. O navio foi atacado pela Marinha Britânica e afundado por sua própria tripulação para não ser capturado. O evento sucedeu-se dentro de águas territoriais do Brasil, na altura de Cabo Frio, litoral do Rio de Janeiro, em uma flagrante violação da legislação vigente, sendo considerado um ato de hostilidade pelo governo brasileiro. Após proposta brasileira, todos os países americanos protestaram contra o governo inglês.<sup>11</sup>

Já o navio Siqueira Campos foi aprisionado na altura de Portugal, e levado para Gibraltar, porque transportava material bélico comprado da Krupp, da Alemanha para o Brasil. Pelo princípio de direito, os navios mercantes de países neutros, como o Brasil na ocasião, podiam ficar sujeitos a parada e inspeção, para verificação se a carga estaria sendo enviada para outro país em guerra com aquele que efetuou a inspeção. Entretanto, o material bélico estava vindo para o Brasil e fora comprado antes do início da guerra. Além do material bélico, quatrocentos passageiros civis ficaram detidos dentro do navio em condições subumanas.<sup>12</sup>

Na resolução da crise, o presidente Vargas chegou a proibir, em caráter temporário, qualquer referência com elogios à Inglaterra. O general Góes Monteiro, Chefe do Estado-Maior do Exército, chegou a propor ao presidente o rompimento diplomático com a Inglaterra, além de procurar a embaixada americana e insinuar que a população brasileira poderia deprender empresas inglesas no Brasil.<sup>13</sup>

As frases ditas por Góes Monteiro a Willian Carter Burdet, encarregado de negócios dos EUA no Brasil, “os alemães não precisam mais fazer propaganda entre nós, pois os ingleses já estão trabalhando muito bem por eles”, e as de Oswaldo Aranha, também a Burdett, “a Inglaterra está mesmo jogando o Brasil nos braços da Alemanha”, fizeram os EUA pressionar a Inglaterra para a resolução daquele imbróglio, o que de fato aconteceu. Foi a maior crise entre os dois países durante a Segunda Guerra Mundial, mas não a última.

Após o incidente com o Siqueira Campos, a Marinha Inglesa deteve e revistou o navio Itapé em águas territoriais brasileiras. Os ingleses sequestraram 22 marinheiros alemães que estavam a bordo, em viagem para o norte do Brasil, sob a alegação de que os mesmos haviam pertencido ao encouraçado alemão Graf Spee, afundado perto do Uruguai, no ano de 1939<sup>14</sup>. A neutralidade do Brasil também foi violada quando o cruzador inglês Astúrias deteve o navio Mendonza em águas territoriais brasileiras.<sup>15</sup>

As diferenças entre o Brasil e a Inglaterra fizeram com que autoridades militares brasileiras lembrassem de fatos ocorridos que causaram forte insatisfação. Em setembro de 1940, os ingleses receberam dos EUA cinquenta contratorpedeiros, em troca da cessão de bases, e tal fato fez com que militares ligados ao ministro Dutra se lembrassem de que, em 1937, o Brasil tentara comprar alguns destes navios junto aos americanos, mas que, depois de pressões da Argentina e da oposição do Congresso norte-americano, o negócio não evoluíra. A cessão à Inglaterra foi feita sem qualquer consulta ao Congresso, em um momento em que os americanos ainda não participavam da Segunda Guerra Mundial.<sup>16</sup>

Com o aumento dos contatos militares entre o Brasil e os EUA, devido à importância estratégica do Nordeste brasileiro, durante o ano de 1941, estes, ao verificarem as fraquezas defensivas do Brasil, tentaram fornecer vinte modernos bombardeios leves (A-20), alocados inicialmente para os britânicos. Os representantes da Inglaterra em Washington haviam deixado a impressão que permitiriam este fornecimento. Autoridades militares americanas chegaram a informar ao Rio de Janeiro a liberação imediata de doze desses aviões, mas Londres se recusou a permitir tal fato, o que causou uma reação desfavorável no Brasil.<sup>17</sup>

Em outubro de 1941, ainda antes da entrada americana na guerra, o presidente Roosevelt, apresentou um mapa das Américas do Sul e Central dominadas pelos nazistas. Sobre ele foi escrito:

“A peça cartográfica obtida pelos ingleses de certo agente secreto nazista em Buenos Aires, o qual teria sofrido misterioso acidente, retocada, foi entregue a William Donovan pelo escritório do Intelligence Service britânico, em Nova York. Wild Bild repassou o mapa ao presidente. Roosevelt em sua habitual palestra pelo rádio aproveitou para denunciar a trama e acrescentar que o documento mostrava a intenção alemã de abolir todas as religiões e substituí-las pelo credo hitlerista. Quando os jornalistas, no dia seguinte, pediram ao presidente que mostrasse o mapa, a recusa se apoiou no sigilo oficial”.<sup>18</sup>

O aumento da necessidade da cooperação brasileira levou ao incremento dos contatos norte-americanos com o Brasil. Um deles, Douglas Fairbanks Jr, chegou como

representante pessoal do presidente Roosevelt para examinar a indústria cinematográfica brasileira, mas, para a polícia de Felinto Muller, não passava de um agente de propaganda dos ingleses. Ele exaltava o êxito do bloqueio marítimo inglês e a certeza da vitória final britânica.<sup>19</sup>

É importante ressaltar que, provavelmente, os ingleses passavam informações para os norte-americanos, já que estes não possuíam um órgão de inteligência antes de 1942. É notório também que Churchill ansiava pela entrada dos EUA no conflito ao lado da Inglaterra, pois, até a invasão da URSS pela Alemanha, em junho de 1941, os ingleses estavam lutando praticamente sozinhos contra o Eixo.<sup>20</sup>

Os problemas com os ingleses não terminaram nem após a entrada do Brasil no conflito. Por duas vezes ainda, e em assuntos muito importantes, atuaram contra nosso país. A partir de 1943, um tema pouco estudado, as promessas norte-americanas de apoio à inserção do Brasil na nova ordem mundial no pós-guerra, nunca cumpridas, devem ser lembradas. Durante a Conferência de Moscou, em 1943, entre EUA, Inglaterra e URSS, o Secretário de Estado Cordell Hull citou o Brasil como um dos países a fazer parte da Comissão Aliada junto à Itália, mas não obteve nenhuma resposta a esta sugestão por parte de russos e ingleses, e tampouco isto voltou a ser negociado.<sup>21</sup>

Hull, em suas memórias, afirmou que na Conferência de Dumbarton Oaks, em 1944, o Brasil foi indicado pelos EUA, junto com a França, para fazer parte, como membro permanente, do Conselho de Segurança do novo órgão a ser criado. De acordo com Eduard Stettinius, subsecretário de Estado norte-americano, russos e ingleses não apoiaram a iniciativa.<sup>22</sup>

Alexander Cadogan, o representante da Inglaterra, disse que haveria “considerável confusão” se o número de membros do Conselho de Segurança passasse de cinco. Disse também que informaria sobre a proposta da inclusão do nome do Brasil ao governo britânico, mas que duvidava que ela fosse aceita.<sup>23</sup>

Os comentários sobre a “duvidosa capacidade militar do Brasil”, (a França e a China também eram fracas militarmente, naquela época), seu incerto futuro político e econômico, além de não ser considerada uma grande potência, e a perspectiva da reabertura do debate regional, que poderia levar a pressões para a incorporação de potências menores de outras regiões, foram levados em consideração.<sup>24</sup>

Foi visível a mudança da postura norte-americana com relação ao Brasil: inicialmente, a partir de 1939, os americanos haviam feitos esforços para a formação de uma aliança, e posteriormente, com seus objetivos atendidos, principalmente com a

cessão das bases aéreas e a finalização da ameaça de invasão do Eixo na América do Sul, os esforços passaram a visar à dominação, inclusive militar, no tocante a doutrina e fornecimento de material bélico no pós-guerra.

Nitidamente, com as substituições do Secretário de Estado Cordell Hull por Eduard Sttetinius, em 1944; do embaixador no Brasil, James Caffery, por Adolf Berle, em 1945; e do agravamento da saúde do presidente Roosevelt, com seu falecimento em abril de 1945, a postura norte-americana em relação ao Brasil, que já não era a mesma, se alterou.

Parece claro que, com a evolução da guerra de maneira satisfatória para os Estados Unidos, a aliança com o Brasil deixou de ser uma preocupação. Talvez o Brasil tenha sido uma das partes a ser cedidas nas negociações junto aos russos e britânicos.

Fica uma indagação: se os americanos tivessem sido mais incisivos na proposta da inclusão brasileira no Conselho de Segurança, e se os ingleses tivessem apoiado esta iniciativa, o Brasil não teria sido incluído no Conselho? Deve ser lembrado que, neste período da Segunda Guerra Mundial, os ingleses tinham uma enorme dependência da participação norte-americana para poder derrotar a Alemanha nazista, e, em nossa opinião, poderiam ter sido forçados a apoiar a iniciativa dos EUA.

### **O Brasil como tropa de ocupação na Áustria nos pós-guerra**

Ao final da campanha na Itália, no início de 1945, o general Mark Clark, comandante americano ao qual a Força Expedicionária Brasileira (FEB) estava subordinada, disse sigilosamente ao comandante brasileiro, general Mascarenhas de Moraes, que iria governar a Áustria após o final da guerra e solicitou a possibilidade de a FEB participar desta missão. O chefe brasileiro prometeu pensar neste assunto.

De acordo com o general Floriano de Lima Brayner, na época Chefe do Estado-Maior da FEB, ocorreu o seguinte:

“Trocamos ideias. O general Mascarenhas pediu minha opinião. Eu lembrei-lhe que esses períodos de ocupação degeneram em ódios invencíveis. Nós somos ainda um país de imigração. Precisamos de mão-de-obra do imigrante europeu. Não podíamos provocar situações irremediáveis decorrentes do período de ocupação, com a tropa cansada, saudosa do lar, sem freios por não ter mais guerra, e com a disciplina afrouxada inevitavelmente. Só tínhamos uma aspiração: voltar imediatamente para o Brasil. Ele concordou inteiramente comigo. E vetou a generosa idéia de seu amigo Gen. Mark Clark. O nosso governo também foi avisado e concordou”.<sup>25</sup>

Em ofício, datado de fevereiro de 1945, ao Ministro da Guerra do Brasil, general Eurico Dutra, o general Mascarenhas de Moraes apresentou suas razões para que a FEB não fosse empregada como tropa de ocupação em nenhum país europeu.

O general Mascarenhas de Moraes iniciou o documento falando da má vontade dos povos das nações aliadas do Eixo com os exércitos Aliados na Itália. Previa uma série de revoltas no pós-guerra por causa de problemas políticos e também por causa da fome, e que as tropas de ocupação teriam que usar o vigor para reprimi-los, transformando-se em “*força coativa da liberdade pública e de instrumento odioso de opressão*”.<sup>26</sup>

Afirmou também que, mesmo atuando de maneira serena, não poderia ser evitada a irritação da população contra a tropa estrangeira, pela situação de ocupação que o país sofria, além de este povo estar na situação de derrotado.<sup>27</sup>

O general Mascarenhas esperava também que a FEB, por ser a força menos poderosa no teatro italiano, recebesse as missões mais difíceis, e se houvesse alguma falha, o prestígio do Brasil poderia ser afetado.<sup>28</sup>

Finalizou o documento comentando as más condições do fardamento da tropa brasileira, em relação a americanos e ingleses, dizendo que os mesmos eram de má qualidade e que a aparência, naquele momento, era desagradável. Também temia pela deficiente instrução militar que os brasileiros receberam antes do embarque, e que a leis penais e regulamentos do Brasil eram fracos para coibir e reprimir os abusos que poderiam acontecer ao final da guerra. Disse que ainda não havia sido solicitada a colaboração brasileira, não confirmando as palavras do Coronel Brayner, mas que, pessoalmente, era contra o emprego da tropa como força de ocupação, que ele via apenas como uma missão de caráter policial.<sup>29</sup>

Não foi o que ocorreu durante os quase dois meses em que a FEB atuou como tropa de ocupação na Itália, após a rendição alemã. A conduta da tropa brasileira foi e ainda é lembrada pela correção e bondade para com os italianos, em um momento de muita fome no continente europeu. Os soldados brasileiros alimentaram muitos italianos, e ainda hoje a participação brasileira é muito elogiada, descumprindo a previsão do general Mascarenhas de Moraes. Aliás, o comandante da FEB escreveu, contrariando as suas previsões:

Ao dar por finda a ocupação militar, o comando brasileiro teve a satisfação de verificar que suas previsões se concretizaram. Não se registrou, nesse período de cinquenta dias, incidente algum com a população civil ou com os grupos de

*partigiani* existentes, na área brasileira de ocupação. Cedo à população compreendeu, sentiu e repeliu a infâmia da propaganda nazifascista e ao ambiente de desconfiança dos primeiros dias sucedeu uma fase de crescente aproximação.<sup>30</sup>

A colocação acima corrobora que o general Mascarenhas de Moraes errou em suas previsões sobre a FEB ser utilizada como tropa de ocupação. Sobre a lembrança da participação brasileira na campanha italiana, outro autor escreveu:

A memória de guerra, na Itália, ainda guarda lugar para a FEB nas celebrações militares das comunidades toscanas. Pontuais, as homenagens em Pistóia transcorrem diante do monumento aos soldados brasileiros tombados, no antigo cemitério dos pracinhas em San Rocco. Tocantes e sinceras repetem-se a cada ano.<sup>31</sup>

Em nossa opinião, se o Brasil tivesse aceitado a missão de participar como tropa de ocupação da Áustria, teria aumentado seu conceito junto à comunidade internacional, particularmente junto aos EUA, em um momento, conforme explicado anteriormente, em que o Brasil deixava de ser visto pelos americanos como um parceiro. Frank Mccann escreveu:

Mascarenhas recusou sugestões de que integrassem exércitos de ocupação, para evitar que fossem considerados mercenários. Uma atitude compreensível, mas que causou ao Brasil a perda de oportunidade singular de aumentar a sua influência de tempo de guerra em tempo de paz. Evidente que os brasileiros, em junho e julho de 1945, não poderiam imaginar que as gigantescas forças americanas fossem rapidamente desmobilizadas e que uma divisão completa treinada para o combate na Europa ocupada contasse incomparavelmente mais que em tempo de guerra.<sup>32</sup>

Aliás, teria sido interessante observar o comportamento da tropa brasileira no contato com a União Soviética. O general Mark Clark escreveu a respeito das imensas dificuldades de relacionamento entre as autoridades americanas e soviéticas durante a ocupação da Áustria, inclusive com a ocorrência de mortes. Os soviéticos procuraram dificultar de todas as maneiras a atuação norte-americana na Áustria. Sobre a postura da população austríaca, Mark Clark não teceu nenhuma crítica sobre os contatos com os americanos.<sup>33</sup>

A explicação de que os soldados da FEB estavam ansiosos para voltar para casa, após oito meses de combates não convence, partindo do princípio de que estas tropas poderiam ser trocadas por outras. O que dizer dos exércitos americanos, franceses, ingleses e soviéticos que se tornaram tropas de ocupação e que lutavam a muito mais tempo na guerra? A pressa do governo do Estado Novo em desmobilizar a FEB, com o

medo de ela transformar-se em arma política contra o governo ditatorial de Vargas, pode ter nos custado um maior prestígio no mundo do pós-guerra.

### Referências Bibliográficas

- <sup>1</sup> Este trabalho é resultado de uma pesquisa feita durante o terceiro ano do curso de Doutorado em Ciência Política e Relações Internacionais do IUPERJ-UCAM, sob orientação do Prof. Dr Lier Pires Ferreira.
- <sup>2</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais do IUPERJ da Universidade Cândido Mendes.
- <sup>3</sup> Arquivo Histórico do Exército. Ofício secreto, s/nº do Ministro da Guerra, Eurico Dutra, ao Presidente Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 07-08-1939. Documentos do Ministério da Guerra, p. 1.
- <sup>4</sup> *Idem*, p.2.
- <sup>5</sup> *Idem*, p.3.
- <sup>6</sup> NETO, Lira. Getúlio: *Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 368.
- <sup>7</sup> CONN, Stetson e FAIRCHILD, Byron. *A Estrutura de Defesa do Hemisfério Ocidental*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000, p. p.336 e 337.
- <sup>8</sup> Ofício Secreto nº 82, do Chefe do Estado-Maior do Exército ao Ministro da Guerra. Rio de Janeiro, 02-06-1941. Arquivo Histórico do Exército, Acervo Góes Monteiro.
- <sup>9</sup> ROBERTS, Andrew. *Mestres e Comandantes*. Rio de Janeiro: Record, 2012, p.p. 278,279, 357, 358 ,377 e 378.
- <sup>10</sup> CASTRO, Flavio Mendes de Castro. *1808-2008. Itamaraty: Dois Séculos de História*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. Vol. 1, p. 392.
- <sup>11</sup> *Idem*, p.p. 392 e 393.
- <sup>12</sup> NETO, Lira. Getúlio: *Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 395.
- <sup>13</sup> *Idem*, p.p. 395 e 396.
- <sup>14</sup> FERNANDES, Fernando Lourenço. *Os Incursores*. Rio de Janeiro: Bibliex, p.p. 19 e 20.
- <sup>15</sup> CASTRO, Flavio Mendes de Castro. *Op. Cit.*, p. 393.
- <sup>16</sup> McCANN, Frank D. *A Aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945*. Rio de Janeiro: Biibliex, 1995, p.p. 44 e 156.
- <sup>17</sup> CONN, Stetson e FAIRCHILD, Byron. *A Estrutura de Defesa do Hemisfério Ocidental*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000, p. p.358 e 359.
- <sup>18</sup> FERNANDES, Fernando Lourenço. *Os Incursores*. Rio de Janeiro: Bibliex, p.p. 438 e 439.
- <sup>19</sup> McCANN, Frank D. *Op. Cit*, p.p. 200 e 201.
- <sup>20</sup> *Idem*, p. 40.
- <sup>21</sup> FENBY, Jonathan. *Os Três Grandes. Churchill, Roosevelt e Stalin, ganharam uma guerra e começaram outra*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009, p. 222.
- <sup>22</sup> HULL, Cordel. *The Memoirs of Cordel Hull*. Nova York: Macmillan, 1948, p. 1648.
- <sup>23</sup> GARCIA, Eugênio V. *De como o Brasil quase se tornou membro permanente do Conselho de Segurança da ONU* in Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília: 2011, vol. 54, nº 1, p.2. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292011000100010>.
- <sup>24</sup> *Idem*, p.4.
- <sup>25</sup> BRAYNER, Floriano de Lima. *Luzes sobre Memórias*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1973, p.p.199, 207 e 208.
- <sup>26</sup> Arquivo Histórico do Exército. Ofício nº 90. Em 27-02-1945. Do general Mascarenhas de Moraes ao Ministro da Guerra, general Eurico Dutra. Documentos da FEB, p. 1.
- <sup>27</sup> *Idem*, p.1.
- <sup>28</sup> *Idem*, p.2.
- <sup>29</sup> *Idem*, p.2.
- <sup>30</sup> MORAES, João Baptista Mascarenhas de. *A FEB pelo seu comandante*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2005, p.p. 233 e 234.
- <sup>31</sup> FERNANDES, Fernando Lourenço. *A Estrada para Fornovo*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2011, p.p. 323 e 324.
- <sup>32</sup> McCANN, Frank D. *Op. Cit.*, p.344.
- <sup>33</sup> CLARK, Mark. *Risco Calculado*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1970, p.p. 470-514.





## **A meta-história como ferramenta para a abordagem de relações com o passado: justiça de transição e historiografia**

Gisele Jecker de Almeida<sup>i</sup>

### **Resumo**

Esta pesquisa (em andamento) faz uso da perspectiva meta-histórica na análise de um processo de justiça de transição em curso, como estudo de caso e exemplo prático para a análise conceitual da atual condição histórica. A análise da filosofia da história informando este processo avalia as semelhanças e divergências para com a teoria historiográfica. A meta-história é portanto utilizada como uma perspectiva a ser aplicada não ao passado, mas relações com o passado, trazendo à tona o passado prático.

**Palavras-chave:** Justiça de Transição; Meta-história; Teoria da História.

### **Abstract**

This on-going research makes use of the meta-historical perspective on the analysis of a process of transitional justice currently in progress, as a case study and practical instance to the conceptual analysis of the current historical condition. The analysis of the philosophy of history informing this process evaluates the similarities and differences towards historiographical theory. Metahistory is thus used as a perspective to be applied not to the past, but to relations to the past, bringing forward the practical past.

**Keywords:** Transitional Justice; Metahistory; Theory of History.

A teoria da história está se tornando um campo de conhecimento sobre as maneiras como historiadores e outros se relacionam com o passado

Herman Paul<sup>ii</sup>

## **1. Justiça de transição e historiografia**

A justiça de transição tornou-se uma abordagem influente, através da qual sociedades buscam resolver problemas gerados pela herança de um passado violento com vista ao desenvolvimento de um sistema político democrático liberal. Seu *modus operandi* destaca que através de seus elementos centrais – reparações, reformas institucionais, comissões da verdade e processos criminais<sup>iii</sup> – visa remodelar a forma como sociedades veem o próprio passado. A resolução de conflitos enraizados em eventos passados é buscada a fim de alcançar uma maior coesão na sociedade, criando neste processo o que Avishai Margalit chama de *memórias compartilhadas*<sup>iv</sup> – versões coerentes do passado, resultado da fusão de várias perspectivas.

A prominência da justiça de transição tanto na academia (onde o debate está concentrado principalmente no âmbito do Direito) quanto na arena pública faz com que este tema adquira relevância para o campo da historiografia: o aumento de comissões da verdade e a promoção de outras formas de “história comissionada” por governos ao redor do mundo tornam necessário que profissionais reavaliem cuidadosamente o lugar do passado no domínio público. A extensão do impacto da justiça de transição sobre o trabalho historiográfico ainda não se encontra inteiramente avaliada. Há uma falta de contato direto entre os dois campos: com exceção de alguns historiadores que apoiam iniciativas da justiça de transição agindo como assessores e consultores, ou participando como testemunhas em tribunais, o ceticismo parece imperar.

É difícil imaginar um campo mais fértil para questionamentos meta-históricos que este encontro entre historiografia e história comissionada. Embora o bem estabelecido campo de pesquisa da justiça de transição haja atraído cada vez maior atenção em revistas acadêmicas da disciplina histórica – recebendo vários volumes dedicados ao tema, como por exemplo: *Radical History Review* (2007), *American Historical Review* (2009/4) e *Rethinking History Journal* (2014/2) – uma análise comparativa sistemática ainda está por ser feita. Este desafio deve ser abordado por uma profunda teorização reflexiva sobre a atual condição histórica e o discurso historiográfico.

A filosofia da história que informa a justiça de transição, com sua ambição de “virar a página,” parece divergir da compreensão do passado e suas implicações no presente encontradas na historiografia, que se entende como um diálogo aberto que oferece aos leitores diferentes, e, potencialmente, inúmeras *representações* do passado. Uma análise da filosofia da história informando a justiça de transição, contrastando e avaliando as semelhanças e divergências para com a teoria historiográfica contemporânea, colocando os dois campos em diálogo e buscando extrair quaisquer contribuições valiosas da abordagem do passado da justiça de transição para o *métier* historiográfico se faz necessária. Afinal, não seria possível

pensar que a justiça de transição vem a completar o trabalho historiográfico, no sentido de chegar onde este não pode ir (arquivos fechados, intimações, análise transversal, etc.)?

Análises na filosofia da história geralmente se baseiam somente no estudo de literatura, porém para uma contribuição original a este debate, seria interessante o uso de uma dupla perspectiva – empírica e meta-histórica – para uma base argumentativa mais sólida, em confluência com novas perspectivas de trabalho.

Em minha pesquisa atualmente em andamento, a análise meta-histórica de um processo de rememoração e potencial reescrita da história em curso servirá como estudo de caso e exemplo prático para a análise conceitual da atual condição histórica que parece exigir a constante reabertura de temas do passado, e seu impacto sobre a historiografia acadêmica. Aplicando o método indutivo, este estudo partirá de um problema do mundo real em sua análise de uma ideia teórica. O exemplo em curso de justiça de transição tomado como caso de estudo é a Comissão Nacional da Verdade brasileira (“CNV”, iniciada em 2012, com um mandato para publicar suas conclusões em dezembro de 2014). As fontes primárias consistem em publicações oficiais da CNV, bem como documentação de acompanhamento de instituições políticas do país (senado, presidência e tribunais). Dados adicionais serão obtidos em declarações de comissários e historiadores brasileiros (na imprensa ou em entrevistas conduzidas por esta pesquisadora).

A fim de desvendar a filosofia da história informando justiça de transição, uma análise crítica do discurso será aplicada a textos que formam o cânone da disciplina. Dita análise explora as funções ideológicas e temas presentes nas várias fontes, estabelecendo relações entre estes e as perspectivas que representam. Além das premissas linguísticas de significado e referência, também são objetos de análise os pressupostos metafísicos e epistemológicos presentes nos documentos analisados.

A escolha de investigar o processo brasileiro não é arbitrária. O governo brasileiro por muito tempo manteve silêncio sobre crimes contra a humanidade cometidos em seu nome. Após décadas negando qualquer delito, seguindo uma política de intimidação e até mesmo em algumas ocasiões a exigindo a interrupção de investigações – fatos que caracterizam o que Nina Schneider classifica como uma “política de silêncio”<sup>v</sup> do Estado –, o governo brasileiro gradualmente passou a reconhecer os direitos de pessoas afetadas por estes crimes.

A virada governamental iniciada em 1995 com o reconhecimento por parte do governo brasileiro que atividades ilegais foram levadas à cabo pelo regime ditatorial é resultado de uma mudança de seu posicionamento neste debate. No que tem sido reconhecido como uma verdadeira onda de memorialismo, nos últimos anos o governo brasileiro publicou relatórios

oficiais, abriu arquivos históricos e estabeleceu comissões para investigar a violência institucionalizada e ressarcir aqueles que sofreram danos econômicos durante o período. Este processo só ganhou força realmente na última década, que tem visto um aumento no interesse acadêmico pelo tema, um número crescente de pedidos de anistia e restituição, e a nomeação de uma Comissão da Verdade. O jogo do silêncio parece haver finalmente acabado.

Estas voltas e reviravoltas na política de memória pós-ditatorial explica o fracasso brasileiro na obtenção de uma memória coletiva - "compartilhada" - da ditadura. Segundo Margalit<sup>vi</sup>, memórias compartilhadas são a agregação de diferentes versões, um processo que eventualmente forja uma versão da narrativa aceita pela comunidade. Duas versões antagônicas não podem originar uma narrativa congruente. O governo brasileiro hoje parte de uma interpretação dos fatos apresentada por grupos de oposição da esquerda, não sem gerar controvérsia entre grupos mais reacionários da sociedade. A memória dos "loucos anos de chumbo" continua dividindo a sociedade brasileira.

Entre a miríade de problemas sociais, políticos e teóricos que surgem desta redefinição da memória coletiva do país, minha pesquisa incidirá sobre os aspectos que revelam mudanças na *compreensão, interpretação e experiência do passado*. A ambição declarada do governo brasileiro de corrigir injustiças históricas e reduzir o conflito social por meio da obtenção de um "fechamento" na forma de uma narrativa "verdadeira" dos eventos<sup>vii</sup> oferece a oportunidade de levantar questões sobre a relevância da historiografia tradicional para a sociedade contemporânea, e sobre as responsabilidades éticas de historiadores do século XXI. O processo brasileiro é um episódio em curso que envolve um amplo debate público e a potencial reescrita da história em direta correlação com um futuro esperado (com sua ambição de "promoção da reconciliação nacional" como consta na lei que cria a CNV<sup>viii</sup>), consistindo em um ponto de partida privilegiado para adquirir maior conhecimento sobre mudanças na dinâmica da filosofia da história informando a justiça de transição e seu possível impacto na historiografia acadêmica.

## **2. A meta-história como ferramenta para a abordagem de relações com o passado**

A análise meta-histórica empregada tem sido usada desde a década de 1970 para examinar as características do conhecimento histórico e da linguagem dos historiadores, e, mais recentemente, para a investigação de categorias meta-históricas como tempo e espaço. Em *History, Memory, and State-Sponsored Violence*, Berber Bevernage<sup>ix</sup> explorou a

possibilidade de se trabalhar meta-historicamente sobre o paradigma da justiça de transição, estabelecendo um importante precedente. A análise de Bevernage se centra no estudo de casos empíricos onde “o interesse das Comissões da Verdade na história e os protestos populares contra elas estavam relacionadas aos diferentes conceitos de tempo, diferentes interpretações da relação entre passado, presente e futuro.”<sup>x</sup>

Tal como explicitado acima, neste trabalho a meta-história é entendida como uma perspectiva a ser aplicada a uma possível nova leitura, onde o foco deixa de ser o passado para dar lugar a *relações com o passado*. Esta mudança é relevante, pois permite a inclusão de modalidades não acadêmicas de se lidar com o passado, além de possibilitar um trabalho de distinção entre relações com o passado que se sobrepõe e interagem. Este pensar sobre a história, que tem sua origem na divisão de Michael Oakshott entre passado histórico e passado prático, é considerado por Hayden White como aquilo que separa o trabalho de historiadores e filósofos da história: “a filosofia da história pertence ao tipo de disciplina dedicada a organizar e pensar sobre o passado prático.”<sup>xi</sup> O passado histórico (área de trabalho dos historiadores) se identifica como aquele que pode ser estudado sem interesses externos ou interferências: é um passado que não nos afeta, e que pode ser estudado cientificamente.

O caráter da meta-história de refletir sobre a história não está em questão. É o teor deste entendimento de história que se encontra aqui sob escrutínio. Seria a meta-história uma ferramenta disponível somente aos estudos históricos, produzido por historiadores sobre o passado histórico, ou poderia representar uma linha de reflexão sobre diferentes relações com o passado prático, abarcando historicidades e culturas históricas plurais? Este olhar para fora da academia pode render boas reflexões sobre a importância do passado, maneiras de lidar com o mesmo, e como estas afetam e influenciam o estudo acadêmico da história. Este diálogo tem o potencial de gerar um conhecimento relevante tanto a historiadores quanto a sociedade como um todo.<sup>xii</sup>

Em 2010 Jörn Rüsen discutiu "O que é meta-história" em um workshop na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Nesta comunicação, defende que “A meta-história reflete sobre a história – história não como algo que ocorreu no passado, mas uma maneira de se lidar com o passado, de fazer sentido desta experiência com o objetivo de orientar as pessoas do presente na dimensão temporal de suas vidas”<sup>xiii</sup> (grifo da autora). Com esta afirmação, Rüsen não apenas enfatiza este caráter da meta-história de tratar de diferentes maneiras de se lidar com o passado, mas também seu enfoque na historicidade e temporalidade com relação a este lidar com o passado. Alguns pensadores seguindo esta linha são Aleida Assmann, Berber Bevernage, Peter Fritzsche, François Hartog e Lucian Hölscher.

E a tendência é que muitos mais surjam, se é que este uso da filosofia da história, ou meta-história, para a abordagem de relações com o passado estiver realmente em voga, como indica Herman Paul na epígrafe desta comunicação.

O comentário de Paul surge da observação dos resumos e temas tratados por participantes no evento “O Futuro da Teoria e Filosofia da História” (Gante, julho de 2013) – conferência inaugural da Rede Internacional de Teoria da História<sup>xiv</sup> (INTH, na sigla em inglês) – onde identifica um claro “interesse na história fora da academia e um desejo de superar a polarização teórica que caracterizou o campo até recentemente.”<sup>xv</sup>

O próprio entendimento do que significa estudar história se dilata, para incluir o campo do entendimento, interpretação e experiência do passado fora da academia. É o passado prático que vem à tona, não mais aquele passado longínquo e que não nos afeta, mas sim o passado que conforma o atual, aquele que serve de munção para um ou outro grupo da sociedade, aqui mesmo, no presente. A justiça de transição, com sua visão alternativa de reavaliar o passado para garantir uma sociedade mais equilibrada no futuro, sua exigência de “verdade” e “história comissionada” é apenas um dos temas a ser avaliados com a perspectiva meta-histórica.

---

<sup>i</sup> Doutoranda em História pela Universiteit Gent (Bélgica), trabalhando sob a orientação do Prof. Dr. Berber Bevernage no grupo de pesquisa “Meta-história e História Pública.” Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: gisele.ieckerdealmeida@ugent.be

<sup>ii</sup> PAUL, Herman. “Relations to the past: a research agenda for historical theorists.” *Rethinking History*, no prelo, 2014, p. 9. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/13642529.2014.927615>>. Acesso em: 23/07/2014.

<sup>iii</sup> ICTJ. “What is transitional justice?” Nova York: ICTJ, 2014. Disponível em: <<http://ictj.org/about/transitional-justice>>. Acesso em: 15/07/2014.

<sup>iv</sup> MARGALIT, Avishai. *The Ethics of Memory*. Cambridge MA: Harvard University Press, 2002.

<sup>v</sup> SCHNEIDER, Nina. “Breaking the “Silence” of the Military Regime.” *Bulletin of Latin American Research*, v. 30, n. 2, 2011.

<sup>vi</sup> MARGALIT, Op. Cit.

<sup>vii</sup> ROUSSEFF, Dilma. “Discurso da Presidenta da República” *Secretaria de Imprensa da Presidência da República*. Brasília: 18 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-sancao-do-projeto-de-lei-que-garante-o-acesso-a-informacoes-publicas-e-do-projeto-de-lei-que-cria-a-comissao-nacional-da-verdade>>. Acesso em: 23/07/2014.

<sup>viii</sup> BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de Novembro de 2011.

<sup>ix</sup> BEVERNAGE, Berber. *History, memory, and state-sponsored violence: time and justice*. Londres: Routledge, 2013.

<sup>x</sup> IDEM, p. IX.

<sup>xi</sup> WHITE, Hayden. “The Practical Past.” *Historiein*, Vol. 10, 2010, p. 18.

<sup>xii</sup> Cf. Bevernage, Berber. “From Philosophy of History to Philosophy of Historicities: Some Ideas on a Potential Future of Historical Theory” *bmgm - Low Countries Historical Review*. Vol. 127-4, 2012.

<sup>xiii</sup> RÜSEN, Jörn. “What is the Meta-History? Approaching a Comprehensive Theory of Historical Studies.” Manuscrito, 2010. Disponível em: <<http://historiaunirio.com.br/numem/c.php?c=noticias&id=Mzg%3D>>. Acesso em: 23/07/2014.

<sup>xiv</sup> Para mais informações visite o website da Rede: <<http://www.inth.ugent.be/>>

<sup>xv</sup> PAUL, Op. Cit., p. 2.

## Getúlio Cabral e suas várias facetas

Giselle dos Santos Siqueira<sup>1</sup>

### RESUMO:

Getúlio de Oliveira Cabral nasceu em quatro de abril de 1942, em Espera Feliz (MG). Segundo seu irmão Vitor Hugo, seu nome foi uma homenagem que sua mãe prestou ao presidente Getúlio Vargas. Foi dirigente regional do PCB e dirigente nacional do PCBR. Era chefe do Grupo de Fogo, na Guanabara, também chamado de Esquadra Militar. Este foi o último grupo de guerrilha urbana no Rio de Janeiro. Foi assassinado em vinte e nove de dezembro de 1972.

Palavras – Chave: Militância, Luta Armada e Memória.

### ABSTRACT:

Getúlio de Oliveira Cabral was born on April 4, 1942, in Espera Feliz (MG). According to his brother Victor Hugo, his name was a tribute to his mother gave to President Getulio Vargas. Was regional director of the PCB and national leader of PCBR. He was head of Group of Fire, in Guanabara, also called the Military Police. This was the last group of urban guerrillas in Rio de Janeiro. Was assassinated on December 29, 1972.

Keywords: Militancy, Armed Struggle and Memory.

Neste artigo iremos trabalhar com algumas memórias que permanecem em disputa em torno da figura de Getúlio e com lugares de memória da trajetória do militante, além de fazer uma análise de como o PCBR ficou após a morte de Cabral. Iremos analisar as memórias nas documentações do DOPS, as memórias da família e as memórias militantes: Grupo Tortura Nunca Mais /RJ e Anistia Internacional e como lugares de memória: a Ocupação Getúlio

---

<sup>1</sup> \* Mestra no Programa de Pós Graduação em História Política pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro.



Cabral, o Espaço Museal do Guadá, a Rua Getúlio Cabral e o Auditório e Espaço de Formação Getúlio Cabral.

As organizações de esquerda conforme se empenhavam mais a fundo na luta armada tiveram multiplicado seus problemas. As ações confiscatórias já não davam tanto lucro assim, pois os gastos eram muitos para a manutenção de toda a rede de aparelhos e os bancos tomavam o cuidado de quase não deixar dinheiro nos caixas. E esses atos passaram a ser mal vistos pela população, já que em muitos deles quem se feria eram vigilantes de bancos e soldados humildes. Somado a esses fatores a perda da militância, já que o engajamento total na luta armada afastava militantes e simpatizantes por falta de aptidões pessoais ou por ideologias políticas.

A continuação dos “assaltos” reforçou a imagem negativa da esquerda armada no meio da população. Ao desgaste moral e à segregação política, somava-se a perda de militantes em combate e nas prisões, sem a possibilidade de substituição. Pois era uma atividade de alto risco.

A assistência médica aos militantes feridos, desde o começo foi difícil, se tornou cada vez mais complicada, á medida que os médicos ligados à esquerda armada iam “caindo” e a vigilância policial se intensificava nos hospitais.

Entre dezembro de 1969 e janeiro de 1970 muitos militantes foram presos, inclusive dirigentes como Apolonio de Carvalho e Jacob Gorender, além do assassinato sob tortura de Mário Alves. Por causa desses acontecimentos, foi reconstituída a nova direção nacional do PCBR com um secretariado de três integrantes. Essa nova direção nacional deslocou militantes para o Ceará e para a Bahia. Para Salvador mandaram alguns militantes do Rio, como ex-militares, Fernando Augusto da Fonseca, universitário apelidado de Fernando Sandália e o dirigente nacional Getúlio de Oliveira Cabral, antigo mecânico da Fábrica Nacional de Motores. O objetivo eram as ações expropriatórias.

A partir de 1971, torna-se prática comum “sumir” com presos políticos. Aumenta-se assim o número de “desaparecidos” ou de mortos em atropelamentos nas ruas, em tiroteios com policiais etc.

Segundo Gorender, o PCBR prosseguiu com as ações armadas vanguardistas, em aliança, sobretudo com a VAR-Palmares, e se encaminhou para o aniquilamento. A oito de março de 1972, Benevides (Bebeto) falece em Caruaru, em desastre de automóvel. No final do ano, em Pernambuco, são capturados o ex-marinheiro José Adeildo Ramos e Fernando Sandália. A dezessete de janeiro de 1973, os jornais noticiaram a morte - em suposto tiroteio no bairro do Grajaú, Rio, a vinte e nove de dezembro do ano anterior do próprio Fernando e

mais de Getúlio Cabral, José Bartolomeu Rodrigues de Souza, José Sílton Pinheiro Soares e Luciana Ribeiro da Silva.

O chamado Terceiro Comitê Central era composto de apenas três membros. A vinte e sete de outubro de 1973, quatro corpos semicarbonizados foram encontrados dentro de um carro incendiado na Praça da Sentinela, em Jacarepaguá. Puderam ser identificados Ranússia Alves Rodrigues, Almir Custódio de Lima e Ramires Maranhão do Vale, militantes do PCBR. Esse acontecimento colocou o ponto final na militância ativa do PCBR.

A memória que a mídia (Jornais como o Jornal do Brasil e o Jornal O Globo, e a televisão, principalmente A Rede Globo) da época tem de Getúlio é que o mesmo era um “assassino, terrorista, subversivo”, uma visão completamente negativa. Essa memória construída pelos militares e pelas mídias é difícil de ser “apagada”, mas, também não deixa de ser uma memória onde percebemos a prática ostensiva da violência no período da ditadura militar.

O PCB e o PCBR trabalham com a imagem de um militante, dirigente idealista, focado, destemido, engajado, completamente entregue a causa que defendia. Como falamos às vezes nessa defesa de uma causa acabam prejudicando outras pessoas, mas a sua luta é reconhecida quando percebemos a “evolução” de uma política que há muito tempo ficou dominando o país.

A família tem um trabalho de memória, uma preocupação constante que a memória de seu ente querido seja preservada, cada um deles construiu uma memória sobre Getúlio. Assim a memória e o luto foram elaborados tanto coletivamente (a família Cabral) quanto individualmente (Vitor, Adriano, Luis e Ernesto). As diversas memórias estão postas para que cada uma garanta o seu espaço e a sua versão. Veremos a seguir um pouco sobre os familiares entrevistados.

Vitor Hugo D’ Oliveira Cabral é o irmão mais velho de Getúlio. Tem setenta e um anos, é solteiro e tem dois filhos. É dono de uma loja de fotografias em Copacabana.

Luis Carlos D’ Oliveira Cabral é o quarto filho no total de sete. Tem sessenta anos, é casado e tem cinco filhos. Trabalha como fotógrafo.

Ernesto D’ Oliveira Cabral é o irmão caçula de Getúlio. Tem cinquenta anos, é solteiro e não tem filhos.

Adriano D’ Oliveira Cabral é o filho caçula de Getúlio. Tem quarenta e dois anos, é casado e tem dois filhos. Trabalha com Segurança do Trabalho.

A primeira entrevista foi realizada com Luis Carlos Cabral no dia vinte e seis de agosto de 2012 e teve como local a Ocupação Getúlio Cabral (Parada Angélica – Duque de Caxias). A segunda entrevista foi realizada no dia nove de setembro de 2012 na Sede Administrativa do Museu Vivo do São Bento – São Bento – Duque de Caxias e teve como entrevistados: Luis, Ernesto, Vitor e Adriano.

Na realização das entrevistas percebi que cada um dos meus entrevistados tem uma imagem, uma visão e uma memória diferente de Getúlio. Por isso é importante observar cada frase, cada palavra, pois cada um traz a sua memória que seleciona para falar.

Para Vitor Hugo, Getúlio era um cara brincalhão, comunicativo e acima de tudo idealista. Vitor era assim como Getúlio filiado ao PCBR, mas não fez a opção pela luta armada como o irmão. Na entrevista contou-me que: “era o filho mais velho, e que alguém tinha que botar comida em casa”. Essa sua fala está impregnada de uma crítica à atitude que o irmão tomou na época, deixando cair à responsabilidade toda sobre as suas costas com a família.

Luis Carlos vê Getúlio como alguém que lutava por melhores condições de vida para todos, como um exemplo de luta. Ele se espelha no irmão para realizar o trabalho como presidente da Associação de Moradores da Ocupação, numa área de extrema pobreza dominada pelo tráfico e pelas milícias.

Ernesto por ser o filho mais novo teve pouco contato com Getúlio. Era muito ligado a sua madrinha Maria de Lourdes (esposa de Getúlio). Ele vê o irmão como um exemplo de vida, orgulha-se de pertencer à família Cabral.

Adriano vê a figura do pai como um verdadeiro herói, o tem como um ídolo. Ele tem muito orgulho de ser filho de Getúlio Cabral. Um dos trechos mais emocionantes das entrevistas é de Adriano: “Me chamo Adriano Resende Cabral e a Ditadura Brasileira não me deu o prazer infelizmente de conhecer o meu pai”. Com essa frase Adriano deixa vir à tona toda a sua tristeza, amargura, revolta, ódio pelo o que aconteceu com a sua família. Ele recebeu no ano de 1991 em nome do seu pai a medalha Chico Mendes que lhe foi dada pelo Grupo Tortura Nunca Mais / RJ, uma homenagem póstuma a figura de Getúlio Cabral.

Ao transcrever as entrevistas e analisá-las fiz um primeiro perfil de cada um dos meus entrevistados:

Vitor Hugo é uma pessoa muito culta, lúcida (apesar de tudo o que aconteceu), solícita, que tem uma história de vida incrível, é um exemplo de superação, dedicação, conscientização para todos nós, enfim um militante. Ele foi preso duas vezes, uma delas no período da Ditadura Militar (1969) e passou por inúmeras sessões de torturas físicas e

psicológicas. É professor aposentado do Colégio Pedro II, é de classe média alta e hoje trabalha com o hobby da família que é a fotografia. Reside atualmente em Copacabana. Uma frase muito marcante na sua entrevista é: “Eu não me arrependo de nada que eu fiz, faria tudo de novo para que hoje nós pudéssemos viver na democracia”. Essa frase traduz bem a personalidade de Vitor, uma pessoa que se orgulha do seu passado e que tem consciência que o seu presente e o seu futuro dependeram das suas escolhas que foram feitas anos atrás.

Luis Carlos antes de tudo é um líder nato, “engajado”, coordena a Ocupação Getúlio Cabral com muito amor e dedicação lidando com a extrema pobreza e violência da região. É filiado ao PDT e também tem como hobby a fotografia. Vive numa situação de pobreza, morando numa casa muito pequena e humilde anexa a Associação de Moradores. Nessa casa moram no total quinze pessoas. É um dos principais responsáveis em manter “acesa” a história de Getúlio e da família Cabral como um todo, atuando como um “guardião” da memória.

Ernesto é uma pessoa muito simples, humilde, encantadora e tímida. Muito apegado à família. É de uma sensibilidade extrema, de fala mansa, quase não falou muito na entrevista. Mas quando falou me proporcionou histórias incríveis. Foi o meu entrevistado que mais se emocionou, vindo a chorar por diversas vezes na entrevista. Seu depoimento foi um dos momentos mais tocantes, pois tive muita vontade de chorar junto com ele. Reside atualmente em São Gonçalo, pertencendo hoje o que chamamos de classe média.

Adriano é uma pessoa muito simpática, falante e “engajada”. Ele é muito ligado à família, um pai dedicado, possui uma personalidade muito forte e decidida dando prosseguimento às lutas do pai, é um dos herdeiros. Muito preocupado em preservar a memória do pai, tendo em casa vários documentos que falam sobre o mesmo. É filiado ao PDT. Residindo atualmente em Piabetá (bairro próximo a Ocupação Getúlio Cabral), sendo enquadrado na classe média. Sem falar no fato de que Adriano parece muito fisicamente com Getúlio, a primeira vez que o vi pessoalmente fiquei impressionada com tamanha semelhança, uma cópia quase perfeita do pai.

Devo mencionar que nem todos os parentes de Getúlio fazem questão de lembrar a história do mesmo. O seu filho mais velho, Alexandre Cabral que atualmente mora na Itália, não fala nada que se relacione ao nome do pai, sobre política e muito menos sobre a Ocupação. Seu tio Luis Carlos e seu irmão Adriano me disseram na entrevista que Alexandre é muito fechado até mesmo com a família, que o que aconteceu foi um trauma muito grande, e que ele não superou até hoje, apesar disso foi o mesmo o solicitante no processo movido contra o Estado para o pagamento da reparação/ indenização a família pelo assassinato de seu

pai. Adriano me disse que não tem bom relacionamento com os parentes de sua mãe, porque os mesmos culpam o seu pai pela vida conturbada que Maria de Lourdes teve.

Vimos que cada grupo tem uma memória diferente de Getúlio e um objetivo diferente em propagá-la. A família, o PCB, PCBR, Grupo Tortura Nunca Mais e Anistia Internacional têm uma visão positiva do mesmo, já os órgãos oficiais do Estado uma visão altamente negativa, fazendo questão que esse passado seja esquecido e apagado.

Portelli utilizou o conceito de “memória dividida” para falar das memórias de um massacre ocorrido na cidade italiana de Civitella:

Contini identifica, por um lado, uma memória “oficial”, que comemora o massacre como um episódio da Resistência e compara as vítimas a mártires da liberdade; e, por outro lado, uma memória criada e preservada pelos sobreviventes, viúvas e filhos, focada quase que exclusivamente no seu luto, nas perdas pessoais e coletivas. Essa memória não só nega qualquer ligação com a Resistência, como também culpa seus membros de causarem, com um ataque irresponsável, a retaliação alemã. (PORTELLI, 2006: 105.)

O conceito de “memória dividida” pode ser utilizado para análise das narrativas dos Ministérios da Marinha e Aeronáutica e da Anistia Internacional (quando se refere ao assassinato de Getúlio), do Jornal O Globo e do escritor Fernando Soares (quanto ao assassinato do marinheiro inglês David A. Cuthberg) e do Estado e da Mídia da época e dos Grupos de Esquerda (como eram vistos esses militantes que fizeram a opção pela luta armada).

A memória sobre a morte de Getúlio é dividida de um lado pelos Ministérios da Marinha e Aeronáutica e por outro lado pelos familiares do mesmo, pela Anistia Internacional e pelo Grupo Tortura Nunca Mais. Os ministérios afirmam que o mesmo foi morto em confronto com a polícia e os familiares, Grupo Tortura Nunca Mais / RJ e Anistia Internacional defendem a tese de que Getúlio foi assassinado pelos militares ao ser submetido a sessões de tortura.

Quanto ao episódio da morte de Getúlio Cabral analisando os documentos do Instituto Criminalístico Carlos Éboli, acreditamos que a real causa da morte de Getúlio se deu por causa da tortura a qual foi imposto pelos agentes do DOPS na sede do DOI-CODI/RJ (Departamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Internas).

Outro caso de “memória dividida” é como os militantes que como Getúlio fizeram a opção pela luta armada eram vistos. A memória oficial (O Estado, a mídia e a sociedade da

época) os via como bandidos, terroristas e subversivos. Já os Grupos de Esquerda no caso específico de Getúlio, o PCBR, e seus familiares o viam como alguém que lutava pelos seus ideais, pela ideologia que acreditava, por liberdade e pela volta da democracia. Analiso esses militares que fizeram a opção pela luta armada não como as categorias recorrentes: heróis ou bandidos e sim como pessoas que fizeram a opção a seu ver correta de lutar em nome de uma causa.

A memória sobre o assassinato do marinheiro inglês é dividida pelo Jornal O Globo e pelo escritor Fernando Soares. O jornal afirma que “terroristas” mataram friamente o marinheiro, para desencadear o terrorismo no país. Já o escritor defende a tese de que esse caso foi armado, mais uma farsa, um teatro montado pelos militares.

O conceito “Lugar de Memória” é trabalhado por mim na ótica de Nora. Eles “expressam o anseio de retorno a ritos que definem os grupos, a vontade de busca do grupo que se auto reconhece e se auto diferencia. É a história que ainda possui restos de memória” (NORA, 1993). E como lugares de memória elejo na minha pesquisa: a Ocupação Getúlio Cabral, uma Rua em Paciência (RJ) que foi inaugurada em 1981 e tem como nome Getúlio D’Oliveira Cabral, o Espaço Museal do Guadá e o Auditório e Espaço de Formação Getúlio Cabral.

O início da Ocupação Getúlio Cabral aconteceu no final da década de 1980 e foi organizada pela Associação de Moradores Local (Luis Carlos Cabral era o presidente da Associação). Essas terras foram ocupadas por cerca de duas mil pessoas. Na década de noventa Leonel de Moura Brizola – governador no período e Fernando Collor de Melo (presidente) doaram oficialmente essas terras da União para a Ocupação. Ela hoje conta com aproximadamente dez mil pessoas, cento e trinta e sete ruas, destacando a Rua Che Guevara e Carlos Mariguella, continua tendo como presidente da associação de moradores Luis Carlos Cabral, que mora na mesma com a sua família. A ocupação fica localizada no bairro de Parada Angélica – terceiro distrito de Duque de Caxias, uma área muito pobre e carente da cidade, dominada pelo tráfico e pela milícia local.

O Colégio Estadual Guadalajara que fica localizado no bairro de Olavo Bilac - no Primeiro Distrito de Duque de Caxias conta com diversos programas e em um desses a escola decidiu criar um Espaço Museal para registrar, preservar e guardar suas memórias e histórias. Esse espaço foi inaugurado em outubro de 2012, tendo a sua exposição montada pelos próprios alunos com a ajuda das professoras Helenita e Marluvia Santos que são as responsáveis pelo projeto Guadá-Vida. Nesse espaço foi separado um cantinho de memória para Getúlio Cabral, onde foi colocada uma linha do tempo que conta um pouco da sua

trajetória. A escola resolveu homenageá-lo porque a Escola Municipal Darcy Vargas, onde Getúlio estudou quando criança faz parte do território do projeto do Colégio Guadalajara conhecido como Comunidade Educadora.

O Auditório e Espaço de Formação Getúlio Cabral ficam localizados na Sede Administrativa do Museu Vivo do São Bento, no bairro de São Bento – segundo distrito de Duque de Caxias. Foi inaugurado no dia nove de setembro de 2012, e contou com a presença dos familiares de Getúlio: Adriano, Vitor Hugo, Ernesto e Luis Carlos. No local será colocada uma linha do tempo contando um pouco da trajetória de Cabral. O museu resolveu fazer essa homenagem a Getúlio e seus familiares por entender que através deles estão representando todas as pessoas que militaram arduamente na cidade de Duque de Caxias principalmente nas décadas de cinquenta e sessenta.

**Título: O Nacionalismo no samba-enredo e o militarismo brasileiro**

Autor (a): Giuliana Caetano Pimentel – Mestranda em Artes Visuais/ PPGAV/EBA/UFRJ

Orientador(a): Helenise Monteiro Guimarães

Email: giuca@gmail.com

**Resumo:**

Panorama do nacionalismo no samba-enredo na ditadura brasileira, relacionando influências do militarismo na produção de cultura da época, regulamentado pelo Plano Nacional de Cultura e suas relações com o desenvolvimento econômico do país. Análise do nacionalismo no contexto carnavalesco enquanto produto de cultura, a partir do conceito de Integração Nacional, levando em consideração a questão da integração do território brasileiro, trabalhada pelo pensamento autoritário visando organizar as diferenças, submetendo-as aos “Objetivos Nacionais”, e suas conseqüências no samba-enredo e desfiles.

**Palavras chave:** ditadura, carnaval, samba-enredo

**Abstract:**

Panorama of nationalism in samba in brazilian dictatorship, listing influences of the militarism in the production of culture of the time, regulated by the National Plan of Culture and its relationship with the country's economic development. Analysis of nationalism in the carnival context as a product of culture, from the concept of National Integration, taking into consideration the issue of integration of the Brazilian territory, crafted by authoritarian thinking that seeks to organize the differences, subjecting them to "National objectives, "and its consequences in samba-plots and parades.

**Keywords:** dictatorship, carnival, samba-plot

A ideologia nacionalista que permeava o Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, consolidava um bloco nacional que congregava diferentes grupos e classes sociais, proposta pelo Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes tinha como objetivos a definição de uma cultura popular que se confunde com a ideia de conscientização, já que, para Carlos Estevam *apud* Ortiz (2006), a cultura popular tem caráter fundamentalmente reformista; ela diz a respeito de uma forma “particularíssima” de consciência: a consciência política. Não a ação política em geral, mas a ação política do povo, que seria resultante dessa consciência política.

Dentre os aspectos ideológicos do CPC<sup>i</sup>, destaca-se a questão do nacionalismo, onde, para Ferreira Gullar (1965) *apud* Ortiz (2006), a cultura popular tem caráter eminentemente nacional e mesmo nacionalista, a retomada da dependência cultural pela alienação e o papel fundamental na elaboração e concretização de uma ideologia de desenvolvimento.

Relacionando a questão cultural popular à hegemonia temos, num primeiro aspecto, a problemática da relação de forças com uma indústria cultural. Para Ortiz (2006), a compreensão



da produção da cultura deve ser voltada para uma lógica mista; nacionalista até a década de 1970, quando ocorrem os avanços nos veículos de comunicação, e com relações com a indústria cultural, onde os índices de crescimento dão nova diferenciação a este espaço.

Há de ser analisado também o estabelecimento de uma política cultural a nível nacional, onde, a criação de órgãos como a Funarte e a TV Globo atuam como administradores culturais – coloco esses dois em mesmo nível graças à, para Ortiz (2006), não haver distinção entre esfera política e esfera privada. Para Ortiz (2006), a questão do nacionalismo deixa de fazer sentido na década de 1960.

Considerando o carnaval como fruto da construção popular, por que então, o nacionalismo, no samba, pode ser considerado por alguns, característica do Regime Militar?

Sob o aspecto político, especialmente no período de vigência do Regime Militar Brasileiro, é importante dizer que para Ortiz (1988), seus primeiros anos não ofereceram repressão à cultura, já que o Estado, nesse período inicial, voltava suas forças para a “repressão dos sindicatos” e das políticas adversas ao governo. (p.102).

Tendo em conta a insuficiência delineada por Renato Ortiz (2006) nas abordagens propostas nos anos 1950 e 1960, conclui-se que o golpe militar possuiu um duplo significado. Se, por um lado, ele se define por sua esfera política, por outro é marcado por indicativos de transformações econômicas profundas.

O ano do golpe, 1964, é visto, para intelectuais das esferas política e econômica, como momento de reorganização da economia brasileira, um enquadramento num modelo de desenvolvimento capitalista específico, assim como a criação do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), cujas metas eram conter o avanço inflacionário e retomar o crescimento econômico nacional, além de aproximar os setores médios ao novo regime. Dentro deste quadro de modernização, “as relações entre cultura e Estado são sensivelmente alteradas em relação ao passado”, o que significa dizer que, estas transformações têm consequências imediatas no domínio cultural; um mercado cultural de dimensão nacional não conhecido anteriormente.

A única maneira de evitar um colapso no sistema seria, então, uma total desinformação e repressão completa a qualquer manifestação que pudesse fragilizá-lo ainda mais, onde, a censura à veículos de comunicação, entre outros, se daria numa tentativa de incentivar a população a partir de propagandas políticas favoráveis, notícias que enaltessem o desenvolvimento

brasileiro, etc.

Se por um lado a ditadura proibiu e censurou, o Estado criou condições reais para o fortalecimento da produção da cultura e o mercado de bens culturais: barateou os custos da produção literária - associou o Brasil ao sistema internacional de satélites (facilitando na resolução de questões tecnológicas e melhorando as condições nas quais se encontrava a televisão em 1950), responsáveis pelo crescimento da indústria fonográfica. O Estado desta maneira, “se interessa também em desenvolver certas atividades, desde que submetidas à razão do Estado”. (COMBLIN, 1980 *apud* Ortiz, 1987 p. 116.)

Para a resposta da pergunta então, é necessário que se analise o conceito de Integração Nacional aplicado ao período de análise, e voltemos à questão da integração do território brasileiro, trabalhada pelo pensamento autoritário que procura organizar as diferenças, submetendo-as aos “Objetivos Nacionais”, assim como a aplicação destes conceitos postos anteriormente ao caso do carnaval.

Ainda para Ortiz (1987) “no Estado de Segurança Nacional, não apenas o poder conferido pela cultura não é reprimido, mas é desenvolvido e plenamente utilizado” (ORTIZ, P.82). Desta maneira, a cultura é estimulada pelo Estado, como meio de integração, mas sob o controle do aparelho Estatal, onde as ações governamentais tendem a adquirir caráter sistêmico, centralizadas em torno do Poder Nacional.

O ano de 1964 marca um período de forte repressão política, mas uma formidável expansão, no nível de produção, distribuição e consumo de bens culturais e do mercado consumidor de produção, que se estenderá até a década seguinte. Isto se verifica no caso carnavalesco na criação do Instituto Superior das Escolas de Samba em 1970 de acordo com o jornal do Brasil data de 07/02/1970, ou simplesmente na parceria com a secretaria de turismo.

O Estado é um elemento fundamental na produção da cultura e do carnaval, em específico, já que o desenvolvimento econômico possibilitava a expansão dos incentivos à cultura, cultura popular e o patrocínio da festa carnavalesca, neste caso, ao desfile das escolas de samba, talvez não só pela política de Turismo, incentivada pelo período o “milagre”, mas também graças a ela.

Em particular, o plano de ação governamental se intensifica com a elaboração do Plano Nacional de Cultura, de acordo com Ortiz (2006), “o primeiro documento ideológico que um governo produz e que pretende dar os princípios que orientariam a cultura” (ORTIZ, 2006. p. 85)

o ato repressor atinge a especificidade da obra, mas não a generalidade de sua produção.

Temos como exemplos, o caso do baile do Copacabana Palace hotel, que teve suas decorações censuradas por “imoralidade”, ou, nas Escolas de Samba, o caso dos sambas enredos que deveriam ser nacionais, porém submetidos a pré-aprovação. Com relação ao nacionalismo, que teria sido proposto nas letras, enredos, alegorias e figurinos dos desfiles das Escolas de Samba, tem-se diversas possibilidades.



(Fonte: *Jornal do Brasil*, 07/02/1970. P. 13)

Na revista *Cultura Política* criada em 1941 que desapareceu junto com o Estado Novo, são constantes os artigos que se referem ao folclore e à cultura popular, e, de acordo com a política do Estado Nacional, “é a cultura que põe a política em contato com a vida, com as mais genuínas fontes de inspiração popular” (GOMES, 1982. p.116 *apud* Augras,1998).

No momento em que assumimos ser, o desfile das escolas de samba, um produto da cultura, e alvo do incentivo do governo, e suas letras e enredos dotados de política ou pensamentos que pudessem enaltecer a política governamental, ou o atuar contrariamente a ela, temos a primeira possível causa de censura e controle, e possível percepção e utilização deste veículo, como manobra de propaganda política favorável e ainda, arrecadação de maiores verbas para o próprio sistema capitalista. Para Ortiz (2006), o problema da censura, para os empresários, incentivadores é que, esta, por sua vez, pode trazer consequências ruins a investimentos e negativas ao “mercado cultural”. (ORTIZ, p.89)

Houve também o contrato de prestação de serviços que obrigava as escolas a participarem de todas as atividades da *Riotur*, mediante remuneração, o desfile das escolas de samba passava a ser um “investimento”. (CHINELLI E MACHADO *apud* Cavalcanti, 1994). No carnaval de 1970, escolas reclamam do carnaval fraco por “excesso de controle” da secretaria de turismo.

Para Becker (1977) nem todo artista tem por intenção mudar uma convenção. Dito isto, não se poderia enquadrar o pensamento dos dirigentes das escolas de samba - embora estes funcionassem como agentes, nesta mesma categoria dos “artistas inconformistas” e também na dos empresários que perdem no investimento. Poderiam eles, tentar encontrar formas de expressar-se mesmo com o consentimento da Censura?

O fato é, que, independente das reações ou atitudes das escolas de samba, o que cabe, aqui, é investigar e encontrar bases para as respostas que procuro; a primeira, se esse nacionalismo no samba era regulamentado, ou proposto, para que se possa investigar como isto ocorreu, em que momentos e suas consequências.

Para Tupy (1985) O Brasil vivia uma acelerada modernização cultural. Nas escolas de samba, havia enredos de exaltação ao negro e reconstituição de cenas do cotidiano escravocrata, porém para tudo havia preço: o Estado começava a intervir cada vez mais nos desfiles das escolas, transformando o carnaval num grande evento turístico e comercial, processo este, “irreversível”, de acordo com Cavalcanti (1994).

Para Dulce Tupy (1985), num contraponto à Cavalcanti (1994), as escolas de samba acabaram por ser enclausuradas num sistema nacionalista que reproduzia os valores sociais vigentes, e as modificações sofridas fizeram com que o carnaval perdesse o seu caráter genuinamente negro:

Esboçado nos ranchos carnavalescos dos anos 20, institucionalizado nos anos 30/40, o nacionalismo se instalou definitivamente no samba-enredo dos anos 50/60, quando a revisão da cultura nacional promove a valorização das escolas de samba, entre outras expressões da cultura popular. Resultantes de um processo que remonta à escravidão, as escolas de samba emergem nos anos 70 com um novo visual que transforma a antiga ‘pastora’ em ‘mulata’ tipo exportação. Sob o luxo das alegorias, desfilam ‘figurões’ da alta sociedade [...] Tiranizadas por conveniências turísticas e comerciais, as escolas de samba se transformaram na embalagem. No fundo, bate um coração dolorido e negro. (TUPY,1985. p.115)

O que revela o nacionalismo por parte dos militares e a criação da identidade a partir da cultura negra de raiz, tentando incorporá-la aos padrões brasileiros.

Para Augras (1998), a obrigatoriedade de motivos nacionais nos sambas enredo começa em 1947 e endurece em 1948, com a estipulação da “finalidade nacionalista” e de acordo com a autora, ao que parece, permanece vigente até hoje, mesmo com um abandono progressivo desta finalidade. No texto de 1948, reeditado de 1947 o motivo nacional fica terminantemente expresso: “art.6º - Há inteira conveniência na divulgação dos enredos, ficando os concorrentes

com inteira liberdade para distribuição aos jornais e ainda apresentação do mesmo, *cujo motivo é obrigatório obedeça a finalidade nacionalista*” (SILVA & OLIVEIRA Fº, 1981. p.73 *apud* Augras, 1998. p.63).

Ainda para Augras (1998), o motivo nacionalista não havia sido revogado até a data em que publicou seu livro, e exalta momentos em que, no entanto, nem sempre foi obedecido com tanta rigidez. Como o exemplo do samba de 1969, *Heróis da Liberdade*, de Silas de Oliveira, samba enredo do Império Serrano daquele ano. No primeiro carnaval precedente ao Ato Institucional nº5, os versos pareciam evocar temas subversivos:

*Ao longe, soldados e tambores  
Alunos e professores  
Acompanhados de clarim  
Cantavam assim:  
Já raiou a liberdade  
A liberdade já raiou  
Esta brisa que a juventude afaga  
Esta chama que o ódio não apaga  
Pelo universo é a evolução  
Em sua legítima razão*



*(Império Serrano, 1969. Fonte: <http://bancadadosamba.files.wordpress.com/2010/03/is69.jpg>)*

Roberto M. Moura (1986), afirma que o desfile do G.R.E.S. Império Serrano de 1969, foi considerado, no âmbito carnavalesco, uma das maiores manifestações contrárias à censura. Uma das palavras da letra desse samba teria sido trocada de “revolução” para “evolução”. É considerado um samba inigualável e um pedido de liberdade no primeiro carnaval, após entrar em vigência o AI-5. O samba exaltava as passeatas de 1968, as organizações contrárias à censura e falava de revolução numa mescla do clima das passeatas com o Hino da Independência, além de resgatar a memória popular e incentivar o real sentimento de nacionalidade. Ainda para Moura (1986), oficialmente, as autoridades tentaram impedir que o samba desfilasse “sob a alegação de que os sambistas tinham maculado um símbolo nacional, o hino, que dizia: ‘já raiou a liberdade/a liberdade já raiou’”. Os compositores Silas de Oliveira, Mano Décio da Viola e Manuel Ferreira faziam referência aos movimentos estudantis e intelectuais contra o golpe de 64.

Segundo Valença & Valença (1981) o compositor do samba foi questionado com relação ao tema do samba - que remetia às passeatas de maio de 1968 - mas que teoricamente falava de um episódio histórico do período colonial, e “fazendo-as ver que o samba era histórico e que

apenas por coincidência poderia se relacionar com o que se estava passando no país naquela hora.” (VALENÇA & VALENÇA, 1981.p.93 *apud* Augras, 1998. p.67).

Porém, um argumento histórico nem sempre era suficiente, em 1970, Amaury Jório, então presidente da Associação das Escolas de Samba do Estado da Guanabara, de acordo com Augras(1998), tendo como fonte o Jornal do Brasil, “recebeu críticas do Planalto com relação às apresentações das entidades carnavalescas, com temas antigos, sem a mínima relação com os assuntos que interessam ao progresso atual do país” (JB, 13/10/1970). Era exigido o “adesismo explícito”. Este posicionamento é revelado no samba enredo da Beija-Flor de Nilópolis de 1975, que festejavam os dez anos da “revolução militar”, o samba “*O grande decênio*” diz o seguinte:

<i>(...)E o [sic] Beija-flor vem exaltar Com galhardia o grande decênio Do nosso Brasil que segue avante Nas asas do progresso constante Onde tanta riqueza se encerra Lembrando o PIS e o Pasep E também o Funrural Que ampara o homem do campo</i>	<i>Com a segurança total O comércio e a indústria Fortalecem o nosso capital E no setor da economia Alcançou projeção mundial Lembramos também O Mobral, sua função Que para tantos brasileiros Abriu as portas da educação.”</i>
--	---

Com este samba, a Beija flor ficou em 7º lugar, porém, para Oliveira (1989) *apud* Augras (1998) recebeu muitos telegramas de felicitações de ministérios tais como a Marinha Mercante, o Mobral e o Gabinete da Presidência da República. Nos anos anteriores 1973 e 1974 não foi diferente; o samba de 1973, “Educação para o Desenvolvimento” cujo samba citava: “uni-duni-tê, olha o A-B-C, graças ao Mobral, todos aprendem a ler”<sup>iii</sup>; o de 1974, o emblemático samba enredo da Beija Flor de Nilópolis “O Brasil no ano 2000”, que fazia clara alusão à construção da rodovia transamazônica na década de 1970. Construção esta que foi criticada por ligar “o nada” ao “lugar nenhum”.

(*Beija Flor de Nilópolis 1974*)<sup>iii</sup>



(*Beija Flor de Nilópolis, 1975*)<sup>iv</sup>



Algo a ser destacado é a questão que, por vezes, algumas escolas de samba são dotadas de cunho político graças a sua formação ou qualquer outra ligação que se julgue pertinente. Temos,

por exemplo, o caso do G.R.E.S. Império Serrano, que foi fundado, com um contingente substancial de líderes sindicais que tinham por base política o pensamento esquerdista e que talvez, por isso, expressasse certas opiniões e/ou seus posicionamentos em suas letras ou enredos, mesmo que de forma indireta. Não necessariamente, por seu posicionamento político seja impossível não expressá-lo em seus desfiles de ano a ano, mas era o meio pelo qual eles tinham, ou perderam, espaço livre de suas idéias. Ter posicionamento não significa ter que expressá-lo. Para Augras Monique (1998), uma consequência dos regimes ditatoriais foi a autocensura das escolas de samba, onde afirma que: “é mais seguro antecipar-se a uma ingerência oficial, para garantir o mínimo de autonomia” (AUGRAS, 1998.p.11).

Talvez a preocupação com a política passasse despercebida na fase da folia - já que para Bakhtin (1997), embora não tenha colocado o caso da folia brasileira, (o carnaval) tratava-se de uma época em que as formas temporais coercitivas são suspensas, assim como o toque de recolher, numa inversão de valores, Três dias em que a palavra de ordem era o esgotamento- ou simplesmente, o incentivo do governo agradasse mais do que ter um samba censurado, o talvez a questão não passasse despercebida, mas não tinha tanto valor naquele momento. Como ilustra, abaixo, o Jornal do Brasil de 07/02/1970, que diz que ensaio da Mangueira “começou a noitinha e entrou pela manhã”



e entrou pela manhã”.

Em contrapartida, este mesmo argumento é negado no momento em que a Censura habitou as mais diversas formas de folia, principalmente no que diz respeito ao nacionalismo. Ainda na década de 70, grandes mudanças ocorreram na estrutura carnavalesca nos desfiles. O tempo de desfile estava limitado a 75 minutos, a televisão passou a transmitir os desfiles integralmente, entre outras mudanças, transformando o carnaval e as escolas em quase verdadeiras empresas setorizadas: comerciais e profissionais. Na mesma década estavam proibidos, nos desfiles, os instrumentos de sopro (proibição esta que vem de herança do governo de Getúlio Vargas) e letras de sambas, assim como todo o carnaval,

deveria passar por pré-aprovação; como ilustra o Jornal do Brasil de 07/02/1970:

#### CENSURA QUER VER AS LETRAS

Somente as 10 escolas de samba do primeiro grupo enviaram para exame pelo Serviço de Censura e Diversões Públicas da Secretaria de Turismo – até o fim da tarde de ontem – a letra do samba principal, enredo e figurinos com que vão desfilar.

Todas as agremiações controladas pela Secretaria de Turismo têm que cumprir a exigência, e as que não o fizerem serão proibidas de participar dos desfiles oficiais. A Censura estará recebendo o material das demais escolas, ranchos, clubes de frevos, grandes sociedades e blocos até as 11h de hoje.

O delegado Augusto Costa, chefe da Delegacia da Guanabara, enviou o ofício à Secretaria de Turismo pedindo ao órgão para que lembre às direções das agremiações do cumprimento desta exigência, sob pena de não poderem desfilar. Ontem à tarde, o delegado esteve no Museu da Imagem e do Som – funciona ao lado da Delegacia – e pediu aos dirigentes de escolas que foram assistir à instalação do Conselho Superior das Escolas de Samba para que não se esqueçam de enviar o material para a Censura. (JB, 07/02/1970. p.4)

Ainda sobre a mudança no tempo dos desfiles, sob o título “Sambistas querem exibir-se sem tutelas”, Néelson de Andrade roubou a cena na festa de instalação do Conselho Superior das Escolas de Samba. Segundo a edição do JB, com lágrimas nos olhos, o sambista pediu um debate sobre a liberação da tutela da Secretaria de Turismo ao desfile das Escolas de Samba, sugerindo um “13 de maio do samba”, data da abolição da escravidão no Brasil, em 1889, onde afirmava:

as escolas de samba têm que decretar sua independência política e moral. Têm que se livrar do controle da Secretaria de Turismo. Não é possível que um simples funcionário que desce uma vez por ano do 19º andar da sua repartição para rua venha dizer o que a gente tem que fazer (...) – Conclamo a todas as escolas para que dêem a procuração ao advogado da Mangueira e entrem no mandado que ela impetrou contra o descalabro da obrigação de 75 minutos para a gente desfilar. Vamos lutar, juntos, não em defesa da Mangueira, mas do samba. (JB, 07/02/1970. p.4)

Sobre as estratégias utilizadas para, talvez, burlar o sistema de censura e fugir desta lógica nacionalista, temos o caso do Salgueiro de 1975, que ganhou o primeiro lugar com o enredo *As Minas do Rei Salomão*, que contava como o Rei Salomão mandou os fenícios explorarem a Amazônia. De acordo com Augras (1998), as outras escolas, com ciúmes da bicampeã, basearam-se nos regulamentos de 1947, e logo correm para anunciar o “desvio” da escola.

O resultado foi, não a impugnação do samba, mas um anúncio da *Riotur*, que dali em diante, o samba só desfilaria com “enredos nacionais”:

A Riotur informou ontem que não aceitará enredos de escolas de samba nos desfiles de carnaval de 1976 que fujam aos temas nacionais ou deixem dúvidas quanto à característica nacional, como aconteceu com ‘As Lendas [sic] do Rei Salomão’, do Salgueiro, vencedora do desfile deste ano (...). O anteprojeto do regulamento tem 10 proibições, entre elas a que disciplina os enredos, que agora só poderão ser baseados em temas nacionais e não devem ter cunho comercial.” (O Globo, 24/05/1975)

De acordo com Felipe Ferreira (2012), realizar enredo nacionalista não significa adesão total a regra, mas muitas vezes utilizar o nacionalismo, neste caso, e direcioná-lo ao que se pretende “O resultado é que as escolas incorporam constantemente novas regras (como a



obrigatoriedade do tema nacional), formas e discursos a seus desfiles sem, entretanto, perder a “aura” de respeito à tradição que as define.” (FERREIRA, 2012. p.174-175).

Não necessariamente a Beija Flor de Nilópolis, como tantas outras escolas que acatassem uma ordem de se falar em Brasil e das obras do governo, estariam a favor de como a política se desenvolvia, mas de certo, ganha mais quem contraria menos. Ganha-se incentivo, ganha-se para a comunidade, como afirma Cavalcanti (1994), com moeda de troca aparentemente simples: não falar em alguma coisa ou algo. Assim, é delicado taxar uma escola, a partir de suas escolhas com relação à uma política de investimentos. Abre-se mão por um lado, para ganhar em outro.

Ante a criação dos estatutos e regulamentos que o oficializaram, o nacionalismo no samba enredo permeou por várias décadas incluindo o Regime militar brasileiro. Com relação às manifestações e ao posicionamento dos dirigentes das escolas, aceitar a norma não significava ser favorável ao regime, mas de certo contribui para este. Dentre os motivos, talvez não fosse inteligente ir contra ao governo, e não conseguir ou não ter mais recursos para auxiliar as comunidades. Talvez o foco fosse simplesmente esquecer, naqueles dias, que o regime existia.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS :**

AUGRAS, Monique. *O Brasil do samba-enredo*, Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. “Carnival and the Carnavalesque”. In: STOREY, John. *Cultural theory and popular culture: a reader*. Inglaterra: Prentice Hall, 1998, 2ªed.

BECKER, Howard S. “Mundos artísticos e tipos sociais”. In: VELHO, Gilberto. *Arte e Sociedade: ensaios de sociologia da arte*. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1977, p.9-26.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. *Carnaval carioca: dos bastidores ao desfile*. Rio de Janeiro: FUNARTE; UFRJ, 1994.

FERREIRA, Felipe. *Escritos carnavalescos*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2012.

MOURA, Roberto M. *Carnaval- Da redentora à praça do apocalipse*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1986.

ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, 2ªed.

\_\_\_\_\_. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006, 5ªed.

TUPY, Dulce. *Carnavais de Guerra – O nacionalismo do samba*. Rio de Janeiro: ASB, 1985.

---

<sup>i</sup> Sobre a Ideologia dos CPC's, ler ORTIZ (2006) páginas 74-78

<sup>ii</sup> Disponível em :<http://oglobo.globo.com/pais/control-da-beija-flor-garantiu-influencia-poder-ao-bicheiro-10272588#ixzz2t9yme5u> (acesso em 22/07/14)

<sup>iii</sup> Fonte: <http://www.eliomar.com.br/rio-antigo-o-desfile-das-escolas-de-samba-antes-da-era-sambodromo/>;

<sup>iv</sup> Fonte: *Jornal Extra online*

## Comunidades Eclesiais de Base: Um Jeito Novo de Ser Igreja

Glauca Ferreira Lima de Brito<sup>1</sup>

### Resumo

Durante os anos de 1960 e 1970, setores da Igreja Católica na América Latina e no Brasil, vivenciaram uma reformulação em seus referenciais teológicos e pastorais. Este processo se evidenciou na formação de Comunidades Eclesiais de Base, nas periferias de diversas cidades brasileiras, em especial no Rio de Janeiro. Nosso trabalho se pauta na ideia de que essas comunidades foram importantes elementos de formação e organização política de seus membros.

Palavras-chave: Comunidades Eclesiais de Base – pastoral – política.

### Abstract

During the 1960s and 1970s, sectors of the Catholic Church in Latin America and Brazil, experienced a makeover in their theological and pastoral references. This process was evident in the formation of Basic Ecclesial Communities in the suburbs of several Brazilian cities, especially in Rio de Janeiro. Our work is based on the idea that these communities were important elements of political organization and training of its members.

Palavras-chave: Basic Ecclesial Communities – pastoral – political.

O presente texto corresponde a um extrato do projeto de pesquisa por nós realizado, o qual está sendo desenvolvido dentro do Programa de Pós-Graduação em História Comparada, na UFRJ, do qual participamos como aluna do curso de Mestrado.

Faz-se importante ressaltar, logo de início, que nosso trabalho se insere na linha da História Política Renovada, amplamente defendida por Rosanvallon, a qual reconhece a dimensão política como pertencente a um contexto mais amplo da sociedade, ou seja, não se restringe à análise dos assuntos referentes ao Estado – a chamada história oficial – mas está presente nas práticas cotidianas da sociedade. Portanto, neste texto, nosso objetivo foi analisar a atuação de uma parcela da Igreja Católica por meio dos chamados Círculos Bíblicos, nas periferias do Rio de Janeiro, durante as décadas de 1970 e 1980.<sup>2</sup>

Para que o leitor compreenda de forma mais clara nossa análise é importante retrocedermos um pouco no tempo por nós estudado, no sentido de estabelecer uma definição de Comunidades Eclesiais de Base (daqui para frente CEB's) e seus embriões, os Círculos Bíblicos, assim como, apresentarmos o contexto em que estes ganharam força no Brasil, em especial, na cidade do Rio de Janeiro.

A experiência das CEB's teve seu início em torno dos anos 1960, contudo, não se pode determinar onde ocorreu seu surgimento de forma precisa. Alguns teóricos afirmam que

ela surgiu em Volta Redonda, interior do Rio de Janeiro, enquanto que outros consideram que a sua eclosão ocorreu na Diocese de Natal, em Nísia Floresta.<sup>3</sup>

Mesmo não tendo uma precisão com relação ao local onde surgiu, esse modelo de igreja caracterizou-se pela articulação fé e política e foram definidas pelos bispos do Brasil, como verdadeiros “*centros de evangelização*”, como “*motores de libertação e desenvolvimento*”.<sup>4</sup> Esta definição se pauta no contexto que delineou seu surgimento, o período da realização do Concílio Vaticano II, segundo o qual a Igreja Católica deveria abrir-se para a realidade social dos cristãos, em especial dos mais empobrecidos, na tentativa de promover a vida humana, como condição para a instauração do Reino de Deus.

Definidos como “sementes de Comunidades Eclesiais de Base”, ou ainda como “sementes de igreja”, “igreja no meio de povo”, todos estes termos servem para designar um tipo de grupo de pessoas que possuem algumas características e que se definem por

“*Comunidades*, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma região. Motivadas pela fé, (...) vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São *eclesiais*, porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. São *de base*, porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares): donas de casa, operários, subempregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de serviços, na periferia urbana; na zona rural, assalariados, arrendatários, peões e seus familiares. (...)”<sup>5</sup>

Essas comunidades possuem a capacidade de desenvolver traços próprios da localidade onde estão inseridas, no entanto, existem características que as unificam. A primeira dessas características é a de territorialidade, ou seja, são comunidades que reúnem pessoas de uma mesma localidade. Constituem-se em grupos de pessoas que vivem na mesma realidade social e partilham os mesmos problemas. Este traço favoreceu, por exemplo, a implementação da luta e a conquista de melhorias para a população local, tais como luz, água e esgoto.<sup>6</sup>

A leitura da Palavra de Deus com centralidade do encontro de seus membros corresponde a um segundo traço de unidade entre as CEB's. A leitura e reflexão da Bíblia, não como um livro de histórias de um tempo passado, ou ainda como um livro que transmite lições de moral, mas, sobretudo, como uma fonte de reflexão sobre a história da vida de um povo – o povo de Deus – relida por este mesmo povo, a luz da fé em um Deus visto como libertador.<sup>7</sup>

Esta noção da Bíblia sugere a ideia de continuidade, ou seja, o povo da atualidade se reconhece no sofrimento do povo do tempo de Jesus, levando a reflexão dos porquês deste

sofrimento e concluindo que são destinatários da mensagem salvífica de Jesus, como mostra o trecho bíblico do livro de Mateus 11, 1-6:

“João estava na prisão, quando ouviu falar das obras do Messias, enviou a ele alguns discípulos, para lhe perguntarem: ‘És tu aquele que há de vir, ou devemos esperar outro? Jesus respondeu: ‘Voltem e contem a João o que vocês estão ouvindo e vendo: os cegos recuperam a visão, os paralíticos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e aos pobres é anunciada a Boa Notícia. E feliz é aquele que não se escandaliza por causa de mim!’”<sup>8</sup> (grifos nossos)

O texto acima explicita os destinatários da mensagem de Jesus, o autor bíblico enfatiza a condição social desses destinatários, os excluídos e os pobres. Nesta perspectiva, uma leitura bíblica, articulada à vida do povo, leva os membros das CEB's a se reconhecerem como destinatários do chamado Reino de Deus.

Esta análise da Bíblia se relaciona com uma terceira característica das CEB's, também fundamental: a sua metodologia, baseada na participação e discussão dos problemas cotidianos da comunidade em forma de assembleia, o que servia de incentivo ao exercício da reflexão e da organização do discurso e elaboração de ações concretas.

Essas comunidades também apresentam como característica a formação de ministérios leigos, os quais nascem da necessidade da própria comunidade, como, por exemplo, o ministério da Palavra, responsável por encaminhar as celebrações da Palavra. O ministro é um membro da comunidade, que se dispõe a desenvolver um determinado serviço, necessário ao grupo. Esse serviço pode estar relacionado a algo de natureza religiosa, como por exemplo, os Ministros da Eucaristia – responsáveis pelo sacramento da comunhão na comunidade, mas pode também, estar ligado a alguma ação de promoção social, como por exemplo, a alfabetização dos membros da comunidade. Esses ministros são os agentes pastorais, os quais correspondem a padres, religiosos, religiosas e leigos, que assumem a liderança dos serviços comunitários.<sup>9</sup>

Vale ressaltar que a Igreja Católica no Brasil, através das diversas dioceses, bem como da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – criada 1952 e idealizada por Dom Hélder Câmara, colaborou com a formação das lideranças comunitárias, através de cursos, seminários e diversos materiais de caráter teórico e possuíam teor teológico, assim como político e social. Tal suporte teórico tinha como objetivo alimentar essas comunidades, as quais eram vistas como “o despertar da fé” no continente latino-americano, como a expressão da reconquista de um espaço popular de oração e de ação no mundo.

Segundo Faustino Teixeira, as CEB's, carregam em si um potencial transformador, pois tendo como centro da reflexão a leitura bíblica, promove uma inserção no mundo, observando as mazelas deste e estabelecendo uma relação de compromisso com os empobrecidos e Deus.<sup>10</sup>

Apesar de terem sido, desde seu início, mais numerosas no meio rural<sup>11</sup>, as CEB's tiveram um desenvolvimento significativo nas áreas mais empobrecidas do meio urbano, especialmente pelo fato de se aproximarem, por meio de sua metodologia e preocupação social, dos problemas vividos pelo povo. De modo geral, uma CEB começa como um grupo de Círculo Bíblico, no qual, são utilizados “folhetos em linguagem popular – linguagem visual e não conceitual, concreta e não abstrata, como nas parábolas do Evangelho – onde os fatos da vida são comparados aos da Bíblia.”<sup>12</sup> Tal comparação possibilita que os membros do grupo reconheçam na sua história, a continuidade da história do povo de Deus, ou seja, reconhece-se como um construtor da “História da Salvação”. Deste modo, as comunidades refletem a vida à luz da fé, buscando ações de cunho transformador da realidade e, ao mesmo tempo, deslocando a promessa de salvação do plano celeste para o terreno.

Os fatos da vida são situações elaboradas a partir de fatos cotidianos, podendo ser uma situação onde do povo experimenta a falta de fé, de oração, mas pode também, ser algo relacionado a um problema vivido pela comunidade como, por exemplo, racismo, ameaça de despejo, ou ainda a questão da fome, como é possível verificar em um trecho de roteiro elaborado por lideranças da zona oeste do Rio de Janeiro

“O lema da Campanha da Fraternidade de 1975 que começa nesta semana e que nos ajudará a viver, juntamente com todos os católicos do Brasil, a preparação para a Páscoa, é “REPARTIR O PÃO”. Jesus Cristo na pessoa de milhões de irmãos, continua dizendo: “Estava com fome e não me deste de comer...” Não! Não podemos fechar os olhos diante da realidade: o problema da fome continua a ser um tormento para a humanidade!(...) no Estado de São Paulo, em cada mil crianças que nascem, 17 morrem de sub-nutrição. Um cientista brasileiro em agosto de 1974 afirmava que no Brasil, 70% das crianças que estão na escola não têm rendimento suficiente por causa das doenças e da insuficiência de alimentação. (...) Em 1974 os gêneros alimentícios aumentaram 43%.(...)”

O trecho acima, compilado de um roteiro de Círculo Bíblico, demonstra a preocupação em conscientizar os membros dos grupos sobre a realidade da fome como um problema social e, além disso, como um pecado social, já que se trata de um tema em que a vida humana corre perigo, portanto, cabe aos cristão, por ocasião da Campanha da Fraternidade<sup>13</sup> se unir no sentido de vencerem este problema.

Os Círculos Bíblicos foram iniciados no Rio de Janeiro a partir do Concílio Vaticano II. No ano de 1967, o arcebispo Dom Jaime de Barros Câmara, dividiu a Arquidiocese do Rio em seis Vicariatos. O objetivo da divisão era atender melhor às diferentes realidades da cidade, já bastante populosa. No Vicariato Oeste – que compreendia a periferia da cidade, do bairro de Anchieta até Sepetiba – foram fundados os primeiros grupos de Círculos Bíblicos, com o incentivo e apoio pastoral de um grupo de padres e religiosas daquela área.

O trabalho evangelizador tornou possível a ação política, a historiadora Gizele Avena, em seu estudo sobre a Vila Kennedy – sub-bairro de Bangu, formado a partir da remoção de famílias de favelas do Rio de Janeiro, durante o governo Carlos Lacerda – ressalta a importância da Igreja Católica e, em especial dos grupos de Círculos Bíblicos, na organização de uma pauta de reivindicações para a população local, durante as décadas de 70 e 80.<sup>14</sup>

Desta feita, concluímos que os Círculos Bíblicos, foram elementos catalisadores de um cristianismo dinâmico, voltado para o fomento de diversas pastorais sociais, especialmente da Pastoral de Favelas, as quais tornaram possível a mobilização social em diversas comunidades da Arquidiocese do Rio de Janeiro.

Na nossa visão, as CEB's e os Círculos Bíblicos colaboraram para que seus membros construíssem uma visão crítica do mundo. Formados em sua maioria por indivíduos sem conhecimento acadêmico, com pouca instrução, esses grupos, com sua metodologia, permitiram que as pessoas simples desenvolvessem uma capacidade de ver os problemas da sua realidade e buscassem, de maneira coletiva, a resolução dos mesmos. Mudar a realidade social e econômica era uma ação política e também uma missão cristã no mundo.

Ao analisarmos os roteiros de Círculos Bíblicos compreendemos o que Antonio Gramsci afirmou quando elaborou, em sua obra *Introdução à Filosofia da Práxis*, o conceito de *homem-massa*, segundo o qual se refere ao indivíduo sem senso crítico, incapaz de reconhecer a realidade em que está inserido. Gramsci afirma:

Criticar a própria concepção do Mundo significa, pois, torná-la unitária e coerente, elevá-la até ao ponto a que chegou o pensamento universal mais evoluído. E significa também criticar toda a filosofia que existiu até agora, na medida em que deixou estratificações consolidadas na filosofia popular. O começo da elaboração crítica é a consciência do que realmente somos, isto é, um 'conhecer-te a ti mesmo' como produto do processo histórico desenvolvido anteriormente e que deixou em nós uma infinidade de vazios sem estarem inventariados. Mas devemos começar por fazer esse inventário.<sup>15</sup>

As CEB's e os grupos de Círculos Bíblicos, foram fundamentais para que as comunidades das periferias do Rio de Janeiro iniciassem um processo de “conhecer-se a si

mesmo”, realizando um “inventário social” e, assim reconhecerem sua condição de classe na sociedade brasileira, ultrapassando seu lugar de *homens e mulheres-massa* para se tornarem cidadãos, construtores de uma ordem social mais justa e igualitária.

---

<sup>1</sup> Glaucia Ferreira Lima de Brito é mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Comparada/IH/UFRJ, professora da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro e da rede privada de ensino. Meu e-mail é [glauciaflima@ig.com.br](mailto:glauciaflima@ig.com.br). Telefone 3358-4803/9409-1313. Rua Paulo César Lima, 65. Parque Anchieta. Rio de Janeiro. RJ – CEP: 21635-400.

<sup>2</sup> ROSANVALLON, Pierre. *Por uma História do Político*. São Paulo: Alameda, 2010.

<sup>3</sup> BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1981, p 17.

<sup>4</sup> Documento da CNBB, nº 22. *Comunidades Eclesiais de Base*. São Paulo: Ed. Paulinas, p 5.

<sup>5</sup> BETTO, Frei. Op. Cit. P 18.

<sup>6</sup> BINGEMER, Maria Clara. “Comunidades Eclesiais de Base”. *Revista Eletrônica Amai-vos*. [www.amaiivos.uol.com.br](http://www.amaiivos.uol.com.br)

<sup>7</sup> BETTO, Frei. Op cit. P22.

<sup>8</sup> Bíblia de Jerusalém. Evangelho segundo Mateus. Edições Paulinas. 1981.

<sup>9</sup> BETTO, Frei. Op cit. P 7.

<sup>10</sup> TEIXEIRA, Faustino. *A Gênese da CEB's no Brasil: elementos explicativos*. 1ª edição. São Paulo: Edições Paulinas, 1988.

<sup>11</sup> CNBB. *Comunidades: Igreja na base*. Estudos da CNBB. São Paulo: Edições Paulinas. 1981. p. 20.

<sup>12</sup> A formulação dos Círculos Bíblicos é atribuída ao Frei Carlos Mesters, carmelita holandês, sua obra se insere na corrente da Teologia da Libertação. Desenvolve até os dias atuais diversos materiais que servem para a formação de lideranças, assim como, o incentivo à leitura popular da Bíblia.

<sup>13</sup> As Campanhas da Fraternidade foram criadas pela CNBB, na década de 50, com o objetivo de levar os católicos a refletirem sua realidade social, política e cultural, à luz da reflexão bíblica, durante o período da Quaresma, que antecede a Páscoa.

<sup>14</sup> AVENA, Gizele. *A Vila Kennedy: sua formação e sua história*. Dissertação. UFRJ, 2005.

<sup>15</sup> GRAMSCI, Antonio. *Introdução à Filosofia da práxis*. Tradução Serafim Ferreira, 1ª edição. Lisboa: Ed. Antidoto, 1978, p 11.

## **A MULHER TRABALHADORA EM SANTA MARIA DURANTE O ESTADO NOVO (1937-1945)**

Letícia da Silva Fausto<sup>i</sup>  
Gláucia Vieira Ramos Konrad<sup>ii</sup>

### **Resumo**

Este trabalho trata-se de um estudo sobre história das mulheres santamarienses no período da Ditadura do Estado Novo (1937-1945). Suas principais fontes de pesquisa encontram-se nos acervos da Justiça do Trabalho de Santa Maria e no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM). Para este trabalho serão utilizados para a discussão fontes referentes ao tema, disponíveis no AHMSM. Esta pesquisa está em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em História da UFSM, com o apoio financeiro da Capes.

**Palavras-chave:** Mulheres, Estado Novo, Direitos Sociais e Trabalhistas.

### **Abstract**

This paper is a study about the history of the santamariense women during the dictatorship of the Estado Novo (1937-1945). Its main sources of research are located in the collections of the Labor Court of Santa Maria and of the Municipal Historical Archive of Santa Maria (AHMSM). To this paper, these sources available in the AHMSM will be used to discuss the issue at hand. This research is under development at the Graduate Program in History of UFSM, with financial support from Capes.

**Keywords:** Women, Estado Novo, Social Rights and Labor

### **1. Introdução**

Os processos judiciais, cada vez mais, tem se tornado objeto de pesquisa histórica, proporcionando ao pesquisador uma gama de informações sobre determinada sociedade.

---

<sup>i</sup> Mestranda em História – UFSM, leticiafausto09@gmail.com

<sup>ii</sup> Orientadora, Professora Adjunta – UFSM, glaucia-k@uol.com.br



Neste sentido, é possível construir a história das mulheres santamarienses através de processos judiciais, tanto criminais quanto trabalhistas, seja como vítima de uma sociedade patriarcal ou como protagonista nas reivindicações por direito e justiça no mundos do trabalho.

O Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM), por exemplo, fundado em 22 de Dezembro de 1958, pela lei municipal nº 784, conta com processos judiciais de 1910 a 1946. Estes encontram-se armazenados em 70 caixas-arquivo, num total de 599 documentos. Abrange todo o período conhecido como Estado Novo (1937-1945), foco deste estudo.

A Ditadura do Estado Novo foi um período em que a luta dos trabalhadores estava sendo objeto de legislação específica, e ao mesmo tempo de forte repressão e autoritarismo imposta por Vargas. Segundo Konrad (2006), os direitos trabalhistas, antes de ser uma “doação” do estado, é o resultado de anos de luta e reivindicações dos trabalhadores.

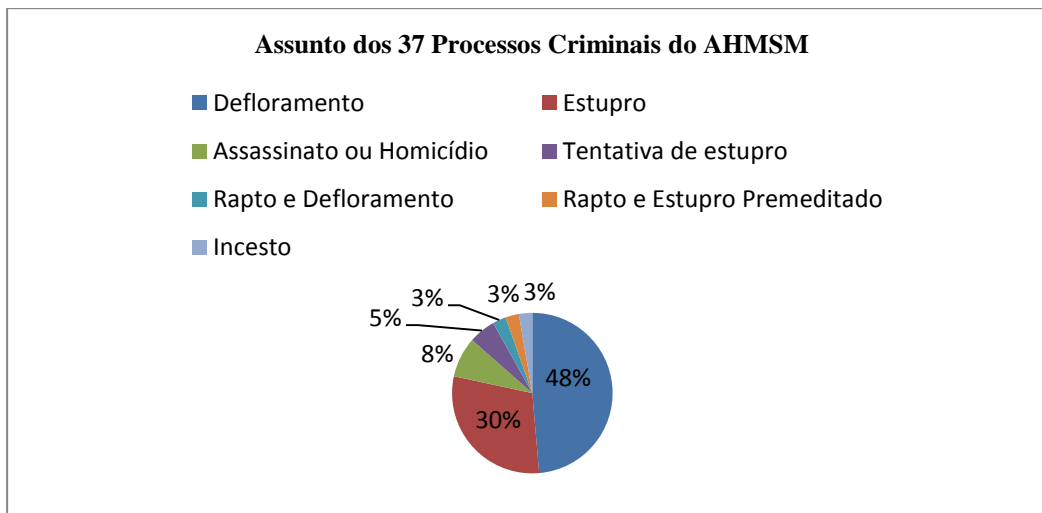
Conforme Silva<sup>1</sup> (2008), trabalhar a história das mulheres não é fácil, durante séculos sendo ignorada, passou despercebida pela história, emergindo como campo de pesquisa somente em 1980. Neste contexto, este trabalho pretende apresentar uma prévia do que foi encontrado nestes processos.

## 2. A disposição da documentação

Para obter as informações necessárias, foi preciso analisar caixa por caixa, processo por processo, pois no momento deste trabalho, o Arquivo Histórico não contava com instrumentos de pesquisa, esta etapa caracterizou-se como uma busca demorada.

Para a realização do estudo foi realizado um recorte temporal, trabalhando somente com documentos do período da Ditadura do Estado Novo (1937 – 1945) em um total de 110 processos.

Este recorte temporal foi subdividido, utilizando-se apenas os processos em que pelo menos uma das partes envolvidas eram mulheres. Sendo assim, foram encontrados 37 processos, destes, 18 sobre defloramento, 11 sobre estupro, 3 eram a respeito de assassinato ou homicídio, 2 de tentativa de estupro, 1 de rapto e defloramento, 1 de rapto e estupro premeditado e 1 sobre incesto. Conforme demonstra a Figura 2.



**Figura 1 – Assunto dos 37 Processos Crimes do AHMSM**

Destes 37, foram selecionados 10 processos para a pesquisa, por serem considerados relevantes para o desenvolvimento deste trabalho. Estes processos foram selecionados com o objetivo de demonstrar uma visão geral dos processos crimes e assim poder demonstrar a importância destes tipos documentais para a pesquisa, desvendando a partir deles, a história da mulher santamariense do Estado Novo. Como mostra o quadro a seguir.

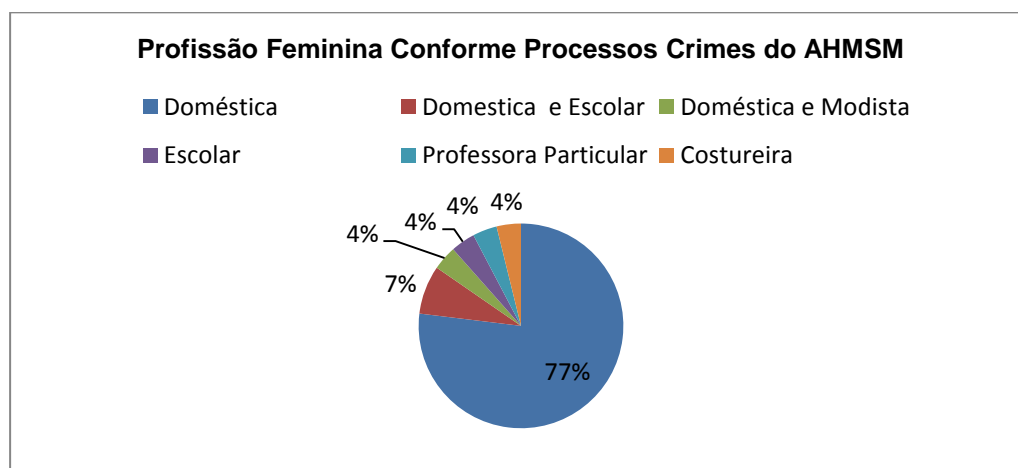
ASSUNTO E LOCALIZAÇÃO DOS PROCESSOS CRIMES E DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA				
Assunto	Ano	Localização no AHMSM	Nº descrição	Total
Defloração e Estupro	1937	Caixa 56/ processo 491 -	1	1
Defloração	1937	Caixa 56/ processo 495 -	2	5
	1938	Caixa 58/ processo 506 -	4	
	1936	Caixa 58/ processo 510 -	5	
	1939	Caixa 61/ processo 533 -	7	
	1939	Caixa 65/ processo 567 -	10	
Rupto e Estupro Premeditado	1937	Caixa 56/ processo 497	3	1
Estupro	1939	Caixa 61/ processo 532	6	1
Homicídio	1939	Caixa 62/ processo 547	8	1
Duplo Homicídio	1941	Caixa 64/ processo 564	9	1

Apesar de se tratar de processos crimes, existem muitos outros dados a serem analisados por trás do crime em si, como idade, estado civil, profissão, legislação do período, entre outros. Estes são alguns dos benefícios de se trabalhar com processos judiciais, um único processo pode servir para várias pesquisas devido à riqueza de seus dados. Outros aspectos que podem ser observados são como a sociedade agia, quais as leis sociais da sociedade, a posição da mulher em determinada sociedade, entre outros.

### 3. Profissão feminina de acordo com as fontes do AHMSM

Somente em 1943 a mulher obteve a conquista de trabalhar fora de casa sem a autorização do marido. Porém, segundo Pena<sup>2</sup> (1981) caso o marido julgasse que o trabalho era perigoso, ou que pudesse prejudicar os vínculos familiares ele poderia impedi-la de trabalhar, apesar da incoerência, esse direito era amparado por lei.<sup>3</sup>

Para Rodrigues<sup>4</sup> (2007), os papéis familiares eram uma espécie de preparação para a maternidade. Ainda segundo a autora, “o casamento era o centro da vida feminina é em torno dele que se construí a vida das mulheres” (p.34). Neste contexto, observamos o fato de que no período estudado, as mulheres deveriam, conforme os padrões pré-estabelecidos pela sociedade, permanecer em casa cuidando do lar. A autora ainda nos aponta o fato de que, caso o marido permitisse que a mulher desempenhasse alguma atividade assalariada, esta não deveria exigir saídas rotineiras. Desta forma, conforme a figura a seguir, quando questionadas sobre profissão, podemos observar que de acordo com as atividades declaradas, a maioria das mulheres trabalhavam em casa, como doméstica, modista e professora particular. Este dado aponta para o fato de que a maioria destas mulheres eram casadas.



Outras atividades assalariadas que não necessitavam de saídas rotineiras são professora particular, costureiras e modistas. Quanto perguntado a profissão, algumas mulheres declararam ser escolar. Neste caso constatou-se que a maioria destas mulheres eram solteiras, pois de acordo com Fausto<sup>5</sup> (2013), ao se casar, as mulheres dificilmente continuavam seus estudos, pois deveriam se dedicar ao lar, ao marido e aos filhos. Flesch<sup>6</sup> (1993) complementa, apontando para o fato de que em uma das escolas da cidade, uma das exigências para o cargo de professora era que a mulher fosse solteira, pois mulher casada deveria dedicar-se exclusivamente ao lar.

### Considerações finais

Trabalhar com a história das mulheres santamarienses não é tarefa fácil, devido a escassez de bibliografia existente, porém, existem as fontes contidas nos processos judiciais, principal meio de busca por direitos e justiça. Através desta fonte primária, espera-se compreender a realidade vivida por estas mulheres, no período estudado, bem como seus meios de luta para garantia de direitos sociais e trabalhistas, dando voz a estas mulheres.

---

<sup>1</sup> SILVA, Tania Maria Gomes da. *Trajatória da Historiografia das mulheres no Brasil*. 2008.

<sup>2</sup> PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

<sup>3</sup> De acordo com o Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de Maio de 1943 que Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

<sup>4</sup> RODRIGUES, Tanara da Costa. *Mulheres na Sociedade Gaúcha: de 1900 a 1950 – Região Central do Rio Grande do Sul*. Monografia de Especialização (Especialista em História do Brasil). Santa Maria. RS. UFSM. 2007.

<sup>5</sup> FAUSTO, Letícia da Silva. *A importância da descrição arquivística dos processos crimes para a história das mulheres santamarienses no Estado Novo, RS*. 2013. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Arquivologia)–Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

<sup>6</sup>FLESCHE, Benícia. *Seguimento passo a passo, uma caminhada: 1871-1951 história da congregação das irmãs franciscanas da penitência e caridade crista do Brasil*. Porto Alegre: Metrópole, 1993.

## **Petrópolis e suas histórias além do Segundo Império**

Grazielle de Souza Rocha (bolsista CAPES)  
Mestranda do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ  
Orientação: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Maria Aparecida Rezende da Mota  
Email: grazidesouzarocha@gmail.com

### Resumo

Petrópolis, cidade localizada na serra fluminense, é comumente identificada com os valores e as tradições do Segundo Império, tornando-se conhecida como *Cidade Imperial*, ou *Cidade de Pedro*. Pretendo demonstrar outras possibilidades de abordagem e compreensão da história petropolitana, para além de sua identificação com a monarquia e o último dos Bragança a reinar no Brasil.

### Palavras-chave

Petrópolis, Segundo Império e historiografia

### Abstract

Petrópolis , a city located in the state saw, is commonly identified with the values and traditions of the Second Empire , becoming known as the Imperial City , Town or Peter . I intend to demonstrate other ways of approach and understanding of Petropolitan history, apart from its identification with the monarchy and the last of Bragança to reign in Brazil

### Key-words

Petropolis , Second Empire and historiography

A cidade de Petrópolis, situada na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, apresenta algumas características que despertam a atenção dos interessados nos processos históricos de ocupação e de povoamento do território fluminense. Criada por Decreto Imperial<sup>i</sup>, em 1843, é possível afirmar que, além de ser a primeira cidade, no Brasil, fundada a partir de um plano urbanístico, grande parte de seu povoamento deveu-se às primeiras levas de imigrantes alemães chegados à região em meados da década de 1840. Contudo, embora Petrópolis guarde em sua toponímia, as marcas dessa origem alemã, atualmente ela é mais conhecida como *Cidade Imperial*, ou *Cidade de Pedro*. Conservando diversos exemplares da arquitetura oitocentista e edificações históricas, como a residência de verão de D. Pedro II (Museu Imperial, desde 1940), o Palácio de Cristal e a Catedral de São Pedro de Alcântara, a cidade acabou por ser identificada por seus habitantes e pelos visitantes com os valores e as tradições do Segundo Império<sup>ii</sup>. Nesse sentido, o que busco em minha pesquisa é desvendar que construções simbólicas teriam sido operadas para que Petrópolis possa, hoje, ser

examinada e interpretada como um “lugar de memória”, de acordo com a definição de Pierre Nora<sup>iii</sup>. No intervalo que abrange a instalação da República, a expulsão dos membros da dinastia de Bragança, a atuação de lideranças locais na década de 1930 e as medidas adotadas, por Getúlio Vargas, nos anos quarenta, a imagem de Petrópolis iria, lentamente, assumir a forma simbólica com a qual, hoje, é reconhecida: *Cidade Imperial*. Assim, investigo como se desenvolveu (e se desenvolve, ainda, nos dias atuais) a construção de uma memória e de uma história de Petrópolis que informa e conforma certa identificação entre a cidade e o último dos Bragança a reinar no Brasil.

No entanto, é de suma importância não interpretarmos as cidades como uma totalidade, ao contrário, devemos pensá-las também a partir de suas alteridades, daquilo que escapa à universalidade de uma identificação que não é capaz de dar conta das suas especificidades. Ou seja, no tocante a Petrópolis não basta considerar apenas o seu aspecto imperial, como se o fato de ter sido criada oficialmente, por meio de um Decreto Imperial, determinasse os seus rumos eliminando, dessa forma, as suas outras potencialidades. Também, para além da presença dos imigrantes alemães e toda a disputa que essa colonização gerou em torno da data de fundação da cidade<sup>iv</sup>, Petrópolis oferece outras possibilidades de abordagem como, por exemplo, a presença de imigrantes franceses e portugueses e de africanos, na condição de escravos, que tiveram importante contribuição na sua formação<sup>v</sup>.

Nesse sentido, identificamos que tradicionalmente a história de Petrópolis, salvo algumas nuances em determinados pontos, é descrita dando ênfase a uma estreita relação entre a cidade e os valores e tradições imperiais. A fim de melhor compreender o estabelecimento dessa relação é preciso remontar às viagens de D. Pedro I, pela Variante do Caminho Novo em direção à região das minas de ouro. Nessas viagens, a Fazenda do Padre Correa tornou-se constante ponto de parada, visto que a propriedade se destacava pela localização, pelo clima, pelas suas instalações e oferta de produtos necessários às tropas que passavam pela região. Nela, o futuro imperador, Pedro I, se hospedou durante sua primeira viagem a Minas Gerais em 1822 e, desde então, retornava sempre que possível na companhia de sua família e comitiva<sup>vi</sup>. Ao longo de seu reinado, Pedro I desejava construir uma residência de verão fora do Rio de Janeiro para se preservar das febres e do calor que assolavam a cidade naquela época. Identificando na Fazenda do Padre Correa uma excelente oportunidade para realizar seu desejo, propôs a compra da propriedade. O pedido foi negado, porém, outra fazenda próxima, a Fazenda do Córrego Seco, lhe foi indicada. Em 1830, Pedro I realizou a compra dessa última e adquiriu ainda outras propriedades no seu entorno, ampliando a área da fazenda. Todavia, o plano de construir uma residência de verão foi

abandonado em decorrência da abdicação em 1831; com a morte de Pedro I, em 1834, a Fazenda do Córrego Seco foi herdada por seu filho D. Pedro II, na ocasião com seis anos de idade.

Em 1843, com o saneamento da situação financeira da Casa Imperial, o mordomo Paulo Barbosa<sup>vii</sup> retomou o plano de Pedro I de transformar a Fazenda do Córrego Seco na residência de verão da família imperial, iniciativa que desde o início<sup>viii</sup> contou com a participação e o acompanhamento do imperador D. Pedro II. Paulo Barbosa e Julio F. Koeler<sup>ix</sup> elaboraram um plano para fundar uma espécie de *povoação-palácio* que, em homenagem ao Imperador, deveria se chamar Petrópolis<sup>x</sup>. A fundação de Petrópolis compreendia a doação de terras da fazenda imperial a colonos livres<sup>xi</sup> que deveriam construir uma nova povoação e também seriam produtores agrícolas. Foi então que D. Pedro II assinou o Decreto Imperial nº. 155<sup>xii</sup> arrendando as terras da fazenda imperial ao Major Koeller.

A história de Petrópolis, portanto, foi sendo organizada de forma a estabelecer uma identificação com o Segundo Império, sobretudo, com o último imperador, como podemos ver no fragmento a seguir:

Quando se fala em Petrópolis, pensa-se logo no Imperador Pedro II, que foi o herói civilizador destas serras, cujo empenho nasceu a cidade que cresceu sob o seu olhar vigilante e onde o Imperador encontrou abrigo, fugindo do verão carioca, por mais de quarenta anos, Petrópolis a *cidade de Pedro*<sup>xiii</sup>.

Observamos como é atribuído ao imperador Pedro II a criação e o desenvolvimento da cidade que surgia no entorno do Palácio Imperial. A essa interpretação de Francisco Vasconcellos<sup>xiv</sup> podemos acrescentar outras como as de políticos e profissionais liberais petropolitanos interessados na construção da memória e da história da cidade. É possível identificar o início de tal movimento, sobretudo, nas décadas de 1930 e 1940<sup>xv</sup> já que, nesse período, pela atuação da Comissão do Centenário de Petrópolis e seus desdobramentos – a criação do Instituto Histórico de Petrópolis e do Museu Imperial –, se intensificou o vínculo da cidade com o Império, especialmente, com D. Pedro II. Cabe assinalar que essa identificação encontrou sua eficiência no amparo do governo federal que, ao fomentar a criação do Museu Imperial, propiciou o estabelecimento na cidade de uma suposta tradição histórica alinhada à memória de Pedro II e à exaltação dos valores e tradições do Império.

Com a instauração do Estado Novo em 1937, identificamos a promoção de uma unidade nacional que, para além da nacionalização da economia, se empenhava na superação de uma política regionalista desenvolvida durante a Primeira República, por meio do esforço de construção de um sentimento nacional capaz de mobilizar todos os brasileiros<sup>xvi</sup>. A criação do



SPHAN em 1937, de certa maneira, refletia esse objetivo, uma vez que sua função era eleger e reunir um acervo capaz de representar a tradição e o passado brasileiro, ou seja, criar uma história que representasse todos os brasileiros<sup>xvii</sup>. O nacionalismo no projeto varguista, portanto, tinha como meta centralizar o poder nas mãos do Estado também através do investimento na cultura e na criação de símbolos nacionais e, nesse sentido, a atuação do SPHAN foi de extrema importância. Dessa maneira, o Estado seria o responsável pelo encontro com um passado em que todos os brasileiros pudessem se reconhecer – ou seja, o encontro com um passado nacional – através da recuperação de costumes e tradições<sup>xviii</sup>, principalmente pela exaltação de traços da história do país, como, por exemplo, a presença jesuítica, o bandeirantismo, a Inconfidência Mineira e o regime monárquico<sup>xix</sup>. Essa preocupação com a história nacional pode ser percebida, dentre outros fatores, pela fundação de três outros museus na mesma época em que o Museu Imperial foi criado: o Museu das Missões, em São Miguel no Rio Grande do Sul; o Museu do Ouro, em Sabará; e o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto – esses dois últimos em Minas Gerais<sup>xx</sup>. Outra importante consideração a ser feita sobre a criação do Museu Imperial trata-se do destaque e enaltecimento da figura de D. Pedro II. Se na República Velha, raras eram as referências ao último imperador e sua personalidade, com exceção dos trabalhos desenvolvidos pelo IHGB, a partir do Estado Novo, podemos dizer que houve um resgate da sua figura, passando a ser identificado como um “herói discreto”, “homem das letras e iluminado”, “pai de família”, entre outras adjetivações<sup>xxi</sup>. Esse resgate da imagem de D. Pedro II atendia também ao propósito de estabelecer uma ligação entre ele e Getúlio Vargas, uma vez que se procurou construir em torno das duas personalidades a idéia de verdadeiros governantes da nação, cujo objetivo era promover o bem para o país e seu povo. Dessa maneira, o regime monárquico passou a ser identificado como exemplo de moralidade, portanto a transformação da residência de verão da família imperial em museu tinha também por propósito a identificação do governo de Vargas com o período imperial.

A elaboração da história de Petrópolis em torno de uma identificação com Pedro II parece funcionar como uma estratégia para garantir à cidade certo passado histórico, merecedor de destaque e preservação, percebemos que os fatos relacionados à sua origem são evocados muitas vezes como uma espécie de indício de uma vocação histórica. Ou seja, segundo certas práticas e discursos, a história da cidade teria uma dignidade especial que, distinguindo-a das demais por ter nascido sob o patrocínio de Pedro II, torná-la-ia digna de preservação. Um exemplo desse tipo de discurso é o artigo da pedagoga, membro e presidenta por três gestões do Instituto Histórico de Petrópolis, Ruth Boucault Judice, sobre o próprio

## Instituto:

Antigamente... começam eles; ou no tempo do... em sucessão desordenada, as idéias vêm aparecendo em forma de história, ou "casos". Quanta coisa interessante! E tudo isso correndo o risco de se perder, se não começarmos a organizar, cadastrar, pesquisar, arquivar, informar, criar enfim uma Memória. É a nossa proposição como presidente do Instituto: começar a ser a Memória de Petrópolis. É o nosso primeiro passo para a conscientização da nossa gente por seus valores. Tudo posto no papel, em forma de imagem, de crônica, de narração, começa a ser de fato, acervo. Acervo de usos, costumes, fatos curiosos, arte em geral, arquitetura em particular, folclore. Vamos nos dar conta que já temos um passado histórico, digno de preservação.<sup>xxii</sup>

Interpretações como essas constroem a história petropolitana associada a um passado “digno de preservação” e buscam vinculá-la à memória de Pedro II, enfatizando e reafirmando uma certa identificação da cidade com o seu pretenso criador sem, contudo, atentar e aprofundar o papel desempenhado por Paulo Barbosa e Julio Frederico Koeler, por exemplo. Apesar do reconhecimento da atuação desses personagens, como já mencionamos, ficou acordado que a fundação de Petrópolis se deu com a assinatura do Decreto Imperial nº. 155, enfatizando, sobremaneira, o imperador como seu legítimo fundador. Contudo, o trabalho de Maria de Fatima Moraes Argon sobre a construção de uma estátua de D. Pedro II em Petrópolis<sup>xxiii</sup>, revela a existência de uma disputa em torno da fundação da cidade. No momento em que se reunia, em 1904, certo grupo integrado por jornalistas, políticos e intelectuais<sup>xxiv</sup>, com o objetivo de erigir uma estátua em homenagem a D. Pedro II – sob a justificativa de que o imperador a merecia por ser o fundador da cidade –, desencadeou-se uma grande polêmica com outro grupo que também pretendia viabilizar a construção de uma estátua para o seu fundador, desta vez, o major Julio Koeler<sup>xxv</sup>.

Constatamos, portanto, que a fixação da fundação de Petrópolis em 16 de março de 1843 não se deu sem disputas e que, para melhor examinarmos o processo que culminou na elaboração e na divulgação de uma história da cidade com base na recuperação e na exaltação dos tempos imperiais, era preciso que considerássemos e investigássemos também a ocorrência de outras possibilidades de representação do seu passado. Na *Gazeta de Petrópolis*<sup>xxvi</sup>, periódico mais importante da cidade entre a última década do século XIX e os anos iniciais do XX, foi possível rastrear inúmeras matérias acerca do major Koeler, destacando sua importância para a cidade e a intenção de homenageá-lo em reconhecimento aos seus feitos, identificando-o como o verdadeiro fundador da cidade. No mesmo periódico, nos deparamos com poucas referências ao imperador D. Pedro II, à família imperial ou a qualquer tema relacionado ao período monárquico, porém, podemos apontar duas que nos chamaram atenção por se referirem a Petrópolis como cidade “ex-imperial”<sup>xxvii</sup>, o que nos leva a crer que o adjetivo, àquela época, só faria sentido enquanto houvesse o regime imperial

e a presença da corte na cidade. Essa denominação “ex-imperial” também nos despertou para a identificação de outra dimensão do passado petropolitano.

Ao contrário do que a memória histórica petropolitana produzida na primeira metade do século XX patenteia, a compreensão da cidade, de sua história e de suas potencialidades, não esteve sempre restrita ao seu passado imperial. Se a experiência monárquica marcou-a de forma significativa, as representações do passado petropolitano foram mais diversificadas. Sua história não foi sempre alinhada à valorização da monarquia dos Bragança, ainda que a importância da atuação do segundo monarca tenha sido ponto pacífico entre as diversas correntes que buscaram domesticar a história da formação daquele território.

Essa problematização de uma narrativa que parece consensual resulta do exame dos principais veículos locais de comunicação que circularam no final do século, além de periódicos do início do século seguinte, que produziram interpretações variantes em relação àquela. Em Petrópolis, os jornais *Mercantil* e *Gazeta de Petrópolis*, como vimos, demonstraram bem o sentimento em relação à deposição da família imperial, ou antes, a falta dele. Esse aspecto atesta que a estreita identificação que da cidade normalmente se faz em relação à família imperial e à própria monarquia não experimentava a filiação totalizante verificada após a década de 1930, quando falar da história de Petrópolis, significava valorizar a atuação do segundo monarca, mesmo considerando as restrições impostas aos periódicos naquele momento de veicularem notícias referentes ao antigo sistema político, e

Há também que considerar a possibilidade de se contar e aprofundar a história petropolitana a partir do fim da monarquia e advento da república. Na transição do século XIX para o XX<sup>xxviii</sup> a cidade ocupou lugar de destaque, sendo caracterizada como reduto da elite carioca que ali se abrigava nos meses de verão. Convém, no entanto, ressaltar que esse hábito da alta sociedade carioca buscar refúgio na serra, fora iniciado ainda no período monárquico quando a família imperial ia para Petrópolis com sua Corte, como destaca Lilia Moritz Schwarcz, “a cidade torna-se uma espécie de vila européia, e lá todos vivem como se estivessem ‘na civilização’”.<sup>xxix</sup> Importante é também lembrar a relação de Petrópolis com a cidade do Rio de Janeiro tanto pela proximidade como pela dependência econômica e social em relação à capital federal. No entanto, foi certamente a condição insalubre da cidade carioca que mais contribuiu para a migração em direção a serra nos meses de maior calor, já que era nessa época que o Rio de Janeiro mais era acometido pelas epidemias. Percebemos, portanto, que Petrópolis não servia apenas para o ócio e deleite de uma classe abastada, mas também como refúgio para os mais privilegiados. Outro aspecto que merece ser considerado é o passado industrial e operário de Petrópolis. Entre os anos de 1849 e 1856 a cidade passou a

abrigar indústrias de destaque, sobretudo na área têxtil, propiciando a formação de um operariado que se demonstrou atuante e participativo na vida social e política da cidade nas primeiras décadas do século XX.

Ainda que seja possível encontrarmos referências a esses acontecimentos na historiografia tradicional que trata de Petrópolis, percebemos que esses e os demais assuntos são abordados em torno da experiência imperial. É inegável que essa experiência tenha peso sobre a história petropolitana, no entanto, como busco demonstrar através de minha pesquisa, ela deve ser interpretada também como uma construção que – entre o início do século XX e os anos 1940 ganhou consistência –, operada por um determinado grupo, conformou as interpretações do passado da cidade.

Dessa forma, identificamos que os discursos e interpretações que enfatizam a relação entre Petrópolis e o último monarca do Brasil se esforçam por criar uma identidade imperial para a cidade, não considerando as outras particularidades que também fizeram e ainda fazem parte da formação e história petropolitana. Essa identidade imperial em muitos discursos aparece como uma essência da cidade que, além de isolá-la de sua exterioridade, exclui outras interpretações. Apenas atentando para outras possibilidades interpretativas será possível avançar no estudo da história da cidade que não pode ser feita por meio da tentativa de se alcançar uma totalidade, mas ao contrário deve-se buscar compreender os fragmentos que a constituíram.

---

<sup>i</sup> Em 16 de março de 1843 o imperador D. Pedro II assinou o Decreto Imperial nº 155 que arrendava as terras da fazenda imperial ao alemão, major de engenheiros, Julio Frederico Koeler, incumbindo-o de criar um projeto para a construção de um palácio, a residência de verão da família imperial, bem como da planta do povoado de Petrópolis. Cf. EPPINGHAUS, Guilherme de. “O Plano de Koeller”. *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis: Ministério da Educação e Cultura, 1960. p. 7.

<sup>ii</sup> Esses valores e tradições são facilmente perceptíveis em um simples passeio por Petrópolis, pois, além da manutenção e da conservação de monumentos e prédios da época do Segundo Reinado, a cidade também possui estabelecimentos comerciais, prédios e logradouros com nomes que remetem ao período imperial, como é o caso, por exemplo, da Rua do Imperador, principal via da cidade.

<sup>iii</sup> NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

<sup>iv</sup> Até 1937, ano de constituição da Comissão do Centenário de Petrópolis cuja uma de suas principais atribuições era estabelecer a data de fundação da cidade para organizar os festejos do seu primeiro centenário, havia discordâncias em relação à data correta, visto que para uns a fundação teria ocorrido em 29 de junho de 1845, com a chegada dos primeiros colonos alemães em Petrópolis. Para outros, no entanto – os vitoriosos nessa disputa –, seria correto considerar 16 de março de 1843, quando Pedro II assinou o Decreto Imperial que arrendava as terras da Fazenda Imperial ao major Koeller. Essa primeira decisão da Comissão, além de estabelecer a data de fundação da cidade, consolidou a origem de Petrópolis no ato de Pedro II, reafirmando seu caráter de fundador da cidade

<sup>v</sup> Cf. OLIVEIRA, Paulo Roberto Martins de. “Quatro Etnias na Fundação de Petrópolis: Africanos, Alemães, Franceses e Portugueses”. *Tribuna de Petrópolis*. Petrópolis, 16 mar. de 2001.

<sup>vi</sup> Segundo Lacombe as visitas de D. Pedro I e sua família à fazenda do Córrego Seco tornaram-se frequentes, principalmente, em decorrência do tratamento de saúde de sua filha, D. Paula, a quem os médicos

recomendavam “mudança de ares”. Cf. LACOMBE, Lourenço Luiz. *Biografia de um palácio*. Petrópolis: Museu Imperial, 2007. p.18.

<sup>vii</sup> Paulo Barbosa da Silva nasceu na cidade mineira de Sabará em 1794. Ainda adolescente iniciou sua carreira militar no Regimento de Cavalaria de Linha de Minas Gerais, em 1818, matriculou-se na Academia Militar e, em 1822, foi promovido a capitão e transferido para o Imperial Corpo de Engenheiros. Em 23 de outubro de 1829 foi nomeado Secretário da Legação em Viena, cargo que ocupou até 30 de janeiro de 1830. Em 1833, Paulo Barbosa foi escolhido mordomo interino da Casa Imperial até 1840, quando D. Pedro II ascendeu ao trono e o confirmou no cargo de mordomo. Afastado da Mordomia da Casa Imperial e da Corte por conta de uma tentativa de assassinato, foi deslocado para funções diplomáticas na Europa em 1851. Em 1854 retornou ao Brasil e reassumiu as funções de mordomo da Casa Imperial. Paulo Barbosa faleceu no Rio de Janeiro em 28 de janeiro de 1868. Cf. SANTOS, Paulo Cesar dos. “Petrópolis”. In: *História de uma Cidade Imperial*. Petrópolis: Sermograf, 2001. pp. 36-38.

<sup>viii</sup> Cf. BARMAN, Roderick J. *Imperador Cidadão*. Tradução Sonia Midori Yamamoto. São Paulo: Unesp, 2012. p. 174.

<sup>ix</sup> Julio Frederico Koeler nasceu em Mainz, Alemanha, em 1804. Emigrou para o Brasil em 1828 para servir no Exército Imperial, após ser examinado pela Academia Militar do Rio de Janeiro, foi admitido como 1º tenente no Imperial Corpo de Engenheiros. Em novembro de 1830, um decreto dissolveu os batalhões de estrangeiros e afastou do exército os oficiais engajados, Koeler foi então contratado como engenheiro civil da província do Rio de Janeiro e foi o responsável pelas obras na Estrada Normal da Serra da Estrela, importante caminho para alcançar a região de Petrópolis. Em 1833 naturalizou-se brasileiro e assim, pode ser reintegrado ao Exército Imperial. Esteve diretamente relacionado com as primeiras experiências de emprego da força de trabalho livre quando, em 1836, o governo imperial empregou famílias açorianas em obras públicas na região do rio Paraíba do Sul. No ano seguinte, a frente das obras de melhoria do Caminho Novo trabalhou com imigrantes alemães. Em 1839 foi promovido a major graduado do Imperial Corpo de Engenheiros. Em 1841 adquiriu a Fazenda do Quitandinha e a incorporou a Fazenda do Córrego Seco para a complementar a fundação da povoação-palácio que deu origem a cidade de Petrópolis. Nessa obra foi o responsável pela criação da planta do Palácio e da Povoação de Petrópolis. Koeler morreu em 21 de novembro de 1847 em consequência de um tiro quando praticava tiro ao alvo. Cf. CASADEI, Thalita de Oliveira. “Fé de ofício do Major Julio Frederico Koeler, fundador de Petrópolis”. In: *Petrópolis. Relatos Históricos*. Lambari: Tipografia Castro, 1983.

<sup>x</sup> A idéia de homenagear o Imperador dando ao povoado o nome de Petrópolis teria sido de Paulo Barbosa ao lembrar-se de Petesburgo, cidade de Pedro. Cf. BARMAN, *op. cit.* pp. 174-175; e OLIVEIRA, Eduardo. *O jornal como agente político e comunitário: guerra e paz nas páginas do Nachrichten*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005. p. 2. Disponível em: <[http://teses.ufrj.br/IFCS\\_M/EduardoDeOliveira.pdf](http://teses.ufrj.br/IFCS_M/EduardoDeOliveira.pdf) >.

<sup>xi</sup> Em 1844 Paulo Barbosa acertou com Aureliano Coutinho, presidente da província, a chegada de imigrantes alemães. Em 29 de junho de 1845 chegaram os primeiros colonos e suas famílias. De junho até novembro daquele ano, foram 2338 colonos alemães vindos principalmente do Rheiland-Pfalz. Cf. TALOIS, Antônio Eugênio de Azevedo. “Colóquio do Instituto Histórico de Petrópolis sobre os 150 anos da colônia imperial de Petrópolis”. *Anais do Colóquio sobre a imigração alemã*. Petrópolis: IHP/UCP, 1996. Disponível em: <<http://ihp.org.br/site/Abrepagina.cfm?pagina=aeat20001121.htm>>; e MAUL, Carlos. Nascimento. “Desenvolvimento e grandeza de Petrópolis”. *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis: Ministério da Educação e Cultura Imperial, 1947. p. 9.

<sup>xii</sup> “(...)Tendo aprovado o plano que me apresentou Paulo Barbosa da Silva, [...] de arrendar a Minha Fazenda denominada ‘Córrego Seco’ ao Major de Engenheiros Koeller, pela quantia de um conto de réis anual, reservando um terreno suficiente para nele edificar um Palácio para Mim, com suas dependências e jardins, outro para uma povoação. [...] Hei por bem autorizar o sobredito Mordomo a dar execução ao dito plano sob estas condições. E, outrossim, o Autorizo a fazer demarcar um terreno para nele se edificar uma Igreja com a invocação de S. Pedro de Alcântara [...] no lugar que mais convier aos vizinhos e foreiros, do qual terreno lhes faço doação para este fim e para o cemitério da futura povoação”. DECRETO IMPERIAL nº 155 de 16 de março de 1843 *apud*. “REIMPRESSÃO DO DECRETO IMPERIAL nº 155 de 16 de março de 1843”. *Trabalhos da Comissão do Centenário*. Petrópolis: Prefeitura Municipal de Petrópolis, 1943. pp. 4-5.

<sup>xiii</sup> VASCONCELLOS, Francisco. “Monárquica na aparência mas republicana na essência”. *Boletim Informativo de Pesquisas Históricas*, Petrópolis, ano III, n.7, p. 10-11, jan./mar. 2009. (grifo meu)

<sup>xiv</sup> Francisco José Ribeiro de Vasconcellos é advogado, escritor e associado emérito do Instituto Histórico de Petrópolis. Tem diversos artigos escritos para o IHP e alguns livros publicados, ambos relacionados à história de Petrópolis.

<sup>xv</sup> Nesse momento a posição marginalizada que o Império ocupava desde o advento do novo regime político já havia sido superada, uma vez que a República alcançou certa estabilidade política ainda na primeira década do século XX. Estabilidade essa que possibilitou uma nova visão sobre a monarquia.

<sup>xvi</sup> Cf. GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores. A política cultural do Estado Novo*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 141.

<sup>xvii</sup> Cf. MASSUCATE, Yvonne Archanjo. “O papel do IPHAN na construção da brasilidade”. *Revista Virtú*. Juiz de Fora, 7ª edição, jan./jun., 2008. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-7a9.pdf>>.

<sup>xviii</sup> Cf. GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores. A política cultural do Estado Novo*, *op. cit.* p. 142-146.

<sup>xix</sup> Vale lembrar que esse último ocupou, ao longo de quase todo o período da República Velha, um lugar marginalizado na história nacional devido, principalmente, à instabilidade política que enfrentou na primeira década e o medo do retorno do antigo regime. Cf. FAGUNDES, Luciana Pessanha. “Entre comemorações, rituais e passados construídos: a monarquia sob o olhar da Primeira República”. In: *SEMINÁRIO CULTURA E POLÍTICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA*, 2010, Ilhéus. *Anais eletrônicos...Ilhéus*: UESC, 2010. Disponível em: <<http://www.uesc.br/eventos/culturaepolitica/anais/lucianafagundes.pdf>>.

<sup>xx</sup> Sobre esse processo, cf. OJEDA, Janine. “Homem e realidade: o processo embrionário da criação dos museus”. *Revista Museu* [on-line]. Disponível em: <<http://www.revistamuseu.com.br/artigos/janine/artjanine01.htm>>; NASCIMENTO, Rosana Andrade Dias do. *O "Brasil Colonial" e a Exposição do Mundo Português de 1940*. Tese (Doutorado) – FFCH, Universidade Federal da Bahia, 2008. p. 105; e CHUVA, Márcia Regina R. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

<sup>xxi</sup> HEIZER, Alda Lucia. *Uma casa exemplar: pedagogia, memória e identidade no Museu Imperial de Petrópolis*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, PUC, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

<sup>xxii</sup> JUDICE, Ruth Boucault. “Instituto histórico quer ser a memória de Petrópolis”. *Tribuna de Petrópolis*. Petrópolis, 10 abr. 1981. Disponível em: <<http://ihp.serraplanweb.com.br/site/>>. (grifo da autora)

<sup>xxiii</sup> ARGON, Maria de Fátima Moraes. “A estátua de D. Pedro II: arte, memória e política: O centenário da primeira estátua de D. Pedro II, inaugurada em Petrópolis, em 5 de fevereiro de 1911”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, ano 173, n. 455, 2012. p. 147-180. Disponível em <[www.ihgb.org.br/trf\\_arq.php?r=ihgb2012numero0455.pdf](http://www.ihgb.org.br/trf_arq.php?r=ihgb2012numero0455.pdf)>.

<sup>xxiv</sup> Dentre os membros citamos, visconde de Ouro Preto, conde de Afonso Celso, Aristides Werneck, José Lopes de Castro, João Roberto d’Escragnolle, Ernesto Paixão, entre outros. Cf. ARGON, Maria de Fátima Moraes. “A estátua de D. Pedro II: arte, memória e política: O centenário da primeira estátua de D. Pedro II, inaugurada em Petrópolis, em 5 de fevereiro de 1911”. *op. cit.* p. 149-150.

<sup>xxv</sup> ARGON, Maria de Fátima Moraes. “A estátua de D. Pedro II: arte, memória e política: O centenário da primeira estátua de D. Pedro II, inaugurada em Petrópolis, em 5 de fevereiro de 1911”. *op. cit.* p. 150.

<sup>xxvi</sup> A *Gazeta de Petrópolis* surgiu em substituição ao *Mercantil*, primeiro jornal da cidade, e circulou de 2 de junho de 1892 a 23 de dezembro de 1904. Exercia grande influência política na cidade, uma herança do seu antecessor, no entanto, com a criação da *Tribuna de Petrópolis* em 1902, foi gradativamente perdendo seu espaço. Cf. IPANEMA, Cybelle de; IPANEMA, Marcello de. “A imprensa em Petrópolis”. *Revista do Instituto Histórico de Petrópolis*. Petrópolis, v.6, 1989. p.27-29; VASCONCELLOS, Francisco. A espinha dorsal da imprensa petropolitana na segunda metade do século XIX, *op.cit.*

<sup>xxvii</sup> Cf. “Chronica”. *Gazeta de Petrópolis*, Petrópolis, 11 mai. 1901. p.1; e “Salões e palcos”. *Gazeta de Petrópolis*, Petrópolis, 27 set. 1901. p. 2.

<sup>xxviii</sup> Também nesse período, mais especificamente entre os anos de 1894 e 1902, Petrópolis foi capital do estado em decorrência da Revolta da Armada.

<sup>xxix</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 239. (grifo da autora).

## **Memórias de Família: a história de militância da família Integralista Vasconcellos**

### **Ivanaldo Santos**

Filósofo, pós-doutorado em estudos da linguagem pela USP, doutor em estudos da linguagem pela UFRN, professor do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN).

E-mail: [ivanaldosantos@yahoo.com.br](mailto:ivanaldosantos@yahoo.com.br).

### **Guilherme Jorge Figueira**

Graduado em Direito pela Universidade Santa Úrsula (USU-RJ), Graduado em Publicidade e Propaganda pela Universidade da Cidade (UniverCidade-RJ), Especialista em Direito da Propriedade Intelectual pela Universidade Candido Mendes (UCAM-RJ), Especialista em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Candido Mendes (UCAM-RJ). E-mail: [guilhermejorgefigueira@gmail.com](mailto:guilhermejorgefigueira@gmail.com).

**Resumo:** O objetivo do artigo é analisar a entrevista que o Sr. Sergio de Vasconcellos concedeu ao pesquisador Guilherme Jorge Figueira envolvido no projeto de pesquisa, cujo título é *Memórias de Família*. A categoria teórica que é utilizada para analisar o discurso do Sr. Sergio de Vasconcellos é a memória, da forma como é construída por Certeau (1974, 1975), Ricoeur (2012) e Candau (2013). O artigo encontra-se dividido em duas partes, sendo elas: Categoria de análise: a memória; Memórias de Família: a história de militância do Sr. Sérgio de Vasconcellos. Por fim, enfatiza-se o fato do depoimento do Sr. Sérgio de Vasconcellos ser uma pequena prova de que a história não é construída apenas por grandes estadistas e por grandes acordos políticos, econômicos e militares. A história também é uma construção ligada ao cotidiano, a vida familiar e aos sonhos e aspirações de uma sociedade mais igualitária desenvolvidos pelo homem comum.

**Palavras-chave:** Sérgio Vasconcellos. Memória. Militância.

**Summary:** The objective of this article is to analyze the interview that Mr. Sergio Vasconcellos conceded to the researcher Guilherme Jorge Figueira involved in the project of research, which title is *Memories of Families*. The theoretical category used to analyze Mr. Sergio Vasconcellos's speech is the memory, in the same way that is constructed by Certeau (1974, 1975), Ricoeur (2012) e Candau (2013). The article is divided in two parts, thus being: Category of analysis: the memory; Memories of Family: The militancy history of Mr. Sergio Vasconcellos. Lastly, it emphasizes the fact that Mr. Vasconcellos's testimony is a small proof that history is not built only by great statistas and by big political, economic and military agreements. History, is also, a construct connected to the everyday life, the family life and to the dreams and aspirations of a more equal society developed by the commom man.

**Keywords:** Sérgio Vasconcellos. Memory. Militancy

## 1. Introdução

O objetivo do presente artigo é analisar a entrevista que o Sr. Sergio de Vasconcellos concedeu ao pesquisador Guilherme Jorge Figueira envolvido no projeto de pesquisa, cujo título é *Memórias de Família*. O Sr. Sergio de Vasconcellos foi um conhecido e aguerrido militante do movimento integralista<sup>1</sup> no Brasil. Esse Sr. participou, de forma direta ou indireta, de grandes momentos da história tanto do Integralismo como também da história do Brasil que envolve as décadas de 1930 a 1980. A categoria teórica que é utilizada para analisar o discurso do Sr. Sergio de Vasconcellos é a memória, da forma como é construída por Certeau (1974, 1975), Ricoeur (2012) e Candau (2013). O artigo encontra-se dividido em duas partes, sendo elas: Categoria de análise: a memória; Memórias de Família: a história de militância do Sr. Sérgio de Vasconcellos. Por fim, enfatiza-se o fato do depoimento do Sr. Sérgio de Vasconcellos ser uma pequena prova de que a história não é construída apenas por grandes estadistas e por grandes acordos políticos, econômicos e militares. A história também é uma construção ligada ao cotidiano, a vida familiar e aos sonhos e aspirações de uma sociedade mais igualitária desenvolvidos pelo homem comum.

## 2. Categoria de análise: a memória

O presente artigo tem como categoria analítica, da entrevista concedida pelo Sr. Sérgio de Vasconcellos, a memória. Inicialmente, afirma-se que não se trata de um estudo exaustivo e inovador sobre a memória. Além disso, não existe qualquer negação de qualquer teoria contemporânea sobre a memória.

A memória é compreendida da forma como Ricoeur (2012) descreve, ou seja, como uma relação dialética e conflituosa entre o *fazer presente* de um acontecimento e o esquecimento. De um lado, a memória é uma forma sofisticada que o ser humano possui de fazer presente, de trazer para o tempo atual, acontecimentos que ficaram retidos no passado. Do outro lado, a memória é uma forma de fazer uma espécie de *seleção* desses acontecimentos, ou seja, nem tudo a memória retém e, por motivos diversos (conflitos sociais, traumas psicológicos, etc), nem tudo pode ser recordado.

A dialética entre recordar e esquecer permite que, por motivos diversos, a memória seja um dos elementos centrais capazes de fomentar e, ao mesmo tempo, sustentar o cotidiano e a história (cf. CERTEAU, 1974; 1975). Sem a memória dificilmente o cotidiano pode ser construído e, ao mesmo tempo, sem a participação ativa da memória a história dificilmente poderá ser edificada.

No caso da entrevista do Sr. Sérgio de Vasconcellos, a memória tem um papel fundamental, pois permite trazer a tona, para o nível da consciência histórica (cf. CANDAU, 2013), fatos importantes que marcaram a história do Brasil, principalmente no período que vai da década de 1930 até 1980.

## 3. Memórias de Família: a história de militância do Sr. Sérgio de Vasconcellos

Em novembro de 2012, o Sr. Sergio de Vasconcellos concedeu ao pesquisador Guilherme Jorge Figueira envolvido no projeto de pesquisa, cujo título é *Memórias de*

---

<sup>1</sup> Sobre o movimento integralista, recomenda-se consultar: Santana (2011) e Vasconcellos (1977).



*Família*. Esse projeto foi idealizado no início de 2011 com o objetivo de resguardar a história e compreender as diferentes organizações que surgiram desde a fundação do movimento sociopolítico conhecido como *Integralismo*, também conhecido como Movimento do Sigma, pelo fato de seu uniforme oficial possuir, em relevo, a letra grega sigma. Esse movimento foi fundado oficialmente em 07 de outubro de 1932, com o lançamento do documento intitulado *Manifesto de Outubro* (SALGADO, 1932). Em grande medida, esse projeto de pesquisa foi orientado pelo Dr. Ivanaldo Santos do Departamento de Filosofia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

O Sr. Sergio de Vasconcellos nasceu no bairro de Laranjeiras, Zona Sul do Rio de Janeiro, no dia 24 de julho de 1958, iniciou três faculdades distintas sendo que nunca chegou a concluir algum dos cursos, por não suportar a vida acadêmica, exercendo atividade profissional como livreiro e posteriormente estoquista. Entre os seus parentes grande parte foi Integralista, sendo o entrevistado a terceira geração sucessiva na família que pertencia a esse movimento sociopolítico. A forma na qual sua família passou a fazer parte do Movimento do Sigma é curiosa, segundo o entrevistado.

A meta central do projeto de pesquisa é contribuir para a montagem de um arquivo com depoimentos de pessoas, que durante suas vidas tiveram contato com o Integralismo, militando ou simplesmente acompanhando o desenrolar através dos seus familiares, disponibilizando o material aos pesquisadores de diversas áreas das ciências humanas (história, antropologia, sociologia, etc) que buscam, de diversas formas, compreender a trajetória do Integralismo na entidade denominada Casa de Plínio Salgado (CPS), localizada atualmente na cidade de Guarulhos, na região metropolitana de São Paulo (SP), um tradicional ponto de encontro entre os seguidores do Integralismo e também do pensamento sociopolítico de Plínio Salgado<sup>2</sup>.

Fundada em 1981, na cidade de São Paulo, por um grupo de admiradores e correligionários do homenageado, contou com a presença de antigos membros da Ação Integralista Brasileira (AIB), do Partido de Representação Popular (PRP) e da Confederação de Centros Culturais da Juventude (CCCJ). A meta da entidade era cuidar do acervo literário deixado pelo pensador e líder político brasileiro Plínio Salgado.

Até a presente data já foram realizadas mais de dez (10) entrevistas em diferentes Estados, sendo preferencialmente colhidos os depoimentos dos militantes mais antigos que fizeram parte da Ação Integralista Brasileira (AIB) e do Partido de Representação Popular (PRP) e seus parentes. Além disso, conseguiu se chegar até as atuais lideranças do movimento integralista. Foi por meio desse percurso metodológico que se conseguiu chegar até a figura do Sr. Sergio de Vasconcellos, uma figura importante dentro do integralismo. Essa importância se dá tanto pelo seu engajamento, ao logo da vida, dentro do movimento, como também como dos seus familiares, que remontam a data de fundação do Integralismo brasileiro.

Ao realizar este trabalho foi considerada a importância de se construir fontes de pesquisa acerca de fatos pouco conhecidos da história nacional, como os embates entre Integralistas e comunistas, atentados, perseguições da polícia política de Getúlio Vargas, dentre outros. Entre os depoimentos já realizados a entrevista com o veterano da Ação Integralista Brasileira, o Sr. Antonio Gondim Sampaio Ramos, morador da cidade de Barbalha, no Ceará, em fevereiro de 2011, demonstra um rico panorama

---

<sup>2</sup> Sobre o pensamento sociopolítico e as demais facetas da obra do pensador brasileiro Plínio Salgado, recomenda-se consultar: Albuquerque (1951), Loureiro (2001), Salgado (1958), Silva (1996) e Enciclopédia do Integralismo (1960).

histórico. Essa entrevista possibilitou, dentre outras coisas, a compreensão da importância do ciclo de entrevistas desenvolvidas pela pesquisa.

Através do depoimento do Sr. Antonio Gondim Sampaio Ramos foi demonstrada a importância da passagem do líder nacional do Integralismo, ou seja, Plínio Salgado, pela cidade, que ganhou corpo pelo impressionante registro fotográfico da visita feita pelo entrevistado na década de 1950, como fotógrafo amador, em plena campanha presidencial, na qual o candidato obteve cerca de 8% dos votos válidos, o que acarretou na divisão de sufrágios entre os conservadores, facilitando assim a eleição de Juscelino Kubitschek, mais conhecido como JK, ao cargo máximo da República, ou seja o de presidente da república, em 1955.

Reforçou-se então a necessidade de ouvir outras pessoas que tiveram contato e envolvimento com a campanha para melhor compreender o período. Um dos caminhos foi buscar antigos dirigentes do movimento integralista, e seus familiares, para que fosse ampliada a visão, como, por exemplo, o presidente Nacional das Confederações dos Centros Culturais da Juventude (CCPJ), o Sr. Gumercindo Rocha Dorea.

Uma pesquisa prévia também apontou para o nome do Sr. Sergio de Vasconcellos, que, dentre outras coisas, poderia relatar grande parte da trajetória Integralista até os dias atuais, por seus familiares terem participado nas diversas fases do Integralismo. Por exemplo, sendo sua mãe uma mulher *blusa-verde*, como eram conhecidos os membros ativos do movimento integralista na primeira metade do século XX, além de ter participado, na juventude, de reuniões entre os militantes com a presença de Plínio Salgado durante a existência do Partido de Representação Popular e Aliança Renovadora Nacional (ARENA), ambos eram partidos políticos existentes no Brasil no período que envolve as décadas de 1940 a 1960. Nas palavras do Sr. Sergio de Vasconcellos (2012):

O primeiro Integralista na família de minha mãe [Iracema de Paula Lopes, depois de casada, Iracema Lopes de Vasconcellos] foi o meu tio Mário de Paula Lopes, que ainda criança – ia completar 15 anos – ingressou às escondidas para a Ação Integralista Brasileira. Às escondidas porque a família ainda tinha prevenções contra o Integralismo, e curiosamente, ingressou ao arrepio da Lei e dos próprios Estatutos da AIB [Ação Integralista Brasileira], que evidentemente não permitiam a filiação de menores sem a aprovação dos responsáveis. (VASCONCELLOS, 2012).

É interessante notar que a fala de Vasconcellos (2012) traz a toma as imagens da infância, da família, os conflitos e a proteção sócio-emocional dos parentes mais próximos. O depoimento de Vasconcellos (2012) aproxima-se da construção da memória ligada ao cotidiano, da qual é descrito, por exemplo, por Certeau (1974) e Candau (2013). É uma memória que permite, apesar do distanciamento provocado pelo tempo, reconstruir e até mesmo revisitar o modelo de família presente no final da primeira metade do século XX.

A entrevista com Sergio de Vasconcellos nos oferece um panorama do legado familiar integralista, revela também uma rica trajetória política, que começa com a participação de seus pais na Ação Integralista Brasileira, passando pela militância no Partido de Representação Popular, volta-se aos percalços trazidos pelo golpe do Estado Novo (1937-1945) e pela ditadura comandada por Getúlio Vargas para, finalmente, refletir sobre as questões políticas e sociais no ressurgimento do Integralismo na sociedade brasileira contemporânea. Além disso, essa entrevista traz aspectos curiosos, como, por exemplo, as reuniões que demonstram a continuidade da organização do

movimento integralista e a preocupação em homenagear os principais líderes do Integralismo que já faleceram. Essas homenagens são realizadas principalmente nos diferentes cemitérios, espalhados pelo país, onde esses líderes estão sepultados, como, por exemplo, o Mausoléu Integralista no Cemitério do Caju no Rio de Janeiro. Sobre essas questões, Vasconcellos (2012) afirma:

Bom, ainda no Estado Novo, as antigas placas de mármore foram contrabandeadas para dentro do Cemitério pelo companheiro Antônio Brêtas e pelo meu Tio Manoel, sob os paletós. O atual monumento foi erguido, se não me falha a memória em 1973, por iniciativa dos saudosos companheiros General Jaime Ferreira da Silva, Almirante Arnaldo Hasselmann Fairbain, Comandante Júlio Barbosa do Nascimento, João Baptista Drummond Franklin, Thucydides de Toledo Piza e tantos outros cujo nome infelizmente não me recordo, e que faziam parte de um grupo que se reunia no Centro [do Rio de Janeiro], no Escritório do General Jayme, sob a designação de Instituto Carioca de Estudos Brasileiros. Não confundir este grupo com aquele outro, que se reunia no Escritório do saudoso Companheiro Jáder Araújo de Medeiros, cujas Reuniões comecei a frequentar ainda em 1975, e que era conhecido como Cruzada de Renovação Nacional, e que publicava o Jornal mensal, *Renovação Nacional*. (VASCONCELLOS, 2012).

Nesse trecho vê-se Vasconcellos (2012) trazer para o presente, para a consciência histórica, a figura de importantes nomes da história do Brasil na primeira metade do século XX, como, por exemplo, o General Jaime Ferreira da Silva, o Almirante Arnaldo Hasselmann Fairbain, o Comandante Júlio Barbosa do Nascimento e o movimento social conhecido pelo nome de Cruzada de Renovação Nacional. Esse movimento de trazer para o presente, por meio da memória, elementos que estão no passado histórico encaixa-se no que, por exemplo, Certeau (1975) e Ricoeur (2012) vão classificar como sendo a história sendo reatualizada por meio da memória. Não se trata de fazer acontecimentos históricos do passado ganharem vida novamente, mas sim de fazer esses acontecimentos serem lembrados e, com isso, possibilitar sua análise por meio dos modernos instrumentos de pesquisas das ciências humanas.

Conforme poderá ser constatado durante a leitura do depoimento de Vasconcellos (2012), que desde 1980 trabalhou em inúmeras legendas criadas pelos camisas-verdes, ou seja, pelos membros do movimento integralista, como, por exemplo, a Cruzada de Renovação Nacional e o Centro Cultural Plínio Salgado (CCPS), criado no final da década 1980, pelo veterano da Ação Integralista Brasileira (AIB) e do Partido de Representação Popular (PRP), o Dr. Arcy Lopes Estrella (1917-2003), com a intensão de reviver o Integralismo, surgindo no contexto da preservação da história do movimento, realizando estudos, debates e divulgando antigos e novos documentos - contaram com a participação de muitos dos depoentes.

O Centro Cultural Plínio Salgado (CCPS) era composto por antigos e novos integralistas, jovens de todas as idades, de diferentes profissões, chegando a reunir centenas de pessoas em suas festividades, que faziam parte do calendário oficial da Ação Integralista Brasileira. A entrevista de Sergio de Vasconcellos contém menções a outras instituições Integralistas, como, por exemplo, a nova Ação Integralista Brasileira, fundadas na década de 1980, com a participação da filha da única filha de Plínio Salgado, a Sra. Maria Amélia Salgado Loureir, mais conhecida, dentro dos círculos integralistas, como Dona Maria Amélia Salgado.

Sobre a inserção de Sergio de Vasconcellos nas lutas e nos debates a respeito das batalhas em prol das ideias sociopolíticas do Integralismo, mais conhecidas, na primeira

metade do século XX, como *doutrina do Sigma*, destacamos seus trabalhos durante a formação da nova Ação Integralista Brasileira (AIB), lançada no dia 07 de outubro de 1987, que aglutinou diferentes gerações de Integralistas em prol do fortalecimento e difusão do ideário do Integralismo. Na entrevista, Sérgio de Vasconcellos aborda os debates entre integralistas para formação do novo grupo e suas rupturas, e seu papel de conciliador entre os novos e antigos membros do movimento Integralista, mais conhecidos como *camisas-verdes*, neste caso o relato surpreende pela riqueza de relatos:

Bom, não foram apenas Integralistas da velha guarda, uma vez que a iniciativa reuniu companheiros que militavam desde a década de 1930, os da geração Águia Branca<sup>3</sup> e nós, da “jovem guarda”. Como o tempo é inexorável, os elementos da velha guarda quase todos se foram para a Milícia do Além, e hoje a velha guarda é quase toda constituída pelos Águias Brancas e aquela jovem guarda é hoje, digamos assim, a “média guarda”, e a jovem guarda atual bastante entusiasmada reúne jovens que vão dos 15 aos 25 anos. A iniciativa de recriar a A.I.B. [Ação Integralista Brasileira] partiu de São Paulo e encontrou solo fértil aqui no Rio. Já em São Paulo surgiu concomitantemente a Ação Integralista do Brasil – A. I. do B. (VASCONCELLOS, 2012).

Associado às lutas na defesa dos ideários integralistas, o Sr. Sergio de Vasconcellos teve importante atuação no campo doutrinário do movimento Integralista, defendendo as ideias originárias do movimento e combatendo a mudanças doutrinárias propostas por novos militantes. Essas mudanças são atualmente a principal arena de batalha, para membros e críticos do movimento, a internet e as redes sociais virtuais. Neste local encontra-se farta produção literária do entrevistado, com textos que passam pela história, doutrina, política atual e filosofia, participando de projetos idealizados pela Frente Integralista Brasileira (FIB), a principal entidade integralista atualmente, além de ser responsável por um site, cujo endereço eletrônico é <http://www.acaodosblogsintegralistas.blogspot.com.br/>, destinado a aglutinar diferentes blogs sobre Integralismo intitulado Ação dos blogs Integralistas.

#### 4. Considerações finais

A entrevista realizada com o Sr. Sérgio de Vasconcellos dá a chance de conhecer a trajetória de um cidadão brasileiro que, aos 54 anos de idade, dispõe-se a relatar a experiência vivida e a refletir sobre ela, acreditando na importância do seu trabalho. Tal importância já vinha sendo explorada a partir de outra iniciativa idealizada pelo Instituto Plínio Salgado, na qual Sérgio de Vasconcellos é um dos responsáveis, inclusive

---

<sup>3</sup> O Movimento Águia Branca, entidade estudantil ligada as Confederações dos Centros Culturais da Juventude (CCCJ), foi fundada em 1952, reunindo diversos Centros Culturais espalhados pelo Brasil e no exterior, tendo como presidente de honra o poeta, escritor e político Plínio Salgado, aclamado no 1º Congresso de Centros Culturais da Juventude. Suas atividades eram variadas, desenvolvendo comemorações cívicas, palestras culturais e políticas, cursos de formação, publicação de manifestos, jornais e revistas. Seu principal objetivo foi à formação de jovens lideranças, contou com uma coluna fixa no principal jornal do Partido de Representação Popular (PRP) (1945-1965) A Marcha, denominada *Ergue-te mocidade*, uma clara homenagem ao antigo hino da Ação Integralista Brasileira (AIB) (1932-1937). No total foram fundados mais de 300 Centros Culturais por todo o país, congregando centenas de jovens, sendo a entidade fechada em 1965, após mais de doze anos de existência, muitos dos seus jovens membros ocuparam posteriormente cargos de destaque na vida política nacional. Sobre o Movimento Águia Branca e as Confederações dos Centros Culturais da Juventude (CCCJ) recomenda-se consultar: Calil (2001) e Figueira (2013).

ministrando aulas aos novos militantes do movimento Integralista, através do Ensino à Distância (EAD), que proporciona ao aluno aprender um pouco mais da história e doutrina integralista através de suas aulas.

Essa entrevista possibilitou, por meio da memória, enquanto categoria de análise, revisitar o cotidiano (cf. CERTEAU, 1974) do movimento Integralista, um dos movimentos sociais mais importantes do Brasil entre as décadas de 1930 e 1970, e de outros acontecimentos do Brasil, como, por exemplo, o Estado Novo, liderado por Getúlio Vargas e as disputas políticas pós-década de 1940 que culminaram na eleição de Juscelino Kubitschek em 1955.

Por fim, a firma-se que o depoimento do Sr. Sérgio de Vasconcellos não esgota a necessidade de se estudar, com afinco, o Integralismo, o Estado Novo, o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) e muitos outros acontecimentos históricos e sociais que atravessaram a memória do Brasil no período que vai das décadas de 1930 a 1980. É necessária haver novas e até mesmo relevadores estudos sobre esses movimentos e acontecimentos históricos. No entanto, enfatiza-se o fato do depoimento do Sr. Sérgio de Vasconcellos ser uma pequena prova de que a história não é construída apenas por grandes estadistas e por grandes acordos políticos, econômicos e militares. A história também é uma construção ligada ao cotidiano, a vida familiar e aos sonhos e aspirações de uma sociedade mais igualitária desenvolvidos pelo homem comum.

## 5. Referências

ALBUQUERQUE, Carlos de Faria. *Plínio Salgado: resumo biográfico*. Salvador: Gazeta dos Municípios, 1951.

CALIL, Gilberto G. *O Integralismo no Pós-Guerra. A Formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CANDAU, Jöel. *Antropologia da memória*. São Paulo: Instituto Piaget, 2013.

CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. São Paulo: Forense, 1975.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Vol. I e II. Petrópolis: Vozes, 1974.

ENCICLOPÉDIA DO INTEGRALISMO. Vol. I. Ano XII. São Paulo: Livraria Clássica Brasileira. 1960.

FIGUEIRA, Guilherme Jorge. As eleições de 1955: ensaio sobre a participação de Plínio Salgado nas eleições presidenciais. In: *Revista do Arquivo*, Rio Claro, São Paulo, n. 11, p.60-63, jun. 2013.

LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. *Plínio Salgado, meu pai*. São Paulo: GRD, 2001.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. 5 ed. Campinas: Unicamp, 2012.

SALGADO, Plínio. *Manifesto de outubro*. Rio de Janeiro: Difusão Doutrinária do Partido de Representação Popular, 1932.

SALGADO, Plínio. *O Integralismo na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira. 1958.

SANTANA, Márcio Santos de. O Integralismo, as novas gerações e o problema da consciência histórica. In: *Esboços*, v. 18, p. 213-232, 2011.

SILVA, Jaime Ferreira da. *A verdade sobre o Integralismo: respondendo a Carlos Lacerda e outros*. São Paulo: GRD, 1996.

VASCONCELLOS, Gilberto. *A ideologia curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

VASCONCELLOS, Sergio de. *Minha militância no Integralismo*. Entrevista concedida a Guilherme Jorge Figueira. Rio de Janeiro: GRED-UERN, 2012.

## O ILUMINISMO E O PRIMADO DA EDUCAÇÃO: AS VISÕES DE ANTÓNIO NUNES RIBEIRO SANCHES E DO MARQUÊS DE CONDORCET

Guilherme Marchiori de Assis<sup>1</sup>

Professora Dra. Orientadora: Patrícia Maria da Silva Merlo

**Resumo:** A análise da modernidade deve englobar de maneira uniforme o estudo do Iluminismo, período em que vigorou o pensamento analítico. Época em que viveram António Nunes Ribeiro Sanches e o Marquês de Condorcet. Ambos contribuíram para o instrumental científico que ficou conhecido como a *República das Letras*. A transposição de pensamentos e argumentos que transbordavam dos preceitos elaborados, trouxeram a lume contribuições indizíveis ao conceito e aplicação da instrução pública.

**Palavras-chave:** Modernidade. Iluminismo. Educação.

**Abstract:** The study of modernity should cover uniformly the study of the Enlightenment, a period that used analytical thinking. A historical era in which lived António Nunes Ribeiro Sanches and the Marquis de Condorcet. Both contributed to the scientific instruments that became known as the *Republic of Letters*. The transposition of thoughts and arguments overflowed of the precepts formulated, brought to light the untold concept and application of public education contributions.

**Keywords:** Modernity. Enlightenment. Education.

### O ILUMINISMO COMO PRECEITO UNIVERSAL

O discurso iluminista é posto em uma sua multiplicidade como um discurso universal<sup>1</sup>. Caso tal afirmação seja aceita como verdade irrefutável, urge a importância em se obter uma resposta que repouse em um dos primados do discurso iluminista: qual é a importância da educação na viabilidade desse projeto das luzes?

Não obstante, crível é desposar da História a abordagem efetiva de um dos grandes movimentos intelectuais da Idade Moderna, qual seja, o Iluminismo. Homens com o pensamento direcionado para a evolução da sociedade até então disposta revolucionaram o

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Espírito Santo – aluno do Programa de Mestrado em História Social das Relações Políticas - PPGHIS. Bolsista pela CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

que existia e criaram uma nova realidade social e histórica. Fala-se aqui de notáveis cientistas que modificaram o meio de se analisar o mundo<sup>2</sup>.

Homens que se tornaram porta-vozes de sua época, como Voltaire, D'Alembert, Diderot, Montesquieu, Condorcet, Newton, John Locke, Adam Smith, António Nunes Ribeiro Sanches, apenas para mencionar alguns nomes, dentre tantos outros de nacionalidades distintas e de tamanha importância para a ciência, são vistos hoje como patriarcas da evolução cultural engendrada no Ocidente<sup>3</sup>.

Nesse diapasão, partimos da premissa de que é essencial que se faça um recorte que torne possível uma abordagem mais específica da temática que propomos. Sendo assim, considerando o cenário descrito, elegemos António Nunes Ribeiro Sanches e o Marquês de Condorcet como os personagens a serem esquadrihados. Temos como meta central refletir sobre as propostas acerca da educação apresentada por esses pensadores, dentro da perspectiva universalista que caracterizou o discurso iluminista.

Em linhas gerais, o Iluminismo pode ser visto como um esforço consciente de valorização da razão, objetivando, na prática, a crença no progresso e a liberdade de pensar. “É justamente na Europa que no século XVIII que se acelera e se reforça esse movimento, é ali que se formula a grande síntese do pensamento que se difunde em seguida para todos os continentes”<sup>4</sup>.

Nesse contexto, a primeira autonomia conquistada foi a do conhecimento, que só poderia ter duas fontes, ou seja, a razão e a experiência, e ambas eram, ao menos em tese, acessíveis a todos. Assim, os promotores desse novo pensamento queriam levar luzes a todos, pois estavam convencidos de que serviriam ao bem comum: o conhecimento é libertador, eis o postulado<sup>5</sup>.

Diante desse espectro, podemos observar que para a estruturação desse movimento cultural, alicerces foram fundados. O próprio Condorcet enfatizou os importantes resultados que seriam atingidos com a implementação da educação universal:

“Se os primeiros efeitos de uma nova instrução são de início pouco perceptíveis, veremos que pouco a pouco eles aumentam e se desenvolvem. Os jovens, e depois deles as crianças formadas nos primeiros tempos, saberão melhor cuidar da educação de sua família e oferecerão alguns mestres, cujo espírito estará mais de acordo com o da instituição. Numa segunda geração, ela se aperfeiçoará ainda mais. Enfim, numa terceira geração, a revolução poderá completar-se. Exemplos práticos do que foi dito. No último século, bastavam alguns anos de estudo para saber tudo o que Arquimedes e Hiparco tinham podido conhecer. Hoje, dois anos de ensino de um professor vão além daquilo que Leibniz e Newton sabiam”<sup>6</sup>.

Sendo assim, é possível compreender o importante papel da educação, direito fundamental do homem. Entretanto, tal observação somente é possível diante dos legados teóricos que foram



proporcionados, homens que pensaram e organizaram a instrução como veículo de se chegar às *luzes*.

Retomando as assertivas de Condorcet, outro ponto não menos importante é o papel feminino, atribuído por ele, no período das *luzes*. Fala-se, compulsoriamente, no papel de homens que marcaram a fonte do saber. Para o pensador francês, é imperiosa a atenção dedicada ao tema da participação feminina nas *luzes*. Vejamos um exemplo:

“A arte de curar é uma das artes nas quais a instrução deve ser comum aos dois sexos. O uso constante de todas as nações parece mesmo ter reservado às mulheres algumas de suas funções. Em todo lugar elas cuidam de doentes, e, o que é uma consequência disso, exercem a Medicina para pequenos males, fazendo cirurgias mais simples. Nos países em que os preconceitos da superstição e da inveja não lhes permitem cuidar de homens, as mesmas opiniões lhes concedem com exclusividade a profissão de fazer os partos e de cuidar das mulheres (...) A doçura, a sensibilidade, a paciência das mulheres tornariam os recursos do povo pelo menos tão úteis como aqueles dos mais instruídos, cujo número nunca será suficientemente considerável para que uma grande parte dos habitantes do campo não seja deles privado”.<sup>7</sup>

O historiador Hans Ulrich Gumbrecht, tratando sobre a temática, destaca o conhecimento e sua produção como importantes veículos na introdução da Modernidade e sua ulterior difusão. Segundo ele:

“O deslocamento central rumo à modernidade, por conseguinte, está no fato de o homem ver a si mesmo ocupando o papel do sujeito da produção do saber (o qual, no contexto da teologia protestante, muda o status dos sacramentos para o de meros atos de comemoração). Em vez de ser uma parte do mundo, o sujeito moderno vê a si mesmo como excêntrico a ele, e, em vez de se definir como uma unidade de espírito e corpo, o sujeito – ao menos o sujeito como observador excêntrico e como produtor do saber – pretende ser puramente espiritual e do gênero neutro. Esse eixo sujeito/objeto (horizontal), o confronto entre o sujeito espiritual e um mundo de objetos (que inclui o corpo do sujeito), é a primeira condição estrutural do Início da Modernidade.”<sup>8</sup>

Partindo da assertiva de Gumbrecht, é possível concluir que a construção da ideia de homem, enquanto um ser apto à produção do saber, contribuiu para a passagem da Idade Média à Modernidade. Assim sendo, sem o saber provido pela educação, o homem, objeto do saber, não progrediria, ficando estagnado como mero sujeito espiritual.

A educação tornou-se, dentro dessa perspectiva, fonte primordial para o crescimento humano, um ser que necessita de aprimoramentos, que se desenvolve com o aprendizado concreto, baseado na instrução, cujas premissas foram exaustivamente analisadas no Iluminismo.

Portanto, como é possível notar, ambos os pensadores – Sanches e Condorcet – apresentam contribuições singulares à compreensão do período e em especial, na visualização dos desdobramentos do Iluminismo em cada realidade proporcionada.

## OS PERSONAGENS HISTÓRICOS

Em Portugal, escolhemos como personagem de nossa reflexão António Nunes Ribeiro Sanches, historiador, médico, filósofo e enciclopedista português, foi autor de diversos manuscritos, dentre eles o que se sobressai, Cartas sobre a educação da mocidade<sup>9</sup>, onde são prescritos conselhos e ideais fulcrais para a boa-aventurança do ensino em Portugal.

Seguindo o enciclopedismo, Sanches escrutina todas as possibilidades e herdades necessárias para o aprimoramento do ensino em Portugal, inserindo-se, nesse diapasão, no pensamento das luzes. O seu nome está dentre os grandes mestres do pensamento europeu de sua época.

Como cristão-novo e denunciado por praticar o judaísmo, se vê obrigado a sair de Portugal, permanecendo no exílio até sua morte, aos 84 anos, em Paris, França, no ano de 1783. Chega a abordar a perseguição sofrida pela Inquisição Portuguesa da seguinte forma: “Quando eu nasci, já a fogueira da Santa Inquisição fazia arder corpos e almas no Rossio de Lisboa e Évora, assim como nos Paços de Coimbra e Goa”.<sup>10</sup>

Não obstante as perseguições religiosas e doutrinárias, foi médico militar no Império Russo em 1731, tendo sido nomeado clínico do Corpo Imperial dos Cadetes de São Petersburgo. Com o crescimento de sua fama, torna-se médico da czarina Ana Ivanovna. Em 1739 é nomeado membro da Academia de Ciências de São Petersburgo e, no mesmo ano, recebe igual distinção da Academia de Ciências de Paris. Durante sua vida manteve relação epistolar com diversas personalidades eminentes da sociedade intelectual europeia, dentre eles D’Alembert e Diderot.

Perscrutando o período em tela, é inegável a importância da França enquanto epicentro das ideias iluministas. No que diz respeito à educação, um nome merece destaque, o Marquês de Condorcet.

Imiscuindo-se nesse contexto, importante mencionar que em menos de três meses depois da tomada da Bastilha, em 14 de julho de 1789, data oficial do triunfo da Revolução Francesa, a Assembleia Nacional, que havia sido outorgada de poderes constituintes, recebeu um projeto de organização geral da instrução pública elaborada pelo Marquês.

Um dos líderes ideológicos da revolução, o matemático e filósofo ocupava uma cadeira de deputado pela cidade de Paris. Seu projeto, apresentado na ocasião, era uma tradução para o campo educacional dos ideais iluministas que nortearam o processo de revolução. Assim como a data simboliza o fim do absolutismo e a vitória da democracia, o projeto de

Condorcet, embora não tenha sido aprovado pela Assembleia Constituinte, construiu o fundamento de uma nova educação do Velho Continente.

Na concepção do Marquês, a instrução era não só um dever do Estado como também uma condição básica para o seu funcionamento. Em sua obra angular, publicada em 1791, *Cinco Memórias Sobre a Instrução Pública*<sup>11</sup>, o pensador francês esboça e esquadrinha como deve ser empreendido o processo de instrução dos cidadãos franceses de sua época, atentando para a organização das escolas e universidades públicas, bem como a figura do professor, aquele que poria em prática os ensinamentos úteis e necessários para o desenvolvimento da nação.

Como destaca Todorov, o pensamento das Luzes foi conduzido por numerosos indivíduos que, longe de estarem de acordo entre si, estão constantemente engajados em ásperas discussões. Assim, a existência desses desacordos fez nascer escolas de pensamento que se enfrentam ainda em nossos dias, de modo que, “as Luzes foram uma época mais de debate do que de consenso; de assustadora multiplicidade, aliás”.<sup>12</sup>

Portanto, não é de surpreender que tenha havido pontos convergentes e divergentes nas propostas de Sanches e Condorcet, fruto das peculiaridades atinentes ao mundo em que viveram e dos próprios contextos sociopolíticos em que estavam inseridos. Em relação à instrução pública, é possível perceber peculiaridades na forma de se ver o homem como objeto do ensino a ser proporcionadas.<sup>13</sup> Vejamos, a título de exemplo, alguns pontos convergentes entre os dois pensadores. Assim como Condorcet, Sanches analisou a função do professor na elaboração do conteúdo escolar e a forma de ministério.<sup>14</sup> Condorcet em sua segunda memória estabeleceu a importância dos professores no estabelecimento de um ensino de qualidade, focando na necessidade de criarem-se livros auxiliares na consecução das aulas.<sup>15</sup>

Não obstante, como já dito, divergências também podem ser encontradas entre os pensadores. Sanches abordou, por exemplo, a questão da educação dos fidalgos portugueses, bem como da burguesia nascente.<sup>16</sup> Condorcet enfatizou que todas as instruções devem ser iguais, no método e no conteúdo, ou seja, não fez distinções entre o ensino, pois este deveria ser universal.<sup>17</sup>

## **CARACTERÍSTICAS PRIMORDIAIS DAS LUZES**

O tema Iluminismo continua a seduzir estudiosos ao longo do tempo. Desde a obra de referência escrita por Ernst Cassirer em 1932, passando por estudiosos importantes, p.ex., , Todorov<sup>18</sup>, até estudiosos brasileiros, como, p. ex., Francisco José Calazans Falcon<sup>19</sup> e Sérgio Paulo Rouanet<sup>20</sup>. Inclusive, um número razoável de pesquisas acadêmicas foi empreendido com o fim de explicar o papel da instrução como o primado desse movimento. Apesar de nem sempre se ocuparem da real importância dessa ferramenta que modificou o modo de pensar do homem ocidental<sup>21</sup>.

Nesse cenário de ricas produções, procuramos circunscrever o Iluminismo dentro dos seguintes parâmetros:

“O termo Iluminismo indica um movimento de ideias que tem suas origens no século XVII (...), mas que se desenvolve especialmente no século XVIII, denominado por isso o “século das luzes”. Esse movimento visa estimular a luta da razão contra a autoridade, isto é, a luta da “luz” contra as “trevas” (...) O Iluminismo é, então, uma filosofia militante de crítica da tradição cultural e institucional; seu programa é a difusão do uso da razão para dirigir o progresso da vida em todos os aspectos. Não se trata de um movimento homogêneo; não é possível encontrar nele um sistema de ideias ou uma escola; dir-se-ia que é, acima de tudo, uma mentalidade, uma atitude cultural e espiritual, que não é somente dos filósofos, mas de grande parte da sociedade da época, de modo particular da burguesia, dos intelectuais, da sociedade mundana e até de alguns reinantes. O termo philosophe, com que o próprio iluminista se auto-define, indica a figura de um vivificador de ideias, de um “educador”, isto é, daquele que em tudo se deixa guiar pelas luzes da razão e que escreve para se tornar útil, dar sua contribuição para o progresso intelectual, social e moral e debelar toda forma de tirania, seja esta intelectual, moral ou religiosa.”<sup>22</sup>

Diversas são, nesse diapasão, as discussões trazidas pelo Iluminismo. Na verdade, ante as manifestações intelectuais e os grandes movimentos globais do século XX, pode-se falar, mais precisamente até a Segunda Guerra Mundial, que o Iluminismo era compreendido como uma ideia em contínua perfeição e evolução, tendo como primado a abertura à prática concreta do homem:

“A essência do Iluminismo está na opção, dado que o iluminista pensa que a possibilidade do aperfeiçoamento humano se pode transformar em realidade no mundo dos homens e que, por conseguinte, a atividade humana e o processo histórico são condicionados, em primeiro lugar, por um ato de escolha, sendo depois passíveis de uma avaliação crítica. A sua concepção pragmática da história, atenta a discernir as suas forças motrizes, evita tenazmente buscar na meta-história a justificação do agir humano, evitando, por isso, aceita-lo passivamente.”<sup>23</sup>

Analisando o texto apresentado é possível perceber a ideia de que o homem é o centro do Iluminismo, ou seja, não haveria tal movimento se o homem racional e pensante não estivesse no cerne da questão. Todas as grandes modificações no passado e no tempo presente

envolviam a noção de que o homem poderia trazer “luz” às “trevas” do mundo intelectual. Todavia, sem a devida instrução, esse mesmo homem estaria sujeito às mais sofríveis temeridades, visto que é na educação própria que tal homem construiria seu templo do conhecimento.

## CONCLUSÕES

Diante do que foi exposto, é coerente mencionar um importante fato: existe um número significativo de obras acerca de Sanches e Condorcet, mas que, no entanto, poucas são as reflexões que buscam comparar de que maneira as ideias desses pensadores ilustrados, cada um a seu modo, traduzem a preocupação universalista e de autonomia pela instrução que são a base do Iluminismo.

Nesse contexto pode ser mencionada ainda a *República das letras*, isto é, a comunicação por cartas que foi utilizada por ambos os pensadores objetos deste estudo. Na obra de Sanches fica evidente a relevância na propagação do conhecimento:

“Porque S. Magestade, que Deos guarde com alta providencia, considera que lhe são necessarios Capitaens para a defenza; Conselheyros doutos e experimentados; como taõbem Juizes, Justiças, e Administradores das rendas Reais; e mais que tudo na situaçãõ em que está hoje a Europa, Embayxadores, e Ministros publicos, que conservem a harmonia de que necessitaõ os seus Estados; esta Educaçãõ naõ seria completa se ficasse somente dedicada á Mocidade Nobre; Sua Magestade tendo ordenado as Escolas publicas, nas Cabeças das Comarcas, quer que nellas se instruaõ aquelles que haõ de ser Mercadores, Directores das Fabricas, Architectos de Mar e Terra, e que se introduzaõ as Artes e Sciencias.”<sup>24</sup>

Sanches defende a necessidade da comunicação eficiente e da transmutação do conhecimento entre diversas classes sociais. Não defende o ensino universal como o faz Condorcet, mas aborda a imperiosa necessidade de se instruir todas as classes sociais.

É límpida a observação de duas vertentes da ilustração europeia, como se houvesse uma disputa entre uma velha e nova Europa. Richard Morse ao tratar especificamente da situação peculiar de Portugal, enfatiza:

“O caso de Portugal era similar ao da Espanha. Tinha contatos eruditos com a Europa desde meados do século XV e, no XVI, gozou de uma limitada primavera humanista. Mas o campo que oferecia para a especulação moral e filosófica era mais restrito. A maior homogeneidade do país, sua consolidação mais antiga, a monarquia mais centralizada e as aventuras “civilizadoras” menos ambiciosas no ultramar combinavam-se para limitar os horizontes efetivos da atividade intelectual.”<sup>25</sup>

Ainda sobre as peculiaridades lusitanas, Voltaire declara, ao analisar a corte de D. João V (1706/1750): “Quando queria uma festa, ordenava um desfile religioso. Quando queria uma construção nova, erigia um convento. Quando queria uma amante, arrumava uma freira.”<sup>26</sup>

Ainda sobre as especificidades portuguesas, em especial no que tange à insinuante Ilustração Católica, podemos mencionar *a priori* o que segue:

“Desde fins do século XVI, o ensino luso estava tomado pelas escolas da Companhia de Jesus, guiadas pelos princípios escolásticos. No século XVIII emergiu, com a tutela do Estado Português, outra ordem religiosa que buscava inserir a nação na modernidade ilustrada: a Congregação do Oratório, que se tornaria o contraponto aos jesuítas no campo educacional. Adeptos dos princípios ilustrados, coube aos oratorianos, de certo modo, uma reavaliação do ensino português (...) Mas como ser fiel seguidor da racionalidade ilustrada e abdicar de imediato da tradição religiosa e cultural de sua nação? Diante deste desafio da modernidade, Verney, assim como outros pensadores portugueses, encontrou uma saída singular: a conjugação das duas linhas. Ou seja, a adoção dos princípios ilustrados com a manutenção da tradição cultural.”<sup>27</sup>

Mesmo vivenciando tais especificidades, António Nunes Ribeiro Sanches, assim como o Marques de Condorcet, e a maioria dos *philosophes* europeus de seu tempo, enfocava a liberdade de expressão, assim como a própria liberdade física como elementos importantes do viver humano. Entretanto, para que a liberdade fosse real, era necessária a instrução dos povos. Sobre o tema, aborda Condorcet:

“Com efeito, à medida que os livros se multiplicam, que temos ainda muitos de um grande número de épocas, os progressos das luzes transformam em absurdos o que era considerado verdade eterna e fazem que se desprezem as questões que eram consideradas importantes.”<sup>28</sup>

Sanches, por sua vez, em seus extensos manuscritos, analisa diversos assuntos, mas é claramente verificável que a educação sempre possuiu uma importante e necessária abordagem. Sem ela não é possível a propagação do conhecimento e a indubitável certeza de que o aprendizado transforma o selvagem em homem racional.

Retomando o pensador francês, verificamos que a educação é um primado do Iluminismo, válido para todos. Assim sendo, defende ele que todos devem ter as mesmas oportunidades. Porém, o fato de alguns se sobrepujarem a outros, não invalida o benefício comum da educação que transcende quaisquer particularidades.

Portanto, como é possível perceber nos exemplos acima citados, Sanches e Condorcet consideram, cada um a seu modo, a educação como fundamental para o soergimento de um homem realmente livre, cidadão de fato. E conseguiram, cada um dentro de sua realidade, apresentar propostas teóricas e práticas para a instrução pública focada em tais premissas.

## REFERÊNCIAS

- <sup>3,22,23</sup>BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. "Iluminismo". In: *Dicionário de política*. Tradução Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacais e Renzo Dini, 11. ed, Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1983, p. 605-607.
- <sup>2</sup>CASSIRER, Ernst. "A conquista do mundo histórico". In: *A Filosofia do Iluminismo*. Tradução Álvaro Cabral, Campinas: Editora da UNICAMP, 1992, p. 267.
- <sup>6</sup>CONDORCET, Marie Jean Antoine Nicolas de Cariat. "Progressos dos benefícios de uma nova instrução". In: *Cinco memórias sobre a instrução pública*. Tradução Maria das Graças de Souza, São Paulo: UNESP, 2008, p. 199.
- <sup>7</sup>\_\_\_\_\_. "Da instrução na arte de curar". In: *Cinco memórias sobre a instrução pública*. Tradução Maria das Graças de Souza, São Paulo: UNESP, 2008, p. 223.
- <sup>11,13</sup>\_\_\_\_\_. "A sociedade deve ao povo uma instrução pública". In: *Cinco memórias sobre a instrução pública*. Tradução Maria das Graças de Souza, São Paulo: UNESP, 2008, p. 17.
- <sup>15</sup>\_\_\_\_\_. "Necessidade de um livro para professores". In: *Cinco memórias sobre a instrução pública*. Tradução Maria das Graças de Souza, São Paulo: UNESP, 2008, p. 78.
- <sup>17</sup>\_\_\_\_\_. "Porque as mulheres têm o mesmo direito que os homens à instrução pública". In: *Cinco memórias sobre a instrução pública*. Tradução Maria das Graças de Souza, São Paulo: UNESP, 2008, p. 60.
- <sup>28</sup>\_\_\_\_\_. "Obras que devemos nos limitar a encorajar". In: *Cinco memórias sobre a instrução pública*. Tradução Maria das Graças de Souza, São Paulo: UNESP, 2008, p. 183.
- <sup>19</sup>FALCON, Francisco José Calazans. "A vez dos historiadores". In: *Iluminismo*. 2<sup>a</sup>. ed., São Paulo: Editora Ática, 1986, p. 12.
- <sup>8</sup>GUMBRECHT, Hans Ulrich. "Início da Modernidade". In: *Modernização dos sentidos*. Tradução Lawrence Flores Pereira, São Paulo: Editora34, 1998, p. 12.
- <sup>21,23</sup>HOBSBAWM, Eric. "De um centenário a outro". In: *Ecos da Marselhesa: Dois séculos revêem a Revolução Francesa*. Tradução Maria Celia Paoli, São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 81.
- <sup>27</sup>MERLO, Patrícia M. S. "A obra de Luis Antônio Verney: aspectos da ilustração portuguesa". In: CAMPOS, A. P.; VIANNA, K. S. S; MOTTA, K. S. da; LAGO, R. D. (Org.). *Memórias, traumas e rupturas*. Vitória: LHPL/UFES, 2013, p. 1-15.
- <sup>25</sup>MORSE, Richard M. "O compromisso ibérico". In: *O espelho de próspero*. Tradução Paulo Neves, São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 43.
- <sup>20</sup>ROUANET, Sérgio Paulo. "Introdução". In: *As razões do iluminismo*. 5<sup>a</sup>. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 13.
- <sup>9</sup>SANCHES, António Nunes Ribeiro. "Notícia Bibliográfica". In: *Cartas sobre a educação da mocidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922, p. 4.
- <sup>14</sup>\_\_\_\_\_. "Digressam Sobre as Pensoens e Sobre a Lingoa Latina Tanto no Reyno, Como nas Colonias". In: *Cartas sobre a educação da mocidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922, p. 238.
- <sup>16,25</sup>\_\_\_\_\_. "Das Escolas, e dos Estudos dos Christaons Até o Tempo de Carlos Magno, no Anno 800". In: *Cartas sobre a educação da mocidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922, p. 24.
- <sup>24</sup>\_\_\_\_\_. "Das Escolas, e dos Estudos dos Christaons Até o Tempo de Carlos Magno, no Anno 800". In: *Cartas sobre a educação da mocidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922, p. 21.

<sup>10</sup> \_\_\_\_\_. ”Da imediata causa da Cegueira judaica dos Cristãos novos portugueses”. In: *Cristãos novos e cristãos velhos em Portugal*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003, p. 4.

<sup>1,18</sup>TODOROV, Tzvetan. “Universalidade”. In: *O espírito das luzes*. Tradução Mônica Cristina Corrêa, 2<sup>a</sup>. ed., São Paulo: Barcarolla, 2008, p. 117.

<sup>4</sup> \_\_\_\_\_. “As luzes e a Europa”. In: *O espírito das luzes*. Tradução Mônica Cristina Corrêa, 2<sup>a</sup>. ed., São Paulo: Barcarolla, 2008, p. 134.

<sup>5,12,19</sup> \_\_\_\_\_. “O projeto”. In: *O espírito das luzes*. Tradução Mônica Cristina Corrêa, 2<sup>a</sup>. ed., São Paulo: Barcarolla, 2008, p. 14.

<sup>26</sup>VOLTAIRE. ”De como foi Cândido criado em um lindo castelo, e como dali o escoraçaram”. In: *Cândido ou o otimismo*. Tradução Néelson Jahr Garcia, São Paulo: Martin Claret, 2001, p.15.



ENTRE A HISTÓRIA POLÍTICA E A ASSIMILAÇÃO – A CONSTRUÇÃO DOS NACIONALISMOS  
AFRICANOS

Gustavo de Andrade Durão [gad20055@gmail.com](mailto:gad20055@gmail.com)<sup>1</sup>

Resumo: A formação dos Estados Africanos que passaram pelo processo de colonização francesa no pós Segunda Guerra foram importantes para a obtenção das independências africanas. Através de uma sucinta apresentação da formação dos partidos africanos é possível perceber-se como construiu-se a identidade nacional para além de uma intervenção colonial por parte da França. Relacionando-se o contexto histórico e político da África Ocidental Francesa tem-se importantes reflexões acerca da história política das sociedades em desenvolvimento africanas.

Palavras-chave: Nacionalismos, História Política, partidos africanos.

Abstract: The formation of African states that have passed through the French colonization process in the post World War II, were important for obtaining the African independence. Through a succinct presentation of the formation of the African parties can be perceived as built-national identity and colonial intervention by France. Relating the historical and political context of French West Africa has become important reflections on the political history of societies in African development.

Keywords : Nationalism, Political History, African parties.

### **Introdução**

As análises existentes no campo histórico demonstram apenas alguns aspectos da questão colonial e com isso, espera-se, todavia, que as interpretações aqui contidas demonstrem

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de História Comparada – UFRJ / Bolsista Sanduíche CAPES / Science Po – Paris. Orientador: Prof. Dr. Bruno Sciberras Carvalho. Pesquisa desenvolvida com a auxílio da CAPES.

parte do ambiente cultural e político da África entre 1950 e 1960, bem como as fontes que trabalham esse período. Demonstrando assim a importância desse debate a partir da abordagem do contexto da África Ocidental Francesa (A.O.F), uma parte não habitual da análise africana.

Em termos gerais, em 1946, a A.O.F. foi composta pelos territórios que englobavam o Senegal, a Mauritânia, o Sudão, a Nigéria, a Costa do Marfim e o Daomé. Outro conglomerado dividido administrativamente pela França foi a África Equatorial Francesa (A.E.F.) que tinha em sua constituição o médio Congo, o Gabão, o Chade e Oubangui-Chari, que é atualmente a República Centro Africana (KIPRÉ, 1989, p.22).

Como se pode notar na historiografia atual a construção dos saberes relacionados à luta política na África foi pouco desenvolvida na perspectiva dos estudos pós-coloniais, sobretudo a de colonização francesa (BAYART, 2010, p.36-38). Para melhor compreender algumas especificidades da movimentação política de Senghor e de parte da política da A.O.F. é importante realizar uma breve caracterização territorial e das medidas políticas para a emancipação de parte do território da África Francesa no período que antecede às independências.

Percebe-se que os intelectuais e políticos africanos desta análise representaram parte do “saber ocidental” e que não participaram de uma noção de África ligada às tradições (BENOT, 1981, p.14). Reproduzindo as ideologias ocidentais, traziam no socialismo a esperança de continuar a luta pela liberdade e mesmo a unidade do continente africano. Embora não seja o foco trabalhar a ideologia marxista nesse momento, acredita-se que o ímpeto de operar com o marxismo tenha causado a ilusão de que se alteraria a ordem social do mundo com a adoção de uma ideologia de pensamento (BENOT, 1981, p.21).

Utilizando a conceituação de *intelligentsia africana* de Yves Benot (1981, p.25) é possível perceber que apesar de uma luta em comum para a independência, não se batalhou para a divisão territorial em si. Lutou-se, sobretudo, pela unidade, e paradoxalmente mesmo com a divisão do continente pelas potências colonizadoras como França e Inglaterra, por exemplo, os escritores africanos não se distanciaram completamente das influências e do contato europeu (BENOT, 1981, p.25).

Sendo assim, pode-se compreender a empreitada dos intelectuais africanos como uma luta por maior autonomia, mas não totalmente distanciada do colonizador, ao passo que levava em consideração as diferentes situações histórico-culturais dos diversos povos que habitavam o continente. O que reforça a concepção de que a elite letrada, a qual ocupou grande parte dos postos de decisão política e de formação de opinião, não concebia a ruptura completa com os padrões ocidentais e europeus.

Por outro lado, a heterogeneidade da África contemporânea (sobretudo a Ocidental Francesa do pós-Segunda Guerra) não foi levada em consideração por parte dos divulgadores dos ideais políticos de expressão francesa. Deve-se considerar que os dilemas que os autores, militantes e principais críticos do sistema colonial encontraram, principalmente quando tiveram de retomar os valores de sua história<sup>1</sup>. Ocupavam-se da retomada de um passado que lhes foi negado, e que para isso se faz necessário “criar tudo de novo, se quiser contribuir para o nascimento de uma África independente e moderna” (BENOT, 1981, p.29).

A recriação deste ambiente, espécie de base pensada para o novo Estado Africano, deveria acontecer através da revolução armada associada ao fator ideológico que só poderia ser conseguido através da militância dessa *intelligentsia*. Essa camada intelectual seria capaz de fazer as conexões entre os fatores internos e externos, fornecendo o incentivo fundamental para que a luta pela independência tivesse êxito (BENOT, 1981, p.30)<sup>2</sup>.

Observa-se assim que a educação colonial ocidentalizada fomentou a formação política africana, e especificamente no caso senegalês, os deputados africanos copiaram parte da estrutura democrática da metrópole. Estes deputados fizeram parte do escopo mais moderado dentro das movimentações políticas das décadas de 40 e 50, não sendo tão radicais quanto, por exemplo, os representantes do movimento fundamentalista do norte da África (ILIFFE, 2009, p.461-462).

Esse posicionamento moderado se justifica também pelo próprio conceito de nacionalismo no começo do século XX, cuja ambiguidade pode representar por vezes a nação francesa e por vezes os interesses senegaleses ou marfinenses. Por isso, diz-se que até o imediato Pós-Segunda Guerra, não se imaginava romper completamente com o sistema político colonial (ILIFFE, 2009, p.462).

De acordo com a análise de John Iliffe (2009, p.464), até meados do século XX grande parte dos africanos se concentrou nas questões locais: defender o lugar de sobrevivência contra a invasão europeia, aumentar a prosperidade e reforçar a posição de cada um, nos seus respectivos espaços sociais. Por isso, ao analisar a produção escrita dos discursos políticos dos pensadores africanos é necessário compreender que nada aconteceu de modo abrupto e houve negociações e reivindicações no plano político-econômico e social.

Com a Segunda Guerra, acredita-se que uma tomada de consciência dos povos em relação ao nacional tenha sido potencializada. A própria participação política do contingente africano gerou uma mudança de postura nas tomadas de decisões, muito embora ainda grande parte das populações estivesse fora do debate e da luta política (ILIFFE, 2009, p.470).

## **A criação do RDA – movimentações políticas no contexto africano**

No ano de 1944, o marfinense Félix Houphoët-Boigny se destacava por suas lutas para a extinção do trabalho forçado na Costa do Marfim. Em 1945, ele se associou a outros deputados africanos no seio do partido nacionalista e assim, criava o *Rassemblement Démocratique Africain* (RDA). Algumas das demandas do RDA pediam a extensão do poder de voto a todos os representantes da AOF (não somente os senegaleses) e um sistema eleitoral que chegasse até as elites rurais. Por outro lado, o partido de oposição ao RDA, o *Bloc Démocratique Senegalais* (BDS), liderado por Senghor, possuía uma grande articulação com e entre os partidos franceses e os poderes locais (sobretudo o rural).

Em 1946 votava-se um referendo pela adoção de uma constituição que previsse a independência das colônias africanas, visando assim o alinhamento com a União Francesa em bases de maior igualdade (BENOT, 1981, p.96). Nesse sentido, a movimentação política dos representantes africanos da AOF e da AEF (África Equatorial Francesa) atuou no único de encontrar um campo de ação que trouxesse à baila o diálogo para uma conquista de direitos.

O Congresso de Bamako em outubro de 1946 e a organização dos políticos africanos viabilizaram o fortalecimento do RDA. Sendo esse um momento único para a política africana, pois antes do surgimento do RDA só existia a SFIO (Seção Francesa Internacional Trabalhadora) de orientação marxista que claramente defendia os interesses franceses (BENOT, 1981, p.97).

Os intelectuais associados à SFIO eram os africanos Lamine Gueye, Léopold Senghor e Yacine Diallo, os quais, no limiar da década de 1950, se uniram a Houphouët-Boigny e aos futuros dirigentes do RDA visando igualdade de direitos e a busca por uma organização política federalista na África francófona. Segundo Benot (1981, p.97), os políticos associados ao SFIO foram pressionados por Marius Moutet, representante das colônias na França, a retirar os votos para a aprovação de um documento publicado em setembro de 1946 que pedia mais autonomia na política africana.

Esse documento originou a Constituição de 1946, expressão da interação da movimentação política africana e francesa. Após esse marco, acontece o primeiro racha entre os políticos africanos, o qual deu um sentido de oposição política aos defensores da continuidade da União francesa de um lado e os de tendências separatistas em relação à metrópole. Um exemplo de resposta apoiada por parte dos militantes que visavam uma continuidade da União Francesa frente à nova Constituição é observada no trecho a seguir:

Em contrapartida, também não nos deixaremos iludir pelos sentimentos ‘autonomistas’, que se baseiam numa visão utópica das realidades africanas e se manifestam hoje pelo oportunismo de homens que não souberam ontem defender-se contra a assimilação. A nossa adesão à União Francesa, que proclamamos solenemente, justifica-se por uma visão realista dos problemas políticos do Mundo, por uma confiança no destino da África e pela certeza de que, apesar da reacção conseguiremos as condições liberais, democráticas e humanas que permitirão o livre desenvolvimento das possibilidades originais do génio africano (BENOT, 1981, p. 97).

Essa resposta das parte mais radicais dos deputados da África Ocidental deixou claro que eles não estavam favoráveis à assimilação e que para que a União se concretizasse, era necessário real igualdade de direitos e deveres.<sup>3</sup> A principal reivindicação dos políticos africanos da A.O.F. e da A.E.F. era o direito ao voto igualitário, ou seja, equalizar a política francesa e os partidos africanos com suas reivindicações nos níveis político-sociais (BENOT, 1981, p.98). Assim, a luta pela representatividade na África Ocidental Francesa no pós-Segunda Guerra ainda estava por começar.

### **Ambiguidades nas formações partidárias**

A tentativa de criação dos quadros de representantes africanos nas decisões das colônias deu-se em uma movimentação de conquistas e repressões entre o RDA e BDS. Inicialmente o RDA representou os anseios de uma elite política africana, que encontrou no Congresso de Bamako um espaço de diálogo para as contestações semelhantes e projetos de emancipação também homogêneos. Muito embora em um contexto geral as divergências políticas internas no âmbito africano tenham sido extremamente diversas, sobretudo no que diz respeito à adesão ao socialismo (BENOT, 1981, p.99).

A ausência de Senghor e Gueye em Bamako pode ter sido um fator determinante para a liderança de Boigny, que após a Conferência ocupou um papel central diante do projeto político do RDA. Como destaca Benot (1981, p.100) esse panorama político foi organizado dentro da condição colonial e uma das características da colonização foi de “fabricar os interlocutores válidos” para cumprir os seus objetivos.

As repressões na África Ocidental se deram principalmente pela organização de chefes (*chefferie*), a qual foi “construída” ou “reconstruída” por parte da administração colonial. Além disso, o “incitamento às rivalidades étnicas” também foi uma estratégia usada pela nação colonizadora para o maior controle administrativo do território (BENOT, 1981, p.100).

Outra estratégia da colonização era fabricar um grupo de pensadores africanos que estivesse apto a executar as demandas da administração francesa. Geralmente eles faziam parte

de associações e eram universitários que, ao retornar aos seus respectivos países, passavam a ocupar papel de destaque nos seus meios sociais.

Pode-se inferir que esses intelectuais africanos se projetaram de forma a, de um lado representarem os anseios de uma classe média africana, e por outro lado se submeterem à realização das vontades da administração francesa. Verifica-se assim que a metrópole utilizava-se deles para ter o poder administrativo dos territórios, e com isso controlar os territórios coloniais de forma indireta (BENOT, 1981, p.102).

Uma dificuldade estrutural do RDA foi romper com as imposições da metrópole e projetar as frentes que se tornariam os partidos políticos necessários para que os políticos africanos tivessem representatividade. Embora houvesse uma diferenciação com o marxismo, o RDA precisou unir-se à SFIO para que tivesse maior apoio do comunismo francês (BENOT, 1981, p.102).

Nesse contexto, a população colonizada e oprimida acabava vendo na organização partidária uma possibilidade de opor-se ao colonialismo. Isso porque a subordinação e o preceito da inferioridade também foram características da colonização francesa, sendo a unidade uma maneira de oposição a esses mecanismos dominantes. Assim, por não saberem lidar com esses problemas, as propostas políticas de unidade difundidas pelo BDS de Senghor tiveram grande aceitação por parte da elite letrada da época, ao passo que a contraproposta do RDA foi em direção à unificação das forças políticas e nacionais (BENOT, 1981, p.102).

Não importando qual a base política lançada pelo RDA ou pelo BDS, lamenta-se que em pleno ano de 1948 e tudo se direcionando para uma organização que unisse as emancipações da AOF e da AEF, a independência tenha ocorrido no desmembramento desses territórios, dividindo a África na disputa territorial (BENOT, 1981, p.102). Por fim, a unidade política tornou-se um desafio para os governantes africanos, pois desde 1946, ela estava sendo debatida tendo como base os anseios cotidianos dos espaços sob a administração francesa na busca pelo cumprimento das igualdades políticas (BENOT, 1981, p.103).

## **Reflexões finais**

O historiador John G. A. Pocock levanta um ponto importante para a História Política ao determinar a necessidade de relacionar o discurso com o contexto político. É possível analisar e reconstruir o discurso político produzido pelos atores históricos, direta ou indiretamente engajados na ação política de seu tempo, resultando-se em uma historiografia mais associada ao pensamento político-social de um povo. Defende-se aqui a necessidade de

estudar o discurso, o que implica estudar os “atos de fala”, pensando os discursos como projetos de ação (POCOCK, 2013, p.9).

Verifica-se ainda que as interpretações sobre as obras dos pensadores africanos são pouco analisadas como ideias políticas e algumas vezes não fazem relação com os fatos históricos do período de luta pela autonomia frente aos colonizadores. Como por exemplo, grande parte dos textos de Senghor, Boigny e Almílcar Cabral dialogam com as medidas adotadas pelas políticas institucionais e com as repercussões político- administrativas francesas nos territórios em situação colonial.

Estudar o discurso também pode possibilitar reflexões possíveis para se destacar o contexto. Com isso, a busca do discurso político africano acontece no sentido de se compreender a narrativa sobre o passado, lembrando que a relação entre o discurso político e o contexto faz- se necessária no âmbito das ideias políticas<sup>4</sup>.

Nesse sentido, a teoria política de Pocock também se baseia na necessidade de se realizar uma interpretação do contexto político, para que nunca se atinja uma leitura vertical de uma obra. Há uma necessidade de situar a obra dentro de um conjunto de convenções ou “questões paradigmáticas” ou mesmo modos de enfrentar essas questões comuns a vários autores, mais ou menos contemporâneos (POCOCK, 2013, p.11).

Pocock pontua ainda a necessidade de se encontrar uma comunidade de falantes de uma linguagem política que está sempre se atualizando através de intervenções particulares (POCOCK, 2013, p.11). Uma tarefa dos teóricos que estudam a pós-colonialidade ou mesmo o colonialismo antes das independências é de elaborar uma sondagem do pensamento político africano, compreendido nas trajetórias e discursos de pensadores como, por exemplo, Modibo Keita (Mali), Léopold Senghor (Senegal), Houphouet-Boigny (Costa do Marfim) e Frantz Fanon (Argélia)<sup>5</sup>.

A expansão de uma corrente de estudos caracterizada como Subaltern Studies (Estudos Subalternos) se identifica com parte das abordagens historiográficas que se preocupam com os países que não estão no centro das perspectivas ocidentais (COOPER, 1994, p.1519) . Dentro do contexto africano (e também indiano) surgiu uma geração de acadêmicos africanos que testemunhou e fez parte das mudanças no mundo contemporâneo, principalmente com o súbito avanço do sistema educacional da década de 1950 (COOPER, 1994, p.1519).<sup>6</sup>

Para atender a perspectiva que valoriza a História da África e ao mesmo tempo abranger a questão da pós-colonialidade na construção do nacional, se faz necessário aprofundar-se na compreensão dos textos e discursos políticos dos países africanos de expressão francesa. Compreendendo as narrativas do campo político, é possível alcançar-se uma representação do

contexto social através da história política africana que apresenta-nos protagonistas pouco estudados mas fundamentais na história da luta pela liberdade e busca da identidade nacional da África contemporânea.

### **Referências Bibliográficas:**

BAYART, Jean-François. Caminhos Enviados da Hegemonia Colonial na África Ocidental francófona: ex-escravos, ex-combatentes, novos muçulmanos In: \_\_\_\_\_ A Construção Social dos Regimes Autoritários: África e Ásia - Vol. 3, A. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2010.

BENOT, Yves. Ideologia das Independências Africanas. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1981. \_\_\_\_\_ Les députés africains au Palais Bourdon de 1914 à 1958. Paris: Éditions Chaka, 1989.

CHÂTELET, François. História das Ideias Políticas. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

COOPER, Frederick. Conflict and Connection : Rethinking Colonial African History. The American Historical Review. Vol. 99, N.5, Dec.1994, p. 1516-1545.

D'ARBOUSSIER, Gabriel. L'Afrique vers l'Unité. Paris : Éditions Saint-Paul, 1961. ILIFFE, J. Les Africains : Histoire d'un continent. Paris: Editions Flammarion, 2009.

IRELE, Abiola. La Négritude : Littérature et Idéologie. In : Négritude et condition africaine. Paris : Ed. Karthala – Sefhis, 2008.

KIPRÉ, Pierre. Le Congrès de Bamako ou la naissance du RDA. Paris : Éditions Chaka, 1989.

MANN, Gregory. Native Sons. West African Veterans and France in the Twentieth Century. Durham: Duke University Press, 2006.

PARRY, Benita. Resistance theory/ theorizing resistance or two cheers for nativism in: Postcolonial Studies: A Materialist Critique. London : Routledge, 2004.

POCOCK, J.G.A. Linguagens do Ideário .político. São Paulo: EDUSP, 2013.

---

<sup>1</sup> Questiona-se como ocorreram as alianças e as movimentações entre os pensadores africanos em busca de perspectivas étnico-culturais

<sup>2</sup> Através das leituras dos discursos acredita-se que tanto Senghor, como Houphouët Boigny tiveram êxito nas movimentações políticas e ideológicas que pouco a pouco garantiram a autonomia nacional para os países africanos de expressão francesa.

<sup>3</sup> No fundo, os políticos africanos demandavam que a constituição de 1946 fosse aplicada e que os colonizados tivessem estatuto semelhante aos colonizadores franceses.

<sup>4</sup> Aqui é possível uma interpretação das leituras de textos dos deputados africanos com base na teoria política de Pocock, buscando uma interpretação política para os pensadores africanos das décadas de 1940 e 1950. POCOCK, J.G.A. Apresentação. In: Linguagens do Ideário político. São Paulo: EDUSP, 2013. P.9-21.



<sup>5</sup> O que ocorre é que ainda se estuda os grandes clássicos da política e não se pensa o cânone do ideário político africano como algo passível de grandes interpretações. A criação de narrativas consistentes no campo histórico ocorre com pouca frequência.

<sup>6</sup> Apesar da grande mudança da produção escrita por parte dos antigos súditos coloniais e o vasto desenvolvimento dos governantes africanos em novas clientelas e redes de distribuição, os *Subaltern Studies* não levaram em consideração que o Estado Nacional e toda a sua estrutura era ainda com base no legado colonial (COOPER, 1991, p.1518-19).

## **Nazismo, Cinema e os Judeus: O Antissemitismo nos Filmes**

### ***Jud Süß e Der Ewige Jude.***

Gustavo Feital Monteiro

Mestrando em História pela Universidade de Brasília

Orientador: Wolfgang Döpcke

E-mail: [gustaav.f@gmail.com](mailto:gustaav.f@gmail.com)

Resumo:

Nesta análise, estuda-se o antissemitismo do partido Nacional Socialista presente nos filmes *Jud Süß* e *Der Ewige Jude*, exibidos em 1940 na Alemanha. O objetivo principal é identificar a forma pela qual o discurso na propaganda política do nazismo procurava expor a ideologia antissemita e legitimar as práticas racistas do governo. Para isso, observa-se a representação da ideologia nazista tanto na sua estrutura narrativa quanto nos argumentos utilizados, contextualizando-os com a propaganda antissemita anteriormente realizada.

Palavras-chave: Nazismo, Antissemitismo, Cinema

Abstract:

This analysis studies the anti-Semitism of the National Socialist party in the movies *Jud Süß* and *Der Ewige Jude*, shown in 1940 in Germany. The main objective is to identify the way in which the discourse on political propaganda of the Nazis sought to expose the anti-Semitic ideology and to legitimize their racist practices. To achieve this goal, it observes the representation of Nazi ideology in its narrative structure and in the used arguments, contextualizing them with the anti-Semitic propaganda previously made.

Keywords: Nazism, Antisemitism, Cinema

## Introdução:

O uso do cinema como um instrumento para propaganda na Alemanha sob o governo Nacional Socialista ocorreu de forma semelhante ao emprego dos demais meios de comunicação e entretenimento para o mesmo fim, embora possuísse características próprias que interferiram nos métodos e no produto resultante de tal atividade específica<sup>1</sup>. Observa-se, inicialmente, o cinema como uma atividade de lazer e que, já em 1940, estava obtendo um alto grau de importância e influência na vida social na medida em que se constituía de uma forma nova de diversão, o que influenciou no seu uso como instrumento de doutrinação pelo governo nazista. Partindo da premissa de que arte e propaganda são categorias distintas, pode-se gerar a impressão errônea de uma separação fácil de ser definida entre entretenimento e ideologia nos filmes, sendo que, em realidade, havia o uso do cinema como um instrumento de propaganda e doutrinação mantendo, simultaneamente, seus elementos de entretenimento. Nas palavras de Kallis:

In all, the cinema of the NS period displayed a remarkable diversification of themes, approaches and techniques that helped it to avoid a definitive categorization as either ‘art’ *or* ‘propaganda’, information *or* entertainment, ideology *or* culture. (...) The film-as-message reflects choices of forms and content, and rests on inclusions and omissions which are never totally involuntary or totally conscious. In this respect too, cinema under National Socialism was not so different from other contemporary (or even subsequent) national cinema productions; nor was it fundamentally different to other mass media (such as radio) in its blurring of the boundaries between information and entertainment, the ‘political’ and the ‘cultural’. (KALLIS, 2008, pp. 185 – 186)

Devido à presença inegável da ideologia nazista nos filmes na Alemanha durante esse governo, é possível se demonstrar uma separação e categorização tomando como parâmetro a narrativa utilizada na representação da ideologia do partido pela propaganda<sup>2</sup>. Como exemplos da ampla produção cinematográfica do nazismo, assim como de sua diversidade e capacidade de mesclar o político com o cultural, podem-se mencionar os filmes de conteúdo ideológico voltado à guerra e transmitidos através de uma narrativa romântica, como *Ohm Krüger* e *Kolberg*<sup>3</sup>, ou os filmes de propaganda política explícita do partido - mas sem aprofundamento ideológico ou doutrinário - como *Olympia* e *Triumph des Willens*<sup>4</sup>, e até mesmo aqueles que procuraram convocar

os jovens espectadores para o alistamento como é o caso de *S.A. Mann Brand* e *Hitlerjunge Quex*<sup>5</sup>. O tema do antissemitismo, por sua vez, se mostrou presente em vários filmes com maior ou menor intensidade, os quais abrangiam diferentes aspectos dos argumentos antissemitas. Dentre eles, os dois mais marcantes foram *Jud Süß*, dirigido por Veit Harlan e *Der ewige Jude*, dirigido por Fritz Hippler - ambos exibidos no ano de 1940.

Dessa forma, a produção cinematográfica do governo nazista foi extensa, possuindo variações não somente de conteúdo ideológico, mas principalmente em formas narrativas<sup>6</sup>. A maneira pela qual a ideologia era apresentada para o público variava, pois, mesmo com a grande quantidade de pontos abordados pela propaganda, ainda havia a repetição de temas e argumentos que se constituíam nos principais fundamentos do nazismo, como o antissemitismo e a “comunidade do povo” (*Volksgemeinschaft*)<sup>7</sup>, fazendo com que a mesma mensagem se apresentasse de forma frequente, mas adotando narrativas diferenciadas.

Portanto, este estudo procura analisar a forma pela qual o antissemitismo foi apresentado em ambos os filmes mencionados, *Jud Süß* e *Der ewige Jude*, uma vez que, embora fossem voltados à propaganda antissemita, se diferenciavam na sua estrutura. Procura-se abordar, além da narrativa, o conteúdo ideológico, os argumentos utilizados, assim como observar a sua relevância para a propaganda antissemita nazista e o seu impacto sobre a população que os assistiu. Tal trabalho se constitui, dessa forma, em um estudo da representação ideológica do nazismo através da propaganda, sendo esta o discurso utilizado não somente para doutrinar a população alemã, mas também para legitimar a perseguição e extermínio dos judeus pelos nazistas.

#### O filme *Jud Süß*.

O “Judeu Süß”, em uma tradução para o português, é um drama situado em Stuttgart no ano de 1733, que narra a história de um judeu chamado Süß Oppenheimer, o qual, através de enganações e mentiras, consegue se tornar conselheiro financeiro do duque de Württemberg. A sua influência aumenta gradativamente na medida em que Süß consegue encontrar novos meios de taxaço e financiar os gostos mais luxuosos do duque, como festas, banquetes e outras atitudes consideradas imorais, o que gerou não somente um aumento nos impostos como também grande descontentamento popular e

oposição política, resultando em ampla e violenta revolta. O duque, em meio a essas pressões, sucumbe a um ataque cardíaco, sendo Oppenheimer julgado pelos vários crimes cometidos, condenado a morte por ter violentado sexualmente uma garota alemã, e enforcado de um alto poste. O filme então termina com a expulsão de todos os judeus de Württemberg em 1738 e com a afirmação de esperança para que as próximas gerações evitem ter contato com eles para se evitar males como aqueles demonstrados<sup>8</sup>.

Podem-se identificar, no filme, diversos argumentos antissemitas que eram corriqueiros da propaganda nazista, como a perversão sexual, a ganância, a capacidade de manipular e influenciar, além de outros como a preocupação dos judeus em esconder suas origens e características judaicas para melhor se infiltrar na sociedade que procuram corromper<sup>9</sup>. Tais argumentos, entre vários outros, já haviam sido explorados pela propaganda antissemita do partido de forma exaustiva, e não se constituíam em nenhuma inovação ou originalidade neste filme específico<sup>10</sup>. O personagem Süß, portanto, personaliza em si diversos elementos da propaganda antissemita, sendo o estereótipo do judeu como apresentado pelo nazismo, com maior enfoque em como as suas ações individuais podem ser prejudiciais aos alemães.

Porém, dentre as acusações mais comumente feitas pelos nazistas, as duas principais não se encontram presentes seja a degeneração racial baseada na genética inerente ao judeu, no sentido em que ele se caracterizava como uma raça inferior, assim como a argumentação da conspiração internacional judaica que possuía o objetivo de dominar a Alemanha, política e economicamente. As ações de Oppenheimer, como demonstradas no filme, foram realizadas somente com o objetivo de beneficiar o próprio personagem, já que não se encontra a presença de uma ideologia superior que fosse compartilhada por outros judeus ou que demonstrasse qualquer nível de conspiração organizada que guiasse as suas atitudes ou dessem um propósito maior além do benefício pessoal<sup>11</sup>.

Enquanto os judeus na propaganda mais radical eram retratados como figuras sub-humanas, sendo assimilados a vermes, insetos, figuras demoníacas e capazes de realizar diversos atos criminosos, no filme a maioria das ações de Süß podem ser consideradas como sendo de pouca gravidade se comparadas com a propaganda já existente. Dessa forma, o antissemitismo presente no filme não se caracterizava como

sendo agressivo na sua narrativa, assim como a ideologia é disfarçada e tornada implícita em uma trama histórica mais elaborada do que a simples doutrinação da propaganda regular<sup>12</sup>.

O filme *Der ewige Jude*.

Lançado em 28 de novembro de 1940, apenas dois meses depois do *Jud Süß*, o filme *Der ewige Jude*<sup>13</sup> se apresentava como um documentário com o objetivo de “esclarecer” a população sobre a questão judaica. Mesmo após vários anos de propaganda antissemita, ainda se encontrava a necessidade de se produzir e divulgar uma grande obra que reafirmasse aquilo que já era constantemente exposto, alterando-se apenas na utilização dos instrumentos disponibilizados pelo cinema, como as imagens e a música, para contribuir para o maior efeito dos argumentos no filme<sup>14</sup>. A frase de abertura do filme, demonstrada abaixo, fundamenta a procura de se “reforçar” e “clarear” a visão que a população alemã deveria adquirir sobre os judeus:

O judeu civilizado que nós conhecemos na Alemanha nos fornece uma imagem incompleta do seu verdadeiro caráter racial. Este filme mostra filmagens reais dos guetos poloneses, nos mostrando como os judeus realmente se aparentam antes de se ocultar atrás de máscaras de europeus civilizados<sup>15</sup>.

O filme se constitui, dessa forma, em uma compilação e repetição de argumentos antissemitas que eram explorados pelo nazismo, variando desde a inferioridade genética a atributos morais como a ganância, chegando até mesmo a comparar os judeus a animais, classificando-os como inferiores e nocivos como os ratos. Todas as afirmações já tinham sido abordadas pela propaganda anteriormente, porém alguns argumentos são mais explorados no filme do que outros, sendo um deles a presença dos judeus na economia nacional, em partidos comunistas, na produção artística e em funções de cargos elevados em uma proporção muito superior ao do cidadão alemão, o que seria uma base argumentativa para a teoria da conspiração internacional judaica<sup>16</sup>.

O filme é encerrado com as filmagens do discurso de Hitler em 30 de janeiro de 1939, no qual ele afirma que um novo conflito internacional seria derivado da iniciativa dos judeus de destruir a Alemanha, mas que resultaria na aniquilação dos judeus da Europa<sup>17</sup>. Embora as afirmações do filme possam servir como base para se

interpretar uma procura dos nazistas em legitimar o extermínio judaico antes do início da guerra, tais palavras dificilmente foram percebidas com tal propósito no momento de sua pronúncia. Nas palavras de Hans Mommsen, “At that time it was highly unlikely that either the German or the international public could have interpreted his statement as an ill-concealed declaration of a serious intention to liquidate the Jews under German rule in the event of war.” (MOMMSEN, 1997, p. 151).

Porém, grande parte das críticas negativas tiveram origem a partir de duas cenas que causaram repulsa pelo seu conteúdo desagradável e visualmente agressivo. A primeira demonstra uma grande quantidade de ratos presentes em sacos de grãos, saindo de esgotos e até mesmo dentro de casas entre os utensílios domésticos, enquanto a segunda cena exibe o abatimento de gado através de um corte no pescoço do animal, deixando-o sangrar por um grande período até sua eventual morte<sup>18</sup>. Tanto a comparação explícita entre judeus e ratos quanto a crueldade com animais eram argumentos que já haviam sido utilizados embora possuíssem pouca presença na mídia alemã devido a sua agressividade, fazendo com que a demonstração no filme desagradasse os espectadores pelas imagens impactantes aliadas à narrativa agressiva<sup>19</sup>.

Permanecendo como atrativo somente para aqueles mais envolvidos politicamente, *Der ewige Jude* parou de ser exibido nos cinemas menos de um mês depois de sua estreia, auxiliado pelo fato de que na época a Alemanha estava obtendo grandes sucessos militares e poucos se sentiam dispostos a visualizar tais conteúdos agressivos em uma data tão próxima ao Natal<sup>20</sup>. Devido à forte reação negativa da população, Goebbels não tentou realizar nenhuma produção cinematográfica semelhante posteriormente, sendo este o único filme no qual se estabelece com clareza, objetividade e precisão os principais argumentos antissemitas abordados pela propaganda nazista até aquele momento<sup>21</sup>.

### Conclusão

Como demonstrado, os filmes procuraram expor o tema do antissemitismo nazista de formas diferenciadas, o que resultou em reações únicas por parte do público, gerando, em ambos os casos, consequências contrárias às aquelas esperadas pelo partido. Tanto o motivo pelo qual um se tornou um relativo sucesso de bilheteria quanto a razão pela qual o outro se constituiu um fracasso pode ser apontado como sendo derivado

mais da maneira utilizada para se transmitir uma mensagem do que o conteúdo da mensagem em si. Pode-se argumentar que *Jud Süß*, mesmo possuindo maior aceitação, não atingiu as expectativas do partido uma vez que:

*Jew Süß* offers a different example, a message that urged Germans to dislike Jews in a film with good acting, excellent production values, and an exciting plot containing requisite amounts of typical escapist fare – sex and violence. *Jew Süß* at best intensified generally held attitudes; it could never hope explicitly to do what simply cannot result from going to the movies – emerging from the theater ready to participate in the Final Solution. No film can make the viewer a willing executioner. (CULBERT in ETLIN, 2002, p. 154)

Já o fracasso do filme *Der ewige Jude* pode ser apontado através de outras causas, uma vez que ele foi considerado como sendo desnecessário por sobrecarregar ideologicamente um elemento que era bastante explorado e também saturando uma questão já considerada por alguns como resolvida<sup>22</sup>.

Of course, it did not help *Der ewige Jude* that it was released immediately after the huge success of *Jud Süß*: the same audience showed signs of weariness and saturation after their second exposure to the same general theme. (...) The audience reaction to the two major anti-Semitic films serves to illustrate a wider tendency in the history of NS cinema – namely, the resistance to the overly didactic and blatantly ideological use of the film medium. (KALLIS, 2008, p. 195)

Portanto, é possível concluir que o suposto sucesso ou fracasso dos filmes em questão não foi devido à temática antissemita em si a qual a população alemã já estava, ao menos, acostumada a presenciar no seu cotidiano em 1940, mesmo que ainda apresentando sinais de resistência em sua doutrinação<sup>23</sup>. Isso reforça que os filmes sob o Nacional-Socialismo tiveram grandes públicos não devido à forte ideologização ou a um suposto sucesso da propaganda em doutrinar seus espectadores, e sim devido à falta de uma ideologia exposta. A população preferia os filmes de entretenimento nos quais a propaganda estava presente de forma menos intensa, principalmente em períodos de adversidades, para justamente se retirar de um contexto social no qual a propaganda já se encontrava atuando em todas as esferas da vida pública e particular.

Uma vez que o partido procurava não somente justificar as suas práticas de perseguição aos judeus, mas também adquirir o apoio da população através da doutrinação e da disseminação da ideologia antissemita, observa-se que os filmes



falharam igualmente neste aspecto. O mesmo pode ser afirmado com relação a propaganda antissemita presente fora dos filmes, devido à sua incapacidade de estabelecer um antissemitismo violento e radical na população alemã. Mesmo com anos de repetitivas e insistentes afirmações das mais diversas sobre “o problema judeu”, as reações da população aos filmes demonstram que os principais resultados desta propaganda foram a indiferença e apatia aos judeus, assim como ao tema do antissemitismo, ainda pontuadas por casos de resistência, seja ela ativa ou passiva, à doutrinação nazista<sup>24</sup>.

---

<sup>1</sup> Sobre as características da propaganda nazista em geral, pode-se apontar os estudos de Susan Bachrach e Steven Luckert (LUCKERT, Steven; BACHRACH, Susan. *State of Deception: the Power of Nazi Propaganda*. U.S. Holocaust Memorial Museum, 2011), David Welch (WELCH, David. *The Third Reich: Politics and Propaganda*. Routledge, 2002) e Richard Etlin (ETLIN, Richard A. *Art, culture, and media under the third Reich*. Chicago University Press, 2002).

<sup>2</sup> Estudos de categorização dos filmes produzidos pelo nazismo foram realizados por alguns acadêmicos que demonstram semelhanças em seus fundamentos de separação, podendo-se mencionar os livros de Welch (WELCH, David. *The Third Reich: Politics and Propaganda*. Routledge, 2002), Aristotle Kallis (KALLIS, Aristotle. *Nazi Propaganda and the Second World War*. Palgrave Macmillan, 2008.) e Wagner Pereira (PEREIRA, Wagner Pinheiro. *O Poder das Imagens: cinema e política nos governos de Adolf Hitler e de Franklin D. Roosevelt (1933 – 1945)*. São Paulo: Alameda, 2012), que foram utilizados como bases de apoio à interpretação realizada neste artigo.

<sup>3</sup> Ambos se constituem de romances com temática histórica, o primeiro sendo sobre o domínio do Império Britânico na África do Sul, e o segundo sendo referente a uma cidade alemã que resistiu ao bombardeio realizado por Napoleão. O contexto político internacional esclarece as intenções na produção de tais filmes, sendo que o primeiro foi lançado na época da guerra contra a Inglaterra (1941), procurando apresentar uma visão depreciativa dos britânicos, e o segundo no final da Segunda Guerra Mundial (1945), quando o governo procurava incentivar a resistência nacional contra a União Soviética e os bombardeios norte-americanos. A tentativa de se camuflar a ideologia e os objetivos pretendidos pelo governo em narrativas romantizadas e históricas possibilita a conclusão de que, mesmo tendo mensagens fortes em contextos específicos, ainda houve a procura de tornar tal propaganda menos explícita para a população.

<sup>4</sup> *Olympia* (1938) é um filme que retrata os Jogos Olímpicos de 1936 que ocorreram em Berlim, mas pode-se identificar o estabelecimento de uma ligação entre o evento esportivo com a política do governo e, mais especificamente, com a ideia de grandeza do partido, assim como se procura exaltar a beleza e a superioridade física da “raça ariana” como continuidade da culturas clássicas da Grécia antiga. O Triunfo da Vontade, em alemão *Triumph des Willens* (1935), exibe a reunião do partido Nacional Socialista no ano de 1934. Tal evento ocorria anualmente na cidade de Nuremberg, sendo constituído de uma celebração organizada pelo partido com desfiles, palestras e a aparição pessoal de Hitler e de demais autoridades. Ambos os filmes foram dirigidos por Leni Riefenstahl que, apesar do debate sobre o seu apoio pessoal ao regime, não demonstrava em seus trabalhos uma estreita ligação com a ideologia nazista ou a procura de se transmiti-la, fazendo com que seus filmes se caracterizem mais por serem filmagens de eventos partidários do que doutrinários. Em outras palavras, mesmo que se tenha um grande uso de imagens que demonstram a grandeza e a força do nazismo - assim como o seu apoio popular - os filmes se constituem em uma propaganda simples pelo uso constante de cenas de desfiles com pouca transmissão de conteúdo ideológico, reforçando que o sucesso de tais obras com o público esteja mais ligado às imagens do que à ideologia presente nelas, como afirma Herf em “(...) Leni Riefenstahl’s cinematic images in *Triumph of the Will*, are often remembered more for the visual spectacle of totalitarian coordination they present than for the content of the speeches from the podium.” (HERF, Jeffrey. *The Jewish Enemy*. Harvard University Press, 2006, p. 41).

<sup>5</sup> Principalmente o *Hitlerjunge Quex* apresentava uma narrativa mais romântica, relatando a história real da dedicação de um jovem chamado Herbert Norkus (no filme o nome do personagem é Heini Völker)

---

para o partido antes da sua chegada ao poder, e que foi morto por grupos comunistas em 1932 enquanto distribuía panfletos nos bairros operários de Berlim. Exibidos em 1933 quando o partido procurava estimular o apoio popular, o objetivo principal dos filmes é claro, pois mesmo que possuam um enredo narrativo, se procurava principalmente estimular o recrutamento para a SA e a Juventude Hitlerista.

<sup>6</sup> Pode-se apontar o estudo de Wagner Pereira que afirma: “Durante os 12 anos de regime nazista, estima-se que foram produzidos mais de 1.350 longas-metragens, que buscavam de várias formas enaltecer o nazismo, (...) além de colocar a Alemanha em segundo lugar na produção cinematográfica mundial, atrás apenas dos Estados Unidos da América.” (PEREIRA, Wagner Pinheiro. *Cinema e propaganda política no fascismo, nazismo, salazarismo e franquismo*. História: Questões & Debates, n. 38, Curitiba: Editora UFPR, 2003, p.111).

<sup>7</sup> Sobre a construção de uma unidade nacional baseada nos elementos raciais, pode-se mencionar o artigo de Welch, do qual se cita: “Propaganda was intended to be the active force cementing the ‘national community’ together, and the mass media – indeed art in general – would be used to *instruct* the people about the government’s activities and why it required total support for the National Socialist state.” (WELCH, David. *Nazi propaganda and the Volksgemeinschaft: constructing a people’s community*. Journal of Contemporary History, vol. 39, n. 2, 2004, p. 218)

<sup>8</sup> Tal narrativa é baseada em fatos históricos, mas que possui poucas fontes que permitam esclarecer detalhes dos eventos. Culbert realiza uma breve análise da documentação e dos acontecimentos considerados como dotados de veracidade histórica (CULBERT, David. “The Impact of Anti-Semitic Film Propaganda on German Audiences”. In ETLIN, Richard A. *Art, culture, and media under the third Reich*. Chicago University Press, 2002, pp. 140 – 141).

<sup>9</sup> Tais características incluíam tanto seus aspectos físicos, como aparência e vestuário, quanto os culturais e religiosos. O judeu que realizasse tal alteração era denominado de “judeu assimilado”, pois ele abdicava das suas tradições religiosas e incorporava os valores e costumes da sociedade na qual se inseria.

<sup>10</sup> Para observar a propaganda antisemita do partido nazista realizada antes dos filmes, podem-se mencionar os livros de Jeffrey Herf (HERF, Jeffrey. *The Jewish Enemy*, Harvard University Press, 2006) e de Steven Luckert e Susan Bachrach (LUCKERT, Steven; BACHRACH, Susan. *State of Deception: the Power of Nazi Propaganda*. U.S. Holocaust Memorial Museum, 2011).

<sup>11</sup> A propaganda que afirmava a existência de uma conspiração internacional que tinha por objetivo dominar não somente a Alemanha, mas também todos os países, esteve mais presente a partir da Segunda Guerra Mundial e, principalmente, com a invasão da União Soviética (HERF, Jeffrey. *The Jewish Enemy*, Harvard University Press, 2006).

<sup>12</sup> Alguns exemplos de tais publicações podem ser mencionados, como os livros *Der Giftpilz* (HIEMER, Ernst. *Der Giftpilz*. Nuremberg, Stürmeverlag, 1938) e *Der Pudelmopsdackelpinscher* (HIEMER, Ernst. *Der Pudelmopsdackelpinscher*. Nuremberg, Stürmeverlag, 1940), que eram destinados a crianças, mas mantinham, em seu conteúdo, textos e imagens bastante agressivos, sendo que o primeiro afirmava, logo nas páginas iniciais, que os judeus, assim como os cogumelos venenosos, poderiam causar grandes males e até mesmo a morte às pessoas. Já o segundo livro conta diversas histórias curtas, nas quais se encontrava algum animal aparentemente inofensivo, como cobras e gafanhotos, mas que podiam ser também mortais, comparando tais animais com os judeus ao final de cada história. Outro exemplo pode ser apontado a partir do jornal *Der Stürmer*, que tinha impresso na capa de todas as suas edições a frase “Os judeus são o nosso infortúnio” (*Die Juden sind unser Unglück!*), além de focalizar seu texto em temáticas voltadas à violência sexual e outros crimes supostamente cometidos por judeus (BYTWERK, Randall. *Julius Streicher*, New York: Cooper Square Press, 2001).

<sup>13</sup> O nome pode ser traduzido para o português como “O judeu errante”. A palavra alemã *ewige* também pode ser traduzida como eterno, mas neste caso tal sentido não foi o mesmo pretendido pelos nazistas devido à sua procura de demonstrar o caráter migratório dos judeus.

<sup>14</sup> Embora a propaganda antisemita fosse um dos temas explorado constante e repetitivamente pelo governo, a utilização de um filme para se demonstrar de forma tão explícita a temática antisemita foi algo inédito no governo nazista até este específico. Observa-se o artigo de Leonard Doob, que afirma “Goebbels believed that propaganda must be repeated until it was thoroughly learned and that thereafter more repetition was necessary to reinforce the learning. Such repetition took place over time – the same theme was mentioned day after day – as well as in the output of a single day.” (DOOB, Leonard W. *Goebbels’ principles of propaganda*. The Public Opinion Quarterly, vol. 14, n. 3, 1950, p. 435).

<sup>15</sup> Tradução do autor. O original como demonstrado no filme se apresenta como: *Die zivilisierten Juden, welche wir aus Deutschland kennen, geben uns nur ein unvollkommenes Bild ihrer rassistischen Eigenart*.

---

*Dieser film zeigt Original-Aufnahmen aus den polnischen Ghettos, er zeigt uns die Juden, wie sie in Wirklichkeit aussehen, bevor sie sich hinter der Maske des zivilisierten Europäers verstecken.*

<sup>16</sup> Vários dados estatísticos são demonstrados na procura de se reforçar tais argumentos, assim como se apresenta nomes e fotos de personalidades judaicas relevantes que faziam parte da arte moderna alemã e de seus partidos comunistas. A apresentação de tais pessoas e as suas relações com a política e a economia, tanto nacional quanto internacional, foram construídas pela propaganda na procura de se formar um quadro explicativo da realidade que fosse coerente com as afirmações baseadas no antissemitismo nazista. Tais acusações tinham pouca base empírica que as legitimasse - ou sequer tinham alguma pesquisa que autenticasse a sua veracidade - mas eram tidas como representativas da realidade na medida em que faziam parte da construção paranóica da teoria da conspiração internacional dos judeus e a sua procura de se dominar a Alemanha e o mundo (HERF, Jeffrey. *The Jewish Enemy*, Harvard University Press, 2006).

<sup>17</sup> O trecho mais notório do discurso se demonstra em “Today I will be once more a prophet: if the international Jewish financiers in and outside Europe should succeed in plunging the nations once more into a world war, then the result will not be the Bolshevizing of the earth, and thus the victory of Jewry, but the annihilation of the Jewish race in Europe!” numa citação de Mommsen em MOMMSEN, Hans. *Hitler's Reichstag Speech of 30 January 1939*. History and Memory, Indiana University Press, 1997, p. 147.

<sup>18</sup> Ambas as cenas foram excluídas de versões diferentes do filme destinadas às crianças e mulheres. As versões sem os cortes foram exibidas somente em seções exclusivas destinadas ao público adulto masculino, com o aviso de seu conteúdo perturbador.

<sup>19</sup> David Culbert afirma que a procura de se realizar um documentário, com o uso de simples imagens e narração, foi um dos fatores essenciais que contribuíram para o fracasso do filme, uma vez que: “The viewer gets little more than a slide lecture, with an omniscient narrator, leaving no room for the viewer’s emotional involvement.” (CULBERT, David. “The Impact of Anti-Semitic Film Propaganda on German Audiences”. In ETLIN, Richard A. *Art, culture, and media under the third Reich*. Chicago University Press, 2002, p. 153). Pode-se mencionar também o estudo de Wagner Pereira, que analisa as afirmações presentes no filme juntamente com as imagens demonstradas, cuja combinação contribuiu para que o efeito gerado fosse ainda mais desagradável para o espectador. (PEREIRA, Wagner Pinheiro. *O Poder das Imagens: cinema e política nos governos de Adolf Hitler e de Franklin D. Roosevelt (1933 – 1945)*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 428).

<sup>20</sup> O filme iniciou a sua exibição no final de novembro de 1940, sendo que logo no início de dezembro já eram quase inexistentes as salas que o possuíam disponível (CULBERT in ETLIN, 2002, p. 151).

<sup>21</sup> Culbert afirma que: “Clearly, *The Wandering Jew* failed in its stated purpose, helping ensure that the documentary medium would not be used again to urge a policy of annihilation on the average German.” (CULBERT, David. “The Impact of Anti-Semitic Film Propaganda on German Audiences”. In ETLIN, Richard A. *Art, culture, and media under the third Reich*. Chicago University Press, 2002, p. 154).

<sup>22</sup> Em 1940, as preocupações principais da população alemã estavam voltadas para a guerra, fazendo com que o antissemitismo fosse um tema de importância secundária, sendo auxiliado pelo fato de que, na data de exibição do filme, uma considerável parte dos judeus alemães já havia sido deportada ou estava passando pelo processo de deportação. Nas palavras de Kershaw “The Jews were out of sight and literally out of mind for most.” (KERSHAW, Ian. *Hitler, the Germans and the final solution*. Yale University Press, 2008, p. 201).

<sup>23</sup> Pode-se apontar como exemplo de resistência à doutrinação nazista os acontecimentos descritos por Victor Klemperer, um judeu residente em Dresden que manteve registros do seu cotidiano em diários. Em suas anotações, observa-se que Klemperer testemunha atos de gentileza oriundos de outros alemães, alguns dos quais ele nem conhecia, principalmente no ano de 1940 e 1941, como estudados por Henry Turner (TURNER, Henry Ashby. *Victor Klemperer's Holocaust*. German Studies Review, vol. 22, n. 3, 1999).

<sup>24</sup> Nas palavras de Kershaw: “Very many, probably most, Germans were opposed to the Jews during the Third Reich, welcomed their exclusion from economy and society, saw them as natural outsiders to the German ‘National Community’, a dangerous minority against whom it was legitimate to discriminate. Most would have drawn the line at physical maltreatment.” (KERSHAW, Ian. *Hitler, the Germans and the final solution*. Yale University Press, 2008, p. 206).

## “Camisas-verdes” em Florianópolis: análise sobre a presença integralista na capital catarinense<sup>1</sup>

Gustavo Tiengo Pontes<sup>2</sup>

Graduado em História/UFSC

Mestrando em Educação/ PPGE UDESC

Orientadora: Maria Teresa Santos Cunha

gustavotpontes@gmail.com

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é analisar a presença da Ação Integralista Brasileira (AIB) na cidade de Florianópolis. A AIB foi um movimento autoritário que surgiu na década de 30 em São Paulo e rapidamente se expandiu pelo Brasil. Neste texto pretende-se tecer considerações com relação à atuação de seus membros na capital catarinense. Buscar-se-á debater qual era o perfil dos militantes e as principais atividades desenvolvidas nesta cidade.

**Palavras-chave:** Florianópolis; Integralismo; Militantes

**Abstract:** This paper's objective is to analyze the presence of the Ação Integralista Brasileira (AIB) in the city of Florianópolis. The AIB was an authoritarian movement which emerged in the 30s in the city of São Paulo and quickly expanded throughout Brazil. In this paper we intend to write considerations regarding the role of its members in the capital of Santa Catarina. We will also discuss what is the profile of the militants and the main activities developed in this city.

**Key-words:** Florianópolis; Integralismo; Militants

O objetivo deste artigo é analisar a presença da Ação Integralista Brasileira (AIB) na cidade de Florianópolis. Buscar-se-á tecer considerações com relação à atuação de seus membros na capital catarinense; qual era o perfil dos militantes e analisar algumas das principais atividades desenvolvidas pelos membros deste partido. Para isso, inicialmente pretende-se expor sobre o que foi este movimento e quais principais autores abordaram o Integralismo em Santa Catarina e em Florianópolis.

A AIB foi um movimento autoritário que surgiu na década de 1930 em São Paulo e rapidamente se expandiu pelo Brasil. O mesmo foi criado por Plínio Salgado<sup>3</sup> em 1932 com a publicação do documento “Manifesto de Outubro”. A AIB obteve registro como partido político no Superior Tribunal de Justiça Eleitoral em setembro de 1937, ano no qual Plínio

Salgado foi escolhido por seus membros em um plebiscito como candidato à presidência da república.

O movimento integralista pregava a centralização política num Estado com plenos poderes e tinha como lema “Deus, Pátria e Família”. Foi o primeiro partido político brasileiro com implantação nacional e sua existência legal ocorreu até dezembro de 1937, ano em que os partidos políticos são proscritos. De acordo com o periódico integralista “Monitor Integralista”, em 1937 a AIB contava com mais de 1 milhão de adeptos<sup>4</sup>.

O líder Plínio Salgado, chefe nacional e fundador da AIB, exerceu inúmeras atividades em sua trajetória. Foi professor, jornalista, redator, escritor, participou do movimento modernista brasileiro<sup>5</sup> e já durante a Primeira República atuou junto ao meio político no Partido Republicano Paulista (P.R.P). Com relação sua trajetória política, também vale destacar que o mesmo foi duas vezes candidato à presidência da República, deputado estadual, deputado federal e apoiou o golpe de 1964 e o regime militar<sup>6</sup>.

Com relação aos estudos sobre o Integralismo, João Fábio Bertonha aponta que, nos últimos vinte anos, os estudos sobre a AIB têm se consolidado e expandido em ritmo acelerado. Grosso modo, a partir dos anos noventa não somente os estudos do integralismo se expandiram de forma acentuada, mas também se consolidaram como um campo analítico<sup>7</sup>.

Com relação às pesquisas de âmbito nacional sobre este tema, os trabalhos de Hélgio Trindade<sup>8</sup> (1979) e Marilena Chau<sup>9</sup> (1978) se destacam. Já as pesquisas sobre a presença integralista no estado de Santa Catarina, destacam-se sobretudo três autores: René Gertz,(1987) Luiz Felipe Falcão (2000) e João Henrique Zanellato (2012). A seguir levantar-se-á brevemente algumas das contribuições dos mesmos sobre os estudos com relação ao Integralismo em SC.

De acordo com René Gertz, a AIB começou a ser organizada em Santa Catarina a partir de 1934. Seu crescimento ocorreu rapidamente em especial nas zonas de colonização alemã e italiana no Vale do Itajaí e norte do Estado. A AIB tornou-se uma das principais alternativas de oposição frente aos grupos políticos que estavam no comando do poder estadual. Gertz em sua análise divergiu dos estudos anteriores que colocavam a variável étnica como principal explicação para o crescimento da AIB entre os imigrantes e seus descendentes, deste modo, seus estudos ressaltam a importância da análise da sociedade local para melhor compreensão da inserção do Partido<sup>10</sup>.

Já Luiz Felipe Falcão evidencia que a difusão de certa concepção nacionalista engendrou uma singularidade do integralismo em Santa Catarina. Ele afirma que o integralismo surgiu como alternativa para as populações de origem germânica se integrarem

na construção da nacionalidade brasileira, por mais vago que fosse o esboço de nação traçado pela AIB. Falcão também levantou perfis semelhantes para explicar motivações de adesão à AIB, dentre eles: funcionários públicos militares ou civis; profissionais liberais que provinham de famílias conhecidas, pequenos proprietários ou funcionários públicos; descendentes de imigrantes<sup>11</sup>.

João Henrique Zanelatto analisou também o crescimento da AIB por Santa Catarina e sua configuração como força política, em especial a sua expansão no sul do Estado. Levando em consideração os fatores locais, o autor aponta a boa estruturação dos camisas-verdes nesta região, pois, elegeram 12 vereadores e lançaram candidatos a prefeito em vários municípios. Zanelatto também aborda a imprensa catarinense deste período e o seu papel para as lutas políticas em Santa Catarina<sup>12</sup>.

Esta pesquisa encontrou somente um estudo específico sobre a presença integralista na cidade de Florianópolis. Este é o trabalho de conclusão de curso de Thiago Oliva Lima de Araújo (2012)<sup>13</sup>. Tendo como fonte principal um inquérito policial sobre a luta entre membros da AIB e da Aliança Nacional Libertadora (ANL)<sup>14</sup> no centro desta cidade, o autor analisa a oposição dos projetos políticos destes dois movimentos e a cultura política de Florianópolis.

Tendo em vista que “Um partido é antes de tudo uma reunião de homens em torno de um objetivo comum, e é em primeiro lugar sobre aqueles que reúne que ele é capaz de nos esclarecer”<sup>15</sup>, a seguir será dado início às considerações sobre alguns dos principais membros do partido em Florianópolis. Inicialmente, é necessário frisar que nas eleições de 1936 em Florianópolis o integralismo recebeu somente 202 dos totais 4171 votos<sup>16</sup> – 4,8% dos votos -, deste modo, pode-se concluir pouca inserção deste partido junto aos habitantes locais.

Com relação aos militantes da AIB na cidade de Florianópolis destacam-se alguns nomes: Antônio Nunes Varella (Secretário Provincial de Imprensa); Arnoldo Suarez Cuneo (Secretário Provincial de Finanças); Celso Maфра Caldeira de Andrada (Secretário Provincial de Finanças); Danilo Carneiro Ribeiro (Governador da Primeira Região<sup>17</sup>); Emídio Cardoso Júnior (Chefe Municipal de Florianópolis); Heráclito Carneiro Ribeiro (Membro da câmara dos 400<sup>18</sup>); Luiz de Souza (Chefe municipal de Florianópolis); Mário Maфра (Secretário Provincial); Othon da Gama Lobo d'Eça (Chefe Provincial do Integralismo em Santa Catarina). Importante ressaltar que a sede da Chefia Provincial encontrava-se em Florianópolis e que o cargo de Chefe Provincial era a autoridade máxima do Integralismo no Estado<sup>19</sup>.

A partir deste momento buscar-se-á dialogar também com estudos prosopográficos a fim de entender motivações e estrutura do partido nesta cidade<sup>20</sup>. Tendo em vista estes nomes,

é possível tecer algumas considerações com relação à adesão ao Integralismo em Florianópolis. Inicialmente, algo que une a muitos deles é ter ingressado no curso de direito<sup>21</sup> ou outro curso superior (Arnoldo Suarez Cuneo formou-se em Odontologia). Formados na faculdade de direito de Florianópolis dos acima mencionados estão: Antônio Nunes Varella; Celso Mafra Caldeira; Luiz de Souza e Mário Mafra. Othon Gama D'Eça formou-se em direito na cidade do RJ em 1920 e Heráclito Carneiro Ribeiro é considerado um dos fundadores do curso de direito da Faculdade de Direito de Santa Catarina.

É importante destacar a importância do significado do ingresso num curso de direito neste momento e aspectos locais da cidade. De acordo com Norberto Dallabrida (2001), o curso de direito era o curso superior mais procurado no Brasil durante a Primeira República. Era um curso de cultura geral capaz e abrir as portas para ingresso na burocracia estatal. Além disso, a partir dos anos trinta houve uma expansão da burocracia estatal (federal e estadual), deste modo, o funcionalismo público tornou-se uma carreira cobiçada pelas classes médias e parte das elites<sup>22</sup>.

Pode-se pensar este grupo de integralistas em Florianópolis relacionando-os com os dados levantados por Luiz Felipe Falcão. Conforme já exposto brevemente, o autor apontou a existência de um grupo formado por:

(...) profissionais liberais (...) ou funcionários públicos militares ou civis (...), provinham de famílias conhecidas, gozavam de estabilidade financeira (embora não fossem abastados), haviam entrado na meia idade ou na velhice, e sobretudo tinham se desiludido com os rumos do movimento de 1930<sup>23</sup>.

Devido aos mesmos possuírem certa estabilidade financeira, explicando também a possibilidade de entrarem num curso superior, vale a reflexão de Pierre Bourdieu sobre a aquisição de capital cultural:

(...) o tempo durante o qual determinado indivíduo pode prolongar seu empreendimento de aquisição [de capital cultural] depende do tempo livre que sua família pode lhe assegurar, ou seja, do tempo liberado da necessidade econômica que é a condição da acumulação inicial (tempo que pode ser avaliado como tempo em que se deixa de ganhar)<sup>24</sup>.

Falcão também ressalta que muitos destes membros ocupavam os principais postos de comando na estrutura estadual da AIB<sup>25</sup>. Isto era também uma tendência nacional, de acordo com Trindade sobre a predominância da classe média burguesa intelectual como dirigentes regionais. Esta chamada “camada média” (abaixo dos dirigentes nacionais e a cima das camadas populares) formada por membros da média burguesia intelectual ocupa quase os três

quartos dos postos de direção<sup>26</sup>.

Em seu estudo sobre Florianópolis, o historiador Hermetes Reis de Araújo (1989) mostra que a cidade nessa conjuntura beneficiava-se de sua posição como centro administrativo canalizador dos recursos econômicos do Estado. Havia a presença dos funcionários do Estado, bacharéis, profissionais autônomos, comerciantes, pequenos proprietários etc., que buscavam estar próximos das novas elites que controlavam o aparelho do Estado em Santa Catarina. Estes segmentos buscaram se distanciar cada vez mais das camadas menos privilegiadas da população<sup>27</sup>.

Florianópolis sediava os três poderes estaduais, o que atraía serviços administrativos, políticos e culturais, coordenação dos partidos políticos e seus jornais. Dallabrida aponta que esta rede de instituições deu um ar cosmopolita provinciano à cidade<sup>28</sup>. Neste sentido, de acordo com os estudos de Joana Maria Pedro (1994) havia um grande empenho na disputa por cargos públicos, direitos e vantagens proporcionadas pelo governo do Estado. O controle de cargos públicos tendia a garantir a manutenção da renda e do prestígio das famílias<sup>29</sup>.

Importante ser dito que a AIB arregimentava indivíduos dos setores médios cujas aspirações políticas não encontravam espaço nos atuais partidos políticos. Zanelatto ressalta que o partido apresentava-se como uma corrente nova e princípios diferenciados que não faziam parte da prática dos antigos partidos<sup>30</sup>. Tais considerações dialogam também com a perspectiva de Marilena Chauí ao apontar a classe média urbana como destinatária do discurso integralista<sup>31</sup>.

Levando em consideração tais fatores, é possível refletir sobre a inserção deste grupo de pessoas no integralismo como uma possibilidade de atuação política num momento em que a AIB encontrava-se em expansão e os outros partidos do Estado não abriam espaço para tais setores. O engajamento neste partido garantia retornos como a possibilidade da obtenção de cargos mais altos e com maior prestígio, engendrando também uma distinção social com relação às classes mais baixas. Ou seja, a participação pode ser compreendida como uma estratégia de manutenção de seus privilégios e ascensão política.

Pode-se compreender, neste espaço, a AIB enquanto um meio de atuação política que “respondeu” aos anseios de um grupo para a prática política. Esta análise concorda com Bernstein (1996) sobre um partido político só possuir chance de sobreviver caso responder de uma maneira a um problema colocado para a sociedade, isto é, quando houver uma adequação entre a imagem que o mesmo permite e aspirações de um grupo<sup>32</sup>.

Dentre as principais atividades desenvolvidas pelo partido em Florianópolis destaca-se a publicação do periódico semanário “Flamma Verde” de setembro de 1936 a fevereiro de



1938. Das 69 edições publicadas, foi encontrado para esta pesquisa somente 48. O semanário teve sempre como diretor Othon Gama d'Eça e na gerência Arnaldo Suarez Cuneo e posteriormente Celso Mafra Caldeira. O número de páginas em seu início eram quatro, após a 47ª edição o número irá variar entre seis e oito<sup>33</sup>. É possível compreender este jornal de circulação regional como órgão difusor da Chefia Provincial, isto é, acima dos jornais nucleares.

A publicação de periódicos era prática comum dentre os Integralistas. De acordo com Rodrigo Santos Oliveira (2009) a imprensa foi utilizada em grande escala pelos camisas-verdes a fim de universalizar a ideologia central a todos os brasileiros e arregimentar novos membros. Havia mais de cem periódicos nesta rede para a divulgação da ideologia<sup>34</sup>. Neste sentido, Rosa Maria Feiteiro Cavalari (1999) aponta que a imprensa integralista fazia parte de uma rede maior para doutrinar, arregimentar novos membros, conseguir unificação e consolidação do partido. Assim, algumas das estratégias eram as sessões doutrinárias, uso do rádio, dos impressos e de toda a simbologia integralista<sup>35</sup>.

Nesta análise, não foi possível encontrar uma coluna fixa editorial no “Flamma Verde”, apesar de que algumas colunas podem ter assumido esta feição. O semanário era editado em Florianópolis e sua organização interna – colunas, seções etc. - não permaneceram constantes. Algumas das principais seções encontradas foram: “O Integralismo na Província” e “Chefia Provincial da Ação Integralista Brasileira. Movimento de Gabinete”.

Na seção “O integralismo na Província” estavam presentes notícias diversas referentes aos Núcleos do Estado. Por exemplo, na notícia de título “Itajaí” dentro desta seção, está escrito: “Com a colaboração decidida de Blumenau e de acordo com o Governador da 2ª Região, os dedicados camisas verdes blumenauenses fundaram o Núcleo de Bahú, no município de Itajaí”<sup>36</sup>. De acordo com Rodrigo Santos Oliveira, através destas notícias o militante conseguia ver suas atividades em consonâncias com as de outros núcleos de sua região<sup>37</sup>.

A seção “Chefia Provincial da Ação Integralista Brasileira. Movimento de Gabinete” apresentava as atividades do Gabinete, tais como as reuniões efetuadas, datas de conferências, visitas, resoluções, nomeações etc. Havia uma preocupação em apresentar a Chefia Provincial sempre dinâmica, com grande participação e realização de atividades. Por exemplo: “O Chefe Provincial conferenciou com o dr. Antonio Mussi, ex-chefe Municipal de Laguna. Os Secretários Provinciais Celso Caldeira e Arnaldo Cuneo estiveram em Blumenau a serviço do movimento integralista”<sup>38</sup>. Ainda de acordo com Rodrigo Santos Oliveira, os jornais de circulação regional faziam a ponte entre a Chefia Provincial e os 'camisas-verdes' dos diversos

núcleos locais<sup>39</sup>. O que pode ser visualidade neste periódico também.

Através deste periódico são encontradas chamadas e notas sobre algumas das atividades desenvolvidas em Florianópolis, tais como sessões doutrinárias, sessões solenes e outras reuniões. Por exemplo:

No dia dois do mês fluente, realizou-se na sede integralista uma sessão doutrinária interna com o comparecimento de avultado número de companheiros, tendo nesta ocasião feito uso da palavra o companheiro Mário Mafra, que com a sua palavra fácil, compreensível e arrebatadora, empolgou de maneira deslumbrante o grande número de companheiros presentes<sup>40</sup>.

O texto destas notícias buscam impor a imagem de um partido com constantes atividades, ampla participação e estratégias de difusão de sua doutrina. De acordo com Trindade é também possível compreender estas sessões doutrinárias como mecanismos destinados à transmissão de valores, símbolos e estilos de comportamento com a concepção de sociedade e Estado Integralista<sup>41</sup>.

Ao longo deste artigo visou-se debater sobre alguns dos principais participantes da AIB em Florianópolis e sobre a sua presença na cidade. Tendo em vista os dados da votação em 1936, o partido não obteve grande popularidade na capital catarinense, pois sua votação não chegou a 5% dos votantes. Os dados levantados de alguns destes membros e levando em consideração os fatores locais, defende-se a existência de uma cultura política<sup>42</sup> propícia para o envolvimento de setores médios neste partido também como manutenção de seus privilégios e ascensão política.

A publicação do periódico “Flamma Verde” fez parte de um objetivo maior da imprensa deste partido, tendo um papel importante na publicização de informações aos militantes (ou outros não membros) em Santa Catarina. A publicação deste jornal foi uma arma utilizada por este movimento a fim de batalhar pela conquista de corações e mentes, isto é, uma ação em seu tempo também com um papel no registro de imagens da sociedade que fez parte<sup>43</sup>.

---

<sup>1</sup> Este trabalho resulta de pesquisa previamente elaborada como Trabalho de Conclusão de Curso em História (UFSC) apresentado em 2013: PONTES, Gustavo Tiengo. *Adeptos do Sigma em Florianópolis: estudo sobre o periódico 'Flamma Verde' e a presença Integralista na capital catarinense*. TCC (História). Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

<sup>2</sup> Bolsista do Programa de Bolsas de Monitoria de Pós-graduação (PROMOP) pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

<sup>3</sup> Plínio Salgado (1895-1975) nasceu na cidade São Bento da Sapucaí (São Paulo).

<sup>4</sup> MONITOR INTEGRALISTA. 7 de outubro de 1937. Ano V, n.22. *Apud* ZANELATTO, João Henrique. *De olho no poder: o integralismo e as disputas políticas em Santa Catarina na era Vargas*. Criciúma, SC: UNESC, 2012. p.38. Zanelatto afirma que, apesar destes dados conterem certo grau de exagero, é inegável a expansão do Integralismo por todo o Brasil.

<sup>5</sup> Sobre o movimento Modernista Brasileiro e a corrente Verde-Amarela que Salgado participou cf. VELLOSO, Mônica Pimenta. *A Brasilidade Verde-Amarela: nacionalismo e regionalismo paulista*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.6, n.11, p.89-112, 1993; VELLOSO, Mônica Pimenta. *História & Modernismo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010; MORAES, Eduardo Jardim. *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda., 1978.

<sup>6</sup> Sobre a trajetória de Plínio Salgado conferir principalmente a primeira parte da obra fundamental de Héglio Trindade: TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo, Rio de Janeiro: Difel, 1979.

<sup>7</sup> BERTONHA, João Fábio. In. \_\_\_\_\_. *Bibliografia orientativa sobre o integralismo (1932-2007)*. Jaboticabal: Funesp, 2010. p.1-11.

<sup>8</sup> TRINDADE, op. cit.,

<sup>9</sup> CHAUI, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In. \_\_\_\_\_.; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Centro de Estudos Contemporâneos, 1978. P.19-150.

<sup>10</sup> GERTZ, René. *O fascismo no Sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

<sup>11</sup> FALCÃO, Luiz Felipe. *Entre o ontem e o amanhã: diferença cultural tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX*. Itajaí: Editora da Univalli, 2000.

<sup>12</sup> ZANELATTO, op. cit.

<sup>13</sup> ARAÚJO, Thiago Oliva Lima de. *O café amargou: em disputa um horizonte de expectativas entre integralistas e aliancistas na cidade de Florianópolis na década de 1930*. TCC (História). Universidade do Estado de Santa Catarina, 2012.

<sup>14</sup> Sobre a Aliança Nacional Libertadora (ANL) cf. PRESTES, Anita Leocadia. 70 anos da Aliança Nacional Libertadora (ANL). *Estudos Ibero-americanos*. PUCRS, v.XXXI, n.1, p.101-120, junho 2005.

<sup>15</sup> BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In. RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. p.72

<sup>16</sup> De acordo com tabela elaborada por João Henrique Zanelatto. ZANELATTO, op. cit., p.252.

<sup>17</sup> Após a estruturação dos primeiros núcleos integralistas em Santa Catarina (Florianópolis, Itajaí, Blumenau, Joinville, Lages), a chefia integralista dividiu o estado em várias regiões, com cada uma delas um “governador regional”. A primeira região compreendia as cidades de São José, Palhoça e Biguaçu. ZANELATTO, op. cit., p.47.

<sup>18</sup> De acordo com Héglio Trindade, a Câmara dos Quatrocentos faz parte de um conjunto de órgãos de

---

cooperação com a chefia nacional. Esta Câmara foi “formada em julho de 1937 e composta de militantes das diversas ‘províncias integralistas’, poderia transformar-se na Câmara Corporativa do período transitório, antes da implantação do sistema de corporações”. TRINDADE, op. cit., p.175-176.

<sup>19</sup> Cf. PONTES, Gustavo Tiengo. Integralistas e Integralismo em Florianópolis. In. \_\_\_\_\_. op. cit., 2013. p.89-123 para referências completas sobre onde foram retiradas informações sobre cargos ou outros dados posteriores com relação aos membros do partido.

<sup>20</sup> Cf. FERRARI, Marcela. Prosopografia e historia politica. Algunas aproximaciones. *Antíteses*, vol.3, n.5, jan-jun. 2010.

<sup>21</sup> Falcão já havia exposto sobre a existência deste perfil semelhante de estudantes do curso de direito em Florianópolis. FALCÃO, op.cit., p.185.

<sup>22</sup> DALLABRIDA, Norberto. *A fabricação escolar das elites: o ginásio catarinense na primeira república*. Florianópolis: Cidade Futura, 2001. p.245-247. O autor também cita sobre o curso de direito neste contexto: CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Edições UFC, 1980.

<sup>23</sup> FALCÃO, op. cit., p.125-126.

<sup>24</sup> BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In. NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.). *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p.76.

<sup>25</sup> FALCÃO, op. cit., p.125.

<sup>26</sup> TRINDADE, op. cit., p.137.

<sup>27</sup> ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História). PUC-SP. São Paulo Sp, 1989.

<sup>28</sup> DALLABRIDA, op. cit., p.58-59.

<sup>29</sup> PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.

<sup>30</sup> ZANELATTO, op. cit., p.78.

<sup>31</sup> Cf. Capítulo 3 “O destinatário do discurso” em CHAUI, op cit., p.49-117.

<sup>32</sup> BERSTEIN, op. cit., p. 67-68

<sup>33</sup> O acesso ao periódico ocorreu na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

<sup>34</sup> OLIEIRA, Rodrigo Santos. *Imprensa Integralista, Imprensa Militante (1932-1937)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, março de 2009.p.14.

<sup>35</sup> CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauro: EDUSC, 1999.p.33.

<sup>36</sup> FLAMMA VERDE, Florianópolis, 28 de maio de 1937, Ano1, nº38. p.3.

<sup>37</sup> OLIVEIRA, op. cit., p.173.

<sup>38</sup> FLAMMA VERDE, Florianópolis, 12 de junho de 1937, Ano1, nº 40, p.2.

<sup>39</sup> OLIVEIRA, op. cit., p.166.

<sup>40</sup> FLAMMA VERDE, Florianópolis, 12 de setembro de 1936, Ano 1, nº1, p.3

<sup>41</sup> TRINDADE, op. cit., passim.

<sup>42</sup> Conceito de Cultura Política para este trabalho foi elaborado de acordo com Jean-François Sirinelli e citado por Serge Berstein, deste modo a compreende-se como “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido, ou mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política”. SIRINELLI, Jean-François. *Histoire des droites*, t.2. Cultures, Paris: gellimard, 1992, p.III-IV apud BERSTEIN, Serge. A Cultura política. In. RIOUX, Jean-Pierra; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: editorial Estampa, 1998. p.350.

<sup>43</sup> Parafraseando Maria Helena Rolim Capelato: CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSp, 1994. p.13-21.

## O “TEMPO DO TRABALHO” EM UMA ZONA COLONIAL PERIFÉRICA (SÃO PAULO, SÉCULO XVII)\*

Gustavo Velloso

(Mestrando em História Social pela FFLCH-USP e bolsista pela FAPESP)

**RESUMO:** As durações e os ritmos de trabalho a que foram submetidas as populações nativas durante a colonização do território americano conformam uma realidade pouco explorada pela historiografia. Com base em uma pesquisa sobre o “tempo do trabalho” realizado no planalto paulista durante o século XVII, discute-se as estruturas temporais então experimentadas pelo trabalho indígena: uma ruptura fundamental dos padrões tradicionais de concepção e vivência do tempo do trabalho produtivo entre as populações americanas, o que resultou em diferentes formas de conflito social.

**Palavras-chave:** tempo do trabalho – escravidão indígena – São Paulo colonial

**ABSTRACT:** The durations and rhythms of work to which the native populations were submitted during the colonization of the American territory conform a reality less explored by the historiography. Based on a research about the "working time" in São Paulo during the seventeenth century, we discuss the temporal structures experienced by the indigenous labor: a fundamental disruption in traditional patterns of conception and experience of the productive working time among American populations that resulted in different forms of social conflict.

**Key words:** working time – indigenous slavery – colonial São Paulo

---

\* O presente texto sintetiza os resultados parciais de uma pesquisa de mestrado em andamento, com defesa prevista para julho de 2016, sob a orientação de Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. E-mail do autor: [gustavo.velloso@usp.br](mailto:gustavo.velloso@usp.br).

Em 1584, o padre jesuíta José de Anchieta comentava sobre a prática dos assim chamados *caraibas* (espécie de “xamãs” indígenas oriundos de terras distantes a profetizar entre as aldeias falantes de línguas pertencentes ao *tupi-guarani* sobre a existência de um território almejado - *yvy marane' ÿ* -, e que assim orientavam migrações de grupos inteiros à sua procura):

O que mais crêem e de que lhes nasce muito mal é que em alguns tempos alguns de seus feiticeiros, que chamam Pagés, inventam uns bailes e cantares novos, de que êstes índios são mui amigos, e entram com êles por tôda a terra, e fazem ocupar os índios em beber e bailar todo o dia e noite, sem cuidado de fazerem mantimentos, e com isto se têm destruído muita gente desta. Cada um dêstes feiticeiros (a que também chamam santidade) busca uma invenção com que lhe parece que ganhará mais, porque todo êste é seu intento, e assim um vem dizendo que o mantimento há de crescer por si, sem fazerem plantados, e juntamente com as caças do mato se lhes hão de vir a meter em casa. Outros dizem que as velhas se hão de tornar moças e para isso fazem lavatórios de algumas ervas com que lavam; outros dizem que os que os não receberem se hão de tornar pássaros e outras invenções semelhantes<sup>1</sup>.

A passagem oferece elementos significativos para que, a partir dela, possamos qualificar, em linhas gerais, o que teria sido o *tempo do trabalho*<sup>2</sup> experimentado pelas sociedades indígenas no momento anterior à colonização portuguesa. Sem esperar esgotar o problema em duas ou três páginas, restrinjamo-nos a apontar as evidências oferecidas por Anchieta sobre o assunto e tomemo-las como representativas do conjunto de práticas temporais do trabalho humano que envolveram sobretudo grupos indígenas falantes de línguas pertencentes à família *tupi-guarani* e/ou ao assim chamado tronco macro-jê.

As palavras de Anchieta expressam uma oposição rígida entre, de um lado, a ocupação do tempo com divertimentos e bebedeiras (algo condenável pelo padre, que a associou aos males pelos quais passavam os nativos, dentre eles a mortandade) e, de outro, a utilização do tempo necessário para as plantações destinadas ao sustento do grupo. Além disso, as duas primeiras pregações dos *caraibas* mencionadas por Anchieta, que as desqualifica de imediato como “invenções”, se relacionam a noções de contrariedade ao esforço excessivo (o mantimento que se planta por si só; as caças que por si se metem em casa) e de recomeço, ligada ao retorno a uma fase inicial do “ciclo” representado pela vida humana (as velhas que se tornam moças novamente)<sup>3</sup>.

Ao compreender o elo discursivo existente entre as três temáticas (cultivos agrícolas, contrariedade ao grande esforço e recomeço), e filtrando ao mesmo tempo a postura combativa do jesuíta que, apesar de tudo, é o nosso informante por excelência, podemos alcançar uma visão mais clara das migrações territoriais para as quais mobilizavam-se

periodicamente os povos falantes do *tupi* ou *guarani*. Se, como se sabe, a técnica de abertura de clareiras na mata, compartilhada pelo conjunto de sociedades indígenas com as quais estabeleceram contato os portugueses, conduzia ao rápido esgotamento do solo, tornando nele a produção dificultosa e requerente de maior quantidade (e tempo) de trabalho mobilizado, tendia-se periodicamente a uma situação de instabilidade interna das aldeias, uma vez que o maior esforço necessário para a garantia da sobrevivência material dos indivíduos ameaçava a própria reprodução ideal (ou simbólica) de cada grupo enquanto tal, retirando o tempo disponível de outras práticas que não a das plantações. Caberia, então, ocupar novos territórios para que o equilíbrio interno fosse restabelecido, permitindo que a existência do grupo ameaçado retornasse ao seu “início”.

Tal hipótese coaduna com a de Bartomeu Melià, que se utilizou do *Tesoro de la lengua guaraní*, publicado pelo padre Antonio Ruiz de Montoya em 1639 na Espanha, para sugerir que a expressão guarani *yvy marane' ÿ*, em sua acepção antiga, vigente até o início da época colonial, teria por significado algo próximo a *solo intacto, que não foi trabalhado*, exprimindo o significado concreto e material das migrações<sup>4</sup>; sentido este que muito distante estaria do significado místico de “terra sem mal” que o mesmo termo teria adquirido posteriormente, registrado e explorado, por exemplo, por Curt Nimuendajú, Pierre e Hélène Clastres<sup>5</sup>.

Resumidamente, podemos afirmar que as diversas formações sociais que ocuparam o sul da América Portuguesa no momento dos primeiros contatos, a despeito de suas diferenças no que diz respeito ao modo de apropriação da natureza (diferenças inquestionáveis, porém de caracterização custosa pela falta de material empírico preciso suficiente sobre o assunto), compartilhavam o conhecimento e a prática de semelhantes técnicas de plantações (fundamentadas na derrubada e queima de terrenos temporários), de acordo com lógicas temporais movediças e circunstanciais condicionadas por ritmos próprios do meio natural (como as estações do ano, épocas de chuvas, lunações etc.), pela disponibilidade ou não de recursos materiais socialmente apropriáveis (esgotamento do solo, escassez da caça etc.), e pelas práticas relacionais e/ou simbólicas entre indivíduos, famílias, tribos e aldeias (relações de parentesco, alianças, inimizadas, guerras etc.)<sup>6</sup>.

Ainda que avancemos pouco além da assertiva genérica de que as populações nativas promoviam seus esforços produtivos de acordo com as necessidades materiais e simbólicas correspondentes às expectativas do próprio grupo, e não de uma demanda imposta a partir de fora dele e da qual seus indivíduos estivessem alienados, entende-se o quanto o *tempo do trabalho* indígena pré-cabralino caracterizava-se por um caráter contingente que,



paradoxalmente, combinava-se com a repetição dos deslocamentos territoriais que foram discutidos. Nesse sentido, talvez não possamos categorizar a experiência temporal do trabalho ameríndio como “cíclica”, pois não se trataria, de acordo com a linha de raciocínio exposta, de práticas materiais sucessivas e portadoras de um começo, um meio e um fim, repetidamente, mas de uma existência coletiva que procura se perpetuar e se reproduzir retrocedendo a um novo início tão logo a possibilidade de seu fim se afigura. A crer na mitologia *tupi* descrita por Anchieta, a *continuidade* possibilitada pela ocupação de novas terras faria com que as velhas se tornassem jovens novamente, e não que seres já mortos renascessem ou ressuscitassem para dar início a uma nova vida.

Depois de ocorridos os primeiros contatos entre indígenas e europeus no litoral, instalado o Colégio jesuíta de São Paulo (1554), transferidos para o interior planaltino a Câmara da vila e o pelourinho (1560), e fundados já alguns aldeamentos (Carapicuíba, Pinheiros, São Miguel e Guarulhos, entre 1580 e 1595), os anos finais do século XVI e principalmente as primeiras décadas do século XVII foram marcadas pelo desenvolvimento de uma agricultura comercial de baixa densidade, a qual prevaleceu dando o teor da ocupação territorial paulista até as últimas décadas do mesmo século, mantendo-se um padrão demográfico oscilante e baixo da população branca<sup>7</sup> e um aumento vertiginoso (sobretudo nas décadas de 1630 e 1640) da frequência e da dimensão das investidas dos moradores ao sertão com o fito de capturar índios e distribuí-los entre os sítios e fazendas de São Paulo, e secundariamente de outras partes<sup>8</sup>. Os gêneros comerciais produzidos (trigo, feijão, algodão, milho) tanto serviam às necessidades materiais dos moradores e da força de trabalho quanto escoavam para outras áreas do Império Português (como Santos, Bahia, Rio de Janeiro, Paraná e, em alguns casos, Angola)<sup>9</sup>.

Esse processo (de surgimento de uma agricultura comercial de baixa densidade no planalto paulista) foi suficiente para desentranhar das populações indígenas, que nele foram envolvidas sob a condição de trabalhadores compulsórios, os padrões de organização do trabalho tradicionais e os ritmos de vida que caracterizamos acima. Isso se reflete, sobretudo, em três direções fundamentais. Em primeiro lugar, no tipo de ocupação territorial mais permanente e sedimentar, decorrente da propriedade territorial de que dispunham os paulistas senhores de terras e escravos, que as adquiriam por meio de concessões régias, sesmarias, ou por meio de herança. Já no nível da esfera produtiva, observa-se no interior das fazendas uma diversificação especializada dos espaços (a casa, o quintal, a roça de subsistência, a plantação comercial, a casa do moinho etc.), cada qual correspondendo a uma etapa determinada do processo agrícola, características já distanciadas do caráter circunstancial e movediço do

trabalho indígena pré-cabralino, ao qual correspondia uma maneira compartilhada de usufruto do solo e uma apropriação mais integrada entre as áreas de plantação, moradia, convívio e ritual.

Em segundo lugar, o processo se reflete também nas temporalidades implícitas ao exercício das forças produtivas ao mesmo tempo condicionadas e condicionantes do tipo de atividade realizada em São Paulo com base no trabalho indígena. A produção do ferro necessário à fabricação de ferramentas agrícolas (enxadas, machados, foices, as quais representavam para os nativos a possibilidade de obter alimentos a partir de um esforço inferior ao exigido pelos velhos instrumentos líticos), extraído e explorado no próprio planalto, exigia um esforço ritmado e constante de malhação do material derretido com o objetivo de dele extrair as impurezas naturais e moldá-lo rapidamente antes que a sua solidificação acontecesse<sup>10</sup>. O emprego de moinhos (com características aproximadas às das moendas de açúcar) no esmagamento do trigo, milho e cana plantados na região, levava à imposição do trabalho manual repetitivo de esmagamento e armazenamento dos produtos, trabalho que também foi de responsabilidade predominantemente indígena<sup>11</sup>. O mesmo pode ser dito a respeito da utilização dos teares empregados na produção de panos para a venda e de roupas de uso interno dos proprietários e sua força de trabalho, labor que poderia ser desempenhado por índias nele instruídas<sup>12</sup>.

Finalmente, o rompimento histórico com as estruturas de experiência do tempo do trabalho pré-colonial se manifesta na assertiva óbvia de que, agora, o *sentido* dos esforços da população indígena deixava de se encontrar nas suas próprias necessidades materiais e/ou simbólicas, individuais e/ou coletivas, para dirigir-se às expectativas de agentes históricos outros: fundamentalmente dos seus senhores, mas de maneira indireta também de comerciantes locais ou externos (conforme as variações nos preços dos produtos que produziam) e em última análise dos próprios monarcas ibéricos (quando através das estruturas imperiais de seus Estados cobravam impostos sobre a propriedade e/ou a produção dos moradores locais de São Paulo<sup>13</sup>).

Por tudo isso, o *tempo do trabalho* consolidado nas atividades coloniais paulistas durante o século XVII (se quisermos, podemos defini-lo como “alienado”, “racional”, “proto-industrial”, “mercantil” ou “moderno”, ainda que tais conceitos tragam mais problemas que soluções ao nosso assunto, no presente momento) não poderia ter deixado de gerar reações ou resistência por parte dos ameríndios subjugados. Fugas individuais ou em pequenos grupos ocorreram durante todo o século, envolvendo cativos de diferentes etnias. Em alguns casos, as reações atingiram dimensão extraordinária culminando, por exemplo, no assassinato de proprietários brancos<sup>14</sup>. O mito da passividade dos índios, especialmente *guarani* e *tupiniquim*, há muito deixou de corresponder aos resultados reais da pesquisa histórica, que tem enfatizado

cada vez mais a condição de agentes ativos dos nativos escravizados, sem negar a própria condição a que foram, em geral, submetidos.

Feita a apreciação geral do tema, bastante resumida em conformidade com a limitada extensão do presente trabalho, gostaria de enfatizar de que forma o papel que o tempo adquiriu na sociedade colonial paulista do XVII encontrou ecos no próprio discurso manifesto pelos agentes colonizadores. Levando em consideração que os escritos sobre a mão de obra produzidos durante a maior parte do século por moradores e jesuítas de São Paulo estiveram voltados fundamentalmente à secular discussão sobre a necessidade e a legitimidade ou não da captura e cativeiro dos índios do sertão, sobre o uso particular dos aldeados e sobre a legalidade temporal e eclesiástica das bandeiras preadoras – considerando igualmente o fato de que boa parte dos moradores era composta de iletrados e, mesmo quando não fossem, talvez não vissem razão para escrever sobre a realidade interna das suas fazendas, sob o risco de sofrer a interferência de outros setores nos seus próprios negócios –, é a partir de 1690 que temos informações mais detalhadas da produção material paulista.

Nessa época, tomou-se consciência da experiência acumulada por décadas de existência de uma agricultura comercial no planalto, realidade essa que começaria logo a se desintegrar pela transferência de capitais e mão de obra para as minas de ouro recém-descobertas, acontecimento este último responsável pela renovação do interesse do europeu nessa parte meridional da América Portuguesa. É o que fica claro da análise de dois escritos produzidos por estrangeiros que aqui estiveram no final do século XVII (um explorador de metais e um padre visitador jesuíta) e, cada qual segundo motivações e objetivos particulares, se esforçaram por sintetizar experiências econômicas anteriores de São Paulo e oferecer soluções às dificuldades encontradas.

No início da década de 1680, o rei de Portugal concedeu uma licença a Luiz Lopes de Carvalho, capitão-mor e governador da Capitania de Itanhaém, para que ele pudesse explorar as minas de ferro encontradas em 1682 no morro de Araçoiaba (nas proximidades da região de Sorocaba) dispondo, para tal, dos índios aldeados que lhe fossem necessários para a exploração das jazidas e o funcionamento da fábrica de ferro que construía em 1684<sup>15</sup>. Poucos anos depois, mais precisamente em 1692, Carvalho comunicou ao monarca a falência de sua atividade, manifestando ao mesmo tempo interesse em retomá-la e apontando as razões dos insucessos, bem como os elementos necessários para o eventual êxito futuro, caso uma nova adesão régia fosse alcançada<sup>16</sup>.

Depois de apresentar-se como descobridor das minas de ferro nas Serras de *Birasuiava* (Araçoiaba), Carvalho enfatizou a miséria à qual se via reduzido naquele momento

em nome dos serviços prestados à Sua Magestade, que teriam lhe causado graves riscos de vida, além do dispêndio de toda sua fazenda<sup>17</sup>. Lamentando o insucesso da busca por prata e esmeraldas em abundância naquele território, apesar de haver, segundo ele, sinais claros de sua existência, destacou a quantidade e a qualidade ímpar dos metais férreos encontrados, enfatizando a intenção de dar novo fôlego à sua exploração, para o que via-se materialmente impedido, todavia. A serra, cuja circunferência era estimada em sete léguas, encontrava-se coberta por densas matas e madeiras que, localizadas a trinta léguas de distância do oceano, não possuiriam outra serventia a não ser virar carvão<sup>18</sup>. Ou seja, sua transferência direta ao reino apresentava-se inviável.

Após breve menção às condições naturais do território ocupado, o discurso do explorador transfere-se para a capacidade das forças produtivas cuja mobilização seria conveniente ao sucesso da empreitada. Nesse sentido, o rendimento da extração deveria chamar a atenção: um quintal de ferro retirado a cada dois de pedra fundida, quantidade que, segundo ele, foi atingida durante cinco dias na fábrica anterior, e que por não dispor de cabedal considerável para levantar maiores fortalezas foi incapaz de vencer uma cheia ocasional, que fez ruir a construção. Propunha o restabelecimento do engenho de ferro, agora dotado de cinco forjas, com o que se alcançaria facilmente o rendimento de 5 quintais de ferro diários, 100 quintais mensais (trabalhando-se vinte dias por mês), ou 1200 a cada ano, os quais, vendidos a 4\$000 réis, resultariam no total de 12 mil cruzados.

A força de trabalho que seria necessário mobilizar apresentava-se questão fundamental. Do valor obtido com a exploração, seria extraído o cabedal necessário ao emprego de todos os índios para mover a produção de ferro (100 casais, para os quais Carvalho esperava que fosse construído um aldeamento indígena no próprio local da mina e fábrica), além dos mestres de fundição que fossem trazidos da Europa (preferencialmente de Figueiró, Biscaia, Alemanha ou Suécia). À totalidade dos primeiros estariam reservados 4 mil cruzados; aos segundos, 40 cruzados cada um. Junto aos trabalhadores especializados, Luiz Lopes requisitava à Coroa que viessem do reino os foles para a fábrica e a técnica necessária para a construção de “fornos como em Figueiró”<sup>19</sup>.

Para a execução do plano e o sustento próprio e de sua família, Carvalho pediu finalmente ao rei um financiamento de 600 mil réis anuais, oferecendo como garantia novamente a hipoteca de todos os bens que possuía em Portugal, e esperava ainda mais 10 mil réis mensais como soldo para o sustento de sua casa<sup>20</sup>.

Na medida em que consideramos a unidade que há no discurso de Luiz Lopes entre, de um lado, os fatores aos quais atribuiu responsabilidade pela falência anterior e, de outro, os

itens por ele elencados como imprescindíveis para o sucesso da eventual experiência futura, âmbitos que ali funcionalmente se confundem, tocamos a relação de causalidade direta concebida por ele entre, de um lado, a disponibilidade de capitais, mão de obra e infraestrutura adequada às condições naturais existentes (arsenal tecnológico e conhecimentos técnicos apropriados) e, de outro, o bom desempenho da produção férrea.

Daí advém as duas noções fundamentais sobre as quais todo o seu discurso se sustenta: o rendimento e o tempo. Luiz Lopes submeteu cada um dos fatores apontados como causas da ruína/ condições para o êxito ao critério do maior ou menor rendimento que possibilitavam para o empreendimento da fábrica de ferro. Dito de outra maneira, o aventureiro dedicou-se a realizar uma operação mental capaz de concatenar todos os elementos da produção sobre os quais quis despertar a atenção real, numa grande fórmula de rendimentos, que deveria servir como prova da viabilidade econômica de se recomeçar a extração e o processamento do metal em São Paulo.

A renda, evidentemente, não teria significado como medida sem ser apresentada em função direta de referências temporais apropriadas: “me obrigo aq[ue] **todos os dias setirem sinco quintais de ferro**, e trabalhando-se so vinte dias em **cada mes se farão cem quintais** q[u]e multiplicados importão **em cada anno mil e duz[en]tos quintais**”<sup>21</sup> (grifos meus). O que interessa aqui enfatizar é que a obtenção de tais quantias, tal como o sempre desejado aumento delas, não dependendo somente do conhecimento técnico e especializado proveniente do continente europeu, no entendimento de Carvalho, encontrava-se igualmente dependente da quantidade de trabalho “bruto” (o termo é aqui empregado na falta de melhor) necessário à construção, manutenção e desempenho da fábrica. Ora, o número de cem casais de índios aldeados não é quantidade desprezível. O sentido da construção discursiva de Carvalho é bem claro: o sucesso da exploração férrea dependia do emprego massivo de trabalhadores escravos (no caso específico de São Paulo, indígenas) submetidos a uma economia temporal propícia e consonante à arrecadação de rendimentos abundantes e previstos, também estes temporalmente medidos.

Antes de extrair as consequências necessárias do que foi dito acima, a partir do discurso de Luís Lopes de Carvalho dirigido ao rei português, vejamos o que há exposto num segundo escrito da mesma época, esse produzido por um padre jesuíta em visita a São Paulo.

O padre italiano Luigi Vincenzo Mamiani della Rovere chegou ao Brasil através de uma expedição ocorrida em 1684, passando anos numa missão realizada no sertão da Bahia entre os índios *Quiriri* e tendo logo se tornado companheiro do Provincial Francisco de Matos e migrado a São Paulo como padre Visitador pouco antes de 1700-1, quando escreveu um texto

intitulado *Memorial sobre o governo temporal do colégio de São Paulo oferecido ao Padre Provincial Francisco de Matos para se propor e examinar na consulta da Província e para se apresentar ao N.R.P. Geral*<sup>22</sup>.

Nesse escrito, Mamiani descreveu as atividades econômicas que em seu entendimento sustentavam aquela instituição, na qual predominavam os nativos administrados como força de trabalho. A convivência dos *administrados* com os chamados *escravos legítimos*, concentrados nos mesmos espaços de produção, é alvo central da argumentação daquele padre, que a condenava por acreditar que isso teria levado toda a mão de obra do planalto a ser utilizada sob condições indiferenciadas. Em seus próprios termos, todos foram, assim, reduzidos a um “serviço pessoal, quotidiano, coacto, e involuntário”<sup>23</sup>.

O primeiro tipo de atividades constituir-se-ia de roças, plantações e lavouras cujos frutos alimentariam toda a população que habitava as propriedades do Colégio. O segundo, o trabalho de fiação algodoeira, ocuparia fundamentalmente as mulheres, conhecedoras desta etapa preliminar da confecção dos panos de vestir. O terceiro incluiria “oficinas de ferreiros, caldeireiros, tecelões e curtidores”, também serviços importantes para o sustento de clérigos e trabalhadores. Finalmente, não foram esquecidas as tarefas ordinárias dos “cozinheiros, curraleiros, carapinas, pedreiros, etc.”<sup>24</sup>. Assim, para cada função designavam-se trabalhadores nela especializados.

Examinando o “livro de contas” do Colégio, Mamiani esforçou-se por comprovar empiricamente a inviabilidade moral e financeira de os padres continuarem a se sustentar do trabalho indígena, ainda que a estes fossem pagos os devidos estipêndios<sup>25</sup>. Concluindo que os rendimentos alcançados pelos índios sobrepujavam em quatro vezes o necessário para a subsistência de todo o Colégio, Mamiani mostrou-se em grande parte sensível às relações entre as durações do trabalho indígena, os rendimentos e as formas socialmente instituídas de apropriação dos produtos resultantes do labor da mão de obra.

Várias conclusões poderiam ser tiradas da leitura do *Memorial*, mas duas interessam aqui especialmente. Em primeiro lugar, Mamiani descreveu a realidade socioeconômica paulista a partir da ótica de sua produção, do que faria parte uma complexa divisão do trabalho conforme o gênero, a idade e (esperava o autor que isso fosse também respeitado) a condição jurídica dos trabalhadores. Em segundo lugar, surpreende o tipo de racionalidade discursiva presente em sua descrição das condições econômicas daquela região, tanto por seus minuciosos cálculos sobre as rendas do Colégio, donde concluiu a impossibilidade de se pagar justos salários aos nativos, quanto pela percepção de que o tempo de trabalho deles exigido em benefício alheio e privado, intimamente associado ao rendimento

total da propriedade jesuíta, não condiria com o seu alegado status de liberdade<sup>26</sup>. O fato de Mamiani ser um estrangeiro está longe de explicar inteiramente o caso, pois, ainda que ele carregasse concepções e sistemas de valores construídos noutras áreas, precisou constatar uma realidade propícia à utilização de seus conceitos, categorias e critérios de observação e análise. Caso contrário, o seu discurso estaria destituído da extraordinária organicidade argumentativa que de fato apresentou.

O que há de comum aos dois aspectos levantados são as questões referentes ao ritmo, à intensidade e à duração do trabalho obrigatório. As horas diárias, os dias da semana, a capacidade e as habilidades dos cativos no eito são preocupações centrais de Mamiani, além de constituírem temas implícitos na própria configuração da sociedade descrita, considerando-se o teor cadenciado dos processos produtivos marcados pela divisão e especialização do trabalho e dos trabalhadores. Algo semelhante ao que foi dito sobre os ritmos de trabalho exigidos pelas atividades de fundição e moldagem do ferro pode ser utilizado para caracterizar as estruturas temporais do esforço agrícola e/ou manufatureiro fundado em condições sociais que separam o produtor direto do controle da sua própria produção, como ocorre fundamentalmente (mas não apenas) na prática da escravidão: as expectativas que da produção agrícola tinham os proprietários de terra e força de trabalho, agora condicionadas também por razões mercantis, por uma ocupação territorial sedimentar e por etapas sucessivas e necessárias do processo produtivo de gêneros comerciais, marcariam uma tendência ao trabalho mais ou menos ritmado, constante e repetido.

No final do seu discurso, Mamiani igualou as condições internas do Colégio de São Paulo às então vigentes em seu exterior (nas casas, fazendas e “oficinas” possuídas pelos demais moradores paulistas, que reclamavam do uso que dos índios faziam os jesuítas). Assim, o padre permite-nos compreender o seu diagnóstico como o de uma situação da área paulista em geral, não apenas do Colégio de São Paulo em particular<sup>27</sup>.

Tempo, trabalho e rendimento, portanto, surgem tanto no texto de Carvalho quanto no de Mamiani, guardadas as especificidades de cada um, como noções complementares e interdependentes no interior de um sistema ideológico capaz de objetivar o caráter fundamentalmente mercantil da empresa colonial paulista em sua nova fase, refletindo igualmente sobre as formas de inserção das populações nativas nessa realidade. Carvalho encarou o emprego da força de trabalho indígena sob um regime temporal rentável a ele (e ao rei) como natural e necessário, sem sequer pôr em questão a legitimidade jurídica dessa prática, apesar de a discussão sobre o tema, envolvendo moradores, jesuítas, administradores coloniais e o próprio monarca, estar naquele momento, passando por estágio decisivo. Já Mamiani, pelo

contrário, não via esse tipo de exploração do ameríndio com bons olhos, chegando mesmo a defender, vale acrescentar, uma possível saída para o impasse moral e econômico que a exploração da mão de obra nativa causava tanto para os moradores de São Paulo, em geral, quanto para os padres do Colégio de São Paulo, em particular: tratar-se-ia de enviar os próprios índios para as Minas descobertas com o objetivo de lá extrair ouro suficiente para uma acumulação do cabedal necessário para que fossem importados escravos africanos em número suficiente para substituir os índios nas atividades produtivas locais, possibilitando que os últimos ficassem finalmente livres do trabalho a que eram então submetidos<sup>28</sup>.

Ambos, porém, compartilhavam uma maneira de enxergar a realidade colonial a partir de sua organização material e, mais do que isso, das suas potencialidades econômicas, atentando particularmente para o objeto do tempo do trabalho praticado em tais ou quais atividades. A finalidade das duas propostas consiste sobretudo na obtenção de rendimentos, ainda que junto a isso Mamiani pensasse na correção de uma “injustiça” moral e jurídica praticada contra os ameríndios (sobre a utilização de escravos africanos, não há qualquer escrúpulo de consciência).

O fato de que o tempo do trabalho aparece, durante as últimas décadas do século XVII, como um critério de análise da sociedade colonial, ainda que pela voz de atores estrangeiros que aqui estiveram, indica que São Paulo reunia já algumas condições concretas para que tais discursos fossem construídos naqueles termos mercantis. Particularmente, uma produção comercial minimamente rentável e uma força de trabalho diretamente produtora afastada de seus tradicionais ritmos de vida (e, conseqüentemente, do *sentido* de seus próprios esforços) e assim organizável no interior da esfera produtiva através do fator “tempo”. É dessa forma que a transformação do ‘tempo do trabalho’ ameríndio pode ser vista refletida no próprio discurso ideológico manifestado por determinados agentes colonizadores.

A tênue separação entre, de um lado, a experiência passada de uma agricultura comercial de baixa densidade (já em desintegração entre 1690 e 1700) e, de outro, das expectativas futuras advindas do descobrimento de metais preciosos (cuja extração já se desenvolvia na mesma época), sugere que as mesmas categorias (“tempo do trabalho” e “rendimento”), resultantes da inserção do índio na sociedade colonial através do trabalho agrícola, contribuiriam paradoxalmente para a dissolução temporária dessa mesma agricultura em favor da esperança dos grandes proprietários do planalto por ainda maiores ganhos, agora na mineração. Ao menos uma década seria necessária para que a derrota dos paulistas na Guerra dos Emboabas (1707-1709) levasse a uma reafirmação de São Paulo como área de produção agrícola, mas dessa vez subsidiária da sociedade mineradora.



## NOTAS

---

- <sup>1</sup> ANCHIETA, José de. *Informação do Brasil e de suas capitanias* [1584]. São Paulo: Obelisco, 1964, p. 48-49.
- <sup>2</sup> O sentido da expressão, no lugar de ser postulado idealmente e de maneira abstrata, com maior proveito define-se satisfatoriamente somente após uma pesquisa documental sólida sobre o objeto investigado. Todavia, por trás dela existe a compreensão de que toda sociedade organiza-se de uma determinada forma para transformar a natureza com o objetivo de garantir a sobrevivência ao mesmo tempo física e simbólica (prática essa entendida como ‘trabalho humano’ em seu sentido mais elementar) dos seus membros, e nesse processo cria ou reproduz padrões de duração, ritmo e intensidade do esforço humano (ou seja, “tempos do trabalho”) mais ou menos convenientes conforme circunstâncias históricas variadas e em constante mutação.
- <sup>3</sup> Justificaremos adiante por quê a ideia de “ciclo” não é tão apropriada para o assunto.
- <sup>4</sup> MELIÀ, Bartomeu. *El Guarani Conquistado y reducido. Ensayos de Etnohistoria*. Asunción: Biblioteca Paraguaya de Antropología; Centro de Estudios Antropológicos; Universidad Católica, 1988, p. 107-108. A possibilidade de imaginarmos algo semelhante para os grupos de fala *tupi* advém não apenas das remissões de Melià à conclusão de Florestan Fernandes de que no âmbito material estaria o essencial dos movimentos territoriais *tupinambá*, mas também porque na língua *tupi* antiga o termo correspondente a *yvy marane ’y*, que seria *yby marã e ’y*, teria igualmente como significado possível o de *terra sem ocupação, sem trabalho* ou mesmo *sem sacrifício*. Cf. NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Dicionário de Tupi Antigo*. São Paulo: Global, 2013, pp. XLVI; LII; LIV; 259; 518; e Idem, *Método moderno de Tupi Antigo*. A língua do Brasil dos primeiros séculos. 3.ed. São Paulo: Global, 2005, p.315-325. Para não estender o assunto em demasia, cabe mencionar o levantamento das referências à “terra sem males” que fizeram os cronistas dos séculos XVI e XVII, realizado pelo ensaísta Alberto Mussa: 1) haverá um tempo em que as plantas nascerão sem cultivo; 2) há um lugar em que as plantas nascerão sem cultivo; 3) haverá um tempo em que as flechas agirão sozinhas; 4) há um lugar em que a caça vem para o caçador; 5) haverá um tempo em que as agulhadas agirão sozinhas; 6) haverá um tempo em que os homens farão cativos para comer; 7) há um lugar em que as coisas desejadas surgem sem trabalho; 8) há um lugar de descanso perpétuo; 9.) há um lugar de imortalidade; 10) haverá um tempo em que as pessoas terão longa vida; 11) haverá um tempo em que as velhas ficarão moças; 12) haverá um tempo em que as velhas ficarão moças, após um lavatório; 13) há um lugar em que quem não recebe lavatório se transforma em pássaro; 14) haverá um tempo em que o pai dará a filha a quem quiser; 15) há um paraíso na terra; 16) as angüera dos valentes vão para a terra dos antepassados, que fica além das altas montanhas, dançar, cantar e se divertir; 17) as angüera vão para um lugar onde dançam, cantam e se divertem; 18) as angüera vão para um lugar com belo arvoredor, onde há figueiras e rios; 19) os carafbas frequentam a terra das angüera e trazem notícias de lá. De todas essas abordagens, oito manifestam diretamente o ideal de uma realidade na qual os esforços despendidos para a obtenção de alimentos fossem reduzidos, quatro referem-se à espera de “imortalidade” ou “longa vida”, enquanto as outras sete elencam outras práticas relacionadas à coesão do grupo, tais como práticas culturais, religiosas, relações de sociabilidade e parentesco. Considerando-as conjuntamente, reforça-se que o esforço a ser evitado, ou reduzido, é aquele que ameaçava o exercício do conjunto das práticas coletivas e, conseqüentemente, a coesão e a “vida longa” das aldeias. Como Mussa notou, não se tratava de buscar uma vida nova, diferente da que possuíam, pois a maior parte das fontes menciona “um lugar – que se atingiria em vida, penetrando o sertão – de características muito

- semelhantes”. Cf. MUSSA, Alberto. *Meu destino é ser onça*. Rio de Janeiro: Record, 2009, p. 250-254.
- <sup>5</sup> NIMUENDAJÚ, Curt. *Lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani*. Traduzido por Charlotte Emmerich e Eduardo B. Viveiros de Castro. São Paulo: Hucitec, 1987; CLASTRES, Pierre. *A Sociedade contra o Estado*. Traduzido por Theo Santiago. São Paulo: Cosac Naify, 2013; CLASTRES, Hélène. *La Tierra sin Mal*. 2.ed. Traduzido ao espanhol por Viviana Ackerman. Buenos Aires: Del Sol, 2007.
- <sup>6</sup> As considerações feitas aqui sobre o tempo do trabalho entre as sociedades americanas no momento do contato com o europeu, bem como sobre os demais assuntos presentes neste texto, são apenas uma síntese enunciativa das principais ideias de um trabalho analítico maior, desenvolvido mais detidamente na dissertação do autor.
- <sup>7</sup> Entre 1600 e 1680, o número de fogos na vila de São Paulo oscilou bastante, mantendo-se constante, contudo, uma certa margem de variação. Passou de 374 entre 1601-1605 a 806 entre 1641-1645, e depois decaiu até chegar a 290 entre 1696-1700. SANT’ANNA, Nuto. *Metrópole* (Histórias da cidade de São Paulo, também chamada São Paulo de Piratininga e São Paulo do Campo em tempos de El Rei, o Cardeal Dom Henrique, da Dinastia de Avis). São Paulo: Departamento de Cultura, 1953, v.3, p.4.
- <sup>8</sup> Ver, por exemplo, o levantamento das expedições realizado por MONTEIRO, John Manuel. *São Paulo in the seventeenth century: economy and society*. Tese de doutorado. University of Chicago, 1985, p. 416-426 (table 26).
- <sup>9</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, pp. 77 e 115.
- <sup>10</sup> A ideia vale tanto para as poucas fábricas de ferro construídas em São Paulo em ocasiões específicas (como em 1607 e 1684, com o incentivo e financiamento régio), e sem sucesso duradouro, quanto para as chamadas “tendas de ferreiro”, mais numerosas, localizadas no interior das propriedades particulares com o objetivo de atender demandas internas das fazendas e de seus entornos. Uma referência interessante sobre o trabalho com o ferro em São Paulo colonial, aliando análises históricas e arqueológicas, pode ser encontrada em: ZEQUINI, Anicleide. *Arqueologia de uma fábrica de ferro: morro de Araçoiaba, séculos XVI-XVIII*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2006.
- <sup>11</sup> Trabalhando com um conjunto de 568 inventários de propriedades paulistas distribuídos por todo o século XVII, pude encontrar 42 referências a moinhos e moendas de cana e/ou cereais, de dois ou três rodas, movidos por força hidráulica ou animal, mas nem sempre sendo possível identificar a qual tipo pertenciam, sendo provável também que, em certas propriedades de policultura, uma dessas máquinas servisse para a trituração de dois ou mais tipos de gêneros agrícolas. Os inventários utilizados estão publicados em: INVENTÁRIOS E TESTAMENTOS, 47 vols. São Paulo: Publicação Oficial do Arquivo do Estado de São Paulo. Papéis que pertenceram ao 1º Cartório de Órfãos da Capital, 1920.
- <sup>12</sup> Cf. LIMA, Igor Renato Machado de. *O Fio e a Trama: trabalho e negócios femininos na vila de São Paulo (1554-1640)*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2006, p. 137-9.
- <sup>13</sup> Em São Paulo, além do corriqueiro direito régio sobre a produção (o dízimo), foi cobrado em duas ocasiões (entre 1679 e 1682 e, depois, entre 1729 e 1732) o chamado Donativo Real, um imposto lançado sobre várias vilas e capitanias da América Portuguesa com o objetivo de arrecadar fundos para o pagamento de indenização aos holandeses expulsos do Nordeste em 1654, além do financiamento de gastos matrimoniais da família real metropolitana.
- <sup>14</sup> É improvável que se consiga realizar um levantamento quantitativo satisfatório das fugas de índios em São Paulo durante o século XVII, pois as referências que os inventários (não

---

obstante a documentação mais detalhada sobre o tema) trazem não devem corresponder à totalidade dos casos efetivos, já que certamente restringiam-se às fugas cronologicamente próximas de quando as listagens foram feitas. Por meio dessas mesmas fontes, sabe-se, por exemplo, que Antônio Pedroso de Barros foi morto numa revolta de seus índios em 1652 e, no mesmo ano, João Sutil de Oliveira e sua mulher Maria Ribeiro foram assassinados por índios *guarulhos*. Cf. Inventário de João Sutil de Oliveira e Maria Ribeiro. *Inventários e Testamentos*, op. cit., v.42; Inventário de Antônio Pedroso de Barros. *Idem*, v.20.

- 15 Arquivo Nacional: - Códice nº 952 - Volume 4 - fls. 56.4 - fls. 56. Reproduzido em: RODRIGUES, Leda Maria Pereira. “As Minas de ferro em Araçoiaba (São Paulo, séculos XVI-XVII-XVIII)”. *Annais do III Simpósio dos Professores Universitários de História*. Franca, 1966, p. 214 (Documento I).
- 16 Arquivo Nacional: - Códice nº 952 - Volume 6 - fls. 141 - fls. 142. Reproduzido em: RODRIGUES, Op. cit., p. 217-220 (Documento III).
- 17 *Idem*, *ibidem*, p. 217-218.
- 18 *Idem*, *ibidem*, p. 218.
- 19 *Idem*, *ibidem*, p. 218-219.
- 20 *Idem*, *ibidem*, p. 219-220.
- 21 *Idem*, *ibidem*, p. 218.
- 22 Documento preservado em: ARSI, Fondo Gesuitico, Colleg., 1588, busta 203/12, 36-40v + 41v. Agradeço a Carlos Zeron pela disponibilização de sua transcrição pessoal do documento.
- 23 *Idem*, *ibidem*, f. 36v-38r.
- 24 *Idem*, *ibidem*, f. 36r.
- 25 *Idem*, *ibidem*, f. 38r-38v.
- 26 *Idem*, *ibidem*, f. 37v.
- 27 *Idem*, *ibidem*, f. 39v-41v.
- 28 *Idem*, *ibidem*, fl. 39v.

## **“COM LETRAS TAMBÉM SE FAZ UMA REPÚBLICA: a cultura política dos populares nas páginas ficcionais maranhenses (1889-1915)”.**

**\* Helayne Xavier Bras**

### Abstract

Astolfo Raul Marques (1876-1918) and José Nascimento Moraes (1882-1958) working mainly in the newspapers of San Luis, dedicated to, among other issues, popular culture and thought as a writing strategy and a way to express their blackness. From the slogans of the First Republic present in the writing of these intellectuals - people, nation, and modernity cidadania- aim to discuss aspects of the political culture of Maranhão people within the limits of the History / Fiction dialogue.

Keywords: Citizenship; Republic; Literature;

### Resumo

Raul Astolfo Marques (1876-1918) e José Nascimento Moraes (1882-1958) atuando principalmente nos jornais de São Luis, dedicaram-se, entre outros temas, à cultura e pensamento popular como uma estratégia de escrita e uma forma de exprimir sua negritude. A partir das palavras de ordem na Primeira República presentes na escrita desses intelectuais - povo, nação, modernidade e cidadania- objetivamos discutir aspectos da cultura política do povo maranhense dentro dos limites do diálogo História/Ficção.

Palavras-chave: Cidadania; República; Literatura

### **Apresentação**

Este espaço é pequeno para discutirmos as questões aventadas nos escritos literários de José Nascimento Moraes e Raul Astolfo Marques, selecionamos apenas um conjunto de contos para demonstrarmos como esse dois intelectuais, no limiar da República Brasileira, traziam temáticas importantíssimas no que tange à questões políticas e, principalmente, da cidadania do homem negro e pobre em São Luís, capital do Maranhão. Apesar de algumas diferenças quanto às escolhas profissionais e intelectuais, nossos intelectuais têm pontos que nos permitem aproximar suas escritas e trajetórias.

Filhos de egressos da escravidão, ambos nascidos livres pelo benefício da Lei do Ventre Livre. De Raul Astolfo Marques pouco sabemos sobre infância e juventude,

---

\* Doutoranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense sob a orientação da Dr<sup>a</sup> Rachel Soiret. Contato: helaynxb@id.uff.br

nada se sabe sobre seu pai, apenas sua mãe, que trabalhava em trabalhos domésticos. Astolfo Marques não teve acesso à educação escolar, mas logrou alfabetizar-se<sup>1</sup>, a crítica elenca-o como um dos admiráveis casos de intelectuais maranhenses que se formaram por meio do autodidatismo. Sobre Nascimento Moraes, também pouco sabemos de sua infância, no entanto, seus estudos secundários foram realizados no mais famoso colégio do estado, o Liceu Maranhense, onde ele também foi professor de Geografia. Ambos compuseram o quadro de intelectuais que fundaram a agremiação A Oficina dos Novos (1900)<sup>2</sup>, cuja importância literária é destacada por seu papel na fundação de importantes órgãos de atuação da intelectualidade maranhenses como a Academia Maranhense de Letras (1908). Ambos representavam um contraponto naquela plêiade composta majoritariamente por filhos da elite branca e econômica do estado do Maranhão.

Raul Astolfo Marques passou parte de sua vida profissional como servente e depois auxiliar de diretor na Biblioteca Pública de São Luís, Nascimento Moraes foi professor, jornalista, presidente da Academia Maranhense de Letras e fez parte de um grupo que deu apoio e respaldo ao interventor do Estado Novo no Maranhão, Paulo Ramos. Marques escreveu em vários jornais e algumas revistas locais, dentre eles *A Pacotilha* e *A Revista do Norte*. Nascimento Moraes também contribuiu por mais de cinco décadas nos periódicos maranhenses. Seus escritos de cunho literário, político, sociológico e até antropológicos revelam uma preocupação com a questão racial e social, especialmente do egresso da escravidão. Concentramo-nos nos seus textos publicados ao longo da década de 1910 do século XX, momento em que a República tentava se consolidar e resolver questões importantes sobre a cidadania, o federalismo e a nação. Nação e cidadania são os dois principais motes dos contos que selecionamos, revelam que nossos autores, muito embora, sofressem o preconceito racial e apresentassem uma melancolia em respeito à república e a sua malograda tarefa de incluir os negros na sociedade, não deixam de mostrarem-se republicanos. Seus personagens revelam o teor da cultura política e a memória coletiva partilhada entre as pessoas do povo de São Luís.

Dentro dos limites da ficção não podemos deixar de perceber que esses textos fazem parte de um projeto político dos seus autores. Denunciar o preconceito diário sofrido pela população pobre e de cor, mas também exaltar sua cultura, revelar seu modo de perceber as relações sociais das quais eles faziam parte, elaborando maneiras

de resistir à violência diária que os faziam sentirem-se cidadãos de segunda classe, ou mesmo nem isso!

### **A República inscrita no cotidiano dos pobres**

Entre epigramas, anedotas e silêncios Astolfo Marques e Nascimento Moraes mostram as possibilidades vislumbradas pela população pobre de viver naquele país que adentrava na era da ordem e do progresso. A escrita de Nascimento Moraes faz dessa memória a estratégia que promove o debate e a denúncia da falta de um projeto político e social para os egressos da escravidão e de como esses egressos se posicionaram diante desse fato. E, é assim que a tônica das suas narrativas denota também a percepção desses personagens sobre a “modernidade” e a “civilização” sob os contornos da eugenia; há por parte dos personagens a consciência do discurso sobre barbárie, degeneração e sua inferioridade diante dos “verdadeiros cidadãos”.

A questão racial torna-se o texto presente de forma insistente em cada página que ele escreve e no que ele deixa entender ser sua luta diária. Lutar contra o preconceito daqueles que, fazendo uso do discurso cientificista do século XIX, atribuíam, aos negros, características negativas, derramavam seus ódios e preconceitos contra aquela classe pobre e de cor que formava o grosso não só dos maranhenses, mas do brasileiro.

No conto memorialístico *A preta Benedita*, publicado na Revista Athenas Maranhense o narrador recorda o impacto da Lei Áurea e a reação dos libertos e despossuídos diante da novidade. No relato há um ponto sobre a consequência do decreto para os possuidores de escravos, muitos se tornaram pobres “da noite para o dia”.

Mas também havia o outro lado, os libertos que, livres legalmente dos seus cativeiros, permaneceram ao lado dos seus antigos senhores. É interessante apontar a maneira como Nascimento Moraes nos apresenta a questão da percepção do que era a liberdade, dando margem a uma discussão sobre as negociações que existiam, durante o cativeiro, entre senhores e escravos. A personagem título do conto *A preta Benedita* mantivera-se indiferentes ante a liberdade legalizada; isso porque já gozava de certo *status* de liberdade, muito embora, obtido por meio do relacionamento que mantinha com os senhores.

Talvez uma das mais importantes características do gênero literário, conto, seja a sua capacidade de condensar, de forma quase reflexa, os detalhes importantes do cotidiano do homem. Ao contrário do romance, o conto foca no fragmento da visão do homem.

Passemos ao conto. Em primeiro plano, ele figura uma informação que a Historiografia da Escravidão trabalha sobre o papel do escravo urbano<sup>3</sup> que em muitos casos eram a fonte do dinheiro de seus proprietários empobrecidos. A narrativa do conto deixa nas entrelinhas a percepção do autor sobre a pobreza que se instalara entre muitas famílias ricas de São Luís que, na tentativa de ostentar uma riqueza que não mais possuíam, esforçavam-se em manter os escravos.

A economia agroexportadora, responsável pelo enriquecimento de muitas famílias, falira; a partir daí, suas posses iam minguando, restando a muitas delas apenas uns poucos escravos a quem ficava a responsabilidade de sustentar a casa. Em *A preta Benedita* há um relato detalhado desse processo.

Neste conto, assinado pelo pseudônimo Valério Santiago, o narrador lembra seus tempos de estudante do Liceu Maranhense, deixando claro sua condição de pobre, uma vez que descreve os esforços dele e dos colegas para estudarem e de como se organizavam para adquirir livros a serem utilizados entre eles na forma de rodízio. Mas, o narrador detém-se em um colega específico, cuja casa era um dos locais em que os estudantes se reuniam para estudar. Tratava-se do Joaquim Alves Leitão. O narrador recorda algo que lhe causou à época curiosidade: a obediência que Joaquim e as irmãs tinham para com a negra Benedita, que também parecia gozar de grande estima da senhora da casa. Anos depois, o narrador descobre o motivo daquele bom relacionamento entre os senhores brancos e a negra. Ele era fruto do reconhecimento que tinham de dependerem do trabalho da Benedita. Era do fruto de seu trabalho como doceira, lavadeira e dos negócios que ela tinha com quitandeiros que a família Alves Leitão sobrevivia e os jovens se instruíam. Assim como muitas outras famílias, aquela empobrecera “da noite para o dia”, perdendo não apenas propriedades, mas o prestígio e o acesso à sociedade e seus espaços de sociabilidade. O esposo de D. Francília perde toda a sua riqueza para o jogo e envergonhado da situação humilhante de penúria suicida-se. A partir desse momento, o ônus das despesas daquela família caiu sobre a negra, uma vez que D. Francília não conhecia o trabalho braçal e não era instruída o

bastante para exercer qualquer outro ofício. O fato de possuir escravo ainda era um índice positivo ante a sociedade, podendo, apesar da ausência de outras posses, garantir “bons casamentos” às sinhazinhas.

Pela explicação de meu pai, compreendi que a escravidão, nas cidades, transformara-se num vício social. O não ter escravos era um índice de pobreza e desprestígio das famílias. Pelo que as famílias pobres, mas, que sonhavam com uma posição melhor, pelo casamento das filhas, não mediam esforços nem sacrifícios para possuir meia dúzia de escravos que, trabalhavam em seus misteres de salário para as suas despesas particulares e reservadas<sup>4</sup>.

A negra Benedita criara D. Francília e a seus filhos; e ainda que libertada pela lei, recusou-se a sair de perto e tampouco se desvencilhou da responsabilidade que havia tomado para si de sustentar os Alves Leitão. O inventário das atividades remuneradas de Benedita é vasto, revelando-nos seu tino para negócios, desde doces de tabuleiro vendidos à rua, à moda dos pregoeiros, até bebidas artesanais, fornecimento de refeições a botequins, dir-se-ia que a negra era “pau pra toda obra”.

Assim, Benedita multiplicou-se e garantiu tanto o sustento como os estudos das crianças, o rapaz foi estudar Direito em Recife, as moças tomaram suas lições típicas das casadoiras, incluindo aulas de piano. Nas palavras de Joaquim Alves Leitão, temos a metáfora que ilustra e explica o significado do negro naquela sociedade representada como decadente, denunciando também uma resignificação de um cativo concedido, cimentado nos laços de afetividade nascidos no período anterior à Abolição: “Minha mãe Benedita! Minha mãe e minha avó, porque foi também a mãe de minha mãe! Bebemos o teu leite, bebemos o teu sangue, arruinamos as tuas energias e escravizamos a tua alma! Que nos poderia dar mais?”<sup>5</sup>

Em *A vida de um homem de bem*, o narrador, professor, se recorda de um dos seus alunos, o Manuel Sotero Coruja, que adentrara em sua escola no ano de 1921. Pela descrição do rapaz, tratava-se de um mestiço, seu padrinho era um “alto coronel federal” e “respeitável cavalheiro” que tinha pelo pai de Manuel Coruja uma grande afeição que nasceu a partir da amizade que aquele dedicou à família do coronel Antonio de Carvalho e Melo como ele explica:

- O pai do seu futuro discípulo morreu no avarandado de nossa fazenda, defendendo a vida de meus pais, a minha vida e a de meus irmãos.

O chefe político local mandou matar-nos, alta noite. Eram seis capangas bem armados e montados, dos mais terríveis que ele pôde arranjar em Goiás. Meu pai não esperava o ataque. Nada havia que o justificasse. Uma questão se



levantara entre ele e o chefe político, por motivo da propriedade de umas terras, e o juiz resolveu-a a favor de meu pai. Apenas isto, mas fique certo de que foi o quanto bastou. O chefe, atrabiliário e vingativo, resolveu acabar com o meu pai e a família toda. Defende-nos [sic] como pudemos, a rifle e a faca. Caíram mortos três capangas e dois irmãos meus e o velho Coruja, que, de passagem para Carolina, pernoitara na nossa fazenda.

Por tudo isto o senhor pode compreender o interesse que tenho por ele, que é o mais velho dos filhos do Coruja e que minha família tomou sob a sua responsabilidade, para o fim de lhe dar educação conveniente<sup>6</sup>.

Assim, Manuel Coruja passa a frequentar as aulas e mostra sua aplicação e inteligência, no entanto, a esposa do seu padrinho se engraça com o rapaz, tentando a todo custo seduzi-lo. Diante do problema, Manuel Coruja aconselha-se com o professor, que promete pensar em uma solução, solução que não veio. Manuel Coruja ganha a fama de conquistador e torna-se traidor aos olhos do padrinho que tira sua tutela, deixando o rapaz à própria sorte. Sentindo-se um pouco responsável, por não ter ajudado o rapaz, o professor dá-lhe abrigo, e como Manuel Coruja já tinha três anos de estudo, saindo-se bem nas matérias, não foi difícil ao professor conseguir um emprego para ele. Assim, Manuel Coruja vai exercendo cargos em escritórios, em fábricas, cargos que exigiam conhecimentos específicos na área de finanças. O motivo de não conseguir passar muito tempo nos empregos não era sua capacidade, a qual os empregadores todos elogiavam pela inteligência e dedicação. O motivo era o caráter do rapaz, incorruptível, que não lhe permitia ajudar os patrões em aproveitar-se dos clientes ou “passar a perna” nos sócios. Ainda assim, Manuel Coruja trabalhava durante o dia e estudava a noite chegando à conclusão dos estudos elementares e, como era dedicado, um dos ex-discípulos do professor, que se bacharelou na faculdade de Recife e ofereceu-lhe um cargo de promotor numa cidade do interior, muito embora ele não tivesse formação de advogado, a coisa se arranjou à base da concessão de favores.

Esse relato nos leva a considerar, seguindo o pensamento de Murilo de Carvalho, a substituição da Cidadania pela Estadania. Termo criado por Murilo de Carvalho<sup>7</sup> para se referir à maneira como o poder público garante o direito de poucos, na verdade apenas dos grupos econômicos e cidadãos que com ele tecem “uma rede complexa clientelista de distribuição particularista de distribuição dos bens públicos”. Foi algo parecido que ocorreu a Manuel Coruja, como explica o narrador:

Manuel Coruja a princípio recalcitrou. Não tinha habilitações para o cargo, porém, o acadêmico era amigo do Chefe do Estado e responsável político por dois importantes municípios, onde eram grandes as suas forças eleitorais. Não demorou a nomeação. Manuel Coruja partiu para o interior, levando,

além de malas, um caixote cheio de livros que o deviam amparar no exercício de sua nova profissão.

A intenção por trás desse arranjo era clara: sendo um cargo concedido amigavelmente, o novo promotor estaria subjugado aos mandos do seu nomeador e por sua vez favoreceria os aliados do mesmo. Tal prática de favores dessa estirpe era comum naquele período, em que o federalismo já se consolidara a partir da política dos coronéis, uma política de compromisso que garantia a manutenção do poder dos grandes proprietários nas diversas regiões do Estado republicano. No entanto, o caráter de Manuel Coruja não lhe permitiu jogar conforme as regras dos “politiqueiros” e, assim, mais uma vez ele se vê desempregado. Manuel Coruja resolve-se então partir para o Rio de Janeiro, onde acaba conseguindo uma colocação como tabelião. Podemos perceber aqui a ideia de que a educação seria a verdadeira intermediadora entre o homem negro e o direito à Cidadania, um dos discursos da República em que Nascimento Moraes acreditava e reafirmava, no entanto percebemos que o personagem Manuel Coruja ao receber essa educação republicana perde a sua negritude, “enbranquece”, essa também parece ser uma crítica de Nascimento Moraes.

Fazia parte do projeto intelectual de Astolfo Marques escrever sobre o popular maranhense, desde a sua história até a sua cultura, inspirado pelos estudos do conterrâneo Celso Magalhães Marques empreendeu uma investigação antropológica e sociológica sobre o folclore maranhense, o resultado dessa investigação encontramos em alguns contos, num estudo sobre a Festa de São Benedito e no projeto de um livro que se chamaria *As Festas Populares Maranhenses* que não chegou a ser lançado por conta do falecimento do intelectual, vitimado por uma tuberculose. Os contos que selecionamos mostram, a ideia de República que foi alimentada por um tipo popular (*O discurso de Fabrício*) e a maneira como os populares, a maioria simpatizante da Monarquia devindo ao sentimento de gratidão à Princesa Isabel, mantinham suas tradições sem ofender o novo regime político (*De Coroa e Barrete*).

Em *O Discurso de Fabrício*, publicado em duas partes saído a primeira em *A revista do Norte*, no dia 16 de Novembro de 1905, conta-nos o infortúnio sofrido pelo republicano popular Fabrício. Apresentado como um homem intensa verborragia e que exercia influência entre os populares, doutrinava-os, à medida do possível, sobre as qualidades da República, discurso esse que também transmutava em denúncia uma vez que na república brasileira não havia liberdade, mas violência e perseguição àqueles que

pudessem representar alguma ameaça ou que denotassem simpatia com a declinada Monarquia.

Acercava-se daqueles que, pela sua inteligência, o poderiam compreender e explicava-lhes, fundado na sua farta e variada leitura, a República, que ele considerava melhor forma de governo para um país. Pregava-a com uma eloquência em nada inferior a dos melhores tribunos. E dos que o podiam entender nessas prédicas, só um, o João Cadete, divergia de suas ideias. Todas as vezes que o fervoroso repúblico, terminava, na Usina, as suas “palestras doutrinárias”, o Cadete respondia-lhe:

- Qual, seu Fabrício, se “isto aqui chegar a ser República”, algum dia, muita gente apanha bolo e você vai para cadeia<sup>8</sup>.

Como podemos ler na arte final da citação, a paixão pela República não era compartilhada entre os populares que a viam como um universo à parte, aquele associado aos homens de Letras, doutos e brancos:

O povo, agora, mudo e quieto, sentindo vibrar a sua alma as palavras de Fabrício, ouvindo-o atentamente, embaladamente preso ao silêncio; aquele discurso, em que era feito uma verdadeiro libelo de acusação aos membros do governo provisório, era também o porta-voz de todos aqueles corações. E quando o ardoroso orador compreendeu que tinha por si a grande massa popular e que, pela palavra, dominara essa avalanche de seres vivos e pensantes, perorou: Concidadãos! Essa forma de governo que ora nos felicita, de República só tem o rótulo! A República, como deve ser, ainda não a temos, pois os bolos estão chovendo nos postos policiais, e, cidadãos livres, como somos, nós, os brasileiros, assistimos ao degradante espetáculo de ver os nossos irmãos com as cabeças raspadas a navalha, a um simples aceno do Queirós! Abaixo os tiranos! Viva a futura República!<sup>9</sup>

.O autor usa o discurso do personagem para elencar os desvarios da república que ao invés da ordem, da liberdade empenha-se na perseguição e aplica a violência. O pobre Fabrício após o veemente discurso é preso e vitimado pela navalha que denuncia os monarquistas, ele, ironicamente defensor da República!

Agora, estava como que diante dum tribunal, mas não dum tribunal digno desse nome. Atiravam-lhe toda sorte de impropérios, insultavam-no baixa e torpemente, e ele, impotente para se defender diante daqueles espíritos neronianos, submetia-se e, resignadamente, ouvia tudo. Ainda tentou justificar-se, dizendo timidamente:

- Eu pensava que a liberdade da palavra me seria mantida, como cidadão que sou...

- E tu ousas falar em liberdade, por ventura?! Atalhou encolerizado um dos governantes.

É o Fabrício, o “arrojado que tão atrevidamente ousara criticar os atos do governo”, chamando para este a ira e clamor públicos, foi mandado levar a prisão, ficando incomunicável, como se fosse réu de crime nefando<sup>10</sup>.

O segundo conto de Astolfo Marques que selecionamos foi publicado em 02 de Março de 1908, *De Coroa e Barrête*. Narra o artifício utilizado por Mestre Gervásio, organizador de um fandango muito popular que compunha as danças de rua do carnaval

da cidade, a Caninha-verde. Uma dança de origens portuguesas, que trazia entre seus personagens figuras da realiza portugalense. Naquele ano Gervásio encontrava-se num impasse, conforme a cronologia do conto trava-se do ano seguinte ao governo provisório, isto porque, durante esse governo a brincadeira que fazia referência à Monarquia havia sido proibida, no entanto, na atualidade a proibição havia sido retirada. Não obstante, Gervásio, aconselhado por membros dançarinos do folguedo foi consultar uma autoridade para saber se estava permitido o desfile e se havia alguma recomendação quanto a possíveis mudanças na mesma. A autoridade consultada garantiu a Gervásio que a brincadeira estava autorizada, que “era de seu desígnio que a população se divertisse com a mais ampla liberdade, com a maior expansão de alegria, como se torna mister no novo regime”<sup>11</sup>, mas, havia uma vírgula nesse divertimento, que ele fosse feito com ordem, com toda a ordem que também cabia ao novo regime.

No dia do desfile, partindo do bairro popular Currupira saiu a Caninha-Verde de Gervásio, ao transitar pelas ruas, no fim da tarde, a massa popular via isolada por um pendão nas cores Verde, Amarelo, Azul e Branco a família real e os vassalos, sobretudo no rei, destacava-se a coroa cravejada de pedraria. Avançando pela Rua Grande o público, entretanto deu-se com algo curioso:

A coroa do rei da Caninha-Verde apresentava-se como diminuída do seu tamanho natural, desaparecendo a brilhantura da pedraria antevista, quando o agrupamento se aproximava.

De fato, quando este passou em frente ao quartel, assim como pela residência de todos as autoridades civis e militares, na frente do rei Gervásio via-se um barrete frijio e não uma coroa, explicando-se assim o caso.

Não obstante, a garantia dada pelas autoridades, continuava a propalar-se incessantemente que não seria permitido aos reis da Caninha-Verde e Fandango e aos mouras de Chegança transitarem coroados pelas ruas e praças da cidade. Então, o Gervásio, por escrúpulo, mandara preparar um barrete frijio, encarregando de sua condução um dos seus vassalos. E, assim que a brincadeira se ia aproximando da frente da morada duma autoridade, ele descoroava-se mansamente e colocava na cabeça o barrete frijio.

A estratégia de Gervásio garantia ao mesmo tempo a “ordem” exigida, sem abrir mão da legitimidade e identidade da brincadeira popular, denotando também a simpatia que o povo ainda nutria pela Monarquia uma vez que o mestre exibia ufano sua coroa real e também a desconfiança sobre as garantias de liberdade dadas pelas autoridades republicanas, já que prepara-se para lograr o governo com o barrete fijio.

---

<sup>1</sup> JESUS, Matheus G. *Negro, porém republicano: investigação sobre a trajetória intelectual de Raul Astolfo Marques (1876-1918)*. Programa de pós graduação em Sociologia, USP, São Paulo, 2010.

<sup>2</sup> MARTINS, Manuel de Jesus Barros. *Operários da saúde: Novos Atenienses e a invenção do Maranhão*. São Luís: EDUFMA, 2006.

<sup>3</sup> PEREIRA, Josenildo de Jesus. *As representações da escravatura na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880*. Tese de doutorado. São Paulo, USP, 2006, p. 209.

<sup>4</sup> MORAES, José Nascimento de. *Vencidos e Degenerados e Contos de Valério Santiago*. São Luis: SECMA. 1982, p. 209.

<sup>5</sup> Idem, p. 211.

<sup>6</sup> Idem p. 187.

<sup>7</sup> Entrevista concedida à professora Isabel Guillen (UFF), publicada no *Jornal do Brasil* em 24/06/2001.

<sup>8</sup> MARQUES, Astolfo. "O Discurso de Fabrício". *A Revista do Norte*, pp. 142-143.

<sup>9</sup> Idem, pp. 144-145.

<sup>10</sup> Idem pp. 146-147.

<sup>11</sup> Marques, Astolfo. *A Pacotilha*, 02/03/1908

## **MEMÓRIA AFETIVA DA ROUPA COMO DISPOSITIVO PARA A CRIAÇÃO DE GRUPO DE ESCAMBO**

Helena de Barros Soares<sup>i</sup>

Inês Hennigen<sup>ii</sup>

### **Resumo**

O artigo narra os engendramentos que foram se constituindo para que o projeto de um grupo de escambo de moda pudesse iniciar. A memória da pré-adolescência e suas produções singulares do vestir se articulam com a intencionalidade que a formação em Psicologia possibilita para propor um grupo sistemático de convívio para troca-troca de roupas.

Palavras-chave: produção de subjetividade, escambo, moda.

### **Abstract**

The article chronicles the connections that were formed for the project of a group of barter fashion could begin. The memory of pre-adolescence and its singular productions of dressing articulate with the intention that training in psychology allows to propose a systematic group of conviviality for bartering clothes.

Keywords: production of subjectivity, barter, fashion

### **Memórias de Roupas: A experiência da passagem das peças na produção de subjetividade**

Casaco verde. Um verde folha, longe do bandeira, mas tão escandaloso quanto. O tecido era algodão, hoje conhecido como tricoline, antes somente algodão. Não era tecido próprio para casacos para o frio gélido vindo do vento Minuano dos Pampas do Rio Grande do Sul. E era entretelado<sup>iii</sup> de forma vulgar: cheio para suposto aquecimento. O casaco era horrendo. Passado de irmão a irmão, era o que era possível para aquecer os corpos em tempos de troca-troca de plano econômico em um Brasil pós-ditadura. A classe média vestia-se, os caçulas vestiam o que era possível. Eis que o

casaco veste. Sobreposto a um blusão de *jacquard*<sup>iv</sup> tramado em lã, parcialmente pura, pela mãe, o casaco nunca fora desejado. Feio, desajeitado em sua modelagem, “fora de moda”, desajustado de qualquer padrão (e vivia-se um mundo que os produzia de forma clara, com territórios bem definidos). Mas meu desejo habitava outro, destes padrões da época, que na verdade nem é possível lembrar.

No pátio do colégio o vento castigava. O recreio era local de encontros. Meu grupo social de pré-adolescentes era pautado por queixas, por histórias que causavam inveja alheia e por alguma fofoca sobre o ambiente escolar. Nada de queixas (pois elas estão no formato desta imagem ridícula que veste), nada de histórias (porque não é possível lembrar de nada face ao desconforto corporal), nada de fofocas (perde-se o tempo ao preocupar-se restritamente com o próprio corpo). Minha mente só conseguia pairar na vergonha de vestir o casaco verde.

Eis que o frio é suportável. O Minuano<sup>v</sup> não cessa, as nuvens estão espessas e cruéis. Um dia saído de um livro de Érico Veríssimo ou de uma música de Vítor Ramil. É castigante. Mas o frio é suportável. Habitar o casaco é a resposta para que a experiência do ridículo não fosse mais engessada. Ainda estava ali, ainda marcava presença; não era engraçada, mas suportável. Suportável como o frio porto-alegrense quando se veste um casaco bem entretelado de algodão que se ganha de algum irmão mais velho. Com o frio não se brinca. Neste contexto, ou ganhava uma pneumonia, ou vestia o que havia. E tinha um casaco verde. Ao menos durante o inverno que servisse este corpo.

Pura lã marfim<sup>vi</sup>. Ela é tramada para compor um casaco cuja frente ganhava pele de coelho. A pele herdada de tias (que as ganhavam nos aniversários de 15 anos<sup>vii</sup>) trazia nova roupagem, extremamente inovadora e bela. A pele servia de duas frentes, dividida pelo abotoamento perolado, e também de gola. As mangas e as costas eram compostas pela trama simples do tricô com pura lã marfim. A cor era sinônimo de elegância e de modernidade, traduzia um vestir maduro e feminino no mesmo corpo. O detalhe é que não era meu, mas sim de minha irmã mais velha.

Conquistado para somente um uso em evento emblemático (viagem à inalcançável Serra gaúcha em casa da família de uma amiga), o casaco seria usado tal uma joia. Era único, singular, exibido para a inveja alheia. E fora usado em frente à lareira, tomando um odor terrível de fumaça. O dia seguinte era o único incômodo de

um dia incrivelmente prazeroso e simples entre amigos no recôncavo do subúrbio da cidade de Canela. Fedia e incomodava o casaco marfim de pele de coelho. Era ridículo seu uso em tal contexto e eu premeditava a queixa de minha irmã que reclamaria a displicência e falta de cuidado com peça tão rara. O mal já estava feito, e a memória prazerosa do final de semana pouco lembra a presença do casaco.

A experiência da passagem da roupa pode ser vivenciada de inúmeras formas. Contradição viver situações prazerosas (ou simples alento) em um corpo vestido de desconforto estético? E livrar-se da soberba em situações propícias a isto através do vestir?

De Carli (2002)<sup>viii</sup> cita seu pai, empresário do ramo têxtil, para propor uma noção singular da construção de elegância: “é linho no verão, lã no inverno e seda o ano todo”. O interesse na busca constante deste vestir singular, da citação-narrativa da autora e seu pai (que, imagina-se, conhecedor de fibras naturais ou sintéticas, produz seu modo de vestir), inspira e articula-se a outros elementos para problematizar a relação do sujeito com a roupa. Em qualquer estação é possível inventar uma imagem de sujeito coberto, confortável em seu corpo com adereços.

### **Criação de Grupo de Escambo: invenção e Psicologia**

A partir destas experiências com a roupa e do desejo de manter-me próxima ao estudo da produção de subjetividade, crio um espaço coletivo em que a roupa figura-se como desculpa para o encontro. É um grupo de escambo que acontece mensalmente. Tem o objetivo operativo de troca-troca de roupas e/ou acessórios, entretanto desde a divulgação fica claro seu objetivo primordial: é um espaço de convívio. Ainda busca tensionar posições de consumo de moda, das relações com os objetos, da relação com o estranho, da construção de memórias, e outras direções de poder<sup>ix</sup> que compõe o sistema da moda.

Os participantes levam suas próprias peças (estabelecido um número mínimo e máximo) de roupas e acessórios para o grupo. Dado que meu objetivo passa pela promoção de um ambiente diferente de uma loja de vestuário, proponho metodologia própria: abro o encontro com explicação da dinâmica de funcionamento e em seguida discorro sobre assunto do universo da moda. Por vezes uma notícia que englobe moda e



produção cultural, a apresentação de algum estilista ou marca regional, uma citação literária que trate da roupa como algo além de sua materialidade, enfim, empresto ao grupo elementos disparadores de constituição de significados outros que não exclusivamente o consumo pelo consumo.

A dinâmica pressupõe que cada participante apresente-se livremente e depois fale sobre cada uma das roupas e/ou acessórios que trouxe para desfazer-se. A liberdade de interesse por alguma peça é, neste momento, expressa verbalmente, mas solicito que as trocas sejam feitas ao final. É uma aposta para que este tempo de espera vise tensionar o ímpeto que alimenta a troca pela troca, sem outros interesses, sem uma sensação corporal de estranheza ou de familiaridade. Algo que toque o sujeito, que engendre novas possibilidades para sua produção do vestir.

Escambo, por si só, pode apresentar-se como uma resposta ao imperativo contemporâneo do *fast fashion*. Pode, mas outras memórias emergem engendrando suas ferramentas e a ideia da produção do troca-troca para potencializar os efeitos dos encontros (nos sujeitos e o que tangencia a construção cultural do vestir). Minha graduação foi em Psicologia e ela me ampara a abrir brechas neste sistema. Sua tecnologia torna singular sua ação: a estratégia do grupo, a abertura à palavra, a ética que estetiza novos processos são estratégias de enfrentamento à lógica de constituição vigente neste universo.

O espaço coletivo propõe-se como dispositivo de transformação através do encontro com o diferente. Diferentes roupas, donos, interesses e histórias em uma teia cujos nós são o próprio dispositivo grupal. A proposta de uma metodologia ampara o exercício da liberdade de só trocar por vontade própria: no momento em que todos olham todas as peças pode haver conflitos de interesse. Quando mais de um participante interessa-se por uma peça, o dono dela, amparado pelo suporte do coletivo, decide se quer fazer uma troca e com quem. O limite, assim como a amplitude de aquisição são exercícios que o grupo amplia e potencializa. Muitas são as formas de adquirir, muitas também as de não acessar este desejo. Ainda tantas outras para suspendê-lo, esticar este desejo até que se possa deixar emergir uma invenção de relação com a roupa que pode ser até a decisão de não levar a peça para casa. Desse espaço de espera, da experiência do vazio, fora da pressa das vitrines e araras de lojas, no encontro com a palavra antes do objeto (ou atrelada a ele), advém a alteridade.

A diferenciação do espaço da homogeneização do *fast fashion* é facilitada pela abertura à narrativa das falas sobre as roupas, como tramas de novas leituras da experiência. A roupa passa a ter uma trajetória, história pregressa que materializa uma possibilidade de afecção. Como na literatura, roupas narram através de seus (ex) donos histórias vivas para serem lembradas, revividas, costuradas a novas construindo assim textos. Já a aquisição pela compra na lógica *fast fashion* carrega em si poucos elementos que, aos olhos leigos, nada dizem a respeito das operações técnicas envolvidas em sua confecção. Estas sim poderiam ser histórias potentes, entretanto não chegam ao consumidor. Falar sobre algo que a roupa lhe suscita, nesta proposta de escambo, propõe a visibilidade de algo que parece não estar lá, no casaco, na bolsa. Está lá a partir do que o sujeito lhe dota como possibilidade fazendo assim com que afetos emergjam através da narrativa. Podem ser curtas como “esta camisa ganhei e não uso mais” ou longas como as por mim vivenciadas na passagem do casaco dentro de uma lógica familiar: as narrativas provocam a escuta de um plano outrora invisível nas araras de lojas. Da materialidade à narrativa a roupa adquire, nesta proposta, poder:

À medida em que muda de mãos, ela prende as pessoas em rede de obrigações. O poder particular da roupa para efetivar essas redes está estreitamente associado a dois aspectos quase contraditórios de sua materialidade: sua capacidade para ser permeada e transformada tanto pelo fabricante quanto por quem a veste; e sua capacidade para durar no tempo. A roupa tende pois a estar poderosamente associada com a memória ou, para dizer de forma mais forte, a roupa é um tipo de memória. (STALLYBRASS, 2008, p. 14)<sup>x</sup>

Vários detalhes dos encontros estão em constante transformação: formato de divulgação, endereço e horário de funcionamento, ampliação do número de parceiros envolvidos nos encontros, execução de solicitações destes para o espaço. Um grupo que se propõe ao troca-troca e à circulação do diálogo através da roupa busca manter-se em fluxo de formas. Nenhuma que enrijeça a proposta ou que promova limitações. A escuta do potencial de produção de subjetividade do grupo é ética na medida em que reflete uma imagem processual de sua constituição e processo de cinco anos de existência. A insistência pela manutenção de um espaço aberto, livre e reflexivo das práticas de consumo de moda é como uma busca de enlace de elementos de antigas experiências. É uma incitação ao não esquecimento de si na produção de subjetividade pelo vestir.

### **Memória do Vestir e Produção de Subjetividade**

A produção de subjetividade que se inventa na passagem da roupa de um corpo ao outro parecia o suficiente para sustentar a manutenção deste grupo de troca-troca. Então inicio novas incitações que lembram o sentimento de conforto de vestir um casaco feio cessando o frio intenso. Ponho-me a agir, assumir a posição de não passividade: registro o número de peças trocadas a cada encontro, escrevo ou fotografo situações vividas no escambo, compartilho a notícias de outros espaços potentes da moda de forma sistemática às clientes, colegas e demais interessados. Ações tão políticas como assumir que um casaco de pele de coelho em frente à lareira é vestir a traquinagem ou que um modesto e feio casaco do irmão mais velho pode aquecer o desespero.

Nesta tentativa de driblar engessamentos não foi possível um momento de conforto, de alfinetar a composição deste desejo. Que implicação existe nesse processo? Que análises podem-se abrir para pensar a manutenção e força de potência desse espaço? Coimbra e Nascimento (2012) lembram que o conceito de análise de implicação, advindo da Análise Institucional, é influenciado por diferentes áreas.

A ferramenta “análise de implicações” supõe, dentre outras, análise das forças que atravessam e constituem o encontro pesquisador-campo de pesquisa, colocando em discussão as práticas de saber-poder enquanto produtoras de verdades – consideradas absolutas, universais e eternas – seus efeitos, o que elas põem em funcionamento, com o que se agenciam. (NASCIMENTO e COMIBRA, p.132)<sup>xi</sup>

Uma boa forma de dar abertura e continuidade às questões poderia ser o de levantar o que marca o grupo de escambo desde sua pré-concepção: instituições familiares do modo caçula de absorver a alteridade do vestir, o cansaço do esforço de promover esta experiência tensionado pela diferença, o tempo do corte-costura como imperativo para potencializar certa idealização de peças de roupas infantis, dentre outros. Seja na roupa de irmãos mais velhos, nos tecidos de uma loja especializada (que permite a infinita possibilidade de criação de figurinos) ou no barulho da máquina de costura da mãe, a familiaridade da roupa como dispositivo de transformação e desacomodação do modelo *fast fashion* de consumo são atravessamentos presentes e potentes na concepção de grupo de escambo.

É para tanto que, zerando ou não (como no capítulo assim numerado de Mesquita e Preciosa, 2011)<sup>xii</sup>, operar com transversais, em zigzague ou mesmo inicialmente em viés<sup>xiii</sup> através de interlocutores, da academia, de congressos, do

artesanato ou arte, da psicologia ou ainda dos participantes do grupo de escambo, ampara o advir do que constitui tal espaço. O movimento de corte faz emergir o enrijecimento e do outro lado da lâmina narra o trajeto percorrido.

Fica a abertura de algodões verdes, lãs puras ou não e mais atualmente, de uma gama de tecidos que habitam o grupo de escambo de roupas. Que estes não necessitem gritar, mas que o grupo possa ouvi-los. Que não sejam rompidos os nós que possibilitam produzir troca-troca, mas sim narrar suas construções de elegâncias e outras produções do vestir. A narrativa desse processo de produção desse espaço é um esforço de mantê-lo em constante ampliação de olhares, de abrir-se à interlocução, sair do conforto para vestir o estranho e confortável da infância e passar a ousar em trocas tantas que o espaço da crítica pode promover.

---

<sup>i</sup> Psicóloga; Mestranda no PPG Psicologia Social Institucional da UFRGS sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Inês Hennigen; bolsista DTI, no PPG Sociologia da mesma universidade, sob orientação do Prof. Dr. Sandro Ruduit Garcia; [hellsoares@gmail.com](mailto:hellsoares@gmail.com)

<sup>ii</sup> Psicóloga, Doutora em Psicologia pela PUCRS. Docente do PPG em Psicologia Social e Institucional da UFRGS; [ineshennigen@gmail.com](mailto:ineshennigen@gmail.com)

<sup>iii</sup> Entretelar é uma técnica que se vale de uma fibra, chamada entretela, para dar firmeza ao tecido, encorpá-lo e dar a forma desejada. Em alguns casos, como neste, serve também para tornar mais espesso do tecido, conseqüentemente mais quente.

<sup>iv</sup> “Jacquard é o nome dado a padronagens complexas de entrelaçamento, tanto em tecelagem como em malharia em jersey duplo.” (Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jacquard>) Acesso em 21/07/2014).

<sup>v</sup> Minuano é o nome dado ao vento que vem do sul do continente Americano e alcança os pampas.

<sup>vi</sup> É importante localizar aqui o nome da cor. A indústria da moda, mais especialmente o jornalismo de moda, hoje prolifera novos nomes para cores semelhantes. E isto em velocidade vertiginosa. Não se fará neste texto a análise ou crítica deste fenômeno, entretanto é importante lembrar que tal referência à cor ampara a localização histórica da descrição: início dos anos 1990.

<sup>vii</sup> Tradição em algumas famílias de classe média da zona norte porto-alegrense, as estolas de pele eram presenteadas às adolescentes. Dependendo do poder econômico da família em relação ao número de filhas mulheres, era possível presentear com uma

---

estola de pele de animal mais ou menos nobre. De chinchilas a coelhos, algumas famílias faziam pequenos sacrifícios para manter a tradição.

<sup>viii</sup> DE CARLI, A. M. S.. *O Sensacional da Moda*. Caxias do Sul: EDUCS, 2002, 160p.

<sup>ix</sup> Direção esta pensada na proposta foucaultiana para uma nova economia de poder que “consiste em analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias” que outras forças possam tentar impor. (FOUCAULT, 1995, p. 234) FOUCAULT, M.. “O Sujeito e o Poder”. In.: *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução: Vera Portocarrero, 2ª Ed. São Paulo: Forense Universitária, 1995, 348p.

<sup>x</sup> STALLYBRASS, Peter. *O Casaco de Marx: roupas, memória, dor*. Tradução de Tomaz Tadeu, 3ª Ed. Belo Horizonte: Autênciã Editora, 2008, 112p.

<sup>xi</sup> COIMBRA, Cecília Maria Bouças; NASCIMENTO, Maria Lívia. “Implicar”. In: *Pesquisar na Diferença, um abecedário*. 1ª Ed. Porto Alegre: Sulina, 2012, 263p.

<sup>xii</sup> MESQUITA, Cristiane; PRECIOSA, Rosane. (Org.). *Moda em Ziguezague: Interações e Expansões*. 1ª Ed. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011, 232p.

<sup>xiii</sup> Corte em viés no tecido é uma técnica que se vale da dobra do mesmo. A tesoura é passada no sentido diagonal da trama provocando à peça de roupa, depois de costurada, um efeito de caimento que ajusta-se ao corpo, mas ao mesmo tempo acompanha o espaço.

## CONTRIBUIÇÕES DO MATERIALISMO HISTÓRICO E A LÓGICA HISTÓRICA DE E. P. THOMPSON PARA A RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA E MÚSICA.

**Icles Rodrigues**

Graduado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina  
Mestrando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina

Orientador: Prof. Dr. Márcio Roberto Voigt.

Bolsista CNPq.

E-mail: icles.rodrigues@gmail.com.

### **Resumo:**

O presente trabalho tenta demonstrar como as proposições de E. P. Thompson a respeito da “lógica histórica” podem fornecer parâmetros para usar a música como fonte histórica, de modo a fazer um trabalho que dialoga com outros campos de conhecimento sem perder suas particularidades.

**Palavras-chave:** Thompson; Música; Historiografia.

### **Abstract:**

The present work tries to demonstrate how E. P. Thompson’s propositions about the “historical logic” can give parameters to use music as a historical source, to make a work that speaks to others fields of knowledge without lose its particularities

**Keywords:** Thompson; Music; Historiography.

Em artigo publicado na *Revue de Musicologie* da Sociedade Francesa de Musicologia (no original, *Société Française de Musicologie*) em 1998, Myriam Chimènes propôs uma discussão sobre o que ela chama de “terra de ninguém” no que concerne aos estudos de história e música; um campo nebuloso onde a História e a Musicologia por vezes lançam proposições de trabalho conjunto, mas onde há pouca produtividade, no sentido de que a maior parte dos trabalhos penderia demais para um ou outro lado.<sup>1</sup> Para a História, as especificidades de linguagem e estética da música seriam uma barreira que dificulta o uso da música como fonte, enquanto a Musicologia vê pouca serventia na contextualização histórica no qual a produção musical se insere, ou não enxergam o potencial da música como fonte, segundo as reflexões da autora.

Neste artigo, Chimènes cita uma série de exemplos de trabalhos e iniciativas que diluem as fronteiras entre ambas as áreas, demonstrando a gradativa superação dos obstáculos que mantem objeções neste diálogo. Contudo, há de se levar em consideração que o trabalho em questão, além de fazer parte do fim da década de 1990, aborda majoritariamente os avanços na área na França. Nos Estados Unidos são proeminentes os trabalhos de Richard Middleton, Charles Hamm, Robert Walser, entre outros entre o fim da década de 1980 e

primeira metade da de 1990. No Brasil, temos como referências principais nos trabalhos teóricos a respeito da relação entre História e Musicologia alguns nomes como Marcos Napolitano, José Geraldo Vinci de Moraes e José Miguel Wisnik. Se levarmos seus trabalhos em conta, poderíamos dizer que o aprofundamento dos estudos sobre história e música no Brasil se deu com mais firmeza a partir da década de 2000, e a área apresenta certo vigor.

Não pretendemos neste trabalho fazer um apanhado dos avanços na área, tampouco repetir sobre seu crescimento em uma verborragia desnecessária, haja vista que essa reflexão pode ser encontrada em outros lugares. Menos ainda pretendemos afirmar a necessidade do uso da música como fonte histórica sem apresentar proposições de como fazê-lo.

Muito se duvidou que fontes como a música – tanto seus aspectos líricos como estéticos –, mas também outras produções da Cultura da Mídia (como a literatura) pudessem ser fontes relevantes para o conhecimento histórico. No entanto, há muito – principalmente a partir dos estudos voltados à cultura como fonte de compreensão de diferentes aspectos da sociedade a partir da década de 1950 e da negação da menor relevância da cultura como uma “superestrutura” – a historiografia tomou consciência da relevância dessas fontes, pois, como afirma Antonio Celso Ferreira (citando a literatura, mas cuja afirmação se aplica a outros tipos de fontes literárias ou de ficção), “toda ficção está sempre enraizada na sociedade [...] é em determinadas condições de espaço, tempo, cultura e relações sociais que o escritor cria seus mundos de sonhos, utopias ou desejos, explorando ou inventando formas de linguagem”.<sup>2</sup>

Nesse sentido, trazemos à discussão parte do trabalho do historiador inglês Edward P. Thompson, mais precisamente *A miséria da teoria*. Publicado em 1978 (e traduzido para o português em 1981), nos é interessante trazer à baila suas proposições a respeito da lógica histórica – ou seja, de como a história é feita dentro de suas particularidades, incompreendidas por outras áreas das ciências humanas, segundo Thompson – e tanto sua definição quanto defesa do materialismo histórico.

Qual seria, contudo, o objetivo de trazer estes pontos a uma discussão do diálogo entre História e Musicologia?

Os apelos a um maior diálogo entre essas duas áreas costumam apontar o fato de que o historiador que se aventura a analisar música como fonte deve ter consciência de que esta se apresenta não apenas como fonte verbal (sua letra); sua estética, suas pausas, escolhas de notas, entonação vocal, ritmo, entre outros aspectos estéticos da música também se comunicam, em maior ou menor grau, com o ouvinte – entraremos nessa discussão mais adiante. Marcos Napolitano em seu ensaio *A história depois do papel* lembra-nos que

Mesmo que o historiador mantenha sua identidade disciplinar e não queira se converter em comunicólogo, musicólogo ou crítico de cinema, ele não pode desconsiderar a especificidade técnica de linguagem, os suportes tecnológicos e os gêneros narrativos que se insinuam nos documentos audiovisuais, sob pena de enviesar a análise.<sup>3</sup>

Contudo, ainda que concordemos com a afirmação, atentamos para o começo desta; o uso da música como fonte histórica requer, comumente, o cotejamento com reflexões de diferentes disciplinas. A falta de habilidade com o uso de fontes da cultura da mídia pode fazer com que o pesquisador pouco experiente perca do seu horizonte parâmetros que o definem como historiador. Logo, encontramos em Thompson algumas formulações que podem ser úteis no que concerne a manter este horizonte visível.

Douglas Kellner em seu *Cultura da mídia* aponta uma série de reflexões possíveis a respeito de produtos da cultura da mídia e suas relações com a sociedade que os produz. Entre elas, a seguinte afirmação:

Há uma cultura veiculada pela mídia cujas imagens, sons e espetáculos ajudam a urdir o tecido da vida cotidiana, dominando o tempo de lazer, modelando opiniões políticas e comportamentos sociais, e fornecendo o material com que as pessoas forjam sua identidade. O rádio, a televisão, o cinema e os outros produtos da indústria cultural fornecem os modelos daquilo que significa ser homem ou mulher, bem-sucedido ou fracassado, poderoso ou impotente. A cultura da mídia também fornece o material com que muitas pessoas constroem o seu senso de classe, de etnia e raça, de nacionalidade, de sexualidade, de “nós” e “eles”. Ajuda a modelar a visão prevaiente de mundo e os valores mais profundos: define o que é considerado bom ou mau, positivo ou negativo, moral ou imoral. As narrativas e as imagens veiculadas pela mídia fornecem os símbolos, os mitos e os recursos que ajudam a constituir uma cultura comum para a maioria dos indivíduos em muitas regiões do mundo de hoje. A cultura veiculada pela mídia fornece o material que cria as identidades pelas quais os indivíduos se inserem nas sociedades tecnocapitalistas contemporâneas, produzindo uma nova forma de cultura global.<sup>4</sup>

Ainda que tal afirmação faça todo o sentido, o historiador deve ter cautela ao analisar a fonte – e nesse sentido, qualquer uma, não apenas a música –, de modo a não ser tentado a esquecer suas relações com o contexto, tanto sincronicamente quando diacronicamente.

No artigo citado anteriormente, Marcos Napolitano faz uma observação estranha, para dizer o mínimo, quando diz que

[...] à medida que analisamos a escritura específica do material audiovisual ou musical, suas formas de representação da realidade vão tornando-se mais nítidas, desvelando os “fatos” social e histórico nela encenados direta ou indiretamente. O cotejo com informações contextuais, localizadas fora do filme, do programa de TV ou da canção, é importante, mas *somente* na medida em que a fonte específica demanda e sugere questões e problemas para o historiador responder. Como em toda operação historiográfica, crítica externa e crítica interna, análise e síntese, devem estar devidamente articuladas. Nesse sentido, o uso de fontes audiovisuais e musicais pelo historiador pode ir além da “ilustração” do contexto ou do “complemento *soft*” de outras fontes mais “objetivas” (escritas ou iconográficas), revelando-se uma possibilidade a mais de trabalho historiográfico (grifo nosso).<sup>5</sup>

Este trecho merece ser devidamente destrinchado.



Thompson, ao definir o que entende por “lógica histórica” afirma que esta seria “um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação etc., e a eliminar procedimentos autoconfirmadores”.<sup>6</sup> Evidências e conceitos dialogam entre si, e quem conduz este diálogo são as hipóteses sucessivas por parte do pesquisador, de um lado, e a pesquisa empírica do outro, no sentido de que esta parte de problemáticas prévias (porém não rígidas). Thompson complementa: “O interrogador é a lógica histórica; o conteúdo da interrogação é uma hipótese (por exemplo, quanto à maneira pela qual os diferentes fenômenos agiram uns sobre os outros); o interrogado é a evidência, com suas propriedades determinadas”.<sup>7</sup>

Quanto ao que Napolitano afirma sobre as informações contextuais serem úteis apenas de acordo com a demanda da fonte em ter suas lacunas preenchidas, a afirmação soa contraditória, haja vista que o próprio autor afirma em outra de suas obras, *História e música*, que a análise musical descolada da contextualização “fragmenta este objeto sociológica e culturalmente complexo, analisando ‘letra’ separada da ‘música’, ‘contexto’ separado da ‘obra’, ‘autor’ separado da ‘sociedade’, ‘estética’ separada da ‘ideologia’”.<sup>8</sup>

Minha postura em relação ao uso da música como fonte histórica é de que ela deve ser usada de modo a compreender a sociedade que a produz, em maior ou menor grau. Um exemplo de “menor grau” seria a compreensão “microscópica” do universo de onde ela se origina: quem a compôs? Quais as origens do compositor (ou dos compositores, em caso de composição em grupo)? Como a música em questão se articula com seu contexto social, cultural, político, econômico, etc., do indivíduo em questão e seus pares? É possível a identificação clara de ideologias que permeiam a música? Se a identificação não é clara, seria possível, no estudo sobre as origens do(s) compositor(es) encontrar informações que corroborem as hipóteses – respondendo definitivamente ou não às questões?

Apresento, então, algumas reflexões a partir de autores previamente citados neste trabalho, sobre como a música pode ser analisada contextualmente.

a) Letra e música: O motivo pelo qual essa separação é deficiente é o fato de que elementos da música alteram a conotação de palavras, trechos do texto e, conseqüentemente, influenciam o efeito do discurso. Nuances vocais, rítmicos e/ou melódicos têm o poder de dar a determinadas palavras uma acentuação em seu apelo como discurso que fazem com que a música não possa ser negligenciada, como um objeto a ser deixado em segundo plano em detrimento dos aspectos discursivos líricos.

O sentido das letras depende, em parte, do contexto sonoro, a junção entre letra e som, o quanto um complementa o outro; forma-se, então, um discurso não atrelado apenas à narrativa

textual inteligível da letra, mas também aos elementos sonoros que, carregados de sentido compreensível através de uma bagagem musical prévia do ouvinte, compõem a mensagem que a obra apresenta. Logo, essa ‘linguagem musical’ possui efeitos claros sobre o discurso lírico, que não podem ser ignorados.

b) Contexto e obra: no que tange à separação entre ‘contexto’ e ‘obra’, podemos dizer que os significados das músicas, como discursos, “estão sempre fundamentados socialmente e historicamente, e eles operam num campo ideológico de interesses, instituições e memórias conflitantes”,<sup>9</sup> ou seja, são produtos socialmente fundamentados, como afirmamos anteriormente. E não apenas isso: estão intrinsecamente atrelados ao meio material no qual seus produtores se inserem. Música, como qualquer produto da cultura da mídia, é um produto de seu tempo, e como tal, carrega consigo tais elementos citados acima. Simon Frith defende que “o que é possível para nós como consumidores – o que está disponível para nós [...] – é um resultado de decisões feitas na produção, feitas por músicos, empresários e burocratas corporativos [...] em resposta às oportunidades tecnológicas”.<sup>10</sup> Em resumo: as condições materiais de produção definem o que é possível ao público.

c) Autor e sociedade: imerso na cultura da mídia de seu recorte temporal e geográfico, o autor de uma música será influenciado pelo ambiente ideológico no qual está inserido, mesmo que essa influência parta de formas de resistência em relação a determinadas ideologias vistas como hegemônicas, ou ao menos mais em voga numa sociedade. Além do mais, os discursos presentes em uma obra musical podem muito bem ser contraditórios, já que “a cultura veiculada pela mídia induz os indivíduos a conformar-se à organização vigente da sociedade, mas também lhes oferece recursos que podem fortalecê-los na oposição a essa mesma sociedade”.<sup>11</sup> Afinal,

enquanto a cultura da mídia em grande parte promove os interesses das classes que possuem e controlam os grandes conglomerados dos meios de comunicação, seus produtos também participam dos conflitos sociais entre grupos concorrentes e veiculam posições conflitantes, promovendo às vezes forças de resistência e progresso. Consequentemente, a cultura veiculada pela mídia não pode ser simplesmente rejeitada como um instrumental banal da ideologia dominante, mas deve ser interpretada e contextualizada de modos diferentes dentro da matriz dos discursos e das forças sociais concorrentes que a constituem [...].<sup>12</sup>

d) Estética e ideologia: por fim, a separação entre ‘estética’ e ‘ideologia’ é, até certo ponto, compreensível, tendo em vista que elementos estéticos nem sempre são facilmente identificáveis do ponto de vista discursivo e/ou ideológico. Contudo, em determinados momentos essa separação contribui para o enfraquecimento do entendimento dessa questão.

Um exemplo é uso dos instrumentos de percussão presentes em uma bateria para se reproduzir uma batida semelhante a uma marcha, recurso que é normalmente utilizado em músicas que, de alguma forma, tenham em seu conteúdo relação com temáticas militares. Dependendo da forma como o discurso, como um todo, é construído, esse tipo de elemento visa atender a um posicionamento em particular. No caso de uma letra que ressalta as glórias de se lutar por seu país, sua liberdade, etc., o elemento estético – no caso do exemplo citado, a batida marcial – atende a um discurso ideológico da validade e do heroísmo do sacrifício por elementos como ‘nação’ ou ‘povo’, de identificação coletiva, mas cuja definição pode ser muito maleável e discutível.

Dados esses parâmetros para o uso da música como fonte histórica, nos parece plausível que a abordagem materialista que Thompson propõe se articule com a análise musical contextual. Segundo Thompson, o materialismo histórico

propõe-se a estudar o processo social em sua totalidade; isto é, propõe-se a fazê-lo quando este surge não como mais uma história “setorial” – como história econômica, política ou intelectual, como história do trabalho, ou como “história social” definida também como mais um setor – mas como uma história total da sociedade na qual todas as outras histórias setoriais estão reunidas. Propõe-se a mostrar de que modos determinados cada atividade se relacionou com a outra, qual a lógica desse processo e a racionalidade da causação.<sup>13</sup>

Os produtos da cultura da mídia – música inclusa – se relacionam com as condições sociais e históricas que formam seu público, seus gostos e percepções, e estes se alteram com as mudanças dos seus suportes (como, por exemplo, a transição do consumo de músicas entre LP, fitas K7, CD, ou mesmo os serviços de *streaming* que a internet proporciona). Esta relação nos abre um enorme leque de possibilidades para a música como fonte fecunda para a compreensão do “processo social em sua totalidade”, como afirma Thompson.

Aliás, vale lembrar que, para o historiador em questão, a história é a disciplina do contexto e do processo, e com essa afirmação só podemos concordar. A música fornece noções de contexto tanto quanto é oriunda dele, e o mesmo pode se dizer do processo social; e, como fonte, fornece evidências “que só se tornam cognoscíveis segundo maneiras que são, e devem ser, a preocupação dos vigilantes métodos históricos”.<sup>14</sup> No caso, a lógica histórica. No entanto, cada fonte tem suas propriedades específicas, e nem toda pergunta será adequada a elas. O pesquisador deve ter condições de fazer as perguntas certas, e o contexto dará essas condições.<sup>15</sup>

Ou seja: a dialética entre as hipóteses e as evidências vai muito além de uma análise de conteúdo da fonte *per se*.

Para dar um exemplo rápido, porém ilustrativo, cito o caso da banda finlandesa *Sentenced*. Dentre diferentes temáticas que a banda trabalhou em suas composições, grande parte delas abordava temas extremamente depressivos, contendo muitas músicas com referências ao suicídio (algumas de forma bem irônica, diga-se de passagem). No entanto, apesar da estranheza de tal escolha, tudo se torna mais compreensível quando analisamos o contexto de produção.

Durante muitos anos a Finlândia foi um dos países com a maior taxa de suicídios no mundo, e onde, apesar da diminuição de cerca de 40% nas taxas gerais nos últimos anos, a população masculina ainda mantém números elevados desse tipo de morte. Segundo matéria da Folha de São Paulo de 2007, o suicídio “representa a primeira causa de mortalidade dos homens entre 20 e 34 anos”.<sup>16</sup> Também é alta a taxa de alcoolismo no país; não creio ser coincidência que um dos guitarristas da banda, Miika Tenkula, sofresse de problemas com o alcoolismo. A banda, aliás, já havia dedicado músicas a este problema, como *The River*<sup>17</sup> e *Guilt and Regret*,<sup>18</sup> e a banda *Poisonblack*, formada pelo ex-vocalista do *Sentenced*, Vile Laihiala, aparentemente escreveu a faixa *Buried Alive*<sup>19</sup> inspirada no falecimento de Tenkula, ocorrido em 2009.

Tanto Robert Walser como Douglas Kellner afirmam – e não creio que algum pesquisador sobre o tema discorde – que a música (Walser fala especificamente sobre o *Heavy Metal*) ajuda a compor identidades, tanto comunais quanto individuais. No caso do gênero citado, ao qual a banda *Sentenced* pertence, ele é “poderoso como um meio de dar sentido de sua própria situação e de compensá-la”,<sup>20</sup> o que poderia explicar em partes a receptividade da banda entre seus fãs para temáticas tão obscuras e passíveis de polêmica, já que o produto da cultura da mídia em questão lida de forma um tanto quanto lúdica com problemas reais, fornecendo uma espécie de escapismo. Algo que talvez não ocorresse tão facilmente em outro contexto, como nos EUA, haja vista que algumas bandas já foram acusadas de incentivar o suicídio de fãs neste país; em um caso específico, com a banda *Judas Priest*, seus integrantes precisaram se defender na justiça contra as acusações. Rob Halford, vocalista da banda, afirma categoricamente que esse tipo de situação só ocorre nos Estados Unidos: “Circunstâncias como essas nunca ocorreram na Europa, nunca na América do Sul, nunca no Oriente. Quando o metal é culpado por violência, só aconteceu nos EUA”.<sup>21</sup>

Sobre este casamento entre fonte e contexto, Thompson afirma perspicazmente que a relação entre o conhecimento histórico e seu objeto “só pode ser compreendida como um diálogo”.<sup>22</sup> E este diálogo, sincrônico e diacrônico, deve enxergar o passado humano não como

um agregado de histórias separadas, mas uma soma unitária do comportamento humano, cada aspecto do qual se relaciona com outros de determinadas maneiras, tal como os atores individuais se relacionavam de certas maneiras (pelo mercado, pelas relações de poder e subordinação etc.). Na medida em que essas ações e relações deram origem a modificações, que se tornam objeto de investigação racional, podemos definir essa soma como um *processo* histórico, isto é, *práticas* ordenadas e estruturadas de maneiras racionais.<sup>23</sup>

Diante desta breve discussão sobre o assunto, espero que as reflexões dos historiadores e musicólogos trazidas, bem como as proposições a respeito da pesquisa histórica apresentadas por Thompson possam dar a pesquisadores iniciantes as condições de se dar um pontapé inicial na pesquisa histórica com fontes musicais, transitando na “terra de ninguém” de Chimènes, mas sem que esqueçam das particularidades de sua trincheira, com suas lógicas próprias, ainda que a trincheira “do outro lado” não seja formada por inimigos, mas colegas, cujas contribuições são fundamentais para tal pesquisa.

---

#### Notas:

<sup>1</sup> O artigo em questão foi traduzido por José Geraldo Vinci de Moraes para a edição da *Revista de História* do segundo semestre de 2007. Cf. CHIMÈNES, Myriam. Musicologia e história. Fronteira ou "terra de ninguém" entre duas disciplinas? *Revista de história*, São Paulo, n° 157, 2007, p. 15-29. Disponível em <[http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/157/RH\\_157\\_-\\_Myriam\\_Chimnes.pdf](http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/157/RH_157_-_Myriam_Chimnes.pdf)> Acesso em: 11 jun 2014.

<sup>2</sup> FERREIRA, Antonio Celso. “A fonte fecunda”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 67.

<sup>3</sup> NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 238.

<sup>4</sup> KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru: EDUSC, 2001, p. 9.

<sup>5</sup> NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit.

<sup>6</sup> THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981, p. 49.

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> NAPOLITANO, Marcos. *História e música: história cultural da música popular*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 8.

<sup>9</sup> WALSER, Robert. *Running with the devil: power, gender, and madness in heavy metal music*. Middletown: Wesleyan University Press, 1993, p. 29.

<sup>10</sup> FIRTH, Simon. *Music for pleasure*. Nova Iorque: Routledge, 1988, p. 6.

<sup>11</sup> KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru: EDUSC, 2001, p. 11-12.

<sup>12</sup> Ibid., p. 27.

<sup>13</sup> THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981, p. 82.

<sup>14</sup> Ibid., p. 49.

<sup>15</sup> Ibid., p. 50.

<sup>16</sup> Folha online. “Número de suicídios cai 40% em 15 anos”. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u329063.shtml>> Acesso em: 12 jun 2014.

<sup>17</sup> SENTENCED. The River. Mikka Tenkula, Sami Lopakka [Compositores]. In: \_\_\_\_\_. *Crimson*. Century Media, 2000. 1 CD (ca. 55 min) Faixa 8 (4 min 50 s).

<sup>18</sup> SENTENCED. Guilt and Regret. Mikka Tenkula, Sami Lopakka [Compositores]. In: \_\_\_\_\_. *The Cold White Light*. Century Media, 2002. 1 CD (ca. 45 min) Faixa 9 (3 min 44 s).

<sup>19</sup> POISONBLACK. Buried Alive. Vile Laihiala [Compositor]. In: \_\_\_\_\_. *Of Rust and Bones*. Century Media, 2010. 1 CD (ca. 53 min) Faixa 4 (4 min 34 s).

<sup>20</sup> WALSER, Robert. *Running with the devil: power, gender, and madness in heavy metal music*. Middletown: Wesleyan University Press, 1993, p. 161.

<sup>21</sup> WHIPLASH. Rob Halford: Só os EUA culpam o Heavy Metal por violência. Disponível em <[http://whiplash.net/materias/news\\_827/179632-judas Priest.html](http://whiplash.net/materias/news_827/179632-judas Priest.html)> Acesso em: 12 jun 2014.

<sup>22</sup> THOMPSON, E. P., Op. Cit.

<sup>23</sup> Ibid., p. 50-51.

## **Não fale com paredes: as temáticas da contracultura no Brasil**

Igor Fernandes Pinheiro<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo examina agentes históricos que participaram de manifestações relacionadas a contracultura no Brasil, produzindo músicas e comportamentos de oposição ao sistema, ou de caráter libertário. Serão analisados produtos relacionados a artistas pouco explorados pela historiografia e imprensa com o objetivo de observar quais temáticas eram abordadas nas letras, quais estéticas musicais eram utilizadas, assim como detectar problemas relacionados a censura.

**Palavras-chave:** Contracultura. Censura. Música

**Abstract:** This article examines historical agents who participated in demonstrations related to counterculture in Brazil, producing music and oppositional behavior to the system, or libertarian character. Underexplored artists by historiography and the press will be analyzed in order to observe which themes were addressed in the letters, which were used musical aesthetics, as well as detect problems related to censorship.

**Keywords:** Counterculture. Censorship. Music.

### **Introdução**

Este artigo busca compreender a contracultura brasileira relacionada à estética do rock, trazendo à tona outras faces da música brasileira, contribuindo assim para o reconhecimento da importância da produção musical de artistas que não são privilegiados pela bibliografia referente a história da canção no país, em detrimento de nomes consagrados presentes no imaginário e nas narrativas históricas.

A contracultura brasileira ao ser sinalizada por pesquisas históricas, tende a utilizar quase exclusivamente o Tropicalismo e artistas que consolidaram suas carreiras nos anos setenta como Raul Seixas, Rita Lee e Secos e Molhados. Em sua dissertação acerca da produção marginal, Frederico Coelho chama esta forma de exposição que consagra certos artistas em detrimento de outros de *canonização*:

Esta canonização, como o próprio nome sugere, se deve a uma valorização extremada, e às vezes acrítica, da memória de alguns movimentos, nomes e eventos ocorridos no campo cultural brasileiro entre as décadas de 1960 e 1970. Grande parte da historiografia termina por valorizá-los em demasia [...] Em um claro caso de “usos e abusos” da memória de uma época, percebe-se nessa historiografia uma espécie de consenso sobre um “espírito de época” que torna homogênea uma produção cultural brasileira cujas clivagens e matizes eram das mais diversas e conflituosas.<sup>2</sup>

O fato é que há outros artistas e bandas brasileiras que não fazem parte do seletivo grupo tropicalista que também questionaram valores e criaram músicas contestadoras utilizando a estética do rock, porém ainda hoje são tratados como parte de um subgênero da contracultura, à margem das pesquisas acadêmicas, entre estes o quarteto carioca *Módulo 1000*, responsável por gravar no ano de 1972 o experimental *Long Play “Não fale com paredes”*, uma valorosa manifestação para se compreender o rock e os comportamentos que derivam de sua estética no Brasil.

### **Rock e indústria fonográfica**

Devido as inovações tecnológicas e desenvolvimento da indústria cultural, a música se torna cada vez mais um elemento presente no cotidiano, principalmente a partir do século XX, devido ao crescimento vertiginoso da indústria fonográfica. Como observam os autores Steve Chapple e Reebee Garofalo, nos anos cinquenta com o crescimento da produção industrial dos Estados Unidos, a economia foi estimulada de forma que ocorreu o crescimento do consumo de bens não essenciais. Estão incluídos nestes bens os discos.<sup>3</sup> Neste cenário de consumo interno irrompeu o *rhythm and blues*, um som negro e urbano. Este ritmo foi responsável por romper a barreira da base social negra no mercado branco, abrindo caminho para o *rock and roll*, gênero de influência negra, popularizado por astros como Chuck Berry e Little Richard, assim como astros brancos como Elvis Presley e Jerry Lee Lewis.<sup>4</sup> No início as grandes gravadoras ignoraram tal fenômeno, porém a adesão acabou sendo inevitável devido aos sucessos comerciais alcançados pelo gênero musical.

As letras relacionadas a experiências psicodélicas, atração física e sexo, as roupas coloridas, a teatralização das apresentações, a incorporação de novos instrumentos às composições, a livre improvisação e experimentos que ocasionavam em músicas muito mais longas que o padrão pop existente até então, entre outros fatores, eram elementos que diferenciavam esta nova música de tudo que havia sido feito até o momento. Além disto, é necessário observar que muitos destes comportamentos fugiram ao poder dos executivos e empresários, afinal a contracultura apesar de ter sido utilizada amplamente pela indústria, para muitos jovens não possuía valor de mercado, pelo contrário, era a negação a este modelo econômico. Foram muitos os que inovaram e tocaram seus instrumentos nas ruas, longe dos padrões industriais. E mesmo analisando os atores da contracultura que se envolveram com a



indústria cultural, é inegável a mudança ocorrida na década de sessenta, quando se observam as gravações e comportamentos da geração anterior.

No caso brasileiro, o gênero rock obteve vendas modestas ao longo das décadas de sessenta e setenta, conquistando vendagens expressivas em determinadas ocasiões. Os primeiros êxitos nacionais ocorreram com a *Jovem Guarda* na década de sessenta, alavancando as carreiras de Roberto Carlos, Erasmo Carlos, Wanderléa, *Golden Boys*, *Os Incríveis*, entre outros. No ano de 1968 a *Jovem Guarda* tem sua derrocada, a última transmissão ocorreu em junho deste ano, porém o maior ídolo, Roberto Carlos não participava do programa desde janeiro,<sup>5</sup> desta forma, durante os anos setenta, o cantor seguiria na trilha do sucesso, obtendo êxitos ainda maiores com temáticas românticas através de performances onde passou a ser acompanhado por uma *big band*, obtendo sucesso de crítica e público, em detrimento dos outros artistas relacionados a *Jovem Guarda*.

Apesar das modestas vendagens de compactos e LPs de rock, ao longo da década de setenta, é possível citar o grupo Secos e Molhados, Raul Seixas e a banda *O Terço* como artistas que utilizaram o gênero como linguagem e alcançaram vendagens expressivas, assim como espaço na mídia. Estes artistas venderam respectivamente 800 mil, 600 mil e 500 mil cópias<sup>6</sup> dos Lps “*Secos e Molhados*” (1973), “*Gita*” (1974) e “*Criaturas da noite*” (1975). Experiências como estas demonstram que existia um filão concernente ao rock na indústria fonográfica, fator observado desde a segunda metade da década anterior quando o principal produto vinculado aos grupos de rock eram os compactos simples e duplos. Desta maneira, diversas bandas assinaram contratos com grandes e pequenas gravadoras sem conquistar sucessos expressivos. De fato, a grande maioria alcançou apenas públicos diminutos e pouco espaço na mídia.

Através da análise da discografia formada por compactos e LPs nas décadas de sessenta e setenta, é possível observar os diversos gêneros e tendências musicais em permanente diálogo, gerando assim um campo de influências difusas: a banda pernambucana *Ave Sangria* integrou o rock a elementos regionalistas como o baião, o xaxado e o maracatu, os gaúchos da banda *Almôndegas* por sua vez uniram as influências do rock às tradições folclóricas do Rio Grande do Sul. *A Barca do Sol* utiliza diversos instrumentos como a viola e a flauta ao unir o chorinho, assim como as múltiplas influências dos sons praticados nos Festivais da Música Popular brasileira ao rock progressivo. O período dos festivais, nascedouro do termo MPB, influenciou artistas que formaram bandas como *O Terço* e *Som Imaginário* que uniram tais influências ao rock progressivo que foi expresso por uma vasta quantidade de bandas, entre estas *Módulo 1000*, *A Bolha* e *Os Mutantes*. O hard rock foi

manifestado por *Rita Lee & Tutti Frutti*, *O Peso, Made in Brasil* e *Spectrum*. Assim, em meio ao ecletismo e hibridação das estéticas sonoras e comportamentais exercidas pelas bandas, as tônicas das canções alçaram diferentes temáticas como o comportamento jovem, a relação com as drogas, questões cotidianas, utopias, conflitos, relações afetivas e sexuais, portanto muitos dos assuntos integrantes do inventário do rock nacional esbarraram na censura moral devido a não aceitação de determinados comportamentos e temas abordados nas canções, assim como através da censura exercida pelo governo militar. Um caso de censura moral pode ser observado na carta enviada a DCDP por uma mulher que se denominou como “colaboradora e censora particular-confidencial” ao alertar sobre os comportamentos realizados pela juventude em decorrência da exposição a música:

O estudante, antes normal, torna-se um viciado, escravo, nervoso, excitado sexual, descuidado no vestuário ou “hippie”, pois enfraquece o sistema nervoso por tanta excitação contínua em acordes dissonantes e sem emoção, pois nós todos temos que ter uma válvula de escape.<sup>7</sup>

É importante exprimir as temáticas expostas nas músicas gravadas pelos artistas que dialogaram com a contracultura, detectando ações de censura e conflitos, tendo em mente que estas temáticas veiculadas através dos meios de comunicação integrantes da indústria cultural produzem a apropriação das canções por parte do público que pluraliza as representações e sentidos sociais, alcançando assim significados que não foram tencionados pelos compositores de forma substancial. Desta maneira, é necessário apontar e contextualizar as temáticas exercidas pelas canções através das letras e estética musical - elemento muitas vezes preterido pelos pesquisadores -, assim como expor embates através da análise documental.

### **Não fale com paredes: Módulo 1000, entre a censura e a difusão**

O *Módulo 1000* antes de gravar “*Não fale com paredes*”, passou por diversas mudanças de integrantes, reformulações sonoras e influências musicais, caminho semelhante ao de diversas bandas que sobreviveram ao difícil trajeto percorrido entre o início amador nas garagens e escolas, ao “circuito de bailes”, e finalmente a presença em programas de televisão, profissionalização e gravações de discos.

A despreziosa banda *Os Quem* fundada por Daniel Cardona Romani e Eduardo Leal na segunda metade da década de sessenta passou a se chamar *Os Escorpiões*, utilizando como linguagem sonora o rock executado de forma pop e direta dos *Beatles* e da Jovem Guarda. Seguindo esta mesma linha musical a banda passaria a se chamar *The Brazilian Monkes*, devido ao enorme êxito comercial que a banda estadunidense *The Monkees* alcançou

nos anos de 1966 e 1967. Entre as bandas de garagem era uma prática comum utilizar o nome de uma grupo de sucesso, nomes como *The Brazilian Beatles* e *The Brazilian Rolling Stones* já estavam sendo utilizados. Em seguida com o nome *Código 20*, a banda passaria a alçar novas sonoridades, incluindo no repertório temas como “*O cantador*”, composição de Dori Caymmi e Nelson Motta, e “*Travessia*”, de Milton Nascimento e Fernando Brant, músicas de sucesso, integrantes de festivais televisivos.

A grande virada da banda viria em 1969 durante o período em que os integrantes viveram em São Paulo, já com o nome *Módulo 1000*, a partir deste momento a perspectiva seria compor em português. Os *covers* dos *Beatles*, Jovem Guarda e sucessos de festivais deram lugar a *covers* de *Jimi Hendrix* e *Pink Floyd*, auxiliados pelo teclado de Luiz Paulo Simas, dando gênese ao som que seria registrado no futuro LP. A necessidade de mudar de nome surgiu devido a semelhança com a alcunha de outra banda da cidade, o *Código 90*. De acordo com o guitarrista Daniel Romani, além de remeter à corrida espacial travada entre EUA e URSS durante a Guerra Fria e a chegada do homem à Lua em julho daquele ano, o nome foi escolhido por suscitar ideia de conquista e evolução.<sup>8</sup> Nesta perspectiva futurística e moderna, o primeiro registro fonográfico da banda, realizado em 1970, traria “*Big Mama*” da dupla de compositores Sergio Fayne e Vitor Martins, trazendo a temática da fertilização *in vitro*:<sup>9</sup> “Big Mama/ Mãe de amanhã/ Sou gente gênio num ventre de vidro/ Pronto pro parto, série conferida/ Meu nome, número, mente medida/ E dos tubos de ensaio eu saio pra vida”

A Folha da Tarde publicou:

Sergio e Vitor decidiram criar alguma coisa bem ritmada, partindo da divisão musical do baião, aproveitando outras influências [...] as letras de Vitor, embora de uma comunicação fácil, possuem implícitas, análises sobre os principais acontecimentos do mundo moderno [...] A letra atual de Vitor [Big Mama], aliada ao ritmo novo criado por Sergio, pode ser o próximo acontecimento da música popular brasileira.<sup>10</sup>

Entre 1970 e 1971, período em que a banda *Módulo 1000* possuía contrato assinado com a gravadora Odeon, um elemento estético do compacto simples “*Big Mama*”/ “*Isto não quer dizer nada*” estaria presente nos outros lançamentos da banda: a fusão do samba aos instrumentos elétricos do rock, influência diretamente relacionada aos festivais televisivos, especialmente o III Festival de Música Popular Brasileira, realizado pela TV Record, evento que trouxe à tona o movimento Tropicalista, onde Gilberto Gil apresentou “*Domingo no parque*” com *Os Mutantes*, e Caetano Veloso apresentou “*Alegria, alegria*” com a banda de rock argentina *Beat Boys*, consagrando junto a crítica a união que se fazia entre “música brasileira” a “música estrangeira”. Esta estética presente desde o período em que se chamavam *Código 20*, principalmente devido a influência do vibrafonista Paulo Cezar

Willcox, começou a se transformar no LP conjunto “*Posições*”, disco onde também participaram *Equipe Mercado*, *Som Imaginário* e *A Tribo*. Neste trabalho as distorções e sonoridade pesada de “*Ferrugem e fuligem*” evidenciam a psicodelia assumida pela banda, estética que se consolidaria em “*Não fale com paredes*”.

As duas composições de Daniel Cardona Romani e Luiz Paulo Simas junto a Vitor Martins que estão presentes no disco “*Posições*”: “*Curtíssima*” e “*Ferrugem e fuligem*”, foram censuradas. “*Curtíssima*” como sugere o título, possui letra econômica, constituída por apenas quatro versos e duração de um minuto e trinta e três segundos: “Eu quero ver as imagens/ Não tenho medo/ Nem guardo segredo/ Só não quero dançar”.

A composição censurada em janeiro de 1971 não possui parecer em relação ao veto, apenas o comentário “À consideração superior”.<sup>11</sup> Porém é possível encontrar elementos que podem ter suscitado a decisão da Turmas de Censura de Diversões Públicas da Guanabara.<sup>12</sup> A expressão “dançar”, correspondente a expressão “se dar mal” após o verso “Nem guardo segredo” pode sugerir um dos interrogatórios realizados durante o governo militar, onde presos políticos eram coagidos a contar seus “segredos” sob tortura, ou sob outra interpretação, uma viagem de LSD capaz de suscitar imagens e que poderia terminar em uma *bad trip*.<sup>13</sup> As metodologias e fundamentações da censura eram sempre motivo de reações controvertidas pelos artistas, devido a imprevisibilidade e falta de critérios racionais ou lógicos, como relatou o cantor Wando: “Às vezes a gente usava de muita sutileza e a música não passava; outras vezes a gente deixava ir com certos exageros e a música era liberada. Não havia uma lógica”.<sup>14</sup> De acordo com Carlos Fico “A falta de critérios era flagrante e, muitas vezes, os próprios censores reclamavam do problema, pois muitas decisões eram tomadas com base em “subjetivismos e impressões pessoais”<sup>15</sup>. Assunto abordado por Odette Martins Lanzotti, a censora responsável por analisar as composições do LP que seria lançado pela banda em 1972:

Os assuntos eram diversos, as vezes mandavam atentar sobre as mensagens políticas que eram sempre de duplo sentido... eles passaram a usar subterfúgios, então usavam duplo sentido, para poder ludibriar os censores, mas os censores também, como eram muito recomendados, muito vigiados, eles também ficavam muito atentos a tudo, então pouca coisa passava [...] Era muito cíclico o negócio. Determinada época mandavam atentar mais sobre a política. Eram visados Chico Buarque, Geraldo Vandré, Milton Nascimento e outros. Outra época mandavam atentar mais contra os tóxicos, sobre as drogas, depois atentava-se sobre os maus costumes<sup>16</sup>

Em outra música analisada em 1971, intitulada “*Ferrugem e fuligem*”, o censor não aprovou a seguinte estrofe: “Peixes lubrificadas/ Mares, ares tomados/ Cores, flores enferrujadas/ Mentas carbonizadas/ Dentes sujos”. O verso “Mentas carbonizadas”, assim como os “Dentes sujos” foram assinalados como impróprios, recebendo o comentário no final

do documento “À consideração superior”.<sup>17</sup> O primeiro verso por sugerir a carbonização em um período de regime autoritário, demonstra o indício que pode ter levado ao veto, mesmo que atribuída a mente e não ao corpo, afinal livros, filmes, peças teatrais e músicas capazes de influir mentes eram proibidas. A motivação em relação ao verso “Dentes sujos” pode ser atribuída a um caráter estético. Chico Buarque teve a composição “*Partido alto*” de 1972 vetada devido a utilização da palavra “títica”. Posteriormente a palavra foi substituída por “coisica” na gravação da trilha sonora do filme “*Quando o Carnaval Chegar*” de Carlos Diegues. Já a composição “*Ciranda da bailarina*”, parceria do cantor com Edu Lobo realizada dez anos depois, foi censurada devido a palavra “pentelho”. Caso semelhante ocorreu com a banda *Os Mutantes* que teve a música “*Cabeludo patriota*” vetada por dois motivos, o primeiro devido a utilização da palavra patriota no título, assim como a menção as cores verde e amarelo na composição, e o segundo devido ao termo caspa, “plasticamente feio” de acordo com a técnica de censura Selma,<sup>18</sup> responsável por analisar a composição.

O repertório de “*Não fale com paredes*” de 1972 vinha sendo composto em um período anterior as músicas presentes no LP “*Posições*”, durante a estadia em São Paulo, quando foram contratados pela boate Mutirão. As composições foram concluídas no retorno ao Rio de Janeiro, na casa de Marinaldo Guimarães, o empresário da banda, no bairro Rio Comprido. No registro fonográfico foi unida a sonoridade do rock progressivo com destacada presença do teclado, a exemplo de bandas internacionais como *Yes* e *Emerson, Lake and Palmer* ao som pesado do Hard rock produzido por bandas como *Led Zeppelin* e *Black Sabbath*, utilizando efeitos de ecos e distorções.

Em entrevista publicada pelo *Estado de Minas* a banda declarou: “O título já diz tudo. Não adianta falarmos a vida toda com quem não entende nada. O importante não é somente ficar falando, é fazer também, e nós fazemos”.<sup>19</sup> As questões referentes ao regime militar eram conversadas entre os membros da banda e expressas nas composições como observa o guitarrista: “Essa questão política ela era conversada, da repressão porque a gente sofria isso na censura, fazia letra, a letra podia ser censurada. Você não podia ir pra cá nem pra lá porque a aparência da gente era uma aparência assustadora. Então a gente vivia assim”. Para o baixista Eduardo Leal, as composições do *Módulo 1000* demonstravam: “nossa indignação de viver em uma sociedade sem liberdade de expressão”.<sup>20</sup> Esta noção de enquadramento e limitação foi expressa nos versos de Vitor Martins, presente no final da composição, assim como é visível o anseio em relação a liberdade: “Uma pessoa/ É uma figura/ É uma imagem/ Numa moldura/ Minha imagem quer sair do quadro/ Dessa vitrine sem profundidade”.<sup>21</sup>

A música “*Olho por olho, dente por dente*” traz referência ao trecho que finaliza o famoso manifesto da ALN e MR-8,<sup>22</sup> veiculado nos meios jornalísticos em 4 de setembro de 1969, período em que a banda vivia em São Paulo, nesta ocasião ocorreu o rapto do embaixador americano Charles Burke Elbrick:

queremos advertir aqueles que torturam, espancam e matam nossos companheiros: não vamos aceitar a continuação dessa prática odiosa. Estamos dando o último aviso. Quem prosseguir torturando, espancando e matando ponha as barbas de molho. Agora é olho por olho, dente por dente.<sup>23</sup>

A canção creditada aos quatro membros da banda exemplifica o estilo de composição presente ao longo dos 31 minutos de “*Não fale com paredes*”, letras minimalistas e metafóricas, permeadas por temáticas que fazem referência ao período ditatorial brasileiro: “Olho por olho/ Dente por dente/ Quanto maior o pulo/ Maior a queda”.

Esta tendência não agradou Ezequiel Neves que em maio de 1972, dois meses após o lançamento do LP, escreveu em sua coluna no jornal *Rolling Stone*: “não fiquei sabendo o que significa aquelas ridículas letras monossilábicas. Aliás, ouvindo o disco a gente fica sempre com uma interrogação na cabeça. A interrogação provocada pelo equívoco total”.<sup>24</sup> Na seção de cartas do jornal, intitulada “*correspondência & consultório sentimental*”, desde a veiculação da publicidade do LP e matérias com a banda, “*Não fale com paredes*” provocava elogios e desaprovações por parte dos leitores:

Senhores,  
Ouvi o Não fale com paredes do Módulo 1000 e achei muito primário, muito amador, sim com tudo que eles usaram: os distorcedores, os teclados; tudo muito Black Sabbath, isto é, muito lixo, sinceramente. Algumas incursões razoáveis em campos já pesquisados (sem essa de SOM UNIVERSAL). É terrível a gente ter que aturar isto de nossa tribo que não é a aldeia global, porém uma tribo perdida da idade da pele curtida. Salve o nosso CAETANO VELOSO.

Miguel Júnior, Rio – GB<sup>25</sup>

O leitor fez referência ao conteúdo publicado na entrevista com a banda em abril de 1972 e anunciou: “Para eles o rock é a música popular-atual-universal, o som da grande tribo eletrônico-primitiva que troca milhões de informações por segundo”.<sup>26</sup> As opiniões de Miguel Júnior e Ezequiel Neves geraram respostas de outros leitores:

Senhoresssss,  
Não tá com nada a pichação que um leitor deu no Módulo 1000. Se o trabalho dos caras não é perfeito nem maduro, pelo menos estão fazendo alguma coisa em vez de ficarem curtindo um saudosismo que já tá enchendo o saco

Marcos Alan T. Costa, Rio – GB

Turma,  
[...] Que malhe o Módulo 1000, tá certo, que não tem nada de universal, mas malhar Black Sabbath?

Maxtovsar, Rio – GB

Sr. Editor,  
Fiquei horrorizado com as críticas que fizeram do disco do Módulo e dos Mutantes. Qual é essa de querer destruir pessoas que se esforçam para fazer um bom som? Será que só quem faz boa música é americano, inglês, árabe, japonês...?

Bené, Tijuca - GB<sup>27</sup>

A canção que inicia o LP, “*Turpe Est Sine Crine Caput*”, é outro exemplo do minimalismo da banda: “Ipso facto, ipsfo facto/ Turpe est sine crine caput”. Esta composição formada por dois versos em latim cuja tradução aproximada é: “Isto é o fato, isto é o fato/ É horrível uma cabeça sem cabelos” é mais uma das referências no cancionário do rock nacional em relação ao conflito de gerações e utilização de cabelos longos pelos jovens adeptos da contracultura e do estilo musical. A música gerou repressão em julho de 1972 quando o quarteto se apresentou em Divinópolis, Minas Gerais:

Quando a gente tocou “*Turpe Est Sine Crine Caput*” os agentes federais subiram no palco e desligaram nosso equipamento e levaram a gente para interrogatório, tivemos que dizer o que significava isso porque eles acharam que era uma mensagem subversiva e não era.<sup>28</sup>

“*Espelho*”, é outra composição que expressa o cerceamento em relação a liberdade de expressão, assim como evoca a temática da fuga, intensamente expressa pela geração de bandas adeptas da contracultura: “Espelho/ Eu quero ver o outro lado da realidade/ Tem certeza do que está me mostrando?/ Quero entrar dentro de você/ Preciso sair deste lado/ Preciso mudar de lugar”

O LP “*Não fale com paredes*” passou pela inspeção da TCDP sem vetos ou restrições, diferente do que havia ocorrido em “*Posições*”, o lançamento fonográfico anterior. O único comentário realizado pela censora Odette Martins Lanziotti, responsável por analisar todas as composições integrantes do álbum foi direcionada a “*Espelho*”, categorizada como: “mais propriamente mística do que racionalista”.<sup>29</sup>

A contracultura brasileira possui diversas estéticas e centenas de personagens, desta forma é um campo de pesquisa que necessita de novas abordagens, a fim de trazer à tona diferentes perspectivas e manifestações artísticas. Além disto, a música é apenas uma das faces da contracultura, há um grande universo, permeado por artistas plásticos, cineastas, artesãos, entre tantos outros indivíduos que através de distintas formas se manifestaram neste período. O estudo destas manifestações é capaz de gerar novas perspectivas históricas. A história da banda *Módulo 1000* é uma entre centenas que merecem ser contadas a fim de se

demonstrar comportamentos e composições que vão além do que estamos acostumados. Novas possibilidades serão assim reveladas.

## Notas

---

<sup>1</sup> Mestrando em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Samantha Viz Quadrat. E-mail: igorfernandespi@gmail.com. Fomento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

<sup>2</sup> COELHO, Frederico. *Eu, brasileiro, confesso minha culpa e meu pecado: cultura marginal no Brasil dos anos 60 e 70*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social - UFRJ. Rio de Janeiro. p. 9.

<sup>3</sup> CHAPPLE, Steve e GAROFALO, Reebee. *Rock & indústria: história e política da indústria musical*. Lisboa: Editorial Caminho. 1989. p. 12.

<sup>4</sup> Idem. p. 16.

<sup>5</sup> ARAÚJO, Paulo César de. *Roberto Carlos em detalhes*. São Paulo: Planeta. 2006. p. 183. Esta biografia não-autorizada possui circulação proibida através da determinação realizada em 2007 pela 20ª Vara Criminal da Barra Funda, na cidade de São Paulo.

<sup>6</sup> *Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira*. Verbetes *Secos e molhados, Raul Seixas e O Terço*. In: <http://www.dicionariompb.com.br>. Acessado em 9/07/2014. A título de comparação, a fim de mensurar as vendas citadas, os LPs de Roberto Carlos venderam 630 mil, 732 mil, 750 mil, 800 mil e 1 milhão cópias, respectivamente dos trabalhos de 1971, 1972, 1973, 1974 e 1976. In: ARAÚJO. *O Réu e o rei*. São Paulo: Cia das letras. 2014. pp. 11-71.

<sup>7</sup> Carta de 21 de maio de 1974 apud FICO, Carlos. *Prezada Censura*. In *Topoi - Revista de História*. Rio de Janeiro: UFRJ. n. 5, pp. 251-286, set. 2002. p. 18.

<sup>8</sup> Entrevista concedida por Daniel Romani Cardona ao autor no dia 19 de outubro de 2013. Rio de Janeiro.

<sup>9</sup> O primeiro “bebê de proveta” nasceu em 1978 na Inglaterra, ou seja, oito anos após a gravação de “*Big Mama*”.

<sup>10</sup> *A procura de um som. Folha da Tarde*. 6 de março de 1970

<sup>11</sup> Documento correspondente a composição “*Curtíssima*”. 29 de janeiro de 1971. Acervo DCDP do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

<sup>12</sup> As Turmas de Censura de Diversões Públicas eram os suportes do Serviço de Censura de Diversões Públicas nos Estados. Em 1972 o SCDP passou a se chamar Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP).

<sup>13</sup> Gíria utilizada no período para denominar sensações fisiológicas e psicológicas desagradáveis, desencadeadas pelo uso de substâncias psicoativas, principalmente o LSD.

<sup>14</sup> ARAÚJO. *Op. Cit.*, 2014. p. 442.

<sup>15</sup> FICO, Carlos. *Op. Cit.* p. 13.

<sup>16</sup> *Nos bastidores da censura*. Entrevista disponível em <http://www.censuramusical.com.br/>. Acessado em 10 de setembro de 2014.

<sup>17</sup> Documento correspondente a composição “*Ferrugem e Fuligem*”. 29 de janeiro de 1971. Acervo DCDP do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

<sup>18</sup> CALADO, Carlos. *A Divina Comédia dos Mutantes*. São Paulo: 34.1995. p. 264.

<sup>19</sup> *Módulo 1000: a MPB da era eletrônica. Estado de Minas*. 29 de julho de 1972.

<sup>20</sup> Musical Box. Dezembro de 2011 apud RODRIGUES, Nelio. *Histórias secretas do rock brasileiro*. Rio de Janeiro: Grupo 5W. 2014. p. 166.

<sup>21</sup> Os dois últimos versos da composição submetida a TCDP em 11 de outubro de 1971 não foram utilizados na gravação do LP.

<sup>22</sup> Ação Libertadora Nacional e Movimento Revolucionário Oito de Outubro respectivamente.

<sup>23</sup> Disponível em <http://www.marxists.org/>. Acessado em 29 de abril de 2014.

<sup>24</sup> NEVES, Ezequiel. *Rolling Stone* n.8. 16 de maio de 1972. p. 4.

<sup>25</sup> *Rolling Stone* n.7. 2 de maio de 1972.

<sup>26</sup> FERREIRA, Carlo. *Módulo 1000 nas bocas*. *Rolling Stone*. 4 de abril de 1972.

<sup>27</sup> *Rolling Stone* n. 11. 27 de junho de 1972.

<sup>28</sup> Entrevista concedida por Daniel Romani Cardona. *Op. Cit.*

<sup>29</sup> Documento correspondente a composição “*Espelho*”. 14 de outubro de 1971. Acervo DCDP do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.



## **Avaliação de políticas públicas integradas: indicadores qualitativos de efetividade social dos programas de segurança pública na região de São Pedro, Vitória, ES (2005 - 2012)**

**Inês Simon**

**Resumo:** O objeto desta pesquisa tem como suporte teórico a História do Tempo Presente e aborda os novos paradigmas que sustentam os planos de segurança pública, surgidos nas últimas décadas que interligam os conceitos de interdisciplinaridade, complexidade e sustentabilidade. Analisamos historicamente a ausência ou existência de rudimentos de indicadores qualitativos para medir a efetividade social destas políticas voltadas para jovens em risco de crimes na Região de São Pedro, Vitória, ES, no período compreendido entre os anos de 2005 e 2012. Tais políticas situam-se dentro do conceito de Gestão Pública Democrática Descentralizada e Participativa das Cidades.

**Palavras chave:** avaliação de políticas públicas; segurança pública; jovem.

**Abstract:** The object of this research is based on theoretical about History of Time Present and discusses the new paradigms that support the plans of public safety, emerged in recent decades that connect the concepts of inter-disciplinarity, complexity, and sustainability. Historically analyzed, the absence or existence or rudiments of qualitative indicators to measure the effectiveness of these social policies for young people at risk of crime in the region of San Pedro, Vitória, in the period between the years 2005 and 2012. Such policies are about the concept of Public Management and Democratic Decentralized participatory of Cities.

**Key-words:** evaluation of public policies; public safety; young people

**Inês Simon Ferreira:** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Estado do Espírito Santo. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Indiciários da UFES (NEI). Professora Orientadora: Márcia Barros Ferreira Rodrigues. Projeto vinculado à pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES), intitulado “Estudo da dinâmica dos padrões de homicídio no Espírito Santo em áreas de atuação do Programa Estado Presente: Vitória e Vila Velha”. E-mail: is.ferreira@hotmail.com

## **Avaliação de políticas públicas integradas: indicadores qualitativos de efetividade social dos programas de segurança pública na região de São Pedro, Vitória, ES (2005 - 2012)<sup>1</sup>**

### **Novos paradigmas de Segurança Pública que interligam conceitos de interdisciplinaridade e complexidade na Gestão Pública Democrática**

Neste estudo nos referenciamos na História do tempo presente, apoiados em Marc Bloch (2001), em consonância com a linha de pesquisa em História Social das Relações Políticas, na temática de Estado e Políticas Públicas, com foco na Gestão de Segurança Pública.

O projeto desta pesquisa situa-se no contexto político da redemocratização do Estado, a partir da Constituição de 1988, com o fortalecimento do federalismo, com o direcionamento para o protagonismo dos municípios, e com a acolhida à participação social. No recorte de tempo analisado, de 2005 a 2012, estava no governo federal o projeto de caráter democrático popular liderado pelo Partido dos Trabalhadores, com o presidente Lula, que trouxe uma série de inovações em termos de políticas públicas de Justiça e Segurança e sua relação com as demandas sociais por mais cidadania, que passou a ter reflexo em alguns estados e municípios. O município de Vitória, onde se situa a região de São Pedro, também estava sob o governo do Partido dos Trabalhadores, neste mesmo período.

No bojo deste novo contexto político, analisado e sistematizado em diversos estudos acadêmicos, começa a constituir-se o novo paradigma da Segurança Pública, que entrelaça as questões de controle da criminalidade com a defesa da cidadania, em que os municípios passaram a assumir um papel mais protagonista, antes desempenhado pelos governos estaduais. Estabeleceu-se uma tendência das gestões municipais, nesta conjuntura democratizada, apresentarem um perfil hierárquico mais horizontalizado, em que as secretarias municipais tinham maior poder de decisão, e certa autonomia, e trabalhavam de forma mais conjunta, transversal, não apenas com um direcionamento vertical a partir do chefe do Executivo.

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma resultante parcial da pesquisa realizada no processo de elaboração da dissertação de Mestrado da autora, apresentada ao exame de qualificação no PPGHIS da UFES.

A revisão bibliográfica sobre o novo paradigma da segurança pública cidadã, no Brasil e em outros países, demonstra que a abordagem anglo-saxônica foi a que mais referenciou a prática brasileira das iniciativas e perspectivas que defenderam a via da democratização da segurança pública.

No presente estudo, Marc Bloch<sup>i</sup> (2001) nos proporciona a segurança teórica de subjetivar a pesquisa em questão ao afirmar que “nenhum objeto tem movimento na sociedade humana exceto pela significação que os homens lhe atribuem” (Bloch, 2001:8). Tendo em vista que nosso objeto de estudo é parte integrante de programas de políticas públicas de segurança cidadã, Bloch nos permite asseverar que são as questões colocadas que condicionam os objetos da pesquisa, pois “cada época elenca novos temas que, no fundo, falam mais de suas próprias inquietações e convicções do que de tempos memoráveis”.

Neste sentido, as décadas de 1980/1990 foram marcadas pela busca de uma orientação cidadã para a política de segurança, com a participação da população, que foi ansiada por políticos, gestores e policiais brasileiros, tornando-a elemento fundamental da política de segurança. A introdução das primeiras iniciativas, ainda ao final dos anos 1980, levou em conta a redemocratização e reconstrução da esfera pública brasileira e a necessidade de reforma das organizações policiais, que historicamente se mostraram violentas, repressivas e refratárias aos setores populares, colocando o importante desafio da construção de uma política de segurança pública sobre bases efetivamente democráticas.

Este importante desafio foi colocado às organizações policiais desde o início do processo de redemocratização do país no desfecho dos vinte anos da ditadura militar. Percebeu-se ser necessário buscar um novo conceito e função para a polícia e o controle da criminalidade, orientados para a efetivação e garantia dos direitos de todos os cidadãos, contrariando o predomínio, até então, da aplicação da justiça que privilegia as elites e pune com severidade as classes mais populares.

Letícia Godinho<sup>ii</sup> (2011) no seu recente e inovador estudo de doutorado aprofunda uma abordagem sociológica e histórica brasileira sobre o novo paradigma da segurança cidadã - ou de participação comunitária, que ressalta a nova modalidade de políticas de prevenção participativa, assentadas no precedente paradigma do “bem estar penal”, que se estabeleceu no início do século XIX e se estabilizou ao longo do século XX (Garland<sup>iii</sup>, 1985, 1990, 2001). Neste paradigma se percebe a criminalidade como estreitamente vinculada a uma estrutura social injusta, que deveria ser enfrentada revertendo o quadro da desigualdade

social, daí a sua maior contribuição como modelo, que é a compreensão do problema a partir de uma dimensão estrutural.

Segundo a análise de Jock Young<sup>iv</sup> (2001) esta referência anglo-saxônica do bem estar penal prevaleceu praticamente incontestada até o final da década de 1970 e incorporava uma orientação fundamentalmente inclusiva e possuía um forte componente de solidariedade, que desdobrava-se de um regime político-econômico que buscava incluir todos os indivíduos à cidadania, com direitos e oportunidades iguais. A partir de então, esta narrativa cívica do bem estar, da inclusão, e sua adequação aos sentimentos públicos como valores políticos e culturais, estenderam-se para o âmbito da segurança pública e da justiça criminal.

Outra contribuição importante desta abordagem da literatura anglófona (incluindo a norte-americana, a canadense e a britânica) é ter sido, dentre as tradições de investigação no campo da criminologia internacional, a que mais desenvolveu a discussão a partir de uma relação estreita com as ciências sociais, distanciando-se do campo teórico mais tradicional da criminologia europeia continental, essencialmente jurídico (Godinho, 2011). Destaca-se ainda, a observação das crenças, dos valores e dos comportamentos dos atores do sistema de segurança e justiça criminal, em busca do significado de suas práticas e instituições.

Esta nova perspectiva aponta a possibilidade de se ter uma polícia mais adequada ao projeto democrático, diferente da polícia repressora, violenta e patrimonialista. Sua concretização passa por processos de mudanças estruturais e culturais dos operadores e gestores de segurança pública, de suas relações com a população e da busca de solução dos problemas e conflitos do cotidiano como o principal papel de sua atuação.

Neste contexto teórico e histórico é que se inscreve no Brasil o novo paradigma da segurança cidadã. A sua trajetória histórica no Brasil se colocou efetivamente apenas a partir dos anos 2000, como paradigma que define princípios, estabelece fundamentos e modelos de intervenção, e emoldura estratégias específicas para abordar a questão criminal nos parâmetros de uma sociedade democrática, através de uma agenda nacional.

Uma das principais inovações deste período foi quando o governo federal, junto com segmentos acadêmicos e movimentos sociais, passaram a pensar a consolidação de uma política nacional de segurança, em que o governo central destacou-se como um dos principais atores deste movimento. Até então as iniciativas eram reativas e fragmentárias e careciam de ações conjuntas e medidas integradoras entre as unidades da federação.

De 2000 a 2002, na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB foi lançado o Plano Nacional de Segurança Pública visando promover a articulação de diferentes órgãos federais, estaduais e municipais, de entidades privadas e da sociedade no combate ao crime, com repasse de recursos via Fundo Nacional de Segurança Pública, instituído pela Lei 10.201/01. O plano previa um conjunto de 124 ações, dentre elas, a proposta de policiamento integrado entre as polícias federais e estaduais, a partir de um planejamento comum descentralizado nas unidades federativas (Sandes<sup>v</sup>, 2009). Foi o primeiro plano nacional de segurança pública com ações federativas integradas e articuladas.

Em 2002, durante o período precedente às eleições presidenciais, o então Instituto de Cidadania, depois denominado Instituto Lula, elaborou o “Projeto de Segurança Pública para o Brasil”, como parte do programa eleitoral do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores – PT, com o intuito de submeter à apreciação da sociedade um projeto de segurança pública visando reduzir diversas modalidades de violência, que se manifestavam sob a forma de criminalidade. Em 2003, com a vitória eleitoral deste programa, a partir da posse do presidente Lula, importantes avanços nesta área foram institucionalizados. Ainda em 2003 o referido projeto passou a vigorar como “Plano Nacional de Segurança Pública” (Sandes, 2009), o primeiro elaborado com a colaboração da sociedade, além conter as ações federativas articuladas e integradas.

Este segundo Plano Nacional de Segurança Pública propôs que o organismo central de governo deveria assumir e partilhar a liderança, mobilizar os setores pertinentes, estimular as diversidades dos participantes, engajar a comunidade, mobilizar o maior número de parceiros institucionais e informais, conduzindo os processos segundo as mediações do tripé diagnóstico-planejamento-avaliação. Os três níveis governamentais deveriam abordar a segurança pública sob um novo ângulo, fomentando uma “coordenação unificada” para a gestão da política integrada. Ao mesmo tempo em que era negociada uma nova aliança, respeitando as especificidades das esferas governamentais, da qual participassem além dos tradicionais órgãos de segurança, os setores governamentais responsáveis por educação, saúde, esporte e lazer, cultura, trabalho e assistência social, planejamento, transporte, habitação, saneamento. Ou seja, seguindo o conceito da integralidade, buscando envolver todas as áreas que interagem com a complexidade das relações humanas comunitárias.

A partir daí, os programas e projetos de políticas públicas conceituados segundo este novo paradigma da segurança cidadã foram concebidos sob o pressuposto da integração federativa

interinstitucional, dentro do conceito da integralidade<sup>2</sup>, com foco num território específico, levando em conta o diagnóstico aprofundado do ambiente e do público local, bem como suas necessidades específicas e expectativas, ressaltando as características locais e traçando uma política integrada entre as várias secretarias municipais e agências de segurança pública, que atendessem com propriedade às características deste local e desta população.

Este conceito da integralidade na elaboração das políticas de segurança pública cidadã contou com forte incentivo do governo federal na gestão Lula, por meio do Ministério da Justiça, que se empenhou em motivar, induzir e estruturar os governos dos Estados, tanto para modificar comportamentos quanto fortalecer a legitimidade e a capacidade estatal, para que propiciassem climas de segurança e estabilidade em que a sociedade pudesse prosperar. Desta forma estabelecer políticas públicas que “articulassem modos de pensar, sentir e agir, em consonância com a melhoria da condição de vida das pessoas e a consequente participação e envolvimento (... da) população alvo” (Sandes, 2009).

Dentre as diversas ações propostas no documento do Plano Nacional de Segurança Pública constam reformas substantivas na esfera da União, Estados e Municípios com a criação do Sistema Único de Segurança Pública-SUSP que se centrou no estabelecimento da interface entre as polícias estaduais, polícias federais e guardas municipais, e sugeriu a criação dos Conselhos Consultivos de Segurança Pública com representantes da sociedade civil.

Na sequência da institucionalização desta filosofia de gestão integrada, no contexto do SUSP, foram criados os Gabinetes de Gestão Integrada – GGI, articulados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, como órgão responsável pela indução de políticas estaduais de segurança pública, numa lógica de integração colegiada, em uma pedagogia de mudança de atitudes dos operadores, dentro do novo paradigma da segurança cidadã.

Também em consonância com o SUSP e inspirado no paradigma da segurança cidadã, foi lançado em 2007 já no segundo governo Lula, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), que combinou repressão qualificada e políticas sociais,

---

<sup>2</sup> Integralidade: este conceito nas políticas públicas brasileiras se estabelece pela primeira vez na elaboração do Sistema Único de Saúde Pública - SUS, reflexo da luta pela redemocratização do país, instituído pela Constituição de 1988. Além de ter sido uma diretriz do SUS, permeou e deu sentido a um bandeira de luta, como um conjunto de valores que se relacionam a um ideal de civilidade (...). “Permite uma identificação dos sujeitos como totalidades considerando todas as dimensões possíveis que se pode intervir pelo acesso permitido por eles próprios”. SANDES, Wilkerson Felizardo et all. *Gabinetes De Gestão Integrada em Segurança Pública: Coletânea 2003-2009*. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2009, p.15 e 16.

focando nas questões centrais da prevenção, educação e acompanhamento de jovens e adolescentes em territórios conflagrados pela violência urbana.

Os estudos e elaborações políticas sobre este novo paradigma de segurança cidadã em que se insere o PRONASCI mostraram de forma bastante elaborada que o problema da violência nas cidades não é um problema simples, é por essência complexo, ao envolver vários fatores e ter como foco o ser humano - as pessoas, o morador, ou imigrante, da cidade - e suas relações pessoais e sociais. Neste aspecto nos referenciamos em Edgar Morin (1999<sup>vi</sup>) que conceitua o homem complexo, para nos ajudar a entender a novidade na modelagem destes programas e a importância dos indicadores qualitativos de impacto social, que abordem aspectos mais subjetivos dos resultados alcançados ou a ser alcançados pelos projetos.

A cidade e seus territórios passaram a ser o foco destes novos programas de políticas públicas, por ser a dimensão territorial e legal onde a vida ocorre com todas as suas nuances. Nela se sobressaem os fatores ambientais, de urbanização, migração, empregabilidade, renda, cultura, lazer, etc, que interferem diretamente na vida das pessoas.

Por isso a criminalidade urbana não é generalizada como numa guerra, mas focada em territórios bem delineados por suas características sociais, econômicas, políticas e culturais. Precisa ser tratada de forma multidisciplinar para dar conta da complexidade da questão da violência, que não pode ser reduzida ou sanada de uma forma simplista. Há que se ter o olhar da sociologia, da psicologia, da antropologia, da história, além do olhar técnico das polícias, sobre o problema das violências e criminalidades, que em si é complexo e multifacetado, para se elaborar uma política pública transeitoral de gestão integrada tendo em vista mitigá-lo.

### **Avaliação de políticas públicas de segurança através de indicadores qualitativos de efetividade na região de São Pedro, Vitória, ES, no período entre os anos de 2005 e 2012**

O problema que analisamos na referida pesquisa é se foram utilizados ou não indicadores qualitativos para avaliação de impactos na qualidade de vida do público diretamente envolvido nos programas de segurança cidadã na região de São Pedro, entre os anos de 2005 e 2012. A existência destes indicadores no modelo de gestão de programas de políticas públicas de segurança, tanto para monitoramento dos projetos quanto para prestação de contas, possibilitam de forma mais efetiva a adequação destes às demandas sociais do território e do público alvo a que se destinam.

Ao contrário, a ausência de medição dos possíveis impactos positivos se desdobra no descrédito dos programas perante os agentes financiadores, o que acaba por inviabilizar sua continuidade, e até mesmo expansão, que são as expectativas maiores das comunidades abordadas que experimentaram e sentiram bem de perto seus benefícios.

Observamos que este problema é uma permanência nos quatro programas de segurança pública analisados neste recorte histórico, desenvolvidos de forma integrada, transtetorial e transdisciplinar, entre governo estadual, municipal e federal, no território específico da região de São Pedro, independente da unidade federativa que fora a gestora.

Os programas analisados são respectivamente o Vitória da Paz que é um programa municipal desenvolvido entre 2005 e 2012, o PRONASCI, do governo federal em parceria com o município e o Estado, de 2008 a 2012; o Programa de Ações Integradas das Agências da ONU, que engloba agências da ONU, ministério da Justiça, governo estadual e município, de 2010 a 2013; e o programa Estado Presente, que envolve governo do Estado e município, que foi iniciado em 2011.

Estes quatro programas têm em comum o fato de terem sido aplicados sequencialmente no território de São Pedro, com foco prioritário na juventude local em risco social, e situarem-se dentro do conceito de Segurança Cidadã, voltados para prevenção à criminalidade juvenil, baseadas em diagnósticos locais, abordadas sob a perspectiva teórica multidisciplinar de gestão e operação integradas transtetorialmente, em que se privilegia o policiamento comunitário e o controle dos crimes baseados mais nas ações de inteligência que de repressão.

No caso do Vitória da Paz, ficou constatado que o programa foi implementado diante de uma necessidade urgente de resposta à criminalidade violenta, no tempo de uma gestão de quatro anos, considerado muito curto pelos gestores. Como consequência, dentro da sua modelagem, não foram previstos os indicadores qualitativos, que são de elaboração mais complexa e exigem técnicas especializadas, para medir os impactos deste programa naquele território. Os projetos do PRONASCI, imediato sucedâneo do Vitória da Paz, também foram afetados por tais fatores. Já o Programa Integrado das Agências da ONU e o Estado Presente do governo estadual, ainda estão sob análise, mas até então não diferem muito dos dois anteriores no que diz respeito aos indicadores. Os que estes programas de segurança cidadã trouxeram de mudança para melhor na vida das pessoas no território especificado não pode ser efetivamente mensurado devido à ausência de indicadores qualitativos de impacto positivo na vida do público alvo.



A bibliografia revisada aponta que apenas indicadores estatísticos ou de monitoramento são insuficientes para saber como os projetos impactaram a vida do público alvo. Os estudos das duas últimas décadas na área de políticas públicas de prevenção das violências e criminalidades constataram a necessidade de se trabalhar complementando as estatísticas quantitativas com pesquisas qualitativas, que abordem com maior profundidade as questões subjetivas que envolvem a complexidade da vida em comunidade. Daí a importância de se instrumentalizar projetos desta natureza, rumo ao seu aperfeiçoamento, com a utilização de indicadores qualitativos que possam medir seu impacto na qualidade de vida das pessoas.

A presente pesquisa constatou que esta ausência de indicadores de impacto tanto no público alvo - sua maioria jovem em situação de risco social - quanto na comunidade, foi reclamada por gestores e assessores, e interfere diretamente no monitoramento dos projetos e também na sua prestação de contas aos financiadores, e nas do tipo “accountability”, ou seja, as que dão satisfação à sociedade sobre os resultados, como prevê o modelo das gestões democráticas.

Para a identificação da existência ou não destes indicadores de impacto social lidamos com as avaliações mais subjetivas, em especial contidas nos discursos e relatos dos gestores, utilizando a abordagem da análise do discurso institucional para se compreender as contradições e limites encontrados na agenda recente dessa política pública. Marc Bloch (2001) nos orientou nesta perspectiva para a seleção dos eventos discursivos “marcados pelo seu contexto, mas acionados por estruturas e permanências sincrônicas, anteriores ao momento mais imediato”.

Para elaborar estas análises utilizamos o método de pesquisa indiciária - técnica na qual o pesquisador observa e registra os indícios, os detalhes aparentemente não significativos, não explícitos - tendo como referência Carlo Ginzburg (1989<sup>vii</sup>), para identificar se existiu, no material pesquisado, algum rudimento do que poderia vir a ser um indicador qualitativo de impacto na qualidade de vida das pessoas alvo dos programas.

Constatamos através da revisão bibliográfica que vários pesquisadores e consultores da área de gestão de políticas públicas de segurança, assinalaram a importância e imprescindibilidade, dos indicadores de impacto dos projetos sociais. Inclusive, há a compreensão de que estes indicadores, assim como os modelos dos projetos, possibilitam sua replicação em programas da mesma natureza que venham a ser implementados no futuro, na própria unidade federativa ou em outras com características semelhantes.

Avaliar os impactos ainda no desenvolvimento do projeto proporciona melhores condições para redirecionar e aperfeiçoar o programa de modo que ele seja cada vez mais eficaz e os gestores não percam tempo em experimentações similares as que já foram testadas por outras gestões. Com isso se elimina uma grande etapa de experimentação, já executada por outrem, que percebeu quais caminhos não devem ser percorridos e outros que precisam ser mais bem pavimentados. Especialmente, para que não ocupem desnecessariamente o tempo do público envolvido com as interferências de tais experimentos, pois o respeito à disponibilidade de participação das populações envolvidas é fundamental para o reforço da credibilidade das políticas públicas.

Esta análise histórica nos responde que, na qualidade de uma política pública que trabalha com programas tão emergenciais, premidos pelas contingências da conjuntura, para as quais a sociedade demanda soluções imediatas, a segurança cidadã tem necessidade de um conjunto de soluções complexas, que por esta própria característica, prescindem de indicadores mais específicos e efetivos sobre seus impactos na melhoria da qualidade de vida das pessoas alcançadas por seus projetos.

## Notas

---

<sup>i</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da Historia ou Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 2001, p.8.

<sup>ii</sup> GODINHO, Leticia. *Depois do 13º tiro - segurança cidadã, democracia e os impasses do policiamento comunitário no brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. (Tese de Doutorado).

<sup>iii</sup> GARLAND, David. *Punishment and Welfare: A History of Penal Strategies*. Burlington: Ashgate, 1985.

\_\_\_\_\_. *Punishment and modern society: a study in social theory*. Oxford: Clarendon Press, 1990.

\_\_\_\_\_. *The culture of control: crime and social order in contemporary society*. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.

<sup>iv</sup> YOUNG, Jock. Identity, Community and Social Exclusion. In: MATTHEWS e PITTS (eds). *Crime, Disorder e Community Safety*. London: Routledge, 2001.

<sup>v</sup> SANDES, Wilquerson Felizardo; e t ali. *Gabinetes de gestão integrada em segurança pública: coletânea 2003 – 2009*. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2009.

<sup>vi</sup> MORIN, Edgar. *Complexidade e transdisciplinaridade — a reforma da universidade e do ensino fundamental*. Trad. Edgar de Assis Carvalho. Natal: EDUFRN, 1999.

<sup>vii</sup> GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

## **Alina Paim e a Estrada da Liberdade: uma mulher comunista feminizando a democracia (1944-1947)**

Iracéli da Cruz Alves\*

### **Resumo**

O trabalho tem por objetivo analisar as representações sociais elaboradas pela comunista Alina Paim no romance *Estrada da Liberdade*, publicado em 1944. A análise nos permitirá elaborar uma leitura de como as mulheres ligadas ao Partido Comunista do Brasil (PCB) se percebiam enquanto agentes sociais e como expressavam suas sensibilidades. O texto então apresentado é um desdobramento da pesquisa de Mestrado em que investigamos a militância de mulheres no Partido Comunista do Brasil (PCB), seção Bahia.

**Palavras-chave:** Alina Paim, comunismo, democracia.

### **Abstract**

The paper aims to analyze the social representations elaborated by the communist Alina Paim in the novel *Freedom Road*, published in 1944. The analysis will allow us to develop a reading of how women linked to Communist Party of Brazil (CPB) perceived themselves as social agents and how they expressed their sensibilities. The text presented is an offshoot of the Master research that investigated the militancy of women in the Communist Party of Brazil (CPB), Bahia section.

**Key-words:** Alina Paim, communism, democracy.

Em 16 de abril de 1945, o jornal *O Momento*, vinculado ao Partido Comunista do Brasil (PCB), publicou a matéria “Na Estrada da Liberdade” assinada pelo militante pecebista Santos Moraes. A publicação tinha a finalidade de divulgar o romance de Alina Paim (1919-2011), uma jovem escritora comunista<sup>1</sup>. Quase dois meses depois, na edição de 11 de junho, o periódico voltou a estampar em suas páginas outra propaganda do romance, na matéria intitulada “Um livro de Combate”, assinada por Reginaldo Guimarães.<sup>2</sup>

As divulgações do romance nas páginas de um periódico vinculado ao PCB e a filiação da escritora ao partido são indícios de que o livro cumpria um objetivo político, qual seja, denunciar as mazelas que assolavam a sociedade do período em que a obra foi escrita e orientar as pessoas na busca de um mundo sem desigualdades. Publicada em 1944 pela editora Leitura, localizada no Rio de Janeiro e dirigida por José Barbosa de Mello, então membro do PCB, o romance é representativo de uma época e de um grupo. E sua divulgação pela imprensa comunista nos indica, também, que a militante Alina Paim tinha alguma expressividade no meio partidário.

A trama tem sua narrativa centrada na trajetória de Marina, uma professora primária inconformada com a realidade que lhe cercava. Apesar de ter sido educada em uma escola de freiras e ter vivido parte de sua vida como interna de um convento, Marina não conseguia se enquadrar aos padrões sociais estabelecidos e se incomodava com a ordem vigente, questionando inclusive a educação religiosa que recebeu. A obra se apresenta como uma espécie

de autobiografia romanceada, pois parte das experiências vividas por Marina (personagem principal) também foi vivenciada por Alina Paim.

Marina era sergipana, nascida em uma cidade do interior. Ficou órfã de mãe ainda em tenra idade. Foi educada em uma escola de Freiras, formando-se professora e viveu parte de sua vida como interna em um convento da capital baiana. Por sua vez, Alina Paim também é sergipana, natural de Estância, interior de Sergipe, morou em um Convento e formou-se no Curso Normal em uma escola de Freiras de Salvador. No decorrer da narrativa é perceptível outros aspectos que aproximam a vida da autora à vida da personagem principal.

Após formar-se no curso normal da escola de Freiras, Marina passou a lecionar na mesma escola. Três meses depois prestou concurso e se tornou professora do Estado, indo ensinar na Almirante Barroso, colégio localizado na Estrada da Liberdade (atual Liberdade), então bairro periférico de Salvador. Alina Paim Também lecionou em uma escola de freiras (Nossa Senhora Soledade) e foi professora da Escola Estadual Arão Carneiro localizada na Estrada da Liberdade.<sup>3</sup>

Os dados nos permitem notar que as trajetórias da escritora e da personagem se entrecruzam. Mas, as substâncias que compõem uma personagem não possui uma relação direta com o mundo empírico, pois toda personagem de romance é um ser fictício. Por isso, aquilo que nos interessa na obra de Alina Paim não é a transposição do real que ela possivelmente faz em sua narrativa, mas a forma como ela percebeu, selecionou e organizou determinados elementos do real vivido. O real representado por Paim construiu um sentido sobre um determinado momento histórico.<sup>4</sup>

A obra literária é um produto sociocultural, um fato estético e histórico. Uma representação do real, uma metaforização do social. Neste sentido, encontramos na narrativa assinada por Alina Paim representações de experiências, hábitos, atitudes, sentimentos, criações, pensamentos, práticas, inquietações, expectativas, esperanças, sonhos e questões diversas que marcaram uma época, qual seja, inícios da década de 1940, tempo da escrita do texto. Olharemos para este mundo com as lentes de uma comunista. Ademais, estamos falando de uma mulher urbana, que passou grande parte de sua vida morando na capital da Bahia, experiência que vai influenciar demasiadamente sua forma de pensar, sentir e significar o mundo.

No contexto, ainda não havia uma discussão sobre o conceito de gênero, mas já ocorria um debate a respeito das desigualdades sexuais. Alina Paim questionou de forma contundente as diferenças que marcavam as relações entre mulheres e homens e a maneira como as mulheres eram educadas. No decorrer da narrativa, a autora evidenciou problemas do cotidiano feminino,

como a maternidade, o casamento, aborto, menstruação, etc. Parte destas discussões, como o aborto, por exemplo, eram tabus à época. Portanto, procuraremos recuperar parte da história de uma romancista, que apesar de uma atuação política e literária expressiva foi esquecida nos labirintos do tempo.

No auge de sua juventude, Alina Paim vivia em um momento em que o mundo estava sendo atravessado pela Segunda Guerra Mundial. Com a guerra a ordem política internacional mudou, refletindo nas estruturas internas de poder da maioria dos países. No Brasil, as novas perspectivas políticas apontavam para o fim do regime ditatorial denominado Estado Novo, encabeçado por Getúlio Vargas. Neste contexto, as inquietações pela concretização dos princípios democráticos atingiram maior consenso no seio da sociedade<sup>5</sup>.

Recém-saído de oito anos da ditadura estadonovista, 1945 foi um marco para a história do país, que já parecia respirar os ares de uma democracia desde aproximadamente 1942, quando o país entrou na Segunda Guerra Mundial em apoio aos Aliados. Apesar da transição entre uma ditadura e a implantação de um regime democrático o passado republicano não foi totalmente superado. Certo padrão tradicional de comportamento no exercício das atividades político-partidária se perpetuou<sup>6</sup>. Neste momento histórico em que o Brasil saía de uma ditadura e respirava ares democráticos o Partido Comunista do Brasil (PCB), partido no qual Alina Paim militou, viveu um momento singular em sua história: entrou na legalidade, que se tornou oficial em 19 de novembro de 1945, quando teve o seu registro concedido pelo Supremo Tribunal Eleitoral (STE)<sup>7</sup>.

Para além das mudanças políticas institucionais a primeira metade do século XX também foi marcada pela inclusão de novas demandas sociais e a condição das mulheres ganhou visibilidade. De acordo com Durval Muniz de Albuquerque Junior, o advento da República no Brasil concomitante ao processo de urbanização e industrialização promoveu um alastramento do feminino pela sociedade, promovido por um progressivo acesso ao mundo da política de parcelas antes excluídas, tais como, comerciantes, industriais, operários e, notadamente, as mulheres. Houve um processo de “desvirilização da sociedade”, “trazido pela perda progressiva dos valores, sociabilidades e sensibilidades descritas como patriarcais”.<sup>8</sup>

As sociedades que experimentaram estas transformações logo difundiram discursos que procuravam demarcar e naturalizar papéis sociais femininos tradicionalmente estabelecidos – mães, esposas, *rainhas do lar*. No Brasil, após a Segunda Guerra Mundial diversos mecanismos de controle do comportamento das mulheres foram criados, com o objetivo de preservar a *docilidade feminina*. Muitas revistas passaram a difundir regras visando disciplinar as mulheres frente ao novo contexto, em que as mesmas frequentavam mais intensamente os espaços

públicos, inclusive o da política. Admitia-se que frequentassem estes espaços desde que se comportassem adequadamente. As revistas destinadas às mulheres eram enfáticas em suas mensagens, visando educar jovens para que não desviassem de funções naturalizadas.<sup>9</sup> A preocupação em reforçar e divulgar os modelos de feminilidade é um indício de que estava havendo um constante descumprimento das regras tradicionalmente estabelecidas.

Como destacou Michel de Certeau, os sujeitos históricos traçam trajetórias indeterminadas, aparentemente desprovidas de sentidos porque não são coerentes com o espaço construído, escrito e pré-fabricado onde se movimentam<sup>10</sup>. As tentativas de controle do comportamento feminino indicam, como mencionamos anteriormente, que algumas mulheres desviavam das normas e convenções socialmente compartilhadas e naturalizadas. Lembremos, que os indivíduos são sempre transversalizados pelo contexto histórico do qual fazem parte e as expectativas sociais influenciam, mas não determinam, suas atitudes pensamentos e escolhas.<sup>11</sup>

É a partir desta perspectiva que analisamos a trajetória político-intelectual de Alina Paim. A autora faleceu em 28 de fevereiro de 2011 às 10:13 da manhã. Aos 91 anos, foi em sua residência localizada à Rua Espírito Santo, nº 1624, Vila Célia, Campo grande/MS, que Alina respirou pela última vez. Vítima de uma insuficiência cardíaca e de uma Insuficiência Arterial Crônica, Alina Leite Paim se despediu de uma vida de intensa luta política e atividade literária. Seu corpo foi sepultada no Jardim das Palmeiras, na cidade de Campo Grande/MS<sup>12</sup>. Pela sua grande contribuição literária e histórica não deve ser sepultada pela História, tal qual vem ocorrendo. Por isso, iniciamos sua exumação.

Natural de Estância, interior de Sergipe, Alina Andrade Leite, nasceu em 10 de novembro de 1919<sup>13</sup>. A filha do caixeiro viajante Manoel Vieira Leite e da dona de casa Maria Portela de Andrade Leite possui uma trajetória político-intelectual bastante expressiva. Sua carreira literária teve início em 1944 com a publicação do romance *Estrada da Liberdade*. Já a carreira política começou oficialmente em 1945, ano em que se filiou ao PCB. Mas podemos sugerir que, pelo menos, desde o início da década de 1940 a autora já dialogava com membros do partido e em 1944 já se considerava comunista. Em 1943, a autora casou-se com o médico psiquiatra e também comunista Isaías Paim (1909-2004). Em 1945 Alina Paim se filiou ao Partido, provavelmente aproveitando a abertura democrática.

No momento, podemos afirmar com certeza que sua militância não iniciou com a filiação oficial em 1945. O romance *Estrada da Liberdade*, publicado em 1944, traz claramente as marcas do ideário comunista presente no pensamento da autora. O período que encerra o romance é emblemático, comprovando nossa afirmação: “Marina via o céu com ansiedade – ali

devia ser o levante. Ficou fitando um ponto longe, muito longe. Esperava a luz. Marina sabe que toda luz vem do Oriente. Espera o sol. E... Marina sabe que o sol é uma estrela”.<sup>14</sup> Aqui fica implícito uma referência a União Soviética, à época considerada Pátria do Socialismo.

Literatura e política se entrecruzavam na vida da romancista. A maioria de seus textos apresenta forte engajamento político, seguindo a linha ideológica do Partido Comunista. De modo geral a autora priorizou em seus romances as personagens femininas, mostrando os problemas enfrentados pelas mulheres em diferentes circunstâncias. A violência figura entre os vários temas abordados por Alina Paim. As personagens femininas ora são agentes, ora são objetos desta. Há, nas entrelinhas do texto uma preocupação em denunciar à lógica da ordem dominante que relega ao feminino um lugar de submissão e passividade. Suas personagens femininas, em alguma medida, romperam com as normas sociais estabelecidas<sup>15</sup>. Ademais, as obras de Alina Paim desvelam uma sociedade marcada por desigualdades de classe e pelo racismo. “Marina não tolerava o professor pedante, que era negro, e dizia sempre as alunas: – Nós os brancos... fazemos isto ou aquilo. [...] Passava em todas as classes, dizia sempre as mesmas coisas e embirrava com as alunas de cor.”<sup>16</sup>

A romancista participou ativamente da vida literária brasileira, quiçá internacional; publicando ao todo dez romances, a saber: *Estrada da Liberdade* (1944); *Simão Dias* (1949); *A Sobra do Patriarca* (1950); *A hora próxima* (1955); *Sol do meio-dia* (1961); a trilogia de Catarina (1965), composta por: *O sino e a rosa*, *A Chave do Mundo* e *O Círculo*; *A sétima vez* (1975) e *A Correnteza* (1979). A romancista também publicou seis livros destinados ao público infantil, são eles: *O lenço encantado* (1962); *A casa da coruja verde* (1962); *Luzbela vestida de cigana* (1963); *Flocos de algodão* (1966) e o *Chapéu do professor* (1966).

Dois de seus romances foram editados fora do país: *A hora próxima* (editado na Rússia em 1957 e na China em 1959) e *Sol do meio-dia* (editado na Bulgária em 1963 e na Alemanha em 1968), que em 1962 foi vencedora do prêmio Manoel Antônio de Almeida, da Associação Brasileira do Livro. A trilogia de Catarina, por sua vez, recebeu o prêmio Especial Walmap, em 1965, no IV Centenário do Rio de Janeiro.

Não foi só na literatura que Alina Paim se destacou. Como mencionamos, na vida da autora literatura e política se misturaram. Sua produção literária reflete sua experiência política e o inverso também é verdadeiro. Entre 1943 e 1956, a convite de Fernando Tude de Souza, diretor da Rádio do Ministério da Educação e cultura, escreveu para o programa infantil *No reino da Alegria*, dirigido por Geni Marcondes (1916-2011). Em 1947 fez parte do grupo de intelectuais que homenagearam Castro Alves em seu centenário, assinando um documento de afirmação da fé patriótica e o serviço ao povo. Neta ocasião foi eleita tesoureira da Associação

Brasileira de Escritores (ABDE), para o biênio 1947-1948, ao lado de Guilherme Figueiredo, vice-presidente; Rodrigo Octávio Filho, primeiro secretário; Astrojildo Pereira, segundo-secretário; Floriano Gonçalves, também tesoureiro; Octávio Tarquínio de Sousa; Manuel Bandeira; Aníbal Machado, Graciliano Ramos e Orígenes Lessa, membros do Conselho Fiscal<sup>17</sup>.

Durante sua trajetória político-intelectual Alina Paim representou o Estado da Bahia em quatro congressos da ABDE. Em 1952 foi delegada na *IV Conferência Interamericana pela Paz*, ocorrida em Montevideu. Em 1950 foi escolhida para representar o PCB nos festejos do Primeiro de Maio em Moscou (viagem parcialmente patrocinada por Cândido Portinari), a serviço do Partido. Em 1953 viajou com um grupo de intelectuais brasileiros para a União Soviética e Tchecoslováquia. Ademais colaborou em alguns órgãos de imprensa ligados ao PCB, como os jornais *O Momento*, *Imprensa Popular*, *Momento Feminino*, dentre outros. Logo, percebemos que a autora se relacionava com intelectuais influentes e possuía prestígio entre seus pares, apesar de ter sido esquecida *a posteriori*. O ponto de partida para o reconhecimento da obra e da atuação política de Alina Paim pelos seus contemporâneos, provavelmente, foi a publicação do romance *Estrada da Liberdade*.

Marina, personagem principal do romance, começa a trilhar na estrada da vida ainda na infância, quando deixou a cidade de Simão Dias, interior de Sergipe, para morar e estudar em um Convento. Aos dezoito anos formou-se no Curso Normal indo morar com a sua madrinha Edite na Rua dos Ossos no bairro Santo Antônio Além do Carmo, bairro histórico de Salvador-Ba. Logo após a formatura, Marina passou a lecionar na escola do convento onde estudou, cujo nome não foi mencionado pela narradora. Três meses após ter se formado, a jovem sergipana conseguiu aprovação em um concurso para professora do Estado, passando a trabalhar, também, na Escola Estadual Almirante Barroso, localizada na Estrada da Liberdade. A aprovação significou uma grande conquista da personagem, pois para conseguir ser lotada em uma escola da capital era necessário obter uma boa pontuação na prova. “A notícia já estava espalhada: 9,33 e nomeação para a capital”<sup>18</sup>. Aqui, encontra-se mais um fato de comprovação de que a vida de Marina (personagem principal) se entrecruza com a de Alina Paim, que também foi aprovada com 9,33 pontos no concurso público para professora estadual, realizado em 1938.<sup>19</sup>

O título do romance é bastante sugestivo e, possivelmente, faz referência às duas estradas percorridas por Marina. Uma objetiva, o bairro pobre da Estrada da Liberdade, que apresentou para Marina um mundo até então desconhecido. A experiência revelou à jovem uma realidade marcada pela desigualdade de classes, que em sua leitura, influenciada pelo ideário comunista, contribuía para gerar uma série de outras desigualdades, como a de sexo e raça, por



exemplo. “A Estrada da Liberdade fora sua escola e seus mestres: Alvaisa, Carlos Gomes, Arcanja, Mariinha, Alfredo e Azenete e todos os pequenos de pernas sujas de lama e barriga vazia. Eles eram aos milhares”.<sup>20</sup>

A outra, mais subjetiva, se refere aos caminhos percorridos pela personagem principal, desde sua infância até a fase adulta. Este caminhar, cheio de obstáculos e contratempos, contribuiu para a formação da identidade de Marina, conseqüentemente, para a maneira como ela enxergava e se colocava no mundo, quiçá pela sua aproximação ao Partido Comunista do Brasil.

A trama acontece em lugares bem demarcados, são eles: o convento, a casa da madrinha, as escolas que Marina trabalhou, e os bairros que faziam parte do cotidiano da protagonista (Estrada da Liberdade e Santo Antônio Além do Carmo). Quanto ao tempo da narrativa, sugerimos que está localizado entre 1930 e 1943, pois foi neste contexto que a autora viveu as experiências narradas. Portanto, é a Salvador da década de 1930 e 1940 que nos é apresentada na narrativa. O contexto é representado sob os olhos de uma mulher que escreve por volta de 1943 em um momento de expectativas de um mundo mais democratizado.

A escolha dos espaços em que a trama acontece sugere que a narrativa tem a preocupação de desvelar o funcionamento de instituições relevantes para a formação social dos indivíduos, são elas: a família, representada pela casa da madrinha Edite e das demais famílias dos bairros frequentados por Marina; a escola, representada pela Almirante Barroso e pela escola do Convento e a religião, representada pelo convento e pelas freiras. Vale lembrar, que a forma de organização destas instituições sempre esteve no foco das discussões comunistas. E Alina Paim, através do romance, esboçou representações variadas do funcionamento delas, sempre mantendo uma postura crítica.

A narrativa do romance se dá em terceira pessoa. A narradora não é nominada. É alguém que nos conta as experiências de Marina revelando todas as impressões e interpretações que a personagem construiu no decorrer da sua vida, através da observação dos espaços que a circundava. A forma como a narração é estruturada, demarcando as etapas da vida da personagem, nos permite observar o processo de formação da identidade da personagem e, conseqüentemente, nos aproxima do modo como Alina Paim interpretou sua realidade. Sugerimos que em Marina, Alina Paim se constrói e reconstrói. Marina é a Alina que foi e que poderia ter sido.

Marina passou boa parte de sua vida no Convento, saindo de lá aos dezoito anos. Ao deixar à clausura, a jovem foi apresentada a um mundo até então desconhecido. A partir daí a personagem inicia suas reflexões sobre sua experiência com as freiras e chega à conclusão que

a educação que recebeu no convento foi baseada em valores falsos e medíocres. O primeiro fator que contribuiu para esta tomada de consciência foi a leitura do livro *A Questão Sexual* de Augusto Forel. A leitura da obra contribuiu para que Marina descortinasse as falácias do ensino religioso que recebera<sup>21</sup>.

A cada nova descoberta, Marina retomava suas experiências passadas, refletindo sobre a forma como a maioria das instituições sociais se organizava. Suas avaliações a deixam descontente com a realidade imposta, levando-a a pensar em um mundo diferente, um mundo sem desigualdades. Um mundo distinto para as mulheres, em que o casamento não as escravizasse. Na concepção de Marina,

O matrimônio, o grande sacramento que abençoa os filhos e assegura a felicidade dos cônjuges” era apenas uma mistificação, uma prostituição santificada, selada com orações e gestos ridículos, onde a mulher se comprometia diante de um altar a entregar seu corpo, em troca de casa, de comida e de roupa, a um homem que não a entendia e que a considerava apenas como uma fêmea. A mulher seria uma arrumadeira, uma cozinheira, trabalhando da manhã à noite, sem merecer consideração alguma, e, na cama, deveria prestar-se à satisfação dos desejos do **senhor** que gozaria sem se preocupar em saber se aquilo agradava-a, trazia-lhe prazer, ou causava-lhe repugnância. Esse casamento era apenas uma escravidão reconhecida pela religião e pelas leis.<sup>22</sup> (grifos no original).

Ao questionar o lugar da mulher no casamento Marina reivindicou uma relação mais igualitária na relação conjugal, além de, nas entrelinhas, reivindicar o direito ao prazer sexual feminino. As reclamações presentes na narrativa se vinculam às mudanças nas formas de sociabilidades de gênero, ainda que limitadas, que vinham ocorrendo no tempo da escrita do texto. A luta das mulheres pela emancipação alterava paulatinamente as formas de participação feminina na vida pública. Paralelamente, o discurso médico se esforçava na construção do “pai higiênico”, cujas energias deveriam ser canalizadas para o bem-estar dos filhos, base da riqueza e poder do Estado. Passa a haver, então, uma valorização do sexo conjugado ao amor para a garantia do prazer da vida em família e a estabilidade desta instituição.<sup>23</sup>

Apesar do esforço de padronização das relações sociais entre os sexos, as mulheres expressaram seu descontentamento com a educação que lhes era oferecida. Algumas, taticamente, lançavam mão dos próprios argumentos que lhes estavam sendo impingidos, mobilizando para seus próprios fins uma representação imposta-aceita, mas desviada contra a ordem que a produziu<sup>24</sup>. Em *Estrada da Liberdade*, Alina Paim lança mão desta tática. Se por um lado, aceita como natural alguns padrões socialmente estabelecidos, como o casamento e a maternidade, por outro, reivindica um novo modelo de organização social que permita que casamento e maternidade não fossem formas de escravização da mulher. “Querida casar-se, ter um filho, mas não suportaria ter um senhor. Desejava um companheiro, um homem

com quem pudesse colaborar em seus trabalhos, estudar juntos e de quem se orgulhasse como pai de seu filho.”<sup>25</sup>

Marina sonhava com um novo modelo de educação. Uma educação libertadora, sem as asperezas do modelo educacional dominante. Um mundo em que as crianças não morressem de fome ou doentes por falta de assistência. “A situação era essa e todo mundo aceitava com uma passividade assustadora, revoltante. [...] Por que ninguém procurava a solução para esses problemas?”<sup>26</sup> No Convento recebeu uma educação castradora, mas viveu experiências essenciais para a sua formação. A casa da madrinha, onde passou a residir quando saiu do convento, foi essencial para que Marina pudesse perceber o *modus operandi* de uma família considerada pequeno-burguesa. A experiência no bairro Estrada da Liberdade também foi fundamental para a formação de Marina. Lá, ela pôde ver de perto a pobreza e as formas de sociabilidades de um bairro pobre.

Enfim, o romance é um texto polissêmico, nele podemos encontrar inúmeras representações que dizem muito sobre um contexto. No caso específico de *Estrada da Liberdade* encontramos representações sociais relevantes que nos aproximam da realidade e do imaginário soteropolitano da década de 1940. De maneira geral, a narrativa traz representações sociais relevantes, tais como, infância, homossexualidade, modelos de sociabilidades femininas, casamento, aborto, maternidade, doenças que dizimavam a população local, dentre outros. Todavia, em virtude dos limites do texto, não foi possível analisar de forma mais detalhada cada uma destas representações.

Apesar dos limites, a análise permitiu nos aproximarmos do pensamento de uma mulher baiana, comunista, insatisfeita com a ordem vigente e com a sorte que a sociedade relegava às mulheres. Nos termos de hoje, diríamos que Alina Paim foi uma autêntica feminista. Suas lentes nos revelam um contexto, nos fazendo enxergar, sob uma óptica feminino-comunista, uma realidade, qual seja, um recorte da Bahia da década de 1940.

---

\* Mestranda pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Márcia Maria Barreiros Leite; Fomento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); contatos: e-mail: iracelli\_alves@hotmail.com; iracellialves.1@gmail.com

<sup>1</sup> MORAIS, Santos. Na Estrada da Liberdade. *O Momento*, Salvador, 16 Abr., 1945. p. 5.

<sup>2</sup> GUIMARÃES, Reginaldo. Um Livro de Combate. *O Momento*, Salvador, 11 Jun., 1945, p. 5.

<sup>3</sup> Para mais informações acerca da vida e obra de Alina Paim consultar: GILFRANCISCO. *A romancista Alina Paim*. Aracaju: GFS, 2008; OLIVEIRA, Ilka Maria de. *A literatura na revolução: contribuições literárias de Astrojildo Pereira e Alina Paim para uma política cultural do PCB nos anos 50*. Campinas, UNICAMP, 1998 (Dissertação de Mestrado em Teoria Literária); CARDOSO, Ana Maria Leal. Alina Paim: uma romancista esquecida nos labirintos do tempo. *Aletria: Revista de Estudos de Literatura*. Minas Gerais, vol. 20, nº 2, 2010. Vale ressaltar que nenhum dos trabalhos consultados indica a Escola Estadual na qual Paim lecionou após prestar concurso e ser convocada em 08 de abril de 1938. Esta informação está presente no Diário Oficial da Bahia. Para

---

mais informações sobre o concurso, consultar: Diário Oficial da Bahia. 08/05/1938; 19/05/1938. Disponível em: Arquivo Público do Estado da Bahia.

<sup>4</sup> BATISTA, Eliana. *A normalista como interseção: escola, literatura, imprensa e estratégias políticas no Estado Novo*. Alagoinhas: 1937-1945. Santo Antônio de Jesus, UNEB, 2012 (Dissertação de Mestrado em História). p. 28-30.

<sup>5</sup> SILVA, Paulo Santos. *A volta do jogo democrático*. Salvador: Assembleia Legislativa, 1992.

<sup>6</sup> Ibid.

<sup>7</sup> DEMIER, Felipe. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): um ensaio de interpretação histórica*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013. SILVA, Paulo Santos. Op. Cit. VAZQUEZ, Petilda Serva. *Momento: intervalo democrático e sindicalismo (1942-1947)*. Salvador: UNIJORGE, 2009; TAVARES, Luiz Henrique Dias. *História da Bahia*. 11 ed. São Paulo/Salvador: UNESP/EDUFBA, 2008. SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. *Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil. 1936-1948*. São Paulo: Annablume, 2009.

<sup>8</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *Nordestino: invenção do “falo”*. Uma história do gênero masculino (1920-1940). 2 ed. São Paulo: Intermeios, 2013. p. 29.

<sup>9</sup> PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi. *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 607-625.

<sup>10</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Vol.1, 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 97

<sup>11</sup> Ibid.

<sup>12</sup> Certidão de Óbito de Alina Leite Paim, nº 062000155 2011 4 00108 22 0032362 27. Documento consultado no acervo particular do pesquisador Gilfrancisco.

<sup>13</sup> Em sua certidão de óbito consta Simão Dias como sua cidade Natal, não obstante, em sua memória é a cidade de Estância que aparece como local de nascimento. “Nasci em Estância/Sergipe, papai e mamãe também”. GILFRANCISCO. A romancista Alina Paim. Aracaju: GFS, 2008. p. 30. Considerando que à época do seu nascimento as informações nas Certidões de Nascimento não eram muito precisas, pois muitas vezes os registros eram feitos anos após o nascimento, dentre outros problemas, optamos por manter a cidade natal memorada por Paim. Consideramos que este é um tipo de *memória herdada*, já que é relativamente comum os pais rememorarem o nascimento dos filhos.

<sup>14</sup> PAIM, Alina. Op. Cit. p. 224.

<sup>15</sup> Ibid. p. 128.

<sup>16</sup> Ibid. p. 193-194.

<sup>17</sup> TEM nova diretoria a ABDE, *Tribuna Popular*, 23. Mar. 1947. p. 1.

<sup>18</sup> PAIM, Alina. Op. Cit. p. 23.

<sup>19</sup> Diário Oficial da Bahia. 19/05/1945.

<sup>20</sup> PAIM, Alina. Op. Cit. p. 222.

<sup>21</sup> Ibid. p. 12.

<sup>22</sup> PAIM, Alina. Op. Cit. p. 140.

<sup>23</sup> SOIHET, Raquel. Violência Simbólica: saberes masculinos e representações femininas. *Revista Estudos Feministas*, Santa Catarina, vol. 5. 1997. p. 18

<sup>24</sup> Ibid. p. 21-24.

<sup>25</sup> PAIM, Alina. Op. Cit. p. 140.

<sup>26</sup> Ibid. p. 59.

## **NEGROS NA ARGENTINA? – A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES RACIAIS NA LITERATURA E NA IMPRENSA OITOCENTISTAS**

Isabela Alves de Oliveira \*

### **RESUMO:**

Este trabalho aborda o processo de construção das identidades raciais na Argentina no final do século XIX – momento de afirmação da Argentina como nação branca e europeizada – a partir de obras literárias escritas por autores negros, relacionando tais fontes com o contexto da Buenos Aires de fins dos oitocentos. A investigação contemplará debates sobre a construção das identidades, a questão da cor e sua articulação com os projetos políticos em voga, evidenciando a complexidade do processo de racialização.

**PALAVRAS-CHAVE:** Argentina. Negros. Século XIX.

### **ABSTRACT:**

This paper discusses the process of construction of racial identities in Argentina in the late nineteenth century, when Argentina was building itself as a white Europeanized nation. Literary works written by blacks will be related to the context of the Buenos Aires of the nineteenth century. The investigation will include discussion on the construction of identities, the question of color and its relationship to political projects in vogue, highlighting the complexity of the racialization process.

**KEYWORDS:** Argentina. Blacks. 19th century.

### 1) Apresentação

O presente artigo se inscreve no contexto de pesquisa para dissertação de Mestrado na Universidade de Brasília, a respeito da presença de população de origem africana em Buenos Aires e sua relação com o projeto de construção da Argentina como uma nação homogênea e branca. A partir da constatação da existência de uma imprensa e uma literatura negras – designação que compreende, inicialmente, um conjunto de obras e periódicos escritos por autores negros, mas que deverá ser problematizada ao longo da pesquisa – na segunda metade do século XIX, tenciona-se estabelecer uma relação entre essa documentação e o discurso do desaparecimento dos negros na população argentina e da ideia de nação argentina como eminentemente europeizada e branca.

A percepção de uma sociedade predominantemente branca na Argentina contrasta com certos sinais cotidianos da presença negra, por exemplo, na linguagem: o uso de

---

\* Mestranda no Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília – UnB. E-mail: [isabelao2@gmail.com](mailto:isabelao2@gmail.com).  
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Balaban.

vocábulos de origem essencialmente africana, como *milonga*, *mondongo*, *quilombo*, é recorrente. Até mesmo o termo *tango* – estilo musical considerado argentino por excelência – pode designar, segundo o *Diccionario de La Real Academia Española*, tanto “*baile rioplatense, difundido internacionalmente, de pareja enlazada, forma musical binaria y compás de dos por cuatro*” quanto “*fiesta y baile de gente de origen africano o popular en algunos países de América*”<sup>1</sup>.

Elementos como esses, aparentemente contraditórios, instigaram-me a desenvolver pesquisa sobre textos literários e periódicos escritos por autores negros no final do século XIX em Buenos Aires. A literatura, por tratar-se de fonte relativamente pouco trabalhada em relação ao tema, parece um bom caminho. Desse modo, o contato inicial com obras de autores argentinos de origem africana dá origem a interessantes questões relativas à construção de identidades na Argentina oitocentista, o que revela a necessidade de aprofundar o tema, a partir, principalmente, da análise das fontes originais.

Relativamente às fontes para a pesquisa, chama a atenção o fato de se tratarem de textos escritos por negros que viveram em um país predominantemente branco, ao menos de acordo com a historiografia tradicional da Argentina e com a percepção geral de argentinos e estrangeiros. Com efeito, a “história oficial”<sup>2</sup> argentina foi a grande difusora da ideia da Argentina como um país homogêneo, europeizado e branco, na qual se inclui a questão do “desaparecimento” dos negros. Nesse sentido, as fontes evidenciam relevante produção literária de autores negros ao final do século XIX, precisamente o período em que, de acordo com os censos oficiais argentinos, e em consonância com a referida história oficial, a população não-branca de Buenos Aires (ou população de “*otros colores*”, conforme aparece no censo de 1887) corresponderia a 1,8% da população total – dados do censo de 1887<sup>3</sup> –, ao passo que, em 1778, o censo da cidade indicava que negros e mulatos somariam pouco mais de 28% da população<sup>4</sup>. Nesse sentido, chama a atenção um processo de branqueamento, real ou ficcional. É preciso, no entanto, cuidado com esse tipo de dado, tendo em vista tratar-se de formas de classificação cujos critérios precisam ser analisados e compreendidos.<sup>5</sup> Por essa razão, o período da segunda metade do século XIX e a cidade de Buenos Aires foram estabelecidos como as delimitações espaço-temporais da pesquisa.

A problemática da construção de identidades ligadas a questões raciais será, portanto, analisada a partir de fontes literárias da cidade de Buenos Aires, publicadas entre 1865 e 1899. Inicialmente, foram selecionadas como *corpus* as obras do poeta negro Horácio Mendizábal, *Primeros Versos* e *Horas de Meditación*, e a obra *Beneméritos de mi Estirpe*, de Jorje Miguel Ford. No decorrer da pesquisa, caberá analisar se a referida seleção forma um

conjunto de fontes ou se, ao contrário, cada obra precisa ser tomada em sua individualidade. Cumpre questionar, igualmente, se a designação, comumente utilizada pela historiografia, de literatura “afroargentina” seria uma boa maneira de nomear essa produção, tendo em vista a diversidade de seus autores, bem como as distintas finalidades a que se propõem.

Ao analisar obras de literatos negros argentinos, a presente pesquisa tenciona contribuir para os estudos sobre a história social da literatura na Argentina, afinal, entender essa literatura é compreender, ao mesmo tempo, as questões que ela produz. Nesse sentido, o trabalho com as fontes pretende “historicizar a obra literária (...), inseri-la no movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social, destrinchar não a sua suposta autonomia em relação à sociedade, mas sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social (...)”<sup>6</sup> e, nesse caminho, ao analisar as construções do negro nas obras literárias do século XIX escritas por autores negros, buscar evidenciar aspectos da lógica do poder na sociedade argentina pelo viés da construção das identidades raciais e a complexidade do processo de construção dessas identidades, relacionando-as à cidadania e à política.

Desse modo, além de discutir a “presença negra” na Argentina, a presente investigação contemplará debates sobre a construção das identidades, considerando “as identidades raciais como tema da política”, nas palavras de Ivana Stolze Lima<sup>7</sup>. A questão da cor e as possibilidades de seus diversos sentidos presentes nos textos serão articuladas com as diferentes ideias e projetos políticos em voga na sociedade bonaerense. A análise das fontes, assim, se dará à luz da ideia de complexidade do processo de racialização das relações sociais, ao evidenciar as disputas identitárias em meio ao processo político, em curso no período analisado, de formação da nação argentina.

## 2) As identidades raciais na literatura

Os poemas dos autores negros Horacio Mendizábal e Casildo G. Thompson, juntamente com suas publicações na imprensa, podem ser considerados ricas fontes para a análise das construções identitárias sociorraciais, uma vez que constituem registros do pensamento de setores da população negra acerca do contexto argentino de fins do século XIX. No presente artigo, serão analisados trechos da poesia de Mendizábal.

Horácio Mendizábal foi um poeta negro argentino nascido em 1847 e morto em 1871, vítima da epidemia de febre amarela em Buenos Aires. Sua importância decorre do fato de ser um dos poucos autores negros do século XIX que chegou a ter sua obra publicada na

Argentina. Sua obra *Horas de Meditación*, de 1869, contém poemas de temáticas variadas – alguns em italiano e francês – e um drama em três atos.

É interessante notar como a questão da cor aparece em determinados poemas de Mendizábal. Embora não seja um tema constante, a denúncia dos males que afligem sua “raça” é evidenciada no poema “Mi canto”, contido no livro *Horas de meditación*<sup>8</sup>. Seguem abaixo trechos do poema:

En medio de mi pueblo estoy aislado  
Porque donde mi cuna se meció  
Con ímpetu arrojada de su lado  
Una raza de parias ha quedado  
I a aquella raza pertenezco yo.

I ni patria tenemos, si existe,  
De su seno nos supo concribir;  
Las cargas sean para el hombre triste:  
I un solo derecho nos asiste,  
Ha de ser el derecho de morir.

De morir solo por la patria y basta!  
Que es un ente bastardo, irracional:  
Para un mulato de manchada casta  
Para un vil negro de destina pasta  
Una cadena dadme y un dogal!

Observa-se que algumas expressões usadas no poema impressionam pela virulência da linguagem, a exemplo da identificação dos negros como “párias” e das imagens da “cadena” e do “dogal” - as quais remetem à escravidão. A utilização de tais expressões, bem como o tom de denúncia, parece apontar para a situação de marginalidade em que viviam os negros na sociedade argentina. O eu-lírico, no trecho citado, identifica-se com os negros, ao declarar o seu pertencimento: “*I a aquella raza pertenezco yo*”.

Ao abordar as ideias de “pátria” e de “povo”, Mendizábal ressalta o isolamento de “sua raça” e questiona a existência de uma pátria para os negros. Mas que pátria e que povo (“*mi pueblo*”) seriam esses? O autor se refere à Argentina ou às origens africanas (como parece indicar o uso do termo “cuna”/berço)? Poderia a indefinição de pátria (“*I ni patria tenemos, si existe*”) indicar o estranhamento do poeta diante de sua condição de homem negro em um país que se afirmava branco? Mais adiante, contudo, Mendizábal adverte para o único direito de sua raça, que seria o direito de morrer pela pátria. Nesse trecho, apesar da indefinição anterior, o poeta parece chamar a atenção para a recorrente participação dos negros em guerras na Argentina – ideia que aparece também em outras fontes. Com efeito, a questão da participação dos negros na história militar do país figurou, com frequência, como



uma das razões apontadas pela historiografia tradicional para o suposto desaparecimento dos negros na população argentina<sup>9</sup>.

En las selvas de América, sediento  
De amor y libertad nació, (...) donde estiende  
El caudaloso y dilatado Plata

No trecho acima, bem como na parte seguinte do poema, fica claro que Mendizábal fala da Argentina como sua terra natal, ao ressaltar e idealizar as paisagens naturais de seu país, o que revela a influência do romantismo sobre sua obra. Ao considerar-se a ideia anterior, em que a raça negra é relacionada a seu berço, e contrastá-la com o excerto que exalta a Argentina como sua terra, transparece a dinâmica das relações que Mendizábal estabelece com suas raízes africanas e, ao mesmo tempo, com a nacionalidade argentina. Cumpre questionar de que forma essas identidades – o berço africano e a pátria Argentina – interagem na experiência do poeta, e a obra literária aparece como uma fonte rica para a análise dessas construções identitárias.

Bajo la planta del feroz salvaje,  
Donde habitan los hijos del desierto  
Es donde está mi vívida esperanza!  
Tierra de bendicion, yo te saludo!....

Aqui, um novo elemento surge com a menção ao “selvagem” e ao “deserto”: o poeta faz alusão aos indígenas que habitavam grande parte dos pampas e da região patagônica, questão de grande relevância a partir de 1875 na Argentina, com o início das chamadas “Campanhas do Deserto” – plano político de ocupação do território argentino, por meio da incorporação progressiva das terras indígenas e, em uma segunda etapa, por meio do ataque e perseguição aos indígenas, o que levou à dizimação dessas populações<sup>10</sup>. Embora a menção aos indígenas apareça como uma caracterização do ambiente no poema, a utilização dos termos “selvagem” e “deserto” remete ao “dilema” argentino característico do século XIX: civilização e barbárie. Como se poderia interpretar a atribuição da selvageria e da barbárie ao indígena por parte de um negro, cuja “raça” também poderia ser considerada inferior pelo pensamento hegemônico que defendia os ideais de civilização branca? Estaria Mendizábal aludindo a uma identificação com a raça branca civilizada, por oposição à barbárie do selvagem?

### 3) Considerações finais

A análise de trechos da poesia de Horácio Mendizábal põe em evidência o jogo da construção das identidades, em um contexto mais amplo de afirmação da nacionalidade argentina em um território no qual se conjugavam distintas nacionalidades, etnias e projetos. O poema analisado, por trazer questões como referências à origem africana, denúncias sobre o sofrimento da escravidão, o enaltecimento da Argentina, entre outros, ajuda a pensar como autores negros inseriam suas ideias de “pátria” em um debate mais amplo sobre a nacionalidade na Argentina. A importância de se analisar as questões identitárias que emergem das discussões sobre a “pátria” presentes nos trechos aqui analisados reflete a ideia de que as identidades não são algo dado: são construídas e, nesse sentido, históricas.

Ao evidenciar a complexidade das ideias de construção de identidades raciais presentes nas obras literárias dos poetas negros, cabe, portanto, reafirmar a historicidade dessas construções, tendo em vista que as obras se inserem em um contexto específico, de uma

historia sinuosa y conflictiva, marcada por proyectos contrapuestos y disputas políticas intensas, cuyos resultados fueron tanto producto de las transformaciones estructurales que atravesaba la Argentina como de las fuerzas coyunturales y las contingencias de cada momento<sup>11</sup>.

A abrangência da “literatura afroargentina”, obviamente, vai além dos trechos aqui analisados. A temática racial explícita, por exemplo, parece pouco frequente entre os poetas negros. À diversidade de temas, somam-se as abordagens e posicionamentos distintos, questão ainda mais evidente no que se refere aos periódicos afroargentinos, cuja análise extrapola os limites deste artigo. É certo, ademais, que fatores como a origem social dos poetas são de grande relevância para o entendimento de suas obras – o fato mesmo de Mendizábal publicar livros possivelmente indica que o poeta pertenceu a uma classe social mais elevada. O aprofundamento dessas questões se dará no decorrer da pesquisa, ao considerar as especificidades e a historicidade das fontes analisadas, bem como a rede de interações nas quais se inserem seus autores. Por ora, o *corpus* aparece como um material rico e relativamente pouco explorado, o que aponta para novas possibilidades de análise, as quais definirão os rumos da pesquisa.

---

<sup>1</sup> DICCIONARIO de la Lengua Española. Real Academia Española. 22ª edición. Disponível em: <http://www.rae.es/recursos/diccionarios/drae> Arquivo consultado em 5 de maio de 2014. Sobre a importância da influência africana no tango argentino, veja-se a exposição “*La historia negra del tango*”, organizada pelo antropólogo Norberto Pablo Cirio no Museo Casa Carlos Gardel, em Buenos Aires em 2010.

<sup>2</sup> Aqui, tomo de empréstimo o termo “história oficial” conforme utilizado por Astrid Windus, em seu artigo *El afroporteño en la historiografía argentina: algunas consideraciones críticas*: “La expresión ‘historia oficial’ se refiere en este caso a la historia propagada por las instituciones nacionales (escuelas, universidades, medios de comunicación y educación) y internalizada por el pueblo argentino a través de estas instituciones.”. Artigo disponível em [http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/11487/Documento\\_completo.pdf?sequence=1](http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/11487/Documento_completo.pdf?sequence=1). Arquivo consultado em 10 de maio de 2014.

<sup>3</sup> Censo de la Capital Federal del 15 de setiembre de 1887. Disponível em:

<https://archive.org/details/censogeneraldela02buen>. Arquivo consultado em 22 de setembro de 2014.

<sup>4</sup> Padrón de la ciudad de Buenos Aires. Año 1778. Archivo General de la Nación, División Colonia-Sección Gobierno.

<sup>5</sup> A esse respeito, ver o capítulo 2, “Inventário das identidades: os censos e a cor” em LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 89, que, embora trate do Brasil, pode auxiliar na compreensão de questões semelhantes na Argentina.

<sup>6</sup> CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (org.) *A História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 7.

<sup>7</sup> LIMA, Ivana Stolze. Op. Cit., p. 19.

<sup>8</sup> MENDIZÁBAL, Horacio. *Horas de meditación*. Buenos Aires, 1869. O poema completo encontra-se nas páginas 405 a 411.

<sup>9</sup> ANDREWS, George Reid. *Los afroargentinos de Buenos Aires*. Buenos Aires: Ediciones de La Flor, 1989. Tal abordagem defendia que grandes contingentes de negros morreram durante as guerras do século XIX - nas lutas pela independência e, principalmente, na guerra do Paraguai. Segundo tal corrente, as mortes em batalha foram muitas, o que tornou impossível a reprodução da população negra, haja vista o pequeno número de homens sobreviventes às guerras.

<sup>10</sup> SABATO, Hilda. *Historia de la Argentina, 1852-1890*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012, p. 259.

<sup>11</sup> SABATO, Hilda. Op. Cit., p. 11.

## ***Semana Ilustrada*, marco pioneiro na imprensa ilustrada oitocentista do Brasil**

Isabela Moura Mota\*

No apogeu do Segundo Reinado<sup>1</sup> não foi só o jornalismo considerado sério que gozou do prestígio do público, “o humor ganhou um destaque especial e traduziu a originalidade das revistas ilustradas do Segundo Reinado ao afirmar o gênero do periodismo ilustrado e humorístico”<sup>2</sup>. No final do ano de 1860, um novo periódico foi lançado na capital do império: a *Semana Ilustrada* (1860-1876), criada pela firma de três estrangeiros cujo líder era o prussiano Henrique Fleiüss. Diferentemente de todos os hebdomadários com caricaturas que a precederam, a nova revista foi a primeira a conseguir estabelecer-se no mercado de forma longa, completando 16 anos de circulação. A tentativa deste trabalho é demonstrar as inovações do periódico, cujo êxito se deve em grande parte ao espírito pioneiro e empreendedor de seus criadores, especialmente o de Henrique Fleiüss, editor da *Semana Ilustrada*.

Henrique Fleiüss, cujo nome original era Heinrich, nasceu 28 de agosto de 1823, na cidade de Colônia sob domínio da Prússia<sup>3</sup>. Filho de família tradicional, quando criança, já demonstrava inclinação artística, tendo cursado Belas Artes em Colônia e depois em Dusseldorf, onde aprendeu desenho, gravura e pintura. Fleiüss foi, em seguida, para Munique completar os estudos de ciências naturais e iniciar os de música. Ali, foi discípulo de Carl Friederich Phillipp von Martius, naturalista que de grande importância para a história da ciência no Brasil<sup>4</sup>. Segundo relato de seu filho, Max Fleiüss, na *Revista do IHGB* de 1923, teria viajado por quase toda Europa, demorando-se principalmente na Holanda<sup>5</sup>.

Acompanhado do irmão, Carlos Fleiüss, artista litógrafo e pintor, e do amigo Carlos Linde, pintor e gravurista, Henrique veio para o Brasil em 1858, aos 35 anos. Munido de carta de recomendação redigida por Martius e endereçada ao imperador D. Pedro II, Henrique, no entanto, parece ter mudado de ideia, pois desembarcou em Salvador em vez do Rio de Janeiro, ponto de partida de seu professor.

Depois de quase um ano no norte brasileiro, fixando paisagens em aquarela, Henrique desembarcou finalmente no Rio em 15 de julho de 1859. Seu talento artístico chegou ao conhecimento da corte e Fleiüss passou a receber encomendas de retratos e pequenos trabalhos. Estabelecendo-se no Rio de Janeiro, ele abriu, em 11 de janeiro de 1860, a firma Fleiüss, Irmão & Linde. Em dezembro do mesmo ano, em parceria com o irmão e o amigo Linde, iniciou a publicação do semanário *Semana Ilustrada*, criando o padrão que seria depois

copiado largamente na imprensa carioca. De formato considerado pequeno, o periódico tinha oito páginas, quatro de texto e quatro de ilustrações. A impressão era feita em uma grande folha, de um lado usava-se o processo litográfico e do outro, o tipográfico. Depois de dobrada em quatro vezes e refilada, “obtinha-se um caderno de tamanho in-quatro (nesse caso, 28x22cm)”<sup>6</sup>, em que se sucediam páginas de ilustração (1, 4-5 e 8) e texto (2-3 e 6-7). A *Semana Ilustrada* circulava aos domingos, com o preço de 500 réis para o exemplar avulso<sup>7</sup>, mantendo-se economicamente através do sistema de assinaturas.

A parte escrita oferecia contos, poesias, crônicas e pequenas notas, além do editorial, que habitualmente comentava algum assunto de interesse atual da população, realizando uma crítica social dos costumes dentro da chave humorística. A redação da revista contou com colaborações literárias ilustres durante sua carreira: Machado de Assis, Pinheiro Guimarães, Joaquim Manoel de Macedo, Quintino Bocaiúva, Pedro Luís, Ernesto Cibrão, Saldanha Marinho e Bruno Seabra animaram a vida do hebdomadário. As ilustrações ficavam a cargo de Henrique Fleiüss, que depois do décimo número passou a contar com o auxílio de H. Aranha, Aristides Seelinger e do jovem caricaturista Ernesto Augusto de Souza e Silva Rio, o *Flumen Junius*.

No mesmo dia em que a *Semana Ilustrada* foi lançada no Rio de Janeiro, isto é, em 16 de dezembro de 1860, o *Jornal do Commercio* estampava um anúncio da *Semana Ilustrada*, que trazia a caricatura em xilogravura de um homenzinho que soprava numa corneta a letra “S”.

**SEMANA ILLUSTRADA**  
jornal hebdomadario, ornado com quatro páginas  
illustradas  
PUBLICA-SE TODOS OS DOMINGOS.  
DISTRIBUE-SE HOJE O N. 1.  
SUBSCREVE-SE

NA LIVRARIA  
DOS SRS.  
F. L. PINTO & C.  
RUA  
DO OUVIDOR  
N. 87.

NA LIVRARIA  
DOS SRS.  
F. L. PINTO & C.  
RUA  
DO OUVIDOR  
N. 87.

CORTE.  
Trimestre ..... 5/000  
Semestre ..... 9/000  
Anno ..... 16/000

PROVINCIAS.  
Trimestre ..... 6/000  
Semestre ..... 11/000  
Anno ..... 18/000

Avulso ..... 500 fr.

É esta uma publicação de grande importância para o Brasil, não obstante parecer á primária vista que seu unico fim é distrahir o espirito das fadigas diarias, alimentando-o com criticas ligéras e desabafos humoristicos.  
Esperar-me-ia nos calculos que fiz? Não, porque não calculei; segui apenas o exemplo de todos os países da velha Europa. Ah! não ha uma capital, uma cidade, uma simples aldeia que não possua um jornal de este genero. A critica bem manejada, quando não ataca personalidades, é sempre bem aceita por todos; porque aponta os vicios, os preconceitos, os máis habitos, os abusos que convem abolir como prejudiciaes á sociedade em geral e ao homem em particular. E a sociedade e o homem aprecia a delicadeza tanto quanto a verdade da critica, e, sendo sempre, propicio a emendas.  
Não foi sempre o resultado das publicações desta genero.  
O Brasil, graças pelo seu territorio e pela importancia commercial que vai naturalmente adquirindo todos os dias, precisa de um jornal illustrado que desentoeve o gosto das bellas artes, do amanhadamento, e fortalezze ao fim moralidade do pop, em evidencia certos habitos, certos tropellos que enervão a roda do progresso.  
É o unico unico desiderio da *Semana Illustrada*. Querera o Brasil mostrar-se emmoos progressista do que os mais importantes estados do velho mundo? Não cremos tanto não cremos que, empunhando esta publicação tão difficil tarefa não tenhamos com a cooperação do publico.  
As pessoas que nos allizarem abstarer com artigos e noticias, terão a bondade de remetel-as em carta fechada á *Officina das Srs. F. L. Pinto & C., rua do Ouvidor n. 87*, deitando ser a carta dirigida á redação da *Semana Illustrada*.  
Um avulso a receber gratis um trimestre deste jornal quem nos fornecer um bom desenho, artigo humorístico ou crônica, nos em verso ou em prosa.  
Não serão aceitos, ainda que legitimamente responsabilizados, os escriptos e desenhos que disserem respeito á vida privada de quem quer que seja.

**[FIG. 1]** O cartaz-anúncio, iniciativa original dos criadores da *Semana Ilustrada*. (Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 16/12/1860)

O cartaz apresentava a nova publicação: “jornal hebdomadário, ornado com quatro páginas ilustradas”. Este cartaz-anúncio é considerado o primeiro do tipo que se tem notícia<sup>8</sup>. A estratégia de informar sobre o lançamento através de um jornal de grande circulação, como o *Jornal do Commercio*, demonstra o forte tino comercial por parte dos criadores da revista. Na supracitada peça publicitária deixava-se claro o sistema de assinaturas e os respectivos preços, além da missão do periódico. O início do texto dizia: “É esta uma publicação de grande importância para o Brasil, não obstante parecer à primeira vista que seu único fim é distrair o espírito das fadigas diárias, alimentando-o com críticas ligeiras e desenhos humorísticos”.

Em outro parágrafo era dito que o novo jornal ilustrado<sup>9</sup> seguia os passos de outros periódicos que circulavam na Europa e viria para estimular o gosto pelas “belas artes” fazendo uso de um “fim moralizador de por em evidência certos hábitos, certos tropeços que encravam a roda do progresso”. A síntese da missão do periódico era expressa em sua divisa, impressa no cabeçalho que nunca foi alterado: *ridendo castigat mores*, algo como “rindo, corrigem-se os costumes”. De acordo com Laura Nery, “a motivação específica” da sátira é “apontar e corrigir os vícios e a insensatez dos homens”<sup>10</sup>. Assim, a linha editorial preocupava-se em estimular o progresso e as caricaturas cultivavam uma função cívica e pedagógica<sup>11</sup>, usando o humor como instrumento para difusão das maneiras civilizadas, isto é, à moda europeia.

Estabelecido no Rio de Janeiro, Henrique Fleiüss abriu no início do ano de 1860, junto ao irmão e Carlos Linde, uma oficina que executava serviços de litografia, o Instituto Artístico. Em maio de 1861, passaram a realizar também encomendas de pintura à óleo, aquarela, e xilografia. Joaquim Marçal Ferreira de Andrade destaca que a xilogravura, gravura feita a partir de matriz de madeira, era algo muito pouco explorado no mercado local<sup>12</sup>.

A *Semana Ilustrada* inovou, sobretudo, no que tange à comunicação visual. Orlando da Costa Ferreira destaca o êxito do grupo de artistas dirigentes do periódico, grupo que considera a primeira equipe de designers do Brasil<sup>13</sup>. Desde o número 115 da revista, lançado a 22 de fevereiro de 1863, podemos observar duas intenções pioneiras do corpo de artistas da *Semana*: a tentativa de ampliar o espaço para xilogravura na publicação e a ambição de inserir figuras nas páginas de texto, ampliando a quantidade de ilustrações no total. As investidas, que ora destacamos, sinalizam a inquietação dos artistas para com as limitações técnicas da época, almejando transcender barreiras e desenvolver a arte da gravura no Brasil. Uma das

maiores dificuldades técnicas a esse tempo era a integração de texto corrido e imagem, pois os métodos de impressão eram distintos. Letícia Pedruzzi Fonseca ensina que

A divisão entre conteúdo textual e imagético era comum à época por conta das limitações tecnológicas, já que as páginas de texto eram impressas por meio de máquinas tipográficas, valendo-se do alto relevo dos caracteres móveis, e, com imagens produzidas pelo processo litográfico, um método de impressão plana. Assim, a impressão de texto e imagem feitas separadamente, e o alto custo de dois métodos de impressão para uma só página, fizeram com que a divisão entre páginas de textos e de imagens ficasse clara e bem definida na maioria das publicações do século XIX.<sup>14</sup>



[FIG. 2] Em fevereiro de 1863, a revista passa a investir na impressão de xilogravuras, cuja técnica de feitura não era muito explorada em solo brasileiro, ao contrário do que ocorria na Europa, onde era bastante disseminado o uso das estampas abertas na madeira na imprensa ilustrada. (*Semana Ilustrada*, Ano 03, N. 115, 22/02/1863)

Em 31 de maio de 1863, a *Semana Ilustrada* publicou um anúncio revelando o plano de estabelecer uma escola de gravura em madeira, orientando os pais que quisessem inscrever seus filhos “neste ramo da arte, ainda pouco conhecido no Brasil”<sup>15</sup>. A ideia era formar mão-de-obra para desenvolver a técnica pouco disseminada, abrindo novos caminhos no ramo da impressão. O resultado, no entanto, não foi satisfatório. Andrade ressalta que o pessoal treinado pela escola do Instituto Artístico não era suficientemente qualificado, e houve uma queda de qualidade no desenho em comparação ao traço conferido às litogravuras<sup>16</sup>.

Embora a qualidade estética da imagem xilogravada possa ter sido problemática, cabe destacar, ainda em 1863, uma série de fisiologias<sup>17</sup> com personagens da cidade cunhada de

“Typos do Rio de Janeiro”, um esforço técnico que pretendeu fixar as típicas figuras do cotidiano da capital imperial dentro da verve humorística. A crítica social dos costumes era o que a *Semana Ilustrada* mais explorava em suas páginas e “Typos do Rio de Janeiro” é quitenssencial neste sentido. Nessa seção inventariou-se os costumes usuais de tipos sociais, à moda das fisiologias europeias. Em uma mesma página interna do periódico integrava-se o texto corrido, descrevendo satiricamente uma individualidade característica, e a xilogravura, representando o correspondente perfil. Assim, foram registrados, por exemplo, “o mendigo”, encontrado nos degraus das igrejas, “o guarda fiscal”, e sua “cara de poucos amigos”, “o vendedor de pasteis” que “não tem onde cair morto”, o “contra-regras” com sua “sobrecasaca com o quarto botão encaixado na segunda casa”, além de muitos outros personagens urbanos.



[FIG. 3] A série “Typos do Rio de Janeiro” inventariou personagens e costumes da cidade imperial. (*Semana Ilustrada*, Ano 03, N. 116., 01/03/1863, p. 2.)

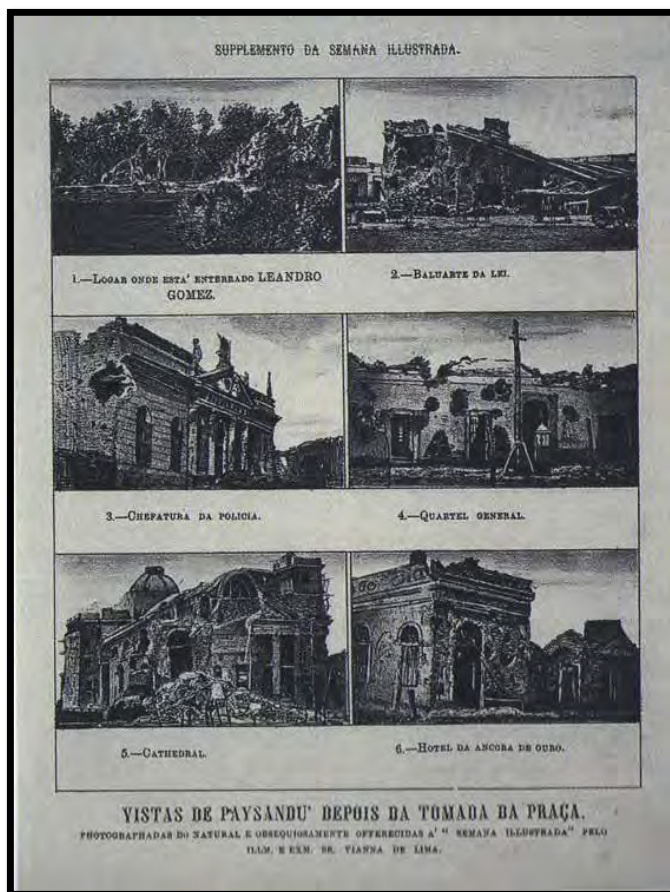
Foi a partir do número 115, que as edições começaram a apresentar imagens xilogravadas em meio a páginas de texto. Conforme aponta Fonseca, é apenas na edição de número 175 que toda a revista é impressa pela técnica em relevo, inclusive o cabeçalho<sup>18</sup>. Ainda de acordo com a autora, “as edições 175, 176, 177 e 179 foram integralmente impressas



tipograficamente, com todas as imagens produzidas em xilografia.”<sup>19</sup> Na edição de número 178, a capa e as páginas de imagens retornaram a ser impressas litograficamente, voltando a apresentar xilogravuras em meio a texto nesse período, mas a técnica vai deixando de ganhar investimento predominante ao longo das publicações.

Seja como for, o ano de 1863 foi um momento importante para a *Semana Ilustrada*. Em setembro de 1863, o Instituto obteve o título de Imperial<sup>20</sup>, concedido por D. Pedro II, e passa a se chamar Imperial Instituto Artístico. A firma de Henrique Fleiüss encontrou, mais uma vez, um meio de sobressair-se à maioria ao aliar-se à Casa Imperial através de título diferenciado. A estima de Fleiüss pelo imperador nunca foi segredo e apresentava-se de forma bastante evidente na *Semana Ilustrada*, mas isso não significava que o editor se privava de criticar o governo e a ordem pública, até porque a revista defendia a neutralidade partidária e concentrava-se somente em defender “D. Pedro II, a Constituição e a integridade do Império”<sup>21</sup>. As caricaturas e textos do semanário exibiam um viés crítico, mas num tom comedido, produzindo uma “sátira bem comportada”<sup>22</sup>, conforme observou Laura Nery. Rogéria Ipanema dedicou um estudo especial à aquisição da insígnia de Imperial, apontando para a destacada “dimensão da produção de bens simbólicos dentro do universo da cultura visual, com a particularidade de construir uma imprensa político-caricata, sob a proteção do imperador”<sup>23</sup>.

É na primeira guerra fotografada em que o Brasil participa, a Guerra do Paraguai, deflagrada no final de 1864 estendendo-se até o início de abril de 1870, que o editor Henrique Fleiüss adere de forma mais acentuada ao discurso patriótico que rende loas à majestade. Segundo Andrade, é este evento belicoso que permite o desenvolvimento da “primeira experiência, na imprensa carioca, da realização de uma cobertura jornalística com editoriais e notícias ilustradas” com publicação sistemática<sup>24</sup>. O “teatro da guerra” revelou assim mais uma iniciativa empreendedora de Fleiüss e sua *Semana Ilustrada*: as fotografias tiradas nos campos de batalha e enviadas à redação da revista serviam de base para reproduções litográficas. A partir de 1865, o periódico passou a exibir frequentemente dois tipos de ilustrações que diziam-se “tiradas do natural em fotografia” ou algo similar: as litogravuras “fotorrealistas”, como Andrade caracteriza as imagens evidentemente documentais, e as estampas que pareciam pinturas históricas, que remetiam mais ao desenho litografado do que aos traços realistas.



[FIG. 4] Durante a Guerra do Paraguai, a *Semana Ilustrada* publicou regularmente ilustrações que copiavam a imagem captada por fotografias. Na imagem acima, uma reprodução de um suplemento especial com litogravuras “fotorrealistas”. (*Semana Ilustrada*, Ano 05, N. 221 , 05/03/1865, suplemento).

Mesmo havendo as duas espécies de ilustração acima citadas, que, aliás, podiam existir uma à parte da outra, ou imbricadas, prejudicando a ideia de fidelidade da fotografia, o empenho original da *Semana Ilustrada* não pode ser subtraído. Henrique Fleüiss de forma pioneira tomou a iniciativa de formar um corpo de fotógrafos “devidamente instruídos, conferindo-lhes a missão de colher imagens específicas de um evento pré-determinado, com o intuito de publicá-las em um jornal”<sup>25</sup>. O tom era sempre o mesmo: predominância do viés heroico e omissão da crueza da guerra. Aos poucos, outros periódicos engajaram-se na cobertura fotográfica da Guerra do Paraguai, mas nenhum deles dispôs da envergadura oferecida pela revista de Fleüiss.

Como último exemplo de inovação técnica, citamos a análise feita por Fonseca que identificou em dois exemplares a aplicação de cores: no número 4 e no número 139 da revista, mais precisamente. Na edição mais antiga, “a aplicação de cor ocorreu em uma página do miolo, para destacar os narigões dos personagens caricaturados sob a legenda ‘Três qualidades de batatas superiores.’”<sup>26</sup> A cor reconhecida por Fonseca foi laranja, mas é possível

sugerir que a cor original tenha sido um vermelho que o tempo decorrido fez esmaecer. Na *Semana Ilustrada* era frequente a citação de partidários conservadores (chamados de vermelhos) e liberais (chamados de amarelos), tanto em texto como em caricatura. Esse duelo de cores aparece na segunda aplicação de cor identificada por Fonseca, desta vez em uma capa, onde dois candidatos têm corações preenchidos com os pigmentos correspondentes aos seus partidos.



[FIG. 5] A designer Letícia Pedruzzi Fonseca identificou aplicações de cor em duas edições da *Semana Ilustrada*. Acima, a edição que apresentou as cores na capa. (*Semana Ilustrada*, n. 139, 09/08/1863, capa).

Além das novidades técnicas que explorou, a *Semana Ilustrada* também foi pioneira em termos de conteúdo. Além de personificar o Brasil na figura do índio, recurso depois utilizado por outros artistas, como Angelo Agostini, a revista fez uso de um par grotesco de personagens contrastantes, advindos do topo e da base de uma lógica social escravista. Salvo raras vezes, havia frequentemente a mesma estrutura na capa: o personagem Dr. Semana, homem viajado e entusiasta das artes, em diálogo com seu jovem escravo doméstico, o Moleque, o outro personagem porta-voz da revista. Um negro cativo na capa de um periódico humorístico era algo bastante incomum para época. O Moleque era alfabetizado e expressava-se muito bem, distinguindo-se da maioria dos escravos de sua época, geralmente iletrados na língua portuguesa. Marcos Morel e Mariana Monteiro de Barros, no entanto, enfatizam que a circulação dos periódicos não se encerrava na leitura silenciosa individual e que havia a prática da leitura em voz alta, “proferidas em pequenos grupos, esquinas, boticas e tabernas ou residências, registradas por diversas testemunhas – relativizando assim as fronteiras entre o universo letrado e a transmissão oral.”<sup>27</sup>

Dentro de formato cômico, os dois comentavam os fatos corriqueiros do dia-a-dia, principalmente sobre os personagens que se sobressaíam na vida política, e sobre os

acontecimentos mais notórios como a Questão Christie, a Guerra do Paraguai, a Lei do Ventre Livre e o debate em torno da abolição da escravidão. Além dos assuntos públicos, os personagens, narradores da “viagem humorística” da *Semana Ilustrada* na América Meridional<sup>28</sup>, discutiam assuntos de suas vidas particulares, anunciando a mescla entre o público e o privado que seria uma das principais marcas da sátira da revista. No semanário, o Dr. Semana envolveu-se com D. Marmota e o Moleque se casou com Dona Negrinha, temas que se tornam muitas vezes o mote da capa. Com essas estratégias narrativas, *A Semana Ilustrada* produziu uma humanização de seus personagens ficcionais, valendo-se de estratégias de teatro.

Embora colocasse um escravo doméstico na capa, a *Semana Ilustrada* não problematizava a escravidão enquanto instituição. A ambivalência da linha editorial da revista, como apontou Laura Nery<sup>29</sup>, torna seu exame um problema histórico interessante. Essa ambivalência registra, de um lado, conservadorismo; apoio político ao império no formato de sátira que quer o riso benfazejo visando a correção dos vícios, e, de outro, modernidade; uma experiência precursora de publicação, com a valorização do cotidiano, que aponta para o futuro da reportagem jornalística.

Esse trabalho foi uma tentativa de apresentar as inovações técnicas e pioneiras da *Semana Ilustrada*, primeiro periódico a romper com a lógica de que publicações humorísticas tinham de ser efêmeras. Seguindo pesquisas anteriores, concordamos com o papel de destaque conferido ao editor Henrique Fleuß, cuja trajetória precursora conquistou recentemente a atenção de estudiosos da área do design. Ao mesmo tempo, procuramos dar a entender que a novidade trazida pela revista não se encerrou na dimensão técnica, mas residiu também na sua escolha de apresentação de conteúdo, bem como no empreendedorismo comercial ensejado pelo estabelecimento do Imperial Instituto Artístico, sob proteção da Casa Imperial.

---

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), orientada pela Professora Dra. Laura Nery. Bolsista CAPES. Email: [isabelammota@gmail.com](mailto:isabelammota@gmail.com). Endereço para  
<sup>1</sup> José Murilo de Carvalho, em sua obra sobre elite imperial, definiu etapas para sua análise. Ele demarca o período entre 1840 e 1853 como “Consolidação”, a época entre 1853 e 1871 como “Apogeu” e por fim, como “Declínio e Queda” de 1871 a 1889. Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo, Editora Record, 2003.

<sup>2</sup> CARDOSO, Rafael. “Projeto gráfico e meio editorial nas revistas ilustradas do Segundo Reinado”. In: KNAUSS, Paulo et al. (org.). *Revistas Ilustradas: modos de ler e ver o Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011, p. 11.

<sup>3</sup> A unificação dos estados alemães em um Estado-Nação só ocorre em 1871. Assim, acreditamos ser mais preciso referir-se a Fleuß como prussiano em vez de alemão.

<sup>4</sup> SOMMER, Frederico. *A Vida do botânico Martius*. São Paulo: Edições Melhoramentos, s.d., p. 7.

<sup>5</sup> Cf. FLEIUSS, Max. “Centenário de Henrique Fleuß”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1923, tomo 94, vol. 148.

- <sup>6</sup> CARDOSO, Rafael. “Projeto gráfico e meio editorial nas revistas ilustradas do Segundo Reinado”. In: KNAUSS, Paulo et al. (org.). Op. cit., p. 27.
- <sup>7</sup> Laura Nery faz notar que o preço do exemplar avulso pode ser considerado caro, uma vez que jornais diários costumavam ter valor dez vezes mais baixo. NERY, Laura. NERY, Laura. “As apoquentações do Dr. Semana. Aproximações e divergências entre Henrique Fleiüss e Angelo Agostini”. In: LUSTOSA, Isabel (org). *Cem anos de Angelo Agostini*, no prelo, 2014.
- <sup>8</sup> COSTA, Carlos. *A revista no Brasil do século XIX: A história da formação das publicações, do leitor e da identidade do brasileiro*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 234.
- <sup>9</sup> A *Semana Ilustrada* chamava a si própria de “jornal”. Neste trabalho entendemos a *Semana Ilustrada* como uma revista ilustrada, por considerá-la leitura complementar aos jornais quase diários, com que tanto dialogava em suas seções, como *Jornal do Commercio* (1859-1910), *Diário do Rio de Janeiro* (1821-1878) e *Correio Mercantil* (1848-1868). Todavia, concordamos com Ana Luiza Martins sobre o problema de tentar diferenciar jornal e revista: “Defini-la [a revista] como gênero de impresso esbarra nas fronteiras quase conjugadas às do jornal, periódico que lhe deu origem e do qual, no passado se aproximava tanto na forma – folhas soltas e in folio- como, por vezes, na disposição do conteúdo, isto é, seções semelhantes.” MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revistas: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República*. São Paulo: Edusp, 2001, p.43.
- <sup>10</sup> NERY, Laura Moutinho. *Caricatura: microcosmo da questão da arte na modernidade*. Tese de Doutorado, PUC-Rio, 2006, p. 104.
- <sup>11</sup> Cf. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Henrique Fleiüss: a função cívica e pedagógica da caricatura nas páginas da *Semana Ilustrada*”. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos P. das (org). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009, v.1, pp. 153-179.
- <sup>12</sup> ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. “A Trajetória de Henrique Fleiüss, da *Semana Ilustrada*: subsídios para uma biografia”. In: KNAUSS, Paulo et al. (org.), 2011. Op. cit, p. 56-57.
- <sup>13</sup> FERREIRA, Orlando da Costa. *Imagem e Letra: Introdução à Bibliologia Brasileira: A Imagem Gravada*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 1994, p.185.
- <sup>14</sup> FONSECA, Letícia Pedruzzi. “Henrique Fleiüss e sua produção gráfica brasileira no século XIX”. Disponível em: <http://www.ladht.com/site/wp-content/uploads/2013/03/Henrique-Fleiuss-e-sua-produ%C3%A7%C3%A3o-gr%C3%A1fica-brasileira-no-s%C3%A9culo-XIX..pdf>  
Acesso em 30 de julho de 2014.
- <sup>15</sup> *Semana Ilustrada*, Ano 03, N 129, 31/05/1863, p. 2.
- <sup>16</sup> ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. *História da fotoreportagem no Brasil*. A fotografia na imprensa do Rio de Janeiro de 1839 a 1900. Rio de Janeiro, Editora Campus, Elsevier, Edições Biblioteca Nacional, 2004, p. 129.
- <sup>17</sup> A gênese das fisiologias reside no momento em que as ciências sociais ainda guardavam pontos de contato com as ciências naturais, pautadas em mecanismos de descrição e classificação de fenômenos. Surgiram na primeira metade do século XIX, dentro do que Benjamin denominou de “literatura panorâmica”, coletâneas de fundo informativo cujo texto descritivo revelavam a observação da cidade. BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire. Um lírico no auge do capitalismo*, São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 34.
- <sup>18</sup> FONSECA, Letícia Pedruzzi. Op. cit., p. 4.
- <sup>19</sup> Cf. IPANEMA, Rogéria. “Título de Imperial e a produção de bens simbólicos: Imperial Instituto Artístico”. Disponível em: [http://www.cbha.art.br/coloquios/2010/anais/site/pdf/cbha\\_2010\\_Ipanema\\_Rogeria\\_art.pdf](http://www.cbha.art.br/coloquios/2010/anais/site/pdf/cbha_2010_Ipanema_Rogeria_art.pdf)  
Acesso em: 30 de julho de 2014.
- <sup>20</sup> Idem.
- <sup>21</sup> *Semana Ilustrada*, Ano 01, N. 48, Rio de Janeiro, 09/11/1861.
- <sup>22</sup> NERY, Laura. “Os sentidos do humor: Henrique Fleiüss e as possibilidades de uma sátira bem comportada”. In: KNAUSS, Paulo et al. (org.). Op. cit., 2011, p. 187.
- <sup>23</sup> IPANEMA, Rogéria. Idem.
- <sup>24</sup> ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. Op. cit., p. 132.
- <sup>25</sup> ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. Op. cit., p. 138.
- <sup>26</sup> FONSECA, Letícia Pedruzzi. Op. cit., p. 10.
- <sup>27</sup> MOREL, Marco. BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: O surgimento da imprensa no Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 90.
- <sup>28</sup> Citação ao primeiro número da revista, que dizia na capa iniciar uma viagem humorística à América Meridional. *Semana Ilustrada*, Ano 01, N. 01, Rio de Janeiro, 16/12/1860.
- <sup>29</sup> NERY, Laura. Os sentidos do humor: Henrique Fleiüss e as possibilidades de uma sátira bem comportada. In: KNAUSS, Paulo et al. (org.). Op. cit., p. 177.

**“¡Argentinos, a las armas!”:**

**Luta Armada, Internacionalismo e Latino-Americanismo na Trajetória do *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP) da Argentina**

Izabel Priscila Pimentel da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:**

O presente artigo tem por objetivo elucidar a trajetória de uma das principais organizações revolucionárias atuantes na Argentina ao longo da década de 1970: o *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP). Nosso foco principal reside na análise das tentativas do ERP de efetivar um internacionalismo revolucionário na América do Sul, através da formação da *Junta de Coordinación Revolucionaria* (JCR), organização que reuniu, ao lado dos revolucionários argentinos, três dos grupos guerrilheiros sul-americanos mais significativos.

**Palavras-Chave:** ERP – Luta Armada – Internacionalismo.

**Abstract:**

This article aims to elucidate the trajectory of one of the main revolutionary organizations active in Argentina during the 1970's: the *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP). In this paper, our main focus lies on the analysis of ERP attempts to effect a revolutionary internationalism in South America, through the formation of *Junta de Coordinación Revolucionaria* (JCR), an organization that gathered alongside the Argentine revolutionaries, three of the most significant South American guerrilla groups.

**Key-Words:** ERP – Armed Struggle – Internationalism.

**Introdução**

As décadas de 1960 e 1970 na Argentina – e na América do Sul, de forma geral – foram marcadas por uma onda avassaladora de intensos movimentos de contestação à ordem vigente, inseridos num contexto mundial onde a ideia de *revolução* – política, econômica, cultural, pessoal – ganhava corações e mentes.

As universidades, o movimento estudantil, o cinema, a música, a psicanálise, as artes plásticas, o teatro estavam em plena efervescência. Além disso, o movimento operário argentino também alcançara seu mais alto grau de mobilização e radicalização, demonstrados, sobretudo, no 1º *Cordobazo* (1969) e no 2º *Cordobazo* (1971) – movimentos de ampla repercussão em que os operários de Córdoba, província do norte argentino, deflagaram

greves, ocuparam fábricas, tomaram as ruas e enfrentaram a polícia, conquistando o apoio de diversos setores da população e abalando, de forma radical, a legitimidade do governo.

No contexto em que as formas tradicionais de fazer política eram cada vez mais questionadas, os grupos da esquerda armada também desempenharam papel significativo na política argentina. Sobretudo após a vitória da Revolução Cubana em 1959, a América Latina seria incendiada por uma nova corrente revolucionária: o *castrismo-guevarismo*. Essas organizações revolucionárias, inspiradas, em sua maioria, no líder revolucionário *Che* Guevara, defendiam o caráter socialista da revolução na América Latina – em oposição ao molde do comunismo stalinista e sua concepção evolucionista do processo histórico – e a luta armada como a principal forma de combate nos países do continente.

Segundo Pablo Pozzi, a década de 1970, em especial, assistiu à ascensão de grupos guerrilheiros que, além das ações armadas, desenvolveram um trabalho de massas, tanto legal como ilegal: “Así fueron organizaciones con prensa legal, agrupaciones sindicales, estudiantiles y campesinas, e inclusive, em algunos casos, lograron tener representantes parlamentarios”.<sup>2</sup> Na Argentina, este seria o caso das duas principais organizações da esquerda armada: os *Montoneros*<sup>3</sup> e o *Partido Revolucionario de los Trabajadores-Ejército Revolucionario del Pueblo* (PRT-ERP), cuja trajetória apresentaremos a seguir.

### **Os Combatentes: O *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP)**

*“El Ejército Revolucionario del Pueblo convoca a todos los patriotas a asumir sus responsabilidades, a ocupar su puesto de lucha en nuestra Guerra Revolucionaria del Pueblo (...) ¡A Vencer o Morir por la Argentina!”*  
Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP)<sup>4</sup>

As origens do *Ejército Revolucionario del Pueblo* remontam à formação, em 1963, da *Frente Único FRIP-PO*, composta pela *Frente Revolucionario Indoamericanista Popular* (FRIP) e pela *Palabra Obrera* (PO). A FRIP, dirigida pelos irmãos Asdrúbal e Mario Roberto Santucho e politicamente heterogênea, era integrada por estudantes, intelectuais e, sobretudo, trabalhadores do noroeste argentino (em especial nas províncias de Santiago del Estero e Tucumán). Já a PO era uma organização de matriz trotskista, dirigida por Nahuel Moreno e com presença entre estudante e operários nas províncias de Buenos Aires, Córdoba, Tucumán e Rosário. Apesar de suas significativas diferenças, as duas organizações avançaram em um processo de fusão que se concretizou em 25 de maio de 1965, quando fundam o *Partido Revolucionario de los Trabajadores* (PRT).

Entre 1965 e 1970, o PRT enfrentou uma série de disputas e “rachas”, cujo cerne referia-se à deflagração da luta armada, proposta defendida por Mario Roberto Santucho e rejeitada pelo grupo ligado a Nahuel Moreno. Em 1968, às vésperas do IV Congresso do PRT, a disputa culminaria no rompimento da corrente liderada por Moreno. Santucho assumiria a direção geral do PRT, na qual permaneceu até sua morte em 1976. No V Congresso do PRT, realizado em julho de 1970, o tema da luta armada – que tinha sido o responsável pelos “rachas” dentro da organização – tornou-se uma preocupação central. A saída do grupo de Moreno, no entanto, não pôs fim aos conflitos internos. Contudo, a corrente liderada por Santucho conseguiu afastar do partido as outras correntes que criticavam a ênfase na questão militar. Assim sendo, uma das principais resoluções do V Congresso do PRT foi a fundação do *Ejército Revolucionário del Pueblo* (ERP).

Nos primeiros anos da década de 1970, o PRT-ERP configurou-se como a organização da esquerda revolucionária com maior destaque no cenário político argentino – fora da órbita peronista – e como a mais ativa em ações militares. Nesse sentido, o *Ejército Revolucionário del Pueblo*, vinculado ao PRT, iniciou uma campanha de operações militares de grande envergadura, que envolveram capturas de diplomatas e empresários estrangeiros e expropriações de armas e dinheiro. A partir de 1974, o ERP estabeleceu uma frente militar na província de Tucumán, com a *Companhia Jamón Rosa Jimenez*, que, aliada à luta de massas, deflagraria a guerrilha rural no noroeste argentino.

Concomitantemente ao incremento das ações armadas, o PRT-ERP desenvolveu uma intensa atividade de agitação e propaganda. Segundo a historiadora Marina Rocha, o jornal *El Combatiente*, órgão de difusão do PRT, foi criado em 1968 como “instrumento de formação de militantes de vanguarda, (...) dirigido a setores ativos politicamente e distribuído em clandestinidade, excetuando os períodos de junho a setembro de 1973, no qual, aproveitando a legalidade, foi vendido em vias públicas”.<sup>5</sup> Ainda de acordo com a autora, este periódico difundia “a necessidade do Partido e do Exército Revolucionário, remetendo-os ao papel de vanguarda na luta política, canalizando o potencial revolucionário e propagando as ideias socialistas para impulsionar as massas”.<sup>6</sup> Já o *Estrella Roja*, publicado entre 1970 e 1977, era o órgão de divulgação do ERP “para propagandear a Revolução e vincular a guerrilha ao povo”.<sup>7</sup> Com exceção do breve período de legalidade em 1973, durante a presidência de Hector Cámpora, o jornal era distribuído clandestinamente na porta das fábricas e nas ruas. Além de descrever as operações militares bem sucedidas do ERP, *Estrella Roja* incentivava a população a aderir à luta armada, valorizava a figura do guerrilheiro latino-americano e defendia a necessidade de um exército revolucionário no combate às classes dominantes, à



repressão das Forças Armadas e ao imperialismo dos Estados Unidos. Os periódicos *El Combatiente* e *Estrella Roja* alcançaram a tiragem de mais de dez mil exemplares, durante o período de legalidade em 1973, e mantiveram uma boa regularidade mesmo durante o longo período em que organizações que lhes deram origem estiveram proscritas.

Ao longo da década de 1970, com milhares de militantes, distribuídos em células por diversas cidades argentinas, o ERP alcançou o patamar de uma das mais importantes e ativas organizações revolucionárias atuantes na Argentina. E como tal atraiu o olhar das forças repressivas, em especial após a criação, em 1974, da Aliança Anticomunista Argentina, mais conhecida como *Triple A*, uma organização de extrema-direita, que liderou uma série de perseguições e assassinatos políticos e atuou particularmente no governo de “Isabelita” Perón (1974-1976). A repressão recrudesceu após o golpe de Estado deflagrado em março de 1976, quando a Junta Militar composta pelos comandantes-em-chefe das três Forças Armadas – o general Jorge Rafael Videla, o almirante Emilio Eduardo Massera e o brigadeiro Orlando Ramón Agosti – assumiu o governo e iniciou a ditadura militar mais violenta e transformadora da história argentina. O *terrorismo de Estado* – planejado e executado pelas três armas – incluiu seqüestros, detenções, torturas, execuções e “desaparecimentos”, deixando um saldo de cerca de trinta mil mortos e/ou desaparecidos na Argentina.

Logo após o golpe, no editorial publicado no jornal *El Combatiente*, Mario Roberto Santucho, líder do PRT-ERP, proclamava a população: “¡Argentinos, a las armas!”. Segundo o editorial, iniciava-se um período de “guerra civil generalizada” na Argentina, que culminaria na derrubada da ditadura e situaria o povo argentino “en las puertas del socialismo”.<sup>8</sup>

No entanto, com o refluxo dos movimentos de massas, o recrudesimento da repressão e o aumento das prisões, “desaparecimentos” e mortes, inclusive do líder do ERP, Mario Roberto Santucho, a organização foi praticamente aniquilada na Argentina. Os remanescentes decidiram partir para o exílio, sobretudo para a Europa. No exterior, um longo processo de autocríticas, “rachas”, redefinições e fragmentações levaria à extinção do ERP.<sup>9</sup>

### **Internacionalismo e Latino-Americanismo na Trajetória do ERP**

*“A la estrategia internacional del imperialismo corresponde la estrategia continental de los revolucionarios”.*  
Junta de Coordinación Revolucionaria (JCR)<sup>10</sup>

A trajetória política do *Ejército Revolucionario del Pueblo* da Argentina esteve relacionada com a de outros importantes grupos guerrilheiros de *nuestra America*. Estas

organizações, apesar de suas especificidades, também possuíam similitudes teóricas e práticas e, além disso, procuraram estabelecer articulações guerrilheiras, esboçando tentativas (na maioria dos casos, fracassadas) de efetivar um internacionalismo revolucionário na região. Nesse sentido, a união do ERP com outras três organizações da esquerda armada sul-americana, através da formação da *Junta de Coordinación Revolucionária* (JCR), representou o auge do internacionalismo revolucionário na América Latina na segunda metade do século XX.

No contexto latino-americano, as propostas de internacionalismo revolucionário, próprias do socialismo, ganharam forte ímpeto após a vitória da Revolução Cubana em 1959. A vitória dos “barbudos” de *Sierra Maestra* inspirou fortemente as esquerdas latino-americanas. Acima de tudo, a Revolução Cubana tornou-se um modelo a ser seguido. Já em Cuba, como analisou Denise Rollemberg, tornou-se primordial a questão de *exportar a revolução*, não só numa perspectiva de internacionalismo revolucionário, mas também, e sobretudo, como forma de sobrevivência e consolidação da revolução na própria ilha.<sup>11</sup>

O maior símbolo ou aquele que melhor encarnou a proposta de *exportação da revolução* foi Ernesto “Che” Guevara. Após consagrar-se como um dos principais líderes da Revolução Cubana e depois de passar anos morando em Cuba, “Che” renunciou seus cargos no alto comando do novo governo cubano para levar a revolução a outros povos. Em 1965, Guevara deixou Cuba e partiu em uma missão clandestina para dirigir um grupo de cubanos que apoiavam os revolucionários no Congo. Contudo, a iniciativa fracassou. Já em 1966, partiu rumo à selva boliviana, onde esperava contar com o apoio dos camponeses. No ano seguinte, fundou, na Bolívia, o Ejército de Liberación Nacional (ELN), no qual militavam bolivianos, cubanos e peruanos, dispostos a espalhar a revolução pela América do Sul. Após intensos combates, em condições cada vez mais adversas, a guerrilha fracassou e Guevara foi finalmente capturado em 08 de outubro de 1967. Ao ser interrogado sobre sua nacionalidade, respondeu: “Sou cubano, argentino, boliviano, equatoriano...”. No dia seguinte, foi assassinado. Morria o maior símbolo do guerrilheiro sem pátria, da revolução sem fronteiras.

Apesar de sua morte e do fracasso de seu projeto revolucionário internacionalista, as palavras, as ideias, o exemplo de “Che” Guevara e sua perspectiva de uma revolução para além das fronteiras nacionais continuaram vivos nos corações e mentes dos revolucionários latino-americanos. Em mensagem enviada à Conferência tricontinental, Guevara incentivou a criação de “dois, três, muitos Vietnãs” e conclamou os grupos armados da América Latina a “*formar uma espécie de Junta de Coordenação para tornar mais difícil a tarefa repressiva do imperialismo ianque e facilitar a própria causa*”.<sup>12</sup>

O ponto de partida para a formação de uma “junta de coordenação” entre grupos da esquerda sul-americana foi o contato com os sobreviventes cubanos do Ejército de Liberación Nacional da Bolívia, que, após o fracasso da guerrilha guevarista, conseguiram chegar (clandestinamente) ao Chile, onde receberam todo o apoio dos principais grupos da esquerda chilena, em especial do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR).<sup>13</sup> Desde então, os militantes do ELN mantiveram contatos sistemáticos os *miristas* chilenos e com militantes de outras organizações da esquerda armada sul-americana, como os uruguaios do *Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros* e os argentinos do *Ejército Revolucionário del Pueblo* (ERP).

No final de 1972, a sintonia entre estas organizações, que já se consideravam “hermanas”, começou a ganhar contornos de formalização. Em novembro daquele ano, reuniram-se em Santiago as principais lideranças do MIR, do ERP e do MLN-Tupamaros. Foi então criada a *Junta de Coordinación Revolucionaria* (JCR), que deveria ser a concretização da visão estratégica de “Che” Guevara. Em uma segunda reunião realizada em junho de 1973, desta vez na cidade argentina de Rosário, o ELN da Bolívia – que até então só mantinha conversas bilaterais com as outras três organizações, mas contava com grande prestígio e força simbólica por ser representante da guerrilha iniciada pelo próprio Guevara – foi formalmente integrado à recém-fundada Junta de Coordinación Revolucionaria.<sup>14</sup>

Após os golpes militares no Uruguai (1973), no Chile (1973) e na Argentina (1976) e a efetivação do *Plano Condor* – uma aliança secreta entre os governos militares de Uruguai, Paraguai, Bolívia, Argentina e Brasil, que consolidou a internacionalização da repressão – as organizações membros da JCR foram duramente atingidas e seus militantes remanescentes partiram para o exílio, espalhando-se pela Europa, México e Cuba. Entre 1976 e 1977, intentou-se reorganizar a Junta de Coordinación Revolucionaria no exílio, através de comitês organizados pelos militantes exilados primeiramente na Europa e depois no México. Mas as tentativas de reorganização fracassaram e as organizações que integravam a Junta acabaram fragmentadas e desarticuladas.

As organizações revolucionárias que integraram a JCR acreditavam que iniciariam, nos anos 1970, uma segunda independência na América Latina. Nesse caso, ao contrário do que ocorreu no passado colonial, a luta não seria contra o Império espanhol, mas contra um inimigo em comum: o imperialismo estadunidense. Nesse sentido, as publicações e documentos internos destes grupos guerrilheiros resgatavam as figuras emblemáticas dos *libertadores da América* no século XIX, com destaque para José de San Martín, José Artigas e Simón Bolívar.

O *Partido Revolucionário de los Trabajadores - Ejército Revolucionario del Pueblo* (PRT-ERP), por exemplo, recorrentemente resgatava o passado de lutas anticoloniais da América Latina nas páginas de seu periódico *El Combatiente*:

Las luchas actuales de nuestro pueblo contra la opresión fascista y por la liberación nacional son continuidad de la gran gesta libertadora que San Martín dirigió como patriota y militante de la libertad. Nuestro Partido recoge su ejemplo, de conductor político y militar, de genial organizador y dirigente del pueblo em armas.<sup>15</sup>

A alusão às lutas anticoloniais na América espanhola também se fazem presentes nos documentos produzidos pelo MLN-Tupamaros. Em 1973, por exemplo, em uma declaração conjunta com o PRT-ERP publicada no exílio afirmava-se:

El MLN y el ERP nacieron como organizaciones guerrilleras del seno de los pueblos uruguayo y argentino. La similitud de su lucha y su programa la has ido uniendo cada día más, y a ambas con el MIR chileno en esta guerra de la Segunda Independencia, reviviendo la indestructible y centenaria unidad de nuestros pueblos, que aliados y organizados libraron triunfalmente la guerra de la Primera Independencia contra la dominación colonial española y el régimen de servidumbre y esclavitud que oprimía a nuestros pueblos. Ahora continuamos esa lucha contra los enemigos de hoy, el imperialismo yanqui y el bárbaro sistema de explotación capitalista, bajo la advocación del Comandante Guevara, héroe y precursor de la revolución socialista continental.<sup>16</sup>

A Junta de Coordinación Revolucionaria, organização internacionalista integrada pelo PRT-ERP argentino, o MIR chileno, o MLN-Tupamaros uruguaio e o ELN boliviano, também encarava a proposta revolucionária dos guerrilheiros sul-americanos da década de 1970 como uma segunda independência da América espanhola. Em fevereiro de 1974, quando do anúncio público de sua criação, a JCR distribuiu o comunicado *A los pueblos de América Latina*, onde assim definia os significados da formação desta organização:

Este importante paso es la concreción de una de las principales ideas estratégicas del comandante Che Guevara, héroe, símbolo y precursor de la revolución socialista continental. Es también significativo paso que tiende a retomar la tradición fraternal de nuestro pueblos que supieron hermanarse y luchar como un solo hombre contra los opresores del siglo pasado, los coloniales españoles.<sup>17</sup>

No entanto, a trajetória da JCR foi marcada pelo controle e repressão das ditaduras que se espalharam pela América do Sul ao longo da segunda metade do século XX. Na realidade, a criação da *Junta de Coordinación Revolucionaria* representou, por um lado o auge do internacionalismo revolucionário no Cone Sul, mas, por outro lado, o momento mais limitado para a institucionalização deste internacionalismo através da fundação de uma organização que defendia a revolução para além das fronteiras nacionais.

Além disso, os conflitos internos das organizações membros da JCR, que dissolveram seus laços de cooperação, foram determinantes para a desagregação da organização. Mas não foram somente os conflitos *dentro* destas organizações que se configuraram como fatores preponderantes para o fracasso da experiência internacionalista da JCR. Nesse sentido, podemos aferir que o discurso e prática internacionalistas das organizações armadas do Cone Sul não foram capazes de superar as divergências presentes *entre* elas, o que também contribuiu para o fracasso da experiência da Junta.

Aníbal Garzón afirma que, pela realidade da estrutura da organização, poderíamos mudar o nome da JCR de Junta de *Coordinación* Revolucionaria para Junta de *Subordinación* Revolucionaria.<sup>18</sup> Isso porque teria se construído dentro da organização uma hierarquia de poder, na qual as decisões do ERP definiam os rumos da revolução. Segundo Aldo Marchesi, o ERP elaborou um diagnóstico crítico das outras três organizações e promoveu as mudanças e guinadas que julgava necessárias na trajetória política de seus *hermanos*. Na ótica dos guerrilheiros argentinos, os Tupamaros revelavam uma debilidade ideológica e não haviam superado o nacionalismo dos “democratas revolucionários”. O MIR era acusado de falta de “proletarização” e indecisão de deflagrar a luta armada. O ELN, por sua vez, era questionado pelo seu “foquismo”, pela falta de inserção nos setores proletários e por ser uma guerrilha sem política. Assim sendo, o processo de internacionalização foi concebido, de certa forma, através da homogeneização ideológica proposta pelo ERP.<sup>19</sup>

Eleuterio Fernández Huidobro, um dos fundadores e principais dirigentes dos Tupamaros durante as décadas de 1960 e 1970, apontou a *colonização ideológica* sofrida pelos “tupas” diante do MIR chileno e, sobretudo, do PRT-ERP argentino como um dos principais fatores responsáveis pela derrota do projeto revolucionário da organização uruguaia.<sup>20</sup> Luis Mattini, que assumiu a direção do PRT-ERP após a morte de Santucho em 1976, relembra que Santucho reforçava as afinidades políticas e ideológicas entre o PRT-ERP e o MIR em detrimento dos Tupamaros:

Santucho le dice: “(...) nosotros tenemos la mayor afinidad con el MIR chileno, porque el MIR es un partido marxista-leninista y los tupas todavía no dejaron de ser nacionalistas”. (...) Porque para Santucho y la estructura del PRT, los tupas eran una maravilla de gente pero tenía una flojera, no eran marxistas, no eran proletarizados, y nuestro deber, nuestro deber revolucionario, era dar la lucha ideológica para que se hicieran marxistas.<sup>21</sup>

Esta não é a visão de Daniel de Santis, outro ex-militante do PRT-ERP. Para ele, a organização argentina não considerava os Tupamaros pequeno-burgueses. Por outro lado,

ainda segundo Santis, os “tupas” nunca se reivindicaram marxistas e por isso seria natural que Santucho afirmasse ter mais diferenças com os uruguaios que com os chilenos do MIR. Ainda assim, o PRT-ERP não teria orientado nenhuma homogeneização ideológica.<sup>22</sup>

O fato é que, ao contrário do que ocorreu com as outras três organizações, o ERP manteve uma posição privilegiada durante o período de desenvolvimento da JCR, em especial devido ao fato da Argentina, entre 1973 e 1976, ter gozado de uma relativa liberdade democrática. Nesse contexto, o ERP era a mais rica das organizações que integravam a JCR, sobretudo após algumas capturas de executivos/empresários estrangeiros, cujos resgates eram destinados, em grande parte, para os projetos da Junta.

Assim sendo, o nível de desenvolvimento da experiência da JCR era diretamente proporcional ao aumento do nível de influência do ERP dentro da Junta:

La disparidad de recursos, la cantidad de cuadros formados, el menor peso de la represión y una imagen de relativo éxito en su accionar hasta el año 75 aseguró al PRT-ERP una presencia sin contrapesos en la JCR. A diferencia de las otras organizaciones que habían sufrido importante derrotas el PRT-ERP se mostraba como una organización en ascenso y eso le generaba respeto entre varios de los militantes de los otros países que sufrían los avances de los regimenes dictatoriales.<sup>23</sup>

As significativas divergências entre as organizações que integraram a *Junta de Coordinación Revolucionaria* exacerbaram-se durante o exílio dos militantes destas organizações revolucionárias, obrigados a abandonar o Cone Sul diante da intensificação da repressão das ditaduras militares sul-americanas.

Ao recuperar os caminhos e descaminhos da esquerda armada no Cone Sul, e mais especificamente da *Junta de Coordinación Revolucionaria*, procuramos não só resgatar uma parte importante da história recente da América do Sul, mas também interpretar a dinâmica interna dos grupos de esquerda que atuaram ao longo das décadas de 1960 e 1970, buscando reconstruir as propostas, discussões e motivações que nortearam a ação destas organizações.

Nos últimos anos, muitos pesquisadores têm se dedicado a analisar os intercâmbios entre os governos militares e os órgãos de repressão do Cone Sul, contemplando, sobretudo, a chamada Operação Condor. No entanto, o mesmo não acontece referente à integração dos grupos da esquerda armada da região. Ao privilegiar os cenários nacionais, muitos estudos ofuscam os intercâmbios internacionais e acabam por menosprezar os projetos revolucionários que transcenderam fronteiras. Assim sendo, acreditamos que nosso trabalho poderá contribuir para a análise da perspectiva de internacionalismo revolucionário defendida por importantes organizações revolucionárias da América do Sul.

<sup>1</sup> Doutoranda em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF) sob orientação da prof<sup>a</sup> dr<sup>a</sup> Samantha Viz Quadrat; Mestre em História Social também pela UFF; Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); professora de História da América da Universidade Castelo Branco (UCB). E-mail: belprisk@hotmail.com

<sup>2</sup> POZZI, Pablo A. & PÉREZ, Claudio. (orgs). *Por el camino del Che: Las guerrillas latinoamericanas (1959-1990)*. Buenos Aires, Imago Mundi, 2011, p. XVII.

<sup>3</sup> Os *Montoneros* surgiram em 1973, fruto da junção das Forças Armadas Revolucionárias (FAR) – uma dissidência do Partido Comunista – e dos “antigos” *Montoneros*, originários da direita nacionalista e de grupos social-cristãos. Autodefinidos como vanguarda revolucionária, defendiam a revolução popular contra o imperialismo e seus agentes internos. Utilizaram a figura de Juan Domingo Perón no exílio, apresentando-se como intérpretes de seu pensamento, incentivados pelo próprio líder, conquistando a simpatia das correntes que o apoiavam. Cf. GILLESPIE, Richard. *Soldados de Perón*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2008.

<sup>4</sup> EJÉRCITO REVOLUCIONARIO DEL PUEBLO. “programa del ERP”. *Estrella Roja*, nº 01, abril de 1971. Hemeroteca do Centro de Documentación e Investigación de la cultura de Izquierdas em Argentina (Cedinci/ Buenos Aires).

<sup>5</sup> ROCHA, Marina Maria de Lira. “O Homem, o Papel e a Estrela: De como o Exército Revolucionário do Povo escreveu aos argentinos”. *Revista Dia-logos*. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, nº 4, outubro de 2010, p. 73.

<sup>6</sup> *Idem*, p. 74.

<sup>7</sup> *Idem*, p. 77.

<sup>8</sup> *El Combatiente*, nº 210, 31 de março de 1976. Hemeroteca do Centro de Documentación e Investigación de la cultura de Izquierdas em Argentina (Cedinci/ Buenos Aires).

<sup>9</sup> Para saber mais sobre o ERP argentino, ver, entre muitos outros: CARNOVALE, Vera. *Los Combatientes: Historia del PRT-ERP*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011; MATTINI, Luis. *Hombres e mujeres del PRT-ERP: la pasión militante*. La Plata: Editorial de la Campana, 1995; POZZI, Pablo. *Por las sendas argentinas... El PRT-ERP. La guerrilla marxista*. Buenos Aires: Eudeba, 2001.

<sup>10</sup> JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “A los pueblos de América Latina, declaración constitutiva da JCR”, *Che Guevara* – órgão da JCR, nº 1, edição em espanhol, 01 de novembro de 1974, p. 3.

<sup>11</sup> A partir de 1967, Fidel Castro consolidou o caminho de aproximação com a União Soviética – que se opunha às tentativas de desencadeamento da revolução na América Latina – e assumiu a construção do socialismo em um só país. Ambiguamente, no entanto, Fidel Castro também incentivava a impulsão da revolução pelo chamado Terceiro Mundo. Cf. ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001, p. 14-16.

<sup>12</sup> GUEVARA, Ernesto “Che”. “Mensagem aos povos da Tricontinental” (1967). In: LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. 2ª edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 305. Grifos nossos.

<sup>13</sup> A partir de 1970, quando o socialista Salvador Allende assumiu a presidência da República, o Chile, além de um lugar de refúgio, sobretudo em vista das várias ditaduras militares que já se espalhavam pela América do Sul, tornou-se um espaço fundamental de trocas políticas para os militantes da esquerda armada sul-americana.

<sup>14</sup> MARCHESI, Aldo. “Geografías de la protesta armada, guerra fría, nueva izquierda y activismo transnacional en el cono sur: o ejemplo de la Junta de Coordinación Revolucionaria (1972-1977)”. Disponível em: <[http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/2j\\_marchesi.pdf](http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/2j_marchesi.pdf)>. Acessado em 05/09/2011, p. 8

<sup>15</sup> *El Combatiente*, nº 260, 21 de fevereiro de 1978. Hemeroteca do Centro de Documentación e Investigación de la cultura de Izquierdas em Argentina (Cedinci/ Buenos Aires).

<sup>16</sup> MNL-Tupamaros e PRT-ERP. “Ante el asesinato en la tortura de los compañeros Gerardo Alter y Walter Arteche”, agosto de 1973. Archivo CEIU/UEDELAR (Montevideú), Colección David Cámpora, Fondo MNL Exterior, Série Balances e Informes.

<sup>17</sup> JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “A los pueblos de América Latina, declaración constitutiva da JCR”, *Revista Che Guevara* – órgão da JCR, nº 1, 01 de novembro de 1974, p. 3.

<sup>18</sup> GARZÓN, Aníbal. “La Junta de Coordinación Revolucionaria y la Operación Condor: Dialéctica de la cooperación Cono Sur”. Centro de Documentación de los Movimientos Armados (CEDEMA). Disponível em: <[http://www.cedema.org/uploads/4778\\_1\\_junta\\_de\\_coordinacion\\_rev.pdf](http://www.cedema.org/uploads/4778_1_junta_de_coordinacion_rev.pdf)> Acessado em 05/09/2011. p. 18.

<sup>19</sup> MARCHESI, Aldo. *op. cit.* p. 13.

<sup>20</sup> HUIDOBRO, Eleuterio Fernández. *Historia de los Tupamaros: En La Nuca (Acerca de las Autocríticas)*. Montevideú: Banda Oriental, 2001.

<sup>21</sup> Entrevista de Luis Mattini concedida à autora. Buenos Aires, 13 de abril de 2014.

<sup>22</sup> SANTIS, Daniel de. *Entre tupas y perros: um debate com Eleutério Fernandez Huidobro y Luis Mattini sobre Tupamaros y el PRT-ERP*. 2ª edição. Buenos Aires: R y R, 2009.

<sup>23</sup> MARCHESI, Aldo. *op. cit.* p. 13.

## **A Câmara de Pitangui e a conformação da elite local (1715-1760)**

Izabella Fátima Oliveira de Sales

Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora

Professora do Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET/ MG

Professora Orientadora: Mônica Ribeiro de Oliveira

Órgão Financiador: CAPES

E-mail: izabellaieps@yahoo.com.br

### **Resumo**

O presente trabalho tem como objetivo realizar algumas reflexões sobre o processo de conformação da Câmara da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Pitangui (MG), analisando o papel dessa instituição para o estabelecimento da ordem social na região durante a primeira metade do século XVIII. Tal abordagem nos leva também a questionar sobre o significado da ocupação de cargos no governo da municipalidade para o processo de definição da hierarquia social em regiões de fronteira.

### **Abstract**

The present study aims to conduct some reflections on the constitution of the *Câmara da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Pitangui (Minas Gerais/Brazil)*, analyzing the role of this institution for the establishment of social order in the region during the first half of the eighteenth century. This approach also raises questions about the meaning of job positions in the government of the municipality to the process of defining the social hierarchy in border regions.

### **Alguns apontamentos historiográficos**

O presente artigo tem como objetivo analisar o papel da ocupação de cargos camarários no processo de constituição da elite de Pitangui – MG, na primeira metade do século XVIII.

O esforço de tentar compreender a dinâmica da hierarquização social em uma região de fronteira, onde a distância com relação às esferas administrativas do poder metropolitano provocava o desrespeito às regras definidas pela Coroa, a propagação da



violência e fortalecia a ação de potentados locais, como era o caso do termo de Pitangui, nos leva a realizar uma breve análise sobre o contexto de ocupação e povoamento daquela região, assim como as características da relação que se estabeleceu entre seus moradores- especialmente os membros da elite – e o poder metropolitano.

A história da Vila de Pitangui está ligada ao processo de desbravamento e ocupação do sertão do oeste mineiro “dimensionado pelas nascentes do São Francisco e do rio da Prata.”<sup>1</sup> A exploração desse território teve início ainda no século XVII, devido às atividades agropastoris, ao aprisionamento de índios e à exploração aurífera, onde se destacam paulistas, fazendeiros e vaqueiros de gado oriundos dos caminhos da Bahia, como principais agentes dessa empreitada. Na medida em que os povoadores estabeleceram os primeiros arraiais na região de Pitangui, iniciou-se um esforço de intensificar a exploração do sertão oeste e expandir as fronteiras agropastoris, verificando-se assim, o avanço das terras municipais em direção ao referido espaço geográfico.<sup>2</sup>

Segundo Carrara<sup>3</sup>, a região de Pitangui se diferenciaria dos primeiros núcleos mineradores- Mariana, Ouro, Preto, Sabará e Caeté- na medida em que a exploração aurífera naquelas paragens teria se extinguido muito precocemente, sendo substituída pelas atividades agropastoris. Neste sentido, a Vila de Pitangui representaria um núcleo urbano típico da região dos Currais Del'Rei.

Os denominados Currais Del'Rei eram compostos por vilas e arraiais onde ainda nos primeiros anos de conquista e ocupação do território mineiro, teriam sido descobertos veios auríferos, o que provocou um rápido processo de ocupação. Tais núcleos populacionais se localizavam próximos à região das Minas, onde a extração de ouro era bem mais intensa e aos afluentes do Rio São Francisco, como o Rio Paraopeba e Pará. Este último fator, somado à existência de bons pastos, levou a Coroa a estabelecer Registros nestes locais para taxar as mercadorias que circulavam naquela região - especialmente os rebanhos oriundos dos Currais da Bahia- o que acabou estimulando o desenvolvimento da pecuária voltada para o abastecimento das regiões mineradoras<sup>4</sup>.

Alguns aspectos aproximam os Currais Del'Rei e seu entorno do contexto característico das Minas, como a presença de instituições representativas do poder reinol, o estabelecimento de relações com os principais núcleos mineradores, a saber, Sabará, Vila Rica e a Vila do Ribeirão do Carmo, além do envolvimento de alguns grupos nos motins provocados pela cobrança do quinto. Entretanto, essas paragens também apresentavam

características comuns às regiões dos Currais, como a baixa densidade demográfica, os conflitos pela posse da terra e a grande importância que a atividade agropecuária representava para as economias locais<sup>5</sup>.

Os motins relacionados à cobrança de tributos por parte da Coroa e a atuação de potentados locais que frequentemente impunham regras muitas vezes contrárias aos desígnios metropolitanos, foram elementos frequentes no termo de Pitangui e essas práticas podem ser associadas à ideia de sertão como região marcada pela fragilidade da ação das autoridades representativas do poder reinol<sup>6</sup>. Entretanto, isso não significa que o conceito de sertão se reduza à dicotomia entre bárbaro e civilizado, que muitas vezes marcou o discurso das autoridades representativas do poder reinol durante o período colonial e permeia muitas análises historiográficas dedicadas ao estudo das regiões de fronteira.

O trabalho de Gruzinski sobre a formação das sociedades coloniais no Novo Mundo é importante para refletirmos sobre o conceito de sertão. Isso porque, em sua análise, durante o processo de colonização, a relação que se estabeleceu entre as culturas se baseava na hibridação, ou seja, os grupos conquistados encontravam brechas para fortalecer e transmitir seus símbolos sociais, ao mesmo tempo em que a cultura ocidental dava abertura para elementos culturais diferentes.<sup>7</sup> Dessa forma, contraposições rígidas entre grupos tidos como civilizados e incivilizados, ordenados e desordenados, mostram-se insuficientes para compreender as dinâmicas de relações que marcaram a conformação dos sertões.

No caso do Brasil, o termo sertão era utilizado desde o período colonial para definir regiões de povoações escassas, distantes do litoral; onde predominavam o estabelecimento de uma ordem privada, cujas relações sociais e políticas tinham como base o direito costumeiro. Dessa maneira, devido às dificuldades enfrentadas pelas autoridades locais para estabelecer a ordem pública em tais paragens, as populações locais passaram a ser consideradas como insubordinadas e violentas.<sup>8</sup>

Entretanto, é preciso salientar que, segundo Jesus, as representações sobre o universo sertanejo têm raízes em contextos de conflitos, neste sentido, os atributos de insubordinação e violência não podem ser considerados apenas para as populações fronteiriças.<sup>9</sup>

Essa perspectiva reducionista marcou a trajetória do sertão oeste mineiro, o que poderia explicar porque as autoridades metropolitanas definiam a região do termo de Pitangui como terra de *gente intratável*. Salientamos que nossa pesquisa se dedica ao momento de ocupação da região, onde realmente a definição dos lugares de mando e o estabelecimento das instituições representativas do poder reinol ocorreram de forma bastante conturbada, caracterizando assim, um ambiente de destacada violência. Contudo, partimos do pressuposto de que as estratégias dos homens do sertão para ocupar espaços privilegiados numa sociedade hierarquizada não se reduziam apenas ao enfrentamento, na medida em que havia significativos espaços para negociações tanto com as autoridades metropolitanas quanto com os diversos grupos sociais.

Não é possível precisar o momento em que ocorreram os primeiros achados auríferos no termo de Pitangui, mas, provavelmente o processo teria se iniciado ainda na primeira década de 1700 e seria fruto da prática de mineração clandestina comum entre pobres, forros, escravos e jornaleiros que buscavam explorar montanhas e encostas independentemente da exclusividade senhorial na extração aluvial. Neste sentido, a atuação de homens pobres teria ocorrido anos antes das negociações dos paulistas pelas lavras da região<sup>10</sup>.

A Vila de Pitangui foi erigida em 09/06/1715 e seu termo, além de inicialmente constituir um importante foco de mineração, estava localizado em uma região bastante estratégica, na medida em que era porta de entrada para o sertão oeste, constituindo passagem obrigatória para aqueles que se deslocavam às Minas de Goiás e como rota dos rebanhos que saíam dos Currais da Bahia para abastecer os principais núcleos mineradores<sup>11</sup>.

Com o intuito de compreendermos a importância da ocupação de cargos no governo da municipalidade para a constituição de uma elite em Pitangui, precisamos realizar alguns apontamentos sobre os trabalhos historiográficos que se dedicam ao tema. De acordo com Venâncio (1998), essa instituição desempenhava funções políticas, administrativas, judiciais e assistenciais, apresentando-se ainda como um importante veículo de negociação entre a localidade e a Coroa.

As Câmaras se constituíram em um dos pilares fundamentais da sociedade portuguesa e o acesso aos seus cargos era monopolizado pela nobreza da terra. O Estado agia para que os cargos nas milícias e nas ordenanças, assim como os ofícios no governo

da municipalidade, fossem ocupados somente por esses homens. Eram muitas as restrições sobre a elegibilidade, desta maneira, previa-se que os selecionados estivessem entre aqueles que já haviam desempenhado cargos no governo da República, o que também permitia o acesso aos seus filhos e netos (BICALHO, 2001). Observando esse contexto, nos vem a seguinte questão: a ocupação de ofícios na câmara, tanto nas conquistas quanto no centro do império, possuía o mesmo efeito no processo de nobilitação?

Nuno Monteiro aponta para um alargamento do conceito de nobreza, que passa a se relacionar menos com a condição de nascimento do que com a função que os indivíduos exercem na sociedade. Esse fato teria sido uma consequência do crescimento dos estratos sociais urbanos. Para evitar que o conceito se tornasse banal, a doutrina jurídica criou um novo estatuto diferenciando aqueles que ocupavam as novas funções sociais. E é dessa forma que surge o Estado do Meio, onde os indivíduos não possuíam a distinção da antiga nobreza, mas se destacavam em relação ao povo mecânico. Tal ascensão se dava pela prática de ações valorosas em benefício do Império e pelo exercício de cargos da *República*, ou seja, do governo da comunidade. (MONTEIRO, 1993)

Partindo das proposições desse autor, Bicalho comenta que em Portugal o acesso aos mais altos graus de nobreza era dado pela participação nos cargos das instituições centrais da monarquia. Geralmente, quem conseguia atingir este patamar fazia parte da nobreza de sangue. Os ofícios na Câmara não tinham efeito comparável aos hábitos de cavaleiro das ordens militares, no sentido de auferir projeção social, pois a composição da nobreza institucional não se fazia entre os indivíduos considerados nobres no plano do direito. Nas pequenas localidades até mesmo os mecânicos podiam ocupar as vereações. As relações de força definidas a partir do contexto de cada região é que determinavam o acesso aos cargos das Câmaras. Dessa maneira, o reconhecimento dos camaristas enquanto nobres teria um caráter local. A historiadora brasileira relativiza esta ideia demonstrando a especificidade das conquistas, argumentando que neste caso, os postos das vereações seriam um meio fundamental para o processo de nobilitação, de obtenção de privilégios e honras, na medida em que os homens da terra não conseguia atingir as principais distinções da monarquia (BICALHO, 2001).

No que diz respeito ao caráter local da nobilitação na Colônia, Almeida afirma que, para alguns membros da elite mineira do século XVIII, foi possível o reconhecimento dessa condição no âmbito do Império. Mas, para isso, era necessário que os súditos se constituíssem enquanto nobreza da terra, estabelecessem laços fortes com o centro do Império - através do sistema de casamentos e do envio de filhos ou aparentados para o

reino - e mantivessem relações de proximidades com os principais representantes do poder metropolitano, como governadores e vice-reis (ALMEIDA,2007).

Mesmo a câmara não auferindo diretamente um reconhecimento da condição de nobreza que ultrapassasse o âmbito local, ela se constitui em um dos pontos fundamentais do caminho a ser traçado em busca de um reconhecimento a nível Imperial, mesmo porque apenas os “principais” de cada terra ascendiam a estes postos. Sendo assim, a ocupação de um cargo nessa instituição era, sem dúvida, um forte elemento de negociação entre os interesses locais e a monarquia.

### **O governo da municipalidade em uma região sertaneja**

Existem controvérsias sobre o ano da criação da Vila de Pitangui e esta dúvida está expressa na “Coleção das Memórias arquivadas pela Câmara de Pitangui”, compilada pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no ano de 1844. De acordo com este documento, no 1º livro de notas do Tabelião e nas Cartas dirigidas à Câmara é possível observar a referência à existência da Vila desde 1715. Entretanto, de acordo com o Livro 1º de Registros, Leis, Cartas e Ordens Régias, o primeiro corpo de oficiais teria sido eleito apenas no ano de 1718<sup>12</sup> e era constituído, em grande medida, por indivíduos que haviam participado do processo de conquista e povoamento daquele território.

Infelizmente, a documentação que registrou as atividades administrativas da Câmara da Vila de Pitangui foi praticamente toda destruída ao longo do tempo. Por esse motivo, buscamos encontrar em outros acervos fontes documentais que pudessem nos trazer indícios sobre o nosso objeto de análise. Investigamos então, os dados do acervo do Arquivo Histórico Ultramarino que nos trouxessem informações sobre o processo de constituição e fortalecimento do governo da municipalidade na região, assim como a criação de um aparato militar que ficasse responsável por conter conflitos e evitasse crimes na região.

Em relação ao estabelecimento da Câmara da Vila de Pitangui, encontramos um requerimento que demonstra as dificuldades financeiras enfrentadas pela dita instituição. Esse fator nos leva a questionar sobre o significado da ocupação de postos em Câmaras que se localizavam em regiões de fronteira para o processo de definição da hierarquia social.

Neste caso, os oficiais argumentam que a instituição se achava

*em uma pobreza pela falta de rendas que padece por cuja razão não pode celebrar as festividades reais que costumam celebrar as*

*mais Câmaras daquelas Minas Gerais nem cumprir com as obrigações e encargos a que são obrigados as mesmas Câmaras*<sup>13</sup>

Devido à situação acima mencionada, os vereadores requerem ao Rei que ordene ao governador constituir renda à dita instituição, além de lhe doar rossio ou sesmaria.

Sobre a referida questão, o então governador das Minas, Conde de Galveas, reconheceu a crise vivida pela instituição, já que as rendas do Conselho não passavam de meia pataca de ouro e pelo fato de que naquelas paragens as rendas da aferição e cadeia serem bastante escassas devido ao despovoamento da região. Além disso, o governador também apontou para o reduzido número de pessoal e a consequente sobrecarga de funções que recaía sobre alguns oficiais; é o caso, por exemplo, do juiz que também atuava como juiz dos órfãos e a situação do funcionário que acumulava os cargos de escrivão da câmara, escrivão da almotaxaria, tabelião e escrivão dos órfãos.

A resposta régia sobre o caso contrariou o parecer do governador, pois, o último – apesar de reconhecer crise da instituição- defendeu que “não pode ter efeito em que falão porque quando com a esperança de se aumentar esta povoação, com novos descobrimentos de ouro se erigiu Vila, já estavam ocupados e cultivadas as terras circunzinhas”.<sup>14</sup> Mesmo assim, o Rei atendeu as súplicas dos oficiais camarários, constituindo renda à sua casa de governança e determinando que lhe fosse dado 6 de rossio ou sesmaria.

Sendo assim, podemos inferir que mesmo sendo uma Câmara periférica e que, talvez por isso, não usufruísse das vantagens concernentes às instituições localizadas nas áreas centrais da Capitania de MG, através dela os oficiais tinham condições de estabelecer espaços de barganha com a Coroa e isso certamente trazia alguns tipos de privilégios que os diferenciavam dos demais segmentos da sociedade.

A análise de trajetórias individuais também se constitui enquanto uma importante estratégia para compreendermos o papel da ocupação de cargos camarários no processo de definição da hierarquia social. Salientamos então o perfil do Antonio Rodrigues Velho, natural da região de São Paulo foi tradicionalmente considerado como descendente dos bandeirantes; filho de Garcia Rodrigues Velho e Izabel Bicudo. Casou-se em Itu, com Margarida de Campos, filha de José de Campos Bicudo. Juntamente com seu sogro, Rodrigues Velho penetrou o sertão do São Francisco e foi responsável pela criação de arraiais da região, como por exemplo, o de São Joânico, atualmente conhecido como cidade de Maravilhas.<sup>15</sup>

Ocupou o posto de Capitão- Mor da Vila de Pitangui, além de ser juiz ordinário da Câmara durante o ano de 1718. Esses cargos, provavelmente, foram conquistados não só

pelo mérito de sua família- tradicional na Capitania de São Paulo- mas, também através dos serviços que o mesmo prestou à Coroa, utilizando dos recursos oriundos de sua própria fazenda.

Se observarmos a lista relativa à cobrança dos quintos reais na Vila de Nossa Senhora da Piedade do Pitangui entre os anos de 1718-1724<sup>16</sup>, verificamos que Antonio Rodrigues Velho contribuiu durante todos os anos, apresentando um número total de escravos que variava entre 24 e 41. Fazendo menção novamente ao trabalho de Luna,<sup>17</sup> onde na Capitania de Minas Gerais, a maioria dos proprietários não possuía mais do que 5 cativos, é possível concluir que o seu cabedal era bastante considerável, o que lhe garantia uma maior possibilidade de prestar serviços à Coroa.

Neste sentido, podemos mencionar que Antonio Rodrigues Velho estava entre as pessoas que apoiaram o Conde de Assumar durante a resistência de alguns moradores liderados por Domingos Rodrigues do Prado e Suplício Pedroso Xavier diante da entrada do Brigadeiro João Lobo de Macedo, que estaria encarregado da regência e governo dos moradores.<sup>18</sup> A postura do Capitão-Mor nos faz inferir que o mesmo deveria possuir um significativo poderio bélico, já que a situação era de conflito; ademais, a posse de armas era prerrogativa para ocupação de postos de maior destaque nas Ordenanças. Destacamos ainda que Rodrigues Velho foi citado na lista dos homens mais ricos da Capitania de Minas Gerais residentes no termo de Pitangui, comarca do Rio das Velhas.<sup>19</sup>

O já mencionado trabalho de Monteiro,<sup>20</sup> que aborda a conformação da elite portuguesa no final do Antigo Regime nos faz refletir sobre as estratégias seguidas por Antonio Rodrigues Velho, considerando os postos nas Ordenanças como meios através dos quais o indivíduo conseguia atingir possibilidade de mobilidade social e os postos na Câmara como o reconhecimento dessa ascensão em escala local.

## **Conclusão**

As reflexões acerca da conformação da elite em uma sociedade de Antigo Regime e a construção de apontamentos iniciais sobre a constituição desse grupo no termo de Pitangui ainda não nos permite chegar a conclusões, mas, já nos cabe colocar algumas inferências.

Durante o Antigo Regime, o Império Português foi marcado por uma cultura política que permeava tanto a Corte quanto suas conquistas, onde a ocupação de ofícios no governo da municipalidade e de postos nas Ordenanças constituíam elementos centrais nos projetos de ascensão social. A lógica das estratégias de nobilitação era compartilhada pelos vassallos, estivessem eles em terras lusitanas ou no além mar. Contudo, é preciso salientar que o significado da projeção que tais cargos lhes conferiam variava de acordo com contexto de cada localidade.

Neste sentido, passamos a questionar o que representava para um indivíduo ser oficial de uma câmara periférica como a da Vila de Pitangui ou ocupar postos nas Companhias de Ordenança? A distinção social conferida por tais privilégios podia lhes dar a possibilidade de alçar sua condição de nobreza para além da localidade em que estavam inseridos? Os sujeitos que viviam em um ambiente marcado pela rusticidade alimentavam tal ambição, ou bastava ser reconhecido como homem nobre diante de sua comunidade? Como já foi dito, este trabalho nos direcionou mais no sentido dos questionamentos do que das conclusões.

---

<sup>1</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo de. “Fronteira e Instituição de Capelas nas Minas: América Portuguesa”. In: *América Latina en la historia económica*, n° 35. México, Janeiro/ Junho de 2011, p.280.

<sup>2</sup> Idem

<sup>3</sup> CARRARA, Angelo Alves. *Minas e Currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais (1674-1807)*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007.

<sup>4</sup> Idem

<sup>5</sup> Idem

<sup>6</sup> Idem

<sup>7</sup> GRUZINSKY, Serge. *O pensamento mestiço*. SP: Companhia das Letras, 2001.

<sup>8</sup> CF. JESUS, Alyson Luiz Freitas. O sertão e sua historicidade: versões e representações para o cotidiano sertanejo – séculos XVIII e XIX. In: *Revista História e Perspectivas*. Uberlândia, Jul. Dez. 2006

<sup>9</sup> Idem

<sup>10</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Conservação e organização do Arquivo Judicial da Câmara Municipal de Pitangui (século XVIII e XIX): Projeto*. [Impresso], 2005.

<sup>11</sup> CATÃO, Leandro Pena. “Apresentando o Arquivo Histórico de Pitangui”. In: \_\_\_\_\_. (org). *Pitangui Colonial: história e memória*. BH: Crisálida, 2011.

<sup>12</sup> PONTES, Manuel Pires da Silva. Coleção das memórias arquivadas pela Câmara da Vila de Pitangui. In: RIHGB. RJ, v.6, p.284-291, 1844.

<sup>13</sup> AHU. CX:28/DOC: 48

<sup>14</sup> AHU.CX:28/ Doc:48

<sup>15</sup> LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*. Título: Garcias Velhos. Editora Itatiaia, 5ª ed, 1980.



<sup>16</sup> APM. Quintos, capitação a cargo do cobrador João Henrique de Alvarenga. 1718-1724. Microfilme 006(5/5) 007 (1/10) / CC.

<sup>17</sup> LUNA, Francisco Vidal . *Minas Gerais - Escravos e Senhores*. Análise da Estrutura Populacional e Econômica de Alguns Núcleos Mineratórios (1718-1804). 1. ed. São Paulo: Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, Tese de doutorado, 1980. v. 1. 224 p.

<sup>18</sup> CUNHA, Vagner da Silva. *A “Rochela” das Minas do Ouro? Paulistas na Vila de Pitangui (1709- 1721)*. Dissertação de mestrado. UFMG, 2009.

<sup>19</sup> Cf. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial*. Editora FAPEMIG, 2010.

<sup>20</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Elites e Poder: entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

## RELAÇÕES ENTRE IDENTIDADE, *SELFIE* E MODA

Jairo Batista Bandeira \*

### RESUMO

A identidade do sujeito é construída por meio de uma atividade social, em sua relação com a sociedade, interação com os meios de comunicação e as diversas representações sociais, diante desse contexto inclui-se a moda vestuário como uma representante dessas fragmentações. O artigo tem por objetivo abordar a criação e a fragmentação da identidade e a relação das atividades sociais com os meios de comunicação; o aparecimento do fenômeno *selfie* apoiado nas novas tecnologias; colocando a moda como um dos componentes das condições sociais de subjetivação e construção de identidade.

**Palavras-chave:** Identidade. Self. Moda.

### ABSTRACT

This work aims to address the topic of creation and fragmentation of people identity and the relationship of social activities with the media; the rising of the phenomenon of *selfie* supported by new technologies; fashion as one of the components of social conditions of subjectivity and construction of identities.

**Keywords:** Identity. Self. Fashion.

A identidade de um sujeito é construída a partir de crenças, valores e de todas as influências externas que o cercam e que pode impactar a noção do eu, ou melhor, a construção de identidades. Ocorre que sociedades modernas são caracterizadas pelas diferenças e não possuem nenhum centro de poder, nenhum princípio articulador ou organizador, elas são constantemente descentradas ou deslocadas por forças de si mesma. Essas sociedades não se desintegram totalmente porque seus diferentes elementos e identidades podem, sob certas circunstâncias, serem conjuntamente articulados e assim a estrutura de identidade permanece aberta. Os meios de comunicação e o desenvolvimento tecnológico impactaram e continuam impactando a sociedade e foram modificados pelas novas necessidades de interação, expressão e atividades sociais e atualmente estão colaborando para a influência e multiplicação de novas identidades, em um processo recíproco, a velocidade incrível. O fenômeno *selfie*, atividade de expressão da sociedade pós-moderna vem crescendo e sendo utilizada pela moda do vestuário como um meio para o estabelecimento de redes com os

---

\* Mestrando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade de Santo Amaro – UNISA, bolsista funcionário UNISA, sob orientação da Profa. Dra. Lourdes Ana Pereira Silva, e-mail: [jairobandeira7@gmail.com](mailto:jairobandeira7@gmail.com)

sujeitos de possibilidades. É importante para o âmbito acadêmico conhecer a dinâmica de como são criadas as diversas identidades e como elas se estabelecem, a fim de formar uma concepção aproximada de identidade, já que elas se transformam continuamente em suas relações recíprocas, interagem com os meios de comunicação e tecnologias e dão origem a representações sociais.

Busca-se investigar porque a moda pode ser considerada uma representante social do fenômeno *selfie* e de que forma esse processo é estabelecido.

O artigo visa abordar a construção e fragmentação de identidades, *selfie* como atividade social e a moda como produtora de subjetividades e participante dessa dinâmica.

### **Construção de identidade**

A construção de identidade vem sendo discutida pela teoria social de forma intensa. Essa teoria considera que as velhas identidades que referenciaram o mundo social, durante muito tempo, estão em constante transformação, ou seja, estão surgindo novas identidades e consequentemente novas explicações para identidade. A ideia é que estão surgindo novas identidades, que fragmentam o indivíduo moderno, que não existe um centro “[...] é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social”<sup>1</sup>.

Hall<sup>2</sup> esclarece que ocorre uma espécie de deslocamento estrutural que vem transformando as sociedades modernas em fragmentações culturais. Um exemplo claro desse deslocamento é que, anteriormente a modernidade, as características de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e até nacionalidade forneciam sólidas localizações de indivíduos sociais, ou seja, a participação de uma comunidade cultural com as mesmas características (que falam a mesma língua, compartilham com a mesma religião, que possuem os mesmos costumes) de uma classe econômica, a opção sexual ou até mesmo a origem do indivíduo não os referenciam mais culturalmente e não os garante mais uma identidade própria. Iniguez (2001) afirma que a noção de identidade nasce das relações, dos intercâmbios sociais, que permitem uma identificação com os que os rodeiam e também uma diferenciação em relação a eles. Isso significa que existe uma complexidade de identidades, cada sujeito com as suas peculiaridades e possibilidades, onde influenciam e são influenciados.

---

<sup>1</sup> HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1992.

<sup>2</sup> HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

Nas três concepções de identidade descritas por Hall<sup>3</sup>, é possível identificar que a própria história revela, no olhar de diversas interpretações, possíveis aproximações de identidade, mas não definições, pois não são identidades acabadas, mas sim transformadas: o sujeito iluminismo estava baseado na concepção de indivíduo centrado, unificado, dotado de capacidades de razão e consciência, definido como núcleo interior, que despontava no nascimento e se desenvolvia. Essa ideia nos direciona a compreender o sujeito com potencial cognitivo, ou seja, aquele que nasce sem nenhum comprometimento físico ou psicológico possui grandes chances de construir e desenvolver o saber e assim agir. A concepção de sujeito sociológico já refletia a crescente complexidade de um mundo moderno, onde se acreditava que o centro do indivíduo era desenvolvido a partir de relações com outras pessoas importantes para ele, caracterizando-os como não autônomos e dependentes de relações, que mediavam para eles valores, sentidos e símbolos. Esse núcleo interior de sujeito é modificado no diálogo contínuo com as culturas exteriores e com as identidades que esse mundo oferece, ou seja, os valores e costumes vivenciados pelo indivíduo em sua família, na escola e em seu contato com a sociedade os emitem uma referência de indivíduo. Já a concepção de modernidade tardia esclarece que, esse sujeito, antes visto com uma identidade unificada e estável, vem se tornando fragmentado, com várias identidades e muitas vezes até contraditórias ou não resolvidas, pois, assume-se diferentes delas em diferentes momentos. Um exemplo claro disso são os comportamentos diversos que os sujeitos assumem em diferentes momentos e conforme o ambiente que estão: geralmente no trabalho assumem uma postura profissional, característico do ambiente; quando se comunicam nas redes sociais compartilham traços, valores de identificação de suas variadas redes e assim conseguem criar e manter relações com diversas pessoas, de diversos locais.

Hall<sup>4</sup> define esse contexto de transformação de identidades como uma celebração móvel, onde a identidade é formada e transformada constantemente em relação às formas pelas quais somos representados nos sistemas culturais que nos rodeiam.

Também de acordo com Hall (1992)<sup>5</sup>, as sociedades modernas não possuem nenhum centro, princípio articulador ou organizador único e que essas não se desenvolvem a partir de uma única lei e assim não podem ser definidas, como foi durante muito tempo por sociólogos, como um todo unificado e delimitado. São constantemente descentradas e deslocadas por

---

<sup>3</sup> HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1992.

<sup>4</sup> HALL, S. "Minimal Selves", in **Identity: The Real Me**. ICA Document 6. Londres: Institute for Contemporary Arts, 1987

<sup>5</sup> HALL, S., 1992.

forças de si e se caracterizam pela diferença, são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de posições de sujeito ou de identidades. Essas sociedades estão sendo interpretadas como sociedades de mudanças constantes, rápidas e permanentes, ao ponto de dizer que uma estrutura deslocada (centro de poder) não é substituída por outra, mas por uma pluralidade de centros de poder. “[...]. Uma estrutura deslocada é aquela cujo centro é deslocado, não sendo substituído por outro, mas por "uma pluralidade de centros de poder. [...].”<sup>6</sup>

### ***Self* como atividade social**

Conforme visto nas discussões a cerca de construção de identidade, não existe uma definição fechada para a formação do *self* (eu), mas é possível perceber que o sujeito apresentou uma evolução na construção de identidade, onde influencia os meios e as pessoas e esses os influenciam e não mais e somente desenvolve as suas capacidades e constrói a sua noção do eu a partir de um centro ou noção de sociedade, esse processo é visto como uma atividade social que se constrói a partir de relações, experiências e identificação com uma série de culturas e possibilidades, em um mundo mediado<sup>7</sup>.

Para a compreensão da *self* como atividade social é necessário compreender a sociedade como produtora de conhecimentos. Thompson<sup>8</sup> explica que a produção e a interação de conhecimentos e de conteúdos simbólicos fazem parte da sociedade, desde os tempos mais remotos. Os primitivos se comunicavam por meio da oralidade e por demonstrações simbólicas e interagem pela forma tradicional face a face, ou seja, não existiam agentes intermediários. A partir do século XV, com o nascimento da escrita e da impressão, os meios de comunicação foram surgindo e se desenvolvendo e a restrição geográfica desaparecendo. As técnicas de impressão permitiram a propagação de escritas, conhecimentos, notícias e informações diversas, aumentando as possibilidades de interação, que anteriormente eram feitas somente por meio do face a face.

O processo de formação do *self* é construído a partir de atividades sociais e experiências cotidianas e atualmente em um mundo mediado. O autor explica que

O desenvolvimento da mídia não somente enriquece e transforma o processo de formação do *self*, ele também produz um novo tipo de identidade que não existia antes e que se diferencia em certos aspectos fundamentais das formas de intimidade características da interação face a face. Nos contextos de interação face a face, os

---

<sup>6</sup> HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1992. p. 4.

<sup>7</sup> THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 2 ed. Local: Vozes, 1998.

<sup>8</sup> THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 2 ed. Local: Vozes, 1998.

indivíduos são capazes de formas de intimidade que são essencialmente recíprocas; [...]. Com o desenvolvimento das formas mediadas de comunicação, contudo, novos tipos de relação íntima se tornaram possíveis [...].<sup>9</sup>

O autor esclarece que além da interação face a face, que permite a troca recíproca de ações, expressões, novos tipos de relações íntimas tornaram-se possíveis:

[...]. No caso da interação mediada, tal como o intercâmbio de cartas ou uma conversa telefônica, os indivíduos podem estabelecer uma forma de intimidade recíproca, mas que carece de algumas características típicas associadas à partilha de um local comum. Ao contrário, no caso de uma quase-interação mediada, os indivíduos podem criar e estabelecer uma forma de intimidade essencialmente não recíproca.<sup>10</sup>

Nesse contexto, o sujeito vive em um mundo no qual a capacidade de experimentar se desligou da atividade de encontrar. Existe uma espécie de sequestro de locais espaço-temporais da vida cotidiana, uma profusão de experiências mediadas e uma mistura de experiências que muitos indivíduos dificilmente encontrariam face a face.<sup>11</sup>

Thompson analisa que alguns autores, sob influências de pressuposições da linguística estruturalistas formaram concepções pobres de *self*, que é visto como um produto ou idealização de sistemas simbólicos. O autor possui uma concepção diferente da esboçada acima:

[...], o *self* não é visto nem como produto de um sistema simbólico externo, nem como uma entidade fixa que o indivíduo pode imediatamente e diretamente apanhar; muito mais do que isto, *self* é um projeto simbólico que o indivíduo constrói ativamente. É um projeto que o indivíduo constrói com os materiais simbólicos que lhe são disponíveis, materiais com que ele vai tecendo uma narrativa coerente da própria identidade [...].<sup>12</sup>

Nessa perspectiva, à medida que novos materiais e novas experiências vão entrando em cena, as identidades vão sendo redefinidas. Ressalta-se que esses recursos simbólicos não estão disponíveis a todos do mesmo modo, o acesso pode depender de habilidades que poucos indivíduos possuem.<sup>13</sup> Além disso, as maneiras que os indivíduos utilizam para se servir desses recursos na construção do *self*, dependerão, até certo ponto, de suas condições materiais, “uma vez que os indivíduos ajustam suas expectativas e avaliações aos seus julgamentos continuamente revisáveis daquilo, dadas as circunstâncias de suas vidas, que eles esperariam realisticamente realizar”<sup>14</sup>.

<sup>9</sup> THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 2 ed. Local: Vozes, 1998. p. 181.

<sup>10</sup> THOMPSON, J. B., 1998. p. 181

<sup>11</sup> THOMPSON, J. B., 1998.

<sup>12</sup> THOMPSON, J. B., 1998. p. 183

<sup>13</sup> THOMPSON, J. B., 1998.

<sup>14</sup> THOMPSON, J. B., 1998. P.184

Thompson<sup>15</sup> define bem esse fenômeno que vem ocorrendo: “[...]. Os horizontes de compreensão dos indivíduos se alargaram; eles não se estreitam mais nos padrões de interação face a face, mas são modelados pela expansão das redes de comunicação mediada [...]”. Assim, a mídia, ao abrir novas formas de conhecimento não local e outros tipos de materiais simbólicos mediado enriqueceu e acentuou a organização reflexiva do *self*<sup>16</sup>.

Nesse sentido, o desenvolvimento da mídia é parte integrante de uma característica dinâmica mais ampla das sociedades modernas, ou seja, efeito recíproco de complexidade e experiência prática e assim o ambiente social dos indivíduos vai crescendo e se tornando complexo. A mídia tanto contribui para esse crescimento quanto proporciona uma fonte constante de conselhos<sup>17</sup>.

É oportuno relatar a distinção entre experiência vivida e experiência mediada. A primeira refere-se a experiência adquirida no fluxo temporal da vida, ela é imediata, contínua e até certo ponto pré-reflexiva, adquiridas nos contextos práticos da vida cotidiana. “São atividades práticas do nosso dia-a-dia e de nosso encontro com outros em contextos de interação face a face que lhe dão o conteúdo”<sup>18</sup>. A segunda é adquirida através da interação ou quase interação mediadas, que em grande maioria estão distantes espacialmente e talvez temporalmente dos contextos práticos da vida:

No caso da experiência mediada, a relevância estrutural é um pouco diferente. A experiência mediada geralmente implica acontecimentos que estão distantes no espaço (e quem sabe no tempo) e que são refratários aos indivíduos que os experimentam. Por isso a experiência mediada afeta o *self* de um modo tênue, intermitente e seletivo. A experiência mediada não é um fluxo contínuo, mas uma sequência descontínua de experiências que têm vários graus de relevância para o *self*<sup>19</sup>.

O autor conclui que para

[...] muitos indivíduos, a relevância estrutural de diferentes formas de experiência se situa em algum lugar entre estes dois pólos acima descritos. Ao se moverem através da trajetória espaço-temporal de suas vidas cotidianas, eles adquirem tanto experiências vividas como mediadas, incorporando-as em um projeto de vida em contínua evolução. [...] <sup>20</sup>.

A crescente disponibilidade de materiais mediados, fez com que o *self*, compreendido como um projeto simbólico reflexivo ou organizado reflexivamente tornasse mais desembaraçado dos locais e contextos. Apesar de situado nestes contextos e de organizar a

---

<sup>15</sup> THOMPSON, J. B. , **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 2 ed. Local: Vozes 1998 p.184.

<sup>16</sup> THOMPSON, J. B., 1998.

<sup>17</sup> THOMPSON, J. B. , 1998.

<sup>18</sup> THOMPSON, J. B. , 1998. P.197

<sup>19</sup> THOMPSON, J. B. , 1998. P. 199

<sup>20</sup> THOMPSON, J. B. , 1998. P. 199

vida de acordo com suas demandas, possui a possibilidade de experimentar eventos distantes, interagir com outros a distância e deslocar-se temporariamente“ para outros microcosmos mediados que, dependendo de seus interesses e prioridades, exercem graus variados de controle e poder [...]”<sup>21</sup>. Conforme o *self* reflete e incorpora as experiências, a sua natureza também se transforma.

Como as biografias dos indivíduos estão abertas às experiências mediadas acabam sendo atraídos por questões e relações sociais que ultrapassam os limites em que vivem. Os indivíduos se descobrem, não como meros expectadores de eventos e de outros distantes, mas envolvidos com eles de certa forma, onde são chamados a formar opiniões, a tomar decisões e até a assumir responsabilidades por questões e eventos, em um mundo crescente de interconexão (THOMPSON, 1998)<sup>22</sup>.

Maffesoli (sociólogo francês e teórico da pós-modernidade) em entrevista concedida para o *estadão*, onde fala sobre as manifestações da juventude que estão ocorrendo na internet, o que ele chama de expressão contemporânea da iconofilia, ideia essa que está em consonância com a concepção de *self* acima. Ele afirma que o avanço tecnológico, mais especificamente das mídias sociais tendem a direcionar ao relacionalismo. Para Maffesoli, as relações tribais que se estabelecem na internet revelam que os jovens querem tanto viver em sociedade que se preocupam mais em se acomodar ao mundo. Contrariamente às críticas tradicionais, acredita que a mídia favorece a mediação, ou seja, a relação e inter-relação entre as pessoas e destaca que se desenvolverá uma multiplicidade de novas tribos na pós-modernidade. Explica também que as pessoas compartilham fotos na internet, muitas vezes, com a finalidade de tornar visível a força invisível de um grupo, ou seja, o que liga aos outros da tribo. As pessoas se definem sempre em relação ao outro. Essa partilha está crescendo com o desenvolvimento tecnológico.<sup>23</sup>

É oportuno explicar que as *Selfies* ou os autoretratos compartilhados em redes sociais podem ser compreendidos como manifestações do que o sujeito deseja ser aos olhos do outro, ou seja, tem caráter ideológico, é a preocupação de fazer parte, de se acomodar ao mundo. A ideia principal dessa perspectiva é que as pessoas estão se definindo sempre em relação aos outros. A tendência com isso é que se desenvolvam novas identidades a partir desse relacionalismo.

---

<sup>21</sup> THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 2 ed. Local: Vozes, 1998. P. 201

<sup>22</sup> THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 2 ed. Local: Vozes, 1998.

<sup>23</sup> SAURY, J. Retrato de uma juventude. **O Estado de São Paulo**. São Paulo. 17 maio 2014. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,retrato-de-uma-juventude,1167792>>. Acesso em: 09 jul. 2014.



### **Self como meio de comunicação da moda**

Conforme Mota (2008, p. 22)<sup>24</sup>, “a superação da identidade como essência, ou como o essencial de algo ou de alguém, e como um princípio de igualdade, quase sempre constante, desencadeou uma postura teórica de rejeição da identidade como objeto de estudo [...]”. Muitos teóricos passaram a tratar essa rejeição como subjetividade. É preciso compreender que a subjetividade, na modernidade, passou a comportar uma pluralidade de identidades, afinal, está imersa em práticas sociais descontínuas, que são sucessivamente reformuladas e assim acabam instituindo processos de identificação que sustentam uma política da diferença (MOTA, 2008)<sup>25</sup>.

Desde a virada do século, esse tema tem se desdobrado por muitas dimensões da vida social, devido à proliferação de processos e movimentos de formação de identidades, seja de caráter social, político, cultural, entre outros. Assim, o indivíduo, nas sociedades atuais não possui mais um centro, uma referência, uma identificação, uma identidade do eu, esta imerso em processos e existências que estimula a pluralidade de ser e o fragmenta, descentrando-o em identidades abertas, contraditórias e inacabadas (MOTA, 2008)<sup>26</sup>.

Essa natureza da sociedade atual possui estreita relação com a moda:

A lógica da mudança característica dessa sociedade está apoiada na lógica da moda, definida como uma inovação contínua e programada, representada pela valorização da novidade em detrimento do antigo e tradicional, seja de vestuário, uso, costume, estilo, gostos, etc (MOTA, 2008, p. 23)<sup>27</sup>.

É possível afirmar que a moda estabelece uma rede de relacionamentos com os sujeitos, “tornando-se elemento integrante das condições de subjetivação e de construção identitária. [...]” (MOTA, 2008, p. 24)<sup>28</sup>.

Nas últimas décadas, com o fenômeno da globalização, ocorreram redefinições nas maneiras de experimentar o tempo e espaço, que fazem do viver uma constante mutação de

---

24 MOTA, M. D. de B. Moda e subjetividade: corpo, roupa e aparência em tempos ligeiros. *Modapalavra e periódico*, ano 1, n. 2, p. 21-30, ago./dez. 2008.

25 MOTA, M. D. de B. Moda e subjetividade: corpo, roupa e aparência em tempos ligeiros. *Modapalavra e periódico*, ano 1, n. 2, p. 21-30, ago./dez. 2008.

26 MOTA, M. D. de B. Moda e subjetividade: corpo, roupa e aparência em tempos ligeiros. *Modapalavra e periódico*, ano 1, n. 2, p. 21-30, ago./dez. 2008.

27 MOTA, M. D. de B. Moda e subjetividade: corpo, roupa e aparência em tempos ligeiros. **Modapalavra e periódico**, ano 1, n. 2, p. 21-30, ago./dez. 2008.

28 MOTA, M. D. de B. Moda e subjetividade: corpo, roupa e aparência em tempos ligeiros. **Modapalavra e periódico**, ano 1, n. 2, p. 21-30, ago./dez. 2008.

informações, práticas sociais e formas de sociabilidade. A moda vestuária, cada vez mais associada às formas do corpo e ao jeito de ser, ganha um papel importante, o de exprimir e compor identidades. Nos tempos atuais, a aparência, a imagem pessoal, revela o ser ou as subjetividades (MOTA, 2008)<sup>29</sup>. Rossi (2013)<sup>30</sup> afirma que o desenvolvimento econômico possibilitou aos homens usufruir dos prazeres terrenos ou da vida e trouxe consigo novos valores. A moda é uma prática dos prazeres, traduz a paixão pela vida e desejo de felicidade. É uma força extraordinária, é uma ascensão de uma completa reestruturação da sociedade, regida por sua lógica da sedução e do efêmero. “[...] Considera que, como poder hegemônico, ela foi capaz de remodelar a vida coletiva, tornando-se fundamental para a consolidação das sociedades liberais. [...]” (ROSSI, 2013, p. 9)<sup>31</sup>.

A moda não resulta apenas da invenção de criadores, de conceituados estilistas que definem as tendências, a moda reflete em seu próprio mecanismo contemporâneo esses movimentos, efeitos de forças opostas, é um caminho de duas mãos, gesta-se também das ruas, de jovens e populações que expressam ideias e conceitos que inspiram os estilistas. Vale lembrar que as tendências desfiladas na passarela são resultados de intensas e extensas pesquisas de comportamento.

### **Considerações finais**

Não existe definição para identidade, ela se transforma sob influência de diversas outras identidades existentes, imprime novos ritmos, demanda novos meios de comunicação e também pode ser influenciada por esses meios. A teoria social estuda exatamente a referenciação e evolução das sociedades, que atualmente vem sendo interpretada como uma sociedade pós-moderna, sem um centro ou ponto de partida que permita a totalização, afinal, é composta por inúmeras identidades, que influenciam e são influenciadas reciprocamente. O sujeito pode assumir diversas identidades em diferentes momentos e muitas vezes até contraditórias.

O centro da discussão a cerca de formação do eu (*Self*) parece mesmo ser a experiência, independente das implicações ou influências da mídia em relação a esse processo e vai muito além das abordagens do *self* como um produto do sistema simbólico externo ou

---

<sup>29</sup> MOTA, M. D. de B. Moda e subjetividade: corpo, roupa e aparência em tempos ligeiros. **Modapalavra e-periódico**, ano 1, n. 2, p. 21-30, ago./dez. 2008.

<sup>30</sup> ROSSI, C. F. **Moda e elite em Sex and the City**: uma semiótica da distinção. São Paulo, 2013. Originalmente apresentado como Tese de Doutorado, Universidade Católica de São Paulo.

<sup>31</sup> ROSSI, C. F. **Moda e elite em Sex and the City**: uma semiótica da distinção. São Paulo, 2013. Originalmente apresentado como Tese de Doutorado, Universidade Católica de São Paulo.

como uma entidade fixa, o que se pode afirmar é que a mídia mudou as formas de interação dos indivíduos e que a identidade é construída a partir de atividades sociais e experiências. O que vai ser feito com os materiais oferecidos pela mídia por meio da interação quase mediada e que tipo de relação irá se estabelecer, vai depender exclusivamente do indivíduo.

Existe uma explicação lógica para essa relação do sujeito com a mídia, a necessidade de comunicação do indivíduo sempre existiu, desde os tempos remotos, assim, as transformações das sociedades demandaram novas formas de comunicação que acompanhassem, por exemplo, o fenômeno da globalização. Tanto que atualmente, existe uma série de pontos de vista no que diz respeito aos impactos que a mídia está causando na sociedade.

A tecnologia, especialmente as ligadas à comunicação, responderam e continuam respondendo a demanda das sociedades pós-modernas, são considerados agentes receptores e transmissores de informações. Basicamente, as transformações ocasionadas pelos avanços tecnológicos, em conjunto com as transformações sociais e econômicas revolucionaram a forma de comunicação das pessoas. O ambiente virtual, a internet, as redes sociais são resultados desse cenário, estabelecendo novas formas de se relacionar e interagir.

É oportuno explicar que as *Selfies* ou os autoretratos compartilhados em redes sociais podem ser compreendidos como manifestações do que o sujeito deseja ser aos olhos do outro, ou seja, tem caráter ideológico, é a preocupação de fazer parte, de se acomodar ao mundo. A ideia principal dessa perspectiva é que as pessoas estão se definindo sempre em relação aos outros. A tendência com isso é que se desenvolvam novas identidades a partir desse relacionalismo.

Os processos sociais contemporâneos são complexos e dificultam o entendimento e a formação de concepções de identidades, proliferando assim inúmeras situações e entendimentos a respeito, pois, o sujeito mutante desse contexto possui inúmeras possibilidades, está em contato com outras diversas identidades e assim acaba desenvolvendo outras identidades e se torna gestor de todas elas. A moda do vestuário se relaciona com essas condições sociais, ou seja, com esses sujeitos de possibilidades e participa do processo de construção e diferenciação identitária, transmitindo subjetividades. Esse processo pode ser percebido: a roupa e o corpo transmitem imagens e formas que correspondem às identificações e diferenciações (identidades).

Essa lógica de mudança da sociedade está em consonância com a moda, que valoriza a novidade em detrimento do antigo e tradicional.

## REFERÊNCIAS

HALL, S. "Minimal Selves", in **Identity: The Real Me**. ICA Document 6. Londres: Institute for Contemporary Arts, 1987.

\_\_\_\_\_. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. 1 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1992.

\_\_\_\_\_. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

INIGUEZ, L. Identidad: de lo personal a lo social. In: CRESPO, E. (Ed.). **La Constitución social de la subjetividad**. Madrid: Catarata, 2001.

MOTA, M. D. de B. Moda e subjetividade: corpo, roupa e aparência em tempos ligeiros. **Modapalavra e-periódico**, ano 1, n. 2, p. 21-30, ago./dez. 2008.

ROSSI, C. F. **Moda e elite em Sex and the City**: uma semiótica da distinção. São Paulo, 2013. Originalmente apresentado como Tese de Doutorado, Universidade Católica de São Paulo.

SAYURI, J. **Retrato de uma Juventude**. Disponível em:

<<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,retrato-de-uma-juventude,1167792>>. Acesso em: 09 jul. 2014.

SILVA, M. do S. E. da. Um Olhar Sobre a Identidade Surda. In: Fórum Nacional de Crítica Cultural 2. **Anais**: Entre Ruis, 2010.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 2 ed. Local: Vozes, 1998.

**O MARQUÊS, A COMPANHIA E O COMPÊNDIO HISTÓRICO: REFORMAS  
POMBALINAS E ANTIJESUITISMO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO  
XVIII**

Jansen G. Salles\*

Orientadora: Patrícia M. S. Merlo\*\*

**Resumo:** No ano de 1771, uma Junta de Providência Literária supervisionada pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, produziu uma obra que viria ser a primeira denúncia oficial da decadência na qual se encontrava a educação em Portugal. O Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra responsabilizava a Companhia de Jesus por tal situação, visto que essa Ordem manteve o domínio sobre as instituições de ensino portuguesas por quase dois séculos. Impulsionando, sob o quadro de reformas pombalinas, um discurso antijesuítico com fins mais políticos do que propriamente culturais.

Palavras-chave: Reformas Pombalinas, Antijesuitismo, Compêndio Histórico

**Abstract:** In the year 1771, a Board of Literary Providence supervised by the Minister Sebastião José de Carvalho e Melo, the Marquis of Pombal, produced a work that would be the first official enunciation of decay in which he found education in Portugal. The Historical Compendium of the University of Coimbra blamed the Jesuits for this situation, since this Order held sway over institutions of learning Portuguese for almost two centuries. Driving, under the framework of reforms of Pombal, an anti-jesuit discourse with more political purposes than strictly cultural.

Keywords: Pombal Reforms, Anti-jesuitism, Historical Compendium

---

\* Jansen Gusmão Salles é mestrando em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e bolsista FAPES. E-mail: jg-salles@live.com

\*\* Patrícia Maria da Silva Merlo é Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS-UFES). E-mail: patricia.merlo@gmail.com

## **Modernidade setecentista: um breve panorama historiográfico**

Nenhum período histórico foi tão significativo para as fundações do pensamento moderno ocidental quanto aquele no qual o Iluminismo nos fez vislumbrar sobre o mesmo palco intensos diálogos entre os antigos – apegados à tradição – e os ditos modernos.<sup>1</sup> Os debates e impasses epistemológicos provenientes dos séculos XVI e XVII adquiriram novas nuances e resoluções no paladar de uma plateia seleta, de feições universalistas e frequentadora assídua do tribunal da razão. Segundo o filósofo Tzvetan Todorov (2008) acerca do laboratório de ideias que se formava nos Setecentos, “os ingredientes são antigos, no entanto sua combinação é nova”, demonstrando uma peculiar originalidade no campo hermenêutico. Entretanto, “é no momento das Luzes que essas ideias saem dos livros para passar ao mundo real”<sup>2</sup>. E no cerne desse ideário pragmático se encontra o próprio indivíduo; ora protagonista, ora instrumento central da Modernidade.

Para compreendermos com mais clareza essa mesma Modernidade, evitamos as interpretações que a reduzem à um simples e único conceito, negando sua verdadeira complexidade tal como sua pluralidade<sup>3</sup> tão capaz de nos revelar seus diferentes significados e suas transfigurações no tempo e espaço. Considerando essa prerrogativa mais ampla, define-se o Iluminismo como uma das notáveis expressões da Modernidade, padecendo inclusive do mesmo reducionismo que incide sobre a mesma.

Os pesquisadores responsáveis por propagarem tais visões negligentes pareciam buscar uma fórmula capaz de definir conceitualmente o que é moderno e o que não é, além de resumir a cultura das Luzes à uma leitura dos autores clássicos do período<sup>4</sup>. O que veio a fortificar ainda mais a tese de um suposto atraso dos Estados Ibéricos, mediante os acontecimentos que delinearão o panorama científico e cultural europeu desde o final dos Seiscentos.

Felizmente, a historiografia recente tem contribuído de forma significativa para romper com estes paradigmas. Como nos esclarece Morse, as trajetórias históricas da Espanha e de Portugal na formação de suas monarquias absolutistas os conduziram a ser mais cautelosos diante do espírito moderno<sup>5</sup>, optando por manter suas estruturas administrativas e suas instituições. Em outras palavras, escolheram ingressar na Modernidade através de uma via alternativa, de modo que não fossem alteradas suas formas de governabilidade perante seus vastos impérios, vassalões e ordens eclesiásticas.

Possuindo no século XVIII uma postura que estaria mais próxima a um *reformismo*<sup>6</sup>, negando qualquer caráter revolucionário semelhante ao que o movimento iluminista favoreceu na França.

### **Luzes sobre o ensino português**

Todavia, mesmo considerando as múltiplas faces que o Iluminismo nos apresenta, o discurso acerca da construção de um novo indivíduo para uma nova sociedade guiada pela racionalidade e pelo progresso se mostra unilateral. A educação é evocada como o único meio eficiente de formar cidadãos “capazes de cumprir as funções públicas, superar os preconceitos e governar-se pela própria razão.”<sup>7</sup> Ao mesmo tempo, se estabelece em Portugal que a instrução pública seja tarefa exclusiva do Estado, formando súditos esclarecidos em vez de cidadãos.<sup>8</sup> De acordo com Guerra, isso “explica que los altos funcionarios reales fuesen a menudo en el mundo hispánico – y português – los principales agentes, no sólo de la modernización administrativa, sino también de las nuevas ideas”.<sup>9</sup>

Diante de tais afirmações, é importante sinalizarmos que apenas durante a administração pombalina o Iluminismo ganharia em Portugal feições de Estado, decorrente da estreita aliança que havia entre o pensamento das Luzes e os projetos políticos.<sup>10</sup> Antes do alvará que expulsou os jesuítas de todos os domínios do Reino no final da década de 1750, a Companhia de Jesus possuía pleno domínio sobre os estudos menores e maiores, restringindo a entrada de grande parte dos avanços da ciência moderna nos colégios e universidades portuguesas.

O que não impediu que irrompessem críticas severas à Ordem de Ignácio de Loyola e seu tradicionalismo face a Modernidade dos Setecentos. Tais críticas situavam-se no bojo das “ideias e projetos preconizados por aqueles intelectuais que, direta ou indiretamente engajados na estrutura administrativa do Estado”<sup>11</sup>, residiram fora de Portugal e estiveram em contato com as ideias propagadas pelo movimento iluminista. Os “estrangeirados”, como eram denominados, desenvolveram manuais, compêndios e tratados inspirados em tais conhecimentos vindos do exterior. Em alguns casos, sob o aval do próprio Rei.

Ainda na primeira metade do século XVIII, D. João V concedeu ao padre oratoriano Luís António Vernei a mercê de redigir uma obra cujo teor crítico foi

genuinamente pedagógico<sup>12</sup>. O *Verdadeiro Método de Estudar*, publicado pela primeira vez em 1746 na cidade italiana de Nápoles, questionava a forma que os jesuítas lecionavam em Portugal propondo um método mais claro e eficiente inspirado no utilitarismo de John Locke. Vernei, que recebeu o adjetivo de estrangeirado por ter vivido na Itália a maior parte de sua vida, estudou em Évora na juventude e foi aluno dos mestres da Companhia, tendo conhecido de perto a metodologia de ensino empregada por eles. Para Woolley,

Vernei acusava os jesuítas de ministrarem um ensino defasado e perene, impedindo que o progresso chegasse a Portugal, uma nação tão rica em glórias passadas e estando a margem das efervescências culturais do século XVIII.<sup>13</sup>

No entanto, as ressonâncias da obra do padre oratoriano não tiveram efeitos práticos imediatos sobre o ensino luso. Mas serviram de base para um projeto mais amplo que visava extinguir qualquer influência que a Companhia de Jesus mantivesse sobre o Estado português e suas colônias. Pois essa Ordem,

Outra importante instrumento de legitimação e afirmação das monarquias católicas, tornara-se um organismo incômodo no seio desses Estados, na medida em que cresciam a concorrência e os atritos entre os poderes secular e religioso ao longo dos anos setecentistas.<sup>14</sup>

### **Reformas pombalinas e antijesuitismo**

Em 1750, D. José I assume o trono de Portugal e nomeia Sebastião José de Carvalho e Melo secretário de Estado para assuntos exteriores, graças a sua experiência diplomática na Inglaterra e na corte da Áustria. Carvalho e Melo passa a idealizar um projeto ousado de reformas inspirado nas Luzes cujo objetivo era modernizar e, ao mesmo tempo, amplificar a força política do Estado português. Contudo, o poder *quase* absoluto que o futuro primeiro-ministro viria a possuir foi impulsionado somente após terremoto de 1755 que devastou a capital Lisboa<sup>15</sup>. Suas ações rápidas e eficientes no tratamento dos feridos e na reconstrução da cidade o fizeram ganhar a admiração do rei e, anos depois, o título nobiliárquico do qual Carvalho e Melo será reconhecido pelos anais da história portuguesa. Assim nasce a imponente figura do Marquês de Pombal.<sup>16</sup>

De modo geral, as reformas de Carvalho e Melo pretendiam “exterminar todas as manifestações de pluralismo político”<sup>17</sup>. Não tardando para que se fragilizasse as relações entre o poder civil e o eclesiástico dentro do Reino<sup>18</sup>. Para o primeiro-ministro, era perceptível que o grau de influência da Companhia de Jesus ultrapassava os muros



das instituições de ensino. Como já foi mencionado, os jesuítas tinham exclusivo controle sobre a instrução educacional portuguesa e condenavam o pensamento ilustrado. O choque entre os planos de Pombal e a tentativa da Companhia de manter sua posição privilegiada resultou em uma clara subtração: a expulsão destes últimos de Portugal sob um alvará régio em 1759.

Com o caminho livre, Pombal acelera ano após ano suas reformas para a reorganização administrativa, econômica e social da sociedade portuguesa. No entanto, o ponto alto da reforma educacional viria a ser a reformulação dos Estatutos que regiam a Universidade de Coimbra. Pois sob essa estratégia, o primeiro-ministro acreditava que

Reformar os estudos universitários – bem como reformar a instrução de primeiras letras e secundária – era o passaporte para a Reforma do Estado; um Estado que se pretendia incluído em seu tempo – competitivo e potente.<sup>19</sup>

Mesmo com ausência jesuítica, os projetos da administração pombalina não podiam permanecer mobilizados apenas por seu caráter moderno e positivo. Fez-se necessário criar um inimigo que legitimasse também este discurso político. Algo que representasse o inverso, o outro lado da moeda. Dessa forma, os jesuítas são eleitos como símbolo do atraso. E a Europa, por sua vez, a principal referência moderna.

Com tal motivação, o Marquês de Pombal e uma Junta de Providência Literária sob sua direção publicaram no ano de 1771 o *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*<sup>20</sup>. Trata-se do que viria a ser a primeira denúncia oficial direcionada à Companhia de Jesus, os responsabilizando de modo contundente pelo suposto atraso cultural em que se encontrava o Estado português. Além disso, como o próprio nome da obra nos deixa explícito, relata o estado de decadência no qual se encontrava a Universidade de Coimbra após dois séculos de regência jesuítica. Nas palavras dos autores, os inicianos só conseguiram permanecer onde estiveram sem interferências devido a utilização de determinadas estratégias, de modo que sua autoridade se sobrepusesse tanto ao poder papal quanto ao poder monárquico.<sup>21</sup>

O discurso pombalino passa então a expressar e incitar cada vez mais o ódio aos jesuítas no afã de legitimar um projeto de reformas destinado ao ensino luso e que se autoproclamava moderno. Paralelamente, ressalva-se que apesar dessa negatificação inaciana endossada por Pombal no *Compêndio Histórico* ser considerada um momento até então singular na história de Portugal, o *antijesuítismo* já pairava sobre o imaginário

social e os debates intelectuais fora das fronteiras do Reino. Como foi descrito pelo historiador português José Eduardo Franco, especialista no mito jesuítico em Portugal, “o antijesuitismo, a nível internacional, constituiu um fenómeno e um movimento religioso, cultural e sociopolítico, tão antigo quanto a própria Companhia de Jesus”<sup>22</sup>.

### **Considerações finais**

Destarte, é sobre essa problemática que buscamos refletir ao longo de nossa pesquisa acadêmica. A questão abordada se inscreve no interior do discurso pombalino divulgado por meio do *Compêndio Histórico* de 1771, cujo cerne são as críticas severas direcionadas aos membros da Ordem de Ignácio de Loyola. Partimos do pressuposto de que tal discurso reflete muito mais uma questão de interesse político que propriamente cultural.<sup>23</sup>

Por último, considerando o axioma de que grande parte dos autores clássicos do passado buscavam sustentar suas argumentações escritas através do uso de linguagens políticas específicas, inferimos que o ministro Carvalho e Melo se apropriou de um repertório linguístico preexistente e de teor antijesuítico com o objetivo de reforçar e ratificar seu projeto de reformas para o ensino em Portugal.

A nós parece evidente – com base em leituras sobre o contexto das Luzes em solo lusitano – que a aplicação do *antijesuitismo* por Pombal não tivera apenas o intuito de condenar os inicianos pelo suposto estado de decadência dos estudos maiores e menores. Visto que os mesmos já não se encontravam no Reino na ocasião em que o *Compêndio Histórico* foi redigido e não ofereciam qualquer risco de retornar aos seus antigos postos. Assim, defendemos a hipótese de que o discurso pombalino se apropriou da negatividade jesuítica a fim de fortalecer a positividade de uma série de medidas não apenas educacionais mas também centralizadoras. Sendo ainda capaz de corporificar um pseudoprojeto de ensino forjado pela Companhia de Jesus que visava manter Portugal sob o status de inferioridade perante a Europa; enterrando-o para sempre nas sombras da ignorância e da tradição.

---

## Notas bibliográficas

- <sup>1</sup> DEJEAN, Joan. **Antigos contra modernos: as guerras culturais e a construção de um fim de siècle**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- <sup>2</sup> TODOROV, Tzvetan. **O espírito das luzes**. São Paulo: Editora Barcarolla, 2008.
- <sup>3</sup> GUMBRECHT, Hans Ulrich. **A modernização dos sentidos**. Editora 34: São Paulo, 1998.
- <sup>4</sup> FALCON, Francisco Calazans. **Iluminismo**. São Paulo: Ática, 1986.
- <sup>5</sup> MORSE, M. Richard. **O espelho de próspero: cultura e ideias nas Américas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 29.
- <sup>6</sup> FALCON, Francisco Calazans. **Despotismo esclarecido**. Série Princípios, São Paulo: Ática, 1986.
- <sup>7</sup> FORTES, Renivaldo Oliveira. **Educação e instrução pública: considerações de Condorcet**. Travessias (UNIOESTE. Online), v. Ed. 10, p. 395-414, 2010, p.396.
- <sup>8</sup> BOTO, Carlota. **A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade**. São Paulo: Revista Brasileira de Educação, 2010, p.283.
- <sup>9</sup> GUERRA, François-Xavier. **Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas**. Madrid: Fondo de Cultura Económica-Mapfre, 1992, p.26.
- <sup>10</sup> MERLO, Patricia M. S. **Justiça e poder local: ilustração e modernidade em Portugal do Setecentos**. In: Dimensões, vol. 28. Vitória: UFES, 2012, p. 27.
- <sup>11</sup> SILVA, Ana Rosa Clochet da. **Ilustração, história e ecletismo: considerações sobre a forma eclética de se aprender com a história no século XVIII**. História da Historiografia, Ouro Preto, número 04, março, 2010, p.77.
- <sup>12</sup> ATALLAH, Cláudia Cristina A. **Luis António Verney e as reformas culturais portuguesas: uma questão pedagógica**. Vértices (Campos dos Goitacazes), v. 8, p. 55-66, 2007, p. 61.
- <sup>13</sup> WOOLLEY, Patrícia Domingos. **Os jesuítas no setecentos europeu: autoridade, ensino e poder**. In: Revista Cantareira, 6. ed., on-line, 2009, p.3.
- <sup>14</sup> WOOLLEY, *op. cit.*, p.1.
- <sup>15</sup> MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p.24.
- <sup>16</sup> Antes de torná-lo marquês de Pombal (1769), D. José I ainda concedeu à Carvalho e Melo o título de conde de Oeiras (1759).
- <sup>17</sup> HESPANHA, António Manuel. **Às vésperas do Leviathan**. Instituições e Poder Político. Coimbra: Almedina, 1994, p.168.
- <sup>18</sup> FALCON, Francisco Calazans. Pombal e o Brasil. In: TENGARRINHA, José (org.) **História de Portugal**. Bauru: EDUSC, 2000, p.234.
- <sup>19</sup> BOTO, *op. cit.*, p.296.
- <sup>20</sup> Nome completo da obra: *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuítas e dos estragos feitos nas ciências e nos professores e diretores que a reagem pelas maquinações, e publicações dos novos estatutos por eles fabricados*.
- <sup>21</sup> GAUER, Ruth Maria Chittó. **A modernidade portuguesa e a reforma pombalina de 1772**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p.52.
- <sup>22</sup> FRANCO, José Eduardo. **Gênese e mentores do antijesuitismo na europa moderna**. Lisboa: CLEPUL, 2012, p.09.
- <sup>23</sup> WOOLLEY, *op. cit.*, p.14.

## O plágio pátrio na construção da literatura no Brasil do século XIX

Jean Bastardis (Bolsista CNPq)

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ

jeanbastardis@gmail.com

Orientadora: Profª Drª Andrea Viana Daher

### Resumo:

O objetivo do trabalho é demonstrar como o plágio literário foi atualizado pela crítica como argumento para construção de uma literatura brasileira, compreendida como espaço de ação de indivíduos inspirados, conformando regras segundo as quais a originalidade ocupou lugar especial na atribuição estética dispensada aos produtos culturais. Apresentam-se apontamentos relativos ao funcionamento desses esquemas de classificação no caso brasileiro, buscando nos escritos voltados à análise da produção literária do século XIX a chave de compreensão de sua definição.

Palavras-chave: literatura; plágio literário; nacionalidade.

### Abstract:

In this article, the aim is to demonstrate as plagiarism has been updated by the criticism in the construction of a Brazilian literature, based on arguments as self-inspiration of the author and the originality of Brazilian literary production. Present some notes on the operation of these classification schemes in Brazil, focused on searching in the writings of literary analysis of the nineteenth century the key to understanding the context of its definition.

Keywords: literature; plagiarism; nationality.

O plágio literário constitui uma questão interessante para os estudos voltados à reflexão sobre autoria e consumo de obras literárias. Tendo em vista que essa prática aparentemente subverte uma lógica de produção e apropriação de textos, seu estudo possibilita compreender razões de ocorrências e seu significado no contexto em que se produzem. Essa comunicação pretende tatear alguns aspectos relacionados ao estudo de plágios literários sob o ponto de vista da história, procurando discutir suas possibilidades no ambiente intelectual brasileiro. No decorrer da argumentação, procurarei definir alguns termos relativos à temática da autoria literária, principalmente, no que diz respeito à situação brasileira.

Como toda pesquisa em história, o estudo que venho desenvolvendo encontra sobressaltos que, no entanto, levam a retroceder alguns passos para avançar outros mais na

empreitada de compreender a questão de fundo do trabalho, qual seja, o funcionamento do plágio literário na situação brasileira. Minha pesquisa está voltada para a compreensão das regras de funcionamento do regime literário que se constituiu ao longo do século XIX, no Brasil. Diz respeito à questão da originalidade aplicada à questão nacional com a emergência do argumento do *plágio pátrio*, já que uma das compreensões correntes nos primeiros tratamentos do plágio no Brasil relacionava-o exatamente à questão da cópia das produções literárias estrangeiras, identificando-o como “vício” que feria a possibilidade de origem de uma literatura genuinamente nacional.<sup>1</sup> Desde o século XVIII, a autoria foi sendo construída como um princípio do esquema de funcionamento da produção literária. Tanto se pode notar o sucesso da empreitada, que é difícil conceber o apagamento da figura autoral, sob pena de se colocar em cheque a própria existência do que se considera o campo literário, baseado na circulação de textos classificados, entre outros aspectos, sob o prisma da individualidade responsável por sua existência.

A literatura, como espaço de ação desses indivíduos inspirados, conforma uma série de regras segundo as quais a originalidade ocupa um lugar especial na atribuição estética dispensada aos textos. O objetivo dessa comunicação, portanto, não é mais que o de apresentar alguns apontamentos relativos ao funcionamento desses esquemas de classificação no caso brasileiro, buscando nos escritos voltados à análise da produção literária do século XIX uma chave de compreensão do contexto de sua definição.

O problema do plágio recebeu definições bastante variáveis no curso de sua definição jurídica, tendo como campo principal de ocorrência o da produção artística. Sobre esse tipo de produção, no plano do direito francês, por exemplo, afirmou-se que “é impossível fixar um limite preciso que separe a contrafação passível de punição do plágio tolerável”.<sup>2</sup> Isso demonstra a dificuldade encontrada para o controle desse tipo de prática, em razão da efetiva dificuldade de sua definição e mesmo de sua identificação. A tarefa de demonstrar a intenção do plágio resulta bastante difícil levando-se em consideração as múltiplas formas de apropriação construídas no curso do desenvolvimento da produção artística e literária.

A origem do termo “plágio” remonta à Antiguidade romana, quando o estatuto de artista e as condições de publicação e transmissão das obras literárias não conformava plenamente um mercado. O poeta Marcial, como outros autores dramáticos do período que dependiam da venda direta de suas obras, protestavam contra a apropriação indevida de sua produção. A Marcial se atribuiu o uso do termo “plágio” para designar o que era e ainda pode ser considerado furto ou roubo. Nessa acepção o vocábulo derivou do verbo latino *PLAGIARE*, que significaria originalmente “vender fraudulentamente o escravo ou o filho do

próximo como próprio”, delito que era condenado com a pena de açoites. Marcial forçou a metáfora, relativamente consolidada na tradição da Antiguidade, pela qual o autor era representado como um pai de suas obras. Seus filhos, os livros, no entanto, eram sequestrados e não roubados, por que o ladrão passava a ser um plagiário. Foi no século XVI que a denominação de plágio se impôs frente à de roubo para tratar das apropriações literárias indevidas. Atualmente, plágio denota a apropriação não autorizada de obras alheias. Esse termo, por outro lado, abrange todas as áreas da criatividade, sendo utilizado para tratar de práticas semelhantes na música, teatro, literatura ou ciências. Esse foi o início de um longo percurso, que passou pela inclusão, na impressão dos livros, da figura do autor como forma a marcar a publicação e reforçar a autoria da obra, da concessão dos privilégios de impressão aos editores e, posteriormente, a autores, culminando no aludido *Statute of Anne*. Segundo Kevin Perromat Augustin, plágio – um furto literário – “é o nome que recebeu um determinado tipo de violação das expectativas comumente aceitas de autoria e (re)produção textual. Com frequência, a reprovação moral foi acompanhada por uma sanção econômica e, em certas ocasiões, inclusive penal”.<sup>3</sup> Coloca, dessa maneira, a questão como uma ocorrência generalizada na história, esclarecendo que a compreensão de sua negatividade é variante segundo a época em que se dá o plágio. Como prática, no entanto, esse tipo de cópia é compreendido sempre como uma violação, ato que subverte uma lógica de funcionamento de um certo campo de relacionamento, no caso em questão, autoral. Sua análise recai sobre uma compreensão anacrônica de autoria, tomada sob uma medida variante, é verdade, mas sempre atuante. Essa visão *trans-histórica* da autoria emudece uma longa discussão travada por estudiosos da literatura e do discurso travadas, sobretudo, a partir de meados do século XX, dos quais são mais conhecidos Michel Foucault, Julia Kristeva e Roland Barthes, esforçados em demonstrar a penosa criação de critérios de classificação dos textos relacionados com a personalidade que lhes deram origem. Apesar disso, Augustin reconhece a variação de critérios de delimitação da originalidade dos textos em distintas épocas afirmando que:

Igualmente, houve épocas onde os requisitos de originalidade eram mais débeis ou difusos – como por exemplo a Idade Média – e outras que poderíamos qualificar de mais “exigentes” ou, de outro ponto de vista, “restritivas”. (...) Quer dizer, nem sempre se considerou como plágio as mesmas práticas, nem a transmissão de escritos esteve regulamentada da mesma maneira. Por essas razões, todo estudo do plágio, além de qualquer pretensão generalista ou formalista, deve incluir em sua metodologia a dimensão histórica dos fenômenos que analisa ou expõe. (p. 11)

Augustin oblitera, no entanto, a questão base na compreensão atual de plágio. Para possibilitar a construção de sua análise *trans-histórica*, ignora que o problema da cópia servil de obras alheias é regulado juridicamente e, como tal, existe há menos de dois séculos, na maioria dos

casos nacionais. Considerando a necessidade de delimitação histórica para proceder a análise do plágio, cabe comentar algumas definições possíveis para essa prática, atentando principalmente para o caso do Brasil nos últimos dois séculos. Por aqui, a reflexão sobre o plágio surgiu na definição da legislação de direito autoral, ainda no século XIX. Ainda que anteriormente existissem ações de proteção relacionadas a privilégios de impressão, foi a partir do *Statute of Anne*, de 1710, que se pôde tratar da questão de direitos de propriedade. Através desse documento foram reconhecidos direitos aos autores e se estabeleceu a possibilidade de serem transferidos a editores, constituindo uma nova regulação do comércio de textos na ausência de monopólios e censuras<sup>4</sup>.

A base deste estudo, situado no bojo da formação de um regime de produção e consumo de discursos – e da crescente autonomia dos discursos ditos literários, entre os séculos XVIII (em países como França e Inglaterra) e XIX (no Brasil) –, é marcada pela emergência de três categorias – originalidade, mercado e autoria como marca psicológica – que delimitam, de imediato, a importância da questão da propriedade autoral e, em consequência, da prática de plágio. Como desvio, o plágio estabelece uma afronta ao sistema literário, tendo em vista que desafia aquelas categorias copiando ou reelaborando de maneira pouco inventiva o que já foi produzido por outrem. O direito autoral, em seus primórdios, tinha por objetivo garantir o retorno do investimento realizado pelos editores e por toda a cadeia de profissionais envolvidos na edição e publicação de livros<sup>5</sup>, ainda não equivalendo totalmente à idéia da proteção de um “bem” relacionado a uma individualidade psicológica ou gênio criador. Nota-se, portanto, um movimento de definição das relações comerciais relacionadas aos textos, para além das corporações de ofício que marcaram a prática na Idade Média e no início da época Moderna. Percebe-se que não existiu, na origem do controle das impressões e das negociações literárias, a preocupação com a propriedade do autor, mas antes era privilegiada a posição do editor e do impressor, responsáveis por grande parte do trabalho resultante nos livros comercializados.

A produção bibliográfica referente à questão do plágio em língua portuguesa oferece pouca profundidade em relação à reflexão sobre seu papel na definição do regime literário brasileiro, abordando temas mais atuais referentes à esfera do direito autoral<sup>6</sup>. Em *Aquarela do direito autoral*, Oswaldo Santiago oferece um amplo panorama referente ao tratamento dos crimes contra a propriedade autoral no Brasil, partindo da exposição da definição internacional da questão, desde o estatuto da rainha Anne, da Inglaterra, no início do século XVIII<sup>7</sup>. Seu livro coloca, também, a questão da diferenciação dos direitos autorais morais e patrimoniais, que estabelecem relações de propriedade diferenciadas sobre as obras. Sem

dúvida, o livro de Santiago constitui uma das primeiras referências sobre a questão da propriedade autoral no Brasil. Sob uma perspectiva psicanalítica, Michel Schneider<sup>8</sup> trata da questão do plágio como um procedimento desonesto de escrita, que mantém fortes relações com a subjetividade produtora de textos. Os estudos sobre a história do livro e da leitura no Brasil experimenta impulso renovado desde os anos 1980, expressado no aparecimento de diversos trabalhos sobre a questão<sup>9</sup>. As discussões relacionadas à literatura brasileira denotam, por outro lado, o próprio esforço de delimitação do campo literário no país, evidenciando as *Belas Letras* como produção específica do gênio brasileiro<sup>10</sup>. Esse novo ente do cenário nacional constitui-se na própria possibilidade de nele se identificar os caracteres nacionais, o espírito do brasileiro expresso – e impresso – nos textos produzidos, editados e lidos no Brasil. Mas a discussão estende-se sobre diversos outros aspectos que relacionam-se de formas diversificadas. Entre esses, a originalidade, a nacionalidade e a autoria podem ser eleitos como elementos-chave para o entendimento do espaço literário brasileiro no momento. Em “*Palavras da crítica*”<sup>11</sup>, José Luís Jobim reúne uma série de ensaios dedicados a temas diversos relacionados à literatura. Entendido quase como um dicionário de termos literários, a obra conta com contribuições importantes ao estudo da literatura, oferecendo um panorama bem construído sobre questões como autoria e a definição do cânone literário.

No primeiro caso, João Adolfo Hansen define com maestria a evolução da noção de autoria no cenário de desenvolvimento dos regimes literários “antigo” e “moderno”, demonstrando como o regime dito “antigo”, baseado na *auctoritas*, funcionava a partir de operações que não reconheciam a existência de uma racionalidade psicológica a determinar o sentido dos textos<sup>12</sup>. Roberto Reis, em sua exposição acerca do cânone afirma que o ideário romântico no Brasil constituiu um “projeto de afirmação da nacionalidade” apoiado nos trabalhos de canonização imbricados nas ações – ainda mal investigadas, segundo o autor – da Academia Brasileira de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Colégio Pedro II e dos diversos jornais, que “desempenharam um enorme papel na vida intelectual oitocentista”.<sup>13</sup>

O conjunto de fontes considerado nessa pesquisa pode ser dividido em três tipos básicos. O primeiro é constituído por periódicos publicados entre 1820 e 1870<sup>14</sup>, período em que se desenvolveu a produção romântica da literatura brasileira, e no qual se pode identificar uma intensificação do tratamento do plágio literário a partir das décadas de 1830-40. Mais importante, porém, é o fato de que a compreensão acerca do plágio foi definida no curso das décadas decorrentes, reservando-se ao tratamento das cópias de obras literárias<sup>15</sup>. Outro material privilegiado nesta proposta são as histórias literárias brasileiras. Empenhados em



imprimir o curso da literatura no Brasil, os autores dessas histórias selecionaram, sob o argumento da nacionalidade, os escritos que passariam a compor o cânone literário brasileiro. A maioria desses estudos relacionou o nascimento da literatura no Brasil diretamente com o abandono dos modelos estrangeiros.

A *história da literatura brasileira* idealizada por Joaquim Norberto de Sousa e Silva<sup>16</sup> é um exemplo bem claro desse tipo de produção. Inacabada em sua execução, sua estrutura demonstra bem a abordagem dispensada à literatura, centrada muito mais sobre seu desenvolvimento histórico que sobre reflexão crítica. O plano da obra previa a execução de cinco volumes, dos quais são conhecidas as estruturas de apenas dois. O primeiro volume consistiria de uma “introdução histórica” da questão, dividida em quatro capítulos<sup>17</sup> que buscavam evidenciar a originalidade da literatura produzida no Brasil. O segundo volume, que foi publicado de maneira incompleta<sup>18</sup>, tratava do primeiro século da “experiência literária” na América Portuguesa. Esse empreendimento demonstra bem as características da argumentação constituinte da história literária romântica, apoiada nos ideais de originalidade, nacionalidade e autoria.

O esvaziamento do sentido de imitação presente nas práticas letradas anteriores ao advento de um regime propriamente literário pode ser encontrado na França pré-revolucionária, onde se configurou aquilo que Alain Viala<sup>19</sup> qualificou de o “primeiro campo literário”, ainda no curso do século XVII. Nesse sentido, pelo sucesso de interesses defendidos por diferentes grupos relacionados à cultura letrada, um dos elementos envolvidos no negócio do livro emerge pouco a pouco como o pólo principal da empreitada, concentrando sobre si os poderes de enunciação e definição de sentido da obra literária, definido sob a figura do autor. Essas variações decorrem, principalmente, de três dimensões da produção cultural relacionada aos textos, além do surgimento da imprensa tipográfica cerca de dois séculos antes. Segundo Jouhaud, o novo regime literário foi constituído a partir das interações estabelecidas entre a sociabilidade literária, o novo estatuto econômico e jurídico conferido à figura do autor e as configurações dos públicos leitores<sup>20</sup>. Montou-se um mercado sob uma configuração sociocultural favorável à disseminação mais intensa de romances, tratados e todo tipo de produção literária.

Entre os fatores relacionados ao primeiro desses aspectos, Jouhaud salientou a ação da *Académie Française* durante o século XVII e a autonomização dos escritores face às relações clientelistas que estruturavam a cena literária. Nesse processo, o mecenato tomou espaço em relação à “servidão literária”, possibilitando maior liberdade de ação e sociabilização propriamente literária. Essa variação interferiu no próprio estatuto jurídico dos

escritores, considerando que ocorreu, cada vez mais, uma retribuição explicitamente relacionada à produção de textos literários; os escritores gozavam de uma maior estabilidade econômica e o Estado esforçava-se em associar o direito de publicar obras literárias à sua proteção. Segundo o autor, a “propriedade literária [passa] a ser admitida por juízes contra os plagiários e vemos editores e grupos teatrais pagando o que já pode ser nomeado direitos autorais”.<sup>21</sup> Outro fator que teria favorecido a emergência do regime literário, seria o crescimento do público leitor e, principalmente, a estabilização da relação entre leitores, escritores e seus escritos. Constituiu-se, dessa forma, outro espaço de consagração das obras sobre o qual incidem apenas indiretamente os poderes classificatórios da *Académie*.

A concepção iluminístico-romântica da autoria que conferia ao escritor total autoridade sobre a obra produzida foi uma marca nesse projeto de definição do regime literário<sup>22</sup>. Segundo Martha Woodmansee, o “*autor*” era considerado, nesse momento, como sujeito “criador solitário de ‘obras’ únicas”, contrapondo-se à noção anterior que tomava essa mesma figura apenas como mais um “artesão” envolvido no ofício do livro<sup>23</sup>. Esse caráter inovador relacionava-se aos ideais do paradigma iluminístico-romântico, no século XIX, que defendiam a existência no texto de sinais da intenção individual de autoria,<sup>24</sup> capazes de promover – pela suposta mediação entre subjetividades, constituída nos momentos de fabricação e apropriação dos escritos – como um “encontro de mentes”.

Quanto ao caso da definição da literatura brasileira, deve-se considerar que seu cânone constituiu-se exatamente com base nesse tipo de abordagem apologética da noção de autoria, relacionada intimamente ao conceito de nação, como mostra Abel Barros Baptista:

A proposta de nacionalização literária que separasse uma literatura verdadeiramente brasileira da européia e em particular da portuguesa é européia na sua origem e no seu sentido, por ser (...) solidária da concepção de literatura e da atitude perante a tradição literária emergente no quadro da época: não se entende o Romantismo brasileiro se não se aceitar a idéia central de nacionalidade literária constitui uma aquisição européia que articula as tendências globais do Romantismo com a estruturação da instituição moderna que chamamos literatura. Neste sentido, o programa romântico brasileiro de nacionalização literária é, enquanto brasileiro, um momento especialíssimo da literatura portuguesa (...).<sup>25</sup>

Baptista evidencia, portanto, a natureza contraditória da proposta romântica de valorização da literatura nacional brasileira, notando sua implicação no desenvolvimento da tradição literária propriamente portuguesa. Parece-nos relevante investigar, portanto, como esse programa romântico brasileiro foi potencializado na relação com o argumento do plágio, tendo em vista que os argumentos relacionados tanto à autoria quanto à nacionalidade – implicados na recusa desse “crime literário” em relação a textos estrangeiros – funcionaram como balizadores do

cânone brasileiro. Esses aspectos justificam, desde já, um estudo relativo às ocorrências do plágio no Brasil no século XIX.

Como se sabe, a questão da nacionalidade na literatura brasileira fundamenta a produção de diversas obras críticas que visam estabelecer parâmetros de qualificação da escrita ficcional por estas terras, desde as primeiras críticas e programas da literatura até as produções mais recentes da história literária brasileira<sup>26</sup>. Em 1826, Ferdinand Denis escrevia seu *Resumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du Résumé de l'histoire littéraire du Brésil*, que serviu de referência para a afirmação da autonomia de uma literatura brasileira em relação à portuguesa. No mesmo ano, surgiu o *Parnaso Lusitano ou poesias seletas dos autores portugueses antigos e modernos*, de Almeida Garret. A partir dessas obras críticas e programáticas, a discussão sobre a autonomia da literatura brasileira passou a constar, de forma geral, da produção da crítica literária, ao longo do século XIX<sup>27</sup>. Entre essas discussões desenvolvidas, a ocorrência de acusações plágio crescia em importância, aparecendo com frequência cada vez maior nos periódicos brasileiros: uma consulta prévia de periódicos como o *Correio Mercantil*, a *Revista Popular*, o *Diário do Rio de Janeiro*, o *Farol Maranhense*, o *Liberal Pernambucano* e o *Correio da Tarde*, entre outros, aponta para um aumento de referências a ocorrências de plágio a partir da década de 1850, quando já se contava com um considerável número de estudos referentes à literatura, no Brasil. Além disso, o sentido conferido ao plágio torna-se mais definido, corroborando a compreensão corrente de “cópia da obra escrita por outrem”, apesar de se reconhecer uma sensível potencialização da acusação em casos em que o texto copiado fosse oriundo de literatura estrangeira. Em particular, quanto às acusações de plágio relacionadas à questão nacional, seja no interior da produção literária, ou, mais genericamente, em relação aos discursos políticos e científicos, destaquemos que, em 29 de abril de 1828, denunciava-se no *Farol Maranhense* o plágio desferido contra as “*Lições de direito público constitucional*” de Ramonsala. O plagiário, identificado apenas como Bandurra, recebe, segundo o autor da acusação,

todos os louvores, e mais honras do triunfo devidas àquele Escritor pela empresa de sua obra. (...) Eu entendo (...) que tais louvores ao Bandurra são muito mal dados, e inconsequentes: porque é preciso ser muito estolido, muito inepto, ou muito estúpido, não entender da arte crítica e não ter noção (...) da hermenêutica, para não conhecer que a obra não é do Bandurra, mas sim de Ramonsalas!!!

Outra questão que chama atenção, no caso aludido, toca num aspecto específico da prática do plágio, servindo à desqualificação do plagiador, pois, segundo a acusação, “as únicas matérias que desenvolve [o plagiário] são descomposturas a V. m. e ao Sr. Manoel Odorico Mendes, um Representante da Nação Brasileira que enche de glória a Pátria, que o

viu nascer”. Vemos, portanto, que à ilegitimidade do plágio contrapõe-se, no argumento do acusador, a legitimidade da personalidade atacada, algo que nos permite atentar para a atenção dispensada à questão pátria no discurso de valorização da obra literária, nesse momento. Da mesma forma, o *Correio Mercantil*, em matéria de 27 de outubro de 1860, aludia também à questão afirmando que “não (...) se pode separa[r] originalidade de nacionalidade: porquanto ser nacional (...) equivale a ter feições próprias suas, um caráter distinto e peculiar, uma fisionomia original; e não é nacional a literatura que não distingue um povo na comunhão dos outros povos”. O plágio aparece, portanto, como violação da ética discursiva que se procurava definir no contexto brasileiro, servindo como elogio da qualidade estética das obras plagiadas que, na maioria das vezes, eram estrangeiras. A desqualificação do crime de plágio serve, assim, à definição dos padrões da própria literatura, procurando estabelecer os padrões de produção letrada calcados na originalidade específica do caso brasileiro.

Vemos que a acusação de plágio aparece no Brasil como qualificação de um desvio à norma discursiva que se buscou construir e, ao que parece, não tanto como evidência da falta de talento do plagiário mas, sobretudo, como afronta à existência de uma literatura brasileira. A produção genuína não poderia ser devedora de quaisquer outras, principalmente se for referenciada às literaturas estrangeiras. O *plágio pátrio* era, então, atualizado como dispositivo desqualificador da literatura produzida nessas terras, tendo em vista que – na compreensão apontada pelo tratamento dessa matéria na crítica literário-científica analisada acima – esse tipo de produção qualificava o material copiado. Compreende-se, a potência da crítica naquele contexto em que se buscava forjar a literatura brasileira sob os fundamentos iluministas do gênio criador inspirado e autônomo. Nesse sentido, a condenação desses desvios aparece como tipo de disposição partilhada, de maneira geral, pelo grupo social entendido. Os plágios percorreram o percurso do sistema cultural daquele momento, classificados como não genuínos no esquema letrado e, por isso, excluídos da coleção literária que se buscava construir. Afora a relação patente que se estabelece entre estas duas zonas, cabe prestar atenção à possibilidade de que obras *não-autênticas* – tais como o plágio e a falsificação – integrem a lógica que rege o mercado cultural. Ainda que sejam desqualificados, os plágios não deixam de atuar na construção do cânone literário brasileiro.

---

<sup>1</sup> Um exemplo desse tratamento da questão é o dispensado por Joaquim Norberto de Sousa e Silva em sua série inacabada de artigos sobre a História da Literatura Brasileira: SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e. *História da Literatura Brasileira*. Roberto Acízelo de Souza (org.). Rio de Janeiro: Zé Mario Editor, 2002.

<sup>2</sup> Do francês “Il est impossible de fixer une limite précise à laquelle s’arrête la contrefaçon punissable, à laquelle commence le plagiat toléré”. Cf. POUILLET. Apud LUCAS, André. « Le droit d’auteur e l’interdit ». *Critique*, août-septembre, 2002, vol. 58, n. 663-664 (158 p.) p. 594.

- <sup>3</sup> PERROMAT AUGUSTÍN, Kevin. *El plagio en las literaturas hispánicas: Historia, Teoría y Práctica*. Tesis doctoral Université Paris-Sorbonne, 2010. p.11.
- <sup>4</sup> MIZUKAMI, Pedro Nicoletti. *Função social da propriedade intelectual: compartilhamento de arquivos e direitos autorais na CF/88*, p. 258.
- <sup>5</sup> WOODMANSEE, Martha; JASZI, Peter. *The Construction of Authorship: Textual Appropriation in Law in Literature*. Durham and London: Duke University Press, 1994.
- <sup>6</sup> É o caso de MENDES, Guilherme Tenório. “Bandidos literários: o plágio e as dimensões da escrita na Primeira República”. (1902 – 1930). *XIV encontro regional da ANPUH-Rio, Memória e Patrimônio*, 2010. Versão digital disponível em [http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276435994\\_arquivo\\_textoparaanpuh.pdf](http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276435994_arquivo_textoparaanpuh.pdf), acessado em 12 de agosto de 2012.
- <sup>7</sup> SANTIAGO, Oswaldo. *Aquarela do Direito Autoral: História - Legislação – Comentários*. Rio de Janeiro: Gráfico Mangione, 1946.
- <sup>8</sup> SCHNEIDER, Michel. *Ladrões de palavras: ensaio sobre o plágio, a psicanálise e o pensamento*. Tradução de Luiz Fernando P. N. Franco. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- <sup>9</sup> ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial. Salvador: UFBA*, 1999. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira & FERREIRA, Tania Maria T. Bessone da C. “O Medo dos ‘abomináveis princípios franceses’: a censura dos livros nos inícios do século XIX no Brasil”. *Acervo*, Rio de Janeiro, 4. (1): 113-119, jan./ jun. 1989.
- <sup>10</sup> AUGUSTI, Valéria. *Trajetórias de consagração: discursos da crítica sobre o romance no Brasil oitocentista*. Campinas, SP, 2006. Tese (Doutorado). RAMICELLI, Maria Eulália. *Narrativas itinerantes. Aspectos franco-britânicos da ficção brasileira, em periódicos da primeira metade do século XIX*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2009.
- <sup>11</sup> JOBIM, José Luís (Org.). *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- <sup>12</sup> HANSEN, João Adolfo. “Autor”. In JOBIM, José Luís (Org.). *Op. Cit.*, p. 28.
- <sup>13</sup> REIS, Roberto. “Cânon”. In: JOBIM, José Luís. *Op. cit.*, p. 79.
- <sup>14</sup> Os principais são *Diário do Rio de Janeiro*, 1821-58; *Astro de Minas*, 1827-39; *A Aurora Fluminense*, 1827-39; *O Correio da Tarde*, 1855-62; *Revista Popular*, 1859-62; *O Farol Paulistano*, 1827-1831; *Correio Mercantil*, 1830-36; *Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal*, 1848-68; *Minerva Brasiliense*, 1843-45; *O Liberal Pernambucano*, 1852-58.
- <sup>15</sup> MENDES, Guilherme Tenório. *Op. Cit.*
- <sup>16</sup> SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. *Op Cit.*
- <sup>17</sup> Os trechos desse primeiro volume foram todos publicados na *Revista Popular*, entre 1860 e 1861.
- <sup>18</sup> Capítulo 1 – Tendência dos selvagens brasileiros para a poesia (RP, 1859, p. 343-357); Capítulo 2 – Catequese e instrução dos selvagens brasileiros pelos jesuítas (RP, 1859, p. 287-303); Capítulo 3 – Da língua portuguesa; Capítulo 4 – Da literatura portuguesa (inéditos).
- <sup>19</sup> VIALA, Alain. *Naissance de l'écrivain*. Paris: Minuit, 1985. Ver também JOUHAUD, Christian. Histoire e histoire littéraire: naissance de l'écrivain (Note critique). *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*. 43º Anée, n. 4. Juillet-août, 1988.
- <sup>20</sup> JOUHAUD, Christian. « Histoire e histoire littéraire: naissance de l'écrivain (Note critique) ». *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*. 43º Anée, n. 4. Juillet-août, 1988. p. 851.
- <sup>21</sup> Ibidem, em tradução livre do texto em francês.
- <sup>22</sup> Um exemplo de estudo sobre a figura do autor é BENNETT, Andrew. *The Author*. London and New York: Routledge, 2005.
- <sup>23</sup> WOODMANSEE, Martha; JASZI, Peter. *Op. cit.*, p. 15.
- <sup>24</sup> RANDALL, Marylin. *Pragmatic Plagiarism: authorship, profit and power*. Toronto: Toronto Univ. Press, 2001. p. 58.
- <sup>25</sup> BAPTISTA, Abel Barros. *O livro agreste*. Campinas: Editora Unicamp, 2005. p. 26.
- <sup>26</sup> CANDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006; CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. 5.ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.
- <sup>27</sup> Dentre algumas produções mais importantes, podem ser citados os trabalhos de Januário da Cunha Barbosa e seu *Parnaso Brasileiro* (1829-1831); Gonçalves de Magalhães, e o *Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil* (1836); Santiago Nunes Ribeiro, *Da Nacionalidade da Literatura Brasileira* (1843); diversas obras de Joaquim Norberto de Sousa e Silva; Álvares de Azevedo, *Literatura e Civilização em Portugal* (1849-1850) e Francisco Adolfo de Varnhagen, *Ensaio Histórico sobre as Letras no Brasil* (1850).

## **NOTAS SOBRE OS CONVÊNIOS ESTABELECIDOS ENTRE O CONSELHO FEDERAL DE CULTURA E O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO.**

Jessica Suzano Luzes<sup>1</sup>

### **Resumo:**

O artigo tem como objetivo mostrar a análise parcial sobre as políticas culturais desenvolvidas pelo Conselho Federal de Cultura, responsável pelo setor cultural na ditadura civil-militar, efetivadas pela normatização de convênios, estabelecidos com instituições públicas de cultura, e também, com instituições privadas como os Institutos Históricos e Geográficos no período de 1966-1968.

**Palavras-Chave: Políticas públicas, Instituições culturais e IHGB**

### **Abstract:**

The aim of this article is to show the partial analysis on cultural policies developed by the Federal Council of Culture, responsible for cultural sector in dictatorship civil-military, actioned by standardization of arrangements established with public institutions of culture, and also, with private institutions such as the Institutes Historical and Geographical in the period of 1966-1968.

**Keywords: Public Policies, Cultural Institutions and IHGB**

### **Introdução**

Apresentaremos reflexões sobre a política cultural do Conselho Federal de Cultura, no período de 1966-1968, a partir das discussões dos conselheiros nos convênios tratados com o IHGB, e dos pareceres emitidos na *Revista Cultura*, avaliando a relação entre estabelecida do Conselho com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no cenário cultural republicano.

O Conselho Federal de Cultura (CFC) foi instituído pelo Decreto nº 74, de 21 de novembro de 1966, cuja atribuição principal era a elaboração da política nacional de cultura.

As pesquisas de Sérgio Miceli e Renato Ortiz apresentaram importantes reflexões sobre políticas públicas de cultura no Brasil, especialmente no período da ditadura militar de 1964-1984. Estes fazem alusão a formação do Conselho Federal de Cultura, mas entendem que a

efetiva ‘construção institucional’ do setor cultural ocorrera a partir da gestão Ney Braga, governo Geisel.<sup>2</sup>

No governo Geisel, entre 1974-1979, houve a implantação do primeiro projeto oficial amplo: a Política Nacional de Cultura, efetivando a presença do Estado na área cultural. Para Miceli (1984, 57) pela primeira vez na história republicana, o Estado elaborou referências para orientar o setor cultural.

Contudo, pesquisas recentes sobre o Conselho Federal de Cultura dedicaram-se a compreensão de seu funcionamento entre anos finais da década de 1960 e no início da década de 1970, adotou uma política cultural com viés regionalista que estimulou parcerias entre diferentes instituições tanto da própria esfera federal quanto da estadual e municipal, consolidada por uma estrutura normativa e uma prática efetiva.<sup>3</sup>

### **Institucionalização do Setor Cultural a partir do Conselho Federal de Cultura**

A fala de Josué Montello, presidente do Conselho entre 1967-1968, analisada por Maia (2010) mostrou a imagem que o novo órgão construía de si próprio, especialmente, na diferenciação do antigo Conselho Nacional de Cultura (CNC)<sup>4</sup>, pois localizava o CFC na organização política brasileira federalista, estimando a visão regionalista de cultura, nitidamente uma oposição entre o nacional e o federal, na qual se considerava a variedade regional território de dimensões continentais como o Brasil.

Nesse sentido, não pretendia impor uma política de cultura, única, de caráter nacional, mas coletar de cada região do país as aspirações, tendências e tradições que fomentariam a construção de um Plano Nacional.<sup>5</sup>

A autora entende que o CFC instaurou uma nova lógica de políticas culturais preocupando-se com a produção e distribuição de bens culturais, sendo caracterizado pelas expressões ‘fórum da cultura nacional’ e de “senado da cultura” por Afonso Arinos de Mello Franco, e incorporada por Josué Montello, cuja função era orientar e legislar as políticas culturais.

Os diferentes requerimentos de auxílio eram distribuídos entre quatro grandes áreas de conhecimento, organizadas em câmaras: artes, letras, ciências humanas, patrimônio histórico e artístico nacional, sendo que também havia uma comissão de legislação e normas exercendo o papel de uma quinta câmara. Inicialmente havia vinte e quatro membros designados pelo presidente da república, distribuídos por tais câmaras.

Cada câmara recebia demandas diversas como pedidos de auxílio, reconhecimento, apoio, estudos, etc. Estas distribuídas, e analisadas pelas respectivas áreas. Após uma avaliação inicial, emitiam-se pareceres para serem votados em reunião plenária.

Lia Calabre<sup>6</sup> afirmou que já na segunda metade do ano de 1972, o órgão passava por dificuldades financeiras, fazendo com que inúmeros projetos não fossem apoiados na íntegra, chegando a negar auxílio para a maioria destes. Mesmo com problemas, o CFC teve um papel relevante, pois ajudou na regularização e institucionalização da cultura brasileira, ocasionando em mudanças significativas nos programas e políticas culturais.

Uma das estratégias para a consolidação desta política foi o patrocínio de Encontros que reuniam representantes das esferas federal, estadual e municipal. A partir destes eventos, produziram-se sínteses publicizadas na Revista Cultura. Lílian Costa<sup>7</sup> analisou as questões discutidas na I Reunião dos Conselhos de Cultura, realizada nos dias 22,23 e 24 de Abril de 1968<sup>8</sup>, especialmente, e explicou a importância das Casas de Cultura para política estatal.

As Casas de Cultura tinham como referência política cultural francesa “inventada” em 1959 com a criação de um ministério responsável pelos Assuntos Culturais na França, cujo ministro era André Malraux. Tal política era marcada pela oposição à idéia de instituição, e buscava desenvolver espaços culturais nas províncias francesas.

Malraux desenvolveu uma política na qual tudo que ocorresse em Paris deveria alcançar o interior do país, permitindo equiparar o acesso aos bens culturais, até então, restritos aos setores elitizados da sociedade. Além disto, pretendia substituir a cultura universal pelo “espírito de província”, valorizando comportamentos e aspectos culturais associado às diversas províncias que formariam a nação francesa.

A importância do projeto Casas de Cultura estava na formação de novos espaços que seriam responsáveis pela difusão cultural, com atividades múltiplas como as salas para as exposições de artes plásticas, discotecas com locais para audições coletivas, cabines ou sistemas de fones para audição individual e serviço de empréstimo de discos.

Costa revelou que no Brasil este princípio de valorização das questões regionais estava presente em todos aqueles projetos que consideravam as especificidades das regiões, em especial, a política cultural do CFC que também investiu na disseminação das Casas de Cultura adaptadas à realidade brasileira.

Para este primeiro encontro foram convocados pelo Decreto nº 62.256 de 12 de fevereiro de 1968: os conselhos estaduais (com um membro de cada estado), representantes do Ministério e do Conselho de Educação, além de diretores de instituições nacionais como: Biblioteca Nacional, Instituto Nacional do Livro, Instituto Nacional do Cinema, Museu Histórico



Nacional, Museu Nacional de Belas Artes, Serviço Nacional do Teatro, Serviço de Radiodifusão Educativa e Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Os convidados foram distribuídos em equipes conforme as grandes áreas de conhecimento em que se dividiam tradicionalmente as Câmaras (Artes, Letras, Humanas, Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), e assim realizadas discussões sobre problemas e realidades de cada estado. Nestes subgrupos, os representantes dos Conselhos Estaduais fizeram exposições sobre as carências de sua região, e, os então, Conselheiros Federais realizavam perguntas e recomendações.

Uma das expectativas do evento CFC era que a partir destas reuniões houvesse a progressiva implantação dos Conselhos Municipais de Cultura, e para tal fora distribuído até um formulário que pretendiam fazer um “zoneamento cultural do país, para complementação das instituições de cultura na sede do município ou a implantação das Casas de Cultura.”<sup>9</sup>

Desta forma, não eram apenas as instituições culturais já consagradas que conseguiram lugar nos anteprojetos do Plano Nacional de Cultura (PNC), mas também, os espaços culturais regionalizados que podiam receber recursos, assessoria de planejamento do setor cultural, através de convênios avaliados e aprovados por representantes dos conselhos estaduais de cultura, conselhos municipais de cultura ou secretarias de educação e cultura.

Lílian Costa (2011) explicou que era através dos convênios que se faziam os repasses aprovados em sessão plenária para as entidades culturais. Destacou que metade dos recursos destinava-se à região Sudeste do país, no então estado da Guanabara.

A concentração de recursos na capital federal foi visível, também, nos estudos Paz (2011) que ressaltou a divisão de recursos entre as instituições nacionais e regionais, no ano de 1968, mostrando que no total de 25 milhões de cruzeiros novos fora dividido em 20 milhões para as primeiras, restando às segundas o valor de 5 milhões.

Nesse sentido, a distribuição de recursos evidenciou que, efetivamente, o Plano tinha como princípio as instituições culturais reconhecidas como ‘nacionais’, que continuavam a ter mais estrutura para desenvolver projetos culturais, e passariam a disseminar a cultura para as unidades regionais, de forma inversa à proposta de regionalização divulgada nos documentos produzidos pelo Conselho. Paz salientou que dos programas nacionais, em maior parte, encontram-se direcionado à conservação de acervo e divulgação de cultura em campos variados.

No universo de 338 convênios, Costa verificou que 16% foram consolidados com Conselhos de Cultura, Secretarias ou Prefeituras, ou seja, órgãos oficiais dos estados e 12% com as Academias de Letras e Institutos Históricos e Geográficos.

A autora fez um mapeamento detalhado dos convênios relacionando ano, órgãos, o tipo de solicitação e o estado de origem.

Ano	Órgão	Assunto	Área	Estado
1969	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte	Manutenção e conservação dos prédios e dos pertences do Instituto	Reforma/Restauração	Natal- RN
1969	Instituto Histórico e Geográfico do Pará	Material para exposição do acervo	Equipamentos	Belém-PA
1969	Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais	Aquisição de equipamentos e mobiliário da Biblioteca e salão nobre das reuniões e conferências	Equipamentos	Belo Horizonte - MG
1969	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	Pagamento de pessoal e aquisição de material de consumo	Pagamento de pessoal	Guanabara-RJ
1970	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte	Edição e Publicação de trabalhos de cunho histórico relacionados a História do Rio Grande do Norte	Publicação	Natal- RN
1970	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	Publicação e aquisição de obras	Publicação	Guanabara-RJ
1970	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	Custeio do Instituto em 1971	Subvenção social	Guanabara-RJ
1970	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	Pagamento de Técnicos que farão o levantamento do material ilustrativo a ser utilizado em exposições no Ano dos Sesquicentenário da Independência e aquisição dos materiais	Pagamento de pessoal	Guanabara-RJ
1973	Instituto Histórico e Geográfico da Bahia	Realizar o 3º Congresso de História de Salvador - BA	Seminários/Conferências	Salvador-BA
1973	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	Pagamento de pessoal técnico especializado para trabalhar na elaboração, catalogação e preparo gráfico da obra "Paraguassu"	Pagamento de pessoal	Guanabara-RJ
1973	Instituto Histórico e Geográfico Alagoas	Impressão do livro "O Estado de Alagoas na Guerra da Independência", em comemoração ao Sesquicentenário da Independência do Brasil. (Recurso assistência a entidades culturais e criação de casas de cultura)	Publicação	Maceio-AL
1974	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte	Restauração e organização da biblioteca	Reforma/Restauração	Natal- RN

**Fonte:** Costa (2011: 104-127)

Do qual destacamos os relativos ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Ano	Assunto	Área	Estado
1969	Pagamento de pessoal e aquisição de material de consumo	Pagamento de pessoal	Guanabara-RJ
1970	Publicação e aquisição de obras	Publicação	Guanabara-RJ
1970	Custeio do Instituto em 1971	Subvenção social	Guanabara-RJ
1970	Pagamento de Técnicos que farão o levantamento do material ilustrativo a ser utilizado em exposições no Ano dos Sesquicentenário da Independência e aquisição dos materiais	Pagamento de pessoal	Guanabara-RJ
1973	Pagamento de pessoal técnico especializado para trabalhar na elaboração, catalogação e preparo gráfico da obra "Paraguassu"	Pagamento de pessoal	Guanabara-RJ

**Fonte:** Costa (2011: 104-127)

O estudo de Costa não encontrou convênio no ano de 1967, somente um nos anos de 1968 e 1973, sendo o maior número de convênios firmados em 1970 com um total 82 e em 1973 com 78. Todavia, esta pesquisa encontrou a partir da análise minuciosa dos convênios pedido anterior à formação do Conselho, e discussões nos anos de 1967 e 1968 nos convênios não publicizados nestes anos pela Revista, mas sim posteriormente.

### **Estudo de caso: O convênio 1279/68 – Sobre as comemorações Cabralinas**

A análise parcial da documentação do Conselho mostrou que as solicitações dos Institutos Históricos e Geográficos eram sempre avaliadas pela Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CPHAN). Nos dedicaremos aos convênios, processos e pareceres publicados na *Revista Cultura* relativos as solicitações do Instituto Histórico Brasileiro (IHGB), o primeiro, fundado em 1838.

Tatyana Maia verificou que havia recorrência dos Conselheiros na Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CPHAN) e na Comissão de Legislação e Normas (CLN), esta última dedicada à criação de uma rotina de cultura objetivando uma maior sistematização do setor.

A primeira composição da Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CPHAN) era formada por: Rodrigo de Mello Franco e Andrade (Presidente), Afonso Arinos, Hélio Vianna, Dom Marcos Barbosa, Raymundo Castro Maia. E a Comissão era formada por Afonso Arinos de Mello Franco, Gustavo Corção, Hélio Vianna, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt e Rodrigo Mello Franco e Andrade. E assim, dos 5 conselheiros da CPHAN, 3 constituíam a Comissão de Legislação e Normas.

Maia (2010) afirmou que a presença de membros da Câmara do Patrimônio na Comissão poderia ser explicada pela relevância da área do patrimônio para o Conselho e na confiança nestes intelectuais que estruturaram as políticas de preservação do patrimônio na década de 1930, bem sucedidas.

Nesse sentido, a autora acredita que os intelectuais convocados a integrar os novos cargos públicos utilizam muitos dos critérios já estruturados pela elite cultural existente. E assim, o modelo de preservação do antigo SPHAN se apresenta nos discursos e critérios de avaliação do CFC.

O convênio 1279/68, estreado por uma carta timbrada do IHGB, datada em 20/03/1968, e assinada por Américo Jacobina Lacombe, vice-presidente da instituição. Esta foi direcionada ao presidente do CFC, Josué Montello, e recebe o parecer final de Pedro Calmon e Rodrigo de Melo Franco e Andrade.

Maria Madalena Diegues Quintella<sup>10</sup> desenvolveu um estudo sobre as elites culturais no Brasil na década de 1970, e assinalou recorrências de um seletivo grupo de intelectuais nos espaços culturais da época como o IHGB e o CFC.

Estas instituições atuavam quase sempre em parceria, e que tais relações não aconteciam apenas a nível institucional, podendo também ocorrer entre os membros dos grupos que desempenham funções relevantes nos diferentes estabelecimentos. Ou seja, o pertencimento em tais espaços passava por critérios subjetivos, sendo necessário estar inserido em sociabilidades particulares, o que implicava no exercício de atividades e comportamentos próprios do grupo ao qual se identificam.

*“Para estes gastos, solicita o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o auxílio do Conselho Federal de Cultura, consoante expediente anterior, que já mereceu a aprovação em tese do referido Conselho.”<sup>11</sup>*

E, em seguida, discriminou as despesas da seguinte forma:

<b>Finalidade</b>	<b>Valor NCr\$</b>
Custo das lápides a serem inauguradas em Santarem, Belmonte e Restelo	30.000,00
Custo das lápides a serem inauguradas em Porto Seguro e Baía Cabralia	20.000,00
<b>Cursos sobre o Descobrimento, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:</b>	
2 convidados portugueses (passagens)	4.000,00
Hospedagens etc.	2.000,00
Serviços extraorfinário - secretaria	3.000,00
Participação cultural em Lisboa e Santarem	18.000,00
<b>Colóquio Luso Brasileiro (setembro)</b>	
14 convidados estrangeiros (passagens)	32.000,00
Hospedagem, etc.	10.000,00
Serviços extraordinários - Secretaria	6.000,00
<b>Exposição cartográfica e bibliográfica:</b>	
Organização, instalação etc.	50.000,00
<b>Total</b>	<b>NCr\$175.400,00</b>

Na segunda página da carta, acrescentada em 23/03/1968, informou que no “Plano de Aplicação do elemento despesa 4.1.2.0 – Serviço em Regime de Programação Especial para 1968, elaborado pela Secretaria Executiva, consta”:

*3.0 – Outros encargos, inclusive o Vº Centenário de Nascimento de Pedro Álvares Cabral, descobridor do Brasil... NCr\$230.000,00 por onde poderão ocorrer perfeitamente as despesas com as Comemorações Cabralinas no presente processo.<sup>12</sup>*

A Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CPHAN), em 26/04/1968, emitiu o parecer assinado por Rodrigo de Melo Franco e Andrade. Inicialmente, Rodrigo reafirmou a existência de parecer favorável, relatado pelo Conselheiro Hélio Vianna, na sessão de 19/10/1967, no qual havia sido aprovado pelo plenário o processo nº 61.782/67, que destinava o valor de NCr\$300.000,00 (trezentos mil cruzeiros novos) para as despesas das Comemorações do 5º Centenário do nascimento de Pedro Álvares Cabral.

Mas, no decorrer da carta, Rodrigo solicitou maiores esclarecimentos a respeito dos dispêndios, mesmo sendo o valor inferior ao montante concedido ao IHGB. O conselheiro alegou ser “enormemente exagerada a despesa estimada para as ‘lápides a serem inauguradas em Pôrto Seguro e Baía Cabrália’, ponderando que

*“as demais despesas incluídas nas especificações em causa parecem-lhe desproporcionadas, em seu total muito avultado e em cada ítem em particular, comparadas com as dotações mesquinhas atribuídas aos órgãos de cultura da União para o exercício das respectivas atribuições no ano corrente.”<sup>13</sup>*

Desta forma, sugere a redução dos valores mencionados. No caso das “lápides a serem inauguradas em Pôrto Seguro e Baía Cabrália, seja ela reduzida à metade, isto é, a NCr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros novos)”, e também em relação à “Pôrto Seguro, pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN)<sup>14</sup> é estimada em NCr\$8.595,60 (oito mil quinhentos e noventa e cinco cruzeiros novos e sessenta centavos), aplicando-se o saldo na feitura e instalação de uma lápide na Baía Cabrália.”

Verificamos que Rodrigo realizou uma consulta ao campo especializado em questões culturais a respeito dos custos das lápides a serem inauguradas em Pôrto Seguro e Baía Cabrália. Na verdade, o intelectual em questão foi fundador e diretor do Iphan desde 1937, e em 1946 foi o primeiro presidente da DPHAN. Serviço, Departamento ou Instituto são variações administrativas da área considerada a experiência institucional pública mais bem sucedida no setor cultural. Rodrigo Melo Franco dirigiu tal serviço de 1937 a 1966 quando se aposenta do

cargo, assumindo em 1967, a presidência da Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CPHAN).

Na página seguinte, o conselheiro Pedro Calmon concordou a redução dos custos proposta por Rodrigo, e evidenciou sua dupla posição no cenário cultural, enquanto representante das políticas públicas de Estado, que deve auxiliar diferentes instituições culturais, e como presidente do IHGB, focado nos próprios interesses do Instituto.

“Tendo em vista a conjuntura financeira, e dado o que pondera o relator, julgo que o pedido poderá ser reduzido de NCr\$75.000,00(setenta e cinco mil cruzeiros novos) de modo a não ultrapassar o total de NCr\$100.000,000 (cem mil cruzeiros novos) em vez de Ncr\$175.000,00 (cento de setenta e cinco mil cruzeiros novos) solicitados. Incluir-se-á na despesa o marco de Pôrto Seguro.

Abster-me-ei de votar nesta matéria pela circunstância de ser no momento presidente da venerada instituição requerente do auxílio, embora este se enquadre nos propósitos do Governo definidos pela Comissão Nacional das Comemorações do V Centenário de Pedro Álvares Cabral.”<sup>15</sup>

### Considerações finais

Os documentos examinados mostram que apesar da existência de um sócio pertencente à alta hierarquia do IHGB, Josué Montello, e, possivelmente, a grande importância das relações informais estabelecidas entre estes, conforme observado por Quintella, isto não garantia a disponibilização imediata de recursos ambicionados. Isto porque, mesmo existindo parecer favorável para liberação de determinados valores, os conselheiros realizavam uma avaliação detalhada das finalidades, declinando valores exagerados, mesmo sendo estes inferiores ao montante ao direcionado ao IHGB.

---

<sup>1</sup>Atualmente cursa o mestrado acadêmico em História, Política e Bens Culturais do CPDOC - PPHPBC da Fundação Getúlio Vargas. E-mail: jessicaluzes@fgvmail.br. Orientadora Lúcia Lippi e Co-orientadora Lia Calabre.

<sup>2</sup> MICELI, Sérgio (org) *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: Difel/Idesp, 1984.

ORTIZ, Renato. “Estado autoritário e Cultura”. In: \_\_\_\_\_ *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense: 1986.

<sup>3</sup> MAIA, Tatyana. A. ‘*Cardeais da cultura nacional*’: *O Conselho Federal de Cultura e o papel cívico das políticas culturais na ditadura civil-militar (1967-1975)*. Tese de Doutorado: Departamento de História. UERJ. 2010.pp. 63-98.

COSTA, LÍlian Araripe Lustosa da. *A política cultural do Conselho Federal de Cultura (1966-1976)*. Dissertação de mestrado: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. FGV. 2011.

PAZ, Vanessa Carneiro. *Encontros em defesa da cultura nacional: O Conselho Federal de Cultura e a regionalização da cultura na ditadura civil-militar (1966-1976)*. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História. 2011;

<sup>4</sup> O início dos investimentos em políticas públicas de cultura ocorreu com a implementação de um conselho técnico para a área da cultura, o Conselho Nacional de Cultura (CNC), em 1938, atentando que tradicionalmente os conselhos técnicos eram direcionados à área da política econômica, como o Conselho Nacional do Café (1931), o Conselho Federal de Comércio Exterior (1934). Os poderes vinculados a estes variavam, e podiam ser de caráter

---

normativo e deliberativo, ou apenas consultivos. (Calabre, 2010). Contudo, não houve no governo Vargas (1930-1945) a efetivação do CNC, sendo resgatado na década de 1960, quando foram criados os conselhos municipais de cultura e os conselhos estaduais de cultura, como também, os conselhos estaduais e municipais de patrimônio cultural.

<sup>5</sup> CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. “Conselho Federal de Cultura inicia primeira etapa do Plano de Emergência de Cultura (1967). *CULTURA*. MEC: Rio de Janeiro, ano 1, nº 5, novembro de 1967, pp. 75-76. *apud* Maia, 2010:65.

<sup>6</sup> O Plano Nacional de Cultura (PNC) fora redigido em 3 anos diferentes: 1968, 1969 e 1973, mas não conseguiu a aprovação do Congresso Nacional, pois a consultoria da presidência da República defendia que tal ação não era responsabilidade do Conselho. Contudo, os debates sobre este possibilitaram a visibilidade das questões culturais, inexistente até então, e incentivaram no interior do aparelho estatal discussões sobre problemas vividos no setor cultural. (Costa, 2011)

<sup>7</sup> Costa (2011)

<sup>8</sup> Revista Cultura, nº 10, 1968.

<sup>9</sup> Discurso do presidente do CFC Josué Montello, proferido durante I Reunião Nacional dos Conselhos de Cultura realizada em Brasília, nos dias 22,23 e 24 de abril de 1968. (Cultura, 1968)

<sup>10</sup> QUINTELLA, Maria Madalena Diégues. “Cultura e poder ou espelho, espelho meu: existe alguém mais culto do que eu?” In: MICELI, Sergio (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

<sup>11</sup> Processo 1278/68, datado em 20/03/1968, página 1.

<sup>12</sup> Processo 1278/68, datado em 20/03/1968, página 2.

<sup>13</sup> Processo 1278/68, datado em 20/03/1968, página 4.

<sup>14</sup> Atentamos a variada denominação referente a tal órgão. De 1946 a 1970 mudou para Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN); no período seguinte, 1970 a 1979, recebeu o nome de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); entre 1979 a 1990, tornou-se Secretaria (SPHAN) que em 1990 foi extinta por decreto, e passou a funcionar como Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC) até 1994; deste ano em diante, voltou a ser Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

<sup>15</sup> Processo 1278/68, datado em 20/03/1968, página 5.

## **Golpe, democracia e abertura política: a imprensa no Ceará e o fim da ditadura militar.**

João Batista Teófilo Silva \*

### **Resumo**

As discussões aqui levantadas fazem parte de minha pesquisa de mestrado, ora em desenvolvimento, cujo objetivo é compreender a atuação dos jornais cearenses *Correio da Semana* e *O Povo* durante o processo de abertura política (1974-1985). Para o artigo em questão, discutiremos que memórias estes jornais estavam construindo sobre o golpe de 1964 no contexto da abertura política, como se posicionaram em relação à abertura “lenta, segura e gradual”, e que significados atribuíram, naquele momento, ao conceito de democracia.

**Palavras-chave:** Imprensa – Ditadura – Abertura política

### **Abstract:**

The discussions which are brought here are part of my master's research, currently under development. It aims to understand the role of Ceará's newspapers *Correio da Semana* and *O Povo* during the Political Opening period (1974 - 1985). This article raises questions about what memories were these Newspapers building about the 1964 coup, within the political opening context. It also explicit their positions concerning the "slow, gradual and safe" Opening and what significance was attributed by the newspapers at the time, to the concept of democracy.

**Keywords:** Press - Dictatorship - Political Opening

A partir da perspectiva da História Social, entende-se a imprensa e sua linguagem não como reflexos da sociedade, mas como prática social<sup>1</sup>, que constitui memórias e está inserida num campo de correlação de forças capaz de produzir representações<sup>2</sup> sobre a realidade a partir de seus discursos que, embora sejam defendidos como neutros, como uma simples narrativa sobre os acontecimentos, partem de um lugar político que nos evidencia sua natureza.

---

\* Mestrando em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). É membro do Núcleo de Estudos Culturais: História, Memória e Perspectiva de Presente (NEC-PUC-SP), atuando na linha de pesquisa "Memória, Imprensa e Hegemonia". Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria do Rosário da Cunha Peixoto. *Email:* jteofilogessinger@hotmail.com



Pensá-la, pois, como *reflexo* da realidade ou, ainda, como simples *opinião*, impede de compreendê-la enquanto prática social, que atua na produção de hegemonia, articula uma compreensão de temporalidade, diagnostica o passado e o presente, e, certamente, na produção de memórias (o que lembrar, como lembrar, o que esquecer, quem é protagonista, quem é antagonista etc.). Compreender a imprensa, pois, em sua historicidade, é o princípio norteador das discussões aqui propostas.

Longe de ser um ator que tão somente *informou* a sociedade brasileira sobre o desenrolar daqueles acontecimentos, parte significativa da imprensa brasileira atuou diretamente na articulação que culminou com a derrubada do presidente do João Goulart. Fora, portanto, parte do processo, ingrediente<sup>3</sup>. Aliás, é importante pensar os eventos históricos contemporâneos dentro de uma perspectiva que contemple a força ativa dos meios de comunicação na elaboração de consensos e dissensos, na legitimação de forças políticas, na mobilização da opinião pública ou, ainda, “como veículo de formação cultural e moral do povo”<sup>4</sup>. No que diz respeito ao momento da abertura política, historiadores, cientistas políticos, jornalistas e sociólogos apontam que a imprensa ocupa papel importante, ao lado de outros segmentos sociais, como Igreja Católica, movimento estudantil, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e a própria Associação Brasileira de Imprensa (ABI), contra a ditadura militar.

Considerando atuação da imprensa no processo de abertura política, é oportuno enfatizar o risco de uma leitura binária que reduza o campo de lutas políticas desse período em dois blocos homogêneos e antagônicos, divididos entre aqueles que queriam à volta da democracia, por um lado, e, por outro, aqueles que desejavam que os militares continuassem no poder, ou seja, a permanência da ditadura. É preciso levar em consideração os distintos projetos defendidos, as diferentes concepções de democracia e de luta democrática no interior das esquerdas daquele momento<sup>5</sup>, e, numa dimensão mais ampla, modelos distintos de uma nova sociedade que seria erigida sobre os escombros da ditadura militar. Faz-se, pois, necessário, pensar o processo em questão como algo mais complexo, permeado por conflitos, correlação de forças e objetivos distintos. Logo, não caberia, aqui, fazer uma problematização da imprensa a partir dessa leitura binária, maniqueísta, reducionista e equivocada, pois, simplificar o debate em ser *a favor* ou *contra* a abertura política ou à própria ditadura, não responderia nossas questões e tampouco nos faria perceber as ambivalências existentes no período.

Considero pertinente a provocação feita pelo historiador Daniel Aarão Reis que, referindo-se sobre a memória de que todos foram resistentes e democratas, questiona: como então pôde uma ditadura se manter por 21 anos? Pensar o processo histórico sob esse ângulo, esconde, evidentemente, as relações de apoio, a legitimação, e também um contexto marcado pelo consenso e consentimento em torno de um regime autoritário.<sup>6</sup>

No que diz respeito à imprensa, considero que tal memória fora constituída, de certa forma, não somente pelos veículos de comunicação. A própria história, guardadas as devidas proporções, fora impregnada por essa memória. Salvo algumas exceções, sobretudo no que diz respeito à imprensa alternativa<sup>7</sup>, atento para a importância de se evidenciar os limites dessa leitura, marcada pela memória de uma imprensa resistente, democrática e que combateu à ditadura militar. Atentar para esses limites implica considerar determinadas especificidades e desvencilhar-se de uma perspectiva homogênea, considerando as complexidades dos processos históricos e os sujeitos que deles fazem parte.<sup>8</sup>

Tentando dar conta das questões aqui levantadas e como elas se articulam com um contexto mais amplo, marcado pela abertura política, prossigo com esta discussão considerando as problemáticas levantadas inicialmente.

Pensando nos tempos de abertura política e na memória sobre esse período que coloca a imprensa entre aqueles que resistiram e ajudaram a combater a ditadura, interessa-nos, problematizar como, em tempos de abertura, os jornais estudados construíram seu discurso sobre a “revolução” de 1964; que memórias sobre a ditadura estavam sendo construídas e reconstruídas naquele momento, quando a conjuntura política fora marcada pelos debates em torno da (re)democratização que permearam a agenda pública no país por uma década.

Tanto *Correio da Semana* como *O Povo* trazem consigo um discurso que coloca o golpe de 1964 num patamar salvacionista, por meio de um discurso legitimador que coloca os fatos, evidentemente, na condição de revolução. Longe de colocarem-se contra o golpe, num momento em que a pauta da política nacional fora fortemente marcada pela temática da abertura política, tais jornais, a despeito de em determinadas situações criticarem o que consideram como sendo um desvio dos “propósitos democráticos” da “revolução”, marcado pelo arbítrio e ausência do que consideram como sendo uma “democracia plena”, o que prevalece, em essência, é uma atitude marcada pela legitimação e pelo consentimento em torno do golpe e da ditadura.

O *O Povo* é enfático: “Político e revolucionário, eis uma tradição do O POVO. Não haveria de faltar agora com a sua simpatia e o seu apoio à Revolução de 64, pelos princípios que a nortearam e pelos objetivos que se propôs”<sup>9</sup>. O *Correio da Semana* tem em seu discurso o mesmo tom: “Decorridos dez anos da revolução, a nação brasileira ainda sente alguns efeitos benéficos de sua ação saneadora. Não fora uma atitude enérgica, no momento oportuno, não sabemos como teria sido possível salvarmo-nos do caos (...)”<sup>10</sup>.

Apreende-se também dos discursos analisados, uma equivalência entre história (ao revisitar o passado, tais jornais forjam sua versão da história) e memória (no caso em questão, a *memória golpista*, evidentemente). Trata-se, igualmente, de uma legitimação de determinada memória, que atua também no campo da adesão, do consenso. Uma memória que, como sugere Pierre Laborie, intervém na fabricação da opinião pelas representações dominantes do passado, através de um processo de validação social que pode ser amplificado pela mídia<sup>11</sup>.

Em relação ao processo de abertura política e considerando as posições adotadas pelos jornais pesquisados durante o processo, faz-se necessário trazer à luz algumas ponderações. Nesse sentido, é importante considerar a multiplicidade de lutas e de pautas que marcaram o processo, fazendo um contraponto à perspectiva lenta, segura e gradual preconizada pela ditadura, que significava muito mais uma institucionalização do regime e não uma mudança brusca numa correlação de forças, haja vista o caráter de uma transição pactuada que não significou, de imediato, a apuração de crimes contra os direitos humanos e a condenação dos agentes envolvidos, conforme ocorrera em outros países assolados por ditaduras<sup>12</sup>. Assim, afirmar que determinado jornal fora a favor à abertura exige indagar em quais circunstâncias se deu tal apoio e que sujeitos e projetos foram legitimados nesse processo.

As discussões sobre a abertura política surgem nesses jornais muito mais como um desfecho do “processo revolucionário”, - que teria como objetivo maior a democracia, “ameaçada” noutros tempos pelo governo de João Goulart - do que como um processo de lutas contra a ditadura, permeado por distintos segmentos sociais e pautas diversas. Assim, a abertura defendida pela ditadura, que se impunha como controladora absoluta do processo, encontra legitimação tanto no jornal *Correio da Semana* como no *O Povo*. Não surge, pois, como um imperativo de luta que se contraporía à ditadura civil-militar, ainda que os temas caros ao regime, como torturas, violações dos direitos humanos (este ponto é tratado, sobretudo, pelo jornal católico *Correio da Semana*, reverberando, em certa medida, a própria

atuação de setores da Igreja Católica em torno do tema), censura etc, ainda que isso não comprometa, em essência, a relação de consentimento entre esses jornais e o regime e sua causa maior, a “revolução”.

Em editorial publicado em abril de 1976, o jornal *O Povo* defende uma abertura política afinada com as prerrogativas da ditadura, afirmando que, “(...) para que o processo seja vitorioso há necessidade de (...) entendimento (...) colaborando com o presidente e evitando (...) as pressões indevidas, que só podem gerar (...) as contrapressões (...)”<sup>13</sup>. Em 1979, com a posse de Figueiredo, o *Correio da Semana*, demonstrando expectativa com a sua posse, traz a ideia da “restituição” da democracia e dos direitos humanos como uma benesse governamental, abstraindo, dessa forma, a trajetória de lutas que se desenhou em torno desses temas, sobretudo por parte de setores da própria Igreja Católica. Figueiredo parece surgir aos olhos do jornal como alguém alheio à ditadura, alheio ao arbítrio que lhe era inerente. Sua escolha, também de forma indireta, indica representar para o jornal não a continuidade da ditadura: “O Presidente Figueiredo reafirmou com ênfase restituir aos brasileiros o governo de Democracia, o respeito aos direitos humanos (...)Excelente o plano de governo. Que Deus o ilumine e que realmente o general Presidente faça desaparecer o autoritarismo (...)”<sup>14</sup>.

As posições desses jornais em relação ao tema da abertura indicam, pois, uma atuação em defesa de uma abertura política que não se coloca como uma bandeira de luta contrária ao regime, mas a favor dele, dentro da perspectiva lenta, segura e gradual, que põe a abertura como um desfecho do “processo revolucionário”, ao passo que abstrai a condição de luta pela (re)democratização, forjando uma visão de democracia consentida e não conquistada.

Ainda que se fale em democracia, é importante entender como o conceito é articulado pelos jornais com a realidade vivida no momento. Parece ser consenso, hoje, a compreensão de duas formas de governo nitidamente opostas, que viriam a caracterizar o período de 1964 a 1985 como uma ditadura, e de 1985 até os dias atuais como uma democracia.

Entretanto, o uso do conceito de ditadura para caracterizar o regime vigente entre 1964 e 1985, é uma construção *a posteriori* se formos pensar, de maneira bastante genérica e sem grandes rigores, na atuação da imprensa ou dos meios de comunicação em geral. Excetuando-se a própria imprensa alternativa e, evidentemente, os opositores do regime, o conceito de ditadura não fora comum à época de sua vigência.

Ainda que o conceito de ditadura nos pareça preciso para caracterizar aqueles anos, considero importante pensar, em nível de memória social, como identificavam o governo os seus contemporâneos? Ou, ainda, como a imprensa, importante instrumento que atribui diagnósticos à realidade, a ele se referiu? O que para esta imprensa significava o conceito de democracia naquele momento e que relações estabeleciam com a realidade histórica à sua volta?

Referindo-se aos resultados da eleição de 1974, o jornal *O Povo*, através de seu editorial intitulado “Democracia”<sup>15</sup>, um título deveras significativo para a discussão que ora levanto, coloca que a aceitação dos resultados por parte do governo indica um “fortalecimento do regime democrático”, que naquele momento não mais se encontrava dominado pelo “medo dos fantasmas”, se referindo, ao que tudo indica, ao passado “pré revolucionário”, reforçando a dimensão salvacionista do golpe que os militares atribuíram a si mesmos. O jornal age da mesma maneira quando confere para a eleição indireta para o governo do Ceará um caráter democrático, compactuando, assim, com o próprio discurso da ditadura; legitimando, pois, o teatro da democracia que o regime forjava. Segundo o editorial, “Processa-se hoje a transferência do Governo do Estado, fato importante sobretudo pela comprovação de que o ritual democrático se realiza em um de seus aspectos essenciais, que é o rodízio de poder”<sup>16</sup>.

O jornalista Lustosa da Costa também aponta que o rodízio de poder representa uma “rotina democrática”, embora, noutro momento de sua coluna, apresente o seguinte: “(...) No dia em que o Brasil puder, novamente, contar com um *regime democrático pleno*, não constituirá problema (...) que os governos passem da ARENA para o MDB”<sup>17</sup>. Não se fala em ditadura, tampouco se afirma que há uma democracia plena, pois o uso dos conceitos indica falhas, imperfeições. Se por um lado o jornal dá indicativos de uma espécie de “anormalidade” neste regime “democrático”, por outro, esquiva-se de ir a fundo à questão, discutindo melhor a natureza do regime.

O *Correio da Semana*, no artigo “Tolerância, bipartidarismo e democracia”<sup>18</sup>, coloca que nas democracias “a tolerância é o principal fator de coesão porque admite a diversidade de idéias”. Discutindo-se o oposto de democracia, coloca-se que:

“(...) nos regimes não democráticos (...) a todos apenas quer impor a conformidade, a obediência e a ordem sectária. Há quem faça e compartilhe de tais idéias apenas por ingenuidade e excesso de zelo. O apego fanático a idéias mais utópicas pode elevar a valorização de tais utopias sobre o amor e o respeito que se deve à pessoa humana. Mas, o que ocorre é a simples tentativa de conformar-se homens e pessoas a um *Poder que um dia se estabeleceu legitimamente, e que com o tempo se tornou anacrônico e ilegítimo*”<sup>19</sup>.

É curioso quando menciona sobre um poder que um dia se estabeleceu legitimamente, que, embora não explicitamente, parece querer referir-se à situação brasileira, estabelecendo uma diferença entre um poder legítimo, representado pela “revolução de 1964, e o que seria, segundo essa visão liberal<sup>20</sup>, seu percurso político antidemocrático.

Ao fim do artigo, indica-se a ojeriza do general João Baptista Figueiredo ao bipartidarismo, segundo declarações de pessoas próximas a ele, o que é colocado como sendo “(...) uma luz brilhante ao fim deste trem fantasma que tem sido a vida política brasileira nos últimos anos.” Sobre as intenções de Figueiredo em governar com “sólida coligação partidária”, temos uma crítica à sua escolha indireta: “Isto, o que o general João Baptista diz que pretende, é pura democracia e nasce sem dúvida de um homem tolerante. *Apesar da impropriedade da indicação*, a candidatura de Figueiredo começa a tomar contornos democráticos (...)”<sup>21</sup>

As indicações de uma democracia imperfeita, de um regime democrático que precisa ser aprimorado, não implicam uma contestação do golpe de 1964 ou da ditadura que a ele se seguiu. O que se critica, aliás, é o abandono dos “princípios democráticos” ao longo do percurso político que a “revolução” traçara, como se o golpe de 1964 tivesse um propósito nobre, uma essência democrática, algo já discutido aqui em linhas anteriores, quando problematizei sobre a memória de 1964 constituída por esta imprensa. Apontando um “desvio de rota”, o *Correio da Semana* coloca que os “revolucionários de 1964”, antes do movimento “(...) não se cansavam em entoar loas à democracia e que, uma vez instalados no poder, acabaram se esquecendo das juras democráticas pré-revolucionárias”<sup>22</sup>

A simples conceituação da democracia, sem buscar estabelecer nexos com o país; a abstração da realidade, buscando ver democracia onde existia uma ditadura; e a indicação de uma democracia imperfeita, a ser aprimorada, caracterizam, em essência, a problemática aqui levantada. A democracia, aliás, não é posta como uma *pretensão*, uma *meta a ser alcançada*, *bandeira de luta*, pois o que esses jornais apontam é a sua existência de forma incompleta, em alguns momentos, e, em outros, aspectos políticos são utilizados para corroborar sua existência; tampouco há explicitamente, e de forma contínua, o uso do conceito de ditadura para nomear o regime.

Presente na memória sobre o período entre aqueles setores que atuaram na luta pelo fim da ditadura, é importante entender a imprensa brasileira no processo não por uma perspectiva homogênea, que venha a colocar no mesmo balaio os jornais colaboracionistas e

os jornais críticos ou mesmo resistentes ao regime. Entender em quais circunstâncias a imprensa brasileira apoiou a abertura política, nos indica tal apoio não pressupõe, como pode sugerir, uma postura contrária à ditadura, mas, antes, de apoio, legitimando a agenda da abertura nos moldes preconizados pela ditadura, que deveria ser a controladora absoluta do processo.

Assim, considerando as posições tomadas pelos jornais estudados, a partir dos registros contidos em editoriais, colunas de opinião, artigos e reportagens, constata-se uma atuação em defesa de uma abertura política que não se coloca como uma bandeira de luta contrária ao regime, mas a favor dele, dentro da perspectiva lenta, segura e gradual, que põe a abertura como um desfecho do “processo revolucionário”, ao passo que abstrai a condição de luta pela democracia, forjando uma democracia consentida e não conquistada, ainda que, constituindo uma postura ambivalente, estes jornais tragam críticas ao que consideram como sendo um desvio de rota dos princípios da “revolução”, marcado pelo arbítrio, a tortura, a censura, violação dos direitos humanos etc. sem que isso, contudo, comprometa essencialmente o colaboracionismo com a ditadura e sua abertura.

## Notas

---

<sup>1</sup>Segundo Williams, “Encontramos então não uma ‘linguagem’ e ‘sociedade’ reificadas, mas uma *linguagem social* ativa. Nem é essa linguagem (...) um simples ‘reflexo’ ou ‘expressão’ da ‘realidade material’. O que temos é, antes, uma compreensão dessa realidade através da linguagem (...)”. WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 43.

<sup>2</sup> A percepção do conceito de representação aqui empregado remete a Roger Chartier, que nos propõe as percepções do social não como discursos neutros, mas que produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outros e que, embora as representações do mundo social aspirem à universalidade, são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. Cf. CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Portugal: DIFEL, 2002, p.17.

<sup>3</sup> DARTON, Robert. *Os Best-sellers proibidos na França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 198.

<sup>4</sup> CRUZ, Heloisa de Faria Cruz. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915)*. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000, p. 165.

<sup>5</sup> ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. “A Ditadura Militar em tempo de transição (1974-1985)”. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). *Democracia e Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006, pp. 160-162.

<sup>6</sup> O trabalho organizado pelas historiadoras Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat, traz textos de diversos pesquisadores que discutem os regimes autoritários como construção social. Sobre o Brasil e a América Latina, ver: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. *A construção social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

<sup>7</sup> Os jornais inseridos no que se chama de imprensa alternativa, tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar, contrapondo-se à complacência da grande imprensa, além de situarem-se num campo não ligado às políticas dominantes, de uma opção entre dois pólos reciprocamente excludentes, de única

---

saída para uma situação difícil. Cf. KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 1991, p. 13.

<sup>8</sup> Cf. ROLLEMBERG, Denise. “As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974)”. *Ibidem*. pp. 99-144.

<sup>9</sup> “Política”. *Jornal O Povo*, 08/01/1974, p.3.

<sup>10</sup> “Efeitos da revolução”. *Jornal Correio da Semana*, 22/06/1974, p.1.

<sup>11</sup> LABORIE, Pierre. “Memória e opinião”. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda; KNAUSS, Paulo; QUADRAT, Samantha (Orgs.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009, pp. 79-87.

<sup>12</sup> Sobre o tema, sugiro as discussões presentes em: PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Orgs.). *O passado que não passa: A sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

<sup>13</sup> “O entendimento que falta”. *Jornal O Povo*, 03/04/1976, p.1.

<sup>14</sup> “Novos governos”. *Jornal Correio da Semana*, 17/03/1979, p.1.

<sup>15</sup> “Democracia”. *Jornal O Povo*, 03/01/1975, p.3

<sup>16</sup> “Governo novo”. *Jornal O Povo*, 15/03/1975, p. 1.

<sup>17</sup> “Rotina democrática”. *Jornal O Povo*, 09/04/1975, p. 3. Grifos meus.

<sup>18</sup> “Tolerância, bipartidarismo e democracia”. *Jornal Correio da Semana*, 11/03/1978, p. 4. Grifos meus.

<sup>19</sup> *Ibidem*. Grifos meus.

<sup>20</sup> O historiador Marcos Napolitano refere-se a uma “memória liberal sobre a ditadura” para designar determinada leitura que se faz sobre o processo, permeada por uma ideia de “desvio de rota”, a partir de Costa e Silva, das “boas intenções” do golpe de 64, e que teria sido retomado a partir de Geisel. Logo, questões como torturas e desaparecimentos não são encaradas como sendo praticadas pela ditadura de forma sistemática, mas sim como obras do “porão do regime”, forjando a ideia de casualidade, excepcionalidade. In: NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014, pp. 232-233.

<sup>21</sup> *Ibidem*. Grifos meus.

<sup>22</sup> “Os democratas de ocasião”. *Jornal Correio da Semana*, 08/07/1978, p. 5.



## **SOBRE HISTÓRIA E MEMÓRIA – A UTILIZAÇÃO DA IMPRENSA ESCRITA COMO FORMA DE DESVELAR A MEMÓRIA E ESCREVER A HISTÓRIA**

João Paulo da Silva Andrade<sup>1</sup>

Elisa Campo Borges<sup>2</sup>

**Resumo:** A pesquisa analisa a imprensa escrita em Montes Claros-MG, e o seu uso como fonte, no sentido da construção da História. Objetiva-se identificar a ação da imprensa para historiografia da Primeira República na cidade e como o “Projeto Educacional” desta foi desenvolvido. Assim, pretende-se compreender os conceitos que se encontram no conjunto das relações sociais, bem como o papel significativo do sujeito (individual e coletivo) na constituição da sociedade, modos de vida, normatizações, práticas e relações sociais.

**Palavras-chave:** Imprensa, História, Educação.

**Abstract:** This research analyzes written in Montes Claros-MG, the media and its use as a source, towards the construction of history. Purpose is to identify the action of the press to historiography of the First Republic in town and as the "Educational Project" this was developed. Thus, we intend to understand the concepts that are in the set of social relations, as well as the significant role of the subject (individual and collective) in the constitution of society, lifestyles, norms, practices and social relations.

**Keywords:** Media, History, Education.

---

<sup>1</sup> Licenciado em História, Pós-graduado em Didática e Metodologia do Ensino Superior e em Educação à Distância pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. **Mestrando em Ciências Humanas pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM (Campus Diamantina-MG) (jpsandrade06@hotmail.com)**

<sup>2</sup> Graduada em História pela Universidade Federal de Goiás (2000), Mestrado em História Social pela PUC-SP (2005), Doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2011). **Professora da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) - Orientadora – Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas – UFVJM (elisaborgesuniv@gmail.com)**

## 1.1 - Memória como conceito e fonte para a escrita da história.

Para a construção das discussões em torno da História e Memória bem como as suas funções, entre as ciências sociais e humanas pode-se predefinir que as mesmas estão presentes nas mais diversas aplicações existentes no processo de distinção entre passado e presente que temos em nossos dias.

Situar o tempo histórico, assim como as suas implicações é fazer o exercício da busca por sentido de se organizar em relação ao seu próprio tempo, espaço e pretensão.

Segundo Le Goff:

A distinção entre passado e presente é um elemento essencial da concepção do tempo. É pois, uma operação fundamental da consciência e da ciência históricas. Como o presente não se pode limitar a um instante, a um ponto, a definição da estrutura do presente, seja ou não consciente, é um problema primordial da operação histórica. (LE GOFF: 2013, p.193)<sup>1</sup>

Assim, percebe-se que a dita “operação histórica” está inserida não só na distinção entre passado e presente, mas também naquele “problema” que se elege como pesquisa, e o que ele poderá informar, inovar e demonstrar.

Em diversas concepções compreende-se a aplicabilidade do tempo histórico, sejam elas psicológicas, físicas ou cronológicas, estas se expressam de maneira particular quando também trata-se da memória e da sua aplicabilidade.

Le Goff: 2013, também afirma que Marx denunciava “*o peso paralisante do passado, reduzindo-o à exaltação de memórias gloriosas*”, este “*passado glorioso*” passa pela grande revisão da *Nova História* e agora “elege” não somente os grandes feitos, mas leva a história a ampliar os seus próprios domínios.

O que se pretende é analisar a partir destes “novos domínios da história” é o papel da memória como construtora desta história e o que esta fonte tem a contribuir para a sua escrita. A proposta não é discutir os diversos conceitos, mas a construção da memória e sua aplicabilidade como fonte histórica através da imprensa escrita. Partindo da ideia que Le

Goff: 2013, onde o mesmo aponta que a compreensão de que a memória pode ser utilizada de acordo com suas funções psíquicas, biológicas, sociais e históricas.

Para tal, pretende-se nortear pela concepção da construção dos processos de memória que Le Goff: 2013 distingue:

- 1) a memória étnica nas sociedades sem escrita, ditas “selvagens”;
- 2) o desenvolvimento da memória, da oralidade à escrita, da Pré-História à Antiguidade;
- 3) a memória medieval, em equilíbrio entre o oral e o escrito;
- 4) os progressos da memória escrita, do século XVI aos nossos dias;
- 5) os desenvolvimentos atuais da memória. (LE GOFF: 2013, p. 391)

Dando ênfase a esta premissa, entende-se que a memória tem nos seus distintos processos de construção e evolução, muita proximidade com a própria história, assim compreende-se também que a concepção de utilização da memória como fonte histórica não é única, mas pode ser uma das ferramentas indispensáveis para a escrita da História.

## **1.2. - A Imprensa Escrita como forma de “desvelar” e/ou “eleger” a memória ou as memórias em um determinado grupo social.**

O estudo da imprensa tem sido relevante nas pesquisas em que se pretende conhecer as condições socioculturais e política de sociedades que se baseiam nas formas de conhecimento para conceber a sociedade pretendida, bem como as suas “forças políticas”, as relações de poder e a pretensões a que se escreve.

Desta forma para CAPELATO: 1998:

Desde os seus primórdios, a imprensa se impôs como força política. [...] Todos os jornais procuram atrair o público e conquistar seus corações e mentes. A meta é sempre conseguir adeptos para uma causa, seja ela empresarial ou política, e os artifícios utilizados para esse fim são múltiplos (CAPELATO: 1998, p. 13, 15)<sup>ii</sup>

Segundo a autora, a imprensa se comporta como forma e imposição de força política, assim compreende-se que os múltiplos fins das produções tem o objetivo comum de atrair adeptos à sua causa, que em consequência, legitimam influência sobre os mesmos.

Ainda neste sentido, pode-se estabelecer um dialogo com NORA: 1993, onde afere-se que a memória construída pela imprensa tem o seu lugar, nos mais diversos lugares em que ela pode se situar.

Os lugares da memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar a incandescência a verdade de todos os lugares de memória. (NORA: 1993, p. 13)<sup>iii</sup>

Localizar a memória inserida nesta construção que a imprensa escrita se propõe, concebe a organização de um estudo que distingue-a da “escrita comum”, mas que tem sua pretensão em produzir tal efeito onde o que se tem um objetivo, seja este político, social, cultural, educacional ou histórico.

Desenvolve-se então uma temática a respeito da aplicabilidade da memória na construção histórica através da imprensa escrita em Montes Claros no início do século XX. Percebe-se que no discurso da imprensa montesclareense se busca garantir que uma grande parcela da população o acesso às mais variadas informações, tanto locais como de cunho nacional.

Disserta-se acerca das interpretações da imprensa escrita local, analisando os fatos e compreendendo as múltiplas significações, não em uma perspectiva reducionista dos fatos e da história, mas como afirma Jenkins: 2005: [...] *Embora possam existir métodos para descobrir “o que aconteceu”, não existe absolutamente nenhum método pelo qual se possa afirmar de uma vez por todos, “ponto-final”, o que os “fatos” significam.* (p. 60)<sup>iv</sup>, e a partir deste conhecimento também abordar os sujeitos envolvidos nos processos constitutivos da sociedade.

Desta maneira, propõe-se o conhecimento e compreensão dos fatos cotidianos noticiados pela imprensa escrita em Montes Claros-MG no início do século XX, elegendo para tal as colunas dos jornais “Montes Claros” e “Gazeta”. Para tal, analisar-se-á o passado da mesma na perspectiva de Bloch: 2001, “*O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa.*” (p. 75)<sup>v</sup>. Entende-se que o aperfeiçoamento do conhecimento do passado se dá à medida que o mesmo é pesquisado, conhecido e interpretado.

Aponta-se a relevância da pesquisa, partindo do pressuposto do conhecimento e contribuição na delimitação temporal do período da Primeira República na cidade de Montes Claros, e também da maneira como a imprensa escrita trabalhava como forma de difundir os objetivos governamentais, principalmente, através da educação. Busca-se pensar como a escolaridade é uma prática social, que está além do ensino, mas que integra diversos e distintos objetivos daqueles que fazem parte do contexto desde a produção impressa até de quem lê o que foi publicado.

Em Montes Claros há publicações da imprensa que datam do início do século XX, 1916 a 1922, as quais abordam constantemente a existência, ação, objetivos e conquistas das escolas na cidade de Montes Claros. Desta maneira, pretende-se perceber onde e como os sujeitos são formados e influenciados a se moldarem às normas e novos conhecimentos implementados pela instrução, pensando a história através da imprensa e não a história da imprensa.

Ao analisar o Brasil na Primeira República e o modelo educacional praticado percebe-se que este pretendia legitimar um projeto de “civilização”, a partir desta premissa, construir a idéia de Nação no período da Primeira República no Brasil é algo que passa pela constituição de um projeto de cidadania, projeto buscado através da legitimação do sentimento de unidade e identidade coletiva dos quais fala José Murilo de Carvalho:

No Brasil do início da República, inexistia tal sentimento. Havia sem dúvida, alguns elementos que em geral fazem parte de uma identidade nacional, como a unidade da língua, da religião e mesmo a unidade política. [...] A busca de uma identidade coletiva para o país, de uma base para a construção da nação, seria tarefa que iria perseguir a geral intelectual da Primeira República (CARVALHO: 1990, p. 32)<sup>vi</sup>

A imprensa escrita montesclarenses, de acordo com leituras já em andamento, não se distingue deste projeto, buscando divulgar os ideais hegemônicos de nação, o que, na pesquisa, será apontado como se deu a partir da escolarização.

Entende-se também a necessidade de se pensar Montes Claros sociopoliticamente no primeiro Período Republicano, para tal expõe-se as afirmativas de Porto, 2007:

Montes Claros, no primeiro período republicano, consolidou-se no cenário norte-mineiro, como uma cidade considerada “progressista” pelas elites locais. Contudo, em matéria de política, o conservadorismo deu a tônica nas práticas de poder. (PORTO: 2007, p. 69)<sup>vii</sup>

Esta afirmativa é relevante para a compreensão do objeto de pesquisa, pois assim desenvolve-se uma análise da história local e sua realidade, política e social. O autor utiliza também a imprensa escrita como fonte e desenvolve a sua análise apontando que a mesma é utilizada como aparelho ideológico de um projeto maior voltado à regulamentar a vida das pessoas e a constituição do conceito de cidadania ou serviço ao poder, sendo este relativo ao Estado ou regional.

A história da sociedade é, segundo Hobsbawn, 1998 “[...] *uma colaboração entre modelos gerais de estrutura e mudança social e o conjunto específico de fenômenos que de fato aconteceram.*” (p. 92) Desta forma, a proposta de pesquisa não se desenvolverá detendo-se apenas às estruturas, mas à mudança que os fatos fenômenos provocaram na sociedade.

Para tal, começa-se a entender que na cultura das classes populares são implementados os objetivos de unidade da Nação. Neste sentido, a cidadania pode ser compreendida pela formação cultural, que na concepção de Thompson, 1998 é abordada como costumes que fazem parte do cotidiano das pessoas. O autor afirma que: [...] “*temos uma cultura costumeira que não está sujeita, em seu funcionamento cotidiano, ao domínio ideológico dos governantes.*” (THOMPSON: 1998, p. 19)<sup>viii</sup>, pode-se interpretar que esta “cultura costumeira” sejam os costumes, modos de vida, as experiências vividas pela população, e não uma idéia soberana de quem detém o poder, o que se explica na problematização da pesquisa, e será analisado de acordo com a educação e normatização que se busca implementar através desta, influenciando na experiência de vida e no que se pode

entender como novo processo de concepção e criação de costumes, como modo de legitimar poder e subjugar as classes menos favorecidas.

Percebe-se, ao conhecer o sistema educacional brasileiro do início do século XX, que este corrobora com o projeto de unidade da Nação, afirmado por Carvalho: 1990, porém a prática, em muito se afasta dos seus primeiros apontamentos, pois nesta época tem-se a educação ainda voltada às elites e de difícil acesso das classes menos favorecidas.

À medida que se propõe pensar também a educação nos grupos escolares de em Montes Claros, vê-se que a obra de Brito, 2006, corrobora com a presente análise:

Em Montes Claros o que podemos perceber foi que a maioria da população não teve acesso aos educandários, pois as raríssimas escolas que existiam eram particulares e os preços das mensalidades eram exorbitantes para a época, deixando assim uma leva considerável de filhos de trabalhadores rurais e urbanos à margem deste benefício. (BRITO: 2006, p. 153)<sup>ix</sup>

Desenvolvendo considerações a partir da afirmativa, em conjunto com o princípio de análise das fontes, tem-se que a literatura direciona à existência de uma educação voltada às elites, percebe-se em relação aos sujeitos envolvidos que existia a distinção de como eram e se eram educados os filhos dos trabalhadores, e se estavam sem a instrução escolar, como se adequariam às prerrogativas de se constituírem como cidadãos, em consequência ao projeto de unidade nacional.

Considera-se que os apontamentos que foram percorridos neste artigo podem contribuir para o conhecimento de que a história pode e deve ser escrita fazendo uso das mais distintas fontes, na utilização da imprensa, e como esta é utilizada na forma de eleger determinadas memórias e também legitimar “silêncios” na história. Observa-se não só o relato do fato em si, mas também a carga de tendências existentes tanto políticas, quanto sociais.

Entende-se que os sujeitos envolvidos no processo de escolarização, sejam eles os detentores do poder político, os professores e os alunos, passam a enxergar o a necessidade de se viver em sua sociedade dita “urbana” de modo diferente, e a escolarização atua na busca de fomentar e legitimar estes novos modos de vida.

Entende-se que passos foram dados na busca desta escrita da história, mas não se tornam finitos nesta pesquisa, o que as fontes e bibliografias têm a informar, permanecem como proposta de desenvolvimento de maiores produções a respeito da temática.

---

<sup>i</sup> LE GOFF, Jacques. *Memória*. In: *História e Memória*. São Paulo: Unicamp. 7 ed, 2013.

\_\_\_\_\_. *Passado/Presente*. In: *História e Memória*. São Paulo: Unicamp. 7 ed. 2013.

<sup>ii</sup> CAPELATO, M. H. R. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1998.

<sup>iii</sup> NORA, Pierre. *Entre memória e História*. In: *Projeto História*.n. 10. São Paulo: dezembro/93. Disponível em:

<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>

<sup>iv</sup> JENKINS, Keith. *A História repensada*. São Paulo: contexto, 2001.

<sup>v</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

<sup>vi</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas – o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>vii</sup> PORTO, César Henrique de Queiroz. “*Paternalismo, poder privado e violência*”: o campo político norte-mineiro durante a primeira república. Belo Horizonte, 2002, 173 f. dissertação de Mestrado em História – Departamento de História, Universidade Federal de Minas Gerais.

<sup>viii</sup> THOMPSON, E. Palmer. *Costumes em Comum – Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1997.



<sup>ix</sup> BRITO, Gy Reis Gomes. *Montes Claros: da construção ao progresso 1917/1926*. Montes Claros: Ed. UNIMONTES, 2006.

**1939: Machado, 100 anos – o homem, a literatura e a nação**

João Paulo LOPES

Mestre em História pela UFMG (2007)

Orientadora: Eliana Regina de Freitas Dutra

Vínculo atual: Instituto Federal do Sul de Minas – IFSULDEMINAS

joao.lope@ifsuldeminas.edu.br

Palavras-chaves: Academia – Nacionalismo – Machado de Assis – Literatura – Cultura

Keywords: Academy – Nationalism – Machado de Assis – Literature – Culture

Resumo: O artigo é um dos capítulos de trabalho de mestrado e aborda como a cultura política nacionalista da década de 1930, no Brasil, se serviu de eventos e celebrações culturais como o centenário de nascimento do escritor Machado de Assis em junho de 1939, no auge do Estado Novo. A Academia Brasileira de Letras, criada por Machado quarenta anos antes foi palco das celebrações, dando eco aos projetos do governo autoritário que promoveu e reinventou o nacionalismo, naquele contexto.

Abstract: The article is a chapter of a master thesis and it discusses how the nationalist political culture of the 1930's in Brazil actually used events and cultural celebrations, such as writer Machado de Assis' birth centenary, in June 1939, at the height of the “Estado Novo”. The Brazilian Academy of Letters, founded by Machado forty years earlier, was the set where such celebrations took place, echoing the projects of the authoritarian government that promoted and reinvented nationalism, in that context.

Ao longo dos dois últimos séculos, o nacionalismo tomou uma trajetória tão surpreendente e grandiosa que, grosso modo, é comum as pessoas o tomarem como uma ideia naturalizada e introjetada no seio das sociedades, principalmente as ocidentais. Em seu percurso o ideário nacionalista estimulou e orientou a ação de homens e mulheres, Estados e exércitos, culminando em concretudes históricas inescapáveis aos nossos olhos. Essas realidades históricas, no entanto, levam-nos a um trato mais atento e desconfiado para a carga social, psicológica, política, econômica e cultural com que os nacionalismos foram encarnados e encarados. Tanto à direita quanto à esquerda, podemos dizer que o nacionalismo foi a cultura política mais difundida e experimentada pelos seres humanos ao longo desse extenso período, o qual chamamos a Modernidade.

No entanto, ao analisarmos operosidade intelectual e política para a composição de uma identidade nacional repaginada nos anos 1930 e 40 do século passado no Brasil sob o governo Vargas, não é possível nos determos em uma busca pelo purismo de uma cultura nacionalista desses anos. A porosidade de qualquer cultura política permite uma interação, em maior ou menor grau, entre elas. Como diria Serge Berstein<sup>1</sup> as culturas políticas são móveis e na sua evolução se alimentam com as contribuições de outros fenômenos políticos para não se estacionarem no tempo, num processo interminável de adaptação e transformação. Assim o encontro entre as culturas políticas não as cristalizam em um determinado período histórico e por isso não criam e nem permitem a emersão de uma tradição sólida e perene. O uso do conceito de cultura política assim permite-nos, com validade, fazer uma leitura do fenômeno histórico, na consideração da carga simbólica, dos valores, das normas, que trazem as impressões que uma sociedade faz de si, do seu passado e do seu futuro em uma determinada época, sob o lume do nacionalismo. Dentre as chamadas culturas políticas, o nacionalismo talvez seja o maior e mais abrangente fenômeno a abarcar boa parte da humanidade nos últimos dois séculos.

No caso do Brasil, boa parte das imagens sobre uma dita nação brasileira continua com força no imaginário social e outras foram completadas com novos elementos e novas dinâmicas e intencionalidades, ao longo do último século. Entretanto, algumas antigas representações nacionais, por força de novos tempos e por outras experiências e expectativas sociais, foram abandonadas e descartadas. No entanto é preciso ressaltar que a cadeia de movimentos múltiplos que culminou de fato numa cultura política nacionalista nos anos 30 no Brasil, tem suas raízes nas décadas anteriores, em que uma reviravolta modernizadora em parte do campo intelectual se fechava para uma introspecção para as realidades internas do

país, em suas diversas regiões geográficas, rompendo com os cânones e parâmetros europeus. Já sinalizavam para o campo político novos caminhos a serem seguidos e pensados para a forjação de uma nova roupagem à nação.<sup>2</sup>

Com o sentido moderno que é encarnado o nacionalismo, a partir do advento da modernidade ao fim do século XVIII, os olhares sobre os elementos étnicos, linguísticos, folclóricos, arquitetônicos, históricos, literários foram acionados recriados sob uma perspectiva de valorização das singularidades dos Estados, tornando-se marcas indispensáveis no processo de invenção das nações, ao longo dos dois últimos séculos. Essa conclusão se alinha à análise feita por Eric Hobsbawm. No caso do Brasil, se nos ativermos aos elementos que tradicionalmente foram levados em conta na construção da noção de identidade nacional, não perderemos de vista que a língua, em menor grau a cultura literária, foi um dos elementos indispensáveis para que se promovesse sua assimilação e materialidade, dos seus sentidos vividos, executados e experimentados.<sup>3</sup> Além do mais, o idioma – escrito e falado – permitiu a ideia de unidade tão apreciada pelos “cruzados” nacionalistas, como diria Eliana Dutra,<sup>4</sup> agindo como capaz de unificar o plural, o diverso, o múltiplo, o contrastante, que os outros elementos insistem em demonstrar e que torna o Brasil *sui generis* no concerto das nações, de acordo com um discurso nacionalista que ainda perdura, tanto de fora quanto de dentro do país.

Mas o processo que fomentou e deu forma às imagens sobre o país não é obra do acaso e nem de um só tempo histórico. Nos anos 30 e 40 foi um período privilegiado para observarmos a ação estatal junto à teia de criação da identidade nacional, onde outras tantas instituições e pessoas se juntaram a uma rede pensante, atuante e militante que tentava dar corpo e forma às imagens de uma nação brasileira que coubesse ao projeto político que se implantava no país. Dentre essas instituições sem dúvida figurou a Academia Brasileira de Letras.<sup>5</sup> A “torre de marfim” dos literatos brasileiros do final do século XIX, não era descartada do cenário nacional durante os anos analisados, no que diz respeito à ação cultural e literária e como espaço de promoção do debate intelectual. Em menos de quarenta anos de existência a Academia enraizou-se entre o campo intelectual do país e se sedimentou como a agremiação literária e cultural das mais visadas e notadas. O que vinha dali não passava despercebido entre o meio literário e cultural, e aos olhos da sociedade letrada como um todo. E como não podia deixar de ser, os imortais não se calaram na chamada em torno da cultura política nacionalista redesenhada durante os anos 30, com novos atributos, novas formas e fórmulas. Os imortais atuaram como agentes e promotores dessa cruzada, ao seu modo e de

maneiras tão complexas, representativas da heteronímia de homens que estavam à frente da instituição no período

O dia vinte e um de junho de 1939 entrou para os anais da história literária brasileira, por ser a data de celebração do nascimento de Joaquim Maria Machado de Assis. Um dos mais cultuados escritores brasileiros que por sua trajetória de vida e pela qualidade da sua forma estilística em suas várias fases, tem os seus méritos reconhecidos aos olhos da sociedade letrada do país que lhe cobriu com os louros por certa ideia corrente de pai de uma genuína literatura nacional. O “menino do Morro do Livramento”, mestiço, órfão de mãe desde criança, fadado a ser um anônimo entre tantas outras biografias que se iniciaram parecidas, foi alçado ao posto máximo do panteão das letras nacionais. Dito isso, parece que as palavras estejam marcadas pelo teor das fontes com que tivemos contato. Seriam esses elogios se aproximam do perfil dos muitos artigos da revista da ABL e das crônicas diárias dos jornais que reverenciavam Machado, principalmente durante o ano de 1939, que nos serviram de documentação consultada.

O presidente da Academia lembrava sobre o escritor e batia o bastão na ocasião da celebração do centenário do fundador da instituição, lembrando sua excelência literária das letras da Nação

“Machado de Assis foi ou não foi um gênio? Sim, afirmamos todos nós na harmonia do pensamento acadêmico e no sentir nacional quasi unânime (...). Somos obrigados a concluir que pelas fôrças fatais da consagração nacional, que Machado de Assis foi a maior expressão literária do Brasil”. (grifos nossos)<sup>6</sup>.

Mas por si só, na tentativa de ser alheio às influências das fontes pesquisadas, a trajetória do escritor é digna de curiosidade e admiração. Devemos lembrar que ao longo da vida o escritor teve que driblar diversas ocorrências difíceis de sua trajetória, a sua origem humilde, a sua orfandade, o fato de ser mestiço, a epilepsia. Nada disso conspurcou a superioridade da sua obra e do reconhecimento que alcançou em vida e postumamente.

Se por um lado Machado de Assis não deixou filhos biológicos, outra paternidade lhe é atribuída: a Academia Brasileira de Letras que fôra criada por sua dedicação junto à ação de Lúcio de Mendonça e de Joaquim Nabuco, no *fin-de-siècle*. Além dos patrocinadores de primeira hora para a criação da ABL, juntaram-se outros nomes não menos importantes da intelectualidade brasileira do período. Assim não podemos deixar de responsabilizar essa sua “legítima filha” como uma das promotoras incessantes da mítica em torno da sua figura, na construção intermitente de um privilegiado lugar ao sol nas letras brasileiras ao escritor

carioca. A Academia criou a figura de Machado de Assis como o próprio pai de uma literatura nacional, talhando sua compostura – a que ele quis que fosse de toda a ABL – como a maneira exemplar de comportamento do homem de letras.

É junto à imagem e da representatividade da identidade nacional no âmbito da cultura literária, que se inscreve o evento do centenário do escritor, em que os acadêmicos tiveram papel de peso junto aos órgãos governamentais, principalmente o Ministério da Educação, encabeçado pelo mineiro Gustavo Capanema. Próximo às celebrações do centenário, a preocupação entre os acadêmicos com a passagem passa a ser de sua inserção nas datas oficiais dedicadas à comemoração dos atributos nacionais em todas suas características: sociais, culturais, históricas, pessoais, fundacionais. Em fins dos anos 30 e início da década de 1940, a incorporação de novas datas no calendário oficial vai ser uma tendência real. Os exemplos nos saltam aos olhos, como a comemoração do aniversário de Getúlio Vargas, o Dia do Trabalho, o Dia da Raça, o Dia da Pátria, o Dia da Bandeira, datas promovidas como momentos chaves de representação do regime assim como da nação personalizada em torno da figura do presidente da República e com menos força, em torno da figura mítica do povo. Esse último transformado numa entidade abstrata e generalizante que toma fôlego, legitimidade e forma nos discursos produzidos no período e durante a ocorrência desses eventos. O povo idealizado era personificado pelo regime estado-novista na figura do trabalhador urbano que foi o principal agraciado com os avanços sociais que a legislação trabalhista em curso.

Quando da passagem do centenário de Machado de Assis a tendência não foi outra do que recheiar os eventos comemorativos para a ocasião da atmosfera reinante do momento: a ideia de nação e do quê e quem a fazia representar e torná-la compreendida ante a sociedade. Ou ao menos para parte dessa população, possivelmente a camada letrada e com acesso a bens culturais e intelectuais que o restante da sociedade estava excluído de compartilhar, aceitar e compreender, visto a alto índice de analfabetismo. Mas essa mesma parte excluída não demorou em criar e inventar outras formas de manifestações culturais e artísticas que pouco a pouco foram entrando na composição plural e multiforme do que fosse a nação brasileira, como é caso do samba e da capoeira..

No que diz respeito à ABL, era corriqueira entre os rituais da instituição, a prática incessante dessa criação, rememoração e promoção dos escritores do país, alçados ao panteão das letras nacionais. A prática de inventar e reinventar uma tradição literária brasileira tinha

nos momentos de posse dos novos ingressos no cenáculo como um dos pontos altos e mais estimulantes. Isso porque a regra consistia que o discurso do novo membro deveria se dá primeiramente no elogio dos antecessores de cadeira a ser ocupada pelo novo ingressante. E ainda, para tornar o ritual mais completo e mais longo, a referência podia ir até ao patrono da mesma cadeira. Esse ato permitia primeiramente uma filiação na qual o escritor que acabava de chegar à Academia pudesse se inscrever e se inserir, demonstrando suas credenciais para a participação no local. Um círculo de autores lembrados e considerados numa linhagem da tradição literária nacional, exemplificada e culminada na própria ABL, era a mensagem subliminar desses momentos rituais<sup>7</sup>.

A ocasião da posse também tem das suas características de rito de passagem. E a prática de percorrer os antigos ocupantes da cadeira tornava explícita a aceitação do recém-chegado no círculo literário. O seu discurso criava e recriava as imagens dos personagens que compunham o campo intelectual em uma longa duração e que também eram partícipes da tradição cultural e literária do país, segundo a lógica da Academia e dos seus acadêmicos. Além dos momentos de posse, as comemorações da passagem dos aniversários de nascimento ou da morte de ex-membros da ABL, ou mesmo homens que não figuraram no rol dos seus quadros, vivificava a imagem de uma tradição literária, inventando-a constantemente. Os necrológios eram peças importantes para reservar um lugar de memória entre os literatos passados, também alçados ao panteão das letras nacionais pela força das palavras desses elogios fúnebres. Essa rememoração praticada pelos imortais tinha o objetivo de dar continuidade e sentido à linhagem cultural do Brasil, desde a colônia até à década de 1930, momento o qual eles mesmos se inscrevem nessa linha contínua, una e inquebrantável da nação.

Assim a celebração do centenário de Machado não escapava dessa ritualística comum e usual dentro da ABL. Porém por ser um momento excepcional esperava-se algo muito mais substantivo e pomposo. Ainda, a força imperativa do nacionalismo caía como luva para os propósitos de firmar uma tradição literária que tinha em Machado o ponto de enlace, de síntese e de excelência dos atributos da cultura literária do país. Podemos exemplificar em poucas linhas como a ideia de nação pode se associar facilmente a um literato ou outro em vários cantos do mundo: se a Espanha tinha o seu Cervantes; se Portugal o seu Camões; se a França, o seu Rabelais; se a Inglaterra, o seu Shakespeare; a Alemanha, o seu Goethe; a Rússia, seu Dostoievski; outros países do mundo também correram legitimamente em forjar uma tradição literária nacional e eleger os personagens representativos dela, como

demonstração da excelência de suas culturas e da capacidade intelectual de seu povo, sintetizados na obra e na biografia dos literatos eleitos. A pretensão dos acadêmicos e do Estado Novo ao celebrar o centenário de Machado se inscrevia nessa expectativa.

No caso do Brasil, dentre a curta gama de escritores disponíveis, Machado de Assis foi o eleito para essa investida durante a década de 1930. Essa espécie de consagração permanente, exercitada com a invenção de uma tradição literária produzia o efeito de tapar o vazio existente no terreno do pleno desenvolvimento cultural do país. Criava-se com isso um efeito ilusório e aparente de uma constância intelectual histórica traduzida numa linhagem de escritores, permitida e sancionada pelos imortais da ABL, mas desapegada da realidade da grande maioria da população, em sua maioria analfabeta e sem acesso a bens culturais e muito menos propensa ao deleite e entendimento da arte literária.

A passagem do centenário de Machado se colou, então, na busca e na possibilidade de alçá-lo a esse espaço monumental de símbolos, lugares, datas e nomes sintetizantes das potencialidades criativas, da singularidade natural, da trajetória formativa da sua população, da superação histórica e da excelência cultural do país. Um país que se queria novo, moderno e voltado para o futuro sem esquecer suas tradições seculares, mesmo que fosse preciso forjá-las, ou melhor, inventá-las. Seguindo os movimentos de promoção dos festejos do centenário de Machado de Assis, que obviamente deveriam partir da ABL, o Estado varguista também fez das suas investidas para ter participação e até mesmo gerir as comemorações. No entanto essas intenções não eram arbitrárias e descoladas da agremiação. Longe disso, lado a lado, em ações conjuntas que se completavam, o Ministério da Educação e a Academia Brasileira de Letras agiram em parceria para a realização dos festejos e dos eventos celebrativos.

No início de 1939, temos a medida das reais intenções do governo para as comemorações, a partir do decreto federal assinado em 31 de janeiro que trazia as premissas para organização dos eventos<sup>8</sup>. Nunca, antes na história política brasileira, um escritor havia mobilizado tal iniciativa.

A Comissão encarregada da organização sugeriu uma série de medidas abrangentes para dar destaque às comemorações dos cem anos do “bruxo do Cosme Velho”. Um programa sugestivo, que foi amplamente discutido e que trazia as seguintes ações a serem contempladas pelo executivo nacional:

- “1) Realização de uma exposição machadiana, na Biblioteca Nacional, organizada pelo diretor desta e pelo do Instituto Nacional do Livro;
- 2) Publicação pelo INL de uma edição crítica das obras completas de Machado de Assis, numa tiragem de três mil exemplares;



- 3) Publicação pelo INL de uma edição de livro ilustrada de tiragem limitada, de três volumes de Machado de Assis: um de conto, um de poesia e um de romance, que será Dom Casmurro;
- 4) Criação de prêmios literários em homenagem à Machado de Assis: a) prêmio nacional de literatura, no valor de cinquenta contos, a ser distribuído, trimestralmente, a autores de vários livros de notável excepcionalidade cultural; b) O prêmio Machado de Assis, no valor de dez contos, a ser conferida à obra publicada, a cada ano, em primeira edição de alto valor cultural;
- 5) Publicação em espanhol, francês e inglês de romances de Machado de Assis;
- 6) Realização, nesta capital, de uma conversação sobre ‘O espírito brasileiro e sua evolução’;
- 7) Emissão de um selo postal comemorativo da grande data da literatura brasileira;
- 8) Publicação do INL de volumes contendo a bio-bibliografia de Machado de Assis.”<sup>9</sup>

No rol dos planos para a comemoração pelo nascimento de Machado, outros nomes foram destacados para serem reverenciados, na passagem de seus centenários durante aquele mesmo ano. Autores como o Tavares Bastos, Clementino Fraga, Tobias Barreto, que também deveriam ser lançados ao relicário da nação. No entanto os centenários desses homens se fizeram com relativo fracasso, sem os promoverem a uma popularização maior de suas biografias, visto as celebrações terem sido bem menores e os seus atributos menos atraentes, se comparadas às celebrações machadianas.

Por sua vez, o que se reservou às comemorações dedicadas a Machado foi digno de um festejo nacional, tal como se esperava e se pretendia. Uma data nacional para um escritor nacional, o melhor e mais excepcional entre todos na concepção que se firmava na ocasião, uma ideia fixada pelos discursos auferidos e pelas ações produzidas pelos imortais. A variedade de eventos comemorativos dedicados ao patrono da Academia não se encerraram com o programa governamental. Junto às ações oficiais, a Academia tomou a frente em outras partes que completavam a ocasião festiva. Na data de aniversário de Machado, 21 de junho de 1939, ocorreu uma sucessão de ações, país afora, para a celebração da passagem histórica.

O acadêmico Levi Carneiro, em artigo da revista da ABL, comentava os aspectos da celebração dos vários centenários de 1939 e promover uma ligação entre os dois momentos: 1839 e 1939, cobrindo as aproximações entre os dois contextos. Se o jurista lembrava o ano de nascimento desses homens às vésperas do golpe da maioria de Dom Pedro II, ele validava aquele momento como o início da centralização política e salvacionista do Segundo Reinado que estancara os exageros do federalismo do período regencial e suas insurreições provinciais. Nas palavras de Carneiro, o papel atribuído à centralização política que o reinado de Pedro II trouxera, estava muito próximo àquele que o Estado Novo estava pondo em curso, que prezava um poder forte contra a tradição descentralizada da Primeira República,

confirmando a ideia da nação uma, forte e indivisível sob o comando de um líder. O mesmo Carneiro não hesitava em prognosticar a marca e o efeito que as comemorações daquele tipo promoviam. Em certa altura do seu discurso, lido na Academia em 29 de outubro de 1939, ele reforçava:

“As nações e a humanidade, porém quando atravessam crises, como a atual, cobram alento, recordando o passado, averiguando as origens profundas e remotas de sua grandeza e da sua força. Sómente assim têm o sentimento da estabilidade de sua estrutura. (...) Não se improvisam nacionalidades. Só lhes dá vida duradoira a lenta, profunda estratificação das idéias, das crenças, das realizações; a vinculação espiritual prolongada”<sup>10</sup>

O tom do discurso é categórico em recorrer à “vinculação espiritual” como laço indissociável da composição da identidade nacional brasileira. Para o autor, somente os altos espíritos das letras de outrora poderiam ser tributários de uma ligação com o presente, onde a nação tornava-se explícita, na ótica dos homens à frente da ABL. Por outro lado, vemos que os festejos ou as menções em torno da passagem se estenderam por todo o país. Acompanhado as crônicas jornalísticas sobre as comemorações específicas do centenário de Machado, vemos que houve eventos e reverências populares e oficiais a respeito da passagem em diversos cantos do Brasil. Em Goiás, na Bahia, em São Paulo, em Pernambuco, em Minas Gerais, no Maranhão, no Amazonas, no Rio Grande do Sul, veem-se notícias de manifestações de celebração da data, transformada àquela altura como efeméride nacional<sup>11</sup>, abarcando todos os estados para promover-se a cultuação de um escritor alçado simbolicamente à representatividade máxima da literatura do país, unindo, de norte a sul, de leste a oeste, a reverência em torno do escritor, refletindo a unidade nacional, sempre perseguida pelo Estado Novo.

No Rio de Janeiro, durante a sessão solene no *Petit Trianon*, em 21 de junho de 1939, o ministro Gustavo Capanema, ressaltava, em poucas palavras, o caráter com que o Estado Novo encarava a passagem. A justificativa sobre os sentidos da intervenção do governo nas celebrações se apoiava em duas frentes. Primeiro pelo caráter da excepcionalidade da obra do autor e da sua figura moral. A outra noção se respaldava pela representatividade nacional que Machado encarnava. Capanema dizia, em alto e bom som:

“Si Machado de Assis é o maior escritor brasileiro, e si pudemos tomá-lo como a figura mais representativa da cultura nacional, é porque na sua obra circula o sangue do nosso país e porque com ela todos os homens poderão se entender”<sup>12</sup>.

No entanto, o ministro avaliava que se os escritos machadianos estavam ligados essencialmente às bases nacionais, a sua literatura – que também era patrimônio do país, segundo o discursos do ministro – não se privava de também ser universal, capaz de exprimir “os mais finos sentimentos e idéas de todos os homens e a imensa lição de sabedoria que dela decorre”.

Mas as amarras em torno de Machado de Assis e uma pretensa nação brasileira não param por aí. Outro trunfo que Machado de Assis trazia para os conteúdos temáticos da identidade nacional era a questão étnica que não foi silenciada sob a luz das análises feitas na circunstância dos eventos pelo seu centenário natalício. E no entanto, os pontos de vista são favoráveis ao mestiço Machado. A genialidade com que primaram o autor e as renovações sociológicas do período permitiu tomá-lo como homem síntese do processo de mestiçagem com que era caracterizado o país. Sem objeções sobre o literato, o acadêmico Antônio Austregésilo palestrando em uma das reuniões da série programada na ABL sobre o centenário de escritor, fala sobre a “mescla racial” do autor, redobrando a atenção contra as posturas eugênicas de alguns escritores sobre a população brasileira. Algum deles até mesmo seu colega de Academia, como é o caso de Oliveira Vianna, que ainda em 1939 não havia tomado posse, mas havia sido eleito em 1937 para o cenáculo.

Sobre a ascendência açoriana e negra de Machado de Assis, o acadêmico estabelecia a possibilidade de toma-la como mais um dos pontos positivos da representatividade da sociedade nacional que o escritor simbolizava com sua força e importância literária, e também pela sangüinidade. Austregésilo aproximava sua leitura em análises mais afeitas à percepção que o problema que pesava sobre a população nacional não era sanguíneo, tal como sustentaram muitos teóricos, com “mania de Gobineau”. A qualidade literária da obra machadiana e a excelência intelectual do autor foram tomadas como síntese da nação brasileira porque também Machado de Assis era mestiço e como prova para desmentir os resquícios das teorias racistas, fortemente aceitas e disseminadas décadas antes. Do ponto de vista do imortal o problema estrutural dessa falha social era o desleixo das classes políticas que não garantia a essa grande parte da sociedade o acesso à educação, à saúde, ao trabalho, ou seja, a ineficácia ou inexistência de uma rede de proteção social do Estado, o que só aquela altura estava em curso. Austregésilo era categórico em afirmar que o Brasil apresentava-se como “grande desmentido dos preconceitos científicos dominantes”.

A reverência aos cem anos de Machado produziu uma oportunidade de ascensão dos novos discursos culturalistas que também vinham da ABL, que se consoam com outras análises de revisão das ciências humanas sobre o caráter psicossocial da sociedade brasileira. A lógica dessas assertivas derivava de uma postura intelectual capaz de destronar o complexo de inferioridade que as análises racialistas, predominantes no início do século XX, lançavam para o Brasil. Uma contribuição que se cola ao imaginário criado sobre a nação e através dos discursos, ações, projetos, obras, a nação foi revisitada e reconfigurada sob o prisma de valorizar e de reestruturar num conjunto lógico os ícones permitidos e necessários à sua existência e sua representação.

Na análise desses discursos, tomar Machado de Assis como símbolo literário da nação reforçava a ideia de um amálgama das etnias formadoras do país, que não era só de caráter étnico, mas representava a capacidade de brilhantismo intelectual que o processo de mestiçagem provocou ao país. Por essas análises traçadas no rastro do centenário do escritor, o seu destaque enquanto literato renomado mundialmente e da excelência nacional e universal de sua literatura ampliaria o efeito positivo que tentava se impor ao país. Nessa empreitada operada conjuntamente pelo regime e pela ABL, garantia-se o aspecto positivo da nação brasileira, revisitada e readmitida pela celebração do centenário do escritor. Machado de Assis, supriria temporariamente e artificialmente essas faltas, principalmente ao tornar-se representante maior da literatura nacional – ambicionada a ser genuína, singular, mas participante do mundo – creditando o Brasil a fazer parte do concerto das nações respeitáveis, também a partir do critério cultural.

## Notas

<sup>1</sup> BERSTEIN, Serge. “A Cultura Política”. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). *Por uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. pp 13-36.

<sup>2</sup> Mas isso não quer dizer que todo o arsenal ideológico científico que sustentou uma chave racialista de interpretação da realidade brasileira, muito em voga na passagem do século XX até as décadas de 1910 e 20, estivesse longe de ser descartado e superado. Essas várias teorias coexistiram ainda nas décadas de 30 e 40 do século passado, sem sombra de dúvida, e seus representantes ainda foram piamente considerados.

<sup>3</sup> Dentre o rol de elementos nacionais não são descartáveis outros, como a composição étnica dos habitantes, a religiosidade, as manifestações culturais, a história local, a monumentalidade arquitetônica, a diversidade regional e geográfica, as características psicossociais da população, a diversidade das belezas naturais, a trajetória das instituições políticas, a produção literária e artística. Essas características, em menor ou maior grau, são constitutivas do processo de criação e de afirmação das identidades nacionais, variando de lugar para lugar, mas sempre com o interesse de comporem uma singularidade dos países no concerto das nações modernas. Eric Hobsbawm nomeia alguns desses elementos como *protonacionais*, como se certas características apresentassem um predisposição inicial que no curso da construção das imagens nacionais vão ser acionadas para o fim último de condicionar e legitimar as identidades social, cultural e política de determinada nação. No caso do historiador inglês ele elege a religiosidade, a etnicidade, a língua e uma entidade política centralizada anterior ao processo de forjação das nações como os típicos elementos *protonacionais*. Embora o termo lançado por Hobsbawm traga um certo embaraço, visto o prefixo *proto* permitir uma possibilidade de interpretação em que esses elementos já carregassem uma perspectiva nacionalista, na espera das ações que os configurassem, séculos depois, para o conjunto das características identitárias de uma nação.

<sup>4</sup> Sobre o termo “cruzados” nacionalistas ver: DUTRA, 2005.

<sup>5</sup> Para a investida de promoção dos elementos nacionais, e como maneira de fazer sentir a ação e presença do Estado brasileiro, o governo Vargas se serviu e se orientou sob uma série de novas agências e órgãos criados naqueles anos para tais fins. Só para citar como exemplo, temos o Ministério da Educação e Saúde, criado em 1931; o INCE (Instituto Nacional de Cinema Educativo) de 1936; o INL (Instituto Nacional do Livro), instituído em 1937; o SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), também de 1937; o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) criado em 1939. Para maiores detalhes ver: D’ARAÚJO, M. C. *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Ed. FGV, 1999.

<sup>6</sup> AUSTERGESILO, A. Discurso do Presidente na sessão solene comemorativa do centenário de Machado de Assis. *Revista da Academia Brasileira de Letras*. jan. a jun./1939, vol. 58, pp. 14, 16.

<sup>7</sup> El FAR analisa os momentos de recepção dos novos ingressos à Academia e da oportunidade das ocasiões imprimirem um efeito de tradição à instituição ao ligar os tempos pretérito e presente, já que o novo acadêmico poderia fazer apreciação elogiosa dos ocupantes da cadeira e também do patrono, tentando-se se inserir à linhagem acadêmica. Sob a luz dos conceitos de “constância” e de “exigência de filiação”, tomados de Levi-Strauss, a autora percebe que as recepções na ABL forneciam dados para a composição artificial de uma genealogia estabelecendo a noção de sucessão e continuidade entre os seus sujeitos. El FAR, *op.cit.* pp. 181-263.

<sup>8</sup> O texto do decreto presidencial é o que se segue: “Art. 1º - O Governo Federal comemorará no corrente ano, de modo condigno, o primeiro centenário de nascimento de Joaquim Maria Machado de Assis. Art. 2º - O Ministério da Educação designará uma comissão de sete membros para organizar o plano de comemorações. Art. 3º - A comissão referida o artigo anterior poderá sugerir ao Governo Federal que comemorações da mesma natureza, sejam no corrente ano, realizadas a outros grandes vultos da história brasileira. Art. 4º - Essa lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogados as disposições em contrário”.

<sup>9</sup> “O centenário de Machado de Assis”. *Dom Casmurro*. Edição comemorativa de 2º aniversário dedicada a Machado de Assis. Rio de Janeiro. 20/05/1939. p. 16. Anterior ao programa transcrito acima, o autor do artigo comentava, com entusiasmo, a situação: “Estamos evoluindo. Em tudo, por tudo. Como povo e como Nação. Como cultura e como inteligência. Foi-se o tempo que os intelectuais eram encarados como inúteis à sociedade e ao Estado. (...) O exemplo está aí, e agora, nos centenários que comemoramos este ano. Nunca em nossa história literária, um escritor mereceu do governo a gentileza de um decreto a seu favor. É a primeira vez que isso acontece (...)”.

<sup>10</sup> CARNEIRO, Levi. “Os centenários de 39”. *Revista da Academia Brasileira de Letras*. jul.a dez./ 1939. vol. 58. pp. 200-01.

<sup>11</sup> São centenas de notícias entusiastas do evento que se tem na imprensa de todos o país, desde o início do ano de 1939, preparando a opinião pública para as celebrações machadianas até a ocasião das festas, em junho daquele ano. Ver por exemplo: “Todos os escritores do Brasil numa homenagem a Machado de Assis”. *O Globo*. Rio de Janeiro: 08/03/1939.p. 01; “Machado de Assis”. *Correio Oficial*. Goiânia/GO: 12/03/1939. p. 04;

---

“Centenário de Machado de Assis – as comemorações da Academia Carioca de Letras”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro: 12/03/1939; “Homenagem argentina a Machado de Assis”. São Paulo: *A Gazeta*. “O centenário de Machado de Assis”. *A Opinião Pública*. Pelotas/RS: 12/04/1939; “As comemorações desse ano: aprovado o plano para a comemoração do centenário de Machado de Assis”. *Correio da Manhã*. Porto Alegre: 12/04/1939. pp. 01-02; “O Brasil e Machado de Assis”. *O Globo*: Rio de Janeiro, 01/03/1939. pp. 01, 04. “Machado de Assis”. *Vanguarda*. Rio de Janeiro: 03/03/1939. “O Primeiro centenário de nascimento de Machado de Assis”. *Correio Paulistano*. São Paulo: 07/02/1939. pp. 01, 08-10; “Centenário de Machado de Assis”. *Gazeta de Notícias*: Rio de Janeiro, 07/02/1939; “O Centenário de Machado de Assis – o estylista fundador da Academia Brasileira de Letras receberá de nossa geração as homenagens que sua memória impõe” *Diário da Manhã*. Ribeirão Preto/SP: 08/02/1939. pp. 01, 05, 06; “Os escriptres nacionaes”. *Folha da Noite*. São Paulo 06/02/1939. p. 01, 05 – 07. “O Mez de Machado – as comemorações organizadas pela PRD- 2- Radio Cruzeiro do Sul”. *A Batalha*. Rio de Janeiro: 28/05/1939. pp. 01, 04, 05.

<sup>12</sup> CAPANEMA, Gustavo. “Centenário de Machado de Assis”. *Revista da Academia Brasileira de Letras*. jan. a jun/1939. vol. 57. p. 18-19.

## Bibliografia

- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- BOOM, Harold. *Gênio: os 100 autores mais criativos da literatura*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.
- BOURDIER, Pierre. *Problemas do Estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. pp.105-145.  
\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.
- CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n.º 23, 1994.
- CARVALHO, José Murilo de Carvalho. 1930: reedição melhorada da República. *Revista do Brasil*. Rio de Janeiro, 1990.
- CASTILHO, Ataliba. *História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. *A Era Vargas*. São Paulo: Moderna, 2002.  
\_\_\_\_\_. *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, Ed. FGV, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.  
\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.
- GONZÁLEZ, Lélia e HASEMBALG, Carlos A. *Lugar de negro*. São Paulo, Marco Zero, 1982;
- GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismos*. Lisboa: Gradiva, 1993.
- HOBBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- LOPES, João Paulo. *A Nação Imortal: política e identidade nacional na Academia Brasileira de Letras (1931-1943)*. (dissertação de mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. *Machado de Assis desconhecido*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1977.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá, Desafios na apropriação de cultura política pela historiografia. In: *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009. pp. 13-37.
- MOURA, Clóvis. *O negro, de bom escravo a mau cidadão*. Rio de Janeiro, Conquista, 1977. Editorial Andes, 1957;
- RÉMOND, René. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). *Por uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

RODRIGUES, João Paulo C. Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas : Ed. Unicamp, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

STUART HALL, J. As culturas nacionais como comunidades imaginadas. In: *A identidade cultural na pós-modernidade*. São Paulo: DP&A Editora, 2003, pp. 47 a 63.

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.



## **Uma biografia em dois tempos: relações entre o projeto intelectual e a memória de Simões Lopes Neto**

Jocelito Zalla

Doutorando em História – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Professor do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

E-mail: [jocelito.zalla@ufrgs.br](mailto:jocelito.zalla@ufrgs.br)

Orientadora: Professora Dra. Marieta de Moraes Ferreira

### **Resumo:**

O presente trabalho objetiva discutir, através da trajetória e da imagem pública do escritor gaúcho João Simões Lopes Neto (1865-1916), um problema biográfico: as relações entre projetos intelectuais e construções de memória *post-mortem*. Quais as possibilidades de conciliação das análises prospectiva e retrospectiva dessa dupla trajetória de Simões? O que seu caso nos revela sobre os usos políticos do biográfico? Serão analisados discursos produzidos pelo autor e ensaios que resgataram sua obra, encaminhando sua relativa seleção para o cânone literário nacional e sua celebração na história oficial do Rio Grande do Sul.

**Palavras-chave:** biografia, história intelectual, memória, Simões Lopes Neto.

### **Abstract:**

This paper aims to discuss, through career and public image of the writer João Simões Lopes Neto (1865-1916), a biographical problem: the relationship between intellectual projects and constructions *post-mortem* of memory. What are the possibilities of reconciliation of prospective and retrospective analyzes of the double trajectory of Simões? Speeches produced by the author and essays that rescued his work will be analyzed by forwarding their relative selection for the national literary canon and his celebration in the official history of Rio Grande do Sul.

**Key-words:** biography, intellectual history, memory, Simões Lopes Neto.

Neste trabalho, gostaria de discutir as possibilidades e os desafios da escrita biográfica em História, a partir da minha experiência de pesquisa atual. Com a proposta “As duas vidas

de Simões Lopes Neto: projeto intelectual e memória literária”, desenvolvida desde o início do ano no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, busco refletir sobre a dupla biografia do escritor gaúcho: sua trajetória e sua imagem pública *post-mortem*. No primeiro polo de atenção, persigo problemas a respeito da intelectualidade rio-grandense na Primeira República. Como a situação geograficamente periférica e, em parte, fronteiriça delimitava seu horizonte de atuação? Quais eram as relações entre a produção erudita local e o debate público nacional? Como a tradição literária platina podia ser mobilizada para construir um projeto de escrita voltado aos problemas de representação do passado brasileiro? No segundo polo, pretendo realizar uma arqueologia de sua memória biográfica e literária. Como Simões foi lido ao longo do século XX? Quais as condições de recepção de sua obra? Quais os usos sociais e políticos de sua imagem pública? É evidente que figuras conhecidas possuem uma vida póstuma tão complexa e movediça quanto pode ser uma trajetória.<sup>1</sup> Mas quais as relações entre essas duas dimensões temporais? Que tipos de sobreposições e acomodações podem ser realizados? Quais as direções das possíveis determinações? Neste espaço, tecerei algumas respostas provisórias a essa última gama de questões. De certa forma, o problema que une as duas “pontas” de minha investigação possui uma natureza eminentemente biográfica: quais as relações entre as construções prospectivas e retrospectivas da vida?

A escolha do personagem não poderia deixar de atender a tais preocupações. Está claro, pelas características de sua obra consagrada, prosa narrativa de ficção com temática regionalista, que sua experiência pode ser um ponto de partida para desvendar fenômenos mais amplos do contexto brasileiro e platino, como a construção da identidade gaúcha, suas inflexões na produção artística, sua manipulação pela elite política local. Mas a proposição talvez hoje mais comum da historiografia profissional para os estudos biográficos, tomar um indivíduo como guia para a compreensão de sua sociedade e época,<sup>2</sup> poderia nos levar a muitos outros intelectuais rio-grandenses, empenhados na construção do sujeito *folk* local, não somente na literatura de imaginação, mas no folclore, no debate cívico, na memória histórica tradicional. Que Simões tenha ocupado também esses diferentes espaços de produção discursiva do regional é um fato relevante para a pesquisa acadêmica na área, mas não configura uma marca distintiva em sua trajetória, o que tornaria o autor uma escolha inevitável para o historiador interessado no tema. Pelo contrário, uma justificativa de pesquisa que se assentasse nessas bases tenderia a reificar a imagem consagrada de Simões, como veremos adiante. Nesse caso, a particularidade pode ser mais importante do que o interesse documental da biografia. São as incongruências manifestas entre o projeto intelectual<sup>3</sup> e a

imagem contemporânea do escritor que estabelecem boas oportunidades para se pensar sobre o biográfico.

Os últimos trabalhos inéditos de Simões, que faleceu em 1916, foram publicados em 2013, graças à abertura do pouco que restou de seu acervo pessoal, ainda que os documentos permaneçam em mãos privadas, e de uma descoberta de um manuscrito vendido em sebo:<sup>4</sup> um manual de alfabetização, intitulado *Artinha de Leitura*, e um romance de formação para jovens em idade escolar, que recebeu, no original, o nome aproveitado pelo escritor em outro texto publicado postumamente, *Terra Gaúcha*.<sup>5</sup> As edições de luxo desses dois livros ganharam paratextos de guardiões da memória simoniana, como o último comprador do famoso arquivo do escritor, o jurista Fausto José Leitão Domingues, além de nota histórica e crítica do professor de literatura brasileira Luís Augusto Fischer, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, responsável pela revisão do texto e pela organização das edições. A empreitada editorial foi justificada pela relevância incontestável do escritor, hoje visto como um dos melhores do estado, precursor no país de estratégias narrativas e soluções formais modernistas. Frente ao possível questionamento quanto à qualidade dos textos há pouco descobertos, Fischer aponta que: “De um grande escritor, como é o caso, até lista de compra interessa, quando menos para conhecer o homem por trás da obra”.<sup>6</sup> O argumento já aparecia na crítica especializada dos anos 1950, ainda que com desdobramento diverso. Sabendo que poderiam existir trabalhos inéditos no acervo pessoal de Simões, Lúcia Miguel-Pereira conclamava sua publicação, mas fazia uma ressalva: dificilmente poderiam “acrescentar alguma coisa ao autor de *Contos Gauchescos* e *Lendas do Sul*”.<sup>7</sup> Em ambos os textos críticos, distantes temporalmente cerca de seis décadas, o que se apresenta, numa camada mais profunda de sentido, é a organização discursiva de uma obra consagrada, nos termos do dispositivo que Foucault denominou de função-autor: identidade textual garantida pela unidade psicológica do enunciador.<sup>8</sup> Entre Miguel-Pereira e Fischer, uma série de críticos corroborou a avaliação positiva da estética simoniana. Alfredo Bosi o chamou de “patriarca das letras gaúchas”.<sup>9</sup> Aurélio Buarque de Holanda e Antonio Candido defenderam a superioridade do trabalho de linguagem do autor na representação da fala popular, em relação aos demais regionalistas de sua época.<sup>10</sup> A relativa duração da avaliação crítica positiva poderia levar, portanto, a se considerar que a obra simoniana sempre gozara de prestígio, mesmo que o pequeno sucesso editorial seja fato conhecido pelo historiador contemporâneo. Para os primeiros comentadores da ficção simoniana, a naturalidade do texto era um ponto digno de nota, mas justamente devido a ela faltaria ao autor o engenho literário, o artifício valorizado em conterrâneos como Alcides Maya.<sup>11</sup> Até mesmo o tratamento editorial dado aos

dois livros futuramente consagrados, *Contos Gauchescos*, de 1912, e *Lendas do Sul*, de 1913, surpreenderia o leitor guiado pela imagem pública hoje consolidada de Simões. Augusto Meyer assim descrevia o pequeno volume “desajeitado” dos *Contos*: “Dois grampos enormes, cheios de ferrugem. O frontispício, uma obra-prima de mau gosto. O título composto num arremedo de gótico. E um tímido subtítulo: *Foclore regional*”.<sup>12</sup> Vale dizer, ainda, que após os poucos comentários esparsos que se seguiram à publicação dos livros de ficção, um silêncio de quase vinte anos pesaria sobre o autor. Somente no final da década de 1940, com os ensaios críticos de Meyer, o interesse por Simões se renovou, assim como os critérios de avaliação de sua obra.<sup>13</sup> A hipótese atual de pesquisa para responder a essa questão aponta para o projeto de autorrepresentação da geração de intelectuais modernistas do Rio Grande do Sul, que parece ter encontrado vínculos estéticos com Simões, nobilitando seus textos e criando, assim, um precursor celebrado e uma tradição de escrita local.

Tal consagração póstuma como autor literário também esconde as intenções mais amplas do projeto simoniano. O subtítulo da primeira edição dos *Contos* é significativo. Nos textos de apresentação das *Lendas*, Simões afirmava dar tratamento literário a narrativas orais populares da região sul do Brasil, mas se sobrepunha a isso o compromisso com o registro, com a documentação da cultura local.<sup>14</sup> A morte relativamente prematura, aos 41 anos de idade, impossibilitou a redação de balanços sobre seu trabalho e de narrativas autobiográficas. Mas os parcos paratextos redigidos pelo próprio escritor afirmam, como dito, sua vocação folclorista. Seria, então, sua autoimagem um antídoto adequado às operações póstumas de representação do personagem? Acredito que não. Gilberto Velho indicou como orientação metodológica para a apreensão de projetos de vida uma escuta atenta aos discursos do indivíduo analisado.<sup>15</sup> Esses enunciados constituem oportunidades para a construção prospectiva da vida, uma vez que traçam caminhos, delineiam opções. Mas também reorganizam as ações passadas. Mesmo que Simões não tenha se debruçado deliberada e consistentemente sobre sua memória, a autorrepresentação, obviamente, realiza seleções comprometidas com o momento de sua enunciação. Tomando a autoimagem como único guia, talvez tenderíamos a resumir sua trajetória ao projeto folclorista de maior relevo. A visada biográfica em História, ao contrário, pressupõe a complexidade, desconstrói a dimensão mítica ou heroica da vida narrada, perspectiva tributária da crítica de Pierre Bourdieu à “ilusão biográfica”. Para o historiador-biógrafo, é importante dar conta dos projetos inconclusos, das ideias abandonadas, das frentes paralelas de atuação, das posições distintas ocupadas pelo biografado em uma figuração social determinada. Simões foi mais do que autor de literatura narrativa regionalista; também foi mais do que um folclorista realizado

na ficção, como provavelmente gostaria de ser lembrado. Só para ficarmos no ramo da produção cultural, sabemos que também foi jornalista, dramaturgo e poeta. Suas crônicas de jornal não eram mais atentas à cor local do que a discussões gerais, problemas de um mundo cosmopolita; discutiam tanto a memória farroupilha quanto as teorias de Darwin.<sup>16</sup> Suas peças de teatro representavam o universo urbano, ao contrário do mundo gauchesco de seus contos e lendas.<sup>17</sup> Sua poesia se dirigia à vida política local e ao cenário nacional imediato.<sup>18</sup> E nem o patriotismo exacerbado, tantas vezes demonstrado, impedia a escrita de versos em espanhol,<sup>19</sup> publicados com bastante tranquilidade numa Pelotas de identidade cultural hoje autoafirmada portuguesa.

A questão nacional, aliás, foi lida em Simões, muitas vezes, a partir das lentes nacionalistas da primeira geração de intelectuais modernistas do estado, apagando a circulação de textos na fronteira sul do Brasil e a afinidade do regionalismo gaúcho com a produção argentina e uruguaia. Em 1956, o compêndio *História da literatura do Rio Grande do Sul*, de Guilhermino Cesar, que não chega a avaliar a obra de Simões, evitava comparações da literatura local com a produção estrangeira, afirmando a identidade das letras rio-grandenses com os movimentos e correntes do centro e do norte do Brasil: “Onde, pois, a influência platina descaracterizadora – alegada impensadamente, por comodidade, preguiça ou ignorância – sobre o conjunto do regionalismo gaúcho?”.<sup>20</sup> Tratava-se de uma operação de higienização discursiva mais ampla, mas que não poderia deixar de atingir a imagem pública de Simões, elevado, no mesmo período, a início e centro do cânone local. A maior originalidade simoniana, atestada pela crítica especializada, em relação ao regionalismo brasileiro, também é produto desse apagamento das trocas platinas: a construção de um narrador-personagem popular, que conferia uma dicção oral ao texto, logo mais autêntica, mas sem se tornar caricatural, conciliada com o uso da norma culta.<sup>21</sup> Incomum na produção brasileira, essa solução “original” era conhecida há bastante tempo na gauchesca platina, basta lembrarmos *El gaucho Martin Fierro*, de José Hernandez, poema narrativo publicado em 1872. Exceto alguns trabalhos mais recentes, como os de Luís Augusto Fischer, mesmo a historiografia literária acadêmica dera pouca atenção às relações entre a ficção simoniana e as produções tematicamente semelhantes dos países vizinhos. Mais uma vez, a imagem pública atual, em seu atributo nacionalista, mascara importantes fenômenos para a compreensão histórica da experiência simoniana.

Nesse aspecto, como em outros, a trajetória do personagem autoriza a imagem *post-mortem*. A preocupação com o universo campesino rio-grandense, em Simões, parece cada vez mais se confirmar como uma função do compromisso romântico oitocentista de

inventariar o Brasil, atualizado no regionalismo naturalista do começo do século XX. Membro atuante do Partido Republicano Rio-Grandense, suas atenções se dirigiam à compreensão da realidade brasileira, passo considerado necessário para a projeção da nação sob o novo regime. Além do projeto de escrita, participou da fundação de um clube nativista, a União Gaúcha, organizou diversas atividades cívicas, como as comemorações do centenário de Pelotas, em 1912, defendeu a pátria em diversos textos e conferências. Mas, ao contrário do que a crítica literária das décadas de 1940/1950 esperaria, a obra de Simões indica que, para um intelectual geográfica e simbolicamente periférico, no contexto da Primeira República, a representação da cor local não excluía o aproveitamento da cultura fronteiriça, nem negava os laços históricos do regional com as nações vizinhas. A mesma perspectiva se encontra, por exemplo, na obra de historiadores republicanos da época, como Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938) e Alfredo Varela (1864-1943). Em seu único livro de história, aliás, o primeiro *Terra Gaúcha*, publicado em 1955, Simões narrava como parte integrante do passado rio-grandense o período das missões jesuítas e da administração espanhola no território, ponto que se tornaria polêmico na memória pública do estado após a configuração de uma historiografia de viés oficial, com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), em 1920.

Se as relações entre as dimensões prospectivas e retrospectivas da construção de uma vida são de interdependência, o sentido da determinação não é unívoco. É verdade que outros marcos da trajetória e outras características da obra do escritor gaúcho legitimam seus usos em novos contextos, redefinindo sua imagem de acordo com novos interesses. Simões não poderia ser visto como precursor da literatura que se faria no Brasil depois de 1922, categorizado, aliás, sob o questionável rótulo de “pré-modernista” por Alfredo Bosi,<sup>22</sup> se não oferecesse possibilidades de apropriação. O tratamento da matéria folclórica, como único critério, poderia ter levado à escolha de outros escritores gaúchos, como sabemos, mas o trabalho de linguagem do folclorista, distante do artifício parnasiano combatido pela geração modernista, apresenta um elemento diacrítico manipulável pelos intelectuais dos anos 1940. No sentido inverso, como talvez já não seja necessário detalhar, a imagem pública construída nesse momento determinou, por longo tempo, a compreensão da trajetória simoniana e seu projeto.

O caso de Simões, escritor “municipal” de pouca circulação e pequena relevância em vida, que foi resgatado e transformado em patrimônio literário gaúcho somente trinta anos após seu falecimento, oferece, portanto, elementos para pensar sobre as relações entre trajetória e imagem pública, mas também permite refletir sobre os desafios da escrita

biográfica em História. Na pesquisa que ainda se inicia, busco soluções para os problemas que a memória apresenta a uma história biográfica de um intelectual reconhecido, contando com larga produção discursiva sobre sua obra e sua vida. Talvez as questões levantadas no início deste trabalho apontem para interesses metodológicos de interesse no ofício do historiador. Para acompanhar os nexos entre trajetória e memória, construí perguntas e levantei hipóteses que se alimentaram de uma e outra dimensão temporal, sempre dispostas em confronto. Os resultados dessa operação revelaram uma tensão entre a trajetória, profissionalmente múltipla, e a imagem de autor literário vanguardista. De outro lado, o trabalho de enquadramento da memória simoniana ficou mais evidente a partir de sua comparação com dados do projeto intelectual do escritor. Pelo menos no caso de Simões, parece não só possível, mas desejável conciliar as análises prospectiva e retrospectiva da vida individual, o que coloca um duplo desafio a seu biógrafo: a) contornar as interpretações consolidadas; b) tomar a memória como um objeto privilegiado da biografia histórica, mais do que ver nela apenas seu contraponto natural.

---

<sup>1</sup> Por “trajetória”, entendo o conceito formulado por Bourdieu como “uma série de posições sucessivamente ocupada por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele mesmo um devir, estando sujeito a incessantes transformações”. BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 7a edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005, p. 189.

<sup>2</sup> A formulação é característica das primeiras experiências biográficas dos historiadores dos Annales e parece ter sido apropriada pela prática biográfica na historiografia brasileira profissional. Ver, entre outros, SCHMIDT, Benito. O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação. *Anos 90*. Porto Alegre, n. 6, dezembro de 1996, p. 165-192.

<sup>3</sup> Baseado nos trabalhos de Alfred Schutz, Gilberto Velho adota a seguinte definição para o conceito de projeto: “conduta organizada para atingir finalidades específicas”. VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 40.

<sup>4</sup> Os relatos sobre esse acervo são unânimes em indicar que viúva do autor, Francisca Meirelles Simões Lopes, conhecida como Dona Velha, se desfizera de grande parte dos objetos e textos mantidos em sua casa, na cidade de Pelotas. Restara, no entanto, uma velha arca com manuscritos, edições de época e textos publicados em jornal. Os escritores Carlos Reverbel (1912-1997) e Manoelito de Ornellas (1903-1969) chegaram a ter acesso a essa documentação nas décadas de 1940 e 1950, dando notícias de seu conteúdo em escritos do período. O pequeno arquivo foi, na sequência, doado por Dona Francisca ao jurista Victor Mozart Russomano (1922-2010). Com seu falecimento, esses documentos foram comprados, em 2011, pelo também jurista Fausto José Leitão Domingues, ficando, finalmente, disponível a pesquisadores interessados.

<sup>5</sup> Acredita-se que o primeiro *Terra Gaúcha* redigido pelo escritor foi o romance juvenil, provavelmente entre os anos de 1904 e 1908. O segundo, que ganhou o subtítulo História elementar do Rio Grande do Sul, foi provavelmente escrito próximo do ano de 1910, publicado postumamente pela editora Sulina em 1955, fruto das investigações da primeira geração de intelectuais sistematicamente preocupados com a vida e a obra de Simões. Para diferenciar os dois livros, os editores do romance escolheram o subtítulo *Histórias de infância*. Artinha de Leitura estava em mãos da historiadora Helga Piccolo, que em 2008 o encaminhar ao Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas (NDH/UFPel).

<sup>6</sup> FISCHER, Luís Augusto. Contexto e natureza de Terra Gaúcha. In: LOPES NETO, João Simões. *Terra gaúcha: histórias de infância*. Caxias do Sul: Belas Letras, 2013, p. 222.

<sup>7</sup> MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *Prosa de ficção* (de 1870 a 1920). Rio de Janeiro: José Olympio, 1950, p. 220

---

<sup>8</sup> “o que no indivíduo é designado como autor (ou o que faz de um indivíduo um autor) é apenas a projeção, em termos sempre mais ou menos psicologizantes, do tratamento que se dá aos textos”. FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: \_\_\_\_\_. *Ditos e escritos*. V. 3. 3ª ed. Rio de Janeiro, Forense, 2013, p. 277.

<sup>9</sup> BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. 3ª edição. São Paulo: Cultrix, 1983, p. 238.

<sup>10</sup> HOLANDA, Aurélio Buarque de. Linguagem e estilo de Simões Lopes Neto. In: LOPES NETO, João Simões. *Contos Gauchescos e Lendas do Sul*. Edição crítica. 2ª impressão. Porto Alegre: Globo, 1950, p. 27-104. CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. *Revista Remate de Males*. Campinas, número especial, 1999.

<sup>11</sup> Ver, por exemplo: MARIZ, Antonio de. Contos gauchescos. In: LOPES NETO, João Simões. *Contos Gauchescos, Lendas do Sul, Casos do Romualdo*. Organização de Ligia Chiappini. Rio de Janeiro: Presença, Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1988, p. 353-355. SILVA, João Pinto da. *História literária do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1924.

<sup>12</sup> MEYER, Augusto. Prefácio. In: LOPES NETO, João Simões. *Contos Gauchescos e Lendas do Sul*. Edição crítica. 2ª impressão. Porto Alegre: Globo, 1950, p. 11.

<sup>13</sup> Ver MEYER, Augusto. Simões Lopes Neto. In: \_\_\_\_\_. *Prosa dos pagos, 1941-1959*. 4ª ed. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 2002, p.139-160.

<sup>14</sup> “A estrutura de tais lendas perdura; procurei delas dar aqui uma feição expositiva – literária e talvez menos feliz – como expressão da dispersa forma por que a ancianidade subsistente transmite a tradição oral, hoje quase perdida e mui confusa: ainda por aí se avaliará das modificações que o tempo exerce sobre a memória anônima do povo”. LOPES NETO, João Simões. Op. cit, p. 275.

<sup>15</sup> “Por mais precário que possa ser o método, é a verbalização, através de um discurso, que pode fornecer as indicações mais precisas sobre projetos individuais”. VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 27.

<sup>16</sup> Sobre a memória farroupilha, ver, por exemplo, as crônicas *Garibaldi e Anita e Pró-Garibaldi*; sobre Darwin, Lamarck, Haeckel e as teorias evolucionistas, ver a série de cinco artigos intitulada *Uma trindade científica*. Os textos, publicados originalmente no jornal pelotense A opinião pública, estão disponíveis na coletânea: MOREIRA, Ângelo Pires. *A outra face de J. Simões Lopes Neto*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

<sup>17</sup> Ver HENEMANN, Cláudio. O teatro de Simões Lopes Neto. Porto Alegre: IEL, 1990.

<sup>18</sup> Trata-se das séries *Balas de estalo*, publicadas no jornal *A pátria*.

<sup>19</sup> Idem.

<sup>20</sup> CESAR, Guilhermino. *História da Literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, CORAG, 2006 [1956], p. 25-26.

<sup>21</sup> Breve síntese das críticas de Meyer, Holanda e Candido, nos textos já citados.

<sup>22</sup> Para uma crítica da categoria, ver VELLOSO, Monica Pimenta. *História & Modernismo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.



## EUGENIA NO BRASIL: CIÊNCIA COMO CLASSIFICADORA DO HOMEM E POLÍTICAS DISCIPLINARES

Jóice Anne Alves Carvalho<sup>1</sup>  
Carlos Henrique Armani<sup>2</sup>

**Resumo:** Durante as primeiras décadas do século XX, diversos intelectuais buscavam explicações no passado brasileiro para a situação que o país se encontrava, alguns, atrelando a expectativa de um futuro progressista aos ideais cientificistas. Neste trabalho, através da maneira como os autores classificavam os modos de civilização, busca-se analisar as perspectivas de eugenistas que pensaram a nação, raça e gênero idealizando uma comunidade nacional eugênica permeando aspectos de poder disciplinar. A pesquisa referida desenvolve-se com apoio financeiro da CAPES.

**Palavras-chave:** Discurso Eugênico; Comunidade Nacional; Poder Disciplinar.

**Abstract:** During the first decades of the twentieth century, many intellectuals were seeking explanations in the Brazilian past, some, tying the expectation of a future progressive ideals scientific. In this paper, through the way the authors classified the modes of civilization, we seek to analyze the prospects of the nation thought that eugenicists, race and gender idealizing a eugenic national community permeating aspects of disciplinary power. The study that is developed with financial support from CAPES.

**Keywords:** Eugenic Discourse; National Community; Disciplinary Power.

### Introdução

Esta pesquisa aborda possibilidades de estudo sobre o pensamento de um grupo de intelectuais cuja característica principal foi a preocupação em estabelecer representações do perfil de brasileiro ideal, as quais demonstram elementos presentes no processo de constituição da identidade de gênero. Nesta conjuntura onde grupos de intelectuais visavam à construção de uma identidade nacional unificada, encontram-se sistemas de representações culturais e busca das alteridades dentro da hibridez da cultura brasileira. Tal multiplicidade de identidades e sujeitos históricos depara-se com práticas autoritárias e totalitárias contrárias à celebração do multiculturalismo presente na sociedade que se constituía.

É neste processo de busca da construção identitária nacional moderna que se pretende desenvolver uma pesquisa a cerca das representações da mulher brasileira e seus discursos periféricos (família, maternidade, casamento, educação) como constitutivo das identidades de gêneros. Neste sentido, tem-se o objetivo de elaborar um estudo interpretativo das representações de gênero a partir do discurso eugênico no pensamento de intelectuais da primeira metade do século XX. Por meio do contexto fornecido pelos autores do período, demonstrando integrações e fronteiras nos discursos acerca das significações dos papéis sociais feminino/masculino.

### **História Intelectual e Análise de Discurso**

Tendo em perspectiva a análise das fontes a partir da hermenêutica, englobando não somente textos escritos, mas também tudo que há no processo interpretativo (formas verbais e não verbais de comunicação, assim como aspectos que afetam a comunicação, como proposições, pressupostos, o significado e a filosofia da linguagem, e a semiótica) articulada com o proposto por Dominick LaCapra<sup>3</sup> tem-se o objetivo de pensar a história enquanto elemento essencial no processo interpretativo humano. De maneira que a escrita do historiador seja uma articulação do lugar social e prática de pesquisa, na tentativa de construção de um discurso que não se dissolva na literatura, mas que favoreça estudos históricos. Proporcionando desta maneira, o estreitamento das relações entre historiografia, filosofia da linguagem e teoria literária.

Em suas pesquisas, LaCapra acabou por deslocar a relação hierárquica dicotômica entre texto e contexto para um entendimento inter-relacional entre ambos. Para o autor, a textualidade implica as estruturas ditas “reais” e todos os referenciais possíveis. Tais relações de texto e contexto se dão num complexo processo de interação, suplementando-se. Para tratar destas inclusões complexas, o autor estabelece seis tipos de contextos históricos possíveis: relação intenção do autor e texto; relação entre a vida do autor e texto; relação entre a sociedade e o texto; relação entre cultura e texto; relação entre o texto e o corpo da escrita; relação entre os modos de discurso e o texto.

De modo dialógico (o texto não é pensado isoladamente, mas sim correlacionado com outros discursos similares e/ou próximos) como proposto pelo autor, se realizará uma investigação sobre o período abordado, levando em consideração movimentos políticos e aspectos sociais. Posteriormente, a partir da compreensão da conjuntura em que estas obras foram escritas e publicadas desenvolver-se-á pesquisa frente aos temas “eugenia”,

“biopolítica”, “relações de poder” e “construção de identidades”, na busca de viabilizar melhor argumentação sobre o tema central. No desenvolver da análise a partir das ideias de Dominick LaCapra, procurar-se-á promover uma crítica aos pontos fundamentais presentes nas fontes desenvolvendo o que elas trazem em aspecto de informação e como descrevem, tendo como foco de investigação o modo em que se escreve e não com o que está escrito em si. Realizando desta forma, uma leitura de mundo a partir das fontes.

Neste sentido, tendo o entendimento que História Intelectual não possui um único caminho metodológico, pode-se dizer que o historiador das ideias tenta compreender a consciência de uma determinada época produzida pela sua sociedade a partir das perspectivas dos intelectuais. Desta forma, salienta-se que a proposta do trabalho não se baseia em uma reconstituição fundamentada em uma história sociológica ou uma sociologia dos intelectuais atrelada às instituições, classes ou demarcações sociais. A historicidade que nos interessa trabalhar aqui está subordinada ao quadro político, econômico, social e cultural para o qual tais autores atribuíram sentido de realidade.

### **Comunidade Nacional Eugênica Imaginada**

Ela é imaginada por que mesmo os membros das mais minúsculas das nações jamais conhecerão, encontraram ou nem sequer ouvirão falar de todos os seus companheiros (compatriotas) embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles. A única coisa que pode dizer que uma nação existe é quando muitas pessoas se consideram uma nação.<sup>4</sup>

Ao pensar sobre o ideal eugênico no Brasil realiza-se uma análise pautada no conceito de comunidade imaginada, pois se tem o entendimento que, o discurso eugenista mobilizava definições de padrões culturais os quais, eram encarados como representação do que deveria ser a população brasileira. Desta forma, podendo ser visto como um projeto de Nação. Assim sendo, o conceito que nomeia este capítulo baseia-se no trabalho desenvolvido por Benedict Anderson<sup>5</sup>. Neste sentido, compreende-se a nação como uma “comunidade limitada, soberana e, sobretudo, imaginada”. Imaginada, no sentido de que os sujeitos mesmo sem dividirem o mesmo espaço geográfico e cultural, compartilham signos e símbolos comuns, que os fazem reconhecer-se como pertencentes a um mesmo espaço imaginário – contexto estudado, os padrões eugênicos. A “imaginação”, como proposto por Anderson, não significa falseamento, mas sim uma “rede de parentesco” que dota seus membros de certa particularidade. Neste aspecto, a condição nacional abarcada pelo projeto eugenista, era o enquadramento nos perfis

salubres para o melhoramento da nação. Compreende-se nação como uma “comunidade política imaginada”.

Em fins do século XIX e início do século XX, movimentos de eugenia apropriaram-se do discurso científico adquirindo popularidade em vários países. Foram assim, associados a programas de controle de reprodução tais como leis de esterilização compulsória através de políticas estatais sendo usados como legitimadores da busca pela “pureza racial”. Aplicou-se desta forma as análises e leis restritas aos animais e vegetais às sociedades. Implicando desta maneira, as perigosas alocações hierarquizadas frente às diferenças humanas. “Dividir e classificar significa, neste caso, também hierarquizar”<sup>6</sup>.

Através destes discursos científicos proliferaram no meio acadêmico os padrões eugênicos e a ideia de necessidade de limpeza racial. Todos os caracteres que não estavam coesos aos padrões ideais para futuros progenitores eram considerados entraves para o melhoramento genético da raça brasileira. Deste modo, tais intervenções foram aplicadas não somente aos indivíduos, mas às raças, causando um determinismo racial. Neste período, “o Brasil era visto como uma nação ainda em formação, composta por uma grande população negra e miscigenada, muitos, inclusive, recém-saídos do sistema escravista”<sup>7</sup>. Nesse contexto a eugenia brasileira apresenta-se como uma ciência biossocial, proposta de reforma do ambiente social no processo de construção da identidade nacional.

O discurso eugênico apresenta-se no cenário brasileiro, em período de constituição do Estado como Nação. Cabe destacar o questionamento colocado por Armani em Discursos da Nação, “quem era o brasileiro, responsável pela elevação do Brasil em civilização, o cerne racial permanente da civilização brasileira?”<sup>8</sup>. Pode-se perceber, paralela ao debate eugênico no país, a existência de um sujeito elencado por outro grupo de intelectuais como sinônimo de uma identidade nacional: o mestiço. O Brasil que “deu certo” era resultado da mistura racial. Desta maneira, tornou-se um grande debate do período, branqueamento versus mestiçagem. Esses intelectuais estavam debatendo no mesmo espaço temporal qual dos dois sujeitos era o mais adequado para o progresso.

Para os intelectuais de final do século XIX e primeiras décadas do século XX, os conceitos cientificistas ligados ao melhoramento da raça humana resultavam na ingerência em questões básicas como a união matrimonial. Tais tentativas de interferência, mesmo não contendo teor de política de Estado, acabavam por gerar no período um perfil de brasileiro desejado.

A “nossa” eugenia, no entanto, pertence, bem dizer, ao final do século XIX e à era da moderna ciência da hereditariedade. O eventual entusiasmo pela eugenia manifestado

por cientistas, médicos, juristas e higienistas mentais tem de ser visto como apogeu de um longo processo de transformação intelectual e social que se desenvolveu ao longo do século XIX no qual a vida humana foi cada vez mais entendida como resultado das leis biológicas.<sup>9</sup>

No Brasil, a perspectiva eugenista se torna latente no decorrer do final do século XIX e início das primeiras décadas do século XX, momento no qual o país passava por uma série de mudanças políticas e econômicas. Desta forma, utilizando-se do discurso científico europeu, buscou-se validar a hierarquização das ditas raças que compunham a sociedade brasileira fazendo parte de um processo que a autora Lilia Schwarcz<sup>10</sup> denominou de naturalização das diferenças em sua análise das teorias raciais que compunham o quadro intelectual a partir da segunda metade do século XIX.

No período tais movimentos eram fortes dentro de um grupo de intelectuais formado por médicos e juristas em sua maioria. Desta forma, não se pode dizer que se caracterizavam como movimentos populares. Institucionalizou-se no país a partir da Sociedade Eugênica de São Paulo, fundada pelo médico Renato Kehl, em 1917. Menos de uma década depois, foi fundada a Sociedade Brasileira de Higiene, composta por membro, em sua maioria, pertencentes ao departamento de Saúde Pública e a outras instituições da área. Renato Kehl distinguia os campos de maneira que à higiene caberia o desenvolvimento de propostas para a melhoria das condições do meio e dos indivíduos, já à prática eugênica – intermediária entre higiene social e medicina prática - competiria o favorecimento dos fatores sociais de tendência seletiva, ou seja, na multiplicação de indivíduos aptos à sociedade.

A ciência eugênica tinha como objetivos no Brasil a melhoria e a regeneração racial que no período era apontado como causa principal do atraso do país frente aos processos de progresso do capitalismo e do que se compreendia por sociedade desenvolvida. Para Kehl, a pretensão da eugenia constituía-se em regenerar os indivíduos para melhorar a sociedade. Deste aspecto, pretende-se trabalhar a eugenia no Brasil a partir do conceito de biopolítica<sup>11</sup>, sendo que, visava o controle, sobretudo da constituição biológica do indivíduo através do controle de reprodução, o que refletia diretamente sobre os casamentos, sendo evitados os matrimônios entre os “degenerados”. Sobre a questão de raça no Brasil Renato Kehl defendia que:

Não temos uma raça definida, não temos um topo integrado, e já temos rebentos de sub-raças que fragmentam a raça. [...] Para combater o mal temos que dar atenção a toda uma árvore etnológica complicada, em que o enxerto negro, o enxerto aborígine, o enxerto árabe, o enxerto teutônico, o enxerto italiano sobrecarregam e modificam o velho tronco português, ainda resistente, na força duas suas qualidades e na força seus defeitos, devidas à difusa raiz de suas origens.<sup>12</sup>

A preocupação com o progresso da nação e da civilização é uma constante no discurso eugenista. Para Kehl a perspectiva de progresso envolve a superação do presente e a concretização no futuro do seu projeto de brasileiro ideal. Para ele não era suficiente apenas a modificação no ambiente, a educação poderia sim engrandecer algumas qualidades, porém restringir outras, podendo dar um verniz mediante com o qual são disfarçadas as más características morais. O processo educativo para Kehl apresentava-se como alavanca do progresso social e deveria ser desenvolvido em conjunto com o progresso biológico por meio da eugenia. Kehl evidenciou como exemplo os Estados Unidos e seu alto nível de violência, o que contrasta com a seriedade com que governo e as instituições tratam as campanhas contra ao analfabetismo no país. Para ele isso ocorre devido ao forte fluxo imigratório que o país hospedou em sua constituição. Sobre sua perspectiva de Brasil o autor coloca em sua conferência:

Numa terra grandiosa, bela e rica como a nossa, tudo nos impõe o dever de sermos otimistas, - otimistas no bom sentido devemos frisar. Precisamos, portanto, no congregar sob a bandeira de um ideal em comum, para torna-la cada vez mais próspera e feliz. O ideal máximo seria o da regeneração eugênica do nosso povo, - regeneração esta que pressupõe saúde, paz, justiça e educação. Precisamos vê-lo sob uma administração moralizada e sinceramente patriótica. Só então poderemos ter maior orgulho de sermos brasileiros. Por enquanto nos envaidecemos do céu, da terra, das nossas riquezas inexploradas; precisamos nos ufanar de alguma coisa mais que não tenha sido dádiva da natureza, - dos nossos empreendimentos, das nossas ações, do nosso valor como habitantes deste maravilhoso recanto de terra.<sup>13</sup>

Em termos de quadro social brasileiro das primeiras décadas do século XX, apresentam-se circunstâncias onde tais ideais servem ao discurso de constituição de identidade nacional com base na hierarquização das diferenças internas, a disputa pela definição do tipo ideal que representaria o “ser brasileiro”. “Neste processo, implicitamente, esse modelo de conhecimento científico admitia pensar a associação direta entre a eugenia e o lema central da República positivista brasileira: ordem e progresso”<sup>14</sup>. Como colocado por Vanderlei de Souza a introdução da perspectiva eugênica no país, assim como, sua difusão entre os intelectuais, conota um sentido de melhoramento não apenas genético, mas também, a melhora e regramento do social tendo o entendimento que ambos acarretariam em benefícios que seriam passados as demais gerações.

Momento agitado de embate político, especialmente no início do século XX, projetos nacionais diferentes expostos por uma infinidade de intelectuais engajados, portanto, tentaram responder de certa forma ao exotismo existencial da América Latina, e do Brasil em particular. Em outras palavras, precisava-se criar um Brasil moderno.<sup>15</sup>

A citação exposta acima, de maneira geral, demonstra o contexto em que o discurso eugênico emerge no Brasil, na necessidade de resolver os problemas sociais para fins de elevar o país em grau de civilização. Para isso se tornava necessária busca de um modelo político para supressão da miséria, neste sentido, ao buscar uma centralização do poder e atribuições de divulgação e implementações das leis eugênicas, o discurso do período colidia para uma perspectiva que posteriormente se aproximou de um ideal autoritário. Partia-se de uma ideia de atraso para elaborar as estratégias de modernidade.

É nesse sentido que é possível afirmar os eugenistas apresentam modelos de civilização em disputa da identidade brasileira. Através das novas gerações seria possível conquistar o progresso e concretizar o projeto de civilização construído por eles. Em Kehl, é perceptível a definição de civilidade a partir da ruptura com o passado colonial e uma perspectiva de projeto de uma nação progressista moderna. Dentro desta perspectiva de futuro, há um prognóstico racional, a ideia de futuro como um campo de possibilidades, assim, as ideias políticas eugenistas buscavam defender e mover a expectativa de futuro.

Se o progresso vinha acompanhado de exclusão dos não-aptos a ingressarem, imediatamente, no processo civilizatório, como mantê-los? Como administrar uma população que, percebendo-se marginalizada das “benesses” desse progresso, embora dotada legalmente dos atributos da cidadania, reagiria? Várias forças sociais foram mobilizadas para realizar a “tarefa preventiva de evitar pensamentos perigosos sobre o sistema social e contagiar outros com seus descontamentos”. Uma vasta rede institucional de controle da população foi articulada. Instituições médicas, filantrópicas, policiais, familiares e escolares deram-se as mãos para construir a ordem civilizatória brasileira.<sup>16</sup>

Ao desenvolver tal análise percebe-se que o quadro de indesejáveis para a composição da sociedade, para além do determinismo racial, abarcava indivíduos que apresentassem sintomas de uso de tóxicos como álcool, morfina, cocaína (substâncias presentes no cotidiano de grande parte da população e que ao serem consumidas provocavam mudanças de comportamento). Também era considerada inapta qualquer pessoa que apresentasse estados atípicos de degeneração ou perturbações psíquicas como delírio, paranoia, psicose, manias, depressão, esclerose, ocasionando assim, acúmulo de pessoas em manicômios devido aos diagnósticos imprecisos. Indivíduos portadores de sífilis eram considerados um mal a ser combatido com urgência, pois, além do quadro clínico apresentavam características de depravação moral. Tendo como parâmetro os seres indesejáveis, dever-se-ia impossibilitá-los de gerar descendentes, pois, estes carregariam em seus caracteres a tendência aos mesmos

vícios e defeitos. Desta forma, planejava-se constituir um futuro mais limpo em aspectos de beleza física, social e moral.

Como abordado por Stepan, através das redes discursivas se dá a construção da inferiorização do “ser mulher”, como um resultado de essência atrelada a um corpo deficiente. Neste sentido a mulher é atrelada a dualidade do pecado e a fraqueza moral; o dever e a alegria da maternidade. Neste contexto o corpo privado deve permanecer oculto enquanto o público é exibido, apropriado e carregado de significação. Desenvolve-se uma falsa igualdade entre o feminino e masculino sob o corpus social frente à nação. No entanto, a mulher é reduzida à função reprodutora, à organização dos matrimônios e dos lares. Neste aspecto o processo eugênico deveria assegurar a coesão da população mediante o controle dos casamentos. A partir do controle dos corpos, faz-se o governo da vida.

Neste processo encontram-se abordagens sobre a importância da instrução e do papel social da mulher no processo eugênico quanto à manutenção da moral e dos bons costumes. A mulher eugênica, submetida à tutela médica, além de se constituir num agente familiar da higiene social, tornava-se o suporte da moral da sociedade. Partindo deste princípio, os preceitos sanitaristas em geral deveriam ser transmitidos pelas mães às filhas a partir da adolescência e da puberdade. A preocupação com o estudo da maternidade colocava a criança e mãe como elementos centrais da prática eugênica, elas deveriam ser educadas física, higiênica e moralmente. A necessidade de difusão de cuidados sanitários, de higiene e nutrição que as mães deveriam ter no lar, para si e suas crianças fazia com que a maternidade deixasse de ser uma experiência individual feminina, passada tradicionalmente de maneira familiar, para transformar-se em um saber do setor médico-sanitarista.

No país a perspectiva eugenista sempre apresentou caráter de busca por modernidade cultural. Debater sobre a eugenia significava pensar em evolução, progresso e civilização, o que possibilitaria retirar o estigma do atraso civilizacional. Ratifica-se, o fato de que essas teses não formaram um conjunto homogêneo, mas apresentaram diferentes concepções no mesmo grupo de intelectuais.

### **Considerações Finais**

O trabalho apresentado teve como uma das possíveis abordagens, as relações de poder e suas manifestações na sociedade. De forma que, estas se apresentem não apenas como luta política, mas também, na forma de hierarquização da sociedade. Elucubrando sobre a



consolidação dos Estados em formação no final do século XIX, podem-se destacar para além das fronteiras geográficas, as afinidades ou alteridades políticas que conduziram tais processos na modernidade. Neste sentido, apesar do trabalho não lidar com a fronteira geográfica em consolidação no período, ainda assim, torna-se importante o conceito de fronteira nas normativas que o discurso eugênico propunha em relação ao pertencimento e exclusão da comunidade nacional a ser constituída através da eugenia.

Frente aos processos de construção de uma fronteira interior, meio ao projeto de Nação, compreende-se assim como exposto por Hebe Clemente, como um conceito ambíguo, “no qual homens que aceitam a existência de fronteiras interiores também estão vinculados às questões mentais, culturais, tecnológicas e financeiras”<sup>17</sup>. No projeto de comunidade nacional eugênica, a fronteira de quem pertencia ou não, apesar de não ser geográfica, constituía-se a partir de um limite móvel entre a definição do padrão biológico e melhorias sanitárias. Este limite, apesar de não ser unânime entre os eugenistas, marcava a transição entre os dois mundos e consolidava a contraposição civilização-barbárie. “Guiados por este enfoque, os estudiosos centraram-se quase exclusivamente na sociedade branca”<sup>18</sup>. Desta maneira, compreende-se também, que o trabalho abrange aspectos de integração ao se tratar de um discurso mobilizador, não vinculado apenas à análise linguística como também, às ações políticas no caráter de agregar e impulsionar os membros da comunidade pretendida rumo ao progresso e civilidade.

No intuito de marcar a civilidade, os discursos analisados apresentam o anseio de modificar comportamentos. Desta forma, o discurso eugênico apresentava alguns pontos básicos para a regeneração social e moral: luta contra a sífilis, combate à prostituição, ao álcool e às drogas, defesa da educação sexual e moralização dos costumes, o aperfeiçoamento de medidas legislativas e de higiene pré-nupcial e regulamento da imigração. Neste quadro as funções corporais e relações simbólicas sociais refletem em hierarquias sociais e noções de pertencimento ou não à comunidade nacional eugênica imaginada.

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. E-mail: joicec.anne@gmail.com

<sup>2</sup> Orientador - Doutor em História; Pós-doutorado em Teoria e Filosofia da História; Professor Adjunto II do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.

<sup>3</sup> LACAPRA, Dominick. *Rethinking intellectual history*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1983.

<sup>4</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexiones sobre el origen e la difusion del nacionalismo*. Fondo de Cultura; México; 1993, p. 23.

<sup>5</sup> ADERSON, op. cit.

<sup>6</sup> SILVA, Tomaz Tadeu da. “A produção Social da Identidade e da Diferença.” In: Tomaz Tadeu SILVA (organizador). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 82.

<sup>7</sup> SOUZA, Vanderlei Sebastião de. “Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920”. *Revista Brasileira de História e Ciência*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 147.

<sup>8</sup> ARMANI, Carlos Henrique. *Discurso da nação: historicidade e identidade nacional no Brasil de fins do século XIX* – Porto Alegre: EDIPUCRS. 2010, p. 134.

<sup>9</sup> STEPAN, Nancy L. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina* - Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 29.

<sup>10</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX*. Afro-Ásia. Salvador, n.18, p.77-101. 1996.

<sup>11</sup> Poder exercido sobre o corpo – sobre suas forças – até a mais completa exaustão. Sobre suas potencialidades, ampliando aptidões, de modo que se obtivesse o máximo de utilidade com o máximo de docilidade. Poder que se exercia sobre a esfera do corpo-espécie, sobre o corpo biológico, em que ocorrem todos os processos do ser vivo.

<sup>12</sup> KEHL, Renato. “A Eugenia no Brasil: esboço histórico e bibliográfico.” In: *Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*, Rio de Janeiro, 1929, p. 53.

<sup>13</sup> KEHL, op. cit., p. 58.

<sup>14</sup> SOUZA, op. cit., p. 156.

<sup>15</sup> CANCELLI, Elizabeth. “A América do desejo: pesadelo, exotismo e sonho”. *História (online)*. 2004, vol.23, n. 1-2, pp. 111-132.

<sup>16</sup> MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A Medicalização da Raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994, p. 18.

<sup>17</sup> CLEMENTI, Hebe. *La frontera em América*. Buenos Aires, Ed. Leviatán: 1987. p. 23.

<sup>18</sup> LOPES, Maria Aparecida de S; ORTELLI, Sara. *Fronteiras americanas: entre interações e conflitos, séculos XVII-XX*. Estudos de História, Franca, v13, n.2, p.15, 2006.

## **A HISTÓRIA E A MEMÓRIA VERSUS O MUNDO EFÊMERO MODERNO: CONSEQUÊNCIAS EM SALA DE AULA.**

**Autor: Joiciele Rezende Costa**  
**Mestranda em Ciências Humanas pela UFVJM**  
[rezende.costa@hotmail.com](mailto:rezende.costa@hotmail.com)

**Orientador: Prof. Dra. Elayne de Moura Braga**  
[elayne\\_braga@yahoo.com.br](mailto:elayne_braga@yahoo.com.br)

### **Resumo:**

Este trabalho traz uma discussão acerca dos conceitos de Memória, História e Identidade, bem como suas relações com a modernidade, fato que ocasionou mudanças em tais paradigmas. Analisamos o sentido de se estudar história na contemporaneidade fugaz. A memória histórica estará definindo com o avanço do capitalismo e da modernidade? Em uma sociedade como a hodierna, cujos indivíduos possuem identidades fragmentadas há espaço para se discutir memória e trabalhar história? Essas são algumas das inquietações que orientam a pesquisa.

**Palavras Chave:** História, memória, modernidade

### **Summary:**

This paper presents a discussion of the concepts of memory, history and identity as well as their relationship with modernity, a fact which has caused changes in such paradigms. We analyze the meaning of studying history in contemporary fleeting. Historical memory is languishing with the advance of capitalism and modernity? In a society like today's, whose individuals have fragmented identities there is room to discuss working memory and history? These are some of the concerns that guide the search.

**Keywords:** history, memory, modernity.

## 1) História, memória, identidade e modernidade:

A discussão em torno do conceito de memória é bastante antiga, remonta a mitologia, onde *Mnemosyne* (Mnemósine) é a personificação da memória ou da lembrança. Filha do céu e da terra, habitava a região da Macedônia. É a deusa responsável pela orientação dos poetas, dos literatos, dos historiadores e também dos “cantadores”. Após a invenção da escrita, Mnemósine ficou encarregada de guardar os documentos escritos e organizar os calendários. (ABRÃO; COSCODAI, 2000) Os “homens memória” passaram a ser os guardiões dos códices reais, historiadores da corte, depositários da história objetiva e ideológica.

História é uma palavra de origem grega, surgida no século VI a.c, que significa investigação ou informação. Os homens sempre necessitaram explicar a si próprios e a sua origem, a primeira forma de explicação surge nas comunidades primitivas: o mito. Transmitido de forma oral, não desapareceu quando a história escrita emergiu, as duas formas de explicação coexistem. (BORGES, 1986)

É possível notar história e memória caminhando juntas, uma nutrindo a outra. Conforme nos fala Le Goff (2003), a história reconstrói o que aconteceu e a memória é um meio para isso. Existem vários tipos de sociedades e portanto vários tipos de memórias, com a evolução dessas sociedades, houve uma transição da memória oral para a escrita o que Le Goff chama de “domesticação do pensamento selvagem”.

A memória na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão do homem. (Le Goff: 2003, p. 477)<sup>i</sup>

Segundo Halbwachs (1990) as memórias de um indivíduo nunca são só suas e nenhuma lembrança pode existir apartada da sociedade. As memórias seriam construções dos grupos sociais, sendo que estes grupos determinariam o que é ou não memorável e os lugares onde essa memória seria preservada. “Um homem que se lembra sozinho do que os outros não se lembram é como alguém que enxerga o que os outros não veem.” (1990. p.23)

Aqui o outro aparece como referência do eu, entretanto a importância dada a memória coletiva não anula a importância das lembranças individuais. A memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva.

Rémond (1998) acredita que a história se alimenta da memória, e até indaga: “o que seria a memória separada da história?”(p.69) E aponta para a necessidade de se observar a transmissão da memória no interior das famílias, de uma geração para outra, mas também no

interior das instituições de ensino, nas relações professores e alunos e fundadores para sucessores, tendo sempre em mente que não é possível transmitir tudo, e que provavelmente a porção que não se comunica é muito maior do que a comunicável, o que não há nada de espantoso, uma vez que a transmissão se efetua por vias um tanto misteriosas, de forma heterogênea, e recorrendo a recursos diversos como espontaneidade e intencionalidade.

Nora (1993) vem nos dizer que em épocas passadas a história estava relacionada com a memória, porém na contemporaneidade elas se opõem de vários modos. A história tem criticado, destruído e tornado suspeita a memória. Para o autor o fim da história- memória se deve ao surgimento da sociedade industrial. Nos tempos modernos os homens estariam condenados ao esquecimento, por que são levados pelas mudanças. Os homens se reconhecem portadores do direito, poder e mesmo dever de mudança. A dinâmica da sociedade de massa parece estar sempre em ruptura com o passado. Para Nora, todavia, a necessidade do passado se mostra subjacente na busca pela memória. O indivíduo contemporâneo tem demonstrado necessidades de identificação.

Jelin (2002) assegura que está havendo uma explosão da memória no mundo ocidental contemporâneo, que leva a construção de uma “cultura da memória”, que coexiste com a valorização do efêmero. Para ela essa cultura da memória é em parte uma reação a uma vida sem âncoras, sem raízes. Os grupos encontrariam na memória um mecanismo para fortalecer o sentimento de pertencimento diante da transitoriedade dos fatos e do ritmo acelerado.

Já Benjamin (1994) ao contrário de Jelin, não reconhece qualquer busca pelo passado na atualidade. Reflete sobre o esfacelamento do social nos tempos modernos, numa sociedade capitalista sem laços com o passado, postergada pelo excesso de apelos da sociedade de consumo, onde a arte de narrar estaria em vias de extinção, já que os homens estariam pobres de experiência comunicável. Tal pobreza se daria em decorrência da informação, esta exigiria verificação imediata e só teria valor no momento em que é nova.

Benjamin afirma que a cada manhã recebemos notícias de todo o mundo e no entanto somos pobres em histórias surpreendentes, a razão seria que os fatos já nos chegam acompanhados de explicação. Para o autor a narrativa ao contrário da voraz informação é uma forma artesanal de comunicação, e onde o contexto psicológico não é imposto ao leitor/ouvinte, que seria livre para interpretar.

Loureiro (2010) acrescenta que a memória histórica definhou com o avanço do capitalismo e da modernidade:

O silêncio que toma conta da vida urbana é acompanhado da cacofonia ensurdecadora promovida pelas máquinas, buzinas, sirenes e as conversas das massas que falam, mas não têm nada a dizer e, alucinadamente, reverberam na audição regredida da experiência moderna. (Loureiro: 2010, p.183)<sup>ii</sup>

A partir do final do século XX muito tem se falado sobre estarmos na fronteira de uma nova era. Alguns pensadores atestam que a modernidade é um fenômeno de dois gumes, embora o desenvolvimento das instituições sociais modernas e sua difusão em escala mundial criem oportunidades bem maiores para os seres humanos gozarem de uma existência segura e gratificante, há também um lado sombrio.

Os patriarcas da sociologia, muito antes do advento da “cultura de massa”, pareciam prever um futuro onde pontos positivos e negativos duelariam na formação do pensamento social. A célebre frase de Marx deixa claro esse embate: “tudo que é sólido se desmancha no ar”. Tanto Marx quanto Durkheim viam a modernidade como uma era irrequieta. Porém ambos confiavam que as possibilidades benéficas abertas pela era moderna superavam suas características negativas.

Weber era o mais pessimista, via o mundo moderno como um paradoxo onde o progresso material era obtido à custa da ampliação da burocracia que esmagava a criatividade e a autonomia individuais. (GIDDENS, 1991)

Hall (2005) formula a ideia que mudanças estruturais no final do século XX, estão fragmentando as paisagens nos mais variados âmbitos. Cultura, classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade no passado forneciam as pessoas bases sólidas, que as localizavam como indivíduos sociais. Na época presente as identidades têm sido abaladas, está havendo uma descentração do sujeito, que por vezes se vê em crise por não ser mais um ser integrado.

## **2) O sentido de se estudar história na contemporaneidade fugaz:**

Hobsbawm (1995) atenta para a iminência da desqualificação do passado e, portanto da desvalorização da história e da memória. Porém salienta que diante de tal situação o papel do historiador e conseqüentemente do professor/profissional da história torna-se imprescindível. Acrescenta ainda que diante desse panorama o profissional ligado a história deve ultrapassar os antigos e positivistas métodos de narração de fatos e contos heroicos, o que tornaria sua tarefa mais difícil, pois que deveria criar métodos, inovar e ousar para que o passado não se perca e o futuro não se comprometa.

A destruição do passado, ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal às das gerações passadas, é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio. Por esse mesmo motivo, porém eles têm de ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores. Em 1989 todos os governos do mundo, e particularmente todos os ministérios do exterior do mundo, ter-se-iam beneficiado de um seminário sobre os acordos de paz firmados após as duas guerras mundiais, que a maioria deles aparentemente havia esquecido. (Hobsbawm: 1995, p.13)<sup>iii</sup>

O esquecimento é uma arma ideológica poderosa, Janotti (2004) diz que o presente passou a explicar-se a si mesmo, e que ignorar o passado público pode também acarretar a perda da visão dialética da história e da vontade política que leva à crítica e a construção de projetos futuros.

Para Chauí (2006), essa valorização do que é instantâneo, fugaz, passageiro, esse sentimento presenteísta é característico do mundo pós-moderno e de seu fruto, a cultura de massa, que tem homogeneizando os gostos, a moda, as informações, de maneira que os valores também se massificam. Acontece uma desvalorização do que é passado e dos vínculos humanos com seu passado orgânico. Agora e tempo é efêmero, desprovido de profundidade.

Para muitos pensadores a informação e a o surgimento das tecnologias tem sido responsáveis pelo fato de as novas gerações de educando chegarem às salas de aula com pouca ou nenhuma referência temporal e ausência de referência espacial. Mas grande parte desses pensadores que atestam o lado ameaçador da modernidade e manifestação das tecnologias também considera os efeitos benéficos advindos dessa nova era:

“Na era das telecomunicações, da informação, da internet, estamos submersos na complexidade do mundo, as incontáveis informações sobre o mundo sufocam nossas possibilidades de inteligibilidade (...). A comunicação triunfa, o planeta é atravessado por redes, fax, telefones celulares, modems, internet. Entretanto, a incompreensão permanece geral. Sem dúvida, há importantes e múltiplos progressos de compreensão, mas o avanço da incompreensão parece ainda maior”. (MORIN: 2000, p. 93)<sup>iv</sup>

Lévy (1999) propõe uma reflexão acerca dos sistemas educacionais em decorrência da influência das tecnologias, em um novo espaço denominado por ele de ciberespaço, na relação com o saber (cibercultura). Esse autor acredita nas possibilidades favoráveis trazidas da modernidade para o processo de aprendizagem. Discorre sobre a construção de uma inteligência coletiva e das novas relações com o saber, ressaltando o quão inadequada é a ideia de abordar todo o conhecimento. Todavia acrescenta que os modelos tradicionais de

aprendizagem tornam-se de algum modo obsoletos, em função de diversos fatores, que a nova conjuntura do ciberespaço ocasiona.

Neste embate entre esquecer e lembrar, passado, presente e construção do futuro, apresentam-se as dificuldades em ministrar a disciplina História em sala de aula. Estar diante de jovens e crianças com as mais diversas realidades, nas salas de aula para ensinar história tem sido um desafio para professores. Bittencourt (2004) afirma que:

Uma tarefa complexa envolve o cotidiano dos professores de História ao enfrentarem ainda as desigualdades de uma sociedade moderna e arcaica, de contradições não dissimuladas, mas que possui em comum um público estudantil com dificuldades para estabelecer relações com os tempos históricos. (Bittencourt: 2002, p.7)<sup>v</sup>

Na maioria das vezes a disciplina parece tão longe da realidade do aluno, que se torna desestimulante ou até mesmo inútil a aquisição de conhecimentos/informações de algo que no seu ver nada de concreto tem a adicionar no seu cotidiano. As disciplinas “socialmente”, mais aceitas, as tidas como de “maior” peso: Português e Matemática se vêm na vantagem por que socialmente é indispensável e necessário saber ler e fazer contas. Esclarecemos que o objetivo desse trabalho não é fazer o jogo inverso, tentando desqualificar as disciplinas, português e matemática. Mas sim valorizar a história e seus profissionais, discutir os problemas e perspectivas do ensino de história em nosso país, bem como refletir sobre os lugares da memória e o papel da história e da educação na sociedade hodierna.

A necessidade de garantir educação para todos é uma antiga e importante exigência de educadores e trabalhadores organizados. Ações governamentais implementaram políticas públicas que possibilitaram o aumento do acesso e permanência dos alunos na escola.

Um grande desafio, porém ainda persiste: tornar a escolaridade significativa para o desenvolvimento intelectual dos alunos. Tanto na rede pública quanto na privada, pouco do conteúdo estudado na escola contribui para uma melhor interação do sujeito com o mundo. Por vezes “a escola trabalha com um conhecimento cuja relevância não está clara nem para os estudantes nem para os professores.” (SFORNI, 2004)

Charlot (2013) acresce que aprender é a soma de atividade intelectual, sentido e prazer e indaga: Qual a atividade intelectual dos alunos no ensino de história? Qual o sentido de estudar história? Que prazer tem o aluno ao estudar história? Ele mesmo traz uma resposta:



Para a maioria deles não faz sentido estudar história porque a disciplina é quase sempre apresentada como uma repetição. Não tem utilidade no cotidiano. Trata de coisas antigas, talvez até mentirosas. (...) Abordando o assunto sob o ponto de vista das práticas pedagógicas, percebe-se que o professor, predominantemente, fala para um “eu epistêmico” e não ao “eu empírico.” (...) os professores adotam a ideia de “motivação”, quando o importante seria mobilizar o aluno no sentido de fazer nascer “novos desejos”. Para isso é fundamental dizer ao aluno, sinceramente, a razão de se estudar história, apresentar conteúdos que lhe possibilitem perceber sentido, pois é somente no encontro entre o conteúdo intelectual e um desejo profundo no aluno que a matéria transforma-se em fonte de prazer. (Charlot, 2013)<sup>vi</sup>

No que tange o ensino de história e a preservação das memórias, nem tudo está perdido, a multiplicação de estudos relacionados ao ensino de história, no Brasil, nas últimas décadas, encontros nacionais importantes, dedicados especificamente ao ensino de história, demonstram que os profissionais da área estão cômicos das problemáticas que se apresentam e buscam melhorias e soluções.

Nesses eventos, encontram-se debates e produções que divulgam estudos e pesquisas cujos objetos de análise se relacionam tanto aos métodos de ensino, à formação docente, às práticas pedagógicas de modo geral, como o ensino de história e da didática da história. Esses e outros tantos temas relacionadas ao ensino da história a partir dos seus aspectos simbólicos, das representações, das tradições, das disputas pela memória, entre outros. (SILVA; ROSSATTO, 2010)

Alguns estudiosos da temática apontam alguns pontos que podem alicerçar a luta da história e de seus profissionais para que não se perca enquanto ciência e disciplina escolar nos tempos passageiros presentes.

Para Oliveira (2010) existe um abismo entre o que a sociedade entende como história e a visão dos profissionais da área. Enfatiza que a história escrita é um recorte do passado, não por inabilidade dos profissionais de história, mas porque este é objetivo da produção do conhecimento histórico: problematizar o passado. Não se estuda história para contar tudo o que aconteceu, mas para construir uma problemática sobre o passado ou sobre um tema em perspectiva histórica.

A memória histórica guarda várias narrativas, a história, como produção do conhecimento científico, compõe outras narrativas. O profissional de história deve demonstrar as ligações do passado com o presente, ressaltando que a realidade não é estática e sim dialética e, embora não deva designar uma versão como verdade única, o que frequentemente ocorre legitimando assim a existência de uma história tradicional/oficial. Deve-se ainda ter clareza de que a memória influencia a história, e a história influencia a memória, e conhecer as narrativas, confrontá-las, interpretá-las e compreendê-las.

Cainelli (2010) sobrepõe que da mesma forma que o saber da história se interessa pelas multidões humanas, pelas relações entre eles e pelo meio ambiente, o ensino da história deve se relacionar com os sujeitos que aprendem começando pela tarefa de desenvolver nos alunos a sua história e seu papel enquanto sujeitos históricos.

Borges (1986) completa que não somente a história, mas também outras áreas do conhecimento que tratam da realidade estão sempre se constituindo, o conhecimento nunca é perfeito ou acabado, e que, portanto as transformações advindas da jovem e moderna era, não decretarão o fim da história, nem enquanto ciência, nem enquanto disciplina escolar, uma vez que, a história trabalha especificamente com as transformações pelas quais passaram e passam as sociedades humanas. Afirma ainda que: “a transformação é a essência da história”.

Pinsky (2003) crê que mudanças políticas e econômicas na virada do século trouxeram certo ceticismo entre os professores e estudantes em relação ao conhecimento histórico em sala de aula e descrença no seu poder transformador. O avanço das tecnologias globais colocaram em xeque a eficácia educacional dos livros e a utilidade do professor enquanto agente de ensino. Muitos professores pressionados pela onda acabam introjetando a ideia de que o que não é veloz e voraz é chato. Desta maneira:

O grande desafio que se apresenta nesse novo milênio é adequar nosso olhar às exigências do mundo real sem sermos sugados pela onda neoliberal que parece estar empolgando corações e mentes. É preciso mostrar que é possível desenvolver uma prática de ensino de História adequada aos novos tempos: rica em conteúdo, socialmente responsável e sem ingenuidade ou nostalgia. Historiador/professor sem utopia é cronista e sem conteúdo, nem cronista pode ser. (Pinsky: 2003, p.17)<sup>vii</sup>

O mesmo autor acumula ainda que outras disciplinas sofrem perda de prestígio com a expansão da sociedade globalizada, e que as humanidades em geral devem se preparar para ocupar um espaço sob pena de serem sufocadas pelos novos tempos. Em um país onde tanto se aspira salto qualitativo em educação é necessário que o ensino de história seja revalorizado e que os profissionais da área se conscientizem da responsabilidade social que isso traz. Informação não é educação, exatamente por isso o bom professor torna-se tão essencial.

No século XXI o professor é colocado frente a desafios que vão além do saberes inerentes a disciplina ministrada, torna-se necessária sensibilidade social e competências humanas: “A missão pedagógica dos professores reveste-se de grande complexidade humana, dada a responsabilidade antropológica que lhe é inerente. Trata-se afinal de trabalhar com pessoas e numa perspectiva de promover sua personalidade e humanidade.” (BAPTISTA, 1998).

Gamboa (2007) garante que toda investigação em educação deveria trabalhar com a historicidade de seu objeto, trata-se do estudo crítico da temporalidade e a historicidade em outros campos do conhecimento humano. À medida que se amplia o campo das análises, surge um novo papel para a historiografia. Portanto a história trabalhará e será trabalhada nesses novos tempos, seu papel não se exaure com tais alterações vivenciadas pelas sociedades.

A história jamais deixará de existir e seu poder de sobrevivência e adaptação já está sendo comprovado. Ninguém em época nenhuma deixara de rememorar algo, e o ato de rememorar pressupõe uma experiência passada, reativada por alguma situação presente, e não necessariamente todos os atos memorados são acontecimentos grandiosos. (JELIN, 2002) Diversos mecanismos sociais e psíquicos entram no jogo. Esse jogo dificilmente mudará ainda que com a ascensão das tecnologias e valorização do pouco duradouro. À medida que se amplia o campo das análises, surge um novo papel para a historiografia.

Existe uma dialética entre memórias socialmente aceitas, comemorações públicas, censuras, e os vários tipos de esquecimento. Nenhuma dessas questões será totalmente corrompida pela modernidade. Portanto a história e a memória por mais seletivas que sejam, suscetíveis a manipulações políticas, e vulneráveis as mudanças sociais e econômicas, permanecerão, enquanto os humanos forem humanos, ainda que em uma conjuntura que robotiza as relações, mas que pelo menos por enquanto não robotizou totalmente os homens, produtos da história e produtores de memória.

Jelin (2002) afiança ainda que o homem transforma a si mesmo e o mundo, e que referir-se a memória implica trabalho, e incorporá-la gera transformação social. Sua citação resume bem a ideia desse artigo, acreditamos que na contemporaneidade:

Ao estudar homens e mulheres, os sentidos e a temporalidade se estabelecem de outra maneira: o presente contém a experiência passada e as expectativas futuras. As ações humanas são o espaço vivo da cultura. (...) estamos falando de significados subjetivos, onde os sujeitos se orientam (ou se desorientam), entre futuro e passados, futuros perdidos e passados que não passam e em um presente cercado simultaneamente de passados e futuros. (Jelin: 2002, p. 12)

---

<sup>i</sup> LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª. Campinas, SP: UNICAMP, 2003. P. 477.

<sup>ii</sup> LOUREIRO, Robson. Indústria cultural, sociedade do espetáculo e fabricação da memória: uma leitura memorial de FAHRENHEIT 451, de BRADBURY e TRUFFAUT. In: *cadernos de pesquisa em educação -PPGE-UFES*. v.16, n. 31. Vitória: jan-jun p. 183,2010.

<sup>iii</sup> HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos. O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia das letras, 1995. p.13.

<sup>iv</sup> MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários a educação do futuro*. São Paulo, Cortez/Unesco, 2000. p.93.

<sup>v</sup> BITTENCOURT, Circe (org). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2002. p.7.

<sup>vi</sup> CHARLOT, Bernard. *Ensinar e aprender História*. Disponível em [http://itamarfo.blogspot.com.br/2013\\_10\\_01\\_archive.html](http://itamarfo.blogspot.com.br/2013_10_01_archive.html). >Acesso em 02 de julho de 2014.

<sup>vii</sup> PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. Por uma História prazerosa e conseqüente. In: *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. KARNAL, Leandro (org) São Paulo, Contexto, 2003. p.17.

## **O Carnaval para além da avenida: foliões e as muitas multidões que ocupam as ruas do mundo pós-fordista.**

**Jorge Edgardo Sapia<sup>1</sup>**

### **Resumo:**

Embora o Carnaval que ganha projeção global ainda seja o dos desfiles das escolas de samba o cenário carnavalesco carioca é múltiplo, polifônico. A descoberta da cidade pelos blocos de rua na virada do século XXI mostra uma modalidade de ocupação do espaço público não desprezível revitalizado pela experiência carnavalesca. O espaço que o Carnaval de rua tem hoje na cidade sugere um deslocamento da experiência da festa nas ruas das margens para o centro da cena carnavalesca. Discutimos neste artigo os formatos que a festa assume no espaço urbano.

**Palavras-Chave:** Blocos carnavalescos, Festa, Carnaval.

### **Abstract**

Eventhough the most widely known aspect of Carnaval is the samba schools' competition, Carnaval encompasses multiple events and includes the voices of various social groups. Street parades started to spread throughout the city at the turn of the 21st century and lead to an important new form of interaction with the main parts of Rio's urban area. Street parading became a crucial activity in Carnaval's festivities. This paper's main objective is the analysis of the different formats of Carnaval parades and how these festivities impact the urban grounds.

**Key Words:** Carnival Street Parades, Festival, Carnival

### **Introdução**

Discutimos neste artigo, alguns aspectos da transformação do Carnaval na cidade do Rio de Janeiro. O crescimento dos blocos de rua, em termos de público, da quantidade de agremiações e da diversidade de propostas, deslocou a centralidade da festa, do Sambódromo, inaugurado em 1984, para ruas que começaram a ser ocupadas, no mesmo ano, por dois blocos – Barbas e Simpatia é Quase Amor – que renovaram a experiência da festa e da relação desta com a cidade. Hoje, essa experiência, atrai interesses diversificados. A nova realidade ocupa lugar importante em setores cada vez mais amplos da juventude que descobriram os blocos e a cidade. Além da cidadania que se constrói nos processos de fruição da cidade, outros atores, (mercado, mídia, turismo e poder público) observam, no crescimento, ativos importantes relacionados aos grandes projetos em curso – Mundial de Futebol, Olimpíadas – que buscam construir uma imagem positiva e rentável da cidade.<sup>2</sup> A pluralidade de olhares e propostas, de

perspectivas e formatos, acentuam, na festa, a ideia de que a cidade constitui um espaço de cidadania disputada, objeto de conflitos sociais, culturais e políticos dispersos.<sup>3</sup>

Descrevemos, inicialmente, algumas características dos blocos da retomada carnavalesca<sup>4</sup>, objeto particular da nossa observação. Três comentários se impõem: 1) o Carnaval não morreu; 2) a juventude descobriu os blocos e descobriu a cidade; 3) o tempo romântico acabou, hoje o processo de organização necessário para levar a bom termo o desfile se orienta, em termos weberianos, no sentido de uma racionalidade especializada.

Apresentamos a seguir algumas questões colocadas pela relação entre festa e mercado, muito novas neste universo. Se novidade provoca não poucas tensões nos organizadores tradicionais do carnaval de rua abre, por outro lado, um campo de possibilidades para os novos coletivos que surgiram nos últimos anos impulsionando o deslocamento da cena carnavalesca, preocupação que perspassa o artigo. Descrevemos a seguir a preocupação com a produção de memória, dos blocos, do próprio Carnaval e da cidade. Com relação aos blocos sabemos que a memória encontra-se dispersa nos arquivos pessoais daqueles que viveram essa trajetória. Desprovidos de sedes sociais e, a pesar das facilidades contemporâneas de registro em diversos suportes das atividades realizadas, carecem de estrutura para preservar e constituir suas respectivas memórias. Comentamos finalmente formatos e preferências que indicam o sentido da mudança e concluímos com uma breve referência à dimensão carnavalesca presente nas mobilizações que tiveram lugar em Junho e Julho de 2013.<sup>5</sup>

### **Inventando a tradição.**

Como é tradição, no sábado anterior à abertura oficial do Carnaval no Rio de Janeiro, a praça General Osório, localizada no bairro de Ipanema, tinha uma movimentação peculiar. Desde o final da década de sessenta, a praça se tornou local de concentração de novas manifestações carnavalescas que contagiaram, aos poucos, outros coletivos que também inventaram outros espaços de interação e convivência na cidade.

A Banda de Ipanema, hoje cinquentenária, teve o privilégio de mostrar, na década de sessenta, a importância da reunião, da comunicação, do diálogo e da *desafinação*, num contexto que privilegiava a ordem, a disciplina e o monólogo. Desde então apadrinhou várias agremiações que seguiram seus passos, entre elas o Simpatia é Quase Amor, bloco que escolheu, em 1984, expandir as fronteiras do possível ocupando o espaço público, dando continuidade ao clima de festa produzido por uma ativa militância política e cultural que tramou suas redes no período da transição democrática.

No Carnaval do Sambódromo, local de celebração dos desfiles Escolas de Samba, o tempo de concentração é, também, dedicado à realização de ajustes, ao cuidado dos detalhes, tanto dos carros quanto das alegorias, dos figurinos, é tempo de dar o ponto final ou fazer os ajustes necessários nas fantasias, atividade realizados num clima de ansiedade e tensão que resulta da aspiração da escola em concluir, satisfatoriamente, o longo processo ritual que se estende da definição do enredo, por parte do carnavalesco, até o próprio desfile. A preocupação de todos os envolvidos é conseguir que a escola possa como diz Maria Laura Cavalcanti “comunicar-se com cidade inteira”.<sup>6</sup>

Nos blocos carnavalescos, a produção da festa, entendida como ritual coletivo, demanda também um certo nível de organização e planejamento, porém, tudo tem um sabor de improvisação. Aqui a tensão e a ansiedade não jogam o mesmo papel perceptível na concentração das escolas e dos blocos de enredo e de embalo orientados pela lógica da competição. A ausência do processo competitivo, pautado por normas públicas e claras, ameniza nos organizadores do Carnaval de rua a tensão e a ansiedade que parece estar presente em todas as etapas do elaborado e prolongado ritual das escolas de samba.

Não obstante, o destaque que o Carnaval de rua ganhou, fez com que o poder público, através da Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S.A. (Riotur), definisse novas regras para a realização dos desfiles. Duas delas tratam da forma de funcionamento e são importantes tanto, pelas modificações que introduzem, quanto pelos conflitos que instauram. A primeira regra estabelece a necessidade de registro na Riotur, passo prévio à autorização do desfile. É verdade que são poucos e pontuais os casos de registro negado, por enquanto. A segunda regra, estabelece a definição do tempo destinado à concentração, ao desfile e a dispersão e cria critérios para sancionar quem não respeitar o acordado. Em áreas da cidade com grande concentração de desfiles, muitos deles quase simultâneos, os mecanismos de controle e fiscalização são mais rígidos. Ruídos, nessas informações, tem gerado não poucos problemas, o zelo em fazer valer “o que está escrito” por parte do órgão encarregado de fiscalizar é grande, mesmo nos casos nos quais, fica claro, que “está escrito” contém erro de digitação. Como resultado os desfiles hoje são mais acelerados. O tempo de desfiles que se estendiam indefinidamente por circuitos não especificados e com uma dispersão elástica acabou. As mudanças estão relacionadas à necessidade de mapear, sincronizar e, por tanto, controlar, a concentração, o tempo dos desfiles e a dispersão.

Contudo, o momento da concentração, em todos os blocos, continua sendo um espaço e um tempo de descobertas, de reencontros, de identificação de grupos de foliões e foliões individuais. É também espaço de leitura, das releituras da realidade que as fantasias evocam.

Elas traduzem, registram, revelam, aspectos dos acontecimentos que foram destaque na agenda política, social e cultural da cidade e do mundo. De tal forma que, como diz DaMatta, as fantasias criam um “campo social de encontro, de mediação e de polissemia social, pois, não obstante as diferenças e incompatibilidades desses papéis representados graficamente pelas vestes, todos estão aqui para brincar”.<sup>7</sup>

### **O mercado, comercialização e conflitos.**

Além dos foliões que ocupam, aos poucos, o espaço da concentração, no caso do Simpatia, delimitado pela praça e as ruas adjacentes, pelos bares e restaurantes próximos e pelos prédios localizados no trajeto do cortejo, existem aqueles que “estão a serviço” que fazem “parte da categoria dos que trabalham”<sup>8</sup> há grande número de vendedores ambulantes – sinal de bloco cheio. Há vendedores cujo trabalho demanda uma organização mais apurada, com clientela fixa, especializados em caipirinhas e doses de uísque com energético e que transitam com desenvoltura e um figurino especial no meio da quase multidão que ainda não ocupou inteiramente o espaço de concentração. Há os portadores de crachá, expedido pela Riotur, que os autoriza a comercializar o produto de maior saída em tempos de reinado de momo: a cerveja, da marca da indústria vencedora da licitação do Caderno de Encargos e Contrapartidas que dispõe sobre o patrocínio e infraestrutura necessária à realização do Carnaval de rua. Para o secretário especial de turismo:

O carnaval organizado e estruturado é bom para o folião, para o organizador dos blocos e para a cidade como um todo, desde o morador até o turista, que conta com mais esse atrativo em sua visita à cidade. E o melhor de tudo: com o patrocínio, a Prefeitura não precisa investir financeiramente na infraestrutura da festa, garantindo que ela ocorra dentro do melhor espírito carnavalesco, sem causar maiores transtornos e sem pesar no bolso do contribuinte.<sup>9</sup>

A nova estratégia da prefeitura reconhecendo a centralidade do carnaval de rua e transferindo responsabilidade à iniciativa privada dá lugar à emergência de uma arena carregada de oportunidades e conflitos. No mundo das escolas de samba, enfatiza Cavalcanti, a comercialização é uma dimensão tão importante para a compreensão do processo carnavalesco quanto as dimensões festiva e comunitária<sup>10</sup>. Um dos aspectos dessa dimensão é a forte presença do mercado orientando os enredos. Estados e cidades disputam com marcas comerciais de produtos diversos - de cavalos Manga Larga marchador ao iogurte Danone – a possibilidade de patrocinar os desfiles em troca da visibilidade e exaltação de suas marcas.

O mercado também descobriu a festa de rua e sua potencialidade da divulgação de marcas. Aproximadamente 500 blocos, dos mais diversos formatos e tamanhos, disputam espaço na cidade. A jornalista Flavia de Oliveira noticiou ao longo do último ano em sua coluna



Negócio & Cia. do Jornal O Globo uma série de dados que revelam a descoberta da rua pelo mercado. Convidada a falar num painel<sup>11</sup> sobre “Oportunidades e negócios e a lógica do patrocínio” a jornalista mostrou números eloquentes: as marcas Afghan, Cantão, Dress To, o Blue Man Group, Tim, Via Mia, Kenner, Limits, Armadillo, Joana João, Nestlé, Maria Filó, CDL-Rio, Antarctica, o Shopping Botafogo, o Norte Shopping, Ambev e até a tradicional loja de aviamentos Caçula “vem alterando o mix de produtos da seção carnaval, desde 2010, em razão do crescimento do carnaval de rua”.<sup>12</sup> Os dados sugerem um deslocamento da experiência da festa nas ruas, das margens para o centro da cena carnavalesca.

Sem possibilidade de aprofundar esta questão no presente artigo, nos limitamos a realizar um levantamento preliminar das disputas suscitadas pelo crescimento e consolidação da festa nas ruas. O crescimento e seus impactos são discutidos por Bruno Cavalcanti num artigo sobre os novos formatos das festas nas últimas décadas: “várias dessas festas públicas brasileiras assumiram grandes proporções demográficas, econômicas e midiáticas, apontando para uma característica pós industrial dessa economia simbólica de serviços ligados à curtição coletiva da vida, especialmente em entretenimentos festivos de massa”.<sup>13</sup>

Paulo Miguez discute na sua dissertação de mestrado *Carnaval baiano: as tramas da alegria e a teia de negócio*, a relação entre festa e mercado presente no carnaval da Bahia, argumenta que a compreensão do Carnaval “como um fenômeno que se realiza em rede, supera a tentação, no mínimo saudosista, de imaginar a festa realizando-se independente do negócio, como se possível fosse negar o caráter de mercadoria que os espaços, todos eles, adquirem no capitalismo”.<sup>14</sup> Miguez sugere, ainda, que a festa “vive o conflito entre ser festa ou espetáculo, entre render-se ao prazer ou assumir-se como negócio”,<sup>15</sup> alimentando-se, precisamente, desses conflitos, portanto, é necessário mapeá-los, pensá-los.

O primeiro deles se relaciona à lógica agressiva da empresa vencedora do concurso que licitou a decoração da cidade. A superexposição da marca transformou a cidade, nos últimos anos, em um outdoor gigante. Orientado pela mercadificação das formas culturais acentuadas no modelo de acumulação do mundo pós fordista, transformou muitas agremiações em suporte da marca hegemônica de cerveja. As críticas a essa estratégia de exposição de marcas e de produtos não demoraram. Em tempos de acumulação flexível o investimento na construção da imagem através de diversas estratégias de patrocínio pode resultar num sucesso claramente lucrativo que torna esse investimento “tão importante quanto o investimento em novas fábricas e maquinário”, desta maneira, diz Harvey, o “patrocínio corporativo das Artes [...] é o lado prestigioso de uma escala de atividade que inclui tudo [...] desde que se mantenha constantemente o nome da empresa diante do público”.<sup>16</sup> Representantes de algumas

associações manifestaram seu descontentamento com o que foi classificado de “poluição azul”,<sup>17</sup> levando a uma tímida mudança de estratégia na exposição da marca nos carnavais seguintes com a incorporação de um reduzido mix de cores que pretendia diluir as críticas à imagem monocromática da cidade. A Sebastiana organizou um seminário em Outubro de 2013 que contou com a presença em uma das mesas da responsável pelo desenho de marketing da empresa vencedora das licitações anteriores. Ficou surpresa pelo teor e volume das críticas recebidas, ancoradas numa preocupação com a descaracterização da cidade. A contragosto, comprometeu-se a rever sua estratégia.

Outra ponta do novelo é puxada por grupos que consideram que há carnaval demais na cidade e cobram do poder público uma drástica intervenção que proíba certas práticas e comportamentos para controlar os foliões classificados de “multidão alcoolizada”<sup>18</sup>, retórica presente na história republicana, já ouve vadios e, ultimamente, vândalos.

### **Balzaqueando nos lugares de memória.**

As novas dimensões do Carnaval de rua podem ser observadas pela infraestrutura mobilizada. Carros oficiais da Riotur, da CET-Rio, da guarda municipal, da polícia militar estão de prontidão para acompanhar o cortejo. No caso em observação, foi contratado um veículo com um canhão acionado com dispositivo de ar comprimido pronto para lançar confetes com as cores do bloco durante o desfile. Além disso há um enorme carro de som que funcionará como repetidor do carro principal, já estacionado na praça alguns metros atrás e, finalmente, um caminhão da cooperativa de catadores de produtos recicláveis que fez uma parceria, bem sucedida, com alguns blocos da cidade desde 2009. Essa é a infraestrutura mínima, hoje exigida, para colocar um bloco de grandes dimensões na rua. O comentário sinaliza o teor das mudanças e a exigência de uma organização racionalmente orientada.

Mas há outro dado no desfile do Simpatia é Quase Amor que chamou nossa atenção, e é uma prática que está presente na maioria dos blocos. Aqui, os moradores de um prédio que tem, além de localização privilegiada, uma marquise generosa, localizada no ponto de concentração da bateria, cederam o espaço para que o bloco pudesse receber os compositores, desenhistas, artistas plásticos e caricaturistas, que ao longo desses trinta anos *poemaram* e ilustraram a cidade e o bairro. Nota-se nessa relação, uma postura oposta à defendida pelos defensores da ordem e do controle. Neste sentido nós parece importante registrar o depoimento de Carlos Fernando Andrade, arquiteto, ex-presidente IPHAN e fundador do bloco de Segunda, criado há vinte e sete anos, não por casualidade, num dia sete de Setembro com um singelo argumento: “se os militares vão às ruas nessa data, porque nós não?”

O seja, a gente conquista um espaço social, político, cultural que não existia [...] A cidade faz os blocos, nós não viemos da lua. A gente desce dos apartamentos. Hoje em dia eu sei a quantidade de pessoas que em Botafogo, no dia do bloco (de Segunda), organiza uma feijoada em casa. É uma coisa que já está integrada na vida daquela comunidade, Se a gente atrapalha, atrapalha outrem, outrem. A comunidade local está perfeitamente integrada.<sup>19</sup>

Na comemoração dos trinta anos de história o Simpatia estava pronto para *Balzaquear* na avenida, como prometia a letra do samba vencedor, que uma parte da multidão, cantaria pouco tempo depois num cortejo de pouco mais de duas horas de duração.

Para comemorar a data resolveram sair com um inédito carro alegórico no abre alas. O projeto do carro era de Fernando Pamplona e não foi concluído devido ao falecimento do professor da Escola de Belas Artes, carnavalesco e folião. Pamplona foi responsável, no início dos anos 1960, pelo que ele classificou “revolução espetacular”. Revolução que encontrou terreno fértil no GRES Acadêmicos do Sanguêiro. Apresentado por Milton Santos como mediador cultural, “*habitué* dos diferentes espaços carnavalescos da cidade”,<sup>20</sup> Fernando Pamplona presenteou o bloco com um desenho que ilustrou a camiseta do carnaval de 1999. Há um ritual neste universo que consiste na realização de um grande encontro para apresentar ao público a camiseta do ano. No lançamento, o artista convidado assina as camisetas compradas pelos foliões, dando desta maneira início ao ano carnavalesco. Nesta data cheia Pamplona queria oferecer outra coisa, como lembra foi Dodô Brandão, fundador do Simpatia.

O abre alas era um projeto do (Fernando) Pamplona, que tinha pedido para arranjar um chassi de caminhão e, quando ele morreu, a gente achava que o projeto tinha *micado*. [...] Então, quando vimos a Kombi a venda em Rio das Pedras, resolvemos comprá-la e adaptar a ideia do Pamplona à lembrança do nosso primeiro desfile.

A Kombi, sem a documentação em dia, ficou também sem motor, “o que foi um facilitador na hora do desfile” comenta Brandão, e acrescenta:

Convidamos um designer que trabalha na Globo, Jaime, mas que gosta mesmo é de grafite, gosta de rua, foi ele que nos deu a ideia de grafitar as trinta camisetas dos carnavais anteriores. Lembro que Jaime chegou de moto no meu prédio, onde a Kombi está estacionada até hoje - o que me causa alguns problemas com a síndica. Olhou detalhadamente, fez a sugestão e encomendou uma caixa de spray que fomos comprar numa loja especializada na Tijuca. Quatro horas depois de termos chegado com o spray, que imaginávamos poderia ser comprado em qualquer loja de construção, a Kombi estava pintada.

Foi a primeira intervenção. A segunda foi a instalação de um botequim – mesa, cadeira, bebidas, no interior. Instituição, central na cultura da cidade, faz parte do mito fundador descrito no samba de 1994: *Nasci num botequim, cai do céu/Meu nome vem da Vila Isabel/Sou cria do Rio de Janeiro, de Pixinguinha, Cartola e Noel*.<sup>21</sup> Ressignificada, não transportava nem passageiros, nem mercadorias, *produzia memória* como observa Dodô Brandão “O Simpatia nasceu no primeiro desfile com uma Kombi e agora, neste aniversário, ela vai carregar trinta

anos de história”<sup>22</sup>. A instalação evocava o veículo emprestado pelas Casas da Banha - graças à mediação de um folião cuja família era proprietária da loja - e que funcionou, aproveitando uma precária corneta instalada no teto, como carro de som. No para-brisa foi instalado um desenho adesivado feito pelo cartunista Aroeira. A imagem nos mostra quatro felizes companheiros de viagem. Ao volante, sorridente, o compositor Aldir Blanc, olhando com alegria e cumplicidade para Bussunda, primeiro Rei Momo; Dona Zica, madrinha do bloco e mulher do mestre Cartola; e encostado na porta do carona, Albino Pinheiro, e o mediador cultural e General da Banda que apadrinhou a agremiação. O alegre sorriso do motorista acreditamos que resulta da satisfação de ver seu personagem literário, Esmeraldo Simpatia é Quase Amor, ressignificado pelo carnaval carioca, como ele próprio registra em depoimento:

O bloco da minha mocidade foi o Bafo da Onça, de saudosa memória no Catumbi, Estácio e adjacências. Mas nem mesmo o Bafo com suas rainhas e princesas de poluição noturna, me deu emoção tão forte como Simpatia é Quase Amor. Criei, num livro, o Simpatia para proteger a identidade de um primo do subúrbio – um primo pobre como aquele do programa Balança mas Não Cai, criação imortal de Max Nunes e Brandão Filho. É bonito ver um primo da Zona Norte virar bloco na Zona Sul. Com esse gesto simpático saiu ganhando São Sebastião do Rio de Janeiro.<sup>23</sup>

Para além da sua materialidade o veículo transformou-se em imagem, que é para Wolff o “representante, o substituto, de qualquer coisa que ela não é e que não está presente”, ou ainda, ela representa o que está ausente, “o que ainda não está, o que não está mais, o que não pode estar presente, e que se encontra representado. Representado, quer dizer, presente na imagem (e não na realidade) e tornado presente pela imagem”.<sup>24</sup> O artefato, portanto, transformado em carro alegórico, presentifica elementos simbólicos da dimensão carnavalesca e da identidade da cidade.

Assim como a praça e a própria rua, o produto da indústria automobilística foi transformado em lugar de memória. Recuperamos essa noção de Pierre Nora, para quem os lugares de memória são lugares materiais, funcionais e, na medida em que remete a uma experiência ou acontecimento vividos por uma minoria, são simbólicos, sendo que razão fundamental de ser um lugar de memória é “bloquear o trabalho do esquecimento”, por isso, argumenta Nora:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é *preciso* manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais [...] Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria.<sup>25</sup>

Para Pollak<sup>26</sup> o papel da memória não é somente lembrança, é também um processo que pode recalcar, omitir ou recodificar dados do passado, logo, toda memória é resultado de um processo seletivo<sup>27</sup> exercido de “maneira expressa e/ou implícita, por aqueles a quem se

reconhece a legitimidade pra realiza-las: protagonistas políticos e sociais, historiadores, analistas, etc.”.<sup>28</sup>

### **O Carnaval além da Sapucaí.**

Coincidentemente, no Carnaval de 2014 comemoravam-se, também, os trinta anos do Sambódromo ou, como tituló o caderno especial do Jornal O Globo, Avenida de Sonhos: “Passarela para delírios, requebros e tradições. Endereço de crenças, paixões, lágrimas, êxtase. Moldura da maior festa popular do Brasil”.<sup>29</sup> Sua inauguração consolida o processo de institucionalização das escolas de samba, iniciado na década de 1930, e define a partir de então o Carnaval oficial da cidade.

A duplicação dessa avenida, a do Carnaval oficial e o da rua se dá em um momento no qual, mais uma vez, tinha decretado a morte do Carnaval<sup>30</sup>. Como registra DaMatta, “...não é por acaso que durante o Carnaval grupos de pessoas de classe média e classe alta (sobretudo intelectuais sofisticados) deixam a cidade por ‘não poderem suportar o carnaval’ ou ‘a transformação da cidade num pandemônio’”.<sup>31</sup>

Como tentamos indicar acima a cena carnavalesca mudou. Sem ter condições de falar da diversidade de blocos e bandas que atravessam a cidade de norte a sul, gostaríamos de apontar algumas dessas mudanças.

O movimento da retomada carnavalesca começou a ser gestado com o fim do regime autoritário e o início do processo de democratização. A ocupação das ruas como manifestação carnavalesca se dá num contexto que privilegiava o desfile das grandes escolas de samba e as festas realizadas em espaços privados, em clubes fechados. Setores da classe média urbana, socializados na experiência de recuperação do espaço público durante o processo de transição democrática, voltaram a ocupar as ruas como experiência carnavalesca dando início a um crescente processo que tem, no modelo de bloco de carnaval, sua representação contemporânea. Os blocos, precursores das escolas de samba, são uma das tantas formas de expressão que o Carnaval inventou: Cucumbis, Zé Pereira, Entrudo, Grandes Sociedades, Ranchos, Cordões, Blocos e, finalmente, as Escolas de Samba.

Para Da Matta, bloco dá ideia de algo compacto e sólido, “poderoso, grande avassalador, mas sem a necessária ordenação interna para representar e (elaborar) um drama capaz de promover impacto duradouro ou expressar nitidamente um certo ponto de vista com suas necessárias nuanças”.<sup>32</sup>

No entanto, as transformações ocorridas nas festas públicas na virada do século XXI nos levam a relativizar essa ideia e considerar outras possibilidades. Além dos blocos

tradicionais orientados pela lógica do concurso, da competição e do julgamento, discutidos, entre outros, por Da Matta, Ferreira e Queiroz<sup>33</sup>, nos interessa considerar a experiência de uma cidade compartilhada por uma enorme quantidade propostas que colocaram na rua 5.300.000 de foliões.<sup>34</sup>

Embora existam gradações, a nova forma processional do encontro aberto incorpora cada vez mais foliões como atores e não, necessariamente, como espectadores<sup>35</sup>. A lógica da participação se deixa perceber na presença a cada ano mais intensa de pessoas fantasiadas na folia da cidade. As fantasias, lembra DaMatta, criam “um campo social de encontro, de mediação e de polissemia social, pois, não obstante as diferenças e incompatibilidades desses papéis representados graficamente pelas vestes, todos estão aqui para brincar”.<sup>36</sup> Essa forma de ir para as ruas fantasiado se estendeu para além do espaço-tempo do Carnaval nas manifestações de Junho e hoje é centro de uma longa e controvertida polêmica a respeito do direito de utilizar máscaras nas ruas fora período carnavalesco.<sup>37</sup>

A classificação de bloco, no Rio de Janeiro é hoje bastante elástica. São denominados dessa forma todas as novas experiências de encontros musicais e afetivos nas ruas da cidade<sup>38</sup>. Basicamente e, diferentemente de outras realidades, como o carnaval da Bahia, no Rio e Janeiro e a despeito dessa pujante diversidade, os blocos são abertos à participação de todos, sem cordas e sem obrigatoriedade de indumentária própria.

Na clássica interpretação do dilema brasileiro, Da Matta argumentava que a festa era um ritual essencialmente noturno, por oposição à Parada Militar no dia da Pátria, ritual diurno. A configuração mudou. O carnaval de rua é realizado a cada ano mais cedo. Há uma clara preferência do folião em frequentar blocos que começam seu desfile com o apito da fábrica de tecidos que tanto incomodou Noel Rosa na música *Três apitos*.<sup>39</sup>

Os blocos que desfilam com sambas autorais produzem narrativas que dialogam com a pluralidade cultural presente na cidade. As cidades, diz Beatriz Jaguaribe, são produto da imaginação e de vivências subjetivas e coletivas que disputam tanto o presente quanto o passado que “se renova nas práticas do cotidiano, nas crenças, nos rituais, nas tradições e nos sonhos coletivos [...] por grupos, instituições, empreendimentos e pessoas”.<sup>40</sup> Da mesma forma, embora as cidades continuem a ser desiguais e desagregadoras, são produzidas diversas narrativas “que ora colocam em evidência a desorientação dos sujeitos e do sentido do lugar, ora celebram seu potencial democrático e emancipatório” e que podem ser vistas nos programas de ocupação e compartilhamento dos espaços públicos de co-presença nas cidades que a experiência carnavalesca revitaliza. No mundo brasileiro, observa DaMatta não são somente as praças que produzem comunicação e encontros. As instituições da praça desempenham esse

papel. É precisamente isso, o que fazem para o autor, os grupos de Carnaval. Comunicação, encontros e invenção são elementos que de alguma forma produzem “a própria reinvenção da cidade e a regeneração da cultura urbana”,<sup>41</sup> em um processo de ocupação do espaço público pela festa. Essa experiência impulsiona hoje manifestações semelhantes em outras capitais, as cidades de São Paulo e Belo Horizonte estão apresentando um carnaval de rua nos moldes do realizado no Rio de Janeiro. Para finalizar, acompanhamos a descrição do processo de invenção desta tradição feita por Moacyr Luz, também fundador de bloco, o *Nem Muda, Nem Sai de Cima*. O autor de *Saudade da Guanabara* apresenta uma leitura carregada de esperança *Brasil/Tira as flechas do peito do meu Padroeiro/que São Sebastião do Rio de Janeiro/Ainda pode se salva*. Talvez seja possível encontrar aí um convite à formação de coletivos que pelo caminho do lúdico, alegria, da irreverência, ajudem a pensar a cidade:

O bloco nasce na biroscas, na pelada de casado e solteiro, no churrasco na laje, na ilusão necessária para ser feliz. Um gaiato, sempre bem-humorado dá nome ao filho, o intelectual define as cores a partir de uma conclusão histórica e, uma semana depois começam os ‘finalmentes’. Depois vêm os sambas. Poetas da cidade, criamos refrões e ironias, hologramas de Lamartines e Braguinhas, cadenciados feito Zé Kéti, João Roberto Kelly. Chegam os vizinhos. Vêm como quem corre no Cosme e Damião. Formam-se alas, amigos distantes, vaquinha pra cerveja da bateria ainda improvisada, e o coração apertado no dia do desfile. O bairro toma partido, livro de ouro e um pequeno trecho de via interditado. Com a data oficial da apresentação decretada, está criada a nova tradição do Carnaval.<sup>42</sup>

## Dispersando

Hoje é possível imaginar a existência de um ponto de interseção entre os foliões e as muitas multidões que ocupam as ruas do mundo pós-fordista reivindicando, como postula Milton Santos, uma outra globalização. No Brasil e, particularmente, no Rio de Janeiro, os modos de participação nos movimentos que deram origem às “Jornadas de Junho”<sup>43</sup> sugerem um processo de carnavalização da mobilização política.

As manifestações que se disseminaram na cidade e no país, a partir de Junho de 2013, podem ser lidas, também, como experiência carnavalesca “que subverte os poderes opressores e se desdobra em obras polifônicas”,<sup>44</sup> como pode ser visto no bloco *Ocupa Carnaval* criado por diversos coletivos de coletivos de cultura, mídia ativistas, movimentos sociais e militantes independentes assinantes da seguinte carta de princípios:

O carnaval é o mais belo grito do povo! Ocupamos as ruas com estandartes, confetes e serpentinas mostrando que o Rio é nosso: suas colombinas e pierrôs estão vivos e pulsam. Abaixo as catracas que transformam a cidade em um grande negócio, onde o lucro prevalece sobre a vida, onde o dinheiro é mais livre que as pessoas. Enquanto capitalizarem a realidade, nós socializaremos o sonho. Viva a energia da rebeldia. Viva a criatividade das fantasias. Viva o Zé Pereira e o Saci Pererê. A cidade não está à venda e nossos direitos não são mercadoria. Foliões, uni-vos! Ocupa Eles. Ocupa Eu. Ocupa Tu. Ocupa Geral. Ocupa Carnaval.<sup>45</sup>

Neste sentido se vinculam à perspectiva aberta por Bakhtin, para quem as formas e símbolos da “linguagem carnavalesca estão impregnados do lirismo da alternância e da renovação, da consciência da alegre relatividade das verdades e autoridades no poder”<sup>46</sup> ou ainda, com Oswald de Andrade que propõe a redescoberta do Brasil “pela invenção e surpresa” dois elementos presentes em toda manifestação carnavalesca que é também manifestação de vida e esperança.

## NOTAS

<sup>1</sup> Mestre em Sociologia pelo IUPERJ. Professor do IBMR. E-mail: [jorgesapia@gmail.com](mailto:jorgesapia@gmail.com)

<sup>2</sup> Sobre as novas características das festas públicas na sociedade pós- industrial ver, entre outros, “Novos lugares da festa – tradições e mercados”. Bruno Cesar Cavalcanti *Revista Observatório Itaú Cultural: OIC*. – N. 14 (mai. 2013). –São Paulo: Itaú Cultural, 2013

<sup>3</sup> Cf. FORTUNA, Carlos e SILVA, Augusto Santos. “A cidade do lado da cultura: Espacialidades sociais e modalidades de intermediação cultural”. In: SANTOS, Boaventura de Souza. (org.) *A Globalização e as ciências sociais*. 2.ed. São Paulo- Cortez, 2002.

<sup>4</sup> Por *retomada carnavalesca* fazemos referência, embora não exclusivamente, às agremiações que surgem a partir de 1985 no vácuo da campanha pelas eleições diretas e que, a partir de 2000, formaram a Sebastiana. A associação resultou da necessidade de pensar o fenômeno do crescimento, dos impactos e consequências que a festa carnavalesca produz. Essa vontade associativa surge quando seus integrantes percebem que, para além dos encontros simbólicos, a festa se transformava em arena que colocava em contato visões de mundo diferentes. Discutimos essas questões em SAPIA, Jorge Edgardo; ESTEVÃO, Andréa Almeida de Moura. “Considerações a respeito da retomada carnavalesca: o carnaval de rua no Rio de Janeiro”. *Textos escolhidos de cultura e arte populares*. Rio de Janeiro, v.9, n.1, p. 201-220, mai. 2012.

<sup>5</sup> Cf. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. David Harvey... [et al]. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Ermínia Maricato... [et al] 1.ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

<sup>6</sup> CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. *Carnaval carioca: dos bastidores ao desfile*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006, p.234

<sup>7</sup> DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 1981, p. 49.

<sup>8</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “A Ordem Carnavalesca”. In: São Paulo Tempo Social; Rev. Sociol. USP. 6 (1-2): 27-45, 1994.

<sup>9</sup> Cf. <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2014/09/23/riotur-lanca-caderno-de-encargos-para-patrocinio-do-carnaval-de-rua-2015/> A matéria informa ainda sobre a mudança quantitativa da festa “As propostas deverão apresentar a quantidade mínima de 16.000 banheiros químicos (em 2014, foi exigido o mínimo de 10.250 banheiros e, em 2009, antes do caderno de encargos, a cidade contava apenas com 900 unidades). O documento também exige a manutenção e limpeza permanente dos banheiros químicos tradicionais, além da instalação de no mínimo 60 contêineres sanitários em logradouros públicos que estejam no percurso de grandes blocos”.

<sup>10</sup> CAVALCANTI. Op.cit. p. 24.

<sup>11</sup> Desenrolando a Serpentina 2013. IV Seminário sobre o carnaval de rua organizado pela Sebastiana. 12 de outubro de 2013.

<sup>12</sup> Dados apresentados por Flavia de Oliveira no IV Seminário Desenrolando a Serpentina. 12 de outubro de 2013

<sup>13</sup> CAVALCANTI, Bruno Cesar. “Novos lugares da festa – tradições e mercados”. In: *Revista Observatório Itaú Cultural: OIC*. – N. 14 (mai. 2013). –São Paulo: Itaú Cultural, 2013.

<sup>14</sup> Cf. *Carnaval baiano: as tramas da alegria e a Teia de negócios*. Dissertação Apresentada ao Curso de Mestrado do Núcleo de Pós-Graduação da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, 1996. p.10.

<sup>15</sup> Ibidem.

<sup>16</sup> HARVEY, David. *A condição Pós Moderna*. São Paulo: Editorial Loyola, 1992, p.152 e 260.

<sup>17</sup> Cf. artigo de Rita Fernandez presidente da Associação Sebastiana, no Jornal o Globo de 7 de março de 2012.

<sup>18</sup> Posição sustentada pela presidenta da associação Projeto de Segurança de Ipanema. Esta associação junto com outras três - Anima Leblon, Quadrilátero do Charme e Viva Copacabana - entraram com ação no Ministério público



solicitando a proibição da venda de cerveja durante a passagem dos blocos. A polêmica em torno a essas declarações pode ser seguida em:

[http://oglobo.globo.com/blogs/blog\\_gente\\_boa/posts/2014/09/23/carnaval-de-rua-venda-de-bebida-alcoolica-divide-moradores-550506.asp](http://oglobo.globo.com/blogs/blog_gente_boa/posts/2014/09/23/carnaval-de-rua-venda-de-bebida-alcoolica-divide-moradores-550506.asp) acessado em 23/09/2014.

<sup>19</sup> Depoimento de Carlos Fernando Andrade fundador do Bloco de Segunda e na época presidente do IPAHN Rio, realizado no terceiro Seminário Desenrolando a Serpentina. Setembro de 2010.

<sup>20</sup> SANTOS, Nilton. *A arte do efêmero: carnavalescos e mediação cultural no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009, p. 124.

<sup>21</sup> “De Amarelo e Lilás, Sou 10” samba comemorativo do décimo aniversário do bloco, de autoria de Lefê Almeida e Mariozinho Lago.

<sup>22</sup> Entrevista com Dodô Brandão fundador doo Simpatia. O itálico é nosso.

<sup>23</sup> BLANC, Aldir. Depoimento registrado no CE comemorativo dos 15 anos do Bloco Simpatia é quase Amor.

<sup>24</sup> WOLLF, Francis. “Por trás do espetáculo: o poder das imagens”. In: *Muito além do espetáculo*. Adauto Novaes, org. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

<sup>25</sup> NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. In PROJETO HISTORIA. Revista do Programa de Estudos Pós Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo-SP, 1981. p.15

<sup>26</sup> POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio” *ESTUDOS HISTÓRICOS* Cpdoc/FGV. 1989.

<sup>27</sup> PASTORIZA, Lila. “Hablar de memórias en Argentina”, in VYNIES, Ricard. Ed. *El Estado y la Memória: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Del Nuevo extremo. RBA España, 2009.

<sup>28</sup> VIDAL-BENEYTO, José. A construção da memória coletiva: um exemplo concreto. In *Horizontes da Memória*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003

<sup>29</sup> Cf. Jornal O Globo. Caderno especial 23 de fevereiro de 2014.

<sup>30</sup> Ver LEOPOLDI, José Sávio. Escolas de samba, blocos e o renascimento da carnavalização. *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p. 27-44, nov. 2010.

<sup>31</sup> DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 1981, p.135

<sup>32</sup> Ibidem, p. 98.

<sup>33</sup> FERREIRA, Felipe. *Inventando Carnavais: O surgimento do carnaval carioca no século XIX e outras questões carnavalescas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “A Ordem Carnavalesca”. In: São Paulo Tempo Social; Rev. Sociol. USP. 6 (1-2): 27-45, 1994.

<sup>34</sup> Dados da Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S.A. (Riotur),

<sup>35</sup> Para uma problematização desta questão ver Queiroz (1984).

<sup>36</sup> DAMATTA. Id. p.49.

<sup>37</sup> <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=625746424140738&set=gm.730153837025241&type=1&theater>

O debate sobre o direito a uso de máscaras fora do espaço carnavalesco está sendo convocado nas redes sociais e será mediado pelo presidente em exercício da OAB- RJ.

<sup>38</sup> Há blocos musicais, como o *Céu na Terra e o Cordão do Boitatá*, o *bloco Virtual* que utilizam preferencialmente instrumentos de sopro convidando os participantes - na sua imensa maioria fantasiados - a cantar em coro sambas e marchinhas tradicionais; blocos de gênero, como as *Mulheres de Chico*, que cantam o repertório de Chico Buarque de Holanda em ritmo carnavalesco ou as *Mulheres de Zeca*<sup>38</sup>; blocos temáticos, como *Toca Raul, Fogo e Paixão, Exalta Rei*, que desenvolvem repertório de ícones da cultura de massa como Raul Seixas, Wando e Roberto Carlos; além de blocos que dialogam com diferentes tradições musicais produzindo as mais diversas fusões. Há os que transitam tanto no universo do rock, *Bloco Cru*, quanto do funk, os que dialogam com a música caribenha ou aqueles que resgatam as tradições populares do Maracatu Rural<sup>38</sup>. Blocos corporativos, como *Imprensa que eu Gamo*, formado por jornalistas e *Imaginô agora amassa*, por advogados. Existem hoje ícones da cultura pop global, como os Beatles, que foram traduzidos em batida percussiva pelo recentemente criado bloco *Sargento Pimenta*. Basicamente e, diferentemente de outras realidades, como o carnaval da Bahia, no Rio de Janeiro e a despeito dessa pujante diversidade, os blocos são abertos à participação de todos, sem cordas e sem obrigatoriedade de indumentária própria.

<sup>39</sup> Samba de Noel Rosa feito em 1933. O Poeta da Vila foi homenageado pelo *Bloco Simpatia é Quase Amor* no carnaval de 2010, ano do seu centenário.

<sup>40</sup> Cf. <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2011/08/06/o-passado-no-futuro-da-cidade-por-beatriz-jaguaribe-396853.asp>

<sup>41</sup> Cf. FORTUNA, Carlos e SILVA, Augusto Santos. “A cidade do lado da cultura: Espacialidades sociais e modalidades de intermediação cultural”. In: SANTOS, Boaventura de Souza. (org.) *A Globalização e as ciências sociais*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 432 e 455

<sup>42</sup> Artigo do compositor Moacyr Luz publicado no Jornal O Dia. 17/01/2014.

<sup>43</sup> Sobre as jornadas de Junho ver *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Ermínia Maricato [et al.] São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013

<sup>44</sup> SZANIECKI, Barbara. <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/521910-monstro-e-multidao-a-estetica-das-manifestacoes-entrevista-especial-com-barbara-szaniecki>

<sup>45</sup> <https://www.facebook.com/events/269581106531116/?fref=ts>

<sup>46</sup> BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo: HUCITEC/UnB, 1987, p. 10.

**Antissemitismo e colaboracionismo na intelectualidade francesa:  
o curso de Jean Hérítier (1943)**

Jougi Guimarães Yamashita \*

**Resumo:** O presente artigo tem como finalidade apresentar e analisar as ideias presentes no curso ministrado em 1943 por Jean Hérítier, intelectual da extrema direita francesa, intitulado “Os Judeus e a França Antiga” e, a partir dele, discutir alguns aspectos do problema do antissemitismo no ambiente intelectual do país ao longo da Segunda Guerra Mundial.

**Palavras-chave:** antissemitismo; França; Segunda Guerra Mundial.

**Resume:** This article seeks to present and analyse the ideas in the classes of 1943 by Jean Hérítier, French fascist intellectual, intitled “The Jews and the Old French”. On doing that, we pretend to discuss some aspects of the problem of the anti semitistm in the intelectual environment’s country during the World War II.

**Key Words:** anti semitismo; France; World War II.

“Na dissolução do Império Carolíngio, os judeus puderam desenvolver facilmente seu parasitismo”<sup>1</sup>. Esta é a tese que iniciava a quinta aula<sup>2</sup> do curso de Jean Hérítier, intitulada “Os judeus e a França antiga”, e provavelmente ministrado no liceu Remy Belleau, em Nogent-le-Rotrou<sup>3</sup>. Ali, em seu reduto, o professor/escritor podia levar a cabo o seu esforço de inculcar em seus ouvintes suas ideias sobre o papel dos judeus ao longo da história da França.

Um primeiro olhar denuncia um certo estranhamento ao impacto efetivo das posições de tal indivíduo num contexto mais amplo. Se, por um lado, salta aos olhos que o antissemitismo é o traço evidente das palestras e, nesse sentido, são reflexo de um contexto de perseguição e ódio aos judeus, não parece que discursos proferidos em uma região localizada a aproximadamente 150km de Paris, dentro de um liceu, tenham obtido maior alcance. Neste último caso, a trama só faz sentido porque o seu protagonista é um dos mais atuantes membros da intelectualidade da extrema direita francesa ao longo do período das décadas de 1930 e 1940.

Jean Hérítier, curiosamente, era filho de um *dreyfusard*<sup>4</sup>. Além disso, começou a construção de seu pensamento político a partir dos ideais da socialdemocracia. A “virada” para a extrema direita ocorreu quando ele teve contato com as proposições de Édouard Drumond em *La fin du monde*, no ano de 1913<sup>5</sup>. O autor era, naquele momento, um

consagrado defensor do antissemitismo na França. Além de ter publicado o *best-seller La France Juif* em 1886<sup>6</sup>, dois anos antes do Caso Dreyfus, lançou um jornal chamado *La Libre Parole*, ao qual promovia forte campanha contra a presença de judeus no exército nacional. Obviamente, a publicação foi abraçada pelos partidários da condenação do capitão judeu. E, para a personalidade aqui tratada, os principais elementos do seu pensamento – especialmente a ideia de uma conspiração judaico-maçônica contra a França– serão as principais inspirações de suas aulas. Drumont é citado constantemente ao longo de todos os textos preparados por Hérítier e que serão aqui analisados.

Sua atuação em meios de extrema direita foi bastante significativa. Frequentava o grande expoente da corrente política na França naquele momento, a Ação Francesa<sup>7</sup>, da qual compartilhava a vontade de retomar o poder da realeza de Orleans<sup>8</sup>. Ele também escrevia frequentemente em periódicos anticomunistas e antidemocráticos, como *La Revue du siècle* e os *Cahiers d'Occident*.

A partir de 1934, sua radicalização tornou-se ainda mais intensa. Impaciente com a “passividade” de Maurras, transferiu para Hitler a esperança de que suas convicções políticas pudessem ser concretizadas. O líder alemão parecia ser o único capaz de seguir à risca as proposições de Drumont. A partir dali, passou a colaborar com publicações em outros periódicos: *Courrier Royal* e *L'Insurgé*.

Nada mais coerente, portanto, do que a sua atuação ao longo da Segunda Guerra Mundial<sup>9</sup>. Dada a derrota da França para os alemães, ele juntou-se ao *Rassemblement National populaire* (RNP), partido fascista que defendia a colaboração com a Alemanha nazista. Soma-se a isso seu trabalho no *Institut d'études des questions juives* (IEQJ)<sup>10</sup>, órgão criado na França Ocupada e com apoio financeiro do *Propagandastaffel* alemão<sup>11</sup>, e a continuidade de publicações antissemitas, desta vez no periódico *Au pilori*, um dos mais proeminentes e radicais naquele contexto. Além dessa atuação intelectual, Hérítier trabalhava em sua região para denunciar e prender resistentes.

Esse foi o momento no qual o curso “Os judeus e a França Antiga” foi preparado. Ministrado aos sábados entre abril e maio de 1943, sua projeção ampliou-se consideravelmente porque os textos foram reunidos para serem publicados na revista *Ethnie Française*, organizada por Georges Montandon<sup>12</sup>.

## O curso

Como já foi dito anteriormente, para Jean Hérítier os judeus estão presentes na história da França desde pelo menos o período carolíngio. Naquele momento, no entanto, eles

começavam a ser tratados como deveriam pelos senhores. “Estrangeiros”, eram submetidos a duras condições de vida, às quais não se adaptavam. Isso, e o seu pretense despeito aos benefícios do sistema de vassalagem – essência da feudalidade, segundo suas palavras – deixavam claro que os judeus não se encaixavam no sistema feudal<sup>13</sup>.

Nesse sentido, a aula segue tecendo elogios a Roberto II, o Pio<sup>14</sup> que, para o autor, honrava o apelido pelo qual era conhecido por conta de sua defesa de um governo eclesiástico – o que era um grande valor para alguém que acreditava ser um defensor incontestado do catolicismo. Esse aspecto do governante era ressaltado para explicar a postura tomada em seu reinado em relação aos judeus, é claro. As diversas agitações e massacres ocorridos contra a comunidade judaica seriam, no limite, uma reação quase “natural” de defesa do cristianismo.

O autor buscava mostrar que os judeus atentavam contra a ordem naquele momento. Promoviam atentados contra a Igreja e outros atos de barbárie (não esmiuçados pelo autor). Um dos mais graves seria a tentativa de profanar, ou mesmo destruir, espaços sagrados aos cristãos em Jerusalém. Se Hérítier julga exagerado o relato de um líder muçulmano do período quando ele comenta que os muçulmanos foram “convidados” pelos judeus a destruir o templo de Cristo em Jerusalém<sup>15</sup>, por outro lado ele comentava que, quando da invasão, a comunidade judaica “lavou as mãos” ao invés de defender o espaço sagrado. Nesse sentido, a declaração da *fides judaica* assinada pelo rabinato francês no período mostrava-se inválida e, assim, a repressão a essa comunidade justificava-se.

Seguia comentando que os massacres e perseguições aos judeus ao longo da Primeira Cruzada (1095) foram episódios, de fato, lamentáveis. Ainda assim, buscava justificar os fatos. Primeiramente, acreditava que Roberto II não tinha tanta responsabilidade sobre os eventos. O banho de sangue ocorrera por conta do “furor homicida das massas descontroladas”. E o que despertava tamanha fúria era tão somente uma necessidade de defesa dos valores cristão. Perseguições e massacres famosos que ocorreram na França, Hungria, Praga e outros lugares foram uma resposta “popular” à “pilharia” judaica em tais territórios. Afinal, é sabido que “o povo se subleva contra os inimigos de Jesus Cristo”<sup>16</sup>. Ao fim e ao cabo, a culpa recaía sob os ombros dos judeus, que com seus atos obrigavam o cristão verdadeiro a desrespeitar um de seus preceitos religiosos fundamentais e promover assassinatos desenfreados.

Nesse sentido, Hérítier propunha estar respondendo historicamente à uma teoria de que a Primeira Cruzada havia sido um *pogrom*. Além de provocada, a matança se deu para além da comunidade judaica (some aos mortos judeus os muçulmanos e habitantes dos territórios invadidos). A ideia de intolerância naquele momento, portanto, seria uma teoria

veiculada por uma historiografia judaica que manipulava os fatos para reafirmar uma teoria injustificável de perseguição.

Ainda sobre essa questão, o autor oportunamente associa a crítica supracitada ao anticomunismo, outro traço forte de seu pensamento. “*Pogrom*” não poderia ser aplicado ao contexto medieval, uma vez que sua utilização somente se aplicou no início do século XX, quando da matança de judeus pelos russos entre 1903 e 1906. Feita a ressalva do erro sobre o uso do conceito em outro momento, Jean Hérítier tece comentários bastante negativos ao massacre realizado pelos russos. Mais uma vez, não é a violação da vida que o incomodava, mas o contexto de incivilidade que cercaria o evento, que nada mais era do que uma série de “massacres recíprocos entre bárbaros antagonistas”<sup>17</sup>

O ataque ao judaísmo, então, se dava em várias frentes. Tanto aqueles judeus do passado, culpados pelas crueldades que eles próprios sofreram, quanto aos contemporâneos que escreviam a história, por mentirem – uma característica que o autor julgava central e indelével a todo judeu – em prol de um discurso que não se aplicaria, em sua visão. Soma-se a esses argumentos a explicação encontrada pelo escritor pelo aparecimento de alguns mártires judeus nesse contexto. Para ele, alguns teriam mostrado realmente atitudes heroicas. Porém, seriam atos vindos mais “do desespero” do que de um traço de caráter ou moral elevada<sup>18</sup>.

A virulência seguia a todo vapor. Através do pecado da usura, que só poderia ser praticada pelos judeus, que não seguiam preceitos cristãos, ao longo da Idade Média eles teriam conseguido um crescimento financeiro desmedido, por trás de todo o contexto de perseguição. Sem que os medievais se dessem conta, estariam perdendo poderio econômico até que, segundo suas palavras, “um dia, a cidade cristã percebeu que o judeu, desprezado como estava, detinha um poderio incomparável, aquele do ouro”<sup>19</sup>. Mais uma vez, seria esse ato “desprezível” a fagulha de uma reação por parte da cristandade. Como ele segue comentando, “desde esse dia, que remonta ao fim do século XI, o antijudaísmo medieval se generalizou. *Ele surgiu da necessidade*”<sup>20</sup>. O antisemitismo medieval, portanto, teria surgido em resposta à decomposição dos meios católicos “infectados” pelo judaísmo. E a estrutura feudal, de desintegração política e laços de vassalagem, acabaria por favorecer não só a resistência judaica, como a sua assimilação.

O professor prepara, então, o argumento final. Em caso de alguém em sala ainda não estar convencido com seus argumentos, ele comenta sobre o “crime originário”, o incidente de Blois em maio de 1171. Narra o evento que foi o primeiro, na França, a acusar judeus de realizarem crimes rituais. Naquela ocasião, eles foram acusados a de crucificar um menino e jogá-lo no rio Loire. O sangue de um cristão seria uma exigência cerimonial de comemoração

da Páscoa judaica. O ato, hediondo, seria a justificativa máxima para todo o contexto de antissemitismo na França até a contemporaneidade. Tal mal não teria perdão nem cura.

Percebe-se, a partir desses levantamentos, com clareza como se organizava o pensamento de Jean Hérítier. Para ele, o judeu era um “fator externo” ao todo medieval ocidental, um corpo estranho, um vírus que se recusava a todo e qualquer esforço de fusão étnica, que seria o caminho natural. Como ele comenta na última de suas aulas: “pode-se facilmente imaginar que, no feudalismo, não havia lugar para os judeus, que formavam uma comunidade especial. (...) Todo o conjunto de sua organização social e religiosa os teria impedido de realizar uma integração ao feudalismo”<sup>21</sup>. E, como algo “de fora” que não se integra, só faziam quebrar a ordem e a paz que poderiam ser alcançados.

O fechamento do curso não poderia fugir dos esperados traços de mordacidade. Aos alunos e futuros leitores, ele destacava ao mesmo tempo a força e a inescapável submissão à qual os judeus deveriam ser submetidos: “ele [o povo judeu] sempre se manteve forte, porém limitado, indestrutível, porém humilhado; inimigo do gênero humano, porém seu escravo eterno”<sup>22</sup>.

O cenário no qual escrevia, no entanto, parecia carregado de otimismo. Isso porque, em 1943, a vitória da Alemanha e da Itália, “exércitos da cristandade renovada”<sup>23</sup>, parecia se concretizar. Nesse sentido, e porque a culpa pelo crime ritual ainda não fora eximida, os franceses deveriam abrir mão da compaixão (sentimento cristão) ao sofrimento dos judeus:

E é por isso, lembrando-nos da impossibilidade do Anjo Exterminador, tendo sob nossos olhos os assassinatos sem exemplo da Rússia, Ucrânia, Hungria, Bavaria, Espanha e da Polônia, terminamos essa lição *recusando unir nossos gritos e lágrimas aos dos rabinos*. Que eles retenham os ares de suas imprecações diante do massacre de Blois em 1171, há exatamente 772 anos e que foi, originariamente, um crime ritual<sup>24</sup>.

Com essa convicção, ele apresenta a sua “solução final”<sup>25</sup>:

Nossos pais idealizaram a solução através do isolamento dos judeus nos guetos. Solução incompleta. É o isolamento em relação a todas as outras nações que se impõe, pelo envio de todos os judeus do planeta a um território onde eles estarão sós.<sup>26</sup>

### **Educação e antissemitismo**

Os argumentos de Jean Hérítier e a sua posição social são bastante representativos em relação à situação dos judeus na França ao longo da guerra e de todo o cenário de Vichy. De fato, as feridas abertas ao longo do Caso Dreyfus sangraram novamente no contexto imediato após a derrota para os alemães em 1940.

Instaurou-se o caos no país. Dividido, quebrado, humilhado. Prato cheio para extremismo em todos os níveis. Sob o discurso da necessidade primordial de reorganização

em um país metade ocupado, metade colaboracionista<sup>27</sup>, para que a vida continuasse nessa nova realidade, iniciou-se um processo de “purificação” administrativa dentro de uma perspectiva fascista<sup>28</sup>. O primeiro movimento foi excluir de cargos públicos refugiados, mulheres, pessoas que tivessem aderido à França Livre<sup>29</sup> e judeus. Em nome da unidade, os “inimigos da nação” deveriam ser preteridos.

As aspirações do professor Hérítier de isolamento dos assassinos do menino de Blois estavam, portanto, sendo postas em prática há algum tempo quando ele escreve suas aulas. Àquela altura, já estavam em vigor os dois Estatutos dos Judeus criados na França (3 de outubro de 1940 e 29 de novembro de 1941). Entre as preocupações principais dos estatutos, além de criar leis e regras de conduta diferenciadas para a comunidade em questão, deveria haver um controle sobre ela. O que era um judeu, afinal?

Apesar de escrito às pressas<sup>30</sup>, o primeiro estatuto estabelecia em seu primeiro artigo que todo indivíduo que tivesse três avós “da raça judaica”, ou dois avós, caso seguisse praticando o judaísmo, deveria ser enquadrado na classificação e receber as devidas sanções. O segundo alarga ainda mais a definição, estabelecendo o indivíduo que possuísse dois avós judeus e não tivesse se convertido a outra religião até 25 de junho de 1940 deveria se submeter as leis do estatuto. Neles, uma série de cargos profissionais estariam interditados. Através desses estatutos, tentava-se reafirmar a identidade francesa ligada à tradição cristã, para o regozijo dos de extrema direita, que acreditava que a França caminhava a passos largos para uma recuperação da ordem e da moral que havia sido perdida mesmo antes da derrota.

Criava-se, nesse contexto, a *Union Générale des Israélites de France* (UGIF), organismo cuja função seria representar os judeus no poder público. Seu papel, no entanto foi bastante ambíguo (como o fora a de outras instituições israelitas criadas em países ocupados pelos alemães ao longo do conflito). Se, por um lado, era uma das poucas chances de um indivíduo judeu ter seus interesses defendidos, por outro, o organismo acabava criando uma catalogação da comunidade ao longo do território, facilitando ainda mais atos de perseguição e reforçando preconceitos e clichês, como se o grupo classificado como “judeu” fosse homogêneo<sup>31</sup> e realmente necessitasse de uma legislação específica em território nacional.

Parecia importante, sobretudo, eliminar a influência judaica na educação e nos meios intelectuais. Por isso, uma das primeiras profissões às quais os judeus foram proibidos de exercer foi a de professor. Para o Ministro da Educação, Abel Bonnard, não era admissível “que a história da França seja ensinada por um Isaac”<sup>32</sup>. Também se limitou/proibiu a contribuição deles em meios impressos. Alunos judeus também teriam condições específicas de acesso a escolas, liceus e a universidade, através do *numerus clausus*<sup>33</sup>.



É curioso notar que essa ideia de uma “invasão” judaica, em números absolutos, não parecia fazer muito sentido. Na educação básica, 08% dos professores era judeu, enquanto nas universidades esse número subia para 2,4%. A questão era que, especialmente no caso das universidades, esses professores estavam concentrados em espaços específicos, criando essa sensação de um monopólio judeu da transmissão de conhecimento. A maioria, apesar de não praticar a religião, atuava nas áreas de medicina e ciências, e trabalhava em Paris ou Estrasburgo). Nesse sentido, o movimento de “purificação” foi mais efetivo dentro da universidade. Ao passo em que houve vários episódios de instituições de ensino básico protegendo especialmente seus alunos judeus, na universidade o próprio corpo social atuava no sentido de fazer valer os Estatutos.

O cenário se tornava ainda mais grave porque o projeto hegemônico<sup>34</sup> da extrema direita acirrava ainda mais as diferenças dentro da própria comunidade judaica. Não havia conjugação de interesses (que não fossem o primordial, o de sobreviver). Por exemplo: uns defendiam o pacifismo, outros o ativismo contra as medidas repressoras; uns eram sionistas, e outros achavam que essa defesa justificaria ainda mais a ideia de que o judeu é uma “raça” específica que não faz parte do corpo nacional. Clivagens como essas eram estimuladas ainda mais por conta do mecanismo das derrogações criado em Vichy, que permitia a recuperação do cargo de alguns. Cada um buscava “por si” justificar a sua reintegração social. Serviços prestados à pátria, heroísmo demonstrado na guerra anterior, antiguidade da família em território nacional, demonstrando fidelidade à pátria, entre outros argumentos, foram válvulas de escape que acabariam por legitimar ainda mais o cenário de exclusão. O enfrentamento era, assim, quase pacificado.

### **Conclusão**

Percebe-se, portanto, que a postura de Hérítier estava longe de chocar os setores que àquela altura eram hegemônicos na França. Pelo contrário: suas assertivas contra os judeus eram representantes não apenas de um sentimento compartilhado, mas de um projeto político em curso.

A despeito de uma pressão alemã por um controle dos israelitas no país, a criação dos Estatutos dos Judeus e sua execução encontrou espaço e apoio ideológico. O antissemitismo era “carimbado” por muitos franceses. Hérítier, com seu discurso de ódio e seu apoio ao país que há pouco havia derrotado o seu não era, então, um caso isolado, mas um “herdeiro”<sup>35</sup> e propagador de um discurso presente e muito forte na França, especialmente em meios intelectuais.

---

\* Doutorando em História pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense. Orientado pela professora doutora Denise Rollemberg Cruz. Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico (CNPq). Email: jougi\_guimaraes@yahoo.com.br.

<sup>1</sup> Jean Héritier. *Les Juifs et l'ancienne France*. Acessível no Mémorial de la Shoah, Paris, França. Ref. CDJC-XCV-143, f.1 (microfilme). Do original: “*Dans la dissolution de l'Empire carolingien, les Juifs purent développer à l'aise leur parasitisme*” (tradução livre).

<sup>2</sup> Infelizmente, só obtive acesso à quinta, sexta e sétima aulas do curso. O conjunto de documentos faz parte de um acervo com a documentação de George Montandon (coleção de artigos e conferências antissemitas), disponíveis em microfilme no acervo do Mémorial de la Shoah, em Paris.

<sup>3</sup> Por se tratar de textos-base de apoio, não há indicações concretas de onde ocorreram as aulas. No entanto, a atuação profissional de Héritier se deu nesse espaço, inclusive ao longo da guerra e da Ocupação. A possibilidade do curso ter ocorrido em outro local é muito pequena.

<sup>4</sup> Denominação dada aos que eram partidários do capitão Dreyfus no famoso caso judiciário que dividiu a França no fim do século XIX e trouxe à tona a questão do antissemitismo no país.

<sup>5</sup> Cf. EPSTEIN, Simon. *Les Dreyfusards sous l'Occupation*. Paris: Albin Michel, 2001.

<sup>6</sup> Foram lançadas quatorze edições do livro em um ano. Cf. SCHOR, Ralhp, *L'Antisémitisme dans l'entre-deux-guerres*. Bruxelas: Éditions Complexe, 2005, p.10.

<sup>7</sup> Periódico (e movimento político) que tinha como bandeiras o nacionalismo e o monarquismo, dirigida por Charles Maurras.

<sup>8</sup> Seu monarquismo pode ser confirmado por um de seus livros, intitulado “Três erros políticos: Luís XVI, Robespierre, Napoleão; seguidos de Luís XVIII”. HÉRITIER, Jean. *Trois erreurs politiques: Louis XVI, Robespierre, Napoléon*; suivies de Louis XVIII. Éd. Librairie de France, 1932.

<sup>9</sup> Informações disponíveis no site dos Archives Departementales de l'Eure et Loire cf.

<http://pt.calameo.com/read/000807815bab52869118f> (1939-1945: L'Eure-et-Loir dans la guerre – archives departementales d'Eure et Loire), acesso em 06/10/2014, às 13:39hs.

<sup>10</sup> Em 1943 tornar-se-á *Institut d'études des questions juives et ethnoraciales* (IEQJR)

<sup>11</sup> Cf. SINGER, Claude. *Vichy, L'Université et les Juifs: les silences et la mémoire*. Paris: Les Belles Lettres, 2004.

<sup>12</sup> Como já foi mencionado, não obtive acesso à publicação, somente à organização do material – incompleto, supostamente por conta de um incêndio – pelo professor Montandon.

<sup>13</sup> Mémorial de la Shoah, Ref.CDJC-XCV-143-I, p1.

<sup>14</sup> Monarca da França entre 996 e 1031.

<sup>15</sup> “Foram os judeus da Europa, de Orleans, mais precisamente, que convidaram os muçulmanos a destruir a tumba de Cristo em Jerusalém”. Do original: “Ce sont les Juifs d'Europe, d'Orléans, précisait-on, qui auraient invité les musulmans à détruire le tombeau du Christ – Jérusalem”. Mémorial de la Shoah, Ref.CDJC-XCV-143-I, p3.

<sup>16</sup> “Les peuples se sublevent contre les ennemis du Christ”. Mémorial de la Shoah, Ref.CDJC-XCV-143-II, p4.

<sup>17</sup> Do original: “(...)massacres reciproques entre barbares antagonistes”. Mémorial de la Shoah, Ref.CDJC-XCV-143-II, p3.

<sup>18</sup> “Un courage que rien n'ébranle, le courage du désespoir”. Mémorial de la Shoah, Ref.CDJC-XCV-143-II, p4.

<sup>19</sup> Do original: “Un jour, la cité chrétienne s'aperçut que le Juif, tout méprisé qu'il était, détanait une puissance incomparable, celle de l'or”. Mémorial de la Shoah, Ref.CDJC-XCV-143-II, p3.

<sup>20</sup> Do original (grifos meus): Dés ce jour, qui remonte à la fin du XI<sup>e</sup> siècle, l'antijudaïsme médiéval allait le généraliser. Il sortait de la necessite”. Mémorial de la Shoah, Ref.CDJC-XCV-143-II, p3.

<sup>21</sup> Do original: “On imagine aisément que, dans la féodalité, il n'y a nulle place pour les Juifs, qui forment une communauté spéciale. (...) leur organisation tout ensemble sociale et religieuse les aurait empêché de s'intégrer à la féodalité”. Mémorial de la Shoah, Ref.CDJC-XCV-143-III, p3.

<sup>22</sup> Do original: “Il est toujours resté lui, fort et borné, indestrutible et humilié, énemmi du genre humain, et son esclave éternel”. Mémorial de la Shoah, Ref.CDJC-XCV-143-III, p4.

<sup>23</sup> Mémorial de la Shoah, Ref.CDJC-XCV-143-II, p4.

<sup>24</sup> Do original: “Et c'est pourquoi, nous rappelant l'impossibilité de l'Ange exterminateur, ayant, sous nos yeux, les tueries sans exemples de Russie, d'Ukraine, de Hongrie, de Bavière, d'Espagne, et de Pologne, Nous teminerons cette leçon en refusant d'unir nos cris et nos pleurs à ceux des rabbins. Faisant retenir les airs de leurs imprécations, devant le massacre de Blois, en mai 1171, il y a don, exactement, 772 ans, et qui eut, pour origins, un crime rituel.” Mémorial de la Shoah, Ref.CDJC-XCV-143-II, p7.

<sup>25</sup> Referência ao plano de extermínio judaico por parte da Alemanha nazista no mesmo contexto da Segunda Guerra Mundial.

---

<sup>26</sup> Do original: “Nos pères entrevient la solution par l’isolement des Juifs au Ghetto. Solution incomplète. C’est l’isolement par rapport à toutes les autres nations qui s’impose, par l’envoi de tous les Juifs de la planète dans un territoire où ils seront seuls.” Mémorial de la Shoah, Ref.CDJC-XCV-143-II, p8.

<sup>27</sup> Essa divisão, na verdade, foi mais complexa. A França viu-se dividida também em zonas livres, ocupadas por italianos, zonas neutras e outras, tomadas.

<sup>28</sup> Cf. SINGER, Claude. *Op. Cit.*, 2005.

<sup>29</sup> Nome dado ao governo francês fundado por Charles de Gaulle em contraposição à França de Vichy de Pétain. Ao passo que o primeiro era reconhecido pelos britânicos (e posteriormente, os países aliados), Vichy era o governo “oficial”, com chancela da Alemanha nazista.

<sup>30</sup> Em apenas algumas horas.

<sup>31</sup> A heterogeneidade da comunidade judaica foi bastante trabalhada em diversos textos importantes. Destaco aqui ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

<sup>32</sup> SINGER, Claude. *Op. Cit.*, 2005, p.150.

<sup>33</sup> Cálculo que definia a porcentagem que cada instituição de ensino teria como possibilidade de aceitar estudantes israelitas. Vale destacar que essa tática foi adotada após se constatar a extrema impopularidade em criar escolas específicas para a comunidade judaica. Os franceses orgulhavam-se demais da ideia de educação universal ao ponto de não negar, em teoria, o seu acesso. Cf. SINGER, Claude. *Op. Cit.*, 2005, p.133.

<sup>34</sup> Aqui utilizo-me do referencial gramsciano.

<sup>35</sup> Significado de “héritier” em francês.

**IX Semana de História Política**  
**Política, Conflitos e Identidades na Modernidade**  
**VI Seminário Nacional de História**  
**Política, Cultura e Sociedade**

***Estudantes e política. Relatos do silêncio na Agrupación de Estudios Sociales (AES)***

Juan Ignacio González  
Doutorando em PPGH História  
Universidade Federal Fluminense  
Orientador: Dr Norberto Ferreras  
jigongalez1978@gmail.com

A Agrupación de Estudios Sociales (AES) foi criada no 1967, por alunos da Universidad Católica de Córdoba (UCC). Eles fizeram aproximações ao terceiro-mundismo e desenvolveram ações políticas. Por causa disso, foram perseguidos pela ditadura e silenciados pela instituição.

Nos estudos de história política, não só os fatos e as representações sobre os fatos, mas enquanto os sujeitos que relatam, se entrecruzam na trama do presente. Assim, a partir deste caso, trazemos uma proposta sobre o uso da fotografia e a história oral na construção da memória.

Palavras chaves: Estudantes, Ditadura, Memória, *Agrupación de Estudios Sociales*

This works refers to a study case about Agrupación de Estudios Sociales (AES), a student organization inside Universidad Católica de Córdoba (UCC), during the '60. They used to discuss on politics and developed actions towards social change. Photography takes a place along the text to produce a positive effort, recovering stories for another trial of *memoria*.

Key words: Students, Dictatorship, *Memoria*, *Agrupación de Estudios Sociales*.

*Apoio da pesquisa do Programa de Alianças para Educação e a Capacitação/ Organização de Estados Americanos/ Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (PAEC-OEA-GCUB)*

## ***Estudiantes e política. Relatos do silêncio na Agrupación de Estudios Sociales (AES)<sup>i</sup>***

Juan Ignacio González<sup>ii</sup>  
*Universidade Federal Fluminense*

*“Y el filamento electrizado de la historia es la política”*

Juan José Hernández Arregui

Me encontraba realizando, como parte de un proyecto doctoral, algunas indagaciones respecto a los estudiantes y la política, en la Argentina, durante el período comprendido entre el golpe de Estado, encabezado por el Gral. Juan Carlos Onganía, en 1966, y el *Cordobazo*, en 1969. Sin embargo, a partir del 1 de marzo de 2012 comienzo a desempeñarme en un cargo de gestión en la Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales (FCPyRI) de la Universidad Católica de Córdoba (UCC). Con las nuevas funciones, iba a resentir el plan de trabajo original, aunque me preguntaba qué acciones podía llevar adelante desde ese espacio que se vincularan a la línea que venía desarrollando.

Uno de los escritos que sería de referencia fue el realizado por María Molas y Molas, en torno a distintos momentos de su llegada a una escuela y la utilización de la *fotografía como instrumento* para dar cuenta de la multiplicidad de sentidos sobre un espacio complejo<sup>iii</sup>. Sin embargo, resultó decisivo el encuentro con el material del seminario Historia Oral e Antropología, dictado por el Prof. Milton Guran en la Universidade Federal Fluminense, durante 2014.

A los fines de este trabajo, incorporamos las fotografías *para contar* un trayecto de construcción de memoria, que involucra a los sujetos e investigadores y a sus interrelaciones con el pasado y el presente. Sólo de esa manera podremos dar dimensión a la fotografía eficaz<sup>iv</sup>, cuando tengamos en cuenta su completa biografía, toda la producción para su puesta en circulación<sup>v</sup>.

Por lo tanto, tomaremos a la fotografía, no sólo como una herramienta “para ilustrar o texto ao momento de apresentar os resultados da pesquisa”<sup>vi</sup>, si no para proponer que la fotografía forma parte de una intertextualidad, donde “pode ser resinificada pelas questões que a pesquisa coloca no seu desdobramento”<sup>vii</sup>.

Las fotografías que acompañan este trabajo, fueron producidas por terceros, con la finalidad de documentar, para registros administrativos o periodísticos. La propuesta es que, teniendo en cuenta que “uma imagem pode mudar de natureza”<sup>viii</sup>, la utilización de fotografías ajenas sería incorporada por los propios sujetos, a modo de refuerzo de su identidad.

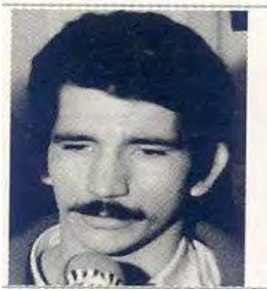
Recurrimos, aquí, a la historia oral, no como una técnica de investigación; si como una propuesta

epistémica, donde se postula un ejercicio consciente del investigador, de su manera particular de ver el mundo. El otro no es un extraño; es un sujeto que tiene una historia para contar y en ese acto del relato, producto de esa interacción original y compartida, se produce el conocimiento histórico. El historiador acepta esa postura como resultado de una elección política, por relatar una historia no contemplada en la historia convencional. La misma, debido a su carácter hegemónico, puede ocultar otros puntos de vista sobre un hecho o sujetos y donde, sin incidencia en el gran relato estructural de la sociedad, muchas veces permanecen invisibles. Es, también, el reclamo por el papel activo del historiador en la construcción de la historia, asumiendo la falta de neutralidad en la producción de su trabajo. Por lo tanto, es una elección deliberada del registro del pasado. El interés no es recomponer una historia incompleta que precisa de los relatos para anudar, para completar los espacios *en blanco*; si, en cambio, el interés del historiador es participar de la construcción de las narraciones, de los recuerdos. En este marco, nos preguntamos si es posible pensar en la fotografía como protagonista de los actos reparatorios en los procesos de memoria.

En los estudios de historia política, no sólo los hechos y las representaciones sobre los hechos<sup>ix</sup>, si no también los sujetos que relatan se entrecruzan en la trama del presente. El valor de un relato se daría a partir de la forma en que el sujeto destaca, otorga dimensión, contextualiza y hace emerger los acontecimientos. Sin embargo, he aquí nuestra propuesta, su mayor riqueza es que proviene del propio sujeto que relata, cómo éste se vincula en el presente con aquel pasado; cómo se construye a sí mismo, a partir de la narración. Aquí, elegimos aproximarnos a un caso y proponer el uso de la fotografía para la construcción de la memoria.

### **Primer abordaje. Silencio.**

Habiendo sido alumno y luego docente de la FCPyRI, tenía una idea muy superficial, que algunos estudiantes de la UCC habían sido perseguidos, presos y, en otros casos, además, *desaparecidos* por la última dictadura cívico-militar. También, que un grupo de estudiantes, más contemporáneos, había realizado un primer abordaje e intento de rescatar esos nombres. Por ello, tomé contacto con algunos alumnos y exalumnos de la FCPyRI, y me encontré con: una lista de siete (7) exalumnos de la UCC *desaparecidos*, y una serie de biografías con fotografías de algunos estudiantes. Este material, también fue utilizado por los estudiantes de la Facultad, durante 2012, exhibido durante todo el año, en carteles informales, en las paredes de la misma Facultad, confeccionados con motivo de la conmemoración del golpe de Estado, el día 24 de marzo. En esos momentos, la memoria sobre el pasado, dentro de la UCC, era escueta. La poca información se acompañaba de fotografías de la época, para referir a los estudiantes en sus tiempos de militancia, con breves leyendas que ofrecían una clave interpretativa.



*Miguel Ángel Bustos*

*Licenciado en Ciencia Política. Poeta.*

*Cayó en combate, en Corrientes Capital, el 8 de octubre de 1975 a la edad de 29 años. Lo mataron de varios itakazos cuando se replegaba en una bicicleta.*

A finales de marzo de 2013, realizamos el primer contacto con Cecilio, quien había sido alumno y uno de los fundadores de un grupo de estudiantes en la UCC, la Agrupación de Estudios Sociales (AES). Concretada la reunión para unos días después, y a partir de ese encuentro, pudimos acceder a nueva información, que consistía en un listado más completo, de alrededor cincuenta y dos (52) estudiantes, que integraron la AES con anterioridad al Cordobazo, y la mención expresa a un texto fundante de la Agrupación, “*Tucumán. Informe de la Agrupación de Estudios Sociales de Córdoba*”. Dicho trabajo fue el resultado de un viaje de esos alumnos a la provincia argentina para retratar el impacto de la política de la Dictadura, y fue publicado en la Revista *Cristianismo y Revolución*, en octubre de 1968.

Esta mención, el relato de Cecilio y la escasez de información circulante, confirmaban una etapa de silencio.

*“..En junio de 1966 se da el golpe de estado dirigido por el fascista católico Juan Carlos Onganía y eso marca muy profundamente mi vida. En 1967 me trasladé a Córdoba, a fin de ingresar a la Universidad Católica para estudiar Ciencias Políticas y Diplomacia (..) (la UCC) era una especie de colegio terciario, con casi cinco mil alumnos donde se daba una formación general de bajo nivel académico. Se buscaba formar profesionales católicos de derecha, fundamentalistas funcionales al neoliberalismo y a la dictadura. Estaba financiada por la corona Belga y por empresas como Arcor, Minetti, Corcemar, Fiat, Renault, y grupos de la oligarquía conservadora cordobesa. Con un grupo de compañeros..nos comenzamos a reunir en un aula del edificio de Trejo para estudiar diversos temas que nos interesaban. En un momento decidimos constituirnos en un grupo estable y ponerle el nombre de Agrupación de Estudios Sociales (AES). Estudiábamos y discutíamos autores como el obispo Helder Camara, padre Arrupe SJ, Carlos Marx, Jean Paul Sartre, Frantz Fanon, Jose Hernandez Arregui, Rodolfo Puiggros, John W. Cook, Camilo Torre, Ernesto “Che” Guevara, los documentos del Concilio, la Doctrina Social de la Iglesia, Federico Engels, Erich Fromm, Evita y Juan Peron, etc..Además **militábamos políticamente en la universidad tratando de cambiar las estructuras conservadoras de la UCC..donde era rector el padre Fernando Storni y vice Jean Sonet (belga) ambos de orientación conservadora que coincidían con el Obispo Raul Francisco Primatesta en oponerse al Concilio, aunque con un doble discurso...y apoyar a Onganía. Se pretendía imponer la consigna “aquí se viene a estudiar y no ha hacer política”. Los planes de estudios eran orientados a defender los intereses de las familias más “gorilas” (antiperonistas) y conservadoras de la provincia. Además colaboraban con los dictadores de esa época..) El grupo fue lentamente tomando conciencia de lo equivocado que estaban los jesuitas y pasó a hacer actividad política en el estudiantado a fin de organizarlo y movilizarlo para pasar a la oposición activa y resistir a la dictadura. Eso nos trajo la inmediata persecución de los religiosos y de los profesores que nos acusaban de “comunistas”, cosa que era clásico en esa época de oscurantismo y opresión. El grupo comenzó a crecer numérica y cualitativamente. (..) Pasado un tiempo decidimos organizar Montoneros como brazo armado del movimiento peronista, aplicando el método de la***

*guerrilla urbana (siguiendo el ejemplo de Tupamaros uruguayo) aplicando la teoría del foco urbano (adaptando la teoría del “Che” Guevara). Montoneros nace en Cordoba, con un grupo articulado de mas de 200 militantes, que estaban trabajando en todos los frentes (barrios, universidades, colegios, obrero, parroquias, villas miserias, medios de comunicación, etc...). Varios de esos militantes integraremos las celulas de combatientes urbanos que protagonizaran diversos operativos como la toma del Tiro Federal , en al Ruta E-55, la toma del Bco de La Calera, la toma de la comisaria de Parque Siquiman y finalmente la toma de la ciudad de La Calera el 1° de julio de 1970 (..) En este momento recuerdo a mis queridos amigos y compañeros que dieron la vida heroicamente por el pueblo: Miguel Angel Bustos, Mariano Pujadas, Alberto Molina, Maria Leonor Papaterra (“Marilor”), Caludio Herenferd, Mario Godoy, Jorge Piotti, Yayo Martelotto, Miguel Angel Mozé, Julia Brocca, Hugo Baretta, Osvaldo Suarez, Silvia Suarez, Diana Ferrari, Humberto Anone, Marta Benazzi, Carlos Laluf, Osvaldo Ravassi, Maria del Carmen Sosa de Piotti, Jorge Mendé, Jorge Juan Escribano, Ramón Roque Maggio, Gloria Fonseca, Patricia, Mariana y Rogelio Lesgardt, Norma y Silvia Waquin. **Muchos de ellos fueron alumnos de la UCC y nunca fueron reivindicados por los jesuitas, que más bien pusieron un manto de olvido sobre ellos..**” (Cecilio, marzo de 2013) (Destacado propio)*

Con la ventaja de acceder a la base informática de alumnos de la UCC, comenzamos un trabajo lento de búsqueda, que implicó resolver los obstáculos de las diferentes grafías o datos parciales, para dar con los estudiantes del nuevo listado. Como resultado, se obtuvo una lista detallada de alumnos, discriminados por las Facultades a las que pertenecían, y sus números de legajos. Esta nueva información fue de relevancia para iniciar tres acciones simultáneas: solicitar a las autoridades de la UCC la instalación de una *marca de memoria*; solicitar acceder a los legajos de los estudiantes; e impulsar una reedición del texto fundante de la AES.

## **Segundo abordaje. Memoria.**

Para la solicitud de alguna acción que recordara y contribuyera a otras lecturas de la historia pasada y presente en la UCC, en un primer momento, realizamos una visita al Espacio para la Memoria y la Promoción de Derechos Humanos “La Perla”, donde Emiliano y Pablo nos orientaron en el bosquejo de la idea original. Posteriormente, contactamos a varias personas que tenían distintos grados de aproximación con la Agrupación y los invitamos a adherir a la propuesta de impulsar la instalación de una *marca de memoria* en un edificio de la UCC: Exalumnos integrantes de la AES, familiares de exalumnos integrantes de AES-detenido/desaparecidos, docentes, investigadores, antiguas autoridades, egresados, estudiantes, y los propios representantes del *Espacio*, que nos asesoraron. Un borrador de la carta fue compartido entre todos y luego, de su visto bueno, se elaboró un original. Dirigida al rector de la UCC, Lic. Rafael Velasco sj, el 7 de mayo de 2013, se acompañó del nuevo listado de los exalumnos de AES, con el detalle por Facultades.

*“.. ya es parte de la historia de nuestra Universidad, en 1967 se reunieron estudiantes de distintas Facultades y conformaron la **Agrupación de Estudios Sociales**. Estos jóvenes, producto de sus reuniones de estudio y trabajo en los barrios más vulnerables de la Ciudad de Córdoba, decidieron realizar un viaje con fines de investigación a la Provincia de **Tucumán** y a su regreso, elaboraron un informe riguroso sobre la situación social en aquella jurisdicción. (Cristianismo y Revolución, nro. 10, octubre de 1968 pp 8-12). Este documento contribuyó a la discusión de ideas dentro y fuera de la Universidad. Con dicho antecedente, y en ocasión el próximo **30° Aniversario de la Reinstauración de la Democracia** en nuestro país, me dirijo a Ud. a los fines de solicitarle considerar la propuesta de instalación de una*



*Marca de Memoria en un espacio público de la Universidad. Este hito material pretende aportar a la construcción de la **memoria** colectiva de nuestra comunidad académica y ofrecer un pequeño **homenaje** a quienes, perseguidos por sus ideas, fueron víctimas del terrorismo de Estado en la Argentina..” (Fragmento de la Carta al Sr. rector de la UCC con motivo de la solicitud de instalación de una marca de memoria en la UCC) (Destacado propio)*

Esta carta fue considerada por el rector, quien la socializó en el ámbito del Consejo Académico, órgano deliberativo de mayor jerarquía de la UCC, conformado, además, por los decanos de todas las Facultades de la UCC. Tuvo una recepción favorable y se autorizó a continuar con el proyecto.

En lo que refiere a la solicitud de acceso a los legajos, se recurrió a una entrevista informal con la autoridad a cargo de los asuntos académicos de la UCC, Mter. Claudio Sentana, donde se detalló el propósito y qué tipo de archivos eran a los que se solicitaba el acceso. Obtuvimos la autorización para realizar la búsqueda. Este trabajo contó con la dedicación de una alumna, Agustina, de la FCPyRI, y la colaboración del personal del área para dar con los legajos indicados y tomar las impresiones en fotocopias.

Para la reedición del texto fundante, de la AES, solicitamos al decano de la FCPyRI, Dr. Alejandro Groppo, disponer de los recursos económicos, y obtuvimos la autorización. Finalmente, el 26 de agosto se reedita “Tucumán. Informe de la Agrupación de Estudios Sociales de Córdoba (1968)”<sup>x</sup>.

En el mes de septiembre, en la tirada mensual de la revista *UCCNoticias*, se publicó una nota que refiere a la AES, donde se relata su origen y desarrollo, el viaje a Tucumán, la reciente edición como parte de las actividades conmemorativas de la FCPyRI por el reestablecimiento de la democracia en la Argentina y dos referencias de relevancia: la trayectoria política de los estudiantes, con posterioridad a su pertenencia a la AES, y la necesidad de rescatar este relato, anclando el pasado con el presente.

*(..) Muchos de sus integrantes, luego se incorporarán al **Peronismo de Base**, y serán fundadores del núcleo cordobés de la organización **Montoneros**. Los estudiantes del AES fueron perseguidos por sus ideas y resultaron **víctimas del Terrorismo de Estado** en la Argentina. En la **actualidad**, en el fuero federal de Córdoba, se lleva adelante el **juicio por los crímenes de lesa humanidad** desarrollados en Centro Clandestino de Detención La Perla. Allí, integrantes del AES y de otras organizaciones políticas, **estudiantes de la UCC, fueron secuestrados, torturados y aún permanecen desaparecidos**. Resulta de mucha importancia conocer sobre este fragmento de la historia que da cuenta de la necesidad de la construcción de la **memoria colectiva**, sobre la **participación y el compromiso de estudiantes de la UCC**, quienes contribuyeron con la discusión de ideas, fuera y dentro de la institución, a mantener la proximidad con los hechos que tocaron a la sociedad en su conjunto.”<sup>xxi</sup>. (Destacado propio).*

El día 23 de octubre se emitió un *Parte de prensa* invitando a una actividad oficial de la UCC, para conmemorar el reestablecimiento de la democracia en nuestro país. En la misma, se instalaría una placa recordatoria a los integrantes de la AES. Debe destacarse: el relato sobre la AES, incorporado al relato institucional; la trayectoria individual de algunos de sus integrantes, víctimas del terrorismo de Estado; y que este homenaje se daría en el Acto Oficial de la UCC en conmemoración

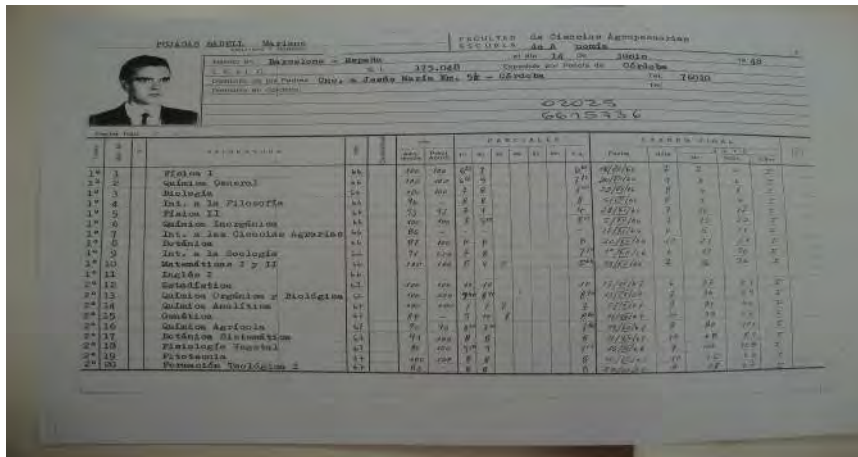
a los 30 años de democracia, presidido, además por el rector y otras autoridades.

*“(..) La Agrupación de Estudios Sociales (AES) nace en 1967 en la Universidad Católica de Córdoba como un grupo de estudiantes que promovían el estudio, debate y participación política y social. Al comenzar la década del '70 algunos de sus integrantes comenzaron a trabajar junto al Peronismo de Base y, y posteriormente, formaron el núcleo de la agrupación Montoneros en Córdoba (..) AES tuvo un rol protagónico en el Cordobazo y dentro de la Federación de Asociaciones Estudiantiles de la Universidad Católica de Córdoba, donde se destacó por su compromiso y activa participación. (..) Formaban AES alrededor de 53 estudiantes de todas las carreras de la UCC, cerca de la mitad de ellos se encuentran al día de hoy desaparecidos, víctimas del terrorismo de estado que rigió a la Argentina entre 1976-1983. Entre los estudiantes que integraron la agrupación se encontraban, Claudio Ehrenfeld de Ciencias Económicas, María Leonor Papaterra de Filosofía y Letras, quien participó en la toma de la Calera el 1° de julio de 1970; Jorge Raúl Mendé de Medicina, Mariano Pujadas de Agronomía, fusilado en la masacre de Trelew; Gerardo Conte Grand de Derecho, y Miguel Angel Mozé, quien luego se constituiría como jefe de la JP Córdoba y militante montonero, entre otros. Mañana martes 29 de octubre, a las 20 hs., en un acto presidido por el Rector de la Universidad Católica de Córdoba, Lic. Rafael Velasco s.j., junto a familiares e integrantes de la Agrupación (..) recordará a los miembros de la comunidad universitaria e integrantes del AES con el descubrimiento de una placa en la Sede Centro de la UCC, Obispo Trejo 323. (..) Se invita a todos los interesados a participar en este homenaje....”<sup>xvii</sup> (Fragmento)(Destacado propio)*

El día 29 de octubre de 2013, en patio central de la sede UCC ubicada en la calle Obispo Trejo 323, se llevó a cabo el Acto Oficial de la UCC por el 30 Aniversario de la Reinstauración de la democracia en la Argentina. Fueron oradores: el rector de la UCC, Lic. Rafael Velasco sj; la decana de la FCPyRI, Mter. Pamela Cáceres; y Cecilio, fundador de AES. Sobre la placa, que se descubrió en homenaje a los integrantes de la AES, es importante mencionar que su texto fue consensuado en el espacio del Consejo Académico de la UCC, con los decanos de todas las Facultades.

*"La Universidad Católica de Córdoba, con motivo del 30° Aniversario de la reinstauración de la democracia en nuestro país, en reconocimiento a los miembros de la comunidad universitaria e integrantes de la Agrupación de Estudios Sociales, quienes por haber aunado reflexión política y ciencia universitaria para hacerse cargo de su realidad fueron perseguidos y resultaron víctimas del terrorismo de Estado en la Argentina." (Texto íntegro de la placa conmemorativa)*

Luego de los discursos de los oradores, y a modo de cierre de la ceremonia, se entregó a los exalumnos y familiares presentes, una copia de documentos hallados en los archivos de la UCC, junto a una reedición del texto fundacional de la AES. Estas fichas contaban con fotografías realizadas a fin de registrar las inscripciones de los alumnos a la UCC y su transcurso académico, con asiento de notas de exámenes y las fechas de los mismos. Es de destacar que este acervo visual es de vital importancia para vincular a los exalumnos, y a sus familiares, de AES con la UCC en estos trayectos de memoria, que reescriben pasado y presente<sup>xviii</sup>.



Las acciones resultantes de este trayecto fueron producto del impulso del equipo de gestión de la FCPyRI, de relevancia a la hora de asignar recursos, acceder a información y aproximarse a las autoridades de la UCC para su concreción<sup>xiv</sup>. Sin embargo, nada de lo que hasta aquí relatamos hubiese sido posible sin los intercambios llanos con Cecilio, quien hizo del límite generacional una frontera difusa.

### Conclusión

Es posible que una de las cuestiones que hayan inquietado a los historiadores es el modo de utilizar la fotografía en las investigaciones, por lo que aquí intentamos ofrecer un abordaje a partir del relato de un caso. En un ejercicio por conciliar dos perspectivas históricas, la cultural y la política, el texto y el contexto de su realización, hemos propuesto detallar lo reflejado por la imagen fotográfica, realizando una descripción; y, además, interpretar la finalidad con la cual se hicieron, su intención, las apariciones y las reapropiaciones. Esta conjunción, nos permitiría realizar otro análisis, valiéndonos de la utilización del relato etnográfico, para dar cuenta que la historia oral puede aproximarse a los sujetos de la historia. Propusimos, especialmente, que la fotografía puede ser protagonista de los actos reparatorios en los procesos de memoria. De esta manera, haciendo texto con los relatos de los sujetos, las imágenes pueden ser fundamentales para el estudio de la historia política, provocando la reflexión sobre las interrelaciones de los propios sujetos con los tiempos históricos en los que se encuentran insertos.

Recurrimos, por ello, al uso de fotografías que dan cuenta de un registro del pasado y a aquellas que forman parte del relato de un trayecto de memoria. En este último recurso, las fotografías de nuestro primer registro cobraron un nuevo significado; se hicieron visibles y demostraron el vínculo necesario que ofrece el contenido de las mismas al trayecto actual de memoria. Así, una fotografía solitaria, es incorporada a un acervo en construcción.

Después de este ejercicio, si nos preguntan dónde es que finaliza la memoria, es posible que nuestra respuesta se aproxime a que la misma no concluye, si no que es actualizada con cada recuerdo, que se retrae con los silencios, se reconquista con acciones casi imperceptibles, y se resignifica con nuevos elementos, proyectándose al futuro. En cambio, si la pregunta es dónde es que comienza la memoria, deberíamos responder: Ahí, donde se hace visible el relato de los olvidados.



*El rector de la UCC, Rafael Velasco sj y, en representación de sus compañeros de AES, Cecilio Salguero y Maria Lidia Piotti. Córdoba, 29 de octubre de 2013 (fotografía institucional de la FCPyRI registrada por Nicolás Canepuccia)*

***Post escriptum:***

Al cierre de este trabajo se realizaba la convocatoria para el acto por el 47 Aniversario de la fundación de la AES. Impulsada por los propios integrantes de la AES, se desarrollaría en el sitio donde se instaló la placa conmemorativa en 2013, el patio interior de la sede céntrica de la UCC. Participamos del homenaje y realizamos un nuevo registro. A partir de éste, encontramos que el silencio brotado de memoria nos aguardaba, en algún pliegue, para apagarla. Un camino abierto no, por ello, deja de estar en disputa permanente con los discursos sobre el pasado. Aún, las visibilidades institucionales, que se hacen presentes en el espacio público, serían sólo el punto de partida; que al ser reutilizadas por los propios sujetos, ganarían independencia de las voluntades de olvido.

Con una nueva serie de documentos recogidos se ha complejizado nuestra problematización. Por ello, deberemos revisar, en un próximo trabajo, no sólo los mecanismos institucionales que primaron en el pasado (tanto las medidas disciplinarias de sanciones asentadas en los documentos oficiales de la UCC; como las medidas administrativas, sin asiento, pero que, igualmente, marginaron a los estudiantes del AES de las aulas); si no, además, la construcción del presente, a partir de las fotografías, que tomamos durante las conmemoraciones, con la finalidad de investigación. Éstas, producidas como documento, nos ofrecerán una mayor densidad de contenido para abordar las formas y los contenidos de los rituales. Ofreceremos, por lo tanto, un marco de análisis que en vez de clausurar las respuestas nos permita mantener abiertas las preguntas. Así, nuestras percepciones serán nuevamente modificadas y, con ellas, enriqueceremos este trayecto de memoria que, hace algún tiempo, decidimos comenzar.

<sup>i</sup> **Notas**

Trabajo preparado para *IX Semana de História Política: Política, Conflitos e Identidades na Modernidade/ VI Seminário Nacional de História: Política, Cultura e Sociedade*.

<sup>ii</sup> Bolsista do Programa de Alianças para Educação e a Capacitação/ Organização de Estados Americanos/ Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (PAEC-OEA-GCUB)

<sup>iii</sup> Molas y Molas, María. “Fotografías, memorias y silencios en la escuela-calabozos de Campo de la Ribera”. Em: *Subjetividades y figuras de la memoria*. Elizabeth Jelin y Susana Kaufman (comps.). Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2006, pp. 131-155.

<sup>iv</sup> Guran, Milton. *Linguagem fotográfica e informação*. Rio de Janeiro: Gama Filho, 2002; Attané, Anne e Langewiesche, Katrin. “Reflexões metodológicas sobre os usos da fotografia na antropologia”. *Cadernos de antropologia e imagem*, n21. Rio de Janeiro: Contracapa, UERJ, 2005, pp133-152.

<sup>v</sup> Guran, Milton. *Linguagem fotográfica e informação*. Rio de Janeiro: Gama Filho, 2002, p99.

<sup>vi</sup> Attané, Anne e Langewiesche, Katrin. “Reflexões metodológicas sobre os usos da fotografia na antropologia”. *Cadernos de antropologia e imagem*, n21. Rio de Janeiro: Contracapa, UERJ, 2005, p133.

<sup>vii</sup> Mauad, Ana María. “Fontes de memória. Desafios metodológicos de um campo em construção”. Em: *Depois da Utopia: História Oral em seu tempo*. Santhiago, Ricardo e Magalhães, Valéria (orgs.). São Paulo: Ed. Letra e Voz/Fapesp, 2013, p12.

<sup>viii</sup> Guran, Milton. “Considerações sobre a constituição e a utilização de um corpus fotográfico na pesquisa antropológica”, *Discursos fotográficos*, Londrina, v7, n10, jan-jun 2011, p82.

<sup>ix</sup> Portelli, Alessandro. “A massacre de Cititella Val di Chiana”, Em: *Usos e abusos da historia oral*. Janáina Amado e Marieta Moraes Ferreira (orgs.). Rio de Janeiro: FGV, 2006.

<sup>x</sup> Agrupación de Estudios Sociales. *Tucumán. Informe de la Agrupación de Estudios Sociales de Córdoba (1968)*. Córdoba: EDUCC, 2013, pp16.

<sup>xi</sup> González, Juan Ignacio. “Agrupación de Estudios Sociales”, *Noticias UCC*, sept 2013, nro 303, año xxxv, issn 1851.7153, p19.

<sup>xii</sup> Parte de prensa elaborado por la Secretaría de Coordinación y Comunicación Institucional UCC. Con posterioridad al Acto, se dió difusión a través de una versión digital del mismo en la página web de la Universidad, disponible en: [http://www.ucc.edu.ar/portalnuevo/noticias.php?not=2759&sec=&txt\\_palabra=sociales](http://www.ucc.edu.ar/portalnuevo/noticias.php?not=2759&sec=&txt_palabra=sociales)

<sup>xiii</sup> La Secretaría de Comunicación Institucional de la UCC produjo un material que fue compaginado y disponibilizado a público en general, como contenido institucional de la UCC en: [https://www.youtube.com/watch?v=UNc\\_VcCEZpw](https://www.youtube.com/watch?v=UNc_VcCEZpw). En el mismo, puede accederse a una entrevista a Cecilio, en la que relata los orígenes de la AES y la militancia de sus integrantes. Se ofrece un espacio a las referencias del entrevistado, donde destaca la importancia para las generaciones actuales de involucrarse, más allá de los aprendizajes en las aulas, para la construcción de un futuro colectivo.

<sup>xiv</sup> Tanto la persona de su decano de la FCPYRI, Alejandro, quien accedió al trabajo autónomo y dió el visto bueno para la viabilización de la solicitud ante el rector de la UCC, como la disponibilidad de una Práctica Pre Profesional Supervisada, que permitió la colaboración de una alumna, en el trabajo de búsqueda en los archivos de la UCC. Además, la Directora de Publicaciones de la EDUCC, Carla, viabilizó la publicación de la nueva reedición del texto fundacional de la AES y el Secretario de Comunicación Institucional de la UCC, Pablo, dispuso del equipo humano y los recursos para el registro y difusión de las actividades.

## A política industrial brasileira nos governos FHC e Lula<sup>1</sup>

Juanito Alexandre Vieira<sup>2</sup>

### Resumo

A partir da década de 1980 a síntese neoliberal, fundamentada em políticas de austeridade, é responsável pela queda das taxas de investimento econômico. Nesse cenário de recessão e instabilidade as empresas secundarizam estratégias de modernização centradas no aumento da capacidade inovativa. Como forma de contribuir para o debate sobre os desafios para o desenvolvimento brasileiro a presente comunicação tem como discutir e analisar as políticas industriais desenvolvidas pelos governos Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva (1994-2010) com ênfase nas políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação organizadas pelo Estado como forma de promover a prática inovativa nas empresas.

Palavras chaves: **Industrialização, Inovação e Desenvolvimento**

Ao analisar as políticas de industrialização nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva é necessário destacar algumas características históricas da economia brasileira, principalmente a partir dos anos de 1950. Nesse período, o Brasil apresenta altas taxas de crescimento econômico, fruto de uma política externa favorável e da existência de políticas governamentais que objetivavam o desenvolvimento.

Contudo, esse crescimento deve ser entendido dentro de um contexto extremamente contraditório, em particular porque a integração do Brasil à economia mundial se deu de maneira subordinada, processo denominado de “penetração segmentada”, que permitiu inserir o país no quadro da economia capitalista mundial de maneira dependente das grandes corporações econômicas sediadas nos países centrais, gerando, assim, dificuldades para o desenvolvimento de uma indústria nacional com forte evolução tecnológica<sup>3</sup>.

Essa inserção do Brasil na economia capitalista mundial ocorreu, prioritariamente, devido a dois aspectos: o primeiro, diz respeito à **decisão externa** de transformar o Brasil numa economia monopolizada e dependente, que garantiu a alocação de recursos financeiros para transformar a estrutura econômica e deslocar

---

<sup>1</sup> Este trabalho é resultado de pesquisa de Doutorado no PPGH da UFJF sob orientação do prof. Doutor Ignácio José Godinho Delgado.

<sup>2</sup> Doutorando em História na UFJF e professor do CA João XXIII/UFJF sob a orientação do Prof. Doutor Ignácio José Godinho Delgado. Email: [juanitovieira@gmail.com](mailto:juanitovieira@gmail.com) – Tel. (32) 8808-1196.

<sup>3</sup> FERNANDES, Florestan A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

setores empresariais internacionais para reestruturar o país. O segundo aspecto foi a **decisão interna** da classe dominante de garantir os meios necessários para que fosse implementada as transformações de caráter monopolista dependente pelo Estado brasileiro<sup>4</sup>.

Essa decisão externa do capital internacional não teve como objetivo constituir um parque industrial autônomo e amplo, que possibilitasse ao Brasil sair da periferia do regime.

“A expansão capitalista brasileira foi, portanto apenas ‘associada’ do ponto de vista de complementaridade tecnológico-produtiva com o capital estrangeiro, cuja concentração notória se deu nas montadoras dos complexos metal-mecânico e elétrico e em alguns segmentos da agroindústria alimentar. A entrada de capital financeiro externo no período de 50/70 foi insignificante; o financiamento da produção fez-se pela via dos bancos nacionais, públicos e privados, e a expansão das filiais multinacionais deu-se, sobretudo, por reinvestimentos de lucros”<sup>5</sup>

A decisão externa somada à vontade interna de estimular o novo padrão capitalista levou o Estado brasileiro, a partir dos anos 1970, a disponibilizar recursos financeiros, políticos e científicos, que permitiram a construção de bases científicas e indústrias de destaque em determinados seguimentos econômicos. A base desse desenvolvimento foi à substituição de importação<sup>6</sup>, liderada pelo Estado e com forte participação de capital estrangeiro (multinacionais).

Para Cassiolato & Lastres, caberia ao Estado fornecer e garantir mercado interno (protegido) com insumos básicos e economias externas a baixo custo, contribuindo para que as multinacionais pudessem usufruir de tais vantagens para ampliar seus mercados internos e externos<sup>7</sup>.

Contudo, ao optar por esse caminho de crescimento industrial liderado pelo Estado e com forte participação do capital estrangeiro, o Brasil criou barreiras para o desenvolvimento de uma industrial nacional com forte capacidade inovativa. A exceção

---

<sup>4</sup> Idem anterior

<sup>5</sup> TAVARES, Maria da Conceição. “Império, Território e Dinheiro”. In.: FIORI, José Luís (Org.) Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 515.

<sup>6</sup> Vale destacar que a política de substituição de importação é desenvolvida em vários momentos da história brasileira.

<sup>7</sup> CASSIOLATO, José E. LASTRES, Helena M. M. “Arranjos e Sistemas Produtivos Locais na Indústria Brasileira”. Economia Contemporânea. Revista do Instituto de Economia Industrial da UFRJ. – V. 5, edição especial: O futuro da Industrial. – Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2001.



se deu em setores industriais controlados pelo Estado, como o de Energia, Telecomunicações e Siderurgia, que havia políticas de desenvolvimento de C&T. Já nos setores industriais controlados pelas multinacionais<sup>8</sup> “os gastos locais em ciência e tecnologia por parte de investidores estrangeiros foram praticamente nulos”<sup>9</sup>

Vale ressaltar, que contemporaneamente a essas escolhas políticas e econômicas feitas pelos governos brasileiros há uma mudança no padrão de acumulação capitalista. A substituição de uma tecnologia rígida, predominante no fordismo, por uma tecnologia flexível representa uma mudança qualitativa na base técnica do processo produtivo. Esse novo cenário pós-fordista acelera um processo, já existente no capitalismo, de incorporação de capital morto e diminuição de capital vivo no processo produtivo. Essas mudanças na base técnica, mesmo ocorrendo em ritmos diferentes de país para país, são uma característica do sistema.

Esse novo modelo de acumulação capitalista pós-fordista tem como base as seguintes características: a) domínio das mudanças tecnológicas; b) grandes volumes de investimentos para a produção de conhecimento; c) organização de uma nova economia de escala, em que há uma rede de trocas de conhecimentos entre os setores envolvidos; d) necessidade de uma força de trabalho qualificada e com um nível educacional elevado<sup>10</sup>.

Com esse novo padrão técnico o conhecimento e, conseqüentemente, a inovação ganham ainda mais centralidade. Além disso, outro fator que deve ser levado em consideração para entender esse novo modelo de acumulação capitalista é o fato de que ele ocorre de maneira muito diferente entre os países, que acabam sendo divididos entre aqueles que produzem conhecimento em larga escala e aqueles que dependem da produção científica de outros países, como é o caso do Brasil<sup>11</sup>.

Nessa perspectiva, as mudanças no padrão técnico exigiam dos países maiores investimentos em C&T e aumento da capacidade inovativa das empresas para se

---

<sup>8</sup> De acordo com AMSDEN (2009) os países do “Resto” podem ser divididos entre os “integracionistas” e “independentes”, os primeiros foram aqueles que buscaram se associar aos investidores estrangeiros com estratégia de crescimento nacional, e os segundos foram aqueles países que optaram em criar sistemas de inovação nacionais, que davam apoio a empresas consideradas “líderes nacionais”, que desenvolveram maior capacidade inovativa.

<sup>9</sup> AMSDEN, Alice Hoffenberg. “A Ascensão do “Resto”: os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

<sup>10</sup> QUIROGA, Carlos Villegas. El Programa de Ajuste Estructural. La Paz: CEDLA, 1996.

<sup>11</sup> Para entender esse processo de apropriação do conhecimento pelas grandes empresas dos países mais desenvolvidos a referência deste projeto foi o livro de CHESNAIS, 1996, que aborda a questão da mundialização do capital a partir das concentrações da produção tecnológica em torno dos grandes conglomerados econômicos, dificultando, assim, a transferência tecnológica para os países com baixo nível de produção científica e de inovação.

inserir de maneira mais autônoma no comércio internacional. Porém, ao destacar os desafios não significa que os problemas estão resolvidos, pois é necessário levar em consideração as especificidades do processo de industrialização brasileira, as pressões do capital internacional e as políticas governamentais para entender a industrialização nas décadas seguintes.

Ao analisar a trajetória da política industrial brasileira destaca-se que a penetração segmentada no mercado mundial foi responsável pela criação de barreiras ao desenvolvimento industrial autônomo. A opção de acelerar o processo de industrialização a partir da aliança entre o Estado, com apoio da classe dominante, e o capital internacional, permitiu a instalação de diversas multinacionais no país que, num primeiro momento, foi responsável por um crescimento rápido, mas que dificultou o desenvolvimento de uma tecnologia própria e ampliou a dependência tecnológica com os países centrais.

Vale destacar, que nem todos países em desenvolvimento, optaram no pós guerra, por abrir o mercado nacional à entrada de multinacionais, países como o Japão<sup>12</sup> e até mesmo a Coreia, foram pelo caminho de estimular empresas “líderes nacionais”, que sob forte controle de agências estatais tinham vantagens competitivas e, por isso, se desenvolveram tecnologicamente e são hoje importantes corporações industriais.

A opção adotada pelos governos brasileiros de favorecer a entrada de multinacionais em diversos setores da economia deve ser analisada a partir do conceito de dependência da trajetória<sup>13</sup>, que ao analisar determinadas escolhas feitas em sequência ao longo do tempo, afirma que essas podem produzir resultados sociais difíceis de ser superados no futuro. Dessa forma, a opção de se apoiar em grandes empresas internacionais para estimular o desenvolvimento industrial, principalmente nos setores de bens de consumo, somado ao fato de que as empresas multinacionais não investem em pesquisa e desenvolvimento (P&D) fora dos grandes centros acabou se transformando em obstáculo a criação de um ambiente propício às inovações.

A preocupação com a produção de Ciência e Tecnologia e a sua interação com o setor produtivo tem como propósito a necessidade de desenvolver inovação como

---

<sup>12</sup> Para uma síntese sobre o desenvolvimento do Japão destaca-se o trabalho de JOHNSON, Chalmers “Miti and the Japanese Miracle: the growth of industrial policy, 1925-1975”. Stanford: Stanford University Press, 1982.

<sup>13</sup> Para o conceito de “dependência da trajetória” sugiro ver PIERSON, Paul. “Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis”. New Jersey: Princeton University Press, 2004.

instrumento de destaque para o aumento da competitividade das firmas e se constitui como o principal desafio para o desenvolvimento de uma política industrial brasileira.

De acordo com dados do próprio governo, em 2005, o setor empresarial brasileiro investiu 0,49% do PIB (10,5 bilhões) em inovação e, em 2008, esse valor foi de 0,54% (16,2 bilhões) bem abaixo da média de investimentos feitos em P&D e inovação por outros países em desenvolvimento, que foi, em média, de aproximadamente 1% (BRASIL-ABDI, 2010). Vale destacar, ainda, que, segundo dados do Ministério da Ciência e Tecnologia, em 2000, o investimento privado brasileiro em P&D e inovação representava 0,42% do PIB, enquanto que, na Coreia do Sul, esse valor era de aproximadamente 1,9%<sup>14</sup>.

Esses dados demonstram que, apesar do aumento nos índices de investimentos privados em P, D & I, a realidade é que as empresas brasileiras investem pouco em inovação, o que demonstra fragilidade frente à capacidade das firmas de se inserirem de forma soberana na economia mundial. Nesse sentido, algumas questões se tornam necessárias para essa pesquisa: Por que as empresas brasileiras investem tão pouco em C, T & I? O que fazer para reverter esse quadro? Qual o papel do Estado nesse processo?

Segundo Schumpeter, há estreita relação entre o desenvolvimento econômico e o estabelecimento de novas combinações<sup>15</sup>, o que destaca a necessidade de compreender os fenômenos inerentes dessas combinações. Para o autor, há dois pontos essenciais para esse entendimento. Em primeiro lugar, as novas combinações são materializadas, em sua maioria, em empresas novas surgidas paralelamente às antigas. Esse fato demonstra um caráter de descontinuidade da formação de novas combinações. Em segundo lugar, não se deve supor que a realização de novas combinações ocupe o lugar de meios de produção que estejam sem uso na sociedade. A realização de novas combinações significa, portanto, “o emprego diferente da oferta de meios produtivos existentes no sistema econômico”<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> CRUZ, Carlos H. de Brito (2003) “A Universidade, a Empresa e a Pesquisa” artigo apresentado no seminário “Brasil em Desenvolvimento” organizado pelo Instituto de Economia da UFRJ em outubro de 2003. Disponível em <http://www.ifi.unicamp.br/~brito/artigos/univ-empr-pesq-rev102003b.pdf>. Acesso em 31/05/2012.

<sup>15</sup> Para SCHUMPETER, essas novas combinações necessárias para o desenvolvimento englobam: 1) Introdução de um novo bem; 2) introdução de um novo método de produção; 3) abertura de um novo mercado; 4) conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou bens semimanufaturados; 5) estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria (SCHUMPETER, 1997, p. 76-77).

<sup>16</sup> SCHUMPETER, Joseph Alois. Teoria do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: nova Cultura, 1997, p. 78.

As realizações dessas mudanças são denominadas como empreendimento à organização de combinações novas (inovações), cabendo ao empresário<sup>17</sup> a responsabilidade de realizar novas combinações que rompam com a tendência do estado estacionário<sup>18</sup>.

A centralidade da inovação na teoria econômica de Schumpeter liga-se à necessidade da empresa em sair da rotina de produção e de consumo como condição de expansão econômica. Para diversificar a produção e o consumo, é necessário um trabalho empresarial com visão ampla que possibilite romper com o fluxo circular normal da empresa.

Enfim, uma das questões centrais para desencadear o processo de inovação é a necessidade de estimular novas combinações no processo produtivo para proporcionar o desenvolvimento. Essa questão é central para avaliar a política industrial no período proposto na ótica do aumento da competitividade das empresas a partir da inovação.

Para garantir esse aumento de competitividade das empresas torna-se indispensável propagar a produção de ciência e tecnologia no processo produtivo. Historicamente, o conhecimento científico no Brasil se desenvolveu nas universidades públicas e, ao contrário dos países desenvolvidos, a indústria brasileira não empregou grandes esforços para desenvolver laboratórios de pesquisa dentro das empresas<sup>19</sup>, o que sempre se demonstrou uma importante fragilidade da indústria privada nacional.

Sendo a universidade o principal “locus” de produção de conhecimento científico, a constituição de políticas que objetivam a inovação no Brasil passa, necessariamente, por desenvolver a integração universidade/empresa. Durante o segundo governo Fernando Henrique, algumas ações foram pensadas para suprir essa necessidade. Nesse sentido se destacam a publicação do **Livro Verde: Ciência, Tecnologia e Inovação: Desafio para a sociedade brasileira**, em 2000, e do **Livro Branco: Ciência, Tecnologia e Inovação**, em 2001, que culminaram com apresentação, no Congresso Nacional, do **projeto de Lei de Inovação Tecnológica**, em 2002, que só foi aprovado durante o governo de Lula.

---

<sup>17</sup> Na visão schumpeteriana o empresário não é necessariamente o proprietário da empresa, mas todos que desempenham a função de empreender novas combinações, mesmo que seja um funcionário da companhia. Esse empresário necessita de outro perfil, pois a sua conduta deve buscar refletir sobre a produção e propor novas formas de produzir e, até, novos produtos.

<sup>18</sup> SCHUMPETER, Joseph Alois. Teoria do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: nova Cultura, 1997, p.83.

<sup>19</sup> Essa situação é explicada por FERNANDES (1975), que demonstra que a inserção do Brasil na economia mundial ocorreu de maneira subordinada, denominada pelo autor como “penetração segmentada”, que garantiu o desenvolvimento industrial, mas com baixa capacidade tecnológica.

Nesses documentos, o governo constata a necessidade de estimular a inovação<sup>20</sup> como forma de aumentar a competitividade através do aumento da qualificação do trabalho, do estímulo à interação universidade/empresa, criando diversos fundos públicos de investimentos (Fundos Setoriais) e propõe a aprovação de uma lei de inovação, que tem como ponto central a flexibilização do trabalho do pesquisador das universidades, permitindo, assim, a possibilidade desse funcionário público desenvolver pesquisa diretamente nas empresas.

Contudo, vale ressaltar, que, pelas leituras realizadas até o momento, o alcance dessas medidas foram pequenas e isoladas, em particular, porque a coordenação das ações, que deveria ser do Estado, praticamente inexistiu. Dois fatores podem ser utilizados para explicar essa situação: o primeiro, o predomínio, no interior do governo, da ideia de que a intervenção do Estado na propagação do desenvolvimento industrial e tecnológico deveria ser pequena; o segundo, a crise econômica asiática do início dos anos 2000.

Com a eleição de Lula, em 2003, a política macroeconômica de controle da inflação do governo anterior é mantida, mas a concepção do Estado como principal propulsor do desenvolvimento econômico ganha destaque, bem como a criação de espaços de intermediação entre os atores sociais (Estado, empresários e trabalhadores) envolvidos com a política industrial. Seguindo esses propósitos, o governo apresenta o **Roteiro para Agenda de Desenvolvimento**, em 2003, e as **Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior**, em 2004, até que, em 2005, é apresentado o documento **Acompanhamento da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PICTE)** e a criação do **Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial** através do Decreto nº 5353, que busca constituir-se como espaço de interação entre os atores sociais envolvidos no desenvolvimento industrial.

Em 2008, no segundo governo Lula, é apresentada a **Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP)**, que tem como desafio ampliar a capacidade de oferta frente à demanda de expansão econômica, ou seja, manter relação estável entre o

---

<sup>20</sup> DELGADO, Ignácio J. Godinho; ESTHER, Angelo Brigato; CONDÉ, Eduardo Salomão; SALLES, Helena da Motta. Estudo Comparativo de Política Industrial: as Trajetórias do Brasil, Argentina, México, Coréia do Sul, EUA, Espanha e Alemanha. Volume 3 – Política Industrial: objetivos e instrumentos, 2008.

consumo e a expansão da produção, preservar a robustez da Balança de Pagamentos e, por fim, elevar a capacidade de inovação das empresas brasileiras<sup>21</sup>.

De modo geral, pode-se afirmar que a política industrial do governo Lula tem como foco o aumento da estrutura produtiva, a ampliação da capacidade de inovação das empresas brasileiras e, principalmente, a expansão das exportações. Essas medidas estão ligadas à necessidade estratégica de garantir “crescimento sustentável, emprego e inclusão social e estão articuladas com os investimentos planejados para a infraestrutura e com os projetos de promoção do desenvolvimento regional”<sup>22</sup>.

De acordo com as fontes analisadas até o momento, é importante destacar a evolução das exportações brasileiras, que, em 2002, representava 0,95% das exportações mundiais (US\$60,4 bilhões); em 2007, esse valor chega à 1,18% (US\$160,6 bilhões) e, em 2008, 1,26% (US\$197,9 bilhões), superando a meta para 2010 que era de 1,25%. Vale destacar que na pauta de exportações há predomínio e ampliação dos produtos primários e semimanufaturados no total das exportações (56% em 2007 para 67,2% em 2010); os produtos manufaturados, em 2010, foram responsáveis por 30,9% das exportações, o que representa uma queda de 25,5% frente aos níveis de 2007. Para justificar essa queda dos produtos manufaturados e o aumento dos primários e semimanufaturados, o governo põe a responsabilidade na alta mundial dos preços das commodities<sup>23</sup>.

Outro fator importante destacado nas leituras é a manutenção da dificuldade histórica de fazer com que a indústria brasileira invista em inovação. Conforme já demonstrado anteriormente, os investimentos privados em P&D, que, em 2008, eram de 0,54%, abaixo da média dos países em desenvolvimento, que é de 1%, são pequenos e, apesar de haver um crescimento do número de empresas que inovam (1998-2000 era de 31,5% e entre 2006-2008 passa para 38,1%), a capacidade de elevação da competitividade das empresas brasileiras tende a ser comprometida, devido aos baixos índices de inovação frente a outras economias mundiais<sup>24</sup>.

---

<sup>21</sup> BRASIL-ABDI. Política de Desenvolvimento Produtivo: Inovar e Investir para sustentar o crescimento, 2008. Disponível em:

[http://www.pdp.gov.br/Documents/conheca\\_pdp/Livreto%20da%20PDP%20Original%20-%20Portugu%C3%AAs.pdf](http://www.pdp.gov.br/Documents/conheca_pdp/Livreto%20da%20PDP%20Original%20-%20Portugu%C3%AAs.pdf), acesso em 25/04/2012.

<sup>22</sup> BRASIL-MDICE. “Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior”, 2004, p.03. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/download/Diretrizes\\_Oficial.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/download/Diretrizes_Oficial.pdf), acesso em 06/06/2012.

<sup>23</sup> BRASIL-ABDI. Política de Desenvolvimento Produtivo: Inovar e Investir para sustentar o crescimento, 2008.

<sup>24</sup> BRASIL-ABDI, 2008 p.32-33.

Nessa perspectiva, é necessário levantar algumas hipóteses que possam explicar as dificuldades das indústrias brasileiras em inovar: primeiro, a ausência de uma política coordenada pelo Estado, que articule diversos setores que, somados, possam contribuir para um ambiente propício à inovação; segundo, a pouca interação entre a produção do conhecimento desenvolvido, em sua maioria, no ambiente das universidades, com as empresas; terceiro, a ausência de políticas de redução dos riscos empresariais nos investimentos inovativos; quarto, a necessidade de romper com a lógica industrial brasileira, que é ainda muito dependente da política de substituição de importação<sup>25</sup>; quinto, a pequena qualificação da força de trabalho no processo produtivo que, com a introdução do novo padrão de acumulação flexível, torna-se ponto central de qualquer política industrial<sup>26</sup>.

De modo geral, a introdução de uma política industrial voltada para o aumento da competitividade das empresas coloca a necessidade de o Estado assumir papel de destaque no processo de direção das políticas públicas de estímulo ao desenvolvimento. Nesse sentido, o presente trabalho parte do pressuposto da necessidade de criação de um Sistema Nacional de Inovação que possa articular os diversos setores envolvidos no desenvolvimento industrial, sob a orientação do Estado, que possibilite a inserção soberana do país na economia mundial e garanta o aumento dos direitos sociais para a população brasileira.

---

<sup>25</sup> Historicamente, a política industrial brasileira teve como base a substituição de importação. Ao mesmo tempo em que isso significou avanços, principalmente, até o final dos anos de 1970, também dificultou o processo de inovação (CASSIOLATO & LASTRES, 2001). Contudo, em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, a introdução de uma política voltada para o aumento da competitividade das empresas dificilmente apresentará sucessos sem a manutenção, pelo menos em determinados setores, da substituição de importações, ou seja, é necessária uma combinação entre substituição de importação e o aumento das exportações de manufaturas, que se dará com a inovação para aumentar a competitividade das empresas (ALEM, 2001; WADE, 2004, apud DELGADO, ESTHER, CONDÉ, SALLES, 2011).

<sup>26</sup> Ver FRIGOTO, 1995; QUIROGA, 1996; DELGADO, ESTHER, CONDÉ, SALLES, 2011.

## **A transformação das representações políticas e culturais da morte em Vitória-ES em fins do oitocentos e início do século XX**

**Ma. Júlia Freire Perini<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

Este trabalho pretende apresentar algumas das principais discussões historiográficas envolvendo as representações culturais e políticas acerca da morte na Europa e no Brasil, além de mostrar que ainda existem lacunas a serem preenchidas nos estudos desse tema. Nesse sentido, apresentamos uma proposta de pesquisa para contribuir com a compreensão do deslocamento geográfico dos cemitérios em Vitória (ES) na virada do século XIX para o XX e os debates promovidos em torno de tal medida. Para tanto, perscrutaremos os argumentos advindos dos seguintes setores dessa sociedade: Estado, Igreja, Médicos e opinião pública.

Palavras-chave: cemitérios, representações do morrer, Vitória.

### **ABSTRACT**

This paper presents some of the major historiographical discussions involving cultural and political representations of death in the Europe and Brazil and show that there are still gaps to be filled in the studies on this topic. In this direction, we present a research proposal to contribute to the understanding of the geographic shift of cemeteries in the city of Vitória (ES) in the turn to the twentieth century and the discussions held around this measure. To do so, we will investigate the arguments arising from the following sectors of that society: State, Church, Medical and public opinion.

Key-words: Graveyard, representations of death, Vitória.

De acordo com os estudos de Philippe Ariès<sup>2</sup>, a morte possuiria quatro classificações dentro de uma perspectiva de longa duração. Para o autor francês, as subdivisões desse tema seriam: a morte domesticada ou domada, a morte de si mesmo, a morte do outro e a morte interdita.

A morte domada consistiria em uma passagem para o outro mundo de maneira tranquila, planejada, com todas as pendências terrenas em dia. Ou seja, seria importante



na sociedade Ocidental do século XII estudada por Ariès, que o indivíduo tivesse tempo para organizar sua vida antes da partida, entre o momento do diagnóstico de morte e o ato em si. Esse período seria aproveitado para o sujeito se arrepender, reparar os erros cometidos em vida e assim conquistar um lugar no céu.

Quanto ao armazenamento dos corpos, o autor ressalta que na Baixa Idade Média as sepulturas não eram sequer identificadas, não havia esse tipo de preocupação. Ainda de acordo com Ariès: "os cemitérios da primeira metade da Idade Média, e inclusive os cemitérios tardios nos que persistiram os usos antigos, são acúmulos de sepulcros de pedras"<sup>3</sup>.

A partir dos séculos XIV e XV é que o cuidado de identificação das sepulturas é iniciado. Ainda de acordo com Ariès, durante os séculos posteriores, as coisas mudariam. Nos séculos XVIII e XIX, novos comportamentos surgiriam na Europa Ocidental. O ato de sepulturar nas igrejas e em seus pátios começaria a ser alvo de críticas<sup>4</sup>. Nesse período ganharia força o debate em torno das condições de higiene dos cemitérios eclesiásticos. E em razão disso, os rituais funerários sofreriam modificações encampadas pela saúde coletiva e pelo Estado ao ponto de no decorrer do oitocentos, os cortejos começarem a ser simplificados para evitar o contato entre os vivos saudáveis e os mortos pestilentos. Estes foram assim considerados pelo efeito devastador das epidemias ocorridas em várias cidades ocidentais ao longo de todo o século XIX.

A morte do outro é também um ponto abordado por Ariès. Desde fins do século XVIII, ela assumiria uma dimensão dramática, mais do que a morte de si mesmo. Ou seja, perder um ente querido seria um acontecimento que passaria a ser exaltado e com isso, uma modificação no ritual ocorreria: o culto aos túmulos e a visita aos cemitérios. Ariès<sup>5</sup> ressalta que outra modificação na maneira de se enterrar os mortos estaria ligada ao modo como os cemitérios do fim do século XVIII passariam a ser projetados. As necrópoles seriam pensadas nesse período para receber as visitas dos familiares. Além disso, a partir do oitocentos, os túmulos dos que eram considerados grandes heróis nacionais passariam a ser cultuados como símbolo nacional. Ou seja, o aspecto memorialístico viria à tona nesse último século e precisaria ser encaixado dentro de uma logística no perímetro urbano<sup>6</sup>.

Outro historiador relevante para a discussão bibliográfica envolvendo a morte é Michel Vovelle<sup>7</sup>. Este autor analisou os pomposos funerais realizados na França do século XVI e como os ricos dessa sociedade tentavam promover tais espetáculos fúnebres para demonstrar a importância do morto naquele corpo social. Vovelle caracterizaria os enterros desse período como "profusões barrocas", ou seja, rituais cheios de excessos em relação ao número de velas queimadas, luxo dos caixões e mortalhas, número de participantes dos cortejos, entre outros exageros. Por meio de um estudo serial minucioso dos testamentos, Vovelle perceberia os padrões e as modificações ocorridas na maneira do homem europeu cristão vivenciar a morte. Outras fontes visitadas por Vovelle seriam as iconográficas (túmulos, altares) que contribuiriam para o estudo desse autor no sentido de compreender a sensibilidade na representação da morte e buscar, com isso, entender os padrões das atitudes coletivas diante desse momento inevitável da vida.

O fato é que não haveria um padrão absoluto. Essas rupturas dentro de um mesmo tema, nos remetem à ideia de que as modificações ocorreriam de maneira lenta conforme apontado por Ariès, e por isso, o autor acredita que esse tema historiográfico, para uma melhor compreensão de suas mudanças, deveria ser tratado em uma perspectiva de longa duração.

Outro aspecto em torno do morrer seria a questão sensorial. Nesse sentido, Alain Corbin<sup>8</sup> demonstraria também em seus estudos a existência de uma vigilância olfativa instituída na Europa do século XVIII, tratando também dos seus efeitos para a saúde pública, especialmente no que dizia respeito aos odores dos cadáveres em decomposição. Ao estudar as sensações olfativas, Corbin traria a discussão sobre as mudanças dos hábitos referentes à purificação do ar nos espaços públicos. Estes apareceriam em decorrência dos valores advindos da ascensão de uma nova classe social: a burguesia. Esta instituiria novos padrões higiênicos domésticos e pessoais que entrariam em vigência. Uma intrigante questão suscitada pela obra de Corbin seria que odores antes tidos como indiferentes ou tolerados, passariam a ser alvo de controle, ocasionando uma resignificação do sentido social dos odores.

Tais debates acerca da higienização do espaço urbano foi realizado por Foucault<sup>9</sup> quando formulou que a medicina social requisitaria o controle da circulação de ar e da água na Europa do século XVIII. Em outras palavras, o ar foi tornado objeto de estudo da ciência moderna e considerado um transmissor de doenças. De acordo com a medicina setecentista, uma medida importante para evitar problemas de saúde seria a de permitir a circulação do ar. Para tanto, foi preciso realizar reformas urbanas no sentido de abrir ruas, demolir casas mal executadas que obstruíam a circulação dos ares e vapores, além de secar pântanos e elevar pontes.

Nessa mesma linha de análise das transformações dos comportamentos sociais a respeito da morte e tratando do caso brasileiro, podemos situar a obra de João José Reis.<sup>10</sup> Reis tomou como ponto de partida o estudo de uma rebelião ocorrida na cidade de Salvador, no ano de 1836, chamada “Cemiterada”. Nesse episódio, a população da capital baiana se revoltou contra a construção de um cemitério distante do centro urbano que seria gerido por uma companhia privada durante um período de trinta anos, com direito ao monopólio da realização dos funerais naquele local. Segundo Reis, tal acontecimento teria sido considerado uma afronta à comunidade local, pois envolveria diversos fatores, dentre eles questões de ordem cultural, econômica e política.

Segundo Reis, os fatores de ordem cultural se relacionariam com a maneira como a morte deveria ser gestada para aquelas pessoas. O morrer era visto como assunto religioso e não de jurisdição da administração pública. Para alguns setores daquela sociedade oitocentista, quem deveria cuidar desse momento da vida deveria ser a Igreja e não uma companhia privada. Em outras palavras, a religiosidade, o aspecto lúdico em torno do morrer, a vivência “Barroca” que se ligaria a esse ato, no imaginário dessas pessoas só deveria ser de responsabilidade do clero. Aliás, tal vivência analisada pelo autor, demonstraria ainda a existência desses costumes “Barrocos” nos funerais baianos do século XIX, similares aos apontados por Vovelle na França do século XVI.

O autor também discute as dimensões políticas desse tema: Reis relata que a mudança provocada na Europa pela sensibilidade burguesa focada na racionalidade teria reflexos no Brasil, especialmente na Bahia do século XIX. Os médicos higienistas passariam a entender no começo do oitocentos que enterrar os corpos nas Igrejas não seria a melhor forma de armazená-los, pois essa atitude poderia trazer doenças para os vivos

---

frequentadores daquele local. Reis ressaltou em seu livro que não só a geografia dos cemitérios seria modificada, mas também os rituais passariam a ser cada vez menos coletivos e pomposos, para se tornarem mais restritos e singelos. As transformações citadas anteriormente poderiam ser percebidas, segundo o autor, na maneira de se registrar os últimos desejos em testamentos. Esses documentos tornar-se-iam ao longo do séculos XVIII e XIX cada vez menores, com pedidos cada vez menos rebuscados, com um menor número de missas, além de modificações nas inscrições das lápides.

Além disso, Reis ressaltaria a influência política do processo de Independência do Brasil, que catalisaria a modernização e o processo de desvinculação das práticas funerárias dos preceitos eclesiásticos. O Império encampava um ideal civilizatório marcado pela lei de proibição dos enterros dentro dos templos religiosos. Esse autor fundamenta nosso olhar sobre a relação médicos e eclesiásticos no decorrer do século XIX.

Rodrigues<sup>11</sup>, por sua vez, também notaria o deslocamento do tema da morte no sentido de torná-la um assunto menos ligado às questões religiosas e inseri-la no campo da saúde pública, da modificação dos procedimentos culturalmente instituídos, ao analisar as transformações que no decorrer do século XIX, no Rio de Janeiro ocorreram na maneira de lidar com a morte. A autora verificou, portanto, as mudanças de atitude no ato de escrever os testamentos de modo que as instruções e os pedidos deixados pelas pessoas antes delas “partirem para o além” iriam se tornar cada vez mais sucintos e menos rebuscados. Rodrigues aponta para algumas transformações na maneira de lidar com a morte e com os corpos dos indivíduos mediante as demandas que surgiriam nesse período. Dentre essas mudanças seria possível citar o uso de mortalhas de santos ou cores, a gradativa transição do ritual público dos funerais para um cerimonial cada vez mais privatizado em vista da realização das encomendações dos mortos nas residências particulares na então capital do Império Brasileiro.

Rodrigues<sup>12</sup> afirma que os médicos conseguiram por meio de jornais colocar parte da população contra os sepultamentos dentro de Igrejas e convencê-los dos riscos à saúde que tal hábito poderia trazer.

A autora também analisa os debates ocorridos entre os políticos. De acordo com suas premissas, os argumentos dos deputados que defendiam a laicização dos cemitérios giravam em torno da separação entre Igreja e Estado, entre assuntos religiosos e civis. O

cerne da discussão passaria pela desvinculação entre corpo e alma, sendo que o corpo estaria associado à matéria e separado da alma humana, não se tratando, portanto, de um terreno religioso. Já os defensores dos sepultamentos eclesiásticos acreditariam na ideia de que corpo e alma estariam unidos e seriam inseparáveis. Outro argumento utilizado para a não-criação de cemitérios públicos seria o alto custo que essa medida poderia gerar.

Em um estudo de caso acerca da mesma problemática na cidade de Vitória, é possível afirmar que reclamações acerca da mudança geográfica dos cemitérios e da dessacralização desse espaço também ocorreram. De acordo com Izabel Piva e Maria S. Siqueira<sup>13</sup>, um inspetor de saúde escreveu em um relatório de 1868 que o cemitério da Santa Casa de Misericórdia seria pequeno para o número de sepulturas, localizando-se em uma região próxima a um pântano, o que, segundo a inspetoria pública, infligiria as leis de assepsia, pois os corpos afetados por doenças contagiosas enterrados nesse local não se isolavam da população, e esta correria o risco de ser contaminada. O médico Manoel Goulart também reclamava na Vitória Oitocentista, das más condições dos cemitérios da capital. Ele também criticava o cemitério da Santa Casa, reclamando da sua proximidade com o espaço público transitado pela população capixaba. Além disso, falava sobre a precariedade do cemitério franciscano que estava localizado em uma região mais alta da cidade, com terreno argiloso e que por isso em dias de ventos fortes o mau cheiro se alastraria pela cidade<sup>14</sup>.

Essas reclamações envolvendo a pureza do ar estavam em conformidade com a doutrina referente aos miasmas e esta era discutida na Europa ocidental e no Brasil. Segundo Reis<sup>15</sup>, os médicos, inspetores de higiene, a comunidade científica de uma maneira geral no século XIX, acreditariam que a matéria orgânica em decomposição em consonância com outros fatores (umidade, temperatura, direção dos ventos) formariam vapores prejudiciais à saúde. Portanto, seria preciso cuidar dos cemitérios, considerados um desses focos geradores de gases venenosos e por isso alvo de embates políticos, religiosos e científicos.

É no interior desse debate que o presente trabalho se encaixa, nossa intenção é preencher a lacuna a respeito desse debate na capital do Espírito Santo, em meados do século XIX e início do XX. A abordagem do tema ficará circunscrita entre o momento

em que foi definido não mais haver sepultamentos nas igrejas e redondezas e a efetivação dessa prática, isto é, a partir de 1856, no caso de Vitória. Portanto, pretendo discorrer sobre o debate desenvolvido em torno da mudança cultural das práticas de enterros na capital capixaba.

De acordo com Jória Scolforo, somente a partir de 1856 seriam proibidos os enterros dentro dos templos de Vitória<sup>16</sup>. E o cemitério público que buscava os padrões higiênicos definidos pelos médicos só conseguiria se consolidar em Vitória de fato em 1912 com a construção do cemitério de Santo Antônio. O foco desse trabalho será, portanto, analisar os debates acerca do morrer na capital capixaba no período acima citado e perceber como se deu a disputa entre os poderes públicos, científicos e religiosos. O que teria se alterado na representação da morte para essa sociedade mudar a gestão do morrer e de seus rituais fúnebres? Como a administração pública equilibrou as tensões entre os demais setores da sociedade?

Os jornais *Correio da Victoria* e *A Província do Espírito Santo*, por exemplo, apontam algumas direções sobre esse debate. Nessas fontes é possível encontrar reclamações acerca da falta de manutenção que os cemitérios eclesiásticos sofriam, o incômodo causado pela localização deles dentro do perímetro urbano e o risco que tais lugares ofereciam para a saúde pública. Isso fica bem nítido em vários trechos dos jornais, como por exemplo neste fragmento de *A Província do Espírito Santo*, de 7 de junho de 1882:

Que a presença dos cemitérios nos centros populosos é um perigo e um ataque lento, inevitável ao organismo, di-lo a sciencia, di-lo a nossa propria consciencia: não devemos conservar-nos em atitude boçal ante um perigo de tal natureza? Só os imbecis quedam inconscientes diante do precipício (*A Província do Espírito Santo*, 7 de junho de 1882).

Nos Anais da Câmara do Senado e dos Deputados é também possível encontrar os debates envolvendo os cemitérios. No primeiro trecho selecionado, percebemos que o senado criou em 1880 uma legislação que definia como deveriam funcionar os cemitérios:

#### Capítulo I

#### Dos cemitérios públicos

Art. 1º Haverá em cada municipio do Império pelo menos um cemitério publico, pertencendo a sua fundação, polícia, direcção e administração a exclusiva competencia das camaras municipaes, sem jurisdicção ou interferencia alguma de qualquer autoridade eclesiastica.

Art. 2º Nos cemiterios publicos poderão ser inhumados todos os mortos, quaisquer que tenham sido em vida as suas opiniões sobre religião, crenças, igreja, profissão de fé, culto, genero de morte, ou conceito social; nem se consentirão no recinto delles muros, cercas ou vallas ou outros assignalamentos, que distingam os religionarios uns dos outros, ou dos de que a nenhuma seita eram filiados. (Anais da Câmara do Senado, livro 7, 1880, p. 74)

No trecho recortado dos Anais dos Deputados, destacamos a fala do Senhor Rui Barbosa em um tópico chamado Secularização dos cemitérios, onde ele disse:

As inhumações são factos que interessam *temporalmente á vida* civil. Estão, portanto, sob o dominio da administração. Submittei-as á competencia religiosa é mutilar o Estado, aferrando-nos a uni anachronismo. O cemiterio deve ser *necessaria e exclusivamente* propriedade municipal. Abençoe o padre, ao abrir-se, ou cerrar-se, a cova do fiel; mas não vá, entre os que viveram como irmãos, demarcar segregações do seita. (Anais da Câmara dos Deputados, sessão em 27 de julho de 1880, p. 471, Tomo III)

Nos Relatórios de Governo de Estado, podemos ler apontamentos que revelam mais sobre os incômodos causados pelos cemitérios à comunidade que o circunda:

Como já disse em relatório em 1865 julgo prejudiciais à saúde pública os cemitérios existentes na capital.

Os enterramentos nas ordens terceiras de S. Francisco e do Carmo, bem como na [sic] capella de N. S. do Rosário, infringem igualmente [sic] ás regras da [sic] hygiene pública.

É o quanto posso nesta ocasião relatar a V. Ex. [sic] ácerca da salubridade pública da província. (Relatório de Governo de Estado, 1868)

O debate em torno desse tema foi bastante longo, isso pode ser constatado nas fontes produzidas no decorrer de todo século XIX que tratam do tema. Além disso, encontramos o envolvimento de várias esferas da sociedade em torno do deslocamento.

Portanto, acreditamos que para compreender como se deu a mudança da representação sobre a morte e o morrer na cidade de Vitória do fim do século XIX e início do XX mediante os embates políticos, religiosos e médicos considerando o cuidado com os corpos dos mortos, o comportamento de luto e as formas de morrer a partir da análise da interferência da Igreja na gestão da morte na década de 1850 até a década de 1910 no Espírito Santo, bem como perscrutar os debates políticos em torno da questão da

dessacralização dos cemitérios. Verificaremos também, os argumentos propostos pelos médicos e identificar os principais pontos apresentados por esses profissionais que os levaram a propor mudanças na maneira de cuidar dos corpos dos defuntos, e por fim, perceber por meio dos jornais como se desdobrou o debate da opinião pública a respeito das mudanças dos hábitos que tangiam a religião e os costumes.

Tomamos como pressuposto que houve mudanças nos rituais funerários e na acomodação dos corpos dos defuntos na transição dos séculos XIX para o XX, tais demandas se fundamentaram na circulação de representações de modernidade, higiene e civilidade. Compreendemos que, especificamente na cidade de Vitória, a lentidão do processo (em relação à outras capitais brasileiras) ocorre devido aos dissensos entre a representação da morte e o morrer construídas por diferentes grupos (médicos, políticos, intelectuais e eclesiásticos) que, por meio delas, se "davam a ler" a seus contemporâneos.

## NOTAS

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto-MG, mestre em História pelo Programa da Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Atualmente, é aluna especial do doutorado do mesmo Programa de Pós-Graduação. E-mail: juliafreireperini@gmail.com

<sup>2</sup> ARIÈS, Philippe. *Historia de la muerte en occidente: de la Edad Media hasta nuestros días*. Traducción Francisco Carbajo y Richard Perrin, Barcelona: El Acantilado, 2000.

<sup>3</sup> *Ibidem*. p.56

<sup>4</sup> *Ibidem* p. 73.

<sup>5</sup> ARIÈS, *op. cit.*, p. 76.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 77

<sup>7</sup> VOVELLE, Michel. *Pièté baroque et déchristianisation: les attitudes devant la mort en Provence au XVIII siècle*. Paris: Le Seuil, 1978.

<sup>8</sup> CORBAIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>9</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2012, p. 159.

<sup>10</sup> REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

<sup>11</sup> RODRIGUES, Claudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

<sup>12</sup> RODRIGUES, Claudia. Aspectos teóricos e metodológicos para uma análise da secularização das atitudes diante da morte no Rio de Janeiro oitocentista. In.: *Encontro Regional de História*, nº VIII, 1998, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro.



<sup>13</sup> PIVA, Izabel M. da P.; SIQUEIRA, Maria da Penha S. A Santa Casa da Misericórdia de Vitória: ação da irmandade no atendimento à pobreza em Vitória – ES (1850-1889). Revista Agora, Vitória, nº2, 2005, p. 17.

<sup>14</sup> PIVA, Izabel M. da P.; SIQUEIRA, Maria da Penha S. op. cit., p. 18.

<sup>15</sup> REIS, João José. op. cit., p. 75.

<sup>16</sup> SCOLFORO, Jória Motta. O último grão de areia na ampulheta da vida: poder, política e falecimentos nos periódicos "Correio da Victoria", "Jornal da Victoria" e "O Espírito - Santense". Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011. p. 67.

## **O Lugar do mestiço: a relação entre mestiçagem e criminalidade na obra de Nina Rodrigues**

Julia Passos de Mello <sup>1</sup>

**Resumo:** O final do século XIX no Brasil foi um período de intensas mudanças sociais e políticas: Abolição da escravidão, Proclamação da República, intensa urbanização, criação dos primeiros cursos universitários. É nesse contexto que vários intelectuais como Nina Rodrigues desenvolvem um projeto de Nação, tendo a questão racial como um problema chave para a ideia de progresso e desenvolvimento elaborada por eles. Analisar a trajetória, as obras e o contexto de vida desse intelectual nos permite refletir sobre a construção da República brasileira e das noções de cidadania excludentes desenvolvidas no novo sistema político.

**Palavras-Chaves:** República, mestiçagem, Nina Rodrigues.

**Abstract:** The late nineteenth century Brazil was a period of intense social and political changes: Abolition of slavery, Proclamation of the Republic, intense urbanization, creation of the first university courses. It is in this context that several intellectuals like Nina Rodrigues develop a project of Nation, with the race issue as a key problem for the idea of progress and development elaborated by them. Analyze the trajectory, the works and the life of this intellectual context allows us to reflect on the construction of the Brazilian Republic and exclusionary notions of citizenship developed in the new political system

**Key-Words:** Republic, miscegenation,

Nesse trabalho procuro expor o pensamento de Nina Rodrigues, analisando a relação que este faz entre raça – mais especificamente, a mestiçagem – e criminalidade.

O final do século XIX apresentava-se com um dilema claro: O Brasil deixava de ser, por completo, uma sociedade sob tutela colonial e escravista para ser uma República que, a princípio, garantiria as igualdades e direitos para os indivíduos. Esta era uma questão extremamente complexa, já que não se tratava simplesmente de criar um sistema de leis que dessem tais garantias e nos colocasse de acordo com o sistema jurídico das nações ditas “civilizadas”. Era preciso criar um aparato legal moderno, que desse acesso à cidadania, mas que, por outro lado, restringisse esse acesso a uma minoria. Porém, a própria dinâmica institucional da república cria caminhos de

representação que poderiam permitir o acesso de “indesejáveis” aos locais de poder. Sendo assim, este período pode ser visto como um dos momentos de maior debate sobre a possibilidade da participação popular na vida política, em oposição à criação de mecanismos que reafirmassem sua exclusão.

Dentro deste contexto, com a necessidade de conhecer a realidade brasileira, “as novas classes ilustradas”, se empenharam em construir um saber acadêmico nacional que não só seguiu os modelos internacionais, como precisou adequar-se as necessidades nacionais, criando os primeiros cursos de Medicina, Engenharia e Direito.

Estes novos tipos de saberes, organizados enquanto conhecimentos científicos foram utilizados como instrumentos políticos de controle social, criando uma relação histórica entre conhecimento e poder na nova sociedade brasileira. As novas instituições foram fruto, e partiam da necessidade de uma parcela das camadas dominantes de iniciar um conhecimento mais sistematizado da realidade nacional.

Para intelectuais como Nina Rodrigues e seus contemporâneos, a questão principal a ser colocada seria a definição de nossa identidade enquanto povo e do Brasil enquanto nação autônoma. Esta questão colocava as relações raciais no centro da resposta e conseqüente, no centro das pesquisas desses pensadores.

### **Uma breve biografia**

Raimundo Nina Rodrigues nasceu em 1862, na cidade Vila do Manga, que hoje tem seu nome, no estado do Maranhão. De família abastada, seu pai era um coronel dono de engenho e sua mãe, dona de casa. Estudou nos tradicionais colégios da região, como o Colégio São Paulo e o Seminário das Mercês, ambos em São Luís. Em 1882, entra para a Faculdade de Medicina da Bahia, onde fica até 1885 quando transfere-se para o Rio de Janeiro e conclui o curso. Sua tese para formatura é um estudo sobre três casos de paralisia progressiva em uma mesma família de Niterói.

Já em 1889, é aprovado no concurso para adjunto da cadeira de Clínica Médica da Faculdade de Medicina da Bahia. No ano seguinte publica um artigo com o título “Os mestiços brasileiros”, na *Gazeta Médica da Bahia* e no *Brazil Médico*, do Rio de Janeiro, pretendendo fazer uma classificação racial da população brasileira.

No ano de 1891, em decorrência da reforma do ensino, é transferido para a cadeira de Medicina Pública, como professor de Medicina Legal, posto este antes ocupado por Virgílio Damásio, que depois de visitar vários países da Europa, sugerira

em seu relatório de viagem a implantação do ensino prático e da nomeação dos professores de Medicina Legal como peritos da polícia. Nina Rodrigues empenhar-se-á desde então e até o fim da vida na luta para pôr em prática tais propostas tornando-se um amplo defensor da criação de uma habilitação específica para médico perito.

Escreve seu primeiro artigo em diálogo com a “anthropologia criminal”, com o estudo sobre o crânio do famoso bandido Lucas da Feira, citando, pela primeira vez, as “doutrinas da escola positiva italiana”<sup>2</sup>.

Em 1894 publica seu primeiro livro, intitulado *As Raças Humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, onde discute a importância da medicina legal e o papel da raça nas possíveis patologias da sociedade brasileira. Nina Rodrigues dedica essa obra a Garófalo, Ferri, Lombroso, Lacassagne e a Corre, todos teóricos das escolas criminológicas positivistas da época. É eleito sócio da Medical Legal Society de Nova York.

No ano de 1896 começa a escrever seu segundo livro, *O animismo fetichista dos negros baianos*, publicado primeiro em francês e só traduzido em 1900, por ele mesmo, o que já mostra o alcance internacional que suas obras vinham atingindo.

Desenvolve uma série de estudos de craniometria, como por exemplo, no caso de Antônio Conselheiro, líder de Canudos, e de Antônio Bispo, ex-combatente da mesma revolta, que participou do atentado ao presidente Prudente de Moraes. Em 1901, publica o *Manual de Autópsia Médico Legal* e *O Alienado no Direito Civil Brasileiro*, com comentários e sugestões ao novo Código Penal republicano (1890), em discussão a época.

Nina Rodrigues adoece em sua primeira viagem à Europa - provavelmente câncer no fígado - falecendo em Paris no dia 17 de Julho de 1906.

Além de médico, desenvolveu importantes trabalhos nas áreas de etnografia. Interessava-se pela pesquisa das religiões africanas, apresentando volumosas pesquisas de campo, e contribuindo muito para os estudos antropológicos sobre esse tema. Deixou aproximadamente, 76 obras, entre livros, artigos e relatórios.

### **O tempo de Nina Rodrigues**

Lília Schwarcz<sup>3</sup> coloca como marco para a formação de uma elite intelectual nacional autônoma, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A autora afirma que os intelectuais responsáveis, muito vinculados às elites econômicas da

época, formavam um grupo bastante homogêneo tanto em formação (a maior parte em Coimbra), quanto em carreira (cargos burocráticos). A partir dos anos de 1870, as intensas transformações ocorridas - a crescente urbanização, o movimento migratório, e a configuração de uma nova elite político-financeira deslocando o eixo de poder do país, e a desmontagem do sistema escravista – levaram a diversificação das áreas de atuação, formação e até de divisão espacial dessa “nova intelectualidade”, todos muito envolvidos nas discussões sobre a construção da nação brasileira e com as novas instituições acadêmicas produzindo uma ciência que pensasse nessa questão e em como nela atuar.

As faculdades de direito e medicina são bons exemplos desse novo panorama: As faculdades de direito de São Paulo e Recife, preocupadas com a elaboração de um código nacional, “exportam” diversas ideias, como os modelos liberais; no campo da medicina, a Faculdade de Medicina da Bahia e o Instituto Manguinhos, no Rio de Janeiro, impregnados com o social-darwinismo e com as teorias higienistas e sanitaristas, pensam a configuração racial como objeto da ciência.

Porém, vale dar destaque a forma como esses “ideais estrangeiros” foram assimilados aqui. Por muito tempo, as interpretações da geração de 1870, os olhava como um movimento que adotara de forma acrítica as categorias como “positivismo”, “liberalismo”, “darwinismo” etc. Angela Alonso<sup>4</sup> afirma que tais ideias, em contato com intelectuais brasileiros, sofreram apropriações, ressignificações e usos políticos de acordo com a realidade local.

Paradoxalmente, muitas análises apagam o elemento efetivamente singular: a tradição político-intelectual brasileira. Porque ex-colônia, os países americanos teriam herdado o repertório europeu. Isto é só parcialmente verdade. As nações novas se empenham em inventar – ou reelaborar – tradições que as definem e as distinguem. O fato de ser inventada não torna essa tradição menos ativa. (...) Tanto o repertório estrangeiro quanto a tradição nacional são fontes intelectuais, apropriadas de maneira seletiva num processo que envolve necessariamente supressão, modificação, recriação (...).<sup>5</sup>

Apesar de não ser um grupo homogêneo - podemos citar desde Silvo Romero, Euclides da Cunha, passando por Nina Rodrigues, Machado de Assis, Tavares Bastos, Quintino Bocaiúva e Juliano Moreira, autores com posições políticas, formas de ação e até escrevendo em períodos diferentes - os coloco em um mesmo lugar por acreditar que os que os unem são as “experiências compartilhadas”, e que existiria uma

“complementariedade entre textos e formas de ação” desses autores. Ou seja, compartilham de um mesmo “repertório”<sup>6</sup>.

Nina Rodrigues insere-se no contexto, assimilando e adaptando as ideias eurocêntricas características de seu tempo. Ainda segundo Angela Alonso, os conceitos e teorias estrangeiras da época sofriam um processo de triagem segundo um critério político de seleção, buscando base teórica para compreender e resolver situações práticas da realidade brasileira e para construir linhas mais eficazes de ação política.

Sendo assim, todos esses intelectuais tentavam elaborar um esboço da nação em formação, que buscava diferenciar-se do período Imperial. Para mim, essa é a definição perfeita do intelectual Nina Rodrigues: Ele era sim um “cientista de laboratório”, um médico de fato, e com certeza, gostava de ser visto e definido desta forma. Mas era também, e nunca se esquivou deste papel, um ativista de seus ideais, preocupado em pensar a nação, o povo brasileiro e um projeto civilizatório para o país, mesmo após a queda do Império, já que ainda se pensava e discutia-se muito a caminho que a nova nação, e a sua prática científica, deveriam seguir. Nos termos de Mariza Corrêa, ele era “este misto de médico com cientista social”<sup>7</sup>.

De acordo com essas teorias positivistas, Nina Rodrigues afirmava que as três raças fundantes do povo brasileiros - negros, brancos e indígenas - transmitiriam “caracteres patológicos diferenciados de valor”<sup>8</sup>, por isso, seria de extrema importância para a prática médica a classificação racial do Brasil. Para além de provar a superioridade branca em relação ao indígena e ao negro, o que estava sendo discutido por ele era o “grau de civilização” da nação brasileira: em que nível estávamos, onde deveríamos chegar e como.

Para Nina Rodrigues, a miscigenação entre raças em estágios evolutivos tão diferentes, traria para o povo brasileiro indivíduos degenerados, desequilibrados, deficientes e com desvios comportamentais. Ou seja, para ele, a miscigenação seria o ponto principal para explicar a situação sócio-política do país; que a mistura de raças seria um impedimento ao progresso da nação.

Nina Rodrigues e outros membros da “escola baiana”<sup>9</sup>, defendiam que a nação e a nacionalidade não deveriam ser pensados em termos históricos ou culturais, mas sim em termos raciais e médicos; os nossos males seriam fruto da fraqueza biológica do mestiço, e as nossas virtudes, vindas da superioridade do branco europeu.

Considerado por muito de seus analistas como um pessimista, negava a teoria que enunciava os benefícios da mestiçagem enquanto manifestação da adaptação do

branco ao clima dos trópicos, e que com o tempo, esta levaria o Brasil a se tornar um país branco. Em oposição, afirmava que a influência do negro “há de constituir sempre um dos fatores de nossa inferioridade como povo”<sup>10</sup>.

Nina Rodrigues defendia a existência de diferenças ontológicas entre as raças aqui residentes e, em diálogo com o Direito, outra área em crescimento no Brasil desse período, seria um forte crítico do tratamento “igualitário” que a lei dava a negros e brancos. Para o autor, como estas raças estariam em diferentes estágios de desenvolvimento, seus crimes seriam explicados a partir daí e por isso, e deveriam ser julgados de acordo com essa percepção, fundamentando assim sua proposta de distinção jurídica entre os indivíduos racialmente diferenciados, destacando a necessidade de uma hierarquização para o exercício pleno dos direitos dos cidadãos que caminhasse junto com a hipótese científica sobre a existência de uma hierarquia biológica.

Defendendo a necessidade de se olhar para o criminoso e não para o crime, Nina Rodrigues afirmava que a questão da criminalidade deveria partir da individualidade para a coletividade. Era preciso analisar o criminoso. Nesse sentido, a sociedade seria um corpo doente, com seus vários indivíduos enfermos, e o médico teria a função de intervir no intuito de promover uma sociedade saudável. Sob clara influência de Cesare Lombroso, afirma que a ciência médica orientaria as práticas para o controle social, pois é no fenótipo de um povo que encontramos a criminalidade, seu potencial evolutivo ou de degenerescência.

No intuito de se opor ao Código Penal de 1890, por afirmar que este trataria da natureza do delito, e não do criminoso, em sua questão médica e psíquica, e não lidando com as diferenças de raça e de evolução, defendia que só os médicos teriam a capacidade de lidar com os corpos sociais doentes, e o jusnaturalismo, princípio que guiava o código, seria pouco científico apostando em soluções ineficazes e iludido pelos princípios igualitaristas da Ilustração. Sendo assim, os médicos seriam os responsáveis por reconhecer o crime e qualificar o criminoso, colocando os juristas como auxiliares do trabalho do perito, e não ao contrário, como ocorria no país. Para ele, seria preciso conhecer as questões médicas para legislar em uma sociedade tão heterogênea e complexa como o Brasil.

Em seu texto *As raças Humanas e a responsabilidade pena*<sup>11</sup> desenvolve tais argumentos, onde nos apresenta a noção de “grupo racial” para contrapor ao conceito de indivíduo, sempre subordinado a sua origem. Buscando analisar as modificações que as condições de raça determinam para responsabilidade penal e para imputabilidade do

criminoso, Nina Rodrigues desenvolve seu argumento contrário às concepções que chama de “enganosas”. Uma delas seria a “espiritualista”, que parte da noção de que todos os povos teriam uma mesma natureza. A partir de sua visão, afirma que não seria possível exigir de um povo um estágio de evolução incompatível com o seu desenvolvimento intelectual, sendo a noção de igualdade uma “ilusão” inventada e imposta pelos juristas. Essa concepção “espiritualista” definida como um modelo metafísico, cuja compreensão não tem nenhuma base de experimentação científica.

O Código Penal brasileiro, baseado nesses “princípios metafísicos” iria de encontro ao conceito moderno de crime defendido por Nina Rodrigues: o crime como relativo, mudando em função do povo, raça, idade ou sexo. Com isso, “a ‘justiça’ não seria, assim, um termo abstrato, mas referido e circunscrito a situações específicas”.<sup>12</sup>.

Sendo assim, Nina Rodrigues defende que a noção de livre arbítrio inviável é em nossa sociedade, pois esta só teria sentido em grupos sociais homogêneos; segundo ele, a vontade do indivíduo é anulada, pois este seria o resultado de uma série de características e limitações advindas de seu grupo “étnico-racial” de origem.

O tratamento jurídico decorrente desta noção de livre-arbítrio era uma questão “segurança nacional”, e seria função do médico controlar esse caos social consequente, alertando para o fato de que os crimes são involuntários em certas raças consideradas inferiores e que não se pode julgá-los com os códigos destinados aos “povos civilizados”. Por isso a crítica aos valores universais: a formulação das leis deveria ser baseada nos estudos das raças existentes no Brasil, já que as determinações raciais são realidades pré-estabelecidas que não permitem variação ou individualidade.

A partir daí, reivindica o status científico para a medicina legal, pois esta teria função de explicar cientificamente o comportamento criminoso, ditando as regras para a avaliação dos indivíduos, tendo condições de decidir quanto à imputabilidade penal deste, além de definir meios para a prevenção da loucura e do crime.

Para além de simplesmente provar que o mestiço é um degenerado, e que o crime e os criminosos seriam objetos de estudo da medicina, o que Nina Rodrigues buscava construir era um campo autônomo para sua prática, uma identidade para seu grupo e uma originalidade para a ciência brasileira: a criminalidade mestiça seria uma particularidade nacional, e uma especificidade da pesquisa feita pelo perito na medicina-legal.

## **Conclusão**



A noção de “civilização”, “povo”, e a ideia de construção de um Estado brasileiro são a base do pensamento de Nina Rodrigues. A sua geração, e seus anos de vida foram marcados pelas discussões e interpretações do Brasil com o desenvolvimento de teoria que discorriam em tom positivo acerca da “origem” do Brasil e outras que, em oposição, julgavam a mistura das matrizes indígena, branca e negra como negativa. As ideias em voga nesse momento formavam um complexo quadro de referências teóricas e metodológicas que o autor absorveu e empregou em sua própria elaboração sobre “raça”. Portanto, não se tratava de uma simples importação de ideias, mas de uma reelaboração de acordo com as preocupações particulares do Brasil. É importante ressaltar que na época, falar sobre inferioridade de negros e seus descendentes em relação aos brancos era comum, ou seja, o contexto histórico daquele momento mobilizava o debate e a opinião pública para as questões relacionadas à libertação dos escravos, mas a concepção de que estes eram tão cidadãos quanto os brancos ainda era insipiente.

Enquanto na Europa o ímpeto colonizador de expansão territorial era justificado pela inferioridade dos africanos vistos como membros de sociedades primitivas, que necessitavam ser cristianizados e civilizados, essa mesma concepção norteava a noção de que o Brasil só alcançaria panteão das nações civilizadas diante do controle racial, em especial da miscigenação e de tudo que esta significava: mistura social e cultural.

Sendo assim, a antropologia criminal teria um papel fundamental de forma que autorizaria o tratamento judicial diferenciado para os vários grupos sociais. O negro, o branco e o mestiço não poderiam ser tratados da mesma forma, em oposição aos princípios liberais. Segundo as concepções de Nina Rodrigues, a ideia de igualdade não passaria de uma utopia, “uma ilusão de liberdade”, parafraseando Mariza Corrêa. Para ele, a sociedade seria um corpo doente, sob o qual o médico teria a missão de agir para conduzi-lo a sanidade.

Nina Rodrigues, para além de um cientista *stricto sensu*, preocupado com a observação empírica e com o estudo do particular, era também um cientista social, interessado na análise estrutural da sociedade brasileira. Para ele, não se tratava simplesmente de fazer uma “medicina social”, voltada para a busca das causas morais da doença, para o aperfeiçoamento do cidadão saudável. Tratava-se primeiro, de desenvolver uma ciência médica que desencantada com as promessas de igualdade da República e da Abolição, fosse capaz de encontrar respostas para as desigualdades observadas. Como uma prática que deslocava seu olhar da saúde e da doença para o

doente, a medicina legal o transformava em objeto individualizado de um saber autorizado e legítimo. A partir deste, o modelo jurídico e o médico deixavam de ser heterogêneos, unindo-se em um só saber capaz de desenvolver mecanismos teóricos e técnicos para o diagnóstico e a punição dos danos que os indivíduos – no caso aqui, o mestiço – pudessem causar à sociedade.

Apesar de o Código Penal de 1890 não ter sido mudado na direção proposta por Nina Rodrigues, podemos concluir que a política do final do século XIX, estendendo-se até meados do século XX, era pautada pela questão da raça, impregnada de noções evolucionistas e que um dos elementos que fundamentava essa visão vinha da ciência médica, que com estudos de biologia e anatomia humana, autorizava com pressupostos científicos as desigualdades sociais. A perspectiva negativa que esse discurso elaborou acerca do negro e do mestiço, fez recair sobre estes o estigma de algo que deveria ser superado, pois representariam um grupo inferior e nocivo à construção da nação brasileira.

A desqualificação biológica do negro e do mestiço, além de justificar a exploração dessa mão-de-obra, autorizou que um controle social severo fosse imposto a estes grupos, interferindo na construção de cidadania destes, sempre descritos como perigosos, degenerados, preguiçosos e deficientes.

---

<sup>1</sup> Mestranda do curso de pós-graduação em história da Universidade Federal Fluminense (UFF) sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Larissa Moreira Viana. E-mail: juliajpm@hotmail.com

<sup>2</sup> ANITUA, Gabriel Ignacio. *História dos pensamentos criminológicos* ; Tradução Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro. Instituto Carioca de Criminologia, 2008.

<sup>3</sup> SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

<sup>4</sup> ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

<sup>5</sup> Idem. p.33

<sup>6</sup> “Repertório é um conjunto de recursos intelectuais disponível numa dada sociedade em um certo tempo. É composto de padrões analíticos; noções; argumentos; conceitos; teorias; esquemas explicativos; formas estilísticas; figuras de linguagens; metáforas. Não importa a consistência teórica entre seus elementos. Seu arranjo é teórico e prático”. ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil - Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 39

<sup>7</sup> CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade; a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001. p. 2

<sup>8</sup> Op. cit. 1939, p.203.

<sup>9</sup> Op.cit. 1993, p.202

<sup>10</sup> RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 6 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1982

<sup>11</sup> RODRIGUES, Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Salvador: Livraria Progresso, 1957.

<sup>12</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nina Rodrigues: um radical do pessimismo*. In: *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*/ André Botelho e Lilia Moritz Schawarcz (organizadores) – São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 95

## O olhar de outrem: a trajetória de José Carlos Rodrigues, editor d'*O Novo Mundo*, através das missivas do geólogo Charles Frederick Hartt

Júlia Ribeiro Junqueira\*

### Resumo:

O que fazer diante das lacunas na história de vida de um biografado? Uma das possibilidades é procurar rastros que proporcionem enxergar o indivíduo através do olhar de outrem, isto é, ir além das produções da escrita do “eu”. É com este olhar que foi possível mapear um dos pontos da trajetória de José Carlos Rodrigues, editor d'*O Novo Mundo*. Para isto, um dos caminhos percorridos perpassou-se pela investigação da rede de sociabilidade entre Rodrigues e o geólogo Frederick Hartt.

**Palavras-chave:** *José Carlos Rodrigues — Charles Frederick Hartt — O Novo Mundo*

### Abstract:

How to handle gaps in a biography subject's life history? One possibility is to look for clues allowing to observe him through the eyes of others, meaning to reach beyond his written work produced from an “I” perspective. Through the viewpoint of others it was possible to reveal aspects of José Carlos Rodrigues' trajectory, owner of *O Novo Mundo*. One of the adopted courses of action demanded investigation into the collaboration network between Rodrigues and geologist Frederick Hartt.

**Keywords:** *José Carlos Rodrigues — Charles Frederick Hartt — O Novo Mundo*

\*\*\*

Ao embarcar, provavelmente à surdina, em um navio no porto da cidade do Rio de Janeiro, em 1867, com destino à América do Norte, o cantagalense José Carlos Rodrigues não fazia ideia do que lhe aguardava naquele novo país, que acabara de sair do conflito mais sangrento de sua história, o que resultou, aproximadamente, na morte de 618 mil americanos<sup>1</sup>. Ali, acompanhando um Estado em reconstrução, que deixava para trás uma república essencialmente agrária e via surgir uma América industrial e empresarial, sob a influência de banqueiros, gestores de negócios e industriais<sup>2</sup>, esse brasileiro também iniciaria uma nova fase de sua trajetória, na qual a carreira de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais cederia espaço para outras ocupações, principalmente a de jornalista. Mas por que Rodrigues deixara

---

\* Doutoranda em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sob orientação da professora Dr<sup>a</sup>. Lucia Maria Paschoal Guimarães. Pesquisa com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: juliarij17@gmail.com.

o seu país natal para se aventurar em terras *ianques*, haveria algum motivo para que ele saísse de modo tão furtivo do Brasil?

O fluminense José Carlos nasceu em 19 de julho de 1844, em Cantagalo, especificamente na propriedade rural de seu pai, Carlos José Alves Rodrigues, que fora um grande cafeicultor. Devido ao falecimento prematuro de sua mãe, quando Rodrigues ainda tinha poucos anos, este e sua irmã foram para o Rio de Janeiro, ficando sob os cuidados de uma tia paterna, Joaquina Alves de Abreu Lima Paes e Oliveira. Na capital, José Carlos ingressou no Colégio Marinho e, mais tarde, transferiu-se para o reconhecido Imperial Colégio de Pedro II, aonde, ainda adolescente, chegou a publicar o seu primeiro jornal, chamado *O Gentio*. Com o término dos estudos secundários e não fugindo à regra da maioria daqueles que se formavam nessa escola, Rodrigues iniciou o curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de São Paulo e, nesta instituição, além de frequentar as aulas, fundou, em 1862, com o colega de academia do quinto ano, José da Silva Costa, a *Revista Jurídica*, um órgão doutrinário de jurisprudência e legislação.

Formando-se, em 1864, o jovem bacharel retornou à capital do Império, onde iniciou seus trabalhos, como advogado, no escritório de advocacia do conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos. Tempos depois, foi convidado a ser ajudante do ministro João da Silva Carrão, que assumiu a pasta da Fazenda, em 1866, e que fora seu ex-professor de Economia Política na faculdade de Direito. Durante este período acabou acontecendo um imbróglio na trajetória de José Carlos, visto que o fluminense foi acusado de tentativa de estelionato quando exercia a função de oficial de gabinete no Ministério da Fazenda. Certamente este foi um dos motivos que fez com que, em 1867, aos 23 anos de idade, Rodrigues tomasse a decisão de deixar o Brasil e partir para os Estados Unidos da América, aonde recorreria a sua habilidade de letrado para obter rendimentos que lhe garantissem residir naquele país, que então já era uma nova América, um Novo Mundo, não mais dividido entre Confederação dos Estados do Sul e União dos Estados do Norte.

Assim, a sua primeira ocupação em solo americano foi a de tradutor, e o início dessa história teria ocorrido ainda durante a viagem de navio de Rodrigues para os Estados Unidos, quando, traduziu do inglês para o português um folheto evangélico, editado pela *American Tract Society*, que posteriormente lhe ofereceria uma vaga de tradutor nesta instituição<sup>3</sup>. Além disso, logo quando desembarcou, o brasileiro entrou em contato com amigo George Chamberlain, que, naquele momento, se encontrava na América do Norte para concluir seus estudos religiosos, uma vez que um ano atrás, no Brasil, havia sido ordenado ministro presbiteriano pelo reverendo Ashbel Green Simonton. Desta forma, com as boas relações com

Chamberlain e frequentando os corredores da *Society*, o fluminense ampliou o círculo de relações com protestantes americanos, componente que deve ter sido primordial nesses primeiros momentos em território estadunidense.

Mas as traduções não se restringiram apenas às atividades na *American Tract Society*, pois pouco tempo depois, José Carlos começou a trabalhar para o farmacêutico James Cools Ayer, traduzindo, para o português, o almanaque deste pesquisador, destinado à propaganda de produtos medicinais no Brasil. Ou seja, ao que tudo indica, os primeiros meses do cantagalense nos Estados Unidos teria mesmo se perpassado de forma majoritária com a ocupação de tradutor, ofício que ainda exerceria alguns anos mais tarde, mas que também seria levado concomitantemente com as tarefas de correspondente do *Diário Oficial* e do *Jornal do Commercio*, cuja primeira correspondência sairia na folha do dia 26 de março de 1869, enviada de Nova York a 21 do mês anterior, e na qual José Carlos atualizava os leitores desse periódico sobre os recentes acontecimentos norte-americanos. Naquela data, o fluminense iniciava sua trajetória de 47 anos em um dos órgãos mais antigos do país, do qual futuramente se tornaria proprietário.

Pois bem, exatamente neste ínterim, quando estava prestes a imprimir as primeiras folhas d'*O Novo Mundo* e também se ocupava como correspondente e tradutor, que José Carlos Rodrigues, com habilidades de um bom interlocutor, aproximou-se de estudiosos que queriam realizar pesquisas científicas, na área de Ciências Naturais, no Brasil. Um desses pesquisadores e, com quem o cantagalense parece ter mantido boas relações, foi o geólogo canadense, naturalizado americano, Charles Frederick Hartt, um naturalista encantado com o território brasileiro, de onde, diga-se de passagem, extraiu grande parte de seu material de estudo, tanto físico como etnográfico.

Charles Frederick Hartt nasceu em Frederiction, Nova Brunswick, Canadá, a 23 de agosto de 1840, isto é, ele era então quatro anos mais velho que José Carlos. Concluiu seus estudos na Horton Academy e, mais tarde, no Acadia College. O encontro com o mestre Louis Agassiz somente ocorreria tempos depois quando o jovem pesquisador foi estudar Ciências Naturais na Universidade de Harvard, sob os auspícios daquele renomado naturalista.

Apesar de não se saber ao certo quando de fato se iniciam as relações sociais entre o cantagalense e o geólogo, é possível conjecturar que ambos se conheceram na cidade de Nova York, entre os últimos anos da década de 1860, uma vez que em meados de 1867, Hartt se estabeleceu nessa localidade com o intuito de levantar fundos para a sua segunda viagem ao Brasil, proferindo conferências no Cooper Institute<sup>4</sup> e, além disso, a primeira, dentre as seis

cartas do naturalista presentes na correspondência passiva de José Carlos, é de dezembro de 1869, cujo teor nos leva a crer que missivas anteriores a esta foram escritas.

O interessante dessa epístola é que Hartt demonstra já ter uma relação bem próxima com Rodrigues, não deixando, por exemplo, de participar o nascimento de um filho, de lamentar não poder escrever com certa frequência para José Carlos devido ao excesso de trabalho, e também de expor suas consternações, como ao lastimar a falta de uma faculdade de Direito na Universidade de Cornell, situada na cidade de Ithaca, estado de Nova York, onde fazia parte do corpo docente. Ademais, mesmo a carta apresentando algumas lacunas, percebe-se o quão o naturalista demonstra certo cuidado para com o cantagalense, de modo que, quando fala sobre a proposta de se preencher uma vaga em Cornell com a disciplina de Língua ou Literatura Portuguesa, enfatiza que tal função poderia satisfatoriamente ser ocupada por José Carlos<sup>5</sup>. Ainda nessa missiva, Charles pede ao brasileiro que faça a correção de um rascunho de uma epístola, que o geólogo recentemente escrevera, cujo destinatário era um certo Dr. Almeida. Provavelmente, Hartt referia-se a Cândido Mendes de Almeida, que, assim como Rodrigues, também foi um interlocutor das expedições do canadense-americano ao Brasil, principalmente à região do estado do Pará.

Dezenove dias depois da carta desse naturalista, José Carlos Rodrigues recebera uma correspondência do país natal, justamente de Cândido Mendes de Almeida, na qual o deputado — do Partido Conservador — comentou sobre o alto custo da impressão litográfica no Brasil e falou sobre estar muito ocupado com a publicação de uma edição das *Ordenações do Reino*, que esperava terminar até o início do ano de 1870. Ao que indica algumas passagens na epístola, o cantagalense parecia colaborar com Almeida em relação a esse tipo de tipografia, como por exemplo, verificando os preços das impressões litográficas na América. Em outras passagens, Cândido ainda pede a Rodrigues que lhe enviasse um exemplar do *Atlas* de Johnson e ressaltava que, por enquanto, não poderia mandar-lhe todas as informações que o senhor Guyot havia pedido<sup>6</sup>. Arnold Guyot emigrou, no final da década de 1840, para os Estados Unidos, assim como o fez o seu amigo e colega de profissão Louis Agassiz, mentor de Charles Frederick Hartt. Igualmente a Agassiz, que conseguiu se estabelecer em Harvard, Guyot também se tornaria professor em uma reconhecida instituição de ensino norte-americana: a Universidade de Princeton. Infelizmente, até o momento, não foi possível compreender melhor as relações entre José Carlos e o geólogo suíço Arnold, todavia sabe-se que havia bastante proximidade entre ambos, como se constata pelas cartas de Guyot ao cantagalense<sup>7</sup>.

Mas voltando a Mendes de Almeida e a Rodrigues, este certamente era mesmo uma espécie de auxiliar nos Estados Unidos daquele, que acudia Cândido em certos momentos, como quando o deputado precisava recorrer a obras recentemente lançadas naquele país ou a alguma atualizada forma de impressão. Porém, o que mais nos chama a atenção nessas correspondências de Cândido para José Carlos, e que se torna importante ressaltar, é a rede de sociabilidades entre estes letrados brasileiros e os pesquisadores estrangeiros, como se pode apreender por estas palavras de Almeida dirigidas ao cantagalense: “Remeto-lhe agora inclusa uma carta para o Vice-Presidente do Pará Dr. Abel Graça, o qual entregará ao Sr. Hartt, quando ali chegar todas as cartas que lhe são precisas para a sua viagem no Brasil. Julguei que assim seria melhor do que remetê-las pelo vapor americano [...] (sic)”<sup>8</sup>.

Menos de um mês após José Carlos receber essa missiva, o diplomata Domingos José Gonçalves de Magalhães, futuro visconde de Araguaia, escrevia de Washington a Rodrigues — onde exercia a função de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário nos Estados Unidos —, remetendo-lhe, a seu pedido, uma carta de apresentação ao presidente do Pará a quem pedia que recomendasse os viajantes aos chefes de governo das províncias do Amazonas e de Alagoas<sup>9</sup>. É bastante provável que as indicações seriam para Hartt, que aguardava tais documentos de apresentação para assim embarcar para a sua terceira viagem ao Brasil, em 23 de junho de 1870. Além do auxílio de Gonçalves de Magalhães, de Cândido Mendes de Almeida, o cantagalense também acionou o amigo José da Silva Costa, que, solicitado por Rodrigues, enviou-lhe seis cartas que recomendavam Charles Frederick Hartt<sup>10</sup>.

A primeira das várias viagens que esse naturalista fez ao país ocorreu em companhia do também geólogo e seu então professor na Universidade de Harvard, fundador do Museu de Zoologia Comparada, o suíço-americano Louis Agassiz, que, em 1865, promoveu uma expedição — conhecida como *Thayer* —, para comprovar a sua teoria criacionista. A excursão de Agassiz e de seus discípulos ao hemisfério sul foi financiada por um milionário de Boston, Nathaniel Thayer, e tinha um objetivo bastante preciso: pôr em xeque o empirismo racional de Charles Darwin. Para isto, Agassiz queria comprovar a sua teoria da ação glacial em território brasileiro, analisando uma larga porção de terras, que se transcorria até mesmo na longínqua região da Amazônia. Sob o mecenato do imperador d. Pedro II, os pesquisadores ficaram no Brasil por quinze meses, retornando, em 2 de julho de 1866, aos Estados Unidos, com um enorme volume de material que, no caso de Charles Hartt, acabou se tornando uma das bases para a constituição de um livro<sup>11</sup>.

Como já se mencionou em parágrafo precedente, logo após regressar dessa primeira viagem ao Brasil, o pupilo de Agassiz foi para Nova York para realizar conferências com o



intuito de arrecadar fundos para a sua segunda excursão ao Império de d. Pedro II, o que aconteceu de fato aos 22 de junho de 1867, quando Charles Frederick Hartt deixou novamente os Estados Unidos para se aventurar em território brasileiro. Aprofundando ainda mais seus estudos sobre a geologia brasileira durante essa segunda viagem, Hartt acumulou um número maior de dados e de materiais, o que lhe proporcionou reunir tais experiências de campo em um livro: *Geology and physical geography of Brazil*<sup>12</sup>; por sinal, muito bem apreciado nas folhas do primeiro número d'*O Novo Mundo* por José Carlos Rodrigues, que enfatizou: “[...] O mérito principal desta [...] é que é uma obra profundamente científica. O prof. Hartt não é apenas um *amateur* de gnaisse ou de terrenos terciários: é um geologista de profissão, que pela primeira vez descreveu minuciosamente a geologia do Brasil [...]” (sic)<sup>13</sup>.

Confeccionada pelo cantagalense em um escritório no edifício do *New York Times* e dirigida aos leitores brasileiros, *O Novo Mundo* era uma revista publicada mensalmente e, em suas colunas, encontrava-se uma grande variedade de assuntos, como: história, ciência, política, religião, sociologia, comércio, literatura, invenções, entre outros temas que abordavam de alguma forma o crescimento sócio-econômico estadunidense. Este era um dos principais objetivos de José Carlos com essa publicação — direcionar o olhar de seus leitores para o novo mundo: a América.

Mas retornando à excursão do geólogo-canadense ao Brasil, por sinal, bastante proveitosa, a mesma deve ter aguçado ainda mais o olhar desse pesquisador perante um território tão vasto e que ainda tinha muito a ser explorado, fazendo lhe perceber o quão poderia ser significativo para suas pesquisas desbravar tais porções de terra. Portanto, Charles Frederick Hartt não tardaria a retornar ao país que lhe despertava tanto interesse e, assim, três anos após aquelas “férias” de 1867, o pesquisador já anunciava ao amigo brasileiro — José Carlos Rodrigues — a sua terceira viagem<sup>14</sup>. Além de comentar que os preparativos para a expedição estavam indo bem e que suas aulas de português despertavam bastante interesse entre seus alunos, Charles não deixou de destacar também alguns contratemplos que tinha com os dirigentes da Universidade na qual trabalhava, ressaltando para Rodrigues que não era compreendido pelos mesmos e que não davam o devido valor ao seu trabalho. No entanto, apesar das dificuldades enfrentadas, o naturalista parece ter convencido a comunidade de Cornell e seus novos patrocinadores<sup>15</sup> da importância desta excursão, tanto para o aprendizado de seus alunos, por meio do “educar no campo, no contato real com a natureza”<sup>16</sup>, como essa iniciativa elevava a Universidade ao patamar daquelas instituições de ensino superior que promoviam o conhecimento.

Pois bem, em meados de 1870, Hartt e seus assistentes aportavam no Brasil, sendo que, agora, o naturalista estava investido no cargo de líder da excursão e de docente na Universidade de Cornell. A de se destacar que dentre os estudantes a acompanhar o naturalista nesta empreitada estava o norte-americano Orville Adelbert Derby, que, mais tarde, teria uma profícua carreira intelectual no país, sendo um dos fundadores do Museu Paulista<sup>17</sup>.

O grupo de viajantes permaneceu no país até o final daquele ano, regressando aos Estados Unidos já em dezembro de 1870 e levando consigo um vasto material etnográfico, o que proporcionou, já logo no mês subsequente a chegada de Hartt, que José Carlos traçasse um perfil biográfico do naturalista, imprimindo seu retrato nas páginas d'*O Novo Mundo*, e novamente exaltando o trabalho do geólogo ao destacar que o maior resultado daquela última excursão teria sido o descobrimento de grandes rochas carboníferas na região de Tapajós e de fósseis marinhos desta formação, que alguns pesquisadores supunham não existirem ali. Ainda de acordo com o jornalista, com essas descobertas, Charles comprovava que a teoria de Louis Agassiz, sobre a constituição rochosa do território amazônico e a ação glacial no Brasil, estava errada<sup>18</sup>. Ora, percebe-se que a viagem de 1870 foi bastante frutífera e parece também ter agradado os investidores, uma vez que, aproximadamente um ano depois, o canadense-americano voltava ao território brasileiro para dar prosseguimento aos trabalhos daquela excursão, a partir de então nomeada *Expedição Morgan*. O nome era em homenagem a Edwin B. Morgan, que novamente fez uma doação no valor de US\$ 1.000,00 ao empreendimento de Hartt<sup>19</sup>.

Em relação a esta empreitada de 1871, um ponto deve ser aludido: o assunto refere-se a possível contribuição financeira que José Carlos Rodrigues teria oferecido ao naturalista, que aludiu, na introdução de seu relatório sobre a expedição, o apoio de 500 dólares de um amigo residente em Nova York que, infelizmente, não lhe permitiu mencionar o seu nome no respectivo documento<sup>20</sup>. Não se sabe ao certo se esse tal amigo seria mesmo José Carlos, até porque, um artigo que poderia esclarecer essa fonte também não é muito elucidativo, visto que os autores fazem referência a um apoio de Rodrigues a uma expedição de Hartt, porém, os estudiosos situam a colaboração para a segunda viagem do canadense-americano, realizada em meados de 1867, antes da *Morgan*<sup>21</sup>. Todavia, o que nos faz cogitar que Rodrigues muito provavelmente era aquele amigo misterioso a colaborar financeiramente com essa quarta excursão — pois para as questões burocráticas constitui fato que ele auxiliava Hartt —, é que o naturalista, ao descobrir uma nova espécie de Brachiopoda do Devoniano, na Serra do Ereré (Monte Alegre), deu-lhe o nome de *Lingula Rodriguesii*, e explicou que essa nomenclatura

era dedicada a José Carlos Rodrigues, editor d'*O Novo Mundo*, em Nova York, e um dos mais proeminentes patronos da *Expedição Morgan*, entre 1870 e 1871<sup>22</sup>.

Aqui, vale a pena fazer um pequeno parêntese. Como se mencionou, *O Novo Mundo* era um espaço de divulgação do “arquétipo americano” para os brasileiros, e uma das propagandas realizadas por José Carlos para ilustrar esse crescimento sócio-econômico estadunidense era apresentar o ensino superior norte-americano, o que, mesmo que de forma branda, reorientava gradativamente estudantes a se encaminharem para os Estados Unidos ao invés de somente irem para a Europa. Um dos nomes que influenciara Rodrigues neste sentido foi do professor Charles Frederick Hartt, que, por exemplo, levou o cantagalense para visitar a Universidade de Cornell, pela qual este ficou bastante interessado e entusiasmado, e para onde muitos brasileiros se dirigiram para cursar alguma graduação, com destaque para as engenharias. Através da propaganda positiva que se realizava sobre essa universidade estadunidense, Rodrigues acabou se tornando uma espécie de tutor de muitos estudantes brasileiros, como vale destacar uma solicitação de Joaquim Saldanha Marinho, que pede por dois rapazes, Francisco Andrada de Paula Viana e Pedro Bicudo, que iriam estudar um, Medicina, e, o outro, Engenharia<sup>23</sup>.

A relação de Hartt com os brasileiros se tornava cada vez mais intensa com o passar dos anos, o que levou o naturalista a vislumbrar a criação de uma instituição de estudos geológicos no Brasil a fim de aprimorar a investigação acerca das riquezas naturais do país. O que veio ocorrer de fato em 1874, quando o naturalista realizou a sua quinta viagem ao território brasileiro para organizar e, mais tarde, torna-se diretor, da Comissão Geológica do Império do Brasil, fundada sob os auspícios de d. Pedro II, em 1875. Para esta nova tarefa, que lhe exigiria muito mais que os conhecimentos científicos, mas em igual condição — a habilidade política —, Hartt contava com, além de Derby, a companhia dos geólogos Richard Rathbun, também da Universidade de Cornell, e John Casper Branner, do Departamento de Botânica e Geologia da Universidade de Indiana. A atividade de Charles na Comissão Geológica caminhou concomitantemente com os seus trabalhos como diretor da Seção de Geologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro, para o qual, vale ressaltar, doou parte de sua coleção geológica.

Porém, apesar dos benefícios que aquele comitê pôde oferecer ao país, como por exemplo, a coleta de importantes materiais geológicos, a comissão teve sua extinção decretada, em 1877, pelo então ministro da Agricultura João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, alegando contenção de despesas. Apesar de todos os esforços de Hartt, durante o mês subsequente, em convencer o novo ministério liberal da importância dos resultados

conquistados até aquele momento, os trabalhos da Comissão Geológica do Brasil foram suspensos em janeiro de 1878, deixando o naturalista canadense-americano consternado. Diante deste quadro, parte da equipe regressou para os Estados Unidos, como foram os casos de Rathbun e de Branner. Já Orville Derby e Hartt preferiram continuar em terras brasileiras, no entanto, pouco tempo depois, em 18 de março de 1878, Charles morreria vítima de febre amarela, aos trinta e oito anos de idade.

Obviamente, era de se esperar que um dos amigos brasileiros deste pesquisador-viajante, José Carlos Rodrigues, não deixasse de mencionar esse fato nas linhas de seu periódico, editado em Nova York, cujo no número de abril de 1878, além de recordar as descobertas mais importantes realizadas por Hartt, durante as suas cinco excursões, fez um apelo ao governo do Brasil para que o mesmo, assim como os Estados Unidos praticou, concedendo pensão a uma brasileira casada com um soldado norte-americano, que faleceu em campo de batalha, durante a Guerra de Secessão, ajudasse, com auxílio pecuniário, os familiares do geólogo, que tanto havia contribuído para o conhecimento deste território<sup>24</sup>.

Apesar de curta, devido ao falecimento precoce de Charles, a amizade entre o geólogo e o jornalista cantagalense possibilitou a ambos consolidar uma influente rede de relações pessoais nos países que os “acolheram”. Enquanto Hartt se encantava com a beleza natural e o que ainda de admirável poderia se explorado no vasto território brasileiro, José Carlos Rodrigues se deslumbrava com um país que se refazia após um período de guerra, aonde o progresso material era bastante visível com o passar dos anos. Cada um, guardadas as devidas proporções, tentava colocar no papel e, até mesmo, nas ilustrações, todo esse encantamento diante daquilo que lhes despertava atenção e interesse. E ambos, não queriam guardar todo esse “conhecimento” para si, queriam dividi-lo: seja no formato de um livro, de um artigo ou de um boletim, seja através de um periódico.

Quem sabe seja aí, nesta fronteira da curiosidade, do saber, do que lhes instigava que se percebe algo de muito comum entre o canadense-americano e o cantagalense. E mais: eles sabiam, como era de se esperar no jogo das redes de poder e das relações sociais, se articularem muito bem para dar prosseguimento aos seus trabalhos, apesar de alguns reveses. Se deparando com o que lhes era novidade e obstáculo em cada país, souberam não apenas expandir suas redes de sociabilidades como, em muitos momentos, acionavam outras antigas — profissionais e pessoais —, que não apenas reforçavam as suas relações como também as ampliavam, se perpassando entre políticos, cientistas, letrados, negociantes e empresários.

Especificamente em relação às relações pessoais que José Carlos Rodrigues vinha formando e acionando durante sua estada nos Estados Unidos, vale destacar que não apenas

elevavam o seu prestígio como jornalista e, conseqüentemente, a notoriedade d'*O Novo Mundo*, como também lhe abriu uma brecha para que antigos erros cometidos no Brasil, de alguma forma, pudessem ser “perdoados” ou, pelo menos, “silenciados” em certa medida.

<sup>1</sup> Cf. EISENBERG, Peter L. *Guerra civil americana*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 08.

<sup>2</sup> Cf. MELANDRI, Pierre. *História dos Estados Unidos desde 1865*. Tradução de Pedro Elói Duarte. 2ª ed. Lisboa: Edições 70, 2006, p. 34 e 35.

<sup>3</sup> Cf. GAULD, Charles Anderson. “José Carlos Rodrigues. O patriarca da imprensa carioca”. *Revista de História*, São Paulo, (16):427-438, 1953, p. 429; e CARDIM, Elmano. “José Carlos Rodrigues: sua vida e sua obra”. *RIHGB*, Rio de Janeiro, (185):126-157, out./dez., 1944, p. 129.

<sup>4</sup> Cf. FREITAS, Marcus Vinicius de. *Charles Frederick Hartt, um naturalista no Império de Pedro II*. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 59.

<sup>5</sup> Cf. HARTT, Charles Frederick. Carta de... a José Carlos Rodrigues, datada de 4 de dezembro de 1869. *Correspondência passiva de José Carlos Rodrigues, 1844-1923*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1971, p. 135 e 136.

<sup>6</sup> Cf. ALMEIDA, Cândido Mendes de. Carta de... a José Carlos Rodrigues, datada de 23 de dezembro de 1869. *Ibidem*, p. 140.

<sup>7</sup> Cf. GUYOT, Arnold. Cartas de... a José Carlos Rodrigues, datadas de 17 de agosto de 1869, de 24 de dezembro de 1873, de 26 de dezembro de 1877 e de 19 de dezembro de 1878.

<sup>8</sup> Cf. ALMEIDA, Cândido Mendes de. Carta de... a José Carlos Rodrigues, datada de 23 de maio de 1870. *Ibidem*, p. 141.

<sup>9</sup> Cf. MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Carta de... a José Carlos Rodrigues, datada de 20 de junho de 1870. *Ibidem*, p. 270.

<sup>10</sup> Cf. COSTA, José da Silva. Carta de... a José Carlos Rodrigues, datada de 25 de maio de 1870. *Ibidem*, p. 72 e 73.

<sup>11</sup> Para saber mais sobre a *Expedição Thayer*, ver FREITAS, Marcus Vinicius de. Op. cit., p. 69-76.

<sup>12</sup> Cf. HARTT, Charles Frederick. *Geology and physical geography of Brazil*. Boston: Fields, Osgood & Co., 1870.

<sup>13</sup> *O Novo Mundo*, 24/10/1870, p. 10.

<sup>14</sup> Cf. HARTT, Charles Frederick. Carta de... a José Carlos Rodrigues, datada de 21 de maio de 1870. *Correspondência passiva de José Carlos Rodrigues*. Op. cit., p. 136.

<sup>15</sup> Os patrocinadores dessa terceira viagem foram: o coronel Edwin Morgan, que doou US\$ 1.000,00; 25 professores, dentre estes Andrew White; e o Syracuse High School, instituição do estado de Nova York. Cf. Marcus Vinicius de Freitas. Op. cit., 158.

<sup>16</sup> HARTT, Charles Frederick. Apud: Idem. *Ibidem*, p. 159 e 160.

<sup>17</sup> De acordo com Marcus de Freitas, nesta nova empreitada, Hartt mudaria um pouco os seus objetivos, se dedicando mais ao estudo da cultura indígena do que, como se observou nas excursões anteriores, ao conhecimento da geologia e da geografia brasileira. Cf. Idem. *Ibidem*, p. 157.

<sup>18</sup> Cf. *O Novo Mundo*, 23/01/1871, p. 60 e 61; e Cf. Idem. *Ibidem*, p. 157.

<sup>19</sup> Os outros patrocinadores citados por Hartt no *Bulletin of the Cornell University* foram: Goldwin Smith, The Syracuse High School e Garrison & Allen. Cf. HARTT, Charles Frederick. “Morgan Expeditions, 1870-1871”. *Bulletin of the Cornell University (science)*, v. I, nº 1. Ithaca: University Press, 1874, p. 01.

<sup>20</sup> Cf. Idem. *Ibidem*, p. 01.

<sup>21</sup> Ora, neste período citado por Figueirôa e Brice, o brasileiro havia acabado de chegar aos Estados Unidos, ainda não editava *O Novo Mundo* e, por certo, não tinha condições de apoiar, pelo menos, com dinheiro, aquela segunda viagem. Cf. FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça; BRICE, William Robert. “Charles Frederick Hartt — A pionner of Brazilian Geology”, *GSA Today*, Denver, março de 2003, p. 18 e 19. É importante ressaltar que não se encontrou nenhuma correspondência deste período entre Rodrigues e Hartt, tendo-se apenas as missivas entre 1869 a 1874, que reforçam o apoio burocrático de José Carlos em relação às viagens de Hartt, sem mencionar colaborações financeiras. Possivelmente, os autores cometeram um engano na data e na referência à expedição realizada.

<sup>22</sup> Cf. RATHBUN, Richard. “On the Devonian Brachiopoda of Ereré, Province of Pará, Brazil”. *Bulletin of the Buffalo Society of Natural Sciences*, Buffalo, 1:236-261, abr. de 1873/mar. de 1874, p. 260.

<sup>23</sup> Cf. MARINHO, Joaquim Saldanha. Carta de... a José Carlos Rodrigues, datada de 25 de julho de 1874. *Correspondência passiva de José Carlos Rodrigues*. Op. cit., p. 224 e 225.

<sup>24</sup> Cf. *O Novo Mundo*, abril de 1878, p. 74.

## **“Esta cor... esta maldita cor...”: Artur Azevedo e o tipo nacional em finais do Oitocentos<sup>1</sup>.**

Julia Soares leite Lanzarini de Carvalho (e-mail: julialanzarini@gmail.com)

### Resumo

Este trabalho analisará a personagem Benvinda, mulata da peça de Artur Azevedo intitulada *A Capital Federal*, que estreou no Rio de Janeiro em 1897. O objetivo será observar os conflitos simbólico-sociais que marcaram a sociedade fluminense de finais do XIX e perceber a construção de uma brasilidade como fruto de um intenso debate e negociação. Negociação essa em que a questão do negro e da cultura afrodescendente ocupava um lugar de destaque.

Palavras-Chave: Mulata, Teatro, Século XIX.

### Abstract

The main purpose of this paper is to analyze how the Rio de Janeiro Nineteenth Century society started to change its point of view regarding “mulatas”. This is done by studying the character “Benvinda”, from Artur Azevedo’s play “A Capital Federal”, which had its première in 1897. The goal here is to show that the construction of the Brazilian nationality was the result of complex dispute and negotiation in which the afro descendant culture had an important role.

Keywords: Mulata, Theatre, Nineteenth Century.

Em 9 de fevereiro de 1897, diante de um público curioso em virtude dos anúncios correntes, estreava no teatro Recreio Dramático, nos arredores da praça Tiradentes do Rio de Janeiro, o espetáculo de Artur Azevedo intitulado *A Capital Federal*<sup>2</sup>. Tratava-se de uma peça de costumes brasileiros extraída da revista de ano *O Tribofe*, do mesmo autor, representada com enorme sucesso no ano de 1891, no teatro Apollo. Segundo o próprio Artur Azevedo, a extração da “nova peça da peça velha” deveu-se principalmente ao incentivo do ator Brandão - que agradara extraordinariamente no papel de Eusébio, um dos primeiros personagens da revista- e do “ilustre comediógrafo”, “mestre e amigo”, Eduardo Garrido, que, inclusive, sugerira o título de *A Capital Federal*<sup>3</sup>.

De acordo com os jornais da época, o espetáculo foi um enorme sucesso. A estreia, segundo *O País*, foi uma verdadeira concorrência<sup>4</sup>: uma onda humana invadiu o teatro e o preço dos camarotes chegaram a custar 100 mil réis.

No jardim do Recreio [Dramático] era impossível andar, tão coalhado estava de espectadores, dos quais muitos saíram sem escutar uma palavra da peça, tão distantes ficaram da cena e tão densa e espessa era a muralha de pessoas que se interpunha entre os seus ouvidos e o palco<sup>5</sup>.

Nos dias seguintes, independente do mau tempo, a população fluminense continuou lotando o teatro Recreio Dramático e todo jornal que anunciava a peça comentava as suas “enchentes” consecutivas<sup>6</sup>. Depois da primeira série de apresentações, a companhia de Silva Pinto excursionou pelo interior do Brasil com a *Capital Federal*. Em 1898, voltou a entrar em cartaz no Rio de Janeiro e obteve novo êxito. A peça ainda chegou a ser representada em Portugal, em 1902, e de novo no Brasil, em 1908.

Apesar de se tratar de uma comédia musicada, normalmente destinada apenas a “atrair e contentar zé pagante”<sup>7</sup>, diversos jornais ressaltaram, em 1897, que “toda a roda elegante, toda a mais fina sociedade fluminense” também avolumou as plateias<sup>8</sup>.

(...) À porta do *Recreio*, acotovela-se a multidão, sob o clarão ofuscante das gambiarras. Disputam-se os bilhetes. Chega povo, mais povo, mais povo, de momento a momento. Entro, aos encontrões, e começo, acabando o charuto, a ver gente conhecida. Toda a alta linha do espírito carioca ali está, no jardim, à espera. (...)

Trila uma campainha elétrica. Deito fora a ponta do charuto, corro a tomar conta da minha cadeira, e, enquanto o Nicolino Milano, de batuta em punho, corre com os olhos a orquestra, para ver se todo o seu pessoal está a postos, - examino a sala. Nas cadeiras, destacando-se da grande massa anônima, jornalistas e poetas: Guimarães Passos, empinado e belo, com a sua grande *Príncipe Negro* na botoeira; e Coelho Neto, com os olhos felinos faiscando por trás dos vidros do nasóculo; e Henrique Chaves, arrancando os últimos fios do bigode; e Patrocínio, ainda vibrante do último artigo; e Rodolfo Bernardelli, torcendo as pontas mefistofélicas da barbicha<sup>9</sup>.

Assim, além da “grande massa anônima”, “toda alta linha do espírito carioca” abarrotou o Recreio Dramático. E o sucesso de *A Capital Federal* não foi apenas de público, mas também de crítica. Além de *A Notícia*, jornal em que Artur Azevedo era cronista, grande parte da imprensa do Rio de Janeiro fez comentários elogiosos à peça, alguns bastante extensos<sup>10</sup>. Exaltava-se a música, o cenário, a atuação e principalmente o texto de Artur Azevedo. Tanto o *D. Quixote* como *O paiz* apostavam que a peça figuraria “para sempre no repertório nacional”<sup>11</sup>. A maioria dos cronistas destacava que o autor teve o mérito de criar uma peça engraçada, musicada, que retrata os costumes nacionais, sem precisar recorrer à *pornografia*. Vários intelectuais de fins do XIX, como Machado de Assis e Coelho Neto, argumentavam que a arte dramática no Brasil encontrava-se em uma situação deplorável devido ao domínio dos gêneros ligeiros, que

apelariam aos mais baixos sentidos. A peça de Azevedo, portanto, seria felizmente uma exceção à regra.

O enredo da peça gira em torno da chegada ao Rio de Janeiro de uma família de São João do Sabará, interior de Minas Gerais. Eles procuram Gouveia, noivo de Quinota, a filha mais velha do patriarca Seu Eusébio, que teria vindo à Capital para cuidar dos papéis do casamento, mas desaparecera.

No decorrer do espetáculo, a família descobre que Seu Gouveia andava entretido no jogo da roleta e de caso com uma esperta cortesã, a espanhola Lola. Para tentar salvar o casamento de sua filha, Seu Eusébio busca convencer Lola a abandonar Gouveia. Acaba, entretanto, sendo enfeitado pela *cocotte*: deixa sua família e dispensa com ela alguns contos de réis. Em paralelo a isso, Benvinda, mucama da família mineira, foge com Figueiredo, um “lançador de mulatas” que deseja “civilizá-la” e torná-la uma “mulher pública”. Juquinha, o filho mais novo de Seu Eusébio, aprende a andar de bicicleta e não sai mais do velódromo. Quinota e sua mãe, Dona Fortunata, são as únicas que, apesar de atordoadas, mantêm-se livres “do micróbio da pândega”, as tentações da cidade. No final, Benvinda, Eusébio e Gouveia, “recobrem o juízo” e, junto com os demais, voltam para São João do Sabará. Gouveia, falido após perder a sorte no jogo, concorda com a imposição de Quinota: se casariam e viveriam na roça. Ele ajudaria Seu Eusébio na administração da fazenda.

A peça possui alguns elementos da tradição cômica iniciada por Martins Pena, como o homem do interior perdido na cidade grande. A crítica dos costumes também está presente a todo instante, a começar pela condenação da jogatina. Além disso, os problemas político-sociais vividos pelos habitantes do Rio de Janeiro aparecem em diversos momentos. No primeiro ato, por exemplo, o quadro 2 aborda a falta de moradia e o pano de fundo do quadro 3 é a longa espera pelos bondes elétricos.

Por outro lado, retirada de uma revista de ano, *A Capital Federal* mantém algumas características desse gênero, que a diferenciam daquela “escola” de comediógrafos. Assim, possui um ritmo acelerado, com mudanças contínuas de cenários, encontros e desencontros de personagens e a fragmentação da trama, entrecortada pelo desenrolar constante de eventos paralelos. De qualquer forma, diferente das revistas, possui um todo harmônico e um enredo linear, como as operetas. E como as operetas, as identidades e desejos dos personagens principais são revelados através de versos musicados, as chamadas coplas.



Desse modo, não é por acaso que Artur Azevedo classifica seu manuscrito como uma “comédia-opereta de costumes brasileiros”: não deixa de ser uma comédia de costumes a la Martins Pena, mas possui uma forte influência dos gêneros ligeiros.

Essa confluência entre a comédia séria e o teatro musicado expressa muito mais do que uma mistura de estruturas textuais. Significa um cruzamento de vozes, valores e visões da sociedade – já que o conteúdo não deixa de ser um critério para a definição do gênero - e abre espaço para expectativas distintas sobre o que será representado. Desse modo, também potencializa a sua multiplicidade de apropriações.

No caso específico de *A Capital Federal*, a presença da personagem Benvinda é um caso interessante de ser analisado. Mucama da família de Seu Eusébio, Benvinda compõe o núcleo central do enredo e possui um papel de destaque na peça, fazendo parte das cenas mais hilárias. Vem ao Rio de Janeiro acompanhar seus patrões, mas logo recebe uma carta de Figueiredo, um “lançador de mulatas”, convidando-a a ter uma vida independente e uma casa própria. Diante dessa oportunidade, abandona Quinota e D. Fortunada e aceita a proposta em nome da conquista de sua autonomia: “(...) *Sinhá e nhãnhã ondem ficá danada... Pois que fique!... Quero a minha liberdade!*”.<sup>12</sup>

Assim, além de mucama, Benvinda é explicitamente caracterizada como mulata. E esse dado é fundamental para compreensão da personagem e da própria peça. No Brasil do XIX, uma sociedade fortemente miscigenada e marcada pela escravidão, a cor de um indivíduo era menos determinada pela pigmentação de sua pele e mais pelo seu posicionamento na sociedade. Às vezes, inclusive, uma pessoa poderia “mudar de cor” caso elevasse sua condição social.

No censo de 1882<sup>13</sup>, por exemplo, não há registro de brancos cativos. Aqueles classificados como negros, por sua vez, eram também escravos. Pardos poderiam ser livres ou libertos, mas claramente tinham a marca do cativo. Nas próprias peças do Artur Azevedo, quando um personagem é identificado como negro, necessariamente se trata de um escravo. A hipótese de que não havia negros livres ou libertos parece pouco aceitável. Mais provável é que a alforria modificasse a cor de um indivíduo. Dessa forma, o fato de Benvinda ser mulata indica uma aproximação parcial com o cativo: é livre, mas possui o estigma da escravidão e, desse modo, é vista como inferior.

Mas Benvinda não é apenas mestiça, é uma mulata, termo que, naquele momento, já ganhava outras conotações para além da miscigenação e relação com a escravidão. E Benvinda,

enquanto mulata, também é apresentada como uma mulher sensual. Isso se torna evidente através dos inúmeros assédios que recebe. Em um dado momento, por exemplo, ela é rodeada por um coro masculino, no Largo de São Francisco:

Coro  
Ai, Jesus! Que mulata bonita!  
Como vem tão janota e faceira!  
Toda a gente por ela palpita!  
Ninguém há que adorá-la não queira!  
Ai, mulata!  
Não há peito que ao ver-te não bata!<sup>14</sup>

Até seu Eusébio, quando vê a mulata arrumada elegantemente e não a reconhece, exclama “Xi! Que tentação!” e vai atrás dela, mudando de atitude apenas quando percebe que é sua ex-criada<sup>15</sup>. É interessante atentar que as mulheres de pele branca do espetáculo, apesar de também atraírem os homens, não são assediadas como Benvinda. Mesmo as cortesãs. Assim, reforça-se a ideia da personagem mulata como símbolo da sensualidade. De uma sensualidade, contudo, audaciosa porque estimuladora dos “instintos masculinos”.

De mais a mais, ao chegar à cidade grande, Benvinda é abordada por Figueiredo, o “lançador de mulatas”. Figueiredo é apresentado como um membro do *high life* e “o verdadeiro tipo carioca”<sup>16</sup>: esperto, nunca satisfeito e apreciador das trigueiras. Trigueiras, explica o personagem, é como ele se refere às mulatas, “por ser menos rebarbativo”<sup>17</sup><sup>18</sup>. Para ele, esse tipo de mulher “é o que é nosso, é o que vai com o nosso temperamento e o nosso sangue” e foi na Bahia que ele teria tomado predileção pelo gênero<sup>19</sup>.

A ideia de que o termo “trigueira”, isto é, morena, é menos “rebarbativo”, ou seja, menos rude que o termo mulata deixa transparecer um preconceito *racial*. Seja porque chamar alguém de mulata seria um insulto seja porque admitir a predileção por mulatas seria algo tosco. Ao mesmo tempo, quando essa afirmação se torna um bordão do personagem Figueiredo, repetido algumas vezes ao longo do espetáculo, sua significação pode assumir ainda a função de chacota e denúncia: trigueira seria um eufemismo ridículo, preconceituosamente fundamentado. Qual seria o problema de se referir a alguém como mulata? É impressionante a atualidade dessa discussão.

De qualquer forma, é interessante atentar que Figueiredo apresenta a mulata como o que mais combina com o “verdadeiro tipo carioca” e relaciona-o, explicitamente, a estereótipo da baiana, associado à mulher que usa “trunfa enroscada”, “manta trançada”, “mimosa chinela” e lava a calçada “na ponta do pé”<sup>20</sup>.

Apesar de em nenhum momento da peça *Benvinda* ser identificada como uma baiana, ao vê-la no Grande Hotel da Capital Federal, Figueiredo se impressiona com seu tipo físico. Convence-a, então, a ir ter com ele e, quando a mulata aceita a proposta, ele inicia a empreitada de tentar educá-la para transformá-la em uma cortesã de luxo.

FIGUEIREDO: (...) não sorrias a todo instante, como uma bailarina... A mulher que sorri sem cessar é como o pescador quando atira a rede: os homens vêm aos cardumes, como ainda agora! - E esse andar? Por que gingas tanto? Por que te remexes assim?

BENVINDA (*Chorosa.*) - Oh! Meu Deus! Eu ando bem direitinha... não olho pra ninguém... Estes diabo é que intica comigo. - Vem cá, mulatinha! Meu bem, ouve aqui uma coisa!

FIGUEIREDO - Pois não respondas! Vai olhando sempre para a frente! Não tires os olhos de um ponto fixo, como os acrobatas, que andam na corda bamba... (...)

FIGUEIREDO - É preciso também corrigir o teu modo de falar, mas a seu tempo trataremos desse ponto, que é essencial. Por enquanto o melhor que tens a fazer é abrir a boca o menor número de vezes possível, para não dizeres home em vez de homem e quejandas parvoíces... Não há elegância sem boa prosódia<sup>21</sup>.

No século XIX, essa sensualidade feminina muitas vezes era vista com maus olhos, por ser tratada como um “desvio moral”, ou seja, um recurso baixo utilizado como estratégia de conquista. Mas, na verdade, *Benvinda* é bastante ingênua e não tem consciência dessa sua sensualidade. Porém, por ser mulata, não consegue andar sem requebrar os quadris: era algo inerente. Se, assim, concepções racialistas ficavam explícitas, a maneira como isso deveria ser encarado estava em aberto. Era vício ou virtude?

Também por ser mulata, *Benvinda* não consegue ter uma “boa prosódia”. A diferenciação linguística era um recurso frequentemente utilizado por Azevedo e outros autores do XIX para marcar, muitas vezes de maneira cômica, a origem social de alguns de seus personagens. Isso, inclusive, remontaria a uma tradição portuguesa de longa data. Segundo Tania Alkmim, no entanto, haveria uma distinção entre o “português de africanos” e o “português de crioulos”. Aquele estaria mais ligado a uma pronúncia quase incompreensível, o que relacionava os africanos a estrangeiros. Já os crioulos eram representados como falantes de um “mau português”, próprio de indivíduos classificados pelos autores como grosseiros e socialmente inferiores<sup>22</sup>.

De qualquer forma, a maneira de falar de *Benvinda*, apesar de apontar certo preconceito, não deixava de ser um mecanismo através do qual Artur Azevedo, por motivações pessoais, políticas ou comerciais, buscava, com seu olhar “de fora”, colocar no palco elementos culturais identificados por ele, mas estranhos ao seu mundo. Era algo esquisito, mas que deveria ter o seu

espaço. Era engraçado para o público por ser ridículo, por ser exótico, por ser algo que não deveria estar em cena ou por ser uma representação escrachada da maneira como ele próprio falava? Depende. O público não era homogêneo.

Ao mesmo tempo, se Benvinda fala de maneira rústica, a todo instante ela também se mostra uma mulher sagaz, diferente dos demais membros da família para qual trabalha, aliás. Apesar de não instruída, consegue contornar espertamente os problemas que isso poderia lhe gerar. Em dado momento da peça, Figueiredo chega mesmo a reconhecer sua inteligência.

Benvinda (*Aproximando-se com uma pequena trouxa na mão.*) - Aqui estou.

Figueiredo (*Disfarçando o olhar para o céu.*) - Disfarça, meu bem. (*Pausa.*) - Estás pronta a acompanhar-me?

Benvinda (*Disfarçando e olhando também para o céu.*) - Sim, sinhô, mas eu quero sabê se é verdade o que o sinhô disse na sua carta...

Figueiredo (*Disfarçando por ver um conhecido que passa e o cumprimenta.*) - Como passam todos lá por casa? As senhoras estão boas?

Benvinda (*Compreendendo.*) - Boas, muito obrigado... Sinhá Miloca é que tem andado com enxaqueca.

Figueiredo (*À parte.*) - Fala mal, mas é inteligente<sup>23</sup>.

É curioso, no entanto, que o comentário “Fala mal, mas é inteligente” tem certo tom de admiração: apesar de mulata, Benvinda é inteligente. Para Artur Azevedo, um membro da elite, influenciado pelas teorias racialistas altamente em voga, uma mucama mulata inteligente poderia soar como algo incomum. Mas é Figueiredo, um homem da alta sociedade fluminense, quem com isso se espanta na peça. Logo, para Azevedo, é incomum uma mucama mulata inteligente ou essa é uma representação de uma visão específica de determinado grupo social, que deve ser criticada? De qualquer forma, independente do quanto isto era ou não excêntrico para membro da *alta linha carioca*, o fato é que Benvinda, um importante personagem do espetáculo, é uma mulata mucama inteligente. Nesse quesito, em nada inferior aos seus patrões, pelo contrário. Isso poderia ser apropriado de infinitas maneiras pelos espectadores. Inclusive, poderia ser apropriado como uma crítica às visões preconceituosas a respeito dos afrodescendentes.

Além disso, ao longo do espetáculo, Benvinda também se revela uma mulher com personalidade forte, que não aceita passivamente a sua submissão. Quando seu Eusébio define que, na casa que alugarão no Rio de Janeiro, ela iria para a cozinha, ela contesta essa determinação, ainda que “à parte”, ou seja, sem o patrão ouvir. Sua insubordinação fica ainda mais explícita quando ela decide fugir com Figueiredo para buscar sua liberdade. Reforça-se uma vez mais quando ela resolve abandoná-lo:

BENVINDA - Me deixe! Já te disse que não quero mais sabê do sinhô!

FIGUEIREDO - Por quê, rapariga?

BENVINDA - O sinhô co'essa mania de querê me lançá é um cacete insuportave! Tá sempre me dando lição e raiando comigo! Pra isso eu não percisava saí de casa de sinhô Eusébio!

FIGUEIREDO - Mas é para o teu bem que eu...

BENVINDA - Quais pera meu bem nem pera nada! Hei de encontrá quem me queira mesmo falando cumo se fala na roça!

FIGUEIREDO - Estás bem aviada!

BENVINDA - Eu mesmo posso me lançá sem percisar do sinhô!<sup>24</sup>

Figueiredo se lança à missão de “lapidar o diamante” Benvinda<sup>25</sup>. No entanto, diante do “cacete insuportave” de se tornar *elegante*, ou seja, de falar e se comportar de acordo com os padrões afrancesados da alta sociedade, a própria mulata desisti da empreitada. Ela afirma que não precisa e nem quer ninguém “dando lição e raiando” com ela e que poderia se “lançá” sozinha, sem precisar depender de ninguém.

Nesse sentido, é possível afirmar que Benvinda não deixa de expressar a “emancipação do sexo frágil”, um importante ponto em debate em finais do XIX. Naquele momento, ganhavam força movimentos que reivindicavam, dentre outras coisas, educação para o *belo sexo*<sup>26</sup>. Porém, concomitantemente, forças conservadoras criticavam o maior espaço que conquistava as mulheres e ridicularizavam aquelas que buscavam sua autonomia, representando-as como masculinizadas, feias, despeitadas, amorais. Entre os dois extremos, havia uma infinidade de posicionamentos.

Sim, Benvinda foge. No entanto, no final, ela volta arrependida para sua patroa. A impossibilidade dela viver dignamente de forma autônoma significa que a mulher, especialmente a mulher mulata, por natureza, precisaria viver sob tutela? Ou denuncia os preconceitos vividos por todas aquelas que, à frente do seu tempo, ousavam ser autônomas, mas não tinham espaço para isso naquela sociedade?

De qualquer forma, apostando em suas próprias qualidades, quando abandona Figueiredo, Benvinda exclama que há de encontrar alguém que lhe queira do jeito que ela é. Desse modo, além de buscar sua autonomia, ela toma consciência da impossibilidade de ser o que não é, mas não encara isso como algo negativo. Pelo contrário, ela percebe que o mimetismo será sempre desajeitado e, conseqüentemente, ridículo.

Lentamente, essa figura da mulata, presente já em *A Capital Federal*, será apropriada como metonímia do próprio povo brasileiro. Um povo que possuía um linguajar próprio, diferente do português, possuía uma sensualidade, diferente dos brancos, possuía uma personalidade forte, diferente dos negros. Era distinto do tipo europeu, mas, como Benvinda, não

deveria tentar imitá-lo desajeitadamente. Deveria, isso sim, assumir suas singularidades e trilhar seu próprio caminho, rumo ao progresso. Essa apropriação, todavia, não será por acaso. Deixa evidente que a construção de uma brasilidade, no alvorecer do século XX, invariavelmente seria fruto de um intenso debate e negociação. Negociação essa em que a questão do negro e da cultura afrodescendente ocupava um lugar de destaque.

Todavia, em finais do século XIX, Azevedo apenas apontava que imitar o que vinha do além-mar talvez não fosse a melhor via para a modernização do país. Benvinda não deve se tornar uma *cocotte* e tentar ser o que não é. Mas, naquele momento, ela não consegue encontrar outra forma de conquistar sua autonomia. Volta, então, para a situação de dependência no interior da família de seu Eusébio. Estava claro que o Brasil, com seus defeitos e qualidades, deveria ser respeitado em suas singularidades. Mas a solução para o nosso atraso e dependência ainda não era claramente vislumbrada.

De qualquer forma, fica nítido que a representação da personagem Benvinda não possui - e nem possuía em 1897 - um sentido fechado e predeterminado. Pelo contrário. Inserida em uma complexa rede de trocas, compartilhamentos e disputas de símbolos, a personagem era interpretada de diferentes maneiras. Sendo assim, Benvinda, como mulata - ao mesmo tempo mulher, mucama e afrodescendente-, personificava disputas e tensões sociais presentes no Rio de Janeiro de finais do século XIX. Não apenas refletia, mas alimentava, amplificava e reconfigurava essas disputas e tensões. Assim, uma plateia heterogênea fazia invariavelmente uma leitura diversificada da personagem. Sua polissemia, contudo, permitiria com que todos achassem graça nela, seja pelo estranhamento, seja pelo reconhecimento. Não é por acaso o sucesso de *A Capital Federal*.

Desse modo, Artur Azevedo, especialmente em suas peças ligeiras, interessado ainda que comercialmente pelo mundo das ruas, foi capaz de “colocar em cena a multiplicidade de vozes, valores e visões da sociedade que dialogavam – pacificamente ou não - sobre os rumos do drama no qual todos eram personagens”<sup>27</sup>. A personagem Benvinda é um exemplo claro disso.

## NOTAS

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio (CNPq). Orientada pelo professor doutor Leonardo Pereira.

<sup>2</sup> Coluna “Artes e artistas” em *O Paiz*, 11/02/1897.

<sup>3</sup> AZEVEDO, Artur. Coluna “O Theatro” em *A Notícia*, 4/02/1897.

- <sup>4</sup> Termo utilizado no XIX para designar o elevado número de pessoas que foram assistir a um espetáculo.
- <sup>5</sup> *O País*, 11/02/1897.
- <sup>6</sup> Termo utilizado no XIX para designar o elevado número de pessoas que foram assistir a um espetáculo
- <sup>7</sup> TONY, coluna “Theatros” em *Don Quixote*, 23/01/1897.
- <sup>8</sup> Coluna “Teatros e...” *Gazeta de Notícias*, 11/02/1897
- <sup>9</sup> Bilac, Olavo. In. “A Bruxa”, 12/02/1897.
- <sup>10</sup> Ver, por exemplo, *O Paiz* (30/01/1897; 7/02/1897; 11/02/1897; 20/02/1897), *D. Quixote* (23/01/1897; 13/02/1897), *A Bruxa* (12/02/1897), *Jornal do Brasil* (11/02/1897), *A Gazeta da Tarde* (10/02/1897), *Gazeta de Notícias*.
- <sup>11</sup> *O Paiz*, 11/02/1897; *D. Quixote*, 23/01/1897.
- <sup>12</sup> AZEVEDO, Artur. “A Capital Federal”. In: *Teatro de Artur Azevedo*. Volume 4. Rio de Janeiro: Inacen, 1983-1995, p. 342.
- <sup>13</sup> LIMA, 2003.
- <sup>14</sup> AZEVEDO, 1983-1995, v. 4, p.352.
- <sup>15</sup> AZEVEDO, 1983-1995, v. 4, p. 361.
- <sup>16</sup> AZEVEDO, 1983-1995, v. 4, p. 321.
- <sup>17</sup> AZEVEDO, 1983-1995, v. 4, p. 234.
- <sup>18</sup> Trigueiro: “adjetivo: 1. cuja cor é escura como a do trigo maduro; moreno. (...) Substantivo masculino: pessoa que apresenta a cor do trigo maduro; Moreno; Rebarbativo: “Derivação: sentido figurado. que demonstra mau humor ou estado de espírito carregado, sombrio; carrancudo, rude”. (Dicionário eletrônico Houaiss de língua portuguesa)
- <sup>19</sup> AZEVEDO, 1983-1995, v. 4, p.324.
- <sup>20</sup> AZEVEDO, 1983-1995, v. 4, p.325.
- <sup>21</sup> AZEVEDO, 1983-1995, v. 4, p. 353 e 354.
- <sup>22</sup> ALKIMIM, Tânia. “Falas e cores: um estudo sobre o português de negros e escravos no Brasil do século XIX”. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do. *Uma história social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.
- <sup>23</sup> AZEVEDO, 1983-1995, v. 4, p. 337.
- <sup>24</sup> AZEVEDO, 1983-1995, v. 4, p. 398.
- <sup>25</sup> AZEVEDO, 1983-1995, v. 4, p.355.
- <sup>26</sup> REIS, 1999. REIS, Ângela de Castro. *Cinira Polônio a divette carioca: estudo da imagem pública e do trabalho de uma atriz no teatro brasileiro da virada do século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- <sup>27</sup> MENCARELLI, Fernando Antônio, *A cena aberta: a interpretação de “O Bilontra” no teatro de revista de Artur Azevedo*. Campinas SP: Editora da Unicamp / Centro de Pesquisa em História Social e Cultura, 1999, 27.

## **A Narrativa Museológica e o Conhecimento Histórico: Escritas e Representações do Passado**

**Autora:** Juliana da Costa Ramos (Mestranda – PPGH/UFRPE)

**Orientadora:** Ana Lúcia do Nascimento Oliveira (Doutora em História – PPGH-UFRPE)

**E-mail:** ju.ramos@live.com

**Inst. Fomento:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Profissional de Nível Superior (Capes)

### **Resumo:**

A proposta aqui apresentada sugere problematizar como os circuitos expositivos produzidos pelos museus foram apropriados como narrativas históricas e as implicações da instauração da instituição museal como um dispositivo de poder-saber definindo conceitos e perspectivas de identidades e representações coletivas na sociedade contemporânea. Para isso utilizamos como objeto de análise a experiência sócio-histórica do Museu do Homem do Nordeste e buscamos analisar como tal instituição, através de seu acervo e exposições, torna ou não, o discurso museológico referência de identidade e memória coletiva sobre a região Nordeste do Brasil, (re)produzindo sujeitos e histórias.

**Palavras-chave:** Narrativa Histórica, Museu do Homem do Nordeste, Identidade Cultural.

### **Abstract:**

The proposal presented here suggests problematization about how the exhibition circuits, produced by museums, were suitable as historical narratives and the implications of the establishment of the museum institution as a device of power-knowledge, defining concepts and perspectives of identities and collective representations in contemporary society. In this way, it use as an object of analysis the sociol-historical experience of the “Museu do Homem do Nordeste” and we analyze how such an institution, through its collections and exhibitions, becomes or not, the museological discourse reference of identity and collective memory of the Northeast region of Brazil, (re) producing subjects and stories.

**Key-Works:** Narrative History, *Museu do Homem do Nordeste*, Culture Identity.

O museu em sua especificidade, ainda é considerado um tema recente no campo da pesquisa histórica, por ter sido, durante longo tempo, objeto de estudo quase restrito aos arquitetos, folcloristas, antropólogos e cientistas sociais. (ÓRIA, 2009). É partir da revisão historiográfica e da ascensão epistemológica da história cultural que se torna emergente tal temática na historiografia brasileira.



Esta abertura ocorreu, principalmente, pelos problemas de pesquisa relacionados ao patrimônio/museu estarem inseridos no bojo dos debates que buscavam refletir sobre as identidades nacionais e a memória coletiva, assim como, sobre o deslocamento da narrativa histórica para outros territórios, não àqueles dominados pelas histórias dos grandes ícones e heróis nacionais, na tentativa de escutar as vozes historicamente silenciadas.

Assim, as discussões que hoje permeiam a pesquisa histórica, que tematizam o museu, inserido no campo do patrimônio e da história cultural, tem por objetivo “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990. Pág.16-17).

Ao refletir em torno dessas questões formulam-se problemas que dizem respeito à crise das representações sociais balizadas pela instituição museológica, enquanto dispositivos de poder e ordenamento para a sociedade ocidental, além da salutar atuação dos museus na definição das identidades coletivas e nas orientações a respeito das políticas públicas de memória.

Torna-se imperativo, nessa conjuntura, analisar o papel da instituição museológica na produção de narrativas históricas, tomando como objeto de análise, o Museu do Homem do Nordeste (MUHNE), instituição fundada em 21 de julho de 1979 pelo sociólogo Gilberto Freyre, para deste modo problematizar o papel da instituição como norteadora da definição conceitual de identidade nordestina e a construção ficcional ou não, da região Nordeste do Brasil, territorializada em muitos aspectos através das narrativas expográficas produzidas pelo MUHNE ao longo dos seus 35 anos de existência.

O Museu do Homem do Nordeste representa para aqueles que o idealizaram uma instituição que:

Não é flor de estufa que tenha brotado de decisão sensível à cultura ou ao capricho de intelectual obstinado, esforços, em ambos os casos, respeitáveis, mas que conferem ao resultado a que se possa chegar um toque de artificialismo de que dificilmente se libertará pelo tempo afora. São assim as instituições inventadas ou transplantadas, até que o lodo cultural as envolva [...] ao contrário disso, há espaços em que a sedimentação da atitude de preservar, com base no apelo a documentos os mais variados, parece pedir apenas que se dê a mínima organização a essas fontes para que passem a falar pelos cotovelos sobre o espírito da terra e a alma de seus homens. (FREYRE, 1923. Pág 04).

A fala supracitada de Gilberto Freyre reitera em muitos aspectos o bucolismo em relação à constituição discursiva da região Nordeste, principalmente pelo autor caracterizá-la,

não por práticas históricas quaisquer, mas, sobretudo pelo valor intrínseco dos objetos e dos lugares de memória que para o autor configuravam a região NE.

O valor dado à cultura material do Nordeste foi bem ratificado na ocasião em que o presidente da Fundação Joaquim Nabuco, instituição da qual o Museu faz parte, declama o discurso de inauguração do Museu do Homem do Nordeste:

E hoje, aqui reunidos, inauguramos o MUSEU DO HOMEM DO NORDESTE. Este museu que incorpora o acervo do MUSEU DE ANTROPOLOGIA, do MUSEU DO AÇUCAR e do MUSEU DE ARTE POPULAR, procurará ser uma tentativa de síntese dos vários aspectos da vida social do Homem situado numa região onde madrugou a cultura brasileira e de onde vêm surgindo tantas antecipações criadoras que enriquecem a cultura e a História do Brasil. (FREYRE. F., 1981, Pág. 192)

A fala do presidente da Fundação, Fernando Freyre, associada ao ainda recente discursos em torno do território nordestino revela-nos que a perenidade de um conceito não está objetivamente associada a sua existência cronológica, visto que oficialmente a região Nordeste só passa a existir a partir da década de 1950 e discursivamente é uma invenção do século XX.

Nesse sentido é preciso compreender a vida social dos conceitos. Sendo revelador nesse contexto problematizar que não só “os Freyre”, mas uma gama de intelectuais tiveram papéis singulares ao circunscrever representações acerca do Nordeste brasileiro (Arraes, 2006. Pág, 19):

Uma convicção parece ter dominado o pensamento dos autores pernambucanos da primeira metade do século XX, pelos menos aqueles que mantinham relações afetivas com o Recife: a de que havia um imperioso chamado para que, através do esforço da arte, eles se entregassem à tarefa de recuperação das origens perdidas [...].

Compreender esse preâmbulo que se inicia nas primeiras décadas do século XX implica perceber como esses discursos forjam as chamadas figuras imagético-discursivas (ALBUQUERQUE JR. 2011) acerca do Nordeste e orienta práticas de subjetivação de seus indivíduos. Assim, a história do conceito não se dissocia dos dados sociais (KOSSELECK, 2006).

É válido salientar que o *Museu do Homem do Nordeste* surge em meio à ampliação do conceito de patrimônio público no âmbito internacional e local, o que impulsionou à criação de novas categorias museológicas tais como os *ecomuseus*.

Essa mudança paradigmática territorializa uma prática museológica que transforma o papel dos sujeitos de consumidores a autores dos museus.<sup>1</sup> Figurados por meio dos museus comunitários, museu de vizinhança, os *ecomuseus* não estão fechados nas paredes de um edifício, mas realizam as ações museológicas em um território, com uma população (JULIÃO, 2003).

Entretanto, é obvio que o surgimento dos ecomuseus, na década de 1980, como tipologias museais, não sanou os problemas de representação e as práticas de subjetivação realizadas nos museus tradicionais e ortodoxos como o MUHNE, mas a ascensão dessas narrativas museológicas: fragmentadas, diacrônicas e autorais, remetem ao deslocamento da soberania produzida pelos discursos hegemônicos outorgados até então pelas instituições museais e abrem um panorama: o da “emergência dos interstícios – a sobreposição e deslocamento de domínios da diferença – em que as experiências intersubjetivas e coletivas da nação [nationness], o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados”. (BHABHA, 2013. Pág, 20).

Como pode ser percebido em seguida, no texto de apresentação do catálogo do ano 2000, mesmo após duas décadas de fundação do Muhne e das mudanças ocorridas não só no circuito expográfico, mas nas práticas museológicas do Brasil e do mundo, ainda permanece cristalizada na fala de Fernando Freyre, presidente da Fundaj no período supracitado, o ideário de uma instituição museal de caráter regional que disseminasse a cultura e a história local.

Trata-se o Museu do Homem do Nordeste de um museu através do qual os brasileiros ou visitantes de qualquer país podem ter uma visão abrangente da riqueza da cultura do homem nordestino, principalmente do Nordeste agrário, em comparação “com os estilos de vida e as técnicas de trabalho rural dos nativos ou residentes em outras áreas tropicais ou euro-tropicais”. O que torna mais do que importante sua condição de museu situado em cidade brasileira e dedicado a um tipo tão representativo do homem brasileiro como é o do Nordeste [...]. (FREYRE. F., 2000, Pág, 06)

A fala citada representa uma verdadeira elegia à experiência histórica da nordestinidade instituída pelo Muhne. Nesse sentido, a emergência das provocações suscitadas a partir da concepção de ecomuseu incita-nos a problematizar as questões que se instauram ao pensarmos o papel dos museus enquanto produtores de discursos históricos e

---

<sup>1</sup> É importante ressaltar o valor dos debates que ocorrem em âmbito nacional e internacional sobre as questões que permeiam o trabalho com espaços museais e o patrimônio suscitados nos debates, em meados do século XX, fomentados por instituições como a UNESCO, além da criação do ICOM e da ascensão do conceito de museologia social.

sobre sua atuação como doutrinadores no que diz respeito à representação das identidades culturais contemporâneas. Tendo em vista que:

O trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com “o novo” que não seja parte do continuum de passado e presente. Ele cria uma ideia de novo como ato insurgente de tradução cultural. Essa arte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético; ela renova o passado, refigurando-o como um “entre-lugar” contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. O “passado-presente” torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver. (BHABHA, 2013. Pág, 20).

Assim, historicizar a trajetória das práticas museológicas realizadas pelo Muhne e romper com essa perspectiva de continuidade histórica, será salutar ao entendimento das ações que foram responsáveis por figurar no imaginário local os discursos de verossimilhança em torno da memória e narrativa histórica da região levando em consideração o papel das instituições museológicas, no caso o Muhne, nesse cenário.

Buscamos deste modo, analisar em que medida o *Museu do Homem do Nordeste* contribuiu para aquilo que Albuquerque Jr (2011) coloca como “*a invenção do Nordeste*” e instituiu marcas indelévels às estruturas cognitivas e afetivas que a idealizaram e que ainda hoje projetam a região a partir de tais referências que são difundidas através do domínio de uma memória comum, sobre a configuração da narrativa histórica e sobre a manutenção dessa dominação por meio do poder-saber e da difusão dos discursos regionalistas.

Sobre essas questões a fala institucional é reveladora: “O fundador deste Instituto, Gilberto Freyre, desde o começo da década de 20, vem defendendo a criação de Museus no Brasil que sejam propiciadores de uma verdadeira visão dos nossos valores regionais.” (FREYRE, F. 1981. Pág, 193). A fala supracitada suscita algumas indagações, dentre as quais, o que significa e qual o lugar da instituição museológica na sociedade? Quais são os valores regionais dignos de visibilidade, ou quais são passíveis de dizibilidade?

Em muitos aspectos o Muhne e as narrativas expográficas produzidas pela instituição se apresentam como resultado ao projeto de sociedade idealizado pelos intelectuais atuantes no movimento regionalista que dão corpo ao pensamento institucional do Museu do Homem do Nordeste e da Fundação Joaquim Nabuco.

Essas questões e as escolhas do Museu nitidamente encontram-se intimamente vinculadas ao movimento regionalista que eclode nos anos 1930 e pelas produções imagético-discursivas que nortearam a configuração regional de práticas preservacionistas e políticas de memória.

Assim, podemos perceber que os conceitos operados e construídos pela narrativa expográfica norteiam categorias de pensamento, conceitos. Deste modo, pensar o conceito de Nordeste produzido pelo MUNHE implica perceber como esse espaço evoca tal conceito territorializado por discursos, práticas e imagens.

O uso da crítica às categorias de pensamento implica a análise dos discursos (FOUCAULT, 1971) produzidos pela instituição e seus autores. Assim, é facilmente justificável a emergência do Muhne como um espaço da narrativa histórica regional, talvez não daquela narrativa técnica e disciplinar que permeia o campo acadêmico. Mas, a História e os museus comungam do ato da narrativa o que nos leva a cogitar todo que museu é histórico, pois todo o seu corpus material ou imaterial, possui uma origem a partir da qual se pretende construir uma narrativa a ser apresentada ao público.

Assim sendo, os museus comunicam, narram, anunciam e conversam com o público que lê não apenas a palavra escrita nas etiquetas ou nos textos curatoriais das exposições, mas os objetos, as coleções, o silêncio, o não-dito que habita o museu e o imaginário por ele produzido, evocando as histórias reais ou ficcionais. Entretanto, o que ocorre quando o discurso museológico é tomado como um dos múltiplos formadores de categorias de pensamento? Quando tomamos o patrimônio, os objetos musealizados, e sua expografia como modos de dizibilidade sobre uma comunidade?

Essas indagações nós levam a problematizar o que configura os conceitos que classificam a identidade nordestina como sendo aquilo que se opõe a outras identidades: “a atenção se centra agora [...] na reavaliação crítica de distinções tidas como evidentes e que são, na realidade, o que é preciso questionar” (CHARTIER, 1990. Pág 154).

Num primeiro exercício é preciso compreender que os conceitos, ou categorias de pensamento, como região, identidade, Nordeste, são produzidos discursivamente a partir das condições de enunciação. Tais configurações surgem e são observáveis na medida em que sua circulação constroí representações globais sobre os sujeitos, definem uma história e territórios. Destacando aquilo que já afirmado por Koselleck (2006. Pág, 102):

A batalha semântica para definir, manter ou impor posições políticas e sociais em virtude das definições está presente, sem dúvida, em todas as épocas de crise registradas em fontes históricas. Desde a Revolução Francesa, essa batalha se intensificou e sua estrutura se modificou: os conceitos não servem mais para apreender os fatos de tal ou tal maneira, eles apontam para o futuro.

Em seguida é necessário problematizar os locutores, aqueles sujeitos e os lugares sociais dos quais eles vociferam as narrativas. Nesse sentido, o museu não é uma instituição autônoma, ele é um lugar social que produz as condições nas quais os indivíduos produzem os discursos e enunciados.

O que nos leva a pensar nos sistemas de inteligibilidade museais, ou seja, quais são os postulados e práticas que orientam o fazer museológico, a que sistema interpretativo o museu está condicionado. Isso demonstra não só que o museu opera discursos a partir de escolhas, mas que sobre tais escolhas implicam condições de produção entre o que é desejado, o que é necessário e aquilo que é possível. O que nos leva a reflexão sobre de até que ponto existe uma condição de hegemonia do discurso museal.

Tais condicionantes desvelam as chamadas assimetrias de produção, no sentido que um espaço é conferido de maior ou menor legitimidade discursiva, ou seja, o lugar do museu não só na produção, mas na difusão dos discursos. Qual o lugar de fala do Museu? Nessa acepção pensar a produção e circulação de discursos é pensar em relações de poder.

Entretanto, por sua relação explícita com a memória os museus apresentam suas narrativas expográficas de forma demasiado natural, como se àqueles lugares, objetos, sujeitos e práticas que habitam as exposições fossem intrínsecos à sociedade, sendo esse movimento interrogativo aos museus, ainda muito recente.

Nesse sentido, em algumas ocasiões a sociedade perde de vistas as relações de poder que suscitam do fazer museológico, e como tais relações produzem e fazem circular representações e categorias de pensamento que, sem a devida crítica, são por nós assimiladas não como uma possibilidade narrativa, mas como a real e irrevogável condição de existência dos discursos outorgados pelos museus.

Diante dessas questões, se faz mister analisar como os autores das exposições, projetos, ações educativas definiram as linhas de atuação e a própria concepção sobre as propostas expográficas realizadas no e pelo Museu do Homem do Nordeste.

Nessa conjuntura a problemática em torno da memória e da representação museal, como disputa e negociação, tem a finalidade de suscitar proposições provocativas no que tange a contestação dos lugares memória e no direito à memória historicizada.

É salutar perceber o papel da narrativa expográfica na construção dos discursos e representações sobre as identidades culturais, entretanto é papel do historiador desvelar os limites da produção (CERTEAU, 2000) de conhecimento histórico realizado pelos museus e enunciar as táticas e estratégias que são produzidas silenciosamente pelo público ao interagirem e negociarem com tais discursos.

Tentar superar este discurso, estes estereótipos imagéticos e discursivos acerca do Nordeste, passa pela procura das relações de poder e de saber que produziram estas imagens e estes enunciados clichês, que inventaram este Nordeste e estes nordestinos. Pois tanto o discriminado como o discriminador são produtos de efeito de verdade, emersos de uma luta e mostram os rastros dela. (ALBUQUERQUE JR. 2011. Pág, 31).

Destacando que os patrimônios culturais e o museu (seus acervos, exposições e coleções), se inserem nesse hall, não possuem um valor intrínseco (MENESES, 2012), mas são produzidos pelos sujeitos e que as representações não dizem respeito algo meramente subjetivo; são, sim, a materialidade do imaginário das comunidades/sujeitos que as legitimam.

Talvez seja óbvio afirmar aqui que os museus têm postulados divergentes dos pertencentes à historiografia, nesse sentido é importante analisar a narrativa museal através de seus sistemas de inteligibilidade. Diferente da História, o Museu não só evoca o objeto como fonte, é necessário perceber a poética do objeto museal, tantas vezes deslocado, enunciado, evocado e silenciado. Assim, as exposições museais e a escrita da história são produtos, textos dos quais emergem argumentos, discursos e testemunhos.

---

1 ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5º Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

2 ÂNICO, Marta. Pós-modernização da cultura: Patrimônio e museus na contemporaneidade. In: *Revista Horizontes antropológicos*, Porto alegre, ano 11, Nº 23., p.71-86., 2005;

3 ARRAES, Raimundo. *A capital da saudade: Destruição e reconstrução do Recife em Freyre, Bandeira, Cardozo e Austragésilo*. Recife: Ed. Bagaço, 2006.

4 BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*. Trad.: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. 2º Ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013;

5 CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Vol. I. Trad: Ephraim Ferreira Alves. 19º Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

6 \_\_\_\_\_. *A Escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes, 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2000.

7 CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand/Difel, 1990;

8 FREYRE, Fernando de Mello. Apresentação. In: *O Museu do Homem do Nordeste*. São Paulo. Safra 2000. Catálogo. P. 5-6;

9 \_\_\_\_\_. Discurso de Inauguração do Museu do Homem do Nordeste e do Auditório Benício Dias, no dia 21 de julho de 1979 às 20 horas. IN – *30 Anos do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*. – Recife: Ed. Massangana. 1981. P, 191-195.

10 FREYRE, Gilberto. As muitas heranças do museu do homem do nordeste: um depoimento. Diário de Pernambuco. Recife, 9 de dezembro de 1923. In: *O Museu do Homem do Nordeste*. São Paulo. Safra 2000. Catálogo. P. 7-11.

11 FOUCAULT, Michel. *L'Ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971

12 \_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. Tradução Roberto Machado. 26º Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

- 13 HALL, STUART. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomas Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11º Ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.
- 14 JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. In: Brasil. Caderno de Diretrizes Museológicas I, 2º Ed. Brasília: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretária de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006. P. 17-30.
- 15 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução: Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. 3º Ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- 16 MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: IPHAN. *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*, Ouro Preto/MG, 2009. Brasília: IPHAN, 2012. P. 25-39. (Anais; v.2, t.1);
- 17 ORIÁ, Ricardo. Memória e Ensino de História. In: *O saber histórico na sala de aula*. 3º Ed. São Paulo. Contexto, 2009.



## O gabinete de 2 de fevereiro de 1844: um ministério liberal?

*Juliana da Silva Drumond<sup>1</sup>*

### **Resumo:**

A exposição trata da análise dos periódicos liberais Filho da Joana, Conservador e A Tribuna; e como esses jornais identificavam a relação do gabinete formado em 2 de fevereiro de 1844 com o partido liberal.

Os jornais, que circularam entre 1844 e 1845, analisavam a política e as ações do primeiro ministério do quinquênio liberal.

Em suas publicações mostravam as dificuldades enfrentadas pelo gabinete para manter relações políticas saudáveis; e sugeriam quais posicionamentos ele devia adotar para contornar a situação.

**Palavras – chave:** Império; Partido Liberal; Imprensa.

### **Abstract:**

The exhibition deals with the analysis of liberal periodicals Son of Joan, Conservative and The Tribune; and as such newspapers identified the relationship of the cabinet formed on February 2, 1844 with the Liberal Party.

The newspapers that circulated between 1844 and 1845, analyzing the policy and actions of the first five years of liberal ministry.

In their publications showed the difficulties faced by the cabinet to maintain healthy political relations; and which mates suggested he should adopt to overcome the situation.

**Keywords:** Empire; Liberal Party; Press.

O gabinete de dois de fevereiro, formado por José Carlos Pereira de Almeida Torres, na pasta do Império; Manuel Alves Branco, nas pastas da Justiça e da Fazenda; Ernesto Ferreira França na pasta dos Assuntos Estrangeiros; e Jeronymo Francisco Coelho, nas pastas da Marinha e da Guerra, foi o Gabinete que representou o início do quinquênio liberal. Esse período é visto na historiografia como o momento em que os liberais que estão no poder adotam as práticas políticas dos conservadores, práticas que os mesmos criticavam enquanto ainda eram oposição.

Através da circular de 1860<sup>2</sup>, Teófilo Ottoni explicava a formação do Gabinete de 2 de fevereiro como um resposta à tirania do ministério conservador, como um acordo entre os liberais. Sobre o período, ele comenta:

[...] Assim é hoje, assim era em 1845, 1846 e 1847.

A situação em que o 2 de fevereiro collocava o partido liberal era a mesma que o 23 de março de 1841 dera aos conservadores.

Em 1841 eu os havia invectivado em pleno parlamento por se haverem sujeitado á imposição palaciana.

Não podia ser me agradável que o partido liberal se collocasse em idêntica situação: essencialmente mineiro, eu tambem capricho em sustentar o pundonor da coherencia; e sabe o publico que o meu voto não prevaleceu nessa conjuntura.

Achando-me em unidade e não querendo embaraçar os chefes de partido liberal, que julgavão das trevas poder tirar a luz, eu me abstive systematicamente de toda a discussão sobre a politica geral. O meu silencio de então foi largamente commentado pelas folhas da opposição conservadora. Mas o que poderia eu fazer contra a torrente? A reação da maioridade corria á readea solta, e não havia recurso senão curvar a cabeça e deixar passar a onda [...]³

Sobre a composição do Partido Liberal<sup>4</sup>, Ilmar Mattos divide o partido em várias áreas de interesse. Para Ilmar, o que unia os liberais era a negação às propostas dos Saquaremas<sup>5</sup>. O autor identifica diferenças, semelhanças e principalmente uma hierarquização entre os partidos. Para ele, os liberais tendiam a insistir criticando o elemento português, ao contrário dos conservadores. Os liberais teriam dificuldades em se unir ideologicamente devido aos seus diferentes segmentos, todavia a negação das propostas dos Saquaremas os unia. Já os conservadores estariam unidos pelo propósito de hierarquizar as relações entre Poder e Nação, Estado e Casa, Governantes e Governados. Mesmo como essas diferenças liberais e conservadores nutriam alguns desejos em comum, como restaurar seus monopólios e expandir suas riquezas.

Ilmar Mattos mostra que no decorrer dos problemas a cerca do futuro do tráfico diante a pressão inglesa, Luzias e Saquaremas trocaram acusações de falta de habilidade para lidar com as questões estrangeiras inglesas e ligação ao comércio de escravos. Nesse ambiente em que o tráfico de escravos vai sofrendo ameaças e perdendo o prestígio, chama atenção à necessidade dos partidos de se desvincularem do comércio ilegal e darem destaque ao assunto como uma questão de soberania nacional<sup>6</sup>.

Sobre a divisão partidária no Segundo Reinado, Oliveira Vianna<sup>7</sup> não encontra nos partidos nem um programa político nem uma formação ideológica. Para ele, os partidos eram grupos de clãs organizados com objetivo de chegar ao poder para usufruir de seus benefícios. O autor afirma que no Segundo Reinado os partidos políticos não tinham programas ideológicos, nem opinião própria; suas correntes serviam apenas para rotulá-los.

Daí, segundo Oliveira Viana, liberais e conservadores assumiriam posturas semelhantes. Os liberais quando no governo adotavam posturas conservadoras, enquanto que os conservadores, quando oposição, tinham comportamentos bem similares aos liberais. O autor destaca ainda, que o Partido Conservador servia-se da execução das propostas liberais para manter-se no poder: “Os dois

velhos partidos do Império, como se vê, não tinham opinião, como não tinham programas. O objetivo era a conquista do Poder e conquistado este, conservá-lo a todo transe: nada mais. Era este o principal programas dos liberais – como era o dos conservadores.”<sup>8</sup>

Francisco Iglésias, quando trata do quinquênio liberal, argumenta que, nesse momento, ainda não havia um espírito partidário liberal firme; daí a falta de segurança por parte dos ministros que assumem o gabinete em 1844<sup>9</sup>. Ele enxerga diferentes formações e mentalidades dentro da bandeira levantada como Partido Liberal. Segundo ele, os liberais não se entendiam entre si, não se entendiam na Câmara, não se entendiam com os chefes de província; faltava aos liberais a unidade. Ao analisar a Fala do Trono de 28 de julho de 1848, Iglésias mostra que o Ministério de 2 de fevereiro “*não era carne da mesma carne, osso do mesmo osso do partido liberal*”. O gabinete de 1844 era um conjunto de diferentes posições pessoais onde predominavam os interesses regionais; por isso a dificuldade dos presidentes de províncias em dar importância às vontades ministeriais.

Na obra organizada por Sérgio Buarque de Holanda vemos o Partido Liberal como um partido que busca a Conciliação. Desde o início do primeiro gabinete em 1844 até o término do quinquênio, cogita-se a conciliação dos ministérios com o partido conservador<sup>10</sup>.

Mesmo como a pressão inglesa, o tráfico estava no auge no período do quinquênio. Aprovado pelo parlamento inglês em 8 de agosto de 1845, o Bill Aberdeen que declarava lícito o apresamento de qualquer embarcação empregada ao tráfico foi encarado como uma questão de soberania nacional. Apesar das tentativas do gabinete de 2 de fevereiro em dialogar com a Inglaterra, o tráfico prosseguiu mais intenso ainda<sup>11</sup>. A escolha do gabinete liberal de 2 de fevereiro aparece como uma opção não intervencionista na questão do tráfico<sup>12</sup>. Todavia, o que percebemos é uma sucessão de impasses com a Inglaterra caminhando até a aprovação do Bill Aberdeen.

Raymundo Faoro<sup>13</sup> diz ser possível confundir os partidos; embora, quando no governo, eles possuíssem particularidades inconfundíveis até a Conciliação<sup>14</sup>. O autor classificou o Partido Liberal como mais democrático que liberal marcado por posições de embate com a Coroa e mais ligado à propriedade rural no nível local. Enquanto o Partido Conservador estaria mais próximo do comércio e dos senhores de crédito ligados aos latifundiários e assumindo uma postura de obediência ao Trono.

Para Faoro, o Segundo Reinado será o paraíso para os comerciantes. Graças às alianças entre os conservadores e os comerciantes, a elite agrária do Vale do Paraíba, ligada a escravidão e aos monopólios comerciais, consegue defender seus interesses no Governo<sup>15</sup>.

A análise da elite feita por José Murilo de Carvalho aponta uma elite com fissuras, mas homogênea; para ele, ainda que possuíssem diferenças na composição social e nos interesses políticos, essas diversidades seriam reajustadas pelo sistema estatal. Para o autor, não havia identidade de classes na composição da elite, e mesmo a classe dos proprietários de terra não era

motivada ao ponto de uma ação coordenada (exceto no que se tratava da questão da mão de obra escrava)<sup>16</sup>. Ainda assim, é pertinente considerarmos as informações de sua análise.

José Murilo assinala alguns dados sobre a composição dos partidos Liberal e Conservador fundamentais<sup>17</sup>. Ele aponta o Partido Liberal formado por profissionais liberais e proprietários de terras; enquanto o Conservador, formado por funcionários públicos (burocratas) e donos de terra. O elemento posse de terra praticamente se iguala entre eles. De maneira que o liberalismo defendido pelo partido Liberal era a favor da descentralização com benefícios dos interesses locais. E os conservadores, apesar de alguns proprietários de terra terem interesses que não coincidiam com a centralização, em sua maior parte estavam interessados na política nacional e na estabilidade do sistema. Essa diferença de liberalismos, segundo ele, se dá pelo fato de os proprietários liberais estarem mais ligados ao mercado interno enquanto que os conservadores à agricultura de exportação.

No que diz respeito ao futuro fim da escravidão, para José Murilo, os políticos conservadores do Sul foram os mais resistentes; enquanto que os do Norte, que dependiam basicamente do emprego público, lideraram o apoio. Já os liberais só encontrariam apoio a essas reformas no Rio e no Norte, uma vez que Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul se colocavam contra o fim da escravidão.

José Murilo de Carvalho destaca que ainda que o desejo de mudanças partisse dos liberais; foram os conservadores que conseguiram efetivamente praticá-las. De modo que mesmo os dois partidos enfrentando posições divergentes internamente, os conservadores conseguiriam colocar em prática as mudanças devido a sua unidade partidária.

Sobre o posicionamento dos partidos em relação ao fim do tráfico de negros e o futuro da escravidão, a análise de alguns pesquisadores é de imensa contribuição. Jaime Rodrigues<sup>18</sup>, sem ignorar a força da pressão inglesa, mostra como o Estado Imperial estava preocupado em tomar as rédeas sobre o futuro do tráfico. Segundo o autor, os dois partidos contavam na sua composição com proprietários de terra que defendiam a permanência do tráfico; e que no governo, saquaremas e liberais trataram da extinção do tráfico como um problema de relações exteriores.

Sobre o quinquênio liberal, Jaime Rodrigues destaca que o partido não propôs nenhuma mudança que alterasse radicalmente o contexto social e fundiário. Ele destaca que o gabinete de 2 de fevereiro tinha como tarefa fundamental redigir um novo tratado antitráfico; e como moeda de barganha exigiu da Inglaterra tratamento preferencial aos produtos brasileiros. Entretanto, a pressão exercida pela Inglaterra fez com que a ameaça à Nação ganhasse mais destaque que a preocupação com o futuro da mão de obra negra. Essa recusa por parte do Brasil em assinar um novo tratado de acordo com os interesses ingleses, por vê-lo como uma afronta a sua soberania, levou ao fim das negociações e à promulgação do Bill Aberdeen pela Inglaterra<sup>19</sup>.

Para Leslie Bethel, a partir de 1841 já se podia perceber uma opinião antibritânica no Brasil. Ainda assim, o governo brasileiro apreensivo em relação à Inglaterra, demonstrou o interesse de introduzir uma legislação mais rigorosa para o fim do tráfico (mas uma legislação própria). Todavia a Inglaterra, já impaciente, optara por reprimir o tráfico ao invés de insistir nas negociações<sup>20</sup>

Segundo o autor, os gabinetes do quinquênio liberal não eram suficientemente fortes para colocar em prática as medidas impopulares contra tráfico de escravos:

...e embora houvesse ministros que desejassem ver o fim do tráfico de escravos, havia indubitavelmente um número maior que, como a maioria dos membros do Conselho de Estado, senadores e deputados, era positivamente favorável ( e em alguns casos, como fazendeiros e proprietários de escravos, estavam indiretamente envolvidos nele) ou então, atentos à sua importância para a economia brasileira, preferiam deixar as coisas como estavam.<sup>21</sup>

O periódico *Conservador*, por exemplo, não identificou o gabinete nem como representação do Partido Conservador, nem do Liberal. Para o *Conservador*, a grande qualidade desse Ministério era não ser oriundo de um partido.

[...] N'esse mesmo nº. Do Brasil diz o contemporaneo não pode ter longa duração porque falta-lhe o apoio d'um partido; e que, sendo-lhe impossivel a criação d'um terceiro partido o poder só pode estar nas mãos dos Santa Luzia, ou nas do partido da ordem, segundo as condições do systema que vos rege! Combine-se isto com o que o contemporaneo tem escripto acerca do partido, a que se chama Santa Luzia,! E a conclusão será que o paiz so pode ser governado pela sua gente. Nem um governo existe sem appoio, o actual não poderá organizar um terceiro partido, que o appoie; não pode também conseguir o appoio franco e decidido do partido Santa Luzia [...] (sic)<sup>22</sup>

O *Filho da Joanna* exprime a opinião de que o Império estava dividido em dois partidos e que essa divisão não acontecia em razão de ideias políticas. O periódico considerava a divisão dos partidos como resultado de um choque de amor próprio. Segundo o jornal, a falta de divergências ideológicas podia ser percebida na composição ministerial e na forma como os homens da tribuna trocavam de posições partidárias com bastante frequência.

[...] Da guerra eleitoral, nasceo a divisão dos Brasileiros em dous partidos, e elles so foram tornando tanto mais irreconciliáveis, quanto mais rehunida era a campanha, cada um dos partidos arvorou uma bandeira politica para se distinguir, para que fosse atribuída á antagonismo de opiniões politicas, a inimidade he emergente do encontro de interesses pessoaes, dos choques de amor proprio. Entre nós ainda não há, e nem pode haver convicções profundas acerca dos principios; ainda os principios não podem enxergar o sacrificio das vontades, e de interesses; a repentina passagem frequentemente se faz um partido para outro; a pouca importancia que se dá á essas mudanças prova concludentemente que, entre nós, os principios nada valem, os interesses valem tudo. [...] (sic)<sup>23</sup>

Diferentemente, o periódico *A Tribuna* identificava claramente a posição do ministério como pertencente ao Partido Liberal<sup>24</sup>. A Tribuna ainda se valeu de nomenclaturas específicas para se referir aos partidos; chamando os conservadores de regressistas, e os liberais de constitucionalistas<sup>25</sup>.

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da UNIRIO. Orientador: Claudia Regina Andrade dos Santos  
Email: [dasdrumond@hotmail.com](mailto:dasdrumond@hotmail.com)

2 Teófilo Benedito Ottoni. “Circular dedicada aos Srs. Eleitores de senadores pela província de Minas Gerais no quadriênio atual e especialmente dirigida aos Srs. eleitores de deputados pelo 2º distrito eleitoral da mesma Província para a próxima legislatura”. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Tomo LXXVIII, Parte 2. Rio de Janeiro: 1916.

3 Ibidem, p.336

4“Apresentando sempre uma grande dificuldade em unir suas forças, as trajetórias dos diferentes segmentos liberais seriam marcadamente diferenciadas.”p.153 (MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hicitec, 1990.)

5 Ibidem, p. 109; 135; 143; 153.

6 Ibidem, p.234-235;

7 VIANNA, Oliveira. *O Ocaso do Império*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933, p 19-36..

8 Ibidem, p.22.

9 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1965-72, II, 3v.

10 Ibidem, p. 39-40.

11 Ibidem, p. 144.

12 Ibidem, p 195-196.

13 FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder; formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1958, p. 389-453.

14 Ministério da Conciliação, 1853-58.

15 FAORO, Raymundo. Ob. Cit, p. 500-517.

16 CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem – a elite imperial Teatro de Sombras – política imperial*. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2003, p.230-233.

17 Ibidem, p. 212-229.

18 RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio*. Campinas, SP. Editora Unicamp, 2000.

19 Ibidem, p. 97; 108-115.

20 BETHEL, Leslie. *A Abolição do Comércio Brasileiro de Escravos*. Brasília: Senado Federal, 2002. p. 241-288.

21 Ibidem, p. 328.

22 *Conservador*, 16 de abril de 1844, n.2, p.1.

23 *Filho da Joanna*, 06 de março de 1844, n. 3, p. 4.

24 *A Tribuna*, 17 de março de 1845, n. 3, p. 1.

25 Ibidem, 31 de março de 1845, n.5. p.2

## ***Vanguarda Paulista: unidade e engajamento de um movimento artístico (1970-1980)***

Juliana Wendpap Batista<sup>1</sup>

### **Resumo:**

Este trabalho tem como objetivo estabelecer um diálogo entre a história e música por meio da investigação das inter-relações de produções musicais da *Vanguarda Paulista* com o contexto social no Brasil, na década de 1970 e 1980. O objetivo central é proporcionar uma reflexão sobre a unidade e engajamento desta vanguarda, questionando a construção do conceito de "Vanguarda Paulista".

Palavras-chave: Vanguarda Paulista; Arrigo Barnabé e Clara Crocodilo; Itamar Assumpção e Beleléu leléu eu.

### **Abstract:**

This paper aims to establish a dialogue between history and music through the investigation of the interrelationships by musical productions of the *Vanguarda Paulista* with the social context in Brazil, in the 1970s and 1980s. The central objective is to provide a reflection about the unity and engagement of this vanguard, questioning the construction of the concept "Vanguarda Paulista".

Keywords: Vanguarda Paulista; Arrigo Barnabé e Clara Crocodilo; Itamar Assumpção e Beleléu leléu eu.

### **Apresentação**

A comunicação apresentada teve como principal objetivo expor as problemáticas primordiais do projeto intitulado *Vanguarda Paulista: Gênese, trajetória e unidade do movimento musical dos anos 1970 aos dias atuais*, buscando sinalizar algumas conclusões iniciais da pesquisa. Após a exposição do resumo da problemática, será abordada a utilização de dois conceitos chave para o estudo: geração e engajamento. Na sequência, apresenta-se um breve exercício de análise dos discos *Clara Crocodilo*, de Arrigo Barnabé, e *Beleléu leléu eu*, de Itamar Assumpção.

O trabalho, de maneira geral, se propõe a estabelecer um diálogo entre história e música por meio da investigação das inter-relações da produção musical da *Vanguarda Paulista* com o contexto social no Brasil das décadas de 1970 e 1980. Tal movimento artístico, surgido nesse período, na cidade de São Paulo, caracterizou-se enquanto uma geração de músicos com postura estética renovadora. Os principais grupos e artistas arrolados como seus principais representantes são: Arrigo Barnabé e *Banda Suave Veneno*, Itamar Assumpção e *Banda Isca de Polícia* e os grupos *RUMO*, *Premê* e *Língua de Trapo*.



A pesquisa estima indagar sobre a gênese da designação *Vanguarda Paulista*, discutindo a origem e legitimação do termo, ponderando acerca das funções da mídia na alcunha do mesmo e debatendo a consistência e incoerências de seu uso. Essa preocupação tem referência nos trabalhos mais recentes sobre a temática, os quais convencionam que o termo foi uma elaboração da imprensa, tendo em vista a inexistência de uma unidade entre os artistas integrantes, do ponto de vista estético. Auferir historicidade a esse processo compreende avaliar a trajetória e produção desses músicos, apurando os elementos que agruparam tais indivíduos e os tornaram conhecidos como figuras à frente de seu tempo.

É crível que a utilização da categoria geração, considerando as ponderações de Jean-François Sirinelli de que a mesma não deve ser tomada enquanto uma padronização de medida temporal fixa e sim como um fator elástico, contribua na compreensão dos fatores que tributaram na construção de uma identidade diferenciada para o grupo de artistas da *Vanguarda Paulista*. Segundo Sirinelli<sup>2</sup>, a noção de geração consiste, aparentemente, em um fato natural, mas que também é culturalmente construído. Moldado pelo acontecimento e, por vezes, derivado da auto-representação e autopromoção, denota o sentimento de pertencimento a uma faixa etária com forte identidade diferencial. O autor ressalta ainda que sua utilização também é uma reconstrução do historiador que classifica e rotula. Tal expectativa propicia uma reflexão, na qual a *Vanguarda Paulista* pode ser abordada como uma geração de compositores que compartilharam, num mesmo espaço e tempo, ideias e ideais vinculados aos problemas vivenciados no Brasil das décadas de 1970 e 1980, em especial àquilo que tange ao cotidiano dos habitantes da megalópole cidade de São Paulo. Apesar da diversidade da produção musical dessa geração, é possível conferir ao grupo certa unidade de vivência, com questionamentos análogos, cujas representações foram expressas musicalmente de maneiras variadas.

É importante ressaltar que as primeiras atuações artísticas dessa vanguarda ocorreram ao longo da década de 1970, em meio à ditadura civil-militar no país. Tratando-se de um período de intensas transformações sociais, políticas e culturais, vivenciadas também em âmbito mundial, cujo processo foi marcado ainda pela revolução comportamental dos anos de 1960. Dessa forma, o período revela uma interessante carga de novos processos de criação em todas as instâncias artísticas. O movimento *hippie*, a contracultura, a revolução sexual e o ideal da sociedade alternativa foram características da juventude dessa geração. Tendo em vista o cenário musical brasileiro, tangenciado pelas canções de protesto da *Era dos Festivais*, aplacadas pela censura, instaurada após o decreto institucional AI-5, de 1968, e pelo *Tropicalismo*, que adentrou a década de 1970, o estudo visa perceber as novas formas do fazer

musical e as maneiras com que a produção dessa vanguarda envolveu-se nas questões daquele contexto.

Nessa perspectiva, a contextualização abrange o debate sobre os movimentos artísticos ditos marginais, alternativos e/ou independentes, surgidos naquela época, em suas variadas expressões artísticas. A discussão levará em conta as noções de engajamento e contracultura debatendo aspectos sobre a indústria cultural e o mercado fonográfico. A ação também envolve a verificação dos principais espaços compartilhados por tais artistas e as estratégias e manobras que construíram redes de sociabilidade entre eles. A questão refere-se às transformações ocorridas dentro do campo artístico, no qual após serem superadas as dificuldades impostas pela censura do regime ditatorial, no início da década de 1980, com o processo de redemocratização, passou a enfrentar as adversidades econômicas da competição de mercado, processadas ao longo dos anos de 1970. Com relação a isso, o pesquisador Marcos Napolitano<sup>3</sup> aponta que o mercado fonográfico passou, na transição da década de 1960 para 1970, por uma grande reestruturação com fortes tendências ao aprofundamento da segmentação do consumo musical. Deste modo, o mercado, a partir de 1972, fechou as portas para novos gêneros musicais e para os experimentalismos, impondo a definição do lugar dos artistas e os melhores tipos de produtos musicais a serem oferecidos ao grande público. Por este viés, a riqueza das produções em questão estaria nas formas alternativas encontradas pelos artistas desse período, tanto nos elementos de elaboração, quanto nas maneiras de produção, distribuição e divulgação de suas obras.

### ***A Vanguarda Paulista: um conceito em questão***

É difícil afirmar que existam entre os artistas dessa dita vanguarda e suas obras, elementos semelhantes suficientes e capazes de projetar uma ideia unificadora e coesa para os seus projetos. Os estudos mais recentes sobre a *Vanguarda Paulista* são consensuais em afirmar que o termo foi uma cunhagem elaborada pela imprensa e crítica especializada da época<sup>4</sup>. Segundo Regina Machado:

A denominação Nova Música Paulista aparece pela primeira vez na imprensa em 1979, quando Arrigo Barnabé e o grupo Premeditando o Breque foram premiados no Festival de Música Universitária da TV Cultura, de São Paulo. Também chamada de Vanguarda Paulista, congregou, segundo os críticos e a imprensa, Arrigo Barnabé, Itamar Assumpção, Língua de Trapo, Premeditando o Breque, RUMO e Hermelino Football Music<sup>5</sup>.

A pesquisadora enfatiza que o termo “foi um batismo conferido pela imprensa”, o qual congregava grupos e artistas que, na verdade, não possuíam uma unidade estética. Mesmo Arrigo Barnabé, em várias declarações, deixou claro que não existiu, em seu entendimento,

uma vanguarda. Exemplo disto está na entrevista conferida à Revista *Veja* em 1982. Apontado, na época, como o líder desta suposta vanguarda, Arrigo Barnabé, ao ser indagado pelo jornalista e crítico musical Okky de Souza acerca de suas percepções pessoais quanto à atuação da *Vanguarda Paulista* na cena da música brasileira do início da década de 1980, o músico respondeu:

Hoje não existe vanguarda paulista nenhuma. Existe um saco de gatos. Há pessoas fazendo história, com propostas interessantes e novas, mas não existe movimento. O que há é uma resistência à pretensão das grandes gravadoras de exercer um domínio total sobre o processo histórico da música brasileira. Elas acham que só os artistas eleitos por elas fazem história e a gente sabe que não é assim, que muitos bons LPs foram feitos nos últimos anos no esquema independente, bancados pelo próprio músico. Como é o meu caso. Mas a ordem geral é fechar o espaço para a gente, para as propostas fora do comum, no rádio e nas gravadoras<sup>6</sup>.

Mais de uma década depois desta declaração, em outra entrevista concedida a Fábio Giorgio, o músico reafirmou tal posicionamento ao referir-se à questão da vanguarda, assegurando que:

[...] Se existiu uma vanguarda, foi há mais de vinte anos atrás em Londrina. A estética musical dessa vanguarda que a crítica falou nos anos 80 é toda londrinense e paranaense. Mas os referenciais, as letras cantavam a cidade de São Paulo, já que eu estava morando aqui<sup>7</sup>.

Várias citações dos próprios artistas sinalizados como integrantes desse movimento poderiam ser mencionadas, mas relata-se apenas mais uma publicada recentemente e proferida por Ná Ozzetti, ex-integrante do grupo *RUMO*. Segundo a cantora, “aquilo não foi um movimento, foi uma coincidência de artistas querendo se lançar. O que tínhamos em comum era uma proposta de renovar a linguagem da canção popular”<sup>8</sup>.

Considerando os indícios de que o termo *Vanguarda Paulista* tenha sido elaborado pela crítica, e que, por outro lado, é uma designação que continua em uso, já que o próprio tempo encarregou-se de legitimá-la, uma possibilidade vislumbrada, conforme já expressei, é buscar a identificação deste grupo por meio da utilização da categoria de geração<sup>9</sup>. Desta forma, a *Vanguarda Paulista* caracterizaria uma geração de compositores que, num certo momento, articulou-se em um território onde artistas, de uma faixa etária comum, ocuparam o mesmo espaço e envolveram-se com questões da megalópole de São Paulo. Apesar dos distanciamentos estéticos verificáveis entre tais artistas, muitos são os aspectos que os aproximam. Desta forma, os ideais de renovação estética, a temática urbana, a identidade paulista, além do descompromisso em agradar o público e as gravadoras, podem sim serem apontados como algo em comum entre eles.

O conceito de geração contribui para a reflexão acerca dos referenciais musicais, intelectuais e ideológicos destes artistas, assim como estabelece a conexão dessas obras

musicais com o espaço e tempo em que foram produzidas. É importante ressaltar que a ausência de “auto-proclamação” e “auto-representação”, com a negação do conceito e unidade pelos próprios artistas, podem dizer muito sobre a questão.

### **Engajamento e Contracultura: questões estéticas e ideológicas na produção da Vanguarda Paulista**

Existe uma riqueza de estudos que abordam as relações da *Vanguarda Paulista* com a indústria do entretenimento<sup>10</sup>. No entanto, acredita-se na possibilidade de ampliar esta discussão, buscando compreender a postura ideológica desse grupo como uma iniciativa crítica e engajada aos problemas sociais do contexto. Isso traz o questionamento quanto ao engajamento dessa geração de artistas e indagações sobre o posicionamento destes no cenário político da redemocratização.

Em 1968, ano batizado pelo jornalista Zuenir Ventura como *O ano que não acabou*<sup>11</sup>, o povo brasileiro vivenciou a instauração do AI-5. Por meio daquele decreto, o governo ditatorial assumiu potencialmente o controle da sociedade brasileira. O ato caracterizava o endurecimento do regime em um país que via surgir o movimento tropicalista, ao passo que era proibido de cantar a canção *Pra não dizer que não falei de flores*<sup>12</sup>, composição de Geraldo Vandré, considerado então um ídolo da esquerda<sup>13</sup>. A expressão utilizada por Zuenir Ventura caracteriza muito bem a temporalidade duradoura dos fatos ocorridos nesse ano. As mudanças iriam tangenciar toda a década seguinte. A censura manteve-se atenta à grande parte das principais manifestações artístico-culturais, assim como ao trabalho dos jornalistas e intelectuais. Os aparatos repressivos tentaram limitar, restringir e enquadrar a arte. Muitos artistas foram exilados e mantidos longe de seu público.

No entanto, *O Ano que não acabou*, 1968, também foi o ano em que Hélio Oiticica marcou o tempo de forma profética com sua frase: “Seja marginal, seja herói”<sup>14</sup>. Em meio a esse quadro sombrio, a década de 1970 viu surgir uma nova geração que soube adaptar-se ao momento, encontrando caminhos, muitas vezes marginais, para a expressão artística, como é o caso da *Vanguarda Paulista*. Os personagens dessa geração caracterizam uma juventude imersa nas influências da revolução comportamental processada a partir do final dos anos 1960.

A partir desse ponto de vista, é discutível o surgimento de uma noção inovada de engajamento. A década de 1960, no cenário brasileiro, foi marcada pela perspectiva de uma arte engajada, com teor predominantemente político. A arte deveria ter uma função ativa de contestação. Na música, foi o período de auge das canções de protesto. A contracultura

propagava à classe artística e intelectual um engajamento para além do político, um engajamento social e cultural, que abrisse as portas para uma arte mais ligada ao cotidiano das pessoas. Uma arte à procura de novos elementos. Uma arte que, por meio do radicalismo, fosse capaz de romper barreiras e sensibilizar. A proposta consiste na investigação da *Vanguarda Paulista* a partir dessa nova perspectiva de engajamento. A opção leva em conta a utilização do termo de forma similar a Eric Hobsbawm, em sua discussão acerca do engajamento científico, estabelecida no capítulo “Engajamento” do livro *Sobre a história*<sup>15</sup>. A Professora do Departamento de História da UFF, Ana Maria Mauad, sintetiza a noção utilizada pelo autor na seguinte afirmação: “O historiador compreende o engajamento objetivo a partir da própria relação que o sujeito do conhecimento estabelece com a realidade que o circunda e o influencia”<sup>16</sup>.

Essa forma de engajamento, que esteve em processo, gerou um cenário de embates e discussões em meio a artistas e intelectuais brasileiros. As opiniões encontravam-se divididas entre aqueles que defendiam as expressões vanguardistas, influenciadas pela contracultura, e aqueles que promulgavam a urgência de uma arte diretamente combativa frente ao regime civil-militar<sup>17</sup>.

Podemos perceber o tom dessa discussão nas palavras do jornalista e escritor Zuenir Ventura, ao referenciar o período inicial da década de 1970 como um momento de “vazio cultural”. Ventura aponta os artistas da vanguarda como um grupo capaz de deixar marcas históricas, mais por suas atitudes do que, necessariamente, por suas obras. É traçado, assim, um perfil muito pessimista da produção cultural da década de 1970, principalmente ao afirmar que as manifestações artísticas do período apenas cumpriram papel significativo ao preencherem um “vazio cultural”. É preferido não compactuar com esta noção de gerações desvitalizadas, o que caracteriza um sentido de inércia ao próprio conceito. Entende-se que a censura tenha sido um fator constrangedor que dificultou as atividades dos artistas. Contudo, a partir da abertura política, na virada da década de 1980, a ditadura passou a ser a “ditadura do mercado”<sup>18</sup>. Nesse sentido, a atuação dos artistas ditos “independentes”, “alternativos”, ou “marginais”, nas variadas expressões, como cinema, a poesia, entre outras manifestações, o que inclui a *Vanguarda Paulista*, representam atitudes de adaptação e enfrentamento ao sistema baseado no consumo das massas.

Quanto à noção de engajamento, um estudo de João Pinto Furtado traz uma reflexão pertinente. O autor aborda a temática do engajamento político e resistência cultural a partir desses variados registros, como o cinema, literatura e música das décadas de 1960 a 1990. Em sua análise, Furtado atenta que os anos de 1970 estiveram longe de corresponder ao senso

comum da “década perdida da cultura”. Ao contrário, implicaram em uma notável retomada do fazer político, por meio de novos parâmetros, com a inserção de novos atores os quais passaram a expressar identidades mais urbanas<sup>19</sup>.

### ***Clara Crocodilo e Nego Dito: o suburbano e marginal na produção da Vanguarda Paulista***

Buscando exemplificar as questões relacionadas aos conceitos de geração e engajamento, abordadas anteriormente, foram selecionadas duas obras seminais da produção da *Vanguarda Paulista*: o álbum *Clara Crocodilo*, de Arrigo Barnabé, e o disco *Beleléu leléu eu*, de Itamar Assumpção. Tendo em vista, os limites do texto, a análise é sumária e preliminar. A seleção diz respeito a duas obras que projetaram esses dois importantes artistas do movimento, assim como contribuíram para o arregimento do mesmo. Apesar das trajetórias distintas dos artistas, que eram amigos e parceiros musicais, uma característica fundamental é perceptível em ambos os trabalhos, o caráter conceitual dos mesmos. Com elementos estéticos distintos, os dois discos apresentam enredos peculiares, que narram histórias de dois personagens suburbanos e marginalizados.

*Clara Crocodilo*, de Arrigo Barnabé, foi lançado em 1980 de maneira independente, e foi considerado “importante e chocante” pelas críticas realizadas nos dias que seguiram seu lançamento<sup>20</sup>. Uma das grandes novidades da obra está no enredo criado pelas composições, as quais funcionam como contos musicados, numa linguagem dinâmica que se aproxima do cinema e das histórias em quadrinhos. A transgressão concentra-se na temática desse roteiro, a qual descreve a marginália urbana, um tema tão incomum para o texto poético das letras quanto a mistura de trechos atonais ou dodecafônicos<sup>21</sup>. Elementos populares e eruditos se mesclam, produzindo sons e imagens, representando uma cidade povoada por personagens que parecem ter saído de um filme de ficção científica. Monstros mutantes, prostitutas, bêbados, viúvas desesperadas e uma garota que, parodiando a famosa Garota de Ipanema de Tom, nos traz não “um doce balanço”, mas sim “um doce amargo do futuro”.

A história do monstro mutante, *Clara Crocodilo*, trouxe à tona a dissonância, a sensação de Infortúnio, na qual viviam os habitantes das grandes cidades. Seres solitários, presos às engrenagens de um sistema capitalista opressor e massificador, transparecem ao mesmo tempo de forma angustiante e corajosa. Apesar da expressiva sensação de pessimismo diante da capacidade humana, as canções deste LP trazem uma mensagem de resistência, de ruptura com essa situação. O personagem principal da obra, tal como a própria essência de sua música, é apresentado como um ser “incapturável”. *Clara Crocodilo*, um office-boy que foi

transformado em um monstro mutante, após uma experiência mal sucedida em um laboratório farmacêutico, é descrito como um transgressor da ordem social, o “inimigo público número um”. As inspirações para a criação dessa figura dramática, segundo o próprio Arrigo Barnabé, se originaram, principalmente, na antiarte de Hélio Oiticica, cujos ideais estéticos contribuíram, também, na consolidação do movimento tropicalista, alguns anos antes. Foi propagando o ideário de “ser um marginal, mas também um herói”, utilizados pelo compositor na escrita das músicas, que Arrigo Barnabé tornou-se um artista reconhecido. Além disso, passou a ser considerado o principal representante de um novo movimento musical da época, a chamada *Vanguarda Paulista*<sup>22</sup>.

*Beleléu leléu eu*, por sua vez, foi lançado em 1981 e marcou a estreia de Itamar Assumpção. Também assinalou o primeiro lançamento do selo fonográfico Independente *Lira Paulista*, o qual foi criado justamente para atender a demanda daquela movimentação artística em curso. O personagem principal do disco é Benedito João dos Santos Silva Beleléu, vulgo Nego Dito, Nego Dito Cascavé. Com nome, sobrenome e apelido, a figura dramática tem sua história, segundo o pesquisador Conrado Falbo, “essencialmente ligada ao universo da periferia urbana, ressaltando a violência da criminalidade. O nome escolhido por Assumpção para o personagem reflete este imaginário suburbano de pobreza, violência e exclusão, não sem uma nota de irreverência por parte do compositor”<sup>23</sup>.

De maneira similar à obra de Arrigo Barnabé, as treze canções narram as peripécias do Nego Dito, um ser que “briga e faz acontecer”, que “bota pra correr, que mata a cobra e mostra o pau”. Enfim, as pequenas passagens da letra descrevem um indivíduo arretado que não foge da briga. Luiz Tatit, músico e pesquisador, ex-integrante do grupo *RUMO*, comenta acerca das ambiguidades e aproximações identitárias do personagem e seu criador. Segundo o autor:

[...] a negritude, a marginalidade musical, a loucura descrita em muitas passagens das letras, tudo isso convocava a figura magra e enigmática do autor que, por sua vez, nada fazia para dissociar o personagem do ser de carne e osso [...] os desatinos explícitos de Beleléu se misturavam às idiossincrasias do compositor, pouco ou nada afeito a concessões. Mas, por incrível que pareça, havia uma distância entre o indivíduo Itamar e seu personagem assinalada pelas caricaturas vocais, pelas tiradas humorísticas e pela ironia com a própria condição de artista excluído<sup>24</sup>. (TATIT, 2006: 23).

No que tange ao texto musical, as referências de Itamar Assumpção são diversas das opções de Arrigo Barnabé, o qual apresenta formação erudita e teve como base o estudo do piano. Em *Beleléu leléu eu*, rock’n’roll e reggae se misturam com os padrões rítmicos afro-brasileiros, caracterizando o que Tatit convencionou chamar de “rock de breque”<sup>25</sup>, o qual marcou um estilo próprio da música de Itamar Assumpção. Seja pela mistura do Rock ao

reggae, ou à mescla da música serial referenciada na *Vanguarda Europeia* do século XX às guitarras do rock, o hibridismo perpassa o trabalho desses dois artistas. Outra característica interessante está nos elementos que dialogam com o rádio, tais como as locuções presentes em *Clara Crocodilo* e as vinhetas de *Beleléu leléu eu*.

Bandas numerosas, composições de caráter híbrido, temáticas relacionadas ao universo urbano marginal, o forte apelo performático, impresso tanto nas gravações quanto nos shows, além na atitude independente para lançar seus trabalhos, são características verificáveis nos trabalhos avaliados. O fato soma indícios acerca dos fatores que denotaram a criação do rótulo *Vanguarda Paulista* e direcionam a continuidade da busca por aproximações e distanciamentos na produção desta “geração Vanguarda Paulista”. Além disso, vale ressaltar que *Clara Crocodilo* e *Nego Dito* também denotam o engajamento direto e expressivo desses artistas com os problemas daquele contexto. Um engajamento social que interpela ideologicamente e esteticamente o público ao qual se remete.

<sup>1</sup> Doutoranda em História na Universidade Federal Fluminense (UFF), sob a orientação da Prof. Dra. Ismênia de Lima Martins. Email: juwbatista@gmail.com

<sup>2</sup> SIRINELLI, Jean-François. “A geração”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 133.

<sup>3</sup> NAPOLITANO, Marcos. *Cultura e poder no Brasil contemporâneo*. Curitiba: Juruá Editora, 2005, p. 69-70.

<sup>4</sup> Alguns estudos que sinalizam a referida questão: GIORGIO, Fábio Henrique. *Na boca do bode: entidades musicais em trânsito*. Londrina: Atrito Art., 2005; MACHADO, Regina. *A voz na canção popular brasileira: um estudo sobre a Vanguarda Paulista*. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Artes. Programa de Pós-graduação em Música, Campinas. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000431601>, acesso 15/10/2012; MARRACH, Sonia Alem. *Música e universidade na cidade de São Paulo: do samba de Vanzolini à Vanguarda Paulista*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

<sup>5</sup> PIRES *apud* MACHADO *op.cit.*, p. 39.

<sup>6</sup> SOUZA, Okky de. “O Filho da Tropicália”. Entrevista de Arrigo Barnabé. *Veja*. São Paulo, nº 745, 15 de dezembro de 1982, p. 4.

<sup>7</sup> GIORGIO, *op. cit.*, p. 95.

<sup>8</sup> MENEZES, Thales. “Grupo Rumo tem sua discografia relançada em caixa com seis CDs”. Entrevista de Ná Ozzeti. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 23 de janeiro de 2013, Ilustrada. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/1218717-grupo-rumo-tem-sua-discografia-relancada-em-caixa-com-seis-cds.shtml>, acesso 07/10/2014.

<sup>9</sup> Ressalta-se que a utilização da noção de geração é feita considerando os cuidados apontados por Jean-François Sirinelli. Para o autor, este conceito não deve ser tomado enquanto uma padronização de medida temporal fixa, mas sim como um fator elástico. Sendo marcado em primeira instância pela perspectiva de acontecimento, deve ser visto como uma escala móvel do tempo que pode variar segundo o enfoque remetido pelo historiador (econômico, social, político ou cultural).

<sup>10</sup> Essas relações são problematizadas pelos seguintes trabalhos acadêmicos: A “Nova Música” Popular de São Paulo, de autoria de Antonio Carlos Machado Guimarães (1985); *A nova produção independente: Indústria fonográfica brasileira e novas tecnologias da informação e da comunicação*, de Leonardo Marchi (2006); *Há temas um pouco mais poéticos: Crítica ao Grupo Rumo*, de Carmem Cardoso Bueno de Camargo (2013); *De um Porão para o Mundo: a Vanguarda Paulista e a Produção Independente de LP’s através do Selo Lira Paulistana nos anos 80: um Estudo dos Campos Fonográfico e Musical*, de Daniela Ribas Guezzi (2003). Também deve ser citada a importante publicação: FENERICK, J. A. *Façanhas às próprias custas: a produção musical da Vanguarda Paulista (1979-2000)*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.

<sup>11</sup> VENTURA, Zuenir. *1968: O ano que não acabou*. São Paulo: Círculo do Livro, 1988, p. 100.

<sup>12</sup> MELLO, Zuza Homem de. *A Era dos Festivais: uma parábola*. São Paulo: Editora 34, 2003, p. 286.



<sup>13</sup> NAPOLITANO, Marcos. *Cultura brasileira: Utopia e massificação (1950/1980)*. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 61.

<sup>14</sup> VENTURA, Zuenir.; GASPARI, Elio.; HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Cultura em trânsito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000.

<sup>15</sup> HOBBSBAM, Eric. *Sobre a história*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

<sup>16</sup> MAUAD, Ana Maria. “O olhar engajado: fotografia contemporânea e as dimensões políticas da cultura visual”. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 10, n. 16, pp. 33-50, jan.-jun. 2008. Disponível em: [http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF16/A\\_Mauad.pdf](http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF16/A_Mauad.pdf), acesso em 09/06/2012.

<sup>17</sup> Esse debate deu origem às discussões sobre as “Patrulhas Ideológicas”. A contenda é bastante interessante para a reflexão daquele contexto. Os posicionamentos mais interessantes sobre o assunto estão concentrados no artigo: MESSEDER, Carlos Alberto; HOLLANDA, Heloísa Buarque de. “Quatro posições: Fernando Gabeira, Caetano Veloso, Ferreira Gullar e Glauber Rocha”. In: VENTURA, Zuenir.; GASPARI, Elio.; HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Cultura em trânsito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000. p. 126-183. O crítico literário Silviano Santiago também apresenta informações relevantes sobre o assunto em: SANTIAGO, Silviano. “Crítica cultural, crítica literária: desafios do fim do século”. *Revista Iberoamericana*, v. LXIII, n. 180, p. 363-377, jul-set. 1997.

<sup>18</sup> Cf. NAPOLITANO, 2005, *op. cit.*

<sup>19</sup> FURTADO, João Pinto. “Engajamento Político e Resistência Cultural em múltiplos registros: Sobre ‘transe’, ‘trânsito’, política e marginalidade nas décadas de 1960 a 1990”. In: AARÃO REIS, Daniel; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; RIDENTI, Marcelo (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusp, 2004. p. 229-248.

<sup>20</sup> São citadas como exemplo da repercussão do lançamento do LP *Clara Crocodilo* as seguintes matérias veiculadas pela imprensa na época: SOARES, Dirceu. Arrigo, independente, e a sina de Walter Franco. *Jornal Folha de São Paulo*, Caderno Ilustrada, São Paulo, 23 de junho de 1980, p. 26; SOARES, Dirceu. Arrigo, o som novo com sabor de veneno. *Jornal Folha de São Paulo*, Caderno Ilustrada, São Paulo, 14 de novembro de 1980, p. 29; SOARES, Dirceu. A juventude de Rita e Arrigo, entre os melhores do disco. *Jornal Folha de São Paulo*, Caderno Ilustrada, São Paulo, 01 de janeiro de 1981, p. 21; FIORILLO, Marília Pacheco. Arrigo, o desbravador. *Revista Veja*, São Paulo, n.644, p. 46-47, jan. 1981.

<sup>21</sup> “Estilo composicional que na década de 20 revoluciona a história da música. O nome vem do grego dódeka, que significa 12. Baseia-se no emprego de uma seqüência de 12 sons que formam a estrutura com base na qual a obra é construída. Não utiliza as tradicionais seqüências de melodia, harmonia e padrões rítmicos. É uma linguagem atonal, ou seja, não se estrutura sobre um eixo harmônico central” (FERNANDES, 2007, p. 1).

<sup>22</sup> Uma análise pormenorizada das oito canções que compõem o álbum *Clara Crocodilo* pode ser encontrada em: BATISTA, Juliana Wendpap. *O universo de “Clara Crocodilo”*: História & Música no LP de Arrigo Barnabé. 2013. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: [http://tede.pucrs.br/tde\\_arquivos/15/TDE-2013-05-23T060826Z-4481/Publico/447924.pdf](http://tede.pucrs.br/tde_arquivos/15/TDE-2013-05-23T060826Z-4481/Publico/447924.pdf).

<sup>23</sup> FALBO, Conrado Vito Rodrigues. *Beleléu e Pretobrás: palavra, performance e personagens nas canções de Itamar Assumpção*, 2009, p. 51. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras, Recife. Disponível em: <http://www.pglettras.com.br/2009/dissertacoes/diss-conrado-falbo.pdf>, acesso 05/10/14.

<sup>24</sup> TATIT *apud* FALBO *op.cit.*, p. 52.

<sup>25</sup> *Idem*, p. 63.

## **DAS PROFUNDEZAS DA HISTÓRIA: Um comunista negro na Assembleia Constituinte de 1946**

Autor: Juliano Medeiros, Bacharel em História e Mestrando do PPGHIS-UNB<sup>1</sup>

Orientadora: Profa. Dra. Lucília de Almeida Neves Delgado

E-mail: medeiros\_sur@yahoo.com.br

### **Resumo**

O presente artigo busca analisar a atuação do dirigente comunista Claudino José da Silva como Deputado Federal pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) na Assembleia Constituinte de 1946. Como único deputado negro da bancada comunista, a atuação de Claudino atesta a dinâmica comunista no parlamento. A participação do PCB no contexto do processo de redemocratização e suas opções políticas também são objeto deste trabalho, onde buscaremos aferir a dinâmica da atuação comunista no interior da Constituinte.

**Palavras-chave:** Claudino Silva; PCB; Assembleia Constituinte.

### **Abstract**

This article seeks to analyze the performance of the communist leader Claudino José da Silva as Congressman by the Communist Party of Brazil (PCB) in the Constituent Assembly, 1946. As the only black deputy communist on the bench, the performance of Claudino attests the contradictions of communist intervention in parliament. The participation of the PCB in the context of the democratization process and its policy choices are also the object of this work, which seeks to measure the dynamics of communist activity within the Constituent Assembly.

**Key-Words:** Claudino Silva; PCB; Constituent Assembly.

## **DAS PROFUNDEZAS DA HISTÓRIA: Um comunista negro na Assembleia Constituinte de 1946**

Em 1946 o Partido Comunista do Brasil<sup>2</sup> (PCB) era a principal organização partidária da esquerda brasileira. Transcorridos mais de vinte anos desde sua fundação, em Niterói, no longínquo ano de 1922, o PCB se fortalecera, angariando crescentes simpatias entre os trabalhadores. Amparando-se no prestígio das experiências socialistas do leste europeu, o partido ampliou sua influência no movimento de massas e manteve uma incontestável hegemonia entre as forças da esquerda socialista<sup>3</sup> até a fragmentação que se abateu sobre os comunistas a partir de 1964. Desde então, muitos estudos debruçaram-se sobre o PCB, construindo diferentes abordagens sobre a história do partido, atualizando e apresentando novas perspectivas e hipóteses. Ainda são poucos os estudos, porém, que se dedicaram profundamente a um dos períodos mais controversos e ricos da vida do PCB, a saber, os poucos anos de legalidade no período democrático após o Estado Novo – de 1945 a 1947 – e a atuação de seus parlamentares na Assembleia Constituinte de 1946 a partir da consigna da “União Nacional”.

Muitos dos integrantes da primeira bancada comunista no Congresso Nacional tiveram destacado papel tanto nas mudanças táticas que resultaram na volta do PCB à legalidade, quanto nos principais episódios da vida do partido nas décadas seguintes. Outros, porém, apesar de sua dedicação à causa revolucionária, foram esquecidos pela historiografia. É o caso de Claudino José da Silva, líder ferroviário, eleito pelo PCB do Rio de Janeiro e único deputado negro dentre os 338 constituintes de 1946. Após quase vinte anos de ativa militância política, contribuindo com o trabalho de organização sindical, diversas passagens pela prisão e um mandato de Deputado Federal, a atuação de Claudino Silva não mereceu mais que algumas raras referências em publicações que abordam o período. Talvez por isso Claudino tenha morrido só, numa casa de acolhimento do subúrbio do Rio de Janeiro, após anos de abandono, sendo lembrado apenas pelo velho amigo, Luiz Carlos Prestes, que lhe assegurou um velório digno em 1985.

Analisando a trajetória de Claudino José da Silva, este trabalho propõe reconstituir brevemente a política do PCB para a Assembleia Constituinte e sustentar uma hipótese: a da divisão da bancada do PCB entre “letrados” e “operários” e a atuação de Claudino José da Silva, ferroviário negro do norte fluminense, como expressão dessa divisão.

## O PCB na Assembleia Constituinte de 1946

A aproximação do PCB ao governo de Getúlio Vargas, a partir da tática da “União Nacional” levada a cabo desde a II Guerra Mundial, não tornou mais fácil a vida de seus militantes. Claudino José da Silva, por exemplo, retornou a Niterói no final de 1939, após oito meses de prisão, resultado de suas atividades políticas em Minas Gerais. Em janeiro do ano seguinte, quando na prática já vigorava plenamente a política de União Nacional, foi preso e condenado a dois anos de reclusão. Naquele ano quase todo o Comitê Central do PCB foi desmantelado pela repressão, desorganizando o movimento comunista. Paradoxalmente, se aprofundava a política de conciliação com Vargas. No final de 1942, a revista *Seiva*, única publicação editada legalmente pelos comunistas, estampava uma foto de Getúlio sob o lema: “Tudo nos une, nada nos separa<sup>4</sup>”.

Pressionado pela opinião pública e pelo novo clima político do país após a vitória dos aliados na II Guerra Nacional, Vargas decretou a anistia de 148 presos políticos em 1945, entre eles, Luiz Carlos Prestes. Em agosto do mesmo ano, o partido reorganizou sua direção nacional na forma de um Comitê Nacional de vinte e um membros e uma Comissão Executiva de nove integrantes. Claudino José da Silva, esmerado dirigente da reorganização do PCB, estava entre os membros do novo Comitê Nacional.

O processo eleitoral de 1945, o primeiro em que o PCB se apresentou abertamente como partido, ofereceu um quadro de polarização entre as forças aliadas a Vargas e aquelas que lideraram o movimento que o depôs, dois meses antes. O PTB apoiaria a candidatura de Eurico Gaspar Dutra e o PCB lançaria o nome do engenheiro e ex-prefeito de Petrópolis (RJ), Yedo Fiuza, pouco conhecido no interior do partido. Na verdade, os comunistas foram pegos desprevenidos com a destituição de Getúlio em outubro. Alinhados com o movimento queremista, eles apostavam na continuidade do ditador à frente do processo de redemocratização que se iniciara sob seu controle. O partido dividiu-se entre simpatizantes à candidatura de Dutra (PSD) e apoiadores da candidatura de Eduardo Gomes (UDN), estes últimos liderados pelo historiador Caio Prado Júnior. Sem condições de chegar a um consenso sobre o apoio aos candidatos apresentados pela UDN e pelo PSD, e rejeitando a hipótese de lançar o nome de Prestes, o partido teve de improvisar um candidato de última hora.

As eleições ocorreram em 2 de dezembro de 1945. Dutra obteve 55% dos votos contra 34% do candidato udenista. Fiúza obteve quase 600 mil votos (9,7%), surpreendendo o próprio PCB. Para a Assembleia Constituinte do ano seguinte, foram eleitos 14 deputados comunistas, além de Luiz Carlos Prestes ao Senado. A Assembleia Constituinte era composta por 297 deputados e 41 senadores, totalizando 338 Deputados Constituintes<sup>5</sup>. Além do PCB, outros nove partidos elegeram representantes, sendo que os comunistas tinham a quarta maior representação (com menos deputados apenas que PSD, UDN e PTB). Cabe destacar que o PCB teve uma campanha muito abrangente. Lançou candidatos em todos os estados (feito igualado apenas por PSD e UDN) e elegeu deputados em seis unidades da Federação (BA, PE, DF, RJ, SP e RS). Só em São Paulo foram quatro deputados. Além disso, 12 dos 15 eleitos pelo PCB haviam sido presos políticos durante o Estado Novo. O partido contava ainda com a bancada mais jovem (a maioria tinha menos de 40 anos) e com o menor nível de instrução (poucos possuíam curso universitário). Na tabela seguinte, podemos ter um panorama numérico dos deputados e senadores eleitos por partido, incluindo suplentes que tomaram posse:

<b>NÚMERO DE DEPUTADOS E SENADORES CONSTITUINTES POR PARTIDO<sup>6</sup></b>			
Partido	Senadores	Deputados	Total
PSD	26 (63,5%)	158 (53,5%)	185 (54,7%)
UDN	11 (26,9%)	81 (27%)	89 (26,9%)
PTB	01 (2,4%)	22 (7,4%)	23 (6,8%)
PCB	01 (2,4%)	15 (5,1%)	16 (4,7%)
PR	01 (2,4%)	11 (3,7%)	12 (3,7%)
PSP	01 (2,4%)	07 (2,3%)	08 (2,4%)
PDC	-	02 (0,7%)	02 (0,6%)
PL	-	01 (0,3%)	01 (0,3%)
<b>TOTAL</b>	41	297	338

Fonte: BRAGA, Sérgio Soares. **Quem foi quem na Assembleia Nacional Constituinte de 1946.**

A Assembleia Constituinte era majoritariamente conservadora. Incidiam fortemente sobre ela interesses econômicos vinculados aos grupos econômicos nacionais e internacionais, o governo autoritário de Dutra e os limites impostos pela Constituição de 1937, então em vigor. Além disso, a composição PSD-UDN, variantes de uma oligarquia cindida, asseguraria a obstrução de qualquer proposta mais progressista<sup>7</sup>.

Para termos um panorama do perfil da bancada comunista em relação às demais, tomemos como referência a bancada do PSD. Entre os senadores e deputados eleitos por aquele

partido, havia 10 banqueiros, 19 industriários, 43 proprietários de terras, 28 advogados, além de vários médicos, engenheiros, jornalistas e professores universitários, dentre outras profissões. A bancada do PCB, por sua vez, era formada por dois jornalistas (Carlos Marighella e Maurício Grabois), um escritor (Jorge Amado), um contador (João Amazonas), um engenheiro militar (Prestes), dois médicos (Caires de Brito e Alcedo Coutinho) um camponês (Gregório Bezerra) e sete operários (Batista Neto, Agostinho de Oliveira, Abílio Fernandes, Alcides Sabença, José Crispim, Osvaldo Pacheco e Claudino José da Silva). Portanto, a bancada comunista se diferenciava das demais não apenas por suas propostas, mas também pela origem social de seus membros<sup>8</sup>.

Pouco antes da posse de Dutra, o Comitê Nacional do PCB reafirmou a tática de União Nacional e aprovou o “apoio franco e decidido” aos atos democráticos do novo presidente e a “luta intransigente, se bem que pacífica, ordeira e dentro dos recursos legais” contra eventuais retrocessos reacionários. Dentro da Assembleia, porém, o PCB agia isolado na maioria das vezes. Um clima de hostilidade permeava a relação dos demais parlamentares – especialmente os da UDN e do PSD – com os deputados comunistas. Desde o começo, o PCB foi visto pela imprensa e pelos demais partidos como um corpo estranho, um convidado indesejável na Assembleia Constituinte.

### **Um negro na Câmara dos Deputados**

Claudino José da Silva nasceu no dia 23 de julho de 1902, em Natividade do Carangola (atual município de Natividade), localizado no extremo-norte do Rio de Janeiro<sup>9</sup>. No início do século XX, a região dividia suas atividades produtivas entre a cafeicultura e a pecuária. Filho de lavradores, Claudino permaneceu na região até os dezesseis anos, quando ficou órfão e partiu para Niterói. Lá, começou trabalhando como aprendiz de carpinteiro. Ainda nessa função, integrou a diretoria do Centro de Carpinas e Classes Anexas de Mar e Terra da capital. Um crescente movimento operário se desenvolvia e a construção de novas entidades associativas atraía lideranças como Claudino. Pouco após seu ingresso no PCB, ele compôs a direção do Comitê Zonal do partido em Niterói e, em 1929, entrou para a Estrada de Ferro Leopoldina, participando das lutas dos trabalhadores daquela categoria. Em 1931, Claudino deixou a Estrada de Ferro Leopoldina após a greve dos ferroviários daquele ano, sendo escolhido delegado da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) ao congresso da União dos

Trabalhadores de Pernambuco, realizado no Recife, quando foi preso pela primeira vez. A partir de então foi detido inúmeras vezes. Em 1943, passou a compor o grupo que formaria a Comissão Nacional de Organização Provisória, com vistas à reorganização do partido, enfraquecido pelo Estado Novo. Eleito membro da equipe responsável por organizar a II Conferência Nacional do PCB – a famosa “Conferência da Mantiqueira”, foi enviado para o norte do país, onde buscou envolver os comunistas da região no processo de reorganização do partido. Uma vez legalizado o PCB, é eleito Deputado à Assembleia Constituinte pelo estado do Rio de Janeiro em 1945 com 11.231 votos. Após 17 anos de militância operária, o terreno de combate de Claudino Silva passaria a ser o parlamento.

Entre os parlamentares comunistas, Claudino da Silva foi um dos menos ativos. Apresentou cinco emendas à Constituição, protocolou quatro requerimentos, realizou dois pronunciamentos e quatro apertes ao longo dos oito meses da Constituinte. Os discursos de Claudino, realizados nos dias 13 de fevereiro e 15 de março, versavam, respectivamente, sobre a atuação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na II Guerra Mundial e sobre a situação dos negros no Brasil, a partir da homenagem prestada pela Assembleia Constituinte à memória de Duque de Caxias e da Princesa Isabel, por ocasião do 59º aniversário da abolição da escravidão.

Seu primeiro discurso, proferido em 13 de fevereiro, poucos dias após a instalação dos trabalhos da Constituinte, era um longo texto sobre a situação dos pracinhas brasileiros após a II Guerra Mundial. Além de uma homenagem aos combatentes que ajudaram a derrotar o inimigo nazifascista, o pronunciamento também era uma contundente denúncia sobre as condições de vidas dos ex-soldados após o retorno ao Brasil.

Percebemos no discurso de Claudino alguns dos pressupostos que orientavam a tática de União Nacional que vigorava no interior do PCB quando da eleição de sua primeira bancada de deputados, tais como a centralidade da luta antifascista e a busca de uma democracia liberal estável, que desenvolvesse as forças produtivas capitalistas, superando o atraso semifeudal e semicolonial que marcavam a formação social brasileira e impediam o desenvolvimento de uma verdadeira classe operária.

As descrições do primeiro discurso do único deputado negro da Assembleia constituinte dão conta de que Claudino levou muito tempo para concluí-lo e o fez com dificuldade. Expressando as visões dos jornais da época, o diário *O Estado de São Paulo* atacou o parlamentar afirmando que:

“O orador ocupou a tribuna por um tempo excessivo, e lia imperturbavelmente, atrapalhava-se na leitura, cometia silabadas a todo instante. (...) O orador comunista, um autêntico popular e crioulo, cumpriu o seu dever partidário até o fim, apesar dos tropeços na leitura, cujo texto era rebarbativo, mesmo para letrados, tal o jargão em que estava escrito<sup>10</sup>”.

Sobre o mesmo episódio, o jornalista Mário Magalhães afirma que:

“Ele não era autor daquele arrazoado, como se davam conta até as pastilhas que desenhavam no chão do prédio alguns dos mosaicos mais coloridos do Rio. Um dos quinze componentes da bancada comunista, Claudino recebera ajuda dos dois redatores que socorriam os camaradas de intimidade escassa com as letras. Sentado num canto da mesa que dirigia a sessão, um deles, Carlos Marighella, piscava para o outro, Jorge Amado, acomodado com os correligionários no flanco esquerdo do plenário. Celebravam duplo triunfo. O primeiro era fazer do único negro retinto entre os 328 Constituintes o orador da intervenção mais longa. Claudino era alto como um poste, magro feito um palito e de uma cor que, no período em que trajou ternos e sapatos brancos, rendeu-lhe entre os camaradas o apelido de lápis – sua cabeça sugeria a ponta do grafite. (...) Contra ou a favor, ninguém se lembraria de falação mais demorada. O outro propósito foi constranger os adversários: receosos de insinuações de racismo, eles não escapuliriam para a sala do café<sup>11</sup>”.

A reconstituição da cena nos permite perceber duas características principais daquele primeiro pronunciamento: as dificuldades dos deputados operários com alguns ritos da Assembleia Constituinte e o racismo velado para com o único negro da Câmara dos Deputados. Aliás, o problema do negro no Brasil seria outro tema abordado por Claudino num de seus discursos, exatamente dois meses depois. Num pronunciamento em homenagem ao Duque de Caxias e à Princesa Isabel, o deputado comunista afirmaria que:

“No meu entender, Srs. Constituintes, a Lei Áurea foi a resultante de um luta na qual teve papel decisivo o próprio negro. Já naquela época havia a compreensão de que o mundo passava por uma transformação, e o próprio desenvolvimento da Inglaterra, com a conseqüente ampliação de seus mercados, não podia admitir a mão-de-obra escrava, que constituía verdadeiro entrave à colocação de suas próprias mercadorias. Por uma



ironia da sorte, hoje se comemora a redenção dos escravos na Assembleia Constituinte. A 13 de maio de 1888, os escravos tiveram abertas as senzalas, mas a esses mesmos escravos não deram terras, com as quais pudessem obter a libertação econômica<sup>12</sup>”.

Outro aspecto que chama a atenção é o conteúdo das análises feitas por Claudino, típicas da historiografia da época, que creditava às “pressões da Inglaterra” e suas demandas por mercados consumidores, a razão que levou à abolição da escravidão no Brasil. Ao mesmo tempo, a correta relação entre a situação de pobreza dos negros e as condições nas quais se deu o processo de abolição está explícita na crítica à falta de amparo aos ex-escravos. Para ele, o abandono a que foram relegados os negros tornou sua sobrevivência mais difícil que no tempo da escravidão. Porém, esperançoso no processo democrático que se iniciava no país, Claudino acreditava que a nova Constituição poderia ajudar a superar a degradante situação dos negros no Brasil, e sugeriu inserir “um preceito democrático, (...) segundo o qual, a todos, brancos ou negros, seria assegurada a mais ampla participação na vida nacional<sup>13</sup>”.

Como notamos, Claudino tomou o tema do racismo – ainda que sob uma perspectiva essencialmente social e econômica – como um problema que o novo ordenamento jurídico e institucional deveria enfrentar. Num aparte realizado no dia 26 de agosto, durante discurso do deputado Hamilton Nogueira (UDN-DF), Claudino manifestou-se em favor da proposta de emenda apresentada por aquele deputado para incluir na Constituição a igualdade de todos perante a lei “sem distinção de raça”. Para colaborar no reconhecimento do problema, o comunista apresentou uma emenda, em conjunto com outros deputados comunistas, “determinando obrigatoriamente a punição, por lei, para quem fizer restrição aos direitos contidos na Constituição<sup>14</sup>”. Para tal, a Emenda nº 3.600 propõe:

“Toda restrição direta ou indireta dos direitos contidos nesta Constituição ou, inversamente, o estabelecimento de privilégios diretos ou indiretos em razão de raça, religião, credo filosófico ou político, assim como toda propaganda de exclusivismo racial ou de luta religiosa serão punidos por lei<sup>15</sup>”.

A proposta, que acabou rejeitada, fazia menção direta ao problema do racismo. Além disso, provavelmente influenciada pelos crimes de guerra cometidos contra minorias étnicas e religiosas no decorrer da II Guerra Mundial, a proposta buscava combater mais amplamente a intolerância religiosa e o racismo direto, difundido por meio de propaganda, e indireto, que se

expressa através do estabelecimento de prejuízos ou privilégios em função da cor, raça ou credo político e religioso.

Claudino fez, ainda, alguns rápidos apertes. Os dois primeiros, em 28 de fevereiro, respondendo às acusações do padre Arruda Câmara, deputado pelo PDC de Pernambuco. O deputado católico, criticando a postura do PCB, contrário a vigência da Constituição de 1937 durante os trabalhos da Constituinte, teceu uma série de acusações aos comunistas. Dentre elas, a do assassinato da jovem Elza Fernandes<sup>16</sup>, vinte anos antes. Outro aparte foi feito durante pronunciamento do deputado Campos Vergal (PSP-SP), em que este denuncia as dificuldades dos trabalhadores rurais e o crescente êxodo para as cidades, fenômeno que se acentuava a partir da década de 40.

Além da atuação no plenário da Assembleia – já que Claudino não compôs nenhuma Comissão ou Subcomissão – o comunista apresentou cinco propostas de emenda à Constituição. Além da Emenda nº 3.600, que criminaliza a discriminação racial, Claudino apresentou ainda as emendas de nº 3.601 (dissolvendo as polícias políticas), a de nº 3.488 (restringindo o estado de sítio a, no máximo, 30 dias), a de nº 3.489 (impondo o limite máximo de 48 horas para a prisão de qualquer cidadão sem apresentá-lo a magistrado competente) e a de nº 3.490 (obrigando o presidente da República a consultar a Câmara dos Deputados antes de nomear autoridades provisórias em caso de decretação de estado de sítio). Como se vê, com exceção da emenda nº 3.600, as demais buscavam restringir os mecanismos de coerção do Estado, largamente usados durante o Estado Novo contra os comunistas e outros opositores.

### **Considerações finais: duas bancadas em uma**

Como fica claro através da documentação oficial, a bancada comunista foi bastante ativa. Ao todo, o PCB apresentou 170 emendas ao texto da Constituição, muitas delas aprovadas. Porém, a atuação de cada parlamentar, seja nos debates, seja nas proposições legislativas, foi bastante diferente entre si. Nota-se que há duas bancadas em uma: uma bancada mais atuante, responsável pela maioria das emendas do PCB ao projeto de Constituição, que participa das Comissões e realiza a maioria dos discursos e encaminhamentos em nome dos comunistas, formada pelos intelectuais e pelos deputados oriundos das classes médias; e outra bancada mais discreta e menos atuante, formada pelos deputados de origem operária. Segundo o estudo de

Sérgio Soares Braga (1998), dos quinze constituintes efetivos, oito eram ou haviam sido trabalhadores manuais<sup>17</sup>: Batista Neto (operário e marinheiro), Agostinho de Oliveira (ferroviário e operário mecânico), Gregório Bezerra (camponês), Abílio Fernandes (operário metalúrgico), Alcides Sabença (operário metalúrgico e carpinteiro), Osvaldo Pacheco (estivador), José Crispim (pedreiro e alfaiate) e Claudino Silva (ferroviário e carpinteiro). O restante da bancada era formada por dois jornalistas (Carlos Marighella e Maurício Grabois), um escritor (Jorge Amado), dois médicos (Alcedo Coutinho e Caires de Brito), um contador e desenhista técnico (João Amazonas) e um engenheiro militar (Prestes). Estes eram os mais atuantes parlamentares da bancada comunista, compondo comissões, realizando a maioria dos pronunciamentos e das proposições legislativas em nome da bancada.

A composição das Comissões e Subcomissões confirma esta hipótese. Na mesa da Assembleia Constituinte, por exemplo, o representante dos comunistas foi o jornalista Carlos Marighella (2º Suplente de Secretário). Além disso, todos os deputados da “bancada dos intelectuais” estavam representados nas dez comissões e subcomissões nas quais o PCB teve assento. Entre os deputados da “bancada operária”, composta por oito parlamentares, quatro não integravam nenhuma Comissão: Gregório Bezerra, Abílio Fernandes, Alcides Sabença e Claudino José da Silva. Prestes, embora formado em engenharia, tinha também uma formação militar, guardando características próprias e distintas tanto das profissões especializadas quanto das atividades manuais. Como líder da bancada, o único Senador do partido não participou de nenhuma Comissão, privilegiando a atuação no plenário da Assembleia.

Outro dado que demonstra a diferença de atuação no interior da bancada comunista está na apresentação de emendas. Das 170 emendas do PCB à Constituição, 123 foram apresentadas pelos deputados “intelectuais” e apenas 47 emendas foram apresentadas pelos deputados operários. Caires de Brito (23 emendas), Marighella (19 emendas), Amazonas (17 emendas), Grabois (17 emendas), Alcedo Coutinho (17 emendas) apresentaram o maior número de emendas. Em contrapartida, Gregório Bezerra (6 emendas), Claudino José da Silva (5 emendas), Alcides Sabença (4 emendas), Agostinho de Oliveira (5 emendas) e Abílio Fernandes (1 emenda) – os deputados que menos emendas apresentaram – eram todos da “bancada operária”<sup>18</sup>. Notamos, portanto, uma diferença visível na atuação dos deputados oriundos dos setores médios e da intelectualidade daqueles oriundos dos setores populares. Aqui, a divisão entre trabalho

intelectual e manual tomou uma dimensão simbólica que criou uma diferenciação entre os deputados, constituindo uma verdadeira divisão social do trabalho político na bancada do PCB.

Homens como Claudino emprestaram seus anos de militância junto aos trabalhadores para traduzir em ação parlamentar os anseios democráticos de então. Como operário, sentiu as dificuldades de agir num ambiente hostil a indivíduos como ele. Essas dificuldades aparentemente não se restringiam aos parlamentares dos demais partidos: mesmo dentro do PCB, a divisão de trabalho entre os deputados das classes médias ou intelectuais e aqueles de origem popular ficou evidente quando analisamos a atividade parlamentar dos constituintes comunistas.

Mas além de operário, Claudino era negro, “um autêntico popular e crioulo” como afirmou um jornal da época. Não dispomos de dados suficientes para afirmar que, na condição de único parlamentar negro da Constituinte, Claudino tenha sido vítima de preconceito racial explícito. Porém, a preocupação que ele conferiu ao tema em variadas intervenções – mesmo que matizadas pela leitura economicista do marxismo da época – demonstraram que a questão racial era uma preocupação que o líder comunista trazia de suas vivências anteriores.

Conclui-se, portanto, que Claudino, apesar dos quase vinte anos de dedicação à causa comunista, das inúmeras prisões, de ter alcançado os postos mais altos na burocracia partidária, de ter obtido expressiva votação nas eleições de 1945 e de ser o único negro entre os 338 Constituintes, não teve uma atuação de proa na bancada comunista nem conseguiu fazer prevalecer seu ideário de maior igualdade racial no corpo da Constituição de 1946. E isso se deve também à composição social do PCB e sua natureza de “organização de estado-maior”<sup>19</sup>, onde os intelectuais jogam um papel destacado em relação aos líderes de origem popular. Uma contradição que, aliás, muitas organizações comunistas trazem consigo ainda hoje.

---

<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília.

<sup>2</sup> Para manter fidelidade às fontes estudadas, optamos por utilizar o nome e a sigla que constam dos documentos do partido no período de referência, anterior, portanto, à cisão que levou ao surgimento de dois partidos comunistas: o PCB e o PCdoB, ambos reivindicando o legado anterior a 1962.

<sup>3</sup> Utilizamos o termo “esquerda socialista” para diferenciar os partidos e organizações que reivindicavam o marxismo daquelas que se referenciavam na tradição trabalhista ou socialdemocrata

<sup>4</sup> DULLES, John W. F. *O Comunismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 237.

---

<sup>5</sup> Em variadas fontes, afirma-se que a Assembleia Constituinte seria formada por 328 membros. Porém, os dados oficiais compilados no estudo de Sérgio Soares Braga (1998), confirmam o número de 338 parlamentares.

<sup>6</sup> BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembleia Nacional Constituinte de 1946. Um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998, p. 44. Entre os 81 deputados eleitos pela UDN, dois pertenciam à Esquerda Democrática, que em 1948 originaria o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Além disso, cabe registrar que Partido Social Progressista organizou-se durante a Constituinte pela união do Partido Popular Sindicalista (PPS), do Partido Republicano Progressista (PRP) e do Partido Agrário Nacional (PAN).

<sup>7</sup> GIOVANNETTI NETTO, Evaristo. *O PCB na Assembleia Constituinte de 1946*. São Paulo: Editora Novos Rumos, 1986, p. 64.

<sup>8</sup> BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembleia Nacional Constituinte de 1946. Um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998, p. 146.

<sup>9</sup> Nas poucas fontes que apresentam a biografia de Claudino da Silva, referenciadas na primeira edição do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, a localização do município de Natividade é erroneamente dado como Minas Gerais. Na 2ª edição do referido *Dicionário* (2001) consta a localização correta.

<sup>10</sup> GIOVANNETTI NETTO, Evaristo. *O PCB na Assembleia Constituinte de 1946*. São Paulo: Editora Novos Rumos, 1986, p. 94.

<sup>11</sup> MAGALHÃES, Mário. *Marighella. O guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 166-167.

<sup>12</sup> BRASIL. Assembleia Constituinte. *Anais da Assembleia Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1946-1951, Vol. III, p. 32.

<sup>13</sup> *Ibid.*, p. 33.

<sup>14</sup> *Ibid.*, Vol. XVI, p. 216.

<sup>15</sup> *Ibid.*, p. 217.

<sup>16</sup> Cf. GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987, p. 221. Elza Fernandes, codinome de Elvira Cupello Colônio, era namorada de Antonio Maciel Bonfim, o Miranda, líder do PCB quando do frustrado levante de 1935. Assassinada em 1936, a suspeita do crime recaí sobre os comunistas, acusados de executá-la como retaliação à sua suposta colaboração com as forças policiais.

<sup>17</sup> Basicamente aquelas profissões socialmente qualificadas como tendo baixo nível de qualificação de educação formal, como operários, estivadores e camponeses.

<sup>18</sup> Os dados referentes à quantidade de emendas apresentadas por cada deputado foi extraído do estudo de BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembleia Nacional Constituinte de 1946. Um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998. A tese de uma divisão social na ação parlamentar do PCB foi apresentada, pela primeira vez, em MEDEIROS, Juliano. *Das profundezas da História. Um comunista negro na Assembleia Constituinte de 1946*. 45 f. Monografia de Conclusão de Curso. Departamento de História – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

<sup>19</sup> Para conhecer o conceito de “organizações de estado-maior” conferir: REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1987, p. 105.

## NOTAS DE PESQUISA SOBRE A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE CARVALHO E MELO EM FACE AO GRANDE TERREMOTO DE LISBOA

Julio Cesar da Costa Silva<sup>1</sup>

**RESUMO:** Pierre Bourdieu afirma que estudar a biografia de um sujeito passa por observar de que maneira este interagiu com seu meio social e o os mecanismos que o levaram a marcar a história de outros. Dentro dessa perspectiva, propomos analisar a trajetória política de Sebastião de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, especificamente em face do Grande Terremoto que assolou Portugal em 1755. Interessa-nos discutir os usos políticos do evento enquanto argumento político do primeiro ministro de d. José.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trajetória Política; Modernidade Ibérica; Marquês de Pombal.

**ABSTRACT:** Pierre Bourdieu asserts that studying biography starts by observing how a man interacted with their social environment and the mechanisms that led him to set the story of others. Within that in mind, we propose to analyze the political trajectory of Sebastião de Carvalho e Melo, specifically in the face of the Great Earthquake that struck Portugal in 1755, focusing in the political uses of the event as a political argument of the Prime Minister of D. José I.

**KEYWORDS:** Political Trajectory; Iberian Modernism; Marquis of Pombal

### INTRODUÇÃO

Entre fins dos séculos do XVII e início do XVIII, tomou corpo um movimento no campo das ideias que agregou boa parte das correntes de pensamento da época: a Ilustração. O apreço pela racionalidade e pela ciência buscava apresentar respostas cada vez mais lógicas, não apenas no que dizia respeito à autonomia do homem, mas também a alteração da percepção do universo ao seu alcance. Entretanto, esse movimento não se expandiu de forma uniforme pelo continente Europeu. A difusão das Luzes pelas diversas nações seguia ritmos particulares, de acordo com as necessidades específicas de cada reino<sup>2</sup>.

Tendo em mente este cenário, buscaremos tratar ao longo do nosso trabalho do caso português, na segunda metade no século XVIII, sob a ação do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782) no reinado do monarca D. José I (1750-1777). Procuraremos conhecer as ideias políticas por trás das ações de Carvalho e Melo, a partir da análise de seu *Discurso político sobre as vantagens que o Reino de Portugal pode tirar de sua desgraça por ocasião do Terremoto do 1º de Novembro de 1755*<sup>3</sup>. Trata-se de uma tentativa de perceber como as experiências adquiridas durante suas missões no estrangeiro influenciaram seu

diagnóstico sobre Portugal. Para tanto, buscamos recompor a trajetória de Carvalho e Melo, observando quem foram os principais indivíduos e ideias políticas que o influenciaram.

É importante destacar que nossa preocupação na proposta hora em tela não está nas práticas adotadas por Carvalho e Melo, e sim nas ideias defendidas por ele no discurso analisado. Para tanto, pretendemos nos apoiar no campo da história das ideias, em especial no que ficou conhecido como “Contextualismo Histórico”. Tratando sobre esse campo de análises, afirma Marcos A. Lopes:

[...] é necessário recuperar as intenções de tais autores a partir da análise do contexto histórico da produção de suas obras, levando-se em linha de não apenas a fala, mas como todo o ato . Neste sentido, para compreender um enunciado proferido por um determinado autor seria preciso, de um lado, ter o domínio sobre as completas intenções deste ao proferi-lo e, por outro, saber qual era a audiência que visava ele atingir no momento mesmo da escrita.<sup>4</sup>

Nesta área de pesquisa, destacamos os historiadores ingleses Quentin Skinner e J. Pocock como principais marcos de discussão, com suas obras intituladas (respectivamente) *Visões da Política*, publicada em 2005<sup>5</sup> e *Linguagens do ideário político*, publicada em 2003<sup>6</sup>. A questão principal a ser observada pelo historiador que busca entender ou recriar as intenções do autor de um discurso é notar que mesmo que um autor consiga incitar a resposta dos outros, ou seja, mesmo que Carvalho e Melo conseguisse uma resposta daqueles para os quais seu discurso foi direcionado, não era possível para ele controlar suas respostas, o que o torna apenas mais um integrante de um jogo de ações propostas entre ele e seus pares<sup>7</sup>. Dentro dessa perspectiva de abordagem, esperamos inicialmente problematizar de que maneira o terremoto de 1755 foi politicamente utilizado por Carvalho e Melo na promoção de suas ideias, para, posteriormente, analisar os desdobramentos dessas proposições no jogo político luso.

## **O CONTEXTO HISTÓRICO: DE D. JOÃO V A D. JOSÉ I**

Para além de um processo de modificação intelectual, a idade moderna foi caracterizada, também pelo movimento expansionista europeu. Com destaque para Portugal, ainda no começo do século XV. As principais motivações desta empreitada foram a escassez de metais preciosos em suas minas e a necessidades de conquista de novas terras cultiváveis para

abastecer a Europa de gêneros alimentícios, pois eram comuns as crises e períodos de fome intensa.

Por volta de 1419, começavam as viagens portuguesas no além-mar. Primeiro nas conquistas de territórios adjacentes, como por exemplo as ilhas dos Açores, e anos depois, a conquista de territórios africanos costeiros até a tentativa de travessia para a Ásia. Por onde passavam, os portugueses construía bases e fortes para tratar os marinheiros, alimentá-los de maneira mais saudável, consertar alguns danos que poderiam ter acontecido aos navios para que fosse possível prosseguir viagem<sup>8</sup>. Conforme a expansão marítima foi avançando, vários postos, feitorias e fortalezas foram sendo construídas. Com isso, a coroa passava então a conceder uma série de privilégios para os indivíduos associados a esse processo expansionista, constituindo assim o desdobramento de uma cadeia de poder e redes hierárquicas, que se expandiam do Reino, até as conquistas mais longínquas<sup>9</sup>.

O Estado Português estava preocupado, em última instância, em garantir a manutenção estamental, em um projeto que unia a aristocracia e instituições que a favoreciam. Esse processo foi definido pelos historiadores João Frago e Manolo Florentino como sendo um projeto claro e assumido de manutenção da fidalguia<sup>10</sup>, mas ainda restrita. Segundo os autores:

O acesso a terras e a homens permitia ao homem livre pobre tornar-se lavrador, com o que se detecta ter existido em algum grau de mobilidade intrínseca à economia colonial. Entretanto, [...] a ele estava vedado o acesso às atividades mais lucrativas – as de natureza mercantil, sobretudo as vinculadas ao comércio exterior –, as quais, desse modo, se erigiam em atividades exclusivas dos agentes detentores de liquidez. Desse modo, a possibilidade de ascensão social e econômica [...] transforma-se em um sólido e eficaz mecanismo de exclusão<sup>11</sup>.

É importante ressaltar, portanto, que o processo foi de concentração de poder, e não necessariamente de centralização. Ou seja, o poder se concentrou em uma aristocracia que se utilizava de mecanismos para se perpetuar no poder. Nem mesmo a inserção de novos mercados ou cenários de jogos político-econômicos (o comércio ultramarino, que se mostrava amplamente lucrativo para os que tinham condições de exercê-lo) foi capaz de alterar este cenário em tela, que levava todas as decisões para o centro do império, enquanto os poderios locais decidiam apenas o que lhes competia regionalmente.

Notamos assim um processo de concentração de poder em uma determinada esfera (a corte), mas não de uma centralização de poder. Segundo Norbert Elias, a Corte representava sua



própria sociedade com práticas e códigos bem específicos, que talvez não fizessem sentido fora de seu próprio ambiente. A autoridade política da sociedade passava a emanar desse *lugar*, que ditava modelos comportamentais e respondia política e socialmente sobre o que o cercava<sup>12</sup>.

Sendo assim, os monarcas dependiam da convocação e aceitação dessas esferas de poder para que ele mesmo não fosse destronado em nome de seus filhos, irmãos ou parentes. A Convocação das Cortes, e para o caso específico de Portugal, do *Conselho de Estado*<sup>13</sup> constantemente impedia uma centralização de poder nas mãos apenas da Coroa. A convocação ou não deste Conselho e das Cortes dependia, principalmente, da situação econômica do Reino. Quanto mais estável ou bem administrado, menor a necessidade do Monarca depender de outros *corpos* para tomar suas decisões. Sobre este tema, a historiadora Maria Fernanda Bicalho aponta que estudos recentes vêm demonstrando uma movimentação visando à supressão dos Conselhos ao longo da modernidade ibérica:

[...] entre finais do século XVII e início do XVIII, o poder monárquico sofreu um lento, porém crescente processo de centralização. De acordo com Luís Fernand de Almeida “a política de fortalecimento do poder real do nosso País [Portugal] veio de muito longe, por um caminho complexo, com oscilações e vicissitudes várias, mas acabando por avançar decisivamente nos fins do século XVIII. O Governo de D. João V limitou-se a continuar, acentuando-a, esta já antiga evolução”<sup>14</sup>

Assim, se a convocação das Cortes representava um movimento de descentralização de poder político. Contudo, a partir do momento em que o monarca consegue, seja qual for o meio, a possibilidade de tomar decisões sem depender de outros impostos ou acordos, é possível dizer que há um encaminhamento para um processo de concentração, aliado ao de centralização de poder nas mãos da monarquia.

E no caso lusitano, a descoberta da região aurífera auxiliou vigorosamente tal projeto. Com a descoberta de metais preciosos no Brasil, Portugal passou a necessitar de uma maior fiscalização do aparelho administrativo ora em voga e, simultaneamente, passou a obter de sua colônia diretamente para o Reino uma receita até então desconhecida, o que ficava sob a exploração do Monarca e de quem o mesmo viesse a encarregar de executá-la.

Com o aumento da receita real, fruto do afluxo de ouro, a dependência do monarca em relação aos fidalgos cortesãos diminuiu significativamente. Prova disso é que depois de 1697, as Cortes não mais voltaram a se reunir ao longo do século XVIII. Segundo Mafalda Cunha e

Nuno Monteiro, o que ocorreu no período foi a gradativa ascensão de aristocratas da confiança pessoal de D. João V, que passou a ocupar os cargos burocráticos. Segundo os autores,

Tudo isso começa a mudar [o sistema político de participação dos Conselhos nas decisões estatais], embora de forma incompleta, durante o reinado de D. João V (1706-1750). Redefinidas as hierarquias na sociedade de corte pela recentragem da mesma na capela real feita Patriarcal, o Conselho de Estado vai entrar num longo estertor e deixa de se reunir nos anos vinte. Em 1736, sob notória influência da dinastia bourbônica, criam-se três secretarias de Estado. Mas, na verdade, elas não se tornam o centro da decisão política, pois o rei decide com quem quer, à margem dos órgãos formais de decisão política. O sistema polissinodal já está, em parte, perturbado. Mas o «sistema ministerial», criado no papel, ainda não o substituiu<sup>15</sup>.

Se implementado de forma progressiva no reinado de D. João V, foi com seu filho D. José I (1714-1777) que certamente o sistema ministerial atingiu seu ápice, sob o comando de Sebastião José de Carvalho e Melo.

Nascido em Lisboa em 1699, Carvalho e Melo era filho de Manuel de Carvalho e Ataíde e Teresa Luísa de Mendonça, fidalgos de médio porte e pouca expressão na sociedade lusitana. Coursou, ao que tudo indica, Direito em Coimbra e passou grande parte de sua vida administrando terras familiares, tendo iniciado sua vida pública tardiamente (aproximadamente com 40 anos), devido a diversos fatores que tornariam essa descrição demasiadamente longa<sup>16</sup>.

Embaixador de Portugal na Inglaterra entre 1738 e 1745, e na corte da Áustria entre 1745 e 1750, Carvalho e Melo passou de uma figura inicialmente inexpressiva, para um político de grande notoriedade. Como parte desse sistema ministerial, Carvalho e Melo que esteve a serviço de D. João V, teve oportunidade de conhecer as práticas centralizadoras adotadas pelo monarca, construindo assim sua ideia de política. Além disso, sua experiência nas embaixadas favoreceu o contato com o funcionamento de outras cortes.

Contudo, nenhum acontecimento teve maior impacto para a ascensão de Pombal que o terremoto de 1755, catástrofe que assolou e destruiu Lisboa e demais regiões do Reino.

## **DISCURSO POLÍTICO SOBRE AS VANTAGENS: NOTAS INICIAIS SOBRE OS ARGUMENTOS POMBALINOS EM FACE AO TERREMOTO**

Na manhã do dia 1º de Novembro de 1755, a cidade de Lisboa foi atingida por um terremoto avassalador que trouxe abaixo uma série de prédios e um grande número de mortos, sobre o qual ainda hoje não se tem consenso. Tratando sobre o evento, o historiador português João Lúcio de Azevedo relatou:

Nos altares, oscilavam as imagens, as paredes bailam; dessoldam-se as traves e colunas; ruem as paredes com o abafo som da calça que esboroa, e dos corpos humanos esmagados no chão, onde os mortos repousam [...]. O terror, a surpresa racalcam por um instante as vozes, que logo repontam em brados de misericórdia [...]. Da província, os regimentos da Estremadura e Alentejo marcham sobre a capital, repelindo os fugitivos. Entre os destroços fumegantes, a ralé dos piores bairros discorre em cata de salvados para rapina<sup>17</sup>.

O Alcance do abalo sísmico foi tamanho, que atingiu o imaginário dos portugueses. De um acaso da natureza a uma punição divina, diversas foram as tentativas de compreender o processo em um primeiro momento e ainda prosseguia o terror. Neste cenário, havia a necessidade de algum tipo de liderança, fosse ela individual ou de um grupo, para que a situação não se tornasse ainda mais cataclísmica, e observando a já próspera relação de Carvalho e Melo com o Rei D. José I, e percebendo a brecha, o ministro se utiliza do evento para, através de diversas medidas, force um imediatismo no processo de centralização de poder. Sobre este processo, observa o historiador Charles Boxer que:

[...] foi o grande terremoto de Lisboa [...] que acelerou a elevação de Pombal à posição de autêntico ditador de Portugal durante os 22 anos seguintes. Outros altos funcionários além de Pombal atuaram com coragem e decisão nessa catástrofe sem precedentes, que destruiu mais de dois terços de Lisboa e custou entre 5 mil e 15 mil vidas; mas foi a Pombal que dom José recorreu instintivamente na crise e foi ele que persuadiu o vacilante monarca a reconstruir a capital no mesmo lugar [...].<sup>18</sup>

Ora, se por um lado conhecemos este movimento efetuado por Carvalho e Melo de concentração de poder nas mãos da coroa, pelas várias obras que já foram escritas a seu respeito; por outro lado, como é possível identificar em seus discursos a defesa desta centralização? De que maneira o terremoto se converteu em capital político nas justificativas

para as ações promovidas por Pombal? Estas são as questões centrais que estamos perseguindo.

Para tanto, pretendemos trabalhar com um corpo documental denominado *Cartas e Outras Obras Selectas do Marquez de Pombal*, obra com data de publicação de 1861. Trata-se de uma série de cartas, organizadas em dois tomos, onde são apresentadas, dentre outras coisas, decretos, apelos, apologias, elogios e outros tipos de cartas enviadas ou assinadas por Sebastião José de Carvalho e Melo, em momentos distintos de sua vida pública, datadas a partir de 1755. Ao todo são 174 cartas transcritas, dentre as quais selecionamos 45, por fazerem alusão ao evento do terremoto. Nesses textos estamos em busca dos possíveis trechos que apresentem os argumentos centralizadores no discurso de Carvalho e Melo.

A postura pragmática de Carvalho e Melo fica evidenciada em diferentes trechos, como, por exemplo, na carta datada do dia 10 de Novembro de 1755, na qual diz:

Chegando á noticia de s. m. que as padeiras, tendeiiras, artífices, e homens de ganhar, abusando impiamente da calamidade actual, teem extorquido ao povo preços exorbitantes pelos géneros de indispensável necessidade [...] É o mesmo senhor servido, que v. ex.<sup>a</sup> com toda a brevidade possível, e antes que a impiedade de semelhantes homens faça maior extorsão, mande fixar editaes em todos os arraiaes dos subúrbios de Lisboa, e lançar nelles pregões, pelos quaes estabeleça, que todos, e cada um dos sobreditos, que excederem os preços do mez de outubro próximo passado, não só pagarão ano veado o que extorquirem a favor de cada uma das partes, a quem se fizerem as extorsões; mas também serão condemnados a trabalharem em ferros por tempo de quatro mezes<sup>19</sup>

A preocupação de Carvalho e Melo era impedir que o caos se alastrasse. Em pequenas inflexões, buscava tomar as rédeas e controlar os cidadãos neste momento de pânico, ainda que sob pena da lei.

É possível perceber que as medidas iniciais tratam sobre assuntos de urgência imediata. A título de exemplos, destacaremos a preocupação quanto à distribuição de comida com preços justos e as ações para controle dos saques que aconteciam ainda nos escombros de Lisboa. Vejamos um trecho da carta enviada no dia 4 de Novembro de 1755, ao governador do Reino de Algarves<sup>20</sup> D. Rodrigo Antônio de Menezes, na qual dizia:

neste porto de Belém, e delle até o de Lisboa, se acham diferentes navios carregados de comestíveis, ou delles providos em quantidades, que excedem a necessidade do sustento das suas equipagens : é o mesmo senhor servido, que v. s. mandando-os visitar, e pondo-se em arrecadação todos os mantimentos, que nelles se acharem com as

avaliações dos preços communs, e ordinários, que até agora valeram, os faça extrahir para os armazéns, que poder fazer promptos para a guarda dos mesmos. [...] Sendo também presente ao mesmo senhor a sacríflega impiedade, com que diversos malfeitores teem sahido de bordo de navios a despojar as casas, e de templos; recolhendo-se a bordo dos mesmos navios com os roubos, e refugiando-se nelles outros malfeitores com os cabedaes, que poderam roubar outrosim servido, que v. s. mande dar busca em todos os referidos navios, sem excepção de pessoa alguma, das que nelle se acharem, e que encontrando-se roubos sejam postos em arrecadação, e os réos delles prezos, e remetidos ao logar seguro, que v. s. lhes destinar, para delle serem entregues á ordem do duque Regedor das justicas<sup>21</sup>

A tentativa que os assaltos se alastrassem aparecem em outras cartas remetidas no mesmo dia aos corregedores das comarcas do reino, instruindo para que fossem presos quaisquer suspeitos de latrocínios que passassem pela região e que se buscassem os donos originais dos bens os quais haveriam sido tomados<sup>22</sup>.

Findados os tremores, Carvalho e Melo preocupou-se em enterrar os mortos para que pudesse cuidar dos vivos (como demonstrado em uma Carta enviada ao duque de Regedor no dia 2 de Novembro de 1755<sup>23</sup>). O passo seguinte era a reconstrução da cidade de Lisboa, da qual pessoalmente, mantendo interferência direta sobre o assunto. Em 29 de Novembro de 1755 foi promulgada a legislação que ordenava o tombo das casas destruídas e estabelecia um padrão fixo para construção dos novos edifícios<sup>24</sup>. Inicialmente, os trechos de cartas citados parecem apontar simplesmente para um conjunto de medidas tomadas mediante a uma situação caótica e não necessariamente para medidas que traduzam um programa político centralizador. Contudo, um discurso que teria sido encontrado na biblioteca do Desembargador de Gamboa em 1783, intitulado *Discurso Político Sobre as vantagens que o Reino de Portugal pode tirar de sua desgraça por ocasião do Terremoto do 1º de Novembro de 1755*, parece apresentar alguns elementos mais sistematizados no que concerne à ações de caráter centralizador. Esse discurso nos apresenta um balanço de como o evento que teria levado a baixo o centro de poder do império lusitano poderia se converter em algo vantajoso para a própria reconstrução e elevação do Reino. Entrelaçando o balanço do momento com sérias críticas às práticas nacionais e relações internacionais, Pombal parece dar pistas de sua pretensão política.

Em outro trecho, Carvalho e Melo apresenta uma dura crítica a forma como a política vinha sendo administrada no Reino:

Os abusos do governo desordenado, ha muito tempo lhe teem destruído insensivelmente a constituição. De ordinário eles lhe lêem corrompido todos os princípios; e o génio da nação, que segue sempre o systema geral dirigido pelos seus vícios políticos: os Estados estrangeiros, que occasionaram esta desordem, quizeram aproveitar-se delia,

augmentando-a continuamente: e logo o mal veio a ser sem remédio. Quando os princípios de um Estado se corromperam uma vez, leis novas são quase inúteis : porque a reforma desse primeiro abuso, é nelle sempre origem do segundo. Não se faz nelle mais que mudar um mal por outro, sempre fica o fundo da desordem do Estado<sup>25</sup>.

A escolha de expressões como “fraco”, “oportunista” e similares em seu discurso compõem uma retórica que buscava apontar para a necessidade de uma ação mais rígida da Coroa. Vejamos:

Mas depois da liga da Europa, quero dizer, depois que os interesses políticos de um Estado, vieram a ser interesses políticos de outro Estado, todos os governos teem os olhos abertos, sobre a mudança que se medita naquelles que o cercam; e como os vícios dos mais fracos entram precisamente na composição das cousas que contribuem para formar os mais fortes, não se lhes permite trabalharem para ser melhores; porque da mediocridade daquelles, depende a grandeza destes.<sup>26</sup>

Com esse objetivo de recuperar a posição de Portugal, Carvalho e Melo observava que não era mais vantajoso para os portugueses manter-se neutros nos conflitos e apático com a política nacional:

[...] A peor de todas as politicas é conservar-se constantemente em paz, quando todas as mais potencias da Europa, estão em guerra. Ainda que as desordens, que a causam, não interessem pessoalmente a uma potencia, é preciso que ella se intrometia na guerra, quando os inconvenientes desta não sejam mais consideráveis, que os da paz. Um Estado se engana sempre, quando crê, que as victorias que se alcançam a duzentas léguas do seu continente, em nada tocam os seus interesses<sup>27</sup>.

Ao menos no discurso pombalino, foi exatamente o Terremoto de 1755, um momento de caos e destruição, que abriu caminho para uma mudança nos rumos lusos. Não só Lisboa, mas todo reino deveria se erguer e se modificar, se planejar e neste sentido, apesar das perdas, Portugal deveria aproveitar o evento e modificar-se.

É importante destacar, que estas são, contudo, as primeiras impressões reunidas a partir do nosso trabalho de pesquisa sobre a temática, ainda em desenvolvimento inicial. De fato, interessa-nos, a partir da análise do *corpus documental* em sua completude, reunir elementos que ajudem a esquadriñar percepção de que forma Sebastião José de Carvalho e Melo se utilizou da catástrofe de 1755 de modo a justificar um fortalecimento e alargamento da esfera de intervenção do Estado, entendido como centro da decisão política de maneira tão vigorosa.

<sup>1</sup> Mestrando vinculado ao programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), com o projeto intitulado *O Terremoto de Lisboa de 1755 e a construção política de Sebastião José de Carvalho e Melo*, orientado pela prof.(a) Dr.(a) Patrícia M. S. Merlo. Email: [juliocostasilva@live.com](mailto:juliocostasilva@live.com).

<sup>2</sup> MERLO, Patrícia. A Obra de Luís Antônio Verney: aspectos da ilustração portuguesa. In **Memórias, traumas e rupturas**. Vitória: LHPL/Ufes, 2013.

<sup>3</sup> MELO, Sebastião José de Carvalho e. **Cartas e outras obras selectas do marquez de Pombal**. 5.ed. Lisboa: Livraria Universal, 1861, Tomo II, p. 97.

<sup>4</sup> LOPES, Marcos Antônio. Aspectos teóricos do pensamento histórico de Quentin Skinner. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 52, n. 123, Jun./2011, p. 177-195, p. 85,86.

<sup>5</sup> SKINNER, Quentin. **Visões da política: sobre os métodos históricos**. Algés: Difel, 2005.

<sup>6</sup> POCOCK, Jonh. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EDUSP, 2003.

<sup>7</sup> POCOCK, 2003, p. 30

<sup>8</sup> TENGARRINHA, José. **História de Portugal**. 2. ed. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000. p. 64.

<sup>9</sup> GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português: 1645-1808. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda Baptista e GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 288.

<sup>10</sup> FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840** – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.224-225.

<sup>11</sup> FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo, 2001, p. 227

<sup>12</sup> ELIAS, Norbert. **Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 8

<sup>13</sup> O Conselho de Estado era um órgão administrativo de auxílio às decisões do Rei. Inicialmente. No período medieval e no moderno, este conselho votava demandas escolhidas pelo próprio Rei, sem autonomia de colocar em pauta novas problemáticas. É um órgão semelhante à Assembleia dos Estados Gerais na França.

<sup>14</sup> BICALHO, Maria. Inflexões na política imperial no Reinado de D. João V. in **Anais de História de Além-Mar**, ed. João Paulo Oliveira e Costa, vol. 8, Dez. 2007, p. 38.

<sup>15</sup> CUNHA, Mafalda; MONTEIRO, Nuno. Aristocracia, poder e família em Portugal, séculos XV-XVIII. In CUNHA, Mafalda Soares y FRANCO, Juan Hernández (orgs.), **Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica**. Elementos pra uma História Comparativa. Lisboa, Edições Colibri, CIDEHUS - Universidade de Évora, Universidade de Murcia. 2010, p. 60.

<sup>16</sup> MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 3.

<sup>17</sup> AZEVEDO, João. **O Marquês de Pombal e a sua época**. São Paulo: Alameda, 2004, p. 152

<sup>18</sup> BOXER, Charles. **O império marítimo português: 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 193

<sup>19</sup> MELO, Sebastião José de Carvalho e. **Cartas e outras obras selectas do marquez de Pombal**. 5.ed. Lisboa: Livraria Universal, 1861, Tomo I, p. 28.

Ressaltamos aqui que as notas sobre as cartas irão ser escritas da maneira mais próxima da escrita original possível, mantendo-se a linguagem observada nas mesmas.

<sup>20</sup> O Reino de Algarves foi uma região ao sul de Portugal como uma espécie de segundo reino de Portugal. Mesmo tratando-se de uma região legalmente separada de Portugal, na prática não dispunha de instituições próprias e tornava-se uma região provincial de Portugal.

<sup>21</sup> MELO, Sebastião. 1861, p. 69-70, Tomo I.

<sup>22</sup> MELO, Sebastião, 1861, p. 72-73, Tomo I,

<sup>23</sup> MELO, Sebastião, 1861, p. 258, Tomo I.

<sup>24</sup> TEIXEIRA, Manuel C. de; VALLA, Margarida. **O urbanismo português: séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, p.289

<sup>25</sup> MELO, Sebastião, 1861, p.100, Tomo II.

<sup>26</sup> MELO, Sebastião, 1861, p.101, Tomo II

<sup>27</sup> MELO, Sebastião, 1861, p. 109, Tomo II.

## A confederação abolicionista e o movimento abolicionista na Corte

JÚLIO CESAR DE SOUZA DÓRIA

### Resumo

Os debates sobre a abolição da escravidão no Império do Brasil, desde os anos 1870, levantaram temáticas concernentes às reivindicações e propostas apresentadas por intelectuais do país. Estes intelectuais apresentavam projetos de nação que almejavam levar a nação ao estágio civilizatório dos principais Estados-nação europeu, e neste sentido, a Confederação Abolicionista, enquanto rede de sociabilidades, capaz de congregar alguns intelectuais, desenvolveu um projeto de nação próprio, destinado à inserção social dos libertos.

### Abstract

The debates on the abolition of slavery in the Empire of Brazil, since the 1870s, raised issues concerning the claims and proposals presented by intellectuals of the country. These intellectuals had national projects which sought to take the nation to the stage of civilization of the major European nation-states, and in this sense, the Abolitionist Confederation as a network of sociability, able to gather some intellectuals developed a national project itself, for the insertion social freed.

Palavras Chaves: Abolição – Intelectuais – Confederação Abolicionista

Keywords: Abolition – Intellectuals – Abolitionist Confederation

(...) A contradição de uma folha adiantada, que está às boas com os escravocratas e em luta conosco – que nos presamos de ter incitado todos os progressos -, é manifesta. Nós só o podemos explicar por um elemento novo, que entrasse em atividade, e a nossa suspeita justifica-se. Quanto a estrangeiros, nós só lamentamos que eles sejam em seus países republicanos e venham ser, entre nós, reacionários. (...)<sup>1</sup>

O trecho do editorial do jornal Gazeta da Tarde de 10 de dezembro de 1884 apresenta alguns elementos fundamentais para entendermos as regras do jogo linguístico em que os intelectuais brasileiros estavam inseridos. Na argumentação feita pelo editor da Gazeta a um artigo veiculado pelo jornal francês *Le Messenger du Brésil*<sup>2</sup>, foi questionada a sua postura em relação à escravidão, já que tratava-se de um periódico de um país contrário à escravidão, porém, defendia tal instituição no Brasil<sup>3</sup>.



A historiografia sobre a abolição da escravidão no Brasil apresentou em diversos momentos as discussões, acusações e questionamentos entre abolicionistas e escravistas veiculadas nos periódicos do país<sup>4</sup>. Contudo, estas fontes eram vistas e analisadas como a expressão de uma inconsistência de argumentos lógicos por parte dos interlocutores – intelectuais<sup>5</sup> –, que por sua vez apelavam para os insultos, críticas morais e ao sentimentalismo. Até os anos 1980, a historiografia brasileira – destinada ao estudo dos intelectuais, de suas obras, ações e ideias políticas no Brasil ao longo do século XIX – creditava aos intelectuais brasileiros uma análise superficial, atrasada ou equivocada em relação aos usos que faziam das teorias europeias<sup>6</sup> – sobretudo, as francesas e inglesas.

Estas análises não levaram em conta as necessidades, limites e interesses locais como critérios de seleção e adaptação de teorias estrangeiras no país, nem identificaram a transformação destas como fruto de uma iniciativa local, não só brasileira, mas, latino-americana. Enfim, transformava-se o que era possível e pertinente à realidade local, objetivando uma utilidade tanto pragmática como filosófica – sobretudo nos espaços públicos e privados destinados à reflexão e produção de conhecimento<sup>7</sup>.

De qualquer forma, tais análises identificavam um ambiente intelectual matizado por “um bando de ideias novas” – parodiando a célebre frase do escritor e jornalista brasileiro Silvio Romero –, que por sua vez compunham a tessitura intelectual formativa das concepções sociais, políticas, econômicas e culturais em que estavam imersos os intelectuais brasileiros do Segundo Reinado. Essas ideias compunham o contexto político, cultural e linguístico<sup>8</sup> dos intelectuais brasileiros. Logo, para se fazer entender e igualmente compreender o que seus pares estavam dizendo nos discursos parlamentares, nas ruas e na imprensa, era necessário a adequação às regras do discurso<sup>9</sup> e do jogo político.

Novas interpretações sobre as práticas discursivas e sobre a percepção de doutrinas estrangeiras por parte dos intelectuais brasileiros foi elaborada por José Murilo de Carvalho<sup>10</sup>, que salientou a necessidade de se identificar as linguagens adotadas nos discursos no Império do Brasil como forma de entendimento da dinâmica discursiva e dos elementos constituintes do jogo político.

Assim, introduzida na tradição intelectual e política do país através das instituições de ensino portuguesas e mesmo de uma tradição latina, a retórica era a forma em que estruturava o contexto linguístico e político brasileiro e ao mesmo tempo a estratégia válida no cenário discursivo construído pelos intelectuais do país<sup>11</sup>. A retórica, portanto, era adotada de forma sistemática pelos intelectuais em seus discursos. A presença de elementos de retórica nos discursos proferidos no parlamento, nas ruas, em conferências e nos artigos

dos jornais que circulavam na Corte, demonstra a adoção dessa prática discursiva como forma de articulação das ideias objetivando um convencimento do público.

A utilização dos mesmos autores para a validação de argumentos ideologicamente opostos, o embasamento teórico alicerçado nas teses de autores que tinham ideias divergentes, a superficialidade com que se adotava determinadas ideias e conceitos e a citação equivocada da atribuição de uma ideia ou tese relacionada a um determinado autor – que por fim não se comprovava -, faziam parte da estratégia discursiva voltada para o convencimento do público, ao contrário de representar um possível modismo ou “atraso intelectual”<sup>12</sup>.

Como as gerações intelectuais anteriores a 1870 tinham uma formação política e profissional mais homogênea, como destacou José Murilo de Carvalho<sup>13</sup>, sobretudo pela própria origem socioeconômica e pela hegemonia da advocacia na Universidade de Coimbra como destino destes, a geração de 1870 com seu cosmopolitismo alargou a crítica ao status quo imperial iniciando uma crise institucional. A sociabilidade possibilitada pelas faculdades do país – Minas Gerais, Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia - e pelas associações gestadas pelas novas e diferentes especializações profissionais – Engenharia, Mineralogia, Botânica, Medicina e Direito -, possibilitaram uma crescente circulação de ideias e pessoas.

Em última instância, engendraram sociabilidades que desembocaram em formações de associações, grêmios estudantis, empresas e etc., que por sua vez criaram uma atmosfera de modernidade nas grandes cidades do país, mas, sobretudo na Corte. Esse contexto que se forma a partir dos anos 1870 gradativamente diluiu a herança lusitana na cultura brasileira, sobretudo àquela responsável pela construção da nação nos anos 1850 através do romantismo indianista<sup>14</sup>.

Assim, a tríplice origem do cosmopolitismo intelectual brasileiro de fins do século XIX - as influências de correntes de pensamento político, econômico, social e científico europeus; as experiências políticas, econômicas e sociais europeias e norte americanas; e a circulação destas ideias e pessoas nos meios intelectuais do país, sobretudo, na Corte – foi basilar na estruturação dos discursos e propostas tanto de abolicionistas quanto de escravistas. Eram adotadas as mesmas concepções e teorias estrangeiras, mas, a compreensão e aplicação destas diferiam conforme as experiências sócio profissionais e os interesses de classe, indivíduo ou grupo.

As ideias do filósofo positivista português Teófilo Braga por vezes foram citadas pelos intelectuais brasileiros, demonstrando a influência portuguesa no meio

intelectual de fins do Império, mas também, a do positivismo<sup>15</sup>. No início de 1880, a Gazeta da Tarde destaca a relação de proximidade entre o positivista lusitano e Joaquim Nabuco<sup>16</sup>,

A reprodução na Gazeta da Tarde do texto publicado na Revista Positivismo – fundada por Teófilo Braga -, indica a proximidade entre as ideias dos abolicionistas brasileiros e dos positivistas portugueses. Essa proximidade intelectual entre brasileiros e portugueses, bem como a leitura da doutrina positivista de interpretação ibérica possibilitavam uma fácil absorção pela intelectualidade brasileira, dada as semelhanças culturais e políticas dos dois países<sup>17</sup>.

Não afirmamos que as ideias positivistas francesas advindas de nomes como o próprio Comte, Littré, Laffitte<sup>18</sup>, entre outros, fosse negligenciada ou rechaçada por intelectuais brasileiros adeptos da doutrina, e até mesmo, pelos que simpatizavam com algumas de suas proposições. Entendemos que a sua versão portuguesa era mais próxima da tradição cultural brasileira e por isso, mais familiar, sobretudo para os republicanos e os abolicionistas radicais.

Para os abolicionistas brasileiros, as constatações de Braga lhes abrem a oportunidade para justificar o atraso e inferioridade creditados aos negros devido à escravidão e não aos seus valores e pendores naturais e primitivos, ou seja, foi a escravidão e o homem branco que incivilizou e barbarizou o negro. Neste sentido, segue o artigo de Joaquim Serra, assinado como Ignotus – um de seus pseudônimos -, na Gazeta da Tarde de 25 de fevereiro de 1881.

(...) de balde tem se dito aos arianos do Jacareí, que eles descendem do antropomórfico vindo da Península Ibérica, e que esse antepassado por força seria um sucessor do Gorilo Africano. O Pontífice e a Igreja não acreditam, desprezando a opinião de Oliveira Martins quando chama de – raça africana – aos iberos, isto é, aos espanhóis da Península, e naturalmente aos de Mar de Hespanha. Citarei as palavras do autor da Civilização Ibérica: O que é o ibero? Recentemente a opinião de identidade de caracteres primitivos entre os iberos e os povos originários da África Setentrional parece caminhar para uma aceitação completa. E acrescenta Teófilo Braga: “Modernos trabalhos de antropologia determinam identidade entre o Basco e o tipo Berber da África(...)”<sup>19</sup>

O artigo de Joaquim Serra, chamado *Nos Quoque!*, critica as ações e ideias defendidas por *escravocratas, sejam clássicos, românticos, ou positivistas* e, especificamente, o Barão de Cotegipe e seus pares. Nele, o autor descreve festas e eventos escravistas que ocorrerão em Indaiatuba, Mar de Hespanha e Paty do Alferes, além de um congresso antropológico em Jacareí, em que terá Cotegipe como um de seus participantes. E prossegue dizendo que sobre os negros se dirá que

(...) como é sabido, o positivismo escravagista, sob o fundamento de que os brancos, por isso que são arianos, devem esfrega-lo, até que desapareçam;a esses negros que são microcéfalos(...) e conclui (...) Mas qual o pontífice de Jacareí já disse, e o provará novamente na conferência cotegipiana, que a emancipação dos negros africanos é um contrassenso em face da ciência nova (...) Ora, depois disso nada mais teremos que dizer, nem eu, nem o sr. Barão de Cotegipe. Sua excelência que par aquele laus-perenne positivista, terá apenas preparado com algumas páginas de Littré,de Spencer, ou de Stuart Mill, sem duvida alguma que responderá com as chapas da ciência moderna, falando em nova orientação dos espíritos, resultante dos fatores sociológicos, altruísmo e determinismo, etc. e etc. E a sessão terminará citando todos os oradores as opiniões que não leram e apenas conhecem de alguns livros de vulgarização de Broca, Toppinard, Zeller, Darwin, Huxley,[ilegível], Max Muller, Lubbock, Robin, Letourneau, Hoeckel (...) e outros que fazem menção os catálogos bibliográficos, e os bestuntos desses oficiais de obra feita e para uso de sábios às pressas, e a bragas enxutas<sup>20</sup>.

O artigo do jornalista e futuro integrante da Confederação Abolicionista indica possíveis chaves de leitura sobre o contexto linguístico do fim do Império. A crítica é direcionada aos argumentos e ideias de seus opositores a fim de apontar inconsistências ou erros de interpretação e análise das noções e conceitos cientificistas. O autor demonstra conhecimento das possíveis obras em que se baseavam os discursos dos mesmos, ao destacar (...) *a sessão terminará [com] todos os oradores [dando] as opiniões que não leram e apenas conhecem de alguns livros (...) e outros que fazem menção [a]os catálogos bibliográficos (...) de obra feita e para uso de sábios às pressas(...)*<sup>21</sup>.

Serra identifica a matriz ideológica dos seus debatedores para poder entrar no jogo discursivo da retórica. Identifica os seus opositores como positivistas escravistas e assim, utiliza afirmações de dois ilustres escritores portugueses, sendo um deles considerado o precursor do positivismo em Portugal. Dessa maneira, os termos, conceitos e noções elencadas nos discursos de ambos os lados é de comum conhecimento, ou seja, os argumentos se estruturavam em bases positivistas e cientificistas – estão dadas as regras do jogo e o terreno a se travar a partida. O objetivo almejado pelos debatedores era persuadir o seu opositor e a opinião pública de que as ideias que defendiam eram as mais corretas, e a fazê-lo, embasando-se em citações de autores consagrados aumentava o grau de credibilidade e autoridade de seus argumentos.

Diante dessa perspectiva, percebemos que independente da filiação a determinadas doutrinas – filosóficas políticas ou econômicas -, existiam concepções, termos e noções gerais comuns aos intelectuais brasileiros deste período, que se caracterizavam por estabelecer um contexto cientificista. Nesse sentido, os debates políticos e sociais eram impregnados por concepções, conceitos e termos cientificistas<sup>22</sup> em voga na Europa e nos Estados Unidos. Consequentemente qualquer intelectual ou associação política engajada na construção de um projeto de reforma política, social ou econômica estruturava o seu discurso com argumentos cientificistas<sup>23</sup>.

No Brasil de fins do século XIX havia um crescente espaço de difusão e discussão científica relacionada a determinadas áreas do conhecimento. A existência de periódicos especializados em medicina, os debates nos jornais sobre técnicas de engenharia, as pesquisas sobre a botânica no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, apontam para a existência e construção de espaços de ciência e saberes no Império, voltados apenas para as suas respectivas áreas de conhecimento independentes dos debates políticos<sup>24</sup>. Tal fato se torna importante num contexto intelectual notadamente marcado pela adoção dos saberes científicos na sustentação dos argumentos, discursos e projetos políticos por destacar uma familiaridade dos intelectuais brasileiros diante de termos, conceitos e noções cientificistas europeias.

A partir destas constatações torna-se frágil as afirmações sobre a falta de incoerência intelectual e incapacidade de compreensão de determinados conceitos e ideias difundidas na Europa pelos intelectuais brasileiros. O nosso entendimento é de que tal perspectiva representava mais uma lógica de encadeamento dos argumentos retóricos que estruturavam os seus discursos do que uma incoerência ou inconsistência intelectual. Eram aceitas por fazerem parte do jogo linguístico.

A capilaridade da ciência e do paradigma cientificista como o portador da razão na sociedade brasileira de fins do século XIX - mas, sobretudo entre intelectuais - potencializava a alocação e direcionamento desses saberes para a consecução de interesses de grupos e classes, porém, esta não era a sua única aplicação. Porém, nos discursos e debates políticos e sociais de fins do Império, as concepções cientificistas do século XIX eram utilizadas como estratégia discursiva<sup>25</sup>.

Os debates entre intelectuais sobre os projetos de nação para o Império do Brasil embasados em argumentos ou noções cientificistas se tornaram recorrentes ao longo dos anos 1880. Em específico, aqueles difundidos pela Gazeta da Tarde - enquanto interlocutora dos princípios e projetos da Confederação Abolicionista<sup>26</sup> entre 1883 e setembro de 1887 -, acerca da abolição da escravidão, encontraram de tempos em tempos ferrenhos opositores, como francês Le Messenger du Brésil.

Assim, os intelectuais da Confederação, encastelados na Gazeta da Tarde fizeram do periódico o seu púlpito para discursar à nação e sempre que possível criticava as ideias e projetos escravistas ou emancipacionistas. Deste modo, o editorial da Gazeta do dia 10 de dezembro de 1883 destaca no seu próprio título o mote de seus debates: Os Prudentes.

De forma irônica, o autor do artigo – o redator chefe da folha era Luiz de Andrade, mas, também exerciam a função de redatores Júlio de Lemos e Gonzaga Duque Estrada<sup>27</sup> - inicia o seu discurso dizendo que (...) *Ainda desta vez os amigos do Messenger du Brésil não se dignam responder aos nossos argumentos sobre a conveniência da emancipação imediata(...)*<sup>28</sup>.

E prossegue elencando contradições nos argumentos e posicionamentos do jornal franco-brasileiro em sua defesa de um processo lento e planejado de abolição. Diante desta perspectiva, a argumentação é contundente

(...) Quanto a julgar a emancipação uma consequência de outras medidas e não o princípio da reforma de que carece o país, ainda o Messenger dá em falso, porque lhe perguntaremos se se não recorda do que escrevemos: “não serão um preparativo os 12 anos e tanto da Lei Rio Branco, a propaganda abolicionista tão forte nos últimos 4 anos e ainda outros fatos que nos vêm à memória?” A nossa ideia é que depois de tantas leis temperadas, que têm preparado o terreno, venha afinal a decisiva resolução do problema...<sup>29</sup>

As bases do discurso dos intelectuais da Confederação visavam minar a argumentação de que a abolição imediata seria uma posição abrupta e radical, demonstrando a incoerência de tal análise ao mostrar que ao menos já havia mais de 12 anos que tal processo havia se iniciado.

E assim seguia

(...) O lugar comum de “ser reacionário de alguém”, tão citado no Figaro, ainda nos vem provar mais quanto o Messenger está mudado e prudente. No Brasil é muito triste ter esse lugar, porque, infelizmente, as ideias correntes em outros países nem tem órgãos de publicidade, nem aparecem senão a medo. Na questão política não é glória pra ninguém – principalmente se aspira ser adiantado -, considerar-se nosso reacionário (...) Em vez de nos ajudar com as grandes inspirações da sua pátria, nós, tê-lo-emos como um retrógrado, e tentaremos de inutilizar a sua perniciosa propaganda<sup>30</sup>.

Encontramos aí a *propaganda perniciosa* referida pela Gazeta da Tarde do dia 10 de dezembro. O Messenger, por sua vez, passou a reproduzir vários artigos se colocando diretamente em oposição ao abolicionismo defendido pelos intelectuais da Gazeta, conseqüentemente, contra o projeto de abolição da Confederação Abolicionista.

Assim, nos dias 13 e 16 de dezembro, o Messenger apresenta em seu editorial artigos sobre imigração e emancipação gradual da escravidão, bendizendo as iniciativas, práticas e projetos dos clubes da lavoura do sudeste<sup>31</sup>. Porém, o embate entre as duas vertentes de intelectuais parece ter chegado a um termo no início de janeiro de 1884.

O editorial da Gazeta da Tarde do dia 10 de janeiro, intitulado Os interesses do Paiz<sup>32</sup>, é transcrito um trecho do editorial do Messenger em que agradece a alcunha de “Aliados naturais”. O artigo segue com destaque de pontos de concordância sobre a necessidade da imigração para o Brasil, porém, continua a afirmar que a abolição deve ser feita imediatamente. Desta forma, é encerrado parcialmente o embate entre duas vertentes da abolição da escravidão em que a última palavra converge para uma possível aliança, a partir, de um convencimento das necessidades urgentes do país.

Entretanto, o jornal por vezes apenas reproduzia os embates e discursos ocorridos em locais públicos ou no próprio parlamento. Nestes locais, o público específico, a escolha de um orador, e a estruturação prévia de um discurso – sobretudo nas Conferências – apresentam os elementos de retórica que estruturavam os atos de fala dos intelectuais da

Confederação Abolicionista, apresentando assim, os seus projetos de nação a partir da abolição da escravidão calcado no embate com ideias e projetos contrários aos seus.

Nesse sentido, as Conferências da Glória foram eventos fundamentais na construção de um ambiente marcado pelo debate cientificista<sup>33</sup>. Observando a perspectiva de promoção das suas ideias e propaganda, a Confederação apresentou a Conferência do lente da Politécnica, o sr. Álvaro Joaquim de Oliveira<sup>34</sup> em capítulos na Gazeta da Tarde, entre os dias 20 de novembro de 1883 e 07 de janeiro de 1884, para contrapor os argumentos do então jurista, dr. Antonio Coelho Rodrigues<sup>35</sup>, que havia conferenciado na Escola da Glória no dia 04 de novembro de 1883 e publicada do Jornal do Comércio no dia 10 do mesmo mês.

O discurso do professor Álvaro Joaquim de Oliveira se concentrava na crítica e desconstrução dos argumentos de Coelho Rodrigues. Neste sentido, não apresentava projetos específicos e claros para o fim da escravidão e nem mesmo reformas sociais a serem implementadas no país. A tônica do discurso girava em torno da necessidade de se extinguir a escravidão e a validade do movimento abolicionista.

Logo, a fim de dotar o seu discurso de argumentos cientificistas e, portanto, justificar a necessidade da abolição da escravidão e do abolicionismo, o autor estrutura o seu artigo em bases positivistas. Adotando tal perspectiva em suas interpretações sobre a sociedade, a economia e a política do país, prescreve a aplicação prática de suas teorias e análises nas decisões políticas a serem tomadas pelo Estado. É recorrente em seu discurso, a valorização das características sentimentais e emotivas do ser humano para o alcance de sua elevação na hierarquia moral das civilizações, coadunada com a perspectiva comtiana e lafitista do positivismo<sup>36</sup>.

Mas, o debate precisava ser travado nos diversos campos em que se apresentavam os opositores do movimento abolicionista, e nesse caso, como se tratava de um debate com um afamado jurista da Corte - num local de grande destaque e visibilidade dos grandes discursos de bases cientificistas, em que o público, embora não fosse selecionado, ou seja, a entrada nas conferências da escola da Glória eram abertas a qualquer pessoa era em sua grande maioria formado por intelectuais e políticos, dentre eles, o próprio Imperador -, fazia-se necessário a escolha de um orador com um capital simbólico igual ou maior.

Neste sentido, segue o engenheiro e professor da Politécnica destacando que

(...) A prosperidade do comércio diz Condorcet\*[Reflexões sobre “A Escravidão dos Negros”. Tradução de Aarão Reis], a riqueza nacional não podem servir para contrabalançar a justiça. Um número qualquer de homens



reunidos não têm o direito de fazer aquilo que, da parte de cada homem em particular, seria uma injustiça(...)<sup>37</sup>.

o princípio da crítica moral à escravidão é vasto. Ao citar o matemático, filósofo e político francês, a estratégia discursiva começa a expandir-se. Citar um elevado número de autores consagrados para endossar a própria argumentação era uma estratégia usual do discurso, pois, induzia o público a perceber a comunhão e o compartilhamento de ideias, práticas e princípios – porém, neste caso, em específico, esse “outro” a mais era quase sempre um nome de destaque em alguma área do conhecimento – com diversos pensadores consagrados, o que por sua vez, dotava esses discursos de um alto grau de autoridade intelectual.

Nos debates intelectuais em que a Confederação se lançou foram escolhidos diferentes e diversos oradores. A nossa hipótese é que de acordo com o local, o público e o tema a ser discursado ou debatido, a Confederação Abolicionista escolhia o intelectual mais adequado para efetuar o discurso.

A escolha de um professor da Escola Politécnica para discursar sobre os benefícios diversos que o país alcançaria com a abolição da escravidão e destacando a importância do movimento abolicionista para a consecução de tal propósito, se enquadra em tal perspectiva, pois, fora escolhido um “teórico” do abolicionismo e não um “político ou defensor passional” para debater com um renomado jurista do Império um local caracterizado pelo debate intelectual. Mas, além disso, um dos pontos mais importantes demorados da análise de Álvaro de Oliveira foi sobre a abolição da escravidão no Ceará.

Cearense e profundo conhecedor das características sociais, políticas, econômicas e históricas, Álvaro de Oliveira era o intelectual perfeito para poder contradizer com propriedade os argumentos do dr. Coelho Rodrigues – este uma piauiense<sup>38</sup> que estava a analisar as consequências do abolicionismo para o Ceará. Essa estratégia de seleção de oradores, debatedores ou escritores, adotada pela Confederação Abolicionista permitia por vezes que alguns intelectuais falassem em seu nome e defendesse algum posicionamento da instituição.

Entendemos que as ações da Confederação Abolicionista dentro do movimento abolicionista forma amplas. Desde a formação de caixas emancipadoras à criação de escolas noturnas, passando pelo patrocínio de fugas de escravos<sup>39</sup>. No presente trabalho destacamos a sua atuação no cenário intelectual através dos debates na imprensa e em determinados espaços de saber – Conferências da Glória – como estratégia de convencimento e proselitismo para o movimento abolicionista, destacando o seu caráter propagandístico.

---

Mestrando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Capes).

<sup>1</sup> Jornal Gazeta da Tarde, 10 de dezembro de 1884.

<sup>2</sup> Redigido no Brasil e publicado no Brasil e na França

<sup>3</sup> Gazeta da Tarde, 10 de dezembro de 1884.

<sup>4</sup> CONRAD, Robert. Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.; COSTA, Emília Viotti da. A Abolição. 7ª ed. São Paulo: Global, 2001.; MACHADO, Humberto F. & NEVES, Lucia Maria B. O Império do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>5</sup> Para o conceito de intelectual no presente artigo, adoto a perspectiva de Jean-François Sirinelli. Os personagens aqui identificados como intelectuais enquadravam-se numa rede profissional e social caracterizada pelo uso de suas ideias, discursos e ações como mecanismo de intervenção nos assuntos e disputas políticas da sociedade que compunham. cf. SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, Renè(org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: FGV, 2003. Pp. 231-262.

<sup>6</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. História da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.; BOSI, Alfredo. Dialética da Colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.; SEVCENKO, Nicolau. Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1992; SKIDMORE, Thomas E. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012; e Op. cit. COSTA, Emília Viotti da. Para ver uma análise mais detalhada, CORÊA, Mariza. A Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. Universidade de São Francisco: Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação, 2001. Pp. 21-30.

<sup>7</sup> Para uma melhor compreensão do universo intelectual e científico no Segundo Reinado, ver DANTES, Maria Amélia(org.).Espaços de ciência no Brasil:1800-1930. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

<sup>8</sup> A concepção de contexto linguístico é aqui adota a partir da perspectiva estabelecida por John Pocock, como o vocabulário político e intelectual de uma determinada sociedade em um período e espaço específicos. Que por sua vez definirá os significados e sentidos de palavras, termos e conceitos.

<sup>9</sup> Os discursos e textos políticos tornam-se fundamentais para a compreensão dos interesses em disputa no país no fim do Segundo Reinado. A partir da perspectiva desenvolvida por Skinner, os discursos funcionam como atos de fala, pois, ao debaterem com outros intelectuais, através da imprensa e do parlamento as questões de interesse geral que estavam em voga no país, estes debates – por serem políticos – tinham como objetivo a realização de ações que viessem corporificar as ideias apresentadas e defendidas na imprensa, na tribuna e nas ruas. Segundo Skinner, um discurso, ou texto, é compreensível a partir da identificação do vocabulário linguístico utilizado pelo seu autor, e deve ser comparado com outros textos concernentes ao mesmo assunto, porém com vocabulários diferentes e divergentes. Tal procedimento possibilita a identificação da diversidade de discursos e consequentemente de interesses e opiniões sobre um mesmo assunto.

Os atos de fala identificam nos discursos políticos uma ação, que encontra no contexto político e linguístico sua interdependência e significado. cf. SKINNER, Quentin. Significado y comprensión em La historia de las ideas, 2000. Pp. 60-122 e 180-189.

<sup>10</sup> CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. Topoi, Rio de Janeiro, nº 1, 1999. pp. 123-127.

<sup>11</sup> Ibidem. Pp. 125-135.

<sup>12</sup> A interpretação destas práticas como um atraso intelectual denota uma concepção evolucionista teleológica, como o spencerianismo e o darwinismo social. Estas teorias sociais hierarquizavam as sociedades e as nações tendo como referencial o padrão europeu ocidental. Logo, as sociedades e nações que não se encontravam no mesmo padrão de desenvolvimento cultural, tecnológico, econômico e social destas nações eram consideradas atrasadas, mas, eram passíveis de chegar ao estágio de desenvolvimento alcançado pelos europeus ocidentais.

<sup>13</sup> Ibidem, CARVALHO, José Murilo.

<sup>14</sup> Op. cit. CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Pp. 135-155.

<sup>15</sup> Esse aspecto em específico corresponde a assimilação do positivismo por republicanos e abolicionistas. Ver Alonso, Angela. 2002. Pp.205-237. ; ESTEVES, José Pereira. Positivismo e República. Revista de Estudos Filosóficos, nº3, São João del-Rei,2009.; RODRIGUES, Ricardo Vêlez. O pensamento de Teófilo Braga no contexto do Positivismo Luso-Brasileiro, Centro de Pesquisas Estratégicas Paulino Soares de Sousa, UFJF, 2001.

<sup>16</sup> Jornal Gazeta da Tarde, 06 de novembro de 1880, extraído da Revista Positivismo nº 6, agosto-setembro de 1880. O discurso de Joaquim Nabuco mencionado pela Revista portuguesa refere-se a uma homenagem concedida ao brasileiro por ocasião de sua visita à Portugal.

<sup>17</sup> RODRIGUES, Ricardo Vêlez. A Moral positivista, a luz das análises de Sílvio Romero (1851-1914) e Teófilo Braga (1843-1924), Revista Estudos Filosóficos, nº 7, 2011.

<sup>18</sup> Ver Op. cit. ALONSO, Angela, 2002. Pp. 205-229; SOARES, Mozart Pereira. Positivismo no Brasil: 200 anos de Augusto Comte. Porto Alegre: AGE, 1998.; CARELLI, Mário. Culturas Cruzadas: intercâmbios culturais entre França e Brasil. Campinas: São Paulo: Papyrus, 1994. Pp. 149-153; BOSI, Alfredo. O positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração. In:- Do positivismo à desconstrução: ideias francesas na América. (org.) PERRONE-MOISÉS, Leyla. São Paulo: Unesp, 2004. Pp. 17-47. Seguindo o esquema explicativo de Bosi, as ideias dos positivistas desenvolvidas por Augusto Comte teriam sido incorporadas ao universo intelectual brasileiro por intermédio do seu discípulo Pierre Lafitte, em oposição à interpretação da doutrina dada por Emille Littré. Esta preferência à abordagem lafiteista em oposição a litreista encontra-se na exclusão dos aspectos religiosos por Littré, existentes na doutrina comtiana, que por sua vez, eram contemplados por Lafitte. Porém, segundo o autor, essa escolha teria sido efetuada por Teixeira Mendes e Miguel Lemos, que representavam a vertente ortodoxa do positivismo no Brasil centrada na Igreja Positivista Brasileira.

Mário Carelli destaca a adoção do modelo litreista pelo Exército brasileiro, tendo como difusor o professor da Escola Militar, Benjamin Constant.

Angela Alonso apresenta uma variedade mais ampla do positivismo no Brasil identificando três grandes grupos: os positivistas abolicionistas, os federalistas científicos paulista e os federalistas científicos gaúchos.

<sup>19</sup> Jornal Gazeta da Tarde, 25 de fevereiro de 1881.

<sup>20</sup> Idem.

<sup>21</sup> Idem.

<sup>22</sup> SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização - In: Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 2006.pp 41-60.; SANTOS, Ricardo Ventura. Mestiçagem, degeneração e a viabilidade de uma Nação: debates em antropologia física no Brasil (1870) – In: Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.;

Op. cit. SCHWARCZ, Lilia Moritz., 1987.; SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.; MONTEIRO, Simone & SANSONE, Livio(org). Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.; Op. cit. SKIDMORE, Thomas E. ; e Op. cit. CORRÊA, Mariza.

<sup>23</sup> Adoto aqui o termo cientificista de forma ampla objetivando a identificação de conceitos, termos, noções e ideias das mais diversas áreas do conhecimento humano adotadas como condutoras na argumentação dos discursos. Estes poderiam ser oriundos da botânica, da mineralogia, da antropologia, da engenharia, enfim, de toda e qualquer área do conhecimento validada cientificamente.

<sup>24</sup> DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro.: In- Espaços da ciência no Brasil. (org.) DANTES, Maria Amélia M. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001. Pp. 27-51; ELDER, Flávio Coelho. & FERREIRA, Luiz Otávio. & FONSECA, Maria Rachel Fróes da. A faculdade de medicina do Rio de Janeiro no século XIX: a organização institucional e os modelos de ensino. : In- Espaços da ciência no Brasil. (org.) DANTES, Maria Amélia M. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001. Pp. 59-75.; FIGUERÔA, Sílvia Fernanda de Mendonça. O cientificismo e a ampliação dos espaços institucionais (1870-1905).: In - As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934. São Paulo: Hucitec, 1997. Pp. 103-171.

<sup>25</sup> Op. Cit, CARVALHO, José Murilo de., 1999. Pp.127-137. José Murilo assinala a recorrência das citações de autores consagrados pelos intelectuais brasileiros como forma de angariar aceitação e autoridade para os seus discursos.

<sup>26</sup> A sede da Confederação Abolicionista estava localizada na redação do Jornal Gazeta da Tarde.

Ver, SILVA, Eduardo. As camélias do Leblon: e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Pp. 16-17.

<sup>27</sup> Gazeta da Tarde, 14 de maio de 1883.

<sup>28</sup> Gazeta da Tarde, 10 de dezembro de 1883.

<sup>29</sup> Idem.

<sup>30</sup> Ibidem.

<sup>31</sup> Le Messenger du Brésil, 13 e 16 de dezembro de 1883 .

<sup>32</sup> Gazeta da Tarde, 10 de janeiro de 1884.

<sup>33</sup> FONSECA, Maria Rachel Fróes da. As Conferências Populares da Glória: a divulgação do saber científico. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, vol.2, nº3, Rio de Janeiro, nov./fev., 1996.; CARULA, Karoline. As Conferências Populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1873-1880). Dissertação de mestrado Unicamp, Campinas, São Paulo, 2007. As Conferências da Glória ocorriam em algumas escolas localizadas na região onde atualmente se localizam os bairros de Laranjeiras, Catete e Glória. Nelas ocorriam

conferências voltadas para a divulgação, comentários ou críticas de estudos científicos nacionais ou estrangeiros. Também eram proferidas palestras e discursos sobre assuntos em pauta no cenário político do país.

<sup>34</sup> Jornal Gazeta da Tarde, 20 de novembro de 1883. O jornal é apresenta o sr. Álvaro Joaquim de Oliveira como professor da Escola Politécnica, e portanto, apto para responder em nome da Confederação Abolicionista o discurso do jurista Coelho Rodrigues sobre a preciosidade do abolicionismo e a inadequação do projeto de abolição defendido pela Confederação.

<sup>35</sup> Antonio Coelho Rodrigues foi professor de Direito da Faculdade de Recife e por duas vezes fora eleito deputado pela província do Piauí. Há época de sua Conferência na Escola da Glória, estava na Corte participando de uma comissão código civil. BLAKE, Sacramento. Dicionário Bibliográfico Brasileiro.vol. 1. Conselho Federal de Cultura, 1970. O jornal Gazeta da Tarde não reproduziu o seu discurso, mas, informou que o mesmo havia sido reproduzido pelo Jornal do Commercio. Ver, Ibdem, Gazeta da Tarde.

<sup>36</sup> Op. cit. Gazeta da Tarde, 20 de novembro de 1883.

<sup>37</sup> Idem.

<sup>38</sup> Op. cit. Blake, Sacramento.

<sup>39</sup> Dissertação de mestrado em conclusão: A Confederação Abolicionista e o abolicionismo na Corte: projetos e estratégias de inserção do negro na sociedade brasileira

As remoções no Rio de Janeiro: o caso da *Favela da Beira da Lagoa* através do *Tribuna Popular* (1947)

Karina Pinheiro Fernandes  
Doutoranda em História Social – PPGHIS/UFRJ  
Orientadora: Prof. Dra. Andrea Casa Nova Maia  
pinheiro.karina@outlook.com

**Resumo:**

Este artigo pretende analisar como a temática das remoções de favelas cariocas foi abordada no *Tribuna Popular* (1945-1947) através de matérias e imagens. Este jornal pertencia ao Partido Comunista do Brasil (PCB) e as questões do cotidiano da população mais carente eram recorrentes em suas páginas. O objetivo é examinar a visão do PCB sobre este tema a partir do acompanhamento do caso de tentativa de remoção da *Favela da Beira da Lagoa* no bairro da Gávea no Rio de Janeiro no ano de 1947.

Palavras-chave: PCB; Favela da Beira da Lagoa; Rio de Janeiro

**Abstract:**

This article analyzes how the issue of removals of Rio's favelas was addressed in *Tribuna Popular* (1945-1947) through stories and images. This journal belonged to the Communist Party of Brazil (PCB) and issues of everyday life of the poor population were recurrent in its pages. The purpose is to examine the vision of the PCB on this topic from monitoring the event of an attempted removal of the Favela da Beira da Lagoa in the Gávea district in Rio de Janeiro in 1947.

Key-words: PCB; Favela da Beira da Lagoa; Rio de Janeiro

A cidade do Rio de Janeiro pode ser caracterizada pelas disputas territoriais documentadas já desde o século XVI. As mudanças sofridas pela paisagem desde então foram muitas, e marcadas pelos diferentes habitantes e proprietários que a disputaram, dominaram, dividiram, exploraram, invadiram ou por ali apenas circularam nestes pouco mais de quatro séculos. A partir de 1565 já há registros da presença de colonizadores portugueses nesta área, muito habitada ainda pelos Tamoios. Mas a região foi disputada também por holandeses, ingleses e franceses, estes últimos que chegaram a ter domínios por certo tempo.

A cidade foi constituída a partir da relação entre porto e sertão, entre comércio e produção. Desta forma, desde o início das ocupações houve investidas na interiorização da cidade, organizando atividades agrícolas de subsistência local, mas também em larga escala, principalmente de cana-de-açúcar. Esta característica contribuía progressivamente para as disputas territoriais por toda a cidade.

A região da hoje chamada Lagoa Rodrigo de Freitas foi ocupada originalmente por indígenas e a partir do século XVI por europeus no avanço para o sertão da cidade. Com a constatação da qualidade das terras locais e pela abundância de águas que descem do Maciço da Tijuca a área mostrava sua vocação para agricultura. Foi criado o primeiro engenho em 1575, o Engenho Del'Rei. Esta região se manteve considerada rural até a década de 1950. Até então, seu processo de urbanização por expansão da região central foi lento, mas marcado por muitas disputas. Sua localização natural também dificultava o acesso e protegia seus habitantes, favorecendo os indígenas nos combates com europeus.

O crescimento da exploração de cana-de-açúcar na região e a importância que tomou essa atividade para o crescimento da cidade levou a ocupação progressiva das margens da Lagoa. A mão-de-obra era de escravos negros, de indígenas aprisionados e de colonos livres que também foram responsáveis pela ocupação de terrenos na área para roças de cana. Aos poucos, colônias de pescadores também se desenvolveram na área e a construção de casas foi sendo permitida pelos grandes proprietários de engenho.

Mesmo com o desenvolvimento urbano do centro da cidade, nos séculos XVII e XVIII, as áreas em torno da lagoa mantinham-se com certa autonomia. O acesso a partir do centro era difícil, por isso a pouca fiscalização permitia os contrabandos de escravos e produtos, saindo para o mar por onde hoje fica o Jardim de Alah. (RODRIGUES, 2012: 340-342).

Assim, os terrenos que margeavam o Maciço da Tijuca, da Gávea até a Fonte da Saudade foram se transformando em manancial de riqueza resultando do incremento da produção da cana e dos engenhos. Os contornos do Leblon e do Parque da Catacumba eram ocupados por homens livres pobres que viviam da lavoura e da pesca e por escravos fugidos que transformaram essas regiões em quilombos. (RODRIGUES, 2012: p. 342)

A formação de pequenos núcleos de povoação isolados do rebuliço urbano deu características diferenciadas à região. Ao findar o século XVII, toda a borda da lagoa, desde o Maciço da Tijuca, Humaitá, Leblon e Gávea, estaria tomada por canaviais. Os engenhos se expandiram junto com as áreas dominadas por canaviais, e à medida que a população local crescia, os pastos e roças aumentavam também.

No século XVIII, a ocupação dos espaços por pessoas mais pobres, fossem lavradores ou pescadores foi aumentando e gerando conflitos com grandes proprietários de terras de engenhos que pretendiam controlar o contorno da Lagoa, conforme lhes parecia mais lucrativo. No final do século, a economia açucareira começou a decair. As grandes

propriedades começaram a ser loteadas e a se transformar com a formação de chácaras que mantinham a produção de subsistência da região. Lavradores locais e antigos trabalhadores dos engenhos passaram a atuar nestas chácaras.

A chegada da Família Real portuguesa no Rio de Janeiro no início do século XIX fez com que empreendimentos da chamada política industrial joanina transformassem a região da Lagoa, incorporando muitas das terras ao governo português formando a Fazenda Nacional da Lagoa. Foi criado o Jardim Botânico e foram construídas fábricas que iriam iniciar a modificação do caráter exclusivamente agrícola da região. O restante da cidade era remodelado e a partir de 1850 a região da Lagoa mesclava sua vocação rural com o desenvolvimento fabril. A região ganhou importância e visibilidade para o restante da cidade, visto a consolidação do Jardim Botânico, enquanto espaço de pesquisa. Por isso, ampliou-se o acesso a região, abrindo ruas que ligassem o centro urbano a área, e posteriormente a implantação do sistema de bondes.

Essa nova estrutura de mobilidade atraiu estrangeiros em busca de ares mais puros na região da Gávea, como ocorreu com Santa Teresa e Alto da Boa Vista. A ocupação de estrangeiros e membros da elite foi dada em chácaras, provenientes dos antigos engenhos e roças de cana.

No final do século XIX, os empreendimentos fabris se intensificam renovando a região e tornando a área da Gávea essencialmente industrial. Foram os casos da Fábrica de Tecidos Corcovado, a Fábrica de Chapéus Braga Costa, a Fábrica Carioca e a de São Felix. O perfil do local se modificou, formando uma população de trabalhadores fabris e conseqüentemente a construção de vilas operárias agregadas às fábricas. Estes empreendimentos alteraram os valores dos terrenos, contribuíram para o crescimento do comércio e dos investimentos urbanos. Alguns proprietários de fábricas investiram em escolas e clubes para manter os operários e suas famílias na região sob controle para possíveis revoltas ou greves. Isto contribuía para certa autossuficiência da região.

A urbanização local continuava a crescer e a estrutura viária acompanhava e contribuía para este desenvolvimento. Foi criada a Companhia de Bondes Jardim Botânico em 1874, consolidando a freguesia da Gávea e ligando-a as áreas centrais. A ocupação do lado do Leblon e de Ipanema tomaria contorno apenas no final do século XIX e início do XX, com o desmembramento desta parte da Fazenda Nacional da Lagoa em cem chácaras.

Nas décadas de 1920, 1930 e 1940 toda a cidade do Rio de Janeiro se modernizava e procurava enquadrar-se em um perfil salutar. No início do século XX a valorização dos terrenos da região progredia, e algumas áreas, como a franja da Lagoa entre o Humaitá e o Leblon, mostravam-se ainda sem estrutura urbana e salubridade como a área da Gávea. Portanto, a pouca disputa por essas áreas pelas elites permitiu a permanência e aumento de populações mais pobres. Na década de 1920 iniciaram procedimentos para o saneamento da Lagoa como a abertura do canal de ligação com o mar que formou a Ilha dos Caiçaras com a terra retirada, levando a formação de uma favela e posteriormente de um clube de lazer. E ainda a abertura da Avenida Epitácio Pessoa e da construção do Hipódromo da Gávea em 1926. Os interesses econômicos, políticos e sanitários na região estimularam diversos projetos de urbanização e transformação da região integrando-a a renovação pela qual passava a parte central da cidade e que se expandia. (RODRIGUES, 2012: p.343-347)

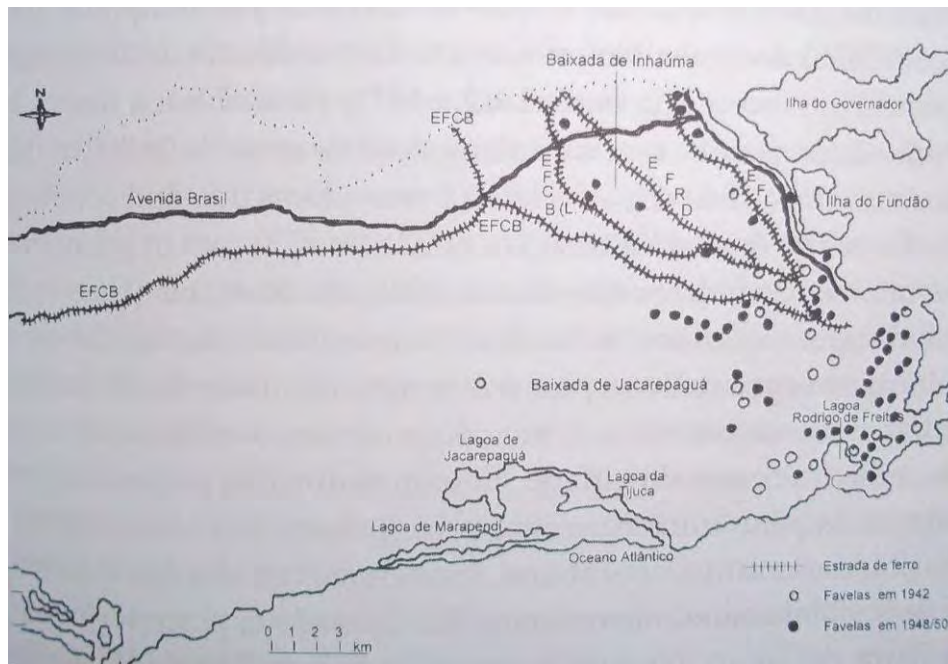
Paralelamente a este avanço urbano para a região da Lagoa Rodrigo de Freitas, antigos grupos se mantinham nas áreas ainda isoladas, fosse na faixa entre o Humaitá e o Leblon, fosse nas encostas de morros que circundam a área. Descendentes de ex-escravos negros que haviam formado quilombos permaneciam resistindo às disputas por terras. Gerações de lavradores e pescadores também. A estas populações agregavam-se famílias pobres que trabalhavam nas casas das elites e nas fábricas da região, migrantes e imigrantes. Formavam-se e adensavam-se favelas no contorno da Lagoa.

A favela da Catacumba é exemplo do caso de uma antiga chácara, propriedade da Baronesa da Lagoa Rodrigo de Freitas que transferiu a posse aos seus escravos formando um dos muitos quilombos urbanos espalhados pela cidade. A expansão se deu em meados da década de 1920 quando a chácara foi loteada pelo governo em 32 partes. Na década de 1930 começou a se favelizar, e na década seguinte se adensou agregando migrantes e outros trabalhadores locais. As ocupações em forma de favelas nesta área da Lagoa tiveram histórias semelhantes ao caso da Catacumba e sofreriam a partir da década de 1940 fortes pressões da crescente especulação imobiliária na Zona Sul da cidade (RODRIGUES, 2012: p. 348).

Em meados da década de 1940 houve um aumento da população pobre da cidade do Rio de Janeiro e um crescimento substancial das favelas. O censo de favelas de 1948 indicava uma população de 169.305 habitantes neste tipo de ocupação, quase 10% da população total da cidade. No mapa a seguir é possível observar a concentração de favelas nas proximidades da Lagoa Rodrigo de Freitas. Ainda pode-se notar o aumento de núcleos empobrecidos entre



o ano de 1942 e 1950, conforme os pontos brancos e pretos aumentam na representação do mapa (ABREU, 1987, p.105-106).



Mapa de distribuição das favelas em 1942-1950. ABREU, 1987.

Muitos empreendimentos fabris da região começam a apresentar dificuldades e os operários a transferirem-se para as favelas já em expansão nas proximidades. Ao mesmo tempo cresciam os prédios modernos e a atenção do setor imobiliário para a região da Lagoa, aumentando o gabarito para seis pavimentos. Esses dois fatores vão levar a constantes investidas do poder público na remoção das favelas no entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas ainda na década de 1940 (RODRIGUES, 2012: p. 349).

Este movimento do governo aliado às classes altas e aos setores imobiliários se intensificará ao longo dos anos, culminando nas décadas de 1960 e 1970 com a remoção de muitas favelas da Zona Sul e transferência das populações para conjuntos habitacionais nas Zonas Norte e Oeste da cidade. Repete-se a justificativa do embelezamento, mas aliada a pressão imobiliária interessada na urbanização da orla da Lagoa Rodrigo de Freitas que se valorizava. É nesse modelo que se encaixa o caso da Favela da Beira da Lagoa retratado no jornal *Tribuna Popular* em 1947.

O jornal *Tribuna Popular* era vinculado ao PCB e circulou diariamente no Rio de Janeiro entre maio de 1945 e dezembro de 1947. Neste período o então chamado Partido

Comunista do Brasil (PCB) passava por um breve e importante momento de legalidade, no qual se reestruturou, angariou fundos, apoio e grande número de filiados. Este periódico foi de grande importância para difusão de informações sobre o partido e suas atividades, mas também para afirmação de suas ideias e posicionamentos em relação à política, à cultura e à sociedade. Seus artigos e reportagens eram variados e cobriam temas como a política internacional e nacional, artes plásticas, literatura, esportes, atividades culturais bem como questões relativas ao cotidiano de muitos de seus leitores.

Na relação entre os trabalhadores, o espaço urbano e a atenção que o governo prestava aos seus problemas, o *Tribuna Popular* se manteve atento e procurou atuar em defesa de melhorias nas condições de moradia, por exemplo. Em reportagem de 11 de março de 1947 tem-se um exemplo disso. Trata-se, em linhas gerais, da situação de moradores de uma favela nos arredores da Lagoa Rodrigo de Freitas no bairro da Gávea no Rio de Janeiro que estavam sofrendo ameaças de despejo por parte do governo. Através da descrição detalhada da área em questão, o leitor pode compartilhar da paisagem percebida e construída pelo autor do texto.

Em 1947, no *Tribuna Popular*, era publicada uma reportagem sobre a *Favela da Beira da Lagoa* no bairro da Gávea e que estava por ser removida pelo governo. O texto se intitulava *O desespero dos habitantes da beira da Lagoa transformou-se em esperança*. Era descrito detalhadamente o percurso pela favela, levando o leitor a acompanhar os passos pelas ruelas. A narrativa explica toda a situação que leva a reportagem do jornal até a localidade.

O texto se inicia com a chamada por telefone recebida pelo Comitê Central do Partido Comunista em que é pedida ajuda para os habitantes da *Favela da Beira da Lagoa* que estavam sendo ameaçados de despejo. O alarde é em torno da ação súbita que estaria levando alguns moradores ao suicídio. O ambiente era de desespero. O autor localiza a favela à Rua Epitácio Pessoa e descreve a cena que estaria se apresentando: soldados a mando da Prefeitura demoliam os barracos e deixariam desabrigadas cerca de cinco mil pessoas. Esta dimensão do número de habitantes é importante para compreensão da proporção do acontecimento.

A narrativa segue com a indicação de dois vereadores do PCB para acompanhar e tentar mediar ou impedir a ação de despejo. Desta forma, fala-se do trajeto que seguem, passando pelo Comitê do partido na Gávea, juntando-se a eles um médico e dirigente local. A partir de então, o autor começa a narrar as suas percepções ao percorrer a favela e cada detalhe desta visita.

Fala-se do desespero das pessoas, e que a tal altura da noite metade da favela já havia sido demolida, detalhando os materiais como tábuas, telhas e folhas de zinco usadas na cobertura que se amontavam. O encontro com um operário torna-se o primeiro caso específico contado. Este teria demolido sua casa para aproveitar o material, afirmando que se o governo demolisse nada lhe sobraria, além de arriscar apanhar violentamente como ocorria com outros. O texto passa a relatar suas impressões sobre a pobreza que não via com frequência nem em outras favelas da cidade. Descreve a falta de iluminação e o ambiente escuro da Lagoa, dizendo ser desolador. Ao falar da escuridão, diz das casas baixas e que quase não se percebe que vivem seres humanos ali.

Ao voltar à narração da noite, trata da surpresa com que os moradores teriam recebido os vereadores, pois não lhes era comum em tal ambiente. Dizia das pessoas tensas e muitas dispostas a resistir. O texto cita o nome dos moradores que contam suas vidas, quantos filhos, e o que diziam. Por fim, trata do acordo que os vereadores fizeram em acompanhar uma comissão de moradores para audiência com o prefeito. Em seguida, conta-se que foram feitas visitas ao governo nos dias seguintes, e que ficou acordado que não haveria mais demolições.

Concluindo o texto, apresenta-se a fala de dois moradores que teriam dito que finalmente viam como era organizar o povo, e anunciavam que se formaria uma associação de moradores para a localidade da *Beira da Lagoa*. A cena final é a seguinte: “A criançada estava em torno numa algazarra feliz. Mulheres e homens ajudavam seus vereadores, quando se despediram, e já eles longe agitavam as mãos e panos de cores, erguendo vivas ao Partido Comunista” (Tribuna Popular, 11-03-1947).

Esta reportagem mostra uma favela abandonada pelo governo, sem iluminação pública, e na qual cerca de cinco mil pessoas viviam em péssimas condições. Ao mesmo tempo, fala-se da presença próxima do “bairro rico” do outro lado do espelho d’água da Lagoa Rodrigo de Freitas, hoje uma região predominantemente elitizada, mas cercada ainda por algumas favelas que resistiram ao tempo e às investidas do governo.

A cena inicial descrita é de um ambiente desolado pela possibilidade do despejo, mas que com a ajuda dos vereadores do PCB pôde retomar suas esperanças na organização de seus moradores. A imagem que se forma mentalmente é de uma paisagem triste, metade arrasada pelas demolições, com pessoas sofrendo o destrato do governo, ao tempo em que algumas tentam resistir de alguma forma à violência sofrida. É sofrimento, mas também força. A paisagem é de pobreza extrema, o texto trata de uma miséria poucas vezes vista até mesmo

em outras favelas do Rio de Janeiro. Os materiais provenientes das casas já derrubadas dão certa noção de como seriam essas moradias: com paredes de tábuas, tetos com folhas de zinco ou em telhas. E o mais importante: desmontáveis.

Ao final, descreve crianças felizes brincando, os moradores já esperançosos planejando se organizar. Haveria um resquício de vida no ambiente. As necessidades da favela foram expostas em parte, pois é provável que houvesse muitos problemas a serem apresentados. O compromisso do jornal em acompanhar todo o acontecimento e seus desdobramentos é ressaltado. A descrição neste caso podem ser ligadas à intenção de mostrar a presença na favela, denunciar as condições, mas cada detalhe remonta um exemplo específico que pode ser levado ao geral.

### **Referências:**

- ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. IPLAN-RIO, 1987.
- CAMPOS, Andreilino. *Do quilombo a favela. A produção do Espaço Criminalizado no Rio de Janeiro*. Bertrand Brasil, 2012.
- <http://dx.doi.org/10.4257/oeco.2012.1603.03>
- RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. *Lagoa Rodrigo de Freitas/RJ: história de uma ocupação desordenada*. Revista Oecologia Australis, 16(3): 339-352, Setembro 2012.
- Tribuna Popular. *O desespero dos habitantes da beira da Lagoa transformou-se em esperança*. Rio de Janeiro. Acervo BN. 11-03-1947.

## Lucio Costa: a viagem como conversão ao modernismo arquitetônico

KARLA ADRIANA DE AQUINO\*

Resumo: As narrativas de Lucio Costa de suas viagens pelo Brasil assumem em seu discurso uma função *iniciática*, de conversão a uma tradição que correspondesse à “realidade brasileira”. Essas narrativas partem da observação do pitoresco na realidade social brasileira, que, no seu discurso, confere sentido à sua “conversão modernista”. Outro uso dessas narrativas de viagem é o de comentário ou análise, a partir do quadro de observação de Costa como viajante, na qualidade de arquiteto, porém segundo uma postura sociológica.

Palavras-chave: Lucio Costa; Modernismo; narrativas de viagem.

Abstract: Lucio Costa's narratives of his travels through Brazil assume in his statement an initiatic function of a conversion to a tradition that should correspond to the “*Brazilian reality*”. Such narratives start from the observation of the picturesque Brazilian social reality which, in the set of his arguments, gives sense to his “*modernist conversion*”. Other use of these travel narratives are the comments or analyses brought from Costa's conception as a traveler, under the quality of architect, but in accordance with his sociologic posture.

Keywords: Lucio Costa; Modernism; travel narratives.

As narrativas que Lucio Costa faz de sua viagem a Minas Gerais, assim como as de suas viagens à Bahia e a Pernambuco, assumem em seu discurso uma função *iniciática*, de conversão a uma tradição de construção que correspondesse a uma suposta “realidade brasileira”, a única capaz de satisfazer tanto as exigências do clima e dos materiais brasileiros quanto as necessidades do povo<sup>1</sup>. Lúcio Costa defende, então, essa tradição contra os estilos eclético e neocolonial, acusados por ele de serem artificiosos, por não responderem a essas exigências e necessidades (apesar de o último invocar o passado com o elogio da arquitetura colonial). Essas narrativas partem da observação do pitoresco na realidade social brasileira (em especial na sua arquitetura), conferindo, no conjunto de seu discurso, sentido à sua “conversão modernista”. Outro uso dessas narrativas de viagem é o de comentário ou de análise, a partir do quadro de observação de Costa como viajante, na qualidade de arquiteto, porém segundo uma postura sociológica.

No Brasil do século XIX, a arquitetura oficial e acadêmica seguia tendências cada vez mais distantes da realidade, copiando indiscriminadamente diversos modelos, como o “moderno estilo toscano”, “o gótico imponente”, “o belo mourisco” ou “o elegante *chalet*”. A reação a esse caráter imitativo surge com o estilo neocolonial, do qual Lucio Costa foi um dos principais expoentes. O patrocinador da viagem de pesquisa feita por Costa a Minas Gerais foi o líder do movimento neocolonial, José Marianno Filho, que também promoveu o

---

\* Doutoranda do PPGHIS/UFRJ; orientadora: Profa. Dra. Andréa Daher; karla.adriana.aquino@gmail.com.

concurso público para planejar o Pavilhão do Brasil na Exposição de Filadélfia, vencido pelo próprio Lucio Costa, que projetou várias casas neocoloniais até 1930.

Mesmo rompendo com o neocolonial, rejeitando-o por considerá-lo um estilo eclético e artificial, Costa avalia, no entanto, como positivo o seu saldo de valorização do passado. Critica sua artificialidade ao tentar copiar as características decorativas da arquitetura colonial. Mas é justamente a valorização desse tipo de arquitetura, desde os anos 1920, quando ainda era adepto do neocolonial, que será a pedra de toque de seu discurso de conversão ao modernismo.

Como se sabe, a Semana de Arte Moderna, em 1922, é vista como uma proclamação de independência, ao combater os velhos preconceitos e o ecletismo dominante, abrindo a via para o restabelecimento da relação com as fontes do passado e com a realidade brasileira. Em 1925, Gregori Warchavchik lança nos jornais de São Paulo e Rio de Janeiro seu manifesto “Acerca da Arquitetura Moderna”, em que propaga a máxima de Le Corbusier: “a casa é uma máquina de morar”. Já Rino Levi publica artigo defendendo a necessidade de se levar em conta a realidade brasileira no planejamento urbano<sup>2</sup>. Lucio Costa compara a empreitada modernista de 1922, em busca das raízes brasileiras e da internacionalização da cultura do país, àquela de 1936, dos arquitetos, à procura da salvaguarda dos testemunhos do passado e também da atualização das técnicas locais às novas tecnologias<sup>3</sup>.

Otávio Leonídio considera que o período de adesão ao neocolonial por Lucio Costa vai de 1924 a 1929, fase em que se destaca o problema da “brasilidade forçada”. Já o período de 1930 a 1931 seria, ainda para Leonídio, o da “guerra santa” travada por Lucio Costa contra José Marianno Filho<sup>4</sup>. Em 1930, nomeado diretor da Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, Lucio Costa empreende uma reforma curricular radical, abandonando o currículo até então adotado, baseado na *École de Beaux Arts* de Paris. É dessa época, também chamada a “fase heroica” da arquitetura brasileira, seu artigo publicado em *O Jornal*, em 1931, considerado exemplar de sua defesa da internacionalização da arquitetura, da atualização de suas tecnologias, da necessidade de se inventar um novo “grande e genuíno estilo”.

Paradoxalmente, em relação ao seu discurso de afirmação de uma arquitetura em acordo com uma identidade brasileira herdada da arquitetura colonial, Costa, tanto na sua dita fase “neocolonial” quanto na “moderna”, chega a falar na necessidade inevitável de transformação da arquitetura, considerando impossível impedir sua “desnacionalização”, sua “simplificação” e sua “uniformização”. Como resultado disso, ter-se-ia um estilo *standard*, que seria o sinal de que estaria para surgir um novo grande estilo<sup>5</sup>.

Em 1931, Lucio Costa publica, também em *O Jornal*, um artigo sobre a arquitetura colonial, intitulado “Uma escola viva de Belas-Artes”, considerado um marco de sua “virada” para o moderno. Ele adere, nessa oportunidade, ao movimento, do qual viria a ser o principal “ideólogo”<sup>6</sup>, reafirmando as bases de seu discurso de adaptação da arquitetura ao meio. A tradição da arquitetura brasileira, formulada por Lucio Costa a partir da recuperação do estilo colonial e mantida viva pelos antigos mestres de obra através de todo século XIX, serviria de base para o novo paradigma da arquitetura no Brasil, proposto por ele.

Costa afirma, pois, a herança da boa tradição colonial, a partir das observações feitas em suas viagens, especialmente da observação do pitoresco da realidade social e da arquitetura colonial do Brasil. Assim, ele legitima essa tradição pela sua funcionalidade, através da adaptabilidade ao meio, noção amplamente presente em seu discurso posterior de conversão à arquitetura moderna. De modo que, a nosso ver, essas observações do pitoresco, do que considerava legitimamente brasileiro por sua adequação ao meio, e a conseqüente valorização de uma “tradição colonial” em seus escritos constituem um *capital* ideológico que permite a sua conversão ao modernismo.

Para Lucio Costa, a descoberta do Brasil se deu, pois, a partir de sua adesão ao neocolonial, com a difusão no país da ideia de adaptabilidade ao meio, na arquitetura. Essa discussão tem origem ainda no século XIX e continua até os anos 40 do século XX, envolvendo letrados e intelectuais de várias áreas de atuação, desde médicos, engenheiros e arquitetos até professores e viajantes. A adaptação da arquitetura ao meio tropical passou a ser considerada como uma das qualidades da arquitetura colonial<sup>7</sup>. É nesse sentido que o texto de Lucio Costa sobre o Aleijadinho<sup>8</sup>, de 1929, já demonstrava seu compromisso ético e estético. O mote do artigo é a necessidade de a arquitetura possuir uma função, a de adaptabilidade ao meio, cujo valor de honestidade se deve à integridade entre a técnica construtiva e a expressão formal. E é essa integridade que inspira Lúcio Costa, segundo ele próprio, na arquitetura colonial de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco<sup>9</sup>. Para Costa, a arquitetura expressa um conteúdo ideológico, uma “ideia-força” que a determina.

Lucio Costa, ao formular em seu discurso a necessidade de adaptabilidade ao meio, dialoga com vários intelectuais que, desde os meados do século XIX, a propõem como um princípio da arquitetura. Dentre esses está o diretor da Academia Real de Belas Artes, Manuel de Araújo Porto Alegre, para quem é relevante questionar “se as construções urbanas estão em harmonia com o nosso clima e vida doméstica”<sup>10</sup>. Da mesma forma, o engenheiro Alde Sampaio, no artigo “A casa tropical”, de 1927, falava da necessidade de adaptação ao clima<sup>11</sup>. E em 1930, o médico pernambucano Aluizio Bezerra Coutinho publicou uma tese cuja

principal questão é a adaptabilidade da casa ao meio ambiente, o que teria encontrado efetividade tanto nas moradias indígenas quanto na cabana sertaneja<sup>12</sup>.

Já Afrânio Peixoto, professor de Higiene na Universidade do Rio de Janeiro, critica, no livro *Clima e Saúde*, de 1938, a falta de adequabilidade da casa urbana brasileira ao clima e ao meio social. Para ele, as diferentes raças e regiões tendem a elaborar uma arquitetura própria, exceto no caso de “países novos”, como o Brasil, que tendem a imitar modelos alheios. Por essa característica de imitação, para Afrânio Peixoto, o ecletismo é inferior ao colonial e o neocolonial não passa de um anacronismo que não alcança a qualidade da arquitetura colonial. Assim, ele enxerga nas diferentes vertentes da arquitetura no Brasil – a eclética, a neocolonial, a moderna e também a internacional – uma inadequação ao clima e ao meio do país<sup>13</sup>.

Por sua vez, no Primeiro Congresso de Habitação, realizado em São Paulo em 1931, José Marianno Filho – médico pernambucano e ex-diretor da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro – tratou do tema na conferência intitulada “A arquitetura mesológica”, na qual defendeu uma arquitetura como “expressão do meio”, em harmonia com hábitos e costumes, e adequada aos materiais disponíveis. Nesse sentido, Marianno Filho elogia a arquitetura colonial, que seria um bom exemplo de sua tese, pois ela se desenvolve de acordo com as “possibilidades geográfico-sociais”<sup>14</sup>.

Na sua fase de adesão ao neocolonial, Lucio Costa lança mão da ideia de “adaptabilidade ao meio”<sup>15</sup>, provavelmente a partir de José Marianno Filho e Gilberto Freyre, que lhe servirá, a partir de sua adesão à arquitetura moderna em 1930, para criticar a “artificialidade” da adaptabilidade no estilo neocolonial. Após a publicação de *Casa grande & senzala* se incorpora ao discurso de Lucio Costa o elogio da autenticidade da arquitetura colonial, tal como fizera Freyre.

O diálogo de Lucio Costa com Gilberto Freyre se estabelece, ainda, no uso que Costa faz da relação estabelecida pelo sociólogo entre tradição e modernidade na arquitetura brasileira. Também no prefácio da primeira edição de *Casa grande & senzala*, de 1933, Freyre cita o trecho do artigo “O Aleijadinho e a arquitetura tradicional”, de Costa, de 1929, em que ele fala de suas impressões da viagem a Minas, para sugerir que a história da casa e da vida doméstica pode ser um meio de se compreender a história de um povo.

Já em “Documentação necessária”, de 1937, Costa cita Freyre, para enaltecer na arquitetura colonial brasileira, além das qualidades de pureza e de despreensão, a adaptabilidade ao meio, incorporando ainda a palavra “elasticidade”, no sentido empregado por Freyre para “plasticidade”<sup>16</sup>. Freyre faz uma leitura inovadora do empreendimento



colonial português, a partir da arquitetura colonial, cuja essência e sucesso são creditados à noção de “plasticidade”.

Em *Casa grande & senzala*, o Brasil aparece como a primeira sociedade moderna dos trópicos com características nacionais e qualidades de permanência; esse sucesso é atribuído aos colonizadores portugueses, que venceram uma série de condições adversas ao seu estabelecimento nessa latitude, graças à sua “elasticidade” ou “plasticidade”, ou seja, ao seu comportamento flexível, a sua grande mobilidade e a adaptabilidade ao novo ambiente físico e cultural. Essas características levam às mudanças de hábitos e costumes de que são exemplos a miscigenação, caracterizada pela absorção seletiva das contribuições indígena e africana, e a arquitetura colonial brasileira<sup>17</sup>.

Em “Casas de residência no Brasil”, Freyre considera que a arquitetura colonial local – na qual os portugueses usaram elementos das construções indígenas, árabes, asiáticas – testemunha um “[...] espírito de harmonia da construção com o clima, o meio e os materiais peculiares a esta parte da América (...)”<sup>18</sup>. Desde os escritos de ambos, nos anos 1930, o elogio à arquitetura colonial e à sua adequação ao meio e ao clima torna-se um novo paradigma celebrado por muitos arquitetos.

Para Telma de Barros Correia, o impacto de *Casa grande & senzala* sobre Costa se faz mais notar no projeto de Monlevale, pois sua ideia de “delineamento elástico” aproxima-se da noção de “plasticidade”, central no pensamento freyriano. Para Costa, a mistura de técnicas construtivas artesanais e modernas é outra expressão da busca de estabelecimento de um elo entre o novo e o tradicional, entre o local e o internacional, que está no fulcro das qualidades atribuídas por Freyre ao conceito de “plasticidade”<sup>19</sup>.

De fato, a representação da identidade brasileira em Lucio Costa aproxima-se, em sua fluidez, do paradigma de Gilberto Freyre. Com o “amolecimento” na adaptação ao meio visto no estilo colonial, que Costa cita em Freyre, perder-se-ia um pouco da “largueza” herdada dos portugueses, mas se somaria a simplicidade e a “largueza” maior da vida na colônia, por conta não só da grandiosidade do cenário e das dificuldades materiais, mas também da utilização da mão de obra nativa e negra<sup>20</sup>.

Outro ponto comum entre os escritos de Lúcio Costa e Gilberto Freyre é o respeito ao que Costa chama de “nosso lastro original [...] luso, afro, nativo”. É a absorção das diversas contribuições culturais na formação da identidade brasileira que faz a diferença, cria a sua originalidade. Nesse sentido, o Brasil deveria “assimilar a inovação alheia”, sem, no entanto, ser-lhe subserviente.

Ricardo Benzaquen de Araújo – analisando a dimensão escrita da obra de Lúcio Costa -, ao definir a importância de uma continuidade entre a arquitetura colonial e a moderna, compara sua acuidade à das obras de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Propõe, assim, debater a originalidade de sua contribuição no interior do movimento modernista, relacionando em especial essa contribuição ao legado de Mário de Andrade.

Segundo a hipótese de Benzaquen de Araújo, a proximidade entre arquitetura colonial e moderna, conforme a sugestão de Costa, veicula argumentos completamente diferentes daqueles formulados por Mário de Andrade. Por um lado, extrai-se da obra do arquiteto um conceito muito “mais fluido, plástico e móvel, que não pode sequer ser reduzido às fronteiras da nação”<sup>21</sup>; por outro lado, nos textos de Mário de Andrade, como *Ensaio sobre a música brasileira*, de 1928, destaca-se a crítica (por ele designada “unilateralidade”) segundo a qual seria definidor da identidade brasileira apenas um dos três grupos que teriam contribuído para sua formação cultural. Nessa concepção de “unilateralidade” sobressai uma noção de “homem cordial” diferente daquela de *Raízes do Brasil* (de 1936), em que, ao invés da conotação de violência que Sérgio Buarque de Holanda lhe atribui, aparece a ideia de “delicadeza dos sentimentos”.

Ainda segundo Benzaquem de Araújo, esse conceito de “cordialidade” de Mário de Andrade termina por conformar<sup>22</sup> sua versão oposta, “particularmente dura, substantiva e até excludente do próprio conceito de identidade”, veiculada pelo mesmo Mário de Andrade em “O Aleijadinho”, de 1928 (também decorrente de viagens a Minas Gerais)<sup>23</sup>. Nesse texto, Mário de Andrade desqualifica a pretensão de apresentar o escultor como primeiro grande artista brasileiro, sobretudo por ser “um mestiço, mais que um nacional”, pois os mulatos seriam seres sem referência, sem “firmeza nenhuma de caráter”, porém nem melhores nem piores que os portugueses e os negros africanos<sup>24</sup>. Note-se, assim, a diferença entre a concepção de Mário de Andrade sobre o mestiço, no seu texto sobre o Aleijadinho de 1928, e o respeito de Lucio Costa ao que ele chama de “nosso lastro original”, “lusó, afro, nativo”, que se assemelha muito mais ao paradigma freyriano de 1933 e à valorização das contribuições de negros e índios por Andrade em sua obra, em geral, e, em particular, em *O turista aprendiz*.

Sobre a questão da mão de obra escrava no Brasil, Lucio Costa considera que ela teria deixado como herança um complexo de inferioridade do povo em relação à burguesia; mas, como Gilberto Freyre, acredita num destino auspicioso para o país.

A seguir, o discurso de Lucio Costa faz parecer que sua conversão ao modernismo arquitetônico resulta de uma casualidade momentânea: ele havia se interessado pelas palestras

de Le Corbusier no Rio de Janeiro, em 1929, e pensava que a nova arquitetura podia não ser mais que um “modismo passageiro”<sup>25</sup>. Teria, então, sido despertado para a nova arquitetura por meio de uma revista que trazia fotos da “casa moderna” de Warchavchik. Esse é o motivo de Carlos Martins afirmar que, às vésperas de sua guinada decisiva, Lucio Costa não possuía o “germe da evolução”, nunca tendo formulado um programa vanguardista<sup>26</sup>. No entanto, como diz Guilherme Wisnik<sup>27</sup>, não há como desconsiderar o fato de que suas insatisfações com o estilo neocolonial, desde sua viagem às cidades históricas de Minas Gerais, em 1924, apontavam já para as críticas que o conduziram ao modernismo. Portanto, discordamos frontalmente de Carlos Martins quando este nega que Costa tenha formulado um programa vanguardista.

Confrontando o neocolonial com o estilo colonial original, Costa verificou, no primeiro, um “estilo de estufa”, posição e superficialmente formal, que produz um embelezamento meramente decorativo, enquanto considerava que “tudo em arquitetura deve ter uma razão de ser, exercer uma função”, sem nunca ter sido programático. Porém, discordamos da afirmativa de Wisnik de que Costa já era um moderno *avant la lettre*, ao procurar uma correspondência funcional entre a forma arquitetônica e a sociedade<sup>28</sup>.

Nossa hipótese é de que as narrativas de viagem, desde a viagem a Minas Gerais em 1924, tiveram para Lucio Costa uma função *iniciática*, de “conversão”, construída discursivamente *a posteriori*; uma função de observação, com a formação em suas narrativas sobre a viagem de um capital de informação, através da descrição do observado como pitoresco e genuíno; e uma função de comentário ou de análise, dentro do quadro de observações de Costa, podendo ser “enquadrado” como comentário arquitetônico, ou, talvez mesmo, sociológico. Essa conversão, pelo que se extrai de seus textos, nasce da observação do estilo colonial, eleito por ele como um traço definidor da identidade brasileira, o que marcará uma ruptura em sua reflexão e em sua prática como arquiteto, e será fundamental para sua “conversão ao modernismo” ou à arquitetura moderna, como prefere dizer. Foi seu encontro com o passado, em Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, que lhe abriu o caminho da invenção da tradição da arquitetura brasileira, com a valorização do colonial. É desse estilo que ele extrai a qualidade de harmonia funcional e formal que será a “ideia-força” legitimadora do novo paradigma da arquitetura brasileira.

O ponto de contato de Lucio Costa com a vanguarda é, segundo Wisnik, compreender uma coerência fundamental no sistema construtivo do passado, na relação de dependência entre os elementos da construção e o todo, assim como na sua adequação com o meio. Ao eleger em nossa tradição uma determinada constante, que seria a qualidade construtiva de

“não mentir”, de construir com rigor e sobriedade - ao contrário dos “arremedos posições” dos “estilos históricos” que critica -, Costa estabelece uma filiação para o modernismo, visto como um traço de continuidade com o passado colonial brasileiro<sup>29</sup>. Com isso corrobora a própria invenção dessa “tradição”, como seu principal “ideólogo”. Seu artigo de 1931 em *O Jornal* é emblemático dessa postura, no sentido de afirmar sua conversão a uma arquitetura de acordo com os materiais, os meios de realização, os hábitos e os costumes locais, pela revelação da arquitetura colonial provocada por suas viagens de “descoberta do Brasil”, contra uma arquitetura “falsa”, de que seria exemplo o neocolonial de José Marianno Filho, que ele mesmo abraçara<sup>30</sup>.

Como ressalta Wisnik, Costa não elege obras de exceção, como as igrejas barrocas, mas valoriza a arquitetura civil colonial, anônima, simples, austera, desataviada e pobre. Assim, ao invés de se filiar à importação de um cânone, Lucio Costa criou ele mesmo um cânone em que se conservam práticas e costumes ligados a um saber construtivo leigo e mais empírico, herdado do período colonial e mantido durante séculos. Esse saber leigo e empírico deu feição à construção popular no Brasil, cujo exemplo mais cabal é a casa do colono, que permanece “viva”, enraizada culturalmente, apesar de sua fragilidade.

Essa ideia de “enraizamento das formas culturais”, como muitas das teorizações de Costa sobre os caminhos universais da arte, o filia a uma linhagem “culturalista”, segundo a qual há uma forte presença telúrica sobre a materialização da ideia, pois cada *habitat* natural corresponde a uma concepção formal. Ele distingue dois eixos: o nórdico-oriental, com uma disposição ao dinamismo e à dispersão, e o mesopotâmico-mediterrâneo, ao qual se filia a tradição brasileira, com prevalência da forma pura, geométrica, estática. Deste modo, Costa vincula a construção brasileira a uma genealogia combinada, popular pela via erudita, em que a tradição mediterrânea vai dar no modernismo.<sup>31</sup>

A tradição portuguesa, de que é herdeira a brasileira, tem como característica o “não mentir” de que fala Costa<sup>32</sup>, que recomenda o resgate do mestre de obras, figura que, para Costa, seria a guardiã do “não mentir”. Neste posicionamento se encontrava a verdadeira “boa tradição”, ao invés do “artificial processo de adaptação” do “movimento tradicionalista”<sup>33</sup>, o dito “neocolonial”, liderado por José Marianno Filho.<sup>34</sup>

São as viagens pelo Brasil que levam Lucio Costa a ressaltar o valor da expressão “desataviada e pobre” da casa brasileira, na qual ele reconhece a legitimidade de “coisa da terra”, especialmente nas casas “pequeno-burguesas” das cidades mineiras e nas casas de colonos. Reconhece ainda que o processo construtivo dessa casa brasileira, no qual o barro armado se combina com a madeira, guarda semelhança com o concreto-armado da emergente

arquitetura moderna<sup>35</sup>. Portanto, não é somente o interesse histórico, residual, que lhe interessa, mas o vínculo entre forma-função que o ideal universal alcança, vínculo esse percebido por Costa também na arquitetura colonial e na arquitetura moderna, que antagoniza os dois estilos com o ecletismo e o neocolonial.<sup>36</sup>

Para Lúcio Costa, a estética vai de par com a ética, identificadas por Benzaquen de Araújo no princípio “de saúde plástica”, segundo o qual se faz necessária a articulação entre forma e função: “Justeza das proporções” (ou seja, sobriedade) + “ausência de *make-up*” (ou seja, honestidade) = “saúde plástica perfeita”<sup>37</sup>. Assim, o interesse estético do arquiteto se faz sempre acompanhar de uma preocupação com as exigências da construção, com suas finalidades. É isto que o faz elogiar o rigor da arquitetura popular portuguesa, simples, sóbria e honesta<sup>38</sup>, bem como, diríamos nós, da arquitetura colonial brasileira, também “legítima”, “robusta, forte, maciça”, onde tudo é “estável, severo, simples, nada pernóstico”<sup>39</sup>, ressaltando a “ideia-força” de seu pensamento: de que a arquitetura tem raízes na terra, devendo se adequar ao meio físico e social. Por ser obra do engenho de um povo, a arquitetura requer estudo de campo, o que Costa realiza mediante suas viagens: só assim se podem conhecer as construções populares que são a expressão mais perfeita de “saúde plástica” do povo<sup>40</sup>.

Essa preocupação, tanto estética como ética, com a conciliação entre forma e função leva Costa, desde suas narrativas da viagem a Minas, a criticar o decorativo, que lhe parece falso por não cumprir uma função na obra. Para ele, o que importa é o “verdadeiro espírito da nossa gente”; o espírito, ele explica, que formou a nacionalidade brasileira, que ele encontra quando viaja pelo interior de Minas Gerais, nas cidades históricas, na Bahia e em Pernambuco, e que unifica o Brasil; o espírito que em 1929 ele não via na obra do Aleijadinho. Mais tarde, porém, admite sua ignorância à época, reconhecendo: “Equívoco. Errado. Pura ignorância. Voltado apenas para a beleza do s. XVII e *começo* do XVIII, eu ainda não estava *preparado* para perceber o altíssimo teor da sua obra de *arquiteto* e de *escultor*.”

---

1 MINDLIN, Henrique E. *Arquitetura moderna no Brasil*. Rio de Janeiro: Aeroplano/IPHAN, 2000, p. 25.

2 *Idem, ibidem*, p.26.

3 COSTA, Lucio. *Lucio Costa: registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995, *apud* COSTA, Maria Elisa (Org.). *Com a palavra, Lucio Costa*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001, p. 70.

4 Cf. LEONÍDIO, Otavio. *Carradas de razões: Lucio Costa e a arquitetura moderna brasileira (1924-1951)*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2007.

5 COSTA, Lucio. *O Jornal*, *apud* COSTA, M.E., *op. cit.*, p. 51-52.

6 Cf. SEGRE, Roberto. Ideologia e estética no pensamento de Lúcio Costa, *in* NOBRE, Ana Luíza [et al.]. *Um modo de ser moderno: Lúcio Costa e a crítica contemporânea*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004, p. 104-117.

7 Cf. CORREIA, Telma de Barros. *Arquitetura e Ambiente: a noção de adaptabilidade ao meio no discurso modernista*. *Pós*, v.16 n.25 .São Paulo, junho 2009.

- <sup>8</sup> COSTA, Lucio. O Aleijadinho e a arquitetura tradicional (1929), *O Jornal*, Rio de Janeiro, número especial sobre Minas Gerais, in COSTA, Lucio. *Lúcio Costa: sobre arquitetura*, organizado por Alberto Xavier, coordenado por Anna Paula Canez. Porto Alegre: UniRitter Ed., 2007, p. 13-16.
- <sup>9</sup> COSTA, Lucio. Uma escola viva de Belas-Artes, in COSTA, Lucio. *Arquitetura moderna brasileira: Depoimento de uma geração*. São Paulo: Pini/Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura/Fundação Vilanova Artigas, 1987, p. 47-48, *apud* CORREIA, T. B., *op. cit.*, p. 142.
- <sup>10</sup> MOTTA, Flávio. Subsídios para o relatório sobre ensino de arquitetura UIA-Unesco. *Sobre o ensino de arquitetura no Brasil*. São Paulo: Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura, 1978., p. 23, *apud* CORREIA, T. B., *op. cit.*, p. 138.
- <sup>11</sup> SAMPAIO, Alde. A casa tropical, *Boletim do Club de Engenharia de Pernambuco*, Recife, ano V, n. 2, v. III, p. 31-43, 1927, p. 31-43, *apud* CORREIA, T. B., *op. cit.*, p. 138.
- <sup>12</sup> COUTINHO, Aluizio Bezerra Coutinho. *O problema da habitação higiênica nos países quentes em face da arquitetura viva*. Rio de Janeiro: Oficinas Alba Graphics, 1930. Tese apresentada ao final de curso de graduação na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro *apud* CORREIA, Telma de Barros. *Arquitetura e Ambiente: a noção de adaptabilidade ao meio no discurso modernista*, *Pós*, v.16 n.25 .São Paulo, junho 2009, p. 138-139.
- <sup>13</sup> PEIXOTO, Afrânio. *Clima e saúde*. Introdução bio-geográfica à civilização brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938., p. 237-239, *apud* CORREIA, T. B., *op. cit.*, p. 139-140.
- <sup>14</sup> MARIANNO FILHO, José. A arquitetura mesológica. *Primeiro Congresso de Habitação*, 1931. São Paulo. Anais. São Paulo: 1931, p. 317, *apud* CORREIA, T. B., *op. cit.*, p. 140.
- <sup>15</sup> CORREIA, T. B., *op. cit.*, p. 142.
- <sup>16</sup> CORREIA, T. B., *op. cit.*, p. 142.
- <sup>17</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1952, *apud* CORREIA, T. B., *op. cit.*, p. 140-141.
- <sup>18</sup> FREYRE, Gilberto. Casas de residência no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 26, 1997, p. 225, *apud* CORREIA, T. B., *op. cit.*, 141.
- <sup>19</sup> CORREIA, T. B., *op. cit.*, 142.-143.
- <sup>20</sup> COSTA, Lucio. Documentação necessária (1937), *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 1, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Ministério da Educação e Saúde, in COSTA, Lucio, *op. cit.*, 2007, p. 87.
- <sup>21</sup> ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Nas asas da razão: ética e estética na obra de Lúcio Costa, in NOBRE, Ana Luíza [et al.], *op. cit.*, 2004, p. 62.
- <sup>22</sup> *Idem, ibidem*, p.61.
- <sup>23</sup> *Idem, ibidem*, p. 61.
- <sup>24</sup> Cf. COSTA, Lucio. O Aleijadinho e a arquitetura tradicional (1929), in COSTA, Lucio, *op. cit.*, 2007, ou COSTA, Lucio. O Aleijadinho, in *Aspectos das Artes plásticas no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984, p. 42, e ANDRADE, Mário de. *Ensaio sobre a música brasileira*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1928, p. 32, *apud* ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Nas asas da razão: ética e estética na obra de Lúcio Costa, in NOBRE, Ana Luíza [et al.], *op. cit.*, 2004, 2004, p. 61.
- <sup>25</sup> WISNIK, Guilherme. *Lucio Costa*. São Paulo: Cosac Naify, 2001, p.14.
- <sup>26</sup> MARTINS, Carlos Alberto F. *Arquitetura e Estado no Brasil – elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso moderno no Brasil: a obra de Lucio Costa 1924/1952*. São Paulo, dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da USP, 1987, p. 142, *apud* WISNIK, G., *op. cit.*, 2001, p.14.
- <sup>27</sup> WISNIK, G., *op. cit.*, 2001, p.14.
- <sup>28</sup> *Idem, ibidem*, p. 14-15.
- <sup>29</sup> WISNIK, *op. cit.*, p. 15.
- <sup>30</sup> COSTA, Lucio. *O Jornal*, 1931, *apud* COSTA, M. E., *op. cit.*, p. 122.
- <sup>31</sup> WISNIK, *op. cit.*, 16.
- <sup>32</sup> COSTA, Documentação necessária (1937) , *op. cit.*, 2007, p.92.
- <sup>33</sup> *Idem, ibidem*, p. 94.
- <sup>34</sup> *Idem, ibidem*, p. 94.
- <sup>35</sup> *Idem, ibidem*, 1938, *op. cit.*, p. 88-90.
- <sup>36</sup> ARAÚJO, R. B., *op. cit.*, 2004, p. 63.
- <sup>37</sup> *Idem, ibidem*, p. 62.
- <sup>38</sup> *Idem, ibidem*, p. 62.
- <sup>39</sup> COSTA, Lucio. O Aleijadinho e a arquitetura tradicional (1929), in COSTA, Lucio, *op. cit.*, 2007, p. 14-15.
- <sup>40</sup> COSTA, Lucio, *op. cit.*, 1995, *apud* COSTA, M. E., *op. cit.*, p. 71.

## IDENTIDADES EM CONFLITO: A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA E A RECONSTRUÇÃO DO SER MULHER

Karolina Fernandes Rocha<sup>1</sup>

**Resumo:** Os papéis sociais foram utilizados para sustentar a inserção das mulheres em movimentos populares e políticos que afetavam diretamente suas vidas cotidianas – como a reação ao recrutamento militar – que representavam a ampliação da esfera pública – como o movimento abolicionista. O presente artigo pretende instituir a relação entre a participação política das mulheres no Brasil do século XIX e a manipulação do ideal feminino então vigente que permitiu seu posicionamento nos movimentos de reação ao recrutamento militar e na campanha abolicionista.

**Palavras-chave:** Mulheres. Recrutamento Militar. Abolicionismo.

**Abstract:** The social roles were used to support the inclusion of women in political and popular movements, that directly affect their daily lives - as reaction to conscription - and representing the expansion of the public sphere - as the abolitionist movement. This article seeks to establish the relationship between the political participation of women in nineteenth-century Brazil and the manipulation of feminine ideal then prevailing that allowed its positioning in response to movements of military recruitment and abolitionist campaign.

**Keywords:** Women. Recruiting Military. Abolitionism.

### I. A ‘identidade’ feminina no século XIX: o que era ser mulher no Brasil?

Durante o século XIX, o Brasil vivenciou uma efervescência cultural e política que propiciou a circulação de novas ideias, consequência do desenvolvimento da imprensa de opinião, o principal veículo de difusão das novas concepções. Os debates e reflexões nascentes promoveram transformações nas concepções dos papéis e dos lugares sociais das mulheres, à medida que a ampliação da esfera literária permitiu que elas utilizassem a imprensa para a divulgação de opiniões próprias através dos jornais femininos, considerados aqueles feitos por e

para mulheres, que representaram assim, um espaço emblemático. A identidade feminina passou neste contexto, por uma reformulação. Em contraponto a uma posição deveras submissa que praticamente anulava as mulheres enquanto indivíduos durante o período colonial, houve no Oitocentos uma valorização da figura feminal, com a exaltação de características consideradas próprias do sexo feminino: o amor, a caridade, o zelo.

Uma das principais expoentes do que viria a ser a nova concepção de mulher foi Dionísia Gonçalves Pinto (1810-1885), que em 1832, – sob o pseudônimo de Nísia Floresta Brasileira Augusta – publicou *Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens*, uma tradução livre de *A Vindication of Rights of Woman* (1792), de Mary Wollstenacraft. Na obra, Nísia Floresta discutiu a posição das mulheres na sociedade brasileira e por meio de uma retórica elaborada desconstruiu os argumentos utilizados para justificar a subordinação feminina. Assim, a autora adaptou o texto à realidade brasileira, “justamente com nossas peculiaridades culturais, já que nosso ponto de partida situava-se em uma coordenada completamente distinta da europeia” (ARAÚJO, 2010, p.3). O texto da brasileira não seria então uma tradução, mas “uma resposta brasileira ao texto inglês; a nossa autora se colocando em pé de igualdade com a Wollstonecraft e até com o pensamento europeu, e cumprindo o importante papel de elo entre as ideias europeias e a realidade nacional” (DUARTE, 1997, p.2). A argumentação de Nísia Floresta levou-a a ser considerada a pioneira do feminismo no Brasil; as reivindicações sobre a educação feminina transformaram-se na pauta principal das vozes que compuseram o movimento feminista brasileiro no Oitocentos<sup>2</sup>.

Na coletânea de artigos feministas *Opúsculo Humanitário*, publicada em 1853, Nísia Floresta dedicou-se de maneira mais intensa à questão da educação feminina e realizou a distinção entre educação e emancipação das mulheres, posição que mais tarde, foi adotada por Joana Paula Manso de Noronha (1819-1875), redatora do *Jornal das Senhoras*, Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), escritora prestigiada que defendia em suas obras a educação e a mulher, dentre outras autoras. (DUARTE, 1989, p. 122). Na diferenciação nisiana, educação e emancipação não eram configuravam um caminho direto, em outras palavras, a educação das mulheres não levaria à emancipação das mesmas – neste ponto, Nísia Floresta se distinguiu radicalmente de Mary Wollstonecraft. Francisca Senhorinha da Mota Diniz, redatora do periódico *O Sexo Feminino*, fundado em 1873, extrapola o pensamento de Nísia Floresta. Para ela, era necessária uma



conscientização da importância da educação das mulheres como único modo para alcançar a emancipação do sexo feminino e assim, evitar sua dependência aos homens.

O argumento feminista sobre a necessidade da educação para as mulheres esteve em consonância com o novo modelo normativo de mulher, elaborado desde meados do século XIX, o ideal de “esposa-dona-de-casa-mãe-de-família” (RAGO, 1985, p. 62), que colocou sob a atenção da mulher os mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da casa. De acordo com Margareth Rago (1985), a “nova mãe” passou a ocupar um papel fundamental na família. Além de responsável pela saúde dos filhos e do marido, ganhou o espaço de figura central dentro do lar considerado “[...] como o lugar privilegiado onde se forma o caráter das crianças” (RAGO, 1985, p. 80). Assim, a educação – e até mesmo a emancipação – feminina foi incentivada desde que não pudesse interferir nos papéis estabelecidos para as mulheres.

Utilizando os preceitos teóricos de Stuart Hall e Kathryn Woodward<sup>3</sup>, consideramos que o ideal de “esposa-dona-de-casa-mãe-de-família” representa a identidade feminina brasileira do século XIX, por entendermos que *identidade*, de acordo com a definição formulada por Stuart Hall (2000, p.112), são as posições que o indivíduo assume ou é obrigado a assumir, construídas dentro do discurso, produzidas em locais históricos e institucionais específicos por estratégias e iniciativas características (HALL, 2000, p. 109). As identidades adquirem sentido por meio de linguagens e dos sistemas simbólicos pelos quais são representadas no mundo social, e é em função desses significados construídos pelas representações que se dá sentido à experiência e aquilo que se é, ou melhor, aquilo que não é, demarcando a identidade (WOODWARD, 2012, p. 8). Deste modo, ser mulher no Brasil oitocentista significou exercer as atribuições de mãe e esposa, ter o controle e contribuir na manutenção da esfera doméstica, ser a responsável pela educação dos filhos. Nos estratos sociais inferiores, a necessidade de trabalho fora de casa constituiu um obstáculo à realização da função de “guardiã do lar” (RAGO, 1985, p. 76), o que permite pensar que o ideal feminino vigente no Oitocentos compreendia práticas distintas para mulheres oriundas das camadas ricas e pobres da população.

A crescente urbanização que ocorreu nos principais centros do país demandou a presença feminina no espaço público das ruas, das praças, dos acontecimentos da vida social, nos teatros e cafés, além de exigirem sua participação ativa em postos de trabalho (RAGO, 1985, p. 62). No entanto, essa inserção não significou que os padrões morais que se esperavam das mulheres

passou por modificações; as mulheres deveriam ocupar no cenário público posições que correspondessem ao seu lugar na esfera privada. Para Stuart Hall (*apud* WOODWARD, 2012, p. 28), as identidades são contestáveis, e principalmente são contestadas em circunstâncias econômicas e sociais cambiantes, e podem gerar uma crise, engendrada em um processo de reformulação, pois, aqueles – ou aquelas – que reivindicam a identidade são também capazes de transformar e reconstruir as identidades históricas em vez de se limitarem a serem somente posicionados por elas. Tal argumento referenda a perspectiva de que as mulheres não foram simplesmente submetidas a uma estrutura patriarcal opressora que não permitia a elas uma atuação em seus meandros, mas que aceitavam e se posicionavam na sociedade de acordo com os papéis estipulados, e em vários momentos, os manipulavam.

## **II. Participação política e identidade: mães, filhas e esposas no recrutamento e no abolicionismo**

Dentre os momentos específicos que permitiram a manipulação e a contestação dos papéis e da identidade das mulheres com fins políticos, destacamos a reação feminina ao recrutamento militar de parentes masculinos e a participação feminina no movimento abolicionista, que se efetivou de forma distinta. No caso do recrutamento, a resistência feminina foi em muitos casos, não organizada, espontânea e difusa. Algumas mulheres utilizaram o aparato estatal para solicitarem a dispensa de seus filhos e maridos do Exército. Não houve, entretanto, uma associação entre mulheres com o objetivo comum de protestar contra a ação estatal que interferiu diretamente em seu cotidiano. O movimento abolicionista, por sua vez, contou com a participação feminina em diversas atividades dentro das sociedades emancipadoras que visavam promover a libertação dos escravos. Nestes espaços, as mulheres exerceram as funções de coletoras de donativos, executoras de peças musicais, assinaram cartas de alforria e nas associações exclusivamente femininas, vivenciaram a primeira militância política organizada, o que provavelmente lhes rendeu experiência para que mais tarde gerissem a campanha pelo sufrágio feminino (MOTT, 1988, p. 82). Em ambos os movimentos, as práticas e os discursos proferidos pelas mulheres – e também pelos homens – corroboravam as ideias que eram consideradas como próprias do sexo feminino: a manutenção da família e do lar, a encarnação e a divulgação da caridade cristã, a benevolência. Pensamos que a utilização desse discurso sustentou a inserção política das mulheres que agiram em momentos e por interesses distintos, discordando de Margareth Rago (1985, p. 65)<sup>4</sup>, para quem “[...] a construção de um modelo

simbolizado pela mãe devotada e inteira sacrifício, implicou sua completa desvalorização profissional, política e intelectual”.

No Brasil, os efetivos para o Exército e Guarda Nacional eram preenchidos por meio das prisões dos homens considerados aptos para o trabalho. Tradicionalmente, o recrutamento recaía sobre os setores mais pobres e marginalizados da sociedade, contingente da população excluído do processo político e marginal ao processo produtivo e ao sistema administrativo. O Exército não atraía voluntários para os seus quadros. Os soldos eram baixos, as condições de vida nos quartéis eram insalubres e ainda havia os castigos físicos. De 1822 a 1875, o recrutamento foi regido pelas Instruções de 1822, que considerava sujeitos ao recrutamento forçado todos os homens brancos solteiros e pardos livres entre 18 e 35 anos. Ficavam isentos homens empregados em atividades consideradas úteis economicamente, feitores, tropeiros, artesãos, cocheiros, marinheiros, pescadores, um filho de cada lavrador, certo número de empregados em cada estabelecimento comercial e estudantes; e homens casados, irmãos mais velhos responsáveis por órfãos menores e o filho responsável por sustentar a mãe viúva (KRAAY, 1999, p. 116). Na prática a isenção dada aos homens casados não garantia às mulheres que seus provedores não seriam arregimentados, pois existia alto número de uniões ilegítimas e relações de concubinato nas camadas mais pobres e sobre as quais pesava o recrutamento forçado (SAMARA, 1988, p. 97).

José Murilo de Carvalho (1996, p. 352-353), elencou alguns episódios contrários ao alistamento militar, em que as mulheres tiveram posições de destaque. Em Papari, no Rio Grande do Norte, (atual Nísia Floresta, o município foi renomeado em homenagem à escritora), 50 mulheres agiram sozinhas na destruição dos documentos da Junta Militar, responsável por realizar o recrutamento de acordo com a nova lei. Em toda a província de Minas Gerais, grupos de mulheres também promoveram a eliminação dos documentos do alistamento militar. Desta maneira, as mulheres reagiram ao alistamento forçado de seus filhos e maridos, ou companheiros, na tentativa de garantir a contínua manutenção de si próprias e de sua família – o de acordo o ideal de “guardiã do lar”. Na petição de Francisca Maria do Rozário, residente no Distrito de Aldeia Velha, na província do Espírito Santo, a fala maternal aparece de forma clara. Francisca solicitou que seu filho Francisco José da Silva fosse libertado da prisão por recrutamento, pois “ela [a] suplicante vive pobremente em companhia de quatro filhos, todos

menores de dezessete anos, sendo o mais velho de nome Francisco José da Silva, que com o produto de seu trabalho de pescador a ampara...” (APEES. Série Accioly. Livro 34 – Correspondência de Recrutamento, fl. 42, *apud* MOREIRA, 2006, p. 6-7). O pedido de dispensa foi feito para que a subsistência do lar fosse mantida. Os principais objetos de empatia não foram o filho recrutado ou a mãe, mas os filhos menores, sustentados pelo trabalho do irmão mais velho. Ao utilizarem a figura de mãe, que era “Identificada à religiosa ou mesmo considerada como santa, à imagem de Maria [...]” (RAGO, 1985, p. 82); as mulheres conseguiram respaldo para suas reivindicações, pois mesmo se posicionando na cena política, o papel que assumiram foi uma extensão dos papéis que eram destinadas a assumir no lar e que compunham o conjunto de atribuições contempladas pela identidade então vigente.

O movimento que tomou as ruas na década de 1880 ajudou a colocar as mulheres no centro do debate, visto que os abolicionistas buscaram a participação popular de *outsiders* políticos – setores tradicionalmente fora da política formal – como os próprios escravos. Alguns abolicionistas inovaram na produção de uma fala moral para obter a simpatia para com a situação dos escravos. Principal argumento utilizado para significar os ideais femininos de mulheres livres e escravas era a maternidade. O sofrimento das mães escravas com a separação dos filhos, com a consciência da condição de cativos dos mesmos dentre outros exemplos, foram usados para gerar empatia nas mulheres livres (COWLING, 2010, p. 288).

Baseado nos ideais progressistas e civilizatórios, o discurso emancipador das mulheres brasileiras foi marcado principalmente por um caráter cristão, usando como justificativas a fraternidade, o amor ao próximo, a sensibilidade ao sofrimento do escravo (MOTT, 1988, p. 79). A abolição era vista como um dever moral e sagrado. A defesa das mulheres era pela “causa sacrossanta da Liberdade” (FERREIRA, 1999, p. 220) – nas palavras de Maria Amélia de Queiroz, oradora da sociedade abolicionista pernambucana *Ave Libertas*, numa conferência realizada em 1877<sup>5</sup> - e natural, uma obrigação como boas cristãs. Em discurso proferido no Polytheama Fluminense, em 1884, a estudante D. Mercedes de Oliveira<sup>6</sup> defendeu: “[...] representantes do meu sexo, sejamos abolicionistas porque é dever da mulher enxugar as lágrimas das vítimas do sofrimento”, “diante da grandeza moral de que ela [a mulher] deve ser a encarnação, como filha, como esposa e como mãe” (*Gazeta da Tarde*, 30/01/1884, p. 2). A mulher, no exercício de suas atribuições na esfera doméstica, deveria ser a transmissora da

moralidade, da religião e dos bons sentimentos – principalmente para as crianças, cuja educação primária era de sua competência.

Os homens abolicionistas também se referiram ao imaginário feminino comum para incentivar a participação das mulheres no movimento. Em um discurso da Associação Libertadora Domingos Martins, fundada na província do Espírito Santo em 1883, de caráter misto, Afonso Cláudio pediu que as senhoras “[...] fossem as mensageiras da liberdade como outrora foram as portavozes da fé” (*A Província do Espírito Santo*, 22/04/1884, p. 2). Dentre os sócios da Libertadora Domingos Martins, faziam parte 14 mulheres – mães ou esposas dos demais sócios – número que cresceu na medida em que as ações da associação se consolidaram. A participação no movimento abolicionista acompanhando pais, esposos ou irmãos, foi identificada por Angela Alonso (2011, p. 176), como uma das três maneiras pelas quais as mulheres puderam se integrar à campanha além da via cristã, filantrópica e benemérita e da via artística, como cantoras ou atrizes, caso de Chiquinha Gonzaga (1847-1935), que ficou conhecida pela alcunha de “Rouxinol Abolicionista”.

As atividades exercidas pelas mulheres no seio da campanha abolicionista, ainda que estivessem em consonância com os papéis a elas atribuídos, não divergiram – principalmente nos locais em que o movimento não adquiriu um caráter radical, como foi o caso da província espírito-santense – dos papéis que os homens realizaram. Não houve uma tutela ou uma subordinação na participação feminina em relação aos homens. O discurso defendido pelos abolicionistas – homens e mulheres – foi estruturado de modo a incentivar a participação das mulheres, de modo que mesmo extrapolando as fronteiras da esfera doméstica, as abolicionistas não foram vistas como rompendo padrões instituídos.

### **III. Considerações Finais:**

Cumprе questionar porque as mulheres adotaram a figura de “esposa-dona-de-casa-mãe-de-família” e a manipularam, transformaram e a utilizaram de acordo com objetivos particulares, como manter as estruturas de sustentação de suas casas ou ligadas à grupos sociais expressivos, como os escravos e o movimento em prol de sua libertação. Acreditamos que como as representações do mundo social são determinadas pelos interesses de grupo que as forjam (CHARTIER, 1990, p. 16-17) e são esses interesses que forjam a razão dos indivíduos assumirem e investirem em suas posições de identidade, além de identificarem com elas

(WOODWARD, 2012, p. 15). As mulheres se identificaram e assumiram o ideal de “esposa-dona-de-casa-mãe-de-família”, não pela condição submissa dentro de uma estrutura patriarcal ou devido aos interesses masculinos em assim vê-las, mas também por interesses próprios, por uma identificação endêmica, na qual se viam como responsáveis pela propagação dos ideais civilizatórios, pela educação dos filhos e das crianças, por serem mais sensíveis e amorosas; que as valorizava, dando a elas uma posição indubitável e de destaque em espaços específicos.

---

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e membro do Laboratório de Poder, Cotidiano e Linguagens. É mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo, sob orientação da Professora Dra. Adriana Pereira Campos. Contato: karolinarocha@live.com

<sup>2</sup> Utilizamos “movimento feminista” para designar as argumentações comuns de várias brasileiras em prol da defesa dos direitos da mulher. Concordamos com Célia Jardim Pinto (2003), o feminismo brasileiro não possuiu no século XIX, caráter organizado e contou apenas com personalidades, com vozes espalhadas pelo país que nem sempre conseguiram se comunicar.

<sup>3</sup> SILVA, T.T; WOODWARD, K.; HALL, S. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

<sup>4</sup> RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

<sup>5</sup> Maria Amélia de Queiroz foi uma professora pernambucana de intensa atividade abolicionista. Participou primeiramente do Clube do Cupim, sendo mais tarde uma das fundadoras da Sociedade Abolicionista Ave Libertas, em 1884. O discurso referido teve lugar no Teatro das Variedades, em 25 de setembro de 1877, na tribuna da Sociedade Contra a Escravidão e pela União Federal Abolicionista. (FERREIRA, 1999, p. 217-224; MOTT, 1988, p. 76).

<sup>6</sup> Josefa Águeda Felisbella Mercedes de Oliveira, nascida em Pernambuco no dia 13 de fevereiro de 1864, teve negada a petição feita por seu pai à Assembleia Provincial de Pernambuco solicitando recursos para que estudasse medicina nos Estados Unidos. Recebendo o auxílio posteriormente, quando já se encontrava estudando, Josefa se diplomou em 1881, se tornando uma das primeiras médicas do Brasil. Foi também defensora dos direitos da mulher, principalmente em relação à educação superior e editora do jornal literário *A Mulher* em parceria com Maria Augusta Generoso (RAGO, 2011).

Departamento de Imprensa e Propaganda: dos órgãos públicos que deram origem a ele até seu uso para a propaganda do Estado Novo.

Katia Adriana Falcão Pereira Espósito<sup>1</sup>

Resumo:

Este estudo põe em cena as origens do Departamento de Imprensa e Propaganda, órgão de comunicação institucional criado no Estado Novo(1937-1945) para apoiar a legitimação do seu discurso através das várias técnicas de propaganda e do sistema de controle político da informação.

Abstract:

This study refers to the origins about Departamento de Imprensa e Propaganda, which was a department responsible for the government communication created in Estado Novo (1937-1945) in Brasil to provide legitimacy for it, between propaganda and information political control system.

Palavras chaves: Departamento de Imprensa e Propaganda- Propaganda - Estado Novo.

Este artigo destaca o Departamento de Imprensa e Propaganda, que será chamado de agora em diante por D.I.P., e que foi o principal aparelho estatal de controle da informação e divulgação da ideologia estado novista.

Durante todo o período do governo provisório e constitucional de Getulio Vargas, vários órgãos de comunicação institucional foram criados ou transformados com o objetivo de promover a divulgação de imagens positivas do Brasil e de seu gestor, pelo controle das informações e da propaganda.

No Estado Novo, a repressão, a censura e controle da informação tornaram-se tão relevantes que se fez necessário a expansão de suas ações.

Então, pelos planos do grupo de intelectuais, justificou-se, naquela conjuntura, a criação de um órgão ligado diretamente ao governo central para a realização destas tarefas. De

---

<sup>1</sup> Mestranda do PPG em História do Brasil, pela linha de pesquisa ideologia e política da Universidade Salgado de Oliveira, onde também é professora adjunta do curso de Comunicação Social. A pesquisa está sob a orientação da Profa.Dra. Marly de Almeida GomesVianna, cujo e-mail é: magvianna@uol.com.br

acordo com Souza<sup>2</sup>, foi quando tomou corpo, o D.I.P, cujo status passou a ser de um “superministério” .

O marco inicial da gênese da propaganda estatal ocorreu pela a ascensão de Getulio Vargas ao governo provisório no Catete e pelo estabelecimento de interventores indicados por ele nos governos estaduais brasileiros.

Por decreto, o “tenentista” cel. João Alberto<sup>3</sup> assumiu o cargo de interventor do estado de São Paulo e reorganizou, em março de 1931 a sua Diretoria de Publicidade Agrícola da Secretaria de Agricultura. Desmembrou dele, as atividades de publicidade do setor agrícola estaduais para transformá-lo em Departamento de Imprensa e Publicidade<sup>4</sup> do governo interventor.

João Alberto tinha como meta fornecer informações diretamente a população paulista sobre as ações do governo provisório, e passou a municiar os principais jornais e revistas com “notas” oriundas do gabinete do governo de São Paulo, distribuídas pelo Departamento de Imprensa e Publicidade.

Eram notícias dos atos oficiais realizados durante sua gestão e tinham por objetivo “dilatar, justificar e confirmar o programa da revolução”<sup>5</sup>. Durante este estudo, não se detectou os motivos que levaram o interventor de São Paulo a criar um “mecanismo administrativo” com o objetivo de disseminar as notícias dos atos do Governo da Revolução por parte de um órgão oficial, mas coube aqui deixar um ponto para reflexão: a importância da imprensa na intensidade da manipulação da opinião pública .

Com seu afastamento do cargo, o Departamento de Imprensa e Publicidade logo se extinguiu, deixando entretanto sementes que iriam logo germinar.

Enquanto a abrangência do Departamento de Imprensa e Publicidade tinha atuação limitada ao âmbito estadual, o Governo Provisório decidiu instaurar em 2 de julho de 1931 o Departamento Oficial de Publicidade (D.O.P.). Suas atividades eram fornecer informações referentes as ações do regime, tanto na imprensa jornalística quanto a radiodifusão. “Era vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, constituía-se numa espécie de apêndice da Agência Nacional.”<sup>6</sup>

---

<sup>2</sup> SOUZA, José Inácio de Melo. *O Estado contra os meios de Comunicação (1889-1945)*. Fapesp, Ed. Anablme, SP, 2003.

<sup>3</sup> João Alberto Lins de Barros nasceu em Recife, em 1897, participou do movimento tenentista e posteriormente da Revolução de 30. Foi interventor federal no estado de São Paulo no ano de 1931.

<sup>4</sup> SOUZA, José Inácio de Melo. *O Estado contra os meios de Comunicação (1889-1945)*. Fapesp, Ed. Anablme, SP, 2003, p. 59.

<sup>5</sup> Diário de SP, 28/02/1931, p.4 apud Souza. José Inacio Melo.

<sup>6</sup> Verbete “Departamento de Imprensa e Propagana”, consulta acervo digital CPDOC. Acesso em 14-02-2012 : <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>



Sua criação gerou, no início muitos protestos e questionamentos por parte da imprensa, cujo temor era de que este fosse mais um organismo de censura e repressão, como ocorreu durante os “estados de sítio” do Governo de Arthur Bernardes e com a promulgação da Lei Celerada<sup>7</sup> por Washington Luís.

Para esclarecer a ação de Vargas com a criação deste órgão e aproximar o “governo revolucionário” da imprensa, o diretor da Imprensa Oficial da União, Salles Filho<sup>8</sup> convidou jornalistas, representantes de agências de notícias estrangeiras e da Associação Brasileira de Imprensa para uma coletiva de imprensa no Palácio Monroe, no Rio de Janeiro. Nesta ocasião declarou que Departamento Oficial de Propaganda jamais seria um “aparelho de compressão” e para que ele tivesse êxito, bastava que a imprensa o recebesse “de boa vontade”:

“O Governo Provisório quer que haja um pensamento nacional para a solução das questões nacionais, que a opinião publica se oriente e se interesse pela coisa pública; quer que o Brasil, como pretendia Nilo Peçanha, “arrancada a Republica das mãos de alguns pra as mãos de todos”, se organize para as pugnas em prol do bem estar das suas populações, figurando como uma unidade precedida de sinal positivo na cooperação de todos os povos, para o bem estar universal (...) conforme as declarações do eminente s.r. Oswaldo Aranha, julgou adotar um aparelho capaz de coligir e coordenar todas as informações que possam interessar o conhecimento publico, não só nesta capital, mas igualmente nos Estados e municípios, a fim de realizar aquele objetivo proporcionando a imprensa, que Laboulaye denominava “o fórum que reúne cada manhã milhões de homens pelas mesmas ideias e pelos mesmos sentimentos – sem qualquer preferencias ou restrições, os meios idôneos para o exercício da sua grande missão”<sup>9</sup>

Em seu discurso, salientou que o D.O.P iria promover a “implantação de rádios receptoras eficazes pra fins de educação e de instrução, propagada, conferencias convenientemente organizadas com este objetivo” nas cidades mais afastadas para que assim pudesse “facilitar a formação da unidade nacional”.

Ao final, convidou a imprensa a contribuir com seu apoio ao empreendimento. Para Salles Filho, a imprensa estava “configurada como uma das pedras desta edificação”: na base da obra da reconstrução nacional que seria edificada pela Revolução.

---

<sup>7</sup> Decreto nº 5.221, "torna inafiançável os crimes definidos pelo Decreto nº 1.162, de 12 de dezembro de 1890",. É a denominada "Lei Celerada", que também autoriza o Governo a "ordenar o fechamento, por tempo determinado, de agremiações, sindicatos, centros ou sociedades que incidam na prática de crimes previstos nesta lei ou de atos contrários à ordem, moralidade e segurança públicas, e, quer operem no estrangeiro ou no país, vedar-lhes a propaganda, impedindo a distribuição de escritos ou suspendendo os órgãos de publicidade que a isto se proponham, sem prejuízo do respectivo processo criminal". Disponível em <[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ID1\\_Nx5ZJyoJ:www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/republica1.html+&cd=11&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ID1_Nx5ZJyoJ:www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/republica1.html+&cd=11&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)> acesso em 14.11.2013. >

<sup>8</sup> Diretor da Imprensa Oficial da União, que assumiu o cargo de diretor do D.O.P.

<sup>9</sup> Extraído de O GLOBO, 02 de Julho de 1931, Matutina, Geral, página 3. Acevo OGLOBO. Acesso em 11/07 de 2013.

O envolvimento de vários setores da sociedade foi essencial para que o Governo Provisório minimizasse os percalços da convivência com a palavra adversa das oposições, dentro do novo rearranjo oligárquico que a marcou decisivamente a Revolução de 30.

Ilustra a teoria da “universalização e transformação” tal qual Nelson Jahr Garcia<sup>10</sup> define em seu livro : “Propaganda: ideologia e manipulação” :

Se a propaganda é realizada de uma classe social para outra que tem interesses diversos, a simples difusão da ideologia já não é suficiente para gerar adesão. Nesse caso, o grupo emissor, antes de difundir suas idéias, elabora-as para que se adaptem às condições dos receptores, criando a impressão de que atendem a seus interesses. Mas a verdade é que as idéias contêm apenas os objetivos do emissor, e a impressão contrária só é possível se, ao se reportar à realidade, as mensagens ocultem ou deformem alguns de seus aspectos. Nesse caso, convencidos de que as propostas atendem às suas necessidades, os receptores não têm razão para discordar delas. A elaboração, dessa forma, esconde quais são os interesses reais existentes por trás da ideologia, ao mesmo tempo que oculta a realidade vivida pelos receptores, para que estes não possam formular outras idéias que melhor correspondam à sua posição. “Neste caso, a propaganda não tem mais o caráter de conscientização, mas de mistificação, manipulação(...)

O D.O.P. foi alvo de muitos protestos por conta da resolução de colocar m “representante” em cada jornal para “orientar a execução destas deliberações”. Suas funções, no entanto, acabaram incorporadas pela Imprensa Oficial em 1932. Mas isto não foi um recuo da intervenção do Estado nos meios de comunicação existentes no Brasil.

Em seguida ao D.O.P. , foi criado o Departamento de Publicidade e Difusão Cultural (D.P.D.C.) pelo decreto n. 24.651 de 10 de julho de 1934.

Este departamento ficou vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores “tendo em vista a necessidade de criar um órgão técnico destinado a estudar e orientar a utilização do cinematógrafo e dos demais processos técnicos, que sirvam como instrumento de difusão cultural além do estímulo à cultura física”<sup>11</sup>.

Era de sua competência analisar a utilização do cinema e do rádio pra intensificar a exibição em todos os meios sociais filmes educativos, mesmo que para isso fossem instituídos prêmios e favores fiscais, assim como taxas de censura que seriam convertidas em verbas para o novo órgão.

---

<sup>10</sup> GARCIA, Nelson Jahr. Propaganda: ideologia e manipulação. Editora Brasiliense sob o título **O Que é Propaganda Ideológica**. Tenta esclarecer como a propaganda é utilizada em uma sociedade, suas bases sociais e ideológicas e as principais técnicas empregadas. RocketEditon©: 14 de agosto de 1999 - Reprodução autorizada. Acesso em 23-03-2014 : <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/manipulacao.html>

<sup>11</sup> DECRETO N. 24.651 de 10 de julho de 1934 Acesso em: 12-01-2014  
[http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=24651&tipo\\_norma=DEC&data=19340710&link=s](http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=24651&tipo_norma=DEC&data=19340710&link=s)

O Departamento de Publicidade e Difusão Cultural veio de um projeto encomendado por Getúlio Vargas à Lourival Fontes, antigo aliado aliancista, então chefe de gabinete da prefeitura, diretor do Kennel Club e editor da revista *Hierarchia*<sup>12</sup>. “Feito o relatório, Fontes foi surpreendido com o convite para dirigir o órgão e orientar todos os meios de comunicação com o objetivo de utilizá-los na propaganda governamental”<sup>13</sup>.

Ao assumir sua diretoria, Lourival Fontes, afastou-o da Imprensa Oficial e modernizou suas atividades ao criar a *Hora do Brasil* em cadeia nacional de rádio. Este departemtno promoveu principalmente a imagem do Brasil estimulando o mercado turístico pela grandeza do país, além de aproximá-lo da imprensa nacional e internacional

Este era um período de entre guerras e assinalava o surgimento de um conjunto variado de propostas de regimes diferentes das já experimentadas pelos governos liberais. O surgimento do socialismo, o fascismo, o nazismo representava que o autoritarismo estava cada vez mais presente como opção forte em prol do desenvolvimento de um país através de um Estado Nacional<sup>14</sup>.

No Brasil, movimentos insurrecionais tais como a Revolução Constitucionalista de 1932, o movimento de 1935 da Aliança Nacional Libertadora e o Push Integralista em 1938 foram demonstrações da proliferação de ideologias políticas que acabaram vencidas pelo governo de Getúlio. Os movimentos contra o regime e suas manifestações acabaram acirrando

---

<sup>12</sup> Revista *Hierarchia* (1931-1932) foi uma revista de política, economia, cultura e questões sociais lançada no Rio de Janeiro (RJ) em agosto de 1931, tendo Lourival Fontes como diretor e Rodolfo Carvalho como diretor-comercial e diretor-secretário. A redação era na rua Teophilo Ottoni, passando depois para o nº 110 da Avenida Rio Branco (uma sala no prédio do Jornal do Brasil), e, já em 1932, para o nº 23 da praça Marechal Floriano, onde então funcionava a Casa Alemã. Em formato de livro e com 128 a 166 páginas, a revista era feita em duas colunas e dividida em seções. "Artigos Especiais", a seção principal, tratava de temas como ensino religioso e ensino leigo, fascismo, diretrizes sociais do Brasil, família e divórcio, centralização e federação, economia, arquitetura, organização nacional e defesa militar, democracia. Algumas de suas seções permanentes eram "O mez internacional" e "Revista dos Livros". Os artigos eram, em geral, longos e densos. Colaboram nas poucas edições da revista: Antônio José Azevedo Amaral, que anos depois responsável pelas revistas *Diretrizes* e *Novas Diretrizes*, Sérgio Buarque de Hollanda, Plínio Salgado, Alceu Amoroso Lima (que assinava Tristão de Athayde), Cândido Portinari, Christóvam de Camargo, José Maria Bello, Oliveira Vianna, Octavio de Faria, Heráclito Sobral Pinto, Hélio Vianna, Bezerra de Freitas, Moacyr Pompéia, Alberto Gonçalves, Reis Carvalho, o padre Galdino Moreira, padre Leonel Franca, Mattos Pimenta, José Augusto, Luiz Schnoor, Mendes Fradique, Ildefonso Albano, Fábio Sodré, Povoas de Siqueira, Samuel Torres Videla, Saboya de Medeiros, Ribas Carneiro, Gilberto Amado, Belisário Penna, Anísio Teixeira, Fernando Magalhães, Francisco de San Tiago Dantas, Gustavo Lessa, A. Carneiro Leão, Gennaro Vidal, Pandiá Calógeras, Madeira de Freitas, Pantoja Leite, Bernardo Lichtenfels Júnior, Osório Lopes, Belmiro Valverde, dentre outros

<sup>13</sup> LOPES, Sonia C. “Lourival Fontes No Governo Vargas: Um Jogo De Poder Com Luzes E Sombras”. Este artigo é uma síntese da dissertação de Mestrado em História Política, defendida no PPGH - UERJ / 1998, para o X Encontro da Anpuh – RJ. Disponível em :

[http://www.google.com.br/url?sa=t&ret=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=9&ved=0CGAQFjAI&url=http%3A%2F%2Fwww.rj.anpuh.org%2Fresources%2Ffrj%2FAnais%2F2002%2FComunicacoes%2FLopes%2520Sonia%2520C.doc&ei=eaA5U8XeOOjLsQTitoCoCg&usq=AFQjCNEVA-S8nvmBRLioZ7JOoZPmO\\_6VCg/](http://www.google.com.br/url?sa=t&ret=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=9&ved=0CGAQFjAI&url=http%3A%2F%2Fwww.rj.anpuh.org%2Fresources%2Ffrj%2FAnais%2F2002%2FComunicacoes%2FLopes%2520Sonia%2520C.doc&ei=eaA5U8XeOOjLsQTitoCoCg&usq=AFQjCNEVA-S8nvmBRLioZ7JOoZPmO_6VCg/)

Acesso em: 12-08-013.

<sup>14</sup> GOMES, Angela de Castro. “Autoritarismo e corporativismo”. *Revista USP, São Paulo, n.65, p. 105-119, março/maio 2005*

o controle e a censura, levando a revisão da legislação vigente que culminou com a Lei de Segurança Nacional<sup>15</sup> de 1935 e aumentou a coersão a liberdade civil e de imprensa .

A propaganda política apreendida pelo Estado encontrou terreno fértil nos regimes autoritários e influenciou a política de comunicação institucional de Getúlio Vargas. Ao relatar uma viagem a Berlim para uma conferência sobre Agricultura, Luís Simões Lopes, seu oficial de gabinete contou o quanto era impressionante a propaganda sistemática, metodizada do governo alemão e sugeriu a “criação de uma miniatura dele no Brasil<sup>16</sup>”,

De acordo com o Jornal O GLOBO, em julho de 1935, Lourival Fontes concedeu entrevista onde falou da abrangência de um novo órgão de propaganda do governo: o Departamento Nacional de Propaganda (D.N.P.). “Considerou uma causa nacional, por sua finalidade, os novos serviços que superintendidos pelo Departamento Nacional e solicitou a colaboração da imprensa sistematicamente, para não haver dispersão de esforços”.

O Departamento Nacional de Propaganda foi responsável pela Imprensa Nacional, Turismo, informações nacionais e estrangeiras, esportes, radiodifusão, teatro e cinema.

Entretanto, de acordo com Centro de Documentação Histórica da Fundação Getúlio Vargas, o D.P.D.C. só passou à nomenclatura de D.N.P. em 1938, transformado por decreto presidencial.

Este órgão atuou em todos os campos relacionados ao que se denominava “educação nacional” exercendo censura e o controle de todos os meios de comunicação incluindo-se a proibição do uso de língua estrangeira nas transmissões radiofônicas e a circulação de jornais e revistas estrangeiras.

Como a decretação da lei nº 300 de 1938, que previa a isenção de taxas de importação de papel, os empresários da imprensa e de editoras enfrentavam burocracia para ter direito a esta isenção. Assim, o governo passou a conceder ou não favores fiscais levando muitas publicações a cooperar com as orientações governamentais. O Departamento Nacional de Propaganda manteve-se vinculado ao Ministério da Justiça com Lourival Fontes na direção geral. Somente desvinculou-se do Ministério da Justiça quando, mais uma vez por decreto tornou-se Departamento de Imprensa e Propaganda, em 1939.

Convocado a colaborar com o regime, Lourival serviu bem a Getúlio Vargas por seu senso de liderança e respeito pela hierarquia. Enquadrava-se também no novo projeto por ser anticomunista, bem adaptado à veia policial, tão indispensável ao Estado Novo. Emprestando seu prestígio de jornalista e intelectual aos órgãos que dirigiu, usufruía, ao mesmo tempo, de todo o poder que estes lhe conferiam. Foi, como muitos o chamavam,

---

<sup>15</sup> A Lei de Segurança Nacional, promulgada em 4 de abril de 1935, definia crimes contra a ordem política e social. Sua principal finalidade era transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado, submetendo-os a um regime mais rigoroso.

<sup>16</sup> Acervo Luis Simoes Lopes, conjunto de documentos do DNP. CPDOC; acesso em 12-11-2012

o nosso Goebbels, um *Goebbles caboclo* que, incorporou às práticas autoritárias da tradição brasileira, outras mais modernas, que se tornavam através da propaganda e da educação instrumentos de adaptação do homem à nova realidade social.<sup>17</sup>

Como lembra Silverstone:

A mídia sempre foi uma parte crucial do processo político, em democracias, mas também em tiranias, pois a disseminação e administração da informação são por sua vez, parte crucial da administração de um Estado Nacional; e a criação e a administração da cidadania dependem, por sua vez, da informação e da comunicação eficazes dentro dos governos, em meio aos governados, como também entre eles <sup>18</sup>

O golpe que instituiu o Estado Novo (1937-1945) aboliu em grande parte a liberdade de expressão e pensamento, já que pela sua constituição, a imprensa estaria subordinada ao poder público. O texto da constituição de 1937 foi redigido por Francisco Campos de onde se pode destacar: “a imprensa exerce uma função de caráter público, nenhum jornal pode recusar a inserção de comunicados do governo, nas dimensões taxadas a lei(...)”

Além disto, esta constituição reforçou os poderes do Presidente da República, conferindo-lhe o direito de governar por decretos-lei. Esta condição ampliou a intervenção do governo federal nos estados, já que também extinguiu o poder legislativo em todos os âmbitos.

Para justificar a legitimação de Getúlio Vargas no poder, seu governo usou 02 pilares na disseminação de sua ideologia: no Ministério da Educação, com o Ministro Gustavo Capanema e no Departamento Nacional de Propaganda, que ocupou a sede do Congresso Nacional, quando pelo encerramento suas atividades em 1937.

As tecnologias da comunicação social eram de extrema relevância para os planos da ideologia estado novista. E para demonstrar o progresso da Nação, realizou junto com o governo Alemão a “Exposição de Televisão”<sup>19</sup>: evento promovido pelo Estado Novo em parceria com o Terceiro Reich alemão, que ampliaria as relações entre poder político e os meios de comunicação.

Este evento ocorreu durante a Feira de Amostras do Rio de Janeiro em 1939. Nela, a empresa alemã Telefunken realizou a primeira transmissão pública de televisão do Brasil: “presente ao espetáculo, animado com o invento, Getúlio Vargas resolveu fazer um teste: entrou

---

<sup>17</sup> LOPES, Sonia C. “Lourival Fontes No Governo Vargas: Um Jogo De Poder Com Luzes E Sombras”. Este artigo é uma síntese da dissertação de Mestrado em História Política, defendida no PPG do IFCH - UERJ / 1998, para o X Encontro da Anpuh – RJ. Disponível em :

[http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=9&ved=0CGAOFjAI&url=http%3A%2F%2Fwww.rj.anpuh.org%2Fresources%2Ffrj%2FAnais%2F2002%2FComunicacoes%2FLopes%2520Sonia%2520C.doc&ei=eaA5U8XeOOjLsOTitoCoCg&usq=AFOjCNFVA-S8nvmMRLioZ7JOoZPmO\\_6VCg](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=9&ved=0CGAOFjAI&url=http%3A%2F%2Fwww.rj.anpuh.org%2Fresources%2Ffrj%2FAnais%2F2002%2FComunicacoes%2FLopes%2520Sonia%2520C.doc&ei=eaA5U8XeOOjLsOTitoCoCg&usq=AFOjCNFVA-S8nvmMRLioZ7JOoZPmO_6VCg)

<sup>18</sup> SILVERSTONE, Roger. Por que estudar a mídia?. Ed. Loyola, SP, 2002, pg268

<sup>19</sup> BUCETTO, Aureo. “Em busca da caixa mágica: o Estado Novo e a televisão” . Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 177-196 - 2007

numa cabine e, instantes depois, sua sorridente e deslumbrada imagem aparece diante da plateia dentro da caixa da televisão<sup>20</sup>”.

O controle da imprensa tinha como meta garantir a comunicação direta entre o governo e a sociedade, que seria a única maneira de eliminar os “intermediários nocivos ao progresso”, como justificou Francisco Campos, autor do texto constitucional. O caminho da censura e da compressão levaram a vários jornais importantes como o Diários Associados, Jornal do Comercio, Correio da Manhã, dentre outros a publicarem manifestos contra a censura em novembro<sup>21</sup> de 1939.

O Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I.P.) foi criado por decreto lei em 29 de dezembro de 1939. Era composta de setores de divulgação, imprensa, radiodifusão, turismo, teatro e cinema. Detinha a exclusividade quanto à propaganda e publicidade de todos os Ministérios e repartições públicas bem como a promoção e organização de atos comemorativos oficiais e de festas cívicas.

Através dele, o governo encaminhava suas propostas através do controle de todos os meios de comunicação da época: para o cinema foram criadas curtas-metragens que eram exibidos em todas as sessões antes dos filmes e ficaram conhecidos como Cinejornais, para o rádio os planos de controle se estenderam a encampação da Rádio Nacional e da ampliação do programa A Hora do Brasil em rede nacional.

Para a imprensa se emitia boletins com a orientação de pautas e editoriais para a “boa imagem” do regime. Para o mercado editorial, que não se excluiu neste contexto, o D.I.P. foi responsável por publicações que abrangeram concursos culturais de monografias para estudantes, publicação de livros pela Imprensa Oficial e dentre outras era responsável pela publicação da revista “Cultura Política” e do “Anuário da Imprensa Brasileira”:

Há o projeto de criação de uma estrutura de poder, que faz a coerção e também busca consenso chaves de sua ação. O que se objetiva é a cooptação daqueles que possuem ingerência sobre o discurso tornado visível e neste sentido, o poio e a aliança com os homens de imprensa são fundamentais. Há também o projeto comum de disseminação de ova visão de mundo e é nessa intenção que os periódicos assumem papel chave.<sup>22</sup>

Assim pode se perceber o maniqueísmo daquele grupo de ideólogos do Estado Novo na coerção e ao mesmo tempo na propaganda, pois através do Ministério da Educação e Cultura e do D.I.P., o governo mantinha rígido controle sobre a vida cultural do país: estava sob sua

---

<sup>20</sup> Ibidem.

<sup>21</sup> Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade: Getulio Vargas e a Imprensa: Cadernos de Comunicação, serie memórias, agosto de 2004.

<sup>22</sup> BARBOSA, M.C. Imprensa e Estado Novo : relações ambíguas e o público como "massa". In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., 2006, Brasília. Anais...São Paulo: Intercom, 2006. CD-ROM

responsabilidade, e não mais das chefaturas de polícia a censura prévia dos jornais, revistas, cinemas, teatros, livros e diversões públicas, tais como festas populares, circos, bailes, bilhares, esportes, espetáculos e exposições e enfatizava as realizações do regime para a promoção, pessoal e política, da figura de Vargas.

Em 1940, com a incorporação das empresas Rádio Nacional, Mauá, Jornais da Manhã e A Noite, do RJ e de SP, a intervenção no Jornal O Estado de SP, o Estado através das ações do D.I.P. e do Ministério da Educação passam a deter o monopólio da produção de bens culturais do Brasil. Mesmo com as discussões que envolviam as abrangências de cada área, tecnicamente o D.I.P. era encarado como responsável por incentivar produtos da indústria cultural ligados a “cultura de massa” enquanto que o Ministério de Capanema era responsável pela “cultura erudita”.<sup>23</sup>

Adornando toda essa felicidade nacional m cenário de paz e abundancia, pairavam paternal, bonachão o sorriso de Vargas- e ele a propósito de tudo. Despachando com Ministros, recebendo autoridades, recepcionando visitantes ilustres lá estava o baixinho ,dentes a mostra, como se o DIP, com suas fotos distribuídas de mão beijada tivesse feito daquele sorriso perene, o logotipo do novo regime. Nos jornais nenhuma das tantas notícias que realmente interessava s notícias sobre o Brasil não podiam ser mais risonhas

Outro aspecto importante foi à criação dos Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda, “braços” do D.I.P. nos principais Estado que coordenavam a censura, eventos cívicos e de caráter popular e a propaganda estadonovista em suas regiões como extensão do órgão, ampliando suas ações.

Em 1942, com a decisão de Vargas em entrar na II Guerra ao lado dos Estados Unidos, as atenções do governo se voltam para uma diretriz político-ideológica em prol dos Aliados, depois de uma fase de oscilações e ambiguidades. Lourival Fontes, o “homem forte do D.I.P.” pediu exoneração do cargo e vai atuar como Embaixador no México.

Apesar de ainda desempenhar funções de órgão censor e propagandista, o D.I.P. mudou sua orientação, passando a ser dirigido por militares ligados ao então Ministro da Guerra, General Dutra. O cap. Amilcar Dutra de Menezes, diretor da seção de rádio do D.I.P. irá permanecer como diretor até o seu término. Ao final do ano de 1944, o órgão chegou a ter 347 funcionários, onde a maioria era da gestão de Lourival Fontes.

Com a deposição de Getúlio Vargas e a queda do Estado Novo, o D.I.P, foi transformado, mais uma vez por Decreto, em Serviço Nacional de Informação.

---

<sup>23</sup> Cadernos de Comunicação n. 12– Serie Estudos. : Secretaria Especial de Comunicação Social da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Referências bibliográficas:

BARBOSA, M.C. “*Imprensa e Estado Novo : relações ambíguas e o público como "massa"*”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., 2006, Brasília. Anais.São Paulo: Intercom, 2006.

BUCETTO, Aureo. “*Em busca da caixa mágica: o Estado Novo e a televisão*”. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 177-196 – 2007.

GARCIA, Nelson Jahr. *O Que é Propaganda Ideológica*. RocketEditon©: 14 de agosto de 1999 - Reprodução autorizada. Disponível em : <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/manipulacao.html> .Acesso em 23-03-2014

GOMES, Angela de Castro. “*Autoritarismo e corporativismo*”. Revista USP, São Paulo, n.65, p. 105-119, março/maio 2005.

LOPES, Sonia C. Lourival Fontes No Governo Vargas: Um jogo de poder com luzes e sombras”. Este artigo é uma síntese da dissertação de Mestrado em História Política, PPG do IFCH - UERJ / 1998, para o X Encontro da Anpuh – RJ.

SILVEIRA, Joel. “Na fogueira:memórias”. Ed.Mauad, RJ, 1998,

SILVERSTONE, Roger. Por que estudar a mídia?. Ed. Loyola, SP, 2002.

SOUZA, José Inácio de Melo. O Estado contra os meios de Comunicação (1889-1945). Fapesp, Ed. Anablme, SP , 2003.



## **Os anúncios pós-abolição e seus escravismos implícitos.**

Lanna Camila Oliveira dos Santos\*

Resumo: A emancipação dos escravos foi um processo longo, que perdurou até mesmo após a data redentora, estendendo as relações do cativo para o cotidiano. A partir da análise de anúncios de alugueis de serviços que constavam no jornal O PAIZ (1887-1890) nos é possível observar a complexidade das relações sociais existentes na configuração desta nova ordem social que se caracteriza pelas continuidades e rupturas do sistema escravista.

Palavras-chave: pós-abolição / anúncios / trabalho doméstico

Abstract: The emancipation of the slaves was a long process that lasted even after the redemption date, expanding the relations from the captivity to the quotidian. From the analysis of the rental services advertisements, contained in the newspaper O PAIZ (1887-1890), is possible to observe the social relations complexity in the configuration of this new social order characterized by continuities and ruptures of the slave system.

Keywords: post-abolition / advertisements / housework

---

O Rio de Janeiro se apresenta desde muito cedo como uma cidade de colonos, de características clássicas, não uma feitoria colonial de mera exploração. A lógica existente no Rio de Janeiro girava em torno de um significativo mercado interno (e logicamente externo também), onde duas portas comerciais se destacavam, uma voltada para a Europa e outra voltada para o sertão.

Com o advento da independência o novo país deveria se mostrar ao mundo não somente como civilizado, mas como um lugar de cultura e muito desta cultura está ligada a produção e a crítica literária. No Brasil essa crítica literária se inicia com Alencar e Machado de Assis, bastante ligada ao teatro, uma vez que nosso país estava fortemente ligado a oralidade devido ao altíssimo número de iletrados.

Eminentes autores como Alencar e Machado pertencem à geração de 1870, uma importante divisora de águas no pensamento brasileiro (destaque ao pensamento urbano brasileiro), e principalmente a partir desta data, que coincide com o fim da Guerra do Paraguai( evento externo que desencadeou uma série de questionamentos internos com

relação a forma de governar do império), que o movimento abolicionista, por exemplo, adquiriu um novo fôlego com a publicação de obras de suma importância para o movimento, como o Abolicionista de Joaquim Nabuco, publicado em 1883. Outro importantíssimo aspecto é a imprensa, que recebe grande destaque neste período, combativa e muitas vezes claramente partidária se torna grande ferramenta de denúncias contra a escravidão, diagnosticando-a como um dos grandes males causadores do atraso civilizatório do Brasil.

Esta mesma escravidão que garantiu ao Rio de Janeiro uma peculiaridade ao seu processo modernizatório, ao trazer os olhares para a rua, onde tudo acontecia, onde o movimento de comércio, de negociações e transações realmente aconteciam, onde os escravos circulavam e faziam a riqueza circular, seja ela econômica política ou cultural, reafirmando as ruas do Rio como um caldeirão cosmopolita. Em tempos patriarcais onde as decisões eram tomadas na esfera do privado o Rio de Janeiro via suas ruas fervilharem como grandes espaços de sociabilidade.

Um relevante dado característico é o trabalho (e suas variantes), que sempre esteve muito presente nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, principalmente na forma de comércio, exercido em grande parte por mão de obra escrava, mas também de forma considerável por pessoas livres e um forte número de imigrantes, além, dos serviços ditos privados, mas que tinham na rua o seu destaque, os seus anúncios através dos jornais, por exemplo. E torna-se este o enfoque deste estudo, o trabalho dito privado nestes jornais, que circulavam nas ruas e ofereciam emprego a uma população que estava na transição para uma nova realidade, o fim da escravidão e a quebra de uma ordem centenária. E tudo isso nos jornais e conseqüentemente, nas ruas.

Mas, é através desta imprensa que podemos observar importantes aspectos desta sociedade, e flanando<sup>1</sup> por seus classificados como quem observa a cidade por meio de seus anúncios e segue pequenas pistas implícitas no discurso de um simples “Aluga-se” ou “Precisa-se”. Mesmo não se esperando recriar cenários ou especular situações, os anúncios nos passam um panorama de como a sociedade reagiu a este momento de adaptação a uma nova realidade e por muitas vezes perpetuou velhos vícios.

A análise de anúncios de aluguéis de serviços que constavam nos jornais da época permite observar a complexidade das relações sociais expressas no âmbito da imprensa, que se propõe livre no que se refere ao discurso sobre os sujeitos a quem menciona (no entanto, não deixa de ser responsabilidade do jornal o que é anunciado em suas páginas).

O termo aluguel pode variar o seu significado conforme o modo empregado, como pode ser visto na descrição apresentada por um dos dicionários mais correntes em nosso país, podendo ser empregado para uso desde objetos inanimados até relações empregatícias. Tendo a sociedade brasileira sido forjada no escravismo baseada em uma aristocracia rural de traços semifeudais, como podemos observar na análise de Sergio Buarque de Holanda, em Raízes do Brasil. Com isso, o conceito de aluguel é empregado como proposta de relação realmente bilateral e acima de tudo livre? Uma vez que a presença, principalmente no meio urbano (caso da província do Rio de Janeiro – corte neste primeiro momento), do escravo de ganho, os conhecidos cativos de aluguel, era responsável por suprir em grande parte a demanda não somente doméstica, mas também, de toda sorte de serviços de um modo geral pelas ruas do Rio de Janeiro, abre-se um ponto de questionamento.

Respeitadas suas peculiaridades linguísticas e o contexto da época, de forma a priorizar os anúncios que demonstram de alguma forma uma relação de poder não mais condizente com a nova ordem social, mas que continuava presente. Como se pode exemplificar pelo anúncio publicado no jornal O PAIZ e duramente criticado pela Revista Ilustrada :

Precisa-se para casa de pouca família, uma cozinheira, que saiba engomar e

O que significa o trecho final?

Nada fazer

Bom emprego

que durma no aluguel.

A análise deste anúncio pode ser feita se observarmos o elemento que se refere a permanência do “empregado” no seu local de trabalho mesmo após o dito expediente. Este é o ponto de crítica ao anúncio feito pela revista Ilustrada, que expressa uma forte desconfiança das relações que se desdobrariam entre patrão e empregado nessas condições.

Os periódicos assumem na sociedade diversos papéis: fiscalização, informação e entretenimento, entre outros. Mas não podemos nos esquecer da primeira característica apresentada pelos jornais sul-americanos em sua origem e que os acompanham ao longo de todo o século XIX e até mesmo em boa parte do XX, que seria de uma espécie de braço do mercado<sup>2</sup>, onde eram anunciadas notícias relativas ao comércio, aos eventos da boa sociedade (casamentos e festas) e também as ofertas da raia miúda, anúncios de compra e venda de

escravos, produtos de toda sorte, serviços médicos e farmacêuticos, cartomantes, professores e alugueiros de imóveis e de pessoas.

Anunciar, esta é uma das principais características, anuncia-se tudo e de tudo nos jornais, desde política, economia ou sociedade. O enunciado (seja ele uma manchete de capa, uma carta da edição ou um anúncio) para Foucault é um átomo de um discurso<sup>3</sup>, um dito, um saber poder. E qual seria este poder exercido pelo jornal na sociedade carioca nos anos finais do Império e a nascente República? Qual o papel do jornal?

O jornal informa, forma e transforma uma sociedade, e pode ser considerado uma preciosa fonte histórica não somente no campo da política, mas também na economia e na cultura<sup>4</sup>, os periódicos deste momento de transição são responsáveis não somente pela salvaguarda da memória, mas como difusor de transformações, de movimentos como o abolicionista e o republicano, mas também difusor de continuidades. De forma resumida são agentes do seu tempo e da história, de forma que se torna possível identificar seu posicionamento político através da abordagem ou não de um determinado fato, pois a ausência de um determinado “evento” histórico nas páginas de um jornal, também faz parte de um posicionamento editorial e uma escolha pelo que se preferiu esquecer.

A noção de arquivo operada por Foucault em *Arqueologia do Saber* nos permite problematizar a questão do jornal como documento-monumento<sup>5</sup>:

(...) em nossos dias, a história é o que transforma documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. Havia um tempo em que a arqueologia, como disciplina dos monumentos mudos, dos rastros inertes, dos objetos sem contexto e das coisas deixadas pelo passado, se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico; que poderíamos dizer, jogando um pouco com as palavras, que a história, em nossos dias, se volta para a arqueologia – para a descrição intrínseca do monumento.

Para nós o jornal como arquivo é composto por vários compartimentos, seções pré-estabelecidas que compõem a edição, como por exemplo, *Telegrama*, *diversões*, *avisos*, ou melhor, gavetas que acionamos conforme as nossas inquietações, e as nossas inquietações nos fizeram abrir uma destas gavetas. A gaveta dos *anuncios*.

Logicamente a seção (nossa gaveta) *anuncios* não representa para este estudo apenas uma parte de um todo, mas sim um espaço de verificação, ou melhor, de aferimento como

uma espécie de termômetro para os humores desta sociedade que está em um momento de transição delicado, após séculos de escravidão para um modo de trabalho assalariado.

Segundo a análise formulada por Homi Bhabha<sup>6</sup>, a sociedade brasileira que neste momento estaria passando, pelo o que por ele foi conceituado como *entre-lugares*, uma espécie de espaço onde a cultura do antigo e do novo se encontram dando origem a algo novo, único, híbrido<sup>7</sup>.

(...) O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esse “entre-lugares” fornecem o terreno para elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria idéia de sociedade (...) A articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, é uma negociação complexa, em andamento, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica.

Como esta sociedade se adaptou? Uma cultura político/social não se cria de um dia para o outro, bem certo que a escravidão vinha apresentando fortíssimos indícios do seu eminente fim desde o encerramento da Guerra do Paraguai (1870), onde leis como a do Ventre livre (1871) e do Sexagenário (1885) se sucederam; bem verdade que para muitos estudiosos estas leis serviam como paliativos para acalmar os ânimos dos mais exaltados pela abolição imediata. Entretanto, não podemos negar o fato de que mesmo “esperada” a abolição aos moldes que ocorreu foi uma surpresa. Sem plano para absorver este enorme contingente que deixava a condição de cativo para um mercado livre igualmente feroz.

No entanto, nossa análise não se encerra em uma constatação simples e infelizmente óbvia para os padrões do período. Mas será que podemos perceber com um olhar mais atento as especificidades, algum sinal de mudança? Alguma indicação de continuidade ou de ruptura com este cruel sistema.

**Precisa -se de uma criada de  
côr e de idade, para pouco  
serviço; na rua visconde de  
Itauna n. 273.**

**Precisa-se de uma boa  
cozinheira de côr; na praça  
da Acclamação n.47**

ANÚNCIO 1

ANÚNCIO 2

**Precisa-se de uma criada de  
côr; na rua do Hospício  
n.122.**

ANÚNCIO 3

**Precisa-se de uma criada  
de côr, para serviços leves  
de uma casa, mesmo que  
leve filho pequeno; para  
tratar na rua General Pedra  
n.79, loja.**

ANÚNCIO 4

O que vemos acima é uma mostra de alguns dos anúncios que encontramos nos classificados do jornal *O PAIZ*, mas será que seríamos capazes de fazermos uma afirmação apenas ao lermos de forma descompromissada? Na verdade até mesmo após uma leitura atenta nos deparamos com perguntas como: são do mesmo dia? São do mesmo mês? Do mesmo ano? E se forem de anos diferentes, são de antes ou após a abolição? Ou até mesmo da Proclamação da República? E se forem pós-abolição e proclamação da República, nada mudou?

São muitas as perguntas que podemos fazer, no entanto, as respostas suscitarão novos e intrigantes questionamentos. Pois bem, vamos aos esclarecimentos, tendo por base o fato de que todos os anúncios pertencem ao mesmo periódico:

ANÚNCIO 1<sup>8</sup> – Domingo , 2 de Janeiro de 1887

ANÚNCIO 2<sup>9</sup> – Quarta-feira, 4 de janeiro de 1888

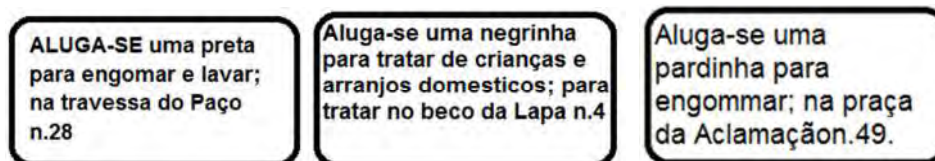
ANÚNCIO 3<sup>10</sup> - Sexta-feira, 4 de janeiro de 1889

ANÚNCIO 4<sup>11</sup> - Domingo, 15 de janeiro de 1890

Portanto, não são do mesmo dia, mas, são sim do mesmo mês, janeiro. No entanto, pertencem a anos distintos e dois deles após datas marcantes como a abolição da escravidão e a Proclamação da República.

Com este cenário desenhado, somos levados a intuir em um primeiro momento que nada mudou, mas não devemos nos deixar levar pelas primeiras impressões e sim continuarmos nossa análise.

Devemos lembrar que a condição brasileira se encaixa no conceito já apresentado de “entre-lugar”, onde há um claro conflito de identidades, uma delas se refere a este espaço do mundo do trabalho que por séculos foi ocupado por pessoas que eram anunciadas conforme suas características físicas, incluindo-se a cor, que poderia ser até mesmo um indicador de estrangeiro ou da terra (que fique claro que estamos nos referindo aos escravos que tinham os seus serviços anunciados) como apontado por Karasch<sup>12</sup> quanto à nomenclatura que diferencia o preto do negro, por exemplo, sendo o negro o escravo bárbaro, o africano, já o preto seria o nascido no Brasil e não necessariamente escravo, havendo até certa hierarquia entre os termos, onde o preto neste momento é menos pejorativo. Muito são os anúncios com os termos preto(a) e negro(a), antes e também no pós abolição.

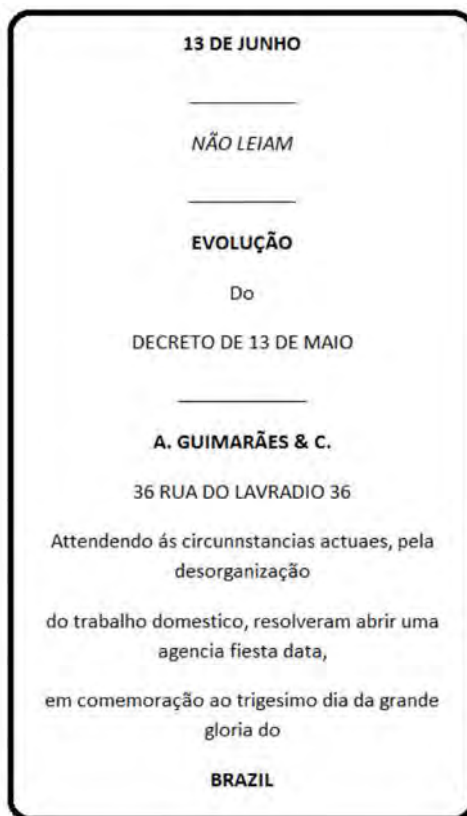


ANÚNCIO 5<sup>13</sup>

ANÚNCIO 6<sup>14</sup>

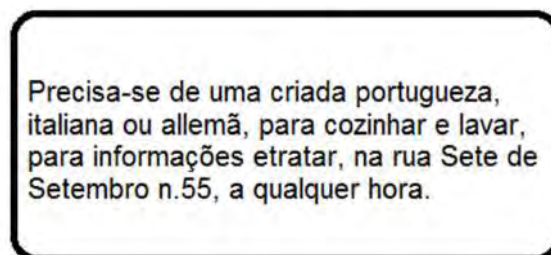
ANÚNCIO 7<sup>15</sup>

O que podemos observar, deste conflito de identidades característico deste “entre-lugar” no qual a sociedade brasileira se encontrava é o fato de que mesmo sendo visíveis as continuidades, existia um esforço de adaptação, para a criação de uma nova cultura, como podemos ver pelo anuncio de fundação de uma agencia de empregos.



ANÚNCIO 8<sup>16</sup>

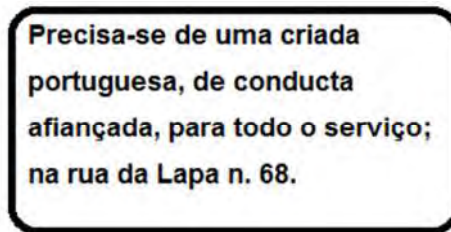
A busca por essa nova cultura é árdua, este híbrido, símbolo da fusão do antigo com o novo, e no nosso caso, um novo que se impõem por decreto é lenta e dá origem a novas formas de adaptação de um mercado que se viu desestruturado, não só por toda uma gama de pessoas que tiveram que se enquadrar a uma nova ordem, onde estava muito claro que as relações de poder se manteriam mesmo que de forma velada, mas também teriam que disputar com todo um incentivo de uma imigração com o propósito de transfigurar etnicamente o Brasil. E neste ponto os anúncios continuam sendo um importante objeto de análise.



ANÚNCIO 9<sup>17</sup>



Pode-se constatar um enorme aumento de anúncios como este no pós-abolição, famílias que passam a exigir empregados brancos e estrangeiros, no entanto, constatamos que há uma certa hierarquia até mesmo quanto aos estrangeiros, sendo os portugueses os que mais aparecem, mas muitas vezes com termos que não demonstram muito prestígio, talvez, muito em função de o brasileiro principalmente após a independência ver a antiga metrópole como um lugar menor na Europa.



ANÚNCIO 10<sup>18</sup>

Na verdade o mercado de trabalho doméstico/privado passou por uma enorme disputa de poder, na análise de Foucault o discurso é uma rede de signos, sendo este o lugar que se estabelece significativa relação de poder “(...) O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.”<sup>19</sup>

Assim para Foucault o discurso não representa apenas a manutenção de um sistema de dominação<sup>20</sup>, e sim uma luta de poderes, entre quem proferiu o discurso e a quem ele é destinado, com a finalidade dominante, que se aplica ao caso brasileiro como a tentativa de ocupar um espaço que neste momento se encontra vago, uma lacuna que será disputada avidamente pelos grupos mais expressivos da sociedade.

Sendo assim, outros questionamentos se fazem necessários, até que ponto a imprensa tem participação nessa continuidade de uma ordem escravizante que se perpetua até os dias atuais, quando somente a pouquíssimo tempo a situação dos nossos empregados domésticos passou a ter sua regulamentação em pauta. O fato é que o trabalho desde muito cedo foi parte importante do cenário não somente das ruas, como espaço público, mas também, do privado, representado por toda uma gama de empregados domésticos que uma sociedade forjada no colonialismo escravista, culturalmente absorve, mas que muitas vezes ficam ocultos de forma restrita a histórias da vida privada.

---

\* Mestranda em História, pelo Programa de Pós Graduação de História da UERJ – linha de Pesquisa Política e Sociedade.

<sup>1</sup> Rio, do João. “A Rua”. In: *A alma encantadora das ruas*. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000039.pdf>

<sup>2</sup> PINTO, Luciano Rocha. Sobre a arte de punir: Ensaio sobre o código criminal do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2012, p.53.

<sup>3</sup> FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de Fance, pronunciada em 2 de dezembro de 1970; tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

<sup>4</sup> FONSECA, S. C. P. B. (Org.); CORRÊA, M. L. (Org.). *200 anos de Imprensa no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Contracapa, 2009.

<sup>5</sup> FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. p.8-9.

<sup>6</sup> BHABHA, K Homi. Locais da Cultura. In: “O Local da Cultura”. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2007.p.20-21

<sup>7</sup> Neste momento abro caminho para a fala do próprio autor - BHABHA, K Homi - dos conceitos de “entre-lugar” e “hibridismo”, pois julgo se tratarem de ferramentas tão fundamentais na composição deste trabalho que buscarei evitar ao máximo qualquer perda de significado.

<sup>8</sup> Edição 00819. Página 03

<sup>9</sup> Edição 01185. Página 03

<sup>10</sup> Edição 01550. Página 03

<sup>11</sup> Edição 01926. Página 05

<sup>12</sup> KARASCH, Mary. A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

<sup>13</sup> O PAIZ – Sexta-feira 8 de Junho de 1888 (Ed. 01340)

<sup>14</sup> O PAIZ - segunda-feira, 21 de janeiro de 1889 (Ed.01567)

<sup>15</sup> O PAIZ - terça-feira, 22 de janeiro de 1889 (Ed.01568)

<sup>16</sup> O PAIZ – Quinta-feira, 14 de Julho de 1888 (Ed.01573)

<sup>17</sup> O Paiz – Quinta-feira, 2 de janeiro de 1890 (Ed.01913)

<sup>18</sup> O PAIZ - terça-feira, 22 de janeiro de 1889 (Ed.01568)

<sup>19</sup> FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de Fance, pronunciada em 2 de dezembro de 1970; tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013. P.10.

<sup>20</sup> Para Foucault a palavra é um dito, que transmite um saber poder que busca conferir legitimidade a quem o profere.

## **A justiça eclesiástica nas minas setecentistas: os processados de feitiçaria (1745-1821)**

**Larissa Freire Pereira**  
**Mestranda Universidade Federal de São João del Rei - Bolsista CAPES**  
**Orientadora: Maria Leônia Chaves de Resende**  
**larissafreirepereira@hotmail.com**

### **Resumo**

A feitiçaria nas minas colonial era considerada um crime de foro misto. Neste sentido, o referido delito era julgado por três tribunais diferentes, o civil, o eclesiástico e o inquisitorial. Partindo desse pressuposto, analisaremos como a "representação" do termo feiticeiro criou denúncias para o Tribunal Eclesiástico de Mariana, e como os mesmos foram julgados. Em consonância com os conceitos apresentados por Ginzburg que afirma a possibilidade de analisarmos casos individuais, recorrendo a micro-história, examinaremos duas acusações de crime de feitiçaria.

**Palavras-chaves:** Juízo Eclesiástico, Foro Misto, Feitiçaria.

### **Abstract:**

Witchcraft in colonial Minas was considered a crime mixed law. In this sense, this offense was judged by three different courts, the civil, ecclesiastical and inquisitorial. Based on this assumption, we analyze how the 'representation' of the term sorcerer created complaints to the Ecclesiastical court of Mariana, and how they were judged. In line with the concepts presented by Ginzburg that asserts the possibility of analyzing individual cases, using micro-history, we examine two changes of witchcraft crime.

**Keywords:** Ecclesiastical Court, mixed venue, Witchcraft.

Os processos de feitiçaria nas instâncias judiciais das Minas setecentistas serão analisados partindo do pressuposto de que nas Minas Gerais, os visitantes e seus editais apresentaram um estereótipo do "ser feiticeiro" e a partir de algumas denúncias de crimes de feitiçaria, criou-se uma representação<sup>1</sup>. Dessa forma, o Estado pôde controlar algumas ações humanas criando a disciplina.<sup>2</sup> A vigilância que se produziu na sociedade colonial mineira pôde ser notada pelas denúncias do "ouvir dizer" que tornaram-se uma forma de instrumento de controle que serviu como poder para os visitantes. Portanto, tanto a sociedade colonial quanto os Juízos (Eclesiástico, Civil e Inquisitorial) tinham uma definição do que seria

considerado um feiticeiro; as testemunhas denunciavam partindo do pressuposto que o indivíduo ia contra as leis da sociedade.

O poder pastoral exercido pelas ordens religiosas, segundo Foucault, é uma forma de comportamento para a salvação sobre uma multiplicidade de indivíduos. Cada indivíduo é vigiado através da confissão, do exame de consciência e da direção espiritual.<sup>3</sup> Ademais, os editais que eram pregados durante as visitas serviam para que se fizesse uma espécie de exame de consciência coletivo, para que se lembrassem do erro do próximo. Através disso, a Igreja e o Estado tinham o poder de chegar aos acusados de feitiçaria, tirando-os da convivência paroquial, recebendo castigos públicos como forma de exemplo e moldando essa estrutura organizada, longe dos pecados e perto da fé católica.

Desta forma, podemos perceber a realidade das Minas setecentistas aproximando-nos dos conceitos de *representação* desenvolvidos por Roger Chartier. Como pudemos notar a partir do estudo dos feiticeiros das Minas, a representação não é algo individual, mas sim coletiva, ela vem da experiência do fato social, das tensões do vivido, tornando-se produto do coletivo e por isso pode ser estudada, pois tem uma história que mapeia uma grande parte do social.

Com a elaboração do vivido, fornecido por significados anteriores, os indivíduos precisam dar significado ao que vivem, construindo assim significados e signos. Com a noção de feitiçaria na América portuguesa e a união com diversos ramos de curas, adivinhações, proteções, presentes também nas sociedades negra e indígena, essa confluência de ideias que fornecem o vivido da América portuguesa, fez com que a própria sociedade desse novos significados ao que era visto. Esse compartilhamento de signos e significados permitiu que a sociedade mineira denunciasse o próximo suspeito de feitiçaria. Assim como as Devassas nas Minas Gerais, os visitantes e seus editais apresentavam um estereótipo de feiticeiros e, a partir disso, estimulava-se algumas denúncias de crimes.

Partindo das ideias defendidas por Carlo Ginzburg, podemos analisar as fontes como um depoimento feito de forma indireta. É necessário lembrar que o escrivão das visitas e do Juízo tinha sua forma de ver o criminoso, suas concepções, o que podia de maneira indireta influenciar sua escrita ao relatar o referido criminoso. Pela micro-história podemos perceber a importância do indivíduo, que mesmo dentro da massa da sociedade, pode ter pensamentos destoantes. Em consonância com os conceitos apresentados por Ginzburg que afirma a possibilidade de analisarmos casos individuais, recorrendo as práticas metodológicas da micro-história, proporemos examinar duas acusações de crime de feitiçaria - percebida como crime de foro misto – no juízo eclesiástico. Destacaremos os casos de Joaquim Mateus da

Silva e Antônio Martins Teixeira, dentro do período da criação do Bispado de Mariana 1745 e o fim do funcionamento do Tribunal da Inquisição 1821. A partir destes casos, buscaremos apresentar como a estrutura jurídica eclesiástica das Minas setecentistas julgava os crimes de feitiçaria, bem como procuraremos demonstrar as representações acerca do que era feitiçaria naquela sociedade, ao destacar os relatos sobre os usos das práticas mágicas, superstições e pactos com o demônio. Dentro da temporalidade proposta, no Tribunal Eclesiástico, os casos estão documentados nas culpas, mas apenas dois foram encontrados em seu processo.

O processo de Joaquim Mateus da Silva foi uma ocorrência curiosa do Tribunal Eclesiástico do Arcebispado de Mariana. Este réu foi processado em 1763 por possuir uma carta de tocar, supostamente com sua letra, numa tentativa de conseguir tratos torpes com mulheres e conseqüentemente praticar o pacto com o demônio.<sup>4</sup> Quando se tinha alguma suspeita de pacto - durante a ação da feitiçaria - a denúncia tinha que ser encaminhada para o Tribunal do Santo Ofício em Lisboa, pois o pacto era o significado do rompimento com a religião cristã.<sup>5</sup> No entanto, este caso não foi encaminhado para a Inquisição e foi julgado pelo Bispo de Mariana.

A denúncia feita em Vila de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, contra Joaquim Mateus da Silva ocorreu em 19 de fevereiro de 1756, chegando a notícia de:

(...) devendo viver como católico e temente a Deus um Joaquim Mateus morador que foi no Sabará e agora assiste nesta vila e faz tanto pelo contrário que usa o suplicado de cartas cheias de várias observâncias em que há indicação de pacto expresse ou tácito com o Demônio o que faz a fim de conseguir mulheres para tratos torpes ou se livrar de alguns insultos que lhe possa acontecer como tudo se mostra do papel junto chamado por outro modo carta de tocar escrito pela própria mão e punho do Denunciado como se prova do reconhecimento do tabelião da dita vila do Sabará cujo reconhecimento e firma pública reconhece o tabelião desta vila Domingos Tomé da Costa e porque o caso é tão enorme e merece ser punido para emenda do Denunciado e exemplo de outros (...) o dito Denunciado com as penas leves e crimes que o direito canônico costuma castigar semelhantes culpas.<sup>6</sup>

Durante a denúncia temos importantes fatos que merecem ser destacados. Por exemplo, a busca pelo pacto expresse ou tácito com o Demônio que, mesmo sob esta circunstancia, não foi encaminhado ao Santo Ofício, sendo o processo desenvolvido no Juízo Eclesiástico; caminho interessante, levando em conta que quando se tratasse de uma suspeita de pacto demoníaco, era obrigação do Juízo Eclesiástico encaminhar a denúncia para o Santo Ofício. No entanto, o caminho da denúncia de crime de foro misto para abertura de processo contra o réu seguiu os procedimentos determinados pelo *Regimento do Auditório Eclesiástico do Arcebispado da Bahia*. O promotor encaminhou a denúncia, após chegar a ele notícia de que o denunciado utilizava cartas de tocar, com expresse pacto com o demônio. Era obrigação do primeiro ministro que tomasse conhecimento de casos de foro misto - isto é, pecados

públicos, crimes e vícios -, denunciar o réu, e foi isso que o promotor de Justiça, Theodoro Ferreira Jacome fez.

A carta de tocar era um meio utilizado para a conquista amorosa na colônia, podiam ser papéis ou objetos, como cordas, ossos e pedras que serviriam para se gravar nomes, orações e desenhos e tinha como objetivo atrair a pessoa desejada para tratos torpes. A carta encontrada no processo é uma carta de São Cipriano com várias cruces espalhadas.

Segundo o promotor, ele ficou sabendo da notícia deste réu, e com um indicativo de pacto com o demônio resolveu denunciá-lo pelas observações das cartas, e que a prova da denúncia era o reconhecimento do Tabelaio da letra do réu, sendo o caso atroz e merecendo ser punido para emendar o denunciado e servir de exemplo para a população. O exemplo era um importante subterfúgio usados pelas autoridades coloniais - eclesiástica e civil - para que a população seguisse as normas do catolicismo.

Segundo o Agravo feito pelo advogado do réu, há uma queixa que devido o agravante ser morador de Vila Rica e tendo seus negócios, inimigos invejosos do bom empreendimento do réu, maquinaram uma oração para que ele conseguisse mulheres. Desta forma, o advogado de Joaquim Mateus se faz valer deste pretexto para afirmar que as testemunhas fizeram uma falsa denúncia. Segundo o defensor, a letra - usada como prova de que a carta de tocar era de seu cliente - não podia ser comparada e era um indício perigoso, visto que alguém poderia fingi-la e o escrivão não podia dar certeza se a mesma não fosse escrita em sua frente. O advogado alegou que seu cliente não foi ouvido e segundo o mesmo, o réu não poderia ter cometido tal crime por ser:

Nem o Agravante era capaz de semelhante acometimento por ser pessoa branca, bem nascido, nacional do Reino de Portugal, tratado com estimação grande argumento para se não considerar a mais leve presunção, e por ser bem sabido que quem se ocupa em semelhante [*perda*] são crioulos ou mulatos [ou] outras pessoas de baixa esfera, péssima condição [...], e nunca os da qualidade do Agravante que sempre foi de boa fama.<sup>7</sup>

Assim, o próprio advogado expõe a importância das qualidades de um réu naquele Tribunal, fazendo a defesa de Joaquim a partir de sua raça e boas qualidades, reproduzindo as hierarquias sociais do Antigo Regime, pois esse tipo de crime ao qual seu cliente era acusado era um delito de negros, escravos ou pessoas de baixa esfera.<sup>8</sup> Logo, "fazer parte do Império significava tornar-se católico através do batismo; nesse sentido, a escravização dos bárbaros era bem vinda, se fosse o único caminho para servir ao rei e a verdadeira Fé."<sup>9</sup> Desta forma, na lógica do Antigo Regime português, o indivíduo para fazer parte do mundo dos homens livres deveria servir ao rei e abraçar verdadeiramente a fé.

Partilhando desta premissa, o procurador Aguellar se fez valer das hierarquias sociais garantidas pelo estatuto da pureza de sangue para afastar do réu a possibilidade do mesmo ter

cometido tal crime escandaloso e, portanto, qualquer testemunha ou infâmia era falsa. Vale ressaltar que na sociedade colonial setecentista, os homens de cor eram o grupo que necessita ser vigiado, pois descendiam do africano bárbaro e ateu, estigmatizados com a mancha de sangue, oriunda da escravidão. Ao descenderem de outras culturas, muitas vezes, não seguiam os verdadeiros preceitos da religião católica, tornando-se possíveis réus de crimes de feitiçaria, principalmente quando ligados a itens fornecidos pelas religiões africanas, sendo os grandes condenados por estes crimes nas devassas mineiras. E é neste aspecto que o advogado se apega, levando em consideração que um crime com carta de tocar e um possível pacto demoníaco nunca poderia ser cometido por um branco, de uma boa condição financeira além de católico.

No âmbito legal, a discussão acabou por ficar restrita ao quantitativo de testemunhas utilizadas nos autos do processo. A dúvida gira em torno do número necessário de testemunhas para formalizar a culpa do réu; isto é, uma ou mais de duas para que o mesmo fosse processado por seu crime.

O termo *testemunhas*, no plural, é importante neste caso. Segundo o juiz Reverendo Doutor Inácio Correa de Sá, a lei fala no plural e, desta forma, a voz de apenas uma pessoa é considerada voz de nenhuma. Sendo assim, em casos com apenas uma testemunha, o agravante não poderia ser pronunciado, mesmo que a testemunha afirmasse que reconhecia o réu, sua fala de nada vale, nem como prova. No entanto, no caso do pronunciado Joaquim Mateus, a prova do auto, era uma suposta carta escrita pelo próprio punho do réu. Todavia, segundo o juiz, para se provar uma escritura não bastava a afirmativa das testemunhas de que reconhecem a letra do implicado, era necessário que elas jurassem que o viram fazê-la e assiná-la, assim como o número necessário de testemunhas era o mínimo de três, pois prova de letra feita por comparação era perigosa e enganadora;

Por toda essa discussão, o juiz do Eclesiástico determinou nula a ação naquele momento. Porém, se nos casos do Juízo Eclesiástico podemos notar uma grande importância da "fala" das testemunhas, com expressões presentes nos autos como "ouvir dizer", "é público e notório", "fama pública", entre outras; neste caso a "fala" não se tornou uma prova contundente para a condenação, evidenciando que o depoimento de apenas uma testemunha, não configurava como prova contundente para asseverar que a letra era referente ao acusado de ter produzido uma carta de tocar.

Mesmo sendo considerado inocente, foi o próprio réu que pagou as custas do processo e não o promotor que era o denunciante, como determinava a lei. No entanto, apesar do juiz

do Eclesiástico ter afirmado que a testemunha não jurou e não disse seu nome e sobrenome, encontramos essas informações em seu testemunho.

Acreditamos que o fato do réu ser um homem branco e de boa condição financeira, tenha facilitado a obtenção de uma carta de seguro. Assim como, foi a partir dessas qualidades que o advogado conseguiu a anulação do processo, além de enfatizar a questão jurídica de que apenas uma testemunha não poderia provar o fato - escrita da carta de tocar -, levando o juiz do Eclesiástico a concordar com ele. Na mesma forma, pensamos que a condição do réu fez com que o magistrado não tenha lido minuciosamente todo processo, ao se apegar ao fato de que a testemunha não tinha sido citada como exigia a lei, o que vimos não ser verdade, e a denúncia feita pelo advogado uma estratégia para anulação da acusação de seu cliente. No entanto, mesmo sendo inocentado, o réu pagou as custas do auto. Defendemos ainda que o juiz não cobrou o pagamento do processo por parte do promotor, por ser este um funcionário do Tribunal Eclesiástico.

Enquanto Joaquim Mateus da Silva teve seu processo aberto no Tribunal Eclesiástico do Bispado de Mariana, mesmo havendo uma suspeita de pacto com o demônio, - o que o encaminharia para a inquisição Lisboaeta -, Antônio Martins Teixeira foi denunciado nas duas instâncias pelo crime de ofensa a religião católica, também chamado de feitiçaria. O Reverendo Vigário da Vara e Comissário do Santo Ofício, José Sobral e Souza, prendeu o réu na cadeia de São João del Rei, enquanto o processo corria na segunda instância do Juízo Eclesiástico, em Mariana, e ao mesmo tempo encaminhou o sumário de culpas para Lisboa, que não foi aceito pela Inquisição, e resultou na liberação do réu e a perda do título de comissário por parte do vigário.

Durante o ano de 1765 na Vila de São João d'El Rey, comarca do Rio das Mortes, Bispado de Mariana, se desenvolveu um caso de feitiçaria em que o réu, Antônio Martins Teixeira, foi preso e processado no Juízo Eclesiástico do Bispado de Mariana, pelo comissário do Santo Ofício e Vigário da Vara, Reverendo Doutor José Sobral e Souza, e denunciado ao Inquisitorial, mas seu sumário de culpas foi recusado pelos inquisidores.

Em 20 de Abril de 1765, numa audiência pública na casa de morada do Vigário da Vara, com a presença dos procuradores da parte de Antônio Martins Teixeira, o promotor Dr. Vicente Ferreira Álvares Eboranse requereu que o réu comparecesse a duas audiências para falar a um libelo criminal - o réu encontrava-se preso por crime de incesto com uma comadre.

No momento da prisão, o rol de culpados informava que Antônio Martins Teixeira possuía um Auto Sumário de injúria feita à Religião católica - que ao longo do processo, e, no Sumário de Culpas do Inquisitorial foi reconhecido como crime de feitiçaria - além da



denúncia de incesto, a qual gerou sua prisão. Se, no caso do réu Joaquim Mateus Silva, destacado anteriormente, seu advogado utilizou-se do argumento de que o mesmo por ser branco, não poderia cometer um crime de feitiçaria, pois isto era coisa feita por negros; no caso de Antônio Martins Teixeira, o promotor reforçou a importância do comportamento moral exigido pelos homens que abraçavam a fé católica, e o mesmo por ser cristão católico, não poderia cometer o crime de incesto. Desta forma, para o promotor do segundo caso, a acusação de feitiçaria ganhou contornos secundários, “pelo que devendo o Réu, como cristão batizado que é, ser temente a Deus e às Justiças, principalmente as deste Juízo, abstando-se de cometer crimes vivendo catolicamente, e deixando de estar amancebado com incesto”<sup>10</sup>. O réu, num primeiro momento, viveu amancebado com sua negra de nome Inácia por volta de 14 anos. Quando foi investigado, no ano de 1762, possuía um filho pardo de mais ou menos 12 anos. Mesmo continuando o amancebamento, o réu tomou a negra por sua comadre. A "voz pública" se tornou conhecimento da população.

Neste processo, o crime de feitiçaria se tornou um delito secundário, sendo o amancebamento, ocorrido anos antes, muito mais relevante ao promotor do Juízo Eclesiástico. Assim como o advogado de Joaquim Mateus, a defesa do réu Antônio Martins Teixeira também se utilizou do fato de que seu cliente era branco e católico e por isso, não poderia cometer o crime de incesto, reservado a homens sem qualidades como negros, pardos, libertos e homens livres pobres. Martins Teixeira diz possuir uma lavoura e viver dela, da mesma forma que Joaquim afirmou viver de negócios - não especificando as atividades exercidas.

Em seu processo, foram ouvidas nove testemunhas. As testemunhas afirmavam que conheciam os denunciados, de que era "público e notório" seu envolvimento amoroso. E que foi a partir do batizado de um filho da negra Inácia, sua concubina, que ambos se tornaram compadres. Em razão deste fato, o crime se tornou incesto. Enquanto Simão de Oliveira Pereira, afirmou que ambos possuíam um "mulatinho", Helena de Paiva, preta forra, declarou que os amancebados tinham três filhos; João, falecido, Basílio e Manoel. Tomásia de Paiva, mulher parda forra, moradora na Ibituruna, viúva de Manoel Machado, 40 anos, testemunhou ser "público e notório" e um grande escândalo a anos.

Entre os depoentes, apenas uma testemunha afirmou não saber de nada. Foi o caso de Simão Álvares Chaves, de 65 anos, que vivia de minerar, morador de Ibituruna e que, curiosamente, era Familiar do Santo Ofício. Como destacamos, anteriormente, o processo de Antônio Martins Pereira foi encaminhado ao Tribunal de Lisboa em forma de Sumário de Culpas. A partir do Sumário de Testemunhas ficou pronunciado e obrigado a prisão e ao livramento, condenando o réu a todas as penas de Direito Canônico e Constituição, servindo

de exemplo para a população quando fosse castigado (mesmo procedimento dado aos casos de feitiçaria), pelo então Doutor Vigário da Vara José Sobral e Souza.

Enquanto Antônio Martins Teixeira era processado por incesto, corria no mesmo processo, um Auto de Ofensa contra a religião católica e um Sumário de Culpas encaminhado por José Sobral e Souza, Comissário do Santo Ofício, a Inquisição lisboeta.

No dia dois de março de 1765 na paragem da Capela de Nossa Senhora do Pilar da Vila de São João d'El Rey, Comarca do Rio das Mortes chegou aos ouvidos do Comissário e Vigário da Vara a notícia de seus oficiais, Gabriel Antônio da Fonseca, meirinho, e pelo escrivão do próprio Meirinho, José Álvares Lopes, de que quando cumpriam a ordem de buscarem a negra por nome Joana, da nação Benguela, escrava de Antônio Martins Teixeira, acusada de feitiçaria, durante o caminho, os oficiais encontraram o próprio Antônio e os notificaram da entrega da negra. O mesmo disse que ela havia ficado em casa. Então, os três continuaram o caminho, mas antes de chegarem a casa o réu, este disse que o Reverendo Vigário da Vara, José Sobral e Souza, dissera para ele raspar a cabeça da dita preta e que botasse na água - a mesma água fizera um redemoinho e dera um urro. Passados alguns dias, os mesmo oficiais voltaram a roça para buscarem outra negra, de nome também Joana. O réu afirmou que também quisera raspar o cabelo dela, mas que não tinha lugar para o fazer. Com isso tudo, Antônio Martins Teixeira teria ofendido a Religião Católica e injuriado o Comissário, pois o mesmo era “bem querido do povo, por cujo motivo se fizeram mais estranhadas as ditas palavras”<sup>11</sup>.

Como testemunhas, foram ouvidos no Auto do Eclesiástico e no Sumário de Culpas do Santo Ofício, os próprios oficiais do caso, pelo padre José Álvares Preto, capelão da Capela de Nossa Senhora da Nazaré, nomeado como inquiridor no caso. Depois da prova, se proferiu a sentença de excomunhão maior, que contra ele se passasse Declaratória, além de 20 cruzados pelas despesas de justiça e uma penitência pública em um domingo ou dia santo e três anos de degredo para fora do Bispado. Desta forma, o réu foi condenado pelo próprio comissário do Santo Ofício, o injuriado, durante sua função de Juiz como Vigário da Vara.

O réu foi também embargado nesse momento pelo crime de incesto descrito no ano de 1752 com sua comadre e pela qual foi pronunciado à prisão, sua sentença nunca foi registrada no rol dos culpados. Com o pedido de fiança de Antônio em ambos os processos, Paula de Almeida, acusada pelo réu como feiticeira e que também se encontrava presa, pediu um embargo no pedido de Antônio, demonstrando que o mesmo enganou o Juízo e valeu-se de malícia, pois era público que suas testemunhas frequentavam a casa do denunciado, além disso alegou não ter sido ouvida no caso de feitiçaria. O Auto de Denúncia de Paula Almeida

foi encaminhado a Mariana. O escrivão responsável expôs que a ré não possuía nenhuma defesa em seu nome.

Neste processo, são três as testemunhas que juraram no Auto: Bento Dias Galiza - que também depôs no Sumário encaminhado a Lisboa -, o padre e inquiridor Reverendo José Álvares Preto e o pardo forro Inácio Pereira de Souza. No Auto de Denúncia é citado o pronunciamento de outras treze testemunhas - inclusive do próprio Antônio Martins Teixeira - contra a ré, entretanto, os depoimentos não são anexados ao processo. Segundo o promotor do caso, em casos de crime de feitiçaria, como no caso de Paula Almeida, era necessário apenas meia prova, constante do depoimento de uma ou duas testemunhas legais, sendo dada uma condenação de pena arbitrária. O promotor do caso alega que as três testemunhas que depuseram eram provas suficientes para a condenação da ré; no entanto o Juízo Eclesiástico do Bispado de Mariana destaca a descuido em verificar "qualidades das pessoas perguntadas".

A própria Paula de Almeida alegava que a denúncia foi feita por "pessoas suas inimigas", bem como de que possuía varias moléstias que precisavam ser curadas fora da cadeia. Por enganar o reverendo José Álvares Preto, o réu não poderia ser solto sem se ouvir a declaração de Paula de Almeida, pois foi movido junto com sua mulher de má consciência segundo o procurador de Paula de Almeida. Os embargos são considerados nulos por não seguirem as normas da lei por falta de distribuição.

Assim os autos de custo do processo de embargos ao alvará de soltura do réu Antônio Martins Teixeira foram pagos também por Paula de Almeida em um valor de 600 réis declarados pelo Bispado de Mariana.

Junto com a condenação pelo Vigário da Vara José Sobral e Souza no Juízo Eclesiástico da Vila de São João d'el Rei, foi encaminhado a mesma denúncia com os mesmo dizerem para o Tribunal do Santo Ofício de Lisboa. O próprio comissário ouviu as testemunhas Antônio Martins Teixeira e Bento Dias Galiza na denúncia contra Paula de Almeida, bastarda arguida de ser feiticeira. Galiza era um cabelereiro que morava na casa de Martins, perguntando se o comissário havia mandando cortar o cabelo da negra, foi dito por ele testemunha, que quando viu o cabelo grande da dita negra Joana Benguela desconfiava que por entre ele poderia haver algum feitiço, assim, disse a Antônio para raspar o mesmo com navalha e lançasse no rio grande e assim se fez, mas nada disso foi a mando do reverendo, foi apenas um conselho da testemunha por ser pratica no Bispado de São Paulo.

Em depoimento, Antônio Martins Teixeira disse o seguinte, em um dia em sua casa João Martins de Mello disse que a denunciada Paula de Almeida foi a sua casa, desmanchando um embrulho enleado com linhas do reino e que não certificava do que era,

querendo corta suas linhas não conseguiu por serem duras como arame, colocaram assim o embrulho no fogo. Bento Dias Galiza lhe dissera também que o reverendo ministro lhe tinha dito para raspar o cabelo da cabeça da negra Joana da nação Benguela e botasse o mesmo cabelo na agua, depois perguntou aos oficiais do Juízo o que tinha ocorrido com o cabelo, assim contou que tinha mandando um mulato Manoel para fazer isso, e o cabelo fez um redemoinho e dera um urro na água.

O réu foi preso no dia 22 de março de 1765, em abril de 1766 o comissário foi suspenso do Santo Ofício, e recebeu a resposta que o regimento ordenava em casos similares, para que o réu seja solto, assim José Sobral e Souza deveria reconhecer na mesa sua injusta ignorância e ter seu exercício suspenso.

No auto de denuncia, as duas negras também encontram pronunciadas, além de Paula, Joana nação Benguela e Joana nação Ganguela eram escravas de Antônio Martins Teixeira que tinham prisões declaradas. Mas no livro de sentença encontramos ambas absolvidas de seus crimes. Acusadas por feiticeiras e pacto com o demônio, por não possuir prova dos crimes, declarava que fossem soltas mas que pagassem as custas do auto. No livro de condenações não foi encontrado a pronuncia da sentença de Paula de Almeida, que provavelmente foi libertada durante o processo por falta de provas e depoimentos de testemunhas de má fé, anulando o processo como no caso de Joaquim Mateus da Silva.

---

<sup>1</sup> CHARTIER, Roger, *O mundo como representação*. In: Idem. *À beira da falésia: A história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Universidade/ ED. UFRGS, 2002.

<sup>2</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 139.

<sup>3</sup> Idem.

<sup>4</sup> AEAM. Seção de Escrituração da Cúria. Juízo Eclesiástico. Número do Processo 4548.

<sup>5</sup> Regimento de 1640, Livro III, Das penas, que hão de haver os culpados nos crimes, de que se conhece no Santo Ofício, Título XIV, Dos feiticeiros, sortilégios, adivinhadores, e dos que invocam o demônio, e tem pacto com ele, ou usam da arte de astrologia judiaria. In.: SIQUEIRA, Sônia Aparecida (ed). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a. 157, n. 392, jul/set. 1996, p. 854-857.

<sup>6</sup> AEAM. Seção de Escrituração da Cúria. Juízo Eclesiástico. Número do Processo 4548, p. 5.

<sup>7</sup> AEAM. Seção de Escrituração da Cúria. Juízo Eclesiástico. Número do Processo 4548, p. 7v.

<sup>8</sup> "O estatuto da pureza de sangue, apesar de sua base religiosa, constituía uma estigmatização baseada na ascendência, de caráter proto-racial - que, entretanto, era usada não para justificar a escravidão, mas antes para garantir os privilégios e a honra da nobreza, formada por cristãos velhos, no mundo dos homens livres. O Império Português, como sociedade do Antigo Regime, entendia como *desígnios divinos as hierarquias sociais, do direito divino do rei à pureza de sangue da nobreza formada por cristãos velhos.*" (...). Cf. MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, pp.14-15. (grifos nossos).

<sup>9</sup> Idem, p.15.

<sup>10</sup> AEAM. Seção de Escrituração da Cúria. Juízo Eclesiástico. Número do Processo 4457, p.6.

<sup>11</sup> IANTT, Inquisição de Lisboa, processo n° 16954, p.5.

## **JOAQUIM NABUCO E FRANCISCO BAYON: REPRESENTAÇÕES DE PAN-AMERICANISMO NA REVISTA AMERICANA (1909 €1919)**

Larissa Milanezi Fabriz<sup>1</sup>

### **Resumo:**

O presente trabalho analisa os artigos dos diplomatas Joaquim Nabuco e do argentino Francisco Bayon, publicados na *Revista Americana* entre 1909 e 1919, objetivando compreender, a partir dos textos selecionados, que representações de pan-americanismo foram postas a circular e que medidas os autores defendiam no sentido de fomentar uma paz e solidariedade americanas. Baseamo-nos no esquema conceitual de representação, circulação, apropriação e prática cultural de Chartier (1990, 1991, 2009, 2010) e no conceito de intelectual de Sirinelli (1996, 1998).

**Palavras-chave:** *Revista Americana*; paz; solidariedade.

### **Abstract:**

The present paper analyses the articles written by the brazilian diplomat Joaquim Nabuco and the argentine Francisco Bayon, published at *Revista Americana* between 1909 and 1919, aiming to comprehend which representations of pan-americanism were put to circulate and which measures the authors suggested to foment the american peace and solidarity. We base our research at the conceptual scheme of representation, circulation, appropriation and cultural practice developed by Chartier (1990, 1991, 2009, 2010) and at the conception of intellectual proposed by Sirinelli (1996, 1998).

**Keywords:** *Revista Americana*; Peace; solidarity.

A criação da primeira embaixada brasileira em Washington, em 1905, constituiu a materialização do relacionamento preferencial que o então ministro das Relações Exteriores, Rio Branco, projetava ter com os Estados Unidos. De acordo com Cervo & Bueno<sup>2</sup>, é fato que essa aproximação já se dava anteriormente, através de um movimento nacional mais amplo que remontava ao final do Segundo Reinado, mas, apenas a partir da proclamação da República, consolidou-se o ideal de aproximação com países americanos com o intuito de se distanciar de representações criadas pela monarquia. o eixo diplomático mudou-se de Londres para Washington; os diplomatas demarcaram com êxito as fronteiras; e o Brasil passou a representar um papel mais ativo nos assuntos do hemisfério. O Ministro das

Relações exteriores, José da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco foi o responsável pelo sucesso das mudanças e tendências nos dez anos que coordenou a diplomacia no Brasil entre 1902 e 1912.

A lógica desse projeto se baseava no pressuposto de que, sendo a República uma evolução do Novo Mundo, não fazia sentido vincular o país à Velha Europa. Tornou-se imperativo repensar a inserção internacional do Brasil a partir do próprio continente, pressupondo uma fraternidade entre os países americanos. Contudo, essa tendência se atenuou na medida em que se impôs uma realidade diferente daquela que havia sido idealizada, em virtude de interesses nacionais distintos e concorrentes entre as unidades nacionais.

Naquele contexto, segundo Pereira<sup>3</sup>, reeditou-se a Doutrina Monroe em duas frentes: i) uma agressiva que pretendia determinar a sorte dos países que infringissem as regras de segurança norte-americana, como prevenção contra ingerências europeias, e, ii) uma linha menos hostil que utilizava essa doutrina como filosofia aglutinadora do pan-americanismo, para amenizar as descortesias provocadas pelos ensaios imperialistas da primeira frente. Rio Branco, o então ministro das Relações Internacionais do Brasil, sabedor das estratégias implícitas na filosofia pan-americanista, utilizou como argumento as comparações possíveis entre os dois países para apoiar pretensões norte-americanas no continente. Fez isso quando percebeu a utilidade de ter esse país a favor ou, pelo menos, não contra a resolução de possíveis conflitos territoriais com países vizinhos ou mesmo com países do velho continente.

Esse posicionamento, no entanto, não significou um descarte das relações com os países sul-americanos e Europa. Rio Branco buscou utilizar esta aproximação como trunfo na viabilização de interesses nacionais como a solução de litígios fronteiriços, o alcance de uma preponderância do Brasil na América do Sul, o prestígio e reconhecimento mundial, bem como a garantia do modelo agroexportador pela intensificação do comércio cafeeiro, pois afinal os Estados Unidos eram os nossos maiores compradores.

O contexto histórico descrito (últimas décadas do século XIX e início do século XX), também foi o período de circulação da *Revista Americana*. Nele ocorreram intensos debates intelectuais entre brasileiros e sul-americanos em virtude das modificações que ocorreram nos campos político e cultural – segundo Castro<sup>4</sup>, havia uma preocupação em construir uma nova identidade nacional, ou seja, pensar a realidade brasileira como parte integrante do concerto internacional. Muitos pensadores como Joaquim Nabuco, Hélio Lobo e Oliveira Lima se empenharam na discussão sobre o passado e o futuro do Brasil e por extensão da América do

Sul, que passou a ganhar um destaque. O objetivo era o de entrar no círculo da modernidade e, portanto, procurou-se construir imagens do país que o diferenciassse ou o aproximasse dos outros países do continente americano.

Santos<sup>5</sup> se dedicou a analisar a construção da identidade internacional do Brasil desde o processo de independência até a República. Ele defende que apesar da identidade internacional do Brasil ter sido formulada desde a independência, e ter adquirido características distintas, sempre teve como referência fundamental a América. No entanto, teria sido a partir da proclamação da República que as definições da política externa brasileira foram consolidadas: a vocação pacífica e não intervencionista do Brasil e a vocação multilateral, no contexto do pan-americanismo e nas iniciativas universais.

Em pesquisa anterior, Fabríz<sup>6</sup>, foi possível perceber que esses contornos da diplomacia brasileira apontados por Santos também foram retratados nas representações que Joaquim Nabuco fez circular a partir dos discursos em que ressaltava a aproximação necessária entre Brasil e Estados Unidos. O diplomata Joaquim Nabuco estava em consonância com o projeto maior da construção da identidade internacional, liderado pelo Ministro das Relações Externas, José Maria da Silva Paranhos Júnior.

Nesse sentido, o Estado brasileiro teve uma função fundamental no processo de aproximação internacional: o de assegurar e facilitar o fluxo de trocas que os homens espontaneamente estabelecem entre si,<sup>7</sup> e aproveitar dos canais naturais de comunicação para atribuir uma dimensão cultural às relações diplomáticas entre os Estados. Não é absurdo afirmar que a *Revista Americana* fosse parte desse projeto de trocas culturais das nações.

Seguindo nessa direção, Cervo & Bueno<sup>8</sup> e Santos<sup>9</sup> afirmam que ao Sul do continente formou-se outro subsistema dependente dos Estados Unidos em menor medida e ligado ideologicamente por meio do pan-americanismo que era constituído por Brasil, Argentina e Chile. Havia outras propostas de repensar o lugar do Brasil nas relações internacionais. Silva<sup>10</sup>, ao estudar a atuação dos historiadores Ricardo Levene e Max Fleiuss destacou que neste período do início do século XX também houve uma transformação no olhar das ex-colônias de Portugal e Espanha em relação às suas metrópoles; visto que foi projetada uma reaproximação a partir de uma releitura da história, que propunha a construção de um passado que havia sido necessário para a formação das nações. Esta releitura propunha uma valorização ao colonialismo ibérico principalmente por parte do Brasil e Argentina como uma forma de modernizar-se (visto que estavam atrasados em relação à Europa).

Selecionamos analisar neste artigo os textos publicados pelo diplomata brasileiro Joaquim Nabuco e do argentino Francisco Felix Bayon na publicação supracitada a fim de compreender que representações de pan-americanismo eram compartilhadas pelos dois intelectuais e que ações eram apoiadas pelos mesmos no sentido de viabilizar o projeto de pan-americanismo.

Dentro da análise que aqui apresentamos, alguns conceitos são de extrema importância. Trata-se do conceito de opinião pública de Jean-Jacques Becker<sup>11</sup> que propõe que não há política que possa se desenvolver por muito tempo, desprovida de vínculos estreitos com as tendências dominantes da opinião pública. Igualmente nos foram úteis os conceitos de representação, circulação, prática e apropriação propostos por Chartier<sup>12</sup>. O presente artigo também está inserido no campo da História dos Intelectuais, que abrange a questão das relações entre as ideologias produzidas ou veiculadas pelos intelectuais e a cultura de sua época. Consideramos os articuladores da *Revista Americana*, como membros das elites da mediação cultural de acordo com o conceito de Jean-François Sirinelli<sup>13</sup>, dotados de certa capacidade de ressonância e de amplificação. Finalmente, foi importante o conceito de diplomacia cultural elaborada por Ribeiro, que afirmou que •o Estado continua a deter uma função primordial nos processos de aproximação internacional: a de assegurar e facilitar esse fluxo de trocas que os homens espontaneamente estabelecem entre si.,<sup>14</sup> Ainda de acordo com este autor, adotando esta estratégia cada vez mais os Estados conseguem tirar partido dos canais naturais de comunicação, para conferir uma dimensão cultural às relações diplomáticas que mantêm entre si.

## **REPRESENTAÇÕES DE AMÉRICA E PAN-AMERICANISMO**

Joaquim Nabuco exerceu a função de diplomata em Washington, entre 1905 e 1910 e aliou o ofício de escritor a uma estratégia e visão diplomáticas que visavam aos benefícios de uma aliança entre o Brasil e os Estados Unidos. Nabuco pretendia impor um conceito e uma doutrina de uma civilização das Américas, vinda do Brasil, liderada pelos dois grandes países do continente e sustentada pelas experiências que tiveram em comum na transformação de Colônia à República. Para realizar esta nova política de raiz cultural, Nabuco se valeu de seu vasto carisma pessoal visível nas elegantes recepções na embaixada brasileira em Washington e no seu domínio da retórica, aprimorado nos estudos de Camões, nos discursos abolicionistas e na composição da obra biográfica do pai, o senador Nabuco de Araújo, escrita por ele.



Podemos perceber que durante sua atuação, Joaquim Nabuco falava dos aspectos culturais das nações e participava do cotidiano dos norte-americanos, oferecendo banquetes e se relacionando com figuras locais proeminentes – era figura frequente nos periódicos de Washington e de New York.

O diplomata era sabedor dos objetivos de solidariedade continental e discursava no intuito de promover essa aproximação através de uma retórica pan-americanista. Apontava o continente americano como um fruto único das imigrações europeias em solo, diferenciado e defendia a necessidade de promover uma aproximação entre a maior parte das nações americanas, no sentido de desenvolver o continente. O caráter americano, que seria a unidade decorrida da similaridade dos modos de vida, também seria o símbolo do rompimento colonial e com o imaginário do Antigo Regime. Assim como outros representantes da intelectualidade sul-americana, publicou artigos na *Revista Americana* para divulgar a imagem de Brasil como país pacífico, líder sul-americano e possível aliado dos Estados Unidos no sentido de promover uma nação pan-americana no continente.

Dentre o conjunto de conceitos, que entendemos aqui como as representações que Nabuco quis fazer circular nos espaços de sociabilidade dos banquetes, discursos e da *Revista Americana*, destaca-se o pan-americanismo como a representação maior, que se desdobra em paz, modernidade, solidariedade e civilização.

Uma das convicções de Nabuco residia na importância da opinião pública, como espaço de circulação das representações do pan-americanismo. A partir dela, seria possível que outros representantes da intelectualidade também se apropriassem das representações de pan-americanismo proposta pelo diplomata brasileiro. Ainda defendia que quanto maior uma nação, menos apta para prescindir dela, visto que, para além de certo limite, só podem as nações ver e ouvir através de seus jornais. Mesmo os diplomatas foram colocados como dependentes dessa classe, que é responsável por reunir e agilizar as notícias internacionais.

Nos artigos publicados na *Revista Americana*, Nabuco defendeu a necessidade de reconhecer a importância da América para o mundo; importância esta que ia além do tabaco. A América seria o continente da paz em virtude da influência dos colonizadores europeus que vieram por escolha própria. Tratava-se de países formados a partir da imigração livre, onde as raças europeias se aliaram e trocaram a velha alma por uma alma americana, que proporcionava a individualidade.<sup>15</sup> Dessa forma, a nação americana fora criada pelo sentimento de pátria e de liberdade.

No mesmo texto, aponta civilização como sinônimo da melhora das condições da humanidade na América do Norte e aponta esse desejo para o restante da América Latina:

Temos, entretanto, realizado uma obra considerável de civilização vencendo grandes dificuldades e creio que em nenhum outro lugar se poderiam escolher typos mais belos de homens e de mulheres como em nossas diversas nações. Nutrimos a esperança de que honramos os nossos troncos nativos e que mostramos, comparados com eles, traços da mesma evolução que apresentaes comparados com a raça inglesa. Muitos ideaes do mundo são, pelo menos em parte, sustentados pela nossa fé e, sem que isso seja notado, devido ao nosso isolamento [...].<sup>16</sup>

No artigo *A aproximação entre as duas Américas*, Nabuco defende uma aproximação entre América Latina e EUA, cujo efeito seria a lenta americanização do otimismo, intrepidez e energia.

Nessa direção, era convicção de Nabuco que as conferências Pan-Americanas deveriam ser permanentes e ter um caráter de periodicidade, se transformando em assembleias diplomáticas que não teriam o intuito de apontar erros ou apelar para a simpatia; mas sim construir uma opinião pública pan-americana. Isso porque estas conferências seriam uma estratégia para criar espaços de sociabilidade em que circulariam as representações de América.

A par da distante e vaga opinião do mundo, é necessário a construção de uma maneira de pensar americana comum, ampliada pela concentração direta de nação a nação. Para que estas conferências se tornassem realidade, o primeiro passo seria que cada um fosse educado no sentido de respeitar a diversidade da raça humana em nome de um alargamento do horizonte intelectual e de um empenho dobrado de compreensão. Esta também se mostra uma das convicções do diplomata em seus discursos.

O pensamento político de Nabuco indica que existia um componente solidário e de aproximação com os países americanos, coordenado com outros elementos ligados à visão hierarquizada dos países, na ideia de relacionamentos preferenciais independentes e na perseguição de interesses nacionais brasileiros alheios a de outros.

Além do embaixador Nabuco, outros intelectuais da América Latina construíram uma opinião a respeito dos interesses e consequências de uma aproximação entre Estados Unidos e os outros países do continente americano.

O posicionamento do intelectual argentino Francisco Felix Bayon, por sua vez, se resume à opinião de que a diplomacia deveria atuar como instrumento pacificador e como meio civilizador para garantir uma política internacional coerente e a serviço da coletividade sul-

americana. Deixou esta colocação clara nos discursos •*Virtud de uma alianza em la Política latino-americana* e •*Solidariedad intelectual de Hispano -America*<sup>17</sup>, publicados ambos em Junho de 1910. Nestes escritos, afirmou que a civilização é um meio e não um fim para a realização da justiça e do bem, por isso, multiplicar estes meios é aperfeiçoar-se. Nesse sentido, apesar de não privilegiar uma aproximação entre Brasil e Estados Unidos, até mesmo porque o autor era argentino, essa representação é semelhante à de Nabuco, visto que ele também compreendia união pan-americana enquanto sinônimo de paz continental e solidariedade.

Bayon defendeu uma aliança entre os países latino-americanos como um meio de aperfeiçoar a civilização, não necessariamente privilegiando os Estados Unidos nessa aproximação. Essa, em linhas gerais, seria a missão dos homens americanos. Nesse sentido, a diplomacia, assim como a política, a pátria, a escola, a arte, a religião e o casamento eram considerados pelo mesmo como os meios civilizadores destinados a integrar o ser. Por isso, propunha uma diplomacia à serviço dos interesses americanos; e não norte-americanos.

Bayon também asseverou que muito se discutia sobre a importância da formação de alianças defensivas entre nações de raças, religião e idioma distintos, pois a opinião geral era a de que as alianças consolidam a paz. No entanto, pensava que estas não seriam capazes de fazer desaparecer os conflitos armados. Em outras palavras, não acreditava que uma aproximação preferencial com os norte-americanos eliminaria a ameaça de intervenção armada por parte desse país. Por isso, pensava que seria necessário selecionar o aliado e buscar na aliança o meio de evitar conflitos; mas uma aliança que proporcionasse o equilíbrio, pois o excedente altera a paz. Falava dessa maneira, pois acreditava que •*la inferioridad es peligrosa y se hace necesario entonces que la alianza intervenga para detener la inclinaci...n de la balanzá*<sup>8</sup>,

Falava isso, pois naquele momento, os países americanos não tinham preocupações de guerra, no entanto, as aspirações de querer ser o mais forte e o mais influente poderiam romper com o equilíbrio internacional e direcionar a opinião em um sentido ou outro. Seguindo nessa direção, afirmou que nada de progresso seria possível na América sem o culto à liberdade e à ordem, que são as bases insolúveis da felicidade dos povos. Ou seja, além de se apropriar da representação de pan-americanismo como paz e solidariedade continentais, acreditava que liberdade e ordem também comporiam essa união.

Nesse sentido, afirmou que em nome do ideal pan-americano, os países deveriam se reunir para pensar as rivalidades de mercado, a segregação de territórios e os novos limites que estes

trouxeram e resolver as inquietações para que não se multipliquem as inquietudes. Dessa maneira, assim como o diplomata Nabuco, Bayon sugeria uma periodicidade das conferências pan-americanas no sentido de diminuir as distâncias entre as nações, e propiciar o equilíbrio dessa união, única maneira de evitar conflitos. Pensava que o mau uso da diplomacia apenas traria um continente preso a um passado cheio de misérias e aspirações.

A respeito dos países latino-americanos, defendia que era indispensável que a diplomacia fizesse uso das alianças, mediante as quais se dissipariam os receios. Pensava dessa maneira, pois já existiam exemplos de como uma crise dos EUA poderia afetar o mundo e o mesmo poderia ocorrer com a América Latina, visto que dela eram exportadas quantidades enormes de produtos que enriquecem os bancos europeus.

Assim, propunha uma aliança entre as nações Brasil, México, Chile, Argentina e Peru como medida importante para a defesa dos avanços estrangeiros e como meio de engrandecimento nacional. •Yo sé que las alianzas tienen una virtud y por eso las aplaudo, y sé también que, cuando en las relaciones de los pueblos no se tienen ideales definidos y se vive de impresiones oportunistas, se intriga, se altera la paz.,<sup>19</sup>

No sentido de fomentar essa aliança entre nações latino-americanas, afirmou seu desejo de ver realizados os propósitos de solidariedade intelectual entre os hispano-americanos. Assim como o diplomata Nabuco, afirmava que a imprensa teria muito que fazer, e o seu dever seria o de ordenar, levar informações sobre esses países e de ilustrar, no sentido de fazer circular uma representação do que seria América. Destacou a imprensa como meio mais vantajoso para a divulgação das representações discutidas na conferência e mesmo as cartas poderiam dar conta dos acontecimentos, desenvolvimentos e missões de cada país. Nesses espaços de circulação, os intelectuais deveriam discutir o Direito Público e Privado, a Escola, a Justiça, a defesa nacional, a imigração e outros interesses gerais, sendo que imigração e escola seriam os pontos de maior relevância (a seleção dos imigrantes e a criação de escolas).

Além disso, seria necessária a cumplicidade entre os intelectuais para ocorrer uma determinação dos rumos que a América; e que os convênios e tratados deveriam celebrar questões intelectuais e sociais a fim de determinar quais eram os melhores princípios para cada um dos países. Em outras palavras, as trocas entre intelectuais latino-americanos vinham no sentido de promover um equilíbrio no desenvolvimento das nações, de forma que todas estas se mantivessem em ritmo parecido de desenvolvimento.

Além das conferências pan-americanas, afirmou que essas representações deveriam ser parte dos programas dos institutos docentes americanos de forma a fazer circular entre os intelectuais dos determinados países tais maneiras de se dar a ler. De acordo com Bayon, as relações estabelecidas dessa maneira, através de um intercâmbio intelectual seriam um meio de contribuir para a unidade do direito, por exemplo. E se as relações internacionais entre os homens hispano-americanos até aquele momento eram pouco cultivadas, afirmou que isso deveria mudar, pois fazia com que obras de outros países fossem pouco conhecidas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível perceber que tanto Joaquim Nabuco como Bayon tiveram a intenção de divulgar o continente americano como fundamental para a economia mundial e como o continente da paz. Na escrita dos dois intelectuais foi possível perceber que as representações de paz, não intervencionismo e multilateralismo tem sentido e função que transcendem seus sentidos em si. Isso é, juntas representam a intencionalidade dessa aproximação entre as nações sul-americanas. Ao mesmo tempo, também era comum falar de americanismo como abrangendo todo o hemisfério ocidental. Nabuco foi um colaborador da aproximação do Brasil com Estados Unidos, bem como com o restante da América, vista por ele como um continente de paz e hemisfério neutro, em contraposição ao sistema de rivalidades da Europa. Finalmente, não é absurdo supor que Bayon compartilhava da representação de pan-americanismo divulgada por Nabuco em seus discursos, além de propor, assim como o diplomata, a necessidade de tornar periódicas as conferências e fazer circular os assuntos decididos nas mesmas. Ou seja, propunha um fortalecimento da comunidade intelectual preocupada com o desenvolvimento da América-Latina por meio do uso da imprensa, de livros e cartas. Tal atitude significaria uma maior participação do continente na ordem internacional.

---

<sup>1</sup> A autora é Mestra do Programa de Pós Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS/UFES). Atualmente é Doutoranda do mesmo programa. Orientadora: Dra. Juçara Luzia Leite. E-mail: [lmfabriz@gmail.com](mailto:lmfabriz@gmail.com).

<sup>2</sup> CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

<sup>3</sup> PEREIRA, Paulo José dos Reis. A política Externa da Primeira República e os Estados Unidos: a atuação de Joaquim Nabuco em Washington (1905-1910). In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Número 48. Páginas 111-128. 2005.

<sup>4</sup> CASTRO, Fernando Vale. *Pensando um continente: A Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

---

<sup>5</sup> SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *O dia em que adiaram o carnaval: Política Externa e a Construção do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

<sup>6</sup> FABRIZ, Larissa Milanezi. *Joaquim Nabuco: pan-americanismo, circulação de representações e relações de poder (1905-1910)*. Orientadora: Juçara Luzia Leite. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2014.

<sup>7</sup> LEITE, Juçara Luzia. Diplomacia Cultural e História da Educação: Circulação de Representações nas Relações Exteriores. In: *Horizontes*. V. 29. N. 2, p. 85-91. Jul-Dez, 2011.

<sup>8</sup> CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

<sup>9</sup> SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *O dia em que adiaram o carnaval: Política Externa e a Construção do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

<sup>10</sup> SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro Da. Diálogos Intelectuais e Escrita da História: Reaproximação entre antigas colônias e metrópoles no início do século XX. In: NEDER, Gizlene, & SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro Da. Anais do 3º Colóquio Internacional do Laboratório Cidade e Poder. *A América Ibérica e as Relações Ibero-Americanas no Contexto do MERCOSUL*. Niterói, RJ: PPGHISTÓRIA-UFF, 2011. ISBN 978-85-63735-05-8.

<sup>11</sup> BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: REMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

<sup>12</sup> CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro / Lisboa: Bertrand Brasil / DIFEL, 1990.

<sup>13</sup> SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: REMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

<sup>14</sup> RIBEIRO, apud LEITE, Juçara Luzia. Diplomacia Cultural e História da Educação: Circulação de Representações nas Relações Exteriores. In: *Horizontes*. V. 29. N. 2, p. 85-91. Jul-Dez, 2011. P. 86.

<sup>15</sup> NABUCO, Joaquim. A Parte da América na Civilização. *Revista Americana* € uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909-1919). €Ed. Fac-similar. €Brasília: Senado Federal, 2001. P. 23-36.

<sup>16</sup> Idem, p. 35.

<sup>17</sup> BAYÓN, Francisco Félix. Virtud de uma alianza en la Política latino-americana. & Solidariedad intelectual de Hispano-America. *Revista Americana* € uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909-1919). €Ed. Fac-similar. €Brasília: Senado Federal, 2001. P. 141-162.

<sup>18</sup> Idem, p. 142. •A inferioridade Š perigosa e, portanto, Š necessario que a alianfa intervenha para deter a inclinação da balança., (Traduf.,o da autora).

<sup>19</sup> Idem. P. 156. Eu sei que as alianças tem uma virtude, e por isso as aplaudo, e sei também que, quando não se tem ideais definidos nas relações entre os povos, se vive de impressões oportunistas que intrigam e alteram a paz. (Tradução da autora.).

## **Aspectos da política externa no Governo Geisel: novas diretrizes no quadro de abertura**

Autor: Leandro Arraes Liberali

Mestrando em História na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Antonio Souza Mendes

Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Beatriz de Moraes Vieira

e-mail: learrali@gmail.com

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

---

Este trabalho pretende apontar alguns aspectos da política internacional do regime militar durante o governo Geisel. O objetivo é esboçar como mudanças na política externa do Palácio Itamaraty serviram como indicação de mudança institucional e base de tensão no meio militar. Deste modo, o propósito é indicar como algumas das novas diretrizes se encaixavam no processo de abertura política que tomou forma ao longo desse governo. O grupo então no poder, os *castelistas*, também autodenominados *moderados*, tinha como figuras chave a díade Ernesto Geisel-Golbery do Couto e Silva – não se pode esquecer que este é apontado como principal articulador do Golpe de 1964<sup>1</sup>. Seu objetivo agora era impor uma agenda internacional que ia de encontro com o radicalismo imposto e cultivado desde a implantação da ditadura, e que neste momento tinha sua representação na figura do General Sylvio Frota, Ministro do Exército.

Tendo em vista que a instrumentalização do esquecimento do período pelos que se beneficiaram da ditadura e por interesses políticos dos articuladores da abertura podem ser utilizados como arma política contra as democracias, aderimos à proposta de um estudo cuidadoso de uma história que é recente e esquecida: os processos de redemocratização.<sup>2</sup> Esse trabalho aborda como questões internacionais foram instrumentalizadas para, em diferentes momentos, atingirem distintas finalidades. Pretende-se esboçar que a guinada de aspectos das relações exteriores fazia parte da estratégia dos *castelistas* como indicativo de mudança nas diretrizes do regime tendo como alvo a própria classe militar, única capaz de dificultar ou obstruir quaisquer que fossem as políticas do governo, em especial, a famigerada *linha dura*.

Alguns dos casos aqui apontados são especialmente interessantes por terem sido largamente utilizados na articulação da campanha contra João Goulart que culminou com a concretização do Golpe de 1964. As questões partem do livro *O Outro lado do poder*, de Hugo de Andrade Abreu, então Chefe do Gabinete Militar e Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, órgão encarregado, entre outras coisas, de encaminhar e fazer aprovar as

políticas do governo, além de funcionar como elo entre Geisel e o Chefe do Gabinete Civil, Golbery do Couto e Silva, com o núcleo militar, diga-se, a *linha dura*, então representada na figura de Sylvio Frota, Ministro do Exército.

### **O restabelecimento das relações diplomáticas com a China**

O primeiro caso submetido à consideração do CSN foi o restabelecimento de relações diplomáticas com a China comunista. A situação era que o Brasil, ainda seguindo a linha dos EUA desde 1952, considerava a Ilha de Formosa, com 15 milhões de habitantes, representante do povo chinês, que tinha mais de 800 milhões de habitantes e estava sob a liderança de Mao-Tsé-Tung. Para o secretário-geral não haveria mais razão para tanto, e apontava que isso não passava de uma fantasia mantida artificialmente pelo governo norte-americano. Tirava essa conclusão do fato de que apenas este país, entre os grandes, ainda não reconhecia o Governo de Pequim, e que mesmo a ONU já o havia feito. Hugo Abreu não considerou este caso apenas o reflexo de submissão e servilismo aos norte-americanos, embora admitisse que havia esse sentimento. Mas levou em conta que, se os países comunistas eram olhados com desconfiança, Cuba e China eram vistos como “verdadeiros 'bichos-papões’”, e os anticomunistas extremados propagavam: “Mas como ter relações diplomáticas com a China? Como controlar a avalanche de propaganda comunista que virá sobre nós?”.<sup>3</sup>

O governo incluía esse redirecionamento no imperativo da necessidade de manutenção do desenvolvimento econômico do país. Fazia parte de um realinhamento da política externa com o objetivo de incrementar relações comerciais, garantir o suprimento de matérias primas e o acesso à tecnologia moderna. Tudo de acordo com a política do “pragmatismo responsável”, caracterizada por deixar de dar prioridade a princípios ideológicos, mas mantendo a ideia de que esses continuavam fazendo parte das preocupações do governo e harmonizavam com a doutrina de segurança nacional. Por vezes se acrescentava o termo “ecumênico”, referente ao caráter universalista que consideraria todas as possibilidades de aumento das relações internacionais do país,<sup>4</sup> o que significou também o não mais alinhamento automático com os norte-americanos, embora se mantivesse o alinhamento ideológico. Hugo Abreu considerava a doutrina sintetizada pela primeira expressão como acertada, resumindo-a em: respeitados os compromissos assumidos e os direitos das nações, a atitude do Brasil deveria ser pragmática, ou seja, seriam adotadas as atitudes que melhor atendessem aos interesses brasileiros.<sup>5</sup>

Os argumentos de uma nova era da economia brasileira e de uma política externa “ecumênica e pragmática”, baseada em princípios de respeito mútuo da soberania e não intervenção nos assuntos internos do outro país parecera não convencer Sylvio Frota,



descendente político de Costa e Silva e de linha ideológica semelhante ao dos presidentes anteriores. Segundo ele a argumentação do governo era uma “comédia de afirmações”, que tornariam o país suscetível à infiltração de agentes de espionagem e alvo de ingerência internacional. Acreditava que os “quase 900 milhões de chineses, em busca de vazios de ecúmenos e de domínio político, carreando para áreas cobiçadas da África negra e, talvez, América do Sul, o marxismo, transformado em fanática religião maoísta”<sup>6</sup> não trariam benefício nenhum para a segurança interna. Denunciou ainda a perseguição e morte de 800mil chineses na Revolução Cultural. Estas informações, apenas alguns exemplos da mentalidade da *linha dura*, teriam como base um longo e profundo estudo da segunda seção do Estado-maior do Exército, órgão o qual ainda chefiava.<sup>7</sup>

Esse era um tipo de discurso que havia servido mais vastamente antes, quando da aglutinação de setores golpistas e na campanha contra João Goulart. A prova foi a prisão de uma missão chinesa que em 1964, sob Castelo, visitava o Brasil para a instalação de um escritório comercial, entre os quais se encontravam alguns jornalistas. Foram então presos, processados e condenados como espiões, subversivos e agitadores, o que era “bem característico do ambiente que se criara aqui contra o Governo da China comunista”, lembrou Hugo Abreu, que após 15 anos, e já depois do contato com a realidade do governo, pôde admitir o “absurdo cometido”. Na ocasião decretou-se por fim a expulsão dos chineses. Entretanto, é interessante o apontamento de que nas discussões entre os dois países, esse fato foi algumas vezes levantado pelos chineses, já que alguns deles ocupavam agora importantes cargos no governo de Pequim<sup>8</sup>, “embora reconhecessem que o assunto estava superado e fora produto do excitamento natural de uma época de vitória revolucionária”.<sup>9</sup>

Apesar de Geisel ter como objetivo o estabelecimento das relações diplomáticas com a China, todos os sete membros militares do CSN votaram contra a proposta. Podendo simplesmente ignorar esses votos, preferiu que Hugo Abreu fosse aos generais solicitar que mudassem de posição, cinco deles atenderam ao pedido, para assim dar legitimidade militar à decisão.<sup>10</sup> Considerando o parecer de Sylvio Frota demasiadamente incisivo, e que como membro da equipe da presidência não poderia contrariá-la dessa forma, o ministro manteve o voto desfavorável, mas apontou para a autoridade de Geisel em definir o assunto. O acordo foi assinado solenemente no dia 8 de agosto de 1974, em Brasília.

Se no período do Golpe o discurso da aproximação do governo com o comunismo chinês fora política e ideologicamente utilizado no convencimento, aglutinação e mobilização de setores golpistas, nesse momento as relações com o mesmo país deveria ter outra finalidade. Cabe lembrar que a intenção do governo, apesar do arcabouço econômico e

diplomático eficazmente utilizado, era eminentemente política, uma vez que estatísticas demonstravam que o incremento do comércio era a princípio irrisório<sup>11</sup>. Assim, esse esforço também deve analisado dentro de uma estratégia mais ampla. Os *castelistas* sabiam que para ter sucesso na derrubada de Jango fora preciso criar um clima favorável<sup>12</sup>, o mesmo era preciso fazer agora para se criar um clima de abertura entre os militares, mas havia um empecilho que era velho conhecido e perigoso, a *linha dura*. Vejamos outras indicações.

### **O voto de abstenção em relação a Cuba**

No ano de 1974, em Tlatelolco, México, países latino-americanos fizeram pressão exigindo o fim das sanções econômicas contra Cuba, o que se concretizou em parte na XVI Reunião de Consulta de Ministros de Relações Exteriores da OEA, em 1975, quando uma resolução com voto favorável dos EUA liberou o estabelecimento de relações diplomáticas com a ilha.<sup>13</sup> De acordo com essa nova sinalização internacional de reaproximação com Cuba e a ligeiríssima diminuição da inflexibilidade norte-americana contra o Governo de Fidel Castro, o Itamaraty propôs o voto favorável à suspensão das sanções econômicas e o ingresso daquele país na OEA. O voto foi estudado pela Secretaria-geral do Conselho de Segurança, que tendo como base a repercussão interna negativa que teria na “área revolucionária”, “ainda muito impressionada com o papel desempenhado pelo Governo de Fidel Castro como exportador de comunismo e subversão”<sup>14</sup>, optou pela abstenção.

Geisel era inicialmente favorável à proposta da reintegração plena de Cuba<sup>15</sup> mas fora convencido pela argumentação de Hugo Abreu, optando pela abstenção. O raciocínio era que se por um lado não havia interesse do Brasil em manter as sanções, por outro votar contra seria hostilizar a “opinião da maioria da área militar, que eu [ele] sabia contrária a qualquer medida simpática a Cuba”<sup>16</sup>. Sua intervenção, em oposição à de outros assessores, foi no sentido de evitar o tensionamento militar, o que mesmo assim não deu bons resultados, pois a abstenção foi vista como ato de complacência, especialmente por Frota, que quando foi demitido do governo emitiu nota acusando, entre outras coisas, que o voto foi uma demonstração de “simpatia a um país comunista, exportador de subversão”.

De fato, assim como a China comunista, a presença da Revolução Cubana fez parte da ampla campanha golpista de 64, e da mesma forma que a “China nas Américas”, uma “outra Cuba” no continente frequentava assiduamente os pesadelos dos “revolucionários”. Sylvio Frota alegava o desprezo de Cuba pela OEA com suas intervenções nos países da América do Sul, como o “movimento guerrilheiro chefiado por Ernesto Che Guevara, na Bolívia” e a incitação subversiva dos Tupamaros no Uruguai. Para ele a exploração do princípio da não-intervenção do governo brasileiro como base do interesse inicial na suspensão das sanções

entrava em paradoxo direto com o caráter intervencionista da ilha, que não dera sinal algum de que não continuaria a fazê-lo. Frota também só ficou sabendo da intenção inicial do governo através de rodas de militares ligadas ao EMFA, e que só houve a alteração da pauta pelo “trabalho cauteloso e persistente” de Hugo Abreu. Reclamou ainda que a decisão ficou restrita ao pequeno grupo em torno de Geisel, que não levou decisão de tamanha importância para a segurança nacional para a análise dos ministros militares. Por isso, a abstenção foi vista como omissão do governo.<sup>17</sup>

Cabe lembrar que a aplicação de sanções econômicas e o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com Cuba ocorreram trinta dias após o golpe, logo após a posse de Castelo Branco, seguindo obedientemente recomendação do governo norte-americano. Além disso, nos anos iniciais da ditadura o governo demonstrara grande entusiasmo em trabalhar com os EUA no sentido de criar o máximo de dificuldades internacionais possíveis à ilha. “Castelo Branco estava ‘ansioso’ para colaborar completamente em toda a questão cubana”.<sup>18</sup>

Apesar do interesse inicial do governo pela reaproximação, a opção acabou sendo pelo voto de abstenção e manutenção do congelamento das relações. Questões ideológicas militares internas impediram o reatamento de relações comerciais, apesar dos interesses econômicos envolvidos<sup>19</sup>. Porém, o caso de Cuba se torna específico, pois os interesses do governo também se defrontavam com a peculiaridade do papel de destaque simbólico exercido pela ilha na região, o que incluía críticas incisivas de Fidel Castro à repressão da ditadura e seu alinhamento às políticas imperialistas norte-americanas. De fato, essa era uma diferença fundamental entre as políticas externas chinesa e cubana. Enquanto a China dava sinais claros da revisão na sua intervenção ideológica internacional em busca do desenvolvimento econômico interno<sup>20</sup>, Cuba, apoiada nos subsídios soviéticos, mantinha sua intervenção e militância internacionais<sup>21</sup>. O desgaste para o gabinete presidencial em cada declaração de Fidel Castro seria intenso.

### **O voto de condenação do sionismo como forma de racismo**

Outra manifestação internacional, agora na ONU, dizia respeito à condenação do sionismo como forma de racismo. Segundo Hugo Abreu, a moção que estava em debate era a da condenação do racismo em todas as suas formas, mas no último período estava incluída a questão do sionismo, que não foi verificada. Como não teria passado por estudo, o governo reconheceu seu equívoco, procurando corrigir a incorreção do voto dado. Isso só não ocorreu por antes da votação definitiva, o Departamento de Estado norte-americano ter criticado a posição do Brasil, “ferindo os brios nacionais brasileiros”<sup>22</sup>, razão que teria feito Geisel manter o voto inicial. Hugo Abreu considerou o voto um erro, inclusive provocando

dificuldades para o Brasil no mundo financeiro internacional. E concluiu que sua repercussão não foi boa tanto interna, quanto externamente, sendo uma falha, “talvez única”, do Itamarati.<sup>23</sup> Hugo Abreu parecia desinformado nesse caso, uma vez que não passou pelo estudo do CSN. Em sua opinião o Brasil era fundamentalmente antirracista “por sua história, por sua formação étnica, pela cultura e pela própria índole de seu povo, nosso país não aceita o racismo e não acredita em superioridades raciais”<sup>24</sup>, admitir qualquer forma de racismo seria negar-se a si mesmo, seria contrassenso. Não cabe uma análise do racismo brasileiro nesse trabalho, mas essa opinião demonstra, no mínimo, o nível de ignorância social e histórica do caráter do racismo brasileiro. Ou é uma consideração baseada em uma comparação não declarada com o racismo norte-americano, extremamente mais explícito, manifesto e violento do que o que tomou forma no Brasil.

Entretanto, o governo estava bem à parte da situação. Assumindo uma posição que poderia ser considerada progressista em se tratando de uma ditadura, considerava o Estado de Israel uma realidade histórica, com o direito de existir enquanto Estado constituído. Entretanto, isso não implicava a aceitação de “suas reivindicações territoriais, posições políticas e ideológicas ou práticas repressivas em áreas ocupadas”<sup>25</sup>. O posicionamento era que o uso da força e a aquisição de territórios por meio da guerra iam contra os princípios básicos da política externa brasileira. Assim, o povo palestino tinha legítimos e inalienáveis direitos à autodeterminação e à soberania, sendo o exercício desses direitos condição necessária para o estabelecimento de uma paz justa e duradoura na região. Além disso, consideravam a OLP – Organização de Libertação da Palestina – representante do povo palestino, devendo desta forma ocupar seu lugar na ONU. Nesse quadro, o sionismo foi considerado uma forma de racismo e discriminação racial.

Em vista de “dúvidas e incompreensões” dentro e fora do país o governo considerou que sua posição fora deformada, deixando a impressão de que a diplomacia brasileira estaria sendo movida por sentimentos antissemitas, anti-judaicos ou anti-israelenses, o que era falso. Assim, sua posição dissociava o sionista do judeu, uma vez que nem todo judeu migraria para Israel. Também defendiam que muitos judeus por convicções políticas ou religiosas repudiavam o sionismo. Além disso, o judaísmo, como religião, não deveria ser confundido com a política sionista. Por essas, razões o voto brasileiro não poderia ser considerado antissemita, e acrescentavam que o Brasil era uma “democracia racial... livre de discriminações...”<sup>26</sup>. Dessa forma, expressavam o reconhecimento de que a situação de fato apontava para o sionismo como efetivamente um movimento fundamentado em critérios raciais, pois envolvia pertencer a determinado grupo étnico e ter a firme intenção de emigrar

para determinado país. Assim, essa identificação do sionismo como doutrina racial ou exclusivista por parte do governo, não poderia ser considerada racista.

O setor do radicalismo patológico enxergou no voto contra o sionismo a “falta de coerência com os postulados revolucionários de 1964” e a “contradição flagrante com o tradicional respeito às posições alheias, desde que, sob qualquer forma, não afetem nossos direitos, interesses ou compromissos assumidos”<sup>27</sup>. Condenavam a mudança da neutralidade manifesta por abstenções não por serem contra causas justas ou a favor de irracionais discriminações sob a “intolerância do fanatismo ideológico”, mas, entre outras coisas, por que o país passava a integrar um bloco de 72 nações na maioria da órbita soviética, e outros contrários a Israel por motivos econômicos, políticos ou religiosos. Frota firmava sua opinião apropriando-se de todo um lastro histórico que lembrava as perseguições aos judeus por discriminação e intolerância religiosa ao longo dos tempos, incluindo o genocídio nazista. Argumentava que dada a impossibilidade de assimilação judaica onde quer que estivessem eles “se quisessem sobreviver, precisavam de uma base física para instalar-se, e ali viver como povo livre e independente”, o que teria dado força à ideia de pátria para os judeus e então surgido os primeiros vagidos do sionismo. Para ele o sionismo era uma “ardente aspiração judaica a uma Pátria livre”, constituindo movimento político-religioso de cunho nacionalista cujo “único e grande objetivo” era a existência de um Estado judaico. Portanto, não poderia ser confundido com uma forma de racismo ou discriminação racial, e arrematava que tal avaliação “não honra a lógica que conduz o raciocínio na busca da verdade”. Dessa forma, Frota considerava impossível separar sionismo de judaísmo, como o governo havia reconhecido, e sempre que possível fazia referências ao quadro internacional do imperialismo socialista russo.<sup>28</sup>

### **O reconhecimento da independência de Angola**

As relações com a África portuguesa também foram abordadas. Resgatando um passado onde, na visão de Hugo Abreu, o que predominava nas ligações entre o Brasil e Portugal eram os vínculos afetivos. Isso explicaria o fato de o Brasil, uma antiga colônia, vir votando na ONU a favor de Portugal, contra os “anseios de liberdade dos países da África portuguesa”. Aponta que a “Revolução de 1964” manteve o erro, inclusive agravando o fenômeno com a exacerbação dos sentimentos anticomunistas,

fruto da vitória contra o extremado esquerdismo que dominava o Governo João Goulart, e com o crescimento do terrorismo em nosso país, não foi difícil aos nossos extremados de direita confundirem os sentimentos de liberdade das colônias portuguesas na África com simples manifestações comunistas que a nós cabia combater<sup>29</sup>

Segundo Hugo Abreu, o governo já havia decidido “evoluir” para o apoio à independência das colônias portuguesas na África em 1974. Porém, antes de tornar pública a decisão eclodiu a Revolução Portuguesa em abril de 1974 - a Revolução dos Cravos. Com a derrubada da ditadura salazarista, a nova democracia portuguesa passou a ter, quanto ao Brasil, a mesma posição que já tinham os povos luso-africanos: a de que era apenas uma ditadura dentre as que foram aliadas do salazarismo, apoiando a opressão das populações locais. É interessante que se refere ao salazarismo como uma “ditadura semifascista”, talvez dando a entender que a brasileira tivesse algum outro caráter.

Dessa forma, as independências de Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Angola, se deram nesse clima de hostilidade contra o Brasil. Enquanto o Itamaraty agia “serena e persistentemente” para vencer as resistências naqueles novos países, aqui se lutava contra a incompreensão dos setores radicais. A diplomacia brasileira acabou conseguindo superar os obstáculos e criar um ambiente razoavelmente favorável às relações tanto com Portugal, quanto com as novas nações africanas. Já no Brasil, “alguns” chegaram a condenar o Itamaraty por negociar com chefes comunistas.

Apesar de tudo, o Brasil teve sucesso no estabelecimento das relações diplomáticas naqueles países africanos. Foi o primeiro a reconhecer a nova República de Guiné-Bissau; instalou representação diplomática em nível de embaixada na República de Moçambique; junto com Rússia e Cuba, esteve entre os primeiros países a reconhecer o novo governo de Angola, mantendo representação em nível de embaixada no país. Nesse último caso, o Itamaraty foi muito criticado pelo que se chama de açodamento, por ter reconhecido logo no primeiro dia o Governo de Agostinho Neto. Recém-instalado em Luanda, com o apoio de grande contingente de forças cubanas e a liderança de Fidel Castro, que de Cuba planejou a estratégia e instruiu seus homens à vitória, através do General Uchoa no comando direto das tropas<sup>30</sup>. Hugo Abreu deixou claro que esta não foi uma decisão do Itamaraty, como se acusava, mas uma decisão do governo, “meditada, pesada e correta”, com o apoio e estudo da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional<sup>31</sup>.

Frota não considerava o “marxista” Agostinho Neto representante dos angolanos, uma vez que o “povo angolano” não teria pedido o auxílio dos “cubano-soviéticos”. Também criticava a rapidez com que ocorreu o reconhecimento brasileiro, junto com Cuba e URSS, sob o argumento de que “o maior interesse soviético na revolução portuguesa era o controle das colônias ultramarinas de Portugal”, “a dominação seria inicialmente ideológica e, posteriormente, econômico-militar”. O foco seriam as riquezas minerais de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, que compensariam os gastos e esforços soviéticos e

consolidariam o imperialismo russo nas margens de seus oceanos. O reconhecimento de Angola sob Agostinha Neto significaria a capitulação das potências democráticas frente à “marcha para o ocidente” das potências marxistas, além de significar o reconhecimento do colonialismo russo-cubano sobre Angola. Além disso, colocava em dúvidas a legitimidade do governo do MPLA, uma vez que a maior parte do território angolano estaria ainda ocupado pelos grupos pró-ocidente..<sup>32</sup> Além disso, ficou sabendo da notícia pela imprensa, e quando teve a primeira oportunidade

disse ao presidente que a decisão sobre Angola repercutiria negativamente no Exército. Nós não entendíamos como o governo revolucionário, de base comunista, tivesse sido o primeiro a reconhecer Agostinho Netto, sustentado por tropas cubanas que combatiam naquela colônia portuguesa, na qual tinham sido implantadas duas repúblicas e a luta continuava.<sup>33</sup>

Geisel respondera que aproveitou a existência do representante brasileiro em Luanda para “concretizar logo o reconhecimento”, caso contrário poderia ter maiores dificuldades no futuro. Isso persuadiu Frota da ausência de argumentos sérios para justificar a “sofreguidão” da medida. A propósito, em geral os questionamentos de Frota ao presidente costumavam ficar no ar ou ter respostas evasivas.

A expectativa do governo também era a de que passado o período inicial da independência, Cuba e URSS veriam sua influência fortemente reduzida, na medida em que Angola normalizasse suas relações com os países ocidentais. Para os parceiros ideológicos ocidentais, a argumentação de Geisel girava sempre em torno da porta aberta deixada ao ocidente pela atitude de aproximação brasileira, que anunciou um crédito de 10 milhões de dólares para financiar ao país a importação de produtos brasileiros, além da assinatura de acordo de cooperação técnica e concessão de bolsas de estudos aos seus estudantes.<sup>34</sup>

### **Conclusão**

Enfim, a conclusão a que chegamos foi a de que em todos esses casos havia razões para que se tomassem as medidas defendidas pelo governo. Porém, os argumentos utilizados nesse momento, em que pese as variações conjunturais, seriam argumentos utilizáveis em qualquer momento da ditadura, e por qualquer dos presidentes. Todos tiveram poder suficiente para isso, mas apenas Geisel ignorou os posicionamentos históricos dos golpistas que se consolidaram como base da legitimação do sistema. Não havia qualquer necessidade impetuosa, interna ou externa, para fazê-lo, como em nenhum momento da ditadura o houve. Mesmo os argumentos econômicos seriam insuficientes, pois desde o golpe questões ideológicas e de alinhamento internacional sempre operaram em detrimento dos interesses da economia brasileira. Geisel e Golbery romperam com políticas instaladas nos anos iniciais do

golpe pelo próprio Castelo Branco, com plena consciência política e ideológica. Ambos, em ambos os momentos, com plena consciência política de seus atos. Assim, constatamos que se os discursos da *linha dura* inicialmente serviram e foram estimulados, esse era o momento do corte, era preciso desmobilizá-los. Desta forma, apenas no interior de um objetivo de médio a longo prazo se poderia explicar o tensionamento bancado pelo governo. Preparava-se a abertura.

- 
- <sup>1</sup> Sobre o papel de Golbery como articulador e aglutinador das forças golpistas ver: DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis. Vozes. 2008.
- <sup>2</sup> SILVA, Francisco C. T. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia A. N. (Org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2010. Vol. 4. p. 243-282.
- <sup>3</sup> ABREU, Hugo. *O Outro lado do poder*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1979. p. 39.
- <sup>4</sup> Sobre as questões gerais das relações entre os países ver: PINHEIRO, Letícia. “Restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China: uma análise de processo de tomada de decisão”. *Revista Estudos Históricos*, v. 6, n. 12, p. 247-284, 1993.
- <sup>5</sup> ABREU, Hugo. *Op. cit.* pp. 38-39.
- <sup>6</sup> FROTA, Sylvio. *Ideais traídos*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. 2006. p. 99.
- <sup>7</sup> *Ibid.* p. 106.
- <sup>8</sup> Arquivo Ernesto Geisel. Documentos referentes ao Ministério das Relações Exteriores. EG pr 1974.03.00/2. p. 259.
- <sup>9</sup> ABREU, Hugo. *Op. cit.* p. 39.
- <sup>10</sup> GÓES, Walder de. *O Brasil do General Geisel*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1978. p. 32.
- <sup>11</sup> PINHEIRO, Letícia. *Op. cit.* p. 258.
- <sup>12</sup> DREIFUSS, René Armand. *op.cit.* p. 298-299.
- <sup>13</sup> AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo. Editora UNESP. 2004. p. 53.
- <sup>14</sup> ABREU, Hugo. *Op. cit.* p. 49.
- <sup>15</sup> GÓES, Walder de. *Op. cit.* p. 39.
- <sup>16</sup> ABREU, Hugo. *Op. cit.* p. 50.
- <sup>17</sup> FROTA, Sylvio. *Op. cit.* p. 177-178.
- <sup>18</sup> FICO, Carlos. *O Grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2008. p. 135, 153.
- <sup>19</sup> Arquivo Ernesto Geisel. Documentos referentes ao Ministério das Relações Exteriores. EG pr 1974.03.00/2. p. 58, 438, 634, 721.
- <sup>20</sup> *Ibid.* p. 71, 73, 75. Exposição de Motivos nº G/110/920 (B46) (E33), 18/04/1974.
- <sup>21</sup> *Ibid.* p. 476.
- <sup>22</sup> GÓES, Walder de. *Op. cit.* p. 30.
- <sup>23</sup> Sobre a questão de Cuba e do sionismo - ABREU, Hugo. *Op. cit.* pp. 49-52. e GÓES, Walder de. *Op. cit.* pp. 39 e 30.
- <sup>24</sup> ABREU, Hugo. *Op. cit.* p. 50.
- <sup>25</sup> Arquivo Ernesto Geisel. Documentos referentes ao Ministério das Relações Exteriores. EG pr 1974.03.00/2. 13/11/1975. p. 762.
- <sup>26</sup> *Ibid.* p. 766,767, 772.
- <sup>27</sup> FROTA, Sylvio. *Op. cit.* p. 191.
- <sup>28</sup> *Ibid.* p. 194, 197.
- <sup>29</sup> ABREU, Hugo. *Op. cit.* p. 53.
- <sup>30</sup> Documentário. *Cuba, uma Odosséia Africana*. De Jihan El Tahri.
- <sup>31</sup> Confirmado por - GÓES, Walder de. *Op. cit.* p. 38.
- <sup>32</sup> FROTA, Sylvio. *Op. cit.* p. 185, 187, 188, 190.
- <sup>33</sup> *Ibid.* p. 190.
- <sup>34</sup> PINHEIRO, Letícia. “Ao vencedor, as batatas”: o reconhecimento da independência de Angola. *Revista Estudos Históricos*, v. 1, n. 39, p. 94, 2007.



## **Inflexões na política externa brasileira: uma análise das consequências do Golpe de 1964**

Leandro Gavião<sup>1</sup> e Rafael Sales Rosa<sup>2</sup>

### **Resumo**

O presente artigo visa abordar as consequências do Golpe Civil-Militar de 1964 no processo de formulação da política externa brasileira. Nossa ênfase recai sobre dois paradigmas de inserção externa: o americanismo e o globalismo. A Política Externa Independente (PEI), consolidada no governo de João Goulart, vinculava-se à perspectiva globalista, apresentando uma nova concepção acerca da relevância da diversificação de parceiros e da multilateralização. Por outro lado, a ruptura promovida por Castello Branco motivou o retorno de uma visão acrítica do americanismo. Buscar-se-à, portanto, elucidar as razões por trás da reorientação da política externa brasileira no imediato pós-golpe e seus desdobramentos.

**Palavras-chave:** Política Externa Independente; Golpe de 1964; Relações Internacionais.

### **Abstract**

The present article aims at addressing the consequences of the 1964 Civil-Military Coup in the formation process of the Brazilian foreign policy. Our emphasis is based on two paradigms of external insertion: americanism and globalism. The Independent Foreign Policy (PEI), formulated in the government milestones of João Goulart, was linked to the globalist perspective, presenting a new conception about the relevance of the partners diversification and multilateralisation. On the other hand, the inflection promoted by Castello Branco led to the return of an uncritical vision of americanism. Thus, it will seek to elucidate the reasons behind the reorientation of the Brazilian external projection applied right immediately after the coup and its developments.

**Keywords:** Independent Foreign Policy; 1964 coup; International Relations.

O episódio da Proclamação da República (1889) representou, para além das mudanças institucionais ocorridas, uma reformulação em nossa política externa. O Brasil superou a condição de corpo estranho no continente americano – até então a única monarquia da região – e passou a estabelecer maiores diálogos com os Estados Unidos, país que além de servir de

inspiração e referência para a construção do novo regime brasileiro<sup>3</sup>, também se apresentava como um relevante parceiro comercial, sobrepujando, progressivamente, a Inglaterra.

Enquanto praticamente toda a vizinhança latino-americana manifestava algum grau de insatisfação com as recorrentes violações de soberania provocadas por Washington, o Brasil, país ainda relativamente imune a tais intervenções, interpretava a Doutrina Monroe e o Corolário Roosevelt como recursos defensivos praticados pelo “irmão” do Norte contra o imperialismo europeu<sup>4</sup>. Com efeito, embora tivesse passado por nuances e inflexões, a nossa política externa manteve-se, até o governo de Jânio Quadros, inserida no paradigma *americanista*. Este último, segundo Letícia Pinheiro<sup>5</sup>, bifurcava-se em duas vertentes: o *americanismo pragmático* e o *americanismo ideológico*.

Em linhas gerais, ambas as correntes prezavam pela manutenção de relações especiais com Washington. Diferenciando-se, entretanto, quanto às razões que motivavam tal aproximação. Na raiz do *americanismo pragmático* está a ideia de que o Brasil pode auferir ganhos se souber estabelecer padrões de relacionamento que busquem, em última instância, o desenvolvimento nacional.

Um bom exemplo pode ser encontrado no Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-45), quando foi negociada a entrada do país na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, desde que o banco norte-americano Eximbank fornecesse capitais com juros baixos para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional. Em 1954, a Carta Testamento de Vargas expunha os primeiros sinais de esgotamento da estratégia *americanista*, uma vez que a continuidade do aprofundamento do desenvolvimento brasileiro levaria o país a entrar em choque com os interesses de Washington.

Por outro lado, o *americanismo ideológico* visava à aproximação com os Estados Unidos tendo por base a convicção de que os objetivos, os valores e as crenças daquela nação convergiam com seus correspondentes brasileiros. A dimensão normativa-ideológica passava a ter maior importância do que questões mais tangíveis.

Uma amostra prática deste modelo de projeção externa pode ser verificada no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-51), momento em que o Brasil aderiu de forma acrítica a ideologias exportadas do Norte, como o liberalismo econômico e o anticomunismo. Ademais, o voto brasileiro em organizações internacionais era quase sempre uma mera duplicação do voto norte-americano, independente dos verdadeiros anseios brasileiros. Deve-se frisar, ainda,

que fora durante o mandato conservador de Dutra que o Brasil romperia relações diplomáticas com a União Soviética (URSS)<sup>6</sup>.

As insatisfações com as posições do vizinho do Norte se aprofundariam durante os anos JK (1956-61), sendo icônicos tanto os obstáculos norte-americanos à Operação Pan-Americana como o rompimento de Kubitschek com o Fundo Monetário Internacional<sup>7</sup>. Abriu-se, então, certa margem para o deslocamento do eixo de nossa política externa e, por consequência, para a formulação de um novo paradigma: o *globalismo*, que seria executado durante a gestão dos dois próximos presidentes, mormente com João Goulart.

Se Jânio Quadros (1961) foi um conservador no plano doméstico, a recíproca não é verdadeira quando observamos as diretrizes de sua política externa. Basta recordarmos alguns episódios emblemáticos, como o reatamento de relações diplomáticas com países comunistas do Leste Europeu, a condecoração de Ernesto “Che” Guevara e do cosmonauta soviético Yuri Gagarin, o apoio às independências de Angola e Moçambique e a crítica ao *apartheid* sul-africano. A materialização dos preceitos *globalistas* evidencia-se no surgimento da Política Externa Independente, muito embora esta última ainda estivesse mais situada no campo da retórica do que da *práxis*.

Com o episódio tragicômico da renúncia de Quadros, João Goulart (1961-64) assume a presidência do país. Sob a chancelaria de Francisco Clementino de San Tiago Dantas, inicia-se o aprofundamento da PEI, que passa a ganhar maior consistência teórica e a ultrapassar o nível do discurso. Os cinco pontos que nortearam a ação do Ministério de Relações Exteriores neste período foram:

i) contribuição à preservação da paz, através, da prática da coexistência e do apoio ao desarmamento geral e progressivo; ii) reafirmação e fortalecimento dos princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos; iii) ampliação do mercado externo brasileiro mediante o desarmamento tarifário da América Latina e a intensificação das relações comerciais com todos os países, inclusive os socialistas; iv) apoio à emancipação dos territórios não-autônomos, seja qual for a forma jurídica utilizada para sua rejeição à metrópole; [...] v) a política de autoformulação dos planos de desenvolvimento econômico e de prestação e aceitação de ajuda internacional<sup>8</sup>.

O qualificativo “independente” indicava atitude de autonomia *vis-à-vis* blocos políticos e/ou militares, permitindo que o Brasil procurasse, diante das questões internacionais, o perfil mais consentâneo com os objetivos nacionais, sem vinculação a

agrupamentos de países ou compromissos de ação conjunta, ressalvados aqueles de natureza regional, como a Organização dos Estados Americanos (OEA)<sup>9</sup>.

Neste sentido, a ousada opção do Brasil em restabelecer relações diplomáticas com a URSS (novembro de 1961); a defesa da não-intervenção e da autodeterminação dos povos, de modo a assegurar a soberania cubana em dois momentos: durante a Conferência Interamericana de Punta del Este (janeiro de 1962) e ao longo da Crise dos Mísseis (outubro de 1962); e a ativa participação brasileira, através dos pronunciamentos de San Tiago Dantas e dos embaixadores Afonso Arinos e Araújo Castro, quando da realização da Conferência do Desarmamento (março de 1962), são amostras desta posição independentista.

Com relação ao reatamento com a URSS, San Tiago Dantas expõe de forma transparente, durante um pronunciamento na Câmara dos Deputados, que, ao ato empreendido pelo Itamaraty, pesou razões de ordem política e econômica. As primeiras residiam, sobretudo, na concepção de que a opção feita em favor da coexistência sobressaía como único meio viável para a preservação da paz mundial, elemento condizente com o acumulado histórico do Itamaraty. Também pesava o fato de que inúmeros países<sup>10</sup> de todo o globo – inclusive, na América, os EUA, o Canadá, a Argentina e o Uruguai – mantinham relações regulares e trocavam embaixadores ou ministros com a URSS. As segundas residiam na preocupação do governo para o desafio de expandir o mercado externo, e, conseqüentemente, as exportações brasileiras. O ministro do exterior mostra através de dados significativamente elucidativos que o comércio com o bloco soviético apresentava, naquele momento, o mais elevado índice de crescimento entre as regiões analisadas<sup>11</sup>, precisamente 6,47%, e que, através do pragmático intercâmbio econômico com os países socialistas, o governo brasileiro estaria potencializando o desenvolvimento da nação – excluindo, assim, desse ato, qualquer afinidade política ou ideológica<sup>12</sup>.

Apesar de ser congruente com as diretrizes da Política Externa Independente, a posição brasileira acerca da questão cubana teve um custo político considerável para o governo João Goulart e as relações Brasília-Washington. Na VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da Organização dos Estados Americanos – também conhecida como Conferência de Punta del Este –, o Brasil defendeu a neutralidade em relação à Cuba: rejeitou qualquer tipo de sanção econômica, também mostrando-se contrário à formação, a partir da Organização dos Estados Americanos, de uma força militar conjunta de vários países para invadir a ilha – ambas propostas aventadas pelos Estados Unidos.

Recusadas pelos demais países participantes da referida Conferência, restou ao secretário estadunidense a tarefa de viabilizar a votação e aprovação da expulsão de Cuba da OEA, não contando com o voto do Brasil, que absteve-se. No episódio da crise dos mísseis balísticos soviéticos instalados na ilha, o Brasil reafirmou mais uma vez a autodeterminação de Cuba, não apoiando nem aceitando participar de nenhuma força militar que tivesse o objetivo de intervir no território cubano. Essa posição de Jango – mesmo tendo instruído o representante brasileiro na OEA a aprovar o bloqueio naval à ilha e enviado uma carta à Fidel Castro manifestando forte oposição à instalação de mísseis em Cuba – desagradou os EUA e inclusive fez cancelar uma viagem que já estava prevista do presidente Kennedy ao Brasil, pois este alegou “sinais de esquerdização” do governo brasileiro<sup>13</sup>.

A orientação diplomática da PEI se materializava como espécie de resposta ao esmaecimento do paradigma *americanista*, cuja debilitação originou-se nas constantes negativas dos Estados Unidos em nos fornecer capitais e investimentos públicos para as áreas de infraestrutura e de bens de capital. Ademais, Dantas reconhecia que a diplomacia revestia sua linha de conduta com a busca constante pelo desenvolvimento e emancipação econômica do Brasil – simbolizada na continuidade do projeto desenvolvimentista e industrial – etapa necessária para fomentar a acumulação capitalista e viabilizar a segunda meta, dirigida para a reforma social e o estabelecimento de um regime de bem-estar<sup>14</sup>. Outrossim, havia a necessidade premente de explorar novos mercados externos e de obter maior volume de investimentos estrangeiros – preferencialmente os públicos<sup>15</sup>. Em face do descaso norte-americano para com a América Latina, e da emergência de novos atores internacionais relevantes, o Brasil reorientou sua política externa visando instaurar diálogos e parcerias no âmbito global, buscando alternativas comerciais e de financiamento tanto no Primeiro Mundo como no Segundo Mundo e no Terceiro Mundo.

Em outras palavras, percebeu-se que a política externa havia se tornado um instrumento indispensável para a realização do projeto desenvolvimentista. Isto posto, limitar-se a estreitar relações somente com o hemisfério dominado pelos Estados Unidos apresentava-se como uma postura contraproducente para a industrialização, sobretudo porque Washington exercia sua hegemonia sobre o restante do continente e não desejava que a ascensão de adversários na dimensão econômica resultasse em desvio de comércio<sup>16</sup>.

O cenário externo desvelava-se favorável às intenções brasileiras. Uma conjunção de fatores vinculados a transformações no sistema internacional colaborou para dar sustentação

às premissas da PEI e fazer com que o Brasil adotasse uma diplomacia de abrangência global visando a multilateralização, a saber: (i) a recuperação econômica da Europa Ocidental e do Japão; (ii) a consolidação do campo socialista; (iii) a descolonização da Ásia e da África; (iv) o surgimento do Movimento dos Países Não-Alinhados; (v) a Revolução Cubana. No entanto, a PEI acabou sendo subitamente derrubada por uma nova mudança institucional interna.

Após o Golpe Civil-Militar de 1964, que contou com o apoio tácito dos Estados Unidos<sup>17</sup>, houve uma profunda revisão dos princípios norteadores de nossa política externa. O General Castelo Branco (1964-67), primeiro mandatário durante a ditadura, promoveu uma verdadeira inflexão no campo das relações exteriores, desestruturando a conduta crítica de questionamento do *status quo* mundial. O *americanismo ideológico*, acompanhado do alinhamento automático com Washington, fora resgatado em detrimento do *globalismo*, paradigma que naquela ocasião definia o perfil de inserção externa do Brasil, então direcionado para o desenvolvimento de seu potencial industrial, etapa necessária tanto para fomentar a acumulação capitalista como para viabilizar o projeto trabalhista de bem-estar social. Em contrapartida, temas de corte ideológico – como “segurança nacional” e “combate às esquerdas” – caros aos Estados Unidos em seu jogo de poder mundial, assumiram o protagonismo de nossa agenda externa, imprimindo-lhe incongruências.

Com relação às críticas endereçadas à PEI, no domínio interno parte expressiva das direitas realizava verdadeiro alardeio contra a ousada projeção externa da gestão Goulart. Bastante elucidativo é o trecho no prefácio do livro de San Tiago Dantas no qual o próprio ministro destaca, com fina ironia, que

Era natural que se levantassem contra essa posição política a incompreensão de alguns, os interesses contrariados de muitos, e o zelo exagerado daqueles que temem, nessas circunstâncias, desgostar amigos poderosos, em geral mais compreensivos do que eles diante das posições brasileiras<sup>18</sup>.

No plano externo constatamos que Washington nunca havia aceitado a PEI de bom grado, pois esta não deixava de constituir um elemento que implicava erosões na sua hegemonia. Os Estados Unidos não desejavam que o Brasil desenvolvesse plenamente e autonomamente seu parque industrial – parte de nossa estratégia nacional –, motivo pelo qual a PEI sofreu contundentes críticas tanto de burocratas norte-americanos de alto escalão como de setores de nossas elites cooptadas. Daí entende-se a rápida interrupção da PEI mediante a reorganização de quadros provocada no Itamaraty através da mão de ferro de Castelo Branco.

O Brasil deixava de lado um perfil ativo e crítico, de natureza *globalista*, para soçobrar em direção a uma postura reativa e complacente, de viés *americanista*. Em troca da subordinação, Brasília esperava receber apoio econômico. Congruente com tal raciocínio, o chanceler Juracy Magalhães chegou a afirmar: “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”<sup>19</sup>.

## Conclusão

O retrocesso de nossa diplomacia foi tão marcante que, progressivamente, os demais ditadores do Regime Militar (1964-1985) empenharam-se em recuperar determinados aspectos e preceitos da PEI, adaptando-os à conjuntura internacional de sua época. Em termos práticos, podemos considerar que o modelo de projeção externa de Ernesto Geisel, denominado “Pragmatismo Ecumênico e Responsável”, a despeito de suas particularidades e das especificidades dos diferentes contextos históricos, pode ser englobado numa espécie de “programa mínimo” da PEI, retomando parte expressiva de seus principais postulados<sup>20</sup>.

No tocante ao Brasil hodierno, a continuidade da PEI ratifica-se nos fundamentos da política externa praticada ao longo dos doze anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), não obstante os ajustes pontuais estabelecidos nas diretrizes de agenda durante a transição da gestão de Lula da Silva para a de Dilma Rousseff. Entretanto, tal modelo de inserção internacional não possui respaldo unânime entre as principais forças políticas domésticas, constatação que se traduz em críticas cada vez mais explícitas por parte de figuras importantes associadas ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), atualmente a principal agremiação de oposição ao PT. Dentre os principais itens em pauta, seus líderes têm questionado a aproximação brasileira com governos classificados como de esquerda, além de advogarem pela restauração de relações especiais com os Estados Unidos<sup>21</sup>.

Embora definida em termos de “política de Estado”, a política externa, conforme explicitado em seu próprio epíteto, não deixa de ser *política*; portanto, sujeita a mudanças de ênfase e de estratégias, malgrado haja uma tendência de preservação do acumulado histórico do Itamaraty.

Ainda que a chancelaria brasileira seja reconhecida internacionalmente pela continuidade, este artigo intentou esclarecer, mediante estudo de caso envolvendo as implicações do Golpe de 1964, o quão relevante pode ser o impacto da mudança das elites políticas dirigentes na concepção do perfil diplomático do país. Todavia, deve-se atentar para

o fato de que uma correlação automática nos termos “troca de lideranças = alterações na política externa” é perigosamente simplória, sobretudo quando analisamos outros momentos da história brasileira em que as rupturas de modelos de inserção internacional não foram acompanhadas por seu correspondente político e vice-versa.

## Notas

---

<sup>1</sup> Doutorando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Relações Internacionais pela UERJ. Pesquisador do Núcleo de Estudos Internacionais Brasil-Argentina (NEIBA-UERJ). Bolsista FAPERJ. Orientador: Prof. Dr. Ricardo Mendes. E-mail para contato: [l.gaviao13@gmail.com](mailto:l.gaviao13@gmail.com)

<sup>2</sup> Pós-Graduando em História das Relações Internacionais pela UERJ. Licenciado em História pela Universidade Veiga de Almeida (UVA-RJ). Pesquisador do NEIBA-UERJ. E-mail: [rafaelsalesrosa@outlook.com](mailto:rafaelsalesrosa@outlook.com)

<sup>3</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. 21ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

<sup>4</sup> PINHEIRO, Letícia. *Política Externa Brasileira*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

<sup>5</sup> Ibidem.

<sup>6</sup> Apesar de o governo brasileiro justificar o rompimento como uma resposta inevitável aos artigos ofensivos publicados no jornal soviético *Gazeta Literária* – que atentavam contra a figura do presidente Dutra –, a conjuntura da época mostrava-se muito mais complexa. Sidnei Munhoz destaca que um incidente, na noite de 26 de dezembro de 1946, com o segundo secretário da embaixada brasileira em Moscou, Soares de Pinna, acusado de embriaguez e arruaça, colaborou para aumentar a animosidade entre os dois países, com trocas de acusações. Posteriormente, o conhecimento, por parte dos soviéticos, do fechamento do Partido Comunista Brasileiro e da repressão aos comunistas no Brasil contribuiu para piorar as relações bilaterais. É neste contexto que o jornal *Gazeta Literária* realiza sérias acusações, recebidas pelo governo brasileiro como se fossem a opinião do próprio governo da URSS uma vez que a imprensa soviética era controlada pelo Estado. Ver MUNHOZ, Sidnei. “Ecos da Emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953)”. *Diálogos*. Maringá: vol. 6, pp. 54-55, 2002.

<sup>7</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

<sup>8</sup> DANTAS, San Tiago. *Política Externa Independente*. Edição atualizada. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011 [1962], p. 10.

<sup>9</sup> NEVES, Tancredo. Programa de Governo. In: DANTAS, San Tiago. *Política Externa Independente*. Edição atualizada. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011 [1962], pp. 19-29.

<sup>10</sup> Até a data do discurso de San Tiago Dantas na Câmara dos Deputados (23 de novembro de 1961), 71 países mantinham relações diplomáticas com a União Soviética.

<sup>11</sup> O comércio exterior com a África apresentava índice de crescimento de 3,44%, com as importações excedendo as exportações. Em relação à América Latina, registrava um aumento de 3,35%, com ténue superávit. Com a Europa Ocidental ocorria o segundo maior acréscimo, de 5,12%. Com os EUA, o índice alcançava os 3,52%. Ver DANTAS, San Tiago. Op. cit, pp. 77-79.

<sup>12</sup> DANTAS, San Tiago. Op. cit, pp. 11, 71-80.

<sup>13</sup> FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. pp. 89-90, 139.



<sup>14</sup> DANTAS, San Tiago. Op. cit.

<sup>15</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. 3ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

<sup>16</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Op. cit.

<sup>17</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castello*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

<sup>18</sup> DANTAS, San Tiago. Op. cit, p. 10.

<sup>19</sup> MAGALHÃES, Juracy; GUEIROS, José Alberto. *O Último Tenente*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1996, p. 325.

<sup>20</sup> GONÇALVES, Williams; MIYAMOTO, Shiguenoli. “Os militares na política externa brasileira: 1964-1984”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 6, n. 12, pp. 211-246. 1993.

<sup>21</sup> Para uma análise sobre os posicionamentos do PSDB e do PT no que concerne a temas de política externa, ver: GAVIÃO, Leandro. “Política externa para a América do Sul e polarização partidária: uma análise dos posicionamentos do PSDB e do PT, durante o governo de Lula da Silva (2003-2010)”. *Mural Internacional*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 1, jan.-jun, pp. 82-92. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12957/rmi.2014.7400>

## **Aspectos da política externa no Governo Geisel: novas diretrizes no quadro de abertura**

Autor: Leandro Arraes Liberali

Mestrando em História na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Antonio Souza Mendes

Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Beatriz de Moraes Vieira

e-mail: learrali@gmail.com

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

---

Este trabalho pretende apontar alguns aspectos da política internacional do regime militar durante o governo Geisel. O objetivo é esboçar como mudanças na política externa do Palácio Itamaraty serviram como indicação de mudança institucional e base de tensão no meio militar. Deste modo, o propósito é indicar como algumas das novas diretrizes se encaixavam no processo de abertura política que tomou forma ao longo desse governo. O grupo então no poder, os *castelistas*, também autodenominados *moderados*, tinha como figuras chave a díade Ernesto Geisel-Golbery do Couto e Silva – não se pode esquecer que este é apontado como principal articulador do Golpe de 1964<sup>1</sup>. Seu objetivo agora era impor uma agenda internacional que ia de encontro com o radicalismo imposto e cultivado desde a implantação da ditadura, e que neste momento tinha sua representação na figura do General Sylvio Frota, Ministro do Exército.

Tendo em vista que a instrumentalização do esquecimento do período pelos que se beneficiaram da ditadura e por interesses políticos dos articuladores da abertura podem ser utilizados como arma política contra as democracias, aderimos à proposta de um estudo cuidadoso de uma história que é recente e esquecida: os processos de redemocratização.<sup>2</sup> Esse trabalho aborda como questões internacionais foram instrumentalizadas para, em diferentes momentos, atingirem distintas finalidades. Pretende-se esboçar que a guinada de aspectos das relações exteriores fazia parte da estratégia dos *castelistas* como indicativo de mudança nas diretrizes do regime tendo como alvo a própria classe militar, única capaz de dificultar ou obstruir quaisquer que fossem as políticas do governo, em especial, a famigerada *linha dura*.

Alguns dos casos aqui apontados são especialmente interessantes por terem sido largamente utilizados na articulação da campanha contra João Goulart que culminou com a concretização do Golpe de 1964. As questões partem do livro *O Outro lado do poder*, de Hugo de Andrade Abreu, então Chefe do Gabinete Militar e Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, órgão encarregado, entre outras coisas, de encaminhar e fazer aprovar as

políticas do governo, além de funcionar como elo entre Geisel e o Chefe do Gabinete Civil, Golbery do Couto e Silva, com o núcleo militar, diga-se, a *linha dura*, então representada na figura de Sylvio Frota, Ministro do Exército.

### **O restabelecimento das relações diplomáticas com a China**

O primeiro caso submetido à consideração do CSN foi o restabelecimento de relações diplomáticas com a China comunista. A situação era que o Brasil, ainda seguindo a linha dos EUA desde 1952, considerava a Ilha de Formosa, com 15 milhões de habitantes, representante do povo chinês, que tinha mais de 800 milhões de habitantes e estava sob a liderança de Mao-Tsé-Tung. Para o secretário-geral não haveria mais razão para tanto, e apontava que isso não passava de uma fantasia mantida artificialmente pelo governo norte-americano. Tirava essa conclusão do fato de que apenas este país, entre os grandes, ainda não reconhecia o Governo de Pequim, e que mesmo a ONU já o havia feito. Hugo Abreu não considerou este caso apenas o reflexo de submissão e servilismo aos norte-americanos, embora admitisse que havia esse sentimento. Mas levou em conta que, se os países comunistas eram olhados com desconfiança, Cuba e China eram vistos como “verdadeiros 'bichos-papões’”, e os anticomunistas extremados propagavam: “Mas como ter relações diplomáticas com a China? Como controlar a avalanche de propaganda comunista que virá sobre nós?”.<sup>3</sup>

O governo incluía esse redirecionamento no imperativo da necessidade de manutenção do desenvolvimento econômico do país. Fazia parte de um realinhamento da política externa com o objetivo de incrementar relações comerciais, garantir o suprimento de matérias primas e o acesso à tecnologia moderna. Tudo de acordo com a política do “pragmatismo responsável”, caracterizada por deixar de dar prioridade a princípios ideológicos, mas mantendo a ideia de que esses continuavam fazendo parte das preocupações do governo e harmonizavam com a doutrina de segurança nacional. Por vezes se acrescentava o termo “ecumênico”, referente ao caráter universalista que consideraria todas as possibilidades de aumento das relações internacionais do país,<sup>4</sup> o que significou também o não mais alinhamento automático com os norte-americanos, embora se mantivesse o alinhamento ideológico. Hugo Abreu considerava a doutrina sintetizada pela primeira expressão como acertada, resumindo-a em: respeitados os compromissos assumidos e os direitos das nações, a atitude do Brasil deveria ser pragmática, ou seja, seriam adotadas as atitudes que melhor atendessem aos interesses brasileiros.<sup>5</sup>

Os argumentos de uma nova era da economia brasileira e de uma política externa “ecumênica e pragmática”, baseada em princípios de respeito mútuo da soberania e não intervenção nos assuntos internos do outro país parecera não convencer Sylvio Frota,

descendente político de Costa e Silva e de linha ideológica semelhante ao dos presidentes anteriores. Segundo ele a argumentação do governo era uma “comédia de afirmações”, que tornariam o país suscetível à infiltração de agentes de espionagem e alvo de ingerência internacional. Acreditava que os “quase 900 milhões de chineses, em busca de vazios de ecúmenos e de domínio político, carreando para áreas cobiçadas da África negra e, talvez, América do Sul, o marxismo, transformado em fanática religião maoísta”<sup>6</sup> não trariam benefício nenhum para a segurança interna. Denunciou ainda a perseguição e morte de 800mil chineses na Revolução Cultural. Estas informações, apenas alguns exemplos da mentalidade da *linha dura*, teriam como base um longo e profundo estudo da segunda seção do Estado-maior do Exército, órgão o qual ainda chefiava.<sup>7</sup>

Esse era um tipo de discurso que havia servido mais vastamente antes, quando da aglutinação de setores golpistas e na campanha contra João Goulart. A prova foi a prisão de uma missão chinesa que em 1964, sob Castelo, visitava o Brasil para a instalação de um escritório comercial, entre os quais se encontravam alguns jornalistas. Foram então presos, processados e condenados como espiões, subversivos e agitadores, o que era “bem característico do ambiente que se criara aqui contra o Governo da China comunista”, lembrou Hugo Abreu, que após 15 anos, e já depois do contato com a realidade do governo, pôde admitir o “absurdo cometido”. Na ocasião decretou-se por fim a expulsão dos chineses. Entretanto, é interessante o apontamento de que nas discussões entre os dois países, esse fato foi algumas vezes levantado pelos chineses, já que alguns deles ocupavam agora importantes cargos no governo de Pequim<sup>8</sup>, “embora reconhecessem que o assunto estava superado e fora produto do excitamento natural de uma época de vitória revolucionária”.<sup>9</sup>

Apesar de Geisel ter como objetivo o estabelecimento das relações diplomáticas com a China, todos os sete membros militares do CSN votaram contra a proposta. Podendo simplesmente ignorar esses votos, preferiu que Hugo Abreu fosse aos generais solicitar que mudassem de posição, cinco deles atenderam ao pedido, para assim dar legitimidade militar à decisão.<sup>10</sup> Considerando o parecer de Sylvio Frota demasiadamente incisivo, e que como membro da equipe da presidência não poderia contrariá-la dessa forma, o ministro manteve o voto desfavorável, mas apontou para a autoridade de Geisel em definir o assunto. O acordo foi assinado solenemente no dia 8 de agosto de 1974, em Brasília.

Se no período do Golpe o discurso da aproximação do governo com o comunismo chinês fora política e ideologicamente utilizado no convencimento, aglutinação e mobilização de setores golpistas, nesse momento as relações com o mesmo país deveria ter outra finalidade. Cabe lembrar que a intenção do governo, apesar do arcabouço econômico e

diplomático eficazmente utilizado, era eminentemente política, uma vez que estatísticas demonstravam que o incremento do comércio era a princípio irrisório<sup>11</sup>. Assim, esse esforço também deve analisado dentro de uma estratégia mais ampla. Os *castelistas* sabiam que para ter sucesso na derrubada de Jango fora preciso criar um clima favorável<sup>12</sup>, o mesmo era preciso fazer agora para se criar um clima de abertura entre os militares, mas havia um empecilho que era velho conhecido e perigoso, a *linha dura*. Vejamos outras indicações.

### **O voto de abstenção em relação a Cuba**

No ano de 1974, em Tlatelolco, México, países latino-americanos fizeram pressão exigindo o fim das sanções econômicas contra Cuba, o que se concretizou em parte na XVI Reunião de Consulta de Ministros de Relações Exteriores da OEA, em 1975, quando uma resolução com voto favorável dos EUA liberou o estabelecimento de relações diplomáticas com a ilha.<sup>13</sup> De acordo com essa nova sinalização internacional de reaproximação com Cuba e a ligeiríssima diminuição da inflexibilidade norte-americana contra o Governo de Fidel Castro, o Itamaraty propôs o voto favorável à suspensão das sanções econômicas e o ingresso daquele país na OEA. O voto foi estudado pela Secretaria-geral do Conselho de Segurança, que tendo como base a repercussão interna negativa que teria na “área revolucionária”, “ainda muito impressionada com o papel desempenhado pelo Governo de Fidel Castro como exportador de comunismo e subversão”<sup>14</sup>, optou pela abstenção.

Geisel era inicialmente favorável à proposta da reintegração plena de Cuba<sup>15</sup> mas fora convencido pela argumentação de Hugo Abreu, optando pela abstenção. O raciocínio era que se por um lado não havia interesse do Brasil em manter as sanções, por outro votar contra seria hostilizar a “opinião da maioria da área militar, que eu [ele] sabia contrária a qualquer medida simpática a Cuba”<sup>16</sup>. Sua intervenção, em oposição à de outros assessores, foi no sentido de evitar o tensionamento militar, o que mesmo assim não deu bons resultados, pois a abstenção foi vista como ato de complacência, especialmente por Frota, que quando foi demitido do governo emitiu nota acusando, entre outras coisas, que o voto foi uma demonstração de “simpatia a um país comunista, exportador de subversão”.

De fato, assim como a China comunista, a presença da Revolução Cubana fez parte da ampla campanha golpista de 64, e da mesma forma que a “China nas Américas”, uma “outra Cuba” no continente frequentava assiduamente os pesadelos dos “revolucionários”. Sylvio Frota alegava o desprezo de Cuba pela OEA com suas intervenções nos países da América do Sul, como o “movimento guerrilheiro chefiado por Ernesto Che Guevara, na Bolívia” e a incitação subversiva dos Tupamaros no Uruguai. Para ele a exploração do princípio da não-intervenção do governo brasileiro como base do interesse inicial na suspensão das sanções

entrava em paradoxo direto com o caráter intervencionista da ilha, que não dera sinal algum de que não continuaria a fazê-lo. Frota também só ficou sabendo da intenção inicial do governo através de rodas de militares ligadas ao EMFA, e que só houve a alteração da pauta pelo “trabalho cauteloso e persistente” de Hugo Abreu. Reclamou ainda que a decisão ficou restrita ao pequeno grupo em torno de Geisel, que não levou decisão de tamanha importância para a segurança nacional para a análise dos ministros militares. Por isso, a abstenção foi vista como omissão do governo.<sup>17</sup>

Cabe lembrar que a aplicação de sanções econômicas e o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com Cuba ocorreram trinta dias após o golpe, logo após a posse de Castelo Branco, seguindo obedientemente recomendação do governo norte-americano. Além disso, nos anos iniciais da ditadura o governo demonstrara grande entusiasmo em trabalhar com os EUA no sentido de criar o máximo de dificuldades internacionais possíveis à ilha. “Castelo Branco estava ‘ansioso’ para colaborar completamente em toda a questão cubana”.<sup>18</sup>

Apesar do interesse inicial do governo pela reaproximação, a opção acabou sendo pelo voto de abstenção e manutenção do congelamento das relações. Questões ideológicas militares internas impediram o reatamento de relações comerciais, apesar dos interesses econômicos envolvidos<sup>19</sup>. Porém, o caso de Cuba se torna específico, pois os interesses do governo também se defrontavam com a peculiaridade do papel de destaque simbólico exercido pela ilha na região, o que incluía críticas incisivas de Fidel Castro à repressão da ditadura e seu alinhamento às políticas imperialistas norte-americanas. De fato, essa era uma diferença fundamental entre as políticas externas chinesa e cubana. Enquanto a China dava sinais claros da revisão na sua intervenção ideológica internacional em busca do desenvolvimento econômico interno<sup>20</sup>, Cuba, apoiada nos subsídios soviéticos, mantinha sua intervenção e militância internacionais<sup>21</sup>. O desgaste para o gabinete presidencial em cada declaração de Fidel Castro seria intenso.

### **O voto de condenação do sionismo como forma de racismo**

Outra manifestação internacional, agora na ONU, dizia respeito à condenação do sionismo como forma de racismo. Segundo Hugo Abreu, a moção que estava em debate era a da condenação do racismo em todas as suas formas, mas no último período estava incluída a questão do sionismo, que não foi verificada. Como não teria passado por estudo, o governo reconheceu seu equívoco, procurando corrigir a incorreção do voto dado. Isso só não ocorreu por antes da votação definitiva, o Departamento de Estado norte-americano ter criticado a posição do Brasil, “ferindo os brios nacionais brasileiros”<sup>22</sup>, razão que teria feito Geisel manter o voto inicial. Hugo Abreu considerou o voto um erro, inclusive provocando

dificuldades para o Brasil no mundo financeiro internacional. E concluiu que sua repercussão não foi boa tanto interna, quanto externamente, sendo uma falha, “talvez única”, do Itamarati.<sup>23</sup> Hugo Abreu parecia desinformado nesse caso, uma vez que não passou pelo estudo do CSN. Em sua opinião o Brasil era fundamentalmente antirracista “por sua história, por sua formação étnica, pela cultura e pela própria índole de seu povo, nosso país não aceita o racismo e não acredita em superioridades raciais”<sup>24</sup>, admitir qualquer forma de racismo seria negar-se a si mesmo, seria contrassenso. Não cabe uma análise do racismo brasileiro nesse trabalho, mas essa opinião demonstra, no mínimo, o nível de ignorância social e histórica do caráter do racismo brasileiro. Ou é uma consideração baseada em uma comparação não declarada com o racismo norte-americano, extremamente mais explícito, manifesto e violento do que o que tomou forma no Brasil.

Entretanto, o governo estava bem à parte da situação. Assumindo uma posição que poderia ser considerada progressista em se tratando de uma ditadura, considerava o Estado de Israel uma realidade histórica, com o direito de existir enquanto Estado constituído. Entretanto, isso não implicava a aceitação de “suas reivindicações territoriais, posições políticas e ideológicas ou práticas repressivas em áreas ocupadas”<sup>25</sup>. O posicionamento era que o uso da força e a aquisição de territórios por meio da guerra iam contra os princípios básicos da política externa brasileira. Assim, o povo palestino tinha legítimos e inalienáveis direitos à autodeterminação e à soberania, sendo o exercício desses direitos condição necessária para o estabelecimento de uma paz justa e duradoura na região. Além disso, consideravam a OLP – Organização de Libertação da Palestina – representante do povo palestino, devendo desta forma ocupar seu lugar na ONU. Nesse quadro, o sionismo foi considerado uma forma de racismo e discriminação racial.

Em vista de “dúvidas e incompreensões” dentro e fora do país o governo considerou que sua posição fora deformada, deixando a impressão de que a diplomacia brasileira estaria sendo movida por sentimentos antissemitas, anti-judaicos ou anti-israelenses, o que era falso. Assim, sua posição dissociava o sionista do judeu, uma vez que nem todo judeu migraria para Israel. Também defendiam que muitos judeus por convicções políticas ou religiosas repudiavam o sionismo. Além disso, o judaísmo, como religião, não deveria ser confundido com a política sionista. Por essas, razões o voto brasileiro não poderia ser considerado antissemita, e acrescentavam que o Brasil era uma “democracia racial... livre de discriminações...”<sup>26</sup>. Dessa forma, expressavam o reconhecimento de que a situação de fato apontava para o sionismo como efetivamente um movimento fundamentado em critérios raciais, pois envolvia pertencer a determinado grupo étnico e ter a firme intenção de emigrar

para determinado país. Assim, essa identificação do sionismo como doutrina racial ou exclusivista por parte do governo, não poderia ser considerada racista.

O setor do radicalismo patológico enxergou no voto contra o sionismo a “falta de coerência com os postulados revolucionários de 1964” e a “contradição flagrante com o tradicional respeito às posições alheias, desde que, sob qualquer forma, não afetem nossos direitos, interesses ou compromissos assumidos”<sup>27</sup>. Condenavam a mudança da neutralidade manifesta por abstenções não por serem contra causas justas ou a favor de irracionais discriminações sob a “intolerância do fanatismo ideológico”, mas, entre outras coisas, por que o país passava a integrar um bloco de 72 nações na maioria da órbita soviética, e outros contrários a Israel por motivos econômicos, políticos ou religiosos. Frota firmava sua opinião apropriando-se de todo um lastro histórico que lembrava as perseguições aos judeus por discriminação e intolerância religiosa ao longo dos tempos, incluindo o genocídio nazista. Argumentava que dada a impossibilidade de assimilação judaica onde quer que estivessem eles “se quisessem sobreviver, precisavam de uma base física para instalar-se, e ali viver como povo livre e independente”, o que teria dado força à ideia de pátria para os judeus e então surgido os primeiros vagidos do sionismo. Para ele o sionismo era uma “ardente aspiração judaica a uma Pátria livre”, constituindo movimento político-religioso de cunho nacionalista cujo “único e grande objetivo” era a existência de um Estado judaico. Portanto, não poderia ser confundido com uma forma de racismo ou discriminação racial, e arrematava que tal avaliação “não honra a lógica que conduz o raciocínio na busca da verdade”. Dessa forma, Frota considerava impossível separar sionismo de judaísmo, como o governo havia reconhecido, e sempre que possível fazia referências ao quadro internacional do imperialismo socialista russo.<sup>28</sup>

### **O reconhecimento da independência de Angola**

As relações com a África portuguesa também foram abordadas. Resgatando um passado onde, na visão de Hugo Abreu, o que predominava nas ligações entre o Brasil e Portugal eram os vínculos afetivos. Isso explicaria o fato de o Brasil, uma antiga colônia, vir votando na ONU a favor de Portugal, contra os “anseios de liberdade dos países da África portuguesa”. Aponta que a “Revolução de 1964” manteve o erro, inclusive agravando o fenômeno com a exacerbação dos sentimentos anticomunistas,

fruto da vitória contra o extremado esquerdismo que dominava o Governo João Goulart, e com o crescimento do terrorismo em nosso país, não foi difícil aos nossos extremados de direita confundirem os sentimentos de liberdade das colônias portuguesas na África com simples manifestações comunistas que a nós cabia combater<sup>29</sup>



Segundo Hugo Abreu, o governo já havia decidido “evoluir” para o apoio à independência das colônias portuguesas na África em 1974. Porém, antes de tornar pública a decisão eclodiu a Revolução Portuguesa em abril de 1974 - a Revolução dos Cravos. Com a derrubada da ditadura salazarista, a nova democracia portuguesa passou a ter, quanto ao Brasil, a mesma posição que já tinham os povos luso-africanos: a de que era apenas uma ditadura dentre as que foram aliadas do salazarismo, apoiando a opressão das populações locais. É interessante que se refere ao salazarismo como uma “ditadura semifascista”, talvez dando a entender que a brasileira tivesse algum outro caráter.

Dessa forma, as independências de Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Angola, se deram nesse clima de hostilidade contra o Brasil. Enquanto o Itamaraty agia “serena e persistentemente” para vencer as resistências naqueles novos países, aqui se lutava contra a incompreensão dos setores radicais. A diplomacia brasileira acabou conseguindo superar os obstáculos e criar um ambiente razoavelmente favorável às relações tanto com Portugal, quanto com as novas nações africanas. Já no Brasil, “alguns” chegaram a condenar o Itamaraty por negociar com chefes comunistas.

Apesar de tudo, o Brasil teve sucesso no estabelecimento das relações diplomáticas naqueles países africanos. Foi o primeiro a reconhecer a nova República de Guiné-Bissau; instalou representação diplomática em nível de embaixada na República de Moçambique; junto com Rússia e Cuba, esteve entre os primeiros países a reconhecer o novo governo de Angola, mantendo representação em nível de embaixada no país. Nesse último caso, o Itamaraty foi muito criticado pelo que se chama de açodamento, por ter reconhecido logo no primeiro dia o Governo de Agostinho Neto. Recém-instalado em Luanda, com o apoio de grande contingente de forças cubanas e a liderança de Fidel Castro, que de Cuba planejou a estratégia e instruiu seus homens à vitória, através do General Uchoa no comando direto das tropas<sup>30</sup>. Hugo Abreu deixou claro que esta não foi uma decisão do Itamaraty, como se acusava, mas uma decisão do governo, “meditada, pesada e correta”, com o apoio e estudo da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional<sup>31</sup>.

Frota não considerava o “marxista” Agostinho Neto representante dos angolanos, uma vez que o “povo angolano” não teria pedido o auxílio dos “cubano-soviéticos”. Também criticava a rapidez com que ocorreu o reconhecimento brasileiro, junto com Cuba e URSS, sob o argumento de que “o maior interesse soviético na revolução portuguesa era o controle das colônias ultramarinas de Portugal”, “a dominação seria inicialmente ideológica e, posteriormente, econômico-militar”. O foco seriam as riquezas minerais de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, que compensariam os gastos e esforços soviéticos e

consolidariam o imperialismo russo nas margens de seus oceanos. O reconhecimento de Angola sob Agostinha Neto significaria a capitulação das potências democráticas frente à “marcha para o ocidente” das potências marxistas, além de significar o reconhecimento do colonialismo russo-cubano sobre Angola. Além disso, colocava em dúvidas a legitimidade do governo do MPLA, uma vez que a maior parte do território angolano estaria ainda ocupado pelos grupos pró-ocidente..<sup>32</sup> Além disso, ficou sabendo da notícia pela imprensa, e quando teve a primeira oportunidade

disse ao presidente que a decisão sobre Angola repercutiria negativamente no Exército. Nós não entendíamos como o governo revolucionário, de base comunista, tivesse sido o primeiro a reconhecer Agostinho Netto, sustentado por tropas cubanas que combatiam naquela colônia portuguesa, na qual tinham sido implantadas duas repúblicas e a luta continuava.<sup>33</sup>

Geisel respondera que aproveitou a existência do representante brasileiro em Luanda para “concretizar logo o reconhecimento”, caso contrário poderia ter maiores dificuldades no futuro. Isso persuadiu Frota da ausência de argumentos sérios para justificar a “sofreguidão” da medida. A propósito, em geral os questionamentos de Frota ao presidente costumavam ficar no ar ou ter respostas evasivas.

A expectativa do governo também era a de que passado o período inicial da independência, Cuba e URSS veriam sua influência fortemente reduzida, na medida em que Angola normalizasse suas relações com os países ocidentais. Para os parceiros ideológicos ocidentais, a argumentação de Geisel girava sempre em torno da porta aberta deixada ao ocidente pela atitude de aproximação brasileira, que anunciou um crédito de 10 milhões de dólares para financiar ao país a importação de produtos brasileiros, além da assinatura de acordo de cooperação técnica e concessão de bolsas de estudos aos seus estudantes.<sup>34</sup>

### **Conclusão**

Enfim, a conclusão a que chegamos foi a de que em todos esses casos havia razões para que se tomassem as medidas defendidas pelo governo. Porém, os argumentos utilizados nesse momento, em que pese as variações conjunturais, seriam argumentos utilizáveis em qualquer momento da ditadura, e por qualquer dos presidentes. Todos tiveram poder suficiente para isso, mas apenas Geisel ignorou os posicionamentos históricos dos golpistas que se consolidaram como base da legitimação do sistema. Não havia qualquer necessidade impetuosa, interna ou externa, para fazê-lo, como em nenhum momento da ditadura o houve. Mesmo os argumentos econômicos seriam insuficientes, pois desde o golpe questões ideológicas e de alinhamento internacional sempre operaram em detrimento dos interesses da economia brasileira. Geisel e Golbery romperam com políticas instaladas nos anos iniciais do

golpe pelo próprio Castelo Branco, com plena consciência política e ideológica. Ambos, em ambos os momentos, com plena consciência política de seus atos. Assim, constatamos que se os discursos da *linha dura* inicialmente serviram e foram estimulados, esse era o momento do corte, era preciso desmobilizá-los. Desta forma, apenas no interior de um objetivo de médio a longo prazo se poderia explicar o tensionamento bancado pelo governo. Preparava-se a abertura.

- 
- <sup>1</sup> Sobre o papel de Golbery como articulador e aglutinador das forças golpistas ver: DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe.**
- <sup>2</sup> SILVA, Francisco C. T. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia A. N. (Org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** p. 243-282.
- <sup>3</sup> ABREU, Hugo. **O Outro lado do poder.** p. 39.
- <sup>4</sup> Sobre as questões gerais das relações entre os países ver: PINHEIRO, Letícia. Restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China: uma análise de processo de tomada de decisão. **Revista Estudos Históricos**, v. 6, n. 12, p. 247-284, 1993.
- <sup>5</sup> ABREU, Hugo. Op. cit. pp. 38-39.
- <sup>6</sup> FROTA, Sylvio. **Ideais Traídos.** p. 99.
- <sup>7</sup> Ibid. p. 106.
- <sup>8</sup> Arquivo Ernesto Geisel. Documentos referentes ao Ministério das Relações Exteriores. EG pr 1974.03.00/2. p. 259.
- <sup>9</sup> ABREU, Hugo. Op. cit. p. 39.
- <sup>10</sup> GÓES, Walder de. **O Brasil do General Geisel.** p. 32.
- <sup>11</sup> PINHEIRO, Letícia. Op. cit. p. 258.
- <sup>12</sup> DREIFUSS, René Armand. op.cit. p. 298-299.
- <sup>13</sup> AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana.** p. 53.
- <sup>14</sup> ABREU, Hugo. **O Outro lado do poder.** p. 49.
- <sup>15</sup> GÓES, Walder de. **O Brasil do General Geisel.** p. 39.
- <sup>16</sup> ABREU, Hugo. **O Outro lado do poder.** p. 50.
- <sup>17</sup> FROTA, Sylvio. Op. cit. p. 177-178.
- <sup>18</sup> FICO, Carlos. Op. cit. pp. 135, 153.
- <sup>19</sup> Arquivo Ernesto Geisel. Documentos referentes ao Ministério das Relações Exteriores. EG pr 1974.03.00/2. p. 58, 438, 634, 721.
- <sup>20</sup> Ibid. p. 71, 73, 75. Exposição de Motivos nº G/110/920 (B46) (E33), 18/04/1974.
- <sup>21</sup> Ibid. p. 476.
- <sup>22</sup> GÓES, Walder de. **O Brasil do General Geisel.** p. 30.
- <sup>23</sup> Sobre a questão de Cuba e do sionismo - ABREU, Hugo. **O Outro lado do poder.** pp. 49-52. e GÓES, Walder de. **O Brasil do General Geisel.** pp. 39 e 30.
- <sup>24</sup> ABREU, Hugo. **O Outro lado do poder.** p. 50.
- <sup>25</sup> Arquivo Ernesto Geisel. Documentos referentes ao Ministério das Relações Exteriores. EG pr 1974.03.00/2. 13/11/1975. p. 762.
- <sup>26</sup> Ibid. p. 766,767, 772.
- <sup>27</sup> FROTA, Sylvio. Op. cit. p. 191.
- <sup>28</sup> Ibid. p. 194, 197.
- <sup>29</sup> ABREU, Hugo. Op. cit. p. 53.
- <sup>30</sup> Documentário. **Cuba, uma Odosséia Africana.** De Jihan El Tahri.
- <sup>31</sup> Confirmado por - GÓES, Walder de. **O Brasil do General Geisel.** p. 38.
- <sup>32</sup> FROTA, Sylvio. Op. cit. p. 185, 187, 188, 190.
- <sup>33</sup> Ibid. p. 190.
- <sup>34</sup> PINHEIRO, Letícia. Op. cit. p. 94.

**Hippies vindos de Moscou:  
anticomunismo e repressão a práticas contraculturais no Brasil ditatorial**

*Leon Frederico Kaminski*

Doutorando – UFF

Orientadora: Samantha Quadrat

kaminski.historia@gmail.com

**RESUMO:** Durante a ditadura militar, uma das correntes político-culturais que contestaram o regime e os valores dominantes da sociedade brasileira foi a chamada contracultura. No imaginário anticomunista, era vista como uma artimanha criada pelo comunismo soviético, cuja finalidade seria corromper a juventude, destruir valores e instituições basilares da sociedade ocidental. Nesse sentido, alguns setores responsáveis pela repressão imbuíram-se do combate a certas práticas da contracultura. Este trabalho analisa a relação entre a repressão a práticas contraculturais e o imaginário anticomunista.

**PALAVRAS-CHAVE:** contracultura; anticomunismo; ditadura militar.

**ABSTRACT:** During the military dictatorship, one of the political and cultural currents that contested the regime and the dominant values of Brazilian society became known as the counterculture. On anticommunist imaginary, was seen as a ruse created by Soviet communism, whose purpose would be corrupting the youth, to destroy basic values and institutions of Western society. Thus, some sectors responsible for the repression imbued from the control of certain practices of the counterculture. This paper analyzes the relationship between repression countercultural practices and anticommunist imaginary.

**KEY-WORDS:** counterculture; anticommunism; military dictatorship.

De cunho marxista, a Revolução Russa foi realizada em 1917. Logo em seguida à chegada dos bolcheviques ao poder, surgia o anticomunismo, como fenômeno internacional. No quadro de instabilidade existente após a Primeira Guerra Mundial e receosos dos efeitos do exemplo russo sobre as massas operárias, houve um empenho dos países capitalistas na repressão e na propaganda contra o comunismo. Em conjunto a ações estatais, grupos de intelectuais, empresários e religiosos empenhavam-se na promoção de ações anticomunistas.

No Brasil, não foi diferente. O anticomunismo desempenhou papel importante em diferentes momentos de nossa história política. Conforme Rodrigo Patto Sá Motta, se, num primeiro momento, a imprensa e os setores conservadores brasileiros tinham como principal fonte o imaginário e as representações do anticomunismo presentes na Europa, com o início da guerra fria, após a Segunda Guerra Mundial, a influência norte-americana seria maior. Contudo, para o autor, não ocorria simplesmente uma reprodução das influências estrangeiras ou de uma incorporação, pelo Estado, de ordens vindas “de fora”. Surgiram elaborações originais de anticomunismo, em função das dinâmicas políticas singulares do país.<sup>1</sup>

A base principal de mobilização do anticomunismo brasileiro foram os valores religiosos do catolicismo, deixando em posição secundária outras motivações. Em função da forte vinculação com o catolicismo, a influência do discurso religioso foi marcante no anticomunismo brasileiro. Segundo Motta, a temática moral teve papel proeminente em relação à diversidade de representações que integram o imaginário anticomunista. Desse ponto de vista, “Para minar as forças do catolicismo seria necessário corromper os costumes e afastar o povo dos ensinamentos da moralidade cristã”<sup>2</sup>. Entendida como um dos pilares do cristianismo e da própria sociedade, a família seria um dos principais alvos a serem destruídos pelos comunistas em seu caminho ao poder. E a imoralidade, uma de suas armas.

Nos primeiros anos da ascensão bolchevique na Rússia, avanços soviéticos – como o divórcio, a libertação da mulher, o aborto e a educação sexual – eram propagandeadas pelos anticomunistas como provas da imoralidade e da degradação da sociedade comunista e da destruição da estrutura familiar. As representações veiculadas ligavam o comunismo ao crime e ao pecado, ao vício e ao mal, cristalizando uma imagem horripilante de degradação e de dissolução dos costumes. Nessa perspectiva, todos os vícios e imoralidades seriam utilizados pelos comunistas para a tomada do poder.

Na década de 1960, há um contexto internacional de crescimento do espírito de contestação, encabeçada principalmente pelos jovens, que surgem como força transformadora da sociedade. Muitos se embasaram nas teorias marxistas, em busca de uma revolução social. Surgiam também correntes e organizações de esquerda críticas ao Partido Comunista. Parte delas defendia a luta armada. Outros, que questionavam tanto o capitalismo quanto o comunismo, procuraram realizar a revolução por meio de mudanças culturais, uma revolução cultural. Neste clima de contestação, muitos valores, costumes e instituições passaram a ser vistos como conservadores pelos jovens e flexibilizados ou substituídos por práticas mais libertárias.

As manifestações e movimentos que buscaram a transformação da sociedade por meio de mudanças culturais surgidos na década de 1960, embora heterogêneos e fragmentados, passariam a ser denominados como contracultura<sup>3</sup>. Com o passar dos anos, este termo transformou-se, como aponta Anaís Fléchet, numa “palavra mágica” que remete a um universo “jovem, moderno, e em ruptura com as normas políticas, sociais e culturais da época”<sup>4</sup>.

No Brasil, inicialmente, as práticas da contracultura eram chamadas de *desbunde*. Termo pejorativo utilizado, num primeiro momento, no interior dos grupos de esquerda para nomear o ato de valorizar os interesses, ou mesmo sentimentos, pessoais em detrimento da coletividade, da organização e da opção pela revolução socialista. O desbunde era visto, no imaginário da esquerda, como o predomínio do *pessoal* acima do *coletivo*. O individual era visto como sinal do predomínio da *subjetividade* sobre a *objetividade*, do irracionalismo sobre a racionalidade. Num segundo momento, passaram a ser denominados como "desbundados" jovens que se apropriavam do imaginário da contracultura e artistas que passavam a valorizar a subjetividade em suas obras em detrimento de expressar mensagens contendo um projeto político definido, racionalizado. O termo acabou sendo apropriado e, em certa medida, positivado pelos jovens no começo dos anos 1970. Desta forma, "desbunde" passava a denominar tanto um novo estilo de vida quanto a estética ligada a ela e às novas formas de resistência cotidiana.

Cabe ressaltar que, de 1968 a meados da década de 1970, tanto o PCB (Partido Comunista Brasileiro) quanto outras organizações de esquerda, armadas ou não, viam as manifestações da chamada contracultura como alienadas, despolitizadas e individualistas. Não tendo, o desbunde, ligações organizacionais ou programáticas com o comunismo. Pelo contrário, frequentemente os movimentos contraculturais criticavam a tecnocracia e o autoritarismo soviéticos e dos partidos comunistas. O mesmo costumava ocorrer no campo artístico, como no conhecido atrito entre tropicalistas e defensores da estética nacional-popular. Estas diferenças, no entanto, não impediam que comunistas e contraculturalistas, no Brasil, tivessem em comum a repulsa à ditadura militar e de que fossem alvos dos órgãos oficiais de repressão.

Para alguns setores anticomunistas, a revolução comportamental era arma de um pretenso “comunismo invisível” que arregimentaria entre os diversos movimentos, além de pessoas efetivamente comunistas, simpatizantes em diversos graus. Estes seriam pró-comunistas subconscientes e comunistas em estado de germe<sup>5</sup>. O general Milton Tavares de Souza, em 1976, alertava: “o movimento hippie nasceu em Moscou e, se os pais não

orientarem cuidadosamente a juventude, o comunismo acabará dominando o Brasil”<sup>6</sup>. Segundo Plínio de Oliveira, líder do movimento de extrema direita Tradição, Família e Propriedade (TFP)<sup>7</sup>, eram métodos comunistas “todo o imenso processo de deterioração moral, religiosa e cultural, que vai devastando sempre mais nossa juventude”<sup>8</sup>. Este pensamento estava em sintonia com o de alguns importantes líderes militares, como os generais Muricy e Souza Mello, citados pelo mesmo autor:

...e como para os marxistas só é moral o que interessa à realização de seus propósitos – buscam os inimigos da democracia a destruição desses valores. (...) Assistimos no momento à tentativa de destruição dos princípios morais, particularmente no seio da juventude, através de perigosas filosofias que exaltam o erótico e o perverso e procuram quebrar os laços que ligam os jovens ao seu passado e à sua família.<sup>9</sup>

vislumbramento do alcoolismo, do sexualismo despuído e do aumento do uso de tóxicos, que arrastam à dissolução coletiva pelo desencadeamento de instintos perigosos e inconscientes, e destroem as tradições nos mais elevados padrões morais, espirituais e religiosos.<sup>10</sup>

Tal perspectiva justificava a ação dos órgãos de repressão, que se dava em amplitude nacional, tanto nas grandes quanto nas pequenas cidades – onde muitas vezes os delegados locais tomavam para si a responsabilidade. Em 1970, a Polícia Federal iniciou uma campanha rigorosa de combate aos hippies, resultando em dezenas de prisões. Tal situação pode ser vista em uma nota na revista *Veja*:

O amor livre esconde o proxenetismo, a paz é um slogan da subversão e a flor tem o aroma dos entorpecentes. Ao decifrar dessa forma os símbolos hippies, a Polícia Federal ordenou a todos os Estados uma campanha rigorosa contra os jovens de colar no pescoço e cabelos compridos. Na semana passada, perto de 200 deles foram presos na Feira da Arte de Ipanema, no Rio, e 12 foram expulsos de sua minifeira, na Praça da Alfândega, em Porto Alegre, onde vendiam pinturas. Cento e vinte estão presos em Salvador e mais alguns foram para a cadeia no Recife, onde serão investigados um a um.<sup>11</sup>

Acima, podemos perceber, no discurso da Polícia Federal, a justificação da coerção aos chamados hippies com base num caráter subversivo de suas práticas. No início da década de 1970, foram comuns a prisão de jovens cabeludos e hippies. Parte desta repressão pode ser acompanhada por meio da imprensa da época.

No Rio de Janeiro, como noticiava o *Jornal do Brasil*, eram comuns prisões de hippies e artesãos, principalmente em Ipanema, onde até hoje é realizada uma feira de arte e artesanato.<sup>12</sup> Acusados, normalmente de vadiagem. Uma das atitudes comuns da contracultura era a automarginalização, vinculada também a uma estética no vestuário e nos cabelos compridos. Relacionado à automarginalização estavam as práticas da viagem de carona, de dormir em barracas ou sacos de dormir. A polícia carioca iniciou uma ofensiva aos

acampados, principalmente em Ipanema: prendiam, cortavam seus cabelos e expulsavam-nos.<sup>13</sup> Chegaram mesmo a sinalizar o uso de helicópteros para “procurar grupos que estariam acampados nas praias de Guaratiba”<sup>14</sup>. Segundo informe do DOPS,

A Polícia Judiciária, através de suas Distritais, em cumprimento de ordem emanada da Secretária de Segurança, vem realizando várias prisões de elementos desocupados, que se intitulam “hippies”, e perambulam pela cidade, sem documentos, vivendo em promiscuidade nos acampamentos que erigiram nas praias carioca.<sup>15</sup>

A ação, conforme o mesmo documento, visava “reprimir a tentativa de ser realizado, em março próximo, um congresso na Barra da Tijuca, para tanto já se encontram na Guanabara, jovens de vários países, alegando que vieram assistir o Carnaval”<sup>16</sup>.

Em 1973, um delegado pedia atenção especial às atividades dos hippies e de andarilhos, pois entendia que eles poderiam ter contatos com o “elemento russo”.

Em muitas oportunidades, vários desses elementos foram detidos para averiguações, constatando-se que por trás da simplicidade aparente, utilizada como engodo ou História Cobertura, havia um outro tipo de elemento, mais perigoso, com atividades e missões pré-determinadas, entre elas, até mesmo, as que vão de encontro à Segurança Nacional, pelo seu caráter e tendências subversivas.<sup>17</sup>

Na visão do agente, a circulação de andarilhos e hippies devia ser monitorada. Acreditava que muitos desses viajantes seriam, na verdade, comunistas disfarçados, ou “companheiros de viagem”, promovendo a circulação de informações, cumprindo missões em prol do comunismo.

Nesse período, alguns delegados ficaram famosos por suas atuações. Um deles, Moacir Bellot, delegado em Cabo Frio (RJ), ganhou repercussão no verão de 1971. Na primeira semana de trabalho na cidade, fechou boates, acabou com acampamentos, prendeu cabeludos, barbudos, pessoas de sunga e de biquíni, proibiu serestas, perseguiu casais que ficavam até tarde na praia, combateu a maconha, distribuiu insultos. Orgulhava-se de ter cortado quilômetros de cabelos e de barbas dos presos que fizera.<sup>18</sup>

Outro que ganhou bastante notoriedade foi Gutemberg Oliveira, delegado em Salvador, cidade que era o destino (ao menos almejado) de muitos hippies e viajantes de todo o país e do exterior. Acabou com acampamentos, prendeu e expulsou centenas de jovens na capital baiana porque, segundo ele, “só o fato de ser hippie é caso de cadeia”<sup>19</sup>. Para o policial, desmoralizavam a “instituição do casamento, pois tem mulher para os amigos e não para ele”<sup>20</sup>. O delegado Gutemberg chegou mesmo a prender duas vezes, em um curto espaço de tempo, os integrantes do grupo Novos Baianos, que tiveram suas cabeleiras raspadas<sup>21</sup>. Além de ter relação com o “esquadrão da morte” em seu estado, foi alcunhado de “hippicida”



pela revista *Veja*, em função de ter matado, na prisão, um hippie brasileiro. Crime que provocou sua prisão pela Polícia Federal, o que proporcionou um pouco de paz em Salvador.

22

A repressão agia também nos grandes eventos culturais como, por exemplo, no tão prometido, na época, Festival de Verão de Guarapari (ES). Inicialmente, ele havia sido idealizado a partir do modelo de Woodstock, um grande evento comercial para o público jovem, mas dentro de um espírito *underground*. Porém, apesar de toda a expectativa construída em torno do festival, por falta de verbas e problemas de organização, o evento acabou sendo quase um desastre. Contudo gerou um enorme fluxo em direção à praia capixaba. A revista *O Cruzeiro* narrou a repressão da seguinte forma:

A polícia passou a ser severa demais, com hippies e não hippies, chegando, numa manhã, a algemar e prender o milionário suíço Paul Page, que, dopado, gritava na beira da praia. Jornalistas e cinegrafistas cariocas que documentavam a prisão foram espancados e tiveram seus filmes apreendidos. Em várias batidas nos acampamentos, os policiais transportavam vários rapazes, alguns acusados de flagrante de maconha. Asavas que iam sendo banidas das áreas próximas ao festival tinham dois destinos, segundo a informação de um agente da segurança: “Os comprovadamente perigosos vão para a prisão; os outros, menos ofensivos, vamos soltá-los bem longe, a caminho do Estado do Rio”.<sup>23</sup>

Neste relato, ressurgem outros pontos importantes, a repressão às drogas. Além da questão moral, que aparece com mais destaque nos casos dos delegados Gutemberg e Bellot, o uso de entorpecentes, no imaginário anticomunista, era visto como estratégia do “comunismo internacional”.

Para alguns ramos da contracultura, o uso de substâncias alteradoras da consciência como, por exemplo, a maconha e o ácido lisérgico (LSD), possuíam um caráter libertário. Além de um uso hedonista<sup>24</sup>, a utilização de algumas drogas possuía outras finalidades naquele contexto. Uma delas estava relacionada com as experiências místicas, com os rituais das religiões das populações nativas das Américas e do Oriente. Essa era, inclusive, uma das justificativas para o seu uso. Ligadas às críticas ao racionalismo, a utilização de substâncias psicoativas visava também um conhecimento mais amplo e a expansão dos limites da mente humana, um autoconhecimento da mente e do corpo<sup>25</sup>. Essas práticas tiveram um grande impacto no campo das artes, dando origem a chamada estética psicodélica, termo usado para descrever os efeitos da mente humana sob os efeitos dessas substâncias.

Contudo, parte das autoridades policiais possuía outra interpretação. Em julho de 1970, o chefe do Serviço de Repressão aos Tóxicos e Entorpecentes, sr. Guimarães Alves, proferiu a conferência “A coletivização das toxicomanias a serviço do comunismo

internacional”. Segundo a autoridade, um novo tipo de guerra estava surgindo, a “guerra neuropsicodisléptica”, ou “neurotóxicológica”, a qual a “quinta coluna margino-comunista vem aplicando para destruir a inteligência e o físico dos jovens do mundo cristão ocidental”. Os comunistas teriam formado uma máfia (da qual faziam parte dom Helder Câmara, Sartre, Marcuse, e Kafka) para “corromper os jovens através dos tóxicos”.<sup>26</sup>

Em 1970, em Minas Gerais ao menos, o setor responsável pela repressão ao tráfico de entorpecentes deixava de ser a Delegacia de Vadiagem para abrigar-se sob os auspícios da polícia política. O que não deixa de ser revelador, pois era o DOPS que passava a cuidar do assunto, embora o porquê desse fato não fosse claro. O que deixou intrigado um jornalista da *Veja*, que não encontrava resposta para tal mudança:

Também como resultado imediato das ações da Brigada [do Vício] nasceram algumas perguntas até agora sem respostas. Os delegados da polícia política têm ordens para não informarem nada sobre o combate ao tráfico de entorpecentes. Não respondem por que [o traficante] Airton Loureiro está preso na Segunda Auditoria da Marinha. (Seria por ligações com o terrorismo?) E também não dizem se existe algum outro motivo para que a polícia política tenha passado a cuidar de uma área até então reservada à Delegacia de Vadiagem.<sup>27</sup>

A Brigada do Vício foi formada, em 1970, por determinação do secretário de segurança, coronel Edmundo Murgel, e era composto por homens da polícia política e do serviço secreto da polícia militar. O esquadrão era chefiado pelo inspetor José Leite, sob as ordens dos delegados David Hazan e Thacyr Menezes Sia<sup>28</sup>. Este último bastante conhecido por ser um dos torturadores do DOPS mineiro<sup>29</sup>. Seus membros passavam por treinamento com palestras de médicos e psicólogos, assim como aprendiam sobre as diferentes drogas, seus efeitos e como agiam as pessoas que as consumiam<sup>30</sup>. O DOPS, por meio de acordos com a agência norte-americana USAID, vinha num processo de modernização de seus equipamentos e dos métodos de investigação<sup>31</sup>. A criação da Brigada do Vício estava inserida nesse movimento. Ela contava, inclusive, com o apoio de um canil, cujos cães treinados eram utilizados para conter manifestações e, principalmente, farejar drogas.

A Brigada do Vício era presença constante em Ouro Preto durante os Festivais de Inverno. Ela foi extinta em 1976 devido à abertura da Divisão de Tóxicos e Entorpecentes da Polícia Civil. Já no seu primeiro ano de existência, a Brigada do Vício realizou uma ação em Ouro Preto que ganhou bastante repercussão na mídia. Foi o caso que ficou conhecido como “festival do embalo” ou “festa da bolinha”, em 1970. A ação da Brigada do Vício no Festival de Inverno tinha como objetivo um amplo combate ao consumo e ao tráfico de entorpecentes, principalmente a maconha e a chamada “bolinha”, medicamentos (anfetaminas) comercializados no mercado negro.<sup>32</sup>

Em 1971, outra ação capitaneada pelo DOPS mineiro ganhou bastante repercussão: a prisão dos integrantes do Living Theatre, grupo de origem norte-americana, referência internacional em teatro de vanguarda. Após uma parceria malsucedida com grupo Oficina, de São Paulo, os integrantes do Living Theatre foram morar para Ouro Preto, onde pretendia participar do Festival de Inverno, evento de grande repercussão na época. Há alguns meses na cidade, vivendo em comunidade, praticando o amor livre, consumindo maconha, pesquisando e produzindo um novo espetáculo, foram presos no dia da abertura do festival, acusados de uso de drogas e subversão. Acabaram expulsos do país alguns meses depois, em função da grande repercussão internacional e das manifestações realizadas no exterior pela sua libertação.<sup>33</sup> Álvaro Lopes, um dos detetives da Brigada do Vício, quando da prisão dos atores do Living Theatre, expressou-se da seguinte à imprensa:

São marginais, eles e seu grupo. Eles nos ofendem com suas roupas, seus cabelos e barbas compridas, sua falta de higiene e seus costumes exóticos. A simples existência do grupo é nociva, pois desvirtua o sexo, a família, os hábitos tradicionais, subvertendo a ordem normal da sociedade.<sup>34</sup>

A ideia de “comunismo invisível” existente no imaginário dos setores conservadores, que podemos visualizar tanto na fala de altas autoridades militares, citadas anteriormente, quanto na do agente da Brigada do Vício, permite-nos perceber que o alvo da repressão não era somente o tráfico/consumo de drogas, mas o caráter subversivo das práticas que buscavam alternativas aos valores tradicionais. No imaginário anticomunista, como expõe o general Ferdinando de Carvalho, em seu livro *Os sete matizes do rosa*, já no fim dos anos 1970,

as drogas e o sexo são explorados para desfibrar a juventude e torná-la alvo mais fácil para a doutrinação dos comunistas. Eles começam a impregná-la com idéias muito atraentes, acenando com a perspectiva de um regime de liberalidade e de prazeres, onde todos são felizes com um mínimo de sacrifícios, onde a vida é um mar de rosas sem restrições legais, tornando os moços descontentes contra as imposições da sociedade atual<sup>35</sup>.

Presente nas décadas de 1960 e 1970, a argumentação moralista do anticomunismo já se via presente nos anos 1930, sendo atualizada conforme o novo contexto, da revolução dos costumes, do desbunde e da contracultura. Esta interpretação podia não ser predominante no interior da direita e dos órgãos de coerção policial, mas era suficiente para serem estruturadas ações diretas de repressão aos jovens que se apropriavam do imaginário e das práticas da contracultura. O combate aos entorpecentes, substâncias juridicamente ilegais, era uma justificativa legal para a repressão. Outra justificativa era a defesa da moral e dos bons costumes.

<sup>1</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

<sup>2</sup> *Idem, ibid.*, p.62.

<sup>3</sup> O termo “contracultura” foi cunhado em 1951, por Talcott Parsons, mas, em 1968, a partir da obra *The Making of a Counter-Culture*, de Theodore Roszak, ele ganha contornos de conceito histórico, passando a designar o *zeidgeist*, o espírito daquela época, como pretendia o próprio autor ao tentar analisar os movimentos contestatórios promovidos pela juventude em 1968. PARSONS, Talcott. *The Social System*. London: Routledge, 2005. ROSZAK, Theodore. *A Contracultura: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil*. Petrópolis: Vozes, 1972.

<sup>4</sup> FLÉCHET, Anaís. Por uma história transnacional dos festivais de música popular: música, contracultura e transferências culturais nas décadas de 1960 e 1970. *Patrimônio e Memória*, v.7, n.1, p. 267, jun. 2011.

<sup>5</sup> OLIVEIRA, Plínio de. Comunismo: a grande mudança de tática. [*Folha de S. Paulo*, 23 jan. 1972]. Disponível em < [www.plinio.info/page/20/](http://www.plinio.info/page/20/)>. Acesso: 13 mar. 2011.

<sup>6</sup> *Apud*: SOARES, Glaucio. Censura durante o regime autoritário. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v.4, n.10, jun. 1989. s/p. Disponível em < [www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_10/rbcs10\\_02.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_02.htm) >. Acesso: 12 ago. 2010. Grifo nosso.

<sup>7</sup> A organização, fundada em 1960, teve seu auge entre 1968 e 1973, coincidindo com a fase mais repressiva do regime militar, o que representaria a possibilidade de um vínculo de setores do governo e a TFP, havendo, inclusive, indícios de colaboração entre seus militantes e os órgãos de repressão. MOTTA, *op. cit.*

<sup>8</sup> OLIVEIRA, Plínio de. Revolução comunista invisível. [*Folha de S. Paulo*, 09 jan. 1972]. Disponível em <[www.plinio.info/page/20/](http://www.plinio.info/page/20/)>. Acesso: 13 mar. 2011.

<sup>9</sup> General Muricy, em discurso de posse da chefia do Estado-Maior do Exército, *apud*: OLIVEIRA, Plínio de. “Progresso sem tradição: fator da guerra revolucionária”. [*Folha de S. Paulo*, 05 mar. 1969]. Disponível em <[www.plinio.info/page/48/](http://www.plinio.info/page/48/)>. Acesso: 13 mar. 2011.

<sup>10</sup> General Souza Mello, comandante do II Exército, *apud*: OLIVEIRA, Plínio de. Revolução comunista invisível. [*Folha de S. Paulo*, 09 jan. 1972]. Disponível em < [www.plinio.info/page/20/](http://www.plinio.info/page/20/)>. Acesso: 13 mar. 2011.

<sup>11</sup> Hippies sem paz. *Veja*, São Paulo, n.078, 04 mar. 1970, p.70.

<sup>12</sup> Polícia libera seis americanos presos junto com hippies. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 fev. 1970. Hippie volta deportado para o Canadá reclamando da falta de maconha no voo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 out. 1970.

<sup>13</sup> Hippies são presos e expulsos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 set. 1970.

<sup>14</sup> Polícia aperta cerco a hippies passando a usar helicópteros nas buscas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 fev. 1970.

<sup>15</sup> Informe 0030 (24.2.1970). DOPS; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>16</sup> *Idem*.

<sup>17</sup> DOPS 186: 11-8. DOPS; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>18</sup> VARGAS, Francisco; FREITAS, Robson de. Moacir Delegado Bellot. “Homem tem de ser durão”. *O Cruzeiro*, 10 fev. 1971, p.30-34. Dizei-me, espelho meu, há alguém mais Bellot do que eu? *O Pasquim*, Rio de Janeiro, n.84, 11 a 17 fev. 1971, p.14-15.

<sup>19</sup> Estrangeiros são presos em Salvador. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 fev. 1970. Grupos deixam de andar pelas ruas de Salvador. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 fev. 1970.

<sup>20</sup> *Idem*.

<sup>21</sup> Novos Baianos são presos em Salvador como hippies e tem suas cabeleiras raspadas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 nov. 1970.

<sup>22</sup> O “hippicida”. *Veja*, São Paulo, n.146, 23 jun. 1971, p.26.

<sup>23</sup> Guarapari: o festival imaginário. *O Cruzeiro*, 24 fev. 1971, p.32.

<sup>24</sup> REMINI, Elisabeta. *O barato da história: ensaio etnobotânico sobre a cannabis*. São Paulo: Escrita, s/d [198?].

<sup>25</sup> MACIEL, Luiz Carlos. *As quatro estações*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

<sup>26</sup> Autoridade diz que droga é arma comunista. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, n.58, 30 jul. a 05 ago. 1970, p.14-15.

<sup>27</sup> Tráfico em família. *Veja*. São Paulo, n.091, 06 jun. 1970, p.33.

<sup>28</sup> O DOPS está ganhando a guerra contra a maconha. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 29 jul. 1970.

<sup>29</sup> Para mais informações acessar a página do *Brasil: Nunca Mais Digital*. <<http://bnmdigital.mpf.mp.br>>.

<sup>30</sup> Tráfico em família. *Veja*. São Paulo, n.091, 06 jun. 1970, p.33.

<sup>31</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Modernizando a repressão: a Usaid e a polícia brasileira. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 30, nº 59, p. 237-266, 2010.

<sup>32</sup> Brigada do Vício acaba com Festival das Bolinhas em Ouro Preto. *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 21 jul. 1970. Muitos presos no Festival de Inverno em Ouro Preto. *Folha da Tarde*, São Paulo, 21 jul. 1970.

<sup>33</sup> KAMINSKI, Leon Frederico. *Por entre a neblina: os Festivais de Inverno de Ouro Preto (1967-1979) e a experiência histórica dos anos setenta*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2012. TYTELL, John. *The Living Theatre: art, exile and outrage*. Londres: Methuen Drama, 1997. MALINA Judith. *Diário de Judith Malina: o Living Theatre em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 2008. TROYA, Ilion (org.). *Fragmentos da Vida do Living Theatre*. Ouro Preto: Imprensa Universitária/Ufop, 1993.

<sup>34</sup> Líderes do Living Theatre já estão na Penitenciária. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 jul. 1971.

<sup>35</sup> CARVALHO, Ferdinando de. *Os Sete Matizes do Rosa*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1977, p.31. Para uma análise da obra do general Ferdinando de Carvalho cf.: SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. *Os sete matizes do rosa ou o mundo contaminado pela radiação comunista: homens vermelhos e inocentes úteis*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

## **O soberano para um teocrata: alguns elementos político-culturais para uma identidade régia castelhana através do “Espelho dos Reis” de Frei Álvaro Pelayo (1341-1344)**

**Leonardo Girardi<sup>1</sup>**

### **Resumo:**

Visamos refletir, a partir do “Espelho dos Reis” (1341-1344) de Frei Álvaro Pelayo, a composição de uma identidade régia castelhana segundo alguns aspectos que em sua visão seriam salutares para o rei. Ressaltamos aqueles ligados à política e à cultura, destacando-o pelo caráter de sábio, legislador e guerreiro, ajudando-nos a compreender o período e lugar em que o frade está inserido: a defesa de uma decadente teocracia pontifícia e a resistência frente a centralização do poder régio em Castela.

### **Palavras-Chave:**

Baixa-Idade Média; Teoria Política; Álvaro Pelayo.

### **Abstract:**

We seek to reflect, through the “Mirror of Kings” (1341-1344) of Friar Álvaro Pelayo, upon the composition of a royal identity according to some aspects - that in his perspective - would be sound for a king. We focus on those related to politics and culture, stressing them through the king’s characteristics of wisdom, law-making and warrior prowess, helping us to comprehend the period and the place where the friar is inserted: the defense of a decadent pontifical theocracy and its resistance before the centralization of the royal power in Castile.

### **Keywords:**

Late Middle Ages; Political Theory, Álvaro Pelayo.

“O principal e precípua acto do poder régio é julgar.” Álvaro Pelayo, Frade galego e Bispo da Sé de Silves (c. 1270-1349) é bastante direto ao atribuir e caracterizar a função régia logo no início do capítulo intitulado *Das coisas que dizem respeito ao régio poder*, em seu *Espelho dos Reis*. E continua, mais a frente:

---

<sup>1</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, Linha de Pesquisa “Cultura e Poder” orientado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Fátima Regina Fernandes. E-mail para contato: [leon.historia05@gmail.com](mailto:leon.historia05@gmail.com). Esta pesquisa recebe o apoio do CNPq.

“[...] E aos reis do mundo que têm de corrigir os maus actos e excluí-los da sociedade do reino, pertence punir o mau acto exterior. Logo, pertence ao juízo excluir ou introduzir no reino. E porque o juízo deve ser feito segundo as leis [...] por isso cabe aos reis estabelecer leis, pois que é de sua função o julgar, ou então aceitar e promulgar as leis estabelecidas por outrem, e induzir e compelir, com admoestações, medo do castigo e promessa de prémio, à sua observância. Por essa razão os reis chamam-se legisladores. [...]”<sup>2</sup>.

Antes de nos aprofundarmos mais nesta e noutras sentenças, tenhamos a seguinte consideração em mente: o período em que Álvaro escreve corresponde a uma fase de *transformação* da Cristandade latina.

Dentro desta realidade e de um conjunto de vários aspectos, cumpre destacar aqui dois elementos importantes tanto à nossa pesquisa quanto para a compreensão de dado recorte histórico. Em primeiro lugar, vemos nela a alçada que a figura régia terá dentro do cenário político de seu reino, complementada por sua posterior expansão através de toda a sociedade, concretizando as premissas outrora universalistas de poder fazendo valer a velha sentença de que “o rei é um imperador em seu reino”<sup>3</sup>. É o momento inicial da chamada *centralização do poder régio*, um das bases do Absolutismo moderno que neste momento ainda busca concentrar todas as prerrogativas do reino nas mãos de seu soberano.

Em segundo lugar e dentro de outra instância, o Papado, que ascendera após a derrocada do Império carolíngio, sobrevivera e triunfara sobre as contendas movidas contra o Sacro-Império Romano Germânico, buscara o poder dentro da Cristandade e finalmente estava gozando de uma proeminência na *Res publica christiana* – num período que vai do pontificado de Inocêncio III (1198-1216) ao conflituoso Bonifácio VIII (1294-1303) – lentamente assiste seus sonhos sendo relegados às brumas do tempo a medida que Filipe, o Belo, rei de França (1268-1314) lhe tirava a soberania arduamente conquistada. É o declínio das prerrogativas da chamada *teocracia pontifícia*, tese representada pela ideia de o principal vigário de Cristo na Terra, o Sumo Pontífice, detém a primazia do poder espiritual e temporal mas, *concede e investe* o Imperador e demais soberanos cristãos do segundo poder para que atuem como braço armado da Igreja defendendo-a e ministrando a justiça contra quem cause prejuízos a ela, à unidade da paz e a Deus. Esta é uma das principais ideias sustentadas por

---

<sup>2</sup> PAIS, Álvaro. O Espelho dos Reis (Speculum Regum). Vol. I e II. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1955/1963, pp. 92-95 (Vol. I). A partir daqui referenciaremos a obra como EdR.

<sup>3</sup> LE GOFF, Jacques. A civilização do Ocidente medieval. Lisboa: Estampa, 1984, vol. II; e ALMEIDA, Cybele Crossetti. Considerações sobre o uso político do conceito de justiça na obra legislativa de Afonso X, in: Anos 90, Porto Alegre, Programa de História da UFRGS, nº16, 2002, pp.13-36; GUENÉE, Bernard. O Ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados. São Paulo: Pioneira/Editora da Universidade de São Paulo, 1981, pp. 52-53.

Álvaro Pelayo em seu tratado de *espelho de príncipes*<sup>4</sup> e a qual iremos nos debruçar a partir de agora e pensar dentro de seu ambiente de produção, o reino de Castela, sob a égide de Alfonso XI (1325-1350).

### **A função régia do rei de Castela**

No início de seu tratado, vemos Álvaro Pelayo destacar o êxito recém-adquirido por Alfonso XI e Afonso IV de Portugal diante dos invasores muçulmanos na Batalha do Salado (1340) – uma verdadeira elegia ao caráter guerreiro do soberano e outros combatentes cristãos e um apelo para não descansem armas diante deste perigo<sup>5</sup>. Porém, pensando em torno do primeiro extrato do *Espelho* que destacamos acima, muito embora o frade franciscano ressalte o caráter militar de Alfonso XI e destaque este como uma virtude importante a ser cultivada, é o caráter de governança que ele irá privilegiar. É o exemplo máximo do momento a que chamamos de “era dos reis legisladores” – e a obra de Álvaro nos mostra bem a emergência deste soberano (dentro da marca do avanço da centralização do poder régio dita acima) juntamente com uma identidade política que irá ser não só a sua marca, mas a da instituição que representa e que perdurará por longos anos, tendo sua expressão maior, talvez, durante o período absolutista<sup>6</sup>.

A acepção combativa que é ressaltada pelo frade pertence ao passado; tal característica serve tão somente para atrelar um elemento puramente ibérico a figura régia, dado que a Reconquista (movimento iniciado a partir de núcleos cristãos localizados ao norte da Península Ibérica com o objetivo de retomar as terras do sul que outrora compunham o reino visigótico, arrebatado a partir de 711 pelos muçulmanos) em seu âmago já se encontra esgotada ainda no século XIII. Embora a Batalha do Salado tenha representado um novo

---

<sup>4</sup> Encontramos uma ótima definição do gênero literário a partir das palavras de Fátima Regina Fernandes: “Os Espelhos de Príncipe medievais em suas fórmulas mais antigas, ou talvez possamos chamar originais, definem um perfil de contenção ética cristã dos reis na defesa subliminar dos ideais de universalidade assentes na supremacia pontifícia. No entanto, estes mesmos materiais doutrinários depois de glosados e atualizados seriam utilizados pelos reis como instrumento de cristalização de uma imagem modelar régia. Este modelo cristalizado, institucionalizado, serviria como matriz identitária do reino atingindo imediatamente a sua sociedade política e mesmo seus mais simples súditos. Todos partícipes de algo maior, o reino, à luz da imagem do rei.” FERNANDES, Fátima Regina. Teorias políticas medievais e a construção do conceito de unidade, *In: História*. São Paulo, nº28 (2), 2009, p. 52.

<sup>5</sup> Mais a frente trataremos deste assunto. Para referenciar o momento em que Álvaro pede ao rei para que não deite armas, vide a nota de rodapé 16.

<sup>6</sup> Principalmente se pensarmos em termos de uma “longa Idade Média”, conforme proposto por Jacques Le Goff (LE GOFF, Jacques. *Uma Longa Idade Média*. São Paulo: Record, 2008), onde alguns elementos da medievalidade continuam a integrar a sociedade ao longo da Era Moderna e, em alguns casos, adentram o século XIX. Alguns traços políticos desta Baixa Idade Média muito provavelmente poderão ser encontrados nas monarquias católicas ibéricas modernas, para nos atermos ao recorte espacial de nosso trabalho.



perigo para a Cristandade, a importância do combate contra o muçulmano pela Península Ibérica já não representa mais tudo o que representou. Tratamos, portanto, de uma recuperação propagandística da Reconquista<sup>7</sup>, ressaltando elementos identitários do soberano ligados à cultura e a história peninsular. O ofício de armas, tão prestigiado ao longo do medievo perde espaço frente às novas demandas conjunturais de uma estrutura em mutação; um bom exemplo para este processo é a transformação da própria instituição da Cavalaria, forçada a se repensar num mundo onde seus valores já não são tão impactantes como outrora... E Miguel de Cervantes nos revelou bem isso no clássico de língua castelhana que é o seu “Dom Quixote”. Retomaremos este ponto no segundo segmento de nosso texto; para agora, pensemos apenas na esfera do político.

Assim, nos atenhamos justamente a esta colocação: novas demandas conjunturais. Durante séculos XIII e XIV (XV também, mas optamos por destacar os dois primeiros por conta do contexto em que se mergulha o *Espelho dos Reis*) temos uma série de conjunturas que dão mostra das mudanças que estão por vir e que ao mesmo tempo geram novas demandas, refletidas e aos poucos atendidas pela sociedade latina: as transformações sócio-culturais que são geradas a partir do Renascimento do Século XII (o surgimento das Universidades, das ordens mendicantes), as transformações na economia também, através do nascimento da figura do burguês ou, englobando todos estes últimos aspectos, a invenção do Purgatório<sup>8</sup>... E é claro, outras duas expressões destas novas demandas que já foram rapidamente descritas no princípio deste nosso texto e nos são mais caras: a *centralização do poder régio* e a *derrocada das prerrogativas da teocracia pontifícia*. Em suma, temos aqui uma série de elementos que vistos de maneira separada pouco tem a nos dizer, mas unidos e analisados dentro duma mesma estrutura, revelam os meandros do processo histórico e ajudam a compreender como um tratado de teoria política (do gênero dos *espelhos de príncipe*) de um frade galego se encaixa e tem importância em meio a um mar de outros acontecimentos – e seu próprio papel dentro deles.

Com base neste breve esboço, portanto, nos interrogamos: por que a “Justiça” ganha primazia dentre um rol de várias outras virtudes e caracteriza de maneira tão incisiva a pessoa do rei? É possível encontrarmos uma resposta no fato de o “fenômeno” legislativo e o

---

<sup>7</sup> FERNANDES, Fátima Regina. O poder do relato na Idade Média portuguesa: a Batalha do Salado de 1340. In: GUIMARÃES, Marcella Lopes. *Por São Jorge! Por São Tiago! Batalhas e Narrativas Ibéricas Medievais*. Curitiba: Editora UFPR, 2013, pp. 87-120.

<sup>8</sup> LE GOFF, Jacques. *A bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

exercício/cumprimento da justiça projetarem-se cada vez mais no sentido de auxiliar o rei na pura atividade do “reger”, caminhando em par também com a defesa da fé cristã, a busca pela paz e também a unidade do reino; este quadro pode encontrar uma boa síntese e justificativa nas seguintes palavras de Elaine Cristina Senko, reforçando inclusive aquilo que tratamos nos parágrafos anteriores:

“De fato, este fenômeno legislativo, que estava vinculado ao Renascimento do Direito Romano no século XII, tornar-se-á um dos pilares no século seguinte na busca por uma formação identitária por parte do reino de Leão e Castela e do reino de Portugal. Pois bem, esse período do século XIII na Península Ibérica configura-se como uma época, em relação ao plano externo, de afirmação decisiva do poder régio diante do Império e do Papado; e em relação ao plano interno, de busca pelo fortalecimento através de trabalhos legislativos, de uma política autônoma e de renovações administrativas. [...]”<sup>9</sup>

Entretanto, há uma limitação na atribuição de tal poder ao soberano – e esta limitação parte de um elemento bastante lógico e verificável através do “cursus honorum” de Álvaro Pelayo: sua filiação às ideias teocráticas e, portanto, por ser um agente de resistência às mudanças que se esboçam nestes séculos XIII e XIV. Assim, no âmbito maior da obra do frade galego observa-se a defesa da Teoria dos Dois Gládios (remontada ao Papa Gelásio I, Pontífice de 492-496<sup>10</sup>) e do poder espiritual acima do poder temporal, como podemos observar em um dentre vários trechos pelagianos:

“[...] é de notar que o rei recebeu a coroa e o gládio das mãos da Igreja, como imperador, para ser o defensor da fé e da Igreja, e o conservador dos seus direitos. Donde se vê que ele está para o papa, como a mão para a cabeça, no defender e no servir (Argumento, na Distinção LXIII, cap. *Tibi Domino*). Por isso, qualquer rei recebe o gládio, das mãos de um bispo do seu reino, que lhe dá em nome da Igreja, entendendo-se que com o gládio recebe o cuidado e o governo do seu império. E deve esse bispo dizer ao rei como diz o papa ao imperador: ‘recebe o gládio que a Igreja regularmente te concede por nossas mãos, embora indignas, consagradas pela sucessão e autoridade dos Apóstolos. Ele foi ordenado por Deus, e por efeito da nossa benção, para a defesa da fé e da Santa Igreja de Deus, para punição dos malfeitores, o louvor dos bons. E lembra-te do que disse e profetizou o Salmista, [Salmo XLIV, 4], com estas palavras: ‘Cinge a tua espada ao teu lado, ó poderosíssimo’, para com ela, e por Cristo, exerceres a força da equidade, poderosamente destruíres o peso da iniquidade, defenderes e protegeres a Santa Igreja de Deus e seus fiéis, abominares e dispersares tanto os falsos na fé como os inimigos d nome cristão, ajudares e defenderes com clemência as viúvas e os órfãos, restaurares as coisas desoladas, conservares as restauradas, vingares as injúrias, confirmares as bem ordenadas, até que, glorioso com o triunfo das virtudes e cultor egrégio da justiça mereças, com este procedimento, reinar sem fim com o Salvador do mundo, cuja figura trazes no nome’.”<sup>11</sup>

<sup>9</sup> SENKO, Elaine Cristina. Uma análise do ideal da *Iusticia* através do Prólogo da Primeira Partida do rei Alfonso X, o Sábio (1221-1228). In: CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa; BIRRO, Renan Marques. *Relações de poder: da Antiguidade ao Medievo*. Vitória: DLL/UFES, 2013, pp. 518-519.

<sup>10</sup> PEDRERO-SANCHEZ, Maria Guadalupe. *História da Idade Média: textos e testemunhas*. São Paulo: Editora UNESP, 2000, pp. 121-122.

<sup>11</sup> EdR, pp. 137-139, vol. I.

Desta forma cumpre ao mandato da autoridade secular julgar as causas que são levadas a seu tribunal, aplicando-lhes a lei alicerçada na *Justiça* (e aqui cabe o papel de tal virtude), legislar e ratificar leis para todos os setores da sociedade, bem como fazer com que as mesmas sejam cumpridas – ou seja, *equilibrar* a sociedade, manter sua *ordem* e *coesão*. Também lhe é devido ensinar seus súditos a serem virtuosos, bons cumpridores da lei – resultado pedagógico proveniente de sua própria boa conduta, guiada pela graça das virtudes cardeais e que encontra eco no texto que formulamos anteriormente, onde o “rei sábio” ganha também grande projeção na nova identidade régia (vide sobre isto o próximo segmento do texto). Destaca-se também a necessidade de propiciar aos mesmos súditos os meios para que obtenham o necessário para viver bem; manter a unidade política do reino e a paz entre os seus, assim como assegurar a ordem pública interna e as defesas do território contra ameaças estrangeiras. E relacionando-se com essas colocações, é interessante o papel que a *ética* assume na obra de Álvaro; conselhos com agir sempre com retidão, governando primeiramente a si e depois aos súditos, deixando de se conduzir pelas paixões, serão recorrentes e estarão perfeitamente imbricados ao compromisso político<sup>12</sup>.

Muito embora feitas no sentido de defender as prerrogativas de soberania pontifícia, tecendo críticas veladas à função régia (aliás, um das características mais marcantes de boa parte dos espelhos de príncipe – o ato de instruir, em muitos casos pode ser o retrato dos problemas do reino e do monarca... E percebemos isso bastante bem, embora o frade galego deixe bem claro, nos problemas que são ressaltados com relação à figura de Alfonso XI de Castela, a quem a obra é dedicada), é o rei quem se aproveitará destas construções teóricas<sup>13</sup>. A identidade política que podemos observar na obra de Álvaro Pelayo servirá, dentre outras coisas, para munir e revestir ainda mais a instituição régia, reforçando seu papel na sociedade e lhe dando argumentos válidos para se legitimar seja a nível político, seja espiritual (com a afirmativa de que o poder é dado aos soberanos por mandato divino, só para tomarmos um exemplo) o seu poder em processo de centralização.

### **Alguns elementos para “polir” a imagem do rei**

Retomemos agora um ponto de páginas acima: a acepção combativa que pertence ao passado, importante para entendermos um pouco mais do soberano que Álvaro idealizará para Castela. Como dito antes, no século XIII a Reconquista estava esgotada, apesar da existência

---

<sup>12</sup> EdR, pp. 93-133, vol. I.

<sup>13</sup> Vide a nota de rodapé 5.

do reino de Granada como último reduto árabe. Monarquias forjadas no calor da batalha, homens cujo ofício era as armas, necessitavam se readequar. Começa-se assim, lentamente, um esforço interno de cada reino para se ordenar política e teoricamente, consolidando o que fora obtido por meio da força. Observa-se nesta conjectura então a elaboração de largas obras de espécie legislativa, como a de D. Alfonso X, o Sábio, rei de Castela (*Las Siete Partidas*, aplicada apenas anos mais tarde com seu bisneto, Alfonso XI) ou de D. Afonso III de Portugal e seus sucessores (D. Dinis, Afonso IV, etc.) ocorrendo justamente neste sentido. Esta é a “era dos reis legisladores” – um claro indicativo de mudanças na Península Ibérica e um marco artificial (como a própria Idade Média o é, pelo menos em seu termo de balizamento) que traduz a centralização do poder régio.

Tal fenômeno não é particular da conjectura ibérica: observa-se também em outros espaços da Cristandade latina como Inglaterra e França. Neste último reino, é interessante destacar a própria figura de Luís IX, feito santo em 1297 e que por suas políticas revela muito bem a empresa de que falamos – a alçada da figura régia bem como de toda a realeza, o estabelecimento de um ritual particular, original, de sagração que o coloca numa posição (pelo menos teórica, de acordo com a proposta franca) superior aos demais monarcas cristãos, representado pela alcunha de *rex christianissimus*<sup>14</sup>. É claro que o processo político que conduz estas outras monarquias a tal ponto de desenvolvimento não é o de Reconquista. As estratégias, embora distintas, levam-nas a um ponto similar que exigirá quase que a mesma posição do rei diante do reino e de sua sociedade política, também dos súditos num âmbito maior. E neste momento, a *cultura* faz-se como um elemento comum a todos. Voltemos então à Península Ibérica.

Muito embora o esforço maior da Reconquista já não seja mais necessário, a luta deve continuar – é um elemento que *caracteriza* estes homens, o combate ao infiel é o que lhes move, como bem podemos atestar pelas palavras de Álvaro Pelayo:

“Não acredites, prudentíssimo rei, nas suas condições e promessas de paz, porque os inimigos de teu Deus e Senhor não podem ser teus amigos. Como poderá ser fiel aos homens, aquele que foi infiel a Deus? (Causa II, questão VII, cap. *No potest*). Que convênio poderá existir entre Cristo e Maomé, entre o Filho de Deus e Belial, entre a luz e as trevas, entre o anho e o lobo, entre o fiel e o infiel, entre o cristão e o mouro? (Seg. Ep. Aos Cor., VI; Tratado *De poenitentia*, Dist. I, § *Sina utem*, onde diz *Item Nec Christus*; Causa XXXIII, questão I, cap. *Non satis*). [...] ao tires, pois, o cinto da tua milícia, antes de os sarracenos sucumbirem à tua vitória em Cristo (Decretais, Tit. *De renuntiatione*, cap. I), nem sejam os teus soldados licenciados sem realizarem a sua

---

<sup>14</sup> LE GOFF, Jacques. *Uma Longa Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 91-115.

missão (Código, *De his qui non impletis stipendiis*, lei II, liv. X), e sem destruírem os despojos do inimigo (Liv. da Sabedoria, XI; Causa XXIII, questão VII, cap. II).<sup>15</sup>

É interessante pensar como a trajetória ibérica é determinante no estabelecimento de uma cultura própria a castelhanos, portugueses, aragoneses, etc. O combate lhes está enraizado, modelando inclusive uma diferença com relação às demais soberanias cristãs latinas:

“O teu reino [de Afonso XI] há-de sobrepujar os outros, porque tu, defensor dos outros reinos católicos, verdadeiramente confessar o Criador das nações. Qual dos outros reis fiéis expõe a vida pela fé de Cristo? Tu, rei fidelíssimo, tens mais caridade que os outros, tu que ainda há pouco com teu tio materno, o rei de Portugal [Afonso IV – a referência que se segue diz respeito a Batalha do Salado, ocorrida em 1340; este texto começa a ser redigido um ano depois, em 1341], expuseste a vida pela fé católica. Os outros reis habitam em casas de tecto artesoado, e nadam em delícias; tu vives nas tendas do arraial de Cristo, contente com alimento frugal. Esses dormem e dormitam; tu passas as noites insone, para que a Igreja tua mãe aumente e viva em paz (na *Autêntica*, *Vt iudices sine quoquo suffragio fiant*, no princípio da Colação II; Decretais, *De restitutione spoliatorum*, cap. *Frequens*, do Livro VI; e no proêmio do mesmo livro VI). Os outros reis louvam a Deus com palavras; tu expões o teu corpo por Ele. Não há rei que se ofereça a morrer por Cristo; só tu levas a gratidão, ao ponto de por Ele derramares teu sangue, como Ele por ti derramou na cruz (João, XIX). Em boa verdade, o teu reino ultrapassa tanto os reinos das outras nações quanto mais te expões pelo Rei do céu e da terra. [...]”<sup>16</sup>

Castela, Portugal e os outros reinos ibéricos (mais Castela, segundo o fervor de Álvaro) formam a muralha que impede o Islã de avançar e engolir a Cristandade. Este dado particular gera inúmeras singularidades na própria constituição do rei peninsular. De maneira geral, o ofício de armas é algo que tende a diminuir na figura régia conforme já dissemos; é o que podemos ver, por exemplo e novamente, no tocante ao soberano de França, onde a distinção entre *preu homme* (homem valente, guerreiro excelente) e *prudhomme* (homem corajoso e fidalgo – o que caracterizaria mais São Luís segundo fontes da época<sup>17</sup>) é visível e é gestada em decorrência das transformações no próprio cenário da Cristandade: a *Trégua de Deus* e a *Paz de Deus*, a institucionalização da Cavalaria e a penetração de elementos religiosos na mesma, o direcionamento dos excessos em combate à Terra Santa... Todos elementos conduzidos pela Igreja (ou que dela sofrem algum tipo de influência) e que tem como finalidade regular a sociedade – atingindo assim a própria dimensão cultural.

O caráter guerreiro (atrelado ao cristianismo, que permeia a tudo e é comum a todos), portanto, faz parte da cultura e da identidade dos ibéricos, de certa forma sendo “permitido” pela regulação eclesiástica. Entretanto, o mundo está mudando, como já dissemos. Os campos são intensamente cultivados, o comércio e a circulação de moedas florescem, as cidades se

<sup>15</sup> EdR, pp. 10-11, vol. I.

<sup>16</sup> EdR, pp. 22-23, vol. I.

<sup>17</sup> NETO, Jônatas Batista. *História da Baixa Idade Média (1066-1453)*. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 78.

expandem... E as monarquias começam rudimentarmente a se institucionalizar. Os reis que vão a campo lutar contra o infiel, Alfonso XI e Afonso IV – para nos atermos ao nosso recorte – precisam ter outra dimensão que condiga com a centralização do poder em suas mãos. Esta dimensão pode ser definida então com a do “legislador” que já tratamos. Álvaro Pelayo e outros homens de saber aqui representam uma peça bastante importante neste sentido, construindo, ao menos teoricamente, um soberano que se responda às novas exigências, mas, no caso de clérigos como o é o próprio Álvaro, atentando-se para que aqueles não deixem de se adequarem ao quadro de ordem da Cristandade – ou seja, presidida pelo Sumo Pontífice. Os elementos que estes indivíduos não de agregar a tal perfil condizem muito com a expansão dos saberes, marca do Renascimento do Século XII, refletindo-se muito bem nos tratados de boa governança, como o são os espelhos de príncipe.

A contenção dos impulsos e desejos, as boas maneiras no comportamento, em suma, aquilo que exigem as quatro virtudes cardeais e suas declinações são um ótimo indicativo de como a cultura cristã perpassa tal conjuntura e é determinante ao conferir elementos para uma nova identidade aos reis cristãos de maneira geral. O mesmo rei que combate, tomando Álvaro e o caso ibérico, é o rei que deve ser sábio, revelando aqui apenas uma de outras facetas: “Por conseguinte, a intenção do rei, juiz e legislador, deve tender a que os súbditos vivam segundo a virtude. Para tanto, valem muito a doutrina e a erudição, cabendo, por isso, aos reis o ensinar [...]” e mais a frente sobretudo,

“[...] Vós, reis, que julgais a terra, não vos contristeis, mas entendei e instruí-vos. Efectivamente, convém que vós estejais sob o poder d’Aquele de quem vem o entendimento e a erudição, e convém também que não domineis ao acaso como aqueles que a ninguém se julgam sujeitos, e sirvais o Senhor de todas as coisas, isto é, Cristo. [...]”<sup>18</sup>”

Neste último trecho, é importante que reparemos na finalidade desta sabedoria que o soberano deve possuir, voltando-se sempre para fins últimos ligados a espiritualidade e a Bem-Aventura eterna. A cultura greco-romana (devidamente cristianizada) também faz-se determinante neste outro extrato, juntamente com Salomão:

“Porque, porém, em todas as coisas susoditas se requer sabedoria ou prudência, são principalmente os reis induzidos, na Sagrada Escritura, ao amor e estudo da sabedoria. Por isso, Salomão não pediu ao Senhor nem riquezas, nem muitos dias, nem as vidas de seus inimigos, mas sabedoria para reger o povo, o que também agradou ao Senhor (3º livro dos Reis, III). Daqui também Boécio dizer, no 1º livro *Da consolação*, dirigindo-se à Filosofia: ‘Portanto, foste tu quem formulou, pela boca de Platão, este pensamento: que felizes serão as repúblicas, se as regerem os estudiosos da sabedoria, ou se tiverem a fortuna de os seus regedores a esta se aplicarem’. E Valério Máximo diz o mesmo no

---

<sup>18</sup> EdR, pp. 96-97, vol. I; pp. 104-105, vol. I.

livro 7.º. Pelo que se chamava século de oiro àquele em que o governo estava confiado aos sábios – diz Séneca na Epístola 92.<sup>a</sup>. E no *Policarpo*, livro 4.º, diz-se: ‘Não me lembro de os imperadores e generais romanos serem iletrados, enquanto a sua república floresceu. E sei que, desde que a virtude das letras feneceu nos príncipes, entrou de enfraquecer a mão da milícia armada, e o seu principado, como uma raiz cortada cerce’. [...]<sup>19</sup>”

Através destas colocações, vemos um rei que coliga elementos de uma cultura cristã (e greco-romana também, cristianizada ao longo da Idade Média) – sempre presente e quase transcendente – com elementos de uma tradição guerreira, atrelada a Reconquista e a elementos próprios de sua conjuntura, como o é a centralização do poder e também o renascer dos saberes representado pela expansão e difusão, bem como na necessidade de sua captação e integração com tal centralização. Estes elementos levam o soberano a ter outra postura com relação à sua realidade – um rei voltado para o bem comum, coligado com sua face de legislador (apresentada no primeiro segmento deste texto), sábio e por isso instruído e exemplar conforme os últimos extratos apontam, mas ao mesmo tempo, versado no ofício das armas (sobretudo no caso ibérico) porque a condição de reino fronteiriço e muralha da Cristandade fazem disso uma necessidade.

Em vias de conclusão, podemos observar que tal formulação identitária e tipo ideal de soberano acabam por integrarem-se a uma teoria política maior esboçada por Álvaro e responsável pela ordenação de maneira concisa da sociedade medieval de forma que o rei posicione-se acima dos *laboratores*, e da nobreza (os *bellatores* em geral) e dos comerciantes mas abaixo do Sumo Pontífice (e de certa forma, dos *oratores*) – formando então uma visão baseada em pressupostos específicos tidos como bons e adequados ao funcionamento da Cristandade – e principalmente, que estejam em consonância com o programa teocrático ainda presente no meio clerical. Por ser o frade defensor da teocracia, elemento visível não só em nossa fonte, mas em todo o conjunto de sua obra, é interessante o modo como tais prerrogativas mostrar-se-ão como objeto contínuo no discurso e formulação teórica de Álvaro Pelayo. Desta forma, sua posição política/doutrinária há de *influenciar profundamente* o perfil de soberano ideal, culminando assim em um rei cristianíssimo, combatente, legislador, temeroso a Deus e principalmente, fiel ao Papa, que é superior a ele (ao soberano) dentro do quadro hierárquico já traçado. Esta pode ser a chave para entender o *Espelho* como instrumento político para as intenções do frade e uma expressão de resistência deste frente às mudanças de seu contexto e à velha ordem que outrora imperou no mundo medieval.

---

<sup>19</sup> EdR, pp. 100-101, vol. I.

## *Como a academia enxerga a a Baixada Fluminense?*

Liandra Lima Carvalho  
Doutoranda em Política Social  
Universidade Federal Fluminense

Resumo: O presente trabalho apresenta um levantamento sobre a produção acadêmica realizada sobre Baixada Fluminense, ao longo das décadas de 1990 e 2000, tendo como fio condutor, a construção política dessa região. Para tal, selecionamos dez dissertações de mestrado e teses de doutorado que desenvolveram temáticas referente à política nessa região. Percebemos que o número de produções acadêmicas sobre Baixada Fluminense vêm aumentando e quanto tais trabalhos buscam não somente apresentar a região, mas problematizar as práticas políticas, nela desenvolvida.

Palavras Chave: Produção acadêmica – Baixada Fluminense – política.

Abstract: This paper presents a survey of academic work performed on Baixada Fluminense, over the decades from 1990 to 2000, as a guide, the political construction that region. To this end, we selected ten dissertations and doctoral theses that have developed themes related to politics in this region. We noticed that the number of academic papers on Baixada Fluminense have been increasing over the years and as such works seek to present not only the region, but to question the political practices, it developed.

Keywords: academic Production - Fluminense - policy.

### **1. “Nunca fui, mas me disseram!”<sup>i</sup>**

A partir de buscas nos Bancos de Teses da CAPES, da UFRJ, da UFF, da UERJ, da UFRRJ e da PUC-Rio foram selecionadas por nós, dez produções acadêmicas que discutiam aspectos políticos da Baixada Fluminense, dessas seis são teses de doutorado e quatro são dissertações de mestrado. Dessa foram, construímos um levantamento bibliográfico produzido na contemporaneidade, já que selecionamos produções das décadas de 1990 e 2000 (a grande maioria é da década de 2000) sobre a política nessa região do Estado do Rio de Janeiro.

O objetivo desse trabalho é apresentar tal levantamento e não discutir aspectos históricos da Baixada Fluminense, alguns trabalhos por nós analisados como o de Alves



(2003) e Simões (2006) fazem uma brilhante análise sobre a história dessa região, em seus capítulos iniciais.

## **2. Apresentação da Baixada Fluminense**

A Baixada Fluminense constitui-se de um conjunto de municípios localizados na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

Tal região de território de passagem para Minas Gerais, nos séculos XVII e XVIII, transforma-se em grandes fazendas voltadas para a citricultura, no século XIX. Impulsionada pela reforma habitacional realizada pelo Prefeito Pereira Passos, prefeito da cidade do Rio de Janeiro sofre um boom imobiliário com a chegada de moradores “expulsos” do centro do município do Rio de Janeiro e da Zona Sul, bem como de nordestinos. A expansão da malha ferroviária contribuiu muito para tal (Simões, 2006).

O crescimento populacional da Baixada Fluminense aliado a falta de infra-estrutura para tal, influencia sua política e pouco a pouco os distritos de Nova Iguaçu, o único município existente, emancipam-se como Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis (Simões, 2006).

A política nessa região foi e ainda é polêmica, não há como tratar da história política da Baixada Fluminense, sem tocar numa das figuras mais emblemáticas, o primeiro deputado federal dessa região, Tenório Cavalcanti. Um nordestino, radicado em Duque de Caxias, de “corpo fechado”, que muitas vezes fazia justiça com suas “próprias mãos”, auxiliado por Lurdinha, apelido carinhoso de sua metralhadora (Silva, 2012).

Tenório Cavalcanti somente é silenciado pela Ditadura Militar que transformou um dos mais importantes municípios dessa região, Duque de Caxias, em Área de Segurança Nacional. Tal fase impacta toda a democracia brasileira e não foi diferente na Baixada Fluminense, em Duque de Caxias, de 1971 a 1985, todos prefeitos foram interventores, indicados pelos militares. Tal fato também se deu no município de Nova Iguaçu, embora o mesmo não tenha sido declarado Área de Segurança Nacional (Cantalejo, 2008).

Em meados da década de 1980, é possibilitado a população baixadense<sup>ii</sup>, o voto direto, Como a toda população brasileira. Neste momento surge um fenômeno que é objeto de estudo de alguns dos trabalhos analisados neste ensaio, a eleição de chefes de grupos de extermínio para os cargos de vereadores e prefeitos. A existência desses grupos de extermínio registra-se desde o início do século XX, tais grupos tiveram vários nomes, entre eles “polícia mineira”<sup>iii</sup> e “esquadrão da morte” (Almeida, 1998). Foram defendidos e financiados por atores sociais, entre eles, comerciantes, especialmente após o episódio

denominado “Saque de 1962”, quando muitos dos comerciantes tiveram suas lojas saqueadas pela população, num momento de restrição da venda de gêneros alimentícios. Segundo autores como Alves (2003) e Ferreira (2007), a atuação dos Grupos de Extermínio são estratégias desenvolvidas pela população baixadense frente a ausência do Estado.

Na contemporaneidade, percebe-se a permanência de tais políticos, oriundos de tais organizações paramilitares, nas Câmara de Vereadores e Prefeituras da Baixada Fluminense, sendo que os mesmos já alcançaram a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) e a Câmara de Deputados, além disso, alguns já conseguiram eleger sucessores, especialmente, filhos e esposas, para que possam assim, continuar suas trajetórias políticas.

### **3. Baixada Fluminense, um objeto de estudo**

A Tese de Doutorado em Geografia “A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense”, de Manoel Carlos Simões (2006), tendo por base o conceito de territorialidade, apresenta as emancipações dos municípios da Baixada Fluminense, que se iniciaram na década de 1940 e se finalizaram na década de 1990.

Tal trabalho desnuda a heterogeneidade política e social dessa região chamada Baixada Fluminense e aponta a diversidade de elementos políticos de cada distrito que se transformou em município. Embora as diferenças entre as emancipações sejam apontadas, Simões verifica também semelhanças em tais processos políticos, como a formação de lideranças políticas, que se expande a partir do aumento populacional e da modernização que, pouco a pouco, chega nessa região. Outra questão mapeada é a recorrência do político líder do processo de emancipação - seja burocraticamente, seja na motivação da população local à busca de tal status, já que a maior parte dos municípios passou por plebiscito para que fosse verificado o desejo da população - ser o político que se candidata como prefeito na primeira eleição municipal e, na maioria das vezes, o primeiro prefeito eleito pela população.

Se o trabalho de Simões (2006) revela, de forma completa, o desenvolvimento político que se deu para a conformação da Baixada Fluminense nos moldes que conhecemos hoje em dia, configurando 13 municípios, a Tese de Doutorado em Ciências Sociais “A virtude dos sacrifícios *versus* a ciência das transações: Tenório Cavalcanti e o campo político do Rio de Janeiro”, de Claudia A. de S. Silva (2012), apresenta a trajetória do principal político dessa região que, inclusive, cresce com a emancipação de Duque de Caxias: Tenório Cavalcanti.

Silva desenvolve um trabalho quase biográfico desse político nordestino radicado em Duque de Caxias. Levanta todos os dados possíveis sobre esse ator social, desde o acervo do Jornal Luta Democrática, de propriedade e autoria do mesmo, às biografias escritas pelas suas filhas, passando pelo livro mais conhecido sobre tal personagem “Capa Preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada”, de Israel Beloch, por matérias de jornais e de revistas da grande mídia sobre o político, bem como pelas produções científicas.

Silva é tão minuciosa em sua escrita - não focando um único aspecto da figura política, mas seus vários aspectos – que, em vários momentos, o leitor se pergunta: Quem foi Tenório Cavalcanti? Um justiceiro? Um místico? Um político? O criador de uma nova forma de se fazer política? Um representante das dores e mazelas do povo da Baixada Fluminense? Ao final, verifica-se que Tenório Cavalcanti foi tudo isso e, principalmente, o político que fez com que Duque de Caxias passasse a existir no cenário político nacional, já que foi eleito três vezes como deputado estadual e também três vezes deputado federal, ambas consecutivas, e tinha esse município como sua base eleitoral.

Aprofundando a discussão sobre clientelismo na Baixada Fluminense, a Tese de Doutorado em Ciência Política “Relações de Clientela entre eleitor e candidato: Centros Sociais na Baixada Fluminense (Duque de Caxias e Nova Iguaçu)”, de Marli da Silva Paulo (2006), nos fornece muitos elementos, já que esse trabalho analisa um dos ingredientes da política na Baixada Fluminense: os centros sociais - instituições financiadas por políticos pautadas no assistencialismo e voltadas para o atendimento à população daquela localidade, especialmente nas áreas de saúde, educação e esporte.

Verifica que tais iniciativas possibilitaram as consecutivas eleições e a construção de um eleitorado cativo e analisa que tais práticas continuaram fazendo parte da política desse município, tendo por base a trajetória de José Camilo dos Santos Zito, ex-vereador (por dois mandatos), ex-deputado estadual, ex-prefeito (por três mandatos). Quase 40 anos depois da atuação de Tenório Cavalcanti, Zito criou, logo no seu primeiro mandato como vereador, um Centro Comunitário num bairro periférico de Duque de Caxias, que contava com quatro médicos e quatro ambulâncias

No mapeamento dos ingredientes da cultura política da Baixada Fluminense, a Tese de Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade “A tradição reconfigurada: mandonismo municipal e poder local no município de Nilópolis e no bairro da Rocinha na Região Metropolitana do Rio de Janeiro”, de Paulo Rogério dos Santos Baía (2006), colabora significativamente, já que apresenta um estudo comparativo entre o município de Nilópolis e o bairro da Rocinha, considerando os aspectos de poder local, mandonismo e cidadania.

Baía aponta as principais diferenças entre os seus campos de pesquisa. Enquanto os atores sociais da Rocinha não representam (inclusive repudiam) as instituições clássicas da dominação política, em Nilópolis os atores sociais representam tais instituições através de iniciativas pautadas no mandonismo, no clientelismo, na violência e na ética do favor, que se materializam no assistencialismo, muito presente na Baixada Fluminense como um todo.

Tais iniciativas se relacionam com o binômio “jogo do bicho e carnaval” na política de Nilópolis, fazendo com que a família Abrão David, que é uma das comandantes de tal prática ilícita na Baixada Fluminense e diretora do Grêmio Recreativo e Escola de Samba Beija Flor, esteja presente na política deste município desde sua emancipação em 1947, quando se desvincula do município de Nova Iguaçu.

Na continuação de sua análise comparativa, Baía aponta a presença da violência em ambas as localidades estudadas. Sendo que, enquanto no bairro da Rocinha tal violência é protagonizada pelo tráfico de drogas, no município de Nilópolis ela tem como protagonistas os grupos de extermínio que atuam nessa região desde a década de 1960, formados por policiais e não-policiais, financiados por comerciantes locais, que possuem a função de “limpeza” da região. Ele também observa que os casos de violência acontecidos tanto no bairro da Rocinha como no município de Nilópolis poucas vezes são esclarecidos pelas autoridades policiais e judiciárias.

Se os trabalhos de Paulo (2006) e Baía (2006) apontam a população da Baixada Fluminense como passiva, alienada e até mesmo grata pelos favores recebidos através de práticas clientelistas. Sendo que os trabalhos de Pinheiro Júnior (2007) e Cantalejo (2008), que, inclusive, analisam o mesmo período histórico - as décadas de 1960, 1970 e 1980 -, apontam perspectivas contrárias.

A Dissertação de Mestrado em História “A formação do PT na Baixada Fluminense: Um estudo sobre Nova Iguaçu e Duque de Caxias”, de Jefte da Mata Pinheiro Júnior (2007), examina a formação do Partido dos Trabalhadores na Baixada Fluminense.

Pinheiro Júnior volta o olhar sobre a sociedade civil desses dois municípios e a descreve como extremamente atuante, mesmo em circunstâncias delicadas como a Ditadura Militar. E, assim, aponta as diferenças entre o processo de formação do Partido dos Trabalhadores nos municípios de Duque de Caxias e de Nova Iguaçu. Em Duque de Caxias, as lideranças políticas são oriundas do movimento trabalhista, especialmente ligadas à Refinaria de Petróleo e à Fábrica Nacional de Motores, que realizaram várias greves ao longo das décadas de 1950 e 1960, influenciadas, inclusive, pelo Partido Comunista Brasileiro no município. Tanto que Duque de Caxias foi transformado em “Área de Segurança Nacional” em 19 de

julho de 1971 e considerado o município mais perigoso da Baixada Fluminense. Como Área de Segurança Nacional, o município passa a não eleger seus prefeitos, passando a ser administrado por interventores de julho de 1971 a dezembro de 1985. No município de Nova Iguaçu, as lideranças que deram origem ao referido partido político foram oriundas das associações de moradores, aglutinadas pelo Movimento Amigos do Bairro (MAB), fortemente influenciado pela Igreja Católica. Tais movimentos tinham como tônica a busca por melhores condições de vida da população residente nesta localidade. Tal influência foi possível em virtude de a Diocese de Duque de Caxias, a partir de 1966, encontrar-se sob a responsabilidade do Bispo Dom Adriano Hypólito, um “bispo ‘convertido pela Baixada’ à teologia da libertação”, que acolhia militantes perseguidos, fazendo com que o município de Nova Iguaçu fosse considerado pelos militares “cidade esconderijo”.

Se coaduna à análise de Pinheiro Júnior a Dissertação de Mestrado em História Social “O município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964 – 1985”, de Manoel Henrique de Sousa Cantalejo (2008), que apresenta a trajetória política do município de Duque de Caxias ao longo da Ditadura Militar. Para tal, Cantalejo expõe como Duque de Caxias deixa de ser uma localidade esquecida, cheia de alagadiços na década de 1920 para tornar-se “Área de Segurança Nacional” na década de 1970.

Tal trabalho utiliza a figura política de Tenório Cavalcanti como fio condutor para apresentar a trajetória política de Duque de Caxias, mesmo após a cassação dos direitos políticos deste - o primeiro impacto político da Ditadura Militar no município. Sendo que Tenório Cavalcanti, mesmo cassado, tentava influenciar a política de Duque de Caxias, seja através de seu genro, o deputado estadual Hydekel de Freitas, seja através do Jornal Luta Democrática, de sua propriedade e autoria.

A situação do município de Duque de Caxias transforma-se significativamente com a instauração de “área de segurança nacional” em 1971. O Governo Militar toma tal medida motivado pela revolta popular que deu origem ao grande saque ao comércio local em 1962, como também pelo fato de o município possuir duas grandes empresas estatais: a Fábrica Nacional de Motores (FNM), que passa a funcionar em 1943, e a Refinaria de Petróleo de Duque de Caxias (REDUC), inaugurada em 1961.

Cantalejo aponta como o município se adequou politicamente nos primeiros anos da Ditadura Militar à categoria de área de segurança nacional. Concedeu a vários militares nos primeiros anos da Ditadura Militar o título de Cidadão Duquecaxiense, honraria tradicional do município, mas anteriormente concedido a personalidades e a políticos de outras localidades.

Teve a participação da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e do Exército Brasileiro nos desfiles cívicos, também tradicionais em tal localidade.

Muitas foram as mudanças na política municipal de Duque de Caxias com a intervenção militar, mas um aspecto foi observado por Cantalejo como presente durante todo o tempo, ou seja, antes, durante e depois da Ditadura Militar: o clientelismo. Se, antes da intervenção, a troca de favores materiais com eleitores era feita de forma explícita através de um escritório que Tenório Cavalcanti tinha no andar térreo de sua casa, durante a intervenção tais iniciativas se davam na concessão de cargos políticos por parte dos interventores aos ex-vereadores ou vereadores não eleitos, bem como da concessão de bolsas de estudos por parte desses atores políticos municipais à população. Fica evidente, com base na análise de Cantalejo, o quanto o clientelismo é um elemento central na cultura política do município de Duque de Caxias e que tal centralidade fez com que ele não fosse erradicado nem mesmo no período de intervenção militar.

Outro elemento suscitado nas análises de trabalhos sobre a Baixada Fluminense é a associação entre violência e política. As produções de Alves (2003), Almeida (2007), Barreto (2012) e Brotto (2012) colaboram para tal perspectiva.

A Tese de Doutorado em História “Dos Barões ao Extermínio – História da Baixada Fluminense”, de José Claudio Souza Alves (2003), apresenta a trajetória política e histórica da Baixada Fluminense. De território indígena do século XVI a uma localidade fortemente política e econômica marcada pela violência, pelo tráfico de drogas, por práticas ilegais como o Jogo do Bicho, mas também pelo desenvolvimento.

Alves aponta como os grupos de extermínio atuantes na Baixada Fluminense nas décadas de 1960, 1970 e 1980, que substituíram a Polícia Mineira das décadas de 1940 e 1950, chegam ao poder político, elegendo seus líderes para os cargos de vereadores e prefeitos, como é o caso de Joca em Belford Roxo e de Zito em Duque de Caxias.

A pesquisa de Alves indica como a associação entre política e violência esteve presente nessa localidade desde o seu surgimento político na década de 1930 até a contemporaneidade, apontando inclusive que, recentemente políticos oriundos de grupos de extermínio, já eleitos como prefeitos, tiveram o apoio concomitante do Governador do Estado do Rio de Janeiro e do Presidente da República.

Já a Dissertação de Mestrado em Antropologia Social “Extermínio Seletivo e Limpeza Social em Duque de Caxias: a sociedade brasileira e os indesejáveis”, de Marcos Farias de Almeida, examina os frequentes homicídios ocorridos no município de Duque de Caxias na década de 1980. Tal trabalho aponta a relação existente entre a violência e a política nesta

localidade através da manutenção desses grupos de extermínio pelos governantes locais, como o deputado federal Tenório Cavalcanti nas décadas de 1940 e 1950, e da proeminência de integrantes desses mesmos grupos, alcançando a política através das eleições para vereadores e prefeitos.

Tal trabalho faz uma profunda análise da ação dos grupos de extermínio que promovem, dessa forma, uma limpeza social em Duque de Caxias e aponta como historicamente tal técnica foi utilizada, como no nazismo, na Alemanha, na África do Sul e em outras localidades do mundo. E analisa que, seja na Baixada Fluminense, seja em qualquer outra localidade, tal atitude tem como base o preconceito, a dominação e o controle.

A Tese de Doutorado em Antropologia Social “Cartografia política: as faces e as fases da Política na Baixada Fluminense”, de Alessandra S. Barreto (2006), apresenta a trajetória de três diferentes políticos da Baixada Fluminense: Jorge Gama, vereador, deputado estadual e prefeito de Nova Iguaçu, atuante nas décadas de 1970, 1980 e 1990; José Camilo dos Santos Zito, vereador por dois mandatos consecutivos, deputado estadual, deputado federal e prefeito de Duque de Caxias por dois mandatos consecutivos, atuante nas décadas de 1990 e 2000; e Lindberg Farias, deputado federal e prefeito de Nova Iguaçu, atuante na década de 2000.

A inovação do trabalho de Barreto é a apresentação da vida pública em concomitância com aspectos da vida privada desses políticos. Tal conquista foi possível em virtude da significativa pesquisa de campo realizada pela autora.

A tese de Barreto apresenta, através da trajetória de três diferentes políticos da Baixada Fluminense atuantes entre as décadas de 1980, 1990 e 2000, a inexistência de um bloco monolítico e homogêneo chamado Baixada Fluminense, mas de uma diversidade de elementos políticos característicos. Em alguns momentos, particulares; em outros, distribuídos por essa região composta por diferentes municípios e diferentes culturas políticas.

Enquanto Alves (2003) e Barreto (2012) fazem análise da Baixada Fluminense num todo ou de apenas um grupo de municípios em determinados momentos, o trabalho de Brotto (2012) se assemelha ao de Almeida (2007), já que se volta somente para o município de Duque de Caxias. A Tese de Doutorado em Serviço Social “Mudar para Permanecer? História, Cultura Política e Assistência Social em Duque de Caxias”, de Marcio Eduardo Brotto (2012), embora tenha como temática central a análise da Política Nacional de Assistência Social no município de Duque de Caxias, apresenta e problematiza os elementos da cultura política da Baixada Fluminense, localidade onde o referido município se encontra, e como este possui um papel de relevância na história dessa região.

Brotto analisa que dois são os elementos centrais da cultura política de Duque de Caxias. O primeiro é o assistencialismo realizado por políticos junto aos seus redutos eleitorais. Tais iniciativas tomam visibilidade através dos centros sociais, instituições filantrópicas mantidas por vereadores, prefeitos, deputados estaduais e deputados federais que oferecem atendimento com médicos, fisioterapeutas, dentistas, assim como a distribuição de cestas básicas, cadeiras de rodas, aparelhos ortodônticos, óculos, etc. O segundo é o medo, já que a existência de redutos eleitorais mantém determinados políticos no poder, sendo que os moradores desses mesmos redutos têm medo de não os eleger. Tal elemento se liga a uma das características da Baixada Fluminense: os altos índices de homicídios, atrelados a um baixo grau de esclarecimentos acerca dessas mortes, que mostram uma baixa eficiência das polícias militar e civil, bem como do Poder Judiciário. O mapeamento realizado por Brotto se relaciona com os trabalhos de Alves (2003) e de Almeida (2007) já apresentados.

Brotto encerra seu trabalho apontando que a cultura política desse município influencia a não implementação da Política Nacional de Assistência Social no mesmo, de acordo com as orientações do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). Os fatores verificados pelo autor como causadores do retrocesso dessa política pública são a baixa qualificação dos profissionais da referida pasta municipal, o incipiente investimento do poder público na formação de seus quadros técnicos e a ausência de uma política de recursos humanos para tal órgão, já que o mesmo não possui funcionários estatutários, somente funcionários de cargos comissionados adquiridos através de convênios e contratados. Sendo que esses fatores favorecem a prevalência de práticas clientelistas no município.

#### **4. Algumas reflexões**

Embora dez diferentes produções acadêmicas de diferentes áreas tenham sido apresentadas, ficou evidente o quanto os elementos: assistencialismo, clientelismo, violência e medo, encontram-se presentes na política da Baixada Fluminense. Embora verifiquemos a existências desses elementos comuns, não percebemos essa região como um território fechado e homogêneo e sim, aberto, não somente pela Linha Vermelha, via expressa inaugurada da década de 1990, que proporcionou mais uma ligação da Baixada Fluminense com o município do Rio de Janeiro, mas, aberto às inúmeras influências externas e internas. Ressaltamos também a heterogeneidade marcada nessa região, que possui processos políticos distintos, já que cada político apresenta histórias políticas particulares.

#### **Referências Bibliográficas**



ALMEIDA, M. F. de. Extermínio Seletivo e Limpeza Social em Duque de Caxias: a sociedade brasileira e os indesejáveis. Dissertação de Mestrado de Antropologia Social. UNICAMP. Campinas, 1998.

ALVES, J. C. S.. Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: APPH, CLIO, 2003.

BAÍÁ, P. R. dos S. A tradição reconfigurada mandonismo municipal e poder local no município de Nilópolis e no bairro da Rocinha, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. UFRRJ. Seropédica, 2006.

BARRETO, A. S. Cartografia política: as faces e fases da política na Baixada Fluminense. Tese de Doutorado em Antropologia Social. UERJ. Rio de Janeiro, 2006.

BROTTO, M. E. Mudar para Permanecer? História, Cultura Política e Assistência Social em Duque de Caxias. Tese de Doutorado em Serviço Social. PUC Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

CANTALEJO, M. H. de S. O município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964 – 1985. Dissertação de Mestrado em História Oral. UERJ. Rio de Janeiro, 2008.

PAULO, M. da S. Relações de clientela entre eleitor e candidato: Centros Sociais na Baixada Fluminense (Duque de Caxias e Nova Iguaçu). Tese de Doutorado em Ciência Política. UFF. Niterói, 2006.

PINHEIRO JÚNIOR, J. da M. A formação do PT na Baixada Fluminense: Um estudo sobre Nova Iguaçu e Duque de Caxias. Dissertação de Mestrado em História Oral. UFF. Niterói, 2007.

SILVA, C. A. de S. e. A virtude dos sacrifícios versus a ciência das transações: Tenório Cavalcanti e o campo político do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. UERJ. Rio de Janeiro, 2012.

SIMÕES, M. R. A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense. Tese de Doutorado em Geografia. UFF. Niterói, 2006.

---

<sup>i</sup> Esse é o título de “um divertido documentário que aborda, de forma inteligente, a visão que moradores da Zona Sul do Rio de Janeiro têm a respeito da Baixada Fluminense. Independente e experimental, o filme levanta questões como manipulação da mídia, pré-conceitos, bairrismo e autoproteção, mas sem a pretensão de responder ou esclarecer algo, apenas discutir a origem dos estigmas” (Fonte: <http://embaixadadaarte.blogspot.com.br/2009/11/coloquio-nunca-fui-mas-me-disseram.html> - Data do Acesso: 17/07/2014)

<sup>ii</sup> Tal nomenclatura embora não seja comum é utilizada em alguns trabalhos acadêmicos, como o desenvolvido por Monteiro (2007).

<sup>iii</sup> Tal nome refere-se ao fato do trabalho desenvolvido por esses grupos ser, na maioria das vezes, silencioso (Almeida, 1998).

## O homem, quem é ele? Uma antropologia escatológica, dos *Carmina Burana* ao *Sétimo Selo*

Sebastião Lindoberg da Silva Campos<sup>1</sup>

**Resumo:** A análise dos poemas do "codex buranus" permite vislumbrar um período de florescimento da literatura medieval latina e sondar o espírito daqueles homens que, segundo Ingmar Bergman, viveram o momento de queda da civilização. Embora reconheça o valor subversivo e humano dos poetas goliardos, o diretor sueco, através de sua película *O Sétimo Selo*, capta e interpreta uma perspectiva escatológica, colocando o homem, medieval ou moderno, diante daquilo que Schopenhauer nomeou de 'musa da filosofia': a morte.

**Palavras-chave:** Medievalo. Goliardos. Ingmar Bergman.

**Abstract:** From "codex buranus" poems analysis it is possible not only to catch a glimpse of Medieval Latin Literature development but also look into the spirit of those man, that according to Ingmar Bergman, lived the downfall of civilization time. Although the subversive and human value of goliards poets are recognized by the Swedish director, in his film "Det sjunde inseglet" he comprehends and interprets an eschatological perspective in wich man (modern or medieval) is the protagonist that faces, what Schopenhauer considered the "Philosophy's muse": death.

**Keywords:** Middle Ages. Goliards. Ingmar Bergman.

### 1. Introdução

O lançar-se sobre obras ou períodos históricos para (re)interpretá-las é tarefa que se faz necessária na medida em que algo novo, ou não esclarecido, se manifesta à sensibilidade humana. Tal tarefa é uma ação comum no movimento humano. Se propuséssemos uma retrospectiva avaliativa deste empreendimento tipicamente humano poderíamos encontrar na *Íliada* sua gênese; a narração o que seria senão a matéria-prima da rememoração e reconstituição daquilo pra qual o homem se volta e tenta vivê-la? Se usássemos um exemplo mais próximo encontraríamos em Euclides da Cunha, por meio de sua obra magna, *Os Sertões*, a confissão explícita deste desejo inerente ao homem, o seu empreendimento que se lança para o passado não é apenas um olhar distante e isento, mas um refluxo que invariavelmente está fadado a carregar traços que denunciam sua impossibilidade de parcialidade. Através do autor sempre estará direcionada e focalizada uma perspectiva delimitada, que não será necessariamente a única e exclusiva, tampouco a mais correta e verdadeira acerca de uma realidade.

De posse desses pressupostos, em 1957, o diretor sueco Ingmar Bergman através de seu filme *O Sétimo Selo*, retomou sob a perspectiva cinematográfica um período da história

mundial ainda eivada de preconceitos: a Idade Média. Como cerne tem-se um cavaleiro, Antonius Block, e seu escudeiro, Jöns, que ao regressarem das Cruzadas deparam-se com seu país devastado pela peste e marcado por mortes, fome e caos; isso gera em Block um impacto atemorizador e ele passa a questionar os motivos de tais calamidades, dirige então seu questionamento à figura de Deus, visto que tal quadro apocalíptico que se instaurara perante seus olhos humanos não coaduna com a “guerra santa” na qual, em nome de Deus, ele devotara parte de sua existência. Todavia, esta obra bergmaniana não deve ser tomada como um direcionamento à reconstituição fidedigna do medievo, e sim, por meio de um fio condutor baseado na peste – doença que assolou a Europa, sobretudo a partir do séc. XIV –, ele descortina e mostra ao espectador a essência existencial (ou pelo menos sua busca) do homem diante do medo e da angústia.

Bergman nos apresenta os questionamentos existenciais provenientes de uma ausência de Deus no mundo tendo a peste como figura central, e o faz através de Antonius Block como seu porta-voz. Ao lado do cavaleiro, seu escudeiro, Jöns, é indiferente aos dramas humanos e coloca-se num campo diametralmente oposto a seu senhor quando confrontado com as calamidades impostas pela guerra e peste. Bergman em seu livro *Imagens* revela que a película tem muito de autobiográfica e traz em seu bojo recordações de uma infância vivida em companhia de seu pai nas igrejas da província na qual moravam; nelas Bergman contemplou altares, retábulos, crucifixos, vitrais e murais que gravaram em sua mente imagens escatológicas e revela que a concepção de seu filme deve-se à influência do coro final da cantata de Carl Orff, *Carmina Burana*.

A citação do papel dos *Carmina Burana*, poemas escritos em latim e alto-alemão, constitui um ponto imprescindível não apenas para ampliação do entendimento d'*O Sétimo Selo*, mas, sobretudo por desmitificar uma visão negativa acerca da Idade Média, neste caso específico um período que compreende dos séculos XI ao XIII, a saber: uma produção intelectual e cultural pobre ou carregada de obscurantismo crítico. Através dos *Carmina Burana* é possível verificar um estoicismo forte, uma crítica social e moral presente já no séc. XI.

A poesia presente nos *Carmina Burana* são frutos da produção de indivíduos que pertenciam à Igreja, mas que, com o florescimento das universidades e o intercâmbio que aos poucos ligavam as cidades europeias, passam a ter uma vida desregrada. De posse de uma alta cultura letrística e mergulhados nas transformações ocorridas em sua época, vivendo em meio às tabernas e a vida noturna, os clérigos vagantes, ou goliardos, passam a ser os agentes mediadores da cultura clássica e da jogralesca, gerando uma nova poesia que se torna, perante

às instituições estabelecidas, subversiva.

Dentro dessa gama pujante de cultura, a poesia de homens da Igreja, que em determinado momento encontravam-se à margem da ordem moral e social estabelecidas, demonstra um retrato fidedigno do homem do século XII, aquilo que Bergman nomeou de “gente que, vivendo os anos da peste e da guerra, (em meio) à queda da civilização e da cultura, (criam) contudo novas canções”<sup>2</sup>. Mais, por meio de releituras e sob a égide da tradição filosófica posterior, descortina-se a figura humana que, independentemente das divisões históricas, atravessa toda a existência e manifesta a essencialidade constitutiva de seu ser que, longe de configurar a estrutura sistemática de conceitos filosóficos, é a confirmação da visão heraclitiana da vida.

Influência citada por Bergman, Orff apresentou ao mundo, no início do século XX, a sua interpretação musical dos poemas medievais em questão. A sua ação não apenas deu maior enfoque a esse período da história e aguçou a busca do conhecimento mais profundo sobre as características e o contexto no qual esses poemas foram berçados, mas ele deu sua própria interpretação e demonstrou que, mesmo sob a égide do regime eclesiástico, os poetas medievais faziam uso das divindades pagãs, eis o célebre exemplo da presença da deusa romana Fortuna (Sorte)<sup>3</sup> – presente em alguns poemas – e não uma divindade cristã como condutora da vida humana.

Como contestadores da ordem social e do poder eclesiástico, natural seria que os goliardos fossem tidos como profanadores da ordem pública, e pois, excluídos, colocados às margem desta sociedade. Entretanto, essa marginalização ocorre mais por uma crítica às instituições ou por uma entrega à lascividade, contrariando os costumes preconizados pela intelectualidade dominante? A resposta não parece tão fácil de ser buscada, nem mesmo se pode criar uma dicotomia simplória. O caminho que parece mais seguro trilhar diante da impossibilidade de (re)constituição de um *modus vivendi* tão peculiar e distante é analisar suas impressões do mundo presente na poesia.

## 2. Perspectivas de uma vida

Através da poesia goliarda transparece por meio das *personae* poéticas dos *Carmina Burana* a perspectiva de que a vida possui as mais diversas faces. Nenhuma se sobrepõe à outra, mas sim, integram uma totalidade que é a própria vida. Porém, se é possível eleger um lugar que manifesta de forma mais exemplar a vida, esse lugar, para as *personae* poéticas, é a taberna; nela há uma exaltação do amor físico e uma celebração vertiginosa dos prazeres da

carne e do espírito. A taberna é então o lugar da celebração da vida *par excellence*, uma clara oposição ao tabernáculo e a sua concepção sagrada. Na taberna todos os indivíduos se igualam. A exultação proporcionada por ela parece, a princípio, se opor ao tom tenebroso e apocalíptico presente na primeira e última partes da cantata de Orff, *Fortuna Imperatrix Mundi*. No entanto, tal percepção se dissipa quando se sabe que, para os goliardos, a única maneira de escapar da implacabilidade – ou a busca de um refúgio – da *Roda da Fortuna* é experimentar a bebida, o jogo, o amor livre. O canto *In taberna*<sup>4</sup> (CB 196), demonstra bem isso:

Quando estamos na taberna,  
não nos preocupa que ao pó retornaremos,  
mas ao jogo, apressados, nos dedicamos,  
que por ele sempre nos esforçamos.  
O que acontece na taberna,  
onde o anfitrião é o dinheiro,  
é digno de se averiguar;  
se querem saber, é só me escutar.

Alguns jogam, outros bebem;  
alguns vivem lascivamente.  
(...)  
aqui, ninguém teme a morte,  
mas por Baco jogam com a sorte.

Para as *personae* poéticas dos *carmina* há uma inversão da relação do homem com sua finitude. Se a tradição estabelecida voltava-se para a transcendência, sua ação caminha numa direção oposta – marcadamente evidenciado no seu desprezo ou indiferença no retorno ao pó do qual, segundo o cristianismo, fora criado – permeada por um estoicismo forte, no qual o que importa é a vivência intensa de cada instante da vida.

A divisão da cantata proposta por Orff, denota a sua percepção com relação à suscetibilidade do homem frente à deusa Fortuna, aquela que determina a ventura ou infortúnio dos indivíduos. Em outros termos, ele entende como temática central para os poetas dos *carmina* a finitude do homem. A percepção de Orff parece captar a mesma do homem no medievo. Diante das vicissitudes do tempo, a ele cabia apenas abraçar o destino imposto, como um mergulho no vazio desconhecido: “no inseguro mundo da Idade Média, em que os perigos eram constantes, acreditava-se que a Fortuna determinava o destino dos homens, incluindo o dos reis e dos papas”<sup>5</sup>. O que fica evidenciado de forma explícita e inequívoca é uma constatação, ou se poderia usar o termo “desejo”, de igualdade social por parte das *personae*. Para se chegar a essa conclusão é preciso evidenciar duas coisas. A primeira é a já referida inexorabilidade da deusa Fortuna frente ao destino humano, têm-se, pois, uma constatação metafísica. A segunda, numa perspectiva imanente, é o espaço da taberna como

local de encontro humano, no qual *status* e convenções sociais nada são diante daquilo que seria a manifestação da essencialidade humana, isto é, é possível entrever na poesia goliarda uma rejeição a tudo que não constitui o que o homem tem de mais essencial, sua própria manifestação enquanto indivíduo no mundo.

Mas se a taberna fora elevada a condição de um lugar de apaziguamento e fuga de uma realidade vertiginosa que acomete e envolve o homem numa luta constante pela sobrevivência, logo se manifesta a implacabilidade da finitude. A vida humana, portanto, não estava disponível a um planejamento ou suscetível a um horizonte no qual se vislumbrasse planos vindouros. *A Roda da Fortuna* é um jogo que não era dado ao homem escolhas que não as de jogá-lo. Inexoravelmente sua vida estava fadada a girar na roda. E assim, no poema *O Fortuna* (CB 17), a *persona* poética louva sua sorte:

Ó, Fortuna,  
como se fosses  
a mutante Lua,  
sempre cresces  
ou decresces;  
ó, detestável vida,  
se agora ela obscurece,  
logo em seu jogo,  
ela a razão ilumina;  
aos indigentes  
e aos exuberantes,  
ela dissolve como gelo.

À *persona* poética cabe apenas a lamentação, fruto da constatação da implacabilidade da deusa; sua vida passa a ser detestável sob o aspecto da efemeridade. Assim, como as fases da lua, é a vida humana; e a felicidade nada mais que o vazio abismal que se apresenta ao homem em sua natureza inconstante. A única consolação que parece amenizar a face sombria da Sorte é sua ação sobre todos: indigentes e poderosos.

A primeira parte da cantata de Orff (*Fortuna Imperatrix Mundi*) constitui uma peça importante não apenas para compreensão de uma parte da vida do homem do medievo, mas sobretudo para o alargamento interpretativo da obra cinematográfica de Bergman, além de ser contraponto fundamental para perceber a própria leitura feita pelo cineasta sueco da obra do músico alemão; bem como sugerir aproximação entre a constatação da vida por meio das *personae* poéticas dos *Carmina Burana*, e a busca existencial do cavaleiro Antonius Block. O cavaleiro é a reconstituição do retrato do homem passado ou a alegoria do indivíduo moderno, também suscetível à *Roda da Fortuna*, esta personificada numa Europa pós Segunda Guerra, na qual a busca de sentido humano e a percepção da inconstância da natureza é tão forte e

marcadamente presente quanto no medievo.

Diante da perspectiva do porvir, já no regresso das Cruzadas, o panorama que se apresenta à Block e Jöns, pouco ou nada difere do experimentado pelas *personae* poéticas dos *Carmina*: incerteza, instabilidade social, miséria, guerras etc. A figura da Morte se apresenta ao cavaleiro, gélida e sombria. A este só resta uma saída para tal implacabilidade, propor um jogo de xadrez. Assim como a *Roda da Fortuna* também é um jogo – embora não se possa entender, aqui, jogo numa concepção que englobe a existência de regras e táticas elaboradas por seus participantes –, ao homem só resta jogar e esperar que a Sorte o favoreça. Assim o faz Antonius Block. O tempo despendido no jogo com a Morte é o necessário para buscar respostas essenciais à sua existência, uma existência na iminência do fim atormentada pelo medo, pela peste, pela insanidade humana, pela ausência de Deus. Aqui se pode perceber que a angústia de Block é atemporal e perpétua, porque transcende seu ser, sendo comum a todos os homens. Após combater numa guerra santa, *In nomine Dei*, a vida que se apresenta aos outrora paladinos do Divino na terra é um mundo no qual o próprio Deus é ausente; em seu lugar estão a fome, miséria, doença e ritos expiatórios impotentes. Deus é o Outro, enquanto a morte é o não-Outro.

A chegada do cavaleiro e seu escudeiro a uma igrejinha constitui chave hermenêutica imprescindível a uma maior relação da obra bergmaniana e a *Fortuna Impertarix Mundi*, e ilumina o caráter introspectivo de Block. Enquanto o escudeiro dialoga com um pintor que confecciona um mural acerca da dança da morte, o cavaleiro mergulha profundamente na sua angústia, diante de um crucifixo no qual pende um Cristo de aparência agonizante. O diálogo travado entre o pintor e Jöns possui marcas importantes para uma compreensão do espírito medieval de então porque através da arte pictórica o artista passeia panoramicamente por sobre uma ideia incauta da sociedade: o medo. Para tanto, o interlocutor de Jöns demonstra sabedoria trágica sobre a existência. Parece indignado com a possibilidade de os homens apenas desejarem ou suportarem apenas as doces alegrias da vida, como se o amargor fosse algo tido como baixo ou insuportável. Para o pintor, a tristeza, sofrimento e dor também compõem o espectro da existência.

O escudeiro então retruca afirmando que ninguém olhará. A resposta do artista é emblemática: “Claro que vão. Um crânio é mais interessante do que uma mulher nua”. Será uma referência, ou transgressão, de Bergman ao processo evolutivo da arte religiosa que no Renascimento subverte a tradição iconoclasta medieval ao colocar nos painéis e altares religiosos figuras que remontam ao classicismo, valorizando o aspecto físico dos indivíduos e utilizando-se de figuras seminuas? Parece que sim. Todavia o que mais importa é a

constatação de que a operação pictórica parece estar a serviço de um direcionamento psicológico coletivo baseado no medo; em outros termos, é uma ação doutrinário-pedagógica. É preciso que os sujeitos acreditem e se direcionem para este fim específico.

Corroborando com essa afirmação o pesquisador francês Jean Delumeau, as colocações do estudioso afirmam o papel doutrinário: “não só os indivíduos tomados isoladamente, mas também as coletividades e as próprias civilizações estão comprometidas num diálogo permanente com o medo”<sup>6</sup>. Fica, pois, evidente que a peste desempenha um papel importante na mentalidade dos povos europeus, influenciando a pintura, literaturas, religião etc. Sobretudo a literatura exegética bíblica vai se utilizar desta temática de maneira profícua. O homem vivia com o medo iminente do seu fim.

É possível, então concluir, que a confecção dos *Carmina Burana*, de alguma maneira são influenciadas pela imagem da peste europeia? A resposta é oscilante, nunca final. Não se pode afirmar peremptoriamente que o medo inerente ao homem de então encontra em *Fortuna Imperatrix Mundi* sua forma manifesta. O que se pode afirmar é que provavelmente esta era uma questão conhecida aos goliardos. O que se percebe, porém, de maneira factual presente nos poemas, são ecos de elementos inseridos na cultura coletiva. Delumeau explica: “viver sem projeto não é humano. No entanto a epidemia obrigava a considerar cada minuto como um *sursis* e não ter como outro horizonte diante de si que não o de uma morte próxima”<sup>7</sup>. A única alternativa então era lançar-se à entrega total dos prazeres terrenos. As *personae* presentes *In taberna* assemelham-se ao escudeiro Jöns; se a morte é algo certo e irrevogável, que ao menos morresse tirando algum proveito da vida, era “o *carpe diem* vivido com uma intensidade exacerbada pela iminência quase certa de um horrível trespasse”<sup>8</sup>.

### 3. Um Deus ausente

Uma das características presentes no imaginário coletivo do homem da Baixa Idade Média é a crença de que a peste e a morte era fruto do castigo divino desencadeado por seus erros e pecados cometidos, este mergulho na culpabilização era ampliado pelo discurso escatológico eclesiástico por meio, também, da propaganda pictórica. Delumeau afirma: “o que os artistas queriam também acentuar, além do aspecto da punição divina, era a instantaneidade do ataque do mal e o fato de que, rico ou pobre, jovem ou velho, ninguém podia vangloriar-se de a ele escapar”<sup>9</sup>. E ainda lembra que a arte europeia é influenciada pela peste negra, pois a orienta para evocação da violência, do sofrimento, do sadismo, da demência e do macabro. Mais uma vez se instaura a dicotomia, a peste é ausência de Deus ou



sua ira por causa dos pecados, faltas e erros cometidos pelos homens? Para Delumeau:

reina a ideia de que Deus por muito tempo deu provas de paciência. Ele era o cordeiro pronto para o perdão. Pensava apenas na 'ajuda' de sua Igreja, 'e não na vingança'. Mas esse período agora está findo e, enquanto se anunciam 'os últimos tempos e mais rudes dias/Ele caminha para a vingança e não mais para o auxílio'<sup>10</sup>.

A imagem da ira divina, do castigo proveniente do céu já era uma figura comum à Europa cristã, oriunda dos próprios relatos bíblicos. No séc. XIII era cantado nos ofícios religiosos um hino acerca da ira divina, *Dies irae*, o dia em que o terror e a ira divina se espalharia por toda a terra para o julgamento final.

Este mesmo canto é entoado na procissão dos flagelados que interrompe a apresentação dos atores mambembes, n' *O Sétimo Selo*, e, num quadro assombroso dos castigos divinos e suas consequências para o homem, fornece para seus espectadores o retrato de um fim iminente e aterrador de dores, suplícios e misérias, remetendo ao *Salve Regina*, oração católica do séc. XI.

Em diálogo anterior de Block com a Morte, no interior da igreja, quando ela valendo-se de um embuste confessa o cavaleiro, fornece um quadro analítico psicológico impressionante, não apenas de suas indagações e medos inerentes a si próprio, mas que extrapola seus limites e mostra a figura do próprio homem moderno. Eis sua confissão:

Block: Quero confessar com sinceridade, mas meu coração está vazio. O vazio é um espelho que reflete no meu rosto. Vejo minha própria imagem e sinto repugnância e medo. Pela indiferença ao próximo, fui rejeitado por ele. Vivo num mundo assombrado, fechado em minhas fantasias.

O que encontrar nas reflexões de Block, se não a imagem fidedigna do homem em qualquer época; os medos que transcendem toda divisão temporal? Um niilismo palpável e repugnante. Para depois do homem, além do homem não há nada que o ampare ou o conforte em sua inquietação. Não só a ausência de Deus no mundo era o silêncio que incomodava o homem, mas sua impotencialidade vicarial. Bergman traz na reflexão do cavaleiro, problemas e questões caras à história da humanidade. Desde a querela da existência ou não de Deus, ao papel da Razão Transcendental; da imanência à empiria. Todas tentativas de respostas às questões mais elementares sempre desembocaram num abismo sepulcral de respostas que jazem sob o *réquiem aeternam*. O que resta ao homem senão o abraço gélido do fim?

Morte: Agora quer morrer?

Block: Sim, eu quero.

M.: E pelo que espera?

B.: Pelo conhecimento.

M.: Quer garantias?

B.: Chame como quiser. É tão inconcebível tentar compreender Deus? Por que Ele se esconde em promessas e milagres que não vemos? Como podemos ter fé se não temos

fé em nós mesmos? O que acontecerá com aqueles que não querem ter fé, ou não têm? Por que não posso tirá-lo de dentro de mim? Por que Ele vive em mim de uma forma humilhante apesar de amaldiçoá-lo e tentar tirá-lo do meu coração? Por que, apesar de Ele ser uma falsa realidade eu não consigo ficar livre? (...) Quero conhecimento não fé ou presunção. Quero que Deus estenda suas mãos para mim, me mostre Seu rosto, que fale comigo.

Block parece não entender que após o fim de Deus, cabe apenas a ele próprio a possibilidade de dar sentido à sua vida. A espera do conhecimento, a esperança de que a razão pudesse esclarecer todas as questões e ser o meio pelo qual o homem sairia de um mundo de simulacros, tendo acesso, enfim à verdade. Block chama esse simulacro de Deus: “Por que apesar de Ele ser uma falsa realidade eu não consigo ficar livre?”. Inevitável não evocar a imagem nietzschiana do barco que se lança ao oceano; a metáfora usada pelo filósofo alemão ilustra bem a situação do homem diante desta realidade niilista que é ao mesmo tempo angustiante, mas possibilitadora de voos mais ousados e livres. O oceano representaria o niilismo inevitável para qual o homem (barco) se lança. Nessa imensidão oceânica, ora calma, ora turbulenta, Nietzsche questiona e reflete se o homem está disposto e preparado para enfrentar as adversidades que se apresentam, muitas vezes aniquiladoras. Para o filósofo o abandono da terra, metáfora que condensa as crenças e costumes até então tidos como norteadores humanos, é perigoso, mas necessário para superar o próprio conceito de homem. Impossível também não lembrar as poesia pessoana: “quem quer passar além do Bojador/Tem que passar além da dor.

Uma reflexão de tamanha profundidade desencadeada por uma realidade que não mais respondia as relações de causalidade; eis Bergman transitando por todas as épocas ao colocar como centro temático reflexivo de sua obra cinematográfica o *antrópos*. Mongelli assim se coloca:

o panorama de *O Sétimo Selo* é muito pessoal, subjetivo, intencionalmente distorcido, porque Bergman analisa o Homem (moderno?) e não a Idade Média. Sem essa premissa, esboroa-se a superior beleza do filme e exigimos dele o que não pretende e nem deve oferecer<sup>11</sup>.

#### 4. Conclusão

Como não lembrar através de Block, Nietzsche e sua referência a Sócrates: “em todos os tempos, os homens mais sábios fizeram o mesmo julgamento da vida: ela não vale nada”<sup>12</sup>. É um louvor nietzschiano à morte, à finitude humana? Um salto para o pessimismo e vazio existencial? A resposta é um sonoro não, é o oposto disto; é uma crítica dirigida aos que buscam num além-mundo, extramundo, um consolo para os males terrenos. Assim como os goliardos, Nietzsche e Bergman propõem um louvor à vida, um abraço à facticidade e uma

celebração ao espírito de uma criança, no qual o eterno construir e o devir são as molas propulsoras da vida. O entendimento do conceito do espírito de criança em Nietzsche remete a outro que é essencial para aprofundamento de sua obra e compreensão dos *Carmina Burana* bem como da obra bergmaniana. Deste conceito deriva-se o *amor fati*, a aceitação do destino em sua totalidade, aceitar o que a vida oferece em seu aspecto mais trágico ou não como possibilidade de criação. Já que o destino é inexorável, a sua aceitação como tal constitui princípio indispensável para uma compreensão melhor da vida. Parece ser a esse entendimento que os goliardos chegaram, e o aplicaram nos seus poemas carregados de estoicismo.

Para Bergman, que tão bem capturou uma faceta dos goliardos, a solução para a certeza da morte inexorável está na arte; inversa à definição platônica de criadora de simulacros, a arte bergmaniana e goliarda é redentora e capaz de elevar o homem à sublimidade inerente ao seu ser. Bergman metaforiza essa figura nos artistas imunes à morte n'*O Sétimo Selo*. Se a morte é certa e implacável, resta apenas celebrar a vida, ser uma eterna criança e fazer-se vencer o medo; diante do trágico a vida renasce no eterno devir de um sonho.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Literatura Portuguesa – UERJ. Orientação da pesquisa: Profa. Dra. Maria do Amparo Maleval. email: [lindoberg\\_pe@hotmail.com](mailto:lindoberg_pe@hotmail.com)

<sup>2</sup> BERGMAN, Ingmar. *Imagens*. [tradução Alexandre Pastor]. – São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 230.

<sup>3</sup> Carmina Burana: *Canções de Beuern*. Inclui a versão integral da Carmina Burana de Carl Orff. Tradução, apresentação e notas de João José de Melo Franco. 2ªed. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2009. Segundo Franco, “*Fortuna* era a deusa romana da boa ou má sorte. Corresponde à divindade grega *Tychee*. Sua expressão na Idade Média, tanto como um ícone quanto como ideia, é um claro exemplo do quanto os cristãos desse período ainda conservavam tradições pagãs. Os goliardos antepunham claramente esses mitos pagãos às divindades impostas pela Igreja”. p. 39.

<sup>4</sup> Todas as traduções utilizadas dos poemas goliardos são de João José de Melo Franco. São indicados de acordo com sua referência no códice (CB nº).

<sup>5</sup> Carmina Burana: *Canções de Beuern*. Inclui a versão integral da Carmina Burana de Carl Orff. Tradução, apresentação e notas de João José de Melo Franco. 2ªed. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2009. p.39.

<sup>6</sup> DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. Tradução Maria Lúcia Machado; tradução de notas Heloísa Jahn. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 12

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 182.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 186.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 335.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 337.

<sup>11</sup> MONGELLI, Lênia Márcia. ‘Ingmar Bergman e o Jogo da Morte’. In: *A Idade Média no cinema*. José Rivair Macedo, Lênia Márcia Mongelli (organizadores). – São Paulo: Ateliê Editorial, 2009. p. 87.

<sup>12</sup> NIETZSCHE, Friedrich. *Crepúsculo dos ídolos, ou, Como se filosofa com o martelo*. Tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.p. 17.

## **RECRUTAMENTO MILITAR NA PARAÍBA OITOCENTISTA: O alistamento forçado como instrumento de punição (1840-1860)**

Lis de Araújo Meira<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem como objeto de análise o recrutamento militar efetuado na Paraíba Oitocentista (1840-1860), que se apresentava como um processo que causava larga inquietação em grande parte da província. Aqui, analisamos o controle estatal, a organização militar, a manutenção da ordem e as redes de privilégios, revelando as culturas políticas predominantes dessa sociedade. O recrutamento militar era mais que um simples instrumento para preencher os quadros do exército brasileiro, mas um jogo político que envolvia várias categorias sociais.

**Palavras-Chave:** Recrutamento militar; Estado Imperial; Paraíba

**Abstract:** The present work has as its object of analysis recruitment made in Paraíba nineteenth century (1840-1860), which presented itself as a process which caused wide concern in much of the province. Here, we analyze the state control, the military organization, the maintenance of order and the networks of privilege, revealing the predominant political culture of that society. Military conscription was more than a mere tool to fill the frames of the Brazilian army, but a political game involving various social categories

**Key words.** military recruitment, imperial state, Paraíba

Estudos recentes têm destacado as principais características que regiam o recrutamento militar no Brasil oitocentista. Uma das principais conclusões a que tem chegado os especialistas é o fato de o recrutamento militar ter sido um recurso amplamente utilizado com fins alheios à defesa do território brasileiro. O processo constituía-se em um momento de desconforto para essa sociedade e esse embaraço era causado, entre outros motivos, pelo fato da carreira militar brasileira ser vista com maus olhos. A tempo, o presente trabalho tem como objeto a análise do recrutamento forçado, haja vista que o serviço em instituições como a Guarda Nacional<sup>2</sup> tinha significado completamente distinto da ocupação nas tropas do Exército, por exemplo.

O recorte proposto para este trabalho se insere na primeira metade do Oitocentos, mais especificamente de 1840 a 1860. Devemos lembrar que a década de 40 do século XIX foi um momento muito rico para a história do Brasil em termos de dinâmica política e social e herdeira da Regência Imperial. Além disso, no período analisado, o Brasil ainda não está envolvido em conflitos externos, então o nosso trabalho corresponde à avaliação do recrutamento militar em tempos de paz.

Por toda a importância que tinha o evento e por todos os personagens envolvidos no processo de recrutamento, a análise do tema revela muito das relações, práticas e valores de uma época. Sendo assim, optamos por explorar o objeto através dos conceitos formulados

inicialmente por Serge Bernstein<sup>3</sup>, que amplia o sentido do “político”, entendendo que outros eventos fora do sistema partidário, carregam significado.

Considerando a era regencial (1831-1840), o “laboratório da nação”, como o faz Marcello Basile<sup>4</sup>, entendemos que esse período deixou marcas importantes para os anos que se seguiram. A centralização, como ideal dessa época, gerou uma série de medidas que, teoricamente, fortaleceriam o Estado brasileiro. A proposta de construir uma nação forte comovia a elite nacional e era praticamente uma unanimidade, como afirma Basile. A criação e organização das forças repressivas estavam intimamente ligadas a esse propósito. Mas, embora a intenção fosse burocratizar o aparelho estatal ao máximo, esse processo se deu de forma lenta e, muitas vezes, contraditória, combinando ações modernizantes com velhas práticas.

A manutenção da ordem nas Províncias foi uma preocupação constante entre as classes dirigentes. A utilização da violência por parte destas era uma prática comum, e mais do que isso, era uma estratégia política para a manutenção do poder. O esforço das autoridades para transformar as forças repressivas em instituições sólidas é visível na documentação pesquisada. Rosa Maria Godoy Silveira<sup>5</sup> afirma que o aumento das forças repressivas é notável no período regencial: são criados os corpos policiais, e se observa o crescimento do número de cadeias públicas. Todas essas medidas tinham a intenção de manter a ordem escravista. Ainda segundo a autora, a Guarda Nacional da Paraíba era responsável pelo combate às revoltas e aos tumultos na província, bem como no resto do território brasileiro.

Como é sabido, o Exército no Brasil só ganhou maior consistência após a Guerra do Paraguai (1864-1870). Antes disso, era uma instituição mal vista e suas condições de serviço eram precárias. Ser soldado, nessa época, correspondia a um sacrifício do qual se deveria escapar de todas as formas possíveis. É desse pavor que nascem as redes de isenções, das quais fazia parte uma parcela privilegiada da sociedade.

A análise das isenções que regulavam o recrutamento militar no Império indica condições que garantem que os indivíduos com representatividade política e social estariam fora das listas dos recrutados. Kraay<sup>6</sup> cita alguns exemplos:

Eram sujeitos ao recrutamento forçado todos os homens brancos solteiros e pardos livres de 18 a 35 anos [...]. Homens nesta faixa etária, empregados em atividades econômicas julgadas úteis, todavia, gozavam de isenção: feitores, tropeiros, artesões, cocheiros, marinheiros, pescadores, um filho de cada lavrador, certo número de empregados em cada estabelecimento comercial e estudantes.

Mas não só esses homens, também aqueles com ofícios fundamentais para a produção de riqueza estavam protegidos desse fatídico destino. Ou seja, o procedimento que hoje se apresenta como universal e impessoal, no Império estava relacionado com a utilidade que esses indivíduos tinham para a produção de riqueza<sup>7</sup>. Para ser mais claro:

O recrutamento no Brasil imperial foi marcado pela presença de uma densa trama de privilégios e isenções, verdadeiro mosaico de distinções a separar várias espécies de cidadãos livres, que paradoxalmente crescia com a passagem do tempo, em verdadeiro processo de desuniversalização<sup>8</sup>.

Essa série de isenções estava regulada pelos notáveis dessa sociedade. De maneira que a relação dos poderosos locais com o Estado determinava a forma como o recrutamento deveria se processar. Nesse período, o recrutamento militar se apresentava como um procedimento pertencente a uma cultura política<sup>9</sup>, visto que faz parte de um:

conjunto de valores, comportamentos e formas de conceber a organização político-administrativa, resultado de um longo e dinâmico movimento de interações e de acumulação de conhecimentos e práticas que se tornam predominantes em uma determinada sociedade, em um dado tempo histórico no qual, entretanto, nem ela é exclusiva, ou muito menos definitiva.<sup>10</sup>

É preciso lembrar que, muitas vezes, o recrutamento tinha um caráter punitivo e que os indivíduos obrigados a essa função eram os considerados perigosos para a ordem pública. Não podemos deixar de notar, como já observou Hendrik Kraay, que todo esse processo estava relacionado com a rede de relações entre patrono-cliente, Estado, membros da classe senhorial e pobres livres. Portanto, compreender o recrutamento militar no Brasil do século XIX é uma maneira de também compreender as várias relações de poder estabelecidas na época, envolvendo o controle estatal, a organização militar, a manutenção da ordem e as redes de privilégios.

A violência implantada nesse processo despertou indignação de muitos da época. Em seu projeto de lei de recrutamento, o juiz de direito e auditor de guerra da corte, José Antonio de Magalhães Castro, encara a conscrição para Exército brasileiro como um procedimento cruel e injusto. O recrutamento é considerado por ele uma desgraça para o indivíduo que não estava isento. O destino dele é pior que o de um criminoso. José Castro afirma que:

Entre nós são constantes os padecimentos do cidadão, sujeito ao recrutamento por violencias, que bradão ao céu, e de que ninguem ha que julgue-se isento! No Brasil o cidadão que tem o infortunio de ser recrutado fica inteiramente fóra das leis, e nem tem o direito de pedir uma ordem de habeas-corpos, que os maiores criminosos pódem pedir, e não lhes é negada!!<sup>11</sup>

O recrutamento militar como punição, era um recurso utilizado pelas elites e demais autoridades do império brasileiro para manter o controle e a ordem nas províncias. Esse discurso era muito comum entre os responsáveis pela administração pública. Reconhecendo a deficiência de um Estado ainda em construção, o bacharel e presidente da província da Paraíba em 1848, João Antonio de Vasconcellos enxerga o recrutamento como instrumento de apoio à legislação penal. Analisemos o seguinte trecho:

E se o estado de segurança de propriedade não he tão lisongeiro quanto eu anhelára, força he confessar que hoje o roubo mesmo de animaes he menos frequente. Seja porém qual for a causa de semelhante beneficio, a ninguem eh occulto quanto o recrutamento há prodigiosamente reprimido esse tamanho mal. O recrutamento, como tem lugar no nosso Paiz, he na verdade hum remédio violento, mas meo persuado poder affirmar, que sem elle milhões de vezes o homem de indole perversa e mal intencionado viveria com mais comodidade, lucros, e até segurança que o cidadão laborioso e pacifico. Reconhecendo pois eu, como já o disse em meos relatorios perante a Assembleia Provincial, que esse meio concorre poderosamente para a cohibição até certo ponto de muitos delictos [...] Assim, Exm. Senhor, eu considero o recrutamento como um suplemento da nossa legislação penal; que a experiência tem mostrado ser em muitos casos inefficaz.<sup>12</sup>

Esse aspecto punitivo, que tinha o recrutamento, fica ainda mais visível nessa correspondência, em 1842, entre o subperfeito da Vila de Pilar e o Presidente da Província, em que se fornecem as características de um recruta:

[...] Pedro Marinho Falcão branco solteiro idade de trinta e [ilegível] anos pouco mais ou menos, morador nesta Vila, natural da Ilha de Itamaracá Província de Pernambuco, *insultador amancebado* a uns poucos de anos nesta mesma Vila e *de um gênio facinoroso e de conduta não boa* [...]<sup>13</sup>.

Como se vê, a subprefeitura apresenta como argumento para a escolha de Pedro Marinho Falcão como recruta o seu caráter “perverso” e sua conduta “inadequada”, o que não se lê como critérios nas Instruções de 10 de julho de 1822, legislação principal que protegia do recrutamento todos aqueles indivíduos considerados úteis à economia<sup>14</sup>. Pode-se concluir, a partir disso, que o recrutamento era não só conduzido pela lei, mas também pela interpretação dos responsáveis por essa atividade de recrutar. Cada recrutador acabava usando como critérios, dessa seleção, os hábitos e costumes da região em que estava inserido.

O recrutamento assim passa a ser um mecanismo de penalidade. Dessa forma, o serviço militar obrigatório se constituía numa maneira de manter sob controle aqueles indivíduos que ofereciam perigo à ordem social. O envolvimento da polícia e outras forças repressivas, como a Guarda Nacional, reforçam esse sentido de controle que tinha o

recrutamento militar. Para reforçar o nosso argumento, analisemos outra correspondência do Chefe de Polícia da Província:

[...] O mesmo subdelegado recrutou, e remeteu-me Felix Antonio, qual vindo corrido de Mamanguape, onde foi procurado por *vadio*, estava acoitado no Distrito d'aquela Subdelegado. Já officiei ao Major José Sabino para o fazer conduzir da Cadeia para o Quartel [...] <sup>15</sup>.

O perfil do recrutado é o daquele indivíduo que não se encaixa na ordem social estabelecida, pois era um “vadio”. O recrutamento é mais uma forma de enquadrar esses indivíduos considerados vagabundos no padrão “civilizado”. Outro trecho curioso dessa correspondência é o que fala da transferência do recrutado da cadeia para o quartel, que evidencia a proximidade entre criminoso e recruta.

Essa população precisaria ser controlada para que, enfim, o progresso chegasse. Essa gente vadia, que não se enquadrava nos moldes da civilização, assustava a elite, que precisava encontrar formas para dominar essa população. O recrutamento militar teria a função de “limpar” essa sociedade, retirar do convívio social aquelas pessoas que representavam o atraso brasileiro; não úteis à produção de riqueza e, portanto, descartáveis.

Criada na intenção de construir a unidade nacional, a Guarda Nacional revela as fragilidades e limites do Exército no Império Brasileiro. A “Milícia Cidadã”, assim chamada na época, surge com o intuito de proteger os interesses de um Estado que ainda estava em construção. O Exército brasileiro era sinônimo de uma instituição composta de estrangeiros simpatizantes do imperador. Além disso, o Brasil Imperial não era referência de país militarizado, o espírito marcial não tinha se desenvolvido. Nesse contexto, a criação de uma organização de natureza civil se encaixava perfeitamente. Jeanne Berrance de Castro ainda leva em consideração o efetivo reduzido que apresentava o Exército, e mesmo a Guarda Nacional sendo uma força auxiliar, sua superioridade era evidente. Isso se explica pelo fato de que seus integrantes eram aqueles cidadãos com alguma representatividade política <sup>16</sup>O fato de guardas nacionais estarem protegidos pelas isenções do recrutamento atesta a supremacia da milícia em relação ao Exército. Em muitos momentos do século XIX foi necessário o destacamento de Corpos da Guarda Nacional.

Na província da Paraíba, o número de guardas nacionais, destacados para o serviço junto ao Exército, em algumas ocasiões, até superava o número de integrantes da Força de 1ª Linha, e mesmo quando isso não acontecia, a quantidade de homens destacados da Guarda Nacional era considerável <sup>17</sup> Enquanto o número de guardas nacionais destacados na Paraíba era significativo, em relação aos homens de 1ª Linha, essa província se destaca como umas



das mais resistentes no que diz respeito à mobilização de recrutas, pelo menos é o que as nossas pesquisas vem apontando. De 1845 a 1883, sua representação é negativa, junto com as províncias de Bahia e São Paulo<sup>18</sup>

A Guarda Nacional é uma instituição que revela muito da administração do Brasil no Oitocentos. Aqui, o desenvolvimento político se dera de forma contrária ao processo que se deu na Europa. Se lá há uma contínua desarticulação das solidariedades, no Brasil elas se fortaleceram e foram incentivadas pelo próprio Estado<sup>19</sup>. Pela precariedade das rendas do Estado, ele não poderia sustentar todo seu aparelho burocrático através de seus cofres, a solução foi entregar aos notáveis essa responsabilidade. A rotina organizacional da Guarda Nacional emergia de um paradoxo: o princípio patrimonial e o aparelho burocrático do Estado. A partir daí pode-se compreender porque a Guarda Nacional no Brasil oitocentista teve tanta importância, em detrimento do Exército. A administração de um Exército robusto significaria uma despesa muito grande para o Estado brasileiro. Portanto, acaba sendo uma corporação que não se encaixa no tipo de organização patrimonial em que o Brasil estava inserido. A Guarda Nacional representava gasto mínimo para o Estado, os milicianos além de não serem remunerados, contribuíam muitas vezes para a manutenção da milícia. A província da Paraíba não se distanciava do padrão nacional. As redes familiares e de clientelismo são fundamentais para se entender a política local. Segundo Serioja Mariano, “no Brasil a melhor maneira de compreender os partidos políticos é dentro do contexto dos laços de parentesco e suas alianças”<sup>20</sup>. Antes da criação da Guarda Nacional, a ordem militar no Brasil estava dividida em milícias. Os cargos de oficiais representavam grande prestígio dentro dessa sociedade, a maioria ocupado por gente de boa linhagem. O mesmo ocorria com a Guarda Nacional, o ingresso nessa corporação dependia do status que o homem tinha diante da sociedade. Sendo cargos honoríficos, sem remuneração, os postos só poderiam ser ocupados por indivíduos que ocupassem posições de respeito dentro dessa sociedade. Lembremos que estamos considerando cidadãos de respeito não só aqueles que tinham grande poder aquisitivo, mas que se encaixavam na ordem social estabelecida, então aqueles, mesmo que pobre mas que ocupavam funções produtivas e possuíam seus padrinhos a quem recorrer também estão inclusos nessa categoria.

Em relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Paraíba, em 1842, o presidente de província Pedro Rodrigues Fernandes Chaves ressalta as qualidades que um guarda nacional precisa ter. Naquele documento, Pedro Chaves afirma que a Guarda Nacional paraibana apresenta muitos elementos que não condizem com a honra e prestígio que esta corporação deveria ter. Em seu relato, denuncia a presença de homens sem fardamento e sem

a menor instrução. A solução que o presidente de província escolhe para esse problema é o recrutamento. Vejamos um trecho do documento:

A maior parte dos Batalhões estão por fardar, e não tem livros de matrícula, fazendo-se esta por via de regra em folhas avulsas em folhas de papel, as quaes frequentemente são alteradas ou pela acção do tempo, ou pela má fé, e exceptuando o Batalhão da Cidade (sic) nota-se em todos a falta de instrução. [...] Ordenei que fossem recrutados os Guardas Nacionaes não exceptuados pela lei, que não se fardassem dentro de certo prazo, e esta medida começa a ser profícua<sup>21</sup>.

É possível notar que a participação na Guarda Nacional pressupunha a qualidade de cidadão que o indivíduo poderia apresentar. Segundo o Dicionário do Brasil Imperial, os cidadãos brasileiros eram todos aqueles indivíduos livres ou libertos. A cidadania do Império brasileiro estava dividida entre os cidadãos passivos, cidadãos ativos votantes e cidadão ativos eleitores e elegíveis. Os primeiros correspondiam àqueles que não possuíam renda necessária para participarem do processo político. Os ativos votantes poderiam escolher colégio de eleitores, e os cidadãos ativos eleitores e elegíveis se diferenciavam por uma renda anual superior a 200 mil-réis, e por isso tinham melhor posição no jogo político<sup>22</sup>. Ou seja, o critério usado para se diferenciar o cidadão no Império brasileiro era o da renda.

Percebemos que um recrutamento universal e aleatório fere a cultura política do Império brasileiro, ou seja, aqueles indivíduos que detêm o poder acabam encontrando maneiras de livrarem seus apadrinhados do recrutamento. Richard Graham analisa a importância do apadrinhamento e as relações de obediência e lealdade que guiavam a cultura política do Império brasileiro e conclui que tal configuração era típica do Brasil oitocentista.

É importante lembrar que essa rede de proteção, chamada por Graham de clientelismo, estava ligada também ao paradigma familiar, que abrangia não somente os parentes ligados por laços de sangue, mas também por laços matrimoniais, incluindo assim os cunhados, primos, etc<sup>23</sup>.

Em vários momentos de recrutamento militar, no período de 1840 a 1849, a Guarda Nacional foi chamada para auxiliar as autoridades provinciais nesse intento. É preciso observar que os guardas nacionais estavam inseridos em redes locais, envolvidos em relações de favores e obrigações. Portanto, além de perecer, na documentação analisada, que eles estavam protegidos por seu status social, também era muito problemática a colaboração deles no recrutamento. Como poderiam os guardas indicar para o recrutamento, parentes e amigos? Certamente, os guardas seriam “negligentes” nesse serviço.

Embora essa colaboração fosse obrigada em lei, com pena de serem os guardas relapsos recrutados, mais uma vez percebe-se como a cultura política de um lugar dita as

normas para o recrutamento. E será que, em virtude desse poder, eles não mandavam para o recrutamento os seus desafetos? Acreditamos que sim por entendermos que essa era postura comum nas relações sociais do século XIX brasileiro. Sendo assim, o recrutamento no contexto do Império Brasileiro se tornava, então, um importante instrumento eleitoral. Embora possa parecer estranho, o século XIX reservou espaço considerável para a participação popular nas eleições. Portanto, quem tinha o recrutamento sob sua responsabilidade possuía também influência política.

O alistamento obrigatório para o Exército é um procedimento que também interfere na ordem política do Império. Segundo Myriam Dolhnikoff<sup>24</sup>, o recrutamento forçado gerava desconforto, para notáveis locais que se viam obrigados a enviar recrutas.

Ordens do presidente da província da Paraíba Pedro Rodrigues Chaves, em junho de 1841, orientam o recrutamento e determinam o pagamento de soldo para os recrutadores, segundo a distância e número de homens capturados. Para tal serviço, Pedro Chaves recomenda que se empregue nesse processo o uso da força dos guardas nacionais<sup>25</sup>. Outra observação importante que o presidente faz é quanto aos guardas que se recusassem a participar das escoltas dos recrutas. Como forma de punição, esses seriam também recrutados<sup>26</sup>.

A captura de desertores também implicava uma negociação comercial. Numa correspondência, o mesmo presidente da província informa ao prefeito suplente da cidade da Paraíba, Joaquim Lima, o preço da recompensa da apreensão de um desertado: vinte mil réis. É notável ainda nessa correspondência a preocupação que o governo paraibano tinha com o recrutamento, isso porque são expedidas ordens circulares aos subprefeitos das comarcas informando as características físicas de um desertor para que este seja preso<sup>27</sup>.

Várias barreiras eram postas àqueles encarregados do recrutamento. A própria debilidade das forças repressivas significava um entrave nos procedimentos necessários para o alistamento forçado de homens. Mendes atenta para a fragmentação dos meios de violência, estando assim divididos, sua capacidade de coerção diminui<sup>28</sup>. As forças de repressão estavam repartidas pelas autoridades provinciais, os conflitos entre estas impediavam que o recrutamento acontecesse sem grandes desentendimentos.

Fábio Faria Mendes<sup>29</sup> ainda lembra outro obstáculo encontrado ao tentar se elevar o efetivo do Exército. O Estado brasileiro oitocentista possuía poucos dados consistentes sobre sua população. Sem conseguir precisar informações sobre ela, não poderia realizar um recrutamento eficiente.

Outra modalidade de recrutamento, mas pouco eficaz, era o alistamento de voluntários. Na documentação pesquisada até agora não foram verificadas informações sobre esse tipo de alistamento. Talvez a ausência de documentos referentes aos voluntários não seja por acaso. Em seu trabalho sobre o recrutamento militar no Brasil Imperial, Mendes aponta a província da Paraíba como uma das mais refratárias na remessa de voluntários. Sua representação é negativa em relação à maioria das outras províncias<sup>30</sup>

A Paraíba oitocentista não se distanciou do padrão, o recrutamento militar aqui tinha o mesmo significado que no resto do país. Na Paraíba, o recrutamento militar era tão temido quanto nas outras províncias. Estavam envolvidas nesse processo várias autoridades e demais notáveis locais. O terror do recrutamento também mobilizava muitos indivíduos, e aqueles que não se encaixavam no conjunto de isenções procuravam de qualquer maneira se livrar da obrigação do serviço militar.

Numa sociedade marcada pela escravidão, as oportunidades de sobrevivência eram poucas para os não abastados, a saída para esses era encontrar na cultura política do Império brasileiro uma maneira de ser apadrinhado. Aqueles que não conseguiam tal feito estavam à margem da sociedade. Essa parcela da população incomodava as autoridades e demais membros da elite brasileira. Ao longo do século XIX, essas mesmas autoridades precisavam encontrar maneiras de controlar a população subalterna. Nesse contexto, o recrutamento militar acaba sendo uma das alternativas para afastar da sociedade aqueles indivíduos considerados de má conduta. Além disso, o recrutamento também servia como forma de excluir do cenário político os inimigos dos que estavam no poder.

---

<sup>1</sup> Mestranda vinculada à linha de pesquisa História Regional no PPGH-UFPB, integrante do grupo de pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista e professora na Rede Estadual de Ensino da Paraíba.

<sup>2</sup> A Guarda Nacional foi criada em 1831 e tinha como objetivo controlar as revoltas surgidas no período da Regência. O serviço, nessa instituição, era honorífico e sendo assim o engajamento era voluntário, engrossavam suas fileiras indivíduos que gozavam de certo prestígio diante dessa sociedade. (CASTRO, 1977)

<sup>3</sup> BERNSTEIN, Serge. “A Cultura Política”. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-364.

<sup>4</sup> BASILE, Marcello. “O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840).” In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial*. Vol. II (1831-1870). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

<sup>5</sup> SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. “Poder e política na Paraíba: colônia e império”. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; GURJÃO, Eliete de Queiroz; ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro; CITTADINO, Monique. *Estrutura de poder na Paraíba*. João Pessoa: Universitária, 1999, p.45.

<sup>6</sup> KRAAY, Hendrik. *Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial*. In: Diálogos. Vol. 3, n. 3, 1999, p. 119.

<sup>7</sup> CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

<sup>8</sup> MENDES, Fábio Faria. *Recrutamento militar e construção do estado no Brasil Imperial*. Belo Horizonte: Argymentvm, 2010.

<sup>9</sup> Para maior entendimento do conceito de Culturas Políticas, consultar BERNSTEIN, Serge. *A Cultura Política*. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. Para uma história cultural. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-364; MOTTA, Rodrigo Pato (org.). *Culturas Políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentum/ FAPEMIG, 2009, entre outros.

<sup>10</sup> MARTINS, Maria Fernanda. “Os Tempos de Mudança: elites, poder e redes familiares, séculos XVIII e XIX”. In FRAGOSO, João Luis R., ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de, SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. (Orgs.). *Conquistadores e Negociantes: história de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a, p. 403-434.

<sup>11</sup> CASTRO, José Antônio Magalhães. Projeto de lei de recrutamento, oferecido à consideração do poder legislativo brasileiro. Rio de Janeiro: Typ. Lobo Vianna & Filhos, 1863, p. XX

<sup>12</sup> Exposição escrita pelo presidente da província da Paraíba, datada de 1848.

<sup>13</sup> Correspondência entre a Sub-prefeitura da Vila do Pilar e o Presidente de Província. Documentos do Arquivo Histórico Waldemar Duarte do Estado da Paraíba, Caixa 020, 1842. Grifos nossos.

<sup>14</sup> KRAAY, Hendrik. *Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial*. In: Diálogos. Vol. 3, n. 3, 1999, p. 117

<sup>15</sup> Correspondência entre o Chefe de Polícia Interino e o Presidente de Província. Documentos do Arquivo Público Waldemar Duarte do Estado da Paraíba, Caixa 020, 1842. Grifos nossos.

<sup>16</sup> CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Ed. Nacional, 1977, p. 62.

<sup>17</sup> CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Ed. Nacional, 1977, p. 76.

<sup>18</sup> MENDES, Fábio Faria. *Recrutamento militar e construção do estado no Brasil Imperial*. Belo Horizonte: Argumentum, 2010, p.54.

<sup>19</sup> URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial. A burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1978.

<sup>20</sup> MARIANO, Serioja Rodrigues C. *Gente Opulenta e de Boa Linhagem: família e relações de poder na Paraíba (1817-1824)*”, Tese de Doutorado, Recife: UFPE, 2005, p. 15.

<sup>21</sup> Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Parahiba do Norte na sessão ordinária de 1842 pelo presidente da mesma província, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves. Pernambuco, Typ. de M.F. de Faria, 1842. *Center for Research Libraries, Provincial Presidential Reports (1830-1930)*. Relatórios dos Presidentes de Província, p.7. Acesso em: 01 de junho de 2012. Grifos nossos.

<sup>22</sup> GRINBERG, Keila. *Cidadania* In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p.139.

<sup>23</sup> MARIANO, Serioja Rodrigues C. *Gente Opulenta e de Boa Linhagem: família e relações de poder na Paraíba (1817-1824)*, Tese de Doutorado, Recife: UFPE, 2005, p. 13

<sup>24</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005

<sup>25</sup> Correspondência entre o prefeito suplente (desta cidade) Joaquim Lima e o presidente de Província Pedro Rodrigues Fernandes Chaves. Arquivo Histórico Waldemar Duarte do Estado da Paraíba. Caixa 19, 21 de outubro de 1841.

<sup>26</sup> Os alistados na Guarda Nacionais eram isentos do recrutamento. Ver CASTRO, Jeanne Berrance de. *Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1977, p. 62.

<sup>27</sup> Correspondência entre o prefeito suplente (desta cidade) Joaquim Lima e o presidente de Província Pedro Rodrigues Fernandes Chaves. Arquivo Histórico Waldemar Duarte do Estado da Paraíba. Caixa 19, 21 de outubro de 1841.

<sup>28</sup> MENDES, Fábio Faria. *Recrutamento militar e construção do estado no Brasil Imperial*. Belo Horizonte: Argumentum, 2010, p.54

<sup>29</sup> MENDES, Fábio Faria. *Recrutamento militar e construção do estado no Brasil Imperial*. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

<sup>30</sup> IDEM, p. 52

## **As cores da liberdade: a Guarda Negra e as mobilizações políticas na cidade do Rio de Janeiro no contexto abolicionista (1880-1889)**

Lívia de Lauro Antunes\*

### **Resumo:**

Em setembro de 1888, uma organização denominada Guarda Negra se formou na cidade do Rio de Janeiro no contexto de debates em torno das lutas pelo fim da escravidão. Em uma sociedade cada vez mais caracterizada por códigos de distinção baseados em critérios raciais, as interpretações elaboradas sobre a conquista da liberdade foram inúmeras e os acontecimentos envolvendo a Guarda Negra levantaram questionamentos sobre o lugar reservado ao liberto no pós-abolição. Dessa forma, esse trabalho tem por objetivo investigar os sentidos políticos das manifestações que envolveram tal associação em meio aos múltiplos significados de liberdade e cidadania vivenciados pelos ex-escravos.

**Palavras-chave:** Guarda Negra; Abolição; Cidadania

### **Abstract:**

In September 1888, an organization called The Black Guard was formed in Rio de Janeiro City, in the context of debates regarding the struggles to end slavery. In a society increasingly characterized by codes of distinction, based on racial criteria, the interpretations for conquest of freedom were numerous and the events involving the Black Guard raised questions about the reserved place for freedman in postabolition. Thus, this paperwork aims to investigate the political meanings of manifestations involving such association among the multiple meanings of freedom and citizenship experienced by former slaves.

**Keywords:** Black Guard; Abolition; Citizenship

---

\* ANTUNES, Lívia de Lauro. Doutoranda em História Social PPGH/UFRJ, sob orientação do Professor Doutor Carlos Gabriel Guimarães. E-mail: [liviaantunes88@gmail.com](mailto:liviaantunes88@gmail.com)

Ao contrário dos assuntos relacionados à escravidão na história brasileira, que tiveram sua renovação e reavaliação principalmente após a década de 1980, a temática da abolição e as experiências de liberdade a ela relacionadas foram discutidas de modo reduzido pela historiografia<sup>1</sup>. Além disso, durante muito tempo, as pesquisas sobre abolição aprofundaram seus debates no espaço urbano letrado e nas últimas décadas do sistema escravista, eliminando a atuação de escravos ou libertos dos embates políticos que envolveram o movimento de abolição da escravidão. Esses estudos centraram-se nas regiões sudeste do Brasil, e se limitaram a analisar a marginalização dos ex-escravos no mercado de trabalho no pós-emancipação. A questão do imigrantismo no período republicano, como alternativa para a substituição da mão de obra cativa, retirou os ex-escravos da cena política e historiográfica, obscurecendo outras experiências de abolicionismos<sup>2</sup>.

Somente após a década de 1990, a reestruturação por que passou os estudos sobre escravidão se refletiu nos trabalhos sobre abolição e pós-emancipação. Se as pesquisas haviam retirado dos acontecimentos referentes ao 13 de maio de 1888 a atuação dos negros, ignorando suas estratégias e negando-lhes o papel de agentes históricos de tal processo, nos últimos anos essa temática adquiriu centralidade acadêmica. Variados estudos recentes têm investigado as ações efetivas de participação política autônoma dos ex-escravos e libertos em busca da aquisição da liberdade, vista como fruto de suas próprias lutas e demandas e não mais interpretada como uma dádiva concedida pela Princesa Isabel<sup>3</sup>.

Esses novos estudos têm apontado para a extrema importância que o século XIX representa ao historiador, como um período envolto por questões acerca da definição de regras sociais, limites e valores que constituíram a sociedade brasileira. Identidades conflituosas erigiram, nesse momento, a partir de definições de nacionalidade, de cidadania, de liberdade e de justiça, fronteiras de valores e tensões a respeito da cor<sup>4</sup>. Uma nação, como comunidade imaginada de sentidos, construção simbólica que permite o sentimento de identidade, se constituiu em torno de categorias que definiram e delimitaram as noções entre *nós e outros*<sup>5</sup>. Nessa conjuntura, dois elementos passaram a integrar de maneira significativa o imaginário social brasileiro, a ideia de *nação* e *cidadania*, o que impunha a necessidade de se repensar o delineamento das fronteiras entre os homens de cor, negros, mulatos e pardos na sociedade e suas condições de agentes detentores de direitos políticos.

O trabalho proposto busca fazer parte desse movimento de reavaliação das conquistas dos negros no pós-abolição, analisando as experiências dos homens de cor e descortinando as contendas relacionadas aos significados da liberdade para os negros, em meio às questões que envolveram a abolição. No contexto de embates e expectativas, nascidas no curso das lutas

contra a escravidão, os libertos ressignificaram as inúmeras facetas da vida em cativo e da vida em liberdade<sup>6</sup>. Seguindo essa acepção, investigaremos de que forma a associação da Guarda Negra, permeada de sentidos identitários acerca da condição de cidadania do negro, pode contribuir para a compreensão das tensões que cindiram a sociedade brasileira ao longo do processo abolicionista e efervesceram questões em torno de categorias raciais.

Na década de 1880 as agitações dos grandes centros urbanos formaram o cenário político do jogo de poder imperial, ilustrado pelo crescimento da rebelião negra que deixava entrever a impossibilidade de se alongar por mais tempo a escravidão no Brasil. Nesse período os jornais se multiplicaram e ampliaram seu público. Os periódicos, com destaque para *O País*, *Gazeta da Tarde* e *Gazeta de Notícias*, ilustravam em suas páginas as conturbações vivenciadas cotidianamente. Com a progressiva intensidade da campanha abolicionista, a década de 1880 viu surgir o crescimento da rua como espaço público. A população das cidades cresceu de maneira significativa, junto à urbanização e as melhorias em infra-estrutura, e passou a reivindicar nas praças públicas e na imprensa, estendendo o espaço de atuação política, antes restrito ao Parlamento. A rua, interpretada pelo projeto Saquarema como o lugar da desordem, foi ressignificada e adquiriu aspectos positivos, passando a ser vista como um espaço de uso público da razão crítica<sup>7</sup>. Soma-se a isso um processo de democratização da rua, que passou a ser frequentada pelos mais variados tipos sociais.

Com o fim da escravidão, um novo cenário se formou nas ruas das cidades, principalmente da Corte. Ainda em 1888, a propaganda republicana avançava e os abolicionistas, antes unidos por um mesmo objetivo, dividiam-se entre o apoio à causa republicana e a monarquia. Nos jornais dos grandes centros urbanos as disputas políticas se tornaram cada vez mais acirradas. O interior do país não escapou das conturbações. Grandes fazendeiros, vendo-se prejudicados pelo fim da escravidão, aderiram à razão republicana com a esperança de receberem indenização em decorrência da perda da mão de obra escrava. Muitos libertos, por sua vez, fugiam das fazendas em busca de melhores condições de vida, recusando-se a trabalharem para seus ex-senhores.

O que poderia acontecer em seguida à abolição? O Brasil configurava-se em uma nação livre, que comportava, no entanto, uma longa memória escravista, que a partir do século XIX adotava tons de racialização e preconceitos que demarcavam os lugares dos homens de cor na sociedade. O que se faria com os “cidadãos ex-escravos”? Algumas possibilidades eram possíveis para esse liberto, seja a fuga em massa das fazendas para as cidades ou a permanência nestas através de novos regimes de trabalho. No entanto, se o “longo século



XIX” representou um momento em que conceitos de cidadania estavam sendo cunhados, ao chegar as suas últimas décadas tornava-se ainda mais complicado delimitá-los.

As novas conjunturas contavam agora com um personagem, juridicamente inédito, nos debates políticos: o liberto. No decorrer do ano de 1888 esses debates exacerbaram-se, gerando intensas discussões que escondiam nas entrelinhas uma querela mais profunda do que a continuidade de um regime monarquista ou a passagem para uma república. Estavam em jogo aspectos relativos à cidadania do liberto, seus diferentes significados e o crescimento das tensões raciais nos discursos políticos. De um lado, abolicionistas, divididos em republicanos e monarquistas, juntamente com políticos e ex-senhores elaboravam projetos que englobavam novas formas de trabalho, higienização e moradia para a população de cor livre. De outro, uma população negra, nem tão invisível como gostaria a elite política branca, redefinía seus espaços de liberdade. Com base em suas experiências no mundo da escravidão, esses homens lutaram contra a dominação de diferentes maneiras que não se limitaram à retórica política dos discursos jornalísticos<sup>8</sup>.

Em setembro de 1888, uma organização denominada Guarda Negra se formou na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com Michel Trochin<sup>9</sup>, este grupo era composto, majoritariamente, de negros brasileiros que lutavam por reformas sociais e econômicas após a abolição da escravidão. Na realidade, pouco se sabe como se formou a Guarda Negra, assim como suas ligações políticas. Apesar de sua curta existência (1888-1889) as manifestações geradas em seu nome permearam grande parte dos centros urbanos brasileiros, não se limitando a um fenômeno regional. Houve uma série de grupos afiliados informalmente em diversas províncias brasileiras. Têm-se notícias da atuação da Guarda Negra na Corte do Rio de Janeiro, em Santos, São Luís, Salvador e Porto Alegre, para citarmos os principais envolvidos. Apesar de sua clara origem urbana o movimento se estendeu, também, para as áreas rurais.

O encontro que oficializou a associação da Guarda Negra se deu na redação do jornal *Cidade do Rio*, no dia 9 de julho de 1888. Participaram desta reunião os pretos libertos Higino, Manoel Antonio, Jason, Aprígio, Gaspar e Teócrita, em reunião na casa de Emílio Rouéde<sup>10</sup>. Dentre os objetivos assinalados pelos seus integrantes encontrava-se a defesa pela liberdade em todo o território nacional, inspirada na figura da princesa Isabel e no regime monárquico por tê-los tornado “cidadãos”. A organização burocrática da Guarda Negra contava com um programa de ação, com “sócios ativos”, uma diretoria e uma rede política de alianças que convocava o apoio da imprensa e da Confederação Abolicionista. Seus sócios seriam os próprios libertos que deveriam, através dos meios necessários, expandir tais ideais

pelo interior do Brasil, instigando ex-escravos a não trabalharem para senhores que não apoiassem o Terceiro Reinado.

Dentre os autores que mais avançaram na temática sobre a Guarda Negra, podemos citar Flávio dos Santos Gomes, Humberto Machado e Carlos Eugênio Líbano Soares, para o caso do Rio de Janeiro, e Wlamira R. de Albuquerque, para a região da Bahia<sup>11</sup>. Flávio Gomes escreveu seu primeiro artigo sobre a organização da Guarda Negra em 1991, inaugurando uma série de questões que ainda se encontram mal respondidas pela historiografia. Abordando as manifestações de libertos na Corte a partir de um viés político e criticando a visão simplista que perpetua a imagem do negro como um sujeito passivo e manipulado pelo governo imperial, o autor lança uma série de questionamentos acerca dos sentidos da Guarda Negra nas lutas pela conquista da cidadania. Da mesma forma, demonstra como as tensões políticas se encontravam atreladas aos conflitos raciais crescentes na sociedade brasileira.

Humberto Machado investigou os debates jornalísticos a respeito das conturbações geradas em nome da Guarda Negra. Através dos pronunciamentos publicados pela imprensa, buscou compreender de quais formas o meio letrado da época entendeu as manifestações de negros nas ruas do centro do Rio de Janeiro, dando-lhes diferentes significados, em meio à conjuntura de crise do sistema servil e da Monarquia. Dessa forma, nos mostra a contribuição de dois importantes jornais, *A Cidade do Rio* e *Gazeta de Notícias*, como importantes veículos de comunicação a respeito dos acontecimentos que envolveram a Guarda Negra no imediato pós-abolição.

Carlos Eugênio investiu nos significados políticos que envolveram conflitos de libertos, capoeiras, monarquistas e republicanos, analisando as articulações entre políticos, eleições e manifestações de negros nas ruas, com o intuito de descortinar as raízes mais profundas para a formação da Guarda Negra. Em sua opinião, os contornos das mobilizações políticas que culminaram com o surgimento do grupo organizado de negros após a abolição podem ser vislumbrados já na década de 1860 e, posteriormente, em decorrência da Guerra do Paraguai na qual o recrutamento de negros-capoeiras foi decisivo. Para o autor, a constituição das maltas de capoeiras, formadas ainda no início da segunda metade do século XIX, está estritamente relacionada à posterior disposição da Guarda Negra enquanto grupo político. Sendo assim, atribui duas versões para os objetivos organizacionais da associação em questão. Uma primeira interpretação assinala o sentimento de gratidão dos libertos junto ao poder imperial frente à emancipação consagrada pelo 13 de maio, enquanto um segundo projeto demarca uma intenção mais política no tangente a constituição da Guarda Negra, relacionando seus integrantes à formação de uma milícia armada na luta contra o republicanismo, orientada

pelo gabinete de João Alfredo Pereira de Oliveira (presidente do Conselho de Ministros e chefe do gabinete conservador).

Wlamyra de Albuquerque nos informa a respeito da formação da Guarda Negra na Bahia recorrendo às conturbações causadas por um comício de Silva Jardim junto ao Partido Republicano e negros libertos nas ruas de Salvador, que ficou conhecido como o “massacre do Taboão”. Juntamente, a autora procura traçar as interações entre os acontecimentos baianos com aqueles ocorridos no Rio de Janeiro, demonstrando o poder de comunicação e interação entre os negros pelo país, bem como entre abolicionistas, republicanos e monarquistas, analisando o movimento campo das tensões raciais no século XIX.

No final do ano de 1888 as polêmicas em torno da Guarda Negra intensificaram-se gerando acirrados debates políticos e jornalísticos. O principal embate envolvendo tal associação deu-se no dia 30 de dezembro, em meio a um comício do republicano Silva Jardim, ocorrido na Sociedade Francesa de Ginástica. A percussão violenta, que transbordou para a luta armada nas ruas da cidade do Rio de Janeiro trouxe para a ordem do dia os diferentes sentidos e significados da Guarda Negra. A respeito dos motivos que levaram ao conflito, muitas foram as versões exibidas nos periódicos da época, principalmente no jornal *Cidade do Rio*, cujo diretor era José do Patrocínio, que publicava em favor da Guarda Negra, e no *Diário de Notícias*, no qual o republicano Rui Barbosa exercia o cargo de redator-chefe. Contudo, diferentes periódicos estamparam noticiários sobre o confronto, ora criticando a ação “radical” e “violenta” da Guarda Negra e dos libertos, ora a comitiva republicana.

Na maioria dos casos, republicanos caracterizavam a Guarda Negra como uma milícia de capoeiras arregimentada pelo Império sobre a liderança do ministério de João Alfredo de Oliveira. Para estes, tratava-se apenas de um grupo de negros manipulados pelo poder imperial, sem capacidade de discernimento, lutando por objetivos imediatistas e por gratidão. O trecho do jornal *O Paiz*, de tendência republicana, exprime o sentimento de muitos indivíduos em relação à participação da população negra nas manifestações ocorridas no dia 30 de dezembro: “(...) todos sentiram um confrangimento indescritível ao ver surgir na arena de combate os homens que a revolução popular libertaria a 13 de maio!”. (O Paiz 5 jan. 1889)<sup>12</sup>. Como aceitar a participação de negros libertos em uma manifestação política e antirrepublicana? Afinal aos ex-escravos não cabia à maturidade política para intervir no andamento das decisões estatais. Principalmente, lutando ao lado do regime que os havia escravizado por séculos. Esse foi o entendimento de grande parte dos republicanos sobre os acontecimentos em torno da Guarda Negra, o que ratificava uma visão de incapacidade dos

negros em compreender as vicissitudes das disputas políticas do país. Era como se a libertação já bastasse, já pontuasse a posição jurídica do liberto na sociedade brasileira<sup>13</sup>.

Para ex-escravos, qualquer ataque contra o Império poderia ser visto como uma forma de se reverter os direitos de liberdade social que haviam conquistado, não apenas com o 13 de maio, mas durante toda a segunda metade do século XIX. Não foi de difícil percepção para o ex-escravo que grande parte dos fazendeiros havia levantado a bandeira da República, motivados pela crença da indenização senhorial e decorrência da Lei Áurea, o que claramente era visto com desconfiança pelos libertos. Portanto, para os que se uniram em nome da Guarda Negra, lutar pela defesa da Monarquia e pela Princesa Isabel, longe de representar apenas um gesto de gratidão significava, em última instância, defender a própria liberdade adquirida com a Abolição<sup>14</sup>.

Se os ex-senhores de escravos não tivessem feito apelo à revolução, declarando guerrear fora da órbita legal o reinado futuro da Santa Mulher que sacrificou o seu trono [em prol] da libertação do Brasil, os libertos não se teriam congregado para responder aos vivas à República dados pelos seus antigos senhores de ontem, republicanos de hoje, com o vivas à Monarquia; e enfim se os neo-republicanos não tivessem jurado sacrificar vidas e fazendas pela República, que promete dar cabo do *despotismo* e da *tiranía* da dinastia reinante, os novos cidadãos não teriam jurado por sua vez preferir mil vezes morrer, defendendo aquela que os libertou, a morrer nas gargalheiras da escravidão amarrados aos pés dos cavalos nas estradas da Paraíba do Sul<sup>15</sup>. (p. 6/7).

Para aqueles que apoiavam a Guarda Negra, em especial o periódico a *Cidade do Rio*, as manifestações foram resultados de aspirações populares que já vinham, há muito, ocorrendo. Assumindo uma fala que vislumbrava o poder de intervenção da população negra nos rumos políticos do país, José do Patrocínio esquematizou a ideia de que a Guarda Negra era um grupo organizado e representativo de libertos em defesa dos seus direitos e, que os acontecimentos do dia 30 de dezembro foram apenas um desdobramento destas aspirações.

Havia, no entanto, um temor em comum que unia republicanos e monarquistas: a questão acerca das tensões raciais que não deveria ser despertada ou alimentada na sociedade brasileira, pois era necessário escapar do preconceito de cor, neste momento bastante presente no pensamento social. Abafar as discussões em torno das categorias raciais não era tarefa fácil. Todavia, o Brasil buscava galgar uma imagem mais “evoluída”, demonstrando a inexistência de qualquer segregação no interior da nação. Essa “fórmula” comprovaria o rápido progresso de um país recém-saído de um sistema escravista que, no entanto, possuía um “povo” unificado, ainda que diversificado. Afinal, era necessário correr atrás dos prejuízos que séculos de escravidão haviam produzido, seja através do silenciamento e esquecimento da instituição escravista como parte inegável na construção da nação, seja afirmando que tal

sistema não gerou problemas para a composição de um “povo brasileiro” unido em seus direitos políticos.

É claro, que o preconceito da origem racial dos libertos era marcado por uma sutil e poderosa memória social impregnada no imaginário, ainda patriarcal e escravista. Por isso, podemos perceber que, juntamente com os discursos de manipulação do negro por parte dos adeptos da república, as questões alçadas nos embates que envolveram a Guarda Negra levantaram temáticas sobre um possível conflito de raças até então inexistente na sociedade brasileira, no entender de alguns republicanos e monarquistas. Como aponta Flávio dos Santos Gomes<sup>16</sup>, os confrontos que ocorreram envolvendo negros libertos, representados pela Guarda Negra, contra republicanos eram também batalhas entre negros e brancos, libertos e ex-senhores. As temáticas sobre raça chegaram, inclusive, a ser apontadas como as causadoras dos acontecimentos que envolveram tal associação. A possibilidade do desencadeamento de conflitos raciais preocupava a todos os envolvidos, e os discursos que inferiorizavam o negro, biológica e socialmente, impossibilitando-os de intervir nos seus próprios interesses políticos tinham cada vez mais legitimidade junto à população. A partir desse momento, os debates falavam da inferioridade do negro não apenas recorrendo ao seu passado de escravidão, como também a perspectivas biologizantes acerca das raças.

Utilizar os discursos de manipulação política e racial que inferiorizavam os libertos foi uma das principais estratégias utilizadas pelos republicanos na época. Após a abolição, a sociedade não se encontrava mais dividida, juridicamente, entre escravos de um lado e cidadãos de outro. A possibilidade da participação política de negros libertos, juntamente com a emergência das questões raciais, aflorou o medo de um revanchismo de negros contra brancos. As interpretações elaboradas em torno da conquista da liberdade foram inúmeras e os acontecimentos envolvendo a Guarda Negra levantaram questionamentos sobre o lugar reservado ao liberto no pós-abolição. Na realidade, a condição de cidadania dos homens de cor se encontrava num complexo campo de disputas, onde grande parte da população branca acreditava caber ao negro aguardar por seus direitos políticos, enfatizando sua imaturidade social e o seu caráter manipulável. Por outro lado, negros procuravam alargar seus limites de autonomia forjando possibilidades de participação política em uma sociedade livre<sup>17</sup>.

No final do ano de 1889, junto aos acontecimentos que culminaram com a instauração da república no Brasil, os assuntos ligados à Guarda Negra desapareceram das páginas dos periódicos e aparentemente das ruas das cidades. Esse suposto desaparecimento dos agentes envolvidos com a Guarda Negra sustentou a ideia de manipulação da população de cor por monarquistas e pelo Partido Conservador. De grupo simpático para alguns intelectuais que se

utilizavam da imprensa para despende elogios e defender a Guarda Negra, ela passou a ganhar o estigma de grupo de baderneiros e desordeiros sustentados pelo regime monárquico, reforçando os estereótipos raciais contra os negros. Aos poucos, a associação de negros libertos perdeu espaço e legitimidade frente ao crescimento dos discursos racialistas, amparados em teorias científicas. Com a instauração da república, Sampaio Ferraz assumiu o cargo de chefe de polícia do Distrito Federal colocando em ação os planos de pôr fim às maltas de capoeiras. Em pouco tempo, centenas de negros foram presos de forma arbitrária, muitos sendo mandados para a “ilha prisão” Fernando de Noronha. Em outubro de 1889, o governo republicano publicou o *Novo Código Criminal* tornando a capoeira crime. Assim, em cerca de um ano os vestígios da Guarda Negra foram sendo paulatinamente eliminados da História.

A década de 1880, permeada de lutas políticas e incessantes mobilizações de negros, escravos ou libertos, se coloca diante do historiador como um período de extrema importância para a análise da participação dos negros nas experiências da emancipação. Por isso, destacamos as manifestações da associação da Guarda Negra, composta por libertos que travaram lutas, movidos por tensões sobre raça e cidadania, e que fizeram escolhas conscientes na tentativa de garantir suas liberdades. Ela possuiu múltiplos sentidos e significados para os sujeitos históricos envolvidos, em meio a uma sociedade cada vez mais caracterizada por códigos de distinção baseados em critérios raciais<sup>18</sup>. Sendo assim, um dos objetivos dessa pesquisa é demonstrar as novas facetas e dimensões da experiência negra no contexto de crise do sistema servil. A organização da Guarda Negra mobilizou a atuação de indivíduos que partilhavam interesses e idéias, e que se identificavam mutuamente forjando solidariedades horizontais e verticais. Esses homens, declaradamente negros, enfrentaram contradições e negações históricas, mas não deixaram de exaltar os interesses dos homens de cor na esfera pública. Tal associação representou assim, uma modalidade de agenciamento e sociabilidade dos homens de cor que se articularam em busca de melhores condições sociais, políticas e culturais, empreendendo ações coletivas que expandiram as noções sobre os direitos de cidadania aos negros no Brasil.

---

<sup>1</sup> RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe Maria. *Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

<sup>2</sup> Conferir os estudos de: DEAN, Warren. Rio Claro. *Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; EISEMBERG, Peter L. *Modernização Sem Mudança; a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, Campinas, Unicamp, 1977 e STEIN, Stanley. *Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.

<sup>3</sup> Podemos citar alguns trabalhos que atuam nessa linha interpretativa: SLENES, Robert W. “Senhores e Subalternos no Oeste Paulista”. In: Fernando A. Novais; Luiz Felipe de Alencastro. (Org.). *Historia da Vida Privada no Brasil. Historia da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 2; MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista: Brasil século XIX*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; GOMES, F. S. (Org.); CUNHA, O. M. G. (Org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2007; MATTOS, Hebe; ABREU, Martha (orgs.). *Passados presentes*. Rio de Janeiro: Laboratório de História Oral e Imagem, Universidade Federal Fluminense (LABHOI/UFF), 2005-2011. Coletânea de quatro DVDs. Apoio: Editora da UFF, FAPERJ, CNPq e Petrobras;

<sup>4</sup> DUARTE, Regina Horta, “O século XIX no Brasil: identidades conflituosas”, in: CARVALHO, José Murilo de e NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 563-570

<sup>5</sup> ANDERSON, Benedict R, *Comunidades imaginadas: reflexão sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008

<sup>6</sup> FRAGA FILHO, Walter. *O 13 de maio e as celebrações da liberdade, Bahia, 188-1893*, in *História Social: Revista de pós-graduandos da UNICAMP*, nº 19. 2010, pp. 63-90.

<sup>7</sup> MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.

<sup>8</sup> GOMES, Flávio e DOMINGUES, Petrônio. *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1989-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

<sup>9</sup> TROCHIN, Michel R. *The Brazilian Black Guard: racial conflict in pos-abolition Brazil*. The Americas, v. XLIV, n.3, p.298-90, jan. 1988

<sup>10</sup> DOMINGUES, Petrônio. Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.34, nº 67, 2014, p. 5.

<sup>11</sup> GOMES, Flávio dos Santos. *No meio das águas turvas – racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte Imperial (1888-1889)*, in *Estudos Afro-Asiáticos*, nº21, dez./ 1991, pp.75-96.; MACHADO, Humberto Fernandes. *A Guarda Negra no contexto urbano do Rio de Janeiro*. Anais da XII Reunião da Sociedade Brasileira de História. Porto Alegre, 1992; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negrada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1994.; ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação; abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

<sup>12</sup> Apud. GOMES, Flávio dos Santos e DOMINGUES, Petrônio. Op. cit. p.23

<sup>13</sup> SCHWARCZ, Lília. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. Companhia das letras, 1993.

<sup>14</sup> DOMINGUES, Petrônio. Op. cit. p. 7

<sup>15</sup> Apud. DOMINGUES, Petrônio. Op. cit. p. 6-7

<sup>16</sup> GOMES, Flávio dos Santos e DOMINGUES, Petrônio. Op. cit. p. 28

<sup>17</sup> Idem.

<sup>18</sup> Ibidem.

## **Estratégias imperiais: trajetória individual e práticas políticas na administração da Polícia da Corte (1808-1821)**

Prof<sup>a</sup> Ms. Livia Mauricio Scheiner\*

### Resumo

O presente artigo tem por objetivo discutir as ações da Intendência da Polícia da Corte durante o período joanino (1808-1821), a partir da trajetória pessoal e das vinculações políticas do seu primeiro intendente: Paulo Fernandes Viana. Diante da situação colocada pela transformação da cidade do Rio de Janeiro em sede do poder real, a experiência administrativa desse personagem parece-nos central para o entendimento de algumas estratégias de governança do projeto imperial luso, no contexto em questão.

Palavras chave: *império luso-brasileiro; governança; trajetória pessoal.*

### Abstract

This article aims to discuss the action of Police Court Stewardship in Rio de Janeiro, from 1808 to 1821, based on the personal history and political ties of its first intendent, Paulo Fernandes Viana. Emphasizing a context in which the Colony Capital shifted into a Real Court, the administrative knowhow achieved by this character proved to be central to understand some of the strategies of the Portuguese imperial governance project at that moment.

Key words: *Luso-Brazilian Empire; governance; personal history.*

### A mudança da corte portuguesa no âmbito do *novo* projeto imperial

Por volta dos anos 1990, toma corpo na historiografia da expansão marítima portuguesa – e, por extensão, nos estudos acerca de sua experiência colonial na América – a perspectiva de uma configuração imperial.<sup>1</sup> Com a utilização do conceito de *Império colonial*, as abordagens acerca dos temas da expansão e do colonialismo não apenas redimensionaram os mecanismos de exploração econômica das conquistas, analisando-os do ponto de vista da criação de redes de poder e hierarquias que envolviam as várias possessões ultramarinas, mas também evidenciaram as conexões entre as diversas regiões sob o domínio da Coroa portuguesa.

A construção desta nova perspectiva possibilitou a definição da expansão ultramarina sob a ótica de uma dinâmica imperial, constituída em meio às descontinuidades geográficas das

---

\* Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense. Professora do Depto. de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Contato: liviascheiner@ig.com.br



conquistas portuguesas e às diversas configurações políticas e institucionais locais. Como desdobramento deste movimento, a administração e as instituições políticas das conquistas, o governo das principais cidades e vilas coloniais - juntamente e, mesmo, comparativamente com os demais centros dinâmicos do Império - surgiram como novos horizontes de análise.

As investigações em torno do projeto do *novo* Império português – conhecido entre nossos historiadores como *Império luso-brasileiro* - sublinham a tendência da progressiva virada da política colonial portuguesa para o Atlântico sul, entre os séculos XVII e XVIII, e o destaque alcançado pelo Brasil como núcleo de tal reconfiguração. O projeto reformista incluía a unidade das diversas porções do território colonial e uma gestão mais eficaz dos recursos financeiros delas advindos.

Neste sentido, é importante mencionar que o intento de reconstrução do *grande* Império luso contou com os esforços políticos e intelectuais de homens influentes nascidos de ambos os lados do Atlântico: a chamada “geração de 1790”. Homens do calibre de D. Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares, Ministro e Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos entre finais do século XVIII e inícios do XIX. Afilhado do Marquês de Pombal, que nele depositava sua herança política, era experimentado nos negócios estrangeiros, por sua passagem pela diplomacia. Dono de um raciocínio pragmático, o ministro surge como principal articulador da renovação de vínculos entre o Reino e a colônia, ao longo do governo de D. João. Suas estratégias sublinham o princípio da unidade do Império e o sentido de pertencimento que a monarquia deveria cultivar em seus súditos americanos, por meio da prática de uma política de vantagens recíprocas.

A experiência administrativa e a clareza intelectual de D. Rodrigo o levam a defender, já no ano de 1803, na presença dos demais ministros e pessoas importantes da corte, a ideia da transferência da sede da monarquia para o Brasil. Ao colocar em pauta a questão da manutenção da autonomia política do Reino, o Conde de Linhares, traz novamente a público o que acredita ser, àquela altura, a única forma de se evitar a perda de sua mais lucrativa possessão e garantir “em qualquer caso V. A. R. criar no Brasil um grande império, e segurar para o futuro a reintegração completa da Monarquia em todas as suas partes.”<sup>2</sup>

O intento do poderoso ministro viria a se completar em 1808, quando a família real, premida pelas circunstâncias, desembarca no Brasil, transformando a cidade do Rio de Janeiro de capital colonial em corte real. Neste contexto, a monarquia lusa recria no âmbito da nova corte todo um aparato administrativo, voltado não somente para a gestão da cidade mas,

sobretudo, para a consecução do *novo* projeto imperial<sup>3</sup> urdido como saída para a crise política e econômica do Reino.

No cerne das políticas tecidas a partir da nova corte, o poder central toma o papel de árbitro que irá se defrontar com as pretensões de autonomia e os interesses econômicos dos grupos de poder locais. Tal fato exigirá dos administradores régios grande capacidade de articulação e, ao mesmo tempo, a atração de novos interlocutores e investidores, a partir de suas próprias redes privadas de relacionamento.

O exemplo do Conde de Linhares, ainda que numa análise superficial, nos mostra como o exame das trajetórias políticas e pessoais de alguns personagens envolvidos na faina administrativa do Reino podem se constituir em importante chave de entendimento das estratégias de governabilidade do projeto imperial luso, no contexto em questão. No presente artigo, enfatizamos o estudo da carreira e das relações pessoais de uma das figuras mais significativas da administração da nova corte: o intendente de polícia Paulo Fernandes Viana.

#### A Intendência e o intendente: conexões locais, regionais e imperiais

Logo após o desembarque no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, em março de 1808, o príncipe-regente D. João tratou de instalar a burocracia da nova corte. Entregue Portugal a um governo provisório, era o momento de estabelecer o novo ministério e uma reorganização institucional que garantisse a governabilidade do Império.

Característica marcante de tal reorganização, a continuidade das instituições do Reino, no sentido de um “mimetismo” em relação às suas matrizes, foi um aspecto já notado pela historiografia. Tais instituições, no entanto, tiveram de conviver com situações que exigiram sua adaptação à realidade de uma cidade colonial repentinamente transformada em sede do Império luso e nexos de uma política de promoção da sua integridade:

“O Rio de Janeiro ia sendo gradativamente transformado em uma espécie de corte *miniaturizada*. O Império português passava, então, a ter duas Casas de Suplicação, duas Mesas do Desembargo do Paço, e assim por diante. O governo na cidade e na Capitania foi sendo, pouco a pouco, como que engolido por esta complexa massa de órgãos governativos, sendo progressivamente criados; instituições que tanto tratavam dos assuntos da Coroa, quanto do Império, das Capitânicas do Brasil e de sua cidade-sede, a corte do Rio de Janeiro.”<sup>4</sup>

Com a Intendência da Polícia não foi diferente. A criação da Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil foi uma das primeiras providências administrativas tomadas por

D. João ao chegar à cidade. Este órgão, reedição do que existira antes em Lisboa, foi criado com o objetivo principal de manter a ordem e o bem comum, de acordo com os princípios de civilidade que deveriam reger a cidade-corte. Durante os anos 1808 e 1821, esteve sob a liderança de Paulo Fernandes Viana, funcionário de confiança do regente.

Como descrito no edital de criação da Intendência da Polícia de Lisboa,<sup>5</sup> a Polícia da Corte efetuava o registro dos habitantes e o controle da circulação da população em geral (com especial ênfase nos estrangeiros), a repressão a ajuntamentos que poderiam culminar em planos de sedição e a prevenção e o combate aos crimes comuns, conteúdos relacionados às noções de *bem comum e civilidade*.

Contudo, como a sua congênere lisboeta, esta realizava também inúmeras obras públicas, lançando novas posturas e propondo modificações na aparência da capital, de modo a aproximá-la do ideal de sede da monarquia. Assim, enquanto interfere no espaço social, a Intendência Geral da Polícia se defronta com a tarefa de fazer-se reconhecida como gestora legítima de um novo padrão de urbanidade, frente às instâncias de poder tradicionalmente encarregadas do ordenamento urbano e dos comportamentos citadinos. Nesse afã, esta se depara com o Senado da Câmara, órgão de representação das elites locais e que até então se ocupava da administração da cidade.

Mas se num primeiro momento a esfera de ação da Polícia da Corte parece limitada à gestão da cidade do Rio de Janeiro, numa análise mais profunda, percebemos os trabalhos da Polícia da Corte estabelecem um jogo de recomposição de poderes, envolvendo acordos e disputas entre a nobreza adventícia e o *homens bons* da cidade e região. No cerne dessas negociações, encontramos questões como as oportunidades de mercado, a integração das diferentes porções coloniais ao centro, a valorização de terrenos e outros imóveis, os incentivos tributários, a captação de recursos para manutenção das obras, as demandas pelo abastecimento regional e a carência de mão de obra. Resta-nos indagar, portanto, sobre o perfil do administrador posto à frente de tamanha empreitada e a base sobre a qual constrói sua alargada autoridade.

Cruzando dados biográficos com a documentação produzida pela Intendência entre os anos 1808 e 1821 e o relato apresentado pelo próprio Paulo Fernandes Viana ao final das suas atividades<sup>6</sup>, o resgate das relações pessoais e da carreira de Paulo Fernandes Viana permitiu-nos compor uma espécie de trajetória deste homem. Foi possível notar que uma ampla gama de problemas relacionados à própria geopolítica das regiões coloniais do Brasil eram tratados

Relações exteriores, José da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco foi o responsável pelo sucesso das mudanças e tendências nos dez anos que coordenou a diplomacia no Brasil entre 1902 e 1912.

A lógica desse projeto se baseava no pressuposto de que, sendo a República uma evolução do Novo Mundo, não fazia sentido vincular o país à Velha Europa. Tornou-se imperativo repensar a inserção internacional do Brasil a partir do próprio continente, pressupondo uma fraternidade entre os países americanos. Contudo, essa tendência se atenuou na medida em que se impôs uma realidade diferente daquela que havia sido idealizada, em virtude de interesses nacionais distintos e concorrentes entre as unidades nacionais.

Naquele contexto, segundo Pereira<sup>3</sup>, reeditou-se a Doutrina Monroe em duas frentes: i) uma agressiva que pretendia determinar a sorte dos países que infringissem as regras de segurança norte-americana, como prevenção contra ingerências europeias, e, ii) uma linha menos hostil que utilizava essa doutrina como filosofia aglutinadora do pan-americanismo, para amenizar as descortesias provocadas pelos ensaios imperialistas da primeira frente. Rio Branco, o então ministro das Relações Internacionais do Brasil, sabedor das estratégias implícitas na filosofia pan-americanista, utilizou como argumento as comparações possíveis entre os dois países para apoiar pretensões norte-americanas no continente. Fez isso quando percebeu a utilidade de ter esse país a favor ou, pelo menos, não contra a resolução de possíveis conflitos territoriais com países vizinhos ou mesmo com países do velho continente.

Esse posicionamento, no entanto, não significou um descarte das relações com os países sul-americanos e Europa. Rio Branco buscou utilizar esta aproximação como trunfo na viabilização de interesses nacionais como a solução de litígios fronteiriços, o alcance de uma preponderância do Brasil na América do Sul, o prestígio e reconhecimento mundial, bem como a garantia do modelo agroexportador pela intensificação do comércio cafeeiro, pois afinal os Estados Unidos eram os nossos maiores compradores.

O contexto histórico descrito (últimas décadas do século XIX e início do século XX), também foi o período de circulação da *Revista Americana*. Nele ocorreram intensos debates intelectuais entre brasileiros e sul-americanos em virtude das modificações que ocorreram nos campos político e cultural – segundo Castro<sup>4</sup>, havia uma preocupação em construir uma nova identidade nacional, ou seja, pensar a realidade brasileira como parte integrante do concerto internacional. Muitos pensadores como Joaquim Nabuco, Hélio Lobo e Oliveira Lima se empenharam na discussão sobre o passado e o futuro do Brasil e por extensão da América do

Sul, que passou a ganhar um destaque. O objetivo era o de entrar no círculo da modernidade e, portanto, procurou-se construir imagens do país que o diferenciasse ou o aproximasse dos outros países do continente americano.

Santos<sup>5</sup> se dedicou a analisar a construção da identidade internacional do Brasil desde o processo de independência até a República. Ele defende que apesar da identidade internacional do Brasil ter sido formulada desde a independência, e ter adquirido características distintas, sempre teve como referência fundamental a América. No entanto, teria sido a partir da proclamação da República que as definições da política externa brasileira foram consolidadas: a vocação pacífica e não intervencionista do Brasil e a vocação multilateral, no contexto do pan-americanismo e nas iniciativas universais.

Em pesquisa anterior, Fabriz<sup>6</sup>, foi possível perceber que esses contornos da diplomacia brasileira apontados por Santos também foram retratados nas representações que Joaquim Nabuco fez circular a partir dos discursos em que ressaltava a aproximação necessária entre Brasil e Estados Unidos. O diplomata Joaquim Nabuco estava em consonância com o projeto maior da construção da identidade internacional, liderado pelo Ministro das Relações Externas, José Maria da Silva Paranhos Júnior.

Nesse sentido, o Estado brasileiro teve uma função fundamental no processo de aproximação internacional: o de assegurar e facilitar o fluxo de trocas que os homens espontaneamente estabelecem entre si,<sup>7</sup> e aproveitar dos canais naturais de comunicação para atribuir uma dimensão cultural às relações diplomáticas entre os Estados. Não é absurdo afirmar que a *Revista Americana* fosse parte desse projeto de trocas culturais das nações.

Seguindo nessa direção, Cervo & Bueno<sup>8</sup> e Santos<sup>9</sup> afirmam que ao Sul do continente formou-se outro subsistema dependente dos Estados Unidos em menor medida e ligado ideologicamente por meio do pan-americanismo que era constituído por Brasil, Argentina e Chile. Havia outras propostas de repensar o lugar do Brasil nas relações internacionais. Silva<sup>10</sup>, ao estudar a atuação dos historiadores Ricardo Levene e Max Fleiuss destacou que neste período do início do século XX também houve uma transformação no olhar das ex-colônias de Portugal e Espanha em relação às suas metrópoles; visto que foi projetada uma reaproximação a partir de uma releitura da história, que propunha a construção de um passado que havia sido necessário para a formação das nações. Esta releitura propunha uma valorização ao colonialismo ibérico principalmente por parte do Brasil e Argentina como uma forma de modernizar-se (visto que estavam atrasados em relação à Europa).

Selecionamos analisar neste artigo os textos publicados pelo diplomata brasileiro Joaquim Nabuco e do argentino Francisco Felix Bayon na publicação supracitada a fim de compreender que representações de pan-americanismo eram compartilhadas pelos dois intelectuais e que ações eram apoiadas pelos mesmos no sentido de viabilizar o projeto de pan-americanismo.

Dentro da análise que aqui apresentamos, alguns conceitos são de extrema importância. Trata-se do conceito de opinião pública de Jean-Jacques Becker<sup>11</sup> que propõe que não há política que possa se desenvolver por muito tempo, desprovida de vínculos estreitos com as tendências dominantes da opinião pública. Igualmente nos foram úteis os conceitos de representação, circulação, prática e apropriação propostos por Chartier<sup>12</sup>. O presente artigo também está inserido no campo da História dos Intelectuais, que abrange a questão das relações entre as ideologias produzidas ou veiculadas pelos intelectuais e a cultura de sua época. Consideramos os articuladores da *Revista Americana*, como membros das elites da mediação cultural de acordo com o conceito de Jean-François Sirinelli<sup>13</sup>, dotados de certa capacidade de ressonância e de amplificação. Finalmente, foi importante o conceito de diplomacia cultural elaborada por Ribeiro, que afirmou que •o Estado continua a deter uma função primordial nos processos de aproximação internacional: a de assegurar e facilitar esse fluxo de trocas que os homens espontaneamente estabelecem entre si.,<sup>14</sup> Ainda de acordo com este autor, adotando esta estratégia cada vez mais os Estados conseguem tirar partido dos canais naturais de comunicação, para conferir uma dimensão cultural às relações diplomáticas que mantêm entre si.

## **REPRESENTAÇÕES DE AMÉRICA E PAN-AMERICANISMO**

Joaquim Nabuco exerceu a função de diplomata em Washington, entre 1905 e 1910 e aliou o ofício de escritor a uma estratégia e visão diplomáticas que visavam aos benefícios de uma aliança entre o Brasil e os Estados Unidos. Nabuco pretendia impor um conceito e uma doutrina de uma civilização das Américas, vinda do Brasil, liderada pelos dois grandes países do continente e sustentada pelas experiências que tiveram em comum na transformação de Colônia à República. Para realizar esta nova política de raiz cultural, Nabuco se valeu de seu vasto carisma pessoal visível nas elegantes recepções na embaixada brasileira em Washington e no seu domínio da retórica, aprimorado nos estudos de Camões, nos discursos abolicionistas e na composição da obra biográfica do pai, o senador Nabuco de Araújo, escrita por ele.

Podemos perceber que durante sua atuação, Joaquim Nabuco falava dos aspectos culturais das nações e participava do cotidiano dos norte-americanos, oferecendo banquetes e se relacionando com figuras locais proeminentes – era figura frequente nos periódicos de Washington e de New York.

O diplomata era sabedor dos objetivos de solidariedade continental e discursava no intuito de promover essa aproximação através de uma retórica pan-americanista. Apontava o continente americano como um fruto único das imigrações europeias em solo, diferenciado e defendia a necessidade de promover uma aproximação entre a maior parte das nações americanas, no sentido de desenvolver o continente. O caráter americano, que seria a unidade decorrida da similaridade dos modos de vida, também seria o símbolo do rompimento colonial e com o imaginário do Antigo Regime. Assim como outros representantes da intelectualidade sul-americana, publicou artigos na *Revista Americana* para divulgar a imagem de Brasil como país pacífico, líder sul-americano e possível aliado dos Estados Unidos no sentido de promover uma nação pan-americana no continente.

Dentre o conjunto de conceitos, que entendemos aqui como as representações que Nabuco quis fazer circular nos espaços de sociabilidade dos banquetes, discursos e da *Revista Americana*, destaca-se o pan-americanismo como a representação maior, que se desdobra em paz, modernidade, solidariedade e civilização.

Uma das convicções de Nabuco residia na importância da opinião pública, como espaço de circulação das representações do pan-americanismo. A partir dela, seria possível que outros representantes da intelectualidade também se apropriassem das representações de pan-americanismo proposta pelo diplomata brasileiro. Ainda defendia que quanto maior uma nação, menos apta para prescindir dela, visto que, para além de certo limite, só podem as nações ver e ouvir através de seus jornais. Mesmo os diplomatas foram colocados como dependentes dessa classe, que é responsável por reunir e agilizar as notícias internacionais.

Nos artigos publicados na *Revista Americana*, Nabuco defendeu a necessidade de reconhecer a importância da América para o mundo; importância esta que ia além do tabaco. A América seria o continente da paz em virtude da influência dos colonizadores europeus que vieram por escolha própria. Tratava-se de países formados a partir da imigração livre, onde as raças europeias se aliaram e trocaram a velha alma por uma alma americana, que proporcionava a individualidade.<sup>15</sup> Dessa forma, a nação americana fora criada pelo sentimento de pátria e de liberdade.

No mesmo texto, aponta civilização como sinônimo da melhora das condições da humanidade na América do Norte e aponta esse desejo para o restante da América Latina:

Temos, entretanto, realizado uma obra considerável de civilização vencendo grandes dificuldades e creio que em nenhum outro lugar se poderiam escolher typos mais belos de homens e de mulheres como em nossas diversas nações. Nutrimos a esperança de que honramos os nossos troncos nativos e que mostramos, comparados com eles, traços da mesma evolução que apresentaes comparados com a raça inglesa. Muitos ideaes do mundo são, pelo menos em parte, sustentados pela nossa fé e, sem que isso seja notado, devido ao nosso isolamento [...].<sup>16</sup>

No artigo *A aproximação entre as duas Américas*, Nabuco defende uma aproximação entre América Latina e EUA, cujo efeito seria a lenta americanização do otimismo, intrepidez e energia.

Nessa direção, era convicção de Nabuco que as conferências Pan-Americanas deveriam ser permanentes e ter um caráter de periodicidade, se transformando em assembleias diplomáticas que não teriam o intuito de apontar erros ou apelar para a simpatia; mas sim construir uma opinião pública pan-americana. Isso porque estas conferências seriam uma estratégia para criar espaços de sociabilidade em que circulariam as representações de América.

A par da distante e vaga opinião do mundo, é necessário a construção de uma maneira de pensar americana comum, ampliada pela concentração direta de nação a nação. Para que estas conferências se tornassem realidade, o primeiro passo seria que cada um fosse educado no sentido de respeitar a diversidade da raça humana em nome de um alargamento do horizonte intelectual e de um empenho dobrado de compreensão. Esta também se mostra uma das convicções do diplomata em seus discursos.

O pensamento político de Nabuco indica que existia um componente solidário e de aproximação com os países americanos, coordenado com outros elementos ligados à visão hierarquizada dos países, na ideia de relacionamentos preferenciais independentes e na perseguição de interesses nacionais brasileiros alheios a de outros.

Além do embaixador Nabuco, outros intelectuais da América Latina construíram uma opinião a respeito dos interesses e consequências de uma aproximação entre Estados Unidos e os outros países do continente americano.

O posicionamento do intelectual argentino Francisco Felix Bayon, por sua vez, se resume à opinião de que a diplomacia deveria atuar como instrumento pacificador e como meio civilizador para garantir uma política internacional coerente e a serviço da coletividade sul-



americana. Deixou esta colocação clara nos discursos •*Virtud de una alianza em la Política latino-americana* e •*Solidariedad intelectual de Hispano -America*<sup>17</sup>, publicados ambos em Junho de 1910. Nestes escritos, afirmou que a civilização é um meio e não um fim para a realização da justiça e do bem, por isso, multiplicar estes meios é aperfeiçoar-se. Nesse sentido, apesar de não privilegiar uma aproximação entre Brasil e Estados Unidos, até mesmo porque o autor era argentino, essa representação é semelhante à de Nabuco, visto que ele também compreendia união pan-americana enquanto sinônimo de paz continental e solidariedade.

Bayon defendeu uma aliança entre os países latino-americanos como um meio de aperfeiçoar a civilização, não necessariamente privilegiando os Estados Unidos nessa aproximação. Essa, em linhas gerais, seria a missão dos homens americanos. Nesse sentido, a diplomacia, assim como a política, a pátria, a escola, a arte, a religião e o casamento eram considerados pelo mesmo como os meios civilizadores destinados a integrar o ser. Por isso, propunha uma diplomacia à serviço dos interesses americanos; e não norte-americanos.

Bayon também asseverou que muito se discutia sobre a importância da formação de alianças defensivas entre nações de raças, religião e idioma distintos, pois a opinião geral era a de que as alianças consolidam a paz. No entanto, pensava que estas não seriam capazes de fazer desaparecer os conflitos armados. Em outras palavras, não acreditava que uma aproximação preferencial com os norte-americanos eliminaria a ameaça de intervenção armada por parte desse país. Por isso, pensava que seria necessário selecionar o aliado e buscar na aliança o meio de evitar conflitos; mas uma aliança que proporcionasse o equilíbrio, pois o excedente altera a paz. Falava dessa maneira, pois acreditava que •*la inferioridad es peligrosa y se hace necesario entonces que la alianza intervenga para detener la inclinaci...n de la balanzá*<sup>8</sup>,

Falava isso, pois naquele momento, os países americanos não tinham preocupações de guerra, no entanto, as aspirações de querer ser o mais forte e o mais influente poderiam romper com o equilíbrio internacional e direcionar a opinião em um sentido ou outro. Seguindo nessa direção, afirmou que nada de progresso seria possível na América sem o culto à liberdade e à ordem, que são as bases insolúveis da felicidade dos povos. Ou seja, além de se apropriar da representação de pan-americanismo como paz e solidariedade continentais, acreditava que liberdade e ordem também comporiam essa união.

Nesse sentido, afirmou que em nome do ideal pan-americano, os países deveriam se reunir para pensar as rivalidades de mercado, a segregação de territórios e os novos limites que estes

trouxeram e resolver as inquietações para que não se multipliquem as inquietudes. Dessa maneira, assim como o diplomata Nabuco, Bayon sugeria uma periodicidade das conferências pan-americanas no sentido de diminuir as distâncias entre as nações, e propiciar o equilíbrio dessa união, única maneira de evitar conflitos. Pensava que o mau uso da diplomacia apenas traria um continente preso a um passado cheio de misérias e aspirações.

A respeito dos países latino-americanos, defendia que era indispensável que a diplomacia fizesse uso das alianças, mediante as quais se dissipariam os receios. Pensava dessa maneira, pois já existiam exemplos de como uma crise dos EUA poderia afetar o mundo e o mesmo poderia ocorrer com a América Latina, visto que dela eram exportadas quantidades enormes de produtos que enriquecem os bancos europeus.

Assim, propunha uma aliança entre as nações Brasil, México, Chile, Argentina e Peru como medida importante para a defesa dos avanços estrangeiros e como meio de engrandecimento nacional. •Yo sé que las alianzas tienen una virtud y por eso las aplaudo, y sé también que, cuando en las relaciones de los pueblos no se tienen ideales definidos y se vive de impresiones oportunistas, se intriga, se altera la paz.,<sup>19</sup>

No sentido de fomentar essa aliança entre nações latino-americanas, afirmou seu desejo de ver realizados os propósitos de solidariedade intelectual entre os hispano-americanos. Assim como o diplomata Nabuco, afirmava que a imprensa teria muito que fazer, e o seu dever seria o de ordenar, levar informações sobre esses países e de ilustrar, no sentido de fazer circular uma representação do que seria América. Destacou a imprensa como meio mais vantajoso para a divulgação das representações discutidas na conferência e mesmo as cartas poderiam dar conta dos acontecimentos, desenvolvimentos e missões de cada país. Nesses espaços de circulação, os intelectuais deveriam discutir o Direito Público e Privado, a Escola, a Justiça, a defesa nacional, a imigração e outros interesses gerais, sendo que imigração e escola seriam os pontos de maior relevância (a seleção dos imigrantes e a criação de escolas).

Além disso, seria necessária a cumplicidade entre os intelectuais para ocorrer uma determinação dos rumos que a América; e que os convênios e tratados deveriam celebrar questões intelectuais e sociais a fim de determinar quais eram os melhores princípios para cada um dos países. Em outras palavras, as trocas entre intelectuais latino-americanos vinham no sentido de promover um equilíbrio no desenvolvimento das nações, de forma que todas estas se mantivessem em ritmo parecido de desenvolvimento.

Além das conferências pan-americanas, afirmou que essas representações deveriam ser parte dos programas dos institutos docentes americanos de forma a fazer circular entre os intelectuais dos determinados países tais maneiras de se dar a ler. De acordo com Bayon, as relações estabelecidas dessa maneira, através de um intercâmbio intelectual seriam um meio de contribuir para a unidade do direito, por exemplo. E se as relações internacionais entre os homens hispano-americanos até aquele momento eram pouco cultivadas, afirmou que isso deveria mudar, pois fazia com que obras de outros países fossem pouco conhecidas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível perceber que tanto Joaquim Nabuco como Bayon tiveram a intenção de divulgar o continente americano como fundamental para a economia mundial e como o continente da paz. Na escrita dos dois intelectuais foi possível perceber que as representações de paz, não intervencionismo e multilateralismo tem sentido e função que transcendem seus sentidos em si. Isso é, juntas representam a intencionalidade dessa aproximação entre as nações sul-americanas. Ao mesmo tempo, também era comum falar de americanismo como abrangendo todo o hemisfério ocidental. Nabuco foi um colaborador da aproximação do Brasil com Estados Unidos, bem como com o restante da América, vista por ele como um continente de paz e hemisfério neutro, em contraposição ao sistema de rivalidades da Europa. Finalmente, não é absurdo supor que Bayon compartilhava da representação de pan-americanismo divulgada por Nabuco em seus discursos, além de propor, assim como o diplomata, a necessidade de tornar periódicas as conferências e fazer circular os assuntos decididos nas mesmas. Ou seja, propunha um fortalecimento da comunidade intelectual preocupada com o desenvolvimento da América-Latina por meio do uso da imprensa, de livros e cartas. Tal atitude significaria uma maior participação do continente na ordem internacional.

---

<sup>1</sup> A autora é Mestra do Programa de Pós Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS/UFES). Atualmente é Doutoranda do mesmo programa. Orientadora: Dra. Juçara Luzia Leite. E-mail: [lmfabriz@gmail.com](mailto:lmfabriz@gmail.com).

<sup>2</sup> CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

<sup>3</sup> PEREIRA, Paulo José dos Reis. A política Externa da Primeira República e os Estados Unidos: a atuação de Joaquim Nabuco em Washington (1905-1910). In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Número 48. Páginas 111-128. 2005.

<sup>4</sup> CASTRO, Fernando Vale. *Pensando um continente: A Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

---

<sup>5</sup> SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *O dia em que adiaram o carnaval: Política Externa e a Construção do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

<sup>6</sup> FABRIZ, Larissa Milanezi. *Joaquim Nabuco: pan-americanismo, circulação de representações e relações de poder (1905-1910)*. Orientadora: Juçara Luzia Leite. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2014.

<sup>7</sup> LEITE, Juçara Luzia. Diplomacia Cultural e História da Educação: Circulação de Representações nas Relações Exteriores. In: *Horizontes*. V. 29. N. 2, p. 85-91. Jul-Dez, 2011.

<sup>8</sup> CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

<sup>9</sup> SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *O dia em que adiaram o carnaval: Política Externa e a Construção do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

<sup>10</sup> SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro Da. Diálogos Intelectuais e Escrita da História: Reaproximação entre antigas colônias e metrópoles no início do século XX. In: NEDER, Gizlene, & SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro Da. Anais do 3º Colóquio Internacional do Laboratório Cidade e Poder. *A América Ibérica e as Relações Ibero-Americanas no Contexto do MERCOSUL*. Niterói, RJ: PPGHISTÓRIA-UFF, 2011. ISBN 978-85-63735-05-8.

<sup>11</sup> BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: REMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

<sup>12</sup> CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro / Lisboa: Bertrand Brasil / DIFEL, 1990.

<sup>13</sup> SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: REMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

<sup>14</sup> RIBEIRO, apud LEITE, Juçara Luzia. Diplomacia Cultural e História da Educação: Circulação de Representações nas Relações Exteriores. In: *Horizontes*. V. 29. N. 2, p. 85-91. Jul-Dez, 2011. P. 86.

<sup>15</sup> NABUCO, Joaquim. A Parte da América na Civilização. *Revista Americana* € uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909-1919). €Ed. Fac-similar. €Brasília: Senado Federal, 2001. P. 23-36.

<sup>16</sup> Idem, p. 35.

<sup>17</sup> BAYÓN, Francisco Félix. Virtud de uma alianza en la Política latino-americana. & Solidariedad intelectual de Hispano-America. *Revista Americana* € uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909-1919). €Ed. Fac-similar. €Brasília: Senado Federal, 2001. P. 141-162.

<sup>18</sup> Idem, p. 142. •A inferioridade ŝ perigosa e, portanto, ŝ necessario que a alianfa intervenha para deter a inclinação da balança., (Traduf.,o da autora).

<sup>19</sup> Idem. P. 156. Eu sei que as alianças tem uma virtude, e por isso as aplaudo, e sei também que, quando não se tem ideais definidos nas relações entre os povos, se vive de impressões oportunistas que intrigam e alteram a paz. (Tradução da autora.).

## **Aspectos da política externa no Governo Geisel: novas diretrizes no quadro de abertura**

Autor: Leandro Arraes Liberali

Mestrando em História na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Antonio Souza Mendes

Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Beatriz de Moraes Vieira

e-mail: learrali@gmail.com

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

---

Este trabalho pretende apontar alguns aspectos da política internacional do regime militar durante o governo Geisel. O objetivo é esboçar como mudanças na política externa do Palácio Itamaraty serviram como indicação de mudança institucional e base de tensão no meio militar. Deste modo, o propósito é indicar como algumas das novas diretrizes se encaixavam no processo de abertura política que tomou forma ao longo desse governo. O grupo então no poder, os *castelistas*, também autodenominados *moderados*, tinha como figuras chave a díade Ernesto Geisel-Golbery do Couto e Silva – não se pode esquecer que este é apontado como principal articulador do Golpe de 1964<sup>1</sup>. Seu objetivo agora era impor uma agenda internacional que ia de encontro com o radicalismo imposto e cultivado desde a implantação da ditadura, e que neste momento tinha sua representação na figura do General Sylvio Frota, Ministro do Exército.

Tendo em vista que a instrumentalização do esquecimento do período pelos que se beneficiaram da ditadura e por interesses políticos dos articuladores da abertura podem ser utilizados como arma política contra as democracias, aderimos à proposta de um estudo cuidadoso de uma história que é recente e esquecida: os processos de redemocratização.<sup>2</sup> Esse trabalho aborda como questões internacionais foram instrumentalizadas para, em diferentes momentos, atingirem distintas finalidades. Pretende-se esboçar que a guinada de aspectos das relações exteriores fazia parte da estratégia dos *castelistas* como indicativo de mudança nas diretrizes do regime tendo como alvo a própria classe militar, única capaz de dificultar ou obstruir quaisquer que fossem as políticas do governo, em especial, a famigerada *linha dura*.

Alguns dos casos aqui apontados são especialmente interessantes por terem sido largamente utilizados na articulação da campanha contra João Goulart que culminou com a concretização do Golpe de 1964. As questões partem do livro *O Outro lado do poder*, de Hugo de Andrade Abreu, então Chefe do Gabinete Militar e Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, órgão encarregado, entre outras coisas, de encaminhar e fazer aprovar as

políticas do governo, além de funcionar como elo entre Geisel e o Chefe do Gabinete Civil, Golbery do Couto e Silva, com o núcleo militar, diga-se, a *linha dura*, então representada na figura de Sylvio Frota, Ministro do Exército.

### **O restabelecimento das relações diplomáticas com a China**

O primeiro caso submetido à consideração do CSN foi o restabelecimento de relações diplomáticas com a China comunista. A situação era que o Brasil, ainda seguindo a linha dos EUA desde 1952, considerava a Ilha de Formosa, com 15 milhões de habitantes, representante do povo chinês, que tinha mais de 800 milhões de habitantes e estava sob a liderança de Mao-Tsé-Tung. Para o secretário-geral não haveria mais razão para tanto, e apontava que isso não passava de uma fantasia mantida artificialmente pelo governo norte-americano. Tirava essa conclusão do fato de que apenas este país, entre os grandes, ainda não reconhecia o Governo de Pequim, e que mesmo a ONU já o havia feito. Hugo Abreu não considerou este caso apenas o reflexo de submissão e servilismo aos norte-americanos, embora admitisse que havia esse sentimento. Mas levou em conta que, se os países comunistas eram olhados com desconfiança, Cuba e China eram vistos como “verdadeiros 'bichos-papões’”, e os anticomunistas extremados propagavam: “Mas como ter relações diplomáticas com a China? Como controlar a avalanche de propaganda comunista que virá sobre nós?”.<sup>3</sup>

O governo incluía esse redirecionamento no imperativo da necessidade de manutenção do desenvolvimento econômico do país. Fazia parte de um realinhamento da política externa com o objetivo de incrementar relações comerciais, garantir o suprimento de matérias primas e o acesso à tecnologia moderna. Tudo de acordo com a política do “pragmatismo responsável”, caracterizada por deixar de dar prioridade a princípios ideológicos, mas mantendo a ideia de que esses continuavam fazendo parte das preocupações do governo e harmonizavam com a doutrina de segurança nacional. Por vezes se acrescentava o termo “ecumênico”, referente ao caráter universalista que consideraria todas as possibilidades de aumento das relações internacionais do país,<sup>4</sup> o que significou também o não mais alinhamento automático com os norte-americanos, embora se mantivesse o alinhamento ideológico. Hugo Abreu considerava a doutrina sintetizada pela primeira expressão como acertada, resumindo-a em: respeitados os compromissos assumidos e os direitos das nações, a atitude do Brasil deveria ser pragmática, ou seja, seriam adotadas as atitudes que melhor atendessem aos interesses brasileiros.<sup>5</sup>

Os argumentos de uma nova era da economia brasileira e de uma política externa “ecumênica e pragmática”, baseada em princípios de respeito mútuo da soberania e não intervenção nos assuntos internos do outro país parecera não convencer Sylvio Frota,

descendente político de Costa e Silva e de linha ideológica semelhante ao dos presidentes anteriores. Segundo ele a argumentação do governo era uma “comédia de afirmações”, que tornariam o país suscetível à infiltração de agentes de espionagem e alvo de ingerência internacional. Acreditava que os “quase 900 milhões de chineses, em busca de vazios de ecúmenos e de domínio político, carreando para áreas cobiçadas da África negra e, talvez, América do Sul, o marxismo, transformado em fanática religião maoísta”<sup>6</sup> não trariam benefício nenhum para a segurança interna. Denunciou ainda a perseguição e morte de 800mil chineses na Revolução Cultural. Estas informações, apenas alguns exemplos da mentalidade da *linha dura*, teriam como base um longo e profundo estudo da segunda seção do Estado-maior do Exército, órgão o qual ainda chefiava.<sup>7</sup>

Esse era um tipo de discurso que havia servido mais vastamente antes, quando da aglutinação de setores golpistas e na campanha contra João Goulart. A prova foi a prisão de uma missão chinesa que em 1964, sob Castelo, visitava o Brasil para a instalação de um escritório comercial, entre os quais se encontravam alguns jornalistas. Foram então presos, processados e condenados como espiões, subversivos e agitadores, o que era “bem característico do ambiente que se criara aqui contra o Governo da China comunista”, lembrou Hugo Abreu, que após 15 anos, e já depois do contato com a realidade do governo, pôde admitir o “absurdo cometido”. Na ocasião decretou-se por fim a expulsão dos chineses. Entretanto, é interessante o apontamento de que nas discussões entre os dois países, esse fato foi algumas vezes levantado pelos chineses, já que alguns deles ocupavam agora importantes cargos no governo de Pequim<sup>8</sup>, “embora reconhecessem que o assunto estava superado e fora produto do excitamento natural de uma época de vitória revolucionária”.<sup>9</sup>

Apesar de Geisel ter como objetivo o estabelecimento das relações diplomáticas com a China, todos os sete membros militares do CSN votaram contra a proposta. Podendo simplesmente ignorar esses votos, preferiu que Hugo Abreu fosse aos generais solicitar que mudassem de posição, cinco deles atenderam ao pedido, para assim dar legitimidade militar à decisão.<sup>10</sup> Considerando o parecer de Sylvio Frota demasiadamente incisivo, e que como membro da equipe da presidência não poderia contrariá-la dessa forma, o ministro manteve o voto desfavorável, mas apontou para a autoridade de Geisel em definir o assunto. O acordo foi assinado solenemente no dia 8 de agosto de 1974, em Brasília.

Se no período do Golpe o discurso da aproximação do governo com o comunismo chinês fora política e ideologicamente utilizado no convencimento, aglutinação e mobilização de setores golpistas, nesse momento as relações com o mesmo país deveria ter outra finalidade. Cabe lembrar que a intenção do governo, apesar do arcabouço econômico e

diplomático eficazmente utilizado, era eminentemente política, uma vez que estatísticas demonstravam que o incremento do comércio era a princípio irrisório<sup>11</sup>. Assim, esse esforço também deve analisado dentro de uma estratégia mais ampla. Os *castelistas* sabiam que para ter sucesso na derrubada de Jango fora preciso criar um clima favorável<sup>12</sup>, o mesmo era preciso fazer agora para se criar um clima de abertura entre os militares, mas havia um empecilho que era velho conhecido e perigoso, a *linha dura*. Vejamos outras indicações.

### **O voto de abstenção em relação a Cuba**

No ano de 1974, em Tlatelolco, México, países latino-americanos fizeram pressão exigindo o fim das sanções econômicas contra Cuba, o que se concretizou em parte na XVI Reunião de Consulta de Ministros de Relações Exteriores da OEA, em 1975, quando uma resolução com voto favorável dos EUA liberou o estabelecimento de relações diplomáticas com a ilha.<sup>13</sup> De acordo com essa nova sinalização internacional de reaproximação com Cuba e a ligeiríssima diminuição da inflexibilidade norte-americana contra o Governo de Fidel Castro, o Itamaraty propôs o voto favorável à suspensão das sanções econômicas e o ingresso daquele país na OEA. O voto foi estudado pela Secretaria-geral do Conselho de Segurança, que tendo como base a repercussão interna negativa que teria na “área revolucionária”, “ainda muito impressionada com o papel desempenhado pelo Governo de Fidel Castro como exportador de comunismo e subversão”<sup>14</sup>, optou pela abstenção.

Geisel era inicialmente favorável à proposta da reintegração plena de Cuba<sup>15</sup> mas fora convencido pela argumentação de Hugo Abreu, optando pela abstenção. O raciocínio era que se por um lado não havia interesse do Brasil em manter as sanções, por outro votar contra seria hostilizar a “opinião da maioria da área militar, que eu [ele] sabia contrária a qualquer medida simpática a Cuba”<sup>16</sup>. Sua intervenção, em oposição à de outros assessores, foi no sentido de evitar o tensionamento militar, o que mesmo assim não deu bons resultados, pois a abstenção foi vista como ato de complacência, especialmente por Frota, que quando foi demitido do governo emitiu nota acusando, entre outras coisas, que o voto foi uma demonstração de “simpatia a um país comunista, exportador de subversão”.

De fato, assim como a China comunista, a presença da Revolução Cubana fez parte da ampla campanha golpista de 64, e da mesma forma que a “China nas Américas”, uma “outra Cuba” no continente frequentava assiduamente os pesadelos dos “revolucionários”. Sylvio Frota alegava o desprezo de Cuba pela OEA com suas intervenções nos países da América do Sul, como o “movimento guerrilheiro chefiado por Ernesto Che Guevara, na Bolívia” e a incitação subversiva dos Tupamaros no Uruguai. Para ele a exploração do princípio da não-intervenção do governo brasileiro como base do interesse inicial na suspensão das sanções



entrava em paradoxo direto com o caráter intervencionista da ilha, que não dera sinal algum de que não continuaria a fazê-lo. Frota também só ficou sabendo da intenção inicial do governo através de rodas de militares ligadas ao EMFA, e que só houve a alteração da pauta pelo “trabalho cauteloso e persistente” de Hugo Abreu. Reclamou ainda que a decisão ficou restrita ao pequeno grupo em torno de Geisel, que não levou decisão de tamanha importância para a segurança nacional para a análise dos ministros militares. Por isso, a abstenção foi vista como omissão do governo.<sup>17</sup>

Cabe lembrar que a aplicação de sanções econômicas e o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com Cuba ocorreram trinta dias após o golpe, logo após a posse de Castelo Branco, seguindo obedientemente recomendação do governo norte-americano. Além disso, nos anos iniciais da ditadura o governo demonstrara grande entusiasmo em trabalhar com os EUA no sentido de criar o máximo de dificuldades internacionais possíveis à ilha. “Castelo Branco estava ‘ansioso’ para colaborar completamente em toda a questão cubana”.<sup>18</sup>

Apesar do interesse inicial do governo pela reaproximação, a opção acabou sendo pelo voto de abstenção e manutenção do congelamento das relações. Questões ideológicas militares internas impediram o reatamento de relações comerciais, apesar dos interesses econômicos envolvidos<sup>19</sup>. Porém, o caso de Cuba se torna específico, pois os interesses do governo também se defrontavam com a peculiaridade do papel de destaque simbólico exercido pela ilha na região, o que incluía críticas incisivas de Fidel Castro à repressão da ditadura e seu alinhamento às políticas imperialistas norte-americanas. De fato, essa era uma diferença fundamental entre as políticas externas chinesa e cubana. Enquanto a China dava sinais claros da revisão na sua intervenção ideológica internacional em busca do desenvolvimento econômico interno<sup>20</sup>, Cuba, apoiada nos subsídios soviéticos, mantinha sua intervenção e militância internacionais<sup>21</sup>. O desgaste para o gabinete presidencial em cada declaração de Fidel Castro seria intenso.

### **O voto de condenação do sionismo como forma de racismo**

Outra manifestação internacional, agora na ONU, dizia respeito à condenação do sionismo como forma de racismo. Segundo Hugo Abreu, a moção que estava em debate era a da condenação do racismo em todas as suas formas, mas no último período estava incluída a questão do sionismo, que não foi verificada. Como não teria passado por estudo, o governo reconheceu seu equívoco, procurando corrigir a incorreção do voto dado. Isso só não ocorreu por antes da votação definitiva, o Departamento de Estado norte-americano ter criticado a posição do Brasil, “ferindo os brios nacionais brasileiros”<sup>22</sup>, razão que teria feito Geisel manter o voto inicial. Hugo Abreu considerou o voto um erro, inclusive provocando

dificuldades para o Brasil no mundo financeiro internacional. E concluiu que sua repercussão não foi boa tanto interna, quanto externamente, sendo uma falha, “talvez única”, do Itamarati.<sup>23</sup> Hugo Abreu parecia desinformado nesse caso, uma vez que não passou pelo estudo do CSN. Em sua opinião o Brasil era fundamentalmente antirracista “por sua história, por sua formação étnica, pela cultura e pela própria índole de seu povo, nosso país não aceita o racismo e não acredita em superioridades raciais”<sup>24</sup>, admitir qualquer forma de racismo seria negar-se a si mesmo, seria contrassenso. Não cabe uma análise do racismo brasileiro nesse trabalho, mas essa opinião demonstra, no mínimo, o nível de ignorância social e histórica do caráter do racismo brasileiro. Ou é uma consideração baseada em uma comparação não declarada com o racismo norte-americano, extremamente mais explícito, manifesto e violento do que o que tomou forma no Brasil.

Entretanto, o governo estava bem à parte da situação. Assumindo uma posição que poderia ser considerada progressista em se tratando de uma ditadura, considerava o Estado de Israel uma realidade histórica, com o direito de existir enquanto Estado constituído. Entretanto, isso não implicava a aceitação de “suas reivindicações territoriais, posições políticas e ideológicas ou práticas repressivas em áreas ocupadas”<sup>25</sup>. O posicionamento era que o uso da força e a aquisição de territórios por meio da guerra iam contra os princípios básicos da política externa brasileira. Assim, o povo palestino tinha legítimos e inalienáveis direitos à autodeterminação e à soberania, sendo o exercício desses direitos condição necessária para o estabelecimento de uma paz justa e duradoura na região. Além disso, consideravam a OLP – Organização de Libertação da Palestina – representante do povo palestino, devendo desta forma ocupar seu lugar na ONU. Nesse quadro, o sionismo foi considerado uma forma de racismo e discriminação racial.

Em vista de “dúvidas e incompreensões” dentro e fora do país o governo considerou que sua posição fora deformada, deixando a impressão de que a diplomacia brasileira estaria sendo movida por sentimentos antissemitas, anti-judaicos ou anti-israelenses, o que era falso. Assim, sua posição dissociava o sionista do judeu, uma vez que nem todo judeu migraria para Israel. Também defendiam que muitos judeus por convicções políticas ou religiosas repudiavam o sionismo. Além disso, o judaísmo, como religião, não deveria ser confundido com a política sionista. Por essas, razões o voto brasileiro não poderia ser considerado antissemita, e acrescentavam que o Brasil era uma “democracia racial... livre de discriminações...”<sup>26</sup>. Dessa forma, expressavam o reconhecimento de que a situação de fato apontava para o sionismo como efetivamente um movimento fundamentado em critérios raciais, pois envolvia pertencer a determinado grupo étnico e ter a firme intenção de emigrar

para determinado país. Assim, essa identificação do sionismo como doutrina racial ou exclusivista por parte do governo, não poderia ser considerada racista.

O setor do radicalismo patológico enxergou no voto contra o sionismo a “falta de coerência com os postulados revolucionários de 1964” e a “contradição flagrante com o tradicional respeito às posições alheias, desde que, sob qualquer forma, não afetem nossos direitos, interesses ou compromissos assumidos”<sup>27</sup>. Condenavam a mudança da neutralidade manifesta por abstenções não por serem contra causas justas ou a favor de irracionais discriminações sob a “intolerância do fanatismo ideológico”, mas, entre outras coisas, por que o país passava a integrar um bloco de 72 nações na maioria da órbita soviética, e outros contrários a Israel por motivos econômicos, políticos ou religiosos. Frota firmava sua opinião apropriando-se de todo um lastro histórico que lembrava as perseguições aos judeus por discriminação e intolerância religiosa ao longo dos tempos, incluindo o genocídio nazista. Argumentava que dada a impossibilidade de assimilação judaica onde quer que estivessem eles “se quisessem sobreviver, precisavam de uma base física para instalar-se, e ali viver como povo livre e independente”, o que teria dado força à ideia de pátria para os judeus e então surgido os primeiros vagidos do sionismo. Para ele o sionismo era uma “ardente aspiração judaica a uma Pátria livre”, constituindo movimento político-religioso de cunho nacionalista cujo “único e grande objetivo” era a existência de um Estado judaico. Portanto, não poderia ser confundido com uma forma de racismo ou discriminação racial, e arrematava que tal avaliação “não honra a lógica que conduz o raciocínio na busca da verdade”. Dessa forma, Frota considerava impossível separar sionismo de judaísmo, como o governo havia reconhecido, e sempre que possível fazia referências ao quadro internacional do imperialismo socialista russo.<sup>28</sup>

### **O reconhecimento da independência de Angola**

As relações com a África portuguesa também foram abordadas. Resgatando um passado onde, na visão de Hugo Abreu, o que predominava nas ligações entre o Brasil e Portugal eram os vínculos afetivos. Isso explicaria o fato de o Brasil, uma antiga colônia, vir votando na ONU a favor de Portugal, contra os “anseios de liberdade dos países da África portuguesa”. Aponta que a “Revolução de 1964” manteve o erro, inclusive agravando o fenômeno com a exacerbação dos sentimentos anticomunistas,

fruto da vitória contra o extremado esquerdismo que dominava o Governo João Goulart, e com o crescimento do terrorismo em nosso país, não foi difícil aos nossos extremados de direita confundirem os sentimentos de liberdade das colônias portuguesas na África com simples manifestações comunistas que a nós cabia combater<sup>29</sup>

Segundo Hugo Abreu, o governo já havia decidido “evoluir” para o apoio à independência das colônias portuguesas na África em 1974. Porém, antes de tornar pública a decisão eclodiu a Revolução Portuguesa em abril de 1974 - a Revolução dos Cravos. Com a derrubada da ditadura salazarista, a nova democracia portuguesa passou a ter, quanto ao Brasil, a mesma posição que já tinham os povos luso-africanos: a de que era apenas uma ditadura dentre as que foram aliadas do salazarismo, apoiando a opressão das populações locais. É interessante que se refere ao salazarismo como uma “ditadura semifascista”, talvez dando a entender que a brasileira tivesse algum outro caráter.

Dessa forma, as independências de Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Angola, se deram nesse clima de hostilidade contra o Brasil. Enquanto o Itamaraty agia “serena e persistentemente” para vencer as resistências naqueles novos países, aqui se lutava contra a incompreensão dos setores radicais. A diplomacia brasileira acabou conseguindo superar os obstáculos e criar um ambiente razoavelmente favorável às relações tanto com Portugal, quanto com as novas nações africanas. Já no Brasil, “alguns” chegaram a condenar o Itamaraty por negociar com chefes comunistas.

Apesar de tudo, o Brasil teve sucesso no estabelecimento das relações diplomáticas naqueles países africanos. Foi o primeiro a reconhecer a nova República de Guiné-Bissau; instalou representação diplomática em nível de embaixada na República de Moçambique; junto com Rússia e Cuba, esteve entre os primeiros países a reconhecer o novo governo de Angola, mantendo representação em nível de embaixada no país. Nesse último caso, o Itamaraty foi muito criticado pelo que se chama de açodamento, por ter reconhecido logo no primeiro dia o Governo de Agostinho Neto. Recém-instalado em Luanda, com o apoio de grande contingente de forças cubanas e a liderança de Fidel Castro, que de Cuba planejou a estratégia e instruiu seus homens à vitória, através do General Uchoa no comando direto das tropas<sup>30</sup>. Hugo Abreu deixou claro que esta não foi uma decisão do Itamaraty, como se acusava, mas uma decisão do governo, “meditada, pesada e correta”, com o apoio e estudo da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional<sup>31</sup>.

Frota não considerava o “marxista” Agostinho Neto representante dos angolanos, uma vez que o “povo angolano” não teria pedido o auxílio dos “cubano-soviéticos”. Também criticava a rapidez com que ocorreu o reconhecimento brasileiro, junto com Cuba e URSS, sob o argumento de que “o maior interesse soviético na revolução portuguesa era o controle das colônias ultramarinas de Portugal”, “a dominação seria inicialmente ideológica e, posteriormente, econômico-militar”. O foco seriam as riquezas minerais de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, que compensariam os gastos e esforços soviéticos e

consolidariam o imperialismo russo nas margens de seus oceanos. O reconhecimento de Angola sob Agostinha Neto significaria a capitulação das potências democráticas frente à “marcha para o ocidente” das potências marxistas, além de significar o reconhecimento do colonialismo russo-cubano sobre Angola. Além disso, colocava em dúvidas a legitimidade do governo do MPLA, uma vez que a maior parte do território angolano estaria ainda ocupado pelos grupos pró-ocidente..<sup>32</sup> Além disso, ficou sabendo da notícia pela imprensa, e quando teve a primeira oportunidade

disse ao presidente que a decisão sobre Angola repercutiria negativamente no Exército. Nós não entendíamos como o governo revolucionário, de base comunista, tivesse sido o primeiro a reconhecer Agostinho Netto, sustentado por tropas cubanas que combatiam naquela colônia portuguesa, na qual tinham sido implantadas duas repúblicas e a luta continuava.<sup>33</sup>

Geisel respondera que aproveitou a existência do representante brasileiro em Luanda para “concretizar logo o reconhecimento”, caso contrário poderia ter maiores dificuldades no futuro. Isso persuadiu Frota da ausência de argumentos sérios para justificar a “sofreguidão” da medida. A propósito, em geral os questionamentos de Frota ao presidente costumavam ficar no ar ou ter respostas evasivas.

A expectativa do governo também era a de que passado o período inicial da independência, Cuba e URSS veriam sua influência fortemente reduzida, na medida em que Angola normalizasse suas relações com os países ocidentais. Para os parceiros ideológicos ocidentais, a argumentação de Geisel girava sempre em torno da porta aberta deixada ao ocidente pela atitude de aproximação brasileira, que anunciou um crédito de 10 milhões de dólares para financiar ao país a importação de produtos brasileiros, além da assinatura de acordo de cooperação técnica e concessão de bolsas de estudos aos seus estudantes.<sup>34</sup>

### **Conclusão**

Enfim, a conclusão a que chegamos foi a de que em todos esses casos havia razões para que se tomassem as medidas defendidas pelo governo. Porém, os argumentos utilizados nesse momento, em que pese as variações conjunturais, seriam argumentos utilizáveis em qualquer momento da ditadura, e por qualquer dos presidentes. Todos tiveram poder suficiente para isso, mas apenas Geisel ignorou os posicionamentos históricos dos golpistas que se consolidaram como base da legitimação do sistema. Não havia qualquer necessidade impetuosa, interna ou externa, para fazê-lo, como em nenhum momento da ditadura o houve. Mesmo os argumentos econômicos seriam insuficientes, pois desde o golpe questões ideológicas e de alinhamento internacional sempre operaram em detrimento dos interesses da economia brasileira. Geisel e Golbery romperam com políticas instaladas nos anos iniciais do

golpe pelo próprio Castelo Branco, com plena consciência política e ideológica. Ambos, em ambos os momentos, com plena consciência política de seus atos. Assim, constatamos que se os discursos da *linha dura* inicialmente serviram e foram estimulados, esse era o momento do corte, era preciso desmobilizá-los. Desta forma, apenas no interior de um objetivo de médio a longo prazo se poderia explicar o tensionamento bancado pelo governo. Preparava-se a abertura.

- 
- <sup>1</sup> Sobre o papel de Golbery como articulador e aglutinador das forças golpistas ver: DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis. Vozes. 2008.
- <sup>2</sup> SILVA, Francisco C. T. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia A. N. (Org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2010. Vol. 4. p. 243-282.
- <sup>3</sup> ABREU, Hugo. *O Outro lado do poder*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1979. p. 39.
- <sup>4</sup> Sobre as questões gerais das relações entre os países ver: PINHEIRO, Letícia. “Restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China: uma análise de processo de tomada de decisão”. *Revista Estudos Históricos*, v. 6, n. 12, p. 247-284, 1993.
- <sup>5</sup> ABREU, Hugo. *Op. cit.* pp. 38-39.
- <sup>6</sup> FROTA, Sylvio. *Ideais traídos*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. 2006. p. 99.
- <sup>7</sup> *Ibid.* p. 106.
- <sup>8</sup> Arquivo Ernesto Geisel. Documentos referentes ao Ministério das Relações Exteriores. EG pr 1974.03.00/2. p. 259.
- <sup>9</sup> ABREU, Hugo. *Op. cit.* p. 39.
- <sup>10</sup> GÓES, Walder de. *O Brasil do General Geisel*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1978. p. 32.
- <sup>11</sup> PINHEIRO, Letícia. *Op. cit.* p. 258.
- <sup>12</sup> DREIFUSS, René Armand. *op.cit.* p. 298-299.
- <sup>13</sup> AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo. Editora UNESP. 2004. p. 53.
- <sup>14</sup> ABREU, Hugo. *Op. cit.* p. 49.
- <sup>15</sup> GÓES, Walder de. *Op. cit.* p. 39.
- <sup>16</sup> ABREU, Hugo. *Op. cit.* p. 50.
- <sup>17</sup> FROTA, Sylvio. *Op. cit.* p. 177-178.
- <sup>18</sup> FICO, Carlos. *O Grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2008. p. 135, 153.
- <sup>19</sup> Arquivo Ernesto Geisel. Documentos referentes ao Ministério das Relações Exteriores. EG pr 1974.03.00/2. p. 58, 438, 634, 721.
- <sup>20</sup> *Ibid.* p. 71, 73, 75. Exposição de Motivos nº G/110/920 (B46) (E33), 18/04/1974.
- <sup>21</sup> *Ibid.* p. 476.
- <sup>22</sup> GÓES, Walder de. *Op. cit.* p. 30.
- <sup>23</sup> Sobre a questão de Cuba e do sionismo - ABREU, Hugo. *Op. cit.* pp. 49-52. e GÓES, Walder de. *Op. cit.* pp. 39 e 30.
- <sup>24</sup> ABREU, Hugo. *Op. cit.* p. 50.
- <sup>25</sup> Arquivo Ernesto Geisel. Documentos referentes ao Ministério das Relações Exteriores. EG pr 1974.03.00/2. 13/11/1975. p. 762.
- <sup>26</sup> *Ibid.* p. 766,767, 772.
- <sup>27</sup> FROTA, Sylvio. *Op. cit.* p. 191.
- <sup>28</sup> *Ibid.* p. 194, 197.
- <sup>29</sup> ABREU, Hugo. *Op. cit.* p. 53.
- <sup>30</sup> Documentário. *Cuba, uma Odosséia Africana*. De Jihan El Tahri.
- <sup>31</sup> Confirmado por - GÓES, Walder de. *Op. cit.* p. 38.
- <sup>32</sup> FROTA, Sylvio. *Op. cit.* p. 185, 187, 188, 190.
- <sup>33</sup> *Ibid.* p. 190.
- <sup>34</sup> PINHEIRO, Letícia. “Ao vencedor, as batatas”: o reconhecimento da independência de Angola. *Revista Estudos Históricos*, v. 1, n. 39, p. 94, 2007.

## **Inflexões na política externa brasileira: uma análise das consequências do Golpe de 1964**

Leandro Gavião<sup>1</sup> e Rafael Sales Rosa<sup>2</sup>

### **Resumo**

O presente artigo visa abordar as consequências do Golpe Civil-Militar de 1964 no processo de formulação da política externa brasileira. Nossa ênfase recai sobre dois paradigmas de inserção externa: o americanismo e o globalismo. A Política Externa Independente (PEI), consolidada no governo de João Goulart, vinculava-se à perspectiva globalista, apresentando uma nova concepção acerca da relevância da diversificação de parceiros e da multilateralização. Por outro lado, a ruptura promovida por Castello Branco motivou o retorno de uma visão acrítica do americanismo. Buscar-se-à, portanto, elucidar as razões por trás da reorientação da política externa brasileira no imediato pós-golpe e seus desdobramentos.

**Palavras-chave:** Política Externa Independente; Golpe de 1964; Relações Internacionais.

### **Abstract**

The present article aims at addressing the consequences of the 1964 Civil-Military Coup in the formation process of the Brazilian foreign policy. Our emphasis is based on two paradigms of external insertion: americanism and globalism. The Independent Foreign Policy (PEI), formulated in the government milestones of João Goulart, was linked to the globalist perspective, presenting a new conception about the relevance of the partners diversification and multilateralisation. On the other hand, the inflection promoted by Castello Branco led to the return of an uncritical vision of americanism. Thus, it will seek to elucidate the reasons behind the reorientation of the Brazilian external projection applied right immediately after the coup and its developments.

**Keywords:** Independent Foreign Policy; 1964 coup; International Relations.

O episódio da Proclamação da República (1889) representou, para além das mudanças institucionais ocorridas, uma reformulação em nossa política externa. O Brasil superou a condição de corpo estranho no continente americano – até então a única monarquia da região – e passou a estabelecer maiores diálogos com os Estados Unidos, país que além de servir de

inspiração e referência para a construção do novo regime brasileiro<sup>3</sup>, também se apresentava como um relevante parceiro comercial, sobrepujando, progressivamente, a Inglaterra.

Enquanto praticamente toda a vizinhança latino-americana manifestava algum grau de insatisfação com as recorrentes violações de soberania provocadas por Washington, o Brasil, país ainda relativamente imune a tais intervenções, interpretava a Doutrina Monroe e o Corolário Roosevelt como recursos defensivos praticados pelo “irmão” do Norte contra o imperialismo europeu<sup>4</sup>. Com efeito, embora tivesse passado por nuances e inflexões, a nossa política externa manteve-se, até o governo de Jânio Quadros, inserida no paradigma *americanista*. Este último, segundo Letícia Pinheiro<sup>5</sup>, bifurcava-se em duas vertentes: o *americanismo pragmático* e o *americanismo ideológico*.

Em linhas gerais, ambas as correntes prezavam pela manutenção de relações especiais com Washington. Diferenciando-se, entretanto, quanto às razões que motivavam tal aproximação. Na raiz do *americanismo pragmático* está a ideia de que o Brasil pode auferir ganhos se souber estabelecer padrões de relacionamento que busquem, em última instância, o desenvolvimento nacional.

Um bom exemplo pode ser encontrado no Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-45), quando foi negociada a entrada do país na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, desde que o banco norte-americano Eximbank fornecesse capitais com juros baixos para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional. Em 1954, a Carta Testamento de Vargas expunha os primeiros sinais de esgotamento da estratégia *americanista*, uma vez que a continuidade do aprofundamento do desenvolvimento brasileiro levaria o país a entrar em choque com os interesses de Washington.

Por outro lado, o *americanismo ideológico* visava à aproximação com os Estados Unidos tendo por base a convicção de que os objetivos, os valores e as crenças daquela nação convergiam com seus correspondentes brasileiros. A dimensão normativa-ideológica passava a ter maior importância do que questões mais tangíveis.

Uma amostra prática deste modelo de projeção externa pode ser verificada no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-51), momento em que o Brasil aderiu de forma acrítica a ideologias exportadas do Norte, como o liberalismo econômico e o anticomunismo. Ademais, o voto brasileiro em organizações internacionais era quase sempre uma mera duplicação do voto norte-americano, independente dos verdadeiros anseios brasileiros. Deve-se frisar, ainda,



que fora durante o mandato conservador de Dutra que o Brasil romperia relações diplomáticas com a União Soviética (URSS)<sup>6</sup>.

As insatisfações com as posições do vizinho do Norte se aprofundariam durante os anos JK (1956-61), sendo icônicos tanto os obstáculos norte-americanos à Operação Pan-Americana como o rompimento de Kubitschek com o Fundo Monetário Internacional<sup>7</sup>. Abriu-se, então, certa margem para o deslocamento do eixo de nossa política externa e, por consequência, para a formulação de um novo paradigma: o *globalismo*, que seria executado durante a gestão dos dois próximos presidentes, mormente com João Goulart.

Se Jânio Quadros (1961) foi um conservador no plano doméstico, a recíproca não é verdadeira quando observamos as diretrizes de sua política externa. Basta recordarmos alguns episódios emblemáticos, como o reatamento de relações diplomáticas com países comunistas do Leste Europeu, a condecoração de Ernesto “Che” Guevara e do cosmonauta soviético Yuri Gagarin, o apoio às independências de Angola e Moçambique e a crítica ao *apartheid* sul-africano. A materialização dos preceitos *globalistas* evidencia-se no surgimento da Política Externa Independente, muito embora esta última ainda estivesse mais situada no campo da retórica do que da *práxis*.

Com o episódio tragicômico da renúncia de Quadros, João Goulart (1961-64) assume a presidência do país. Sob a chancelaria de Francisco Clementino de San Tiago Dantas, inicia-se o aprofundamento da PEI, que passa a ganhar maior consistência teórica e a ultrapassar o nível do discurso. Os cinco pontos que nortearam a ação do Ministério de Relações Exteriores neste período foram:

- i) contribuição à preservação da paz, através, da prática da coexistência e do apoio ao desarmamento geral e progressivo; ii) reafirmação e fortalecimento dos princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos; iii) ampliação do mercado externo brasileiro mediante o desarmamento tarifário da América Latina e a intensificação das relações comerciais com todos os países, inclusive os socialistas; iv) apoio à emancipação dos territórios não-autônomos, seja qual for a forma jurídica utilizada para sua rejeição à metrópole; [...] v) a política de autoformulação dos planos de desenvolvimento econômico e de prestação e aceitação de ajuda internacional<sup>8</sup>.

O qualificativo “independente” indicava atitude de autonomia *vis-à-vis* blocos políticos e/ou militares, permitindo que o Brasil procurasse, diante das questões internacionais, o perfil mais consentâneo com os objetivos nacionais, sem vinculação a

agrupamentos de países ou compromissos de ação conjunta, ressalvados aqueles de natureza regional, como a Organização dos Estados Americanos (OEA)<sup>9</sup>.

Neste sentido, a ousada opção do Brasil em restabelecer relações diplomáticas com a URSS (novembro de 1961); a defesa da não-intervenção e da autodeterminação dos povos, de modo a assegurar a soberania cubana em dois momentos: durante a Conferência Interamericana de Punta del Este (janeiro de 1962) e ao longo da Crise dos Mísseis (outubro de 1962); e a ativa participação brasileira, através dos pronunciamentos de San Tiago Dantas e dos embaixadores Afonso Arinos e Araújo Castro, quando da realização da Conferência do Desarmamento (março de 1962), são amostras desta posição independentista.

Com relação ao reatamento com a URSS, San Tiago Dantas expõe de forma transparente, durante um pronunciamento na Câmara dos Deputados, que, ao ato empreendido pelo Itamaraty, pesou razões de ordem política e econômica. As primeiras residiam, sobretudo, na concepção de que a opção feita em favor da coexistência sobressaía como único meio viável para a preservação da paz mundial, elemento condizente com o acumulado histórico do Itamaraty. Também pesava o fato de que inúmeros países<sup>10</sup> de todo o globo – inclusive, na América, os EUA, o Canadá, a Argentina e o Uruguai – mantinham relações regulares e trocavam embaixadores ou ministros com a URSS. As segundas residiam na preocupação do governo para o desafio de expandir o mercado externo, e, conseqüentemente, as exportações brasileiras. O ministro do exterior mostra através de dados significativamente elucidativos que o comércio com o bloco soviético apresentava, naquele momento, o mais elevado índice de crescimento entre as regiões analisadas<sup>11</sup>, precisamente 6,47%, e que, através do pragmático intercâmbio econômico com os países socialistas, o governo brasileiro estaria potencializando o desenvolvimento da nação – excluindo, assim, desse ato, qualquer afinidade política ou ideológica<sup>12</sup>.

Apesar de ser congruente com as diretrizes da Política Externa Independente, a posição brasileira acerca da questão cubana teve um custo político considerável para o governo João Goulart e as relações Brasília-Washington. Na VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da Organização dos Estados Americanos – também conhecida como Conferência de Punta del Este –, o Brasil defendeu a neutralidade em relação à Cuba: rejeitou qualquer tipo de sanção econômica, também mostrando-se contrário à formação, a partir da Organização dos Estados Americanos, de uma força militar conjunta de vários países para invadir a ilha – ambas propostas aventadas pelos Estados Unidos.

Recusadas pelos demais países participantes da referida Conferência, restou ao secretário estadunidense a tarefa de viabilizar a votação e aprovação da expulsão de Cuba da OEA, não contando com o voto do Brasil, que absteve-se. No episódio da crise dos mísseis balísticos soviéticos instalados na ilha, o Brasil reafirmou mais uma vez a autodeterminação de Cuba, não apoiando nem aceitando participar de nenhuma força militar que tivesse o objetivo de intervir no território cubano. Essa posição de Jango – mesmo tendo instruído o representante brasileiro na OEA a aprovar o bloqueio naval à ilha e enviado uma carta à Fidel Castro manifestando forte oposição à instalação de mísseis em Cuba – desagradou os EUA e inclusive fez cancelar uma viagem que já estava prevista do presidente Kennedy ao Brasil, pois este alegou “sinais de esquerdização” do governo brasileiro<sup>13</sup>.

A orientação diplomática da PEI se materializava como espécie de resposta ao esmaecimento do paradigma *americanista*, cuja debilitação originou-se nas constantes negativas dos Estados Unidos em nos fornecer capitais e investimentos públicos para as áreas de infraestrutura e de bens de capital. Ademais, Dantas reconhecia que a diplomacia revestia sua linha de conduta com a busca constante pelo desenvolvimento e emancipação econômica do Brasil – simbolizada na continuidade do projeto desenvolvimentista e industrial – etapa necessária para fomentar a acumulação capitalista e viabilizar a segunda meta, dirigida para a reforma social e o estabelecimento de um regime de bem-estar<sup>14</sup>. Outrossim, havia a necessidade premente de explorar novos mercados externos e de obter maior volume de investimentos estrangeiros – preferencialmente os públicos<sup>15</sup>. Em face do descaso norte-americano para com a América Latina, e da emergência de novos atores internacionais relevantes, o Brasil reorientou sua política externa visando instaurar diálogos e parcerias no âmbito global, buscando alternativas comerciais e de financiamento tanto no Primeiro Mundo como no Segundo Mundo e no Terceiro Mundo.

Em outras palavras, percebeu-se que a política externa havia se tornado um instrumento indispensável para a realização do projeto desenvolvimentista. Isto posto, limitar-se a estreitar relações somente com o hemisfério dominado pelos Estados Unidos apresentava-se como uma postura contraproducente para a industrialização, sobretudo porque Washington exercia sua hegemonia sobre o restante do continente e não desejava que a ascensão de adversários na dimensão econômica resultasse em desvio de comércio<sup>16</sup>.

O cenário externo desvelava-se favorável às intenções brasileiras. Uma conjunção de fatores vinculados a transformações no sistema internacional colaborou para dar sustentação

às premissas da PEI e fazer com que o Brasil adotasse uma diplomacia de abrangência global visando a multilateralização, a saber: (i) a recuperação econômica da Europa Ocidental e do Japão; (ii) a consolidação do campo socialista; (iii) a descolonização da Ásia e da África; (iv) o surgimento do Movimento dos Países Não-Alinhados; (v) a Revolução Cubana. No entanto, a PEI acabou sendo subitamente derrubada por uma nova mudança institucional interna.

Após o Golpe Civil-Militar de 1964, que contou com o apoio tácito dos Estados Unidos<sup>17</sup>, houve uma profunda revisão dos princípios norteadores de nossa política externa. O General Castelo Branco (1964-67), primeiro mandatário durante a ditadura, promoveu uma verdadeira inflexão no campo das relações exteriores, desestruturando a conduta crítica de questionamento do *status quo* mundial. O *americanismo ideológico*, acompanhado do alinhamento automático com Washington, fora resgatado em detrimento do *globalismo*, paradigma que naquela ocasião definia o perfil de inserção externa do Brasil, então direcionado para o desenvolvimento de seu potencial industrial, etapa necessária tanto para fomentar a acumulação capitalista como para viabilizar o projeto trabalhista de bem-estar social. Em contrapartida, temas de corte ideológico – como “segurança nacional” e “combate às esquerdas” – caros aos Estados Unidos em seu jogo de poder mundial, assumiram o protagonismo de nossa agenda externa, imprimindo-lhe incongruências.

Com relação às críticas endereçadas à PEI, no domínio interno parte expressiva das direitas realizava verdadeiro alardeio contra a ousada projeção externa da gestão Goulart. Bastante elucidativo é o trecho no prefácio do livro de San Tiago Dantas no qual o próprio ministro destaca, com fina ironia, que

Era natural que se levantassem contra essa posição política a incompreensão de alguns, os interesses contrariados de muitos, e o zelo exagerado daqueles que temem, nessas circunstâncias, desgostar amigos poderosos, em geral mais compreensivos do que eles diante das posições brasileiras<sup>18</sup>.

No plano externo constatamos que Washington nunca havia aceitado a PEI de bom grado, pois esta não deixava de constituir um elemento que implicava erosões na sua hegemonia. Os Estados Unidos não desejavam que o Brasil desenvolvesse plenamente e autonomamente seu parque industrial – parte de nossa estratégia nacional –, motivo pelo qual a PEI sofreu contundentes críticas tanto de burocratas norte-americanos de alto escalão como de setores de nossas elites cooptadas. Daí entende-se a rápida interrupção da PEI mediante a reorganização de quadros provocada no Itamaraty através da mão de ferro de Castelo Branco.

O Brasil deixava de lado um perfil ativo e crítico, de natureza *globalista*, para soçobrar em direção a uma postura reativa e complacente, de viés *americanista*. Em troca da subordinação, Brasília esperava receber apoio econômico. Congruente com tal raciocínio, o chanceler Juracy Magalhães chegou a afirmar: “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”<sup>19</sup>.

## Conclusão

O retrocesso de nossa diplomacia foi tão marcante que, progressivamente, os demais ditadores do Regime Militar (1964-1985) empenharam-se em recuperar determinados aspectos e preceitos da PEI, adaptando-os à conjuntura internacional de sua época. Em termos práticos, podemos considerar que o modelo de projeção externa de Ernesto Geisel, denominado “Pragmatismo Ecumênico e Responsável”, a despeito de suas particularidades e das especificidades dos diferentes contextos históricos, pode ser englobado numa espécie de “programa mínimo” da PEI, retomando parte expressiva de seus principais postulados<sup>20</sup>.

No tocante ao Brasil hodierno, a continuidade da PEI ratifica-se nos fundamentos da política externa praticada ao longo dos doze anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), não obstante os ajustes pontuais estabelecidos nas diretrizes de agenda durante a transição da gestão de Lula da Silva para a de Dilma Rousseff. Entretanto, tal modelo de inserção internacional não possui respaldo unânime entre as principais forças políticas domésticas, constatação que se traduz em críticas cada vez mais explícitas por parte de figuras importantes associadas ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), atualmente a principal agremiação de oposição ao PT. Dentre os principais itens em pauta, seus líderes têm questionado a aproximação brasileira com governos classificados como de esquerda, além de advogarem pela restauração de relações especiais com os Estados Unidos<sup>21</sup>.

Embora definida em termos de “política de Estado”, a política externa, conforme explicitado em seu próprio epíteto, não deixa de ser *política*; portanto, sujeita a mudanças de ênfase e de estratégias, malgrado haja uma tendência de preservação do acumulado histórico do Itamaraty.

Ainda que a chancelaria brasileira seja reconhecida internacionalmente pela continuidade, este artigo intentou esclarecer, mediante estudo de caso envolvendo as implicações do Golpe de 1964, o quão relevante pode ser o impacto da mudança das elites políticas dirigentes na concepção do perfil diplomático do país. Todavia, deve-se atentar para

o fato de que uma correlação automática nos termos “troca de lideranças = alterações na política externa” é perigosamente simplória, sobretudo quando analisamos outros momentos da história brasileira em que as rupturas de modelos de inserção internacional não foram acompanhadas por seu correspondente político e vice-versa.

## Notas

---

<sup>1</sup> Doutorando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Relações Internacionais pela UERJ. Pesquisador do Núcleo de Estudos Internacionais Brasil-Argentina (NEIBA-UERJ). Bolsista FAPERJ. Orientador: Prof. Dr. Ricardo Mendes. E-mail para contato: [l.gaviao13@gmail.com](mailto:l.gaviao13@gmail.com)

<sup>2</sup> Pós-Graduando em História das Relações Internacionais pela UERJ. Licenciado em História pela Universidade Veiga de Almeida (UVA-RJ). Pesquisador do NEIBA-UERJ. E-mail: [rafaelsalesrosa@outlook.com](mailto:rafaelsalesrosa@outlook.com)

<sup>3</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. 21ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

<sup>4</sup> PINHEIRO, Letícia. *Política Externa Brasileira*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

<sup>5</sup> Ibidem.

<sup>6</sup> Apesar de o governo brasileiro justificar o rompimento como uma resposta inevitável aos artigos ofensivos publicados no jornal soviético *Gazeta Literária* – que atentavam contra a figura do presidente Dutra –, a conjuntura da época mostrava-se muito mais complexa. Sidnei Munhoz destaca que um incidente, na noite de 26 de dezembro de 1946, com o segundo secretário da embaixada brasileira em Moscou, Soares de Pinna, acusado de embriaguez e arruaça, colaborou para aumentar a animosidade entre os dois países, com trocas de acusações. Posteriormente, o conhecimento, por parte dos soviéticos, do fechamento do Partido Comunista Brasileiro e da repressão aos comunistas no Brasil contribuiu para piorar as relações bilaterais. É neste contexto que o jornal *Gazeta Literária* realiza sérias acusações, recebidas pelo governo brasileiro como se fossem a opinião do próprio governo da URSS uma vez que a imprensa soviética era controlada pelo Estado. Ver MUNHOZ, Sidnei. “Ecos da Emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953)”. *Diálogos*. Maringá: vol. 6, pp. 54-55, 2002.

<sup>7</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

<sup>8</sup> DANTAS, San Tiago. *Política Externa Independente*. Edição atualizada. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011 [1962], p. 10.

<sup>9</sup> NEVES, Tancredo. Programa de Governo. In: DANTAS, San Tiago. *Política Externa Independente*. Edição atualizada. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011 [1962], pp. 19-29.

<sup>10</sup> Até a data do discurso de San Tiago Dantas na Câmara dos Deputados (23 de novembro de 1961), 71 países mantinham relações diplomáticas com a União Soviética.

<sup>11</sup> O comércio exterior com a África apresentava índice de crescimento de 3,44%, com as importações excedendo as exportações. Em relação à América Latina, registrava um aumento de 3,35%, com ténue superávit. Com a Europa Ocidental ocorria o segundo maior acréscimo, de 5,12%. Com os EUA, o índice alcançava os 3,52%. Ver DANTAS, San Tiago. Op. cit, pp. 77-79.

<sup>12</sup> DANTAS, San Tiago. Op. cit, pp. 11, 71-80.

<sup>13</sup> FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. pp. 89-90, 139.

<sup>14</sup> DANTAS, San Tiago. Op. cit.

<sup>15</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. 3ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

<sup>16</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Op. cit.

<sup>17</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castello*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

<sup>18</sup> DANTAS, San Tiago. Op. cit, p. 10.

<sup>19</sup> MAGALHÃES, Juracy; GUEIROS, José Alberto. *O Último Tenente*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1996, p. 325.

<sup>20</sup> GONÇALVES, Williams; MIYAMOTO, Shiguenoli. “Os militares na política externa brasileira: 1964-1984”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 6, n. 12, pp. 211-246. 1993.

<sup>21</sup> Para uma análise sobre os posicionamentos do PSDB e do PT no que concerne a temas de política externa, ver: GAVIÃO, Leandro. “Política externa para a América do Sul e polarização partidária: uma análise dos posicionamentos do PSDB e do PT, durante o governo de Lula da Silva (2003-2010)”. *Mural Internacional*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 1, jan.-jun, pp. 82-92. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12957/rmi.2014.7400>

## **Aspectos da política externa no Governo Geisel: novas diretrizes no quadro de abertura**

Autor: Leandro Arraes Liberali

Mestrando em História na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Antonio Souza Mendes

Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Beatriz de Moraes Vieira

e-mail: learrali@gmail.com

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

---

Este trabalho pretende apontar alguns aspectos da política internacional do regime militar durante o governo Geisel. O objetivo é esboçar como mudanças na política externa do Palácio Itamaraty serviram como indicação de mudança institucional e base de tensão no meio militar. Deste modo, o propósito é indicar como algumas das novas diretrizes se encaixavam no processo de abertura política que tomou forma ao longo desse governo. O grupo então no poder, os *castelistas*, também autodenominados *moderados*, tinha como figuras chave a díade Ernesto Geisel-Golbery do Couto e Silva – não se pode esquecer que este é apontado como principal articulador do Golpe de 1964<sup>1</sup>. Seu objetivo agora era impor uma agenda internacional que ia de encontro com o radicalismo imposto e cultivado desde a implantação da ditadura, e que neste momento tinha sua representação na figura do General Sylvio Frota, Ministro do Exército.

Tendo em vista que a instrumentalização do esquecimento do período pelos que se beneficiaram da ditadura e por interesses políticos dos articuladores da abertura podem ser utilizados como arma política contra as democracias, aderimos à proposta de um estudo cuidadoso de uma história que é recente e esquecida: os processos de redemocratização.<sup>2</sup> Esse trabalho aborda como questões internacionais foram instrumentalizadas para, em diferentes momentos, atingirem distintas finalidades. Pretende-se esboçar que a guinada de aspectos das relações exteriores fazia parte da estratégia dos *castelistas* como indicativo de mudança nas diretrizes do regime tendo como alvo a própria classe militar, única capaz de dificultar ou obstruir quaisquer que fossem as políticas do governo, em especial, a famigerada *linha dura*.

Alguns dos casos aqui apontados são especialmente interessantes por terem sido largamente utilizados na articulação da campanha contra João Goulart que culminou com a concretização do Golpe de 1964. As questões partem do livro *O Outro lado do poder*, de Hugo de Andrade Abreu, então Chefe do Gabinete Militar e Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, órgão encarregado, entre outras coisas, de encaminhar e fazer aprovar as



políticas do governo, além de funcionar como elo entre Geisel e o Chefe do Gabinete Civil, Golbery do Couto e Silva, com o núcleo militar, diga-se, a *linha dura*, então representada na figura de Sylvio Frota, Ministro do Exército.

### **O restabelecimento das relações diplomáticas com a China**

O primeiro caso submetido à consideração do CSN foi o restabelecimento de relações diplomáticas com a China comunista. A situação era que o Brasil, ainda seguindo a linha dos EUA desde 1952, considerava a Ilha de Formosa, com 15 milhões de habitantes, representante do povo chinês, que tinha mais de 800 milhões de habitantes e estava sob a liderança de Mao-Tsé-Tung. Para o secretário-geral não haveria mais razão para tanto, e apontava que isso não passava de uma fantasia mantida artificialmente pelo governo norte-americano. Tirava essa conclusão do fato de que apenas este país, entre os grandes, ainda não reconhecia o Governo de Pequim, e que mesmo a ONU já o havia feito. Hugo Abreu não considerou este caso apenas o reflexo de submissão e servilismo aos norte-americanos, embora admitisse que havia esse sentimento. Mas levou em conta que, se os países comunistas eram olhados com desconfiança, Cuba e China eram vistos como “verdadeiros 'bichos-papões’”, e os anticomunistas extremados propagavam: “Mas como ter relações diplomáticas com a China? Como controlar a avalanche de propaganda comunista que virá sobre nós?”.<sup>3</sup>

O governo incluía esse redirecionamento no imperativo da necessidade de manutenção do desenvolvimento econômico do país. Fazia parte de um realinhamento da política externa com o objetivo de incrementar relações comerciais, garantir o suprimento de matérias primas e o acesso à tecnologia moderna. Tudo de acordo com a política do “pragmatismo responsável”, caracterizada por deixar de dar prioridade a princípios ideológicos, mas mantendo a ideia de que esses continuavam fazendo parte das preocupações do governo e harmonizavam com a doutrina de segurança nacional. Por vezes se acrescentava o termo “ecumênico”, referente ao caráter universalista que consideraria todas as possibilidades de aumento das relações internacionais do país,<sup>4</sup> o que significou também o não mais alinhamento automático com os norte-americanos, embora se mantivesse o alinhamento ideológico. Hugo Abreu considerava a doutrina sintetizada pela primeira expressão como acertada, resumindo-a em: respeitados os compromissos assumidos e os direitos das nações, a atitude do Brasil deveria ser pragmática, ou seja, seriam adotadas as atitudes que melhor atendessem aos interesses brasileiros.<sup>5</sup>

Os argumentos de uma nova era da economia brasileira e de uma política externa “ecumênica e pragmática”, baseada em princípios de respeito mútuo da soberania e não intervenção nos assuntos internos do outro país parecera não convencer Sylvio Frota,

descendente político de Costa e Silva e de linha ideológica semelhante ao dos presidentes anteriores. Segundo ele a argumentação do governo era uma “comédia de afirmações”, que tornariam o país suscetível à infiltração de agentes de espionagem e alvo de ingerência internacional. Acreditava que os “quase 900 milhões de chineses, em busca de vazios de ecúmenos e de domínio político, carreando para áreas cobiçadas da África negra e, talvez, América do Sul, o marxismo, transformado em fanática religião maoísta”<sup>6</sup> não trariam benefício nenhum para a segurança interna. Denunciou ainda a perseguição e morte de 800mil chineses na Revolução Cultural. Estas informações, apenas alguns exemplos da mentalidade da *linha dura*, teriam como base um longo e profundo estudo da segunda seção do Estado-maior do Exército, órgão o qual ainda chefiava.<sup>7</sup>

Esse era um tipo de discurso que havia servido mais vastamente antes, quando da aglutinação de setores golpistas e na campanha contra João Goulart. A prova foi a prisão de uma missão chinesa que em 1964, sob Castelo, visitava o Brasil para a instalação de um escritório comercial, entre os quais se encontravam alguns jornalistas. Foram então presos, processados e condenados como espiões, subversivos e agitadores, o que era “bem característico do ambiente que se criara aqui contra o Governo da China comunista”, lembrou Hugo Abreu, que após 15 anos, e já depois do contato com a realidade do governo, pôde admitir o “absurdo cometido”. Na ocasião decretou-se por fim a expulsão dos chineses. Entretanto, é interessante o apontamento de que nas discussões entre os dois países, esse fato foi algumas vezes levantado pelos chineses, já que alguns deles ocupavam agora importantes cargos no governo de Pequim<sup>8</sup>, “embora reconhecessem que o assunto estava superado e fora produto do excitamento natural de uma época de vitória revolucionária”.<sup>9</sup>

Apesar de Geisel ter como objetivo o estabelecimento das relações diplomáticas com a China, todos os sete membros militares do CSN votaram contra a proposta. Podendo simplesmente ignorar esses votos, preferiu que Hugo Abreu fosse aos generais solicitar que mudassem de posição, cinco deles atenderam ao pedido, para assim dar legitimidade militar à decisão.<sup>10</sup> Considerando o parecer de Sylvio Frota demasiadamente incisivo, e que como membro da equipe da presidência não poderia contrariá-la dessa forma, o ministro manteve o voto desfavorável, mas apontou para a autoridade de Geisel em definir o assunto. O acordo foi assinado solenemente no dia 8 de agosto de 1974, em Brasília.

Se no período do Golpe o discurso da aproximação do governo com o comunismo chinês fora política e ideologicamente utilizado no convencimento, aglutinação e mobilização de setores golpistas, nesse momento as relações com o mesmo país deveria ter outra finalidade. Cabe lembrar que a intenção do governo, apesar do arcabouço econômico e

diplomático eficazmente utilizado, era eminentemente política, uma vez que estatísticas demonstravam que o incremento do comércio era a princípio irrisório<sup>11</sup>. Assim, esse esforço também deve analisado dentro de uma estratégia mais ampla. Os *castelistas* sabiam que para ter sucesso na derrubada de Jango fora preciso criar um clima favorável<sup>12</sup>, o mesmo era preciso fazer agora para se criar um clima de abertura entre os militares, mas havia um empecilho que era velho conhecido e perigoso, a *linha dura*. Vejamos outras indicações.

### **O voto de abstenção em relação a Cuba**

No ano de 1974, em Tlatelolco, México, países latino-americanos fizeram pressão exigindo o fim das sanções econômicas contra Cuba, o que se concretizou em parte na XVI Reunião de Consulta de Ministros de Relações Exteriores da OEA, em 1975, quando uma resolução com voto favorável dos EUA liberou o estabelecimento de relações diplomáticas com a ilha.<sup>13</sup> De acordo com essa nova sinalização internacional de reaproximação com Cuba e a ligeiríssima diminuição da inflexibilidade norte-americana contra o Governo de Fidel Castro, o Itamaraty propôs o voto favorável à suspensão das sanções econômicas e o ingresso daquele país na OEA. O voto foi estudado pela Secretaria-geral do Conselho de Segurança, que tendo como base a repercussão interna negativa que teria na “área revolucionária”, “ainda muito impressionada com o papel desempenhado pelo Governo de Fidel Castro como exportador de comunismo e subversão”<sup>14</sup>, optou pela abstenção.

Geisel era inicialmente favorável à proposta da reintegração plena de Cuba<sup>15</sup> mas fora convencido pela argumentação de Hugo Abreu, optando pela abstenção. O raciocínio era que se por um lado não havia interesse do Brasil em manter as sanções, por outro votar contra seria hostilizar a “opinião da maioria da área militar, que eu [ele] sabia contrária a qualquer medida simpática a Cuba”<sup>16</sup>. Sua intervenção, em oposição à de outros assessores, foi no sentido de evitar o tensionamento militar, o que mesmo assim não deu bons resultados, pois a abstenção foi vista como ato de complacência, especialmente por Frota, que quando foi demitido do governo emitiu nota acusando, entre outras coisas, que o voto foi uma demonstração de “simpatia a um país comunista, exportador de subversão”.

De fato, assim como a China comunista, a presença da Revolução Cubana fez parte da ampla campanha golpista de 64, e da mesma forma que a “China nas Américas”, uma “outra Cuba” no continente frequentava assiduamente os pesadelos dos “revolucionários”. Sylvio Frota alegava o desprezo de Cuba pela OEA com suas intervenções nos países da América do Sul, como o “movimento guerrilheiro chefiado por Ernesto Che Guevara, na Bolívia” e a incitação subversiva dos Tupamaros no Uruguai. Para ele a exploração do princípio da não-intervenção do governo brasileiro como base do interesse inicial na suspensão das sanções

entrava em paradoxo direto com o caráter intervencionista da ilha, que não dera sinal algum de que não continuaria a fazê-lo. Frota também só ficou sabendo da intenção inicial do governo através de rodas de militares ligadas ao EMFA, e que só houve a alteração da pauta pelo “trabalho cauteloso e persistente” de Hugo Abreu. Reclamou ainda que a decisão ficou restrita ao pequeno grupo em torno de Geisel, que não levou decisão de tamanha importância para a segurança nacional para a análise dos ministros militares. Por isso, a abstenção foi vista como omissão do governo.<sup>17</sup>

Cabe lembrar que a aplicação de sanções econômicas e o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com Cuba ocorreram trinta dias após o golpe, logo após a posse de Castelo Branco, seguindo obedientemente recomendação do governo norte-americano. Além disso, nos anos iniciais da ditadura o governo demonstrara grande entusiasmo em trabalhar com os EUA no sentido de criar o máximo de dificuldades internacionais possíveis à ilha. “Castelo Branco estava ‘ansioso’ para colaborar completamente em toda a questão cubana”.<sup>18</sup>

Apesar do interesse inicial do governo pela reaproximação, a opção acabou sendo pelo voto de abstenção e manutenção do congelamento das relações. Questões ideológicas militares internas impediram o reatamento de relações comerciais, apesar dos interesses econômicos envolvidos<sup>19</sup>. Porém, o caso de Cuba se torna específico, pois os interesses do governo também se defrontavam com a peculiaridade do papel de destaque simbólico exercido pela ilha na região, o que incluía críticas incisivas de Fidel Castro à repressão da ditadura e seu alinhamento às políticas imperialistas norte-americanas. De fato, essa era uma diferença fundamental entre as políticas externas chinesa e cubana. Enquanto a China dava sinais claros da revisão na sua intervenção ideológica internacional em busca do desenvolvimento econômico interno<sup>20</sup>, Cuba, apoiada nos subsídios soviéticos, mantinha sua intervenção e militância internacionais<sup>21</sup>. O desgaste para o gabinete presidencial em cada declaração de Fidel Castro seria intenso.

### **O voto de condenação do sionismo como forma de racismo**

Outra manifestação internacional, agora na ONU, dizia respeito à condenação do sionismo como forma de racismo. Segundo Hugo Abreu, a moção que estava em debate era a da condenação do racismo em todas as suas formas, mas no último período estava incluída a questão do sionismo, que não foi verificada. Como não teria passado por estudo, o governo reconheceu seu equívoco, procurando corrigir a incorreção do voto dado. Isso só não ocorreu por antes da votação definitiva, o Departamento de Estado norte-americano ter criticado a posição do Brasil, “ferindo os brios nacionais brasileiros”<sup>22</sup>, razão que teria feito Geisel manter o voto inicial. Hugo Abreu considerou o voto um erro, inclusive provocando

dificuldades para o Brasil no mundo financeiro internacional. E concluiu que sua repercussão não foi boa tanto interna, quanto externamente, sendo uma falha, “talvez única”, do Itamarati.<sup>23</sup> Hugo Abreu parecia desinformado nesse caso, uma vez que não passou pelo estudo do CSN. Em sua opinião o Brasil era fundamentalmente antirracista “por sua história, por sua formação étnica, pela cultura e pela própria índole de seu povo, nosso país não aceita o racismo e não acredita em superioridades raciais”<sup>24</sup>, admitir qualquer forma de racismo seria negar-se a si mesmo, seria contrassenso. Não cabe uma análise do racismo brasileiro nesse trabalho, mas essa opinião demonstra, no mínimo, o nível de ignorância social e histórica do caráter do racismo brasileiro. Ou é uma consideração baseada em uma comparação não declarada com o racismo norte-americano, extremamente mais explícito, manifesto e violento do que o que tomou forma no Brasil.

Entretanto, o governo estava bem à parte da situação. Assumindo uma posição que poderia ser considerada progressista em se tratando de uma ditadura, considerava o Estado de Israel uma realidade histórica, com o direito de existir enquanto Estado constituído. Entretanto, isso não implicava a aceitação de “suas reivindicações territoriais, posições políticas e ideológicas ou práticas repressivas em áreas ocupadas”<sup>25</sup>. O posicionamento era que o uso da força e a aquisição de territórios por meio da guerra iam contra os princípios básicos da política externa brasileira. Assim, o povo palestino tinha legítimos e inalienáveis direitos à autodeterminação e à soberania, sendo o exercício desses direitos condição necessária para o estabelecimento de uma paz justa e duradoura na região. Além disso, consideravam a OLP – Organização de Libertação da Palestina – representante do povo palestino, devendo desta forma ocupar seu lugar na ONU. Nesse quadro, o sionismo foi considerado uma forma de racismo e discriminação racial.

Em vista de “dúvidas e incompreensões” dentro e fora do país o governo considerou que sua posição fora deformada, deixando a impressão de que a diplomacia brasileira estaria sendo movida por sentimentos antissemitas, anti-judaicos ou anti-israelenses, o que era falso. Assim, sua posição dissociava o sionista do judeu, uma vez que nem todo judeu migraria para Israel. Também defendiam que muitos judeus por convicções políticas ou religiosas repudiavam o sionismo. Além disso, o judaísmo, como religião, não deveria ser confundido com a política sionista. Por essas, razões o voto brasileiro não poderia ser considerado antissemita, e acrescentavam que o Brasil era uma “democracia racial... livre de discriminações...”<sup>26</sup>. Dessa forma, expressavam o reconhecimento de que a situação de fato apontava para o sionismo como efetivamente um movimento fundamentado em critérios raciais, pois envolvia pertencer a determinado grupo étnico e ter a firme intenção de emigrar

para determinado país. Assim, essa identificação do sionismo como doutrina racial ou exclusivista por parte do governo, não poderia ser considerada racista.

O setor do radicalismo patológico enxergou no voto contra o sionismo a “falta de coerência com os postulados revolucionários de 1964” e a “contradição flagrante com o tradicional respeito às posições alheias, desde que, sob qualquer forma, não afetem nossos direitos, interesses ou compromissos assumidos”<sup>27</sup>. Condenavam a mudança da neutralidade manifesta por abstenções não por serem contra causas justas ou a favor de irracionais discriminações sob a “intolerância do fanatismo ideológico”, mas, entre outras coisas, por que o país passava a integrar um bloco de 72 nações na maioria da órbita soviética, e outros contrários a Israel por motivos econômicos, políticos ou religiosos. Frota firmava sua opinião apropriando-se de todo um lastro histórico que lembrava as perseguições aos judeus por discriminação e intolerância religiosa ao longo dos tempos, incluindo o genocídio nazista. Argumentava que dada a impossibilidade de assimilação judaica onde quer que estivessem eles “se quisessem sobreviver, precisavam de uma base física para instalar-se, e ali viver como povo livre e independente”, o que teria dado força à ideia de pátria para os judeus e então surgido os primeiros vagidos do sionismo. Para ele o sionismo era uma “ardente aspiração judaica a uma Pátria livre”, constituindo movimento político-religioso de cunho nacionalista cujo “único e grande objetivo” era a existência de um Estado judaico. Portanto, não poderia ser confundido com uma forma de racismo ou discriminação racial, e arrematava que tal avaliação “não honra a lógica que conduz o raciocínio na busca da verdade”. Dessa forma, Frota considerava impossível separar sionismo de judaísmo, como o governo havia reconhecido, e sempre que possível fazia referências ao quadro internacional do imperialismo socialista russo.<sup>28</sup>

### **O reconhecimento da independência de Angola**

As relações com a África portuguesa também foram abordadas. Resgatando um passado onde, na visão de Hugo Abreu, o que predominava nas ligações entre o Brasil e Portugal eram os vínculos afetivos. Isso explicaria o fato de o Brasil, uma antiga colônia, vir votando na ONU a favor de Portugal, contra os “anseios de liberdade dos países da África portuguesa”. Aponta que a “Revolução de 1964” manteve o erro, inclusive agravando o fenômeno com a exacerbação dos sentimentos anticomunistas,

fruto da vitória contra o extremado esquerdismo que dominava o Governo João Goulart, e com o crescimento do terrorismo em nosso país, não foi difícil aos nossos extremados de direita confundirem os sentimentos de liberdade das colônias portuguesas na África com simples manifestações comunistas que a nós cabia combater<sup>29</sup>

Segundo Hugo Abreu, o governo já havia decidido “evoluir” para o apoio à independência das colônias portuguesas na África em 1974. Porém, antes de tornar pública a decisão eclodiu a Revolução Portuguesa em abril de 1974 - a Revolução dos Cravos. Com a derrubada da ditadura salazarista, a nova democracia portuguesa passou a ter, quanto ao Brasil, a mesma posição que já tinham os povos luso-africanos: a de que era apenas uma ditadura dentre as que foram aliadas do salazarismo, apoiando a opressão das populações locais. É interessante que se refere ao salazarismo como uma “ditadura semifascista”, talvez dando a entender que a brasileira tivesse algum outro caráter.

Dessa forma, as independências de Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Angola, se deram nesse clima de hostilidade contra o Brasil. Enquanto o Itamaraty agia “serena e persistentemente” para vencer as resistências naqueles novos países, aqui se lutava contra a incompreensão dos setores radicais. A diplomacia brasileira acabou conseguindo superar os obstáculos e criar um ambiente razoavelmente favorável às relações tanto com Portugal, quanto com as novas nações africanas. Já no Brasil, “alguns” chegaram a condenar o Itamaraty por negociar com chefes comunistas.

Apesar de tudo, o Brasil teve sucesso no estabelecimento das relações diplomáticas naqueles países africanos. Foi o primeiro a reconhecer a nova República de Guiné-Bissau; instalou representação diplomática em nível de embaixada na República de Moçambique; junto com Rússia e Cuba, esteve entre os primeiros países a reconhecer o novo governo de Angola, mantendo representação em nível de embaixada no país. Nesse último caso, o Itamaraty foi muito criticado pelo que se chama de açodamento, por ter reconhecido logo no primeiro dia o Governo de Agostinho Neto. Recém-instalado em Luanda, com o apoio de grande contingente de forças cubanas e a liderança de Fidel Castro, que de Cuba planejou a estratégia e instruiu seus homens à vitória, através do General Uchoa no comando direto das tropas<sup>30</sup>. Hugo Abreu deixou claro que esta não foi uma decisão do Itamaraty, como se acusava, mas uma decisão do governo, “meditada, pesada e correta”, com o apoio e estudo da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional<sup>31</sup>.

Frota não considerava o “marxista” Agostinho Neto representante dos angolanos, uma vez que o “povo angolano” não teria pedido o auxílio dos “cubano-soviéticos”. Também criticava a rapidez com que ocorreu o reconhecimento brasileiro, junto com Cuba e URSS, sob o argumento de que “o maior interesse soviético na revolução portuguesa era o controle das colônias ultramarinas de Portugal”, “a dominação seria inicialmente ideológica e, posteriormente, econômico-militar”. O foco seriam as riquezas minerais de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, que compensariam os gastos e esforços soviéticos e

consolidariam o imperialismo russo nas margens de seus oceanos. O reconhecimento de Angola sob Agostinha Neto significaria a capitulação das potências democráticas frente à “marcha para o ocidente” das potências marxistas, além de significar o reconhecimento do colonialismo russo-cubano sobre Angola. Além disso, colocava em dúvidas a legitimidade do governo do MPLA, uma vez que a maior parte do território angolano estaria ainda ocupado pelos grupos pró-ocidente..<sup>32</sup> Além disso, ficou sabendo da notícia pela imprensa, e quando teve a primeira oportunidade

disse ao presidente que a decisão sobre Angola repercutiria negativamente no Exército. Nós não entendíamos como o governo revolucionário, de base comunista, tivesse sido o primeiro a reconhecer Agostinho Netto, sustentado por tropas cubanas que combatiam naquela colônia portuguesa, na qual tinham sido implantadas duas repúblicas e a luta continuava.<sup>33</sup>

Geisel respondera que aproveitou a existência do representante brasileiro em Luanda para “concretizar logo o reconhecimento”, caso contrário poderia ter maiores dificuldades no futuro. Isso persuadiu Frota da ausência de argumentos sérios para justificar a “sofreguidão” da medida. A propósito, em geral os questionamentos de Frota ao presidente costumavam ficar no ar ou ter respostas evasivas.

A expectativa do governo também era a de que passado o período inicial da independência, Cuba e URSS veriam sua influência fortemente reduzida, na medida em que Angola normalizasse suas relações com os países ocidentais. Para os parceiros ideológicos ocidentais, a argumentação de Geisel girava sempre em torno da porta aberta deixada ao ocidente pela atitude de aproximação brasileira, que anunciou um crédito de 10 milhões de dólares para financiar ao país a importação de produtos brasileiros, além da assinatura de acordo de cooperação técnica e concessão de bolsas de estudos aos seus estudantes.<sup>34</sup>

### **Conclusão**

Enfim, a conclusão a que chegamos foi a de que em todos esses casos havia razões para que se tomassem as medidas defendidas pelo governo. Porém, os argumentos utilizados nesse momento, em que pese as variações conjunturais, seriam argumentos utilizáveis em qualquer momento da ditadura, e por qualquer dos presidentes. Todos tiveram poder suficiente para isso, mas apenas Geisel ignorou os posicionamentos históricos dos golpistas que se consolidaram como base da legitimação do sistema. Não havia qualquer necessidade impetuosa, interna ou externa, para fazê-lo, como em nenhum momento da ditadura o houve. Mesmo os argumentos econômicos seriam insuficientes, pois desde o golpe questões ideológicas e de alinhamento internacional sempre operaram em detrimento dos interesses da economia brasileira. Geisel e Golbery romperam com políticas instaladas nos anos iniciais do



golpe pelo próprio Castelo Branco, com plena consciência política e ideológica. Ambos, em ambos os momentos, com plena consciência política de seus atos. Assim, constatamos que se os discursos da *linha dura* inicialmente serviram e foram estimulados, esse era o momento do corte, era preciso desmobilizá-los. Desta forma, apenas no interior de um objetivo de médio a longo prazo se poderia explicar o tensionamento bancado pelo governo. Preparava-se a abertura.

- 
- <sup>1</sup> Sobre o papel de Golbery como articulador e aglutinador das forças golpistas ver: DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe.**
- <sup>2</sup> SILVA, Francisco C. T. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia A. N. (Org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** p. 243-282.
- <sup>3</sup> ABREU, Hugo. **O Outro lado do poder.** p. 39.
- <sup>4</sup> Sobre as questões gerais das relações entre os países ver: PINHEIRO, Letícia. Restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China: uma análise de processo de tomada de decisão. **Revista Estudos Históricos**, v. 6, n. 12, p. 247-284, 1993.
- <sup>5</sup> ABREU, Hugo. Op. cit. pp. 38-39.
- <sup>6</sup> FROTA, Sylvio. **Ideais Traídos.** p. 99.
- <sup>7</sup> Ibid. p. 106.
- <sup>8</sup> Arquivo Ernesto Geisel. Documentos referentes ao Ministério das Relações Exteriores. EG pr 1974.03.00/2. p. 259.
- <sup>9</sup> ABREU, Hugo. Op. cit. p. 39.
- <sup>10</sup> GÓES, Walder de. **O Brasil do General Geisel.** p. 32.
- <sup>11</sup> PINHEIRO, Letícia. Op. cit. p. 258.
- <sup>12</sup> DREIFUSS, René Armand. op.cit. p. 298-299.
- <sup>13</sup> AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana.** p. 53.
- <sup>14</sup> ABREU, Hugo. **O Outro lado do poder.** p. 49.
- <sup>15</sup> GÓES, Walder de. **O Brasil do General Geisel.** p. 39.
- <sup>16</sup> ABREU, Hugo. **O Outro lado do poder.** p. 50.
- <sup>17</sup> FROTA, Sylvio. Op. cit. p. 177-178.
- <sup>18</sup> FICO, Carlos. Op. cit. pp. 135, 153.
- <sup>19</sup> Arquivo Ernesto Geisel. Documentos referentes ao Ministério das Relações Exteriores. EG pr 1974.03.00/2. p. 58, 438, 634, 721.
- <sup>20</sup> Ibid. p. 71, 73, 75. Exposição de Motivos nº G/110/920 (B46) (E33), 18/04/1974.
- <sup>21</sup> Ibid. p. 476.
- <sup>22</sup> GÓES, Walder de. **O Brasil do General Geisel.** p. 30.
- <sup>23</sup> Sobre a questão de Cuba e do sionismo - ABREU, Hugo. **O Outro lado do poder.** pp. 49-52. e GÓES, Walder de. **O Brasil do General Geisel.** pp. 39 e 30.
- <sup>24</sup> ABREU, Hugo. **O Outro lado do poder.** p. 50.
- <sup>25</sup> Arquivo Ernesto Geisel. Documentos referentes ao Ministério das Relações Exteriores. EG pr 1974.03.00/2. 13/11/1975. p. 762.
- <sup>26</sup> Ibid. p. 766,767, 772.
- <sup>27</sup> FROTA, Sylvio. Op. cit. p. 191.
- <sup>28</sup> Ibid. p. 194, 197.
- <sup>29</sup> ABREU, Hugo. Op. cit. p. 53.
- <sup>30</sup> Documentário. **Cuba, uma Odosséia Africana.** De Jihan El Tahri.
- <sup>31</sup> Confirmado por - GÓES, Walder de. **O Brasil do General Geisel.** p. 38.
- <sup>32</sup> FROTA, Sylvio. Op. cit. p. 185, 187, 188, 190.
- <sup>33</sup> Ibid. p. 190.
- <sup>34</sup> PINHEIRO, Letícia. Op. cit. p. 94.

## O ano de 1915 no Ceará: a seca e o campo de concentração do Alagadiço.

Leda Agnes Simões de Melo<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem por intuito mostrar como o campo de concentração do Alagadiço, criado na seca de 1915, esteve atrelado às soluções de combate às secas que estiveram embebidas em um debate nacional sobre modernidade e progresso, civilização *versus* barbárie que estigmatizaram os sertões como lugar de atraso e o sertanejo como ‘preguiçoso’, sem hábitos para o trabalho. O Alagadiço se tornou centro aglutinador de retirantes que seriam enviados para as obras ligadas a Inspetoria de Obras Contra as Secas.

**Palavras-chave:** seca; campo de concentração; Inspetoria de Obras Contra as Secas.

### The 1915's in Ceara: Alagadiço's drought and concentration camp

**Abstract:** this paper aims to show how Alagadiço's concentration camp, raised in the year of 1915, had been intertwined with measures taken to fight droughts, which were related to a national debate about modernity and progress, civilization versus barbarism that stigmatized country sides as places of delay, as well as country population in general as lazy people, with no working habits whatsoever. Alagadiço had become and unifying Center for those country people who would eventually be sent to work on constructions provided by the Work Against Droughts Inspectorate.

**Keywords:** drought, concentration camp, Work Against Droughts Inspectorate.

### Introdução:

Os sertões nordestinos são popularmente sinônimos de seca e miséria. Falar dos sertões é ir muito além das visões simplistas que o reduzem a problemas meteorológicos de escassez de chuvas, migrações populacionais e fome.

As fortes estiagens fazem parte dos sertões desde tempos remotos e são retratadas em escritos antes mesmo da colonização efetiva do Brasil, principalmente, com os relatos “de Fernão Cardin em 1587, sobre a fuga de índios do sertão para o litoral em busca de alimentos. Desde então, as secas no sertão nordestino apareciam como um elemento de desordem no projeto de colonização.”<sup>2</sup>

Mas é efetivamente no século XIX, depois do Nordeste passar por algumas grandes secas como a de 1711 que se estendeu até o Maranhão; de 1723-1727 que abrangeu o Ceará, até a Bahia e o Piauí; a de 1790-1793 que atingiu Pernambuco, Bahia, Sergipe, Piauí e Maranhão<sup>3</sup>, a seca passou a ser tratada como fenômeno que precisava ser estudado cientificamente. Precisamente após as trágicas mortes da seca de 1877, no Ceará, que arrastou milhares de sertanejos para fome e para as migrações em massa, “as secas passam a ser encaradas como um fenômeno natural a ser corrigido, um problema a ser solucionado, e não como uma fatalidade inevitável e uma imposição do destino.”<sup>4</sup>

A partir de então era necessário se entender racionalmente a estiagem, e muitas serão as comissões científicas que adentrarão os sertões na tentativa de entendê-los, dominá-los, e civilizá-los. De acordo com Joaquim Alves, no Império houve a primeira manifestação no que diz respeito ao problema da seca. Foi criada uma Comissão Científica de acordo com a Lei 884, em 1856, composta de Engenheiros e Naturalistas.<sup>5</sup> Entre 1870-1880, o Clube de Engenharia nomeou também comissões estudos e debateu os efeitos das secas. Nas falas dos Presidentes das Províncias, os problemas do flagelo e da estiagem também estavam em pauta.

Dentre outras comissões podemos destacar: “as comissões Imperial (1877), do Açude Quixadá (1884), as Comissões de Açudes e Irrigação (1904) a Comissão de Estudos e Obras Contra os Efeitos da Seca (1904) e a Comissão de Perfuração de Poços (1904)”<sup>6</sup>.

Essas comissões compreendiam que para combater as secas eram necessários projetos de obras públicas como irrigação, construções de estradas de ferro e açudes, que resolveriam o problema da água e da falta de “civilidade” que arrastava o Nordeste seco. Segundo Joaquim Alves, essas comissões, os debates e estudos, principalmente no período imperial, pouco solucionaram os problemas das secas, porque a “ vaidade” dos políticos era maior do que o desejo de realizações ou planos efetivos para os sertões.

Desse modo, com o advento da República se viu a necessidade de unir todos esses projetos em um único órgão público, para que fossem efetivamente criadas as obras que conseguissem diminuir os efeitos das fortes secas. Por isso, em 1909, criou-se a Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS) na esfera do Ministério da Viação e Obras Públicas que, em 1920, tornou-se Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFCOS), tendo como política básica a construção de açudes e estradas de ferro em todo Nordeste seco, com a mão de obra dos próprios sertanejos. O fato é que as obras acabavam não conseguindo abarcar o número de sertanejos que pediam trabalho, ou mesmo, as obras depois que as secas cessavam paravam por falta de verba ou por falta de interesse político. Com isso, muitas secas como a de 1915 ainda resultaram em grandes retiradas e culminaram na morte de milhares de sertanejos.

A desorganização das construções das obras se estenderá em todo período Republicano com a IOCS e posteriormente com a IFOCS e se refletirá na medida adotada pelo governador do Ceará, Benjamim Barroso, na seca de 1915, quando o mesmo criará o campo de concentração do Alagadiço. O *campo* foi uma medida emergencial tomada pelo governo para tentar conter o número de sertanejos que estavam migrando para Fortaleza por conta da seca. O Alagadiço era um local afastado do centro de Fortaleza, onde foram confinados milhares de sertanejos que pediam ajuda das elites e do governo para obterem trabalho e alimentação.

Nessa perspectiva, o intuito desse trabalho é mostrar como o campo de concentração do Alagadiço refletiu um momento histórico que entendia a pobreza como sinônimo de criminalidade, e desejava afastar os pobres dos centros urbanos. Era necessário que a modernidade e o progresso chegassem às cidades, o que diferia de qualquer tipo flagelo, qualquer cena de miserabilidade, o que implicará na segregação dos espaços e de certas camadas sociais em todo o país e, nesse caso específico, no Ceará.

### **Wenceslau Braz, e a crise interna brasileira:**

O contexto nacional da República na seca de 1915 mostra um Brasil que estava tentando se organizar em meio ao crescimento urbano que se acelerava.

De acordo com os autores Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo, a partir de 1914 houve um enfraquecimento das oligarquias que se estende até 1930, com a diminuição progressiva de seu poder e sua “queda” com a ditadura varguista. Nesse contexto entra no cenário nacional a presidência de Wenceslau Braz (1914-1918), período este que ocorre a seca de 1915 no Ceará, e que se tornou um momento turbulento na história nacional, o que trará sérias dificuldades para que o Nordeste consiga verbas para conter a calamidade da seca.

Wenceslau Braz nasceu em Minas Gerais em 1868 e assumiu a presidência do Brasil em 1914, por meio do voto direto, permanecendo até 1918 no cargo. O país estava envolto por dois complicados problemas em sua gestão, primeiro a Guerra do Contestado (1912-1916), depois uma crise econômica causada pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Juliana Victorino ressalta que o seu mandato “foi marcada pela forte repressão aos movimentos contrários ao governo republicano em diferentes regiões do país, como a campanha do Contestado”<sup>7</sup>, em Santa Catarina, revoltas militares no Rio de Janeiro e as greves operárias em São Paulo.

O Brasil desse período foi marcado por crises decorrentes do descontentamento em relação à dinâmica do poder central que se revezava entre paulistas e mineiras. Com o passar do tempo, a dinâmica interna dos mercados se aprimorou o que acabou por fortalecer novas classes sociais essencialmente urbanos, que começavam a reivindicar seu espaço também na política. Por isso, na gestão do presidente Wenceslau Braz, as cidades já estavam em crescimento acelerado, o que irá refletir em movimentos operários, a ascensão de uma burguesia industrial e a da classe média.

No que tange a economia, havia tido anteriormente gastos excessivos com despesas feitas no Ministério de Viação e Obras Públicas ampliando ferrovias e portos no país, incentivo esse que interessava não só as elites agrárias como o próprio Governo Federal. Elisa

Reis coloca que era um consenso entre os interesses agrários e o poder público a expansão do sistema ferroviário, por que para a elite agrária as ferrovias significavam diminuir os custos da sua produção e para o Estado garantiria sua entrada maior na vida social de diversas áreas remotas do país.<sup>8</sup>

Essa penetração por meio das ferrovias também se refletirá no Nordeste, principalmente no século XIX. No Ceará houve o começo da construção da estrada de ferro Baturité, iniciada em 1873. Baturité era uma região que mesmo em meio à estiagem, poderia continuar fértil conservando seu verde. A construção de uma ferrovia que perpassasse por esse local poderia diminuir a distância entre a seca e o “verde” - já que lá seria o centro de fertilidade da região. Era o Ministério de Viação responsável pelas obras, e com a falta de verbas, o Nordeste será prejudicado em relação aos incentivos de combate as secas.

Em relação ao próprio Ministério de Viação, Wenceslau Braz ressaltava na sua mensagem presidencial:

As dificuldades de ordem financeira que, de muito, nos vinham affligindo e que se agravaram, sensivelmente, em consequência da conflagração européia, exigiram o retardamento ou suspensão de vários serviços a cargo do Ministério da Viação e Obras Públicas.<sup>9</sup>

Se fazia *mister* o “o esforço de consolidar fontes alternativas de extração de recursos”<sup>10</sup>, principalmente com o advento da Primeira Guerra Mundial, na medida em que houve uma queda nas importações de manufaturas europeias. Isso se refletirá também nos sertões, e no envio de verbas para construção das obras.

O próprio presidente, em uma mensagem presidencial de 1915, ressaltou que no ano de 1913 houve uma forte depressão nos intercâmbios brasileiros pela baixa simultânea do café e da borracha, que representavam 85% das exportações do país. Isso resultou em 1914 em uma piora significativa dessas baixas, contribuída ainda mais com a Primeira Guerra, ocasionando uma desorganização do crédito e as irregularidades das exportações de nossos produtos.

Era necessário organizar alternativas com o estímulo a outros produtos para o crescimento nacional, e isso colocava o presidente Wenceslau Braz preocupado em solucionar o problema da exportação, garantindo o avanço da indústria nacional e das importações.

Dentre esses fatores, da crise mundial e da falta de verbas para o Ministério de Viação, o presidente se via envolvido em um contexto de muitas reivindicações de trabalhadores. Em 1917 houve uma onda de greves operárias no Rio de Janeiro e em São Paulo. “A greve geral de 1917 dos operários de duas indústrias têxteis de São Paulo acabou abrangendo cerca de 50

mil trabalhadores da cidade, o que fez o governo mobilizar tropas e enviar dois navios de guerra para o porto de Santos”.<sup>11</sup> As reivindicações ocorriam pelos baixos salários causados pela crise econômica que ainda assolava o país, e que demandou todos os esforços de Wenceslau Braz, em conjunto com a tentativa de conter esses movimentos.

Portanto, o término do seu mandato estava mergulhado em um contexto conturbado de disputas entre a velha política do “café com leite”<sup>12</sup> e da entrada da classe média e de uma burguesia em franca expansão que deseja o poder político. A seca de 1915, imersa nessa conjuntura, não receberá a atenção necessária para sua solução o que levará o governador do Ceará, Benjamim Barroso, a tomar alguma medida para conter o flagelo.

### **A seca de 1915 e o campo de concentração do Alagadiço:**

A modernidade, tão querida pela República, chega aos sertões de maneira a tentar modificar seu cotidiano, controlando e disciplinando as formas dos sertanejos lidarem com a terra e suas relações de trabalho.

O contexto do século XIX e o século XX são marcados pela busca de uma modernização aos moldes europeus e, por conseguinte, de combate à ociosidade. No Rio de Janeiro e em São Paulo no século XIX, isso ocorreu ainda de forma mais intensa com o fim escravidão e o incentivo ao trabalho livre. Com isso muitos ex-escravos, libertos, mulatos, mestiços, deveriam se encaixar nos novos parâmetros sociais modernos. Como, obviamente, não seria fácil essa inserção, mesmo porque essa camada era estigmatizada como vadia e preguiçosa, muitas foram às formas de controlá-la e reprimi-la, principalmente, através do discurso que incentivava o trabalho em combate à ociosidade ou qualquer tipo de ‘vagabundagem’.

A IOCS nasceu nesse período de tentativa de transformar o Brasil do ‘atraso’, no Brasil do progresso. Foi instituída pelo decreto-lei número 7619, de 21 de outubro de 1909, seus serviços eram “destinados a prevenir, quanto possível, e atenuar os desastrosos efeitos das secas periódicas que flagelam o nordeste”<sup>13</sup> em algumas partes do norte do Estado de Minas Gerais, a Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Piauí e, por completo, do Rio Grande do Norte e Ceará. Cabia a esse órgão penetrar os sertões Nordestinos, e o incentivo ao trabalho nas obras públicas será um discurso muito utilizado para ‘tirar’ o sertanejo de sua vida isolada nos sertões.

Dentro disso, a autora Nísia Trindade Lima explica que a Inspetoria contratou, no período republicano, primeiramente em 1912, o Instituto Oswaldo Cruz para realizar incursões ao Nordeste. O Instituto estava embebido pelos debates que viam o sertão como

lugar de resistência a modernidade e o sertanejo como um homem de natureza rústica que precisa ser civilizado. Essa perspectiva acabou por criar a figura do sertanejo como doente e o sertão como lugar do atraso, relacionados “ao abandono a que eram relegados as populações do interior do Brasil.”<sup>14</sup>

Tais visões estavam envolvidas no discurso que entendiam a natureza como problema e o homem do sertão como relutante as medidas civilizatórias e de progresso nacional. Os intelectuais que pensavam o Brasil no começo da República, segundo Lima, eram em sua maioria das elites e eram formados em Direito, Engenharia, podendo também ser militares. Esses homens da ciência deveriam agora tomar parte do país para transformá-lo. “Ao mero reconhecimento do espaço como nas narrativas de viajantes do século XIX juntava-se o expediente de intervir neste mesmo espaço.”<sup>15</sup>

Nessa perspectiva, a ideia do que seria sertão e do que é ser sertanejo não estariam de fora do pensamento dos engenheiros das obras públicas da IOCS. As missões civilizatórias e a importância que foi dada ao trabalho dos engenheiros e da própria Inspetoria, podem ser exemplificadas no trecho de um relatório do engenheiro Aarão Reis<sup>16</sup>, aonde enfatizava o valor dos serviços realizados pela Inspetoria como uma verdadeira ‘luta patriótica contra os efeitos das secas’, que havia permitido uma maior organização burocrática das obras e “impedido” o cortejo de ‘torpezas e iniquidades’ causadas pela mendicância e pelo costume da esmola, episódios que aconteceram na seca de 1877. De fato, a IOCS não impediu que muitos sertanejos “esmolassem” pelas ruas, porque não havia obras suficientes para a quantidade de pessoas que migravam.

Na seca de 1915, os relatórios já reclamavam a quantidade de sertanejos a pedir trabalho, comida e moradia nas cidades, e principalmente, a se aglomerarem nas vazantes dos açudes, a pedir trabalho. O trabalho será a maneira pelo qual a IOCS ocupará os “braços ociosos” dos sertanejos impedindo qualquer “revolta” contra a situação vigente.

O Inspetor Interino José Ayres de Souza, no Relatório dos trabalhos executados em 1915, mostrava a situação do sertão cearense quando os sertanejos começavam a chegar à margem de um açude. Dizia o engenheiro que aumentava o número de ‘forasteiros’ a cada instante e, em meados de 1915: “existiam ali 5.684 pessoas, isto é, 1.665 abrigadas na bacia de irrigação e 4.016 nas vazantes, as quais estavam, então, divididas em 559 lotes. Convém notar que alguns desses lotes chegaram a conter 22 pessoas entre adultos e crianças”.<sup>17</sup>

O medo das aglomerações era o medo do terror dos roubos e dos embates, por isso, o próprio Inspetor acabava por chamar os sertanejos de forasteiros, fazendo uma alusão àquele

que está fora de sua terra natal, um peregrino, o que vem de fora, sendo necessário que houvesse uma maior vigilância em relação a eles, controlando suas ações.

Ao migrarem os retirantes ou iriam para o redor das obras, ou faziam grandes retiradas para capital de Fortaleza. Muitos não conseguiam chegar a capital, pelo caminho morriam de fome e sede, mas o que conseguiram começaram, em 1915, a se aglomerar num local chamado Passeio Público. Como a quantidade de retirantes aumentava a cada dia, foi necessário que os sertanejos fossem enviados para um lugar onde depois pudessem ser alocados nas obras públicas, construindo açudes e estradas de ferro. Nesse sentido que surge o campo de concentração do Alagadiço, zona afastado do centro de Fortaleza onde se confinaram os sertanejos para que não ficassem espalhados pela capital estimulando o “ócio” e a “mendicância”, que para as elites foram tão comuns em secas anteriores e prejudiciais ao progresso da região.

Muito se sabia no Ceará sobre o que acontecera na seca de 1877, onde foram construídos abarracamentos espalhados pela região para abrigar os sertanejos que migravam para os centros urbanos. As barracas ficavam embaixo dos cajueiros e eram péssimas suas condições de higiene. Muitos sertanejos morreram com doenças causadas não só pela fome, mas também pela má qualidade da comida distribuída e das condições de insalubridade. A esmola e a assistência da caridade particular aconteceram intensamente na seca de 1877, e o medo das elites de 1915 que esses sertanejos perambulassem novamente pelas cidades com seu cortejo de “miséria” se tornava maior.

A pressão que o governo tomasse alguma medida mais concreta por esses retirantes em 1915 era tamanha. Nos jornais se aclamava que fossem dados trabalhos para os sertanejos, para impedir a “imoralidade” da fome. Thomas Pompeu Sobrinho<sup>18</sup> colocava que o governador Benjamim Barroso não estava preparado para a grande retirada que aconteceu naquele verão, o que criou uma grande angústia no que diz respeito à assistência aos sertanejos. Dizia que em fins de junho, no Ceará, só havia em andamento a obra do açude Acarape, com pequeno número de operários.

A escritora Raquel de Queiroz em seu livro *O Quinze* retratou bem as mazelas da seca de 1915, a tristeza do flagelo e do campo de concentração. Em um dos diálogos do livro, a personagem Conceição após “a insistência da avó, começou a falar sobre pequenos casos acontecidos no Campo, o terror das famílias entre a invasão de pedintes, a carestia da vida, a dificuldade de tudo”. Em outro diálogo Conceição concordava com Chico Bento quando ele dizia: “o de que carecia era arranjar trabalho; porque a comadre Conceição bem via que o que davam no Campo mal chegava para os meninos.”<sup>19</sup>



Dentro do campo de concentração ficaram confinados milhares de sertanejos, segundo Rodolfo Teófilo, farmacêutico que viveu no período das secas de 1877 e 1915, “ficou resolvido que os retirantes seriam recolhidos a uma grande área arborizada e cercada nos subúrbios da Capital.”<sup>20</sup>

A propriedade do Alagadiço, narrou o governador Barroso, era do Sr. João de Pontes Medeiros que o cedeu para que o governo, “para fim tão humanitário, criasse o Campo de Concentração” que “por muito tempo comportou permanentemente mais de oito mil pessoas.”<sup>21</sup> Para tal propósito, a organização deu-se da seguinte forma: foram feitas instalações elétricas que facilitariam a fiscalização do local, e os homens e rapazes sadios, apesar de abatidos pela fome, eram mandados para trabalhos de terraplanagem nas ruas e praças da cidade. Para compensar tal trabalho que, segundo Barroso, era de poucas horas por dia, tinham como compensação alimento, auxílio médico e farmacêutico. Havia também distribuição de roupas, não só pelo Governo, mas por particulares. Para complementar, teria no *campo* acompanhamento espiritual do Arcebispo de Fortaleza, Frei Ignácio.

O governador deixa claro que os trabalhadores eram separados entre os mais fortes e os mais fracos, e os mais fortes, segundo ele, eram também os que possuíam pequenos lotes de terra no interior e seriam encaminhados para obras maiores, como das estradas de ferro, onde receberiam um salário. Os que não tinham condições alguma de trabalhar não são mencionados no discurso de Barroso. Podemos inferir que até os ditos “aptos ao trabalho” poderiam não ter as mínimas condições para exercê-lo, o que constituía um tipo de trabalho ‘forçado’ e o que pode ter contribuído para as muitas mortes nas obras e no próprio campo de concentração.

Mais uma vez, em Raquel de Queiroz, vemos um diálogo entre Conceição e Chico Bento. A personagem dizia: “mas você assim, compadre, tão fraco, lá aguenta um serviço bruto, pesado, que é só o que há para retirante?”<sup>22</sup>

Nesse sentido o campo de concentração esteve ligado às obras públicas, os sertanejos foram enviados para as construções, mas outros tantos ficaram a mercê da caridade particular e pública, no *campo*. As condições de higiene eram péssimas, a comida não era suficiente, e o trabalho, na realidade, era árduo. Raquel de Queiroz retrata bem, mais uma vez, esse dilema do difícil trabalho para obter comida e algum dinheiro, quando seu personagem Chico Bento passou a trabalhar na construção do açude de Tauape. “Duramente Chico Bento trabalhou todo o dia no serviço da barragem. Só de longe em longe parava para tomar fôlego, sentindo o pobre peito cansado e os músculos vadios.”<sup>23</sup>

Era necessário, portanto, concentrar e ocupar a mente dos sertanejos com trabalho, que levaria a modernidade e a civilização aos sertões nordestinos. O próprio Alagadiço era cercado por arame farpado, para que os sertanejos não se deslocassem. A importância dada ao isolamento da ‘miséria’ sertaneja dos centros urbanos, principalmente, de Fortaleza, estava intimamente ligado à visão que se tinha sobre os sertões como atraso e lugar de barbárie, que só a luz da ciência, e uma nova maneira de lidar com a terra, poderiam mudar a situação de atraso que viviam aquele lugar.

### **Considerações finais:**

Sendo assim, se faz necessário entender tal postura dada a certas camadas populacionais, principalmente no que tange o mundo do trabalho. No Brasil desde o século XIX, explica Sidney Chalhoub, que as elites já pensavam que havia “bons” pobres, honestos e trabalhadores, e os pobres viciosos. O pobre trazia consigo toda forma de perigo e contágio, cabendo, para solução desse problema, “reprimir supostos hábitos de não-trabalho”<sup>24</sup> dessa população. Esse pensamento irá perdurar por grande parte do século XX.

Nesse sentido, cabia também ao Nordeste não permitir que os retirantes esmolassem pelas ruas das cidades e não se habituassem a ficar sem trabalho. Um “bom sertanejo” era aquele que mesmo em meio às intempéries da seca e da fome, trabalhava. Era o trabalho que dignificava, e era preciso em um país que por tanto tempo foi escravocrata, tornar o trabalho dignificante, para que gerasse a partir de então lucro, e riqueza nacional.

Chalhoub coloca que houve uma nova ética de trabalho no período pós-abolição. O conceito de trabalho precisava se despir de seu caráter degradante, típicos de uma sociedade escravista, para admitir um valor positivo, tornando-se, então, o elemento primordial para a fundação de uma ordem burguesa no Brasil. Era necessário, assim, incutir no homem livre que o trabalho o edificava e, para isso, o governo se utilizaria de uma grande vigilância policial e de uma organização compulsória do trabalho. “A ordem agrário-conservadora pós-abolição precisava claramente impor o elogio do mundo do trabalho e erguer sistemas repressivos eficientes.”<sup>25</sup>

Nesse sentido, explica-se porque o campo de concentração do Alagadiço foi posto em prática no Ceará. Em meio a uma conjuntura de desordem, em um país que via o sertão como sinônimo de atraso, e o sertanejo como indolente e resistente a mudança, cabia a IOCS trazer uma nova postura diante do problema da miséria da seca de 1915. Concentrar os sertanejos, isolar sua miséria, obrigá-los a um novo tipo de trabalho diferente da lida na terra, mostra a postura republicana diante os sertões e que se aprimorará ainda mais no período pós-1930.

- <sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRJ). Bolsita CAPES. Orientada por: Susana Cesco. E-mail: [ledagnes@hotmail.com](mailto:ledagnes@hotmail.com)
- <sup>2</sup> SILVA, Roberto Marinho Alves. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido: políticas públicas e transição paradigmática. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 38, nº 3, jul-set. 2007, p467.
- <sup>3</sup> Ideia retirada de BRASIL, Thomaz Pompeu de Souza. O Clima e as Secas do Ceará. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877. In: ROSADO, Vingt-Un (org.). O nono livro das secas. Mossoró: Guimarães Duque, 1983. Coleção Mossoroense, v.285. Disponível em: [www.colecaomossoroense.org.br](http://www.colecaomossoroense.org.br)
- <sup>4</sup> AGUIAR, Pinto de. O Nordeste e o drama das secas, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1983, p.65.
- <sup>5</sup> Ideia retirada de: ALVES, Joaquim (1982). História das secas (séculos XVII a XIX). Mossoró, RN, ESAM, Col. Mossoroense, v. CCXXV [homenagem ao Primeiro Centenário da Abolição Mossoroense - 30/9/1983 a 30/9/1993]. Disponível em: [www.colecaomossoroense.org.br](http://www.colecaomossoroense.org.br).
- <sup>6</sup> SANTOS, Maria Penha dos. As Comissões Científicas da Inspetoria de Obras Contra as Secas na gestão de Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa (1909-1912). Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003, p.13.
- <sup>7</sup> VICTORIANO. Juliana Leone. Wenceslau Braz e a política do café com leite: Estratégias de comunicação e marketing político que o elegeram Presidente da República do Brasil. Universidade Metodista de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. São Bernardo do Campo, SP, 2012, p.47
- <sup>8</sup> REIS, Elisa Pereira. Interesses agro-exportadores e construção do Estado: Brasil 1890 a 1930. In: SORJ, Bernardo; CARDOSO, Fernando Henrique; FONT, Mauricio (orgs). Economia e movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985, p.200.
- <sup>9</sup> GOMES, Wenceslau Braz Pereira. Mensagem apresentada ao Congresso Nacional. Abertura Primeira Sessão da Nova Legislatura. República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1915, p.56.
- <sup>10</sup> REIS, Elisa Pereira. Interesses agro-exportadores e construção do Estado: Brasil 1890 a 1930. In: SORJ, Bernardo; CARDOSO, Fernando Henrique; FONT, Mauricio (orgs). Economia e movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985, p.200.
- <sup>11</sup> Informação disponível na Biblioteca da Presidência da República: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/wenceslau-braz/biografia>.
- <sup>12</sup> Segundo Claudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo para garantir seu poder, as oligarquias de Minas Gerais representadas pelo Partido Republicano Mineiro (PRM) e as oligarquias paulistas representadas pelo Partido Republicano Paulista (PRP) se uniram para que se alternassem na presidência do Brasil, garantido a hegemonia política das duas regiões. As regiões se uniram porque “aliavam o poder econômico, proveniente do café (São Paulo), ao poder político, isto é, ao votos de Minas, que era o estado com maior número de eleitores”. VICENTINO, Cláudio & DORIGO, Gianpaolo. História do Brasil. São Paulo, Ed. Scipione, 2009, p.303.
- <sup>13</sup> Ministério da Viação e Obras Públicas. Inspetoria de Obras Contra as Secas, relatório de 1913, p8.
- <sup>14</sup> LIMA, Nísia Trindade. Um sertão chamado Brasil: intelectuais e a representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ. UCAM, 1999, p.84.
- <sup>15</sup> MORAES, Kleiton de Sousa. O sertão descoberto aos olhos do progresso: a Inspetoria de Obras Contra as Secas (1909-1918). Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2010, p.31.
- <sup>16</sup> Relatório apresentado ao Exm. Sr.Dr. Augusto Tavares Lyra, pelo Dr. Aarão Reis, Inspetor extinto de obras contra as secas, incumbido, em comissão de instalar e dirigir essas obras, fora da alçada daquela Inspetoria. Ministério de Viação e Obras Públicas. Rio de Janeiro – Imprensa Nacional, 1920, p.16.
- <sup>17</sup> Relatório dos trabalhos executados durante o ano de 1915 apresentado a 15 de julho de 1916, ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, Dr. Augusto Tavares de Lyra, pelo Inspetor Interino, José Ayres de Souza. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1917, p.54.
- <sup>18</sup> SOBRINHO, Tomaz Pompeu. História das Secas (Século XX). 2a ed. Coleção Mossoroense, vol. CCXXVI, 1982., p.17.
- <sup>19</sup> QUEIROZ, Raquel de. O Quinze. Ed José Olympio, 96ª edição, Rio de Janeiro, 2013, p.83 e p.103.
- <sup>20</sup> TEÓFILO, Rodolfo. A Seca de 1915, Fortaleza: Edições UFC, 1980, p.52.
- <sup>21</sup> BARROSO, Benjamim. Relatórios dos presidentes dos estados brasileiros- Ceará, 1915, Hemeroteca Digital Brasileira, p.7 e p.8.
- <sup>22</sup> QUEIROZ, Raquel de. O Quinze. Ed José Olympio, 96ª edição, Rio de Janeiro, 2013, p. 103.
- <sup>23</sup> Idem, p. 106.
- <sup>24</sup> CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril, Cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.29.
- <sup>25</sup> Idem.

**Híppies vindos de Moscou:  
anticomunismo e repressão a práticas contraculturais no Brasil ditatorial**

*Leon Frederico Kaminski*

Doutorando – UFF

Orientadora: Samantha Quadrat

kaminski.historia@gmail.com

**RESUMO:** Durante a ditadura militar, uma das correntes político-culturais que contestaram o regime e os valores dominantes da sociedade brasileira foi a chamada contracultura. No imaginário anticomunista, era vista como uma artimanha criada pelo comunismo soviético, cuja finalidade seria corromper a juventude, destruir valores e instituições basilares da sociedade ocidental. Nesse sentido, alguns setores responsáveis pela repressão imbuíram-se do combate a certas práticas da contracultura. Este trabalho analisa a relação entre a repressão a práticas contraculturais e o imaginário anticomunista.

**PALAVRAS-CHAVE:** contracultura; anticomunismo; ditadura militar.

**ABSTRACT:** During the military dictatorship, one of the political and cultural currents that contested the regime and the dominant values of Brazilian society became known as the counterculture. On anticommunist imaginary, was seen as a ruse created by Soviet communism, whose purpose would be corrupting the youth, to destroy basic values and institutions of Western society. Thus, some sectors responsible for the repression imbued from the control of certain practices of the counterculture. This paper analyzes the relationship between repression countercultural practices and anticommunist imaginary.

**KEY-WORDS:** counterculture; anticommunism; military dictatorship.

De cunho marxista, a Revolução Russa foi realizada em 1917. Logo em seguida à chegada dos bolcheviques ao poder, surgia o anticomunismo, como fenômeno internacional. No quadro de instabilidade existente após a Primeira Guerra Mundial e receosos dos efeitos do exemplo russo sobre as massas operárias, houve um empenho dos países capitalistas na repressão e na propaganda contra o comunismo. Em conjunto a ações estatais, grupos de intelectuais, empresários e religiosos empenhavam-se na promoção de ações anticomunistas.

No Brasil, não foi diferente. O anticomunismo desempenhou papel importante em diferentes momentos de nossa história política. Conforme Rodrigo Patto Sá Motta, se, num primeiro momento, a imprensa e os setores conservadores brasileiros tinham como principal fonte o imaginário e as representações do anticomunismo presentes na Europa, com o início da guerra fria, após a Segunda Guerra Mundial, a influência norte-americana seria maior. Contudo, para o autor, não ocorria simplesmente uma reprodução das influências estrangeiras ou de uma incorporação, pelo Estado, de ordens vindas “de fora”. Surgiram elaborações originais de anticomunismo, em função das dinâmicas políticas singulares do país.<sup>1</sup>

A base principal de mobilização do anticomunismo brasileiro foram os valores religiosos do catolicismo, deixando em posição secundária outras motivações. Em função da forte vinculação com o catolicismo, a influência do discurso religioso foi marcante no anticomunismo brasileiro. Segundo Motta, a temática moral teve papel proeminente em relação à diversidade de representações que integram o imaginário anticomunista. Desse ponto de vista, “Para minar as forças do catolicismo seria necessário corromper os costumes e afastar o povo dos ensinamentos da moralidade cristã”<sup>2</sup>. Entendida como um dos pilares do cristianismo e da própria sociedade, a família seria um dos principais alvos a serem destruídos pelos comunistas em seu caminho ao poder. E a imoralidade, uma de suas armas.

Nos primeiros anos da ascensão bolchevique na Rússia, avanços soviéticos – como o divórcio, a libertação da mulher, o aborto e a educação sexual – eram propagandeadas pelos anticomunistas como provas da imoralidade e da degradação da sociedade comunista e da destruição da estrutura familiar. As representações veiculadas ligavam o comunismo ao crime e ao pecado, ao vício e ao mal, cristalizando uma imagem horripilante de degradação e de dissolução dos costumes. Nessa perspectiva, todos os vícios e imoralidades seriam utilizados pelos comunistas para a tomada do poder.

Na década de 1960, há um contexto internacional de crescimento do espírito de contestação, encabeçada principalmente pelos jovens, que surgem como força transformadora da sociedade. Muitos se embasaram nas teorias marxistas, em busca de uma revolução social. Surgiam também correntes e organizações de esquerda críticas ao Partido Comunista. Parte delas defendia a luta armada. Outros, que questionavam tanto o capitalismo quanto o comunismo, procuraram realizar a revolução por meio de mudanças culturais, uma revolução cultural. Neste clima de contestação, muitos valores, costumes e instituições passaram a ser vistos como conservadores pelos jovens e flexibilizados ou substituídos por práticas mais libertárias.

As manifestações e movimentos que buscaram a transformação da sociedade por meio de mudanças culturais surgidos na década de 1960, embora heterogêneos e fragmentados, passariam a ser denominados como contracultura<sup>3</sup>. Com o passar dos anos, este termo transformou-se, como aponta Anaís Fléchet, numa “palavra mágica” que remete a um universo “jovem, moderno, e em ruptura com as normas políticas, sociais e culturais da época”<sup>4</sup>.

No Brasil, inicialmente, as práticas da contracultura eram chamadas de *desbunde*. Termo pejorativo utilizado, num primeiro momento, no interior dos grupos de esquerda para nomear o ato de valorizar os interesses, ou mesmo sentimentos, pessoais em detrimento da coletividade, da organização e da opção pela revolução socialista. O desbunde era visto, no imaginário da esquerda, como o predomínio do *pessoal* acima do *coletivo*. O individual era visto como sinal do predomínio da *subjetividade* sobre a *objetividade*, do irracionalismo sobre a racionalidade. Num segundo momento, passaram a ser denominados como "desbundados" jovens que se apropriavam do imaginário da contracultura e artistas que passavam a valorizar a subjetividade em suas obras em detrimento de expressar mensagens contendo um projeto político definido, racionalizado. O termo acabou sendo apropriado e, em certa medida, positivado pelos jovens no começo dos anos 1970. Desta forma, "desbunde" passava a denominar tanto um novo estilo de vida quanto a estética ligada a ela e às novas formas de resistência cotidiana.

Cabe ressaltar que, de 1968 a meados da década de 1970, tanto o PCB (Partido Comunista Brasileiro) quanto outras organizações de esquerda, armadas ou não, viam as manifestações da chamada contracultura como alienadas, despolitizadas e individualistas. Não tendo, o desbunde, ligações organizacionais ou programáticas com o comunismo. Pelo contrário, frequentemente os movimentos contraculturais criticavam a tecnocracia e o autoritarismo soviéticos e dos partidos comunistas. O mesmo costumava ocorrer no campo artístico, como no conhecido atrito entre tropicalistas e defensores da estética nacional-popular. Estas diferenças, no entanto, não impediam que comunistas e contraculturalistas, no Brasil, tivessem em comum a repulsa à ditadura militar e de que fossem alvos dos órgãos oficiais de repressão.

Para alguns setores anticomunistas, a revolução comportamental era arma de um pretenso “comunismo invisível” que arregimentaria entre os diversos movimentos, além de pessoas efetivamente comunistas, simpatizantes em diversos graus. Estes seriam pró-comunistas subconscientes e comunistas em estado de germe<sup>5</sup>. O general Milton Tavares de Souza, em 1976, alertava: “o movimento hippie nasceu em Moscou e, se os pais não

orientarem cuidadosamente a juventude, o comunismo acabará dominando o Brasil”<sup>6</sup>. Segundo Plínio de Oliveira, líder do movimento de extrema direita Tradição, Família e Propriedade (TFP)<sup>7</sup>, eram métodos comunistas “todo o imenso processo de deterioração moral, religiosa e cultural, que vai devastando sempre mais nossa juventude”<sup>8</sup>. Este pensamento estava em sintonia com o de alguns importantes líderes militares, como os generais Muricy e Souza Mello, citados pelo mesmo autor:

...e como para os marxistas só é moral o que interessa à realização de seus propósitos – buscam os inimigos da democracia a destruição desses valores. (...) Assistimos no momento à tentativa de destruição dos princípios morais, particularmente no seio da juventude, através de perigosas filosofias que exaltam o erótico e o perverso e procuram quebrar os laços que ligam os jovens ao seu passado e à sua família.<sup>9</sup>

vislumbramento do alcoolismo, do sexualismo despuído e do aumento do uso de tóxicos, que arrastam à dissolução coletiva pelo desencadeamento de instintos perigosos e inconscientes, e destroem as tradições nos mais elevados padrões morais, espirituais e religiosos.<sup>10</sup>

Tal perspectiva justificava a ação dos órgãos de repressão, que se dava em amplitude nacional, tanto nas grandes quanto nas pequenas cidades – onde muitas vezes os delegados locais tomavam para si a responsabilidade. Em 1970, a Polícia Federal iniciou uma campanha rigorosa de combate aos hippies, resultando em dezenas de prisões. Tal situação pode ser vista em uma nota na revista *Veja*:

O amor livre esconde o proxenetismo, a paz é um slogan da subversão e a flor tem o aroma dos entorpecentes. Ao decifrar dessa forma os símbolos hippies, a Polícia Federal ordenou a todos os Estados uma campanha rigorosa contra os jovens de colar no pescoço e cabelos compridos. Na semana passada, perto de 200 deles foram presos na Feira da Arte de Ipanema, no Rio, e 12 foram expulsos de sua minifeira, na Praça da Alfândega, em Porto Alegre, onde vendiam pinturas. Cento e vinte estão presos em Salvador e mais alguns foram para a cadeia no Recife, onde serão investigados um a um.<sup>11</sup>

Acima, podemos perceber, no discurso da Polícia Federal, a justificação da coerção aos chamados hippies com base num caráter subversivo de suas práticas. No início da década de 1970, foram comuns a prisão de jovens cabeludos e hippies. Parte desta repressão pode ser acompanhada por meio da imprensa da época.

No Rio de Janeiro, como noticiava o *Jornal do Brasil*, eram comuns prisões de hippies e artesãos, principalmente em Ipanema, onde até hoje é realizada uma feira de arte e artesanato.<sup>12</sup> Acusados, normalmente de vadiagem. Uma das atitudes comuns da contracultura era a automarginalização, vinculada também a uma estética no vestuário e nos cabelos compridos. Relacionado à automarginalização estavam as práticas da viagem de carona, de dormir em barracas ou sacos de dormir. A polícia carioca iniciou uma ofensiva aos

acampados, principalmente em Ipanema: prendiam, cortavam seus cabelos e expulsavam-nos.<sup>13</sup> Chegaram mesmo a sinalizar o uso de helicópteros para “procurar grupos que estariam acampados nas praias de Guaratiba”<sup>14</sup>. Segundo informe do DOPS,

A Polícia Judiciária, através de suas Distritais, em cumprimento de ordem emanada da Secretária de Segurança, vem realizando várias prisões de elementos desocupados, que se intitulam “hippies”, e perambulam pela cidade, sem documentos, vivendo em promiscuidade nos acampamentos que erigiram nas praias carioca.<sup>15</sup>

A ação, conforme o mesmo documento, visava “reprimir a tentativa de ser realizado, em março próximo, um congresso na Barra da Tijuca, para tanto já se encontram na Guanabara, jovens de vários países, alegando que vieram assistir o Carnaval”.<sup>16</sup>

Em 1973, um delegado pedia atenção especial às atividades dos hippies e de andarilhos, pois entendia que eles poderiam ter contatos com o “elemento russo”.

Em muitas oportunidades, vários desses elementos foram detidos para averiguações, constatando-se que por trás da simplicidade aparente, utilizada como engodo ou História Cobertura, havia um outro tipo de elemento, mais perigoso, com atividades e missões pré-determinadas, entre elas, até mesmo, as que vão de encontro à Segurança Nacional, pelo seu caráter e tendências subversivas.<sup>17</sup>

Na visão do agente, a circulação de andarilhos e hippies devia ser monitorada. Acreditava que muitos desses viajantes seriam, na verdade, comunistas disfarçados, ou “companheiros de viagem”, promovendo a circulação de informações, cumprindo missões em prol do comunismo.

Nesse período, alguns delegados ficaram famosos por suas atuações. Um deles, Moacir Bellot, delegado em Cabo Frio (RJ), ganhou repercussão no verão de 1971. Na primeira semana de trabalho na cidade, fechou boates, acabou com acampamentos, prendeu cabeludos, barbudos, pessoas de sunga e de biquíni, proibiu serestas, perseguiu casais que ficavam até tarde na praia, combateu a maconha, distribuiu insultos. Orgulhava-se de ter cortado quilômetros de cabelos e de barbas dos presos que fizera.<sup>18</sup>

Outro que ganhou bastante notoriedade foi Gutemberg Oliveira, delegado em Salvador, cidade que era o destino (ao menos almejado) de muitos hippies e viajantes de todo o país e do exterior. Acabou com acampamentos, prendeu e expulsou centenas de jovens na capital baiana porque, segundo ele, “só o fato de ser hippie é caso de cadeia”<sup>19</sup>. Para o policial, desmoralizavam a “instituição do casamento, pois tem mulher para os amigos e não para ele”<sup>20</sup>. O delegado Gutemberg chegou mesmo a prender duas vezes, em um curto espaço de tempo, os integrantes do grupo Novos Baianos, que tiveram suas cabeleiras raspadas<sup>21</sup>. Além de ter relação com o “esquadrão da morte” em seu estado, foi alcunhado de “hippicida”



pela revista *Veja*, em função de ter matado, na prisão, um hippie brasileiro. Crime que provocou sua prisão pela Polícia Federal, o que proporcionou um pouco de paz em Salvador.

22

A repressão agia também nos grandes eventos culturais como, por exemplo, no tão prometido, na época, Festival de Verão de Guarapari (ES). Inicialmente, ele havia sido idealizado a partir do modelo de Woodstock, um grande evento comercial para o público jovem, mas dentro de um espírito *underground*. Porém, apesar de toda a expectativa construída em torno do festival, por falta de verbas e problemas de organização, o evento acabou sendo quase um desastre. Contudo gerou um enorme fluxo em direção à praia capixaba. A revista *O Cruzeiro* narrou a repressão da seguinte forma:

A polícia passou a ser severa demais, com hippies e não hippies, chegando, numa manhã, a algemar e prender o milionário suíço Paul Page, que, dopado, gritava na beira da praia. Jornalistas e cinegrafistas cariocas que documentavam a prisão foram espancados e tiveram seus filmes apreendidos. Em várias batidas nos acampamentos, os policiais transportavam vários rapazes, alguns acusados de flagrante de maconha. Asavas que iam sendo banidas das áreas próximas ao festival tinham dois destinos, segundo a informação de um agente da segurança: “Os comprovadamente perigosos vão para a prisão; os outros, menos ofensivos, vamos soltá-los bem longe, a caminho do Estado do Rio”.<sup>23</sup>

Neste relato, ressurgem outros pontos importantes, a repressão às drogas. Além da questão moral, que aparece com mais destaque nos casos dos delegados Gutemberg e Bellot, o uso de entorpecentes, no imaginário anticomunista, era visto como estratégia do “comunismo internacional”.

Para alguns ramos da contracultura, o uso de substâncias alteradoras da consciência como, por exemplo, a maconha e o ácido lisérgico (LSD), possuíam um caráter libertário. Além de um uso hedonista<sup>24</sup>, a utilização de algumas drogas possuía outras finalidades naquele contexto. Uma delas estava relacionada com as experiências místicas, com os rituais das religiões das populações nativas das Américas e do Oriente. Essa era, inclusive, uma das justificativas para o seu uso. Ligadas às críticas ao racionalismo, a utilização de substâncias psicoativas visava também um conhecimento mais amplo e a expansão dos limites da mente humana, um autoconhecimento da mente e do corpo<sup>25</sup>. Essas práticas tiveram um grande impacto no campo das artes, dando origem a chamada estética psicodélica, termo usado para descrever os efeitos da mente humana sob os efeitos dessas substâncias.

Contudo, parte das autoridades policiais possuía outra interpretação. Em julho de 1970, o chefe do Serviço de Repressão aos Tóxicos e Entorpecentes, sr. Guimarães Alves, proferiu a conferência “A coletivização das toxicomanias a serviço do comunismo

internacional”. Segundo a autoridade, um novo tipo de guerra estava surgindo, a “guerra neuropsicodisléptica”, ou “neurotóxicológica”, a qual a “quinta coluna margino-comunista vem aplicando para destruir a inteligência e o físico dos jovens do mundo cristão ocidental”. Os comunistas teriam formado uma máfia (da qual faziam parte dom Helder Câmara, Sartre, Marcuse, e Kafka) para “corromper os jovens através dos tóxicos”.<sup>26</sup>

Em 1970, em Minas Gerais ao menos, o setor responsável pela repressão ao tráfico de entorpecentes deixava de ser a Delegacia de Vadiagem para abrigar-se sob os auspícios da polícia política. O que não deixa de ser revelador, pois era o DOPS que passava a cuidar do assunto, embora o porquê desse fato não fosse claro. O que deixou intrigado um jornalista da *Veja*, que não encontrava resposta para tal mudança:

Também como resultado imediato das ações da Brigada [do Vício] nasceram algumas perguntas até agora sem respostas. Os delegados da polícia política têm ordens para não informarem nada sobre o combate ao tráfico de entorpecentes. Não respondem por que [o traficante] Airton Loureiro está preso na Segunda Auditoria da Marinha. (Seria por ligações com o terrorismo?) E também não dizem se existe algum outro motivo para que a polícia política tenha passado a cuidar de uma área até então reservada à Delegacia de Vadiagem.<sup>27</sup>

A Brigada do Vício foi formada, em 1970, por determinação do secretário de segurança, coronel Edmundo Murgel, e era composto por homens da polícia política e do serviço secreto da polícia militar. O esquadrão era chefiado pelo inspetor José Leite, sob as ordens dos delegados David Hazan e Thacyr Menezes Sia<sup>28</sup>. Este último bastante conhecido por ser um dos torturadores do DOPS mineiro<sup>29</sup>. Seus membros passavam por treinamento com palestras de médicos e psicólogos, assim como aprendiam sobre as diferentes drogas, seus efeitos e como agiam as pessoas que as consumiam<sup>30</sup>. O DOPS, por meio de acordos com a agência norte-americana USAID, vinha num processo de modernização de seus equipamentos e dos métodos de investigação<sup>31</sup>. A criação da Brigada do Vício estava inserida nesse movimento. Ela contava, inclusive, com o apoio de um canil, cujos cães treinados eram utilizados para conter manifestações e, principalmente, farejar drogas.

A Brigada do Vício era presença constante em Ouro Preto durante os Festivais de Inverno. Ela foi extinta em 1976 devido à abertura da Divisão de Tóxicos e Entorpecentes da Polícia Civil. Já no seu primeiro ano de existência, a Brigada do Vício realizou uma ação em Ouro Preto que ganhou bastante repercussão na mídia. Foi o caso que ficou conhecido como “festival do embalo” ou “festa da bolinha”, em 1970. A ação da Brigada do Vício no Festival de Inverno tinha como objetivo um amplo combate ao consumo e ao tráfico de entorpecentes, principalmente a maconha e a chamada “bolinha”, medicamentos (anfetaminas) comercializados no mercado negro.<sup>32</sup>

Em 1971, outra ação capitaneada pelo DOPS mineiro ganhou bastante repercussão: a prisão dos integrantes do Living Theatre, grupo de origem norte-americana, referência internacional em teatro de vanguarda. Após uma parceria malsucedida com grupo Oficina, de São Paulo, os integrantes do Living Theatre foram morar para Ouro Preto, onde pretendia participar do Festival de Inverno, evento de grande repercussão na época. Há alguns meses na cidade, vivendo em comunidade, praticando o amor livre, consumindo maconha, pesquisando e produzindo um novo espetáculo, foram presos no dia da abertura do festival, acusados de uso de drogas e subversão. Acabaram expulsos do país alguns meses depois, em função da grande repercussão internacional e das manifestações realizadas no exterior pela sua libertação.<sup>33</sup> Álvaro Lopes, um dos detetives da Brigada do Vício, quando da prisão dos atores do Living Theatre, expressou-se da seguinte à imprensa:

São marginais, eles e seu grupo. Eles nos ofendem com suas roupas, seus cabelos e barbas compridas, sua falta de higiene e seus costumes exóticos. A simples existência do grupo é nociva, pois desvirtua o sexo, a família, os hábitos tradicionais, subvertendo a ordem normal da sociedade.<sup>34</sup>

A ideia de “comunismo invisível” existente no imaginário dos setores conservadores, que podemos visualizar tanto na fala de altas autoridades militares, citadas anteriormente, quanto na do agente da Brigada do Vício, permite-nos perceber que o alvo da repressão não era somente o tráfico/consumo de drogas, mas o caráter subversivo das práticas que buscavam alternativas aos valores tradicionais. No imaginário anticomunista, como expõe o general Ferdinando de Carvalho, em seu livro *Os sete matizes do rosa*, já no fim dos anos 1970,

as drogas e o sexo são explorados para desfibrar a juventude e torná-la alvo mais fácil para a doutrinação dos comunistas. Eles começam a impregná-la com idéias muito atraentes, acenando com a perspectiva de um regime de liberalidade e de prazeres, onde todos são felizes com um mínimo de sacrifícios, onde a vida é um mar de rosas sem restrições legais, tornando os moços descontentes contra as imposições da sociedade atual<sup>35</sup>.

Presente nas décadas de 1960 e 1970, a argumentação moralista do anticomunismo já se via presente nos anos 1930, sendo atualizada conforme o novo contexto, da revolução dos costumes, do desbunde e da contracultura. Esta interpretação podia não ser predominante no interior da direita e dos órgãos de coerção policial, mas era suficiente para serem estruturadas ações diretas de repressão aos jovens que se apropriavam do imaginário e das práticas da contracultura. O combate aos entorpecentes, substâncias juridicamente ilegais, era uma justificativa legal para a repressão. Outra justificativa era a defesa da moral e dos bons costumes.

<sup>1</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

<sup>2</sup> *Idem, ibid.*, p.62.

<sup>3</sup> O termo “contracultura” foi cunhado em 1951, por Talcott Parsons, mas, em 1968, a partir da obra *The Making of a Counter-Culture*, de Theodore Roszak, ele ganha contornos de conceito histórico, passando a designar o *zeidgeist*, o espírito daquela época, como pretendia o próprio autor ao tentar analisar os movimentos contestatórios promovidos pela juventude em 1968. PARSONS, Talcott. *The Social System*. London: Routledge, 2005. ROSZAK, Theodore. *A Contracultura: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil*. Petrópolis: Vozes, 1972.

<sup>4</sup> FLÉCHET, Anaís. Por uma história transnacional dos festivais de música popular: música, contracultura e transferências culturais nas décadas de 1960 e 1970. *Patrimônio e Memória*, v.7, n.1, p. 267, jun. 2011.

<sup>5</sup> OLIVEIRA, Plínio de. Comunismo: a grande mudança de tática. [*Folha de S. Paulo*, 23 jan. 1972]. Disponível em < [www.plinio.info/page/20/](http://www.plinio.info/page/20/)>. Acesso: 13 mar. 2011.

<sup>6</sup> *Apud*: SOARES, Glaucio. Censura durante o regime autoritário. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v.4, n.10, jun. 1989. s/p. Disponível em < [www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_10/rbcs10\\_02.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_02.htm) >. Acesso: 12 ago. 2010. Grifo nosso.

<sup>7</sup> A organização, fundada em 1960, teve seu auge entre 1968 e 1973, coincidindo com a fase mais repressiva do regime militar, o que representaria a possibilidade de um vínculo de setores do governo e a TFP, havendo, inclusive, indícios de colaboração entre seus militantes e os órgãos de repressão. MOTTA, *op. cit.*

<sup>8</sup> OLIVEIRA, Plínio de. Revolução comunista invisível. [*Folha de S. Paulo*, 09 jan. 1972]. Disponível em <[www.plinio.info/page/20/](http://www.plinio.info/page/20/)>. Acesso: 13 mar. 2011.

<sup>9</sup> General Muricy, em discurso de posse da chefia do Estado-Maior do Exército, *apud*: OLIVEIRA, Plínio de. “Progresso sem tradição: fator da guerra revolucionária”. [*Folha de S. Paulo*, 05 mar. 1969]. Disponível em <[www.plinio.info/page/48/](http://www.plinio.info/page/48/)>. Acesso: 13 mar. 2011.

<sup>10</sup> General Souza Mello, comandante do II Exército, *apud*: OLIVEIRA, Plínio de. Revolução comunista invisível. [*Folha de S. Paulo*, 09 jan. 1972]. Disponível em < [www.plinio.info/page/20/](http://www.plinio.info/page/20/)>. Acesso: 13 mar. 2011.

<sup>11</sup> Hippies sem paz. *Veja*, São Paulo, n.078, 04 mar. 1970, p.70.

<sup>12</sup> Polícia libera seis americanos presos junto com hippies. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 fev. 1970. Hippie volta deportado para o Canadá reclamando da falta de maconha no voo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 out. 1970.

<sup>13</sup> Hippies são presos e expulsos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 set. 1970.

<sup>14</sup> Polícia aperta cerco a hippies passando a usar helicópteros nas buscas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 fev. 1970.

<sup>15</sup> Informe 0030 (24.2.1970). DOPS; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>16</sup> *Idem*.

<sup>17</sup> DOPS 186: 11-8. DOPS; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>18</sup> VARGAS, Francisco; FREITAS, Robson de. Moacir Delegado Bellot. “Homem tem de ser durão”. *O Cruzeiro*, 10 fev. 1971, p.30-34. Dizei-me, espelho meu, há alguém mais Bellot do que eu? *O Pasquim*, Rio de Janeiro, n.84, 11 a 17 fev. 1971, p.14-15.

<sup>19</sup> Estrangeiros são presos em Salvador. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 fev. 1970. Grupos deixam de andar pelas ruas de Salvador. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 fev. 1970.

<sup>20</sup> *Idem*.

<sup>21</sup> Novos Baianos são presos em Salvador como hippies e tem suas cabeleiras raspadas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 nov. 1970.

<sup>22</sup> O “hippicida”. *Veja*, São Paulo, n.146, 23 jun. 1971, p.26.

<sup>23</sup> Guarapari: o festival imaginário. *O Cruzeiro*, 24 fev. 1971, p.32.

<sup>24</sup> REMINI, Elisabeta. *O barato da história: ensaio etnobotânico sobre a cannabis*. São Paulo: Escrita, s/d [198?].

<sup>25</sup> MACIEL, Luiz Carlos. *As quatro estações*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

<sup>26</sup> Autoridade diz que droga é arma comunista. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, n.58, 30 jul. a 05 ago. 1970, p.14-15.

<sup>27</sup> Tráfico em família. *Veja*. São Paulo, n.091, 06 jun. 1970, p.33.

<sup>28</sup> O DOPS está ganhando a guerra contra a maconha. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 29 jul. 1970.

<sup>29</sup> Para mais informações acessar a página do *Brasil: Nunca Mais Digital*. <<http://bnmdigital.mpf.mp.br>>.

<sup>30</sup> Tráfico em família. *Veja*. São Paulo, n.091, 06 jun. 1970, p.33.

<sup>31</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Modernizando a repressão: a Usaid e a polícia brasileira. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 30, nº 59, p. 237-266, 2010.

<sup>32</sup> Brigada do Vício acaba com Festival das Bolinhas em Ouro Preto. *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 21 jul. 1970. Muitos presos no Festival de Inverno em Ouro Preto. *Folha da Tarde*, São Paulo, 21 jul. 1970.

<sup>33</sup> KAMINSKI, Leon Frederico. *Por entre a neblina: os Festivais de Inverno de Ouro Preto (1967-1979) e a experiência histórica dos anos setenta*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2012. TYTELL, John. *The Living Theatre: art, exile and outrage*. Londres: Methuen Drama, 1997. MALINA Judith. *Diário de Judith Malina: o Living Theatre em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 2008. TROYA, Ilion (org.). *Fragmentos da Vida do Living Theatre*. Ouro Preto: Imprensa Universitária/Ufop, 1993.

<sup>34</sup> Líderes do Living Theatre já estão na Penitenciária. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 jul. 1971.

<sup>35</sup> CARVALHO, Ferdinando de. *Os Sete Matizes do Rosa*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1977, p.31. Para uma análise da obra do general Ferdinando de Carvalho cf.: SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. *Os sete matizes do rosa ou o mundo contaminado pela radiação comunista: homens vermelhos e inocentes úteis*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

## **O soberano para um teocrata: alguns elementos político-culturais para uma identidade régia castelhana através do “Espelho dos Reis” de Frei Álvaro Pelayo (1341-1344)**

**Leonardo Girardi<sup>1</sup>**

### **Resumo:**

Visamos refletir, a partir do “Espelho dos Reis” (1341-1344) de Frei Álvaro Pelayo, a composição de uma identidade régia castelhana segundo alguns aspectos que em sua visão seriam salutares para o rei. Ressaltamos aqueles ligados à política e à cultura, destacando-o pelo caráter de sábio, legislador e guerreiro, ajudando-nos a compreender o período e lugar em que o frade está inserido: a defesa de uma decadente teocracia pontifícia e a resistência frente a centralização do poder régio em Castela.

### **Palavras-Chave:**

Baixa-Idade Média; Teoria Política; Álvaro Pelayo.

### **Abstract:**

We seek to reflect, through the “Mirror of Kings” (1341-1344) of Friar Álvaro Pelayo, upon the composition of a royal identity according to some aspects - that in his perspective - would be sound for a king. We focus on those related to politics and culture, stressing them through the king’s characteristics of wisdom, law-making and warrior prowess, helping us to comprehend the period and the place where the friar is inserted: the defense of a decadent pontifical theocracy and its resistance before the centralization of the royal power in Castile.

### **Keywords:**

Late Middle Ages; Political Theory, Álvaro Pelayo.

“O principal e precípua acto do poder régio é julgar.” Álvaro Pelayo, Frade galego e Bispo da Sé de Silves (c. 1270-1349) é bastante direto ao atribuir e caracterizar a função régia logo no início do capítulo intitulado *Das coisas que dizem respeito ao régio poder*, em seu *Espelho dos Reis*. E continua, mais a frente:

---

<sup>1</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, Linha de Pesquisa “Cultura e Poder” orientado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Fátima Regina Fernandes. E-mail para contato: [leon.historia05@gmail.com](mailto:leon.historia05@gmail.com). Esta pesquisa recebe o apoio do CNPq.

“[...] E aos reis do mundo que têm de corrigir os maus actos e excluí-los da sociedade do reino, pertence punir o mau acto exterior. Logo, pertence ao juízo excluir ou introduzir no reino. E porque o juízo deve ser feito segundo as leis [...] por isso cabe aos reis estabelecer leis, pois que é de sua função o julgar, ou então aceitar e promulgar as leis estabelecidas por outrem, e induzir e compelir, com admoestações, medo do castigo e promessa de prémio, à sua observância. Por essa razão os reis chamam-se legisladores. [...]”<sup>2</sup>.

Antes de nos aprofundarmos mais nesta e noutras sentenças, tenhamos a seguinte consideração em mente: o período em que Álvaro escreve corresponde a uma fase de *transformação* da Cristandade latina.

Dentro desta realidade e de um conjunto de vários aspectos, cumpre destacar aqui dois elementos importantes tanto à nossa pesquisa quanto para a compreensão de dado recorte histórico. Em primeiro lugar, vemos nela a alçada que a figura régia terá dentro do cenário político de seu reino, complementada por sua posterior expansão através de toda a sociedade, concretizando as premissas outrora universalistas de poder fazendo valer a velha sentença de que “o rei é um imperador em seu reino”<sup>3</sup>. É o momento inicial da chamada *centralização do poder régio*, um das bases do Absolutismo moderno que neste momento ainda busca concentrar todas as prerrogativas do reino nas mãos de seu soberano.

Em segundo lugar e dentro de outra instância, o Papado, que ascendera após a derrocada do Império carolíngio, sobrevivera e triunfara sobre as contendas movidas contra o Sacro-Império Romano Germânico, buscara o poder dentro da Cristandade e finalmente estava gozando de uma proeminência na *Res publica christiana* – num período que vai do pontificado de Inocêncio III (1198-1216) ao conflituoso Bonifácio VIII (1294-1303) – lentamente assiste seus sonhos sendo relegados às brumas do tempo a medida que Filipe, o Belo, rei de França (1268-1314) lhe tirava a soberania arduamente conquistada. É o declínio das prerrogativas da chamada *teocracia pontifícia*, tese representada pela ideia de o principal vigário de Cristo na Terra, o Sumo Pontífice, detém a primazia do poder espiritual e temporal mas, *concede e investe* o Imperador e demais soberanos cristãos do segundo poder para que atuem como braço armado da Igreja defendendo-a e ministrando a justiça contra quem cause prejuízos a ela, à unidade da paz e a Deus. Esta é uma das principais ideias sustentadas por

---

<sup>2</sup> PAIS, Álvaro. O Espelho dos Reis (Speculum Regum). Vol. I e II. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1955/1963, pp. 92-95 (Vol. I). A partir daqui referenciaremos a obra como EdR.

<sup>3</sup> LE GOFF, Jacques. A civilização do Ocidente medieval. Lisboa: Estampa, 1984, vol. II; e ALMEIDA, Cybele Crossetti. Considerações sobre o uso político do conceito de justiça na obra legislativa de Afonso X, in: Anos 90, Porto Alegre, Programa de História da UFRGS, nº16, 2002, pp.13-36; GUENÉE, Bernard. O Ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados. São Paulo: Pioneira/Editora da Universidade de São Paulo, 1981, pp. 52-53.

Álvaro Pelayo em seu tratado de *espelho de príncipes*<sup>4</sup> e a qual iremos nos debruçar a partir de agora e pensar dentro de seu ambiente de produção, o reino de Castela, sob a égide de Alfonso XI (1325-1350).

### **A função régia do rei de Castela**

No início de seu tratado, vemos Álvaro Pelayo destacar o êxito recém-adquirido por Alfonso XI e Afonso IV de Portugal diante dos invasores muçulmanos na Batalha do Salado (1340) – uma verdadeira elegia ao caráter guerreiro do soberano e outros combatentes cristãos e um apelo para não descansem armas diante deste perigo<sup>5</sup>. Porém, pensando em torno do primeiro extrato do *Espelho* que destacamos acima, muito embora o frade franciscano ressalte o caráter militar de Alfonso XI e destaque este como uma virtude importante a ser cultivada, é o caráter de governança que ele irá privilegiar. É o exemplo máximo do momento a que chamamos de “era dos reis legisladores” – e a obra de Álvaro nos mostra bem a emergência deste soberano (dentro da marca do avanço da centralização do poder régio dita acima) juntamente com uma identidade política que irá ser não só a sua marca, mas a da instituição que representa e que perdurará por longos anos, tendo sua expressão maior, talvez, durante o período absolutista<sup>6</sup>.

A acepção combativa que é ressaltada pelo frade pertence ao passado; tal característica serve tão somente para atrelar um elemento puramente ibérico a figura régia, dado que a Reconquista (movimento iniciado a partir de núcleos cristãos localizados ao norte da Península Ibérica com o objetivo de retomar as terras do sul que outrora compunham o reino visigótico, arrebatado a partir de 711 pelos muçulmanos) em seu âmago já se encontra esgotada ainda no século XIII. Embora a Batalha do Salado tenha representado um novo

---

<sup>4</sup> Encontramos uma ótima definição do gênero literário a partir das palavras de Fátima Regina Fernandes: “Os Espelhos de Príncipe medievais em suas fórmulas mais antigas, ou talvez possamos chamar originais, definem um perfil de contenção ética cristã dos reis na defesa subliminar dos ideais de universalidade assentes na supremacia pontifícia. No entanto, estes mesmos materiais doutrinários depois de glosados e atualizados seriam utilizados pelos reis como instrumento de cristalização de uma imagem modelar régia. Este modelo cristalizado, institucionalizado, serviria como matriz identitária do reino atingindo imediatamente a sua sociedade política e mesmo seus mais simples súditos. Todos partícipes de algo maior, o reino, à luz da imagem do rei.” FERNANDES, Fátima Regina. Teorias políticas medievais e a construção do conceito de unidade, *In: História*. São Paulo, nº28 (2), 2009, p. 52.

<sup>5</sup> Mais a frente trataremos deste assunto. Para referenciar o momento em que Álvaro pede ao rei para que não deite armas, vide a nota de rodapé 16.

<sup>6</sup> Principalmente se pensarmos em termos de uma “longa Idade Média”, conforme proposto por Jacques Le Goff (LE GOFF, Jacques. *Uma Longa Idade Média*. São Paulo: Record, 2008), onde alguns elementos da medievalidade continuam a integrar a sociedade ao longo da Era Moderna e, em alguns casos, adentram o século XIX. Alguns traços políticos desta Baixa Idade Média muito provavelmente poderão ser encontrados nas monarquias católicas ibéricas modernas, para nos atermos ao recorte espacial de nosso trabalho.



perigo para a Cristandade, a importância do combate contra o muçulmano pela Península Ibérica já não representa mais tudo o que representou. Tratamos, portanto, de uma recuperação propagandística da Reconquista<sup>7</sup>, ressaltando elementos identitários do soberano ligados à cultura e a história peninsular. O ofício de armas, tão prestigiado ao longo do medievo perde espaço frente às novas demandas conjunturais de uma estrutura em mutação; um bom exemplo para este processo é a transformação da própria instituição da Cavalaria, forçada a se repensar num mundo onde seus valores já não são tão impactantes como outrora... E Miguel de Cervantes nos revelou bem isso no clássico de língua castelhana que é o seu “Dom Quixote”. Retomaremos este ponto no segundo segmento de nosso texto; para agora, pensemos apenas na esfera do político.

Assim, nos atenhamos justamente a esta colocação: novas demandas conjunturais. Durante séculos XIII e XIV (XV também, mas optamos por destacar os dois primeiros por conta do contexto em que se mergulha o *Espelho dos Reis*) temos uma série de conjunturas que dão mostra das mudanças que estão por vir e que ao mesmo tempo geram novas demandas, refletidas e aos poucos atendidas pela sociedade latina: as transformações sócio-culturais que são geradas a partir do Renascimento do Século XII (o surgimento das Universidades, das ordens mendicantes), as transformações na economia também, através do nascimento da figura do burguês ou, englobando todos estes últimos aspectos, a invenção do Purgatório<sup>8</sup>... E é claro, outras duas expressões destas novas demandas que já foram rapidamente descritas no princípio deste nosso texto e nos são mais caras: a *centralização do poder régio* e a *derrocada das prerrogativas da teocracia pontifícia*. Em suma, temos aqui uma série de elementos que vistos de maneira separada pouco tem a nos dizer, mas unidos e analisados dentro duma mesma estrutura, revelam os meandros do processo histórico e ajudam a compreender como um tratado de teoria política (do gênero dos *espelhos de príncipe*) de um frade galego se encaixa e tem importância em meio a um mar de outros acontecimentos – e seu próprio papel dentro deles.

Com base neste breve esboço, portanto, nos interrogamos: por que a “Justiça” ganha primazia dentre um rol de várias outras virtudes e caracteriza de maneira tão incisiva a pessoa do rei? É possível encontrarmos uma resposta no fato de o “fenômeno” legislativo e o

---

<sup>7</sup> FERNANDES, Fátima Regina. O poder do relato na Idade Média portuguesa: a Batalha do Salado de 1340. In: GUIMARÃES, Marcella Lopes. *Por São Jorge! Por São Tiago! Batalhas e Narrativas Ibéricas Medievais*. Curitiba: Editora UFPR, 2013, pp. 87-120.

<sup>8</sup> LE GOFF, Jacques. *A bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

exercício/cumprimento da justiça projetarem-se cada vez mais no sentido de auxiliar o rei na pura atividade do “reger”, caminhando em par também com a defesa da fé cristã, a busca pela paz e também a unidade do reino; este quadro pode encontrar uma boa síntese e justificativa nas seguintes palavras de Elaine Cristina Senko, reforçando inclusive aquilo que tratamos nos parágrafos anteriores:

“De fato, este fenômeno legislativo, que estava vinculado ao Renascimento do Direito Romano no século XII, tornar-se-á um dos pilares no século seguinte na busca por uma formação identitária por parte do reino de Leão e Castela e do reino de Portugal. Pois bem, esse período do século XIII na Península Ibérica configura-se como uma época, em relação ao plano externo, de afirmação decisiva do poder régio diante do Império e do Papado; e em relação ao plano interno, de busca pelo fortalecimento através de trabalhos legislativos, de uma política autônoma e de renovações administrativas. [...]”<sup>9</sup>

Entretanto, há uma limitação na atribuição de tal poder ao soberano – e esta limitação parte de um elemento bastante lógico e verificável através do “cursus honorum” de Álvaro Pelayo: sua filiação às ideias teocráticas e, portanto, por ser um agente de resistência às mudanças que se esboçam nestes séculos XIII e XIV. Assim, no âmbito maior da obra do frade galego observa-se a defesa da Teoria dos Dois Gládios (remontada ao Papa Gelásio I, Pontífice de 492-496<sup>10</sup>) e do poder espiritual acima do poder temporal, como podemos observar em um dentre vários trechos pelagianos:

“[...] é de notar que o rei recebeu a coroa e o gládio das mãos da Igreja, como imperador, para ser o defensor da fé e da Igreja, e o conservador dos seus direitos. Donde se vê que ele está para o papa, como a mão para a cabeça, no defender e no servir (Argumento, na Distinção LXIII, cap. *Tibi Domino*). Por isso, qualquer rei recebe o gládio, das mãos de um bispo do seu reino, que lhe dá em nome da Igreja, entendendo-se que com o gládio recebe o cuidado e o governo do seu império. E deve esse bispo dizer ao rei como diz o papa ao imperador: ‘recebe o gládio que a Igreja regularmente te concede por nossas mãos, embora indignas, consagradas pela sucessão e autoridade dos Apóstolos. Ele foi ordenado por Deus, e por efeito da nossa benção, para a defesa da fé e da Santa Igreja de Deus, para punição dos malfeitores, o louvor dos bons. E lembra-te do que disse e profetizou o Salmista, [Salmo XLIV, 4], com estas palavras: ‘Cinge a tua espada ao teu lado, ó poderosíssimo’, para com ela, e por Cristo, exerceres a força da equidade, poderosamente destruíres o peso da iniquidade, defenderes e protegeres a Santa Igreja de Deus e seus fiéis, abominares e dispersares tanto os falsos na fé como os inimigos d nome cristão, ajudares e defenderes com clemência as viúvas e os órfãos, restaurares as coisas desoladas, conservares as restauradas, vingares as injúrias, confirmares as bem ordenadas, até que, glorioso com o triunfo das virtudes e cultor egrégio da justiça mereças, com este procedimento, reinar sem fim com o Salvador do mundo, cuja figura trazes no nome’.”<sup>11</sup>

<sup>9</sup> SENKO, Elaine Cristina. Uma análise do ideal da Iusticia através do Prólogo da Primeira Partida do rei Alfonso X, o Sábio (1221-1228). In: CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa; BIRRO, Renan Marques. *Relações de poder: da Antiguidade ao Medievo*. Vitória: DLL/UFES, 2013, pp. 518-519.

<sup>10</sup> PEDRERO-SANCHEZ, Maria Guadalupe. *História da Idade Média: textos e testemunhas*. São Paulo: Editora UNESP, 2000, pp. 121-122.

<sup>11</sup> EdR, pp. 137-139, vol. I.

Desta forma cumpre ao mandato da autoridade secular julgar as causas que são levadas a seu tribunal, aplicando-lhes a lei alicerçada na *Justiça* (e aqui cabe o papel de tal virtude), legislar e ratificar leis para todos os setores da sociedade, bem como fazer com que as mesmas sejam cumpridas – ou seja, *equilibrar* a sociedade, manter sua *ordem* e *coesão*. Também lhe é devido ensinar seus súditos a serem virtuosos, bons cumpridores da lei – resultado pedagógico proveniente de sua própria boa conduta, guiada pela graça das virtudes cardeais e que encontra eco no texto que formulamos anteriormente, onde o “rei sábio” ganha também grande projeção na nova identidade régia (vide sobre isto o próximo segmento do texto). Destaca-se também a necessidade de propiciar aos mesmos súditos os meios para que obtenham o necessário para viver bem; manter a unidade política do reino e a paz entre os seus, assim como assegurar a ordem pública interna e as defesas do território contra ameaças estrangeiras. E relacionando-se com essas colocações, é interessante o papel que a *ética* assume na obra de Álvaro; conselhos com agir sempre com retidão, governando primeiramente a si e depois aos súditos, deixando de se conduzir pelas paixões, serão recorrentes e estarão perfeitamente imbricados ao compromisso político<sup>12</sup>.

Muito embora feitas no sentido de defender as prerrogativas de soberania pontifícia, tecendo críticas veladas à função régia (aliás, um das características mais marcantes de boa parte dos espelhos de príncipe – o ato de instruir, em muitos casos pode ser o retrato dos problemas do reino e do monarca... E percebemos isso bastante bem, embora o frade galego deixe bem claro, nos problemas que são ressaltados com relação à figura de Alfonso XI de Castela, a quem a obra é dedicada), é o rei quem se aproveitará destas construções teóricas<sup>13</sup>. A identidade política que podemos observar na obra de Álvaro Pelayo servirá, dentre outras coisas, para munir e revestir ainda mais a instituição régia, reforçando seu papel na sociedade e lhe dando argumentos válidos para se legitimar seja a nível político, seja espiritual (com a afirmativa de que o poder é dado aos soberanos por mandato divino, só para tomarmos um exemplo) o seu poder em processo de centralização.

### **Alguns elementos para “polir” a imagem do rei**

Retomemos agora um ponto de páginas acima: a acepção combativa que pertence ao passado, importante para entendermos um pouco mais do soberano que Álvaro idealizará para Castela. Como dito antes, no século XIII a Reconquista estava esgotada, apesar da existência

---

<sup>12</sup> EdR, pp. 93-133, vol. I.

<sup>13</sup> Vide a nota de rodapé 5.

do reino de Granada como último reduto árabe. Monarquias forjadas no calor da batalha, homens cujo ofício era as armas, necessitavam se readequar. Começa-se assim, lentamente, um esforço interno de cada reino para se ordenar política e teoricamente, consolidando o que fora obtido por meio da força. Observa-se nesta conjectura então a elaboração de largas obras de espécie legislativa, como a de D. Alfonso X, o Sábio, rei de Castela (*Las Siete Partidas*, aplicada apenas anos mais tarde com seu bisneto, Alfonso XI) ou de D. Afonso III de Portugal e seus sucessores (D. Dinis, Afonso IV, etc.) ocorrendo justamente neste sentido. Esta é a “era dos reis legisladores” – um claro indicativo de mudanças na Península Ibérica e um marco artificial (como a própria Idade Média o é, pelo menos em seu termo de balizamento) que traduz a centralização do poder régio.

Tal fenômeno não é particular da conjectura ibérica: observa-se também em outros espaços da Cristandade latina como Inglaterra e França. Neste último reino, é interessante destacar a própria figura de Luís IX, feito santo em 1297 e que por suas políticas revela muito bem a empresa de que falamos – a alçada da figura régia bem como de toda a realeza, o estabelecimento de um ritual particular, original, de sagração que o coloca numa posição (pelo menos teórica, de acordo com a proposta franca) superior aos demais monarcas cristãos, representado pela alcunha de *rex christianissimus*<sup>14</sup>. É claro que o processo político que conduz estas outras monarquias a tal ponto de desenvolvimento não é o de Reconquista. As estratégias, embora distintas, levam-nas a um ponto similar que exigirá quase que a mesma posição do rei diante do reino e de sua sociedade política, também dos súditos num âmbito maior. E neste momento, a *cultura* faz-se como um elemento comum a todos. Voltemos então à Península Ibérica.

Muito embora o esforço maior da Reconquista já não seja mais necessário, a luta deve continuar – é um elemento que *caracteriza* estes homens, o combate ao infiel é o que lhes move, como bem podemos atestar pelas palavras de Álvaro Pelayo:

“Não acredites, prudentíssimo rei, nas suas condições e promessas de paz, porque os inimigos de teu Deus e Senhor não podem ser teus amigos. Como poderá ser fiel aos homens, aquele que foi infiel a Deus? (Causa II, questão VII, cap. *No potest*). Que convênio poderá existir entre Cristo e Maomé, entre o Filho de Deus e Belial, entre a luz e as trevas, entre o anho e o lobo, entre o fiel e o infiel, entre o cristão e o mouro? (Seg. Ep. Aos Cor., VI; Tratado *De poenitentia*, Dist. I, § *Sina utem*, onde diz *Item Nec Christus*; Causa XXXIII, questão I, cap. *Non satis*). [...] ao tires, pois, o cinto da tua milícia, antes de os sarracenos sucumbirem à tua vitória em Cristo (Decretais, Tit. *De renuntiatione*, cap. I), nem sejam os teus soldados licenciados sem realizarem a sua

---

<sup>14</sup> LE GOFF, Jacques. *Uma Longa Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 91-115.

missão (Código, *De his qui non impletis stipendiis*, lei II, liv. X), e sem destruírem os despojos do inimigo (Liv. da Sabedoria, XI; Causa XXIII, questão VII, cap. II).<sup>15</sup>

É interessante pensar como a trajetória ibérica é determinante no estabelecimento de uma cultura própria a castelhanos, portugueses, aragoneses, etc. O combate lhes está enraizado, modelando inclusive uma diferença com relação às demais soberanias cristãs latinas:

“O teu reino [de Afonso XI] há-de sobrepujar os outros, porque tu, defensor dos outros reinos católicos, verdadeiramente confessar o Criador das nações. Qual dos outros reis fiéis expõe a vida pela fé de Cristo? Tu, rei fidelíssimo, tens mais caridade que os outros, tu que ainda há pouco com teu tio materno, o rei de Portugal [Afonso IV – a referência que se segue diz respeito a Batalha do Salado, ocorrida em 1340; este texto começa a ser redigido um ano depois, em 1341], expuseste a vida pela fé católica. Os outros reis habitam em casas de tecto artesoadado, e nadam em delícias; tu vives nas tendas do arraial de Cristo, contente com alimento frugal. Esses dormem e dormitam; tu passas as noites insone, para que a Igreja tua mãe aumente e viva em paz (na *Autêntica*, *Vt iudices sine quoquo suffragio fiant*, no princípio da Colação II; Decretais, *De restitutione spoliatorum*, cap. *Frequens*, do Livro VI; e no proêmio do mesmo livro VI). Os outros reis louvam a Deus com palavras; tu expões o teu corpo por Ele. Não há rei que se ofereça a morrer por Cristo; só tu levas a gratidão, ao ponto de por Ele derramares teu sangue, como Ele por ti derramou na cruz (João, XIX). Em boa verdade, o teu reino ultrapassa tanto os reinos das outras nações quanto mais te expões pelo Rei do céu e da terra. [...]”<sup>16</sup>

Castela, Portugal e os outros reinos ibéricos (mais Castela, segundo o fervor de Álvaro) formam a muralha que impede o Islã de avançar e engolir a Cristandade. Este dado particular gera inúmeras singularidades na própria constituição do rei peninsular. De maneira geral, o ofício de armas é algo que tende a diminuir na figura régia conforme já dissemos; é o que podemos ver, por exemplo e novamente, no tocante ao soberano de França, onde a distinção entre *preu homme* (homem valente, guerreiro excelente) e *prudhomme* (homem corajoso e fidalgo – o que caracterizaria mais São Luís segundo fontes da época<sup>17</sup>) é visível e é gestada em decorrência das transformações no próprio cenário da Cristandade: a *Trégua de Deus* e a *Paz de Deus*, a institucionalização da Cavalaria e a penetração de elementos religiosos na mesma, o direcionamento dos excessos em combate à Terra Santa... Todos elementos conduzidos pela Igreja (ou que dela sofrem algum tipo de influência) e que tem como finalidade regular a sociedade – atingindo assim a própria dimensão cultural.

O caráter guerreiro (atrelado ao cristianismo, que permeia a tudo e é comum a todos), portanto, faz parte da cultura e da identidade dos ibéricos, de certa forma sendo “permitido” pela regulação eclesiástica. Entretanto, o mundo está mudando, como já dissemos. Os campos são intensamente cultivados, o comércio e a circulação de moedas florescem, as cidades se

<sup>15</sup> EdR, pp. 10-11, vol. I.

<sup>16</sup> EdR, pp. 22-23, vol. I.

<sup>17</sup> NETO, Jônatas Batista. *História da Baixa Idade Média (1066-1453)*. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 78.

expandem... E as monarquias começam rudimentarmente a se institucionalizar. Os reis que vão a campo lutar contra o infiel, Afonso XI e Afonso IV – para nos atermos ao nosso recorte – precisam ter outra dimensão que condiga com a centralização do poder em suas mãos. Esta dimensão pode ser definida então com a do “legislador” que já tratamos. Álvaro Pelayo e outros homens de saber aqui representam uma peça bastante importante neste sentido, construindo, ao menos teoricamente, um soberano que se responda às novas exigências, mas, no caso de clérigos como o é o próprio Álvaro, atentando-se para que aqueles não deixem de se adequarem ao quadro de ordem da Cristandade – ou seja, presidida pelo Sumo Pontífice. Os elementos que estes indivíduos não de agregar a tal perfil condizem muito com a expansão dos saberes, marca do Renascimento do Século XII, refletindo-se muito bem nos tratados de boa governança, como o são os espelhos de príncipe.

A contenção dos impulsos e desejos, as boas maneiras no comportamento, em suma, aquilo que exigem as quatro virtudes cardeais e suas declinações são um ótimo indicativo de como a cultura cristã perpassa tal conjuntura e é determinante ao conferir elementos para uma nova identidade aos reis cristãos de maneira geral. O mesmo rei que combate, tomando Álvaro e o caso ibérico, é o rei que deve ser sábio, revelando aqui apenas uma de outras facetas: “Por conseguinte, a intenção do rei, juiz e legislador, deve tender a que os súbditos vivam segundo a virtude. Para tanto, valem muito a doutrina e a erudição, cabendo, por isso, aos reis o ensinar [...]” e mais a frente sobretudo,

“[...] Vós, reis, que julgais a terra, não vos contristeis, mas entendei e instruí-vos. Efectivamente, convém que vós estejais sob o poder d’Aquele de quem vem o entendimento e a erudição, e convém também que não domineis ao acaso como aqueles que a ninguém se julgam sujeitos, e sirvais o Senhor de todas as coisas, isto é, Cristo. [...]”<sup>18</sup>”

Neste último trecho, é importante que reparemos na finalidade desta sabedoria que o soberano deve possuir, voltando-se sempre para fins últimos ligados a espiritualidade e a Bem-Aventura eterna. A cultura greco-romana (devidamente cristianizada) também faz-se determinante neste outro extrato, juntamente com Salomão:

“Porque, porém, em todas as coisas susoditas se requer sabedoria ou prudência, são principalmente os reis induzidos, na Sagrada Escritura, ao amor e estudo da sabedoria. Por isso, Salomão não pediu ao Senhor nem riquezas, nem muitos dias, nem as vidas de seus inimigos, mas sabedoria para reger o povo, o que também agradou ao Senhor (3º livro dos Reis, III). Daqui também Boécio dizer, no 1º livro *Da consolação*, dirigindo-se à Filosofia: ‘Portanto, foste tu quem formulou, pela boca de Platão, este pensamento: que felizes serão as repúblicas, se as regerem os estudiosos da sabedoria, ou se tiverem a fortuna de os seus regedores a esta se aplicarem’. E Valério Máximo diz o mesmo no

---

<sup>18</sup> EdR, pp. 96-97, vol. I; pp. 104-105, vol. I.

livro 7.º. Pelo que se chamava século de oiro àquele em que o governo estava confiado aos sábios – diz Séneca na Epístola 92.<sup>a</sup>. E no *Policarpo*, livro 4.º, diz-se: ‘Não me lembro de os imperadores e generais romanos serem iletrados, enquanto a sua república floresceu. E sei que, desde que a virtude das letras feneceu nos príncipes, entrou de enfraquecer a mão da milícia armada, e o seu principado, como uma raiz cortada cerce’. [...]<sup>19</sup>”

Através destas colocações, vemos um rei que coliga elementos de uma cultura cristã (e greco-romana também, cristianizada ao longo da Idade Média) – sempre presente e quase transcendente – com elementos de uma tradição guerreira, atrelada a Reconquista e a elementos próprios de sua conjuntura, como o é a centralização do poder e também o renascer dos saberes representado pela expansão e difusão, bem como na necessidade de sua captação e integração com tal centralização. Estes elementos levam o soberano a ter outra postura com relação à sua realidade – um rei voltado para o bem comum, coligado com sua face de legislador (apresentada no primeiro segmento deste texto), sábio e por isso instruído e exemplar conforme os últimos extratos apontam, mas ao mesmo tempo, versado no ofício das armas (sobretudo no caso ibérico) porque a condição de reino fronteiriço e muralha da Cristandade fazem disso uma necessidade.

Em vias de conclusão, podemos observar que tal formulação identitária e tipo ideal de soberano acabam por integrarem-se a uma teoria política maior esboçada por Álvaro e responsável pela ordenação de maneira concisa da sociedade medieval de forma que o rei posicione-se acima dos *laboratores*, e da nobreza (os *bellatores* em geral) e dos comerciantes mas abaixo do Sumo Pontífice (e de certa forma, dos *oratores*) – formando então uma visão baseada em pressupostos específicos tidos como bons e adequados ao funcionamento da Cristandade – e principalmente, que estejam em consonância com o programa teocrático ainda presente no meio clerical. Por ser o frade defensor da teocracia, elemento visível não só em nossa fonte, mas em todo o conjunto de sua obra, é interessante o modo como tais prerrogativas mostrar-se-ão como objeto contínuo no discurso e formulação teórica de Álvaro Pelayo. Desta forma, sua posição política/doutrinária há de *influenciar profundamente* o perfil de soberano ideal, culminando assim em um rei cristianíssimo, combatente, legislador, temeroso a Deus e principalmente, fiel ao Papa, que é superior a ele (ao soberano) dentro do quadro hierárquico já traçado. Esta pode ser a chave para entender o *Espelho* como instrumento político para as intenções do frade e uma expressão de resistência deste frente às mudanças de seu contexto e à velha ordem que outrora imperou no mundo medieval.

---

<sup>19</sup> EdR, pp. 100-101, vol. I.

## *Como a academia enxerga a a Baixada Fluminense?*

Liandra Lima Carvalho  
Doutoranda em Política Social  
Universidade Federal Fluminense

Resumo: O presente trabalho apresenta um levantamento sobre a produção acadêmica realizada sobre Baixada Fluminense, ao longo das décadas de 1990 e 2000, tendo como fio condutor, a construção política dessa região. Para tal, selecionamos dez dissertações de mestrado e teses de doutorado que desenvolveram temáticas referente à política nessa região. Percebemos que o número de produções acadêmicas sobre Baixada Fluminense vêm aumentando e quanto tais trabalhos buscam não somente apresentar a região, mas problematizar as práticas políticas, nela desenvolvida.

Palavras Chave: Produção acadêmica – Baixada Fluminense – política.

Abstract: This paper presents a survey of academic work performed on Baixada Fluminense, over the decades from 1990 to 2000, as a guide, the political construction that region. To this end, we selected ten dissertations and doctoral theses that have developed themes related to politics in this region. We noticed that the number of academic papers on Baixada Fluminense have been increasing over the years and as such works seek to present not only the region, but to question the political practices, it developed.

Keywords: academic Production - Fluminense - policy.

### **1. “Nunca fui, mas me disseram!”<sup>i</sup>**

A partir de buscas nos Bancos de Teses da CAPES, da UFRJ, da UFF, da UERJ, da UFRRJ e da PUC-Rio foram selecionadas por nós, dez produções acadêmicas que discutiam aspectos políticos da Baixada Fluminense, dessas seis são teses de doutorado e quatro são dissertações de mestrado. Dessa foram, construímos um levantamento bibliográfico produzido na contemporaneidade, já que selecionamos produções das décadas de 1990 e 2000 (a grande maioria é da década de 2000) sobre a política nessa região do Estado do Rio de Janeiro.

O objetivo desse trabalho é apresentar tal levantamento e não discutir aspectos históricos da Baixada Fluminense, alguns trabalhos por nós analisados como o de Alves



(2003) e Simões (2006) fazem uma brilhante análise sobre a história dessa região, em seus capítulos iniciais.

## **2. Apresentação da Baixada Fluminense**

A Baixada Fluminense constitui-se de um conjunto de municípios localizados na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

Tal região de território de passagem para Minas Gerais, nos séculos XVII e XVIII, transforma-se em grandes fazendas voltadas para a citricultura, no século XIX. Impulsionada pela reforma habitacional realizada pelo Prefeito Pereira Passos, prefeito da cidade do Rio de Janeiro sofre um boom imobiliário com a chegada de moradores “expulsos” do centro do município do Rio de Janeiro e da Zona Sul, bem como de nordestinos. A expansão da malha ferroviária contribuiu muito para tal (Simões, 2006).

O crescimento populacional da Baixada Fluminense aliado a falta de infra-estrutura para tal, influencia sua política e pouco a pouco os distritos de Nova Iguaçu, o único município existente, emancipam-se como Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis (Simões, 2006).

A política nessa região foi e ainda é polêmica, não há como tratar da história política da Baixada Fluminense, sem tocar numa das figuras mais emblemáticas, o primeiro deputado federal dessa região, Tenório Cavalcanti. Um nordestino, radicado em Duque de Caxias, de “corpo fechado”, que muitas vezes fazia justiça com suas “próprias mãos”, auxiliado por Lurdinha, apelido carinhoso de sua metralhadora (Silva, 2012).

Tenório Cavalcanti somente é silenciado pela Ditadura Militar que transformou um dos mais importantes municípios dessa região, Duque de Caxias, em Área de Segurança Nacional. Tal fase impacta toda a democracia brasileira e não foi diferente na Baixada Fluminense, em Duque de Caxias, de 1971 a 1985, todos prefeitos foram interventores, indicados pelos militares. Tal fato também se deu no município de Nova Iguaçu, embora o mesmo não tenha sido declarado Área de Segurança Nacional (Cantalejo, 2008).

Em meados da década de 1980, é possibilitado a população baixadense<sup>ii</sup>, o voto direto, Como a toda população brasileira. Neste momento surge um fenômeno que é objeto de estudo de alguns dos trabalhos analisados neste ensaio, a eleição de chefes de grupos de extermínio para os cargos de vereadores e prefeitos. A existência desses grupos de extermínio registra-se desde o início do século XX, tais grupos tiveram vários nomes, entre eles “polícia mineira”<sup>iii</sup> e “esquadrão da morte” (Almeida, 1998). Foram defendidos e financiados por atores sociais, entre eles, comerciantes, especialmente após o episódio

denominado “Saque de 1962”, quando muitos dos comerciantes tiveram suas lojas saqueadas pela população, num momento de restrição da venda de gêneros alimentícios. Segundo autores como Alves (2003) e Ferreira (2007), a atuação dos Grupos de Extermínio são estratégias desenvolvidas pela população baixadense frente a ausência do Estado.

Na contemporaneidade, percebe-se a permanência de tais políticos, oriundos de tais organizações paramilitares, nas Câmara de Vereadores e Prefeituras da Baixada Fluminense, sendo que os mesmos já alcançaram a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) e a Câmara de Deputados, além disso, alguns já conseguiram eleger sucessores, especialmente, filhos e esposas, para que possam assim, continuar suas trajetórias políticas.

### **3. Baixada Fluminense, um objeto de estudo**

A Tese de Doutorado em Geografia “A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense”, de Manoel Carlos Simões (2006), tendo por base o conceito de territorialidade, apresenta as emancipações dos municípios da Baixada Fluminense, que se iniciaram na década de 1940 e se finalizaram na década de 1990.

Tal trabalho desnuda a heterogeneidade política e social dessa região chamada Baixada Fluminense e aponta a diversidade de elementos políticos de cada distrito que se transformou em município. Embora as diferenças entre as emancipações sejam apontadas, Simões verifica também semelhanças em tais processos políticos, como a formação de lideranças políticas, que se expande a partir do aumento populacional e da modernização que, pouco a pouco, chega nessa região. Outra questão mapeada é a recorrência do político líder do processo de emancipação - seja burocraticamente, seja na motivação da população local à busca de tal status, já que a maior parte dos municípios passou por plebiscito para que fosse verificado o desejo da população - ser o político que se candidata como prefeito na primeira eleição municipal e, na maioria das vezes, o primeiro prefeito eleito pela população.

Se o trabalho de Simões (2006) revela, de forma completa, o desenvolvimento político que se deu para a conformação da Baixada Fluminense nos moldes que conhecemos hoje em dia, configurando 13 municípios, a Tese de Doutorado em Ciências Sociais “A virtude dos sacrifícios *versus* a ciência das transações: Tenório Cavalcanti e o campo político do Rio de Janeiro”, de Claudia A. de S. Silva (2012), apresenta a trajetória do principal político dessa região que, inclusive, cresce com a emancipação de Duque de Caxias: Tenório Cavalcanti.

Silva desenvolve um trabalho quase biográfico desse político nordestino radicado em Duque de Caxias. Levanta todos os dados possíveis sobre esse ator social, desde o acervo do Jornal Luta Democrática, de propriedade e autoria do mesmo, às biografias escritas pelas suas filhas, passando pelo livro mais conhecido sobre tal personagem “Capa Preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada”, de Israel Beloch, por matérias de jornais e de revistas da grande mídia sobre o político, bem como pelas produções científicas.

Silva é tão minuciosa em sua escrita - não focando um único aspecto da figura política, mas seus vários aspectos – que, em vários momentos, o leitor se pergunta: Quem foi Tenório Cavalcanti? Um justiceiro? Um místico? Um político? O criador de uma nova forma de se fazer política? Um representante das dores e mazelas do povo da Baixada Fluminense? Ao final, verifica-se que Tenório Cavalcanti foi tudo isso e, principalmente, o político que fez com que Duque de Caxias passasse a existir no cenário político nacional, já que foi eleito três vezes como deputado estadual e também três vezes deputado federal, ambas consecutivas, e tinha esse município como sua base eleitoral.

Aprofundando a discussão sobre clientelismo na Baixada Fluminense, a Tese de Doutorado em Ciência Política “Relações de Clientela entre eleitor e candidato: Centros Sociais na Baixada Fluminense (Duque de Caxias e Nova Iguaçu)”, de Marli da Silva Paulo (2006), nos fornece muitos elementos, já que esse trabalho analisa um dos ingredientes da política na Baixada Fluminense: os centros sociais - instituições financiadas por políticos pautadas no assistencialismo e voltadas para o atendimento à população daquela localidade, especialmente nas áreas de saúde, educação e esporte.

Verifica que tais iniciativas possibilitaram as consecutivas eleições e a construção de um eleitorado cativo e analisa que tais práticas continuaram fazendo parte da política desse município, tendo por base a trajetória de José Camilo dos Santos Zito, ex-vereador (por dois mandatos), ex-deputado estadual, ex-prefeito (por três mandatos). Quase 40 anos depois da atuação de Tenório Cavalcanti, Zito criou, logo no seu primeiro mandato como vereador, um Centro Comunitário num bairro periférico de Duque de Caxias, que contava com quatro médicos e quatro ambulâncias

No mapeamento dos ingredientes da cultura política da Baixada Fluminense, a Tese de Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade “A tradição reconfigurada: mandonismo municipal e poder local no município de Nilópolis e no bairro da Rocinha na Região Metropolitana do Rio de Janeiro”, de Paulo Rogério dos Santos Baía (2006), colabora significativamente, já que apresenta um estudo comparativo entre o município de Nilópolis e o bairro da Rocinha, considerando os aspectos de poder local, mandonismo e cidadania.

Baía aponta as principais diferenças entre os seus campos de pesquisa. Enquanto os atores sociais da Rocinha não representam (inclusive repudiam) as instituições clássicas da dominação política, em Nilópolis os atores sociais representam tais instituições através de iniciativas pautadas no mandonismo, no clientelismo, na violência e na ética do favor, que se materializam no assistencialismo, muito presente na Baixada Fluminense como um todo.

Tais iniciativas se relacionam com o binômio “jogo do bicho e carnaval” na política de Nilópolis, fazendo com que a família Abrão David, que é uma das comandantes de tal prática ilícita na Baixada Fluminense e diretora do Grêmio Recreativo e Escola de Samba Beija Flor, esteja presente na política deste município desde sua emancipação em 1947, quando se desvincula do município de Nova Iguaçu.

Na continuação de sua análise comparativa, Baía aponta a presença da violência em ambas as localidades estudadas. Sendo que, enquanto no bairro da Rocinha tal violência é protagonizada pelo tráfico de drogas, no município de Nilópolis ela tem como protagonistas os grupos de extermínio que atuam nessa região desde a década de 1960, formados por policiais e não-policiais, financiados por comerciantes locais, que possuem a função de “limpeza” da região. Ele também observa que os casos de violência acontecidos tanto no bairro da Rocinha como no município de Nilópolis poucas vezes são esclarecidos pelas autoridades policiais e judiciárias.

Se os trabalhos de Paulo (2006) e Baía (2006) apontam a população da Baixada Fluminense como passiva, alienada e até mesmo grata pelos favores recebidos através de práticas clientelistas. Sendo que os trabalhos de Pinheiro Júnior (2007) e Cantalejo (2008), que, inclusive, analisam o mesmo período histórico - as décadas de 1960, 1970 e 1980 -, apontam perspectivas contrárias.

A Dissertação de Mestrado em História “A formação do PT na Baixada Fluminense: Um estudo sobre Nova Iguaçu e Duque de Caxias”, de Jefte da Mata Pinheiro Júnior (2007), examina a formação do Partido dos Trabalhadores na Baixada Fluminense.

Pinheiro Júnior volta o olhar sobre a sociedade civil desses dois municípios e a descreve como extremamente atuante, mesmo em circunstâncias delicadas como a Ditadura Militar. E, assim, aponta as diferenças entre o processo de formação do Partido dos Trabalhadores nos municípios de Duque de Caxias e de Nova Iguaçu. Em Duque de Caxias, as lideranças políticas são oriundas do movimento trabalhista, especialmente ligadas à Refinaria de Petróleo e à Fábrica Nacional de Motores, que realizaram várias greves ao longo das décadas de 1950 e 1960, influenciadas, inclusive, pelo Partido Comunista Brasileiro no município. Tanto que Duque de Caxias foi transformado em “Área de Segurança Nacional” em 19 de

julho de 1971 e considerado o município mais perigoso da Baixada Fluminense. Como Área de Segurança Nacional, o município passa a não eleger seus prefeitos, passando a ser administrado por interventores de julho de 1971 a dezembro de 1985. No município de Nova Iguaçu, as lideranças que deram origem ao referido partido político foram oriundas das associações de moradores, aglutinadas pelo Movimento Amigos do Bairro (MAB), fortemente influenciado pela Igreja Católica. Tais movimentos tinham como tônica a busca por melhores condições de vida da população residente nesta localidade. Tal influência foi possível em virtude de a Diocese de Duque de Caxias, a partir de 1966, encontrar-se sob a responsabilidade do Bispo Dom Adriano Hypólito, um “bispo ‘convertido pela Baixada’ à teologia da libertação”, que acolhia militantes perseguidos, fazendo com que o município de Nova Iguaçu fosse considerado pelos militares “cidade esconderijo”.

Se coaduna à análise de Pinheiro Júnior a Dissertação de Mestrado em História Social “O município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964 – 1985”, de Manoel Henrique de Sousa Cantalejo (2008), que apresenta a trajetória política do município de Duque de Caxias ao longo da Ditadura Militar. Para tal, Cantalejo expõe como Duque de Caxias deixa de ser uma localidade esquecida, cheia de alagadiços na década de 1920 para tornar-se “Área de Segurança Nacional” na década de 1970.

Tal trabalho utiliza a figura política de Tenório Cavalcanti como fio condutor para apresentar a trajetória política de Duque de Caxias, mesmo após a cassação dos direitos políticos deste - o primeiro impacto político da Ditadura Militar no município. Sendo que Tenório Cavalcanti, mesmo cassado, tentava influenciar a política de Duque de Caxias, seja através de seu genro, o deputado estadual Hydekel de Freitas, seja através do Jornal Luta Democrática, de sua propriedade e autoria.

A situação do município de Duque de Caxias transforma-se significativamente com a instauração de “área de segurança nacional” em 1971. O Governo Militar toma tal medida motivado pela revolta popular que deu origem ao grande saque ao comércio local em 1962, como também pelo fato de o município possuir duas grandes empresas estatais: a Fábrica Nacional de Motores (FNM), que passa a funcionar em 1943, e a Refinaria de Petróleo de Duque de Caxias (REDUC), inaugurada em 1961.

Cantalejo aponta como o município se adequou politicamente nos primeiros anos da Ditadura Militar à categoria de área de segurança nacional. Concedeu a vários militares nos primeiros anos da Ditadura Militar o título de Cidadão Duquecaxiense, honraria tradicional do município, mas anteriormente concedido a personalidades e a políticos de outras localidades.

Teve a participação da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e do Exército Brasileiro nos desfiles cívicos, também tradicionais em tal localidade.

Muitas foram as mudanças na política municipal de Duque de Caxias com a intervenção militar, mas um aspecto foi observado por Cantalejo como presente durante todo o tempo, ou seja, antes, durante e depois da Ditadura Militar: o clientelismo. Se, antes da intervenção, a troca de favores materiais com eleitores era feita de forma explícita através de um escritório que Tenório Cavalcanti tinha no andar térreo de sua casa, durante a intervenção tais iniciativas se davam na concessão de cargos políticos por parte dos interventores aos ex-vereadores ou vereadores não eleitos, bem como da concessão de bolsas de estudos por parte desses atores políticos municipais à população. Fica evidente, com base na análise de Cantalejo, o quanto o clientelismo é um elemento central na cultura política do município de Duque de Caxias e que tal centralidade fez com que ele não fosse erradicado nem mesmo no período de intervenção militar.

Outro elemento suscitado nas análises de trabalhos sobre a Baixada Fluminense é a associação entre violência e política. As produções de Alves (2003), Almeida (2007), Barreto (2012) e Brotto (2012) colaboram para tal perspectiva.

A Tese de Doutorado em História “Dos Barões ao Extermínio – História da Baixada Fluminense”, de José Claudio Souza Alves (2003), apresenta a trajetória política e histórica da Baixada Fluminense. De território indígena do século XVI a uma localidade fortemente política e econômica marcada pela violência, pelo tráfico de drogas, por práticas ilegais como o Jogo do Bicho, mas também pelo desenvolvimento.

Alves aponta como os grupos de extermínio atuantes na Baixada Fluminense nas décadas de 1960, 1970 e 1980, que substituíram a Polícia Mineira das décadas de 1940 e 1950, chegam ao poder político, elegendo seus líderes para os cargos de vereadores e prefeitos, como é o caso de Joca em Belford Roxo e de Zito em Duque de Caxias.

A pesquisa de Alves indica como a associação entre política e violência esteve presente nessa localidade desde o seu surgimento político na década de 1930 até a contemporaneidade, apontando inclusive que, recentemente políticos oriundos de grupos de extermínio, já eleitos como prefeitos, tiveram o apoio concomitante do Governador do Estado do Rio de Janeiro e do Presidente da República.

Já a Dissertação de Mestrado em Antropologia Social “Extermínio Seletivo e Limpeza Social em Duque de Caxias: a sociedade brasileira e os indesejáveis”, de Marcos Farias de Almeida, examina os frequentes homicídios ocorridos no município de Duque de Caxias na década de 1980. Tal trabalho aponta a relação existente entre a violência e a política nesta

localidade através da manutenção desses grupos de extermínio pelos governantes locais, como o deputado federal Tenório Cavalcanti nas décadas de 1940 e 1950, e da proeminência de integrantes desses mesmos grupos, alcançando a política através das eleições para vereadores e prefeitos.

Tal trabalho faz uma profunda análise da ação dos grupos de extermínio que promovem, dessa forma, uma limpeza social em Duque de Caxias e aponta como historicamente tal técnica foi utilizada, como no nazismo, na Alemanha, na África do Sul e em outras localidades do mundo. E analisa que, seja na Baixada Fluminense, seja em qualquer outra localidade, tal atitude tem como base o preconceito, a dominação e o controle.

A Tese de Doutorado em Antropologia Social “Cartografia política: as faces e as fases da Política na Baixada Fluminense”, de Alessandra S. Barreto (2006), apresenta a trajetória de três diferentes políticos da Baixada Fluminense: Jorge Gama, vereador, deputado estadual e prefeito de Nova Iguaçu, atuante nas décadas de 1970, 1980 e 1990; José Camilo dos Santos Zito, vereador por dois mandatos consecutivos, deputado estadual, deputado federal e prefeito de Duque de Caxias por dois mandatos consecutivos, atuante nas décadas de 1990 e 2000; e Lindberg Farias, deputado federal e prefeito de Nova Iguaçu, atuante na década de 2000.

A inovação do trabalho de Barreto é a apresentação da vida pública em concomitância com aspectos da vida privada desses políticos. Tal conquista foi possível em virtude da significativa pesquisa de campo realizada pela autora.

A tese de Barreto apresenta, através da trajetória de três diferentes políticos da Baixada Fluminense atuantes entre as décadas de 1980, 1990 e 2000, a inexistência de um bloco monolítico e homogêneo chamado Baixada Fluminense, mas de uma diversidade de elementos políticos característicos. Em alguns momentos, particulares; em outros, distribuídos por essa região composta por diferentes municípios e diferentes culturas políticas.

Enquanto Alves (2003) e Barreto (2012) fazem análise da Baixada Fluminense num todo ou de apenas um grupo de municípios em determinados momentos, o trabalho de Brotto (2012) se assemelha ao de Almeida (2007), já que se volta somente para o município de Duque de Caxias. A Tese de Doutorado em Serviço Social “Mudar para Permanecer? História, Cultura Política e Assistência Social em Duque de Caxias”, de Marcio Eduardo Brotto (2012), embora tenha como temática central a análise da Política Nacional de Assistência Social no município de Duque de Caxias, apresenta e problematiza os elementos da cultura política da Baixada Fluminense, localidade onde o referido município se encontra, e como este possui um papel de relevância na história dessa região.

Brotto analisa que dois são os elementos centrais da cultura política de Duque de Caxias. O primeiro é o assistencialismo realizado por políticos junto aos seus redutos eleitorais. Tais iniciativas tomam visibilidade através dos centros sociais, instituições filantrópicas mantidas por vereadores, prefeitos, deputados estaduais e deputados federais que oferecem atendimento com médicos, fisioterapeutas, dentistas, assim como a distribuição de cestas básicas, cadeiras de rodas, aparelhos ortodônticos, óculos, etc. O segundo é o medo, já que a existência de redutos eleitorais mantém determinados políticos no poder, sendo que os moradores desses mesmos redutos têm medo de não os eleger. Tal elemento se liga a uma das características da Baixada Fluminense: os altos índices de homicídios, atrelados a um baixo grau de esclarecimentos acerca dessas mortes, que mostram uma baixa eficiência das polícias militar e civil, bem como do Poder Judiciário. O mapeamento realizado por Brotto se relaciona com os trabalhos de Alves (2003) e de Almeida (2007) já apresentados.

Brotto encerra seu trabalho apontando que a cultura política desse município influencia a não implementação da Política Nacional de Assistência Social no mesmo, de acordo com as orientações do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). Os fatores verificados pelo autor como causadores do retrocesso dessa política pública são a baixa qualificação dos profissionais da referida pasta municipal, o incipiente investimento do poder público na formação de seus quadros técnicos e a ausência de uma política de recursos humanos para tal órgão, já que o mesmo não possui funcionários estatutários, somente funcionários de cargos comissionados adquiridos através de convênios e contratados. Sendo que esses fatores favorecem a prevalência de práticas clientelistas no município.

#### **4. Algumas reflexões**

Embora dez diferentes produções acadêmicas de diferentes áreas tenham sido apresentadas, ficou evidente o quanto os elementos: assistencialismo, clientelismo, violência e medo, encontram-se presentes na política da Baixada Fluminense. Embora verifiquemos a existências desses elementos comuns, não percebemos essa região como um território fechado e homogêneo e sim, aberto, não somente pela Linha Vermelha, via expressa inaugurada da década de 1990, que proporcionou mais uma ligação da Baixada Fluminense com o município do Rio de Janeiro, mas, aberto às inúmeras influências externas e internas. Ressaltamos também a heterogeneidade marcada nessa região, que possui processos políticos distintos, já que cada político apresenta histórias políticas particulares.

#### **Referências Bibliográficas**



ALMEIDA, M. F. de. Extermínio Seletivo e Limpeza Social em Duque de Caxias: a sociedade brasileira e os indesejáveis. Dissertação de Mestrado de Antropologia Social. UNICAMP. Campinas, 1998.

ALVES, J. C. S.. Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: APPH, CLIO, 2003.

BAÍA, P. R. dos S. A tradição reconfigurada mandonismo municipal e poder local no município de Nilópolis e no bairro da Rocinha, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. UFRRJ. Seropédica, 2006.

BARRETO, A. S. Cartografia política: as faces e fases da política na Baixada Fluminense. Tese de Doutorado em Antropologia Social. UERJ. Rio de Janeiro, 2006.

BROTTO, M. E. Mudar para Permanecer? História, Cultura Política e Assistência Social em Duque de Caxias. Tese de Doutorado em Serviço Social. PUC Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

CANTALEJO, M. H. de S. O município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964 – 1985. Dissertação de Mestrado em História Oral. UERJ. Rio de Janeiro, 2008.

PAULO, M. da S. Relações de clientela entre eleitor e candidato: Centros Sociais na Baixada Fluminense (Duque de Caxias e Nova Iguaçu). Tese de Doutorado em Ciência Política. UFF. Niterói, 2006.

PINHEIRO JÚNIOR, J. da M. A formação do PT na Baixada Fluminense: Um estudo sobre Nova Iguaçu e Duque de Caxias. Dissertação de Mestrado em História Oral. UFF. Niterói, 2007.

SILVA, C. A. de S. e. A virtude dos sacrifícios versus a ciência das transações: Tenório Cavalcanti e o campo político do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. UERJ. Rio de Janeiro, 2012.

SIMÕES, M. R. A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense. Tese de Doutorado em Geografia. UFF. Niterói, 2006.

---

<sup>i</sup> Esse é o título de “um divertido documentário que aborda, de forma inteligente, a visão que moradores da Zona Sul do Rio de Janeiro têm a respeito da Baixada Fluminense. Independente e experimental, o filme levanta questões como manipulação da mídia, pré-conceitos, bairrismo e autoproteção, mas sem a pretensão de responder ou esclarecer algo, apenas discutir a origem dos estigmas” (Fonte: <http://embaixadadaarte.blogspot.com.br/2009/11/coloquio-nunca-fui-mas-me-disseram.html> - Data do Acesso: 17/07/2014)

<sup>ii</sup> Tal nomenclatura embora não seja comum é utilizada em alguns trabalhos acadêmicos, como o desenvolvido por Monteiro (2007).

<sup>iii</sup> Tal nome refere-se ao fato do trabalho desenvolvido por esses grupos ser, na maioria das vezes, silencioso (Almeida, 1998).

## O homem, quem é ele? Uma antropologia escatológica, dos *Carmina Burana* ao *Sétimo Selo*

Sebastião Lindoberg da Silva Campos<sup>1</sup>

**Resumo:** A análise dos poemas do "codex buranus" permite vislumbrar um período de florescimento da literatura medieval latina e sondar o espírito daqueles homens que, segundo Ingmar Bergman, viveram o momento de queda da civilização. Embora reconheça o valor subversivo e humano dos poetas goliardos, o diretor sueco, através de sua película *O Sétimo Selo*, capta e interpreta uma perspectiva escatológica, colocando o homem, medieval ou moderno, diante daquilo que Schopenhauer nomeou de 'musa da filosofia': a morte.

**Palavras-chave:** Medievalo. Goliardos. Ingmar Bergman.

**Abstract:** From "codex buranus" poems analysis it is possible not only to catch a glimpse of Medieval Latin Literature development but also look into the spirit of those man, that according to Ingmar Bergman, lived the downfall of civilization time. Although the subversive and human value of goliards poets are recognized by the Swedish director, in his film "Det sjunde inseglet" he comprehends and interprets an eschatological perspective in wich man (modern or medieval) is the protagonist that faces, what Schopenhauer considered the "Philosophy's muse": death.

**Keywords:** Middle Ages. Goliards. Ingmar Bergman.

### 1. Introdução

O lançar-se sobre obras ou períodos históricos para (re)interpretá-las é tarefa que se faz necessária na medida em que algo novo, ou não esclarecido, se manifesta à sensibilidade humana. Tal tarefa é uma ação comum no movimento humano. Se propuséssemos uma retrospectiva avaliativa deste empreendimento tipicamente humano poderíamos encontrar na *Íliada* sua gênese; a narração o que seria senão a matéria-prima da rememoração e reconstituição daquilo pra qual o homem se volta e tenta vivê-la? Se usássemos um exemplo mais próximo encontraríamos em Euclides da Cunha, por meio de sua obra magna, *Os Sertões*, a confissão explícita deste desejo inerente ao homem, o seu empreendimento que se lança para o passado não é apenas um olhar distante e isento, mas um refluxo que invariavelmente está fadado a carregar traços que denunciam sua impossibilidade de parcialidade. Através do autor sempre estará direcionada e focalizada uma perspectiva delimitada, que não será necessariamente a única e exclusiva, tampouco a mais correta e verdadeira acerca de uma realidade.

De posse desses pressupostos, em 1957, o diretor sueco Ingmar Bergman através de seu filme *O Sétimo Selo*, retomou sob a perspectiva cinematográfica um período da história

mundial ainda eivada de preconceitos: a Idade Média. Como cerne tem-se um cavaleiro, Antonius Block, e seu escudeiro, Jöns, que ao regressarem das Cruzadas deparam-se com seu país devastado pela peste e marcado por mortes, fome e caos; isso gera em Block um impacto atemorizador e ele passa a questionar os motivos de tais calamidades, dirige então seu questionamento à figura de Deus, visto que tal quadro apocalíptico que se instaurara perante seus olhos humanos não coaduna com a “guerra santa” na qual, em nome de Deus, ele devotara parte de sua existência. Todavia, esta obra bergmaniana não deve ser tomada como um direcionamento à reconstituição fidedigna do medievo, e sim, por meio de um fio condutor baseado na peste – doença que assolou a Europa, sobretudo a partir do séc. XIV –, ele descortina e mostra ao espectador a essência existencial (ou pelo menos sua busca) do homem diante do medo e da angústia.

Bergman nos apresenta os questionamentos existenciais provenientes de uma ausência de Deus no mundo tendo a peste como figura central, e o faz através de Antonius Block como seu porta-voz. Ao lado do cavaleiro, seu escudeiro, Jöns, é indiferente aos dramas humanos e coloca-se num campo diametralmente oposto a seu senhor quando confrontado com as calamidades impostas pela guerra e peste. Bergman em seu livro *Imagens* revela que a película tem muito de autobiográfica e traz em seu bojo recordações de uma infância vivida em companhia de seu pai nas igrejas da província na qual moravam; nelas Bergman contemplou altares, retábulos, crucifixos, vitrais e murais que gravaram em sua mente imagens escatológicas e revela que a concepção de seu filme deve-se à influência do coro final da cantata de Carl Orff, *Carmina Burana*.

A citação do papel dos *Carmina Burana*, poemas escritos em latim e alto-alemão, constitui um ponto imprescindível não apenas para ampliação do entendimento d'*O Sétimo Selo*, mas, sobretudo por desmitificar uma visão negativa acerca da Idade Média, neste caso específico um período que compreende dos séculos XI ao XIII, a saber: uma produção intelectual e cultural pobre ou carregada de obscurantismo crítico. Através dos *Carmina Burana* é possível verificar um estoicismo forte, uma crítica social e moral presente já no séc. XI.

A poesia presente nos *Carmina Burana* são frutos da produção de indivíduos que pertenciam à Igreja, mas que, com o florescimento das universidades e o intercâmbio que aos poucos ligavam as cidades europeias, passam a ter uma vida desregrada. De posse de uma alta cultura letrística e mergulhados nas transformações ocorridas em sua época, vivendo em meio às tabernas e a vida noturna, os clérigos vagantes, ou goliardos, passam a ser os agentes mediadores da cultura clássica e da jogralesca, gerando uma nova poesia que se torna, perante

às instituições estabelecidas, subversiva.

Dentro dessa gama pujante de cultura, a poesia de homens da Igreja, que em determinado momento encontravam-se à margem da ordem moral e social estabelecidas, demonstra um retrato fidedigno do homem do século XII, aquilo que Bergman nomeou de “gente que, vivendo os anos da peste e da guerra, (em meio) à queda da civilização e da cultura, (criam) contudo novas canções”<sup>2</sup>. Mais, por meio de releituras e sob a égide da tradição filosófica posterior, descortina-se a figura humana que, independentemente das divisões históricas, atravessa toda a existência e manifesta a essencialidade constitutiva de seu ser que, longe de configurar a estrutura sistemática de conceitos filosóficos, é a confirmação da visão heraclitiana da vida.

Influência citada por Bergman, Orff apresentou ao mundo, no início do século XX, a sua interpretação musical dos poemas medievais em questão. A sua ação não apenas deu maior enfoque a esse período da história e aguçou a busca do conhecimento mais profundo sobre as características e o contexto no qual esses poemas foram berçados, mas ele deu sua própria interpretação e demonstrou que, mesmo sob a égide do regime eclesiástico, os poetas medievais faziam uso das divindades pagãs, eis o célebre exemplo da presença da deusa romana Fortuna (Sorte)<sup>3</sup> – presente em alguns poemas – e não uma divindade cristã como condutora da vida humana.

Como contestadores da ordem social e do poder eclesiástico, natural seria que os goliardos fossem tidos como profanadores da ordem pública, e pois, excluídos, colocados às margem desta sociedade. Entretanto, essa marginalização ocorre mais por uma crítica às instituições ou por uma entrega à lascividade, contrariando os costumes preconizados pela intelectualidade dominante? A resposta não parece tão fácil de ser buscada, nem mesmo se pode criar uma dicotomia simplória. O caminho que parece mais seguro trilhar diante da impossibilidade de (re)constituição de um *modus vivendi* tão peculiar e distante é analisar suas impressões do mundo presente na poesia.

## **2. Perspectivas de uma vida**

Através da poesia goliarda transparece por meio das *personae* poéticas dos *Carmina Burana* a perspectiva de que a vida possui as mais diversas faces. Nenhuma se sobrepõe à outra, mas sim, integram uma totalidade que é a própria vida. Porém, se é possível eleger um lugar que manifesta de forma mais exemplar a vida, esse lugar, para as *personae* poéticas, é a taberna; nela há uma exaltação do amor físico e uma celebração vertiginosa dos prazeres da

carne e do espírito. A taberna é então o lugar da celebração da vida *par excellence*, uma clara oposição ao tabernáculo e a sua concepção sagrada. Na taberna todos os indivíduos se igualam. A exultação proporcionada por ela parece, a princípio, se opor ao tom tenebroso e apocalíptico presente na primeira e última partes da cantata de Orff, *Fortuna Imperatrix Mundi*. No entanto, tal percepção se dissipa quando se sabe que, para os goliardos, a única maneira de escapar da implacabilidade – ou a busca de um refúgio – da *Roda da Fortuna* é experimentar a bebida, o jogo, o amor livre. O canto *In taberna*<sup>4</sup> (CB 196), demonstra bem isso:

Quando estamos na taberna,  
não nos preocupa que ao pó retornaremos,  
mas ao jogo, apressados, nos dedicamos,  
que por ele sempre nos esforçamos.  
O que acontece na taberna,  
onde o anfitrião é o dinheiro,  
é digno de se averiguar;  
se querem saber, é só me escutar.

Alguns jogam, outros bebem;  
alguns vivem lascivamente.  
(...)  
aqui, ninguém teme a morte,  
mas por Baco jogam com a sorte.

Para as *personae* poéticas dos *carmina* há uma inversão da relação do homem com sua finitude. Se a tradição estabelecida voltava-se para a transcendência, sua ação caminha numa direção oposta – marcadamente evidenciado no seu desprezo ou indiferença no retorno ao pó do qual, segundo o cristianismo, fora criado – permeada por um estoicismo forte, no qual o que importa é a vivência intensa de cada instante da vida.

A divisão da cantata proposta por Orff, denota a sua percepção com relação à suscetibilidade do homem frente à deusa Fortuna, aquela que determina a ventura ou infortúnio dos indivíduos. Em outros termos, ele entende como temática central para os poetas dos *carmina* a finitude do homem. A percepção de Orff parece captar a mesma do homem no medievo. Diante das vicissitudes do tempo, a ele cabia apenas abraçar o destino imposto, como um mergulho no vazio desconhecido: “no inseguro mundo da Idade Média, em que os perigos eram constantes, acreditava-se que a Fortuna determinava o destino dos homens, incluindo o dos reis e dos papas”<sup>5</sup>. O que fica evidenciado de forma explícita e inequívoca é uma constatação, ou se poderia usar o termo “desejo”, de igualdade social por parte das *personae*. Para se chegar a essa conclusão é preciso evidenciar duas coisas. A primeira é a já referida inexorabilidade da deusa Fortuna frente ao destino humano, têm-se, pois, uma constatação metafísica. A segunda, numa perspectiva imanente, é o espaço da taberna como

local de encontro humano, no qual *status* e convenções sociais nada são diante daquilo que seria a manifestação da essencialidade humana, isto é, é possível entrever na poesia goliarda uma rejeição a tudo que não constitui o que o homem tem de mais essencial, sua própria manifestação enquanto indivíduo no mundo.

Mas se a taberna fora elevada a condição de um lugar de apaziguamento e fuga de uma realidade vertiginosa que acomete e envolve o homem numa luta constante pela sobrevivência, logo se manifesta a implacabilidade da finitude. A vida humana, portanto, não estava disponível a um planejamento ou suscetível a um horizonte no qual se vislumbrasse planos vindouros. *A Roda da Fortuna* é um jogo que não era dado ao homem escolhas que não as de jogá-lo. Inexoravelmente sua vida estava fadada a girar na roda. E assim, no poema *O Fortuna* (CB 17), a *persona* poética louva sua sorte:

Ó, Fortuna,  
como se fosses  
a mutante Lua,  
sempre cresces  
ou decresces;  
ó, detestável vida,  
se agora ela obscurece,  
logo em seu jogo,  
ela a razão ilumina;  
aos indigentes  
e aos exuberantes,  
ela dissolve como gelo.

À *persona* poética cabe apenas a lamentação, fruto da constatação da implacabilidade da deusa; sua vida passa a ser detestável sob o aspecto da efemeridade. Assim, como as fases da lua, é a vida humana; e a felicidade nada mais que o vazio abismal que se apresenta ao homem em sua natureza inconstante. A única consolação que parece amenizar a face sombria da Sorte é sua ação sobre todos: indigentes e poderosos.

A primeira parte da cantata de Orff (*Fortuna Imperatrix Mundi*) constitui uma peça importante não apenas para compreensão de uma parte da vida do homem do medievo, mas sobretudo para o alargamento interpretativo da obra cinematográfica de Bergman, além de ser contraponto fundamental para perceber a própria leitura feita pelo cineasta sueco da obra do músico alemão; bem como sugerir aproximação entre a constatação da vida por meio das *personae* poéticas dos *Carmina Burana*, e a busca existencial do cavaleiro Antonius Block. O cavaleiro é a reconstituição do retrato do homem passado ou a alegoria do indivíduo moderno, também suscetível à *Roda da Fortuna*, esta personificada numa Europa pós Segunda Guerra, na qual a busca de sentido humano e a percepção da inconstância da natureza é tão forte e

marcadamente presente quanto no medievo.

Diante da perspectiva do porvir, já no regresso das Cruzadas, o panorama que se apresenta à Block e Jöns, pouco ou nada difere do experimentado pelas *personae* poéticas dos *Carmina*: incerteza, instabilidade social, miséria, guerras etc. A figura da Morte se apresenta ao cavaleiro, gélida e sombria. A este só resta uma saída para tal implacabilidade, propor um jogo de xadrez. Assim como a *Roda da Fortuna* também é um jogo – embora não se possa entender, aqui, jogo numa concepção que englobe a existência de regras e táticas elaboradas por seus participantes –, ao homem só resta jogar e esperar que a Sorte o favoreça. Assim o faz Antonius Block. O tempo despendido no jogo com a Morte é o necessário para buscar respostas essenciais à sua existência, uma existência na iminência do fim atormentada pelo medo, pela peste, pela insanidade humana, pela ausência de Deus. Aqui se pode perceber que a angústia de Block é atemporal e perpétua, porque transcende seu ser, sendo comum a todos os homens. Após combater numa guerra santa, *In nomine Dei*, a vida que se apresenta aos outrora paladinos do Divino na terra é um mundo no qual o próprio Deus é ausente; em seu lugar estão a fome, miséria, doença e ritos expiatórios impotentes. Deus é o Outro, enquanto a morte é o não-Outro.

A chegada do cavaleiro e seu escudeiro a uma igreja constitui chave hermenêutica imprescindível a uma maior relação da obra bergmaniana e a *Fortuna Impertarix Mundi*, e ilumina o caráter introspectivo de Block. Enquanto o escudeiro dialoga com um pintor que confecciona um mural acerca da dança da morte, o cavaleiro mergulha profundamente na sua angústia, diante de um crucifixo no qual pende um Cristo de aparência agonizante. O diálogo travado entre o pintor e Jöns possui marcas importantes para uma compreensão do espírito medieval de então porque através da arte pictórica o artista passeia panoramicamente por sobre uma ideia incauta da sociedade: o medo. Para tanto, o interlocutor de Jöns demonstra sabedoria trágica sobre a existência. Parece indignado com a possibilidade de os homens apenas desejarem ou suportarem apenas as doces alegrias da vida, como se o amargor fosse algo tido como baixo ou insuportável. Para o pintor, a tristeza, sofrimento e dor também compõem o espectro da existência.

O escudeiro então retruca afirmando que ninguém olhará. A resposta do artista é emblemática: “Claro que vão. Um crânio é mais interessante do que uma mulher nua”. Será uma referência, ou transgressão, de Bergman ao processo evolutivo da arte religiosa que no Renascimento subverte a tradição iconoclasta medieval ao colocar nos painéis e altares religiosos figuras que remontam ao classicismo, valorizando o aspecto físico dos indivíduos e utilizando-se de figuras seminuas? Parece que sim. Todavia o que mais importa é a

constatação de que a operação pictórica parece estar a serviço de um direcionamento psicológico coletivo baseado no medo; em outros termos, é uma ação doutrinário-pedagógica. É preciso que os sujeitos acreditem e se direcionem para este fim específico.

Corrobora com essa afirmação o pesquisador francês Jean Delumeau, as colocações do estudioso afirmam o papel doutrinário: “não só os indivíduos tomados isoladamente, mas também as coletividades e as próprias civilizações estão comprometidas num diálogo permanente com o medo”<sup>6</sup>. Fica, pois, evidente que a peste desempenha um papel importante na mentalidade dos povos europeus, influenciando a pintura, literaturas, religião etc. Sobretudo a literatura exegética bíblica vai se utilizar desta temática de maneira profícua. O homem vivia com o medo iminente do seu fim.

É possível, então concluir, que a confecção dos *Carmina Burana*, de alguma maneira são influenciadas pela imagem da peste europeia? A resposta é oscilante, nunca final. Não se pode afirmar peremptoriamente que o medo inerente ao homem de então encontra em *Fortuna Imperatrix Mundi* sua forma manifesta. O que se pode afirmar é que provavelmente esta era uma questão conhecida aos goliardos. O que se percebe, porém, de maneira factual presente nos poemas, são ecos de elementos inseridos na cultura coletiva. Delumeau explica: “viver sem projeto não é humano. No entanto a epidemia obrigava a considerar cada minuto como um *sursis* e não ter como outro horizonte diante de si que não o de uma morte próxima”<sup>7</sup>. A única alternativa então era lançar-se à entrega total dos prazeres terrenos. As *personae* presentes *In taberna* assemelham-se ao escudeiro Jöns; se a morte é algo certo e irrevogável, que ao menos morresse tirando algum proveito da vida, era “o *carpe diem* vivido com uma intensidade exacerbada pela iminência quase certa de um horrível trespasse”<sup>8</sup>.

### 3. Um Deus ausente

Uma das características presentes no imaginário coletivo do homem da Baixa Idade Média é a crença de que a peste e a morte era fruto do castigo divino desencadeado por seus erros e pecados cometidos, este mergulho na culpabilização era ampliado pelo discurso escatológico eclesiástico por meio, também, da propaganda pictórica. Delumeau afirma: “o que os artistas queriam também acentuar, além do aspecto da punição divina, era a instantaneidade do ataque do mal e o fato de que, rico ou pobre, jovem ou velho, ninguém podia vangloriar-se de a ele escapar”<sup>9</sup>. E ainda lembra que a arte europeia é influenciada pela peste negra, pois a orienta para evocação da violência, do sofrimento, do sadismo, da demência e do macabro. Mais uma vez se instaura a dicotomia, a peste é ausência de Deus ou



sua ira por causa dos pecados, faltas e erros cometidos pelos homens? Para Delumeau:

reina a ideia de que Deus por muito tempo deu provas de paciência. Ele era o cordeiro pronto para o perdão. Pensava apenas na 'ajuda' de sua Igreja, 'e não na vingança'. Mas esse período agora está findo e, enquanto se anunciam 'os últimos tempos e mais rudes dias/Ele caminha para a vingança e não mais para o auxílio'<sup>10</sup>.

A imagem da ira divina, do castigo proveniente do céu já era uma figura comum à Europa cristã, oriunda dos próprios relatos bíblicos. No séc. XIII era cantado nos ofícios religiosos um hino acerca da ira divina, *Dies irae*, o dia em que o terror e a ira divina se espalharia por toda a terra para o julgamento final.

Este mesmo canto é entoado na procissão dos flagelados que interrompe a apresentação dos atores mambembes, n'*O Sétimo Selo*, e, num quadro assombroso dos castigos divinos e suas consequências para o homem, fornece para seus espectadores o retrato de um fim iminente e aterrador de dores, suplícios e misérias, remetendo ao *Salve Regina*, oração católica do séc. XI.

Em diálogo anterior de Block com a Morte, no interior da igreja, quando ela valendo-se de um embuste confessa o cavaleiro, fornece um quadro analítico psicológico impressionante, não apenas de suas indagações e medos inerentes a si próprio, mas que extrapola seus limites e mostra a figura do próprio homem moderno. Eis sua confissão:

Block: Quero confessar com sinceridade, mas meu coração está vazio. O vazio é um espelho que reflete no meu rosto. Vejo minha própria imagem e sinto repugnância e medo. Pela indiferença ao próximo, fui rejeitado por ele. Vivo num mundo assombrado, fechado em minhas fantasias.

O que encontrar nas reflexões de Block, se não a imagem fidedigna do homem em qualquer época; os medos que transcendem toda divisão temporal? Um niilismo palpável e repugnante. Para depois do homem, além do homem não há nada que o ampare ou o conforte em sua inquietação. Não só a ausência de Deus no mundo era o silêncio que incomodava o homem, mas sua impotencialidade vicarial. Bergman traz na reflexão do cavaleiro, problemas e questões caras à história da humanidade. Desde a querela da existência ou não de Deus, ao papel da Razão Transcendental; da imanência à empiria. Todas tentativas de respostas às questões mais elementares sempre desembocaram num abismo sepulcral de respostas que jazem sob o *réquiem aeternam*. O que resta ao homem senão o abraço gélido do fim?

Morte: Agora quer morrer?

Block: Sim, eu quero.

M.: E pelo que espera?

B.: Pelo conhecimento.

M.: Quer garantias?

B.: Chame como quiser. É tão inconcebível tentar compreender Deus? Por que Ele se esconde em promessas e milagres que não vemos? Como podemos ter fé se não temos

fé em nós mesmos? O que acontecerá com aqueles que não querem ter fé, ou não têm? Por que não posso tirá-lo de dentro de mim? Por que Ele vive em mim de uma forma humilhante apesar de amaldiçoá-lo e tentar tirá-lo do meu coração? Por que, apesar de Ele ser uma falsa realidade eu não consigo ficar livre? (...) Quero conhecimento não fé ou presunção. Quero que Deus estenda suas mãos para mim, me mostre Seu rosto, que fale comigo.

Block parece não entender que após o fim de Deus, cabe apenas a ele próprio a possibilidade de dar sentido à sua vida. A espera do conhecimento, a esperança de que a razão pudesse esclarecer todas as questões e ser o meio pelo qual o homem sairia de um mundo de simulacros, tendo acesso, enfim à verdade. Block chama esse simulacro de Deus: “Por que apesar de Ele ser uma falsa realidade eu não consigo ficar livre?”. Inevitável não evocar a imagem nietzschiana do barco que se lança ao oceano; a metáfora usada pelo filósofo alemão ilustra bem a situação do homem diante desta realidade niilista que é ao mesmo tempo angustiante, mas possibilitadora de voos mais ousados e livres. O oceano representaria o niilismo inevitável para qual o homem (barco) se lança. Nessa imensidão oceânica, ora calma, ora turbulenta, Nietzsche questiona e reflete se o homem está disposto e preparado para enfrentar as adversidades que se apresentam, muitas vezes aniquiladoras. Para o filósofo o abandono da terra, metáfora que condensa as crenças e costumes até então tidos como norteadores humanos, é perigoso, mas necessário para superar o próprio conceito de homem. Impossível também não lembrar as poesia pessoana: “quem quer passar além do Bojador/Tem que passar além da dor.

Uma reflexão de tamanha profundidade desencadeada por uma realidade que não mais respondia as relações de causalidade; eis Bergman transitando por todas as épocas ao colocar como centro temático reflexivo de sua obra cinematográfica o *antrópos*. Mongelli assim se coloca:

o panorama de *O Sétimo Selo* é muito pessoal, subjetivo, intencionalmente distorcido, porque Bergman analisa o Homem (moderno?) e não a Idade Média. Sem essa premissa, esboroa-se a superior beleza do filme e exigimos dele o que não pretende e nem deve oferecer<sup>11</sup>.

#### 4. Conclusão

Como não lembrar através de Block, Nietzsche e sua referência a Sócrates: “em todos os tempos, os homens mais sábios fizeram o mesmo julgamento da vida: ela não vale nada”<sup>12</sup>. É um louvor nietzschiano à morte, à finitude humana? Um salto para o pessimismo e vazio existencial? A resposta é um sonoro não, é o oposto disto; é uma crítica dirigida aos que buscam num além-mundo, extramundo, um consolo para os males terrenos. Assim como os goliardos, Nietzsche e Bergman propõem um louvor à vida, um abraço à facticidade e uma

celebração ao espírito de uma criança, no qual o eterno construir e o devir são as molas propulsoras da vida. O entendimento do conceito do espírito de criança em Nietzsche remete a outro que é essencial para aprofundamento de sua obra e compreensão dos *Carmina Burana* bem como da obra bergmaniana. Deste conceito deriva-se o *amor fati*, a aceitação do destino em sua totalidade, aceitar o que a vida oferece em seu aspecto mais trágico ou não como possibilidade de criação. Já que o destino é inexorável, a sua aceitação como tal constitui princípio indispensável para uma compreensão melhor da vida. Parece ser a esse entendimento que os goliardos chegaram, e o aplicaram nos seus poemas carregados de estoicismo.

Para Bergman, que tão bem capturou uma faceta dos goliardos, a solução para a certeza da morte inexorável está na arte; inversa à definição platônica de criadora de simulacros, a arte bergmaniana e goliarda é redentora e capaz de elevar o homem à sublimidade inerente ao seu ser. Bergman metaforiza essa figura nos artistas imunes à morte n'*O Sétimo Selo*. Se a morte é certa e implacável, resta apenas celebrar a vida, ser uma eterna criança e fazer-se vencer o medo; diante do trágico a vida renasce no eterno devir de um sonho.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Literatura Portuguesa – UERJ. Orientação da pesquisa: Profa. Dra. Maria do Amparo Maleval. email: [lindoberg\\_pe@hotmail.com](mailto:lindoberg_pe@hotmail.com)

<sup>2</sup> BERGMAN, Ingmar. *Imagens*. [tradução Alexandre Pastor]. – São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 230.

<sup>3</sup> Carmina Burana: *Canções de Beuern*. Inclui a versão integral da Carmina Burana de Carl Orff. Tradução, apresentação e notas de João José de Melo Franco. 2ªed. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2009. Segundo Franco, “Fortuna era a deusa romana da boa ou má sorte. Corresponde à divindade grega Tychee. Sua expressão na Idade Média, tanto como um ícone quanto como ideia, é um claro exemplo do quanto os cristãos desse período ainda conservavam tradições pagãs. Os goliardos antepunham claramente esses mitos pagãos às divindades impostas pela Igreja”. p. 39.

<sup>4</sup> Todas as traduções utilizadas dos poemas goliardos são de João José de Melo Franco. São indicados de acordo com sua referência no códice (CB nº).

<sup>5</sup> Carmina Burana: *Canções de Beuern*. Inclui a versão integral da Carmina Burana de Carl Orff. Tradução, apresentação e notas de João José de Melo Franco. 2ªed. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2009. p.39.

<sup>6</sup> DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. Tradução Maria Lúcia Machado; tradução de notas Heloísa Jahn. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 12

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 182.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 186.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 335.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 337.

<sup>11</sup> MONGELLI, Lênia Márcia. ‘Ingmar Bergman e o Jogo da Morte’. In: *A Idade Média no cinema*. José Rivair Macedo, Lênia Márcia Mongelli (organizadores). – São Paulo: Ateliê Editorial, 2009. p. 87.

<sup>12</sup> NIETZSCHE, Friedrich. *Crepúsculo dos ídolos, ou, Como se filosofa com o martelo*. Tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.p. 17.

## **RECRUTAMENTO MILITAR NA PARAÍBA OITOCENTISTA: O alistamento forçado como instrumento de punição (1840-1860)**

Lis de Araújo Meira<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem como objeto de análise o recrutamento militar efetuado na Paraíba Oitocentista (1840-1860), que se apresentava como um processo que causava larga inquietação em grande parte da província. Aqui, analisamos o controle estatal, a organização militar, a manutenção da ordem e as redes de privilégios, revelando as culturas políticas predominantes dessa sociedade. O recrutamento militar era mais que um simples instrumento para preencher os quadros do exército brasileiro, mas um jogo político que envolvia várias categorias sociais.

**Palavras-Chave:** Recrutamento militar; Estado Imperial; Paraíba

**Abstract:** The present work has as its object of analysis recruitment made in Paraíba nineteenth century (1840-1860), which presented itself as a process which caused wide concern in much of the province. Here, we analyze the state control, the military organization, the maintenance of order and the networks of privilege, revealing the predominant political culture of that society. Military conscription was more than a mere tool to fill the frames of the Brazilian army, but a political game involving various social categories

**Key words.** military recruitment, imperial state, Paraíba

Estudos recentes têm destacado as principais características que regiam o recrutamento militar no Brasil oitocentista. Uma das principais conclusões a que tem chegado os especialistas é o fato de o recrutamento militar ter sido um recurso amplamente utilizado com fins alheios à defesa do território brasileiro. O processo constituía-se em um momento de desconforto para essa sociedade e esse embaraço era causado, entre outros motivos, pelo fato da carreira militar brasileira ser vista com maus olhos. A tempo, o presente trabalho tem como objeto a análise do recrutamento forçado, haja vista que o serviço em instituições como a Guarda Nacional<sup>2</sup> tinha significado completamente distinto da ocupação nas tropas do Exército, por exemplo.

O recorte proposto para este trabalho se insere na primeira metade do Oitocentos, mais especificamente de 1840 a 1860. Devemos lembrar que a década de 40 do século XIX foi um momento muito rico para a história do Brasil em termos de dinâmica política e social e herdeira da Regência Imperial. Além disso, no período analisado, o Brasil ainda não está envolvido em conflitos externos, então o nosso trabalho corresponde à avaliação do recrutamento militar em tempos de paz.

Por toda a importância que tinha o evento e por todos os personagens envolvidos no processo de recrutamento, a análise do tema revela muito das relações, práticas e valores de uma época. Sendo assim, optamos por explorar o objeto através dos conceitos formulados

inicialmente por Serge Bernstein<sup>3</sup>, que amplia o sentido do “político”, entendendo que outros eventos fora do sistema partidário, carregam significado.

Considerando a era regencial (1831-1840), o “laboratório da nação”, como o faz Marcello Basile<sup>4</sup>, entendemos que esse período deixou marcas importantes para os anos que se seguiram. A centralização, como ideal dessa época, gerou uma série de medidas que, teoricamente, fortaleceriam o Estado brasileiro. A proposta de construir uma nação forte comovia a elite nacional e era praticamente uma unanimidade, como afirma Basile. A criação e organização das forças repressivas estavam intimamente ligadas a esse propósito. Mas, embora a intenção fosse burocratizar o aparelho estatal ao máximo, esse processo se deu de forma lenta e, muitas vezes, contraditória, combinando ações modernizantes com velhas práticas.

A manutenção da ordem nas Províncias foi uma preocupação constante entre as classes dirigentes. A utilização da violência por parte destas era uma prática comum, e mais do que isso, era uma estratégia política para a manutenção do poder. O esforço das autoridades para transformar as forças repressivas em instituições sólidas é visível na documentação pesquisada. Rosa Maria Godoy Silveira<sup>5</sup> afirma que o aumento das forças repressivas é notável no período regencial: são criados os corpos policiais, e se observa o crescimento do número de cadeias públicas. Todas essas medidas tinham a intenção de manter a ordem escravista. Ainda segundo a autora, a Guarda Nacional da Paraíba era responsável pelo combate às revoltas e aos tumultos na província, bem como no resto do território brasileiro.

Como é sabido, o Exército no Brasil só ganhou maior consistência após a Guerra do Paraguai (1864-1870). Antes disso, era uma instituição mal vista e suas condições de serviço eram precárias. Ser soldado, nessa época, correspondia a um sacrifício do qual se deveria escapar de todas as formas possíveis. É desse pavor que nascem as redes de isenções, das quais fazia parte uma parcela privilegiada da sociedade.

A análise das isenções que regulavam o recrutamento militar no Império indica condições que garantem que os indivíduos com representatividade política e social estariam fora das listas dos recrutados. Kraay<sup>6</sup> cita alguns exemplos:

Eram sujeitos ao recrutamento forçado todos os homens brancos solteiros e pardos livres de 18 a 35 anos [...]. Homens nesta faixa etária, empregados em atividades econômicas julgadas úteis, todavia, gozavam de isenção: feitores, tropeiros, artesões, cocheiros, marinheiros, pescadores, um filho de cada lavrador, certo número de empregados em cada estabelecimento comercial e estudantes.

Mas não só esses homens, também aqueles com ofícios fundamentais para a produção de riqueza estavam protegidos desse fatídico destino. Ou seja, o procedimento que hoje se apresenta como universal e impessoal, no Império estava relacionado com a utilidade que esses indivíduos tinham para a produção de riqueza<sup>7</sup>. Para ser mais claro:

O recrutamento no Brasil imperial foi marcado pela presença de uma densa trama de privilégios e isenções, verdadeiro mosaico de distinções a separar várias espécies de cidadãos livres, que paradoxalmente crescia com a passagem do tempo, em verdadeiro processo de desuniversalização<sup>8</sup>.

Essa série de isenções estava regulada pelos notáveis dessa sociedade. De maneira que a relação dos poderosos locais com o Estado determinava a forma como o recrutamento deveria se processar. Nesse período, o recrutamento militar se apresentava como um procedimento pertencente a uma cultura política<sup>9</sup>, visto que faz parte de um:

conjunto de valores, comportamentos e formas de conceber a organização político-administrativa, resultado de um longo e dinâmico movimento de interações e de acumulação de conhecimentos e práticas que se tornam predominantes em uma determinada sociedade, em um dado tempo histórico no qual, entretanto, nem ela é exclusiva, ou muito menos definitiva.<sup>10</sup>

É preciso lembrar que, muitas vezes, o recrutamento tinha um caráter punitivo e que os indivíduos obrigados a essa função eram os considerados perigosos para a ordem pública. Não podemos deixar de notar, como já observou Hendrik Kraay, que todo esse processo estava relacionado com a rede de relações entre patrono-cliente, Estado, membros da classe senhorial e pobres livres. Portanto, compreender o recrutamento militar no Brasil do século XIX é uma maneira de também compreender as várias relações de poder estabelecidas na época, envolvendo o controle estatal, a organização militar, a manutenção da ordem e as redes de privilégios.

A violência implantada nesse processo despertou indignação de muitos da época. Em seu projeto de lei de recrutamento, o juiz de direito e auditor de guerra da corte, José Antonio de Magalhães Castro, encara a conscrição para Exército brasileiro como um procedimento cruel e injusto. O recrutamento é considerado por ele uma desgraça para o indivíduo que não estava isento. O destino dele é pior que o de um criminoso. José Castro afirma que:

Entre nós são constantes os padecimentos do cidadão, sujeito ao recrutamento por violencias, que bradão ao céu, e de que ninguem ha que julgue-se isento! No Brasil o cidadão que tem o infortunio de ser recrutado fica inteiramente fóra das leis, e nem tem o direito de pedir uma ordem de habeas-corpos, que os maiores criminosos pódem pedir, e não lhes é negada!!<sup>11</sup>

O recrutamento militar como punição, era um recurso utilizado pelas elites e demais autoridades do império brasileiro para manter o controle e a ordem nas províncias. Esse discurso era muito comum entre os responsáveis pela administração pública. Reconhecendo a deficiência de um Estado ainda em construção, o bacharel e presidente da província da Paraíba em 1848, João Antonio de Vasconcellos enxerga o recrutamento como instrumento de apoio à legislação penal. Analisemos o seguinte trecho:

E se o estado de segurança de propriedade não he tão lisongeiro quanto eu anhelára, força he confessar que hoje o roubo mesmo de animaes he menos frequente. Seja porém qual for a causa de semelhante beneficio, a ninguem eh occulto quanto o recrutamento há prodigiosamente reprimido esse tamanho mal. O recrutamento, como tem lugar no nosso Paiz, he na verdade hum remédio violento, mas meo persuado poder affirmar, que sem elle milhões de vezes o homem de indole perversa e mal intencionado viveria com mais comodidade, lucros, e até segurança que o cidadão laborioso e pacifico. Reconhecendo pois eu, como já o disse em meos relatorios perante a Assembleia Provincial, que esse meio concorre poderosamente para a cohibição até certo ponto de muitos delictos [...] Assim, Exm. Senhor, eu considero o recrutamento como um suplemento da nossa legislação penal; que a experiência tem mostrado ser em muitos casos inefficaz.<sup>12</sup>

Esse aspecto punitivo, que tinha o recrutamento, fica ainda mais visível nessa correspondência, em 1842, entre o subperfeito da Vila de Pilar e o Presidente da Província, em que se fornecem as características de um recruta:

[...] Pedro Marinho Falcão branco solteiro idade de trinta e [ilegível] anos pouco mais ou menos, morador nesta Vila, natural da Ilha de Itamaracá Província de Pernambuco, *insultador amancebado* a uns poucos de anos nesta mesma Vila e *de um gênio facinoroso e de conduta não boa* [...]<sup>13</sup>.

Como se vê, a subprefeitura apresenta como argumento para a escolha de Pedro Marinho Falcão como recruta o seu caráter “perverso” e sua conduta “inadequada”, o que não se lê como critérios nas Instruções de 10 de julho de 1822, legislação principal que protegia do recrutamento todos aqueles indivíduos considerados úteis à economia<sup>14</sup>. Pode-se concluir, a partir disso, que o recrutamento era não só conduzido pela lei, mas também pela interpretação dos responsáveis por essa atividade de recrutar. Cada recrutador acabava usando como critérios, dessa seleção, os hábitos e costumes da região em que estava inserido.

O recrutamento assim passa a ser um mecanismo de penalidade. Dessa forma, o serviço militar obrigatório se constituía numa maneira de manter sob controle aqueles indivíduos que ofereciam perigo à ordem social. O envolvimento da polícia e outras forças repressivas, como a Guarda Nacional, reforçam esse sentido de controle que tinha o

recrutamento militar. Para reforçar o nosso argumento, analisemos outra correspondência do Chefe de Polícia da Província:

[...] O mesmo subdelegado recrutou, e remeteu-me Felix Antonio, qual vindo corrido de Mamanguape, onde foi procurado por *vadio*, estava acoitado no Distrito d'aquela Subdelegado. Já officiei ao Major José Sabino para o fazer conduzir da Cadeia para o Quartel [...] <sup>15</sup>.

O perfil do recrutado é o daquele indivíduo que não se encaixa na ordem social estabelecida, pois era um “vadio”. O recrutamento é mais uma forma de enquadrar esses indivíduos considerados vagabundos no padrão “civilizado”. Outro trecho curioso dessa correspondência é o que fala da transferência do recrutado da cadeia para o quartel, que evidencia a proximidade entre criminoso e recruta.

Essa população precisaria ser controlada para que, enfim, o progresso chegasse. Essa gente vadia, que não se enquadrava nos moldes da civilização, assustava a elite, que precisava encontrar formas para dominar essa população. O recrutamento militar teria a função de “limpar” essa sociedade, retirar do convívio social aquelas pessoas que representavam o atraso brasileiro; não úteis à produção de riqueza e, portanto, descartáveis.

Criada na intenção de construir a unidade nacional, a Guarda Nacional revela as fragilidades e limites do Exército no Império Brasileiro. A “Milícia Cidadã”, assim chamada na época, surge com o intuito de proteger os interesses de um Estado que ainda estava em construção. O Exército brasileiro era sinônimo de uma instituição composta de estrangeiros simpatizantes do imperador. Além disso, o Brasil Imperial não era referência de país militarizado, o espírito marcial não tinha se desenvolvido. Nesse contexto, a criação de uma organização de natureza civil se encaixava perfeitamente. Jeanne Berrance de Castro ainda leva em consideração o efetivo reduzido que apresentava o Exército, e mesmo a Guarda Nacional sendo uma força auxiliar, sua superioridade era evidente. Isso se explica pelo fato de que seus integrantes eram aqueles cidadãos com alguma representatividade política <sup>16</sup>O fato de guardas nacionais estarem protegidos pelas isenções do recrutamento atesta a supremacia da milícia em relação ao Exército. Em muitos momentos do século XIX foi necessário o destacamento de Corpos da Guarda Nacional.

Na província da Paraíba, o número de guardas nacionais, destacados para o serviço junto ao Exército, em algumas ocasiões, até superava o número de integrantes da Força de 1ª Linha, e mesmo quando isso não acontecia, a quantidade de homens destacados da Guarda Nacional era considerável <sup>17</sup> Enquanto o número de guardas nacionais destacados na Paraíba era significativo, em relação aos homens de 1ª Linha, essa província se destaca como umas



das mais resistentes no que diz respeito à mobilização de recrutas, pelo menos é o que as nossas pesquisas vem apontando. De 1845 a 1883, sua representação é negativa, junto com as províncias de Bahia e São Paulo<sup>18</sup>

A Guarda Nacional é uma instituição que revela muito da administração do Brasil no Oitocentos. Aqui, o desenvolvimento político se dera de forma contrária ao processo que se deu na Europa. Se lá há uma contínua desarticulação das solidariedades, no Brasil elas se fortaleceram e foram incentivadas pelo próprio Estado<sup>19</sup>. Pela precariedade das rendas do Estado, ele não poderia sustentar todo seu aparelho burocrático através de seus cofres, a solução foi entregar aos notáveis essa responsabilidade. A rotina organizacional da Guarda Nacional emergia de um paradoxo: o princípio patrimonial e o aparelho burocrático do Estado. A partir daí pode-se compreender porque a Guarda Nacional no Brasil oitocentista teve tanta importância, em detrimento do Exército. A administração de um Exército robusto significaria uma despesa muito grande para o Estado brasileiro. Portanto, acaba sendo uma corporação que não se encaixa no tipo de organização patrimonial em que o Brasil estava inserido. A Guarda Nacional representava gasto mínimo para o Estado, os milicianos além de não serem remunerados, contribuíam muitas vezes para a manutenção da milícia. A província da Paraíba não se distanciava do padrão nacional. As redes familiares e de clientelismo são fundamentais para se entender a política local. Segundo Serioja Mariano, “no Brasil a melhor maneira de compreender os partidos políticos é dentro do contexto dos laços de parentesco e suas alianças”<sup>20</sup>. Antes da criação da Guarda Nacional, a ordem militar no Brasil estava dividida em milícias. Os cargos de oficiais representavam grande prestígio dentro dessa sociedade, a maioria ocupado por gente de boa linhagem. O mesmo ocorria com a Guarda Nacional, o ingresso nessa corporação dependia do status que o homem tinha diante da sociedade. Sendo cargos honoríficos, sem remuneração, os postos só poderiam ser ocupados por indivíduos que ocupassem posições de respeito dentro dessa sociedade. Lembremos que estamos considerando cidadãos de respeito não só aqueles que tinham grande poder aquisitivo, mas que se encaixavam na ordem social estabelecida, então aqueles, mesmo que pobre mas que ocupavam funções produtivas e possuíam seus padrinhos a quem recorrer também estão inclusos nessa categoria.

Em relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Paraíba, em 1842, o presidente de província Pedro Rodrigues Fernandes Chaves ressalta as qualidades que um guarda nacional precisa ter. Naquele documento, Pedro Chaves afirma que a Guarda Nacional paraibana apresenta muitos elementos que não condizem com a honra e prestígio que esta corporação deveria ter. Em seu relato, denuncia a presença de homens sem fardamento e sem

a menor instrução. A solução que o presidente de província escolhe para esse problema é o recrutamento. Vejamos um trecho do documento:

A maior parte dos Batalhões estão por fardar, e não tem livros de matrícula, fazendo-se esta por via de regra em folhas avulsas em folhas de papel, as quaes frequentemente são alteradas ou pela acção do tempo, ou pela má fé, e exceptuando o Batalhão da Cidade (sic) nota-se em todos a falta de instrução. [...] Ordenei que fossem recrutados os Guardas Nacionaes não exceptuados pela lei, que não se fardassem dentro de certo prazo, e esta medida começa a ser profícua<sup>21</sup>.

É possível notar que a participação na Guarda Nacional pressupunha a qualidade de cidadão que o indivíduo poderia apresentar. Segundo o Dicionário do Brasil Imperial, os cidadãos brasileiros eram todos aqueles indivíduos livres ou libertos. A cidadania do Império brasileiro estava dividida entre os cidadãos passivos, cidadãos ativos votantes e cidadão ativos eleitores e elegíveis. Os primeiros correspondiam àqueles que não possuíam renda necessária para participarem do processo político. Os ativos votantes poderiam escolher colégio de eleitores, e os cidadãos ativos eleitores e elegíveis se diferenciavam por uma renda anual superior a 200 mil-réis, e por isso tinham melhor posição no jogo político<sup>22</sup>. Ou seja, o critério usado para se diferenciar o cidadão no Império brasileiro era o da renda.

Percebemos que um recrutamento universal e aleatório fere a cultura política do Império brasileiro, ou seja, aqueles indivíduos que detêm o poder acabam encontrando maneiras de livrarem seus apadrinhados do recrutamento. Richard Graham analisa a importância do apadrinhamento e as relações de obediência e lealdade que guiavam a cultura política do Império brasileiro e conclui que tal configuração era típica do Brasil oitocentista.

É importante lembrar que essa rede de proteção, chamada por Graham de clientelismo, estava ligada também ao paradigma familiar, que abrangia não somente os parentes ligados por laços de sangue, mas também por laços matrimoniais, incluindo assim os cunhados, primos, etc<sup>23</sup>.

Em vários momentos de recrutamento militar, no período de 1840 a 1849, a Guarda Nacional foi chamada para auxiliar as autoridades provinciais nesse intento. É preciso observar que os guardas nacionais estavam inseridos em redes locais, envolvidos em relações de favores e obrigações. Portanto, além de perecer, na documentação analisada, que eles estavam protegidos por seu status social, também era muito problemática a colaboração deles no recrutamento. Como poderiam os guardas indicar para o recrutamento, parentes e amigos? Certamente, os guardas seriam “negligentes” nesse serviço.

Embora essa colaboração fosse obrigada em lei, com pena de serem os guardas relapsos recrutados, mais uma vez percebe-se como a cultura política de um lugar dita as

normas para o recrutamento. E será que, em virtude desse poder, eles não mandavam para o recrutamento os seus desafetos? Acreditamos que sim por entendermos que essa era postura comum nas relações sociais do século XIX brasileiro. Sendo assim, o recrutamento no contexto do Império Brasileiro se tornava, então, um importante instrumento eleitoral. Embora possa parecer estranho, o século XIX reservou espaço considerável para a participação popular nas eleições. Portanto, quem tinha o recrutamento sob sua responsabilidade possuía também influência política.

O alistamento obrigatório para o Exército é um procedimento que também interfere na ordem política do Império. Segundo Myriam Dolhnikoff<sup>24</sup>, o recrutamento forçado gerava desconforto, para notáveis locais que se viam obrigados a enviar recrutas.

Ordens do presidente da província da Paraíba Pedro Rodrigues Chaves, em junho de 1841, orientam o recrutamento e determinam o pagamento de soldo para os recrutadores, segundo a distância e número de homens capturados. Para tal serviço, Pedro Chaves recomenda que se empregue nesse processo o uso da força dos guardas nacionais<sup>25</sup>. Outra observação importante que o presidente faz é quanto aos guardas que se recusassem a participar das escoltas dos recrutas. Como forma de punição, esses seriam também recrutados<sup>26</sup>.

A captura de desertores também implicava uma negociação comercial. Numa correspondência, o mesmo presidente da província informa ao prefeito suplente da cidade da Paraíba, Joaquim Lima, o preço da recompensa da apreensão de um desertado: vinte mil réis. É notável ainda nessa correspondência a preocupação que o governo paraibano tinha com o recrutamento, isso porque são expedidas ordens circulares aos subprefeitos das comarcas informando as características físicas de um desertor para que este seja preso<sup>27</sup>.

Várias barreiras eram postas àqueles encarregados do recrutamento. A própria debilidade das forças repressivas significava um entrave nos procedimentos necessários para o alistamento forçado de homens. Mendes atenta para a fragmentação dos meios de violência, estando assim divididos, sua capacidade de coerção diminui<sup>28</sup>. As forças de repressão estavam repartidas pelas autoridades provinciais, os conflitos entre estas impediavam que o recrutamento acontecesse sem grandes desentendimentos.

Fábio Faria Mendes<sup>29</sup> ainda lembra outro obstáculo encontrado ao tentar se elevar o efetivo do Exército. O Estado brasileiro oitocentista possuía poucos dados consistentes sobre sua população. Sem conseguir precisar informações sobre ela, não poderia realizar um recrutamento eficiente.

Outra modalidade de recrutamento, mas pouco eficaz, era o alistamento de voluntários. Na documentação pesquisada até agora não foram verificadas informações sobre esse tipo de alistamento. Talvez a ausência de documentos referentes aos voluntários não seja por acaso. Em seu trabalho sobre o recrutamento militar no Brasil Imperial, Mendes aponta a província da Paraíba como uma das mais refratárias na remessa de voluntários. Sua representação é negativa em relação à maioria das outras províncias<sup>30</sup>

A Paraíba oitocentista não se distanciou do padrão, o recrutamento militar aqui tinha o mesmo significado que no resto do país. Na Paraíba, o recrutamento militar era tão temido quanto nas outras províncias. Estavam envolvidas nesse processo várias autoridades e demais notáveis locais. O terror do recrutamento também mobilizava muitos indivíduos, e aqueles que não se encaixavam no conjunto de isenções procuravam de qualquer maneira se livrar da obrigação do serviço militar.

Numa sociedade marcada pela escravidão, as oportunidades de sobrevivência eram poucas para os não abastados, a saída para esses era encontrar na cultura política do Império brasileiro uma maneira de ser apadrinhado. Aqueles que não conseguiam tal feito estavam à margem da sociedade. Essa parcela da população incomodava as autoridades e demais membros da elite brasileira. Ao longo do século XIX, essas mesmas autoridades precisavam encontrar maneiras de controlar a população subalterna. Nesse contexto, o recrutamento militar acaba sendo uma das alternativas para afastar da sociedade aqueles indivíduos considerados de má conduta. Além disso, o recrutamento também servia como forma de excluir do cenário político os inimigos dos que estavam no poder.

---

<sup>1</sup> Mestranda vinculada à linha de pesquisa História Regional no PPGH-UFPB, integrante do grupo de pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista e professora na Rede Estadual de Ensino da Paraíba.

<sup>2</sup> A Guarda Nacional foi criada em 1831 e tinha como objetivo controlar as revoltas surgidas no período da Regência. O serviço, nessa instituição, era honorífico e sendo assim o engajamento era voluntário, engrossavam suas fileiras indivíduos que gozavam de certo prestígio diante dessa sociedade. (CASTRO, 1977)

<sup>3</sup> BERNSTEIN, Serge. "A Cultura Política". In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-364.

<sup>4</sup> BASILE, Marcello. "O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)." In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial*. Vol. II (1831-1870). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

<sup>5</sup> SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. "Poder e política na Paraíba: colônia e império". In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; GURJÃO, Eliete de Queiroz; ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro; CITTADINO, Monique. *Estrutura de poder na Paraíba*. João Pessoa: Universitária, 1999, p.45.

<sup>6</sup> KRAAY, Hendrik. *Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial*. In: Diálogos. Vol. 3, n. 3, 1999, p. 119.

<sup>7</sup> CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

<sup>8</sup> MENDES, Fábio Faria. *Recrutamento militar e construção do estado no Brasil Imperial*. Belo Horizonte: Argymentvm, 2010.

<sup>9</sup> Para maior entendimento do conceito de Culturas Políticas, consultar BERNSTEIN, Serge. *A Cultura Política*. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. Para uma história cultural. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-364; MOTTA, Rodrigo Pato (org.). *Culturas Políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentum/ FAPEMIG, 2009, entre outros.

<sup>10</sup> MARTINS, Maria Fernanda. “Os Tempos de Mudança: elites, poder e redes familiares, séculos XVIII e XIX”. In FRAGOSO, João Luis R., ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de, SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. (Orgs.). *Conquistadores e Negociantes: história de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a, p. 403-434.

<sup>11</sup> CASTRO, José Antônio Magalhães. Projeto de lei de recrutamento, oferecido à consideração do poder legislativo brasileiro. Rio de Janeiro: Typ. Lobo Vianna & Filhos, 1863, p. XX

<sup>12</sup> Exposição escrita pelo presidente da província da Paraíba, datada de 1848.

<sup>13</sup> Correspondência entre a Sub-prefeitura da Vila do Pilar e o Presidente de Província. Documentos do Arquivo Histórico Waldemar Duarte do Estado da Paraíba, Caixa 020, 1842. Grifos nossos.

<sup>14</sup> KRAAY, Hendrik. *Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial*. In: Diálogos. Vol. 3, n. 3, 1999, p. 117

<sup>15</sup> Correspondência entre o Chefe de Polícia Interino e o Presidente de Província. Documentos do Arquivo Público Waldemar Duarte do Estado da Paraíba, Caixa 020, 1842. Grifos nossos.

<sup>16</sup> CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Ed. Nacional, 1977, p. 62.

<sup>17</sup> CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Ed. Nacional, 1977, p. 76.

<sup>18</sup> MENDES, Fábio Faria. *Recrutamento militar e construção do estado no Brasil Imperial*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2010, p.54.

<sup>19</sup> URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial. A burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1978.

<sup>20</sup> MARIANO, Serioja Rodrigues C. *Gente Opulenta e de Boa Linhagem: família e relações de poder na Paraíba (1817-1824)*”, Tese de Doutorado, Recife: UFPE, 2005, p. 15.

<sup>21</sup> Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Parahiba do Norte na sessão ordinária de 1842 pelo presidente da mesma província, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves. Pernambuco, Typ. de M.F. de Faria, 1842. *Center for Research Libraries, Provincial Presidential Reports (1830-1930)*. Relatórios dos Presidentes de Província, p.7. Acesso em: 01 de junho de 2012. Grifos nossos.

<sup>22</sup> GRINBERG, Keila. *Cidadania* In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p.139.

<sup>23</sup> MARIANO, Serioja Rodrigues C. *Gente Opulenta e de Boa Linhagem: família e relações de poder na Paraíba (1817-1824)*, Tese de Doutorado, Recife: UFPE, 2005, p. 13

<sup>24</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005

<sup>25</sup> Correspondência entre o prefeito suplente (desta cidade) Joaquim Lima e o presidente de Província Pedro Rodrigues Fernandes Chaves. Arquivo Histórico Waldemar Duarte do Estado da Paraíba. Caixa 19, 21 de outubro de 1841.

<sup>26</sup> Os alistados na Guarda Nacionais eram isentos do recrutamento. Ver CASTRO, Jeanne Berrance de. *Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1977, p. 62.

<sup>27</sup> Correspondência entre o prefeito suplente (desta cidade) Joaquim Lima e o presidente de Província Pedro Rodrigues Fernandes Chaves. Arquivo Histórico Waldemar Duarte do Estado da Paraíba. Caixa 19, 21 de outubro de 1841.

<sup>28</sup> MENDES, Fábio Faria. *Recrutamento militar e construção do estado no Brasil Imperial*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2010, p.54

<sup>29</sup> MENDES, Fábio Faria. *Recrutamento militar e construção do estado no Brasil Imperial*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2010.

<sup>30</sup> IDEM, p. 52

## **As cores da liberdade: a Guarda Negra e as mobilizações políticas na cidade do Rio de Janeiro no contexto abolicionista (1880-1889)**

Lívia de Lauro Antunes\*

### **Resumo:**

Em setembro de 1888, uma organização denominada Guarda Negra se formou na cidade do Rio de Janeiro no contexto de debates em torno das lutas pelo fim da escravidão. Em uma sociedade cada vez mais caracterizada por códigos de distinção baseados em critérios raciais, as interpretações elaboradas sobre a conquista da liberdade foram inúmeras e os acontecimentos envolvendo a Guarda Negra levantaram questionamentos sobre o lugar reservado ao liberto no pós-abolição. Dessa forma, esse trabalho tem por objetivo investigar os sentidos políticos das manifestações que envolveram tal associação em meio aos múltiplos significados de liberdade e cidadania vivenciados pelos ex-escravos.

**Palavras-chave:** Guarda Negra; Abolição; Cidadania

### **Abstract:**

In September 1888, an organization called The Black Guard was formed in Rio de Janeiro City, in the context of debates regarding the struggles to end slavery. In a society increasingly characterized by codes of distinction, based on racial criteria, the interpretations for conquest of freedom were numerous and the events involving the Black Guard raised questions about the reserved place for freedman in postabolition. Thus, this paperwork aims to investigate the political meanings of manifestations involving such association among the multiple meanings of freedom and citizenship experienced by former slaves.

**Keywords:** Black Guard; Abolition; Citizenship

---

\* ANTUNES, Lívia de Lauro. Doutoranda em História Social PPGH/UFRJ, sob orientação do Professor Doutor Carlos Gabriel Guimarães. E-mail: [liviaantunes88@gmail.com](mailto:liviaantunes88@gmail.com)

Ao contrário dos assuntos relacionados à escravidão na história brasileira, que tiveram sua renovação e reavaliação principalmente após a década de 1980, a temática da abolição e as experiências de liberdade a ela relacionadas foram discutidas de modo reduzido pela historiografia<sup>1</sup>. Além disso, durante muito tempo, as pesquisas sobre abolição aprofundaram seus debates no espaço urbano letrado e nas últimas décadas do sistema escravista, eliminando a atuação de escravos ou libertos dos embates políticos que envolveram o movimento de abolição da escravidão. Esses estudos centraram-se nas regiões sudeste do Brasil, e se limitaram a analisar a marginalização dos ex-escravos no mercado de trabalho no pós-emancipação. A questão do imigrantismo no período republicano, como alternativa para a substituição da mão de obra cativa, retirou os ex-escravos da cena política e historiográfica, obscurecendo outras experiências de abolicionismos<sup>2</sup>.

Somente após a década de 1990, a reestruturação por que passou os estudos sobre escravidão se refletiu nos trabalhos sobre abolição e pós-emancipação. Se as pesquisas haviam retirado dos acontecimentos referentes ao 13 de maio de 1888 a atuação dos negros, ignorando suas estratégias e negando-lhes o papel de agentes históricos de tal processo, nos últimos anos essa temática adquiriu centralidade acadêmica. Variados estudos recentes têm investigado as ações efetivas de participação política autônoma dos ex-escravos e libertos em busca da aquisição da liberdade, vista como fruto de suas próprias lutas e demandas e não mais interpretada como uma dádiva concedida pela Princesa Isabel<sup>3</sup>.

Esses novos estudos têm apontado para a extrema importância que o século XIX representa ao historiador, como um período envolto por questões acerca da definição de regras sociais, limites e valores que constituíram a sociedade brasileira. Identidades conflituosas erigiram, nesse momento, a partir de definições de nacionalidade, de cidadania, de liberdade e de justiça, fronteiras de valores e tensões a respeito da cor<sup>4</sup>. Uma nação, como comunidade imaginada de sentidos, construção simbólica que permite o sentimento de identidade, se constituiu em torno de categorias que definiram e delimitaram as noções entre *nós e outros*<sup>5</sup>. Nessa conjuntura, dois elementos passaram a integrar de maneira significativa o imaginário social brasileiro, a ideia de *nação* e *cidadania*, o que impunha a necessidade de se repensar o delineamento das fronteiras entre os homens de cor, negros, mulatos e pardos na sociedade e suas condições de agentes detentores de direitos políticos.

O trabalho proposto busca fazer parte desse movimento de reavaliação das conquistas dos negros no pós-abolição, analisando as experiências dos homens de cor e descortinando as contendas relacionadas aos significados da liberdade para os negros, em meio às questões que envolveram a abolição. No contexto de embates e expectativas, nascidas no curso das lutas

contra a escravidão, os libertos ressignificaram as inúmeras facetas da vida em cativeiro e da vida em liberdade<sup>6</sup>. Seguindo essa acepção, investigaremos de que forma a associação da Guarda Negra, permeada de sentidos identitários acerca da condição de cidadania do negro, pode contribuir para a compreensão das tensões que cindiram a sociedade brasileira ao longo do processo abolicionista e efervesceram questões em torno de categorias raciais.

Na década de 1880 as agitações dos grandes centros urbanos formaram o cenário político do jogo de poder imperial, ilustrado pelo crescimento da rebelião negra que deixava entrever a impossibilidade de se alongar por mais tempo a escravidão no Brasil. Nesse período os jornais se multiplicaram e ampliaram seu público. Os periódicos, com destaque para *O País*, *Gazeta da Tarde* e *Gazeta de Notícias*, ilustravam em suas páginas as conturbações vivenciadas cotidianamente. Com a progressiva intensidade da campanha abolicionista, a década de 1880 viu surgir o crescimento da rua como espaço público. A população das cidades cresceu de maneira significativa, junto à urbanização e as melhorias em infra-estrutura, e passou a reivindicar nas praças públicas e na imprensa, estendendo o espaço de atuação política, antes restrito ao Parlamento. A rua, interpretada pelo projeto Saquarema como o lugar da desordem, foi ressignificada e adquiriu aspectos positivos, passando a ser vista como um espaço de uso público da razão crítica<sup>7</sup>. Soma-se a isso um processo de democratização da rua, que passou a ser frequentada pelos mais variados tipos sociais.

Com o fim da escravidão, um novo cenário se formou nas ruas das cidades, principalmente da Corte. Ainda em 1888, a propaganda republicana avançava e os abolicionistas, antes unidos por um mesmo objetivo, dividiam-se entre o apoio à causa republicana e a monarquia. Nos jornais dos grandes centros urbanos as disputas políticas se tornaram cada vez mais acirradas. O interior do país não escapou das conturbações. Grandes fazendeiros, vendo-se prejudicados pelo fim da escravidão, aderiram à razão republicana com a esperança de receberem indenização em decorrência da perda da mão de obra escrava. Muitos libertos, por sua vez, fugiam das fazendas em busca de melhores condições de vida, recusando-se a trabalharem para seus ex-senhores.

O que poderia acontecer em seguida à abolição? O Brasil configurava-se em uma nação livre, que comportava, no entanto, uma longa memória escravista, que a partir do século XIX adotava tons de racialização e preconceitos que demarcavam os lugares dos homens de cor na sociedade. O que se faria com os “cidadãos ex-escravos”? Algumas possibilidades eram possíveis para esse liberto, seja a fuga em massa das fazendas para as cidades ou a permanência nestas através de novos regimes de trabalho. No entanto, se o “longo século



XIX” representou um momento em que conceitos de cidadania estavam sendo cunhados, ao chegar as suas últimas décadas tornava-se ainda mais complicado delimitá-los.

As novas conjunturas contavam agora com um personagem, juridicamente inédito, nos debates políticos: o liberto. No decorrer do ano de 1888 esses debates exacerbaram-se, gerando intensas discussões que escondiam nas entrelinhas uma querela mais profunda do que a continuidade de um regime monarquista ou a passagem para uma república. Estavam em jogo aspectos relativos à cidadania do liberto, seus diferentes significados e o crescimento das tensões raciais nos discursos políticos. De um lado, abolicionistas, divididos em republicanos e monarquistas, juntamente com políticos e ex-senhores elaboravam projetos que englobavam novas formas de trabalho, higienização e moradia para a população de cor livre. De outro, uma população negra, nem tão invisível como gostaria a elite política branca, redefinía seus espaços de liberdade. Com base em suas experiências no mundo da escravidão, esses homens lutaram contra a dominação de diferentes maneiras que não se limitaram à retórica política dos discursos jornalísticos<sup>8</sup>.

Em setembro de 1888, uma organização denominada Guarda Negra se formou na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com Michel Trochin<sup>9</sup>, este grupo era composto, majoritariamente, de negros brasileiros que lutavam por reformas sociais e econômicas após a abolição da escravidão. Na realidade, pouco se sabe como se formou a Guarda Negra, assim como suas ligações políticas. Apesar de sua curta existência (1888-1889) as manifestações geradas em seu nome permearam grande parte dos centros urbanos brasileiros, não se limitando a um fenômeno regional. Houve uma série de grupos afiliados informalmente em diversas províncias brasileiras. Têm-se notícias da atuação da Guarda Negra na Corte do Rio de Janeiro, em Santos, São Luís, Salvador e Porto Alegre, para citarmos os principais envolvidos. Apesar de sua clara origem urbana o movimento se estendeu, também, para as áreas rurais.

O encontro que oficializou a associação da Guarda Negra se deu na redação do jornal *Cidade do Rio*, no dia 9 de julho de 1888. Participaram desta reunião os pretos libertos Higino, Manoel Antonio, Jason, Aprígio, Gaspar e Teócrita, em reunião na casa de Emílio Rouéde<sup>10</sup>. Dentre os objetivos assinalados pelos seus integrantes encontrava-se a defesa pela liberdade em todo o território nacional, inspirada na figura da princesa Isabel e no regime monárquico por tê-los tornado “cidadãos”. A organização burocrática da Guarda Negra contava com um programa de ação, com “sócios ativos”, uma diretoria e uma rede política de alianças que convocava o apoio da imprensa e da Confederação Abolicionista. Seus sócios seriam os próprios libertos que deveriam, através dos meios necessários, expandir tais ideais

pelo interior do Brasil, instigando ex-escravos a não trabalharem para senhores que não apoiassem o Terceiro Reinado.

Dentre os autores que mais avançaram na temática sobre a Guarda Negra, podemos citar Flávio dos Santos Gomes, Humberto Machado e Carlos Eugênio Líbano Soares, para o caso do Rio de Janeiro, e Wlamira R. de Albuquerque, para a região da Bahia<sup>11</sup>. Flávio Gomes escreveu seu primeiro artigo sobre a organização da Guarda Negra em 1991, inaugurando uma série de questões que ainda se encontram mal respondidas pela historiografia. Abordando as manifestações de libertos na Corte a partir de um viés político e criticando a visão simplista que perpetua a imagem do negro como um sujeito passivo e manipulado pelo governo imperial, o autor lança uma série de questionamentos acerca dos sentidos da Guarda Negra nas lutas pela conquista da cidadania. Da mesma forma, demonstra como as tensões políticas se encontravam atreladas aos conflitos raciais crescentes na sociedade brasileira.

Humberto Machado investigou os debates jornalísticos a respeito das conturbações geradas em nome da Guarda Negra. Através dos pronunciamentos publicados pela imprensa, buscou compreender de quais formas o meio letrado da época entendeu as manifestações de negros nas ruas do centro do Rio de Janeiro, dando-lhes diferentes significados, em meio à conjuntura de crise do sistema servil e da Monarquia. Dessa forma, nos mostra a contribuição de dois importantes jornais, *A Cidade do Rio* e *Gazeta de Notícias*, como importantes veículos de comunicação a respeito dos acontecimentos que envolveram a Guarda Negra no imediato pós-abolição.

Carlos Eugênio investiu nos significados políticos que envolveram conflitos de libertos, capoeiras, monarquistas e republicanos, analisando as articulações entre políticos, eleições e manifestações de negros nas ruas, com o intuito de descortinar as raízes mais profundas para a formação da Guarda Negra. Em sua opinião, os contornos das mobilizações políticas que culminaram com o surgimento do grupo organizado de negros após a abolição podem ser vislumbrados já na década de 1860 e, posteriormente, em decorrência da Guerra do Paraguai na qual o recrutamento de negros-capoeiras foi decisivo. Para o autor, a constituição das maltas de capoeiras, formadas ainda no início da segunda metade do século XIX, está estritamente relacionada à posterior disposição da Guarda Negra enquanto grupo político. Sendo assim, atribui duas versões para os objetivos organizacionais da associação em questão. Uma primeira interpretação assinala o sentimento de gratidão dos libertos junto ao poder imperial frente à emancipação consagrada pelo 13 de maio, enquanto um segundo projeto demarca uma intenção mais política no tangente a constituição da Guarda Negra, relacionando seus integrantes à formação de uma milícia armada na luta contra o republicanismo, orientada

pelo gabinete de João Alfredo Pereira de Oliveira (presidente do Conselho de Ministros e chefe do gabinete conservador).

Wlamyra de Albuquerque nos informa a respeito da formação da Guarda Negra na Bahia recorrendo às conturbações causadas por um comício de Silva Jardim junto ao Partido Republicano e negros libertos nas ruas de Salvador, que ficou conhecido como o “massacre do Taboão”. Juntamente, a autora procura traçar as interações entre os acontecimentos baianos com aqueles ocorridos no Rio de Janeiro, demonstrando o poder de comunicação e interação entre os negros pelo país, bem como entre abolicionistas, republicanos e monarquistas, analisando o movimento campo das tensões raciais no século XIX.

No final do ano de 1888 as polêmicas em torno da Guarda Negra intensificaram-se gerando acirrados debates políticos e jornalísticos. O principal embate envolvendo tal associação deu-se no dia 30 de dezembro, em meio a um comício do republicano Silva Jardim, ocorrido na Sociedade Francesa de Ginástica. A percussão violenta, que transbordou para a luta armada nas ruas da cidade do Rio de Janeiro trouxe para a ordem do dia os diferentes sentidos e significados da Guarda Negra. A respeito dos motivos que levaram ao conflito, muitas foram as versões exibidas nos periódicos da época, principalmente no jornal *Cidade do Rio*, cujo diretor era José do Patrocínio, que publicava em favor da Guarda Negra, e no *Diário de Notícias*, no qual o republicano Rui Barbosa exercia o cargo de redator-chefe. Contudo, diferentes periódicos estamparam noticiários sobre o confronto, ora criticando a ação “radical” e “violenta” da Guarda Negra e dos libertos, ora a comitiva republicana.

Na maioria dos casos, republicanos caracterizavam a Guarda Negra como uma milícia de capoeiras arregimentada pelo Império sobre a liderança do ministério de João Alfredo de Oliveira. Para estes, tratava-se apenas de um grupo de negros manipulados pelo poder imperial, sem capacidade de discernimento, lutando por objetivos imediatistas e por gratidão. O trecho do jornal *O Paiz*, de tendência republicana, exprime o sentimento de muitos indivíduos em relação à participação da população negra nas manifestações ocorridas no dia 30 de dezembro: “(...) todos sentiram um confrangimento indescritível ao ver surgir na arena de combate os homens que a revolução popular libertaria a 13 de maio!”. (O Paiz 5 jan. 1889)<sup>12</sup>. Como aceitar a participação de negros libertos em uma manifestação política e antirrepublicana? Afinal aos ex-escravos não cabia à maturidade política para intervir no andamento das decisões estatais. Principalmente, lutando ao lado do regime que os havia escravizado por séculos. Esse foi o entendimento de grande parte dos republicanos sobre os acontecimentos em torno da Guarda Negra, o que ratificava uma visão de incapacidade dos

negros em compreender as vicissitudes das disputas políticas do país. Era como se a libertação já bastasse, já pontuasse a posição jurídica do liberto na sociedade brasileira<sup>13</sup>.

Para ex-escravos, qualquer ataque contra o Império poderia ser visto como uma forma de se reverter os direitos de liberdade social que haviam conquistado, não apenas com o 13 de maio, mas durante toda a segunda metade do século XIX. Não foi de difícil percepção para o ex-escravo que grande parte dos fazendeiros havia levantado a bandeira da República, motivados pela crença da indenização senhorial e decorrência da Lei Áurea, o que claramente era visto com desconfiança pelos libertos. Portanto, para os que se uniram em nome da Guarda Negra, lutar pela defesa da Monarquia e pela Princesa Isabel, longe de representar apenas um gesto de gratidão significava, em última instância, defender a própria liberdade adquirida com a Abolição<sup>14</sup>.

Se os ex-senhores de escravos não tivessem feito apelo à revolução, declarando guerrear fora da órbita legal o reinado futuro da Santa Mulher que sacrificou o seu trono [em prol] da libertação do Brasil, os libertos não se teriam congregado para responder aos vivas à República dados pelos seus antigos senhores de ontem, republicanos de hoje, com o vivas à Monarquia; e enfim se os neo-republicanos não tivessem jurado sacrificar vidas e fazendas pela República, que promete dar cabo do *despotismo* e da *tiranía* da dinastia reinante, os novos cidadãos não teriam jurado por sua vez preferir mil vezes morrer, defendendo aquela que os libertou, a morrer nas gargalheiras da escravidão amarrados aos pés dos cavalos nas estradas da Paraíba do Sul<sup>15</sup>. (p. 6/7).

Para aqueles que apoiavam a Guarda Negra, em especial o periódico a *Cidade do Rio*, as manifestações foram resultados de aspirações populares que já vinham, há muito, ocorrendo. Assumindo uma fala que vislumbrava o poder de intervenção da população negra nos rumos políticos do país, José do Patrocínio esquematizou a ideia de que a Guarda Negra era um grupo organizado e representativo de libertos em defesa dos seus direitos e, que os acontecimentos do dia 30 de dezembro foram apenas um desdobramento destas aspirações.

Havia, no entanto, um temor em comum que unia republicanos e monarquistas: a questão acerca das tensões raciais que não deveria ser despertada ou alimentada na sociedade brasileira, pois era necessário escapar do preconceito de cor, neste momento bastante presente no pensamento social. Abafar as discussões em torno das categorias raciais não era tarefa fácil. Todavia, o Brasil buscava galgar uma imagem mais “evoluída”, demonstrando a inexistência de qualquer segregação no interior da nação. Essa “fórmula” comprovaria o rápido progresso de um país recém-saído de um sistema escravista que, no entanto, possuía um “povo” unificado, ainda que diversificado. Afinal, era necessário correr atrás dos prejuízos que séculos de escravidão haviam produzido, seja através do silenciamento e esquecimento da instituição escravista como parte inegável na construção da nação, seja afirmando que tal

sistema não gerou problemas para a composição de um “povo brasileiro” unido em seus direitos políticos.

É claro, que o preconceito da origem racial dos libertos era marcado por uma sutil e poderosa memória social impregnada no imaginário, ainda patriarcal e escravista. Por isso, podemos perceber que, juntamente com os discursos de manipulação do negro por parte dos adeptos da república, as questões alçadas nos embates que envolveram a Guarda Negra levantaram temáticas sobre um possível conflito de raças até então inexistente na sociedade brasileira, no entender de alguns republicanos e monarquistas. Como aponta Flávio dos Santos Gomes<sup>16</sup>, os confrontos que ocorreram envolvendo negros libertos, representados pela Guarda Negra, contra republicanos eram também batalhas entre negros e brancos, libertos e ex-senhores. As temáticas sobre raça chegaram, inclusive, a ser apontadas como as causadoras dos acontecimentos que envolveram tal associação. A possibilidade do desencadeamento de conflitos raciais preocupava a todos os envolvidos, e os discursos que inferiorizavam o negro, biológica e socialmente, impossibilitando-os de intervir nos seus próprios interesses políticos tinham cada vez mais legitimidade junto à população. A partir desse momento, os debates falavam da inferioridade do negro não apenas recorrendo ao seu passado de escravidão, como também a perspectivas biologizantes acerca das raças.

Utilizar os discursos de manipulação política e racial que inferiorizavam os libertos foi uma das principais estratégias utilizadas pelos republicanos na época. Após a abolição, a sociedade não se encontrava mais dividida, juridicamente, entre escravos de um lado e cidadãos de outro. A possibilidade da participação política de negros libertos, juntamente com a emergência das questões raciais, aflorou o medo de um revanchismo de negros contra brancos. As interpretações elaboradas em torno da conquista da liberdade foram inúmeras e os acontecimentos envolvendo a Guarda Negra levantaram questionamentos sobre o lugar reservado ao liberto no pós-abolição. Na realidade, a condição de cidadania dos homens de cor se encontrava num complexo campo de disputas, onde grande parte da população branca acreditava caber ao negro aguardar por seus direitos políticos, enfatizando sua imaturidade social e o seu caráter manipulável. Por outro lado, negros procuravam alargar seus limites de autonomia forjando possibilidades de participação política em uma sociedade livre<sup>17</sup>.

No final do ano de 1889, junto aos acontecimentos que culminaram com a instauração da república no Brasil, os assuntos ligados à Guarda Negra desapareceram das páginas dos periódicos e aparentemente das ruas das cidades. Esse suposto desaparecimento dos agentes envolvidos com a Guarda Negra sustentou a ideia de manipulação da população de cor por monarquistas e pelo Partido Conservador. De grupo simpático para alguns intelectuais que se

utilizavam da imprensa para despende elogios e defender a Guarda Negra, ela passou a ganhar o estigma de grupo de baderneiros e desordeiros sustentados pelo regime monárquico, reforçando os estereótipos raciais contra os negros. Aos poucos, a associação de negros libertos perdeu espaço e legitimidade frente ao crescimento dos discursos racialistas, amparados em teorias científicas. Com a instauração da república, Sampaio Ferraz assumiu o cargo de chefe de polícia do Distrito Federal colocando em ação os planos de pôr fim às maltas de capoeiras. Em pouco tempo, centenas de negros foram presos de forma arbitrária, muitos sendo mandados para a “ilha prisão” Fernando de Noronha. Em outubro de 1889, o governo republicano publicou o *Novo Código Criminal* tornando a capoeira crime. Assim, em cerca de um ano os vestígios da Guarda Negra foram sendo paulatinamente eliminados da História.

A década de 1880, permeada de lutas políticas e incessantes mobilizações de negros, escravos ou libertos, se coloca diante do historiador como um período de extrema importância para a análise da participação dos negros nas experiências da emancipação. Por isso, destacamos as manifestações da associação da Guarda Negra, composta por libertos que travaram lutas, movidos por tensões sobre raça e cidadania, e que fizeram escolhas conscientes na tentativa de garantir suas liberdades. Ela possuiu múltiplos sentidos e significados para os sujeitos históricos envolvidos, em meio a uma sociedade cada vez mais caracterizada por códigos de distinção baseados em critérios raciais<sup>18</sup>. Sendo assim, um dos objetivos dessa pesquisa é demonstrar as novas facetas e dimensões da experiência negra no contexto de crise do sistema servil. A organização da Guarda Negra mobilizou a atuação de indivíduos que partilhavam interesses e idéias, e que se identificavam mutuamente forjando solidariedades horizontais e verticais. Esses homens, declaradamente negros, enfrentaram contradições e negações históricas, mas não deixaram de exaltar os interesses dos homens de cor na esfera pública. Tal associação representou assim, uma modalidade de agenciamento e sociabilidade dos homens de cor que se articularam em busca de melhores condições sociais, políticas e culturais, empreendendo ações coletivas que expandiram as noções sobre os direitos de cidadania aos negros no Brasil.

---

<sup>1</sup> RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe Maria. *Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

<sup>2</sup> Conferir os estudos de: DEAN, Warren. Rio Claro. *Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; EISEMBERG, Peter L. *Modernização Sem Mudança; a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, Campinas, Unicamp, 1977 e STEIN, Stanley. *Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.

<sup>3</sup> Podemos citar alguns trabalhos que atuam nessa linha interpretativa: SLENES, Robert W. “Senhores e Subalternos no Oeste Paulista”. In: Fernando A. Novais; Luiz Felipe de Alencastro. (Org.). *Historia da Vida Privada no Brasil. Historia da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 2; MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista: Brasil século XIX*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; GOMES, F. S. (Org.); CUNHA, O. M. G. (Org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2007; MATTOS, Hebe; ABREU, Martha (orgs.). *Passados presentes*. Rio de Janeiro: Laboratório de História Oral e Imagem, Universidade Federal Fluminense (LABHOI/UFF), 2005-2011. Coletânea de quatro DVDs. Apoio: Editora da UFF, FAPERJ, CNPq e Petrobras;

<sup>4</sup> DUARTE, Regina Horta, “O século XIX no Brasil: identidades conflituosas”, in: CARVALHO, José Murilo de e NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 563-570

<sup>5</sup> ANDERSON, Benedict R, *Comunidades imaginadas: reflexão sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008

<sup>6</sup> FRAGA FILHO, Walter. *O 13 de maio e as celebrações da liberdade, Bahia, 188-1893*, in *História Social: Revista de pós-graduandos da UNICAMP*, nº 19. 2010, pp. 63-90.

<sup>7</sup> MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.

<sup>8</sup> GOMES, Flávio e DOMINGUES, Petrônio. *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1989-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

<sup>9</sup> TROCHIN, Michel R. *The Brazilian Black Guard: racial conflict in pos-abolition Brazil*. The Americas, v. XLIV, n.3, p.298-90, jan. 1988

<sup>10</sup> DOMINGUES, Petrônio. Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.34, nº 67, 2014, p. 5.

<sup>11</sup> GOMES, Flávio dos Santos. *No meio das águas turvas – racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte Imperial (1888-1889)*, in *Estudos Afro-Asiáticos*, nº21, dez./ 1991, pp.75-96.; MACHADO, Humberto Fernandes. *A Guarda Negra no contexto urbano do Rio de Janeiro*. Anais da XII Reunião da Sociedade Brasileira de História. Porto Alegre, 1992; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negrada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1994.; ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação; abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

<sup>12</sup> Apud. GOMES, Flávio dos Santos e DOMINGUES, Petrônio. Op. cit. p.23

<sup>13</sup> SCHWARCZ, Lília. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. Companhia das letras, 1993.

<sup>14</sup> DOMINGUES, Petrônio. Op. cit. p. 7

<sup>15</sup> Apud. DOMINGUES, Petrônio. Op. cit. p. 6-7

<sup>16</sup> GOMES, Flávio dos Santos e DOMINGUES, Petrônio. Op. cit. p. 28

<sup>17</sup> Idem.

<sup>18</sup> Ibidem.

## **Estratégias imperiais: trajetória individual e práticas políticas na administração da Polícia da Corte (1808-1821)**

Prof<sup>a</sup> Ms. Livia Mauricio Scheiner\*

### Resumo

O presente artigo tem por objetivo discutir as ações da Intendência da Polícia da Corte durante o período joanino (1808-1821), a partir da trajetória pessoal e das vinculações políticas do seu primeiro intendente: Paulo Fernandes Viana. Diante da situação colocada pela transformação da cidade do Rio de Janeiro em sede do poder real, a experiência administrativa desse personagem parece-nos central para o entendimento de algumas estratégias de governança do projeto imperial luso, no contexto em questão.

Palavras chave: *império luso-brasileiro; governança; trajetória pessoal.*

### Abstract

This article aims to discuss the action of Police Court Stewardship in Rio de Janeiro, from 1808 to 1821, based on the personal history and political ties of its first intendent, Paulo Fernandes Viana. Emphasizing a context in which the Colony Capital shifted into a Real Court, the administrative knowhow achieved by this character proved to be central to understand some of the strategies of the Portuguese imperial governance project at that moment.

Key words: *Luso-Brazilian Empire; governance; personal history.*

### A mudança da corte portuguesa no âmbito do *novo* projeto imperial

Por volta dos anos 1990, toma corpo na historiografia da expansão marítima portuguesa – e, por extensão, nos estudos acerca de sua experiência colonial na América – a perspectiva de uma configuração imperial.<sup>1</sup> Com a utilização do conceito de *Império colonial*, as abordagens acerca dos temas da expansão e do colonialismo não apenas redimensionaram os mecanismos de exploração econômica das conquistas, analisando-os do ponto de vista da criação de redes de poder e hierarquias que envolviam as várias possessões ultramarinas, mas também evidenciaram as conexões entre as diversas regiões sob o domínio da Coroa portuguesa.

A construção desta nova perspectiva possibilitou a definição da expansão ultramarina sob a ótica de uma dinâmica imperial, constituída em meio às descontinuidades geográficas das

---

\* Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense. Professora do Depto. de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Contato: liviascheiner@ig.com.br



conquistas portuguesas e às diversas configurações políticas e institucionais locais. Como desdobramento deste movimento, a administração e as instituições políticas das conquistas, o governo das principais cidades e vilas coloniais - juntamente e, mesmo, comparativamente com os demais centros dinâmicos do Império - surgiram como novos horizontes de análise.

As investigações em torno do projeto do *novo* Império português – conhecido entre nossos historiadores como *Império luso-brasileiro* - sublinham a tendência da progressiva virada da política colonial portuguesa para o Atlântico sul, entre os séculos XVII e XVIII, e o destaque alcançado pelo Brasil como núcleo de tal reconfiguração. O projeto reformista incluía a unidade das diversas porções do território colonial e uma gestão mais eficaz dos recursos financeiros delas advindos.

Neste sentido, é importante mencionar que o intento de reconstrução do *grande* Império luso contou com os esforços políticos e intelectuais de homens influentes nascidos de ambos os lados do Atlântico: a chamada “geração de 1790”. Homens do calibre de D. Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares, Ministro e Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos entre finais do século XVIII e inícios do XIX. Afilhado do Marquês de Pombal, que nele depositava sua herança política, era experimentado nos negócios estrangeiros, por sua passagem pela diplomacia. Dono de um raciocínio pragmático, o ministro surge como principal articulador da renovação de vínculos entre o Reino e a colônia, ao longo do governo de D. João. Suas estratégias sublinham o princípio da unidade do Império e o sentido de pertencimento que a monarquia deveria cultivar em seus súditos americanos, por meio da prática de uma política de vantagens recíprocas.

A experiência administrativa e a clareza intelectual de D. Rodrigo o levam a defender, já no ano de 1803, na presença dos demais ministros e pessoas importantes da corte, a ideia da transferência da sede da monarquia para o Brasil. Ao colocar em pauta a questão da manutenção da autonomia política do Reino, o Conde de Linhares, traz novamente a público o que acredita ser, àquela altura, a única forma de se evitar a perda de sua mais lucrativa possessão e garantir “em qualquer caso V. A. R. criar no Brasil um grande império, e segurar para o futuro a reintegração completa da Monarquia em todas as suas partes.”<sup>2</sup>

O intento do poderoso ministro viria a se completar em 1808, quando a família real, premida pelas circunstâncias, desembarca no Brasil, transformando a cidade do Rio de Janeiro de capital colonial em corte real. Neste contexto, a monarquia lusa recria no âmbito da nova corte todo um aparato administrativo, voltado não somente para a gestão da cidade mas,

sobretudo, para a consecução do *novo* projeto imperial<sup>3</sup> urdido como saída para a crise política e econômica do Reino.

No cerne das políticas tecidas a partir da nova corte, o poder central toma o papel de árbitro que irá se defrontar com as pretensões de autonomia e os interesses econômicos dos grupos de poder locais. Tal fato exigirá dos administradores régios grande capacidade de articulação e, ao mesmo tempo, a atração de novos interlocutores e investidores, a partir de suas próprias redes privadas de relacionamento.

O exemplo do Conde de Linhares, ainda que numa análise superficial, nos mostra como o exame das trajetórias políticas e pessoais de alguns personagens envolvidos na faina administrativa do Reino podem se constituir em importante chave de entendimento das estratégias de governabilidade do projeto imperial luso, no contexto em questão. No presente artigo, enfatizamos o estudo da carreira e das relações pessoais de uma das figuras mais significativas da administração da nova corte: o intendente de polícia Paulo Fernandes Viana.

#### A Intendência e o intendente: conexões locais, regionais e imperiais

Logo após o desembarque no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, em março de 1808, o príncipe-regente D. João tratou de instalar a burocracia da nova corte. Entregue Portugal a um governo provisório, era o momento de estabelecer o novo ministério e uma reorganização institucional que garantisse a governabilidade do Império.

Característica marcante de tal reorganização, a continuidade das instituições do Reino, no sentido de um “mimetismo” em relação às suas matrizes, foi um aspecto já notado pela historiografia. Tais instituições, no entanto, tiveram de conviver com situações que exigiram sua adaptação à realidade de uma cidade colonial repentinamente transformada em sede do Império luso e nexos de uma política de promoção da sua integridade:

“O Rio de Janeiro ia sendo gradativamente transformado em uma espécie de corte *miniaturizada*. O Império português passava, então, a ter duas Casas de Suplicação, duas Mesas do Desembargo do Paço, e assim por diante. O governo na cidade e na Capitania foi sendo, pouco a pouco, como que engolido por esta complexa massa de órgãos governativos, sendo progressivamente criados; instituições que tanto tratavam dos assuntos da Coroa, quanto do Império, das Capitânicas do Brasil e de sua cidade-sede, a corte do Rio de Janeiro.”<sup>4</sup>

Com a Intendência da Polícia não foi diferente. A criação da Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil foi uma das primeiras providências administrativas tomadas por

D. João ao chegar à cidade. Este órgão, reedição do que existira antes em Lisboa, foi criado com o objetivo principal de manter a ordem e o bem comum, de acordo com os princípios de civilidade que deveriam reger a cidade-corte. Durante os anos 1808 e 1821, esteve sob a liderança de Paulo Fernandes Viana, funcionário de confiança do regente.

Como descrito no edital de criação da Intendência da Polícia de Lisboa,<sup>5</sup> a Polícia da Corte efetuava o registro dos habitantes e o controle da circulação da população em geral (com especial ênfase nos estrangeiros), a repressão a ajuntamentos que poderiam culminar em planos de sedição e a prevenção e o combate aos crimes comuns, conteúdos relacionados às noções de *bem comum e civilidade*.

Contudo, como a sua congênere lisboeta, esta realizava também inúmeras obras públicas, lançando novas posturas e propondo modificações na aparência da capital, de modo a aproximá-la do ideal de sede da monarquia. Assim, enquanto interfere no espaço social, a Intendência Geral da Polícia se defronta com a tarefa de fazer-se reconhecida como gestora legítima de um novo padrão de urbanidade, frente às instâncias de poder tradicionalmente encarregadas do ordenamento urbano e dos comportamentos citadinos. Nesse afã, esta se depara com o Senado da Câmara, órgão de representação das elites locais e que até então se ocupava da administração da cidade.

Mas se num primeiro momento a esfera de ação da Polícia da Corte parece limitada à gestão da cidade do Rio de Janeiro, numa análise mais profunda, percebemos os trabalhos da Polícia da Corte estabelecem um jogo de recomposição de poderes, envolvendo acordos e disputas entre a nobreza adventícia e o *homens bons* da cidade e região. No cerne dessas negociações, encontramos questões como as oportunidades de mercado, a integração das diferentes porções coloniais ao centro, a valorização de terrenos e outros imóveis, os incentivos tributários, a captação de recursos para manutenção das obras, as demandas pelo abastecimento regional e a carência de mão de obra. Resta-nos indagar, portanto, sobre o perfil do administrador posto à frente de tamanha empreitada e a base sobre a qual constrói sua alargada autoridade.

Cruzando dados biográficos com a documentação produzida pela Intendência entre os anos 1808 e 1821 e o relato apresentado pelo próprio Paulo Fernandes Viana ao final das suas atividades<sup>6</sup>, o resgate das relações pessoais e da carreira de Paulo Fernandes Viana permitiu-nos compor uma espécie de trajetória deste homem. Foi possível notar que uma ampla gama de problemas relacionados à própria geopolítica das regiões coloniais do Brasil eram tratados

pelo intendente entre as matérias do planejamento urbano, num processo claro de afirmação da Intendência como o órgão administrativo habilitado para resolvê-los.

Ao reconstruir sua trajetória, seu perfil administrativo e suas conexões familiares e políticas, a análise de caráter biográfico mostrou-se imprescindível ao nosso objetivo de entender o papel da Intendência na realização do projeto do *novo império* luso. A carreira pública e a vida pessoal de Paulo Fernandes Viana são repletas de eventos representativos de algumas das estratégias de governabilidade do Império luso levadas a cabo entre os séculos XVIII e XIX, como passamos a analisar.

Pelo alvará de 1760, o lugar de intendente geral da Polícia da Corte e do Reino possuía ampla jurisdição sobre todos os demais ministros criminais e civis. Estes deveriam cumprir inviolavelmente todas as ordens do intendente nos casos que desafiassem a tranquilidade pública. Preenchido por pessoa da confiança do rei, o cargo era vitalício e quem o exercesse receberia o título de Conselheiro, desfrutando da mesma graduação, autoridade, prerrogativas e privilégios de que gozavam os desembargadores do Paço.

Paulo Fernandes Viana nasceu no Rio de Janeiro, em 1757. De início, chamou-nos a atenção o fato de um brasileiro ter alcançado tão alto posto no serviço real. A resistência em nomear brasileiros para cargos públicos fez parte das práticas administrativas da Coroa ao longo de todo o período colonial.<sup>7</sup> Baseada em critérios de diferenciação característicos das mentalidades do Antigo Regime, esta restrição, apesar de bastante atenuada durante o governo do Marquês de Pombal, demarcava a posição periférica do Brasil em relação a Portugal.

A aproximação aos mais altos postos da administração impunha, portanto, uma trajetória construída a partir da metrópole, como ocorreu com Paulo Fernandes Viana. Filho de portugueses que vieram para o Rio de Janeiro no século XVIII, sua carreira pública iniciou-se no Reino. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, foi magistrado na mesma cidade, ouvidor-geral do crime e membro das ordens de Cristo e da Conceição da Vila Viçosa.

A datação destas conquistas por ora não é o mais importante, pois só estes dados em si já nos permitem algumas antecipações. Paulo Fernandes Viana era um magistrado letrado. Em sua passagem pela magistratura, teve condições de participar da administração da justiça de um ponto de vista que favorecia o estabelecimento do direito oficial, fato que corroborava a autoridade e os padrões de julgamento régios.<sup>8</sup>

Além dos privilégios, do prestígio político e das conexões pessoais adquiridos no exercício da justiça régia,<sup>9</sup> Paulo Viana granjeara também um dos mais importantes símbolos de distinção social de Antigo Regime: as comendas de duas ordens militares de projeção. Desconfiamos que nosso intendente não era um *fidalgo*, pois um título nobiliárquico com certeza seria mencionado, o que não aconteceu. Contudo, as comendas de Cristo e da Conceição referendam a persecução do enobrecimento, capaz de, juntamente com a passagem por Coimbra e com o desempenho de cargos públicos, permitindo sua ascensão a postos mais altos, como o Desembargo do Paço.

A circulação entre diversos cargos e o acúmulo de atribuições, combinando a administração do Reino com a das conquistas, sugere-nos a aproximação a um determinado perfil de administrador régio: aquele capaz de efetivar a transferência de modelos e experiências por entre as diferentes regiões do Império.<sup>10</sup> Assim, Viana exercera a diversidade de experiências necessária para gerir os diferentes interesses presentes nessas regiões, no sentido de manter o controle do centro e estabelecer negociações em zonas de conflito que, porventura, ameaçassem a unidade territorial e política.

Cabe destacar que o acesso a determinados cargos obedecia a uma lógica de retribuição de favores por serviços prestados ao rei, referendando práticas políticas de Antigo Regime.<sup>11</sup> O controle sobre esses cargos possibilitava o acesso a mercês, títulos e emolumentos, manifestando práticas de acúmulo de capital não apenas econômico, mas também político e simbólico, o que, no caso do Rio de Janeiro, seria reforçado com a presença da corte.

Funcionário de confiança da coroa, Paulo Fernandes Viana fazia parte de uma das mais importantes famílias de negociantes de grosso trato da praça do Rio de Janeiro. Casando-se em 1802 com Luiza Rosa Carneiro da Costa, tornou-se genro de Braz Carneiro Leão e de D. Anna Francisca Rosa Maciel da Costa, baronesa de São Salvador de Campos dos Goitacazes, uma região de grandes fortunas açucareiras no século XIX. Da mesma forma, esta união renderia importantes ganhos para o clã de Braz Carneiro Leão, na medida em que os introduzia entre a elite dirigente do Império.

O casamento de Paulo Fernandes Viana com Ana Luiza Rosa Carneiro da Costa (ela, 29 anos mais jovem que o noivo) reiterava a prática da aliança entre os grandes negociantes e as *melhores famílias da terra* que, disseminada pelo mundo colonial, constituiu a base da própria formação das elites políticas locais e a reprodução de suas clivagens sociais<sup>12</sup>. Nesta prática

operavam, além da estratégia de enobrecimento a partir do domínio sobre homens e terras, o recurso a prerrogativas do sistema de herança do Reino, como o dote, por exemplo.

Ligado nos negócios regionais pelo parentesco e, ao mesmo tempo, comprometido com os interesses da Coroa devido à sua experiência administrativa, Paulo Fernandes Viana reuniu, assim, as credenciais necessárias para gerir a Intendência da Polícia. Sua principal tarefa foi transformá-la em corpo político capaz de coordenar a retomada do projeto de centralização do Império luso a partir da região do Rio de Janeiro.

Ao ingressar na Intendência, Paulo Viana assumia a própria governança da cidade e do seu termo,<sup>13</sup> na medida em que absorvia várias das funções executivas da Câmara, mas não apenas desta. Ocorre que as capitanias do sul e do interior, desde o Espírito Santo, encontravam-se subordinadas à Intendência do Rio de Janeiro, permitindo que Paulo Fernandes Viana estendesse sua voz de comando e sua capacidade de articulação a todo o Centro-Sul, como veremos.

No âmbito da reorganização política e espacial da corte, inúmeras propostas de integração regional vão se somar à preocupação com a constituição étnica da população e com as questões ligadas à mão de obra, o que fará convergir para as primeiras experiências com a imigração europeia. Neste sentido, a Intendência da Polícia estará presente nos esforços de abertura de novas vias de ligação da corte com as áreas de abastecimento de gêneros, uma vez que caíra por terra a antiga proibição de construção de novas estradas.

Nesse momento, a ligação da corte com o sul de Minas – região responsável pela produção de gêneros para o abastecimento - é enfatizada, com a aprovação de duas novas estradas que cortariam terras do Vale do Paraíba recentemente alcançadas pelo café: a estrada do Comércio e da Polícia. Enquanto a primeira é construída por iniciativa da Junta do Comércio, a partir de 1812, a segunda, como revela o próprio nome, foi aberta em 1820 sob a administração do nosso intendente e acompanhava o trajeto da primeira, com pouca variação. Ressalte-se o fato de que a abertura de novas estradas vinha acompanhada da doação de sesmarias ao longo das mesmas, dando início à concentração fundiária nas mãos de importantes famílias mercantis. Assim, não é de se espantar que o próprio Paulo Fernandes Viana – ele mesmo detentor de grandes porções de terras na região - tenha se beneficiado do expediente, uma vez que, antes de atingir o sul de Minas, a Estrada da Polícia cortava propriedades dos Carneiro Leão na altura de Campos dos Goytacazes<sup>14</sup>.

Ao favorecer os interesses da aristocracia proprietária do Centro-Sul, a coroa, através de seu principal articulador, angariava recursos e retribuía benesses em forma de títulos e cargos. A participação do intendente no clã dos Carneiro Leão fazia com que boa parte das obras de infraestrutura beneficiasse os negócios mercantis da empresa da família, a *Carneiro, Viúva & Filhos*. Em troca, ações, loterias e subscrições voluntárias eram organizadas entre os grandes da corte. Ressalte-se que a própria formação de capital para a criação do Banco do Brasil é relatada pelo intendente como uma espécie de esforço comum dos grandes negociantes da corte e das capitanias, liderados por Viana. Fernando Carneiro Leão, seu cunhado, fez parte da diretoria do Banco, além de ter sido nomeado moedeiro da Casa da Moeda.

No interior da política de integração regional, Paulo Fernandes Viana vai articular, junto ao governador da Capitania do Espírito Santo e seu primo, Francisco Rubim, o estabelecimento de uma colônia de açorianos. O Capitão de Mar e Guerra Francisco Alberto Rubim, Comendador e Cavaleiro da Ordem de Cristo, condecorado por serviços prestados no Mediterrâneo (1790-1799) e, posteriormente, na Costa da África e no Brasil, tomou posse no governo daquela capitania em outubro de 1812. Em fevereiro do ano seguinte, por intermédio de suas relações com a Polícia da Corte, trinta casais portugueses foram instalados no sertão do Rio Santo Agostinho, pelo lado norte, dando origem à povoação de Viana, cujo nome foi escolhido em homenagem ao intendente<sup>15</sup>.

Circulando com facilidade entre o gabinete do monarca e os grandes comerciantes da capital, Viana coloca-se em posição privilegiada para tecer, a partir da Intendência da Polícia do Rio de Janeiro, projetos específicos para a região, como a integração e o povoamento das porções mais afastadas, o sustento material da burocracia de Estado e o financiamento de projetos da monarquia. Por outro lado, com a ruptura da relação colonial, suas próprias filiações políticas acabaram por definir os rumos da sua trajetória. Neste ponto, recorremos a Thomas Holloway. O autor nos apresenta um relato daquele que seria o último episódio na carreira do intendente, o que mostra também sua vulnerabilidade diante das oposições:

“O primeiro intendente estava identificado com o absolutismo real e fizera inimigos entre as facções da elite política no exercício de sua ampla autoridade sobre muitos aspectos da vida da cidade, desde a expropriação de residências para os membros da comitiva real até a concessão de licenças para comerciantes protegidos e contratos vantajosos para serviços públicos. Viana foi afastado do cargo no golpe liberal de fevereiro de 1821, enquanto [o chefe da Guarda, major] Vidigal, seu factórum militar, atravessou ileso as vicissitudes políticas até 1824.”<sup>16</sup>

O final de sua vida não tardaria a chegar, após a demissão. Sobre este assunto, paira uma história no mínimo curiosa, pelos simbolismos que contém. Eis o relato, conforme reproduzido por cronistas do período.

Conta-se que Paulo Fernandes Viana morava em uma grande casa no Campo de Santana, vizinha a um terreno que ele próprio mandara limpar e arborizar, transformando-o em um jardim. Entre as árvores existentes ali, destacavam-se as cerejeiras, destinadas a experiências com a cultura do bicho-da-seda. Viana mantinha o local muito bem cuidado. Ocorre que, assumindo o poder, D. Pedro não simpatizava com as filiações políticas do velho servidor e tão logo D. João VI retornou à Europa, resolveu provocar o antigo intendente, mandando destruir completamente seu jardim. Desolado pelo que interpretou como um gesto de ingratidão diante dos serviços prestados à Casa Real, sofreu um derrame cerebral, vindo a falecer no dia 1 de maio de 1821, dois meses após a sua demissão e apenas cinco dias passados do regresso de D. João VI.<sup>17</sup>

Mito ou verdade, esta narrativa nos proporciona o acesso a alguns sentidos mais profundos. Paulo Fernandes Viana tem os fios da sua vida entrelaçados à construção de um determinado projeto político cuidadosamente cultivado: a retomada da grandeza do Império luso por meio do controle e da administração eficaz de seu mais lucrativo território. Neste projeto - que, de certa forma, também o beneficiava - investira sua carreira e seu poder pessoal. O desgaste do mesmo e o advento da nova ordem política, renunciavam também a destruição de compromissos que, como as suas cerejeiras, não resistiriam por muito tempo.

Se a destruição do jardim levou ou não o intendente à morte, ou se a ordem de D. Pedro veio realmente em retaliação às suas opções políticas, nunca o saberemos. Mesmo assim, a trajetória de Viana nos fornece elementos suficientes para supor que as mudanças que ocorrem a partir de 1821 causaram imenso desconforto ao leal funcionário da Coroa.

Contudo, uma das mais emblemáticas passagens de sua trajetória foi aquela que ele não chegou a viver para ver: o casamento de sua filha, Ana Luiza Carneiro Viana, com Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias. Homem de importante participação político-militar na construção da nova ordem imperial pós-1822, é a via aberta para que os Carneiro Viana retomem o rumo de suas conexões familiares com o poder. Mas esta é apenas a continuação de uma história que, no momento, não nos cabe desfiar aqui...



<sup>1</sup> Cf. BOXER, Charles. *O Império Colonial Português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1969; ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Lisboa: Afrontamento, 1993; THOMAZ, Luiz Felipe, *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994; FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). *O Antigo Regime nos Trópicos. A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; PUJOL, Xavier Gil. “Centralismo e Localismo? Sobre as Relações Políticas e Culturais entre Capital e Territórios nas Monarquias Europeias dos Séculos XVI e XVII”. In: *Penélope: Fazer e Desfazer a História*, Lisboa: Ed. Cosmos, nº 6, 1991.

<sup>2</sup> *Cara dirigida ao P. R. D. João, fazendo uma detalhada exposição sobre as condições políticas da Europa em fase das guerras de Napoleão, aludindo à invasão da Península, expondo as condições econômicas e financeiras de Portugal (1803)*. Coleção Linhares, Seção de Manuscritos, BNRJ, cód. I-29, 13, 22.

<sup>3</sup> Sobre a noção de Império luso-brasileiro e a participação conjugada de intelectuais e políticos brasileiros e portugueses na concepção de tal projeto, cf. MAXWELL, Keneth. “The generation of 1790’s and the idea of Luso-Brazilian Empire”. In: ALDEN, Dauril. *Colonial Roots of Modern Brazil*. 1 ed. Berkley: University of California Press, 1973; SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *O Império Luso-brasileiro. 1750-1822*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986 e LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política. 1798-1822*. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1994.

<sup>4</sup> GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “As Bases constitucionais da construção da unidade. Dos Poderes do Rio de Janeiro Joanino: Administração e Governabilidade no Contexto do Império Luso-Brasileiro” In: IANCSÓ, Istvan. *Independência. História e Historiografia*. São Paulo: HUCITEC, 2005, p. 713

<sup>5</sup> O alvará de 25 de junho de 1760 diz respeito ao conjunto de atribuições do cargo de intendente geral da Polícia da Corte metropolitana, as mesmas desempenhadas pelo intendente no Rio de Janeiro, de acordo com o novo Alvará de 10 de maio de 1808. BARRETO FILHO & LIMA. **História da Polícia no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: A Noite, 1939, pp. 166-176.

<sup>6</sup> VIEIRA FAZENDA, J. “Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro”, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, IHGB, 1924, t. 89, pp. 103-107; GERSON, Brasil. *História das Ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965; BARRETO FILHO, Mello & LIMA, Hermeto. *História da Polícia*. Rio de Janeiro, A Noite, 1939 e PINHEIRO, J. C. Fernandes. “Paulo Fernandes Viana e a Polícia do seu Tempo”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, 1876, t. 39, v. II, pp. 65-76. E ainda: VIANA, Paulo Fernandes. Abreviada Demonstração dos Trabalhos da Polícia em Todo Tempo que a Serviu o Desembargador do Paço Paulo Fernandes Viana. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, t. 55, v. I, pp. 373-380.

<sup>7</sup> RUSSELL-WOOD, A. J. R. “Centros e periferias no mundo luso-brasileiro 1500-1808”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/ Humanitas, 1998, v. 18, nº 36, pp. 204-206; LYRA, op cit. pp. 44-49.

<sup>8</sup> HESPANHA, António Manuel. *As Vésperas do Leviatã. Instituições e Poder Político. Portugal - séc. XVII*. Lisboa: Almedina, 1994, pp. 196-199.

<sup>9</sup> Sobre a projeção dos magistrados letrados no interior da administração da Justiça régia, cf. SCHWARTZ, Stuart B. *Sovereignty and Society in Colonial Brazil. The High Court of Bahia and its Judges. 1609-1751*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1973.

<sup>10</sup> GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808)”. In: FRAGOSO, BICALHO & GOUVÊA, op. cit. p. 287-315

<sup>11</sup> XAVIER, Ângela Barreto & HESPANHA, António Manuel. “As Redes Clientelares”. In: HESPANHA, A. M. (coord.). *História de Portugal. O Antigo Regime*, vol. 4. Lisboa: Ed. Estampa, pp. 381-393.

<sup>12</sup> Cf. FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial**. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1998, pp. 189 a 195

<sup>13</sup> O termo da cidade à época compreendia todas as áreas de jurisdição do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, que abrangia além das freguesias urbanas e rurais, as terras ao fundo da Baía de Guanabara, bem como boa parte dos atuais municípios de Nova Iguaçu e de Magé.

<sup>14</sup> LENHARO, Alcyr. *As tropas da moderação*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993

<sup>15</sup> MERLO, Patrícia Maria Silva. *O nó e o ninho: estudo sobre a família escrava em vitória, espírito santo, 1800-1871*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008, p. 35

<sup>16</sup> HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro. Repressão e Resistência Numa Cidade do Século XIX*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 51.

<sup>17</sup> BARRETO FILHO & LIMA, op. cit., p. 191.

## **De líder popular a Nabucodonosor: a trajetória de Bernardo Pereira de Vasconcelos no Sete d’Abril**

Luaia da Silva Rodrigues<sup>1</sup>

**Resumo:** Durante o século XIX, o Brasil passou por um longo processo de construção do Estado. Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu periódico, o *Sete d’Abril*, participaram ativamente de todos esses acontecimentos. A trajetória dos discursos no *Sete*, permite-nos refletir as formas pelas quais os homens do oitocentos vivenciavam todos os acontecimentos conturbados das Regências, e partir deles, definiam suas posições políticas e partidárias. Assim como diversos letrados, Vasconcelos adota posições mais conservadoras, no decorrer do período regencial, especificamente a partir de 1836, movimento que ficou conhecido como Regresso e foi base da construção do Estado em meados do século XIX.

**Palavras-Chaves:** Estado, Imprensa, Bernardo Pereira de Vasconcelos.

**Abstract:** During the nineteenth century, Brazil has undergone a long process of state-building. Bernardo Pereira de Vasconcelos and his journal, *Sete d’Abril*, actively participated in all these events. The trajectory of the discourse on *Sete*, allows us to reflect the ways in which men of all eight were experiencing turbulent events of Regencies, and from them, defined their political and party positions. Like many intellectuals, Vasconcelos adopts more conservative positions, during the Regency period, specifically from 1836, what became known as *Regress* and was the basis of state-building in the mid-nineteenth century.

**Key-Words:** State, Press, Bernardo Pereira de Vasconcelos.

### **Introdução**

*“Fui Liberal; então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas ideias práticas; o poder era tudo: fui liberal”*. Apesar dessa famosa frase se encaixar perfeitamente na trajetória política de Bernardo Pereira de Vasconcelos, e ser atribuída a ele, poderia, certamente, ter sido pronunciada por diversos outros políticos de sua época. Personagem de diversas biografias<sup>2</sup>, Vasconcelos é considerado um dos grandes idealizadores e construtores do Estado conservador

brasileiro. Contudo, antes disso, durante o Primeiro Reinado e início das Regências, atribui-se a ele, uma fase liberal<sup>3</sup>. Essa possível ambiguidade em suas posições políticas suscitam alguns questionamentos. Bernardo realmente mudou drasticamente de opinião sobre a condução do Estado brasileiro? Ele foi liberal? Virou conservador? O que era ser liberal nesse momento? E o que era ser conservador? Esse foi um caminho trilhado apenas por ele? Os acontecimentos turbulentos da regência tiveram algum impacto nessa mudança? Essas e outras questões serão respondidas ao final da minha pesquisa. Aqui, por falta de espaço, infelizmente, não conseguirei dar conta de responder todas elas, mas indicarei possíveis reflexões.

Vasconcelos nasceu em 1875 na cidade de Ouro Preto. Como a maioria da elite brasileira, e seguindo a tradição de sua família, foi enviado a Lisboa para cursar direito na Universidade de Coimbra. Retornando ao Brasil em 1820, começou sua carreira em cargos menores, por exemplo, como juiz de fora em Guaratinguetá, o que era comum a magistrados recém-formados. Só em 1825, começou a participar ativamente da política do Império, atuando na tribuna, na Imprensa e no governo. Em 1826, foi eleito como deputado geral pela província de Minas Gerais, cargo desempenhado até 1837, pois no ano seguinte foi eleito para o Senado, ocupação que exerceu até sua morte, em 1850. Foi também ministro da fazenda em 1831 á 1832, e ministro da justiça e do império em 1837 á 1839. De 1842-1850 foi membro do Conselho do Estado. Além disso, elaborou, por exemplo, o Código de Processo Criminal e o projeto do Ato Adicional.

Nesse momento, a imprensa era crucial. Ela funcionava como divulgadora das diversas tendências políticas em disputa, além de ser uma das principais formas de alcançar a nascente opinião pública<sup>4</sup>. Desde 1825, quando foi editor do jornal *o Universal*, Bernardo Pereira de Vasconcelos utilizou a imprensa a serviço de sua ação política. Durante as Regências, passou a redigir o *Sete d’Abril*, e depois do golpe da maioria, seu porta-voz foi o *Sentinela da Monarquia*. É por intermédio do *Sete d’Abril*, que Vasconcelos divulgou desde 1835 os lemas do Regresso, pregando as ideias de ordem, centralização e paz. Portanto, o estudo desse impresso, além de permitir a compreensão dos debates que foram fundamentais para a consolidação do Estado conservador brasileiro, possibilita a análise da trajetória desse personagem, avaliando as possíveis mudanças e transformações em seu discurso.

O Sete d’Abril foi um jornal extenso, que circulou durante seis anos na cena carioca, desde janeiro 1833 até março de 1839. Durante os primeiros quatro anos,

manteve a média de quatro páginas e era publicado duas vezes por semana, número que aumentou após 1838 com três publicações semanais e, consideravelmente, após 1839, passando a ser publicado diariamente, exceto aos domingos e feriados. Ora, não coincidentemente o aumento da expressão do periódico coincide com a consolidação do Regresso, doutrina defendida pelo *Sete* e consolidada durante a regência de Araújo Lima.

No decorrer dos seis anos de publicações três momentos destacam-se. Os anos de 1833 e 1834 assinalam o primeiro momento. Nele, o parlamentar defende a “revolução iniciada no dia sete de abril” e as novidades decorrentes dela, a exemplo das reformas na Constituição. A segunda etapa corresponde ao ano de 1835, período de transição, onde, ele começa a dar sinais de mudanças. E por último, os anos de 1836 a 1839, quando ele, de fato, defende medidas mais conservadoras na edificação do Estado, que ficaram conhecidas como Regresso. Através da reconstrução desses três momentos, objetivo reconstruir e analisar a trajetória “ambígua” de Bernardo Pereira de Vasconcelos<sup>5</sup>.

### **O líder da voz popular e a defesa do Sete de Abril.**

De fato, uma leitura cuidadosa do *Sete d’Abril* comprova que no decorrer dos anos, Bernardo Pereira de Vasconcelos, foi modificando sua opinião a respeito de alguns elementos fundamentais da cena política. A realização do Ato Adicional, as inovações do Código Criminal, a existência do Conselho de Estado, a vitaliciedade do Senado, o movimento ocorrido do dia 30 de julho de 1832, e o grau de autonomia que possuiriam as províncias, são alguns exemplos dessa mudança. Todavia, devido a limitação de espaço, optei por refletir essa questão de uma maneira mais rápida e talvez mais impactante. O periódico tinha o costume de nas datas da abdicação de D. Pedro I, o sete de abril de 1831, ou em datas próximas, quando os dias de publicação não coincidiam com essa data, prestar homenagens a esse importante marco político. No entanto, durante os seis anos de publicação do *Sete*, as percepções de Vasconcelos sobre esse marco transformam-se.

O dia Sete de Abril de 1831, em que a Providência concedeu a esse Império, mais um favor, dando ao mundo o espetáculo de uma revolução, de que seu maior sucesso – a abdicação – não custou a Nação, uma vítima, uma só gota de

sangue, um só tiro; se limitou em suas consequências, de tantas a desejar, à esse único filho do acaso, como se essa fosse a única carência da Nação, ou como ela tivesse que castigar os insultos que sofreu em Novembro de 1823, e em Março de 1831, unicamente na pessoa do então Imperador. Como se esse infeliz D. Pedro fosse o único inimigo dos Brasileiros, e das liberdades, e não houvessem tantos sevandijas, que ainda agora à custa dos cofres da Nação sustentam fausto, e a grandeza, que os faz olhar as desgraças públicas com tanta indiferença. (Sete d’Abril n.1 – Dia 01/01/1833).

Essas são as primeiras palavras do periódico *Sete d’Abril* na cena pública, e elas revelam o quanto o dia sete de abril foi importante no imaginário de seus redatores, inclusive, e não é à toa, que foi o nome escolhido para nomear sua folha. A renúncia de D. Pedro I ao trono e sua volta a Portugal é tratada em tom celebrativo, como resposta a seus atos autoritários, a exemplo, do fechamento da Assembleia Constituinte em 1823. Para ele, esta não era uma simples revolução, era o “espetáculo de uma revolução”, ou seja, algo grandioso e maravilhoso de se assistir. Porém, o redator deixa claro que as necessidades da Nação não terminavam com a abdicação, e que muito ainda deveria de ser feito para consolidar a liberdade conquistada. Ele menciona isso porque apesar do Imperador voltar para Portugal, toda sua máquina estatal tinha permanecido intacta, ou seja, os portugueses, “inimigos dos Brasileiros” para ele, continuavam em seus cargos no serviço público, e pior, defendiam o retorno de D. Pedro I.

Salve, Dia Brasileiro, Presente da Divindade; Tu fostes no plagas, o Astro da Liberdade (...) Liberais do mundo inteiro, Que prezais tal qualidade, Exultai, também vos tocam, Os Troféus da Liberdade; Enraivado o Despotismo, Em cruel ansiedade, Com furor bradava – ferros! Respondeu-se – Liberdade!; Percorreu do Brasil todo, Este brado a extensidade, Retumbou ao Sul e ao Norte, O eco da Liberdade!; (...) Esmagou-se o férreo cetro, Entre as mãos da iniquidade, Parabéns, Brasileira gente, Renasceu a Liberdade; Rasgaram-se as densas trevas, Que enlutavam a verdade, Brilhavam nossos Direitos, Ao clarão da Liberdade; (...) Sustentai brasileira gente, Deste dia a Majestade; Seja Lei de vossos peitos – Ferros, nunca, - Liberdade. (Sete d’Abril n.134 – Dia 08/04/1834).

Em 1834, o jornal festeja o dia sete de abril com um artigo de grande destaque em sua primeira página. Nele, a “espetacular revolução” estava sempre associada com a palavra liberdade e o poder monárquico de D. Pedro I, ao contrário, sempre ligado ao Despotismo e ao “Ferro”- que significava, no sentido figurado, o aprisionamento dos direitos dos brasileiros. É fundamental refletir sobre os significados da Liberdade que ele defende. Aí, ela está relacionada com a conquista de uma liberdade política, com a ratificação da Independência conquistada em 1822. O retorno de D. Pedro I ao Brasil, estimulada pelo grupo caramuru, era um perigo real para eles, e isso significava

diretamente o retorno ao estatuto de colônia. Por isso, a palavra Liberdade assume grande importância no imaginário coletivo, pois a luta contra o governo de D. Pedro I, denominado opressor pelos liberais, tanto pelos mais exaltados quanto pelos mais moderados, foi lida como uma conquista da liberdade política. Era um momento inédito, pois a vida política poderia ser alterada de acordo com a agitação da opinião pública. Os cidadãos se sentiam livres, uma vez que, teoricamente, a vontade geral definia as ordens governamentais.

### **A transição**

O ano de 1835 é marcado pelo silêncio, e o mais significativo disso é que dos seis anos publicação, esse foi o único, fora o ano de 1837, em que a data da renúncia de D. Pedro I coincidiu com um dia de publicação do periódico. Por si só, isso já sinaliza a incerteza de Bernardo Pereira de Vasconcelos acerca da revolução que dois anos antes tinha chamado de espetacular. Apesar disso, na edição do dia sete de abril de 1835, ele defende a eleição de Feijó, para a regência do Império, baseado em argumentos significativos, que indicam uma ruptura com seus antigos posicionamentos políticos.

Espírito conciliador, pacificador e conservador, é o que o Brasil carece para Regente do Império. Deus nos livre do agouirado aristocrata, o homem violento, de espírito despótico e irreconciliável á razão. Convém que o regente jamais perca de memória o axioma do escritor do Espírito das Leis, Montesquieu, que a doçura do Governo faz a felicidade do povo; (...) Convém que o regente não seja pessoa de fé duvidosa, nem tenha sombra de inimigo da religião do Estado. Convém não menos que o Regente seja firma nas doutrinas do celebrado arque-antagonista dos revolucionários e introdutores de péssimas inovações em todos os países. (...) Nada há de mais certo do que depender a nossa atual civilização e boas maneiras, principalmente de dois princípios combinados, espírito de religião e espírito de cavalaria. O corpo de clero, por profissão, e o corpo da nobreza(...). (Sete d'Abril– n.235 – Dia 07/04/1835)

Logo de início, ele declara que a Nação necessitava de conciliação, paz e conservação, lemas do Regresso, pregados meses depois. Com a morte de D. Pedro I, em fins de 1834, a liberdade política defendida um ano antes não fazia mais sentido, já que, a Independência brasileira e a liberdade política não estavam mais ameaçadas. Portanto, em seu discurso, o próximo passo era conter para que o movimento iniciado no sete de abril não culminasse na proclamação da república, na libertação dos escravos, ou na desintegração do império. A resposta de Vasconcelos a isso estava na combinação

de dois princípios fundamentais para a consolidação do Império Brasileiro: a religião e o “ser cavaleiro”. É evidente que o ano de 1835, definitivamente, marca a transição do redator do *Sete d’Abril* a uma nova forma de pensar e conduzir os negócios públicos, pois, pela primeira vez, fala da importância do sistema monárquico num dia símbolo da luta contra o mesmo.

### **Nabucodonosor e a reconstrução da autoridade**

Se em 1834, um Soneto em comemoração ao sete de abril teve grande destaque, o mesmo não acontece em 1836, quando um pequeno poema é publicado, sem nenhuma notoriedade, em sua última página. Nele, é visível a insegurança do autor sobre o futuro do Brasil com a direção dos liberais moderados, grupo do qual fazia parte meses antes. É nesse ano que Vasconcelos, e outros políticos e letrados, assumem além de uma nova configuração uma nova posição política: são os homens do Regresso. Momento imprescindível para as formulações das doutrinas conservadoras dos futuros Saquaremas. Na citação, o redator reclama da liberdade conquistada em 1831 e do grupo que assume o poder, pedindo que, outros princípios, que não sejam o da Liberdade, mas o da Moral, da Religião e da Sobriedade, orientem o governo.

Já despontou a Aurora, e o memorando, Pressago da Ventura Brasileira,  
Esfumada sua face prazenteira, Caminha a passo incerto e vacilante;  
Sobre o Brasil o sábio cogitando, Detesta a direção Camarilheira,  
E o político vê cabilda arteira, Sem pudor em seu dano conspirando;  
Destas fatais visões horrorizados, Mal auguram da Pátria a Liberdade,  
Chorão dias de glórias malogrados; E apelam da perversidade,  
Dos mandões, a costumes reformados, Moral, Religião,  
e Sobriedade. (Sete d’Abril n.335 – Dia 09/04/1836)

Em 1837, a edição do jornal dedica três páginas inteiras ao dia da abdicação. Nesse ano, o Regresso já era conhecido como movimento de oposição ao governo liberal moderado e, por isso mesmo, era fundamental associar todas as turbulências ocorridas até aquele momento ao grupo que estava no poder. O interessante é que, no discurso proferido, os defensores do Regresso, tentavam desassociar sua imagem a “revolução espetacular”, omitindo seu envolvimento nos acontecimentos que levaram a renúncia de D. Pedro I, culpando apenas, os Liberais, principalmente os Moderados, pelo início das Regências.

Brasileiros, Concidadãos e Amigos! Detestemos... não: deploremos o Dia 7 de abril!... O Dia que desconjuntou toda a Harmonia Social Brasileira! O dia... basta: corra-se a esponja do esquecimento sobre essa negra parte de nossa História (...) celebremos a Aclamação do Nosso Amabilíssimo Inocente Imperador; levemos sua memória até as últimas gerações! Considerando assim, Brasileiros, o memorável Dia 7 de abril é um Dia Nacional! Ah! Prouvera aos céus que fosse ele, e já, o dia da Maioridade!! Que fazendo raiar em nossos horizontes o Sol de uma nova Era, que acabasse com os vampiros que consomem nossa vitalidade! Que cortasse as esperanças dos descamisados conspiradores de 30 de julho! Ó dia 7 de abril! Ó Salvador da Monarquia Constitucional Brasileira! Possa a Providência Divina fazer um novo milagre em teu favor! Ouça Ela os nossos votos! Não torne a ser o dia da escolha de novos Rosas. Não, não: Grande Deus! Por piedade, - Não! (Sete d'Abril – n.438 – Dia 07/04/1837).

A partir desse ano, o dia sete de abril de 1831 começa a ser rejeitado e entendido como uma mancha na história da Nação brasileira e que, por isso, deveria de ser apagado da memória nacional. Em sua visão, apenas a maioria de D. Pedro II possibilitaria um recomeço ao Brasil, restabelecendo a harmonia perdida desde a abdicação. Por consequência, a liberdade antes exaltada, agora é motivo de lamentações e censuras. Não podemos perder de vista que esses versos faziam parte de um discurso que tinha um objetivo claro: a legitimação política do grupo do Regresso. Por isso, essa divergência de posicionamento deve ser compreendida nesse contexto.

Entre esses dias todos, porém, não tem o menor brilho o dia 7 de abril de 1831: suas consequências para o Povo Brasileiro não são de menor importância (...) Salve pois, ó faustoso dia! Grande foram os benefícios que nos outorgastes: tú nos destes o Senhor D. Pedro II e com ele a Monarquia. A não ser a abdicação, rios de sangue teriam regado a Terra de Santa Cruz, e a monarquia teria desaparecido de sua superfície! Dois motivos nos levam aabençoar-te, ó Dia Majestoso! A importante lição que recebemos por mão da experiência, e o benefício sem par de um Imperador que conciliou todas as simpatias, e que em seu desenvolvimento tem apresentado todas as qualidades que nos podem segurar um risonho futuro. (Sete d'Abril – n.544 – Dia 09/04/1838).

No ano seguinte, o *Sete d'Abril* segue o mesmo teor de 1837. O dia sete de abril é entendido como algo que só trouxe consequências negativas para o Brasil. Em seu discurso, se não fosse a prudência de D. Pedro I em abdicar o trono, o Brasil teria iniciado uma guerra que, além de diversas vítimas, teria outra terrível consequência, a extinção da Monarquia, como ocorreu nos países da América Latina. Por isso, os brasileiros deveriam se lembrar desse dia apenas para nunca mais repeti-lo. A última exposição de Vasconcelos acerca o dia sete de abril foi em 1838, pois, em abril de 1839, a publicação desse periódico já tinha sido interrompida.



## Conclusão



Fonte: Caricatura de Bernardo Pereira de Vasconcelos, atribuída a Araújo Porto Alegre, Lithographia Briggs, c. 1838-9. Arquivo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Na ilustração acima, Vasconcelos é representado como Nabucodonosor, um antigo rei da Babilônia, conhecido por seu autoritarismo. Essa imagem faz parte de uma série de desenhos que circularam no final do período regencial, e tinham o intuito de criticar Bernardo Pereira de Vasconcelos e o Regresso. Nelas, ele é recriminado por sua ação conservadora, que por meio de Regresso, teria “destruído as liberdades conquistadas no dia sete de abril”. Essas críticas estavam presentes, principalmente, nos jornais da época, como, na *Aurora Fluminense*, que o chamava, frequentemente, de Proteu<sup>6</sup>. Portanto, a ideia de que Vasconcelos possuía uma trajetória ambígua e proteiforme, não é nova, surgiu durante as Regências, quando os grupos políticos disputavam um espaço de atuação na cena pública.

Diante disso, devemos nos perguntar o quanto que de fato Bernardo Pereira de Vasconcelos mudou suas posições políticas e, o quanto que isso não era obra da oposição tentando desqualificar o mesmo. A partir da análise da transformação de seu discurso sobre o dia sete de abril verificamos alguns pontos fundamentais. Primeiro: O

redator do *Sete d'Abril* sempre defendeu, apesar de, com diferentes intensidades, a Monarquia Constitucional e Representativa. Logo, o que realmente se transforma são suas estratégias para alcançar esse fim. Se durante o primeiro reinado, a monarquia de D. Pedro I impedia a atuação da representação nacional, durante as regências, a liberdade requerida em 1831, colocou em risco a própria monarquia, sendo necessário então, um novo tipo de liberdade, uma liberdade nos moldes conservadores.

Segundo: Vasconcelos é uma figura emblemática para compreender o período regencial como um laboratório de formulações e práticas de doutrinas conservadoras<sup>7</sup>. Se no início do período regencial era inconcebível falar em ordem e autoridade, no decorrer das regências, essas palavras tornaram-se chave para “salvar o Brasil do processo revolucionário iniciado em 1831”. Estamos falando de discursos que visavam legitimar um determinado projeto político e que, por isso, apesar de serem percepções da realidade, não podem ser encarados como imparciais. Logo, uma pergunta é indispensável: Durante as regências praticamente tudo foi colocado em questão - desde a monarquia, a escravidão e até o próprio território brasileiro. Será, por isso, que Vasconcelos adota, desde 1836, uma postura mais conservadora? Ou será que essa postura estava associada a um discurso que se apropriava da realidade para garantir um espaço de atuação no jogo político? Com certeza, um pouco dos dois. Esse era um movimento de mão dupla, onde, ao mesmo tempo em que, os acontecimentos turbulentos desse período moldavam cada indivíduo, estes faziam suas leituras da realidade e a partir delas, interferiam na sociedade, visando um espaço de atuação no Estado.

Terceiro: Apesar de Bernardo Pereira de Vasconcelos ser indispensável na formulação do Regresso e de seu discurso conservador, ele não era o único. Mesmo porque, um discurso precisa de eco para ser validado, afinal de contas, a legitimação de um Estado conservador não se faz sozinho, muito menos sem o aval da opinião pública. Portanto, diversos políticos e letrados da época, percorreram um caminho parecido ao de Vasconcelos, participando das lutas liberais que culminaram na abdicação de D. Pedro I, e, no decorrer das Regências, adotando posições mais conservadoras, defendendo a centralização, a ordem e a paz – lemas do Regresso. O fato de apenas Vasconcelos ser reconhecido por essa trajetória proteiforme é muito significativo, pois, revela sua importância na disputa pelo poder e pelas ideias presentes na construção do Estado brasileiro.

---

## Notas

<sup>1</sup> Mestranda do curso de pós-graduação em história da Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista CAPES e orientanda da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gladys Sabina Ribeiro. E-mail: luaiarodrigues@gmail.com.

<sup>2</sup> Ver CARVALHO, José Murilo de (org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850)*. São Paulo: Ed. 34, 1999; SILVA, Wlamir. “A Forma Primeira de Proteu: As Façanhas de Bernardo Pereira de Vasconcelos no reino da liberdade”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – Anpuh*. São Paulo, julho de 2011; SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu tempo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937; SOUZA, José Antonio Soares de. “Vasconcelos e as caricaturas”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: v.210, jan.-mar., pp. 103-113, 1951.; VASCONCELOS, Salomão de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Belo Horizonte: s/e, 1953.

<sup>3</sup> A palavra Liberdade é polissêmica. Portanto, ser liberal naquele momento significava muitas coisas, desde defender a independência política á advogar em favor da República. Certamente a liberdade que Vasconcelos defendia antes da abdicação de D. Pedro I não estava relacionada nem com a Federação, muito menos com a igualdade.

<sup>4</sup> Sobre opinião pública ver MOREL, Marco. “La génesis de la opinión pública moderna y el proceso de Independência (Rio de Janeiro, 1820-1840)”. In: *Los espacios públicos en Iberoamérica. Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII – XIX*. México: Fondo de Cultura Económica, 1998, p.300.

<sup>5</sup> Visando delimitar esses diferentes momentos, empreguei duas denominações correntes na época. A primeira é o título de “Líder da voz Popular”, dito por Robert Walsh, em *Notices of Brazil in 1828 and 1829*. Essa denominação faz referência ao prestígio de Vasconcelos na tribuna devido a sua luta contra o despotismo de D. Pedro I. E a segunda denominação, está presente numa caricatura de Araújo Porto Alegre durante a legitimação do Regresso. Nela o “líder da voz popular” transforma-se em “Nabucodonosor”, um antigo e autoritário rei da babilônia.

<sup>6</sup> O nome Proteu refere-se a figura mitológica que tinha a capacidade de se metamorfosear quando fosse-lhe necessário.

<sup>7</sup> Ver BASILE, Marcello Otávio. “O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)”. In: *O Brasil imperial*, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

## José Joaquim da Rocha e a vida política na corte do século XIX<sup>1</sup>

Luana Melo e Silva, doutoranda -UERJ  
Orientadora: Lúcia Maria Paschoal Guimarães  
Co-orientador: Alex Varela  
Email: luahistoria@gmail.com

Resumo: A vida de José Joaquim da Rocha não despertou o interesse dos historiadores brasileiros dos séculos XX e XXI, mas ao longo do século XIX muitos intelectuais produziram biografias e elogios fúnebres sobre ele. O advogado mineiro transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1808 onde passou a se articular politicamente com figuras importantes, sendo apontado como um dos articuladores do Fico e da independência do Brasil. Nosso principal interesse nesta comunicação é compreender como Rocha constrói sua reputação política.

Palavras Chave: vida política, independência do Brasil, José Joaquim da Rocha

Abstract: The Life of José Joaquim da Rocha did not arouse the interest of Brazilian historians of the twentieth and twenty-first centuries, but during the nineteenth century many intellectual produced biographies and eulogies about him. The lawyer from Minas Gerais, moved to Rio de Janeiro in 1808 where he started to interrelate with important figures politically, being appointed as one of the organizers of the Fico and the independence of Brazil. Our main interest in this paper is to understand how Rocha builds his political reputation.

Esta comunicação surge de uma das questões centrais de minha tese de doutorado. Como o indivíduo constrói sua reputação política diante da cultura política e da experiência do constitucionalismo?

“é aquele mesmo que realizou a palavra do Ipiranga: é o Fiat da Independência”<sup>1</sup>

Embora não seja possível localizar na historiografia brasileira mais recente estudos que se dediquem à vida de José Joaquim da Rocha, há muitos traços biográficos e elogios fúnebres produzidos no século XIX sobre esta figura. O personagem não chamou atenção dos historiadores brasileiros, mas ao longo do século XIX localizamos muitas tentativas de conferir a ele importante papel na história da independência do Brasil e da construção do Brasil imperial.

Assim diz seu contemporâneo:

---

<sup>1</sup> Esta comunicação apresenta resultados parciais de pesquisa desenvolvida com financiamento de bolsa capes.

É a independência da nossa pátria, é o sonho do modesto Spartaco, realizado à sombra augusta, plácida e paternal da monarquia, é a independência sem lagos de sangue, sem os horrores da anarquia, sem as monstruosidades da guerra civil, sem essas incalculáveis peripécias que sagram o carrasco, exterminam todas as virtudes e plantam o germe da crueldade e da barbárie.<sup>2</sup>

Este foi o tom do discurso proferido por Manuel de Araújo Porto Alegre, assistido pela deputação nomeada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na ocasião do funeral de seu sócio honorário. José Joaquim da Rocha é exaltado como grande patriota, como aquele que concebera a independência do Brasil e que por ela muito trabalhara. Para o IHGB sua figura e seus feitos se encaixavam bem no discurso romântico que a instituição produzia naquele momento. Esta será sempre a tônica de suas biografias ao longo do século XIX. Ele e sua atuação na independência do Brasil serão lembrados por biógrafos e escritores do império, e praticamente esquecidos pelos historiadores dos séculos XX e XXI.

“*O primeiro e o mais ousado motor da independência*”, nasceu na cidade de Mariana em 1777. Era filho de Dona Joanna Theodora Ignacio Xavier, e sobrinho pelo lado materno do inconfidente, José Alves Maciel, e do Marquez de Queluz, João Severiano Maciel. Mas biógrafos como Taunay afirmam que Severiano e Rocha seriam, na verdade, irmãos. Rocha casou-se em 25 de março de 1798 com D. Maria Joaquina Heufrásia de Souza, natural de Guarapiranga (hoje Piranga). Além de Juvêncio e Inocência tiveram uma filha, Henriqueta Firmina da Rocha. Mudou-se para o Rio de Janeiro em junho de 1808 onde exerceu a profissão de advogado embora não fosse diplomado. Na introdução do livro “O Fico – Minas e os Mineiros na Independência”, Salomão de Vasconcelos chama a atenção para seu “*espírito formado no seio dos inconfidentes*” e em mais de uma biografia, encontramos tentativas de estabelecer vínculos entre sua atuação na independência e sua experiência no ambiente inconfidente. De fato seu tio José Alves Maciel esteve profundamente inserido no movimento, e José Joaquim da Rocha já tinha idade suficiente para experimentar sua atmosfera, mas ainda assim é difícil estabelecer conexões entre os eventos ou afirmar um certo *espírito libertário* por parte deste personagem.

A presença de Rocha no Rio de Janeiro é marcada pelas transformações que esta sociedade ia observando desde a chegada da Corte: transformações nos espaços públicos e na esfera pública, difusão da imprensa periódica estimulando o debate político, juntamente com os novos espaços que surgiam, fortalecimento dos grupos e articulações políticas que aconteciam em espaços de sociabilidade como a maçonaria, transformação do indivíduo antes privado, agora em figura pública. Escolhemos José

Joaquim da Rocha por nos parecer figura bastante representativa do homem deste momento. Toda essa nova conjuntura e novas condições de vida pública foram experimentadas por ele. Além disso, estava presente e foi um dos principais articuladores dos eventos que foram acontecendo na sequência da transferência da corte para o Brasil.

No ambiente sereno das primeiras lojas maçônicas que se fundaram na capital da colônia, como nas agitações populares dos primeiros instantes, no movimento constitucionalista de 1820, na preparação do Fico, no dia 7 de setembro, na aclamação e na Constituinte, em todas essas etapas sucessivas de formação da nossa pátria, foi sempre José Joaquim da Rocha figura de grande relevo, agente indispensável e presente, órgão autorizado, cuja ação pessoal e destemida por vezes se estendeu até ao encontro pelas armas no campo da luta...<sup>3</sup>

Mello Moraes, cronista àquele tempo, relata a fundação da loja maçônica, chamada casa Dinstictiva, em Praia Grande, hoje Niterói. Funcionou por muito pouco tempo, sendo fechada por D. João VI. Eram membros da casa figuras como Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, padre Belchior Pinheiro de Oliveira, Luiz Pereira da Nobrega, entre outros. Deste grupo saíram figuras como o citado Andrada e José Mariano Cavalcante e seguiram para o norte chefiando a revolução Pernambucana de 1817. Rocha permanecera na corte, onde em relatos de cronistas da época, ao lado de Januário da Cunha Barbosa “*participou de muitas manifestações separatistas*”, “*agindo desassombadamente no próprio seio da metrópole, às vistas do governo e em época ainda tão próxima do negro episódio da inconfidência*”.<sup>4</sup>

Evento em que ação de Rocha é destacada pelos biógrafos foi o Fico.

Bastava, entretanto, recordar apenas o episódio do Fico de 9 de janeiro de 22, erradamente atribuído em máxima parte a José Clemente Pereira, simples convidado da véspera e relutante, para se ver que a justiça da história não poderá reverter senão em favor do insigne patriota mineiro José Joaquim da Rocha, seu principal promotor, como tal reconhecido pelo próprio general Avilez em relatório enviado à Lisboa naquele momento; e o Fico de 9 de janeiro, na frase do Visconde de Cayrú, foi a aurora da nossa independência, o marco da nossa liberdade, o início do nosso governo representativo.<sup>5</sup>

Relata Mello Moraes por volta de 9 de dezembro de 1821, chegam ao Rio de Janeiro as notícias dos decretos das Cortes, aqueles considerados “recolonizadores” do Brasil. No momento em que Jose Joaquim da Rocha recebe as notícias, parte para sua casa, “*à rua da Ajuda*”, e convoca os outros membros do grupo, “*vendo nessa medida que o Brasil, depois de se haver ostentado perante as nações cultas como Reino Unido a Portugal, não podia novamente passar à condição de Colonia portuguesa, tendo já transformado a sua casa em Club da Resistencia*”. No clube da resistência, que aparece em muitas memórias históricas e biografias sobre o período da independência, teriam se reunido para debater as maneiras de se evitar o regresso do príncipe, a supressão dos

tribunais, entre outras. Rocha na sequência passaria a travar forte correspondência com São Paulo e o interior de Minas Gerais. Escrevera a Bonifácio e Martin Francisco pedindo a adesão da Junta Governativa da província em favor do clube da Resistência. O portador da mensagem foi Pedro Dias Paes Leme. Enviou Paulo Barbosa e Silva como emissário a Minas Gerais, “*no mesmo e patriótico empenho, pondo toda a sua fortuna particular ao serviço da nobre causa.*”<sup>6</sup>

Ao coronel Francisco Maria Veloso Gordilho de Barbuda foi dada a missão de consultar o príncipe Regente sobre sua permanência no Brasil caso houvesse a adesão das três províncias (Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo) à causa de sua permanência. Em consequência, começam a chegar à corte as representações de São Paulo e do interior de Minas (Sabará, São João Del Rei, Barbacena, Queluz e Mariana), por volta de 24 de dezembro. O príncipe, que em alguns relatos aparece como tendo frequentado o clube da Resistência, teria chegado a um entendimento com o grupo, comprometendo-se a atender as demandas destas representações.

Percebemos que a sedução de D. Pedro a se aliar ao grupo se dá por meio de articulações e emissários ilustres. Assim, o príncipe era colocado à parte dos planos do clube e aderindo aos projetos do grupo, embora sempre se mostrando fiel aos juramentos que fizera a sua Majestade, seu pai.<sup>7</sup> Em 29 de dezembro o grupo redige, na cela do maçom Frei Francisco Sampaio o Manifesto do Povo do Rio de Janeiro sobre a Residência de Sua Alteza Real no Brasil. Vasconcelos Drumond e o filho de Rocha, Inocêncio da Rocha Maciel foram encarregados de obter as assinaturas de apoio.<sup>8</sup> A representação teria conseguido mais de 8 mil assinaturas, marcando para 9 de janeiro, o Fico. José Clemente Pereira, na qualidade de presidente do senado da câmara foi convidado para orador da solenidade.<sup>9</sup> Os membros do Clube da Resistência valiam-se de figuras importantes e influentes em seus cargos, como Clemente Pereira para serem portadores de notícia e representações. Valiam-se, ainda, da força do governo das províncias como instâncias de poder.

Depois disso, a reação foi a 11 de janeiro, a tropa Auxiliadora, a mando do general Avillez pressiona D. Pedro a seguir preso para Lisboa, ignorando o evento do Fico. Do alto do Morro da Castelo, as peças de artilharia visavam a casa de Joaquim da Rocha, tendo Avillez dado ordem aos “*beleguins portugueses*” de prenderem de preferência o “*celebre rábula Rocha, cabeça principal do movimento*”<sup>10</sup>. A mesma situação é narrada por Porto Alegre: “*Na época da independência, a casa do capitão Mor Rocha teve a honra de possuir durante a estada de Avilez no Castelo, uma peça de*

*artilharia constantemente assestada e para ela apontada.*”<sup>11</sup> Neste momento, José Joaquim da Rocha se encontrava com os dois filhos Juvêncio e Inocêncio da Rocha Maciel, e seu irmão, o Coronel do Exército Brasileiro, Joaquim José de Almeida no campo de Santana. Estaria ali junto ao povo empunhando armas, oferecendo resistência à tropa portuguesa.

Não bastando sua ação mais direta, seu envolvimento em conflitos e confrontos políticos, nosso personagem ao longo do ano de 1822, publica junto com seu colega o Padre Belchior Pinheiro de Oliveira vários números do Jornal “O Constitucional”. O jornal tinha como epígrafe os versos das “Tristes” de Ovídio, “Tantum ne noceas, dum vis prodesse, videto”, “cuida só que não te machuques enquanto desejas ser útil”. O conteúdo dos versos antecipavam as preocupações de Rocha com relação à sua publicação: escrevendo para um público leitor mais alargado, era preciso ter cuidado com as palavras e o conteúdo de sua mensagem.

Com um conteúdo pedagógico e doutrinador, Rocha tenta explicar os acontecimentos políticos, os debates que se desenvolviam nas Cortes reunidas em Lisboa, mas principalmente o papel de uma constituição para o Brasil e para o mundo. Explicando fundamentos e princípios do Contrato Social, da constituição como lei natural, Rocha busca no passado português a legitimação para a produção de um novo contrato que respeite as especificidades e interesses do Brasil, de acordo com ele “adaptado às nossas circunstâncias locais”.

Consciente da nova dignidade histórica adquirida com a corte e a declaração do Brasil como reino unido, Rocha relembra a história de Portugal, as antigas cortes, o pacto político e coloca o Brasil como herdeiro deste passado e de tempos distantes. Talvez por viver uma conjuntura de grandes e rápidas transformações, Rocha refere-se àquele momento como um século, o século XIX, que apenas principiava. Um tempo “prodigioso”, em que o constitucionalismo e o pacto político deveriam ser instaurados de acordo com as luzes do século.

Para além de um debate filosófico sobre os princípios do constitucionalismo, o redator discute questões práticas sobre o funcionamento da nação num regime constitucional. Analisa as funções, os direitos e deveres do povo, representantes e monarca. Fala a seus leitores das experiências com a representação política no mundo moderno e no mundo antigo.

Depois de importante atuação política no período da independência, tornou-se membro da Assembleia Constituinte de 1823, onde se posicionou ao lado dos Andradas.



Dissolvida esta assembleia, em novembro de 1823 foi deportado com os seus dois filhos para a França junto com os irmãos Andrada, o padre Belchior Pinheiro de Oliveira (com quem publicou o jornal O Constitucional”, Montezuma e outros. Quando soube da notícia de que havia sido outorgada uma constituição para o Brasil, decide voltar com sua família, argumentando que a existência de uma constituição significava a garantia das liberdades individuais:

Chegado a Paris, participou-lhe o Visconde da Pedra Branca, então agente deste governo, que SMI havia dado e jurado uma constituição em que é garantida a liberdade individual(...)Chegando a esta corte em junho de 1825 foi novamente preso e mandado regressar para França, por ter voltado sem ordem, não se julgando bastante a existência (...) de uma constituição).<sup>12</sup>

O que significava naquele momento, em termos práticos, a existência de uma constituição? A constituição era capaz de transformar as relações de autoridade, de direito e de cidadania?

Retornando a Paris, residiu ali até 1830. Durante a regência de D. Pedro II foi nomeado ministro em Paris. Serviu ainda em Roma e no final da vida, regressado ao Brasil recebeu o título do Conselho de Estado de sua majestade.

A discussão desenvolvida aqui pretende apontar alguns dos elementos fundamentais para a construção da reputação política de José Joaquim da Rocha naquele contexto. Além de profundamente articulado em sua província de origem, sustentado por uma sólida base que possibilitou sua participação em diversos cargos de poder em Mariana, bem como sua eleição para deputado às Cortes de Lisboa, ele se mostrou profundamente inserido no debate político que se desenvolveu no Rio de Janeiro desde a chegada da corte ao Brasil. Além da produção do jornal O Constitucional, destacou-se nos debates que se desenvolveram na Assembleia Constituinte de 1823 e nos movimentos de contestação do governo e articulações políticas mais diretas.

Diante de tal trajetória política, colocamos questões que tentamos resolver na tese. Porque ele foi eleito deputado por Minas Gerais? Porque razões ele se transfere com a família para Rio de Janeiro? Teria ele um papel político e social diferente nos governos de D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II? Observamos nesta comunicação seu percurso na vida política, das Minas Gerais colonial ao Rio de Janeiro da regência de D. Pedro II, a partir de uma observação de sua trajetória percebemos diferenças e semelhanças e combinações diversas das suas formas de fazer e atuar na vida política, como construir então uma tipologia deste comportamento?

---

<sup>1</sup> PORTO ALEGRE, Manuel de Araujo. Rev. Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo II, ano 1848. In: Revista do Arquivo Público Mineiro. O Conselheiro José Joaquim da Rocha. Imprensa oficial de Minas Gerais. Ano 14, p 515-517. Belo Horizonte, 1909.

<sup>2</sup> idem

<sup>3</sup> VASCONCELOS, Salomão de. O fico, minas e os mineiros na independência.in: Vasconcelos, Salomão. Vultos esquecidos da independência nacional. Revista do Arquivo público Mineiro. Belo Horizonte: imprensa oficial de minas gerais. Volume 25. Numero 1. P 461 a 468. Julho de 1937.

<sup>4</sup> idem

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> idem

<sup>7</sup> idem, p52

<sup>8</sup> BARATA, Alexandre Mansur. Maçonaria e sociabilidade ilustrada na independência do Brasil: 1790-1822.

<sup>9</sup> VASCONCELOS, idem

<sup>10</sup> idem

<sup>11</sup> Porto Alegre, idem.

<sup>12</sup> José Joaquim da Rocha. Manuscritos. Biblioteca Nacional

## A REVERSIBILIDADE DO ESPELHO: UM OLHAR ACERCA DA RECEPÇÃO DA DOCTRINA MONROE NA AMÉRICA DO PÓS-INDEPENDÊNCIA (1817-1829)

Lucas Sales Furtado<sup>1</sup>

### Resumo

O tema desta pesquisa é a recepção da Doutrina Monroe no contexto do pós-independência dos países hispano-americanos. Em sua essência, a Doutrina Monroe, que foi formulada pelo presidente norte-americano James Monroe, possuía uma política de neutralidade em que se propunha uma não intervenção militar dos europeus na América. Como fonte, utilizaremos dois *corpora* de documentação: os *American State Papers* e os *diários de John Quincy Adams*. O primeiro consiste em uma compilação de publicações de registros do Poder Executivo e do Judiciário norte-americano contendo um acervo de correspondências entre os agentes de estado estadunidenses e representantes do governo das nações recém independentes. O segundo *corpus* documental seria o conjunto de diários de John Quincy Adams, que registrou nesses textos tanto suas atividades públicas quanto privadas.

**Palavras-Chave:** Doutrina Monroe – Recepção – América

### Abstract

The theme of this research is the reception of the Monroe Doctrine in the context of post-independence of the Spanish American countries. In essence, the Monroe Doctrine, which was formulated by the American President James Monroe, had a policy of neutrality which proposed a non-military intervention of Europeans in America. As a source, we use two corpora of documentation: the American State Papers and the diaries of John Quincy Adams. The first consists of a compilation of published records of the Executive Branch and the American Judiciary containing a collection of correspondences between state agents and representatives of the American government of the newly independent nations. The second documentary corpus would be the set of diaries John Quincy Adams, who recorded these texts both their public and private activities.

**Key Words:** Reception - America - Monroe Doctrine

### Introdução

O tema desta pesquisa é a recepção da Doutrina Monroe no contexto do pós-independência dos países hispano-americanos. Entretanto, antes de discorrermos especificamente sobre o objeto de estudo e sua delimitação, julgamos necessário apresentar uma breve introdução sobre o que foi a Doutrina Monroe e quais teriam sido seus objetivos iniciais para deixar clara a importância do objeto em seu contexto discursivo.

No dia 2 de dezembro de 1823, em sua mensagem anual ao Congresso, o presidente James Monroe propôs a seguinte política:

Nas discussões a que esse interesse deu origem e nos acertos pelos quais poderá terminar, julgou-se oportuna a ocasião para declarar, como um princípio em que americanos, pela condição livre e independente que assumiram e mantêm não deverão, daqui por diante, ser considerados objetos de futura colonização de quaisquer potências europeias [...] Sempre fomos expectadores ansiosos e interessados dos eventos nesta parte do globo, com a qual temos tão grande intercâmbio e da qual derivamos nossa origem.<sup>2</sup>

Esse fragmento é apenas um trecho da declaração que mais tarde ficou conhecida como “Doutrina Monroe”, cujo principal slogan tornou-se a “América para os americanos”. O texto da declaração teve também a contribuição do Secretário de Estado, John Quincy Adams. Muitos historiadores afirmam que esta medida teria sido um primeiro impulso de uma política externa da recém-formada nação norte-americana e que marcariam o início de uma política imperialista daquela nação. Entretanto, muitos outros afirmam que havia outros interesses, considerando que, em 1823, os Estados Unidos eram uma nação muito recente; Monroe era apenas o 5º presidente de uma jovem experiência republicana, pertencente ainda à geração que lutou a guerra de independência (embora fosse bastante jovem), e que ainda fazia parte da aristocracia republicana da Virginia, ao estilo jeffersoniano. Participou da compra e anexação de muitos novos territórios, como a Florida e a Louisiana, além de firmar o Compromisso do Missouri. Ou seja, os EUA redigiram a Constituição (1787) havia apenas 36 anos, e perderam guerra para a Inglaterra em 1812. Buscavam ainda uma consolidação frente o contexto mundial. Nesse momento, não se pode considerar que os Estados Unidos possuíam algum poder imperialista considerável na primeira metade do século XIX, até porque ainda não habitavam nem metade de seu território atual. Jerald A. Combs nos lembra que na primeira História diplomática dos EUA, publicada no final dos anos 1820,

a Doutrina Monroe sequer foi mencionada e que apenas depois da Guerra da Secessão, com a publicação dos diários de Adams ela ganhou alguma relevância<sup>3</sup>. Em sua essência, a Doutrina Monroe possuía uma política de neutralidade em que se propunha uma não intervenção militar dos europeus na América. Para D. A. G. Waddell, tal mensagem “ênfaticamente diferenciou o sistema político europeu e o da América” e que “qualquer interferência [...] no hemisfério ocidental podia ser considerada a expressão de uma atitude inamistosa para os Estados Unidos”<sup>4</sup>. Dessa forma, o país norte-americano assumiria, nesse período, o papel de “protetores do Novo Mundo”<sup>5</sup>. Mas, um questionamento que pode ser levantado é: eles conseguiram de fato ser? Uma das hipóteses desta pesquisa é que mesmo dentro da América Hispânica, a nação norte-americana teve tal função. Duas eram as preocupações dos Estados Unidos para com a América Hispânica: a ameaça européia frente à segurança da nação norte-americana e a questão de um suposto apoio e suporte da Santa Aliança para a Espanha conseguir reconquistar as suas ex-colônias na América, que, em um contexto mais geral, entre 1807-12, espocaram em guerras e revoluções de independência. John Quincy Adams teria a consciência de que tanto Estados Unidos quanto a América Hispânica compartilhavam de um ideal comum que seria o objetivo de expulsar a Europa das áreas recém-independentes.

Como afirma o discurso de Monroe, apesar de se ter uma postulação de “americanos”, como sendo algo aparentemente semelhante/igualitário não era isso que ocorria de fato. Nos relatos de John Quincy Adams, pode-se observar que a relação com os vizinhos, os hispano-americanos, seria algo problemática, pois de modo geral tais vizinhos não compartilhavam dos mesmos princípios políticos, econômicos e sociais. Para o desenvolvimento desta relação entre Estados Unidos e as outras recém-formadas nações, foram enviados, para diversas localidades da América Hispânica, diversos agentes diplomáticos que tiveram como principal função realizar relatórios sobre estas sociedades, uma vez que se tratava de um mundo um tanto quanto desconhecido, afinal dezoito novas nações foram criadas no continente durante o início do século XIX<sup>6</sup>.

A primeira se dava pela perspectiva desse território ser visto como ponto estratégico contra os Estados Unidos por parte da Europa. Desta forma, Lars Schoutz afirma que a verdadeira intenção de Monroe era de garantir a segurança do próprio território (Estados Unidos) de um inimigo externo e não de “proteger” os territórios rebelados, como Venezuela, Colômbia e Chile. Já a segunda, surgiu do pressuposto de que este continente possibilitaria uma expansão do mercado, “pois a região também

continha produtos para os consumidores norte-americanos e mercados para os produtores dos EUA”<sup>7</sup>. Desta forma, como afirma Schoutz, quase um terço de toda a exportação norte-americana iria para regiões do Caribe e América Hispânica.

Um destes agentes que podemos citar seria o sulista Joel Roberts Poinsett, enviado para Buenos Aires e posteriormente para o Chile. Poinsett chegou a relatar a política dos revolucionários em seus relatórios e foi considerado *persona non grata* pela elite local. Podemos citar, ainda, outro funcionário norte-americano, Alexander Scott, que foi enviado à Venezuela em 1812 e relatou para Adams que:

Os habitantes da Venezuela eram tímidos, indolentes, supersticiosos e incapazes de empreendimento ou esforço [...] temo que eles não tenham ainda chegado àquele ponto da dignidade humana que torna o homem adequado à fruição do governo livre e racional.<sup>8</sup>

Isto posto, a delimitação do tema se daria na análise dos relatos das correspondências entre dos enviados agentes norte-americanos e pessoas ligadas ao governo da América Hispânica no pós-independência. Neste sentido, a periodização se daria a partir de 1817, quando James Monroe assume a presidência dos Estados Unidos até 1829 que seria o último ano de mandato de John Quincy Adams, co-autor do texto. A ideia é verificar se, nesse período em que a historiografia aponta ser inócua a Doutrina, o efeito que ela de fato teve no restante dos países americanos.

Com relação à delimitação territorial, adotaremos o termo “América Hispânica”, pois é um conceito que aparece de forma recorrente na documentação que será utilizada. O termo “América Latina”, como afirma Rafael L. Farret, só surge no final do século XIX através de uma derivação da própria ideia de América Hispânica<sup>9</sup>.

Segundo o historiador François-Chavier Guerra, a denominação “hispano-americano” é resultado dos “atritos entre as elites *criollas* e o poder metropolitano no início do século XIX [que] contribuíram para que o estatuto da América e sua própria identidade fossem reformulados” (p. 33). Neste sentido, tal termo estava presente nos discurso dos líderes do movimentos de emancipação e das novas elites. Farret ainda acrescenta que:

A mudança de “América” para “Hispanoamérica” não teria sido inocente. No fundo, tal mudança teria obedecido “a uma maior consciência do que constituía a identidade cultural do grupo de países que formavam antiga América espanhola”, e que “em função das constantes tentativas de agressão de que eram objeto desde o momento da Independência, tentavam se mostrar perante a comunidade internacional como países livres e unidos por uma série de interesses e vínculos culturais”.<sup>10</sup>

O que temos que entender é que as diferentes denominações para o que chamamos de “América” foi reconstruída a partir de interesses dos mais variados grupos em diferentes contextos históricos. Dentro da América Hispânica, centraremos a nossa análise na Venezuela e na Colômbia, pois como veremos no tópico das fontes, são dois países que aparecem de forma recorrente na documentação, no que diz respeito à correspondência entre os agentes diplomáticos norte-americanos e representantes do governo dos países recém-independentes.

### **Fontes e Metodologia**

Para esta pesquisa utilizaremos dois *corpora* de documentação: os *American State Papers* e os *diários de John Quincy Adams*. O primeiro consiste em uma compilação de publicações de registros do Poder Executivo e do Judiciário norte-americano que foi publicada em 38 volumes. Estes registros relatam atividades entre os anos de 1789-1838. Tal coleção encontra-se subdividida em 10 classes ou séries. Entre elas podemos citar: relações exteriores; assuntos indígenas; finanças; comércio e navegação; assuntos militares; *post office department*; reivindicações, etc. O que nos interessa para pesquisa seria a classe de relações exteriores, mais especificamente o volume V no qual está um acervo de correspondências entre os agentes de estado estadunidenses e representantes do governo das nações recém independentes do restante da América.

Um exemplo disso pode ser notado na correspondência entre Richard C. Anderson, ministro plenipotenciário dos Estados Unidos, e Pedro Gual Escadón, oficial de estado das relações exteriores da República da Colômbia. Anderson chega a Bogotá em 10 de dezembro de 1823, e desde o início, se torna ciente de que os colombianos estariam apreensivos a respeito dos projetos norte-americanos sobre a América e da misteriosa associação com os monarcas europeus, no que se chamaria de Santa Aliança. Neste relato é possível perceber um início de um tratado de amizade, comércio e navegação entre as duas nações.

I have had the honor of receiving from you a project of a treaty of amity, commerce, and navigation between the United States of America and the Republic of Colombia, and having attentively and you that it will be very agreeable to me to enter on a discussion of the points involved in the project and counter project at any time it may suit your convenience.<sup>11</sup>

Diante disso, podemos notar a busca, dos Estados Unidos, na América, por um mercado consumidor. Pensando através da perspectiva de intercâmbios, e não de fluxos unilaterais, temos que pensar a existência de interesses de ambos os lados. Ou seja, da mesma forma que a nação norte-americana desejava expandir suas relações comerciais, a América Hispânica também possuía interesse para com os estados Unidos. Nas palavras do historiador William S. Robertson:

Under these circumstances President Monroe's message to Congress of December 2, 1823, seemed opportune to the Colombians. Reports of this message reached Bogotá early in 1824. It was first brought to the notice of the Colombian public by an article in *la Gaceta de Colombia* [...] Extracts from Monroe's message were also published in the city of Caracas. A gazette of that city declared that this message was highly interesting to all the states of Spanish America.<sup>12</sup>

O que se pode notar é que o momento de tal mensagem parece oportuno a partir da ocasião em que se encontra a Colômbia, que acabara de entrar “literalmente” no mapa mundial após a conquista pelos soldados revolucionários frente à monarquia hispânica. Vale lembrar que, antes da independência, a Colômbia constituía o que foi chamado de Vice-Reino de Nova Granada (juntamente com Equador, Venezuela e Panamá). A independência se efetiva em 1819, após a Batalha de Boyaca, liderada por Simón Bolívar<sup>13</sup>. Naquele ano, acontece o congresso de Angostura, no qual se funda a República da Grã-Colômbia, que, em 1830, a partir de divisões internas, políticas e territoriais, passam por uma secessão e se tornam Colômbia, Venezuela e Quito (atual Equador)<sup>14</sup>.

O segundo *corpus* documental que pretendemos trabalhar seria o conjunto de diários de John Quincy Adams, sexto presidente dos Estados Unidos, que registrou nesses textos tanto suas atividades públicas quanto privadas, desde os seus doze anos (1779) até a sua morte em 1848. Desta forma, esta fonte mostra ser de grande importância para o desenvolvimento da pesquisa. Lembrando também que Adams foi um dos políticos que participou de forma ativa da construção da Doutrina Monroe. A historiadora mexicana María Cristina Conzález Ortiz destaca que:

El *Diario* de John Quincy Adams es una fuente indispensable y de gran utilidad para el conocimiento de las primeras décadas de la vida política de Estados Unidos, a la vez que del curso de la vida social y económica y de las costumbres y creencias de esta nación cuya independencia reconoció Inglaterra em 1783.<sup>15</sup>

Samuel F. Bemis também afirma que analisar tal fonte seria importante para se compreender a política expansionista norte-americana no início do XIX<sup>16</sup>. Nesta



documentação, diferentemente da primeira, apresenta-se apenas os relatos dos agentes de estado norte-americano. Ou seja, esses relatos nos trazem apenas uma versão unilateral dessa relação entre Estados Unidos e América Hispânica. No que diz respeito ao acesso de tais fontes, ambas se encontram online e de forma gratuita<sup>17</sup>. Como metodologia, partimos da perspectiva apresentada por Ângela de Castro Gomes com relação a esse tipo de documentação (diários). Ela define essa narrativa como sendo a “*escrita de si*”, na qual “assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a ‘sua verdade’” (p. 14). Assim sendo, a “produção do eu” seria entendida como uma busca pelo “efeito de verdade”.

Já para pensarmos os discursos políticos e a correspondência diplomática, conforme nos orienta Durval Muniz de Albuquerque Junior (2009), lembramos que um discurso ou pronunciamento, quando fonte para o trabalho histórico, deve ser abordado não apenas sobre o que ele diz sobre o passado, que informações ele nos traz. Devemos nos atentar também a qual contexto este discurso foi produzido – quais foram os jogos de poder que permearam aquele texto ou fala. Nossa abordagem das fontes se dedica a colocar em diálogo o momento político com o contexto de edificação da documentação analisada. Com isso, o discurso<sup>18</sup> é abordado como sendo mais do que uma simples fala ou conjunto de enunciados: “o discurso é uma prática social, e como no caso de qualquer outra prática social é possível definir as condições de sua produção [e uso]”<sup>19</sup>.

A análise de tais fontes partirá de uma premissa de Richard Morse, que nos apresenta dois tipos de “modelos civilizacionais”: o ibérico e o anglo-saxônico. Desta forma, eles podem ser entendidos como dois projetos e não como uma perspectiva de centro-periferia em que se tem uma visão que favorece apenas um dos modelos. Utilizando as próprias palavras de Morse:

Resguardo-me, tanto quanto possível, do tom recriminatório que domina o “diálogo” norte-sul de ambos os lados, pretendo considerar as Américas do Sul não como vítima, paciente ou “problema”, mas como uma imagem especular na qual a Anglo-América poderá reconhecer as suas próprias enfermidades e os seus “problemas”.<sup>20</sup>

Neste sentido, o objetivo maior deste projeto seria compreender de que forma se deu a interação entre agentes norte-americanos e políticos assim como também intelectuais da América Hispânica. As fontes que serão analisadas podem nos dar esse perfil na medida em que as analisaremos buscando as cartas dos políticos hispano-americanos em “resposta” aos tratados de comércio que são apresentados por esses agentes.

Além disso, buscamos entender como, através dessa interação, se construiu o imaginário da nação norte-americana dentro desses países que estavam surgindo do pós-independência e o que, dessa recepção, voltou aos EUA na forma de relatos diplomáticos. Desta forma, como Mary Louise Pratt afirma<sup>21</sup>, partimos da premissa de que não existem fluxos unilaterais, mas sim intercâmbios de apropriações simbólicas. O que temos, portanto, são zonas de contato em que permeiam trocas culturais entre as partes envolvidas. Ressaltando que a perspectiva que pretende se adotar aqui seria de focar para a forma como esses agentes foram recebidos, e não de analisar a visão que estes tiveram da América Hispânica, uma vez que tal ótica já está um tanto quanto saturada na historiografia.

---

<sup>1</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFJF, linha de Narrativas, sob a orientação da prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Beatriz Helena Domingues. Bolsista CNPq. Email: luc.sf90@gmail.com

<sup>2</sup> SYRETT, Harold, *Documentos Históricos dos Estados Unidos*, São Paulo: Cultrix, 1960, p. 141.

<sup>3</sup> JERALD A. COMBS, The Origins of the Monroe Doctrine: A Survey of Interpretations by United States Historians. *Australian Journal of Politics & History*. Volume 27, Issue 2, pages 186–196, August 1981, p. 186.

<sup>4</sup> WADDELL, D. A. G., A política internacional e a independência na América Latina In: BETHELL, Leslie (org), *História da América Latina: da independência a 1870*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 251.

<sup>5</sup> Ver em KARNAL, Leandro et al., *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*, São Paulo: Editora Contexto, 2010, p. 106.

<sup>6</sup> SCHOUTZ, Lars, *Estados Unidos: poder e submissão*, Bauru, SP: EDUSC, 2000, p. 18.

<sup>7</sup> SCHOUTZ, Lars, Op. Cit., p. 19.

<sup>8</sup> SCHOUTZ, Lars, Op. Cit., p. 22.

<sup>9</sup> Há outras interpretações sobre o assunto, cf.: Com a doutrina Monroe, esse nome de tanto sucesso [América] passou a designar o país do norte, enquanto que a primeira América – a de Colombo, Cabral, Vespúcio e Montezuma – passou a ser chamada de América Latina marginalizando as populações indígenas e negras. E este novo nome, também teve muito sucesso não obstante as resistências da Espanha que no fundo sempre se sentiu mais visigótica, fenícia, vândala, moura e judia, que latina. (BRUIT, 2000 pp. 01). BRUIT, Hector. *A Invenção da América Latina*. Anais eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC. Belo Horizonte 2000

<sup>10</sup> FARRET, Rafael L. & PINTO, Simone R., América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia, Rio de Janeiro: *Revista Topoi*, v. 12, nº23, 2011, p. 34.

<sup>11</sup> Convention with Colombia In: DICKINS, Asbury & ALLEN, James C., *American State Papers: Foreign Relations*, volume V, 1789-1859, P. 705.

<sup>12</sup> ROBERTSON, William S., South America and the Monroe Doctrine (1824-1828), *Political Science Quarterly*, vol. XXX, p. 83-84.

<sup>13</sup> Ver em POMER, Leon, *As independências na América Latina*, São Paulo: Brasiliense, 2007.

<sup>14</sup> Cf. PAMPLONA, Marco A. & MÄDER, Maria Elisa, *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Nova Granada, Venezuela e Cuba*, São Paulo: Paz e Terra, 2009.

<sup>15</sup> ORTIZ, María Cristina G., John Quincy Adams: El provecho moral y práctico de um diário, *Estudios de História Moderna y Contemporânea de México*, nº25, 2003, p. 43.

<sup>16</sup> Ver em BEMIS, Samuel Flagg, *John Quincy Adams and the foundations of american foreign policy*, Greenwood Press, Virgínia: 1981.

<sup>17</sup> Pode ser encontrada no googlebooks.com e em archives.org.

<sup>18</sup> É importante frisar que entendemos os discursos como “(...) manifestações verbais e não-verbais, portadoras de uma rede intrincada de significações (...)” (OSAKABE, 1979, p. 7).

<sup>19</sup> Iñiguez, L. (2004). *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Petrópolis: Editora Vozes, p. 91

<sup>20</sup> MORSE, Richard. *O espelho de próspero: cultura e ideias nas Américas*, São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 13.

<sup>21</sup> Ver em PRATT, Mary L., *Os Olhos do império: relatos de viagem e transculturação*, Bauru: Edusc, 1999.

## A DITADURA DA BOLA: UM MILITAR E UM COMUNISTA À SERVIÇO DA SELEÇÃO

Lucas Toledo Gonçalves<sup>1</sup>

### **Resumo:**

O trabalho objetiva analisar questões sobre as relações entre a Ditadura Militar brasileira e o futebol. Intencionando mostrar como os militares se apropriaram politicamente do futebol brasileiro para interesses próprios e definidos, o estudo apresenta um aspecto em torno da realização da Copa do Mundo de 1970, no México. O destaque é para o curioso caso de João Saldanha, um militante ativo do Partido Comunista que foi treinador da seleção nacional durante o período mais repressor e implacável do regime.

**Palavras-chave:** ditadura, futebol, Saldanha.

### **Abstract:**

The work aims to analyze issues on the relations between the Brazilian Military Dictatorship and football. Meant to show how the military appropriated politically Brazilian soccer to own and defined interests, the study presents an aspect around the hosting of the 1970 World Cup in Mexico. The highlight is the curious case of João Saldanha, an active Communist Party member who was coach of the national team during the most repressive and ruthless regime period.

**Keywords:** dictatorship, football, Saldanha.

### **Introdução**

O universo que circunda a Copa do Mundo de 1970 no México, vencida de forma majestosa pela seleção brasileira, é muito amplo, mas ao mesmo tempo permite que sejam feitas investigações e estudos mais detalhados acerca de temas específicos de sua organização, preparação e disputa.

É comum que se tenha uma ideia um tanto quanto simplista sobre a associação do futebol com a política. Ao remeter a um momento da história política do Brasil que foi marcado pelo autoritarismo, pela censura, e pelo rígido controle social acometidos pela

Ditadura Militar, essa ideia pode se tornar ainda mais ingênua. Entretanto, de posse de uma massa documental constituída especialmente por fontes jornalísticas, é possível ampliar o horizonte de pesquisa acerca de todo este contexto. Este acervo é importante para mostrar-nos que esta noção é muito mais complexa e consistente que imaginamos.

As possibilidades que se criaram em torno da realização da Copa do Mundo do México, em pleno regime ditatorial no ápice de seu autoritarismo eram enormes, especialmente quando levada em consideração a relação do povo brasileiro com o futebol. Os militares perceberam que a seleção brasileira que disputaria aquele Mundial poderia e deveria ser o símbolo maior de unidade da nação, e que torcer para ela, não só representava manter acalorados os anseios de patriotismo, mas como também compactuar, de forma indireta, para com os projetos nacionalistas do Estado. A partir de então, começou o que se costuma chamar de apropriação política do futebol, ou em linhas mais gerais, do “uso político do esporte e o uso da política pelo esporte”<sup>2</sup>.

A necessidade de aumentar a gama de material relacionado ao assunto no Brasil é clara e justificável, sobretudo se forem consideradas as profundas relações da população com o futebol, bem como a falta de circulação do conhecimento histórico sobre o regime militar e suas perspectivas historiográficas. Nesta direção, os objetivos principais deste trabalho são: a) identificar, nas representações jornalísticas da época, elementos que atestem a relação íntima do povo brasileiro com o futebol, bem como a usurpação dessa relação pelo regime militar; b) compreender como se deu a curta passagem do técnico João Saldanha pela seleção brasileira de futebol e os fatores ligados, de forma direta e/ou indireta ao regime ditatorial, que culminaram na sua demissão; c) a responsabilidade de sanar questões e ir além da descoberta de histórias, e que elas se perpetuem na sociedade brasileira a fim de contribuir na propagação da história e memória nacional.

A historiografia relacionada ao futebol está cada vez mais sólida e perpetuada no Brasil. Os estudos relacionados ao tema têm crescido de forma significativa, sobretudo nas últimas décadas. A temática do trabalho está inserida dentro de um espaço destinado à história política do futebol brasileiro, que tem como principal enfoque a análise das representações políticas do esporte que se tornou um dos principais símbolos de identidade e da cultura do país.

A metodologia empregada na elaboração deste trabalho consiste na utilização das fontes jornalísticas como sendo as principais fontes da pesquisa. Os jornais conquistaram um

importante espaço dentro da historiografia contemporânea como objetos e fontes de pesquisa, sobretudo a partir da década de 1930, e se constituíram como instrumentos importantes no processo de construção do saber histórico.

Em relação à importância das fontes jornalísticas, se faz necessário ressaltar um cuidado quanto à percepção da realidade que os veículos de imprensa possuem e transmitem. É possível perceber e identificar resquícios de manipulação de interesses e de intervenção no cotidiano social, especialmente se considerarmos que os jornais impressos, agindo como mecanismos de transmissão de informações, estão inseridos em uma lógica própria dentro de um determinado contexto social e político.

A análise de tais fontes históricas requer uma atenção maior quando procuramos identificar mais a forma com que estas transmitem as informações desejadas, e menos as informações em si. Desta forma, é importante propormos uma atividade de crítica em relação às fontes. Em primeiro lugar, deve-se fazer uma crítica interna, que consiste basicamente em analisar o público alvo dos jornais, sua organização estética, seu corpo editorial e os níveis de relacionamento com as instituições de poder. Em segundo lugar, deve-se fazer uma crítica externa, que se baseia na análise do contexto histórico no qual as fontes estão inseridas, com destaque para os setores social, cultural, econômico e político<sup>3</sup>.

### **A politização do campo futebolístico no Brasil durante a Ditadura Militar**

Ao mergulhar no mar de possibilidades da Copa de 70, chama-se a atenção para alguns pontos que usualmente não costumam aparecer com destaque nas mídias especializadas. Aqui está representado um destes: o curto período do técnico João Saldanha no comando da seleção brasileira de futebol.

No momento em que os militares travavam uma árdua batalha interna para definir os rumos do golpe que haviam radicalizado em 1964, que afundou o Brasil nas trevas institucionais, o futebol ia se consolidando como instrumento óbvio dos interesses no cerne das articulações políticas<sup>4</sup>.

O desempenho desastroso da seleção na Copa do Mundo de 1966, disputada na Inglaterra, repercutiu de forma muito negativa na sociedade brasileira. Neste momento o futebol, e em especial a seleção brasileira de futebol, já haviam adquirido uma enorme importância como elementos de mobilização das massas. O escrete verde-amarelo deixava de

ser uma mera representação esportiva do país e passara a apresentar-se como a essência brasileira, e sua expressão de força era capaz de gerar um orgulho nacionalista e patriótico entre os brasileiros.

Com a radicalização do regime ditatorial brasileiro, a partir de dezembro de 1968, a grande preocupação dos generais era construir no país justamente a sensação de legitimidade. A aceitação da ditadura era agora a prioridade em questão, e o futebol, mais uma vez, assumiria papel de destaque, sobretudo com a chegada à presidência do gaúcho e fanático pelo esporte, Emilio Garrastazu Médici, em 1969.

Médici assumiu o poder em 30 de outubro de 1969, momento em que o governo enfrentava uma crise política que tornou o regime ainda mais severo e cruel. Embalado por uma arrancada no campo da economia, que ficou conhecida mais tarde como “milagre econômico”, o general fez acontecer nos anos em que presidiu o Brasil, um casamento entre um autoritarismo paternalista ultrarrepressivo e vigor econômico, fatores que geraram um sentimento de que o país encontrara um caminho próprio de desenvolvimento, sustentados em um nacionalismo forte o bastante para, posteriormente, estremecer até mesmo a relação com os Estados Unidos da América<sup>5</sup>. Todavia, o importante aqui é perceber a relação direta do então general presidente Garrastazu Médici com o futebol, e como o mesmo se apropriou politicamente do esporte e em especial da seleção brasileira e da Copa do Mundo de 1970, para instaurar uma aparência de cumplicidade com grande parcela da população em torno de seus maiores projetos. Para sacramentar o sucesso dessa relação, faltava o ‘gran finale’: conquistar o Mundial do México.

O fato de a sociedade brasileira estar naquele momento mergulhada na fase mais brutal e repressora do regime, e ter seu representante maior muito interessado no futebol, fez com a Copa de 1970 se tornasse a mais paradoxal de toda a história brasileira. Torcer pelos craques brasileiros da seleção em um momento tão sombrio como aquele implicava em compactuar com as forças do regime. Pelo menos era essa a alegação de parte da classe intelectual brasileira, que se encontrava no exílio ou na luta armada. Em contrapartida, o time que disputou a Copa do México ficou marcado na história como um dos melhores de todos os tempos – quiçá o melhor – sendo um exímio representante do jogo bonito e bem jogado. Os ganhos e benefícios almejados pelos militares em cima da seleção já eram claros e evidentes demais para que a esquerda, que lutava contra o autoritarismo, não o reconhecesse como

elemento de legitimação do poder. Mas como não vibrar com os gols e lances geniais de Pelé, Jairzinho e Carlos Alberto, Tostão e Rivelino?

### **O curioso caso de Saldanha, o “João Sem Medo”**

É importante que se diga que até embarcar para o Mundial, a seleção brasileira, muito em função do fraco desempenho e da eliminação precoce de quatro anos antes na Inglaterra, estava envolta por uma nuvem de desconfiança e descrédito. O fiasco resultara em uma grande reformulação da equipe, dentro e fora de campo. O presidente da CBD à época, e aspirante ao cargo honroso de presidente da FIFA, João Havelange, não poderia permitir que tal desastre ocorresse de novo, e para isso surpreendeu ao escolher para o posto de comandante técnico da seleção o comentarista de esportes João Saldanha, também natural do Rio Grande do Sul, logo no primeiro semestre de 1969.

“João Sem Medo”, como era conhecido, sobretudo por não ter receio de se posicionar firmemente de acordo com suas convicções, possuía um passado marcado por ter sido militante comunista participativo desde a década de 1940 e por manter raízes profundas no PCB, o que era uma verdadeira temeridade em um regime fechado e autoritário como o brasileiro. Seu histórico como técnico de futebol de fato ficara restrito à conquista do Campeonato Carioca em 1957 pelo Botafogo de Futebol e Regatas. Entretanto, o cargo de treinador da seleção brasileira fez com que Saldanha colocasse à tona seu lado pragmático e de apaixonado por futebol e esquecesse o envolvimento com a ideologia comunista, pelo menos por um tempo. A história se encarregaria de mostrar, mais tarde, que a decisão de oferecer o posto de técnico da seleção justamente a um de seus maiores críticos foi, no mínimo, equivocada. A intenção lógica era acabar com as críticas, mas a herança da Copa da Inglaterra e o envolvimento e apelo pela seleção canarinho eram forças estrondosas e maiores que qualquer um, naquele momento, poderia prever e medir. A pressão que cairia sobre o novo treinador seria enorme, independente de quem o fosse.

O início da ‘Era Saldanha’ na seleção foi avassalador. Cem por cento de aproveitamento nas Eliminatórias para a Copa: seis vitórias em seis jogos disputados, com a impressionante marca de vinte e um gols de saldo, sendo vinte e três marcados a favor e somente dois sofridos. Este time recebeu a alcunha de “Feras do Saldanha”. Todavia, o comportamento temperamental de João rendia a ele certa oposição por parte dos demais



treinadores e da imprensa. Circulavam informações que no interior da seleção os níveis emocionais não se ajustavam, e como consequências vieram os resultados ruins obtidos nas partidas amistosas e preparatórias para o Mundial. Sobre este fato, o jornal *Última Hora* publicou a seguinte nota quando no embarque para um certame contra os argentinos, em março de 1970: “Os jogadores quase não falaram, demonstrando para muita gente que há algo de errado”<sup>6</sup>. Como resposta aos rumores sobre uma possível demissão, João Saldanha sempre respondia usando seu tom característico de humor e sarcasmo – características que faziam sucesso entre os torcedores desde os tempos de comentarista. Com o passar do tempo, o treinador foi se isolando dentro da seleção. Algumas de suas atitudes e declarações públicas desagradavam à imprensa, à comissão técnica e aos jogadores. Começaram a surgir informações que apontavam para uma grande interferência externa na seleção.

Ainda na fase de preparação para o Campeonato Mundial, João Saldanha decidiu por fazer cortes na lista dos convocados alegando questões médicas. O zagueiro Scala, do Internacional, e o lateral esquerdo Rildo, do Botafogo foram alguns desses nomes. Segundo outros jogadores que também foram cortados da lista do técnico, o clima que se instaurara na seleção com as recentes dispensas era ruim, e já não se verificava mais o apoio maciço dos comandados para com o comandante. O fato de alguns desses jogadores terem ido a público com tais declarações escancarou o que já se mostrava evidente: a tensão entre a relação de Saldanha com todo o universo de profissionais que circundavam a seleção. Tensão esta que não foi amenizada nem pelos ótimos resultados da equipe sob o comando do gaúcho.

Os episódios a seguir foram considerados substanciais para a saída de João Saldanha do cargo de treinador da seleção brasileira. A decisão do técnico em barrar o maior ídolo do futebol brasileiro e mundial à época foi vista como surpresa e muito provavelmente pode ter custado sua demissão, sacramentada em março de 1970. Afinal, ele decidiu barrar ninguém menos que Pelé. O jogador só completaria 30 anos no ano seguinte, mas suas exibições excepcionais e seu sucesso como profissional já lhe rendera o título de maior futebolista de todos os tempos. Entretanto, Pelé não conseguia manter o alto nível de suas atuações e começou a receber críticas e também vaias. Até mesmo Zagallo, que viria a assumir a função de treinador da seleção com a demissão de Saldanha chegou a dizer que “Pelé, no momento, era nocivo ao time”<sup>7</sup>.

Além de barrá-lo, o “João Sem Medo” continuou a fazer jus ao apelido e cometeu aquele que foi considerado por muitos como o seu grande erro de avaliação sobre o rei do

futebol: disse que Pelé era tinha miopia, e que isto faria com que sua condição de praticar o esporte se tornasse limitada. A verdade é que pouco depois o jogador admitiu ser mesmo míope, mas não a ponto de atrapalhá-lo no desenvolvimento de suas funções. Saldanha disse ao jornal *Última Hora* em 19 de março de 1970 – dois dias após a sua demissão – que chegou a conclusão sobre o desvio de visão do craque ao “observá-lo durante muito tempo, não só em campo, mas também no convívio”.

A relação entre os dois era, a princípio, amistosa. O jogador chegou a lamentar publicamente a saída do treinador. Contudo, o que se viu na sequência, foi uma declaração de Pelé ao mesmo jornal *Última Hora* no dia 18 de abril de 1970 dizendo que Saldanha “nunca entendeu coisa alguma sobre futebol” e que a seleção seria muito melhor com a chegada de Zagallo. Dias depois disse ao jornal *Estado de São Paulo* que o ex-comandante “inventava” na hora das escalafões, e que quando suas mudanças não surtiam efeito, ficava “apavorado”. É impossível concluir que Pelé e toda áurea de fama e autoridade em cima de sua figura tenham derrubado João Saldanha, mas é certo que a relação e o clima entre os dois não era bom.

Dando sequência aos acontecimentos que culminaram na demissão de Saldanha, o fatídico episódio em 16 de março daquele ano, pôde ser visto como crucial para sua saída. Neste dia, Saldanha invadiu o local onde estava concentrado o time do Flamengo para tirar satisfações com o treinador do rubro-negro Yustrich, que o havia chamado de “covarde”. Fora uma situação conturbada e que certamente traria desdobramentos. O porteiro flamenguista chegou inclusive a dizer que Saldanha portava uma arma no momento que invadiu a concentração – fato que o treinador negou veemente. Toda a confusão foi contornada e o confronto entre os técnicos foi evitado. Todavia, Yustrich, que era conhecido na época por ser um treinador linha dura e autoritário, de porte físico avantajado – o que invariavelmente rendia uma relação entre sua pessoa com as diretrizes da ditadura – aproveitou-se da situação para cobrar junto aos militares uma providência que contivesse Saldanha. Curioso foi que dias antes do ocorrido, Yustrich já havia se pronunciado publicamente sobre sua insatisfação para com o técnico da seleção. Ao jornal *Última Hora*, em 3 de março, ele disse: “Se Saldanha continuar com o comportamento que teve até agora, acho que pode haver uma intervenção do Exército na seleção, como já aconteceu em outros países onde, como no Brasil, o futebol tem grande repercussão na vida nacional”. Sobre o fato, o coordenador da seleção, Antonio do Passo, revelou que a insatisfação da CBD com Saldanha era grande, e que a paciência da

Confederação Brasileira de Desportos com ele chegara ao fim. João Saldanha foi demitido no dia seguinte, curiosamente no mesmo dia em que foi denunciado por Passo a João Havelange.

A demissão do técnico na noite do dia 17 de março de 1970 levantou fortes suspeitas de uma interferência direta dos militares, representados na pessoa do presidente Médici. O uso político do esporte, e o uso do esporte pela política tinham neste momento suas facetas escancaradas<sup>8</sup>. Logo após sua demissão, Saldanha convocou imediatamente os jornalistas para uma espécie de coletiva de imprensa para explicar os motivos de sua saída. O que ele disse durante a entrevista é usado até os dias atuais como evidência concreta da disposição do agora ex-técnico da seleção em não fazer o jogo da ditadura. João chegou a insinuar, inclusive, que o presidente Garrastazu Médici lhe havia obrigado a convocar o atacante Dario, que na época era um dos cinco maiores goleadores do Brasil e jogava pelo Atlético Mineiro.

Evidente que circularam versões sobre a demissão de Saldanha que se relacionavam com seu passado como militante comunista e ligações com o Partido Comunista Brasileiro. O medo maior era que ele desembarcasse no México para a disputa do Mundial trazendo consigo uma lista com os nomes de presos políticos, e que fizesse ainda um discurso em tons de condenação e aversão ao regime militar brasileiro para toda a imprensa internacional que cobria os jogos. Estas versões, contudo, não se verificariam verdadeiras, ou pelo menos passíveis de comprovação. Se fossem verídicas, os militares jamais permitiram que Saldanha sequer assumisse o posto de técnico da seleção brasileira, objeto grandioso da propaganda política do regime. Fato foi que dias após ter sido demitido, João Saldanha cordialmente pediu que fosse recebido pelo ministro Jarbas Passarinho em audiência para lhe entregar uma pasta contendo propostas e medidas que visavam reformular o futebol brasileiro. Ao recebê-lo, Passarinho recorreu aos antigos discursos patriotas do antigo treinador para que ele não atacasse publicamente a seleção. A revista *Placar*, especialista em futebol, tratou na sua edição datada de 20 de março de 1970, a demissão do “João Sem Medo” como sendo “uma intervenção branca do governo federal no escrete”<sup>9</sup>.

Quem substituiu João Saldanha no comando técnico da seleção brasileira foi Zagallo. E ele, logo de cara, tratou de expressar sua mágoa em resposta à versão construída e consolidada de que foram as pressões do presidente militar Emilio Garrastazu Médici as responsáveis pela queda do antigo Saldanha<sup>10</sup>. Passados mais de duas décadas, já no ano de 1995, o “Velho Lobo” – como Zagallo ficou conhecido, e três anos antes de dirigir novamente a seleção em outra Copa do Mundo, que seria sediada na França – disse em entrevista ao

*Jornal Folha de São Paulo* que “ele (Saldanha) saiu pelas cagadas que fez. Essa é a verdade. E eu entrei no lugar dele. E tem muita gente que quer me tirar o mérito. Quiseram dizer que eu peguei o time montado”<sup>11</sup>.

### **Considerações Finais**

Certo é dizer, contudo, que a demissão de Saldanha fez instaurar ares de instabilidade e crise na seleção nacional. Existia nas cúpulas de Brasília, uma mobilização transparente por parte dos militares sobre este assunto. Ter um clima tenso na seleção poderia ser prejudicial à nação, uma vez que esta já se consolidara como um dos pilares do discurso político nacionalista e ideológico do governo, e poderia abalar negativamente o ânimo da população. O ministro Jarbas Passarinho solicitou um encontro com o presidente da CBD, João Havelange, onde anunciaria que o governo fazia questão de receber explicações da entidade que comandava o futebol nacional acerca da crise no time brasileiro. Menos de 24 horas depois, o mesmo ministro informou através de comunicado que o governo federal resolvera não intervir na CBD, mas em contrapartida, disse que se fosse necessário, iria “devassar” o órgão para averiguar certas “denúncias de corrupção” sugeridas por Saldanha. Um quadro de idas e vindas, resultado de algumas reuniões entre o alto escalão do governo e Havelange, se instaurou. A pauta destas reuniões seria o futuro da seleção brasileira, que àquela altura poderia abalar profundamente a opinião pública do país<sup>12</sup>. Neste momento, era mais que necessário atribuir à seleção um modelo de conduta, disciplina e ordem.

A “Era Saldanha” já havia chegado ao fim. O ambiente caótico que tomou conta da seleção brasileira após a sua saída tirou o sono dos militares. O alvo principal do governo passara a ser João Havelange, presidente da CBD. Havelange ainda mantinha o sonho vivo de se tornar o presidente da FIFA. Ao assumir o controle da entidade brasileira em 1958 – que àquela altura congregava diversos esportes, inclusive o futebol – o ex-atleta de esportes aquáticos que disputou duas Olimpíadas representando o Brasil, vinha conseguindo uma rede de contatos interessantes e importantes à nível global, alimentada substancialmente após sua eleição para um grupo seletivo de membros do Comitê Olímpico Internacional (COI). O resultado da preocupação do regime militar em cima de Havelange fez com que o jornal *Última Hora* chegasse a afirmar em 20 de março de 1970: “João Havelange não é mais o todo-poderoso presidente da CBD. Ele apenas dirige, provisoriamente, uma entidade que vai

entrar em rigoroso balanço, tendo de se submeter à aprovação do governo cada um de seus atos”<sup>13</sup>.

Em torno da escolha de Havelange por Zagallo, circulavam especulações que esta teria sido feita para que ele pudesse controlar o novo treinador, mesmo diante de tanta pressão vinda de fora. Imediatamente, a figura de Zagallo à frente da seleção passou a ser vista tanto como condescendente a Havelange, quanto à máquina controladora estatal. Dessa forma, o regime militar seguiria com os planos e medidas de usurpação política em cima do esporte mais amado pelos brasileiros. O futebol, ao ser incorporado no imaginário coletivo, era capaz de atribuir fundamento e significado aos desejos e anseios da grande parcela da população. Médici e os militares sabiam bem disso.

---

<sup>1</sup> Graduado em História (UFSJ). Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFSJ, área de concentração Poder e Relações Sociais, sob orientação de prof. Dr. Euclides de Freitas Couto. E-mail: [lucas\\_toledo08@hotmail.com](mailto:lucas_toledo08@hotmail.com).

<sup>2</sup> GUTERMAN, Marcos. *O futebol explica o Brasil: uma história da maior expressão popular do país*. São Paulo: Contexto, 2009.

<sup>3</sup> LUCA, Tânia Regina. *A história dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

<sup>4</sup> GUTERMAN, Marcos. *O futebol explica o Brasil: uma história da maior expressão popular do país*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 156.

<sup>5</sup> GUTERMAN, Marcos. *O futebol explica o Brasil: uma história da maior expressão popular do país*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 161.

<sup>6</sup> *Jornal Última Hora*, 3 mar. 1970, p.10.

<sup>7</sup> *Jornal Última Hora*, 19 mar. 1970, p.11.

<sup>8</sup> GUTERMAN, Marcos. *O futebol explica o Brasil: uma história da maior expressão popular do país*. São Paulo: Contexto, 2009.

<sup>9</sup> *Revista Placar*, 20 mar. 1970, número 1, p.8.

<sup>10</sup> GUTERMAN, Marcos. *O futebol explica o Brasil: uma história da maior expressão popular do país*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 170.

<sup>11</sup> *Jornal Folha de São Paulo*, 16 jul. 1995, p.4-6.

<sup>12</sup> *Jornal Última Hora*, 20 mar. 1970, p.2.

<sup>13</sup> *Jornal Última Hora*, 20 mar. 1970, p.2.

## **Os sentidos das aparências:**

### **moda, imitação e distinção em Fortaleza no início do século XX**

Luciana Andrade de Almeida<sup>1</sup>

Doutoranda em História na PUC-SP

#### Resumo

Este artigo propõe uma reflexão sobre a imitação e o desejo de distinção tomando como ponto de partida a moda feminina na cidade de Fortaleza no início do século XX. Esta relação paradoxal e complementar dialoga com os anseios de modernização da nova elite urbana que buscava se diferenciar e se distanciar do provincianismo, em um período no qual roupas e gestos faziam parte da rede de expectativas ligadas ao corpo. A moda é uma chave para pensar nas visibilidades no início do século XX, quando a aparência exigia um trabalho complexo e a responsabilidade sobre ela tornava-se cada vez maior e mais individual.

Palavras-chave: Moda, Modernidade, Fortaleza.

#### Abstract

This work proposes a reflection on imitation and the desire of distinction by taking as a starting point women's fashion in the city of Fortaleza in the early twentieth century. This paradoxical and complementary relationship dialogues with the longings of modernization of the new urban elite that sought to differentiate and distance themselves from provincialism, in a period in which clothing, gestures and attitudes were part of the network of expectations attached to the body. Fashion is also a key to thinking about the visibilities in the early twentieth century, when appearance required a complex work and the responsibility about it became increasingly larger and more individual.

Keywords: Fashion, Modernity, Fortaleza.

Snha. atravessava a praça, com seu vestido preto á ultima moda.

Era objecto da atenção geral dos transeuntes a escassez de fazenda que caracaterizava a sua toilette. Um jaquetão de charmeuse parecia descer até aos joelhos deliciosamente atados por uma liga.<sup>2</sup>

Nas primeiras décadas do século XX em Fortaleza, as aparições femininas nas ruas eram tema recorrente de notinhas e notícias nos jornais e revistas locais. Os lugares que frequentavam, a forma como estavam vestidas e as maneiras de se comportar tornavam-se alvos de observação e de julgamento de periodistas, escritores e leitores – em sua maioria homens –, com uma abordagem cada vez mais detalhada e exigente.

A moda, especialmente, mobilizava as atenções nas publicações consultadas, que eram editadas na cidade ou circulavam em Fortaleza nas primeiras décadas do século XX. O conjunto de fontes organizadas para este trabalho contempla alguns dos principais periódicos conhecidos e disponíveis em arquivos locais, privilegiando a heterogeneidade de discursos e de formatos, como o *Almanach do Ceará*, caracterizado pela diversidade de conteúdos, que iam desde a previsão do tempo e das marcações de dias santos até informações práticas como listas de estabelecimentos comerciais, estatísticas sociais e econômicas do Estado, e jornais como *O Povo*, de conteúdo mais liberal e progressista, e *O Nordeste*, órgão da Arquidiocese de Fortaleza e com posturas predominantemente conservadoras. Contudo, os principais porta-vozes das novidades ligadas às aparências (o que não implica que fossem totalmente favoráveis a elas) eram as revistas de conteúdo literário, político e cultural, como *A Jandaia* e *Ceará Ilustrado*, ou frívolo, como *Ba-Ta-Clan*. Elas não se dirigiam diretamente à mulher com frequência mas pressupunham as damas de elite como seu público leitor, tamanha a quantidade de textos, imagens e propagandas que incorporavam temas tidos como femininos.

O formato de revista aparece na cidade de Fortaleza no início do século e era utilizado também para disseminar acontecimentos e ideias ligados a grupos comerciais, associações profissionais e organizações estudantis<sup>3</sup>. Esses impressos, mais caros, se destacavam pela apresentação que se propunha mais atualizada, rica e dinâmica, valorizada por fotografias, clichês e desenhos, assim como a impressão em papel de qualidade superior ao dos jornais. Ao abordar os devaneios da moda, os lazeres urbanos, os novos feitos dos engenheiros, os eventos sociais da cidade, os comportamentos e lugares considerados “chics”, as revistas transmitem, cada uma a seu modo, ideias de progresso técnico, do privilégio do sentido do olhar e outros elementos que compunham a ampla e complexa experiência de modernidade em Fortaleza.

Relacionada ao crescimento e à transformação de si e do mundo, a modernidade suscita, em linhas gerais, a busca incessante pela novidade, a crença na técnica e no progresso inevitável, mas também incertezas e ambiguidades, coações e liberações – em muitos casos, inéditas. Exigiam-se mais dinamismo, mais higiene, saúde e aparências renovadas, tanto para o corpo quanto para o espaço urbano, deixando o provincianismo para trás.

A partir de meados do século XIX e de modo intensificado no início do século XX, Fortaleza acelerava o passo rumo à remodelação estética – ou retórica, para alguns críticos – na esteira dos processos de urbanização das grandes cidades brasileiras, a exemplo de Rio de Janeiro, São Paulo, Manaus, Belém e mesmo Paris, na França. Novos equipamentos e símbolos materializavam o sentimento de progresso, a começar pelo embelezamento de praças entre 1902 e 1903 (como as do Ferreira, a Marquês do Herval e a da Sé), algumas redimensionadas em 1909 com a chegada dos automóveis. A construção do Theatro José de Alencar (1910) foi outro marco, sucedido pela impactante chegada da luz e dos bondes elétricos em 1913, com a instalação da Ceará Tramway Light and Power. No mesmo ano, era inaugurado o Clube dos Diários, em um imponente sobrado cujos telhados de ardósia eram inclinados nos moldes dos europeus – o que soava como um disparate, já que esta configuração tinha como objetivo evitar o acúmulo de neve no inverno.

Outro destaque seria a chegada de dois grandes cinemas: o Cine Majestic, inaugurado em 1917, ocupava um edifício de quatro andares; já o Moderno, de 1922, era mais elitizado em sua fachada com referências egípcias, vidros multicoloridos e marquise que lembrava uma cauda de pavão. Eles, assim como o Passeio Público e a Praça do Ferreira, localizada no coração do Centro de Fortaleza – e que seria novamente remodelada em 1925 –, estavam entre os principais lugares de sociabilidade na capital cearense nos anos 1920 e 1930.

Multiplicam-se os lazeres e as danças nos clubes, instaura-se a prática do “footing” ao ar livre em praças e ruas, que faz do passeio uma forma de espetáculo, e observa-se a presença de artigos importados em uma cidade que viu a população crescer de 48.369 para 78.536 entre 1900 e 1920, chegando a 180.185 em 1940<sup>4</sup>. Contudo, diversos textos apontam as contradições entre a cidade desejada e a cidade vivida, trazendo problemas como as calçadas irregulares, a falta de saneamento e a presença de mendigos – muitos vinham de municípios vizinhos, fugidos das secas, e viraram figuras comuns nas ruas, contribuindo para o substancial aumento do contingente populacional. “Alem dos menores vagabundos que enchem a cidade existem ainda os mendigos, os leprosos, os desprezados da sorte que nos imploram esmolas nos cafés, nos bondes, ás portas dos cinemas (...)”<sup>5</sup>. Em uma das ruas mais

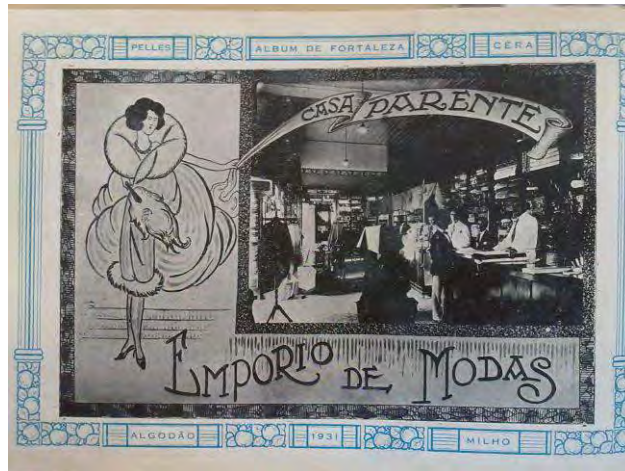


elegantes de Fortaleza, onde se concentram cinemas, lojas e a redação de várias publicações, como as revistas *Ba-Ta-Clan* e *Ceará Ilustrado*, transeuntes em seus passeios se confrontavam com “sargetas descobertas, alimentadas pelos esgotos dos hotéis, cafés, fabricas de gêlo, casas particulares, mictorios e banheiros, arrastando para a via publica por onde se escôa as mais variadas misturas!”<sup>6</sup>.

“Precária”<sup>7</sup> ou “vacilante”<sup>8</sup>, essa modernidade parecia mais idealizada do que propriamente realizada. Fortaleza parecia não efetivar seu projeto de se tornar uma cidade efetivamente urbanizada e elegante nos moldes de outras capitais, como Rio de Janeiro ou São Paulo. Tampouco os hábitos e comportamentos da população eram condizentes com os anseios de cosmopolitismo dos grupos de comerciantes, advogados, médicos, engenheiros, políticos, homens de letras e outras ocupações de prestígio. No Cine Majestic, falava-se de “(...) vaias, os gritos ensurdecedores, os assovios de dêdos na bocca, as cusparadas de cima para baixo, as baforadas de cigarro fedorentos na cara das senhoras (...)”<sup>9</sup>.

Nas primeiras décadas do século XX também houve um incremento das atividades de comércio, e a elite começava a aderir aos hábitos “modernos e civilizados” para se afirmar enquanto classe dominante. O trânsito de vapores se intensifica a partir do último quarto do século anterior e a cidade passa a ser mais abastecida com artigos refinados entre livros, tecidos importados, vinhos, chás, perfumes e louças, entre outros itens. O *Almanach do Ceará para o ano de 1925* apontava a frequência de 508 embarcações no porto local em 1924: 455 brasileiras, 49 inglesas, 2 alemãs, uma americana e uma portuguesa. A mesma edição do *Almanach* indicava, em relação a 1923: 554 navios brasileiros, 64 ingleses, 4 alemães, 5 americanos, 1 português, um dinamarquês, um espanhol e um norueguês, totalizando 631.

A maior integração da cidade de Fortaleza ao comércio mundial repercutia não apenas na economia local, mas também nas sensibilidades da população mais abastada, que incorporava gestos e expressões estrangeiras ao vocabulário através de filmes e livros, como “dernier cri”, “à la garçonne”, “smart set”, e passava a desejar novos produtos. Alguns sequer se adequavam ao clima da cidade, como certos tipos de tecidos importados, mas a maior parte das lojas trabalhava com crepes, sedas e *voils*. Na imagem a seguir, é possível ver a ilustração de uma mulher de casaco com uma gola em pele, na propaganda da Casa Parente, prestigiada loja de modas localizada na Rua Major Facundo<sup>10</sup>.



A chegada de novidades influenciava a circulação nos espaços urbanos, traçados em 1875 na planta urbanística assinada por Adolf Herbster, que privilegiava a disposição das ruas do Centro como um tabuleiro de xadrez, assim como a abertura de avenidas mais largas. Lojas de modas e de tecidos rivalizavam com o comércio ambulante e se instalavam nas proximidades da Praça do Ferreira, oferecendo uma quantidade expressiva de novidades. O calçamento pouco a pouco atualizava a aparência das ruas, lugares para “ver e ser visto” em Fortaleza, especialmente a Major Facundo, uma das vias que concentravam serviços, cinemas e lojas nos arredores da Praça do Ferreira. E a presença feminina torna-se mais frequente.

Vale ressaltar que a avaliação mais detalhada do corpo e dos gestos pode ter sido promovida, em parte, por essa configuração que a cidade começava a adquirir. A fluidez pretendida nos deslocamentos, as praças, o teatro, os cinemas, as lojas que aos poucos ganham vitrines transparentes e outros espaços de convivência favorecem um constante emprego do olhar, que David Le Breton define como “o sentido hegemônico da Modernidade”<sup>11</sup>. O espaço e o tempo da contemplação ajudam a compor a noção de mundanismo, nas palavras de Véronique Nahoum-Grappe:

(...) é “mundano” todo espaço social onde os corpos sociais ou individuais se colocam como espetáculo a eles mesmos: uma rua, um lugar público, uma sala de estar, o teatro - contanto que nos melhores lugares -, o café, a nave de uma igreja, a superfície da imagem etc. Todo espaço social pode ser mundano e o tempo é utilizado para examinar, para olhar entre si: tempo da percepção oblíqua (de um meio segundo a um meio minuto), tempo mais longo do exame visual. O tempo mundano não é o tempo de trabalho, mas pode ser intercalado por pausas (“levantar o nariz”) ou lhe suceder. Consequentemente, o espaço-tempo mundano não pertence a um grupo social em particular. Todo grupo produz o espaço mundano e, portanto, suas normas estéticas de dever-ter-o-ar-de-ser, uma dimensão “socializada” da identidade (1995, p. 16, tradução minha)<sup>12</sup>.

O tecido urbano de Fortaleza, com suas ruas principais redimensionadas, a presença de praças e passeios, além da vida social em clubes, cinemas e cafés, possibilita este “espetáculo de si” e as interações entre os membros das elites. Algo como “(...) ver, ser visto, ver que foi visto, informa a todos e a cada um onde eles se situam dentro do jogo das relações sociais”<sup>13</sup>. É nessa interação que as pessoas se apresentam, se observam e passam, de fato, a existir. A aparência também é construída socialmente em um tempo onde se adquire maior intimidade com as imagens. Tal contemplação pressupõe a dinâmica temporal dos olhares que se cruzam, adquire um grau maior de exigência e pode eventualmente se concentrar em determinadas partes do corpo ou do vestuário, em uma observação cada vez mais aguçada. Havia todo um ritual de aparição e das visibilidades em “um mundo social – e não somente o ‘mundo’”<sup>14</sup>.

Os corpos diversificam as formas de se apresentar em nome de uma aparência moderna, que deveria denotar o contato com um repertório elegante fornecido pelas revistas ilustradas, pela convivência com a elite e posteriormente pelos atores e atrizes de cinema. Uma espécie de familiaridade teatralizada se impõe nos gestos, nos ritmos e na forma de se vestir, articulada com variadas formas de apropriação das informações. O cinema, mais uma vez, era um espaço interessante para observar a apropriação e a ostentação dos gestos e roupas pelas moças: “Com o forçado assentimento do pae, a amiguinha estava no salão do cinema. Para ella, tudo era novidade. (...) Os sorrisos estheticos da ultima moda, á Gloria Swanson”<sup>15</sup>. O andar donairoso e faceiro, com um quê de elegância. Os chapéus de papel crepon frisados. Tudo, enfim, regalava a sua vista”<sup>16</sup>.

Nos divertimentos ao ar livre, o “Grand Monde fortalezense” ou o “smart set cearense” – como as elites eram chamadas pelos jornais e revistas do período – podem exibir publicamente suas roupas e seu repertório de gestos e palavras da moda, integrando-se aos que partilhavam as ideias afinadas com o almejado progresso. “Footingar” era verbo de uso corrente pelas elites do anos 1920, que frequentavam o Passeio em suas “domingueiras” matinais, para caminhar, verem e serem vistos. Os movimentos eram semelhantes a coreografias, às vezes embalados por fox-trots, tangos ou ragtimes: “A banda iniciava um tango requebrado e provocante. As três levantaram-se com toda a elegancia de moça chic, acompanhando em compassos cadenciados o compasso rithmado da musica (...)”<sup>17</sup>.

As revistas valorizavam essas aparições publicando fotografias dessas matinês e com concursos de beleza, ao estilo de “A mais bela frequentadora do Passeio Público” ou “A mais bela cabeleira *à la* garçonne”. Neste último, 3735 votos foram contabilizados para as três

primeiras colocadas e o prêmio de honra<sup>18</sup>. As vencedoras recebiam retratos em estúdios, sombrinhas, pratarias, cortes de tecidos finos e sua fotografia publicada na revista, até mesmo na capa. Jornais conservadores como *O Nordeste*, por outro lado, criticavam a exibição das mulheres em público, agravadas pelo uso de determinados vestidos e produtos de beleza: “(...) As praias de banhos, os cinemas, os theatros, o footing na Avenida, tudo isso é pretexto de mil e uma futilidades altamente comprometedoras para as pobres demoiselles, desnudas de vestidos e recobertas de rouge e cremes...”<sup>19</sup>.

As jovens mulheres da alta sociedade estavam nesses eventos, o que denotava uma mudança de costumes não apenas por sua presença em lugares públicos mas pelo modo como fabricavam sua aparência. Os gestos, por vezes, traziam elementos para pensar as relações entre os sexos, como mulheres com mãos e braços em posição de exibição, enquanto as mãos dos homens traziam aparência mais funcional ou estavam no bolso, mas nunca ociosas.

Os movimentos do corpo eram ostentados e estetizados, com uma elegância detalhadamente elaborada para parecer natural. O artigo “Poses”, na revista *Ba-Ta-Clan*, sentencia: “(...) o mais bonito é andar, observando a rigorosa disciplina das atitudes...”. Para o autor do texto divulgado em 1926, tanto o gestual elegante como os movimentos mais comezinhos deveriam ser modelados em um processo de aprendizado:

Minha senhora :

Manda me V. Excia. perguntas <<sobre o modo de se andar na rua?!>>

Oh ! minha senhora, de qualquer modo, comtanto que não se prejudique a hygiene nem á moral. (...) é necessário que se possua um largo treino, um longo tirocínio dessas regras, para que tudo que se faça naturalmente, consciente, sem o desequilíbrio e sem aflicção. V. Excia. poderá ver tudo isso, obtendo os livros theoria da beleza e beleza das atitudes de dous escriptores illustrados nas letras brasileiras. E, depois, me dirá as suas impressões. Conversaremos sobre esthética das posições, do porte, do andar, do falar, do olhar e do gesto... Mas, fora destes, V. Excia. há de encontrar por estas ruas e praças a pose barata, balorda, criminalmente exaggerada. (...)

Luiz de Castro<sup>20</sup>

Mais que internalizados, formas de falar, de olhar e os gestos assimilados em “um largo treino” deveriam ser de preferência naturais, sem afetação. A referência a uma pose “barata”, “criminalmente exagerada”, revela que um julgamento estético e também moral de um corpo preenchido por uma série de regras, investimentos e conhecimentos técnicos. Neste caso, não importa somente a beleza obtida com loções, pastas, cremes ou líquidos cheirosos; mas o trabalho minucioso do corpo no polimento do gesto e no cultivo da postura era igualmente desejável e observado, sem excessos de vaidades, caprichos ou inconstâncias e privilegiando a economia dos gestos, que embelezam. A produção da beleza feminina se

afirma e se sofisticada, cada vez mais, em função do artifício – cuja distância em relação ao “natural” se desloca ao longo dos anos. Impregnados de cultura e significados, os modos de andar, falar e olhar são, portanto, portadores de historicidade. “Pois o corpo é, ele próprio, um processo. Resultado provisório das convergências entre técnica e sociedade, sentimentos e objetos, ele pertence menos à natureza do que à história”, afirma a historiadora Denise Bernuzzi de Sant’Anna<sup>21</sup>.

A pose é um modo de apresentar publicamente o corpo, torná-lo mais apreciável, o que pressupõe em maior ou menor escala um trabalho sobre si e um tempo para pensar em como se distinguir socialmente. “Em síntese, talvez não haja ‘maneira natural’ no adulto”, sintetiza Marcel Mauss, no clássico texto *Les Techniques du Corps*, de 1934<sup>22</sup>. Dominar determinados códigos visuais, cultivar a aparência e aprender a se portar denotam que a pessoa compartilha com um determinado grupo as novas noções de civilidade e reivindica seu pertencimento à modernidade. A pose investe o corpo, mesmo que apenas por um instante, de poder. E para usufruir do mundo civilizado, era necessário seguir ideais e regras, em grande parte difundidos pela imprensa, a qual nem todos tinham acesso.

As aparências tornavam-se uma questão que merecia ser discutida nos jornais. A mera existência dos textos, favoráveis ou contrários às novas modas femininas, mostra a importância que o tema adquiria e por vezes era mencionado o eventual estranhamento dos mais velhos diante dos cumprimentos reduzidos de saias e cabelos, os braços expostos e os tecidos mais leves.

(...) Apesar da insignificância nossa, se fôramos ouvida numa tal enquête, opinariamos pelos vestidos modernos, como superiores, mil vezes, aos de antanho. Isso não só porque a moda de hoje em dia é mais pratica, como também é mais economica. Vestidos de mangas curtas e de saias curtas não, apenas, dão mais desembaraço á gesticulação, como ficam ao alcance de todas as bolsas. (...) Si a moda actual escandalizasse ás nossas avós - o que seria muito natural - aos seus maridos, provavelmente, agradaria, pois se lhe não parecesse lá muito elegante, ao menos, lhe pouparia esse luxo - o excesso de fazenda.<sup>23</sup>

A atitude moderna das mulheres pedia mais movimento e leveza, ressaltados pelas roupas de tecidos finos que também exigiam as peles sem manchas e homogêneas prometidas nos anúncios de produtos de beleza. Chapéus, vestidos leves, braços e pernas à mostra, cabelos cortados *à la garçonne*, o uso de maquiagens e seus movimentos “livres”, sem espartilhos, revelavam que, assim como a cidade remodelada, o corpo também buscava distinção através de seu embelezamento e sua atualidade.

Contudo, “A moda surge nesse contexto como um símbolo da modernidade, mais por seu caráter visual que por sua ousadia”<sup>24</sup>, no caso de Fortaleza. Na capital cearense, as

novidades em matérias de roupas e comportamento interagiam com os saberes populares, a moralidade católica, que pregava o recato e a simplicidade para as mulheres, e ainda a convivência entre a pretendida modernidade urbana e a permanência de hábitos e de uma temporalidade rural. Até o ano de 1939, por exemplo, proprietários de vacarias deixavam seus animais pastando nas ruas: “(...) Fortaleza é um município intensamente agrícola (...). O bairro elegante da Aldeiota está, no momento, transformado em mangas de pastagem noturna para vacas e isso exige uma energica e vigilante providencia da Municipalidade (...).<sup>25</sup>”

Para falar de moda na Fortaleza do início do século XX, é preciso situar essa complexa rede de poderes, saberes, (re)apropriações, temporalidades, dúvidas e desejos que se dão a conhecer na imprensa do período. Roupas, silhuetas e atitudes femininas mais liberadas chegam ao conhecimento dos fortalezenses e eram apropriadas em uma cidade economicamente modesta, que não compartilhava dos sentidos e do contexto encontrados em Paris, por exemplo. As novas silhuetas joviais, esguias e geométricas dos anos 1920, vindas da Europa, embaralham os gêneros junto com os cortes de cabelo *à la garçonne* e rivalizam com as imagens de matronas corpulentas, ainda correntes nos retratos de bustos publicados em seções de aniversários, colunas sociais ou necrológios em jornais e revistas de Fortaleza.

Talvez residam neste ponto o incômodo e as reclamações que animam os incontáveis artigos de jornais que criticam as novidades, que frequentemente expressam a sensação de descompasso ou “atraso”: “(...) No Brasil, cuja moda é uma segunda edição da de Paris, às vezes mais exageradas, pegou facilmente [o corte *à la garçonne*] (...). Em Fortaleza só a peste bubonica propagou-se tão rapidamente, apesar da forte oposição de certos espiritos atrasados. (...)”<sup>26</sup>. A impressão é que “A nossa macaqueação, às coisas d'além-mar, não tem limites. Tudo aqui, nestes vastos brazis, obedece ao espirito de imitação”<sup>27</sup>. E o Brasil “‘garçonisa’ com muito mais perfeição talvez do que em Paris – a cidade dos excessos”, alerta Aldo Prado em seu texto “Tudo à la garçonne”:

Começam, de então a serem debastadas as lindas madeixas de nossas patricias, os severos “calvalgnhaics” dos nossos respeitaveis homens publicos, as lindas sobranceiras das ternas e formosas moçoilas, muitas vezes o encanto de uma cabecita airosa e gracil. Metamorphoseiam-se escandalosamente os labios, os dentes e a boca (...). Afinal segue a toilette completa: o vestido sem mangas, a saia acima do joelho, o sapato - verdadeiro esqueleto horripilento e nojoso semelhando-se a um carangueijo, e logo mais o chapéu, que não passa de uma cartolinha dos nossos modernos rapazolas, tudo irrisoriamente atentando contra o pudor e a virgindade (...).  
- Que mais nos falta?<sup>28</sup>

Os textos que apontam o uso de produtos nem sempre agradáveis aos todos os olhares em um primeiro momento, seja uma saia mais curta ou um sapato que parecia “verdadeiro esqueleto horripilento e nojoso semelhante-se a um carangueijo”, inspiram uma reflexão a respeito das motivações que levam os indivíduos a escolher determinados itens de vestuário. O paradoxo da imitação tendo em vista a distinção foi ricamente abordado em *Filosofia da Moda*, de Georg Simmel, ensaio publicado pela primeira vez em alemão no ano de 1905.

O autor detalha a dinâmica do desejo de singularidade atendido paradoxalmente pela moda, que é uma forma de imitação<sup>29</sup> e, simultaneamente, distingue e torna indistintos os indivíduos. Segundo Simmel, a moda é sempre de “classe” e diferencia ricos e pobres em um dado momento, já que em pouco tempo os segundos passam a usar o que antes era exclusivo dos primeiros, rompendo momentaneamente a marcação simbólica de limites entre classes, que têm em comum o desejo pelos mesmos objetos. Os abastados, então, buscarão outras ideias que irão atuar em um novo processo de diferenciação da massa e assim sucessivamente. A moda pode, portanto, aproximar (os ricos entre si) e afastar (ricos e pobres). Movimento que se acelera com a maior difusão de informações e a oferta de novidades, em uma vinculação poderosa com a modernidade que desprestigia a tradição e o antigo.

No contexto fortalezense, os códigos da moda são como instrumentos de individualização e de socialização de uma elite que desejava afirmar seu poder econômico e cultural com uma aparência sempre renovada e mais próxima possível dos cânones de beleza correntes nas grandes metrópoles. No caso das mulheres, a roupa e o gestual assumiriam ainda um papel complementar na construção da imagem pública, de novas sociabilidades e de visibilidades, para aquelas damas que passavam a experienciar o espaço urbano consumindo em lojas, frequentando cinemas ou “footingando” com as amigas nos endereços elegantes.

A imitação, o desejo de parecer, a moda e as trocas de olhares também reverberam na formação de individualidades e respondem à necessidade das moças de inserção em determinados grupos sociais. Igualmente irresistível seria o apelo sedutor da “indistinção” que eventualmente dilui as atenções sobre elas e as protege de certa forma. A roupa pode garantir certo anonimato e a mulher se confunde entre outras iguais. É essa dualidade entre diferenciação e universalização, entre interiorização e exteriorização, que garante as condições de possibilidade da moda existir.

A moda, portanto, se revela uma chave para pensar nas hierarquias entre os grupos sociais e as visibilidades no início do século XX, quando a aparência ganha espessura ao exigir um trabalho complexo e a responsabilidade sobre ela torna-se cada vez maior e mais

individual. Roupas, acessórios e produtos de beleza são discursos que integram os códigos de distinção e o projeto de modernidade em uma cidade que pretendia se distanciar do provincianismo, quando o desejo de parecer modifica os corpos e o espaço urbano.

---

<sup>1</sup> Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), realizando pesquisa de doutorado em História intitulada “Jogos de Aparências: beleza e fealdade em Fortaleza nas primeiras décadas do século XX”, com orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Denise Bernuzzi de Sant’Anna. E-mail: luciana.andrade@gmail.com.

<sup>2</sup> “Trepações”. *Ba-ta-clan*. Fortaleza, 4 de setembro de 1926, n. 10.

<sup>3</sup> Alguns exemplos: revista *Ceará Médico* (chamada inicialmente de *Norte Médico*), que surge em 1913 para divulgar os saberes e as ações do Centro Médico Cearense, que reunia médicos e demais profissionais da saúde; a revista *Verdes Mares*, que começa em 1923 e é uma publicação que divulgava atividades do ano letivo, datas comemorativas e produções intelectuais do Grêmio José de Alencar, fundado pelos alunos do Colégio Cearense Sagrado Coração; a *Revista dos Industriaes* (lançada em janeiro de 1929, dirigida por Francisco A. Carneiro, consultor jurídico da delegacia fiscal de Fortaleza, fazendo propaganda de produtos e artigos industriais, agrícolas e comerciais e abordando a riqueza econômica do estado); e *A Edificadora* (publicação econômica, técnica e literária, editada pela Edificadora do Norte Ltda, cujo primeiro número sai em 1938).

<sup>4</sup> Sinopse do Censo Demográfico 2010, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>> Acesso em 8 de outubro de 2014.

<sup>5</sup> “Aspectos de Fortaleza”, *Ceara Illustrado*, n. 29, 25 de janeiro de 1925.

<sup>6</sup> “As morbidas sargetas da rua Major Facundo”, *Ceara Illustrado*, n. 77, 27 de dezembro de 1925.

<sup>7</sup> SILVA FILHO, Antônio Luiz Macêdo e. “Memórias da morada”. In: *O Sobrado do Dr. José Lourenço*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda., 2007.

<sup>8</sup> NOGUEIRA, Carlos Eduardo Vasconcelos. *Tempo, progresso, memória: um olhar para o passado na Fortaleza dos anos trinta*. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará. 126f.

<sup>9</sup> *Ceara Illustrado*, n.45, 17 de maio de 1925.

<sup>10</sup> *Album de Fortaleza*, 1931.

<sup>11</sup> LE BRETON, David. *Antropologia do Corpo e Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 2011. P. 161

<sup>12</sup> No original: “(...) est ‘mondain’ tout espace social où les corps sociaux ou individuels se donnent en spectacle à eux-mêmes : une rue, une place publique, un salon, la salle de théâtre autant que la scène, la terrasse du café, le couloir d’une usine, la nef d’une église, la surface de l’image, etc.. Tout espace social peut être mondain si le temps est pris de s’examiner, de se regarder entre soi : temps bref de la perception oblique (d’une demi-seconde à une demi-minute), temps plus long de l’examen visuel. Le temps mondain n’est pas le temps de travail mais il peut s’y intercaler lors des pauses (‘lever le nez’) ou lui succéder (le bal). Par conséquent l’espace-temps mondain n’est pas le fait d’une couche sociale particulière. Tout groupe produit de l’espace mondain et donc ses normes esthétiques du devoir-avoir-l’air d’être, vers quoi le paraître tend, c’est-à-dire la dimension ‘socialisée’ de l’identité”. NAHOUM-GRAPPE, Véronique. “Beauté et laideur: histoire et anthropologie de la forme humaine”. *Chimères*. n. 5/6, p. 1-27, 1988. p. 16.

<sup>13</sup> No original: “(...) voir, être vu, voir que l’on est vu, enseigne à tous et à chacun où ils en sont dans le jeu des rapports sociaux”. NAHOUM-GRAPPE, Véronique. “Briller à Paris au XVIIIe siècle”. In: *Communications*, 46, 1987. p. 135-156. Disponível em: <[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/comm\\_0588-8018\\_1987\\_num\\_46\\_1\\_1691](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/comm_0588-8018_1987_num_46_1_1691)>. Acesso em 8 de outubro de 2014. p. 140.

<sup>14</sup> Id., Ibid., p. 139.

<sup>15</sup> Estrela do cinema mudo dos anos 1920 até o início dos anos 1930.

<sup>16</sup> “Trepações”, *Ba-ta-clan*, n. 14, 9 de outubro de 1926.

<sup>17</sup> DURAN, Silva. “Footingando no Passeio Público”. *A Jandaia*, n. 90, 12 de novembro de 1927.

<sup>18</sup> *A Jandaia*, n. 52, 24 de maio de 1925.

<sup>19</sup> “Uma tarde encantadora”, *O Nordeste*, 30 de agosto de 1928.

<sup>20</sup> CASTRO, Luiz de. “Pôses”. *Ba-Ta-Clan*. Fortaleza, 14 de agosto de 1926, n. 07.

<sup>21</sup> SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. “Apresentação”. In: *Políticas do corpo: elementos para uma história das práticas corporais*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995, p.12.

<sup>22</sup> No original: “En somme, il n’existe peut-être pas de ‘façon naturelle’ chez l’adulte” (MAUSS, Marcel. “Les technique du corps”. Edição eletrônica realizada por Jean-Marie Tremblay, professor de sociologia do Cégep de Chicoutimi em fevereiro de 2002). Disponível em:



---

[http://classiques.uqac.ca/classiques/mauss\\_marcel/socio\\_et\\_anthropo/6\\_Techniques\\_corps/techniques\\_corps.pdf](http://classiques.uqac.ca/classiques/mauss_marcel/socio_et_anthropo/6_Techniques_corps/techniques_corps.pdf). Acesso em 18 de junho de 2012, 1934, p. 8.

<sup>23</sup> MARIA, Anna. “Hontem e Hoje”. *Ba-ta-clan*, n. 12, 25 de setembro de 1926.

<sup>24</sup> DA SILVA, Diocleciana Paula. *Do Recato à Moda: Moral e Transgressão na Fortaleza dos anos 1920*, 242f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, 2004, p. 27.

<sup>25</sup> “Vacac pastando nas Ruas! Impraticavel a Arborização da Cidade”, *O Povo*, 4 de fevereiro de 1939.

<sup>26</sup> *Ceara Illustrado*, n. 39, 5 de abril de 1925.

<sup>27</sup> “Nudismo”. *Correio do Ceará*, 2 de fevereiro de 1935.

<sup>28</sup> PRADO, Aldo. “Tudo ‘a la garçonne’”, *A Jandaia*, n. 47, 7 de fevereiro de 1925.

<sup>29</sup> Cf. SIMMEL, Georg. *Philosophie de la Mode*. Paris: Éditions Allia, 2013.

## **Os EUA e os Programas de Ajuste Estrutural do Banco Mundial: a busca pela hegemonia**

Murilo Mesquita Melo e Silva<sup>1</sup>  
Luciana Correia Borges<sup>2</sup>

### **Resumo**

O artigo analisa a relação do Banco Mundial e dos programas de ajuste estrutural durante a Guerra Fria. A revisão de literatura foi utilizada como metodologia para uma análise qualitativa da conjuntura política internacional do período, bem como da atuação do Grupo Banco Mundial. Do resultado verificou-se que a atuação do Banco Mundial serviu aos interesses do ator hegemônico em crise para realocá-lo na hierarquia do sistema e para otimizar a relação de dependência da Periferia.

**Palavras-chave:** Banco Mundial. Estados Unidos. Programas de Ajuste Estrutural

### **Abstract**

The paper analyzes the relationship between the World Bank and the structural adjustment programs during the Cold War. The literature review was used as a methodology for a qualitative analysis of the international political situation of the period, as well as the performance of the World Bank Group. As a result, it was found that the performance of the World Bank served the interests of the hegemonic actor in crisis to relocate him in the hierarchy of the system and to optimize the dependence of the Periphery.

**Key-words:** World Bank. United States. Structural Adjustment Programs.

### **Introdução**

O surgimento de uma nova ordem global, oriunda do fim da Segunda Guerra e do caos econômico instalado nos países que estiveram de fato em conflito, levou o capital a procurar engendrar uma ação mais incisiva de internacionalização, de maneira a expandir e disseminar um tipo de relação de produção que exportasse de forma mais rápida o capitalismo ao redor do mundo. Sob essa perspectiva, a complexa transformação pela qual passou o sistema internacional, do período anterior à Grande Guerra Mundial para Guerra Fria, fez aumentar as assimetrias econômicas entre os Estados. A passagem da hegemonia inglesa para a estadunidense marcou sobremaneira a continuidade e intensificação de uma economia-mundo baseada na mundialização do capital, de forma a firmar uma realidade sistêmica bipolar, construída por meio de relações de poder e com base em um sistema capitalista internacionalizado.

Neste cenário, as grandes instituições financeiras internacionais (IFI's) assumiram um papel de disseminar os interesses do Estado hegemônico. Segundo a concepção de Robert Cox (2000)<sup>3</sup>, a influência das instituições da Conferência de Bretton Woods deteve uma importância fulcral para a internacionalização capitalista. Através da coerção e construção de um consenso, a ideologia do ator hegemônico se colocou imperante, no sentido de legitimar

os interesses e os atos das instituições, que por meio de regimes internacionais, favorecessem os interesses do Estado hegemônio.

Nesse sentido, compreende-se que o papel desenvolvido pelo Grupo Banco Mundial (GBM) no cenário internacional foi estrategicamente pautado na “condição de intermediário financeiro, capaz de aportar recursos para investimentos onde o mercado não est[ava] em condições de fazê-lo, seja por imperfeições do mercado, seja pelas condições atípicas da economia internacional no imediato pós-guerra” (COELHO, 2002: 29)<sup>4</sup>.

Tendo como foco a postura encabeçada pelo GBM, ao longo de sua história, mais especificamente no período em que os programas de ajuste estrutural são colocados em prática, evidencia-se uma série de realidades sistêmicas que corroboram a hipótese de que essa instituição alterna sua linha de pensamento e de ação no intuito de firmar um consenso ideológico e volto num Estado hegemônico, que tem o neoliberalismo e suas políticas econômicas como metas a serem seguidas por aqueles países que pretendem trilhar um caminho rumo ao desenvolvimento econômico neoliberal e o processo de globalização.

Com isso, esse trabalho utiliza uma análise qualitativa, através da revisão de literatura de fontes primárias e artigos científicos da área com o intuito de analisar como os programas de ajuste estrutural do Banco Mundial foram utilizados para reposicionar o ator hegemônico diante da crise do início da década de 1970. Para tanto, especifica-se como se deu a crise da década de 1970; precisa-se a atuação do ator hegemônio diante da crise, e; deduz-se a relação dos programas de ajuste estrutural com a atuação do ator hegemônio.

### **O estabelecer da hegemonia do Banco Mundial**

No que tange a ascensão de algumas IFI's, com funções específicas de fomento da economia internacional, aqui exemplificada pelo GBM, ressalta-se a sintonia desse tipo de organização multilateral com uma suposta diminuição da soberania estatal. À medida que uma organização externa impõe programas de ajustes estruturais na política doméstica de países periféricos, verifica-se uma complexa rede de interdependência, desenvolvida no sentido de dar mais legitimidade à propagação de relações sociais que podem perpetuar determinados regimes (SENNES, 2003)<sup>5</sup>.

As relações de poder, no cenário internacional, mostram como as políticas instrumentalizadas pelo Banco Mundial serviram ao interesse ao Estado hegemônico, no caso, os Estados Unidos, o que evidencia um desenho de um bloco histórico, segundo os conceitos gramscianos (SEMIONATTO, 1995:40)<sup>6</sup>, que produz e reproduz a hegemonia de um ator

eminente no sistema internacional. Nesse sentido, o termo hegemonia é trabalhado aqui sob a perspectiva de que ele se refere a

capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe. Aqui vem ressaltado um tipo de exercício de poder fundado na capacidade um grupo social (classe) dirigir, pela obtenção do consenso, um corpo social heterogêneo, criando uma onda coletiva tendo por finalidade a consecução de um projeto econômico-político-cultural que envolve a constituição/reprodução de uma determinada ordem social (tanto em termos conjunturais quanto no de uma formação institucional mais geral (MELLO, 24: 1996)<sup>7</sup>

Com base nessas perspectivas é possível encontrar dentro do que é exposto por Lichtensztein e Baer (1987)<sup>8</sup> que o GBM pode ser vinculado à construção desse bloco social. Assim, tem-se que inicialmente um estudo feito por Dexter White – o Plano White - propõe o Banco Mundial como uma organização multilateral a favorecer o fluxo de capital privado internacional, através do levantamento de medidas institucionais e econômicas que, no longo prazo, pudessem desenvolver as regiões do planeta e que favorecessem a expansão da economia estadunidense.

A partir do Plano White decidiu-se restabelecer o padrão ouro como instrumento de reserva internacional e mecanismo para alcançar a liquidez para o reerguimento europeu. No entanto, não havia metal suficiente para dar o lastro ao padrão ouro, o que se fez foi que toda moeda nacional passou a adquirir um status de meio de pagamento via conversão em ouro. A questão é que somente os Estados Unidos, que possuía a maior quantidade de ouro, conseguia realizar tal conversão. Dessa forma "o Dólar transformou-se, assim, na divisa-chave, consolidando a hegemonia norte-americana no âmbito financeiro" (CASTRO, 2004: 13).

Com essa hegemonia financeira, os EUA também alcançou a hegemonia política e econômica dentro do bloco ocidental e o "Banco tende[u] a compartilhar os interesses e as concepções de mundo específicos desse país, sendo, portanto, um instrumento de concretização das políticas que o mesmo acredita serem as mais interessantes para as nações pobres. (...) [Logo,] suas propostas obedecem a um projeto político muito específico e as suas relações com os países subdesenvolvidos são marcadas por um jogo de poder que sempre acaba o favorecendo" (WADE, 2001: 126 apud CASTRO, 2004:16).

Para Luiza de Castro (2004)<sup>9</sup>, o Plano White agiu no intuito de obrigar os países periféricos a implantar programas de ajustes estruturais, a assumir algumas obrigações com o centro do capital financeiro e algumas organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. A condição deficitária desses países foi motivo para

que a política do Banco Mundial não obrigasse os Estados Unidos a prestarem contas de suas políticas econômicas.

Esse fato reverberou para que o Banco Mundial fosse visto como a materialização dos interesses financeiros e multilaterais dos EUA, na medida em que o que era visto no cenário internacional era concretização da vontade estadunidense de arregimentar um comércio internacional pautado em sua hegemonia político-econômica. Um exemplo dessa realidade pode ser percebido através do processo de votação dessa organização internacional, posto que o país que mantiver um maior financiamento terá seu voto equiparado ao seu “investimento” (CASTRO, 2004).

O cenário que possibilitou a ascensão do GBM como uma instituição a respaldar os interesses dos principais atores do sistema internacional ao redor do mundo se alinha ao contexto histórico configurado sob o *embedded liberalism*, visto quando uma social-democracia atuava pela intervenção estatal, quando o mercado não conseguia se organizar por si só (RUGGIE e ABDELAL, 2009: 151)<sup>10</sup>. A construção da hegemonia econômica estadunidense, a partir da internacionalização financeira, conferiu um poder de influência nos demais países do sistema internacional, promovida por um regime monetário que tem as classes dominantes como atores principais no cenário de acumulação capitalista. Esse fator, segundo Coelho (2004), garantiu a efetividade do crescente poderio americano, que tinha como base a paridade dólar-ouro e a valorização das taxas de câmbio.

É nesse sentido, portanto, que é possível perceber o *embedded liberalism* atrelado a um contexto político em que “havia um consenso de que o mercado, por si mesmo, não era capaz de alcançar os objetivos do pleno emprego, que estavam no horizonte do pacto entre capital e trabalho que surgiria no pós-guerra” (COELHO, 2002: 26). Essa observação entoa uma análise de que o pacto entre capital e trabalho, feito nas democracias liberais, no pós-2ª Guerra Mundial, ocorrem conforme a dinâmica das relações internacionais durante a Guerra Fria. Ou seja, o pacto é construído a partir de uma ótica de barrar o socialismo vindo da União Soviética e da Europa Oriental<sup>11</sup>.

Destarte, compreende-se que, inicialmente, o surgimento e os objetivos do Banco Mundial, que estavam atrelados a uma postura mais para a recuperação dos países atingidos pela 2ª Guerra Mundial, passaram por uma transformação na qual o conceito de “desenvolvimento” se configuraria como a chave-mestra da discussão em torno de como desenvolver os países periféricos (CHANG, 2004)<sup>12</sup>. No tocante ao posicionamento do Banco Mundial é possível perceber uma tendência que visava, *a priori*, questões sociais e desenvolvimento social e, *a posteriori*, atreladas a questões de segurança. A presidência de

McNamara, em 1968, além de ser um exemplo dessa tendência, é fruto de uma perspectiva de promover o crescimento com certa igualdade (PEREIRA, 2010: 260-261)<sup>13</sup>.

Na década de 1960 e 1970 o posicionamento do banco foi dúbio, pois, ao mesmo tempo em que tinha McNamara na presidência, com um discurso e a pauta de promoção de um crescimento com igualdade, economistas com uma linha cada vez mais ortodoxa tomavam como grande importância a liberalização do comércio como método estratégico para o crescimento. Ao invés de políticas de substituição de importação, entendidas como práticas patrimonialistas, formou-se um consenso por trás de uma ótica que o comércio e as políticas de taxa de juros eram voltadas para exportação (CASTRO, 2004: 17-18)

Com essa linha de pensamento, uma nova ortodoxia ganhava ressonância dentro das IFI's. “No entanto, além de defensor, o Banco acabou se tornando um grande divulgador desse pensamento” (CASTRO, 19), de modo que determinou algumas receitas de boa governança como condições necessárias para que empréstimos fossem cedidos aos países da periferia.

Exemplo disso foi a instrumentalização de um laboratório político-econômico no Peru e Chile, que, ao invés de aplicar método de desenvolvimento orientados para um crescimento com certa igualdade, o que se viu foi a aplicação de preceitos econômicos atrelados à Escola de Chicago. Tais laboratórios, no entanto, demonstraram que as políticas de ajuste estrutural instrumentalizadas pelo Banco Mundial confirmaram uma atroz combinação entre liberalização financeira e política autoritária.

Essa nova realidade surge na onda do pensamento neoliberal, que atinge os *decision-makers* do centro capitalista e as presidências das organizações internacionais de Bretton Woods, que “orientavam” o comércio internacional. Passou-se a perceber a liberalização comercial como motriz do crescimento econômico e o modelo de substituição de importações como prática patrimonialista. Assim, constituiu-se um consenso de que a internacionalização financeira e a política de taxas de juros seriam os mecanismos de “ajustes contra choques externos e de obtenção de maiores taxas de crescimento” (CASTRO, 2004: 18).

### **A década de 70 e o processo de transformação do Banco**

Dentro dessa lógica, nos momentos de crise de hegemonia que os Estados Unidos vivenciou, desde 1970, o Banco Mundial passou a ser encarado cada vez mais como um instrumento de um bloco de poder que busca a restauração de um *status quo* pautado numa hierarquia sistêmica que tem os Estados Unidos como vértice do triângulo, e, na base desse mesmo triângulo, os países subdesenvolvidos, em falência, falidos e colapsados. Neste cenário, para dar um suporte maior à hegemonia estadunidense, a pobreza e o

subdesenvolvimento passaram a ser securitizados. Alçados agora a uma esfera de segurança, a pobreza passou a ser atrelada à necessidade de atuação dos Estados Unidos como ator a dar exemplo de receitas para o diagnóstico do subdesenvolvimento.

Assim, com a ascensão da ortodoxia de mercado e de seus pressupostos prático-teóricos, a realidade mundial, configurada pelos interesses dos países do centro capitalista, mostrava que o estruturalismo não condizia mais com a liberalização do mercado global. As políticas ortodoxas caminhavam como uma solução a longo prazo, que requisitava a fórmula “mais mercado, menos Estado”. No entendimento de Friedman (1977)<sup>14</sup> essa postura condiz com uma percepção de mundo que coloca a liberdade individual, política e econômica como pano-de-fundo, uma idéia central para que se removesse qualquer organização econômica das mãos de uma autoridade política. Neste sentido, o mercado elimina a possibilidade de uma fonte de poder coercitivo e regulador, colocando na esfera da força econômica o controle, e não o reforço, do poder político (FRIEDMAN, 1977). É desta ideia que se desenvolve a perspectiva neoliberal, que entende a intervenção estatal como provedora do patrimonialismo.

Diante dessa interpretação pode-se conceber que a Guerra Fria, principalmente após o choque do petróleo em 1972, não conseguia mais estabilizar a balança de poder numa dada hierarquia sistêmica, pois as contendas econômicas, fruto de um sistema monetário, que prezava, cada vez mais, pela iniciativa do capital internacional privado, se sujeitavam mais facilmente às crises inerentes ao sistema de produção capitalista. No início da década de 1970, com o choque do petróleo, com a ascensão das economias alemãs e japonesas e com o crescimento do mercado do eurodólar (FIORI, 2004: 90-92)<sup>15</sup>, a economia internacional e o cenário político internacional passaram a colocar a posição do GBM em uma situação de transformação.

Nesse cenário de crise, a transformação que o GBM passa a sofrer tem a ver com uma noção de que regimes internacionais podem ser eficazes na tentativa de disseminar mais fortemente uma ideologia que legitime as posições políticas de um ator hegemônico, mas que se encontra em declínio. Nesse sentido, Krasner (2012:94)<sup>16</sup> adverte que os regimes internacionais necessitam ser compreendidos para além de arranjos ou acordos internacionais de curto prazo, que mudam conforme a dinâmica de poder e os interesses nas relações internacionais. Deste modo, os regimes entendidos como variáveis intervenientes, localizados entre as variáveis causais básicas (normalmente, poder e interesses) e o comportamento e procedimentos, demonstram que “não são meros epifenômenos” (KRASNER, 2012: 96), são fins em si mesmo que alteram os comportamentos dos Estados.

É com essa estratégia que os programas de ajuste estrutural podem ser visualizados como um mecanismo do Banco Mundial para solucionar a crise de hegemonia dos Estados Unidos. Vale salientar que tal interpretação não tira a proeminência econômica do programa, mas entende que a esfera política se coloca com uma estratégia instrumentalizada para não deixar que a hegemonia desse ator central continuasse em seu declínio. Segundo Coelho (2002: 36),

os programas de ajustamento estrutural implicam numa série de condicionalidades que em muito extrapolam os critérios puramente econômicos. (...) Desta forma, podem ser utilizados pelas nações mais desenvolvidas como instrumentos de pressão externa para mudanças que lhes sejam vantajosas.

O ano de 1974 configura notadamente o ápice dessa perspectiva, pois dentro do ciclo de ondas curtas de Konratieff, demarca o fim da “expansão da economia-mundo (a chamada fase A de Kondratieff) e o começo do que ficou comprovado como sendo a longa estagnação de 30 anos na economia-mundo (a chamada fase B de Kondratieff)” (WALLERSTEIN, 2009: 59)<sup>17</sup> que, por sua vez, marca o início de uma crise sistêmica do modelo neoliberal de desenvolvimento. Com esta crise e com a perspectiva dos Estados Unidos em sair dela sem sofrer os danos correspondentes, as IFI’s se configuraram diante de uma transformação institucional, que reverberou em suas políticas ao redor do mundo.

“Os anos de 1970 se tornaram a década da morte do desenvolvimento como ideia e como política” (WALLERSTEIN, 2009: 61). Nele se configura, portanto, a crise do sistema de Bretton Woods, que teve três fatores os quais podem ser considerados os mais expoentes para dimensionar o grau de impacto no sistema capitalista mundial, a saber: 1) O choque do preço do petróleo; 2) A formação de um euromercado de divisas, resultado da expansão de praças *off-shore*; e 3) O firmamento do Dilema de Triffin<sup>18</sup>.

Com a ascensão de uma política financeira neo-ortodoxa, colocavam-se de lado as políticas de pleno emprego em nome do lucro financeiro e de interesses internacionais. Essa década se caracterizou por um processo em que o capital internacionalizado passou a imperar na economia mundial, levando a uma dinâmica monetária que expande o capital privado a alturas nunca antes vistas. A expansão desse capital, ligado aos interesses estadunidenses, fez com que a oferta de dólar, na economia internacional, abrisse o crédito privado dos países centrais aos países periféricos.

“Portanto, a chamada ‘crise do dólar’ não foi um acidente nem uma surpresa, nem muito menos uma derrota, foi um objetivo buscado de forma consciente e estratégica pela política econômica internacional do governo norte-americano” (FIORI, 2004: 92). Tal



conjuntura representou mais uma etapa do processo contínuo de expansão, concentração e centralização do poder político, econômico e militar em busca do poder global, nas mãos de um único ator.

Essa década, todavia, contém uma idiossincrasia – a estagflação. Esse período mostra “um duplo movimento de queda na taxa de crescimento do produto e aumento dos preços” (COELHO, 2002: 114). Essa realidade mostra, também, que o papel assumido pelo Banco Mundial, com seus programas de ajustes estruturais, também passou por um processo de mudança. A consequente crise dos anos 80, denominada pela UNICEF como a “década do desespero”, pois

estima-se que pelo menos 1/2 milhão de crianças tenham morrido naquele ano como consequência do reverso progresso do mundo subdesenvolvido. Houve ainda uma queda de 10 a 25% na renda média durante a década nos países africanos e latino-americanos; uma redução de 50% na despesa *per capita* com a educação e de 25% com a saúde nas 37 nações mais pobres do mundo (CAUFIELD, 1996: 145-162 apud CASTRO, 2004: 22).

Com o endividamento da Periferia dependente, deficitária e subordinada aos interesses do capital privado internacional, desenvolveu-se uma situação que levava a assimetria dos termos de troca a ser mais intensificado, aumentando os mecanismos de dependência da Periferia em relação aos países do centro capitalista (FURTADO, 1978).

Esse fato pode demonstrar quão enviesado estavam os programas de desenvolvimento do Banco Mundial, ao passo que este se transformou num grande disseminador do pensamento neoliberal. Os programas de ajustes estruturais se adequavam a um tipo de cartilha pela qual os países que se encontravam em uma situação deficitária, tinham de seguir à risca, no intuito de promover um desenvolvimento econômico seguindo os preceitos da perspectiva neoliberal, ao estabelecer um programa de empréstimos que se tornou um dos únicos recursos por meio dos quais os países subdesenvolvidos tinham acesso.

Como consequência, estabelecia-se uma receita para uma política econômica ortodoxa, qual seja: a expansão da liberalização comercial, a redução tarifária e a eliminação de barreiras protecionistas dos países periféricos subdesenvolvidos. Expandia-se, conseqüentemente, a realidade de dependência em relação aos países centrais, mas principalmente em relação às obrigações colocadas pelo Banco Mundial. Para Castro (2004), foi Winship Causen, Presidente do Banco Mundial no período de 1981-1986, que fez com que o Banco abrisse mão de uma política que mantivesse o foco em questões sociais, para implantar uma política conhecida como “*supply side economics*”, que interpretava o crescimento a partir da iniciativa privada e não da intervenção do Estado.

Segundo Menezes (2008: 78)<sup>19</sup>, todas essas transformações pelas quais passaram as instituições financeiras de Bretton Woods podem ser simplificadas em três fases singulares, quais sejam:

(1) o primeiro momento seria aquele após o fim da Conferência de Bretton Woods até a década de setenta; (2) A década de setenta seria um período de transição dessas instituições para o que viria ser; (3) o terceiro momento, que se inicia com a crise da dívida e a retomada decisiva de poder por parte do Fundo e do Banco.

Com essa postura do Banco, o que se confirmava era um cenário de interdependência, no qual os fluxos monetários alteravam as relações Centro-Periferia sem, contudo, solucionar as antigas assimetrias sócio-econômicas. Essa conjuntura, que marcou a guinada do Banco Mundial para assumir uma postura política neoliberal, baseada na “imposição” dos ajustes estruturais aos países periféricos, se dá diante da construção do consenso e da hegemonia neoliberal e com o ataque profundo ao modelo de substituição de importação.

### **Considerações Finais**

Com o que foi apresentado tentou-se mostrar como o surgimento do Banco Mundial, em um contexto fortemente marcado pelo embate da Guerra Fria, causou diversas modificações no projeto inicial daquela organização internacional. Assim, o que primeiro se tinha como uma organização voltada especialmente para a reconstrução do Mundo Livre e aberto, massacrado pela 2ª Guerra Mundial, e para amenizar as desigualdades econômicas entre o Centro e a Periferia, o que se viu com a Guerra Fria foi a utilização dessa organização como mecanismo de poder de um dos Estados que caracterizavam a balança de poder do período – os Estados Unidos.

Tal característica foi marcante nos momentos de crise de hegemonia dos Estados Unidos, na década de 1970, com a distensão e na retomada do embate entre as duas superpotências. Nesse cenário, o Banco Mundial serviu como braço político dos Estados Unidos, que alcançava países que, diante de suas condições econômicas, eram permeáveis para a ideologia comunista. Para impedir o avanço do “inimigo comum”, os programas de ajustes estruturais serviram para condicionar as economias e as políticas domésticas dos países da Periferia aos interesses de segurança dos Estados Unidos. Interesse

Nesse sentido, o Banco Mundial pode ser compreendido, principalmente no período da Guerra Fria, muito mais como uma organização alinhada aos considerados “interesses vitais” e de “segurança nacional” dos Estados Unidos, do que uma organização de fomento. Tal característica possibilita o entendimento de que essa posição do Banco Mundial está atrelada

a uma concepção de hegemonia, por meio da qual, os Estados Unidos, ao perceber que o “equilíbrio de terror” não permitia ações efetivas de contenção e de projeção de poder, pôde fazer uso de organismos internacionais para disseminar ideias e criar consensos. Consensos estes que puderam ser vistos com a investida das políticas neoliberais, profundamente arraigada no Consenso de Washington, durante a década de 1990, para a América Latina.

## Notas

---

<sup>1</sup>Mestre e Bacharel em Relações Internacionais (UEPB) e Historiador (UFPB). Email: murilo\_mesquita@hotmail.com.

<sup>2</sup>Graduanda em Relações Internacionais (UFPB) e Direito (UNIFE). Email: lucianacborges@live.com

<sup>3</sup>COX, Robert. Social forces, States and World Orders. In: LINKLATER, Andrew (ed) *International Relations: Critical Concepts in Political Science*. Routledge, 2000

<sup>4</sup>COELHO, Jaime Cesar. *Economia, Poder e Influência Externa: O Grupo Banco Mundial e as Políticas de Ajustes Estruturais na América Latina, nas décadas de oitenta e noventa*. Doutorado em Ciências Sociais. Unicamp. Campinas. 2002. Disponível:

<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000276371&fd=y>> Acesso em: 23/04/2008.

<sup>5</sup>SENES, Ricardo Ubiraci. Países intermediários e fóruns multilaterais: algumas considerações. In: Paulo Luiz Esteves. (Org.). *Instituições internacionais: comércio, segurança e integração*. Belo Horizonte: PUC/Minas, 2003.

<sup>6</sup>SIMIONATTO, Ivete. Trajetória intelectual de Gramsci. In: *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social*. São Paulo: Cortez, 1995.

<sup>7</sup>MELLO, Alex Fiuza de. *Mundialização e Política em Gramsci*. São Paulo. Ed: Cortez, 1996

<sup>8</sup>LICHTENSZTEJN, Samuel e BAER, Mônica. *Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial: estratégias e políticas do poder financeiro*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

<sup>9</sup>CASTRO, Luiza Carnicero de. *O Desenvolvimento Guiado por um Elemento Estrangeiro: as relações entre o Banco Mundial e os países subdesenvolvidos*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Unicamp. Campinas. 2004. Disponível em: <[http://www.cedec.org.br/files\\_pdf/Odesenvolvimentoguiadoporumelementoestrangeiro.pdf](http://www.cedec.org.br/files_pdf/Odesenvolvimentoguiadoporumelementoestrangeiro.pdf)> Acesso em: 09/06/2011

<sup>10</sup>RUGGIE, John; ABDELAL, Rawi. The Principles of Embedded Liberalism: social legitimacy and global capitalism. In: *New Perspectives on Regulation*. Cambridge: Tobin Project, 2009. Disponível em: <[http://www.tobinproject.org/sites/tobinproject.org/files/assets/New\\_Perspectives\\_Ch7\\_Abdelal\\_Ruggie.pdf](http://www.tobinproject.org/sites/tobinproject.org/files/assets/New_Perspectives_Ch7_Abdelal_Ruggie.pdf)> Acesso em: 07/07/2013

<sup>11</sup>Essa observação é feita e desenvolvida durante um debate na aula de História Social Inglesa, ministrada pela Professora Dr. Regina Célia, no curso de História da UFPB, no ano letivo 2013.1.

<sup>12</sup>CHANG, Há-Joo. *Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: UNESP, 2004.

<sup>13</sup>PEREIRA, João Márcio Mendes. O Banco Mundial e a Construção Político-Intelectual do “Combate à Pobreza”. *Topoi*, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010, p. 260-282. Disponível em: <[http://www.revistatopoi.org/numeros\\_anteriores/topoi21/Topoi21\\_14Artigo14.pdf](http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi21/Topoi21_14Artigo14.pdf)> Acesso em: 02/09/2013

<sup>14</sup>FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo: Artenova, 1977

<sup>15</sup>FIORI, J. L. Formação, expansão e limites do poder global. In: FIORI, J. L. (Org.). *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 11-64

<sup>16</sup>KRASNER, Stephen. Causas Estruturais e Consequências dos Regimes Internacionais: regimes como variáveis intervenientes. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 20, nº 42, p. 93-110, 2012.

<sup>17</sup>WALLERSTEIN, Immanuel. Mudando a Geopolítica do Sistema Mundo: 1945-2025. In: SADER, Emir et al. *América Latina e os Desafios da Globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. Rio de Janeiro: Boi Tempo, 2009.

<sup>18</sup>Pelo Dilema de Triifin entendemos como o resultado da incompatibilidade do dólar em gerar liquidez internacional, pois não conseguia cumprir o papel de ativos de reserva de valor e, conseqüentemente não conseguia manter o lastro de conversibilidade ouro-dólar.

<sup>19</sup>MENEZES, Henrique Zeferino de. *A Crise do Desenvolvimento Brasileiro: dívida externa, condicionalidades e as relações com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial (1974-1987)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. 2008. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000429541&fd=y>> Acesso em: 26/09/2008.

## **Os Usos Políticos das Identidades Étnicas e suas Implicações sobre a Consolidação da Democracia na África Subsaariana<sup>1</sup>**

Luciana Martins Campos  
lcamposmartins@hotmail.com  
Especialista em História e Culturas Políticas pela UFMG  
Orientadora: Vanicléia Silva Santos

### **Resumo**

Este artigo trata do cenário político na África Subsaariana. Abordamos os usos das identidades étnicas e religiosas para mobilização da sociedade civil em conflitos políticos ou na reprodução social de ideologias e partidos. Buscamos compreender mecanismos de mobilização que utilizam identidades étnicas ou religiosas, considerando que os sistemas africanos delegam às gerações atuais um imaginário representativo e simbólico do político. Ele sobrevive através da diversidade étnica ou de manifestações da simbologia elaborada pelas diferentes formas de organização do poder tradicional.

**Palavras-chave:** identidades étnicas, cultura política, democracia social.

### **Abstract**

This article discusses the political landscape of sub-Saharan Africa. It addresses the use of ethnic and religious identities for mobilization of civil society in political conflicts or social reproduction of ideologies and parties. We seek to comprehend the mobilization mechanisms that utilize ethnic or religious identities, considering that African systems assign to current generations, a representative and symbolic imagery of political. It survives through ethnic diversity or different manifestations of an elaborated symbology by different organizational forms of traditional power.

**Keywords:** ethnic identities, political culture, social democracy.

As implicações da diversidade étnica na composição da sociedade civil, do interesse público e da construção da participação democrática estão presentes nos estudos sobre a consolidação dos Estados modernos e dos regimes democráticos na África Subsaariana. O uso de identidades étnicas, ou sua politização, relaciona-se com a consolidação dos regimes democráticos no continente, em termos de participação, de representatividade e de mecanismos formais de institucionalização da democracia.

Segundo Remo Mutzenberg e Eliane Veras Soares<sup>2</sup>, a agenda teórica sobre a democracia tem sido orientada também pelas dimensões não restritas à formalização e à institucionalização da democracia, enquanto regime de governo, atendo-se a questões relativas “à presença ou construção de um espaço público, processos de articulação e composição de identidades políticas que envolvem relações de forças e caminhos cognitivos na vivência democrática do cotidiano”. A sociologia renova suas análises orientadas pela observância da “reprodução e atualização da sociabilidade não restrita ao âmbito tradicional do político” que, para os estudos africanos, torna-se estimulante à compreensão da construção de relações sociais democráticas e ao reconhecimento de permanências e atualizações de formas tradicionais do fazer político. Os pressupostos conceituais de cultura política inserem o debate em que o “cultural se torna fato político” e a “construção particular em cada sociedade do que conta como político” passa a ser o foco de construção de novos objetos<sup>3</sup>.

“[...] a noção de cultura política está, pois estreitamente ligada à cultura global de uma sociedade, sem, todavia se confundir totalmente com ela, porque o seu campo de aplicação incide exclusivamente sobre o político”<sup>4</sup>. A partir dessa afirmativa, consideramos que uma cultura política se articula à cultura geral, ou mais ampla, possivelmente pegando emprestados elementos simbólicos e imaginários, com suas representações e chaves de leitura da realidade, para sua própria construção enquanto cultura que incide sobre os fenômenos políticos.

Ao passo que a cultura política é definida, em grande parte associada a uma doutrina ou filosofia política (comunismo, socialismo, liberalismo, republicanismo), podemos considerar que, em seus desdobramentos práticos na realidade histórica, uma matriz fornecedora de elementos comuns à interpretação da história e orientadora da ação política pode ser desdobrada em múltiplas representações. Isso ocorre tanto por sua interação com diferentes contextos socioculturais, econômicos e históricos, quanto por interagir com outras culturas políticas concorrentes. Dessas interações, temos não só a superposição de culturas políticas em uma mesma sociedade, como nos sugerem Almond e Verba<sup>5</sup> com seu conceito de *sistemas mistos*, mas a conformação, se não de uma cultura política identificável, de representações políticas novas (imagens, símbolos, imaginários) nas quais os fenômenos

culturais que incidem sobre os fenômenos políticos não mais se apresentam filiados a uma doutrina política. Não se trata somente da mescla de culturas políticas socialistas com comunistas e com republicanas, em um jogo de legitimidade e de eficácia dos seus partidários pelo poder, mas de considerarmos o surgimento de representações que, além de poderem ter múltiplas contribuições doutrinárias, associam-se a aspectos culturais outros que vão além do universo político formal (doutrina política), que podem expressar representações e imaginários referentes ao espaço público ou às relações de poder.

As análises da antropologia política sobre a política ou sobre o poder vão reafirmar sua presença, mesmo em sociedades em que o poder político não se manifesta a partir de instituições próprias como o Estado, ou seja, mesmo com a “[...] falta de un poder político bien claro, un poder político-religioso opera por mediación de las estructuras clan-linaje, de las estructuras territoriales y de las estructuraciones de las clases de edad”<sup>6</sup>. Considerando que o poder político é universal e inerente ao social<sup>7</sup>, a proposta a se desenvolver a partir de então é a de que a compreensão do universo político tradicional, com seus sistemas políticos e de ideias a eles associados, pode ser significativa ao observarmos que os sistemas políticos africanos podem delegar às gerações do presente um imaginário representativo e simbólico do político, sobrevivente através da diversidade étnica ou de diferentes manifestações de uma rica simbologia elaborada pelas diferentes formas de organização do poder tradicional. Nessa perspectiva, que procura desenvolver um olhar cultural sobre os fenômenos políticos, esbarramos em uma limitação conceitual, quanto à definição de cultura política que não se aproxima da perspectiva da antropologia política, aqui também considerada.

O conceito de cultura política se desenvolveu para avaliar as relações entre a sociedade civil, o Estado e seus regimes de governo. Para Serge Bernstein<sup>8</sup>, uma cultura política necessariamente se articula a uma base filosófica ou doutrinária, a uma concepção de sociedade ideal e a uma visão institucional, o que condiciona esse fenômeno à sua relação obrigatória com o Estado. Almond e Verba pensaram o fenômeno supracitado para o entendimento da reação da sociedade civil frente aos regimes de governo democráticos. O problema é considerarmos que todos os indivíduos possuem, necessariamente, uma visão política associada a uma escolha racional, ou opcional, por uma doutrina política ou, do contrário, não seriam eles portadores de uma cultura política. Ou ainda, considerarmos que, nas sociedades civis, somente concorrem, para a construção de representações sobre o político, aspectos culturais advindos, direta ou indiretamente, de alguma doutrina política. Portanto, que outros elementos associam-se à construção de imaginários ou símbolos políticos, para além da orientação doutrinária e de suas manifestações ideológicas? Os

conflitos políticos que mobilizam identidades étnicas não necessariamente parecem se comportar no viés “sociedade civil X Estado”, com intenção de intervenção no regime de governo ou com alteração de governantes a partir de uma proposta institucional, nem o engajamento das ações individuais parece passar por essa perspectiva. Tais conflitos não seriam, portanto, políticos?

Atualmente, a diversidade étnica é revista sob um prisma positivo, quanto à consolidação da democracia nos países africanos ao sul do Saara, em oposição ao pensamento nacionalista característico dos anos das independências no qual a diversidade étnica apresentava-se como um desafio à construção de uma unidade nacional. O caso da intervenção da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) nas áreas rurais exemplifica bem esse impasse, pensado em termos econômicos (estruturação de uma economia nacional) e culturais (formação do homem novo a partir de uma inspiração nacionalista, socialista e de novos padrões organizacionais ocidentais). A proposta de aldeamentos incluía a condenação à poligamia, aos “curandeiros” e aos régulos (notáveis linhageiros). O projeto da FRELIMO ameaçou a reprodução das sociedades tradicionais em termos políticos e simbólicos, bem como em termos econômicos, pela desestruturação da economia de subsistência<sup>9</sup>.

Segundo Salvador Cadete Forquilha<sup>10</sup>, nos últimos 20 anos, um movimento de descentralização política ocorreu em vários países da África Subsaariana, caracterizado pela liberalização política e pelo processo de democratização. Esse movimento estava associado a medidas administrativas e legislativas que incorporam as autoridades tradicionais, a partir do reconhecimento de sua importância para a gestão de conflitos políticos e enquanto meio de relegitimação do Estado. As reformas institucionais e administrativas visavam aperfeiçoar a participação dos chefes tradicionais e de demais lideranças comunitárias na administração pública, reconhecendo o valor das comunidades locais para o desenvolvimento socioeconômico e cultural dos países.

Podemos citar a lei 3/94 de 13 de setembro, que criou distritos municipais em Moçambique, os quais promovem o “[...] enquadramento das autoridades tradicionais e de outras formas de organização comunitária pelos distritos municipais, de modo a estabelecer os mecanismos da sua participação na escolha e realização de políticas que visem à satisfação de interesses específicos das populações abrangidas”<sup>11</sup>. Também podemos citar a criação das subprefeituras em Guiné<sup>12</sup>. As medidas administrativas e legislativas mencionadas anteriormente tiveram por princípio o aprimoramento da participação dos chefes tradicionais e de outras lideranças na administração pública de seus respectivos países.

Por outro lado, dessa diversidade étnica, enquanto identidade sociocultural associada a uma coletividade que ocupa um determinado espaço físico, surgem questões referentes ao diálogo entre o Estado, as forças organizadas da sociedade civil e suas dinâmicas sociopolíticas. O apoio político local aos partidos, por exemplo, muitas vezes é fundamentado no reforço dos chefes tradicionais como intermediários políticos pela defesa de melhorias materiais para a comunidade. O protagonismo dos chefes tradicionais, na luta por recursos variados que permitam a reprodução social de suas comunidades, faz com que eles desenvolvam um capital político, por vezes questionável, dentro de um sistema democrático. Surgem indagações sobre um possível controle do eleitorado, prevalecendo decisões “comunitário-étnicas” sobre o voto individualizado. Ao mesmo tempo, a mobilização dos chefes tradicionais para o diálogo com os eleitores pode acabar mobilizando a cultura e a religião, como capital político dessas lideranças.

Manuel Maria Braga buscou, em seu artigo intitulado “Os partidos políticos africanos no virar do milênio: um ensaio preliminar”<sup>13</sup>, estabelecer uma matriz conceitual de análise político-partidária válida para toda a África Negra, com implicações sobre as possibilidades de estabilidade política dos países da África Subsaariana. Para avaliar a estabilidade política de 36 países do continente, ele procurou compreender os mecanismos endógenos de reprodução dos partidos políticos africanos em linhas gerais.

As conclusões a que Braga chegou mostram que os partidos políticos asseguram sua reprodução a partir de três instrumentos politizados: o uso de ritos e de mitos, as manipulações identitárias e o uso de doutrinas políticas e sociais. Para além da reprodução partidária, podemos ainda propor essa mesma divisão analítica, ou considerar dois dos instrumentos politizados (o uso de ritos e mitos e a manipulação de identidades, que podem ser étnicas, religiosas e regionalistas), para observar os fenômenos de manipulação de identidades e de solidariedades no cenário político, não necessariamente vinculados à reprodução partidária, mas como meio de reprodução de práticas, valores e ideologias políticas.

O Oró, de tradição pré-colonial, é formado por membros da comunidade do sexo masculino e, como uma espécie de polícia comunitária, é responsável pela segurança e pela punição de criminosos: em alguns casos é permitida, inclusive, a morte desses criminosos. Tal instituição associou-se à prática partidária. Segundo Insa Nolte<sup>14</sup>, na Nigéria, o uso do Oró está ligado a uma lógica tradicional de união moral-política da comunidade: foi utilizado pelos partidários do *Action Group* entre os anos 50 e 60, depois associado aos partidos UPGA (*United People's Grand Alliance*) e UPN (*Unity Party of Nigeria*), estendendo-se até os dias



atuais em ligação com os partidos políticos AD (*Alliance for Democracy*) e PDP (*People's Democratic Party*), todos historicamente com base de apoio no sudoeste da Nigéria.

Um desdobramento da lógica do Oró é a formação de grupos chamados de “vigilantes” que, na prática, operam como gangues rivais e emprestam braço armado a disputas políticas locais e até em nível nacional. Insa Nolte cita um episódio de violência entre grupos de vigilantes locais, na cidade de Sagamu, em torno da morte de um rapaz. O Exército Federal interveio e a consequência foi a perda de controle sobre a segurança da cidade de Sagamu pelos vigilantes, o que significou também a perda de um terreno político.

Outro exemplo é o uso do rito do Egúngún (saída às ruas de um mascarado que encarna o espírito de um ancestral, envolto em panos estampados), que esteve presente na região de Sagamu desde os tempos do *Action Group*. Segundo Insa Nolte, chegou a ser feito um Egúngún de Obafemi Awolowo, um dos pensadores e articuladores do movimento de independência nigeriano e que fundou o partido *Action Group* em 1950. Entre os anos de 1979 e 1983 (Segunda República Nigeriana), houve conflitos entre mascarados Egúngúns durante comícios políticos e votação de candidatos.

Insa Nolte, em seu artigo, também se refere à importância de lideranças tradicionais para a popularização da política partidária no interior da Nigéria, assim como à interferência da política partidária na escolha de Obás e de outros chefes tradicionais. Os Obás são chefes presentes desde a administração colonial das cidades do Reino Ijebu (Pré-colonial), atual município de Ijebu-Remo.

Ao mesmo tempo, nas últimas décadas, foi possível acompanhar conflitos na África Subsaariana através dos noticiários, envolvendo a politização de identidades étnicas em diferentes contextos. Nos dois casos, tanto na realidade de inclusão dos chefes tradicionais pela administração estatal como na realidade de conflitos, é evidenciado o peso das etnias no jogo político. Isso ocorre devido à conformação particular da sociedade civil nos países dessa região africana, em que a diversidade étnica guarda relações com o acesso de determinados grupos a recursos político-econômicos em determinadas espacialidades, “ao mesmo tempo em que consolida-se no cenário político global a política de identidade em detrimento da política de classes nos embates reivindicatórios”<sup>15</sup>.

Na guerra civil contra o governo de Mobutu, nos anos de 1996 e 1997, Kabila, líder dos rebeldes, apostou em apoio étnico e político de países vizinhos. A guerra civil no antigo Zaire expôs alianças da África Central e suas tensões étnicas e políticas. Os dois governos tutsis da região (Ruanda e Burundi) foram parceiros dos rebeldes contra o governo de Mobutu no Congo. Banymulengue, núcleo central da guerrilha que chegou ao poder com Kabila, é

uma subetnia tutsi com mais ligações com Ruanda e Burundi do que com o Congo. O conflito no país foi um desdobramento das guerras do Burundi e de Ruanda.

Conclui-se que o governo vitorioso de Kabila, em 1997 e 1998, não pôs fim à instabilidade política do país. A mobilização de novas forças rebeldes, baseadas em identidades étnicas e regionais, acabou pondo fim ao seu governo (2001). Ruanda, Burundi e Uganda apresentam conflitos com o Congo, quanto às fronteiras herdadas da colonização, em que a identidade étnica Tutsi e suas implicações espaciais fomentam conflitos de relações diplomáticas<sup>16</sup>.

Joseph Luciani<sup>17</sup> considera que, atualmente, conflitos interétnicos e inter-religiosos na região norte da Nigéria constituem uma ameaça à unidade nacional e que houve uma radicalização desses movimentos nos últimos 30 anos. Segundo sua avaliação, após o retorno ao governo civil, em 1999, a violência irrompe em alguns estados do norte, de domínio muçulmano e etnia Haussa, sobretudo nos Estados de Kaduna e Kano. De acordo com Luciani, o movimento Kala Kato, responsável pela morte de cerca de 70 pessoas em 2009, é considerado afiliado ao grupo religioso Maitatsine dos anos 80.

Em 2008, no Quênia, opositores do governo de Kibaki insurgiram contra o resultado oficial da eleição de 2007. A Organização das Nações Unidas (ONU) e a União Europeia (UE) disseram haver indícios de fraude. O país encontrava-se regionalmente dividido. O presidente reeleito Kibaki levou consigo três províncias e Odinga quatro províncias, o que regionalizou os conflitos. O grupo étnico Kikuyus, do presidente reeleito, foi alvo de ataques dos opositores, segundo relatos da Cruz Vermelha. O Quênia era considerado um dos países mais estáveis da África Oriental. A eleição de Kibaki, em 2002, pela Coalizão Nacional do Arco-Íris, chamada “Revolução de Veludo”, pôs fim a 24 anos do governo de Daniel Arap Moi, sendo um marco na abertura política do país<sup>18</sup>.

As identidades étnicas são um importante fator de mobilização política. No entanto, é preciso atentar para o fato de que muitos conflitos políticos que envolvem distintos grupos étnicos ou religiosos não são caracterizados por ter origem na intolerância cultural, como frequentemente a imprensa nos leva a crer. Mas esses conflitos são, muitas vezes, motivados por fatores econômicos e políticos que mobilizam identidades como fator eficaz de recrutamento, aprofundando o que Manuel Maria Braga chama de “clivagens sociais”, que são de ordem religiosa, étnica, socioeconômica, política e espacial. A distribuição de etnias em espaços geográficos não necessariamente confirma sua existência em organizações sociopolíticas próprias. As identidades étnicas não implicam, necessariamente, que a vida

comunitária desses grupos seja constituída sob uma organização social, política e econômica tradicional.

A relação existente entre ocupação étnica de espaços e o consequente uso de recursos econômicos, com as possibilidades físicas e geográficas de desenvolvimento, é uma realidade que promove clivagens espaciais, por vezes alimentadas por identidades transnacionais, ou seja, identidades étnicas que ultrapassam sua solidariedade às fronteiras nacionais. As fronteiras transnacionais alimentadas pela percepção identitária, que não é a mesma identidade nacional, evidenciam a necessidade de integrações econômicas frente às limitações das fronteiras herdadas da colonização.

---

<sup>1</sup> Monografia defendida no curso de Especialização em Culturas Políticas, História e Historiografia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

<sup>2</sup> MUTZENBERG, Remo; SOARES, Eliane Veras. “Democratização, sociedade civil e cultura política: aproximações entre o Brasil e a África lusófona”. *Estudos de Sociologia*. Recife: UFPE, v. 15, n. 2, p. 50, 2008.

<sup>3</sup> DAGNINO, 2000 apud MUTZENBERG, Remo; SOARES, Eliane Veras. “Democratização, sociedade civil e cultura política: aproximações entre o Brasil e a África lusófona”. *Estudos de Sociologia*. Recife: UFPE, v. 15, n. 2, p. 52, 2008.

<sup>4</sup> BERSTEIN, Serge. “A Cultura Política”. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para Uma História Cultural*. Lisboa: Estampo, 1998, p. 352.

<sup>5</sup> ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney, 1963 apud KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. “As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 13, n. 24, p. 231, 1999.

<sup>6</sup> “[...] falta de um poder político bem claro, um poder político-religioso opera por mediação das estruturas clã-linhageiras, das estruturas territoriais e das estruturas das classes de idade” (tradução livre). BALANDIER, Georges. *Antropologia Política*. Barcelona: Casa Nova 71, 1969, p.70.

<sup>7</sup> CLASTRES, 1982 apud KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. “As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 13, n. 24, p. 240, 1999.

<sup>8</sup> BERSTEIN, Serge. “A Cultura Política”. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para Uma História Cultural*. Lisboa: Estampo, 1998, p. 352.

<sup>9</sup> CASAL, Adolfo Yanez. “A violência em África: da guerra primitiva à guerra civil em Moçambique. A violência como fato social total”. *Atas do Colóquio “Construção e Ensino da História de África”*. Lisboa, p. 287, 1994.

<sup>10</sup> FORQUILHA, Salvador Cadete. “O Paradoxo da Articulação dos Órgãos Locais do Estado com as Autoridades Comunitárias em Moçambique: do discurso sobre a descentralização à conquista dos espaços políticos a nível local”. *Caderno de Estudos Africanos*. p. 90, 2008.

<sup>11</sup> FORQUILHA, Salvador Cadete. “O Paradoxo da Articulação dos Órgãos Locais do Estado com as Autoridades Comunitárias em Moçambique: do discurso sobre a descentralização à conquista dos espaços políticos a nível local”. *Caderno de Estudos Africanos*, p. 93, 2008.

---

<sup>12</sup> SCHÜTZER, Herbert. “Os Instrumentos Estatais e a Geopolítica das Linhagens na África Subsaariana: poder legal versus poder tradicional – caso da Guiné-Conakry”. *Conexão Política*. v. 1, n. 1, p. 117, jul./dez. 2012.

<sup>13</sup> BRAGA, Manuel Maria. “Os partidos Políticos Africanos no Virar do Milênio: um ensaio preliminar”. *Centro de Estudos Africanos*. Lisboa: ISCTE, p. 54, 2005.

<sup>14</sup> NOLTE, Insa. “Identidade e violência: a política de juventude em Ijebu-Remo, Nigéria”. *Imaginário*. v. 11, n. 11, p. 53, 2005.

<sup>15</sup> BIZAWU, Kiwonghi Sébastien. *O Conselho de Segurança da ONU e os Conflitos nos Grandes Lagos: análise seletiva e interpretativa das resoluções sobre o Congo*. Barueri: Manole, 2008, p. 14.

<sup>16</sup> *Folha de São Paulo*. São Paulo, p. 17, 23 mai. 1997.

<sup>17</sup> LUCIANI, Joseph. “A radicalização dos Movimentos Religiosos no Norte da Nigéria: um exemplo da Polarização da Sociedade Nigeriana?”. *Videre*. Ano 3, n. 5, p. 35, 2011.

<sup>18</sup> *Folha de São Paulo*. São Paulo, p. A10, 1 jan. 2008.

## **Literatura e História: a visão dos cronistas e escritores sobre o viver e o morar no subúrbio no início do século XX**

Luciana Verônica Silva Moreira  
Doutoranda em História Social – UFRJ  
Bolsista CNPq

### **Resumo:**

As representações do mundo social são sempre marcadas por intencionalidades e o documento literário, assim como qualquer outro, será sempre uma representação ligada à realidade descrita. Este texto analisa a forma como grupos letrados passaram a se relacionar com as regiões suburbanas. Com base nos escritos de cronistas e literatos que escreveram sobre o viver e o morar nos subúrbios de Belo Horizonte e Rio de Janeiro, no início do século XX, pretende-se verificar as aproximações entre literatura e história.

**Palavras-chave:** Literatura; Cidades; Subúrbios

### **Abstract**

The representations of the social world are Always marked by intionality and the literary document, just like any other , will always be a representation linked to reality described. This text looks at how literate groups began to relate to suburban regions. Based on the writings of chroniclers and writers who wrote about the live and living in the suburbs of Belo Horizonte and Rio de Janeiro, in the early 20th century, is intended to verify the approaches between literature and history.

**Key words:** Literature; Cities; Suburbs

### **Introdução**

O século XIX guarda em si todas as contradições de uma sociedade em transformação. Resquícios do Antigo Regime sobrevivem ao avanço das tecnologias. O ritmo de vida das pessoas, antes ditada pelo sol, agora acompanha os ponteiros do relógio, no ritmo da produção capitalista. A cidade transfigura-se, novos prédios, avenidas, galerias e monumentos surgem para acolher aos anseios da burguesia que, ansiosa por ostentar seu modo de vida, encontra na nova Paris reformada por Haussmann, o seu modelo.

No poema Perda da Auréola, Baudelaire nos diz muito sobre seu posicionamento na sociedade parisiense do século XIX. O poeta, no entanto, só consegue fazer levar ao seu leitor toda a ambiguidade da moderna cidade porque transita por ela, é frequentador de belos lugares, mas também faz incursões ao submundo dos habitantes de Paris. Através de Baudelaire, Walter Benjamim retrata a vida parisiense dos noventa, com seus folhetins

circulando e romantizando a vida do pequeno burguês. As construções em ferro, novidade tecnológica da época, contrapunha o moderno ao antigo.

A leitura de cidade efetuada por Michel de Certeau entende que, assim como Baudelaire, o habitante relaciona-se com a ordem construída e planejada e elabora um sentido a partir de suas práticas. Ao explorar a cidade enquanto lugar de vivência e apropriação humana, Certeau possui uma visão da cidade que concebe o espaço urbano como local de ocupação e residência, mas principalmente, local em que as pessoas transitam, circulam, estabelecendo laços de sentido e referência.

Os processos de transformações urbanas vivenciados no início do século XX pelas capitais Belo Horizonte e Rio de Janeiro impactaram diretamente a vida do habitante da cidade que como Baudelaire na Paris de Haussmann procuravam se relacionar com a nova modernidade imposta. O poeta Baudelaire, um flâneur conhecido e um tanto nostálgico que adorava passear pelas ruas sem nenhum destino prévio, não tardou a acusar a dimensão das transformações espetaculares operadas por Haussmann, então prefeito:

*A velha Paris não existe mais (a forma de uma cidade muda mais depressa, ai! Do que o coração de um mortal) Paris muda! Mas nada se moveu em minha melancolia! Palácios novos, andaimes, blocos, velhos subúrbios, tudo para mim se torna alegoria, e minhas caras lembranças são mais pesadas do que rochas<sup>1</sup>.*

Este trabalho pretende, sob a inspiração de Walter Benjamin e Michel de Certeau compreender melhor as dinâmicas urbanas existentes nas cidades de Belo Horizonte e Rio de Janeiro no início do século XX. Assim como Paris em meados do século XIX, ambas as cidades experimentaram importantes transformações em seu espaço urbano e através de um enfoque interdisciplinar pretende-se verificar os reflexos desses processos nas letras.

Segundo Angel Rama, o que aconteceu em Paris de 1850 a 1870, sob o impulso do barão de Haussmann, e fez Baudelaire dizer que a forma de uma cidade mudava mais rapidamente que o coração de um mortal, viveu-se no final do século e no início do século XX em muitas cidades latino-americanas. A cidade física transformava-se ou dissolvia e seu tráfico de desconhecidos, suas sucessivas construções e demolições, seu ritmo acelerado, as mutações que os novos costumes introduziam, tudo contribuiu para a instabilidade, a perda do passado e a conquista do futuro.<sup>2</sup>

A leitura de Rama, crítico literário uruguaio, nos conduz a uma abordagem da cidade latino-americana a partir de sua condição letrada. Sua obra não está entre aquelas produzidas no campo específico da história urbana, mas nela se faz presente, enriquecendo seu aspecto interdisciplinar, já salientado por Celik & Favro em “Methods of Urban History”. Rama

analisa, a partir de uma perspectiva macro-histórica, a evolução da cidade letrada iniciada pelos colonizadores espanhóis e portugueses, e a formação de uma cultura urbana latino-americana assentada sobre bases físicas, materiais. Uma ordem física e simbólica começa a se formar na cidade ordenada, onde a presença letrada é rarefeita e constitui elemento de poder e distinção social, substituída posteriormente pela cidade letrada que se presta a iniciar a expansão e a ‘democratização’ das letras. O processo que se inicia neste período é chave para o entendimento da visão de Rama. Da necessidade de educar os filhos dos colonizadores, àquelas referentes à administração, passando pela emergência dos novos grupos letrados da modernidade, o domínio da escrita vai estabelecendo seus vínculos ou distanciamentos do poder. Seja na construção de mitos ou identidades, no registro das impressões do novo ambiente urbano moderno do final do século XIX e início do século XX, na imprensa engajada, na produção literária ou na atuação politizada dos partidos políticos, os letrados terão a cidade como *locus* privilegiado de suas produções, seja como local de trabalho ou residência, seja analisando suas contradições internas ou sua relação com o campo.

### **A cidade letrada**

Segundo Angel Rama, a cidade latino-americana é resultado do sonho de ordem gestado durante o início da modernidade ocidental, que encontrou nas terras do Novo Mundo o lugar propício para sua concretização. Nas terras virgens, os valores nativos foram ignorados pela cegueira antropológica e a estes territórios foi aplicado o princípio da tábula rasa. Esse mecanismo permitia não só negar as culturas indígenas mas também começar *ex-nihilo* a superação do passado e do arcaico. Para Rama “a América foi a primeira realização material desses sonhos e, seu lugar, central na edificação da era capitalista”.<sup>3</sup>

Dentro desta perspectiva surgirão cidades na imensidão americana regidas por um ordenamento que também revela uma hierarquia social, distributiva e geométrica. O sonho da ordem servia para perpetuar o poder e a estrutura sócio econômica e cultural, existindo em duas ordens, uma física, sensível, material revelada pelas construções, destruições e restaurações e outra dos signos ou do simbólico, elaborada em um período anterior à existência das casas, das ruas e das praças que conferiu à cidade o seu significado. Para garantir e conservar a ordem projetada, as instituições seriam os instrumentos privilegiados e obrigatórios.<sup>4</sup>

Historicamente, haveria um grupo social, dentro dessas instituições, especializados na garantia da missão civilizadora das cidades: os letrados. Estes se constituiriam uma cidade de

letrados, cuja ação baseava-se no poder dos signos. No centro de toda a cidade, houve uma cidade letrada associada, quase sempre, ao poder. Das escolas às universidades, da escriturária à administração, da literatura à imprensa. Segundo Rama, “de todas as ampliações letradas da modernização, a mais notória e abarcadora foi a da imprensa que, ao iniciar-se o século XX, resultou beneficiária direta das leis de educação [...]”. O ambiente urbano é então tomado como aquele propício ao aparecimento do “poetas da modernização”, produzindo então as obras literárias.<sup>5</sup>

Neste sentido, os escritores se incorporaram à cidade das letras da modernização e se dedicaram a dois gêneros literário-político principais, que exerceram mais nos jornais que nos livros, ambos testemunhos da importância de grau que havia adquirido a letra nas sociedades que começavam a se alfabetizar: o propagandístico ou o da filosofia poética.<sup>6</sup>

O crescimento das cidades latino-americanas identificado, sobretudo, a partir de 1870 impactou diretamente a cidade do Rio de Janeiro que passou a vivenciar inúmeras transformações em seu espaço urbano e também suburbano. As intervenções urbanísticas identificadas ao final do século XIX para as áreas centrais procuravam remediar o problema da superpopulação da capital que, alocada em uma estrutura de feições coloniais, evidenciava a necessidade de urgentes intervenções urbanísticas. O incremento demográfico e a crise de habitações, agravada pela ausência de solo edificável nas áreas centrais, provocou transformações no perfil de ocupação urbana da cidade.

A caminhada em direção aos subúrbios da zona norte teve início no século XIX, inicialmente com a edificação de chalés e casas de campo ou veraneio. Ainda essencialmente rurais essas regiões atraíam pessoas das classes médias e altas que possuíam poder de locomoção pela cidade, para temporadas e finais de semana. Com a construção da estrada de ferro Dom Pedro II em meados do século, tal movimento se intensificou. Vários empreendedores lotearam terrenos ao longo da linha férrea e companhias de carris urbanos passaram a oferecer seus serviços a essas localidades.

O processo de urbanização e saneamento de áreas ao longo das estradas de ferro em direção à zona norte contribuiu para o alargamento do espaço geográfico da cidade. As reformas empreendidas nos locais centrais, ainda que não tenham sido responsáveis pela ocupação dos espaços suburbanos, como se verá mais á frente, tornaram essa situação mais complexa.

A fragmentação do espaço urbano pressupõe a formação de subúrbios, que irão se definir a partir de sua posição, principalmente geográfica, em relação ou contraposição a um centro. Historicamente essa condição periférica tem servido como justificativa para



generalizações e variadas formas de pré-conceitos em relação a estes locais, derivados, sobretudo, da absorção de valores ditos modernos e/ou burgueses pelos próprios condutores das análises históricas, sociais e culturais.

Entre 1902 e 1922, o carioca Lima Barreto morou nos subúrbios. Neste período que corresponde a toda a sua trajetória como escritor, dedicou romances, contos e diversas crônicas a questões do universo suburbano. O literato negro constituiu por meio de sua obra um amplo painel da sociedade carioca, jamais abdicando do que, a seu ver, era a função maior da literatura: intervir nas questões de seu tempo. Flagrou como poucos um Rio de Janeiro em fervilhante processo de fazer-se metrópole, numa era de reformas.

Em *Clara dos Anjos*, escrito em 1922, ano de morte do autor e só publicado postumamente em 1948, revela diversas impressões do autor:

O subúrbio propriamente dito é uma longa faixa de terra que se alonga, desde o Rocha ou São Francisco Xavier, até Sapopemba, tendo para eixo a linha férrea da Central. [...] Para os lados, não se aprofunda muito, sobretudo quando encontra colinas e montanhas que tenham a sua expansão; Há casas, casinhas, casebres, barracões, choças, por toda a parte onde se possa fincar quatro estacas de pau e uni-las por paredes duvidosas. Toda essa população pobríssima, vive sob a ameaça constante da varíola e, quando ela dá para aquelas bandas, é um verdadeiro flagelo. [...] A gente pobre é difícil de se suportar mutuamente; por qualquer ninharia, encontrando ponto de honra, brigando, especialmente as mulheres.<sup>7</sup>

Pelos dados do recenseamento de 1906, a composição social da região suburbana era bastante heterogênea. Essa característica pode ser entendida como parte de um processo de mudança que resultaria em uma migração das classes mais bem aquinhoadas dos subúrbios para as áreas litorâneas da zona sul e em progressiva ocupação da periferia urbana por trabalhadores de menor poder aquisitivo. No entanto nos dez primeiros anos do século XX ainda é possível falar em um subúrbio com predominância de letrados e ocupações que variavam de funcionários públicos e militares de baixa e média patente a profissionais liberais e prestadores de serviços. Lima Barreto, em “Esta minha letra”, chega até a mencionar a existência de uma “aristocracia suburbana”:

Foi um dia destes. Eu vinha de trem muito aborrecido porque saíra o meu folhetim todo errado. O aspecto desordenado dos nossos subúrbios ia se desenrolando aos meus olhos; o trem se enchia da mais fina flor da aristocracia dos subúrbios. Os senhores com certeza não sabiam que os subúrbios têm uma aristocracia. Pois têm. É uma aristocracia curiosa, em cuja composição entrou uma grande parte dos elementos médios da cidade inteira: funcionários de pequena categoria, chefes de oficinas, pequenos militares, médicos de fracos rendimentos, advogados sem causa, etc.<sup>8</sup>

Contudo, não é possível tomar os escritos de Lima Barreto como a fiel descrição do subúrbio, tendo em vista ser suas narrativas sempre controversas, revelando mais conflitos e distanciamento do que propriamente proximidade. Ao fazer de sua produção literária uma

forma intervenção urbana, Barreto fornece aspectos de sua própria experiência, a qual interfere significativamente na forma como ele vê o mundo ao seu redor. Desta forma, não é possível reduzir os subúrbios ao que diz Lima Barreto, assim como para compreender o subúrbio torna-se imprescindível a leitura das crônicas, romance e textos do autor. Nesse sentido, a escrita literária, como processo de interpretação e de intervenção no presente, é vista aqui como uma prática social, que constitui e institui a realidade.

A cidade de Belo Horizonte, localizada no centro do estado de Minas Gerais, foi projetada ao final do século XIX e inaugurada oficialmente a 12 de dezembro de 1897. Começou a ser construída em 1895<sup>9</sup> como alternativa à cidade de Ouro Preto, que assumiu a proeminência do estado enquanto principal centro minerador do país no século XVIII, mas que ao final do século XIX, já não atendia às demandas do novo contexto social e econômico.

A Nova República proclamada em 1889 encontrou na construção da Nova Capital de Minas Gerais uma forma de materializar o lema de ordenamento e progresso. Tais conceitos estavam intrinsecamente ligados e bastante visíveis no projeto executado, refletindo as ambições da República positivista que almejava a tão sonhada modernidade. Idealizado pelo engenheiro Aarão Reis e projetado sob a coordenação da Comissão Construtora da Nova Capital o novo centro urbano começou a ser construído em 1895 e em poucos anos, apresentando apenas os principais prédios e poucas avenidas realmente concluídas, foi oficialmente inaugurado com a transferência do governo. No entanto, a execução do restante da planta prevista para a cidade ainda se arrastaria por boa parte do século XX o que ocasionou significativas alterações no projeto original. Outro problema acarretado pela morosidade das obras foi evidenciado pela condição precária de boa parte das ruas e avenidas da cidade que se apresentava sem calçamento, fazendo com que a cidade ficasse conhecida pela poeira que lhe era característica.

Os entraves financeiros foram apontados como o principal motivo para a lentidão das obras, o que refletiu não só na execução parcial do projeto, mas também na precária urbanização da nova capital. Tal condição não condizia com os ideais de modernidade preconizados e colocava a cidade em uma situação em que elementos arcaicos e modernos se confrontavam no horizonte da Nova Capital evidenciando os limites do projeto civilizador da nova República.

Marshall Berman ao analisar a modernidade, divide sua história em três fases, a saber: início do século XVI até o fim do século XVIII; 1790 ao final do século XIX; século XX. Berman destaca a importância que as cidades adquiriram ao longo do século XIX, contexto em que se vão inserir as reformas urbanas em cidades como Paris, por exemplo, aprofundando

a problemática das transformações sofridas pelo mundo contemporâneo ocidental. Analisando o Fausto de Goethe, o autor explora como o início dessas transformações, o choque de contradições entre a tradição e a modernidade, o novo e o arcaico pode ser ao mesmo tempo destrutivo e transformador. Assim como Fausto, se metamorfoseia em um elemento fomentador do progresso que quer a todo custo apagar qualquer resquício do velho mundo, os construtores da Nova Capital desejam ver demolidos toda e qualquer sombra que lembre o arcaico Cural d'El Rei ao mesmo tempo em que procuram salientar a modernidade dos edifícios recém-construídos. Como uma cidade fabricada, Belo Horizonte é carente de passado, de história, o que incomodou seus visitantes e moradores.

Em 1901 Arthur Azevedo, dramaturgo, poeta, contista e jornalista, publica no jornal "O Paiz" uma série de artigos contendo suas impressões sobre no estado de Minas Gerais e particularmente sobre a nova capital, Belo Horizonte, onde esteve a passeio por alguns dias. Arthur Azevedo residia no Rio de Janeiro e foi à Minas através de um convite do Coronel Alfredo Vicente Martins, a quem estava confiado o comando da Brigada Policial de Minas Gerais. Segundo o autor, o convite ia de encontro ao desejo de conhecer a moderna capital "erguida como por encanto num obscuro arraial, que não figura em nenhum passo da história de Minas."<sup>10</sup> Azevedo, deixa seu interessante depoimento sobre a destruição do arraial de Cural d'El Rei:

"Ao meu espírito, ao meu temperamento de "touriste", faltava alguma coisa; a vetustez. Era novo, novinho em folha, tudo quanto eu via; as ruas, as casas, os próprios habitantes, pois é raro encontrar-se ali pessoas velhas.(...)  
- "Que diabo! façam-me ver alguma coisa velha!" Disse aos obsequiosos cicerones.  
- Pois bem, vamos fazer-lhe a vontade mostrando a velha matriz da freguesia do Cural d'El Rei. E, é contentar-se com isso; não temos nada mais velho! Dirigimos-nos então à Igrejinha, que ali está, isolada e tristonha, como uma sentinela perdida no passado. Quiseram demoli-la o que, aliás não afriam mais do que imitar os europeus mais civilizados, ou tidos como tais; (...) Foi pena que destruíssem tudo quanto era o antigo Cural d'El Rei e não ficasse ali um bairro, uma rua, um alpendre do velho arraial, que lembrasse, embora incompletamente, a fisionomia do passado."<sup>11</sup>

O Fausto de Goethe, analisado por Berman, enquanto fomentador se propõe a desenvolver e a inserir na modernidade todo o mundo ao seu redor e se sente imensamente incomodado pela presença de um reduto tradicional representado pela propriedade de um casal de idosos, aos quais ordena que seja dado um fim. Assim, também em Belo Horizonte a Comissão se sente incomodada pela presença marcante da antiga matriz da Boa Viagem, mantida de pé por mais algum tempo em virtude de não se ter construído a nova catedral da cidade. A antiga matriz, de arquitetura simplória, seria demolida em 1932 quando foi substituída por um templo neogótico. Conforme havia sido planejado, ao iniciar o século XX o arrasamento do antigo Cural d'El Rei estava quase terminado.

Ao analisar Baudelaire, Berman também identifica essas antinomias no ambiente das cidades em profunda transformação. Para o caso das cidades-metrópole dos séculos XIX e XX, Berman identifica a existência de projetos de modernidade que se materializam nas grandes reformas urbanas, mas se debatem com a presença marcante de comportamentos e valores tradicionais, e com as próprias espacialidades do passado.

A Cidade de Minas, primeiro nome de Belo Horizonte, contava na época de sua inauguração com cerca de 12.000 habitantes, desde funcionários públicos, comerciantes, operários que trabalhavam em sua construção e alguns antigos moradores do arraial, estes concentrados em áreas suburbanas. As ruas largas e o vazio constante da cidade causavam estranhamento em que chegava de fora tanto para estabelecer residência quanto para quem ia visita-la, como lemos nas palavras de Tristão de Ataíde: <sup>12</sup>

As casas perdidas nas ruas. O silêncio. Bondes. Lá um na vida, outro na morte. (...) Os grandes colégios e as ruas vazias, pelas quais passava, ainda, o eco de Nabuco a perguntar a João Pinheiro, quase chegando ao Palácio da Liberdade: Quando começa a cidade? <sup>13</sup>

Alceu Amoroso Lima foi crítico literário, professor, pensador e escritor aderiu ao modernismo em 1922, sendo responsável por importantes estudos sobre os principais poetas do movimento. Adotou o pseudônimo Tristão de Ataíde, ao se tornar crítico em 1919 n’*O Jornal*. O pseudônimo distinguia a atividade de industrial da literária: dirigia então a fábrica de tecidos Cometa, herdada de seu pai.

Belo Horizonte nesse período recebia muitos visitantes, jornalistas, escritores, representantes de governos, enviados de outros estados curiosos para conhecer a nova cidade da nova República. Monteiro Lobato, também visitara a cidade em seus primeiros tempos e não deixou de notar a “escassez de gente pelas ruas larguíssimas, a cidade semiconstruída, quase que apenas desenhada a tijolo, no chão, um prédio aqui outro lá, tudo semi-feito – e a tudo envolver um pó finíssimo e finissimamente irritante [...]” <sup>14</sup>. O cronista João do Cural também escreveria sua impressão no jornal Diário de Minas lembrando o antigo apelido da promissora Belo Horizonte: Poeirópolis! <sup>15</sup>

## **Considerações Finais**

Ao eleger o espaço urbano, ou a cidade, como categoria de análise histórica, tem-se como referência a atual disposição da historiografia contemporânea em se lançar a uma amplitude de temas. A abertura de novos espaços para pesquisa e a utilização de diferentes

instrumentos analíticos, inclusive com a realização de proveitosos diálogos interdisciplinares, enriquecem sobremaneira a escrita da história. Ao mesmo tempo, a interdisciplinaridade proposta pela história urbana aproxima o pesquisador de diferentes visões acerca da cidade e o coloca em contato com estudos importantes sobre o ambiente urbano, desenvolvidos em diferentes ares do conhecimento.

Apesar de possibilitar novas leituras, é preciso ter em mente que o contato estabelecido deve ser feito com cautela e de forma crítica e a análise metodológica é um dos pontos principais a ser considerado. Neste aspecto, a história social constitui-se como um campo privilegiado de estudo da cidade, uma vez que as relações e comportamentos humanos podem representar as contradições e desafios que se desenvolvem no espaço urbano compartilhado. A vida em sociedades urbanas é um tema caro aos historiadores sociais e culturais que tem se debruçado cada vez mais sobre a história das cidades para compreender melhor as dinâmicas que envolvem as relações que as pessoas estabelecem entre si e com seu lugar de moradia. O cotidiano, o lazer, a política, as redes sociais e o trabalho, estão entre os temas pesquisados para o entendimento do ambiente urbano, especialmente para o final do século XIX e início do século XX, quando o crescimento urbano passa a ser uma realidade inquietadora para muitas cidades ao redor do mundo.

O presente texto teve com objetivo refletir sobre a história das cidades enquanto um campo de estudos em crescimento dentro da historiografia e que tem demonstrado grandes potencialidades para a pesquisa histórica. A intenção é proporcionar um espaço para pensar a História Urbana em seu caráter interdisciplinar, abrindo um diálogo outras áreas do conhecimento como a Geografia, a Economia, a Sociologia, a Arquitetura e a Antropologia. Além disso, propõe pensar as cidades e o espaço em relação às categorias temporais e escalas de observação variadas, nas quais se destaca a dinâmica da trajetória dos atores sociais

Michel de Certeau concebe o espaço urbano como local de ocupação e residência, mas principalmente, local em que as pessoas transitam, circulam, criando não-lugares e elegendo preferências, estabelecendo laços de sentido e referência. O habitante relaciona-se com a ordem construída e planejada e elabora um sentido a partir de suas práticas, da forma como processa o sistema de símbolos da comunicação urbana. Neste sentido, tanto na sua dimensão material como simbólica, as cidades são espaços socialmente produzidos pelos grupos humanos em práticas associadas à produção e reprodução social, o que lhe confere um caráter dialético, uma vez que essas relações são marcadas por contradições e lutas. A identificação “da mudança” é a principal característica das cidades e um dos principais objetos de estudo do historiador. As modificações físicas, as transformações dos sistemas de

valores e padrões de conduta entre os habitantes das cidades e as ligações entre estes fatores, além do aspecto humano presente no estudo das cidades. A história urbana apresenta-se como o estudo de uma relação dialética do homem com o tempo e o espaço. Relação dialética com o tempo, uma vez que a paisagem se modifica ao longo dos anos, não é a mesma que a anterior, é algo novo, mas carrega muito da antiga em suas características.

Outra preocupação deste simpósio diz respeito à metodologia a ser empregada em uma pesquisa de história urbana. Neste sentido, será possível identificar diferentes contribuições e levantar questões importantes sobre este tipo de fazer histórico. Lewis Mumford apresenta pistas sobre como entender a cidade a partir da análise de sua história e das relações de seus habitantes com o sítio e daquelas estabelecidas entre si. Propõe analisá-la para além do aspecto físico, como local da experiência humana. O aspecto físico das cidades é apresentado como resultado desta experiência. Edifícios, monumentos e vias públicas tornam-se registros históricos a céu aberto, formas físicas, mas também abstrações.

---

<sup>1</sup> BAUDELAIRE, Charles. *uvres Complètes I*. Paris: Gallimard, 1976a, p. 85-86

<sup>2</sup> RAMA, Angel. *A cidade das letras*. Trad. Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 96-97.

<sup>3</sup> Idem, p. 24

<sup>4</sup> Idem, p. 36-39

<sup>5</sup> Idem, p. 83-88

<sup>6</sup> Idem, p. 113

<sup>7</sup> BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. 1a ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. p. 72

<sup>8</sup> SCWARCZ, Lilia Moritz (Org). *Lima Barreto*. Contos completos. São Paulo, Companhia das Letras, 2010. p. 551.

<sup>9</sup> Data de aprovação da planta definitiva da Nova Capital pelo Decreto nº 817 de 15 de abril de 1895.

<sup>10</sup> REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1982, Vol. 33, p. 182 / pp. 179-211)

<sup>11</sup> AZEVEDO, Artur. *Um Passeio a Minas – VI*. Minas Gerais, Belo Horizonte, 11 dez. 1901. p. 30

<sup>12</sup> Alceu Amoroso Lima, escritor e pensador brasileiro que viveu no Rio de Janeiro no início do século XX adotou o pseudônimo de Tristão de Athayde, com o qual escreveu diversos textos em jornais do período.

<sup>13</sup> ATAÍDE, Tristão de. Belo Horizonte, cidade morta. In: ARAÚJO, Laís Correa de, (Org). *Sedução do horizonte*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

<sup>14</sup> JULIÃO, Letícia. *Belo Horizonte: Itinerários da cidade moderna (1891-1920)*. Belo Horizonte, UFMG/FAFICH/DCP, 1996. p.62-63

<sup>15</sup> MAGALHÃES, Beatriz de Almeida. *Belo Horizonte, um espaço para a república*. 1989. Belo Horizonte, Ed. UFMG. P. 85.

## O Braço do Clero e seus conflitos

LUCIANO CESAR DA COSTA<sup>i</sup>

### *Resumo*

O presente trabalho procura discutir as diversas maneiras como, as assembleias de cortes da monarquia portuguesa restaurada apresentavam conflitos políticos mais amplos, usando para tal os autos de cortes e outras fontes de época. No caso em análise o conflito de precedência se deu entre os bispos do reino e os priores-mores da Ordem de S. Tiago, enfatizando como na conjuntura delicada da monarquia portuguesa nos anos seguintes a 1640, apresentavam conflitos religiosos e políticos, que frequentemente se misturam dando a origem a um amálgama complexo.

Palavras-chaves: Hierarquia, Conflito de Precedência, Portugal Restaurado.

### *Abstract*

This paper discusses the many ways, the assemblies of courts in the the Portuguese monarchy restored had wider political conflicts, using for such notices of courts and other sources of the time. In this case the conflict took precedence among the bishops of the kingdom and the priors-mores of the Ordem de São Tiago, emphasizing how the delicate situation of the Portuguese monarchy in the years following 1640, had religious and political conflicts that often mix giving rise to a complex amalgam.

Keywords: Hierarchy, Conflict of Precedence, Portugal restored.

O clérigo Raphael Bluteau explicou o significado que a palavra “representação” adquiriu no mundo moderno pela seguinte definição: “E quando pela autoridade, que dá direito, se representa aquele, que na realidade não está presente”. Assim, representar era fazer presentes os ausentes. Essa breve definição coloca-nos ante a importância política que os diversos cortesãos percebiam para si ao pleitear representação e assento nas assembleias da monarquia portuguesa – as cortes. Sabendo que as reuniões de cortes remontam aos primórdios da monarquia portuguesa, não pretendemos esgotar todas as possibilidades de estudo.<sup>ii</sup> Entretanto, no que tange a segunda metade do século XVII, bem como aos inúmeros conflitos de precedência do período em questão, procuraremos explicitar os diversos eventos e mecanismos dessas assembleias representativas, que se reuniram nove vezes e apresentaram relativa aproximação temporal. Tais assembleias eram antes de qualquer coisa reuniões em que os três estados do reino se encontravam para discutir questões governativas, especialmente assuntos relacionados à fiscalidade e à guerra. Por outro lado, não devemos procurar nessas assembleias antecedentes das atuais instituições governativas e representativas, isso porque essas cortes eram dotadas de características particulares. Não se tratava de uma reunião de indivíduos que representavam uma determinada parcela da

sociedade, ainda que a noção de representação fosse diferente da presente na sociedade contemporânea. Tratava-se de uma entidade consultiva a qual o rei fazia uso em determinados assuntos, lembrando que os diversos representantes dos três estados (nobreza, clero e povos) eram convocados pelo rei, e só este poderia exercer essa função, isto é, convocar as cortes. Por outro lado, esse monopólio real sofria grande constrangimento. Ainda nas preposições de Pedro Cardim, vemos que as cortes, em vista de sua antiguidade e tradição, eram vistas como um “procedimento devido”, o que gerava inúmeras pressões para sua convocação.

Ainda buscando perceber os conflitos de precedências nessas reuniões, não nos deteremos no caráter estético de sua organização, mas na comunicação entre os seus diversos participantes, e na conseqüente disputa entre os diversos dignitários por um lugar mais preeminente na pirâmide social. Nas palavras do autor:

Como seria de esperar, tais ajustamentos, ainda que subtis não eram de todos pacíficos, e geravam conflitos de precedência que, por vezes, se radicalizavam, levando algumas figuras da nobreza, mas também certos dignitários eclesiásticos, a não participar na solenidade, justificando a sua ausência mediante uma desculpa qualquer.<sup>iii</sup>

Cardim faz importante advertência para que evitemos uma visão que confira demasiada carga conflitiva a essa sociedade. Porém, importa salientar que essas querelas faziam parte desse ordenamento, e, assim, omitir o conflito implica suavizar elemento essencial de sua configuração, devendo-se pontuar também, por outro, que as fontes fazem clara referência à harmonia entre o rei e seus vassallos. Como podemos perceber nos autos de cortes de 1645, a maneira mais segura de “consergurar os Reinos, é o amor recíproco entre o Príncipe, & os Vassallos, com este felicemente se governam na paz, gloriosamente se defende na guerra. Pelo contrario divididas as vontades, logo está a Republica em perigo”.<sup>iv</sup> Pensando na assembléia em si, temos que atentar para a produção de uma planta que delimite os locais de cada um na dita abertura solene de cortes. Nessa planta podemos ter algumas ideias dos conflitos de precedência que seriam possíveis. Em regra, temos duas possibilidades: o conflito se dava entre estados, por exemplo: entre o estado da nobreza e o eclesiástico; ou ainda entre membros de um mesmo estado na busca de um assento mais próximo ao rei.

O primeiro exemplo de conflito de precedência ocorre entre os representantes do Estado eclesiástico e o estado nobreza na abertura das cortes de 1668. Veja-se:

No banco dos Bispos, estavam sentados os Priores mōres de San Tiago, & d’Aviz, o qual assento tomarão na forma da resolução de um alvará de S.Mag. de 10 de março de 1649, em que houve por bem, qu os ditos Priores mores tivessem lugar, & assento no banco dos Bispos, abaixo deles, sem distinção alguma, em os atos públicos de Cortes; & o dito Bispo de Targa em seu nome, & dos mais Prelados, protestou, que a resolução daquele alvará não fora executada, nem agora se podia executar, por ser contra o costume, que até agora se usou, & contra a autoridade dos Bispos, & pediu ao Secretario de Estado Pedro Vieira da Sylva lhe tomasse este protesto, como tomou, &



dele se fez assento assinado pelo mesmo Secretario, & o dito banco, em que estiveram sentados os ditos Piores mores, esteve descoberto, como já atrás dito, & Fo se costuma cobrir co hum pano de rãs, quando os Bispos se sentam nele.<sup>v</sup>

O conflito em análise refere-se a uma das reuniões de cortes ocorridas na conjuntura restauracionista portuguesa. Assim, o objetivo central é mostrar como esse relato consiste em uma síntese da complexidade social da monarquia portuguesa. Novamente, lembrando as ideias de sociólogo alemão Norbert Elias: “Ali, a possibilidade de andar à frente ou de sentar antes de outro, ou o grau de reverência que alguém recebia, a amabilidade da recepção, e assim por diante, não eram absolutamente “frivolidades”.<sup>vi</sup> Nesse sentido, questões que pareceriam de menor monta adquirem importância singular. A precedência adquirida pelos piores-móres da Ordem de Santo Tiago era questionada pelo bispo de Tago, D. Francisco de Sottomaior. A apreciação seguinte procura fazer um levantamento do funcionamento desses dois ramos da monarquia portuguesa, o Episcopado e as Ordens Militares. Depois desse diagnóstico geral, focaremos na conjuntura da Restauração e em como essas duas instituições careciam de legitimação frente aos demais corpos da monarquia portuguesa.

As Ordens Militares são objeto importante da historiografia recente portuguesa, após terem ficado por longo tempo renegadas a estudos menores. A obra de Fernanda Olival que foi publicada em 2001 marcou uma ruptura importante. A historiadora portuguesa atenta para o pequeno volume de produção historiográfica que tratasse do tema à sua época, e aborda em sua tese de doutoramento o funcionamento dessas Ordens.<sup>vii</sup> Cabe destacar que a autora procura se afastar de concepções weberianas de poder, enfatizando, portanto, os conflitos e negociações decorrentes do processo de mercê relacionado com a obtenção do hábito das ordens militares. Para melhor perceber o funcionamento das ordens militares no Portugal moderno, temos que atentar para o processo de distribuição de mercês. Assim, o conceito de liberalidade régia é essencial, visto que é esta liberalidade que anima o monarca a “dar” mercê.<sup>viii</sup> A importância do gesto de “dar”, marcante na época moderna, evidencia-se não apenas nos coetâneos, mas também nos autores clássicos. Aristóteles valorizava o gesto de “dar” e condenava a acumulação de proventos materiais como um fim em si mesmo. Não é sem propósito que este pensador será resgatado e lido pela segunda escolástica, movimento este essencial para a compreensão da história moderna portuguesa. Exemplos contemporâneos também não nos faltam, a exemplo do discurso do Abade António Moreira Camelo: “nenhuma cousa prende mais os corações: nenhuma grangea mais honra, & gloria com os homens (...) tudo isto se adquire com o dar”. Já mais tardiamente no século XVIII, escrevia o famoso Raphael Bluteau: “Thesouros na burra são grandezas de burros; só couces sabem dar

ao merecimento”. No campo da governança a liberalidade também era valorizada como destaca o secretário de Estado, António Sousa de Macedo enfatizava que era maior o descrédito de um príncipe vencido pela liberalidade do que pelas armas.<sup>ix</sup> A valorização da importância do gesto de “dar” começou a ser analisada com maior atenção pelas ciências sociais, após a publicação do famoso ensaio de Marcel Mauss sobre a dádiva em 1920. Contudo, o olhar antropológico de Mauss nem sempre dava conta da complexa burocracia e rede de poderes das sociedades de Antigo Regime, o que implicava um olhar mais atento sobre essas redes de poder, nas quais estão inseridas as comendas das ordens militares.

De maneira geral, o rei tinha três obrigações: zelar pela religião, garantir a paz e distribuir a justiça. É a esta última obrigação que ora daremos mais atenção. A justiça na época moderna era concebida de maneira distinta, em relação aos Estados de Direito, no sentido de que o conceito básico de justiça era “dar a cada um o que era seu”, seja na distribuição de prêmios, seja na distribuição de castigos. A velha metáfora do corpo político é novamente retomada: com a mão esquerda o monarca punia e com a direita distribuía prêmios, equivalendo esta justiça distributiva a um dos alicerces da monarquia.

Assim surgiam dois tipos básicos de mercês: aquela “por via da graça” e aquela “por via da justiça”. As primeiras relacionavam-se totalmente à liberalidade, sem objetivos remuneratórios, enquanto as outras eram geradoras de débitos. Parece óbvio que as mercês por via da justiça eram as mais comuns, pois implicavam, para além do poder simbólico, o recebimento de provimentos. Segundo Fernanda Olival, é devido a essa distinção que se considera impróprio o uso da expressão “economia da graça”, quer em Portugal, quer na coroa castelhana, pois nem todas as mercês eram provenientes da graça e da liberalidade. Em oposição à mercê da graça, vemos essas mercês remuneratórias, as quais estavam ligadas à dimensão da reciprocidade e correspondência entre o serviço prestado e a dádiva, ainda que essa correspondência nem sempre se concretizasse. Não obstante isso, a presença das mercês remuneratórias era essencial em uma sociedade dividida em ordens.<sup>x</sup> As mercês adquiriram tanta importância que, em Castela, por exemplo, chegaram a ser determinadas em cortes como prerrogativa régia, proibindo-se o uso da expressão em documentos emanados por outras pessoas. A distribuição de mercês era essencial para todo o edifício social, como bem destaca Fernanda Olival: “A própria ordem social corria o risco de desmoronamento se o gesto de agradecer, enquanto atitude de reconhecimento dos benefícios, deixasse de se efectuar.”<sup>xi</sup>

Assim, o importante papel social que essas mercês exerciam manifestava-se também no âmbito das ordens militares, as quais são muito representativas nesse processo. Veja-se que os deputados da Mesa de Consciência em 1641 consideravam irrevogáveis os privilégios das

Ordens Militares, exatamente porque tinham natureza de contrato. A Mesa de Consciência e Ordens tinha papel essencial na avaliação do merecimento, especialmente se pensarmos que a distribuição de mercês era uma forma de mobilidade social, e por isso necessitava sofrer certo grau de controle, ainda que de fato a Mesa não pudesse atribuir serviços, mas apenas distribuir habilitações.

As ordens militares eram detentoras de forte carga honorífica, logo o rei não podia regular sobre elas livremente, que se pese então a importância da já citada Mesa de Consciência e Ordens e do livro de registros de mercês, para além das chancelarias das próprias ordens, que mantinham registros próprios. Em suma, as ordens militares surgem no período medieval como forma de recompensa e luta contra os infiéis muçulmanos, sempre em uma lógica de cruzada. Sendo as três principais ordens - de Avis, Cristo e Santiago - anexadas pela coroa portuguesa em 1551. É a partir desta data que focaremos nossa atenção, porque é neste momento que as ordens penetram no jogo supracitado de serviço/recompensa (mercê) da coroa portuguesa. Existiam claras diferenças entre os hábitos de Avis e Santiago e a Ordem de Cristo. As duas primeiras ordens eram mais voltadas para os não fidalgos, soldados ordinários, procuradores de cortes e, por fim, os homens da navegação. Já a insígnia de Cristo era a mais honrosa, não obstante o fato de nem sempre o estatuto social ser a característica mais importante para obtenção do hábito, visto que, por vezes, era mais valorizada a qualidade do serviço prestado.<sup>xii</sup> Apesar de serem ordens religiosas e militares, não estavam ligadas apenas à recompensa por serviços a uma vocação religiosa. Ostentar a insígnia trazia grande apreço social. Isso porque as sociedades de Antigo Regime eram claramente pautadas por outros valores que não se limitavam à dimensão econômica, sendo o prestígio e a honra valores essenciais. Em tempos de conflitos armados o prestígio das ordens militares cresce, e se isto era verdade no contexto das cruzadas medievais, era igualmente procedente na Guerra de Restauração. O que se verifica em alvará régio de 1655:

Nunca minha tenção será que aos soldados, que servirem com satisfação, e se adiantarem dos outros se deixe de dar o premio que merecerem, e para estes taes nunca se fechou a porta quando se rezolveo, que so se despachassem os que houvessem sido capitães, porem como estes postos se devem dar sempre aos soldados mais beneméritos pode-se entender, que aqueles que não chegarem a alcansar terão ainda muitos deante de serviço, e assim com estas considerações se devem proceder nesta matéria.<sup>xiii</sup>

Durante a Guerra de Restauração, os despachos solicitando mercês eram tantos, que surge a necessidade de um regimento específico para a regulamentação da distribuição de mercês, logo após o fim da guerra. O dito regimento, de 1671, propunha que para o requerimento de mercê fossem necessários doze anos de serviços prestados. O conjunto de

regras teve efeito relativo, tendo em vista a capacidade de manobra dos atores sociais. Vide o caso da Índia portuguesa, em que o próprio vice-rei fornecia mercês e muitos oficiais não militares conseguiam insígnias, como era o caso de muitos oficiais do Santo Ofício. Contudo, esta situação no Oriente não se aplicava em outros territórios ultramarinos. No Brasil, a regra aplicada seguia as diretrizes emanadas de Lisboa, o que nos indica uma clara hierarquia entre as diversas áreas do Império, alvos de atenções distintas.

As ordens militares tinham grande importância na sociedade de Antigo Regime portuguesa, o que se evidencia pelo grande número de requerimentos. A venalidade desses cargos, mais comum ao longo do século XVIII, é outra prova dessa importância. E se é verdade que eram cargos importantes, também não deixa de ser notório que as ordens de Santiago e Avis presentes nos autos de cortes de 1668 supracitados não detinham a mesma importância que a Ordem de Cristo. Além disso, foi nesse mesmo ano que se assinou o tratado de paz, o que poderia indicar um enfraquecimento das ordens militares e um maior controle sobre a política de mercês, evidenciando o controle pelo regimento de 1671.

Em oposição aos priores-mores da Ordem de Santiago estavam os bispos do reino. Estes tinham grande prestígio nas sociedades de Antigo Regime, uma vez que o clero compunha o primeiro dos três estados do reino. Estando no topo da hierarquia eclesiástica da Igreja portuguesa, possuíam grande força política, demonstrada pela sua proximidade com o rei, chegando mesmo a ocupar cargos de mando, como vice-reis ou governadores. No plano cultural, a influência exercida por eles era nítida, sua sabedoria era admirada e eram respeitados no mundo acadêmico.<sup>xiv</sup> Nas assembleias de cortes a maior fatia da representação do clero ficava nas mãos do episcopado, o que refletia na tomada de decisões referentes a todo o reino. Assim não é de se surpreender a presença do Bispo de Tago e a sua exigência de ocupar um banco com maior destaque nas cortes de 1668.

Basicamente, os bispos tinham três jurisdições: a ordem referente às faculdades sacramentais e ao culto; a jurisdição em si, o que implicava o poder de legislar e julgar certas matérias; e o magistério, que constituía o ensino e a catequização dos fieis, sendo que muitas dessas funções eram exclusivas, o que significava dizer que uma diocese em vacância ficava engessada. José Pedro Paiva, importante historiador da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, resume bem a questão:

Em suma, ser bispo era uma função onde se combinavam autoridade religiosa, poder político, estima social, rentabilidade econômica e várias formas de status e distinção, as quais se representavam ritualmente nas múltiplas cerimônias em que os prelados participavam.<sup>xv</sup>

Diante de tamanha influência, fica clara a forte preocupação da coroa com a figura dos bispos. Vemos, assim, o rei procurando intervir no processo de nomeação e escolha desses clérigos, bem como no controle dos rendimentos das diversas arquidioceses do reino, o que mostra que fatores não religiosos influenciavam o processo de nomeação para a ocupação de uma diocese. Os bispos em Portugal precisavam estar envolvidos em uma relação familiar e clientelar, sempre lembrando a lógica da mercê, tão marcante nas sociedades de Antigo Regime.

Entre os séculos II e XII, os antístites eram providos através da eleição com voto dos fieis, eleição esta acompanhada de uma sagração. Pontuando-se que neste momento a eleição tinha um significado distinto do atual, sendo por vezes realizada através de uma aclamação e não de um pleito propriamente dito. Entre os séculos XII e o XIV, vemos a eleição dos bispos sendo feita por pleito entre as dioceses dos cabidos. Uma das conseqüências desse processo é o número cada vez maior de famílias de bispos, devido às constantes sucessões familiares no exercício dos cargos. Vemos, a partir do século XI, uma maior intervenção papal no processo de escolha dos bispos. Esse processo de intervenção só vai ser brevemente atenuado durante a Grande Cisma (1378-1414), sendo retomado nos anos seguintes. Um outro momento de grande mudança no processo de provimento dos bispados é o século XVI, no qual ocorre o Concílio de Trento. O modo como iriam se prover os bispados foi debatido nas três fases do Concílio. Na primeira fase (1545-1547) debateram-se questões referentes às pregações e às residências episcopais. Na segunda (1551-1552), tratou-se da relação dos bispos com o papado. E na última fase (1562-1563) enfatizou-se a superioridade dos bispos frente aos demais sacerdotes. As decisões conciliares por vezes se limitaram aos planos moral e administrativo, ficando as questões espirituais, sem força enfraquecedora da importância do Concílio<sup>xvi</sup>, relegadas ao segundo plano. Por fim, os decretos tridentinos acabaram por apresentar um modelo hierarquizado e monárquico, no qual o bispo não era auxiliar do papa, mas sim verdadeiro guardião da ordem social e constante defensor do prestígio do episcopado - este continuamente atacado pela Reforma Protestante.<sup>xvii</sup> Conclui-se, portanto, que a igreja da Reforma Católica era uma igreja episcopal.<sup>xviii</sup>

Na esteira desta lógica da valorização da figura do bispo, surge inclusive uma literatura de espelhos de bispos, nos moldes dos famosos espelhos de príncipes do século XVI.<sup>xix</sup> Nesse tipo ideal de bispo sempre eram retomados os ideais da Igreja primitiva dos primeiros apóstolos. Em síntese, o Concílio de Trento foi essencial para o episcopado. Leia-se:

Pode sustentar-se que as novidades tridentinas em relação à definição dos atributos e acção do episcopado não foram muitas. Mas a formulação de cânones que se tornaram inspiradores de uma reforma geral da Igreja, permitiu a reafirmação de muitos valores que constituíram as alavancas necessárias para a ofensiva reformista - fortemente disciplinadora e centralista - cuja necessidade de há muito se reclamava.<sup>xx</sup>

Esse tipo ideal de bispo defendido em Trento só vai ser superado com a emergência de um tipo político de bispo, em meados do século XVII. Esse novo bispo era respaldado por uma tratadística política de vertente canônica preocupada com a natureza da função e da autoridade episcopal. A grande preocupação era a administração da diocese, e não apenas a manutenção do modelo de bom pastor tridentino. Nessa nova abordagem, percebemos muitos autores mais ligados à cúria romana, defensores de uma igreja hierarquizada e piramidal. Essa nova concepção vai valorizar a questão das visitas episcopais. Em termos de continuidade com Trento, a tratadística política permanece influente, e o bispo continua devendo ser o “verdadeiro capitão de uma milícia espiritual”.<sup>xxi</sup> Começa a ser criticada a prática do nepotismo no cargo, presente desde o início do episcopado, crítica essa relacionada às inúmeras transferências de bispos de uma diocese para a outra. Outro elemento de especial interesse e continuidade com o momento anterior é a produção de biografias, que ganhou força ao longo do século XVIII na Academia Real de História.

A essa altura devemos atentar para a relação entre a Igreja e o Estado. Por vezes, a historiografia salienta apenas a coesão e reciprocidade entre a Igreja e o Estado na Época Moderna, contudo, a Igreja era formada por um grande número de pessoas com interesses e pretensões diversas. A esse respeito, José Pedro Paiva faz densa afirmação:

As relações entre a Igreja e o Estado não se podem continuar a pensar como se as duas esferas fossem inteiramente coesas e homogêneas, isentas de uma complexa rede de hierarquias internas e conflitos de facções e de indivíduos, nem como se tivessem de si próprios uma consciência unitária e de corpo para se oporem com nitidez as estratégias uma da outra.<sup>xxii</sup>

Diante disso, os conflitos entre membros de órgãos diversos da administração da monarquia entravam constantemente em choque com o clero, que por sua vez também guardava conflitos internos. Assim, o objetivo central deste trabalho é perceber a dimensão conflituosa entre o episcopado e os outros corpos sociais. Para tanto, dois momentos constituem excelente campo de observação: 1580 e 1640, as balizas temporais da monarquia dual. Parece forçoso voltar a um tema tão debatido na historiografia, mas a verdade é que esses marcos foram ocasiões de fragilidade das hierarquias da monarquia lusa. Ou seja, são nesses momentos de fragilidade interna e externa que podemos perceber disputas mais diretas por postos ou posições de maior estima social entre os membros daquela sociedade. Uma vez

que a fragilidade deixa os conflitos mais evidentes, é sobre esses momentos mais delicados que centrarei meu esforço de análise - mais precisamente sobre a conjuntura restauracionista de 1640. Tais conflitos poderiam se manifestar em inúmeras esferas, dentre as quais se destacam os conflitos entre os prelados e a Santa Sé, a exemplo do ocorrido em 1535 entre o arcebispo de Lisboa, D. Afonso, irmão de D. João III e o Tribunal do Núncio em Roma. Os enviados de Roma não raro foram hostilizados em Portugal. Nas cortes em questão, no ano de 1668 vemos os Estados(?) reunidos em cortes reclamando a presença de núncios de origem portuguesa:

Que havendo Cardeal natural deste Reyno, sirva de núncio, & também seu auditor seja português, & convém assim seja seu auditor português, pessoa douta, & que como tal entendendo as leis, & praticas do Reino, atalhe as diferenças que ordinariamente há entre as jurisdições, & lhes não seja necessário pessoa que lhes leia os feitos, que se processão na legacia em Português, & que os oficiais sejam Portugueses, & cristãos velhos.<sup>xxiii</sup>

Além desses conflitos com a cúria, eram comuns os conflitos entre os próprios bispos, como o que ocorreu em 1619 entre o arcebispo de Braga e o de Lisboa, Afonso Furtado de Mendonça. O arcebispo de Braga foi a Lisboa para assistir as cortes, e como era sua prerrogativa, entrou pela cidade com a cruz alçada distribuindo bênçãos pela população. Disso não gostou o arcebispo residente de Lisboa, Miguel de Castro, que entendeu a atitude como uma afronta.

Outro exemplo de conflito ocorria entre o bispo e o cabido, e referiam-se quase sempre aos rendimentos da diocese, conflitos estes que nem sempre se limitavam a uma mesma diocese, envolvendo, por vezes, diversos cabidos e bispos. Outro conflito bastante comum se dava entre o episcopado e as Ordens Religiosas, como o ocorrido em 1630, ocasião em que a Companhia de Jesus reclamava o não pagamento da dízima.

Os conflitos entre prelados e as Ordens Militares também eram constantes, como nos mostra a fonte em análise. Neste âmbito, o grande fator gerenciador dos conflitos era o fato de que a aprovação de certos cargos nas Ordens Militares dependia da aprovação do bispo da arquidiocese. Outras querelas envolviam também a visitação de prelados a igrejas pertencentes a Ordens Militares. Desse modo, vê-se que duas importantes instituições da monarquia estavam em constante conflito.<sup>xxiv</sup>

Por fim, deve-se atentar para a configuração singular da sociedade de Antigo Regime portuguesa detentora de uma lógica hierárquica própria que permeava inúmeros conflitos políticos, dentre os quais os conflitos de precedência. O conflito analisado em torno do episcopado e as Ordens Militares de Avis e Santiago são um pequeno exemplo da

complexidade do edifício social português e prova cabal da conflitualidade inerente a essa sociedade que era capaz de englobar esses conflitos viabilizando diversos arranjos políticos munindo os diversos atores sociais de recursos. No caso em questão, o simples revestimento de um banco foi capaz de apaziguar os ânimos e rearranjar a reunião de cortes de 1668.

---

<sup>i</sup> Universidade Federal Fluminense; Mestre em História Moderna; Orientador: Rodrigo Bentes Monteiro. E-mail: lucianocesar\_3@hotmail.com

<sup>ii</sup> Cf. CARDIM, Pedro. Cortes e Cultura Política no Portugal do Antigo Regime. Lisboa: Edições Cosmos, 1998, p.9.

<sup>iii</sup> CARDIM, Pedro. Op.cit., p.69. Salienta-se que o próprio duque de Bragança, por vezes, teve esse tipo de atitude frente aos monarcas espanhóis da Casa dos Áustrias.

<sup>iv</sup> Autos de Cortes e levantamentos ao throno dos serenissimos principes, e reys de Portugal. Lisboa: s.n.t. V.1. Tomo II (1640-1750). Coleção Barbosa Machado – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Página do volume: 74.

<sup>v</sup> Autos de Cortes e levantamentos ao throno dos serenissimos principes, e reys de Portugal. Lisboa: s.n.t. V.1. Tomo II (1640-1750). Coleção Barbosa Machado – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Páginas do volume: 212-213.

<sup>vi</sup> ELIAS, Norbert. A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p.111.

<sup>vii</sup> OLIVAL, Fernanda. As Ordens Militares e o Estado Moderno Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa: ESTAR, 2001.

<sup>viii</sup> Idem, p.15.

<sup>ix</sup> Idem, p.17.

<sup>x</sup> Cf. BUSH, Michael. An anatomy of nobility. In: BUSH, M. L.(org.). Social orders and social classes in Europe since 1500: studies in social stratification. Harlow: Longman Group, 1992, p.32-33. Roland Mousnier. As Hierarquias Sociais. Lisboa: Editora Publicações Europa-América, 1974.

<sup>xi</sup> Fernanda Olival. Op.cit., p.26.

<sup>xii</sup> Idem, p.141.

<sup>xiii</sup> Idem, p.120.

<sup>xiv</sup> PAIVA, José Pedro. Os Bispos de Portugal e do Império. 1495-1777. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p.7-10.

<sup>xv</sup> Idem, p.10.

<sup>xvi</sup> Cabe salientar que existem duas correntes da historiografia sobre a questão dos bispos no Concílio de Trento. A primeira centrada na interpretação de Hubert Jedin, que coloca que o Concílio foi capaz de resolver as questões dos bispos e a segunda ancorada por Giuseppe Alberigo defende a ideia contrária, na qual o Concílio não foi capaz de resolver a questão dos bispados.

<sup>xvii</sup> José Pedro Paiva. Op.cit., p.130.

<sup>xviii</sup> Prefiro utilizar a expressão Reforma Católica na esteira da interpretação de Hubert Jedin. Cf. MONTEIRO, Rodrigo Bentes. As Reformas Religiosas na Europa Moderna. Notas para um debate historiográfico. In: *Revista Varia História*. Departamento de História – FAFICH – UFMG. Belo Horizonte, 2007, p. 130-150

<sup>xix</sup> SKINNER, Quentin. As fundações do Pensamento Político Moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>xx</sup> PAIVA, José Pedro. Op.cit.,p.139.

<sup>xxi</sup> Idem, p.150.

<sup>xxii</sup> PAIVA, José. A igreja e o Poder. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). História Religiosa de Portugal; vol. 2, João Francisco Marques e António Camões Gouveia (coords.), Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, p.135-185.

<sup>xxiii</sup> Autos de Cortes e levantamentos ao throno dos serenissimos principes, e reys de Portugal. Lisboa: s.n.t. V. 1. Tomo II (1640-1750). Coleção Barbosa Machado – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, páginas do volume: 191, p.101.

<sup>xxiv</sup> PAIVA, José Pedro. A igreja e o Poder. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). História Religiosa de Portugal; vol. 2, João Francisco Marques e António Camões Gouveia (coords.), Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, p.135-185.



## **Gritos de uma geração: rock, política e juventude na virada para a Nova República"**

Autor: Luís Felipe Fernandes Afonso<sup>i</sup>

### **Resumo:**

" A problemática desse artigo visa à discussão de como a juventude urbana brasileira lidou com as mudanças políticas e sociais que abalaram o Brasil, durante a década de 1980, partindo de seu principal movimento cultural: o rock. Para isso foram selecionadas para análise 3 letras musicais, de bandas diversas, por onde os jovens expressavam sua visão sobre as transformações pelas quais passava o país"

Palavras-chaves: Rock. Juventude. Identidade

### **Abstract:**

"The objective of this article is to discuss how the Brazilian urban youth dealt with the social and political changes that affected Brazil, during the 1980s, from its main cultural movement: the Rock. For this analysis were selected 3 lyrics music from various bands, where young people expressed their views of the transformations through which the country passed "

Key words: Rock. Youth. Identity;

## **Introdução**

A década de 1980 é caracterizada por um processo de transição na política nacional recente. O regime militar pressionado a sair do poder, realiza uma abertura lenta, que dura uma década, indo da Anistia aos exilados políticos em 1979 até as eleições diretas para presidente em 1989.

Associado à essa crise política o Brasil vivência uma forte crise econômica, que levou ao aumento das desigualdades sociais e a diminuição do poder de compra da maior parte da população. Esses fatores fizeram com que a década de 1980 fosse por muito tempo considerada a "década perdida", mas será que realmente podemos considera-la assim?

## **A juventude brasileira e o cenário cultural na década de 1980**

Nesse mesmo período há a consolidação da juventude dentro do cenário cultural, conseguindo, inclusive, recuperar o mercado de discos, que também estava passando por uma forte crise financeira<sup>ii</sup>. O jovem toma conta dos espaços culturais brasileiros: de programas de TV a exposição de artes plásticas; de grandes festivais musicais a jornais de pequenas tiragens. Essa juventude era o grande expoente do sentimento de renovação que movia a sociedade, porém nem sempre essa renovação era vista como algo positivo, muitas vezes a transição irá gerar um sentimento de medo e desesperança. Afinal, essa mesma juventude nunca viveu uma realidade democrática, logo não sabia como encarar esse processo.

O rock foi a principal linguagem escolhida por essa juventude. Nessa época havia uma expansão do gênero no país, levando ao surgimento de revistas e rádios especializadas, além de casas de show que davam voz a diversas bandas no país. Esse gênero, que por muitos anos foi marginalizado no país, ganha proporções internacionais, as bandas brasileiras chegam a tocar em grandes festivais e casas de shows da Europa, América Latina e EUA..

Não devemos pensar a juventude brasileira como um grupo homogêneo; assim dentro dele devemos levar em contas as diferenças geográficas, sociais e econômicas. Bourdieu nos alerta que ao estudar a juventude estamos fazendo uma análise de diversas juventudes que convivem juntas<sup>iii</sup>. No artigo, estamos falando de jovens vindos da alta classe-média, urbanos e em sua maioria brancos.<sup>iv</sup>

Mesmo sendo um grupo social heterogêneo, o rock teve a função de uma "cola social" que uniu diversas identidades coletivas jovens, que muitas vezes entravam em conflitos entre si, recriando uma identidade política que atendesse a maioria dos membros dessa nova comunidade política. A música assume a função de voz desse grupo, expandindo o alcance de seu discurso.<sup>v</sup>

### **"O sistema é mal, mas minha turma é legal"**

O rock brasileiro da década de 1980, ou Brock como também é conhecido<sup>vi</sup>, foi um movimento jovem feito por integrantes de diversas tribos, organizados através de um gosto musical em comum. A partir das letras das músicas, os jovens conseguem expressar seus sentimentos e estabelecer redes de relacionamentos próprias, onde vão se organizar e criar novas formas de interferir no espaço público.

Notamos como essa geração se via na letra da música "Geração Coca-cola" da banda Legião Urbana, um dos hinos dessa juventude:

"Quando nascemos fomos programados  
A receber o que vocês  
Nos empurraram com os enlatados dos USA, de 9 às 6.  
Desde pequenos nós comemos lixo  
Comercial e industrial  
Mas agora chegou nossa vez  
Vamos cuspir de volta o lixo em cima de vocês.  
Somos os filhos da revolução  
Somos burgueses sem religião  
Somos o futuro da nação  
Geração Coca-Cola.  
Depois de vinte anos na escola  
Não é difícil aprender  
Todas as manhas do seu jogo sujo  
Não é assim que tem que ser?  
Vamos fazer nosso dever de casa  
E aí então, vocês vão ver  
Suas crianças derrubando reis  
Fazer comédia no cinema com as suas leis.  
Somos os filhos da revolução  
Somos burgueses sem religião  
Somos o futuro da nação  
Geração Coca-Cola  
Geração Coca-Cola  
Geração Coca-Cola  
Geração Coca-Cola.  
Depois de vinte anos na escola  
Não é difícil aprender  
Todas as manhas do seu jogo sujo  
Não é assim que tem que ser?  
Vamos fazer nosso dever de casa  
E aí então, vocês vão ver  
Suas crianças derrubando reis  
Fazer comédia no cinema com as suas leis.  
Somos os filhos da revolução  
Somos burgueses sem religião  
Somos o futuro da nação  
Geração Coca-Cola  
Geração Coca-Cola  
Geração Coca-Cola  
Geração Coca-Cola."<sup>vii</sup>

Já no título notamos a grande influência da cultura externo nesses jovens. Com o exílio de diversos artistas e à atuação forte da censura, a produção cultural no Brasil passou por imensas dificuldades, abrindo espaço para a implantação de uma cultura vinda de fora, principalmente dos EUA e da Inglaterra. Em diversas produções dessa geração vemos a influência dos quadrinhos, filmes, séries e músicas norte-americanas. A banda Legião Urbana

já alerta sobre como essa cultura foi digerida por essa geração e é reaproveitada por ela, criando algo próprio.

No começo do refrão vemos que eles se denominam como os "filhos da revolução", afinal essa é a geração nascida pós-golpe militar de 1964 e viveu sob o regime ditatorial. Eles não tiveram a vivência de um governo democrático. Esses jovens trazem consigo novas formas de questionamentos, diferentes do que tiveram as gerações anteriores

. É buscando lidar com essas questões que esses grupos de jovens vão construir um estilo próprio, com locais específicos onde encontram diversão e atuam, criando seus bens culturais, suas roupas e sua música. Tais lugares funcionavam como uma válvula de escape do tédio, do trabalho e da indústria cultural externa

Dentro do rock os dois estilos mais influentes foram o punk e a new wave. Não se limitando apenas a gêneros musicais, tais estilos se transformavam em modo de vida para esses jovens, sendo o primeiro um pouco mais influente do que o segundo.

Sendo uma reação à preciosidade técnica do rock progressivo, a música punk se caracteriza por melodias simples e letras agressivas, criticando a situação política, econômica e social do mundo. Seu ápice mundial foi no final da década de 1970 na Inglaterra, tocada por jovens das classes operárias que sofriam com a falta de empregos.

A ideia do Punk é que, sendo uma arte crua, ela atingiria mais facilmente as emoções. Pregando uma atitude política extremamente revolucionária, adota o lema “faça você mesmo”, defendendo que todo qualquer ato deve ser feito de maneira que rompa completamente com o *status quo*.

Essa atitude de rompimento, aliás, será uma das características mais fortes dessa geração, até mesmo para conseguir se impor dentro do cenário musical. O cantor Leoni chega a afirmar que “já havia MPB demais; e, que quando adolescente, são as diferenças que denotam sua identidade. Rejeitamos muito a música brasileira para firmar nossa própria cara.”<sup>viii</sup>

A juventude punk sente de maneira mais potente a crise do futuro; questionando se seria possível um futuro melhor e a possibilidade de ter esperança, apesar de todas as mazelas no mundo. Suas letras carregam um tom irônico, muitas vezes não crendo na melhora produzida pelo retorno da democracia.

A banda Camisa de Vênus expressa esses sentimentos na música "O Adventista":

Eu acredito no bem e no mal  
Eu acredito no imposto predial  
Eu acredito, eu acredito

Eu acredito nos livros da estante  
Eu acredito em Flávio Cavalcante  
Eu acredito, eu acredito  
Não vai haver amor neste mundo nunca mais

Eu acredito no seu ponto de vista  
Eu acredito no partido trabalhista  
Eu acredito, eu acredito

Eu acredito em toda essa cascata  
Eu acredito no beijo do papa  
Eu acredito, eu acredito  
Não vai haver amor neste mundo nunca mais

Eu acredito em quem anda com fé  
Eu acredito em Xuxa e em Pelé  
Eu acredito, eu acredito

Eu acredito na escada pro sucesso  
Eu acredito na ordem e no progresso  
Eu acredito, eu acredito  
Não vai haver amor neste mundo nunca mais

Eu acredito que o amor atrai  
Eu acredito em mamãe e papai  
Eu acredito, eu acredito

Eu acredito no Cristo que padece  
Eu acredito no INPS  
Eu acredito, eu acredito  
Não vai haver amor neste mundo nunca mais

Eu acredito no milagre que não vem  
Eu acredito nos homens de bem  
Eu acredito, eu acredito

Eu acredito nas boas intenções  
Mais este papo já encheu os meus culhões  
Eu não acredito, eu não acredito<sup>ix</sup>

Uma das principais formas de interferência social dos jovens punks foi construir um espetáculo onde chamavam atenção pública para os problemas do Brasil; ao se mostrarem

como espelhos da essência de seu tempo, obrigando os outros a encararem o reflexo da sociedade.

Devido a isso, na letra a banda crítica desde valores tradicionais pregados pela sociedade conservadora ("Eu acredito nos homens de bem"; " Eu acredito no beijo do papa"; " Eu acredito no bem e no mal") a figuras midiáticas ("Eu acredito em Flávio Cavalcante"; " Eu acredito em Xuxa e em Pelé"), passando pelos artistas da MPB ("Eu acredito em quem anda com fé"). O objetivo dessa música é chocar a sociedade, ao satirizar tais valores que lhes eram caros contrapondo com uma fala irônica e o refrão negativo ("não haver amor nesse mundo nunca mais").

Até mesmo o PT, considera um dos partidos mais ativos contra a ditadura e a favor da abertura política, foi ironizado pela banda ("Eu acredito no partido trabalhista"). Provavelmente, devido ao afastamento da participação política durante a ditadura, através das eleições indiretas para governador e presidente, fez com que o jovem não tivesse esperança na transição política.

Um dos hinos mais importantes dessa geração, que foi reapropriado no Movimento Diretas Já, em 1984, foi a música "Inútil", da banda Ultraje a Rigor. Nela notamos como o jovem se via distante das instituições políticas:

"A gente não sabemos escolher presidente  
A gente não sabemos tomar conta da gente  
A gente não sabemos nem escovar os dente  
Tem gringo pensando que nós é indigente  
Inútil  
A gente somos inútil  
Inútil  
A gente somos inútil  
Inútil  
A gente somos inútil  
Inútil  
A gente somos inútil  
A gente faz carro e não sabe guiar  
A gente faz trilho e não tem trem prá botar  
A gente faz filho e não consegue criar  
A gente pede grana e não consegue pagar  
Inútil  
A gente somos inútil  
Inútil  
A gente somos inútil  
Inútil

A gente somos inútil  
Inútil  
A gente somos inútil  
A gente faz música e não consegue cantar  
A gente escreve livro e não consegue publicar  
A gente escreve peça e não consegue encenar  
A gente joga bola e não consegue ganhar"<sup>x</sup>

A música formada através da sonoridade da palavra “inútil,” uma declaração de Pelé afirmando que os brasileiros não estavam preparados para votar, “a frase “a gente somos” vindo de uma pessoa rica e de uma reportagem dizendo que 90% dos brasileiros tinham cáries e transformou no principal hino político da época.

O jovem da década de 1980 ouviu durante sua infância sobre o crescimento do país, porém ao crescer não conseguiu desfrutar do que era anunciado, que associado à falta de liberdade política foi formando nesses jovens um sentimento de contestação com o país. Não há figuras de linguagem: é tudo seco, direto, objetivo e claro.

Ao utilizar a metalinguagem (ênfase do não saber através da conjugação errada do verbo “saber”) a personagem se faz porta-voz da coletividade que é o povo brasileiro, o que facilitou a sua aceitação pela população e a sua utilização no meio político. Através de uma linguagem cômica e negativa a música explora as frustrações que os jovens tinham em relação ao Brasil desde o campo político ao dos esportes.

## Conclusão

A síntese feita nas músicas, das decepções de quem vivia no Brasil, foi uma marca a toda canção política do Brock. As canções tornam-se locuções coletivas ao serem expropriadas pelos fãs, ao ouvirem e repetirem seus versos a exaustão. Não há uma expectativa de melhora rápida como havia nas décadas anteriores, o jovem se encontrava num terreno desconhecido; temendo pelo futuro. Curiosamente, ao falar de rock nacional, essas músicas ainda são as mais lembradas e as principais referências do jovem de hoje.

---

<sup>i</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sendo orientado pelo professor Bruno Sciberras de Carvalho. E-mail para contato: lfafogo@yahoo.com.br

- <sup>ii</sup> MIDANI, André. *Música, ídolos e poder: do vinil ao download*. RJ, Nova Fronteira, 2008. Págs:199-203.
- <sup>iii</sup> BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- <sup>iv</sup> Nas bandas que fizeram mais sucesso só temos a presença de dois negros: Marcelo Negrete, baixista da banda Legião Urbana e que ficou na banda só até o 4º disco lançado (1987), e Clemente, vocalista da banda Inocentes.
- <sup>v</sup> MATTERN, Mark. *Acting in concert: Music, community and political action*. New Jersey, Rutgers University Press, 1998.
- <sup>vi</sup> Termo criado pelo jornalista Arthur DaPieve para designar esse movimento.
- <sup>vii</sup> "Geração Coca-cola", letra de Renato Russo. Álbum "Legião Urbana", 1985.
- <sup>viii</sup> Leoni, citado por ALEXANDRE, Ricardo. *Dias de luta: o rock e o Brasil dos anos 80*. São Paulo, DBA Dórea Books and Art, 2002. Pág.180.
- <sup>ix</sup> "O adventista", letra de Franz Hummel e Marcelo Nova. Álbum "Camisa de Vênus", 1983.
- <sup>x</sup> "Inútil", letra de Roger Moreira. Álbum "Nós vamos invadir sua praia.", 1984



## **A aldeia de São Francisco Xavier de Itaguaí em disputa: contendidas por terras e a luta dos índios contra a extinção da aldeia no contexto do Diretório (1784-1790)**

**Luís Rafael Araújo Corrêa<sup>1</sup>**

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo abordar as disputas travadas entre os índios e os colonos em torno da aldeia de São Francisco Xavier de Itaguaí, na capitania do Rio de Janeiro, durante o contexto de aplicação da política indigenista pombalina. Tendo como foco principal a luta do índio José Pires Tavares, capitão-mor de Itaguaí, contra a extinção da aldeia, a comunicação busca ressaltar as possibilidades de ação dos índios aldeados frente ao conflito pelas terras, bem como as particularidades e as limitações do Diretório dos índios no Rio de Janeiro.

**Palavras-chave:** Política indigenista pombalina; Política indígena; Aldeias indígenas.

**Abstract:** This paper aims to address disputes fought between the Indians and the settlers around the Indian village of São Francisco Xavier de Itaguaí, in the captaincy of Rio de Janeiro, during the application context Pombal's Indian policy. Focusing mainly on the struggle of the Indian José Pires Tavares, captain of Itaguaí against the extinction of the Indian village, communication seeks to highlight the possibilities of action of settled Indians against the conflict over land, as well as the peculiarities and limitations of the Diretório dos índios in Rio de Janeiro.

**Keywords:** Pombal's Indian policy; Indigenous policy; Indian villages.

A constituição da aldeia de São Francisco Xavier de Itinga, posteriormente chamada de Itaguaí, que se deu no século XVII, é envolta por algumas dúvidas e incertezas. Levando isso em conta, Joaquim Norberto de Sousa e Silva destaca que “é geralmente reconhecida a dificuldade de fixar a época de seu estabelecimento e saber com certeza quem fosse o seu fundador e a que tribus pertenciam os índios que a povoaram”, de modo que “segundo monsenhor Pizarro foi ella fundada por Martim de Sá com índios habitantes da ilha de Jaguaiamenão, hoje Jaguanão, que transportados para outra de sua vizinhança situada ao sul, conhecida como primeiramente por Piaçavera, e depois Itacurussá, d’ahi se passaram para Itinga entre os rios Tinguacú e Itaguahy, logar denominado Cabeça Secca, em cujo Cho instituíram os padre jesuítas”<sup>2</sup>. A informação levantada por Pizarro não parece descabida quando consideramos que o mesmo Martim de Sá foi

o principal responsável pela criação da aldeia de Mangaratiba com índios tupiniquins vindos de Porto Seguro, o que denotaria, como Almeida também observou, o interesse particular da família Sá sobre os índios, sobretudo no que diz respeito ao intuito da dita família em tirar proveito da mão-de-obra indígena, muito relevante nos primeiros tempos da colonização no âmbito do Rio de Janeiro<sup>3</sup>. Todavia, ao considerarmos outras fontes sobre o tema, fica evidente, como também salientou Silva, que essa não era a única versão a respeito da fundação da referida aldeia. Uma outra possibilidade recorrente nas fontes é que São Francisco Xavier de Itaguaí tinha sido fundada pelos jesuítas, “tendo os mencionados padres catechizado na lagoa dos Patos a grande numero de índios que receberam a água do baptismo, os trouxeram depois para o Rio de Janeiro”, de maneira que inicialmente os índios foram alojados na Ilha de Marambaia, ilha que os jesuítas “julgaram devoluta”, recebendo o nome inicial de aldeia de Itinga<sup>4</sup>. Entretanto, “apparecendo o proprietário com reclamações os transportaram para o sitio de Itaguahy próximo a sua consideravel fazenda de Santa Cruz”<sup>5</sup>. Nesse sentido, o Marquês de Lavradio é um dos que confirma tal versão<sup>6</sup>. Essa versão foi corroborada ainda por Serafim Leite em sua pesquisa, tendo ressaltado a relevante participação dos jesuítas na constituição do aldeamento em foco<sup>7</sup>.

Após longos anos sob a tutela dos jesuítas, no contexto de aplicação da política indigenista pombalina, a aldeia de São Francisco Xavier de Itaguaí, a exemplo dos demais aldeamentos da capitania do Rio de Janeiro, vivenciou um período de mudanças. De imediato, os jesuítas foram expulsos a partir das providências do então governador, o Conde de Bobadella, e a aldeia foi transformada em freguesia em 22 de novembro de 1759 por uma provisão do bispo D. Antônio do Desterro, como bem ressaltou o Monsenhor Pizarro. Apesar dessas mudanças iniciais, o período imediato que se segue a expulsão dos jesuítas foi de grandes dificuldades, de modo que os índios da aldeia foram aos poucos desertando em virtude das ações dos novos administradores da fazenda de Santa Cruz, que procuraram lhes tirar as terras e faziam outras violências<sup>8</sup>.

Confirmando esta situação, o desembargador Manoel Francisco da Silva Veiga e Magro de Moura salienta que “sahindo d'aquella real fazenda os jesuitas, seus antigos directores, ficaram os taes Índios e aldéa , sem administração , e que entrando no governo da fazenda um official e um soldado destacados do Rio de Janeiro , no tempo do conde de Bobadella, principiaram por privar os indios de algumas commodidades , a que juntaram suas violências” de modo que “bastou isto para que uma nação naturalmente fácil e difidente, acabasse de se pôr

de má fé, e entrasse a desertar da própria aldeia”<sup>9</sup>. Nesse sentido, a fim de evitar a completa deserção dos índios e a extinção da aldeia, o vice-rei Marquês de Lavradio ordenou ao desembargador “que se fosse informar de todo este negocio para” que se desse “as providencias que parecessem mais conformes ás reaes ordens de sua magestade”. Assim sendo, o desembargador Magro de Moura se reuniu com os índios com o objetivo de “propor-lhes o bem que lhe proviria da sua nova união, e o quanto deviam abraçar este systema útil para elles”<sup>10</sup>. Quando o dito desembargador informou ao Marquês de Lavradio a respeito do que ocorria na aldeia de Itaguaí, o vice-rei, “que com tanto zelo e illustrados talentos, estava governando aquelles povos, que seria útil valer-se do conhecido préstimo e honradíssima conducta do capitão Ignacio de Andrade Souto Mayor Rendon; o qual sendo vizinho da aldeia pôde vencer com prudência, e summa regularidade faze-la outra vez povoar”<sup>11</sup>. Tendo sido escolhido por ser “pessoa das mais distintas”, Ignacio Rondon foi ordenado pelo vice-rei que tomasse conta da regência da aldeia de Itaguaí, sendo determinado também que escolhesse um índio para que ocupasse o cargo de capitão-mor da aldeia<sup>12</sup>. Levando isso em conta, Rondon apresentou o sargento-mor José Pires Tavares, que havia sido criado em sua casa, o que foi prontamente aceito pelo Marquês<sup>13</sup>. A administração de Rondon e a liderança de Tavares tiveram sucesso em recuperar a aldeia ao afastar o perigo de extinção, de modo que Rondon deu ordens a Tavares recolher os índios que estivessem dispersos e demais providências para que voltasse à situação normal. Restituída e provida de capitão-mor e diretor, a aldeia de São Francisco Xavier de Itaguaí viveu um breve período de estabilidade, tendo se destacado muito a partir de suas funções de apoio a questões militares e de fornecimento de trabalhadores para o real serviço. Como já destacamos no capítulo 3, diversos atestados de autoridades e de pessoas fidedignas certificavam o bom cumprimento do real serviço por parte desses índios e seus líderes – seja nas obras públicas, como mensageiros para os governadores ou ainda nos escaleres da Marinha – salientando ainda a importância dos mesmos na região em que estavam inseridos, pois, “estando ella vizinha aos sertões, que confinam com as duas capitancias de São Paulo e Minas Geraes”<sup>14</sup>, os índios de Itaguaí, a partir da liderança de Tavares, eram indispensáveis, ao coibirem o extraviado de ouro, na captura de fugitivos, desertores e escravos fugidos, realizando reparos e consertos nas estradas do distrito em que a aldeia estava inserida e servindo de guias para as tropas que ali passavam. Assim, depois da turbulência vivenciada nos primeiros anos após a expulsão dos jesuítas e a vigência do Diretório, a aldeia de Itaguaí, que contou com o esforço empreendido

pelo Marquês de Lavradio, foi restaurada e atravessou uma época de estabilidade até o fim de sua administração.

Todavia, os problemas não tardaram a ressurgir, de maneira que um episódio que teve início no ano de 1784 abalou mais uma vez a paz e a existência da povoação em foco. Nessa oportunidade, a questão se desenvolveu a partir das ações do novo administrador da real fazenda de Santa Cruz, Manoel Joaquim da Silva Castro, que provavelmente estava interessado em se apossar das terras onde estava a aldeia de Itaguaí. A povoação indígena, situada nas terras da própria fazenda de Santa Cruz, pode ter sido visto por ele como um incômodo, de maneira que ele teria recorrido a diversos meios para levar a cabo o seu intento, o que teria resultado, inclusive, na extinção do aldeamento e no despejo de seus habitantes. De acordo com Leme da Camara, os índios “foram notificados por ordem da junta da fazenda da mesma cidade a requerimento de Manoel Joaquim da Silva Crasto, actual administrador da dita fazenda de Santa Cruz, para despejarem a sua aldêa dentro do termo de quinze dias, sob pena de prisão”<sup>15</sup>. Diante do “nenhum fructo que haviam produzido as diligencias e requerimentos que o seu capitão mór José Pires Tavares havia feito para embaraçar esta violência”, o mencionado Tavares, a fim de recorrer diretamente à rainha contra essa decisão, embarcou para o reino levando as suas demandas<sup>16</sup>. Diante dessa situação, os índios,

inteiramente desanimados, e temerosos dos procedimentos da justiça, a que foram sempre muito obedientes, tomaram a resolução de se retirar para diferentes partes, a que os conduziu o seu destino, abandonando as suas casas, roças e alfaias, e ficando na referida aldeia, que então se compunha de quasi quatrocentas pessoas, somente alguns miseráveis velhos e estropiados<sup>17</sup>.

Os que ficaram ou retornaram à aldeia em virtude da necessidade, foram surpreendidos por Manoel Joaquim da Silva Castro, que “uma noite acompanhado de justiças e tropas, e sem atenção a idade, nem a sexo, fez prender e embarcar tudo violentamente em barcos” e “os fez imediatamente conduzir para a aldêa de Mangaratiba, nove ou dez léguas d'aquelle sítio”<sup>18</sup>. De acordo com Camara, era “publico e notório na cidade do Rio de Janeiro que a razão, que allegava o dito administrador para este tão rigoroso extermínio, era serem os ditos índios nocivos á fazenda de Sancta Cruz pelas ratonices e furtos, que n'ella commettíam”, o que não se sustentava, já que, na visão do referido Camara, é consenso que os índios eram muito úteis desde o tempo dos jesuítas<sup>19</sup>. Para ele, a intenção de Castro justificava-se por “fins provavelmente mais próprios

do interesse particular do mesmo administrador, que intentava comprar a dita fazenda de Sancta Cruz<sup>20</sup>. Tal contenda, que se iniciou no final da década de 1770, só foi concluída em 1790, tendo sido marcada por amplas discussões a respeito da extinção ou não do aldeamento que ficava em terras da fazenda de Santa Cruz. Essa é uma situação emblemática justamente por trazer à tona o grande interesse que passou a haver em relação às terras dos índios dado o contexto de grande desenvolvimento econômico da capitania do Rio de Janeiro combinado com a escassez de terras cada vez maior, bem como os rumos que o Diretório tomou na capitania do Rio de Janeiro, tendo sido também influenciado pela atuação dos índios aldeados.

Posto isto, cabe, antes de tudo, um olhar mais atento a respeito da atuação de José Pires Tavares, o capitão-mor de Itaguaí, que não se furtou a recorrer aos meios possíveis a fim de preservar a existência da aldeia. Consciente do espaço de interlocução propiciado pelo Diretório às lideranças indígenas e valendo-se da própria cultura política portuguesa, Tavares foi diretamente até a Corte apresentar as suas demandas, devidamente respaldados por aliados importantes, como Ignacio Rondon, Fernando Dias Paes Leme da Camara e o Marquês de Lavradio, que compunham a rede de sociabilidade a qual ele se inseria<sup>21</sup>. Nesse sentido, é importante considerar também que se o interesse do capitão-mor em questão na preservação da dita aldeia se justificava em virtude de sua posição decorrer da existência da mesma, vale levar em conta também, tendo em vista o compromisso que a condição de chefia pressupunha perante a comunidade, que ele deveria representar e, principalmente, zelar pelos interesses de seu grupo, o que remete, conseqüentemente, ao interesse da própria povoação no que diz respeito a manutenção e a preservação da mesma. A propósito, nunca é demais lembrar que os longos anos de convivência e de experiência comum nos aldeamentos corresponderam a rearticulação das populações ali reunidas, de modo que, levando isso em conta, tal situação deu origem a um sentimento de comunidade e de pertencimento ao grupo ali constituído, o que ajuda a entender o fato de agir motivado pelos interesses de sua própria comunidade. Mas, mais do que isso, é de suma importância evidenciar, através da atuação de Tavares, como a política indígena se fez não só relevante, mas decisiva no que tange aos rumos da aplicação da política indigenista pombalina. Ao invés de meros espectadores, os índios foram capazes de desenvolver e empreender estratégias de ação conscientes a fim de concretizarem os seus anseios. Portanto, ao analisarmos tal caso, é imprescindível ter em mente que, muito embora estivessem envolvidos em um embate no qual correspondiam ao lado mais fraco, sobretudo quando lembramos do que

do outro lado estava uma autoridade, neste caso o administrador da real fazenda de Santa Cruz, os índios não deixaram de agir ativamente em busca dos direitos que julgavam ter e, não raro, tiveram suas solicitações e pedidos reconhecidos como justos e atendidos.

Feita essa observação, é importante considerarmos por ora o requerimento pelo qual José Pires Tavares pedia para que a aldeia de Itaguaí fosse restituída e que as violências cessassem. Tendo fugido para a Corte com esse objetivo, o capitão-mor em questão, que possuía domínio da escrita, explicitou a situação turbulenta vivida por Itaguaí a partir de seu ponto de vista, salientando as injúrias sofridas pelos índios e negando as acusações que Manoel Joaquim da Silva Castro, administrador da real fazenda de Santa Cruz, e outros desferiram em relação aos aldeados. Tavares inicia o seu requerimento destacando a trajetória do aldeamento de São Francisco Xavier de Itinga e, depois, Itaguaí, ressaltando as três mudanças de local pela qual passou a aldeia, quase sempre nas terras da “d<sup>ta</sup> fazenda”<sup>22</sup>. Creio que, ao afirmar isso, Tavares tinha a intenção de demonstrar que, desde a sua constituição, Itinga/Itaguaí esteve localizada nas terras em questão, de modo que, mediante os usos e costumes – aspecto que não era desprezível no âmbito do universo cultural português e que também foi utilizado pelo capitão-mor de Mangaratiba, Bernardo de Oliveira, em uma contenda envolvendo as terras de sua aldeia<sup>23</sup> – se justificaria a manutenção da povoação naquelas terras na “forma pacífica [em que] forão conservados os Índios na d<sup>a</sup> Aldea e suas terras por muitos annos”. Mas se havia a intenção de argumentar que por habitarem tradicionalmente aquelas terras os índios teriam direito a elas, acredito que há um esforço de Tavares em denotar a antiguidade dos índios em Itaguaí enquanto súditos da Coroa e dos longos anos em que estavam inseridos ao mundo colonial, explicitando aquilo que as autoridades esperavam em relação a eles, sendo esse um recurso importante a fim de reforçar o pedido em questão.

Após essa introdução, José Pires Tavares procura destacar que os problemas decorrentes da cobiça e da usurpação de terras do aldeamento não se limitaram ao episódio envolvendo o novo administrador da real fazenda de Santa Cruz, havendo moradores vizinhos que intentavam se apossar das terras da aldeia de Itaguaí. Ciente da cobiça dos colonos sobre as terras do aldeamento, principalmente de “hum vizinho dos mencionados Índios da rellatada Aldea chamado José Teixeira, reinicola e tão rico q só elle cultiva mais terreno q o circuito da mesma Aldea”, Tavares destaca que ele procurou evitar que usurpações ocorressem no âmbito da aldeia, de modo que

logo q o Marquez do Lavradio deo ao suplicante Patente de Capitam Mor p<sup>a</sup> enviar q' este e outros de igoal riqueza não cauzassem opressão aos Índios, requereo ao mesmo Marquez p<sup>a</sup> q da sobred<sup>a</sup> fazenda de Sta Cruz demarcasse mais da terra (...) tanto p<sup>a</sup> Largura e Cultura dos Índios como p<sup>a</sup> se aforar e servir o rendimento p<sup>a</sup> as precisões dos Indios<sup>24</sup>.

É interessante observar a partir desse ponto que os índios não estiveram alheios a esse movimento de avanço sobre as suas terras, tendo procurado meios para salvaguardar o seu principal patrimônio. Aliás, é importante atentar ainda que no requerimento em tela, Tavares procura detalhar que as terras do aldeamento eram usadas para o cultivo dos índios e para o aforamento com o intuito de arrecadar dinheiro para que fosse revertido para a própria comunidade: “servir o rendimento p<sup>a</sup> as precisões como são a educação dos meninos, sustentação e cazamento de orphãos ou viuvras”<sup>25</sup>. É possível que Tavares recorra a esses argumentos como uma tentativa de justificar uma acusação reputada ao capitão-mor de Itaguaí, de que ele vendia terrenos da aldeia a fim de tirar proveito pessoal dessas negociações. Ou seja, embora não seja possível saber se ele tirou benefício próprio dessa venda, é perceptível que ele tentava afastar essa hipótese.

Enfim, mesmo com essas prevenções, as terras da dita aldeia foram ameaçadas no momento em que o novo vice-rei, D. Luiz de Vasconcellos, chegou ao Rio de Janeiro. Vasconcellos decidiu inventariar a fazenda de Santa Cruz e os seus pertences, de modo que, a respeito da informação “de que se vendia a mencionada fazenda e os seus Sertões, apenas José Teixeira o soube, por ser rico (...) intentou comprar huma legoa da terra cultivada e habitada pelos Índios, influndo q estes se pozessem fóra”<sup>26</sup>. Diante desse problema, Tavares “requereo ao actual governador, q demarcasse terras p<sup>a</sup> os Índios antes da venda, p<sup>a</sup> q segundo as Reaes ordens se lhes devião dar a exemplo das mais Aldeas”, tendo sido atendido pelo governador, que ordenou “q informasse o d<sup>o</sup> Mestre de Campo sobre a informação”, tendo ordenado ao Juiz q visse a terra de q' os Indios precisavão”<sup>27</sup>. Porém, na prática isso não ocorreu dado ao fato de que, segundo Tavares, o juiz de fora tinha “seu espírito disposto em favor do d<sup>o</sup> José Teixeira, cruel he q' informasse conforme á pretensão deste, cujo requerimento foi sopitado em forma q' mais não apparecer”<sup>28</sup>. Novamente, fica patente o quanto a aldeia de Itaguaí estava diretamente ligada à real fazenda de Santa Cruz.

A situação dos índios teria se agravado quando

Manoel Joaquim, paulista, angariou amizade com Manoel de Araújo Gomes, do Rio de Janeiro, os quaes se associarão ambos na compra de huma fazenda junto a d<sup>a</sup> cidade do Rio de Janeiro, depois com macomunicação de entre ambos, para que se dirigião a comprarem a mencionada fazenda de Santa Cruz, cogitarão pôr os Índios e mais habitantes, fora das terras della, p<sup>a</sup> oq' solicitarão meios dep<sup>los</sup> Ministros da Administração com fingido zelo da referida fazenda de Santa Cruz, oq' conseguirão, constituindo este Manoel Joaquim Inspector da mesma Fazenda de Santa Cruz<sup>29</sup>.

Provavelmente interessado em arrematar a fazenda de Santa Cruz e despejar os índios – que certamente considerava um incômodo – das terras da dita propriedade, Manoel Joaquim da Silva Castro, que havia se tornado inspetor da dita fazenda, “se unio com seu companheiro ao d<sup>o</sup> José Teixeira e em nome deste fizerão todos 3 hum requerimento á Junta de Calumnia contra os miseraveis e innocentes Índios, com a idéia ou esperança de q' a Junta mandasse informar sobre elle ao mesmo Manoel Joaquim”, o que de fato ocorreu, sendo os índios “representados e calumniados de roubadores dos gados aos vizinhos e á Real Fazenda de Santa Cruz eq' devião ser expulsos”<sup>30</sup>. No requerimento de Tavares é recorrente o suposto ódio que Castro teria em relação aos índios. Sobre isso, para além de um recurso empregado no documento a fim de deixar claro que os indígenas seriam vítimas injustas das ações do referido inspetor, é possível que a indisposição de Castro quanto aos índios tenha se dado em virtude do interesse do mesmo em se tornar o dono da fazenda, de modo que, por conta disso, ele queria garantir que os aldeados fossem retirados daquelas terras que ocupavam em Santa Cruz a fim de se apossar de todo o terreno que caberia a dita propriedade. Tavares reforça a nossa suspeita em seu requerimento, ressaltando que

sabe o supp q' os ditos Manoel de Araújo Gomes, Manoel Joaquim tem nesta capital tomado empenhos de grandes pessoas p<sup>a</sup> lhes conseguirem de V. Mag. a venda as sobredita fazenda de Santa Cruz com a rellatada Aldea, por falsos pretextos contrários a conservação e bom procedimento dos desvalidos Índios<sup>31</sup>.

Ou seja, certamente a ação movida por Castro foi empreendida a partir de tal interesse, de maneira que as alegações que ele faz contra os índios, mesmo que não tenham sido falsas, foram usadas como forma de justificar o seu intento de expulsar os índios aldeados das terras pertencentes à fazenda de Santa Cruz.



A propósito, José Pires Tavares evidencia muito claramente o que ele pretende com sua petição, esperando que “V. Mg. se digne pôr seos olhos de piedade para prover remédio prompto”<sup>32</sup>. É bom observar que Tavares tem o cuidado de não pedir nada além das terras que caberiam ao aldeamento, explicitando que o seu principal intento era, sem dúvidas, “o de repor e conservar os Índios na sua d<sup>a</sup> Aldea de Tagoahy na forma antiga”<sup>33</sup>. Além disso, apropriando-se da linguagem formal dos requerimentos e inserindo-se na relação assimétrica que caracterizava o monarca e os seus súditos, Tavares tem o cuidado ainda de atribuir as suas queixas aos três colonos – Manoel de Araújo Gomes, Manoel Joaquim e José Teixeira – , sem criticar em momento algum a Coroa ou as autoridades: “adverte e protesta o suplicante q’ esta representação não leva o mínimo estímulo de queixa contra a referida Junta e Governo do Rio de Janeiro, onde se tem procedido sim contra os ditos Índios na rellatada forma, mas por illuzõens e animo fingido dos sobreditos malévolos Manoel de Araújo Gomes, Manoel Joaquim, José Teixeira”<sup>34</sup>. Tendo isso em vista, é importante atentar detidamente para a argumentação apresentada por Tavares a fim de legitimar o seu requerimento. Se para além desses cuidados Pires Tavares recorreu, como já ressaltamos, a argumentos de que Manoel Joaquim e seus aliados agiram de forma injusta, ao fato de que eram súditos cristãos do rei e de que, mediante os usos e costumes, teriam direito de se estabelecerem nas terras referentes às terras referentes à aldeia de Itaguaí, cabe dizer que ele não mediu esforços a fim de respaldar o seu pedido e rechaçar as calúnias que eram impetradas contra os índios. Quanto a isso, o capitão-mor procura afastar as acusações de que os índios sofriam ao citar autoridades importantes que poderiam confirmar a boa conduta e a idoneidade dos aldeados, a exemplo do Marquês de Lavradio, do capitão Ignácio Rondon e do desembargador Manoel Francisco da Silva Veiga. Segundo o mencionado Tavares, a boa conduta dos índios se justificaria também dado ao fato de que eles não tinham necessidade de roubar já que possuíam meios para o seu sustento: “nunca forão roubadores de coiza alguma, muito menos de gados, tanto pr q’ não tem precisão, como pr qlhes serviria de obstáculo cazo negado o pertendessem fazer, o grande Rio de Maré, q’ lhes cerca a d<sup>a</sup> Aldea e huma forte Guarda, q’ tem no nsitio da ponte”<sup>35</sup>. Além disso, José Pires Tavares chama a atenção para a utilidade e para os bons serviços prestados pelos índios de Itaguaí, sendo esse, então, um fator essencial para a manutenção da aldeia: “não só são úteis, mas necessários a V.Mge p<sup>a</sup> dirigirem as Guardas de Tropa paga, p<sup>a</sup> metterem, como tem mettido Guardas nas fortalezas em tempo de Guerra, p<sup>a</sup> concertarem as publicas estradas daquelle paiz p<sup>a</sup> os mais Estados de V.Mg., p<sup>a</sup> socorrerem com

seos frutos a tropa, passageiros a Cidade, p<sup>a</sup> o serviço das lanxas, q andão em reconducção de muniçoens Reaes”<sup>36</sup>. Justamente por conta de tão bons serviços, Tavares destaca que os índios eram favorecidos pelas autoridades, de modo que “elles sempre forão patrocinaados pelos Regios Predecessores de V. Mg. (...) sempre lhes mandarão dar terras gratuitas e maninhas p<sup>a</sup> cultivarem-nas a fim de se sustentarem e fazerem férteis os paizes dos Estados de V.Mg.”<sup>37</sup>.

Assim, fica evidente que o requerimento enviado por José Pires Tavares, constituiu um caminho imprescindível pelo qual os índios, facilitados pelo redimensionamento do espaço de interlocução com a Coroa propiciado pelo Diretório, se fizeram ouvir ao trazer à tona a versão dos mesmos sobre esse episódio.

O impasse perdurou só tendo se concluído definitivamente em 1790. Na corte, José Pires Tavares recorreu a aliados importantes para que confirmassem a lealdade, a boa conduta e a utilidade que usufruiria a Coroa mediante a restituição da aldeia. Tavares, então, reuniu em 1786 os atestados emitidos pelo Marquês de Lavradio, que havia reestabelecido a aldeia quando foi vice-rei, do desembargador Manoel Francisco da Silva Veiga e Magro, e do mestre de campo Fernando Dias Paes Leme da Camara quando estes estiveram em Lisboa. É bem provável que estes relatos concedidos e confirmados por figuras distintas e fidedignas tenham sido decisivos para a decisão da coroa, que mandou restituir a aldeia. Além disso, tal determinação, que se mostrou favorável ao propósito de cristianizar e civilizar os índios segundo os moldes do Diretório, denota o quanto os pressupostos assimilacionistas da política indigenista pombalina se fazia relevante no contexto em tela, bem como indica o interesse que a coroa tinha a respeito dos serviços prestados pelos índios, tão ressaltados e enaltecidos nos atestados apresentados por Tavares. A determinação de restituir a aldeia de Itaguaí pode ser vista em uma portaria de 6 de agosto de 1790, a qual informa que o sargento-mor engenheiro Joaquim Corrêa da Serra será encarregado de ir

á fazenda de Santa Cruz para separar da mesma as terras que por ordem de Sua Magestade se devem restituir aos Índios da aldêa de Taguahy; e como pela falta de documentos não posso decidir a forma da divisão; ordeno em carta separada ao mestre de campo Ignacio de Andrade Souto Maior Rondon, se ache presente a essa diligencia para lhe dar todas as providências<sup>38</sup>.

Em um documento de 1804, Rondon confirma que assim se procedeu no que tange a este caso:

Attesto que estando extinta a aldêa, fui no anuo de 1790, por carta de ordem do Ill. e Ex. sr. conde de Rezende, sendo vice-rei deste estado nomeado para ir a Santa Cruz, dar as instrucções que fossem precisas ao desembargador José Feliciano da Rocha Gameiro, sobre a real fazenda; e passar a Itaguahy a dar as instrucções necessárias, ao sargento mór engenheiro, Joaquim Correia Lacerda, sobre a aldêa que se achava extincta, e dár posse, por ordem da rainha nossa senhora, aos indios da sua aldêa, pará que a possuíssem da mesma forma que possuía<sup>39</sup>.

A decisão favorável aos índios em Itaguaí é então reveladora no sentido demonstrar que os indígenas, mesmo inseridos em embates nos quais correspondiam ao lado mais fraco, foram capazes de agir e terem suas demandas atendidas. Mais do que isso, no caso em questão, a determinação da coroa reverteu não apenas a resolução da junta, mas contrariou o vice-rei, denotando que os índios eram considerados de fato súditos cristãos do rei e, por isso mesmo, mereciam que lhes fizessem a real justiça. Mesmo diante do fato do aldeamento estar situado nas terras da fazenda de Santa Cruz e estar envolta em diversas dúvidas quanto à legitimidade da posse, fez-se concessão régia aos índios, o que indica a importância e a relevância do intento de civilizar os mesmos, para qual a conservação da povoação era indispensável.

---

<sup>1</sup> Doutorando em História Social pela UFF. Orientadora: Maria Regina Celestino de Almeida. Contato: luisrafael.br@gmail.com

<sup>2</sup> SILVA, Joaquim Norberto de Souza. “Memória histórica e documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, 3ª Série, tomo XV, abril-junho de 1854. p.179.

<sup>3</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p.191.

<sup>4</sup> SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *Op. Cit.* abril-junho de 1854. p.179.

<sup>5</sup> SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *Op. Cit.* abril-junho de 1854. p.179.

<sup>6</sup> SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *Op. Cit.* abril-junho de 1854. p.358-361.

<sup>7</sup> LEITE, Serafim da Silva. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. Vol. VI. p.115.

<sup>8</sup> SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *Op. Cit.* abril-junho de 1854. p.358-361.

<sup>9</sup> SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *Op. Cit.* abril-junho de 1854. p.361-363.

<sup>10</sup> SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *Op. Cit.* abril-junho de 1854. p.358-361; SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *Op. Cit.* abril-junho de 1854. p.361-363.

<sup>11</sup> SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *Op. Cit.* abril-junho de 1854. p.361-363.

<sup>12</sup> SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *Op. Cit.* abril-junho de 1854. p.358-361.

<sup>13</sup> SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *Op. Cit.* abril-junho de 1854. p.367-369.

<sup>14</sup> SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *Op. Cit.* abril-junho de 1854. p.363-365.

<sup>15</sup> SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *Op. Cit.* abril-junho de 1854. p.363-365.

<sup>16</sup> SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *Op. Cit.* abril-junho de 1854. p.363-365.

<sup>17</sup> SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *Op. Cit.* abril-junho de 1854. p.363-365.

- <sup>18</sup> SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *Op. Cit.* abril-junho de 1854. p.363-365.
- <sup>19</sup> SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *Op. Cit.* abril-junho de 1854. p.363-365.
- <sup>20</sup> SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *Op. Cit.* abril-junho de 1854. p.363-365.
- <sup>21</sup> Requerimento de José Pires Tavares à rainha. 1785. AHU. Rio de Janeiro, Cx. 126, D. 10118.
- <sup>22</sup> Requerimento de José Pires Tavares à rainha. 1785. AHU. Rio de Janeiro, Cx. 126, D. 10118.
- <sup>23</sup> ALVEAL, Carmem Margarida Oliveira. *História e direito: sesmarias e conflitos de terras entre índios em freguesias extramuros do Rio de Janeiro (século XVIII)*. Dissertação de Mestrado: UFRJ, 2002. p.155.
- <sup>24</sup> Requerimento de José Pires Tavares à rainha. 1785. AHU. Rio de Janeiro, Cx. 126, D. 10118.
- <sup>25</sup> Requerimento de José Pires Tavares à rainha. 1785. AHU. Rio de Janeiro, Cx. 126, D. 10118.
- <sup>26</sup> Requerimento de José Pires Tavares à rainha. 1785. AHU. Rio de Janeiro, Cx. 126, D. 10118.
- <sup>27</sup> Requerimento de José Pires Tavares à rainha. 1785. AHU. Rio de Janeiro, Cx. 126, D. 10118.
- <sup>28</sup> Requerimento de José Pires Tavares à rainha. 1785. AHU. Rio de Janeiro, Cx. 126, D. 10118.
- <sup>29</sup> Requerimento de José Pires Tavares à rainha. 1785. AHU. Rio de Janeiro, Cx. 126, D. 10118.
- <sup>30</sup> Requerimento de José Pires Tavares à rainha. 1785. AHU. Rio de Janeiro, Cx. 126, D. 10118.
- <sup>31</sup> Requerimento de José Pires Tavares à rainha. 1785. AHU. Rio de Janeiro, Cx. 126, D. 10118.
- <sup>32</sup> Requerimento de José Pires Tavares à rainha. 1785. AHU. Rio de Janeiro, Cx. 126, D. 10118.
- <sup>33</sup> Requerimento de José Pires Tavares à rainha. 1785. AHU. Rio de Janeiro, Cx. 126, D. 10118.
- <sup>34</sup> Requerimento de José Pires Tavares à rainha. 1785. AHU. Rio de Janeiro, Cx. 126, D. 10118.
- <sup>35</sup> Requerimento de José Pires Tavares à rainha. 1785. AHU. Rio de Janeiro, Cx. 126, D. 10118.
- <sup>36</sup> Requerimento de José Pires Tavares à rainha. 1785. AHU. Rio de Janeiro, Cx. 126, D. 10118.
- <sup>37</sup> Requerimento de José Pires Tavares à rainha. 1785. AHU. Rio de Janeiro, Cx. 126, D. 10118.
- <sup>38</sup> SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *Op. Cit.* abril-junho de 1854. p.372.
- <sup>39</sup> SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *Op. Cit.* abril-junho de 1854. p.367-369.

## **Os metalúrgicos de Juiz de Fora/MG e a Justiça do Trabalho (1950-1960)**

*Luisa de Mello Correard Pereira<sup>i</sup>*

### RESUMO

Nesse trabalho, será estudada a relação dos trabalhadores metalúrgicos com a Justiça do Trabalho no momento de crescimento da categoria na cidade e no país; e em um contexto democrático, mas com heranças corporativas da Era Vargas. A bibliografia ainda discute o papel de intermediador dos conflitos sociais associado à Corte trabalhista; nesse sentido, procurar-se-á entender a demanda de processos com as reivindicações dos trabalhadores.

**PALAVRAS-CHAVE:** metalúrgicos, Justiça do Trabalho, reclamações

### ABSTRACT

This article studies the relation between metalworkers and the Labor Court in the moment that metallurgical industries increase in the city and the country; and also in a democratic context, but a democracy with roots in the past corporative government. The historiography still studying the role of Labor Court as a mediator of social conflicts, therefore, we try to understand the process with the claims of these workers.

**KEYWORDS:** metalworkers, Justiça do Trabalho, complaints

\*\*\*

Tem crescido consideravelmente os estudos sobre a Justiça do Trabalho nas últimas duas ou três décadas, o que reconhece o potencial desses processos como importantes fontes históricas. Esses recursos favorecem aos estudos dos setores subalternos, permitindo que suas vozes sejam ouvidas – visto que são excluídas na grande maioria dos documentos oficiais. Essas fontes assim refletem conflitos sociais presentes na sociedade, mas não comumente retratados<sup>ii</sup>.

Dentro desta perspectiva, apresento nesse trabalho uma pesquisa preliminar a respeito do comportamento dos trabalhadores metalúrgicos de Juiz de Fora na corte trabalhista entre os anos 1950 e 1960. A tese aqui levantada defende que o movimento operário de Juiz de Fora e do país utilizou a Corte trabalhista para além dos limites restritivos da instituição. Os trabalhadores procuravam na Justiça do Trabalho um meio alternativo de busca de respeito de

seus direitos já conquistados e a conquista de novos, sem abrir mão das manifestações, greves e outros meios reivindicativos diretos.

A Justiça do Trabalho (JT) foi instituída na Constituição de 1934, mas nesse período não chegou à prática, uma vez que a Carta foi interrompida pelo Golpe de 1937. As raízes da JT são mantidas na Constituição de 1937, que criou também as Procuradorias Regionais do Trabalho, que mais tarde se tornariam os Tribunais Regionais do Trabalho, a segunda instância da JT<sup>iii</sup>. Em 1938 a lei orgânica da JT é publicada, mas só em 1940 é regulada, e a instituição é oficialmente inaugurada em primeiro de maio de 1941. A partir da Constituição de 1946, a JT passa oficialmente a fazer parte do Judiciário.

Quando oficialmente instaurada em 1941, a Justiça do Trabalho contemplava apenas oito regiões com tribunais próprios (RJ, SP, MG, RS, BA, PE, CE e PA/AP), e mesmo assim apenas em suas capitais<sup>iv</sup>. Posteriormente, outras cidades de importância industrial ganharam instâncias locais – como a Junta de Conciliação de Julgamento de Juiz de Fora (JCJ/JF), criada em 1944.

A Corte trabalhista foi criada como uma instituição do governo Vargas com o objetivo de deslocar os conflitos industriais para a esfera institucional – e assim arrefecer a luta de classes no país<sup>v</sup>. Parece claro para a historiografia a intenção de Vargas ao institucionalizar uma legislação social ampla e detalhada (as Consolidações das Leis Trabalhistas, C.L.T.), uma instância para mediar os conflitos do capital (a Justiça do Trabalho) e um ministério para regular essas relações (o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio) – de arrefecer o conflito social e controlar as classes. Mas os resultados dessa tentativa de controle sobre a relação das classes com essas instituições, por suas vezes, não estão tão claras assim<sup>vi</sup>. É um estudo que a historiografia ainda está desenvolvendo, e enriquecer esse debate é um dos principais objetivos dessa pesquisa.

A pesquisa aqui apresentada foi realizada a partir dos processos trabalhistas impetradas por trabalhadores das indústrias metalúrgicas e mecânicas<sup>vii</sup> na Junta de Conciliação e Julgamento de Juiz de Fora entre os anos 1950 e 1960. Essa vasta documentação se encontra organizada, arquivada e disponível no Arquivo Municipal da Prefeitura de Juiz de Fora. O montante total de fontes é de 224 reclamantes desta categoria. O estudo foi realizado a partir da análise quantitativa preliminar dos processos, e os resultados do mesmo serão apresentados abaixo.

## **Características gerais**

A primeira análise que tentamos fazer diz respeito às principais características dos trabalhadores metalúrgicos juiz-foranos. O que mais chama a atenção, nesse sentido, é a quase total predominância de trabalhadores do sexo masculino. Dos 224 reclamantes, 212 (95%) são homens e apenas 7 (2%) são mulheres. Houve também 5 reclamações (3%) abertas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico de Juiz de Fora.

Os trabalhadores masculinos eram predominantes de forma geral em Juiz de Fora nas décadas de 1940 e 1950. Mas, segundo Denilson Barbosa, no período de 1944 a 1954, 24% da mão de obra empregada em Juiz de Fora era feminina<sup>viii</sup>. Nesse sentido, é significativo que apenas 3% da mão de obra metalúrgica na década de 1950 era feminina, demonstrando que mais do que predominante, o setor era quase totalmente dominado por homens na cidade.

Outra característica que merece especial atenção é o número de processos coletivos: dos 224 reclamantes, 111 deles entraram na Justiça coletivamente, o que corresponde a quase 50% do total; 113 dos trabalhadores entraram com processo individual. Isso indica o forte poder associativo dos trabalhadores metalúrgicos, que contavam no período com um sindicato forte e combativo. Muitos dos processos carregam em si o timbre do sindicato, isso quando o presidente ou outro dirigente não é o representante do trabalhador reclamante – ou quando não é o reclamante em si.

### **Objetos de reclamação**

A próxima análise é dos principais objetos de reclamação, ou seja, as irregularidades que levaram o trabalhador a reclamar na Justiça do Trabalho. A intenção é entender a situação dos trabalhadores nas fábricas, as leis que o patronato mais burlava e o comportamento dos operários frente à esses problemas enfrentados.

Observando os casos isoladamente, os três maiores objetos de reclamação são, respectivamente: Descanso Semanal (37,95%); Aviso Prévio (25,45%) e Indenização por dispensa (24,55%). Os menos presentes, cada um com apenas uma reclamação registrada, são: Carteira de Trabalho Retida, Comissões e Indenização em dobro<sup>ix</sup>, todas com índice de 0,45% do total cada uma.

Mas para os fins da análise, procurando entender o motivo mais frequente que leva os metalúrgicos ao Tribunal, propomos uma perspectiva aonde os objetos são aglomerados em grupos que levantam questões específicas. A remuneração engloba os processos por: Comissões, Adicional noturno, Descontos indevidos, Diferença Salarial, Salário, e Salário Retido. As reclamações por dispensa envolvem: Aviso Prévio, Indenizações, Diferença de

Férias, Readmissão, e Rescisão Contratual. A questão disciplinar refere-se a os processos por suspensão; e a questão das condições de trabalho: Descanso Semanal, Feriados, Férias Retidas, Horas Extras, e Insalubridade.

A partir dessa análise proposta, há 221 reclamações quanto às condições de trabalho – o que indica que quase todos os processos contêm reclamações do tipo. Ou seja, grande parte dos metalúrgicos de Juiz de Fora enfrentavam, em seu dia-a-dia profissional, condições de trabalho não ideais, seja em relação á insalubridade, ou excesso de trabalho (horas extras, férias não gozadas, feriados trabalhados etc.).

O segundo lugar é ocupado pela questão salarial – mais da metade dos reclamantes (164 de 224). As pesquisas anteriormente citadas já mostravam a questão salarial como a mais relevante na Justiça do Trabalho, tanto em Juiz de Fora quanto no resto do país. Muitas empresas juiz-foranas pecavam ao pagar abaixo do salário mínimo da categoria, ou em não pagar os adicionais noturnos e demais comissões. Isso pode ser explicado, dentre outras coisas, pelo fato da categoria ter um grande número de dissídios e aumentos salariais na década de 1950. Os dissídios coletivos ocorriam quase de dois em dois anos, e sempre eram seguidos por reclamações contra empresas que não pagam a diferença salarial.

Em terceiro lugar, aparecem as reclamações por dispensa indevida, presente nos processos de mais da metade dos trabalhadores. Isso indica uma porcentagem relativamente menor de dispensa em relação a outras categorias<sup>x</sup>, demonstrando a importância da mão de obra metalúrgica para as fábricas.

Em quarto e último – talvez por contar apenas com um objeto – vêm o grupo da questão disciplinar. Apesar de último, não é o menos importante. Os casos de suspensões – quando o empregado recebe suspensão de alguns dias de trabalho por decisão do mestre, contramestre ou do patrão, por ter teoricamente sido negligente – costumam a ser mais subjetivos<sup>xi</sup>. A maioria dos casos de suspensão está ligada à questão de disciplina e hierarquia dentro (e em alguns casos até fora) da fábrica, estabelecendo os limites entre a responsabilidade profissional do trabalhador e a tentativa de controle de comportamento e produção destes pela empresa.

### **Resultados das ações**

Segue abaixo, no quadro I, os números e porcentagens dos resultados das reclamações dos metalúrgicos entre 1950 e 1960.



<b>Resultado</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Acordo	64	28,57
Arquivamento	10	4,46
Desistência	23	10,27
Improcedente	33	14,73
Não Identificado	1	0,45
Parcialmente procedente	22	9,82
Procedente	71	31,70

QUADRO I: Resultado das reclamações. Fonte: Dados coletados através de processos da Junta de Conciliação e Julgamento de Juiz de Fora entre 1950 e 1960.

Dos 224 reclamantes analisados, 71 (31,7%) têm seus casos julgados procedentes pela Justiça do Trabalho. Juntando com os parcialmente procedentes, que são 22 (9,82%), 93 dos metalúrgicos têm sucesso nos processos impetrados à JCJ/JF. Ao passo que, 64 deles (28,57%) fecham acordo com a empresa.

De fato, em todos os processos, na primeira audiência, a Corte apresenta uma proposta de conciliação, que pode ou não ser aceita pelas partes. Em mais de 70% dos casos avaliados, não é aceita, e a maioria deles pelos empregados. Uma vez que o acordo proposto não é aceito, o processo segue seu curso, aonde ambos os lados têm de apresentar suas defesas, provas e, em alguns casos, testemunhas. E no final, há um veredicto que pode ser surpreendente – como é de fato nas estatísticas aqui apresentadas. Quase 40% dos reclamantes têm seus processos vitoriosos, totalmente ou em parte, o que indica também que as empresas do ramo na cidade tendiam fortemente a burlar as leis trabalhistas. Mas ao contrário do que era anteriormente defendido, a Justiça do Trabalho, na maioria das vezes, não nega ao trabalhador o seu direito em favor das indústrias.

## **Conclusão**

O estudo aqui levantado procurou analisar a relação estreita entre os trabalhadores metalúrgicos de Juiz de Fora com a Justiça do Trabalho – um órgão criado para mediar os conflitos de classe em um contexto de governo interventor e controlador, mas que é incorporado pela classe operária, junto com as formas clássicas, como uma alternativa de luta social e conquista de direitos.

Vejamos agora as palavras de John French a respeito da Justiça do Trabalho:

Ineficiência administrativa, tribunais superlotados e uma tendência para a ‘conciliação’ freqüentemente produziram o que pode ser denominado de ‘justiça com desconto’. Mesmo quando ganha um caso legal, por exemplo, um trabalhador brasileiro era forçado a um acordo com seus patrões, obtendo um valor muito menor do que inscrito em seus direitos legais [...] <sup>xii</sup>

A perspectiva de French sobre a “Justiça com desconto” é relativizada quando visualizamos a análise dos processos levantados na pesquisa. Os índices apresentados demonstraram que os resultados favoráveis (Procedentes e Parcialmente procedentes) eram mais comuns do que as Conciliações – respectivamente, 41,68% e 28,57%. Além disso, a análise qualitativa feita dos processos selecionados demonstrou uma Corte que a princípio propunha o Acordo, mas que julgava os processos dentro da lei quando a conciliação não era aceita.

Outro preceito comum que procurei questionar aqui é a noção de que a Justiça do Trabalho, por ser um órgão criado no centro do complexo institucional corporativo para arrefecer a luta de classes no país, teria afastado os trabalhadores das ruas e dos sindicatos. A participação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material nos processos é expressiva, seja através do seu advogado nos casos individuais, seja encabeçando processos coletivos de suas categorias. Ademais, na cidade, as greves e os processos estão em consonância.

Assim, é constatado que, mesmo com a presença e o uso do Tribunal, os operários de Juiz de Fora não pararam de utilizar os confrontos diretos, como a greve e os piquetes, para reclamar seus antigos e novos direitos.

---

<sup>i</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, orientada pela Profa. Dra. Valéria Marques Lobo e Bolsista de Monitoria (UFJF). Contato: luisap.historia@hotmail.com

<sup>ii</sup> PACHECO, Jairo Queiroz. *Guerra na fábrica: Cotidiano fabril durante a segunda guerra – O caso de Juiz de Fora/MG*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. São Paulo, maio de 1996. P. 99.

<sup>iii</sup> Idem, p. 52

<sup>iv</sup> GOMES, Angela de Castro. Retrato falado: a Justiça do Trabalho na visão de seus magistrados. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, janeiro-junho de 2006, n37. p. 66.

<sup>v</sup> BARBOSA, Denilson Gomes. *Conflito Trabalhista e Uso da Justiça do Trabalho: Estudo de Caso do Município de Juiz de Fora (1944-1954)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora. 2008. p.7

<sup>vi</sup> LOBO, Valéria. A Justiça do Trabalho como vetor da Justiça Social. In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH*. Natal, 2010. p. 01

<sup>vii</sup> Como o Sindicato na década de 1950 era o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico, consideramos importante incluir todas as categorias representadas por essa instituição na pesquisa.

<sup>viii</sup> BARBOSA, op. cit., p. 94.

<sup>ix</sup> Indenização em dobro é pago ao trabalhador estável (com mais de dez anos de carteira assinada na empresa).

<sup>x</sup> LOBO, op. cit., p. 05., e, BARBOSA, op. cit, p. 80-84.

<sup>xi</sup> BARBOSA, op. cit., p. 95.

<sup>xii</sup> FRENCH, John. *Afogados em lei: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Ática, 2001. P. 19.

## O corpo na fotografia: arte e documentarismo em Miguel Rio Branco

Luísa Kuhl Brasil

Doutoranda em História

PUCRS/CAPES

Orientador: Charles Monteiro

EMAIL: [luisakuhlbrasil@gmail.com](mailto:luisakuhlbrasil@gmail.com)

**RESUMO:** Este trabalho visa analisar as fotografias do livro *Silent Book* do fotógrafo Miguel Rio Branco pelo viés da história do corpo. Leva-se em consideração as formas que o artista “dá a ver” a corporeidade por meio das problemáticas da violência, da morte e da memória como um emaranhado de conceitos delineados na narrativa proposta no livro. O corpo instiga os limites entre o campo da fotografia documental e da arte. Pesquisa com apoio financeiro da CAPES.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fotografia; Arte; Documentarismo.

**ABSTRACT:** This paper aims to analyze, through the history of the body bias, the images contained in the *Silent Book*, a book by the photographer Miguel Rio Branco. The analysis is addressed to the forms that the artist discloses the corporeality through issues like violence, death and memory as a tanglement of concepts outlined in the proposal narrative. The body incites the boundaries between documentary photography and art by proposing a hybrid of form and content.

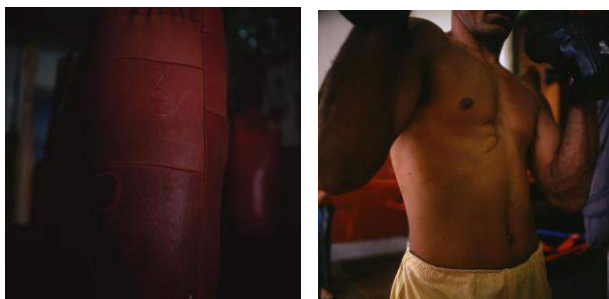
**KEYWORDS:** Photography; Art; Documentary.

O corpo sempre foi motivo de representação na arte. O ser humano desde a pré-história manifesta a vontade de se representar. Beatriz Ferreira Pires diz: “a relação de mão dupla entre corpo e cultura sempre existiu. As formas como ambos refletem e espelham um ao outro mudam conforme as normas e os interesses da sociedade à qual pertencem<sup>1</sup>. Deste modo, percebemos que os valores sociais estão inscritos nos corpos já que ele é o contato primário dos indivíduos com o ambiente que os cerca.

Fruto de uma tecnologia, a fotografia surgiu no século XIX devido a necessidade de representação que envolvia diretamente o corpo humano. No entanto, historicizar o corpo humano se torna perigoso devido às suas múltiplas disposições. Para tanto, pretendo nesse artigo pensar o corpo na obra de Miguel Rio Branco, buscando nas fotografias publicadas no livro *Silent Book* (1998) os meios que este fotógrafo apresenta a corporeidade. Afinal, de que corpo nos fala Rio Branco? Para Alexandre Santos, “a fotografia possibilita desde sua origem produzirmos uma história do corpo via imagens”<sup>2</sup>.

Da documentação à poética, a impressão do corpo é motivo na fotografia. Aparato de cultura e de registro da atividade humana, o corpo é depositário de uma potencialidade visual que a fotografia almeja documentar e transformar em arte. Santos salienta que pela fotografia ser um dos primeiros instrumentos de massa “ela é capaz de reproduzir, de forma rápida e irreversível, diferentes visões a respeito da cultura corporal da humanidade em geral”<sup>3</sup>.

*Silent Book* não diz respeito somente aos meandros do corpo. É um livro que deve ser entendido para além de uma mera coletânea de imagens: é uma obra completa, com unidade editorial complexa que permite que a “leitura” página a página se transforme num próprio ato artístico<sup>4</sup>. De modo geral, visualiza-se objetos quebrados, ambientes escuros e depredados, academias de boxe imundas, cicatrizes, marcas, circos decadentes, animais em decomposição. O corpo está presente de forma direta em alguns casos, porém muitas vezes aparece como um referente difuso, ou seja, mesmo quando Rio Branco fotografa uma carcaça de um cavalo, de certa forma o corpo humano também é motivo. Há que se compreender as imagens como uma narrativa que não respeita diretamente a linearidade, mas sim conceitos que estão além do referente material (do que foi fotografado), que estão na ideia de *páthos* que o artista suscita.



Páginas 15 e 16

O título desse artigo propõe pensarmos numa outra categoria de fotografia que não respeite às clássicas denominações de “documentária” ou “artística”. A história da fotografia é antes a história da denominação dos campos da fotografia que a história da prática fotográfica<sup>5</sup>. O intuito do trabalho é partir das imagens que Rio Branco produz para pensar o corpo como uma forma de dispositivo que contagia tanto o campo da fotografia documentária quanto o campo da fotografia artística. Esse contágio acaba por profanar a própria visão, deslocando tanto quem critica a fotografia quanto quem a olha sem compromisso com a imagem.

Os conceitos de engajamento, verdade, objetividade que por muito tempo andaram ao lado do que se concebia como documentário, são inundados pelo emaranhamento poético e ficcional, delegando um novo estatuto a essas fotografias. No entanto, esse estatuto não é estanque. Aqui procura-se entender as referências artísticas e documentárias a partir da forma como Rio Branco trabalha e pensa o corpo humano. A dor, o sexo, a violência, a degradação, o prazer, a memória, o tempo e a visão são os grandes temas que o corpo como articulador e objeto deflagra.

O filósofo Henri-Pierre Jeudy, em seu livro *O Corpo como objeto de arte* (2002), ressalta que na arte ou no cotidiano operamos uma reestruturação estética das imagens do corpo que surgem como num sonho. Busca-se, a rigor, uma espécie de elaboração secundária do próprio corpo, ou seja, uma reconstrução do sonho (ou do desejo de idealização do corpo) em narrativa. Na obra de Rio Branco, são exatamente esses aspectos que o fotógrafo problematiza. Apresentando prostitutas em cenas dramáticas ou lutadores de boxe sem braços, Rio Branco traz o corpo como um objeto que simboliza não o referente direto, ou seja, o corpo mesmo, mas sim um conceito. É a ideia de corpo social, de bestiário, de salvação e de visão que o fotógrafo instiga.



Páginas 23 e 24

Comumente vista como duplo do real, a fotografia possui credibilidade. Pessoas acreditam que o corpo apresentado numa imagem fotográfica seja real devido à crença no referente fotográfico. Neste estudo o corpo mostrado e abordado na obra de Rio Branco não será visto como duplo do real, e sim como corpo transformado em objeto de arte, mais profundamente como corpo transformado em objeto fotográfico que, somente a partir das imbricações artísticas (com todas as referências à pintura que o fotógrafo trabalha) e documentárias poderão ser levadas à cabo.

A paixão pelo duplo e pela vontade de manifestar vida no corpo representado na arte, seja em si próprio ou em outrem, é manifesta na história de Pigmalião, exposta aqui por meio da análise de Henri-Pierre Jeudy: “Um rei de Chipre apaixonou-se por uma estátua de marfim, que representa uma mulher. Às vezes, ele passava por quem a

havia esculpido. Em sua paixão, ele pediu a Afrodite, durante uma festa da deusa, que lhe concedesse uma mulher parecida com a estátua. Quando regressava para sua casa, percebeu que ela estava viva. Casaram-se e tiveram uma filha, Pafos, que, por sua vez, teve como filho Ciniras.” Logo, Jeudy reflete:

Essa história, transformada em mito autêntico, vem confirmar a referência à ideia do corpo como objeto de arte. O corpo enquanto estátua, objeto de admiração e de desejo de posse, esteja morto ou vivo, passa de um estado a outro para o bel-prazer dos olhos<sup>6</sup>.

O corpo almejado, ou meramente o corpo visto nas imagens, se mostra como uma forma de duplicar o corpo real. No entanto, visto criticamente, o corpo é considerado objeto de arte, não um duplo que tenha referência direta com o preexistente. Este corpo, transformado em fotografia, em real fotográfico, por meio da subjetividade do fotógrafo e de quem é fotografado, se torna uma segunda categoria, que diz respeito tanto a imaginação artística quanto ao caráter documentário, tendo em vista sua posição como instigador de um estado social. Assim, a história do corpo tem sido construída conforme alguns parâmetros detectados na cultura e nas transformações dos modelos que funcionam como mecanismos codificadores de sentido.



Página 7



Página 8

A imagem do corpo grego, idealizado e treinado, suscita até os dias hoje curiosidade. Diversas vezes referenciado, o ideal de beleza grego foi usado tanto por regimes totalitários como o nazismo, quanto pela publicidade atual. O corpo esguio, musculoso e perfeito, conforme os padrões gregos do momento, repercute até os dias de hoje. Esse corpo era radicalmente idealizado, treinado, produzido em função do seu aprimoramento, o que nos indica que ele era, contrariamente a uma natureza, um artifício a ser criado numa civilização que alguns helenistas chamam de “civilização da vergonha” por oposição à judaico-cristã que será uma “civilização da culpa”<sup>7</sup>.

Com o advento do cristianismo, o corpo passa a ser interpretado de outra forma. Agora ele é fonte de pecado, o corpo se torna algo proibido. Segundo Barbosa, Matos e Costa:

O cristianismo reprime constantemente o corpo (o “corpo é a abominável vestimenta da alma” diz o papa Gregório Magno). Por outro lado, é glorificado, nomeadamente através do corpo sofredor de Cristo. A dor física teria um valor espiritual<sup>8</sup>.

Lidar com a dor, o sangue e a morte era melhor quisto no cristianismo do que lidar com o pecado da carne, com os prazeres sexuais, alimentares ou mundanos. Deste modo, o que se valoriza neste período é a alma em detrimento do corpo. Todo sacrifício carnal é merecido se em benesse aos assuntos da alma. Nessa lógica, o corpo está relacionado ao material, a tudo que é da terra, logo, ele se torna a prisão da alma. Perversão, culpa, depravação, imoralidade e vício são algumas características intrínsecas ao corpo no cristianismo.

Na modernidade, vemos surgir uma outra maneira de lidar com o corpo. Com o advento do pensamento cientificista, o corpo se torna local de experimentos, de estudos tanto na arte quanto nas ciências. O corpo descrito e analisável retrata a transformação da visão que começou a ocorrer a partir do Renascimento. A redescoberta do corpo, nessa época, aparece principalmente nas obras de arte, como as pinturas de Da Vinci e Michelangelo, valorizando-se, deste modo, o trabalho artesão juntamente com o pensamento científico e o estudo do corpo<sup>9</sup>. No entanto, o mais incisivo movimento que separa a alma do corpo foi dado por René Descartes com seu pensamento metafísico. Com a separação do corpo e da mente, o físico passou a servir unicamente a razão. Na época de Descartes (século XVII), a razão adquiriu tanta importância que passou a ser colocada em sentido de superioridade com o mundo. O sujeito se tornou o mais poderoso e o corpo (conjunto biológico, material, mundano, cheio de humores e excreções), ficou relegado ainda mais que o mundo. Essa dualidade foi ampliada para outros preceitos como: espírito/matéria; masculino/feminino; branco/preto; dominante/dominado; civilizado/primitivo; culto/inculto; letrado/analfabeto; desenvolvido/subdesenvolvido<sup>10</sup>.

Com o avanço do pensamento moderno e com a industrialização na Europa cada vez mais crescente, vê-se um atrelamento mais acirrado do corpo com a tecnologia. Aquele corpo ocioso de tempos atrás, agora deveria trabalhar para alcançar o progresso rapidamente. Com o crescimento urbano e a aglomeração de pessoas, as relações com o corpo foram mudando. Segundo Rosário:

A ascensão do capitalismo traz consigo um ser humano mais autônomo, colocado a serviço da economia e da produção. Esse objetivo é alcançado

criando-se o corpo produtor que, portanto, precisa ter saúde para melhor produzir, e precisa adaptar-se aos padrões de beleza para melhor consumir<sup>11</sup>.

O corpo que antes era representado somente a partir da pintura, rapidamente passou a ser representado por meio do aparato fotográfico. Segundo Alexandre dos Santos:

O corpo tornou-se um objeto de estima, dentro de belos estojos ou álbuns de família. Olhar fotografias tornou-se bem mais do que o ato em si. Tornou-se um exercício do olhar sobre o corpo, promovendo uma interiorização da exterioridade, como aquisição histórica no campo da imagem<sup>12</sup>.

Os estudos científicos em relação à fisionomia tinham o corpo e as expressões do rosto como objetos principais. Assim, partiam deles para explicar os fenômenos tanto naturais quanto sociais, tendo em vista a sutil separação que existia entre esses estudos. Essa importância dada à aparência foi uma constante, tanto no meio científico quanto no ambiente das artes no século XIX, já que esses estudos muitas vezes aparecem conjugados. Segundo Santos, um termo que faz jus à preocupação com a aparência é a palavra *etologia*. Empregada em meados do século XIX por J. S. Mill e outros escritores, a etologia, segundo Richard Sennet<sup>13</sup>, era “a ciência do caráter humano, tal qual se pode deduzir das aparências humanas”.

Desde o princípio, o corpo foi motivo de representação na fotografia. Primeiramente com os retratos e cartões de visita que preenchiam os álbuns de família, logo surgindo as fotografias de artistas e celebridades que passaram a ser publicadas em revistas ilustradas. O corpo representado na imagem fotográfica como arte – os nus e as fotografias dos pictorialistas que o usavam para singularizar a fotografia buscando transformá-la em arte – desde o princípio da prática teve espaço. No entanto, ao longo do século XX e com todas as transformações nos conceitos e nas práticas artísticas<sup>14</sup>, o corpo foi se complexificando e se tornando cada vez mais “objeto da arte”. A princípio tinha-se um corpo que era representado por ele mesmo, buscando formalmente (através da luz e da forma) representa-lo como arte.

Com todas as transformações sexuais, políticas e de gênero ocorridas principalmente a partir da década de 1960, mas que já haviam se delineando desde a década de 1920, o corpo passou a ser dispositivo de ideologia e material simbólico para representação política, social e cultural. Ou seja, há uma transposição do sentido da própria representação do corpo. Antes ela se dava diretamente, de modo quase literal, como se o corpo fosse o duplo da realidade e a partir dele, e de sua imagem, descobrir-



se-ia seu interior, tanto relacionado a psique<sup>15</sup>, quanto a anatomia. Agora o corpo é o suporte, ele é o objeto onde a arte se manifesta. Principalmente após a reviravolta de Marcel Duchamp e dos dadaístas, quando o conceito de arte relativamente “desce do pedestal” e outras formas passam a ser aceitas, o entrecruzamento entre arte e vida se tornou uma questão cara à arte contemporânea. Logo, se a vida e o cotidiano passam a ser motivo da arte, o corpo assume papel primordial, como suporte de representação e artifício simbólico para apresentação dessa nova perspectiva de arte. Além disso, nesse processo, a fotografia, não por mera coincidência, mas justamente pelo seu caráter tecnológico e de fácil acesso, começou a se popularizar e ser utilizada tanto como meio artístico, quanto como arte em si<sup>16</sup>. Alexandre Santos reflete:

Pelo seu caráter de arte pobre, vinculada às massas e, justamente por isso, acessível a todos, a fotografia em seu potencial de documento foi uma das linguagens que mais alicerçou esta exigência das novas vanguardas a partir dos anos 1960 em seu projeto de revisão da autonomia da arte, bem como do seu caráter erudito<sup>17</sup>.

As fotografias que compõem *Silent Book* são fragmentos de diferentes trabalhos documentários que Rio Branco realizou na sua carreira. Essas imagens, que aparecem de forma fragmentada e deslocada criam uma terceira categoria. Dispostas em livro, em narrativa visual que se apresenta ora sequencialmente ora de forma labiríntica<sup>18</sup>, o fotógrafo se coloca como um artista que usa o documentário para criar sua poética. As imagens, antes subjugadas a categoria documentária, se tornam arte devido à montagem e edição que vislumbram um outro conceito, imaginário e fantasmático. Não dizem mais respeito aos indivíduos que antes foram retratados no seu ambiente social, mas as ideias de dor, prazer, salvação e pecado que Rio Branco propõe.

No início do século XX a fotografia documentária foi tomando forma a partir dos trabalhos de Jacob Riis, August Sander, Lewis Hine, Dorothea Lange e Walker Evans. Com esses fotógrafos, a importância dada às cenas do cotidiano e a documentação cultural, assim como a denúncia social, foi gradativamente aumentando. Segundo Lombardi:

A fotografia documental tem como proposta narrar uma história por meio de uma sequência de imagens. Com sua especificidade centrada na aliança do registro documental com a estética, ela assume a função de fazer a mediação entre o homem e o seu entorno. É, portanto, problematizadora da realidade social, e ao mesmo tempo, reivindicadora de um modo próprio de expressão<sup>19</sup>.

Esses primeiros fotógrafos acreditavam que a fotografia era transformadora do meio social e que, por ser um registro mecânico, tinha uma ligação direta com a

realidade. No entanto, a partir da publicação do livro *The Americans* de Robert Frank em 1958<sup>20</sup>, algumas dessas premissas, como a crença na realidade fotográfica, foram sendo deixadas de lado. O tripé *verdade, objetividade e credibilidade* que antes era a base para esses fotógrafos foi, gradativamente, sendo excluída da fotografia documentária. A partir da década de 1950 o interesse em reformar a sociedade já não era tão presente na fotografia.

Robert Frank realizou seu trabalho não em busca da documentação que se tinha até então. Com o apoio de uma bolsa da Fundação Guggenheim, o fotógrafo buscava as banalidades do cotidiano do povo norte-americano, mostrando que as pessoas retratadas talvez não tivessem a maior importância ou significado, abrindo as possibilidades de interpretação do receptor. Logo, o caráter ideológico e objetivo começaram a se distanciar da fotografia documentária. Dessa mesma geração, grandes fotógrafos como Garry Winogrand e Diane Arbus também realizaram projetos documentários sem, no entanto, obedecer ao tripé realidade, objetividade e credibilidade, deixando espaço para a imaginação e o sonho, ou seja, permitindo a circulação, em certa medida, de aspectos artísticos, filosóficos e psicológicos ao trabalho documentário.

Rio Branco começou a fotografar no final da década de 1970 quando esse tipo de imagem já estava consolidada, ou seja, a *iconosfera* do fotógrafo não pode ser entendida a partir dos parâmetros objetivos colocados pela antiga fotografia documentária, assim como sua obra não nos permite encaixá-lo nessa categoria estanque. O valor de documentação tem importância na sua obra. As fotografias das prostitutas do Maciel, que também geraram o filme em 16 mm *Nada Levarei quando morrer aqueles que mim deve cobrarei no inferno* (1980), as imagens dos boxeadores, dos indígenas, dos submundos na América do Sul, sua incursão pelo Japão e sua ligação com a *Magnum Photos*<sup>21</sup>, entre outras tantas produções, possuem um viés documentário, no sentido de vivência do fotógrafo com os retratados, na noção de projeto e tempo despendido no trabalho.

Tanto como objeto de arte quanto como motivo de documentarismo, o corpo na obra de Rio Branco tem papel central. *Silent Book*, um livro silencioso, pois desprovido de qualquer interferência tipográfica ou material gráfico significativa<sup>22</sup>, delega ao corpo o motivo de todas as temáticas. Desde a redenção cristã até a descida ao inferno, é no corpo que Rio Branco deposita sua ideia.



Páginas 70, 71, 72

Seguindo a lógica da argumentação, o fotógrafo ao mesmo que adentra no sonho, no sentido fantasmático proposto pelo movimento e pelo desfoque, ele se mostra como autor presente no ambiente social retratado. De modo quase surreal, nunca deixa para trás o objetivo maior: problematizar a natureza degradada da humanidade. Na perda, assim como no sonho, Rio Branco busca re(montar) o quebra-cabeça da dignidade, por isso imagens que se complementam nas páginas.



Páginas 88, 92<sup>23</sup>

A proposta deste estudo é analisar de que modo o corpo é o suporte para as distintas manifestações de sentido que Rio Branco aborda em suas fotografias. A arte contemporânea é, em parte, caracterizada pela interatividade dos diferentes gêneros a fim de produzir novos significados que abarquem tanto a imaginação quanto a política. Desta forma, entende-se que a obra de Rio Branco, e aqui especificamente o livro *Silent Book*, apresenta uma constelação de imagens que se interligam graças ao grande fio condutor que é o corpo.

#### Notas

<sup>1</sup> PIRES, Beatriz Ferreira. **O corpo como suporte da arte**. São Paulo, Editora Senac, 2005, p.26.

<sup>2</sup>SANTOS, Alexandre. **A fotografia como escrita pessoal: Alair Gomes e a melancolia do corpo-outro**. Tese de doutorado apresentada ao curso de Pós-Graduação em Artes Visuais. Porto Alegre, UFRGS, 2006, p. 132

<sup>3</sup> SANTOS, Alexandre. **A fotografia como escrita pessoal: Alair Gomes e a melancolia do corpo-outro**. Tese de doutorado apresentada ao curso de Pós-Graduação em Artes Visuais. Porto Alegre, UFRGS, 2006, p. 133

<sup>4</sup> Silent Book tem formato quadrado (20x20cm). O conceito é de Miguel Rio Branco e do designer Jean Yves Cousseau. O livro foi pensado de forma que as imagens não sejam vistas isoladamente, mas sim em dípticos ou trípticos. Quando uma imagem está sozinha, a página ao lado é totalmente negra.

<sup>5</sup> LUGON, Olivier. L'esthétique du document...1890-2000: Le réel sous toutes ses formes. In: GUNTHER, André; POIVERT, Michel. **L'art de la Photographie. Des origens à nos jours**. Paris: Citadelles, 2007. p. 357-422. As referências a esse texto utilizadas nesse artigo tem como base a tradução do mesmo realizada por Charles Monteiro.

<sup>6</sup> JEUDY, Henry-Pierre. **O corpo como objeto da arte**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002, p.30

<sup>7</sup> DODDS, 1988, citado por TUCHERMAN, Ieda. **Breve História do Corpo e de seus Monstros**. Lisboa: Veja, 1999, p.36

<sup>8</sup> BARBOSA, M. R., MATOS, P. M., & COSTA, M. E. (2011). **Um olhar sobre o corpo: o corpo ontem e hoje**. Psicologia & Sociedade, 23(1), 24-34, p.26.

<sup>9</sup> ROSÁRIO, Nísia Martins. **Mundo contemporâneo: corpo em metamorfose**. 2004.

<sup>10</sup> ROSÁRIO, Nísia Martins. **Mundo contemporâneo: corpo em metamorfose**. 2004.

<sup>11</sup> ROSÁRIO, Nísia Martins. **Mundo contemporâneo: corpo em metamorfose**. 2004.

<sup>12</sup> SANTOS, Alexandre Ricardo dos. **A fotografia e as representações do corpo contido (Porto Alegre 1890-1920)**. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-graduação em Artes Visuais UFRGS, 1997, p.66

<sup>13</sup> SENNET, 1988, 213. Citado por SANTOS, Alexandre Ricardo dos. **A fotografia e as representações do corpo contido (Porto Alegre 1890-1920)**. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-graduação em Artes Visuais UFRGS, 1997, p. 66.

<sup>14</sup> A esse respeito podemos citar muitos exemplos de artistas que passaram a usar o corpo como “suporte” da arte. A *Body Painting* e a *Performance* são dois exemplos de práticas artísticas que tem espaço hoje em dia. Para maiores esclarecimentos ver: PIRES, Beatriz Ferreira. O corpo como suporte da arte. São Paulo: Editora Senac, 2005

<sup>15</sup> Exemplo pertinente são os estudos psicanalíticos realizados por seguidores de Freud e principalmente por Carl Gustav Jung que utilizava a fotografia como mecanismo para detectar possíveis doenças, como a histeria.

<sup>16</sup> A respeito da prática fotográfica vinculada a arte, André Rouillé propõe a leitura de que de modo algum a aliança entre a arte e a fotografia consiste em uma interpenetração dos campos artístico e fotográfico. Segundo o autor: “Não foi o “*medium* fotográfico que se infiltrou na arte”, mas os artistas que se serviram dele para responder às suas necessidades artísticas próprias. Não houve, na arte, infiltração pela fotografia, mas utilização do dispositivo técnico fotográfico pelos artistas”. (ROUILLÉ, 2009,352).

<sup>17</sup> SANTOS, Alexandre. **Sobre Fotografias, documentos e autoficções**. Anais do Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas / Sheila Cabo Geraldo, Luiz Cláudio da Costa (organizadores)- pp.1245-1258 Rio de Janeiro, ANPAP, 2011, p. 1249.

<sup>18</sup> Essa constatação se dá graças a própria característica do suporte livro. O “leitor” tem a liberdade de seguir a sugestão do autor assim como pode criar sua própria narrativa ao folhear de outras formas o livro.

<sup>19</sup> LOMBARDI, Kátia Hallak. **Documentário Imaginário: reflexões sobre a fotografia documental contemporânea**. Discursos Fotográficos, Londrina, v. 4, n.4, p. 35-58, 2008, p.37.

<sup>20</sup> Primeiramente o livro foi publicado na França com o título: *Les Américains. Sua publicação nos EUA não foi bem aceita, gerando inúmeras críticas negativas*.

<sup>21</sup> A agência francesa *Magnum*, desde sua fundação, em 1947 – pelos renomados fotógrafos humanistas Robert Capa (1913-1954), David “Chim” Seymour (1911-1956), Henri Cartier- Bresson (1908-2004), George Rodger (1908-1995) –, tornou-se um marco na história do fotodocumentarismo. Diferentemente de todas as outras agências, significava mais do que um meio de subsistência, seus fotógrafos procuravam expressar os sentimentos e ideais da época por meio da linguagem fotográfica. Eles defendiam não só a propriedade dos negativos, mas também o direito à assinatura, ao controle da edição do trabalho e mais tempo para execução de projetos (LOMBARDI, 2008, 42).

<sup>22</sup> As fotografias em *Silent Book* são diagramadas sem margens ou molduras. As imagens constituem a página inteira.

<sup>23</sup> Essas duas imagens, finalizadas do livro, são intercaladas por páginas negras e por uma imagem que apresenta um boxeador caído ao chão, essa imagem é extremamente escura, quase imperceptível ao olhar ligeiro devido ao aspecto de borrão e desfoque que o fotógrafo produziu.

## A LEPRA NO ESPÍRITO SANTO: A COLÔNIA DE ITANHENGA

Luiz Arthur Azevedo Barros<sup>1</sup>

### Resumo

Este artigo deseja analisar como foram elaboradas e executadas as ações para combater a disseminação da lepra no estado do Espírito Santo, entre 1934-1945. Este período corresponde à gestão de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde, durante o Governo Vargas, quando ocorreu uma grande reestruturação da saúde pública no Brasil com grande atenção para a lepra. Tendo como principal ação o isolamento compulsório dos doentes, foram construídos leprosários em diversas regiões do país. No Espírito Santo, foi realizada a construção da Colônia de Itanhenga, iniciada em 1935 e concluída em 1937.

**Palavras-chave:** Colônia de Itanhenga, lepra, Política Pública de Saúde

### Abstract

This article wants to examine how were developed and implemented actions to combat the spread of leprosy in the state of Espírito Santo, between 1934-1945. This period corresponds to the Gustavo Capanema management in the Ministry of Education and Health, during the Vargas government, when there was a major restructuring of public health in Brazil with great attention to leprosy. Having as main action compulsory isolation of patients, lepers were built in various regions of the country. In Espírito Santo, the construction of the Colony of Itanhenga, started in 1935 and completed in 1937.

**Keywords:** Colony of Itanhenga, leprosy, Public health policy

### As primeiras notícias sobre a lepra

Diferentemente do que ocorreu em outros estados brasileiros, os casos de lepra no Espírito Santo levaram algum tempo para serem confirmados. Os relatórios governamentais dos presidentes da Província, relativos ao período 1842-1888,<sup>2</sup> no tocante à saúde ou higiene pública, trazem relatos sobre as ações efetuadas para conter surtos de febre amarela, impaludismo (malária), bexiga (varíola), cólera, tuberculose, hepatite, “febres beliosas”, disenteria, coqueluche, sarampo e doenças desconhecidas que fizeram óbitos de crianças e adultos. Em 1871, aparece pela primeira vez, no relatório do presidente Francisco Ferreira Correa<sup>3</sup>, o título “Projecto de Lazareto” (*sic*) buscando justificar a necessidade de um de local apropriado para receber pessoas que procedessem de algum porto contaminado por alguma epidemia, para ficarem em período de observação.

Somente em setembro de 1881, houve uma notificação pelo provedor da Saúde Pública, Dr. Manoel Goulart de Souza, ao presidente da Província Dr. Marcellino de Assis Tostes, sobre a ocorrência de um caso de lepra, em uma mulher, na cidade de Vitória. Como não existia local

apropriado para recebê-la, por determinação do Ministério do Império, a leprosa foi transferida para o lazareto de São Cristóvão, no Rio de Janeiro.<sup>4</sup>

Nas mensagens governamentais apresentadas ao Congresso Legislativo<sup>5</sup>, entre 1889 e 1913, aparecem a forte preocupação com a higienização e o saneamento do estado, principalmente com a capital Vitória, em função de sua importância econômica como cidade com grande vocação para o comércio marítimo, favorecida pela sua posição geográfica, e onde ainda existiam muitos focos de proliferação de doenças: charcos e alagados; precário abastecimento de água potável; inexistência de canalização de esgotos e ausência de limpeza pública. Os relatos sobre epidemias não foram tão frequentes, apesar de existir a preocupação com a vulnerabilidade do estado pela escassez de recursos financeiros.

A lepra parecia não existir no Espírito Santo. Somente um caso foi apontado, em 1917, na estatística demógrafo-sanitária, como sendo a *causa mortis* de uma mulher, brasileira, com idade entre 20 e 60 anos. A respeito da baixa ocorrência de casos de lepra no estado, o Dr. Heráclides César de Souza-Araujo, em palestra proferida na Academia Nacional de Medicina, em 1937, informou:<sup>6</sup>

Por cerca de meio século, fagueira illusão nos dizia que o Espírito Santo era um Estado indemne do flagello da lepróse. E, mesmo ha 10 annos passados, relatorio da Saúde Publica Federal, publicado em Julho de 1927, dizia que o Espírito Santo, com uma população de 400 mil habitantes, tinha, apenas, 22 leprosos, dos quaes 9 figuravam como fichados no Districto Federal. Eram, portanto, 13, os leprosos existentes no Estado e a lepra não constituia um sério problema para aquelle departamento de nosso paiz (*sic*).

Em 1922, a partir do consórcio firmado entre o Espírito Santo e a União, foi criado o Serviço de Profilaxia Rural sendo nomeado para seu diretor o Dr. Leorne Menescal. Na mesma ocasião, como parte integrante desse serviço foi criada a Inspeção de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas, sob a direção do Dr. Miguel Motta.<sup>7</sup>

Em fevereiro de 1927, foi estabelecido um novo contrato entre o Espírito Santo e a União com o objetivo de executar os serviços de profilaxia das doenças venéreas. Para chefiar a Inspeção da Lepra e Doenças Venéreas foi indicado o Dr. Pedro Fontes, transferido do Serviço de Saneamento Rural do Distrito Federal.<sup>8</sup>

### **A gestão de Pedro Fontes**

A chegada de Pedro Fontes à Inspeção de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas, em agosto de 1927, trouxe importantes mudanças ao quadro da lepra no Espírito Santo. Em relatório apresentado em 1928, ele declarou:

Quando assumi a direção deste Serviço encontrei, realmente, fichados pelo extinto Serviço de Prophylaxia Rural, - que aqui funcionára cerca de 5 annos e junto ao qual havia um serviço de Lepra e Doenças Venéreas, - apenas 22 leprosos. No fim de algum tempo verifiquei que esse numero estava áquem da realidade e resolvi fazer um inquerito. Percorri todo o Estado, entendendo-me pessoalmente com os medicos das diversas localidades e cheguei á conclusão de que havia no Estado do Espírito Santo mais de 200 leprosos (*sic*).<sup>9</sup>

A estimativa inicial foi ajustada para 150 casos em relatório de agosto de 1929, apresentando maior concentração de leprosos nos seguintes municípios: Calçado (atual São José do Calçado), Alegre, Veado (atual Guaçuí), Afonso Cláudio e Colatina. Porém, até o final desse ano foram efetivamente fichados 133 leprosos. O censo prosseguiu durante todo ano de 1930 chegando ao seu final com o total de 225 leprosos fichados, incluindo os casos suspeitos. No final do ano seguinte este número passou para 340 fichados, sendo 290 doentes confirmados e 50 suspeitos. Este resultado foi considerado como definitivo para o censo efetuado. Porém, em uma primeira revisão executada em 1932 os casos confirmados passaram para 334 e os suspeitos baixaram para 36. Desta forma, a evolução dos dados apresentados pelo censo realizado fez com que Pedro Fontes triplicasse a sua estimativa inicial, chegando à conclusão que deveriam existir entre 600 e 650 leprosos em todo o estado do Espírito Santo.<sup>10</sup>

Mesmo considerando os possíveis erros, inerentes às dificuldades de identificação dos casos e a falta de recursos materiais e humanos, sem dúvida alguma, o censo efetuado no Espírito Santo foi fundamental para a organização dos serviços contra à lepra. A este respeito, em 1937, o interventor federal do Espírito Santo, João Punaro Bley, em mensagem à Assembleia Legislativa, apontou o estado como sendo aquele em que foi efetuado o mais minucioso censo de leprosos. Além disso, reconheceu o estado como um dos mais bem aparelhados para o combate à doença.<sup>11</sup>

Como primeira ação executada pela gestão do Dr. Pedro Fontes, foi instalado, em 1927, em Vitória, o Dispensário Central de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas, tendo em anexo um laboratório de microscopia e sorologia para realização de todo o serviço do estado. Para combater os casos de lepra identificados foram construídos, nas regiões mais afetadas, dispensários mistos ou dispensários de pele para o atendimento de sífilis e de lepra em sete municípios do Espírito Santo: Cachoeiro de Itapemirim (1928); Alegre (1929); Colatina (1929); João Pessoa, atual Mimoso do Sul (1932); Muqui (1933); São José do Calçado (1935) e Afonso Claudio (1935).<sup>12</sup>

### **A construção da Colônia de Itanhenga**

Durante a inspeção preliminar sobre a situação da lepra no Espírito Santo, Pedro Fontes imediatamente reconheceu a necessidade de construir um leprosário no estado. Demonstrando

preocupação com o controle da disseminação da doença, em 3 de setembro de 1928, ele enviou ofício ao presidente do estado, Aristeu Aguiar, informando que: “É premente a construção de um leprosário antes que o numero de leprosos avulte e o problema fique mais difícil” (*sic*).<sup>13</sup>

Ratificando sua intenção, em 20 de agosto de 1929, Pedro Fontes enviou novo ofício solicitando, desta vez, a construção de um leprosário onde, pelo menos, fossem recolhidos os doentes que não tinham condições financeiras para manter o isolamento em suas próprias residências. Solicitou também a construção de um asilo para os filhos desses doentes.<sup>14</sup>

É interessante observar que as etapas encaminhadas por Pedro Fontes, - o recenseamento executado por dispensários fixos e por médicos itinerantes, a construção de leprosário para isolar os casos identificados, seguido pela construção de preventório para receber os filhos dos doentes isolados – constituíam as condições básicas para que a campanha contra a lepra fosse bem sucedida.

Como consequência da persistência do Dr. Pedro Fontes, foi assinada por Aristeu Borges de Aguiar, a Lei no. 1.727 de 3 de janeiro de 1930, autorizando ao Executivo a construção de um leprosário no estado do Espírito Santo em localidade a ser definida.<sup>15</sup>

A Revolução de 1930 trouxe mudanças positivas ao combate à lepra no Brasil e em particular no Espírito Santo. Conforme determinado no artigo 11º, do decreto nº 19.398 de 11 de novembro de 1930,<sup>16</sup> Aristeu Borges de Aguiar foi substituído pelo capitão João Punaro Bley, nomeado como interventor federal no estado pelo Governo Provisório. O apoio dado por Punaro Bley às ações coordenadas por Pedro Fontes foi fundamental para que o leprosário de Itanhenga fosse materializado, como será visto a seguir.

Em dezembro de 1930, o Governo Provisório resolveu extinguir, por falta de verba, todos os Serviços de Profilaxia que a União mantinha com os estados.<sup>17</sup> Assim sendo, o chefe do Serviço de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas, Dr. Pedro Fontes, recebeu ordem para encerrar as atividades, desmontar e inventariar todo material. Porém, como existia em seu poder o saldo de 67:000\$000, Pedro Fontes solicitou ao interventor federal João Punaro Bley permissão para continuar com estes serviços contando com auxílio do estado para sua manutenção. O governo do estado obteve autorização junto ao Ministério da Educação e Saúde Pública considerando que a continuidade deste serviço no Espírito Santo não deveria representar ônus para a União. Imediatamente, João Punaro Bley, autorizou a permanência do Serviço de Profilaxia e determinou que fosse incluído a quantia de 80:000\$000 no orçamento de 1931. No decorrer dos anos, entre 1931 a 1934, esta quantia alcançou o total de 740:000\$000, com desembolsos em dinheiro e medicamentos que permitiram a ampliação das atividades do Serviço, conforme visto anteriormente.<sup>18</sup>



Com os resultados do recenseamento executado até àquele momento, Pedro Fontes, em 3 de dezembro de 1930, enviou ao capitão Bley memorial sobre a situação da lepra no estado, enfatizando sobre a necessidade da construção de um leprosário-colônia destinado ao isolamento dos leprosos identificados no censo. Como solução alternativa e imediata para possibilitar este isolamento, propôs a criação de um asilo de emergência na ilha da Cal, que foi aceita pelo governo do estado. Como primeira providência, em 1931, uma casa existente na ilha passou por adaptações para receber mulheres e crianças, e em 1932 foi construído um pavilhão para o acolhimento de homens.<sup>19</sup>

Em artigo publicado pela imprensa, em 1934, Pedro Fontes ressaltou a importância do leprosário para o isolamento compulsório dos doentes:

O leprosário é a arma mais eficiente de combate à lepra; sem elle não será possível organizar serviço util de prevenção contra o mal de Hansen. É, a um tempo, *benefício* para o doente, que só no leprosario poderá receber tratamento regular e *garantia* para a população, preservada com a segregação dos leprosos, do seu contágio (*sic*).<sup>20</sup>

Podemos ver no discurso de Pedro Fontes a ênfase no isolamento da doença como forma de proteger a sociedade sadia. Mais uma vez fica claro que o objetivo principal não era tratar o doente e sim a doença. É certo considerar que em 1934 ainda não existia uma forma de tratamento efetivo para tratar, curar e eliminar a propagação da lepra, como ocorrerá a partir de 1940 com o desenvolvimento da sulfona.

Em março de 1933, o Dr. Heraclides Cesar de Souza-Araujo juntamente com Dr. Pedro Fontes reuniu-se com o capitão Bley para discutir a instalação de um leprosário no Espírito Santo. Para a execução da obra, Souza-Araujo propôs a realização de um consórcio entre o estado e a União, o que foi aprovado, ficando estabelecido, inicialmente, que o governo do estado se comprometeria com a doação do terreno onde seria erguido o leprosário. Posteriormente, este compromisso foi ampliado com a instalação e o fornecimento de água, luz e telefone. Para iniciar a construção, o interventor federal destinou a quantia de 200:000\$000 recebida da União, em julho de 1933.<sup>21</sup>

Após percorrer vários municípios no entorno da capital, Pedro Fontes e Carlos Rosas, técnico da Diretoria de Obras, concluíram que o lugar mais adequado para a instalação do leprosário-colônia seria em Itanhenga, localizado no município de Cariacica, próximo à baía de Vitória e na foz do rio Cariacica. Em ofício enviado ao interventor federal, em 25 de setembro de 1933, Pedro Fontes descreveu os fatores que o levaram à escolha do local e solicitou que o parecer

fosse emitido com brevidade porque a construção do leprosário permitiria recolher mais de 300 doentes já fichados. O Interventor aprovou a escolha do local e encaminhou os procedimentos para a desapropriação de terreno com 350 hectares, o que foi oficializado através do decreto nº 4.443 de 31 de janeiro de 1934.<sup>22</sup>

Em março de 1934, foi iniciada a construção da Colônia de Itanhenga sob a supervisão do engenheiro Celestino Quintanilha, ex-prefeito do município de Alfredo Chaves.<sup>23</sup> O projeto das instalações da instituição foi baseado em plantas e projetos fornecidos pela Saúde Pública Federal, pelos Serviços de Profilaxia dos estados de São Paulo e Minas Gerais, e pela Seção de Leprologia do Instituto Oswaldo Cruz. Após visitas realizadas aos leprosários instalados em outros estados, ficou definido que o modelo a ser seguido para a construção da Colônia de Itanhenga seria o da Colônia de Pirapitingui, em São Paulo, por ser um leprosário moderno e econômico. A organização deste material ficou a cargo de Pedro Fontes e de Carlos Rosas. Para a execução da obra, foram utilizados recursos provindos da União, da venda de três mil sacas de café doadas pelo Departamento Nacional de Café, da doação da prefeitura de Vitória e do governo do Espírito Santo, que também arcou com as despesas decorrentes da desapropriação de terrenos e benfeitorias no entorno da área da Colônia.<sup>24</sup>

Em 22 de maio de 1935, foi inaugurada a primeira etapa da construção da Colônia de Itanhenga, fazendo parte dos festejos de comemoração do quarto centenário da colonização do Espírito Santo. A inauguração da Colônia foi um evento muito noticiado pelos jornais do estado e do Distrito Federal devido a importância da obra para o controle e combate da lepra no estado e no país. Estiveram presentes à solenidade autoridades do Espírito Santo, de outras unidades da federação e do Distrito Federal, entre eles Dr. Ernani Agrícola, representando o ministro da Educação e Saúde Pública, e o Dr. Heraclides Cesar de Souza-Araujo, representando o Centro Internacional de Leprologia.<sup>25</sup>

A Colônia de Itanhenga, em maio de 1935, ficou constituída por: dez pavilhões do tipo “Carville”,<sup>26</sup> destinados à internação dos doentes com capacidade para 200 leitos; um pavilhão para a clínica com laboratório e sala de operações; um pavilhão para refeitório; um pavilhão destinado à lavanderia. Estes três últimos pavilhões foram completamente equipados com o que havia de mais moderno naquela data. Ainda faltavam construir mais alguns pavilhões que seriam destinados à escola, igreja e centro de diversões, além da preparação de campo de futebol e quadra esportiva para basquete.<sup>27</sup>

As obras de complementação de Itanhenga transcorreram por dois anos, sendo acompanhada com destaque pelos noticiários da imprensa carioca e capixaba. Muitas foram as manifestações

positivas saudando o interventor federal pela iniciativa e formulando votos de sucesso ao empreendimento, mas também ocorreram algumas críticas referentes à forma de obtenção dos recursos financeiros. Para a solenidade de inauguração da segunda etapa da Colônia estava sendo aguardada a presença do presidente da República Getúlio Vargas, o que deu maior destaque ao evento. Porém, pouco antes da data prevista, por motivos pessoais, o presidente Vargas não pode comparecer à Itanhenga, sendo representado por Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde.

Conforme anunciado, em 11 de abril de 1937, ocorreu a inauguração definitiva da Colônia de Itanhenga contando com a presença do ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema e de importantes personalidades políticas e civis do cenário estadual e federal. Nessa oportunidade, João Punaro Bley pronunciou o seu discurso fazendo uma retrospectiva de seu contato com o problema da lepra e de como ele foi sensibilizado por Souza-Araujo e Pedro Fontes para a importância de construção de um leprosário no estado. Bley fez a descrição dos custos totais envolvidos na execução da obra tecendo agradecimentos a todos que contribuíram financeiramente ou materialmente para a sua concretização.<sup>28</sup>

Gustavo Capanema pronunciou seu discurso apresentando as ações que estavam sendo realizadas pelo Governo Federal para combater a lepra no Brasil. O Ministro falou sobre o longo caminho a ser percorrido para eliminar a doença, considerando a estimativa de 50.000 leprosos no país, e prosseguiu afirmando que somente com a Revolução de 1930 foi possível iniciar, “em todo o país, combate seguro, completo e systematico contra a lepra” (*sic*). Capanema falou ainda sobre o programa federal baseado na organização da pesquisa e do censo, e sobre a importância do armamento anti-leproso – constituído pelo leprosário, dispensário e preventório – no Distrito Federal e nos estados da federação. Gustavo Capanema concluiu seu discurso falando sobre a importância da Colônia de Itanhenga como instituição modelar e como resultado da cooperação entre a União e o Espírito Santo, nas pessoas do presidente Getulio Vargas e do governador João Punaro Bley.<sup>29</sup>

A Colônia de Itanhenga, com capacidade total prevista para 380 leprosos, foi construída no município de Cariacica, em uma área de 1.200 hectares, a 80 metros acima do nível do mar e distante 14 Km da cidade de Vitória. A área total da Colônia foi dividida em três partes: uma destinada à Colônia propriamente dita (665 hectares), outra foi destinada ao preventório (200 hectares) a ser construído e uma terceira para a colônia agrícola dos futuros egressos do leprosário (335 hectares). Ficou constituída por 65 unidades, das quais 13 foram entregues na primeira etapa, durante a inauguração em 22 de maio de 1935.<sup>30</sup>

A respeito das características físicas da Colônia de Itanhenga, bem como de seu papel modelar no combate à lepra no Espírito Santo e no Brasil, Souza-Araujo fez as seguintes considerações:<sup>31</sup>

Em resumo, consideramos a Colonia de Itanhenga como leprosario modelo. Modelo não por ter grandes e luxuosos edificios de 2 ou 3 andares ou enormes pavilhões de 100, 200 ou 300 doentes cada um. É leprosário modelo exactamente por não ter nada grande, nada monumental. É modelo por ser um estabelecimento completo, com organizações e serviços capazes de attender todas as faces do problema da lepra dentro da mais rigorosa technica prophylactica. O Espírito Santo não se afastando do bom caminho que vem trilhando, extinguirá a lepra dentro do Estado em espaço de tempo que não excederá a duas gerações. É preciso, porém, que a sua campanha contra o mal não soffra solução de continuidade (*sic*).

Infelizmente, a previsão de Souza-Araujo não se concretizou. O problema fundamental é que àquela época ainda não havia tratamento eficaz para a eliminação do bacilo de Hansen nos pacientes infectados. A função principal dos leprosários era o isolamento compulsório dos doentes, o que se acreditava ser uma solução para evitar que novos casos continuassem ocorrendo. Mais tarde, foi constatado que isso não era verdadeiro.

Somente com o advento da sulfona, a partir de 1941, é que o tratamento se tornou capaz de eliminar o bacilo e impedir que a transmissão da doença continuasse ocorrendo. No Espírito Santo, assim como em outros estados do Brasil, o tratamento com a sulfona demorou alguns anos para que fosse utilizada.

### **Ações de apoio ao combate à lepra**

A sociedade capixaba também se mostrou presente no combate à lepra. Após visita às instalações da Colônia de Itanhenga, fazendeiros, procedentes de Cachoeiro de Itapemirim, resolveram auxiliar na manutenção dos internos da instituição ofertando diversas cabeças de gado.<sup>32</sup>

A Sociedade Espírito-santense de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra, fundada em 30 de setembro de 1935, na cidade de Vitória, e filiada à Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra, também se mostrou muito atuante na mobilização contra a lepra.

A principal atividade das Sociedades de Assistência aos Lázaros, fundadas em diversas regiões do Brasil, era a administração dos preventórios, instituições destinadas ao acolhimento dos filhos sadios dos leprosos, que permaneciam sob sua responsabilidade até a idade de 15 anos para os meninos e 18 anos para as meninas. Seguindo esta orientação, anexa à Colônia de Itanhenga, foi destinada área de 200 hectares para a construção do Preventório Alzira Bley e da Granja Eunice

Weaver, ocorrendo o lançamento da pedra fundamental dessas instituições no mesmo dia da inauguração da Colônia, em 11 de abril de 1937.

Em 24 de abril de 1940, o preventório Alzira Bley e a granja Eunice Weaver foram inaugurados. As duas instituições foram preparadas para acolher 150 filhos de leprosos, de crianças recém-nascidas a jovens de 18 anos. Para a obra foram utilizados recursos obtidos com o governo do estado e com campanha de solidariedade promovida pela Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros em cooperação com a Sociedade de Assistência aos Lázaros de Vitória.<sup>33</sup>

### **Considerações finais**

O que tenho constatado através das diversas leituras efetuadas a respeito do combate à lepra, é que a questão do estigma, tão forte, em relação à doença não se mostrou como o verdadeiro motivo para que ocorresse o isolamento compulsório dos portadores do bacilo de Hansen. O objetivo maior era conter o crescimento do número de casos que eram confirmados e a segregação dos doentes parecia ser a melhor solução, como se mostrou na Europa. Os médicos, no Brasil e no exterior, efetivamente, não sabiam muito a respeito da doença. Apesar da identificação da bactéria, na segunda metade do século XIX, ainda pairavam muitas questões sobre os mecanismos de sua transmissão. Atualmente, ainda existem perguntas que não foram respondidas.

Assim sendo, por não saber como impedir a disseminação da doença pela sociedade, para proteger os que ainda eram tidos como sãos e, de certa forma, para tentar cuidar daqueles que por ela já tinham sido contaminados, a alternativa mais indicada era o isolamento do doente. Porém, não temos como desconsiderar o que esta interrupção, ocorrida de forma tão abrupta na vida dos leprosos e de seus familiares, causou em sofrimentos e deixou marcas profundas em suas vidas.

Com relação a organização das políticas de saúde, e em particular para organização do combate à lepra, o papel desempenhado pelo Governo Vargas se mostrou muito eficiente, conseguindo estruturar adequadamente suas ações. O apoio do presidente à campanha contra a lepra foi fundamental para que Gustavo Capanema, com sua capacidade de organização e articulação política, pudesse planejar e implementar suas decisões.

Um aspecto a ser ressaltado é a atuação do Dr. Heráclides Cesar de Souza-Araujo nas pesquisas, discussões e orientações sobre o combate à lepra. Ele foi, indubitavelmente, uma verdadeira referência a respeito do assunto no Brasil e no exterior. Além disso, sua produção técnica e acadêmica se tornou um importante legado para que, hoje, possamos entender e remontar a história da luta contra a lepra no país. Seus diversos trabalhos, na forma de livros e artigos, são utilizados como fonte de pesquisa para todos os trabalhos relacionados ao tema.

A chegada de Pedro Fontes possibilitou revelar a real situação da endemia de lepra no Espírito Santo. Os censos realizados, a organização administrativa, a capacidade técnica e a persistência de Pedro Fontes foram os elementos necessários para tornar possível a instalação do leprosário de Itanhenga com o objetivo de controlar e eliminar a doença.

Neste processo também foi muito importante a disponibilidade do interventor federal João Punaro Bley para implementar as políticas de combate à lepra, sugeridas por Souza-Araujo e Pedro Fontes. Bley interviu na esfera estadual, federal e junto à sociedade civil obtendo recursos necessários para encaminhar adequadamente o problema da lepra no Espírito Santo.

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. laabarros@hotmail.com

<sup>2</sup> Relatórios Governamentais da Província do Espírito Santo (1842-1888) – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

<sup>3</sup> Francisco Ferreira Correa, 9 de outubro de 1871 - Relatórios Governamentais da Província do Espírito Santo (1842-1888) – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

<sup>4</sup> Marcelino de Assis Tostes, 8 de março de 1881 - Relatórios Governamentais da Província do Espírito Santo (1842-1888) – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

<sup>5</sup> Mensagens Governamentais do Estado do Espírito Santo (1892-1930) – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

<sup>6</sup> SOUZA-ARAUJO, Heraclides Cesar de. A lepra no Espírito Santo e sua prophylaxia: A “Colônia de Itanhenga” – Leprosário modelo. **Memória Instituto Oswaldo Cruz**. 1937, vol.32, n.4, pp.551-605. ISSN 0074-0276. p.552.

<sup>7</sup> SOUZA-ARAUJO, 1937, p.554.

<sup>8</sup> Ibid.

<sup>9</sup> FONTES, Pedro apud SOUZA-ARAUJO, 1937, p.555-556.

<sup>10</sup> SOUZA-ARAUJO, 1937, p.555-556.

<sup>11</sup> Espírito Santo (Estado), **Mensagem**. 1937, João Punaro Bley, p.95, apud SANTOS NEVES, 2003

<sup>12</sup> SOUZA-ARAUJO, 1937, p.565.

<sup>13</sup> FONTES, Pedro apud SOUZA-ARAUJO, 1937, p.570

<sup>14</sup> SOUZA-ARAUJO, 1937, p.570.

<sup>15</sup> Ibid., p.571.

<sup>16</sup> Decreto 19.398, de 11 de novembro de 1930 – Diário da Manhã, 15/11/1930, Vitória, Espírito Santo.

<sup>17</sup> “A Interventoria Federal e o Serviço de Prophylaxia da Lepra” - Diário da Manhã, 25/8/1934, Vitória, Espírito Santo.

<sup>18</sup> Discurso pronunciado pelo interventor federal João Punaro Bley, durante o banquete oferecido por amigos do município de Cachoeiro de Itapemirim, em 3 de agosto de 1934 – Diário da Manhã, 4/8/1934, Vitória, ES.

<sup>19</sup> SOUZA-ARAUJO, 1937, p.571.

<sup>20</sup> Diário da Manhã, 25/11/1934, Vitória, ES.

<sup>21</sup> Diário da Manhã, 4/8/1934, Vitória, ES.

<sup>22</sup> SOUZA-ARAUJO, 1937, p.574-577.

<sup>23</sup> Diário da Manhã, 2/6/1934, Vitória, ES.

<sup>24</sup> Diário da Manhã, 23/5/1935, Vitória, ES.

<sup>25</sup> Ibid.

<sup>26</sup> Esta denominação é decorrente do estilo de construção dos dormitórios coletivos (dois pavimentos e varanda ao redor do primeiro andar) do leprosário nacional de Carville, localizado no estado de Louisiana, nos Estados Unidos (SANTOS, 2006, p.95.). Em Itanhenga, os pavilhões foram construídos com apenas um pavimento.

<sup>27</sup> Diário da Manhã, 23/5/1935, Vitória, ES.

<sup>28</sup> SOUZA-ARAUJO, 1937, p.582

<sup>29</sup> Arquivo Gustavo Capanema. GC h 1935.09.02 – CPDOC/FGV.

<sup>30</sup> SOUZA-ARAUJO, 1937, p.589.

<sup>31</sup> SOUZA-ARAUJO, 1937, p.600.

<sup>32</sup> A NOITE, 26/4/1937, Rio de Janeiro, RJ

<sup>33</sup> A NOITE, 23/4/1940, Rio de Janeiro, RJ.

## **A BIOGRAFIA DE D. WALDYR CALHEIROS DE NOVAES COMO ESCRITA DA HISTÓRIA: REDES SOCIAIS, MEMÓRIA E PODER**

Luiz Fernando Mangea da Silva<sup>1</sup>

### **Resumo:**

O presente trabalho faz uma análise da atuação pastoral e política do bispo na Diocese de Barra do Piraí/Volta Redonda dentro do contexto da História Política. A análise parte de expressões políticas e sociais. Buscando pensar os significados da interpretação biográfica, da memória, do relato de vida e da rede sociopolítico como referencial teórico para explicar relacionamentos estruturais e organizacionais existentes entre o bispo, os indivíduos e as instituições que eles representavam.

**Palavras-chaves:** D. Waldyr Calheiros de Novaes, redes e memória.

### **Abstract:**

This paper analyzes the bishop's pastoral and political activities in the Diocese of Barra do Piraí/Volta Redonda within the context of Policy History. The analysis of the political and social expressions. Seeking think the meanings of biographical interpretation, memory, story of life and socio-political network as a theoretical framework to explain existing structural and organizational relationships between the bishop, the individuals and the institutions they represented.

**Keywords:** D. Waldyr Calheiros de Novaes, networking and memory.

### **Introdução**

O presente trabalho é parte integrante da minha pesquisa de mestrado. Essa pesquisa teve como objeto de análise a atuação do bispo D. Waldyr Calheiros de Novaes na Diocese de Barra do Piraí/Volta Redonda e as suas relações com a Igreja Católica, com as Comunidades Eclesiais de Base, com os operários da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e com os militares a no período de 1966 a 1972. Esse recorte temporal marca a chegada do bispo titular D. Waldyr a Diocese e as denúncias de torturas e mortes ocorridas nas dependências do 1º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB).

Para o presente trabalho, busquei estabelecer uma discussão acertada da história política como um aborte teórico para pensar outras questões historiográficas, como o uso da biografia, da memória, do relato de vida e da rede sociopolítico em que o bispo estava inserido. Esses referenciais são importantes para explicar as relações organizacionais estabelecidas entre o bispo, os diocesanos, os operários e os militares.

Durante séculos, a chamada história política tradicional<sup>2</sup> se interessou por concentrar sua investigação nos “grandes feitos”, como as disputas entre as monarquias, as exaltações

das instituições monárquicas, das grandes batalhas e de outras infinidades de poderes que emanavam, exclusivamente, das ações do Estado. Assim, a história política de outrora se transformou em uma história palatina, elitista e aristocrática.

As revoluções liberais foram fundamentais para derrubar os regimes absolutistas, mas não foram capazes de destronar a história política. Com a formação dos Estados nacionais e o advento da classe operária e da democracia, a história política modificou seu objeto de interesse.

Ao invés de fixar sua atenção na pessoa do rei ou na instituição monárquica, a história política voltou seu olhar para as disputas territoriais ou emancipações, para os confrontos entre as ideologias e os partidos políticos. Mas a renovação da história política só veio mesmo com a reformulação do seu interesse por um conjunto de apostolado sobre a natureza do político, o sentido de sua relação com as instituições e com os outros fenômenos sociais.

René Rémond explica como a renovação da história política contribuiu para ampliar o campo de atuação do historiador e, conseqüentemente, da pesquisa histórica: “As novas orientações da pesquisa histórica estavam em harmonia com o ambiente intelectual e político. O advento da democracia política e social, o impulso do movimento operário, a difusão do socialismo dirigiam o olhar para as massas.”<sup>3</sup>

A história política – com ênfase nos aspectos cronológico, linear e de curta duração – deveria ceder lugar a uma história total e de longa duração. A história era considerada, até então, factual, subjetivista e idealista, que preconizava uma abordagem narrativa e descritiva dos eventos históricos. Nesse sentido, havia chegado a hora da história política arcar com o custo da sua renovação, passar da “história dos tronos” para a “história das sociedades”; “história dos homens ilustres” para a “história dos homens comuns”.

Sendo assim, a história política do século XX diferenciou-se, em parte, da história política do século XIX, enquanto esta priorizava os “grandes acontecimentos”, aquela incorporava, em suas abordagens, as “massas anônimas”, a vida cotidiana dos “indivíduos comuns”, além do uso e das diversas formas de representações de poder. Com isso, os historiadores incluem em suas pesquisas as formas variadas de micropoderes, que são manifestados nas relações sociais entre os indivíduos e as instituições das quais estão inseridos.

Dessa forma, a história política renovada traz para o centro do debate os indivíduos e suas ações em todas as esferas sociais, isto é, não se preocupando apenas com a excepcionalidade dos “grandes personagens” políticos, que os historiadores positivistas acreditavam ser os únicos condutores da história.



Com isso, a biografia passou a ser incorporada à história política em pelo menos três elementos para análise historiográfica: a história de vida, o testemunho oral e reconstrução da memória do biografado, todos em consonância com os fatos históricos.

### **A trajetória biográfica, intelectual, religiosa e política de D. Waldyr Calheiros de Novaes**

O mal-estar inicial, provocado pela irrupção da biografia, foi, aos poucos, sendo dissipado, e o estudo de trajetórias individuais passou a ser incorporado aos trabalhos dos historiadores culturais, preocupados com uma determinada realidade social.<sup>4</sup>

Logo, a possibilidade de pesquisas biográficas com indivíduos passou a ser aceita pela historiografia desde que esses indivíduos se situem nos marcos permitidos pela sua época de atuação, levando em consideração o contexto social. Para Chartier, “Essa interpelação suscitou uma profunda preocupação, já que, durante muito tempo, a história havia esquivado sua pertinência à classe dos relatos e havia apagado as figuras próprias de suas escrituras, reivindicando seu cientificismo.”<sup>5</sup>

Quando nos propomos a estudar a trajetória de vida de D. Waldyr, também nos propomos a repensar a questão relacionada à rede social<sup>6</sup> em que ele estava inserido. Tais como as relações familiares, a formação escolar, a formação religiosa, as estratégias de socialização dentro e fora do seminário. Além da sua ação com o mundo e com a instituição da qual ele fez parte: a Igreja Católica.

Assim, a rede sócio-cultural em que estava inserido o bispo, e como ele se conectava e se relacionava com a rede familiar, com as múltiplas instâncias da Igreja, com os movimentos sociais, tais como: os operários da Companhia Siderúrgica Nacional, os movimentos de leigos e com os militares.

Nesse sentido, buscamos pensar os significados simbólicos de sua experiência por meio da interpretação biográfica do bispo. Sendo assim, a análise social e pastoral num sentido mais amplo se desloca para a rede de interação do bispo com outros atores sociais. Desse modo, Souza ressalta que:

A tarefa do pesquisador não é mais descrever as formas das práticas sociais para, a partir delas, deduzir modelos. Também não se espera dele a elaboração de grandes quadros explicativos, fundados em vastos levantamentos estatísticos. Ele se fixa nos mecanismos socialmente compartilhados que engendram cada comportamento social.<sup>7</sup>

Para entendermos a trajetória do bispo iniciaremos uma narrativa a respeito do despertar desse personagem histórico para a religião. Para isso, recorreremos à obra de Elizabeth Both<sup>8</sup>.

O trabalho dessa autora nos ajudará a compreender a relação entre a rede social e o indivíduo. Além de nos auxiliar na identificação do papel que esse indivíduo ocupa dentro de um determinado grupo ou instituição. A metodologia utilizada pela autora é uma abordagem antropológica, mas que podemos utilizar nos estudos de trajetórias individuais.

A antropologia social de Both inaugura uma nova maneira de interpretar as relações sociais entre a família, as pessoas alheias e as instituições. Compreender a atividade de um indivíduo por meio da rede familiar não é uma tarefa fácil porque é no núcleo familiar que se observam as expressões não-verbalizadas.

Para Both, ao estudar a rede familiar para investigar as atitudes desempenhadas por cada indivíduo, é necessário por parte do pesquisador um olhar atento sobre os papéis desempenhados pelo investigado, e que estão disseminados em várias instituições. Nesse sentido, a autora afirma que:

A vida familiar se desenrola no lar e não nas ruas, nas universidades, nas clínicas, nas escolas, nas igrejas, nas fábricas, ou em quaisquer outras instituições de fácil acesso aos pesquisadores. A menos que sejamos convidados a entrar em um lar, não poderemos aprender muita coisa sobre a família (...).<sup>9</sup>

A partir do momento em que um indivíduo ocupa um espaço em uma determinada rede. Essa ocupação se dá por meio de relações sociais. Por isso, escrever um trabalho centrado em biografias e em interações com as redes é, em parte, pensar nessas relações, que podem permitir ao indivíduo modificar as leis sociais que regem o próprio grupo e/ou instituição.

Para tanto, faremos um apontamento da rede social que foi estabelecida para que o bispo seguisse a vocação religiosa:

a) O questionamento da mãe, Maria Calheiros de Novaes, sobre a possibilidade de um dos filhos seguir a vocação religiosa. Ela foi uma incentivadora da carreira sacerdotal do bispo Waldyr. O incentivo começou com uma provocação, à medida que Maria Calheiros questionou a possibilidades de uns dos filhos seguir a vida religiosa, ou seja, via a possibilidade de algum dos filhos ingressarem no seminário para se tornar padre. Pois, o seminário era um lugar onde possibilitava aos jovens – que não tinham como arcar com os custos de uma educação particular – estudar, ganhar ascensão social e passar a integrar uma elite intelectual. Assim, a senhora Maria pediu ao cônego que o aceitasse no seminário. De imediato, ele atendeu ao pedido;

b) O fato de sua irmã mais velha estar casada com Mário Duarte, irmão do cônego Clovis Duarte (reitor do Seminário Arquidiocesano de Nossa Senhora da Assunção, em Maceió, capital de Alagoas) possibilitou a entrada no seminário ainda no segundo semestre. Geralmente o processo seletivo dos seminaristas ocorria no início de cada ano;

c) Ter tido dois amigos seminaristas, Abaeté Cordeiro e Castenor de Lima Pinheiro, também influenciou na decisão do bispo. A batina dos dois amigos representava para Waldyr uma distinção social, uma novidade e um símbolo de poder;

d) A relação de proximidade com o vigário da paróquia Nossa Senhora do Carmo, foi importante para a entrada do jovem Waldyr no seminário, pois o padre ensinou as primeiras declinações do latim. Essa língua era de fundamental importância para aqueles que aspiravam à carreira sacerdotal.

Para compreender como a rede em que estava inserido D. Waldyr influenciou na sua formação, na sua atuação, e, sobretudo, no lugar social e religioso ocupado por ele. Fazem-se necessárias, também, considerações acerca da preservação da memória e da contribuição dos trabalhos de história oral para os historiadores do tempo presente.

Desse modo, o uso da história oral na busca da memória de um indivíduo pode ser considerado algo de “foro íntimo”, por isso, deve ser estudado individualmente, uma vez que o indivíduo recorda algo da sua própria individualidade. Mas também, não impede que a história oral seja utilizada na busca de uma memória coletiva, a fim de estudar um grupo de pessoas ou uma comunidade numa determinada realidade social. Refletindo acerca da memória Michael Pollak afirma que:

*A priori*, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.<sup>10</sup>

Os elementos constitutivos da memória individual diferenciam em parte dos elementos constitutivos da memória coletiva. Isso porque o relato de vida de um indivíduo se baseia em experiências e acontecimentos vividos individualmente, ao passo que na memória coletiva as experiências e os acontecimentos são vivenciados em grupos. Assim, a biografia articulada com a memória constitutiva de D. Waldyr pode ser utilizada como forma de compreender, por exemplo, os avanços e os limites de um movimento que surge no interior da Igreja na segunda metade no Século XX, que buscava a transformação no campo pastoral, mas com entonação político-social.

Quando olhamos para a biografia e para as ações sociais desenvolvidas pelo padre Waldyr observamos que ele transitou por várias redes sociais, construindo relações interpessoais com diferentes camadas sociais: esteve próximo dos pobres do Morro da Chacrinha, dos paroquianos que eram da classe média; da elite da mídia carioca; dos operários da CSN e até mesmo dos militares.

Desse modo, Pinto e Junqueira ressaltam que o indivíduo se comporta de diferentes maneiras, se adaptando e modificando a rede social em que está inserido: “Na visão de redes pessoais, o cerne é a análise dos papéis representados pelo indivíduo nos diversos grupos sociais dos quais participa”.<sup>11</sup> Essa observação serve para que possamos ampliar a percepção de análise sobre os laços sociais que conectam aos indivíduos envolvidos na distribuição do poder<sup>12</sup> na rede como um todo ou na relação desta com outros grupos.

Toda a ação religiosa e social que o padre Waldyr desenvolveu foi no sentido de irradiar poder e a participação da Igreja na sociedade, pois o clérigo procurou atuar como uma liderança utilizando-se uma comunicação direta com seus paroquianos de classe média, com os moradores da favela em torno da paróquia, com profissionais da mídia, com empresários e com os operários, já como bispo na Diocese de Barra do Piraí/Volta Redonda.

Ao longo da carreira religiosa do bispo foi construída uma rede que serviu para definir qual é o papel desempenhado por um indivíduo dentro de uma organização social, ou seja, qual a hierarquia, a intensidade e a duração dos vínculos estabelecidos socialmente por esses indivíduos.

Nesse sentido, a aplicação da noção de rede social nesta pesquisa foi salutar para a compreensão dos princípios norteadores do comportamento social e as relações de poder não somente de D. Waldyr, mas também, de outros atores sociais (religiosos, leigos, operários e militares) em relação ao bispo.

## **Referências Bibliográficas**

BOTH, Elizabeth. *Família e Rede Social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012.

HAMEROW, Theodore S. A Nova História e a Velha. In: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogerio Forastieri da (Orgs.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011. 2 v. p. 292-339.

PINTO, Áureo Magno Gaspar; JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prates. A análise de redes sociais como ferramenta de diagnóstico das relações de poder. *Revista Eletrônica de Gestão de Negócios*. Universidade Católica de Santos, v.4, n.1, jan.-mar./ 2008, p. 33-59.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SOUZA, Adriana Barreto. Biografia e escrita da história: reflexões preliminares sobre relações sociais e de poder. *Revista Universidade Rural: Série Ciências Humanas, Seropédica, RJ: EDUR*, v. 29, n. 1, p. 27-36, jan-jul, 2007.

## Notas

<sup>1</sup> Mestre em História Social pela Universidade Severino Sombra, Vassouras/RJ. Professor Docente I da Secretaria de Educação de Estado do Rio de Janeiro. E-mail: [lfms.luiz@ig.com.br](mailto:lfms.luiz@ig.com.br).

<sup>2</sup> A história tradicionalmente lidou com os efeitos e as realizações das elites, dos indivíduos e grupos que exercem papel dominante na sociedade. Os grandes temas da historiografia eram, tipicamente, reinados, o desempenho político de um ministro, a campanha de um general ou sacralidade de um santo. Às vezes entravam também na pauta dos historiadores um movimento secular ou um ideal coletivo como o surgimento de uma famosa dinastia, o triunfo de uma verdadeira religião, a conquista de um continente distante ou a emergência de uma poderosa nação. Ver em: HAMEROW, Theodore S. A Nova História e a Velha. In: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogerio Forastieri da (Orgs.). **Nova história em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011. 2 v. p. 292-339.

<sup>3</sup> RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 19.

<sup>4</sup> No que se refere à realidade social Souza nos lembra que “O social é – nessa perspectiva – resultado da ação de indivíduos”. Portanto, ao invés de partir do princípio de que existem classes ou grupos organizados profissional ou socialmente, e proceder à organização de prosopografias, o historiador deveria concentrar-se na trajetória de alguns (ou de um) indivíduos para, através delas, percorrer em múltiplos espaços e tempos as relações nas quais eles se inscrevem. Ver em: SOUZA, Adriana Barreto. Biografia e escrita da história: reflexões preliminares sobre relações sociais e de poder. **Revista Universidade Rural: Série Ciências Humanas, Seropédica, RJ: EDUR**, v. 29, n. 1, p. 27-36, jan-jul, 2007.

<sup>5</sup> CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 12.

<sup>6</sup> Um bom exemplo para pensar como a noção de rede social pode nos auxiliar no entendimento das relações sociais desenvolvidas entre o bispo, seus familiares e a instituição católica. Para isso, recorremos à obra da antropóloga canadense Elizabeth Both, *Família e Rede Social*. Nessa obra, Both faz uma análise das redes sociais em consequência da dinâmica social e das relações entre o indivíduo e os grupos sociais. Isso nos permite compreender o papel em que cada indivíduo ocupa dentro desses grupos e as dimensões sociais de suas ações. Ver em: BOTH, Elizabeth. **Família e Rede Social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

<sup>7</sup> SOUZA, Adriana Barreto. Biografia e escrita da história: reflexões preliminares sobre relações sociais e de poder. **Revista Universidade Rural: Série Ciências Humanas, Seropédica, RJ: EDUR**, v. 29, n. 1, p. 27-36, jan-jul, 2007.

<sup>8</sup> Both, em seu trabalho *Família e Rede Social*, conseguiu romper os limites impostos por cientistas sociais e apresentar um trabalho interdisciplinar importante, tanto do ponto de vista teórico quanto prático. A própria interdisciplinaridade assumida em todo o processo de elaboração do trabalho oferece perspectiva refrescante para as várias disciplinas voltadas ao estudo da família. Ver em: BOTH, Elizabeth. **Família e Rede Social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

<sup>9</sup> BOTH, Elizabeth. **Família e Rede Social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 31.

<sup>10</sup> POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

<sup>11</sup> PINTO, Áureo Magno Gaspar; JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prates. A análise de redes sociais como ferramenta de diagnóstico das relações de poder. **Revista Eletrônica de Gestão de Negócios**. Universidade Católica de Santos, v.4, n.1, jan.-mar./ 2008, p. 33-59.

<sup>12</sup> O filósofo francês, Michel Foucault, contribui com seus estudos e pensamentos sobre temáticas do poder. Para tanto, o filósofo desenvolveu conceitualmente três formas de abordagem distintas, mas que se intercalam entre elas: a do discurso, a do poder institucionalizado e a da subjetividade. Acreditava ser possível a luta contra padrões de pensamentos e de comportamentos, mas nunca se livrar das relações de poder. Em sua obra, *Microfísica do Poder*, Foucault acreditava que o poder não se encontrava localizado só nas instituições ou nos contratos jurídicos e políticos, mas também nos efeitos do saber e da verdade. O saber e verdade como mecanismos que produzem variada forma de poder corrobora para explicar que membros do catolicismo buscavam desenvolver uma mística religiosa centrada em uma verdade como forma de poder. Ver em: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012.

## O desenvolvimento da comédia antiga no sistema democrático ateniense no séc. V a. C.

Luiz Henrique Bonifacio Cordeiro <sup>1</sup>

**RESUMO:** A cultura e a política foram determinantes para a produção literária entre os gregos, que esteve marcada por *drama* e *mímesis*. Havia uma íntima relação entre os gêneros teatrais e a prática política da democracia no séc. V a. C. A comédia sofreu alterações desde sua estrutura física de apresentação até a forma como era recebida pelo público e é sobre a relação entre estas transformações e a conjuntura política de Atenas que este trabalho visa a debater.

**ABSTRACT:** The culture and politics were crucial to the literary production among the Greeks, which was marked by drama and mimesis. There was a close relationship between the theatrical genres and the political practice of democracy in the century V BC. The comedy changed since their physical presentation structure to the way it was received by the public and is on the relationship between these changes and the political situation in Athens that this paper will discuss.

Drama, *mímesis* e diálogo: estas são palavras que podem ser utilizadas para definir reduzidamente o teatro e mais especificamente o teatro grego ateniense do século V a. C. Contudo, o teatro grego é apenas mais uma das composições do vasto campo artístico dos antigos gregos ao longo de séculos de produção cultural. Esse vasto campo literário dos gregos possui em sua estrutura uma forte originalidade, tal como afirma Edward Capps <sup>2</sup>. Para esse autor, não houve uma tradição literária anterior que permeasse o início da produção literária entre os gregos e a capacidade de criação deles resultou em conscientes esforços para representar os temas requeridos em forma artística, fazendo com que fossem revestidos de características universais. Capps defende ainda que os gregos instituíram um progresso que visava à perfeição e, por isso, houve um desenvolvimento dos gêneros literários com sua consequente transformação, que fora tratada por aqueles como "*crescimento normal*" <sup>3</sup>.

A emergência da literatura entre os gregos conta com a participação ativa dos acontecimentos políticos e sociais que acometeram seu território desde tempos recuados,

ainda no segundo milênio a. C. Tal como afirma Capps <sup>4</sup>, as vicissitudes de grupos humanos que tinham o mínimo de estabilidade social e política passaram a ser refletidas em formas não concretas de descrever aquele mundo.

O significado da *mimesis* é central para compreender a relação da estrutura literária dos gregos com o mundo que a rodeia, ou seja, para melhor entender o *ethos* no qual ela se insere. A origem de *mimesis* de Platão e Aristóteles vem de *poiesis*, que significa criar/fazer e deriva de uma transposição de mundo. Para Luiz Costa Lima <sup>5</sup>, *poiesis* quer dizer uma ação social simbolicamente investida na arte mimética, que é dependente da linguagem estética, indireta e conotativa, isto é, metafórica. Lima concebe este raciocínio em conformidade com a "*filosofia das formas simbólicas*", de Ernst Cassirer <sup>6</sup>, para quem o homem é um ser que atua simbolicamente em seu meio. Para esse filósofo, a arte e a linguagem se assemelham por serem movidas simbolicamente; ou seja, a percepção delas torna-se sensível através de seu valor simbólico. A *mimesis*, em suma, é um processo de construção social e envolve comunicação, compreensão e linguagem. Tal como afirma Aristóteles <sup>7</sup>, na experiência prática contemplamos as coisas exatas ao observarmos sua representação ruim, como se faz ao olhar um cadáver.

A literatura, assim, nunca deixou de ser relacionada ao universal. A referência à oralidade, obtida com as epopeias homéricas, somada à importância ritual e valorização individual das poesias dentro da coletividade, são exemplos desse caráter da estrutura literária dos gregos. É com estas configurações que o teatro emerge na Atenas do século VI a. C., fundamentado em uma cultura baseada na oralidade, com forte cunho social e político, e com cada vez mais importância da palavra individual na coletividade.

Consolidado em festas rituais em homenagem ao deus Dioniso, o teatro tem funções nítidas e específicas, mas que marcam sua relação com outras formas literárias anteriores. Além disso, é no teatro que há uma sublimação das outras artes gregas, tal como afirma Aristóteles <sup>8</sup>, pois há uma conjunção entre poesia, música e dança, com o objetivo de mimetizar ações de agentes, ou seja, ocorre ali a apresentação de um drama.

O teatro em Atenas, desde sua emergência, esteve relacionado a festas e rituais religiosos. Os ditirambos e os cantos fálicos, que foram a base da tragédia e da comédia, respectivamente, ratificam esta relação <sup>9</sup>. O próprio desenvolvimento dos gêneros teatrais é resultado e reflexo dos contatos com as festas e o sentido religioso. Adrados <sup>10</sup> afirma que,

devido à proximidade com os ritos, o teatro é flexível, pois o drama é assinalado com mitos e era através destes que o teatro promovia debates acerca de problemas sociais.

Mais próximo aos problemas do cotidiano do que as tragédias, que estavam mais próximas às questões de ordem metafísica, o específico desenvolvimento do gênero cômico em Atenas esteve intimamente relacionado às questões políticas e sociais. Elina Miranda Cancela <sup>11</sup>, que considerou a comédia como um fenômeno histórico-literário, defende que a inter-relação entre a comédia, seu público e sua teoria foi o que permitiu possibilidades de desenvolvimento temporal maior desse gênero em detrimento da tragédia.

A democracia ateniense se desenvolveu no século V a. C. como um sistema político marcado por negociações entre os grupos que disputavam o poder. Como afirma Josiah Ober <sup>12</sup>, a harmonia social no sistema democrático ateniense esteve permeada por relações de disputa e de poder através de uma comunicação conflituosa entre massas e elites, através de “topoi retóricos”, o discurso em si. Oradores, pintores e poetas estão nesse conjunto de escritores que multiplicam seus discursos com a retórica no século V a. C.. Após a morte de Péricles (429 a. C.), a retórica passou a ser mais significativa ainda, já que ele estimulou a oratória entre os atenienses. Portanto, o desenvolvimento das comédias nos anos subsequentes à morte deste estadista serviu a uma função oratória dos autores.

Segundo Wilfred Major <sup>13</sup>, a nomenclatura *comédia antiga* abrange a comédia ateniense pertencente ao século V, de 486 até 403 a. C., embora a divisão da comédia grega em antiga, média e nova não compreenda perfeitamente o desenvolvimento do gênero cômico em Atenas. No entanto, este autor salienta que esta divisão é importante para observarmos o debate sobre o desenvolvimento da retórica presente na comédia.

As possíveis origens geográficas da comédia, apontam Cancela <sup>14</sup> e Albin Lesky <sup>15</sup>, são várias. A Magna Grécia, a Lacedemônia e a Ática fazem referência a uma possível origem. Os cantos falofóricos têm, certamente, participação na origem da comédia, havendo ou não uma origem geográfica única <sup>16</sup>. Independente de ter uma ou mais origens espaço-temporais, segundo Cancela <sup>17</sup>, desde os dramas de Epicarmo e de Fórmis, a comédia já estava revestida de elementos peculiares como vulgaridades e fala popular, uso do falo, jogos de palavras, paródias, nomes próprios significativos, etc, demonstrando uma continuidade e função coesa do gênero. Para Lesky <sup>18</sup>, isto é resultado dos gêneros literários e cultos anteriores que promoveram a comédia como uma transfiguração destes em um fenômeno de maior envergadura. Uma grande diferença, por exemplo, entre Aristófanes (final do século V



a. C.) e Epicarmo (final do século VI a. C.), é que neste a peça era um drama bem mais curto e dificilmente aludia a acontecimentos contemporâneos, enquanto que o jogo aristofânico se alonga quase tanto quanto uma tragédia e se reveste quase que totalmente de acontecimentos atuais.

Voltando-se à origem da comédia antiga nos dramas megarenses de Epicarmo, Wilfred afirma que "Epicarmo fez uso do diálogo e, assim, abriu a porta para cenas de debate [...]. O drama ateniense faz uso extensivo de debate formal, e a comédia ateniense, em especial, direciona explicitamente o debate para instituições filosóficas e políticas [...]"<sup>19</sup>. Uma vez que nosso foco neste artigo é apresentar a relação entre comédia e política, não refletimos sobre a questão da origem geográfica do gênero, e por isso a citação de Wilfred se faz importante para salientar a importância política dos argumentos cômicos. Como afirma Adrados<sup>20</sup>, devido aos debates, havia um espírito democrático nos gêneros literários atenienses no século V a. C., entre eles, os dramas da comédia antiga.

Segundo Lesky<sup>21</sup>, a comédia, que passou a ser apresentada como um dos rituais institucionalizados nas Grandes Dionísias pelo menos a partir de 486 a. C. (quando Quiônides teria sido o vencedor do concurso de comédias), passou um longo tempo como resultado de improvisações. No entanto, vemos que de meados do século V a. C. em diante ela passa a ter um caráter generalista. O destaque à atuação dos atores é um exemplo das transformações ocorridas na comédia: no início do século, as apresentações cômicas eram bem próximas aos cortejos que as originaram e eram desempenhadas por cenas corais de zombaria cômica; na década de 440 a. C., porém, o coro já tinha uma participação menor e havia o debate entre dois atores. As cenas *agonais* (*agôn* - debate), portanto, gradativamente foram ganhando mais espaço no jogo cômico, em detrimento dos episódios corais; o resultado dessas transformações foram comédias que dedicavam mais atenção à técnica literária que as produziu, permitindo à historiografia a expressão "teoria literária da comédia", com relação aos dramas da comédia antiga ateniense<sup>22</sup>.

Essas transformações a que esteve exposta a comédia antiga são consequência da conjuntura política e social em que ela esteve inserida. Segundo Adrados<sup>23</sup>, o impacto da democracia nos gêneros literários provocou modificações e desaparecimentos, inclusive no teatro. Em conformidade com a teoria desse autor está a de Jorge Ferro Piqué, para quem o teatro de Atenas se transformou junto ao desenvolvimento da pólis, pois era uma experiência não apenas religiosa, mas política. "O teatro ateniense passa a ser cada vez mais o rosto mais

atrativo que a cidade mostra de si mesma, símbolo de sua importância cultural diante de seus vizinhos e, de certa forma, parte da política hegemônica ateniense na área do Mediterrâneo oriental [...]"<sup>24</sup>. Com relação à comédia especificamente, o herói cômico serve-se das ações conflituosas para seu desenvolvimento e, segundo Cancela<sup>25</sup>, participa de um universo de zombarias, constituindo uma atmosfera de fantasias para atingir o êxito. A comédia caminha nos limites do absurdo, rompendo com a estabilidade para revelar fissuras na ordem política.

Kurt Raaflaub<sup>26</sup> afirma que a democracia em Atenas foi um meio termo entre oligarquia e tirania de massas devido ao acesso político fornecido a diversos segmentos sociais. A participação e envolvimento dos cidadãos era fundamental para caracterizar o sistema democrático ateniense e a crítica ao próprio sistema era importante. Em suma, esse autor defende que a democracia ateniense foi constituída de instituições, práticas, mentalidades e ideologias. A comédia antiga agiu como um dos mecanismos responsáveis por retratar de forma lúdica e crítica esse sistema.

Para Cancela<sup>27</sup>, estudar a comédia é ver o desenvolvimento da própria pólis, por estar relacionada às transformações em ocorridas desde o início do século V a. C. O pioneirismo nas manifestações cômicas, inclusive, é questão polêmica para esta autora. O fato de várias comunidades desejarem defender para si a origem da comédia demonstra a importância que esta obteve entre os gregos do período clássico, apesar da recusa de Aristóteles (1449a) em aceitá-la como valorizada, já que a considerou como "gênero inferior"<sup>28</sup>.

Como demonstra Aristóteles, há de se considerar a importância ritual da comédia, no culto a Dioniso, assim como a tragédia. Para o estagirita, excetuando-se o culto, a comédia não se configura como um gênero sério, como o é para ele a tragédia, e por isso deve ser considerada um gênero inferior e seus poetas serem ignóbeis perante os poetas trágicos. A comédia, como se disse, foi considerada como derivação dos cantos fálicos em homenagem a Dioniso que se punham em destaque em um momento de carnavalização da ordem cívica, com vistas a purificar e fertilizar a vida<sup>29</sup>. Para Cancela<sup>30</sup>, as disforizações propostas por Aristófanes, por exemplo, visavam a servir como um catalisador na vida cotidiana da pólis, ao rebuscar a tradição e apresentá-la como o verdadeiro ensinamento da *mimesis* cômica<sup>31</sup>.

A comédia, por este viés, pode ser considerada um gênero que se preocupou em agir de maneira restauradora ao transpor a ordem. As burlas cômicas, tal como afirma Lesky<sup>32</sup>, serviram de julgamentos para com questões mal resolvidas. O real vivido pelo poeta foi preponderante na sua produção, sendo a base de seu texto. As questões do momento

funcionaram como relações de força com argumentos convincentes, suscitando lembranças que fazem parte da memória coletiva sobre valores, acontecimentos, lugares e personagens. Exemplos destas lembranças são os argumentos que Aristófanes utiliza para caracterizar a Guerra do Peloponeso em suas comédias, disforizando as decisões dos líderes atenienses, acusando-lhes de serem mal feitores da pólis <sup>33</sup>. É importante salientar que à época em que Aristófanes começa a criticar a guerra (a partir de 425 a. C., em *Acarnenses*), Atenas começa a sofrer as consequências do desastre militar que estava por vir, por isto, a guerra foi um elemento desencadeador de suas críticas.

Dentre as especificidades da comédia está a função denunciativa. Como afirma Maria de Fátima Silva <sup>34</sup>, a comédia tinha a função de denunciar mazelas sociais. Segundo Maria Regina Candido <sup>35</sup>, “o dramaturgo usa o teatro como espaço de denúncia, visando a promover o debate e a reflexão para educar o cidadão”. Já para Francisco Oliveira <sup>36</sup>, a comédia no geral e mais especificamente a de Aristófanes é “definida por privilegiar a temática política, e [...] desde cedo utilizou a sua capacidade de censura e sátira para flagelar os poderosos nominalmente”, baseando-se no riso pelo ridículo, já que a sociedade da época tinha um forte “sentimento de vergonha e posição social”, o que demonstra as características pedagógicas formativas do jogo dramático cômico.

O drama cômico da época de Aristófanes possuía, no aspecto literário e textual, partes bem definidas que facilitavam a representação e a compreensão no espaço de atuação, o teatro. No entanto, a comédia não foi sempre um gênero coeso e linear, mas foi se transformando, se adaptando às necessidades literárias, políticas e sociais. Com base nisso, Cancela <sup>37</sup> afirma que na segunda metade do século V a. C. os poetas cômicos passaram a ter mais consciência dos elevados fins da obra que produziam. O comediógrafo, nesse sentido, produzia direcionando sua arte para o interlocutor que apreciava o drama, de forma a produzir algo que, no mínimo, era esperado e compreensível. Isso nos remete a uma característica da estrutura literária entre os gregos já relatada anteriormente, o valor da tradição.

As inovações que o gênero cômico trouxe ao campo literário dos gregos estiveram intimamente relacionadas à tradição e são justificadas também com base nela. O jogo cômico no tempo de Aristófanes, que é o modelo de comédia antiga que temos, era composto no geral por *prólogo*, *coro*, *agôn*, *parábase* e *êxodo* <sup>38</sup>. Como afirma Jane Kelly de Oliveira <sup>39</sup>, o grande número de pessoas que estiveram envolvidas todos os anos nas produções do teatro fez com que os interlocutores se tornassem um "público especialista em teatro", atento às

performances do drama, pois os indivíduos ali presentes provavelmente teriam alguma vez participado de representações dramáticas, sendo assim habilitados a analisar o desempenho das obras. Esta especialização de pelo menos parte da audiência fez com que gradativamente a comédia de Aristófanes passasse a privilegiar críticas à composição literária de outros autores em suas caricaturas, como foi o caso de Êupolis, seu grande rival nas comédias, e do autor trágico Eurípidés. Nesse sentido, Aristófanes passou a exercer uma função que a comédia do início do século não desempenhou, sendo um crítico literário, como podemos ver, por exemplo, em *As Vespas* (422 a. C.), *As Aves* (414 a. C.) e *As Rãs* (405 a. C.).

Antes da metade do século V a. C., a comédia era ainda um gênero em formação e as subdivisões do jogo cômico não eram tão claras como na época de Aristófanes. Após 440 a. C., o *prólogo* da comédia antiga pode ser compreendido, tal como afirma Cancela<sup>40</sup>, como um quadro inicial, que tem a função de atrair a atenção do público e é composto por efeitos cômicos diretos. Em seguida, ocorre um discurso expositivo, geralmente feito pelo personagem central, no qual já se vê um cunho político e um posicionamento do autor perante as questões suscitadas pelo drama que iniciar-se-á. Nessa parte, se insere o espectador na fantasia cômica, produzindo uma ilusão dramática<sup>41</sup>. Encerrando o prólogo, há a ação cômica, que é o momento desencadeador de toda a continuidade do drama.

Após o *prólogo*, via de regra, entrava em cena o coro, que se posicionava na orquestra e nas comédias das últimas décadas do século V a. C. possuíam uma participação mais restrita do que nos dramas do início do século. O caráter dialógico do sistema democrático ateniense colaborou para um maior destaque dos personagens na figura dos atores, que inicialmente era apenas um, dialogando com o coro, passando a ser dois em debate polarizado e em algumas comédias chegou a ser três.

O caráter dialógico da democracia ateniense estava relacionado à importância que se dava aos debates e à competição, e *lato sensu* à relação público-privado, pois tinha a ver com o destaque individual no funcionamento da comunidade cívica da pólis. Como afirma NeydeTheml<sup>42</sup>, enquanto indivíduo, o ateniense expressava sua singularidade no espaço público da pólis. Em conformidade com esta ideia democrática de se destacar perante a comunidade cívica, a caracterização individual dos personagens gradativamente foi se destacando em detrimento do papel coletivo do coro.

A parte central da comédia antiga ateniense na segunda metade do século V a. C. tem a ver também com o desempenho individual e é composta pelo *agôn* e pela *parábase*. Via de

regra, as comédias possuíam um herói cômico lutando contra algo a ser derrotado. O *agôn* era o debate travado entre essas duas opiniões contrárias, onde uma deveria sair vencedora, tal como em outros aspectos da vida cotidiana entre os atenienses do período democrático, que prezavam por um espírito de competição. O *agôn* cômico é a transposição desse espírito para o espaço da comédia e só foi claramente desempenhado nas comédias após 440 a. C., como afirma Cancela <sup>43</sup>. Era possível, como alerta Lesky <sup>44</sup>, que o coro tivesse uma importante participação, sendo um mediador ou um dos agentes do debate, como no debate entre os semicoros de *Lisístrata* (411 a. C.).

A *parábase* é considerada como uma interferência extra dramática e é mais uma consequência direta do que Adrados expressou como "espírito democrático", pois era uma participação ativa do autor da comédia sobre temas variados, tendo ou não a ver com a obra, o contexto sociopolítico do momento ou obras anteriores. Essa participação poderia ser executada na figura do próprio autor (fantasiado e mascarado ou não) ou na figura do *corifeu* ou mesmo no conjunto coral. A *parábase* funcionou, na comédia do século V a. C., como um depoimento de seu autor. Sob reflexões da filóloga especialista nas *parábases* aristofânicas Adriane da Silva Duarte <sup>45</sup>, consideramos que a *parábase* é algo como um termômetro moral, literário, artístico, político e pedagógico entre o poeta, seu coro e atores e os espectadores, pois essa autora afirma que a *parábase* possui função e preocupação didática e política por parte do autor.

Geralmente festivo, com final feliz, o encerramento das comédias é denominado de *êxodo*. A comédia era uma proposta menos desafiadora emocionalmente do que a tragédia e agia de forma lúdica sobre as questões abordadas. Gradualmente, seu mecanismo lúdico foi sendo preenchido por argumentos políticos, uma exigência da conjuntura do sistema democrático em que se situava Atenas àquela época. Ao final do século, com o sistema político da pólis se fragmentando, o jogo cômico da comédia foi deixando de lado seu caráter politizado, beneficiando cada vez mais um riso doce, ao invés do riso amargo de anos anteriores. Com isso, podemos ver a diferença entre os argumentos das comédias de Aristófanes e de Menandro, ou mesmo a diferença entre as próprias obras aristofânicas da década de 420 a. C. e as comédias pós 405 a. C..

Como afirma Edward Capps <sup>46</sup>, "de Aristófanes a Menandro, a comédia não cessa de desenvolver-se em resposta às transformadoras condições sociais e políticas de Atenas e às demandas da arte literária". Portanto, desde a comédia antiga, passando pela comédia média e

até a nova, o que observamos é um desenvolvimento em constante atualização. Em conformidade com esta abordagem está a teoria de Marcus Mota <sup>47</sup>, para quem o teatro ateniense é um processo de contínua experimentação e monumentalização e seu contexto performativo deve ser levado em conta para serem analisadas as pluralidades a que ele esteve exposto. As experiências políticas do período democrático em Atenas estiveram enraizadas no desenvolvimento do gênero cômico e por isso é que Aristófanes teve condições de ser o poeta que mais se destacou, pois suas caricaturas eram marcadas pelas práticas que vivenciou seu cotidiano.

---

<sup>1</sup> Mestrando em História Política pela Universidade do Estado do Rio Janeiro, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Regina Candido, com financiamento de bolsa da CAPES. Membro do Leitorado Antigo (UPE) e do Núcleo de Estudos da Antiguidade (UERJ). E-mail: luizhenrique\_bc@hotmail.com

<sup>2</sup> CAPP, Edward. *From Homer to Theocritus: a manual of greek literature*. New York; Chicago; Boston: Charles Scribner's Sons, 1901, p. 2.

<sup>3</sup> "Talvez, a mais instrutiva característica da literatura grega, considerada em seu desenvolvimento, é o fato que este progresso em direção à perfeição foi um *crescimento normal* [normal growth]" (CAPP, op. cit., p. 3, tradução livre).

<sup>4</sup> Op. cit., p. 10.

<sup>5</sup> LIMA, Luiz Costa. *A ficção e o poema*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

<sup>6</sup> CASSIRER, Ernst. *Filosofia das formas simbólicas I – a linguagem*. Tradução de Marion Fleischer. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

<sup>7</sup> ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução de Eudoro de Souza. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003, 1448b.

<sup>8</sup> Op. cit., 1447a.

<sup>9</sup> Vários autores partilham desta concepção; entre eles, citamos: ADRADOS, Francisco Rodríguez. *Del teatro grego al teatro de hoy*. Madrid: Alianza Editorial, 1999; e ASHBY, Clifford. *Classical Greek Theater: new views of an old subject*. Iowa: University Iowa Press, 1999.

<sup>10</sup> Op. Cit.

<sup>11</sup> CANCELA, Elina Miranda. *Comedia, teoria y público en la Grecia clásica*. Havana: Ediciones Alarcos, 2010, p. 7.

<sup>12</sup> OBER, Josiah. *Mass and elite in Democratic Athens: rhetoric, ideology and the power of the people*. Princeton University Press, 1989.

<sup>13</sup> MAJOR, Wilfred. *The court of comedy: Aristophanes, rhetoric, and democracy in fifth-century Athens*. Columbus: The Ohio State University, 2013, p. 186.

<sup>14</sup> Op. Cit., p. 14.

<sup>15</sup> LESKY, Albin. *Historia de la literatura griega*. Tradução de José Maria Díaz Regañón e Beatriz Romero. Madrid: Editorial Gredos, 1989, p. 261.

<sup>16</sup> Como afirma Lesky (op. cit., p. 261), certas procissões falófóricas, como a dos *ithýfaloi* e a dos *autokabdaloí* eram bastante difundidas. "Todas estas procissões eram acompanhadas de cantos, e aqui resulta particularmente importante a informação de que os falóforos provocavam a alguns dos presentes com suas zombarias" (Ibid., p. 261, tradução livre).

<sup>17</sup> Op. cit., p. 20.

<sup>18</sup> Op. cit., p. 261.

<sup>19</sup> Op. cit., p. 26.

<sup>20</sup> ADRADOS, Francisco Rodríguez. "La democracia ateniense y los géneros literarios". In: *Actual*. Mérida: Universidad de los Andes. Vol. 35, N° 29, p. 103-124, 1997, p. 116.

<sup>21</sup> Op. cit., p. 260.

<sup>22</sup> Cancela (op. cit.) produziu texto consagrando uma teoria literária específica para a comédia antiga no tempo de Aristófanes, defendendo que havia uma continuidade neste gênero dramático. Segundo Maria de Fátima Souza e Silva (*Crítica do teatro na comédia antiga*. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1987, p. 101), Aristófanes foi uma testemunha do desenvolvimento da comédia em sua época e por isso teceu observações acerca do estágio em que o gênero se encontrava. Estas duas autoras concordam que Aristófanes se portou como um crítico do gênero cômico, ao fazer advertências à qualidade dos outros autores cômicos de seu

tempo. Mais adiante abordaremos esta como mais uma das transformações que o gênero sofreu na época de Aristófanes.

<sup>23</sup> Adrados, 1997, p. 117.

<sup>24</sup> PIQUÉ, Jorge Ferro. "A tragédia grega e seu contexto". In: *Letras*. Curitiba: Editora da UFPR, N° 49, p. 201-219, 1998, p. 208.

<sup>25</sup> Op. cit., p. 28.

<sup>26</sup> RAAFLAUB, Kurt. "Introduction". In: \_\_\_\_\_, OBER, Josiah and WALLACE, Robert. *Origins of democracy in ancient Greece*. University of California Press, p. 1-21, 2007, p. 10.

<sup>27</sup> Op. cit., p. 11.

<sup>28</sup> Ressaltamos não só para a definição de comédia, mas também de tragédia, que Aristóteles viveu durante o IV° século a. C., quando a tragédia já não vivia o ápice de seu desenvolvimento e já não mais atraía forte atenção e a comédia transformou-se em gênero de entretenimento, para discussões de questões de ordem familiar, comercial, etc., mas sem o cunho político do século anterior. Não negligenciamos, no entanto, os apontamentos do filósofo, uma vez que ele foi um dos precursores da crítica literária e da gramática.

<sup>29</sup> As carnavalizações da ordem nos usos cômicos, aborda Lesky (Op. cit, p. 261, tradução livre), "a todo tempo expressam um agitada plenitude de vida e aspiram a favorecer por todos os meios o jovem crescimento. Os impróprios, entre alegres e grosseiros, que trocam os participantes são um elemento indefectível".

<sup>30</sup> Op. cit., p. 28.

<sup>31</sup> De fato, como afirma Aristóteles (Op. cit.), o teatro tinha a função de purificar as emoções e as ações humanas, por isso seu fim pedagógico.

<sup>32</sup> Op. cit.

<sup>33</sup> A crítica personalizada feita por Aristófanes ao estrategista Cléon na comédia *Os Cavaleiros* (424 a. C.) teria lhe rendido um processo jurídico por atentar contra a imagem daquele, o que mostra o caráter político das abordagens da comédia.

<sup>34</sup> Op. cit.

<sup>35</sup> CANDIDO, Maria Regina. "Teatro, Memória e Educação na Atenas Clássica". In: LESSA, Fábio de Souza e BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha (orgs.). *Memória & Festa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, pp. 625-628, p. 625.

<sup>36</sup> OLIVEIRA, Francisco de. "Teatro e poder na Grécia". In: *Humanitas*. Vol. XLV. Coimbra, 1993, pp. 69-94, p. 75.

<sup>37</sup> Op. cit., p. 29.

<sup>38</sup> Levamos em consideração aqui a comédia de Aristófanes como o modelo da comédia antiga ateniense por alguns motivos: primeiramente, é o único autor de quem há uma documentação relevante para o estudo do gênero; em segundo lugar, toda a historiografia concernente ao tema da comédia antiga considera que sua obra foi a de melhor qualidade entre os cômicos do século V a. C. Cancela (Op. cit., p. 37), inclusive, chega a afirmar que Aristófanes provavelmente foi o autor mais "metateatral" de todos os poetas cômicos e que sua obra é um expoente na história teatral e literária entre os gregos. Aristófanes produziu comédias entre o início da década de 420 e a década de 380 a. C., todavia, a virada entre os dois séculos marcou um importante declínio político em Atenas e, conseqüentemente, suas produções artísticas imbuídas de cunho político, como a comédia, foram afetadas. Assim, consideramos que a produção aristofânica, como modelo para o estudo da comédia antiga, prevalece apenas nos últimos 25anos do século V a. C.

<sup>39</sup> OLIVEIRA, Jane Kelly de. *As funções do coro na comédia de Aristófanes* [Tese de doutorado]. Araraquara: UNESP, 2009, p. 25.

<sup>40</sup> Op. cit., p. 53.

<sup>41</sup> Em *Lisístrata* (411 a. C.), por exemplo, a ilusão dramática provocada por Aristófanes é a de que as mulheres de todo o mundo grego irão ludibriar seus maridos e atingir o poder político de suas pólis, para acabar com os flagelos da guerra.

<sup>42</sup> THEML, Neyde. *Público e privado na Grécia do VIII° ao IV° séc. a.C.: O Modelo Ateniense*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998, p. 20.

<sup>43</sup> Op. cit.

<sup>44</sup> Op. cit., p. 262.

<sup>45</sup> DUARTE, Adriane da Silva. *O dono da voz e a voz do dono: a parábase na comédia de Aristófanes*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP: FAPESP, 2000, p. 13.

<sup>46</sup> Capps apud Cancela, op. cit., p. 10.

<sup>47</sup> MOTA, Marcus. "Teatro grego: novas perspectivas". In: \_\_\_\_\_. *Cinco ensaios sobre a antiguidade*. São Paulo: Annablume, 2011, p. 45-66, p. 54-55.

## **Invadindo o Mundo Público: Movimentos de Mulheres (1945-1964)**

Marcela Cristina de Oliveira Morente<sup>1</sup>

### **Resumo:**

Esse estudo tem como proposta analisar a inserção feminina na esfera pública, através dos movimentos de mulheres e associações femininas que foram fichadas pelo DEOPS/SP, entre os anos de 1945 e 1964, identificando seus objetivos, seus projetos, sua estrutura funcional, suas estratégias de divulgação e atração de novas filiadas, e também analisar o perfil político e social das mulheres que se filiaram e se tornaram militantes desses movimentos e associações.

**Palavras-chave:** mulher, movimentos femininos, DEOPS/SP.

### **Abstract:**

This study has the purpose to analyze the inclusion of women in the public sphere, through the women movements and female associations which has been filed by DEOPS/SP, between the years of 1945 and 1964, identifying its objectives, its projects, its functional structure, its dissemination strategies and the attraction of new affiliated, and also analyze the social and politic profile of the women who have affiliated and became militants from these movements and associations.

**Keywords:** woman, women's movement, DEOPS/SP.

O final da Segunda Guerra Mundial permitiu que as mulheres vivenciassem um período de maior liberdade política. Para Fanny Tabak, era necessário um ambiente de liberdade para que as organizações de mulheres pudessem desenvolver suas atividades.<sup>2</sup> Entre o final da década de 1940 até meados de 1964, foram criadas várias associações femininas, entre as quais podemos destacar a Federação das Mulheres do Estado de São Paulo, a União das Mulheres Democráticas de São Paulo, o Movimento Político Feminino e a Federação das Mulheres do Brasil. Entre essas associações, a que mereceu uma atenção especial da Polícia Política de São Paulo foi a Federação das Mulheres do Estado de São Paulo - FMESP.

Fundada em abril de 1948 por Alice Tibiriçá, era apontada pelos agentes policiais como um braço do Partido Comunista, que tinha como objetivo atrair mulheres para a causa comunista, além de divulgar o “credo vermelho” para a sociedade, através de conferências, palestras e debates. Tal vigilância persistiu apesar do estatuto da Federação afirmar que se tratava de uma associação apolítica, um lugar de debate e divulgação de ideias sobre os temas que perturbavam a vida das mulheres paulistas, como, por exemplo: a carestia de vida, a jornada de trabalho, a educação profissional, saúde pública, planejamento familiar, participação na vida política e educação dos filhos, além de temas como a paz mundial e a exploração de petróleo no Brasil<sup>3</sup>. Foi a associação feminina que recebeu maior atenção por



parte da Polícia Política, provavelmente pela notoriedade alcançada pela FMESP durante as décadas de 1950 e 1960, constatada pela ampla divulgação realizada pela Federação entre as mulheres do estado de São Paulo, através de panfletos e jornais femininos, além de liderar várias outras associações do gênero que se filiavam a ela. Segundo um relatório policial do ano de 1953<sup>4</sup>, a FMESP contaria, naquele momento, com cerca de 7.500 mulheres inscritas, número que explica o protagonismo dessa associação entre os movimentos de mulheres, e a razão pela qual a Polícia Política dedicava tamanha atenção aos seus eventos, ou a qualquer movimentação “suspeita” das agentes da FMESP.

A Federação das Mulheres do Estado de São Paulo foi fechada em, pelo menos, duas ocasiões. O Prontuário nº 108021 foi aberto pela Polícia em 15 de março de 1951, data de um dos fechamentos da FMESP. Os 13 volumes desse prontuário receberam o material apreendido na sede da Federação, fechada a partir de um pedido da Polícia de São Paulo ao Ministério da Justiça, sob a alegação de que exercer atividades antinacionais, visto que suas integrantes teriam ligação com o comunismo. No dia 22 de abril de 1957, o decreto 40.789, assinado pelo então presidente Juscelino Kubitschek, ordenava a suspensão do funcionamento da Federação das Mulheres do Brasil e de todas as associações a ela afiliadas, inclusive a Federação das Mulheres do Estado de São Paulo, por um período de seis meses<sup>5</sup>. Esse decreto foi baseado no artigo 6º do decreto 9.085, de 25 de março de 1946, assinado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra, que dispunha sobre o registro civil das pessoas jurídicas. Segundo o artigo 6º desse decreto, as sociedades que fizessem falsa declaração de seus fins, ou que após receberem o registro passassem a exercer atividades ilícitas ou nocivas à segurança do Estado, à ordem política ou social, ao bem público, à moral e aos bons costumes, seriam suspensas pelo governo por um prazo não superior a seis meses<sup>6</sup>.

Outras associações femininas atuantes durante as décadas de 1940 e 1950, como a União das Mulheres Democráticas, a Federação Internacional das Mulheres Democráticas<sup>7</sup>, a Federação das Mulheres do Brasil, Clube Feminino do Ipiranga<sup>8</sup>, entre outras, foram ligadas à Federação das Mulheres do Estado de São Paulo pelos investigadores da Polícia Política de São Paulo, que chegava a anexar documentos dessas associações no prontuário da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo. Acreditamos que os agentes do DEOPS/SP vislumbraram a FMESP como sendo a principal associação feminina do estado de São Paulo, em torno da qual orbitavam a maioria das associações e movimentos de mulheres existentes em todo o estado.

No prontuário da Federação das Mulheres do Brasil, a polícia anexou um relatório indicando a ligação entre a FMESP e a FMB. De acordo com o relatório, as duas federações

apresentariam o mesmo programa, as atividades seriam idênticas e usariam as mesmas técnicas de persuasão de mulheres e divulgação do comunismo: intervenções nos debates sobre petróleo, proibição da bomba atômica, carestia de vida, aumento de salários, campanhas a favor da paz; venda de rifas e tómbolas, organização de festivais com entrada paga e outras modalidades que *“visam angariar fundos, cujo destino, presumimos, uma grande parte irá ter aos cofres do Partido.”*<sup>9</sup> Ainda nesse relatório, a polícia política indica que todas as federações de mulheres do Brasil eram filiadas à Federação Democrática Internacional de Mulheres, com sede em Paris, e que era publicamente conhecida por ser uma entidade comunista internacional.

O Clube Feminino do Ipiranga era considerado uma entidade organizada somente com elementos comunistas, e de acordo com relatórios policiais, o CFI não passava *“de uma célula comunista, acobertada com aquele nome”*<sup>10</sup>. As atividades desenvolvidas por essa associação feminina eram usadas pelos policiais como prova do crime de subversão cometido pelas associadas, como a participação na Campanha do Petróleo e a tentativa de realização de uma assembleia pública para debater o problema da carestia, que seria realizado no ponto final de uma linha de bonde, mas que teve seu pedido de autorização indeferido pela delegacia de ordem política e social.<sup>11</sup>

Antes da fundação da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo, a Polícia Política já praticava o cerco às associações e movimentos de mulheres existentes no estado de São Paulo. A União das Mulheres Democráticas de São Paulo era uma das associações de mulheres investigadas pelos agentes do DEOPS/SP, antes da existência da FMESP. Em relatório elaborado no dia 22 de agosto de 1946, um dos investigadores informava à João Queiroz de Assumpção Filho, Delegado Especializado da Ordem Política e Social, sobre a reunião de posse da diretoria da UMD, realizada na noite anterior<sup>12</sup>. De acordo com as informações do investigador Francisco Alves Pereira, a reunião contou com a presença de aproximadamente 60 pessoas. Após a cerimônia de posse da diretoria, houve um discurso da recém-empossada presidente, Tharcila Mendes Sima, que teve como tema o fascismo, manifestando sua opinião contrária ao regime endossado pelo governo brasileiro. Também tomou a palavra Alzira da Conceição Fuzan, que discursou sobre a situação do país, a falta de gêneros de primeira necessidade e as dificuldades enfrentadas pela donas de casa. A discussão sobre o problema dos altos preços dos gêneros alimentícios e a carestia de vida era encarada pelos policiais com preocupação, pois considerava-se que os comunistas utilizavam de comícios e debates sobre esse tema para semear o “gérmen vermelho da subversão” pela sociedade.

Após a leitura e análise da documentação presente nos prontuários de dossiês dos movimentos femininos e das militantes desses movimentos, podemos considerar que existem duas grandes razões que impulsionaram e motivaram a cerrada vigilância por parte dos agentes do DEOPS/SP. A primeira razão foi a “quebra” do padrão feminino defendido pelo Estado por parte das mulheres militantes, que passaram a cobrar publicamente soluções para problemas enfrentados pela sociedade da época, como, por exemplo: a questão da carestia de vida, a falta de gêneros alimentícios ou o envio de tropas brasileiras para conflitos internacionais. A historiadora Margareth Rago descreve como a classe operária brasileira - ainda em formação entre o final do século XIX e os primeiros anos do século XX - vai sendo moldada, moralizada, higienizada e submetida aos padrões definidos por médicos higienistas. Estes valores eram endossados por setores da burguesia industrial e, especialmente, pelas autoridades representantes de uma classe conservadora, que definiam os trabalhadores como pessoas rudes, indóceis e ignorantes, uma ameaça à ordem burguesa. Para Rago, foi o desejo da eliminação da diferença, da normatização do “Outro”, a principal motivação do controle do Estado sobre os trabalhadores, dentro de fora das fábricas<sup>13</sup>. Nesse projeto de normatização da classe trabalhadora, coube às mulheres a responsabilidade pelo bem estar de cada um dos membros de sua família, dedicando especial atenção às crianças, a futura mão-de-obra. Esse padrão feminino - da esposa-dona-de-casa-mãe-de-família, frágil, afetuosa e submissa - despontou em meados do século XIX, ao mesmo tempo em que a crescente urbanização e industrialização do país passava a exigir cada vez mais a participação das mulheres no mercado de trabalho e na vida social das cidades. Dessa forma, as mulheres ocupam os espaços públicos das cidades, atuando como empregadas não só em fábricas, mas também em escritórios, lojas, enfermagem, educação e telefonia. Entretanto, as exigências morais impostas às mulheres, como a questão da virgindade, do bom casamento, da responsabilidade na criação dos filhos e na manutenção de seu lar, permaneciam. De acordo com *Margareth Rago*, em sua obra *Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar*:

“(...) vários procedimentos estratégicos masculinos, acordos tácitos, segredos não confessados tentam impedir sua (das mulheres) livre circulação nos espaços públicos ou a assimilação de práticas que o imaginário burguês situou nas fronteiras entre a liberdade e a interdição.”<sup>14</sup>

Dentro do movimento operário, as mulheres eram vistas como elementos frágeis, naturalmente constituídas para a maternidade, sendo o trabalho feminino considerado, muitas vezes, como uma forma de atentado ao pudor. Mesmo sofrendo certo “boicote” por parte dos

homens envolvidos com o movimento operário, que acabavam por colaborar com a imagem romantizada da mulher, pregada e defendida pelas classes dominantes, muitas mulheres passaram a resistir efetivamente contra as estratégias de dominação, normatização e disciplinares, atuando em greves, fechando fábricas, organizando passeatas. Rago afirma que, existem dificuldades para se conhecerem completamente as formas de resistência feminina, pela falta de documentação disponível e pelo fato de que a imprensa operária estava nas mãos de elementos do sexo masculino. Esta realidade explica o fato da participação das mulheres nas lutas sociais daquele período ter sido registrada sob o ponto de vista masculino<sup>15</sup>. Essa questão é bastante similar ao problema encontrado durante a realização dessa pesquisa. Toda a documentação policial arquivada nos prontuários das associações de mulheres e que tivemos a oportunidade de consultar foi produzida ou coletada por homens. Além desse fato, esses documentos foram considerados pelas autoridades policiais como prova do crime cometido por aquelas mulheres, ou seja: percebemos que prevaleciam julgamentos de valores, guiados por conceitos previamente estabelecidos, sendo as narrativas sobre os fatos “construídos” de forma a justificar e dar legitimidade à investigação policial.

Além de desafiarem a lei, incorrendo no que a Polícia Política caracterizava como crime de subversão – atividades consideradas contrárias ou nocivas à Segurança Nacional, ou seja, o comunismo – acreditamos que as mulheres militantes que foram investigadas também incomodavam as classes dominantes e as forças conservadoras por não corresponderem ao padrão feminino das décadas de 1950 e 1960, como mostra o artigo de Carla Bassanezi, *Mulheres dos Anos Dourados*<sup>16</sup>. De acordo com a autora, a década de 1950, foi um momento de ascensão da classe média brasileira, em consequência do crescimento da industrialização e, conseqüentemente, da urbanização. Além disso, existia uma aura otimista na sociedade, após o período ditatorial do governo de Getúlio Vargas, o fim da Segunda Guerra Mundial e a retomada da democracia. As possibilidades de educação, profissionalização, lazer e consumo foram ampliadas, tanto para homens quanto para mulheres. Entretanto, os papéis masculinos e femininos continuaram bastante distintos, e permanecia uma moral sexual bastante conservadora, que ainda via o trabalho feminino com preconceito e como subsidiário ao trabalho do marido<sup>17</sup>. O padrão feminino dos *Anos Dourados* ainda era o da mãe-esposadona-de-casa, que deveria zelar pela educação de seus filhos, responsável pela felicidade doméstica, mantendo as características da feminilidade: a pureza, a doçura, e resignação, o instinto materno, e quando ainda solteira, preparar-se para o matrimônio, dedicando-se ao aprendizado das “prendas domésticas”. Esse padrão feminino deveria ser seguido

principalmente pelas moças das classes médias e altas, assim como pelas moças de camadas sociais inferiores.

Segundo Carla Bassanezi, que apresenta uma passagem interessante sobre a presença das mulheres do mercado de trabalho e, conseqüentemente, na esfera pública, era prática comum entre as mulheres que trabalhavam:

“(...) interromper suas atividades com o casamento ou a chegada do primeiro filho. Não era muito fácil encontrar esposas de classe média trabalhando fora de casa a não ser por necessidades econômicas – situação que, de certa forma, poderia chegar a envergonhar o marido. Em geral, esperava-se que essas mulheres se dedicassem inteiramente ao lar, fossem sustentadas pelo marido e preservadas da rua.”<sup>18</sup>

Partindo das colocações de Carla Bassanezi, reafirmamos que mulheres envolvidas com os movimentos femininos eram consideradas “desviadas” do padrão feminino defendido pelas forças conservadoras e por seu representante mais poderoso, o Estado. As associações femininas e as mulheres militantes representavam um perigo extremo para os padrões defendidos e a sociedade pretendida pelo Estado brasileiro. As mulheres que se organizaram para lutar pela melhoria de sua condição social e política eram consideradas “indesejáveis”, pois iam de encontro ao padrão feminino defendido pelas instituições: uma mulher dedicada ao lar, às prendas domésticas, à criação e educação dos filhos e aos cuidados com seu marido. O ideal feminino defendido pelas instituições controladas pelo Estado era divulgado através de artigos de jornais de grande circulação e em revistas femininas. Uma ilustração publicada no jornal *Última Hora*, em sete de abril de 1958, exemplifica perfeitamente como se dava essa divulgação através dos meios de comunicação de massa. Publicada no caderno de culinária do jornal, uma mulher em uma cozinha, vestindo um avental, segura uma bandeja com um bolo. Na legenda, lê-se o seguinte: “A mulher conquista o homem pelo coração, mas poderá conservá-lo pelo estômago<sup>19</sup>”.

Nesse sentido, as associações femininas deveriam ser minuciosamente vigiadas pela Polícia Política, pois traziam as mulheres para o mundo público, fazendo com que suas reivindicações, lutas, desejos, vontades, se tornassem visíveis aos olhos masculinos. Ou ainda, repetindo aqui o jargão policial da época, as associações e movimentos de mulheres acabavam por promover a “politização” das mulheres, aproximando-as do comunismo<sup>20</sup>. Além de se transformarem em agentes sociais “indesejáveis”, por abandonarem os padrões impostos às mulheres, as militantes também se tornavam “indesejáveis” ao Estado na medida em que contestavam a ordem, divulgando as ideias tão combatidas pela polícia, pela Igreja Católica e pelo Estado.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Luiza Tucci Carneiro. E-mail: ma.oliveira@usp.br.

<sup>2</sup> TABAK, Fanny. Autoritarismo e participação política da mulher. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983. p. 126.

<sup>3</sup> *Dossiê 50-J-104, pasta 2*. APESP/SP.

<sup>4</sup> Comunicado nº 99, de 23/02/1953. *Prontuário 108021, vol. 12, Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

<sup>5</sup> <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=151125&norma=172001>. Acesso em 29/09/2014.

<sup>6</sup> <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=77852&norma=104536>. Acesso em 29/09/2014.

<sup>7</sup> *Dossiê 128048, Federação Internacional das Mulheres Democráticas*. APESP/SP.

<sup>8</sup> *Dossiê 97286, Clube Feminino do Ipiranga*. APESP/SP.

<sup>9</sup> Relatório: *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo. Fatos concretos e que não podem em absolutos ser contraditados*, de 24/01/1957. Prontuário 113837, *Federação das Mulheres do Brasil*. APESP/SP.

<sup>10</sup> *Investigações procedidas sobre o Clube Feminino do Ipiranga*, de 03/12/1948. Prontuário 97286, *Clube Feminino do Ipiranga*. APESP/SP.

<sup>11</sup> Comunicado do Exmo. Sr. Delegado especializado da Ordem Política e Social. São Paulo, 20/10/1948. Prontuário 97286, *Clube Feminino do Ipiranga*. APESP/SP.

<sup>12</sup> Relatório da Secção de Policiamento de Ordem Política – Posse da diretoria da União das Mulheres Democráticas de São Paulo. Prontuário 72712, *União das Mulheres Democráticas de São Paulo*. APESP/SP.

<sup>13</sup> RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio De Janeiro, Paz e Terra, 1985, p. 61.

<sup>14</sup> Idem, *ibidem*, p. 63.

<sup>15</sup> Idem, *ibidem*, pp. 70-71.

<sup>16</sup> BASSANEZI, Carla. *Mulheres dos Anos Dourados*. In: DEL PRIORE, Mary (org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1997, pp. 607-639.

<sup>17</sup> BASSANEZZI, *ibidem*, p. 608.

<sup>18</sup> Idem, *ibidem*, p. 625.

<sup>19</sup> A imagem citada no texto pertence ao banco de imagens do jornal *Ultima Hora*, organizado pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo, com os originais de fotos, ilustrações e caricaturas que foram publicados nas edições impressas do jornal entre as décadas de 1950 e 1960, e pode ser consultada no endereço eletrônico <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/index.php>

<sup>20</sup> *Dossiê 50-J-104, pasta 1, doc - /Fls 71 a 73*. APESP/SP.

Título: Literatura e Imprensa: representações da figura feminina nas narrativas do jornal *O Domingo* (1873-1875)

Nome: Marcella Lima Ribeiro

Mestranda em História – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Orientador: Dr<sup>a</sup> Tânia Bessone

Co-orientador: Dr<sup>a</sup> Laura Nery

E-mail: [marcellalimaribeiro@yahoo.com.br](mailto:marcellalimaribeiro@yahoo.com.br)

### Resumo

Analisamos neste artigo questões pertinentes à imprensa feminina do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, abordando a literatura e os artigos publicados no jornal *O Domingo*. Destacamos pontos relacionados à forma como as mulheres estão retratadas neste impresso e os mecanismos que interferem na escrita das mesmas, no período citado. Consideramos o discurso médico produzido para compreender o corpo feminino e sua intervenção na afirmação de determinados valores que enfatizam o lugar da mulher nesta sociedade.

Palavras-chave: imprensa feminina, *O Domingo*, literatura

### Resume

We analyze in this article issues about women's press of Rio de Janeiro in the second half of the nineteenth century, addressing the literature and articles publishing in the *O Domingo* newspaper. We set apart points related to the way how women are portrayed on this form and the mechanisms that influence the writing of the same, in the mentioned period. We consider the produced medical discourse to understand the female body and its intervention in the affirmation of certain values that emphasize the role of women in this society.

Key-words: women's press, *O Domingo*, literature

As considerações do autor Thomas Laqueur<sup>1</sup> a respeito da compreensão do “sexo uno” na Antiguidade e da mudança dessa concepção principalmente nos séculos XVIII e XIX, são de nosso interesse para discutirmos questões pertinentes à história da mulher, imprensa e literatura a que nos propomos neste artigo. De acordo com Laqueur, a ideia predominante entre os gregos na Antiguidade a respeito dos corpos de homens e mulheres, era de que havia uma correspondência entre seus órgãos, em uma condição de completude entre ambos. Destaca o fato de que o ovário, que se tornará uma “marca” da mulher, “durante dois milênios (...) não tinha nem ao menos um nome específico”<sup>2</sup>, sendo associado aos testículos e tendo em alguns casos, a mesma denominação, *orcheis*. Em um processo de mudança de pensamento que começa a ganhar força no século XVIII, o autor afirma que a partir de então há ênfase nas *diferenças* entre os sexos, evidenciando a ideia de que são opostos e não complementares, “diferentes em todo aspecto concebível do corpo e da alma, em todo aspecto físico e moral”<sup>3</sup>.

Ao tratar dos possíveis motivadores dessa nova concepção, o autor afirma que

A ascensão da religião evangélica, a teoria política do Iluminismo, o desenvolvimento de novos tipos de espaços públicos no século XVIII, as ideias de Locke de casamento como um contrato, as possibilidades cataclísmicas de mudança social elaboradas pela Revolução Francesa, o conservadorismo pós-revolucionário, o feminismo pós-revolucionário, o sistema de fábricas com sua reestruturação da divisão sexual do trabalho, o surgimento de uma organização de livre mercado de serviços ou produtos, o nascimento das classes, separadamente ou em conjunto – nada disso *causou* a construção de um novo corpo assexuado. A reconstrução do corpo foi por si só intrínseca a cada um desses desenvolvimentos<sup>4</sup>

Partindo assim da ideia de que há uma oposição entre masculino e feminino nesse período, é que pensamos questões para a fonte que analisamos brevemente neste trabalho.

Sob a direção de Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Vellasco, o periódico *O Domingo – Jornal litterario e recreativo*<sup>5</sup> começa a ser publicado no dia 23 de novembro de 1873, no Rio de Janeiro. Para justificar o título do impresso, a redatora recorre ao relato bíblico de Gênesis: “O Creador Supremo formando o mundo em seis dias e descansando no sétimo, deu ao homem, não só o exemplo do trabalho, como o do repouso (...)”<sup>6</sup>. Continuando a explicação, Violante afirma que, contudo, ao longo dos séculos o trabalho do homem tornou-se cada vez mais complexo, porém seu dia de descanso permaneceu um só. Com esse intuito era oferecido outro domingo aos leitores

É um *Domingo* sem obrigação de ouvir missa. (...) Para as pessoas muito laboriosas haverá d’aqui em diante o domingo de Deus, em que há descanso para o corpo, e este em que oferecemos diversão para o espírito. E para aqueles que, inimigos irreconciliáveis do trabalho ocupam-se em não fazer nada. Será novo ensejo para repouso de suas fadigas<sup>7</sup>.



Destacamos o fato de que a redatora não afirma que o jornal esteja voltado para um público feminino. Talvez como estratégia de alcançar maior número de assinantes, tenha lançado mão desse artifício, afirmando-o como um espaço de entretenimento para todos. No entanto, mesmo não declarando se tratar de um periódico específico para as mulheres, como vemos em outros jornais femininos, os temas que estão presentes nos artigos são muito semelhantes ao que se encontra nesses impressos, que na edição de apresentação logo destacam a característica de escreverem para leitoras que desejem uma publicação voltada para seus interesses – no entender dos redatores e redadoras. Além disso, a própria formatação da publicação, com duas colunas separando os textos, nos remete aos periódicos declaradamente voltados para o público feminino.

Ao partirmos para os artigos propriamente ditos, vemos que há intensa preocupação com as características femininas e o lugar que a mulher ocupa na sociedade. Junto a isso, ocorre a tentativa de destacar as semelhanças – ao comparar-se as mulheres com os homens – que masculino e feminino possuem, sobretudo no que se refere quanto à capacidade de pensar

Se a mulher não fora dotada das mesmas faculdades que o homem possui; se ela não fora sua igual em tudo, por certo que a escravidão seria o estado normal das sociedades modernas, como o foi das antigas.<sup>8</sup>

A autora, Violante Atabalipa, enfatiza o fato de que a mulher em tudo é igual ao homem. Como analisar tal afirmação, que é feita em diferentes artigos ao longo do periódico, frente ao discurso que se forja, com intensidade a partir do século XVIII, de que homens e mulheres são considerados a partir das diferenças existentes entre si?

Destacamos dois pontos para essa discussão, pensando a partir do que consideramos rupturas e continuidades expressas na imprensa feminina no século XIX, através da publicação do jornal que analisamos, *O Domingo* (1873-1875).

### **Mulheres escrevem/mulheres não escrevem.**

O primeiro periódico voltado para o público feminino tendo à frente uma mulher como redatora chefe, foi o *Jornal das Senhoras* (1852-1855), publicado no Rio de Janeiro. Dirigido por Joanna Paula Manso no primeiro semestre, apresentava questões relativas principalmente à “emancipação moral da mulher”<sup>9</sup>, as quais se pautavam na educação a que o público feminino deveria ter direito. O jornal se dedicava a diferentes assuntos, cada um assumindo uma característica importante na educação feminina, questão que perpassa a maior parte das

publicações deste periódico. Além disso, havia o desejo de estimular o público leitor a escrever também e preencher as colunas com sua opinião. A proposta era de um espaço não só direcionado para mulheres, mas feito pelas mesmas.

Eis-nos pois em campanha; o estandarte da ilustração ondula à brisa perfumada dos Trópicos: acolhei-vos a ele, todas as que possuis uma faísca de inteligência, vinde. Confidente discreto das vossas produções literárias; elas serão publicadas debaixo do anônimo: porém não temais confiar-mo-las, nem temais dar expansão ao vosso pensamento; se o possuis é porque é dom da Divindade, e aquilo que Deus dá, os homens não podem roubar<sup>10</sup>

No entanto, mesmo com a proposta de escrita, vemos que esse espaço nem sempre é preenchido por autoras. O próprio *O Jornal das Senhoras* nos apresenta isso nos semestres seguintes, na seção de literatura, visto que as publicações masculinas se destacam, sobretudo na seção de poesias.

Tal situação também ocorre no periódico *O Domingo*, anos depois. Apesar da tentativa de equilíbrio da publicação de homens e mulheres no periódico, a primeira edição que possui um poema escrito por uma mulher é a de número 15, quatro meses após a estreia do jornal. Assinado por Honorata M. Carneiro de Mendonça, será a primeira de algumas colaborações que faz, juntamente com sua irmã, Maria Leonilda Carneiro de Mendonça. Ambas escrevem sobre diferentes temas. O primeiro poema de Honorata de Mendonça, no jornal, trata de um cachorrinho abandonado. De estrutura um pouco mais complexa, no nº 25 é publicado seu poema “A Goiana – ou saudades da minha terra”, onde se baseia na Canção do Exílio, de Gonçalves Dias

Nossa terra tem primores  
Como ainda nunca eu vi  
As campinas verdes cores  
Lá viceja o Buriti  
Nossas flores tem perfumes  
Que n'infância eu colhi;  
Nossas brenhas mais negrumes  
Lá descanta a Juriti.  
(...)<sup>11</sup>

Nota-se que após essas duas colaboradoras enviarem de forma regular seus poemas, outras mulheres também publicam no jornal, embora de maneira esparsa. Há, no entanto, esforço da redação em fazer com que haja ênfase maior na escrita feminina, sendo publicados também frases ou fragmentos de obras de autoras consideradas importantes, como Mme. de Stäel. Os temas das poesias das colaboradoras variam basicamente entre admiração pela natureza e virtudes cristãs, sendo essa a principal associação feita à figura feminina. Vale lembrar que Violante Atabalipa havia sido uma das redatoras do *Jornal das Senhoras* e é a

responsável pelo período do jornal em que a mulher possui mais fortemente uma associação com a Virgem Maria.

Relativo aos poemas com assinaturas de homens trata-se geralmente da valorização da beleza feminina, de relacionamentos e amores idealizados, de saudade e solidão

Não levarei do mundo uma saudade  
Nem uma só lembrança.  
Nem d'Ela, que eu amei com amor tanto,  
Que traidora me foi, que em minha vida  
Queimou minha esperança.<sup>12</sup>

A respeito da temática literária que tem força nesse período e na década anterior, o autor Antonio Candido<sup>13</sup> afirma que a chamada terceira geração de poetas românticos, na década de 1860, está envolta em temas repetitivos aos quais o autor sugere algumas classificações como

(...) “do perdão erótico” – o poeta implorando que a donzela perdoe a ousadia do seu desejo, ou a mancha que lhe trouxe o amor; o de “minha alma é triste”, para lembrar o poema-paradigma de Casimiro, que está na sua origem e é submetido às mais diferentes variações; o do “quero morrer”, onde atinge ao máximo a vocação letal do Romantismo. Mas no nível semipopular e mecânico da maioria desses versos, o poder de convicção é nulo, ressaltando o que há de afetado e superficial<sup>14</sup>

Em meio a tais temas recorrentes, Candido afirma que começa a haver nesta década poesias de cunho humanitário e político, que terão grande força no decênio de 1870. Como pontos que intensificam essa mudança, o autor destaca “o caso Christie, a guerra do Paraguai; o início da agitação abolicionista e republicana (...) a fundação do Partido Republicano em 1870”<sup>15</sup>.

Considerando, como Antonio Candido, a década de 1870 enquanto fase final do romantismo e mais voltada para a poesia social e científica, encontramos com força no jornal *O Domingo* os mesmos temas da década anterior, avaliados pelo literato como “os mais desfibrados, piegas, lamuriosos, havendo alguns que se repetem quase obsessivamente de autor para autor”<sup>16</sup>. Nesse sentido cabe-nos perguntar até que ponto a redatora e as colaboradoras estavam envolvidas com as questões políticas e sociais, e ainda, que tipo de “liberdade” possuíam para publicar algo que fosse contra a família imperial, seguindo as críticas realizadas na conjuntura de crise que havia em outros periódicos a respeito da figura de D. Pedro II.

No que concerne aos romances e contos publicados, pode-se fazer uma análise semelhante no sentido da variação de temas, os quais apresentam geralmente os assuntos já citados. A diferença principal é em relação à contribuição feminina nessa área, visto que a atuação das mulheres se concentra quase que inteiramente na tradução de alguns autores, não havendo nada expressivo de produção própria.

O que desejamos destacar é que mesmo que as mulheres tenham um espaço para escrever, e isso se constitui em uma grande diferença nesse período, o que ocorre é que a figura

que “dá o tom” do jornal continua sendo a redatora e as poucas colaboradoras que se propõem na árdua tarefa de manter a publicação, pois pouco há de participação de escritoras nos periódicos, o que parece começar a mudar no fim do século XIX, com outras publicações destinadas ao público feminino.

Em carta de Narcisa Amália publicada no jornal, a poetisa afirma que considera difícil conseguir assinaturas para o periódico

Se V. nota frieza e pouco amor à leitura no Rio de Janeiro (...) onde as bibliotecas oferecem aos curiosos seus raios carregados de obras primorosas, e as *Conferências* populares sacodem hoje a apatia dos espíritos mais refratários ao belo, o que deve esperar de uma pequenina cidade do interior, onde não se encontra uma só associação literária, nem uma biblioteca, e apenas uma folha semanal (...)?

(...)

O meu concurso literário, fraco como é, *O Domingo* tê-lo-á, por vezes; isto é, quando os labores do lar deixarem-me um ou outro momento de repouso.<sup>17</sup>

Observada a pouca colaboração, da qual a redatora também se queixa<sup>18</sup>, é interessante destacar que a própria Narcisa, que se propõe a auxiliar, afirma que contribuirá para o periódico com suas poesias quando estiver livre dos “labores do lar”. Sendo ou não este o motivo pelo qual Narcisa não colaborou intensamente com a publicação (há duas poesias da autora nos números a que tivemos acesso), vemos aqui a possibilidade da função da mulher no âmbito privado interferir de alguma forma na sua relação com a produção escrita.

A partir dessa constatação, de haver oportunidades de publicação, mas não haver grande adesão de escritoras a essa proposta, passaremos ao próximo tópico de discussão, estritamente relacionado com o que afirmamos no início do artigo, a respeito do discurso das diferenças destacadas entre homens e mulheres nesse período.

### **Mulheres racionais/mulheres emocionais**

Devemos levar em consideração o fato de que a necessidade de fazer um periódico que seja voltado especificamente para o público feminino, nos indica que uma parcela do mesmo não se sentia contemplada, por algum motivo, pelo que se publicava na imprensa de forma geral. Esse grupo era formado por uma camada de mulheres que sabia ler, escrever, que traduzia textos em francês e se aprimorava no conhecimento de canto e piano, e que, ao publicarem um jornal para mulheres, partem de alguma diferença de interesses entre os universos dos sexos opostos para se dirigirem às suas “iguais”. E nesse pronunciamento público querem destacar justamente que *não são* diferentes dos homens, apesar de afirmarem *exercer* funções distintas na sociedade. A respeito dessas funções e do discurso médico voltado para as mulheres que se forma ao longo do século XIX, a autora Ana Martins afirma que

a púbere despertou sentimentos contraditórios nos médicos. Por um lado ela fascina, pois tudo nela lembra o frescor da juventude e a beleza, movida por uma energia que ainda é bastante infantil na expressão. Por outro lado causa temores e receios, pois a extensão das transformações que se dão no corpo e no espírito da jovem mulher eram vistas como predisponentes a estados mórbidos que podiam levar a comportamentos desviantes e até mesmo à loucura<sup>19</sup>

Destacamos que a experiência de se dedicar a uma publicação se constitui em um marco no sentido de dar voz a um grupo de mulheres em um espaço masculino. Vale ressaltar, entretanto, que neste período onde a ciência enfatiza as diferenças físicas e emocionais entre homens e mulheres, afirmando a fragilidade destas, a busca por voz nos impressos femininos não demonstra uma tentativa de subverter uma ordem que ganha cada vez mais força, mas a procura pela garantia dos mesmos direitos *sem negar* os deveres que toda mulher deveria cumprir, constituindo uma família. A estratégia nesse jogo é afirmar a igualdade de condições intelectuais entre os dois sexos e ao mesmo tempo enfatizar que há diferença nas funções exercidas por ambos, principalmente no que concerne à sexualidade e à constituição da família.

Concernente à dedicação aos estudos, Martins afirma que

Quase todas as teses referem-se à influência negativa que a vida mundana teria sobre a adolescente. Assim, criticam os excessos de estudos para as moças, pois o esforço intelectual podia colocar em risco a sua saúde. Numa das teses mais interessantes sobre a higiene na puberdade da mulher, o autor diz que não era a educação intelectual que atraía os homens, mas “o rosto rosado de uma face bela, a elegância de um porte esbelto, que desperta esta simpatia que inclina o homem à mulher”. O autor não era contra a educação das mulheres mas ao que ele e seus contemporâneos consideravam excessos.<sup>20</sup>

Na leitura de *O Domingo* nos deparamos com uma situação onde a procura pelo equilíbrio entre igualdade intelectual e afirmação de funções diferenciadas parece estar em evidência. Em junho de 1874 há um artigo que trata a respeito de ser possível ou não uma professora ensinar em uma escola mista, ou seja, da capacidade de lecionar em um local onde se encontrariam tanto rapazes quanto moças. De acordo com o que o jornal indica, esse projeto estava sendo debatido na assembleia da província do Rio de Janeiro, defendido pelo deputado A. Brandão, que tem um trecho do seu discurso transcrito no jornal. Nele é ressaltada a preocupação com as despesas, devido ao fato de que era necessário “nomear para cada freguesia uma escola para o sexo masculino e outra para o sexo feminino”<sup>21</sup> o que seria reduzido se houvesse escolas com ambos os sexos. De acordo com o deputado e com o jornal os motivos pelos quais as professoras seriam mais adequadas para trabalharem em escolas mistas está no fato de que “1º garantem mais os princípios de moralidade; 2º porque a mulher pobre deixará de ser escrava ou criada”<sup>22</sup>. Este é um dos poucos momentos em que a justificativa para a escolha da mulher e não do homem para o cargo de professor está associado a uma questão de

corte de gastos e de melhoria na condição de subsistência das camadas mais baixas. Dentre os argumentos em defesa de que as mulheres seriam melhores educadoras que os homens, prevalece a associação da educadora com a figura da mãe e os cuidados que a professora estenderia do lar à escola, o que não seria tão bem realizado por um homem, visto que há *diferença* nas formas de tratamento concedidos por um e por outro e nos papéis que cada um exerce: “Sim! A mulher corresponderá à essa missão sublime que lhe assinam, é a que pelo Criador lhe foi destinada. A mulher nunca desmentirá a confiança dos pais que lhe confiarem seus filhos”<sup>23</sup>. Levando isso em consideração, a defesa da professora cuidando de escolas mistas pauta-se justamente na figura que concede maior segurança e que recebe a incumbência de ser a educadora dos futuros cidadãos: a mãe.

Junto à defesa de que a figura feminina é a mais adequada para atuar nas escolas devido à vocação maternal, a autora ou autor do artigo enfatiza a questão de que em outros lugares as mulheres tem mais espaço do que teriam no Brasil, afirmando que

Bastaria uma rápida visita pelos jornais da Europa e Estados Unidos para (...) encontrar jornalistas, escritoras, (...) doutoras em Direito, e Medicina, advogadas (...). Entre nós porém só podem sobressair como cantoras, poetisas, atrizes, (...) irmãs da caridade, damas de balcão, enfeite de sala! O mais lhe é vedado!<sup>24</sup>

É uma maneira de enfatizar a capacidade de estudo de ambos os sexos, e exercício de funções para além da casa e da própria escola. Em meio à ideia de que a mulher é racional para lecionar, mantendo seu lado afetivo para lidar com os alunos – o que não é tão equilibrado pelo homem, onde predomina o lado do rigor da razão – são enfatizadas profissões que deveriam abrir mais espaço para as mulheres, justamente por sua capacidade de estudar seja qual fosse o curso e de exercer qualquer uma delas, fosse jornalista, cantora ou advogada. A ideia é de que o lado emocional que o feminino traz é uma vantagem quando bem administrado e não somente predisposição para a loucura ou estados de descontrole. Razão e emoção nesse caso, caminhariam juntos.

## Considerações finais

Temos visto até o momento, que para que se mantivesse uma publicação com alguma estabilidade, havia pouca colaboração das leitoras no que se refere à produção do jornal, e ainda, a dificuldade financeira de mantê-lo, mediante aos apelos que a redatora Violante Atabalipa faz no sentido de haver mais assinaturas. Consideramos que a insistência veemente na concepção de que a mulher *é como o homem* na capacidade de pensar, de que ambos possuem a mesma aptidão para os estudos, de alguma forma se confronta com o discurso científico da época relativo ao feminino e ao mesmo tempo faz parte deste, em uma tentativa de convencer os leitores de que não se busca mudar a conformação da sociedade de maneira radical, mas sim de fazer com que a mesma alcance um aperfeiçoamento ao garantir determinados direitos que seriam naturais da mulher. Tal insistência relaciona-se também à tentativa de estimular o público a se envolver na difícil empreitada de manter uma publicação, como uma espécie de desmitificação a respeito do que seria a igualdade intelectual feminina frente a masculina, e que interferia diretamente – aliada também a fatores sociais, econômicos e políticos – na produção e publicação da literatura escrita por mulheres.

## Notas

---

<sup>1</sup> LAQUEUR, Thomas. “Da linguagem e da carne” In: *Inventando o sexo – corpo e gêneros dos gregos a Freud*. (Tradução Vera Whately) Rio de Janeiro: Editora Dumará, 2001, pp. 13-40.

<sup>2</sup> *Ib.*, p. 16.

<sup>3</sup> *Ib.*, p. 17.

<sup>4</sup> *Ib.*, pp. 22-23

<sup>5</sup> Mantivemos a grafia original apenas para nomes próprios, constando nas transcrições de textos a grafia atual.

<sup>6</sup> VELLASCO, Violante A. Ximenes de Bivar. “O Domingo”. *O Domingo*. Rio de Janeiro: nº 1, 23 de novembro de 1873, p.1.

<sup>7</sup> *Ib.*, p.1

<sup>8</sup> *Id.* “A Mulher”. *O Domingo*. Rio de Janeiro: Nº 2, 30 de novembro de 1873, p.1.

<sup>9</sup> NORONHA, Joanna Paula Manso de. “Emancipação moral da mulher” *Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro: nº 2, 11 de janeiro de 1852, p. 13.

O uso dessa expressão provoca um ligeiro debate entre a editora Joanna Paula de Noronha e os editores do jornal *Novo Correio de Modas*, que também escrevem um artigo com o mesmo título, porém criticando a ideia de emancipação no sentido de as mulheres exercerem profissões consideradas masculinas, como a medicina e o direito. Conferir: “Emancipação Moral da Mulher”. *Novo Correio de Modas*. Rio de Janeiro, nº 16, 17 de Outubro de 1852, pp. 129-131.

<sup>10</sup> NORONHA, Joanna Paula Manso de. “Carta às leitoras”. *O Jornal das Senhoras*. Rio de Janeiro, nº1, 1º de Janeiro de 1852, p. 1.

<sup>11</sup> MENDONÇA, Honorata M. Carneiro de. “A goiana – ou saudades da minha terra”. *O Domingo*. Rio de Janeiro, nº 25, 10 de maio de 1874, p. 4.

<sup>12</sup> Salomon. “Só”. *O Domingo*. Rio de Janeiro, Nº1, 30 de novembro de 1873, p. 4.

<sup>13</sup> CANDIDO, Antonio. “A expansão do lirismo”. *Formação da literatura brasileira – Momentos decisivos 1750-1880*. Décima edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006, pp. 561-607.

<sup>14</sup> *Ib.* p. 562.

<sup>15</sup> *Ib.*, p. 563.

<sup>16</sup> *Ib.*, p. 562.

<sup>17</sup> CAMPOS, Narcisa Amália de. “Narciza Amalia”. *O Domingo*. Rio de Janeiro, nº 18, 22 de março de 1874, p. 1

<sup>18</sup> VELLASCO, Violante A. Ximenes de Bivar. “Aos nossos assignantes e leitores”. *O Domingo*. Rio de Janeiro, nº 61, 28 de fevereiro de 1875, p. 25.

<sup>19</sup> MARTINS, Ana Paula Vosne. “A Medicina da Mulher: visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia e da ginecologia do século XIX”. Campinas: Unicamp, 2000. 313 f. Tese (Doutorado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000 p. 176.

<sup>20</sup> *Ib.*, p. 181.

<sup>21</sup> Brandão, A. *apud*, Sem autoria. “As escolas mistas”. *O Domingo*. Rio de Janeiro, nº 30, 14 de junho de 1874, p. 6.

<sup>22</sup> *Ibidem*.

<sup>23</sup> Sem autoria. “As escolas mistas”. *O Domingo*. Rio de Janeiro, nº31, 21 de junho de 1874, p. 10.

<sup>24</sup> *Ibid.*, p. 11

## Bibliografia

CANDIDO, Antonio. “A expansão do lirismo”. *Formação da literatura brasileira – Momentos decisivos 1750-1880*. Décima edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006, pp. 561-607.

HAHNER, June E. *A Mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. Tradução de Maria Theresa de Almeida; Heitor Ferreira da Costa. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

LAQUEUR, Thomas. “Da linguagem e da carne” In: *Inventando o sexo – corpo e gêneros dos gregos a Freud*. Tradução de Vera Whately. Rio de Janeiro: Editora Dumará, 2001, pp. 13-40.

MARTINS, Ana Paula Vosne. “A Medicina da Mulher: visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia e da ginecologia do século XIX”. Campinas: Unicamp, 2000. 313 f. Tese (Doutorado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.



## A OBRA PARA VIOLÃO SOLO DE ZÉ MENEZES: INFLUÊNCIAS, ESTILO E CONTRIBUIÇÕES PARA A LITERATURA DO INSTRUMENTO

Marcello Gonçalves\*

### Resumo:

Este artigo constitui parte da dissertação do autor que trata da obra de Zé Menezes para violão solo. Estabeleceu-se um processo de aprendizado de várias peças de Menezes e uma discussão de questões concernentes à: aprendizagem oral em música popular; relação compositor/intérprete; abertura do compositor em relação à sua própria obra; e possibilidades de notação musical. Concluiu-se que é possível estabelecer uma versão escrita para a obra de Menezes sem subtrair o caráter aberto que ela carrega.

**Palavras-chaves:** Zé Menezes. Violão solo. Aprendizagem oral.

### Abstract:

This article focuses on compositions of Zé Menezes for solo guitar. As part of the learning process for these pieces, we discuss the oral approach to popular music, which includes the relationship between composer, work and interpreter, also highlighting the notational aspects of this dialogue. This research concluded that it is possible to maintain the openness and freedom of interpretation of Zé Menezes' work, even publishing the scores in the same format of the classical guitar repertoire.

**Keywords:** Zé Menezes. Solo guitar. Oral learning.

## INTRODUÇÃO

Este artigo constitui recorte de minha dissertação de mestrado<sup>1</sup> que tratou da obra de José Menezes de França, com enfoque para o violão solo. Mais conhecido como Zé Menezes, o músico é multiinstrumentista autodidata, virtuose no bandolim, na guitarra, no violão tenor, no cavaquinho e no violão. Trabalhou na Rádio Nacional com Garoto e Radamés Gnattali. Tornou-se maestro da Rede Globo e figurou como músico e arranjador em gravações de discos de artistas da música brasileira a partir da década de 40.

---

\* Mestre em Música. Programa de Pós-graduação em Música UFRJ. Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marcia Ermelindo Taborda. Pesquisa apoiada pela Capes. *e-mail:* [goncalves.marcello@gmail.com](mailto:goncalves.marcello@gmail.com)

<sup>1</sup> GONÇALVES, Marcello. *A obra para violão solo de Zé Menezes: influências, estilo e contribuições para a literatura do instrumento*. Rio de Janeiro, 2014. Dissertação (Mestrado em Música). Centro de Letras e Artes – Escola de Música, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2014.

O estudo original transcreveu e fez notação de quatorze peças, a maioria inéditas. Este artigo destaca *Na Ginga do Marcello*, composta por Zé Menezes em minha homenagem.

Duas hipóteses foram estabelecidas no estudo: a) o estilo violonístico de Menezes vem, sobretudo, de sua experiência como músico e arranjador em bandas de música e orquestra, e do fato de dominar outros instrumentos, fazendo com que transporte para o violão soluções técnicas e características idiomáticas praticadas nos demais instrumentos que toca; b) é possível estabelecer uma versão escrita para a obra de Menezes sem subtrair o caráter aberto que ela carrega.

Os encontros entre mim e Zé Menezes me forneceram rico material não só de sua obra como, também, da abordagem aberta que o compositor tem em relação a ela, dos procedimentos de práticas interpretativas para se construir um repertório a ser executado e gravado e da relação compositor/intérprete. Organizados em forma de ensaios musicais, nesses encontros a obra de Menezes foi trabalhada em vários níveis: da apreensão oral às discussões interpretativas, idiomáticas e de possibilidades de notação.

Assim como a transmissão oral tem importância nesse contexto musical, o estudo valorizou, também, a oralidade no aspecto histórico, lançando mão do conceito de História Oral. Segundo Alberti<sup>2</sup> o documento de história oral não tem como principal característica o ineditismo, pois “decorre de toda uma *postura* com relação à história e às configurações socioculturais, que privilegia a *recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu*..

Tal conceituação ocorreu nesta pesquisa em relação à história do compositor e sua obra e também no que diz respeito ao registro do processo deste trabalho e da fecunda relação compositor/intérprete que se estabeleceu. Em entrevista à bandoneonista Helena Rüegg, Menezes deixa claro sua posição quanto à interpretação de sua obra, inclusive se referindo a mim: “Eu quero que ele faça ele. Eu não faço questão que ele toque à minha maneira. Ele pega a música e faz do jeito dele. Ele tem que se libertar.”<sup>3</sup>

Uma vez estabelecida a importância do intérprete na obra de Menezes, a pesquisa buscou na literatura considerações sobre esse papel. Kaplan<sup>4</sup> afirma: “buscar a visão do autor é na verdade buscar a nossa visão do autor. Conhecer o autor é mais um elemento

---

<sup>2</sup> ALBERTI, Verena. *Manual da história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 16, grifos da autora.

<sup>3</sup> MENEZES, José [*Depoimento*]. 2012a. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à Helena Rüegg em 2012.

<sup>4</sup> KAPLAN, José Alberto. *A objetividade na interpretação musical: um mito*. 2005, p. 9. Disponível em: <[http://fmail2.uol.com.br/?cgibin/webmail.exe/Governo\\_da\\_Paraíba.htm?ID=itDIH7](http://fmail2.uol.com.br/?cgibin/webmail.exe/Governo_da_Paraíba.htm?ID=itDIH7)>. Acesso em: 3 abr. 2014.

que o executante usa para construir uma interpretação coerente da partitura.”

Para Andrade<sup>5</sup> o elemento vital para a revelação da obra é o intérprete e há diferença entre o imitador e o traidor: “O intérprete imitador é aquele que procura desaparecer diante da obra que revela. (...) Intérprete traidor é o que se serve da obra-de-arte alheia para se revelar a si mesmo. (...) Estes intérpretes são verdadeiros criadores.”

Falar com Menezes sobre violão e seu estilo não é simples, pois ele desenvolveu a habilidade de execução de sete instrumentos. Quando perguntei qual preferia, respondeu: “O que estiver na minha mão. O meu assunto é música.” Apesar do assunto de Menezes ser música, e não especificamente um determinado instrumento, é no violão que seus pensamentos musicais convergem: “Já estudei muito bandolim, muito violão tenor. Hoje eu estudo violão para tocar bandolim, para tocar tenor.”<sup>6</sup>

Conheci Zé Menezes em 2004, quando estive em sua casa na companhia do violinista Nicolas Krassik e do produtor Luiz Rocha, numa espécie de audição, para Menezes verificar se estaríamos aptos a tocar com ele. Desde então estabelecemos contato pessoal e fui convidado a participar das gravações da série de CDs denominada *Autoral*. Conforme se estreitavam os laços, conheci e me surpreendi com sua obra para violão.

## O ESTILO VIOLONÍSTICO E A OBRA DE ZÉ MENEZES PARA VIOLÃO SOLO

Zé Menezes nasceu no dia 6 de setembro de 1921, em Jardim (CE). As primeiras notas de Menezes foram no cavaquinho, por influência de seu primo Nezinho.

Como não havia rádio nem televisão, a música era sempre feita ao vivo em saraus, e foi nos saraus, observando os outros músicos que Menezes começou a aprender: “eu entrava de bicão, estava sempre presente para olhar pros dedos das pessoas quando mudava [a harmonia]. (...) Naquele tempo não havia escola.”<sup>7</sup>

Afonso Ayres foi a primeira influência violonística de Menezes: “Era um grande violonista (...) Era um cara desembaraçado, assim como o Yamandú. (...) Não sabia nada de música mas tinha um gosto de harmonia fora de série.” Outro violonista destacado

---

<sup>5</sup> ANDRADE, Mário de. *Introdução à estética musical*. São Paulo: Editora Hucitec, 1995, p. 64.

<sup>6</sup> MENEZES, José. [*Depoimento*]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida a Marcello Gonçalves para sua Dissertação de Mestrado em 2013.

<sup>7</sup> MENEZES, 2013.

por Menezes é Francisco Soares: “Violonista de primeira grandeza, compositor da melhor grandeza. Eu tenho quase todas as músicas do Francisco Soares.”<sup>8</sup>

Quando foi morar definitivamente em Fortaleza foi contratado para tocar banjo-tenor em uma *jazz band*. O contato com o *jazz* nesse período se deu não só no Ideal Clube. Os Estados Unidos enviavam grandes artistas para entreter os soldados americanos da base militar de Fortaleza. Esses artistas faziam um *show* na base e outro na praça pública. Com isso Menezes teve a oportunidade de assistir ao vivo as orquestras de Glenn Miller e Artie Shaw.

É desse período também o primeiro emprego de Menezes em rádio, tocando violão, na rádio PRE-9 de Fortaleza. Posteriormente, a convite do radialista César Ladeira, Menezes transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1943, para substituir Garoto na rádio Mayrink Veiga.

Em 1947 Garoto convidou Menezes para a Rádio Nacional. Esse foi talvez o momento mais significativo de sua carreira. A Rádio Nacional era o objeto de desejo dos artistas brasileiros. Menezes considera a Rádio Nacional a sua universidade. Esse foi o momento em que Menezes teve intenso contato com Garoto e Radamés Gnattali, figuras centrais de sua vida musical, tanto do ponto de vista estético quanto profissional, e as maiores influências em seu estilo violonístico.

É difícil definir o estilo de um compositor ou instrumentista. Segundo Quintana<sup>9</sup>, estilo é uma “deficiência que faz com que um autor só consiga escrever como pode”; ou ainda: “Estilo é uma dificuldade de expressão.”<sup>10</sup>

Menezes se propõe ao desafio de compor no estilo de outros compositores. São várias as homenagens. Quando gravou o CD *Relendo Garoto* (1995), Menezes compôs uma *Introdução a Garoto* para a música *Vivo Sonhando*. Há uma semelhança estilística entre as obras, como se Garoto tivesse composto essa introdução. Quando Menezes pega no violão para compor, não é só o violonista que está presente, mas sua prática musical rica e variada.

Ainda que o assunto deste estudo seja violão solo, é importante comentar sobre o violão como acompanhador; como síntese de elementos que caracterizam um gênero, conforme ressalta Sandroni<sup>11</sup>, se referindo ao samba e nomeando o acompanhamento do

---

<sup>8</sup> MENEZES, 2013.

<sup>9</sup> QUINTANA, Mario. *Caderno H. 2*. ed. São Paulo: Globo, 2006, p. 395.

<sup>10</sup> Id. , p. 190.

<sup>11</sup> SANDRONI, Carlos. *Feitiço decente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

violão por sua “batida” característica, que não é um fundo neutro sobre o qual a canção passeia com indiferença. Na obra de Menezes a questão da batida, ou levada, é fundamental inclusive pelo fato de que em algumas peças é a própria levada que constrói o discurso.

Foi necessário, também, estabelecer particularidades da escola do violão popular brasileiro. Uma delas é a abordagem do uso da mão esquerda, importante para uma boa execução, tanto dos acompanhamentos quanto das peças escritas para violão solo.

Faz parte do próprio conceito de *swing* ter o controle dos acordes que devem ser mais ou menos sustentados, e mesmo o controle de cada nota dentro de um mesmo acorde. E esse controle é feito, sobretudo, pela mão esquerda. A questão da beleza da sonoridade, nesse caso, ficaria em um plano secundário em relação ao *swing* e condução rítmica.

Outra particularidade diz respeito à utilização da mão direita que, além de notas, produzirá, intencionalmente, ruídos percussivos e preencherá pausas entre as notas principais com *ghost notes*, ou seja, notas que estão presentes mas não têm a mesma nitidez ou necessidade de definição de uma nota real, e são por isso chamadas de fantasmas. Ainda que menos audíveis, têm importância no sentido de dar a intenção correta do estilo.

A busca de soluções que possibilitem executar uma harmonia mais rica e mais cheia no violão passa por questões técnicas; uma delas é o uso do dedo mínimo da mão direita para conseguir uma harmonia mais cheia, como faz Menezes.

Outro recurso, utilizado na guitarra elétrica e que Menezes utiliza no violão, são as melodias em oitavas. Sua destreza nesse efeito é impressionante, sendo capaz de improvisar diretamente em oitavas.

A utilização que Menezes faz dos baixos em suas peças é bastante peculiar, contribuindo para sua assinatura como compositor e identificação de seu estilo violonístico. Por vezes, os baixos fazem parte da própria melodia, ou de um conjunto orquestral em que nenhum dos elementos pode faltar.

A liberdade que Menezes se dá e dá a quem interpreta suas músicas, remete ao conceito de Umberto Eco em *Obra Aberta*. O autor estabelece uma diferenciação entre a obra musical clássica, e as novas obras musicais, que “não consistem numa mensagem acabada, mas sim numa possibilidade de várias organizações confiadas à iniciativa do intérprete...”<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> ECO, Umberto. *Obra Aberta: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010, p. 39.

Nesse sentido, as partituras resultantes do trabalho apresentado na dissertação<sup>13</sup> revelaram e documentaram um processo de liberdade interpretativa estimulado por Zé Menezes e o relato do processo para se chegar a elas teve o sentido de esmiuçar e exemplificar a pesquisa: mostrar o processo e mostrar, sim, o resultado dele, ainda que momentâneo. Como uma gravação, que é um retrato daquele determinado momento.

## O PROCESSO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

No processo deste estudo, Menezes me deu acesso aos manuscritos e partituras digitalizadas, mas optei por aprendê-las de ouvido. As partituras serviram como consulta para confirmar o texto e analisar como ele havia pensado sua notação. Os manuscritos apresentavam as seguintes situações: igual à forma como Menezes tocou ao me mostrar a composição; com diferenças por erro de escrita; diferentes por mudanças de interpretação de Menezes; e diferentes por mudanças de interpretação minhas, incorporadas por Menezes.

Apesar de optar por aprender a peça por meio da audição, fiz registro escrito dessa prática musical oral. Procurei chegar a uma versão das peças que fosse fiel ao próprio processo e que incorporasse mudanças ocorridas no estudo. Como complemento, haverá o registro em disco das peças que fizeram parte da dissertação, a ser lançado comercialmente.

Este artigo enfoca *Na Ginga do Marcello*, choro que Menezes compôs, em 2011, em minha homenagem e se tornou a peça emblemática da pesquisa e a que melhor ilustrou o processo da relação compositor/intérprete estabelecida entre nós. Conheci a peça ainda sem partitura ou gravação. Aprendi oralmente, repetindo o que ele tocava. Inicialmente havia apenas as partes A e B, sem a introdução, a coda e a variação do meio, o “improviso escrito”, que Menezes compôs por encomenda minha.

Depois de pronta, foram feitas outras modificações do manuscrito original (Figura 1), algumas sugeridas por mim, durante o processo dos ensaios. Já no terceiro compasso do tema, Menezes alterou (Figura 2) o último acorde, deixando de antecipá-lo e passando a tocá-lo no primeiro tempo do compasso seguinte.

---

<sup>13</sup> GONÇALVES, 2014.



**Figura 1** – *Na Ginga do Marcello*, compassos 1 a 6  
**Fonte:** Zé Menezes (2011)



**Figura 2** – *Na Ginga do Marcello*, compassos 1 a 4 alterando ritmo  
**Fonte:** Elaborada pelo autor desta pesquisa

Na parte B, nos compassos 39, 40, 43, 44, 47 e 48 (Figura 3), a melodia parece abrir espaço para a resposta de um segundo violão, o que Menezes realmente faz quando toca o segundo violão. Para o arranjo de violão solo optei por preencher um pouco mais o tempo, inspirado no segundo violão de Menezes (Figura 4).

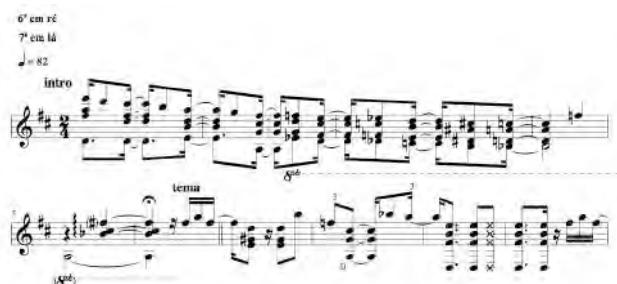


**Figura 3** – *Na Ginga do Marcello*, compassos 37 a 48  
**Fonte:** Elaborada pelo autor desta pesquisa



**Figura 4** – *Na Ginga do Marcello*, compassos 43 a 54  
**Fonte:** Elaborada pelo autor desta pesquisa

Posteriormente, Menezes compôs uma introdução para a peça (Figura 5). No violão de seis cordas ela é tocada na oitava em que está escrita. No violão de 7 cordas, com a sétima afinada em Lá, eu oitavei a linha de baixo, a partir do Mib, até o Lá.



**Figura 5** – *Na Ginga do Marcello*, compassos 1 a 10  
**Fonte:** Elaborada pelo autor desta pesquisa

No compasso 18 observa-se um tipo de condução dos acordes bastante utilizada na técnica da guitarra elétrica (Figura 6). No primeiro acorde, G#m7, a digitação é feita utilizando-se uma meia-pestana com o dedo 2. Pestana, no violão e na guitarra é quando um mesmo dedo pressiona mais de uma corda ao mesmo tempo.



**Figura 6** – *Na Ginga do Marcello*, compasso 18 condução guitarrística  
**Fonte:** Elaborada pelo autor desta pesquisa

A partir do compasso 58 observa-se um “improviso escrito”, ou seja, um solo diferente da melodia da música mas com a mesma harmonia, como se houvesse sido improvisado no momento da execução.

Esse solo foi uma encomenda minha. Ao me mostrar a composição, Menezes tocou apenas a melodia. Ao tocar pela segunda vez a parte A da música, disse que naquele ponto eu poderia improvisar.

Zé Menezes, não havia escrito essa parte, mas havia pensado que ali era um ponto de improvisar naquela harmonia. Pedi então que ele próprio fizesse o solo. A intenção era que Menezes desse sua versão de como seria um improviso neste contexto (Figura 7).





**Figura 7** – *Na Ginga do Marcello*, improviso escrito  
**Fonte:** Elaborada pelo autor desta pesquisa

## CONCLUSÃO

Ao tratar da obra para violão solo de Zé Menezes, este trabalho se propôs a registrar um estilo violonístico, uma maneira particular de abordar o instrumento. As hipóteses estabelecidas foram comprovadas e o estudo contou, para isso, com a privilegiada participação do compositor.

Assim como a transmissão oral teve e tem grande importância nesse contexto musical, este estudo valorizou a oralidade também no aspecto histórico e isso se tornou possível a partir de depoimentos de Zé Menezes, notadamente em relação à sua história e a de sua obra, como também no que diz respeito ao registro do processo deste estudo e da fecunda relação compositor/intérprete que se estabeleceu. Menezes é exemplar para essa relação, à medida que sempre deu total liberdade aos intérpretes de sua obra.

No contexto da *performance* musical e sua relação com a técnica instrumental, linha de pesquisa deste estudo, pareceu de especial interesse registrar a experiência de um instrumentista cujo trabalho durante toda a vida foi realmente a *performance*: tocar, compor, arranjar. Mas, sobretudo, tocar.

O estudo concluiu que a experiência como músico e arranjador de orquestras, bem como o domínio de outros instrumentos, contribuíram para o estilo violonístico desenvolvido por Zé Menezes e que é possível manter a abertura e a liberdade de interpretação, características da cultura em que se insere a obra de Menezes, ainda que realizando uma edição das partituras no mesmo formato utilizado para as peças do repertório do violão clássico. Espera-se que o resultado possa contribuir para que o conhecimento adquirido seja compartilhado com leitores e apreciadores da música em geral e do violão solo, em particular.

## **Entre contextos e linguagens políticas:** duas propostas de uso da história dos conceitos e do pensamento político

Marcelo Romero<sup>1</sup>

Pedro Ivo Tanagino<sup>2</sup>

### **Resumo**

Este trabalho apresenta duas pesquisas que desenvolvem os debates historiográficos acerca da teoria e do método no estudo de contextos e linguagens políticas. Para tanto, foi avaliado o uso dos enfoques metodológicos da história dos conceitos e da história do pensamento político no tratamento de dois recortes históricos sobre o Brasil republicano. Em um recorte, (1932-1937), se analisa conceitualmente um texto de Plínio Salgado. O outro recorte (1995-1998) investiga as idiosincrasias da charge do Angeli sobre o governo FHC.

**Palavras-chave:** História Política. Teoria da História. Historiografia.

### **Abstract**

This paper presents two studies that develop the historiographical debates about theory and method in the study of contexts and political languages. To this end, we evaluated the use of methodological approaches in the history of the concepts and history of political thought in the treatment of two historical clippings over Republican Brazil. In a clipping, (1932-1937), analyzing conceptually a text of Plinio Salgado. The other clipping (1995-1998) investigates the idiosyncrasies of the Angeli's *charge* on the FHC government.

**Key-words:** Political History. Theory of History. Historiography.

### **Introdução**

Nossas discussões no presente artigo reúnem dois momentos dos debates historiográficos que envolvem as aproximações e injunções entre os estudos da história do pensamento político, representados pela abordagem “*collingwoodiana*” de língua inglesa, realizada por historiadores como Quentin Skinner e John Pocock, e a história dos conceitos

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), doutorando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), orientado pela Profa. Dra. Valéria Marques Lobo, com financiamento da CAPES. E-mail: mromerobr@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), doutorando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), orientado pela Profa. Dra. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, com financiamento da CAPES. E-mail: pedrotanagino@hotmail.com

alemã, representada pela abordagem da “*Begriffsgeschichte*”, que teve Reinhart Koselleck como um de seus maiores historiadores.

Poderíamos definir a posição epistemológica compartilhada pela abordagem “*collingwoodiana*” como sendo aquela orientada pela máxima de que para se entender os textos políticos do passado é necessário maior rigor quanto aos significados que eles tinham em seu contexto histórico. De acordo com Jasmim e Feres Júnior, essa “virada historicista” ocorrida na história do pensamento político faz parte de um processo mais amplo denominado “virada linguística”, uma vez que a escolha pelo objeto de estudo, a análise das relações entre textos e seus contextos de emergência, bem como suas abordagens das fontes, privilegiam acima de tudo os usos da linguagem no artifício do mundo político e social.<sup>i</sup>

Partindo do pressuposto de que os atores políticos empreendem seus discursos no interior de uma linguagem convencionalmente estabelecida e, por conseguinte, compartilhada, John G. H. Pocock infere que o contexto linguístico (*langue*) existente em um determinado período histórico determina os “modos de discurso disponíveis” sem, com isso, impedir que esses atores influenciem mudanças na linguagem em uso.<sup>ii</sup>

No campo de pesquisas germanófono, o trabalho de explicação conceitual sugerido pela “*Begriffsgeschichte*” quer tornar as traduções de termos do passado mais precisas, respeitando o sentido que os conceitos possuíam em seus contextos originais, na medida em que se analisam suas transformações ao longo do tempo. Além do fato de ambas as abordagens terem surgido a partir das críticas à história das ideias então praticada, é esta dimensão contextualista e o foco nos usos da linguagem que permite uma aproximação teórico-metodológica entre a história dos conceitos e as perspectivas desenvolvidas por Skinner, Pocock e o grupo das *Ideas in Context*.<sup>iii</sup>

O que faremos neste artigo é apresentar os resultados parciais de duas pesquisas que se destinam a compor suas metodologias no campo das linguagens políticas e da história dos conceitos. Uma se dedica à análise do conceito de “*integralismo*” no contexto do período entreguerras no Brasil, e por isso, trouxemos algumas questões levantadas a partir da leitura de um prefácio escrito por Plínio Salgado (1895-1975), fundador e Chefe Nacional da *Ação Integralista Brasileira* (AIB), seguindo algumas sugestões apontadas pela abordagem da história dos conceitos.

A outra se dedica a analisar a interpretação elaborada por Arnaldo Angeli Filho (1956), o desenhista Angeli, sobre a prática política do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). A charge selecionada para este trabalho permite exemplificar a maneira pela qual o artista se alça à condição de interlocutor do debate político que lhe é contemporâneo.

## **Por uma história do conceito de “integralismo”: modernidade e revolução, campo de experiência e horizonte de expectativa**

De acordo com os procedimentos metodológicos adotados pela “*Begriffsgeschichte*”, durante a investigação da história de um conceito, é possível investigar também o *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativa* – as duas categorias analíticas fundamentais dessa abordagem - associados a um determinado período histórico, ao mesmo tempo em que se investiga a função social e política desse mesmo conceito, aplicando conjuntamente as análises sincrônicas e diacrônicas. Esse procedimento atende ao princípio básico da história dos conceitos, que consiste em redefinir metodologicamente significados lexicais em uso no passado para nossa atual compreensão<sup>iv</sup>.

Pensar o espaço de experiência do contexto histórico em que emergiu originariamente o conceito de “integralismo” utilizado por Salgado e demais intelectuais da AIB, nos conduziu inevitavelmente à reflexão sobre a modernidade, e o quão pertinente poderia ser esse conceito nos estudos sobre o integralismo brasileiro. Essa indagação surgiu ao analisarmos o diagnóstico de crise da modernidade lançado por Salgado (entre muitos outros na época) como maior justificativa para sua ação, que pretendia superá-la com um projeto de consumação da História fundamentalmente exigente da participação das massas<sup>v</sup>. Sem embargo, a interpretação do homem como ator histórico na modernidade consiste uma das premissas centrais na epistemologia da história dos conceitos, exigindo-nos breves apontamentos preliminares.

Para Koselleck, foi a Filosofia da História que primeiro separou a modernidade ainda nascente de seu passado imediato, inaugurando assim a nossa modernidade com um novo futuro em aberto, cada vez mais distante das profecias apocalípticas e do fim iminente da “história da salvação” cristã. Uma consciência do tempo e do futuro começou-se a se desenvolver às sombras do Estado Absolutista, combinando política e profecia, prognóstico racional e previsão salvacionista, no interior da filosofia do “progresso” no século XVIII<sup>vi</sup>.

Kant, o “criador” do sentido moderno do conceito de “progresso”, já teria apontado que este conceito traduzia, necessariamente, a esperança por um futuro cada vez mais diferente e melhor que seu passado. De acordo com Koselleck, a fórmula da estrutura temporal retesada no interior dos conceitos políticos e sociais da modernidade, conceitualizada pela noção de “progresso”, nos mostra que quanto menor o campo de experiência, maior o horizonte de expectativa que dele se descortina<sup>vii</sup>.

Para Hegel, a condição do homem moderno apontava para a dupla compreensão que se expressava na fórmula "consciência em si" e "consciência para si", frisando assim a distinção

entre a consciência "do acontecido" como um acontecimento externo, e a autoconsciência, isto é, a capacidade do próprio sujeito de observar seu papel no processo histórico como se pudesse assumir um ponto de vista exterior. É esta autoconsciência que permite a historização radical da vida diária, na qual o ator social é continuamente consciente de suas condições de existência, segundo as quais será atribuído um valor a sua ação, enquanto ator histórico.<sup>viii</sup>

Deste modo, na modernidade, muitos conceitos básicos, especialmente aqueles que, com auxílio do sufixo "ismo", foram temporalizados em conceitos de movimento imbuídos de seu *telos*, concordam na exigência de que a história futura deve diferir fundamentalmente da passada<sup>ix</sup>. Tais conceitos funcionam como fundamentação teórica do movimento histórico que pretendem dar curso, bem como atuam como fatores diretos, suscitando a prática<sup>x</sup>.

Assim, a filosofia do progresso impregnada pelo valor do papel histórico dos atores sociais, fundamentou a profusão de ideologias revolucionárias que se encontravam em disputa no contexto do entreguerras – uma luta travada até a morte em nome do "utopismo". No Brasil, durante o período entreguerras, o conceito de integralismo parece ter sido um dos maiores representantes dessa tendência política tão particular do período, muitas vezes tratada apenas como *totalitarismo*, ou outras vezes, de forma mais imprópria, como *nazi-fascismos*, de modo que se faz necessária a reflexão teórica mais criteriosa acerca do conceito de "integralismo", analisado principalmente em seu contexto original.

O integralismo brasileiro foi um movimento nacionalista fundado por intelectuais, mas que também reuniu operários, trabalhadores rurais, estudantes, profissionais liberais, pequenos e até mesmo grandes proprietários. Entre os membros que participaram da fundação da AIB em 1932, haviam muitos que estavam ligados ao movimento modernista na década de 1920, como seu fundador e Chefe Nacional Plínio Salgado. Este grupo de intelectuais que compunha a "elite" da AIB estava disposto a promover análises sociais e propor alternativas políticas ao processo de modernização do Brasil, buscando atingir uma via alternativa ao liberalismo e ao comunismo.

Esse projeto de transformação proposto pela AIB se daria a partir de um novo conceito Estado brasileiro (o Estado Integral) cuja tônica seria a centralização do poder, a direção da economia, a adoção do sistema corporativista e a direção da revolução cultural integralista sob o lema *Deus, Pátria e Família*. O integralismo no Brasil, como outros "partidos revolucionários militarizados" em profusão no período entreguerras no resto do mundo<sup>xi</sup>, com seus "ismos" baseados na noção do *progresso*, teve seu sentido teleológico explicado por uma Filosofia da História, a qual apresentava um projeto de "consumação da História" com a realização da "Era Integralista", também chamada de "Quarta Humanidade".

Os integralistas, também chamados de “camisas-verdes”, desfilaram em paradas pelas ruas do Brasil como ostensivas demonstrações de organização e poder, envolvendo-se também em rixas sangrentas que levaram às covas não poucos de seus militantes e inimigos. A AIB congregou um número que dizem ter sido maior que um milhão de pessoas, formou uma milícia pronta para o combate e, com seu vertiginoso crescimento e sucesso eleitoral em 1936 – gravado na memória integralista como o “Ano verde” - lançou Plínio Salgado candidato à presidência da República em 1937.

Assim, Salgado vivenciava o auge de sua campanha integralista quando escreveu o texto que trazemos à exame. Tratamos do Prefácio da 3ª Edição de 1937 da obra *Psicologia da Revolução*, livro escrito por Plínio Salgado, publicado pela primeira vez em 1933, com sua segunda edição lançada em 1934 e a 4ª Edição em 1953.

Em suas palavras à 1ª Edição, Salgado disse que “O Homem pode interferir na marcha social. E quando a sociedade está se dissolvendo e quando vai o país a pique de se desagregar, então essa interferência deixa de ser tão-só uma possibilidade, porquanto se impõe como um dever”<sup>xii</sup>. No Prefácio da 3ª Edição, referindo-se ao papel histórico de seu ensaio, às vésperas da eleição presidencial de 1937 que concorria com chances reais de sucesso, Salgado escreveu:

Quanto à tese aqui exposta, ela está plenamente vitoriosa.

Afirmei que o Homem pode interferir no curso da História: eu próprio fui realizar esse pensamento e operei a transformação da “ideia” em “fato”. Suscitei novas circunstâncias na vida brasileira. Contrariei as leis do chamado materialismo histórico e do determinismo científico. [...] efetivei a minha intervenção no meio social deste país e demonstrei, não com palavras, mas com “ação”, o acerto do pensamento central deste livro: - a “ideia-força” pode interferir no fato histórico<sup>xiii</sup>.

Continuando, Salgado completa sua tese sobre a transformação da “idéia-força” em “idéia-fato”, afirmando o maior princípio do integralismo. Ser “integral” significava querer buscar uma visão total da realidade, compreendida em sua dualidade entre as forças dialéticas e complementares do *materialismo* e do *espiritualismo*. O salvacionismo ajuda a descortinar o horizonte de expectativa de uma História por fazer:

Deus, que deu o livre arbítrio ao Homem, para que ele se servisse das leis do determinismo da matéria, para criar renovados efeitos, permitiu que eu conseguisse êxito completo na aplicação prática das idéias deste livro. E eu creio que Ele permitirá muito mais, porque, afirmando o arbítrio do Homem e os imperativos do mundo material, afirmei sobretudo, o poder da Providência, que preside, domina e completa, de modo maravilhoso e miraculoso, a harmonia de dois mundos que se interferem, se contrastam e se combinam produzindo a perpetuidade da criação na História<sup>xiv</sup>.

Para Patricia Springborg, parece certo que na modernidade, a História é um campo no qual o indivíduo submerge a um grau desconhecido na Antiguidade. Contudo, a ideia de que essa autoconsciência seja nova, isto é, inaugurada pela modernidade, soa falsa à autora<sup>xv</sup>. Não obstante, para Springborg, a ideia de que a História pode ser em si mesma um ator histórico, e que a Filosofia da História preparou atores sociais para seus papéis históricos não pode ser considerada errônea<sup>xvi</sup>.

Assim, podemos ver o conceito de “*integralismo*” por uma percepção da modernidade que capta o conceito de progresso e a Filosofia da História como os promotores do indivíduo a ator histórico, orientado por um conceito básico cuja amplitude do horizonte de expectativa é inversamente proporcional ao seu campo de experiência. Neste sentido, a aproximação com a abordagem da história dos conceitos vem sendo muito proveitosa.

### O jardim de “faz-de-conta” de Fernando Henrique Cardoso

Nesta seção será analisada a interpretação elaborada por Arnaldo Angeli Filho (1956), o desenhista Angeli, sobre a prática política do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2001). A charge escolhida para demonstrar a viabilidade da aplicação da abordagem “*collingwoodiana*” ao objeto de estudo em tela foi publicada no jornal *Folha de S.Paulo*, aos 24 de maio de 1996. Ela refere-se ao cenário político caracterizado pela derrota do governo na tentativa de aprovação da sua Proposta de Emenda Constitucional (PEC) sobre a Previdência Social, votada no Congresso Nacional dois dias antes. A partir de então o jornal noticia o fato ressaltando a distância entre o governo e a realidade que o cerca, construção da qual o próprio desenhista foi um dos artífices, como pode ser observado no exemplo a seguir<sup>xvii</sup>:



A charge evidencia que a crítica do artista foi erigida em torno do destaque que ele conferiu à oposição entre os dois cenários, por meio do contraste entre o colorido e o preto e branco. Normalmente, o mecanismo que os caricaturistas se valem para realçar uma atmosfera conflitiva é a oposição entre o claro e o escuro para, com isso, denotar antagonismos morais, éticos, políticos, entre outros<sup>xviii</sup>. No entanto, é a projeção em primeiro plano do cenário colorido sobre o cenário de fundo, em preto-e-branco, que constrói a distância que o artista almeja demonstrar existir entre Cardoso e o mundo a sua volta.

Enfiado até os joelhos no seu mundo de “faz-de-conta”, um pedaço de terra de onde emergem maços de gramas forradas por uma infinidade de flores coloridas, Fernando Henrique Cardoso é apresentado como se fosse a alegoria principal de uma espécie de buquê que ele, ao mesmo tempo, compõe e representa.

Já o cenário de fundo, em aberta oposição à harmonia predominante no primeiro plano, retrata o mundo caótico que envolve e se sobrepõe a Cardoso. A representação da Praça dos Três Poderes, em ruínas e em chamas – na qual se suprimiu o poder Judiciário e destacou-se a Esplanada dos Ministérios –, contrasta com a gentileza impassível, alheia e indiferente com que o presidente cheira sua flor.

A ênfase na Esplanada dos Ministérios e nos poderes Legislativo e Executivo permite ao desenhista sugerir que Fernando Henrique Cardoso se encontra distante e alheio quanto a tudo o que eles representam. O fato de o PPB ter acabado de receber o Ministério da Indústria e Comércio e passar a fazer parte da coligação governista tornou-se incendiário quando o governo percebeu que foi esse o partido com o maior número de votos contra a votação da reforma da Previdência na Câmara, em maio de 1996. Tal qual o desenho, arruinada também ficou a base governista no Congresso, pois muitos dos votos contrários à aprovação da emenda vieram dos aliados do governo<sup>xix</sup>.

Essa ideia encontra-se presente na charge e contribuiu para aumentar a distância que Angeli foi demarcando entre a figura de Cardoso e o cenário político daquela conjuntura. A começar pelo título, “O alienígena”, que funciona como um trocadilho para alienado, palavra que traduz o significado da ênfase conferida pelo jornal às críticas do empresariado ao presidente. O desenhista privilegiou – do mesmo modo que as reportagens e os editoriais dos dias 23 e 24 de maio – o sentido da crítica desferida por Mario Bernardini, então vice-presidente do Sindimaq/Abimaq, a Fernando Henrique Cardoso. Sobre a fala improvisada de Cardoso no encerramento do Seminário da Indústria no Hotel Nacional, em Brasília, o empresário do setor de máquinas afirmou:



[...] o discurso me preocupa não por uma diferença de posições, mas porque mostra um *total alheamento da realidade* [...]. O que me preocupa é a *leitura alienada da realidade*, é que ele está convencido de que a indústria está indo bem e que somente meia dúzia de fracassomaníacos criticam o plano<sup>xx</sup>.

Na mesma direção seguiu a crítica de Sérgio Reze, naquele momento, presidente da FENABRE (Federação Brasileira dos distribuidores de Veículos Automotores), que “se disse ‘perplexo’ com a visão de FHC de que os juros estão sendo reduzidos para quem empresta aos bancos. ‘*Ele não reconheceu* que os juros na ponta estão altíssimos e causando inadimplência’<sup>xxi</sup>. José Genuíno, deputado federal pelo PT-SP à época, engrossou a crítica ao presidente por entender que “[...] enquanto a sociedade é sacudida por uma sucessão de tragédias e chacinas, *o governo se omite de governar* [...]. *O Estado não age, não fiscaliza, não administra e não executa*”<sup>xxii</sup>.

Entre as reportagens dos dias 23 e 24 de maio, que trataram das críticas do empresariado ao presidente, destacou-se da fala do empresário Mario Bernardini, especialmente as expressões “alheamento da realidade” e “leitura alienada da realidade”. A palavra “alienada” foi, por exemplo, reproduzida duas vezes no dia 23, em uma reportagem intitulada “Discurso de FHC é leitura alienada, diz empresário”. Já “alheamento” foi reproduzida três vezes, na capa e em outras duas reportagens diferentes, e reapareceu no dia 24, no primeiro editorial da página, cujo título – “Fantasia oficial” – aparece ao lado esquerdo da charge “O alienígena”. Já o termo “Faz-de-conta”, título da seção *Frases*, encabeça mais uma fala de Mario Bernardini, estampada na mesma página em que foram publicados a charge e o referido editorial<sup>xxiii</sup>.

É notória a articulação e a disposição, pelo jornal, desse conjunto de assertivas em torno da construção da imagem de um presidente alheio e distante. Embora este seja um dos aspectos da crítica do empresariado dirigida ao presidente, ele não resume as insatisfações levadas a Brasília pela “caravana” de três mil empresários que se queixaram, principalmente, da morosidade nas reformas do Estado, além de reivindicações como a diminuição da taxa de juros e o maior controle da dívida pública por parte do governo<sup>xxiv</sup>.

“O alienígena” constituiu, portanto, mais um entre os diversos enunciados erigidos pelo periódico para a construção de uma ideia específica sobre o comportamento presidencial. Tal ideia foi, inclusive, inspirada em uma única fala dentre os clamores dos industriais junto a Cardoso. Constata-se, assim, o destaque e a amplificação do enunciado de um ator político específico, a de um empresário somente, dentre os três mil que, segundo a reportagem, participaram do evento.

A ideia de distanciamento do presidente, devido ao seu “alheamento da realidade”, esteve, portanto, presente em todas essas reportagens. Desse modo, constituíram-se na linguagem política disponível para a elaboração da crônica de Angeli sobre os fatos. Assim, as incandescentes ruínas da Esplanada dos Ministérios e do Congresso Nacional podem significar tanto a infidelidade dos partidos aliados – que dispararam seu “fogo amigo” contra o governo e fizeram ruir a base governista, incendiando as votações no Legislativo –, quanto as inflexões entre o presidente e seus ministros a respeito da maneira mais apropriada de se conduzir as votações das reformas do Estado e sobre como proceder para a arregimentação da maioria governista necessária<sup>xxv</sup>.

É nesse contexto que se realiza a intervenção do artista no debate político. Esta pode ser investigada de maneira a apreender a singularidade da crítica proferida pelo desenhista. Enquanto crônica jornalística do cotidiano da prática política do país, sua charge inscreve e situa a opinião do jornal e do chargista na discussão pública. O que torna específica a voz do desenhista, no enredo da polifonia intrínseca às linguagens erigidas em tais veículos de informação, é a linguagem a que ele recorre para a construção da sua *performance*<sup>xxvi</sup>.

Remeter-se aos inglórios esforços do governo para aprovar a PEC sobre a Reforma da Previdência foi a estratégia do periódico para enfatizar a infidelidade da base governista e talvez, com isso, pressioná-la. Por sua vez, o diagnóstico acerca do alheamento de Cardoso frente à sua realidade política foi pinçado em apenas uma opinião. É nesse contexto que Angeli, ao mesmo tempo em que sintetiza o discurso político do jornal, demarca a distância entre o governo Fernando Henrique Cardoso e a coligação que lhe dá sustentação política.

### **Considerações finais**

Assim, entendemos que as pesquisas sobre a história política e social do Brasil republicano podem valer-se dos encontros entre as abordagens propostas por Reinhart Koselleck e John. H. G. Pocock. A contribuição das abordagens contextualistas praticadas neste amplo campo epistemológico que vem sendo chamado de “virada linguística” – expressão ainda longe de possuir um significado unívoco em meio a assim chamada “crise dos paradigmas” – que atualmente suscita profícuos debates na historiografia e, destarte, vem ganhando espaço na história da historiografia brasileira.

---

<sup>i</sup> JASMIM, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João. “História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual”. In: \_\_\_\_\_. (orgs.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Edições Loyola/IUPERJ, 2006, pp. 9-38, p. 19.

<sup>ii</sup> POCOOCK, John. G. H; MICELI, Sérgio (Orgs.). *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2003. (Clássicos 25). p. 27-28.

- <sup>iii</sup> JASMIM, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João. “História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual”. In: \_\_\_\_\_. (orgs.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Edições Loyola/IUPERJ, 2006, pp. 9-38, p. 23.
- <sup>iv</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Revisão César Benjamim. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006, p. 104.
- <sup>v</sup> TANAGINO, Pedro I. D. “O contexto de emergência da AIB: os dilemas da modernidade e as representações de ‘crise’ e ‘reconstrução’”. In: \_\_\_\_\_. “*É Preciso Crer*”: Contribuição para uma história do conceito de Homem Integral segundo a doutrina de Plínio Salgado (1932-1937). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013, p. 30-85.
- <sup>vi</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Revisão César Benjamim. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006, p. 35.
- <sup>vii</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Revisão César Benjamim. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006, p. 326.
- <sup>viii</sup> SPRINGBORG, Patricia. “Algunas premissas de la historia de los conceptos (Begriffsgeschichte). Modernidad e consciencia histórica”. Traducción Nerea Aresti. *Historia Contemporánea*, 27, 2003, pp. 465-504, p. 468.
- <sup>ix</sup> KOSELLECK, Reinhart. “Uma resposta aos comentários sobre o Geschichtliche Grudbegriffe”. Tradução de Janaína Oliveira e Marcelo Gantus Jasmim. In: JASMIM, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João. (orgs.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Edições Loyola/IUPERJ, 2006, pp. 97-109, p. 99.
- <sup>x</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Revisão César Benjamim. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006, p. 325.
- <sup>xi</sup> PINTO, António Costa. “Fascism: a ‘revolutionary right’ in interwar Europe”. In: ATKIN, Nicholas; BIDDISS, Michael. *Themes in modern European history, 1890-1945*. Nova York: Routledge, 2009, p. 218.
- <sup>xii</sup> SALGADO, Plínio. “Psicologia da Revolução”. In: \_\_\_\_\_. *Obras Completas*. São Paulo: Editora das Américas, 1955, v.7, pp. 21-180, p. 9.
- <sup>xiii</sup> SALGADO, Plínio. “Psicologia da Revolução”. In: \_\_\_\_\_. *Obras Completas*. São Paulo: Editora das Américas, 1955, v.7, pp. 21-180, p. 14.
- <sup>xiv</sup> SALGADO, Plínio. “Psicologia da Revolução”. In: \_\_\_\_\_. *Obras Completas*. São Paulo: Editora das Américas, 1955, v.7, pp. 21-180, p. 14.
- <sup>xv</sup> SPRINGBORG, Patricia. “Algunas premissas de la historia de los conceptos (Begriffsgeschichte). Modernidad e consciencia histórica”. Traducción Nerea Aresti. *Historia Contemporánea*, 27, 2003, pp. 465-504, p. 470.
- <sup>xvi</sup> SPRINGBORG, Patricia. “Algunas premissas de la historia de los conceptos (Begriffsgeschichte). Modernidad e consciencia histórica”. Traducción Nerea Aresti. *Historia Contemporánea*, 27, 2003, pp. 465-504, p. 476.
- <sup>xvii</sup> ANGELI, O alienígena. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 maio 1996. Disponível em: <[http://www2.uol.com.br/angeli/fhc/foto\\_1996.htm?imagem=14&total=34](http://www2.uol.com.br/angeli/fhc/foto_1996.htm?imagem=14&total=34)>. Acesso em: 03 maio 2010.
- <sup>xviii</sup> GOMBRICH, Ernest Hans. “O arsenal do caricaturista”. In: \_\_\_\_\_. *Meditações sobre um cavaleiro de pau*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 127-142.
- <sup>xix</sup> MADUENO, Denise, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 maio 1996. Primeiro Caderno, p. 1-10.
- <sup>xx</sup> SEIDL, Antonio Carlos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 maio 1996. Primeiro Caderno, p. 1-5. Grifos meus.
- <sup>xxi</sup> Idem.
- <sup>xxii</sup> GENUÍNO, José. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 maio 1996. Primeiro Caderno, p. 1-3. Grifos meus.
- <sup>xxiii</sup> *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 e 24 maio 1996. Primeiro caderno.
- <sup>xxiv</sup> *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 maio 1996. p. 1-1.
- <sup>xxv</sup> reportagem
- <sup>xxvi</sup> POCOCK, John. G. H; MICELI, Sérgio (Orgs.). *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2003. p. 38.

## *A Noite dos Desesperados* sob a ótica de Alexander McQueen

Márcia Mendonça <sup>1</sup>

Resumo: O presente artigo é resultado de uma pesquisa na qual procurou-se estabelecer a interface entre a coleção de primavera, de 2004, assinada pelo estilista Alexander McQueen, inspirada no filme *They shoot horses, don't they?*, que no Brasil recebeu o título de *A Noite dos Desesperados*. A análise se utiliza de conceitos presentes na Cultura Política e na História Cultural, de forma a assinalar a estreita relação entre os discursos presentes no filme, na moda, na corporeidade e no poder.

Palavras-chaves: McQueen, filme, moda.

Abstract: The present article results from a research in which an attempt was made to the interface between the spring collection, of 2004, signed by the stylist Alexander McQueen, inspired in the movie *They shoot horses, don't they?*, that in Brazil received the title of “The Night of the Desperate”. The analysis use concepts present in the Political Culture and in the Cultural History, marking the close relation between the speeches present in the movie, the fashion, the corporeity and in the power.

Keywords: McQueen, movie, fashion.

---

<sup>1</sup> Márcia Helena de Mendonça. Mestre em Artes Visuais pela Escola de Belas Artes – EBA/UFMG. Orientador: José Tavares de Barros. Graduada em História/UFMG e Comunicação Social/FAFI BH. No momento preparando projeto para doutorado. Marcia E-mail: marciahmendonca@yahoo.com.br

Pensar a cultura política é tratar dos elementos simbólicos da adesão e/ou recusa a determinados projetos de poder e autoridade no campo político. Mas é, sobretudo, perceber a política como uma visão de mundo, expressa na fala, na ação, na vestimenta, no corpo, por meio de símbolos, gestos, imagens, oferecendo formas semelhantes de enxergar o mundo ao redor, interpretando-o e nele atuando. Decifrar a realidade do passado por meio de representações, reconstruir o não vivido e o não visto a partir de registros, imagens, traços, vestígios e fragmentos de outro tempo é uma das propostas da História Cultural. Por mais complexo que se revele o passado ou um evento, cabe ao historiador desvendar e interpretar o que pertence ao imaginário de uma época, ou seja, seus códigos, símbolos, significados e ideologias, para reconstruí-los e ressignificá-los. Por meio de conceitos dessas duas vertentes, interpretaremos e analisaremos a interface entre imagem, moda, corporeidade e poder.

Alexander McQueen possui uma trajetória marcada por uma visão livre, autoral e conceitual que se refletia nas suas coleções por meio de temáticas sempre instigantes, trazendo à tona a complexidade do corpo humano, ao mesmo tempo em que procurou subverter e demolir, com a mesma rebeldia, silhuetas, formas e estruturas sacralizadas em desfiles celebrados pela crítica especializada, pela mídia e pelo público. A moda por si só não bastava para McQueen, e o designer foi buscar na arte, na tecnologia, no teatro, no circo, no cinema, entre outras linguagens, formas de transformar suas roupas e desfiles em questionamentos muitas vezes incômodos, como fez com os anônimos em seu desfile inspirado no filme *A Noite dos Desesperados*, de Sydney Pollack.

Adepto do desfile – espetáculo, resultante de uma arte performática híbrida, não vinculada aos aspectos comerciais da indústria da moda, e que não raro encerrava os eventos com finais explosivos, poéticos ou dramáticos –, McQueen surpreendeu a todos no ano de 1999, ao apresentar, no desfile de primavera, uma modelo girando lentamente, como se estivesse numa caixinha de música, em um palco circular, enquanto duas pistolas de pintura robotizada alvejavam o vestido branco com tintas amarela e preta. No desfile de outono, o designer eliminou as modelos substituindo-as por manequins de plástico. A jovem Aimee Mullins, então com 23 anos, apresentou-se no desfile com próteses em suas pernas amputadas, e o estilista novamente surpreende com a abordagem de uma análise corporal que vem ganhando cada vez mais espaço na contemporaneidade, como assinala Nízia Villaça (2014, p. 37):

Assistimos à multiplicação e à mutação do corpo em paradoxais metáforas identitárias que, ora levam a moda enquanto prótese corporal aos limites da desconstrução de uma imagem, ora atuam sobre o próprio corpo por meio de toda sorte de artifícios, ora produzem virtualizações por meio da tecnociência, exigindo mesmo um repensar dos padrões éticos.

O estilista inglês Alexander McQueen, falecido em fevereiro de 2010, apresentou, em 2004, sua coleção de verão em Paris, inspirada no filme *They shoot horses, don't they?* (*Eles atiram em cavalos, não atiram?* – tradução livre), produção de 1969, assinada pelo diretor norte-americano Sydney Pollack, que se baseou na obra homônima do escritor e jornalista estadunidense Horace McCoy, publicado em 1935. Lançado no início da década de 1970 no Brasil, o filme recebeu o título de *A Noite dos Desesperados*, tornando-se sucesso de público e de crítica.

A história tem como cenário a Grande Depressão de 1929, considerada uma das maiores crises do capitalismo do século XX. Com o *crash* da Bolsa de Valores de Nova York, todos os sonhos desabaram em 24 de outubro daquele ano, a famosa Quinta-feira Negra, quando as ações caíram vertiginosamente e fortunas acumuladas ruíram literalmente da noite para o dia. Milhares de pessoas perderam seu patrimônio e a recessão atingiu todos os setores da economia dos Estados Unidos, dando origem a uma depressão antes nunca vista, expressa pelos altos índices de desemprego, pela fome e pela miséria espalhados no país.

Com a bancarrota da economia americana, os desempregados passaram a perambular pelos quatro cantos da América sem qualquer perspectiva de vida e de trabalho, sujeitando-se a todo tipo de atividade, por mais degradante que fosse. Somente entre os anos de 1929 e de 1933, a cidade de Nova York registrou número altíssimo de suicídios, haja vista a falência de inúmeras empresas e o desespero de pequenos e médios aplicadores da bolsa.

*A Noite dos Desesperados* é ambientado em um concurso de dança, e os casais inscritos, vindos de várias cidades do interior dos Estados Unidos, tinham de cumprir a sinistra tarefa de passar horas, dias e noites dançando, com direito a pequenos intervalos interrompidos pelo toque de uma sirene que os fazia retornar ao salão. Exauridos pela dor e pelo cansaço, os casais tinham ainda de participar de uma maratona que mais se assemelhava a uma corrida de cavalos, e a dupla que chegasse por último seria desclassificada.

Do outro lado do salão, o jogo sórdido e cruel de torcedores que apostavam nos casais de sua preferência, enquanto que nem mesmo a morte de um maratonista que disputava a corrida fora o suficiente para deter o desumano evento. A eliminação do concorrente era vista como fato comum, banal. Os casais que não possuíam patrocinadores viam suas roupas se decompondo e puindo, enquanto os que recebiam patrocínio de algumas poucas empresas existentes eram obrigados a usar uniformes, carregando anúncios e números nas costas. Um lúgubre salão de baile, típico da década de 1920, com arquibancadas, luzes e torcidas organizadas, em muito se assemelhava às arenas dos

circos romanos ou dos atuais *reality shows*, alardeados pela mídia como simples produto por meio da absoluta falta de ética e do respeito ao ser humano.

O sonho de chegar aos estúdios de Hollywood pelas mãos de falsos produtores e o cobiçado prêmio de US\$ 1 mil acabaram se transformando na atitude resignada dos participantes em comer de graça durante o concurso. No filme, a dança e a maratona simbolizam um microcosmo no qual as representações da vida e dos dramas pessoais de seus diferentes personagens misturam-se e atritam-se num cenário onde imperam a sordidez, a degradação humana, a lei do *mais forte e do mais competente*, como ditam as regras vigentes do mercado. Não eram pessoas que se lançavam à humilhante maratona, e sim cavalos disputando um *derby*.

Com coreografia assinada por Michael Clark, o designer Alexander McQueen fez uma releitura do filme usando modelos e bailarinos que alternavam números de dança e de maratona ao som da orquestra de Duke Ellington e das *big bands* de Tommy Dorsey e Benny Goodman. A coleção foi considerada, por críticos e especialistas de moda, como a mais criativa das últimas temporadas daquela época, pois o estilista souber representar, de forma lúdica, sombria, contundente e política um dos períodos mais dramáticos do século XX no Ocidente. No desfile que teve como cenário o Salle Wagram, um decadente salão parisiense do século XIX, modelos se apresentavam com capas de cetim nas cores cinza e preto, vestidos de *chiffon* e de seda, saias e boleros em estilo anos de 1930, misturados aos *tops* atléticos e roupas com estampas de números, típicas dos maratonistas. Ao final, os corpos dos modelos eram tomados pela fadiga, mais parecendo seres sem vida, exauridos pela dor, pela humilhação e pelo prolongado esforço físico.

O foco dessa cruel história está centrado nos personagens Gloria Beatty e Robert Syverton, interpretados, respectivamente, por Jane Fonda e Michael Sarrazin. Gloria é a jovem destrutiva e desiludida, e Robert, o frágil e ingênuo rapaz. Ambos caminham para o desfecho trágico que nos remete ao início do filme e ao seu título original *Eles atiram em cavalos, não atiram?*

O concurso de dança e a maratona expressam a realidade bruta, excludente e banalizada, cada vez mais presente nos dias atuais, principalmente por meio da difusão da ideologia neoliberal, que seleciona os mais “capazes” e “competentes” por meio de critérios meramente técnicos. O filme nos permite fazer inúmeras analogias, tanto no que diz respeito à contemporaneidade, sob a égide dos interesses capitalistas e, conseqüentemente, excludentes, seja pela relação entre o concurso de dança e a luta de gladiadores na Roma antiga, na qual a espetacularização da violência e a eliminação dos mais “fracos” era regra a ser seguida. Regra ou condição que os *reality shows* colocam de forma aviltante e aética, como a condição daqueles que disputam um lugar ao sol. É

ainda uma crítica ácida ao universo *fashion*, no qual o lucro, o marketing e a comercialização das mercadorias se sobrepõem, na maioria das vezes, à criação, e nesse sentido, por meio de uma narrativa multissignificativa de uma coreografia e música que sustentam o discurso político, o desfile de McQueen empreende uma discussão abrangente, extremamente pertinente no campo da moda, na contemporaneidade, como analisa Villaça (2014, p. 141-142):

Numa avaliação da moda e do pós-modernismo, Wilson caracteriza a explicação pós-moderna como uma combinação de fragmentação e identidade, de superfícies e expressão teatral da experiência alucinatória do mundo contemporâneo (...) A moda passa a funcionar como um fórum de debates em torno das questões do belo, do verdadeiro e do bem, expressando ambiguidades e a desestabilização desses lugares no contemporâneo (...) O que se quer acentuar é que a moda ultrapassa os limites do mundo *fashion*, constituindo-se como tecnologia específica de formação do *self*, de construção do corpo, não se restringindo a refletir o sistema capitalista de distribuição, produção e consumo (...) Corpos e roupas existem de forma simbiótica. As roupas são energizadas por aqueles que as vestem, bem como os corpos são atualizados pelas roupas que vestem. Aprendendo essa interdependência, a moda pode ser considerada como uma elaborada técnica corporal por meio da qual uma série de declarações pessoais e sociais são passíveis de serem articuladas.

Ao reconstruir figurinos e cenários ambientados em 1929, o estilista nos conduz ao imaginário daquela época por meio de uma representação e narrativa que abarcam a dimensão política e cultural. Faz-nos refletir sobre o corpo enquanto espaço de experimentação, de luta, de resistência, de aprisionamento e de poder. A moda é a linguagem, a expressão que traduz essa representação. No desfile, a degradação moral e a corporeidade são indissociáveis. Corpos disciplinados, fatigados, território para inúmeras investigações e subjetividades, corpos que dialogam com a absoluta falta de ética, denunciando a violência e a miséria humana. Ao afirmar que “em qualquer sociedade o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações”, Foucault (2004, p. 126) mostra como micropoderes perpassam por todo o corpo social, provocando transformações e modificações no comportamento dos indivíduos. No contexto da Depressão de 1929, e mais especificamente no filme de Pollack, o último bem, o corpo, tornou-se mercadoria para o desfrute por parte do outro, e para deleite do público que acompanhava, com avidez, ao concurso de dança e a maratona.

As representações feitas por McQueen, mostram o quanto o cinema e a moda nos fornecem *chaves* para revelar e desvendar ligações entre passado e presente. Mais, o quanto ambos são portadores de simbolismos, ressignificações e memória. Nesse sentido, pensar a cultura política é pensar também na memória, na sua importância. As representações do passado, vistas ou interpretadas nos campos da historiografia, da moda, da literatura, do cinema, entre outros, colocam-se no centro das culturas políticas, como analisa a historiadora Eliana Dutra (2002, p. 27):



Colocadas na encruzilhada das representações coletivas do passado, do presente e do futuro, as culturas políticas são também codificadas e transmitidas pela memória. Assim, a invenção dos lugares de memória; as políticas de conservação de patrimônio; as culturas de museu e suas estratégias de utilidade; os ritos de comemoração e de inauguração; os jubileus; os monumentos, as representações do passado na historiografia, na literatura e no cinema; colocam-se, no nosso entender, no canto das problemáticas de criação, consolidação, difusão e cristalização das culturas políticas.

O desfile de Alexander McQueen nos leva a pensar na moda enquanto um exercício de alteridade e enquanto possibilidade de crítica, reflexão, ética e transformação, numa tradução historicizada e socializada. Faz-nos pensar, mais especificamente, no seu diálogo com o filme, na experiência histórica de indivíduos anônimos, no mundo dos sonhos, das ilusões e dos desejos perdidos, nos limites entre a dignidade e o instinto de sobrevivência do ser humano, e no quanto é difícil, ou até mesmo impossível, separar o real do imaginário.

## Referências

AUMONT, Jacques. *A estética do filme*. São Paulo: Ed. Papyrus, 2008.

\_\_\_\_\_. *O olho interminável*. São Paulo: Ed. Cosac Naify, 2004

CASTILHO, Kathia; GALVÃO, Diana (org.). *A moda do corpo o corpo da moda*. São Paulo: Ed. Esfera, 2004.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1988.

DUGGAN, Ginger Gregg. *O maior espetáculo da terra: os desfiles de moda contemporâneos e sua relação com a arte performática*. In: *Fashion Theory – A Revista da Moda, Corpo e Cultura*. São Paulo: Anhembi Morumbi, v. I, n. 2, 2002.

DUTRA, Eliana R. De Freitas. *Historia e Culturas Políticas: definições, usos, genealogias*. *Varia História*, n. 28, dezembro 2002.

FOUCAULT, Michel. *Os corpos dóceis: Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A História Política e o conceito de cultura política*. In: *Anais do X Encontro Regional de História*. Mariana, 1996.

\_\_\_\_\_. (org.). *Culturas políticas na historia: novos estudos*. Belo Horizonte: Argymentvm, 2009.

MESQUITA, Cristiane. *Moda Contemporânea: quatro ou cinco conexões possíveis*. São Paulo: Ed. Anhembi Morumbi, 2004.

METZ, Christian. *A significação no cinema*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1977.

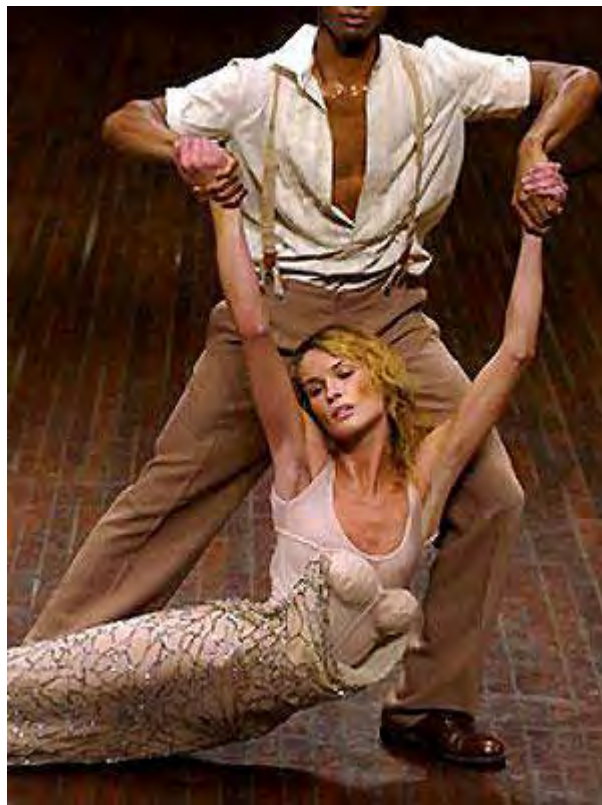
PARKER, Selwyn. *O crash de 29: As lições que ficaram na Grande Depressão*. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2003.

VILLAÇA, Nízia. *Em nome do corpo*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2014.



Alexander McQueen (19XX-20XX)



Atores



**Relações Autoritárias ao longo da História:  
a influência do regime militar na cultura política do município de Duque de Caxias/RJ.**

**Marcio Eduardo Brotto.**  
**Professor do Departamento de Serviço Social.**  
**Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.**  
**Contato: meb.brotto@uol.com.br**

Resumo: O estudo pretende refletir sobre as influências do regime militar na conformação de uma cultura política autoritária e centralizadora no município de Duque de Caxias/RJ que, neste período, tornou-se área de segurança nacional, sofrendo intervenções militares que redefiniram as correlações de força estabelecidas entre grupos políticos locais. Busca sinalizar, novas formas de uso da força na região, que dão origem a grupos de extermínios, as milícias e aos grupos paramilitares. Permite ainda, reconhecer que, na transição para redemocratização, o medo, é um elemento de manutenção do poder, materializado em “redutos eleitorais” e perpetuado através de práticas políticas assistencialistas e clientelistas.

Palavras-chave: Cultura Política, Ditadura, Estado, Poder Local.

Abstract: The study aims to reflect on the influences of the military regime in establishing a centralized and authoritarian political culture in the municipality of Duque de Caxias / RJ, in this period, it became the national security area, suffering military interventions that have redefined correlations force established between local political groups. Search signaling, new forms of use of force in the region, giving rise to vigilante groups, militias and paramilitary groups. Lets also recognize that the transition to democracy, fear is an element of maintaining power, embodied in "bailiwicks" and perpetuated through political patronage and welfare practices.

Keywords: Political Culture, Dictatorship, State, Local Government.

**I) Introdução:**

Refletir sobre uma estrutura local e a conformação dos processos que consolidam particularidades da cultura política e do poder local, coloca como imperativo a necessidade de reconhecer a dinâmica de sua organização e os elementos que confluem para avanço de determinadas características históricas e recorrentemente presentes.

As primeiras intervenções políticas, em Duque de Caxias, ocorrem no período de 1944 a 1947, estando o poder político local vinculado às condutas e diretrizes da esfera estadual, sob a influência do governo de Amaral Peixoto, que influenciava a disputa pelo poder local na busca de consolidar as concepções e diretrizes populistas defendidas pelas correntes “amaralista” e varguista. Uma das características marcantes desse período é a grande rotatividade de interventores indicados para o comando do Poder Executivo Municipal, demonstrando a instabilidade de algumas alianças e a presença de uma oposição marcante.

Torna-se possível observar que apesar da democratização ter se iniciado em 1945, com o fim do Estado Novo, as influências do populismo e do getulismo mantiveram-se vigentes no cenário político estadual e local. Isso fez com que, somente, em 1947 a cidade de Duque de Caxias pudesse eleger, pela primeira vez, através do voto direto, seu prefeito. Ainda assim, acabou eleito o já interventor Gastão Reis, expressão da influência amaralista e varguista que se mantinha na localidade até a ocorrência do golpe de 1964, quando uma nova correlação de forças, passa a ter vez, com governantes indicados ou mantidos no poder pelo regime militar.

Desta forma, o crescimento regional e local, inicialmente desordenado, introduz novas perspectivas e mudanças na forma de operar a política local que, se não rompem com práticas políticas anteriores - como as de cunho coronelista, passam a referendar a legitimação de outras a partir de relações estabelecidas com as massas urbanas. Entretanto, torna-se importante enfatizar que essas relações e as forças políticas vinculadas a elas, utilizaram-se do “favor” e da violência como mecanismos de barganha e manutenção no controle do mando local - o que ainda se perpetua na atualidade.

A partir do período da ditadura militar (1964-1985), novas formas de uso da força se estabeleceram na região, surgindo grupos de extermínios, com destaque para o denominado “Mão Branca”, que atuou em diversas áreas da baixada fluminense no decorrer dos anos de 1980, e para as milícias, grupos paramilitares que passaram atuar, principalmente, a partir da década de 1990. Consequentemente, a evolução política da baixada fluminense e de Duque de Caxias é marcada pela implantação de uma cultura política do medo sustentada pela manutenção de práticas pautadas no uso da ameaça, da força física e, até mesmo, do extermínio como parte do jogo político local.

Essa cultura influi na formulação e reconhecimento da própria história do município, uma vez que são raros os estudos que se aprofundam sobre a questão, ou que vão tão longe, ao ponto de identificar os “poderosos” locais responsáveis por essas práticas.

## **II) Relações Autoritárias e as marcas da cultura do medo: expressões políticas e a influência militar:**

No cenário de desenvolvimento político de Duque de Caxias, juntamente com a influência de intervenções militares, dois atores políticos ganham relevância e expressão na trajetória autoritária, de uso da força e do medo como estratégias de controle e manutenção no poder, são eles: Tenório Cavalcanti e “Zito”.

A figura de Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque, também conhecido como “*O Homem da Capa Preta*”, ganha importante destaque após o processo de emancipação política de Duque de Caxias, configurando-se como um ícone, detentor de perfil autoritário, que faz uso, e dá visibilidade, a violência como mecanismo para proteger seu povo, que passa a considerá-lo o defensor das classes oprimidas, na Duque de Caxias, dos anos de 1960.

A mitificação política de Tenório Cavalcanti decorre de sua trajetória política na Baixada Fluminense, sendo Duque de Caxias seu reduto político e local de ampliação do poder. Colaborou nesse processo a adesão significativa da população, resultado do papel que Tenório Cavalcanti exerceu como facilitador da migração de conterrâneos nordestinos, que passaram a constituir sua base eleitoral. Principal opositor do amaralismo e das influências varguistas na região, Tenório Cavalcanti realizava discursos contundentes sobre os períodos de intervenção política, que ele classificava como uma invasão de “estrangeiros”.

A violência fazia parte da vida de Tenório e da cidade que dizia defender. Sua história pessoal também era impressionante: um nordestino que saiu do interior de Alagoas após assassinar o matador de seu pai, chegando à Baixada Fluminense, onde passa a vivenciar os confrontos da luta armada pela posse de terra das fazendas onde era administrador (capataz). Por outro lado, consolidou um legado político marcado por disputas de poder.

A intimidade com a violência ganha destaque, anos antes de assumir o executivo municipal de Duque de Caxias, quando, na posição de deputado estadual pela União Democrática Nacional (UDN), passa a enfrentar diretamente seus inimigos políticos no Estado do Rio de Janeiro. Como reflexo, a disputa leva a realização de “sessões fantasmas” na Assembleia Legislativa, decorrentes de constantes tiroteios com seus adversários e inimigos políticos. A partir desses episódios, e com licença especial dada pelo chefe militar da revolução de 1930, o general Pedro Aurélio de Góes Monteiro (1889-1956), passa a ser o primeiro parlamentar a transitar com armamento pesado: uma submetralhadora “MP-40”, de fabricação alemã, apelidada de “Lurdinha”, que era acomodada junto ao colete a prova de balas, por debaixo da capa preta que passa a utilizar.

Daí decorre a adjetivação a sua referência pessoal, através da qual,

a capa preta que o cobre não representa um hábito comum ou um bom gosto. Acoberta a arma que o garante na sua integridade física. Mas que país é este em que um representante da nação tem que contar consigo próprio para poder lutar em nome daqueles que, embora humildes, são a própria seiva da nacionalidade (LUTA DEMOCRÁTICA, 01/05/1954, 07 apud SOUZA e SILVA, 2006, p.10).

Sua imagem destaca-se por ter sido construída a partir de práticas que legitimavam a criminalidade, a coerção e a violência como modo de operar as condutas e práticas políticas. Por essas características, agregou adjetivações, inclusive positivas, sendo considerado “o corajoso”, aquele que diante das situações vividas possuía “*corpo fechado*”. Nesse sentido, foi construída a imagem de um Tenório justiceiro e, conseqüentemente, defensor dos interesses da população, capaz de se expor e de se sacrificar por uma população carente e oprimida em um cenário social marcado pelo poder do mando e da cultura do medo.

A fama de pistoleiro ágil e valente fez de Tenório uma figura popular, detentora da gratidão da população que o exaltava como aquele que “mata, mas faz”, ou mesmo, como o que “faz porque mata” (BELOCH, 1986). A imagem de homem popular decorreu, em grande parte, da adesão de Tenório ao clientelismo como método de fazer política e, dessa forma, meio para ampliação de votos que possibilitaram a sua ascensão política.

Certo de que esta prática lhe concedia respaldo, Tenório chegou a organizar um escritório que ganhou o apelido de “Fortaleza”, localizado na parte superior da garagem de sua residência, onde trabalhava uma equipe de trinta (30) atendentes e três (03) secretários, que organizavam o atendimento às demandas da população. Com esta estrutura, implanta um sistema capaz de

*[...] cultivar a estima e simpatia de grande parte da população do município. Atende a todos, dá remédios, dinheiro, roupas aos necessitados. Manda os pobres comprarem gêneros nos armazéns e marcarem a despesa na conta dele. Arruma emprego para os que pedem, e não hesita em admitir como empregado um “cabra” que chegou das caatingas do Norte, desde que seja leal e ligeiro no gatilho (LUTA DEMOCRÁTICA, 1954, 11; In: SOUZA e SILVA, 2006, p. 19).*

A trajetória de Tenório Cavalcanti é amplamente demarcada pelo clientelismo e pela constituição de práticas e redes sociais pautadas em laços de amizade, lealdade, patronagem, proximidade e/ou parentesco que, decorrentes de vinculações por deferência, dependência ou reciprocidade, conferem caráter assistencialista e personalista a sua política.

Essas estratégias, ainda perceptíveis na realidade contemporânea de Duque de Caxias, buscam promover a manutenção da vinculação pessoal dos representantes políticos às localidades que representam. Dessa forma, os membros da elite política promovem uma



intervenção focal e seletiva nas mazelas sociais existentes, buscando, assim, criar o seu “legado”, e obter a aprovação da população em pleitos locais. Ao mesmo tempo, reproduzem-se formas de atuação pautadas em práticas que não aderem a uma cultura política democrática. Ao contrário, legitima-se a manutenção do *status quo*, do poder daqueles que se consideram donos de território e de populações inteiras, resgatando posturas que podem ser comparadas às utilizadas no período anterior ao da emancipação, com o uso da força e do mando.

É nesse contexto, portanto, que a atuação de Tenório pode ser melhor compreendida. Para ampliar a sua popularidade na camada popular fluminense e carioca, bem como dar visibilidade as suas ações políticas, de caráter clientelista e assistencialista, ele cria, em fevereiro de 1954, o jornal “Luta Democrática”, que funcionava como veículo de propagação de sua imagem pessoal e das relações políticas em que estava conjunturalmente envolvido, onde denunciava o governo estadual por abuso de poder, corrupção, favorecimentos pessoais e privatização do espaço público. Além disso, o jornal funcionava como uma tribuna para que o próprio Tenório pudesse se justificar das acusações que recebia.

O Luta Democrática também demonstrava não haver qualquer receio, por parte do político, na veiculação de fatos correlacionando política e violência, chegando, inclusive, a publicar diariamente um conjunto de charges intitulado “*Vida, Paixão e Drama de Tenório*”, onde apresentava, em forma de versos e de prosas, visões sobre as armadilhas e atentados que o “levavam” Tenório a fazer uso da violência, como forma de lutar pela garantia de liberdade e contra a opressão vivida pela população.

Essa visão era reforçada pela conjuntura local dos anos de 1950 e 1960, época na qual proliferaram pistoleiros e grupos de extermínio em Duque de Caxias, muitos destes organizados diretamente por segmentos da polícia local. As candidaturas políticas eram disputadas à bala e o voto influenciado pelo medo e pelas ameaças de perseguição à oposição ao projeto amaralista, na época representada pela União Democrática Nacional (UDN). Dessa forma, apoiar Tenório Cavalcanti, direta ou indiretamente, significava um risco de morte e de perseguição, mas, também, uma proteção, principalmente para os migrantes recém-chegados à cidade que

[...] procuravam, desde logo, adotar um sobrenome que seja ou Tenório, ou Cavalcanti, ou às vezes Tenório Cavalcanti [...]. Esses não são seus parentes e Tenório sequer os conhece. Só procedem desta maneira para formar cartaz (MOURA, 1951, s/p).

Politicamente, a partir dos anos de 1960, as vinculações e estratégias de Tenório começam a se modificar. Ganham destaque as novas vinculações partidárias, inicialmente no

Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e, logo em seguida (1961), no Partido Social Trabalhista (PST). As mudanças partidárias chamam a atenção, pois se o comunismo antes era considerado um inimigo a ser combatido, agora passa a ser um aliado.

Ampliando seus prestígio dentro e, até mesmo, fora do Estado do Rio de Janeiro, Tenório intentava, para além de toda a visibilidade e poder que ele havia conquistado, dominar o Executivo Regional – intuito que nunca foi alcançado. Tenório candidatou-se ao cargo de governador do extinto Estado da Guanabara, em 1960, mas foi derrotado por Carlos Lacerda (1960-1965), sofrendo novo revés em 1962, quando foi preterido por Badger da Silveira (1963-1964). De qualquer forma, às vésperas do golpe militar e da eclosão de uma revolta popular em Duque de Caxias que ficou conhecida como o “*Quebra-Quebra de 1962*”, Tenório conserva o seu mandato de deputado federal, conquistado, em grande parte, graças ao seu “peso político” na Baixada Fluminense.

Por seu turno, o golpe militar de 1964 representou para Tenório um duro golpe. Acabou tendo os seus direitos políticos cassados, graças à interferência direta do então deputado federal Antônio Carlos Magalhães (1927-2007), a quem já tinha ameaçado de morte em uma conturbada sessão do Legislativo nacional.

Com Tenório isolado pelo novo regime, Duque de Caxias sofreu nova intervenção, tornando-se uma “área de segurança nacional”, conforme disposto na Lei 5.449/68, que determinou que, nos municípios considerados como de “excepcional importância” para segurança nacional, os prefeitos não seriam mais eleitos, mas sim nomeados pelo Governador e homologados pelo presidente da República. A lógica de transformar a cidade em área de segurança justificava-se por ser considerada “uma área de forte influência trabalhista, com penetração comunista e que precisava de controle” (SOUZA, 1999, 27).

Vale ressaltar que esses movimentos de intervenção impactaram fortemente na estrutura local e, sobretudo, redefiniram as correlações de força estabelecidas entre grupos políticos em disputa, restringindo-se a perspectiva de ampliação da democracia, substituída pelo fortalecimento de uma cultura política autoritária e centralizadora. Assim, se antes da ditadura militar as práticas clientelistas determinavam o controle das atividades ilegais, por intermédio da nomeação de dirigentes em cargos estratégicos da Secretaria de Segurança Municipal, agora é a própria ditadura que passa a exercer diretamente esse controle, utilizando-se de mecanismos e práticas pautadas em uma “legalidade autoritária” (PEREIRA, 2010).

Nos anos de 1978 a 1981, em resposta à realidade política e social até então explicitada, eclodiram várias manifestações populares a favor do direito por eleições diretas e que passaram a denunciar a precariedade dos serviços públicos em Duque de Caxias.

Apesar de mudanças significativas, como o retorno, em 1984, das eleições diretas municipais, as características autoritária e clientelista da política caxiense perpetuam-se como se gravadas estivessem no imaginário e na representação da cidade. Esse quadro parece confirmar a afirmativa, feita anteriormente, de que por intermédio da cultura política perpetuam-se, por conjunturas políticas distintas, através de traços e fatos presentes em processos de longa duração, determinadas características em uma sociedade. Nesse sentido, uma cultura política de viés clientelista e autoritário sobrevive e assume novas configurações, influenciando e deformando o desenvolvimento de ações e projetos democratizadores estabelecidos pela Constituição de 1988.

O grande destaque político caxiense no período pós-ditadura militar está personificado na figura de José Camilo Zito dos Santos Filho – o Zito, cuja atuação é marcada pela manutenção de práticas que remontam a gestão de Tenório Cavalcanti, pautadas tanto no personalismo, quanto na revalorização do binômio: clientelismo e violência. Essas influências,

[...] ressurgiam, assim, como toda a sua capacidade de convencimento e imposição. A diferença entre o PSDB e a UDN de Tenório estava, contudo, no fato deste último ter sido um partido de oposição, embora conservador. Qualquer pessoa que visse as dezenas de outdoor espalhados por Caxias, tendo Fernando Henrique Cardoso, candidato do PSDB à Presidência da república, Marcelo Alencar, como candidato a governador e Zito a Deputado Estadual, abraçados, compreenderia a diferença (ALVES, 1998, p. 119).

Desta forma, Zito sempre foi comparado a Tenório Cavalcanti, isto é, como um nordestino (ele é de origem pernambucana), trabalhador e defensor da classe popular - mesmo que para isso tenha que se valer da força e da coerção. É possível perceber que essas são características muito valorizadas pela população local.

Nesse sentido, assim como ocorreu com Tenório Cavalcanti, Zito surge no cenário político com a imagem de “líder marginal” sendo considerado um homem grosseiro, intimidador e de poucas palavras, pouco destro para atuar no meio político; enfim, como aquele que “dava medo”, com “fama de matador”, o que era reforçado por suas características físicas de homem alto, forte e com cabelo sem corte. Como reflexo, no início de sua atuação, Zito encontrou dificuldades no relacionamento com os demais políticos que, apesar de considerá-lo um “peão”, logo se preocuparam com a relação de proximidade estabelecida entre Zito e a população, também composta de “peões” que se vestiam de forma simples.

Esses aspectos eram considerados ameaçadores para a disputa de votos em futuras eleições, sobretudo por que sua imagem ainda não estava atrelada a de político profissional.

Apesar de mudanças, ocorridas ao longo dos anos, para adequação de sua imagem pessoal à política tradicional, Zito foi sagaz o suficiente para manter o vínculo com a população local, recebendo a denominação de “Rei da Baixada”. (BARRETO, 2006). Mesmo reproduzindo características presentes na gestão de seus antecessores, o início de sua trajetória política ocorre no contexto nacional de debates sobre a redemocratização política do país, o que, em Duque de Caxias, levou a reivindicações de melhorias sociais no âmbito do município, caracterizadas da luta popular em cenários considerados como de segregação socioespacial, marcados pelo baixo poder econômico da grande maioria da população local, que tinham como reflexo a construção de moradias precárias em áreas abandonadas pelo poder público (LIMA, 1980)..

Diante das expressões de poder, que se estendia por alianças em escalas variadas, Zito trabalhou por fixar na memória popular o legado da família na região da Baixada Fluminense, sendo adotada para isso uma série de mudanças político-administrativas. Estas, ao invés de desenvolverem inovações na implementação de políticas sociais, colocam como prioridade o trato da imagem municipal, de forma a tentar “repaginar” a imagem da Baixada como local sujo, violento e com significativos bolsões de pobreza.

De modo geral, mantendo sua vinculação ao modo de fazer política local, a violência permanece presente, ganhando nova roupagem com a formação de quadrilhas acusadas de atuarem como milícias e grupos de extermínio, que dão origem ao que denominou na região de “*uma nova ditadura*”. Esses grupos, formados não só por policiais militares, mas também por fuzileiros navais e vereadores da região, realizam práticas criminosas relacionadas à agiotagem, apropriação indevida de propriedades; cobrança de taxas por serviços clandestinos de segurança; exploração da distribuição ilícita de sinal de TV a cabo, internet e jogos de azar; imposição da compra de cestas básicas por valores superfaturados; tráfico de armas de fogo, parcelamento irregular do solo urbano; prestação de serviços de transporte clandestino; e, dentre outras, a venda ilegal de botijões de gás.

Portanto, o clientelismo e o medo perpetuam-se como elementos da cultura local de Duque de Caxias, inibidores de práticas transparentes nas relações estabelecidas pelos atores sociais, sobretudo no contexto político.

### III) Considerações Finais:

Diante do exposto, as expressões no campo político caxiense remetem à constatação de que a história do município é marcada por relações conservadoras e autoritárias, expressas em diferentes formas. Contudo, para além das análises focadas em líderes locais, importa mais reconhecer, na permanência de certas práticas, a continuidade de traços determinantes da cultura política local, baseada no autoritarismo, centralização, clientelismo e, também, na violência e no medo. Conseqüentemente, as expressões de continuidade no campo político caxiense remetem à constatação de que a história do município é marcada por relações conservadoras e autoritárias, expressas em diferentes formas e perpetuadas mesmo após os signos ditatoriais e conservadores que marcam determinado período histórico de nosso país.

Nesse sentido, a prática da “troca de favores” é um elemento presente não só na relação entre políticos e a população desassistida, mas também entre políticos, gestores e demais atores locais. O uso do poder político e de gestão é utilizado para garantir a cooptação e a persuasão da população, evidenciando que os traços determinantes da cultura política local não impactam somente a esfera do “fazer política”, refletindo-se na realidade social e econômica de Duque de Caxias.

As abordagens sistematizadas, bem como as questões que suscitam, longe de serem conclusivas, revelam a necessidade de que novos estudos e aprofundamentos sobre as influências da ditadura e do regime militar, no fazer política. Superar as expressões conservadoras, ainda presentes, envolve a apreensão de seus conteúdos e a identificação de suas manifestações históricas, visto que apesar de mudanças as expressões da cultura política se reproduzem entre valores, normas e atitudes, que permeiam e integram conjunturas, determinando comportamentos, direções e diretrizes políticas da sociedade.

### IV) Referências Bibliográficas:

ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias/RJ: APPH; CLIO, 2003.

\_\_\_\_\_. *Baixada Fluminense: A Violência na construção do poder*. São Paulo, Departamento de Sociologia/USP, 1998. Tese de Doutorado.

BARRETO, Alessandra. *Cartografia política: as faces e fases da política na Baixada Fluminense*. PPGAS/Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Tese de Doutorado em Antropologia Social.

BELOCH, Israel. *Capa preta e lurdirinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

BRASIL. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD Brasil. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2010*. Disponível em <http://www.pnud.org.br/rdh/>. Acessado em 10 de abril de 2012.

CANTALEJO, Manoel Henrique de Sousa. *O Município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964-1985*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2008. Dissertação de Mestrado.

FARIAS, Luís Otávio. *Diagnóstico das condições socioeconômicas e de gestão pública dos municípios da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro/Brasília: MDS/SAGI/DAM, 2005.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FIRJAN. *Evento discute desenvolvimento da Baixada na FIRJAN em Duque de Caxias*. 2011. Disponível em <http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CEC370AE73C01370F725D911AF9.htm>. Acessado em 15 de maio de 2012.

\_\_\_\_\_. Comperj: potencial de desenvolvimento produtivo. *Estudos para Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro*. Nº 1. Rio de Janeiro FGV: 2008.

FERREIRA, Ivanete S. B. Assistência Social: os limites à efetivação do direito. *Katálysis*, nº 4, UFSC/CSE/DSS, Florianópolis: EDUFSC, 2000.

FORTES, Maria do Carmo Cavalcanti. *Tenório – O Homem e o Mito*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

MARQUES, Alexandre dos Santos. *Da Área de Segurança Nacional aos Governos Eleitos. Duque de Caxias 1971-2003*. Duque de Caxias, RJ: FEUDUC/CEMPEDUCH, 2003.

MONTEIRO, Linderval Augusto. *Retratos em Movimento: vida política, dinamismo popular e cidadania na Baixada Fluminense*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

MOURA, Getúlio de. *Discurso em Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro, 1951.

PANDOLFI, Dulce Chaves (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

PEREIRA, Antony W. *Ditadura e Repressão – o autoritarismo e o Estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

SILVA, Arlindo. *Memórias de Tenório Cavalcanti: segundo narrativa a Arlindo Silva*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1954.

SOUZA, Marlúcia Santos de. *Escavando o passado da cidade. Duque de Caxias e os projetos de poder político local: 1900-1964*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002. Dissertação de Mestrado.

\_\_\_\_\_. A Construção do poder Local em Duque de Caxias no período de 1943 – 1997. *Hidra de Igoassu – Caderno de textos de História Local e Regional da Baixada Fluminense*, ano I. Nº 1, 1999.

SOUZA E SILVA, Cláudio Araújo de. *O espaço de Tenório Cavalcanti no campo político do Rio de Janeiro*. PPCIS/UERJ, 2006.

## **A Liga eleitoral católica: projeto de poder político católico na Era Vargas**

Marco Antonio Baldin\*

**Resumo:** A LEC se tornou o braço forte das conquistas da Ação Católica no Brasil. Por ser um órgão de nível nacional e alimentar um objetivo de fomentar os interesses católicos na Constituição de 1934, serviu de ponte para negociações e projeções políticas muito além daquilo que deveria ser a religião: unir e dar sedimentação à comunidade cristã. Ao contrário, tornou-se partido político a serviço de partidos.

**Palavras-chave:** Igreja Católica, política partidária, cardeal Leme

### **The Catholic Electoral League: Catholic political power project in the Vargas Era**

**Abstract:** the Catholic Electoral League became the strong arm of the Catholic Action's achievements in Brazil. Because it was a nationwide organization which fostered the catholic interests in the 1934 Constitution, it was used as a means of political negotiations and projection, going beyond what religion should be about: uniting and consolidating the Catholic community. On the contrary, it became a political party at the service of parties.

**Key words:** Catholic Church, party politics, Cardinal Leme

O catolicismo político, encabeçado pelo cardeal Leme, materializou-se na constituição da Ação Católica que, por sua vez, viabilizou-se na organização da Liga Eleitoral Católica, um dos braços fortes da própria Ação Católica. Também, tornam-se explícitos os conflitos gerados daí envolvendo partidos políticos e a luta de fazer eleger o máximo de deputados favoráveis às reivindicações católicas. Não se trata de fazer um histórico do processo de construção da Liga Eleitoral Católica, mas fortalecer a ideia de que a Liga Eleitoral Católica se tornou o braço forte da intromissão do catolicismo na política partidária. Mais ainda, a Liga Eleitoral Católica se tornou uma espécie de partido, embora a hierarquia se esquivasse disso e declarasse que esta era uma forma de os adversários combaterem o catolicismo. Com o objetivo de intervir nas decisões programáticas dos partidos políticos tanto nacionais quanto estaduais, a LEC acabou sofrendo o mesmo efeito pelo qual foi criada, isto é, acabou sendo vítima de intrigas partidárias, divisões, constrangimentos, imoralidades. Os católicos desejavam modificar a Constituição de 1891, que, para eles, era prejudicial aos conceitos e às posições que a Igreja mantivera até então dentro da tradição histórica do país. A LEC deveria representar um avanço que há muito tempo a Igreja almejava vir na Constituição Brasileira, uma Lei com espírito cristão e, principalmente, uma ordem política católica não

como motor central do Estado, mas como órgão reconhecido juridicamente como parte constitutiva do Estado brasileiro.

Expondo-se às exigências que a LEC imprimira aos partidos políticos em termos de disposição tática que ela própria deveria se ver, os partidos deveriam declarar adesão à LEC antes de escolher seus respectivos candidatos<sup>1</sup>. Esta postura já indicava certa noção irreal da briga partidária no Brasil afora, cujos candidatos sempre estiveram, na época, atrelados a interesses dos grupos dominantes regionais que, por sua vez, encontravam-se embotados agora pela intenção de Vargas em querer centralizar em torno de si e da máquina governamental uma ordenação que lhe fosse favorável.

Dom Leme estava preocupado com o teor que a LEC deveria ter em termos de legalidade. Havia pedido a Sobral Pinto, assessor jurídico da Cúria do Rio de Janeiro, que examinasse pela legislação se a LEC não teria problemas para ser reconhecida legalmente, pois o Governo havia baixado o decreto nº 22.643 de 30 de abril de 1933. Este decreto limitava a participação nas eleições apenas a três Associações: Associações Profissionais, Associações de Profissões Liberais e Associações de Funcionários Públicos. Isso não limitava a LEC, mas limitava a sua intenção de criar sindicatos católicos principalmente, bem como outros órgãos acoplados umbilicalmente à Igreja, o que comprometia a natureza deles neste quesito, pois se limitava ao exercício de uma profissão, o que não se aplicava à LEC, à Ação Católica e nem à Igreja. Sobral recomendava esperar para ver se surgisse alguma interpretação que invertesse a lógica da lei<sup>2</sup>.

Nas mesmas recomendações citadas acima, estavam os programas dos “pontos máximos”, indicados desde o início da organização da Liga Eleitoral Católica. Seriam estes: promulgação do nome de Deus no preâmbulo da Constituição; indissolubilidade matrimonial e reconhecimento de registro civil do casamento religioso; incorporação legal facultativa de aulas de religião nas escolas públicas; regulamentação da assistência religiosa facultativa às Forças Armadas, prisões, hospitais etc.; liberdade de sindicalização com garantias dos sindicatos católicos; assistência do serviço eclesiástico às Forças Armadas, equivalente ao serviço militar; decretação de legislação do trabalho inspirada nos preceitos da justiça social e nos princípios da ordem cristã; defesa dos direitos e deveres da propriedade individual; decretação da lei de garantia da ordem social - Lei de Segurança Nacional, depois decretada em 1935 – contra quaisquer atividades subversivas, respeitadas as exigências das legítimas liberdades políticas e civis; combate a toda e qualquer legislação que contrarie, expressa ou implicitamente, os princípios fundamentais da doutrina católica<sup>3</sup>.

Em carta a Alceu, Macedo Soares<sup>4</sup> eleito na Constituinte de 1933 e, logo depois,



Ministro das Relações Exteriores do Governo Vargas, externava observações do Presidente da República quanto às exigências católicas. Vargas pedia que fossem retiradas duas cláusulas, a da promulgação da Constituição em nome de Deus e a que dava validade jurídica ao casamento religioso. Nota-se que a Igreja extrapolava com suas exigências, interferindo na legislação, impondo cerceamento à ordem vigente com a pretensa aplicação imediata de lei sobre a segurança nacional, pois se julgava que o país estava afundando no caos com preparações de golpes tanto de comunistas quanto de militares, estes últimos, mais frequentes, tanto assim que se justificava a proximidade dos capelães nas hordas dos quartéis. Percebe-se, dentre as outras exigências, uma ênfase à legitimação, na Carta, de seus propósitos, como retirar toda lei que contrariasse os princípios católicos. Seria o mesmo que reconhecer seus erros e, mesmo assim, ter de aturá-los, ou então de contar exclusivamente com o reconhecimento de uma religião, a católica. Mas não parava aí. Em documento avulso<sup>5</sup> havia outras cláusulas: reconhecer explicitamente na Constituição como católica a maioria do povo brasileiro; que o chefe da nação autorizasse oficialmente a colocação de imagem do Cristo nos tribunais, escolas, hospitais; isenção de serviço militar ao clero; que em toda a legislação do trabalho se respeitasse os direitos da consciência cristã; que se suprimissem todos os termos legais suscetíveis de interpretação anticatólica; liberdade de associação para católicos. Evidente que o Governo não sancionou a maioria dessas cobranças. Apenas o que lhe era conveniente, exceção ao preâmbulo da Constituição em nome de Deus, o que dava à nova Carta um rosto católico-religioso. As outras cláusulas passaram: casamento religioso com efeitos civis, o ensino religioso, as capelanias nas Forças Armadas, a liberdade sindical e a proibição do divórcio.

No início de 1932, o cardeal Leme, já decidido a organizar a Liga Eleitoral Católica, enviava carta-ofício a todos os bispos e arcebispos do país informando que havia mandado fazer um “estudo técnico”<sup>6</sup> que resultara na ideia da LEC, o que seria, segundo o estudo, melhor do que partido político. Dizia o cardeal:

Trata-se de propugnar inalienáveis direitos da religião, pois se é certo que problemas do mais alto interesse religioso vão ser discutidos e solucionados, a conclusão se impõe: por dever de fé, cumpre-nos cerrar fileiras (grifo dele)<sup>7</sup>.

Este desejo de cerrar fileiras em torno das urnas não havia saído do nada. O cardeal havia pedido a Sobral Pinto um estudo de criação de um órgão que fosse alternativa e suplantasse a estrutura de partido político. Na pessoa de Sobral, o *Centro Dom Vital* foi buscar esse estudo nas instruções do papa Pio X ao bispo de Madri, na Carta Apostólica que

lhe dirigira em fevereiro de 1906. O documento fora elaborado por Heitor da Silva Costa, o mesmo que fizera o projeto de construção do Cristo Redentor. Em síntese, o documento saía do forno com o seguinte título: *Organização Eleitoral Católica*. Esse se dividia em duas partes: membros da 1ª categoria, que seriam os católicos praticantes, conhecidos por sua atuação na comunidade, indicados pelo vigário e que se comprometessem a angariar o maior número possível de membros sob sua direção pessoal. Esses últimos, indicados pelos membros da 1ª categoria, seriam já a 2ª categoria que, por sua vez, poderiam passar à 1ª categoria se conseguissem arregimentar pelo menos cinco membros eleitores ainda não arregimentados na Organização. Havia uma cláusula pétreia: nenhum membro da 1ª ou da 2ª categorias poderia se candidatar a cargos eletivos, sob pena de deixar de fazer parte dessa Organização. A diretoria se formaria entre três a cinco membros de cada paróquia. Seriam escolhidos pela autoridade diocesana cinco dentre os membros da 1ª categoria de todas as paróquias para constituir comissão dos cinco para tratar com os candidatos. Era uma estrutura piramidal na qual mandava o vigário. Mas sua dinâmica funcionava bem quando se ia às urnas, pois era condição básica o candidato só receber o voto dos membros da Organização se provasse, perante a comissão dos cinco, ter considerável número de eleitores com que pudesse concorrer às urnas. É bom deixar claro que este era o sistema que ajudava a arregimentar eleitores para a causa católica. Portanto, a matriz da Liga Eleitoral Católica fora justamente essa Organização Eleitoral Católica<sup>8</sup>.

Por mais que a Santa Sé insistisse na posição de neutralidade do clero brasileiro em matéria política e também na tentativa de manter laços fraternos com o Governo Provisório, mesmo assim lideranças do episcopado brasileiro tinham sérias restrições em relação ao fato de deixar que o Estado brasileiro, volúvel e dissimulado, decidisse como deveria ser a postura da Igreja em relação àquilo que desejava dela o Estado. O núncio no Brasil, Aluísio Masella, recebera instruções do Vaticano para pôr limites ao episcopado e ao clero. Além disso, punha em andamento a tarefa ingrata de conseguir “uma absoluta unidade de conduta”<sup>9</sup>, o que explicava a ausência de conhecimento mais profundo acerca do episcopado brasileiro por parte da Secretaria de Estado da Santa Sé. No Brasil, tudo o que soava como “absoluto” se revelava, na época, como fato relativo. A iniciativa do núncio de escrever uma circular reservada aos integrantes do episcopado de uma chamada “Comissão Central de Arcebispos”<sup>10</sup>, na qual solicitava o “parecer sobre os meios mais eficazes para conseguir que as reivindicações dos católicos sejam levadas em consideração”<sup>11</sup> denotava claramente a divisão do mesmo episcopado.

Percebe-se assim que a criação da LEC foi uma iniciativa do próprio cardeal

Leme e dos intelectuais católicos do *Centro Dom Vital*. As críticas feitas por Jackson de Figueiredo às diretrizes empregadas pela Santa Sé quanto aos rumos da Igreja no Brasil soavam pesadas, mas suportavelmente leves por conta de confessar suas angústias pessoais ao amigo embaixador em Roma, Carlos Magalhães de Azeredo e não ao próprio cardeal Leme. Numa das correspondências, desfeve essas pedras: “[...] a Santa Sé não vê com bons olhos os nossos bispos [...] A paz que vem gozando a Igreja, desde que a República se impôs, é uma paz fictícia [...]”<sup>12</sup>. Evidencia-se também que a circular do núncio apostólico refletia a inoperância do episcopado brasileiro em termos políticos. Quer dizer, numa hora a Santa Sé queria ver o clero longe da política, na outra hora, queria ver articulações eficazes para dar frutos à instituição romana. O arcebispo de São Paulo respondia de pronto à circular, mostrando preocupação com a concepção de Igreja que os grupos dominantes ambicionavam, isto é, os chefes políticos “[...] os quais a fé é quase sempre duvidosa”, passariam a tratar a Igreja como “[...] uma serva submissa ao Estado, instrumento servil ao invés de orientadora da opinião pública e da política em geral”<sup>13</sup>. Tratava-se para Dom Duarte de imprimir a marca do catolicismo, do posicionamento político acima dos partidos políticos, não no sentido de se distanciar deles, mas de enquadrá-los. A LEC seria a entidade capaz, teoricamente, de absorver esses partidos sem se envolver num compromisso de dependência que custaria fatalmente a derrocada da Igreja, submetendo-se ao jogo de poder do Estado.

É Ernst Benz que afirma ter sido o ocidente marcado, desde o início, por uma relação inteiramente jurídica entre Deus e o Homem, ou entre o Estado e a Igreja. Na Roma antiga a Igreja assumira o papel de instituto da administração sacramental, primeiramente com o sacramento da penitência, cujo detentor dos direitos era justamente o bispo. O bispo determinava o caráter do pecado, a gravidade da culpa. Ele decidia em quais condições se daria a penitência. Para o grau de cada pecado correspondia uma taxa de satisfação<sup>14</sup>. Foi desta consciência jurídica que a Igreja ocidental formulou o seu *direito eclesiástico* próprio.

Derivam dessas concepções também muitas outras atribuições: a consciência do sacerdote que se vê eleito pelo direito divino para comandar a comunidade, a teologia para fundamentar a doutrina, e desaguaria com a ideia de *predestinação*, expressa em Santo Agostinho, onde o Reino de Deus seria habitado por um grupo determinado e numericamente fixo de eleitos. Estes seriam os eleitos ou cidadãos do Reino de Deus, os únicos que possuiriam direito de pátria, cidadania. A história da salvação se baseia numa ordem jurídica na qual todo cristão seria educado dentro do caminho da santidade<sup>15</sup>. Pois bem, estamos em pleno vigor no tempo da República dos anos de 1930 do século XX, mas o pensamento do clero e principalmente do episcopado se dirigia por esse viés de privilégio divino onde tudo

deveria se submeter, apesar de que, na prática, o Estado deveria permanecer livre da Igreja livre, mas o futuro histórico ainda era inspirado e movido pela força divina. Toda essa volta para afirmar que, uma vez acima dos partidos políticos, a LEC se efetivava e se concretizava como a entidade juridicamente superior a eles, pois pensava no seu bem maior, a salvação das almas, como também moralmente afeita aos desígnios dos homens.

Numa parte da ata em que se delimitaram os preceitos da “Organização Eleitoral Católica”, Sobral Pinto, secretário do Centro Dom Vital, escreve:

Todos devem de se recordar que não é permitido a ninguém permanecer inativo quando a religião ou o interesse público estão em perigo. Com efeito, os que se esforçam por destruir a religião e a sociedade procuram, sobretudo, apoderarem-se, na medida do possível, da direção dos negócios públicos, e a se fazerem escolher como legisladores [...] <sup>16</sup>.

Para alguns católicos, o essencial era defender a ordem vigente, era defender os bens públicos, defender a sociedade, os direitos dos desvalidos e daqueles que não tinham onde recorrer. Este seria para esses católicos o papel autêntico da Igreja. Dessa forma, era plenamente justificável, segundo os católicos, que a mesma Igreja lutasse para ver implantada no Brasil uma legislação próxima daquilo que fosse aceitável como cristã.

Pois bem, a LEC conquistou os principais pontos acordados aos candidatos. Mudando o foco de análise, vamos ver os conflitos gerados por ela dentro do quadro partidário, tentando mostrar, com isso, que ela se tornara também um partido dentre outros, justificando a tese do catolicismo político do cardeal e dos demais líderes católicos da época.

Em carta ao jornalista Joel Silveira, Sobral Pinto lamentava o processo que seguiu à excomunhão do bispo de Botucatu, Dom Carlos Duarte Costa. Muito polêmico, este defendia o socialismo, o fim do celibato obrigatório para o clero e o divórcio. Em 1932 organizou o *Batalhão do Bispo* para lutar na Revolução Constitucionalista; possuía uma ação social agressiva que dilapidou os cofres da diocese. Devido a suas posições e má situação financeira da diocese de Botucatu, foi investigado pela Cúria Romana e em 1937 renunciou a seu cargo <sup>17</sup>.

Mas a diferença inusitada da posição política de Dom Carlos em comparação ao catolicismo ultraconservador da época não para por aí. Dom Carlos dissera nesta entrevista ao jornalista Joel Silveira e descrita por Sobral, que a Ação Católica - e a LEC, órgão interno da Ação Católica - “seria um partido político dentro da Igreja [...] que a Ação Católica sempre se inclinou para o fascismo: [...] Cada dia mais poderosa, a Ação Católica transformou-se num verdadeiro Estado dentro do Estado” <sup>18</sup>. Interessante a posição de Dom Carlos por se tratar de

uma figura destacada do anonimato por Dom Leme. Em 1923 Dom Carlos foi nomeado Vigário-Geral da arquidiocese do Rio de Janeiro pelas mãos do arcebispo-coadjutor, Dom Leme; já imediatamente em 1924 o papa Pio XI o nomeou bispo da cidade de Botucatu, também consagrado pelas mãos de Dom Leme. Havia uma nítida mas suposta simbiose entre os dois, pois Dom Carlos também foi enviado a Roma para estudar no Colégio Pio Latino Americano, berço da preparação dos futuros líderes da Igreja no século XX e lugar de formação rigidamente ultraconservadora do catolicismo. As mudanças de atitude e de posições políticas de Dom Carlos revelam a sua disposição de revolta com os rumos de uma instituição que se portara como baluarte de uma “verdade absoluta”, sagrando-se representante de Deus. Como uma instituição que se considerava representante de Deus poderia se submeter a um governo ditador? Seria contraditório, no mínimo. No entanto, apenas as críticas de Dom Carlos, por suas posições claras, não podem nos dar a noção do que havia ocorrido com o processo de captação de votos da LEC.

Em carta reservada e confidencial ao cardeal Leme<sup>19</sup> o arcebispo de Porto Alegre, Dom Becker, via a organização das captações de eleitores com grandes dificuldades. Para ele o programa da LEC possuía inviabilidades que atribuía à “[...] mentalidade política e social do nosso povo e dos condutores da opinião pública em particular que está perniciosamente influenciada pelas teorias deletérias e pelo exemplo chocante de nações [...]”<sup>20</sup>. Diz que católicos bons e chefes de família que ocupavam posições salientes declaravam-se a favor do divórcio. A imprensa divulgava boatos de que estava prestes a estourar uma guerra religiosa no Brasil devido à pujança com que o clero havia se lançado à campanha da Constituinte. A Igreja estava sendo vítima de uma “guerra surda e infernal”, completava. Diz, convictamente, que a Ação Católica e a LEC deveriam ficar fora dos Partidos Políticos. Mais à frente, contrariando o que dissera, já havia se entendido com o general Flores da Cunha, interventor no Rio Grande, para dar total apoio ao seu Partido Republicano Liberal; defendeu Oswaldo Aranha, Ministro da Fazenda, quando este declarou ser em princípio a favor do divórcio, entendendo ter dito isso por pressões políticas em razão do cargo e das próprias eleições. Terminava a carta dizendo ter conseguido o apoio do general Góes Monteiro que se declarou favorável às reivindicações católicas e que pessoalmente ele e Flores da Cunha escolheriam os representantes deputados.

Em abril do mesmo ano, representantes da Junta Estadual da LEC-RS enviavam carta ao arcebispo entregando os seus cargos e revelando o descaso de terem sido informados através do jornal *A Federação* da recomendação da LEC para que os eleitores votassem na chapa do Partido Republicano Liberal. O Secretário Geral da LEC havia deliberadamente

modificado a orientação, com aprovação de Dom Becker, desmoralizando toda a autoridade da Junta Estadual, por sinal, escolhida pelo próprio Dom Becker. Terminavam a carta afirmando que a LEC havia perdido todo o crédito junto aos eleitores e, principalmente, aos católicos<sup>21</sup>.

Em 1º de julho de 1933, cônego Benjamin Aragão escrevia a Dom Becker informando que desistira de se candidatar a deputado por não ter recursos<sup>22</sup>. Como, aparentemente, não conseguira falar na carta anterior, enviava outra carta, dois dias depois, endereçada ao arcebispo Dom Becker, dessa vez informando os motivos reais pelos quais desistira a concorrer. A Ação Católica no Rio Grande do Sul sofrera seu primeiro colapso na ocasião da procissão da paz. No período eleitoral, diz, “[...] a organização da LEC foi feita à parte, como se não existissem princípios da Ação Católica, departamentos, nem diretor. A organização da LEC em Porto Alegre foi um fracasso [...]”<sup>23</sup>.

Curiosamente, mas também ressaltando os subterrâneos do jogo perverso do poder que assaltava o clero e a hierarquia católica, um mês antes dessas constatações do cônego Benjamin, Dom Becker<sup>24</sup> escrevera ao cardeal no Rio de Janeiro uma carta longa e repleta de revelações. A Constituinte já havia consagrado boa parte dos candidatos da LEC. Becker dizia que os trabalhos deveriam continuar. Propunha de próprio punho mudanças no estatuto da LEC. Num deles, reconhecendo que sua autoridade fora atropelada por parte do clero, dizia que no alistamento ou na organização da Ação Católica cada membro deveria fazer uma espécie de juramento ou compromisso, por escrito, de obediência aos superiores hierárquicos. Denunciava a intromissão do chefe do Governo Provisório na escolha do candidato ao governo do Rio Grande do Sul, cooptando ninguém menos do que o Presidente da LEC em Porto Alegre. O mais veemente apelo ao cardeal foi a insistência em dizer que:

[...] ( a LEC ) não conseguirá êxito ficando ‘uma ação política nula’ Não pode abstrair dos partidos, tem de entender-se com os chefes e predispor os candidatos. Até em certos casos é útil ou necessário que ela se alie a partidos que garantam auxílio certo e apoio seguro. Pois nossa lei suprema deve ser: defesa dos direitos e interesses de Deus, da Igreja e da nação. Por isso, acho necessário que esta palavra ‘A LEC deve agir fora e acima dos partidos’ se risque ou tenha uma interpretação autêntica. Julgo que o sentido deve ser este: ‘A LEC deve ter em vista sobretudo a sua finalidade e sem ser partido propriamente dito se aproveita dos partidos existentes enquanto seus programas não se oponham à mentalidade católica e ofereçam as necessárias garantias[...]’<sup>25</sup>.

Dom Becker desabafa e comenta seus ressentimentos contra o bispo de Santa Maria, Dom Antônio Reis, que não aceitara suas orientações e ainda “[...] deixou-se arrastar por alguns padres-bebês sem experiência e sem responsabilidade pública[...]”<sup>26</sup>. Dr. Adroaldo

Mesquita da Costa, presidente da LEC em Porto Alegre, era católico bem visto por Dom Becker, tanto que o considerava como amigo, pois “havia prestado grandes serviços à religião. Por isso, foi ele distinguido mais do que qualquer outro nesta capital. Basta dizer a V. Eminência (Leme) que lhe consegui da Santa Sé o privilégio de capela doméstica<sup>27</sup>”. A sutileza da linguagem católica muitas vezes passa batido. A maneira de se colocar como centro irradiador é uma das características dos prelados e do clero em geral. Não podia ser diferente com Dom Becker. Trata uma pessoa com distinção e amigo, porque este fez “serviços à religião”, como se fosse uma atividade profissional, um utilitário ou uma troca natural de favores. Esta distinção e amizade teria valido um sacrifício fenomenal do arcebispo por ter intercedido à Santa Sé um privilégio de nobre, a capela dentro de sua residência. Fica explícita a maneira medievalista de tratamento, como acima descrita por Benz<sup>28</sup> na qual se expressa numa troca sacramental de relação, aparentemente eliminando a distância entre o mundo secular e o espiritual, coisa que estava presente no imaginário brasileiro. Porém, Dom Becker, acima de tudo, esperava de Adroaldo uma posição de fiel católico abnegado ao seu chefe. Não foi o que se viu. Adroaldo criticou as afirmações de Oswaldo Aranha a favor do divórcio, provocando o desencadeamento de reações desastrosas para Dom Becker que ficara mal visto pelo Ministro, este pensando que os ataques do presidente da LEC fossem ordenados pelo cabeça da Igreja. Mesmo rompendo os laços com o arcebispo, Adroaldo fora eleito deputado e sem o apoio da LEC.

Mas não para aqui as disputas e desencontros causados pela organização da LEC. Voltando os olhos ao sudeste, em São Paulo, Macedo Soares e Alceu Amoroso Lima trocavam correspondências ásperas, pois havia diferença de posições em apoiar o próprio Macedo Soares à Constituinte. A LEC, que conseguira participar, desconfiada, e formar uma chapa entre o Partido Republicano, Partido Democrático e a Associação Comercial entre outros, não desejava apoiar Macedo Soares, que acusava a LEC na figura do padre Gastão e dos “garotos dirigentes da Liga”<sup>29</sup>. Dentre outros problemas destacados por Macedo Soares, cita a falta de malícia política dos padres dirigentes da LEC e, mais grave, definia a LEC como um partido: “[...] Estão rindo da declaração da Liga de que não é partido político. Como dizem, possui licença como organização eleitoral, tem programa conhecido, eleitorado próprio e registro no Tribunal Eleitoral [...]”<sup>30</sup>. Dom Duarte, arcebispo de São Paulo, era uma liderança de destaque no episcopado brasileiro. Comandou uma reação à Santa Sé por esta querer ignorar o poder dos bispos brasileiros, visto que Roma faria um canal direto com o Governo Vargas, apoiando-o e recebendo suas benesses. Dom Duarte incomodava tanto a Santa Sé que, em 1934, esta criaria o bispado coadjutor de São Paulo, diminuindo o poder do

arcebispo. Fora chamado para assumir tal cargo o bispo de São Carlos, Homem de Melo, vetado pelo arcebispo<sup>31</sup>. Dom Duarte incomodava a Santa Sé com sua clara e deliberada independência.

Mas quem retratou com precisão maior os problemas da LEC em nível nacional foi Sobral Pinto. Ele escreve a Alceu A. Lima uma longa carta, elogiando-o por ter sido o grande vitorioso das jornadas constituintes e das eleições de três de maio de 1934. Mesmo depois das eleições os conflitos não paravam de acontecer. Sobral pede a intervenção de Alceu e do cardeal no Ceará, sugere a nomeação de Afonso Pena Jr para ocupar o cargo de Presidente da Junta Nacional da LEC. Amigo de longa data e católico sem ambições políticas, Afonso Pena Jr seria o ponto de equilíbrio da Junta. Propunha a formação de uma tática política geral da Junta Nacional. Dizia que havia ameaça de sobrevivência da LEC por causa das disputas no Ceará. Denunciava que, a mando de Getúlio, Moreira Lima aterrorizava os católicos do Ceará. Acusava Juarez Távora de até eliminar, liquidar os assistentes da LEC. Como era confusa a situação declarava, amargurado, que o governo federal apoiara a LEC do Rio de Janeiro. Fora obrigado a declarar apoio a este, pois, pelo contrário, a LEC cairia em desgraça. Diz que o cardeal não deveria se iludir com as constantes visitas de Getúlio, do Macedo Soares e do Rao (Vicente). Afirmava que essas visitas tinham como fim último extirpar da nação “a glândula de moralidade e idealismo cívico que é a LEC”<sup>32</sup>.

Arrematando a carta, Sobral propõe uma ação nacional, uma organização da LEC

“[...] com um corpo eleitoral numeroso e coeso, fortemente entrosado, que nos permita levantar, a uma palavra do Centro, uma campanha da opinião pública, capaz de fazer recuar quaisquer veleidades de compressão sobre a consciência católica do país [...]”<sup>33</sup>.

Como podemos vislumbrar, o projeto da LEC para os católicos possuía vários matizes: era a preocupação de formar a consciência católica e manter o predomínio como religião não apenas majoritária, mas equipar o país da moralidade advinda da religião; por outro lado, assegurar somente os direitos da Igreja como uma entidade que corria paralela à vida do país. O empedernido Sobral se sensibilizava com a sorte do país. Na sua visão, a LEC seria apenas um veículo para se extirpar o mal que impedia o país de se tornar soberanamente livre.

---

\*Marco Antonio Baldin, doutorando, História, UNESP-Franca, SP, orientador: Prof. Dr. Ivan Aparecido Manoel; bolsa FAPESP. Este texto é parte de minha tese de doutorado, marcopolobaldin@outlook.com.

<sup>1</sup> Recomendações da Junta Nacional da LEC às Juntas Estaduais de todo o Brasil, Confidencial, s/l, s/d, PT 216, Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, RJ. (doravante, ACMRJ)

<sup>2</sup> PINTO, H. F. Sobral. Carta a Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro, 16. Maio.1933, PT 216, ACMRJ.



- 
- <sup>3</sup> Recomendações da Junta Nacional da LEC às Juntas Estaduais de todo o Brasil, Confidencial, s/l, s/d, PT 216, ACMRJ.
- <sup>4</sup> SOARES, J. C. de Macedo. Carta confidencial a Alceu Amoroso Lima. São Paulo, 26.mar.1933, PT 216, ACMRJ.
- <sup>5</sup> DOCUMENTO endereçado ao chefe do Governo Provisório (Getúlio Vargas), s/l, s/d. PT 216, ACMRJ.
- <sup>6</sup> LEME, Sebastião. Carta reservada aos Srs bispos e arcebispos. Rio de Janeiro, 23.abr.1932, PT 216, ACMRJ.
- <sup>7</sup> LEME, Sebastião. Carta reservada aos Srs bispos e arcebispos. Rio de Janeiro, 23.abr.1932, PT 216, ACMRJ.
- <sup>8</sup> PINTO, H. F. Sobral. Carta ao cardeal Leme. Rio de Janeiro, s/d . Anexo: “ Organização Eleitoral Católica”, PT 216, ACMRJ.
- <sup>9</sup> Apud ROSA, L.R. O. A Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado Brasileiro: estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920 e 1937. Tese ( doutorado em História) Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca-SP: UNESP, 2011 p. 171.
- <sup>10</sup> Apud ROSA, L. O. op. cit., p. 171.
- <sup>11</sup> Apud ROSA, L. O. op. cit., p. 172.
- <sup>12</sup> FIGUEIREDO, J. Carta ao embaixador na Cidade do Vaticano Carlos Magalhães de Azeredo. Rio de Janeiro, s/d, Caixa 38- A, Arquivo Histórico do Itamaraty-RJ.
- <sup>13</sup> Apud ROSA, L. O. op. cit., p. 172.
- <sup>14</sup> BENZ, E .Descrição do cristianismo. Trad. Almeida Pereira. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 125ss.
- <sup>15</sup> BENZ, E .Descrição do cristianismo. Trad. Almeida Pereira. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 128ss.
- <sup>16</sup> PINTO, H. F. Sobral. Carta ao cardeal Leme. Rio de Janeiro, s/d, PT 216, ACMRJ.
- <sup>17</sup> <[http://wikipedia.org/wiki/carlos\\_duarte\\_costa](http://wikipedia.org/wiki/carlos_duarte_costa)>, acesso em 23.mar.2014.
- <sup>18</sup> PINTO, H. F. Sobral. Carta a Joel Silveira. Rio de Janeiro, 16.jan.1943, pasta 323, arquivo 4, gaveta 3, Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade-Petrópolis, RJ. ( doravante, CAALL).
- <sup>19</sup> BECKER, João. Carta reservada e confidencial ao cardeal Leme. Porto Alegre, 27.fev.1933, p. 1 PT 108, ACMRJ.
- <sup>20</sup> BECKER, João. Carta reservada e confidencial ao cardeal Leme. Porto Alegre, 27.fev.1933, p. 1 PT 108, ACMRJ.
- <sup>21</sup> FIORE, H.; PIRES, N.;ROCHA,E.. Carta a Dom João Becker. Porto Alegre, 29. Abr.1933, PT 108, ACMRJ.
- <sup>22</sup> ARAGÃO Benjamin. Carta a Dom João Becker. Porto Alegre, 1º. Jul.1933, PT 108, ACMRJ.
- <sup>23</sup> ARAGÃO, B. Carta a Dom João Becker. 3. Jul.1933, PT 108, ACMRJ.
- <sup>24</sup> BECKER, João. Carta confidencial e reservada ao cardeal S. Leme. Porto Alegre, 6. Jun.1933, PT 108, ACMRJ.
- <sup>25</sup> BECKER, João. Carta confidencial e reservada ao cardeal S. Leme. Porto Alegre, 6. Jun.1933, PT 108, p.4, ACMRJ.
- <sup>26</sup> BECKER, João. Carta confidencial e reservada ao cardeal S. Leme. Porto Alegre, 6. Jun.1933, PT 108, p.4, ACMRJ.
- <sup>27</sup> BECKER, João. Carta confidencial e reservada ao cardeal S. Leme. Porto Alegre, 6. Jun.1933, PT 108, p.4, ACMRJ.
- <sup>28</sup> Benz, E. op. cit., p. 125ss.
- <sup>29</sup> SOARES, J. C. de Macedo. Carta a Dom Duarte Leopoldo e Silva. São Paulo, 19.mar.1933, PT 216, ACMRJ.
- <sup>30</sup> SOARES, J. C. de Macedo. Carta a Dom Duarte Leopoldo e Silva. São Paulo, 19.mar.1933, PT 216, ACMRJ.
- <sup>31</sup> A luta pelo osso. **A Lanterna**, ano XI, nº 376,19.abr.1934, p.1, MF/1850, Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp, Campinas-SP.
- <sup>32</sup> PINTO, H. F. Sobral. Carta a Alceu A. Lima. Rio de Janeiro, 21.set.1934, pasta 322, arq. 4, gav 3, CAALL, Petrópolis.
- <sup>33</sup> PINTO,H. F. Sobral. Carta a Alceu A. Lima. Rio de Janeiro, 21.set.1934, pasta 322, arq. 4, gav 3, CAALL, Petrópolis, p.6.

***Pintescrituras: História(s) entre McQueen e Varejão***

Marco Antônio Vieira, Mestre, Centro Universitário IESB

[marcoantoniorvieira@yahoo.com.br](mailto:marcoantoniorvieira@yahoo.com.br)

Resumo: Esboça-se aqui uma abordagem investigativa em torno das configurações sógnicas da emergência do passado, como “uma estrutura em progresso”, em textualidades cuja visada discursiva não seja aquela da História. Analisam-se, à luz da contribuição lacaniana, os limites e fronteiras entre realidade e ficção na reelaboração do histórico por meio de apropriações de Alexander McQueen, na moda, e de Adriana Varejão, nas artes visuais.

Palavras-Chave: História, Cultura Visual, Discurso

Abstract: An investigative approach around the signic configurations of the emergence of the past, as a “structure in progress”, in textualities whose discursive inclination is not that of History, is sketched herein. The frontiers between reality and fiction in the reelaboration of historic material through the appropriations of Alexander McQueen, in Fashion, and Adriana Varejão, in Visual Arts, are analysed herein in light of the Lacanian legacy.

Keywords: History, Visual Culture, Discourse

*Pintescrituras*: Neologismo cunhado para uma investigação em nível de Mestrado em que se analisa a picturalidade na escrita de Virginia Woolf e no cinema de Peter Greenaway<sup>1</sup>. Ali onde a analogia autoriza que a escrita e o pictórico se reúnam na lógica do traço, opera o conceito que lança luz sobre a circularidade significativa – Lacan e Saussure – uma abordagem narrativo- sincrônica em detrimento de uma perspectiva linear da narratividade.

Um texto que se inicia com uma série de perguntas. Perguntas que estruturam o texto. Perguntas que se encontram na origem do desejo que se oculta por detrás daquilo que desemboca na escrita. Um texto que se articula na e por meio da incompletude mesma de uma resposta que o esgote como texto. Um texto que continua lacunado. Uma ousadia epistemológica que se escusa pois que, para muitos, é escuso o ato de uma

escrita que se insere num quadro expositivo – um Simpósio - que supostamente a legitima acadêmica quando do acadêmico mais clássico aparenta apartar-se.

Que assim seja então. Descortinem-se as perguntas:

*Que espécie de espelhamentos estrutura as fronteiras entre realidade e ficção na construção do objeto histórico ? Qual a legitimidade de uma reflexão em torno dos limites entre a disciplina História e a eclosão do histórico na Arte e em outras manifestações da cultura material? Haveria , de fato, uma precedência em relação à legitimidade epistemológica , na contribuição para uma tal construção sígnica entre os campos da arte e da cultura visual e aquele da História , como disciplina, para uma legitimação do histórico? O assentamento do histórico é necessária e invariavelmente aquele da verdade? Uma imagem da arte pode assim contribuir para a leitura da História? Em caso afirmativo, que leitura seria essa? O que a condiciona?*

*Quais as condições do histórico, do verdadeiro e do artístico? A arte poderia assim encarnar uma verdade histórica para além de seus disfarces linguageiros?*

Em *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*<sup>ii</sup> , Marc Bloch desconstrói uma visão calcificada da História e defende a perspectiva da “história como problema”, pois segundo um dos fundadores da escola dos *Annales* , a História não poderia ser entendida como uma ciência do passado , pois que o passado não se pode constituir como objeto da ciência.

As implicações discursivo-epistemológicas para esta visada da disciplina História são definitivas para o fio argumentativo que aqui se propõe , uma vez que , a seguirmos a leitura de Bloch , o acento investigativo da História recairá não sobre o pétreo cristalizado dos fatos mas sim sobre um olhar que se trama no presente, compondo-se assim um tecido em permanente por vir .

A História torna-se assim uma “estrutura em progresso” e , portanto, investe-se da possibilidade , como se o defende neste artigo, de deixar-se percorrer pela tessitura mais complexa e , em muitos aspectos , dotada de circularidade e horizontalidade da sincronia e não exclusivamente pela linearidade da diacronia.

A História configura-se como um terreno de plasticidades em que o presente preside às demandas investigas que , em última instância , fazem do passado uma topologia em permanente (des)construção<sup>iii</sup>. A História seria então , para Bloch, “ a ciência dos homens no tempo”.

Entre as muitas questões epistemológicas que se apresentam , cabe que se cite o lugar da verdade histórica , o que , para nós, confunde-se com a demarcação mesma do objeto da História. Há, portanto, na abordagem de Bloch, uma problematização do fazer histórico, em que se desmistifica a aparente imutabilidade do passado em sua posição de objeto da História e se promove a aceitação de que o passado só pode interessar ao pensamento na medida em que se permite investir da constatação de que se trata de uma estrutura cujos cruzamentos textuais nunca cessam de se (re)escreverem.

É precisamente neste impasse que problematiza o lugar da Verdade , que repousa muito do pensamento psicanalítico , sobretudo na leitura capitaneada por Jacques Lacan do legado freudiano. Em seus textos *A Instância da Letra no Inconsciente ou a Razão desde Freud e Ciência e Verdade*<sup>iv</sup> Lacan reflete acerca da especialidade científica da Psicanálise ( *Spezialwissenschaft*) inaugurada por Freud e , para tal, promove um diálogo com a Filosofia que o discurso freudiano optara por eclipsar.

Que espécie de Ciência poderia abarcar um discurso cuja verdade não se assenta sobre a noção herdada de uma verdade metafísica , anterior à constituição do Sujeito , mas é nada senão efeito de linguagem , uma verdade que se apanha nas e das malhas da linguagem , verdade que se elude e que , em última instância , se avizinha da demarcação conceitual do Sujeito lacaniano, um Sujeito que não se afigura como senhor da linguagem mas sim a ela sujeitoado?

A verdade que assume os contornos e a estrutura de uma ficção, a subjacente dependência narrativa, quase-mitologia para a estrutura de uma Verdade que nunca se diz inteira. Ruptura cartesiana “eu penso onde não sou e sou onde não penso” (1998), a seguirmos a lição lacaniana. .

Sujeito marcado por uma desigualdade em relação à sua psique, não mais caracterizado pela transparência dos atos de consciência, nem pela interioridade como instância desses atos, tampouco por uma unidade pretensamente subjacente: o desconhecimento *lhe é constitutivo*, a divisão *lhe é inerente*<sup>v</sup>.

Opera-se assim uma ruptura com a racionalidade moderna e, aponta-se brevemente aqui, para as implicações que se percebem entrelaçadas entre a subversão das noções de Verdade e Saber na Psicanálise e como a escola *Annales* interpreta o passado histórico.

Gilson Iannini detecta na máxima lacaniana de que “não há metalinguagem” (1998), a impossibilidade do amparo que sustentou o edifício logofonocêntrico ocidental em uma linguagem capaz de oferecer a garantia de metadiscursos ou instâncias extradiscursivas imbuídas do lugar de “fiadores da verdade”.

É aqui precisamente que nosso esboço analítico encontra seu sopro de inspiração. A Arte, por suas configurações sígnicas, não depende da garantia da Verdade supostamente concedida pela instância metalinguística. Assim como a leitura lacaniana do inconsciente como uma linguagem, o sonho é, assim como o passado para Bloch, e eis o que se sustenta aqui, uma estrutura em que circulam significantes, mais que sentidos.

Mais que à interpretação, calcada no espelhamento imaginário, o sonho é devedor do rébus<sup>vi</sup>, ou seja, um terreno de plasticidades que revelam, mais que um sentido encoberto, o segredo da própria estrutura, cujo sentido último constitui-se como uma impossibilidade lógica, pois que à subversão do Sujeito, soma-se a dialética do desejo, cujo objeto é inencontrável e não opera senão no rastro.

Verdade e Saber participam pois de uma equação que demarca a contribuição de Lacan para o debate em torno da Epistemologia não só em seus anos produtivos mas igualmente na contemporaneidade, como atestam as inúmeras leituras de sua obra , em especial, aquela empreendida pelo filósofo esloveno Slavoj Zizek.

A partir da delimitação conceitual de Bloch, pareceu-nos legítimo que se analisassem as configurações sógnicas da emergência deste passado “em construção” em textualidades cujo enraizamento se finca no solo da imagem. Em particular , a imagem artística e não somente aquela que se encontra no campo da Arte mas igualmente as interpretações do passado em um outro sistema semiótico , aquele da Moda.

Acena-se brevemente aqui com um gesto reflexivo em direção à possibilidade de que se pense acerca : a) do estatuto e as configurações da Verdade no discurso histórico tradicional e como se apresenta o objeto histórico para a escola *Annales* ; b) da medida em que a contribuição epistemológica da escola *Annales* pode contribuir para a apreensão do histórico nas malhas da Arte de tal forma que determinados aspectos do passado possam adquirir uma dimensão que , de resto, lhe seria interdita ou inacessível caso se ativesse única e exclusivamente ao campo da disciplina História; c) da possibilidade de tecer um equacionamento teórico em que as contribuições do pensamento lacaniano para a Epistemologia , no que tange à Verdade e ao Saber possam encontrar um paralelo que forneça subsídios para uma reflexão em torno da História , suas configurações e apreensões na Arte.

A abordagem lacaniana do inconsciente e sua conseqüente impossibilidade de dizer a Verdade acaba por não deixar outra saída que não aquela que encontra no Estilo uma forma de existência possível. Assim , Estilo e Verdade , como argumenta Iannini , se irmanam para refletir essa estrutura cuja remissão mais radical é à própria estrutura com seus lapsos e distorções de feições barroquizantes <sup>vii</sup>, em que os desdobramentos metonímicos permitem que o desejo possa insistir na cadeia significante enquanto o sintoma se disfarça metafórico.

É pois por uma lógica aproximativa e analógica , que se analisam aqui as textualidades de Alexander McQueen ( 1969-2010) , um criador <sup>viii</sup> que marcou a História da Moda contemporânea por haver confeccionado imagens de uma potência sígnica que ultrapassa em muito às articulações menos provocativas da maioria das manifestações e fenômenos pertencentes ao universo constituído da Moda, em que a funcionalidade aparenta dominar a lógica semântico-discursiva de tudo o que se produz. Em outras palavras, o discurso da moda , quando se o analisa por meio da maior parte de suas aparições, permite pouco espaço para os exercícios extravagantes , em suas configurações significantes , presentes na maneira como o passado histórico é tratado em muitas das coleções de McQueen.

McQueen revistou com frequência o passado convulsionado e turbulento das relações internas da Grã-Bretanha. Sua ancestralidade escocesa eclode , por exemplo , na coleção de outono-inverno de 1995-96 , intitulada *Highland Rape*<sup>ix</sup> . O título aqui remete à uma História (re)contada pelo olhar de McQueen. O passado de tensões que oscilam entre a latência e a explosão mais revoltosa , cuja origem se localiza na subserviência histórica da Escócia à Inglaterra, marcada por explorações de toda a espécie resultaram numa coleção que assume a forma de um pesadelo. Politicamente , o ano de 1995 foi interessante pois a Convenção Institucional Escocesa<sup>x</sup> publicou um relatório final “ Parlamento Escocês, Direito Escocês”.

Para McQueen , o significante “estupro” adquire uma dimensão bastante particular e metafórica , pois que se trata aqui de um estupro cultural , em que o corpo é tomado em uma posição a um só tempo metafórica e metonímica. Corpo da cultura escocesa que serve igualmente a um lugar de marginalidade que poderia ser ocupado pela mulher na sociedade ocidental. O corpo para o usufruto do Outro. O corpo colonizado da cultura européia.

Nesta coleção , McQueen propõe uma miscelânea de empréstimos de elementos de trajes históricos , como o tartan ( xadrez ligado aos clãs escoceses) , mesclados a formas e propostas absolutamente singulares como , por exemplo, as calças ultrajantes , consideradas degradantes por alguns ,que deixam à mostra o cóccix em que o corpo-vestido feminino afasta-se de uma interpretação apaziguadora do material histórico e se projeta autorreferente para uma plataforma poética em que a existência destas

roupas , sua singularidade semântico-gramatical , carrega em si as mensagens de uma perspectiva crítica , adensada pela metaforização discursiva presente nos procedimentos sintáticos e sintagmáticos de McQueen , (re)construindo assim o tecido da História sem o desejo de tomar para si a função de descortinar a Verdade histórica, ainda que muitas verdades históricas se veiculem veementes por meio das apropriações sígnicas em McQueen.

Uma outra visada do lugar marginalizado e “violentado” da mulher na História encontra ecos pungentes na obra da artista visual Adriana Varejão ( 1964). A revisitação “metaforizante” do passado histórico brasileiro ganha contornos de uma violência “barroca” . Um compêndio de violências apenas contadas verbalmente mas nunca expostas visualmente pelos livros de História.

É como se Varejão descortinasse um mundo que se sabe existente mas que nunca se deu a ver. Este “*dar a ver*” “*da História na Arte*” concede à Arte um lugar absolutamente intransferível no que concerne à sua capacidade retórica de iluminar visualmente uma cena ou um conjunto de cenas que , de outra forma , não preencheriam lacunas que a disciplina História , por sua natureza discursiva , seria totalmente incapaz de aceder<sup>xi</sup>.

Interessa aqui o tratamento dado ao documental por artistas como McQueen e Varejão e o como se opera a transmutação , por assim dizer , sígnica que vai do documento à sua tradução poética , sem qualquer prejuízo para o histórico , como se o lê aqui, ou seja , não o histórico em sua posição de objeto da disciplina acadêmica mas na contribuição que a Arte pode ofertar à apreensão das camadas mais profundas deste palimpsesto que se chama História.

A obra *Testemunhas Oculares X, Y e Z* de Adriana Varejão constitui um caso interessante em que as estruturas discursivas operam um curto-circuito entre verdade histórica e sua representação , ou melhor, sua (re)apresentação estética.

Varejão decide que o obscuro da História de nosso país deveria ser exposto ao olhar público. Concentrando-se na metáfora do olhar que retém e revela , a artista contrata uma pintora acadêmica para finalizar os retratos que trazem três Adrianas: uma índia ,



uma chinesa e uma moura, todas retratadas como se um de seus olhos lhes tivesse sido ferozmente arrancado . Varejão incumbe um joalheiro com a confecção de três pares de olhos em porcelana e prata e , neles imprimiu , três cenas de Theodore de Bry : gravuras com peles tatuadas , outras com nativos tirando vísceras do interior de suas vítimas e um rito canibal.

Na instalação , cria-se uma estrutura metafórica , cujo arcabouço revela laboriosamente o sentido que lhe deseja imprimir a artista. As fronteiras entre o real e imaginação borram-se propositalmente : aquilo que se vê nas imagens retratadas no interior dos glóbulos oculares em prata e porcelana corresponde a toda uma história de violências que marcou nossa história e inspirou Adriana Varejão a encontrar uma forma em que há uma consciente manipulação sígnica que , no caso de *Testemunhas Oculares X, Y e Z* , se materializa na própria fisicalidade da obra .

Ao remetermo-nos à leitura não calcada no acontecimento , no evento , na lógica das datas , defendida por Bloch , encontram-se , como se o sustenta aqui , um paralelismo que permite que se espelhem os procedimentos sígnicos presentes na operação significativa poética e a experiência do “passado como estrutura”, com a qual se acendem as fagulhas que inspiram esse artigo.

A encenação – colocação em imagens – que escapam ao registro do meramente factual do obsceno – aquilo que está para fora da cena - , fornece o combustível para que se intente o aceno que aponta um para além do estabelecido , um caminho possível, por vir.

Entre Verdade e Saber, oscilam a História e as Histórias nisto que não cessa de se (re)escrever sob os nomes de Arte e História e seus hibridismos e contaminações. Fronteiras e litoral que se resignam ao passado como algo cuja escrita nunca se pode pretender definitiva. Passado como convite perpétuo à (re)leitura. Passado vivo.

Ledo , não leso-engano. Pelo perdão wittgensteiniano<sup>xii</sup>.

- 
- <sup>i</sup> VIEIRA, Marco Antônio. *De um Lacan em lituraterra: Pintescritura em W(o)lf e Green(a)way*. Brasília, 2004. Dissertação de Mestrado em Teoria Literária. TEL, II, UnB. 293p.
- <sup>ii</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- <sup>iii</sup> DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- <sup>iv</sup> LACAN, Jacques. “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud” e “Ciência e Verdade” IN: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- <sup>v</sup> IANNINI, Gilson. *Estilo e verdade em Jacques Lacan*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- <sup>vi</sup> FREUD, Sigmund. *A interpretação dos sonhos*. Rio de Janeiro: Imago, 2001. 616p.
- <sup>vii</sup> O Barroco, para nós, é muito mais que um período da História e constitui-se, como estabelece uma vasta fortuna crítica, como uma forma de ver e descortinar o mundo. O inconsciente, para Lacan, é barroco e aqui concentramo-nos igualmente em toda a potência significante de Barroco em que se conjugam o esdrúxulo, o bizarro, o incomum, o desmesurado para que o termo sirva assim ao propósito de iluminar os contornos estetizantes do discurso psicanalítico lacaniano.
- <sup>viii</sup> Prefere-se o termo “criador de moda” a designer de moda ou a estilista, dado o caráter densamente autoral da obra de Alexander McQueen. Uma obra que se aproxima de muitas atmosferas e provocações muito mais afeitas ao universo semântico-conceitual da Arte que aquele da Moda meramente comercial.
- <sup>ix</sup> Estupro nas Highlands (Montanhas Escocesas).
- <sup>x</sup> WATT, Judith. *Alexander McQueen – the life and the legacy*. New York: Harper Collins, 2012.
- <sup>xi</sup> SCHWARCZ, Lilia & VAREJÃO, Adriana. *Pérola imperfeita: a História e as Histórias de Adriana Varejão*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2014.
- <sup>xii</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. New York: Routledge, 2012. Referimo-nos aqui ao silêncio filosófico imposto pela impossibilidade de lidar com o que escapa àquilo que o filósofo vienense Ludwig Wittgenstein considerava extrínseco ao filosófico, que resume na máxima: “Sobre o que não se pode falar, deve-se calar”. Como aqui se recusa

## **Rodolfo Walsh: literatura, política e acontecimento na segunda década infame**

Rodolfo Walsh: Literature, politics and events in the second Infamous Decade

Marcos Gonçalves  
Doutor em História  
Universidade Federal do Paraná  
E-mail: paideia\_mg@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho aproxima-se da obra do escritor argentino Rodolfo Walsh (1927-1977) mediante a contextualização de dois textos clássicos de sua autoria: *Operación masacre* (1957) e *Caso Satanowsky* (1958). Além de definirem uma gradual transformação na escrita de Walsh, ambos sinalizam para uma compreensão histórica que o autor desenvolve sobre a sociedade argentina na década de 1950, submetida à criminalização e corrupção do poder político.

Palavras-chave: Rodolfo Walsh; literatura e política; Operación massacre e Caso Satanowsky.

Abstract: This paper approaches the work of the Argentinean writer Rodolfo Walsh (1927-1977) through the contextualization of two classic texts of his: *Operación masacre* (1957) and *Caso Satanowsky* (1958). Besides defining a gradual transformation within Walsh's writing, both texts point to a historical understanding developed by the author concerning the Argentinean society in the fifties, which was submitted to criminality and corruption of the political power.

Key-words: Rodolfo Walsh; literature and politics; Operación Masacre and Caso Satanowsky.

### **Introdução**

Sus restos, aún hoy, permanecen desaparecidos.

Joaquín Fernández, *Rodolfo Walsh, Entre el combate y el verbo*, 2012.

Na última década e meia observou-se notável crescimento dos estudos relacionados à trajetória intelectual, política e pessoal do escritor argentino Rodolfo Walsh (1927-1977), assassinado por uma força de tarefa da ditadura militar em 25 de março de 1977. Através de adensadas biografias intelectuais; ou de seu papel na organização de Prensa Latina em Cuba imediatamente revolucionária; e ainda, no período que participou da guerrilha Montoneros mergulhando na clandestinidade, Walsh continua a representar um enigma e um tema potencial para os intérpretes contemporâneos a ele e para historiadores da literatura.<sup>1</sup> Na profusão de materiais produzidos sobre as várias fases de sua vida, tendem a sobressair, não raras vezes, depoimentos de companheiros de militância política que dimensionam a vida do autor, e, por consequência, sua obra, recobertas por uma variante predominantemente ideológica. Nessa perspectiva, Ricardo Piglia recordou no Prólogo escrito à edição

brasileira de “*A máquina do bem e do mal*” que as opções de Walsh foram muitas vezes usadas como marco demagógico de leituras distorcidas ou triviais.<sup>2</sup> Do heterogêneo conjunto que compõe sua obra, alguns detalhes podem passar por menos importantes, como a atenção dada pela obra walshiana ao contexto histórico no qual participou e o qual narrou, bem como, ênfase menos pronunciada é atribuída à interpretação original e quase “profética” sobre a concepção de poder político da sociedade argentina construída a partir de meados da década de 1950 e correspondente ao período da queda do peronismo. Inovador da narrativa de ficção policial e, de fato, ativamente envolvido no jornalismo de investigação desse período em diante, Rodolfo Walsh tem sido considerado, com plena razão, como arquétipo do intelectual “absoluto” graças ao compromisso fundamental assumido nas causas que defendeu junto aos trabalhadores argentinos: como redator da imprensa da CGTA (Confederación General del Trabajo de los Argentinos) e na contundente devassa crítica que operou sobre o caráter criminal dos poderes de exceção.

Este trabalho tem como objetivo tocar a obra walshiana mediante a contextualização de dois textos clássicos e paradigmáticos do escritor: *Operação massacre*, publicado no ano de 1957 e *Caso Satanowsky*, cujas partes saíram no periódico *Mayoría* em 1958, e a publicação em forma de livro veio à luz somente em 1973.<sup>3</sup> Para além do caráter investigativo dessas obras, Walsh alcança, em primeiro lugar, uma dimensão compreensiva da história do seu presente e sob a hipótese que defendo, atua como historiador e não como provedor de informações. Destarte, o texto walshiano supera a narrativa jornalística (denúncia, informação e difusão) e instaura outra cujo marco é definido pela apropriação historiográfica dos fatos, pela qual, o processo histórico parece sucumbir a uma verdade e a obsessão por saber o que é essa verdade e a decompô-la, adquire significado central. Walsh esquadrinha os meandros das atitudes de parte da elite política argentina que descobre corrompida, e assim procede, em muito inspirado nas metáforas, técnicas e estética da narrativa policial que dominava com maestria. Embora o interesse seja por traduzir experiências imediatas, Walsh devolve ao passado interrogações políticas que, de alguma forma, eram compartilhadas pela sociedade e cultura de sua época.

Na primeira parte do texto discuto premissas que compõem o modelo de análise sobre o papel do intelectual, e sublinho as possíveis inserções de Walsh em relação a esse modelo. Ali, também justifico o emprego da expressão “segunda década infame” procurando sinalizar para uma reconstituição histórica descritiva e em

sua dimensão política, da sociedade argentina no contexto em que se inscrevem específicas ações do trabalho intelectual de Rodolfo Walsh. Na segunda e última parte, articulo tal descrição com os dois textos que me servem de referência procurando tratá-los no âmbito de uma história que sintetiza os dilemas do intelectual que problematiza o seu mundo e revela desencanto, mas longe está de presumir tregua ou desistência diante de um compromisso ético.

### **O intelectual – um modelo para a “segunda década infame”**

Muito tem se debatido a rarefação do indivíduo no campo da literatura, acompanhada de uma evasão do sujeito da atividade política. Assim também, as marcas tradicionais do engajamento intelectual foram desafiadas ora por um processo que, em sua fluidez, pode ser designado como dromológico e submetido ao ciclo anonimato/notoriedade/anonimato; ora pela diluição ou estilhaçamento das chamadas “grandes causas” em derivas ideológicas. Tais derivas assinalariam, para Helenice Rodrigues da Silva, o repensar sobre as mutações de um *habitus* intelectual diante do abandono de valores revolucionários. Em outras palavras, para Silva, sobretudo, a classe intelectual de esquerda busca formas de substituição ao engajamento, não mais em escolhas políticas mas humanitárias.<sup>4</sup> Por sua vez, esses novos apelos tendem a produzir um novo modelo de intelectual não mais adstrito ao “profetismo sartriano”, mas voltado a um empenho em combinar saberes específicos e intervenções tópicas.

Em longa análise traçada sobre as metodologias para apreensão da história dos intelectuais franceses, François Dosse reforçou premissas encampadas por Silva. Primeiro, a perda do sentido da noção de intelectual, vinculada a uma crise generalizada de compromisso e das pertenças partidárias, teve como efeito colocar em questão a postura de superioridade na qual se encastelava o intelectual, considerado como capaz de produzir um ponto de vista sobre o universal. Segundo, se pensarmos em termos de noção de engajamento como aquela que predomina na reconstituição de trajetórias intelectuais específicas, o impacto do “acontecimento histórico” sobre a vida intelectual se relaciona a um fenômeno geracional. Embora a noção de comunidade geracional não implica em unanimidade postulada entre os membros de uma geração, os acontecimentos cristalizam a idade do despertar político que resume a formulação de respostas plurais a perguntas comuns de um tempo compartilhado.<sup>5</sup> Assim, o intelectual não cabe numa definição normativa ou substancialista, mas está sujeito a assumir numerosas identidades que coexistem num mesmo período histórico em regime de tensão. Em termos análogos, ainda que a configuração cultural nacional

analisada por Dosse seja radicalmente distinta, e se para os franceses o modelo matricial de investigação da história intelectual é o “acontecimento Dreyfus”; a vida intelectual argentina dos anos 1950 passa por uma intensa reflexão sobre si e uma reflexão sobre o poder a partir do esfacelamento do regime peronista. Uma das perguntas formuladas à época era o que fazer com o peronismo; ou, em outros termos, como criar mecanismos simbólicos de adesão e lealdade para as massas peronistas, então em disponibilidade? <sup>6</sup> A queda de Perón em setembro de 1955, urdida por vários núcleos opositores e exaltados (militares, radicais, liberais, socialistas, católicos) significou uma inflexão nas atitudes políticas dos argentinos, levando a uma radicalização que somente seria superada na década de 1970, mediante uma quase guerra civil que culminará na instauração da ditadura militar.

Chamado de “Revolución libertadora”, o golpe encabeçado inicialmente pelo general Eduardo Lonardi, e depois conduzido por Pedro Eugenio Aramburu e Isaac Rojas tinha como princípio chave a proscricção e erradicação do peronismo da cultura política argentina. Desde os sangrentos combates de 16 de junho de 1955, preâmbulo à deposição de Perón, com enfrentamentos de rua e bombardeios à Casa Rosada e à Plaza de Mayo que deixaram centenas de mortos, o governo chegou a propor uma conciliação que visava garantir o estado de legalidade e a participação mais efetiva das oposições sobre as demandas reivindicadas. <sup>7</sup> No entanto, o misto de intransigência vinda dos setores de classe média, da imprensa de referência e a conspiração militar finamente organizada impediu que o diálogo fosse levado adiante. Em setembro de 1955, mediante novos enfrentamentos civil-militares o período de nove anos de governo de Perón chegava ao fim. María Estela Spinelli assim traduziu a reação daqueles setores exultantes com a queda de Perón:

Después se produjo la imponente manifestación del “día de la libertad” que tuvo lugar en Buenos Aires y en la mayoría de las ciudades del país. Ésta reveló una composición social sustantivamente diferente del “pueblo peronista” que había vivido a Perón y a Evita. Reunió a una multitud eufórica de clase media que, dando cánticos patrióticos, portando escarapelas, pañuelos y banderas y arrojando flores a los héroes de la jornada, festejó su victoria. Durante los años de gobierno de la “revolución libertadora”, esta otra multitud – disciplinada, educada y bien vestida, antítesis de las multitudes revolucionarias que estudió George Rudé (1971), pero a las que seguramente algunos de sus participantes creyeron emular – volvió a ocupar los lugares públicos de los que había sido desplazada por la muchedumbre obrera y popular del peronismo. <sup>8</sup>

Em 1958 foi apresentado aos argentinos o célebre “*Libro negro de la segunda tiranía*”, uma compilação de documentos com todas as ações que o governo

provisório da “libertadora” empreendeu para o apagamento do peronismo da memória histórica. A partir da criação da Comisión Nacional de Investigaciones, o propósito do governo provisório era saber como “y hasta dónde se había realizado su obra destructora [do peronismo], señalar sus propósitos, sus cómplices y colaboradores, sus métodos de corrupción y propaganda, etc.”.<sup>9</sup>

Qual o lugar que Walsh ocupa diante desses fatos e por que definir a partir deles, uma espécie de “segunda década infame” vivenciada na Argentina?

O termo “década infame” foi cunhado pelo historiador José Luis Torres em referência ao período 1930-1943, cuja marca é a ascensão de sucessivos governos a partir da queda do radical Hipólito Yrigoyen em 1930.<sup>10</sup> Mas não somente isto. O termo tornou-se célebre e generalizou-se porque Torres insistiu no argumento de que tal período seria caracterizado por fraudes eleitorais, corrupção política e desmandos econômicos que resultariam, enfim, em mais um golpe de Estado no ano de 1943 que derrubou a Ramón Castillo. O sociólogo Oscar Terán formulou com exatidão os sentimentos políticos da década infame ao sublinhar que ela sintetiza a indignação e a denúncia diante das fraudes, da corrupção instalada nas esferas estatais, e da enorme desocupação laboral que se seguiu à crise econômica mundial: “En esa dirección, la crisis producida fue mucho más que económica, dado que afectó autoimágenes nacionales largamente difundidas”.<sup>11</sup>

Recentemente, a imprensa argentina recorreu ao termo para qualificar o período presidencial de Carlos Menem (1989-1999); porém, estou empregando-o neste artigo para designar a segunda metade da década de 1950, que tanto coincide com a “libertadora” como à imersão de Rodolfo Walsh no escrutínio de dois grandes escândalos políticos motivados desde o vértice do poder, e constituem a matéria prima de *Operação massacre* e *Caso Satanowsky*. Enquanto o primeiro texto é uma investigação refinada sobre o fuzilamento ilegal, sem acusação formal e clandestino de trabalhadores supostamente envolvidos num complô cuja finalidade seria o contragolpe peronista no ano de 1956;<sup>12</sup> *Caso Satanowsky* reconstitui pormenorizadamente o assassinato do advogado Marcos Satanowsky a mando de membros do alto escalão da “libertadora”. Satanowsky estava profundamente empenhado em uma luta judicial contra o Estado argentino em torno da propriedade do jornal *La Razón*, defendendo os interesses de Ricardo Peralta Ramos, acionista majoritário da empresa jornalística. Para Walsh, na conjuntura um convicto antiperonista e cujas pretensões à época não se situavam no campo da política, a

chamada “Revolución libertadora” de 1955 passa a ser o grande referente de uma mudança crucial que o levou a novas adesões, afastamentos e a uma autocrítica sobre sua escrita manifestada, primordialmente, pelo conseqüente abandono da narrativa de ficção policial.

Pode-se afirmar, portanto, que esse contexto representa um período axial para Rodolfo Walsh. Ele se configura na inflexão de sua escrita e de suas preocupações, com uma tomada de posição como intelectual militante no espaço da política. Mais detalhadamente, em que consistem esses textos e como podemos relacioná-los ao contexto histórico que permite visualizar o papel de Walsh como aquele intelectual que mais se empenhou no deciframento dos aspectos criminais do poder político?

### **Acontecimento e política em Rodolfo Walsh**

No Prólogo de *Operação massacre*, Walsh destaca que a primeira notícia dos fuzilamentos clandestinos de doze homens em junho de 1956 chegou a ele de forma casual, num café de La Plata enquanto jogava xadrez. O impacto de uma prosaica novidade - porque a violência era regra nessa “década infame” - estava contido na informação que obteve: “Um fuzilado está vivo”.

Desde aí, Walsh foi levado pelo acontecimento e depois pela obsessão em esclarecer uma “história difusa, distante, eivada de improbabilidades”.<sup>13</sup> Ao encontrar Juan Carlos Livraga, o “fuzilado que vive”; ou, digo eu, o morto que fala, Walsh perambula por uma Buenos Aires que desacredita de sua história, transformada em papel amarrotado nos seus bolsos: a história não existe nos jornais. Por Livraga, Walsh descobre que há um segundo sobrevivente: Miguel Ángel Giunta. Giunta ouvira vagamente em algum momento e lugar: um terceiro fuzilado vive, chama-se Horacio di Chiano. Uma carta anônima é recebida na redação do jornalzinho que Walsh publica sua história: Gavino conseguiu fugir. Portanto, são quatro. Mais dois fuzilados reencarnam em si mesmos no exílio boliviano: Troxler e Benavídez. Portanto, são seis, diz Walsh.<sup>14</sup> Por fim, um informante e amigo de alguns fuzilados dispara a Walsh que havia um sargento de sobrenome bastante comum, e ninguém sabia qual o fim levou. Seu nome: Rogelio Díaz, o último sobrevivente.

Na primeira edição de *Operação massacre* publicada em 1957, Walsh esclarece que escreveu o livro para que ele *agisse*, e não para que se incorporasse ao vasto número de elucubrações dos ideólogos. Portanto, justifica sua opção em, primeiro, publicar a história em capítulos nos jornais que o aceitaram: *Revolución Nacional e Mayoría*, ambos vinculados à direita nacionalista:



Assim, responde a timoratos e pobres de espírito que me perguntam por que eu – que me considero um homem de esquerda – colaboro como jornalista com indivíduos e publicações de direita. Respondo: porque eles ousam, e nesse momento não reconheço nem aceito hierarquia mais alta que a da coragem civil. Ou pretenderão que silencie estas coisas por ridículos preconceitos partidários? Enquanto os ideólogos devaneiam, gente mais prática tortura e mata. E isso é concreto, isso é urgente, isso é do aqui e agora.<sup>15</sup>

Walsh oportuniza um quadro histórico do sistema político argentino (militares, civis, sistema judiciário, polícia), implicado na construção dos aspectos mais sombrios que conformam o poder. A mentira, o blefe e a tortura como regras do cotidiano político surgem como a “culminação de um sistema” em que a cidadania e a justiça foram desqualificadas. Isto porque, fosse qualquer governo, qualquer autoridade, qualquer instituição ou coisa respeitável, Walsh pleiteava que se reconhecesse aos que se salvaram, que houve um erro; e aos que morreram, se reconhecesse o engano, a estupidez, a cegueira. Historicamente, as origens desse sistema, Walsh busca no retrato de uma oligarquia dominante, que, ao fechar os olhos e ser cúmplice de torturas e assassinatos, compõe os “episódios característicos, inevitáveis e não anedóticos da luta de classes da Argentina”.<sup>16</sup>

Como destaca Eduardo Jozami, os grandes relatos da Argentina contemporânea, sobretudo, aqueles que se referem à negação da democracia e a violação dos direitos humanos, ou a luta popular contra as proscricções e a exclusão, não podem ser contados sem passarmos pelo texto de Walsh.<sup>17</sup> *Operação massacre* se realiza não como um manifesto político, mas como uma proclamação que subscreve a exigência de uma ética política. Converte-se em denúncia do mundo subterrâneo da política na qual a Argentina mergulhava. A conivência do aparelho judicial com os fuziladores, a omissão dos meios de comunicação, o silêncio sobre o paradeiro dos grupos negligenciados são os eixos para alicerçar o relato de Walsh como um resgate crítico da história e da política.<sup>18</sup>

A narrativa de *Caso Satanowsky* consolida o horizonte em que Walsh fundamenta sua concepção sobre o poder e sua história. Portanto, em certa medida, *Operação...* e *Caso...* são relatos que se equivalem porque desafiam Walsh a desconstruir uma teia complexa de relações promíscuas que as autoridades do governo argentino firmavam com criminosos a soldo oficial. A diferença está em que para o assassinato do advogado – típico representante das oligarquias portenhas e antiperonistas – são agenciados indivíduos sem vínculos legais e profissionais com o poder estatal.

O “caso” tem como ponto de partida a formação de uma rede de comunicação encetada pelo peronismo para propaganda oficial, e a aquisição por setores do governo do diário *La Razón* – pertencente a Ricardo Peralta Ramos – que, todavia, com o advento da “libertadora” reclamou a restituição do jornal alegando que a transação não era uma venda, e sim uma cessão de direito de uso, e que as ações ainda estavam sob seu controle. Para defender sua causa, contratou Marcos Satanowsky, o qual, para Walsh, logrou um “milagre” quase inacessível para um humilde imigrante judeu nascido em Kiev. Segundo a descrição de Walsh, Satanowsky havia se convertido em:

(...) miembro admitido de la oligarquía argentina. En los intereses defendidos por Satanowsky hay dos vertientes: lo más próspero de la colectividad judía y lo más rancio de la oligarquía criolla. En su estudio de la calle San Martín, que atienden diez abogados, se cruzan los Martínez de Hoz, los Acevedo, los Lezica, con los gerentes del Banco Israelita; la marquesa de Salamanca, los Madero y los Alvear con los accionistas del Banco Comercial en quiebra. Ha defendido a la West Electric y la AEG en un pleito de resonancia mundial sobre las patentes del cine sonoro. (...) Su posición social condiciona sus opciones políticas. Satanowsky tenía que ser antiperonista y lo fue con decisión.<sup>19</sup>

Satanowsky possuía comprovações que atestavam a pertença de *La Razón* por Peralta Ramos e lutava na justiça pela devolução do jornal ao seu suposto verdadeiro proprietário. A “libertadora” passou a ter interesses inamovíveis para manter o diário sob controle do governo, e a 13 de junho de 1957, homens contratados por Juan Constantino Cuaranta, diretor da SIDE – Secretaría de Inteligencia del Estado, acuaram Satanowsky em seu escritório e o assassinaram com um disparo. Como em *Operação massacre*, novamente Walsh foi instado pelos irmãos Jacovella do periódico *Mayoría* para que desse início a uma investigação.

O “caso” irá ser reconstruído a partir de duas séries de dezesseis e doze notas respectivamente, publicadas entre 2 de junho e 25 de dezembro de 1958, quando Walsh consegue chegar ao nome dos implicados no crime: Marcelino Castor Lorenzo, o pistoleiro colombiano Laverde Pinilla, Rodolfo Ladislao Palacios e José Américo Pérez Griz. Dentre as conclusões de Walsh, está pelo menos uma série de quatro elementos constitutivos e argumentados que desencobrem a face criminal do poder: 1) foi um crime oficial; 2) houve passividade judicial; 3) houve encobrimento policial; 4) deve ser esclarecida a possível intervenção no fato do general Cuaranta.<sup>20</sup> Uma outra questão de relevância histórica permeia o “caso”: Leonardo Candiano em artigo escrito para uma edição especial da revista *Subestada* dedicada a Walsh, indaga por

que o intelectual argentino decidiu publicar o texto em forma de livro somente em 1973? Possivelmente as razões são de natureza histórica e explicitadas por Walsh na Introdução de *Caso Satanowsky*:

Si rescato el tema en 1973, no es para contribuir al congelamiento histórico de la Revolución Libertadora, Hay en juego un interés público actual. Los mecanismos que la Libertadora estableció en los campos afines del periodismo y los Servicios de Informaciones – temas del libro – siguen vigentes después del triunfo popular del 11 de marzo, y no es una política conciliadora la que ha de desmontarlos.<sup>21</sup>

Esta menção de Walsh diz respeito, sobretudo, à permanência histórica de práticas ilegais, fraudulentas e de violência estatal. Igualmente, aponta para a necessidade de os próprios argentinos restabelecerem um regime de justiça cujo parâmetro não é o assassinato fortuito e pontual de um membro das elites dominantes, mas o seu inverso: despertar uma consciência política em que a convicção sobre as ideias de verdade não seriam meras abstrações. Seu erro? Acreditar, como nos faz ver Eduardo Jozami, que a brutalidade do Estado estaria reservada apenas para os questionadores da ordem social, e não golpearia aqueles que litigavam por interesses privados. Assim, Jozami lembra que a ditadura de 1976 não limitou-se a dirigir sua repressão aos militantes populares, mas incluiu crimes motivados pelo afã de resolver contradições do poder ou o interesse de assegurar algum negócio.<sup>22</sup>

Os dois textos de Walsh, mais do que relatos testemunhais ou com tonalidades de conto policial como lugares que encerram a dinâmica criminal das instituições, fornecem subsídios para apreendermos como determinação histórica, outra dinâmica que iria instaurar-se na cultura política argentina desde então. E isto é evidenciado, mesmo a despeito de ser o “golpe de Estado” uma fórmula clássica e efetiva de usurpação do poder desde 1930. O que pretendo com esse argumento é reiterar não a excepcionalidade ou incorrer no equívoco de um condicionalismo que parece submeter determinada cultura às mazelas políticas em razão de seu “caráter nacional”. Pretendo reivindicar, ao contrário, um modo de operação de violência estatal que acelerou num dado momento histórico em muitos países da América Latina o esvaziamento da política como campo no qual o conflito e o dissenso encontraram como única alternativa menos o debate público, mas, de fato, o seu apagamento.

---

<sup>1</sup> Respectivamente, e bem longe de exaurir a bibliografia, cito: JOZAMI, Eduardo. *Rodolfo Walsh, la palabra y la acción*. Buenos Aires: Edhasa, 2013; LINK, Daniel. (Ed.). *Ese hombre y otros papeles personales*. Buenos Aires: Ediciones Planeta, 1996; FERNÁNDEZ, Joaquín. *Rodolfo Walsh, Entre el combate y el verbo*. Buenos Aires: Ediciones Lea S. A., 2012; ARROSAGARAY, Enrique. *Rodolfo Walsh en Cuba: Agencia Prensa Latina, militancia, ron y criptografía*. Buenos Aires: Catálogos, 2004;

---

SEOANE, Maria. *Rodolfo Walsh, La palabra no se rinde*. Buenos Aires: Fundación Octubre, 2007; MONTERO, Hugo; PORTELA, Ignacio. *Rodolfo Walsh: Los años Montoneros*. Buenos Aires: Continente, 2010.

<sup>2</sup> PIGLIA, Ricardo. Prólogo. In: WALSH, Rodolfo. *A máquina do bem e do mal e outros contos*. Tradução de Sérgio Molina e Rubia Prates Goldoni. São Paulo: Editora 34, 2013, p. 7.

<sup>3</sup> No presente artigo emprego as seguintes edições: WALSH, Rodolfo. *Operação massacre*. Tradução de Hugo Mader. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. WALSH, Rodolfo. *Caso Satanowsky*. 8. Ed. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 2012.

<sup>4</sup> Cf. SILVA, Helenice Rodrigues. *Fragmentos da história intelectual: Entre questionamentos e perspectivas*. Campinas: Papirus, 2002, p. 136-137.

<sup>5</sup> DOSSE, François. *La marcha de las ideas*. Historia de los intelectuales, historia intelectual. Traducción de Rafael F. Tomás Llopis. Valencia: Universitat de Valencia, 2006, p. 46-47.

<sup>6</sup> Tal questão é amplamente discutida no primeiro capítulo de: NEIBURG, Federico. *Os intelectuais e a invenção do peronismo*. Tradução Vera Pereira. São Paulo: EdUSP, 1997, p. 23-42.

<sup>7</sup> Dentre as propostas de conciliação estava a convocatória de eleições para a reforma constitucional que visasse os artigos referidos às relações Igreja-Estado. O governo também reconhecia as limitações à liberdade individual, aduzindo que a “revolução peronista” havia finalizado e começava uma nova etapa de caráter constitucional. Cf. SPINELLI, María Stela. *Los vencedores vencidos: el antiperonismo y la “revolución libertadora”*. Buenos Aires: Biblos, 2005, p. 44-45.

<sup>8</sup> Cf. Spinelli, *Los vencedores vencidos*, p. 51.

<sup>9</sup> GOVERNO PROVISORIO DE LA REPÚBLICA ARGENTINA. *Libro negro de la segunda tiranía*. Buenos: s/ed., 1958, p. 21.

<sup>10</sup> TORRES, José Luís. *La década infame*. Buenos Aires: Editorial Patria, 1945.

<sup>11</sup> TERÁN, Oscar. *Ideas en el siglo*. Intelectuales y cultura en el siglo XX latinoamericano. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, p. 51.

<sup>12</sup> A sublevação civil-militar foi liderada pelo general Juan José Valle na noite de 9 de junho de 1956. Valle foi fuzilado em 12 de junho.

<sup>13</sup> Cf. Walsh, *Operação massacre*, p. 15.

<sup>14</sup> *Operação massacre*, p. 19-20.

<sup>15</sup> *Operação massacre*, p. 206.

<sup>16</sup> Esta afirmação de Walsh está contida no epílogo da terceira edição de *Operação massacre*, de 1969, e publicada na edição brasileira de 2010, p. 244. Portanto, se constitui no contexto em que Walsh já tem clara e consolidada uma mudança de rumos de perspectiva política. Ou seja, de antiperonista na década de 1950, encontrar-se-á comprometido na militância da esquerda peronista e vinculado às demandas da CGTA.

<sup>17</sup> Cf. Jozami, *La palabra y la acción*, p. 76.

<sup>18</sup> Dos doze trabalhadores levados ao fuzilamento clandestino, apenas dois tinham ligações mais próximas com a militância peronista. Todos eles, encontravam-se na casa de Horacio di Chiano para ouvir a transmissão radiofônica de uma luta de boxe desde Luna Park. A entrada em cena dos fuzilados é fortuita: inimigos sem o saberem; resistentes como eufemismo que só têm como resposta a audição de uma luta.

<sup>19</sup> WALSH, Rodolfo. *Caso Satanowsky*. 8. Ed. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 2012, p. 27-28.

<sup>20</sup> WALSH, *Caso Satanowsky*, p. 241-246.

<sup>21</sup> WALSH, *Caso Satanowsky*, p. 17.

<sup>22</sup> Cf. Jozami, *La palabra y la acción*, p. 97.

## Temporalidades ensinadas e avaliadas na educação básica: um estudo a partir do Saerjinho

Marcus Leonardo Bomfim Martins<sup>1</sup>

### Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar como a questão temporal atravessa as questões de História do Saerjinho – avaliação oficial da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ). A pertinência desse estudo consiste no fato de esta questão assumir um lugar de destaque na estrutura epistemológica do conhecimento histórico. Apoiado nas contribuições do campo do Currículo, interessa-me evidenciar as fixações hegemônicas de sentido do tempo histórico nas avaliações oficiais percebidas como um espaço-tempo de validação do conhecimento escolar.

Palavras-chave: Temporalidade; Ensino de História; Saerjinho.

### Abstract

This work aims to analyze how the temporal matter goes through the History's questions on "Saerjinho" – official evaluation from the State Secretariat for Education of Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ). The relevance of this study lies in the fact that this question takes a prominent place in the epistemological structure of history knowledge. Endorsed in the contributions of Curriculum field, I am interested in highlight the hegemonic fixings sense of historical time in the official evaluations perceived as a space-time of school knowledge validation.

Keywords: Temporality, History Teaching, Saerjinho.

### Introdução

*O conhecimento histórico se distingue de outros tipos de conhecimento pela perspectiva da temporalidade que lhe é própria. (SIMAN, 2005, p. 111)<sup>i</sup>*

A proposta deste texto é sumariar os sentidos de tempo histórico que têm sido hegemonicamente fixados nas questões de História do Saerjinho, reconhecendo o elevado potencial das avaliações no imbricado jogo político de construção curricular, concorrendo, de forma decisiva, para a elaboração/reelaboração de novas/velhas formas de se ensinar temporalidades nas aulas de História das escolas públicas do Rio de Janeiro. Nesse sentido, apresento brevemente na introdução como estou pensando a questão da temporalidade no ensino de História, a questão da avaliação a partir do campo do Currículo e das políticas educacionais. Além disso, mostro a paisagem teórica que orienta a construção da caixa de ferramentas para operar na análise empírica. Na seção seguinte, faço uma apresentação da

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE/UFRJ), estando vinculado à linha de pesquisa Currículo, Docência e Linguagem, fazendo parte do Grupo de Estudos Currículo, Cultura e Ensino de História (GECCEH), sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carmen Teresa Gabriel. E-mail: [marcus.bomfim@gmail.com](mailto:marcus.bomfim@gmail.com)

avaliação bimestral da SEEDUC/RJ e, na última parte deste texto, procuro analisar sentidos de tempo histórico em três questões da referida avaliação.

Lana Siman reconhece no trecho que escolhi como epígrafe para este texto a centralidade da questão do tempo na estrutura epistemológica do conhecimento histórico, seja ele acadêmico ou escolar. Embora nos limites deste texto não seja possível aprofundar uma discussão sobre as diferenças entre o produto do trabalho do historiador e a transformação desse produto em objeto de ensino, aposto na especificidade epistemológica / axiológica do conhecimento histórico escolar, sem, contudo, deixar de reconhecer os laços indissociáveis entre este e o conhecimento histórico acadêmico.<sup>ii</sup>

Concordando com Siman em relação à importância da categoria tempo como componente estruturante do conhecimento histórico, e dando ênfase ao viés escolar deste conhecimento, optei neste trabalho por explorar os desafios colocados pelo aprendizado das temporalidades, que se apresenta como um elemento incontornável no ensino de História.

O conceito de “narrativa histórica”, formulado no âmbito de hermenêutica de Paul Ricoeur, me parece potente para pensar sobre os limites e possibilidades de se trabalhar com a questão temporal no ensino de História. De acordo com GABRIEL (2013)<sup>iii</sup>, para este autor, “o tempo só se deixa dizer na forma de narrativa” (p. 11). Além disso, Gabriel aponta ainda que “Ricoeur reconhece a pertinência em articular passado, presente e futuro, numa totalidade que não seja percebida de forma acabada e definitiva, distanciando-se assim da concepção hegeliana de totalidade” (p. 13).

Na mesma linha de Ricoeur, Rüsen (2010)<sup>iv</sup> percebe como essencial a conexão entre passado, presente e futuro na estruturação do seu conceito de “consciência histórica”, entendida como “um conjunto coerente de operações mentais que definem a peculiaridade do pensamento histórico” (p. 37) e que serve como “orientação no cotidiano” (p. 16), sendo, pois, o principal objetivo do ensino de História. A articulação proposta entre as citadas dimensões do tempo permitiria, segundo Rüsen, refutar o preconceito de que a história lida apenas com o passado. O historiador alemão revela sua aproximação teórica com Ricoeur ao apresentar a narração histórica como “um procedimento mental básico que dá sentido ao passado com a finalidade de orientar a vida prática através do tempo” (p. 37). Embora o filósofo francês não se preocupe especificamente com as questões de ensino, o historiador alemão formula o conceito de “consciência histórica” pensando na narrativa histórica desenvolvida no espaço educacional.

Pensando no e a partir do campo da Educação, não há relação de ensino-aprendizagem que não seja atravessada pela avaliação. Interessa-me, pois, particularmente, explorar as

articulações estabelecidas entre o ensino das temporalidades no âmbito da disciplina História e as avaliações relativas a essa mesma disciplina escolar. Afinal, CHUEIRI<sup>v</sup> (2008, p. 51) afirma que a avaliação “está sempre a serviço de um projeto ou conceito teórico, ou seja, é determinada pelas concepções que fundamentam a proposta de ensino”. Embora a autora se refira à avaliação escolar, me parece potente pensar que a articulação entre um instrumento avaliativo e uma proposta de ensino não escapa também às avaliações oficiais que desde a última década do século XX têm ocupado papel de destaque nas políticas públicas para a educação (SOUSA & OLIVEIRA, 2010)<sup>vi</sup>.

Assumo, pois, como pressuposto teórico que o Saerjinho, objeto empírico central desse estudo – avaliação oficial que integra o sistema de avaliação educacional da Secretaria de Estado de Educação do Rio Janeiro criado em 2011, pelas características que apresenta e que serão exploradas mais adiante neste texto, possui uma proposta de ensino, participando, portanto, da arena de disputas políticas no qual se configura o currículo, aqui entendido não como um objeto fechado, com contornos pré-definidos, mas como produção de sentidos, que são sempre parciais e localizados historicamente (LOPES & MACEDO, 2011)<sup>vii</sup>, e como elemento “construído e negociado nas relações de poder existentes nas diferentes esferas do processo educativo” (FRAZÃO, 2014, p. 14)<sup>viii</sup>.

Essa forma de pensar o currículo, suas práticas e políticas está vinculada às interlocuções que estabeleço com perspectivas teóricas pós-fundacionais e anti-essencialistas, com destaque para a Teorização Social do Discurso (LACLAU & MOUFFE, 2004)<sup>ix</sup>. Operar na pauta pós-fundacional implica em “abrirmos mão de certezas e verdades apoiadas em fundamentos metafísicos que se situam fora do jogo da linguagem” (GABRIEL, 2013b, p. 4)<sup>x</sup>. Em relação às perspectivas anti-essencialistas, trata-se de entender que “não existe *um* sentido previamente fixado, passível de identificar as coisas e sujeitos desse mundo pelas suas “positividades plenas.”” (GABRIEL, 2013b, p. 5). Dessa forma, priorizo as abordagens discursivas da realidade que entendem a definição do social como uma tarefa política por excelência, pois, como bem resume Laclau, “o político é o ontológico do social” (2005, p. 94 *Apud* GABRIEL, 2013, p. 2). O discurso é, portanto, a partir dos referenciais teóricos anunciados, uma totalidade inacabada, fruto de articulações precárias e contingenciais permeadas por relações assimétricas de poder, no permanente processo de significação.

Pensar avaliação a partir do campo do Currículo permite concebê-la como prática curricular e ato de significação, pois, ao mobilizar noções de “conhecimento verdadeiro” e/ou “válido a ser ensinado”, ela produz sentidos de ensino, aprendizagem, “bom” aluno, “mau”

aluno, “bom” professor, “mau” professor, “boa” escola, “má” escola, “bom” sistema, “mau” sistema, dentre outros.

Diante da proposta pensada para este texto, farei na próxima seção uma apresentação do objeto empírico, depois breves reflexões sobre sentidos de tempo histórico e, por último, uma análise destes sentidos a partir da empiria.

### **Apresentando o Saerjinho**

Concordando com o sociólogo português Almerindo Afonso, creio que os processos educativos, em escala mundial, estão sendo atravessados por uma “obsessão avaliativa” (AFONSO, 2007)<sup>xi</sup>. Para Afonso, esse estado se caracteriza pela permanência do protagonismo da avaliação nas políticas públicas educacionais “de forma relativamente indiferente à natureza dos governos de outras orientações político-partidárias (...) pelo fato de continuar a contribuir para maximizar as funções de controle e de legitimação...” (p. 11). No Brasil, a consolidação do Saeb – Sistema de Avaliação da Educação Básica, de nível nacional, implementado a partir de 1990, estimulou a criação de sistemas estaduais de avaliação (SOUSA & OLIVEIRA, 2010).

Nesse contexto, a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ) decidiu investir em seu próprio sistema de avaliação educacional, o SAERJ (Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro), que existe desde 2008 e tem como finalidade “monitorar o padrão de qualidade do ensino e colaborar com a melhora da qualidade da educação”<sup>xii</sup>.

Esse sistema compreende dois programas de avaliação: o Programa de Avaliação Diagnóstica do Desempenho Escolar (Saerjinho) e o Programa de Avaliação Externa, que comumente é confundido pelos diversos sujeitos sociais atravessados por essa avaliação, inclusive a própria SEEDUC/RJ, com o próprio SAERJ<sup>xiii</sup>.

O Saerjinho foi criado em 2011, sendo apresentado pela SEEDUC/RJ como Sistema de Avaliação Bimestral, fazendo parte de um conjunto de mudanças reunidas no novo Programa de Educação do estado anunciado pelo secretário de educação Wilson Risolia também em 2011. De acordo com o secretário, o objetivo principal do programa é colocar o Rio de Janeiro “entre as cinco primeiras posições no ranking de educação nacional até 2014”<sup>xiv</sup>.

A criação do Saerjinho naquele momento fez parte das escolhas estratégicas da SEEDUC/RJ em atingir o referido objetivo do Programa de Educação do estado, pois esta



avaliação bimestral permite que “os educadores possam elaborar estratégias pedagógicas para melhor alcançar as metas da escola no fim do ano”<sup>xv</sup>.

O fato de ser aplicado bimestralmente o afasta de concepções estabilizadas do que seria uma avaliação de larga escala (VIANNA, 2001)<sup>xvi</sup>. Esta seria de caráter amostral, ou seja, não contemplaria todos os alunos e/ou turmas de uma determinada rede e, comumente é aplicada apenas em séries que finalizam ciclos, o que no caso brasileiro seriam o 5º e o 9º ano do ensino fundamental e a 3ª série do ensino médio, não sendo, contudo, aplicada bimestralmente, mas apenas uma única vez, próximo ao fim do ano letivo, para que seja possível medir o desempenho ao final daquela etapa.

Uma avaliação que é aplicada apenas ao final de um ciclo não permite avaliar a aprendizagem do aluno, pois não há informações do ponto de partida, sendo possível mensurar apenas o acúmulo dos conhecimentos avaliados. Esse tipo de avaliação tem, portanto, o potencial de apresentar um retrato importante sobre o que está sendo avaliado sobre uma escola e/ou uma rede, mas não sobre cada estudante.

Uma avaliação que é aplicada bimestralmente e cujos resultados são disponibilizados por aluno em todas as séries, como é o caso do Saerjinho, permite um acompanhamento da aprendizagem de cada estudante, o que indubitavelmente potencializa os usos dos resultados pelos professores e pelas escolas a fim de tomar decisões pedagógicas e curriculares mais condizentes com as necessidades específicas de cada turma em relação aos objetivos do processo de ensino-aprendizagem de cada escola. Além disso, a periodicidade com que é aplicada e os constrangimentos legais oriundos da obrigatoriedade do professor utilizar os resultados obtidos pelos alunos nesta avaliação oficial no cômputo da média bimestral de cada discente<sup>xvii</sup>, fazem com que o Saerjinho esteja “mais presente” no cotidiano escolar, atravessando as relações entre os sujeitos que na escola se posicionam.

Somente em 2013 foi incluída a disciplina História nessa avaliação. São apresentadas aos alunos da rede, nove questões desta disciplina em cada edição da prova.

### **Reflexões sobre temporalidades na educação histórica escolar**

*“[...] ninguém pega o tempo, ninguém o segura, ninguém o vê”.* (MIRANDA, 2013, p. 46)<sup>xviii</sup>.

A epígrafe dessa seção aponta para a complexidade e dificuldade de se trabalhar com a questão temporal na construção do conhecimento histórico e quando este transforma-se em objeto de ensino na educação básica, ou seja, nas relações de ensino-aprendizagem. A pretendida articulação entre presente, passado e futuro proposta por Ricoeur e Rüsen na

formulação de seus conceitos de “narrativa histórica” e “consciência histórica” respectivamente, apresenta-se como um enorme desafio para professores de História.

Os avanços tecnológicos materializados na profusão de formas de estar presente em vários lugares ao mesmo tempo, constituem-se como mais um desafio ao ensino de temporalidades, pois pautam a forma das pessoas se perceberem no mundo de hoje, trazendo consigo uma sensação de presentismo, de um *continuum* temporal (SARLO, 2000)<sup>xix</sup>. “Trata-se, portanto, de um cenário que nos projeta diante de uma saturação do instante presente em termos de sua intensidade e, ao mesmo tempo, sua fugacidade” (MIRANDA, 2013, p. 60).

Esse cenário torna-se desafiante e complexo à medida que dificulta o estabelecimento de relações de mudança/ruptura, pois “o passado torna-se passado quando o presente estabelece com ele relações de mudanças, inaugurando um novo tempo” (SIMAN, 2005, p. 115). Em outras palavras, a sensação de um presente contínuo dificulta nossa relação com o passado e com o futuro.

Se o tempo não é material como nos afirma Miranda, como não deixá-lo escapar quando se ensina História nas salas de aula da educação básica? Defendendo a potência da narrativa histórica, caberia ao professor dessa disciplina narrar, mas não uma narração do tempo, mas uma narração com o tempo. Gabriel (2013) propõe explorar didaticamente a articulação discursiva entre os significantes tempo e narrativa presente na obra de Ricoeur. Para ela, “o significado do termo narrativa percebida como síntese do heterogêneo de diferentes experiências temporais, sejam elas ficcionais ou históricas, oferece uma resposta satisfatória à aporia da fragmentação fazendo emergir a cadeia equivalencial capaz de garantir a unicidade de tempo histórico”. (p. 13).

Lana Siman contribui para o debate em torno das temporalidades ao simultaneamente diferenciar relacionar tempo histórico e tempo cronológico.

O tempo histórico não se limita ao tempo cronológico, à sucessão linear dos acontecimentos no tempo físico. As capacidades de ordenação, de sucessão, de duração, de simultaneidade e de quantificação do tempo necessárias para lidar com a temporalidade histórica não são suficientes para o seu alcance. O tempo histórico é produto das ações, relações e formas de pensar dos homens e essas ações variam ao longo do tempo cronológico. Em cada tempo histórico – ou em cada presente – coexistem relações de continuidade e de rupturas com o passado, bem como perspectivas diferenciadas do futuro. Assim, as mudanças e permanências que acontecem num determinado tempo não se explicam pelo que aconteceu num tempo cronológico imediatamente anterior; no entanto, não podemos prescindir da cronologia para construir demarcações dos processos históricos (SIMAN, 2005, p. 111).

Na esteira dos grandes e variados desafios que se apresentam para se pensar a questão do tempo no ensino de História encontra-se o enfrentamento dos essencialismos, muito comuns nas construções narrativas dessa disciplina escolar, que tende a colocar em uma

mesma cadeia de equivalências a passagem cronológica do tempo e a ideia de progresso, de forma linear e sem análise crítica de permanências e rupturas.

Diante das dificuldades de se ensinar temporalidades, torna-se ainda mais complexa a tarefa de avaliar o aprendizado delas sem cair em essencialismos, sem prender-se demasiadamente ao tempo cronológico, sem esvaziar a complexidade da articulação entre futuro, passado e presente.

### **Sentidos de tempo histórico no Saerjinho**

A narrativa histórica pode ser vista e descrita como essa operação mental constitutiva. Com ela, particularidade e processualidade da consciência da história podem ser explicitadas didaticamente e constituídas como uma determinada construção de sentido sobre a experiência do tempo. O aprendizado histórico pode, portanto, ser compreendido como um processo mental de construção de sentido sobre a experiência do tempo através da narrativa histórica, na qual as competências para tal narrativa surgem e se desenvolvem (RÜSEN, 2010, p. 43).

Considerando a questão das temporalidades como um elemento incontornável do ensinar-aprender História e pensando avaliação como espaço-tempo de validação do conhecimento escolar, isto é, como prática curricular legitimada socialmente para validar o que deve ou que não deve ser ensinado nas escolas, reconhecendo, porém, a impossibilidade desse instrumento ser pensado como algo neutro, sem intenções curriculares/pedagógicas, nesta seção, tento compreender como a complexidade do tempo tem se traduzido em questões objetivas da avaliação oficial<sup>xx</sup> aqui privilegiada.

Na impossibilidade de fazer a análise de todas as questões das provas de História do Saerjinho aplicadas ao longo de 2013, destaquei três questões do referido ano que trabalham de forma mais explícita com a questão do tempo.

Na questão abaixo, a proposta é que o aluno saiba que Lei foi assinada no “13 de maio”.

#### **Leia o texto abaixo.**

[...] Vemos ainda o partido republicano pulando de um alçapão, como um diabo de mágica, tomar a lei de 13 de maio e colocá-la como uma isca numa ratoeira de adesões, falando ao ódio, ao despeito, às vinganças e apontando aos adversários – a guilhotina. Vemo-lo engrossar as suas fileiras e os seus rendimentos, com o enxurro das senzalas, sem escrúpulos de se nivelar com os capitães do mato de ontem, não escolhendo meios para chegar aos seus fins, numa palavra, um partido que se nutre do ódio à liberdade. [...]

(Revista Ilustrada, 26/01/1889)

Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/lopes%20aristeu.pdf>>. Acesso em: 6 dez. 2012. Fragmento.

A informação histórica presente nesse texto refere-se à

- A) Lei Áurea.
- B) Lei de Terras.
- C) Lei do Ventre Livre.
- D) Lei dos Sexagenários.
- E) Lei Eusébio de Queirós.

Com efeito, a questão parece partir do pressuposto que todos saibam a importância simbólica desta data. Embora nas opções de resposta sejam apresentadas várias leis que fizeram parte do que pode ser chamado de processo de abolição da escravidão no Brasil, não há no texto de referência e nem no comando da questão coisa alguma que trabalhe o caráter processual do fato histórico objeto de avaliação nesta questão. O tempo é ali apresentado de forma coisificada e estática, sendo, pois, ignorada, a sua complexidade.

Na questão que se segue, porém, é possível identificar, na escolha do texto de referência, uma narrativa sobre Tiradentes que busca articular passado, presente e futuro, ao mostrar que em cada tempo presente se significa o passado de uma forma, mostrando que este está sempre aberto a releituras e que o processo de significação do passado se dá a partir do jogo político de cada presente no qual determinado passado é visitado.

**Questão 34**

H110118E4

**Leia o texto abaixo.**

No dia 21 de Abril é comemorado no Brasil o dia de Tiradentes, sendo um feriado nacional, mas vocês lembram-se da história de Tiradentes? [...]

Na época da colonização portuguesa, todos os brasileiros eram prejudicados, para não falar humilhados. Todos deviam pagar altos impostos, entre eles havia aquele no qual deviam ser entregue a 5ª parte do seu ouro à Coroa Portuguesa.

Tiradentes vendo tal situação teve a atitude de se envolver com a Inconfidência Mineira. O acontecimento ocorreu em 1789, em Vila Rica, e o objetivo era a libertação do Brasil da Corte Portuguesa. [...] No ano de 1822, Tiradentes foi reconhecido como mártir da Inconfidência Mineira e, a partir de 1890, passou a ser considerado herói nacional.

Disponível em: <<http://www.mundodastribos.com/dia-de-tiradentes-21-de-abril-feriado.html>>. Acesso em: 30 out. 2012.

Segundo esse texto, a Inconfidência Mineira representou a crise do Sistema Colonial brasileiro, pois foi

- A) um movimento regionalista.
- B) um movimento separatista.
- C) uma manifestação cultural.
- D) uma manifestação popular.
- E) uma retomada da metrópole.

Permanências e rupturas em uma análise comparativa são passíveis de serem identificadas a partir de deslocamentos temporais. Nesse sentido, uma categoria potente para pensar os desejados deslocamentos como forma de superar a rigidez que imobiliza passado e presente, colocando-os de forma linear é a duração. Esse conceito proposto por Braudel (2004)<sup>xxi</sup> trabalha com diferentes temporalidades – tempo da estrutura, da conjuntura e do acontecimento, permitindo trafegar pelo tempo construindo uma narrativa que não se restrinja a descrever elementos perceptíveis no passado em relação ao presente.

A questão a seguir permite, em alguma medida, observar a legitimação do conceito de duração para se pensar o ensino de um conteúdo histórico escolar.

Leia o texto abaixo.

**Declaração dos direitos do Homem e do Cidadão - 1789**

[...] A lei é a expressão de vontade geral; todos os cidadãos têm o direito de concorrer pessoalmente ou pelos seus representantes para a sua formação; deve ser a mesma para todos, seja os protegendo, seja ela os punindo.

Todos os cidadãos sendo iguais aos seus olhos são igualmente admissíveis a todas as dignidades, lugares e empregos públicos, segundo as respectivas capacidades e sem outras distinções que não sejam as das suas virtudes e as dos seus talentos. [...]

Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/francesa/>>. Acesso em: 13 mar. 2012. Fragmento.

Segundo esse texto, a partir da Revolução Francesa, todos os homens têm o direito

- A) à cidadania.
- B) à política.
- C) à religião.
- D) ao trabalho.
- E) ao voto.

A ideia de duração pode ser percebida quando o comando da questão estabelece um marco temporal inicial sem, contudo, fazer um fechamento, transmitindo assim uma ideia de continuidade. O aluno cujo professor tenha elaborado uma narrativa em sua aula que contemplasse a Revolução Francesa (acontecimento) como momento de transição da Idade Moderna para a Idade Contemporânea (conjuntura), e que, sem ignorar as rupturas ocorridas dentro desta idade histórica no qual estão situados, abordasse a permanência das preocupações, no tempo presente (estrutura), com a questão da cidadania, teria maiores chances de acertar a questão.

A potência da construção dessa narrativa reside na percepção de que:

O tempo histórico requer um sentido da existência do passado, bem como do presente; requer um sentimento de pertencer, de estar dentro da história. (...) isso faz com que, de um lado, os alunos tomem consciência de outras épocas e do outro, atribuam novo significado à consciência do seu próprio tempo... (SIMAN, 2005, p. 125).

### **Considerações Finais**

A compreensão da centralidade da questão temporal na estrutura epistemológica do conhecimento histórico escolar implica o reconhecimento da impossibilidade de se ignorar as temporalidades em qualquer prática curricular voltada para o ensino de História. Ainda que o Saerjinho seja uma avaliação oficial, ele não deixa de ser uma prática curricular como procurei mostrar no texto. Dessa forma, suas questões produzem sentidos de tempo histórico que validam ou não narrativas históricas construídas nas salas de aula das escolas da rede estadual do Rio de Janeiro.

Reconhecendo a dificuldade de avaliar em questões objetivas algo tão complexo como o tempo histórico, as questões que foram aqui analisadas não são suficientes para determinar sentidos hegemônicos desse tempo fixado nas provas do Saerjinho, mas deixam pistas sobre

os diversos usos (e abusos) das temporalidades na validação do conhecimento histórico escolar que, no meu entender, valem a pena de serem exploradas de forma mais aprofundada.

---

<sup>i</sup> SIMAN, Lana Mara de Castro. “A Temporalidade Histórica como Categoria Central do Pensamento Histórico: Desafios para o Ensino e a Aprendizagem”. In: *Quanto tempo o tempo tem!* 2ª Edição. Campinas, SP. Editora Alínea, 2005.

<sup>ii</sup> Uma excelente discussão sobre essa questão foi feita por Carmen Teresa Gabriel em sua tese de doutorado intitulada “Um objeto de ensino chamado História – a disciplina de História nas tramas da didatização” defendida em 2003 no Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC/RJ.

<sup>iii</sup> GABRIEL, Carmen Teresa. “Currículo de História: entre experiências temporais e espaciais”. 2013 (no prelo).

<sup>iv</sup> RÜSEN, Jörn. *Jörn Rüsen e o ensino de História*. Organizadores: Maria Auxiliadora Schimidt, Isabel Barca, Estevão de Rezende Martins. Curitiba: Ed. UFPR, 2010, 150p.

<sup>v</sup> CHUEIRI, Mary Stela Ferreira. “Concepções sobre a Avaliação Escolar”. *Estudos em Avaliação Educacional*, v. 19, n. 39, jan/abr, pp. 49-64, 2008.

<sup>vi</sup> SOUSA, Sandra Zákia & OLIVEIRA, Romualdo Portela de. “Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências”. *Cadernos de Pesquisa*, Vol. 40, n. 141, p. 793-822, set/dez, 2010.

<sup>vii</sup> LOPES, Alice Casimiro & MACEDO, Elizabeth. *Teorias de Currículo*. São Paulo: Cortez, 2011. Apoio: Faperj.

<sup>viii</sup> FRAZÃO, Érika Elizabeth Vieira. *Quem é o “povo brasileiro” que habita os Livros Didáticos de História? Um estudo a partir do campo do Currículo*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação. Rio de Janeiro, 2014.

<sup>ix</sup> LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista: Hacia una radicalización de La democracia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2004.

<sup>x</sup> GABRIEL, Carmen Teresa. “Discurso, demandas e fronteira: articulações teórico-metodológicas na análise de textos curriculares”. In: *Revista FAEEBA Educação & Contemporaneidade*, 2013b.

<sup>xi</sup> AFONSO, Almerindo Janela. “Estado, Políticas Educacionais e Obsessão Avaliativa”. In: *Contrapontos – Volume 7 – n. 1- p. 11-22 – Itajaí, jan/abr 2007*.

<sup>xii</sup> Disponível em <http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=843535> (acessos em agosto de 2014).

<sup>xiii</sup> Confusão semelhante ocorre em relação ao sistema nacional de avaliação, o SAEB. Este, também é composto por dois processos avaliativos, a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc). A primeira é também comumente confundida com o próprio sistema, ou seja, com o próprio SAEB, enquanto a outra é chamada popularmente de Prova Brasil.

<sup>xiv</sup> Disponível em <http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=374683> (acessos em agosto de 2014).

<sup>xv</sup> Disponível em <http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=1773722> (acessos em agosto de 2014).

<sup>xvi</sup> VIANNA, H. M. Programas de avaliação em larga escala: algumas considerações. *Estudos em Avaliação Educacional*, nº 23, jan/jun 2001.

<sup>xvii</sup> A obrigatoriedade está expressa no §5º da Portaria SEEDUC/SUGEN nº 419 de 27 de setembro de 2013, que estabelece normas de avaliação do desempenho escolar.

<sup>xviii</sup> MIRANDA, Sônia Regina. “Temporalidades e cotidiano escolar em redes de significações: desafios didáticos na tarefa de educar para a compreensão do tempo”. In: *Revista História Hoje*, v. 2, nº 4, p. 35-79, 2013.

<sup>xix</sup> SARLO, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e videocultura na Argentina*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000.

<sup>xx</sup> O conceito de avaliação oficial que quero aqui fixar é o que CARVALHO & MACEDO construíram em CARVALHO, G. F. S. & MACEDO, M. S. A. N. Avaliação oficial: o que dizem os professores sobre o impacto na prática docente. *Educ. Pesqui.* [online], 2011, vol. 37, n. 3, pp. 549-564. Nesse texto as autoras definem avaliação oficial como sendo Aquelas instituídas legalmente pelo poder público em âmbito nacional e estadual, com enfoque nos sistemas de ensino, elaboradas externamente às unidades escolares, aplicadas em larga escala e com datas previamente determinadas, cujos resultados são sistematizados e publicados por entidades específicas e, geralmente, tendo em vista subsidiar a elaboração de políticas públicas e intervenções pedagógicas (p. 554).

<sup>xxi</sup> BRAUDEL, Fernand. *Gramática das civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Entre o "projeto refundacional" e o "flagelo subversivo": aportes de pesquisa desde a revista *Memorial del Ejército de Chile* (1973-1990)

Marcus Vinícius Barbosa<sup>1</sup>

### **Introdução**

Os estudos sobre a “ética militar” são, paulatinamente, mais profusos nas análises sobre os regimes militares e a construção de uma memória sobre os golpes de Estado na América Latina. Entretanto, ainda é possível perceber certa resistência quanto à temática “militares e política”, uma vez que, por muito tempo, se compreenderam os acontecimentos através de uma visão marcada pelas “paixões políticas” dos atores envolvidos. Assim, os militares foram vistos – e, diria eu, continuam sendo, até certo ponto – como usurpadores inescrupulosos do poder, fantoches das “potências imperialistas”, atores sociais menores e, continuamente, excluídos, desde o princípio, dos processos políticos; relegados a um papel de anomia política. Essa mudez e surdez, esse silêncio imposto, fazem com que os membros das Forças Armadas e a instituição castrense, em si, não sejam entendidos como objeto de estudo legítimo da análise histórica.

Não se nega aqui, de nenhuma forma, as atrocidades cometidas pelo terrorismo de Estado durante os regimes ditatoriais latinoamericanos. O centro da análise desse texto, entretanto, concentra seu foco de atenção na visão dos próprios perpetradores sobre o cenário político da época e pretende compreender os mesmos como objeto de estudo legítimo.

Verifica-se, primeiramente, o número relativamente pequeno de estudos sobre periódicos militares. A revista *Memorial del Ejército de Chile*, até onde sabemos, não foi objeto de estudo específico de nenhum projeto de Mestrado ou Doutorado. O periódico foi utilizado, geralmente, como uma das diversas fontes para os pesquisadores, dentre eles Augusto Varas e Felipe Agüero (1983), Eva Muzzopappa (2006) e Verónica Valdivia Zárate (2003). Os artigos contidos na revista foram analisados em conjunto com outras publicações militares, na sua maioria, produzidas pelos altos escalões do regime militar – discursos, leis e artigos de jornal. Ou seja, a revista que propomos como fonte primária de estudo não recebeu, de modo geral, atenção especial pela historiografia – contando, sobretudo, com a exceção do estudo de Varas e Agüero (1983), intitulado *El proyecto político militar*, o qual traz uma série de artigos de publicações oficiais da caserna ao longo do século XX, mas não realiza nenhuma análise sistemática sobre as mesmas. Na esteira dessa lacuna historiográfica de tratamento sobre a fonte que propomos, está o projeto de pesquisa coordenado pelo Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir<sup>2</sup>, que teve início em 2012, do qual participei como bolsista de iniciação científica até o final de 2013, realizando o Trabalho de Conclusão de Curso, procurando

entender, especificamente, a influência da Doutrina de Segurança Nacional no projeto político dos militares no período anterior ao golpe e a sua inflexão depois da tomada do poder<sup>3</sup>.

A ideia da análise do projeto refundacional nos chamou a atenção por permitir a verificação de um número razoável de questões formativas contidas no interior do mesmo. É possível perceber, através desse projeto político, a construção de uma memória sobre o governo militar e, ao mesmo tempo, sobre o governo do presidente deposto, Salvador Allende. Sobretudo, através da análise do projeto refundacional, podemos perceber a emergência de uma consciência política diferente daquela apresentada até o momento do golpe de Estado, mas, *pari pasu*, identificar como a Doutrina de Segurança Nacional – presente no discurso da oficialidade desde meados da década de 1960 – também exerceu sua influência no imaginário político dos militares sobre a intervenção elaborada posteriormente a ela. O projeto refundacional, dessa forma, é um elemento a mais na guerra contra o “flagelo subversivo”: é um instrumento de combate na “guerra psicológica” da Guerra Fria latinoamericana.

O projeto refundacional engendrado pelos militares chilenos a partir da tomada de poder com o golpe militar-civil de setembro de 1973 – o “pronunciamento militar”, segundo a caserna – constituiu-se, primeiramente, na eliminação sistemática do legado do governo de Salvador Allende e da *Unidad Popular*. Esse “projeto de país” – como se referiu Garretón (2003) – se estabeleceu através de uma lógica de luta entre visões de política diferentes, a saber: a do grupo até então governista – o conglomerado de esquerda -, que acreditava estar em um processo de “revolução pacífica” para a implantação do socialismo no Chile – a então denominada “via chilena para o socialismo”-; e a dos militares – somando as três forças (Exército, Marinha e Aeronáutica) aos policiais militares – os *Carabineros*, criados em meados da década de 1930 como força de controle social -, que entendiam estar em “guerra” contra o “flagelo subversivo”.

Esse projeto político, elaborado para realizar a “salvação” do Chile do “tumor marxista”, se apresentava como uma “segunda independência”, agora não mais do jugo colonial espanhol, mas sim de uma doutrina estrangeira atuante em território nacional. Antes de tudo, essas ideias advinham da lógica própria de construção de uma identidade militar – principalmente a partir da década de 1950 -, galgada na Doutrina de Segurança Nacional e na compreensão de geopolítica dos militares e da função própria das Forças Armadas no cenário político do país. A luta contra o comunismo não acabaria com a tomada de poder; seria necessário “apagar” da história nacional esse período de “trevas”: a Idade Média da história recente do Chile.

### **Aspectos teórico-metodológicos**



Desde um ponto de vista teórico-metodológico, o presente estudo pretende se filiar aos novos estudos de História Política e a sua correlação com a História Militar. Não se trata de conceber aqui, portanto, História Política como aquela história tradicional, dos fatos e da mera descrição acrítica – tampouco aquela que realiza uma “história nacional” –, mas sim da tentativa, desde o estudo de documentos pouco analisados, da construção de um conhecimento histórico interdisciplinar – em especial, em nosso caso, com a Antropologia – e crítico.

No campo da renovação historiográfica da História Militar, nossa proposta se incorpora aos estudos das instituições militares, a partir da análise de documentos – os artigos da revista *Memorial del Ejército de Chile* – que têm como o objetivo primordial a formação da concepção de sociedade e de indivíduo dos oficiais do Estado Maior do Exército. Nesse sentido, como fala Parente (2009:7): “[...] A través destes documentos podemos reconstruir, também, os aspectos ideológicos que nortearam a criação e motivaram a atuação das instituições”.

Existe uma grande dificuldade em se lidar com as instituições armadas no seu conjunto. O Exército e as Forças Armadas em geral não formam um corpo homogêneo. O “pensamento militar” exhibe características comuns, mas não pode ser entendido como construído e entendido pelos próprios membros da caserna como um conjunto monolítico de ideias e concepções<sup>4</sup>. Antes de tudo, cabe a análise sistemática das inflexões internas – ou seja, as distinções dentro das diferentes Armas – e a relação estabelecida entre as diferentes corporações militares – disputas entre o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. Como a fonte deste projeto consiste na publicação do Estado Maior do Exército, não será realizada a análise comparativa com relação às demais instituições castrenses.

Para além dessa compreensão, os indivíduos adotam estratégias diferentes em situações similares. Ainda que os militares passem por um processo de ressocialização, como bem nos disse Celso Castro (1990), bastante rigoroso – onde o “civil” deixa o “corpo e a mente” para abrir espaço ao “militar” –, continua a existir uma individualidade com relação ao coletivo das Forças Armadas. Se a oficialidade é entendida como aquele grupo que organiza e pensa a atuação das instituições castrenses, não devemos entender que esse pensamento, emanado das altas patentes, chegue de forma idêntica e produza o mesmo efeito no conjunto do corpo da caserna. Os diferentes níveis hierárquicos permitem atuações singulares e, muitas vezes, inesperadas.

O presente projeto também pretende se vincular aos estudos militares que estabelecem relação com a História Social. As instituições militares emergem, então, inseridas em um contexto histórico e social complexo, permitindo vislumbrar a atuação das Forças Armadas no

plano nacional e regional, referido este ao cone sul da América. Ainda sobre esse aspecto, é possível compreender os processos formadores de uma determinada mentalidade dentro da caserna. Segundo Parente (2009:10), é possível perceber “os processos de formação da mentalidade militar em diferentes momentos da história e sua relação com a atuação política dos altos oficiais (ou a ausência de atuação) [...]”. Pretende-se, nesse sentido, realizar uma interpretação sobre a formação de uma identidade política forjada a partir de elementos próprios da caserna, através da aproximação e do distanciamento do cenário público, conformando aquilo que Castro (2009) – entre outros pesquisadores – chamou de “ethos militar”.

Além disso, é possível compreender a construção de uma determinada memória militar, formada a partir da relação das instituições armadas com o restante da sociedade. Elementos da memória militar, nesse sentido, podem se incorporar à “memória nacional” ou à “memória coletiva”, como no caso dos heróis nacionais, dos símbolos, dos personagens, etc. Também é possível vislumbrar o oposto complementar da memória: aquilo que se esquece, que se omite.

É importante, aqui, ressaltar o nosso entendimento sobre o discurso militar e a sua atuação na política. Esse discurso pode ser entendido como uma tentativa de construção de uma representação memorialística da atuação da instituição, como um instrumento de memória e legitimação e como uma arma na “guerra” contra o “passado” e, eventualmente, contra parte desse passado que persiste no presente.

### **Proposta de análise**

Cabem algumas perguntas iniciais sobre o discurso da oficialidade quanto ao projeto refundacional. Como se constitui esse projeto? Quais são os seus elementos formadores? Do que falamos quando empregamos a expressão “projeto refundacional”?

Primeiramente, esse projeto se formou através da memória sobre o governo Allende – por meio da imagem do “caos” – e, concomitantemente, através da afirmação de uma representação do governo da *Junta Militar* como promotor de uma “segunda independência”. Assim, o governo da *Unidad Popular* será descrito como um período de “trevas”, onde no qual reinava a insegurança – econômica, política e social -, o despreparo e a divisão da sociedade, possibilitando um quadro de guerra civil – o que comumente se denominou “processo de polarização”. Essa memória de “salvação”, construída pelos militares depois do golpe de Estado, foi continuamente expressada tanto pelos membros da caserna como pelos defensores do regime ditatorial, e permanece servindo de base para a justificativa dos acontecimentos de 1973 nos dias de hoje. Como ressalta Padilla (2009:89): “[...]los argumentos pinochetistas en donde las FFAA aparecen como los grandes héroes de la nación

al haber salvado Chile del comunismo. [...] Se trata de una estrategia utilizada con bastante frecuencia por los seguidores de Pinochet para conseguir que la sociedad solidarice a su favor, pero no con demasiado éxito”.

Em segundo lugar, o projeto de “refundação” do Chile pressupunha um novo modelo político, que passaria por um processo de “tutoria” dos militares para a conversão do cenário público chileno em uma “verdadeira democracia”. Assim, o “caos político”, permitido pela fragilidade do sistema vigente até o golpe militar-civil, havia possibilitado a chegada de “elementos subversivos” nos mais altos escalões da República<sup>5</sup>. Para a superação dessa situação, seria necessário inaugurar um novo modelo político, denominado de “Nova Institucionalidade”. Esse modelo seria construído, primeiramente, através dos “Bandos Militares” – conjunto de Decretos com Força de Lei promulgados pela Junta Militar (que concentrava os poderes executivo e legislativo) – e, em um segundo momento, através da redação de uma nova constituição. A partir de 1981 – com a entrada em vigor da Constituição de 1980 – iniciava-se o período da “Democracia Tutelada”: sistema político no qual as Forças Armadas eram apresentadas como as garantidoras da ordem institucional da República no Chile.

Em terceiro lugar, o “projeto refundacional” se realizava através de uma lógica de “guerra interna” entre os militares e os “grupos terroristas”. Nesse sentido, a guerra travada entre a caserna e os seus opositores se daria nos mais diversos planos: na luta armada, nos campos de concentração, na prisão dos opositores do regime, na mudança de nomes de ruas, na promulgação de leis de urbanização, na reestruturação da administração pública, na nova configuração regional de organização do país, na instituição de uma “tradição chilena”. Enfim, para além do combate por meio da força, a luta do regime contra a “doutrina estrangeira” se daria, sobretudo, no plano das ideias. Novos modelos econômicos, novos pensamentos culturais, novos sistemas educacionais, novas reformas trabalhistas, novos planos de infraestrutura eram concebidos e implementados.

Para ilustrar alguns elementos do projeto refundacional e, ao mesmo tempo, demonstrar como a hierarquia desempenha papel fundamental na construção do mesmo, gostaria de trazer, nesse momento, algumas ideias presentes em um discurso de “encerramento” do ano de 1978, feito pelo general Augusto Pinochet e publicado no *Memorial del Ejército de Chile*<sup>6</sup>.

O discurso de Pinochet aborda uma série de questões que são facilmente identificadas como pertencentes ao projeto refundacional. Primeiramente, o conceito de ordem política,

engendrado em conjunto com o progresso – através do desenvolvimento social - e a liberdade. Ordem política que emana das Forças Armadas, que reorganizaram, a partir de 11 de setembro de 1973, na visão do general, o cenário público caótico permitido pelo sistema político debilitado. Progresso através dos “logros” econômicos realizados pela *Junta de Gobierno*, tais como as operações de construção de casas, denominadas *Confraternidad I e II*. Em uma crítica direta à classe política e ao sistema debilitado anterior ao golpe, Pinochet é categórico: não há um abundar de promessas, como seria praxe na classe política – uma “conveniência demagógica” -, mas ações concretas. Liberdade do “jugo” marxista, de uma doutrina estrangeira que “infectara” o Chile.

Para a realização da ordem, do progresso e da liberdade se exige o sacrifício, um “grande esforço”. Um sacrifício inevitável por parte de todos. Um sacrifício confirmado e apoiado por uma “maioria abrumadora” – representativa da verdadeira “vontade democrática” -, através do desenvolvimento de um alto grau de participação política nunca alcançado pela população. A minoria contrária a esse processo consistiria em grupos que realizam “atividades terroristas”, “carentes de toda significação popular”. Trata-se de uma referência ao plebiscito de 1978 que confirmara a “legitimidade” do governo militar e levava a Pinochet conseguir, definitivamente, supremacia dentro da *Junta de Gobierno*. Nesse mesmo ano, Gustavo Leigh, comandante-em-chefe da Força Aérea, deixaria a *Junta*, por discordâncias com Pinochet, como aponta grande parte da historiografia<sup>7</sup>.

É então que surge a ideia do estabelecimento de uma “nova institucionalidade”, construtora de um equilíbrio, uma “democracia nova” em conformidade com a tradição chilena. A “nova institucionalidade” surgiria, portanto, através de uma nova constituição, que já estava sendo redigida – os trabalhos para a redação de uma nova carta fundamental começaram já em 1976. Uma democracia “autêntica” e “protegida”, pela qual, a partir de 1978, os civis passariam de “colaboradores” a “participes”. É nesse mesmo ano que a *Junta de Gobierno* nomeará um número maior de civis para cargos ministeriais e, ao mesmo tempo, começará a realizar o projeto econômico idealizado pelos *Chicago Boys*. O novo plano econômico estaria embasado no controle e na estabilidade, respeitando a liberdade de iniciativa.

Como já referido, pretende-se utilizar como fonte para esse projeto a revista *Memorial del Ejército de Chile*. Essa consiste em um periódico do Estado Maior do Exército, publicado desde 1906. A revista surge, naquele momento, como um desdobramento da missão militar prussiana, demonstrando a preocupação com uma formação cada vez mais completa dos oficiais, em um processo de modernização. A periodicidade da revista sofreu alterações

constantes ao longo do tempo; no período de análise desse projeto, o periódico foi editado quadrimestralmente, sendo, portanto, lançados três números por ano. Desde o início de sua publicação, o *Memorial del Ejército de Chile* configurou-se como um periódico extenso, com um número médio de 180 páginas. Os artigos apresentados a cada número são, em sua grande maioria, de oficiais do Exército chileno. Contudo, nota-se uma quantidade expressiva de republicações de outras revistas militares – de exércitos estrangeiros –, bem como um número significativo de textos de civis. As temáticas, de maneira geral, abordam aspectos técnicos da caserna – treinamento, hierarquia, funções da oficialidade. Entretanto, entre esses artigos, podem-se encontrar textos sobre cultura, política, relações internacionais, questões jurídicas, constitucionais. Enfim, as temáticas são variadas e permitem a análise de diversos elementos formativos da mentalidade do oficial.

O tratamento que se pretende conferir à fonte já foi utilizado quando da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, em 2013. Naquele estudo, priorizei questões políticas e selecionei os textos, primeiramente, através da leitura sistemática da publicação ao longo de quatro anos (1970-1974). Os títulos, *a priori*, foram uma maneira de classificar os artigos a serem selecionados, mas não permitiam a percepção de questões secundárias ou marginais – nas entrelinhas –, sendo necessário, portanto, uma leitura mais atenta da integralidade da publicação.

A fonte não é tratada como produtora de um conhecimento neutro. Haja vista a hierarquização e, obviamente, a vinculação dos escritores com o aparato de Estado, não tratamos o periódico como produtor de uma historiografia. O que perseguimos, portanto, é a elaboração de um discurso, por parte da oficialidade do Exército do Chile, verificável – não integralmente, mas parcialmente – através dos artigos publicados.

Devemos levar em consideração o caráter limitado das publicações oficiais, haja vista a hierarquia que impera e não permite, muitas vezes, a expressão de opiniões divergentes. Como ressalta Albertini: (2009:76): “[...] as publicações oficiais e os artigos veiculados em revistas militares, [...] muitas vezes não permitem ver aspectos que transcendem o formalismo chancelado pela cadeia de comando”. Entretanto, cabe lembrar que as publicações oficiais pretendem expressar uma opinião mais ou menos aceita pela instituição e que representam o pensamento, de uma maneira geral, da caserna em seu conjunto. Nas palavras de Muzzopappa (2005:118):

[...] en el interior de las Fuerzas Armadas existen ‘numerosos niveles y registros de discurso, retóricas cruzadas y fuentes más o menos legítimas de producción de los mismos’. Sin embargo, debido a jerarquización y verticalidad propias de la institución militar, puede darse por sentado ‘que aquellos discursos que aparecen en los órganos representacionales de las Fuerzas Armadas forman parte del discurso comúnmente aceptado por éstas’.

Procura-se lidar com o periódico através, primeiramente, do recolhimento do maior número possível de informações sobre o seu autor. Isso possibilita uma visão mais ampla,

para além das páginas contidas no *Memorial del Ejército de Chile*, daquele que escreve e, por conseguinte, viabiliza a perseguição de “elementos formativos” do pensamento dos oficiais. Não se trata, entretanto, de um trabalho exaustivo de prosopografia, uma vez que o número de autores é bastante elevado e as informações sobre os mesmos são irrisórias.

Em segundo lugar, procede-se à análise da integralidade do conteúdo do texto. O tratamento dado ao artigo não é o de ordem confirmatória das hipóteses elaboradas pela historiografia – de existência ou não de um projeto refundacional, da verificação da utilização da argumentação contida em outras publicações, etc. Pretende-se compreender o texto em sua especificidade e dele retirar elementos que tornem possível a elaboração de uma interpretação da visão dos militares sobre as questões apontadas. Não se realizará, portanto, um experimento de “teste” das hipóteses, mas sim uma tentativa de reconstrução dos argumentos utilizados pelos oficiais através dos artigos publicados no *Memorial del Ejército de Chile*.

Não se entende, também, os artigos do periódico como a *única* expressão do pensamento da oficialidade do Exército. Tenta-se, na medida do possível, compreender os textos como parte de um entendimento maior, verificável através tanto dessa fonte como de outras – paradas militares, monumentos, discursos políticos, panfletos, comemorações, etc. Dá-se, contudo, primazia à revista *Memorial del Ejército de Chile* como fonte, nunca apresentando-a como elemento único de expressão do discurso da oficialidade.

A memória será tratada como um dos conceitos principais neste projeto. Uma memória sobre o “pronunciamento”, uma memória sobre a data – o 11 de setembro -, uma memória sobre o regime militar, uma memória sobre o marxismo, sobre o presidente deposto Salvador Allende. Enfim, uma memória múltipla. Sobretudo, uma tentativa de representação do passado a partir de uma visão coletiva – a caserna -, através de um discurso construído ao longo do tempo, sempre em relação ao que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, atentando-se para como se estruturam essas estratégias. Nesse sentido, cabe ressaltar as palavras de Vasconcelos (2009:66): “Todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo, e em contato com as lembranças dos outros. Logo, a memória é sempre fruto de uma interação entre diferentes agentes, internos e externos”.

Também a análise da (re)significação dos “heróis nacionais” e uma identificação com os militares será um dos pilares dessa proposta de estudo. Persegue-se, dessa forma, como o discurso da oficialidade selecionou personagens e momentos da história do Chile para realizar uma aproximação dos acontecimentos a partir do 11 de setembro de 1973 com o período da independência. Trata-se de uma clara demonstração da dimensão do projeto refundacional que procura enaltecer o “pronunciamento” e o processo político vivido desde então como se

configurando em uma “segunda independência<sup>8</sup>”. Recordando um dos chamados “próceres” da independência do Chile, José Miguel Carrera, um artigo do *Memorial del Ejército de Chile* ressalta:

[...] nuestro hermoso cofre espiritual de recuerdos heroicos inherentes a la augusta época de la independencia nacional, época que en los momentos actuales reviste especial relieve y significación, atendiendo a la similitud con el proceso emancipador proveniente de la acción visionaria y leal de cuatro valientes que el 11 de septiembre de 1973, para ejemplo de las generaciones venideras marcaron con letras de oro la resolución inexorable de otorgar mejores días a la existencia señera de nuestra esforzada patria<sup>9</sup>.

É dessa maneira seletiva que se construirá, sobretudo, a representação memorialística e, na visão dos militares, histórica sobre o governo de Salvador Allende. Esse período “negro”, onde reinava o “caos”, deixará o Chile doente: enfermo de uma doença com nome – marxismo – e dono – o comunismo internacional. Essa representação sobre o governo Allende se engendra através de um anticomunismo construído ao longo do tempo. É fácil selecionar algumas frases de números do *Memorial del Ejército de Chile* que representem o que estamos falando: “[...] la real magnitud del desastre económico que vive Chile<sup>10</sup>”, ocasionado pela *Unidad Popular*, o governo militar “derrotando con mano firme al marxismo internacional<sup>11</sup>”; na relação com os países vizinhos, percebe-se que “en su batalla contra el comunismo internacional, Chile no está solo<sup>12</sup>”; a reorganização econômica e política demonstra que “el destino nos pone nuevos obstáculos en nuestro camino para recuperar más pronto lo que perdiéramos durante los tres años de desgobierno comunista<sup>13</sup>”.

O anticomunismo se faz presente em diversos sentidos, mas, sobretudo, no plano da “história”. A Academia de História Militar foi criada em 1976 e, em 1979, realizava sua primeira assembleia geral. Ela será a responsável, desde a criação, dos concursos literários do *Memorial del Ejército de Chile*. Na ocasião desse primeiro encontro, podemos ler as seguintes palavras:

[...]El momento que está viviendo nuestro país necesita más que nunca el rescate de los valores patrios, como una forma de acendrar el nacionalismo, toda vez que venimos saliendo de un negro período en que se trataron de borrar esas vivencias para facilitar la introducción de ideas y doctrinas foráneas<sup>14</sup>.

Dois anos depois, em 1981, encontramos a seguinte afirmação:

Herido gravemente por la ideología marxista-leninista, el país sufrió hasta 1973 el dolor de ver divididos a sus hijos, que eran arrastrados hacia la tragedia de una guerra civil. [...] Aquellos negros días pertenecen hoy al pasado, pero a un pasado que no debemos olvidar. Por otra parte, ellos nos han permitido volver a la realidad, y reencontrarnos con las raíces mismas de nuestra idiosincrasia de chilenos auténticos<sup>15</sup>.

Todas essas questões serão trabalhadas a partir da perspectiva apresentada pelos artigos do *Memorial del Ejército de Chile*. Serão exploradas as interpretações historiográficas elaboradas sobre memória e militares<sup>16</sup>, bem como o conflito memorialístico instalado no Chile a partir de 1973. Entenderemos, portanto, o 11 de setembro de 1973 como uma data que engendra processos de construção de uma memória e que, ao mesmo tempo, a sua

representação configura-se em um instrumento na luta contra o comunismo e na tentativa de destruição tanto do passado democrático, que possibilitou a ascensão do “marxismo” ao poder, como da figura da coalizão de partidos, a *Unidad Popular* – geralmente apresentada como fragmentada e frágil – e do presidente Allende – considerado como radical e incentivador da guerra civil.

---

<sup>1</sup> Graduado em História. Mestrando em História, Bolsista CNPq junto ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, orientado pelo Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir. Email: markinhuspc@gmail.com.

<sup>2</sup> ELMIR, Cláudio Pereira. *Militares e Política no Chile Contemporâneo: uma análise a partir da Revista "Memorial del Ejército de Chile" (1970-1990)*. São Leopoldo: UNISINOS, 2011 [Projeto de Pesquisa].

<sup>3</sup> BARBOSA, Marcus Vinícius. *O pensamento político dos militares: uma análise sobre a Doutrina de Segurança Nacional através do Memorial del Ejército de Chile (1970-1974)*. São Leopoldo: UNISINOS, 2013. Trabalho de Conclusão de Curso.

<sup>4</sup> “Não consiste tarefa fácil extrair de um periódico militar o que seu autor de fato pensa e o que ele escreve, isto porque a sua liberdade está sempre condicionada a valores maiores que foram trabalhados em sua formação. O respeito à disciplina e à hierarquia inibe o militar de dizer tudo o que quer.” (TAVARES, Kleber da Silva. *A ética castrense e a intervenção militar como recurso de manutenção da ordem constitucional*. Vitória: UFES, 2009, p.24).

<sup>5</sup> “En consonancia con este ‘clima’ restrictivo y de tensas definiciones, el gobierno militar declaró que pretendía una profunda refundación de la política y sociedad chilenas, para romper no solo con la Unidad Popular sino también con el Estado democrático multipartidista, al que consideraba responsable de la acción cismática de los políticos. (HINOJOSA, Isabel Jara. “Graficar una ‘segunda independencia’: el régimen militar chile y las ilustraciones de la Editorial Nacional Gabriela Mistral (1973-1976)”. *Historia*, n. 44, v. I, Santiago de Chile, 2011, p.136).

<sup>6</sup> EDITORIAL. “Saludo de fin de año de S. E. el Presidente de la República General de Ejército D. Augusto Pinochet Ugarte”. *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 399, 1978, pp. 3-6.

<sup>7</sup> ZÁRATE, Verónica Valdivia Ortiz de. *El golpe después del golpe: Leigh vs. Pinochet*. Santiago de Chile: Lom, 2003.

<sup>8</sup> Cabe a ressalva de que o conceito de “segunda independência” foi utilizado anteriormente, desde o século XIX, pela classe política, sempre sendo ressignificado e alterado conforme o projeto político ao qual servia. O conceito, inclusive, foi utilizado por Salvador Allende, referindo-se a via chilena para o socialismo como um processo de “segunda independência”, agora dos “poderes imperialistas”. Para maiores informações sobre o assunto, ver PINEDO, Javier. “El concepto Segunda Independencia en el pensamiento chileno y argentino de los siglos XIX y XX: variaciones de una estrategia para alcanzarla – cuatro reflexiones y una propuesta”. *Estudios Ibero-americanos*, v. 35, n. 2, 2009, pp. 7-36. [online].

<sup>9</sup> ORTIZ, Delfin Carvalho. “Natalicio de José Miguel Carrera”. *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 384, 1975, p. 44.

<sup>10</sup> MUÑOZ, Juan de Dios Barriga. “El sistema económico nacional y el Programa de Recuperación Económica”. *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 386, p. 49, 1975.

<sup>11</sup> VILLAMANDOS, Alvaro. “Ecos de Chile en la madre patria”. *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 387, s/p., 1976.

<sup>12</sup> EDITORIAL. “Hermandad iberoamericana”. *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 394, s/p., 1977.

<sup>13</sup> EDITORIAL. “Fechas inolvidables”. *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 390, s/p., 1976.

<sup>14</sup> ACTUALIDAD. “Primera asamblea oficial de la Academia de Historia Militar”. *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 400, p. 42, 1979.

<sup>15</sup> UGARTE, Augusto Pinochet. “Discurso de S. E. el Presidente de la República, general de ejército, don Augusto Pinochet Ugarte, con ocasión del inicio del periodo presidencial establecido en la constitución política del Estado el año 1980”. *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 406, p. 7, 1981.

<sup>16</sup> Tomando como referência o texto de Felipe Agüero e Eric Hershberg (AGÜERO, Felipe y HERSHBERG, Eric. “Las Fuerzas Armadas y las memorias de la represión en el Cono Sur”. In: AGÜERO, Felipe e HERSHBERG, Eric (eds.). *Memorias militares sobre la represión en el Cono Sur: visiones en disputa en dictadura y democracia*. Madrid: Siglo XXI, 2005, pp. 1-34.



## ¿Cómo educar a las mujeres? La edad como espacio de inscripción política

María Cecilia Colombani.

Doctora en Filosofía

Facultad de Filosofía, Ciencias de la Educación y Humanidades. Universidad de Morón.

Facultad de Humanidades. Universidad Nacional de Mar del Plata.

UBACyT (Universidad de Buenos Aires)

### Resumen

We want to excavate the early Greek folds in matrimonial matters, in particular the work of Xenophon, to finally analyze female *paideia*, trying to investigate age-related. In the context of what constituted the oblique marriage where the spouses belong to different statutes of age, seems to open a universe of multiple resonances in dissymmetric knowledge-power relations, while a pedagogical framework, orthopedic registration is imposed, aimed to overcome the natural ontological insecurity, which seems to mark the young wives.

### Resumo

Escavaremos as primeiras dobras gregas em matéria matrimonial, em particular a obra de Jenofonte, para analisar finalmente a *paideia* feminina, tratando de indagar a relação idade-poder. No marco do que constituiu o casal oblíquo, onde os esposos pertencem a diferentes estatutos de idade, parece se abrir um universo de ressonâncias múltiplas nas relações disimétricas de saber-poder, ao mesmo tempo em que impõe-se uma malha pedagógica, de registro ortopédico, tendente a reparar a natural precariedade ontológica, que parece marcar às jovens esposas.

**Palavras chave:** casal idade saber-poder

**Key words:** marriage age knowledge-power

### Introducción

El proyecto de la presente comunicación consiste en relevar algunos puntos de la llamada pastoral conyugal o *paideia* femenina<sup>1</sup> e indagar los antecedentes de la problematización, eligiendo un eje relevante del dispositivo ortopédico-disciplinar, tal como lo piensa Michel Foucault que parece alcanzar a las mujeres: la edad<sup>2</sup>. El proyecto consiste en ensayar un abordaje arqueológico, tratando de descender por la espesura de saberes y discursos que nombraron a las mujeres para ver en qué medida el dispositivo político de pastoral matrimonial que se consolida entre los siglos XII al XV, halla algunos puntos de contacto en el conglomerado heredado, algunos primeros vestigios que nos obligan a remitirnos al dispositivo matrimonial griego.

Siguiendo este esquema de trabajo que el abordaje arqueológico ordena, excavaremos los primeros pliegues griegos, en particular la obra de Jenofonte en materia matrimonial, para culminar analizando la *paideia* femenina, tratando de indagar la relación edad-poder. En el marco de lo que constituyó el matrimonio oblicuo, en términos de Claudine Leduc, donde los esposos pertenecen a diferentes estatutos de edad, parece abrirse un universo de resonancias múltiples en las relaciones disimétricas de saber-poder, al tiempo que se impone un entramado pedagógico, de registro ortopédico, tendiente a subsanar la natural precariedad ontológica, que parece marcar a las jóvenes esposas.

### **Pliegue sobre pliegue: Los avatares de la primera novia.**

En un primer momento, nos valdremos del texto de Claudine Leduc, “¿Cómo darla en matrimonio?”<sup>3</sup>. El trabajo comienza con una referencia a Pandora, la novia del mito de Prometeo, cuyo nombre está asociado al campo lexical del verbo *dídomi*, dar. Pandora significa “la que lo ha dado todo” o “la que ha sido dada por todos los dioses”. Tal vez la discusión etimológica, que, por supuesto, excede el presente trabajo, ponga de manifiesto lo que hay de intangible en el dispositivo matrimonial helénico, en el cual se observa que la novia es un don gracioso y llega a la casa de su esposo portadora de dones gratiosos, *poludoros*.

Los dones gratiosos son los que constituyen el principio de organización del sistema helénico de reproducción legítima. La novia es dada a su esposo por un hombre, su padre, con capacidad de entregar riquezas por añadidura. Así, la novia, que, en última instancia, será la madre de los hijos legítimos, esto es, los hijos varones que heredarán al padre y las hijas mujeres que, a su vez, serán dadas en matrimonio, va unida a ciertas riquezas, bienes o

esperanzas en el momento en que es dada en matrimonio, constituyendo esto su prolongación patrimonial. La condición de mujer y su prolongación matrimonial representan una consustancialidad original y una unidad indisoluble. El don gracioso es un sistema inherente a las sociedades helénicas que salen de los siglos oscuros. Se trata de una estructura en “casa” y en “casas discretas”. Una sociedad estructurada en casas identifica a los grupos territoriales en los que la inserción de las personas es consustancial a la posesión de una residencia y de una parcela de tierra.

Según la autora es precisamente por esta estructura en “casas discretas” que las sociedades helénicas practican el “don gracioso” de la novia y el **matrimonio oblicuo**, donde los novios no ocupan el mismo estatuto genealógico. Es en este punto donde aparece el primer vestigio que más tarde impacta sobre nuestro foco de atención desde una doble vertiente: por un lado, el matrimonio oblicuo supone una disimetría de edad entre los esposos, lo cual, a su vez, determina distintos estatutos de saber-poder en el interior de la consolidación matrimonial, y, por el otro, pensamos que la edad es precisamente un don, un elemento invaluable de la prolongación matrimonial, ya que la edad, asociada a las posibilidades de manipulación, representa la pieza clave, la pequeña joyita de la consolidación del modelo matrimonial, de cuño ortopédico.

En este marco, hay otro elemento asociado a la tarea de formación de la joven y es la territorialización de la misma al enclave de la reproducción legítima. La autora problematiza dos tipos de sexualidad al interior de la casa: la sexualidad como recreación, lo que determina la aceptación de una pluralidad de mujeres al interior de la casa, concubinas y cautivas, y una **sexualidad de reproducción**, sobre la cual hay severas imposiciones de límites. Solo los hijos legítimos, fruto de una sexualidad-reproducción legítima, son los que pueden heredar. La tarea pedagógica de formar a una mujer es asimismo la empresa de custodiar la descendencia legítima, habilitada para heredar. Definitivamente, dentro del dispositivo matrimonial griego de los siglos oscuros, del cual, sobre todo *Odisea* parece informarnos, un hecho estructural es el matrimonio oblicuo: el novio pertenece a una generación que antecede a la de la novia, ocupando una relación de padre o de tío paterno. La diferencia de edad implica que una núbil es dada a un hombre maduro y en esa cesión, creemos que la edad forma parte de la prolongación.

**El matrimonio de la hija dotada en la consolidación de las *poleis*: el caso de Atenas**

En una ciudad como Atenas, la entrega de la hija dotada constituye el objeto de un contrato oral que se lleva a cabo ante testigos, entre el padre o sustituto y el futuro esposo, la *eggúe*. El término designa los esponsales: el padre de la novia pone en mano de su yerno a la novia con su deriva patrimonial. Lo que el suegro pone en manos de su yerno no es la posesión de su hija sino la *kureia*, el poder sobre la persona de la novia y sobre los bienes que la acompañan. Se trata de un contrato de tutela, con lo cual la hija sigue siendo una menor de edad, no exactamente una hija, pero sí una menor de edad, cuyos actos públicos deben garantizar el padre o quien ejerza la tutela. El contrato coloca a la esposa en el lugar de una pupila del esposo.

Este contrato que coloca a la novia bajo la tutela del esposo es el acto constitutivo del matrimonio. Convierte a la novia en esposa legítima, madre de hijos herederos de su padre y *asté*, mujer de la comunidad cívica.

El padre de la novia tiene que escoger un yerno de la comunidad cívica. En el marco de esa elección, de la cual la novia, por supuesto, no participa, la circulación de la novia no sobrepasa los límites de la categoría social de su familia. El matrimonio es un matrimonio en el seno del parentesco del padre de la novia y un **matrimonio oblicuo** donde los esposos no pertenecen a la misma generación.

Una vez más, nos topamos con la oblicuidad del matrimonio y con la extensión del criterio de don que hemos puesto en circulación en el apartado anterior. La novia lleva consigo su edad como bien, en la medida en que constituye la clave de la consolidación, no sólo matrimonial, sino social. La *paideia* femenina, pensada en términos griegos, es aquello que determina el éxito de la consolidación política; las mujeres son educadas para que colaboren en la consolidación de los estamentos cívicos, ya sea brindando los hijos legítimos que la *polis* y el recambio político exige, ya sea consolidando el *oikos*, como micro unidad de la *polis*.

### **El beso de la mujer abeja**

Jenofonte parece constituir un hito en la historia de la *paideia* femenina. Sólo basta acudir a su *Oikonomicos* para relevar el papel del esposo en relación a la joven desposada. Situados en el texto, el juego de preguntas y respuestas que Sócrates sostiene con Iscómaco indaga precisamente en la cadena de responsabilidades en torno a la educación de la mujer,

devolviendo la preocupación que ello implica. La educación de una joven parece ser una preocupación familiar y parece haber un horizonte de actitudes que “le conciernen”, con lo cual podemos inferir que la *paideia* femenina obedece a la empresa de desplegar las potencialidades que la joven por naturaleza posee en su propia condición femenina. En este sentido, la *praxis* educativa es teleológica y persigue el fin de hacer de la joven una buena esposa. La respuesta de Iscómaco pone en evidencia la tarea pedagógica del conductor por excelencia: el marido. Dice el interlocutor socrático: “¿Qué podía saber, Sócrates, respondió Iscómaco, cuando la recibí? No tenía aún quince años cuando llegó a mi casa. Antes, ella había vivido, estrictamente vigilada, a fin de que no viera ni oyera y cuestionara lo menos posible”<sup>4</sup>. La edad de la joven es determinante en el dispositivo educativo porque habla de la absoluta maleabilidad de quien no está aún formado y puede serlo de la mano de un recto conductor; la joven es una materia virgen para ser constituida subjetivamente, moldeada tecnológicamente conforme a un *telos*. La recomendación es siempre clara al respecto de la disimetría de edad. Este es sólo el comienzo. El tiempo y el marido harán lo que sigue. Sócrates lo advierte: “Pero, [...] eres tú el que has instruido a tu mujer y la has vuelto capaz de los cuidados que le atañen?”<sup>5</sup>. Una vez más la empresa subjetivante pone al marido en el lugar del artífice de lo que una mujer es capaz de ser, esto es aquello que le corresponde. Hay un horizonte de deber ser en el comentario. En otros pasajes del texto retorna esta idea de lo que concierne a la mujer. Las cartas están echadas y los roles perfectamente consolidados.

La *paideia* femenina opera binariamente: hay un educador activo, depositario del saber y capaz de enseñarlo, que implora por su éxito en la instrucción, ya que de él depende la excelencia de la misma, y un educando, en vías de formación. En realidad, Iscómaco está relatando las distintas etapas de la consolidación de una familia, que opera, en cierto modo, como una sociedad conyugal, donde ambos velan por lo que es común. La necesidad de instruir a la mujer es funcional a este deseo de consolidación, conservación y engrandecimiento del *oikos*. Cuando la mujer sea definitivamente instruida en el rol que le es propio, su función será nodular en la co-gestión del hogar. El mismo Iscómaco se lo hace saber, al tiempo que da cuenta de la pasividad femenina a la hora de elegir el destino doméstico y de su decisión de gestar una familia; en efecto, por un lado, el varón reflexiona por lo que a él le toca y los padres de la joven lo hacen por ella. En este horizonte de sumisión femenina a estatutos de poder se explica la frase de Iscómaco: “para fundar una casa y una familia, yo te he elegido a ti, y tus padres me han elegido a mi, probablemente entre otros

partidos posibles”<sup>6</sup>. La facultad de elegir, vinculada a la noción de decidir, *boulomai*, recae en quienes pueden hacerlo, a partir de la racionalidad que los habilita para ello.

### **La definitiva consolidación del modelo. El sueño de lo Mismo.**

A la luz del marco teórico precedente, intentaremos ensayar una mirada sobre el período histórico recortado, ya que allí se consolida definitivamente una verdadera pedagogía femenina, tendiente a vehiculizar un sueño histórico: la construcción del modelo de mujer. La propuesta es ensayar un abordaje genealógico en torno a un paradigma de construcción genérica, a fin de recorrer los intersticios que visibilizan construcciones históricas, montajes de producción, dispositivos tecnológicos, que constituyen verdaderas matricerías sociales.

Queremos pensar la dimensión política del discurso en la tarea de formar una buena esposa, a partir de los lineamientos que hemos analizado, sobre todo tomando la edad como núcleo de interés. Edad y discurso son, pues, las bisagras a poner en juego en un análisis que hará hincapié en la dimensión política del discurso en tanto tecnología subjetivante. Si la mujer trae consigo la juventud, como condición de posibilidad de formar su identidad femenina, el discurso se convertirá en una herramienta fundamental de la *poiesis* subjetivante.

Proponemos acompañar el apartado *Hablar a las mujeres*, de Carla Casagrande, presente en la obra de George Duby, *Historia de las mujeres*; el artículo remite a una práctica sostenida y jerarquizada en el marco general de la sociedad medieval, esto es, la circulación de un discurso de consolidación de una pastoral femenina. Esta pedagogía femenina se alza como un dispositivo de saber-poder y representa una verdadera voluntad de verdad; de allí que un determinado discurso la plasmará y será el sustento de su materialidad. Ahora bien, son precisamente esas mujeres en formación las principales receptoras de este discurso subjetivante, reforzando el maridaje entre discurso y subjetividad. Dice Casagrande, "las mujeres tenían que convivir con las palabras de aquellos hombres a quienes una determinada organización social y una precisa ideología habían confiado el gobierno de los cuerpos y de las almas femeninas"<sup>7</sup>. Los sermones de los predicadores, los consejos de los padres, las admoniciones de los directores espirituales, las órdenes de los maridos, las prohibiciones de los confesores, constituyen ese *corpus* discursivo, de neto sesgo viril, que, al interior mismo del *topos* del discurso, abre una histórica partición binaria: algunos sujetos detentan la palabra como prenda de poder, y otros escuchan ese *logos* que, además, resulta una palabra didáctica.

En este caso, el *logos* es la sustancia misma de una pastoral con fines transformadores

de la realidad. El dispositivo tiene en la figura masculina un destinatario natural. Desea la palabra quien está habilitado para poseerla y ponerla en circulación. Posee la palabra quien detenta la *arkhe* para poder convertirla en un instrumento eficaz de transformación. Todo ello convierte al discurso en un vehículo transmisor de un *corpus* teórico y práctico de creación masculina. Así se establece una línea de cesura que opera particiones binarias: por un lado un discurso masculino, que se impone y se expone, y, por otro lado, un discurso femenino, seguramente llamado a circular en el espacio doméstico, como espacio territorializante de la mujer.

Una pastoral conyugal, delineada, a nuestro criterio, por la espesura griega en materia matrimonial, traza topológicamente los espacios de fijación femenina; aquella partición que Jenofonte delinea mantiene intacta su vigencia: un afuera masculino y un adentro femenino, representado por el *oikos*, como geografía de espacialización femenina, al tiempo que se diagrama la relación de fuerzas entre un maestro, depositario del saber y en pleno ejercicio de un tipo de poder positivo<sup>8</sup>, y una discípula, potencial co-gestora de la empresa familiar, como condiciones de posibilidad del éxito matrimonial, a partir de los efectos que sobre ella causa el funcionamiento de la estrategia política.

---

<sup>1</sup> El concepto de pastoral resulta pertinente al dispositivo de análisis ya que sitúa la figura de un marido con funciones de pastor, de guía de las conductas que deben ser modeladas. Si bien es una noción propia de siglos posteriores, el marco griego encaja perfectamente con la idea. Lo mismo cabe para el término *paideia* ya que si lo tomamos como empresa moral, el dispositivo de análisis constituye un modelo tendiente a poner en acto las potencialidades de las jóvenes esposas.

<sup>2</sup> Pensando desde los elementos que Michel Foucault toma como coordenadas de control y observación con fines disciplinarios, la edad se suma, como un elemento privilegiado e problematización a ese dispositivo.

<sup>3</sup> Claudine Leduc, “¿Cómo darla en matrimonio? La novia en Grecia, siglos IX-IV a. C.” en Duby, Georges y Perrot, Michelle. *Historia de las Mujeres. Tomo I La Antigüedad*, Madrid: Taurus, 1992.

---

<sup>4</sup> Xénophon, *Anabase-Économique. Banquet- De la Chasse. République des Lacédémoniens. République des Athéniens*. Traduction nouvelle avec notices et notes par Pierre Chambry. Paris: Librairie Garnier Frères. (sin fecha), VII, 5. p. 365.

<sup>5</sup> Xénophon, *Anabase-Économique. Banquet- De la Chasse. République des Lacédémoniens. République des Athéniens*. Traduction nouvelle avec notices et notes par Pierre Chambry. Paris: Librairie Garnier Frères. (sin fecha), VII, 7. p. 365.

<sup>6</sup> Xénophon, *Anabase-Économique. Banquet- De la Chasse. République des Lacédémoniens. République des Athéniens*. Traduction nouvelle avec notices et notes par Pierre Chambry. Paris: Librairie Garnier Frères. (sin fecha), VII, 11. p. 366

<sup>7</sup> Duby, Georges. *Historia de las Mujeres, Tomo I La Antigüedad*, Madrid: Taurus, 1992. p. 93.

<sup>8</sup> Michel Foucault, *Las Redes de Poder*, Buenos Aires: Almagesto, 1992. Estamos pensando en las consideraciones que a lo largo de toda la obra el pensador francés establece en torno a las representaciones del poder, acompañando el desplazamiento de un tipo de poder del orden de la representación, que pregunta por el qué del mismo, por su sustancia, a un poder del orden del funcionamiento, que pregunta por el cómo. El primero está asociado también al quién de su ejercicio, a la búsqueda de una cabeza visible bajo la cual se ejerce el orden de la sumisión.



Perfil social dos pardos da Arquiconfraria do Cordão de São Francisco em Mariana durante a segunda metade do século XVIII.

Maria Clara Caldas Soares Ferreira

Mestre em História Social da Cultura – UFMG

mccsferreira@yahoo.com.br

#### Resumo

Em Minas, o culto a São Francisco se desenvolveu em dois níveis sociais: Ordem Terceira da Penitência, constituída por devotos de pureza de sangue confirmada; Arquiconfraria do Cordão, formada por gente de cor. Os terceiros (elite branca) não concordavam que os pardos compartilhassem as insígnias franciscanas, que julgavam privativas de sua Ordem. O artigo analisa o perfil social dos membros da Mesa do Cordão em Mariana, nos anos 1779 e 1786, homens em busca de distinção social, integrando elite mestiça.

#### Palavras-chave

Pardos; Sociabilidade; Devoção.

#### Abstract

This paper wants to show some social aspects about the members of the Archconfraternity of the Cord of St. Francis, in the town of Mariana, in the 1779 and 1786. The documental search shows they were black men's elite in this town.

#### Keywords

*Pardos*; Social mobility; Devotion.

#### Introdução

A Arquiconfraria do Cordão de São Francisco se estabeleceu em território mineiro graças aos esforços de Matias Antônio Salgado, vigário do Rio das Mortes, cujo crédito andava comprometido diante do bispo diocesano. O Cordão surgiu, simultaneamente, em São João del-Rei, Vila Rica, Mariana e Sabará no ano 1760. Desse modo, o culto a São Francisco se desenvolveu, na região, em dois âmbitos: o mais antigo representado pela Ordem Terceira da Penitência que, segundo os regimentos internos, era restrita aos homens e mulheres de “pureza de sangue” confirmada; e outro pela Arquiconfraria do Cordão que reunia, dentre seus agremiados, gente cor.

Vários foram os conflitos travados judicialmente entre os terceiros franciscanos, elite branca local, e os pardos do Cordão. De modo geral, os irmãos terceiros questionavam a validade do Cordão enquanto instituição católica, bem como o fato de os arquiconfrades ostentarem as mesmas vestes e insígnias porque julgavam privativas de sua Ordem. Esse impedimento por parte dos terceiros, detentores da força política, impossibilitou que a Arquiconfraria do Cordão se estabelecesse efetivamente em São João del-Rei e Vila Rica. Contudo, o mesmo não aconteceu nas agremiações em Mariana e Sabará, localidades onde os pardos edificaram templo próprio.

A documentação remanescente produzida pela Arquiconfraria do Cordão em Mariana possibilitou o arrolamento dos membros da Mesa gestora nos anos 1779 e 1786, permitindo que os seus nomes fossem localizados em fundo cartorário e documentação militar, assim como identificados em bibliografia relativa aos oficiais mecânicos. Nesse sentido, o trabalho ora proposto pretende apresentar e analisar o perfil social dos pardos do Cordão em Mariana entre 1779 e 1832, ano de abertura dos últimos testamentos localizados.

#### Perfil social dos oficiais de Mesa nos anos 1779 e 1786

Apenas dois documentos produzidos pela Arquiconfraria do Cordão de São Francisco em Mariana apresentam dados acerca de seus membros. O *Termo de Aprovação do Estatuto*, datado de 1779, traz a assinatura de 35 arquiconfrades; por sua vez, o *Termo de Juramento* produzido em 1786 fornece a firma de dezoito devotos, concordando em cumprir as alterações no regimento interno propostas pela Mesa de Consciência e Ordens, em Lisboa.<sup>1</sup> Ao todo, arrolaram-se os nomes de 49 arquiconfrades, sendo que quatro apareceram em ambos os documentos, a saber: Francisco Manuel da Rocha (comissário em 1779); João da Rocha e Luís Ferreira da Veiga, que ocuparam o cargo de definidor no ano de 1786; Ventura João Branco (vice-ministro em 1786).<sup>2</sup>

Com o intuito de traçar o perfil devocional e social dos membros do Cordão de Mariana, ensejou-se localizar uma gama variada de documentos produzidos, direta ou indiretamente, pelos devotos listados. Para tanto, consultou-se o rol de processos testamentários e inventários conservados no Arquivo Histórico da Casa Setecentista em Mariana (AHCSM) e no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM), onde foram localizados documentos referentes a dez arquiconfrades.

Graças aos registros de testamentos e/ou aos testamentos em si foi possível estabelecer os aspectos relevantes da trajetória de vida desses devotos, pois essa tipologia documental

apresenta dados relativos à filiação, lugar de origem, morada, ocupação, bem como o desejo na distribuição de bens entre os herdeiros e acertos de dívidas do testador. Ademais, trazem muitas especificidades devocionais, pois, geralmente, o testador ressalta seu desejo em relação ao sepultamento, missas e esmolas, bem como as devoções prediletas ao encomendar a sua alma. Elenca ainda a agremiação religiosa da qual era associado quando pede, por exemplo, que o testamenteiro acerte os anuais atrasados, garantindo que o corpo receba os cuidados estabelecidos no regimento interno da entidade.

Os inventários *post-mortem* também se mostraram fundamentais para compreender o perfil social desses devotos, porque contêm o arrolamento dos bens do falecido. Em geral, trazem o montante da riqueza do inventariado e a discriminação do valor de cada um de bens. Os problemas metodológicos para utilização dos inventários como fonte de pesquisa não são simples, já que o documento apresenta o acúmulo dos bens ao longo da vida do indivíduo, que pode ou não se referir ao do período estudado. Além disso, parcela considerável da população não legou inventário, pois não havia bens importantes a declarar e/ou a família não possuía recursos para o custo do processo.

Nos catálogos dos documentos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) referentes à Capitania de Minas, publicados pela Fundação João Pinheiro, tentou-se verificar se os arquiconfrades arrolados trocaram correspondência com o dito Conselho. Constatou-se que três membros do Cordão enviaram ao reino requerimentos relacionados à Ordenança e Terço de Homens Pardos da cidade de Mariana, demonstrando que participavam de outra entidade que agremiava gente de cor. Cumpre ressaltar que, dos arquiconfrades aqui localizados, apenas um não teve sua testamentária encontrada nos arquivos consultados, em Mariana.

Sabendo que a historiografia aponta para predileção de oficiais mecânicos se congregarem em associações religiosas de homens “pardos” e “pretos”, tornou-se imprescindível a tentativa de localizar os arquiconfrades arrolados nos verbetes do célebre *Dicionário de artistas e artífices do século XVIII e XIX em Minas Gerais*, escrito por Judith Martins, em 1974. Essa obra surgiu a partir da organização de uma série variada de fontes, localizadas em arquivos distintos, que foram agrupadas em verbetes, segundo o nome completo do artífice. Embora o dicionário esteja desatualizado do ponto de vista quantitativo (nesses quase quarenta anos, outros documentos se tornaram conhecidos), os dois volumes apresentam uma gama importante de oficiais mecânicos, que exerceram diferentes ocupações no universo artístico dos núcleos urbanos, no período da mineração. Após a pesquisa, dez

membros do Cordão foram localizados, sendo que, desses, quatro já haviam sido encontrados nos acervos acima indicados.

Nesse sentido, dos 49 arquiconfrades arrolados na documentação produzida pelo Cordão nos anos de 1779 e 1786, dezessete membros tiveram algum tipo de registro localizado nos arquivos da Casa Setecentista e da Cúria, em Mariana, bem como na documentação avulsa do AHU e no dicionário escrito por Judith Martins.

À luz da documentação testamentária localizada, foi possível constatar que boa parte dos arquiconfrades nasceu na região das Minas. Tendo em vista que três, dos dez registros, não especificavam o local de nascimento, os dados foram assim quantificados: três membros se diziam naturais de Mariana, mais precisamente, do arraial de Passagem e das freguesias da Sé e de São Caetano; dois nasceram em Vila Rica, na freguesia de Antônio Dias e na freguesia de Santo Antônio de Itatiaia; dois eram originários do bispado do Rio de Janeiro – o pintor João Lopes Maciel, ministro do Cordão em 1816, era de um lugar chamado Couto;<sup>3</sup> Francisco de Azevedo Silva havia sido batizado na freguesia de Nossa Senhora da Candelária.<sup>4</sup> Sendo assim, contabilizando apenas os documentos nos quais os arquiconfrades registraram o seu local de nascimento, verificou-se que: cinco membros nasceram na região mineradora (Mariana e Vila Rica) e outros dois migraram do bispado do Rio de Janeiro.

Dos dez arquiconfrades localizados por meio dos registros testamentários, três não especificaram o local de domicílio. No entanto, os outros sete se diziam moradores de Mariana: quatro da sede propriamente dita; um do arraial de Passagem; um da Fazenda Penha, localizada na freguesia do Sumidouro; um último da Fazenda do Pombal, na freguesia de Furquim. Nesse sentido, observou-se a preferência dos arquiconfrades em permanecer nas proximidades do lugar onde foram batizados. Por qual razão tais devotos optaram por continuar na região mineradora? Até que ponto os laços familiares, de compadrio e os bons negócios da região influenciaram nessa decisão?

Cinco testadores identificaram tanto o nome da mãe quanto o do pai. Contudo, não se diziam filhos legítimos, ou seja, frutos de matrimônios realizados na Igreja. O caso mais peculiar é o do carpinteiro José Francisco Alves, que, ao identificar a sua filiação, fez questão de ressaltar que o pai havia lhe deixado herança, embora, muito provavelmente, fosse filho natural ou ilegítimo.<sup>5</sup> Quatro arquiconfrades se identificaram como filhos naturais, especificando somente o nome completo da mãe. Em três desses casos não ocorreu sequer menção ao pai. Para exemplificar, Romão de Abreu reconheceu-se como sendo filho de pai “incógnito”, demonstrando desconhecimento acerca da identidade paterna.<sup>6</sup> Por fim, o capitão Pedro Rodrigues da Costa, preto-forro, se disse natural da gente Guiné.<sup>7</sup> Provavelmente, o ex-

escravo não tinha dados específicos acerca de sua filiação, embora soubesse apontar a proveniência de sua origem africana. De acordo com Larissa Viana, no livro *O idioma da mestiçagem*, o alto índice de ilegitimidade entre os devotos pardos sugere indicativo da prática da miscigenação, comum durante o período colonial, na sociedade da América portuguesa.<sup>8</sup>

Oito arquiconfrades se declararam casados, sendo que dois deles já eram viúvos; porém, outro se dizia separado da esposa há anos. Entre os casados, cinco tiveram filhos legítimos, frutos do casamento religioso; um arquiconfrade, Francisco Ferreira dos Santos, teve duas filhas naturais, antes de se casar – Marcelina (parda, filha de Rosa Maria Felizarda, também parda, que residia então em Vila Rica) e Maria (cabra, filha de Cristina da Costa, moradora na cidade de Mariana);<sup>9</sup> dois devotos não tiveram filhos, sendo um deles Antônio Pinheiro Neto, o mesmo arquiconfrade que afirmou estar separado.<sup>10</sup> Apenas dois dos membros se declararam solteiros, a saber: o capitão Pedro Rodrigues da Costa, preto-forro, que não deixou filhos;<sup>11</sup> e o pintor José Lopes Maciel, que “por miséria” teve uma filha natural chamada Joana Barbosa, a qual instituiu como sua única herdeira.<sup>12</sup>

Observou-se, então, tendência entres os arquiconfrades em adotar o sagrado matrimônio e a legítima família sobretudo entre aqueles que se identificaram como filhos naturais. De acordo com Daniel Precioso na dissertação, “*Legítimos vassalos*”, a família legítima se configurou como alicerce da ordem colonial. O autor notou que, a partir do século XVI, a Coroa Portuguesa incentivou que “seus vassalos cultivassem o sacramento do matrimônio, concebendo filhos e partilhando de uma vida matrimonial regular”.<sup>13</sup> Nesse sentido, os colonos passariam a agir de modo “mais civilizado”, atribuindo para a ação colonizadora no novo território. No livro *Manoel da Costa Ataíde*, a historiadora Adalgisa Arantes Campos, ao examinar atas de casamentos da paróquia do Pilar, em Vila Rica, averiguou o costume, do século XVIII, de se “contrair matrimônio dentro da mesma condição social”.<sup>14</sup> Em outras palavras, a autora observou que os noivos pertenciam à mesma parcela da sociedade, extremamente estratificada que, em termo de condição, variava entre livres, forros e escravos. Contudo, cabe salientar ainda que outras instâncias interferiam na estratificação social vigente, como, por exemplo, qualidade (preto, mulato, pardo, branco), profissão e acúmulo de riqueza.

Graças ao *Dicionário de artistas e artífices*, dez devotos foram localizados ocupando cargo de oficiais mecânicos: quatro membros se dedicavam à atividade de carpinteiro; dois foram identificados como pintores; dois eram pedreiros; um ferreiro; um marceneiro.

Entre os que exerciam a carpintaria estava o ministro do Cordão no ano de 1779, Romão de Abreu<sup>15</sup>, bem como seu José Francisco Alves, que conta somente com um registro em seu verbete: assentou algumas tesouras do telhado da Capela de São Francisco na Penitência de Mariana, em 1790.<sup>16</sup> Em 1795, o nome de João Moreira de Jesus aparece na testamentária do arrematador de obras públicas José Pereira Arouca, que lhe devia valor referente aos jornais de seu ofício.<sup>17</sup> Joaquim dos Santos foi descrito, no livro *Devassas*, em 1801, como homem pardo, solteiro, natural e morador da freguesia de Camargos, com idade de 35 anos, vivendo da carpintaria.<sup>18</sup>

O pintor Antônio Coelho Lamas trabalhou em, pelo menos, três templos distintos, na cidade de Mariana: na igreja do Carmo, ele recebeu pela carnação do Menino Deus, no ano de 1762; no templo da Sé, dourou e estofou nichos de altares nos anos 1766 e 1769; na capela das Mercês, prateou dois objetos devocionais (cruz e vara), em 1774/1775.<sup>19</sup> João Lopes Maciel, ministro do Cordão em 1816, também pintou, dourou e prateou vários objetos na Catedral, na igreja das Mercês e no templo da Ordem Terceira de São Francisco. Em seu verbete, existem mais de quinze registros acerca de suas atividades como pintor. O mais importante data de 14 de dezembro de 1804, quando examinou, acompanhado de outro arquiconfrade, o pintor Francisco Xavier Carneiro, a entrega das pinturas do trono e altar-mor feitas pelo mestre Manuel da Costa Ataíde para ornamentar o templo dos terceiros franciscanos.<sup>20</sup>

O pedreiro Gervásio Ferreira dos Santos foi o único devoto cuja localidade do registro consta como Vila Rica. De acordo com o verbete em questão, o artífice exerceu seu ofício ininterruptamente entre os anos de 1774 e 1802.<sup>21</sup> Francisco Ferreira dos Santos trabalhou como pedreiro e canteiro em Mariana entre os anos 1795 e 1808, executando atividades nas capelas das ordens terceiras de São Francisco e de Nossa Senhora do Carmo. No ano 1795 aparece como credor do arrematador português José Pereira Arouca. Em 1804 registrou na Câmara de Mariana carta de exame para os ofícios de pedreiro e canteiro. No início do ano seguinte, foi eleito juiz do ofício de pedreiro.<sup>22</sup>

Vice-ministro da agremiação no ano de 1786, Ventura João Branco trabalhou na Catedral de Mariana, recebendo por obras de ferreiro e obras “para o órgão”, entre os anos de 1776 e 1784.<sup>23</sup> O marceneiro João Alz. da Costa executou obras na Capela de Nossa Senhora das Mercês em Mariana entre os anos 1772 e 1786.<sup>24</sup>

Constatou-se, então, que os arquiconfrades exerciam uma gama variada de ofícios mecânicos, confirmando a tendência historiográfica que define o contingente mestiço executando ofícios manuais. Ao estudar os pardos da Irmandade de São José em Vila Rica,

cujo templo abrigava, em altar lateral, a Arquiconfraria do Cordão, Daniel Precioso identificou entre os devotos alguns profissionais liberais que se dedicavam à música, o que não ocorreu nesta pesquisa. Contudo, essa possibilidade não foi descartada, pois apenas aproximadamente 34% dos devotos arrolados tiveram alguma documentação localizada.

Quatro devotos, porém, ocupavam postos militares em Mariana. Por meio dos documentos do AHU e dos processos testamentários foi possível traçar a participação dos arquiconfrades nos dispositivos militares que, na segunda metade do século XVIII, se organizavam em três instâncias (ou linhas).

De acordo com Francis Albert Cotta, no artigo “Os terços de homens pardos e pretos libertos”, publicado na *Revista de Humanidades*, a Tropa Paga, Regular ou de Primeira Linha recebia soldo, fardamento, armamento, suprimentos, cavalos e assistência hospitalar. As Companhias de Dragões atuaram, por exemplo, no patrulhamento do território, proteção de autoridades e condução de ouro e diamantes para o Rio de Janeiro, de onde eram encaminhados para a Europa.<sup>25</sup>

Por sua vez, a Tropa Auxiliar era composta pelos Regimentos Auxiliares, que poderiam ser o Regimento de Nobreza e o Regimento de Cavalaria Comum, cujos postos, hierárquicos, eram: coronel, seguido do tenente coronel, sargento-mor, ajudante, capitães, tenentes e alferes. Apenas os homens brancos eram aceitos no Regimento de Cavalaria, enquanto o Regimento de Infantaria agregava, em corpos separados, homens brancos, pardos e pretos libertos.<sup>26</sup>

As Ordenanças, Paisanos Armados ou Tropas Irregulares formavam a terceira instância da organização militar. Fazendo parte dela estão os três arquiconfrades que, ocupavam postos militares. Para Francis Albert Cotta, essas ordenanças “não consistem em outra coisa mais que um número de gente armada dividida por Companhias a quem se dê um chefe para conduzir com Tropa Regular e lhes indicar o serviço que devem fazer”.<sup>27</sup> Diferentes dos Regimentos Auxiliares, a estrutura dos oficiais das Ordenanças era: mestre-de-campo, capitão-mor, sargento-mor, capitão de distrito e alferes. Enquanto, os homens brancos se agrupavam nas ordenanças de homens de pé ou nas ordenanças de homens de cavalo, os pardos e pretos libertos eram agrupados, separadamente, apenas nas companhias de pé.

De acordo com a documentação do AHU, nos anos 1770 e 1774, o arquiconfrade Antônio da Costa Guimarães enviou requerimento ao Conselho Ultramarino solicitando confirmação do posto de capitão na Primeira Ordenança de Pé dos Homens Pardos Libertos.<sup>28</sup> Em 1778, porém, pediu ratificação para o cargo de sargento-mor, o que também ocorreu no ano seguinte.<sup>29</sup>

Francisco Ferreira dos Santos vivenciou caso semelhante. Em 1769, foi nomeado para o posto de capitão da Companhia de Ordenança de Pé dos Homens Pardos Libertos.<sup>30</sup> Um ano depois, escreveu para Portugal solicitando mercê de confirmação do exercício do referido posto.<sup>31</sup> De acordo com seu testamento, ainda ocupava o cargo de capitão no ano de 1799.

Segundo o historiador Francis Albert Cotta, a cidade de Mariana, no ano de 1775, possuía dez companhias de homens pardos e três de pretos libertos, que formavam o Terço, comandado por um homem branco ou pardo. A estrutura do Terço era constituída pelos seguintes postos: capitão, alferes, furriel, cabo-de-esquadra e soldado. O arquiconfrade Luís Correa Lisboa foi confirmado no cargo de mestre-de-campo (posto de comando) do Terço de Infantaria Auxiliar dos Homens Pardos em Mariana, nos anos de 1784 e 1797.<sup>32</sup> No entanto, em testamento, datado de 1825, identificou-se como brigadeiro, colocação que não consta no Terço, provavelmente, porque a estrutura militar se alterou a partir da chegada da Corte portuguesa na América.<sup>33</sup>

Em seu testamento, o preto-forro Pedro Rodrigues da Costa se identificou como capitão.<sup>34</sup> A pesquisa, porém, não localizou outro documento acerca do arquiconfrade. Sendo assim, infere-se que participava de uma das três companhias que agremiavam pretos libertos e eram constituídas, em 1775, por um total de 180 militares.

De acordo com Francis Albert Cotta, as ordenanças e milícias:

acabavam por ser mais propriamente título de prestígio e promoção social do que propriamente cargos públicos, pela preocupação real em evitar a multiplicação de ofícios que pudessem representar ônus para o erário, estimulando pedido de pensões e indenizações.<sup>35</sup>

O autor é ainda mais categórico ao afirmar que, nas três instâncias da organização militar, as promoções ocorriam graças à junção dos serviços prestados à Coroa e à inserção dos militares nas ditas “redes clientelares”<sup>36</sup> (ou de sociabilidade) – que se constituem pela inserção do sujeito nas várias associações (religiosa, militar, camararia) e mecanismos (família, casamento, compadrio) que possibilitam mobilidade social.

Como notou o historiador inglês A. J. R. Russell-Wood, na obra *Escravos e libertos no Brasil colonial*, as tropas (de segunda e terceira linhas) e as associações religiosas eram as únicas corporações, institucionalmente, permitidas aos indivíduos com ascendência africana. No entanto, ressalta o autor, enquanto as reivindicações das tropas eram resolvidas internamente e/ou por meio dos canais administrativos normais, as demandas feitas pelas agremiações religiosas envolviam não somente o governo português, mas também o clero nas suas mais diversas instâncias.<sup>37</sup>



Sendo assim, de acordo com os dados averiguados na documentação acima discutida, estabeleceu-se que os arquiconfrades de Mariana eram em sua maioria filhos naturais, o que denota mestiçagem. Optaram pelo sagrado matrimônio, legando família legítima. Participavam de outras agremiações religiosas de gente de cor, a saber: irmandades de Nossa Senhora das Mercês, do Rosário e Santa Efigênia. Integravam tropas de homens pardos e pretos. Dedicavam-se aos ofícios mecânicos, sendo pintores, carpinteiros, pedreiros e ferreiros. Até mesmo o arquiconfrade forro possuía escravos. Em conjunto, tais dados demonstram que os membros da Mesa gestora do Cordão em Mariana, no período ora estudado, buscavam distinção social, podendo integrar elite local de gente de cor.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA. [Compromissos de irmandades]. Estatuto da Arquiconfraria do Cordão de São Francisco de Mariana. Prateleira 1, Livro 8. Manuscrito.

<sup>2</sup> Para listagem completa dos arquiconfrades arrolados, consultar: FERREIRA, Maria Clara Caldas Soares. Arquiconfraria do Cordão de São Francisco em Mariana: trajetória, devoção e arte (c. 1760-1840). Dissertação (Mestrado em História) – UFMG, Belo Horizonte, 2013, p. 185-189.

<sup>3</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA. Cartório do 1º Ofício: registro de testamento. Livro 24, fl. 97, 1832. Manuscrito; ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA. Cartório do 1º Ofício: testamento. Códice 177, nº. 3542, 1834. Manuscrito.

<sup>4</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA. Cartório do 1º Ofício: registro de testamento. Livro 66, fl. 167, 1789. Manuscrito.

<sup>5</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA. Cartório do 1º Ofício: registro de testamento. Livro 44, fl. 100, 1795. Manuscrito; ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA. Cartório do 1º Ofício: registro de testamento. Livro 45, fl. 28. Manuscrito.

<sup>6</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA. Cartório do 1º Ofício: registro de testamento. Livro 45, fl. 185. Manuscrito; ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA. Testamentos. Número 1152, 1798. Manuscrito.

<sup>7</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA. Cartório do 1º Ofício: registro de testamento. Livro 66, fl. 177. Manuscrito.

<sup>8</sup> VIANA, Larissa Moreira. *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa*. Campinas: UNICAMP, 2007, p. 196-198.

<sup>9</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA. Cartório do 1º Ofício: testamento. Códice 206, número 3923. Manuscrito.

<sup>10</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA. Cartório do 1º Ofício: registro de testamento. Livro 61, fl. 30, 1748. Manuscrito.

<sup>11</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA. Cartório do 1º Ofício: registro de testamento. Livro 66, fl. 177, 1789. Manuscrito.

<sup>12</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA. Cartório do 1º Ofício: registro de testamento. Livro 24, fl. 97, 1832. Manuscrito; ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA. Cartório do 1º Ofício: testamento. Códice 177, nº. 3542, 1834. Manuscrito.

<sup>13</sup> PRECIOSO, Daniel. *“Legítimos vassalos”*: pardos livres e forros na Vila Rica colonial (1750-1803). Dissertação (Mestrado em História) – UNESP, Franca, 2010, p. 165-166.

<sup>14</sup> CAMPOS, Adalgisa Arantes (Org.). *Manoel da Costa Ataíde: aspectos históricos, estilísticos, iconográficos e técnicos*. Belo Horizonte: C/Arte, 2005, p. 65.

<sup>15</sup> MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1974. v. 1, p. 12-16.

<sup>16</sup> MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1974. v. 1, p. 34.

- 
- <sup>17</sup> MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1974. v. 1, p. 336.
- <sup>18</sup> MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1974. v. 2, p. 200.
- <sup>19</sup> MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1974. v. 1, p. 349.
- <sup>20</sup> MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1974. v. 2, p. 14-16.
- <sup>21</sup> MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1974. v. 2, p. 200.
- <sup>22</sup> MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1974. v. 2, p. 203.
- <sup>23</sup> MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1974. v. 1, p. 126.
- <sup>24</sup> MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1974. v. 1, p. 209.
- <sup>25</sup> COTTA, Francis Albert. Os terços de homens pardos e pretos libertos: mobilidade social via postos militares nas Minas do século XVIII. *Revista de humanidades*, Caicó, v. 3, n. 6, p. 71-95, out./nov. 2002, p. 73.
- <sup>26</sup> COTTA, Francis Albert. Os terços de homens pardos e pretos libertos: mobilidade social via postos militares nas Minas do século XVIII. *Revista de humanidades*, Caicó, v. 3, n. 6, p. 71-95, out./nov. 2002, p. 74.
- <sup>27</sup> COTTA, Francis Albert. Os terços de homens pardos e pretos libertos: mobilidade social via postos militares nas Minas do século XVIII. *Revista de humanidades*, Caicó, v. 3, n. 6, p. 71-95, out./nov. 2002, p. 75.
- <sup>28</sup> ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Documentos Avulsos da Capitania de Minas Gerais. Caixa 98, documento 27, 1770. Microfilme; ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Documentos Avulsos da Capitania de Minas Gerais. Caixa 107, documento 67, 1774. Microfilme.
- <sup>29</sup> ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Documentos Avulsos da Capitania de Minas Gerais. Caixa 112, documento 24, 1778. Microfilme.
- <sup>30</sup> ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Documentos Avulsos da Capitania de Minas Gerais. Caixa 94, documento 7, 1769. Microfilme.
- <sup>31</sup> ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Documentos Avulsos da Capitania de Minas Gerais. Caixa 98, documento 21, 1770. Microfilme.
- <sup>32</sup> ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Documentos Avulsos da Capitania de Minas Gerais. Caixa 121, documento 45, 1784. Microfilme; ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Documentos Avulsos da Capitania de Minas Gerais. Caixa 143, documento 48, 1797. Microfilme.
- <sup>33</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA. Cartório do 1º Ofício: registro de testamento. Livro 23, fl. 79. Manuscrito.
- <sup>34</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA. Cartório do 1º Ofício: registro de testamento. Livro 66, fl. 177, 1789. Manuscrito.
- <sup>35</sup> COTTA, Francis Albert. Os terços de homens pardos e pretos libertos: mobilidade social via postos militares nas Minas do século XVIII. *Revista de humanidades*, Caicó, v. 3, n. 6, p. 71-95, out./nov. 2002, p. 76.
- <sup>36</sup> COTTA, Francis Albert. Os terços de homens pardos e pretos libertos: mobilidade social via postos militares nas Minas do século XVIII. *Revista de humanidades*, Caicó, v. 3, n. 6, p. 71-95, out./nov. 2002, p. 74.
- <sup>37</sup> RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 127-143.

## **ARTE EM BRANCO E PRETO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A VISIBILIDADE DOS (AS) ARTISTAS PLÁSTICOS (AS) NEGROS (AS) NA HISTORIOGRAFIA DA BAHIA**

Maria Cristina De Santana Melo<sup>1</sup>

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Orlando Costa do Nascimento

Co-Orientador: Prof. Dr. Emanuel Roque Soares

tinameloproducao@gmail.com

### **Resumo**

O objetivo deste artigo é discutir as particularidades e possíveis articulações entre o estudo da arte e a formação de percepções das culturas e dos indivíduos negros, enquanto processos construídos histórica, social e culturalmente. Considera-se que essa discussão não pode prescindir do debate político sobre as condições de vida da população negra na sociedade brasileira, apontando para a necessidade de revisão das posturas institucionais no sentido de reverter o quadro de invisibilidade do(a) negro(a) na historiografia ocidental/oficial através das representações nos livros.

### **Palavras-chave**

Invisibilidade, Artistas negros(as), Epistemicídio.

### **Abstract**

The aim of this paper is to discuss the specifics and possible links between the study of art and the formation of perceptions of cultures and black people, while processes built historical, social and culturally. It is considered that this discussion can not ignore the political debate on the living conditions of blacks in Brazilian society, pointing to the need for revision of institutional attitudes towards reverse the invisibility of black men and women in Western / official historiography through the representations in books.

### **Key Words**

Invisibility, Black Artists, Epistemicide.

A História da Arte tem sido contada através de uma perspectiva reducionista, que legitima uma parcela da produção artística, ocultando a importância da participação dos negros e negras no seu desenvolvimento, o que produz o chamado epistemicídio, e sustenta uma abordagem lacunar - e por isso mesmo, ideológica - acerca da atuação negra na arte. Portanto, faz-se válido o estudo da produção artística realizada por negros e negras na Bahia e que discute suas questões, a fim de valorizar as epistemologias negadas historicamente, e de abrir caminhos e possibilidades de aproximação e reconhecimento da população com a arte que não se enquadra nos padrões etnocêntricos europeus, e por consequência, desestruturar a estratégia que visou repelir os negros do processo civilizatório nacional, na perspectiva de reafirmar o pluralismo epistemológico que reconheça as múltiplas presenças raciais, culturais, sociais de maneira que contribua para o alargamento das possibilidades de convivência e existência mais horizontais na sociedade.

Por princípio, é interessante analisar o conceito de raça – que, por conseguinte, pode trazer o recorte da negritude, ou da autodefinição – entendido aqui como um conjunto que vai englobar características fenotípicas e, também posicionamentos políticos, tendo em vista que o debate sobre a ideia mais universal de raça humana, ou mesmo da inexistência de raças encontra-se desenvolvido. Contudo, não podemos deixar de salientar os problemas práticos enfrentados pelos indivíduos de fenótipo negro, perante uma sociedade que se autodefine democrática no que tange as questões raciais, mas que no cotidiano traz vestígios da mentalidade do século XIX, com bases no Evolucionismo Social<sup>2</sup>, e nas teorias de Nina Rodrigues<sup>3</sup>, que visavam apontar a degeneração, a suspeita e o crime como referências inatas ao indivíduo negro.

Este legado é traduzido, na atualidade, dentre outros fatores, através do genocídio da população negra, e da percepção generalizada de que essa parcela da sociedade não é capaz de produzir conhecimento, valores e bens culturais de nível elevado. De modo que relega-se toda a produção de baixa qualidade intelectual, artística, cultural, ou de comportamento às margens do sistema leucodérmico<sup>4</sup>. Dessa forma, como podemos perceber o acesso que temos à produção cultural e artística dos negros e negras no Brasil, perante as relações de poder mencionadas e estabelecidas pela historiografia oficial?

Inicialmente, já percebemos ser esta uma relação complexa por nos falar um tanto sobre o desenvolvimento humano universal - visto que a arte foi entendida durante

longo período como um dos principais critérios para medir o grau de civilização de uma sociedade, como destaca Marilena Chauí. Dessa forma, passamos a ter acesso a esse padrão ocidental colonial através dos livros e da história por eles contada, de maneira que quando nos deparamos com a anulação dos negros e negras nesse processo, é possível constatar o ocultamento de identidades e de suas contribuições para o desenvolvimento das sociedades ao longo da História, o que foi utilizado para justificar a colonização, a dominação política e a exploração econômica das riquezas do povo negro.

O epistemicídio<sup>5</sup>, que de acordo com a formação do próprio termo (“episteme”, relacionado a conhecimento e “homicídio”, crime que mata outrem), vem a ser o extermínio do conhecimento de alguém, que no caso do presente estudo se caracteriza como o indivíduo africano ou descendente do mesmo, processo explicitado de maneira bastante evidente nas palavras da filósofa Sueli Carneiro (CARNEIRO, 2005):

Alia-se nesse processo de banimento social a exclusão das oportunidades educacionais, o principal ativo para a mobilidade social no país. Nessa dinâmica, o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual. É fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da autoestima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar, pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana no patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. A esses processos damos o nome de epistemicídio.

Ao desenvolver o conceito de epistemicídio no quadro teórico da Sociologia das Ausências, Santos procura evidenciar que aquilo que não existe é, na verdade, produzido como não existente, como uma alternativa não credível ao que existe, o que incide numa invisibilidade produzida, construída de modo a apresentar cenários hegemônicos com verdades não questionáveis. Assim, a Sociologia das Ausências é concebida como um instrumento cognitivo de leitura do mundo dentro de realidades mais expandidas, para além de uma verdade universal, procurando transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles, transformar ausências em presenças.

Existem diferentes e diversas formas e manifestações da arte, e a escola/ academia não é o lugar privilegiado onde ela é tratada e nem os professores são os únicos responsáveis pela difusão do conhecimento acerca da mesma. Contudo, apesar de considerar essa dimensão mais ampla e mais geral do processo artístico e educativo, este artigo privilegiará o tratamento recebido pela arte produzida por negros e negras que consta ou

não na historiografia/ iconografia oficial, trabalhada no interior das instituições de ensino - vistas aqui, como um espaço em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas, também, valores, crenças e hábitos, assim como preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade.

Assim, observamos a produção artística que surge a partir dos conceitos aqui desenvolvidos, como uma arte baseada no entendimento de que a mesma se configura como um elemento ativo, e não apenas como mero reflexo da sociedade, muito embora ainda mantenha algumas limitações, como notifica Vianna: “Se a dimensão estética da obra artística, por si só, não se constitui como determinante de mudanças nas condições sociais, nela está contida pelo menos a possibilidade de articular tais mudanças, tomando-se base a mediação com a realidade.” (2009, APUD Alexandre, 2007, P.150).

É nesse sentido que discutir as identidades negras e sua influência na construção da historiografia universal implica no desenvolvimento do olhar de um grupo étnico/racial sobre si mesmo a partir da relação com o outro – “entendendo-se que tanto a identidade pessoal quanto a socialmente derivada são formadas em diálogo aberto com o outro.” (D’ADESKY 2001, apud GOMES, 2002, p.39). Esse olhar, ao confrontar-se com o do outro, acaba voltando-se para si mesmo, interpelando essa identidade própria, um dos fatores prejudicados no processo de formação educacional dos indivíduos de pele negra, como observa Alexandre em seu artigo Negro que te quero negro: Formas de Representação do Afro-brasileiro: “Ao tomarmos como foco de análise o indivíduo de cor, observamos que a cultura tradicional estabelece valores que acabam por delimitar socialmente a participação dos negros como sujeitos.” (ALEXANDRE, 2007, p.161).

Nessa perspectiva, quando pensamos a arte – não vista como privilégio de uma civilização, mas como parte constitutiva do sistema cultural e do processo formador da sociedade - e a escola como elementos de formação inseridos num processo epistemológico mais ampliado, encontramos mais do que imagens, currículos, regimentos, avaliações e conteúdos. Deparamo-nos com diferentes olhares que se cruzam, que se chocam e que se encontram. A escola pode ser considerada, então, como um dos espaços que interferem na construção da identidade negra. O olhar lançado sobre os negros e suas culturas, no interior da escola a partir de sua participação ou exclusão na história apresentada oficialmente, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e em muitos casos, negá-las.

A historiografia das civilizações nos traz não somente o registro da História das épocas diversas – que seria a memória estabelecida pela humanidade através da escrita do seu passado- mas apresenta, também, a ciência da História, de modo que, ao estabelecermos contato com os conteúdos trabalhados nas salas de aula de arte, literatura e outras áreas de conhecimento - desde os anos iniciais até o ensino superior – podemos perceber que os negros e negras são alijados do protagonismo histórico, o que causa a concepção de uma autoimagem negativa dos jovens negros.

Desse modo, o epistemicídio pode ser notado em diversas instâncias, a exemplo das escolas e universidades brasileiras, que mesmo após 10 anos da implantação da Lei 10.639/03 - que prevê a obrigatoriedade do ensino da história e cultura dos povos africanos e de diáspora - ainda se nota a ausência da exploração mais adensada desses conteúdos, o que em muitos casos se trata do reconhecimento de um patrimônio próximo e vivo, a exemplo da produção dos(as) artistas plásticos(as) negros(as) da Bahia.

O sistema educacional brasileiro ainda preserva elementos colonialistas que imprimem uma dinâmica histórica de dominação política, econômica e cultural, portanto, faz valer à sua visão etnocêntrica na produção do corpo de conhecimento social, no sentido da vida e das práticas sociais. Ressalta-se aí, o caráter que afirma uma única ontologia, uma epistemologia, uma ética, um modelo antropológico, de um pensamento único e sua imposição universal. De maneira que é possível perceber que foi o ocultamento dessas identidades e de suas contribuições para o desenvolvimento das sociedades ao longo da História uma das principais estratégias utilizadas para justificar a colonização, a dominação política e a exploração econômica das riquezas do povo negro.

### **O Estudo da Arte e sua Relação com a Invisibilidade dos(as) Artistas Negros e Negras**

O estudo das civilizações nas escolas e no ensino superior passa, constantemente, pela análise de obras de arte, pelo menos em alguns períodos, em que os modos de vida, produção, política e religião ainda não encontravam meios escritos ou fotográficos para seu registro. Nos livros didáticos desde os primeiros anos de sua utilização nas escolas –

de acordo com os currículos e ementas elaboradas por professores e instituições, muitas vezes não atendendo exatamente à legislação em vigor - constam em seu conteúdo imagens de obras artísticas que nos fazem ter contato com diversas sociedades e seus costumes. Porém no que se refere à produção africana, afro descendente e suas influências, podemos perceber que existe uma lacuna no sentido de reconhecer e referenciar tais autores e obras.

Um exemplo muito recorrente nos livros didáticos e mesmo nos referenciais de história da arte é o tratamento dado à civilização egípcia, aclamada em sua riqueza, grandiosidade e criatividade, porém não relacionada diretamente ao continente africano, à sua posição geográfica específica e ao que essa região representa na atualidade, gerando certo estranhamento aos estudantes e à população de maneira geral quando apresentado como mais uma parte do continente visto como lugar de miséria, improdutividade e irracionalidade, como afirma Munanga (MUNANGA, 2006, p.31):

No entanto, as mudanças provocadas pelas invasões não apagam as contribuições dos nativos na história dessas civilizações, como se tentou fazer na historiografia ocidental colonial, ao negar a mão negra na civilização egípcia. Essa negação foi uma estratégia político-ideológica que visava rechaçar o negro no processo civilizatório universal (...) No entanto, esses fatos em toda sua objetividade estão ainda subestimados e ocultados no ensino da história.

Outro exemplo interessante seria a análise das coleções que tencionam divulgar a largas escalas a produção artística considerada universal com títulos que supervalorizam determinados artistas, normalmente selecionados de maneira a reforçar padrões estéticos e ideológicos, que acabam por localizar a Europa enquanto polo central de produção, exportação e manutenção dos conceitos, vanguardas e movimentos artísticos ao longo de toda História da produção humana. Tal prática reforça o ideal dos “Grandes Mestres” ou dos “Gênios” pautados na figura do homem-branco-europeu dotado de capacidades intelectuais superiores, e excluindo toda uma parcela de produção referente à outros segmentos étnicos e às mulheres, dispondo tudo que estiver alheio a esse recorte como incapaz de ser considerado como suficientemente relevante para constar nos registros oficiais e, por conseguinte, ser divulgado e trabalhado em salas de aula ou em coleções de arte.

Seguindo tendência semelhante, encontramos os livros de História da Arte - normalmente trabalhados nas universidades, e por isso mesmo, mais relacionado a uma escrita especializada - que buscam traçar trajetórias cronológicas da produção artística universal, contudo, excluindo manifestações que envolvam os segmentos étnicos



classificados para além do padrão mencionado anteriormente, como se toda a iconografia histórica tratasse apenas de um ocidente europeizado, vilipendiando as culturas indígenas, africanas e de diáspora, além de todo um contingente que vem a formar a margem de produção que será trabalhada apenas em estudos específicos, com escassas publicações que até poucas décadas atrás eram relacionadas ao olhar estrangeiro sobre essas culturas, ou seja, os segmentos étnicos que não atendem aos padrões ocidentais coloniais estabelecidos acabam por ser tratados justamente sob o olhar do “colonizador” e não de si mesmos, o que reforça o ideal de incapacidade de criação e análise dessas sociedades.

No Brasil, esse comportamento torna-se bastante explícito no trecho a seguir, em que Sabrina Gledhill comenta a aversão dos brasileiros a sua própria cultura – que, por conseguinte, tem a forte marca das culturas negras – e as influências das civilizações nórdicas nas origens desse processo, trazendo o conceito de Mazombismo – desenvolvido por Vianna Moog<sup>6</sup> - que prevalecia no Brasil nos círculos intelectuais a partir dos Oitocentos (BURNS 1993, apud GLEDHILL, 2012, p.29-30):

Os mazombistas criticavam “tudo que era brasileiro” e imitavam os costumes europeus, primeiro o dos portugueses, depois os dos franceses e ingleses. Tentavam escrever, pintar, compor músicas e no máximo possível, pensar como os europeus. Um complexo de inferioridade impeliu às elites brasileiras a serem mais europeus que os europeus e importar várias idéias novas do continente- como, pro exemplo, o positivismo-, apesar dos protestos de intelectuais do peso de Silvio Romero e Capistrano de Abreu a partir da década de 70 do século XIX.

Dessa maneira, o acesso a informações referentes à produção artística dos integrantes dessa margem se dá apenas através da busca individual por livros específicos, pois o assunto não consta nas linhas da História universal, além dos currículos não incluírem seu estudo no fluxograma geral obrigatório, designando raramente disciplinas optativas relacionadas a estudos étnicos particulares, o que cria um ambiente de especificidade e exclusão desse conhecimento.

Até mesmo em cidades com grande contingente de descendentes de africanos como o caso de Salvador, percebemos ainda o tratamento de assuntos relacionados ao conhecimento das culturas negras em nichos isolados de pesquisa e disposição do material oriundos destas, da mesma maneira o tratamento acadêmico da arte e produção influenciada pela diáspora ainda se veem pouco exploradas nos conteúdos da universidade e das escolas, situando-se em ambientes setorizados e não no lugar de conhecimento histórico geral.

Dessa maneira, cabe-nos questionar se os cidadãos formados por nossas instituições de ensino superior, ou básico têm concluído sua formação aptos à convivência, conhecimento e respeito com relação à diversidade e menos eurocêntricos em sua bagagem intelectual e de valores. Será que dez anos após a implantação da Lei 10.639/03 a diversidade étnica e racial do nosso país está contemplada nos currículos universitários e escolares, nos cursos de pós-graduação, entre o corpo docente e os cargos de decisão da universidade e da sociedade? A resposta, provavelmente ainda seria não, e as conseqüências disso, as mais negativas.

O conhecimento se manifesta como esfera de poder, como capacidade e potencialidade de transformação dentro da sociedade contemporânea, podendo propiciar o acúmulo de capital e a conseqüente mudança na estrutura econômica da população. De modo que ao desviar o foco dos interesses e investimentos educacionais e culturais para centros específicos assistimos a polarização da cidade em áreas de domínio divergentes, que carregarão características de supervalorização ou de segregação compreendidas a partir do desenvolvimento histórico da região, e não necessariamente por falta de potencialidades de seus formadores. Para Soares, a pobreza e a marginalização das populações criam sérios obstáculos à realização dos direitos políticos e civis, na medida em que as privações enfraquecem a manutenção da vida social e dificultam a participação política, pois as pessoas passam a se preocupar com o saciamento de suas necessidades básicas e imediatas: alimentação, saúde e moradia. (SOARES, 2007, p.03)

No referente contexto, analisando também as considerações acerca do conhecimento como construção de poder, e a arte como forma de produzir conhecimento, chegamos então ao objeto desse estudo: a compreensão da invisibilidade do trabalho realizado pelos(as) artistas plásticos(as) negros do interior do estado da Bahia. Questão que pode ser compreendida através da percepção do processo de segregação na urbanização do estado, que contribuiu para o estabelecimento da naturalização de uma cultura de exclusão social, com territórios marcados por diferenças econômicas e raciais, gerando o fenômeno da periferização que aguça a discriminação por classe, e nega a cidadania e a participação ativa desses indivíduos na construção oficial da civilidade baiana e nacional.

É importante também ressaltar o histórico de lutas e resistência – muitas vezes ignorado ou deturpado - que desconstrói a ideia de um povo passivo à violência cultural imposta pela colonização, destacando as revoltas e conquistas durante e após a

escravidão e fomentando debates entre pesquisadores(as) sobre a participação ativa dos negros e negras na construção do Brasil e abrindo caminhos para difusão das discussões que informem sobre essa temática.

A divulgação das pesquisas realizadas por negros e negras sobre sua própria cultura também apontam para a valorização do discurso particular e, conseqüentemente, uma compreensão mais profunda e significativa dos valores do papel histórico da civilização oriunda da diáspora africana na construção da nação brasileira, abrindo horizontes para uma nova percepção da sociedade.

---

<sup>1</sup>Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas no Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia( em andamento). Bolsista FAPESB.

<sup>2</sup> Refere-se às teorias antropológicas de desenvolvimento social segundo às quais acreditava-se que as sociedades têm início num estado primitivo e gradualmente tornam-se mais civilizadas gradualmente ao passar do tempo. Nesse contexto, o primitivo é associado com o comportamento animalístico, enquanto civilização é associada à cultura européia do século XIX.

<sup>3</sup> (1862-1906) médico legista, psiquiatra, professor e antropólogo. Influenciado por Cesare Lombroso, acreditava na necessidade de códigos penais diferentes para raças diferentes, buscando a degenerescência e tendência ao crime como origens naturais, fruto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas diversas divisões e cisões.

<sup>4</sup> Termo utilizado por Carlos Moore, Doutor em Ciência Humanas e Etnologia pela Universidade de Paris, para designar raças brancas (caucásico- europeia e sino-nipônico-mongol).

<sup>5</sup> Estamos considerando o epistemicídio no entendimento de Boaventura de Sousa Santos quando diz que a ciência moderna promove um processo de destruição criativa, em defesa do seu privilegiado estatuto, de modo que tudo que opera externamente ao seu modelo de racionalidade ocidental é relegado á subalternidade e exclusão dos sistemas de poder.

<sup>6</sup> Clodomir V. M. (1906-1988). Advogado, jornalista, romancista e ensaísta, nascido em São Leopoldo, RS.

## NOTAS DE REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Marcos Antônio. *Negro que te quero negro: Formas de representação do afro-brasileiro*. In: ALEXANDRE, Marco Antônio(Org.). *Representações Performáticas Brasileiras. Teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza Editora, 2007.

CARNEIRO, Sueli. *Em Legítima Defesa*. In: SANTOS, Jaqueline Lima. *A produção intelectual das mulheres negras e o epistemicídio: uma breve contribuição*. Disponível em: <[http://jaquelinecontraoepistemicidio.blogspot.com.br/2010/06/producao-intelectual-das-mulheres\\_09.html](http://jaquelinecontraoepistemicidio.blogspot.com.br/2010/06/producao-intelectual-das-mulheres_09.html)>. Acesso em: 14 Nov. 2012.

D'ADESKY, Jacques. *Racismos e anti-racismos no Brasil. Pluralismo étnico e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001. In: GOMES, Nilma Lino. *Educação e Identidade Negra*. Minas Gerais: 2002. Disponível em: <<http://www.lettras.ufmg.br/poslit>>. Acesso em: 20 Out. 2012

GLEDHILL, Sabrina. *Manuel Querino e a luta contra o “racismo científico”*. In: NASCIMENTO, Jaime; GAMA, Hugo (Org.). *Personalidades Negras Trajetórias e Perspectivas*. Salvador: Quarteto, 2012.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. *Para entender o negro no Brasil: história, realidades, problemas e caminhos*. . 2 ed. São Paulo: Global. Ação Educativa Acessoria, Pesquisa e Informação, 2006.

SOARES, Antonio Mateus de Carvalho. *Salvador: Pobreza, figurações e territórios*. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, n. XIII , 2007, Campus UFPE – Recife.

## **Título: Villa-Lobos, educador e compositor – a construção da memória e do mito**

*Maria das Graças Reis Gonçalves \**

**Resumo:** Esse trabalho tem como objetivo avaliar o processo de construção da memória de Villa-Lobos através das inúmeras biografias que foram escritas a seu respeito, bem como, através do acompanhamento de sua carreira pública, analisar o caminho seguido pelo maestro, a partir do golpe de 1930 e o estabelecimento da ditadura do Estado Novo, para por em prática o seu projeto de educação cívica, artística e musical. Suas atitudes revelaram sua posição política e deixaram transparecer uma época de mudanças na forma de retratar a nação brasileira

Palavras-chave: Estado Novo; Villa-Lobos; nacionalismo.

### **Title: Villa-Lobos, educator and composer - the construction of memory and myth**

**Abstract:** This study aims to evaluate the process of building the memory of Villa-Lobos through the numerous biographies that have been written about him, as well as by monitoring of his public career, consider the path followed by the conductor, from the coup 1930 and the establishment of the dictatorship of the New State, to put into practice your project civic education, artistic and musical. Their attitudes revealed his political position and left transpire a time of change in the portrayal of the Brazilian nation.

Keywords: New State; Villa-Lobos; nationalism.

Villa-Lobos foi uma das figuras mais controvertidas da nossa vida musical. Autodidata, polêmico, autor de uma produção musical reconhecida nacional e internacionalmente, o compositor se projetou no cenário musical brasileiro do século XX. Conviveu com alguns dos mais importantes músicos de sua época, conhecendo o que se produzia de mais avançado em Paris dos anos 20, voltando ao Brasil depois de tornar a sua obra reconhecida e publicada, e em plena maturidade como criador. Como Vargas, atraiu as maiores paixões e as críticas mais duras. Não foi neutro e, na maior parte das vezes, não soube ou não quis ser diplomático.

Inserindo-se num grupo de intelectuais que, através do apoio estatal, percebeu a oportunidade de colocar em prática os seus projetos, Villa-Lobos, a partir dos anos 1930, apresentou a sua proposta pedagógica do canto orfeônico, cujo objetivo era ensinar a música nas escolas, cultivar a disciplina, despertar o civismo e unir a nação que cantaria a uma só voz. Assim, inseria-se no nacionalismo, tão apregoado na época, e na articulação com um projeto de (re)construção da nação que envolvia a criação de uma “vontade coletiva”, a qual estava vinculada a uma visão de mundo hegemônica que se desejava traçar e difundir. Neste sentido, nas palavras de Wisnik & Squeff:

A conjugação Villa-Lobos-Getúlio tinha mais de um motivo para ressonância. Do lado do Presidente: o que Getúlio Vargas apreciava no compositor era [...] a febre do grandioso, do colossal, postas a serviço das cerimônias cívicas do Estado Novo. Já para o próprio Villa-Lobos: aproveitar o sortilégio da música como um fator de cultura e de

civismo e integrá-la na própria vida e na consciência nacional – eis o milagre realizado pelo governo do presidente Getúlio Vargas.<sup>1</sup>

Villa-Lobos empenhou-se no seu projeto do canto orfeônico, escrevendo copiosamente sobre ele, quando pouco ou nada escreveu sobre a sua própria obra de composição. O resultado foi um movimento como não se conhecia na área de educação musical no Brasil. Pela amplitude da mobilização de professores, alunos, músicos e público, pela consideração de múltiplos aspectos musicais, pedagógicos, políticos e administrativos ligados à concretização do projeto, Villa-Lobos revelou, além de seu talento musical, uma capacidade de trabalho e organização impressionantes. Não se tratava de tarefa de um único homem, e Villa-Lobos conseguiu reunir não só importantes apoios políticos, mas uma equipe dedicada e competente. Contudo, ao final do Estado Novo o trabalho entra em declínio até se extinguir sem sofrer uma crítica sistemática nem ser substituído por outra proposta. Apenas foi parando e deixando um vazio nunca preenchido. Não houve, desde então, um projeto nacional de educação musical.

Filho de Raul Villa-Lobos e Noêmia Umbelina dos Santos Monteiro, Heitor Villa-Lobos nasceu no Rio de Janeiro, em 5 de março de 1887.<sup>2</sup> A mãe queria que ele fosse médico, mas o pai, funcionário da Biblioteca Nacional, autor de livros de história e cosmografia foi seu grande professor, que o ensinou a tocar violoncelo e clarinete, proporcionando-lhe contato com a tradição erudita. (MARIZ, 1989:29).

Assim, Tuhú, como era chamado pela família, iniciou muito cedo a sua educação musical. Aos seis anos, diz a lenda, levado pelo pai, já assistia a ensaios, concertos e óperas. Além disso, sua casa era frequentada por muitos músicos, amigos de seu pai, que o levava à casa de Alberto Brandão, que promovia saraus frequentados por figuras ilustres como Silvio Romero, Barbosa Rodrigues, Couto de Magalhães e Melo Moraes.<sup>3</sup>

Segundo Winick sua outra importante escola foi a dos chorões, músicos populares, com quem Villa-Lobos tocou e aprendeu muito: Villa-Lobos tocava (WISNIK & SQUEFF:2001:153).

Assim, na galeria da memória nacional, Heitor Villa-Lobos, com seu talento desde a infância, teria desenvolvido, ao lado da tenacidade de seu caráter, um senso musical excepcional e uma postura única de maestro e compositor, o que o fez assumir o papel de ‘maior compositor brasileiro de todos os tempos’.

Em relação a esse talento desenvolvido desde a infância, não é raro encontrar a explicação, entre seus biógrafos, de uma espécie de predestinação de Villa-Lobos para música. Neste sentido, várias são as histórias contadas sobre o talento precoce do menino

Tuhú, como o artigo escrito pelo Sr. Lima Rodriguez, amigo de seu pai, que ilustra muito bem essa ideia da predestinação. Segundo este, após a morte de Raul Villa-Lobos em 1899, vitimado pela varíola, a família passou por sérias dificuldades financeiras, levando Dona Noêmia a ter que trabalhar para garantir a subsistência dos filhos. Mas isso não fora suficiente e se fazia necessário empregar o menino Heitor para ajudar nas despesas da casa. Nas palavras do Sr. Lima:

Foi quando eu consegui que o guarda livros de conceituada firma, importadora de vinhos e conservas, aceitasse o garoto, a título precário, admitindo-o no estabelecimento, onde teria boas refeições e um minguado salário para desasnar no escritório.

Qual foi, porém, o meu espanto, quando o amigo me participou que o meu recomendado não lhe tendo aparecido, admitira outro!...

Presuroso averigui que Tuhú lá fora ter pontualmente, e que um homem bigodudo [...] o despachara do armazém, afirmando autoritário, que na casa não havia vaga.

Mais psicologico do que eu, o armazeneiro, conhecedor de vinhas e arguto em perscrutar a alma dos frequentes, entreviu que, quem nascera para grande maestro, não devia iniciar-se como “office-boy”.

Foi melhor assim, porque o adolescente, como uma planta útil, emergiu para luz, destendendo braçadas até tornar-se o maestro que atualmente admiramos.<sup>4</sup>

Interessante esta passagem porque ilustra bem a imagem mítica construída acerca do maestro. Essa imagem não foi construída somente pelos seus biógrafos, mas por aqueles que conviveram com ele, como este Sr. Lima Rodriguez; pela própria família; pelos desconhecidos, como o dono da firma, citado no artigo, que ‘entreviu’ o grande maestro que seria Heitor Villa-Lobos. Esta concepção nos reporta ao que Gisálio Cerqueira Filho (1982) denomina de ‘ideologia do favor’, só que neste caso, às avessas, ou seja, o talento do menino Tuhú fora ‘intuído’ por um desconhecido que, por isso, não lhe dera o emprego, como havia pedido o amigo Lima Rodriguez. Agindo assim, ele prestara um favor, não só ao futuro maestro, mas ao país e a toda humanidade, permitindo que o menino Tuhú não se desvirtuasse do mundo da música e se tornasse um grande compositor. Nesta concepção, o menino Tuhú já estava predestinado a ser o maior dos compositores nacionais, pois tinha a música no sangue. É a ideia também da música como missão, da missão do artista em elevar a cultura de seu país. Imagem semelhante àquela construída em torno do próprio Getúlio Vargas, também predestinado a ser o grande líder político.<sup>5</sup>

Tanto na concepção nacionalista que regia a memória construída em torno da formação de uma “cultura brasileira”, preocupada em divulgar a vida e a obra de Villa-Lobos, quanto na versão da história da música nacional, a bibliografia apresentou ao público leitor a imagem idealizada, mítica e sobre-humana do maestro: Villa-Lobos foi transformado em um gigante cuja imagem se confunde com a do Brasil e dela é inseparável.

Essa bibliografia atribuiu também à música de Villa-Lobos como sendo a precursora da verdadeira música brasileira, pois ele teria nos libertado do modelo europeu. O caráter intrinsecamente brasileiro de sua música se deu segundo Eurico Nazaré Nogueira França:

No contato íntimo que estabelece com a música folclórica, ao colhê-la, na fonte, [...] Villa-Lobos se alimenta de brasilidade, de todas as nossas vozes das cidades e das selvas, mas também do espetáculo dos rios, das matas e das montanhas, da realidade do homem e da paisagem. A inevitável consciência de brasilidade, tinha que naturalmente moldar[...] a personalidade. Daí suas atitudes tão típicas, que se lhe compunham a fisionomia barroca. ‘O folclore sou eu’ – proclamava Villa-Lobos. E esse dito, que na época surpreendeu muita gente, corresponde a uma verdade transcendente, porque ele resume e supera vozes folclóricas.<sup>6</sup>

A escolha por uma abordagem biográfica sem a preocupação com aspectos metodológicos e teóricos adotados por historiadores, em geral, pressupõe uma ação de mitificação da personagem, como essa citada acima. Quase sempre esses autores elegem figuras que respeitaram e admiraram para serem biografados. Outras vezes, essas biografias são realizadas por pessoas que, de uma forma ou de outra – seja familiar, profissional, etc – relacionaram-se ou conviveram diretamente com o biografado, como é o caso de Vasco Mariz, Eurico Nogueira França e Donatello Grieco. Em qualquer um desses casos e, considerando-se que o sujeito seja um destaque artístico, intelectual, político ou religioso, respeitado por um determinado grupo social, o resultado da obra biográfica dificilmente foge de um tom apologético ou laudatório. A mitificação do sujeito histórico seria a primeira etapa desse processo de endeusamento.

O argumento de que o sujeito escolhido para ser biografado seria um personagem “à frente de seu tempo” também é muito utilizado nesse tipo de trabalho e fundamental no processo de construção do mito, na medida em que a capacidade deste de visualizar o futuro é correntemente explicada atribuindo-se a este sujeito uma genialidade impossível de manifestar-se em homens comuns. E, por essa mesma razão, esses “gênios”, homens “à frente de seu tempo” são, em geral, tidos como incompreendidos pela maioria das pessoas de sua época.

Dentro dessa perspectiva, praticamente todas as biografias existentes sobre Villa-Lobos pertencem a uma vertente tradicional, perseguindo o caráter apologético, assumidamente intencional, sem a preocupação de encarar seu personagem como um canal de acesso à compreensão de contextos mais amplos; por conseguinte, não levam em consideração que o personagem Villa-Lobos, enquanto compositor, maestro e educador é um homem produto do seu próprio tempo e, sendo assim, é necessário considerá-lo no contexto em que viveu, partilhando com os seus contemporâneos um determinado vocabulário, um



determinado discurso e, a partir daí, estabelecendo com estes, um tecido de conversas, de diálogos particulares, uma linguagem musical propriamente histórica.<sup>7</sup>

Além disso, essa memória formada a partir da reprodução de uma imagem única do personagem biografado acaba por privilegiar uma determinada face do sujeito, em detrimento de outras faces, obscurecendo o caminho para outras possíveis interpretações. É neste sentido que Pierre Bourdieu falou em “ilusão biográfica”, considerando que é indispensável reconstruir o contexto, a “superfície social” em que age o indivíduo, numa pluralidade de campos a cada instante.<sup>8</sup>

É consenso também entre os vários autores que escreveram sobre Villa-Lobos que o maestro é, sem dúvida, uma das personalidades mais famosas da história da música brasileira. Se Carlos Gomes foi o grande músico do Império, Villa-Lobos surgiu no cenário artístico nacional como o grande músico da República. Sobre ele escreveram-se inúmeras obras. A maioria, entretanto, apoia-se numa memória construída do maestro que nos revelam seu caráter idealista e arrebatador, sua genialidade musical e, sobretudo, a “brasilidade” de suas obras. Aqui o maestro aparece como um “gênio musical”, “o arauto e o profeta”, um homem “à frente de seu tempo” e, por isso, muitas vezes, incompreendido.

Essa memória idealizada do maestro acabou de certa forma, camuflando uma dimensão ambígua e muitas vezes contraditória de sua atuação. Por não considerá-lo como um sujeito multifacetado, essa memória acabou impossibilitando a elucidação de novos elementos de sua atuação como músico, como educador, como funcionário público, como cidadão, como homem inserido em uma determinada época. Neste sentido, mais que tratar de Villa-Lobos e sua obra, é necessário a compreensão do mundo em que o maestro viveu e o significado de suas escolhas, no contexto do Estado Novo, momento onde se delineou um novo padrão na relação entre artistas/intelectuais e Estado no sentido de sedimentar o ‘novo’ projeto de nacionalização cultural. Entendemos que sua trajetória, no sentido utilizado por Bourdieu é um rico exemplo de todo esse processo, na medida em que, enquanto discurso/linguagem política de uma época, sua música constituiu um veículo de argumentação política e um dos elementos de que o governo lançou mão para produzir um espaço de consenso e para solucionar o problema da unidade nacional.

Mas, para entendermos melhor a construção de uma memória unifacetada do maestro e, muitas vezes, ocultando informações a seu respeito, devemos perceber que esta bibliografia foi composta ao longo de mais de meio século e, neste sentido, cada obra representa um momento distinto e que pode carregar interesses e/ou objetivos diferenciados. Por isso, devemos ter o cuidado de situar cada obra em seu contexto.

A obra de Vasco Mariz, publicada em 1949, funcionou como matriz para a maior parte das biografias posteriores do maestro. Com onze edições, sendo seis no exterior, este livro se multiplicou em uma série de outros que saíram reproduzindo suas informações e ideias. A memória conhecida de Villa-Lobos foi construída sobre esta narrativa de Mariz, adotada como única e verdadeira pelos biógrafos que foram surgindo posteriormente, sem a menor preocupação crítica.

Entre os anos de 1948 e 1949, Mariz já tinha ingressado na carreira diplomática e já nesta época, correspondia-se regularmente com o maestro ou mesmo com Mindinha, sua segunda esposa.<sup>9</sup> Nesse período também, o maestro realizou várias viagens. Desde 1947 apresentava-se dirigindo concertos no Brasil, Estados Unidos e na Europa, salvo em julho de 1948, quando foram interrompidas por causa de sua doença.<sup>10</sup> Nas várias cartas trocadas nesta época e, pelo teor das mesmas, transparece a proximidade entre os dois. Não tratavam apenas de assuntos profissionais relacionados a concertos, mas também aos acontecimentos do dia a dia do próprio Mariz. Além disso, as preocupações com a saúde do maestro eram sempre frequentes nessas cartas, o que denota os laços de amizade entre os dois. Em relação ao livro que escrevera sobre o maestro, sempre se referia como o “nosso livro”.

Também o maestro, em suas cartas a Mariz, relata detalhes sobre sua saúde, do sofrimento e das dificuldades provenientes de tal situação. O maestro ainda manifesta o sentimento de ter sido incompreendido em seu país. Acreditamos que esse sentimento do maestro possa ser entendido de duas formas: por um lado, o próprio maestro se via como um homem “à frente de seu tempo” e, por isso, por sua genialidade, muitas vezes, incompreendido. Mas, por outro lado, também nos reporta a aborrecimentos na sua vida íntima: a sua separação de Lucília Guimarães, pianista e professora de música, de uma família respeitada na época e, simultaneamente, o seu casamento com Arminda Neves, uma ex-aluna, vinte anos mais nova que ele, trouxe-lhe não só aborrecimentos, mas muitos constrangimentos, preconceitos e incompreensões, sem dúvida, provocados pelas regras sociais vigentes num Rio de Janeiro provinciano e conservador dos anos 1930. Mas dessa forma, acreditamos que a memória construída, a partir desse sentimento, reproduz, na prática, a imagem que o próprio maestro fazia de si mesmo: um homem duplamente “a frente de seu tempo”, tanto pela sua genialidade musical, quanto pelo seu rompimento das barreiras e convenções sociais.

Além da relação de solidariedade e amizade entre os dois, também transparece o apoio político de Mariz ao maestro. Isso fica bem claro na carta enviada pelo cônsul e musicólogo em 2 de julho de 1948:

Li a sua entrevista no 'O Jornal' e estou de pleno acordo com o senhor. Não há nada de mais provinciano que a Escola Nacional de Música. Tudo que existe de interessante em música, no Brasil, está fora dela. Continue a impulsionar o Conservatório de Canto Orfeônico, que é de suas maiores realizações. Se um bando de imbecis não lhe reconhece o valor, não se deixe abater!<sup>11</sup>

Como vemos, apoia diversas realizações de Villa-Lobos em um momento em que sua importância política ia declinando. Podemos perceber a solidariedade de Vasco Mariz, às opiniões e iniciativas de Villa-Lobos em relação à Escola Nacional de Música e o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico. Vale ressaltar aqui que as relações entre o maestro e o corpo docente da Escola Nacional de Música nunca foram amistosas. Vários nomes importantes da Escola nunca aceitaram o fato de Villa-Lobos ter se tornado um grande nome da música no Brasil e com um reconhecimento internacional, sem nunca haver seguido um estudo formal de música, ou seja, sem haver sido diplomado por nenhum conservatório ou escola oficial. Quanto ao Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, a referência de Vasco Mariz tem uma conotação política, de solidariedade ao amigo. Nesse momento, Villa-Lobos já não ocupava mais o cargo de diretor desta instituição. Ele se afastou da direção do Conservatório em 1947, deixando Oscar Lorenzo Fernandez em seu lugar. Apesar de nunca ter retornado à direção, ele continuou exercendo grande influência na instituição, da qual era patrono, até o fim de sua vida. Mas após a queda de Vargas, o ensino do canto orfeônico, vinha perdendo força e o maestro, na verdade, ressentia-se do pouco caso com que as autoridades vinham tratando sua mais importante obra educacional que, aos poucos, foi se silenciando...

Como vemos, como amigo, admirador e intérprete do maestro, Vasco Mariz assumiu a missão de escrever a sua primeira biografia, encomendada e paga pelo Ministério das Relações Exteriores do Governo Dutra e que serviu de base para todas as demais. Podemos afirmar ainda, que o caráter laudatório dessa biografia era previsto e desejado, em primeiro lugar, por causa da grande admiração e pelos laços de amizade que nutria o autor pelo seu biografado. Mariz chega a afirmar que suas entrevistas com o maestro lhe impressionaram tanto que achou melhor, "por prudência, qualificar os elogios ou até a gravar as restrições, a fim de não parecer dominado pela personalidade gigantesca do biografado". Em segundo lugar, porque o autor nunca escondeu o caráter do texto que pretendia escrever: "A obra, afinal, era um canto sincero de louvor, ou não a teria escrito" (MARIZ:1989:7-8).

Além disso, o tom laudatório era previsivelmente esperado tendo em vista que a obra foi editada por um organismo político e burocrático do governo, responsável pelo estabelecimento e manutenção de relações internacionais como é o caso do Ministério das

Relações Exteriores, assim sendo, sempre procurará promover aspectos e personalidades de seu país, seja embutindo ou simplesmente exacerbando características universalmente consideradas positivas. Dessa forma, a escolha de Villa-Lobos e o tom laudatório adotado, dando a sua trajetória a dimensão de origem da música nacional, não eram, portanto, fortuitas. Ela faz parte do caráter nacionalista, ufanista da época, de exaltação da ‘Pátria’, da ‘Nação’. Uma apologia, portanto, à música de Villa-Lobos era também uma apologia ao país. Uma verdadeira exortação cívica. Neste discurso sua música refletia a alma sonora do Brasil e do povo brasileiro. Através de suas melodias, ritmos e efeitos musicais, uma verdadeira e fantástica viagem poderia ser feita através dos sons destes Brasis que, em suas composições, frequentemente homenageava as florestas, as matas e todas as belezas naturais do Brasil.

Na reedição da obra publicada em 1989,<sup>12</sup> Vasco Mariz conta que Villa-Lobos não gostou de sua obra, nunca a elogiou ou tampouco a corrigiu. E que foi somente em 1960, pouco tempo depois da morte do compositor, quando preparava uma nova edição em português soube, através de Arminda, o porquê de tanto rigor. Ao que parece, Villa-Lobos havia ficado furioso porque Mariz escrevera que ele dava cascudos nas crianças que participavam nas concentrações orfeônicas. Mariz se defende: “eu levei um cascudo leve, mas jamais tive a intenção de afirmar que ele batia sistematicamente nas crianças para obrigá-las a cantar!” (MARIZ:1989:8). Diz que revisara o seu texto, eliminando esses comentários, a fim de se redimir com “a memória do mestre”. Assim, de maneira confessa, Mariz diz ter selecionado as informações que lhe parecessem convenientes para preservar intacta uma determinada memória do maestro, memória esta de que ele fora um dos mais importantes agentes criadores.

Sabe-se também que Heitor Villa-Lobos publicou sua autobiografia na Revista *Música Viva* em 1941 e, segundo Lisa Peppercorn,<sup>13</sup> Villa-Lobos pediu ao editor desta revista que publicasse essa pequena autobiografia, para satisfazer a todos os que pediam esclarecimentos em relação à data exata de seu nascimento. No entanto, a verdadeira data de nascimento só foi confirmada por Vasco Mariz o que nos leva a pensar que as motivações do maestro fossem outras: a de autopromoção, sem dúvida. Aqui vale ressaltar que a obra de Mariz reproduz diversas informações e juízos de valor do próprio maestro presentes nesta autobiografia. Isto nos leva a perceber que a primeira imagem de Villa-Lobos construída por Vasco Mariz possui semelhanças com a imagem que o próprio maestro construía de si mesmo.

Toda memória é construída a partir de alguns marcos escolhidos dentro do imenso e contínuo universo em que consiste a trajetória vivida por uma pessoa. A eleição desses e/ou daqueles elementos não se dá por acaso. Razões conscientes e/ou inconscientes definem a

memória que se pretende construir. Assim, a ideia de que numa sociedade há sempre várias memórias e que, muitas delas, muitas vezes estão em disputa é algo que precisa ser levado em consideração, antes mesmo de nos perguntarmos sobre os responsáveis pela transmissão de determinada lembrança ou do seu esquecimento...

No processo de construção da memória do maestro os autores, em geral, procuram mostrar a evolução criativa do seu personagem, do aumento de sua sabedoria, desde os seus primeiros passos até o momento em que atinge o seu ápice, a um estágio inacessível para a maioria dos homens. Além disso, a referência à inspiração folclórica – cantigas de roda -, presente em suas primeiras composições, procura mostrar a ligação do compositor com a cultura do povo, com o folclore. Nesse dado destacado pelos seus biógrafos,<sup>14</sup> a aproximação com a cultura popular, com os “violeiros”, os “cantadores”, se deu ao mesmo tempo em que Villa-Lobos toma contato com os “sons da natureza brasileira”, os “aboios”, os sons musicais dos carros de bois, dos pássaros, das matas, dos animais, dos rios, das noites...<sup>15</sup> Sons que estarão presentes em suas composições e, que serão mesmo, características marcantes de toda a sua obra, na tentativa de “escutar a voz dos vários Brasis”.

Outro momento destacado na formação do maestro pelos seus biógrafos é o seu contato com a música popular urbana, especialmente os “chorões”. Cada um a sua maneira vai delineando uma imediata identificação entre Villa-Lobos e a música popular urbana, assim como ocorrera com a música popular rural, ou folclórica. Ou seja, vai se compondo uma imagem de um Villa-Lobos, ao mesmo tempo, rural e urbano, que combina a pureza e a brasilidade do sertanejo, do caipira, com a erudição e a inteligência do homem da cidade, do cosmopolita. Ou ainda, aquele que fará a síntese entre o popular e o erudito...

Segundo seus principais biógrafos, ao mesmo tempo em que se aproximava da música popular (urbana ou folclórica) ele entrou em contato também com as formas “elevadas” da arte musical. Isso teria se dado desde os primeiros anos de vida, demonstrado pelo seu apreço pela música de Bach, por influência de sua tia Zizinha<sup>16</sup> e mais tarde, quando compôs a série das *Bachianas Brasileiras*.

Todas essas características foram eleitas para compor sua personalidade. Assim fez Vasco Mariz já na primeira publicação da biografia do maestro, em 1949. Nessa linha segue também o livro de Lisa Peppercorn, como o próprio maestro, em sua autobiografia publicada em 1941.

Assim, na memória construída, consciente ou inconscientemente, percebemos que o seu desejo foi respeitado pelos seus biógrafos. Cada um a sua maneira foi construindo uma memória em que destacava a variedade, a particularidade e, sobretudo, a brasilidade de sua

música. Mas essa preocupação em se projetar como um músico genuinamente brasileiro, conhecedor de sua terra e sua gente, fez com que Villa-Lobos incluísse em sua biografia alguns relatos fantásticos de viagens que teria realizado em sua juventude pelo interior dos Estados do Brasil. Algumas viagens ocorreram de fato, mas outras não passam de lendas... Mas muitos de seus biógrafos incluem essas histórias em seus livros como sendo verdadeiras, uma vez que muitos as ouviram do próprio Villa-Lobos.

Ora questão a ser levantada na carreira do maestro é a publicidade. Ele tinha consciência de que para se tornar um grande nome no meio artístico, nacional e internacional, era fundamental a propaganda em torno não só de sua obra, mas também em torno de sua pessoa. E, ao longo de sua carreira insistiu com as autoridades governamentais brasileiras para que estas assumissem a responsabilidade de promover artistas e educadores brasileiros no exterior, a fim de que sua obra fosse conhecida internacionalmente, exaltando a qualidade e a originalidade do artista brasileiro.

É nítida, portanto, sua preocupação com a divulgação de sua obra e de sua imagem, principalmente no exterior. Mas qual imagem ele queria divulgar de si mesmo? A do músico exótico, ousado e moderno e, por isso mesmo, incompreendido? Ou a do educador preocupado com a formação moral das crianças e da juventude? Essa questão é muito importante, na medida em que, a memória construída sobre o compositor, em grande parte, é baseada na imagem que o maestro construiu de si mesmo. E aqui prevaleceu um relativo silêncio sobre o Heitor Villa-Lobos educador. A maioria de seus biógrafos dará pouca importância aos quinze anos de serviço público e de sua proposta pedagógica dedicada à educação das crianças e dos jovens; durante os quais o maestro ocupou importantes cargos na Prefeitura do Distrito Federal e no Ministério da Educação e Saúde, como a direção do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico. Isso porque as peças compostas especialmente para fins educativos são consideradas por todos os seus críticos como artisticamente inferiores.

Na memória oficial, o Villa-Lobos que surge é o compositor, o grande músico, criativo e original, o autenticamente brasileiro, impetuoso, temperamental, generoso, politicamente inocente, um sábio, um gênio da música, em detrimento da faceta do educador. Mas isso não se deu ao acaso...

Na construção da memória do Villa-Lobos – compositor - foram privilegiados elementos relacionados ao seu desempenho artístico e os recursos estéticos utilizados por ele. O principal legado da obra de Villa-Lobos, para a maioria desses autores, teria sido a criação de uma nova identidade musical de características profundamente brasileiras, resultado da

fusão e da remodelação de várias tendências estéticas originais e particulares. E é por isso que seus biógrafos o colocam como o divisor de águas na história da música brasileira (MARIZ:1989:96).

Outro elemento destacado na construção dessa memória é o caráter moderno de sua composição. Vários autores destacam o impacto que a Semana de 22 produziu na carreira artística de Villa-Lobos. Para Elizabeth Travassos, por exemplo, isso justificaria a sua cristalização como marco da música brasileira.<sup>17</sup> Mas para seus biógrafos, a história é outra. Concordam que a Semana de Arte Moderna de 1922 é um acontecimento marcante na vida artística de Villa-Lobos, mas a maioria desses textos tenta minimizar esse acontecimento como sendo um marco de uma nova fase do maestro, ou seja, recusam qualquer indício de que Villa-Lobos pudesse ter adotado uma nova postura – política, ideológica ou estética – a partir do movimento modernista. O próprio maestro fazia questão de dizer que não era fruto da Semana de Arte Moderna de 22: “eu fui convidado e fui pago pelo Graça Aranha”.<sup>18</sup>

Para esses biógrafos, todos os gênios são precursores. Como ‘homens a frente de seu tempo’, não precisam receber lições. Eles criam sozinhos... São autodidatas. Daí suas fugas das aulas de violoncelo, das aulas de harmonia ministrada por Francisco Braga e do Instituto de Música do Rio de Janeiro. Ou ainda, segundo Mariz, Villa-Lobos, demonstrando sua inteligência acima da média, quando da sua chegada a Paris, na década de 1920, teria dito que sua viagem não era de estudos, pelo contrário: “Vocês é que vão estudar comigo” (MARIZ:1989:64).

Como se percebe, o Villa-Lobos criado e imaginado pelos seus biógrafos é àquele dotado de genialidade, é o mestre, o inovador, o cosmopolita, o de raízes folclóricas, o moderno e, sobretudo, àquele que carregava as raízes de nossa cultura, de nossa brasilidade. A música de Villa-Lobos sintetizaria a “alma nacional”.

A preservação dessa memória e, conseqüentemente, do mito será consubstanciada, com a criação do Museu Villa-Lobos, em 22 de junho de 1960, como resultado de um esforço incansável de Arminda Neves que, após a morte do compositor, arregimentou instituições, políticos, músicos e intelectuais em torno da “missão” de manter vivo e presente o legado cultural de Villa-Lobos, ou seja, uma determinada memória do maestro.<sup>19</sup> Sob sua direção, o Museu desenvolveu uma agenda dedicada a difundir a obra de Villa-Lobos e da música brasileira de concerto, através dos Festivais Villa-Lobos, dos concursos internacionais de instrumentos, regência e canto, das conferências, dos concursos de monografia, enfim, ela reuniu e organizou tudo que pudesse registrar a trajetória de Villa-Lobos. Sua presença é tão forte, que muitas vezes torna-se difícil, em alguns casos, distinguir em que medida o acervo é

de Villa-Lobos ou de Arminda... Manter viva para ‘posteridade’ a memória do maestro foi o que desejou Arminda, da mesma forma que seus biógrafos, na criação de certa memória e do mito, num determinado contexto histórico.

A partir das décadas de 1970 e 1980, este cenário mudou como resultado de um reexame deste período da história brasileira, tanto nas pesquisas acadêmicas, como na esfera da atividade política. Cresceu então o número de estudos sobre o período, com a exploração de novas abordagens: questões institucionais, a relação entre Estado e intelectuais, cultura e educação, política e repressão, o mito construído em torno da figura de Vargas, como também, em torno de Heitor Villa-Lobos, a questão da legislação, as trocas simbólicas realizadas entre trabalhadores e presidente, etc.

E é neste novo cenário que autores como José Miguel Wisnik e Arnaldo Daraya Contier foram pioneiros nesse repensar a questão do lugar de Villa-Lobos na música nacionalista no Brasil, ou seja, da memória construída em torno do maestro.

É importante destacar aqui que tanto Wisnik (2001), quanto Contier (1998)<sup>20</sup> levantaram uma série de novas questões sobre a trajetória histórica da música brasileira, que marcaram as suas relações com um determinado projeto político-ideológico que procurava estabelecer as bases para a construção de uma nova nação, que surgia ao lado de um Estado que se pretendia ‘novo’, mas também centralizador e autoritário e que se apresentava como um “agente equalizador” dos conflitos sociais, daí a denominação de ‘Estado Novo’. Aqui, a ideologia se colocou como elemento central do projeto político, na medida em que dá materialidade, organiza e integra, de forma diferenciada, o conjunto dos atores sociais. Dentro dessa reflexão esses autores recuperaram a faceta, por muito tempo oculta, camuflada, da dimensão política da obra de Heitor Villa-Lobos, compositor brasileiro, fortemente envolvido com os ideais nacionalistas, em sua versão autoritária, conservadora e importante peça do mosaico propagandístico montado pelo governo Vargas. Na verdade, temos aqui uma tentativa, por parte desses autores, em resgatar outra memória do maestro – ‘esquecida’ e/ou alijada – a do maestro educador.

Assim sendo, não restam dúvidas que esta ligação com os princípios do Estado Novo por parte do compositor, explique porque a maioria de seus biógrafos omite comentários e detalhes acerca do seu projeto de educação musical e de sua atuação enquanto agente público. Na verdade, ao não considerar o contexto político-ideológico, ao qual Villa-Lobos se inseriu seus biógrafos tentavam esconder as ligações entre os propósitos pedagógicos do maestro e o plano disciplinador para as massas, instituído pelo Estado Novo, para não “comprometer” aquele que era a “tradução mais perfeita da alma do povo brasileiro”...



---

\* Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr Guilherme Pereira das Neves; e-mail: gracareisgoncalves@gmail.com.

<sup>1</sup> WISNIK, J. M. & SQUEFF, E. *O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira*. São Paulo:Brasiliense, 2001, p. 179.

<sup>2</sup> Existem controvérsias acerca da data do nascimento do compositor. Mas o ano de 1887 foi confirmado na biografia realizada pelo musicólogo Vasco Mariz que colheu a informação na Igreja São José, onde encontrou os assentamentos do batizado de Villa-Lobos, com a respectiva data de nascimento. Ver MARIZ, Vasco. *Heitor Villa-Lobos – compositor brasileiro*. MEC/Fundação Pró-Memória/Museu Villa-Lobos, 1989, p. 17-21.

<sup>3</sup> Ver GRIECO, Donatello. *Roteiro de Villa-Lobos*. Brasília:Fundação Alexandre Gusmão, 2009, p. 14-15.

<sup>4</sup> RODRIGUEZ, Lima. “Raul Villa-Lobos”. IN. Hemaroteca da Biblioteca Nacional: *Jornal Correio da Manhã (RJ)* – Pasta 1930-1939, edição 12834, em 13/08/1936, suplemento, p. 6.

<sup>5</sup> Ver CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A “Questão Social” no Brasil: crítica do discurso político*. Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 1982 (Coleção Retratos do Brasil; v. 162), p. 26-28.

<sup>6</sup> Ver FRANÇA, Eurico Nazaré Nogueira. “Villa-Lobos e Gilberto Freyre”. In. *Revista do Brasil*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Rio Arte/Fundação Rio, Ano 4-nº 1/88, p. 11-12.

<sup>7</sup> Ver POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo:EDUSP, 2003, p. 9-11.

<sup>8</sup> Ver BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina. *Usos abusos da História Oral*. Rio de Janeiro:Fundação Getúlio Vargas, 2005, p. 185 e 189-190.

<sup>9</sup> Na Seção de Correspondências do Museu Villa-Lobos encontram-se cerca de quatorze cartas, sete enviadas por Vasco Mariz a Heitor Villa-Lobos e a Arminda Neves (a Mindinha) e as outras sete, do maestro a este e a Therezinha (esposa de Vasco Mariz).

<sup>10</sup> Em 1948, durante uma viagem aos EUA, Villa-Lobos descobriu ter um câncer na bexiga. Ele foi operado no Memorial Hospital de New York, neste mesmo ano, para a retirada da bexiga, da próstata e do rim – uma cirurgia complexa e que deu ao compositor uma sobrevivência de onze anos. Até o seu falecimento em 17 de novembro de 1959, o maestro retornará aos EUA outras vezes para tratamento do câncer. Ver documentos na seção de Manuscritos do Museu Villa-Lobos, Pasta 14:Enfermidade: HVL 03.09.01 a 03.09.13.

<sup>11</sup> Documento arquivado no Museu Villa-Lobos - Seção de Correspondências:FE 3754.

<sup>12</sup> Ao todo foram doze as edições dessa obra, sendo a mais recente, datada de 2005.

<sup>13</sup> Ver PEPPERCORRN, Lisa. *Villa-Lobos: Biografia ilustrada do mais importante compositor brasileiro*. Rio de Janeiro:Ediouro, 1989.

<sup>14</sup> Ver SILVA, Maria Augusta Machado da. “Um homem chamado Villa-Lobos”. In: *Revista do Brasil*. Ano 4-nº 1. Rio Arte-Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Cultura, 1988, p. 46.

<sup>15</sup> Idem, p. 47.

<sup>16</sup> Leopoldina Villa-Lobos do Amaral, a Zizinha - era a única irmã de Raul Villa-Lobos, pai do maestro -, era casada com o Dr Gurgel do Amaral, médico famoso na época, grande colaborador de Oswaldo Cruz, no combate à febre amarela e varíola. Eles foram padrinhos do maestro. Ver VILLA-LOBOS, Ahygara Iacyra. *Villa-Lobos em família*. RJ:Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1990, p. 10.

<sup>17</sup> Ver TRAVASSOS, Elizabeth. *Modernismo e música brasileira*. Rio de Janeiro:Jorge Zahar Editor, 2000, p. 17-33.

<sup>18</sup> Série *Depoimentos para a Posteridade: Arminda Villa-Lobos*. Rio de Janeiro:Museu da Imagem e do Som, 1º de outubro de 1971. Disponível para consulta no acervo sonoro do Museu da Imagem e do Som-RJ. Mindinha foi entrevistada por Eurico Nogueira França, Aloysio Alencar Pinto e Lélia Coelho Frota.

<sup>19</sup> Ver BELCHIOR, Pedro. “Arminda em fragmentos”. In. *Presença Villa-Lobos. Rio de Janeiro:Museu Villa-Lobos*, vol. 14, 2012, p. 28.

<sup>20</sup> Ver CONTIER, Arnaldo Daraya. *Passarinhada do Brasil: canto orfeônico, educação e getulismo*. São Paulo:EDUSC, 1998.

**Papas e Imperadores:**  
**As relações entre Roma e Constantinopla nos séculos V- VI d.C.**

Maria do Carmo Parente Santos<sup>1</sup>

Resumo:

O texto visa abordar as tensões e negociações presentes na formação da Igreja. Dessa forma objetivamos apontar como as relações entre os papas e os imperadores romanos do Oriente, se desenvolveram mediante ao *cesaropapismo*.

Palavras Chaves: Papas, Imperadores, Cesaropapismo.

Abstract:

The paper describes the tensions and negotiations in the training of the Church. Thus we aimed to point out how the relations between the popes and the Roman emperors of the East, developed by the *cesaropapism*.

Keywords: Poppes, Roman Emperors, Cesaropapism.

A queda de Roma em 476 tornou-se uma data emblemática para a História, uma vez que o desaparecimento da figura de um imperador no Ocidente evidenciou que o estabelecimento dos reinos germanos independentes do poder romano não era uma situação temporária. Afinal, tal contexto representou uma transformação política definitiva, assim simbolizando o clímax de um processo iniciado muito tempo atrás.

Desde a crise do século III, o Império Romano era palco de inúmeras mudanças, mas a que acarretou mais transformações foi a aliança do Estado Romano com a Igreja cristã, iniciada no governo do imperador Constantino, aliança esta que trouxe substanciais benefícios para ambos os lados. A Igreja viu-se livre da perseguição que sofrera, teve seus bens devolvidos e recebeu outros, acumulando um sólido patrimônio oriundo da generosidade imperial. Por outro lado, o poder político ganhava uma nova base de legitimação, pois a Igreja ensinava que todo poder vem de Deus, sendo o imperador um representante da divindade, ao qual todos deveriam prestar obediência e fidelidade.

O cristianismo tornou-se uma “religião de Estado”, responsável pela sustentação do poder imperial. Esta situação levou inexoravelmente a uma contínua interferência do imperador em assuntos eclesiais, embora, esta perda de liberdade tenha sido compensada com a obtenção de uma riqueza materializada na construção de templos e basílicas cada vez maiores e suntuosas. Para a manutenção destes edifícios a Igreja

recebeu grandes concessões de terras e propriedades –imóveis na Numídia, no Egito, nas ilhas do Adriático, fazendas em Tiro, Tarso, hortas, casas, padarias e até mesmo termas em Roma. Como se não bastasse, metais preciosos começaram a fluir na forma de altares de prata, candelabros de ouro, pias batismais de pórfiro. Toda esta magnificência para expressar a glória do Senhor, de quem o imperador julgava-se o representante.

Embora, em teoria o imperador como cristão estivesse sujeito à autoridade dos bispos, não podendo intrometer-se em assuntos doutrinários nem muito menos, imiscuir-se na administração clerical, na prática não foi isto que aconteceu. Constantino via na Igreja um caminho para reerguer o Império e acreditava que qualquer assunto referente a esta deveria ser objeto de sua atenção. A tutela imperial começou a pesar fortemente sobre a Igreja. Deste modo, as controvérsias doutrinárias eram consideradas por ele como um perigo, não apenas para a unidade da fé cristã, mas como uma ameaça à própria unidade do império. A primeira grande questão que a Igreja enfrentou foi o surgimento do arianismo em Alexandria. Arius, um presbítero desta cidade começou a ensinar que Jesus Cristo não era o próprio Deus, mas uma criatura infinitamente superior aos anjos, criada, assim como eles, do nada no começo do mundo.

O fato de Arius disseminar esta idéia na cidade de Alexandria, cidade para onde na época se dirigiam os amantes das artes, da filosofia e dos debates fez com que rapidamente ela se tornasse o foco de acaloradas discussões. Interessante notar que estas não ficavam restritas aos salões dos eruditos, mas espalhavam-se pelas ruas, onde os populares passaram a discutir teologia com muito interesse.

Constantino não parecia ter grande entendimento das sutilezas teológicas, mas avaliando a situação como perigosa para a ordem social e estabilidade do Império resolveu convocar em 325 um concílio na cidade de Nicéia, objetivando a resolução definitiva da querela. Reunidos na cidade de Nicéia, os bispos condenaram o arianismo, declarando que Cristo era da mesma essência do Pai (*homoousios*).

Infelizmente, a unidade cristã almejada pelo imperador não foi alcançada e o concílio que fora proposto com este objetivo, apenas mostrou as dissensões existentes no alto clero, enredado em questiúnculas e atritos ciumentos que se exasperaram ainda mais com a condenação dos arianos, que longe de se sentirem derrotados trataram de contra-atacar. Na verdade, podemos afirmar que o Concílio de Nicéia não pôs um fim a controvérsia ariana, mas iniciou-a, pois ela se alastrou por todo o império do Oriente.

Além disso, enredou o imperador numa rede de intrigas, que muitas vezes, além de opô-lo ao bispo de Roma, colocavam em evidência a diferença de percepção quanto

ao lugar de Roma na Igreja, pertencente a um e ao outro. O papa romano não havia comparecido ao Concílio de Nicéia, mas mandara seus representantes que assinaram as atas conciliares imediatamente após a assinatura de Hósio de Córdoba, presidente do concílio. Deste modo, o entendimento papal era de fidelidade absoluta ao credo niceno e a sua política era de manter-se alheio ao violento conflito, que no Oriente opunha os partidários de Arius aos defensores da ortodoxia.

Este alheamento fez com que o papa Júlio (337-352) recebesse de braços abertos o patriarca Atanásio, que havia sido excomungado por um sínodo de bispos orientais. Após dar-lhe a comunhão convocou seus inimigos arianos reunidos em Antioquia, a participarem de um concílio em Roma, objetivando resolver a questão<sup>2</sup>.

A resposta recebida deixava entrever qual seria o clima das relações entre Roma e a Igreja oriental. A negativa em comparecer ao chamado baseava-se no argumento de não ter o papa direito de dar a comunhão a uma pessoa excomungada pelo sínodo. Apesar, do reconhecimento da ortodoxia romana declaravam não haver diferença entre os bispos, ou seja, o bispo de Roma não era superior a nenhum outro e se a base da autoridade espiritual do papa originava-se dos apóstolos Pedro e Paulo, lembravam que eles haviam vindo do Oriente.

A partir daí a estratégia dos papas romanos mostrou-se bastante clara e pragmática. Procuravam de toda maneira manterem-se, cada vez mais distantes das querelas teológicas que sacudiam com violência a Igreja do Oriente, enquanto procuravam estabelecer firmemente sua autoridade sobre todas as sés ocidentais, buscando fortalecer sua posição de chefe da cristandade e sua independência em relação ao Império.

O desaparecimento da figura de um imperador em Roma gerador de um vácuo de poder levou a um fortalecimento do papado, que parecia ainda encarnar os vestígios da ordem romana num Ocidente cujo território havia sido fragmentado em inúmeros reinos germanos –Clóvis, conquistara a Gália, Teodorico, rei dos ostrogodos estabelecera-se juntamente com seu povo na Itália e a Península Ibérica estava ocupada pelos visigodos.

Os diversos papas que assumiram o trono de Pedro tudo fizeram para eximir-se da autoridade do imperador de Constantinopla, para apresentar a Igreja romana como a mantenedora da unidade doutrinária ao mesmo tempo em que o ministério de Pedro deveria ser visto como uma verdadeira sentinela, vigilante incansável para a preservação do conjunto da Igreja e da manutenção da tradição dos apóstolos e da pureza dos cânones.

Sob esta perspectiva o papa podia ser visto como um honrado serviçal e não como um arrogante potentado.

No século V as relações entre o poder papal e o imperial dependiam de um reconhecimento mútuo das prerrogativas de cada um, o que era extremamente delicado tendo em vista a situação política do Ocidente, a convicção dos imperadores de serem herdeiros de Constantino e, por fim da certeza dos papas de serem eles também os sucessores do apóstolo Pedro a quem Jesus ordenara que fundasse sua Igreja.

A afirmação do bispo de Roma como chefe da Igreja não podia ser aceita de forma tranquila, pois aos olhos dos bispos orientais tratava-se apenas de uma pretensão descabida. O título de papa podia ser usado para designar qualquer um deles. O nascimento do episcopado relacionou-se à necessidade de manter a integridade doutrinária frente ao recorrente aparecimento de seitas menores. Os bispos passaram a chefiar a cristandade ocidental nas diversas cidades—Roma, Lyon, Corinto, Atenas e Creta—e arrogaram-se o papel de defensores da ortodoxia.

Na verdade, a importância da figura do bispo foi fortalecida pelo trabalho de teólogos como Santo Irineu e Tertuliano. O primeiro ao combater o montanismo (que pregava a renúncia ao matrimônio e o jejum rigoroso) estabelece a idéia de que somente os bispos são os legítimos herdeiros da autoridade dos apóstolos. Tertuliano, afirmou que somente as Igrejas fundadas pelos apóstolos são intérpretes da verdadeira fé. Mais à frente, outro teólogo, São Cipriano defendeu a identidade de doutrina e de autoridade entre os bispos e os apóstolos, insistindo na unidade da Igreja.

Além disso, a idéia de que a igreja romana era a guardiã da unidade cristã devido a sua primogenitura, não se sustentava diante do reconhecimento da existência de outras que foram fundadas antes dela.

Deste modo, as pretensões do papa romano a um reconhecimento de sua autoridade sobre os demais encontrava sérias resistências. Mas, inegavelmente a estreita associação da Igreja Romana ao apóstolo Pedro e o fato de Roma ter sido a capital do Império dava uma maior relevância ao bispo romano ante seus iguais. Na verdade, apelou-se a uma exegese de sua primazia ao enfatizar-se que a antiguidade não derivava do fato de Pedro ter sido seu primeiro bispo; mas de ter sido instituída pelo próprio Cristo e por ele entregue a Pedro. Tal fato, fez com que se firmasse a idéia de que a Igreja Romana deveria exercer uma *sollicitudo* e uma *potestas* sobre as outras Igrejas<sup>3</sup>.

O relacionamento dos bispos de Roma com os imperadores ocidentais parece não haver sido marcado pela submissão—contrariamente, ao que ocorria no Oriente—e, pelo

menos em um episódio a atitude firme de um chefe do governo reforçou a autoridade e o reconhecimento da primazia papal. Valentiniano III (424-445) apoiou o papa Leão I cuja autoridade era confrontada pelo bispo de Arles, que pretendia eximir a Igreja da Gália da obediência ao prelado romano.

O imperador Valentiniano sustentou em um decreto de 445 que o primado da Sé Apostólica era indiscutível, pois era legitimado pela autoridade de São Pedro e reafirmado pelo fato de localizar-se na capital do império.

No Oriente a situação era bem outra, os imperadores seguiam a tradição originada com Constantino e, assim como ele afirmavam ser “*isopostalos*”, “igual aos apóstolos”. Além disso, tornavam-se cada vez mais convencidos da idéia helenística de que o imperador participava do divino. Deste modo, reconhecer a primazia romana era muito difícil para eles, que passaram a trabalhar no sentido de igualar a igreja de Constantinopla a igreja romana. Este processo iniciou-se no ano de 381, quando Teodósio convocou um concílio geral para conceder a Constantinopla o status patriarcal.

Uma análise desapassionada do cesaropapismo exercido pelos imperadores orientais, sem dúvida, é bastante difícil de ser feita, pois a ingerência dos imperadores nos assuntos eclesiásticos não foi feita sempre com a mesma intensidade. Na verdade, muitas vezes o calor dos debates teológicos aliado as necessidades políticas determinava o grau dessa intensidade, marcando o governo de determinados imperadores.

O cesaropapismo visava que a Igreja e o Estado formassem uma unidade harmoniosa, com uma clara divisão de esferas de atuação, mas que na prática nunca pode ser alcançada, uma vez que, estas acabavam por fundirem-se. De qualquer modo, este ideal de cooperação e unidade nunca deixou de existir e o chamado “Beijo da Paz”, quando durante a celebração da missa, o patriarca e o imperador se encontravam logo na saída do santuário e trocavam um beijo, era a representação pública deste ideal.

Na eleição do patriarca de Constantinopla é que a autoridade imperial fazia-se sentir de maneira mais severa. A proximidade do imperador fazia com que este pudesse vigiar atentamente os atos do patriarca, depondo todo aquele que se mostrasse aos seus olhos indigno para o cargo. Uma política totalmente independente em relação ao governo imperial, como o papa praticava era impossível ao patriarca.<sup>4</sup>

As controvérsias cristológicas, longe de serem resolvidas pela condenação do arianismo, pareceram ganhar mais força por meio de um debate, onde os diversos patriarcas das mais importantes cidades do Oriente buscavam impor aos demais, tanto a sua perspectiva acerca da natureza de Cristo quanto afirmar a importância de suas

respectivas sés. Assim, as heresias nasciam dos ensinamentos das escolas teológicas, principalmente as localizadas em Antioquia e Alexandria.

O nestorianismo, oriundo da visão teológica de Nestório, patriarca de Constantinopla afirmava que em Cristo havia duas naturezas: a humana e a divina. Deste modo, a Virgem seria mãe do Homem, mas não do Deus. Esta afirmativa despertou a ira do patriarca Cirilo de Alexandria. A condenação do nestorianismo em 431 pelo Concílio de Éfeso, parecia ter colocado um fim a questão, mas não foi o que aconteceu. Na verdade, a condenação não encerrava o debate, porque parecia haver um hábito mental condutor a uma prática de elaboração constante de argumentos e contra-argumentos, numa espiral de elocubrações, cada vez mais sofisticadas, mas também estéreis.

A reflexão sobre a dualidade da natureza de Cristo gerou em alguns um forte sentimento de repulsa, levando ao aparecimento da idéia de que em Cristo só havia uma única natureza, a divina. Eutiques, monge em Constantinopla, tendo obtido sua formação no mosteiro cujo superior era o abade Máximo, ferrenho adversário do nestorianismo, defendeu a tese de que após a Encarnação só havia uma natureza em Cristo e, por conseguinte, sua humanidade era substancialmente diferente da nossa. Esta tese obteve o apoio de Dióscor, patriarca de Alexandria.

A exacerbação da controvérsia fez com que se apelasse ao papa Leão em busca de uma solução. Este respondeu a consulta numa carta destinada a Flaviano, patriarca de Constantinopla, afirmando haver em Cristo duas naturezas, a humana e a divina, as quais “não se mesclavam nem confundiam, mas uniam-se real e permanentemente numa única pessoa, de modo que era possível conferir à humanidade de Jesus todas as ações e atributos de sua divindade, e vice-versa.

Esta tese, que sem dúvida, não apresentava muita originalidade foi contudo, recebida com entusiasmo pelos inimigos do monofisismo e serviu de base para a sua condenação no Concílio Geral de Calcedônia em 451, que assim como acontecera com o de Éfeso não encerrou a questão, uma vez que o monofisismo espalhara-se por diversas províncias do império e contava com entusiasmados seguidores na corte imperial.

Neste ponto devemos refletir sobre uma questão :ao dirigirem-se ao papa em busca de uma solução para um problema teológico, estaria o clero oriental reconhecendo a preponderância do papa e a acolhida de sua opinião pelos participantes do Concílio de Calcedônia demonstrava que estes concordavam com os teólogos ocidentais de que somente o endosso do papa conferia autoridade especial aos concílios? Se tal ocorresse poderíamos afirmar que havia ocorrido uma aceitação da supremacia da Igreja romana.

Mas, os fatos ocorridos *a posteriori* apontam em outra direção. Parece que o acolhimento da tese papal ocorreu somente porque os bispos reunidos em Calcedônia acreditaram ser ela verdadeira.

As consequências da querela monofisita para o império foram dramáticas. Muitas províncias não se curvaram às determinações de Calcedônia e aderiram ao monofisismo, como forma de marcarem sua identidade frente ao governo do imperador de Constantinopla, considerado opressivo. Neste caso, estavam a Síria e o Egito, o celeiro do império, onde esta doutrina contava com o apoio dos monges do deserto. Além disso, causou um grande abalo nas relações entre o imperador e o papado, motivando um afastamento de 35 anos, durante os quais não houve nenhuma comunicação entre a corte de Constantinopla e o pontífice romano, episódio denominado pelos historiadores como cisma acaciano.

A observação atenta do cenário das condições políticas e sociais do império podem explicar a tolerância demonstrada pelos imperadores Zenão e Anastácio perante os seguidores do monofisismo. Deste forma, tendo de escolher entre dois males—enfrentar a hostilidade dos habitantes de ricas regiões do império ou desagradar ao bispo de Roma—escolheram aquele que lhes pareceu mais suave, o segundo.

Mas, tal reflexão não pareceu sensibilizar o patriarca de Constantinopla, Eufêmio, que para aceitar a elevação de Anastácio ao trono insistiu que ele fizesse uma profissão de fé, confirmando que, em questões de fé e conduta, concordava em sujeitar-se à vigilância da Igreja e do patriarca de Constantinopla.

Embora, tenha formalmente feito o que lhe era imposto, na prática, discretamente, começou a proteger os bispos monofisistas da Síria, do Egito, da Palestina e da Fenícia. Em resposta, Eufêmio reuniu um sínodo em 492 com o objetivo de reconfirmar as teses de Calcedônia, além de recusar a profissão de fé realizada pelo imperador.

Mas, a situação era muito complexa. O debate teológico não restringia-se aos salões, mas destes escapava para as ruas, tornando-se aí também o foco dos mais acirrados debates. Dessa forma Speros Vryonis<sup>5</sup> argumenta que:

“Se se pergunta a alguém quantos óbolos custa determinada coisa, responde-vos dogmatizando sobre o nascido e o não nascido. Se desejais saber o preço do pão, observam-vos que o Pai é maior e que o Filho lhe está subordinado. Se a vossa pergunta for: o meu banho está pronto? replicar-vos-ão que o Filho nasceu do nada!”

A leitura deste testemunho explicam os acontecimentos. O rompimento entre o imperador e o papa criara uma insatisfação dentro de Constantinopla, onde a população



não via com bons olhos a situação e inclinava-se em direção ao estabelecido no Concílio de Calcedônia. Quando se fizeram acréscimos monofisistas à liturgia da capela real e da catedral de Santa Sofia irromperam violentas rebeliões.

A morte do imperador Anastácio e a subida ao trono de Justino resolveram a questão em favor do papado. A primeira medida tomada pelo novo imperador foi aproximar-se de Roma. Assim, obrigou os bispos orientais a aceitarem uma fórmula elaborada pelo papa Hormisda, que reconhecia a supremacia de Roma, uma vez que no livro de *Mateus* 16, lê-se: *Tu Es Petrus*. Tal atitude causou profunda consternação entre os membros do clero oriental, mas representou uma vitória para o papado em sua luta pela supremacia.

O reinado de Justiniano foi marcado pela idéia de *renovatio imperii*, isto é, a restauração do Império ortodoxo cujos territórios se estenderiam por todo o Mediterrâneo<sup>6</sup>. Para a consecução deste objetivo tornava-se necessário a reconquista dos antigos limites do Império bem como a restauração da abalada unidade religiosa. Restaurar e fortalecer o sentido de *Romanitas* passava por estes passos.

Mas, para o papado tais planos eram olhados com desconfiança por vários motivos. Na verdade, a interferência direta do imperador nos territórios ocidentais despertava mais receio do que entusiasmo. Talvez, para dissuadir o imperador Justiniano da empreitada, o papa Agapito viajou até Constantinopla, onde pode constatar que o monofisismo estava mais vivo do que nunca, uma vez que a imperatriz Teodora comungava desta fé e também o próprio patriarca da cidade. Justiniano deixou claro ao papa que a reconquista dos territórios ocidentais era inegociável, mas rendeu-se as admoestações papais e removeu o patriarca herético, convidando o papa a escolher um mais adequado.

Após a morte de Agapito o papado passa por inúmeras dificuldades. O apocrisário papal em Constantinopla, Virgílio desejava ser papa e, para cair nas boas graças da imperatriz Teodora fingiu ser monofisista. Embora, num primeiro momento não haja conseguido o seu intento, pois por imposição do rei godo Teodato, o escolhido foi Silvério, logo que as tropas do general Belisário “libertam Roma”, Ele consegue por meio de intrigas, afastar Silvério, deportando-o para uma aldeia da Anatólia e conseguir sua eleição como papa.

Mas, mesmo assim durante o seu pontificado ele acabou por indispor-se com Justiniano, quando este tentando acalmar a opinião monofisista dentro do império decidiu

condenar os escritos de três autores já falecidos que apoiavam a cristologia das “duas naturezas”, sendo alvo da hostilidade dos monofisitas.

O imperador impôs ao patriarca de Constantinopla e aos bispos orientais a assinatura da condenação dos “Três Capítulos” no que foi obedecido. Mas, ao tentar fazer com que Virgílio fizesse o mesmo encontrou resistência, obtendo só depois de muita insistência a assinatura, mas sem que o papa não proclamasse que sua assinatura não invalidava, de nenhuma maneira a autoridade de Calcedônia.

Contudo, esta atitude repercutiu muito mal no Ocidente. O papa foi denunciado como traidor da ortodoxia, foi solenemente excomungado pelos bispos do norte da África. Diante disto, o próprio Justiniano permitiu que o papa se retratasse, obtendo a promessa que o papa renovaria a condenação ao “Três Capítulos” em momento mais oportuno.

O fato é que a questão não se encerrou desta maneira. Papa e imperador começaram um jogo de concessões e negativas, que teve como principal consequência a desmoralização do papa, que acabou preso pelo imperador em Constantinopla. O pontificado de Virgílio constituiu-se numa desmoralização do papado, e um retrocesso na idéia de que o bispo de Roma exercia uma primazia sobre as outras seis episcopais.

A oposição entre o bispo de Roma e os diversos imperadores narradas até aqui representam, na verdade, o embate entre dois poderes, que pelas próprias condições da época, não conseguiam definir exatamente sua área de atuação, na medida em que a separação entre política e religião era impossível para os padrões mentais da Antiguidade Tardia.

O imperador era visto como um instrumento de Deus e como tal, deveria zelar pela ordem social justa. Profundamente influenciada pela teoria política helenística, o imperador era visto como *imitatio Dei* e, o próprio Estado representado como reflexo do cosmo. Todas estas considerações fazem com que entendamos os alicerces legitimadores de uma teocracia, fortalecida pelas incertezas religiosas<sup>7</sup>. No Ocidente, o longo processo que fez com que o papado se tornasse a mais prestigiada e poderosa instituição do medievo, iniciou-se, sem dúvida, neste embate com os imperadores orientais, que herdeiros de Constantino despertavam o respeito e a admiração dos bispos de Roma, que, contudo, convencidos da importância de sua missão não se curvavam às suas exigências, quando estas feriam sua autonomia.

**Notas:**

<sup>1</sup>Professora Associada de História Medieval, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Membro da Coordenação do Curso de Especialização em História Antiga e Medieval, da UERJ e pesquisadora do Núcleo de Estudos da Antiguidade.

<sup>2</sup>DUFFY, Eamon. *Santos e Pecadores. História dos Papas*. São Paulo: Cosac & Naif, 1998.

<sup>3</sup>RIBEIRO, Daniel Valle. A Igreja Nascente em face do Estado Romano. In: SOUZA, José Antonio. *O reino e o sacerdócio. O pensamento político na Alta Idade Média*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p. 8-20.

<sup>4</sup>CAVALLO, Guglielmo. *O Homem Bizantino*. Lisboa: Ed. Presença, 1998.

<sup>5</sup>VRYONIS, Speros. *Bizâncio e Europa*. Lisboa: Ed verbo, 1967, p.39-40.

<sup>6</sup>ANGOLD, Michael. *Bizâncio a ponte da Antiguidade para a Idade Média*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

<sup>7</sup>MAIER, Georg. *Bizâncio*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1974.

## Para além do texto: a estética simbolista na cena brasileira finissecular

Mariana Albuquerque Gomes\*

Primeiramente, esse breve estudo acerca da experiência estética do Simbolismo no Brasil finissecular<sup>1</sup> não se pretende a uma análise que reduza textos ficcionais a uma interpretação exegética, a qual tenha por meta o descobrimento oculto das obras e sua explicação enquanto representação de valores dominantes de uma sociedade em uma determinada temporalidade. Mas sim, se apresenta como uma proposta de perceber tanto as significações dos textos literários, em suas interações sócio-históricas, quanto seus elementos e a interação obra-leitor<sup>2</sup>. Posto isso, pensar a estética simbolista no Brasil finissecular se faz, aqui, um exercício para além do texto em seu suporte e para além das delimitações territoriais brasileiras, uma vez que o epicentro desse movimento foi a França oitocentista, sobretudo Paris.

Os simbolistas julgavam ser possível viver dentro do seu sonho, na sua poesia, no entanto, eles não assumiam uma postura anti-humana, desinteressada de tudo o que os circundava; anti-social sim, mas contra a sociedade do seu tempo e a experiência sócio-econômica e cultural que ela engendrava. É nesse sentido que pode-se pensar o Simbolismo, ao mesmo tempo, como uma experiência estética e política.

Em termos estéticos, o Simbolismo teve como princípio o uso do símbolo, da musicalidade, da expressão indireta dos estados de espírito e das correspondências para expressar as complexas intuições de uma realidade oculta e inacessível, se caracterizando pelo uso de uma linguagem altamente subjetiva e por um predomínio de temas introspectivos. Literariamente, o Simbolismo intensificou a ideia romântica de que só se poderia captar a essência misteriosa das coisas pela palavra evocadora. Por isso, sua forma de expressão era vaga, aberta, o que compelia ao seu verso um estatuto de símbolo de realidades ocultas, transcendentais e suprassensíveis que não podiam ser apreendidas objetivamente, ou seja, para

---

\* Mestranda no Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsa CAPES.

<sup>1</sup> Não trabalharemos aqui com uma análise específica de fonte. A proposta desse ensaio é de perceber essa experiência em um arco mais amplo da experiência simbolista, portanto não nos restringiremos a uma fonte documental específica e pensamos a experiência como um todo – valendo ressaltar que, no entanto, há suas particularidades, mas que estas não serão abordadas aqui.

<sup>2</sup> Estamos considerando a estética do efeito proposta por Wolfgang Iser, que valoriza o leitor, uma vez que, dentro dessa chave, o efeito depende da participação desse e de sua leitura.

os simbolistas, fazer poesia implicava em – através dos símbolos – aludir, sugerir e não mostrar os objetos diretamente.

Na cena francesa do século XIX – marcada por gritos à liberdade, pela valorização do lucro, da cientificidade e da técnica, sob a divisa do progresso – a estética simbolista – que veio na esteira de um Romantismo à la Gerard de Nerval – foi inaugurada pelo poeta Charles Baudelaire. Essa estética simbolista, assim como sua literatura, se apresentou como uma ousada experimentação ao privilegiar o sonho em detrimento da produtividade capitalista, cujos escritos se caracterizaram pelo desafio à literatura canônica, ocupando posições diferenciadas no interior do *campo literário*<sup>3</sup>.

Em *As regras da arte*, estudo sociológico acerca da conquista da autonomia pelo campo literário, Bourdieu apresenta a estrutura quiasmática desse espaço. Neste, coexistem uma hierarquia segundo o lucro comercial que percebe os gêneros como empreendimentos econômicos – em função do preço do produto, da demora do ciclo de produção, da rapidez com que os lucros são obtidos e do volume e da qualidade social dos consumidores – e outra que impõe a sua própria lógica conforme o campo ganha autonomia, distinguindo os gêneros em função do crédito simbólico que estes detêm e conferem – e que tende a ser inverso ao lucro econômico.

De acordo com Bourdieu, a reação simbolista deve ser percebida dentro da lógica do campo, assim como dentro da dinâmica do processo de autonomização por qual esse passa ao longo do século XIX. O oitocentos é acompanhado por um “renascimento espiritualista” em todo o campo de poder, o que – na perspectiva bourdieuniana – fornece condições para o aparecimento e sucesso relativo do movimento simbolista. Assim, a dimensão social e política da reação simbolista era opor uma arte artista e espiritualizada, que cultivava o senso do mistério, a uma arte social e materialista, baseada na ciência e no progressismo.

Se os românticos propuseram a própria vida – suas experiências intersubjetivamente comuns – como matéria literária; o poeta mergulhava no mundo, transformando sua própria vida em uma obra de arte. Com Baudelaire, a poética moderna se converteria em um ato de agressão. "Flexível e nervosa", ela surge dos choques com a grande cidade, dessa nova sociedade, desse novo mundo paradoxal fruto de uma dupla revolução – a industrial e a de

---

<sup>3</sup> Aqui me refiro à noção de campo literário, elaborada por Pierre Bourdieu. Mais amplamente, a noção de *campo* caracteriza-se por espaços sociais, onde as ações individuais e coletivas se estabelecem dentro de uma normatização, que é criada e transformada por essas mesmas ações. Trabalhar com a noção de *campo* pressupõe assumir uma direção de pesquisa que recusa apenas uma interpretação interna ou uma explicação externa para privilegiar um pensamento relacional. (BOURDIEU, 1989)

1789. Nesse sentido, o que há de específico no espaço e no tempo dessa modernidade<sup>4</sup> era captado e definido pelo poeta francês.

Podemos dizer, então, que, nesse momento, a linguagem se retrai do “comércio comunicativo” (LIMA, 1989: 62) e se transforma em uma “vivência do choque”<sup>5</sup>. Choque estético, linguístico e representacional. Assumindo o conceito de representação apresentado por Costa Lima – esta como produto de classificações – percebemos as representações como mecanismos pelos quais “alocamos significados ao mundo das coisas e dos seres” (LIMA, 1981: 219), e é nesse sentido que elas tornam o mundo significativo. Assim, podemos presumir que o choque de significações dimana do choque de representações.

O que Baudelaire faz é inserir uma correção nos esquemas<sup>6</sup> da tradição poética ocidental. Todavia – por mais que esses esquemas acionem algum entendimento dessa nova poética – para que a obra ganhe significação é preciso também que haja uma comunhão entre o autor e o leitor para que essa linguagem se legitime, isto é, se realize. Como elucida Costa Lima:

Pois, a fim de a palavra funcionar, é preciso que, além de sua emissão (de seu aspecto locutório), ainda deflagre nos interlocutores a mesma camada elocutória. Dito doutro modo, para que a comunicação se realize é preciso que a emissão seja acompanhada

---

<sup>4</sup> Entendo aqui a concepção do moderno como uma nova compreensão do mundo. O termo *la modernité*, consoante ao teórico Hans-Robert Jauss, “foi consagrado na França, sobretudo Baudelaire, como a palavra de ordem de uma nova estética” (JAUSS, 1996: 47). Para o poeta, a Modernidade é o transitório, o fugidio, a metade da arte cuja outra metade é o eterno – *L’Art est long et le Temp est court* [A Arte é longa e o Tempo é breve] (Tradução livre). Considerando a definição baudelaireana, Jauss apresenta a “*modernité*” como um neologismo que deve designar a dupla natureza do belo, que permite a compreensão simultânea de vida moderna, do cotidiano histórico e da atualidade política. Ou seja, a consciência da Modernidade integra, na experiência histórica – que coincide com a experiência estética – o aspecto do eterno como antítese do transitório e não como oposto do “passado”. Assim, a modernidade para Baudelaire deixa de se opor ao clássico ou ao passado e passa a opor-se a si mesma, deixando de ter relação com o passado ou com o futuro, ou seja, ela assume consciência de si mesma.

<sup>5</sup> A expressão remete aos estudos de Walter Benjamin sobre a modernidade e Baudelaire. Em sua teoria estética da modernidade, o conceito de *choque* é pensado em confluência às transformações da vida moderna, onde há um deslocamento da *experiência* para *vivência*. (BENJAMIN, 1989)

<sup>6</sup> Ao falar em esquemas, *schemata*, estamos trazendo para diálogo os estudos do teórico da arte Ernst Hans Gombrich. Para ele a *schemata* são esquemas mínimos pré-constituídos em nossa mente que capacitam o observador a agrupar dados de percepção – categorias previamente dadas no sujeito – que acionam o entendimento: “Sem algum ponto de partida, sem algum esquema inicial, nunca poderíamos captar o fluxo da experiência. Sem categorias não poderíamos classificar nossas impressões.” (GOMBRICH, 2007: 76). Assim, a *schemata* introduz algo da tradição, que serve como referência, ao mesmo tempo em que permitem alterações, transmitidas pelas experiências dentro de um horizonte de expectativas. Gombrich, apostando nos contextos mentais – *mental set* – apresenta, a partir da dupla esquema e correção, o tríptico permanência-movimento-variação. Ainda vale ressaltar, que essas correções não pressupõem uma “evolução” da habilidade do artista, como nos alerta a historiadora Laura Moutinho Nery: “A tradição serve, portanto como uma referencia contra qual o artista testa alterações que respondam a uma demanda específica, social, cultural e histórica, de representação” (NERY, 2006: 17).

de um certo “cerimonial social”, que faz o destinatário entender qual o valor particular de que a emissão se reveste. (LIMA, 1981: 220)

O cerimonial social – *grilles* – em conjunto com os quadros de convenção – *frames*<sup>7</sup> – funcionam como reguladores da linguagem ao alocá-las em molduras determinadoras da circunstância decodificante da palavra<sup>8</sup>. Eles são estruturas que orientam na compreensão das coisas – nosso caso, do texto ficcional – e possibilitam a efetivação da interação humana – aqui, autor-obra-público. Isto é, elas possibilitam que o leitor entenda – e, ao aceitar, jogue – o jogo da literatura<sup>9</sup>. Desse modo, Costa Lima explica o fenômeno dos precursores menosprezados em seu tempo como uma deslocação da linguagem dos *grilles* e *frames* necessários, o que no contexto apresentado aqui – o da Modernidade – imputa a esses autores o estigma de marginais.

Falar em marginalidade dentro dessa moldura é também compreender o fenômeno social da Boêmia. De acordo com Jerold Seigel, ela surgiu no século XIX, nas décadas de 1830-1840, “na intersecção da ação e do significado, do gesto e do conhecimento” (SEIGEL, 1992: 21). Seus artistas eram vistos como pessoas socialmente problemáticas, que se situavam dentro e fora da sociedade estabelecida, simultaneamente. E os estigmas que carregavam ressaltavam o caráter de marginalidade. Assim, tendo a Boêmia se expandido para onde os limites da existência burguesa eram obscuros e incertos, nos quais as fronteiras e margens sociais eram testadas, seus artistas compartilharam a experiência de uma existência marginal. Todavia, vale ressaltar que apesar das fronteiras e margens que delimitavam a Boêmia e a

---

<sup>7</sup> Costa Lima explica os *frames* como quadros que “têm a finalidade de apresentar um espaço adequado, um corpo de convenções como que existente por si mesmo, aparentemente objetivo e inelutável na verdade, automaticamente interpretável – que permite aos interlocutores *regular* suas idas e vindas verbais” (LIMA, 1981: 221) *grifo do autor*. Para uma maior incursão na questão dos *frames*, Costa Lima sugere ver: GOFFMAN, Erving. *Frame analysis*, 1975.

<sup>8</sup> Não obstante, Costa Lima, a partir de Iser, chama atenção para o fato de que a narrativa literária exige do seu leitor – receptor – mais do que uma capacidade de decodificação do que se lê, posto que a obra é composta por *vazios* (Iser) que serão completados pelo seu receptor. Ou seja, a narrativa impõe ao leitor uma intervenção que não se limita “a explicitar o que o texto já traria de forma implícita, pois quem assim afirmar postula a existência, pelo menos ideal, de uma única interpretação correta. Esta intervenção é, ao contrário, pluralizadora, pois que depende da atividade do imaginário do receptor.” (LIMA, 1989: 69).

<sup>9</sup> Usar a expressão “jogo da literatura” é trazer ao debate as contribuições teóricas de Iser, no que diz respeito ao jogo da ficção e ao pacto ficcional. Para ele, a ficção implica em um pacto de fingimento, melhor, de fingir fazer – *como se* – entre o autor e o leitor, que ao jogá-lo, possibilita a realização do ficcional. Para isso é preciso que o leitor transponha as molduras a que está habituado. Conforme Costa Lima, esse jogo é operacionalizado pela *mimesis*, que possibilita essa transposição. “[...] o próprio da *mimesis* consiste em, através de um uso especial da linguagem, fingir-se outro, experimentar-se como outro ou ainda usar a linguagem, não como meio de informação, mas como espaço de transformações [...] Este abrir-se para alteridade, pelo eu fingido do personagem e/ou pela transformação da linguagem, exige por parte do receptor, uma *transposição* de molduras a que está habituado [...] A *transposição* imposta pela *mimesis* tem como condição prévia que eu saiba que isso é um jogo particular [...]” (LIMA, 1981: 229-230) *Grifos do autor*.

sociedade burguesa, a primeira não foi exterior à segunda, mas sim a expressão de conflitos que surgiram no âmago dessa sociedade.

O que fizemos até aqui foi construir uma linha de pensamento teórico que pode ajudar a reflexão acerca do produto ficcional dessa maneira de representação – estética simbolista – em suas circunstâncias de produção, circulação e recepção. Não obstante, para pensar a experiência estética simbolista no Brasil e sua reelaboração literária, precisamos perceber como esse jogo é configurado e quais as suas implicações históricas, isto é, delinear a cena em que essa experiência estético-política se apresenta no campo literário brasileiro em fins do século XIX e compreender suas relações entre autor, obra e leitor<sup>10</sup>.

A proposição estética simbolista chega ao Brasil do fim do século XIX, através dos “primeiros baudelairianos”<sup>11</sup>, num país marcado pela ciência e comprometido com certa ideia de progresso difundida através de jornais e romances. A estética literária legitimada – especialmente marcada pelo realismo, naturalismo e, na poesia, pelo parnasianismo, cânones da produção ficcional brasileira de fins do século XIX – acompanhava fielmente os modos de pensar progressistas e acadêmicos dessa geração finissecular. Sufocado por essa homogeneização, a experiência simbolista brasileira não exerceu a função relevante que o diferenciou na vertente europeia.

O simbolismo tomou corpo no Brasil, em fins do século XIX, quando o país passava por intensas e radicais transformações, como a proclamação da República e a abolição da escravidão. Ambos os processos modificaram as estruturas políticas, econômicas e sociais que haviam sustentado a sociedade, agrária e aristocrática, do Império. Ao mesmo tempo, começaram a ser idealizados e realizados os projetos de urbanização dos grandes centros – sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo – além de um incipiente momento de crescimento industrial e, conseqüentemente, de expansão da burguesia e formação de uma classe operária.

Todavia, dentro desse quadro da nova ordem republicana, que se apresentava como progressista e cosmopolita – e ainda que no discurso predominasse a ênfase da ruptura com as práticas monárquicas – permaneciam características do antigo regime. O Brasil do XIX era um país marcado pela ciência. Os modelos evolucionistas e social-darwinistas eram usados para definir e reforçar a ideia da inferioridade dos negros em relação aos brancos e as ideias

---

<sup>10</sup> É importante perceber que a leitura não é somente uma operação abstrata de inteligência. Ou seja, ela também é “uso do corpo, inscrição em um espaço, uma relação consigo ou com o outro” (CHARTIER, 2002a: 70). Por isso, devemos compreendê-las e reconstruí-las as maneiras de ler próprias a cada comunidade de leitores.

<sup>11</sup> Referência ao termo designado por Antonio Candido a esses primeiros leitores, tradutores e propagadores da estética baudelairiana, no ensaio “Os primeiros baudelairianos” (CANDIDO, 1989).



científicas entravam nas cidades através da adoção de programas de higienização e saneamento.

Esses aspectos convergem no campo literário, onde Realismo e Naturalismo – e o Parnasianismo, na poesia – são parte da cultura política<sup>12</sup> do Brasil finissecular, sendo considerados como “literatura oficial”. Fortemente influenciados pelas noções de progresso, pelo cientificismo, positivismo e realismo, outra característica comum dessas tendências literárias era seu caráter descritivo – com poucas alterações em determinados aspectos que os particularizavam, como a paisagem social, sobretudo dos grandes centros urbanos, no caso do Naturalismo. Essa narrativa descritiva buscava trazer um caráter mais presente e mais “real” para os textos literários.

Os literatos levaram para seus romances a ideia da influência da paisagem sobre o homem. A paisagem, que em diversos momentos definiria a narrativa – e que muitas vezes seria a protagonista – era uma adversidade e moldava a personalidade e a trajetória das personagens desses romances, os quais carregavam um pensamento determinista de que o homem seria produto do seu meio. Outrossim, a literatura realista parnasiana acompanhava fielmente os modos de pensar progressistas, cientificistas e academistas da geração finissecular brasileira.

Para Bronislaw Baczko, em “A Imaginação social”, essa tendência “cientista” e “realista”, característica da tradição intelectual da segunda metade do século XIX, pretendia separar o “verdadeiro” e o “real” do que era “ilusório” e nesse sentido, a operação científica era concebida “como uma operação de ‘desvendamento’ e de ‘desmistificação’” (BACZKO, 1985: 297). Conforme o autor, a imaginação estaria a serviço da razão. Poderíamos, então, dizer que, no Brasil de fins do século XIX, ainda haveria uma subordinação do poético a um princípio de realidade pautado em um estreitamento da noção de natureza a uma ideia de verdade.

No contrafluxo desse movimento, o Simbolismo representou um momento em que se rompe com essa tradição descritiva. O que ele propôs foi uma nova forma de perceber o mundo e de representá-lo ao escrever com uma nova linguagem. Para os simbolistas, a realidade era muito complexa para ser apreendida e descrita de maneira racional e objetiva,

---

<sup>12</sup> O conceito de *cultura política* proposto por Serge Berstein é utilizado aqui porque, conforme o autor, esse possibilita compreender as motivações dos atos dos homens em dado momento de sua história, por referência a um sistema de valores, normas e crenças que esses partilham e em função da sua leitura do passado e das suas aspirações para o futuro, assim como das suas representações da sociedade e do lugar que nela têm. (BERSTEIN, 1998)

como pretendia os outros. Então, eles voltaram sua escrita para o universo interior e os aspectos não racionais e não lógicos da vida, como o sonho e o transcendental.

Ao levarmos em consideração a pontuação de Serge Berstein acerca da existência de culturas políticas menores que coexistiam a cultura política dominante<sup>13</sup>, podemos perceber o Simbolismo – que se apresentou como uma alternativa estética – como parte de uma das culturas políticas contemporâneas ao Parnaso, tendo sido abrangido pela cultura política dominante.

Nesse sentido, em um período que havia a (pre)dominância de um específico modelo representacional – pautado em uma determinada ideia de realismo – os poetas simbolistas romperam não só com a representação do nacional – adotado por um modelo que estreitava a noção de natureza e a ideia de uma verdade cotidiana na narrativa – mas foram além; romperam também com a própria tradição literária brasileira – de uma narrativa descritiva. Isto é, esses poetas, ao romperem com uma ideia de representação ancorada ao descritivo, referenciado como uma emulação do real, como se trouxesse um efeito de transparência, e ao adotarem uma ideia de representação ao nível do simbólico utilizando uma linguagem velada, eles romperam com a própria referencialidade da literatura nacional – até então.

#### Bibliografia:

BACZKO, Bronislaw. “A Imaginação social”. In: LEACH, Edmund et al. *Anthropos-homem*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.

BALAKIAN, Anna. *O Simbolismo*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BAUDELAIRE, Charles. *As Flores do mal*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. (Saraiva de bolso).

\_\_\_\_\_. *Sobre a modernidade: o pintor da vida moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BENJAMIN, Walter. “Paris do Segundo Império”. In: FERNANDES, Florestan [coord]; KOTHE, Flavio [org.]. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1985. p. 44-122.

<sup>13</sup> [...] é evidente que no interior de uma nação existe uma pluralidade de culturas políticas, mas com zonas de abrangência que correspondem à área dos valores partilhados. Se, num dado momento da história, essa área de valores partilhados se mostra bastante ampla, temos então uma cultura política dominante que faz refletir pouco ou muito a maior parte das outras culturas políticas contemporâneas. (BERSTEIN. “A Cultura política”, p. 354.)

\_\_\_\_\_. “Sobre Alguns Temas em Baudelaire”. In: *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo* (Obras Escolhidas. v. III). São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 103-149.

BERSTEIN, Serge. “A Cultura política”. In.: RENOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François [orgs.]. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2006.

BOURDIEU, Pierre. “A Gênese dos conceitos de *habitus* e *campo*”. In: *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil; Lisboa, DIFEL, 1989. p. 59-73.

\_\_\_\_\_. *As Regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

CANDIDO, Antonio. *Iniciação à literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

\_\_\_\_\_. “Os primeiros baudelairianos”. In. *A Educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989. p. 23-38.

CHARTIER, Roger. “Primeira parte” (“Introdução”; “Percurso: história intelectual e história das mentalidades”; “O Mundo como representação”; “A História entre narrativa e conhecimento”). In: *À Beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002. p. 07-100.

GOMBRICH, Ernst. “Verdade e estereótipo” e “Segunda parte: Função e Forma” (“O Poder de Pigmalião”; “Reflexões sobre a revolução grega”; “Fórmula e experiência”). In: *Arte e Ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 55-153.

HOBBSAWM, Eric. *A Era das revoluções: 1789 – 1848*. São Pulo: Paz e Terra, 2010.

ISER, Wolfgang. “A Arte parcial – a interpretação universalista”. In: *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. v. 1. São Paulo: Editora 34, 1996. p. 23-48.

\_\_\_\_\_. “As Sínteses passivas da leitura – O caráter imagístico da representação”. In: *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. v. 2. São Paulo: Editora 34, 1999. p. 55-94.

JAUSS, Hans Robert. “Tradição literária e consciência atual da modernidade”. In: OLINTO, Heidrum Krieger [org.]. *Histórias de literatura: as novas teorias alemãs*. São Paulo: Ática, 1996, p. 47-100.

KAWANO, Marta. *Gérard de Nerval: a escrita em trânsito*. São Paulo: Ateliê editorial, 2009.

LIMA, Luiz Costa. “A Questão da narrativa”. In: *Pensando nos trópicos* (Dispersa Demanda II). Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 138-148.

\_\_\_\_\_. “Entrevista”. In: *Escritos*. Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa. Ano 2, n. 2, 2008. p. 417-431.

\_\_\_\_\_. *Mimesis e modernidade: formas das sombras*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

\_\_\_\_\_. “O Controle do imaginário”. In: *O Controle do imaginário: razão e imaginação nos tempos modernos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. p. 11-71.

\_\_\_\_\_. “Representação social e mimesis”. In: *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1981. p. 216-236.

LINS, Vera. “Os Simbolistas: virando o século”. In: *Revista o eixo e a roda*. v. 14. Rio de Janeiro: 2007. p. 113-125.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. “A Modernidade republicana”. In: *Revista Tempo*. v. 13, nº 26. Rio de Janeiro: 2009. p. 15-31.

MURICY, Andrade. *Panorama do movimento simbolista brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

NERY, Laura Moutinho. *A caricatura: microcosmo da questão da arte na modernidade / Laura Moutinho Nery; orientador: Luiz de França Costa Lima Filho*. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de História, 2006.

PANOSFKY, Erwin. “A História da arte como uma disciplina humanística”. In: *Significado das artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 1976. p. 17-46.

PEIXOTO, Sergio Alves. *A Consciência criadora na poesia brasileira: do barroco ao simbolismo*. São Paulo: Annablume, 1999.

SEIGEL, Jerrold. *Paris boêmia: cultura, política e os limites da vida burguesa, 1830-1930*. Porto Alegre: L&PM editores, 1992.

SEVCENKO, Nicolau. “O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso”. In: NOVAIS, Fernando [org.]. *História da vida privada no Brasil-República: da belle époque à era do rádio*. v. 3. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 7-48.

WINOCK, Michel. *As Vozes da liberdade: os escritores engajados do século XIX*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

## Os Quilombos na Arqueologia e na Historiografia

Marlon Barcelos Ferreira<sup>1</sup>

Resumo: Os quilombos foram um fenômeno marcante na história da escravidão, desde o período colonial, podemos encontrar referências aos quilombos em trabalhos de historiadores e intelectuais. O presente artigo objetiva analisar a maneira como os quilombos foram vistos pela história e como a arqueologia tem contribuindo para a ampliação sobre os estudos quilombolas. Assim, pessoas que tinham suas vozes ignoradas junto à leitura das fontes históricas tradicionais, começaram a ganhar voz com o estudo da cultura material pertencentes ao cotidiano quilombola. Abrindo assim, um enorme leque de possibilidades para os estudos sobre escravidão.

Palavras-chave: Quilombo, Escravidão, Arqueologia.

Abstract: Quilombos were a remarkable phenomenon in the history of slavery from the colonial period, we can find references to the runaway slave in works of historians and intellectuals. This article aims to analyze how the Quilombo were seen by history and how archeology has contributed to the expansion of the Maroons studies. Thus, people who had their voices ignored by the traditional reading of the historical sources, began to gain voice to the study of material culture belonging to the maroon everyday. Thus opening up huge possibilities for studies of slavery.

Keywords : Quilombo, Slavery, Archaeology.

As primeiras visões

Os quilombos foram um fenômeno marcante na história da escravidão americana e brasileira, desde o período colonial, podemos encontrar referências aos quilombos em trabalhos de historiadores e intelectuais. Entretanto, a historiografia sobre quilombos sempre foi influenciada pelos aspectos políticos, econômicos e sociais de cada tempo. Afinal, quando Lucian Febvre afirma que a história é filha do seu tempo<sup>2</sup>, constatamos que as culturas, ao

longo do tempo, inclinam e determinam múltiplas – e muitas vezes contraditórias – interpretações da realidade estudada.

Para o estudo sobre os quilombos, as fontes primárias (qualquer material escrito, visual, etc.) que os pesquisadores e historiadores tem em suas mãos são documentos escritos e em sua maior parte considerados oficiais, ou seja, documentos pertencentes aos militares, a administração civil ou Igreja Católica. Nesse ponto, as pessoas de baixa visibilidade social nunca tiveram suas vozes ouvidas pelas elites da época e conseqüentemente os documentos da época são marcados pela visão de mundo e dos interesses da elite colonial e nunca desses grupos de baixa visibilidade. E foi com a análise desses documentos (particulares ou oficiais), por parte de intelectuais, pensadores e pesquisadores em contextos temporais distintos, que acabou por gerar a elaboração de diversas imagens sobre os quilombos dentro da historiografia brasileira.

.Cronistas e viajantes: As primeiras visões.

Apesar de ser o período da nossa história mais longo, com mais de 300 anos de duração, com relação a esse período podemos citar poucos pensadores que fizeram da temática quilombola um objeto de estudo de forma sistemática. Salientamos que obviamente, esses pensadores foram marcados pelo ambiente escravocrata e colonial em que estavam imersos e isso era refletido em seus trabalhos.<sup>3</sup>

Nesse momento, podemos perceber que o objetivo maior desses autores é exaltar a civilização branca em detrimento do perigo representando pelos escravos foragidos. Questões sobre a estrutura interna dos quilombos, sua organização política, cultural, social e econômica, apesar de em alguns momentos serem citadas, estavam fora do objetivo desses autores.

Os Quilombos na Historiografia: Visões diferentes sobre o mesmo tema

O século XIX vivenciou o processo de independência do Brasil e a necessidade de se criar uma historiografia que procurasse justificar a existência de um Estado brasileiro. Nesse ponto, vemos o surgimento dos primeiros historiadores preocupados com a temática nacional e do surgimento das primeiras instituições cujo objetivo era o de guardar a memória nacional, como o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil no Rio de Janeiro.

Neste contexto de grandes mudanças políticas e econômicas podemos citar três autores do século XIX, que pensaram de alguma maneira sobre os quilombos: Heinrich Handelmann, Agostinho Perdigão M. Malheiro e Francisco Adolfo Varnhagem. Salientamos que suas obras estavam mais direcionadas em defender a sociedade escravista e exaltar os trabalhos feitos pelos heróis brancos e civilizados que lutavam contra os quilombos.

Com a proclamação da República e com o início do século XX, tivemos início a um período um pouco mais fértil para a historiografia dos quilombos e da escravidão. Com relação à historiografia sobre quilombos podemos dividir essa fase da história nacional em duas partes: A primeira fase que começa com a proclamação da República e vai até a constituição de 1988 e a segunda fase que se inicia com a promulgação da Constituição de 1988 e chega até os dias atuais.

Com relação ao período anterior a 1988, podemos citar alguns autores que se dedicaram ao tema quilombo. O primeiro grande escritor a discorrer sobre o tema no período republicano foi o médico e antropólogo maranhense Raimundo Nina Rodrigues. Escrevendo no início do século XX, Nina Rodrigues foi altamente influenciado pelas teorias social – darwinistas que estavam em vigor na época. Em seus escritos considerava o negro inferior ao branco. Em seus relatos podemos perceber a sua preocupação de estudar a composição racial brasileira e, portanto sobre a cultura africana.

Ao se dedicar aos quilombos, o referido autor concentra uma atenção especial ao maior e mais famoso dos quilombos brasileiros: Palmares. Ao fazer uma análise de Palmares, alguns pontos importantes são levantados. Segundo Nina<sup>4</sup>, havia uma carência de mulheres decorrente da própria dinâmica do tráfico de escravo, nos portos brasileiros chegavam mais homens que mulheres. Além disso, mostra que nos quilombos não havia a presença apenas de negros e escravos foragidos, pelo contrário, Nina Rodrigues argumenta que também eram encontrados brancos, nativos e mulatos e negros libertos em Palmares e nos quilombos.

Por fim, acreditava que a forma de governo e organização social de Palmares estavam impregnadas de práticas africanas primitivas e elementos políticos e culturais que os negros acabaram por adquirir do contato com o europeu. Tendo Nina Rodrigues, uma visão de quilombo como sendo uma restauração dos padrões culturais, políticos e sociais da África na América.

Numa oposição ao pensamento de Nina, temos o surgimento da obra do historiador Edison Carneiro, que em sua obra, *O quilombo dos Palmares*, publicado em 1947, defende a idéia de que Palmares e os quilombos são exemplos da persistência cultural africana. Em seus estudos, Carneiro afirma<sup>5</sup> que os negros escravos fugiam para o quilombo para preservar a

cultura que traziam da África, mantendo-a livre das ameaças culturais brancas (como a religião católica, as roupas, comidas, entre outras) e serem livres. Assim, o quilombo seria uma alternativa para manter a identidade negra distante de uma suposta deformação, uma espécie de contaminação pela cultura branca. É interessante observar uma idéia preliminar de cultura pura: o branco seria sempre e essencialmente branco e o negro imutavelmente negro. Os quilombolas viviam em uma espécie de fraternidade, com a presença de negros, índios e até brancos. A principal fonte de recursos seria a criação de animais, agricultura e pesca e com a divisão da terra seguindo um padrão comum na África. O contato com a sociedade oficial existia e permitia a troca de produtos agrícolas e manufaturados. Alias, até com relação ao sistema político, Edison Carneiro<sup>6</sup> identificou uma forte influencia dos sistemas políticos adotados pelas sociedades africanas.

A partir da metade do século XX podemos perceber na historiografia brasileira uma forte influência marxista. Dessa maneira, vemos o surgimento de vários autores que procuraram analisar a escravidão e a formação dos quilombos sobre a ótica marxista. Um desses autores foi Décio Freitas, advogado e jornalista, escreveu vários livros retratando a escravidão e a resistência negra. Segundo o autor<sup>7</sup>, dentro de um contexto analítico de luta de classes, devemos perceber a existência dos Quilombos e da resistência negra como algo inerente à escravidão, ou seja, ele só existiu porque havia exploração de classes. As revoltas escravas e, entre elas, os quilombos, passam, então, a ser consideradas como caminhos para o negro recuperar a liberdade.

Em sua descrição<sup>8</sup> sobre o funcionamento interno de Palmares, Décio Freitas salienta que as famílias recebiam a terra em usufruto e com a obrigação de entregar a comunidade o excedente da produção e cabendo as mulheres, que a organização, coordenação e supervisão do trabalho. Sendo que os quilombolas mais antigos e fundadores acabavam por ganhar privilégios e por viverem não mais como produtores. Dessa maneira, se estruturava uma sociedade de classes, mas não segundo os moldes do capitalismo.

Após a década de 1980, quando o Brasil deixa de viver sob a tutela dos militares, nasce dentro das academias uma explosão temática sobre os Quilombos. As investigações descentram-se dos campos econômicos e expandem-se para as famílias, mulheres, alimentações, sexualidade de Zumbi, entre outras possibilidades. Temos assim, o surgimento de inúmeros trabalhos que são reinterpretações importantes da história dos quilombos.

Seguindo essa linha, temos os trabalhos realizados pelo historiador baiano João José Reis, da Universidade Federal da Bahia. Segundo Reis<sup>9</sup>, os quilombos devem ser percebidos como fenômenos inerentes à escravidão. Afinal, seria uma maneira encontrada pelo cativo de



se rebelar contra o sistema escravista. Além disso, os quilombos eram vistos como uma ameaça à sociedade escravista por parte dos senhores seja em decorrência dos assaltos ou servindo como um exemplo a ser seguido pelos outros escravos. Para o autor<sup>10</sup>, a idéia de que os escravos queriam recriar uma nova África no Brasil, não procede. Entretanto, Reis<sup>11</sup> salienta que se pode encontrar em quilombos formados por africanos natos, alguns ritos, tradições e costumes originários da África. Mas, isso não deve ser visto como uma recriação puramente da África, pois apesar de se conhecer pouco sobre o funcionamento interno dos quilombos, provavelmente, predominaram a reinvenção, a mistura de valores e costumes, a escolha de uns e o descarte de outros recursos culturais trazidos por diferentes grupos étnicos africanos ou aqui encontrados entre os brancos e índios.

Outro estudioso e parceiro de João José Reis na organização do livro Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil foi o historiador brasileiro Flavio Gomes. Para o autor<sup>12</sup>, o fenômeno do aquilombamento era comum no Brasil colonial e imperial. Onde quer que existisse a escravidão, fosse nas plantações de açúcar ou de café, nas minas de ouro e de diamante, era certo que havia quilombos por perto

Segundo esse autor<sup>13</sup>, os habitantes de Palmares (a exemplo de outras comunidades quilombolas surgidas no país), não viviam isolados do restante da sociedade. Pelo contrário, segundo o autor, a sua capacidade de interação com outros segmentos sociais impressionou as autoridades e os proprietários de terra da época. Os mocambos desenvolveram atividades econômicas que interagem com as economias locais. A princípio viviam da caça, da coleta e da pesca, mas, com o crescimento da população, passaram a praticar a agricultura (milho, feijão e cana-de-açúcar), comercializando esses produtos e trocando-os por armas, munições e produtos manufaturados. O Comércio e até mesmo a mineração se constituíam como formas de sobrevivência encontrada pelos quilombolas.

Sendo assim, e partilhando do pensamento de José Reis, o autor não percebe o quilombo como uma unidade fechada sobre si mesma. Pelo contrário, o quilombo interage culturalmente e economicamente com as comunidades ao seu redor. Um contato estabelecido não apenas com o mundo branco e oficial, mas também com indígenas. Relações que poderiam ser de aliança e assistência mútua. Podendo inclusive, perceber a existência de índios e homens brancos vivendo nos quilombos.

Arqueologia e os Quilombos

A arqueologia brasileira por muito tempo esteve presa e interessada no período histórico denominado de pré - histórico. Ou seja, do período que vai do início da ocupação do território americana até a chegada dos portugueses no final do século XV com a viagem de Pedro Álvares Cabral.

Neste contexto, a ciência arqueológica, enquanto parte das ciências humanas, ao longo do tempo têm contribuído muito pouco para o estudo do período denominado de histórico (o que se convencionou denominar de Brasil Colônia, Império e República). Uma contribuição significativa começou a ganhar força apenas na década de 80. A partir desse período, temos o retorno da normalidade democrática no Brasil e a promulgação de uma nova legislação ambiental brasileira, que instituiu a obrigatoriedade dos Estudos de Impacto Ambiental e Arqueológico (EIA-RIMA).

Temos assim, uma ampliação da área de atuação do arqueólogo que possibilitou o desenvolvimento de um volume considerável de pesquisas dentro e fora das universidades e centros de pesquisas. Neste contexto de expansão, nos últimos anos, verificamos um crescimento das pesquisas arqueológicas direcionadas a escravidão e suas vertentes. Vários pesquisadores e de várias instituições tem nos últimos anos direcionado esforços em construir uma arqueologia pautada na temática negra no Brasil<sup>14</sup>. Os primeiros trabalhos arqueológicos direcionados a escravidão são do final da década de 70, com Guimarães e Lanna<sup>15</sup> em Minas Gerais. A partir destes primeiros estudos, de forma tímida a arqueologia escrava foi se expandindo. O estudo da cultura material tem contribuindo de forma a aumentar o quadro informativo da vida dos quilombolas. Dando mais informações para que a compreensão deste fenômeno seja mais bem estudada no Brasil

Um das grandes contribuições para uma melhor visibilidade desta temática entre os pesquisadores e o público em geral, aconteceu no início da década de 90. Diante da expansão das pesquisas arqueológicas e de uma maior força do movimento negro e outras instituições, o governo brasileiro resolveu tomar uma série de medidas para responder à demanda por políticas públicas destinadas à população de origem africana no Brasil. Uma dessas medidas foi justamente com a criação do Projeto Arqueológico de Palmares, sob a coordenação de Pedro Paulo Funari, professor da Unicamp e Charles Orser Jr<sup>16</sup>, professor da Universidade Estadual de Illinois no Estados Unidos. Pela primeira vez, tivemos no Brasil a criação de um grande projeto de arqueologia ligada à temática escrava.

O projeto tinha com objetivo básico o de ajudar a desvendar o passado de Palmares dando voz a um grupo de pessoas que eram apenas conhecidos pelos escritos deixados pelos poderosos de sua época. Começava assim em 1992 as escavações realizadas no que outrora

fora o Quilombo dos Palmares. No total foram realizadas duas temporadas de escavações com uma sendo em 1992 e a outra sendo em 1993.

Nessas duas temporadas de escavações foram revelados 14 sítios e mais de 2.000 fragmentos foram recolhidos pelos pesquisadores. As escavações em Palmares revelaram uma grande quantidade de cerâmica de estilos ameríndio, europeu e mesclado. Reforçando a ideia da convivência de pessoas de diversas origens étnicas e culturas.<sup>17</sup> Assim, pessoas que tinham suas vozes ignoradas pelas elites da época, começaram a ganhar voz com a leitura dos artefatos pertencentes ao cotidiano quilombola, junto à leitura das fontes escritas, começou a sustentar outras hipóteses e indagações sobre o movimento quilombola, abrindo um enorme leque de possibilidades para os estudos dos quilombos.

Diante desse quadro de expansão das pesquisas sobre o negro e das atividades de pesquisa da arqueologia, temos o surgimento dos primeiros trabalhos arqueológicos direcionados para a temática quilombola e o aumento de forma considerável da contribuição da arqueologia para o estudo dos quilombos. Mas, mesmo assim, faltam estudos sistemáticos sobre esse tema e espera – se que nos próximos anos a arqueologia avance cada vez mais nessa temática.

---

<sup>1</sup> Pós graduando em especialização em Arqueologia Brasileira pelo Instituto de Arqueologia Brasileira (Redentor). Email: marlonbf2@yahoo.com.br Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Denise Gomes

<sup>2</sup> GLÉNISSE, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difel, 1983. p.56

<sup>3</sup> FIABANI, Ademir. *Mato, Palhoça e Pilão*. São Paulo: Expressão popular, 2005 p.37

<sup>4</sup> FIABANI, Ademir. Op. Cit. P 55

<sup>5</sup> FIABANI, Ademir. Op. Cit. p.62

<sup>6</sup> FIABANI, Ademir. Op. Cit. p.63

<sup>7</sup> FIABANI, Ademir. Op. Cit. p.104

<sup>8</sup> FIABANI, Ademir. Op. Cit. p.104-110

<sup>9</sup> REIS, J. José. “Ameça Negra”. In. *Revista de História*. Número 33 Rio de Janeiro. BN, 2008.p.15.

<sup>10</sup> Reis, J. José. Op. Cit. p.1

<sup>11</sup> Reis, J. José. Op. Cit.p.1

<sup>12</sup> GOMES, Flavio dos santos. *A Hidra e os Pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: UNESP. 2006 p.87

<sup>13</sup> GOMES, Flavio dos santos. Op. Cit.p. 8

<sup>14</sup> ORSER, Charles E. & FUNARI, Pedro Paulo. “Arqueologia da Resistência” In, *Revista do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas* Volume I Número2 Pelotas, UFPEL, 2004. P.12

<sup>15</sup> GUIMARAES, Carlos Magno & LANNA, Ana Lúcia Duarte. “Arqueologia de Quilombos em Minas Gerais”. In. *Revista de Pesquisa Antropológica*, , Numero 31São Leopoldo, Unisinos, 1980 p.147-164,

<sup>16</sup> FUNARI, Pedro Paulo. “República de Palmares e a Arqueologia da Serra da Barriga”. In: *Revista USP-MAE*, Número 28, São Paulo, USP 1996. P.6-13

<sup>17</sup> FUNARI, Pedro Paulo. Op. Cit.p. 12

## **A CULTURA POLÍTICA DO CLIENTELISMO: UMA ANÁLISE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO (1988-2010)**

Mateus Roberto Sposito Malvestio<sup>1</sup>

### **Resumo:**

Este presente trabalho visa pensar o clientelismo no Brasil Contemporâneo levantando-se questões inerentes quanto às formas de adaptações, sobrevivências, formas de reprodução e atualização dessa Cultura Política de transgressão na sociedade. Pretende-se, através da análise de Cultura Política brasileira, da (re) estruturação do Estado e suas instituições políticas identificar as adaptações a esse novo cenário e o que possibilitou a permanência das relações clientelísticas no Brasil.

**Palavras-chave: Clientelismo; Cultura Política; Instituições.**

### **Abstract:**

This present work aims to analyse the clientelism in Contemporary Brazil rising inherent questions about the forms of adaptations, survivals, modes and understand the Policy transgression culture Brazilian society. It is intended, through the analysis of Brazilian Political Culture, the (re) structuring of the state and its political institutions to identify the adaptations to this new scenario and which enabled the persistence of clientelistic relations in Brazil.

**Keywords: Clientelism; Political Culture; Institutions.**

### **Introdução**

O tema sobre dominação política, ou melhor, o uso da máquina pública para benefício e manutenção do poder é algo corrente na política brasileira e amplamente relatado na historiografia brasileira. A abordagem das relações sociais em que se dão esses tipos de ações e, como isso se configura mediante o processo político brasileiro, perpassa várias épocas da história brasileira e, principalmente, sendo produto da cultura política brasileira, nos possibilita entender as diferentes formas de transgressões que predominam na estrutura política.

O clientelismo, propriamente dito, nos dá um bom exemplo de dominação e manutenção de poder, além de se configurar como uma forma de transgressão, sendo algo

---

<sup>1</sup> Mestrando em História do PPGH – UNESP – Franca, sob a orientação da Profa. Dra. Rita de Cássia Ap. Biazon. Bolsista CNPq. Pesquisador Pleno do Centro de Estudos sobre Corrupção (CEPC) UNESP, Franca. E-mail: mateusmalvestio@outlook.com.br

recorrente ao longo da história perpassando desde o Império até os dias atuais, resguardando, é claro, suas devidas proporções. O objetivo aqui é estabelecer uma análise contemporânea das relações clientelistas, bem como um paralelo com esse fenômeno em outras conjunturas e outras formas de transgressões que se baseiam na troca e no beneficiamento mútuo, a fim de possibilitar uma análise das relações clientelísticas no Estado Contemporâneo brasileiro.

### **Clientelismo: o conceito.**

O conceito de clientelismo aqui entendido se configura por relações de trocas assimétricas, no qual essas trocas são caracterizadas por trocas políticas. Ou seja, as relações clientelísticas estabelecem interações entre atores de poder e status desiguais e por fundamentar-se no princípio da reciprocidade. Assim podemos dizer que clientelismo:

(...) é o fluxo de utilidades que se processa através de mecanismos de interação específicos e que depende do retorno, a prazo, da lealdade da clientela ao patrão. Para que isso se dê é necessário que, de fato ou por manipulação simbólica, o *patronus* seja visto como detentor do monopólio da distribuição das utilidades. No sentido mais preciso, esse fluxo de utilidades ocorre no processo de trocados bens clientelísticos.<sup>2</sup>

As desigualdades nas relações de trocas é algo presente nessas interações e são importantes para podermos entender as relações clientelísticas no âmbito da organização social, uma vez que a assimetria de poder inerente nessas trocas se configura como fator “endógeno” da troca política.<sup>3</sup> Podemos destacar que essas desigualdades será uma característica marcante ao longo da História. Para Edson Nunes<sup>4</sup> o clientelismo tem suas raízes no meio rural demandando as relações entre *patrons*<sup>5</sup> e camponeses que tem uma situação de subordinação por não serem detentores de terras. Para o autor essa relação também se estabelece de forma assimétrica que desempenharia um “papel-chave” na sobrevivência tanto de *patrons* quanto de clientes.

---

<sup>2</sup> BAHIA, Luiz H.N. *O Poder do Clientelismo: raízes e fundamentos da troca política*. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2003. p. 219. Para Bahia bens clientelísticos são caracterizados como um subproduto dos bens políticos que por sua vez são bens materiais ou simbólicos valorizados pela sociedade presentes nos processos de trocas.

<sup>3</sup> D'ÁVILLA FILHO, Paulo. *O Clientelismo como Gramática Política Universal*. PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2003. p. 151.

<sup>4</sup> NUNES, Edson. *A Gramática Política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. 3 ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 2003.

<sup>5</sup> Nunes destaca que o termo *patrons* é equivalente ao termo brasileiro coronel.

No entanto, devemos nos atentar que o clientelismo se configura, também, como formas de relações simbólicas de poder. Ângela Vieira Neves destaca bem essa importância ao apontar que o clientelismo perpassa as simples trocas econômicas ultrapassando o benefício em bens materiais, assim “O clientelismo vai além dessa relação e não pode ser entendido apenas como troca por bens econômicos e materiais, uma vez que deve ser analisado também como troca simbólica, uma ajuda, um apoio e poder de influência”.<sup>6</sup> Muito além do pautado em relações desiguais entre duas partes e restrito ao campo econômico, o clientelismo resulta de um campo simbólico, manutenção de poder e da ordem, que se atrela às formas de relações sociais, dessa forma, temos algumas formas de clientelismo pautadas no pedido pessoal ou nas amizades que acabam por caracterizar o “jeitinho” brasileiro.

### **Uma abordagem histórica.**

As análises de Richard Graham nos demonstram bem essas bases de cunho clientelístico nas relações sociais do período imperial brasileiro, no qual a troca de favores e o imaginário de beneficiamento próprio se embutiam na construção das representações coletivas no meio social, sendo essa prática muitas vezes pública<sup>7</sup>.

Essas ações de beneficiamento próprio em detrimento de favores são muito bem notadas como uma prática muitas vezes natural para essa época, afinal de contas os laços familiares redigiam as obrigações mútuas de ajuda, principalmente nas eleições, tornando essas atitudes uma forma de manutenção do poder. Segundo Graham não havia muita distinção entre família e unidade doméstica, uma vez que a palavra família incluía não apenas os laços sanguíneos, matrimoniais ou de compadrio, faziam parte da família todos que de certa forma tinham alguma ligação com a fazenda, nesse caso incluíam-se escravos, arrendatários, empregados “em suma, todos os que viviam na ou da fazenda”.<sup>8</sup> Isso resultava na formação de uma clientela fiel em torno do “pai” dessa família trazendo consigo uma imagem de autoridade legal sobre seus membros, no qual podia usar da

---

<sup>6</sup> NEVES, Ângela Vieira. *Clientelismo, cultura política e democracia: dilemas e desafios da participação popular a experiência do orçamento participativo na cidade de Barra Mansa*. Tese (doutorado em ciências sociais) IFCH Unicamp, Campinas, 2006. p. 69.

<sup>7</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

<sup>8</sup> *Ibid.*, p.37.

punição ou da benevolência de acordo com seus objetivos. No âmago das relações familiares a obediência e a lealdade compravam favores.

Da mesma forma as análises de Vitor Nunes Leal<sup>9</sup> nos mostra novas reflexões de dominação política, não menos eficazes, no período republicano. Ressaltamos que o coronelismo aqui é entendido como um sistema político historicamente datado, no qual é caracterizado por uma relação de compromisso entre fazendeiros – poder privado decadente - e Governo – poder público fortalecido - em que a manutenção do poder era dependente dessa relação. Coronelismo e clientelismo são conceitos relacionados, que de forma alguma representam sinônimos, tendo cada sua especificidade.

Temos nesse período abordado por Leal, de 1889 a 1930, um sistema político tipicamente rural que com o processo de urbanização vai sofrendo um processo de decadência, dessa forma:

Realmente, 1930, a economia brasileira já não se podia considerar essencialmente rural, porque a produção industrial rivalizava com a produção agrícola e a crise do café havia reduzido o poder econômico dos fazendeiros, em confronto com o dos banqueiros, comerciantes e industriais. Concomitantemente, haviam crescido a população e o eleitorado urbano, e a expansão dos meios de comunicação e transporte aumentara os contatos da população rural, com inevitáveis reflexos sobre a conduta política. Todos esses fatores vêm de longa data corroendo a estrutura econômica e social em que se arrima o “coronelismo” (...).<sup>10</sup>

Isso não representou o fim das relações de interesse no Brasil, ou seja, o tipo de dominação pautada na figura do coronel irá sofrer uma adaptação para o meio urbano, é a partir daí que temos uma caracterização mais próxima as relações recorrentes no período de abertura política. O coronelismo, para tanto, se apresenta como uma forma mais restrita em relação ao clientelismo, como coloca José Murilo de Carvalho:

Clientelismo seria um atributo variável de sistemas políticos macro e podem conter maior ou menor dose de clientelismo nas relações entre atores políticos. Não há dúvida de que o coronelismo, no sentido sistêmico aqui proposto, envolve relações de troca de natureza clientelística. Mas, de novo, ele não pode ser identificado ao clientelismo, que é um fenômeno muito mais amplo.<sup>11</sup>

As relações clientelísticas, de fato, vão muito além do coronelismo, ele acaba por dispensar a presença do coronel, pois os agentes políticos mantém suas relações diretamente com as camadas mais pobres da população, podemos dizer que a decadência

---

<sup>9</sup> LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 2ª Ed. S. Paulo: Ed. Nova Fronteira, 1975.

<sup>10</sup> *Ibid.*, p. 283.

<sup>11</sup> CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, Coronelismo e Clientelismo: uma discussão conceitual.” In: “. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1998. p. 134.

dos coronéis com o advento da urbanização, no qual retrata Leal, vem por sua vez fortalecer e ampliar o clientelismo.

Uma das características do clientelismo no meio urbano é a apropriação da máquina pública pelo poder privado o que ocorre, então, é a manutenção, de uma cultura clientelista que não entende como segregados os espaços público e privado. Podemos notar essas atitudes quando temos um Estado autoritário, no qual a máquina de repressão e a supressão do Estado de Direito exclui qualquer ato de participação ou fiscalização civil, favorecendo a cooptação do público pelo privado, no qual os mecanismos de controle estão todos suprimidos. No golpe de 64 as bases do clientelismo se ampliaram diante de uma estrutura montada e pautada de forma burocrática autoritária, possibilitando o clientelismo operar dentro das próprias instituições, principalmente porque todas as formas de *accountability* serão inexistentes.

### **Novos arranjos.**

O ponto principal de nossa análise se localiza neste momento, o período de reestruturação do Estado, pluripartidarismo e Estado de Direito. Em um primeiro momento podemos constatar que as mudanças não atingem o âmago das representações sociais. Apesar das diversas mudanças isso não significou uma ruptura completa com as formas de representação, memória, imaginário e heranças culturais de cunho clientelístico, possibilitando uma nova configuração dessas ações de dominação social, até mesmo porque não veremos uma ruptura com a elite dirigente do país. Segundo José Murilo de Carvalho:

A nova democracia pós-ditadura tem tido papel ambíguo no que se refere a transgressão. Se, de um lado, a imprensa livre tem sido fator importante na denúncia de bandalheiras, de outro, a expansão final dos direitos políticos abriu campo para grande diversificação da composição de elite política, nem sempre para o bem da moral pública. A maioria dos novos políticos foi formada durante a ditadura, escola pouco recomendável de respeito à lei. Esses políticos não passaram por nenhuma escola de civismo. E são eles que compõem hoje o baixo clero do Congresso, disposto a qualquer acordo, para quem a política não passa de negócio.

<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup>CARVALHO, José Murilo de. "Quem transgride o que?" In: *Cultura das transgressões no Brasil: lições de história*. coordenação Fernando Henrique Cardoso, Marcilio Marques Moreira; colaboradores André Franco Montoro Filho... [et. al]. São Paulo, 2 ed. Saraiva, 2008. p. 78-79



Dessa forma o Estado democrático e burocrático teve em sua essência a condução de agentes impregnados de uma cultura política de transgressão fazendo dessas mudanças algo propício para a manutenção da ordem, como coloca Bresser:

Em síntese, o retrocesso burocrático ocorrido no país entre 1985 e 1989 foi uma reação ao clientelismo que dominou o país naqueles anos, mas também foi uma afirmação de privilégios corporativistas e patrimonialistas incompatíveis com o *ethos* burocrático.<sup>13</sup>

Ou seja, Bresser ressalta que a burocracia acaba por propiciar e muitas vezes até incentivar a tomada do público pelo privado. E de nenhuma forma um regime político pautado na participação e democratização estabelece um meio para o fim das relações clientelistas, muito pelo contrário segundo Paulo D'Ávilla Filho:

A democratização, o aumento da competição política, a aproximação com sistemas políticos poliárquicos, a modernização, a universalização do voto, o aumento da participação e a organização da sociedade civil não contraditam ou excluem formas de clientelismo político, mas criam novas possibilidades de arranjos clientelistas.<sup>14</sup>

Quando poderíamos pensar que a maior participação política da sociedade em um período democrático acabaria por suprimir ou ao menos inibir as práticas clientelísticas acabou-se por gerar novas formas de beneficiamento mútuo. Esses novos arranjos se dão mediante as novas estruturas e relações na pós-ditadura, assim poderíamos pensar que as disputas políticas, associação entre governo e partidos, o controle do Estado traz em voga a disputa pelo poder no qual aumenta substancialmente a extensão possível do clientelismo, “no mundo competitivo das democracias partidárias a disputa por cliente torna-se ainda maior” (D'ÁVILLA FILHO, 2003, p. 152). A assimetria, hierarquia e a privatização do público são traços característicos e marcantes de uma ordem social que terá em seu seio as trocas clientelistas, para tanto o que presenciamos é uma nova forma de clientelismo, uma nova forma de organização do clientelismo diferente, entretanto, do chamado clientelismo tradicional, aquele característicos dos estudos de Graham do século XIX, esse novo clientelismo o institucional se estabelece entre o Estado que:

[...] exerce um papel preponderante e atua como patrão e mediador. Nesse caso, a estratégia do patrão é dar legalidade à estrutura de dominação através de

---

<sup>13</sup>BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. “Do Estado Patrimonial ao Gerencial.” In: *Brasil: Um Século de Transformações*. PINHEIRO, Wilhelm e Sachs (orgs.). São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 243

<sup>14</sup>D'ÁVILLA FILHO, Paulo. *Democracia clientelismo e cidadania. A experiência do orçamento participativo no modelo de Gestão Pública da Cidade de Porto Alegre*. Tese de Doutorado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 2000.p. 187.

determinados programas, como exemplo, o programa municipal "Leve- Leite" ou o programa "Bolsa Família", do Governo Federal. Essas práticas ilustram o clientelismo institucional.<sup>15</sup>(BIASON, 2009, p.132)

Através desses programas podemos dizer, por exemplo, que o clientelismo acaba por ter uma face "legalizada" atuando dentro do aparato burocrático institucional e demonstrando por sua vez mais uma forma de adaptação a novas conjunturas tão recorrentes no processo histórico do Brasil.

### **Considerações finais.**

Portanto, diante dessas adaptações e aparente legalidade nós vem a tona um esclarecimento importante: o clientelismo acaba, diante do que foi discutido até agora, sendo fruto de uma construção histórica, não há como negar que ele se apresenta em diversas épocas e que ao longo de toda a história brasileira sempre houve mecanismos de transgressões das leis, vários estudos nos propõe essa visão é o caso do patrimonialismo, coronelismo, mandonismo, clientelismo, dentre outros. Se por outro lado os mecanismos de controle das transgressões no Brasil sempre deixaram a desejar é bem verdade que na última década os mecanismos de *accountability* e leis como da ficha limpa, improbidade fiscal e de transparência vem ao encontro desses atos e acabam por reforçar uma preocupação ao combate dessas transgressões. Por outro lado é certo que diferente de crimes como o de corrupção ou peculato que aos nossos olhos se apresenta mais concreto, com mecanismos de controles objetivos, o clientelismo nos traz, de certa forma, uma dificuldade de monitoramento uma vez que temos, dentro dele, as práticas corriqueiras que muitas vezes não são vistas como transgressão, é o caso do "jeitinho" brasileiro que está no dia a dia nas pequenas práticas que muitas vezes acaba sendo visto como natural uma troca de favores o que nos faz pensar que isso é intrínseco ou parte integrante de uma cultura nacional, algo construído historicamente.

Definitivamente fica claro como o processo histórico nos mostra a manutenção e muitas vezes a adaptação de formas de relações desiguais com fins de benefício mútuo. Mas não devemos colocá-lo como parte de uma cultura simplesmente. Através dessas

---

<sup>15</sup> BIASON, Rita. "A Corrupção como fator de desigualdade na política brasileira." *Ciências Sociais em Perspectiva* (8) 15 : p. 131 – 143. 2º sem. 2009. p.132.

constatações nos resta levantar análises e hipóteses para criarmos mecanismos de controles rígidos, com efetiva participação popular, dessas formas de transgressão.

### Referências Bibliográficas

ALMOND, G; VERBA, S. “La Cultura Política”. In: *Diez textos básicos de ciencia política*. BATLLE, A. (org.) 3 ed. Barcelona; Ariel, 2007.

AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

BAHIA, Luiz H.N. *O Poder do Clientelismo: raízes e fundamentos da troca política*. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2003.

BERSTEIN, Serge. “A Cultura Política.” In: *Para uma História Cultural*. RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.) Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.349-363.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. “Do Estado Patrimonial ao Gerencial”. In: *Brasil: Um Século de Transformações*. Pinheiro, Wilhelm e Sachs (orgs.), S.Paulo: Cia. Das Letras, 2001

BIASON, Rita. “A Corrupção como fator de desigualdade na política brasileira.” *Ciências Sociais em Perspectiva* (8) 15 : p. 131 – 143. 2º sem. 2009.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 2004.

\_\_\_\_\_. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Unesp, 1997.

BUARQUE DE HOLANDA, Sergio. *Raízes do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Livraria Jose Olympio, 1969.

CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, Coronelismo e Clientelismo: uma discussão conceitual.” In: *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1998.

\_\_\_\_\_. “Barbacena: A Família, a Política e uma Hipótese”. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, UFMG, 1966, nº 20.

D'ÁVILLA FILHO, Paulo. *Democracia clientelismo e cidadania. A experiência do orçamento participativo no modelo de Gestão Pública da Cidade de Porto Alegre*. Tese de Doutorado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. *O Clientelismo como Gramática Política Universal*. PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2003.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. 9. ed. São Paulo: Globo, 1991. 2 v.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

GOMES, Ângela de Castro. “História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões”. In: *Culturas políticas- ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. SOIHET, Rachel, BICALHO, M. F. B. & GOUVÊA, M. F. S. (org). Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2005.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1997.

NEVES, Ângela Vieira. *Clientelismo, cultura política e democracia: dilemas e desafios da participação popular a experiência do orçamento participativo na cidade de Barra Mansa*. Tese (doutorado em ciências sociais) IFCH Unicamp, Campinas, 2006.

NUNES, Edson. *A Gramática Política do Brasil. Clientelismo e insulamento burocrático*. Brasília: Zahar Editora, 1997.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Ranking IDHM Unidades da Federação 2010*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-UF-2010.aspx>>. Acesso em: 28/09/2014.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A Evolução Política do Brasil e outros Estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

Portal Transparência. *Programa Bolsa Família do Governo Federal – Distribuição por UF*. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/graficos/bolsafamilia/>>. Acesso em: 28/09/2014.

REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996;

TSE – Tribunal Superior Eleitoral. *Estatísticas de Resultado – Resultado da Eleição*.  
Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2010/estatisticas>>. Acesso em: 28/09/2014.

## O LUGAR DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA DINÂMICA SOCIAL E HISTÓRICA DE GAROPABA – SC <sup>1</sup>.

Mauricélia Teixeira de Albuquerque<sup>2</sup>

### **Resumo:**

Este artigo tem a perspectiva de conhecer o modo pelo qual os africanos e afro-brasileiros se inseriram no processo que transformou Garopaba pólo turístico. No entanto, nosso propósito maior é evidenciar as contribuições dos grupos em questão no desenvolvimento da cidade. Nossa preocupação maior volta-se para a visibilização do papel desempenhado pelos quilombolas dentro da dinâmica social e cultural do município. Buscamos, portanto, evidenciar a presença dos afrodescendentes na cidade, reconhecida por muitos como tipicamente luso-brasileira.

**Palavras-chave:** Garopaba. Cotidiano. Cultura. Identidade. Experiência.

This article has the perspective to know the way in which African and african-Brazilian inserted themselves in the process that transformed Garopaba tourist hub. However, our main purpose is to highlight the contributions of the groups involved in the development of the city. Our biggest concern turns to the visualization of the role played by the Maroons within the social and cultural dynamics of the city. We seek, therefore, reveal the presence of African descent in the city, recognized by many as typically Portuguese-Brazilian.

**Keywords:** Garopaba. Everyday. Culture. Identity. Experience.

### **1. Introdução**

Discorrer pela história de Garopaba é imergir nas transformações sócio históricas pelas quais a cidade passou, já que de pequeno reduto de pescadores e agricultores se tornou uma cidade conhecida por sua ‘vocalização’ turística. Cabe ressaltar que o município de Garopaba localiza-se cerca de 80 km ao sul de Florianópolis, no litoral, e possui uma população de, aproximadamente, 18 mil habitantes, conforme o IBGE 2010. Inicialmente, instalou-se no local, ainda em meados do século XVIII, uma armação baleeira denominada

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte da dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, sob orientação do Prof.º Dr. Paulino de Jesus Francisco Cardoso.

<sup>2</sup> Graduada em História pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL; Mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História – PPGH, da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Bolsista CAPES. E-mail: mauricelia\_historia@hotmail.com

‘Armação Baleeira de São Joaquim de Garopaba’, dando origem a uma pequena vila, que posteriormente, transformou-se em freguesia e município.

Ressalta-se que esse trabalho é fruto do entrelaçamento das memórias e das narrativas dos moradores locais aliados a documentos e produções bibliográficas referentes às transformações do lugar. Nessa dinâmica sócio histórica e cultural, temos por objetivo dar visibilidade ao papel desempenhado pelos afrodescendentes durante o processo que transformou a pequena vila de pescadores artesanais em cidade turística. Buscamos, portanto, evidenciar a presença dos afrodescendentes na cidade, reconhecida por muitos como tipicamente açoriana. Nesse viés temos a intenção de desmistificar a hegemonia da cultura açoriana em Garopaba, já que, como veremos, não foram somente os braços brancos que deram vida ao lugar: a pesca, a agricultura, o comércio e atualmente o turismo, aconteceram e acontece através da junção de forças de todo povo de Garopaba e não somente do grupo de ‘remanescentes açorianos’.

A estratégia de utilizar as narrativas dos moradores foi adotada na perspectiva de encontrar um caminho ou um fio condutor a ser seguido na empreitada de tal construção histórica. Ou seja, os depoimentos dos moradores nos permitiram conhecer com mais clareza os meandros das transformações pelos quais a cidade de Garopaba passou durante o período. Pensamos que essas memórias extrapolam “o tempo presente e o homem mergulha no seu passado ancestral. Nessa dinâmica, memórias coletivas encontram-se, fundem-se e se constituem como possíveis fontes para a produção do conhecimento histórico”<sup>1</sup>.

Nesse viés, procuramos responder algumas questões, destacando-se: Os afro-brasileiros aparecem na historiografia pertinente a Garopaba? Em que atividades os afro-brasileiros se destacam? Os afro-brasileiros têm visibilidade dentro da dinâmica sócio histórica do município? Conseguem representatividade a nível municipal? Será, de fato, que Garopaba é um reduto açoriano?

## **2. A presença dos africanos e afrodescendentes em Garopaba e seus arredores**

A presença dos primeiros colonizadores portugueses em Garopaba é discutida em diferentes obras. Na obra de José Artulino Besen (1980) encontra-se o registro da chegada dos primeiros casais de colonizadores portugueses no século XVII, exatamente no ano de 1692. Segundo Besen, a presença dos portugueses em Garopaba desencadeou a estruturação da armação baleeira que foi construída um século depois da presença dos colonizadores em Garopaba. Besen descreve, em sua obra, a estrutura da armação baleeira de Garopaba:

A Armação de Garopaba ficava no interior de uma baía estreita e comprida (a enseada), cercada à direita e à esquerda de morros cobertos de florestas. A igreja, os alojamentos do administrador, do capelão, dos feitores, tinham sido construídos à meia encosta de um morro; o engenho de frigar, os reservatórios, as casas dos negros, ficavam situados à margem da enseada <sup>2</sup>.

Esta versão em relação ao período da chegada dos primeiros colonizadores a Garopaba é analisada na obra de Vilson Francisco de Farias (2000), em outro espaço de tempo. O autor diz que os açorianos desembarcaram em Garopaba enviados pelo Império Português, procedentes, em sua maioria, da Ilha Terceira, localizada no Arquipélago dos Açores. “As primeiras informações sobre a presença de população fixa [em Garopaba] de origem europeia é do final do século XVIII, resultante dos registros eclesiásticos que indica já residirem em Garopaba diversas famílias de origem açoriana” <sup>3</sup>.

Uma das informações encontradas em ambas as obras, são os registros da presença das populações de origem africana na história da cidade Garopaba, já que aparecem juntamente com os primeiros portugueses que aqui chegaram. Os africanos e afro-descendentes eram então a mão-de-obra responsável pelas atividades da armação baleeira e demais atividades realizadas em Garopaba. Assim, as populações de origem africana, embora por vezes invisibilizadas no caminhar da historiografia sobre a cidade de Garopaba, representavam uma parcela bastante significativa dos habitantes do lugar. De acordo com Carvalho:

Em Garopaba, no século XIX, a presença escrava constituía quase 20% da população total, sem contar os inúmeros africanos e afro-descendentes libertos. Segundo dados de Léonce Aubé (1861, *apud* PIAZZA, 1975), em 1856, a freguesia apresentava população distribuída em 2.254 homens livres e 398 escravos <sup>4</sup>.

Essa tendência a invisibilizar a presença dos africanos na história foi recorrente, no entanto, a situação tem mudado nos últimos anos e a temática vem sendo contemplada em diversas pesquisas. Por muito tempo a historiografia catarinense não permitiu que as populações africanas ocupassem lugar significativo na história do Estado, todavia, essa presença foi bastante representativa. Segundo Fernando Henrique Cardoso, “a população da província de Santa Catarina em 1866 possuía, segundo a condição jurídica, 104.459 pessoas livres e 14.722 escravos (cativos)” <sup>5</sup>. Com isso, pode-se constatar que a presença de africanos e afro-descendentes no estado era considerável.

Outra constatação substancial pertinente à presença de africanos e afro-descendentes no estado e, principalmente, no litoral catarinense se encontra na obra de Fernando Henrique Cardoso e Octavio H. Ianni, 1960. Os autores enfatizam que: “a maior concentração destas



populações se dava no litoral, principalmente na Ilha de Santa Catarina”<sup>6</sup>. As informações em foco apontam que a presença africana no estado e no litoral foi expressiva e necessária para a construção das estruturas urbanas e rurais de Santa Catarina. Mas não podemos ignorar que a maior parte das bibliografias referentes à colonização e formação do estado de Santa Catarina foi delineada a partir de um olhar ‘europeizado’, desconsiderando a presença marcante dos africanos e afro-brasileiros nesse território. Segundo Paulino Francisco de Jesus Cardoso:

Bem como, a proposta de um diálogo com certas vertentes da História Social em Santa Catarina, buscando apreender as opções teóricas e metodológicas que até o presente sustentam uma interpretação da sociedade Florianopolitana e catarinense, que minimiza a importância da escravidão africana, coisifica cativos e libertos, e tem contribuído para a invisibilidade das experiências africanas<sup>7</sup>.

Na perspectiva de superar as possíveis amarras do ‘esquecimento’ historiográfico, buscamos conhecer as contribuições dos povos africanos em Santa Catarina e, mais especificamente, em Garopaba. Para tal conhecimento utilizam-se os testemunhos e as narrativas dos moradores da cidade, ou seja, faz-se um trabalho pautado na história oral. Tais fontes indicam que foi significativa a participação dos africanos e afro-descendentes na construção da cidade de Garopaba.

Através dos depoimentos verificou-se que no município de Garopaba existiu e existe a presença negra, sendo viva nas memórias dos depoentes a participação e contribuição dos africanos e afro-brasileiros não somente no âmbito econômico, como mão-de-obra, mas também nos âmbitos social, cultural e político.

Em Garopaba, muitos dos afro-brasileiros, após conquistarem a liberdade, se tornaram proprietários de seus negócios. No âmbito político, destacamos a contribuição de dois vereadores afro-brasileiros. O Senhor Sebastião Messias de Souza, eleito em 31/01/1973, morador da chamada Cancha, hoje Avenida dos Pescadores, e o Senhor Maurílio Machado, eleito em 1996, morador da Comunidade Quilombola do Morro do Fortunato, eleitos não somente pelos votos dos cidadãos afro-brasileiros, mas da comunidade garopabense de modo geral. Segundo o Senhor Maurílio Machado, “nossa comunidade trabalhou muito para me eleger, mas eu tive voto em quase todas as urnas do município, votos de muitos brancos que acreditavam e acreditam em mim”<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Entrevista realizada na residência do Senhor Maurílio Machado, residente na Comunidade do Morro do Fortunato - Garopaba - SC, 10/05/2013.

Apesar das referências bibliográficas que contemplam a cidade de Garopaba não terem dado visibilidade à população africana presente no município, fica evidente que os afro-brasileiros marcaram esta história, não só com a mão-de-obra, como é costumeiro referendarem, mas, principalmente, com trabalho, luta, persistência e participação no crescimento local. Percebe-se que os afro-brasileiros de Garopaba estão dentro do processo de transformação da vila de pescadores em cidade turística e que esta participação não foi subalterna, ao contrário, conseguiu obter espaço, conquistando lugar de destaque na política, sem dúvida uma conquista bastante emblemática no modelo social ao qual pertencem.

Na perspectiva de localizar geograficamente a presença africana em Garopaba, apresentamos os primeiros núcleos residenciais do município. O que hoje é o Centro Histórico era conhecido como ‘Vila’ ou ‘Freguesia’ - local onde moravam as pessoas com maior posse, em sua maioria ‘brancos’. A orla marítima era conhecida como Cancha – um pequeno vilarejo de africanos/afro-brasileiros e brancos que viviam da pesca. Este vilarejo constituiu-se sobre terras pouco valorizadas, dunas e encostas de praia castigadas por ressacas e fortes ventos – a famosa ‘nortada’ que cobria tudo de areia nos meses de agosto e setembro. Por serem terras devolutas, essas populações, desprovidas de recursos, podiam construir seus casebres e viver dos recursos marítimos. Atualmente, a Cancha é denominada Avenida dos Pescadores e possui o metro quadrado mais valorizado do município.

No sentido Sul, encontra-se as localidades de Prainha, Silveira, Capão, Palhocinha, Encantada, Ressacada, Campo D’Una e Grama. Dentre estas localidades, depoimentos indicam a presença de escravos em duas delas: no Morro da Encantada e na Grama, mais especificamente na Praia do Ouvidor. A Senhora Santina da Silveira Teixeira (83) anos, nos informou que:

Meu pai Agripino da Silveira nascido em 1888, ano da abolição da escravatura, dizia que meu avô Manoel José da Silveira nascido em 1862, contava para ele, que conheceu e frequentava os engenhos desses homens brancos e ricos. Na Encantada tinha o engenho do seu Luiz Pereira, que tinha em sua propriedade 18 escravos. E no Ouvidor tinha o seu Manoel Pires, que tinha 25 escravos<sup>4</sup>.

A Senhora Santina, nesta mesma entrevista, relacionou o nome da referida Praia – Ouvidor, a presença de escravos na região Sul de Garopaba. Vejamos, de acordo com a entrevistada, a que se deve tal nomenclatura:

---

<sup>4</sup> Entrevista realizada na residência da Senhora Santina da Silveira Teixeira, residente na Comunidade do Campo D’ Una - Garopaba - SC, 17/05/2013.

Seu Manoel Pires dono dos 25 escravos, morador e dono de uma propriedade com um engenho no Ouvidor, plantou um tronco de madeira bem grande no alto do morro na praia e colocou um sino com um badalo. Esse sino era para chamar os negros que estavam trabalhando no Morro da Encantada na plantação da mamona, que era para produção de óleo para iluminação da sua casa. Na hora da janta como era chamado naquele tempo, hoje é almoço, o velho Manoel Pires mandava bater o ouvidor [sino] para chamar os negros para a janta<sup>5</sup>.

Então, o nome Praia do Ouvidor tem ‘origem’ no sino tocado para chamar os escravos, ou seja, o ‘ouvidor’ era o meio de comunicação entre a ‘Casa Grande’ e os escravos dispersos nas plantações mais distantes. Dona Santana, como é conhecida a Senhora Santina da Silveira Teixeira, destacou que conhece tais questões por ter crescido numa época em que havia tempo para conversar, pois eram longas as jornadas nas roças e nos montes de mandioca a serem raspadas para produzir a farinha. “Me criei na roça, colhendo lavouras e raspando mandioca com meus pais, e nos montes de mandiocas, meu pai contava para nós essas histórias. Segundo meu pai, o meu avô contava que muitas vezes ouviu o sino bater e foi nesse engenho”<sup>6</sup>.

Interessante destacar que esta é uma versão que podemos chamar de inédita (em termos historiográficos) no que se refere ao nome Praia do Ouvidor, já que até então a versão recorrente e oficial é a dada por Manuel Valentim (2007), que relaciona ouvidor a uma pedra em formato de ouvido existente no costão da praia e faz especulações que ligam o nome ao cargo de um ouvidor.

Alguns moradores da localidade dizem ser devido a uma pedra em forma de orelha, ouvido, existente no costão. Em minha concepção este nome teria sido dado em homenagem a um ouvidor, autoridade ouvinte no tempo das demarcações de terras. Os donatários entregavam aos cuidados de um juiz, ouvidor<sup>8</sup>.

Ainda referendando as localidades do Sul do Município de Garopaba, não podemos deixar de destacar a Comunidade Quilombola Aldeia, que faz parte da localidade do Campo D’Una e hoje, como prefere um de seus moradores e líderes – Manoel dos Passos Matias Pereira, é denominada Quilombo Aldeia. Para ele: “Chamar de Quilombo Aldeia fortalece a ideia de grupo, dá mais visibilidade, é um nome mais forte”<sup>7</sup>.

Percorrendo as localidades do Sul do município de Garopaba, ressaltamos a importância que os africanos e seus descendentes tiveram na constituição das mesmas,

---

<sup>5</sup> Idem

<sup>6</sup>Entrevista realizada na residência da Senhora Santina da Silveira Teixeira, residente na Comunidade do Campo D’Una - Garopaba - SC, 17/05/2013.

<sup>7</sup> Conversa informal com Manoel Matias Pereira na EEB Maria Correa Saad – Campo D’Una, Garopaba/SC, em 15/07/2013.

tornando-se donos de propriedades e participando do desenvolvimento político-econômico e social.

Percebe-se, assim, que a presença africana aconteceu em todas as direções do município de Garopaba, não somente nas duas comunidades reconhecidas, atualmente, como quilombolas: Aldeia e Morro do Fortunato. É pertinente destacar que através de laços matrimoniais, compras de terras, terras devolutas, dentre outras situações, as famílias foram se deslocando e formando suas propriedades.

Continuando nosso estudo, agora indo ao Norte do município: Macacú, Siriú e Gamboa. Encontramos outro reduto de africanos ou afro-brasileiros, o Morro do Fortunato, que antigamente pertencia à localidade do Macacú e atualmente é chamado de Comunidade de Remanescente de Quilombo do Morro do Fortunato. De acordo com o morador do Morro do Fortunato, Maurílio Machado, 55 anos, o grupo se constitui da seguinte forma: “a origem da nossa comunidade é do tronco mais velho, foi o Fortunato Machado, fundador do grupo, que veio morar aqui com sua mãe Joana e deu um homem muito bom e trabalhador”<sup>8</sup>. Homem reconhecido por todos como desbravador, capaz de transformar as matas do alto do morro em rentáveis plantações de café.

Os moradores do Morro do Fortunato falam com alegria da trajetória do fundador do grupo, têm orgulho de descenderem de um homem que chegou naquele lugar ainda criança, onde só havia mato, e tornou-se o homem mais rico das redondezas. “Aqui no Morro todos dizem que o Fortunato Machado, ‘o Velho’, era o rei do café”<sup>9</sup>. Os membros da Comunidade do Morro do Fortunato não são os únicos a apontarem o ‘Velho’ Fortunato Machado como ‘rei do café’, ou como um homem rico. O Senhor Laudelino Antônio Teixeira comentou que: “O Fortunato Machado do Morro do Fortunato, no tempo do café, foi um dos homens mais ricos que tinha, muitos comerciantes de Garopaba iam pedir dinheiro emprestado pra ele. Ele tinha mais de três mil pés de cafés plantados no Morro”<sup>10</sup>.

Outra pessoa que nos falou sobre a ‘riqueza’ de Fortunato Machado foi o pescador Maurício dos Passos, 60 anos, residente no Centro de Garopaba. Nosso contato com ele deu-se da seguinte forma: certo dia observamos, em frente a uma agência bancária do Centro da cidade, um senhor afro-brasileiro, com alguns livros nas mãos. Este, ao perceber que estava sendo observado falou: “Chegue até aqui, conheça os livros que vendo, são de autoria minha.

---

<sup>8</sup> Entrevista realizada na residência do Senhor Maurílio Machado, à Rua Geral do Morro do Fortunato, Macacú, Garopaba/SC, em 16/02/2013.

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> Entrevista realizada na residência do Senhor Laudelino Antônio Teixeira, à Rua Geral do Ouvidor, Limpa, Garopaba/SC, em 24/08/2012.

Sou analfabeto, mas Deus me deu o dom de fazer versos sobre tudo o que se passa em Garopaba: economia, política, colonização, entre outras coisas que você pode ler aí. Já concorri até em concurso de versos”.<sup>11</sup>

Neste contato inicial, o Senhor Maurício dos Passos falou sobre muitas coisas, demonstrando seu potencial como fonte para esta pesquisa. Porém, sem o gravador em mãos não seria possível registrar tudo o que tinha pra dizer. Resolvemos marcar um momento pra uma entrevista, pois ele também se mostrou muito interessado na temática em questão – os quilombolas, aos quais chamou de “minha família, a do Fortunato”. Ou seja, estabeleceu-se entre nós a relação apontada por Ecléa Bosi (2004):

Entre o ouvinte e o narrador nasce uma relação baseada no interesse comum em conservar o narrado que deve poder ser reproduzido. A memória é a faculdade épica por excelência. Não se pode perder no deserto dos tempos, uma só gota da água irisada que, nômades, passamos do côncavo de uma para outra mão.<sup>9</sup>

No dia 14 de maio de 2013, na Praça da Igreja de Garopaba, como combinado, estava o Senhor Maurício dos Passos com seus livros na mão e com um belo sorriso no rosto. A entrevista iniciou-se às avessas, com o entrevistado fazendo a primeira pergunta: “Você já sabe quem foi o Fortunato Machado?”, sendo que ele mesmo respondeu:

Se ninguém te disse eu vou te dizer, pode confiar em mim. Sou filho de Apolônio dos Passos que morava no Siriú e de Joana Machado que era do Morro do Fortunato – Macacú. Joana era neta do Velho Fortunato Machado, filha do Inácio Machado. O Velho Fortunato Machado, fundador da comunidade dos pretos lá do Fortunato, era rico com o plantio do café, o plantio do café fez ele rico. Então o pessoal de Garopaba que podiam que tinham posses, como Tobias Lino, que o filho dele foi intendente de Garopaba, que quer dizer delegado de município ia pedir dinheiro para o Fortunato e muita gente que ainda hoje seus filhos e netos são conhecidos em Garopaba e têm comércio, também iam pedir dinheiro emprestado. Naquela época quem emprestava dinheiro para eles era o Fortunato Machado. Ele pagava gente de Garopaba para colher o café lá no Morro, os brancos. Isso era raro, mas era o homem negro que emprestava dinheiro para o homem branco<sup>12</sup>.

Constatamos através de diferentes narrativas que Fortunato Machado foi um homem rico, no entanto, sentimos falta de tal referência na historiografia pertinente a Garopaba. Nenhuma das referências bibliográficas existentes sobre Garopaba menciona a importância social de um homem afro-brasileiro, que iniciou sua vida embrenhada no mato e conseguiu destacar-se tanto no seu grupo quanto nos arredores do município e na ‘Vila’ de Garopaba. Tal invisibilidade é discutida por José D’Assunção Barros, quando diz ser esta uma

---

<sup>11</sup>Entrevista realizada na Praça Governador Ivo Silveira, com o Senhor Maurício dos Passos, morador do Centro de Garopaba, em 14/05/2013.

<sup>12</sup>Idem.

“Tentativa de vedar a um homem de ‘cor negra’ o acesso ao estabelecimento [o que] não se dirige na verdade contra um indivíduo, mas sim contra todo um grupo humano que para muitos pode ser definível como ‘raça negra’”<sup>10</sup>.

Nesse sentido, as lembranças e narrativas do Senhor Maurício dos Passos, bem como as dos demais entrevistados, nos ajudaram a desvelar a história ‘oficial’ de Garopaba, que pouco tinha oportunizado a população garopabense conhecer uma história ‘vista de baixo’, que contemple as diferentes vozes dos moradores locais.

### 3. Considerações Finais

Evidentemente, pelo curto período dedicado à pesquisa, não foi possível inventariar toda participação dos afro-brasileiros na dinâmica sócio histórica de Garopaba, pois tal empreitada exigiria um tempo mais extenso e um estudo mais profundo, principalmente em relação à pesquisa documental (certidões de diferentes naturezas, documentos de terra, de compra e venda de escravos, do comércio naval com Florianópolis, dentre outros), enfim, uma gama de documentos que o exíguo tempo em questão não permitiu que fossem interrogados e analisados adequadamente.

Por ora, ressaltamos a presença dos afro-brasileiros na constituição histórica do município de Garopaba através de falas diferenciadas, dando voz a sujeitos sociais comuns, que falam de suas vidas e se reportam ao que sua memória permite guardar. Neste emaranhado de falas os afro-brasileiros são visibilizados e reconhecidos como fundamental no desenvolvimento do município, indo de norte a sul e destacando-se nas diferentes esferas que dão vida ao ambiente citadino e suas transformações.

Nesta construção historiográfica as fontes orais foram determinantes, apontando para outras possibilidades na constituição sócio histórica de Garopaba. Tal colocação vem ao encontro das reflexões de Lucília de Almeida Neves Delgado, que indica: “A história oral possibilita o afloramento de múltiplas versões da história e, portanto, potencializa o registro de diferentes testemunhos sobre o passado, contribuindo para a construção da consciência histórica individual e coletiva”<sup>11</sup>.

### Notas

---

<sup>1</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 16.

<sup>2</sup> BESEN, José Artulino. **1830 - 1980 São Joaquim de Garopaba (Recordações da Freguesia)**. Gráfica e Editora Pe. BERTHIER, 1996, p. 16.

<sup>3</sup> FARIAS, Vilson Francisco de. **Dos Açores ao Brasil meridional uma viagem no tempo: 500 anos litoral catarinense para o ensino fundamental**. 2 ed. Florianópolis: Ed. do Autor, 2000, p. 255.

<sup>4</sup> CARVALHO, Francine Adelino. **Entre cores e memórias: escolarização da Comunidade Remanescente do Quilombo Aldeia de Garopaba/ SC (1963-1980)**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Mestrado em Educação, Florianópolis, 2011, p. 32.

<sup>5</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. **Negros em Florianópolis: Relações sociais e econômicas**. Florianópolis: Editora Insular, 2000 p. 107.

<sup>6</sup> CARDOSO, Fernando H; IANNI, Octavio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis**. São Paulo, 1960, p. 30.

<sup>7</sup> CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Negros em Desterro: experiências das populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX**. Itajaí: Casa Aberta, 2008, p. 21.

<sup>8</sup> VALENTIM, Manoel. **História de Garopaba da armação baleeira a comarca**. Garopaba, SC: Gráfica Garopaba, 2007, p. 198.

<sup>9</sup> BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 11 ed. Companhia das Letras: São Paulo, 2004 p. 85.

<sup>10</sup> BARROS, José D' Assunção. **A construção social da cor: diferenças e desigualdade na formação da sociedade brasileira**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 9.

<sup>11</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 52.

## O TRABALHO E O TRABALHADOR NO ESTADO NOVO DE VARGAS

Mayra Coan Lago\*

**Resumo:** Este estudo pretende analisar uma das dimensões do regime Vargas: a do trabalho e do trabalhador, particularmente no Estado Novo. Consideraremos a dupla dimensão, simbólica e material, para a produção e reprodução das imagens e dos imaginários coletivos sobre os supostos “elos” entre os trabalhadores e Getúlio Vargas e de “pai dos pobres”. Para lograr o objetivo este estudo terá dois momentos: o da análise dos discursos políticos dos Primeiros de maio e o da legislação trabalhista promulgada.

**Palavras-chave:** trabalho; trabalhador; Getúlio Vargas.

**Abstract:** This study aims to examine one dimension of the Vargas regime: the work and workers, particularly in the Estado Novo. Consider the double dimension, symbolic and material, for the production and reproduction of images and collective imaginary about the supposed "links" between workers and Getúlio Vargas and "pai dos pobres". To achieve this objective the study will have two phases: the analysis of political speeches of the First of May and the labor legislation enacted.

**Key-words:** work; worker; Getúlio Vargas.

### Introdução

No dia 10 de novembro de 1937, sob pretexto da “descoberta” do *Plano Cohen*, Getúlio Vargas (re) iniciava o governo que perduraria por quase uma década. O governante, em cena política nacional desde a chamada “Revolução de 1930”, expunha os problemas brasileiros que o “forçariam” a (re) tomar o poder em 1937, pelo “bem” da nação e “sobrevivência” do Brasil.

O “projeto político” de Vargas, anunciado no golpe de 1937, tinha como principal objetivo a reconstrução do Brasil, via um “novo” modelo de Estado e Estadista, nos âmbitos político, econômico, social e cultural. Inseridos e destacados neste projeto do Estado Novo estariam o trabalho e o trabalhador. Quais imagens e imaginários coletivos sobre o trabalho e o trabalhador foram produzidos e reproduzidos por Vargas neste período? Como estes imaginários coletivos foram produzidos? De que maneira Vargas se utilizaria das imagens do trabalho e do trabalhador para produzir a ideia de elo entre ele e os trabalhadores, tal como a imagem de “pai dos pobres”? Se tratou de uma invenção ou (re) invenção de imaginários coletivos sobre o trabalho e o trabalhador? Qual o papel da legislação social promulgada nestes processos?

Eis algumas das perguntas que norteiam este estudo inicial que tem como objetivo apresentar o “mundo do trabalho” no Estado Novo, sobretudo o trabalho e o trabalhador, e

---

\* Mestranda pelo Programa Interunidades em Integração da América Latina (PROLAM/USP). Especialista em Política e Relações Internacionais pela Fundação Escola de Sociologia e Política (FESP-SP). Graduada em Relações Internacionais pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Orientador Julio Manuel Pires. Email: mayracoan@usp.br



analisar a dupla dimensão do “pacto político” varguista com os trabalhadores, isto é, a dimensão imaterial ou simbólica e a material produzida, utilizada e difundida pelo governante, sob a ótica do Governo e de Vargas.

Para lograr o objetivo, este trabalho está estruturado em duas partes principais, além desta introdução e das considerações finais: a primeira tem como objetivo apresentar a produção simbólica do Estado Novo no tocante ao trabalho e ao trabalhador, sobretudo a partir dos discursos políticos das festas do Primeiro de Maio entre os anos 1937-1945; e a segunda, complementar à primeira parte, procurará apresentar a legislação social promulgada no período.

Cabe dizer que não consideramos as teorias sobre o populismo, propostas inicialmente por Francisco Weffort (2003), Octávio Ianni (1994) e Gino Germani (1962), como forma de estudo deste tema, sobretudo pelas características gerais das teorias que consideram o trabalhador como massa amorfa, facilmente manipulável e inconsciente politicamente. Deste modo, o trabalho se inspira em autores e trabalhos relativamente recentes como os de Ângela de Castro Gomes (1994), Jorge Ferreira (2001), Maria Helena Rolim Capelato (2009), entre outros, que procuram mostrar as especificidades e particularidades deste período complexo da história política brasileira, dos trabalhadores e do esforço e das estratégias utilizadas pelo Estado Novo para a produção e reprodução do suposto elo entre Vargas e os trabalhadores, da imagem de “pai dos pobres” e da “doação” da legislação trabalhista, para além de algo “natural” e facilmente construído.

## **1. Trabalhadores do Brasil**

O vocativo “trabalhadores do Brasil” é significativo para pensar o público fundamental o qual os discursos políticos de Vargas eram dirigidos, isto é, os trabalhadores. O mesmo foi utilizado pela primeira vez no dia Primeiro de maio de 1938, ainda que naquele momento a data não se caracterizasse pelos grandes espetáculos de poder tal como os anos subsequentes.

Com relação aos espetáculos de poder, notemos que o calendário festivo estabelecido pelo Estado Novo tinha, entre os objetivos, produzir e reproduzir imagens de legitimidade, coesão e apoio dos brasileiros ao “grande líder” da nação e a obra de reconstrução que estava sendo realizada, em que se reafirmava a distinção entre o “velho” e o “novo” Brasil. Entre os espetáculos de poder, destacamos o Primeiro de maio por considerarmos a data emblemática não apenas para a posição que Vargas desejava ocupar, para os trabalhadores mas, sobretudo,

para a difusão e repetição do “projeto político” maior de Vargas e dos elementos que o compunham.

O Primeiro de maio, de expressiva significação para o proletariado mundial, foi apropriado e reformulado pelo governo de Vargas, constituindo-se em um momento de esforço pedagógico e de legitimação a partir do destaque à figura do trabalhador. Ainda que seu significado e formas comemorativas tenham sido reconfiguradas, acreditamos que o Estado Novo manteve, mesmo que ressignificada, parte dos traços rituais anteriores, permitindo o reconhecimento e sua identificação pelos trabalhadores que compareciam às festividades, fosse espontaneamente ou não.



Figura 1: Vargas desfilando em carro aberto na concentração trabalhista de 1º de maio, no estádio municipal do Pacaembu, 1944. São Paulo (CPDOC/ AMF foto 008/7).

Estes espetáculos de poder foram fundamentais para a produção de imaginários coletivos sobre o trabalho e o trabalhador, tal como para a projeção de imagens dos elos entre os trabalhadores e os governantes, a começar pelo cartaz produzido na época:



Figura 2: Cartaz produzidos pelo DIP em 1943, anunciando a concentração trabalhista. Fonte: CPDOC/FGV.

O cartaz do Primeiro de Maio de 1943 revela alguns aspectos importantes e notórios do Estado Novo, no tocante ao trabalho e ao trabalhador. O primeiro deles é relacionado à industrialização e modernização do Brasil, que pode ser notado pelos símbolos representados no cartaz, tal como pelas ferramentas dos trabalhadores, indicando o tipo de trabalho e as aspirações para o Brasil. O segundo é a forma como Vargas foi apresentado e representado, em uma posição acima dos trabalhadores, como se estivesse observando-os e até

“abençoando-os”. Esta imagem foi reafirmada com as palavras de exaltação à Vargas, indicando também que a festa do trabalhador e todos os benefícios “concedidos” deveriam ser relacionados ao “grande responsável”, incluindo os sentimentos de gratidão e retribuição dos trabalhadores à Getúlio Vargas.

Segundo Capelato (2009), no Estado Novo, a dimensão privada e pública do homem era definida pela relação trabalhador/cidadão, isto é, membro socialmente útil do Estado. O trabalho, antes forma de escravidão, passara a ser visto como forma de emancipação da personalidade, que valorizava o homem e tornava-o digno de respeito e de proteção da sociedade. Estes aspectos foram frequentemente mencionados nos discursos políticos de Primeiro de maio, como podemos notar no de 1938:

O trabalho é o maior fator da elevação da dignidade humana! Ninguém pode viver sem trabalhar; e o operário não pode viver ganhando, apenas, o indispensável para não morrer de fome! O trabalho justamente remunerado eleva-o na dignidade social (VARGAS, 2011, p. 204).

Ademais, o operário deveria ser melhor remunerado para não apenas elevar seu padrão de vida mas também aumentar o consumo e melhorar as condições do mercado interno. Neste sentido, não foi por acaso que o imaginário coletivo da malandragem cantada nos sambas, sobretudo cariocas, passaria a ser combatido com a produção de imagens negativas, pelos órgãos do Governo, com relação ao malandro, evocando à necessidade e importância do trabalho, seja pelos benefícios já mencionados no âmbito individual como no coletivo, para a reconstrução do Brasil moderno, industrializado e engrandecido. Como mencionado no discurso de 1940: “ (...) *o trabalho bem feito é uma alta forma de patriotismo, como a ociosidade uma atitude nociva e reprovável*” (VARGAS, 2011, p. 291).

Estas imagens seriam combinadas com a tônica da cidadania, contrapondo o “velho” trabalhador, sem direitos, com o “novo” trabalhador, com direitos sociais. Deste modo, o “cidadão” não se definiria mais pela posse dos direitos civis e políticos, mas pela posse de direitos sociais, sendo que a realização plena da cidadania adviria da promoção da justiça social (GOMES, 2002). O “bom” brasileiro era o trabalhador, que respeitava a ordem e trabalhava pela grandeza do Brasil. O brasileiro ordeiro e trabalhador tinha direitos recorrentes dos deveres individuais e coletivos, representados pela legislação social, a qual será mencionada na segunda parte deste trabalho. Novamente, no discurso de 1940, Vargas ressalta a importância e o significado do momento que, com a concessão da legislação social, asseguraria a justiça social, não necessitando da desordem:

Só o trabalho fecundo, dentro da ordem legal que assegura a todos- patrões e operários, chefes de indústrias e proletários, lavradores, artesãos, intelectuais- um regime de justiça e de paz, poderá fazer a felicidade da Pátria Brasileira (VARGAS, 2001, p. 295).

Este trecho revela a produção de outro imaginário coletivo importante: o de Vargas e seu Governo serem os conciliadores entre o capital e o trabalho, isto é, àquele que proporcionaria a colaboração entre as classes em razão de um objetivo maior para a nação e para o Brasil. Segundo Vargas, esta “conciliação” de classes podia ser notada a partir da legislação social do período, como afirmou em 1941:

Norteados por eles foi que o Governo conseguiu reformar a estrutura social do país, promovendo a solidariedade das classes pela colaboração geral nas tarefas do bem comum, abolidos os privilégios do passado, dignificadas todas as categorias de trabalho e esforço honesto para viver e prosperar (...) A prova mais eloquente dessa colaboração tivemos-la no grande banquete trabalhista do aniversário do Estado Novo, no qual operários e patrões confraternizaram, compreendendo que o trabalho também é capital e os bens acumulados pouco valem se os seus benefícios não se estenderem à coletividade (VARGAS, 2011, p. 260).

A partir de 1942, sobretudo com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, o trabalhador deveria colaborar na “batalha de produção”, produzir era a palavra de ordem enquanto a ociosidade e desocupação eram consideradas “crimes” contra o interesse coletivo. Também é a partir deste período que Gomes (1994) considerou a invenção do trabalhismo, como cultura política brasileira, compreendido como um conjunto de ideias, valores, rituais e vocabulário. Nesta invenção, não apenas Vargas teve papel importante mas também o então Ministro do Trabalho Alexandre Marcondes Filho, a partir do programa diário *Hora do Brasil*.

Cabe dizer que embora grande parte dos estudos sobre o período considerem que apenas os trabalhadores urbanos foram contemplados nestes discursos políticos, este estudo compartilha da relativização destas afirmações, sustentadas sobretudo por Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva (1999), Marcus Dezemone (2008), Vanderlei Vazelesk Ribeiro (2001), entre outros.

De acordo com Dezemone (2008), a menção aos trabalhadores rurais decorre, em grande medida, de dois aspectos mais amplos, sendo que o primeiro pode ser compreendido em uma dimensão mais simbólica ou imaterial e o segundo em uma dimensão mais prática ou material: o primeiro abarca os esforços da intelectualidade brasileira, sobretudo a partir do movimento modernista, de estudar as origens e os rumos da nação, tal como a “brasilidade”, isto é, o brasileiro “genuíno”. Neste sentido, reconhecendo o peso do passado colonial e do mundo rural foi preciso estudar e ressignificar o papel e o lugar do trabalhador rural, mesmo porque grande parte da população brasileira não vivia no mundo urbano.

O segundo aspecto abarca a preocupação do contexto da década de 1930, marcado por expansionismos territoriais de potências industriais como o Japão diante da China em 1931, o ataque italiano a Etiópia em 1935 e, posteriormente, a partir de 1938, o avanço da Alemanha

nazista na Europa. Segundo Dezemone (2008), a ocupação do território nacional, com amplas parcelas desabitadas e sem integração, denominadas “espaços vazios”- como o caso da fronteira Oeste brasileira, em que estavam Goiás, Mato Grosso, Guaporé/Rondônia-além das comunidades de imigrantes, cuja origem remontava a países expansionistas, tornou-se um tema sensível ao governo. A preocupação pode ser notada a partir do discurso político de 1941:

Não é possível mantermos anomalia tão perigosa como a de existirem camponeses sem gleba própria, num país onde os vales férteis, como a Amazônia, permanecem incultos e despovoados de rebanhos extensas pastagens, como as de Goiás e Mato Grosso. É necessário a riqueza pública que o nível de prosperidade da população rural aumente, para absorver a crescente produção industrial; é imprescindível elevar a capacidade aquisitiva de todos os brasileiros- o que só pode ser feito aumentando-se o rendimento do trabalho agrícola (VARGAS, 2011, p. 262).

Combinado com o receio dos “espaços vazios” tinha-se o receio do êxodo dos camponeses para a cidade, o que acarretaria o superpovoamento das cidades e o desequilíbrio com consequências imprevisíveis, como mencionado no mesmo discurso político:

Os benefícios que conquistastes devem ser ampliados aos operários rurais, aos que, insulados nos sertões, vivem distantes das vantagens da civilização. Mesmo porque, se não o fizermos corremos o risco de assistir ao êxodo dos campos e superpovoamento das cidades – desequilíbrio de consequências imprevisíveis, capaz de enfraquecer ou anular os efeitos da campanha de valorização integral do homem brasileiro, para dotá-lo de vigor econômico, saúde física e energia produtiva (VARGAS, 2011, p.264).

Ademais da necessária “transformação” do homem rural, tal como o urbano, em disciplinado, educado, organizado, cidadão, era preciso torná-lo consumidor também. Tal interesse pode ser notado no discurso da Marcha para Oeste, em que Vargas deixava claro tanto seu temor do êxodo rural como o desejo de que a região se tornasse produtora de alimentos e consumidora dos produtos industriais, como na Campanha da Borracha, onde milhares de nordestinos deixavam as terras secas pela Amazônia, esperando um apoio governamental, que afinal não chegaria (RIBEIRO, 2001).

Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, os trabalhadores rurais também são convocados para a “batalha da produção”. Deste modo, se os trabalhadores rurais estão no mesmo “patamar” que os urbanos, eles também deveriam receber as benesses do Governo, como podemos notar no discurso político de 1944:

Concluídos esses aperfeiçoamentos no sistema de auxílio e estímulo ao operário industrial, o Estado atacará com idêntico empenho outro aspecto relevante do problema da produção. Estão adiantados os estudos para a promulgação de uma lei definidora dos direitos e deveres dos trabalhadores rurais. A quinta parte da nossa população total trabalha e vive na lavoura e não é possível permitir, por mais tempo, a situação de insegurança existente para assalariados e empregadores. Torna-se inadiável estabelecer com clareza e força da lei as obrigações de cada um, o que virá certamente incrementar as atividades agrárias, vinculando o trabalhador ao solo e evitando a fuga do campo para a cidade, tão perniciosa à expansão da riqueza nacional (VARGAS, 2011, p.482).

Afirmar que os trabalhadores rurais também foram considerados não significa que tenham sido na mesma medida e intensidade que os urbanos ou com os mesmos benefícios. Significa dizer que os mesmos existiram nos discursos políticos de Vargas e, ainda que por outras razões, também foram preocupação deste momento.

## **2. Legislação trabalhista**

Segundo o imaginário político produzido, o caráter “humanitário” do Estado Novo proporcionaria o conjunto de leis que estariam agrupadas, em pelo menos, dois grupos com funções complementares: o de proteção ao trabalhador, cuja legislação trabalhista e previdenciária estavam, de caráter individual; e o de organização do trabalhador, cuja legislação sindical foi a tônica, de caráter coletivo e institucional.

De acordo com Gomes (2002), a maior parte da legislação trabalhista, previdenciária e sindical foi criada antes do Estado Novo como, por exemplo, o salário mínimo para o comércio, indústria e bancos, que foi aprovado em 1936 e regulamentado dois anos mais tarde. Na década de 1930, sob o Governo “Provisório” e, posteriormente, o “Constitucionalista”, diversos Decretos já tinham sido aprovados.

Entre a legislação trabalhista, ainda antes do Estado Novo, destacamos os seguintes Decretos: Decreto nº 19.808, de 28 de março de 1931, que estabelece novas modalidades para a concessão de férias; Decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932, que instituiu a Carteira profissional; Decreto nº 21.186, de 4 de maio de 1932, referente ao horário de trabalho da indústria; Decreto nº 21.417-A, de 17 de maio de 1932, referente à regulamentação do trabalho da mulher; Decreto nº 22.042, de 3 de novembro de 1932, referente ao trabalho de menores; e o Decreto nº 23.768, de 18 de janeiro de 1934, referente à nova lei de férias do operariado.

No tocante às leis previdenciárias, como benefícios de estabilidade, pensões e aposentadorias, também em momento anterior ao Estado Novo, destacamos: Decreto nº 21.326, de 27 de abril de 1932, que aprova o regulamento para a aquisição ou construção de casas pelas Caixas de Aposentadorias e Pensões; Decreto nº 22.016, de 26 de outubro de 1932, que aprova o regulamento para a execução de socorros médicos e hospitalares das Caixas de Aposentadorias e Pensões; e o Decreto nº 24.637, de 10 de julho de 1934, que estabelecia sob novos moldes as obrigações resultantes dos acidentes do trabalho.

Ademais destes Decretos, também devemos mencionar a criação, ainda que gradativa, dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs). Deste modo, a população previdenciária era

atendida diferencialmente pelos IAPs, consagrando-se uma noção contratual no recebimento dos benefícios compensatórios.

No tocante aos benefícios, precisamos ressaltar e lembrar que os mesmos estavam atrelados à lógica “só quem tem ofício, tem benefício” do Governo, que reforçava a lógica do gozo destes benefícios principalmente pelo trabalhador sindicalizado “oficialmente”. Deste modo, a nova lei de sindicalização de 1939 retomava a de 1931, isto é, instituía a unidade e a tutela sindicais necessárias à construção do Estado corporativo. Ademais, esta lei proibia explicitamente as greves e dava ao Estado o poder de intervir nos assuntos financeiros e administrativos dos sindicatos (GOMES, 2002).

No tocante aos trabalhadores rurais, procurando incorporar o interior, Vargas assinou o Decreto sobre terras públicas em 1932 em que abria as terras públicas do Estado para o assentamento de trabalhadores na qualidade de arrendatários mediante módica contribuição. Segundo Linhares e Silva (1999), tratava-se de promover a colonização interna do país e expandir as fronteiras agrícolas, ambos objetivos amplamente difundidos nos discursos que destacamos.

Na Constituinte de 1934, o anteprojeto governamental voltou a propor direitos trabalhistas como Salário Mínimo, jornada de trabalho limitada e aviso prévio para os trabalhadores rurais. A solução para conciliar a resistência dos proprietários e as propostas governistas seria a extensão dos direitos na Constituição, deixando sua regulamentação para a Lei Ordinária (RIBEIRO, 2001). Assim, a Constituição de 1934 garantiu o direito à sindicalização rural, inclusive com direito a representantes classistas nos parlamentos. Além destes, devemos mencionar os Decretos: nº 7.038, de 10 de novembro de 1944, de extensão de sindicalização ao campo; e o de nº 7.916 de 30 de agosto de 1945, proposta de distribuição de terras.

Ainda que estas medidas legislativas sociais, em sua grande maioria, tivessem sido criadas no momento anterior, é no Estado Novo que elas vão ser amplamente utilizadas e difundidas, como “presentes” nas festas dos Primeiros de maio, para promover o imaginário político de “doação” do “pai” que, preocupado com as condições de vida e de trabalho de seus “filhos”, criou mecanismos de garantir os direitos dos trabalhadores. Entre os “presentes” de Vargas destacamos: o salário mínimo, a Justiça do Trabalho e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Notemos que as leis promulgadas refletem os ecos de outras vozes, isto é, refletem as aspirações e demandas dos trabalhadores, exigidas por parte destes trabalhadores desde a Primeira República. Estes “ecos” não foram referenciados pelo governante, de maneira que o

imaginário político produzido sobre Vargas, seja pela propaganda e pelos discursos políticos dos principais membros do Governo, foi o de “doador” da legislação social, que foi concedida por humanidade e piedade da classe trabalhadora que merecia melhores condições de vida e de trabalho.

Deste modo, devemos mencionar algumas marcas do Estado Novo: a) apagamento das histórias de lutas dos trabalhadores urbanos e rurais por melhores condições de vida e de trabalho, tal como a consciência política que existiu entre parte destes trabalhadores, projetando a imagem e o imaginário coletivo de consciência política a partir do Estado Novo, sobretudo graças à Vargas; b) apagamento do início da legislação social produzido na Primeira República, como por exemplo a lei de acidentes do trabalho em 1919, a formação de Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs) em 1923, a criação de um Conselho Nacional do Trabalho em 1923, a lei de férias em 1925 e o Código de Menores em 1926. Neste sentido, o imaginário político produzido na época era o de primeiro Governo e governante a considerar as “questões sociais” não mais como questão de polícia senão como questão política.

Assim, combinando os aspectos imateriais ou simbólicos, produzidos sobretudo pelos discursos políticos, as propagandas e os espetáculos de poder com o auxílio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), com os aspectos materiais, a partir da legislação social promulgada, Vargas produziu e reproduziu amplamente imaginários políticos de “pai” dos pobres, de “humano”, de “sacrificador” do povo e do Brasil.

### **Considerações Finais**

Procuramos apresentar alguns dos imaginários coletivos e políticos produzidos pelo Estado Novo, sobre o trabalho e o trabalhador, a partir dos discursos políticos das festas dos Primeiros de maio e da legislação social promulgada. Como mencionamos, o Estado Novo procurou (re) inventar estes imaginários coletivos, frisando, por um lado, imagens do trabalhador atingidas graças ao Estado Novo como disciplina, organização, educação e cidadão e, por outro lado, imagens do governante como “pai”, doador, humano e amigo. Como “pano de fundo” tinha o trabalho, “dignificador” do cidadão, pertencente de fato ao país, e “garantidor” de direitos e de melhores condições de vida e de trabalho.

Concordamos com Gomes (1994) ao afirmar que os discursos políticos e a legislação social continham “ecos” de outras vozes, isto é, foram compostos pelas demandas e aspirações dos trabalhadores que, desde a Primeira República, exigiam seus direitos. Estas aspirações e demandas foram apropriadas e ressignificadas por Vargas e pelo Estado Novo,



que procurou apagar as histórias de lutas por direitos dos trabalhadores e (re) escrever a história a partir das benesses simbólicas e matérias “concedidas” por ele.

Importante dizer que embora estes imaginários coletivos tenham sido fortemente projetados, reproduzidos e repetidos, não podemos considerar uma recepção única pelos trabalhadores, tal como uma simples manipulação. Estudos já mencionados como os Ferreira (1997), Ribeiro (2001) e Dezemone (2008), a partir da análise das cartas enviadas ao Presidente, demonstram como parte destes trabalhadores se apropriaram dos próprios discursos do Estado Novo para atingir seus interesses. Neste sentido, os discursos e imaginários coletivos propostos foram apropriados e ressignificados pelos próprios trabalhadores e, assim, os estudos sobre o trabalho e os trabalhadores precisam considerar a luta por direitos, a autonomia e heteronomia da classe, o controle e a resistência dos trabalhadores e as suas experiências, a partir das particularidades e especificidades de região e de trabalho.

### **Referências Bibliográficas**

- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- DEZEMONE, Marcus. *Do cativo à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos (1872-1987)*. Niterói, PPGH-UFF. Tese de doutorado, 2008.
- FERREIRA, Jorge Luiz. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- \_\_\_\_\_. (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GERMANI, Gino. *Política y sociedad en una época de transición. De la sociedade tradicional a la sociedad de masas*. Paidós: Buenos Aires, 1962.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1994.
- LINHARES, Maria Yedda e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *Terra Prometida*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. *Um novo olhar para a Roça: a questão agrária no Estado Novo*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2001.
- VARGAS, Getúlio Dornelles. *Getúlio Vargas*. Maria Celina D´Araújo (org). Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.
- WEFFORT, Francisco C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

## ASSUNTOS COLONIAIS: AS POLÍTICAS DE ADMINISTRAÇÃO DO TRABALHO LIVRE NA ÁFRICA PORTUGUESA.

Maysa Espíndola Souza \*

**Resumo:** Este artigo discute as propostas de liberdade elaboradas pelo poder legislativo português para os indígenas africanos entre 1878 e 1930. A produção de imensa quantidade de normas buscou reorganizar a administração do império, evitar problemas diplomáticos com os signatários dos acordos de repressão ao trabalho escravo/compulsório. O artigo explora as complexidades e ambiguidades das políticas de emancipação que articulavam a liberdade dos indígenas africanos às mais diversas formas de exploração do trabalho sem que implicasse na dissolução dos laços coloniais.

**Palavras-chave:** Emancipação; Direito; Colonialismo.

**Abstract:** This article discusses the proposed freedom developed by the Portuguese legislative power for indigenous Africans between 1878 and 1930. The immense production of rules sought to reorganize the imperial administration and avoid diplomatic problems with signatories from the repressive slave labor/compulsory labor agreements. The article explores the complexities and ambiguities of emancipation politics that articulated the freedom of indigenous Africans to various forms of labor exploitation without the implication and dissolution of colonial ties.

**Key-words:** Emancipation; Law; Colonialism.

O chamado Terceiro Império Português (de 1822 à 1975)<sup>1</sup> produziu grande quantidade de normas regulamentando o trabalho dos africanos no Ultramar. Tamanho esforço cumpria ao menos duas finalidades, organizar a administração do império ultramarino, evitar constrangimentos públicos e problemas diplomáticos com os signatários dos acordos internacionais de repressão ao trabalho escravo e compulsório.<sup>2</sup> O presente artigo analisa as concepções de trabalho livre pensadas para os africanos na legislação portuguesa. As principais fontes são leis, decretos, projetos de lei, carteiras de trabalho e doutrinas. O período enfocado é o de 1878 a 1930, da abolição da escravatura nas possessões portuguesas, à promulgação do Ato Colonial. A periodização inicia na década de 1870 porque datam desta época as principais sistematizações sobre o assunto e se finda com a promulgação do Ato Colonial, legislação especial responsável por promover inúmeras reformas na política colonial relativa ao trabalho dos africanos.

À época das discussões sobre a abolição da escravidão no Império Português, muito foi produzido sobre os possíveis destinos dos africanos no contexto do pós-emancipação. Juristas, rábulas, militares, políticos, jornalistas, administradores, intelectuais e muitos outros,

pareciam preocupados em apresentar saídas para a questão sem que, para a maioria deles, isto implicasse na dissolução dos laços coloniais. Tendo em vista a quantidade de documentos existentes, o material ainda é pouco explorado pela historiografia. Parte da produção historiográfica esteve mais preocupada em procurar expoentes do movimento abolicionista ou pessoas de renome que pudessem representar o *gérmen* da ideia de autodeterminação dos povos aos moldes da tradição positivista de história. A menção a estes documentos é mais comumente encontrada em manuais de direito português, mas, ainda assim, sua exploração é pequena porque a história do direito é, com pontuais exceções, bastante institucional, poucas vezes extrapola-se o âmbito da história das instituições.

Aos 29 dias do mês de abril de 1858, a monarquia constitucional portuguesa sancionou o decreto que pode ser considerado o ápice do processo gradual de extinção da escravidão iniciado na primeira metade do século XIX. O decreto determinava a abolição da escravidão em todos os territórios portugueses para a data de 29 de abril de 1878. Isto era válido a todos os escravos que tivessem sido registrados nos termos de outro decreto promulgado 4 anos antes e que, entre outras medidas, determinava a matrícula obrigatória. Assim, no período de 20 anos que se estenderia até a próxima resolução prevista, os serviços dos agora libertos ficavam, de acordo com o Art. 3º do mesmo decreto, pertencendo “às pessoas de quem eles no mesmo dia [da publicação do decreto] tiverem sido escravos”. E os dois primeiros parágrafos do mesmo artigo ainda especificavam:

§ 1º O direito a estes serviços cessará no dia 29 de abril do anno de 1878, dia em que teria de acabar inteiramente o estado de escravidão, em virtude do decreto de 29 de abril de 1858.

§ 2º No referido dia 29 de abril de 1878 cessará para todos os indivíduos que assim ficam libertos a obrigação que pelo presente decreto lhes é imposta.<sup>3</sup>

Aos ex-escravos foi apresentada a liberdade com o ônus de prestar serviços aos antigos senhores. O decreto é bastante claro e expõe que a possibilidade dos africanos gozarem da plena liberdade não fazia parte da agenda política dos legisladores. Na verdade, como boa parte da produção historiográfica recente tem apontado, “gozar da plena liberdade” teve significados distintos nas diferentes bordas do Atlântico escravista. Além disto, a promulgação deste decreto, simultaneamente respondia aos reclames internacionais de abolição do trabalho escravo e garantia a utilização da mão-de-obra por mais duas décadas. O Decreto de 29 de abril de 1858 foi uma hábil manobra político-legislativa encontrada pelos legisladores portugueses para adiar as discussões em torno do *status* dos trabalhadores de suas possessões ultramarinas.

Em 1875, três anos antes de cessar o prazo estabelecido, Dom Luis, “rei de Portugal e dos Algarves daquém e dalém-mar em África”, e o Ministério dos Negócios da Marinha e do Ultramar se punham novamente a legislar sobre o trabalho dos libertos. O Decreto de 29 de abril de 1875<sup>4</sup> extinguiu a condição servil e colocou todos os libertos sob tutela pública, com exceção dos “que professarem alguma arte ou ofício, que exerçam, e souberem ler e escrever ou que se ocuparem no ensino publico ou particular”. O trabalho dos que não ficassem sob tutela pública deveria ser ajustado com o pagamento de salários após completados os 20 anos. O art. 3º determinava que em “Angola, Moçambique e S. Tomé e Príncipe haverá um magistrado, curador geral, nomeado pelo governo, a cargo do qual em cada uma das províncias ficará o exercício da tutela pública”.

Os demais capítulos deste decreto merecem atenção, cabe lista-los e comentar alguns dos seus artigos. De acordo com capítulo II: “dos contratos para a prestação de trabalho dos indivíduos sujeitos à tutela pública”, aqueles que tivessem ficado sob tutela pública seriam obrigados a contratar seus serviços por dois anos, de forma comprovada perante autoridade pública, e preferencialmente com os antigos patrões sendo que o curador geral poderia interferir sempre que “encontrasse razões pelas quais não os deva consentir”. No capítulo IV constam as disposições sobre a vadiagem e as penas para ela cominadas. Art. 27º os que foram julgados como vadios nos termos do Art. 256 do Código Penal<sup>5</sup> estarão “(...) sujeitos a cumprir trabalho obrigatório por até dois anos nos estabelecimentos do estado que para isso forem especialmente creados, ou nas fortalezas e obras públicas da província (...)”, estes indivíduos receberão “o salário que for estabelecido pelo respectivo governador”. No entanto, a qualquer tempo eles poderiam deixar o local se comprovadamente estabelecessem contratos reconhecidos pelas autoridades.

O Capítulo IV do Decreto de 1875 previu aos senhores “indenização pelo estado de liberdade” dos escravos e para obtê-la criou-se um cálculo complicado com base na idade, ofício e o valor médio do trabalho servil em cada província. O proprietário só poderia requerer a indenização se o escravo tivesse sido matriculado nos termos do Decreto de 1854 que serviria para comprovar a sua origem. Em contrapartida, não há referências se o escravo poderia, com base na falta de registros, entrar na justiça alegando escravização ilegal.

A lei especial de 21 de novembro de 1878 tinha por objetivo reformular os critérios de contratação de serviçais e colonos na África Portuguesa.<sup>6</sup> No cabeçalho da lei se manteve um trecho da justificativa elaborada para o projeto da mesma, cabe citá-lo:

Considerando, outrossim, que o estado de civilização entre os indígenas não os habilita a promoverem, por si próprios, a manutenção dos seus direitos de cidadão livres, e que, por tal razão, uma protecção especial da autoridade se lhes torna essencial, o que foi atendido no mencionado projeto de regulamento. [referência ao projeto de regulamento do decreto datado de 12 de julho de 1877].<sup>7</sup>

Nos termos do que foi dito, parecia caber aos portugueses a condução dos indígenas africanos ao encontro dos seus direitos de pessoas livres uma vez que diante do seu próprio “estado de civilização” eles não poderiam fazê-lo sozinhos. As mais diversas discussões sobre o trabalho dos indígenas são permeadas por este tipo de ponderações. Nas palavras de Alberto da Costa e Silva, se tratava do ideal da missão civilizadora, mais tarde conhecida como “fardo do homem branco”,<sup>8</sup> uma espécie de darwinismo sociológico que se traduziu nas principais justificativas da exploração colonial.

O regulamento do trabalho de 1878<sup>9</sup> extinguiu a tutela pública e obrigava todos os libertos a prestarem serviços sob contrato, além estabelecia algumas formalidades, tais como as fiscalizações e vigilâncias que serviam de critérios para a validade dos contratos. Proibiu-se a inserção de colonos e serviçais alheios às províncias ainda que também fizessem parte do Império, os contratos só poderiam ser estipulados mediante o recebimento de salários ou destes acrescidos de sustento e vestuário. Caberia a cada província estipular o mínimo de cada salário. Os contratos de serviços passavam a ter como limite um período de 5 anos, salvo nos casos de aprendizes de artes e ofícios que poderiam contar até o dobro do período regular. Aos indivíduos sujeitos ao serviço pessoal deveria ser fornecido “cama levantada do chão, vestuário em cada anno, e os objetos indispensáveis para o serviço de alimentação”. Não seria “considerado como vestuário o simples fornecimento de tanga” e não se permitiria mais de nove horas e meia de trabalho por dia, nem que tivessem de fazê-lo em dias santificados.

Entre as diversas atribuições estabelecidas aos curadores gerais, estava a de dispor de delegados (funcionários) e de poder corresponder-se diretamente com o Ministério da Marinha e Ultramar e demais autoridades das províncias. O texto da lei é extenso, cumpre mencionar apenas uma das alterações feitas no capítulo referente à vadiagem. Diferentemente do que havia sido disposto até então para os trabalhadores por contrato, não se havia transposto para a legislação especial sobre o trabalho o instituto da reincidência, o decreto de 1878 é, salvo engano, o primeiro a atrelar a reincidência:

Art. 91º. No caso de reincidência, como vadios, serão sujeitos a trabalho obrigatório pelo máximo do tempo determinado no artigo antecessente e nos termos ahí estabelecidos, conforme a disposição do artigo 85º do Código Penal; ou mandados servir no exército (...).

Art. 85 Código Penal de 1852. A reincidência verifica-se todas as vezes que o criminoso, tendo sido condenado por sentença passada em julgado por algum crime, commette outro crime da mesma natureza antes de terem passada dez anos desde a dita condenação; e ainda que a pena do primeiro crime tenha sido perdoada.

§ 1º. Não se considera reincidência quando o primeiro crime foi amnistiado, ou o criminoso foi rehabilitado.

§ 2º. Nas contravenções o termo é de um anno; e não se requer que a segunda contravenção seja da mesma natureza.

A aplicação da reincidência representou um agravante para os que nela incorreram, além disto, é preciso considerar que para o indígena ser considerado vadio só era preciso a anuência do curador geral, sem julgamento prévio. Dito de outra forma, ao dar aos curadores a possibilidade de considerar alguém como vadio e ao atrelar a vadiagem à possibilidade de reincidência, os poderes dos curadores gerais sob os trabalhadores aumentavam de sobremaneira e as chances de obrigá-los ao trabalho por contrato também.

No ano de 1911, toda a legislação sobre o trabalho parecia obsoleta para os administradores coloniais. Neste sentido, dois dias após a promulgação de uma nova Constituição para Portugal, promulgou-se o novo regulamento do trabalho indígena e uma lei criando o Ministério das Colônias em substituição ao Ministério da Marinha e do Ultramar. O texto do artigo primeiro prescrevia que

(...) todos os indígenas das colônias portuguesas são sujeitos à obrigação, moral e legal, de procurar adquirir pelo trabalho os meios que lhes faltem, de substituir e de melhorar a própria condição social. Teem plena liberdade para escolher o modo de cumprir essa obrigação; mas, se a não cumprem de modo algum, a autoridade publica pode impor-lhes o seu cumprimento.<sup>10</sup>

A questão da liberdade é enfatizada, no entanto, a possibilidade de constrangimento para tal também. No regulamento de 1911 aparecem diversas inovações em relação aos arranjos de trabalho. Os indígenas deveriam portar documentos que comprovassem as suas identidades e também todos os que pudessem comprovar o seu vínculo de trabalho como o nome dos patrões, endereços e locais de trabalho. Uma das grandes inovações deste decreto é a inserção do trabalho correcional, nos termos do §2º do Art. 22, os indígenas que fossem encontrados sem os passaportes seriam “reconduzidos ao districto de sua residência e ali condemnados ao trabalho correcional”, havia ainda outras contravenções que culminavam em na condenação ao trabalho correcional. Do ponto de vista do processo legal, os meios que levam à condenação, as disposições são pouco esclarecedoras. Os trabalhos deveriam ser realizados em obras públicas e quando não as houvesse eles poderiam ser entregues a particulares que requisitassem os seus serviços. Àqueles que se recusassem a realizar os

trabalhos ou se evadissem poderiam ser alistados compulsoriamente nos corpos militares para desempenhar tarefas internas em presídios ou poderiam ser enviados a outras províncias.

Em *Mamma Angola: sociedade e economia de um país nascente*, o economista Solival Meneses afirma que “o trabalho correcional imposto pelo governo para as obras públicas era aplicado principalmente quando os trabalhadores voluntários eram insuficientes”.<sup>11</sup> O autor lista seis formas de trabalho que, de acordo com a sua pesquisa, caracterizam a especificidade do colonialismo português, ou seja, a utilização em larga escala do trabalho forçado. Os tipos de trabalho compreendidos pelo economista são o trabalho correcional, o trabalho voluntário, o trabalho contratado, o trabalho obrigatório, o cultivo forçado e o trabalho emigrante, a quantidade de dados levantados pelo autor é imensa e o são para um período muito maior, cerca de 100 anos. A pesquisa referente a este artigo foi capaz de identificar apenas dois dos tipos mencionados pelo autor, o trabalho contratado e o trabalho correcional.

Cabe tecer alguns comentários sobre o Código do Trabalho dos Indígenas nas Colônias Portuguesas de África, o Decreto de 06 de dezembro de 1928,<sup>12</sup> este regulamento centralizou em si todas as disposições relativas ao trabalho indígena. O artigo 2º do mesmo procura dar conta da definição de indígena entendida pelos legisladores: “Para efeitos deste Código são considerados indígenas os indivíduos da raça negra ou dela descendentes que, pela sua ilustração e costumes, se não distingam do comum daquela raça”. Não eram comuns menções sobre cor ou raça na legislação relativa aos africanos, a única encontrada até agora se trata do parágrafo único do Art. 5º do Decreto de 27 de maio de 1911: “Ninguém poderá recrutar pretos para serviço de outrem sem uma licença passada pelo Governador Geral da Província (...)”. O termo indígena até aqui denotava os africanos habitantes das colônias sem qualquer outra menção sinônima. É provável que até a primeira década do século XX ainda não predominassem discussões sobre raça e cor e a partir das décadas seguintes elas tenham tomado corpo a ponto de estarem presentes na legislação portuguesa relativa à África e os africanos.

Ainda em relação ao Art. 2º do Código de Trabalho dos Indígenas nas Colônias Portuguesas de África, o parágrafo único informava que aos governadores das colônias competia definir, em diploma legislativo, as condições especiais que deviam caracterizar os indivíduos delas naturais ou nelas habitando para serem considerados indígenas. Esta questão é importante porque a partir do cotejo com outros documentos sabe-se que o governo imperial classificou as populações não-brancas das colônias em assimilados e indígenas, na prática, isto levou ao aumento aplicação de impostos sobre os primeiros e a manutenção da política de utilização da mão-de-obra por contrato dos últimos.<sup>13</sup>

O Art. 3º do Decreto de 1928 parece uma resposta evidente às diversas acusações sofridas por Portugal acerca da utilização de trabalho compulsório no Ultramar:

“O Governo da República não impõe nem permite que se exija aos indígenas das suas colônias qualquer espécie de trabalho obrigatório ou compelido para fins particulares, mas não prescinde que eles cumpram o dever moral, que necessariamente lhes cabe, de procurarem pelo trabalho os meios de subsistência, contribuindo assim para o interesse geral da humanidade”.

Não há como indicar uma relação específica entre este artigo e as acusações, mas certamente ele busca demonstrar que o regime de trabalho dos indígenas nas colônias africanas não se tratava de exploração compulsória. É preciso considerar que no contexto pós-guerra nenhuma nação europeia, abalada pelos envolvimento com a Primeira Guerra, gostaria de figurar como ré em um julgamento internacional.

Uma legislação esparsa anterior ao Decreto de 1928 estabeleceu que os indígenas portassem cadernetas de identificação. As cadernetas substituíram parte dos documentos que os africanos deveriam portar para comprovar suas identidades. Entre as informações que deveriam ser coletadas dos indígenas estavam uma fotografia da face, a impressão digital do polegar direito e sinais particulares (provavelmente escarificações étnicas, cicatrizes ou características que auxiliassem na identificação pessoal). Além da circunscrição pertencente, espaço para dois nomes do indígena (talvez um nome de nação africana e outro de batismo cristão), filiação, idade, profissão e o régulo (nobre ou potentado local sob o qual estivesse subordinado) e sinais característicos equivalentes a descrições físicas (descrição pormenorizada dos olhos, orelhas, lábios, nariz, altura, etc.). O fato de haver a fotografia, além destas descrições minuciosas dos indivíduos, sugere de muitos indígenas não se poderia obter o retrato por motivos que poderiam variar da recusa veemente à falta dos equipamentos necessários para fazê-los.

O Capítulo IV do Decreto de 1928 traz as disposições sobre a elaboração da caderneta indígena. Cada província poderia adotar o modelo que melhor lhe parecesse, mas havia uma série de informações comuns que todas deveriam contemplar, além daquelas listadas acima na carteira de Moçambique, estavam o nome do patrão e o local de serviço, se estivessem trabalhando mencionar-se-ia o salário e o tempo do respectivo contrato. Também eram obrigatórios os registros de pagamento do imposto indígena e das vacinações e tratamentos preventivos de doenças infectocontagiosas que o indígena recebeu ao longo da vida.

Há diversas outras questões abordadas por este decreto, por exemplo, o Capítulo X, apresenta as questões relativas ao trabalho obrigatório, inexistente na legislação até então. O



trabalho obrigatório era lícito desde que não o fosse para fins particulares e deveria ser realizado mediante pagamento. Admitia-se a execução de trabalho obrigatório somente em casos de força maior ou calamidades públicas, tais como incêndios, inundações, estragos produzidos por temporais ou cataclismos, invasões de gafanhotos ou outros animais nocivos e epidemias. Admitia-se também o serviço obrigatório na limpeza e saneamento das povoações ou bairros indígenas e sua periferia, limpeza e conservação de fontes, *cacimbas* (poços d'água) e outros reservatórios de água destinados ao uso das populações indígenas e seu gado, perseguição e extermínio de animais nocivos.

Entre os séculos XIX e XX, há uma produção paralela aos textos legislativos coloniais muito interessante que precisa ser mencionada. Dilettantes e profissionais das mais diversas áreas escreveram sobre as condições dos indígenas africanos. Em “O trabalho rural africano e administração colonial”, de 1873, o Marquês Sá da Bandeira, membro do legislativo que assinou o decreto de abolição da escravidão (de 29 de abril de 1858) junto com o rei e outros membros do legislativo, propunha quase uma centena de medidas que fariam “aumentar as necessidades dos indígenas; as quaes estimularão os mesmo a buscarem, pelo seu trabalho, os meios de as satisfazer”.<sup>14</sup> Tratava-se de uma preocupação em internalizar nos indígenas a disciplina de burguesa de trabalho:

dê-se aos negros completa segurança de pessoa e propriedade; faça-se desenvolver entre eles a instrução, creando escolas numerosas; haja seminários em que se habilite im clero indígena, que espalhado entre os povos possa contribuir para a sua civilização; abram-se vias de comunicação que facilitem as transações comerciaes, e pelas a força armada possa marchar sem embaraço, para manter a ordem pública, ou para repelir aggreções estranhas.<sup>15</sup>

Sá da Bandeira acrescentava que era “justo e conveniente” que houvesse negros habilitados para servir em cargos públicos, isto não seria difícil e como prova menciona que em outras colônias “há pessoas de côr, tão civilizadas como os brancos que nelas habitam”.<sup>16</sup>

Em “A nossa administração colonial: O que é, o que deve ser”, de 1903, Aires de Ornelas lista os elementos que poderiam contribuir para a administração colonial: citando o relatório de Jules Ferry, em suas palavras, um eminente estadista, Ornelas menciona dois princípios que deveriam ser adotados no Império Português: repelir em absoluto qualquer ideia de assimilação dos indígenas e a necessidade de descentralizar a administração colonial.<sup>17</sup> Ao mencionar os avanços da política metropolitana para as colônias Ornelas afirma “é certo também que o princípio de que os indígenas das Províncias Ultramarinas estão sujeitos ao trabalho representa uma grande conquista”.<sup>18</sup> Na obra “Raças e línguas indígenas

em Moçambique, de 1901, Ornellas se pergunta porque, mesmo com tantas missões religiosas, o cristianismo era praticamente imperceptível entre os indígenas de Moçambique? A resposta, de acordo com ele é a seguinte, “o espírito dos negros não recebe doutrinas complexas, não pode conceber ideias abstractas e é esta uma das dificuldades que obstam a propagação da fé cristã”.<sup>19</sup>

Os “Estudos coloniais. Legislação colonial, seu espírito, sua formação e seus defeitos”, do ano de 1907, de Albano de Magalhães, que fora juiz no ultramar durante muitos anos, contém muito do discurso da superioridade das raças e nos traz questões importantes sobre o que pode ter sido a aplicação da lei no Império Português. Para Magalhães, aplicar os regimes penais, as penas de prisão, aos indígenas era extremamente grave porque “o ideal do preto é ter o que comer sem trabalhar, a ociosidade é o seu *desideratum*”.<sup>20</sup> Defendia que era preciso uma legislação especial para as colônias mencionando o exemplo da Rodhésia onde uma ordenança de 4 de setembro de 1903 declarou crime “as relações de preto com mulher ou rapariga branca, mesmo com o consentimento desta”. A pena prevista era de 2 anos de reclusão para a rapariga e de até 5 anos de reclusão mais trabalhos forçados ao preto, diante do exemplo comentou: “tanto eles compreendem a necessidade de leis especiais”.<sup>21</sup> Sobre o “viver sobre si” dos indígenas, Magalhães afirma que quando “o preto compreende que já é livre, só aproveita a liberdade para se entregar à ociosidade e à embriaguez”.<sup>22</sup> Pode-se claramente observar que a partir dos anos de 1910 as discussões ligadas a cor e raça passam a fazer parte do discurso dos intelectuais e também passam a constar como base ideológica da legislação relativa ao trabalho dos indígenas no Império Português.

A análise do texto normativo permite vislumbrar os projetos das elites para as populações que administravam. Entretanto, analisar o texto normativo não significa superestimar a sua importância, pois em muitas situações a opção tomada pela própria política imperial contrariou o conteúdo da norma posta. Em outros casos, prevaleceu o costume africano ou a negociação entre autoridades locais e os africanos. Entre os anos de 1778 e 1930, foram muitas as disposições que “não pegaram”, não pela ineficiência dos próprios dispositivos legais ou pelo desempenho das autoridades responsáveis, mas porque a população obstou-se em cumpri-las. Buscou-se estudar o direito, “suas instituições, práticas e discursos na interação com processos sociais e a partir de uma perspectiva francamente relacionada a questões historiográficas mais amplas”.<sup>23</sup>

Ao abordar a história social do direito buscou-se compreender as implicações do direito na experiência das pessoas comuns. A lei, muito longe de se constituir unicamente com instrumento de dominação das elites políticas ou econômicas, ela é também o cenário de

diversas lutas e também espaço de perdas dos dominantes. Assim, no contexto do pós-emancipação nas colônias portuguesas, a instituição da reincidência no âmbito da vadiagem, a adoção dos trabalhos correcionais, a adoção de penas privativas de liberdade e o recrudescimento destas correspondem à agência de centenas sujeitos que das mais diversas formas obstaculizaram os projetos coloniais. Até mesmo a manutenção de certos costumes em detrimento da obediência à lei pode ser entendido como formas de luta dos indígenas contra a interferência colonial.

---

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História e acadêmica do curso de Direito ambos da Universidade Federal de Santa Catarina. Este texto faz parte de reflexões mais amplas realizadas através do projeto de pesquisa “A liberdade do contrato: O trabalho indígena africano na legislação do Império Colonial Português, 1878-1930”, realizado sob a orientação dos professores Phd. Henrique Espada Rodrigues Lima Filho e Phd. Beatriz Gallotti Mamigonian, e com apoio financeiro da CAPES. E-mail: maysaespindolas@gmail.com

<sup>1</sup> Periodização corrente entre os estudiosos do Império Português. Primeiro Império: 1415-1580; Segundo Império: 1580-1822; Terceiro Império: 1822-1975. Cf. CANN, Joh Pearce. *The Portuguese colonial empire. Oxford Encyclopedia of modern history*. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 95-102.

<sup>2</sup> Entre os principais tratados internacionais cabe citar: A Conferência de Berlim (1884-1885), Conferência de Bruxelas (1890), Convenção de Saint Germain-en-Laye (1919), Convenção de 25 de setembro de 1926 [Proibição do tráfico e trabalho obrigatório], Convenção de 28 de junho 1930 [sobre Trabalho Obrigatório].

<sup>3</sup> DECRETO de 29.04.1858 – Determina a abolição da escravidão para a data de 29 de abril de 1878.

<sup>4</sup> DECRETO de 29.04.1875 – Define que os libertos prestassem trabalho por contrato para os ex-senhores.

<sup>5</sup> Art. 256 “Aquelle, que não tem domicilio certo que habite, nem meios da subsistência, nem exercita habitualmente alguma profissão, ou ofício, ou outro mister, em que ganhe sua vida; não provando necessidade de força maior, que o justifique de se achar nestas circunstancias, será competentemente julgado e declarado vadio, e punido com prisão correcional até seis mezes, e entregue à disposição do Governo, para lhe fornecer trabalho pelo tempo que parecer conveniente”. **Código Penal Português de 1852.**

<sup>6</sup> LEI de 21.11.1878 - Regulamento para a contratação de serviçais e colonos na da África Portuguesa.

<sup>7</sup> Projeto do decreto sobre a contratação de serviçais e colonos na da África Portuguesa (12.07.1877)

<sup>8</sup> COSTA E SILVA, Alberto da. O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 21, Aug. 1994. Disponível em <<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_ar\\_ttext&pid=S0103-40141994000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_ar_ttext&pid=S0103-40141994000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 06 Set. 2013.

<sup>9</sup> Regulamento do Trabalho de 21 de novembro de 1878.

<sup>10</sup> DECRETO de 27 de Maio de 1911.

<sup>11</sup> MENEZES, Solival. **Mamma Angola: Sociedade e Economia de um país nascente**. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2000. p. 135

<sup>12</sup> Código do Trabalho dos Indígenas nas Colônias Portuguesas de África, o Decreto de 06 de dezembro de 1928.

<sup>13</sup> Tal classificação pode ser observada no *Estatuto Político, Social e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique*, 1926; no *Acto Colonial*, 1930; na *Carta Orgânica do Império Colonial Português e Reforma Administrativa Ultramarina*, de 1933 e no *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*, 1954.

<sup>14</sup> SÁ DA BANDEIRA. **O trabalho rural africano e a Administração Colonial**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873. p. 82

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> Idem.

<sup>17</sup> ORNELAS, Aires de. **A nossa administração colonial: o que é, o que deve ser**. Lisboa: A liberal, 1903. p. 13

<sup>18</sup> Ibidem. p. 16

<sup>19</sup> \_\_\_\_\_, **Raças e línguas indígenas em Moçambique**. Lisboa: A liberal 1901. p. 24

<sup>20</sup> MAGALHÃES, Albano de. **Estudos Coloniais**. Coimbra: F. França Amado, 1907. p. 156

<sup>21</sup> Ibidem. p. 174

<sup>22</sup> Ibidem. p. 209

<sup>23</sup> LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social**. Campinas: Unicamp, 2006. p. 09

## “PELOTAS É CULTA E RICA, MAS...”: AS VISÕES DA CIDADE DE PELOTAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Melissa Xavier Gouvêa\*

**Resumo:** Com o objetivo de compreender as transformações sociais e urbanas em Pelotas no período da Primeira República, este trabalho apresenta a análise das reportagens intituladas *Pró-Pelotas!* publicadas entre dezembro de 1920 e janeiro de 1921, pelo periódico *O Rebate* (1914-1923). As notícias apontavam as contrariedades da urbe pelotense e caracterizavam a cidade de variadas formas. Entre os principais problemas destacam-se os assuntos sobre segurança, saneamento, transporte e iluminação. Em suma, entende-se que as descrições do espaço urbano, verificadas por meio da imprensa, qualificam a cidade de Pelotas no início do século XX como um lugar plural de progresso e desigualdade.

**Palavras-chave:** Pelotas, imprensa e Primeira República.

**Abstract:** Aiming to understand the social and urban transformation in Pelotas, in the First Republic time, this work presents the analysis of reports titled *Pró-Pelotas!* that were published between December 1920 and January 1921, in the journal *O Rebate* (1914-1923). The news pointed setbacks of the urban places and characterized the city in various ways. Among the main problems highlight the issues about safety, sanitation, transportation and lighting. In short, it is understood that the descriptions of urban space, verified through the press, qualifies the city of Pelotas in the early twentieth century as a plural place of progress and inequality.

**Key words:** Pelotas, press and First Republic.

Este artigo tem como objetivo analisar as reportagens de jornal intituladas *Pró-Pelotas* que abordam os problemas e as transformações urbanas ocorridas em Pelotas/RS, no início do século XX. Entende-se que as notícias do periódico *O Rebate*, acerca das modificações locais, apresentam a opinião, e igualmente idealização, dos jornalistas sobre o contexto da cidade na Primeira República<sup>1</sup>. Conforme os repórteres, os problemas pelotenses cresciam de maneira desordenada, em algumas partes da cidade existia o descaso público com limpeza dos logradouros, as vias eram pessimamente calçadas, a iluminação era precária. Além disso, existiam os problemas como a falta de segurança que afastavam ainda mais a “Princesa do Sul” de seu devido progresso<sup>2</sup>.

Ao mesmo tempo, que as notícias apontavam os problemas locais, os jornalistas evidenciavam as melhores medidas para se construir uma cidade perfeita, não apenas nos aspectos físicos ou valores materiais, mas também nas questões morais de sua população. Segundo Pesavento, no Rio Grande do Sul, o instrumento de pensar a cidade como uma “questão urbana”, sobreveio com a chegada da República no final do século XIX, e o projeto

de modernização no estado e municípios não se restringia as questões materiais, mas abrangia a dimensão cultural e simbólica<sup>3</sup>.

Nesse sentido, percebe-se que as diferentes ações relacionadas ao espaço urbano, – *imaginação, conhecimento e vivência* – conferem as cidades, e neste estudo especialmente Pelotas, um status de ambiente “plural” e em constante desacerto. Em outras palavras, a ação dos jornalistas de imaginar a cidade ideal pelotense, além de vivenciar suas fâcies urbanas e apresentar os seus muitos problemas, confirma a hipótese de que “a ideia (ou idealização) de cidade e o estar nela se apresentam em constante descompasso”<sup>4</sup>.

Portanto, primeiramente, são observados aspectos da modernização de Pelotas no início do século XX. Em segundo momento, são analisadas as reportagens *Pró-Pelotas* veiculadas no jornal *O Rebate*. Tais perspectivas permitem observar melhor as transformações sociais e urbanas na Primeira República.

### **Pelotas e suas melhorias...**

Pelotas foi fundada na primeira metade do século XIX e passou por diferentes processos desde que se constituiu como povoado em 1815, até atingir o status de cidade em 27 de julho de 1835. A *urbs* teve seu auge econômico no período compreendido entre 1860 a 1890, no qual o centro de sua economia estava na produção de carne salgada, o charque, que possibilitou grandes transformações econômicas, sociais e culturais para a localidade. Na realidade, esse período elevou Pelotas entre os principais municípios do Estado do Rio Grande do Sul<sup>5</sup>.

Após a Abolição da escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889), a produção do charque entrou em declínio, ocorrendo uma modificação na questão dos elementos de produção. Uma das grandes mudanças foi a alteração da exploração econômica na cidade, pois os charqueadores não podiam mais utilizar a mão de obra escrava, sendo necessária uma nova dinâmica nas relações de trabalho<sup>6</sup>. Assim, foi na passagem do século XIX para o XX, que ocorreu uma série de transformações econômicas e políticas decorrentes do declínio da indústria saladeiril e de efetiva industrialização, com implantação de diferentes fábricas na cidade, como exemplo os frigoríficos.

Em termos populacionais, este período teve uma importância expressiva para Pelotas, por causa do grande aumento da população e principalmente da população que vivia no centro da cidade. O recenseamento procedido em 1911 apurou em seu total de 36.243 habitantes, em seguida o recenseamento do município de 1920 contava com 82.294 habitantes<sup>7</sup>. O papel

desempenhado pelos imigrantes na economia e no espaço de Pelotas foi bastante significativo, principalmente na segunda metade do século XIX. A cidade recebeu particularmente colonos portugueses, italianos, espanhóis, franceses, orientais, polacos, alemães e outros de diversas nacionalidades. Os estrangeiros na década de 1910 constituíam 7.809 habitantes. Além da participação nas atividades econômicas, eles também atuaram em outras áreas: na imprensa, nas artes e na educação<sup>8</sup>.

No início do século XX, aos olhos de muitos, a cidade começou a vivenciar, novos tempos em sua História. Os importantes melhoramentos públicos se deram numa grande zona da cidade decorrentes das reverenciadas administrações republicanas e estiveram a cargo dos engenheiros Florisbelo Leivas, chefe da comissão de saneamento, Octacílio Pereira e Benjamin Gastal, seus principais auxiliares. Quanto ao serviço de abastecimento d'água, foi executado, em 1900, pelo engenheiro Alfredo Lisboa. Os serviços hidráulicos foram organizados em três momentos, 1873, 1914 e 1929. Segundo Soares, Pelotas ganhava naquela ocasião “um ar de alvoroço e de gáudio. Em um curto lapso de tempo”<sup>9</sup>.

De fato, em Pelotas, o que realmente foi considerado um grande fator modernizante diz respeito à utilização da energia elétrica. No dia 17 de maio de 1912, foi assinado um contrato com a *The Rio Grandense Light & Power Syndicate Limited* para a iluminação pública elétrica que foi inaugurada dois anos mais tarde e restrita ao centro da cidade. Além da iluminação elétrica, a pavimentação e o calçamento das ruas eram fatores necessários para melhoramento da viação urbana, o bom escoamento das águas das chuvas, sendo apoios indispensáveis para as obras de saneamento e de esgoto que vinham ocorrendo na cidade no início do século XX.

Para *O Rebate* o discurso do saneamento apresentado pela Intendência Municipal concentrava-se em tais questões:

[...] como “pontos capitais para o saneamento de Pelotas” os seguintes: - “arborizamento da cidade; substituição do calçamento antigo pelo moderno, e calçamento das ruas não calçadas; maior inclinação longitudinal das sarjetas; extinção das valetas no interior da cidade; drenagem dos banhados que nos cercam; movimentação das águas do Santa Bárbara; extinção dos canos abertos no interior das casas; substituição destes por canos fechados de cimento ou por manilhas de barro vidrado; revestimento do pavimento térreo das habitações pobres; drenagem dos solos das habitações, e instalação de uma rede de esgotos com abundância de águas”<sup>10</sup>.

Além do abastecimento de água, iluminação e os serviços de saneamento, Michelin observou importantes características da modificação da urbe através da análise de fotografias publicadas no *Almanach de Pelotas*<sup>11</sup>. Todas as fotografias eram de serviços prestados pela

Intendência Municipal nas ruas de Pelotas, divulgadas ao longo do período de 1913 a 1930. Segundo a autora, as imagens do progresso e dos melhoramentos da cidade constituíram onze elementos que representavam a modernidade no espaço urbano: “a presença do bonde, a aplicação dos serviços de energia elétrica, os trilhos e os postes para funcionamento desse meio de transporte, o movimento, o ruído e notória presença humana, pavimentação, calçamento, praças, jardins e os automóveis”<sup>12</sup>.

Em contrapartida a visão de “progresso de Pelotas”, apresentado a todo o momento no *Almanach de Pelotas, O Rebate* criado; apenas um ano depois, em 1914, abordava constantemente o desenvolvimento da cidade, no entanto de maneira muitas vezes negativa. As páginas estão cheias de exemplos e queixas. Pelotas em contínuo crescimento carecia dos serviços básicos e apresentava problemas em todas as outras funções obrigatórias que cabiam a Intendência. Por exemplo, a rede de esgotos:

A rede de esgotos, todos sabem, não alcança ainda todo o perímetro da cidade, e, conseqüentemente, na parte não atingida existem as mesmas valetas ou sarjetas com águas paradas, putrefatas, e, portanto os mesmos focos de imundices, cujas exalações insuportáveis (principalmente nesta estação) são também perigosas além da impressão repugnante que provocam”<sup>13</sup>.

No entanto, as críticas do jornal oscilavam em relação a figura das autoridades locais responsáveis pelos projetos na cidade, enquanto entre 1914 e 1919 repetiam-se as reclamações ao mandato de Cypriano Corrêa Barcellos, a partir de 1920 dava-se um voto de confiança ao novo intendente, o Sr. Dr. Pedro Luis Osório. Os projetos desse novo governador influenciaram na criação das reportagens *Pró-Pelotas*, e ao mesmo tempo em que existem as críticas, encontra-se o otimismo no progresso da Princesa do Sul.

Quando foi, há pouco, da sucessão intencional, surgiram, naturalmente, duas correntes comentadoras da nova gestão: uma otimista, outra pessimista. É que, Pelotas, tem imperiosa, inadiável necessidade de certos melhoramentos, e os componentes da primeira corrente entendiam que, o novo edil era e é capaz de levá-los a cabo; os da outra (talvez em maior número) pensam que tudo ficará como está, não ultrapassando do terreno da teoria. [...] **Pelotas é terra culta e rica**; tem adiantadas indústrias várias; o seu comércio é grande e forte, e o seu povo é ordeiro. **Mas as suas ruas estão pessimamente calçadas; não tem polícia; os seus poucos bondes andam fora do horário, e, o que é pior, não tem luz**, isto é, com exceção da Rua 15, as outras tem a luz mortífera de velas de sebo, se assim se pode dizer ou chamar os bicos de gás carbônico<sup>14</sup> (Grifos nossos).

Dessa forma, verificaram-se em Pelotas diferentes elementos da modernidade na Primeira República. No entanto, as modificações não ocasionaram discursos regulares. Como as notícias a seguir apresentam.

## **Pelotas e seus problemas...**

A primeira notícia de título Pró-Pelotas, foi veiculada no jornal *O Rebate* no dia 29 de dezembro de 1920 e apresentava relatos sobre a sucessão da Intendência Municipal e aspectos das atividades para o desenvolvimento local. Foram ao todo oito reportagens, sendo a última publicada no dia 27 de janeiro de 1921. Os artigos abordavam variadas questões relacionadas a urbanização, e como já dito anteriormente, não falavam exclusivamente da beleza material que os jornalistas esperavam, mas igualmente das expectativas do valor moral de seus cidadãos pelotenses.

Assim, as autoridades deveriam reprimir “entre muitas outras coisas – a vagabundagem (principalmente de menores) e a falsa mendicância que por ai se alastram, é obra meritória e que terá os aplausos da coletividade”<sup>15</sup>. Além disso, acerca da moralidade o jornal apresenta:

O que Pelotas necessita todo o mundo sabe: precisa que o seu valor material esteja a par do seu valor moral, ou, usando de uma expressão geográfica, o seu aspecto físico se relacione com o seu valor político<sup>16</sup>.

Na verdade, o progresso da cidade de Pelotas estava inserido dentro do contexto de desenvolvimento brasileiro, baseado principalmente na capital do país naquele momento, o Rio de Janeiro. De acordo com Lopez, a capital passava por uma série de modificações no espaço interno, principalmente durante o mandato do presidente Rodrigues Alves (1902-1906). O novo projeto arquitetônico e urbanístico do Rio de Janeiro, foi mais do que um fenômeno administrativo, sanitário, urbanístico e arquitetônico. O autor acredita que a remodelação do Rio de Janeiro, dos começos deste século, foi um fato essencialmente político<sup>17</sup>.

De tal modo, a partir das interferências urbanísticas, as autoridades elaboravam meios para disciplinar a população pobre ou criminoso no sentido de coibir seus “usos e abusos”<sup>18</sup>:

Limpendo a rua da presença popular e elevando a vida privada a uma conquista da humanidade, o urbanismo quer ter, com suas práticas de intervenções e suas representações legitimadoras da ordem urbana, organizando cientificamente a cidade, colocando casa coisa em seu lugar e cada lugar uma coisa, evitando os aglomerados por um lado e os perigos dos vazios por outro<sup>19</sup>.



Por meio das afirmativas, que as elites estabeleceram a partir da intervenção no espaço urbano um controle maior da sociedade, entende-se que em Pelotas o mesmo processo urbanístico e social ocorreu, originando tensões políticas que estavam submetidas à consolidação do Regime Republicano. A principal corrente que influenciou o período vinculava-se a ciência, o positivismo do francês Augusto Comte exibia à noção de progresso em todas as áreas. Na realidade, os princípios positivistas expandiram-se nos mais diferentes campos, inclusive nas medidas urbanas e sanitárias<sup>20</sup>.

A S. Ex a qual o jornal se refere, é Dr. Pedro Luiz Osório, intendente Municipal de Pelotas de 1920 a 1924, ele foi lavrador, criador e grande industrial do charque. Na realidade, as primeiras medidas de saneamento local foram realizadas por ele, através de projetos de normalização da cidade, que se espelhavam em outras regiões. As ideias provinham das duas principais cidades do país, Rio de Janeiro e São Paulo, e também na capital do país vizinho, a Argentina.

Outro exemplo que evidencia as medidas de Osório ao buscar informações em outras :

Pelotas, atualmente, afigura-nos um desses enfermos ricos, que, cansado ou quiçá descrente da terapêutica dos médicos de sua localidade, recorre pelo poder do dinheiro, à ciência de afamados esculápios especialistas de outras terras, na doce esperança de que eles tragam um bálsamo aos seus sofrimentos, logrando, talvez, à cura<sup>21</sup>.

Assim, o controle também poderia ser realizado de outra forma, por exemplo, as ações de limpeza sanitária, estas tinham a finalidade de reduzir as doenças, mas ao mesmo tempo, procuravam organizar a cidade socialmente. Entende-se que ordenamento e embelezamento urbano no início do século XX estavam fortemente associados a ordenação de determinada parcela da população – a pobre e criminoso<sup>22</sup>. Como a notícia d'*O Rebate* apresenta:

Pelotas tem que esperar uma atividade profícua em prol da sua higiene. Inicie S. Ex. a sua missão. [...] Conjugue-os com o que estabelece o Código de Posturas e Regulamento de Higiene; arme-se de coragem; não se arreie dos preconceitos; e faça, portanto, obra de higiene; elimine esses focos de enfermidade que por aí abundam; modifique certos cortiços que usam títulos pomposos de “Vilas”, e onde se vive em promiscuidade; visite os estabelecimentos fabris (principalmente padarias que tenham estâbulos), e onde verá coisas espantosas e, infelizmente, observe também os domicílios particulares, que encontrará alguns que infringem as disposições do Código<sup>23</sup>.

Desse modo, a partir das fontes impressas pelotenses foi observada, além dos aspectos gerais da cidade, a presença de discursos contraditórios sobre a eficácia ou ineficiência dos melhoramentos públicos e a existência de espaços conflitantes em seu perímetro urbano<sup>24</sup>.

Com tal característica, entende-se que a análise do espaço urbano não é uma tarefa fácil, pois, a cidade é um fenômeno que não pode ser pensado em termos causais simplificados<sup>25</sup>. Portanto, a cidade de Pelotas no início do século XX caracteriza-se como um lugar plural de progresso e desigualdade.

---

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Agência financiadora: CAPES. E-mail: [melissa.gouvea@hotmail.com](mailto:melissa.gouvea@hotmail.com). Orientadora: Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves.

<sup>1</sup> O principal jornal opositor pelotense era *O Rebate*. O periódico circulou entre 1914 e 1923. Esta publicação se tornou uma das principais fontes, pois apresentava constantemente relatos depreciativos, com o objetivo de criticar a política do governo republicano, que se tornava incapaz de organizar e proteger a cidade das mazelas sociais. Compreende-se, deste modo, que a visibilidade dada a notícias de crimes e as constantes críticas ao governo municipal eram realizadas por meio de um corpo jornalístico que embora se considerasse como independente de qualquer partido político, vínculo comum na imprensa da época, possuía ligações com princípios políticos de oposição.

<sup>2</sup> Princesa do Sul é uma alcunha muito utilizada para referenciar a cidade.

<sup>3</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano*. Editora da Universidade/Ufrgs, 2002. O espaço urbano é por excelência um local pertencente ao homem e nele existe uma multiplicidade de visões que se entrecruzam.

<sup>4</sup> BRESCIANI, Maria Stella Martins. A cidade: objeto de estudo e experiência vivenciada. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 6, n. 2, 201, p. 9. O artigo de Bresciani tem como suporte teórico a concepção de urbanismo, especialmente no final do século XIX e início do XX em São Paulo. Porém, a autora estabelece conexões entre o passado e o presente da cidade paulistana, especialmente sobre os problemas atuais decorrentes do processo urbanístico. Além do trabalho de Bresciani, existem artigos da *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* que apresentam discussões de grande utilidade acerca da metodologia e teoria na temática do planejamento urbano e regional.

<sup>5</sup> MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: ED. da UFPel: Co-edição Livraria Mundial, 1993.

<sup>6</sup> VIEIRA, Sidney Gonçalves; PEREIRA, Óthon Ferreira; TONI, Jakson Silvano. A evolução urbana de Pelotas: um estudo metodológico. *História em Revista*. Pelotas nº 1, Setembro/1994.

<sup>7</sup> PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos gerais de Pelotas*. Typographia Grundlach, 1940.

<sup>8</sup> Acervo da Biblioteca Pública Pelotense. Relatório Apresentado ao conselho municipal, 1910-1911.

<sup>9</sup> OSÓRIO, Fernando (1886-1939). *A cidade de Pelotas: corpo, coração e razão*. 3. ed. Pelotas: Armazém Literário, v.2, 1998

<sup>10</sup> Acervo da Biblioteca Pública Pelotense. *O Rebate*, Pelotas, 05 de janeiro de 1921.

<sup>11</sup> Um dos principais impressos que apresentou as questões públicas de interesse municipal e que abordava o desenvolvimento e modernização da cidade.

<sup>12</sup> MICHELON, Francisca Ferreira. A Cidade como Cenário do Moderno: Representações do Progresso nas Ruas de Pelotas (1913-1930). *Biblos*, Rio Grande, v. 16, p. 125-143, 2004.

<sup>13</sup> Acervo da Biblioteca Pública Pelotense. *O Rebate*, Pelotas, 10 de janeiro de 1921.

<sup>14</sup> Acervo da Biblioteca Pública Pelotense. *O Rebate*, Pelotas, 29 de dezembro de 1920.

<sup>15</sup> Acervo da Biblioteca Pública Pelotense. *O Rebate*, Pelotas, 27 de janeiro de 1921.

<sup>16</sup> Acervo da Biblioteca Pública Pelotense. *O Rebate*, Pelotas, 29 de dezembro de 1920.

<sup>17</sup> LOPEZ, Luiz Roberto. *Cultura brasileira: de 1808 ao pré-modernismo*. Editora da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1988.

<sup>18</sup> PECHMAN, Robert Moses. Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular. In: BRESCIANI, Stella. *Imagens da cidade*. Anpuh/São Paulo, 1993, p.29-34.

<sup>19</sup> Idem. *Ibidem*.

<sup>20</sup> SANTOS, Nádia Maria Weber. Práticas de saúde, práticas da vida: medicina, instituições, curas e exclusão social. In: *História geral do Rio Grande do Sul*, v. 3, p. 101-132, 2007.

<sup>21</sup> Acervo da Biblioteca Pública Pelotense. *O Rebate*, Pelotas, 03 de janeiro de 1921.

<sup>22</sup> PECHMAN, 1993. Op. Cit.

<sup>23</sup> Acervo da Biblioteca Pública Pelotense. *O Rebate*, Pelotas, 21 de janeiro de 1921.

<sup>24</sup> O contexto da produção das fontes também foi considerado, pois à medida que os documentos municipais ou os jornais vinculados ao partido de situação (PRR) tendiam a exaltar as ações da Intendência Municipal de

Pelotas, o contrário também ocorria, uma vez que os jornais de oposição política passavam a criticar as reformas públicas e a atuação dos administradores republicanos.

<sup>25</sup> CHOAY, Françoise et al. O reino do urbano e a morte da cidade. Projeto História. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 18, p.67-89, 1999. p.72. A autora expõe em seu trabalho os conceitos de cidade, urbanismo e técnica. Além disso, apresenta o desenvolvimento das teorias urbanísticas nas cidades da Europa. Entre as inovações técnicas que balizaram o período verificam-se as construções, os transportes e as telecomunicações.

## **BUROCRACIA, RACISMO E ETNICIDADE.**

**Comarca de Vitória, ES/ 1850-1888**

Michel Dal Col Costa

Doutorando em História Social/UNIRIO – Bolsista CAPES

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Keila Grinberg

micheldalcolcosta2@gmail.com

Este trabalho analisa a burocracia da escravidão na Província do Espírito Santo no tempo final do cativeiro, visualizando indícios da cor e da etnia, concluindo que os mesmos estavam relacionados à condição da escravidão. A visão ainda contaminada pela cultura racista tinha como contraponto a história de movimentos populares e religiosos da região central do Espírito Santo, significantes de uma visão distinta que cruzou o mesmo contexto com um impulso de identificação da cor e da etnicidade de modo positivo.

**Palavras-chave:** Província do Espírito Santo, Burocracia da Escravidão, Racismo.

This paper analyzes the bureaucracy of slavery in the Espírito Santo Province at the end time of the captivity, visualizing traces of color and ethnicity, concluding that they were related to the condition of slavery. The vision still contaminated by the racist culture had as a counterpoint to the popular religious history of the central region of the Holy Spirit, signifiers of a distinct vision that crossed the same context with a boost of color identification and ethnicity positively and movements.

**Keywords:** Province of the Espírito Santo, Bureaucracy of the Slavery, Racism.

O fim da escravidão vivenciado no universo capixaba tem que ser entendido inserido em um contexto mais amplo, seja no orbe das políticas públicas e acontecimentos sócio-políticos do governo imperial brasileiro, seja nas mudanças que estavam se processando em âmbito internacional do sistema capitalista naquele contexto. O século XIX tem sido entendido, em escala global, como o momento crucial da chamada Era da Abolição, quando o sistema capitalista internacional passava por mudanças na sua estrutura de trabalho, com o fim da escravidão em várias praças pelo mundo a fora, mesmo que a força da escravidão ainda fosse forte politicamente entre as nações escravistas.<sup>1</sup>

No século XIX não havia sido posta a questão da etnicidade de modo positivo. Vigorava um pensamento com perspectivas antropológicas evolucionistas civilizacionais.<sup>2</sup> Mesmo que após

a Revolução Francesa, e as novas perspectivas da política liberal mundial, houvesse sido posta a questão da igualdade política e de cidadania para os indivíduos que estavam saindo da escravidão, o debate científico internacional em torno da raça gerou aberrações e visões que buscavam manter tais grupos em estratos bem baixos da escala evolutiva, e na condição de inferiores. É certo, porém, que ao longo do século XVIII e, especialmente no oitocentos, houve por parte das comunidades negras participação e luta para que fossem mantidas elementos de sua cultura e também houvesse caminhos para que adentrassem na cidadania plena, quando possível. No Brasil, os libertos, indivíduos que tinham sido no passado escravos, possuíam uma participação cidadã de um status inferior, como fora previsto na Constituição do Império de 1824. Entretanto, alguns indivíduos de ascendência africana, fruto do processo de miscigenação e mobilidade social existente no Brasil, alcançaram postos no universo político e social em cargos em sua maioria ocupados pela elite branca.<sup>3</sup>

De qualquer forma, a questão da raça e os elementos associados à etnicidade tinham em âmbito dos registros oficiais um caráter negativo, geralmente associado à escravidão. Ter cor preta, parda ou outra congênere, era um emblema pejorativo aparentemente apontado quando relacionados à escravidão. O silêncio da cor era fruto da própria negatividade que cercava a marca discriminatória da escravidão. A documentação oficial do Estado nos possibilita pensar assim. Só seria possível verificar o quão distante o Brasil oficial estava do Brasil real, que era composto por cidades multicoloridas, fruto da grande presença de trabalhadores de ascendência africana, seja na condição de escravos, seja na de libertos que ocupavam todo tipo de serviços gerais e de ganho pelas ruas, praças e recantos das cidades e também dos espaços rurais. Ou seja, na documentação oficial, a diversidade étnico-racial era associada a uma visão negativa, identificadora da escravidão. Uma espécie de corolário da ideia racista que identificava em tais elementos sinais de inferioridade, que marcaria a cultura intelectual até as primeiras décadas do século XX, quando a riqueza mestiça e a mistura racial e cultural passariam a serem vistas como um ponto positivo da história brasileira. Um movimento similar também ocorrera no México.<sup>4</sup>

Mas, no plano da ciência oitocentista as coisas não eram assim. Tanto no México quando no Brasil, a mistura genética e os elementos culturais das raças tidas como inferiores eram associados a uma carga negativa. Dentro do universo da antropologia evolucionista e civilizacional, o progresso da humanidade estava associado aos povos superiores, e a antropologia comparada, baseada nas escalas de valores do que era avançado e retrógrado, visava apenas o progresso da civilização da humanidade. E tal progresso era identificado com uma gradativa ascensão e difusão da cultura e raça dos europeus e de seus valores

verdadeiramente avançados, onde estavam as respostas para a evolução do mundo. Notórias visões discriminatórias surgiram daí, como por exemplo, a ideia nefanda, para os dias atuais e também para alguns daquela época, na crença no embranquecimento das regiões do mundo.<sup>5</sup> Uma perspectiva discriminatória assumida pela própria comunidade de negros livres, que chegaram a se opor a iniciativa por parte do governo de realizar censos especificando a cor dos indivíduos. Achavam que fosse um caminho para possíveis reescravizações. De qualquer forma, o governo retrocedeu e a cor passou a ser silenciada quando se tratava de pessoa livres. Para muitos era um estigma da escravidão.<sup>6</sup>

Ao longo do século XIX, levando em conta a documentação oficial da Comarca de Vitória, os elementos étnico-raciais receberam um tratamento muito peculiar.<sup>7</sup> Em nossa dissertação de mestrado analisamos cerca de 460 processos judiciais relacionados de algum modo à liberdade dos escravos no contexto do emancipacionismo gradual, que se iniciou de modo oficial no Brasil Imperial em 1871, com a Lei de 28 de setembro desse ano. Tal diploma legal ganhou fama na história a partir do epíteto de “Lei do Ventre Livre”.<sup>8</sup>

Os estudos dessa documentação têm prosseguido no nosso doutorado. Agora, porém, ampliamos o corpus documental para outras séries de fontes no mesmo contexto. Os livros de notas cartoriais, onde eram registradas as escrituras e os negócios que também envolvam senhores, escravos, testemunhas, tabeliães e outros funcionários da burocracia da capital da província.<sup>9</sup> Muitas vezes as mesmas pessoas envolvidas nos processos judiciais de liberdade aparecem nos negócios inscritos nos vários livros cartoriais que temos analisado.

Tanto na série judicial do Juízo de Órfãos da Comarca de Vitória quanto na série cartorial da mesma região uma coisa salta aos olhos: a peculiaridade dos registros e indícios relacionados à etnia e à raça. Geralmente, tais informações só aparecem quando o indivíduo identificado racialmente está na condição escrava. Basta ele galgar o caminho da liberdade para que os registros relacionados à raça e etnia acabem desaparecendo, gradativamente até sumirem completamente. Isso se torna evidente, quando analisamos as escrituras de locação de serviço, na série cartorial. Tais documentos eram abertos geralmente para normatizar os contratos entre recém-libertos com aqueles que os tinham adiantado uma quantia em dinheiro para pagarem pela sua liberdade, como era previsto pela Lei do Ventre Livre. Esses indivíduos que outrora foram escravos eram referenciados como ex-cativos, mas sem os dados étnicos. Talvez, um único momento encontrado onde os registros de cor apareciam eram das “crias ingênuas”, crianças pequenas livres pela Lei do Ventre Livre, mas que acompanhavam suas mães escravas nos negócios da escravidão. Não encontramos até o momento nem um caso de adulto, seja livre ou liberto, onde tais dados individuais fossem explicitados. Quanto mais os

senhores estabelecidos; estes jamais eram relacionados a algum dado racial ou étnico. Dizer que todos eram brancos é um problema, pois sabemos que havia muitos senhores com alguma ascendência africana no seu sangue. Inclusive ex-escravos, muitas vezes adquiriam na sua nova vida, cativos para os servirem. Era uma forma de ascensão social naquela sociedade.

Nos processos de liberdade, mais da metade dos 402 escravos presentes nos 460 processos relacionados com a libertação nas vias legais e do Estado, isto é 241 (ou 51.2%), não indicou nenhuma representação de cor e etnia. Mas, 161 libertandos pela Justiça tiveram algum tipo de representação de cor ou etnia. Trata-se de um número pequeno se considerarmos a porcentagem desse tipo de informação nas escrituras de venda de escravos dos livros notariais, onde sempre são notificados tais dados.

É interessante o pequeno número de indivíduos com natalidade africana. Foi apenas um indicado como “preto de nação” e quatro sob a designação de africanos. Nas escrituras cartoriais, isso muda um pouco, pois havia um padrão de registro, onde tais informações não deveriam ficar de fora. Trata-se de um número muito pequeno, diríamos até irrisório, em relação ao montante de 402 cativos presentes em todos os processos judiciais. Todos os cinco indivíduos tiveram os seus processos abertos após 1871, quando já tinha se passado mais de 20 anos da lei anti-tráfico de 1850.<sup>10</sup> Talvez se tratassem de escravidões ilegais que poderiam eventualmente ser libertos pela Lei de 1831, que previa libertar todos os escravos que ingressassem no Brasil depois de sua decretação. Outra possibilidade é o fato desses cativos terem sido matriculados no registro de 1871-72 com idades superiores de modo fraudulento, para escapar dos recursos de liberdade pela Lei de 1831.<sup>11</sup>

Uma referência étnica ligada à naturalidade do cativo foi feita através da indicação de “crioulo”. Como se sabe, recebiam essa denominação os escravos nascidos no Brasil, mesmo que fossem filhos de africanos. Neste caso preferiam adotar a indicação da “naturalidade”. Mas, era também uma referência a um perfil de coloração. Foram apenas nove indivíduos representados como crioulos, o que corresponde o ínfimo índice de 1.9%.

O maior número de registros de representações de cor foram os termos “pardo” e “preto”, tanto na documentação judicial e também nos registros cartoriais. As duas caracterizações se equilibraram, com pequeno acréscimo dos cativos chamados pretos. Foram 74 pretos registrados nos processos judiciais, correspondentes a 15.7% do total de escravos; e 71 pardos, equivalente a 15.1% do total geral. Não temos ainda fechado os dados da série cartorial, onde a quase totalidade da documentação apresenta esse tipo dado. Houve alguns casos curiosos em que ocorreu duplicidade de entendimento entre os agentes da Justiça: um registrou o cativo como pardo e outro o registrou como preto no mesmo processo. Esse fator

mostra os problemas neste tipo de representação da pessoa por intermédio da cor. Às vezes, ficava difícil, pois as pessoas tinham percepções diferentes do que seria ser pardo e do que seria ser preto. Provavelmente, eram impressões tidas pelos próprios agentes da Justiça que sabiam ler e escrever, e que registraram por conta própria e sem interação com os indivíduos representados. Isso fica ainda mais claro quando pensamos em uma escritura de venda onde eram negociadas uma mãe com suas duas filhas. A mãe era parda, uma das filhas também; e a outra filha era considerada preta, na mesma família. Não houve nenhuma referência se cada filha tinha um pai diferente.<sup>12</sup>

Hebe Mattos discutiu as representações da cor ao longo da história do Brasil até o século XIX. Segundo essa historiadora, a representação do homem livre e do escravo mudou ao longo dos tempos: autonomia e trabalho assalariado começaram, ao longo dos Oitocentos, a balizar as diferenças entre escravidão e liberdade. Até meados do século, a cor era determinante na condição de liberdade ou escravidão, onde ser branco era indicador da condição de liberdade. Após a segunda metade do XIX, essas divisões foram desaparecendo com o aumento das populações livres de não brancos.<sup>13</sup> Pelo que se pode observar na documentação da Comarca de Vitória, entre 1850 e 1888 (onde mais de 99% é posterior a 1871), não houve um total silêncio da cor, e um significado de tais vozes ainda conservavam relação íntima da cor-raça com a escravidão, mesmo que no Censo de 1872 esse significado não fosse a lógica dos dados. No tal recenseamento a cor apareceu, contudo, de modo impessoal, em termos gerais.

Não foram identificados, pelas nossas percepções, indícios que expressam alguma disputa política em torno da raça-cor dos indivíduos de modo objetivo. Tratava-se de registros formais que, conforme nossa interpretação indicam vínculos entre escravidão e cor-etnia. Hebe Mattos apontou que, no contexto brasileiro, ao contrário do que ocorreu nos EUA, a noção de raça não constituiu uma solução liberal, mas um problema. Desde os primeiros anos do Brasil Imperial ocorreram lutas anti-discriminatórias, seja como reivindicações dos movimentos e revoltas populares, seja como um posicionamento político de setores liberais. Buscava-se o cumprimento da Constituição, que não usava tal critério, e a igualdade entre livres de todas as cores.<sup>14</sup> Talvez tais discussões e movimentos tornaram-se entre os agentes do Estado uma dificuldade, da qual buscavam desviar-se. Inclusive entre os próprios indivíduos chamados “de cor”.

Todavia, essa ideia se perde no vazio quando observamos a naturalidade com que os agentes das instituições registravam as informações étnico-raciais na região central da Província do Espírito Santo. Isso nos leva a crer que tal registro identificador, quando pessoalizado em



alguns documentos padrão, funcionava como uma marca apenas relacionada à escravidão. Mas, no Censo de 1872, como já mencionamos, nessa mesma época da documentação analisada, os registros de cor (branco, preto, pardo e caboclo) foram feitos. Eis a dificuldade para o historiador, definir a cor dos membros do grupo senhorial. Mesmo sendo senhores, não quer dizer que todos eram brancos, descendentes “puros” dos antigos colonizadores.

De fato, a documentação da Justiça e dos Cartórios analisados parece abordar a etnicidade, ou melhor, os seus indícios, apenas como um rótulo sugerido arbitrariamente pelos agentes da burocracia, sem espaço objetivo de auto-identificação. Aparecem vestígios da solidariedade das comunidades negras e populares seja no plano das relações gerais do lugar, seja no plano familiar. Porém, as representações de etnicidade são provenientes de um universo externo, escravista, pautado na associação entre externalização da cor-etnia com a escravidão, com a justificação tradicional racista do próprio sistema. Talvez, tal diferenciação estivesse aí associada à lógica da escravidão como um domínio sobre um ente estrangeiro, distinto, diferenciado pela cor.

Tal significado extraído das relações de força inscritas na documentação não quer dizer, entretanto, que a etnicidade ou mesmo alguma forma de identidade étnica fosse inexistente no contexto do século XIX, época da documentação analisada, ou mesmo antes. Já é conhecido por intermédio da historiografia a identificação e a mobilização de elementos étnicos ou raciais nos discursos de atores de ascendência africana na história do Brasil. Personalidades como Antonio Pereira Rebouças, ou, mais ainda o seu filho André Rebouças; José do Patrocínio; entre outros, na sua luta pessoal por melhorar a condição de seus pares ou mesmo no movimento abolicionista defenderam aspectos associados à valorização do trato para com os negros.

Para além dos mais famosos, no universo mais popular, muitos movimentos culturais, irmandades e confrarias que eram ligadas aos escravos, libertos e seus descendentes, não se omitiram em usar a identificação de cor ou étnica. Muitas dessas instituições tinham em suas denominações, à referência aos “homens pretos”, “pardos”, “congos”, “de nação”, etc.

A historiografia apresentou as iniciativas de grupos populares, ligados às comunidades mais pobres de negros, libertos e escravos, com intuito de criar meios de participação popular no processo de emancipação. Eram entidades que buscaram autorização para angariar sócios que pagariam uma mensalidade com intuito de reunir rendas para proceder às libertações. O curioso é que algumas delas, além de serem direcionadas a negros e seus descendentes, tinham um critério étnico ainda mais restritivos. A adesão deveria estar direcionada apenas à indivíduos da nação “congo”.<sup>15</sup>

Se considerarmos a realidade de Vitória, capital primeiramente da capitania e depois da Província do Espírito Santo, podemos verificar nas fontes históricas e na historiografia tais movimentos de identidade étnico-racial. Foram criadas irmandades ligadas aos homens pretos e também aos homens pardos. Tais instituições foram fundamentais na constituição das festas populares e da cultura folclórica que persiste até os dias de hoje. As festas de mastro, as bandas de congo e outros elementos são os traços mais claros dessa época. Espaços culturais de sociabilidade e solidariedade que estiveram nos últimos anos da escravidão associados até às libertações oficiais e particulares promovidas na época.

Isso não quer dizer que tais grupos não sofressem com o preconceito próprio daquele contexto e as investidas do racismo que não prescindia de criar impedimentos raciais em um contexto que os grupos populares de indivíduos de ascendência negra buscavam mais espaço na participação cidadã. A história das festas populares na Serra, região importante da região central do Espírito Santo que temos estudado nos últimos anos, tem um vínculo profundo com a cultura e a história da migração forçada dos africanos. Tal história nos mostra por um lado indícios do preconceito e também da luta contra o mesmo. Na atualidade, a Serra conserva um ciclo folclórico e religioso de festas tradicionais que ocorrem em vários pontos do município. As festas de mastros devotadas aos santos cristãos tiveram início provavelmente ao longo do oitocentos enquanto um ritual anual que se difundiu de um centro gerador para vários outros núcleos de povoação da antiga Vila de Nossa Senhora da Conceição da Serra, emancipada de Vitória em 1833. Tal difusão se iniciou no oitocentos e prosseguiu nas primeiras décadas do século XX, com festas de mastro sendo fundadas na década de 1930, em Jacaraípe, e na de 1950, em Pitanga, dois povoamentos antigos da região, por exemplo.<sup>16</sup>

É conservado pela memória tradicional da região que, no princípio do percurso dessa tradição, surgiram problemas gerados pelo racismo local. Quando da elaboração da festa, depois de sua origem popular-escrava, na região de Putiri, buscou-se recriá-la enquanto uma manifestação festiva da cidade, agregando-a a estrutura já existente na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, onde já havia irmandade, procissão e festa devotadas a São Benedito, o santo negro. Nesse interim, uma festa de tal pompa deveria ser estruturada com elementos próprios para tanto. A banda de música de desfile da cidade deveria participar da mesma abrilhantando o evento. Na época, segunda metade do XIX, havia apenas um grupo da cidade que era ligada à Guarda Nacional, a chamada Banda de Música Recreio dos Artistas. Esse grupo conservava traços racistas, e só acolhia como músicos indivíduos da raça branca. Diante da possibilidade de participarem nos festejos de mastro das bandas de congo dos negros em homenagem a São Benedito, se recusaram. O povo não se omitiu e diante da restrição racista, buscaram criar

outro grupo musical para a festa, e foi fundada a Banda de Música Estrela do Norte, que ficara conhecida também como Banda de Música de São Benedito, pelo fato de ter sido feita para abrilhantar os festejos deste santo na cidade. Estes dois grupos percorreram cerca de meio século de história, quando na década de 1940, em decorrência da morte de seus maestros de então, encerraram suas atividades. Só na década de 1960, por iniciativa da administração pública, a banda da cidade foi reativada, mas agora em um novo formato. Os dois grupos foram unificados em um, com uma denominação que reunia elementos das duas. O novo grupo, que está ativo até a atualidade, chamou-se: Banda Estrela dos Artistas.

Com a união dos dois grupos sedimentou-se um perfil diferenciado, onde a mentalidade racista não teria mais vez. Mas, tal mudança se iniciou bem antes. Já na década de 1930, é possível ver uma foto rara da antiga Banda Recreio dos Artistas onde já se podem identificar membros negros. E o mais interessante, na foto é possível ver, posando junto com os músicos, a presença de uma importante liderança social e política das primeiras décadas do século XX no município da Serra: Presciliano Biluia. Essa personalidade serrana, que era negro, chegou, em plena década de 1930, alcançar o posto de prefeito municipal. A presença de indivíduos de ascendência negra em postos altos na Serra, mesmo com certa memória que faz referência a atitudes racistas no passado, não foi um fato único com o Prefeito Biluia. Décadas depois, a Serra foi governada por Naly da Encarnação Miranda, também com ascendência africana unida com os antigos descendentes de portugueses locais. Inclusive foi Naly quem reativou, em seu mandato, a banda de música na década de 1960, conforme a história contada acima.<sup>17</sup>

Os estudos que estão sendo desenvolvidos na atualidade sobre a história e etnografia do ciclo folclórico e religioso das bandas de congo da Serra, sob coordenação da Associação de Bandas de Congo da Serra, têm revelado muitos aspectos interessantes. Um deles é o apelo étnico e de valorização da cultura não-branca local, especialmente a negra. A própria formação e manutenção dos festejos e de seus elementos culturais ao longo da história constituíram um esforço nessa valorização e preservação de elementos e traços étnicos. Vê-se que a história dessa manifestação cultural foi importantíssima no sentido de quebra de preconceitos e se integrou a um movimento mais amplo que se processou na história do Brasil, no sentido de valorização da cultura brasileira, que se intensificou na primeira metade do século XX. Tempo que, como foi sugerido, tanto no Brasil quanto México, e talvez outras partes do globo, buscaram mudar a perspectiva com as culturas não brancas locais. Uma perspectiva de valorização da mestiçagem e de constituição de projetos de identidade, que não caminham sem críticas, por certo. Tanto a identidade cultural local quanto uma conjecturada identidade cultural capixaba, também foram discutidas com base em tais elementos. O próprio

movimento negro faz referência e interage com a memória e as entidades fruto desse processo.

As raízes desse processo estão na perseverança das comunidades de ascendência africana que desde antes do século XIX cultivaram sua cultura, seus batuques, suas festas, que eram vivenciadas de várias formas: desde práticas mais independentes até ações que sincretizavam tais elementos com as comunidades paroquiais e a estrutura da organização comunitária religiosa do oitocentos, a partir das irmandades e confrarias. E isso ocorria a despeito das visões racistas que impregnavam não só as mentes de importantes intelectuais da época e da sociedade em geral, mas também a própria burocracia que conservava formas de classificação que continuavam associando cor-etnia com a escravidão, a despeito de uma visão relativamente mais avançada que norteou o maior censo populacional da época, em 1872.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> DRESCHER, Seymour. *A abolição brasileira em perspectiva comparativa*. Tradução: Jaime Rodrigues. Publicado originalmente na *Hispanic American Historical Review*, 68(3): 429-460, 1988, com o título “Brazilian Abolition in Comparative Perspective”. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/viewFile/77/73>. Acesso em: 13/08/2014; Em relação à força costumeira e política da escravidão no Brasil, conferir: PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil. 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011; CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão. Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

<sup>2</sup> Uma visão crítica dessa perspectiva pode ser encontrada em: BOAS, Franz. *Antropologia Cultural*. Trad. Celso de Castro. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

<sup>3</sup> Sobre o assunto da cidadania no oitocentos e a relação com os indivíduos de ascendência africana, conferir: GRINBERG, Keila. *O Fiador dos Brasileiros. Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

<sup>4</sup> Sobre o Brasil, conferir: ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. 3ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, capítulo 2; e sobre o México: GIL, Antonio C. A. *O lugar dos indígenas na nação mexicana: tensões e reconfigurações da identidade nacional mexicana no século XX*. Vitória: Aves de Água, 2013, capítulo 4.

<sup>5</sup> A história do racismo foi retratada pelo vídeo-documentário “Impactos Fatais. Uma história do racismo”, exibido pela TV Escola e que se encontra no seu site na Internet. Neste vídeo, são descritos vários momentos horríveis gerados pelo sentimento de superioridade, como o darwinismo social, o racismo científico e a eugenia, que se desenvolveram no Século XIX e alcançaram o Século XX com eventos cruéis, como campos de extermínio, esterilização racial e pesquisa racista.

---

<sup>6</sup> MATTOS, Hebe. *Das Cores do Silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, capítulo 5; e para um aprofundamento das relações entre raça e cidadania no Brasil oitocentista, da mesma autora: *Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil*, In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial. Volume III – 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 20.

<sup>7</sup> Processos Relativos à Liberdade. 1850-1888. Fundo Comarca de Vitória. Caixas Juízo de Órfãos. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

<sup>8</sup> COSTA, Michel Dal Col. *Caminhos da emancipação: redes solidárias de libertação dos escravos na região central do Espírito Santo oitocentista*. Orientador: Geraldo Antonio Soares. Coorientadora: Adriana Pereira Campos. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. 2013.

<sup>9</sup> Livros de Escrituras e Notas-1870-1888. Cartório Brandão, Vitória, ES.

<sup>10</sup> APPEES. Arbitramento do escravo Manoel. 20/02/1872. Juiz de Órfãos. Judiciário. Caixa: 1832-1880.

<sup>10</sup> APEES. Reivindicação de liberdade da escrava Izabel. 20/11/1872. Juiz de Órfãos. Judiciário. Caixa: 1832-1880.

<sup>10</sup> APEES. Solicitação de recolhimento de pecúlio na Caixa Econômica do escravo Antonio. 24/02/1877. Juiz de Órfãos. Judiciário. Caixa: 1875-1877; APEES. Solicitação de recolhimento de pecúlio na Caixa Econômica do escravo Joaquim. 15/01/1881. Juiz de Órfãos. Judiciário. Caixa: 1881-1883; APEES. Processo de liberdade pelo Fundo de Emancipação do escravo João. 25/04/1882. Juiz de Órfãos. Judiciário. Caixa: 1881-1883.

<sup>11</sup> Robert Conrad escreveu que “alguns africanos que haviam sido registrados como sendo mais velhos do que eram, na década de 1870, para evitar as consequências da Lei de 7 de novembro de 1831, talvez tenham tido idades mais próximas da realidade, em 1886 e 1887, a fim de evitar as consequências da Lei de 28 de setembro de 1885”. Cf. CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. 1850-1888, p. 279.

<sup>12</sup> Conferir uma discussão sobre registros de cor no período colonial em: RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Tradução de Maria Beatriz Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 49.

<sup>13</sup> MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio*, p. 96-97.

<sup>14</sup> MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*, p. 14; 18; 23.

<sup>15</sup> CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 240-265.

<sup>16</sup> Para conhecer em mais detalhes esta cultura e história, conferir: COSTA, Michel Dal Col. *Ciclo Folclórico e Religioso das Bandas de Congo da Serra. Princípios para sua etnografia e história*. Associação das Bandas de Congo Serra/ES. Lei Chico Prego de Incentivo à Cultura. Serra, ES, 2014. *No prelo*.

<sup>17</sup> Cf. pequena nota sobre Presciliano Biluia de Araújo em: BORGES, Clério José. *História da Serra*. 2ª Edição revista e atualizada. Serra/ES: Editora Canela Verde, 2003., p. 214-215; Ver foto da Banda de Música Recreio dos Artistas, com a presença de Biluia em: BARROS, Paulo de. *Memória Fotográfica da Serra. Imagens de um município brasileiro*. Vitória, Ed. do Autor, 2002, p. 102-103; MIRANDA, Naly da Encarnação. *Reminiscências da Serra*. Serra. Serra, 1984., p. 43-44.

## **Representações sobre o Negro em Manuel Querino e Nina Rodrigues: O Contraponto**

Michelle Dantas Reis Souza.<sup>1</sup>

### **Resumo**

O racismo científico teve grande repercussão e aceitação no meio intelectual em que Manuel Querino (1851-1923) e Nina Rodrigues (1862-1906) se inseria, por isso o africano e seus descendentes foram considerados, por parte das elites letradas, um elemento de atraso para a formação da nação brasileira. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é analisar as representações elaboradas por esses dois autores acerca do negro e da sua cultura, identificando contrapontos e similaridades em seus discursos sobre a referida questão.

**Palavras-chave:** Negro, Contraponto, Representação.

### **Abstract**

The scientific racism had great impact and acceptance in the intellectual milieu in which Manuel Querino (1851-1923) and Nina Rodrigues (1862-1906) was, on that Africans and their descendants were considered by the educated elites, an element of delay for the formation of the Brazilian nation. In this sense, the aim of this paper is to analyze the representations produced by these two authors about black and its culture, identifying similarities and counterpoints in his speeches on that issue.

**Keywords:** Black, Counterpoint, Representation

### **Introdução**

No final do século XIX e início do XX a questão racial estava na ordem do dia entre os intelectuais brasileiros que se preocupavam com os rumos da nação que acabara de abolir a escravidão e proclamar a República. Foi nesse contexto que Manuel Raimundo Querino (1851-1923) e Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) produziram suas análises acerca da influência do africano e dos seus descendentes para a formação do país.

Um dos pioneiros na institucionalização da Medicina Legal no Brasil, Nina Rodrigues, médico maranhense com carreira acadêmica consolidada na Faculdade de Medicina da Bahia, dedicou boa parte dos seus estudos à questão do negro e da cultura de matriz africana, destacando-se como um dos precursores na análise dessa temática no país.<sup>2</sup> Em sua obra “Os africanos no Brasil”<sup>3</sup>, informou que desde 1890 havia iniciado seus primeiros ensaios acerca do tema. Antes da sua morte prematura, em 1906, já havia publicado importantes estudos sobre a questão racial — transformados em livro postumamente — em revistas especializadas da sua área de atuação como a *Revista Medicina Legal* (fundada por ele), *Gazeta Médica* (como redator-chefe) e *Brasil*

*Médico*; e em outros periódicos de relevante circulação como *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro), *Diário da Bahia*, *Revista do Brasil*, *Revista Brasileira*, dentre outros; o que possibilitou que seus estudos fossem conhecidos não apenas entre os doutores da Faculdade de Medicina, mas também tivessem repercussão em outros espaços.

Como um estudioso da questão racial que tanto preocupava os intelectuais nacionais e as elites dirigentes do período, acreditava que possuía a missão de prevenir e “reparar” os “germes” que pudesse degenerar a sociedade e até mesmo impedi-la de progredir. Apesar de ter reconhecido o valor do negro e dos seus serviços prestados à nação, defendeu que o mesmo era incivilizável, portanto, um obstáculo para o avanço da civilização brasileira. Nesse sentido, declarou: “A Raça Negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização [...] há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo (RODRIGUES, 2010, p.15).

Na contramão desse discurso, Manuel Querino demonstrou uma visão positiva acerca da questão do negro e sua influência na formação do país.<sup>4</sup> Durante sua vida acadêmica, sua especialidade foi o desenho e as artes, mas entre 1905 e 1922 começou a se interessar também por temas referentes ao cotidiano popular e a cultura de matriz africana, publicando diversos artigos sobre a questão na *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* — IGHB — instituição na qual foi sócio-fundador. Antes de iniciar sua trajetória intelectual, foi um militante ativo do movimento abolicionista, e, posteriormente, um líder classista, um dos criadores da Liga Operária Baiana em 1876, além de ter participado também da fundação da Academia de Belas Artes da Bahia em 1877, onde estudou e lecionou<sup>5</sup>.

Esse intelectual considerava que não havia incompatibilidade entre os afrodescendentes e os ideais de civilização tão almejados pelas elites nacionais, já que interpretava a condição do negro no país como circunstancial e não racial, decorrente de um passado histórico de exploração. Diferente de Nina Rodrigues, ele destacou positivamente a importância do negro para a formação do país e da identidade nacional: “Foi com o trabalho do negro [...] que tivemos as instituições científicas, letras, artes, comércio, indústria e etc., competindo-lhe, portanto, um lugar de destaque como fator da civilização brasileira (QUERINO, 1955, p. 151 e 152).

Manuel Querino discutiu temas já analisados anteriormente pelo referido médico, como a questão da resistência escrava, a religiosidade de matriz africana, os festejos populares de influência africana, dentre outros<sup>6</sup>. Ambos elaboraram um trabalho etnográfico, visitaram terreiros de Candomblés e colheram informações entre os últimos

africanos que ainda permaneciam na Bahia. Apesar de terem elaborado interpretações distintas sobre o tema, em alguns momentos suas análises também apresentaram similaridades, como será demonstrado nas linhas que se seguem.

### **A questão da resistência escrava em Querino e Rodrigues: O caso do Quilombo dos Palmares**

Nina Rodrigues foi um dos primeiros autores a estudar de forma sistemática os eventos da história da escravidão que envolveram os negros cativos em busca da liberdade, como a formação de quilombos e as revoltas escravas. Acerca desse tema, será destacada sua análise sobre o Quilombo dos Palmares que foi publicada originalmente no *Diário da Bahia* de 20, 22 e 23 de agosto de 1905 com o título “Troia Negra. Erros e Lacunas na Historia dos Palmares”, posteriormente modificado para “As sublevações dos negros no Brasil anteriores aos século XIX – Palmares”, reeditado como o terceiro capítulo de sua obra póstuma “Os Africanos no Brasil”.<sup>7</sup> Nesse estudo, Rodrigues reforçou uma concepção depreciativa sobre os negros que compuseram esse ajuntamento. Para ele, Palmares representava uma reprodução das organizações existentes na África ainda inculta e, portanto, selvagem. Por isso, quando se referiu a esse evento histórico empreendido pelos egressos do cativo e o seu trágico desfecho, declarou:

A todos os respeitos menos discutível é o serviço relevante prestado pelas armas portuguesas e coloniais, destruindo de uma vez a maior das ameaças à civilização do futuro povo brasileiro, nesse novo Haiti, refratário ao progresso e inacessível à civilização, que Palmares vitorioso teria plantado no coração do Brasil (RODRIGUES, 2010, p. 85 e 86).

O uso do termo “novo Haiti” para se referir a Palmares — alusão comumente feita à independência do primeiro país negro da história: o Haiti, foi uma concepção que se fortaleceu entre os senhores de escravos após o levante dos negros malês em Salvador em 1835, despertando o medo na elite branca temerosa que algo parecido ocorresse no país devido à forte presença do contingente africano. Assim, qualquer revolta escrava poderia ser considerada um “haitianismo”<sup>8</sup>. Dessa maneira, o autor demonstrou que não via com bons olhos a possibilidade de direção do país por africanos e seus descendentes, pois avaliou que um suposto êxito desse quilombo representaria um obstáculo ao progresso do Brasil, o que explica suas considerações elogiosas aos serviços prestados pelas tropas portuguesas ao destruírem-no.

O Quilombo dos Palmares, também foi um tema em que se ocupou Manuel Querino. Sua análise a respeito da questão foi originalmente apresentada no 6º



*Congresso Brasileiro de Geografia* ocorrido em Belo Horizonte em 1918 e publicada nos *Anais* do mesmo evento, além de ter sido reeditada em forma de livro pela Imprensa Oficial do Estado da Bahia sob o título “O colono preto como fator da civilização brasileira”, que posteriormente foi integrado à coletânea “A raça africana e seus costumes”<sup>9</sup>. Em suas considerações sobre o tema, considerou que esse povoamento representava uma organização de homens que tiveram como principal objetivo a busca por sua liberdade: “Em Palmares os elementos aí congregados não tiveram por alvo a vingança: bem ao contrário seu objetivo foi escapar da tirania e viver em liberdade, nas mais legítimas aspirações do homem” (QUERINO, 1955, p. 139 e 140). Se para Rodrigues as tropas portuguesas prestaram um relevante serviço à pátria destruindo Palmares, para Querino, as mesmas agiram no sentido de defender os interesses dos senhores: “A tropa [...] procurava agir sem fazer mortandade, no intuito de poupar aos senhores a perda de seus escravos rebelados. Mas estes preferiam perder a vida lutando pela sua liberdade [...]” (QUERINO, 1955, p. 143).

Ao passo que Nina Rodrigues utilizava das teorias do Darwinismo Social para explicar as ações dos egressos do cativeiro, Querino defendia a busca incessante pela liberdade como a razão central que motivou esses movimentos, relacionando-os ao reflexo direto das condições de vida e de trabalho inaceitáveis para os negros escravizados. Nesse sentido, declarou: “Angustiado pelo rigor da escravidão cruel [...], uma única ideia lhe perpassava na mente, [...] a ideia sacrossanta da liberdade que ele tinha gravada no íntimo da sua alma” (QUERINO, 1955, p. 135 e 136).

Não obstante sua oposição às ideias do referido médico, esse intelectual do IGHB revelou também, não ter escapado de uma certa influência das teses do Evolucionismo Cultural que vigorou entre os intelectuais nacionais no período em que produziu seus estudos.

### **Dois etnógrafos em busca da religiosidade de matriz africana**

Os dois autores aqui analisados desenvolveram destacados estudos acerca da religiosidade de matriz africana no Brasil e no estado da Bahia. Ambos realizaram um importante trabalho etnográfico, visitaram terreiros de Candomblés da capital baiana e no interior e possuíram entre seus informantes pais e mães de santo, além de negros malês conhecedores da crença maometana. Dessa maneira, abordaram temas em comum

em relação à religiosidade do negro que merecem destaque, já que suas análises em alguns momentos se revelaram, em certa medida, paradoxais.

Ao discutir sobre as crenças dos afrodescendentes, Nina Rodrigues defendeu que os mesmos, possuíam um nível de compreensão muito reduzido das religiões que ele considerava como superiores, a saber, o Cristianismo e o Islamismo: “Nessas conversões, não são as almas e os espíritos que se elevam à compreensão das religiões superiores. Estas é que tem de descer até o sentimento religioso de alcance muito reduzido, das raças inferiores” (RODRIGUES, 2010, p. 65 e 66). Para ele, não houve uma “conversão” dos negros às religiões “superiores” pois os mesmos não possuíam capacidade de abstração monoteísta, já que eram inclinados ao “fetichismo”.

Apesar de ter analisado a religiosidade de matriz africana à luz das teses deterministas do racismo científico e da antropologia criminal, ele também destacou a complexidade dessas crenças, reconhecendo seu valor. Quando se referiu aos diferentes cultos procedentes do continente africano afirmou que: “O culto fetichista jorubano dos negros e mestiços tem na Bahia uma forma exterior complexa, brilhante e ruidosa” (RODRIGUES, 2005, p.41 e 43); e que: “[...] em África os cultos Gêge-Nagô se constituíam em “verdadeiras religiões de Estado”(RODRIGUES, 2010, p. 264). O fato desse médico ter dado um diagnóstico fatal ao negro e à mestiçagem, não o impossibilitou de ter adotado ao mesmo tempo, posições de defesa à cultura e à religiosidade de matriz africana protestando, por exemplo, contra à repressão policial que os adeptos dessas crenças sofreram no período em que produziu suas análises. Nesse intuito, denunciou as arbitrariedades cometidas aos referidos cultos:

O Código Penal da República qualifica os crimes de violência contra a liberdade de cultos e marca-lhes a penalidade. Em que direito se baseia, pois, a constante intervenção da polícia na abusiva violação dos templos ou terreiros africanos, na destruição dos seus ídolos e imagens, na prisão, sem formalidades legais, dos pais de terreiro e diretores de candomblés? [...] Esses atos, que não podem deixar de revoltar os espíritos educados no sentimento da justiça, da liberdade de consciência, e do respeito à dignidade humana, mesmo nas suas formas mais rudimentares e humildes [...] (RODRIGUES, 2010, p. 272).

Ao considerar os afrodescendentes como inferiores e ao mesmo tempo defender sua religiosidade contra à repressão desempenhada pelo Estado, Rodrigues revelou um postura ambígua, porém explicável, haja vista sua interpretação de que os povos africanos ainda se encontravam na “infância”, ou seja, em processo de desenvolvimento na marcha da evolução da humanidade, por isso defendeu o respeito à liberdade humana “mesmo nas suas formas mais rudimentares e humildes”. Vale ressaltar também, que um dos seus projetos foi a elaboração de um Código Penal diferenciado para os

negros<sup>10</sup>, pois acreditava que não poderiam ser responsabilizados da mesma forma que as “raças superiores” sobre seus atos perante a sociedade,.

No tocante à questão da repressão à religiosidade de matriz africana, Manuel Querino também demonstrou sua defesa aos Candomblés e ao povo de santo da Bahia. É notória sua indignação em relação a uma invasão policial ocorrida em um terreiro de Candomblé em Salvador em 1920, por exemplo:

Há no Matatu Grande, distrito de Brotas, nesta Capital, uma casa, onde os crentes no feiticismo festejam os seus santos. Em a noite de 18 de maio de 1920, o delegado auxiliar bacharel Pedro de Azevedo Gordilho, cercou a dita casa, com praças de cavalaria, e, ai cometeu as maiores arbitrariedades possíveis. [...] Os soldados por ordem do referido delegado cometeram proezas: arrebentaram todo o vasilhame que encontraram, quebraram cadeiras, guarda roupa, arrombaram os baús e conduziram toda a roupa que encontraram, dinheiro, objetos de prata, um anel com brilhante, a mobília ficou em estado deplorável. Foi mais um saque do que uma diligência policial [...] <sup>11</sup>.

Ao classificar o caso acima descrito mais como um “saque” do que uma “diligência policial”, o autor denunciou a forma como as autoridades locais tratavam os adeptos do culto religioso de origem africana: com violência e intolerância. Diferente de Nina Rodrigues que atribuiu a ilegalidade dessas ações à ignorância das autoridades que não compreendiam essas manifestações em seu estágio natural de desenvolvimento, desrespeitando a liberdade de culto, até mesmo entre das raças que considerava inferiores; Querino pareceu defender apenas os direitos dos indivíduos em professar sua fé, independente da “raça” a qual pertencia, denunciando assim, a truculência policial ao invadir e, conforme suas palavras, “saquear” um Candomblé.

Não obstante, a posição de defesa em relação à religiosidade do africano adotada pelo intelectual do IGHB, sua postura não é menos paradoxal do que a do referido médico. Apesar ter contestado em seus escritos os postulados do racismo científico da época, não conseguiu se desvincular de alguns conceitos que reproduziram essas ideias. Ao discutir aspectos da religião de matriz africana, utilizou alguns termos pejorativos como “seita”, “feitiço” e “fetichismo”, esse último, largamente utilizado e difundido por Nina Rodrigues. Em “A raça africana e seus costumes na Bahia”, por exemplo, afirmou que o africano era “espírita por natureza” (QUERINO, 2006, p. 43) e classificou as religiões afro-brasileiras como sincréticas:

O africano já trazia a seita religiosa de sua terra; aqui era obrigado, por lei, a adotar a religião católica. Habitado naquela e obrigado por esta, ficou com as duas crenças. Encontrou no Brasil a superstição, consequência fatal aos povos em sua infância (QUERINO, 2006, p. 33).

Ao considerar os negros como espíritas por natureza, conseqüentemente, acabou generalizando suas crenças, atribuindo a elas uma característica inata. Além disso, sua

classificação dos africanos como povos infantes, demonstra que autor não escapou da influência do Evolucionismo Cultural, que atribuía aos negros um lugar inferior no estágio do desenvolvimento humano. Outra evidência dessa influência pode ser verificada em sua obra “A Bahia de Outrora”<sup>12</sup>, quando discorreu sobre a festa da “Mãe D’água”, que, conforme informação do próprio autor, trata-se de uma homenagem a Nanan Buruku, Iemanjá e Oxum (QUERINO, 2006, p. 45). Essas divindades representam orixás no Candomblé, importante religião de matriz africana largamente professada na Bahia. Em seu relato desse evento religioso, é possível identificar expressões de cunho pejorativo em relação às crenças de origem africana que acabaram desqualificando-as: “Os africanos, em matéria de crença, quando não eram supersticiosos, praticavam a feitiçaria [...] (QUERINO, 1955, p. 126).

Outra questão que merece destaque é a análise que o autor fez da superstição na mesma obra que proferiu a declaração transcrita acima. Ao passo que associou à religiosidade dos negros à crenças supersticiosas, ressaltou também que a superstição foi fatal à todos os povos, inclusive aos europeus: “Não há povo, por maior que seja seu cultivo científico, que tenha escapado à participação de crenças supersticiosas. Não se pense que é um legado de povos ignorantes e atrasados, porque muito se enganará” (QUERINO, 1955, p.92).

Sua interpretação acerca da questão, confirma mais uma vez a influência que recebeu do darwinismo social em voga no período, cuja teoria afirmava que as sociedades humanas passariam pela mesma experiência afim de atingir o ápice do desenvolvimento cultural, assim, a superação da fase da superstição, seria questão de tempo. Talvez por falta de estudos mais aprofundados sobre a questão nessa época, Querino tenha proferido afirmações como essas. A literatura que predominava no contexto de sua produção ainda era fortemente marcada pelas teorias etnocêntricas advindas da Europa, que, como tudo indica, acabaram influenciando de algum modo na sua formação intelectual.

## **Conclusão**

Ao analisarem a cultura e a contribuição do africano e do mestiço para a formação do país, Manuel Querino e Nina Rodrigues tentaram legitimar suas ideias e seus projetos a partir do lugar social que ocuparam, que foi distinto. Por isso, representaram de maneira diferente à questão do negro, discutida por ambos.

O primeiro, falou do negro à partir do lugar social ocupado por um intelectual afrodescendente de vida modesta que também sofreu alguma espécie de discriminação ao longo de sua trajetória pessoal e profissional. Em discurso proferido em sessão magna no IGHB em 1928, o consocio Antônio Viana afirmou que: “Estudando os seus irmãos, Manuel Querino estudou a si mesmo. Descobrimo riquezas no sangue e na alma do preto, denunciou a matéria de que elle [sic] mesmo era feito [...]”<sup>13</sup>. Sua biógrafa Maria das Graças Leal (2004) também ressaltou que ele registrou em seus escritos inquietações próprias de quem experimentou dificuldades para movimentar-se nos diversos espaços de sociabilidade devido ao preconceito de classe e de raça.

Já Nina Rodrigues, enquanto médico e intelectual da Faculdade de Medicina, queria legitimar a Medicina Legal no país, projeto no qual se empenhou em inaugurar. Antenado com as ideias de Lombroso e dos seus seguidores sobre a relação entre a criminalidade e a raça, estabeleceu um debate no campo da medicina e do direito que acabou influenciando a formação jurídica nacional no final do século XIX. O objetivo mais amplo de sua antropologia criminal era a compreensão dos elementos que degeneravam a sociedade e os meios para curá-la através de uma intervenção na realidade social. Em sua política científica, conforme ressaltou Mariza Correia:

[...] era também numa análise estrutural da sociedade brasileira que ele estava interessado. Ele nunca perdia de vista a relação entre o exame de uma menina negra deflorada, a análise da cabeça decepada do Conselheiro ou o internamento de um pródigo e as leis gerais que desejava ver regendo a nossa sociedade. (CORREIA, 1998, p. 93).

Nesse sentido, são adequadas as explicações de Roger Chartier de que:

[...] as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por ela menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas [...] (CHARTIER, 2002, p. 17).

Conforme já foi destacado, os dois autores aqui analisados falaram a partir de diferentes lugares sociais, o que refletiu no produto das suas teses e nas ideias que defenderam sobre a questão racial no país, que foram essencialmente distintas. Não obstante às pontuais aproximações entre os seus discursos, o que se verifica são mais contrapontos, o que nos leva a conjecturar uma possível tentativa de Manuel Querino em responder às ideias que desqualificavam o negro defendidas por Nina Rodrigues e seus seguidores. O fato de ter publicado após a maioria dos trabalhos desse médico já terem sido divulgados, não apenas em veículos de difusão da área médica, amplia a

possibilidade de Querino ter conhecimento dos escritos do intelectual da Faculdade de Medicina, buscando respondê-lo de algum modo.

## Notas

<sup>1</sup>Mestranda em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. E-mail: [chelldantas@hotmail.com](mailto:chelldantas@hotmail.com). Pesquisa financiada com bolsa concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

<sup>2</sup>Ver: CORREIA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista, BP: EDUSF, 1998. COSTA, Iraneidson Santos. *A Bahia já deu régua e compasso: O saber médico-legal e a questão racial na Bahia, 1890-1940*. Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador, 1997. SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

<sup>3</sup> Nesse trabalho é utilizada a versão: RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2010.

<sup>4</sup> Importante ressaltar que Querino não foi voz única nesse sentido. O médico sergipano Manoel Bonfim, também negava os argumentos racistas provindos do pensamento científico europeu, defendendo a necessidade de se compreender o passado histórico de um povo para entender seus problemas sociais; rejeitando assim, as explicações provenientes dos darwinistas sociais que entediavam o atraso social de um povo como consequência natural e/ou biológica. Ver: BONFIM, Manuel. *A América Latina: Males de Origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

<sup>5</sup>Ver: LEAL, Maria das Graças de Andrade. *Manuel Querino – Entre Letras e Lutas. Bahia: 1851-1923*. Tese de doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004; SODRÉ, Jaime. *Manuel Querino: um herói da raça e classe*. Salvador, 2001; SANTOS, Flávio Gonçalves dos. *Os discursos afro-brasileiros face às ideologias raciais na Bahia*. Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador, 2001; ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009; GLEDHILL, Sabrina. *Manuel Querino e o “racismo científico”*. In: Academia de Letras da Bahia – ALB. *Personalidades negras: trajetórias e dados biográficos*. Jaime Nascimento, Hugo Gama. (orgs). Salvador: Quarteto, 2012; REIS, Carlos Antônio dos. *A reabilitação do Negro e do Mestiço na História do Brasil: Manuel Querino e seu projeto de Identidade Nacional*. In – Academia de Letras da Bahia – ALP. *Personalidades Negras: Trajetórias e dados biográficos*. Jaime Nascimento e Hugo Gama (orgs). Salvador: Quarteto, 2012.

<sup>6</sup>Por não caber nos limites desse trabalho, foram selecionadas apenas algumas questões que ambos discutiram acerca do negro, a saber, o Quilombo dos Palmares e a religiosidade de matriz africana, mesmo assim, de forma resumida.

<sup>7</sup> Em relação a essa temática, ele também desenvolveu um estudo sobre a Revolta dos Malês publicado originalmente no *Jornal do Comercio* — Rio de Janeiro, 2 de novembro de 1900 — sob o título “Os negros maometanos no Brasil”, que também compõe a edição póstuma de “Os africanos no Brasil”.

<sup>8</sup>Ver: REIS, João José. GOMES, Flávio dos Santos. (Orgs). *Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

<sup>9</sup>Manuel Querino também analisou a Revolta dos Malês em 1835 num trabalho originalmente apresentado no 5º congresso Brasileiro de Geografia ocorrido na Bahia em 1916 e publicado nos Anais do mesmo evento com o título “A raça africana e seus costumes na Bahia”, posteriormente transformado em livro. Ver: QUERINO, Manuel. *A raça africana e seus costumes na Bahia*. Salvador: P 555 Edições, 2006; SOUZA, Michelle Dantas Reis. *Representações acerca da Cultura Afro-Brasileira em Manuel Querino: uma análise de A raça africana e seus costumes na Bahia*. Monografia de Especialização em História da Bahia. Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, Feira de Santana-Ba, 2012.

<sup>10</sup>Ver: RODRIGUES, Nina. *O crime de homicídio no ponto de vista da legislação e da jurisprudência pátrias — Estudo Médico Legal*. Revistas dos cursos da Faculdade de Medicina. ano 2; Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1904; *Os africanos no Brasil*. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2010.

<sup>11</sup>Arquivo do IGHB, Cx. 5, doc. 56. Esse manuscrito intitulado *Acontecimentos policiais nos candomblés, em 1920, relatado por Querino*, parece tratar de uma carta enviada por ele ao delegado encarregado do caso. Maria das Graças Leal foi quem primeiro apresentou esse documento. A autora informou que o local onde situava o referido Candomblé invadido era o mesmo bairro onde residia Manuel Querino, o que indica a possibilidade do autor ter conhecido ou frequentado a referida casa. Ver: LEAL, Maria das

---

Graças de Andrade. *Manuel Querino – Entre Letras e Lutas. Bahia: 1851-1923*. Tese de doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004. p. 67 e 68.

<sup>12</sup>A primeira versão dessa obra foi publicada em forma de livro em 1916. Utilizamos nesse trabalho a terceira edição de 1955. Ver: QUERINO, Manuel. *A Bahia de Outrora*. Livraria Progresso Editora, Salvador, 1955.

<sup>13</sup>Revista do IGHB, n°54, 1928, p. 314.

### Fontes:

Arquivo do IGHB, Cx. 5, doc. 56. Manuscrito intitulado Acontecimentos policiais nos candomblés, em 1920.

QUERINO, Manuel. *A raça africana e seus costumes na Bahia*. Salvador: P 555 Edições, 2006.

\_\_\_\_\_. *A Bahia de Outrora*. Livraria Progresso Editora, Salvador, 1955.

\_\_\_\_\_. *A raça Africana e seus costumes*. Livraria Progresso; Editora Praça da Sé, 26, Salvador-Ba, 1955.

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2010

\_\_\_\_\_. *O animismo fetichista dos negros baianos*. Salvador: P 555, 2005.

### Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BONFIM, Manuel. *A América Latina: Males de Origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre Práticas e Representações*. Difel, 2002.

CORREIA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista, BP: EDUSF, 1998.

COSTA, Iraneidson Santos. *A Bahia já deu régua e compasso: O saber médico-legal e a questão racial na Bahia, 1890-1940*. Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador, 1997.

GLEDHILL, Sabrina. *Manuel Querino e o “racismo científico”*. In: Academia de Letras da Bahia – ALB. *Personalidades negras: trajetórias e dados biográficos*. Jaime Nascimento, Hugo Gama. (orgs). Salvador: Quarteto, 2012.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. *Manuel Querino – Entre Letras e Lutas. Bahia: 1851-1923*. Tese de doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004.

REIS, João José. GOMES, Flávio dos Santos. (Orgs). *Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, Carlos Antônio dos. *A reabilitação do Negro e do Mestiço na História do Brasil: Manuel Querino e seu projeto de Identidade Nacional*. In – Academia de Letras da Bahia – ALP. *Personalidades Negras: Trajetórias e dados biográficos*. Jaime Nascimento e Hugo Gama (orgs). Salvador: Quarteto, 2012.

SANTOS, Flávio Gonçalves dos. *Os discursos afro-brasileiros face às ideologias raciais na Bahia*. Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador, 2001.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

SODRÉ, Jaime. *Manuel Querino: um herói da raça e classe*. Salvador, 2001.

## **O olhar de um brasileiro exilado na Europa sobre o regime totalitário hitlerista**

Miqueline Ferreira de Freitas

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas  
(PPGHIS) na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Orientador: Geraldo Antônio Soares

E-mail: miqueline.freitas@hotmail.com

### **Resumo**

Este projeto recebe apoio financeiro da Instituição CAPES e propõe o estudo do ator político e jornalista Lindolfo Collor durante seu exílio no continente europeu entre 1938-1941. Neste período, Collor conviveu e relatou suas opiniões e impressões do contexto histórico ali presenciado, bem como os aspectos culminantes da crise internacional que precedeu a guerra. Pretendemos analisar nesta comunicação a experiência histórica vivida por Lindolfo Collor durante este exílio, abordando especialmente suas impressões sobre o regime nacional-socialista alemão, expostas em suas publicações *Europa 1939* e *Sinais dos Tempos*.

Palavras-Chave: História – Lindolfo Collor – Nacional-Socialismo Alemão

### **Abstract**

This project is financed to CAPES institution it intended the study to political actor and journalist Lindolfo Collor during his exile in Europe between 1938-1941. In this period, Collor lived and reported their opinions and impressions the historical context as well as the culminating aspects of the international crisis that preceded the war. We intend to analyze in this paper the historical lived experience Lindolfo Collor during this exile, especially addressing your impressions of the German National Socialism regime, exposed in their publications *Europa 1939* and *Sinais dos Tempos*.

Key-Words: History – Lindolfo Collor – German National Socialism

Os primeiros escritos de Lindolfo Collor quando chegou ao continente europeu para seu exílio em 1939 já nos indicavam sua discordância com os regimes políticos totalitários presentes neste continente. Especialmente por sua primeira estadia em Berlim na Alemanha, Collor foi



capaz de observar e nos descrever características do partido nacional-socialista, apresentando sempre muitas críticas e questionamentos, detalhando seus rituais políticos e comemorações, Collor foi delineando e explicando aos brasileiros suas impressões e visões do Terceiro Reich.

O primeiro artigo escrito por Collor em sua obra *Europa 1939*, nos relata uma *Sessão do Reichstag*, em seguida, nosso emissário nos fala sobre os *Índices da vida financeira do Reich* e em ambos os artigos já podemos observar as impressões de Collor sobre o regime nacional-socialista instaurado na Alemanha desde 1933. Especificamente neste segundo artigo citado, Collor nos diz que a primeira impressão que teve quando chegou à Alemanha, foi de um país admirável por sua cultura, sua disciplina social e pela capacidade de trabalho do seu povo. Entretanto, a sensação que se tem “é a de que tudo marcha em perfeita, em minuciosa conformidade com os desejos expressos pelo *Führer*”.

Segundo Collor o Ministro da Propaganda, Sr. Goebbels, que “de tudo tira as conclusões finais”, vem a público e “declara que o Estado Nacional-Socialista não se satisfaz apenas com a lealdade, mais do que plausível, dos seus servidores”, ele exige textualmente “o seu fanatismo pelo *Führer*”, apenas “os fanáticos repete o Ministro da Propaganda, podem ter a compreensão integral das verdades do nacional-socialismo”<sup>i</sup>. Conheceremos os personagens e a filosofia do partido nacional-socialista da Alemanha, bem como suas percepções sobre a psicologia do *Führer*.

Um dos artigos mais representativos produzido por Lindolfo Collor durante seu exílio no continente europeu sobre o regime nacional-socialista foi escrito em Berlim no dia 28 de fevereiro de 1939 e explica a filosofia adotada pelo partido. Sob o título *Assim falou o Sr. Rosenberg*, Collor nos fala sobre uma conferência proferida pelo filósofo oficial do partido nazista, Sr. Alfred Rosenberg. Relata-nos que há alguns dias essa conferência fora pronunciada especialmente aos diplomatas e jornalistas estrangeiros presentes em Berlim. Segundo Collor o assunto abordado foi dos mais interessantes: “as relações que entre si devem guardar Estados que se inspirem em concepções políticas diferentes”<sup>ii</sup>.

Collor não pôde assistir a "preleção", mas recebeu-a em seguida do Ministério da Propaganda e considerou as 17 páginas mimeografadas “um dos resumos mais preciosos e significativos do nacional-socialismo, como doutrina e ação, em face do mundo dos nossos dias”<sup>iii</sup>. Segundo Collor, do ponto de vista teórico:

[...] o verbo mais autorizado do nacional-socialismo não é do Sr. Hitler, em que pese a significação oracular que se atribui no mundo inteiro ao *Mein Kampf*, nem tampouco do

Dr. Goebbels a quem está afeta a responsabilidade oficial da propaganda do regime dentro e fora das fronteiras do *Reich*. O partido tem seu filósofo oficial, o seu comentador autêntico, o conferidor supremo da sua doutrina na pessoa do Sr. Alfred Rosenberg<sup>iv</sup>.

Collor nos apresenta dois representantes do partido nacional-socialista, Hitler e sua obra fundadora o *Mein Kampf*, e o Dr. Goebbels, responsável oficial do Ministério da Propaganda, entretanto, o partido possui também seu filósofo oficial, o Sr. Alfred Rosenberg. Collor relata que Rosenberg é autor de numerosas obras amplamente lidas e difundidas na Alemanha, cita como exemplo duas de suas principais publicações: *Mito do Século XX* e *Luta pelo Poder*. São livros que atingiram uma grande difusão dentro da Alemanha, pois não se pode compreender que um membro do partido não os possuía, contudo, Collor aponta que outra questão seria a de saber se estas obras são verdadeiramente lidas e, sobretudo compreendidas, pois, “a clareza das ideias não é por certo, a característica principal desse autor”<sup>v</sup>.

Em seu discurso o Sr. Rosenberg inicia com uma crítica ao governo democrático de Weimar e declara que este governo resultou em uma “imposição das potências estrangeiras, e que jamais se haveria de considerá-lo como expressão da vontade do povo alemão”, porém, segundo Collor, a participação dos principais “líderes partidários do *Reich* não pode ser obscurecida nos acontecimentos posteriores ao desastre da guerra”, sendo assim o Sr. Rosenberg considera a todos estes líderes partidários, sem nenhuma exceção, como “traidores à pátria”. Collor relata também que o conferencista associa a agressividade do nazismo em relação aos Estados Democráticos, tendo como precedente histórico de “inegável importância à face da Alemanha de 1918”, conforme o questionamento de Rosenberg:

Se as potências ocidentais impuseram à Alemanha vencida um governo por ela não desejado e muito menos compreendido, onde a sua autoridade moral para estranhar, hoje em dia, que o nacional-socialismo, como doutrina política, ponha em ação as suas represálias contra as formas democráticas que ele odeia, como sinônimos que foram da sua derrota e da sua sujeição?<sup>vi</sup>.

Norbert Elias em sua obra *Os alemães* nos diz que a derrota de 1918 foi uma “experiência inesperada e altamente traumática”, atingindo um ponto sensível da sociedade e foi sentida como um “regresso ao tempo da fraqueza alemã, dos exércitos estrangeiros no país, de uma vida na sombra de um passado mais grandioso”. “Estava em risco todo o processo de recuperação da Alemanha”:

Muitos membros das classes média e superior alemãs – talvez a grande maioria – sentiram que não poderiam viver com tamanha humilhação. Concluíram que deveriam preparar-se para a guerra seguinte, com melhores chances de uma vitória alemã, mesmo que, no começo, não estivesse claro como isso poderia ser feito<sup>vii</sup>.

Assim, Elias diz que para entendermos a ascensão de Hitler ao poder, torna-se importante pensar que os grupos que apoiavam a República de Weimar, governador daquele período eram, desde o começo, muito restritos e incluíam a massa de trabalhadores sociais democratas e um número crescente de membros das classes médias liberais, “incluindo numerosos judeus”. Do outro lado estavam as classes médias e superiores, para os membros jovens e velhos dessa classe dominante tradicional, a comunicação com as massas era bem difícil, não tinha chances de iniciar por conta própria um movimento “em favor da rescisão do Tratado de Versalhes e, em última instância, provocar uma guerra revanchista”. Com o objetivo de mobilizar alguns setores das massas, “precisavam de um homem cujas estratégias bélicas e retórica estivessem mais de acordo com as necessidades desses grupos”, deram assim essa chance a Hitler, entretanto, quando a situação tornou-se crítica, o *Fuhrer* “os colocou fora de circuito”<sup>viii</sup>. Este é o contexto apresentado por Rosenberg em sua conferência e são estes os denominados traidores.

Collor nos diz que faz o possível para tentar resumir com clareza as ideias do conferencista, mas confessa, que a tarefa não é das mais fáceis. Definida a premissa apresentada por Rosenberg, Collor presume que o filósofo do partido nacional-socialista pronunciar-se-ia a favor de uma “luta ampla e franca dos regimes totalitários contra as ideias democráticas”, entretanto, acontece justamente o contrário, ao menos aparentemente. O que o Sr. Rosenberg sustenta é que “os regimes totalitários e os Estados Democráticos podem e devem coexistir pacificamente lado a lado, sem que uns procurem interferir nas prerrogativas dos outros”, para surpresa de Collor essa é verdadeiramente a tese central da conferência, “o Sr. Rosenberg não é favorável a que em outros países se organizem partidos nacionais socialistas, que possam dar a entender a existência de qualquer correlação espiritual ou real com a matriz alemã”<sup>ix</sup>, que deve ser considerada neste caso como única:

O *Reich* não deseja complicações internacionais decorrentes de solidariedades doutrinárias com partidos que se inspirem em programas políticos idênticos ao seu. A esse propósito, o conferencista foi explícito e claro. Mas só a esse propósito. Porque os aspectos fundamentais do problema, ou ele os silenciou ou os apresentou completamente desfigurados pela sua exegese dogmática e sectária<sup>x</sup>.

Como por exemplo, quando afirma que o combate ao bolchevismo é uma obrigação de todos os governos europeus e leva Collor a questionar: devemos concluir que os Estados ocidentais hajam de fazer, nesse particular, causa comum com os regimes totalitários? Quanto à liberdade de consciência do indivíduo em face do Estado, que diferença existe entre o comunismo e o nazismo? E concluir que se os estados democráticos aceitassem como boa a

ideologia antibolchevista do nazismo, abdicariam da sua própria razão de ser. Sendo assim, para que exista uma coexistência pacífica o pressuposto fundamental é que aceitem as “diretivas essenciais daqueles em matéria de política social e internacional”. A este propósito o Sr. Rosenberg repete o velho *slogan* “de que os Estados democráticos terão de escolher entre o bolchevismo e o fascismo”. Collor apresenta assim seu posicionamento e afirma que não conhece:

[...] nada mais vazio e falho de sentido do que essa necessidade, em cuja repetição se comprazem tantos reformadores apressados do mundo. Para as consciências que não aceitam que o indivíduo seja proprietário do Estado, é indiferente saber se a ameaça contra as suas liberdades fundamentais vem da esquerda ou da direita. Elas defendem *essas liberdades*. Por que haveriam, pois de aliar-se aos liberticidas da direita contra os da esquerda, ou aos da esquerda contra os da direita?<sup>xi</sup>

Discussões entre direita e esquerda, para Collor indiferentemente, são todos regimes totalitários. Entretanto o Sr. Rosenberg como bom totalitário não vê as coisas por este prisma, para ele é indiferente que os Estados Europeus adotem ou não um governo forte, à maneira do Terceiro Reich, desde que aceitem os pontos de vista do nazismo em relação a dois problemas: “o combate ao bolchevismo e a perseguição aos judeus”<sup>xii</sup>. Por ora, o que nos importa relatar sobre os olhares de Collor quanto ao discurso do Sr. Rosenberg, é sua recomendação de que o essencial para o filósofo do nacional-socialismo é que “os povos democráticos assistam indiferentes ou resignados à expansão dos totalitarismos e convenham em viver em paz com eles”:

Tudo o mais não tem importância. Mesmo porque ele está absolutamente convencido de que existem “nações que crescem e se expandem em todas as esferas da vida, graças a uma forma dinâmica irresistível: ao passo que outras estão fadadas a um declínio inevitável”. Que as primeiras sejam as totalitárias e as segundas sejam as democráticas não seria necessário acrescentar. De sorte que a questão, para os Estados representativos, se resume, como já ficou dito, em assistirem, conformados, ao seu próprio declínio e em permitirem que as nações dinâmicas possam, sem maiores percalços, cumprir os seus destinos.

[...] Assim falou o Sr. Rosenberg, profeta máximo da filosofia nazista...<sup>xiii</sup>

Utilizando-se de sua crítica e sarcasmo, defendendo seu posicionamento democrático e sua repulsa aos regimes totalitários, Collor finaliza assim esse artigo. É perceptível sua indignação quanto à base filosófica adotada pelo partido nacional-socialista e observaremos essa constante em vários de seus artigos. Collor não compreende que os regimes democráticos devam aceitar essa filosofia, devam concordar com suas premissas de combate ao bolchevismo e perseguição aos judeus. E assistam ao crescimento dos regimes totalitários e convivam pacificamente com eles, definitivamente, para Collor esse posicionamento consiste em uma impossibilidade.

Outro ponto comumente observado por Collor são os ritos e as mudanças culturais presentes na Alemanha em virtude do estabelecimento do partido nacional-socialista. Já falamos sobre a presença de Collor em uma Sessão do Reichstag e essa não foi à única sessão em que ele esteve presente. Collor teve a oportunidade de assistir outra dessas sessões e a relatou no artigo intitulado *A Resposta do Führer* escrito em Paris no dia 02 de maio de 1939, contudo em sua opinião quem assiste a um espetáculo destes pode dizer que assistiu a todos:

O cenário já nos é conhecido: a *Krolls-Oper*, no Tiergarten. Também a cena: os deputados do Reich, nos seus fardamentos de membros do partido, que se levantam, esticam os braços e gritam "Heil" automaticamente, unissonamente, com uma disciplina tão perfeita como não se encontra em muitas casernas. Também o presidente: o *feld-marechal* Hermann Goering, coberto o vasto peito de medalhas e fitas condecorativas. E ainda as medidas de precaução para que o povo não se aproxime do lugar sagrado onde o chefe do Reich vai falar ao mundo. E mesmo a cerimônia, invariavelmente a mesma em atos dessa natureza. Tudo o mais é igual. Quem assiste a um espetáculo destes pode dizer que assistiu a todos. A disciplina aborrece as novidades. E ademais, nessa reunião de homens que se chama Reichstag da Grande Alemanha, tudo se reduz a uma simples função de moldura. O quadro é a figura do Sr. Adolf Hitler. Só ele vale. Os deputados, representação simbólica do povo, são criaturas da sua vontade. Eles não discutem: ouvem e aplaudem<sup>xiv</sup>.

Collor foi deputado estadual e federal no Brasil, conhece o funcionamento de uma Câmara, suas discussões e defesas. Collor observa apenas algumas diferenças, de cunho diplomático, no recinto e entre os espectadores. Diz que nos bancos:

[...] tomam assento pela primeira vez os deputados, que o Sr. Hitler nomeou para a Tchécua e para o território de Memel. E na tribuna diplomática nota-se a ausência, entre outros, do embaixador da Grã-Bretanha, o Sr. Neville Henderson, que o Sr. Von Ribbentrop ainda não teve tempo de receber, muito ocupado como tem estado nas suas confabulações com o colega da Iugoslávia e o representante diplomático da Holanda<sup>xv</sup>.

São justamente as expansões territoriais alemãs e a personalidade de Hitler, visível nesta reunião, que Collor nos fará observar. A impressão que Collor tem sobre o *Führer*, especialmente em seus discursos, é a de “um homem gritando e gesticulando no meio de uma formidável desordem de papéis, entre os quais ele procura nervosamente os que lhe possam servir e rejeita, irritado, os que não se prestam à argumentação em curso”. Collor observa ainda as inúteis folhas espalhadas no chão, são “os tratados unilateralmente denunciados pelo chefe do Terceiro Reich”. Especialmente nesta Sessão do *Reichstag*, Hitler direciona seu discurso em resposta à mensagem transmitida ao presidente norte-americano e segundo Collor esse discurso “é uma das peças que mais perfeitamente retratam a sua psicologia, os seus métodos, os seus recursos de ação”. "Só uma criança", proclamou o Sr. Hitler, "teria podido acreditar que a nação alemã (no que diz respeito às suas fronteiras) permanecesse reduzida ao estado de 1919"<sup>xvi</sup>. Para Collor:

O que espanta é a perfeita tranquilidade com que o chanceler alemão toma as suas atitudes em face do mundo, pretendendo sempre para o seu país o papel da vítima ameaçada pela incoercível má vontade dos países vizinhos, das potências ocidentais e do "judaísmo internacional". Por certo que tudo isto transcende dos quadros normais da compreensão<sup>xvii</sup>.

Collor definitivamente não compreende as atitudes e posicionamentos adotados por Hitler no direcionamento do partido nacional-socialista. Neste trecho fica clara sua inquietação quanto ao modo governante do *Führer*.

Em outro artigo escrito também em Paris no dia 21 de abril de 1939, intitulada *Heil Hitler*, Collor nos fala sobre a comemoração do 50º aniversário do *Fuhrer* e novamente debate a psicologia e os métodos adotados pelo presidente do partido nacional-socialista. Inicialmente, como de costume Collor nos apresenta a ornamentação física da cidade para o acontecimento. Fala sobre a transformação dos quarteirões centrais de Berlim em um “colossal cenário wagneriano” onde “a cidade tomou o aspecto anacrônico de uma festividade mitológica dos velhos ritos teutônicos” e nos questiona:

[...] quando foi que Berlim, a velha cidade dos margraves do Brandenburg, a orgulhosa capital dos Hohenzollern que estremeceu de júbilo com os triunfos imortais do grande Frederico, que celebrou as vitórias de Bismark, aplaudiu no primeiro Guilherme o império nascente e consagrou a máxima expressão do poder militar nos tempos modernos, quando foi que Berlim já assistiu a tão grandiosa demonstração em honra de um homem?<sup>xviii</sup>

Collor nos diz que a cidade de Berlim oferece aos convidados estrangeiros do *Führer* “um espetáculo sem precedentes”. “Os gritos da turba fanatizada pelo ditador atromam os ares: *Heil Hitler! Heil Hitler!*”. Collor defende que “nenhum homem, em todo o decurso da história alemã, já recebeu homenagens comparáveis a estas”, onde se “procura aquietar as resistências internas e impressionar a opinião do estrangeiro”<sup>xix</sup>.

Retomando o artigo *A Resposta do Führer*, sobre o discurso feito por Hitler em resposta à declaração do presidente norte-americano, Collor nos fala sobre um livro que está lendo e usa-o como embasamento para explicar a posição do Sr. Hitler ante as convenções e tratados com os quais se comprometeu e entre os quais pode mudar de opinião quando lhe convier. Trata-se da obra *Die Revolution des Nihilismus*, de Hermann Rauschning. Collor nos diz que essa obra apareceu recentemente em Zurique e acredita-se que ela seja traduzida para o francês, segundo fora anunciado na *Revue des Deux Mondes*. Segundo Collor: "Dentro em breve, ele será conhecido do mundo inteiro como o depoimento mais autorizado, mais completo e penetrante sobre a mentalidade do nazismo em geral e do Sr. Hitler em particular". Segundo Collor o autor foi um dos homens que mais de perto conviveram com os chefes do nazismo, e

diz que o *Führer* se “declara sempre disposto a assinar todo e qualquer acordo de não agressão, e se mostra sinceramente surpreendido quando alguém lhe reprova o abandono dos seus compromissos”, entretanto, é evidente que, “de tempos em tempos, todo chefe de Estado seja levado a romper as promessas que tenha feito”. Nada mais lógico lhe parece do que: "assinar hoje uma convenção com a boa-fé mais integral e ser obrigado a desprezá-la amanhã, desde que os acontecimentos lhe demonstrem que disso decorre alguma vantagem para o povo alemão" <sup>xx</sup>.

Novamente observando o caráter psicológico de Hitler, Collor nos diz que esta foi, resumida em poucas palavras, a resposta do ditador alemão ao chefe da democracia norte-americana. Entretanto, para formulá-la “ele gastou mais de duas horas, remexeu papéis, rasgou tratados, fez ameaças, voltou ao tema desmoralizado de Versalhes, queixou-se de incompreensão do mundo democrático, protestou contra as tentativas de bloqueio da Alemanha”. No fim, a conclusão que fica para Collor é esta:

[...] o Reich está disposto, *agora*, a assumir quaisquer compromissos em relação a quaisquer países, excetuada a Polônia. Este terá de entregar-lhe Dantzig e concordar em neutralizar uma faixa do "corredor", pródromo indiscutível da inteira absorção daquele território num futuro próximo. Se a Polônia cedesse à pressão atual e se queixasse mais tarde da fatal ampliação das exigências nazistas, o Sr. Hitler lhe diria então, como diz agora a respeito da Áustria e da Tcheco-Eslováquia: "Só uma criança poderia imaginar que o Reich desistisse de trazer para dentro das suas fronteiras uma região que, no passado, já foi sua" <sup>xxi</sup>.

---

<sup>i</sup> COLLOR, Lindolfo. *Europa 1939*. Porto Alegre: Fundação Paulo do Couto e Silva, 1989. p. 41.

<sup>ii</sup> COLLOR, Lindolfo. *Europa 1939*, p. 46.

<sup>iii</sup> COLLOR, Lindolfo. *Europa 1939*, p. 47.

<sup>iv</sup> COLLOR, Lindolfo. *Europa 1939*, p. 46.

<sup>v</sup> COLLOR, Lindolfo. *Europa 1939*, p. 46.

<sup>vi</sup> COLLOR, Lindolfo. *Europa 1939*, p. 47.

<sup>vii</sup> ELIAS, Norbert. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 20.

<sup>viii</sup> ELIAS, Norbert. *Os Alemães*, p. 21.

<sup>ix</sup> COLLOR, Lindolfo. *Europa 1939*, p. 47.

<sup>x</sup> COLLOR, Lindolfo. *Europa 1939*, p. 47-48.

<sup>xi</sup> COLLOR, Lindolfo. *Europa 1939*, p.48.

<sup>xii</sup> COLLOR, Lindolfo. *Europa 1939*, p.48.

<sup>xiii</sup> COLLOR, Lindolfo. *Europa 1939*, p. 50.

<sup>xiv</sup> COLLOR, Lindolfo. *Europa 1939*, p. 147.

<sup>xv</sup> COLLOR, Lindolfo. *Europa 1939*, p. 147.

<sup>xvi</sup> COLLOR, Lindolfo. *Europa 1939*, p. 148.

<sup>xvii</sup> COLLOR, Lindolfo. *Europa 1939*, p. 149-150.

<sup>xviii</sup> COLLOR, Lindolfo. *Europa 1939*, p. 128.

<sup>xix</sup> COLLOR, Lindolfo. *Europa 1939*, p. 133.

<sup>xx</sup> COLLOR, Lindolfo. *Europa 1939*, p. 150.

<sup>xxi</sup> COLLOR, Lindolfo. *Europa 1939*, p. 151.

## O surgimento das Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher: considerações históricas

Mirela Marin Morgante\*

Resumo: Na década de 1980 começaram a surgir Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM) no Brasil, visando o enfrentamento da problemática da violência contra a mulher. Diversos fatores contribuíram para a emergência das DEAMs, como as lutas da segunda onda do movimento feminista e a publicidade de casos de violência doméstica dada pela mídia nacional. O presente artigo pretende abordar um pouco da história do surgimento das DEAMs no Brasil, assim como realizar um breve questionamento acerca da efetividade política desta instituição.

Palavras-chave: Movimento Feminista, Mídia, Violência contra a Mulher, DEAMs

Abstract: In the mid-1980s, began to emerge Special Police Assistance to Women (DEAM) across the Brazilian territory, aimed at tackling the problem of violence against women in various states. Several factors contributed to the emergence of DEAMs, as the struggles of second-wave feminist movement and the publicity of cases of domestic violence given by the national media. This article seeks to address some of the history of the emergence of DEAMs in Brazil and in State of Espírito Santo, and perform a brief questioning about the political effectiveness of this institution.

Key-words: Feminist Movement, Media, Violence against Women, DEAMs

---

\* Mestranda do programa de pós-graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, Brasil. Bolsista da FAPES. Orientadora: Professora Doutora Maria Beatriz Nader. E-mail: mirela\_marin\_@hotmail.com



A partir da década de 1980, a luta das militantes feministas por tirar da obscuridade a violência de que as mulheres eram alvos, pela punibilidade dos agressores e pela criação de políticas públicas voltadas para o enfrentamento das agressões de gênero, foi condição *sine qua non* para o “[...] processo de construção e institucionalização desse tipo de violência como um problema social [...]”.<sup>1</sup> Eva Blay explica que havia uma obscuridade envolvendo a violência contra a mulher, principalmente aquela que ocorria no interior da família. “Era como se não existisse o incesto, o estupro e todas as formas de violência física, moral e psicológica contra a mulher e a criança, particularmente a menina”.<sup>2</sup> Quando a mídia noticiava alguns desses crimes, o viés da informação era carregado de preconceitos sexistas, culpando a mulher pelo abuso sexual do qual era vítima, amiúde recusando casos de incesto e, quanto ao homicídio de mulheres, explicava-o tendo como parâmetro as diferenças biológicas – portanto naturais – entre mulheres e homens, o que lhes davam direitos distintos.<sup>3</sup>

Para Vitória<sup>4</sup>, a credibilidade na percepção da necessidade de combater a violência contra a mulher – percepção tanto do movimento feminista quanto da sociedade de maneira geral – se deu por conta de três casos de violência doméstica noticiados pela mídia nacional. O primeiro caso foi o de uma mulher, pertencente à classe média alta da cidade de São Paulo, espancada por seu marido, um professor universitário que gozava de grande estima no *métier* intelectual. Conforme a autora, o senso comum pressupunha que o espancamento de mulheres se restringia à camada mais desprovida da sociedade, ou seja, que era perpetrada por homens negros, pobres e muitas vezes alcoólatras. A violência cometida por um homem branco, de alta posição social, mostrou que ela está disseminada no corpo social, presente em todas as classes sociais, etnias e níveis de escolaridade.

O segundo crime que chocou a opinião pública e deu credibilidade ao enfrentamento da violência de gênero, foi o assassinato da *socialite* mineira Ângela Diniz, em Cabo Frio – litoral do Rio de Janeiro – por seu companheiro Doca Street, em 1976. O movimento feminista carioca se manifestou nas ruas exigindo a condenação do assassino de Diniz, de forma que, visando “[...] combater e punir os atos de violência contra as mulheres, surgia uma nova onda de agitações e campanhas que, agora, possuíam como principal slogan ‘Quem ama não mata’”.<sup>5</sup> Assim, em novembro de 1981 Street foi condenado pelo assassinato de Ângela Diniz, “[...] a 15 anos em regime fechado, dos quais cumpriria apenas 3, por obter a liberdade condicional”.<sup>6</sup>

Finalmente, o terceiro caso de violência doméstica apontado por Vitória como um dos divisores de água no novo tratamento dado ao problema da violência de gênero, foi o assassinato da cantora Eliane de Grammont, em março de 1981, por seu ex-marido, Lindomar Castilho, também cantor, chamado “o rei do bolero” – com o qual tinha uma filha.<sup>7</sup> O assassino foi preso em flagrante, aguardando o julgamento no cárcere. Com a pressão exercida pelas militantes feministas, nas manifestações de rua e nos espaços midiáticos, Lindomar Castilho foi condenado a 12 anos de prisão – em 1984 –, dos quais cumpriria somente 5, favorecido pela liberdade condicional adquirida em 1988.<sup>8</sup>

Portanto, para Vitória, esses três crimes cometidos contra as mulheres no território nacional contribuíram para um aumento na quantidade de denúncias de mulheres vítimas de violência, e as agressões de caráter doméstico passaram a ser tratadas “[...] como um problema de saúde pública, que requer atenção especializada”.<sup>9</sup> As denúncias e as reivindicações das ativistas do movimento feminista recaíram então sobre o Estado, exigindo políticas públicas específicas para a problemática da violência de gênero. Nessa perspectiva, surgem “[...] algumas entidades, de cunho feminista, dedicadas a combater a violência contra a mulher e a orientar as vítimas”.<sup>10</sup>

As notícias de crimes cometidos contra as mulheres eram continuamente expostas pela mídia. Era grande a repercussão dos casos, principalmente devido à pressão exercida pelas militantes feministas, cujo questionamento acerca da condição inferiorizada em que a mulher estava situada no corpo social colocou em xeque a legitimidade das diversas violências que eram cometidas contra ela. Elas passaram a reivindicar modificações legislativas e a criação de serviços públicos que atendessem as mulheres agredidas. Nos anos de 1980, surgiram diversas organizações no Brasil de apoio à mulher vítima de violência, sendo a SOS Mulher, implantada no Rio de Janeiro em 1981, a primeira delas.<sup>11</sup>

Posteriormente, foram criadas as delegacias especializadas no atendimento à mulher, a primeira foi fundada em São Paulo em 1985, e, no mesmo ano fundou-se a Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher vítima de violência no Espírito Santo (DEAM-ES), mais conhecido num momento posterior como DEAM/Vitória, órgão diretamente relacionado à Secretaria de Estado de Segurança Pública.<sup>12</sup> Em 1992, já havia 141 delegacias espalhadas por todo o território brasileiro,<sup>13</sup> inclusive pelo interior do Estado.

### *As Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher*

A primeira instituição, que pode ser considerada o pontapé inicial dado pelo Estado no sentido de denunciar as agressões cometidas contra as mulheres e de atender as vítimas de violência – e que culminou com a posterior criação das Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher (DEAM) –, foi o SOS-Mulher, criado em várias regiões do Brasil em finais da década de 1970 e no início dos anos de 1980. Em um momento em que a imprensa noticiava casos de agressões e homicídios cometidos – “em defesa da honra masculina” – contra as mulheres, e que as feministas denunciavam a impunidade dos agressores e questionavam os tradicionais papéis sociais de gênero, surgia o SOS-Mulher em todo o país – e, um pouco depois, as DEAMs –, visando o atendimento das mulheres em situação de violência.

A proposta dos SOS-Mulher era fornecer um atendimento social, psicológico e jurídico às mulheres vítimas de violência, além de darem apoio nos casos em que as vítimas optavam por uma denúncia policial, que ainda eram feitas nas delegacias tradicionais, isto é, não especializadas.<sup>14</sup> Jurandir Costa<sup>15</sup> afirma que os SOS-Mulher tinham intenções comuns, procuravam conscientizar as usuárias, “isso significava possibilitar-lhes romper o isolamento; desenvolver a solidariedade com outras mulheres em situação semelhante (através da participação em atividades grupais); romper o relacionamento violento; e trabalhar para o próprio sustento e dos filhos”.

A ideia das militantes feministas idealizadoras do SOS era conscientizar as vítimas de violência da sua condição e da realidade em que viviam, com a pretensão de que elas de lá saíssem com uma nova consciência social e, quem sabe, feministas também.<sup>16</sup> Por meio das conversas em grupo no SOS, as mulheres podiam compartilhar suas experiências pessoais e assim, “[...] descobrir coletivamente quais são os dispositivos de poder e autoridade, qual o universo de práticas e crenças que imperam na construção social, cultural e política da condição feminina”.<sup>17</sup>

Contudo, os SOS-Mulher não vingaram e acabaram falindo em 1983. Maria Amélia Azevedo<sup>18</sup> explica que a organização era composta por sócios e por consultores e, devido à problemas financeiros, ela não pôde ser levada a frente. Baseada em Gregori, Boselli<sup>19</sup> expõe outro problema que pode ter contribuído para a falência da organização. Segundo ela, o foco

exclusivo no método de conscientização não atraía muitas mulheres que eram vítimas de violência, estas almejavam auxílios mais concretos e imediatos, como creches, remédios, emprego, albergues e até mesmo advogados, psicólogos e assistentes sociais. Boselli esclarece que no Brasil, onde é praticamente inexistente ou ineficaz as proteções sociais e as de caráter previdenciário, “[...] as práticas do tipo SOS acabam prejudicadas. Poucos são os abrigos, creches, agências de emprego e direitos previdenciários que podem complementar o trabalho das militantes”.<sup>20</sup>

Os SOS-Mulher, porém, deixaram seu legado. Costa<sup>21</sup> afirma que as posteriores delegacias especializadas se inspiraram nos SOS para fornecer o atendimento social, psicológico e jurídico às mulheres que ali adentravam. Nesse sentido, a proposta de mostrar que a violência de gênero é um problema amplo, que não se limita à medidas policiais e jurídicas – e por isso a assistência psicossocial –, se manteve nas DEAMs. E o autor acrescenta:

Por outro lado, a tendência, já presente nos SOS-MULHER, de tratar a violência contra as mulheres como uma questão coletiva e pública afirma-se com a criação das delegacias da mulher, pois o Estado passa a assumir o tratamento da violência, através de um organismo policial especializado, e as vítimas passam a ter, enfim, um lugar adequado, do ponto de vista institucional, onde exigir justiça.<sup>22</sup>

Nesse contexto, ao longo da década de 1980, surgiram diversas Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher (DEAMs), também chamadas de Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), como foi intitulada a primeira Delegacia voltada para o atendimento específico das mulheres vítimas de violência, de São Paulo – inaugurada no dia 05/08/1985.<sup>23</sup> Saffioti<sup>24</sup> aponta que variam as denominações dadas à essas Delegacias, e que opta por chamar de DDM, nome dado à primeira Delegacia brasileira. Contudo, aqui denominar-se-á também de DEAM, que foi o nome dado à primeira Delegacia fundada no Espírito Santo – em Vitória, no ano de 1985.

Apesar da pretensão de que as DEAMs fizessem questionamentos de caráter feminista, colocando em xeque as desigualdades sistêmicas entre mulheres e homens – como propunha os SOS-Mulher –, Boselli<sup>25</sup> afirma que as Delegacias acabaram se instituindo, como “[...] uma política social direcionada à mulher e à punibilidade do agressor, apartada de qualquer tipo de propagação do ideal feminista de interferência na estrutura das relações de gênero”. As DEAMs não planejaram e tampouco estabeleceram projetos direcionados a uma interferência na sociedade patriarcal legitimadora da violência de gênero e da inferioridade feminina.

Elas foram implementadas de forma pontual e isoladas, sem uma rede de serviços que caminhasse de mãos dadas com as Delegacias. Saffioti<sup>26</sup> explica que foi somente em 1998 que “[...] houve um curso sobre violência de gênero, com duração de 40 horas, ministrado às 126 delegadas de DDMs do Estado” de São Paulo e, no ano seguinte, quando a autora escreveu o artigo, ainda não tinha sido realizado outro curso. Saffioti salienta ainda que, em 1999, havia menos de 10 unidades de abrigo para receber as mulheres em situação de violência em todo o Brasil.

Outros problemas permeavam as novas delegacias de defesa da mulher. Segundo Boselli<sup>27</sup>, com a demora em reconhecer a violência contra a mulher como um problema social no país e com a gestão prioritariamente masculina das instituições policiais – cuja percepção social tinha como base, em grande medida, o senso comum –, o cotidiano das DEAMs se viu com grandes dificuldades para valorizar as denúncias de agressões domésticas e de cunho sexual das mulheres que procuravam atendimento. Para a autora, os policiais e delegados apresentavam a tendência a não considerar os crimes de gênero como passíveis de pena legal, pois no imaginário social da época “Em briga de marido e mulher não se mete a colher”, isto é, são conflitos estritamente familiares e não questões de polícia.

A consideração da violência contra a mulher enquanto um problema social – portanto político e público, e não restrito à esfera privada e sem importância política – pelas DEAMs, foi ainda dificultada pela criação dos Juizados Especiais em dezembro de 1995. Foi a Lei 9.099 que deu origem aos Juizados Especiais, atuantes nas áreas cível e criminal. Conforme Saffioti<sup>28</sup>, a nova legislação modificou todo o percurso processual, na medida em que, nos crimes cuja pena era estipulada em até um ano, houve a supressão da figura do réu e da pena de encarceramento, além de que o autor do delito não mais deixaria de ser réu primário nesses casos. A ordem do momento era a conciliação, a oralidade e a agilidade do processo. Para a autora,

provavelmente, funciona bem para dirimir querelas entre vizinhos, mas tem-se revelado uma lástima na resolução de conflitos domésticos, na opinião da maioria das delegadas de DDMs e outros profissionais do ramo. A multa irrisória tem sido uma pena alternativa muito utilizada, ficando os homens legalmente autorizados a voltar a agredir suas companheiras. Paga a multa e sem perda de primariedade, os homens sentem-se livres para continuar sua “carreira” de violências.<sup>29</sup>

Saffioti mostra ainda que com a ação dos Juizados Especiais, houve situações em que as vítimas apresentaram três e até sete queixas contra os companheiros, que voltavam a praticar agressões contra elas – principalmente a Lesão Corporal Dolosa (LCD) –, ou mesmo

chegavam a assassiná-las. A autora esclarece que a nova legislação trouxe o aspecto positivo de o crime de LCD exigir a representação das vítimas, pressupondo-as adultas e responsáveis pelas suas atitudes. Contudo, o Estado se esquivou totalmente do fornecimento de serviços de apoio e de empoderamento dessas mulheres, o que faz da lei “[...] não apenas injusta para com as vítimas de violência doméstica, como também altamente ineficaz mesmo em seus aspectos positivos”.<sup>30</sup>

Sem dúvida a criação dos Juizados Especiais prestou um desserviço para as vítimas de violência – principalmente doméstica – romperem com a situação de agressões, sejam elas psicológicas, físicas, sexuais ou patrimoniais. Prestou um desserviço também para a luta feminista de reconhecer a violência de gênero como um problema social de graves proporções, tanto para as vítimas, quanto para toda a família envolvida na situação de violência, além de repercutir no corpo social como um todo, legitimando as agressões de gênero e perpetuando as desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas entre as mulheres e os homens.

Soma-se ao descrédito jurídico e legislativo no combate à violência de gênero, as dificuldades no que se refere ao prestígio e à aquisição de materiais de trabalho enfrentadas pelas DEAMs. Quanto ao primeiro aspecto, Boselli demonstra que dentro da hierarquia da instituição policial, as DEAMs têm uma importância menor. “No jargão policial, costuma ser chamada de delegacia ‘seca’ ou de ‘papel’, porque não prende e não pratica grandes batidas e perseguições, ações estas associadas ao masculino, ao público e ao forte”.<sup>31</sup> As Delegacias são consideradas espaços estritamente femininos, que lidam com “coisas de mulher” – houve um processo de direcionamento das mulheres policiais para as DEAMs. Ou seja, em um espaço que deveria justamente ser o lugar de questionamento dos tradicionais papéis sociais de gênero e de desconstrução das representações simbólicas do feminino e do masculino, o que ocorre é o contrário, os estereótipos de gênero e a desvalorização do trabalho e da vida das mulheres são perpetuados cotidianamente. Boselli<sup>32</sup> chega mesmo a afirmar que “[...] por tratar-se de um espaço segmentado, especializado no atendimento de mulheres, apresenta fortes tendências de agir em contradição ao ideal feminista, propagando a discriminação de gênero, através da reafirmação da divisão sexual do trabalho”.

Como a instituição policial está repleta de estereótipos de gênero e de concepções de mundo patriarcais, a hierarquia concreta e simbólica entre as delegacias de defesa da mulher e as outras delegacias foi estabelecida. Isto é, para Boselli<sup>33</sup>, há uma distribuição de poder

hierarquizada entre as delegacias, que teve como consequência a diferenciação no controle e no acesso aos recursos materiais e no quadro de funcionários, “[...] de forma que as DDMs não encontraram e ainda não encontram um respaldo material e humano suficiente ao seu funcionamento, o que acaba por banalizar a violência de gênero e o trabalho policial feminino”. E a autora completa: “diante desse quadro, as próprias policiais acabam considerando ser um castigo ter que trabalhar em uma delegacia da mulher, recusando-se ao cargo”.<sup>34</sup>

Vale destacar que, apesar dos problemas e das dificuldades enfrentadas pelas DEAMs, elas também trouxeram aspectos positivos. Como salienta Boselli<sup>35</sup>, as DEAMs “exerceram um papel crucial na tentativa inicial das feministas em trazer à tona um problema social tão pouco questionado pela sociedade e pelo próprio Estado”. Além disso, os dados constantes nas DEAMs permitiram e ainda permitem o estudo da problemática da violência de gênero em nossa sociedade, haja vista a grande quantidade e a diversidade de informações contidas nos boletins de ocorrência.

Portanto, as lutas da segunda onda do movimento feminista brasileiro pela criação de políticas públicas voltadas para as questões específicas que envolvem as mulheres, particularmente para o estabelecimento de instituições e legislações voltadas para a problemática da violência contra a mulher, tiveram um êxito paliativo com a emergência das DEAMs em todo o Brasil. É evidente que se assistiu a um avanço significativo na abordagem dada pelo Estado – assim como pelas mídias – ao problema da violência de gênero. Mas a permanência dos estereótipos sexistas tanto dentro da própria instituição policial como na sociedade brasileira como um todo, e a ausência de políticas sociais que atuassem paralelamente às Delegacias, trabalhando um questionamento mais profundo acerca da condição da mulher na sociedade patriarcal, dificultaram no efetivo êxito das DEAMs de todo o Brasil.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> BOSELLI, Giane Cristini. *Instituições, gênero e violência: um estudo da Delegacia da Mulher e do Juizado Criminal*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003. p. 43.

<sup>2</sup> BLAY, Eva Alterman. “Os jornais na passagem para o século XXI”. In: \_\_\_\_\_. *Assassinato de mulheres e Direitos Humanos*. São Paulo: Editora 34, 2008. p. 51-97. p. 51.

<sup>3</sup> BLAY, 2008.

<sup>4</sup> VITÓRIA, Mariza Barros Ribeiro da. *Violência doméstica: a realidade das mulheres que denunciam*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010. Disponível em:  
<[http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_4145\\_Mariza\\_Barrros\\_Ribeiro\\_da\\_Vit%F3ria.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_4145_Mariza_Barrros_Ribeiro_da_Vit%F3ria.pdf)>. Acesso em: 20 mai. 2014.

<sup>5</sup> VITÓRIA, 2010, p. 59.

<sup>6</sup> LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. “Violência contra a mulher: da legitimação à condenação social”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 299.

<sup>7</sup> VITÓRIA, 2010.

<sup>8</sup> LAGE; NADER, 2012.

<sup>9</sup> VITÓRIA, 2010, p. 60.

<sup>10</sup> BOSELLI, 2003, p. 54.

<sup>11</sup> PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

<sup>12</sup> NADER, M. B. “Mapeamento e perfil sócio-demográfico dos agressores e das mulheres que procuram a Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher Vitória (ES). 2003-2005.” *Fazendo Gênero*. Florianópolis, p. 1-8, ago. 2010, p. 2. Disponível em:  
<<http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/site/anaiscomplementares#M>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

<sup>13</sup> PINTO, 2003.

<sup>14</sup> COSTA, Jurandir. “Apoio às vítimas: SOS-Mulher e Delegacias”. In: MOREIRA, Maria Ignez Costa; RIBEIRO, Sônia Fonseca; COSTA, Karine Ferreira. *Violência contra a mulher na esfera conjugal: jogo de espelhos*. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs). *Entre a virtude e o pecado*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

<sup>15</sup> COSTA, 1992, p. 172-173.

<sup>16</sup> BOSELLI, 2003.

<sup>17</sup> GREGORI, 1993 apud BOSELLI, 2003, p. 54.

<sup>18</sup> AZEVEDO, Maria Amélia. *Mulheres espancadas: a violência denunciada*. São Paulo: Cortez, 1985.

<sup>19</sup> BOSELLI, 2003.



<sup>20</sup> BOSELLI, 2003, p. 55.

<sup>21</sup> COSTA, 1992.

<sup>22</sup> COSTA, 1992, p. 173.

<sup>23</sup> SAFFIOTI, H. I. B. “Violência Doméstica: questão de polícia e da sociedade”. In: Corrêa, M. (org.) *Gênero e Cidadania*. Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp, Coleção Encontros, 2002.

<sup>24</sup> SAFFIOTI, 2002.

<sup>25</sup> BOSELLI, 2003, p. 58.

<sup>26</sup> SAFFIOTI, H. I. B. “Já se mete a colher em briga de marido e mulher”. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, p. 82-91, 13 (4), 1999. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a08.pdf>>. Acesso em 20 mai. 2014. p, 89.

<sup>27</sup> BOSELLI, 2003.

<sup>28</sup> SAFFIOTI, 1999.

<sup>29</sup> SAFFIOTI, 1999, p. 90.

<sup>30</sup> SAFFIOTI, 1999, p. 90.

<sup>31</sup> BOSELLI, 2003, p. 65.

<sup>32</sup> BOSELLI, 2003, p. 68.

<sup>33</sup> BOSELLI, 2003, p. 65.

<sup>34</sup> BOSELLI, 2003, p. 66.

<sup>35</sup> BOSELLI, 2003, p. 70.

## **Reforma Psiquiátrica no estado de Pernambuco: O caso do Hospital José Alberto Maia**

Mirella Rocha Magalhães<sup>1</sup>

### **Resumo:**

O presente trabalho tem a finalidade de analisar o processo de desinstitucionalização e fechamento do Hospital psiquiátrico José Alberto Maia, localizado no Município de Camaragibe/PE. Esse fato é um exemplo de como vem se desenvolvendo a Reforma Psiquiátrica em Pernambuco, pautada em modelos comunitário de atendimento. Através da documentação fornecida pela Secretaria de Saúde de Camaragibe e das notícias divulgadas nos principais jornais do estado, a pesquisa buscou perceber as dificuldades envolvidas no processo, que se realizou entre os anos de 2002 a 2010, procurando apontar as mudanças e os avanços assistenciais decorrentes do mesmo.

**Palavras-chave:** Reforma Psiquiátrica; Pernambuco; Hospital José Alberto Maia

### **Abstract**

This study aims to analyze the process of closing and deinstitutionalization of the Psychiatric Hospital José Alberto Maia, located in the municipality of Camaragibe / PE. This situation is an example of how the Psychiatric has been developed in Pernambuco, based community models of care. Through the documentation provided by the Department of Health Camaragibe and news that were published in the main newspapers of the state, the research sought to understand the difficulties involved in the process, realized between the years 2002 to 2010, and tries to point out the resulting and advances made.

**Keywords:** Psychiatric Reform; Pernambuco; Hospital José Alberto Maia

---

<sup>1</sup> Mestranda em História do PPGH da UFPE – Sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda. Bolsista Capes. E-mail: mirellarocha\_16@hotmail.com Telefone: (81) 3034-2744. Endereço para correspondência: Rua: São Vicente, Nº 118. Tamarineira. Cep:52051.160 - Recife, PE.

## **A loucura e sua institucionalização**

O doente mental carrega em si um estigma, que durante muito tempo lhe foi atribuído e posteriormente institucionalizado, sujeitando-o a condição de segregado social. A própria relação do médico psiquiatra o paciente, foi muito problemática, onde o médico assumiu poder total sobre a vida do indivíduo que recebia seus cuidados. E quanto mais esse indivíduo foi esmagado pelo desprezo e pela aversão, se introjetou dentro de sua insanidade. Se por um lado, não podemos dizer que foram os psiquiatras e a sociedade que criam a loucura, é possível ao menos afirmar, que a forma como esses lidam com os doentes mentais corrobora para cristalizar a doença como forma de exclusão.

Fugindo das explicações religiosas e extraordinárias a respeito da figura do louco, a ciência buscou através da psiquiatria estabelecer padrões e ordens que dessem conta de compreender algo que ainda hoje causa apreensão. O estado de loucura rompe com todas as imposições sociais mais repressivas, fazendo que conceitos como moral, educação e razão, percam sentido, ou adquiram outro, que comporte a complexidade da “irracionalidade” do ser insano. Estamos acostumados a pensar a partir de um modelo lógico e racional, e essa mudança pode ser considerado um caos social, uma subversão, para qual a sociedade não se preparou.

Foucault buscou resgatar as origens históricas da loucura e de sua estigmatização, fazendo uma crítica às instituições sociais, em especial a psiquiatria e ao saber médico, atrelados às relações de poder que envolvem a sociedade.<sup>i</sup> Inseridos nessa lógica e no universo da psiquiatria, os manicômios se apresentam como instituições totalitárias, onde se evidenciou a institucionalização da loucura, fortalecendo o poder médico. Erving Goffman<sup>ii</sup> define as relações de poder existentes no ambiente manicomial, que constrói uma barreira entre o interno e o mundo externo, assinalando a destruição da identidade do indivíduo, o que, levado a uma maior reflexão, pode ser a justificativa para o insucesso desse tipo de instituição em uma recuperação eficiente dos pacientes. O Hospital Psiquiátrico não se torna local de cura, e sim, forma de isolamento, se assemelhando com a “Nau dos loucos” tão comentada por Foucault, como lugar de aprisionamento dos indivíduos insanos. (FOUCAULT, 2003, p.9)

A ideia de desconstrução da instituição psiquiátrica nasce, portanto, da necessidade de romper com o tradicional poder médico e da estrutura asilar. Basaglia é um dos grandes nomes quando se trata de discutir a importância da necessidade de democratização desse

espaço, como local que pretenda acolher o paciente e suas necessidades como ponto principal, e não apenas como lugar de estudo e análise da doença psiquiátrica.<sup>iii</sup>

Nesse sentido, a antipsiquiatria surge com a proposta de transformar o hospital psiquiátrico em um sistema de tratamento mais próximo possível da realidade do paciente, multiplicando assistências alternativas, para que aos poucos o hospital se torne desnecessário.<sup>iv</sup> É preciso entender que a psiquiatria vem sendo reformulada ao longo do tempo, se adaptando com questões políticas, econômicas e sociais, que possibilitam avanços e retrocessos. Atualmente a ideia de Reforma Psiquiátrica busca um rompimento dos saberes epistemológicos do saber psiquiátrico, possibilitando assim, a construção de novas modalidades e locais de cuidados, construindo uma nova realidade para a loucura.

### **A Reforma Psiquiátrica no Brasil e em Pernambuco**

O processo de Reforma Psiquiátrica teve início, no caso brasileiro, a partir da década de 1970, com a volta da democratização e o surgimento de movimentos sociais que começaram a questionar os cuidados que eram destinados aos portadores de transtornos mentais. Yasui aponta que o processo de reforma brasileira, foi formulado a partir da mobilização de trabalhadores da saúde mental, que reivindicando melhoras para o seu cotidiano de trabalho, trouxeram críticas pertinentes a respeito da epistemologia da loucura.<sup>v</sup>

Em outubro de 1978, os idealizadores do Primeiro Congresso Brasileiro de Psicanálise de Grupo e Instituições possibilitaram a vinda dos mentores das correntes mais influentes do pensamento crítico em saúde mental, dentre eles Franco Basaglia, Felix Guattari, Robert Castel, Erwing Goffman e Thomas Szasz. A presença desses idealizadores, especialmente Basaglia, fez com que o movimento ganhasse força, e pela primeira vez se viu a realização de uma mobilização aberta à opinião pública e imprensa.

Em janeiro de 1979, o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), durante o seu primeiro encontro realizado em São Paulo, deu início um vigoroso questionamento das políticas de assistência psiquiátrica, onde pela primeira vez, técnicos de diversas categorias e de diferentes estados discutiram o papel político que deveriam desempenhar na transformação dessa realidade assistencial. O movimento adquiriu caráter de mobilização aberta, nesse primeiro momento de questionamentos, ampliando as reivindicações pela expansão dos serviços ambulatoriais.<sup>vi</sup>

No mesmo ano, durante o Congresso Mineiro de Psiquiatria, a opinião pública foi abalada por inúmeras reportagens que denunciaram a situação degradante em que se

encontravam os pacientes do Hospital Colônia de Barbacena, na época, comparado a um “campo de concentração”, por Basaglia. As denúncias animaram ainda mais a discussão e a necessidade de uma mudança radical dentro dos manicômios.

No início dos anos 1980, no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, lideranças expressivas do MTSM assumiram postos importantes nas secretarias estaduais de saúde e realizaram inúmeros congressos regionais, o que possibilitou uma maior intervenção de suas ações nos hospitais psiquiátricos. Entre as novas diretrizes, destacaram-se a necessidade da não criação de leitos, da regionalização das ações em saúde mental e do maior controle das internações na rede de conveniados privados. Nesses encontros foi reforçada a ideia de se promover uma expansão da estrutura ambulatorial com a participação de psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos. Em 1987 o II Congresso Nacional de Trabalhadores de Saúde Mental, realizado na cidade de Bauru (SP) começou a discutir novas propostas assistenciais, e questionamentos sobre a segregação e violência institucional, visando uma ruptura com o modelo hegemônico medico-centrado de produção de um saber técnico sobre a loucura.

No caso de Pernambuco, a Reforma Psiquiátrica ocorreu de forma mais lenta e tardiamente. A falta de vontade política e a pouca participação popular, no primeiro momento são alguns dos fatores. Acrescidos a isso o interesse político e econômico que ampliava a privatização do setor psiquiátrico também contribuiu para que medidas mais consistentes não fossem aplicadas.

Apenas em 1991 quando a Coordenação Nacional de Saúde Mental (CNSM) passou a se organizar mais efetivamente, algumas medidas foram tomadas no Estado de Pernambuco. As críticas do Movimento Antimanicomial demandaram a criação de serviços substitutos ao hospício, e foram criadas leis e diretrizes que efetivam o processo de municipalização da saúde, que passaram a ser implementados pelos serviços setoriais de saúde mental. A lei nº 11.064<sup>vii</sup> sancionada em 1994, pelo então governador do estado, Miguel Arraes, reforçava o movimento, dispondo sobre a progressiva substituição dos manicômios por serviços de atenção integral a saúde. Após esse momento os leitos nas instituições psiquiátricas do estado diminuíram sistematicamente.<sup>viii</sup>

No final da década de 1990 passam a ser implementados serviços setoriais de saúde mental, fazendo com que Recife apareça como principal polo para onde serão enviadas pessoas que necessitam de algum tipo de assistência psiquiátrica em Pernambuco. Essa centralização é outro fator que dificultou a implementação da Reforma no estado, pois no interior a rede de assistência se mostrou muito reduzida, rompendo com uma das principais

premissas da Reforma Sanitária aplicada pelo Ministério da Saúde, que é a municipalização através do SUS.

Apesar das dificuldades, é possível destacar experiências positivas, como é o caso do NAPP (Núcleo de Apoio Psicossocial de Pernambuco), criado em 1993, e da primeira experiência de Lar Protegido no estado de Pernambuco, na Colônia Alcides Codeceira em 1998. Depois destes, outros núcleos de atenção foram sendo criados. (OLIVEIRA, 2008, p.140)

### **O Caso do Hospital José Alberto Maia**

Entendendo a complexidade do processo de Reforma Psiquiátrica no país, e das limitações de sua implementação no estado de Pernambuco, o estudo do fechamento do Hospital José Alberto Maia se apresenta como exemplo do efetivo rompimento sistemático com o modelo hospitalocêntrico. As experiências realizadas no referido hospital são muito animadoras, e apontam possibilidades de mudanças expressivas para a reconstrução de identidade e reconquista de autonomia dos portadores de transtornos mentais.

O Hospital psiquiátrico José Alberto Maia, foi inaugurado em 1965 e está localizado na BR 408, s/n, Km 17 do bairro José Alberto Maia, do município de Camaragibe. O local, que inicialmente era de ordem privada, passou a ser conveniado ao SUS no ano de 1999. Caracterizado como um macro hospital, com elevado número de internos, a maioria crônicos<sup>ix</sup>, passou a receber no ano de 2002, críticas pertinentes destinadas ao tratamento desumano, falta de higiene, alimentação inadequada, deficiências estruturais, falta de medicamentos e de funcionários na instituição.

No mesmo ano o Hospital foi reprovado pelo PANSH (Plano Nacional Serviço Hospitalar), e em decorrência disso, a instituição deixou de receber novos pacientes, de acordo com o decreto Municipal 500/02, “que fecha a porta de entrada dos Hospitais Psiquiátricos em Camaragibe” (CAMARAGIBE, 2009). A partir desse momento, o rumo da instituição tomou outros caminhos. Sem a permissão de novas entradas ou renovação das AIH (Autorização de Internação Hospitalar), é iniciado o processo de preparação para as altas dos pacientes. Essa etapa foi de fundamental importância, tendo em vista que a partir dela se começou a romper com o crescente número de internos.

Em 2004, na segunda reprovação do PANSH, realizada com a participação das Equipes estadual, municipal, representante do Ministério da Saúde e Conselhos de Classe (profissionais de saúde), se constatou que a instituição não conseguia se adequar as exigências

no prazo estabelecido, sendo, portanto, indicada ao descredenciamento. No mesmo ano, o Ministério da Saúde publicou “Documento Síntese da Reunião para Pactuação do Processo de Intervenção nos Hospitais Psiquiátricos” (Camaragibe, 2004), estabelecendo, entre outras medidas, garantia de imediata assistência clínica aos pacientes, tendo como objetivo principal a redução do número de óbitos. No mesmo ano, notícias retiradas do Jornal do Comércio, apontam o início do processo de intervenção na instituição e a pressão exercida pela população e pelo movimento antimanicomial, que já estavam envolvidos na tentativa de tornar pública a situação precária em que se encontrava o local.

O Hospital José Alberto Maia, em Camaragibe, será descredenciado pelo SUS e terá os seus pacientes removidos. É que o atendimento do hospital foi considerado "péssimo" pelo Ministério da Saúde.<sup>x</sup>

No Termo de Compromisso assinado pelo Ministério da Saúde, Secretaria estadual de Saúde e pelo Município de Camaragibe, é possível ver que várias medidas foram tomadas nos anos que vão de 2002 a 2005. Nesse período, após as duas reprovações do PANSH, o Hospital recebeu a tentativa de intervenção do Governo Federal, porém essa foi negada no ano de 2005. Apenas em 2009 se evidenciou uma ação com maiores resultados, a partir da assinatura do Termo Triparte, que agregou força do Ministério da Saúde e da Secretaria estadual e municipal.

Em 2008 quando é firmado o Convenio Nº 066/08 entre as três esferas já mencionadas, a situação do Alberto Maia começa a se modificar. Nesse momento, fica inicialmente estabelecido o repasse no valor de 980.000,00 para compra de medicamentos e entrada de equipe multiprofissional de desinstitucionalização, se evidenciando o início de uma maior responsabilização e a efetivação do projeto de fechamento da instituição.<sup>xi</sup>

A instituição, que na época ainda dispunha de 577 leitos preenchidos por pacientes de longa duração, considerados crônicos, apresentava o numero alarmante de 4 óbitos por mês, de acordo com relatórios do Hospital. No ano de 2009, entre os meses de janeiro a agosto ocorreram 29 mortes, como consta em planilha nosocomial.<sup>xii</sup> Esse foi um dos principais motivos para que se realizasse a intervenção, pois se configurava como uma afronta os atuais princípios do SUS e do processo de Reforma Psiquiátrica que vem se desenvolvendo no país. Dessa forma, foi urgente a entrada de uma equipe que avaliasse a situação dos internos e preparasse a instituição para seu fechamento.

A equipe de desinstitucionalização começou a intervir no local já no ano de 2008. Com o intuito de garantir uma melhoria no serviço até que o descredenciamento fosse

concretizado, a cláusula terceira do termo de compromisso estabeleceu que a Secretaria Estadual de Saúde repassaria ao município o valor de R\$ 1.200.000,00, para garantir o fornecimento de alimentação e compra de medicamentos. E ao Ministério da Saúde coube o repasse mensal fixo de R\$ 200.000,00 durante seis meses a contar de novembro de 2009.<sup>xiii</sup> Com esse financiamento, buscou-se intervir de forma emergente no Hospital, para que os pacientes não continuassem a passar necessidade.

Representantes das três instâncias governamentais estavam inclusos no projeto, que teve participação da Coordenação Nacional de Saúde Mental (Ministério da Saúde), Gerência de Atenção a Saúde Mental Estadual (PE), e Coordenação Municipal da Saúde (Camaragibe). Em conjunto, criaram proposta de intervenção que tinha como principais metas: Conhecer o Hospital, e sua equipe técnica, para apresentar a proposta de desinstitucionalização; conhecer a estrutura física do local; constituir uma equipe de alta formada por técnicos da equipe de desinstitucionalização e do hospital para discutir e emitir as altas; fazer avaliação psicossocial e médica dos pacientes; realizar reunião com familiares e visitas domiciliares; realizar reunião com municípios de origem dos pacientes; realizar reuniões semanais da equipe de desinstitucionalização e quinzenais desta com o grupo governamental de acompanhamento.

Em 2009, audiência pública marcou o início do processo de descredenciamento do Hospital do SUS. Em setembro do mesmo ano, denúncias já haviam sido feitas em matéria exibida pelo telejornal NE TV, que mostrava o descaso com que os pacientes eram tratados na instituição, onde muitos se encontravam desnutridos e com doenças de pele.<sup>xiv</sup>

Se por um lado, as matérias serviram de denúncias e incentivo para o fechamento, também foi possível encontrar relatos de familiares de pacientes, que se mostravam receosos com o fim da instituição, e de uma possível isenção de responsabilidade por parte do estado. O que foi possível perceber pelo depoimento de José Epitácio, irmão de ex paciente do Hospital.

José Epitácio da Silva, disse que o descredenciamento total do Hospital Alberto Maia era esperado, uma vez que a unidade de saúde não vinha oferecendo condições adequadas para o tratamento. No entanto, ele ponderou que é preciso acompanhar a transferência desses pacientes. “Os familiares estão muito apreensivos e insatisfeitos. Reclamam que o local para onde estão encaminhando seus parentes (Estrada de Aldeia, Km 14) é longe, deserto e sem segurança adequada porque a área não é murada”, falou. Epitácio também não acredita na hipótese de inserir esses pacientes de volta às famílias. “A maioria tem problema crônico, o que dificulta o retorno para casa”, observou.<sup>xv</sup>

Esse foi um dos grandes entraves para a realização do fechamento. A maioria das famílias não se mostrou apta pra receber os internos de volta ao lar. Muitos medos foram



causados pela perspectiva de abandono e isenção de responsabilidade do Estado após a saída dos mesmos. Devido a essa insegurança, a equipe de desinstitucionalização também precisou realizar um trabalho de conscientização das famílias, mostrando os benefícios do fim da instituição, e garantindo a continuação do tratamento por meio dos CAPS (Centros de Apoio Psicossocial) e das Residências Terapêuticas.

Finalmente, em 30 de dezembro de 2010, foi divulgado o descredenciamento do Alberto Maia, e suas portas foram oficialmente fechadas. Em matéria ao NE TV, alguns funcionários falaram do ocorrido com muito pesar.<sup>xvi</sup> Apesar disso, o fato se configurou como uma grande vitória da luta antimanicomial no estado. Como afirmou Pedro Gabriel, coordenador nacional de Saúde Mental do Ministério da Saúde, em notícia retirada do jornal Folha de Pernambuco:

Não é apenas pelo simples fato de fechar, mas pelo grau de complexidade que envolveu todas as negociações e intervenções. É uma experiência que vai ter repercussão no país inteiro, uma conquista dos pacientes do SUS e do país inteiro<sup>xvii</sup>.

O evento ocorrido no Hospital José Alberto Maia demonstra a proposta de ruptura com o aparato manicomial aplicada no município de Camaragibe, e qual seu real alcance para familiares e pacientes, ressaltando o compromisso do Estado de Pernambuco no caso, que possivelmente, servirá de modelo para novas ações similares. Entendo a estigmatização da doença mental como grande empecilho para o surgimento de novas assistências, é preciso sempre salientar a importância da desconstrução da instituição psiquiátrica, fonte de violência e exclusão.

a única possibilidade que nos resta é conservar o laço do doente com sua história, que é sempre uma história de abuso e de violência, denunciando claramente, e de modo permanente, a fonte da violência e do abuso. (BASAGLIA, 1985, p.131)

A ideia de desinstitucionalização, nesse caso observada, se coloca como uma perspectiva de ruptura com o paradigma da institucionalização da doença mental rompendo com a ideia do asilo como local de verdade médica.<sup>xviii</sup> Esse rompimento conceitual, significa não apenas mudança para antigos internos, mais uma modificação social ampla, resignificando a forma com que a loucura tradicionalmente é abordada.

---

<sup>i</sup> FOUCAULT, Michel. *História da loucura: na idade clássica*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

- 
- <sup>ii</sup> GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1961.
- <sup>iii</sup> BASAGLIA, Franco. *A instituição negada: relato de um hospital psiquiátrico*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- <sup>iv</sup> LA HAYE, Jacques Lesagle de. *A morte do manicômio: história da antipsiquiatria*. São Paulo: Ed. Da Universidade Federal do Amazonas, 2007, p. 58-61.
- <sup>v</sup> YASUI, S. *Rupturas e encontros: desafios da Reforma Psiquiátrica Brasileira*. Rio de Janeiro. Tese de doutorado apresentada à Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, 2006, p.53.
- <sup>vi</sup> VASCONCELOS, Eduardo Mourão. *Dispositivos associativos de luta e empoderamento de usuários: familiares e trabalhadores em saúde mental no Brasil*. Vicência. UFRN/CCHLA.v.1.,n.1(jan/jun.1983). Natal: UFRN. 1993.n. 32. 2007, p. 22 e 23.
- <sup>vii</sup> PERNAMBUCO, Assembleia Legislativa do Estado – Lei nº 11.064 (1994); In Diário Oficial do Estado de Pernambuco.
- <sup>viii</sup> OLIVEIRA, José Rogério de. *Políticas Públicas de Saúde Mental e Reforma Psiquiátrica em Pernambuco (1991-2001)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.
- <sup>ix</sup> Sobre crônicos ler: DELGADO, Pedro. “Perspectivas da psiquiatria asilar no Brasil (com apêndice sobre a questão dos crônicos)”. In: *Cidadania e loucura políticas de saúde mental no Brasil*. 3. Edição. Rio de Janeiro: Ed. Vozes- co-edição Abrasco, 1992, p.171-202.
- <sup>x</sup> JORNAL DO COMERCIO. Hospital de PE sofrerá intervenção. Disponível em: [http://www.old.pernambuco.com/diario/2004/08/20/brasil3\\_0.html](http://www.old.pernambuco.com/diario/2004/08/20/brasil3_0.html). Acesso em 5 e maio de 2012.
- <sup>xi</sup> PERNAMBUCO. Secretaria de Saúde de Pernambuco. Diretoria de Assuntos Jurídicos. Processo de desinstitucionalização do Hospital José Alberto Maia. *Termo de Compromisso que entre si celebram, o Ministério da Saúde, a Secretaria Estadual de saúde e o Município de Camaragibe*. Coordenação de Saúde Mental. Pasta 1. Camaragibe. 2009.
- <sup>xii</sup> CAMARAGIBE. Prefeitura de Camaragibe. Coordenação de Saúde Mental. Diretoria de Atenção a Saúde. “*Planilha Nosocomial do Hospital José Alberto Maia*”. Pasta 1. Processo de desinstitucionalização dos pacientes do Hospital Alberto Maia. 2010.
- <sup>xiii</sup> PERNAMBUCO. Secretaria de Saúde de Pernambuco. Diretoria de Assuntos Jurídicos. Processo de desinstitucionalização do Hospital José Alberto Maia. *Termo de Compromisso que entre si celebram, o Ministério da Saúde, a Secretaria Estadual de saúde e o Município de Camaragibe*. Coordenação de Saúde Mental. Pasta 1. Camaragibe. 2009.
- <sup>xiv</sup> PE 360GRAUS. Disponível em: <http://pe360graus.globo.com/noticias/cidades/saude/2009/11>. Acesso em 20 de Abril de 2012.
- <sup>xv</sup> DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Alberto Maia está fora do SUS*. Publicado no dia 22/12/20010
- <sup>xvi</sup> PE 360 GRAUS. Disponível em: <http://pe360graus.globo.com/videos/cidades/saude/2010/12/30/>. Data de acesso: dia 10 de junho de 2012.
- <sup>xvii</sup> FOLHA DE PE. *Alberto Maia será descredenciado*. Publicado no dia 22 /12/2010
- <sup>xviii</sup> A respeito do conceito de desinstitucionalização ler: VASCONCELOS, Eduardo Mourão. *Saúde mental e reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Gramond, 2005, p.118.

## **Os médicos da Academia Imperial de Medicina e a proposta da cremação de cadáveres nas décadas de 1870 e 1880.**

Monique Leone Cunha Vidal<sup>1</sup>,

<sup>1</sup> Mestranda da Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro

Orientadora: Claudia Rodrigues

E-mail: moniqueleone@gmail.com

### **Resumo:**

O presente trabalho objetiva analisar o debate médico no Brasil durante o século XIX, sobre a cremação de cadáveres. Debatida a partir de 1870, envolveu médicos da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, que se dividiram entre os que eram contrários e os que eram favoráveis à cremação. Em ambos os casos, os médicos utilizavam conceitos científicos presentes na teoria dos miasmas e na teoria pasteuriana, que estava em processo de consolidação na medicina brasileira. Financiado pela Capes.

Palavras-chave: morte, medicina, cremação

### **Resume:**

This paper aims to analyse the medical debate in Brazil in the nineteenth century, about cremation of cadaver. Debated since 1870, the issue involved physicians of the Imperial Academy of Medicine of Rio de Janeiro, which were divided between those who supported and those who were opposed to cremation. In both cases, physicians used scientific concepts present in miasma theory and Pasteurian theory, who were in process of consolidation in brazilian medicine at this time. Supported by Capes.

Keys words: death, medicine, cremation

A proposta da cremação de cadáveres, no Brasil, surgiu nos anos de 1870, como uma das possíveis soluções, por parte de alguns médicos, ao problema do alto índice de mortalidade ocorrido pela epidemia de febre amarela, no mesmo período. Os cadáveres das vítimas da doença eram considerados propagadores da moléstia devido às más condições dos cemitérios. Contudo, nem todos os médicos estavam de acordo com a iniciativa de modificar

o tradicional método de ocultação de cadáveres e defendiam que os cemitérios não seriam focos de contaminação se fossem garantidos alguns requisitos higiênicos. Concomitantemente à discussão sobre ao melhor destino aos corpos dos mortos, a sociedade do período vivenciava mudanças significativas nos âmbitos políticos, sociais, culturais e econômicos. A medicina do século XIX participava deste processo de transformações, no sentido de consolidar e legitimar o conhecimento que procurava desenvolver sobre a patologia brasileira, no contexto de transição do paradigma miasmático para a teoria de Pasteur.

As atitudes e os hábitos de sepultamentos já vinham sofrendo mudanças ao longo do século XIX, no Brasil, acompanhando o mesmo processo na Europa e em alguns países da América. Entre aceitações e resistências, a relação entre os vivos e os mortos se modificou, principalmente, devido às questões higiênicas diante das epidemias que assolavam a Corte e outras províncias do Império. Os enterros, no Brasil Imperial que até 1850 eram feitos dentro das igrejas ou nos adros, passaram a ser considerados impróprios por vários fatores como a exalação de odores, o tempo entre uma inumação e outra na mesma cova, o condicionamento dos cadáveres etc. Estes sepultamentos foram combatidos por médicos, políticos e uma parcela da sociedade civil. O antigo hábito de enterramento passou a ser considerado perigoso segundo a teoria miasmática, na qual a doença e a morte poluiriam o ar, contaminariam os vivos e causariam doenças e epidemias<sup>i</sup>.

Após a proibição dos sepultamentos intramuros, os cemitérios públicos foram construídos, na corte e em diversas províncias. Contudo, se a construção dos cemitérios resolvia a questão da aproximação entre os vivos e os mortos, esta medida não foi suficiente para evitar novos focos de doenças epidêmicas. Os dados apontam que a partir do ano de 1868, a febre amarela se instaurou definitivamente até a campanha de erradicação promovida por Oswaldo Cruz, no início do século XX. Os piores anos foram os de 1873 e 1876, em que 3.659 e 3.476 pessoas, respectivamente, morreram da moléstia, embora houvesse suspeitas de que os verdadeiros números haviam sido ocultados pelo governo imperial<sup>ii</sup>.

Quanto ao modo de difusão da doença epidêmica, coexistiam duas concepções que implicavam no modo de combater a doença: a que admitia o contágio direto de pessoa a pessoa e a que não considerava este tipo de transmissão. De uma maneira simplista podemos dizer que os contagionistas acreditavam que a origem da doença era transmitida de indivíduo a indivíduo, pelos objetos tocados pelo doente ou pelo ar que o circundava e os médicos anticontagionistas defendiam que a causa seria uma infecção causada por “miasmas mórbidos”. A infecção, neste caso, seria derivada da ação de substâncias animais e vegetais

em putrefação que estariam suspensas no ar ambiente. Era possível que uma pessoa doente passasse a moléstia a uma pessoa sã sem, com isso, significar que a forma de propagação fosse por contágio. Assim, os médicos que argumentavam a favor do contágio utilizavam, como medidas sanitárias, as quarentenas para navios que chegavam ao porto e o rigoroso isolamento dos doentes em hospitais distantes da cidade. Os infeccionistas (ou anticontagionistas) consideravam tais medidas ineficientes e adotavam providências como as desinfecções para impedir as “emanações miasmáticas”<sup>iii</sup>.

Contudo, Edler contesta a separação do campo médico em dois polos distintos, entre os contagionistas e os anticontagionistas anteriormente descritos. Para o autor, se não havia um conceito fechado sobre o que fosse miasma, podendo encontra-lo também como uma forma de contágio, não se pode circunscrever a causa das doenças em divisões inflexíveis<sup>iv</sup>.

Entre estratégias diferenciadas, controvérsias, fracassos, descontinuidades e retrocessos, a visão médica incontestável era a de que as más condições sanitárias da cidade provocariam a incidência de doenças epidêmicas como a febre amarela. A cidade apresentava inúmeros pântanos e matéria animal e vegetal em decomposição por toda a parte. Segundo os higienistas, a cidade do Rio de Janeiro era localizada em uma zona tropical, numa planície baixa e pantanosa, rodeada pelo mar e pelas montanhas e reunia dois fatores que poderiam disseminar doenças: o calor e a umidade proveniente da evaporação das águas do mar, dos pântanos e das chuvas<sup>v</sup>.

A partir de 1870 podemos observar redefinições do saber médico a partir de um amplo programa de pesquisas que contemplasse nosologia, terapêuticas nacionais e projetos mais autônomos em relação à formação dos médicos segundo os novos estatutos. Edler ressalta que, além das disciplinas, as pesquisas desenvolvidas a partir de então possuíam novos conteúdos relacionados ao diagnóstico, à etiologia, à patologia e aos novos espaços de pesquisa como as faculdades de medicina, evidenciadas pelas novas cadeiras de clínicas especiais, pelo ensino prático de laboratório, reunindo, assim, na mesma localidade, as atividades de ensino e pesquisa<sup>vi</sup>.

Nesse contexto, Domingos Freire constitui o nome mais emblemático por ter pesquisado a febre amarela, amparado aos novos conceitos relacionados à teoria de Pasteur<sup>vii</sup>. Domingos Freire nasceu no Rio de Janeiro, foi doutor em Medicina, Lente em Química Orgânica e em Biologia. Foi membro honorário de várias instituições como do Instituto farmacêutico do Rio de Janeiro e da Sociedade de Cremação de Haya. Após sua viagem à Europa, participou da reforma do ensino médico na capital do Império, de 1880 a 1889, dando ênfase à ciência experimental e ao ensino prático em laboratório<sup>viii</sup>.

Em decorrência de suas experiências, Domingos Freire, além de se empenhar na pesquisa sobre a febre amarela e até produzir uma vacina na tentativa de solucionar o problema da doença epidêmica, o médico se engajou na campanha cremacionista, no Brasil e no exterior.

O micróbio que Freire acreditava ser o causador da febre amarela recebeu o nome de criptococo xantogênico, em fins do século XIX. Como investigador oficial da febre amarela, Domingos Freire realizou pesquisas na terra dos cemitérios e, desta maneira, teria descoberto os micróbios nos humores dos amareletos. Para o médico deveriam ser tomadas providências urgentes como a remoção dos cemitérios para fora da cidade e a cremação de cadáveres para evitar a propagação da doença<sup>ix</sup>.

Seu posicionamento frente à proposta da cremação, que já vinha se desenvolvendo na Europa, através de associações cremacionistas, desencadeou debates nos periódicos e nas teses médicas da Academia Imperial de Medicina. A memória escrita pelo Dr. Agostinho José de Souza Lima, lente de Medicina Legal e Toxicologia, nos fornece dados sobre a divergência que houve em relação à proposta de implementação da cremação de cadáveres, no Brasil:

*Agitando-se entre nós a questão da cremação dos cadáveres, e figurando este novo processo de extinção dos corpos entre as medidas projectadas pelo Governo actual do Brazil, para a reforma das instituições, entendi que, na qualidade de professor de medicina legal, não devia conservar-me silencioso, e assistir impassível a essa cruzada levantada contra os cemitérios, e que, pelo contrario, (...) de intervir e contribuir com o que estivesse em minhas forças, embora fracas, para a solução de um problema serio e melindroso de hygiene publica, e um assumpto grave e importante, affecto á administração superior do paiz<sup>x</sup>.*

Ao citar as medidas tomadas pelo Governo Federal, Souza Lima referia-se a Leôncio de Carvalho, membro do Partido Liberal, que subiu ao poder, em 1878, encarregado pela Pasta do Império através do conselheiro João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, este como presidente do Conselho de Ministros. Uma de suas inovações foi sua referência à cremação de cadáveres como uma nova alternativa. Até o momento não foi possível saber as reais motivações que levaram o político a propor a cremação de cadáveres para o Brasil. Suponhamos que tenha sido em decorrência do novo surto de febre amarela no ano de 1876.

Para Souza Lima, a cremação que era propagandeada pelos adeptos do método como substituta da inumação, considerada como uma proposta mais semelhante à obra da natureza, ou seja, de reduzir os resíduos da putrefação e uma pequena quantidade de cinzas, mais fácil de recolher e armazenar, que não causaria dano nem à religião e nem à higiene, não teria fundamento. Em sua opinião, a prática da cremação ocasionaria perigo e “graves prejuízos à sociedade”, sem contar com as questões morais e sentimentais, uma vez que implicaria em

uma mudança “brusca e radical de hábitos tradicionais”<sup>xi</sup>. Do ponto de vista médico-legal, a cremação inviabilizaria a exumação de cadáveres, que seria de suma importância, de cunho particular e público, para os casos de reconhecimento de identidade e também, e mais importante, para os casos em que houvesse suspeitas de crimes. Nestes casos, segundo Souza Lima, o corpo seria exumado para uma análise minuciosa de forma a encontrar vestígios que pudessem comprovar assassinatos ocorridos<sup>xii</sup>.

Assim como Domingos Freire, alguns médicos da Academia Imperial de Medicina escreveram teses manifestando sua adesão à proposta da cremação como o método mais higiênico capaz de evitar a proliferação de doenças. Outros, no entanto, defendiam a inumação como método mais adequado. As teses médicas foram escritas pelos alunos da academia, como exigência para a obtenção do título de doutor e fez parte, a partir de 1870, da reforma curricular como uma das medidas de um melhor conhecimento sobre os problemas de saúde pública do período<sup>xiii</sup>. É importante destacar que, neste contexto, em fins do século XIX, o conhecimento dos médicos se tornava cada vez mais complexo e abrangente promovendo a criação de especializações como a criminologia, medicina legal, saúde, psicologia e higiene. Portanto, as teses médicas nos auxiliam na análise sobre o debate que ocorreu no período e comprovam a perspectiva científica dos higienistas no período Imperial. Desta forma, dentre outros temas, alguns médicos se dedicaram ao questionamento sobre a forma de enterramento para tentar solucionar os problemas de insalubridade que poderiam causar doenças epidêmicas.

Aos que se dedicaram ao tema sobre a melhor prática de ocultação de cadáveres, a escolha entre a defesa da inumação ou da cremação deveria ser relacionada aos pressupostos higiênicos. Devemos lembrar que, de acordo com a concepção médica vigente, embora já apresentasse influência da teoria de Pasteur, a partir da década de 1880, a transmissão dos miasmas vigente seria decorrente de quatro categorias: pelas emanações pútridas, pela origem humana ou pela matéria orgânica decorrente desta; pelo solo e pela influência telúrica<sup>xiv</sup>. Desta forma, o cemitério seria, na concepção de alguns médicos, foco de doenças por apresentar as quatro vias de transmissão. Se a inumação era considerada, por uma parcela de médicos, prejudicial ao meio ambiente, pela ação nociva da putrefação dos cadáveres, através do ar, do solo e das águas, a cremação seria o método mais eficiente para conter as emanações de substâncias nocivas.

As primeiras teses da Academia imperial de Medicina, após o projeto de lei de Leôncio de Carvalho e das pesquisas realizadas por Domingos Freire, sobre a proposta da cremação, foram escritas no ano de 1882 pelos médicos: Bernardino de Campos, Henrique

Ladislau de Souza Lopes e Homero Campista, com o título em comum: Vantagens e Inconvenientes da Cremação de Cadáveres. Houve mais cinco teses sobre o tema nos anos seguintes, contudo, neste trabalho iremos privilegiar as que foram escritas no ano citado por apresentarem um número expressivo no período de trabalhos com o mesmo tema e objetivo, ou seja, de defenderem a proposta da cremação. Em geral, as teses apresentavam um histórico da cremação desde a Antiguidade Clássica aos dias correntes da tese, nos países da Europa e apresentavam seus argumentos baseados na contaminação do ar, da água e do solo dos cemitérios.

Para iniciarem seus pontos de vista, segundo a higiene, os médicos explicavam as concepções científicas utilizadas pela ciência contemporânea. Assim, Homero Campista ressaltou que a putrefação dos corpos seria o resultado de fermentações complexas e múltiplas que produziriam gases tóxicos que seriam os principais responsáveis pela saturação dos cemitérios. Os principais gases da putrefação dos corpos seriam o “ácido carbônico, hydrogeno sulfuretado, amoníaco e hydrogeno phosphoretado” todos considerados tóxicos “ou irrespiráveis, produzem-se no solo dos cemitérios em uma quantidade verdadeiramente prodigiosa”<sup>xv</sup>

Além dos gases nocivos que seriam exalados pelas emanações cadavéricas, os fermentos denominados de miasmas e vibriões também foram citados nas teses médicas que seriam contrárias à prática da inumação. Na opinião de Campista, “há bem poucos anos seria taxado de utopia todo aquelle que ousasse afirmar que as moléstias contagiosas são devidas a organismos vivos.” Citando cientistas como Pasteur e Koch, o médico afirmava que esses organismos seriam a causa do aparecimento de epidemias<sup>xvi</sup>. As pesquisas de Pasteur foram muito utilizadas pelos médicos favoráveis à proposta da cremação para comprovarem a ação da decomposição dos cadáveres sobre a água subterrânea e o solo. Neste sentido, Campista ressaltou:

*Os trabalhos recentes de Pasteur tendem a provar que todo o fenômeno de decomposição symboliza um trabalho de fermentação. Um corpo que morre equivale a milhares de corpos que nascem. A putrefação cadavérica é um grão mais adiantado, mais complexo da fermentação. Quando a vida cessa, diz Pasteur, produzem-se fermentações complexas, múltiplas, os germes de todos os fermentos tendem a propagar-se ao mesmo tempo, a menos que um deles se aposse mais prontamente do terreno.<sup>xvii</sup>*

Apesar de Pasteur não ter encontrado comprovação de envenenamento nas águas das fontes por organismos que poderiam ser de origem cadavérica, Campista não se convenceu do que acreditava ser um fato intrínseco da insalubridade causada pelos cemitérios. Para Campista, as águas das fontes realmente seriam isentas de micróbios, mas a partir do



momento que seguiam seu curso poderiam entrar em contato com vibriões transportados da ação cadavérica provenientes das covas dos cemitérios. Além do mais, as cidades não eram abastecidas somente pelas águas de fontes. As águas das chuvas também poderiam penetrar nos terrenos saturados dos cemitérios e conduzir impurezas até as águas dos rios e dos poços<sup>xviii</sup>.

Além das experiências de higienistas franceses, as teses favoráveis à proposta da cremação apresentavam o trabalho de Domingos Freire sobre as moléstias contagiosas:

*Admitindo-se, como nós a admittimos, a natureza vibrionaria da febre amarella; admitindo-se, como nós o fazemos, que os vibriões se dessecam e podem, no fim de mezes e de anos, revestir as suas propriedades dynamicas, achamos muito razoável explicar o apparecimento da febre amarella periodicamente nessa capital, não por circumstancias que escapam ao rigor da logica scientifica, mas pura e simplesmente pela permanencia e pela revivencia dos germens na atmosfera onde só esperam que se deem condições favoráveis para que tenha logar a sua obra de destruição.*<sup>xix</sup>

Para Campista os novos preceitos da ciência parasitária serviam para afirmar sua concepção de contaminação e neste sentido, as sepulturas estariam contaminando o ambiente e seriam responsáveis pela recorrência de epidemias:

*Esses miasmas, esses vírus, chamavam hontem; esses fermentos, esses micróbios, como os chamam hoje, são arrastados até á superfície do sólo ou pelos gazes que se escapam das covas, ou pelos vermes que os transportam nos intestinos e eu os despejam no sólo de envolta com os excrementos.(...) Ehrenberg descobrio que mais de 200 especies de rhizopodes, de tardigrados e de vibriões, podem ser dessecados durante mezes e anos inteiros e retomar sua vitalidade desde que foram humedecidos. Este facto, confirmado pelas experiências de Pasteur sobre o carbúnculo, deve fazer meditar os que se obstiman em negar a perniciosidade dos cemitérios. Este descobrimento de Ehrenberg, que as experiências de Pasteur vieram esclarecer enormemente, não dá conta fielmente do aparecimento periódico de certas epidemias, por exemplo, a da febre amarela no Rio de Janeiro?*<sup>xx</sup>

Henrique Ladislau Lopes preferiu abordar com mais ênfase, em sua tese, o argumento mais utilizado pelos médicos contrários à proposta da cremação: a medicina legal. Segundo a nova ciência, em desenvolvimento nos anos de 1870-80, a cremação, como mencionamos anteriormente, inviabilizaria a constatação de crimes pela plena destruição dos vestígios que o cadáver poderia apresentar. Sobre este impedimento, o médico afirma:

*Esta objeção, que consiste o principal argumento dos anticremacionistas, é hoje perfeitamente resolvível; porém, ainda que não o fosse, ella não teria mais razão de ser, depois dos trabalhos de Pasteur, que demonstram que os cemitérios infeccionam a atmosphaera, constituindo um perigo eminente para os vivos.*<sup>xxi</sup>

Uma possível solução para impedir que crimes ficassem sem punição, para Lopes, seria uma pesquisa rigorosa, realizada por um perito, antes do corpo ser cremado. Nos casos de envenenamento, contudo, na opinião do médico, seria mais difícil constatar o crime pelo

fato de que alguns tipos de veneno possuir características que provocariam sinais semelhantes às moléstias naturais. Contudo, o médico advertia que dependeria do conhecimento do criminoso sobre tais substâncias, ou seja, poderia tanto escolher um veneno que resistisse à putrefação mais demorada, no caso da inumação, e assim involuntariamente revelasse seu crime, quanto que causasse mais visibilidade para o perito averiguar antes da cremação, o mesmo ocorrendo no caso em que seu conhecimento fosse mais elaborado e aplicasse um veneno que se tornaria imperceptível nos dois casos. Tanto no caso da inumação, quanto da cremação, Lopes aconselhava a presença de uma comissão de médicos que ficaria encarregada de verificar os óbitos e que fosse expedido um atestado contendo não apenas o diagnóstico da causa da morte, mas também um minucioso relatório do desenvolvimento da doença na qual o morto teria sido acometido, para tal, a contribuição do médico clínico seria imprescindível<sup>xxii</sup>. Comparando os dois métodos, o médico analisa o papel do médico legista:

*Se compararmos os dous methodos, cremação e inhumação, igualmente aperfeçoados, veremos que, em ambos, o medico legista pôde, depois do cadáver sepultado, conhecer todos os symptomas que o doente apresentou, e todos factos colhidos pela justiça que indicam suspeitas de crime e do criminoso. A possibilidade da autopsia e da analyse chimico-legal no cadáver exumado, com o uso da inhumação, e a não possibilidade no cadáver cremado, com o uso da cremação, constituem a diferença que existe entre esses dous methofdos de sepultura<sup>xxiii</sup>.*

Contudo, Lopes, que em seu texto descreveu os inconvenientes da autopsia e da analyse chimico-legal em um cadáver exumado, afirma:

*(...) já vimos que ellas são muitas vezes infieis; muitas vezes os seus resultados não compensam o trabalho e o tempo que consomem. A autopsia e a chimica-legal,(...), além de serem repugnantes, de profanar as sepulturas, trazem perigo ás pessoas que a praticam, e muitos poderão atingir ao gráo de perfeição desejável, visto o medico legista jamais poder descobrir as lesões e os venenos, que tiverem sido destruídos pela putrefação<sup>xxiv</sup>.*

Ao mencionar a profanação de sepulturas não podemos deixar de perceber uma conotação religiosa do médico, apesar de ser favorável à proposta da cremação. Os médicos contrários à proposta utilizavam a questão religiosa como um dos argumentos, visto que alguns membros da Igreja Católica eram contrários à cremação por considerarem que a prática afetaria o dogma da ressurreição e prejudicaria o culto aos mortos. Contudo, podemos afirmar que a preocupação em não ferir os conceitos religiosos estava presente em todas as teses analisadas. As que apresentavam argumentos favoráveis à proposta da cremação, afirmavam que o procedimento não afetaria os dogmas da Igreja, as que se opunham à prática da cremação justificavam seu posicionamento, além dos conceitos científicos, com as

considerações religiosas baseadas na tradição religiosa, mais condizente, segundo suas opiniões, com a prática da inumação.

Podemos concluir que, no campo médico, o debate sobre a proposta da cremação despertou o interesse dos médicos da Academia Imperial de Medicina até o ano de 1885, entre os que eram favoráveis e os que rejeitavam o novo procedimento relacionado ao destino dos cadáveres. Analisando os questionamentos sobre o tema, os médicos apresentavam os conhecimentos referentes ao paradigma miasmático e a doutrina parasitária após as pesquisas realizadas por Pasteur. De acordo com o desenvolvimento da Bacteriologia, o cadáver passou a ser considerado um dos propagadores de doenças epidêmicas para alguns médicos e, para outros, campo de estudo da Medicina Legal.

#### REFERÊNCIAS:

- <sup>i</sup> REIS, João José. *A morte é uma festa. Ritos fúnebres e Revolta Popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1991, p. 247, 248.
- <sup>ii</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril. Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p.86, 87.
- <sup>iii</sup> *Ibidem*, p.67.
- <sup>iv</sup> EDLER, Flavio. *A Medicina no Brasil Imperial. Clima, parasitas e patologia tropical*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011, p. 47.
- <sup>v</sup> BENCHIMOL, Jaime. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992, p.116.
- <sup>vi</sup> EDLER, Flavio, 2011. *Op cit*, p.221.
- <sup>vii</sup> BENCHIMOL, Jaime. *Dos Micróbios aos mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Editora UFRJ, 1999, p. 64.
- <sup>viii</sup> BLAKE, Augusto Victorio Alves Sacramento. *Diccionario Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893, vol. 2, p.212.
- <sup>ix</sup> BENCHIMOL, Jaime. *Op cit*, p.95.
- <sup>x</sup> SOUZA LIMA, Agostinho José de. *Annaes Brasiliense de Medicina*. Rio de Janeiro. p. 430
- <sup>xi</sup> *Ibidem*, p.440.
- <sup>xii</sup> *Ibidem*, p.453.
- <sup>xiii</sup> GONDRA, José. *Artes de Civilizar. Medicina, Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004; EDLER, Flavio. *A Medicina no Brasil Imperial. Clima, parasitas e patologia tropical*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011, p. 47.
- <sup>xiv</sup> KURY, Lorelai. *O Império dos Miasmas. A Academia Imperial de Medicina (1830- 1850)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1990.

<sup>xv</sup> CAMPISTA, Homero Moretzsohn. *Vantagens e inconvenientes da Cremação de Cadáveres*. Rio de Janeiro, 1882, p. 66, 67.

<sup>xvi</sup> *Ibidem*, p.88.

<sup>xvii</sup> *Ibidem*

<sup>xviii</sup> *Ibidem*, p.78.

<sup>xix</sup> *Ibidem*, p.90

<sup>xx</sup> *Ibidem*

<sup>xxi</sup> LOPES, Henrique Ladislau de Souza. *Vantagens e Inconvenientes da Cremação de Cadáveres*, 1882.

<sup>xxii</sup> *Ibidem*, p.13, 15

<sup>xxiii</sup> *Ibidem*, p.17.

<sup>xxiv</sup> *Ibidem*

Fotoclubismo, fotografia e arte no Brasil (1940-1960)

Autora: Monique Ferreira dos Santos

Título acadêmico: Mestranda – PPGH/UFF

Orientadora: Ana Maria Mauad

E-mail: [monique.fersant@yahoo.com.br](mailto:monique.fersant@yahoo.com.br)

Resumo

Durante as primeiras décadas do século XIX observamos no Brasil o desenvolvimento do fotoclubismo por todo território. Um dos principais propulsores desse movimento foram as Revistas e Boletins Oficiais dos fotoclubes. Utilizando duas publicações desse gênero investigamos como aconteciam os intercâmbios de ideias, estéticas e obras no Brasil e no Mundo. Já que a circulação e educação artística dos membros desses clubes eram um dos seus principais objetivos, a partir da análise de seus textos conseguimos nos aproximar das relações, interações e concepções desses homens sobre o seu meio e da fotografia em geral.

Palavras-chaves: História da fotografia. Fotoclubismo. Periódicos.

Abstract

During the first decades of the nineteenth century we see the development in Brazil photography society throughout the territory. One of the main drivers of this movement were the Official Gazettes of Journals and photo clubs. Using two publications of this kind happened investigated how the exchange of ideas, aesthetic and works in Brazil and worldwide. Since circulation and artistic education of the members of these clubs were one of its main objectives, from the analysis of his texts got closer in the relationships, interactions and conceptions of these men about their environment and general photography.

Keywords: History of photography. Photography society. Magazines

## **FOTOCUBISMO, FOTOGRAFIA E ARTE NO BRASIL (1940-1960)**

Neste trabalho, temos como base 30 importantes anos (1) do fotoclubismo (2) iniciado nos primeiros anos do século XX, em território brasileiro. Nosso fotoclubismo iniciou-se com um intercâmbio entre suas congêneres internacionais que desembarcaram no Brasil com seus membros ou na impressão causada pelas exposições e ideias compartilhadas com viajantes estrangeiros que logo se interessaram pela nova e nobre arte da fotografia ainda no início do século XX. No período que este trabalho abarca já encontramos uma cena consolidada com diversas instituições em todo território. No entanto, Rio de Janeiro e São Paulo são suas grandes representantes, com a Sociedade Fluminense de Fotografia (SFF) e o Foto Cine Clube Bandeirantes (FCCB).

Em um campo já bastante desenvolvido procuramos ressaltar as letras desses homens para melhor compreender como conversavam e desenvolviam suas obras, em um meio com um dos primeiros intercâmbios bem sucedido no mundo moderno. Destacamos imagens e palavras de diversas partes do globo ilustrando os boletins e os catálogos das exposições. Esses empreendimentos são fundamentais para compreender o desenvolvimento de toda a arte fotográfica. Inicialmente excluídos dos lugares da arte tradicional (belas artes), esses homens formaram um lugar próprio para a sua arte, um campo que possibilitou a fotografia artística crescer e se diversificar. E como observaremos na história do FCCB, na década de 1960, a fotografia alcança lugar ao lado de suas congêneres mais tradicionais (na 8<sup>o</sup> Bienal de São Paulo), mesmo que em uma sessão a parte, ela está presente e foi selecionado, por um grupo de fotoamadores, que em 1939 se uniam para criar um lugar onde a arte fotográfica pudesse respirar e se desenvolver, sem julgamentos apenas com apoio, diálogo e incentivo.

Trataremos dos intercâmbios de ideias, em textos e fotografias, do fotoclubismo nacional. A partir dos boletins e catálogos produzidos por esses dois fotoclubes investigaremos como aconteceram às interações neste meio entre as instituições, suas produções e suas congêneres nacionais e internacionais. Como essas ideias eram geradas em diferentes partes do globo por diferentes pessoas, circulavam, eram recebidas e interpretadas por esses homens, podendo ser assimilada da forma como foi divulgada, mas podendo acabar produzindo um conhecimento novo e próprio no fotoclubismo ou apenas para um homem.

## 1.1 OS MEIOS DE CIRCULAÇÃO DE IDEIAS E ESTÉTICAS OFICIAIS: BOLETINS DOS FOTOCLUBES E CATÁLOGOS DE SALÕES

Os boletins e catálogos nos permitem investigar o fotoclubismo de uma forma única. A maior parte das instituições não deixaram acervos ou documentações ao fecharem, só conseguimos conhecer boa parte das instituições que existiram no fotoclubismo das décadas de 1940-1960, a partir das notícias e relações desenvolvidas nessas publicações. Com elas alcançamos a circulação de ideias, exposições, concursos e os intercâmbios sociais que demonstram toda a efervescência intelectual e social que os amadores viveram nessas três décadas. O fotoclubismo pode ser estudado hoje por conta de algumas importantes instituições que publicaram boletins oficiais de circulação nacional e conseguiram sobreviver ao tempo ao serem depositadas em importantes instituições de pesquisa – ou como no caso das duas publicações estudadas aqui, os fotoclubes ainda estão em funcionamento contando com suas sedes próprias e manutenção de seu acervo.

Do FCCB temos a produção do *Boletim do Foto-cine*, e seus catálogos (que também podiam ser números da revista). Da SFF contamos com a *FotoRevista* e seus catálogos, como exemplares da circulação intelectual e material do fotoclubismo nacional. Da primeira temos 89 números e cinco catálogos, enquanto que da segunda contamos com 15 números e 16 catálogos.

O *Boletim do Foto-cine* começou a ser publicado sete anos depois da fundação do Fotoclube, foi o porta-voz do fotoclubismo desde seu início até a descontinuação de sua publicação na década de 1970. Nas décadas de 1950 a 1970 foi o mais importante veículo de informação do meio, contou com grande quantidade de impressões e disseminação em todo território. De todas as revistas do gênero foi a de maior sucesso e continuidade. Foi publicada por cerca de 30 anos, passou de 200 números mensais. Encontra-se disponível para a consulta na Biblioteca Nacional, no Cedoc da Furnarte e no Acervo da Sociedade Fluminense de Fotografia.

Quanto à estrutura, ele segue o modelo clássico deste tipo de publicação: era composto por matérias, ilustrações, dados da revista e Fotoclube mais os anunciantes. As matérias, sua parte principal por seu caráter pedagógico, variavam de quatro a sete por número da revista. Havia colunas permanentes, presentes na maior parte da trajetória da revista e outras que apareciam apenas em alguns números. Tinha por foco educar e divulgar a fotografia artística para um público não só de amadores como de interessados em fotografia. Na revista, a maior

parte dos textos é ligada à técnica fotográfica, composição, tipos de fotografias de estética moderna, biografias e históricos. Encontramos ainda recorrentes textos sobre fotografia artística (com defesas e afirmações do artístico na fotografia).

Uma parte muito importante da revista eram as suas ilustrações. Mantinha um número elevado de fotografias, que podiam aparecer: como recurso dos textos, fotografias ganhadoras de concursos do clube, fotografias que figuraram em exposições ou fotografias de visitantes estrangeiros.

Contava com um espaço destinado à correspondência de outros fotoclubes nacionais e internacionais. Novos fotoclubes, mudanças de diretoria, anúncios de salões e prêmios de congêneres menores apareciam na sessão “Pelos Clubes”. No final da década de 1950, ao tornar-se órgão oficial da Confederação Brasileira de Fotografia(3) (CBFC), a mesma manteve uma seção na revista com informações sobre ela e seus fotoclubes filiados. Na mesma década de 1950 passa a manter uma página destinada a anúncios da Federação Internacional de Arte Fotográfica (FIAP) (4). Por essas informações que carregava constituiu-se como o Fotoclube e *Boletim* de maior circulação e importância nacional.

Já o *Boletim* da SFF, teve vários nomes, mas ficou conhecida na história da fotografia brasileira como *FotoRevista*. Publicada por toda a década de 1950, é a que menos contamos com números para a pesquisa. Só estão disponíveis 15 números no acervo da própria SFF. Mas mesmo nestes poucos números percebemos sua proximidade ao modelo *Boletim*. Tem o mesmo foco em ensino e divulgação, além de ser outro porta-voz dos pequenos fotoclubes espalhados pelo Brasil e assim como o *Boletim* Foto-cine, será um dos órgãos oficiais da CBFC.

Conseguimos observar claramente uma tendência dinâmica sobre as evoluções e descobertas na área fotográfica em ambas as revistas: no entanto, a *FotoRevista* é marcado por um impulso aos passos iniciais dos amadores na fotografia artística. Já o *Boletim* é marcado por um intercâmbio de nomes e investimento em textos sobre discussões técnicas e estéticas sobre a fotografia antiga e atual, textos mais completos, complexos e grandes sobre revelações, equipamentos, retoques e técnicas de revelação diferentes (como *High key*, *Decalque*, *Meio-tom* e *Solarização*). E principalmente muitos textos sobre estéticas fotográficas com definições, defesas de autores bem distintos.

O material é muito rico para trabalharmos com a ideia de um fotoclubismo aberto e com intensas discussões sobre aspectos estéticos, matérias e sociais da fotografia. Por isso podia contar com opiniões muito distintas sobre um mesmo assunto. Acolhendo e criticando todas as estéticas e concepções em voga em sua época. Mas todos eles buscando a afirmação e



elevação da fotografia artística a “Arte” com “A” maiúsculo, como o amador Álvaro P. Guimarães Junior deixa visualizar em seu texto para o *Boletim*

Aos leigos ou elementos de fora parecerá que os adeptos da fotografia formam grupo coeso, cordato e homogêneo. Quando se trata de interesses e bem estar da fotografia vai bem o conceito. Todavia, entre si, ou em pequenos grupos, os adeptos da fotografia vivem como viviam as cidadezinhas da antiga Grécia. Cada um e cada grupo quer, figuradamente, a hegemonia quanto ao valor e utilidade desta ou daquela tendência. Vivem, portanto em rugas, discórdias e rinhas, encobertas aparentemente pelos rapapés de bom tom, quanto ao valor e utilidade de determinada tendência.(5)

## 1.2 A CONVIVÊNCIA DE ESTÉTICAS NAS FOTOGRAFIAS DOS CLUBES

As ideias possuíam grande circulação no meio, que nem era fechado para as diferentes estéticas, ideias e técnicas, como qualquer uma delas podia figurar nas duas revistas ou mesmo dentro da mesma com opiniões bem distintas. As páginas das revistas demonstram profícuos intercâmbios e discussões no tocante a estéticas. Nelas encontramos matérias sobre características de cada estética, situação atual do campo com as suas diferentes perspectivas além de ilustração nas matérias técnicas (também presentes em outros seguimentos) que nos ajudaram a entender como esses homens entendiam as diversas estéticas, aliados a algumas sugestões de definições da estética pictorialista, documental e moderna.

Para entendê-los trabalhamos no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, importantes centros urbanos do país em sua época. No início a instituição paulista deu suporte e apoio a sua irmã fluminense, mas a situação ficou mais igualitária na década de 1950 e os dois dividiram a liderança do movimento. Suas publicações foram importantes veículos de divulgação do meio e das posturas de ambas as instituições. No cenário e em seus escritos encontramos um Fotoclube paulista aberto a todas as estéticas, mas defensor dos desenvolvimentos modernos para os seus membros. Em sua congênere fluminense uma instituição também aberta a todas as estéticas, mas preocupada com os excessos dos modernismos e valorizadora do artístico na fotografia. Suas produções foram meios de veiculação de ideias e debates que confrontavam posições estéticas próximas e distintas na produção da fotografia artística.

### 1.2.2 A convivência nos números da revista

As primeiras publicações que encontramos são de 1947 para o *Boletim* e de 1949 para a *FotoRevista*. Na primeira encontramos poucos trabalhos de estética moderna ou documental, na segunda destacamos mais textos sobre a estética pictórica clássica. A maior parte, tanto dos concursos internos como das exposições recebidas, eram de imagens mais próximas do pictórico e em muitos casos ainda empregando intervenções nas revelações, mesmo que mais sutis do que no pictorialismo do início do século XX. A maioria dos textos eram sobre o

aprendizado técnico (equipamentos, processo químicos, explicação de técnicas de revelação). Ainda encontramos algumas matérias com análises do momento histórico da fotografia.

Esse cenário mantém-se inalterado ao longo da década de 1940, nas duas revistas encontramos 22 matérias com incidências sobre as diferentes estéticas. A grande maioria de textos do *Boletim* relacionavam-se a técnicas, questões contemporâneas do meio fotográfico, apresentação de importantes e históricos fotógrafos, anúncios de salões, elogios à participação bandeirante no fotoclubismo nacional e internacional, além dos anúncios dos salões e concursos internacionais. Na *FotoRevista* também encontramos destaque para os ensinamentos técnicos, mas diferente da primeira, o foco da revista está nas notícias sobre o Fotoclube em suas ações e realizações sociais(6). Também é relevante destacar a sua aproximação com o governo, como podemos observar na coluna permanente “A SFF e o turismo do estado” – em cada número da revista era apresentado uma localidade do Rio de Janeiro, com fotografias e descrições de suas características históricas e pontos mais importantes.

Entrando na década de 1950, mais significativa tanto em número como no crescimento do campo (maior número de instituições e centralização do meio). Nessa década conseguimos separar cerca de 300 citações de discussões sobre temáticas estéticas na fotografia.

Como dados podemos de primeira ressaltar que essa é a década do moderno no *Boletim*. Na *FotoRevista* a situação se mantém parecida, com maior presença de textos sobre técnica, departamento social, salões e concursos, mas encontramos mais textos sobre a fotografia documental e poucas citações sobre o moderno.

No *Boletim* constatamos um claro desenvolvimento da estética moderna, até ela alcançar o protagonismo nas discussões e imagens dele. Observamos um apelo cada vez maior ao artístico na fotografia, valorização dos seus desenvolvimentos, grandes matérias sobre importantes fotógrafos da atualidade – na maioria composta de nomes internacionais da fotografia, presença contínua de críticos de arte importantes na época e destaque para as diversas escolas. Todas elas estavam representadas e na maioria das vezes valorizadas, afinal esta era a marca do Fotoclube – meio aberto a todos os desenvolvimentos da fotografia e sua história que tivessem como propósito alcançar o artístico pelo belo ou pelo sentimento e expressão do autor.

Na década de 1960 observamos a primazia das discussões sobre as temáticas estéticas modernas e documentais, o mesmo movimento da década anterior no *Boletim*, não

encontramos nenhum número da *FotoRevista*. No *Boletim* contamos com nove revistas (de 1961 a 1969). Destacamos 35 incidências sobre estéticas nesses números. As estéticas estão divididas de forma mais igualitária.

Como já foi ressaltado, observamos uma maior regularidade na presença das diferentes temáticas estéticas nos *Boletins*. Elas dividem as páginas e participação em salões. No entanto, em uma análise mais detida de suas páginas observamos outra configuração surgir. Primeiro devemos destacar que mesmo presente nas revistas e figurando nos salões, o pictorialismo foi ficando cada vez mais afastado do “ideal” fotográfico moderno, mais do que na década anterior.

Nas mesmas páginas encontramos destaque e valorização do trabalho em laboratório e discursos sobre os avanços da arte nestes tempos. A fotografia moderna ligada ao mundo de sua época, com suas linhas, o abstrato e a indústria foi o grande destaque. Não encontramos tantos textos sobre os “tipos” modernos, no entanto essa questão permeia a maior parte dos textos. Alguns nos quais se destaca a produção moderna dos Bandeirantes, outros na descrição das fotografias de um grupo internacional, e ainda nos textos sobre a crise da fotografia na época. Entra aí a valorização, comentário e anúncio dos desenvolvimentos do abstracionismo formal, e do concretismo de José Oiticica Filho – sempre destacado como um dos principais nomes da “vanguarda” paulista.

Também presente em todos os anos da revista, mas singularmente repetitivo nestes anos, são os textos sobre crítica e autocrítica para os fotógrafos. Nestes textos de autores nacionais e internacionais percebemos a intenção dos autores de disseminar e incentivar o processo de julgamento de obras para todos os fotógrafos. Não retirando o valor dos salões, concursos e sessões de discussão em grupo, eles incentivam as capacidades individuais para crítica de sua própria produção. Destacam os princípios básicos para diversas análises que pretende facilitar esse exercício.

A análise dessas três décadas foi providencial para alcançarmos alguns dos objetivos da pesquisa. Conseguimos destacar muito mais do que a prisão às regras das belas artes ou o desenvolvimento da estética moderna (do abstrato e do concretismo), a misturadas estéticas e técnicas. Destacamos nos números estudados e até nas imagens destacadas como o movimento vivia em consonância com um meio muito maior espalhado por todo o mundo. Inicialmente mais fechado e com circulação apenas entre fotoclubes e seus artistas

consagrados. A década de 1940 é marcada por essas exposições itinerantes de fotoclubes. As mesmas serão aumentadas com a criação e filiação dos fotoclubes a FIAP e depois a CBCF. Essas instituições tiveram o papel de promoção de intercâmbios, as exposições já não ficavam presas as principais instituições do país – diversas rodavam boa parte do território em instituições filiadas, além de expandirem as exposições internacionais para além dos clubes amigos até o outro lado do mundo.

No tocante as discussões estéticas como já foram mais detidamente pontuando pelas décadas, não podemos retirar o título de instituição aberta e tolerante a todas as tendências e técnicas, que os textos e membros do clube marcam como característica do Bandeirantes. No entanto, bem mais do que na *FotoRevista*, o que observamos é um constante e crescente abandono das práticas pictóricas clássicas – mesmo que matérias sobre suas técnicas ainda apareçam na década de 1960, e ascensão das temáticas modernas nos textos dos membros do clube e em suas exposições. Mas mesmo que esse moderno esteja presente na produção do mundo inteiro, o que observamos é um espaço igual – em alguns casos ainda maior, da fotografia documental na produção estrangeira. Esse documental é marcado por ângulos novos, pureza nas imagens e revelações, valorização do subjetivo e principalmente destaque para o humano.

Tratando ainda das matérias o que conseguimos observar foi a constante e marcante importância das técnicas em toda história do movimento. Com um caráter mais para o principiante na *FotoRevista* ou englobando questões mais profundas, como encontramos no *Boletim*. Ao final desta análise podemos destaca-lo como o grande diferencial da fotografia fotoclubista. Era muito marcante a necessidade de conhecimento e domínio de todas as etapas da produção fotográfica para obtenção de uma fotografia artística por esses amadores.

No entanto, não há uma ideia unanime sobre o caminho que cada fotógrafo deve seguir para conseguir sua evolução. Enquanto uns reclamam que o fotógrafo amador para conhecer todos os desenvolvimentos da arte deve abdicar de todas as outras atividades de sua vida, continuamos a encontrar a valorização do estudo (em revistas, catálogos e exame dos antigos mestres) como a possibilidade de conhecer sua arte e começar a traçar o seu caminho particular de amadurecimento. Sendo assim o estudo e a transmissão de conhecimento técnico começam e terminam como um dos grandes pilares desta produção.

### 1.3 REFERÊNCIAS

- (1) Analisamos as décadas de 1940-1960.
- (2) Movimento definido por fotógrafos amadores que se reuniam, desde meados do século XIX, buscando primeiro garantir o caráter artístico para a fotografia, e que utilizavam a fotografia por prazer e com intuito de fruição do belo e não por trabalho ou dinheiro.
- (3) Confederação Brasileira de Fotografia foi fundada em 1950, reuniu muitos fotoclubes e funcionava como a representante máxima do Brasil no campo. Mais tarde mudará para Confederação Brasileira de Fotografia e Cinema (CBFC).
- (4) Federação Internacional de Arte Fotográfica (FIAP), maior instituição no meio congregava as diversas confederações. Foi fundada em 1946, existe até hoje, como novas funções.
- (5) GUIMARÃES, Álvaro P. “Arte fotográfica”. *Boletim do Foto-cine Clube Bandeirantes*, São Paulo, VIIº ano, Nº 84, p. 14, 1953, grafia original.
- (6) Como a Festa do Flash e o concurso da Mais Fotogênica do Brasil, que ocorreram em seus salões.

Ensaio sobre poesia e história – o surto poético nos anos de chumbo

Mestranda: Moniquele Araújo, UERJ

Resumo: O “Jornal da Poesia” publicado dentro do caderno B do Jornal do Brasil em 1973, foi a marca inicial do surto poético que aconteceu no Brasil nesse período. Do contexto político de ditadura civil-militar e do “milagre econômico” surgiu o que foi chamado de “a necessária poesia”, conforme o texto de abertura do primeiro número do jornal que chamava atenção para o período de efervescência poética e dizia ter por objetivo “fornecer um panorama da poesia brasileira” daquele tempo.

Palavras-chaves: Jornal da Poesia, surto poético, ditadura civil-militar

Abstract: The "Journal of Poetry" published by Jornal do Brazil in 1973 was the initial burst of poetic outbreak occurred in Brazil. In the midst of a context based upon the civil-military dictatorship and the “economic miracle”, emerged what became to be called the “necessary poetry” as the opening text of the first issue of the newspaper that called attention to the period of poetic effervescence, and said it intended "provide an overview of Brazilian poetry" of that time.

Key words: Journal of Poetry, poetic outbreak, civil-military dictatorship

O “Jornal da Poesia” publicado dentro do caderno B do Jornal do Brasil em 1973, nos meses de Setembro, Outubro e Novembro, organizado por Affonso Romano de Sant’Anna por recomendação do jornalista Alberto Dines, foi a marca inicial do surto poético que aconteceu no Brasil nesse período. Do contexto político de ditadura civil-militar e do “milagre econômico” surgiu o que foi chamado de “a necessária poesia”, conforme o texto de abertura do primeiro número do jornal que chamava atenção para o período de efervescência poética e dizia ter por objetivo “fornecer um panorama da poesia brasileira”<sup>i</sup> daquele tempo.

Numa das primeiras poesias publicadas estava a de Afonso Ávila que advertia: “Quem obedece à sinalização evita acidente.”<sup>ii</sup>, que se misturava aos diversos acontecimentos da época envolvendo a política de Mao Tse Tung na China, a queda de Allende no Chile dentre outros acontecimentos do mundo polarizado da chamada Guerra Fria. No primeiro número do jornal, uma poesia de Mário Quintana exaltava a necessidade de se fazer poesia:

Todos deveriam fazer versos. Ainda que sejam maus, não tem importância. É preferível, para a alma humana, fazer maus versos a não fazer nenhum. O exercício da arte poética é sempre um esforço de autossuperação. E é de fato consabido que o refinamento do estilo acaba trazendo o refinamento da alma. Sim, todos devem fazer versos. Contanto que não venham mostrar-me. E mesmo para os simples leitores de poemas, que são todos eles uns poetas inéditos, a poesia é a única novidade possível. [...]iii

Chegavam ao jornal cartas, poemas, revistas e livros. O “Jornal da Poesia” reunia autores conhecidos e desconhecidos numa expressão da experiência política e cultural daquele tempo histórico marcado pelo auge da repressão estatal.

Affonso Romano de Sant’Anna demonstra em seu livro intitulado *Música Popular e Moderna Poesia Brasileira* que a partir de 1973 configurou-se um novo estágio da atual poesia moderna brasileira. Acompanhando movimentos no plano político e social, a poesia certamente era uma resposta às sem-saídas formalistas e à repressão estética dos movimentos de vanguarda que dominaram nas décadas anteriores, surge uma geração de poetas comprometidos com uma maior liberdade de expressão<sup>iv</sup>. As raízes desse novo período estariam no tropicalismo e se encontrariam misturadas com alguns movimentos anteriores, inclusive o modernismo de 1922. A poesia deixava em seu momento de surto poético de ser artefato erudito e passava a ser uma curtição existencial. Os poetas usam de todas as técnicas sem ortodoxia. Retomam a oralidade das frases, a descrição prosaica e irônica do cotidiano. Voltam ao discurso linear e ao humor. A poesia sai da sombra da música popular.

Isso se comprovaria, de acordo com Affonso Romano de Sant’Anna, no surgimento de inúmeras revistas de poesia e uma avalanche de poetas vendendo sua arte em bares e teatros. O “Jornal da Poesia” seria como uma abertura a todas as correntes e tendências. Além dele houve a realização da *Expoesia Rio*, *Expoesia Curitiba*, *Expoesia Friburgo*; a realização da *Poemação* no Museu de Arte Moderna no Rio em 1974; a antologia de Heloísa Buarque de Hollanda; etc. O jornal de poesia mobilizou um público tanto de poetas quanto de leitores e amantes da poesia. A média de correspondência atingiu a quinhentas cartas mensais acompanhando cerca de dois mil poemas. Além do envio de revistas e livros recém-lançados<sup>v</sup>.

A década de 1970 mesmo sufocada pela censura não foi uma década perdida para a cultura brasileira salienta Flávio Pinheiro na apresentação do livro *Cultura em trânsito – da repressão à abertura*. Sobre o *Jornal da Poesia*: “Este espaço reservado à poesia é ao mesmo tempo causa e efeito, e volta-se para um determinado momento da vida nacional”<sup>vi</sup>

Após o decreto do Ato Institucional nº5 em 1968, instalou-se no país uma espécie de mal-estar cultural, que foi nomeado nos debates como “vazio cultural”<sup>vii</sup>, e a violência do Estado aguçou o sentimento de oposição nos intelectuais e artistas. Em 1973, ao mesmo passo que se davam o massacre das guerrilhas rurais, urbanas e os extermínios, a poesia foi um grito. A nova poesia se manifestou como contraposição ao Estado autoritário baseado na Doutrina de Segurança Nacional, ao discurso estatal e sua gestão tecno-burocrática da cultura. O jornal anunciava e veiculava a poesia marginal, muito difundida por toda a década de 1970, década que simboliza uma mudança na experiência histórica, tanto no âmbito das artes quanto da historiografia.

A implantação do Doi-Codi, sistema que colocou em vigor uma polícia política bastante complexa no país mesclava polícia civil, polícia militar, militares das três forças e até mesmo bombeiros e polícia feminina, foi responsável pelos principais episódios de tortura e extermínio no período da ditadura civil-militar<sup>viii</sup>. Ao lado disso, o “milagre econômico” e a “modernização conservadora” dos governos militares diziam respeito a um notável crescimento econômico no Brasil, acompanhando também as tendências internacionais. O Brasil viveu os chamados “anos de ouro” para alguns. No entanto, a desigualdade social também era uma crescente, além de toda a repressão política e cultural, e as manifestações de descontentamento se expressavam através de revistas alternativas e jornais, eram os “anos de chumbo” para outros<sup>ix</sup>. A poesia apareceria para dizer, em seus “espaços vazios”<sup>x</sup>, o que se vivia. Antônio Cândido denomina a década de 1970 no Brasil, no que concerne à literatura, como uma época de realismo feroz:

[...] corresponde à era de violência urbana em todos os níveis do comportamento. Guerrilha, criminalidade solta, superpopulação, migração para as cidades, quebra do ritmo estabelecido de vida, marginalidade econômica e social – tudo abala a consciência do escritor e cria novas necessidades no leitor, em ritmo acelerado.<sup>xi</sup>



Sendo assim, nesse contexto, se apresentou um novo tipo de literatura que demonstrava alguma resistência às imposições culturais e políticas que sofria. A poesia foi uma forte e considerável forma de expressão e manifestação do descontentamento perante o governo civil-militar, uma resistência cultural num momento em que o processo de dominação político-econômica se intensificou.

Os estudos sobre a década de 1970 demonstram a politização de áreas como a poesia, a música, as artes plásticas, o teatro, o cinema, dentre outras, para um público extenso de leitores. Proponho aqui pensar como a história da repressão política e cultural brasileira foi vista e sentida pelas percepções poéticas.

As publicações dessas poesias tiveram repercussão entre os intelectuais da época, que escreveram artigos, inclusive no próprio JB. Um deles foi o artigo de Tristão de Athayde, heterônimo do pensador católico Alceu de Amoroso Lima, “O Fruto de um decênio”, publicado no dia 11 de Outubro de 1973, que avaliava os resultados de dez anos “da Revolução de 1964” e como a repressão contribuiu para o surto poético.

Foi precisamente por ter deixado o povo e a mocidade marginalizados, desde seu desencadeamento que a Revolução de 64 acabou prestando à poesia brasileira esse grande serviço. [...] Esses dois cadernos de poesia do JB, recebidos com as maiores demonstrações de apreço vieram confirmar os sintomas de ressurreição poética, que indiretamente devemos agradecer às intenções da censura intelectual imposta pelo movimento de 64. Não é só Deus que escreve direito por linhas tortas.<sup>xii</sup>

O artigo de Cacaso e Heloisa Buarque de Hollanda, “Surto de indagação” publicado no primeiro número da revista *Argumento* em Outubro de 1973 segue em resposta ao artigo de Tristão de Athayde, discutindo os porquês do surto poético no período.

Se o diagnóstico das causas nos parece lúcido, como de resto tem sido a militância intelectual de Alceu Amoroso Lima, justamente por isso nos permitimos fazer certos reparos à interpretação que propõe do fenômeno. Está fora

de dúvida que a retomada de qualquer atividade criadora, ainda mais no lugar e nos dias que correm, constitui fato que em si mesmo é altamente significativo. Uma coisa, porém, é constatar a ocorrência de um fenômeno e identificar suas causas; outra, bem diferente, é interpretar seu sentido. Pois se observarmos mais de perto não reencontraremos, na poesia de nossos dias, as mesmas marcas brutais que dilaceram e dificultam a renovação conjunta de nosso processo cultural? Este “surto poético” de que tratamos, por ocorrer do jeito que ocorre e por gerar os produtos que gera, não está exatamente revelando os sinais comuns de asfixia que pesam e reorientam os demais setores de nossa cultura?<sup>xiii</sup>

Para relacionar a poesia à história, algumas leituras se fazem fundamentais, ainda que insuficientes, como alguns teóricos salientam por reconhecer as dificuldades metodológicas dessa relação. Antônio Candido propõe um estudo sociológico da literatura, ainda que se dê conta que esse estudo não explica a essência do fenômeno artístico, mas colabora na compreensão da formação e do destino das obras, nesse sentido, na criação das obras literárias. Desenvolve questões que envolvem: em que medida a arte é expressão da sociedade; em que medida é social; em que medida corresponde à realidade; qual seria o limite da autonomia do autor-artista-poeta; etc. Salienta que “o primeiro passo (que apesar de óbvio deve ser assinalado) é ter consciência da relação arbitrária e deformante que o trabalho artístico estabelece com a realidade, mesmo quando pretende observá-la e transpô-la rigorosamente, pois a mimese é sempre uma forma de *poiese*.”<sup>xiv</sup>

Antônio Cândido relaciona autor, obra e público numa interação dessas três partes – fundamentais- da comunicação para que sejam analisados os elementos sociais que formam sua matéria, para as circunstâncias do meio que influíram na sua elaboração e para compreender qual foi a sua função na sociedade. Compreendendo, portanto, a relação dialética entre texto e contexto sem desassociar nenhuma das duas partes, vinculando as ordens de realidade sem cair no nexos causal determinista, mecanicista<sup>xv</sup>. Sendo assim: não convém separar a repercussão da obra de sua feitura, pois ela só estaria acabada no momento em que repercute ou atua, é o público que dá sentido e realidade à obra.

A poesia pode ser encarada como uma representação do mundo, sendo uma visão singular que é, ao mesmo tempo, fenômeno coletivo sem, com isso, anular a individualidade do texto e do autor. As interações entre poesia e história dizem respeito à memória subjetiva e coletiva ao mesmo tempo. Tal como observa Antônio Cândido: “O que chamamos arte coletiva é a arte criada pelo indivíduo a tal ponto identificado às aspirações e valores do seu tempo, que parece dissolver-se nele, sobretudo levando em conta que, nestes casos, perde-se quase sempre a identidade do criador-protótipo”<sup>xvi</sup>. Os elementos individuais adquirem significado social na medida em que as pessoas correspondem às necessidades de sua época, aos estímulos da criação poética. O texto poético está imerso no fluxo temporal da história, portanto, compõe a experiência histórica. De forma dialética constitui a história e é por ela constituído, se complementando.

Erich Auerbach também auxilia na compreensão das poesias como configuração do real, fazendo parte de uma transfiguração desse real independente da época. O fazer artístico-poético fala sobre o período histórico; o contexto se desenrola em algo prefigural, sendo a literatura, portanto, um caminho de acesso à experiência histórica. Auerbach propõe pensar a representação da realidade na literatura Ocidental através da “Interpretação Figural”: pensar como em diversas obras literárias o homem figura a realidade de um tempo histórico<sup>xvii</sup>.

Outra leitura fundamental para o tratamento das poesias são as Teses sobre a História de Walter Benjamin. A partir das teses, o trabalho ganha uma leitura a contrapelo do regime ditatorial brasileiro, período em que os subterrâneos das memórias são muitos. Nelas, Benjamin propõe uma narrativa crítica da história a ser pensada no presente: é preciso pensar a história a contrapelo, como posição política, buscando temas ainda não trabalhados, ou novas perspectivas para temas já discutidos. Dessa forma, pensar a ditadura civil-militar pelo âmbito da poesia, é pensar uma perspectiva nova para esse tema, que dá voz às poesias que se autoneamaram “marginais”. A proposta de uma história aberta como possibilidades infinitas de se pensar o passado vem sendo uma forma de explicitar grupos sociais e políticos que ficaram marginalizados pela história dos vencidos. Portanto, essas vozes que aparecem através da poesia, aparecem como vozes resistentes às tendências hegemônicas da sociedade daquele momento, que merecem ser analisadas<sup>xviii</sup>.

---

<sup>i</sup> *Jornal do Brasil*, *Jornal da Poesia*, nº1, p. 36, 1º-9-1973.

<sup>ii</sup> *Idem*.

<sup>iii</sup> *Jornal do Brasil*, *Jornal da Poesia*, nº1, p. 36, 1º-9-1973. Fragmento da poesia de Mário Quintana, uma das que inaugurou o *Jornal da Poesia*.

<sup>iv</sup> (Sant'Anna, 1980) SANT'ANNA, Affonso. *Música popular e moderna poesia brasileira*. Petrópolis: vozes, 1980.

<sup>v</sup> (Sant'Anna, 1980). *Idem*.

<sup>vi</sup> (Sant'Anna, p.116) *Idem*, p. 116.

<sup>vii</sup> Termo advindo do artigo de Zuenir Ventura, na revista *Visão* de Julho de 1971.

<sup>viii</sup> (Fico, 2004) FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Revista Brasileira de História, São Paulo: ANPUH,v.24 (Brasil: do ensaio ao golpe - 1954-1964), n.47, p.29-60, jan./jun. 2004.

<sup>ix</sup> Aarão Reis, 2000) AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

<sup>x</sup> No sentido do termo utilizado por Iser Wolfgang.

<sup>xi</sup> (1989, p.212)

<sup>xii</sup> *JB*, “*Jornal da Poesia*”, 1º caderno, p.8, 11-10-1973.

<sup>xiii</sup> A. C. Brito & H. B. Hollanda. *Literatura: nosso verso de pé quebrado*. *Argumento*, nº1, Out.1973, p. 81-94.

<sup>xiv</sup> Cândido, Antonio. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006. p. 21

<sup>xv</sup> (Cândido, 2006)

<sup>xvi</sup> (2006, p. 34)

<sup>xvii</sup> AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. Trad.George Bernard Sperber. 2.ed. rev. São Paulo: Perspectiva, 1976 (Coleção Estudos – Crítica, 2).

<sup>xviii</sup> (Benjamin, 1994) BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre história da cultura*. Obras Escolhidas I. 7.ed. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

## **Contra os malvados absolutistas – conceitos - políticos nos panfletos cisplatinos (1821 -1822)**

Murillo Dias Winter<sup>1</sup>

**Resumo:** No ano de 1821, com a oficialização da dominação lusitana na província Cisplatina e a liberdade de imprensa promovida pelas Cortes de Lisboa, uma série de impressos – periódicos e folhetos – passou a circular com maior frequência da cidade de Montevidéu. Os debates destas páginas estavam em consonância com as discussões lisboetas e fluminenses acerca do futuro do Império ultramarino português. Esse trabalho visa analisar a utilização e a definição semântica do conceito-chave Absolutismo e seus termos correlatos nos panfletos da Província Cisplatina entre os anos de 1821 e 1822.

**Palavras – chave:** Absolutismo. Imprensa. província Cisplatina.

**Abstract:** In the year of 1821, with the formalization of the Lusitanian domination of the Cisplatine Province and the freedom of the press promoted by the Court of Lisbon, a series of printed – periodicals and pamphlets - began to circulate more frequently in the city of Montevideo . The discussions on these pages were in line with the discussions from Lisbon and Rio de Janeiro about the future of Portuguese overseas empire. This paper aims to analyze the use and semantic definition of the Absolutism key concept and its related terms in the pamphlets of Cisplatine Province between the years 1821 and 1822.

**Key-words:** Absolutism. Press. Cisplatine Province.

### **O Congresso Cisplatino e a liberdade de imprensa**

Em agosto de 1816 sob o comando de Carlos Frederico Lecor (1764-1836), futuro Barão de Laguna, aproximadamente quatro mil e oitocentos soldados da Divisão dos Voluntários Reais avançam sobre a Banda Oriental e, em janeiro de 1817, conquistam

---

<sup>1</sup>Graduado e mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF), doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Orientador, Professor Doutor Vitor Izecksohn (PPGHIS/UFRJ). E-mail: [murillodiaswinter@hotmail.com](mailto:murillodiaswinter@hotmail.com).

Montevideu. A exemplo da primeira intervenção na Banda Oriental, a ação portuguesa suscita diversas interpretações e debates sobre as motivações e os interesses no empreendimento. Os argumentos e as proposições, geralmente, repetem as iniciativas anteriores. Entre eles destacam-se a propensão geopolítica das fronteiras naturais, as motivações econômicas, as negociações diplomáticas em curso na Europa e a convivência de Buenos Aires e dos grandes produtores monteviduanos.<sup>1</sup> A dominação é oficializada através do Congresso Cisplatino<sup>2</sup> e a antiga Banda Oriental<sup>3</sup>, passa oficialmente a pertencer ao Império ultramarino português no ano de 1821.

A partir da integração da província Cisplatina ao mundo lusitano e a liberdade de imprensa promovida pelas Cortes de Lisboa, uma série de periódicos e folhetos passou a circular com maior frequência na cidade. Se na década anterior, os periódicos e os impressos em geral não circularam com tanta liberdade e em tamanho volume, nos primeiros anos de ocupação portuguesa, a imprensa vivenciou um verdadeiro período de ebulição<sup>4</sup>, processo semelhante ao ocorrido em toda a América portuguesa<sup>5</sup>. Uma das marcas desses impressos era apresentar alternativas políticas de determinados grupos ou indivíduos em meio a este período de indefinições quanto ao futuro que a região viva.

Desse modo, a imprensa aqui analisada é semelhante em forma e conteúdo a de outras regiões do continente no mesmo período, as primeiras décadas do Oitocentos. A discussão política era, justamente, o grande objetivo da imprensa – compreendendo panfletos, periódicos, diários e revistas - no período das independências e no imediatamente posterior na América Latina. Para Paula Alonso “decir que esta prensa era política, de opinión o partidaria sería una redundancia. Aunque informara, ésa distaba de ser su meta.”<sup>6</sup>No decorrer do século XIX, a imprensa continuou sendo um dos mais importantes instrumentos para se fazer política. Expectativas e discussões variadas tinham na imprensa periódica o seu espaço de divulgação. Novamente, Paula Alonso destaca:

la prensa también se convirtió en una de las principales varas con las que se medió el grado de libertad de un gobierno y el nivel de “civilización” de una sociedad, siendo computada, junto con cifras de población, alfabetización, etcétera, en los primeros censos nacionales.<sup>7</sup>

Dada toda a transformação ao longo dos anos, existem poucas semelhanças entre as publicações contemporâneas e os primeiros impressos oitocentistas na América. Enquanto os periódicos atuais se dedicam a fornecer informações do mundo todo, inseridos no mercado

global, e supostamente mantém os seus editoriais sob o signo da imparcialidade, nos oitocentos se destacavam “aquellos diarios de corta vida, peque a tirada, de lenguaje violento y apasionado, producidos por quienes hacían política, además, con la pluma.”<sup>8</sup> Entre os primeiros debate estavam o constitucionalismo português e o fim do absolutismo, conceito-chave aqui analisado nos impressos de forma geral, pois optou-se ao longo do texto de integrar a análise dos periódicos no trabalho.

### **O Absolutismo: usos e definições nos impressos cisplatinos**

A Província Cisplatina, se tornou um importante espaço de análise por se tratar de um ponto de contato entre os antigos domínios ibéricos no Prata e vivenciar de forma diferenciada o que acontecia de forma sistêmica em todo o mundo atlântico, a crise do Antigo Regime. Como lembra João Paulo Pimenta, a província Cisplatina:

configura uma zona na qual a crise do sistema colonial conhece grande visibilidade. Área densamente povoada, com importante produção e comércio nos quadros da colonização ibérica, palco de constantes litígios entre Portugal e Espanha por sua posse, adquire no século XIX, caráter singular de ponto de intercessão entre os processos de descolonização luso-americano e hispano-americano. É na busca pela redefinição de jurisdições sobre essa região que ambos os processos - dois movimentos particulares inseridos na crise do sistema, que é geral – se cruzam. Nessa região interagem dimensões particulares da crise, construindo e reforçando um quadro comum.<sup>9</sup>

Como lembra o historiador Fernando Novais, o Sistema Colonial do qual a Província Cisplatina faz parte é uma das variáveis de uma crise maior que é a do Antigo Regime. Para Novais “o que chamamos sistema colonial, na realidade, é subsistema de um conjunto maior, o Antigo Regime (capitalismo comercial, absolutismo, sociedade de ‘ordens’, colonialismo), e se movimenta segundo os ritmos do conjunto, ao mesmo tempo que o impulsiona”.<sup>10</sup> Desse, modo buscaremos através de um aspecto, o Absolutismo, compreender parte da dimensões dessa crise geral através dos impressos da Província Cisplatina.

Analisando a cultura-política da independência a historiadora Lúcia Bastos, aponta para as significações que podem ter o vocábulo de despotismo em decorrência da nova linguagem política oriunda dos princípios do iluminismo português que chegou ao Brasil após

a revolução do Porto. Nesse contexto, “o conceito de despotismo surgiu como principal palavra negadora da liberdade que os veículos da cultura política luso-brasileira tentaram divulgar.”<sup>11</sup> Nos primeiros anos de dominação lusitana na província Cisplatina, a situação é semelhante, negava-se o absolutismo, a negação da liberdade e enquadrava-se dentro de uma lógica liberal de discurso político, muito semelhante ao do restante dos domínios luso-americanos.

O jornal *Pacífico Oriental de Montevideo* é o primeiro a reverberar as discussões coetâneas dos periódicos do Rio de Janeiro e de Lisboa. Para o redator do jornal, as primeiras décadas do século XIX, tanto em Portugal quanto na América, foram marcadas pelo Absolutismo e o despotismo, tomados como sinônimos de um governo arbitrário e que não possuía nenhuma lei que o controlasse e fiscalizasse. Os movimentos de agosto de 1820 no Porto e em consequência o Vintismo fazem parte do horizonte de expectativas do periodista, e para quem apenas uma Constituição poderia regulamentar o poder monárquico e reestabelecer a liberdade tanto na Europa, no Rio de Janeiro quanto em Montevidéu. Desse modo, como parte integrante do Reino de Portugal, Brasil e Algarves e a população da Província Cisplatina deveriam seguir os movimentos do Porto e como

exâctos observadores de las liberales Bases Constitucionales, acusemos ante el publico al primero que las violase; que huyendo del reposo enemigo de la Libertad nos entreguemos al exercicio de la virtud, como la guía mas segura de la prosperidad. Por estos signos se conoce el Gobierno justo, porque el ilegítimo está sentado sobre la fuerza, y la impostura.<sup>12</sup>

Embora se ataque frontalmente o Antigo Regime, a Monarquia e o poder absolutista, a figura do Rei é considerada indispensável. A república e a participação popular também são vistas com restrições e consideradas perigosas para o desenvolvimento e a ordem da Nação portuguesa, ainda concebida em sua totalidade, abrangendo Portugal e suas colônias, características do movimento político português, que embora buscasse alterações na política e na sociedade, mantinha uma postura elitista e temia a proximidade do povo com o poder. Deve-se obedecer as normas impostas pela Constituição, pois para o sucesso da regeneração política e social da Província Cisplatina, “La religion, las leyes, y el beneficio general exigen su obediencia, ella sola basta para mantener el equilibrio social, fortificar las relaciones naturales y santificar al dichoso que se complace en adorarla.”<sup>13</sup>



Portanto, a melhor maneira de governar a Nação é através da manutenção da monarquia, porém com poderes restritos e fiscalizados por uma constituição. O periódico *Expositor Cis-platino ou Eschólio da veracidade*, como já observado, bastante crítico à figura de D. João VI e seus ministros, aconselhando sobre os perigos da democracia e da anarquia, recomenda como melhor sistema de governo justamente a Monarquia Constitucional, como citado previamente:

A liberdade nada difere de anarchia. Hum governo democrático, momentaneamente he rivalisado, athé por qualquer membro da rústica plébe; he da li que nascem as pelejas; e agitações populares das quaes resulta o excídio de huma nação. O que não acontece com hum governo Moarchico constitucional que ninguem se atreve a rivalizar-lo.<sup>14</sup>

A historiadora Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves adverte que mesmo que os termos Absolutismo e Despotismo, no mundo luso-americano, de forma geral, manifestem a ideia de ausência de liberdade política, existem importantes diferenças na sua utilização na Europa e na América. Em Portugal, principalmente entre os anos de 1820 até 1823, os termos foram sinônimos do Antigo Regime, balizando a política autoritária que ocorria na metrópole até os movimentos iniciados na cidade do Porto. Em terras americanas, os termos inicialmente designavam as ações cometidas pela Corte, principalmente no Rio de Janeiro, e também o governo de muitos governadores de províncias. A elite formada em Coimbra e vivendo na colônia acreditava que a regeneração política iniciada com o Vintismo deveria conceber uma Constituição que pudesse retirar a América da condição subalterna, ao passo que projetavam nas Cortes de Lisboa a tentativa de estabelecer o despotismo novamente no continente.<sup>15</sup>

Não obstante as diferenças de argumentação e compreensão dos termos Absolutismo e Despotismo no mundo lusitano, estes fazem parte do espectro político aberto pelo Vintismo, onde a Ilustração tem papel fundamental, igualmente na Província Cisplatina, argumento apresentando por Francisco de Paula Peréz na primeira edição do *Pacífico Oriental de Montevideo*, ao afirmar que a razão e as luzes

Han logrado presentear la idea de un Gobierno, que hermanará la libertad de los pueblos á la Soberanía de los Tronos. Tales son los Gobiernos Constitucionales, que algunos pueblos han tenido el noble valor de establecer, y es indudable lo sabrán defender, porque estando regularmente balanceados sus poderes, puedan prometerse una larga serie de prosperidad, y dicha.<sup>16</sup>

Um ponto igualmente importante no discurso da regeneração da Província Cisplatina e na construção da Nação é o progresso econômico. Com os anos de guerra civil na região, os rebanhos de gado diminuíram drasticamente, a indústria fora arruinada e o comércio prejudicado com o bloqueio ao porto de Montevideu, portanto, o reestabelecimento da ordem é fundamental para o progresso da Província Cisplatina e a fim de estabelecer uma Nação forte e desenvolvida. Partindo desse pressuposto, na terceira edição do *Pacífico Oriental de Montevideo*, os comerciantes da cidade, em sua maioria estrangeiros, sobretudo espanhóis e ingleses, que temiam maiores prejuízos com a ocupação lusitana e pensavam em abandonar a região, são alertados que a agricultura - origem do progresso e da civilização - e o interior da província também devem ser exaltados, visto que são a fonte de riqueza que poderá sustentar e fortalecer a cidade, o comércio e a indústria:

Cumpliendo con los sagrados empeños que habéis contraído, ecstende la vista por todo vuestro territorio, y promoved sú adelantamiento: están fuertemente enlazadas la agricultura con la población y riquezas; se engaña el calculador comerciante si cree no padecer, ecstinguidas aquellas fuentes de grandeza, y verdadero poder.<sup>17</sup>

Todos estes aspectos, dentre eles o combate à Monarquia e ao Absolutismo e em favor da Constituição, da propriedade e da liberdade fazem parte da consolidação de uma nova ideologia política: o liberalismo. Ainda que a repressão e as campanhas em combate à propagação das ideias liberais em Portugal tenha sido bastante ampla<sup>18</sup> os representantes do liberalismo português, os vintistas, propagam o discurso da liberdade individual e da regeneração política, social e econômica, que viria através de mudanças que dotassem o regime monárquico com instituições políticas representativas e liberais, assegurando a liberdade individual. O debate teórico em torno do conceito de Liberalismo, seu alcance, suas instituições e sua aplicabilidade também alcançou Montevideu. Discutia-se a construção de uma Nação moderna e o dever do Estado de assegurar por meio de ideais liberais, o progresso, a segurança e a liberdade – coletiva e individual – e, em contrapartida, a população respeitaria as novas leis e trabalharia em conjunto para estabelecer estes princípios na Província Cisplatina, a exemplo da metrópole lusitana:

Toda una nacion fuertemente interesada é imbuida de principios liberales que sus largos padecimientos les han enseñado, trabaja incesantemente por esta lei, mirando con placer que pocos ó ningunos discuten sobre los

medios de la legal coalicion para establecerla. Reanimémos mutuamente en esta sagrada y consoladora empresa observando con exactitud dos límites de nuestros derechos, influyamos sin intervernir en los medios que le poder mueve para governarnos no perdonemos; fatiga para tan loable y santo fin, estrechemonos íntimamente por los vínculos de la necesidad, marchemos al objeto de nuestras aspiraciones pronunciando siempre con las bases constitucionales, *seguridad individual*.<sup>19</sup>

O princípio liberal, ainda que moderado, marcou a vida política do mundo luso-americano nos primeiros anos da década de 1820. Na Província Cisplatina, oficialmente parte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves desde 31 de julho de 1821, a imprensa periódica reverberava as discussões dos periódicos de Lisboa e do Rio de Janeiro, da mesma forma que aplicava para a realidade local as discussões teóricas sobre a Nação. Exemplo desta postura é a defesa da ocupação e pacificação da região pela Nação Portuguesa em citação já utilizada: “que despues de incalculables contrastes, males y reveses, la Libertad proclamada por la heroica Nacion Portugueza nos pertenece hoy por derecho.”<sup>20</sup> É interessante notar que no argumento do periodista, apesar de creditar à nação portuguesa a liberdade e pacificação da região, a Província Cisplatina não integrava o mundo lusitano, diferenciava-se os orientais, inclusive o próprio periódico, um *Pacífico Oriental de Montevideo*, dos portugueses e dos brasileiros, estes dois grupos eram vistos como estrangeiros, e a ocupação, como temporária. O pertencimento político e a nação dos orientais não era a mesma dos lusitanos neste momento, os dois compunham o mesmo corpo político por fatores circunstanciais e pela necessidade de acabar com a guerra civil que desolou a Banda Oriental na década anterior, desse modo e nesse momento, a liberdade promovida pelas Cortes de Lisboa correspondia também aos anseios dos locais e pertencia igualmente a eles.

## Notas

---

<sup>1</sup>Sobre as discussões historiográficas em torno das ocupações de 1811 e 1816, ver: PIMENTA, João Paulo. Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata: 1808-1828. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006. COMIRAN, Fernando. Os cenários políticos da intervenção portuguesa na Banda Oriental do Uruguai (1811 e 1816). Dissertação de mestrado. UNESP- Assis, 2008. WINTER, Murillo Dias. “Un periodico que no hable de politica al presente, es lo mismo que un fusil sin cañ.”: Imprensa periódica e a construção identidade oriental (Província

---

Cisplatina - 1821-1828). Dissertação de mestrado, Universidade de Passo Fundo: Passo Fundo, 2014.

<sup>2</sup> Sobre o Congresso Cisplatino, ver: RIBEIRO, Fábio Ferreira. *O general Lecor e as articulações políticas para a criação da Província Cisplatina: 1820-1822*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. PIVEL DEVOTO, Juan E. *El Congreso Cisplatino (1821). Repertorio documental, selecionado y precedido de un análisis*. Montevideu: El siglo ilustrado, 1937.

<sup>3</sup>Sobre as fronteiras e a nomenclatura da região, Ana Frega escreve: La región al este del río Uruguay era una zona frontera , de tránsito y de tráfico, un ámbito transcultural cuyas denominaciones contemplaban un espacio geográfico dispar y no siempre coincidente. Algunas aludían al nombre con que se conocía algún grupo étnico, “Banda de los Charrúas”, por ejemplo. Otras consideraban una referencia geográfica vinculada con los centros de poder desde donde se realizaba la nominación. De esta manera, designaciones como “Banda Norte”, “Banda Oriental” o simplemente, la “otra Banda” tenían como punto de referencia el Río de la Plata en una expresión de la influencia e intereses provenientes del centro político de Buenos Aires. Otras denominaciones como “Provincia del Uruguay” o “Doctrinas del Uruguay” aparecían en la cartografía de la época y en informes, cartas y memorias de miembros de la Compañía de Jesús, responsables de la fundación – en varias etapas a lo largo del siglo XVII – de pueblos misioneros en ambas riberas del alto Uruguay, en permanente tensión con las avanzas lusitanas. FREGA, Ana. *Uruguayos y orientales: itinerario de una síntesis compleja*. In: CHIARAMONTE, José Carlos. GRANADOS, Aimer. MARICHAL, Carlos. (compiladores). *Crear la nación. Los nombres de los países de América Latina*. Buenos Aires: sudamericana, 2008. p.96-97.

<sup>4</sup>GONZÁLEZ, Wilson Demuro. *Prensa periódica y circulación de ideas en la Provincia Oriental, entre el final de la dominación española y la independencia (1814-1825)*. Tesis en Maestría en Historia rioplatense. Universidad de la República, FHCE: Montevideo, 2013.

<sup>5</sup> PIMENTA, João Paulo. *O Brasil e a América espanhola (1808-1822)*. Tese de Doutorado em História Social, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2003. pp- 296-301.

<sup>6</sup> ALONSO, Paula (compiladora). *Construcciones impresas: panfletos, diarios y revistas en la formación de los Estados nacionales en América Latina, 1820-1920*. México: Fondo de Cultura Económica, 2004. p.8.

<sup>7</sup> Idem. p. 9

<sup>8</sup> Ibidem.

<sup>9</sup> PIMENTA, João Paulo. *Estado e nação... Op. Cit.*

<sup>10</sup> NOVAIS, Fernando. *As dimensões da independência*. In: MOTA, Carlos G. (org.) – *1822: dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972, p.25.

<sup>11</sup> NEVES, Lúcia M. Bastos P. *Corcundas e constitucionais. A cultura política da independência (1820-1822)*. p.119.

<sup>12</sup> *Pacífico Oriental de Montevideo*. Montevideu, nº 2, 29 de dezembro de 1821.

<sup>13</sup> *Pacífico Oriental de Montevideo*. Montevideu, nº 19, 26 de abril de 1822.

<sup>14</sup> *Expositor Cis-platino ou Eschólio da veracidade*. Montevideu, nº1, 11 de abril de 1822.

<sup>15</sup> NEVES, Lúcia M. Bastos P. *Corcundas e constitucionais... Op. Cit.* p.125-126.

<sup>16</sup> *Pacífico Oriental de Montevideo*. Montevideu, nº1 prospecto, 22 de dezembro de 1821.

<sup>17</sup> *Pacífico Oriental de Montevideo*. Montevideu, nº3, 05 de janeiro de 1822.

<sup>18</sup> Sobre a restrição as ideias liberais em Portugal, Isabel Nobre Vargues afirma: “As autoridades portuguesas, preocupadas com o avanço das ideias liberais, procuram alertar a opinião pública, lançando uma verdadeira campanha de combate, ou melhor, de desinformação teórica, mais notória após as invasões francesas.” Como exemplo desta postura, a historiadora cita a tradução de obras, a exemplo de “*As ideias liberais, últimos refúgio dos inimigos da religião e do trono*”, também se buscou bloquear o avanço destas ideias nas Cortes, prendendo suspeitos e defensores das ideias liberais, principalmente nos anos de 1808,1809 e 1810. Embora não tenham conseguido diminuir ou extinguir a consciência liberal em terras lusitanas, limitaram-na a círculos restritos e fechados. VARGUES, Isabel Nobre. O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820. In: MATTOSO, José (diretor). *História de Portugal. O liberalismo*. Lisboa: editorial Estampa, 1993. p.47.

<sup>19</sup> *Pacífico Oriental de Montevideo*. Montevideu, nº 21, 10 de maio de 1822.

<sup>20</sup> *Pacífico Oriental de Montevideo*. Montevideu, nº2, 29 de dezembro de 1821.

## Os novos tempos de Marina: sexualidade feminina, consumo e casamento compulsório no romance *Angústia* de Graciliano Ramos

Natália Augusta Fontes de Carvalho Ribeiro Rodrigues\*

### Resumo:

Neste artigo será analisada a personagem Marina da obra *Angústia* de Graciliano Ramos com a finalidade de averiguar as mudanças comportamentais femininas relacionadas à modernização da década de 1930. A personagem Marina encarnava os traços daquela modernidade: apego à materialidade, desejo de consumir, frequência do cinema, utilização de terminologias inglesas. Sexualidade, educação de moças e casamento serão algumas das temáticas aqui abordadas.

Palavras-Chave: romance *Angústia*; casamento compulsório; comportamento feminino.

### Abstract:

In this article we will analyze the character Marina of Graciliano Ramos' work *Angústia* for the purpose of examining the female behavior changes related to the modernization of the 1930's decade. The character Marina embodied some characteristics of the modernity: an attachment to materiality, a desire to consume and to go to the cinema, the use of English terminology. Sexuality, education and marriage of girls are some of the issues addressed here.

Keywords: romance *Angústia*; compulsory marriage; female behavior.

### Introdução

Este artigo pretende apresentar uma proposta de leitura histórica do romance *Angústia* de Graciliano Ramos, com ênfase na análise da personagem Marina. A obra foi publicada no ano de 1936 durante o período em que o autor estava preso por ser considerado subversivo pelo regime Vargas. O romance é narrado em primeira pessoa pelo protagonista Luís da Silva e aborda diversos assuntos, dentre os quais estão as condições materiais e salariais dos trabalhadores, a migração do campo para cidade, a modernização e pobreza nos centros urbanos, a decadência da Primeira República, a Revolução de 1930, a Revolução Chinesa de 1927. De fato, trata-se de uma obra complexa tanto em seu teor estilístico e psicológico, quanto na análise social da década de 1930. Nesta obra também se encontram, de sobejo, referências à condição feminina do período, e esta será a principal problematização tratada neste artigo, com destaque para as temáticas da sexualidade e do casamento.

---

\* Mestranda em História pelo PPGH da UERJ. Bolsista CAPES. Orientada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Beatriz de Moraes Vieira. E-mail: [nataliaribeiro.rodrigues@yahoo.com.br](mailto:nataliaribeiro.rodrigues@yahoo.com.br).

## Casamento é negócio?

No romance analisado, a mulher da época está intrinsecamente relacionada à modernização e aos primórdios da sociedade de consumo. A personagem Marina encarnava os traços daquela modernidade: apego à materialidade, desejo de consumir, frequência do cinema, utilização de terminologias inglesas. Estes modos de Marina causavam fúria em Luís da Silva, que oscilava entre a moral conservadora de seu avô Trajano e os ideais de uma nova sociedade em que não predominasse a exploração da força de trabalho. Contudo, o protagonista relaciona a conquista afetiva de Marina à aquisição de certos bens materiais. Em trecho do romance *Angústia*, notamos que o protagonista Luís da Silva tinha intenção de enriquecer para adquirir um bangalô para Marina.

[...] O cego dos bilhetes de loteria passou entre as cadeiras, batendo com o cajado no chão, cantando o número.

Se eu pegasse a sorte grande, Marina teria colchas bordadas a mão. Pobre de Marina! Precisava fazenda macia, pulseira de ouro, penduricalhos.

As cadeiras da minha casa eram bem ordinárias. Meu tijolo safado não havia tapete. Nem um quadro na parede. E o colchão, duro como pedra, fazia escoriações no corpo de Marina. Contento-me com muito pouco, habituei-me cedo a dormir nas estradas, nos bancos de jardins.

- 16.384, gemia o cego batendo com a bengala no cimento.

Ou seria outro número. Cem contos de réis, dinheiro bastante para a felicidade de Marina. Se eu possuísse aquilo, construiria um bangalô no alto do farol, um bangalô com vista para a lagoa. Sentar-me-ia ali, de volta da repartição, à tarde, como Tavares & Cia., Dr. Gouveia e outros, contaria histórias à minha mulher, olhando os coqueiros, as canoas dos pescadores.

- 16.384.

Vestido de pijama, fumando, olharia lá de cima os telhados da cidade, os bondes pequeninos a rodar quase parados e sem rumor, os focos da iluminação pública, os coqueiros negros à noite. Uns quadros a óleo enfeitariam a minha sala. Marina dormiria num colchão de paina. E quando saltasse da cama, pisaria num tapete felpudo que lhe acariciaria os pés descalços.

-16.384.

Um tapete fofo, sem dúvida. E a cama teria uma colcha bordada cobrindo o colchão de paina, uma colcha bordada em seis meses.<sup>1</sup>

A felicidade de Marina, exposta por Luís da Silva, consistiria em uma vida confortável em um bangalô. Além do bangalô, Marina “precisaria” de tecidos macios e pulseira de ouro, vontades que Luís tentou satisfazer durante o noivado. A oferta de presentes caros é concebida como demonstração de pretenso afeto que antecede ao casamento. A noiva desfruta das prendas e em retribuição oferece a si própria ao noivo. Luís da Silva frustra-se por presentear Marina e em seguida não dispor de seu corpo.

No romance *Angústia*, o personagem Seu Ramalho – pai de Marina -, alerta a Luís da Silva sobre o pretenso caráter de sua filha: “Aquele não dá para nada. O homem que casar com ela faz negócio ruim.”<sup>2</sup>. Nota-se na obra a alusão de que o casamento tornou-se negócio. E o pai da moça admoesta Luís da Silva acerca do desejo de casar:

- Não se case, Seu Luís. Casamento é buraco. O mundo está perdido.
  - Isso é por causa do cinema, Seu Ramalho. O senhor nunca vai lá. É feliz. Nem calcula as sem-vergonhezas que há na tela.
- Seu Ramalho baixava a cabeça, pensativo:
- Deve ser também por falta de religião.
  - É deve ser também por isso.
- Realmente a minha vizinha desconhecia as igrejas, e isto não me preocupava.
- O cinema é o diabo, Seu Ramalho. O senhor não imagina. São uns beijos safados, língua com língua, nem lhe conto. Provavelmente as moças saem de lá esquentadas.
  - Devem sair, concordava Seu Ramalho. Por isso há tanta gente de rédea no pescoço.
  - Que rédea! Hoje não há rédea. Um sujeito corre atrás de uma saia, pega a mulher, larga, pega outra, e é aquela garapa.
  - Safadeza.
  - É. Tudo é safadeza. Antigamente essa coisa de honra era séria. Mulher falada não tinha valia.
  - Nenhuma, exclamava Seu Ramalho, cansado, tossindo. E eram vinganças medonhas.
  - Vinganças horrorosas, bradava eu excitado.<sup>3</sup>

A presença da mulher em locais destinados ao lazer era condenada pelos setores conservadores da sociedade. O repúdio de Luís da Silva à presença feminina no cinema e a influência dos filmes em seu comportamento está em sintonia com o “ideal feminino” da época. “A imagem da mãe-esposa-dona de casa como a principal e a mais importante função da mulher correspondia àquilo que era pregado na Igreja, ensinado por médicos e juristas, legitimado pelo Estado e divulgado pela imprensa.”<sup>4</sup> O local destinado à mulher era o lar e sua principal atividade os cuidados domésticos. A permanência no âmbito doméstico isola a mulher dos espaços considerados masculinos, que são todos os espaços públicos. Apesar de o lar estar sob os cuidados femininos, o homem é seu proprietário e cabe a ele conectar a família à sociedade.

As mídias de massa, ao exemplo do cinema e do rádio, adquiriram nas décadas de 1920 e 1930 caráter pedagógico. A ordem discursiva do cinema estadunidense, que influenciava a produção cinematográfica em todo o mundo, propagava o *american way of life*, baseada na “cultura da beleza” e no consumo. “Os filmes ofereciam lições práticas de moda, de maquiagem e de comportamento, num período em que tudo aquilo que era inovador e moderno se identificava com os Estados Unidos.”<sup>5</sup> A proposta pedagógica do cinema contrapunha-se ao estilo de vida conservador adotado pela Igreja. A esfera religiosa no Brasil exercia a função de educadora das massas, sobretudo das moças que eram mais numerosas nas igrejas do que os rapazes. A emergência dos meios de comunicação de massa na época fez concorrência à Igreja enquanto espaço educativo.

A admiração de Marina por D. Mercedes que “parecia uma atriz de cinema” aponta para o elemento modernizador que ganhou maior proporção no país: o investimento no cinema. As mulheres estavam sendo influenciadas pelos novos costumes transmitidos pelos meios de comunicação, como se pode notar através desta personagem feminina. Já o



personagem Seu Ramalho salienta a ordem discursiva da Igreja como forma de manutenção do poder patriarcal e da estrutura tradicional familiar, e a condenação de Luís da Silva ao cinema tem a mesma função perpetuadora do pátrio poder. Maluf e Mott destacam os fatores elencados pela intelectualidade da década de 1920 como perturbadores da “ordem social”:

Diante da variedade de questionamentos, experiências e linguagens tão novas que as cidades passaram a sintetizar, intelectuais de ambos os sexos elegeram como os legítimos responsáveis pela suposta corrosão da ordem social a quebra de costumes, as inovações nas rotinas das mulheres e, principalmente, as modificações nas relações entre homens e mulheres. Conjugaram-se esforços para disciplinar toda e qualquer iniciativa que pudesse ser interpretada como ameaçadora à ordem familiar, tida como o mais importante “suporte do Estado” e única instituição social capaz de represar as intimidadoras vagas da “modernidade”.<sup>6</sup>

Na década de 1920 as contradições entre os novos hábitos femininos e a moral conservadora já se evidenciavam, com predominância nos maiores centros urbanos do país, localizados no Sudeste. O cosmopolitismo das cidades do Sudeste permitiu que estes novos costumes fossem disseminados anteriormente às regiões mais isoladas do país. Apesar destas inovações dos costumes iniciarem-se nas primeiras décadas do século XX, na década de 1930 estes conflitos entre setores conservadores e a modernização dos costumes citadinos acirraram-se e desdobraram-se nas demais regiões do país, num processo de irradiação que se deve primordialmente ao crescimento industrial e urbano, bem como à proliferação dos meios de comunicação.

Com fito no combate à nova concepção de casamento, a Igreja investe na educação de moças. A educação religiosa para as moças era bastante rigorosa no que tange à forma de se comportar. Nos sermões, os padres aconselhavam às mulheres a castidade, a submissão ao homem, o recato na forma de vestir e agir. Eram considerados atributos femininos a inferioridade natural e seu destino ao matrimônio, maior propensão ao pecado de vaidade, o pecado da sedução sexual ao exemplo de Eva, e por esses motivos as mulheres deveriam ficar sob a tutela masculina, enquanto filhas ou esposas. Azzi observa que as “pregações dominicais [...] versavam sobre moda, bailes, e outros divertimentos, considerados como causas frequentes da perda da virtude feminina”.<sup>7</sup>

Cabe ressaltar também a condenação do divórcio pela Igreja. A Liga Eleitoral Católica em 1933 propunha a assistência às famílias numerosas, atribuição dos efeitos civis ao casamento religioso e a insolubilidade do matrimônio. Na elaboração da Constituição de 1934, a Igreja se opôs severamente à tese divorcista, promovendo ações de repúdio sob a direção do episcopado diante da vitória desta proposição. Para os intelectuais da Igreja o divórcio era caracterizado como brecha para a introdução no país do amor livre, associado ao comunismo soviético.

Assim, a Igreja adotou posições conservadoras diante das mudanças comportamentais da década de 1930. A modernização dos hábitos, adquiridos sobretudo pelos jovens, foi pugnada pelo discurso religioso com veemência. A defesa do núcleo familiar e consequentemente do casamento, da concepção de filhos sem prazer, da fidelidade conjugal, e o combate aos métodos contraceptivos e ao aborto foram as principais pautas da Igreja. A finalidade da Igreja na defesa da família tradicional era manter o pátrio poder<sup>8</sup> no país que se conforma como égide da religião católica, como é destacado por Azzi:

Um aspecto importante a ser [...] ressaltado é que a posição da Igreja em prol da família tinha como meta específica, neste período, a manutenção da própria ordem social, contra inovações de cunho liberal ou socialista. Embora o discurso do episcopado e do laicato mais intelectualizado dê ênfase especial à preservação dos valores familiares, a preocupação última era com a própria ordem da sociedade. Ao insistir na tradicional ética familiar e sexual, a hierarquia eclesiástica desejava efetivamente construir um dique que se opusesse as mudanças socioculturais no país, consideradas pelos prelados como portadoras da desordem e da anarquia social.<sup>9</sup>

Em outras palavras, com a modernização dos costumes, a introjeção da sacralidade do matrimônio é atenuada e, por conseguinte, torna-se atributo principal do casamento compulsório o vínculo contratual estabelecido entre os cônjuges. Em outros termos, o casamento antes sagrado é desvelado como mero laço contratual que envolve a partilha de propriedades. O redimensionamento do casamento no período ameaçava sua insolubilidade e a subordinação feminina, elementos fundamentais da família compulsória, esta por sua vez, considerada como “célula” da sociedade patriarcal e sua estrutura primordial.

### **Casamento compulsório e sexualidade**

No romance *Angústia* percebem-se a preocupação feminina da salvaguarda da castidade e consequentemente o planejamento da oficialização do casamento. Nos trechos abaixo, a personagem Marina resiste aos impulsos sensuais, devido ao receio de que seus pais os descobrissem, e Luís da Silva, com fim na saciação de seus desejos, antecipa os preparativos para a oficialização do casamento:

Marina tinha deixado de ver-me à tarde, mas todas as noites a gente se reunia no fundo do quintal. Ela passava pelo buraco da cerca, encostava-se ao tronco da mangueira, e eram beijos, amolegações que nos enervavam.

- Vamos entrar, descansar um bocado, Marina. Já que chegou aqui, dê mais uns passos.  
- Você está maluco? Eu vou dar o fora. Qualquer dia a gente mete o rabo na ratoeira. Os velhos descobrem tudo, estrilam, e é um fusuê da desgraça.  
- Deixa disso, Marina, vamos lá para dentro.  
- Good-bye.  
- Vem cá, Marina.  
- Vai-te embora, Lobisomem.<sup>10</sup>

- Marina, a gente deve acabar com isso, minha filha. Vamos para dentro.  
- Vou nada!  
Torcia o corpo, defendia a virgindade com unhas e dentes.

- Está direito. Então é melhor apressar o casório.
  - Com que roupa? disse Marina.
  - Que é que falta?
  - Tudo. Eu sou uma noiva pelada, meu filho.
- Impacientei-me:
- Ora! Ora! Ora! Entre nós não há cerimônia. Arranja-se. Eu tenho umas economias, pouco, mas tenho. Também você não precisa de muita coisa. Umas fronhas, umas camisas...
- Como veem, eu tinha boa vontade. O que receava era transformar as nossas relações, miúdas, num acontecimento social importante.<sup>11</sup>

A inculcação da culpa sexual na juventude é difundida através da educação por toda sociedade, sobretudo, pela casa paterna, igreja e escola, pois as inibições sexuais não advêm da “natureza”, mas da moralidade. Wilhelm Reich atestou pela experiência clínica, nas décadas de 1920 e 1930, que em torno da idade de dezessete anos os jovens reagiam à concupiscência sexual com maior ímpeto, ou desenvolviam medo desta. “A situação de excitação sexual sem satisfação, porém, nunca é suportada por muito tempo. Somente existem duas soluções: repressão [...] ou satisfação. A primeira leva invariavelmente a perturbações mentais, a segunda na sociedade de hoje a conflitos sociais.”<sup>12</sup> A satisfação do desejo sexual era obtida após a realização do casamento compulsório, para evitar “conflitos sociais”, solução à qual os personagens Marina e Luís da Silva pretendiam recorrer. A repressão da sexualidade juvenil é condição essencial para a imposição do casamento:

[...] *Liberdade sexual da juventude significa o naufrágio do casamento (no sentido do casamento compulsório); a repressão sexual da juventude deverá estimulá-la a se casar.* É a isso que fica reduzida em última análise a fórmula da significação “cultural” do casamento e da moralidade juvenil. Unicamente por esses motivos a questão do casamento não pode ser discutida sem a sexualidade juvenil e vice-versa. Quando essa conexão é perturbada, esta fica mergulhada em conflitos profundos, porque a sua questão sexual não pode ser resolvida sem solução da questão matrimonial, e esta por sua vez não sem a questão da independência econômica da mulher e dos problemas difíceis da educação e das condições econômicas.<sup>13</sup>

No romance *Angústia* percebe-se, por meio de um relato de Seu Ramalho, a crueldade com que eram punidas as “transgressões” sexuais no início do século XX no seio do coronelismo, bem como o caráter pedagógico que tal narrativa dimensionava. Seu Ramalho rememora, com naturalidade, a tortura de um jovem que “desvirginou” a filha de um senhor de engenho. Luís da Silva escutava-o, sem exasperar-se, concordando com tais castigos. A mesma história era repetida diariamente por Seu Ramalho que buscava relatar o acontecido com precisão, a ponto de recuperar até mesmo sua data:

O conto sensacional de Seu Ramalho era o seguinte. Um moleque de bagaceira tinha arrancado os tamos da filha do senhor de engenho. Sabendo a patifaria, o senhor de engenho mandara amarrar o cabra e à boca da noite começara a furá-lo devagar, com ponta de faca. De madrugada o paciente ainda bulia, mas todo picado. Aí cortaram-lhe os testículos e meteram-lhos pela garganta, a punhal. Em seguida tiraram-lhe os beijos. E afinal abriram-lhe a veia do pescoço, porque vinha amanhecendo e era impossível continuar a tortura.

- Medonho! Seu Ramalho. Que coisa extraordinária! Pedia-lhe explicações:
- Por que foi que arrancaram os quibas antes dos beijos?
- Quem sabe?

No dia seguinte reproduziria o mesmo caso: o moleque morreria lentamente, sem beijos, a boca enchumada, por causa dos gritos. Eu desejava que Seu Ramalho acrescentasse alguma coisa à história. Mas Seu Ramalho só sabia aquilo e era incapaz de inventar. Por isso fazia pausas para recordar os fatos com segurança, batia na testa, interrogava-se a cada instante e acusava-se quando avançava uma informação inverídica:

- 1910. Minto, 1911. 1911, Manuel?<sup>14</sup>

O caráter pedagógico deste tipo de narrativa está no fato de introjetar nos jovens uma moral sexualmente repressora, no caso do trecho acima com finalidade na perpetuação do *pátrio poder* que esvanecia com a entrada feminina no mercado formal de trabalho e a expansão de mídias de massa. O conto de Seu Ramalho objetivava o medo da concupiscência e/ou o medo das punições sexuais, nos quais o patriarcalismo fundamenta sua moralidade compulsória.

O poder do pai sobre a vida e morte dos membros da família e dos criados fica nítido no excerto acima do romance, uma vez que o corpo da filha é percebido como propriedade paterna e pela execução do criado que o “violou”. No caso narrado não é levado em consideração se o ato sexual foi consentido ou não pela jovem, pois a esta não cabia domínio sobre o próprio corpo. A “posse” paterna da mulher seria transmitida para um marido selecionado pela família. A crueldade da tortura ao rapaz ocorre também em razão de sua origem social, pois por ser “um moleque de bagaceira” não poderia “possuir” uma “filha de senhor de engenho”. Reich comenta da seguinte forma o fato de a mulher ser considerada como propriedade masculina pela moral sexual conservadora:

A moral sexual, impregnada de interesses de propriedade, tornou coisa evidente que o homem “possui” a mulher, enquanto a mulher por sua vez se “entrega” ao homem. Como, entretanto, possuir é uma honra, e entregar-se, ao contrário, representa rebaixamento, a mulher adquiriu uma atitude negativa com respeito ao ato sexual. Essa atitude é constantemente fomentada pelos esforços equiparados da educação autoritária. E porque para a maioria dos homens a posse da mulher se torna mais uma prova da sua masculinidade do que uma experiência amorosa, porque a conquista é mais importante do que o amor, esse temor por parte das mulheres adquire uma razão trágica.<sup>15</sup>

Reich salienta que a atitude negativa em relação à sexualidade é mais difundida na educação de moças e meninas, pois a sexualidade feminina é correlacionada a tornar-se objeto de propriedade masculina. Por esperar-se das mulheres uma atitude negativa frente à sexualidade a personagem Marina preocupa-se a princípio em manter-se “virgem” para assegurar um casamento oficial. Por sua vez, Luiz da Silva tenta conquistá-la com aquisição do enxoval e os preparos para o casamento, sendo este, portanto, de caráter compulsório.

O casamento compulsório caracteriza-se por “um compromisso entre interesses econômicos e os da necessidade sexual”<sup>16</sup>. Os interesses econômicos aos quais se refere

Reich são a necessidade dos trabalhos domésticos não-remunerados e a dependência financeira de mulheres e crianças. A imposição da castidade pré-nupcial e da monogamia também são elementos fundamentais à imposição aos jovens de casar-se legalmente para a realização de uma vida sexual ativa.

W. Reich atribui à instituição do casamento uma tríplice função (econômica, política e social): a função econômica está relacionada à propriedade particular dos meios de produção e do predomínio da ideologia das classes dominantes no que tange às formas dos relacionamentos amorosos e sexuais; a função política tem relação com a educação autoritária na infância orientada para “o casamento monogâmico vitalício”; e a função social é a perpetuação do patriarcalismo através da dependência financeira feminina<sup>17</sup>. O autor distingue matrimônios naturais do casamento compulsório, sendo o primeiro decorrente de relações sexuais permanentes sem legitimação contratual, já o segundo é obtido através de uma certidão de casamento civil e/ou religiosa. A exigência de certidão de casamento é compreendida por Reich como sintoma da deterioração sexual acarretada pelo casamento compulsório, como explicita no trecho a seguir:

Porque a estrutura sexual, como consequência da moral compulsória, deteriorou, a certidão de casamento significa para a mulher uma proteção contra possível irresponsabilidade do homem. Nesse sentido a certidão de casamento desempenha a sua função, mas apenas nesse sentido. A consciência da natureza fatural de matrimônios naturais sem certidão de casamento está geral e profundamente enraizada na consciência popular. [Porém, os casamentos fatuais sofrem com coerções morais.] Isso, no entanto, não significa, como muitas pessoas com sentimento de culpa sexuais acreditam, que o casamento fatural, sem certidão de casamento, seja proibido. Não existe lei contra casamentos fatuais sem certidão de casamento.<sup>18</sup>

A educação infantil e juvenil com fim no casamento compulsório e na família compulsória impõe severas restrições sexuais, desde a inibição das etapas de desenvolvimento da sexualidade como a masturbação e a exibição dos órgãos sexuais, até a proibição das relações sexuais por jovens maduros sexualmente (entre quatorze e vinte e quatro anos). A inculcação da culpa reprime os impulsos naturais de crianças e jovens, sendo mais persistente no caso da educação oferecida às meninas. A exigência da virgindade pré-nupcial, imposta ao sexo feminino e desejável ao masculino, é um dos principais elementos da moral compulsória, pois restringe a atividade sexual somente ao matrimônio, o que constitui a perspectiva de sexualidade voltada para a procriação e para a hereditariedade da propriedade privada. A extirpação do caráter prazeroso da sexualidade está em consonância com interesses econômicos, porém não coaduna com as necessidades sexuais naturais. Reich assinala a contradição na moral compulsória entre economia e sexualidade:

A contradição da instituição do casamento resulta do contraste entre os interesses sexuais e os econômicos. Do ponto de vista dos interesses econômicos, são feitas

exigências muito consequentes e justificadas. Já que é impossível, mesmo sexual-economicamente, que uma pessoa sexualmente intacta se sujeite às condições da moral conjugal – somente um parceiro e com este *a vida inteira* – uma repressão muito profunda da necessidade sexual, especialmente na mulher, é exigência primordial. A moral exige portanto – sem implantá-lo praticamente de modo geral – que a mulher não deva ter relações sexuais antes do matrimônio, se possível o homem também não, mas aqui se fecham ambos os olhos. Diz-se que não é a sexualidade, mas o filho, que constitui a essência do matrimônio.<sup>19</sup>

A imposição da virgindade pré-nupcial e a severidade das punições sexuais são imprescindíveis à compulsoriedade da família patriarcal, em que a monogamia feminina assegura a compatibilidade entre herança paterna material e genética dos filhos. A proibição sexual fora do casamento e a restrição da sexualidade aos jovens, que na ordem discursiva pretendem o pudor e o recato, na realidade geram a prostituição e a infidelidade conjugal:

[...] o matrimônio monogâmico dá origem ao *adultério*, que nasceu ao adultério, que nasceu junto com aquele; a virgindade das moças dá origem a *prostituição*. O adultério e a prostituição constituem parte integrante da dupla moral sexual, que permite ao homem, tanto antes como depois do casamento, aquilo que tem que negar às mulheres por motivos econômicos. Devido às exigências naturais da sexualidade, entretanto, a rígida moral sexual resulta exatamente no contrário do que pretende. O imoral no sentido reacionário, isto é, o adultério e as relações extramatrimoniais, transforma-se em fenômenos sociais grotescos: perversão sexual por um lado, e sexualidade mercenária, dentro e fora do casamento por outro. O caráter mercenário da atividade sexual fora do casamento forçosamente destrói as relações sentimentais entre os sexos, da forma mais claramente expressa na prostituição: o jovem divide sua sexualidade ao satisfazer a sua sensualidade com uma mulher das “camadas inferiores” enquanto dispensa seu afeto a uma moça de seu próprio círculo social. Essa divisão da vida amorosa e a ligação da sensualidade com dinheiro têm como consequência uma total degradação e brutalização da vida amorosa. Um dos resultados é a ocorrência difundida da *doença venérea*, que assim se torna, também involuntariamente, parte importante da ordem sexual conservadora. A luta contra a prostituição, relações extramatrimoniais e doenças venéreas é travada sob o lema da “abstinência sexual”, de acordo com o ponto de vista de que somente as relações matrimoniais são morais, para o que se invoca como prova aparente da periculosidade das atividades sexuais extramatrimoniais a sua alegada periculosidade.<sup>20</sup>

Como observa Reich a prostituição e o adultério são intrínsecos à predominância social da monogamia, devido à imposição da abstinência sexual feminina fora do matrimônio e do embotamento sexual entre os cônjuges. No romance *Angústia*, Luís da Silva procura a prostituta da Rua da Lama para satisfazer suas necessidades sexuais, por não poder realizá-las com Marina. Constantemente o protagonista enquadra Marina como futura prostituta ou como “puta” e, Seu Ramalho considera a filha “imprestável”. A mulher que não se subordinava aos afazeres caseiros e não se comportava com recato e timidez era dissociada do âmbito doméstico, por conseguinte, relacionada à rua e à prostituição já que não possuía as qualidades necessárias à mãe e à esposa. Assim sendo, a moral conservadora atribuída como únicos préstimos femininos a maternidade e os afazeres pertinentes ao lar.

Assim, através da análise da personagem Marina do romance *Angústia* conclui-se que há relação entre este tipo feminino criado por Graciliano Ramos e possíveis formas de

experiências femininas no início do século XX no Brasil. Temáticas aqui abordadas como as relações femininas no tocante à sexualidade, consumo e casamento, não são facilmente encontradas em outras fontes usualmente pensadas pela história. Deste modo, relacionam-se os comportamentos da personagem ao processo modernizador pelo qual o país passou na década de 1930 – sobretudo a ascensão dos meios de comunicação de massas, com destaque ao cinema. A dessacralização do casamento e da sexualidade também são elementos pertinentes a esta modernização que contrastavam com o conservadorismo dos valores morais abarcados pelo *pátrio poder*, no período abordado.

---

<sup>1</sup> RAMOS, Graciliano. *Angústia* (romance). 15ª ed. Rio de Janeiro-São Paulo: Record-Martins, 1975, p.69.

<sup>2</sup> *Idem*, p. 53.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 102-103.

<sup>4</sup> MALUF, Marina & MOTT, Maria Lúcia. “Recônditos do feminino”. In: NOVAIS, Fernando e SEVCENKO, Nicolau (org). *História da vida privada no Brasil*. v.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 374.

<sup>5</sup> PASSERINI, Luisa. “Mulheres, consumo e cultura de massas”. In: DUBY, Georges & PERROT, Michele (org). *História das Mulheres no Ocidente*. v.5. Porto: Edições Afrontamento, 1991, p. 388.

<sup>6</sup> MALUF, Marina & MOTT, Maria Lúcia, *op. cit.*, p. 371-372.

<sup>7</sup> AZZI, Riolando. “Família, mulher e sexualidade na Igreja do Brasil (1930-1964)”. In: MARCILIO, Maria Luiza (org.). *Família, mulher, sexualidade e Igreja na história do Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1993, p.112.

<sup>8</sup> O pátrio poder configura-se como o poder do pai sobre a vida de todos os componentes da família. Este poder somente foi suprimido no Brasil nos anos 2000: “No Novo Código [Civil Brasileiro, de 2002], a família não seria mais regida pelo pátrio poder, ou seja, pelo poder do pai, como na época feudal, mas pelo pater familiae, que pressupõe a igualdade de poder entre os membros do casal.” NARVAZ & KOLLER, “Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa”. *Psicologia & Sociedade*; nº18 (1): jan/abr. 2006, p. 51.

<sup>9</sup> AZZI, *Op. Cit.*, p.110.

<sup>10</sup> RAMOS, Graciliano. *Angústia* (romance). 15ª ed. Rio de Janeiro-São Paulo: Record-Martins, 1975, p.63.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 64.

<sup>12</sup> REICH, Wilhelm. *A Revolução Sexual*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980, p.137.

<sup>13</sup> *Idem*, p.133 – Grifos do autor.

<sup>14</sup> RAMOS, Graciliano, *op. cit.*, p.103-104.

<sup>15</sup> REICH, Wilhelm, *op.cit.*, p.161.

<sup>16</sup> *Idem*, p. 151.

<sup>17</sup> Cf. *Ibidem*, p. 165-166.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p.150.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 176 – Grifos do autor.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 67-68 – Grifos do autor.

## **A criadagem como uma espécie de *voyeur* das intimidades dos patrões: representações das criadas no jornal *O Rio Nu* (1898-1916)**

Natália Batista Peçanha – Doutoranda da UFRRJ- CAPES  
Orientador: Álvaro Pereira do Nascimento

Ao estar em contato direto com a família, a criada presencia suas intimidades mais secretas. E é justamente este convívio com os membros da casa em que trabalha que faz da criada alvo de preocupações constantes não só de seus patrões, como também da imprensa. Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar como um jornal voltado ao sexo masculino – O Rio Nu – representa as relações de convívio entre criadas e patrões, criando, para isto imagens estereotipadas dessas trabalhadoras.

Palavras-chaves: Criadas; O Rio Nu; Representações.

To be in direct contact with the family, the presence created their most secret intimacy. And it is precisely this interaction with household members in working to make the set target of ongoing concerns not only their employers, but also the press. Thus, this study aims to examine how a newspaper targeted to males - The Nu River - is convivial relations between employers and created, creating, for that stereotypical images of these workers.

Keywords: Maids; The Nu River; Representations.

### DIÁRIO DE UMA CRIADA

SEGUNDA-FEIRA – Há oito dias que entrei de serviço em casa do Sr. Liborio, um velhote feio como a necessidade e casado com uma mulher moça e lindíssima.

Desde anteontem que andam atrás de mim (salvo seja!) o patrão, o Sr. Ambrosio, irmão da patroa, e um velho sem vergonha, o pai do Sr. Liborio.

Procuo descobrir com qual é dos três sujeitos que lhe fazem a corte que a patroa se entretém.

TERÇA-FEIRA – O Sr. Liborio entrou ontem, à noite, no meu quarto e disse-me: <<Não repare que entre no seu quarto a esta hora, pois tomei-a para todo o serviço.>>



Como é ele quem manda, calei a boca; Esteve comigo uma hora, fez-me carícias e terminou dizendo: <<Toma cuidado com Ambrosio!>>

QUARTA-FEIRA – Hoje, ia eu com as mão [sic] carregadas de louça, quando o tal velho sem vergonha, pai do patrão, agarrou-me por detrás e deu-me um beijo na nuca. Para evitar um escândalo, sujeitei-me a tudo o que ele quis, e pude verificar que o velhote é forte em línguas...

QUINTA-FEIRA – Nada de novo, a não ser que já descobri o segredo da patroa: não é com um dos três sujeitos que lhe fazem a corte que ela engana o marido – é com os três juntos...

SEXTA-FEIRA – A patroa fez-me certas propostas pouco dignas...

Gosto de relações íntimas somente com os homens, mas, para não ofendê-la, fiz-lhe a vontade, fiz-lhe a vontade.

SABBADO – O Sr. Ambrosio é um sujeito medonho. Apanhou-me hoje a jeito e atirou-se a mim como um homem que está *jejuando* há três meses... Francamente, não desgostei desse moço, que é de uma robustez a toda a prova...

DOMINGO – A patroa acaba de chegar da rua e de me apanhar em *colóquio íntimo*, no meu quarto, com um dos seus três amantes, o qual, tendo vindo procurá-la, pediu-me que o *entretivesse* enquanto ela não vinha... E eu não me neguei... Estou aqui, estou no olho da rua...<sup>1</sup>

PANCHITA.

Fonte: *O Rio Nu*, 11 de maio de 1904, p. 03.

“Para todo o serviço” era como muitos anúncios ofertavam ou demandavam criadas. Esta prerrogativa podia relacionar-se aos diversos afazeres de uma casa, tais como: lavar, passar a ferro, cozinhar (mesmo que seja o trivial) e os demais arranjos. Mas, também não era incomum a associação de tal pré-requisito à ideia de que as criadas deveriam, além de realizar os afazeres domésticos, prestar alguns serviços sexuais aos seus patrões. A criada anônima que relata em seu diário sua semana na casa de uma família, que o diga.

Nos primeiros dias de serviço na casa do senhor Liborio, a criada já teve que enfrentar as investidas do patrão, do pai de seu patrão e do irmão de sua patroa, o Sr. Ambrosio. Para não provocar um escândalo a criada achou melhor se sujeitar a essas investidas, pois, como o senhor Liborio já disse, ele a tinha contratado “para todo o serviço”. Mas não parava por aí, além de compartilhar da intimidade da patroa que era adúltera, a criada ainda teve que aceitar, para não ofendê-la, uma “proposta pouca digna”. Em outras palavras ela teve que manter uma relação homoerótica com sua patroa. Porém tal relação de cumplicidade não agüentou ao flagra que a patroa deu nela com um de seus três amantes. Pobre da criada foi parar no “olho da rua”.

A partir do relato da criada referente ao seu cotidiano na casa do Sr. Liborio, percebemos como ela compartilha as intimidades de sua patroa. Ao estar em contato direto com ela, a criada presencia suas intimidades mais secretas. E é justamente este convívio com os membros da casa em que trabalha que faz da criada alvo de preocupações constantes de seus patrões e de diversas instituições como a jurídica, por exemplo. Esta preocupação pode ser explicada pelo fato de estarmos falando de uma profissão que, por manter laços estreitos de familiaridade e intimidade, permitia a prática, desde o período da escravidão, de se criar desde a mais tenra idade as pessoas que seriam suas “criadas”<sup>2</sup> com o estabelecimento de uma forte relação paternalista<sup>3</sup> pautada na proteção oferecida pelo patrão e na obediência dos seus serviçais<sup>4</sup>. Essa característica demarcava a natureza do serviço doméstico, até pelo menos o fim do século XIX. Conforme o *Diccionario Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de Francisco Júlio Caldas Aulete, publicado em 1881, no significado dado a palavra *serviço*, o serviço doméstico é caracterizado como,

(...) o que é prestado temporariamente a qualquer indivíduo por outro que com ele convive, mediante certa retribuição (Cód. Civ., art. 1.270°)./ [...] Pessoa do *serviço* de alguém, o criado ou criada de servir, serviçal./ Estar de *serviço*, fazer o serviço que lhe compete, estar de piquete./ Estar ao *serviço* de alguém. (...)<sup>5</sup>

Baseado no artigo 1.270 do Código Civil português, a noção de serviço doméstico estava associada à relação existente entre duas pessoas ligadas por um laço empregatício, mediante a retribuição. Mais do que o local em que tal atividade era exercida, o serviço doméstico era nesses moldes, definido pela relação de convivência entre os patrões e os criados<sup>6</sup>. Todavia, o serviço doméstico não vai se manter estático ao longo dos anos. A partir de fins do século XIX, já começamos a observar mudanças estruturais em tal atividade que perpassava até mesmo sua nomenclatura. A passagem da utilização do termo “criada” com toda a sua carga paternal para o termo “empregada” trazendo consigo uma lógica muito mais contratual (embora a carga paternal ainda se mantivesse com força) condiz como as mudanças que atingiram as relações de trabalho a partir da segunda metade do século XIX.

Precisa-se de uma empregada que cozinhe e lave alguma roupa; na travessa Murat[ileg] n. 26. [grifo meu]<sup>7</sup>

Precisa-se de uma criada para todo o serviço de um casal sem filhos; ordenado de 30\$; na rua Assis Bueno n. 42. Botafogo. [grifo meu] <sup>8</sup>

Para explicar estas mudanças nas relações entre criados e patrões a partir das últimas décadas do século XIX podemos destacar dentre outras coisas: ao crescimento demográfico (fruto do intenso fluxo de imigrantes chegados ao porto do Rio de Janeiro) e o processo de abolição da escravidão, que disponibilizava ao mercado de trabalho livre uma quantidade de mão de obra que engrossava as fileiras dos subempregos e dos desempregados<sup>9</sup>. Essas mudanças, ocorridas a partir da segunda metade do século XIX, deixavam claro aos senhores “que ao menos alguns esteios da autoridade estavam afrouxando”. <sup>10</sup> De acordo com Sandra Graham:

Ironicamente, à medida que as mulheres livres, tão solicitadas nas décadas anteriores [anterior a abolição da escravidão], se tornavam mais disponíveis, os patrões se faziam mais inquietos. As criadas não eram mais membros do lar, mas estranhas cuja presença era perturbadora e nas quais não se podia confiar. Tão logo eram contratadas, iam embora, “alegando contrariedades” ou buscando salários mais altos em outros lugares. [grifo meu]<sup>11</sup>

Estes problemas eram constantemente insuflados pela imprensa carioca que disseminava informações sobre essa “crise dos criados” e como as Câmaras Municipais estavam tentando conter esta crise através de processos de regulamentação do serviço doméstico<sup>12</sup>. O jornal *O Rio Nu*, dentre os diversos periódicos da época, era mais um que percebia bem este problema ao representar os perigos do compartilhamento da intimidade familiar com pessoas que podiam rapidamente sair desse lar ou que simplesmente barganhavam melhores salários impondo suas insatisfações.

Fala-me logo... á saída  
(Cançoneta)

(...)

II

Lá em casa a mulherzinha  
Se a criada é reinadia,  
Não a atura nem um dia,  
Pois é logo despedida, mas se ela com ar zangado,  
Vai o salário pedindo,  
Então a patroa rindo...

Ora, filha. Isso de dinheiro por um pequeno serviço é uma figa mortal.  
Más para que não vás por aí dizer cobras e lagartos da casa...

Fala-me logo, á saída!(...)<sup>13</sup>

A partir desta cançoneta publicada no jornal podemos perceber, primeiramente, uma criada que exige maior salário às atividades feitas, ficando a patroa a mercê de suas exigências, pois ela podia sair relatando ou simplesmente inventando coisas da intimidade do lar dos patrões. Assim, o que se vê é uma constante preocupação acerca das pessoas que eram colocadas dentro de casa.

Embora os criados fossem vistos com desconfianças, não se abria mão deles, pois era comum uma aversão entre a população livre, sobretudo mais abastada, aos trabalhos manuais. Nem mesmo as mulheres realizavam os afazeres domésticos.<sup>14</sup> Segundo Debret, as mulheres livres com certa condição financeira, se dedicavam a recitar, a realizar cálculos de memória e alguns trabalhos de agulha. Porém, toda espécie de serviços relativos ao interior da casa era confiada às escravas.<sup>15</sup> Ter uma quantidade significativa de escravos domésticos, representava não só a repulsa dos senhores a essas atividades, como também uma questão de *status* social. Quanto maior o número destes serviçais, mais se poderia ostentar a posição social elevada de uma família.<sup>16</sup> Assim, em uma casa de elite podia-se manter vários criados sob constante suspeição, ainda mais se fosse uma criada, pois geralmente eram elas e não os criados que desempenhavam os papéis mais pessoais do serviço doméstico.<sup>17</sup> Na imagem abaixo, selecionada do jornal *O Rio Nu* percebemos como este periódico alerta aos seus leitores sobre como as criadas podiam ter conhecimento das intimidades mais secretas de seus patrões ao representá-las como uma espécie de *voyeur* que fica as espreitas escutando as suas conversas.

Figura 1



Fonte: Noite de Nupcias. *O Rio Nu*. p. 1, 08 dez. 1900.

A criada, aqui, presencia uma das piores coisas que podem ocorrer com um homem, ou seja, a impotência sexual. Este tema, por sinal, era bastante discutido no Brasil. Na América portuguesa, por exemplo, as *constituições primeiras do arcebispado da Bahia*, impressas em 1720, determinava que “(...)a impotência era causa de anulação matrimonial, quando algum contraente já antes do matrimônio, ‘não era capaz de geração por falta ou desproporção dos instrumentos da cópula ou a falta provenha da natureza, arte ou enfermidade, contanto seja perpétua’”.<sup>18</sup> Aqui o que está em jogo é a procriação, conforme dizia a Bíblia – “crescei e multiplicai-vos”<sup>19</sup>

No momento estudado, ou seja, a passagem do século XIX para o XX, a questão da impotência sexual também tem a ver com a questão da procriação, mas antes corresponde mais aos princípios burgueses daquela sociedade. De acordo com Del Priore, “a questão da infecundidade se atrelou ao debate sobre o povoamento da pátria e a sobrevivência da espécie. Médicos martelavam a ideia de que a esterilidade era um problema

grave que tinha conseqüências para a ordem social e para a nação.”<sup>20</sup> Note-se que estamos falando de um momento em que a família é elevada à base da nação que deveria ser exaltada com o novo regime. Assim, os membros dessa família deveriam exercer suas funções eficazmente, ou seja, o homem ser viril, procriador e um bom chefe de família e a mulher procriar os filhos que serão o futuro da nação.<sup>21</sup> Aquele homem ou mulher que fugisse esse padrão era alvo de escárnio da sociedade (no caso da charge – escárnio da criada) pois não desempenha bem suas obrigações. Desta forma, parece-nos que o jornal *O Rio Nu* se colocava como meio de divulgação desses problemas que podiam afligir tantos homens, principalmente os idosos, que, para piorar sua situação, tinham sua condição compartilhada pelos mexericos das criadas.

Esta associação da criada com a fofoca pode ser apresentada em mais uma imagem selecionada do jornal *O Rio Nu*.

Figura 1



Fonte: Um convencido. *O Rio Nu*, p.1, 31 out. 1900.

Nesta charge o que observamos é uma criada que prestava serviços para a família do Sr. Liborio e que neste caso, presenciou uma cena em que o seu patrão flagra o adultério de sua esposa, mas nada faz para limpar sua honra.<sup>22</sup> Ele se mostra complacente e isto é percebido pela criada, que de canto verifica que a atitude do patrão não é digna de santidade, mas sim de “covardia”.

O que podemos perceber é que o jornal *O Rio Nu*, em um momento em que as relações de trabalho estão sendo redefinidas, cria estigmas acerca das mulheres trabalhadoras, sobretudo das criadas. Essas são representadas como um perigo ao lar, por compartilhar das intimidades dos patrões e também uma influência negativa à honra da patroa e de suas filhas.

Desde a primeira metade do século XIX as criadas, mais precisamente as escravas domésticas já eram vistas como uma “influência maléfica” as filhas e esposas do dono da casa.<sup>23</sup> Discursos médicos da época não cansavam de informar que estas

serviçais instalavam sobre as filhas dos senhores “o gérmen da corrupção, que, sempre debaixo do influxo do exemplo, mais tarde [frutificaria], se uma educação cuidadosa não [conseguisse] extirpá-lo”<sup>24</sup> e sobre as patroas, as quais eram suas confidentes, “as corrompiam com suas palavras e maus exemplos”<sup>25</sup>.

Assim, esses discursos são propalados como uma forma de controle à classe trabalhadora, pois uma vez disseminando imagens pejorativas dessas trabalhadoras, o jornal, além de divertir, alerta aos seus leitores – homens, geralmente chefes de família - , como deveria agir e tomar conta de sua família e da intimidade de seu lar.

---

<sup>1</sup> Para facilitar o entendimento dos leitores preferimos converter a ortografia de época para a forma atual.

<sup>2</sup> Ver: GRAHAM, Sandra L. *op. cit.* pp. 35-36.

<sup>3</sup> Quando pensamos nestas relações de convívio entre os patrões e os criados, estamos entendendo-as como relações paternalistas, ou seja, “o mundo idealizado pelos senhores, a sociedade imaginária que eles sonhavam realizar no cotidiano”. Uma relação que está menos pautada na simples deferência do criado, no nosso caso, em relação ao patrão, do que na autoimagem que esses senhores faziam de seu poder. Ao pensarmos desta forma damos margens para as ações de contestação e insubordinações perpetradas cotidianamente por tais personagens. Para Thompson, neste sentido, relatando a relação entre os plebeus e as *gentry*, o fato de haver nesta relação um *teatro da hegemonia cultural*, no sentido de haver uma hegemonia da *gentry* sobre a vida política da nação ao ponto de que manifestações não suplantavam seu domínio. Todavia, essas próprias manifestações nos permitiam identificar que essa hegemonia não acarretava que os pobres aceitassem o paternalismo das *gentry* assim como ela queria, como sua autoimagem consagrava. Desta forma, ao pensarmos as representações das relações entre criados e patrões, sobretudo, na que envolve as criadas de sexo feminino, pretendemos identificá-las como uma autoimagem que a sociedade patriarcal criava em relação a estas personagens, mesmo que na vida prática, pudesse haver manifestações de repúdio e descontentamento a determinadas ações dos patrões, por parte dessas serviçais. James Scott, seguindo esta linha de raciocínio, ao analisar as lutas camponesas, identificou o que ele chama de *resistências cotidianas*, ou seja, reações perpetradas por estes grupos de forma corriqueira, *mas sem qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou as normas da elite*, ou seja, reações estavam ocorrendo muitas vezes sem que o “senhor” a percebesse, sem que sua autoimagem fosse afetada. Ver: CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 61. e THOMPSON, E. P. Patrícios e plebeus. In. THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 78. Sobre o conceito de *resistências cotidianas* ver: SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, nº 5, janeiro-julho de 2011. p. 219.

<sup>4</sup> Sobre a relação de proteção e obediência entre criados e patrões ver: GRAHAM, Sandra L. *op. cit.*

<sup>5</sup> AULETE, Francisco Júlio Caldas. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, feito sobre um plano inteiramente novo. Portugal, Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. p. 1.641.

<sup>6</sup> SOUZA, Flávia Fernandes de. *op. cit.* e CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. In. (orgs.) CUNHA, O. M G da e GOMES, Flávio dos Santos. *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

<sup>7</sup> Seção de Anúncios. *Jornal do Commercio*. p. 12, 04 nov. 1912.

<sup>8</sup> *Ibidem*.

<sup>9</sup> CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. pp.16-17.

<sup>10</sup> GRAHAM, Sandra L. *op. cit.* p. 130.

<sup>11</sup> *Ibidem*. p. 134.

<sup>12</sup> A partir da década de 1870 o serviço doméstico começa a ser encarado como um problema público que merecia a atenção política. Na verdade, o mundo do trabalho deveria ser reorganizado e disciplinado às novas conjunturas, sobretudo após a promulgação da Lei do Ventre Livre (1871). Segundo Luciana de Araújo Pinheiro, a lei de 1871 tinha uma forte ligação a um “projeto legal de força de trabalho livre”,



com o intuito de “regulamentar longos contratos de trabalhos e severas punições à vadiagem”. Desta maneira, os processos de regulamentação do serviço doméstico estão inseridos nesse projeto maior. Não à toa, outros estados brasileiros vão, neste mesmo momento, implementar resoluções para regulamentar tal atividade. Só no Rio de Janeiro a pesquisadora Flávia Fernandes de Souza detectou 19 projetos, que dentre outras medidas solicitava a criação da matrícula geral deste serviço. Ver: SOUZA, Flávia Fernandes de. *op. cit.* Sobre os processos de regulamentação do serviço doméstico em outros estados brasileiros ver MATOS, Maria Izilda Santos de. Porta adentro: criados de servir em São Paulo de 1890 a 1930. In: BRUSCHINI, Maria Cristina e SORJ, Bila (Org.). *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1994. p. 193- 212; CARVALHO, Marcus J. M de. De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no recife, 1822-1850. *Afro-Ásia*, 29/30, 2003. p. 41-78. e BAKOS, Margaret Marchiori. Regulamentos sobre o serviço dos criados: um estudo sobre o relacionamento Estado e Sociedade no Rio Grande do Sul (1887-1889). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 94-104, mar. 1984.

<sup>13</sup> S.C, Fala-me logo... á sahida. *O Rio Nu*, Rio de Janeiro, p.3, 03 jun .1903.

<sup>14</sup> SOARES, Luis Carlos. *op.cit.* p.107

<sup>15</sup> DEBRET, Jan-Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésill*. Paris: Firmin Didot Frères, imprimeurs de l’Institut de France. 1839. Tomo III. p.10

<sup>16</sup> Esta relação se estende para o período após a abolição da escravidão. Quanto maior era a quantidade de criados em uma casa, maior era o prestígio de seu patrão. SOARES, Luis Carlos, *op.cit.* p. 107

<sup>17</sup> GRAHAM, Sandra L. *op. cit.* p. 17

<sup>18</sup> DEL PRIORI, Mary. O corpo vazio: o imaginário sobre a esterilidade entre a Colônia e o Império. In. DEL PRIORI, Mary e AMANTINO, Márcia (orgs). *op.cit.* p. 110.

<sup>19</sup> *Ibidem.* p. 110.

<sup>20</sup> *Ibidem.* p. 125.

<sup>21</sup> Ver: REIS, Adriana Dantas. *Cora: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX*. Salvador: FCJA/Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2000; FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, Mães e Médicos: discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920)*. 2006. 336f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006; dentre outros.

<sup>22</sup> Esta idéia do homem “limpar sua honra” quando descobria o adultério de sua esposa é uma discussão muito antiga no Brasil. Conforme Sueann Caulfield, somente com os códigos penais de 1830 e 1890 é que o direito do homem assassinar a esposa adúltera para defender a honra da família vai ser negado. Todavia, implicitamente aqueles que recorriam a este ato desesperado, na maioria das vezes, eram inocentados. Somente durante as três [primeiras?] décadas do século XX é que a opinião pública vai se mobilizar contra esses julgamentos que inocentavam estes maridos assassinos verificando que estes julgamentos, na verdade, representavam uma “sobrevivência de tradições patriarcais segundo os quais a honra masculina era determinada pela fidelidade sexual da mulher”. Ver: CAULFIELD, Sueann. *op.cit.* pp. 83-85

<sup>23</sup> SOARES, Luis Carlos. *Rameiras, Ilhoas, Polacas...* a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX São Paulo: Editora Ática, 1992. p. 20

<sup>24</sup> LASSANCE CUNHA, Herculano. *Dissertação sobre a prostituição, em particular na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typografia Imparcial de Paula Brito, 1845. p.17. *Apud.* SOARES, Luis Carlos. *op.cit.* p. 20

<sup>25</sup> SOARES, Luis Carlos. *op.cit.* p. 20

## **Modernizar e civilizar: o Rio de Janeiro do Estado Novo**

Natália Cabral dos Santos\*

### **Resumo**

Neste trabalho abordam-se as transformações sofridas pela cidade do Rio de Janeiro durante o Estado Novo. Ela que estava carregada pelo desejo de fazer parte do mundo moderno e civilizado, iniciado na virada do século XIX para o século XX e tem como símbolo o “bota-abaixo” de Pereira Passos. Sob o governo de Henrique Dodsworth, interventor nomeado por Getúlio Vargas, os cariocas veem o casamento das vontades políticas federais e municipais alterarem física e culturalmente sua cidade.

Palavras-chave: Estado Novo, Rio de Janeiro, cidade.

### **Abstract**

This paper addresses the transformations undergone the city of Rio de Janeiro during the "New State". The city was fulfilled by the desire to be part of the modern civilized world, started at the turn of the nineteenth to the twentieth century and has as a symbol the "bring-down" done by Pereira Passos. Under the government of Henry Dodsworth, mayor choosed by Getúlio Vargas, the cariocas watched the marriage of the federal and municipal will change physically and culturally their city.

Keywords: “New State”, Rio de Janeiro, city.

Este trabalho tem a pretensão de somar às reflexões sobre construção da história cidade do Rio de Janeiro. Nele abordaremos o que é entendido como mais um dos grandes momentos de reformas pela qual passou a cidade, ainda carregada do desejo de fazer parte do mundo moderno e civilizado, que ganhou força na virada do século XIX para o século XX e tem como símbolo o “bota-abaixo” de Pereira Passos. Estamos nos referindo ao governo de Henrique Dodsworth, interventor nomeado por Getúlio Vargas e que ficou à frente da prefeitura carioca de 1937 a 1945. Ou seja, atuou durante o governo autoritário ao qual chamamos Estado Novo.

Não podemos perder de vista que cidade e Distrito Federal se confundem nesse período e que o controle do Estado é intenso sobre a administração municipal. Portanto, as decisões tomadas durante o período Dodsworth devem ser sempre pensadas levando em consideração as diretrizes do governo federal.

Quando nos referimos ao Estado Novo devemos ter em mente que foi um momento de construção da ideia de nação, do homem brasileiro, da exaltação de um país e de um governo, especialmente da figura central desse governo, Getúlio Vargas. Um período em que o Estado se empenhou na construção de uma cultura política própria, nacional, criticando a europeização defendida durante a Primeira República e pensando nas particularidades do Brasil. O governo via como necessário conjugar modernidade e tradição. A primeira para que alcançássemos o desenvolvimento e mostrássemos ao mundo que também éramos um país grande e civilizado. A segunda para que construíssemos nossa memória nacional, para que encontrássemos nossas verdadeiras raízes.

Com esse objetivo, Getúlio Vargas incentivou a indústria nacional, que deve também seu crescimento ao contexto internacional em tempos de guerra, e criou, por exemplo, o Serviço Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) para definir qual seria nosso referencial de passado, elegendo o período colonial como o da verdadeira arte brasileira. Além disso, o Ministério da Educação e Saúde (MES) e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) atuavam com fins educacionais. O MES focado na cultura erudita e o DIP, que além de atuar na censura também era responsável pelos aspectos propagandísticos do regime, focado na cultura popular<sup>1</sup>.

Outro ponto é que a questão social, que era tida como caso de polícia durante as primeiras décadas do século XX, passa a ser entendida como questão de política. Era dever do governo promover o bem-estar da população. Por isso foi criada a legislação trabalhista, para atender às necessidades do cidadão, lembrando que cidadão era apenas aquele que fazia parte do mundo do trabalho.

Essas são algumas das questões que devem ser consideradas quando estudamos a cidade do Rio de Janeiro na administração Dodsworth. Em especial porque era ela que deveria dar o exemplo de modernidade e civilização para todo o país. O Rio era a nossa vitrine e “mais do que mera sede político-administrativa, o Rio de Janeiro deveria ser cidade-capital, capaz de sintetizar em si mesma os anseios de todo país”<sup>2</sup>.

## **As intervenções urbanísticas e culturais na cidade**

A cidade do Rio de Janeiro é marcada por vários processos de intervenções no seu espaço físico desde os últimos anos do século XIX e que produziram nela uma crescente artificialidade. Provavelmente é a cidade brasileira que mais passou por reformas e possui traumas oriundos dela. Foi perdendo sua especificidade a cada nova tentativa de torná-la moderna.

A primeira grande reforma foi feita durante o governo de Pereira Passos. A área central foi a que mais passou por transformações. Para inserir a cidade nos moldes capitalistas era necessário reformular sua aparência, suprimindo as características coloniais e os estigmas que a tornavam obsoleta. Ruas e avenidas foram abertas e foram construídos prédios mais modernos e praças. A região passou por um processo de embelezamento enquanto prédios velhos, cortiços e casas de cômodos iam abaixo, provocando o deslocamento da população pobre para áreas tangentes ao centro. Modernizar para alcançar o progresso. Esse era e seria o objetivo daqueles que comandavam a cidade. Mas o que resultou disso foi o aumento das contradições da cidade. “A cidade do centro urbano acentuou o reconhecimento da pobreza das outras regiões da cidade”<sup>3</sup>.

Como Margareth Pereira afirmou, as transformações impostas à cidade não foram capazes de atender as necessidades do crescimento urbano. Logo, o novo Rio de Janeiro nascia velho. Mas notamos já na década de 1910 o início das discussões sobre o nascente urbanismo no Brasil e mais uma vez a busca por adequar a cidade e expandi-la. Influenciados pelos franceses, na década de 1920 foram convidados Donat-Alfred Agache e Le Corbusier, que vão, mesmo que indiretamente, disputar o espaço pela remodelação da cidade. Agache pensava na funcionalidade de cada região da cidade e produziu um estudo minucioso sobre a cidade que culminou em um Plano Diretor – que acabou nunca sendo implantado de fato –, mas que serve de referência até hoje. Dos planos “futuristas” e utópicos do modernista Le Corbusier absorvemos muito mais os ensinamentos na arquitetura<sup>4</sup>.

Na administração de Dodsworth<sup>5</sup>, percebemos a utilização de algumas proposições de Agache e alguns preceitos modernistas, como a utilização da técnica do concreto armado na arquitetura. Foi realizado, nesse período, um volumoso número de obras de grande porte que contemplaram, como de costume, principalmente o Centro e a zona sul da cidade. As mudanças físicas foram tantas que Dodsworth é comparado a Pereira Passos.

Entre os seus principais feitos, destacam-se a urbanização da Esplanada do Castelo, a construção das avenidas Brasil e Tijuca, a duplicação do Túnel do Leme, a abertura do acesso à Praia Vermelha, o corte do Cantagalo e, principalmente, a abertura

da monumental Avenida Presidente Vargas, em pleno Centro da cidade, obra que chamou muito a atenção da população e dos meios de comunicação locais<sup>6</sup>.

Para a realização das intervenções urbanas, o prefeito em questão reestabeleceu a Comissão do Plano da Cidade, que foi aprovada por Vargas e criada pelo Decreto-lei nº 6092 de 08 de novembro de 1937. A justificativa dada para sua criação era a necessidade ter um plano de melhoramentos para que se pudessem realizar obras urgentes na capital, solucionar seus problemas urbanos, mas foi também uma resposta por Dodsworth não ter colocado o Plano Agache em prática<sup>7</sup>.

Uma primeira Comissão já havia sido criada para avaliar o Plano Agache. Isso aconteceu porque o Plano foi publicado em 1930, ano em que se deu a revolução que pôs fim a Primeira República e colocou Vargas no poder. Essa alteração administrativa levou à necessidade de se decidir sobre aceitar ou não as propostas feitas por Agache. No entanto, essa comissão foi extinta já em 1931, quando Pedro Ernesto assumiu a prefeitura do Rio e descartou o Plano pelo desejo de se eliminar os vestígios da Primeira República e pelos longos anos necessários para conclusão de todas as mudanças propostas.

O que se segue são anos de pressão para adoção do plano ou para que fosse feito outro, justificando o retorno da Comissão em 1937, como já dito. Mas vale notar que a Comissão ofereceu apenas um plano de *melhoramentos*, com a reunião de diversos projetos, e não um plano diretor como era o Plano Agache, apesar de constar como suas funções iniciais a organização de um Plano Diretor da cidade, que guiaria, organizaria e harmonizaria os empreendimentos de acordo com as necessidades do período e as futuras<sup>8</sup>.

O diretor da Comissão de 1937 a 1945 foi o engenheiro José de Oliveira Reis, mas outro engenheiro teve grande influência nos projetos desse organismo, Saboya Ribeiro. Ele foi autor de vários projetos. Entre eles um para o bairro de Botafogo, em que manteve a Cidade Universitária pensada por Agache e estabeleceu novas vias que ligassem o bairro a locais importantes. Também foi elaborada por ele a urbanização da esplanada do Morro do Santo Antônio em 1941. A Comissão do Plano da Cidade já havia planejado, em 1938, o desmonte desse morro, pensando não apenas na circulação, mas alegando questões higiênicas, como ocorreu nas décadas anteriores na cidade. No entanto, somente na década de 1950, na prefeitura de Dulcídio Cardoso, que se iniciaram as obras que destruiriam o morro em questão<sup>9</sup>.

O projeto da Avenida Perimetral, que servia de auxiliar a Avenida Rio Branco, ligando a Avenida Beira Mar à Avenida Rodrigues Alves, e que também já aparecia nos estudos de

Agache, foi outro projeto pensado pela Comissão, mas sem aplicação. Este projeto sofreria ainda inúmeras alterações até que começasse sua construção em finais dos anos 1950.

Como já explicitado, a preferência pelas áreas que seriam renovadas foram zona sul e Centro. No entanto, dessa vez vimos ligações sendo construídas em outros pontos da cidade. A Avenida Brasil, antes chamada de Variante Rio-Petrópolis, é um exemplo disso. Avenida de extrema importância para a cidade até hoje tanto para o deslocamento de mercadorias quanto para o de trabalhadores. Ela era responsável por ligar o Cais do Porto à estrada Rio-Petrópolis (na altura de Parada de Lucas), ligando o interior à cidade, assim como fazia a ligação entre os bairros do subúrbio, já que a via termina no bairro de Santa Cruz, e ainda faz ligação com São Paulo, através da antiga Estrada Rio-São Paulo e Rio-Santos<sup>10</sup>.

Levando em consideração a preocupação do governo Vargas com a questão social, era impossível não pensar a questão habitacional, que era entendida sob a luz das ideias higienistas e a de valorização dos trabalhadores, tendo em vista a construção da ideia de cidadão-trabalhador. A moradia dos trabalhadores era percebida ainda como elemento político, para contribuir com a imagem de Getúlio “pai dos pobres”, e econômico para as indústrias. A construção das habitações pelas agências previdenciárias<sup>11</sup> criava emprego para os desempregados e a diminuição do seu custo levava ao pagamento de menores salários por parte dos empresários.

O subúrbio, local de moradia de grande parte da massa trabalhadora, recebe nesse momento um novo olhar por parte do governo Vargas e ganha alguma infraestrutura. A total eletrificação da ferrovia acontece nos anos finais do Estado Novo. Mas essa “valorização” acontece também devido aos interesses industriais, já que fábricas foram instaladas nessas localidades e era interessante manter próxima a habitação de seus trabalhadores ou então garantir que chegassem aos seus postos de trabalho no Centro da cidade.

As favelas também já não cabiam mais dentro desse contexto. Deveriam ser eliminadas por motivos estéticos e sanitários, ademais, remetiam ao atraso. Nos lugar dos barracos, proibidos pelo Código de Obras de 1938, sugeria-se as habitações proletárias. Com esse intuito, o prefeito-interventor Dodsworth convidou o Dr. Vitor Tavares de Moura, responsável pela ideia da construção dos Parques Proletários provisórios como uma solução para a questão habitacional da cidade. Moura entregou, em 1941, um relatório sobre o crescimento urbano e as favelas em que define como medida preventiva o controle da entrada de pessoas de baixa renda no Rio de Janeiro, a reeducação dos moradores da favela e incentivo a que procurassem melhores moradias. A favela era associada a tudo que era

negativo, ela manchava o cenário carioca. Vemos aqui que se buscava a criação do novo homem brasileiro e também o embelezamento da cidade<sup>12</sup>.

Outra grande incisão na cidade foi a abertura da Avenida Presidente Vargas. Provavelmente tão marcante para os cariocas quanto a da antiga Avenida Central. A pretensão de construir essa via aparecia já em meados no século XIX, com o intuito de ligar o antigo Caminho do Aterro até o mar. Um primeiro projeto foi modificado por Agache em seu plano diretor, mas ainda seria mudado mais uma vez no governo de Dodsworth. A avenida entrou no conjunto de obras que foram apresentadas na XI Feira Internacional de Amostras de 1938, como um projeto elaborado pela Comissão do Plano da Cidade<sup>13</sup>. O projeto é aprovado por Getúlio Vargas e a inauguração da obra da importante avenida, identificada como símbolo dos novos tempos, acontece em 1944.

Esta intervenção traz uma questão cultural bastante interessante. Para a construção da avenida foram derrubados mais de 500 prédios e as ruas Visconde de Itaúna e Senador Euzébio foram transformadas nas suas pistas laterais. Mas, além disso, acabaram com a Praça XI, local de encontro dos mais variados indivíduos, geralmente pertencentes às camadas mais pobres. Entre os frequentadores estavam os negros (muitos vindos da Bahia), judeus e também europeus.

Por ali se encontravam as casas de várias tias baianas, como a Tia Ciata, e era lugar marcado para ocorrerem os sambas e comemorações de carnaval, além da presença das religiões de origem negra. Heitor dos Prazeres considerava a praça a capital do que ele chamava de “Pequena África”.<sup>14</sup> A efervescência cultural nessa localidade era nítida, mas não era esse tipo de cultura que o Estado Novo queria para sua população. Portanto, o local de encontro popular, de rodas de samba e grandes nomes desse gênero musical, foi destruído em nome do progresso.

O fim da Praça XI foi sentido, claro, por todos os sambistas e pessoas que compartilhavam das tradições ali mantidas. Circunstância que levou ao surgimento de vários sambas<sup>15</sup> que abordavam essa questão com pesar. Em 1942, foi gravada por Ataulfo Alves (com a Academia do Samba de acompanhante) a canção de Cristóvão de Alencar e Paulo Pinheiro, *A nova aurora raiou*. A música traz esse lamento pelo fim da “capital”, mas também a convicção de que o mesmo não poderia acontecer com o samba.

Não existe mais a Praça XI  
Toda a cidade entristeceu  
A voz do cantor lá do morro morreu  
Até o tamborim gemeu a chorar  
Agora a vida nova vamos começar  
A Praça acabou mas o samba precisa continuar

Alerta tamborins de todas as Escolas  
Pastoras, eu quero ouvir de novo o seu canto  
A alegria voltou  
A nova aurora raiou  
Vamos o samba cantar para a saudade nos deixar sossegar<sup>16</sup>

Outro samba que também se refere ao tempo anterior as intervenções urbanísticas na zona portuária do Rio é *Gamboa* (1942). Nele se expressa com saudosismo o período em que esse ritmo habitava a região: “Que saudade/ Do samba que era minha felicidade”. As obras eliminavam a alegria proporcionada pelos batuques e deixavam em seu lugar um vazio cultural para aquela localidade. “Gamboa já foi o berço doirado/ Da glória do batuque respeitado/ Mas hoje vive triste e abandonada/ Gamboa já não tem mais batucada”<sup>17</sup>.

Além das inúmeras obras que visavam modernizar e embelezar a cidade, era preciso eliminar o que era entendido como maus costumes, principalmente da população mais pobre, para dar ao país e sua população ares mais sofisticados. A cidade se tornava mais adequada para abrigar o progresso através das novas ligações entre seus pontos, mesmo que majoritariamente na região central, e dos novos prédios inspirados na arquitetura modernista. Sua população tinha que seguir o mesmo caminho. O carioca deveria ser o representante nacional tanto com relação à cultura quanto com no seu comportamento civilizado. A cidade em si e seus moradores produziam uma cultura, mas os governos tanto de Dodsworth quanto de Vargas queriam produzir outra.

O trabalho constava na Carta Constitucional de 1937 como um direito, mas também um dever de todos, sendo a desocupação considerada crime. O verdadeiro cidadão era aquele que possuía a carteira de trabalho. Nesse sentido, a malandragem, nesse novo contexto que se criava, perdia o seu sentido diante da valorização do trabalho.

A figura do malandro é vista como herança de um passado ingrato que marginalizara os ex-escravos do mercado de trabalho. No Estado Novo, com o surgimento das leis trabalhistas que protegem o trabalhador, está figura “folclórica” perde a sua razão de ser. Logo, a ideologia da malandragem deve ser eliminada do imaginário popular porque pertence a uma outra época.<sup>18</sup>

Para conseguir disciplinar a população a seu gosto o governo fez uso do aparato policial, que ficava responsável por colocar ordem e reprimir tudo aquilo que fosse visto como perigoso e causador de danos. Além disso, o Departamento de Imprensa e Propaganda atuava censurando o teatro, o rádio e imprensa em geral, assim como as diversões públicas. Suas funções incluíam controlar todo o conteúdo que circulava pelo país para conter temas contrários ao governo e espalhar a ideologia estadonovista, promovendo, por exemplo,



manifestações culturais e cívicas. Os sambistas chegavam a receber sugestões e aconselhamento desse órgão para que deixassem de abordar a temática do malandro e para que mostrassem que eles passaram a ser homens de bem e a colaborar com a sociedade se inserindo no mundo do trabalho.

Logo, o carnaval e o samba serão outros dois elementos constantemente vigiados pelo governo. As músicas tinham que passar pelo crivo da censura do DIP para reter possíveis temas inadequados. O samba-malandro deveria ser deixado de lado e surgia nesse momento o samba-exaltação. Como o samba já fazia parte da cultura popular carioca era impossível impedi-lo de existir, mas era preciso readequá-lo, torná-lo mais civilizado. Ela ganha, portanto, um status de elemento educativo para a sociedade<sup>19</sup>. Até mesmo o vocabulário usado tinha que ser mais elevado, sendo policiada a utilização de gírias, tão comuns para a população e nos sambas<sup>20</sup>. Para fugir da censura, os compositores e cantores precisaram usar de mais criatividade, criando músicas com alguma ambiguidade ou se utilizando dos breques.

É importante que destaquemos que apesar de grande parte das composições desse período seguirem as orientações do regime, diante de toda tentativa de cooptação e troca de favores oferecidos por parte do governo, ainda permaneceram os sambas “inadequados”. Se o sambista tinha que virar exemplo de trabalhador, que passa a fazer samba depois que sai da fábrica, e esquecer sua vida festeira, Ciro de Souza escrevia uma canção sobre um trabalhador que vive “num martírio sem igual” e que não tem nada mesmo trabalhando tanto<sup>21</sup> e Haroldo Lobo, Alcebiades Barcelos e Bide exaltam a orgia em “Orgia e nada mais”<sup>22</sup>.

Outra estratégia do governo foi aproveitar do samba para se promover e também destacar as riquezas do Brasil. Inclusive passou a divulgar nossa música no exterior como nosso cartão-postal, como constata a ida de Carmen Miranda aos Estados Unidos. Nossa música foi ainda divulgada na Argentina e Alemanha. Nos intervalos da “Hora do Brasil” também aproveitavam para intercalar propagandas oficiais com músicas<sup>23</sup>. Ocorria com mais intensidade, nesse momento do Estado Novo, a construção do samba como símbolo nacional. Processo facilitado devido às gravadoras terem sua sede no Rio de Janeiro. Como escreveu Hermano Vianna, a vitória do samba, gênero musical carioca, era a vitória do projeto de nacionalização e modernização da sociedade brasileira<sup>24</sup>.

Sobre o carnaval, o Estado preferiu trazê-lo para dentro para melhor controlá-lo. E a organização das festividades vai se tornando como vez mais responsabilidade do governo, tendo não apenas o DIP, mas também a polícia um importante papel. O carnaval passa a ser uma festa oficial e os blocos de rua e ranchos passam a ser controlados pela prefeitura em parceria com o DIP. Além disso, a temática das músicas deveria ser de cunho patriótico.

Somados aos desfiles das escolas, também eram promovidos eventos paralelos. Até mesmo nos subúrbios houve uma preocupação maior do governo em promover os festejos, com apoio do Departamento de Turismo. E o Teatro Municipal recebia sua própria versão de baile carnavalesco para os homens e mulheres mais abastados.

As proibições de itens carnavalescos também passaram a ser frequentes, por mais que em alguns casos não fossem respeitadas, como no caso do uso de lança-perfumes. Mas notava-se a diminuição no uso de fantasias e máscaras<sup>25</sup>. Houve uma tendência na direção da realização de bailes fechados e da elaboração de um carnaval espetáculo feito para turistas. O carnaval carioca, principalmente, das populações mais pobres, perdia sua espontaneidade diante do controle dos governos municipal e federal.

Outra característica interessante foi a americanização dos costumes, devido a influência da Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos, e o hábito de praticar esportes e frequentar a praia. O cinema teve grande contribuição em disseminar o estilo de vida norte-americano e a Política da Boa Vizinhança também. Com declaração de que o Brasil entraria na guerra ao lado dos aliados, a aproximação entre EUA e Brasil não foi apenas política, mas também cultural.

Influenciados ainda pelas ideias do continente europeu, a praia passa a ser entendida como algo moderno. Na orla, abriram várias confeitarias e bares e começou uma cultura de culto ao corpo. Mas vale lembrar que a questão das vestimentas próprias para banho no mar sendo usadas em lugares que não a praia era vista como um comportamento inadequado. Para alguns esse hábito era entendido como um entrave para que os cariocas se tornassem civilizados, pois isso não se via nas praias europeias.

### **Considerações finais**

O processo de mudança física e cultural na cidade do Rio de Janeiro entre 1937 e 1945 é latente, como também o foi em outros momentos da cidade. No entanto, nesse período a cidade parece mais do que nunca incumbida da tarefa de ser o exemplo para as outras regiões do país, de ser o ponto de partida para o sentimento nacional buscado durante o Estado Novo.

As diretrizes adotadas pelo governo federal nortearam diretamente a política da cidade, também Distrito Federal. A administração Dodsworth e a de Getúlio Vargas falavam a mesma língua, queriam trazer a modernização e a boa moral para seus habitantes, mesmo que para isso a cidade perdesse suas características próprias. Esse processo de artificialidade que vinha sendo construído desde o início do século é, portanto, agravado. São várias as

intervenções no espaço urbano. O Rio passou a ter vias e prédios imponentes, várias áreas foram urbanizadas. As intervenções no espaço urbano no período em que Dodsworth comandou a prefeitura contribuíram muito para mudar o aspecto físico da cidade. Mas não era só ele que mudava. As intervenções eram também culturais. O país não seria visto como moderno se os mesmos hábitos indevidos permanecessem. Os cariocas, em especial os pobres, precisavam ser civilizados.

Para construir a cidade e o Brasil que queriam, Dodsworth e Vargas contaram com o aparato policial e com as propagandas, censuras e direcionamentos do Departamento de Imprensa e Propaganda. Era um processo de reeducar a população e inserir novos hábitos mais “saudáveis”. Os maus costumes deveriam fazer parte do passado, o malandro não deveria mais existir. O carnaval e o samba foram usados pelo Estado Novo dentro de uma política de autopromoção, mas não podiam ser mais da forma que eram. Precisavam se readaptar aos novos tempos. Nesse processo perdiam sua originalidade. Podia parecer mentira, mas era verdade<sup>26</sup>: prefeitura e governo federal defendiam um modernizar e um civilizar que provocava um desenraizamento cultural em nome do que eles consideravam o progresso. O fim da Praça XI é a prova disso.

---

\* Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sob orientação de Antonio Edmilson Martins Rodrigues. E-mail: natics89@gmail.com

<sup>1</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

<sup>2</sup> SOUZA, Rafael Lima Alves de. No coração da Urbe: política, cultura e memória no Rio de Janeiro de Henrique Dodsworth (1937-1945). 2009. 97 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, p. 10.

<sup>3</sup> RODRIGUES, Antônio Edmilson M. *Em Algum Lugar do Passado: cultura e história na cidade do Rio de Janeiro*. In: AZEVEDO, André Nunes de. *Rio de Janeiro: capital e capitalidade* (org.). Rio de Janeiro: Departamento Cultural/UERJ, 2002, p.31.

<sup>4</sup> PEREIRA, Margareth da Silva. Pensando a metrópole moderna: os planos Agache e Le Corbusier para o Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, LUIZ CÉSAR QUEIROZ; PECHMAN, Roberto (orgs.). *Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

<sup>5</sup> E depois de diversos outros processos de intervenção urbana na cidade do Rio de Janeiro, como a derrubada do Morro do Castelo pelo prefeito Carlos Sampaio.

<sup>6</sup> SOUZA, Rafael Lima Alves de. No coração da Urbe: política, cultura e memória no Rio de Janeiro de Henrique Dodsworth (1937-1945). 2009. 97 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, p. 9.

<sup>7</sup> FURTADO, Fernanda e REZENDE, Vera. *Discursos e imagens acerca de intervenções urbanas no Rio de Janeiro (1920-1940): a questão da valorização fundiária em planos e projetos urbanos*. In: Revista Risco, 2008, p.115-125.

<sup>8</sup> MARTINS, Mário. Os Problemas da Cidade e a Organização do Plano Diretor, Revista da Diretoria de Engenharia – RJ – n°.VI – vol. IV. Novembro de 1937; MENDONÇA, Valdemar. Sobre o plano diretor da Cidade do Rio de Janeiro, Revista da Diretoria de Engenharia, RJ, maio de 1936 apud REZENDE, V. F. e ALVES, G. A. A comissão do plano da cidade, reflexões sobre um modelo e sua contribuição à cidade do Rio de Janeiro. In: *Seminário da História da Cidade e do Urbanismo*, 8, 2004, 1 CD-ROM, p.3.

<sup>9</sup> REZENDE, V. F. e ALVES, G. A. A comissão do plano da cidade, reflexões sobre um modelo e sua contribuição à cidade do Rio de Janeiro. In: *Seminário da História da Cidade e do Urbanismo*, 8, 2004, 1 CD-ROM, p.7-8.

---

<sup>10</sup> Ibidem, p.9-10.

<sup>11</sup> Koury e Botas chamam a atenção para a criação do sistema previdenciário nos anos 30, “impulsionada pela criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões, que subordinados ao Ministério, assim como as Caixas, possuíam a função precípua de assegurar aposentadorias e pensões para os seus beneficiários e secundariamente assistência médica e a oferta de moradia através da construção de conjuntos habitacionais.” In: KOURY, Ana Paula; BOTAS, Nilce Aravecchia. A cidade industrial brasileira e a política habitacional na era Vargas (1930-1954). In: Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo. "V Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona-Buenos Aires, junio 2013". Barcelona: DUOT, 2013, p. 120.

<sup>12</sup> LIMA, Jacqueline de Cássia Pinheiro. Modernização e Higienismo Social: Projetos de Habitações Populares em Recife e Rio de Janeiro durante o Estado Novo (1937-1945). In: *Revista Espaço Acadêmico*, n. 35, Abril/2004.

<sup>13</sup> FURTADO, Fernanda e REZENDE, Vera. *Discursos e imagens acerca de intervenções urbanas no Rio de Janeiro (1920-1940): a questão da valorização fundiária em planos e projetos urbanos*. In: *Revista Risco*, 2008, p. 122-123.

<sup>14</sup> MOURA, Roberto. A Pequena África e o reduto de Tia Ciata. In: Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro. FUNARTE, 1983, p. 86 -107.

<sup>15</sup> Entre eles podemos citar também “Praça Onze” de Herivelto Martins e Grande Othelo (1941), interpretado por Castro Barbosa e Trio de Ouro, que antecipava o choro pelo fim da praça.

<sup>16</sup> ALENCAR, Cristovão de; PINHEIRO, Paulo; ALVES, Ataulfo. *A nova aurora raiou*. Acompanhado por Academia do Samba. [S.l.]: Odeon, 1942.

<sup>17</sup> XAVIER, Orestes; QUATRO ASES E UM CORINGA. *Gamboa*. [S.l.]: Odeon, 1942.

<sup>18</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987, p.33.

<sup>19</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987, p. 31-33.

<sup>20 20</sup> PARANHOS, Adalberto. Entre sambas e bambas: vozes destoantes no "Estado Novo". *Locus (UFJF)*, v. 13, p. 179-192, 2007.

<sup>21</sup> *Vida Apertada*: SOUZA, Ciro de; MONTEIRO, Ciro. *Vida apertada*. [S.l.]: Victor, 1940.

<sup>22</sup> BIDE; LOBO, Haroldo; BARCELOS, Alcebíades; ALMEIDA, Araci de. *Orgia e nada mais*. Acompanhado por Conjunto Regional RCA Victor. [S.l.]: Victor, 1938.

<sup>23</sup> TINHORÃO, José Ramos. *História Social da Música Popular Brasileira*. São Paulo: Editora 34, 1998, p. 299-300.

<sup>24</sup> Em “O Mistério do Samba” Hermano Vianna escreve sobre o caminho percorrido pelo samba, e as interações entre diferentes classes e mudança de opinião dos intelectuais quanto ao homem mestiço, até que se transformasse, no governo Vargas, em símbolo nacional. Cf.: VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

<sup>25</sup> O Cruzeiro/ *Jornal Estado de Minas*, 03/02/1940, p.17 apud BEZERRA, Danilo Alves. *Carnavais do Rio de Janeiro e seus usos pelo Estado Novo (1938 1 1942)*. In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal. *Anais Eletrônicos*, 2013.

<sup>26</sup> Parafrazeando o samba Gamboa (1942) que diz “Ô Gamboa/Prainha que não tem mais coroa/Que saudade/Do samba que era minha felicidade/Parece mentira, mas/É verdade/Parece mentira, mas /É verdade”. In: < <http://www.vagalume.com.br/quatro-ases-e-um-coringa/gamboa.html>> Acessado em 30/09/2014.

## **Processos de desterro e políticas coloniais em face dos ciganos degredados na América Portuguesa**

Natally Chris da Rocha Menini\*

Resumo: Na presente comunicação buscaremos problematizar os processos de degredo e incorporação dos chamados “ciganos” na América Portuguesa, tecendo considerações sobre as políticas coloniais voltadas para a inclusão destes como elementos povoadores nas capitanias coloniais especialmente durante o século XVIII.

Palavras-chave: ciganos, degredo, Império Português.

Abstract: In this very communication we are going to pursue the problematizing of the processes of banishment and the incorporations of the so called “gypsies” on the Portuguese America, expounding considerations about the colonial politics, turned toward the inclusion of these settling populations on the colonial captaincies during the XVIII century.

Keywords: gypsies, banishment, Portuguese Empire.

A partir do século XV grupos de nômades passaram a migrar da Grécia para a Europa Ocidental e, de acordo com as fontes documentais analisadas por antropólogos/as e historiadores/as, esses grupos que adentravam os reinos europeus diziam-se vindos do Pequeno Egito, referindo-se a atual região do Peloponeso na Grécia, mas que para os europeus foi associada ao Egito na África. Devido a essa suposta origem egípcia esses grupos passaram a ser denominados *gitan* (francês), *gitano* (espanhol), *gypsy* (inglês). Por outro lado, em alguns reinos da Europa, foram referidos como os *atsinganos* da Grécia e daí as denominações *tsigane* (francês), *zingaro* (italiano) e *cigano* (português).<sup>1</sup> Em Portugal, esses sujeitos foram inicialmente referenciados como “gregos” e *atsinganos*<sup>2</sup> e daí o termo “ciganos/as” pelo qual passaram a ser denominados e reconhecidos pelos portugueses.

A indefinição que sempre existiu em relação à origem dos ciganos contribuiu para as variadas denominações que lhes foram atribuídas pelos europeus. Sendo ágrafos, os ciganos não deixaram registros escritos e construíram os seus elementos de identificação no marco da oralidade e na transmissão de conhecimentos de geração a

---

\*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Bolsista CAPES. Contato: [natallymenini@gmail.com](mailto:natallymenini@gmail.com). Orientada pela Professora Doutora Margareth de Almeida Gonçalves.

geração.<sup>3</sup> De acordo com a tradição oral dos Calon, estes constituíram a sua identidade étnica através de sua prolongada experiência na Península Ibérica, de modo que os chamados *gitanos* na Espanha e ciganos em Portugal passaram a se autodenominar Calons (para os homens) e Calins (para as mulheres) e a se comunicarem entre si através do dialeto caló, uma variação da língua romani. Por outro lado, esses grupos também se autodenominavam Ciganos/as para falar de si mesmos diante dos não ciganos, aos quais chamam de *gadje*<sup>4</sup>. Sendo assim, é fundamental destacarmos que o termo “ciganos” utilizado nessa comunicação para fazer referência aos “siganos” das fontes documentais diz respeito aos sujeitos que através dos processos históricos se constituíram como grupo étnico no mundo português.

\*

A entrada destes grupos na Península Ibérica se processou em princípios do século XV com a sua migração para a Espanha. Adolpho Coelho, em seu clássico estudo etnográfico sobre os ciganos em Portugal, compartilha da tese de que estes entraram no reino lusitano em finais do século XV pela fronteira castelhana, especialmente pelas Estremadura e Andaluzia espanholas.<sup>5</sup> É importante destacarmos que com a sua entrada na Península Ibérica e a aquisição de vocábulos novos a partir da interação com os espanhóis e portugueses, os ciganos acabaram modificando o conteúdo linguístico da língua romani (língua dos ciganos aparentada ao sânscrito) e passaram a constituir um novo dialeto, o caló, com fortes características da língua espanhola e portuguesa, inclusive no que diz respeito a sua estrutura linguística.<sup>6</sup>

Desse modo, o compartilhamento do dialeto caló, constituiu-se como uma das principais características culturais dos ciganos enquanto grupo étnico, sendo a pronúncia do caló um elemento fundamental na construção identitária desses sujeitos no mundo português. Sabemos que o compartilhamento da língua-mãe portuguesa foi um dos principais critérios para a reafirmação e hegemonia de uma identidade coletiva portuguesa no Império Português. Portanto, a língua passou a ser um dos traços diferenciadores entre os portugueses e os grupos étnicos que viviam dentro das fronteiras do reino e de suas conquistas. No caso dos ciganos, a língua romani, transformada em dialeto caló a partir do contato com os povos ibéricos, porém

incompreendida e recusada pela sociedade dominante, passou a ser chamada de *geringonça* pelas autoridades régias e coloniais portuguesas.

Outros conteúdos culturais presentes na organização social dos ciganos também contribuíram para a construção da identidade étnica desses sujeitos, em especial aqueles ligados aos seus estilos de vida nômade, tais como a itinerância praticada sempre em grupo e o hábito de residir em tendas e barracas, além da vestimenta caracterizada por uma indumentária peculiar. Alguns aspectos da organização social dos ciganos também se mostraram importantes sinais de diferença étnica, como os ofícios desempenhados pelas mulheres e pelos homens.<sup>7</sup> As mulheres ciganas desempenhavam atividades quiromantes, chamadas na época de *buenas dichas* que foram associadas às “feitiçarias ciganas”. Na época, essas eram atividades exclusivas das mulheres, que ofereciam as suas *buenas dichas* em troca de recompensas. Já os homens ciganos, desempenhavam atividades ligadas principalmente ao comércio de cavalos, que eram importantes tanto para transportar os grupos ciganos nas suas itinerâncias, como para as suas negociações.

Sabemos que em uma dada sociedade, a interação entre os sujeitos e grupos permite transformações contínuas que modelam as suas identidades. Levando em consideração as contribuições do antropólogo Fredrick Barth, podemos afirmar que o compartilhamento de uma mesma cultura é uma consequência da organização social dos grupos étnicos. Segundo o ponto de vista analítico de Barth, o conteúdo cultural das dicotomias étnicas pode ser de duas ordens diferentes. A primeira corresponde aos sinais e signos manifestos, que conformam as “características diacríticas” que os indivíduos exibem para mostrar a sua identidade (tais como vestimenta, língua e estilo de vida). A segunda ordem corresponde àquilo que o antropólogo denomina de “orientações valorativas básicas”, ou seja, os padrões de moralidade pelos quais as performances dos indivíduos e grupos são julgadas.<sup>8</sup>

Desse modo, tendo em vista que as identidades são constituídas e transformadas a partir das interações sociais e que a etnia resulta de um conjunto de representações que os grupos interagentes constroem, mantendo na fronteira étnica o “nós” confrontado com o “eles”, os registros documentais da época nos informam os referenciais e padrões de moralidade pelos quais as performances dos ciganos foram julgadas e condenadas pelas autoridades régias e coloniais.

\*

Ainda que constituíssem uma minoria, os ciganos que entravam no reino de Portugal não passaram despercebidos e, já em princípios do Quinhentos, as primeiras petições contra a permanência dos ciganos no reino começaram a ser elaboradas sustentadas por reclamações contra os “muitos furtos e muitas feitiçarias que os ciganos fingem saber”. Não tardaram as reivindicações das Cortes e, no ano de 1538, o monarca Dom João III buscou resolver o “incômodo social” causado pelos ciganos, através da proibição da entrada dos mesmos no reino de Portugal sob a pena de prisões, açoites, confiscos e expulsões.<sup>9</sup> Acresce que os ciganos “naturais do Reino”, ou seja, os considerados nascidos no reino de Portugal, não deveriam ser expulsos, mas sim passariam a ser degredados para as colônias ultramarinas portuguesas na África e, a partir do decreto de 1549, a colônia do Brasil também passou a ser considerada um destino.<sup>10</sup> As medidas repressivas e ordens de degredo imputadas aos ciganos no reino de Portugal prosseguiram e, em 1603, no período da União das Coroas Ibéricas, foi promulgada a Lei LXIX nas *Ordenações Filipinas* de 1603, legitimando a proibição da entrada de ciganos no reino sob a pena de prisões e açoitamentos e ordenando o degredo dos ciganos naturais para as colônias ultramarinas na África.<sup>11</sup>

No período da Restauração Portuguesa, as queixas e as medidas repressivas contra os ciganos se tornaram mais constantes. Conforme analisa João Pedro Gomes, com o restabelecimento da independência de Portugal “ocorreu um frenesim de leis, normas e disposições contra os ciganos, em parte, suscitadas pela pressão popular”.<sup>12</sup> Assim, nos anos marcados pela vontade de construir uma fronteira identitária que realmente separasse os dois povos, castelhano e português, o modo de vida dos ciganos constituiu um desafio às autoridades durante a Restauração. Portanto, a partir desse período, os ciganos passaram a ser alvos de dois tipos de rejeição no reino de Portugal. Por um lado, eram discriminados por causa de seu modo de vida itinerante, associado à vadiagem e à desocupação e por constituírem uma organização étnica alheia aos modelos de comportamento socialmente vigentes no reino lusitano. Mas, simultaneamente, o fato de que eles entravam em Portugal vindos precisamente do reino

---



de Castela, tornavam-nos suspeitos para muitos portugueses.<sup>13</sup> Desse modo, no Alvará de 1649, o monarca D. João IV decretou uma série de punições contra os ciganos no reino, que foram qualificados como vagabundos e prejudiciais por seus estilos de vida, merecendo, portanto, o degredo punitivo para o ultramar:

Eu El Rey faço saber aos que este Alvará virem que por se ter entendido o grande prejuízo e inquietação que se padece no Reino com uma gente vagabunda que com o nome de siganos andam em quadrilhas vivendo de roubos enganos e embustes contra o serviço de Deus e meu, Demais das ordenações do Reino, por muitas leis e provisões se procurou extinguir este nome e modo de gente vadia de siganos com prizonas e penas de asoutes, degredos e galés, sem acabar de conseguir; e ultimamente querendo Eu desterrar de todo o modo de vida e memória desta gente vadia, sem assento, nem foro, nem Parochia, sem vivenda própria, nem officio mais que os latrocínios de que vivem, mandey que em todo Reyno fossem prezos e trazidos a esta cidade, onde serão embareados e levados para servirem nas conquistas divididos.<sup>14</sup>

Tal como analisa o historiador Bill Donovan, ao longo da época moderna as autoridades portuguesas incluíram os ciganos na categoria dos “desviados sociais” cujos comportamentos passaram a ser criminalizados. De acordo com o autor, nessa categoria podíamos encontrar também os chamados “vadios”, “ladrões”, “vagabundos”, “homicidas” e “prostitutas”.<sup>15</sup> Sabemos que durante a época moderna ocorreu um processo de valorização do trabalho enquanto critério fundamental para a chamada “utilidade social”. Desse modo, o “estatuto bem aventurado dos pobres”, cedia cada vez mais espaço para o esplendor social e político da riqueza. Assim, a imagem mais tardia dos pobres passou a ser contaminada pela imagem da vagabundagem, da insídia e da violência.<sup>16</sup> Certamente, durante a época moderna, todos os indivíduos que foram associados à vagabundagem, passaram a ser punidos com o degredo para as galés e para as conquistas ultramarinas, a fim de que tivessem uma utilidade social na lide colonizadora da metrópole.<sup>17</sup> Se de um lado, o degredo dos ciganos funcionou como um mecanismo depurador da metrópole, que buscou eliminar a presença de todas as pessoas ou grupo de pessoas consideradas indesejáveis, de outro, também funcionou como mecanismo colonizador na medida em que procurou atribuir funções utilitárias aos degredados no âmbito expansionista do Império Português.

Desse modo, através do degredo, os ciganos foram forçados a prestarem serviços ao Estado. Conforme podemos observar nas legislações voltadas para os ciganos, esses

serviços variavam deste o povoamento até o trabalho em galés. As galés portuguesas eram embarcações de baixo bordo, movidas por grandes grupos de remadores formados por três classes: forçados, escravos e voluntários.<sup>18</sup> O degredo para as galés foi uma das punições mais severas previstas pelo código português e foi significativa a presença de homens ciganos trabalhando nessas embarcações durante a época moderna. Mas as práticas de degredo visando o povoamento das conquistas ultramarinas também foram constantes, de modo que ao longo das três centúrias, os ciganos que viviam em Portugal foram degredados para as colônias portuguesas na África e na América Portuguesa e, especialmente após o período de Restauração, o degredo de centenas de homens e mulheres desta etnia para a colônia americana se tornou sistemático.

Na Provisão de 20 de julho de 1686 destinada ao Corregedor de Elvas, o rei D. Pedro II afirmando receber muitas queixas das populações contra “a inundaçãõ de gente tão ociosa e prejudicial por sua vida e seus costumes” ordenou a proibição da entrada no reino dos ciganos vindos de Castela. Evidentemente, em uma conjuntura pós-guerra, os ciganos que entravam no reino continuavam a ser associados aos castelhanos, reforçando o caráter discriminatório das medidas que lhes foram aplicadas. Em 27 de agosto do mesmo ano, utilizando o pretexto de que os ciganos naturais eram insubmissos às leis, o monarca promulgou um Decreto ordenando o degredo de todos os ciganos do reino para a capitania do Maranhão.<sup>19</sup> Na primeira metade do Setecentos, com o reinado de D. João V, a perseguição aos ciganos se intensificou ainda mais em Portugal e, no intuito de bani-los completamente do reino, centenas deles foram degredados para a colônia americana. Atestando o incômodo que continuava a causar a presença dos ciganos no reino, em 1708, o monarca D. João V decretou um Alvará ordenando a proibição dos comportamentos culturais dos ciganos naturais do reino, sob a pena do degredo das mulheres para o Brasil e dos homens para galés<sup>20</sup>. Após uma década do mencionado Alvará, a pretexto da persistência da prática de seus costumes, D. João V mandou degredar todos os ciganos que haviam sido presos por ordem dos governadores das Armas das Fronteiras para a Índia, Angola, São Tomé, Ilha do Príncipe, Benguela e Cabo Verde<sup>21</sup>. E, embora não tenha sido mencionada, a colônia americana também foi um destino, uma vez que durante o reinado joanino, centenas de famílias ciganas foram degredadas para as capitanias da América Portuguesa.

A *Gazeta de Lisboa* de 10 de março de 1718 noticiou o embarque de uma comunidade inteira (cinquenta homens, quarenta e uma mulheres e quarenta e três crianças) para a América Portuguesa. Em 15 de abril do ano de 1718, foi expedida comunicação do secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real para o governador de Pernambuco e capitão general Manuel Rolim de Moura, informando o embarque de ciganos para aquela capitania, onde parte destes deveria ser remetida para o Ceará e outra parte para Angola<sup>22</sup>. Também em 1718 famílias ciganas foram degredadas de Lisboa para a capitania da Bahia<sup>23</sup>. De acordo com Bill Donovan, o degredo das famílias ciganas para a América Portuguesa serviu como um ato de Estado na medida em que “a cena dos ciganos partindo acorrentados assinalava para os espectadores os esforços da Coroa pelo controle social.”<sup>24</sup> Por outro lado, é inequívoco que o degredo de ciganos para colônia americana teve um caráter utilitário, uma vez que as autoridades régias esperavam que os ciganos degredados contribuíssem para povoar capitanias como as do Maranhão e Ceará, mas também regiões do sertão baiano que naquela época contavam com uma colonização embrionária. Visando integrar os ciganos nos esforços colonizadores voltados para a capitania da Bahia, Dom João V ordenou ao Vice Rei a proibição do uso da língua dos ciganos, chamada na época de “geringonça” e a utilização desses como elementos povoadores da capitania. Assim como aponta Rodrigo Teixeira, por ordem da Câmara, as famílias ciganas recém chegadas à Bahia em princípios do Setecentos foram alojadas inicialmente no bairro da Palma, lugar chamado Mouraria e, posteriormente, outras famílias passaram a ser alojadas na freguesia de Santo Antonio Além do Carmo.<sup>25</sup>

Em 15 de abril de 1718, um ofício da Secretaria do Estado Real recomendou ao governador da Capitania do Rio de Janeiro, Antonio de Brito Meneses, a ordem de que mandasse deportar para Benguela e Angola os ciganos que chegassem ao Rio de Janeiro “sem que nenhum fique nessa capitania e mandando aos governadores das referidas partes que aí remetidos não os deixem voltar para o V. Reino e que também lhe impeçam o uso de sua lingoa ou geringonça”.<sup>26</sup> Mas, embora o ordenamento régio, proibindo a permanência de ciganos no Rio de Janeiro, é comprovado que muitos ciganos degredados se instalaram na capitania, habitando os arroteamentos de brejos e

---

alagados da cidade, localizados para além da Rua da Vala, onde moravam as populações mais pobres.<sup>27</sup> Inclusive, após meados do Setecentos, uma das áreas desses arroteamentos insalubres passou a ser chamada Campo dos Ciganos (atual Praça Tiradentes), localidade que contou com significativa habitação de famílias ciganas.

Desse modo, ainda que relegados a moradias precárias, o desterro possibilitou aos ciganos a fixação nas capitânicas da Bahia e do Rio de Janeiro. Dezenas de famílias degredadas nos alvares do Setecentos se instalaram nessas capitânicas, de modo que um século mais tarde, as mais expressivas comunidades ciganas sedentárias do Brasil estavam localizadas justamente na Bahia e no Rio de Janeiro, ou seja, nos dois mais importantes portos marítimos da época.<sup>28</sup>

É importante destacar que embora as constantes ordenações régias direcionadas ao cerceamento dos comportamentos dos ciganos degredados, os seus hábitos culturais mantiveram-se, assim como a coesão familiar reforçou-se até surgirem queixas. Com o intuito de resolver o “incômodo social” provocado pelos hábitos culturais dos ciganos e dado o recrudescimento das suas atividades quiromantes, verificou-se um amplo debate entre as autoridades baianas e o Conselho Ultramarino no período de 1755 até 1761. As autoridades baianas afirmavam que ao chegarem os ciganos na Bahia, eram introduzidos na capitania problemas antes desconhecidos e a situação era ampliada pela dificuldade em torná-los sedentários e pela impossibilidade de lhes alterar o modo de vida. Ainda assim, reconheciam as autoridades que “esta gente tinha sido útil ao Estado com a multiplicação”.<sup>29</sup>

Conforme podemos constatar, com base nas fontes analisadas, os ciganos portugueses, uma vez degredados na Colônia, continuaram a ser vistos pelas autoridades coloniais como elementos transgressores do sossego público, assim como continuaram a sofrer repressões aos seus estilos de vida. Por outro lado, atendendo as intenções originais da Coroa, que via nos degredados elementos úteis para a colonização da colônia americana, os ciganos degredados foram vistos, em certa medida, como úteis para o povoamento. Desse modo, as autoridades coloniais reconheceram o caráter utilitário das famílias ciganas degredadas para o Brasil, conforme aponta o discurso das autoridades baianas que, quarenta anos depois do degredo de famílias ciganas para a

---

capitania, afirmaram, embora a contragosto, que os ciganos foram úteis para a região, tendo em vista o crescimento da população cigana a partir das gerações dos degredados, que contribuíram assim, para o povoamento.

Portanto, conforme buscamos discutir nessa comunicação, os ciganos incluíram o rol dos criminosos e indesejáveis do reino de Portugal e, na condição de degredados, foram desterrados nas capitanias da América Portuguesa. Se de um lado, o degredo funcionou como punição pelos “desvios” cometidos na metrópole, de outro, também funcionou como mecanismo colonizador, na medida em que os ciganos degredados integraram as políticas de colonização do Brasil, contribuindo para o povoamento da Colônia, sendo-lhes possibilidade determinada inserção social em algumas capitanias da América Portuguesa.

#### NOTAS

1 - PEREIRA, Cristina da Costa. Os ciganos ainda estão na estrada. Rio de Janeiro, Rocco, 2009, p. 25.

2 - Segundo o antropólogo Frans Moonen, um dos documentos mais antigos sobre os antepassados dos ciganos refere-se aos escritos de um monge grego segundo o qual, no ano de 1050, o imperador de Constantinopla, solicitou a ajuda de adivinhos e feiticeiros chamados *Adsincani* para domar animais ferozes. No ano de 1322, de passagem pela Ilha de Creta, um frade franciscano escreveu sobre indivíduos nômades que viviam em tendas, chamados *Atsinganoi*. Depois, outros viajantes europeus, mercadores ou peregrinos a caminho da Terra Santa, observaram a presença dos *Atsinganos* nos arredores do porto marítimo grego de Modon (hoje Methoni), então colônia de Veneza. Conforme analisa Moonem, é certo que estes tenham sido antepassados, embora não necessariamente os únicos, dos assim chamados ciganos. Ver: MOONEN, Frans. *Anticiganismo e políticas ciganas na Europa e no Brasil*. Recife. In. Enciclopédia dos Direitos Humanos, 2012, p. 7. Disponível em [www.dhnet.org.br](http://www.dhnet.org.br).

3- Ver: SILVA JÚNIOR, Aluizio de Azevedo. *A liberdade na aprendizagem ambiental cigana dos mitos e ritos Kalon*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. PPGE/UFMT, Cuiabá, 2009.

4- FERRARI, Florencia. *O mundo passa: uma etnografia dos Calon e suas relações com os brasileiros*. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia Social da Universidade de São Paulo. USP. São Paulo, 2010, p. 15.

5- COLEHO, Francisco Adolpho. *Os ciganos de Portugal com um estudo sobre o calão*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1892.

6 - Ver: “A língua cigana” In. PEREIRA, Cristina da Costa. *Os ciganos ainda estão na estrada*. Rio de Janeiro, Rocco, 2009, pp. 48-54.

7 - Conforme destaca Cristina da Costa Pereira (2009), há algumas profissões tipicamente ciganas, que mergulham na memória ancestral de seu passado: o trabalho com metais, a transação de cavalos, a arte circense, a quiromancia e cartomancia (ocupação feminina), o artesanato e as atividades musicais.

8- BARTH, Fredrik. “Introdução” In. *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 2000, pp. 32-33.

- 9- Lei XXIII de 1538. Volume: Capitulo de cortes e leys que se sobre os siganos fizeram. Disponível em: COELHO, Francisco Adolfo. “Apendice documental” In. *Os ciganos de Portugal com um estudo sobre o calão*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1892.
- 10- ANTT. Decreto de 15 de fevereiro de 1549. Maço 82, Doc. 52, N° 10665.
- 11- ALMEIDA, Candido Mendes de (Org.). Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal; Recopiladas por Mandado D'el Rey D. Philippe I. 14<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, Typographia do Instituto Philomathico, 1870.
- 12- GOMES, João Pedro. “Redefinições identitárias, xenofobia e exclusão racial em Portugal em meados do Seiscentos.” Centre de Recherches sur le Brésil Colonial et Contemporain. 2012, p.17.
- 13- Idem, pp.18-19.
- 14- Arquivo Nacional. Leis, liv. V, fl. 1. Ordenações e leys confirmadas e estabelecidas pelo Senhor D João IV, Lisboa, 1747. III, 169-170. Disponível em: COELHO, 1892.
- 15- DONOVAN, Bill. “Changing perceptions of social deviance: Gypsies in early modern Portugal and Brazil”, In. *Journal of Social History*. Loyola College in Maryland, 1992, p. 33. (tradução minha)
- 16- HESPANHA, Antonio Manuel. *Imbecillitas: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo, Annablume, 2010. pp. 249-250.
- 17- Ver: TOMA, Maristela. *Imagens do degredo. História, legislação e imaginário*. Dissertação de Mestrado em História, IFCH/UNICAMP. Campinas, SP, 2002.
- 18- Idem, pp. 67-68. Segundo Maristela Toma, os forçados a trabalhar nas galés eram os degredados, os indivíduos escravizados podiam ser mouros, turcos ou negros africanos e os voluntários eram os combatentes.
- 19- Liv. X do *Supplicação*, fl. 276, in *Ordenações e leys*, etc. Lisboa, 1747, vol. III: Colecção II dos *Decretos e Cartas*, p. 273. Idem.
- 20- *Ordenações e leys*, etc. Lisboa, 1747. III, 170-171. *Colleção chronologica de leis extravagantes*. Coimbra, 1819, t. II, pp. 364-366. Idem.
- 21- Liv. XII da *Supplicação*, fol. 14, In *Ordenações e leys*, etc. Lisboa, 1747, vol. III: Colleção II dos *Decretos e Cartas*, p. 273. Idem.
- 22- *Anais Pernambucanos*, Vol. V (1701-1739), Recife, Arquivo Público Estadual, 1983, p.299. Apud. TEIXEIRA, Rodrigo. *História dos Ciganos no Brasil*. Núcleo de Estudos Ciganos, Recife, 2008.
- 23- Sessão de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Documento II 31, 02, 019 n° 006 – Lista de ciganos degredados desembarcados na Bahia (10 de abril de 1718).
- 24- DONOVAN, 1992, 39. (tradução minha).
- 25- TEIXEIRA, Rodrigo Correa. *História dos Ciganos no Brasil*. Recife, Núcleo de Estudos Ciganos NEC, 2008.
- 26- Documento I 31, 33, 007 – Sessão de manuscritos da Biblioteca Nacional.
- 27- LARA, Silva. *Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na America Portuguesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007, p. 52.
- 28- DONOVAN, 1992, 43. (tradução minha).
- 29- CARTA dos Governadores interinos para o Conde de Oeiras (...). Bahia, 5 de outubro de 1761. p. 482. In. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Publicado sob a administração do director Dr. Manoel Cicero Peregrino da Silva. 1909, Volume XXXI.

## **O insulamento no passado: as estratégias euclidianas de perspectivação do tempo n'Os sertões e nos ensaios amazônicos**

**Nathália Sanglard de Almeida Nogueira<sup>1</sup>**

### **Resumo:**

Este trabalho objetiva refletir sobre a perspectivação do tempo realizada por Euclides da Cunha, n'Os sertões e nos ensaios amazônicos de *Terra sem história (Amazônia)*, que constituem a primeira parte do livro *À margem da história*.

Considerando os engastes plurais que constituem a obra euclidiana, deslizando nos interstícios entre história e literatura, este estudo dedicar-se-á, preliminarmente, às estratégias discursivas da comparação e a inversão, segundo o aporte teórico de François Hartog, para delinear os sertões como fragmentos deslocados do presente. Em um segundo momento, examinar-se-á a relação entre o homem e a natureza como metáfora da experimentação de um eterno passado.

Palavras-chave: Euclides da Cunha; sertões; temporalidade.

### **Introdução**

Acompanhando a trajetória intelectual de Euclides e esmiuçando-se seus registros, é possível perquirir os contornos que o termo sertão adquiriu, sobretudo por abarcar tanto as paragens desérticas da Bahia, quanto as florestas amazônicas. O fato de o autor aglutinar terrenos desérticos a outros abundantemente aquosos e arborizados denota que não eram os elementos do clima, do relevo e da vegetação aqueles a condicionar seu pertencimento à categoria de sertão. Tampouco havia uma rígida delimitação espacial, a precisar o que no Brasil eram os sertões e seu contrário. Trata-se, pois, de um termo fluido, que agrega uma dimensão mais simbólica do que propriamente geográfica. Menos do que um perímetro severamente desenhado importava um recorte social, em que os sertões figuravam como periferia, avesso da modernidade, os ignotos Brasis, abandonados e vagando no passado.

Assim, se, em termos geográficos, os limites para demarcar os sertões eram fugidios, de modo a agregar espaços morfologicamente distintos, no tocante à experimentação temporal a demarcação era mais coesa: os sertões representavam um recuo ao passado, um fragmento deslocado no presente.

É sobre esta premissa que se apoia este estudo. A fim de elucidar a perspectivação do tempo realizada por Euclides da Cunha, este artigo será dividido em duas seções, uma destinada às apreensões do autor em *Os sertões* e, a outra, nos ensaios de *Terra sem história*, de *À margem da história*.

**Canudos e a “barbaria que escandaliza o nosso tempo”<sup>2</sup>**

Ao longo d'*Os sertões*, publicado em 1902 pela Laemmert e Companhia Editores, Euclides referiu-se a um estado de barbárie, para designar os sertanejos de Canudos, na contramão da linearidade ascendente do tempo, aspecto caro aos intelectuais oitocentistas<sup>3</sup>.

Para elucidar a rudeza e selvageria dos sertões baianos delineadas por Euclides e articulá-las a sua dimensão de tempo, recorrer-se-á, preliminarmente, ao aporte teórico de François Hartog. Conforme o historiador francês, na era dos descobrimentos, não se recepcionou, imediatamente, o Novo Mundo como “novo”, mas como uma fusão de fantástico e familiar, sendo, por isso, frequentes as alusões aos antigos. Estreitar a alteridade a modelos gregos e romanos, por exemplo, significava uma estratégia de “domesticar” os selvagens, em uma trama de referências cômodas e conhecidas.

O recurso ao antigo proporcionava balizas e parâmetros para a geografia dos confins. Tratava-se de um meio para explicar àqueles que ficavam na Europa a realidade com que haviam topado os viajantes. Estabelecia-se um paralelismo e

ao proceder assim, contribuía-se imperceptivelmente para a construção da importante e nova ideia de que o afastamento no espaço equivale à distância no tempo. Com efeito, “ver” os selvagens, descrevê-los mediante referências antigas, conduziu, sem que se desse conta disso, a pôr a distância os antigos: a distância que nos separa deles seria medida quase fisicamente, e tornar-se-ia cada vez mais viva a ideia moderna da diferença entre os tempos<sup>4</sup>.

Desta maneira, consoante Hartog, as descobertas fundaram a atividade intelectual da comparação, a qual propiciou, na modernidade, a disposição dos elementos em um mesmo nível temporal, segmentados, porém, por um “antes” e um “depois”. Esse raciocínio privilegiou os povos ditos civilizados, em detrimento daqueles que os “antecederam”, os não civilizados. Assim, no processo de colonização, da “constatação” de que alguns povos estariam mais “adiantados” que outros, emergiram os paralelos e as comparações, dos quais decorreram tanto o postulado da aceleração, do progresso com acepção de qualidade do tempo, como a noção da concomitância cronológica de desenvolvimentos historicamente não contemporâneos. Neste cenário, o selvagem separou-se do antigo e se configurou como primitivo, devido à sua condição de anterioridade à marcha do progresso. Em suma,

Cabe notar que introduzir os selvagens no par antigos/modernos levou a aproximar os selvagens, a identificá-los, a localizá-los, a domesticá-los mediante jogos (de referências, de alusões, citações) que permitiam passar dos antigos aos selvagens. Ao mesmo tempo e, no mesmo movimento, distanciaram-se os antigos, por força da analogia pouco a pouco instaurada entre o afastamento no espaço e no tempo<sup>5</sup>.

Para Hartog, delineou-se, pois, um novo regime de historicidade, cujas texturas semânticas desembocaram no conceito moderno de história<sup>6</sup>. Esta experiência projetou os deslocamentos espaciais enquanto sinônimo de retorno na linha do tempo, de modo que os



selvagens passaram a ser vistos como documentos privilegiados para se acessar os primórdios da história<sup>7</sup>.

O antropólogo norte-americano James Clifford também comparece com contribuições pertinentes para a análise dos instrumentos intelectuais empregados na tentativa de tornar inteligível a alteridade. Recordando Wilhelm Dilthey, J. Clifford nota que o processo de se viver a entrada em um universo expressivo estranho acaba apelando para formulações permanentemente fixadas, para formas estáveis às quais o ato de interpretar possa retornar<sup>8</sup>. Este ponto autoriza uma equivalência ao que François Hartog, em *Le miroir d'Herodote*, define como retórica da alteridade:

Dizer o outro é enunciá-lo como diferente, é enunciar que existem dois termos *a* e *b* e que *a* não é *b*. (...) Assim que a diferença é dita ou transcrita, ela se torna significativa, porque passa a ser avaliada dentro dos sistemas da língua e da escritura. Começa, então, o trabalho, incessante e indefinido (...) que consiste em reduzir o outro a si mesmo. A partir da relação fundamental que instaura a diferença significativa entre os dois conjuntos, pode se desenvolver uma retórica da alteridade que revela as narrativas que falam, sobretudo, do outro, em especial as narrativas de viagem, em sentido amplo. Um narrador, pertencente ao grupo *a*, vai contar *b* às pessoas de *a*; existe o mundo onde se conta e o mundo de que se conta; como, de maneira persuasiva, inscrever o mundo que se conta no mundo onde se conta: este é o problema do narrador. Ele é confrontado com o problema da tradução. Para traduzir a diferença, o viajante tem à sua disposição a figura cômoda da inversão, na qual a alteridade é traduzida como o oposto de si (ou o contrário de si mesmo). Percebe-se que os relatos de viagem ou as utopias recorrem à inversão abundantemente, porque ela constrói uma alteridade "transparente" para o ouvinte ou o leitor: não existe mais *a* e *b*, mas simplesmente *a* e o inverso de *a*; entende-se mesmo porque ela é a figura privilegiada do discurso utópico, em que o projeto não é nunca mais do que falar de si. (tradução nossa)<sup>9</sup>

Neste excerto, embora não empregue a terminologia “formas estáveis”, Hartog revela uma engrenagem similar na decifração do “outro”. Há, aqui, um recurso ao horizonte de compreensão daquele que observa, a referências familiares ao mundo do sujeito em trânsito, para traduzir a alteridade ao destinatário da narrativa. Após adentrar no solo da alteridade, o observador precisa transformar a diferença em inteligibilidade. Para isso, apresenta o “outro”, descreve-o como diferente, e, depois, converte-o no avesso de si e de seus interlocutores.

Além da fabricação do “antipróprio”, da inversão, outra estratégia discursiva, para Hartog, seria a comparação, acima mencionada, com o estabelecimento de semelhanças e dissimilitudes, aproximações e distanciamentos, paralelos e analogias. E, assim, mais uma fórmula para equacionar a alteridade seria: *a* está para *b*, assim como *c* está para *d*. Essas táticas, em síntese, reduzem o “outro” ao que já se conhece ou “filtram o outro no mesmo”.

Essa breve reflexão confirma a inserção de Euclides no modelo da historiografia oitocentista. Primeiramente, quando empregava a categoria de “selvagem” para designar o arraial de Canudos e seus habitantes, o autor revelava-se um partidário do horizonte conceitual que, à época, centrava-se nos embates entre antigos, modernos e selvagens.

Fernando Nicolazzi, ao examinar os usos da temporalidade e da comparação no livro de 1902 de Euclides da Cunha, sustenta a articulação do par sertão/litoral ao selvagem/moderno ou, mais visivelmente, barbárie e civilização. Segundo o historiador, Euclides inscreveu Canudos como um espelho degradado, uma cópia imperfeita do mundo antigo, razão pela qual, figuras de linguagem como a célebre “Troia de taipa”<sup>10</sup> salientam o arraigamento destes sertões a um tempo pretérito, menos nobilitador do que o dos antigos, porque eivado de decrepitude e arcaísmo<sup>11</sup>.

N’*Os sertões*, em variadas circunstâncias, como na passagem “não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos”<sup>12</sup>, as analogias euclidianas com a diferença espacial deixam transparecer uma profundidade do tempo, na qual os sertanejos eram vestígios vivos, porém em vias de desaparecimento, de um passado insólito.<sup>13</sup> Mais claramente, a concepção de temporalidade tecida por Euclides denota um sertão fora da civilização e da escrita da história.

Afora o interstício espacial converter-se em temporal, Euclides, para traduzir a alteridade, ora invertia o sertanejo e sua terra, chamando-os de bárbaros, ora comparava-os a elementos que ecoavam uma primitividade. N’*Os sertões*, os jagunços tinham a face “áspera como peles de múmias”, nos assuntos da guerra, eram “instrutores selvagens”, as vias do arraial “não são ruas, não são becos, são como que encanamentos de esgoto, sem abóbodas, destruídos”, e as casas, “como que uma paródia grosseira da antiga casa romana”<sup>14</sup>.

Na obra primordial de Euclides, frases como “fez-se homem, quase sem ter sido criança”<sup>15</sup> soam como metáforas de um sertão que já nasce velho, que passou da barbárie à decadência, sem conhecer os mais elevados estágios civilizatórios. Para o autor, das formações rochosas às tradições de sua gente, tudo se conservava temporais, à margem do progresso, desconhecendo o movimento e experimentando, apenas, um eterno ontem.

A sugestão deste arremesso ao passado não se restringe a *Os sertões*, uma vez que também se depreende nos textos para *O Estado de S. Paulo*, do qual era correspondente na cobertura do conflito de Canudos. Em 20 de agosto de 1897, Euclides relatou que quando atravessara a capital baiana, surpreendera-se com a persistência de um passado que não se intimidava com o presente e o acelerar do futuro:

Percorro (...) como um grego antigo as ruas de Bizâncio e as velhas ruas desta grande capital, num indagar persistente acerca de suas belas tradições e observando sua feição interessante de cidade velha chegando, intacta quase, do passado a estes dias agitados. (...) Que transição (...) de um presente agitado e ruidoso à penumbra silenciosa do passado indefinido...<sup>16</sup>

Domínios da selvaticidade, os sertões baianos, na perspectiva euclidiana, representavam um regresso a tempos pretéritos, um encontro com uma gente bárbara, destinada ao perecimento, uma intermitência do progresso, um desvão da história.

A seguir, serão avaliadas as apreensões do autor acerca da Amazônia, que, embora diversa e distante geograficamente de Canudos, experimentaria de modo similar o tempo.

### **A Amazônia e sua gente: os insulados na “melancolia da existência monótona e primitiva”<sup>17</sup>**

Anos mais tarde, nos textos que compõem a primeira parte do livro *À margem da história* (1909), intitulada *Terra sem história (Amazônia)*, Euclides contou seu desapontamento ao adentrar os sertões amazônicos, onde o tempo parecia estagnado e a incipiente sociedade, atrasada. Os rios, caracterizados como monótonos, espelhavam a imobilidade e a existência rudimentar daquelas paragens, seio da barbárie e das ruínas.

Especificamente sobre Manaus e seu primeiro contato com o rio Amazonas, expressou seu desencanto no ensaio *Impressões gerais*. De pronto, os olhos retiveram a decepção com a calmaria fatigante do rio, porque

como lhe falta a linha vertical, preexcelente na movimentação da paisagem, em poucas horas o observador cede às fadigas de monotonia inatural e sente que o seu olhar, inexplicavelmente, se abrevia nos sem-fins daqueles horizontes vazios e indefinidos como os mares<sup>18</sup>.

Ao revés da beleza imaginada em virtude das leituras de viajantes, toda aquela massa de insipidez provocava náusea e a opulência da floresta assombrava pelo desarranjo. Assim, apesar de portentosa, a selva amazônica descortinava-se incompleta. Ao afirmar que “tinha tudo e faltava-lhe tudo”<sup>19</sup>, o autor parecia insinuar que a altivez da natureza convivía com o inacabado, com os parcos esforços do homem em direção ao progresso.

Outra curiosa e ambígua análise de Euclides recaía na circunscrição das terras amazônicas no tempo. Caracterizadas como “recuo às mais remotas idades”, ou “formas antigas”<sup>20</sup>, eram apresentadas, no entanto, como a porção “mais nova do mundo”, logo após. Isto é, recentes na formação geológica e na atração à ocupação humana, aquelas paragens atrelavam-se a um passado, existindo como fragmentos arcaicos.

Neste jogo de temporalidade, a região amazônica nascia envelhecida, como os sertões baianos. Enquanto em outras partes do mundo, “contempla-se a gênese de uma civilização de par com a de um delta”<sup>21</sup>, com o Amazonas processava-se o inverso, pois o rio carregava consigo o destino de degradação e desembocava, irremediavelmente, na barbárie.

Neste ponto, Euclides menciona o fenômeno das “terras decaídas”, citando *A geologia do Pará* (1870), de Frederick Hartt, que entre os anos de 1875 e 1877 foi coordenador da Comissão Geológica do Império<sup>22</sup>. Este fenômeno, uma espécie de decadência espontânea, implicava na diluição das terras do continente nas águas do Amazonas, sem que fosse possível restituí-las ao território nacional. Tratava-se de um curso d’água que canibaliza a

terra, um elemento natural que devora o espaço nacional. Este fluxo hidrográfico que lava e leva a terra para fora da pátria ilustrava o modo como os rios amazônicos refletiam a história daqueles cantos, pois “tal é o rio; tal a sua história”<sup>23</sup>. Assim, o Amazonas despedaçava e dissipava o Brasil: “rio que sobre todos desafia o nosso lirismo patriótico, o menos brasileiros dos rios. É um estranho adversário, entregue dia e noite, à faina de solapar a própria terra”<sup>24</sup>.

Este escoamento encena, física e simbolicamente, uma fuga da terra, que resultava no desamparo do homem. Quando essas terras escapavam, era a nação mesma que se retraía.

Além de enfrentar, então, um “estar e não pertencer”, os sertanejos, entregues à própria sorte, debatiam-se contra a ferocidade da natureza, que impingiria empecilhos aos grandes feitos humanos. O calor, a umidade e o fechamento das matas exigiam uma penosa adaptação, que parecia ter ocorrido antes do devido tempo. Em correspondência a José Veríssimo, em janeiro de 1905, em Manaus, Euclides contou o efeito que o meio exercia sobre os sertanejos amazônicos, aspecto sobre o qual retornaria em *À margem da história*:

Em carta neste momento escrita ao Arinos disse que quem resiste a tal clima tem nos músculos a elástica firmeza das fibras dos buritis e nas artérias o sangue frio das sucruíubas. E, sem o querer, achei o traço essencial deste *habitat*. É uma terra que ainda se está preparando para o homem (...). Hei de tentar demonstrar isto. Mostrarei, talvez, esteiando-me nos mais secos números meteorológicos, que a natureza, aqui, soberanamente brutal ainda na expansão de suas energias, é uma perigosa adversária do homem<sup>25</sup>.

De tanto lutar, os sertanejos amoldavam-se à natureza, mimetizavam-na. Por isso, não são gratuitas as comparações dos músculos às fibras da palmeira e do balançar das águas aos passos cambaleantes dos trabalhadores locais. Os traços antropomórficos da natureza, nos ensaios amazônicos de Euclides, atam a simbiose entre aquela e o homem, em que o rio e o seringueiro embaralham-se, como se lê abaixo:

A inconstância tumultuária do rio retrata-se ademais nas suas curvas infundáveis, desesperadamente enleadas, recordando o roteiro indeciso de um caminhante perdido, a esmar horizontes, volvendo-se a todos os rumos ou arrojando-se à ventura em repentinos atalhos. (...) sempre desordenado, e revoltado, e vacilante, destruindo e construindo, reconstruindo e devastando, apagando numa hora o que erigiu em decênios — com a ânsia, com a tortura, com o exaspero de monstruoso artista incontentável a retocar, a refazer e a recomeçar perpetuamente um quadro indefinido...<sup>26</sup>

Conclui-se que, para Euclides, a resistência da natureza contra a presença do homem, a princípio, indicava sua inabilidade para o desenvolvimento, para a adesão aos pressupostos do progresso. A voragem do rio contra a própria terra e a transformação em ruínas de tudo aquilo que fora objeto da intervenção humana demonstravam os impasses para a incorporação da Amazônia à nacionalidade, porque, ali, se travavam os embates entre a potência da natureza bruta e os ímpetos civilizatórios.

Como constata Luciana Murari, as reflexões de Euclides acerca dos sertões baianos e os desertos amazônicos aproximam-se, uma vez que em ambos os casos a natureza surge como inimiga física. Estes espaços agrupados como sertões, tanto áridos, quanto de rios caudalosos, acabam, porém, promovendo uma comiseração do autor: a terra retorcida ou úmida se vinga do homem, projetando-o no abandono em que jaz. Consecutivamente, para Murari, a imagem inicial de uma natureza invencível foi paulatinamente substituída, nos registros euclidianos, pela ideia de isolamento, esquecimento e pela sugestão de que o substancial obstáculo à ocupação e ao instituir de rédeas civilizatórias não estaria tanto na supremacia da natureza, quanto na ausência de uma atuação organizada nestas áreas<sup>27</sup>.

Aqui, coaduna-se com esta interpretação de Murari, que pode ser exemplificada com as sucessivas referências n’ *Os sertões* e nos textos amazônicos a “veredas perdidas”, “rios em abandono”, “gente esquecida”, “insulamento no deserto”.

Fábrica de ruínas, a natureza impetuosa modelava, portanto, o homem, à sua imagem, para resistir às adversidades. Disso decorrem a antropomorfização dos elementos naturais e o espelhamento do meio no homem. Essas estratégias retóricas explicam a similitude esboçada por Euclides entre a caatinga fendida pelo sol e a pele acobreada, rachada dos sertanejos; entre a monotonia dos rios amazônicos e a apatia dos seringueiros. No caso d’ *Os sertões*, alastram-se exemplos de caracteres da terra imbricando-se ao homem: a impenetrabilidade da região se desdobra no afastamento da gente; o desaparecimento previsível do deserto replica o existir lacônico do sertanejo e prenuncia a destruição de Canudos.

No ensaio *Impressões gerais, de À margem da história*, o excerto no qual Euclides afirma que “a volubilidade do rio contagia o homem”, além de sugerir uma natureza que reverbera a gente, intrinca as noções de movimento e inércia, conforme se lê abaixo:

No Amazonas, em geral, sucede isto: o observador errante, que lhe percorre a bacia em busca de variados aspectos, sente, ao cabo de centenas de milhas, a impressão de circular num itinerário fechado, onde se lhe deparam as mesmas praias ou barreiras ou ilhas, e as mesmas florestas e igapós estirando-se a perder de vista pelos horizontes vazios; o observador imóvel que lhe estacione às margens sobressalteia-se, intermitentemente, diante de transfigurações inopinadas. Os cenários, invariáveis no espaço, transmudam-se no tempo. Diante do homem errante, a natureza é estável; e, aos olhos do homem sedentário, que planeie submetê-la à estabilidade das culturas, aparece espantosamente revolta e volúvel, surpreendendo-o, assaltando-o por vezes, quase sempre afugentando-o e espavorindo-o. A adaptação exercita-se pelo nomadismo. Daí, em grande parte, a paralisia completa das gentes que ali vagam, há três séculos, numa agitação tumultuária e estéril<sup>28</sup>.

Este trecho condensa uma aporia central de Euclides no que tange às populações amazônicas: a errância dos rios estende-se para os habitantes como única forma de estabilizar a natureza. Apenas o estilo itinerante seria capaz de estacar o trânsito perturbador da floresta e de suas águas. O nomadismo - em si um movimento - redundaria, paradoxalmente, na

paralisa da população, porque, nestes sucessivos deslocamentos, os sertanejos amazônicos acabavam estagnados, sem legar nada ao futuro. Ou seja, para domar o meio, não se enraizavam; por não se fixarem em canto algum, nada se edificava, havendo, somente, rastros de cacos e de destroços.

No conto-crônica *Judas-Ahsverus*, que versa sobre o rito da malhação do Judas, o tema é, justamente, o isolamento, para F. Hardman<sup>29</sup>. Ali, a gente sertaneja, olvidada pela nação e até por Deus, aparece como vozes inaudíveis que se vingavam, no boneco jogado ao rio, das dores cotidianas. Neste festejo dos obliterados, as horas se arrastavam e a questão da lenta passagem do tempo volta à tona. A existência estática e primitiva manifestava, para Euclides, o pertencimento a uma alteridade temporal, à beira da história, à revelia do progresso:

Toda a Semana Santa correu-lhes na mesmice torturante daquela existência imóvel, feita de idênticos dias de penúrias, de meios-jejuns permanentes, de tristezas e de pesares, que lhes parecem uma interminável Sexta-Feira da Paixão, a estirar-se, angustiosamente, indefinida, pelo ano todo afora<sup>30</sup>.

A alusão a um abismo geográfico, a um arremesso ao passado e a um conseqüente alijamento do tempo presente também pode ser visualizada em um fragmento do ensaio *Clima caluniado*:

O recém-vindo do Sul chega em pleno desdobrar-se daquela azáfama tumultuária, e, de ordinário, sucumbe. Assombram-no, do mesmo lance, a face desconhecida da paisagem e o quadro daquela sociedade de caboclos titânicos que ali estão construindo um território. Sente-se deslocado no espaço e no tempo; não já fora da pátria, senão arredio da cultura humana, extraviado num recanto da floresta e num desvão obscurecido da História<sup>31</sup>.

A respeito das percepções de Euclides sobre esta parada no tempo, vale recorrer-se, brevemente, ao aporte teórico de Marshall Berman, em *Tudo que é sólido desmancha no ar*. Na introdução deste livro, Berman associa a modernidade à ruptura, à mudança, ou, mais precisamente, em suas palavras: “ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor”<sup>32</sup>. Articulando este conceito à descrição dos sertanejos, tem-se que, para Euclides, a mesmice, a monotonia, a melancolia, a imobilidade, as tradições seculares, as permanências eram todos sintomas de um eterno passado em que os rincões desolados do Brasil estavam mergulhados. Assim, situados no extremo oposto da modernidade, ignoravam qualquer promessa de futuro, atados à inexorável barbárie.

Um possível caminho para romper com a estagnação das paragens e das gentes sertanejas abrir-se-ia apenas na medida em que se introduzissem elementos modernizadores. Segundo Euclides, a implementação das estradas de ferro seria um dos principais agentes

deste processo. O encurtamento das distâncias e o achatamento das horas das viagens, proporcionados pelas ferrovias, eram a aposta do autor, defendida especialmente no ensaio *A Transacreana*, para inserir o sertão na modernidade e para acelerar seu tempo<sup>33</sup>. Estes artefatos de ferro, que insuflaram paixões em diversas representações literárias e artísticas no século XIX<sup>34</sup>, foram apropriados por Euclides, como por tantos outros escritores e artistas, como um elo positivo entre técnica e sociedade, a serviço do progresso.

Em síntese, nesta seção, observou-se que uma relação entre o tempo dos homens e da natureza parece despontar nas alusões de Euclides ao insulamento geográfico como condicionante de um afastamento do progresso, ou à monotonia da paisagem como reflexo da imobilidade das gentes. Deste modo, redimensionando algumas das metáforas geológicas, hidrográficas e climáticas dos ensaios amazônicos de *À margem da história*, recolhem-se indícios de uma percepção euclidiana de tempo extremamente intrincada à natureza. Não parece aleatório, portanto, que uma intervenção do homem na natureza, com a construção de ferrovias e sua ramificação no território, fosse capaz de promover rupturas espaço-temporais e acelerar a quimera de um futuro.

## Conclusão

Este trabalho, ao propor refletir acerca das apreensões euclidianas sobre o tempo nos sertões baianos e amazônicos, notou que, não obstante as fisiografias diversas, estes dois espaços aproximam-se na leitura do autor, em razão de ocuparem a beira não propriamente geográfica, mas simbólica da nação. Essas porções de terra, onde a natureza duelava com as gentes que nela teimavam em se assentar, amoldaram o sertanejo de acordo com suas tumultuárias feições. Os homens destes cantos, incrustados em Brasis solitários, estavam relegados ao esquecimento e fadados a vagarem deslocados no tempo, experimentando um eterno passado. Na perspectiva euclidiana, para arrebatá-los da barbárie, incorporá-los ao presente e direcioná-los para o futuro, era preciso desencravar os sertões, por exemplo, por meio do estabelecimento de comunicação através das ferrovias, que injetariam movimento à inércia daquelas gentes e integrariam um projeto civilizacional de domesticar os selvagens. Em síntese, Euclides sustentava trazer ao centro, ao seio, o que existia, apenas, nas bordas, à margem da história.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História da UFF, sob orientação da professora Dr.<sup>a</sup> Hebe Mattos. Bolsista da CAPES. E-mail: nathaliasanglard@gmail.com

<sup>2</sup> Sobre os insurretos em Canudos, Euclides escreveu: “Era preciso que saíssem afinal da barbaria em que escandalizavam o nosso tempo, e entrassem repentinamente pela civilização adentro, a pranchadas”. Cf.: CUNHA, Euclides da. *Os sertões*: (campanha de Canudos). São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, p. 377.

- <sup>3</sup> Cf.: VENEU, Marcos Guedes. “A Cruz e o Barrete: Tempo e história no conflito de Canudos.” In: *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 13, n.2, p. 38-56, 1986.
- <sup>4</sup> HARTOG, François. “O confronto com os antigos”. In: *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003, p. 131.
- <sup>5</sup> Id. *Ibid.*, p. 133-134.
- <sup>6</sup> HARTOG, François. *Régimes d'historicité*. Présentisme et expériences du temps. Paris: Seuil, 2003; KOSELLECK, Reinhart. “Historia Magistra Vitae – Sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento.” In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2006.
- <sup>7</sup> Cf.: TURIN, Rodrigo. “Quando a etnografia faz história: o primado da observação e a construção da temporalidade em Silvio Romero.” In: *XI Encontro Regional de História*, ANPUH-RJ, Rio de Janeiro, 2004.
- <sup>8</sup> CLIFFORD, James. “Sobre a autoridade etnográfica” In: *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002, p. 34-35.
- <sup>9</sup> Dire l'autre, c'est est le poser comme différent, c'est poser qu'il y a deux terme *a* et *b* et que *a* n'est pas *b*. (...) Dès lors que la différence est dite ou transcrite, elle devient significative, puisqu'elle est prise dans les système de la langue et de l'écriture. Commence alors ce travail, incessant et indéfini (...) qui consiste à ramener l'autre au même. À partir de la relation fondamentale qu'instaure entre deux ensembles la différence significative, peut se développer une rhétorique de l'altérité que vont déployer les récits qui parlent avant tout de l'autre, les récits de voyage au sens large. Un narrateur, appartenant au groupe *a*, va raconter *b* aux gens de *a*; il y a le monde où l'on raconte et le monde que l'on raconte; comment, de manière persuasive, inscrire le monde que l'on raconte dans le monde on où l'on raconte: tel est le problème de *traduction*. Pour traduire la différence, le voyageur a à sa disposition la figure commode de l'inversion où l'altérité se transcrit en anti-même. On conçoit que les récits de voyage ou les utopies y recourent abondamment, puisqu'elle construit une altérité « transparente » pour l'auditeur ou le lecteur: il n'y a plus *a* et *b*, mais simplement *a* et l'inverse de *a*; on conçoit même qu'elle soit la figure privilégiée du discours utopique, dont le projet n'est jamais que de parler du même. Cf.: HARTOG, François. *Le miroir d'Hérodote: essai sur la représentation de l'autre*. Paris: Éditions Gallimard, 2001, p. 331-332.
- <sup>10</sup> CUNHA, Euclides da. *Os sertões: (campanha de Canudos)*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, p. 290.
- <sup>11</sup> NICOLAZZI, Fernando. “O tempo do sertão, o sertão no tempo: antigos, modernos, selvagens. Leitura de *Os sertões*.” In: *Anos 90*, UFRGS, Porto Alegre, v. 17, n° 31, 2010, p. 261-285.
- <sup>12</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit., 2001, p. 317.
- <sup>13</sup> NICOLAZZI, Fernando. Op. cit., 2010.
- <sup>14</sup> Id. *Ibid.*, p. 167, 144, 164, 177.
- <sup>15</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit., 2001, p. 212.
- <sup>16</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit., 2000, p. 111-112.
- <sup>17</sup> CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 32.
- <sup>18</sup> Id. *Ibid.*, p. 2.
- <sup>19</sup> Id. *Ibid.*, p. 3.
- <sup>20</sup> Id. *Ibid.*, p. 2.
- <sup>21</sup> Id. *Ibid.*, p. 5.
- <sup>22</sup> Sobre Hartt, cf.: SANDAJ, Nelson. “Charles Frederick Hartt e a institucionalização das ciências naturais no Brasil.” In: *Revista História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. Rio de Janeiro, volume 11, n° 2, maio-agosto, 2004.
- <sup>23</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit., 1999, p. 9.
- <sup>24</sup> Id. *Ibid.*, p. 6.
- <sup>25</sup> “A José Veríssimo – Manaus, 13 de janeiro de 1905”. In: GALVÃO, Walnice Nogueira & GALLOTI, Oswaldo. Op. cit., 1997, p. 252.
- <sup>26</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit., 1999, p. 9.
- <sup>27</sup> MURARI, Luciana. “O Brasil ainda chega até cá: Euclides da Cunha dos sertões à Amazônia”. In: *Varia História*, Belo Horizonte, v. 17, n.1, 1997, p. 225-229.
- <sup>28</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit., 1999, p. 12.
- <sup>29</sup> HARDMAN, Francisco Foot. “Uma prosa perdida: Euclides e a literatura na selva infinita”. In: *A vingança da Hileia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 25-96.
- <sup>30</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit., 1999, p. 52.
- <sup>31</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit., 1999, p. 30.
- <sup>32</sup> BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 24.
- <sup>33</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit., 1999, p. 71-84.
- <sup>34</sup> Sobre o impacto dos trens no imaginário oitocentista, cf.: HARDMAN, Francisco Foot. *Trem-fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.



UMA CIDADE PINTADA EM LETRAS: perspectivas da cidade do Rio de Janeiro em início do século XX através das crônicas de João do Rio.

Nathália Saraiva Ribeiro\*

## INTRODUÇÃO

Esse trabalho faz parte de um projeto de pesquisa que ainda em andamento, preza por buscar na composição do imaginário que a crônica estabelece no fim do século XIX e início do século XX e na formação do urbano, os componentes dos perfis femininos da época. Uma tentativa de reconstruir através da literatura em crônica jornalística hipotéticos perfis femininos que se destacaram na cidade do Rio de Janeiro na era de sua modernização, a *Belle Époque*. Para a pesquisa, até então, consideramos as obras do cronista João do Rio, principalmente por introduzir na crônica a questão da reportagem, da entrevista, do ir às ruas. Um jornalismo ficcional que vai além do escritório.

Em conjunção com a bibliografia introdutória do projeto, o que pretendemos neste trabalho é compor um estudo inicial de uma das obras de João do Rio, *Vida Vertiginosa* que em sua composição nos relata através da crônica as mudanças de um Rio de Janeiro em épocas de modernização. Para além dessa coletânea, que é nosso foco principal, consideramos nesse trabalho nossas leituras de outras crônicas do autor.

Como nos descreve Renato Gomes, João do Rio, o “Paulo Barreto registrou a cidade como um microcosmos onde se repetiam, em escala menor, as mudanças da civilização moderna” (GOMES, 2010, p.8). Nosso propósito é discutir as crônicas de *Vida Vertiginosa* tendo em vista a modernização da cidade do Rio de Janeiro durante o Governo de Rodrigues Alves e do prefeito Francisco Pereira Passos, procurando pensar o processo de transformação urbanística da cidade no toque ao cotidiano dos habitantes e vinculando a discussão de urbano. Esse trabalho busca identificar marcas das modificações sócio-urbanas no Rio de Janeiro de início do século XX através das crônicas de João do Rio, considerando as características e particularidades da escrita do autor que traz *flashes* da sociedade carioca ressaltando os traços culturais de uma cidade em mutação.

---

\* Mestranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Email: na.saraivar@gmail.com

A coletânea *Vida Vertiginosa* é uma representação em literatura do tempo histórico que o Rio de Janeiro viveu no início do século XX, as modernizações, a construção de um cosmopolitismo da alta sociedade. João do Rio nos leva, ainda, a ver a queda de símbolos, que agora ultrapassados perante o progresso, vão saindo de cena. Como é o caso de “O último burro” em que João do Rio fala com nostalgia dos bondes puxados pelos burros que se aposentavam e davam espaço a “tracção eléctrica” (RIO, 1911, p.323). A obra nos traz o testemunho do autor que, observador exímio da sociedade não só a assistiu, como *flâneur*, mas a vivenciou.

## O OLHAR DO CRONISTA *FLÂNEUR*

A composição de obras, entre coletânea de crônicas e ensaios outros de João do Rio, pseudônimo de João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto (1881 – 1921), é grande e no geral retrata as mudanças, as permanências e as reticências de um Rio de Janeiro de fim de século XIX e principalmente do início do século XX. As crônicas de João do Rio, nome que assina a grande parte de suas obras e o mais conhecido de seus pseudônimos, são retratos de um *flâneur* que passeia e descreve o cotidiano carioca da *Belle Époque*. Fruto de seu tempo, João do Rio não deixa de demonstrar seu deslumbre com as vertigens do tempo presente que se modifica na construção do urbano na cidade do Rio de Janeiro, mas não nega o olhar às misérias e os contrastes da vida dos que correm à margem e são cada vez mais comprimidos pela sociedade urbana moderna que se acelerava a crescer.

Abrindo espaço para a introdução de Lêdo Ivo na reedição de *Cinematógrafo*:

Mulato e homossexual, o carioca João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto soube exprimir bela e até freneticamente a sua época como nenhum outro dos seus invejosos companheiros de jornada. (...) Adepto da velocidade, numa singular precedência aos fogosos modernistas de 1922, andava de táxi, naquele tempo em que os automóveis - especialmente os *ford-de-bigode* - começavam a substituir os tálburis, e os bondes elétricos tomavam o lugar dos bondes-de-burro. O Rio civiliza-se. João do Rio, que carregava o nome da cidade amada no próprio pseudônimo, era ao mesmo tempo o propagador e consumidor dessa nova e brilhante civilização. E até sua morte, com os cem mil acompanhantes do seu enterro, tem um sentido simbólico e metafórico: morreu dentro de um táxi. (IVO, 2009, p.11-12)

João do Rio tomou para si o verbete de Baudelaire e em suas *flaneries*<sup>1</sup> aponta, descreve e atenta às tradições e memórias da cultura popular nacional que se perdem e que tanto são repudiadas no momento do *Rio Civiliza-se!*<sup>2</sup>, desdobra descrições de um cotidiano anônimo de misérias urbanas. Denuncia também as condições deploráveis e de explorações do serviço humano, do setor proletário. Ao mesmo tempo em que expõe com clareza, dispendo de todas as suas experiências de *dândi* nos grandes salões cariocas, as frivolidades e as novidades da vida urbana e cosmopolita que floresce na cena carioca do início de século.

Na obra *Vida Vertiginosa*, como em *Cinematógrafo*, por exemplo, é principalmente esse Rio cosmopolita que tem espaço, que está se desenvolvendo, no auge de seu deslumbre, sempre com influência estrangeira, mais precisamente europeia. O cronista, repórter, jornalista, crítico literário, não deixa de demonstrar seu deslumbre com as vertigens das mudanças não só na senda da sociabilidade urbana que se monta e remonta quanto nas tecnologias, modas e modernidades que se lançam e se atravancam.

Ainda temos de reafirmar a caracterização paradoxal do autor em si. João do Rio foi sem dúvida alguém inebriado pela modernidade, que a retrata e não deixa de acompanhar as transformações em sua cidade natal e no mundo com olhos atentos, porém sua atenção se volta aos desajustados dessa modernização, a miséria. “Fascinado, sem dúvida, ele foi, mas em seus lábios o “sorriso da sociedade” se transforma em esgar nervoso. O progresso é em João do Rio uma utopia ambígua, ao mesmo tempo sedutora e destruidora como as “flores do mal” de Baudelaire.” (GUEDES, 1990, p.234)

Essa atenção aos males da modernidade assim como uma curiosidade pelo que de novo ela carrega é encontrada na escrita de João do Rio, um reflexo de sua atitude decadentista. Decadentismo esse que via no progresso acelerado da modernidade o caráter contraditório que trazia o cheiro inebriante da novidade, do progresso enquanto aprofundava as desigualdades e as misérias.

Atentos a isso havia intelectuais que, em suas representações da realidade da cidade moderna mostravam a construção de cidades em seu cosmopolitismo.

---

1Em crônica que faz parte da coletânea *A Alma encantadora das ruas* João do Rio deixa claro que sua pretensão nesse conjunto de crônicas era o reflexo do flunar pela cidade fluminense. O autor explica o significado do flunar e deixa explícito o seu objetivo de por em prática tal verbo nessas crônicas. “Flunar! Aí está um verbo universal sem entrada nos dicionários, que não pertence a nenhuma língua! Que significa flunar? Flunar é ser vagabundo e refletir, é ser basbaque e comentar, ter o vírus da observação ligado ao da vadiagem.” (Rio, João do, *Alma encantadora das ruas*, pp.28.)

2 Sloagn lançado pelo escritor Figueiredo Pimentel em 1904 no jornal *Gazeta de Notícias*.

Representantes do luxo e da precariedade crescendo juntos, no ritmo acelerado do processo de modernização, processo esse que ferve e aumenta os dois lados. Autores tantos entre, Oscar Wilde, Poe, Jean Lorrain, Dickens que serviram de influência marcante na visão decadentista de João do Rio e que de acordo com Walter Benjamin (1980) atentam sobre os aspectos ameaçadores da vida urbana e das multidões.

(...) dado o grau de civilização atual, civilização que tem em germe todas as decadências, o crime tende a aumentar, como aumentam os orçamentos das grandes potências, e com uma percentagem cada vez maior de impunidade. (RIO, 1981, p.38)

A adequação dos decadentistas, de Oscar Wilde a João do Rio é o entendimento do progresso como aglomerado dos luxos e misérias. Se o crescimento de matizes tantas na cidade moderna iguala-as umas as outras, Londres a Paris, ao Rio, o faz através do progresso.

O Rio é o porto de mar, é cosmópolis num caleidoscópio, é a praia com a vasa que o oceano lhe traz. Há de Tudo. Vícios, horrores, gente de variados matizes, niilistas rumaicos, professores russos na miséria, anarquistas espanhóis, ciganos debochados... Todas as raças trazem qualidades que aqui desabrocham numa seiva delirante. (RIO, 1981, p.10)

A observação delatora de João do Rio fruto da influência decadentista reflete em sua obra que apresenta os costumes da sociedade carioca por vezes denunciando os vícios, misérias costumes e preconceitos e outras trazendo todo um fascínio com a modernização (CALADO, 2008).

Esse olhar observador que era fascinado ao mesmo momento que delator da sociedade moderna em formação, João do Rio foi *flâneur* aquele que olha e vive na multidão, que a assiste se tornar um corpo de movimento firme, de ritmo cada vez mais apressado e foi, para além, alguém que filho dessa modernidade sabe atentar para suas mazelas.

O *flâneur* é o homem das multidões, a rua é pra ele sua casa, e essa manifestação do interior no espaço público é uma característica da modernidade. O indivíduo galga espaço do público. Personaliza-o, individualiza-o em mesmo momento em que progride em formação de uma massa, a multidão, que se entranha no espaço do consumo. É a formação de um povo de modernos seres individuais.

João do Rio vivencia e explora a modernização da capital republicana, a atenção aos choques das realidades que antes eram privadas e que agora se tocam no público é intensa em *A alma encantadora das ruas*, uma de suas coletâneas; e em *Vida*

*vertiginosa* o autor nos traz a formação das aparências, das personalidades baseadas no consumo, na pressa, no progresso. Perfis que traçam e são traçados na organização urbana da cidade do Rio de Janeiro, como nos afirma Lefebvre, a cidade e a urbanidade são também definidas através das relações dos indivíduos com o seu espaço território-temporal, suas sociabilidades e suas relações culturais.

#### O “RIO CIVILIZA-SE!”

*“E’ a patria joven. Compreendendo o calor. Não é de sol. E’ da multidão aquecida pelo torvelinho da vida intensa que vai produzir un grande paiz. Ainda neste momento leio que um navio acabado de construir é o maior do mundo...”* (RIO, 1911, p.31).

Fatores como as mudanças no setor econômico após a eclosão da Primeira revolução industrial e da Revolução Científico-Tecnológica (na década de 1870) são compreendidas, geralmente, como desencadeadores fundamentais das grandes transformações não só econômicas, como também de toda uma reorganização da sociedade. Sociedade esta agora em contato com uma nova dinâmica, com o capitalismo em trânsito e com fomentação do crescimento urbano. A industrialização da produção e o turbilhão das grandes descobertas científicas, “que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo da vida” (BERMAN, 1986, p.16).

Nicolau Sevcenko (1998), acerca do cenário brasileiro da época apresenta que não se tratava apenas da introdução e uso de novos maquinários, e novas matérias primas, o ritmo com que essas mudanças tocavam o dia-a-dia da população era o que mais chamava a atenção, por ser muito acelerado. A dinâmica cotidiana se modificou, surgiram novos meios de transportes e comunicações, novos empregos e tecnologias em geral, que auxiliaram no estabelecimento de relações de trabalho e comunicações, antes inéditas e que agora surgem e se firmam em ritmo intenso.

Em, *Literatura como missão*, Sevcenko (1983) traça quatro princípios básicos que regeram a transformação do espaço público carioca:

a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória a sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense. (SEVCENKO, 1983, p.20)

Todos são fatores de extrema relevância para o entendimento da vida moderna carioca, porém o primeiro “condenação dos hábitos e costumes” nos interessa por expressar uma característica da condição moralizadora a que se prestou a cidade. Como fala Deleuze,

uma espécie de armadilha sedutora: se, por uma lado, as novas e modernas formas urbanas criadas no Rio de Janeiro pareciam proporcionar prazeres e liberdades inéditos às camadas que delas usufruíam, por outro o controle dos costumes e hábitos criavam uma restrição singular. (DELEUZE *apud* FEIJÃO, 2011, p.58).

O discurso da modernidade importava e impunha novas formas de sociabilidade, que se chocavam com uma cultura ainda com inúmeros vestígios monárquicos, além de outros tantos coloniais e de culturas outras.

O caráter progressista que se instaura no Brasil do fim do século XIX e se mantém durante o século XX, tem sua principal base no ideal de civilização moderna que, aparece durante este período vindo das principais capitais mundiais. Desta “necessidade” do moderno apresentada nesse período é que surgem certas características do início do Brasil republicano, como o imprevisto e a velocidade. Um ideal moderno baseado nas grandes cidades como Paris e Londres. Margarida Neves (2003) aborda como no contexto havia uma necessidade de rapidez na introdução de conceitos modernos e de progresso, para que se conseguisse alcançar as principais estruturas evoluídas internacionais. Seriam

Esses ideais modernos, condensados no que então era visto como a associação entre os conceitos de progresso e de civilização redesenhavam o quadro internacional, acenavam com a possibilidade de um otimismo sem limites em função das conquistas da ciência e da técnica, impunham uma determinada concepção de tempo e história, e ocultavam aos olhos da grande maioria o reverso de um panorama apresentado, quase sempre, como uma espécie de parusia terrena na qual, conquistas da técnica e do engenho entre os países mais aptos, destinados a anunciar, por todo o orbe, a boa-nova da redenção do atraso. (NEVES, 2003, p.19)

Desde meados do século XIX e acelerando-se no início do XX, essa modernidade adentra o Brasil, principalmente na última capital do antigo Império e agora da República, o Rio de Janeiro. Ideais de fundamentação de uma Nação brasileira, de sua história misturando-se com os ideais do progresso.

O período que ficou conhecido como a *Belle Époque* carioca é um dos mais caracterizados por essa modernidade instável, constrói novas formas de sociabilidade e de um cotidiano que assiste a um enorme progresso tecnológico se desenvolvendo a sua volta, mas que acaba por desestruturar antigos hábitos culturais.

É essa cidade acelerada que serve de palco para as crônicas que compõe *Vida Vertiginosa*.

## A MODERNIZAÇÃO URBANA DO “BOTA-ABAIXO”

*"Era, para bem dizer, a invasão dos bárbaros, pondo ao relento homens, mulheres e crianças! Houve, como era natural, uma séria resistência e o governo teve de intervir em favor do pobres, para acalmar os ânimos."*  
(GUIMARÃES *apud* ROCHA, 1995, p.89)

A *Belle Époque* carioca é marcada por essa aceleração da vida, mudanças desde a estrutura da cidade. O cenário da coletânea de crônica de costumes *Vida Vertiginosa* é o Rio de Janeiro do “bota-abaixo” do prefeito Francisco Pereira Passos, que procurou reformar a cidade, justificando as reformas com a questão da necessidade de higienização do centro do Rio e de uma remodelação, uma arquitetura mais moderna que se adequasse ao título de capital da República.

Como nos narra Jayme Benchimol, no antigo centro carioca, insalubre,

(...) coexistiam “promiscuamente” escritórios de companheiros e bancos, lojas comerciais, depósitos, prédios públicos, oficinas e fabriquetas, armazéns frequentemente associados a cortiços e estalagens, sobrados e casas térreas que serviam de moradias particulares, antigos casarões convertidos em casas de cômodos. (...) Uma multidão heterogênea e flutuante labutava, morava e perambulava na área central do Rio de Janeiro. (BENCHIMOL, 1984, p.110)

E o centro da capital precisava então de se organizar. As avenidas e ruas são alargadas, novos calçamentos são instalados. A zona sul carioca se liga pela Avenida Beira Mar com muito mais facilidade ao centro. E a reestruturação física da cidade instiga melhoramentos nos transportes, e “o bonde – e logo os primeiros automóveis – tinha de ajustar seu ritmo ao passo do “burro sem rabo””. (BENCHIMOL, 1984, p.113)

Essa reforma tem, porém, um custo muito alto para os moradores da Cidade Velha, muitos foram os desalojados que viram seu cotidiano ser desorganizado completamente.

A construção da avenida Central implicou a derrubada de 641 edifícios, em sua maior parte prédios de dois andares e de fachada estreita. A construção desta avenida também deu lugar a uma série de arbitrariedades consequentes do abuso de poder de seus construtores. (ROCHA, 1995, p.62)

Estes que foram retirados de sua moradia eram uma significativa parcela do proletariado urbano carioca que acabou se deslocando para os subúrbios (BENCHIMOL, 1984) o que exigia um aumento do transporte que vinculava o centro industrial as áreas suburbanas.

Os que permanecem, ainda, “no coração da cidade são aqueles cujas condições econômicas não permitiram o seu deslocamento para locais distantes do trabalho” (ROCHA, 1995, p.75) e participaram no aumento da ocupação das áreas de morros e favelas. Henry Lefebvre em *O direito a cidade* (2001), demonstra que o capital industrial propõe a modernização em prol de um progresso, acaba por segmentar o território da cidade e deslocar do centro os indivíduos, a formação dos subúrbios e bairros operários são exemplos disso, os operários trabalham no centro, o centro que movimenta a cidade, porém vivenciam-no em suas fissuras. Empurrar para os subúrbios e para o entorno da cidade a classe proletária, era tirá-la do espaço de centro de poder.

O caso da ocupação de morros e a organização de favelas, nesse período, pode muito bem ser compreendido como uma estratégia de sobrevivência por parte desses que foram retirados de seus espaços de vivência, uma forma de resistência à estrutura da cidade imposta na modernização da cidade do Rio de Janeiro.

Há uma grande dificuldade de encontrar fontes que nos auxiliem a conhecer um pouco melhor as condições de moradia, de vida e de sociabilidade desses que foram postos pra fora de suas casas, ruas e bairros. E para além disso, das formações de habitações que fujam do planejamento da urbanização do “bota-abaixo”, dos tantos homens, mulheres e famílias inteiras que migraram e foram se articulando na cidade.

Em uma das crônicas de *Vida Vertiginosa*, “Os livres acampamentos da miséria” João do Rio relata sobre isso, de um desses “acampamentos”, o morro de Santo Antonio<sup>3</sup>. O narrador da crônica relata que “tinha do morro de Santo Antônio a ideia de um lugar onde pobres operários se aglomeravam à espera de habitações” (RIO, 1911, p.144) e num dia em que a “seresta” subia decidiu acompanhar conhecendo assim o morro O narrador descreve que no morro, na subida inicial, não se via gente, mas que bastava atravessar um pequeno trecho “encoberto pela herva alta” e a iluminação cessava e os casebres apareciam. O autor expressa a modificação do olhar do narrador,

---

3 O Morro de Santo Antônio era localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro próximo ao Largo da Carioca e em finais da década de 1950 o morro já quase não existia por modificações urbanas da cidade. Parte das terras de desmonte do morro serviram para a construção do chamado Aterro do Flamengo. (fonte: <http://www.riodejaneiroaqui.com/pt/morro-de-santo-antonio.html>)



um sujeito refinado que tinha uma ideia já formada do que era a favela e por curiosidade a visita e descobre lá um espaço diferente do imaginado.

A iluminação desaparecera. Estávamos na roça, no sertão, longe da cidade. O caminho, que separava descendo, era ora estreito, ora largo, mas cheio de depressões e de buracos. De um lado e de outro casinhas estreitas, feitas de taboas de caixão com cercados, indicando quintaes. A descida tornava-se difícil. Os passos falhavam, ora em bossas em relevo, ora em fundões perigosos. O próprio bando descia de vagar. De repente parou, batendo á uma porta.

- Epa, Bahiano ! Abre isso...
- Que casa é esta?
- E' um botequim. (RIO, 1911, p.146)

Nessa crônica, João do Rio destaca a distinção daquele espaço perante o espaço iluminado da cidade, a cidade do progresso e do trabalho enquanto aquele era um espaço de indulgência, na perspectiva do autor. João do Rio traz nesse texto, através do narrador, certos preconceitos, comuns à época, como associar a vida no morro a certa indulgência por parte daqueles que ali viviam (associa as camadas pobres e operárias a uma bestialização). Era uma apropriação do ambiente e manipulação de espaços para sobrevivência, mas na descrição do narrador, por vezes este deixa impresso uma compreensão onde o reflexo da pobreza daqueles espaços era um regresso a um estado primitivo que se contrapõem a da cidade moderna.

Como se creou allí aquella curiosa villa de miséria indolente? O certo é que hoje ha, talvez, mais de quinhentas casas e cerca de mil e quinhentas pessoas abrigadas lá por cima. (...) Todas são feitas sobre o chão, sem importar as depressões do terreno, com caixões de madeira, folhas de Flandres, taquaras. A grande artéria da « urbs » era precisamente a que nós atravessámos. Dessa, partiam varias ruas estreitas, caminhos curtos para casinhotos oscilantes, trepados uns por cima dos outros. (RIO, 1911, p. 147)

Levando, porém, por uma perspectiva diferente podemos ler nas características que o autor nos relata a descrição de uma sociabilidade própria, de uma comunidade estruturada no espaço de um morro, que para além das paupérrimas moradias era composta por homens e mulheres, por indivíduos e famílias.

João do Rio ao descrever o morro e “suas gentes” nos traz traços de uma composição muito interessante, encontramos os nordestinos (no primeiro trecho dessa crônica, aqui apresentado, ele fala de um “bahiano”) aos quais podemos assimilar a significativa migração desses, principalmente baianos após a Revolta de Canudos (1896-1897), para o Rio de Janeiro, a capital da República. Em suas descrições também vemos a mulher com importante participação na vida social e comercial, no relato de

sua visita a um dos botequins o narrador fala que a voz do dono do estabelecimento era “dominada por uma voz de mulher, uma preta que de dentro, ao ver quem pagava, exigiu logo seiscentos réis pela garrafa.” (RIO, 1911, p.146). A participação ativa das mulheres no eixo econômico-comercial daquelas famílias é retratada também ao falar dos que “descem a cidade” para trabalharem, venderem etc. “As mulheres, de certo também, descem a apanhar fitas nas casas de moveis, amostras de café na praça, — « troços por ahi »”. (RIO, 1911, p.149)

O universo de trabalho feminino é bem marcado nas crônicas de João do Rio que relatam, morros, a vida operária e as camadas populares. São as quituteiras, operárias, prostitutas e outras tantas trabalhadoras que por vezes sustentavam a família. (ROCHA, 1995).

João do Rio fala das vielas mal iluminadas, da bebida e dos botecos mostrando-os em contraposto da cidade iluminada ao pé do morro, de certa maneira desmantela esses dois cenários,

E quando de novo cheguei ao alto do morro, dando outra vez com os olhos na cidade, que embaixo dormia illuminada, imaginei chegar de uma longa viagem a um outro ponto da terra, de uma corrida pelo arraial da sordidez alegre, pelo horror inconsciente da miséria cantadeira, com a visão dos casinhotos e das caras daquelle povo vigoroso, refestelado na indigência em vez de trabalhar, conseguindo bem no centro de uma grande cidade a construcção inédita de um acampamento de indolência, livre de todas as leis. Dá pra falar do fato de que a cidade dormia illuminada, mas lá no morro que quase não dormia não havia luz. O trato do homem pobre bestializado. (RIO, 1911, p.152)

Como na crônica “As Mariposas de luxo” que faz parte da coletânea *A alma encantadora das ruas*, João do Rio delimita espaços de vivências através da iluminação/escuridão.

Nessa crônica narra uma cena curta mais que caracteriza os contrastes da vida da classe alta abastada com a classe operária. O texto relata a expressividade feminina na vaidade de operárias que vagueiam pela Rua do Ouvidor, ao voltarem para suas casas após o expediente, olhando as lojas, as joias e peças de vestuário que estão além de seus salários. João do Rio personifica a Rua do Ouvidor, ela “dorme”, se acalma por um breve momento “é a hora indecisa em que o dia parece acabar e o movimento febril da Rua do Ouvidor relaxa-se, de súbito, como um delirante a gozar os minutos de uma breve acalmia” (RIO, 2007, p.137).

No hiato de tempo em que a rua se apaga é quando tem espaço as “mariposas”, espaço para gozarem, ao menos com os o olhar, dos luxos que ali se apresentam. Antes

incompreendida e recusada pela sociedade dominante, passou a ser chamada de *geringonça* pelas autoridades régias e coloniais portuguesas.

Outros conteúdos culturais presentes na organização social dos ciganos também contribuíram para a construção da identidade étnica desses sujeitos, em especial aqueles ligados aos seus estilos de vida nômade, tais como a itinerância praticada sempre em grupo e o hábito de residir em tendas e barracas, além da vestimenta caracterizada por uma indumentária peculiar. Alguns aspectos da organização social dos ciganos também se mostraram importantes sinais de diferença étnica, como os ofícios desempenhados pelas mulheres e pelos homens.<sup>7</sup> As mulheres ciganas desempenhavam atividades quiromantes, chamadas na época de *buenas dichas* que foram associadas às “feitiçarias ciganas”. Na época, essas eram atividades exclusivas das mulheres, que ofereciam as suas *buenas dichas* em troca de recompensas. Já os homens ciganos, desempenhavam atividades ligadas principalmente ao comércio de cavalos, que eram importantes tanto para transportar os grupos ciganos nas suas itinerâncias, como para as suas negociações.

Sabemos que em uma dada sociedade, a interação entre os sujeitos e grupos permite transformações contínuas que modelam as suas identidades. Levando em consideração as contribuições do antropólogo Fredrick Barth, podemos afirmar que o compartilhamento de uma mesma cultura é uma consequência da organização social dos grupos étnicos. Segundo o ponto de vista analítico de Barth, o conteúdo cultural das dicotomias étnicas pode ser de duas ordens diferentes. A primeira corresponde aos sinais e signos manifestos, que conformam as “características diacríticas” que os indivíduos exibem para mostrar a sua identidade (tais como vestimenta, língua e estilo de vida). A segunda ordem corresponde àquilo que o antropólogo denomina de “orientações valorativas básicas”, ou seja, os padrões de moralidade pelos quais as performances dos indivíduos e grupos são julgadas.<sup>8</sup>

Desse modo, tendo em vista que as identidades são constituídas e transformadas a partir das interações sociais e que a etnia resulta de um conjunto de representações que os grupos interagentes constroem, mantendo na fronteira étnica o “nós” confrontado com o “eles”, os registros documentais da época nos informam os referenciais e padrões de moralidade pelos quais as performances dos ciganos foram julgadas e condenadas pelas autoridades régias e coloniais.

\*

Ainda que constituíssem uma minoria, os ciganos que entravam no reino de Portugal não passaram despercebidos e, já em princípios do Quinhentos, as primeiras petições contra a permanência dos ciganos no reino começaram a ser elaboradas sustentadas por reclamações contra os “muitos furtos e muitas feitiçarias que os ciganos fingem saber”. Não tardaram as reivindicações das Cortes e, no ano de 1538, o monarca Dom João III buscou resolver o “incômodo social” causado pelos ciganos, através da proibição da entrada dos mesmos no reino de Portugal sob a pena de prisões, açoites, confiscos e expulsões.<sup>9</sup> Acresce que os ciganos “naturais do Reino”, ou seja, os considerados nascidos no reino de Portugal, não deveriam ser expulsos, mas sim passariam a ser degredados para as colônias ultramarinas portuguesas na África e, a partir do decreto de 1549, a colônia do Brasil também passou a ser considerada um destino.<sup>10</sup> As medidas repressivas e ordens de degredo imputadas aos ciganos no reino de Portugal prosseguiram e, em 1603, no período da União das Coroas Ibéricas, foi promulgada a Lei LXIX nas *Ordenações Filipinas* de 1603, legitimando a proibição da entrada de ciganos no reino sob a pena de prisões e açoitamentos e ordenando o degredo dos ciganos naturais para as colônias ultramarinas na África.<sup>11</sup>

No período da Restauração Portuguesa, as queixas e as medidas repressivas contra os ciganos se tornaram mais constantes. Conforme analisa João Pedro Gomes, com o restabelecimento da independência de Portugal “ocorreu um frenesim de leis, normas e disposições contra os ciganos, em parte, suscitadas pela pressão popular”.<sup>12</sup> Assim, nos anos marcados pela vontade de construir uma fronteira identitária que realmente separasse os dois povos, castelhano e português, o modo de vida dos ciganos constituiu um desafio às autoridades durante a Restauração. Portanto, a partir desse período, os ciganos passaram a ser alvos de dois tipos de rejeição no reino de Portugal. Por um lado, eram discriminados por causa de seu modo de vida itinerante, associado à vadiagem e à desocupação e por constituírem uma organização étnica alheia aos modelos de comportamento socialmente vigentes no reino lusitano. Mas, simultaneamente, o fato de que eles entravam em Portugal vindos precisamente do reino

---

de Castela, tornavam-nos suspeitos para muitos portugueses.<sup>13</sup> Desse modo, no Alvará de 1649, o monarca D. João IV decretou uma série de punições contra os ciganos no reino, que foram qualificados como vagabundos e prejudiciais por seus estilos de vida, merecendo, portanto, o degredo punitivo para o ultramar:

Eu El Rey faço saber aos que este Alvará virem que por se ter entendido o grande prejuízo e inquietação que se padece no Reino com uma gente vagabunda que com o nome de siganos andam em quadrilhas vivendo de roubos enganos e embustes contra o serviço de Deus e meu, Demais das ordenações do Reino, por muitas leis e provisões se procurou extinguir este nome e modo de gente vadia de siganos com prizonas e penas de asoutes, degredos e galés, sem acabar de conseguir; e ultimamente querendo Eu desterrar de todo o modo de vida e memória desta gente vadia, sem assento, nem foro, nem Parochia, sem vivenda própria, nem officio mais que os latrocínios de que vivem, mandey que em todo Reyno fossem prezos e trazidos a esta cidade, onde serão embareados e levados para servirem nas conquistas divididos.<sup>14</sup>

Tal como analisa o historiador Bill Donovan, ao longo da época moderna as autoridades portuguesas incluíram os ciganos na categoria dos “desviados sociais” cujos comportamentos passaram a ser criminalizados. De acordo com o autor, nessa categoria podíamos encontrar também os chamados “vadios”, “ladrões”, “vagabundos”, “homicidas” e “prostitutas”.<sup>15</sup> Sabemos que durante a época moderna ocorreu um processo de valorização do trabalho enquanto critério fundamental para a chamada “utilidade social”. Desse modo, o “estatuto bem aventurado dos pobres”, cedia cada vez mais espaço para o esplendor social e político da riqueza. Assim, a imagem mais tardia dos pobres passou a ser contaminada pela imagem da vagabundagem, da insídia e da violência.<sup>16</sup> Certamente, durante a época moderna, todos os indivíduos que foram associados à vagabundagem, passaram a ser punidos com o degredo para as galés e para as conquistas ultramarinas, a fim de que tivessem uma utilidade social na lide colonizadora da metrópole.<sup>17</sup> Se de um lado, o degredo dos ciganos funcionou como um mecanismo depurador da metrópole, que buscou eliminar a presença de todas as pessoas ou grupo de pessoas consideradas indesejáveis, de outro, também funcionou como mecanismo colonizador na medida em que procurou atribuir funções utilitárias aos degredados no âmbito expansionista do Império Português.

Desse modo, através do degredo, os ciganos foram forçados a prestarem serviços ao Estado. Conforme podemos observar nas legislações voltadas para os ciganos, esses

serviços variavam deste o povoamento até o trabalho em galés. As galés portuguesas eram embarcações de baixo bordo, movidas por grandes grupos de remadores formados por três classes: forçados, escravos e voluntários.<sup>18</sup> O degredo para as galés foi uma das punições mais severas previstas pelo código português e foi significativa a presença de homens ciganos trabalhando nessas embarcações durante a época moderna. Mas as práticas de degredo visando o povoamento das conquistas ultramarinas também foram constantes, de modo que ao longo das três centúrias, os ciganos que viviam em Portugal foram degredados para as colônias portuguesas na África e na América Portuguesa e, especialmente após o período de Restauração, o degredo de centenas de homens e mulheres desta etnia para a colônia americana se tornou sistemático.

Na Provisão de 20 de julho de 1686 destinada ao Corregedor de Elvas, o rei D. Pedro II afirmando receber muitas queixas das populações contra “a inundação de gente tão ociosa e prejudicial por sua vida e seus costumes” ordenou a proibic o da entrada no reino dos ciganos vindos de Castela. Evidentemente, em uma conjuntura pós-guerra, os ciganos que entravam no reino continuavam a ser associados aos castelhanos, reforçando o caráter discriminatório das medidas que lhes foram aplicadas. Em 27 de agosto do mesmo ano, utilizando o pretexto de que os ciganos naturais eram insubmissos às leis, o monarca promulgou um Decreto ordenando o degredo de todos os ciganos do reino para a capitania do Maranhão.<sup>19</sup> Na primeira metade do Setecentos, com o reinado de D. João V, a perseguição aos ciganos se intensificou ainda mais em Portugal e, no intuito de bani-los completamente do reino, centenas deles foram degredados para a colônia americana. Atestando o incômodo que continuava a causar a presença dos ciganos no reino, em 1708, o monarca D. João V decretou um Alvará ordenando a proibic o dos comportamentos culturais dos ciganos naturais do reino, sob a pena do degredo das mulheres para o Brasil e dos homens para galés<sup>20</sup>. Após uma década do mencionado Alvará, a pretexto da persistência da prática de seus costumes, D. João V mandou degredar todos os ciganos que haviam sido presos por ordem dos governadores das Armas das Fronteiras para a  ndia, Angola, São Tomé, Ilha do Príncipe, Benguela e Cabo Verde<sup>21</sup>. E, embora não tenha sido mencionada, a colônia americana também foi um destino, uma vez que durante o reinado joanino, centenas de famílias ciganas foram degredadas para as capitanias da América Portuguesa.

---

A *Gazeta de Lisboa* de 10 de março de 1718 noticiou o embarque de uma comunidade inteira (cinquenta homens, quarenta e uma mulheres e quarenta e três crianças) para a América Portuguesa. Em 15 de abril do ano de 1718, foi expedida comunicação do secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real para o governador de Pernambuco e capitão general Manuel Rolim de Moura, informando o embarque de ciganos para aquela capitania, onde parte destes deveria ser remetida para o Ceará e outra parte para Angola<sup>22</sup>. Também em 1718 famílias ciganas foram degredadas de Lisboa para a capitania da Bahia<sup>23</sup>. De acordo com Bill Donovan, o degredo das famílias ciganas para a América Portuguesa serviu como um ato de Estado na medida em que “a cena dos ciganos partindo acorrentados assinalava para os espectadores os esforços da Coroa pelo controle social.”<sup>24</sup> Por outro lado, é inequívoco que o degredo de ciganos para colônia americana teve um caráter utilitário, uma vez que as autoridades régias esperavam que os ciganos degredados contribuíssem para povoar capitanias como as do Maranhão e Ceará, mas também regiões do sertão baiano que naquela época contavam com uma colonização embrionária. Visando integrar os ciganos nos esforços colonizadores voltados para a capitania da Bahia, Dom João V ordenou ao Vice Rei a proibição do uso da língua dos ciganos, chamada na época de “geringonça” e a utilização desses como elementos povoadores da capitania. Assim como aponta Rodrigo Teixeira, por ordem da Câmara, as famílias ciganas recém chegadas à Bahia em princípios do Setecentos foram alojadas inicialmente no bairro da Palma, lugar chamado Mouraria e, posteriormente, outras famílias passaram a ser alojadas na freguesia de Santo Antonio Além do Carmo.<sup>25</sup>

Em 15 de abril de 1718, um ofício da Secretaria do Estado Real recomendou ao governador da Capitania do Rio de Janeiro, Antonio de Brito Meneses, a ordem de que mandasse deportar para Benguela e Angola os ciganos que chegassem ao Rio de Janeiro “sem que nenhum fique nessa capitania e mandando aos governadores das referidas partes que aí remetidos não os deixem voltar para o V. Reino e que também lhe impeçam o uso de sua lingoa ou geringonça”.<sup>26</sup> Mas, embora o ordenamento régio, proibindo a permanência de ciganos no Rio de Janeiro, é comprovado que muitos ciganos degredados se instalaram na capitania, habitando os arroteamentos de brejos e

---

alagados da cidade, localizados para além da Rua da Vala, onde moravam as populações mais pobres.<sup>27</sup> Inclusive, após meados do Setecentos, uma das áreas desses arroteamentos insalubres passou a ser chamada Campo dos Ciganos (atual Praça Tiradentes), localidade que contou com significativa habitação de famílias ciganas.

Desse modo, ainda que relegados a moradias precárias, o desterro possibilitou aos ciganos a fixação nas capitânicas da Bahia e do Rio de Janeiro. Dezenas de famílias degredadas nos alvares do Setecentos se instalaram nessas capitânicas, de modo que um século mais tarde, as mais expressivas comunidades ciganas sedentárias do Brasil estavam localizadas justamente na Bahia e no Rio de Janeiro, ou seja, nos dois mais importantes portos marítimos da época.<sup>28</sup>

É importante destacar que embora as constantes ordenações régias direcionadas ao cerceamento dos comportamentos dos ciganos degredados, os seus hábitos culturais mantiveram-se, assim como a coesão familiar reforçou-se até surgirem queixas. Com o intuito de resolver o “incômodo social” provocado pelos hábitos culturais dos ciganos e dado o recrudescimento das suas atividades quiromantes, verificou-se um amplo debate entre as autoridades baianas e o Conselho Ultramarino no período de 1755 até 1761. As autoridades baianas afirmavam que ao chegarem os ciganos na Bahia, eram introduzidos na capitania problemas antes desconhecidos e a situação era ampliada pela dificuldade em torná-los sedentários e pela impossibilidade de lhes alterar o modo de vida. Ainda assim, reconheciam as autoridades que “esta gente tinha sido útil ao Estado com a multiplicação”.<sup>29</sup>

Conforme podemos constatar, com base nas fontes analisadas, os ciganos portugueses, uma vez degredados na Colônia, continuaram a ser vistos pelas autoridades coloniais como elementos transgressores do sossego público, assim como continuaram a sofrer repressões aos seus estilos de vida. Por outro lado, atendendo as intenções originais da Coroa, que via nos degredados elementos úteis para a colonização da colônia americana, os ciganos degredados foram vistos, em certa medida, como úteis para o povoamento. Desse modo, as autoridades coloniais reconheceram o caráter utilitário das famílias ciganas degredadas para o Brasil, conforme aponta o discurso das autoridades baianas que, quarenta anos depois do degredo de famílias ciganas para a

---



capitania, afirmaram, embora a contragosto, que os ciganos foram úteis para a região, tendo em vista o crescimento da população cigana a partir das gerações dos degredados, que contribuíram assim, para o povoamento.

Portanto, conforme buscamos discutir nessa comunicação, os ciganos incluíram o rol dos criminosos e indesejáveis do reino de Portugal e, na condição de degredados, foram desterrados nas capitanias da América Portuguesa. Se de um lado, o degredo funcionou como punição pelos “desvios” cometidos na metrópole, de outro, também funcionou como mecanismo colonizador, na medida em que os ciganos degredados integraram as políticas de colonização do Brasil, contribuindo para o povoamento da Colônia, sendo-lhes possibilidade determinada inserção social em algumas capitanias da América Portuguesa.

#### NOTAS

1 - PEREIRA, Cristina da Costa. Os ciganos ainda estão na estrada. Rio de Janeiro, Rocco, 2009, p. 25.

2 - Segundo o antropólogo Frans Moonen, um dos documentos mais antigos sobre os antepassados dos ciganos refere-se aos escritos de um monge grego segundo o qual, no ano de 1050, o imperador de Constantinopla, solicitou a ajuda de adivinhos e feiticeiros chamados *Adsincani* para domar animais ferozes. No ano de 1322, de passagem pela Ilha de Creta, um frade franciscano escreveu sobre indivíduos nômades que viviam em tendas, chamados *Atsinganoi*. Depois, outros viajantes europeus, mercadores ou peregrinos a caminho da Terra Santa, observaram a presença dos *Atsinganos* nos arredores do porto marítimo grego de Modon (hoje Methoni), então colônia de Veneza. Conforme analisa Moonem, é certo que estes tenham sido antepassados, embora não necessariamente os únicos, dos assim chamados ciganos. Ver: MOONEN, Frans. *Anticiganismo e políticas ciganas na Europa e no Brasil*. Recife. In. Enciclopédia dos Direitos Humanos, 2012, p. 7. Disponível em [www.dhnet.org.br](http://www.dhnet.org.br).

3- Ver: SILVA JÚNIOR, Aluizio de Azevedo. *A liberdade na aprendizagem ambiental cigana dos mitos e ritos Kalon*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. PPGE/UFMT, Cuiabá, 2009.

4- FERRARI, Florencia. *O mundo passa: uma etnografia dos Calon e suas relações com os brasileiros*. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia Social da Universidade de São Paulo. USP. São Paulo, 2010, p. 15.

5- COLEHO, Francisco Adolpho. *Os ciganos de Portugal com um estudo sobre o calão*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1892.

6 - Ver: “A língua cigana” In. PEREIRA, Cristina da Costa. *Os ciganos ainda estão na estrada*. Rio de Janeiro, Rocco, 2009, pp. 48-54.

7 - Conforme destaca Cristina da Costa Pereira (2009), há algumas profissões tipicamente ciganas, que mergulham na memória ancestral de seu passado: o trabalho com metais, a transação de cavalos, a arte circense, a quiromancia e cartomancia (ocupação feminina), o artesanato e as atividades musicais.

8- BARTH, Fredrik. “Introdução” In. *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 2000, pp. 32-33.

- 9- Lei XXIII de 1538. Volume: Capitulo de cortes e leys que se sobre os siganos fizeram. Disponível em: COELHO, Francisco Adolfo. “Apendice documental” In. *Os ciganos de Portugal com um estudo sobre o calão*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1892.
- 10- ANTT. Decreto de 15 de fevereiro de 1549. Maço 82, Doc. 52, N° 10665.
- 11- ALMEIDA, Candido Mendes de (Org.). Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal; Recopiladas por Mandado D'el Rey D. Philippe I. 14<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, Typographia do Instituto Philomathico, 1870.
- 12- GOMES, João Pedro. “Redefinições identitárias, xenofobia e exclusão racial em Portugal em meados do Seiscentos.” Centre de Recherches sur le Brésil Colonial et Contemporain. 2012, p.17.
- 13- Idem, pp.18-19.
- 14- Arquivo Nacional. Leis, liv. V, fl. 1. Ordenações e leys confirmadas e estabelecidas pelo Senhor D João IV, Lisboa, 1747. III, 169-170. Disponível em: COELHO, 1892.
- 15- DONOVAN, Bill. “Changing perceptions of social deviance: Gypsies in early modern Portugal and Brazil”, In. *Journal of Social History*. Loyola College in Maryland, 1992, p. 33. (tradução minha)
- 16- HESPANHA, Antonio Manuel. *Imbecillitas: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo, Annablume, 2010. pp. 249-250.
- 17- Ver: TOMA, Maristela. *Imagens do degredo. História, legislação e imaginário*. Dissertação de Mestrado em História, IFCH/UNICAMP. Campinas, SP, 2002.
- 18- Idem, pp. 67-68. Segundo Maristela Toma, os forçados a trabalhar nas galés eram os degredados, os indivíduos escravizados podiam ser mouros, turcos ou negros africanos e os voluntários eram os combatentes.
- 19- Liv. X do *Supplicação*, fl. 276, in *Ordenações e leys*, etc. Lisboa, 1747, vol. III: Colecção II dos *Decretos e Cartas*, p. 273. Idem.
- 20- *Ordenações e leys*, etc. Lisboa, 1747. III, 170-171. *Colleção chronologica de leis extravagantes*. Coimbra, 1819, t. II, pp. 364-366. Idem.
- 21- Liv. XII da *Supplicação*, fol. 14, In *Ordenações e leys*, etc. Lisboa, 1747, vol. III: Colleção II dos *Decretos e Cartas*, p. 273. Idem.
- 22- *Anais Pernambucanos*, Vol. V (1701-1739), Recife, Arquivo Público Estadual, 1983, p.299. Apud. TEIXEIRA, Rodrigo. *História dos Ciganos no Brasil*. Núcleo de Estudos Ciganos, Recife, 2008.
- 23- Sessão de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Documento II 31, 02, 019 n° 006 – Lista de ciganos degredados desembarcados na Bahia (10 de abril de 1718).
- 24- DONOVAN, 1992, 39. (tradução minha).
- 25- TEIXEIRA, Rodrigo Correa. *História dos Ciganos no Brasil*. Recife, Núcleo de Estudos Ciganos NEC, 2008.
- 26- Documento I 31, 33, 007 – Sessão de manuscritos da Biblioteca Nacional.
- 27- LARA, Silva. *Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na America Portuguesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007, p. 52.
- 28- DONOVAN, 1992, 43. (tradução minha).
- 29- CARTA dos Governadores interinos para o Conde de Oeiras (...). Bahia, 5 de outubro de 1761. p. 482. In. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Publicado sob a administração do director Dr. Manoel Cicero Peregrino da Silva. 1909, Volume XXXI.

## A REPRESSÃO POLICIAL AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRO-BRASILEIRA

Nathália Fernandes de Oliveira

Mestranda em História Social

Universidade Federal Fluminense

Orientadora: Maria Veronica Secreto Herreas

e-mail: nathy.feroli@gmail.com

Resumo: Desafiadas historicamente pela ação policial e pela intolerância, as religiões de matriz afro-brasileiras se mantêm vivas na sociedade brasileira contemporânea. Carregando ainda muitos estigmas e sofrendo com o forte preconceito, estas se mantêm firmes diante do contexto de violência e desrespeito. O objetivo deste artigo é analisar, ainda que brevemente, o Código Criminal de 1890 e o Código Penal de 1940 enquanto instrumentos legais utilizados para criminalizar as religiões afro-brasileiras durante as décadas de 1930 e 1940.

Palavras-chave: Religiões afro-brasileiras, Criminalização, Legislação.

The police repression african-brazilian religions

Abstract: Historically challenged by the police action and the intolerance, the religions african-Brazilian remains alive in contemporary Brazilian society. Still carrying many stigmas and suffering from the strong prejudice, they remained firm against the context of violence and disrespect. The purpose of this article is to examine, briefly, the Criminal Code of 1890 and the Criminal Code of 1940 as legal instruments used to criminalize african-Brazilian religions during the 1930s and 1940s.

Keywords: African-brazilian religions, Criminalization, Legislation

As religiões de matriz afro-brasileira guardam silenciosamente em seus tambores, vestimentas, rituais e objetos de culto uma história de repressão e intolerância, que também é uma história de resistência e luta. Reprendidas desde o século XVII, essas práticas eram mal vistas pelas elites e encaradas, pejorativamente como “*magia negra*”, “*feitiçaria*” desde o período colonial [1]. Nesse momento, a religiosidade afro-brasileira sofria perseguição por duas frentes: através da legislação do Governo

Português e das ações da Igreja Católica. No entanto, uma breve reflexão sobre as religiões de matriz afro-brasileiras nos dias atuais nos indicam que estas continuam a ser perseguidas e não toleradas por essas duas instâncias.

Com o intuito de manter a hegemonia dogmática da Igreja Católica sobre a sociedade brasileira, a Inquisição se fez presente no Brasil perseguindo praticantes de sincretismos, heresias e feitiçarias. O historiador Francisco Bethencourt, em seu estudo sobre a magia em processos inquisitoriais relacionados à heresia e a feitiçaria no século XVI no Brasil, define a função dos feiticeiros, ou seja, define as ações comuns àqueles que praticavam a feitiçaria:

Assuntos amorosos (v.g. feiticeiros para o domínio e recuperação dos amantes ou maridos); problemas de saúde (curas mágicas e recurso à farmacopeia tradicional); aspirações sociais (obtenção mágica das boas graças dos senhores; adivinhação da sorte dos casamentos; conhecimento do paradeiro de um parente desaparecido); problemas econômicos (feitiços para melhorar as vendas; adivinhação da sorte dos negócios; recuperação de dívidas; conhecimento do paradeiro de objetos; animais e escravos perdidos); demandas judiciais (inclinação mágica da vontade dos juízes) [1].

As Ordenações Filipinas, legislação portuguesa que vigorou no Brasil do século XVI ao início do século XVIII, criminalizavam a feitiçaria e instituíam como pena para tal crime a morte natural:

E isso mesmo (6), qualquer pessoa que em circulo, ou fóra delle, ou em encruzilhada invocar spiritos diabolicos (7) , ou der a alguma pessoa a comer ou a beber qualquer cousa para querer bem, ou mal a outrem, ou outrem a elle, mora por isso morte natural (8) [...]

Outrosi não seja uma pessoa ousada que para adivinhar lace sortes, nem varas para achar tesouro (9), nem veja em agoa (1), crystal (2), spelho (3), spada (4) ou qualquer outra cousa fuzente, nem em spadoa de carneiro, nem faça para adivinhar figuras, ou imagens alguma de metal, nem de qualquer outra cousa [...] [11].

Para o jurista Batista Pereira, a escolha por uma punição tão severa quanto a pena de morte para o crime de feitiçaria relaciona-se com o objetivo geral das Ordenações: promover o controle das ações humanas através do sentimento de terror [11]. A esta razão, pode-se somar outra: a relação íntima entre Igreja Católica e Estado português, onde uma respaldava uma as ações da outra.

Com o fim da Inquisição (1821) e a Independência (1822), o Brasil passou por intensas e profundas transformações sociais, econômicas, políticas e culturais. No entanto, ao negro continuou a ser vetado vivenciar de forma plena a sua religiosidade e esta continuou a ser malvista, não tolerada, reprimida e compreendida, pejorativamente, como feitiçaria. Durante o século XIX, a criminalização e a marginalização das religiões afro-brasileiras se fez presente, de forma relativamente branda, tanto na Constituição de 1824 quanto no Código Criminal de 1830.

A primeira Constituição do Império brasileiro, promulgada em 25 de Março de 1824, anunciou, em linhas gerais, as principais diretrizes do Código Criminal decretado seis anos depois [10]. A Constituição

possuía uma forte inspiração iluminista e era marcada pelo seu caráter liberal. Em seu início sob o Título 1º “*Do império do Brazil, seu Territorio, Governo, Dynastia e Religião*”, a Constituição estabelecia, no Art. 5, o catolicismo como a religião oficial do Império:

A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casa para isso destinadas, sem fôrma alguma exterior do Templo [7].

Ao permitir a prática do culto doméstico dessas religiões, a Constituição não feria sua essência liberal e não se colocava contra as liberdades individuais dos cidadãos brasileiros. No entanto, ao instituir que estas não poderiam ser exercidas no âmbito público, apenas no âmbito privado, a Constituição parecia ter como objetivo escondê-las, ocultá-las e impedir que estas vivenciassem a força advinda da coletividade.

Esse artigo da Constituição de 1824 remete as análises feitas por historiadores e antropólogos sobre o “calundu” e a constituição do Candomblé na Bahia do século XVII. Aqueles destacam a transformação das religiões de matriz afro-brasileiras de um culto doméstico, privado, para um culto que se tornava, paulatinamente, mais público e mais coletivo. Essa modificação é apresentada por Sérgio Vasconcelos como fruto do processo de urbanização da sociedade brasileira, tendo em vista que o Candomblé seria uma instituição essencialmente urbana [15].

O Art. 179 da referida Constituição é o que expressa de forma mais nítida o caráter liberal da Constituição de 1824. Nesse artigo ficava estabelecido a inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros. O Artigo também anunciava que os direitos citados acima têm por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade. Um dos complementos deste artigo dedica-se a ordenação das religiões e das religiosidades praticadas no território brasileiro e possuía a seguinte redação: “*Ninguem póde ser perseguido por motivo de Religião, uma vez que respeite a do Estado, e não offenda a Moral Pública*” [8].

O que chama a atenção nesse artigo é a respeitabilidade condicional às demais religiosidades por parte do Estado. Estas seriam respeitadas pelo Estado, apenas, se não desrespeitassem a Igreja Católica e não ofendessem a moral pública. Dessa forma, o Império brasileiro não se comprometia em respeitar as demais formas de religiosidade por sua condição de religião, mas sim, de acordo com suas ações diante da religião oficial do Estado e o seu respeito a moral.

No entanto, o que instrumentalizava de forma mais concreta a repressão às religiões de matriz afro-brasileira, durante o século XIX, era o Código Criminal de 1830. O Código Criminal do Império,

promulgado em 16 de Dezembro de 1830, tinha como inspiração os ideais iluministas fomentadores da Independência das Treze Colônias (1776) e da Revolução Francesa (1789) e estava em sintonia com a Constituição de 1824. Se comparado as Ordenações Filipinas, o Código se caracterizava por uma suavização das penas, ou seja, a legislação mantinha o seu objetivo principal de controle e ordenação sociais, mas a forma com a qual se pretendia chegar a ele não passava pelo fomento do terror aos indivíduos [11].

O Código decretava na Parte Primeira “*Dos Crimes, e das Penas*” - Título I “*Dos Crimes*” - “*Capítulo I “Dos Crimes e Criminosos*”, no Art. 2º que era crime ou delito “*Toda acção, ou omissão voluntaria contraia às Leis penaes*”. Já o Art. 4º afirma ser crime: “*A ameaça de fazer algum mal a alguém*”. Ou seja, causar mal a outra pessoa, ou tentar fazê-lo, era considerado crime [2].

No Capítulo I “*Offensas da religião, da moral, e dos bons costumes*” está presente na quarta parte do Código, onde são especificados os crimes policiais. Nessa seção do Código, o Art. 276 faz referência direta a questão da religião afirmando ser crime “*Celebrar em casa, ou edificio, que tenha alguma forma exterior de Templo, ou publicamente em qualquer lugar, o culto de outra Religião, que não seja a do Estado*”, prevendo pena máxima de multa de doze mil réis [2].

Nesse artigo fica explícita a conexão existente entre a Constituição de 1824 e o Código Criminal de 1830 e o objetivo de ambos em controlar a fé da população brasileira, não permitindo que outras formas de religiosidade se espalhassem pelo território brasileiro. O objetivo principal, tanto da Constituição quanto do Código, era manter a dominação cultural e moral do Catolicismo na sociedade brasileira. A manutenção da hegemonia católica simbolizava a manutenção da dominação cultural da classe dominante, tendo em vista que a religião oficial do Império era um dos elementos constituintes do projeto civilizador aos moldes europeus que buscava se implantar no Brasil. Um projeto civilizador que excluía negros, escravos e pobres livres.

Importante mencionar que a Constituição de 1824 e o Código Criminal de 1830 passam a vigorar no momento em que o Candomblé está se constituindo na Bahia colonial [15]. Associado a esse fato, é durante o século XIX que as religiões de matriz afro-brasileira passam a possuir um papel ainda mais central nas preocupações do Estado, dos juristas e dos políticos em virtude da Revolta dos Malês. A Revolta dos Malês foi um levante negro que exigia a liberdade do contingente escravizado, incluindo a liberdade de culto. A Revolta fomentou um temor da sociedade brasileira em relação a possível ocorrência de mais rebeliões escravas. E consolidou, no imaginário brasileiro e na percepção das

autoridades, a relação entre as religiões afro-brasileiras, a perturbação da ordem social, insubordinação e sublevação.

A Abolição da Escravidão, em 1888, e a Proclamação da República no ano seguinte, em 1889, não garantiram uma maior liberdade religiosa ao negro, mas permitiram, ao menos, que este possuísse uma mobilidade social um pouco maior [9]. Esta mobilidade – entendida como uma oportunidade de ascensão social e, primordialmente, como a ocupação de novas funções e lugares sociais e espaciais – abriu possibilidades para novas formas de sociabilidade dos negros na sociedade brasileira.

Dessa forma, pode-se concluir que a virada do século XIX para o século XX – caracterizado pelo início do processo de industrialização brasileira, crescimento das cidades, ampliação das atividades econômicas, surgimento das novas formas de trabalho, liberdade de locomoção e pela abolição - gerou uma nova rede de relações sociais do povo negro [5]. Obviamente, essa rede de relações sociais se expressariam na religiosidade negra.

A preocupação com o exercício das práticas religiosas de matriz africana se mantém presente no Código Criminal de 1890. Sob o Decreto nº 847 de 11 de Outubro de 1890, o Governo Provisório instaurado após 1889, promulga o Código Criminal da República. Segundo Pierangeli, este Código possuía fortes influências do Código italiano de 1889 – conhecido como Código Zanardelli – e do Código Argentino de 1886. As lacunas que este possuía tentaram ser preenchidas ao longo do seu período de vigência com a edição de várias leis e o decreto nº 22213 de 14 de Dezembro de 1932 que criava a Consolidação das Leis Penais [12].

No início do Código de 1890, o entendimento do conceito de crime é apresentado no Livro I “*Dos Crimes e das Penas*” - Título I “*Da aplicação e dos efeitos da lei penal*”. No Art. 2º, o documento especifica: “*A violação da lei penal consiste em acção ou omissão; constitui crime ou contravenção*” [4].

As menções sobre as religiões de matriz africana são encontradas no Livro II “*Dos crimes em espécie*”, Título III “*Dos crimes a tranquilidade pública*”, Capítulo III “*Dos crimes contra a saúde pública*” do Código. Neste não aparece mais nenhuma resolução relacionada diretamente à religião ou religiosidades. Dessa forma, as menções acerca das religiões de matriz africana se fazem presentes discretamente, de uma forma geral, mas perceptível aos iniciados ou conhecedores daquelas. A menção mais explícita fica por conta do termo “*espiritismo*”.

O primeiro artigo que se dedica as práticas aqui analisadas é o Art. 156 que institui como crime “*exercer a medicina em qualquer dos ramos, a arte dentária ou a pharmacia; praticar a homeopathia, a*

*dosimetria, o hypnotismo ou magnetismo animal, sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos*”. A pena foi instituída em prisão de um a seis meses e multa de 100\$ a 500\$000. No caso do crime destacado acima, o autor teria que cumprir as penas relacionadas ao mesmo e aos que se relacionassem a sua causa [4].

No Art. 157, pode-se observar uma menção mais explícita a práticas religiosas específicas. Este institui como crime: *“Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismans e cartomancias para despertar sentimentos de odio ou amor, inculcar cura de molestias curaveis e incuraveis, emfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica*”. A pena para esse tipo de crime era a mesma estabelecida para o crime anterior: de um a seis meses de prisão e multa de 100\$ a 500\$000. No entanto, em caso da prática causar algum tipo de privação psíquica temporária ou permanente a pena se assevera: prisão por um a seis anos e multa de 200\$ a 500\$000. Além disso, o autor do crime destacado acima teria que ficar o mesmo período da pena privado de praticar sua profissão [4].

O último artigo do Código Criminal de 1890 relacionado às religiões de matriz afro-brasileira é o 158 que possui a seguinte redação: *“Ministrar, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer fôrma preparada, substancia de qualquer dos reinos da natureza, fazendo ou exercendo assim o officio do denominado curandeiro*”. Para este crime, a pena era de um a seis meses e multa de 100\$ a 500\$000. Em caso da substância administrada exercer privação ou alteração temporária ou permanente das faculdades psíquicas ou funções fisiológicas ou mesmo alguma enfermidade a pena é de um a seis meses e multa de 200\$ a 500\$000. Em caso de morte, a pena seria de 6 a 24 anos de prisão [4].

Sem perder de vista a relação existente entre o direito constitucional e o direito penal, antes de destacar o Código Penal de 1940, se faz necessário destacarmos a Constituição de 1937. Esta concede plenos poderes ao Presidente da República e permite a intervenção deste nos seus Estados membros. De inspiração totalitária, a Constituição de 1937 teria criado uma nova ordem jurídico-política no Brasil que se assemelhava profundamente com a vigente em alguns Estados totalitários da Europa. De inspiração fascista, a Constituição de 1937 rompeu com a tradição liberal do Império - expressada na Constituição de 1824 – e com a tradição liberal republicana – expressada nas Constituições de 1891 e 1934.

Logo em seu início, a Constituição de 1937 busca traçar, em linhas gerais, a nova estrutura da República. Em *“Da Organização Nacional”*, no Art. 1º pode-se observar um dos alicerces da Ditadura do Estado Novo, a ideia do Estado enquanto única instituição capaz de orientar os interesses da população e garantir o seu bem-estar: *“O Brasil é uma República. O poder político emana do povo e é exercido em*



*nome dele e no interesse do seu bem-estar, da sua honra, da sua independência e da sua prosperidade*” [6].

Acerca da questão da religião, em “*Da Organização Nacional*” o documento promulga no Art. 32 que:

É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- a) criar distinções entre brasileiros natos ou discriminações e desigualdades entre os Estados e os Municípios;
- b) estabelecer, subvencionar ou embaraçar o exercício de cultos religiosos;
- c) tributar bens, renda e serviço uns dos outros.

Parágrafo único – Os serviços públicos concedidos não gozam de isenção tributária, salvo a que lhes for outorgada, no interesse comum, por lei especial [4].

Em “*Dos direitos e garantias individuais*” o Art. 122 estabelece o que é assegurado aos brasileiros e estrangeiros em relação as suas liberdades individuais: “*A constituição assegura aos brasileiros e estrangeiros residentes no País o direito à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes: 1º) todos são iguais perante a lei*” [4].

Nesse artigo também é estabelecida a liberdade de culto e a secularidade dos cemitérios:

“4º) todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum, as exigências da ordem pública e dos bons costumes;

5º) os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal” [4].

Considerando as diretrizes da Constituição de 1937, o Código Penal decretado em 7 de Dezembro de 1940 surgiu como instrumento de implantação da nova ordem estabelecida por aquela [4]. Essa façanha do Direito penal fica explícita nas palavras de Francisco Munõz Conde ao afirmar que:

“a norma penal se converte em motivo determinante do comportamento dos cidadãos e constitui um fato integrador dos distintos grupos sociais, quando protege valores ou bens jurídicos fundamentais nos quais creem e participam uma ampla base de cidadãos. Neste sentido, a norma penal, pode ter inclusive, um efeito benéfico na eliminação da ‘marginalização’, quando manipulada para proteger interesses minoritários ou quando, através dela se priva os cidadãos de seus direitos fundamentais” [5].

O Código decretado em 1940 só entrou em vigor em 1 de Janeiro de 1942. Comparando este com o Código de 1890, observam-se algumas alterações na redação dos artigos que se dedicam a repressão às religiões de matriz afro-brasileira. No entanto, a permanência do charlatanismo, curandeirismo e exercício da medicina ilegal como crimes, indica que estas religiões continuavam a ser alvo da perseguição Estatal e continuavam a habitar o imaginário coletivo brasileiro de forma negativa.

No “*Título II – Do Crime*”, Art. 13: “*O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido*” [3]. Os artigos que passam a tratar das questões relacionadas as religiões de matriz afro-brasileira são os 282, 283 e 284 inseridos no “*Capítulo VIII: Dos crimes contra a incolumidade pública - Título III – Dos crimes contra a saúde pública*”:

“Exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica

Art. 282 – Exercer, ainda que a título gratuito, a profissão de médico, dentista ou farmacêutico, sem autorização legal ou excedendo-lhe os limites:

Pena – detenção, de seis meses a dois anos.

Charlatanismo

Art. 283 – Incucar ou anunciar por meio secreto ou infalível:

Pena: detenção de três meses a um ano, e multa.

Curandeirismo

Art. 283 – Exercer o curandeirismo:

I – prescrevendo, ministrando ou aplicando, habitualmente, qualquer substância;

II – usando gestos, palavras ou qualquer outro meio;

III – fazendo diagnósticos:

Pena – detenção, de seis meses a dois anos.

Parágrafo único – Se o crime é praticado mediante remuneração, o agente fica também sujeito à multa” [3].

Se comparado ao Código de 1890, o Código de 1940 - no que concerne aos crimes de charlatanismo, medicina ilegal e curandeirismo, que fique claro – apresenta uma redação mais enxuta e objetiva, no entanto, se mantém classificados como crimes contra a saúde pública. No artigo 282, relacionado ao “*exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica*”, a homeopatia, a dosimetria, o hypnotismo e o magnetismo animal deixam de estar presentes como exercício da medicina ilegal na legislação.

Já no artigo 283, relacionado ao “*charlatanismo*” o texto é modificado quase que radicalmente. Somem da legislação as referências ao espiritismo, à magia e à cartomancia. Considera-se crime, apenas, decretar cura por meio infalível. Deixando subentendido que curar um enfermo sem dominar os saberes médicos seria uma forma de enganação. Por fim, no artigo 284 relacionado ao “*curandeirismo*” os elementos principais que se destacam no Código de 1890 se fazem presente. No entanto, a questão da alteração ou da privação das faculdades psíquicas não se fazem presentes.

Refletindo sobre a legislação analisada nesse artigo, pode-se afirmar que do período colonial, passando pelo período imperial e finalmente chegando ao período republicano, o Estado lançou mão de uma de suas ferramentas mais eficazes e importantes para justificar a perseguição às práticas “bárbaras” e “antiquadas” dos negros: a legislação. A criminalização das religiões afro-brasileiras se faz presente nas leis do período colonial – As Ordenações Filipinas -, nas Constituições de 1824 e 1937 e no Código Criminal de 1890 e no Código Penal de 1940. Ou seja, ao Estado se definir laico, após a implantação da República, e instituir, via Constituição, a liberdade religiosa, e não cumpri-la tornava-se arbitrário e opressor.

Ainda que essa legislação tenha sofrido alterações ao longo do tempo e, em geral, tenha se tornado relativamente mais branda para com aqueles que cometiam os crimes de magia e feitiçaria, a presença de artigos que buscavam ordenar e regulamentar a religiosidade do povo brasileiro mostrava a preocupação de uma parcela das elites, e também do próprio Estado, com o contingente negro da população brasileira. Mas essa preocupação não se traduzia em políticas públicas para a garantia de acesso à cidadania por parte desse contingente. Ao contrário. Na legislação selecionada nesse artigo, pode-se destacar o esforço em determinar os limites culturais e religiosos do negro e de silenciar algumas de suas práticas.

Importante destacar, igualmente, que a existência de processos criminais relacionados aos crimes de medicina ilegal, charlatanismo e curandeirismo no Arquivo Nacional relacionados a um período onde as punições para esses crimes pareciam mais brandas (como no caso do Código Penal de 1940) e os crimes contra a saúde pública não pareciam ser o foco da ação policial, demonstra que as religiões de matriz afro-brasileira continuavam a ser observadas de perto pelos agentes da lei e entendidas por eles a partir de sua periculosidade. Ou, considerando a função do flagrante para a atuação policial, era a própria sociedade que se incomodava com as práticas de matriz afro-brasileiras? Ou esses dois movimentos aconteciam concomitantemente? Essas são questões que a pesquisa desenvolvida vem tentando responder.

## NOTAS

- [1] BETHENCOURT, Francisco. *“O imaginário da magia: feitiçeras, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI”*. São Paulo: Companhia das Letras. 2004.
- [2] *CÓDIGO CRIMINAL DO IMPÉRIO DO BRASIL – 1830*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm).
- [3] *CÓDIGO PENAL – 1940*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.html).
- [4] *CODIGO PENAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL – 1890*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>.
- [5] CONDE, Francisco Munõz. *“A função motivadora da norma penal e ‘marginalização’”* (comunicação apresentada ao 9º Congresso Internacional de Defesa Social, realizado em Caracas de 3 a 7 de Agosto de 1976).
- [6] *CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL – 1937*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao37.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao37.html).
- [7] *CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMÉRIO DO BRASIL - 1824*. Art. 5.
- [8] *CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMÉRIO DO BRASIL - 1824*, Art. 179.
- [9] FERRETTI, Mundicarmo (org.). *“Pajelança do Maranhã no século XIX: o processo de Améria Rosa”*. São Luís: CMF/FAPEMA, 2004.
- [10] GARCIA, Basileu. *“Instituições de Direito Penal”*. São Paulo: Max Limonad. 1954, vol. 1.
- [11] *Ordenações Filipinas - LIVRO 5, Título III - Dos feitiçeiros*. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242733>
- [12] PIERANGELI, José Henrique. *“Códigos penais do Brasil: evolução histórica”*. 2 ed.: São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2004.
- [13] SANTOS, Tiago Lima da. *“Leis e religiões: a ação do Estado sobre as religiões do Brasil no século XIX”*. Anais do IV Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades – ANPUH – Memórias e Narrativas nas Religiões. Maringá (PR) v. V, n. 15, jan/2013.
- [14] SILVEIRA, Renato da. *“Do Calundu ao Candomblé”*. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/do-calundu-ao-candomble>.
- [15] VASCONCELOS, Sergio Sezino Douets. *“A Importância de Placide Tempels para os estudos das religiões afro-brasileiras”*. In: Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP, Recife, v. 3, n. 3., p. 328-339, dez. 2004.

## DIALOGANDO COM O ESPIRITISMO

Nicolas Theodoridis  
Mestrando (PPGHC/UFRJ)  
Orientador: André Leonardo Chevitarese  
Email: n.theodoridis@uol.com.br  
<http://lattes.cnpq.br/8329038544535649>

**RESUMO:** O presente artigo tem como premissa basilar demonstrar como que o Espiritismo, doutrina surgida em meados do século XIX na França, dialogou com as demais correntes sociais da época tais como, positivismo, evolucionismo e socialismo científico, propalando concepções próprias a aquelas divulgadas, descortinando um novo horizonte no ambiente multiplural da Europa oitocentista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Espiritismo, Ideias, Europa oitocentista.

**ABSTRACT:** This article is to demonstrate how fundamental premise that Spiritualism, doctrine emerged in the mid-nineteenth century in France, spoke with other social currents of the time such as positivism, evolutionism and scientific socialism, propelling themselves to those disclosed conceptions, unveiling a new horizon in multiplural environment of nineteenth-century Europe.

**KEYWORDS:** Spiritualism, ideas, nineteenth-century Europe.

O surgimento do espiritismo no contexto europeu está agregado a um processo de revalorização dos valores místicos no transcurso dos séculos XVIII e XIX. Andando de mãos dadas com a valorização da razão, apregoada pelo Iluminismo, este processo pode ser elancado como um movimento de contraposição ao materialismo vigente e ao declínio do dogmatismo das religiões cristãs (catolicismo/protestantismo), incutindo na dessacralização da sociedade, processo este já em curso desde o período da escolástica.

O artigo está dividido em três partes a assim saber; o primeiro, os antecedentes que propiciaram o surgimento do Espiritismo; o segundo, algumas informações a respeito do codificador da doutrina e por fim, o diálogo com as outras doutrinas sociais.

### 1 – Antecedentes

O primeiro expoente dentro deste ressurgimento do movimento espiritualista foi Emmanuel Swedenborg (1688 – 1772). Místico sueco, homem de notável conhecimento<sup>1</sup>, teve seu despertar psíquico aos 25 anos. Suas ideias vieram a anteciper as proposições centrais do espiritismo, principalmente no tocante ao contato entre os mundo físico e espiritual. Ao afirmar que estava sempre comungando com o mundo espiritual, Swedenborg reacendeu a chama do oculto na mentalidade dos homens.

Neste aspecto vale a pena ressaltar que a volta da popularidade de tudo que é ou está oculto, sempre esteve presente na cultura europeia<sup>ii</sup>. Segundo Mircea<sup>iii</sup>, mediante os estudos mais recentes, verificou-se que este fenômeno é a remanescência de um culto pré-cristão de fertilidade e que com isso,

o significado real e a função cultural de um grande número de práticas e teorias ocultas registradas, tanto europeias como não europeias e *em todos os níveis de cultura*, desde os ritos populares – como magia e bruxaria – até as técnicas secretas e pesquisas esotéricas mais eruditas e sofisticadas: alquimia, ioga, tantrismo, gnoticismo, hermetismo renascentista e lojas maçônicas do período iluminista.

sendo esta manifestação atual nada mais é do que parte

de uma tendência mais ampla, ou seja, a grande popularidade de tudo o que é oculto ou esotérico – desde a Astrologia e movimentos neo-espiritualistas até o hermetismo, alquimia, zen, ioga, tantrismo e outras gnoses e técnicas orientais<sup>iv</sup>.

Outro movimento que teve grande poder de penetração na Europa foi o mesmerismo. O médico alemão Franz Anton Mesmer (1733 – 1815) introduziu no campo acadêmico no século XVIII a possibilidade de se comprovar cientificamente a sobrevivência da alma e a comunicação com os mortos. Segundo ele, existiria no ser humano, assim como em toda a natureza, uma energia magnética passível de ser manipulada pela vontade e pelo uso das mãos e da possibilidade desta energia ser posta a serviço da Medicina.

A chegada de Mesmer a Paris ocorreu em fevereiro de 1778 e ele anunciou “*sua descoberta sobre um fluido ultrafino que penetrava e cercava todos os corpos*”<sup>v</sup>. O mesmerismo encontrou forças na sociedade pré-revolucionária (1780) devido expressar sua fé no Iluminismo e

(...) na razão levado ao extremo, um Iluminismo desenfreado que posteriormente iria provocar um movimento para o extremo oposto, sob a forma do romantismo. O mesmerismo também desempenhou um papel neste movimento: ele mostrou o ponto em que os dois extremos se tocavam<sup>vi</sup>.

O fluido de Mesmer necessitava de caminho livre na circulação pelo corpo humano e quando de seu interrompimento, ocasionaria as doenças. Para o retorno da saúde, aplicava-se imãs nas partes afetadas e que posteriormente foi modificado pela imposição das mãos.

Outro expoente na medicina que irá contra os tratamentos convencionais<sup>vii</sup> será Christian Friedrich Samuel Hahnemann (1755 – 1843) “*criando um novo tipo de tratamento, a homeopatia, cujo princípio de cura é a similitude dos sintomas (similia similibus curantur)*”<sup>viii</sup>, cujas orientações seguem o princípio que para funcionamento harmônico do corpo é necessário que a energia vital (fluido) percorra o organismo sem interrupção ou de maneira desajustada. Caso isso não aconteça, a doença se estabelece, sendo

necessário restabelecer o equilíbrio mediante a ingestão de substâncias que teriam similaridades de ação em um homem sadio.

Tanto o mesmerismo quanto a homeopatia não puderam ser comprovadas cientificamente pelos padrões vigentes da época por estarem fora de alcance do escopo acadêmico, estando ambas assim ligadas ao contexto em voga de contraponto ao pensamento materialista corrente nos proscênios europeus vinda desde os setecentos. Segundo Damázio<sup>ix</sup>,

filosoficamente a homeopatia é um sistema vitalista, ou seja, um sistema que defende a idéia da existência de um princípio vital, não comprovável empiricamente por ser imaterial, mas que é a causa explicativa da atividade que anima todo o organismo. A força vital é o princípio intermediário entre o corpo físico (princípio material) e o espírito (princípio espiritual). Com tal postulado, Hahnemann superou o dualismo matéria x espírito, herdado do racionalismo. A animação do organismo, isto é, a vida, não se devia à matéria nem ao espírito, mas sim a um terceiro princípio, imaterial e dinâmico, que ligava aqueles dois. Espiritualistas e materialistas acataram o vitalismo explicativo de Hahnemann.

O entendimento de fluido foi apropriado posteriormente por Kardec na explanação sobre aquilo que permeia a tudo e a todos no Universo.

Mediante este quadro, num ambiente rico e das promessas científicas<sup>x</sup> que acalentavam o público com qualquer hipótese que tivesse ressonâncias de cunho científico e explicasse as maravilhas da natureza, o mesmerismo e a homeopatia encontraram espaço na mentalidade da população.

Seguindo a mesma trilha, *“a moda do ocultismo foi criada por um seminarista francês, Alphonse Luois Constant, nascido em 1810 e conhecido por seu nom de plume, Eliphas Lévi”<sup>xi</sup>*. Lévi<sup>xii</sup> postulou que este reavivamento do ocultismo tinha a ver com os abusos cometidos pela religião católica e posterior declínio com a perda de sua soberania, sendo mais criticado no século XVIII, mas, a seu ver, *“a alta magia escapa à incredulidade e à ignorância, porque se apóia igualmente sobre a ciência e a fé”*. Lévi veio a falecer em 1875, mas deixou um grande número de seguidores de suas ideias.

Concomitante a isso, começa a se espalhar nos salões europeus, advindo da América do Norte<sup>xiii</sup>, a moda das mesas girantes. Este fenômeno se produzia mediante a formação de uma cadeia magnética produzida pelos participantes. A mesa além de girar, redarguia a perguntas das pessoas mediante batidas. Para Lévi<sup>xiv</sup>,

Os fenômenos que ultimamente agitaram a América e a Europa, a propósito das mesas falantes e das manifestações fluídicas, outra coisa não são senão correntes magnéticas que começam a formar-se e, solicitações da natureza que nos convida, para a salvação da humanidade, a reconstituir as grandes cadeias simpáticas e religiosas.

Na década de 1850, as mesas girantes tornaram-se febre em Paris e levou muitos cientistas sérios a tentar decifrar como se produziam tais fenômenos. Entre estes pesquisadores, um deles foi Hippolyte Léon Denizard Rivail, mais tarde vindo a ser conhecido como Allan Kardec.

## 2 - Conhecendo Rivail

Nascido em 1804 na cidade francesa de Lyon, Rivail recebeu as primeiras letras em sua cidade natal, vindo a completá-los no famoso Instituto de Educação Pestalozzi, em Yverdon, Cantão de Vaud, localizado na Suíça, vindo a se tornar um dos principais discípulos e dos mais fervorosos de Pestalozzi<sup>xv</sup>. Segundo Arribas<sup>xvi</sup>

O estabelecimento de Pestalozzi recebia alunos de todas as partes de Europa e administrava uma educação liberal fundada na confiança e no desenvolvimento individual e gradual de cada aluno, abandonando deste modo qualquer tipo de punição física ou moral. (...) Como Pestalozzi, Rivail também acreditava sobremaneira em uma *ciência da educação*, fundamentada a partir da “natureza humana” e não a partir de crenças sobrenaturais. Ela seria a pedra de toque da evolução harmoniosa da humanidade e beneficiaria igualmente homens e mulheres. A educação, nesse sentido, regeneraria o homem, livrando-o, portanto, das misérias sociais e individuais.

O pedagogo suíço teve como mentor as doutrinas de Jean-Jacques Rousseau e mediante as interpolações de Pestalozzi e da filosofia iluminista que preconizava a razão, o espírito de Rivail foi formado e serviu de modelo para o espiritismo, pontuando premissas como “*os ideais de tolerância, fraternidade e universalidade*”. Arribas<sup>xvii</sup> também ressalta que Rivail fez parte dos socialistas utópicos e que devido ao fracasso em 1848, irão buscar o viés da educação como forma de alteração da sociedade. Posteriormente, Rivail levará para Paris a primeira instituição do gênero daquela ao qual ele foi formado.

Seu contato com as mesas girantes aconteceu em 1854 conforme ele próprio explica no livro *Obras Póstumas*<sup>xviii</sup> a sua iniciação no Espiritismo. As indagações de Rivail o levaram a busca da causa das mesas girantes, participando com mais assiduidade das sessões no transcurso do ano de 1855 e que acabaram culminando na aplicabilidade efetiva do método experimental que segundo as suas palavras<sup>xix</sup>

(...) nunca elaborei teorias preconcebidas; observava cuidadosamente, comparava, deduzia consequências; dos efeitos procurava remontar às causas, por dedução e pelo encadeamento lógico dos fatos, não admitindo por válida uma explicação, senão quando resolvia todas as dificuldades da questão.

Mediante este processo, o professor Rivail compreendeu a gravidade da tarefa a empreender e para tal, se cercou de cuidados para não se iludir, reconhecendo como um dos primeiros resultados de suas observações, a fabilidade dos espíritos comunicantes, pois os



mesmos não eram senão homens despojados de sua veste carnal. Em cada sessão realizada, Rivail apresentava uma série de perguntas preparadas e metodicamente arranjadas e recebia de volta respostas precisas, profundas e lógicas.

À medida que o material se avolumava, começou a se inquirir na publicação do material, no intuito de torná-los públicos, para instrução de todos. Nascia, então, o Livro dos Espíritos<sup>xx</sup>, entregue à publicidade em 18 de Abril de 1857. Três anos mais tarde, surgiria a segunda edição, sendo esta revista e aumentada para a edição atual<sup>xxi</sup>. A partir deste momento, Rivail adota o pseudônimo de Allan Kardec<sup>xxii</sup>, pois segundo sua colocação, “*o livro era obra dos espíritos, sendo eles, portanto, seus verdadeiros autores*”<sup>xxiii</sup>, vindo a ser considerado como o codificador<sup>xxiv</sup> da doutrina.

### 3 – Dialogando com o Espiritismo

Os oitocentos representaram um período marcado por rupturas e descontinuidades<sup>xxv</sup>. Novas formas de relacionamento humano, consumo e lazer. A industrialização muda o tempo e o espaço. O homem oitocentista respira e transpira otimismo. Este otimismo está centrado nas diversas áreas de conhecimento que florescem. Na Medicina, Biologia, Química, Física e outras tantas eclodem num tsunami de mudanças, arrastando as multidões atrás de si.

O progresso é a ordem do dia. Acordo Silva<sup>xxvi</sup>, a “*ideia de progresso invadiu o pensamento ocidental (...) na esperança de se alcançar uma sociedade mais feliz, a utopia tornou-se uma das forças motoras da nossa civilização*”. Pode-se dizer que a expectativa do século XIX era de que

a razão, através de sua filha predileta, a ciência, iria resolver todos os problemas do homem. Muitos físicos, por exemplo, achavam que todas as grandes questões da Física já haviam sido resolvidas. Logo depois, porém, a própria Física teria de rever esta posição<sup>xxvii</sup>.

Neste aspecto, os oitocentos representaram, segundo Souza<sup>xxviii</sup>, um passo gigantesco “*dado na direção de grandes transformações que envolveram não somente concepções filosóficas e científicas, mas também religiosas, mostrando novos caminhos e abrindo portas para perspectivas futuras, antes jamais imaginadas*”.

Com isso, as ideias se filiam dentro de um contexto próprio, abrangentes, das quais Kardec não foge a regra. Arribas assinala que no momento do surgimento da doutrina espírita na Europa é visível as

(...) muitas relações existentes entre o seu surgimento e as ideias positivistas e evolucionistas, de uma parte, bem como suas relações com os ideais socialistas e republicanos, de outra. Desse modo, se de um lado a compreensão do aparecimento do espiritismo quando atrelada apenas ao estudo do contexto francês do século XIX é

capaz de dar conta de uma série de reflexões pertinentes e esclarecedoras desse processo, por outro, paradoxalmente, não consegue perceber que o espiritismo, inserido em outras situações, toma um caráter se não total, pelo menos parcialmente distinto do espiritismo original<sup>xxix</sup>.

As principais teorias e concepções científicas corrente nos oitocentos (positivismo, evolucionismo e o marxismo) traziam a marca do legado iluminista e concomitante a isto, progressista, racionalista e experimental. Segundo Arribas novamente

a imagem do mundo projetada por esta cultura científica não contemplava a possibilidade de qualquer realidade fora do domínio “material” que não pudesse ser explicada através de experimentos laboratoriais, de verificações racionais de suas causas e do controle de suas variáveis, por meio de cálculos e de comprovações das leis que regem os fenômenos naturais, físicos, biológicos e até mesmo sociais. (...) a prática da construção da teoria espírita desenvolver-se-ia, portanto, na lógica das intervenções sociais e dela derivaria seus cálculos, estratégias e previsões. Essa lógica envolveria a ativação dos repertórios de Allan Kardec<sup>xxx</sup>.

### **3.1 – Positivismo**

Neste contexto surge o positivismo. Na marcha do progresso, as leis gerais as quais eram buscadas, iam de encontro as prerrogativas de caráter universalista e, no século XIX, diferente das propostas iluministas na centúria anterior, o que irá prevalecer é a justificativa deste progresso alinhado com o controle das massas, maneira da qual os detentores do poder econômico retratavam seu domínio, efetuando um processo de resignação nas condições de vida dos trabalhadores.

Na ótica espírita, além das postulações de igualdade, este aperfeiçoamento da humanidade é inerente não pela posição de domínio de um pelo outro, mas das diferenças de progressão de cada espírito. O aperfeiçoamento da humanidade, não se traduz somente pelo avanço tecnológico, mas concomitante as conquistas morais que cada um de nós efetua, traduzindo em melhoria coletiva.

O que pode verificar é que, enquanto Comte achava que a civilização europeia estaria em seu degrau mais elevado, devido as conquistas na ciência, na realidade, pela avaliação espiritual, ainda estava engatinhando e longe de tal perfeição preconizada.

### **3.2 – Evolucionismo**

Já referente ao evolucionismo, o conceito de evolução já era corrente nos oitocentos e quando das formulações advindas das observações de Darwin, estas acabaram por produzir um sentimento de vazio, vazio pela retirada de Deus da criação, substituída pela letra fria da ciência.

Na análise espírita, este entendimento teve um aumento substancial, ao agregar não somente o mundo em que vivemos, mas alçar o próprio Universo como um todo na ordem de evolução. A evolução, bem mais do que se resumir a matéria, é alçada a todo o Universo, sendo o princípio inteligente, a partícula divina. Darwin em suas ponderações não estava errado, simplesmente não levou em conta o aspecto espiritual e como homem de seu tempo, manteve-se atrelado ao aspecto dito científico e não levou em conta outras possibilidades.

Darwin e Kardec, ambos tem em seu objeto de estudo o homem, compartilhando preocupações comuns, origem, evolução e destino. A diferença entre eles está no modo de abordagem; Darwin o direciona para a evolução biológica, enquanto que Kardec amplia a evolução acrescentando os planos espirituais, que se servem da evolução orgânica para a manifestação do Espírito. O homem seria, portanto, um produto da evolução espiritual, mas dependente dos processos biológicos postulados por Darwin. Conforme explica Souza<sup>xxxix</sup>, “a teoria darwiniana fundamentou-se no agente material, isto é, na evolução biológica da vida; e a espírita baseou-se inteiramente na evolução do espírito, cujo processo envolveu também a evolução orgânica”.

### 3.3 – Marxismo

Por fim, o socialismo científico, ou como ficou conhecido, o marxismo. Entre as suas várias proposições, o mais significativo é o aspecto da dialética materialista.

Marx ao o postular, colocou a dialética sob o ponto de vista estritamente materialista, em sua análise da evolução da matéria (natureza). Para ele, “a história humana é a história do trabalho, da técnica e das forças de produção as quais determinam o modo de produção e as relações de produção que constituem a base estrutural da sociedade”<sup>xxxvii</sup>.

A história seria, então, o processo através do qual aquele que detem o poder domina os outros homens. A ligação entre eles dar-se-ia mediante o desenvolvimento das formas de produção e este conjunto se constitui a infra-estrutura da sociedade. A história da sociedade estaria pautada na luta de classes, pois estas mesmas classes nada mais seriam do que produto da época e da maneira como as relações econômicas se congregam. Com isso, a prevalência das relações econômicas existentes em cada época caracterizam a história da evolução da sociedade humana.

Citando novamente Mesquita<sup>xxxviii</sup>, “o escravismo corresponderia à etapa do mundo antigo; o servilismo, à etapa medieval; e o capitalismo, à etapa do mundo moderno”. O superar de cada fase leva a subsequente. Nesta trajetória, frente as próprias contradições do capitalismo acabariam levando o próximo passo que seria a do socialismo científico.

O socialismo teria como destinação modelar a sociedade com base na práxis (ação) no sentido de alcançar seus objetivos. Para tal desiderato, seria necessário a revolução para efetuar as mudanças necessárias.

Ao enfatizar a práxis (ação) e criticar a passividade da filosofia (logos), Marx propõe que o homem seja o artífice de suas aspirações. O conflito entre o idealismo e o materialismo será o cerne desta premissa.

Portanto, o marxismo postula que pela revolução externa, ou seja, *para fora* alcançamos nossas reivindicações, pautadas na melhoria material. Já o espiritismo também enfatiza a revolução, ou melhor dizendo, a reforma íntima, que é a revolução *para dentro*. Enquanto um vê somente o aspecto material, o outro enfatiza a melhoria do espiritual que reflete na matéria. Marx inverteu o conceito de Hegel referente a dialética idealista e a transformou na dialética materialista. Com o espiritismo temos a dialética espiritualista que conjuga os dois, espírito e matéria, mostrando que *“a matéria é o instrumento de que se utiliza o espírito, nas atividades destinadas à realização dos desígnios das leis universais”*<sup>xxxiv</sup>.

Em toda a doutrina, todo um manancial de exortação a sua melhoria, ao seu auto-aprimoramento, almejando a condição de homem integral<sup>xxxv</sup>, integrando as duas realidades existentes, matéria e espírito.

#### **4 - Considerações Finais**

Na (re) construção da sociedade, novas formas de relacionamentos são expostas. No contexto da época aparece Karl Marx que expõe as mazelas dos operários nas indústrias e com o Manifesto Comunista<sup>xxxvi</sup> abre frente no sentido de alimentar o pensamento do homem mediante às modificações do ambiente em que este interage. O materialismo histórico terá sua vertente voltada para o econômico e de suas imprecisões no transcurso da história humana devido às imposições de mando de quem está no poder.

O evolucionismo de Darwin retira Deus definitivamente da Criação e abre precedentes perigosos nas mentes incautas e afiliadas somente a ciência, estabelecendo um hiato cada vez mais profundo entre a religião (fé) e os preceitos científicos (razão). O materialismo viceja a vitória sobre tudo aquilo que não pode ser comprovado empiricamente e que suplante a razão humana.

A noção de progresso propalada pelo Positivismo, posiciona o homem em linha reta no processo evolutivo, criando modelos de justificativa entre as diferentes etnias, alimentando o etnocentrismo cultural.

O ambiente no século XIX exalava um secularismo cada vez mais proeminente e “refletia a mudança mais geral no caráter da psique ocidental, mudança essa visível em cada um dos diversos fatores, transcendendo e subordinando-os em sua lógica global”<sup>xxvii</sup> e todas estas justificativas são modelos de interpretação da realidade em que o homem está inserido.

Dentro deste bojo efervescente de ideias e de teorias, emerge também o Espiritismo, alinhado ao seu tempo, e tal como as outras interpretações teóricas dos oitocentos, procurará responder a muitas das perguntas levantadas, mas de maneira diferenciada, açambarcando um conjunto mais amplo dos campos de conhecimento, aliando à ciência a religião, demonstrando que elas são duas vertentes não antagônicas, mas complementares, unindo à fé a razão, ou seja, a fé raciocinada, que representa um dos argumentos basilares da doutrina.

---

<sup>i</sup> - Swedenborg foi engenheiro militar, autoridade em Física e em Astronomia, autor de importantes trabalhos sobre as marés e sobre a determinação das latitudes, era também zoologista e anatomista. Financista e político, era também um estudioso da Bíblia. Doyle (DOYLE, Arthur Conan. *História do Espiritismo*. São Paulo: Editora Pensamento, 2011) dedica o primeiro capítulo do livro a ele e CARNEIRO, Victor Ribas. *A B C do Espiritismo*. Curitiba: Federação Espírita do Paraná, 1996, pp. 159 a 162).

<sup>ii</sup> - O historiador italiano Carlo Ginzburg (*Os andarilhos do bem. Feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010) retrata um culto popular de nome *Benandanti* (“aqueles que estão viajando”, “vagabundos”) documentado pela primeira vez em 21 de março de 1575, onde os bons bruxos combatiam os feiticeiros (*stregoni*) quatro vezes por ano. Os *benandanti* chegavam ao local da reunião cavalgando lebres, gatos e outros animais. O encontro deles era sempre a noite e o combate se dava com os *benandanti* munidos de ramos de funchos contra os feiticeiros que estavam armados com juncos enfeixados como vassouras. Caso obtivessem a vitória as colheitas do ano seriam fartas e não haveria escassez de alimentos. Esse culto irá se modificar sob a pressão exercida pela Inquisição, vindo a se assemelhar à concepção tradicional de bruxaria.

<sup>iii</sup> - ELIADE, Mircea. *Ocultismo, bruxaria e correntes culturais. Ensaios em religiões comparadas*. Belo Horizonte: Interlivros, 1979, pp. 64/65.

<sup>iv</sup> - Ibid. p. 79.

<sup>v</sup> - DARNTON, Robert. *O Lado oculto da revolução. Mesmer e o final do Iluminismo na França*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, pp. 13/14.

<sup>vi</sup> - Ibid. p. 42.

<sup>vii</sup> - O tratamento preconizado na antiga medicina utilizava métodos baseados na ação contrária a doença (*contraria contrarius curanter*).

<sup>viii</sup> - JESUS, Verônica Cardoso de. História da Medicina: O homem na eterna busca da cura. In: *Em torno de Rivail – O mundo em que viveu Allan Kardec*. p. 240. Para maiores informações sobre a homeopatia ver tb o artigo de Elizabeth Pinto Valente de Souza no mesmo livro no capítulo “A Homeopatia: Alvorecer da arte de curar” – pp. 251 a 267.

<sup>ix</sup> - DAMAZIO, Sylvia F. *Da elite ao povo: advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994, pp. 83/84.

<sup>x</sup> - Jesus. Op. cit. pp. 269 a 301.

<sup>xi</sup> - Eliade. Op. cit. p.58

<sup>xii</sup> - LEVI, Eliphaz. *Dogma e Ritual de Alta Magia*. São Paulo: Editora Memphis, 1971, p. 43.

<sup>xiii</sup> - Neste ponto vale a pena ressaltar que em 1848 no condado de Hydesville, um típico vilarejo do Estado de Nova York, aconteceram as primeiras manifestações com batidas. A casa era habitada por uma família metodista de nome Fox e após várias incidências, conseguiu-se verificar que os sons não eram produzidos por demônios ou Deus e sim pelo espírito de um homem. Charles Rosma se comunicou, informando as indicações de sua passagem pela residência a qual foi morto pelo anterior proprietário, sendo enterrado no subsolo. A comunicação só se fez possível devido a mediunidade das irmãs Fox. Para maiores informações verificar o capítulo IV do livro de Doyle (2011). Ver também MAGALHÃES, Henrique. *Em prol da Mediunidade. Pequena história do*

*Espiritismo*. Rio de Janeiro: S/ed, 1998, pp. 69 a 72, LANTIER, Jacques. *O Espiritismo*. Lisboa: Edições 70, 1971, pp. 41 a 51 e BARBOSA, Pedro Franco. *Espiritismo Básico*. Rio de Janeiro: FEB, 1987, pp. 42 a 45.

<sup>xiii</sup> - WANTUIL, Zêus. *As Mesas Girantes e o Espiritismo*. Rio de Janeiro: FEB, 1978 e Barbosa. Op. cit. pp. 45 a 49.

<sup>xiv</sup> - Levi. Op. cit. p. 153.

<sup>xv</sup> - Johann Heinrich Pestalozzi (1746 – 1827) não foi apenas o mestre de Kardec, pois suas obras e ações dentro da prática pedagógica são ponto de referência para qualquer educador sincero e ardente em cumprir sua função. Autor de mais de 40 obras tinha como preocupação principal a educação e o homem, este entendido na plenitude da palavra. Propagou ideias como a educação integral e ativa, demonstrando na prática, através do Instituto por ele criado, o escopo de seu sistema educacional.

<sup>xvi</sup> - ARRIBAS, Célia da Graça. *Afinal, espiritismo é religião? A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 36.

<sup>xvii</sup> -Ibid. p. 38.

<sup>xviii</sup> - KARDEC, Allan. *Obras Póstumas*. Rio de Janeiro: FEB, 1999, p. 265 em diante.

<sup>xix</sup> - Ibid. p. 268.

<sup>xx</sup> - O Livro dos Espíritos é composto de apenas um volume, mas o mesmo é subdividido em quatro partes assim compostas; Livro Primeiro – As Causas Primárias; Livro Segundo – Mundo Espírita e dos Espíritos; Livro Terceiro – As Leis Morais e por fim Livro Quarto – Esperanças e Consolações. Portanto, no livro terceiro temos as leis – 1º Divina/Natural, – 2º Adoração, – 3º Trabalho, – 4º Reprodução, – 5º Conservação, – 6º Destruição, – 7º Sociedade, – 8º Progresso, – 9º Igualdade, – 10º - Liberdade, – 11º Justiça, Amor e Caridade e por fim, 12º Perfeição Moral. Na sequência, Kardec publicou mais cinco obras; **O que é espiritismo** (1859), **O Livro dos Médiuns** (1861), **O Evangelho segundo o Espiritismo** (1864), **O Céu e o Inferno** (1865) e por fim, **A Gênese** (1868). Os seis livros são considerados como sendo as obras basilares da doutrina espírita. Sinônimo de Espiritismo. Após o seu desencarne, em 1869, foi lançado o livro **Obras Póstumas** em 1890.

<sup>xxi</sup> - A primeira edição do Livro dos Espíritos continha 501 perguntas e respostas e a edição posterior passou a contê-lo 1018.

<sup>xxii</sup> - Em uma das sessões, Rivail foi informado de que o nome Allan Kardec era proveniente de encarnação pretérita, quando na Gália havia sido um druida, vindo também a tomar ciência da missão que lhe era reservada na elaboração e organização de uma nova doutrina, fruto dos contatos com os espíritos.

<sup>xxiii</sup> - FELIPELLI, Milton. *Espiritismo. Fundamentos Históricos e Doutrinários*. São Paulo: Letras & Textos, 2012, p. 34.

<sup>xxiv</sup> - O termo codificador é utilizado para Allan Kardec devido o mesmo ter organizado e sistematizado os conteúdos da doutrina espírita. O entendimento de codificar vem do latim, *codice + fic*, variante de *facere*. Isto significa que reunir, compilar, coligir ou transformar em sequência de sinais determinados códigos, dando o entendimento do proposto do título de Kardec.

<sup>xxv</sup> - ORTIZ, Renato. *Cultura e Modernidade. A França no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 14. Para maiores informações sobre os oitocentos verificar também HOBBSBAWN, Eric. *A Era do Capital – 1848 – 1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 e RÉMOND, René. *O século XIX – 1815 – 1914. Uma introdução à história de nosso tempo*. São Paulo: Cultrix, 1997.

<sup>xxvi</sup> - SILVA, Fábio Luiz da. *A Utopia Espírita: A cidade espiritual Nosso Lar*. In: *Espiritismo e Religiões afro-brasileiras*. São Paulo: Unesp, 2011.

<sup>xxvii</sup> - Ibid. p. 13.

<sup>xxviii</sup> - SOUZA, Hebe Laghi de. *Darwin e Kardec. Um diálogo possível*. Campinas: Centro Espírita “Allan Kardec”, 2002, p.28.

<sup>xxix</sup> - Arribas. Op. cit. p. 32.

<sup>xxx</sup> - Ibid. pp. 34/35.

<sup>xxxi</sup> - Souza. Op. cit. p. 29.

<sup>xxxii</sup> - MESQUITA, José Marques. *A Dialética Espiritualista*. Rio de Janeiro: Editora Mandarino, 1985, p. 69.

<sup>xxxiii</sup> - Ibid. p. 71.

<sup>xxxiv</sup> - Ibidem. p. 104.

<sup>xxxv</sup> - FRANCO, Divaldo P. *O Homem Integral*. Salvador: Livraria Espírita Alvorada Editora, 1990.

<sup>xxxvi</sup> - MARX & ENGELS. *Manifesto do Partido Comunista – 1848*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2002.

<sup>xxxvii</sup> - TARNAS, Richard. *A Epopeia do Pensamento Ocidental*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 343.

## SOCIEDADE E CULTURA NOS QUADRINHOS *UNDERGROUND* BRASILEIROS DA NOVA REPÚBLICA (1984-1995)

Norton Frehse Nicolazzi Junior  
Mestre em História pela UFPR  
Assessor Pedagógico de História da Editora Positivo  
nicolazzijr@positivo.com.br  
(41) 3218-1184  
Editora Positivo, Assessoria Pedagógica  
Rua Major Heitor Guimarães, 174  
Seminário - Curitiba  
80440120, PR – Brasil

**Resumo:** Análise dos quadrinhos *underground* nacionais das décadas de 1980 e 1990, quando deixou-se de fazer quadrinhos infantis ou de heróis e se abordou aspectos da vida cotidiana, como as relações conjugais, a família, a sociabilidade urbana, as crises de gerações e os anseios e angústias da geração que cresceu durante a ditadura civil-militar brasileira e alcançou sua maturidade nos anos de abertura política e de restabelecimento da democracia republicana no Brasil. Resultado prévio de pesquisa em andamento.

**Palavras-chave:** 1) História em quadrinhos. 2) Quadrinhos *underground*. 3) Nova República.

**Abstract:** Analysis of the national underground comics of the 1980's and 1990's, when aspects of everyday life, such as marital relationships, family, urban sociability, generations crisis replaced the infantile comic heroes. That generation grew up during the brazilian civil-military dictatorship and reached its maturity in years of political reform and the restoration of brazilian republican democracy. Previous result of ongoing research.

**Keywords:** 1) Comics. 2) Underground comics. 3) New Republic.

Na Antiguidade, historiadores, como Tucídides e Cícero, acreditavam que a História tinha o grande mérito de ensinar com exemplos do passado, a fim de preparar os homens para o futuro. Considerado um modelo clássico de História e do papel do historiador, a História que desvelava o passado indicando os rumos do futuro era vista como *magistra vitae*, uma velha mestra que deveria ser a mestra da vida.

Séculos depois, no fim do século XVIII e durante o século XIX, a História passou a ser vista como um processo progressivo e teleológico, que deveria levar os homens a algum lugar. Ou seja, a História passou a ter um objetivo. Era, portanto, uma História voltada para o futuro.

Em meados do século XX, no período entre a Grande Guerra e o início da Guerra Fria, os historiadores tiveram como preocupação o tempo presente. As análises do passado buscavam não mais apontar os caminhos do futuro, mas se debruçavam em tentar entender aquele presente, o aqui e o agora de então.

Mais recentemente, nas últimas décadas do século XX e nos primeiros anos do século XXI, os historiadores enveredaram por novos caminhos. O historiador Rafael Ruiz justifica as

mudanças devido ao fato de que “não é mais possível falar do futuro porque as velhas teorias deterministas, de uma história positiva, uma sucessão linear e progressiva não passavam de uma ilusão”<sup>1</sup>.

Assim, no decorrer dos séculos, a História vem sendo escrita de maneiras tão variadas que, às vezes, refletiram muito mais a época em que foi escrita do que o passado que foi analisado. O mesmo aconteceu com o uso de fontes históricas que, de acordo com a historiadora Maria de Lourdes Janotti, variou no tempo e no espaço, ao gosto dos historiadores “em relação direta com as circunstâncias de suas trajetórias pessoais e com suas identidades culturais”<sup>2</sup>.

Não só os usos das fontes foram sendo modificados, como também se modificou a própria noção do que seriam fontes históricas. Para os antigos historiadores, as fontes limitavam-se a documentos escritos. No século XIX, com a afirmação da História como disciplina acadêmica, os registros escritos, os vestígios arqueológicos e a produção artística também passaram a figurar como fontes históricas.

Ademais, as transformações históricas ocorridas durante o século XIX contribuíram para uma contínua expansão dos documentos que poderiam ser considerados fontes históricas: registros cartoriais, processos judiciais, censos, contratos de trabalho, movimento de portos, abastecimento e outros de cunho coletivo e reivindicatório<sup>3</sup>.

Posteriormente, já durante o século XX, ampliou-se ainda mais a variedade de elementos que poderiam fornecer informações para análises históricas. Correntes historiográficas, como a do grupo dos *Annales*, incentivaram o uso de fontes até então sequer cogitadas. Nesse sentido, uma reflexão do historiador Lucian Lefebvre acerca da ampliação da noção de documento é bastante significativa:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. [Faz-se] Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar (...) Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve ao homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.<sup>4</sup>

Assim, novos objetos foram integrados às análises históricas compondo um vasto leque de fontes passíveis de escrutínio por parte dos historiadores:

[...] processos químicos, documentos de ministérios da agricultura, relatos de incêndios, cartas sobre catástrofes climáticas do passado, diários, biografias, romances, estudos psicanalíticos, Psicologia da arte, releitura dos clássicos greco-romanos, o discurso mítico, Antropologia cultural, culto de santos, doutrinas religiosas, livros pornográficos e clandestinos, estatísticas de publicações diversas, ilustrações, caricaturas, jornais, manuais de bons hábitos, fotografias, literatura média, receituários, dietas alimentares,



documentos de ministérios da saúde sobre epidemias, escrituração de estabelecimentos voltados ao abastecimento, contas da Assistência pública, estudos de Biologia, cardápios de hospitais e listas de compra, menus de restaurantes, arte culinária, utensílios de serviços de mesa, sondagens de opinião pública, depoimentos orais, filmes mudos, sonoros e coloridos, plantas de salas de exibição de filmes, letreiros, legendas, técnicas de filmagem, filmes de propaganda política, festas de loucos, fantasias, comemorações nacionais, bailes, cores, programas de festas públicas e particulares, homenagens, músicas, celebrações religiosas, discursos, trajes especiais e uma infinidade de outras mais.<sup>5</sup>

A variedade de fontes não é apenas o alicerce da construção histórica, mas parte dessa construção em todos seus momentos e articulações. A análise cuidadosa das fontes permite captar-lhe o sentido, tomar o sentido próprio do documento, atribuindo-lhe significados. O historiador Pietro Costa afirma que tais significados estão disponíveis a qualquer um que saiba manejar os documentos com devida competência: “o significado está dentro do texto [documento] como a pérola está dentro da ostra: basta abri-la com uma faca pontiaguda e dela se apropriar”<sup>6</sup>.

Nesse sentido, as histórias em quadrinhos são, perfeitamente, fontes históricas passíveis de análise pelos historiadores. Entretanto, apesar da não tão breve existência das histórias em quadrinhos, elas pouco foram utilizadas como fontes históricas, limitando-se o seu estudo por historiadores, com raras exceções, às duas últimas décadas.

A apropriação, por parte dos historiadores, desse tipo de fontes tem o potencial de ampliar as possibilidades de análise do passado, investigando a) a linguagem dos quadrinhos como resultado da produção humana; b) o meio pelo qual os quadrinhos como linguagem circulam e atingem seus leitores; c) a representação de um determinado período histórico pelo viés do artista criador dos quadrinhos; d) a recepção do leitor de quadrinhos de acordo com o tipo dos quadrinhos lidos; entre outras.

Em um caso específico, a análise de um rol de revistas de histórias em quadrinhos pode revelar aspectos de um determinado período histórico que dificilmente seriam desvelados a partir da inquirição de outras fontes. É justamente isso que se pretende ao analisar um conjunto representativo da produção de quadrinhos nacionais das décadas de 1980 e 1990, ou melhor, de 1984 a 1995, que foi o tempo de existência da Circo Editorial, editora responsável pela publicação de títulos como *Chiclete com Banana*, *Circo de quadrinhos e humor* (ou, simplesmente, *Circo*), *Geraldão*, *Piratas do Tietê*, *Níquel Náusea*, *Big Bang Bang*, *Lúcifer* e *Casseta Popular*.

Tais quadrinhos, denominados como *underground* ou marginais, romperam com os padrões dos quadrinhos até então vigentes e, ao mesmo tempo, adaptaram-se às estruturas de *mass media* da maioria das publicações de quadrinhos existentes no referido período. Por um lado, deixou-se de fazer quadrinhos infantis ou de heróis e se passou a abordar aspectos da

vida cotidiana, como as relações conjugais, a família, a sociabilidade urbana, as crises de gerações e os anseios e angústias de uma geração que cresceu durante a ditadura civil-militar brasileira e alcançou sua maturidade nos anos de abertura política e de restabelecimento da democracia republicana no Brasil. Por outro, as supracitadas revistas foram produzidas levando-se em consideração várias das demandas características da indústria cultural, como produção em larga escala (com tiragens que ultrapassaram os 50 mil exemplares e chegaram nos 100 mil<sup>7</sup>) e distribuição nacional, com a Dinap<sup>8</sup>.

A empreitada da Circo Editorial, pode, portanto, ser considerada revolucionária em um cenário no qual prevaleciam quadrinhos infanto-juvenis (sendo grande parte adaptações de quadrinhos estrangeiros), contribuindo para uma significativa ampliação do público leitor de quadrinhos no Brasil que foi sucedida pelo crescente refinamento nas produções nacionais e pelo igualmente crescente interesse de outras editoras em publicarem esse tipo de linguagem, consagrando-a como algo além de uma simples mídia. Em outras palavras, ao longo das últimas cinco décadas, os quadrinhos, enquanto linguagem, deixaram de ser meramente a sobreposição dos códigos visual e verbal, até mesmo porque os quadrinhos são feitos para permitir que a narrativa visual não seja a simples reiteração do texto. Aliás, pode-se afirmar, sem risco de se cometer uma heresia, que os quadrinhos, esse hipergênero que agrega diferentes outros gêneros, constituem-se como Arte<sup>9</sup>.

Por questão cronológica, a leitura de imagens precede a leitura de palavras. Mas, com o avançar dos anos e com a popularização das mídias impressas, a leitura das palavras ganhou uma aura de atividade importante, imaginada, de maneira um tanto quanto pretensiosa, como única forma de leitura válida e, portanto, a única leitura digna de referência. Atualmente, porém, sabe-se que a atividade de leitura compreende uma relação com a experiência visual do leitor e de sua capacidade de decodificação de símbolos, que não se limitam às letras que formam as palavras e compõem as frases, ou seja, a atividade de leitura extrapola aquilo que está escrito.

E, se a leitura pode ser uma prática além da decodificação de textos, por que não aceitar como válidas outras leituras, como a leitura dos quadrinhos, por exemplo? Para enfatizar tal proposta, nada mais pertinente do que uma alusão a Will Eisner, tido como o precursor dos quadrinhos sequenciais modernos, para quem a leitura como prática deve ser encarada em um sentido mais amplo do que aquele comumente aplicado ao termo<sup>10</sup>.

Will Eisner reforça as variadas possibilidades de leitura fazendo referência ao jornalista e escritor estadunidense Tom Wolfe, que considera os séculos XIX e XX como o período histórico que mais enfatizou o tema da leitura sendo diretamente vinculado ao

conceito de alfabetização, quando aprender a ler significava, basicamente, aprender a ler palavras. À parte isso, pesquisas realizadas nas décadas finais do século XX revelaram, segundo Wolfe, que a leitura de palavras é apenas um subconjunto de uma atividade humana mais ampla, que envolve também outras leituras – de imagens, mapas, gráficos, sons, filmes, etc.

E, entre as diversas formas possíveis de leitura, aquela que é fruto da combinação dos códigos visual e verbal é a que tem “o poder de tirar o homem do isolamento causado pela prevalência da palavra escrita sobre as formas de comunicação visual”<sup>11</sup>; percepção essa, da validade da fusão de palavras com imagens, que não é tão recente, pois é atribuída ao mestre renascentista Leonardo da Vinci. Will Eisner, ao tratar das histórias em quadrinhos, compartilha da mesma opinião de Leonardo da Vinci, afirmando que a interação entre imagens e palavras resultou em uma hibridação bem-sucedida de ilustração e prosa<sup>12</sup>.

Assim, as revistas de quadrinhos da Circo Editorial oferecem a matéria-prima para se analisar um determinado período histórico, pois são fontes híbridas (ilustração e prosa), fruto da produção criativa de atores históricos peculiares num cenário específico. Um desses atores é Arnaldo Angeli Filho, protagonista na revista *Chiclete com Banana*.

A *Chiclete com Banana* foi lançada no dia 15 de outubro de 1985, inaugurando “a epopeia da mais importante revista de quadrinhos para adultos já publicada no Brasil”<sup>13</sup>, como afirma o coordenador do Observatório de Histórias em Quadrinhos da ECA-USP, Waldomiro Vergueiro. Foi nas páginas da *Chiclete com Banana* que surgiram e/ou se consolidaram personagens emblemáticos dos quadrinhos brasileiros: Rê Bordosa, Bob Cuspe, Mara Tara, Meiaoitto e Nanico, Bibelô, Wood & Stock, os Skrotinhos e as Skrotinhas, entre outros. As vinte e quatro edições regulares da revista, além de alternativamente inovadoras, oferecem um amplo panorama do cenário urbano paulistano entre 1985 e 1990:

- Chiclete com Banana* n.1. Circo Editorial. Outubro de 1985.
- Chiclete com Banana* n.2. Circo Editorial. Dezembro de 1985.
- Chiclete com Banana* n.3. Circo Editorial. Fevereiro de 1986.
- Chiclete com Banana* n.4. Circo Editorial. Abril de 1986.
- Chiclete com Banana* n.5. Circo Editorial. Junho de 1986.
- Chiclete com Banana* n.6. Circo Editorial. Agosto de 1986.
- Chiclete com Banana* n.7. Circo Editorial. Novembro de 1986.
- Chiclete com Banana* n.8. Circo Editorial. Janeiro de 1987.
- Chiclete com Banana* n.9. Circo Editorial. Abril de 1987.
- Chiclete com Banana* n.10. Circo Editorial. Junho de 1987.
- Chiclete com Banana* n.11. Circo Editorial. Setembro de 1987.
- Chiclete com Banana* n.12. Circo Editorial. Novembro de 1987.
- Chiclete com Banana* n.13. Circo Editorial. Abril de 1988.
- Chiclete com Banana* n.14. Circo Editorial. Junho de 1988.
- Chiclete com Banana* n.15. Circo Editorial. Setembro de 1988.
- Chiclete com Banana* n.16. Circo Editorial. Novembro de 1988.
- Chiclete com Banana* n.17. Circo Editorial. Fevereiro de 1989.

*Chiclete com Banana* n.18. Circo Editorial. Abril de 1989.  
*Chiclete com Banana* n.19. Circo Editorial. Junho de 1989.  
*Chiclete com Banana* n.20. Circo Editorial. Agosto/Setembro de 1989.  
*Chiclete com Banana* n.21. Circo Editorial. (Data ainda não identificada)  
*Chiclete com Banana* n.22. Circo Editorial. Abril de 1990.  
*Chiclete com Banana* n.23. Circo Editorial. Junho/Julho de 1990.  
*Chiclete com Banana* n.24. Circo Editorial. Dezembro de 1990.<sup>14</sup>

Pode-se dizer que *Chiclete com Banana* foi um sucesso editorial, principalmente se considerarmos que os quadrinhos de Angeli não eram exatamente o que o mercado espera de um produto de sucesso. Afinal de contas, o grupo dos principais consumidores da indústria cultural era reiteradamente ridicularizado nas histórias de Angeli e de seus inúmeros convidados. Mais que ridicularizadas, as vítimas em potencial da corrosiva revista eram continuamente eschachadas, sem dó nem piedade, numa ação que não poupava ninguém, tampouco os próprios quadrinhos, principalmente aqueles mais conservadores e ingênuos, exatamente como aparece no editorial do primeiro exemplar da *Chiclete com Banana*.

“Na quebrada da esquina” é o título do editorial, onde uma gangue liderada por Bob Cuspe aguarda, na tocaia, um pato desengonçado que vem caminhando alegremente (mais abobalhado do que alegre, na opinião deste que vos escreve). Logo na primeira linha do editorial a revista, e Angeli, mostram a que vieram:

O ser humano é meio panaca mesmo. Alguns engolem fogo, outros escalam o monte Everest; outros ainda, deitam em cama de prego e nós resolvemos, fazer um gibi – ou seria uma revista? – de galhofa para galhofeiros. Dois pontos, entre outros, são difíceis nesta façanha editorial: primeiro concorrer com o pato idiota, aí de cima e segundo fazer galhofa num país onde ultimamente todo mundo se leva terrivelmente a sério. Não! Não vamos encher seu saco narrando as desventuras do desenhista nacional contra um bando de patos afeminados e não assumidos, pois você não comprou esta revista – ou seria um gibi? – para ouvir lamúrias e nem vamos achar que humor é coisa tão importante a ponto de derrubar o governo da Cisjordânia, se é que lá tem governo. Queremos com esse gibi – ou seria revista? – apenas beliscar a bunda do ser humano para ver se a besta acorda.<sup>15</sup>

Talvez seja desnecessário informar, mas o referido pato, idiota, afeminado e não assumido, lembra muito o Pato Donald. Além disso, são interessantes as pretensões da revista (ou gibi?), que não almejam nada mais do que o deboche, o escárnio, a zombaria. É a galhofa para os galhofeiros, é o humor pelo humor, sem a necessidade de um compromisso político e/ou ideológico. Mas não é escondida do leitor, e consumidor, a posição declarada de ser um concorrente das revistas de quadrinhos comumente comercializados no período, os gibis.

O retumbante sucesso da *Chiclete com Banana* abriu o caminho para outras revistas da Circo Editorial. E estamos falando de revistas, não de gibis. Capitaneando uma nova revista, Luiz Geraldo Ferrari Martins, o Luiz Gê. O nome da revista? *Circo*. Com mais páginas e mais colaboradores do que a *Chiclete*, o primeiro número foi às bancas no final de 1986. Seguiram-se mais sete números, numa periodicidade um tanto quanto irregular:

*Circo de quadrinhos e humor* n.1. Circo Editorial. Outubro/Novembro de 1986.

*Circo de quadrinhos e humor* n.2. Circo Editorial. Janeiro/Fevereiro de 1987.  
*Circo de quadrinhos e humor* n.3. Circo Editorial. Março/Abril de 1987.  
*Circo de quadrinhos e humor* n.4. Circo Editorial. Junho/Julho de 1987.  
*Circo de quadrinhos e humor* n.5. Circo Editorial. Agosto de 1987.  
*Circo de quadrinhos e humor* n.6. Circo Editorial. Outubro de 1987.  
*Circo de quadrinhos e humor* n.7. Circo Editorial. Dezembro de 1987.  
*Circo de quadrinhos e humor* n.8. Circo Editorial. Maio de 1988.<sup>16</sup>

Os expoentes dos quadrinhos *underground* nacionais ganharam espaço nas páginas da *Circo*. Mas, para a época, talvez a grande contribuição da revista tenha sido publicar os expoentes internacionais, popularizando os quadrinhos alternativos e fazendo escola no país que estava acostumado com os “afeminados patos idiotas”. A apresentação da *Circo*, em seu primeiro editorial, deixou bem clara a proposta da revista num editorial em quadrinhos de quatro páginas:

Não, caro leitor, esta história em quadrinhos não está com defeito. Não adianta virar a revista de cabeça para baixo. Ela está agora sob nosso controle, penetrando em um reino além das quatro dimensões conhecidas... Não, não é o reino da imaginação. Você vai entrar num mundo para lá de além da imaginação. (Aliás é para lá de onde a imaginação perdeu as meias, pois as botas ela perdeu um pouco antes.) Um mundo de mágica e fantasia de ideias absurdas, inimagináveis Cuidado Harry, você tem dois argentinos na sua cauda!! de ideias românticas com toques de um realismo quase parnasiano.. [vai dar na primeira edição] beirando ao frio racionalismo cientificista Este é o maravilhoso mundo do futuro! \_ Sim, o lugar das saudosas utopias inesquecíveis! da paz, da harmonia e da justiça Paz com diversão é claro que ninguém é de ferro! Não, não haverá lugar para o tédio: esta morte sonolenta Mas não se assustem, assim como para as gloriosas páginas do passado... haverá, sempre, em nossos corações, um lugar para o presente... o usual, o puro e simples cotidiano que a todos nos irmana (graças a Deus) [Oi, rocha de Titan, a 5ª lua de Saturno, tudo bem?][a gente vai levando, né rocha de Titan, a 5ª lua de Saturno] Tal é o extraordinário universo que só a história em quadrinhos pode oferecer! [Peráf][História? Em quadrinhos? que diabo é isso?] Você sabe o que é charge política? [Claro! Todas as nossas publicações dignas deste nome usam a charge política][Funaro, Sarney essas coisas, né?] Pois é. A história em quadrinhos não tem nada a haver com charge política [Não?] Não. Quer ver como é? [Bem... sim.] Ok, então vem cumigu [Vamo Lá] [Ah, que interessante][É sempre animado assim?] Bem, esta é uma noção ainda parcial. Para ter uma ideia melhor, vá em frente e boa sorte...<sup>17</sup>

O cientista da comunicação e pesquisador da área de histórias em quadrinhos Nobu Chinen considera que o editorial criado por Luiz Gê “versava com irreverência sobre a quase inexistência de quadrinhos (principalmente com aquelas características) no mercado e convidava o leitor a conhecer o que era a linguagem da HQ.”<sup>18</sup> Depois da *Circo*, e antes mesmo dela sair de circulação, outra revista da Circo Editorial foi para as bancas. Quem ganhou espaço próprio foi Glauco Vilas Boas, que colaborou na *Chiclete com Banana* e na *Circo*.

A revista de Glauco, intitulada *Geraldão*, começou a circular em maio de 1987 e teve dezoito edições. Entretanto, a partir do número 11 a revista foi publicada por outra editora, a Palhaço, um desdobramento da Circo Editorial:

*Geraldão* n.1. Circo Editorial. Maio de 1987.  
*Geraldão* n.2. Circo Editorial. Agosto de 1987.  
*Geraldão* n.3. Circo Editorial. Outubro de 1987.

*Geraldão* n.4. Circo Editorial. Dezembro de 1987.  
*Geraldão* n.5. Circo Editorial. Fevereiro de 1988.  
*Geraldão* n.6. Circo Editorial. Abril de 1988.  
*Geraldão* n.7. Circo Editorial. Junho de 1988.  
*Geraldão* n.8. Circo Editorial. Agosto de 1988.  
*Geraldão* n.9. Circo Editorial. Outubro de 1988.  
*Geraldão* n.10. Circo Editorial. Dezembro de 1988.  
*Geraldão* n.11. Palhaço Editorial. Fevereiro de 1989.  
*Geraldão* n.12. Palhaço Editorial. Abril de 1989.  
*Geraldão* n.13. Palhaço Editorial. Junho de 1989.  
*Geraldão* n.14. Palhaço Editorial. Agosto de 1989.  
*Geraldão* n.15. Palhaço Editorial. Novembro de 1989.  
*Geraldão* n.16. Editora Pangas. Agosto de 1990.  
*Geraldão* n.17. Editora Pangas. Novembro de 1990.  
*Geraldão* n.18. Editora Pangas. Outubro de 1991.<sup>19</sup>

*Geraldão* talvez tenha sido, entre as já referidas revistas, a que mais explicitamente apresentou quadrinhos, pura e simplesmente. E, de certa forma, *Geraldão* colocou em prática o que Angeli preconizou no primeiro editorial da *Chiclete com Banana*, a galhofa para os galhofeiros. É como o jornalista Paulo Ramos afirmou, Glauco e seu personagem *Geraldão* foram corajosos e ousados, afinal, “aparecer nu, com o pênis ereto, numa revista e numa tira de jornal, poucos anos após o fim da censura, é, no mínimo, uma forma de testar até onde vão os limites da liberdade de expressão.”<sup>20</sup>

Depois das referidas três revistas e, praticamente, cinco anos depois da primeira *Chiclete com Banana*, foram os bucaneiros do Tietê que ganharam uma revista para chamar de sua, a *Piratas do Tietê*, de Laerte Coutinho. Em revista própria, os piratas chegaram nas bancas em maio de 1990, inicialmente com periodicidade mensal, mas, a exemplo das demais revistas da Circo Editorial, logo assumiu uma regular irregularidade:

*Piratas do Tietê* n.1. Circo Editorial. Maio de 1990.  
*Piratas do Tietê* n.2. Circo Editorial. Junho de 1990.  
*Piratas do Tietê* n.3. Circo Editorial. Julho de 1990.  
*Piratas do Tietê* n.4. Circo Editorial. Agosto de 1990.  
*Piratas do Tietê* n.5. Circo Editorial. Setembro de 1990.  
*Piratas do Tietê* n.6. Circo Editorial. Outubro de 1990.  
*Piratas do Tietê* n.7. Circo Editorial. Dezembro de 1990.  
*Piratas do Tietê* n.8. Circo Editorial. Fevereiro de 1991.  
*Piratas do Tietê* n.9. Circo Editorial. Maio de 1991.  
*Piratas do Tietê* n.10. Circo Editorial. Agosto de 1991.  
*Piratas do Tietê* n.11. Circo Editorial. Setembro de 1991.  
*Piratas do Tietê* n.12. Circo Editorial. Janeiro de 1992.  
*Piratas do Tietê* n.13. Circo Editorial. Março de 1992.  
*Piratas do Tietê* n.14. Circo Editorial. Abril de 1992.<sup>21</sup>

Laerte também soube, assim como Angeli e Glauco, levar os piratas para muito mais longe do que o rio Tietê. Liderados pelo Capitão, os piratas deixaram, de acordo com o jornalista Marcelo Alencar, “um rastro de sangue e destruição nunca vistos nas margens poluídas do rio canalizado.”<sup>22</sup> No editorial do primeiro número, Laerte advertia seus leitores:

Muito bem, o país vive um momento difícil. Nós aqui vivemos um momento difícil há muito mais tempo e não lançamos nenhum plano isso ou plano aquilo. Lançamos o gubi dos **Piratas do Tietê**. Afinal de contas, qual é o objetivo do geral? Sim, qual é o plano

do povo brasileiro? Lavar a égua ou lavar o carro no domingo? Mais respeito e menos arrocho ou mais sabor com menos alcatrão? Acertar as contas com o mundo ou acertar o cartelão do baú? Como veem, existe sempre uma forma cretina de “melhorar a situação”. Eu pensei muito e cheguei a uma conclusão: nós não somos um povo cretino. Não, nós somos legais. É sério, você pode se olhar no espelho e dizer: até que nós somos legais. Já passamos por poucas e boas e olha só, ainda somos legais. Mas não baixa a guarda não. Não se esqueça de quanto ainda falta até a gente virar uma coisa apresentável. Tome um banho. Vista uma roupa mais parecida com você mesmo. Cumprimente os vizinhos. Pare de aceitar bala de menta em vez do troco certo. E não se esqueça do **Piratas** a cada mês.<sup>23</sup>

E assim, nessa breve amostra da produção dos quadrinhos *underground* da Circo Editorial, procuramos indicar o potencial que as revistas de quadrinhos têm enquanto fontes passíveis de escrutínio por parte dos historiadores. No caso específico das supracitadas revistas, é possível se analisar a sociedade e a cultura da nova república brasileira, desvelando os meandros da vida cotidiana; expondo os conflitos e tensões das relações conjugais e a (des)organização da estrutura familiar no último quartel do século XX; além, é claro, de revelar as contingências da sociabilidade urbana num país que deixara, há pouco, de ser majoritariamente rural e agrário. Em outras palavras, tais quadrinhos *underground* refletem o Brasil das décadas de 1980 e 1990 e, obviamente, constituem um rico depositário para o historiador atento, bastando dele se apropriar com a devida competência.

---

<sup>1</sup> RUIZ, Rafael. Literatura: novas formas de abordar o ensino de História. In: KARNAL, Leandro (Org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 77.

<sup>2</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes. O livro *Fontes históricas* como fonte. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 10.

<sup>3</sup> Idem. p. 11.

<sup>4</sup> Citação de Lucian Lefebvre (artigo da *Revista dos Annales*). ANDRADE, Vera Cabana. Repensando o documento histórico e sua utilização no ensino. In: MONTEIRO, Ana Maria F. C.; GASPARELLO, Arlete Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Orgs.). *Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2007. p. 232.

<sup>5</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes. O livro *Fontes históricas* como fonte. IN: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 15.

<sup>6</sup> COSTA, Pietro. *O conhecimento do passado: dilemas e instrumentos da historiografia*. Curitiba: Juruá Editora, 2007. p. 11.

<sup>7</sup> Para a edição inaugural da revista *Chiclete com Banana* foram impressas 50 mil cópias (foram vendidos 28 mil exemplares). O número 11 da mesma revista teve 130 mil cópias impressas (foram vendidos 100 mil exemplares).

<sup>8</sup> “A Dinap, empresa do Grupo Abril, é a maior empresa de distribuição de publicações do Brasil. Está há 50 anos no mercado sendo responsável por 70% das vendas avulsas de revistas, chegando a mais de 2,6 mil municípios brasileiros. A Dinap atende, além da Editora Abril, grandes editoras como Caras, Alto Astral, Ediouro, On Line, Rickdan, Duetto e Nova Cultural, entre outras, num total de 80 editoras.” Disponível em: <<http://www.dinap.com.br/site/institucional/>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

<sup>9</sup> RAMOS, Paulo. *A leitura dos quadrinhos*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 20.

<sup>10</sup> EISNER, Will. *Quadrinhos e arte sequencial: princípios e práticas do lendário cartunista*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. p. 01.

<sup>11</sup> MIGUEL, Rodrigo. *Animação 3D, game & HQ: conexões e mercado*. Rio de Janeiro: 2AB, 2009. p. 19.

<sup>12</sup> EISNER, Will. *Quadrinhos e arte sequencial: princípios e práticas do lendário cartunista*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. p. 02.

<sup>13</sup> VERGUEIRO, Waldomiro. *Chiclete com Banana abrindo os caminhos*. In: MENDES, Toninho (org.). *umor paulistano: a experiência da Circo Editorial 1984-1995*. São Paulo: SESI-SP editora, 2014. p. 40.

<sup>14</sup> Fontes do autor.

<sup>15</sup> *Chiclete com Banana* n.1. Circo Editorial. Outubro de 1985. p. 03.

<sup>16</sup> Fontes do autor.

<sup>17</sup> *Circo de quadrinhos e humor* n.1. Circo Editorial. Outubro/Novembro de 1986. p. 3-6.

<sup>18</sup> CHINEN, Nobu. A metrópole dos desenhistas da Circo. In: MENDES, Toninho (org.). *Humor paulistano: a experiência da Circo Editorial 1984-1995*. São Paulo: SESI-SP editora, 2014. p. 171.

<sup>19</sup> Fontes do autor.

<sup>20</sup> RAMOS, Paulo. Geraldão Edipão Neuras & Doy Jorge. In: MENDES, Toninho (org.). *umor paulistano: a experiência da Circo Editorial 1984-1995*. São Paulo: SESI-SP editora, 2014. p. 281.

<sup>21</sup> Fontes do autor.

<sup>22</sup> ALENCAR, Marcelo. A invasão dos Piratas do Tietê. In: MENDES, Toninho (org.). *umor paulistano: a experiência da Circo Editorial 1984-1995*. São Paulo: SESI-SP editora, 2014. p. 343.

<sup>23</sup> *Piratas do Tietê* n.1. Circo Editorial. Maio de 1990. p. 3.



## **FORTE DE COIMBRA NA GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA CONTRA O PARAGUAI (1864-1870)<sup>1</sup>**

Orlando de Miranda Filho<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo abordará a invasão da província de Mato Grosso durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870), analisando os fatores da rápida defecção das tropas imperiais no forte de Coimbra.

**Palavras-chave:** Forte de Coimbra; província do Mato Grosso; Guerra do Paraguai.

**Abstract:** This paper addresses the invasion of the province of Mato Grosso during the War of the Triple Alliance against Paraguay (1864-1870), analyzing the factors of the rapid defeat of the imperial troops in the fort of Coimbra.

**Keywords:** Coimbra Fort; province of Mato Grosso; Paraguayan War

### **A Guerra do Paraguai (1864-1870)**

Por razões que transcendem o objetivo do presente trabalho, não abordaremos com profundidade as origens da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Em um sentido geral, as raízes do conflito estão no processo de surgimento e de consolidação dos Estados nacionais platinos, afetados por questões internas e na luta por hegemonia regional entre o Império do Brasil e Buenos Aires.

Em abril de 1864, o governo imperial enviou ao Uruguai o conselheiro José Antônio Saraiva (1823-1865). A ‘Missão Saraiva’ foi motivada pela pressão dos estancieiros rio-grandenses, proprietários de vastas áreas em território uruguaio. Eles exigiam do governo oriental a anuência das taxas para exportação de gado e a manutenção do sistema escravista, abolido no Uruguai em 1842, além da punição dos funcionários locais, que supostamente teriam abusado de suas funções no trato com fazendeiros do Rio Grande do Sul.

Atanasio Cruz Aguirre (1864-1865), presidente da República Oriental do Uruguai pelo Partido Blanco, recebeu o *ultimatum* da missão Saraiva: ou as “solicitações” eram aceitas, ou haveria intervenção militar. Sendo a primeira descartada, prevaleceu a segunda alternativa.

Como desdobramento da intervenção imperial, Francisco Solano López (1824-1870),

presidente do Paraguai e potencial aliado dos blancos uruguaios, respondeu à manobra militar do Império do Brasil. Conforme divulgado oficialmente antes da guerra, o governo lopista não ficaria inerte diante de uma ingerência estrangeira no Uruguai, o que pode ser explicado pela importância do porto de Montevidéu para manutenção da soberania paraguaia, visto que o país não possuía saída para o mar.

Em setembro de 1864, diante da recusa do presidente Atanasio Aguirre em aceitar o ultimato, a marinha imperial, liderada pelo almirante Tamandaré e depois o exército, liderado por Mena Barreto, cercaram Montevidéu. Como resposta, o presidente Solano López ordenou o apresamento do navio imperial Marquês de Olinda. A embarcação navegava em águas paraguaias, mas o destino era o Mato Grosso; a bordo estava Frederico Carneiro de Campos, coronel recém-nomeado como novo presidente daquela província.

O barco a vapor deixou Assunção, mas a canhoneira paraguaia Tacuarí foi destacada para alcançá-lo antes que cruzasse a fronteira. Interceptado na manhã do dia 12 de novembro, o Marquês de Olinda teve de retornar ao porto. O navio foi confiscado e toda tripulação e passageiros foram feitos prisioneiros – mais tarde, parte dos tripulantes foi liberada.

Viana de Lima, ministro imperial residente no Paraguai, exigiu explicações quando soube do apresamento. Como resposta, recebeu um claro comunicado: “Em consequência a uma provocação tão direta [invasão do Uruguai], devo declarar à V. Exa. que ficam rotas as relações entre este governo e o de S.M. o Imperador, impedida a navegação das águas da República para a bandeira de guerra e mercante [...]”<sup>3</sup> Para os imperiais, esse foi o *casus belli*, embora o próprio governo paraguaio alertou que uma invasão ao Uruguai representaria estado de guerra.

### **Começa a movimentação do conflito**

O governo do Paraguai organizou outro ataque ao Império após a captura do vapor Marquês de Olinda. Em dezembro de 1864, foram mobilizadas duas expedições para invadir a província do Mato Grosso: uma fluvial e outra terrestre. A primeira, destinada ao ataque do forte de Coimbra, ferrolho da defesa imperial no rio Paraguai; a segunda, para apoderar-se do sul da província, com destaque para Corumbá.

No comando das tropas terrestres, estava o coronel Francisco Isidoro Resquin; enquanto o coronel Vicente Barrios liderava a força naval. Segundo o intelectual e coronel paraguaio Juan Crisóstomo Centurión, que participou da guerra, o comando por terra partiu no dia 14 de dezembro, e tinha “unos 3500 hombres más o menos, en su mayor parte de caballeria que al mando del General (entonces coronel) Resquín partió de Villa Concepción e

invadió por tierra la misma provincia de Matto Grosso.”<sup>4</sup>

Por sua vez, as tropas destinadas ao assalto do forte de Coimbra partiram dos moles do porto de Assunção. O coronel George Thompson, engenheiro militar inglês que lutou ao lado das tropas paraguaias, autor de célebre obra sobre a guerra do Paraguai publicada em 1870, escreveu que: “[...] toda la población de la Asunción, corría á las barracas, pues se sabía que esse día debía zarpar una expedición para invadir á Matto-Grosso.”<sup>5</sup>

### **Uma guerra previsível**

Em 1975, durante as festividades do bicentenário do forte de Coimbra, construção localizada no sul de Mato Grosso, Raul Silveira de Mello, general e historiador militar, justificou o abandono apressado das tropas imperiais daquela posição, devido a uma manobra sorrateira e inesperada “[...] o forte foi pego às cegas, inteiramente de surpresa, porque só se advertiu da presença da esquadra paraguaia quando ela estacionou a 6 km a jusante [posição rio abaixo em relação ao observador].”<sup>6</sup>

A tese do general Raul Silveira é questionada pelo relatório encaminhado a Augusto João Manuel Leverger, vice-presidente da província mato-grossense, em novembro de 1864.

A 30 do mês findo [novembro] cheguei aqui de volta do Forte de Coimbra, para onde foi conduzindo o batalhão de artilharia da Província. [...] direi a V. Exa., que não é satisfatório o estado do dito Forte, contudo pode resistir aos navios do Paraguai e defender-se talvez dos seus ataques por terra. O Exmo. Sr. Comandante das Armas determinou alguns melhoramentos e serviços que entende serão de vantagem e pretende fortificar a antiga posição da Marinha em frente ao mesmo Forte [...].<sup>7</sup>

O documento sugere que um ataque paraguaio não apenas era vislumbrado pelas autoridades imperiais, como também era esperado, contradizendo a alegação de ataque “às cegas”. Em agosto de 1865, o brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho, presidente da província, transferiu o cargo para Augusto Leverger, então vice-presidente provincial. Em relatório é citado que no “dia 10 de Outubro de 1864 apresentou-se nesta capital [Cuiabá] o comandante do vapor Corumbá [...] Francisco Candido de Castro Menezes com as notícias vindas do Sul”, segundo análise do “Visconde de Tamandaré, e do nosso Ministro residente na Assumpção [...] havia a conveniência de preparar-se contra alguma surpresa desleal que ele [Francisco Solano López, presidente do Paraguai] tentasse sobre as fronteiras desta província. [...]”<sup>8</sup>

Portanto, era de pleno conhecimento a possibilidade de ataque paraguaio ao Mato Grosso e, conseqüentemente, ao forte de Coimbra. Segundo o brigadeiro Albino de Carvalho, o

enorme fracasso na defesa da região não se devia às autoridades locais: “V. Ex. conhece perfeitamente que a Província [do Mato Grosso] estava desarmada ou indefesa, sendo certo que esse estado e suas consequências não podem atribuir-se à falta de previsão e energia do Governo local.”<sup>9</sup>

Em 1863, as autoridades mato-grossenses cobravam oficialmente melhorias no sistema defensivo da província “[...] do estado efetivo dos corpos que guarnecem a Província [...] será ainda necessária para que todo o serviço se faça com a devida regularidade, aumentando-se alguns destacamentos hoje muito reduzidos”.<sup>10</sup>

Na década de 1860, no intuito de conhecer as condições de defesa da fronteira oeste, foi realizado um levantamento de todo o arsenal do forte de Coimbra, incluindo armas, canhões e munição.

Não apenas o Império, como também o Paraguai e a Argentina organizavam-se com maior ou menor intensidade para uma batalha na região, sem mencionar a preparação gerada a partir das guerras civis.

### **Missão Coimbra: o ataque**

O êxito da operação paraguaia na província de Mato Grosso passava pelo assalto bem-sucedido ao forte de Coimbra. Devido a isso, a esquadra paraguaia era composta de “cinco buques de guerra, dos lanchas cañoneras y tres transportes con tres mil hombres de desembarque [...] a practicar las operaciones sobre el fuerte de Coimbra y demás puntos militares brasileños, situados sobre el alto Paraguay”.<sup>11</sup>

Antes do ataque, quando estavam a aproximadamente cem quilômetros do alvo, o coronel Vicente Barrios enviou uma embarcação menor para fazer o reconhecimento da situação no forte. A missão foi e voltou sem ser avistada; os paraguaios não identificaram nenhuma movimentação atípica, apenas ouviram disparos nas cercanias da fortaleza. Mais tarde, soube-se que era a guarnição do forte praticando tiro ao alvo.

Na segunda-feira de 26 de dezembro de 1864, a expedição fluvial comandada pelo coronel Barrios fundeou ao sul de Coimbra. Parte das tropas desembarcou na margem esquerda do rio, onde se posicionaram antes do ataque. De acordo com George Thompson, o coronel Barrios ordenou que

los vapores anclaron á una legua de Coimbra, en donde se efectuó el desembarque de las tropas y de la artillería [...]. La artillería estaba colocada en una colina frente á Coimbra al otro lado del río. Las cañoneras tomaron posición para bombardear el fuerte, y todo quedó dispuesto para el ataque.<sup>12</sup>

Às cinco horas da manhã do dia seguinte, após a neblina do rio ter se dissipado, as sentinelas imperiais avistaram o inimigo.

Atingir o alvo era apenas a primeira parte da missão, pois a tomada de Coimbra seria um pesadelo tático. Protegido pelas encostas naturais do Fecho dos Morros, o local só poderia ser atacado por um lado. Possuía espessas e altas muralhas de pedra e argamassa, guarnecidas por canhões e soldados armados. Na liderança de Coimbra estava o capitão Benedito de Faria. O tenente-coronel Hermenegildo Portocarrero, comandante do 2º Corpo de Artilharia do Mato Grosso, assumiu o comando da resistência, pois fazia inspeção de rotina no local e possuía maior patente militar.

Sob às ordens do coronel Portocarrero estavam cento e cinquenta e cinco homens: a guarnição era de “12 oficiais, 1 cirurgião, 9 sargentos e 93 cabos e soldados, [e] foi, no combate, reforçada por alguns índios e civis, e por presos militares e comuns (ao lado mais 40 homens), perfazendo assim 155 o número de defensores.”<sup>13</sup> Embora estivessem em número muito menor, os imperiais contavam com enorme vantagem defensiva, de onde causariam grandes baixas ao exército inimigo. Prudentemente, os paraguaios tentaram primeiro a rendição.

As oito horas e trinta minutos do dia 27 de dezembro, o coronel Vicente Barrios enviou um *ultimatum* a Hermenegildo Portocarrero. A nota demonstrava polidez ao pedir “una prueba de moderacion y humanidad”, mas também estipulava o prazo de uma hora para rendição. Caso houvesse negativa ou silêncio do coronel, o procedimento seria utilizar a força para derrotar o inimigo, ficando os soldados e os oficiais colocados sob lei marcial.

Viva la República del Paraguay! A bordo del vapor de Guerra Iguerey. El Coronel Comandante de la Division de Operaciones del Alto Paraguay, en virtud de órdenes expresas de su gobierno, viene a tomar posesión del fuerte de su mando, y queriendo dar una prueba de moderacion y humanidad invita á V. para que dentro de una hora lo rinda, pues que no hacerlo asi, y cumplido el plazo señalado, procederá a tomarlo á viva fuerza quedando la guarnición sujeta ás leyes del caso. Mientras espera su pronta respuesta, queda de V. atento, Vicente Bárrios. Al Señor Comandante del Fuerte de Coimbra.<sup>14</sup>

O tenente-coronel Portocarrero respondeu prontamente. O militar, talvez tentando protelar um ataque, alegou não possuir ordem superior para se entregar, afirmando que “a doutrina que rege o Exército Brasileiro, a não ser por ordem de autoridade superior a quem transmito cópia desta nota, somente pela sorte das armas entregarei Coimbra”.<sup>15</sup> Conforme o *ultimatum*, essa resposta representou o prenúncio do ataque.

Terminado o prazo estabelecido, Vicente Barrios ordenou o desembarque das tropas a

aproximadamente seis quilômetros do forte, fora do alcance das armas inimigas. Às 11 horas da manhã, após ocuparem suas posições, os paraguaios romperam fogo. Primeiro, através dos canhões dos navios, a seguir, pelos canhões de campanha, posicionados no morro da Marinha, na margem esquerda do rio. Como os projéteis não alcançaram o forte, o tenente-coronel Portocarrero não respondeu ao fogo inimigo até às 14 horas.<sup>16</sup> Reforçado pela canhoneira Anhambaí, ao comando do tenente Baldoíno José Ferreira, a resistência do forte conseguiu repelir sem maiores dificuldades o avanço inimigo.

Construída em 1858 no arsenal da Marinha do Rio de Janeiro, a canhoneira teve grande importância nos primeiros movimentos do confronto. Dotada de dois canhões e de soldados armados, ela disparou contra os paraguaios, provocando baixas e retrocesso da marcha inimiga. Naquele dia, o duelo da artilharia foi interrompido às 19h30min.<sup>17</sup>

Na manhã de 28 de dezembro de 1864 a batalha foi reiniciada. Naquela quarta-feira os paraguaios procuravam alcançar o parapeito das muralhas, enquanto a guarnição imperial buscava repelir o movimento inimigo. Quando o combate foi suspenso já era noite, e as armas dos paraguaios mortas foram recolhidas para reforçar a defesa de Coimbra.<sup>18</sup>

O general Tasso Fragoso, historiador militar e introdutor da história militar crítica no Brasil, autor da monumental obra *História da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai*, escreveu que: “Portocarrero mandou sair duas partidas, que exploraram o terreno vizinho e recolheram armas e feridos do inimigo [...] Foram assim trazidos para o interior, e convenientemente tratados, 18 feridos e arrecadadas 85 armas.”<sup>19</sup> O ataque causou enormes baixas entre os paraguaios e praticamente nenhum dano aos defensores.

Apesar de o Paraguai envolver mais de três mil soldados na operação, a vantagem tática da fortaleza compensava a inferioridade numérica. Do desembarque até Coimbra, o caminho era irregular, marcado pela presença de pedras e troncos de árvores. Isso sem contar os soldados imperiais, que, protegidos pelas muralhas, castigavam os invasores com “una lluvia de balas de fuzil e metralla.”<sup>20</sup> A “chuva de balas” que Juan Centurión faz menção, foi proporcionada por mais de 9.000 cartuchos disparados das entranhas da fortaleza. Ela provocou mais duas centenas de baixas, entre mortos e feridos – quase dez por cento das tropas paraguaias, apenas no primeiro ataque!

### **Uma retirada inesperada**

Quando Vicente Barrios enviou o *ultimatum* ao comando de Coimbra, Hermengildo Portocarrero ordenou que a embarcação Jauru levasse um comunicado ao Comandante das Armas, localizado na vila de Corumbá, para explicar a gravidade da situação. Esperava-se

com isso garantir a chegada de reforços, imperiosos naquela situação. Antes de obter qualquer resposta o tenente-coronel Hermenegildo Portocarrero reuniu um conselho de oficiais para discutir o futuro do forte.

Ao comandante máximo de uma posição, cabe determinar irrestritamente sobre a ação de suas tropas. Nada lhe impede, entretanto, de consultar e de discutir com seus oficiais subalternos as possíveis medidas a serem tomadas. Em geral, a reunião do conselho de oficiais constitui recurso que lança mão para socializar a responsabilidade de decisão que não pretende carregar sozinho.

Após rápidas deliberações, todo o conselho decidiu pelo abandono do posto. A exceção foi o capitão Conrado, que não foi convidado para a reunião porque defendia a resistência até a chegada dos reforços solicitados. As explicações militares para justificar a rápida defecção ampararam-se na escassez de cartuchos – restariam cerca de 2.500. Segundo o relatório de Heremegildo Portocarrero, produzido após a evacuação, a munição era confeccionada pelas esposas dos militares, que “há dois dias, como nós todos, não comiam nem dormiam, não podiam fazer novo cartuchame, por ser isso um esforço sobrenatural”.<sup>21</sup>

As vinte e uma horas do dia 28 de dezembro começaram os preparativos para a evacuação. Duas horas depois, a uma distância média de cinco quilômetros dos paraguaios, a conhoneira Anhambaí partiu levando soldados, familiares e oficiais até a povoação de Corumbá, num total de 250 pessoas.<sup>22</sup> Para trás ficou o forte desprovido e dotado de muita pólvora e de armas - aproveitadas pelo exército invasor.

Durante a debandada rio acima, os retirantes do vapor Anhambaí encontraram a treze léguas – setenta quilômetros – de Coimbra os reforços enviados pelo Comando das Armas da Província do Mato Grosso. As embarcações Jauru e Corumbá traziam dois oficiais, cinquenta artilheiros, armas e munição. Caso fossem utilizados, tratava-se do primeiro reforço para manutenção da resistência. Mas como a evasão já estava em curso irreversível, os três vapores seguiram rio acima, com destino final em Cuiabá.

Os paraguaios foram surpreendidos com a inusitada solução da situação. “Por la mañana con sorpresa de todo el mundo, se observó en el furte la falta de bandera y de movimiento de gente.”<sup>23</sup> Para garantir que não fosse uma emboscada, o coronel Vicente Barrios “despachó un reconocimiento al mando de un oficial quién halló que la guarnición había abandonado el fuerte durante la noche, escapándose al amparo de la oscuridad.”<sup>24</sup>

O mais antigo e poderoso forte de Mato Grosso não suportou 48 horas de ataque. Em consequência da fuga da guarnição, o desespero se espalhou à população da região, com destaque para o sul. Os paraguaios, exultantes pela conquista, primeiro ocuparam Coimbra

(1864), pouco tempo depois tomaram com facilidade as vilas de Albuquerque (1865) e Corumbá (1865), igualmente abandonadas pelas tropas imperiais. A segunda coluna paraguaia, comandada pelo coronel Francisco Isidoro Resquín, invadiu por terra o sul da província mato-grossense, dominando a colônia militar de Dourados e as povoações de Nioaque, de Miranda e de Coxim, todas tomadas em 1865.

Em 1865, Hermegildo Portocarrero, por ter abandonado o posto, chegou a ser julgado por um Conselho de Guerra no Rio de Janeiro, mas foi absolvido. Entre os paraguaios, a vitória militar foi acompanhada de despojos de guerra. De acordo com o general paraguaio Francisco Isidoro Resquín, que participou da ocupação do extremo sul da província do Mato Grosso, os “paraguayos encontraron en Coimbra grandes depósitos de armas y de pólvora. La guarnición lo había abandonado todo.”<sup>25</sup>

A rápida defecção das tropas foi envernizada de heroísmo nas explicações oficiais brasileiras. Em outubro de 1865, ao assumir o posto de presidente da província, Augusto Leverger afirmou na Assembleia Legislativa do Mato Grosso que o

Forte de Coimbra, primeiro ponto atacado, resistiu heroicamente durante dois dias, ao ataque da artilharia e ao assalto de colunas de infantaria, que depois de retiraram-se, deixaram o chão juncado de mortos e feridos.<sup>26</sup>

Até mesmo os inimigos criticaram a postura da guarnição imperial. O general paraguaio Francisco Resquín, escreveu que as “comunicaciones [do forte de Coimbra] no estaban cortadas y que poseían burques á vapor, es indudable que debieron sostenerse en aquella posición.”<sup>27</sup> Mas o governo imperial concedeu uma medalha do mérito para premiar o exemplo dos ‘heróis da pátria’. Mais tarde, no ocaso do Império, dom Pedro II agraciou o tenente-coronel Portocarrero com o título de barão de *Coimbra*.

No período republicano, o presidente Getúlio Vargas, através do Decreto-Lei de 1942, denominou de “Forte Portocarrero”, o 6º Grupo de Artilharia de Costa, homenagem justificada porque “o Ten. Cel. Hermenegildo de Albuquerque Portocarrero dera em 1864, como comandante dessa guarnição, exemplo de raro valor militar, pela sua inexcedível coragem e inimitável bravura”.<sup>28</sup> Ambos governantes, o presidente e o imperador, parecem ter buscado reconstruir os eventos como parte da história oficial do Estado.

Na arquitetura da guerra, não é possível dimensionar com precisão os impactos da perda de Coimbra. Em livre conjectura, talvez se a guarnição imperial tivesse aguardado a chegada dos reforços, poderia ter resistido até o inimigo recuar. Na versão oficial, a retirada ocorreu pela insuficiência de cartuchos disponíveis em Coimbra. Em análise pessoal,



percebemos que Hermenegildo Portocarrero, juntamente com o conselho de oficiais, optou pela saída mais segura – a fuga. Nas palavras do próprio comandante do forte, isso ocorreu “para não serem sacrificadas tantas vidas”.<sup>29</sup>

Segundo todas as fontes militares consultadas, havia realmente pouco mais de 2.500 cartuchos de fuzil disponíveis – número considerado baixo para a situação. Mas, segundo essas mesmas fontes, não faltavam peças de artilharia, além das muralhas e da proteção geográfica natural. E os cartuchos poderiam continuar sendo fabricados no forte, que estava para receber reforços. A título de comparação, em apenas dois dias de confrontos, os paraguaios registraram mais de duzentas baixas, totalizando quase dez por cento do efetivo em ação; enquanto os imperiais não tiveram feridos. Hermenegildo Portocarrero também não aguardou a resposta do pedido de reforço feito no primeiro dia de ataque, 27 de dezembro. O Comando das Armas da província do Mato Grosso, logo após receber a notificação da situação, enviou reforços. Antes de chegar, o forte já havia sido abandonado.

Sobre o ineficiente sistema defensivo do forte de Coimbra, muito se deve atribuir à falta treinamento, de recursos disponíveis e da falta de identificação dos defensores com o território protegido. Já o heroísmo, tão decantado pela história oficial, não passa de mitologia do Estado.

---

<sup>1</sup> Essa pesquisa recebe apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

<sup>2</sup> Mestrando em História no PPGH da Universidade de Passo Fundo (UPF). Orientador: Mario Maestri; co-orientador: Paulo Marcos Esselin. E-mail: [orlando.filho@ifc-edu.br](mailto:orlando.filho@ifc-edu.br); [orlandomf16@yahoo.com.br](mailto:orlandomf16@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957, p. 251.

<sup>4</sup> CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. *Memorias o reminiscencias históricas sobre la Guerra del Paraguay*. Asunción: El lector, 1987, p. 21.

<sup>5</sup> THOMPSON, George. *Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro. Conquista, 1969, p. 23.

<sup>6</sup> MELLO, Raul Silveira de. *A história do Forte de Coimbra*. Rio de Janeiro: SMG Imprensa do Exército, 1961, p. 5.

<sup>7</sup> Ofício do Comandante da flotilha de Mato Grosso, em Corumbá, ao Presidente da Província, em 01/nov/1864. Disponível em: [http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id\\_fortaleza=163&muda\\_idioma=ES](http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=163&muda_idioma=ES). Acesso em 02 de setembro de 2013.

<sup>8</sup> Relatório apresentado ao chefe de esquadra Augusto Leverger, vice-presidente da província de Mato Grosso pelo brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho ao entregar a administração da mesma província em agosto de 1865, contendo a sinopse da história da invasão paraguaia na mesma província. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/418/>. Acesso em: 24 de setembro de 2014.

<sup>9</sup> Id. Ib. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/418/>. Acesso em: 24 de setembro de 2014.

- 
- <sup>10</sup> Id. Ib. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/418/>. Acesso em: 24 de setembro de 2014.
- <sup>11</sup> CENTURIÓN, *Memorias [...]*. Op. Cit. p. 21.
- <sup>12</sup> THOMPSON, *Guerra do Paraguai*. Op. Cit. p. 26.
- <sup>13</sup> Id. Ib. p. 30.
- <sup>14</sup> MOURA, Carlos Francisco. *O forte de Coimbra*. Cuiabá: UFMT, 1975, p. 62.
- <sup>15</sup> BENTO, *Forte de Coimbra [...]*. Op. Cit. p. 75.
- <sup>16</sup> MOURA, *O forte de Coimbra*. Op. Cit. p. 63.
- <sup>17</sup> MAIA, Jorge. *A invasão de Mato Grosso: primeiro centenário da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1964, p. 125.
- <sup>18</sup> MOURA, *O forte de Coimbra*. Op. Cit. p. 64.
- <sup>19</sup> FRAGOSO, *História da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai*. Op. cit. p. 265.
- <sup>20</sup> CENTURIÓN. *Memorias [...]*. Op. Cit. p. 92.
- <sup>21</sup> MAIA. *A invasão do Mato Grosso*. Op. Cit. p. 129.
- <sup>22</sup> BENTO, Cláudio Moreira. *Forte de Coimbra: dois séculos de História, de fé e de Glórias*. Revista Militar Brasileira. V. 108. Brasília, Biblioteca do Exército, 1975. p. 84.
- <sup>23</sup> CENTURION, *Memorias [...]*. Op. Cit. p. 92.
- <sup>24</sup> Id. Ib. p. 92.
- <sup>25</sup> RESQUÍN, Francisco Isidoro. *Datos historicos de la Guerra del Paraguay contra la Triple Alianza*. Corrientes (Arg.). 2008, p. 44.
- <sup>26</sup> Relatório do vice-presidente da província de Mato Grosso, chefe da esquadra, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 17 de outubro de 1865. Cuiabá, Typ. de Souza Neves etc., 1865. 23 páginas. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/418/>. Acesso em: 24 de setembro de 2014.
- <sup>27</sup> RESQUÍN, *Datos historicos [...]*. Op. Cit. p. 44.
- <sup>28</sup> Diário Oficial da União - Seção 1 - 20/2/1942. Decreto-Lei nº 4.027, de 16 de Janeiro de 1942.
- <sup>29</sup> MAIA, *A invasão de Mato Grosso [...]*. Op. Cit. p. 129.

## **Retratos do cinema brasileiro nas páginas do Jornal do Brasil na década de 1950**

Oscar José de Paula Neto

Mestrando do PPGH-UERJ<sup>1</sup>

**Orientador:** Prof.º. Dr.º. Orlando de Barros

**E-mail:** oscarjpneto@gmail.com

### **Resumo:**

A década de 1950 foi fundamental para o amadurecimento da crítica de cinema no Brasil devido ao surgimento de novos espaços que trabalhavam em prol da maturação de uma cultura cinematográfica brasileira. A chanchada era o principal gênero produzido no Brasil naquele momento, e superá-la foi o esforço comum dos profissionais preocupados em modernizar a indústria cinematográfica brasileira. Através das páginas do Jornal do Brasil, apontaremos os caminhos traçados pelos críticos na construção de tal cultura cinematográfica, que se baseava na negação das chanchadas para a construção de um cinema ainda não definido, mas alinhado ao gosto estético dos críticos.

**Palavras-chave:** Cinema Brasileiro – Chanchada – Crítica Cinematográfica

### **Abstract:**

The 1950s was crucial for the maturation of film criticism in Brazil due to the emergence of new spaces that worked in favor of the maturation of a Brazilian film culture. The “chanchada” was the main genre produced in Brazil at that time, and beyond it was the joint effort of concerned professionals to modernize the Brazilian film industry. Through the pages of the Jornal do Brasil, will point out the paths traced by critics in the construction of such a cinematic culture which was based on the negation of “chanchada” movies for the construction of a film not yet defined, but aligned to the aesthetic taste of the critics.

**Key-words:** Brazilian cinema - Chanchada - Film Critics

Assim como apontado por Alzira Alves de Abreu as inovações então introduzidas pela reforma do Jornal do Brasil influenciaram duradouramente a forma de se “fazer jornal”, e esta acabou se tornando o modelo de modernidade para a imprensa brasileira daquele

período, principalmente por conta de suas novidades técnicas e editoriais. O Jornal do Brasil, da cidade do Rio de Janeiro, foi até a década de 1970 o mais influente jornal escrito brasileiro, tanto política como culturalmente, representante indireto dos grupos sociais mais intelectualizados e politicamente liberais. Importantes movimentos artísticos nasceram ou tomaram impulso durante neste momento, o que propiciou novas formas de se compreender e fazer teatro, música, poesia, artes plásticas e cinema<sup>2</sup>.

É um fato notável a criação de suplementos literários em quase todos os grandes jornais diários durante a década de 1950 ou a criação de espaços ligados à cultura através de seções específicas. No caso do Jornal do Brasil, seu suplemento foi criado em 1956, mas assuntos referentes às artes em geral já tinham espaço notável antes mesmo de sua criação. É de suma importância salientar que nestes suplementos havia a coexistência tanto da divulgação das ideias conservadoras, quanto o espaço aberto para as vanguardas artísticas e culturais<sup>3</sup>. O Jornal do Brasil, anteriormente à criação do suplemento literário, já trazia em suas páginas, notícias e críticas de cinema, sejam estas estrangeiras ou nacionais, além de análises, indicações e propostas para a situação do cinema brasileiro daquele momento. Aqui, nos focaremos na atuação dos diferentes críticos que atuaram no Jornal do Brasil durante a década de 1950.

Através da atuação de críticos, entusiastas do cinema, profissionais cinematográficos e cinéfilos, podemos ver na década o alvorecer de periódicos afinados com a preocupação com o fomento de uma cultura cinematográfica no Brasil. Nos suplementos houve maior espaço para o debate acerca de movimentos e escolas cinematográficas que estavam a definir o rumo do cinema fora do país. Todos esses elementos traziam uma maior expectativa para o refinamento da prática cinematográfica brasileira, ou seja, para a reformulação do gosto estético com base no cinema mais artístico, assim como de melhor acabamento técnico.

Tudo isto priorizava o aprendizado do olhar sobre a cultura visual em gestação naquele momento. A partir dos postulados do historiador francês Antoine de Baecque e de seus métodos para uma história cultural do cinema, que dá ênfase aos elementos que estão fora do filme, tal como a crítica, os cineclubes, o público, os periódicos, a crítica, e da qual podemos pensar que a tentativa da criação do olhar cinematográfico pelos críticos brasileiros a partir de nossa realidade cinematográfica consistia em superar a produção que já existia, mas que não estava sintonizada com seus anseios, atrelada às inovações cinematográficas que estavam ocorrendo em outros países. Quando o cinema que estava por vir se tornou realidade

por meio de mecanismos econômicos e estruturais que permitiram a realização deste, o público que o iria consumir já estava formado, ao menos pelas palavras e ideias<sup>4</sup>.

Dessa maneira, temos em mente que o ato da crítica é fundamental para melhor analisar o cinema em seu contexto, assim como ter em mente que a própria crítica também está inserida num contexto determinado pelos vários aspectos que formam a sociedade. As práticas articuladas por tais intelectuais estavam vinculadas a questões maiores que perpassavam a construção e modificação do gosto estético e a apropriação e circulação de discursos que demarcaram alguns aspectos da cultura brasileira, não apenas referente ao cinema. Havia divergências ideológicas e diferentes apontamentos para os usos do cinema, a concepção do público e do povo brasileiro nos escritos dos críticos, além da própria função da crítica e a maneira como esta deveria ser realizada.

Nas páginas do Jornal do Brasil, durante a década de 1950 podemos encontrar diferentes visões acerca do cinema por meio da análise das matérias e críticas de cinema. Neste trabalho tocaremos na questão da relação dos críticos com a chanchada, a principal produção cinematográfica brasileira entre as décadas de 1940 e 1950. A produção de filmes de comédia, que ficaram conhecidas – e depreciadas – como chanchadas, foi responsável pela continuidade do cinema brasileiro a partir da década de 1940, quando os filmes musicais carnavalescos eram praticamente a única produção cinematográfica no Brasil. Tais filmes tinham como influência o teatro de revista, o rádio e diversos outros elementos de larga aceitação popular. A Atlântida foi a tentativa da consolidação do modelo industrial americano em nosso mercado, e encontrou no gênero a melhor maneira de manter uma produção contínua, e com garantia de público.

No conjunto das críticas e análises por parte dos críticos das chanchadas e dos filmes de comédia realizados durante a década de 1950, podemos perceber que tais filmes foram ora elogiados, ora criticados nas páginas do jornal: não podemos traçar um perfil único da relação do Jornal do Brasil com as chanchadas, pois nele coexistiam tanto as opiniões dos críticos, que eram geralmente negativas, com matérias que as elogiavam e as enfatizavam. O mesmo ocorria com o tratamento dispensado aos profissionais, atores e diretores do gênero: ora eram tratados como verdadeiras estrelas de cinema, ora eram criticados e colocados como empecilhos para o desenvolvimento do cinema brasileiro. Na coluna de cinema, ao relatar uma entrevista de Luiz Severiano Ribeiro sobre os problemas do cinema, o crítico Clóvis de Castro Ramon se indaga acerca dos atores da Atlântida: “E Oscarito, Eliana, Cyll Farney,

Dick Farney, Rosangela, Mary Sorel, Paulo Maurício e outras coisinhas iguais continuam no cinema? Eis aí o grupo glorioso da canastrice nacional de alta potência”<sup>5</sup>.

O crítico que mais se referiu as chanchadas no Jornal do Brasil, principalmente tecendo críticas negativas, foi Clóvis de Castro Ramon. O crítico possuía verdadeira ojeriza aos filmes da Atlântida (da qual muitas vezes se referiu como “pardieiro”), mas se mostrava um grande entusiasta do cinema brasileiro. Clóvis de Castro apontava que as chanchadas eram realizadas a “toque de caixa”<sup>6</sup> e representavam a “burrice crônica que aniquila o cinema carioca”<sup>7</sup>. Ele então condenava o “mau gosto” que as chanchadas exerciam na ainda não formada indústria cinematográfica brasileira e o impacto negativo que as leis de proteção ao filme brasileiro causavam à situação, já que garantiam a sua exibição, independente da qualidade. Para o crítico a situação do cinema brasileiro era “indigente, vítima da incompetência”, e precisava ter alguma uma ação que revertesse a “ridícula situação de cineminha de carnaval”<sup>8</sup>. O crítico menosprezava os indicativos e medidas tomadas pelos Congressos Nacionais Cinematográficos, assim com as leis de proteção ao filme brasileiro: “Chega de festas, congressos, rainhas e lauréis impropriedades. Ao trabalho, unidos, por um cinema brasileiro respeitado, técnica e artisticamente, propagando o sadio da raça, sua inteligência, suas tradições e costumes”<sup>9</sup>.

Podemos destacar que em diversos momentos, as notícias sobre cinema e as críticas assinadas por críticos profissionais assumiam posições bastante divergentes. As chanchadas geralmente só apareciam como negativas para os críticos, enquanto os filmes e atores eram enaltecidos por matérias que não eram supostamente assinadas por especialistas. É bastante curiosa a maneira como alguns filmes eram apresentados ao público antes de seu lançamento: eram elogiados e anunciados como verdadeiras “revoluções” dentro do cinema brasileiro, enquanto os críticos anunciavam os futuros lançamentos com bastante pessimismo e críticas negativas antes mesmo de assistirem tais produções. Dessa forma, indicamos o exemplo do filme “Nem sansão nem Dalila” (Carlos Manga, 1954) para demonstrar esta prática.

O filme foi notificado como “o mais gostoso filme brasileiro de todos os tempos [...], um espetáculo que deixará para trás tudo quanto foi apresentado até agora no cinema brasileiro. E todo mundo se perguntará por que ‘Nem Sansão Nem Dalila’ não foi feito em technicolor”<sup>10</sup>. Na estreia do filme, Clovis de Castro tece uma crítica ao filme e atribui o fato do filme ser lançado em muitas salas de cinema por conta ser ansiosamente esperado pelos fãs, que se matavam de rir com as “oscaritices” contidas no trailer. Aponta que o filme é bem

razoável levando-se em conta que se trata de um gênero ainda não tentado “pelos poucos recursos dos estúdios cariocas”, que é a fantasia. O crítico reprovou o elenco do filme, e principalmente a Oscarito: “Oscarito, como já dissemos, é o mesmo comediante vulgar, criado pela falta de imaginação de todos os argumentos dos seus filmes até hoje. E isto, convenhamos, não é progresso”<sup>11</sup>. Dois dias depois, escreve novamente sobre o filme e aponta que “Oscarito é um fenômeno que nem os seus mais ardorosos fãs conseguem explicar... Riem a toa, sem função: é o riso pelo riso... Assim domina o seu público, há anos. Vimô-lo no dia da estreia do filme, ovacionado delirantemente”. O crítico ainda prossegue: “Apesar de Oscarito, é um filme bem razoável, principalmente levando-se em conta que é uma tentativa honesta, sobretudo heroica para um filme feito com a pobreza dos meios técnicos e artísticos dos estúdios cariocas. Poderia muito bem prescindir de Oscarito [...]”<sup>12</sup>.

Embora Clóvis de Castro Ramon critique negativamente os filmes, ele busca apontar os aspectos positivos, mesmo que pequenos em relação ao que era esperado por ele. Ainda em “Nem Sansão nem Dalila”, indica: “Vão ver o filme na certeza de encontrar divertimento e espetáculo que, no gênero, recomenda os seus autores. Não pode haver melhor possibilidade dentro desse cinema brasileiro tão cheio de altos e baixos, mais baixos do que altos”<sup>13</sup>. Sobre o filme “Vamos com calma” (Carlos Manga, 1956), o crítico afirma que “Para o público em geral, não para os exigente é claro (ou os do ‘exame analítico rigoroso’), ‘Vamos com calma’ tem seus elementos de agrado, ou seja, os que mais encantaram o produtor e impediram que o diretor definitivamente mostrasse suas qualidades.”<sup>14</sup>. No filme “O golpe” (Carlos Manga, 1955), Clóvis de Castro elogia a fotografia do filme que segundo ele é uma das poucas áreas atingida pelo desenvolvimento técnico no Brasil<sup>15</sup>. O crítico José Lino Grunewald na crítica do filme “Treze Cadeiras” (Francisco Eichhorn, 1957) afirma que este apresenta três virtudes: “a) não é pornográfico; b) é tecnicamente satisfatório; e c) apenas metade do elenco é formado por péssimos atores – o resto vai do fraco ao razoável”<sup>16</sup>.

Nesta última crítica, José Lino Grunewald afirma a preocupação e a necessidade de desenvolver no público uma cultura cinematográfica, tal como já existia e atuava em outros países, tais como Estados Unidos e França:

“O que se presencia, em regra geral, é um total irresponsabilidade ético-estética, uma vontade firme de fazer dinheiro rápido. Destarte, assistimos que qualquer incongruência saída de nossos estúdios, desde que possua cartazes de rádio no elenco provocar verdadeiras enchentes. Como é que se pode esperar que os fazedores de abacaxi, vendo o sucesso financeiro, pretendam realizar cinema sério? [...] É preciso primeiro criar no

público um clima de consciência mais generalizada para com o que seja o cinema e para as possibilidades um tal campo de atividades, tanto no diz respeito ao setor artístico, ao educativo ou como ao do entretenimento”<sup>17</sup>.

Duas tentativas de “cinema sério” da Atlântida foram muito bem aceitas pelos críticos, embora contassem com os mesmos atores que muitas vezes foram criticados quando contracenaram em filmes de comédias e carnavalescos. “A sombra da outra” (Watson Macedo, 1950) e “Amei um bicheiro” (Jorge Ileli e Paulo Wanderley, 1952) foram lembrados e relembrados ao longo da década. “Amei um bicheiro” ficou marcado como “um poderoso drama social” e recomendado aos que “aos que criticam o cinema brasileiro por não apresentar grandes temas”<sup>18</sup>, mesmo depois de alguns anos depois de seu lançamento. Isso demonstra como os críticos de cinema que se posicionavam contra as chanchadas, não se posicionavam contra o cinema brasileiro, mas contra um determinado gênero que não estava afinado aos seus anseios cinéfilos e críticos. Além do problema das deficiências técnicas, a chanchada ainda era tida como inferior por parte da concepção advinda desde a antiguidade clássica grega e fortalecida após o Renascimento, a qual se valoriza a tragédia e o drama em detrimento do cômico. Superar as chanchadas e o cinema brasileiro da “vulgaridade” expressa por elas, “cuja maior preocupação de resto é servir a este público de ‘samba e outras coisas’, que felizmente está se reduzindo nas plateias de cinema no Brasil”<sup>19</sup>. Era através da ação didática dos agentes especialistas do “bom gosto” cinematográfico que esta superação poderia ser realizada de forma efetiva.

Já no fim da década de 1950, o quadro dos críticos do Jornal do Brasil já estava ampliado e mais refinado, e novos especialistas, com novas ideias e nova formação teórica emergiram. Em 1959, Miguel Borges e Cláudio Bueno Rocha trazem a reformulação para as críticas que serão feitas aos filmes no Suplemento Literário. Os críticos se colocam contra a ação de críticos “impressionistas” e avisam que:

“A ‘verdade’, aparições desnorteantes ou ‘performances deslumbrantes’ não são os propósitos desta página. Não possuímos diagnósticos e nem remédios infalíveis para os males do cinema. Propomos os problemas e queremos discuti-los conscientes de que numa cultura cinematográfica humanística e numa ação organizada por parte da crítica estão as esperanças de um cinema que possa levar a cabo sua missão artística e humana”<sup>20</sup>.



Também neste momento, as chanchadas já se encontram em visível declínio e suas produções passam a se escassear até o fim das atividades da Atlântida em 1962. No momento da estreia do filme “O palhaço o que é?”, o crítico Geraldo Queiroz assinala que:

“Antigamente um filme lançado pela produtora do Sr. Luiz Severiano Ribeiro, juntava público diante do cinema que o exibiam. Era quase necessário chamar a polícia para conter os admiradores dos filmes da Atlântida. [...] Mas, visto o que hoje se vê, isto é, um cinema, completamente despovoado de fãs da mercadoria do oito por um, dir-se-ia que o cinema nacional, assim como o teatro, anda mal de público. [...] Nem mesmo o público fiel a este tipo de filme. Por quê? [...] Simplesmente minha gente, porque tudo cansa um dia. [...] “Não nos anima aqui, nenhuma animosidade contra o cinema nacional. Muito menos em relação a Atlântida. Pelo contrário, nossa atitude é de expectativa em relação a produtora carioca. [...] O que é este ‘O Palhaço’ senão mais um momento melancólico do cinema nacional?”<sup>21</sup>.

É importante ressaltar, que já no fim da década de 1950 e início de 1960, a Atlântida começava a ser analisada de outras maneiras por muitos críticos de cinema. Devido à ação de críticos como Paulo Emilio Gomes Salles, Pedro Lima, Alex Viany e outros, que estavam preocupados com a história do cinema brasileiro e a inserção da experiência brasileira na história mundial do cinema, as chanchadas passaram a ter seu sentido popular cada vez mais valorizado pelos intelectuais do cinema. A chanchada começava a passar pela reformulação crítica que só foi alcançada em décadas posteriores. Neste sentido, a crítica de Décio Vieira Ottoni sobre o filme “Quanto mais samba melhor”, nos serve da abertura e recepção das chanchadas pelos críticos transformadas pelos novos tempos que se iniciavam:

“É uma comédia nacional, que se não dá gosto ao bom gosto do espectador requintado, pelo menos pode ser assistida pelo lado bom que tem de artesanato. É uma comédia vulgar, contada a maneira de Hollywood, uma velha fábula do teatro de variedades, em que entram os financiadores envoltos em vedetas e os últimos acontecimentos da vida social urbana: bossa nova, muita música, várias mulheres em moda e um certo sabor de mau gosto nos diálogos, que agora não são literalmente de mau gosto. [...] Banal, mas bem realizada pelo diretor Carlos Manga, a fita ficou naquilo mesmo que toda a gente conhece e está cansado de saber. [...] Por onze anos de exercício da crítica fui um crítico muito severo com tudo que se realizou o Sr. Carlos Manga. Hoje sou bastante humilde para reconhecer que ele sabe contar uma história assim como ela chega às suas mãos. Já é uma grande vantagem para o cinema brasileiro e os bons escritores que existem no Brasil devem olhar com menos desprezo o trabalho dos nossos diretores”<sup>22</sup>.

A chanchada iniciava o processo de aceitação e reformulação crítica que só foi alcançada em décadas posteriores, em que encontrou maior escopo durante as décadas de 1970 e 1980. Antes tida como algo a ser superado e se possível extinto, a chanchada passou a ser parte integrante da cultura cinematográfica brasileira, sendo indicada por Paulo Emilio Salles como um dos três principais acontecimentos da história do cinema no Brasil.

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa é financiada por bolsa de mestrado da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

<sup>2</sup> MORAES, Marieta. “A reforma do Jornal do Brasil”. In: ABREU, Alzira Alves (Org). *Imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 1950*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 143.

<sup>3</sup> Alzira Alves de Abreu. “Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 1950”. In: : ABREU, Alzira Alves (Org). *Imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 1950*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 19.

<sup>4</sup> LUCAS, Meize Regina de Lucena. “Ver, ler e escrever: a imprensa e a construção da imagem no cinema brasileiro na década de 1950”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, nº. 55, 2008, p. 21.

<sup>5</sup> *Jornal do Brasil*, 28/08/1953.

<sup>6</sup> *Idem*, 12/12/1956.

<sup>7</sup> *Idem*, 29/01/1956.

<sup>8</sup> *Idem*, 26/03/1954.

<sup>9</sup> *Idem*, 22/12/1953

<sup>10</sup> *Idem*, 22/01/1954.

<sup>11</sup> *Idem*, 25/04/1954.

<sup>12</sup> *Idem*, 28/04/1954.

<sup>13</sup> *Idem*.

<sup>14</sup> *Idem*, 15/09/1956.

<sup>15</sup> *Idem*, 12/01/1956.

<sup>16</sup> *Idem*, 04/08/1957.

<sup>17</sup> *Idem*, 04/08/1957.

<sup>18</sup> *Idem*, 11/01/1953.

<sup>19</sup> *Idem*, 12/12/1956.

<sup>20</sup> *Idem*, 17/10/1959.

<sup>21</sup> *Idem*, 24/12/1959.

<sup>22</sup> *Idem*, 06/07/1961.

## ENSINO SECUNDÁRIO E EQUIPARAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O GINÁSIO LEOPOLDINENSE/MG (1906-1926)

Paloma Rezende de Oliveira

PUC-Rio

rezende\_paloma@yahoo.com

### RESUMO

Este artigo investiga o Ginásio Leopoldinense/MG, de 1906, ano de fundação, a 1926, ano em que esta instituição particular foi municipalizada. O estudo desse estabelecimento de ensino e seus atores busca compreender como ocorreu a interferência estatal no ensino secundário, que exigia equiparação das instituições particulares de ensino aos padrões do Colégio Pedro II, e como seus atores apropriaram-se das normas. Esta instituição destacou-se por abranger diversos níveis de ensino: primário, secundário, normal e superior. Subsidiaram esse estudo Justino Magalhães e Dominique Julia. Dentre as fontes de pesquisa, priorizaram-se notícias do Jornal Gazeta de Leopoldina sobre o cotidiano desta instituição.

Palavras-chave: Ginásio Leopoldinense - ensino secundário – história das instituições

As escolas secundárias, cujos tipos mais representativos eram os Lycées franceses, o Gymnasium e o Realgymnasium alemães, as grammar schools inglesas, caracterizavam-se por um currículo herdeiro da tradição pedagógica clássico-humanista, que era desenvolvido durante um estágio escolar de 6 a 8 anos. (Silva, 1969)

As instituições desse tipo de ensino eram nitidamente seletivas tanto no sentido social quanto no pedagógico e profissional, pois os alunos provinham de classes sociais abastadas e eram recrutados desde o nível elementar, por meio de escolas ou classes preparatórias e eram habilitados às ocupações que exigiam estudo de nível superior.

Acima dos objetivos pedagógicos estavam os fins sociais mais amplos da educação, os quais visavam atender valores e ideais de uma classe, e antes de se traduzirem em objetivos específicos que dirigissem a ação educativa de mestres e instituições escolares, exerciam sua ação reguladora sobre a formação das novas gerações por meio de vinculação com certo conteúdo de ensino ou currículo, cuja transmissão caracterizava a intencionalidade da educação formal. (Silva, 1969)

Tal afirmação pode ser constatada também em relação ao discurso de fundação do Ginásio Leopoldinense/MG, em 1906:

A fundação do Ginásio Leopoldinense marca na história de Leopoldina o início brilhantíssimo de uma nova e fecunda época, que jamais será olvida pelo povo desta parte rica e florescente do Estado de Minas Gerais. Na estagnação dolorosa em que debatia Leopoldina, há sete anos passados, surgiram, como uma consoladora esperança, os vultos eminentes e altamente queridos dos Drs. José Monteiro Ribeiro Junqueira e Custódio Junqueira, possuidores de energia inquebrável, de uma vontade indomável, e levantaram, com assombro, dos cépticos e descrentes, a ideia da criação de um estabelecimento que fosse viveiro de homens dignos e superiormente instruídos. Foi uma passada agigantada, um empreendimento que parecia acima dos recursos existentes nesta cidade simples e modesta e que tendia a abismar numa decadência próxima e inevitável. Ao ser lançada tão patriótica quão humanitária ideia, houve o espanto de alguns, que já a julgavam perdida ou irrealizável e previam a sua ruína na asfixia de materialidade brutal, que às vezes costuma levar de vencida, esmagando os ideais mais puros e elevados. (...) (Apud NOGUEIRA, 2011, p.73)

O objetivo do ensino secundário era, portanto, a formação das elites sociais, formulada em termos de cultura geral, a qual representava um dos traços da cultura francesa na pedagogia do ensino secundário brasileiro. Segundo a definição de Silva sobre a cultura ou formação geral: “Há duas formas de cultura ou formação geral: concepção formal ou disciplinar, que se realiza pelo treino formal das faculdades e funções mentais, e a concepção enciclopédica, que consiste na assimilação da totalidade do saber humano”. (Silva, 1969, p.89)

Esse caráter geral do ensino pode ser constatado na notícia publicada no jornal Gazeta de Leopoldina, de 06 de maio de 1906, que apresentou a relação de professores e as respectivas matérias que seriam lecionadas:

<b>Primário</b>	Luiz Antonio Correa de Lacerda João Alves de Souza Machado
-----------------	---

	José Botelho Reis Arthur Guimarães Leão
<b>Português</b>	Reynaldo Matolla de Miranda Luiz Antonio Correa de Lacerda
<b>Literatura</b>	Dr. Jacques Dias Maciel Dr. Custódio Almeida Lustosa
<b>Francês</b>	Olympio Clementino de Paula Correa Reynaldo Matolla de Miranda
<b>Inglês</b>	Dr. Henrique Barbosa da Cruz
<b>Alemão</b>	Dr. Henrique Barbosa da Cruz
<b>Latim</b>	Dr. Fillipe Nunes Pinheiro Luiz Antonio Correa de Lacerda
<b>Grego</b>	Dr. Custodio de Almeida Lustosa Dr. Jacques Dias Maciel
<b>Aritmética</b>	Coronel Afonso Henrique de Albuquerque Achiles Hércules de Miranda
<b>Álgebra</b>	Dr. Henrique Barbosa da Cruz
<b>Geometria e Trigonometria</b>	Achiles Hercules de Miranda
<b>Mecânica e astronomia</b>	Dr. Heraldo Pio Pimenta Bueno
<b>Física</b>	Dr. Custódio Junqueira
<b>Química</b>	Dr. Filipe Nunes Pinheiro
<b>História Natural</b>	Dr. Custódio Junqueira Dr. Fillipe Nunes Pinheiro
<b>Geografia</b>	Achiles Hércules de Miranda
<b>História</b>	Dr. Custodio de Almeida Lustosa Dr. Jacques Dias Maciel
<b>Lógica</b>	Dr. Francisco de Castro Rodrigues Campos
<b>Italiano</b>	Vigário Padre Julio Fiorentini
<b>Noções de Agronomia</b>	Dr. Henrique Barbosa da Cruz
<b>Economia</b>	Dr. Randolpho Fernandes das Chagas
<b>Política</b>	Dr. Ribeiro Junqueira
<b>Direito Constitucional</b>	Dr. Francisco de Castro Rodrigues Campos Dr. Ribeiro Junqueira
<b>Ginástica</b>	Alberto Soares Guimarães
<b>Evoluções militares</b>	Tenente Luiz Carlos de Oliveira
<b>Música e canto</b>	Coronel Afonso Henrique de Albuquerque
<b>Desenho</b>	Tenente Luiz Carlos de Oliveira Dr. Heraldo Pio Pimenta Bueno
<b>Escrituração Mercantil</b>	Tenente Juvenal Carneiro
<b>Catecismo</b>	Vigário Padre Julio Fiorintini

Tratava-se, portanto, de um estudo puramente formal das línguas clássicas e respectivas literaturas, vigentes no currículo clássico, como se pode perceber pela presença do latim, ao passo que também se constatava a presença de uma concepção enciclopédica, uma vez que integravam o programa, matérias que iam desde o latim até os trabalhos manuais e as ciências. E ainda, a ideia de continuidade do processo educativo, ou seja, a organização das escolas em uma sucessão de graus contínuos. Resultou deste processo, a concepção

intelectualista de cultura: “saber desinteressado, de cultura que se adquire sem nenhum propósito imediato de preparação profissional ou formação para as atividades práticas da vida”. (Silva, 1996, p.109)

Em relação ao termo secundário, este somente seria utilizado pela primeira vez, como termo legal, com o ato de criação do Colégio Pedro II, em 1837: “O Seminário de São Joaquim é convertido em Colégio de instrução secundária, que é denominado Colégio D. Pedro II”, diz o decreto da Regência, de 2 de dezembro de 1837, referendado por Bernardo Pereira de Vasconcelos, como Ministro do Império. Este estabelecimento de ensino secundário inicia a ação do governo central no campo desse mesmo ensino sob outra forma que não a de aulas isoladas ou cursos de preparatórios anexos a escolas superiores, como se dava anteriormente. (Silva, 1969, p.197)

Para esta instituição, considerou-se também o caráter modelar, discutindo-se as características de seu programa institucional: fins, objetivos, estrutura pedagógica e administrativa, os quais seriam projetados para o ensino secundário como um todo:

(...) com a criação do Colégio, pretendeu-se marcar a diferença com relação a um “ensino das humanidades” totalmente fragmentado no setor público. Para Haidar (2008), mesmo os liceus provinciais, criados após o Ato Institucional de 1834, “reduziam-se a um aglomerado de aulas avulsas funcionando em um mesmo edifício” e “conservavam, ainda em 1850, o mesmo caráter inorgânico” (p. 21). (...) (MENDONÇA, 2013, p. 47)

Mas, “até que ponto, entretanto, essa forma de organização se impôs ao nascente ensino secundário?” A fim de responder esta questão, Mendonça (2013) recorre à historiografia que em sua maioria atribuiu aos estudos secundários, durante o Império, a função propedêutica (de preparo para o ensino superior), estimulando os estudos fragmentados e irregulares, como expressa a afirmação de Gasparello:

O secundário que se conheceu no século XX resultou desse processo de institucionalização, que teve seus principais momentos marcados pelo embate com o sistema de exames parcelados de preparatórios. Estes exames constituíam a forma anterior de intervenção centralizada pelo governo imperial nos estudos que vieram a constituir o secundário, e que deveriam ser realizados por todos que pretendessem seguir estudos superiores. Estes exames, regulamentados e fiscalizados pelo governo imperial, durante muito tempo foram apenas realizados na Corte, para onde se dirigiam os candidatos de todas as províncias do país. (GASPARELLO, 2003, p.1)

Também se pode perceber essa realidade durante a análise de Silva (1969) sobre os exames de preparatórios, no período do Império, em que o autor distingue-os em três etapas:

1) Os exames feitos exclusivamente nos institutos de ensino superior nos quais os examinados desejam ingressar; 2) Os exames realizados a partir de 1851, na Corte, perante a inspetoria de instrução primária e secundária e no Pedro II – exames gerais de preparatórios; 3) Os exames que aconteceram, em 1873, nas províncias, onde não havia curso superior, perante delegados de inspetor de instrução e bancas examinadoras constituídas conforme indicação dos presidentes das províncias. Em 1855, sua validade é estendida para 2 anos, em 1864, para 4 anos e, em 1877, torna-se permanente.

Assim, de exames de ingresso aos cursos superiores passaram os exames de preparatórios à condição de exames de conclusão de estudos secundários, que poderiam ser feitos parceladamente, com o objetivo de matrícula nos cursos superiores. Já no início da República, Rui Barbosa sugeria a substituição desses exames de preparatórios pelo exame de madureza, ou seja, um exame geral de admissão. (Silva, 1969)

Dentre os projetos relativos ao ensino secundário, no Império, Silva (1969) destaca: 1) Realização de exames de preparatórios nas províncias; 2) Reconhecimento dos exames realizados nos liceus provinciais e equiparação destes ao Colégio Pedro II; 3) Criação e manutenção de liceus gerais nas províncias; 4) Concessão de auxílios aos estabelecimentos das províncias; 5) Reconhecimento e equiparação de instituições particulares. (Silva, 1969)

Ao analisarmos os projetos referentes ao ensino secundário, no início da República, percebemos que se estenderam as mesmas propostas do período anterior e que as mesmas não se deram de forma linear.

#### Equiparação e exames segundo as Reformas de Ensino

Proclamada a República, a reforma educacional de Benjamin Constant projetou acabar com os exames de preparatórios instituindo o “exame de madureza” para ingresso nos cursos superiores.

a equiparação (...) foi, originariamente, concebida como um instrumento de oficialização e de ingerência do poder federal na área de ensino secundário e superior. No caso do ensino secundário, Benjamin Constant fazia uma distinção fundamental entre os estabelecimentos oficiais e os particulares, no que se referia à equiparação ao agora Ginásio Nacional,

novamente tomado como modelo. (...) O “exame de madureza” concebido, ora como medida do aproveitamento final do curso realizado pelo aluno, ora como passaporte válido para ingresso nos cursos superiores, seria o instrumento decisivo da reforma para acabar de uma vez por todas com o regime de preparatórios. (KULESZA, 2011, p.84-85)

Segundo Silva (1969), o exame de madureza era visto como uma avaliação total do processo educativo, podendo ser realizado nas instituições estaduais, com plano de estudos de ensino secundário integral ou no Ginásio Nacional, onde o aluno estranho a essa instituição deveria apresentar um curriculum vitae assinado pelo diretor do estabelecimento particular, onde deveriam constar precedentes colegiais, procedimentos morais e aproveitamento no curso, que era constituído por uma parte clássica, com latim e grego e outra sob influência do positivismo de Comte, expressando um caráter enciclopédico, e deveria ser concluído após 7 anos de estudo.

Aos alunos neles aprovados com as melhores notas, conferir-se-ia o grau de Bacharel em Ciências e Letras. Os demais receberiam simples certificado de estudos secundários. Seria o exame realizado por seções: 1ª - línguas vivas, português e literatura. 2ª – línguas mortas, 3ª matemática e astronomia, 4ª ciências físicas e suas aplicações, 5ª biologia, zoologia e botânica, 6ª Sociologia e moral, noções de economia política e direito pátrio. 7ª geografia e história universal e do Brasil. Provas escritas com 5 horas de duração no máximo e orais, havendo para as seções 4, 5 e 7ª provas práticas. (Silva, 1969, p.238)

De acordo com Silva (1969), duas formas de equiparação vigoraram na Reforma Benjamin Constant: a dos estabelecimentos estaduais, concebida em função do exame de madureza, a qual seria a única de caráter permanente, e a dos estabelecimentos particulares, equiparados ao Pedro II, por Decreto do Governo, relativa apenas aos exames de preparatórios e, portanto, vigente somente para o período anterior à exigência de aprovação em exame de madureza para ingresso nos cursos superiores.

Referindo-se à Reforma de Eptácio Pessoa, dec. nº 3.890, de 1º de janeiro de 1901, Kulesza (2011) afirma que esta constituiu uma extensão e um aprofundamento do estatuto da equiparação. Nesse sentido, consolidou a equiparação ao Colégio Pedro II, tanto dos colégios particulares quanto dos estabelecimentos estaduais, transformando-se em instrumento de uniformização de todo o ensino secundário nacional. Os requisitos para a concessão da equiparação eram, além de condições patrimoniais (dispensadas para os estabelecimentos estaduais) e de frequência, assecuratórias do funcionamento regular dos estabelecimentos, a



observância do regime de programas de ensino do estabelecimento federal. As disposições eram aplicáveis ao ensino superior e secundário, na tentativa de uniformização:

1) São de rigorosa observância nestes estabelecimentos as disposições do regulamento do Ginásio Nacional, relativas ao número e seriação das disciplinas, à sua distribuição pelos anos do curso e ao número de horas semanais consagradas ao estudo de cada matéria. 2) A organização dos programas de ensino é de competência exclusiva das congregações do Ginásio Nacional. 3) São de estrita observância as regras estabelecidas no regulamento do ginásio Nacional para a execução dos programas, bem como o disposto em relação aos exames de admissão de promoções e de madureza. (Silva, 1969, p.259)

Kulesza (2011) aponta que nesse decreto são estabelecidas ainda, algumas condições a serem satisfeitas pelas instituições requerentes de equiparação:

I – Constituir um patrimônio de 50 contos de réis, pelo menos, representado por apólices da dívida pública federal e pelo edifício em que funcionar o instituto ou por qualquer desses valores;

II – Provar uma frequência nunca inferior a 30 alunos pelo espaço de dois anos.

III – Observar o regime e os programas de ensino adotados para o Ginásio Nacional.<sup>1</sup>

Parágrafo único. Nenhuma coletividade particular será admitida a requerer a equiparação do instituto de instrução secundária que houver fundado ou mantiver, sem que mostre ter adquirido individualidade própria, constituindo-se como sociedade civil na forma da lei n. 173, de 10 de setembro de 1893. (apud KULESZA, 2011, p.94-95)

Por sua vez, Gasparello (2003), ao analisar os debates parlamentares do Congresso Nacional, no início do século XX, nas sessões de 1907, em relação ao projeto enviado pelo governo sobre a reforma do ensino, constatou que os temas de maior debate referiam-se à divisão do curso secundário em dois ciclos e à questão dos exames parcelados de preparatórios. Nesse sentido, a instrução secundária teria como dupla finalidade: “formar os que não pretendem continuar no ensino superior uma *cultura suficiente* para as funções da vida privada, de família e do Estado”; e “dar a todos os outros a soma de conhecimentos necessários à obtenção, com proveito, da instrução superior”. (apud Gasparello, 2003, p.6)

De acordo com Ranzi e Silva (2006), na Primeira República, projetos em disputa tinham posições antagônicas em relação à permanência dos exames avulsos, concretizadas pela concorrência entre os exames preparatórios “ensino avulso” e o ensino seriado

“institucional” e também pelas finalidades do ensino secundário: habilitação para a matrícula nos cursos superiores ou a formação humanística plena.

Contudo, a divisão nestes dois ciclos foi condenada pelo Parecer da Comissão de Instrução, para o qual se deveria manter um só curso no Ginásio Nacional, como modelo de ensino secundário no país e ainda, que apontava a substituição dos exames de preparatórios pela instituição secundária como curso regular de estudos seriados. Isso porque se buscava nesse período a uniformidade no ensino secundário e, para isso, deveria haver o controle da União, com maior fiscalização, sendo atribuída à equiparação das instituições particulares à instituição modelar a responsabilidade pela crise no ensino. É o que demonstra o decreto n. 1960 de 16 de dezembro de 1906, artigos 199 a 205, segundo o qual:

Cabe aos inspetores escolares assistirem aos exames, fiscalizar estabelecimentos equiparados, examinar a escrituração dos estabelecimentos, assistir as aulas dos diversos anos, examinar cadernetas das aulas e programas de ensino, arguir melhores alunos, observar a ordem geral do estabelecimento, examinar trabalhos escritos e exames dos alunos, assiduidade dos professores, conceito do estabelecimento e dos professores. Inspetores não poderão hospedar-se com os professores públicos.

Fato que foi constatado também por Silva e Machado (2011). Estas autoras se debruçaram sobre os documentos parlamentares do período de 1907 a 1908, especificamente, o projeto de reforma para o ensino primário, secundário e superior, denominado Plano Integral de Ensino, também conhecido como Projeto Tavares Lyra, nome do então Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores e autor do Projeto, que era favorável ao ensino secundário seriado e também defensor da extinção dos exames parcelados de preparatórios.

De acordo com as autoras, Tavares Lyra mostrou-se contrário à equiparação dos institutos particulares, sugerindo que esta se restringisse aos estabelecimentos de ensino públicos. Os alunos das escolas particulares teriam o direito de participarem dos exames no Ginásio Nacional ou nos demais institutos semelhantes, desde que obedecessem às regras de seleção.<sup>2</sup>

Para o Ministro, era preciso dificultar o privilégio da equiparação aos estabelecimentos de ensino secundário e superior, não oficiais, pois o decreto de 8 de novembro de 1890 restringia a equiparação somente aos Estados, se estes se adequassem de acordo com o plano do Ginásio Nacional, ficando os alunos dos colégios particulares autorizados a prestarem o exame de madureza nos ginásios equiparados. Todavia, esperava-se que as instituições particulares atendessem rigorosamente às

exigências do artigo 376 do Código de Ensino para continuarem funcionando. (apud SILVA, 2011, s.p.)

Essa postura encontrou opositores que desejavam restringir o ensino secundário ao poder público. O argumento utilizado era que para os colégios oficiais o critério de promoção eram as notas e, para os particulares, apenas os exames, que poderiam ser feitos todos de uma só vez. Outros parlamentares, por sua vez, viam com bons olhos a equiparação das instituições existentes no interior do país, visto que estas facilitariam a vida de muitas famílias e, além disso, denunciavam os colégios oficiais, que também apresentavam problemas e professores despreparados. Consentiam as opiniões, no entanto, em relação à necessidade de maior fiscalização deste nível de ensino e de Reformas. (SILVA, 2011) <sup>3</sup>

O resultado dos debates parece ter sido favorável aos parlamentares que defendiam a equiparação dos estabelecimentos de ensino particulares aos Ginásios oficiais, visto que, em 26 de novembro de 1908, o Ginásio Leopoldinense, instituição de caráter particular, do município de Leopoldina/MG, foco deste trabalho, foi equiparado ao Ginásio Nacional, através do decreto n. 7193, como consta na cronologia da E.E Botelho Reis, na 8ª edição do Almanack do Arrebol. <sup>4</sup>

Essa equivalência, segundo Kulesza (2011), restringia-se aos exames preparatórios, no caso das instituições particulares, mas compreendia também a organização dos estudos, programas de ensino, o regime didático, enfim a própria concepção de ensino secundário, nas instituições estaduais.

Em notícia do Jornal Gazeta de Leopoldina, de 09 de setembro de 1909, n.42, é apresentada a proposta do projeto do Sr. Nabuco Gouveia assinado pela Comissão de Instrução Pública da Câmara Federal, sobre os cursos ginasiais oficiais ou equiparados. De acordo com o projeto, eram dispensados do exame de madureza, alunos com frequência regular e aprovados em todas as matérias que constituem o curso, não sendo possível realizar mais de uma série em cada ano. A duração do curso ginásial seria de 6 anos, constituído pelas seguintes matérias: português, francês, alemão, latim, matemática elementar, física e química, geografia e história, especialmente do Brasil e desenho. Os exames de madureza constavam de provas escritas e orais. Os aprovados em todas as matérias teriam direito ao diploma de Bacharel em Ciências e Letras e ao acesso a qualquer curso de nível superior. O ensino de cosmografia seria ministrado no Ginásio Nacional pelo professor de Geografia ou pelo que

atualmente tem o seu cargo de mecânica e astronomia. Este projeto modificava o dec. n. 3914, de 26 de janeiro de 1901.

A fim de garantir o cumprimento das exigências da equiparação, uma das iniciativas tomadas pelo Ginásio Leopoldinense/MG, era exigir como requisito para ingressar no 1º ano do curso secundário oferecido na instituição, a realização dos exames de suficiência. Para a matrícula nos outros anos, bastava além do requerimento, o atestado de aprovação no ano anterior em instituições oficiais ou equiparadas.

A equiparação somente deixaria de ser oficializada com a Reforma de Rivadávia, em 1911, diminuindo a interferência do Estado. Porém, com a promulgação da Reforma de Carlos Maximiliano, através do Decreto n. 11.530 de 25 de março de 1915, houve restrição das regalias e os privilégios da equiparação ficaram restritos aos institutos estaduais, desautorizando os colégios particulares a assumir as prerrogativas de certificação, concedidas no período de vigência da Lei Orgânica de 1911. Esta reforma reintroduziu o caráter disciplinador e fiscalizador do Estado no setor educacional, reintegrando o Colégio Pedro II no seu papel de colégio modelo e reestabelecendo as regras que definiam direitos e deveres para os colégios oficiais e particulares. Nesse aspecto, os exames seriam aplicados somente pelas escolas oficiais, com limite de quatro disciplinas. (RANZI E SILVA, 2006)

A equiparação, em conexão com o exame de madureza, trouxe a implementação de medidas fiscalizadoras e uniformizadoras, porém sem eliminar os exames parcelados de preparatórios. No decorrer da chamada República Velha (1889-1930), persistiu a intenção de uniformizar o ensino secundário brasileiro, manifestada na preocupação do governo federal em “superar os parcelados e o sentido simplesmente preparatório implícito nestes exames”. (RANZI E SILVA, 2006, p.138)

De acordo com Silva (1969), a experiência de desoficialização do ensino, com a Reforma Rivadávia Correa, lei Orgânica do ensino superior e fundamental na República, decreto. n. 8659, de 05 de abril de 1911, representou a tentativa mais importante de realização da ideia de liberdade de ensino depois da Reforma de Leôncio de Carvalho. O objetivo da Reforma, segundo o autor, era instaurar um regime de livre competição entre os estabelecimentos de ensino oficiais e particulares. Foram derogados os privilégios dos institutos federais de ensino superior e extinta a equiparação, podendo surgir livremente estabelecimentos de ensino secundário particulares, que não estariam sujeitos à autorização governamental para o seu funcionamento.

Em relação ao ensino secundário, o objetivo da Reforma era fazer com que ele adquirisse um conteúdo próprio, deixando de ser um mero estágio preparatório ao ensino superior. Para o estabelecimento federal, que volta a se chamar Colégio Pedro II, tal objetivo é formulado expressamente: os programas de seus cursos deveriam revestir-se de caráter prático e libertar-se da condição subalterna de meio preparatório para as academias.

Para o ensino secundário em geral, a consecução do mesmo objetivo resultaria simplesmente da extinção da equiparação e dos privilégios dos certificados concedidos sob fiscalização federal, compensada, entretanto, pela instituição do exame de admissão às escolas superiores.

Esse cenário de desoficialização e abertura à livre iniciativa dos estabelecimentos particulares de ensino, não agradou os diretores do Ginásio Leopoldinense, que, em notícia publicada no Gazeta de Leopoldina, de 19 de abril de 1911, n.2, sob a forma do pseudônimo denominado Espectador, tratam sobre a lei orgânica de ensino, que reforma o ensino secundário e superior. Apesar dos elogios à autonomia da escola, à livre docência e à livre frequência, como proposto pelo modelo de ensino superior da Alemanha e Estados Unidos, acreditavam que a livre iniciativa era inaplicável à realidade brasileira. Segundo o autor da coluna, o país não precisava de reforma de lei, mas de reforma dos que a executavam e fiscalizavam. E ainda, reforçava que a desmoralização já encarnada da instrução pela equiparados não deixaria de existir com a extinção destes.

No dia seguinte, ainda sobre esta Reforma de ensino, mas agora com a identificação do autor da notícia, Décio, O Gazeta de Leopoldina apresenta uma crítica ao Jornal O Evolucionista, do município vizinho, Cataguases, que se referia aos colégios equiparados, como: “(...) fábricas de doutores. Fábricas de bacharéis, preferidas pelos pais aos Tico-tico”. Décio aponta as exigências legais a que os ginásios tiveram que se adaptar para equiparação, citando o exemplo do ginásio de Alagoas, cujas irregularidades não deveriam ser generalizadas, mas cujas regalias deveriam ser suspensas. Neste ano, diversas notícias são publicadas em defesa da qualidade do ensino oferecido pelo Ginásio Leopoldinense, o que demonstra que apesar de se tratar de uma instituição de caráter particular, esta não apoiava a desoficialização do ensino, uma vez que o status de equiparado aos colégios oficiais agregava prestígio ao estabelecimento de ensino.

Diante ao cenário de repúdio ao ensino secundário ofertado em instituições particulares, o Ginásio Leopoldinense apresentou, em 1911, os fins do ensino secundário e normal, oferecido pela instituição, através de seus estatutos:

- a) Proporcionar à mocidade educação indispensável ao bom desempenho dos deveres do homem e cidadão;
- b) Preparar os alunos para os cursos superiores da República e para o bacharelado em ciências e letras;
- c) Formar professores para o exercício do magistério primário no estado de Minas Gerais.

Art. 2º O Ginásio mantém curso primário e secundário sendo dada, em qualquer deles, educação física, moral e cívica. (apud NOGUEIRA, 2011, p.91)

Somente com a Reforma Maximiliano, em 1915, reinicia o processo de ampliação das funções da administração federal de ensino, no sentido do exercício de atividade normativa e fiscalizadora sobre o ensino secundário de todo o país, como sobre o ensino superior. Não pretendia uniformização como a reforma anterior, sua função principal ou exclusiva, ainda era a preparação para o ensino superior. Segundo Silva (1969), essa Reforma conservou da lei Rivadávia, o exame de admissão às escolas superiores, da Epitáfio Pessoa, o ensino seriado e a redução do currículo, da Benjamin Constant, a restrição da equiparação aos estabelecimentos estaduais, e da longa experiência do ensino secundário, os exames preparatórios.

Segundo essa Reforma de ensino, os alunos dos estabelecimentos particulares que quisessem ter os certificados de preparatórios necessários à inscrição no exame vestibular, deveriam apresentar-se aos exames realizados em ginásio oficial, sendo examinados juntamente com os alunos destes últimos, embora não estivessem obrigados às séries de matérias. Sem privilégios, poderia ensinar quem quisesse, levando os alunos ao exame no ginásio do Governo. Os exames estavam restritos aos colégios oficiais, e limitados a quatro disciplinas, para cujos exames os alunos poderiam se inscrever, havendo apenas uma época de exame. Quanto à fiscalização destes exames, o autor aponta:

A inspeção, a que estariam sujeitos os colégios equiparados e os exames de preparatórios neles realizados, seria exercida por inspetores do Conselho Superior de ensino, sem, contudo, o intuito de uniformização rígida do ensino secundário em todo o país. Preconizava ideias de diversificação da educação nacional e da autonomia e da flexibilidade das instituições docentes. (Silva, 1969, p.276)

Contudo, após a Reforma, o decreto n.11895, de 14 de janeiro de 1916, permite aos estabelecimentos de ensino secundário localizados em cidades onde não houvesse colégios equiparados, submeterem seus alunos a exames de preparatórios, perante bancas organizadas nos próprios estabelecimentos, como comprovado na notícia publicada pelo Jornal Gazeta de Leopoldina, de 16 de janeiro de 1916, intitulada “Exames de Preparatórios”, que apresenta a regulamentação das bancas de exames de preparatórios, realizada pelo secretário do interior, Carlos Maximiliano, em estabelecimentos particulares de ensino.<sup>5</sup>

Importante salientar, que este Jornal, trazia além de legislação educacional, informações sobre o cotidiano escolar do Ginásio Leopoldinense. Segundo a notícia, os diretores de colégios de instrução secundária poderiam constituir banca examinadora na própria instituição desde que cumprissem os seguintes requisitos:

Art. 1 - Não houver na localidade ginásio oficial ou equiparado a este; funcionar regularmente há mais de 5 anos; possuir corpo docente idôneo. Art. 2 – Os examinadores serão pessoas idôneas da localidade e deverão ser escolhidos pelos membros do conselho quando não encontrar em outros municípios competentes que aceitem a comissão. Art 3 – O Conselho Superior cuidará de dar suporte e hospedagem aos examinadores e inspetor do Colégio, o qual irá depositar na secretaria do Conselho, conjuntamente com os vencimentos do inspetor de 10 mil reis por matéria, que será distribuído aos examinadores após concluído o trabalho. Art 4. – O presidente do Conselho Superior proporá ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores a nomeação de um brasileiro familiarizado com as questões de ensino e não residente na localidade onde o colégio funcione, a fim de inspecionar os exames. § 1º O inspetor verificará se os candidatos comparecem as aulas do instituto no ultimo período letivo. § 2º Assinará todas as atas de exames e terá novo impeditivo das aprovações que lhe parecerem imerecidas. § 3º - receberá a verba de 1 conto de reis além das despesas de viagem e hospedagem, na ocasião em que for empossado do cargo e outro conto de reis quando os seus atos forem aprovados pelo Conselho Superior e tomar conhecimento do relatório sobre os exames. § 4º - Se o Conselho julgar insuficientemente ser o inspetor, este perderá a segunda prestação de honorário, a favor do patrimônio do instituto oficial à escolha do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Art.5 – A concessão de bancas examinadoras será feita uma vez por ano, podendo o Conselho recusá-la quando entender justo, sem direito a reclamação alguma por parte da direção do colégio. Será também feita a cada ano a nomeação de inspetor em comissão e dos examinadores, que serão escolhidos de preferência entre os professores do ginásio oficial ou a este equiparado. Art6º - os certificados de aprovação subscritos pelo presidente da comissão examinadora de cada matéria e verificados pelo inspetor darão ao estudante o direito de inscrever-se para prestar exame vestibular perante as academias oficiais e equiparadas a estas. Art.7 – Os estudantes

que tiverem prestado exames de preparatórios aos colégios militares não precisarão repeti-los perante as comissões examinadoras nomeadas pelo Conselho Superior para se inscreverem para exame vestibular. (Gazeta de Leopoldina, 1916, n.211)

Sobre a equiparação dos estabelecimentos de ensino pariculares, encontramos o exemplo do Ginásio Leopoldinense/MG. Em notícia de 9 de outubro de 1917, n. 136, do Jornal Gazeta de Leopoldina, sobre as bancas examinadoras de preparatórios nos colégios particulares há a discriminação dos colégios particulares que obtiveram concessão de bancas examinadoras pelo Conselho Superior de Ensino em Minas Gerais e a estatística das inscrições nos exames, no caso do Ginásio Leopoldinense, 330 inscritos. Também o artigo de Waldemiro Potsch, escolhido pelo Conselho Superior de Ensino para compor a banca de uma das mesas examinadoras, publicado, em 1919, na Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro. De acordo com o examinador, a motivação para a escrita do artigo devia-se ao fato de que o município de Leopoldina havia sido um dos raros lugares onde a banca não tinha sido assediada por alunos ou constatou-se o uso de pistolões para se conseguir aprovação de alunos, naquele ano.

A Reforma Rocha Vaz, decreto n. 16782-A, de 13 de janeiro de 1925, promulgado pelo presidente Artur Bernardes e referendado por João Luiz Alves, Ministro da Justiça e Negócios Interiores apresentou poucas mudanças em sua organização em relação à lei anterior: o ensino secundário passou a ser obrigatoriamente seriado, concluindo pelo estudo da filosofia, a fim de fornecer a cultura média geral do país, com duração de seis anos. As provas de conclusão do estudo das matérias constituíam séries nos diversos anos do curso, não sendo permitido acesso a qualquer ano sem a aprovação das matérias no ano anterior, tanto para as de simples promoção, quanto para as que constituíssem provas de conclusão das diversas séries. (Silva, 1969)

O curso secundário de seis anos representava o curso completo, com o caráter de ensino formativo e cultural. Aos que o completassem, dar-se-ia, em consequência, o grau de bacharel em ciências e letras. A conclusão do quinto ano, no entanto, foi considerada suficiente à função preparatória do ensino secundário. O certificado de aprovação no 5º ano do curso secundário era condição indispensável para a admissão no exame vestibular em qualquer curso superior, suprimidos os exames parcelados de preparatórios.

A equiparação permaneceu restrita aos estabelecimentos mantidos pelos governos estaduais, condicionada à fiscalização de inspetores, à obediência do regime de estudos prescritos pela reforma e até mesmo à adoção de regimento interno idêntico ao do Colégio



Pedro II. Até a adaptação, o projeto instituiu juntas examinadoras, cuja concessão aos estabelecimentos particulares estava condicionada à obediência aos preceitos que buscassem garantir a seriedade do ensino, por parte destes. (Silva, 1969)

Em 1926, o Ginásio Leopoldinense, passou por reformulação do ensino primário, secundário e superior, não sendo mais a equiparação restrita aos preparatórios. Foi adotado um sistema de exames por grupos de disciplinas, voltadas para a área das ciências naturais. Nesse mesmo ano, a instituição ainda passou por outras mudanças. Com a perda do diretor técnico de ensino, José Botelho Reis, que dirigiu a instituição de 1910 a 1926, que faleceu precocemente, aos 38 anos, por motivo de doença. O Ginásio passou a denominar-se Ginásio Municipal Leopoldinense, de acordo com a lei municipal n. 399, de 20 de outubro de 1926, o que não correspondeu à gratuidade do ensino, uma vez que continuaram a serem cobradas mensalidades, havendo apenas a prerrogativa de gratuidade a um aluno interno e três externos, indicados pelo presidente da Câmara. (NOGUEIRA, 2011)

#### Considerações finais

Em relação ao exposto, podemos dizer que o desenvolvimento das intervenções federais em relação ao ensino secundário e superior, no período republicano, compreendeu dois momentos: o primeiro, que se estendeu de 1889 a 1911, e a segunda que começou em 1915. Eles estão separados pelo período de vigência da lei orgânica de ensino superior, que vigorou entre os anos de 1911 e 1915.

Na primeira fase, houve uma ampliação das funções federais, respeito às limitações federalistas ao poder central. Na segunda fase, é retomado, com absoluta preeminência federal sobre todo o sistema nacional de ensino superior e secundário.

O estudo sobre a equiparação do ensino secundário, tendo por base o exemplo do Ginásio Leopoldinense/MG, buscou informações na imprensa local, as quais embasaram as mudanças ocorridas no cenário político e expressas na legislação educacional, em relação à oficialização e desoficialização do ensino. Nesse sentido, tentamos sempre estabelecer relações entre o Ginásio Leopoldinense com o seu meio envolvente, conforme sugere Magalhães (2004). Conforme este autor, compreender e explicar a realidade histórica de uma instituição é integrá-la de forma interativa ao quadro mais amplo do sistema educativo.

Cabe agora, aprofundar nesse estudo, buscando investigar a instituição escolar, a cultura material e as políticas educacionais que deram forma ao processo de escolarização, a estrutura física, os processos educacionais e suas relações com os diferentes sujeitos e os desdobramentos didático-pedagógicos, como sugere Julia (2001).

#### Referências bibliográficas

GASPARELLO, Arlette Medeiros. O paradoxo republicano: um modelo secundário nacional nos limites da descentralização. *Anais da 26ª reunião da ANPED*. Poços de Caldas/MG, 2003.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. n.1 jan./jun. 2001

KULESZA, Wojciech Andrzej. “O processo de equiparação ao Ginásio Nacional na Primeira República: o caso do Colégio Diocesano da Paraíba”. *RBHE*, Campinas/SP, v. 11, n. 2 (26), pp. 81-102, maio/ago. 2011.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Tecendo nexos: História das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. “A emergência do ensino secundário público no Brasil e em Portugal: uma “história conectada””. *Revista Contemporânea de Educação*. v. 8, n. 15, jan/jul, 2013.

NOGUEIRA, Natania Aparecida. *Leopoldina: instrução, mito político e formação das elites na Zona da Mata mineira (1895- 1930)*. Ed. do autor, 2011.

RANZI, Serlei Maria Fischer e SILVA, Maclovia Corrêa da. “Questões de legitimidade na primeira República: o ensino secundário regular a equiparação do Ginásio Paranaense ao congênere federal.” *Educação Santa Maria*. v. 31, n. 01, pp. 133-152, 2006. Disponível em: <http://www.ufsm.br/ce/revista>. Acesso em: 27/08/2013

RANZI, Serlei Maria Fischer e SILVA, Maclovia Corrêa da. Questões de legitimidade na primeira República: o ensino secundário regular a equiparação do Ginásio Paranaense ao congênere federal. In: *Educação Santa Maria*. v. 31 - n. 01, p. 133-152, 2006. Disponível em: <http://www.ufsm.br/ce/revista>. Acesso em: 27/08/2013

#### Referências bibliográficas

SILVA, Geraldo Bastos. *A educação secundária: perspectiva histórica e teoria*. São Paulo, Editora Nacional, 1969.

SILVA, Ligiane Aparecida da. Inviabilidades republicanas: o projeto Tavares Lyra e sua proposta para reforma e difusão do ensino brasileiro no início do Século XX (1891-1908). Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá. Maringá/PR, 2011.

## SECONDARY SCHOOL AND ASSIMILATION: A STUDY ABOUT LEOPOLDINENSE COLLEGE / MG (1906-1926)

### ABSTRACT

This paper investigates the Leopoldinense College, located in Leopoldina/MG, in the period that includes the date of its foundation - 1906 - until 1926 - the year in which the institution of private character was municipalized. The study of this institution and its actors indicates the possibility to understand how was the interference of state control in secondary education because the state required that private educational institutions is to equate standards of Pedro II College, regarding the curriculum, courses, teacher training and physical structure. And yet, how was the appropriation of standards by their actors, considering the practices produced at school and how his actors participated in its production, with regard to the dimensions of their own specificity.

Key-words: Leopoldinense College - secondary education - history of institutions

---

<sup>1</sup> Além das matérias componentes do curso ginasial, no Ginásio Leopoldinense/MG, era ministrado o ensino do italiano, noções de agronomia, escrituração mercantil, direito constitucional e economia política. O ensino de música vocal, canto coral, ginástica e evoluções militares eram obrigatórios e o catecismo era facultativo. O ensino de línguas se dava pelo método Berlitz, de cunho prático.

<sup>2</sup> O ingresso de alunos nas instituições de ensino secundário estava prevista na lei n.439, de 28 de setembro de 1906, que autorizava ao governo reformar o ensino primário, normal e superior do Estado de Minas Gerais, apontando que os alunos que se destacassem no ensino primário público poderiam ser admitidos pelo Ginásio Mineiro ou equiparados, não sendo comprovada, no entanto, a matrícula de alunos gratuitos em instituições particulares. Segundo notícia de 02 de dezembro de 1906, as matrículas de alunos no Ginásio, estariam abertas de 01 a 10 de janeiro de 1907, quando se realizariam os exames de suficiência para alunos que ingressariam no 1º ano. Para a matrícula nos outros anos, bastava além do requerimento, o atestado de aprovação no ano anterior em instituições oficiais ou equiparadas.

<sup>3</sup> A Lei n.439, de 28 de setembro de 1906, autoriza ao governo reformar o ensino primário, normal e superior do Estado de Minas Gerais e dá outras providências, os alunos que se destacassem no ensino primário público poderiam ser admitidos pelo Ginásio Mineiro ou equiparados. Segundo notícia de 02 de dezembro de 1906, do Jornal Gazeta de Leopoldina, as primeiras matrículas de alunos no Ginásio Leopoldinense, estariam abertas de 01 a 10 de janeiro de 1907, quando se realizariam os exames de suficiência para alunos que ingressariam

no 1º ano. Para a matrícula nos outros anos, bastava além do requerimento, o atestado de aprovação no ano anterior em instituições oficiais ou equiparadas.

<sup>4</sup> O Ginásio Leopoldinense, equiparado por dec. n. 1912 às escolas normais do estado, sob a fiscalização do Dr. Tavares de Lacerda, do Governo Federal funcionava como internato, semi-internato e externato, sob a direção interna de Henrique Barbosa da Cruz. Oferecia curso primário, ginásial e preparatório para exames parcelados. Valores: Internato – curso primário – 150\$000; semi-internato – curso primário – 120\$000; externato: 45\$000; Curso secundário: internato: 180\$000; semi-internato: 150\$000 e externato: 60\$000.

<sup>5</sup> Tal fato se deu em decorrência da aprovação de uma ementa, pelo senado, em 30 de dezembro de 1915, a qual determinava que o Conselho Superior de Ensino poderia nomear uma vez por ano uma comissão examinadora de alunos matriculados durante o último período letivo em colégio de instrução secundária, que funcionasse em cidade onde não houvesse ginásio oficial, nem equiparado a este.

## **A Emergência da modernidade em Florianópolis: as obras de Franklin Cascaes a partir de 1960.**

Pamella Amorim Liz<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo pretende verificar de que forma a obra do folclorista e artista catarinense Franklin Cascaes é influenciada pelo anseio da perda da cultura local junto à população de Florianópolis, através das mudanças e modernizações que vinham ocorrendo tanto no espaço físico e geográfico da Ilha, bem como nas mentalidades.

**Palavras-chave:** Franklin Cascaes; modernização; cultura.

**Abstract:** This article intends to verify how the work of the *catarinense* folklorist and artist Franklin Cascaes is influenced by the fear of a local culture get lost within Florianopolis citizens, through the changes and improvements that were occurring in the physical and geographical space of the island, as well as mentalities.

**Key words:** Franklin Cascaes; improvement; culture.

Folclore e cultura popular são conceitos e categorias, instrumentos que usamos para nomear, classificar, identificar; nos apropriamos de formas de expressão, que são transformadas em símbolos de uma identidade regional, em manifestações tradicionais que vem a ser a essência das manifestações culturais.<sup>1</sup> A cultura popular está em constante modificação, sendo transformada ou esquecida pela emergência do mundo moderno, das sociedades urbano-industriais, por organismos que possibilitem novas organizações de trabalho, por novas interações sociais, que têm sua vida alterada por relações político-administrativas.<sup>2</sup>

Para se entender parte da obra do artista e folclorista catarinense Franklin Cascaes, seus desdobramentos, fases e próprios anseios do artista em relação à cultura da ilha e suas tradições, é preciso abarcar questões que envolvem a evolução urbana de Florianópolis e sua modernização, tanto estrutural, como através das mentalidades.

Franklin Joaquim Cascaes nasceu em São José em 1908, no bairro de Itaguaçu, e faleceu em 1983. Foi um dos principais pesquisadores e artistas plásticos da cultura popular de Florianópolis, principalmente de base açoriana, fundamental para construção e composição do “colono anfíbio” – homem descendente de açorianos, que vive no litoral catarinense, e se adapta ao trabalho na terra e no mar – contudo, não deixou de analisar as culturas indígena e

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Linha de Pesquisa, História Contemporânea II. Orientanda do Prof. Dr. Paulo Knauss de Mendonça. Contato: [pamella.liz@gmail.com](mailto:pamella.liz@gmail.com)

negra. Cascaes cresceu ouvindo histórias contadas por escravos libertos que pertenceram a seus avós, andava nos engenhos, entre os pescadores, benzedeiros e festas populares da comunidade, e, desta observação extraiu a matéria prima que viria povoar toda sua obra.

De acordo com o próprio artista, seu objetivo era guardar a memória de seus antepassados e, para isso, fez uma incursão no meio social a fim de pesquisar as histórias do povo; ele não só colhia informações e relatos, mas também participava da rotina da comunidade até obter um dado resultado. Somente após este período de incursão é que transformava as informações em arte, de forma que as ilustrações que fazia eram um complemento para a parte escrita de sua obra e, ainda, suas esculturas eram uma forma de alcançar crianças e analfabetos. Ainda, fazia exposições de suas esculturas e desenhos nas comunidades que incursionava e obtinha seus resultados de pesquisa, e as fazia em retribuição ao contributo da população local ao seu trabalho. Nas palavras de Durval Muniz de Albuquerque Jr,

O folclorista tende a se apresentar, inclusive, como representante de sua região, como um defensor de seu espaço, como alguém que através de seu trabalho traz à tona tesouros culturais, as tradições que legitimariam aquele espaço, que demonstrariam a sua importância para a cultura nacional.<sup>3</sup>

Para Cascaes, sua arte era uma forma de preservar e documentar um momento histórico, uma época que estava em eminente mudança, um resgate para uma cultura que estava morrendo e, desta forma, ele o fez através de suas esculturas, pinturas e textos. A obra deste artista, nada mais é que o produto do relato de seus informantes somado ao produto de seu imaginário.

Florianópolis até o início da década de 1960 era conhecida por ser uma cidade de estilo colonial português com seus descendentes de açorianos, nas palavras de Glauco Carneiro, “Um povo profundamente bom que conserva um sotaque pitoresco”<sup>4</sup>, onde todos se conhecem pelas características de cidade pequena, ocupada por seus funcionários públicos e poucos estudantes, tendo em vista seu caráter de sede administrativa.<sup>5</sup> Por décadas os próprios moradores de Florianópolis sentiam-se isolados, diziam que a cidade era um “buraco”. Isto porque as novidades tecnológicas, grandes obras, eventos culturais, faziam uma ponte por sob a cidade, atravessando-a, ficando apenas no eixo Porto Alegre – Curitiba. Contudo, a partir de 1960, com a construção da BR-101, que corta todo o litoral brasileiro, tanto a cidade de Florianópolis como as demais do litoral catarinense, tornaram-se um novo atrativo para turistas gaúchos, paulistas, argentinos e uruguaios. Ainda, com a inauguração de mais uma

ponte ligando Ilha – Continente, os acessos viram-se facilitados e cada vez mais investia-se na melhoria das ruas e de avenidas.<sup>6</sup>

De acordo com Ayrton Portilho Bueno,

[...] a formação do espaço rural litorâneo é um dos momentos transformadores mais marcantes na estrutura da cidade, pois estabeleceu uma distribuição de assentamentos humanos, um parcelamento fundiário e um sistema de circulação que até hoje influem na morfologia do território. [...] O século XX consolida a cidade terciária e passa a atrair contingentes populacionais, que se incrementam com facilidade proporcionadas a partir da segunda metade do século.<sup>7</sup>

Assim, a urbanização passa a receber incrementos a partir da chegada de novos imigrantes, do meio rural e do meio urbano nacional, atraídos pelas qualidades de trabalho que a própria expansão dos segmentos imobiliário e turístico promovem, demandando mais espaço físico. As alterações na demografia, na estrutura sócio-econômica e cultural afetaram o território e a paisagem pela necessidade de assentamento da população e de equipamentos turísticos, revelando a face especulativa do mercado da terra em uma região ambiental e turisticamente qualificada, mas com limites definidos pela sua condição insular.<sup>8</sup>

A implantação da Universidade Federal de Santa Catarina e da estatal ELETROSUL, contribuíram para a vinda de inúmeros estudantes, professores, servidores técnico administrativos, engenheiros e demais profissionais ao longo de mais de uma década, contribuindo para a contínua modernização da cidade. Há uma modificação na estrutura fundiária da capital, uma vez que a maioria das propriedades era de subsistência com pequenos excedentes voltados para o comércio, e devido a falta de um código de posturas ou plano diretor de urbanização, as imobiliárias e turistas – principalmente argentinos – loteiam as terras no interior da ilha, pois “a impunidade na ocupação de áreas sobre ecossistemas naturais e a possibilidade de verticalização das construções, caracterizaram tanto o processo de criação de um setor turístico [...] como de novas áreas habitacionais”<sup>9</sup>. Por isso, e essa é uma das consequências da desvalorização da pesca artesanal e do abandono agropecuário.<sup>10</sup>

Franklin Cascaes mostra sua preocupação com esta ocupação desordenada quando lembra que a tradicional farinha<sup>11</sup> estava fadada ao fim devido ao desmatamento, pois os fornos do engenho eram alimentados à lenha, e gastava-se muita madeira para seu funcionamento. Contudo, o loteamento de terras fazia com que ao poucos, tanto mata quanto tradição se esvaíssem.<sup>12</sup>

O aumento populacional em Florianópolis advindo principalmente de imigrantes de outros estados, contribuiu para que houvesse mudanças no cotidiano da população, seja através da modernização que chegava, ou através da moradia, valores, costumes ou trabalho.

Se até a década de 1960 o número de habitantes chegava a aproximadamente a 72.889 pessoas, na década de 1970 este número já era de 115.547 habitantes.<sup>13</sup> Estes números aumentam em decorrência de novas empresas, da exploração do turismo, ampliação de rodovias e uma grande propaganda ecológica em torno da cidade, atraindo novos moradores. A instalação de emissoras de televisão na capital – inicialmente com a RBS (Rede Brasil Sul, afiliada da Rede Globo) e ao final de 1987, são num total de cinco emissoras – veio corroborar com a valorização do novo e moderno sistema de vida que aos poucos se espalhava pela cidade, mostrando que o que antes existia era algo a ser superado, algo velho e obsoleto. Ao mesmo tempo, é constante o contraponto entre as duas realidades em qualquer cenário da cidade, o novo e o velho, uma urbanização que além de remodelar o centro de Florianópolis, adentrou os bairros e praias, levando novos vizinhos para os já antigos bairros e novas realidades para as vilas.<sup>14</sup>

O aumento da população de Florianópolis, entre o período de 1960-1970 deu-se, principalmente dentro dos limites da capital. A ilha já havia sido submetida a loteamentos em diversas áreas e, o próximo passo no plano de urbanização foi a autorização para construção de prédios com até oito andares, que seriam destinados na área central para escritórios e residências e nas áreas mais afastadas somente para residências. Esta mudança nas construções viria a atrair moradores de zonas mais isoladas, principalmente a rural, a procura de oportunidades de emprego, gerando um aumento populacional nos bairros mais humildes da cidade. Contudo, a realização que chamaria mais a atenção durante os anos 1960 era a Avenida Rubens de Arruda Ramos, mais conhecida como Avenida Beira mar Norte. Esta avenida tornou-se a mais famosa de Florianópolis, seja por seus mais altos edifícios, ou por seu alto padrão, pois ficou conhecida como um local de área nobre por ter fácil acesso ao centro da cidade.<sup>15</sup>

O artista, de acordo com entrevistas, era um assumido apaixonado pela cultura da ilha, e tentava resgatar a vida em comunidade, onde todos estariam unidos pelo trabalho e pelas tradições, principalmente a religiosa. Seu processo criativo e operativo envolvia a documentação gráfica, ele utilizava o real como fonte de criação: as festas populares, folguedos (brincadeiras); a ilustração de fábulas: mescla entre real e imaginário quando ilustra o religioso<sup>16</sup> - participava ativamente da vida nas comunidades do interior da ilha de Santa Catarina, fazendo incursões por dias, participando das principais festividades religiosas, como por exemplo a Festa do Divino Espírito Santo e a Procissão de Nosso Senhor dos Passos, registrando em detalhes os passos das celebrações, através de áudios, registros gráficos, manuscritos e esculturas – e outras narrativas, faz também ilustrações de lendas míticas, como



bruxas, vampiros, lobisomens, sobrepondo o imaginário sempre ao real. Muitas vezes uma só história sobrepõe-se a várias outras, surgindo assim mitos novos, sem o abandono do real, mas com predominância do imaginário.<sup>17</sup>

Por isso, com as mudanças que testemunhava, seu trabalho ia sofrendo influências externas e assim registrava os avanços da modernidade, como no desenho *Saudosa Procissão das Tainhas na Barra da Lagoa da Conceição da Ilha de Santa Catarina*, na qual as tainhas seguem em procissão em direção à cidade, representada por prédios e carros, e estas são seguidas pelos moradores das comunidades. Ainda no desenho há a frase “A grande fuga para o asfalto. Morreu a pesca artesanal.”, que representa a realidade de uma das grandes apreensões de Cascaes, que é o abandono da terra e do mar, pelos atrativos da cidade moderna.

Outra forma de perceber a mudança na natureza de sua obra é na representação das bruxas, que anteriormente, como no desenho *Viagem bruxólica à Índia*, Cascaes utilizava elementos da natureza, coisas que coletava, como por exemplo ossos de animais, espinhos de peixes, interligando a mitologia fantástica com a realidade, ou seja, o mar e a pesca. Quando passa a fazer críticas e expressá-las em forma de arte, como no desenho *A Bruxa Grande*, representa a bruxa como a destruidora das antigas comunidades, com grandes pernas de edifícios que destroem casas e levam para seus blocos de apartamentos pessoas desacostumadas com a cultura da cidade, mas enfeitiçadas por suas novidades. Dessa forma ele acreditava ser possível mostrar às comunidades onde expunha, suas percepções sobre o que estava acontecendo com a cidades, seu ponto de vista.<sup>18</sup>

Segundo Henrique Luiz Pereira Oliveira, “a relação com a natureza, as atividades manuais e as crenças coletivas eram aspectos importantes no trabalho de constituição dos indivíduos nas comunidades pesqueiras da Ilha de Santa Catarina, elementos que tendem a desaparecer nas sociedades urbano-industriais”.<sup>19</sup> Por isso, os desenhos de Cascaes são uma representação lúdica e ao mesmo tempo real da realidade que veio com a modernidade, o abandono do meio rural, da pesca artesanal ou mesmo dos engenhos de farinha para se tentar a vida na cidade. A preocupação de Cascaes são os atrativos que a vida moderna oferece à esse povo de vida simples, que segundo ele, seduz com novos valores, fazendo com que abandonem sua cultura para viver a vida da cidade. Os desenhos são uma forma de resistência e protesto frente ao progresso e ao capitalismo que ele via desenvolver-se na cidade, e que fazia com que as raízes e cultura se perdessem.<sup>20</sup>

Incomodava o artista saber que todos os conhecimentos locais estavam ameaçados devido a novos valores, novidades tecnológicas, pois se antes havia o hábito da vivência e transmissão oral do conhecimento, este hábito ele não mais via na geração atual e não previa isso como uma continuidade nas futuras, e por isso, para ele, a possibilidade das crenças, costumes e conhecimentos desaparecerem, era real. Por isso, tão exaustivamente registrou tudo o quanto podia, para que futuramente fosse possível rever o passado e reviver suas tradições, mesmo que através de suas histórias, narrativas, esculturas e imagens.

Franklin Cascaes ilustrou, esculpiu e escreveu sobre o cotidiano que o cercava, sobre as tradições que estavam se perdendo e sobre seres mitológicos, mas, sobretudo o que mais chama a atenção e traz reconhecimento à seu trabalho são as bruxas. Contudo, estas bruxas são uma metáfora à sociedade em que ele vivia – e porque não dizer à atual sociedade – mostrando as diferenças entre o coletivo e o individual, que as pessoas estavam cada vez mais individualistas; também análogo ao “embruxamento” da mídia, das paisagens e empresas – o capitalismo e seus efeitos.

[...] vida bruxólica é a vida social do homem. A vida lobisômica, é a vida social do homem, é a transmutação [...] ele quer bonitos automóveis; ele quer ter bonitas casas atapetadas; 3, 4, 5 empregados servindo-o; ele quer roupas luxuosas; ele quer ter um nome que ninguém o pise [...] é real a vida bruxólica na sociedade humana.<sup>21</sup>

Quando usa a palavra “embruxar”, Cascaes quer dizer que uma pessoa foi acometida por algum mal praticado por alguém, seja bruxa ou inimiga. Então, para ele, o que acontece na Ilha é um embruxamento, pois quase toda ela foi loteada, sendo destruída, fazendo com que, por exemplo, os antigos moradores perdessem a liberdade que antes tinham de ir e vir por entre os terrenos, que segundo ele, agora estavam cercados e com placas de propriedade privada. Na narrativa *Eleição bruxólica*, o artista mostra a campanha eleitoral dos candidatos à Câmara Municipal junto aos eleitores mais humildes, do interior da ilha.

Ah! so Serafim! eu já sê o que que é! Tresantonte, ‘tivero lá em casa dele uns home rico da cidade que viero à pricura de inleitori pra mo’de eles fazê inleição pra depotado de falação da Cambra da capitáli. Eu ‘tava lá, so Serafim, e assisti às cunversa deles c’as pessoa que aparicero lá em casa do Diulindo. Sinhôri! Eu nunca vi uns home tão bão qui nem aqueles. [...] Eles primitero pra Inaça uma vaca que dá leite, croste, coaiada, nata, manteiga pura e queijo. Dissero que sai tudo prontinho de dentro do ubre da vaca, sem a gente percisá se incomodá. [...] Pra Nazara primitero galinha que bota ovo cru, cozido, frito, com sáli, feito estrela, e com açúcar, feito bolo. [...] Primitero pro mo ermão Luço pranta de parrera de toa culidade que dá uva em cacho e vinho já engarrafado, c’as garrafa pindurada nos barão da parrera. Primitero pro Ofraso [Eufrásio] da prima Quintaniia cana que nasce já açúcar e melado sem percisá passá na muenda e garapa no forno. [...] Pro Cristovo da Chiquinha primitero cana que já nasce cachaça. É só cortá ela dentro do barríli e pronto: a cachaça ‘tá’í prontinha pra se bebê ela com todo grau que se percisa.<sup>22</sup>

Apesar de extensa, a citação acima faz-se necessária para melhor compreender de que forma a narrativa de Cascaes era construída, e de que forma ele reproduzia fielmente os diálogos entre a população analfabeta ou semialfabeto do século XX. Nesta narrativa, especificamente, é possível perceber o típico falar açoriano-português daqueles nascidos em Florianópolis, com todos os traços “fonéticos, morfossintáticos e lexicossemânticos”<sup>23</sup>, pois ele tenta manter ao máximo as características do sotaque na forma escrita.<sup>24</sup>

A apropriação da obra de Franklin Cascaes por outros meios, mídia, governo, seus usos e significações, é o que a faz ser importante ainda hoje. Contudo, se formos analisar com mais cuidado o conteúdo de seu trabalho e o que o compõe, será possível perceber que as bruxas são minoria, porém são elas que referenciam todo o trabalho do autor e que foram utilizadas para simbolizar Florianópolis, como “Ilha da Magia”. Por isso, é importante ressaltar mais uma vez, que a obra dele não se limita a esse estereótipo, sendo bem mais ampla dentro de uma pesquisa junto aos costumes e cotidiano das comunidades do interior da ilha.

Para Cascaes, antigamente o homem desde cedo criava suas superstições, suas crenças, sabia conviver com a mitologia fantástica, sua cultura e antepassados, porém após a modernização avançar sobre a cidade – e segundo ele, principalmente por culpa da televisão – e adentrar nas casas, inicia-se um ciclo vicioso que embrutece o homem e prejudica a juventude. Se antes as bruxas eram culpadas por doenças que acometiam nas crianças – e a partir das narrativas recolhidas Cascaes as enriquece, dando um novo tom e construindo uma nova narrativa –, para Cascaes a televisão é a responsável por atacar o espírito e a inteligência.<sup>25</sup>

Quatro linhas temáticas são visíveis na obra de Franklin Cascaes: revelação do mito ilhéu; composições em que cria uma nova mitologia de ciclo mítico, onírico-moral, ficção científica cabocla e histórico-fictício; composições/documentação fabulosa profana (bichos que falam, narrativas mentirosas..), lendas religiosas; composições/documentação vivencial e objetual, na qual recolhe testemunhos de experiências da cultura ilhoa, a memória do povo, aspectos do viver cotidiano, festas, arquitetura, ofícios.<sup>26</sup> Aqui nos interessa o ciclo onírico-moral, no qual Cascaes desenvolve sua crítica social. Ao retratar em texto um de seus seres mitológicos, o *Mucumburu*, ele faz alusões ao meio urbano, que teve seus valores corrompidos pela sociedade de consumo e por sua massificação e, por isso critica os avanços tecnológicos que se voltam contra suas raízes culturais.<sup>27</sup>

Mucumbru é uma personalidade bruxóica mitológica que até que é gente pra-frente, da gente que é gente quimericamente, filha da ignorância cultural bastarda com inversão de valores culturais reais. Neta da sociedade alta. Método abobajada, novelhada cultural canhota. Atualmente este tipo aparece muito, sentada em poltrona de TV.<sup>28</sup>

A obra de Franklin Cascaes, até o início dos anos 1960, era inspirada nos elementos da natureza, principalmente as bruxas, que ao serem representadas, continham elementos que lembravam o mar, folhas de bananeira, conchas, ossos de peixes, redes de pesca, carros de bois. Contudo, a partir deste período, os elementos vão se modificando e dando lugar aos prédios, carros, cabos de energia, vias asfaltadas, ou seja, elementos da modernização que chegava à cidade, como uma crítica às mudanças que percebeu em andamento em sua Nossa Senhora do Desterro durante as últimas décadas de sua vida.<sup>29</sup>

É compreensível quando ele defende a cultura de seus antepassados, pois como E. P. Thompson colocou, “as práticas e as normas se reproduzem ao longo das gerações, na atmosfera lentamente diversificada dos costumes. As tradições se perpetuam em grande parte mediante a transmissão oral, com seu repertório de anedotas e narrativas exemplares.”<sup>30</sup> Na realidade, Cascaes por ser contemporâneo de seu objeto de estudo e investigação, partilha as mesmas referências e categorias com aquele cuja a história ele mesmo está narrando.<sup>31</sup>

A imortal madame Tradição é, no meu entender, um monumento de belezas que o homem errante, habitante do globo terráqueo, guarda carinhosamente nos baús do seu pensamento e, na maioria das vezes, oferece por via oral aos descendentes, imortalizando-a. A cultura popular dos povos é uma verdadeira joia preciosa.<sup>32</sup>

Muitas dessas crenças e histórias que ele preservava, advinham de tempos passados, são lendas muitas vezes criadas para justificar males incuráveis, doenças que os médicos à época não tinham ainda suporte para curar, ou ainda a pesca com dias ruins, a roça que não rendia o suficiente para a família ou para excedente de venda, ou seja, situações difíceis da vida que eram mais facilmente resolvidas se fossem explicadas através das superstições, lendas e crenças. A eminente perda de sua cultura para um novo mundo a se explorar, faz com que Cascaes desacreditasse nos vínculos que ainda poderiam se ter entre cultura e sociedade. Sobre isso, Eric Hobsbawm diz que “[...] pode ser que muitas vezes se inventem tradições não porque os velhos costumes não estejam mais disponíveis nem sejam viáveis, mas porque eles deliberadamente não são usados, nem adaptados.”<sup>33</sup>

Por isso, para ele, a origem de todos os conflitos e desordens que aconteciam nas comunidades eram em decorrência dessa modernidade que transformou a Ilha, e a forma de

expressar sua indignação com estas transformações impostas pelo “capitalismo moderno”, foi através de sua arte. Segundo Souza,

O indivíduo ilhéu, neste processo de envolvimento com a sociedade moderna, passou a ver sua cultura como inferior ante aos novos valores civilizatórios; vale dizer, de desenvolvimento. Perdendo, através da desqualificação de seus hábitos culturais, não só a sua capacidade política e sócio-cultural de reconhecer-se como membro de uma comunidade unida por laços de identidade e memória, mas também seus bens materiais, preferindo vender suas terras e exercer outro tipo de atividade econômica na cidade, conhecida por ele apenas como representação, como um recorte imagético.<sup>34</sup>

Contudo, o estudo das tradições esclarece bastante as relações humanas com o passado e, por conseguinte, o próprio assunto e ofício do historiador. Isso porque toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal.<sup>35</sup>

Apesar de sempre lutar em vida contra a perda das tradições e contra a modernização que chegava através de seu capitalismo de consumo, foi justamente a obra de Franklin Cascaes que fazia propaganda da cidade. Devido à seu trabalho com seus seres mitológicos, bruxas, resgates de festas religiosas, Florianópolis ficou nacionalmente conhecida com “Ilha da Magia”, fator este que contribuiu para o aumento da especulação sobre a cidade e propagandas sobre a qualidade de vida.<sup>36</sup> O contato com a cultura açoriana ainda é vivenciado pela população de Florianópolis, mesmo que em menores proporções em relação a décadas passadas, porém com o auxílio de associações e instituições culturais, parte da cultura açoriana é vivenciada, mesmo que através de festas temáticas, seja com a culinária, que cada vez mais tenta resgatar os sabores oriundos das ilhas portuguesas; da valorização das vilas pesqueiras, que ganham um ar de histórico ao terem as tradicionais casas à época da colonização e outras de entremeios do século XIX, tombadas pelo patrimônio público; ou ainda na fabricação da farinha de mandioca durante a farinhada.

## Notas

---

<sup>1</sup> ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A Feira dos Mitos: a formação do folclore e da cultura popular (nordeste – 1920-1950)*. São Paulo: Intermeios, 2013. p. 22-23.

<sup>2</sup> Ibidem, p. 23.

<sup>3</sup> ALBUQUERQUE JR., D. M. Op. Cit. p. 52

<sup>4</sup> CARNEIRO, Glauco. *Florianópolis: roteiros da Ilha Encantada*. MASP/Banco Bandeirantes. p.135-136 (Incentivo da lei n. 7.505/86) Apud. FLORES, Maria Bernadete Ramos. *A Farra do boi: palavras, sentidos ficções*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997. p. 62.

<sup>5</sup> FLORES, M. B. R, op. Cit. p. 62.

<sup>6</sup> Ibidem, p. 63.

<sup>7</sup> BUENO, Ayrton Portilho. *Patrimônio paisagístico e turismo na Ilha de Santa Catarina: a premência da paisagem no desenvolvimento sustentável da atividade turística*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: USP, 2006. p. 136.

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> Ibidem, p. 124.

<sup>10</sup> FLORES, M. B. Op. Cit. p.64.

<sup>11</sup> Vinda da tradição portuguesa e com base na colonização açoriana, a farinhada é o momento em que a comunidade local se reunia para o preparo da farinha de mandioca e seus derivados no engenho.

<sup>12</sup> CASCAES, Franklin Joaquim. *Franklin Cascaes: vida, arte e a colonização açoriana*. Entrevistas concedidas e textos organizados por Raimundo C. Caruso. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1988. p. 66.

<sup>13</sup> IBGE – Censo Demográfico do Estado de Santa Catarina – 1960; FIBGE – Censo Demográfico de Santa Catarina – 1970.

<sup>14</sup> FLORES, M. B. R. Op.Cit. p. 65-66.

<sup>15</sup> PELUSO JUNIOR, Victor Antonio. “O crescimento populacional de Florianópolis e suas repercussões no plano e na estrutura da cidade.” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, 3ª fase, nº 3.981. Disponível em [http://www.arq.ufsc.br/urbanismoV/artigos/artigos\\_pj.pdf](http://www.arq.ufsc.br/urbanismoV/artigos/artigos_pj.pdf) Acesso em: 01 de ago. 2014.

<sup>16</sup> Todos estes registros, inclusive a esculturas das procissões, encontram-se no Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral – UFSC.

<sup>17</sup> ARAÚJO, Adalice Maria de. *Franklin Cascaes, o mito vivo da Ilha* (mito e magia na arte catarinense). Florianópolis: Editora da UFSC, 2008. p. 30

<sup>18</sup> SOUZA, Evandro André de. ”Franklin Cascaes e a crítica à modernidade”. In: FLORES, Maria Bernadete Ramos; LEHMKUHL, Luciene; COLLAÇO, Vera (orgs.). *A Casa do Baile: estética e modernidade em Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006. p. 359.

<sup>19</sup> OLIVEIRA, Henrique Luiz. “Imagens do Tempo”. In: BRANCHER, Ana (Org.). *História de Santa Catarina estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. p.18-20. Apud. SOUZA, Evandro André. Op. Cit. p. 365.

<sup>20</sup> SOUZA, E. A. Op. Cit. p. 366-367.

<sup>21</sup> *Série Alma de Artista: Franklin Cascaes*. Realização: Edina de Marco, José Rafael Mamigonian, Norberto Depizzolatti. Produção: FCFPC - Florianópolis, 2008. 30 minutos. Documentário. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QXq2kHevw1M> Acesso em 18 mar. 2014.

<sup>22</sup> CASCAES, Franklin. “Eleição Bruxólica”. In: \_\_\_ *O Fantástico na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012. p.22-23

<sup>23</sup> FURLAN, Oswaldo Antonio. “O texto, sua linguagem e o glossário”. In: CASCAES, F. Op. Cit. p. 10.

<sup>24</sup> Idem.

<sup>25</sup> CASCAES, F. J. Op. Cit. p. 55.

<sup>26</sup> ARAÚJO, A. M. Op. Cit. p. 29.

<sup>27</sup> Ibidem, p. 92-96

<sup>28</sup> ARAÚJO, A. “Pesquisa de Campo”. Florianópolis, 1977. Entrevista com Franklin Cascaes gravada em cassete no Museu Universitário, jul. 1977. Apud ARAÚJO, A. M. Op. Cit. p. 96.

<sup>29</sup> SOUZA, E. A. Op. Cit. p. 362

<sup>30</sup> THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 18.

<sup>31</sup> CHARTIER, Roger. “A Visão do Historiador Modernista.” In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta (org.) *Usos e abusos da história oral*. 8ª. edição, Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 216.

<sup>32</sup> CASCAES, F. Op. Cit. p.21.

<sup>33</sup> HOBSBAWM, Eric. “Introdução: A Invenção das Tradições”. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.) *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 16.

<sup>34</sup> SOUZA, E. A. Op. Cit. p.369.

<sup>35</sup> HOBSBAWM, E. Op. Cit. p. 21.

<sup>36</sup> Para mais informações sobre a obra de Franklin Cascaes Cf. MIGUEL, Salim; CARDOZO, Flávio José (orgs). *Treze Cascaes*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2009. ARAUJO, Adalice Maria de. *Franklin Cascaes – o mito vivo da ilha*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008. CARUSO, Raimundo C. (org.). *Franklin Cascaes: vida e obra e a colonização açoriana*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1981.

## **EM RAZÃO DO GRANDE TERREMOTO: OBSERVAÇÕES SOBRE A POLÍTICA POMBALINA NO REINADO DE D. JOSÉ I**

Patrícia M. S. Merlo\*

### **Resumo**

Busca-se apresentar algumas considerações acerca da experiência portuguesa do Iluminismo, enfocando as mudanças realizadas (ou propostas) durante o reinado de D. José I, tendo à frente a figura de Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal. Tomamos como ponto de partida o terremoto de Lisboa de 1755, interessa-nos pensar em que medida a catástrofe foi usada como pretexto não apenas para a construção de uma nova cidade, mas também para a instauração de uma nova ordem política e social de matriz ilustrada tendo à frente a figura do Primeiro Ministro.

Palavras-chave: Pombalismo, Iluminismo, Século XVIII.

### **Abstract**

We would like to present some considerations about the Portuguese experience of Enlightenment, focusing on the changes made (or proposed) during the reign of King José I, headed figure of Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquis of Pombal to be. We take as starting point the Lisbon earthquake of 1755. We are interested in assessing the extent to which the disaster was used as a pretext not only for the construction of a new city, but also for the establishment of a new political and social order illustrated matrix taking forward the figure of the Prime Minister.

Keywords: Pombalism, Enlightenment, 18th Century.

O Iluminismo foi um fenômeno intelectual que teve lugar na Europa, entre o final do século XVII e meados do século XVIII. Movimento crítico do absolutismo, da sociedade estamental, dos consequentes privilégios da aristocracia e do clero, crítico, enfim, das instituições de uma ordem política considerada arcaica. Propunha-se refundar a nacionalidade, e, para tanto, contribuir para a fundação de um novo pacto civil. Sua aposta foi no avanço do espírito humano, do conhecimento, do progresso dos povos e da caminhada do gênero humano rumo a um indefectível percurso de aprimoramento – a que chamava perfectibilidade.<sup>1</sup>

Contudo, a despeito de suas características universalistas, abordar a Ilustração por sua matriz clássica é incorrer no risco de se generalizar aquilo que, no limite, também possui

---

\* Doutora em História pela UFRJ, Professora do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em História das Ideias Políticas da UFES.

particularidades. Havia circulação de pensamento sobre o homem e sobre a formação das nações e do mundo moderno em diferentes países europeus. Tal reflexão, no entanto, manifestava-se de modos diferentes consoantes os territórios, as tradições de pensamento, as filiações teórico-conceituais, a língua, os usos e os costumes. Nesse sentido, compreender o Iluminismo português não é, exatamente, concebê-lo como um desdobramento da interpretação do Iluminismo francês e vice-versa. No interior de cada país, aliás, havia controvérsias sobre os sentidos das Luzes. Reconhecer as particularidades que distinguem tendências não constitui, porém, negação da possibilidade da existência de traços comuns. Como bem assevera Michel Vovelle, “é possível identificar, para além das controvérsias, os elementos de um consenso mínimo comum, nos quais se exprime uma nova visão de mundo através de uma visão do Homem.”<sup>2</sup>

Em Portugal esse debate ganhou impulso no reinado de D. João V, (1706-1750), mas foi durante o governo de D. José I, (1750-1777), que se assistiu a tentativa de criar uma nova ordem social e política, cujo executor foi Sebastião José de Carvalho e Melo, outorgado Conde de Oeiras em 1759, e consagrado com o título de Primeiro Marquês de Pombal em 1769<sup>3</sup>. Interessa-nos aqui abordar as mudanças propostas ou realizadas durante esse período.

### **O terremoto pombalino**

A ascensão política de Carvalho e Melo está associada, em grande medida, ao terremoto de primeiro de novembro de 1755 e à reconstrução de Lisboa. Perante a desorientação geral, o ministro revelou então uma enorme capacidade de gestão da crise, legislando imediatamente sobre assuntos como os preços dos bens alimentares, questões logísticas, o combate à criminalidade, a reorganização civil, os projetos de reconstrução, obras públicas, etc.<sup>4</sup> A possibilidade de utilização da catástrofe como ponto de partida não apenas para a construção de uma nova cidade, mas também para a instauração de uma nova ordem política e social, defendida por Sebastião José fica delineada no texto intitulado “Discurso político sobre as vantagens que o reino de Portugal pode alcançar da sua desgraça por ocasião do memorável terramoto do 1º de Novembro de 1755”, quando diz:

Da mesma forma que as inundações são necessárias aos rios extravasados para os fazer correr no natural leito donde tinham saído, pode haver casos onde, para restabelecer um Estado, é necessário que um Estado seja em parte aniquilado, e que o seja por algum acontecimento extraordinário<sup>5</sup>.



Ao que tudo indica, do ponto de vista do futuro Marquês, o terremoto foi, sem dúvida, o acontecimento extraordinário que, ao aniquilar parte do Estado, permitiu o restabelecimento deste, em outros moldes. O tremor, enquanto fenômeno da natureza, tornou possível destruir alguns sistemas que não eram condizentes com a nova realidade e os novos interesses.

Parcialmente como reconhecimento das capacidades evidenciadas no momento da catástrofe, em 1756, Carvalho e Melo foi transferido da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra para a Secretaria dos Negócios do Reino, um cargo equivalente ao de Primeiro Ministro. Sua proximidade junto do soberano suscitou desconforto nos círculos da corte, onde se manifestou na tentativa de denegrir Carvalho e Melo aos olhos de D. José.<sup>6</sup>

Contudo, afastados os seus opositores mais diretos, a partir de 1756, sucederam-se propostas de reforma encabeçadas por Sebastião José dirigidas a áreas fulcrais da sociedade portuguesa. Com destaque para as medidas destinadas a incentivar o comércio e a fomentar a produção industrial, tomadas em paralelo com tentativas de reforma educacional, intelectual e moral da sociedade. O significativo número de reformas postas em marcha depois de 1759 e a rapidez com que foram executadas ficam visíveis através da consulta de uma simples cronologia: entre 1759 e 1777 Pombal promulgou, em média, uma reforma por ano e procurou reconfigurar, por via legislativa, a organização administrativa, econômica e social da sociedade portuguesa.<sup>7</sup> Em sua tentativa de centralização de poder, o ministro almejava reorganizar o império português, extremamente debilitado em sua balança comercial, especialmente com a Inglaterra, pelos acordos econômicos celebrados entre os dois países, especialmente o Tratado de Methuen. Portanto, o saneamento das contas do Estado passava pela revisão das relações de dependência e pela sangria de recursos que enfraqueceram as finanças.

Medidas de caráter econômico e financeiro de longo alcance, como a criação do Erário Régio (1759), o estabelecimento de Companhias de Comércio ou o apoio à indústria, foram acompanhadas por outras, de impacto imediato sobre a vida das populações. Referimo-nos, por exemplo, à expulsão dos jesuítas, amplamente publicitada em textos e imagens difundidas por iniciativa do próprio Sebastião José de Carvalho e Melo (1759), bem como à reformulação do sistema de ensino anteriormente baseado na rede de colégios da Companhia de Jesus, numa reconfiguração que abarcou tanto os estudos ditos menores, como a Universidade (diplomas de 1760, 1772)<sup>8</sup>.

Datam do período também a proibição das publicações periódicas (1761) e as alterações introduzidas no sistema da Censura colocada sob o controle direto do Estado através da criação da Real Mesa Censória (1768). Mas referimo-nos, sobretudo àquelas disposições legais que legitimaram a interferência do Estado na organização da vida cotidiana dos cidadãos ou, nas palavras de Figueiredo Marcos, às “frequentes incursões legais no domínio de práticas costumeiras até então esquecidas pela lei”<sup>9</sup> – a abolição do princípio de sucessão dos filhos nos ofícios dos pais (1753 e 1770), a abolição da escravatura no território de Portugal Continental (1761), a abolição da distinção, de quase três séculos, entre cristãos novos e cristãos velhos (1773), a regulamentação da duração e manifestações de luto das viúvas (1772), a legitimação legal das uniões matrimoniais sem o consentimento paterno, o ataque ao puritanismo da alta aristocracia do reino (1768), ou a legitimação legal de atividades até então olhadas com desprezo pela sociedade portuguesa, como o comércio, (declarado profissão nobre, necessária e proveitosa em 1770), ou a profissão de ator (declarada não infamante em 1771).

### **Da trajetória pessoal à reconstrução do Estado**

Como é possível perceber, Portugal sofreu uma reformulação institucional estruturada por Sebastião José de Carvalho e Melo que, ao assumir suas funções de Primeiro Ministro, procurou fortificar o Estado, impedindo o comportamento desregrado da elite portuguesa que gozava de prerrogativas estimuladoras de práticas irregulares. Pombal desejava aprofundar a centralização do poder monárquico frente a esses grupos e sanear as finanças do Estado. Para tanto, procurou atuar por meio de leis que clarificassem o papel das instituições, bem como as relações existentes entre elas. Como bem salientou Lilia Schwarz, a assunção de Sebastião José de Carvalho e Melo não representava, “entretanto, apenas a conquista pessoal de um político de carreira fulminante. Era também a vitória de certo ideal administrativo e de um grupo que soube apresentar, no momento certo, uma série de saídas emergenciais”.<sup>10</sup>

Observa-se que, no decorrer da segunda metade do século, Portugal passaria por uma intensa transformação mental e social, impulsionada por forças externas e internas, sendo o terremoto apenas uma das rupturas do processo histórico português. A Europa vivia um momento de efervescência ideológica movida pela ideia da força da razão. O homem pensando por si mesmo procurava atingir pela reflexão a solução de seus problemas. A possibilidade de ele intervir nos seus desígnios ficava evidente, bastava ao ser humano compreender a razão

universal. A influência de ideias científicas e filosóficas já era intensa, fruto de um movimento de longa duração no decorrer da primeira metade do século.<sup>11</sup>

Sebastião José de Carvalho e Melo, ao assumir o cargo mais proeminente do governo de D. José I, construiu um conjunto de políticas que visava reformar o Estado lusitano, considerando em parte essas novas ideias. Sua trajetória em outras cortes europeias havia lhe dado a oportunidade de apreciar as reformulações em processo, o que pode ter influenciado sua tentativa de aplicar uma política que rompesse com o isolamento e o atraso português. Tal postura pode ser percebida durante sua atuação diplomática, iniciada em Londres no ano de 1738, onde atuou durante sete anos e redigiu os seus primeiros escritos de teor econômico.<sup>12</sup> Em muitos desses textos, Sebastião José de Carvalho e Melo demonstrando possuir uma visão ampla sobre as relações econômicas entre Portugal e Inglaterra, chamava a atenção para os problemas decorrentes de acordos celebrados entre os países, por serem desfavoráveis ao reino luso.

Em seguida, quando designado para a Corte de Viena, teve oportunidade de observar as reformas em curso na Áustria. A reforma política e financeira do Estado mostrou-se imperativa para o fortalecimento da soberania austríaca, acompanhada de uma nova relação do Estado com a Igreja. A tendência era o estabelecimento de um poder civil nacional que controlasse a Igreja, experiência que Sebastião José não esqueceria, usando como referência para as ações a serem adotadas em Portugal.<sup>13</sup>

Nuno Monteiro, analisando o período pombalino, sugere que as medidas adotadas permitem vislumbrar

[...] duas notórias “novidades”: o facto de se multiplicarem as “providências” e de estas partirem de um “ministério”, isto é, de um governo. Mas há ainda outra novidade essencial: legisla-se para modificar o que existe. O bom governo já não se rege apenas pelo objectivo de “fazer justiça”, de pôr as coisas no seu lugar. Procura-se agora mudar as coisas, em conformidade com o que se fazia nas “cortes da Europa”.<sup>14</sup>

Após o terremoto que abalou Portugal, Sebastião José de Carvalho e Melo iniciou a reconstrução da cidade, entendendo que a catástrofe abria espaço para que se processasse uma reconstrução do Estado. A ocasião reforçou as dificuldades de carácter econômico enfrentadas por Portugal, decorrentes do fato de o país depender inteiramente das riquezas procedentes do Brasil. Riquezas que seguiam para a Inglaterra com uma rapidez avassaladora. As ações políticas no sentido da centralização do poder e as ações econômicas de essência mercantilista

revelam que Sebastião José de Carvalho e Melo habilmente construiu um aparato institucional e administrativo para garantir a sustentação e o funcionamento do Estado português<sup>15</sup>. A centralização feita por Carvalho e Melo foi acompanhada de práticas mercantilistas que controlaram e restringiram as atividades comerciais para garantir os interesses de determinados grupos. Era necessário fortalecer as exportações portuguesas a fim de que a classe mercantil florescesse e conseguisse dinamizar a economia, uma vez que o terremoto havia gerado grandes problemas.

Por outro lado, Pombal entendia que o Estado deveria ser o responsável pela formação dos jovens, renovando a mentalidade portuguesa, em especial da elite. A educação até então notoriamente influenciada pela religião passaria pelo processo de secularização.<sup>16</sup> As reformas desenvolvidas por Sebastião José de Carvalho e Melo foram movidas pela modernização que se contrapunha à ideia de atraso e decadência da sociedade e da cultura portuguesa; a ideia de que um novo espírito científico exigia novas maneiras de pensar, inclusive o próprio poder do Estado. A ruptura, de princípio, impunha uma mudança de conhecimento que ao mesmo tempo fosse útil à sociedade e que partisse da monarquia.

### **À guisa de conclusão**

A incessante atividade legislativa que marca a trajetória de Carvalho e Melo só foi possível graças ao apoio incondicional do Rei. Como o próprio ministro não cessou de afirmar durante o processo que lhe foi movido após o falecimento de D. José I, todas as decisões tomadas durante tais anos mereceram a concordância do monarca, um consentimento muito evidente, se nos lembrarmos da concessão, em 1769, do título de Marquês de Pombal (quando o ministro tinha 71 anos). O apoio real não teve, porém, continuidade para além da sua morte, em 24 de Fevereiro de 1777. Se, como recorda Borges de Macedo, as críticas à atuação de Sebastião José acompanharam todo o seu governo. Quando D. Maria subiu ao trono, o ambiente de tensão que se vivia na sociedade lisboeta era de manifesto e de explosões de animosidade contra o Ministro<sup>17</sup>.

A associação entre Pombal e a reconstrução de Lisboa, tal como o elevado número e longa duração de muitas das reformas de fundo empreendidas durante os anos em que exerceu cargos governativos, não deve fazer-nos esquecer por um lado, que a sua intervenção na sociedade portuguesa como estadista a serviço de um monarca absoluto se resumiu a um

período relativamente curto, de aproximadamente 28 anos (entre 1750 e 1777). Contudo, por outro lado, também não deve apagar outro aspecto fundamental: o fato das profundas alterações introduzidas durante o governo pombalino na sociedade portuguesa terem sido postas em marcha à custa do sacrifício de interesses estabelecidos e contra a vontade de alguns setores da população, nomeadamente de grupos pertencentes às elites aristocrática e eclesiástica com ligações ultramarinas que lhes opuseram frequentemente resistência<sup>18</sup>.

Apesar de em curto prazo, os procedimentos interventores de Pombal modificaram o sistema econômico, político e educacional da metrópole e da colônia, permitindo a ruptura do modelo antigo e a emergência de um novo. O impacto histórico das suas determinações pode ser considerado como um verdadeiro terremoto que abalou o Estado português. Os estudiosos, cada um a seu modo, tentam reduzir ou aumentar a atuação da mão de ferro de Sebastião José de Carvalho e Melo, simplificando ou ressaltando suas atitudes mais enérgicas como elementos negativos da sua atuação como Primeiro Ministro. O fato é que ele gerou controvérsias. Suas deliberações envolvidas por uma aura iluminista, de fato não conseguiram ser transformadoras no grau e na intensidade desejáveis. Mas, não é possível negar que José Sebastião de Carvalho e Melo fez ruir as estruturas antigas.

---

#### Notas

<sup>1</sup> Cf. SOUZA, Maria das Graças de. *Ilustração e história*. São Paulo: Fapesp, 2001.

<sup>2</sup> VOVELLE, M. (Org.). *O homem do iluminismo*. Lisboa: Presença, 1997, p.22.

<sup>3</sup> Cf. MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

<sup>4</sup> Cf. MELO, Sebastião José de Carvalho e. *Memórias secretíssimas do marquês de Pombal e outros escritos*. Mem Martins: Publicações Europa-América, s/d.

<sup>5</sup> SCHWARCZ, Lília. *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: do terramoto de Lisboa à independência do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 96.

<sup>6</sup> Referimo-nos à conspiração dita de Martinho Velho Oldemberg, que levou ao afastamento do Ministro Diogo de Mendonça Corte Real Cf. MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

<sup>7</sup> MELO, Sebastião José de Carvalho e. *Memórias secretíssimas do marquês de Pombal e outros escritos*. Mem Martins: Publicações Europa-América, s/d, p. 245-249.

<sup>8</sup> GAUER, Ruth Maria Chittó. *A modernidade Portuguesa e a Reforma Pombalina de 1772*. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

<sup>9</sup> MARCOS, Rui Manuel de Figueiredo. *A Legislação Pombalina. Alguns aspectos fundamentais*. Coimbra: Impr. Universidade de Coimbra, 1990, p. 82.

<sup>10</sup> SCHWARZ, Lília Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 97.

<sup>11</sup> Cf. HAZARD, P. (1934). *Crise da consciência europeia*. Lisboa: Edições Cosmos, 1983.

<sup>12</sup> MELO, Sebastião José de Carvalho e. *Escritos Econômicos de Londres, 1741-1742*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1986, p. 95.

<sup>13</sup> Cf. AZEVEDO, João Lúcio. *O marquês de Pombal e sua época*. São Paulo: Alameda, 2004.

<sup>14</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *D. José: na sombra de Pombal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, p.168. No capítulo intitulado “O tempo das providências”, o autor trata dos “progressos resultantes das paternais, magnânimas e infatigáveis providências de Sua Majestade”, destacando aspectos referentes ao comércio, às finanças, às “artes fabris” e ao alcance das “providências” nos domínios ultramarinos, particularmente, no Brasil (p. 166-184).

<sup>15</sup> Sobre as reformas pombalinas e as estratégias adotadas por Pombal, ver a obra clássica de FALCON, Francisco J. C. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993, p. 135.

<sup>16</sup> Cf. CALAFATE, Pedro (coord.). *História do Pensamento Filosófico Português. As Luzes*. Lisboa: Caminho, 2001, vol. 3.

<sup>17</sup> MACEDO, Jorge Borges de. *O Marquês de Pombal (1699-1782)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982, p. 112.

<sup>18</sup> SUBTIL, José. Memória e Poder: o terramoto de 1755. *O Terramoto de 1755. Impactos históricos*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 209-224.

**Título do trabalho:** Entre a razão e a sensibilidade: publicidade, imaginários e a nova americanização do Brasil (1951-1954).

**Autora:** Patrícia Sunah de Negreiros Lopes.

**Título Acadêmico:** Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) do CPDOC/FGV.

**Vínculo institucional:** Fundação Getúlio Vargas (FGV).

**Orientador:** Marco Aurélio Vannucchi Leme de Mattos.

**Apoio financeiro:** bolsa de Mestrado pela FAPERJ.

**E-mail:** patricia\_sunah@hotmail.com

## **RESUMO**

O presente trabalho demonstrará, através de uma perspectiva analítica situada entre a história e a antropologia, como a dimensão do imaginário pode ser utilizada para pensar criticamente o processo de criação do discurso publicitário em prol da americanização, situada no contexto do Segundo Governo Vargas.

Palavras-chaves: americanização; publicidade; imaginário.

## **ABSTRACT**

This paper will demonstrate, through an analytical perspective situated between history and anthropology, how the dimension of imagination can be used to critically think about the process of creating the advertising discourse in favor of Americanization, situated in the context of the Second Government Vargas.

Keywords: americanization; advertising; imaginary.



## **Entre a razão e a sensibilidade: publicidade, imaginários e a nova americanização do Brasil (1951-1954).**

*“Sigo o anúncio e vejo  
Em forma de desejo o sabonete  
Em forma de sorvete acordo e durmo  
Na televisão  
Creme dental, saúde, vivo num sorriso o paraíso  
Quase que jogado, impulsionado no comercial”*

*(“Comunicação”, de Edson Alencar/Hélio Matheus)*

### **Introdução**

Verbos no imperativo. Rostos alegres. Tipos ideais. A felicidade ao seu alcance, basta adquirir o mais novo lançamento. Ainda insatisfeito? Não se preocupe. Beba, tome, vista, veja, ouça, sinta...consume.

Algumas frases curtas associadas a poucas palavras já nos permitem visualizar mentalmente o tipo de “universo” de que tratamos neste trabalho: o universo da propaganda, que aqui trataremos como sinônimo de publicidade.

Se nos debruçamos sobre o referido objeto tendo como base um olhar histórico - e, por que não dizer, associado a uma perspectiva antropológica - veremos que a publicidade opera, necessariamente, códigos culturais. Códigos esses compostos por uma série de valores, símbolos e sentidos que, juntos, formam o imaginário social específico de cada sociedade e/ou grupo social ao qual ela se dirige.

Fazer publicidade nos dias de hoje consiste em atividade que vai para muito além da simples venda de produtos. A perspectiva do que se entende por consumo hoje obriga a irmos um pouco mais além. Há que se conferir prazer. O prazer de não necessariamente “precisar” de um produto, mas sim “sentir” que a vida seria melhor com ele. Aqui também instaura-se uma porta aberta à atuação da atividade publicitária - a operação desse “sentir”.

É também por isso que Armand Mattelart define que, se outrora a publicidade fora um simples instrumento utilizado no intuito de ampliar as vendas de uma empresa/ produto, “hoje ela pode ser entendida como um modo de comunicação, um modo de gestão das relações sociais” (MATTELART, 2002: p.31)<sup>1</sup>.

Dessa forma, podemos falar no uso publicitário de símbolos que conferem identificação/identidade a determinados indivíduos e/ ou grupos deles, e que podem, sim, estar relacionados a sua memória - afetiva, de vida, social - e, até mesmo, ao seu próprio passado.

Assim, observamos o quanto a prática publicitária pode estar associada a aspectos essencialmente culturais, reunidos numa espécie de “jogo simbólico”, além do quanto a

relação entre os homens abarca muito de seus códigos, que se diferenciam quanto a faixa etária, poder aquisitivo, grau de desenvolvimento industrial e urbano, entre outros fatores.

Configura-se, portanto, através da análise atenta sobre o papel da publicidade no mundo em que vivemos, todo um “universo de significações bastante insólito e, surpreendentemente, próximo de outros universos de significação muito conhecidos pelos antropólogos.” (ROCHA, 1985: p.25)<sup>ii</sup>.

Trata-se de um espaço produtor de discurso, a partir do qual é possível conhecer sistemas de ideias, representações e pensamentos sociais. A publicidade é, portanto, um meio de acessar determinadas questões, elaboradas pela própria sociedade que as produz.

Com base nessas considerações, o presente trabalho demonstrará como a dimensão do imaginário pode ser utilizada para pensar, crítica e historicamente, a criação do discurso publicitário, a partir de uma perspectiva analítica situada entre a história e a antropologia.

Na primeira parte, faremos algumas considerações teóricas sobre como a temática das representações foi incorporada à História.

Na segunda parte, direcionaremos o foco sobre a questão do imaginário, operado pela publicidade, através da perspectiva do autor Bronislaw Baczko, entendendo-o como um conjunto de práticas, valores e representações produzidas, sobretudo, a partir de interações sociais.

Na terceira parte, destacaremos a importância da contribuição dada pela Antropologia aos estudos históricos situados nesse campo - e em como a publicidade está diretamente implicada nele. Propomos, assim, a aproximação entre o conceito antropológico de “cultura”, formulado por Clifford Geertz, ressaltando seu entendimento da cultura como linguagem passível de interpretação, e os trabalhos desenvolvidos pelo jornalista e historiador Robert Darnton, acerca das distintas maneiras de apropriação dos símbolos e seus respectivos sentidos.

Em se tratando de algo extremamente subjetivo, acrescentaremos as contribuições dadas pelos autores Carlo Ginzburg e Ernst Gombrich no que diz respeito às formas de acesso a esse imaginário, de fundamental importância para melhor compreendermos a formulação do discurso publicitário em questão.

## **1- Sobre representações em História**

O autor Francisco Falcon propõe a análise da relação entre História e representação a partir de duas vertentes interpretativas principais: a historiografia moderna, pautada na tradição epistemológica e a historiografia pós-moderna, baseada na tradição linguística,

hermenêutica. Ele entende que cada uma delas configura a sua própria visão acerca do que é representação e, por conseguinte, do que pode ser definido como “realidade histórica”.

A vertente moderna, de cunho epistemológico, entende que o ato de representar significa “fazer presente” e/ou apresentar de novo, por meio de algum objeto. Preza, portanto, a noção de representação como sinônimo de “incorporação”. Essa perspectiva trabalha levando em consideração a capacidade de conhecimento do sujeito, associada à possibilidade dela apreender o que é real, verdadeiro.

Essa vertente, portanto, se opõe diametralmente à vertente linguística - ou pós-moderna- para a qual aquilo que pode ser considerado verdade não é, necessariamente, o real e seu reflexo imediato, mas sim o que for possível de ser construído entre o objeto e o pesquisador. O real, portanto, é o que se captura em dado momento e, sobretudo, através de um acesso parcial.

Nessa perspectiva, representação é sinônimo de “abstração”, ou seja, uma construção elaborada pelo próprio pesquisador, em relação ao seu objeto. Desse modo, o vínculo com a ideia de “real” se dá, invariavelmente, através de diversas mediações, pautadas sempre na questão da linguagem, com referências intra e intertextuais.

Falcon observa, portanto, que uma vez que se opõe ao fato de que alcançar o conhecimento verdadeiro seja tarefa possível, a vertente linguística/hermenêutica coloca a linguagem e sua possibilidade de estabelecer comunicação intersubjetiva, como única forma de se acessar o real, impossível de ser refletido. É justamente por causa dessa “impossibilidade” que, segundo o autor, é viável associar “representação” às dimensões do imaginário, do simbólico e da fantasia.

Uma vez entendendo os imaginários como formas de representação social, Falcon faz a ressalva de que eles devem ser entendidos no interior de sua própria linguagem, a fim de que possamos compreender de que forma a realidade está presente em dado contexto social.

Vale destacar que, segundo o autor, o imaginário constitui um instrumento-chave de promoção do controle da vida em sociedade, seja no âmbito das relações comunicacionais, seja no âmbito das relações de poder. Trata-se, ao mesmo tempo, do “espaço dos conflitos” e, ao mesmo tempo, do “alvo” de tais conflitos.

Sem cair no excesso de relativismo e, ao mesmo tempo, sem se deixar limitar pelo rigor do ceticismo, o que se deve ter em mente sobre a relação representações, história e verdade histórica, é que o acesso ao real se dá num entre-lugar, entre a linguagem e o acontecimento em si, tendo as distintas formas de representação como mediadoras entre um e outro.

## 2- A questão do imaginário, por Bronislaw Baczko

O próprio Francisco Falcon aponta para um outro problema referente às relações entre História e representações: a falta de uma historiografia das representações sociais. Contudo, no intuito de suprir essa carência, o autor aponta dois textos referenciais - e com perspectivas analíticas bastante distintas entre si - para melhor compreendermos a tríade história, representações e imaginário: “Os imaginários sociais”, de Bronislaw Baczko e “A história do imaginário”, de Évelyne Patlagean.

Entendemos, contudo, que a perspectiva apresentada por Baczko, acerca do que significa “imaginário”, é a que melhor atende as nossas expectativas e, por isso, iremos nos ater a ela.

Segundo Falcon, Baczko parte do pressuposto que o imaginário é, sobretudo, uma forma de representação social. Dessa forma, pensar em “imaginário” não significa produzir reflexões acerca do que é fantasioso, ilusório, sem qualquer vínculo com a “realidade”. Muito pelo contrário: o imaginário, enquanto forma de representação social, é uma forma de se ter acesso a essa realidade, ainda que seja um acesso parcial.

Acima de tudo, Baczko entende o “imaginário” muito mais como um sinal que aponta para o desenvolvimento de distintas problemáticas, do que como um campo de estudo, bem definido por excelência. Desse modo, ele constrói uma visão bastante ampla acerca dos elementos que o constituem - desde mitos e utopias até expressões emblemáticas e simbólicas - além de ressaltar a importância de uma perspectiva multidisciplinar para dar conta desse tipo de estudo, destacando, particularmente, as contribuições da Sociologia e da Antropologia.

Dada a variedade de elementos constituintes, bem como a necessidade de uma abordagem multidisciplinar, Baczko enfatiza as relações entre imaginário e poder, como nos seus *case-studies*, o “Grande Medo” de 1789 na França e o “grande terror” stalinista, e, principalmente, imaginário e comunicação social, no que diz respeito às suas linguagens e práticas.

É com base nisso que o autor destaca como o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa representam uma grande mudança, do ponto de vista social e cultural, partindo do princípio de que “a influência dos imaginários sociais sobre as mentalidades depende em larga medida da difusão destes e, por conseguinte, dos meios que asseguram tal difusão” (BACZKO, 1985: p. 313)<sup>iii</sup>. Os meios de comunicação de massa não só permitem a um único emissor atingir simultaneamente um público enorme como amplificar de forma extremamente eficaz a difusão dos discursos (cultura de massa).

Sendo assim, compreendemos que os *mass media* fabricam e emitem informações e representações. Nesse sentido, a propaganda - que, no caso, pode ser entendida tanto em sua dimensão política/ideológica como comercial/material - colaborou para a conquista dos mais altos graus de sofisticação no que diz respeito à operação, pelas mãos de seus profissionais, através de suas técnicas e instituições, dos imaginários sociais.

Falcon ressalta, contudo, que Baczko não desenvolve uma análise mais aprofundada sobre aquilo que seria, na sua opinião, o aspecto mais interessante acerca da problemática das representações: “o fato de que, de acordo com a perspectiva assumida pelo historiador, o conceito de *representação* significará coisas totalmente opostas e mutuamente excludentes” (FALCON, 2000: p. 57)<sup>iv</sup>.

A questão que se apresenta agora é a seguinte: em se tratando de um campo vasto, passível de ser tratado sob uma ótica multidisciplinar e dado os múltiplos significados possíveis para o conceito de representação, associados a questão dos imaginários sociais, não seria a promoção do diálogo entre História e a Antropologia uma boa maneira de nos orientarmos na hora de entender em que medida pensar “imaginário” pode nos auxiliar na produção de uma reflexão crítica acerca do discurso publicitário? .

Parece-nos que a resposta é afirmativa, ainda mais se pensamos a publicidade como uma forma de comunicação social, dotada de códigos de linguagens próprios, que devem saber acessar e operar códigos de linguagens outros. Sendo assim, vejamos as contribuições de Clifford Geertz e Robert Darnton para o desenvolvimento da questão.

### **3- Entre Antropologia e História: Clifford Geertz e Robert Darnton**

#### *3.1- Clifford Geertz: por uma teoria interpretativa da cultura*

O autor Clifford Geertz propõe um novo olhar sobre o conceito de cultura, base da Antropologia, situado historicamente no momento conhecido como “guinada subjetiva” (*linguistic turn*). Dentro desse momento, defendia-se a recuperação, no âmbito das ciências humanas em geral, do sujeito como ator social, agente produtor de discurso sobre as estruturas e capaz até de ressignificá-las.

A análise conceitual de Geertz, portanto, propõe uma abordagem da cultura menos experimental, que busca a proposição de “leis” e mais interpretativa, que busca significados. Daí o entendimento particular de Geertz sobre o que representa a cultura para os homens, valorizando uma perspectiva semiótica, que entende “cultura” como “sistema entrelaçado de signos interpretáveis” (GEERTZ, 1978: p.10)<sup>v</sup>.

Para Geertz, cultura é linguagem, um conjunto de noções, práticas, saberes e interpretações, partilhados entre os homens. É, portanto, pública, uma vez que os significados são compartilhados numa dado círculo social e, ao mesmo tempo, particular, no sentido de ser específica de cada grupo.

Vale ressaltar ainda que, uma vez sendo “linguagem pública”, ela também orienta e organiza as próprias ações humanas no espaço social, sem contar que tais ações configuram-se, também, como uma forma de transmissão.

Dessa forma, o antropólogo que se propõe a estudar cultura com base nos preceitos da Antropologia Interpretativa, propostos pelo autor, deverá ir a campo no intuito de realizar a prática da etnografia. Ela consiste na realização de descrições detalhadas e devidamente aprofundadas, à respeito das práticas e costumes de um determinado grupo, o que permite compreender melhor essa linguagem e seus códigos orientadores de ação pública.

Exatamente, pelo teor mais profundo da análise desse tipo de descrição, ela é definida por Geertz como “descrição densa”, ou seja, absolutamente distinta da descrição observacional, que relata apenas o que se vê de imediato. Dessa forma, a “descrição densa” configura-se como um esforço de análise interpretativa, que busca um acesso à cultura estudada - ainda que parcial, “microscópico” e, principalmente, indireto, feito basicamente por meio de narrativas.

Não se pode olvidar, contudo, o distanciamento necessário do antropólogo frente ao seu objeto de estudo, evitando “contaminar” a análise com base em pressupostos etnocêntricos.

Dadas as condições de acesso à cultura, por meio da teoria e análise interpretativa de seus respectivos códigos de linguagens, nota-se que é possível produzir não só uma, mas várias interpretações num mesmo estudo de caso. Para Geertz, contudo, isso não configura um problema, afinal, é pelo acúmulo de interpretações sobre interpretações, dispostas no formato ensaio, e também através da possibilidade de exercício do debate que o valor desse tipo de análise é confirmado.

Ainda que o conceito de cultura proposto por Geertz tenha sido muito criticado por outras correntes teóricas, tais como a marxista, que via no conceito uma ausência de questionamento sobre as relações de poder produzidas no âmbito sócio-cultural, ele foi de fundamental importância para o desenvolvimento dos trabalhos do historiador Robert Darnton.

Vejamos a seguir de que forma o conceito geertziano de cultura enquanto “sistema entrelaçado de signos interpretáveis” foi elaborado por Darnton, e também de que forma a sua

contribuição pode nos auxiliar na elaboração de uma perspectiva antropológica - e também histórica - sobre a publicidade.

### *3.2 - Robert Darnton: História e Antropologia, símbolos e sentidos*

O autor Robert Darnton, sem dúvida, foi fortemente influenciado pelo trabalho de Clifford Geertz. Darnton evoca muito dessa influência quando começa a se indagar sobre como funcionam os símbolos, discutindo os problemas referentes à dificuldade de se formular uma interpretação histórica à respeito deles e destacando a importante contribuição a ser dada pela Antropologia, no que tange a noção de que os símbolos podem refletir múltiplos valores, múltiplos sentidos.

Partindo dessa ideia central, o autor destaca que os historiadores, ao contrário, buscam nos símbolos um significado ou valor único, automaticamente correspondente. Essa seria uma interpretação um tanto quanto rigorosa para Darnton, que os fixa quando eles deveriam ser mais “ouvidos”, “vistos” e devidamente interpretados em seu caráter polissêmico.

Por outro lado, essa multiplicidade de sentidos atribuídos aos símbolos não adquire proporção infinita. Na verdade, mesmo na multiplicidade há certos limites de apreciação simbólica, segundo Darnton. Esses limites encontram-se determinados no interior das estruturas, que organizam os modelos de comportamento estabelecidos em cada sociedade, que devem ser estudados, investigados. Aqui as análises de Darnton e Geertz se aproximam crucialmente.

Com o objetivo de compreendê-los, portanto, é necessário saber apreciar a riqueza semântica dos símbolos, identificando, ao mesmo tempo, os limites de sua inteligibilidade para determinada cultura estudada. Há que se conhecer, portanto, o que Robert Darnton chama de “quadro cultural”, no qual o jogo simbólico faz sentido, tornando-se viável.

O quadro é o campo através do qual se dá a dimensão social do sentido, com base em elementos que falam sobre o significado de determinado fato/acontecimentos, produzidos pelas pessoas que compõem determinado grupo.

A noção de quadro cultural é muito próxima desenvolvida pelo autor Howard Becker, ao pensar em símbolos enquanto formas de representação. Para Becker, “representação” significa algo que alguém nos conta sobre algum aspecto da vida social. Ao mesmo tempo, Becker aponta que esse “algo” só adquire algum grau importância e significação quando entendido e aceito dentro de uma “comunidade interpretativa de sentido”, pautada nas interações entre “produtores” e “usuários”. Assim não há representações construídas em si mesmas, mas sim aquelas que ganham valor ao circularem pelas respectivas comunidades interpretativas.

Vale ressaltar, conforme destaca Darnton, que nem só aquilo que figura no plano do simbólico constitui-se como sendo de valor metafórico. Também os chamados “gestos concretos” podem ter suas interpretações e significados múltiplos, a depender do quadro cultural/comunidade interpretativa no qual ele está inserido. Nesse ponto, a análise de Darnton, mais uma vez, se aproxima bastante daquela proposta por Clifford Geertz.

Mas afinal, de que forma pensar em todo um debate situado entre História e Antropologia, à respeito da questão dos usos e dimensões do universo simbólico, implícito na construção de imaginários, pode nos auxiliar em pensar a questão da publicidade?

Ora, vimos na introdução deste trabalho o quanto a publicidade - e seus agentes, os publicitários - operam todo o tempo com as representações simbólicas e seus respectivos significados. No entanto, todo esse campo adquire um caráter bastante peculiar em se tratando de publicidade: os símbolos representam ideais, que não necessariamente precisam ser atingidos.

Vejamos o que Everardo Rocha pode acrescentar à respeito, ao mencionar que, não por acaso, todo um “mundo” nos é apresentado (e representado) em cada anúncio:

“Mundo onde produtos são sentimentos e a morte não existe. Que é parecido com a vida e, no entanto, completamente diferente, posto que sempre bem-sucedido. Onde o cotidiano se forma em pequenos quadros de felicidade absoluta e impossível. Onde não habitam a dor, a miséria, a angústia, a questão. Mundo onde existem seres vivos e, paradoxalmente, dele se ausenta a fragilidade humana. Lá, no mundo do anúncio, a criança é sempre sorriso, a mulher desejo, o homem plenitude, a velhice beatificação. (...) Mundo nem enganoso nem verdadeiro, simplesmente porque seu registro é o da *mágica*.” (ROCHA, 1985: p.25).

A partir dessa perspectiva, fica claro o quanto essa noção de “mundo” se aproxima do conceito de cultura apresentado por Geertz, no sentido de constituir como uma forma de “linguagem, um conjunto de noções, práticas, saberes e interpretações, partilhados entre os homens” e de um “sistema entrelaçado de signos interpretáveis”.

Por sua vez, a interpretação desses mesmos signos só pode ser operada quando os indivíduos para os quais a publicidade direciona sua mensagem se encontram envolvidos num dado contexto, que inclui desde a proximidade com os processos de industrialização e urbanização, a inserção na sociedade de consumo, poder aquisitivo, entre outros limites. Ou seja, limites que na verdade configuram o “quadro cultural”, proposto por Darnton, que permita a leitura dessas mensagens, códigos e linguagens ser possível.



Ambos os fatores justificam a importante contribuição da Antropologia para que seja formulada uma análise histórica acerca do “objeto publicidade” junto ao sistema de significações que ela opera - o(s) imaginário(s) social(is), enriquecendo de perspectivas um tema tão contemporâneo.

Por outro lado, uma questão ainda permanece: muito falamos da importância de se estudar o imaginário como forma de avaliar, crítica e historicamente a produção do discurso publicitário mas, afinal, de que maneira podemos ter acesso a ele? É o que veremos a seguir.

#### **4- O acesso instrumental ao imaginário: Ginzburg e Gombrich**

O acesso ao imaginário se dá de forma parcial e relacional, sobretudo, através de instâncias concretas situadas no interior da linguagem. Partindo desse prerrogativa, apresentaremos as contribuições dos autores Carlo Ginzburg e Ernst Gombrich, a fim de melhor elucidar a maneira como esse acesso torna-se possível.

##### *4.1 - Carlo Ginzburg “Lorde Kitchener” ontem, hoje e amanhã*

Carlo Ginzburg inicia a sua análise partindo, justamente, de um pôster de propaganda política, que possui como personagem central a figura de Lord Kitchener.

Lord Kitchener, bastante conhecido no meio militar inglês no início do século XX, é apresentado pelo pôster de propaganda como uma figura imponente, de autoridade reconhecida, com poder de influência e convocatória. Os olhos de Kitchener, inclusive, são ressaltados por Ginzburg como uma das características que mais chamam a atenção e acionam a memória das pessoas. Não por acaso, “olhos” são constantemente associados à expressão de vida, à *anima* de um personagem.

Em suma, de acordo com a descrição de Ginzburg, o personagem Lorde Kitchener, representado via propaganda, tem mais apelo junto à população do que o “real” Kitchener. População essa que não se encontra restrita aos limites das fronteiras inglesas: na verdade, a representação simbólica implícita no lorde fora utilizada em épocas e lugares distintos, sobre grupos sociais distintos, mantendo, contudo, um bom resultado em termos de persuadir à ação.

Isso porque a figura de Lorde Kitchener, com seus olhos tão vivos e o clássico gesto com o dedo em riste, apelam à “autoridade usando a autoridade”, conforme diz Ginzburg. O diferencial é a adaptação da forma simbólica correta para cada tipo de grupo social ao qual a mesma representação é dirigida, tornando possível a apreensão da mensagem com base nos seus respectivos códigos de entendimento.

Ainda assim, resta a dúvida: de que forma o cartaz publicitário atuava, indaga Ginzburg?

O autor propõe que os cartazes publicitários, como no caso de Lorde Kitchener, utilizam a ferramenta do *pathosformeln*, formulada por Waburg, ou seja, a “fórmula de emoções”. Trata-se do uso de determinadas formas pictóricas que, por sua vez, ativam memórias, que podem ser reavivadas todas as vezes em que surjam estímulos para isso.

Desse modo, a figura dos olhos ultrarrealistas e de dedo apontado para o público, simbolizada por Kitchener, ressoa como representação de Deus para um dado contexto social - por exemplo, para as civilizações cristãs ocidentais. O Deus que tudo pode, tudo sabe e tudo vê. O Deus que já fora representado de forma semelhante na Antiguidade, na Idade Média, passando pelo Renascimento até chegar ao início do século XX, ou seja, “passagens” que, em conjunto, compõem uma verdadeira “reação em cadeia”, como formula Ginzburg.

Essas passagens, elaboradas com base em artifícios pictóricos, reativam determinados imaginários que encontram ressonância em dado contexto social. Por sua vez, a ressonância só acontece quando é possível conhecer e ativar determinados códigos, uma vez que se depara com um dado sistema de classificações, práticas, valores e símbolos, fazendo com que boa parte das pessoas seja persuadida a agir de acordo com o teor da mensagem transmitida.

Não se trata, portanto, de simples manipulação: é persuasão, com base em códigos acionados dentro do universo imaginário, a partir de determinados artifícios, que podem funcionar com um grupo determinado e, ao mesmo tempo, não produzir efeito algum sobre um outro.

Esse é o diferencial da produção de discurso em publicidade - seja de caráter comercial, seja de caráter político: embora os artífices técnicos continuem a ser importantes, torna-se vital operar esses códigos de uma maneira bem simples e direta, ao mesmo tempo nada ingênua. Alinhando passado e presente, o primeiro funcionando como uma espécie de *boîte à outils*, onde é possível selecionar a(s) ferramenta(s) que melhor convém para responder ao problema de estimular o consumo.

Ginzburg encerra afirmando que, para melhor compreender as mensagens contidas nos cartazes de propaganda, faz-se necessário um certo distanciamento, o que o autor chama de “perspectiva deslocada no tempo” (GINZBURG, 2014: p.100)<sup>vi</sup>. Talvez o publicitário não tenha tempo para produzir esse tipo de reflexão, afinal, o uso que ele faz dos códigos que acessam o imaginário é estritamente pragmático e objetivo: vender. Por outro lado, o olhar do historiador pode evidenciar um distanciamento mais crítico, com base em “atitudes certamente nutridas pela memória, mas que são independentes dela” (GINZBURG, 2014: p.100).

#### 4.2 - O arsenal de Ernst Gombrich

O autor Ernst Gombrich, a partir do estudo de cartuns, analisa o uso de certos símbolos num dado contexto específico. Apesar de não ter como objeto peças publicitárias, a análise adquire importância para o nosso trabalho, se focarmos na investigação dos mecanismos utilizados para lidar com e organizar “abstrações”, associadas ao plano simbólico e ao universo imaginário, elaborada pelo autor.

Gombrich inicia seu texto indagando “que papel a imagem pode representar nos escaninhos de nossa mente” (GOMBRICH, 1999: p.127)<sup>vii</sup>. A imagem associada a texto, até como metáfora - através da “parte”, vê-se o todo. Metáfora essa, por sua vez, combinada à convenções sociais pré-determinadas. Nesse sentido, o trabalho do cartunista seria justamente facilitar o nosso acesso a todo um conjunto de abstrações que encontram-se condensados em determinadas imagens.

A noção de “condensação”, implícita na imagem é bastante pertinente também no trabalho publicitário, se aproximando fundamentalmente do olhar em perspectiva proposto por Carlo Ginzburg. Imagem pode ser lida também, como um texto: primeiro procura-se as partes, depois logra ver o todo. Nesse sentido, formula-se uma imagem que é a síntese.

Desse modo, com alguns poucos traços, a mensagem é transmitida pelo cartunista e compreendida pelo público, assim como o faz o publicitário, pois ambos têm a capacidade de associar “o tópico e o permanente”, o passageiro e o duradouro.

### **Conclusões**

A proposta de analisar, de forma breve e parcial, como a dimensão do imaginário pode ser utilizada para pensar, crítica e historicamente, a criação do discurso publicitário, pode ser entendido como um caminho bastante proveitoso, no sentido de redimensionar o papel da publicidade na sociedade brasileira contemporânea.

Isso acontece porque, ao redimensionarmos seu papel, indo para além das questões tradicionais referentes à promoção e vendas de produtos simplesmente, podemos verificar o quanto a publicidade traz em si uma força capaz de captar e catalisar interesses comuns de grupos e/ou indivíduos diferentes.

Fica claro, portanto, o quanto é importante avaliar o discurso publicitário analisando a sua fluidez, que consiste na maneira como ele cria a sua fala e como elas são recebidas. Ou seja, atentar para os elementos que compõem e delimitam as configurações do “quadro cultural”, no qual a publicidade é reconhecida e interpretada.

Temos consciência do quanto essa discussão pode se estender nas mais infinitas possibilidades. Contudo, o objetivo é exatamente esse: promover reflexões críticas e fomentar o debate acerca da percepção da publicidade como uma questão, a partir de uma perspectiva

analítica situada entre a história e a antropologia. e, além disso, como um problema fundamentalmente vinculado às questões da nossa contemporaneidade.

---

<sup>i</sup> MATTELART, Armand. “Publicidad: la era transnacional”. In: *Geopolítica de la cultura*. Santiago: LOM Ediciones, 2002, pp. 31-51.

<sup>ii</sup> ROCHA, Everardo P. Guimarães. *Magia e Capitalismo: um estudo antropológico da publicidade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

<sup>iii</sup> BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social.” In: *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, pp.296-332.

<sup>iv</sup> FALCON, Francisco Calazans. “História e representação”. In: *Representações. Contribuições a um debate transdisciplinar*. São Paulo: Papirus, 2000, pp. 41-99.

<sup>v</sup> GEERTZ, Clifford. “Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura”. In: *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978, pp. 3-24.

<sup>vi</sup> GINZBURG, Carlo. “Medo, reverência, terror: quatro ensaios de iconografia política”. In: *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, pp.61-100.

<sup>vii</sup> GOMBRICH, Ernst. “O arsenal do cartunista”. In: *Meditações sobre um cavaleiro de pau e outros ensaios sobre a teoria da arte*, São Paulo: Edusp, 1999, pp. 127-142.

## DEMAGOGO? LÍDER POPULISTA? REFORMISTA? QUEM É O PERSONAGEM JOÃO GOULART NA LITERATURA DIDÁTICA?

Paula Otero dos Santos\*

**Resumo:** O governo de João Goulart é marcado pelo golpe de 1964. Nos livros didáticos, Jango é apresentado primeiramente como o ministro do Trabalho do presidente Getúlio Vargas que propôs o aumento do salário mínimo em 1954. O adjetivo mais utilizado para descrevê-lo na presidência é populista; em segundo lugar, ‘acusado de comunista’; e em terceiro, a ideia de um reformista. Esse trabalho analisa as formas de descrever Jango e seu governo nos livros didáticos para o Ensino Médio.

**Palavras-chave:** João Goulart. Livro didático. Populismo.

**Abstract:** The government of Joao Goulart was marked by the 1964 coup. In textbooks, Jango is first introduced as the Minister of Labour of President Getúlio Vargas who proposed an increase of the minimum wage in 1954. The most used adjective to describe him is as president is populist; secondly, he is 'accused of being a communist'; and thirdly, the idea of a reformist. This paper analyzes the ways of describing Jango and his government in textbooks for high school.

**Key words:** João Goulart. Textbook. Populism.

### 1. Apresentação

Para iniciar esse trabalho, duas perguntas são necessárias. A primeira: por que estudar os livros didáticos? A segunda: por que analisar o momento de forte atuação política de João Goulart nos livros escolares?

Primeiramente, considero relevante o estudo dos livros didáticos e de suas representações, entendidas por Chartier como “práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto de posição<sup>1</sup>”, pois grande parte dos estudantes brasileiros terão seu principal contato com o conhecimento histórico de forma organizada e racionalizada por meio do livro didático. No século XXI, outros veículos de comunicação, como o cinema, a televisão e a internet, fornecem elementos para a formação do saber histórico por parte dos alunos. Entretanto, o livro escolar ainda possuiu um papel relevante nessa equação.

Para responder a segunda pergunta cabe ressaltar que Jango foi, por muito tempo, um dos presidentes menos estudados. Na historiografia e nos documentários, o governo de João Goulart ficou relativamente esquecido e quando lembrado há uma tendência de vê-lo por meio

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação de História da Universidade de Brasília (UnB) orientada pela Professora Doutorado Edlene Oliveira Silva. E-mail: [paulaoteros@yahoo.com.br](mailto:paulaoteros@yahoo.com.br).

de imagens/discursos depreciativos. Segundo Jorge Ferreira, após 1964, Jango foi execrado pela direita, desprezado pela esquerda e solenemente ignorado pela pesquisa universitária. O resultado, com o tempo, foi uma imagem ocultada, condenada ao esquecimento coletivo. De acordo com o autor,

Desde que Goulart entrou na vida pública, em fins de 1945, e, particularmente, quando foi identificado como pessoa próxima a Vargas, começaram as críticas sobre ele veiculadas na imprensa. Mas sua atuação como ministro do Trabalho desencadeou uma série de ataques e insultos vinda dos setores conservadores, particularmente da UDN. O que incomodava os conservadores é que Jango, no ministério do Trabalho, aproximou-se do movimento sindical e passou a dialogar com os trabalhadores e líderes sindicais. Para a direita e os udenistas, tratava-se de algo inconcebível para um ministro de Estado. Daí surgiram as críticas: demagogo, manipulador, incompetente, instigador de greves, agitador etc. A estas denúncias de cunho político, juntaram-se outras, de cunho moral: mulherengo, alcoólatra etc. Quando, ao final de sua gestão no ministério, os opositores perceberam que Jango se tornara o herdeiro político de Getúlio Vargas, os ataques aumentaram ainda mais, surgindo a expressão República sindicalista (...) As imagens negativas sobre Goulart tomaram outra dimensão após o golpe militar de 1964. Os golpistas, civis e militares, passaram a desqualificar o regime democrático que derrubaram e a pessoa de Goulart em particular. Dele, os vitoriosos de 1964 retomaram os ataques formulados anteriormente, acrescido de adjetivos como corrupto, irresponsável, despreparado etc. Jango, no exílio, sequer podia se defender das acusações. As esquerdas, por sua vez, também contribuíram para o processo: “populista”, por exemplo, foi conceito criado nas Universidades para desqualificar lideranças anteriores a 1964<sup>2</sup>.

Conforme Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, Jango quando citado nas décadas posteriores ao golpe, foi estudado no quadro geral do populismo<sup>3</sup>, conceito presente desde os anos de 1950. O termo populismo para Gomes<sup>4</sup> possui, “um dos mais altos graus de compartilhamento, plasticidade e solidificação”, largamente difundido no meio jornalístico e político (interessante refletir sobre o comentário de Anthony Garotinho na campanha presidencial de 2002 em que afirmou “Não sou populista, sou popular” revelando o tom pejorativo do termo no meio político e jornalístico)<sup>5</sup>. Foi ainda amplamente influenciado pelo trabalho de Francisco Weffort<sup>6</sup> e sua consideração de que governo Jango é considerado o marco do processo que culminou no golpe de 1964. Recentemente, muitos historiadores vêm criticando esse tipo de abordagem.

## 2. Um breve passeio sobre João Goulart em algumas produções.

### 2.1. Construções sobre a personalidade de Jango.

Como foi salientado por Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira<sup>7</sup>, qualquer indivíduo é visto de inúmeros ângulos e perspectivas. Entretanto, no caso de João Goulart isso ocorre de forma mais evidente. Temos o Jango de acordo com Brizola, de acordo com Darcy Ribeiro, de acordo com Marco Antonio Villa, de acordo com Jorge Ferreira e muitos outros. Para Darcy Ribeiro, Jango “teria uma carreira brilhante e tranquila caso se comportasse como os políticos de sua classe” e “era um homem preparado para o exercício do poder, que não tinha para ele os encantos da pompa, mas o desafio de reformar a institucionalidade para transformar a realidade social a favor dos mais pobres<sup>8</sup>”. Para Villa, houve uma inversão de significados na forma como se abordou a trajetória política do presidente em questão:

O destemido é substituído pelo fraco; o defensor das reformas pelo conciliador; o presidente realizador pelo incapaz de administrar a *res publica*. O político hábil aparece como um presidente inconsequente, e o favorito de Getúlio Vargas, como fruto da fortuna e não da virtude, pensando como Maquiavel<sup>9</sup>.

João Pinheiro Neto, em depoimento bastante pessoal, listou inúmeros adjetivos para João Goulart:

homem simples, humilde, honrado, cujo ideário político, que tanto lhe custou sacrifícios, e até mesmo lhe tirou a vida, se resumia em querer dar ao povo brasileiro, através de sérias reformas numa sociedade imobilista e tomada pelo egoísmo, melhores condições de vida<sup>10</sup>.

João Goulart se definia como “apenas um estancieiro. E, como político, não mais que o continuador da obra do Dr. Getúlio em favor dos humildes” e afirmava “não troco um só trabalhador brasileiro por cem desses grã-finos arrumadinhos<sup>11</sup>”. Segundo Leonel Brizola, Jango tinha três características dignas de reconhecimento. A primeira era a dedicação a Getúlio Vargas, a segunda a fidelidade a seu partido e a terceira a luta pelo nacionalismo. “A doutrina dele era a seguinte: se você está contra algo, discuta, defenda suas ideias e vamos voltar. Vence a maioria e ela deve ser obedecida. Ele tinha horror à dissidência<sup>12</sup>”.

## 2.2. Construção acerca do papel de Goulart para a vitória do golpe de 1964.

Outra discussão que deve ser feita é sobre João Goulart às vésperas do golpe de 1964: fraco e, portanto, sem coragem para resistir ou defensor de um espírito democrático que quis evitar a deflagração de uma guerra civil? Para Ferreira, Jango não resistiu devido a seu posicionamento democrático e, cabe lembrar, que em 1964 não se sabia que se tratava do início de um estado autoritário que duraria 21 anos<sup>13</sup>.

Fazer história, sobretudo história política, é fugir de narrativas teleológicas. (...) Como se houvesse um destino traçado anteriormente para homens e sociedades. Exemplo: afirmar que o golpe de 1964 era inevitável. Isso não é história. O historiador sabe o que aconteceu, mas precisa escrever a história compreendendo os múltiplos e diferentes pontos de vista dos personagens com que trabalha. Personagens não podiam saber o que iria acontecer. Assim, ele deve mostrar a variedade de situações nas quais esses personagens vivenciaram os acontecimentos de seu tempo. (...) Certamente, nos eventos que decorrem dos dias 31 de março e 1º de abril de 1964 não estava contido o que viria depois: uma ditadura civil e militar, comandada por generais presidentes, cuja face mais tenebrosa foi a violência e a tortura, como políticas de Estado<sup>14</sup>.

Para Gorender, houve um processo marcado pela falta de reação, em especial, do presidente João Goulart e das forças contrárias ao golpe civil-militar de 1964.

Dispensamo-nos de entrar em detalhes sobre a inação generalizada. Nenhuma das lideranças operárias e nacionalistas mostrou audácia e iniciativa de luta. *Todos ficaram à espera do Presidente da República*. Fracassaram não só os comunistas, mas também Brizola, Arrais, Julião e os generais nacionalistas. Jango não quis a luta, receoso de que a direção política lhe escapasse e se transferisse às correntes de esquerda. Colocou a ordem burguesa acima de sua condição política. Assim se deu a quarta e última queda da liderança populista (grifo do autor)<sup>15</sup>.

Quando nos aproximamos dessas construções históricas acerca do papel de João Goulart no processo que culminou no fim do modelo democrático em 1964, faz-se mister a discussão do adjetivo que mais marcou a trajetória política desse personagem: o termo populista. A interpretação que entende o golpe como colapso de modelo político em formação desde 1930, chamado de populismo, e alicerçado na obra de Octavio Ianni ainda é uma chave de compreensão muito presente. O populismo, a república populista ou democracia populista já foram muito discutidos pela historiografia. Ao me questionar em vários momentos sobre a relevância desses estudos iniciei a leitura do livro *História do Brasil Nação: olhando para dentro (1930-1964)*<sup>16</sup>, volume 4. Na introdução “As marcas do período”, Angela de Castro Gomes demonstra sua insatisfação em relação a qualquer epíteto que possa homogeneizar as experiências do período. Isso me fez pensar que essa discussão já havia sido superada. Entretanto, ao ler a parte 2 “Vida Política” de Boris Fausto, o termo em questão aparece sem grandes problematizações. Se esse tipo de desencontro teórico ocorre numa edição de 2013 entre dois grandes nomes, pensemos no livro didático em que, muitas vezes, a edição renovada/reformulada incorpora apenas o novo acordo ortográfico e muda a parte gráfica do compêndio.

3. O presidente nos livros didáticos. João Goulart e sua personalidade política ou só o presidente derrubado pelo golpe?



Essa pesquisa foi feita a partir da análise dos livros escolares do Ensino Médio mais comprados pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) no ano de 2013<sup>17</sup>. Foram selecionados oito livros, ou seja, os oito livros de História mais lidos e estudados pelos discentes brasileiros que cursam o Ensino Médio, em especial, o terceiro ano – período em que esse conteúdo aparece na grade curricular. Como são oito livros distintos, com propostas didático-gráficas peculiares, qualquer generalização incorreria em um erro de precisão. Outro ponto que deve ser sublinhado é que esse trabalho não entende o livro didático como uma mera reprodução simplificada do saber acadêmico.

O livro didático é um objeto de difícil conceituação como afirma Alain Choppin<sup>18</sup>. De acordo com o pesquisador francês, o número de termos que usamos para nos referir a um mesmo objeto: livros didáticos, manuais escolares, compêndios escolares, no caso da língua portuguesa, reflete a complexidade do estatuto desse objeto na sociedade. Alguns vocábulos referem-se ao contexto institucional do livro escolar, outros valorizam sua função didática no sentido etimológico. Já o termo manual ou compêndio escolar revelam a forma material, geralmente reduzida ao objetivo de síntese do conteúdo.

Apesar da utilização de várias nomenclaturas, da dificuldade de defini-lo - objeto cultural e/ou suporte de conhecimentos e método de ensino e/ou veículo de valores ideológico-culturais<sup>19</sup> - e das discussões acadêmicas acerca dos manuais escolares, qualquer aluno que passou por uma escola brasileira saberá identificar o livro didático rapidamente, pois nossa tradição escolar é bastante ligada ao seu uso há, pelo menos, dois séculos. No Brasil atual, o livro escolar é introduzido desde a alfabetização para crianças de cinco e seis anos. Logo, a utilização do manual está introjetada na experiência escolar de grande parte do alunado, daí a discussão acerca do livro didático ser ainda tão relevante.

Após a análise dos livros didáticos, verificou-se que a maioria do material não apresentou uma interpretação acerca da personalidade de João Goulart, como vários pensadores já citados tentaram fazer. Afirma-se como ele era visto pela oposição e, não, como ele supostamente era – se é que isso é possível – e também não há análises de como ele era visto pelos setores populares.

Jango aparece primeiramente nos livros como o Ministro do Trabalho de Vargas que propôs o aumento de 100% do salário mínimo e, por isso, perdeu o cargo, apesar do aumento ter sido mantido pelo presidente Getúlio. Desde desse momento, Jango passa a ser visto como

uma ameaça aos setores conservadores. Alguns livros afirmam que o então ministro foi associado ao comunismo. Exemplos:

Para a oposição, no entanto, Jango, como era conhecido, encarnava o radicalismo subversivo. Permitindo a ação sindical dos comunistas e dialogando com o movimento operário, Jango firmou-se um líder muito próximo da classe trabalhadora. Seus adversários acusavam-no de querer organizar uma república sindicalista no país, atraindo o proletariado com medidas demagógicas<sup>20</sup>.

Ou:

Em 1954, foi aprovado, por indicação do Ministro do Trabalho, João Goulart, um aumento de 100% nos salários. A reação foi de tal envergadura que Vargas teve de demitir o ministro, apesar de manter o aumento salarial. (...) Por que João Goulart era tão temido? Na verdade, suas medidas eram tímidas e conseguiam desagradar a numerosos grupos. A esquerda reclamava que o presidente não avançava nas reformas sociais; a direita acusava-o de ser comunista<sup>21</sup>.

E também:

A imagem de João Goulart como ministro do Trabalho do governo Vargas ainda era viva na memória dos políticos brasileiros. As Forças Armadas também se assustaram com a possibilidade de Jango ocupar a presidência da República, pois o associavam ao comunismo<sup>22</sup>.

Apesar do perigo de generalizações categóricas, podemos apontar perspectivas que perpassam a maioria dos livros analisados. Em primeiro lugar, o termo populista aparece em todos os livros<sup>23</sup>. Alguns livros, na verdade, a maioria deles, usam o termo populista como se fosse um adjetivo neutro desprovido de suas marcas depreciativas. Ou seja, o golpe de 1964 é entendido como o colapso do populismo e Jango, esse último líder populista, não soube manipular tão bem as massas quanto seu mestre Getúlio Vargas. O desfecho do capítulo referente ao período de 1946 a 1964 aparece de formas parecidas como “assim chegou ao fim um período da História do Brasil, o da chamada democracia populista<sup>24</sup>” ou “terminava dessa forma, a experiência populista no Brasil<sup>25</sup>” ou “O golpe militar que depôs o último líder populista do poder acabou por promover a continuidade da modernização conservadora<sup>26</sup>”.

Dois livros – *História Sempre Presente e História Volume Único* – apresentam textos que problematizam o termo em questão e, principalmente, as ideias e ele associadas como: passividade, manipulação, participação política incompleta, demagogia, líder carismático. O primeiro afirma:

Essa manipulação e passividade precisam ser relativizadas. O ato político de manipular envolve dois lados. De um lado os setores populares pressionam o Estado no sentido da própria ascensão social, que se manifesta principalmente na reivindicação de empregos urbanos, melhoria nos padrões de consumo e proteção social por parte do Estado. De

outro, está a necessidade política de manipular esses setores, o que revela debilidade das classes dominantes. Essas classes precisam de um intermediário nas relações de dominação. Vargas e os demais líderes populistas assumiram esse papel<sup>27</sup>.

Nessa citação a interpretação sobre o líder carismático pode ser questionada. Muitas vezes parece tentador teoricamente enquadrar o líder como manipulador a fazer uma reflexão sobre os fatores que geraram a popularidade desse indivíduo, seja ele Vargas, Jango ou até Lula. Sobre esse tipo de abordagem, Jorge Ferreira, ao analisar a carta dos trabalhadores a Vargas, afirmou “as tradições econômicas, políticas e culturais dos trabalhadores e a importância da lógica simbólica na vida social cedem lugar a um enfoque que privilegia a lógica material das relações com o Estado<sup>28</sup>. A conclusão seria: em troca de direitos sociais os trabalhadores aceitaram a submissão política. Esse raciocínio pode trazer consequências para a formação política-cidadã dos alunos.

No segundo livro citado, os autores mostram a historicidade do conceito populismo<sup>29</sup> e as marcas que ele carrega para tentar desfazer a ideia de uma chave de interpretação neutra. Na atividade docente, é importante que o professor de história fuja de explicações que afirmam que os problemas políticos nacionais são decorrentes da falta de capacidade política do trabalhador.

#### 4. Considerações finais

Toda a multiplicidade de Jango não aparece em grande parte dos livros didáticos. Nas narrativas, o governo, principalmente, no momento presidencialista de 1963-1964, é explicado de uma forma a guiar o leitor ao golpe de 1964. Logo, o governo Goulart é muito mais marcado pelo seu fim que pelas suas propostas. O eixo explicativo é pautado no colapso do populismo. Essa abordagem é marcada por interpretações estruturais, entretanto, na maioria dos livros didáticos o fim do pacto populista é explicado a partir de um desencadeamento factual lógico: antecipação do plebiscito, mais por uma ineficiência do parlamentarismo do que por uma liderança de Goulart, proposta das Reformas de Base, Comício da Central do Brasil, Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ação de Mourão Filho, golpe e exílio de João Goulart. Logo, o livro didático apresenta uma série de interpretações misturadas como uma colcha de retalhos. Apesar da utilização frequente do termo populismo o enredo não segue uma abordagem estrutural ancorada, por exemplo, na teoria do subdesenvolvimento, no modelo de industrialização ou na política de substituição de importação.

A participação do Estados Unidos no golpe e o contexto internacional da Guerra Fria são pouco citados, a culpa recai sobre Jango e sobre paralização nacional diante da articulação

civil-militar em 1964. É difícil compreender esse silenciamento em parte da literatura escolar. Parece que a tendência de ver o movimento de 1964 como o colapso do populismo é muito alicerçada em várias representações que se tem da história política nacional, essa participação política vista como mambembe ou incompleta, por diferir da trajetória vivenciada pela Europa. Explicações abrangentes e consolidadas podem provocar e reafirmar múltiplas cristalizações em torno de um evento específico. Para Ricouer, o uso crítico da memória pode auxiliar a superação da compulsão pela repetição. No artigo *O perdão pode curar?*<sup>30</sup> o autor retoma a citação brilhante de Freud para revelar os perigos do excesso de memória ou da repetição: “o paciente repete em vez de lembrar”.

Na maior parte da literatura escolar, Jango é, na verdade, o presidente derrubado pelo golpe. Às vezes o presidente manipulador, ou reformista, ou tachado de comunista, ou pelego, ou populista, mas, principalmente, aquele que foi retirado do poder pelos setores conservadores.

<sup>1</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 1990, p.23.

<sup>2</sup> Entrevista dada por Jorge Ferreira a Revista de História. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/jango-o-conciliador>. Acessado em: 4. 02. 2013.

<sup>3</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES; Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

<sup>4</sup> GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. FERREIRA, Jorge (Org). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.20.

<sup>5</sup> Disponível em <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/11236> em 3 de dezembro de 2012.

<sup>6</sup> WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

<sup>7</sup> GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

<sup>8</sup> RIBEIRO, Darcy. *Jango e eu*. Brasília: Editora Unb, 2010, p.27-29.

<sup>9</sup> VILLA, Marco Antonio. *Jango: um perfil*. São Paulo: Globo, 2004, p. 17.

<sup>10</sup> NETO, João Pinheiro. *Jango: um depoimento pessoal*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008, p.11.

<sup>11</sup> GOULART apud NETO (2008), p.10.

<sup>12</sup> GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007, p.41.

<sup>13</sup> Atualmente, a historiografia apresenta três possíveis datas: 1979 (revogação do AI-5), 1985 (chegada de José Sarney à presidência) e 1988 (promulgação da Constituição). Opto pela cronologia mais utilizada nos livros didáticos.

<sup>14</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES; Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 16-17.

<sup>15</sup> GORENDER, Jacob. *Combate das Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Ática, 1987, p.66.

<sup>16</sup> GOMES, Angela de Castro (Coordenação). *História do Brasil Nação: olhando para dentro 1930-1964*, volume 4. Madrid: Fundación Mapfre/Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013.

<sup>17</sup> AZEVEDO, Gislane Campos, SERIACOPI, Reinaldo. *História em movimento: do século XIX aos dias atuais*. São Paulo: Editora Ática, 2011. CAMPOS, Flavio, MIRANDA, Renan Garcia. *A escrita da História*. São Paulo: Escala educacional, 2005. COTRIM, Gilberto. *História Global*. São Paulo: Editora Saraiva, 2010. FARIA, Ricardo de Moura, MIRANDA, Mônica Liz e CAMPOS, Helena Guimarães. *Estudos de História*. São Paulo: FTD, 2009. MOTA, Myriam Brecho, BRAICK, Patrícia Ramos. *História da Caverna ao Terceiro Milênio*. São Paulo: Moderna, 2002. PEDRO, Antonio, LIMA, Lizânias de Souza. *História sempre presente, vol. 3*. São Paulo: FTD, 2010. VAINFAS, Ronaldo, FARIA, Sheila de Castro e FERREIRA, Jorge. *História: Volume Único*. São Paulo: Saraiva, 2010. VICENTINO, Claudio, DORIGO, Gianpaolo. *História Geral e do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2000. VICENTINO, Claudio, DORIGO, Gianpaolo. *História Geral e do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2010.

<sup>18</sup> CHOPPIN, Alain. *História dos livros e das edições didáticas*. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a12v30n3.pdf>. Acessado em jan/2014.

<sup>19</sup> BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Em foco: História, Produção e Memória do Livro Didático*. Educ. Pesqui. vol.30 no. 3 São Paulo Sept./Dec. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517>. Acessado em: 26/set/2013.

<sup>20</sup> *A escrita da História*. Flavio de Campos e Renan Garcia Miranda, p.541.

<sup>21</sup> *Estudos de História*. Ricardo de Moura Faria, Mônica Liz Miranda, Helena Guimarães Campos, p. 285 e p. 289.

<sup>22</sup> *História das Cavernas ao Terceiro Milênio*, p. 505.

<sup>23</sup> O livro *História Geral e do Brasil* de Claudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo fez uma representativa alteração da edição 2000 para a de 2010, o termo populismo dá lugar aos vocábulos varguismo e trabalhismo. Provavelmente, o conceito “sai de cena” devido às críticas feitas, por exemplo, por Ângela de Castro Gomes, Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis. Dessa maneira, Vicentino e Dorigo optam pela retirada da palavra populismo do texto principal e o colocam como problema a ser pensado no boxe intitulado “populismo: conceito ou insulto” (p.636), texto de Jorge Ferreira publicado na *Revista Época* em 2009. O termo também desaparece do título do capítulo, de “Período Liberal Populista” para “Período Liberal-Democrático”. É claro que a mudança do adjetivo populista para democrático é importante, entretanto, é fundamental questionar que o termo/conceito problema some, porém a explicação do golpe, centrada no colapso do populismo, permanece inalterada. Há também um problema de associar o termo varguismo a Jango sem qualquer tipo de esclarecimento, pois, por exemplo, o PTB – partido criado sob influência de Vargas e depois liderado por João Goulart – passou por uma série de mudanças de 1946 a 1964 e, também, a proximidade inicial entre Vargas e Jango não deve anular as diferenças políticas entre os dois.

<sup>24</sup> MOTA, Myriam Brecho, BRAICK, Patrícia Ramos. *História da Caverna ao Terceiro Milênio*. São Paulo: Moderna, 2002, p. 506.

<sup>25</sup> CAMPOS, Flavio, MIRANDA, Renan Garcia. *A escrita da História*. São Paulo: Escala educacional, 2005, p. 557.

<sup>26</sup> PEDRO, Antonio, LIMA, Lizânias de Souza. *História sempre presente, vol. 3*. São Paulo: FTD, 2010, p. 277

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 275.

<sup>28</sup> FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular (1930-1945)*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2011, p.23.

<sup>29</sup> A teoria do populismo foi criada no Brasil em meados dos anos 1960. Naquela época, os cientistas sociais queriam explicar, entre outras coisas, por que os trabalhadores manifestaram apoio e reconhecimento ao governo de Getúlio Vargas. Segundo os teóricos do populismo, Vargas usou a polícia para reprimir os operários, o movimento sindical e as esquerdas. Eliminando as lideranças do movimento operário, ele recorreu à propaganda política por meio do DIP para convencer os trabalhadores do quanto seu governo era bom. Pela teoria do populismo, o sucesso de Vargas entre os trabalhadores teria ocorrido por uma dupla violência: a física, com a polícia, e a ideológica com o DIP. Portanto, a questão central na teoria do populismo é a manipulação. Sem consciência de seus verdadeiros interesses, os trabalhadores se deixaram dominar, iludir e manipular pelo ditador. Algumas interpretações dessa teoria, inclusive dão a Vargas um poder excessivo, que teoricamente seria impossível alguém alcançar: sozinho, ele teria manipulado os trabalhadores, cooptado os intelectuais e enganado o conjunto da sociedade. Com grande sucesso no Brasil, a teoria do populismo parte do princípio de que o governo é forte e ativo, enquanto a sociedade é fraca e passiva sendo facilmente manipulada por líderes políticos carismáticos e inescrupulosos. (p. 692).

<sup>30</sup> RICOUER, PAUL. *O perdão pode curar?* 1996. Disponível em [http://lusosofia.net/textos/paul\\_ricoeur\\_o\\_perdao\\_pode\\_curar.pdf](http://lusosofia.net/textos/paul_ricoeur_o_perdao_pode_curar.pdf) Acesso em jun/2013.

## **ADAPTAÇÃO E REPRESENTAÇÃO: INFLUÊNCIA DA FIGURA DO MONSTRO NO IMAGINÁRIO COLETIVO**

SOUZA, Paula Tainar.

PPGHS/UEL

paula.tainar90610@gmail.com

Resumo: Com a “virada” da História, há um aumento nas possibilidades de pesquisa histórica. O retorno do sujeito e da Literatura representam um impacto no ofício do historiador, desse modo, a Literatura, e também o Cinema, se apresentam como objetos dignos de análise. O objetivo é pensar o processo de adaptação das obras literárias do Romantismo para o cinema gótico. A partir disso pretende-se diagnosticar como ocorre a construção do imaginário coletivo na figura do monstro que influencia o sujeito contemporâneo; e como o filme representa o terror cotidiano do contexto da Primeira e Segunda Guerra Mundial.

Palavras-chave: História, Cinema, Horror.

Abstract: With the "turn" of history, there is an increase in the possibilities of historical research. The return of the subject and literature represent an impact on the profession of historian, the Literature, and also the Cinema, present themselves as objects worthy of analysis. The goal is to think about the process of adapting literary works of Romanticism to the Gothic cinema. From this it is intended to diagnose as the construction of the collective imagination the figure of the monster that influence the contemporary subject occurs; and how the film represents the daily terror of the context of the First and Second World War.

Keywords: History, Cinema, Horror.

### **Introdução**

Durante o século XX temos uma forte crise na historiografia, momento em que surge a Nova História, que propõe uma nova maneira de escrever e analisá-la. Essas modificações resultam em mudanças epistemológicas que são completamente necessárias para que essa nova maneira de olhar para os acontecimentos fossem concretizadas. A História traz novas possibilidades e entre eles discussões pertinentes propondo temas como: representação,

ficção, apropriação, imaginário, e etc., além de uma nova maneira de direcionar o olhar, e um cuidado mais apurado nas interpretações que a escrita possivelmente pode vir a despertar no leitor.

O resgate da narrativa e do sujeito abrem um campo vasto de discussões entre os historiadores, já que desde sempre a História almejou seu posto de possuidora da verdade. O signo e a referência foram os primeiros a serem questionados pelos pós-estruturalistas, a narrativa foi o segundo a tornar-se vítimas, e o resultado disso foi que as palavras tornaram-se proteicas. O conhecimento histórico é necessariamente uma construção cultural narrativa, revigora a relação entre presente e passado, presente e futuro. A História é filha do poder e da memória, e a narrativa é que constitui a realidade do passado, com a intertextualidade o historiador investiga as fontes e os objetos, na busca da verossimilhança, ou seja, diminuir essa opacidade do tempo presente em relação ao passado ao que se refere. Nesse sentido o historiador transforma o acontecimento, não o inventa.

O pós-estruturalismo surge no final dos anos 1960 e tem a intenção de romper com o sistema linguístico de Saussure (estável, fechado, firme, imóvel) por uma concepção de linguagem que fosse instável, aberta, proteica, apresentando relação com a mudança da História Tradicional para os Annales, e relaciona-se também com a “virada” na História, tendo como principal fator de crise o retorno da Literatura. Esse retorno colocou a história em uma crise sem precedentes, provocada por certo ceticismo, essa crise análoga a constituição de uma nova história intelectual, mistura o discurso real com o ficcional, crítica, dados históricos e etc. A História se distingue da Literatura, inclusive do Cinema, devido a “verdade” embutida em seus parâmetros, mas é importante enfatizar que não é a verdade do historicismo objetiva, que esteve presente no período tradicional. O Romance e o Cinema são produções na maioria das vezes ficcionais, não tem preocupação com a realidade de como os acontecimentos são ou foram, embora muitas vezes utilize acontecimentos reais para criação de roteiros. Nota-se atualmente uma grande confusão no que diz respeito à relação entre História e Literatura, nos romances notamos a utilização da obra literária como imitação da realidade, que chamamos de *mimese*, grosso modo, significa imitação ou representação do real na obra literária, ou seja, a recriação da realidade cotidiana em um romance. Mas essa relação de forma legítima e de maneira reconhecida pelos intelectuais entre História e Literatura (inclusive o Cinema) ocorre na segunda metade do século XX, com a popularização da História Cultural.

### **Adaptação da Literatura para o Cinema**

Desde a criação do cinematógrafo ocorreram inúmeras mudanças tecnológicas, na primeira década de exploração desse instrumento já era estabelecida parceria com Literatura, inclusive na criação de suas artes. O cinema durante seu processo de legitimação e criação tem utilizado muitos textos da literatura, e devido essa grande popularização de transposições da literatura para a sétima arte notamos uma grande confusão no que diz respeito à adaptação de obras literárias ao cinema, apesar do encontro entre elas, há muitas críticas em cima disso. Pensando nessa relação já estabelecida, vemos que a Literatura possui um público alvo, que seria o leitor, e para tanto é necessário toda uma criação específica e elaborada para conseguir a atenção desse público. Já o diretor de cinema foca seu trabalho na “aprovação” do telespectador, ou seja, é preciso que esse tenha interesse pela produção enquanto criação, e da mesma forma pela adaptação, seja de uma história real, de romance literário, o objetivo é que o telespectador fique interessado até o final, ache a História do filme ficção ou não, atraente, mas, nem sempre é possível agradar os dois públicos (leitor e telespectador). Embora em muitos casos o diálogo entre cinema e literatura resulte num trabalho enriquecedor, há outros em que essa parceria se torna dissonante, isso ocorre por que como já foi comentado o público alvo é diferente, e tanto o leitor, como o telespectador tem suas singularidades, e essas produções prendem sua atenção de diferentes formas. Contudo, para que essa relação seja proposta, é necessário ter o conhecimento de que História e da qual Literatura se direciona o olhar, já que a Literatura e o Cinema se configuram em encontro e desencontro ao longo do século XX, é preciso uma teoria sólida para conceituar e delimitar a extensão da qual se trata, bem utilizadas elas podem ser o caminho para a compreensão das práticas sociais.

O período literário relacionado a presente pesquisa é o Romantismo. Este estava inserido em um contexto de transformações, estava surgindo a valorização na criatividade do indivíduo e em parte na imaginação popular. O Romantismo é a arte do sonho e da fantasia, explora-se a inspiração dos momentos mais marcantes da vida subjetiva, e esses são narrados de forma exageradamente romântica e em alguns casos pessimista. Temas frequentes: sonho, o amor, a saudade, a paixão, a fé, no sentimento da natureza e inclusive na força das lendas nacionais.

A Literatura Romântica é um movimento estético, político, intelectual, filosófico que surge no final do século XVIII, e tem seu auge na primeira metade do século XIX. Ela surge às vésperas da unificação alemã, em oposição ao Arcadismo, que é um período presente até então e que predominava o espírito racional dos clássicos, a Literatura era produzida para a nobreza e estão presentes aspectos como perfeição, harmonia, disciplina, equilíbrio, clareza.



O Romantismo surge como representação da classe burguesa, com o bom êxito político da Revolução Francesa no ano de 1789, que derrubou a aristocracia causando desordem, e a forte influência econômica da Revolução Industrial que estava surgindo na segunda metade do século XVIII (1760), dessa forma toda essa nova ideologia rompe com a Literatura Clássica que é o reflexo do Antigo Regime, e abrem espaço para uma nova forma de construir e ver a Literatura, mais livre, sem regras e modelos, baseada na imaginação e sentimentalismo. Devido seu espírito revolucionário e rebelde, a partir de 1827 a Literatura passa a ser produzida em grande escala facilitando o acesso de toda a população, em jornais, revistas e etc., a popularização do livro toma tanta proporção que em 1833 o francês Louis Braille desenvolve uma forma alternativa de leitura para cegos, a fim de que todos tivessem acesso a leitura, que recebe como nome seu sobrenome, *escrita em Braille*.

A relação entre Literatura e Cinema, surge logo no início do século XX, quando o cinema ainda era mudo, da mesma forma notamos uma relação do cinema gótico e de horror com o romance gótico presente no romantismo literário. Um dos exemplos clássicos é a primeira adaptação do romance *Frankenstein* da Mary Shelley, intitulado *Prometeu Moderno*, essa produção fílmica foi realizada em 1918, anterior a isso temos um filme pouco conhecido de 1910, contando a história da criatura de Frankenstein, só que essa narrativa mostrava a criatura surgindo de um preparo mágico enfatizando algo místico. Edgar Allan Poe foi outro autor que teve grande parte de suas obras adaptadas para o cinema, embora o auge de adaptações de Poe ocorra com direção de Roger Corman, antes desse período já havia uma busca considerável por suas histórias extraordinárias. A abordagem cultural na História possibilitou um novo olhar para o objeto, resgatando aspectos que a história política, econômica e social não alcançava, e a partir daí tornou-se necessários inúmeros outros tipos de análise histórica, tornando a pesquisa do historiador mais intrigante, com um leque de realizações e a possibilidade de resgatar o que a História Positivista fez questão de apagar, devido sua intenção de preservar apenas a história dos vencedores.

### **Representação da Realidade na tela do Cinema**

As produções fílmicas góticas mais influentes foram produzidas na Alemanha inspiradas pelo expressionismo alemão presentes em outras manifestações artísticas na primeira década do século XX, como a arquitetura, pintura, teatro, música, etc. Esses filmes eram chamados de *schauerfilme* (filmes arrepiantes), e são obras do movimento conhecido como *expressionismo alemão*, devido a maneira como eram feitos. Obteve sua popularização

na Alemanha, desenvolvendo-se em outros países da Europa e depois vai migrando para América, eram filmes do gênero de terror. Um dos filmes mais famosos do gênero gótico é *O gabinete do Dr. Caligari* (1919), um clássico do expressionismo alemão, criado durante o período conturbado o diretor aparenta ter uma tentativa de representação dessa loucura que pairava no período entre os indivíduos, mostrando um cenário escuro, perturbador, e com a arquitetura e as casas tortas.

O filme é identificado como a visão do mundo de um louco, levando em conta a opinião de alguns críticos de cinema, e as informações acerca da experiência do roteirista durante a Primeira Guerra, o personagem Caligari representa os líderes insanos que enviavam os soldados para matar e morrer na guerra, o oficial de certa forma prevê, ele acredita que irá destruir seu inimigo, a intenção é ter o maior número de soldados no campo de batalha para alcançar seu objetivo: vencer a guerra.

Os filmes produzidos na Alemanha nesse período trazem consigo uma carga pesada de representação, imaginário, crítica à sociedade, etc., que além de abranger o contexto da primeira guerra, se estendem até o período em que a Alemanha se sente humilhada pela imposição do Tratado de Versalhes, recebendo a culpa por todas as atrocidades ocorridas durante a guerra. Juntamente com a ascensão de Hitler ao poder, no ano de 1930 o filme gótico chega a América devido a Grande Diáspora que ocorre da Alemanha para outros países da Europa e América, mesmo período em que surge o “filme de terror”. Embora alguns produtores achassem o estilo degradável, estava gerando dinheiro, pois, a procura era grande desse modo tinham bilheteria. O fator do lucro faz com que ainda exista produção do gênero, e mesmo os produtores que não queriam realizar essas produções se unem a produtora de cinema *Universal*, com medo de perder sua popularidade, produzindo filmes que não vendiam e terem de abandonar o ofício, já que com a queda da bolsa em 1929 a Europa estava em crise. O *Quarteto de Horror*, produzido pela Universal são os monstros que utilizaremos como exemplo da exploração dessa figura, e as representações que estão impregnadas, cada um de forma distinta.

### **Figura do Monstro e Imaginário Coletivo**

O imaginário é formado por sonhos, símbolos, imagens, etc., grosso modo são representações realizadas de forma coletiva, inconsciente ou não, que circula por determinado grupo. Podemos afirmar também que o imaginário é um plano de enfrentamento político e social, que influencia o surgimento da identidade. O conceito, embora utilizado de forma

imprecisa, possui componentes estruturais permitindo levantamento da suspeita de hipóteses. Isso talvez ocorra devido sua relação com o senso comum, pois, na mente humana, percebemos facilmente a presença do imaginário e esse possui diversas manifestações, muitas vezes até inconscientemente. Nesse sentido, a figura do monstro se faz presente e com inúmeras representações e interpretações distintas.

Utilizaremos os monstros do *Quarteto de Horror* produzidos pela Universal, constituído por: *Frankenstein*, *Drácula*, *Múmia* e *Lobisomem*. A figura do monstro é complexa, envolve características humanas, paradoxais, remete a deformação, presságio – bom ou mau -, sinal, agouro, ou seja, advertência; o termo possui caráter sagrado, que se perdeu no decorrer do tempo. Facilmente podemos estabelecer representações do contexto da Guerra Mundial, momento de grande depressão, crises, medos, inseguranças, que permite transportar a umbrosidade do cotidiano para a tela do cinema.

*Frankenstein*, ou *Prometeu Moderno*, é um dos monstros mais clássicos, sua figura nos leva a refletir sobre os limites da ciência, avanço tecnológico, inclusive a manipulação das máquinas de Guerra produzidas pelo ser humano nesse período tão conturbado. Uma criatura vem a vida através de eletricidade e pedaços de corpos escolhido a dedo para sua composição. É uma materialização do interior humano, que busca se autoconhecer através das experiências, passível de erros grotescos por essa busca. Outro fator importante é a vitimização dessa figura na tela, enquanto um mártir da sociedade, situação em que a população civil se encontrava em meio à guerra que fora para as ruas e o cotidiano. A eugenia tão propagada naquele momento fica bem clara na figura do *Frankenstein* (1930), legitima suas ações como genéticas e determinantes. Isso ocorre devido o cérebro anormal escolhido para seu corpo durante sua criação. No filme *Drácula* (1931) notamos forte presença da xenofobia; os britânicos sentiam imenso medo de que pessoas de outras nacionalidades migrassem para seu território, embora realizassem essas migrações. Nesse caso vampiro representa claramente o medo de contaminação estrangeira, uma vez que ele escolhe qual indivíduo escolhe para transformar em semelhante, de acordo com seus fetiches.

Em *A Múmia* (1932) vemos uma apropriação do Egito enquanto produto rentável, assim como da ideia do oriente, que para o ocidente é algo exótico, portanto, o medo é focado no desconhecido. Nesse momento era forte a islamofobia, percebe-se no filme que a múmia é um árabe, e todo o restante são ingleses – os mocinhos. O filme propaga a ideia de barbárie no mundo árabe, inclusive os árabes enquanto monstros e desumanos. No caso do *Lobisomem* (1941), o gênero estava em decadência e em plena segunda guerra, notamos a relação do monstro com os civis. Esse mais uma vez retorna com a vitimização do personagem, que sem

intenção coloca a vida das pessoas a sua volta em perigo, mas em nenhum momento intencional, é uma doença. Esse quarteto de monstros nos permite afirmar que diante de tanta agitação, a população frequentava o cinema por identificar-se com os personagens – não apenas pela novidade –, e há uma troca, onde o cinema é influenciado pelo contexto, e a realidade influenciada pelas histórias criadas na tela.

O Cinema é um dos agentes mais poderosos e influentes na sociedade de massa. Essa massificação influencia os setores sociais, econômicos, políticos e culturais. A arte que era restrita as camadas privilegiadas é democratizada com o surgimento da reprodução técnica. Esse fenômeno técnico possibilita a produção serial, mais produtos em menos tempo, que abala o costume e tradição, pois com esses instrumentos torna-se incomum a existência única de algo. Quando os irmãos Lumière inventaram o cinematógrafo, a sociedade enfrentava tantas mudanças que o cotidiano, forma de trabalho e etc., tornam-se totalmente diferentes. Era preciso se acostumar com as novas relações e compreender esses instrumentos que estava surgindo. Durante a Primeira e Segunda Guerra Mundial, o desespero era tão intenso, que o cinema pode considerado uma válvula de escape, talvez isso justifique o grande público que frequentava o cinema.

A dinâmica social se tornava mais complexa com a entrada em cena de novos grupos, portadores de novas questões e interesses. Os modelos correntes de análise não davam mais conta, diante da diversidade social, das novas modalidades de fazer política, das renovadas surpresas e estratégias da economia mundial e, sobretudo, da aparentemente *escapada* de determinadas instâncias da realidade – como a cultura, ou os meios de comunicação de massa – aos marcos racionais e de logicidade. (PESAVENTO, 2008: 9)

Sandra Pesavento refere-se diretamente ao surgimento e popularização necessária da História Cultural, que nesse momento estava se fazendo necessária, já que a Velha História Política e Econômica estavam tornando-se obsoletas. O contexto complexo e a diversidades de acontecimentos, os destroços presentes nos países europeus que se encontravam destruídos devido à guerra que acabavam de enfrentar, era preciso novas dimensões.

Após ser inventado, o cinema passou um processo de desenvolvimento e constituição de sua própria linguagem, os telespectadores não possuía a familiaridade com essa nova narrativa, dessa forma era preciso a constituição de um código. Um problema frequente é a confusão entre a fantasia com a realidade. Como foi comentado, há uma troca entre receptor e emissor, Barbero acerca das mediações rompe com a teoria de que o receptor é

completamente influenciado pelo emissor, no entanto, ainda é presente essa ilusão que cria simulacros.

[...] o trabalho de Morin *leva a sério o cultural* na hora de pensar a indústria cultural, e a define como o conjunto dos “dispositivos de intercâmbio cotidiano entre real e imaginário”, dispositivos que proporcionam apoios imaginários à vida prática e pontos de apoio prático à vida imaginária. O que implicava submeter à crítica um conceito de *alienação* que confundia na mesma negatividade tudo o que significasse passagem para o imaginário, fossem já “sonhos” ou diversão. (MARTIN-BARBERO, 2013: 90)

De acordo com Barbero notamos a criação da mídia de um “real mais real que o próprio real”, embora o receptor não seja totalmente alienado, há uma ilusão de que a vida ocorre como na tela. A mediação que é o espaço entre produção e recepção se aplica a vários setores da sociedade: indivíduo, movimentos sociais, etc. Ela cumpre cotidianamente a cultura de massa quando estabelece esse diálogo entre real e imaginário, e a mídia exerce a sugestão e contágio presentes nos estudos de Gustave Le Bon.

A multidão é o último poder da Idade Moderna, desse modo, a base das sociedades passa a ser governadas por multidões, que embora desordeiras, possuem uma aptidão para agir, já que atuam coletivamente. Le Bon enfatiza que “é na alma das multidões que os destinos das nações se preparam”, exercem influência nos acontecimentos da vida em sociedade.

A chegada das classes populares à vida política, sua progressiva transformação em classes dirigentes é uma das características mais chamativas de nossa época de transição. [...] O surgimento do poder das multidões deu-se primeiramente pela propagação de certas ideias lentamente implantadas nos espíritos, depois pela gradual associação dos indivíduos que levou à realização de concepções até então teóricas. (LE BON, 2008: 21)

O aumento dos aglomerados de pessoas nos centros urbanos devido à migração do campo para a cidade leva a construção do que Le Bon chama de Alma Coletiva, onde não existe o indivíduo. Pensando na coletividade, há uma popularização de algumas ideias que as comovem, além disso, ‘tornam-se classes dirigentes iniciando sua participação na vida política’. Outros fenômenos tem destaque, como a padronização do tempo, novas formas de relações sociais, novas construções da organização da sociedade, surgimento da burguesia

detentora dos meios de produção, e a substituição do artesão (que realizava suas atividades no seu tempo), pelo trabalhador operário (que vende sua força de trabalho, em troca de um salário) a produção ocorria em série. Essa forte propagação de ideias disseminadas durante a Revolução Industrial são desenvolvidas no decorrer do século XIX juntamente com todas as outras mudanças, mas não de forma linear, esses acontecimentos vão ditar a trilha para onde a sociedade terá de caminhar.

Em meio a esse arsenal de informações, notamos o aparecimento da parceria entre o cinema e a televisão, ambos tornaram-se mecanismo de alienação, devido às más produções que servem especificamente para entretenimento. Concordando com Marc Ferro, independente de ser procedente da televisão ou do cinema, o filme cria e recria acontecimentos, sejam eles realidade ou não. Acaba por compor uma parte da realidade, que muitas vezes o telespectador não questiona, compram a imagem e acabam por viver em um mundo da fantasia que elas criam baseadas nessa ficção que a elas são apresentadas. Assim como qualquer outra fonte o filme não é ingênuo, possui inúmeras intenções de todos os envolvidos no processo de produção, e a figura do monstro é uma das mais exploradas e que seduz o telespectador até a atualidade.

## **Conclusão**

O contexto de toda a Europa era caótico e horrível, muitos passavam fome, economicamente estava desestruturada, e a guerra ainda agravou cada vez mais o horror: muitos feridos, mortos, carnificina. A figura do monstro, de forma geral, adverte para os acontecimentos terríveis que invade o cotidiano da população. Cada um com suas particularidades, não se resumem a causar medo no telespectador, tem muito que chamar atenção. Em relação aos outros personagens, vejo saltar referencia ao restante da população que participa de uma guerra desse porte de forma obrigatória. Quando todo o desespero, disputas invadem as ruas, não há para onde correr. O caos é instalado na sociedade, o impacto invade todos os setores: político, econômico, cultural e social. As pessoas tornam-se vítimas das catástrofes da guerra, as famílias são destruídas, isso gera um mal estar geral. O que resta para aqueles que não morrem é tentar lutar diariamente pela sobrevivência.

## **Referências**

- BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, 220.
- BENJAMIN, Walter. “A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica”. In: \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 165-196.
- BERNARDET, Jean-Claude. *O que é cinema*. São Paulo: Brasiliense, 2012, 117.
- COLI, Jorge. *O que é arte*. São Paulo: Brasiliense, 1991, 132.
- DELEUZE, Gilles. “As potências do falso”. In: \_\_\_\_\_. *A imagem-tempo*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- FERRO, Marc. *Cinema e História*. Trad. Flávia Nascimento. São Paulo: Paz e Terra, 1992, 244.
- LE BON, Gustave. *Psicologia das multidões*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, 219.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013, 356.
- MOSTAFA, Solange Puntel; NOVA CRUZ, Denise Viuniski da (Orgs). *Deleuze vai ao cinema*. Campina, SP: Alínea, 2010, 171.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, 130.

## AGRONEGÓCIO E HEGEMONIA: NOTAS DE PESQUISA SOBRE A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO (ABAG)

Sonia Regina de Mendonça<sup>1</sup>

Pedro Cassiano F. Oliveira<sup>2</sup>

**Resumo:** O trabalho, fruto de pesquisa em andamento, analisa o processo de consolidação da hegemonia de um novo segmento dos grupos agroindustriais brasileiros ocorrido entre as décadas de 1990-2010, articulado pela OCB e coroado com a fundação da ABAG. Baseados em documentos da entidade refletimos sobre os projetos elaborados por dirigentes da Associação, enfatizando o mapeamento do grau de inserção de seus porta-vozes junto a agências da sociedade civil e da sociedade política aos quais ela se vincula, no período 1993-2013.

**Palavras-chaves:** Agronegócio; Abag; Estado restrito.

**Abstract:** The work is the result of preliminary research, about the consolidation of the hegemony of a new segment of Brazilian agribusiness groups between the decades of 1990-2010, articulated by the OCB and the foundation of ABAG in 1993. Based on history documents reflected on the projects developed by directors of the ABAG, with emphasis on mapping the degree of insertion of its spokesmen at the agencies of civil society and political society to which it is associated, during 1993-2013.

**Keywords:** Agribusiness; Abag; Estate

### A Abag: Origens

A direção exercida pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) junto ao conjunto das entidades patronais da agroindústria consolidou-se na virada dos anos 1980 para os 1990, contando com um expressivo “capítulo” final: a proposição e criação de uma nova entidade – a ABAG – que, em teoria, seria responsável pela articulação de todas as demais. O eixo dessa proposta, enunciada pelo então presidente da OCB, Roberto Rodrigues, residiu na afirmação do então chamado *agribusiness* no país. Segundo revista da agremiação,

Foi dessas viagens que surgiu um conjunto de idéias que, aliadas a sua [de Roberto Rodrigues] experiência como representante da agricultura no Conselho Monetário Nacional, membro do Conselho Nacional de Política Agrícola e Coordenador da Comissão Empresarial de Competitividade do Ministério da Economia, resultou no trabalho apresentado, que será um ponto de partida para o debate junto à classe rural do “agribusiness” brasileiro<sup>1</sup>

Em maio de 1993 nasceria a ABAG (Associação Brasileira de Agribusiness), presidida por um diretor da OCB, Ney Bittencourt de Araújo, também dirigente da SNA e da SRB, além de legitimado por sua própria trajetória, de todo compatível com o perfil da nova entidade. Mineiro; agrônomo; diretor da Sementes Agrocere S/A; da Sementes Hortícolas

<sup>1</sup> Doutora e pesquisadora nível 1 do CNPq/ Professora do PPGH-UFF. Email: srmendonca@uol.com.br

<sup>2</sup> Doutorando em História da UFF/ Bolsista do CNPq. E-mail: pcofo@hotmail.com



S/A e da Agroceres Importação e Exportação, Comércio e Indústria S/A; membro da Sociedade Brasileira de Olericultura e da Sociedade Brasileira de Defensivos para Agropecuária, além de ex-presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Sementes e Mudanças, Bittencourt foi o “coparticipante” do legado de Rodrigues, incumbido de levar à prática o mais importante instrumento de consagração da OCB como força social hegemônica<sup>2</sup>.

A fundação da ABAG seria justificada a partir de dois argumentos. De um lado, a constatação de que já existia no país uma “nova agricultura”, posto que “desenvolveu-se a agroindústria, que passa à liderança do processo produtivo e **consolidam-se as grandes cooperativas**, dando origem a um novo sistema”<sup>3</sup>. De outro, a imperiosa necessidade de criarem-se novos canais de representação política setorial, à altura de sua relevância econômica. No primeiro caso, desenvolveu-se todo um trabalho de direção destinado a fazer convergir para a agricultura o conjunto das atividades econômicas do país, assumindo ela o *status* de “atividade principal” na medida em que respaldara a economia brasileira ao longo da crise econômica vigente desde inícios da década de 1980. Diante dessa evidência e numa operação simbólico-política de envergadura, a OCB promoveria a “recriação” da própria noção de agricultura, imbricando-a àquela, bem mais ampla, de “*agribusiness*”, não mais limitada à atividade agrícola *tout cours*, porém referida ao processo de tecnificação e financeirização do mundo rural, capaz de gerar

Um novo segmento antes da porteira da fazenda, o da pesquisa e experimentação, que passaram a ser exigências fundamentais através da produção de sementes melhoradas, corretivos e fertilizantes; tratores, defensivos, vacinas, rações e medicamentos. Surgiram ainda mecanismos especializados de crédito, para custeio e investimento e apareceram ações de marketing no campo<sup>4</sup>.

Contudo, o “novo segmento” aludido não era tão recente quanto se pretendia fazer ver e fazer crer<sup>5</sup> tendo nascido da “modernização” da agricultura dos anos 1970, embora não tão vinculado ao capital financeiro como agora. Se alguma “novidade” existia, foi a fundação de uma entidade que passou a integrar, num único sistema, todas as atividades tidas como correlatas ao “agrário”. Todavia, a noção de “agribusiness” atrelada à ideia de interdependência inter-setorial, não estaria completa se vinculada apenas ao “mundo anterior à porteira”, pois este só se justificava e instituíam em razão da existência de

Um segmento ainda maior, **depois da porteira da fazenda**: armazenamento, transporte, processamento e embalagem, industrialização, distribuição de produtos [...]. **O agricultor passou a ser um especialista em plantar e criar, em íntima interdependência com os segmentos a montante e a jusante da fazenda**<sup>6</sup>.

Quanto ao segundo ponto mencionado é fundamental sinalizar que a noção de “agribusiness” organizou e instrumentalizou a imbricação de todas as atividades econômicas direta ou indiretamente à agricultura – tida como a mera “especialização em plantar e criar” –

originando um poderoso complexo de cunho comercial-financeiro, cuja importância deveria aquilatar-se não só por seu desempenho econômico, porém, sobretudo, por sua influência política. Assim, a “agricultura” tornou-se avalista de um sistema produtivo amplo e complexo, em função do qualurgia criar-se uma mega-agremiação correspondente, no plano político, a seu “peso” econômico ainda que, segundo seus idealizadores, “nenhuma das entidades pré-existentes fosse desaparecer”, pois “a ABAG não nasce **para substituir as associações dos vários segmentos que a constituem**, todas elas participantes de seu Conselho Consultivo”<sup>7</sup>.

### A Abag: Legitimação

A fundação da ABAG seria legitimada como uma reação do empresariado agroindustrial à “incompetência” do Estado no enfrentamento da crise econômica e da agricultura. A “miopia” a ele atribuída respondeu pela estagnação das atividades agroindustriais, “transferindo-se” para as entidades patronais a tarefa de buscar soluções para os problemas enfrentados. Afinal, “o agribusiness brasileiro **existe e já está consolidado desde a década de 1970**. Ele é o maior negócio do país, representa quase 40% do PIB, metade dos empregos, 46% do dispêndio das famílias, 40% das exportações e 60% da balança comercial”<sup>8</sup>.

O *site* oficial da ABAG, originalmente apresentava como suas “tarefas e missões”

(...) **conscientizar os segmentos decisórios do país** - os políticos, os empresários, os trabalhadores organizados, os acadêmicos, os líderes de comunicação - **para a importância e complexidade da cadeia do agribusiness**, a relevância de seu papel no desenvolvimento econômico e social e a necessidade de tratá-lo sistematicamente, sem o que se torna impossível otimizá-lo<sup>9</sup>.

A grande imprensa igualmente promoveu a entidade emergente através de matérias francamente elogiosas e com forte apelo à opinião pública:

AGROINDÚSTRIA TEM ENTIDADE DE NÍVEL NACIONAL: ABAG - Reunidos sob uma mesma entidade, **40% do PIB brasileiro**, no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, foi lançada nacionalmente, a Associação Brasileira de Agrobusiness, que surge para **representar e articular as ações de empresas vinculadas ao complexo agro-industrial, reunindo desde cooperativas até frigoríficos exportadores**. O peso pesado da nova entidade congregará a Agrocereceres, Maxion, Sambra, Cobram e Febraban e, **como não poderia deixar de ser, sua sede nacional será em São Paulo**<sup>10</sup>.

Como se percebe, a ABAG consistiu muito mais numa agremiação de empresas do que de entidades patronais, inaugurando uma **modalidade associativa de novo tipo** no país. Apesar disso, o mesmo jornal afirmaria que

(...) a nova entidade **não se superpõe às diversas organizações representativas** de segmentos do setor agroindustrial. Ela tem, em sua definição, **uma função macro, não se constituindo em órgão de lobby setorial** e visa desenvolver um **trabalho de doutrinação** sobre a importância da atividade agroindustrial para a sociedade<sup>11</sup>.

Insistindo em caracterizar a ABAG como apolítica, o periódico enfatizava seu cunho “técnico”, justificado pelo fato de ampliar a competitividade estrutural e setorial já que, até então,

O setor de ‘negócios agrícolas’ vinha atuando em segmentos distintos, máquinas e implementos, adubos e defensivos e outros, não buscando soluções para resolver os problemas comuns [...]. **Porém o empresariado se deu conta da necessidade de globalizar as estratégias para ter resultados mais rápidos**<sup>12</sup>.

O discurso de posse de seu primeiro presidente, Ney Bittencourt Araújo, ratificaria os pontos axiais de atuação da nova entidade, destacando que “**o desenvolvimento sustentado do Brasil começa pela segurança alimentar** e pelo fortalecimento da cadeia de alimentos e fibras e por isso a OCB e lideranças do sistema decidiram fundar a Associação Brasileira de Agribusiness – ABAG”<sup>14</sup>.

Como se percebe, os dirigentes da ABAG construíram sua legitimidade a partir de duas noções imbricadas à retórica neoliberal dos anos 1990: **Segurança Alimentar** e **Competitividade**. Conquanto “incompatíveis”, os intelectuais orgânicos da agremiação compatibilizaram-nas, imputando ao agribusiness brasileiro o *status* de coadjuvante da Segurança Alimentar mundial, numa operação simbólica que “transmutou” seu *ethos* empresarial em “missão social”<sup>15</sup>. Através desse mecanismo **despia-se o agronegócio de seu caráter capitalista e transnacional**, integrado por uma cadeia empresarial de forte cunho comercial, industrial e financeiro. A “responsabilidade social” dos empresários do agribusiness para com a sustentação alimentar de uma comunidade internacional altamente “globalizada” foi o grande instrumento de promoção do consenso nacional em torno a seu projeto.

Em matéria de segurança alimentar, o Brasil tem um papel a cumprir. É o 4º exportador de produtos do agribusiness mundial e tem a 6ª população mal nutrida do planeta. **Acima de uma política agrícola** o que está se discutindo é a **urgência e o compromisso com uma política de alimentos**. O desenvolvimento rural e o aumento de produtividade jamais ocorrerão se não estiverem **inseridos no contexto de uma bem-sucedida estratégia global**, de alta competitividade<sup>17</sup>.

Ao mesmo tempo, a citação explicita a contradição embutida na autojustificação do conceito de agronegócio e sua “missão”. Encontramo-nos diante de uma cadeia de atividades econômicas altamente empresarializadas e financeirizadas, cujo produto final destina-se, prioritariamente, à exportação, mormente no contexto histórico de início da desindustrialização brasileira<sup>18</sup>, marcado pela extrema abertura externa da economia do país, que detinha a **sexta população mais mal alimentada** do mundo! A despeito disso, os dirigentes da nova entidade definiriam seus parâmetros norteadores:

A competitividade exige harmonização de vários componentes, mas dois são essenciais: **tecnologia e gestão**. O **centro do poder migrou para a capacitação científica e tecnológica, centrada na informação e em novas técnicas de gestão**<sup>19</sup>.

Logo, o projeto da ABAG guarda bem pouca afinidade com o mercado interno ou com os destinos da “população” brasileira, apesar de se ter insistido em “vestí-lo” do papel de compatibilizador entre “desenvolvimento econômico” e “bem-estar social”<sup>20</sup>. O peso político do “novo setor”, assim “reinventado”, deveria estar à altura de seu papel na geração da riqueza nacional e, para tanto, o objetivo político dos dirigentes da ABAG consistia em:

**Juntar suas forças às demais instituições brasileiras neste momento em que se discute a Reforma Constitucional** e participar ativamente na grande discussão nacional de redefinir o Estado. (...). Há, pois **uma tarefa política** para a ABAG, **a de transformar-se em importante ferramenta de apoio ao planejamento estatal do agribusiness brasileiro**<sup>21</sup>.

### A Abag: Composição.

O *site* oficial da ABAG destacava como seus objetivos e ações no ano de 2005: firmar parcerias com Ministérios e agências do Estado (CNPq, FINEP, DENACOOOP, etc.) para promover a evolução da política agrícola e alimentar; participar das negociações com organismos normativos do agribusiness internacional (como a Organização Mundial do Comércio e a Cúpula Mundial de Alimentação); aproximar-se de agências oficiais de fomento econômico de vários países, para atrair investimentos e integração tecnológica; participar de fóruns e câmaras de programas do governo destinados a aumentar exportações, além de programas educativos ou de desenvolvimento profissional, em conjunto com entidades patronais.

A título de comparação, elaboramos o Quadro I elencando as “entidades patronais” que constam como associadas da ABAG em 2003 e 2013.

QUADRO I – ABAG: PARTICIPANTES	
2003	2013
1 <b>AGCO do Brasil</b>	Adeco Agropecuária Brasil S/A (*)
2 Agência o Estado (OESP);	ADM do Brasil Ltda. (*)
3 <b>Agroceres Nutrição Animal Ltda</b>	<b>AGCO do Brasil</b>
4 <b>Algar S.A. Empreendimentos e Participações</b>	Agrifirma Brasil Agropecuária S/A (*)
5 <i>Arthur D. Little Ltda</i>	<b>Agroceres Nutrição Animal Ltda</b>
6 <i>Associação Brasileira da Batata (ABBA);</i>	Agroconsult Consultoria e Projetos Ltda. (*)
7 <b>Associação Nacional de Defesa Vegetal -ANDEF</b>	Agropalma S/A (*)
8 <i>Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB</i>	<b>Algar S.A. Empreendimentos e Participações</b>
9 <b>Banco Cooperativo Sicredi S.A. - BANSICREDI</b>	Aprosoja Brasil (*)
10 <b>Banco do Brasil S.A.</b>	Associação Brasileira dos Criadores de Zebu – ABCZ (*)
11 <b>Bayer Cropscience Ltda</b>	<b>Associação Nacional de Defesa Vegetal – ANDEF</b>
12 <b>Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&amp;F</b>	Assoc. Nacion. Export. Sucos Cítricos – CitrusBR (*)
13 <i>Bunge Alimentos S.A</i>	<b>Banco Cooperativo Sicredi S/A</b>
14 <i>Bunge Fertilizantes S.A.</i>	<b>Banco do Brasil S/A</b>
15 <b>Caramuru Alimentos S.A.</b>	Banco Itaú BBA S/A (*)
16 <b>Ceres Consultoria S/C. Ltda</b>	Banco Rabobank International Brasil S/A (*)
17 <b>Consult., Métodos, Asses. e Mercantil Ltda (CMA)</b>	Banco Santander S/A (*)
18 <b>CNH Latin America Ltda</b>	Basf S/A (*)
19 <b>Cia de Tecidos Norte de Minas (Coteminas)</b>	<b>Bayer S/A</b>
20 <b>Cooperativa Agropecuária de Araxá (Capal)</b>	<b>BM&amp;F Bovespa S/A</b>
21 <i>Cooperat. Agropecuária Cascavel Ltda (Coopavel)</i>	BRF S/A (*)
22 <i>Cooperat. Agricultores Região de Orlândia (Carol)</i>	Brascan Agri S/A(*)
23 <b>Cooperat. Cafeicult. e Agropec. Maringá Ltda. (Cocamar)</b>	Brasilagro Cia Brasileira de Propriedades Agrícolas (*)
24 <i>Copersucar</i>	Caixa Econômica Federal (*)
25 <b>Cooperat. Mista Prod. Rurais do So Goiano Ltda. (Comigo)</b>	<b>Caramuru Alimentos S/A</b>
26 <i>Cooperat. Reg. Cafeicultores de Guaxupé Ltda. (Cooxupé)</i>	Cargill Agrícola S/A (*)

27 Cooperat. Triticola Mista Alto Jacuí Ltda. (Cotrijal)	Ceres Consultoria S/C Ltda
28 Du Pont do Brasil S.A	Cetip S/A – Balcão Organizado de Ativos e Derivativo (*)
29 EMBRAPA	CGG Trading S/A (*)
30 Fecoagro/Fecotriogo	CHS do Brasil Grãos e Fertilizantes Ltda. (*)
31 Fertibrás S.A.	CMA Consultoria, Métodos e Assessoria Mercantil S/A
32 FMC Química do Brasil Ltda.	CNH Latin América Ltda.
33 Fundação Estudos Agrários Luiz de Queiroz (Fealq)	Cocamar Cooperativa Agroindustrial
34 Grupo Kepler Weber	Companhia de Tecidos Norte de Minas (Coteminas)
35 John Deere Brasil S.A.	Coopavel Cooperativa Agroindustrial
36 Maeda S/A. – Agroindustrial	Cooperat, Agroind. Prod. Rurais So Goiano (Comigo)
37 Malteria do Vale S.A.	Cooperativa Agropecuária de Araxá (Capal)
38 Máquinas Agrícolas Jacto S.A.	Cooperativa Agropecuária e Industrial (Cotrijal)
39 Marchesan Implementos e Máquinas Agr. Tatu SA	Cooperat. Regional Cafeic. Guaxupé Ltda. (Cooxupé)
40 Monsanto do Brasil Ltda.	Demarest & Almeida Advogados (*)
41 MRS Logística S.A.	Dow AgroSciences Industrial Ltda. (*)
42 Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)	Du Pont do Brasil S/A
43 Pioneer Sementes	EMBRAPA
44 Pirelli Pneus S.A.	Evonik Degussa Brasil Ltda (*).
45 Rutherford Trading S.A.	Fecoagro/Fecotriogo
46 Sadia S.A.	FMC Agricultural Solutions
47 Seara Alimentos S.A	Gaia Agro Securitizadora S/A (*)
48 Sindic. Indúst. do Fumo no Estado RS (Sindifumo)	Globo Comunicação e Participações S/A
49 Sind. Nac. Indústria Defensivos Agrícol. (Sindag)	Guarani S/A – Usina Cruz Alta (*)
50 Sipcam Agro S.A.	Instit. Nac. Processamento Embalagens Vazias (InpEV) (*)
51 Sucos Del Valle do Brasil Ltda	IP Desenvolvimento Empresarial e Institucional (*)
52 Syngenta Proteção de Cultivo Ltda	John Deere Brasil S/A
53 Syngenta Seeds Ltda.	Justino de Moraes Irmãos S/A – JUMIL (*)
54 TV Globo Ltda	Lazzarini Moretti Sociedade de Advogados (*)
55 União da Agroind. Canavieira de SP (UNICA)	Malteria do Vale S/A
56 Usina Alto Alegre S/A. - Açúcar e Alcool	Máquinas Agrícolas Jacto S/A
	57 Maubisa Agricultura S/A (*)
	58 Monsanto do Brasil Ltda.
	59 O Telhar Agropecuária Ltda. (*)
	60 Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)
	61 PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (*)
	62 Radar Propriedades Agrícolas S/A (*)
	63 Sindic. Nac. da Ind. Prod. Defesa Vegetal (Sindiveg) (*)
	64 Sindic. Nac. da Ind. de Prod. Saúde Animal (Sindan) (*)
	65 SJ Brazil Agropecuária N. 1 Ltda. (*)
	66 SLC Agrícola S/A (*)
	67 Sollus Gestora de Terras Ltda. (*)
	68 Syngenta
	69 Tiba Agro (*)
	70 União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA)
	71 União dos Produtores de Bioenergia (UDOP) (*)
	72 Usina Alto Alegre S/A – Açúcar e Alcool
	73 Vanguarda Agro S/A (*)

**LEGENDA:**

**NEGRITO** – associados que permaneceram;  
*ITÁLICO* – associados que desapareceram;  
 (\*) – novos associados

**FONTES:** www.abag.org (acesso 20/11/2003 e 10-04-2014) e *Caderno ABAG 20 anos.*

Alguns aspectos se destacam do Quadro I. Em primeiro lugar, o aumento do número de associados da entidade que cresceu 130%. Em segundo, a duplicação do número de “sócios” ligados ao capital financeiro que passou de 04 (2003) para 08 (2013) empresas. Agregando a esta soma os associados vinculados a atividades comerciais e de “consultoria”, o total sobe de 9 para 19 membros, ilustrando a crescente financeirização da atividade. Em terceiro lugar, se destaca a presença de firmas advocatícias e de empresas ligadas ao negócio com a terra, ausentes da composição vigente em 2003<sup>22</sup>. Tais aspectos podem significar seja o envolvimento da ABAG em processos ou litígios que demandem apoio jurídico - como casos de crimes ambientais variados ou biossegurança - seja a necessidade da ABAG envolver-se no mercado de terras, interferindo em conflitos por sua posse ou configurando uma espécie de “banco” de terras como reserva de valor para os empreendimentos setoriais. Um quarto ponto

é a manutenção de cooperativas como sócias da entidade, embora seu número tenha caído de 8 (2003) para 6 (2013). Todavia, as cooperativas remanescentes eram, quase todas, **cooperativas agroindustriais**, enquanto em 2003 tratava-se de **cooperativas agropecuárias**. Por fim, o Quadro I evidencia que ABAG caracterizou-se pela **grande diversidade de tipos de instituições associadas**, abrigando desde empresas ligadas ao aperfeiçoamento genético de sementes (Monsanto ou Bayer), até aquelas vinculadas à mídia (como a Globo).

Logo, conquanto auto definida como instância de articulação política de “agremiações patronais” do agronegócio, a ABAG desnuda-se como um *pool* de grandes empresas, muitas delas estrangeiras e produtoras de tecnologia agrícola de ponta.

### **A Abag: Representatividade e Afirmação Hegemônica.**

A despeito de ter-se imposto como força social hegemônica junto à sociedade civil, o coroamento dessa hegemonia só se completaria mediante a inserção de seus representantes junto ao Estado restrito<sup>25</sup>, integralizando o binômio coerção-consenso, inerente ao Estado Ampliado capitalista ocidental<sup>26</sup>.

Nesta seção busca-se verificar em que medida ocorreu a inscrição do projeto da ABAG junto a agências do Estado restrito, mormente aquelas afetas à definição/implementação de políticas econômicas em geral e agrícolas/agroindustriais em particular. O coroamento de sua hegemonia somente ocorreria com a inserção de seus porta-vozes junto a agências da sociedade política, como o demonstra o Quadro II.

<b>QUADRO II – A ABAG EM ALGUNS ÓRGÃOS DA SOCIEDADE POLÍTICA</b>		
<b>ÓRGÃOS</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>REPRESENTANTE</b>
<b>MAPA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO</b>		
1. Secretaria de Política Agrícola	<b>2009 - 2011</b>	<b>José Carlos Vaz</b> – ex-Diretor de <b>Agronegócios do BB</b> ; <b>dirigente da OCB</b> e dirigente da <b>OCB</b>
2. Secretaria Executiva	<b>2011 - 2013</b>	<b>José Carlos Vaz</b> – ex-Diretor de <b>Agronegócios do BB</b> e ex-Secretário de Política Agrícola no Ministério da Agricultura; <b>dirigente da OCB</b>
<b>3 Consagro</b> - Conselho do Agronegócio (criado 1998)	<b>2003 - 2004</b>  <b>2009 - 2011</b>	<b>OCB</b> (Organização das Cooperativas Brasileiras); <b>CONTAG</b> ; <b>ABAG</b> ; <b>BM&amp;F</b> (Bolsa de Mercadorias e Futuros); <b>SRB</b> (Sociedade Rural Brasileira).  <b>OCB</b> (Organização das Cooperativas Brasileiras); <b>BM&amp;F</b> (Bolsa de Mercadorias e Futuros); <b>SRB</b> (Sociedade Rural Brasileira); <b>ABAG</b> (Associação Brasileira de Agribusiness).
3.1 Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Milho e Sorgo	<b>2004 - 2008</b>	<b>Presidente:</b> César Borges (diretor da <b>ABAG</b> desde 2006); <b>Suplente</b> - Luiz Antonio Pinazza (Diretor Técnico da <b>ABAG</b> , 2003-2013)
3.2 Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Citricultura	<b>2004-2008</b>	<b>Presidente</b> – Monica Bergamaschi (Diretora da <b>ABAG</b> , 2003 - 2011)
3.3 Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool	<b>2003-2008</b>	<b>Presidente:</b> Luiz C. Corrêa Carvalho (presidente da <b>ABAG</b> desde 2012)
3.4 Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Oleaginosas e Biodiesel	<b>2004-2008</b>	<b>Presidente:</b> Carlo Lovatelli (presidente da <b>ABAG</b> , 2002 - 2012). <b>Suplente:</b> Luiz A. Pinazza (Diretor Técnico da <b>ABAG</b> , 2003-2013)
3.5 Câmara Temática de Insumos Agropecuários	<b>2007-2010</b>  <b>2011-13</b>	<b>Presidente</b> - Cristiano Walter Simon (consultor institucional da Andef e <b>Vice-presidente</b> da <b>ABAG</b> (2003-2011); <b>Suplente</b> - Luiz A. Pinazza (Diretor Técnico da <b>ABAG</b> , 2003-2013)  <b>Presidente</b> - Luiz A. Pinazza (Diretor Técnico da <b>ABAG</b> , 2003-2013); <b>Conselheiro</b> – Carlo Lovatelli (presidente da

	<b>2014-.</b>	<b>ABAG</b> de 2002 -2012) <b>Presidente</b> - Carlo Lovatelli (presidente da <b>ABAG</b> , 2002 a 2012)
3.6 Câmara Temática de Negociação Agrícola Internacional consagro	<b>2004-2008</b>	<b>Presidente:</b> Monica Bergamaschi (diretora da <b>ABAG</b> , 2003 a 2011); <b>Suplente:</b> Alexandre Abbud (diretor executivo da <b>ABAG</b> , 2003 a 2008)
3.7 Câmara Temática de Financiamento e Seguro do Agronegócio	<b>2004-2008</b>	<b>Presidente:</b> Luiz A. Pinazza (Diretor Técnico da <b>ABAG</b> , 2003-2013).
3.8 Câmara Temática Infraestrutura e Logística	<b>2004-2008</b>	<b>Presidente:</b> Carlo Lovatelli (presidente da Abiove e da <b>ABAG</b> , 2002 – 2012) <b>Suplente:</b> Alexandre Abbud (diretor executivo da <b>ABAG</b> , 2003 a 2008)
4 EMBRAPA	<b>1991-1994</b>	<b>Diretor Executivo:</b> Alberto D. Portugal (ex-Diretor da ABRASEM e 1°. <b>Presidente da ABAG</b> após a morte de Ney Bittencourt Araújo)
<b>MDIC - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR</b>		
1. CAMEX – Câmara do Comércio Exterior	<b>2010-2012</b>	<b>Conselheiros</b> Marcos Jank (presidente da UNICA) Roberto Rodrigues – <b>ex-presidente da ABAG (1999-2002)</b> ; ex-Ministro da Agricultura (2003- 2005) Mário Fioretti – presidente da <b>AGCO</b> e <b>Diretor da ABAG (2011-2003)</b>
<b>PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA</b>		
1. <b>CDES</b> - Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (2003)  <b>OBS:</b> Apesar da ABAG não aparecer como participante DIRETA do CDES, inferimos sua representação de forma INDIRETA, através da atuação dos Conselheiros que dirigem empresas-membro da entidade.	<b>2009 -2011</b>	<b>Abílio Diniz</b> - presidente do conselho administrativo da <b>BRF</b> ; <b>Amarílio Proença de Macêdo</b> – ex-presidente do Sindicato da Indústria do Trigo (Pa, Pb, Ce e Rn) e vice-presidente da <b>FECOTRIGO</b> ; <b>Fábio Barbosa</b> – ex-presidente do <b>Grupo Santander Brasil</b> e da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban); atual presidente do Grupo Abril S/A. <b>Luiz Eduardo Abreu</b> - Diretor-Presidente e Presidente do Conselho de Administração das Empresas do Grupo NSG Capital; <b>diretor-Presidente no BB Banco de Investimentos S.A.</b> ; <b>Márcio Lopes de Freitas</b> - agropecuarista e cooperativista; presidente da <b>Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)</b> desde 2001. <b>Marcos Jank</b> – Managing Partner na Plataforma Agro (Agro Platform); presidente da <b>UNICA</b> ; atualmente diretor executivo da <b>Global Public and Governmental Affairs na BRF</b> ; <b>Maurílio Biagi Filho</b> - empresário brasileiro sucro-alcooleiro; CEO da <b>Maubisa Consultoria</b> ; presidente das Usinas Uroeste e Moema; presidente do Comitê de Agroenergia e de Biocombustíveis da <b>SRB</b> ; atual presidente da <b>Agrishow</b> . <b>Rozani Holler</b> - conselheira da <b>Organização das Cooperativas Brasileiras</b> ; representante nacional do ramo das cooperativas de trabalho. <b>Viviane Senna</b> – empresária; membro de diversos Conselhos Consultivos e Administrativos dentre eles o da Febraban, World Trade Center, Citibank, <b>Grupos Santander e Itaú</b> .
2. <b>CONSEA</b> - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (criado 2003)	<b>2004 -2006</b>  <b>2007 -2011</b>	<b>Presidente:</b> Francisco Antonio da Fonseca Menezes (diretor do IBASE) <b>Presidente:</b> Fábio Meirelles (presidente da <b>CNA</b> ) <b>Suplente:</b> - Luiz A. Pinazza (Diretor Técnico da <b>ABAG</b> , 2003-2013)
3. <b>CNPA</b> - Conselho Nacional de Política Agrícola	<b>2011 - 2014</b>	<b>ABAG</b>
<b>SECRETARIA DE AGRICULTURA DE SP CODEAGRO</b> - Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios (Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo)	<b>2011 - 2013</b>	<b>Embrapa; Mônica Bergamaschi</b> (Diretora <b>ABAG</b> , 2006-2011)

**FONTES:** As Câmaras do Mapa - Um instrumento democrático e transparente de interlocução com a sociedade. Brasília: Mapa/ACS, 2009, acesso em 10-4-2014; **ABAG: 15 Anos**. Brasília: Abag, 2009; <http://www.cenariomt.com.br/noticia/208737> acesso em 10-4-2014 (acesso 10-4-2014); [www.avisite.com.br](http://www.avisite.com.br) (acesso 10-4-2014); <http://www.planalto.gov.br/consea/3conferencia/static/Documentos/RelatorioFinal.pdf> (acesso 10-04-2014); <http://www.cdes.gov.br/conteudo/41/o-que-e-o-cdes.html> CDES 10 ANOS (acesso 09-04-2014); [http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/camaras\\_tematicas/Insumos\\_agropecuarios/71RO/Ata\\_71RO\\_Insumos.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_tematicas/Insumos_agropecuarios/71RO/Ata_71RO_Insumos.pdf) (acesso 10-4-2014); <http://www.camex.gov.br/legislacao/interna/id/7> (acesso 09-04-2014).

O aspecto central do Quadro II é a participação concentrada de representantes da ABAG junto ao MAPA, sobretudo junto às Câmaras Setoriais e Temáticas que integram o Consagro. Embora localizando dados em apenas 08 dessas agências, cremos ter uma amostra significativa da atuação dos intelectuais orgânicos da associação junto à sociedade política brasileira. Boa parte dos sócios da ABAG presentes nas Câmaras compõe-se de seus dirigentes de alto escalão ou mesmo seus presidentes, como Luiz Antonio Pinazza, membro de 04 das 08 Câmaras selecionadas, dentre outros.

Nos demais Ministérios igualmente encontramos a presença da ABAG, embora as fontes mencionem apenas a empresa dos conselheiros. Foi a partir delas que inferimos a participação da associação em órgãos como o Consea e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República. Neste último, estratégico para a tomada de decisões de política econômica nacional e setorial, localizamos 09 dirigentes de empresas-sócias da ABAG, das quais 04 são grupos financeiros/bancários. Outra associada da ABAG com forte presença junto ao Estado restrito é a OCB, presente em 04 dos organismos pesquisados. Mas a ABAG também fortaleceu-se no âmbito da sociedade civil, integrando aparelhos de hegemonia como o Conselho Superior de Estudos Avançados (Consea) e o Conselho Superior do Agronegócio (Cosag) - ambos da Fiesp – além do Comitê Nacional de Agroenergia.

### **Comentários Conclusivos**

Cremos ter evidenciado a afirmação da ABAG como força hegemônica nacional em função de dois aspectos. Em primeiro lugar, pela conquista de **novos canais de representação política setorial** junto ao Estado Restrito, capazes de influir nas políticas econômicas deles emanadas. Em seguida, pelo fato da ABAG ter conseguido “absorver” e “neutralizar” dois processos contraditórios: o da progressiva fusão e concentração de empresas e capitais ligados a atividades concorrentes e o da gestão política das tensões daí advindas, instituindo-se como espaço neutralizador dos conflitos intraclasse dominante, sobretudo aqueles derivados da crescente financeirização do agronegócio.

### **Notas**

- 1 - *INFORMATIVO OCB*. Brasília: OCB, nov., 1991, p. 34.
- 2 - GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 3, 2000.
- 3 - ARAÚJO, Ney B. *ABAG – Sugestões da ABAG para o presidente eleito, Dr. Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: outubro, 1994, p. 3.
- 4 - ARAÚJO, Ney B. & PINAZZA, Luiz Antonio. *Agricultura na Virada do Século XX – Visão de Agribusiness*, São Paulo: Globo, 1994, p. 35.
- 5 - BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989, pp. 7-15.



- 6 - *Id. Ibid*: 120, grifos nossos.
- 7 - *Id. Ibid*: 141, grifos na fonte.
- 8 - ARAÚJO, Ney, 1994, *op. cit.*, p. 2, grifos nossos.
- 9 - [www.abag.org](http://www.abag.org), acesso em 20-11-2004, grifos nossos
- 10 - Correio Braziliense, Brasília, 5-5-1993, p. 9, grifos nossos.
- 11 - Correio Braziliense, Brasília, 6-5-1993: 14 grifos nossos.
- 12 - Correio Braziliense, Brasília, 9-5-1993, p. 17, grifos nossos.
- 13 - O Estado de São Paulo, São Paulo, 7-5-1993, p. 2, grifos no original.
- 14 - ARAÚJO, Ney, 1994, *op. cit.* p. 1, grifos nossos.
- 15 - Segundo Araújo, **“a ABAG nasce de uma visão e de uma missão**. A visão é a de que a vocação, a capacitação e os recursos brasileiros no agribusiness podem se adequadamente administrados, contribuir de forma decisiva para vencer os grandes desafios da sociedade brasileira [...]. A missão, penosa, ambiciosa e difícil, é sistêmica e se encadeia em múltiplas tarefas. A primeira e maior delas é **de conscientizar os segmentos formadores de opinião e decisórios do país** – políticos, empresários, sindicatos, acadêmicos, líderes de comunicação – **para a importância do sistema do agribusiness**”. *Idem*, p. 7., grifo no original.
- 16 - MENDONÇA, Sonia Regina de. *O Patronato Rural no Brasil Recente*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- 17 - ARAÚJO, Ney Bittencourt de. *Complexo Agroindustrial. O “Agribusiness” Brasileiro*. São Paulo: Agroceres, 1990, p. 87, grifos nossos.
- 18 - MENDONÇA, Sonia Regina de. *A Industrialização Brasileira*. 2ª. ed. reformulada. São Paulo: Moderna, 2004.
- 19 - ARAÚJO & PINAZZA, *op. cit.*, p. 116, grifos no original.
- 20 - “Um modelo de desenvolvimento que, pela competitividade econômica e importância social, priorize a cadeia de alimentos e fibras, deve prover estratégias que dissolvam o conflito entre o desenvolvimento econômico a médio e longo prazos e os problemas críticos do bem-estar social, em curto prazo. Uma política de segurança alimentar sólida pode ser este solvente”. ARAÚJO, Ney B; WEDEKIN, Ivan & PINAZZA, Luiz A. (orgs.). *Agribusiness – o Complexo Agroindustrial Brasileiro*, São Paulo: ABAG, 1992: 23 (mimeo).
- 21 - Araújo & Pinazza, *op. cit.*: 6, grifos nossos.
- 22 - Esses seriam os casos da Demarest & Almeida Advogados, Lazzarini Moretti Sociedade de Advogados e PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e da Brasilagro Cia Brasileira de Propriedades Agrícolas, Radar Propriedades Agrícolas S/A e Sollus Gestora de Terras Ltda.
- 23 - A Syngenta Seeds Ltda. resultou da fusão entre a Syngenta Proteção de Cultivo Ltda e a Syngenta Seeds Ltda; a Cocamar, em 2010, arrendou 24 unidades de negócios da Carol; a Maeda S/A, formou, junto a outras empresas, em 2011, a Vanguarda-Agro (V-Agro); a Pioneer Sementes foi incorporada a Du Pont Brasil; Sadia S.A. juntou ações com a Perdigão S.A. em 2009, integrando o Grupo Brasil Foods, BRF, por exemplo.
- 24 - MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado, Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural no Brasil (1944 – 2005)*. Niterói: Relatório Final de Pesquisa ao CNPq, 2011.
- 25 - GRAMSCI, vol. 3, *op. cit.*
- 26 - BIANCHI, Álvaro. *O Laboratório de Gramsci*. São Paulo: Alameda, 2008.

Interpretação sobre nostalgia e banzo nos escravos no início do século XIX

Pedro Henrique Ferreira Danese Oliveira<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho discute o modo como a palavra nostalgia foi cunhada pela primeira vez no velho continente e como os trabalhos dos europeus tiveram repercussão no cenário brasileiro. Considerando as idiossincrasias locais, entre elas, em destaque, a escravidão tanto na interpretação dos nativos quanto os viajantes, pretende-se então mostrar como a nostalgia alijada a um sintoma específico dos escravos, o banzo, foi interpretado e estudado.

**Palavras-chave:** Nostalgia; Banzo; Escravidão.

**Abstract:** This paper discusses how the word nostalgia was coined for the first time on the European continent, and how the work of Europeans had repercussions on the Brazilian scenario. Taking into account the idiosyncrasies of the Brazilian territory, among them we highlight slavery, both the interpretation of the natives and the travelers it is intended to show how the nostalgia jettisoned to a specific symptom of slaves, the banzo, was interpreted and studied.

**Key-words:** Nostalgia; Banzo; Slavery.

A palavra nostalgia<sup>2</sup> foi cunhada pela primeira vez em um trabalho escrito no século XVII pelo médico suíço Johannes Hofer<sup>3</sup>, que descreveu uma reação estranha nos soldados suíços que iam para as batalhas e repentinamente caíam doentes sem nenhum motivo aparente. Antes de Hofer, a nostalgia era somente um fenômeno relacionado a sentimentos. Com a tese defendida pelo médico suíço, ela passou a ser considerada não somente um problema de sentimentos, mas uma questão propriamente médica. Sobre a doença o médico da Basileia afirmou o seguinte:

As to its pathogenesis, the disease is due essentially to a disordered imagination, whereby the part of the brain chiefly affected is that in which of images of desired persons and places are located. This is the inner part of the brain where the vital spirits constantly surges back and forth through the nerves fibers in which the impressions of the native land are stored. As a consequence of dwelling persistently upon them, these impressions become so profound that the vital spirits move in this channels of the own accord, continually evoking the impressions, just as things that impress us deeply reappear in our dreams. Once the vital spirits have made a path for themselves and widened it, they find it easier, as in sleep, to take the same path again and again<sup>4</sup>

Para Starobinski<sup>5</sup>, a definição de nostalgia de Hofer provém principalmente de conceitos da medicina greco-romana<sup>6</sup>, baseada nos humores de Hipócrates e no estudo da bílis negra de Galeno. Para Hofer nostalgia era definida como:

Nostalgia is born from a disorder of the imagination, from which it follows that the nervous sap always take the very same direction in the brain, and as a result, excites the same idea, the desire to return to one's natives land ... The nostalgic are affected by but few external objects, and not supresses the impression which the desire to return makes on them: while in a normal state the soul can become equally interested in all objects, in nostalgia its attention is diminished; its feels the attraction of very few objetos and pratically limits itself too near single idea. I should willingly the melancholy plays a part here , for a vital spirits , worn out by the single idea which occupies them , become exhusted and provoke erroneaus representations<sup>7</sup>

De acordo com Denis<sup>8</sup>, a proliferação dos significados de nostalgia serviu para dar um conceito mais patológico à palavra, que antes era associada somente a questões sentimentais. Assim, a partir da obra de Hofer, a nostalgia passa a ser tratada como doença com possibilidade de tratamento, ainda que este pudesse se limitar ao retorno do paciente a seu lugar de origem.

O tratamento da nostalgia de acordo com Hofer, se dava pelo uso de purgativos para eliminar toda espécie de comida considerada ruim; na presença de muco, recomendava-se o uso de um emético. Os casos de insônia deveriam ser tratados com uma mistura de narcóticos. Durante o uso, para ajudar na rapidez da cura, o paciente deveria ter a esperança de poder voltar o mais rápido possível para casa e, para ajudar a atenuar a saudade durante o tratamento, o paciente sempre deveria estar acompanhado. Caso esses procedimentos médicos falhassem, Hofer recomendava a volta do doente para a casa a fim de que a cura se processasse. Na impossibilidade do retorno ele fatalmente entraria em estado letárgico e poderia enlouquecer ou morrer.

A partir do século XIX houve uma mudança em relação ao conceito de nostalgia. Ela passa a ser associada à melancolia e, conseqüentemente, ao suicídio. Inúmeros casos de pessoas diagnosticadas com melancolia ou nostalgia neste período cometeram suicídio.

Este fato também está presente na obra de Macedo<sup>9</sup> em relação aos escravos. A diferença é que o autor brasileiro, mesmo utilizando dos preceitos da medicina francesa, trabalha com um contexto extremamente oposto ao da Europa durante o XIX. Sobre este contexto conturbado da época e a associação da nostalgia com a melancolia e o suicídio, Rosen diz o seguinte:

Esquirol in 1838 observed that nostalgia leads to suicide, and Brierre de Boismont in 1856 found it to be the most common predisposing condition among suicides. This finding, he went on to comment, is not surprising, 'if one considers the mass of strangers who come to seek their fortune in Paris, and who so frequently find only poverty, isolation, and despair'. A similar point about Serbian students in Paris who succumbed to nostalgia was made by S. Petrowitsch in a thesis published in 1866. Here, too, nostalgia was

reported in association with other pathological conditions such as hallucinations and dypsomania. In short, nostalgia begins to be considered a stage in other mental and emotional disorders, chiefly melancholia. The view that certain social groups were predisposed continued to prevail.[...]¹⁰

O conceito de nostalgia não modifica muito ao longo dos anos desde a descoberta de Hofer até as obras de Pinel e Esquirol (inclusive no que tange ao estudo e à análise dos soldados durante as guerras). A principal alteração é que, a partir do XIX incluem-se as paixões, ou seja, um indivíduo que sofresse destas paixões por estar, por exemplo, afastado de casa, seria mais propenso a sofrer de nostalgia e, conseqüentemente, da melancolia. Percebe-se também que o tratamento ao longo dos séculos mantém-se o mesmo: primeiramente, tentar alegrar o paciente com atividades que façam-no esquecer que está longe de casa, e, posteriormente, caso tudo venha a falhar, retornar o paciente o mais rápido possível para sua terra natal.

No Brasil nesta época, os estudos sobre moléstias mentais encontravam-se muito atrasados em relação à Europa. A falta de médicos era um problema candente desde os primórdios da colonização como mostram os trabalhos de Nava<sup>11</sup> e Machado<sup>12</sup> bem como com a não criação de instituições de ensino superior. Assim, os loucos no Brasil muitas vezes eram tratados em antigos leprosários, em instituições denominadas Santa Casa de Misericórdia ou jogados nas prisões. Com a falta de médicos, eram cuidados por instituições regidas por religiosos e este cenário se manteve até o começo do século XIX. Diferentemente da Europa, não havia estágio para médicos nos lugares onde se acolhiam os alienados, dificultando o conhecimento das doenças e seus tratamentos.

Com a vinda da Família Real para o Brasil (e com a chegada de ilustrados<sup>13</sup>), o cenário do estudo da loucura começa a sofrer uma mudança, ainda que bastante lenta. Com a criação da Escola de Medicina da Bahia (1808), e posteriormente da Escola de Medicina do Rio de Janeiro, surgem, de acordo com Machado, na década de 1830, as primeiras dissertações acerca do tema apresentadas no Rio de Janeiro. Influenciados principalmente pelos intelectuais franceses, os médicos brasileiros começam, ainda que de maneira bastante tímida, o estudo sobre a loucura no Brasil. Percebe-se nas primeiras teses, embora bastantes curtas, certa influência de Pinel em relação ao tratamento da loucura, mas esses estudos, assim como os primeiros estudos sobre a loucura na Europa no século XVIII, eram bastante confusos. Nesse contexto, Joaquim Manuel de Macedo apresenta sua tese na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1844. Macedo, através de sua tese, tornou-se um dos precursores do estudo da loucura e principalmente da nostalgia<sup>14</sup> no Brasil. A obra de Macedo divide-se da seguinte maneira: causas,

sedes, sintomas, prognóstico e tratamento da nostalgia. De acordo com Oda<sup>15</sup>, Macedo era facilmente identificado com a classe senhorial.

De acordo com Polito<sup>16</sup>, o trabalho de Macedo<sup>17</sup> “ênfatiza o caráter patológico do desenraizamento, mal a ser extirpado em face da necessidade da fixação de mão-de-obra ao local de trabalho”. Assim, Macedo iria estabelecer uma relação interessante: a saudade do escravo, derivada da impossibilidade da volta para casa, teria vínculos com a nostalgia das lembranças. Assim, essas lembranças levariam os escravos à tristeza e muitas vezes a casos de melancolia. Macedo, por estar na década de 40 do século XIX, se utiliza desde autores da Grécia e da Roma Antiga, como por exemplo Cícero, Galeno e Hipócrates, até médicos como Sydeham<sup>18</sup>, importante doutor inglês do século XVII com importantes estudos relacionados à mania e à histeria, doença que ele considerava apenas feminina.

No nobre desempenho de que falamos as moléstias mentais não podiam deixar de merecer sempre aturada atenção: com efeito desde a antiguidade, sábios médicos empregaram desveladas indagações sobre elas, e, como todas, a melancolia há sido estudada e observada com louvável solícitude. Convém que nesse ponto moderemos a carreira e que vemos adrede tocaremos em algumas generalidades a respeito do objeto em que por último tocamos. Já o dissemos, desde os tempos mais remotos tem sido a melancolia sujeita a sérios exames; porém tão numerosas e diversas são as opiniões produzidas sobre seus caracteres e sua natureza, que ainda o mais atilado e talentoso estudante flutuaria incerto no vasto mar delas. Assim, começando por Hipócrates, vemos que ele dá a tristeza e apreensão prolongadas por caracteres de melancolia, e não fala em delírio. [...] Galeno adota e desenvolve sobre esta questão as mesmas ideias de Hipócrates [...]<sup>19</sup>

Macedo, na sua tese, primeiro define o que seria a nostalgia, utilizando ideias, principalmente, da psicopatologia francesa, associadas principalmente à questão das paixões do intelecto humano. Depois, indica quais são as causas da nostalgia e os sintomas que caracterizariam a doença. Seguindo a ordem cronológica da tese Macedo, trata-se do prognóstico da nostalgia, depois da sede, de como se deve fazer o tratamento e, finalmente, da anatomia patológica da doença. A definição de nostalgia de Macedo passa intrinsecamente “pelo amor a pátria na qual se nasceu, pelo amor dos pais: o amor da pátria é talvez o do filho mimoso da primeira idade”. Desta maneira, Macedo vai estabelecendo a relação do homem com a sua pátria de nascimento, fator este que se agrava quando falamos sobre a escravidão, não obstante que poderia lhe servir inclusive de proteção. Esse amor tende a crescer ao longo dos anos e, com o passar do tempo, o homem poderia sofrer de nostalgia ao se atirar às questões mnemônicas.

Em relação ao banzo especificamente, há a obra do médico brasileiro Luis Antonio de Oliveira Mendes, intitulada *Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a costa d'África e o Brasil*<sup>20</sup>, que foi o primeiro trabalho em português em que se cita a palavra banzo, relacionada com a tristeza dos escravos. O autor usa como artifício da sua pesquisa relatos de senhores de escravos para descrever minuciosamente o que seria o banzo:

Uma, e das principais moléstias crônicas, que sofrem os escravos, a qual pelo decurso do tempo os leva à sepultura, vem a ser o **banzo**. O banzo é um ressentimento entranhando por qualquer principio, como, por exemplo: a saudade dos seus, e da sua pátria; o amor devido a alguém; a ingratidão, e aleivosia, que outro lhe fizera; a cogitação profunda sobre a perda a liberdade; a meditação continuada da aspereza [da tirania] com que os tratam; o mesmo mau trato, que suportam; e tudo aquilo que pode melancolizar. É uma paixão da alma, a que se entregam, que só é extinta, [só dão por extinta] com a morte: por isso [em seu competente lugar] [...]<sup>21</sup>

A seguir, Mendes relata um caso de banzo que foi contado a ele pelo senhor Raimundo Jalama, que participara de projetos mercantis durante dez anos nas cidades de São Paulo e Luanda e viajara para a Ásia.

Ele [fielmente] me informou a respeito dessa enfermidade, [chegando a afirmar] que no tempo de sua administração [e sucessiva compra de escravos], em um dos lotes comprados tivera certa escrava uma filha [a qual depois se chamara Lucrecia], de idade de sete para oito anos: a qual a escrava se entregara a um tal fastio [total fastio], por efeitos do **banzo**, que nada queria comer, ainda oferecendo-lhe as melhores comidas, assim do nosso [trato e] costume, como as de seu país; para cujo fim tinha cozinha própria; e observando ele esta obstinação [e teima], pela filha para isto insinuada entrou a pesquisar [a causa de] e o motivo por que a escrava se entregara ao **banzo** [inspirado na filha com promessa de premio, que em conversa quisesse insuspeitavelmente extrair dos sentimentos de sua mãe, qual vinha ser a causa]; e, com efeito, veio adquirir a certeza de que seu marido, a quem tanto amava, e havia dado a ela com ingratidão a dura escravidão, juntamente a sua filha tão estimada, com penhor de sua aliança [e, com efeito, veio adquirir a certeza de que seu marido a quem tanto amava, havia nomeado a ela com ingratidão, com separação e desterro a dura e cruel escravidão e juntamente com sua filha tão estimada com o penhor de sua aliança] [...] Este mesmo **banzo** por vezes observei no Brasil [Este mesmo **banzo** por vezes observei na América Portuguesa], que matara a muitos escravos; porém sempre por efeitos do ressentimento do rigor com que os tratavam seus senhores. Porém sempre foi efeito de ressentimento, da crueldade e da tirania com que os escravos tratavam os seus senhores<sup>22</sup>

Outro trabalho interessante em relação ao banzo, de acordo com Oda<sup>23</sup>, foi o do médico alemão von Martius, intitulado *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros*, que recebeu uma tradução do médico Pirajá da Silva em 1939. Uma segunda edição foi lançada em 1979 e atualmente há uma edição completa disponível na internet. A obra de von Martius destaca-se porque o pesquisador bávaro estabelece uma

comparação entre os indígenas (a maior parte de sua obra é dedicada exclusivamente aos povos autóctones do Brasil) e os negros, tendo como escopo a melancolia e o banzo:

[...] Poucas semanas bastam para reduzir o índio mais robusto a um esqueleto, levando-o fatalmente a morte se não voltar à própria vontade, pelo auxílio dos companheiros ou, raras vezes também, pelos cuidados humanitários do seu patrão, a sua primitiva liberdade das matas [...] Julgamos poder atribuir como causa disto a debilidade do seu sistema plástico. O que dizemos torna-se ainda mais evidente, quando comparamos os brasis com os negros, em idênticas circunstancias, isto é, sobre influencia do sofrimento denominado Banzo, tão conhecido dos possuidores de escravos. [...] Enquanto o índio não exterioriza o que se passa no seu intimo, e trabalha, se bem que sempre só, embora mandado parecendo ter-se tornado um autômato que não tem outra ideia fixa senão talvez fugir, no banzo de negro reflete uma excitação extraordinária em todas as sensações que se acham em relação com seu estado de espirito [...] <sup>24</sup>

Outra obra importante sobre o banzo, coeva da obra de Macedo, é a do francês Joseph Sigaud, que, do mesmo modo que Martius, analisa o banzo entre os negros e os habitantes do Brasil. Mas, diferentemente de Martius, Sigaud se utiliza de fontes escritas e não somente de depoimentos de donos de escravos. A respeito da obra de Sigaud<sup>25</sup>, Oda afirma o seguinte:

A despeito de negar significativas diferenças na ocorrência das enfermidades segundo as raças, Sigaud aponta que entre os negros há uma evolução mais marcada das doenças nervosas, com manifestações mais intensas, o que exigiria uma terapêutica mais ativa, de acordo com sua constituição física e moral “a mais forte”. Também para ele, o ardente caráter passional do negro tem no banzo a mais perfeita demonstração, quando nada pode vencer a sua resolução de se deixar morrer, nem ameaças de tormentos, nem promessas de bem estar no futuro<sup>26</sup>

Portanto, ao analisarmos as obras de Oliveira Mendes, Macedo, Sigaud e von Martius, podemos concluir que, ainda que no Brasil houvesse um certo atraso nos estudos sobre a loucura, ocasionado primeiramente pela falta de médicos e pela não criação de cursos, com a chegada da Família Real houve um certo avanço com a criação de cursos superiores. Macedo, bastante influenciado pelos autores franceses, realiza em sua obra a análise da nostalgia intrínseca ao contexto brasileiro. O que não se sabe ainda é como o significado de nostalgia do contexto europeu, associado a estudantes e a guerras, foi adaptado à questão da escravidão e ao banzo. Caberia, neste sentido, um estudo acerca das mudanças etimológicas da palavra nostalgia no Brasil.

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto e mestrando em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz, COC/FIOCRUZ, sob orientação da professora Dr.<sup>a</sup> Cristiana Facchinetti e co-orientação da professora Dr.<sup>a</sup> Maria Rachel Froés da Fonseca. Pedro Henrique <pedro\_darknessmki@hotmail.com>

- <sup>2</sup> O termo se origina da palavra alemã *Heinweh*. É a junção de duas palavras gregas: *nostos*, o retorno à terra nativa, e *algos*, dor. Na França, o termo é denominado *maladie du pays*.
- <sup>3</sup> Tese escrita em latim, apresentada no ano de 1688 com o título *De Nostalgia*.
- <sup>4</sup> HOFER, Johannesin; ROSEN, George. Nostalgia: Forgotten Psychological Disorder. *Psychological Medicine*, Cambridge, v. 5, p. 340-354, 1975.
- <sup>5</sup> STAROBINSK, Jean. *The idea of nostalgia*. Diogenes, 1966.
- <sup>6</sup> Era baseada na questão dos humores de Hipócrates e no estudo da bÍlis negra por Galeno.
- <sup>7</sup> HOFER, Johannes. In: STAROBINSK, Jean. *The idea of nostalgia*. Diogenes, 1966.
- <sup>8</sup> DENIS, Adrián Lopez. Melancholia, Slavery and Social Pathology in Eighteenth Century. *Science in Context*, v. 18, p. 179 -99, 2005.
- <sup>9</sup> MACEDO, Joaquim Manuel de. *Considerações sobre a nostalgia (1844)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- <sup>10</sup> HOFER, Johannesin; ROSEN, George. Nostalgia: Forgotten Psychological Disorder. *Psychological Medicine*, Cambridge, v. 5, p. 340-354, 1975.
- <sup>11</sup> NAVA, Pedro. *Capítulos de História da Medicina no Brasil*. Rio de Janeiro: Brasil Médico Cirúrgico, 2003.
- <sup>12</sup> MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. *Danação da norma: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- <sup>13</sup> Sobre essas questões, destaca-se o trabalho de Costa, que mostra como a vinda dos ilustrados auxiliou na construção de uma identidade brasileira. COSTA, Wilma Peres Viagens e peregrinações: a trajetória de intelectuais de dois mundos. In: Bastos, Elide Rugai et al. *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 53- 81.
- <sup>14</sup> De acordo com Oda, Macedo, considera a nostalgia uma moléstia mental, sendo influenciado principalmente pelo conceito de lipenamia de Esquirol. *Escravidão e Nostalgia no Brasil: o banzo*. *Rev. Latino am. Psicopat. Fund.*, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 735-761, dezembro 2008.
- <sup>15</sup> ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. *Escravidão e Nostalgia no Brasil: o banzo*. *Rev. Latino am. Psicopat. Fund.*, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 735-761, dezembro 2008.
- <sup>16</sup> LOPES, Myriam Bahia; POLITO, Ronald. In: MACEDO, Joaquim Manuel de. *Considerações sobre a Nostalgia (1844)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- <sup>17</sup> De acordo com Oda, o trabalho de Macedo muitas vezes coloca ao lado de obras médicas outras referências como obras históricas ou mitológicas, dando-lhes a mesma autoridade. ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. *Escravidão e Nostalgia no Brasil: o banzo*. *Rev. Latino am. Psicopat. Fund.*, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 750, dezembro 2008.
- <sup>18</sup> Foi um médico inglês Sydenham é conhecido pelo sucesso de seu tratamento "expectante" da varíola, pelo láudano (primeira forma de tintura de ópio) e pelas descrições da coréia aguda (dança de São Vito), da mania e da histeria, que considerava doença unicamente feminina. Sua forma no homem deveria ser designada por hipocondria.
- <sup>19</sup> MACEDO, Joaquim Manuel de. *Considerações sobre a nostalgia (1844)*. Estabelecimento de texto e notas explicativas por Ronald Polito e Myriam Bahia Lopes. Campinas: Editora da Unicamp, 2004
- <sup>20</sup> Obra apresentada à Real Academia das Ciências de Lisboa em 1793, mas publicada somente em 1812.
- <sup>21</sup> OLIVEIRA MENDES, Luis Antonio de. Memória a respeito dos escravos e tráfico de escravos entre a costa d'África e do Brasil (1812). *Revista Latino americana de Psicopatologia fundamental*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 362 -76, jun 2007.
- <sup>22</sup> OLIVEIRA MENDES, Luis Antonio de. Memória a respeito dos escravos e tráfico de escravos entre a costa d'África e do Brasil (1812). *Revista Latino americana de Psicopatologia fundamental*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 362 -76, jun 2007.
- <sup>23</sup> ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. *Escravidão e Nostalgia no Brasil: o banzo*. *Rev. Latino am. Psicopat. Fund.*, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 735-761, dezembro 2008.
- <sup>24</sup> ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. *Da enfermidade chamada banzo: excertos de Sigaud e von Martius*. *Rev. Latino am. Psicopat. Fund.*, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 762-778, dezembro 2008
- <sup>25</sup> SIGAUD, Joseph François Xavier. *Du climatet des maladies du Brésil*. Paris: Fortin, Mason et C., 1844. Tradução e estabelecimento do texto: Ana Maria Galdini Raimundo Oda. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 762-778, dezembro 2008
- <sup>26</sup> ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. *Da enfermidade chamada banzo: excertos de Sigaud e von Martius*. *Rev. Latino am. Psicopat. Fund.*, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 786, dezembro 2008.



## **CULTURA E IDENTIDADE: REPRESENTAÇÕES DO SEMIÁRIDO EM *OS BRUTOS***

Polyana Danielle da Silva Medeiros\*

### **RESUMO:**

O presente artigo trabalha com o tema das mudanças sociais que ocorre na região do Seridó Norte Rio Grandense nas primeiras décadas do século XX. A discussão que pretendemos diz respeito ao potencial literário de servir como forma de representação de traços da cultura que compõem a identidade de grupos sociais. Objetivando identificar os aspectos presentes na narrativa que retratam a sociedade e a cultura local. Para tanto usaremos como fonte de pesquisa o romance *Os Brutos*(1938) de José Bezerra Gomes.

**Palavras-chave:** Literatura; Identidade; Sociedade.

### **ABSTRACT:**

This article works with the theme of the social changes occurring in the Seridó grandense River North area in the first decades of the century XX. A discussion we intend to respect the literary potential to serve as a form of representation of the culture traits that make up the identity of social groups. Aiming to identify the aspects present in the narrative that depict society and local culture. For that we will use as a source of research the novel *The Raw* (1938) José Bezerra Gomes.

**Keywords:** Literature; Identity; Society.

### **INTRODUÇÃO**

Podemos entender a literatura como representação da realidade política, social e econômica de uma determinada sociedade. Pensar no artifício literário como um meio de disseminação de símbolos que constituem identidades para grupos, através de um “discurso” do senso comum é legítimo e justificável. Sendo assim, ressalta-se a importância dos grupos que através do seu poder político e social são autorizados a definir, nomear, as representações

---

\* Licenciada em história pela UEPB, mestranda em direitos humanos, cidadania e políticas públicas pela Universidade Federal da Paraíba –UFPB. Endereço eletrônico: [polyanadaniele@hotmail.com](mailto:polyanadaniele@hotmail.com). Trabalho elaborado sob orientação de Fabricio Morais de Souza.

sociais. Ao retomar Pierre Bourdieu, a autora Sandra J. Pesavento adota a compreensão de que:

As representações apresentam múltiplas configurações e pode-se dizer que o mundo é construído de forma contraditória e variada pelos diferentes grupos do social. Aquele que tem o poder simbólico de dizer e fazer crer sobre o mundo, tem o controle da vida social e expressa a supremacia conquistada em uma relação histórica de forças. Indica que esse grupo vai impor a sua maneira de dar a ver o mundo, de estabelecer classificações e divisões, de propor valores e normas, que orientam o gosto e a percepção, que definem limites e autorizam comportamentos e papéis sociais.<sup>i</sup>

Para uma melhor elaboração da análise desse texto literário, fez-se necessário buscar o entendimento de alguns conceitos, bem como de algumas categorias de pesquisa próprias da história cultural. O conceito de representações pelo qual o historiador cultural fundamentalmente se debruça é tido como categoria central da história cultural. É com ele e a partir dele que se estabelece um nexos entre o real e a ficção, entre a verossimilhança e a credibilidade. “A representação não é a cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele”<sup>ii</sup>. Entende-se que a força da representação se dá pela capacidade de mobilização e produção de reconhecimento aliado a legitimidade social, que ao analisar as sensibilidades e as formas dos sujeitos se inscreverem podemos chegar reconstrução do real.

Ao analisar uma obra literária, é importante entender não apenas ações, idéias, falas, códigos, representações, tempos... Mas principalmente entender o autor do discurso. Este que por sua vez parte de um lugar social privilegiado e através de sua narrativa tem o poder de normatizar e justificar papéis sociais. Contudo, atentamos para o fato de que esse poder não ocorre de forma homogeneia e universal, nem tão pouco isoladamente ou de cima para baixo, mas em rede, em meio às relações sociais, ou seja, tem que haver uma aceitação da sociedade.

A produção analisada é caracterizada como romance de 30<sup>iii</sup>. A literatura regionalista emerge em meio um embate político e social buscando em sua narrativa dar coesão à identidade de um grupo social patriarcal e tradicionalista. O romance regional esta diretamente ligado a necessidade nacionalista de atender e explicar a nação e seu povo, a literatura analisada é uma das possibilidades de se compreender a região Potiguar Seridoense.

Buscar sentido para um grupo perpassa pela questão da memória e da afirmação de identidades, a formação discursiva nacional popular buscava uma identidade para o Brasil.

Bezerra Gomes foi um dos que compuseram esses discursos e buscou através das suas memórias e da sua escrita, registrar a sua versão de realidade sobre a região.

Partindo da premissa de que a narrativa literária constitui identidades e representa papéis sociais, sabendo que a história cultural<sup>iv</sup> abre espaço para pesquisa em diversas fontes, sendo uma delas a literatura. Analisa-se nesse artigo o autor José Bezerra Gomes, e sua obra **Os Brutos**(1938) que caracteriza a região seridoense numa época de decadência da elite rural do Seridó Potiguar, não apenas “decadência” econômica, mas também em seus modos, costumes, e valores.

## **OS BRUTOS**

Bezerra Gomes desenvolve o romance **Os Brutos** conforme tendência literária de sua época, caracterizado como romance de trinta, o mesmo trata questões como a seca, o mundo rural entrando em ruínas, condutas sociais, trabalha personagens como seu Tota, um rico dono de terras que vende algodão e empresta dinheiro a juros a aristocratas falidos, este inclusive leva o primeiro carro a Currais Novos, símbolo marcante para modernidade. Outros personagens como Tio Alívio, Tia Maria, João Sacristão, a Prostituta Rica, a esposa do Barão e etc... Através deles o autor mostra o cotidiano citadino de Currais Novos. No ambiente rural, fala dos trabalhadores, de donos de terras falidos, do patriarca resistindo às perdas, a ruína econômica e o conseqüente efeito sobre as famílias.

A obra divide-se em dois momentos, o primeiro quando o narrador enquanto criança vai morar em Currais Novos na casa dos seus tios para estudar, e o segundo quando ele retorna ao sítio do seu pai, o sítio Alívio onde ele passa sua fase de adolescente. A atenção para os tempos da produção e publicação da obra é de suma importância para fazer uma contextualização adequada. Embora tenha sido publicada em 1938, o mesmo desenvolve o livro quando já cursava direito em Minas Gerais no início da década de 1930. Não podemos saber a temporalidade precisa da narrativa, pois se trata de uma ficção narrada sob reminiscências. Contudo, é o tempo da produção que mais nos importa.

Outro fator importante a se pensar sobre a obra, diz respeito a seu título: **Os Brutos**, que segundo Oscar Mendes(1938) ao fazer uma crítica em O diário de Belo Horizonte, 12 de junho de 1938, se trata dos trabalhadores do eito, e a narrativa apresenta uma certa inconsistência em relação a seu título, pois, estes tais, tidos como brutos aparecem apenas como pano de fundo. “Não o quero misturado com essa cabroeira, são os brutos do oco do

mundo que não têm o que dar”<sup>v</sup>. De fato os trabalhadores rurais são mencionados apenas para compor a história do personagem principal, Sigmundo. Entendemos que o título traz uma certa complexidade em relação ao livro, isso ocorre especialmente pelo caráter ambivalente em que o autor se coloca em sua narrativa, sempre dividido entre o tradicional e o moderno.

## **BEZERRA GOMES E SUAS INSCRIÇÕES NA LITERATURA: O SERIDÓ COMO PALCO DA TRAMA**

Para o melhor entendimento dos “fazeres” humanos, de maneira que o espaço não poderia deixar de ser evidenciado nessa narrativa, posto que o Sertão<sup>vi</sup> constitui-se não apenas como o cenário, mas o próprio sentimento de “ser-sertão” intervindo significativamente na produção da obra literária em análise, acrescenta-se referência desse espaço que foi palco de tramas regionais que caracterizam um povo e os povos desse tempo.

O espaço regional reconhece-se não apenas por seu espaço físico, cultural, político ou econômico. Completa-se com todos esses elementos e torna-se não apenas objeto de estudo teórico, mas também um “ser” que passa a ser sentido por seus particulares na própria formação de identidades. A força das sensibilidades, das representações e a forma de se compreenderem em determinado local, categorizam seu espaço, é uma questão mais que geográfica.

Reckziegel(1999)<sup>vii</sup> nos diz que pensar em história regional é também pensar nos vários elementos que juntos colaboram para dimensionar a discussão a cerca do regional, este que por sua vez não se dissocia da esfera global. A história regional e local não se constrói sem a influência da história global, essa segunda, no entanto, precisa da primeira para afirmar sua diferença, seu status. Nesse sentido, a alteridade torna-se peça fundamental para compreensão do imbricamento entre esses polos.

O espaço da narrativa se chama Currais Novos, a cidade está localizada no interior do Rio Grande do Norte, na região central Seridoense. Economicamente, a cidade cresceu e desenvolveu-se através da criação de gado, posteriormente destacando-se pelo predomínio do algodão, que teve uma posição hegemônica como principal matéria-prima consumida pela indústria têxtil do Sudeste, perdendo espaço por volta da década de dez. Economicamente

também ganhou destaque pela Mina Brejuí<sup>viii</sup>, fundada em 1943 pelo então desembargador Thomáz Salustino Gomes de Melo.

Essa pesquisa é contextualizada no período em que o algodão se sobressaía economicamente. A obra analisada nos permite contribuir mesmo que em fragmentos, para a reconstrução da história de Currais Novos e da região Seridoense. Não podemos deixar de remeter-mos a esse espaço, uma vez que o autor o visualiza para compor sua narrativa. O enredo passa-se numa época em que a “cultura do algodão” tinha papel significativo e apresenta subsídios para que se possa compreender a região no conflito da modernidade.

A modernidade em uma de suas conotações está relacionada ao processo de desenvolvimento econômico e conseqüentemente à industrialização e urbanização. Contudo, conforme afirma Waldeci Ferreira Chagas “... a modernização das cidades também é resultante das questões culturais; o que incide na mudança, ou seja, na nova forma como os sujeitos apreendem o espaço e se relacionam com o meio no qual se encontram inseridos”<sup>ix</sup>. Ainda que esse processo modernizador não tenha ocorrido com a mesma intensidade em todos os espaços, percebe-se que o romance de Gomes apresenta alguns sinais que inferem no plano econômico da cidade, bem como nas sensibilidades da sociedade em questão.

“Embora prioritariamente voltado para o mercado interno em favor das indústrias têxteis nacionais, o algodão norte-rio-grandense também encontrava colocação no mercado estrangeiro”<sup>x</sup>. Percebe-se aqui que a região tinha participação econômica para além das fronteiras interioranas, sendo assim, havia uma emergência para que a cidade se adequasse as propostas progressivas da modernidade, a fonte analisada oferece alguns indícios sobre esse processo de modernização.

O algodão mocó<sup>xi</sup> foi por muito tempo marcante para a economia do Rio Grande do Norte, e enquanto se fazia forte no mercado, o algodão foi evocado pelos intelectuais da elite Seridoense. No discurso regionalista Seridoense podemos perceber a imagem do espaço algodoeiro sendo evocada. Gomes seria um dos quais tentaria compor o romance do algodão, assim como fez José Lins do Rego(1901-1957) com os romances da cana-de-açúcar. “Seu Tota estava de saída para Natal, ia buscar mais dinheiro nos bancos para fazer novos e bons negócios. Comprar algodão na folha era o mesmo que arrancar botija e não sabia mais o que possuía, tanto possuía”<sup>xii</sup>.

No romance os Brutos, seu Tota é o representante maior dessa economia em expansão. O personagem carrega consigo alguns signos da modernidade: o seu carro seria o primeiro a rodar pela cidade de Currais Novos, o seu chofer andaria bem vestido com uma postura própria dos grandes centros, e arrancava suspiros das moças da cidade. Na obra de Gomes percebe-se o advento da modernidade e as transformações ocorridas nas pequenas cidades no interior, esses símbolos advindos desse contexto povoam o imaginário da sociedade Currais Novense:

Seu Tota tinha chegado de Natal com muito dinheiro tirado dos bancos e o automóvel que tinha comprado para as suas viagens de negócio ainda estava parado na porta do escritório. Jesus, o chofer, debruçado na roda da direção, gozava orgulhoso o povo olhando admirado o carro<sup>xiii</sup>.

Outro símbolo emblemático que nos faz compreender as mudanças relativas à modernidade são os filhos dos coronéis que vêm estudados da capital, trazendo consigo novos ideários, códigos e costumes, e estes por fazerem parte de um espaço privilegiado acabam por instituir novos valores.

Seu Aproniano tinha um filho que acabara o curso ginásial no Atheneu e ia estudar Medicina na Bahia. Também estava sendo esperado um filho de seu Vivaldo, que vinha formado em Direito. *O progresso*, no dia da sua chegada, deu uma edição especial, com a fotografia na primeira página. Trazia uma notícia de duas colunas e seu Vivaldo, com o jornal debaixo do braço, lia para os conhecidos ouvirem com os olhos chorando de satisfação: Publicado hoje o retrato do Dr. Anor da Silva Pereira, prestamo-lhe porém sincera homenagem, antecipando a nossa com participação nas demonstrações de inequívoco apreço que lhe esperam. O homenageado será recebido festivamente na entrada da rua, aos sons da banda de música e ao espocar de fogos do ar... No dia seguinte, dia de Natal, às oito horas, será celebrada na igreja, em ação de graças pela auspiciosa e brilhante conclusão do curso acadêmico do Dr. Anor da Silva Pereira, solene missa cantada... Para este ato de Santa Religião, em nome da comissão dos festejos, convidam as Excelentíssimas famílias Currais Novenses<sup>xiv</sup>.

No Brasil, nos primeiros anos da década de XX, ser moderno ou se sentir moderno era uma característica marcante no ambiente intelectual de então. Isso porque ser moderno significava, antes de tudo, tentar assumir um lugar prestigiado no debate científico ou artístico. A maioria desses jovens que eram enviados por seus pais para estudar na capital retornavam influenciados pelos discursos progressistas, e pelos novos códigos modernos,

contrapondo-se ao tradicionalismo rural. Esses intelectuais tornam-se detentores de um poder de mudança, os discursos dos jornais e revistas corroboram para a condução dessa modernidade.

Em sua obra o autor utiliza o trecho de um jornal cujo nome se chama **O progresso**. O próprio nome do jornal é emblemático, o personagem Dr. Arnor descrito como uma figura que, pelo seu contato com os centros irradiadores da modernidade, seria um dos seus representantes, é prestigiado pelo jornal, e, como mostra o trecho, à cidade iria recepcioná-lo com celebrações festivas e religiosas. Conforme evidenciada no jornal, a modernidade, que viria através da figura de Dr. Arnor, era muito bem vinda. Nesse caso, podemos inferir que assim como nos grandes centros, no período que compreende a narrativa de Gomes, Currais Novos já estava criando seu ideal de modernidade.

Bezerra Gomes faz parte de uma geração em que fortes transformações econômicas e sociais vem ocorrendo, a tensão entre o novo e o velho padrão de sociedade, fiado e costurado no processo de modernização que se manifesta em varias direções e colabora com a decadência do mundo rural, do poder político e econômico que os coronéis detinham.

Segundo Buriti<sup>xv</sup>, o período que vai de 1889 a 1930, conhecido como República Velha, foi marcado pela fraqueza de um poder central e pela presença de oligarquias regionais que se revezavam no poder, a política de “café-com-leite” prejudicou os interesses nortistas e privilegiou mais o centro-sul do Brasil. A década de 1920 caracterizou-se pela crise dessa estrutura sócio cultural, econômica e política para os “nortistas”. Não obstante, essa perda do espaço econômico ocorre à ameaça dos valores morais tradicionais. A industrialização, acompanhada dos processos de modernização e de urbanização, introduz novos hábitos sociais que implicam numa nova sensibilidade espacial.

Em meio essa tensão dos valores do mundo patriarcal, se encontra uma crise de identidade que se dividia ora, entre os senhores de engenho, os usineiros e os plantadores de algodão na voz discursiva da literatura regionalista-tradicionalista, que por sua vez nasce em um contexto de formação de identidade nacional. Conforme Durval Muniz<sup>xvi</sup> “O nacionalismo vai acentuar, na década de vinte, as práticas que visavam ao conhecimento do país, de suas particularidades regionais”. Para tanto, os vários discursos, tanto do Norte como do Sul buscam analisar o próprio espaço em busca da solução para o que interferia a emergência da nação.

Albuquerque Júnior entende a nação como um processo politicamente orientado que objetivava a hegemonia de uns espaços sobre outros. Convém ressaltar que essa hegemonia se confirmaria a partir dos discursos criados em torno da figura desses espaços. Rio de Janeiro, São Paulo e Recife seriam os centros distribuidores desses discursos no âmbito nacional. Com intuito de se criar uma identidade para a região de quem fala em oposição à região de quem se fala alguns intelectuais vão tentar enraizar a idéia de que o Nordeste é inferior por sua própria natureza, sendo estes desfavorecidos em hábitat e em raça.

Contraopondo-se a uma determinada ideia de nação<sup>xvii</sup> a literatura regionalista vai criar as múltiplas faces do Nordeste brasileiro, em defesa de uma cultura patriarcal e tradicionalista. Esse regionalismo se apega a questões provincianas ou locais que demonstra seus valores e sua importância. “Construir e preservar o nordeste e a sua cultura, tornando-se o exemplo de cultura nacional, era o ideal dos integrantes desse movimento”<sup>xviii</sup> O movimento regionalista-tradicionalista, firmado a partir de 1926 em Recife, surge quando uma elite rural se via perdendo espaço no cenário nacional, tinha como tema central a decadência da sociedade patriarcal e sua substituição pela sociedade urbana industrial. Buscava, sobretudo, representar aspectos regionais, valores ligados ao mundo rural, ao espaço tradicional.

No romance os Brutos, Bezerra Gomes divide a narrativa entre o espaço urbano e rural, a citação a seguir relata o drama de um senhor de terras, ou seja, refere-se ao segundo ambiente, onde os relatos estão mais voltados para a decadência econômica desse grupo. Muito embora, o romance faça uma ligação entre a queda na vida econômica e a mudança de alguns valores morais que são consequência do próprio processo histórico que acabaria por compor novos modelos de comportamento.

As terras do velho Duca se chamavam o Condado e divisavam com o Alívio pelo lado do norte. Fora homem de fortuna e se casara com uma sobrinha. Agora andava na casa dos sessenta e a mulher podia ter uns trinta anos. Há dois anos que adoecera de uma perna e toda a prosperidade do seu condado, hipotecado a seu Tota, corria por água abaixo, com os roçados de cercas caídas e o mato crescendo cercando o casarão da sua fazenda abandonada<sup>xix</sup>.

No desenrolar do enredo o autor apresenta personagens que assumem dramas íntimos que afetam a família rural Seridoense e seu meio de vida. Seu Duca, representa um nobre senhor de terras que vê seu mundo entrar em ruínas. Em contrapartida, percebe-se a figura de seu Tota, a todo momento, interferindo na vida desse senhores, o mesmo financiava empréstimos a juros, e em troca hipotecava as terras dos fazendeiros que recorriam a ele.



Enquanto os donos de terra, plantadores de algodão viam seu mundo entrar em ruínas, a figura de seu Tota, o comerciante moderno, ficava cada vez mais rico.

Portanto, a obra de Jose bezerra Gomes pode servir como pano de fundo para entender uma série de questionamentos sobre o período e as mudanças nas sensibilidades de uma geração que passa por um processo de alterações de valores. Através da narrativa elaborada pelo autor, pode-se perceber os papéis sociais, políticos e econômicos de uma elite rural decadente, bem como de uma sociedade em transição. Essas mudanças vão incidir diretamente no plano privado, onde os papéis sociais são bem delimitados.

Cada sociedade ou grupo social possui conjuntos de práticas culturais que dizem como os homens e as mulheres pensam, sentem e se portam diante do seu grupo. A literatura é espaço privilegiado para que se possa perceber essas práticas e sensibilidades. Os livros de Bezerra Gomes, embora não tenha tido o reconhecimento de tantos outros autores regionalistas, tem importância fundamental na caracterização do Seridó Potiguar, bem como para aqueles que se interessam pelos espaços que tecem as relações construídas historicamente.

---

<sup>i</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autentica, 2004, p.41.

<sup>ii</sup> PESAVENTO, 2004, p.40.

<sup>iii</sup> Ao retomar Dacanal Vilma Nunes vem dizer que o romance de trinta é compreendido a partir de 1928, data da primeira edição de a bagaceira, de José Américo de Almeida, caracterizado por tratar de traços comuns como o retrato direto da realidade com seus elementos históricos e sociais. Os romances de Rachel de Queiroz, Jorge Amado, José Lins do Rego, Érico Veríssimo, Graciliano Ramos e outros escritores criaram um estilo novo, que também ficaram conhecidos como literatura regionalista. SILVA, Vilma Nunes da. *Os Brutos: tradição literária e memória cultural do Seridó*. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, UFRN, Natal, 2005, p.11.

<sup>iv</sup> VAINFAS, Ronaldo .História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, campos 1977.

<sup>v</sup> GOMES, José Bezerra. *Os Brutos*. IN: Obras reunidas: romances. Natal, EDUFRN, 1998, p.45.

<sup>vi</sup> O espaço que trabalhamos fica na região central do Seridó, localizada no Sertão Nordeste.

<sup>vii</sup> RECKZIEGEL, Ana L. S. *História Regional: dimensões teórico-conceituais*. In: História: debates e tendências, Passo fundo, 1999.

<sup>viii</sup> A *Mina Brejuí* está localizada no município de Currais Novos, Considerada a maior mina de Scheelita da América do Sul, a mineração teve o seu apogeu em plena Segunda Guerra Mundial, fornecendo toneladas de minérios às indústrias do aço. Ver em [www.minabrejuí.com.br](http://www.minabrejuí.com.br)

<sup>ix</sup> (CHAGAS, Waldecir Ferreira. *A singularidade da modernização na cidade da Parayba nas décadas de 1910 à 1930*.(Tese de doutorado em história-Recife-PE, 2004, p.39.

<sup>x</sup> MACÊDO, M. K. de (1998). O algodão na economia seridoense. História do RN n@ WEB [On-line]. Available from World Wide Web: <URL: [www.seol.com.br/rnnaweb/](http://www.seol.com.br/rnnaweb/)>

<sup>xi</sup> O mercado deveria ser orientado para exportação internacional, somente o algodão "mocó", de fibra longa, poderia ocupar esse lugar de excelência no mercado exportador internacional, posto que se destinava à confecção de tecidos finos, no entanto, a produção foi orientada no princípio da exportação nacional que trabalhava com

tecidos de baixa qualidade. Ver MACÊDO, M. K. de (1998). O algodão na economia seridoense. História do RN n@ WEB [On-line]. Available from World Wide Web: <URL: [www.seol.com.br/rnnaweb/](http://www.seol.com.br/rnnaweb/)>

<sup>xii</sup> GOMES, 1998, p.21.

<sup>xiii</sup> GOMES, 1998, p.16.

<sup>xiv</sup> GOMES, 1998, p.33-34.

<sup>xv</sup> BURITI, Iranilson. *Gritos de vida e de morte: a decadência dos senhores de engenho nos discursos regionais*. Recife, 1997. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade federal de Pernambuco.

<sup>xvi</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 2ª edição – Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009, p.41.

<sup>xvii</sup> Segundo Albuquerque Junior(2009), a literatura regionalista procura afirmar sua brasilidade por meio da diversidade, enfatizando diferentes particularidade e diferentes personagens em cada área do país, tornando a nação um somatório dessas diferenças.

<sup>xviii</sup> BURITI, 2009.

<sup>xix</sup> GOMES, 1998, p. 48.

## **Elementos culturais medievais e representações literárias: uma comparação entre rainhas**

Priscila Cardoso Silva\*

### RESUMO

A pesquisa possui como propósito a análise comparativa de representações medievais femininas em crônicas portuguesas, sendo a opção pelas rainhas Beatriz de Castela (1293-1359) e Filipa de Lencastre (1360-1415) justificada pela similaridade de suas trajetórias, particularmente pela ida à Portugal através de tratados e alianças entre reinos. O estudo das fontes tem permitido a construção de figuras régias complexas e diversificadas, que ultrapassam a alçada doméstica feminina e atingem as esferas políticas e culturais.

Palavras-chave: Portugal; Idade Média; rainhas.

### ABSTRACT

The research has as purpose the comparative analysis of feminine medieval representatives in Portuguese chronicles, being the option for the queens Beatrice of Castile (1293-1359) and Philippa of Lancaster (1360-1415) justified by the similarity of their trajectories, particularly by the departure to Portugal through treaties and alliances between reigns. The study of the sources has permitted the construction of complex and diversified royal images, which transcend the feminine domestic jurisdiction and reach political and cultural spheres.

Key words: Portugal; Middle Ages; queens.

O projeto de mestrado em questão tem pretendido expandir as pesquisas sobre gênero desenvolvidas durante a iniciação científica. Se outrora fora concebido como objeto a figura da rainha Filipa de Lencastre (c.1360 – 1415), filha do duque inglês João de Gante e esposa de D. João I de Portugal entre o último quinto do século XIV e as primeiras décadas do século XV, a intenção do presente trabalho reside na comparação entre representações de Filipa e outra rainha da Idade Média: Beatriz de Castela (1293 – 1359).

Nascida na cidade de Toro, Beatriz foi a filha mais nova do rei Sancho IV de Castela e da rainha Maria de Molina. Possuía seis irmãos, mas logo deixou de conviver com eles em Castela. Aos aproximados quatro anos de idade, iria à Portugal para ser criada pelos reis

lusitanos D. Dinis e D. Isabel – que viriam a ser seus sogros – preparando-se para cumprir o papel de rainha de Portugal ao tornar-se esposa do futuro rei D. Afonso IV.

Diferentemente de Beatriz, Filipa de Lencastre iria ao reino português somente com cerca de vinte e sete anos. Fruto do entrelaçamento da dinastia régia dos Plantagenetas com a tradicional linha hereditária dos Lencastre, Filipa era neta do rei Eduardo III da Inglaterra e filha mais velha do duque João de Gante.

Nascida por volta do ano de 1360<sup>1</sup> e proveniente de famílias de prestígio, a inglesa fora preparada – através de uma educação que pareceu seguir os padrões encontrados nas cortes reais europeias – para contrair um matrimônio politicamente profícuo para seus ascendentes. Por volta do ano de 1386, a oportunidade viria com o estabelecimento oficial de uma aliança entre Inglaterra e Portugal frente aos inimigos franco-castelhanos da Guerra dos Cem Anos.

Assim, com a assinatura do Tratado de Windsor em maio de 1386, os reinos não somente se comprometeram a fornecer ajuda mútua, mas também selaram tal acordo por meio do casamento de Filipa com D. João I de Portugal. Celebrado no ano seguinte, o matrimônio provocaria tanto a ida definitiva da inglesa ao reino lusitano quanto a afirmação de uma dinastia repleta de herdeiros.

Diante do exposto, é possível afirmar que Filipa experimentou uma época turbulenta com a Guerra dos Cem Anos. Décadas antes, a também estrangeira Beatriz havia vivenciado períodos semelhantemente tempestuosos. No recorte temporal relativo à segunda, a oscilação entre guerras luso-castelhanas e tratados de paz engendrava deslocamentos de fronteiras e mudanças de posicionamento político. O historiador José Carlos Gimenez disserta sobre a ocorrência de acordos políticos pautados em casamentos reais:

Naqueles séculos, os dois reinos [Portugal e Castela] passavam por profundas conturbações políticas e uma das possibilidades para superá-las era a busca de cooperação do reino vizinho e, afim de que esse acordo ganhasse relevância, os debates em torno dos possíveis matrimônios entre os membros das duas realezas eram assuntos de primeira ordem, uma vez que, na pauta dessas discussões, reis e rainhas transformaram filhos, irmãos, sobrinhos e netos em indivíduos imprescindíveis para os acordos políticos.<sup>2</sup>

Em tal contexto, o Tratado de Alcañices – acordado no ano de 1297, em um período no qual se tentava assegurar a paz entre tais reinos – estabeleceu dois casamentos entre infantes. Através dele, Beatriz fora prometida a Afonso, futuro rei Afonso IV de Portugal, e seu irmão Fernando, posteriormente Fernando IV de Castela, casar-se-ia com Constança, irmã do infante português.

Passando a morar no reino lusitano a partir desse ano, Beatriz fora então criada fora de Castela desde a mais tenra idade – e por propósitos políticos. Nesse sentido, a pesquisa possui, dentre outras funções, o objetivo de analisar o lugar atribuído à Beatriz em Portugal, indicando semelhanças e diferenças ao papel desempenhado por Filipa de Lencastre no referido reino.

A opção pela análise da figura de Filipa de Lencastre revela-se clara, posto que reside na continuidade de um trabalho previamente realizado. Por outro lado, a escolha por Beatriz de Castela confere ao projeto de mestrado um aspecto quase inovador, pois é possível observar, através de um levantamento bibliográfico, uma escassez de artigos diretamente relacionados à rainha e focados nas questões de gênero.

A comparação entre as rainhas, por sua vez, justifica-se pela similaridade de suas trajetórias, tanto pela ida à Portugal através de tratados de paz e aliança entre reinos quanto ao fato de mesmo sendo estrangeiras, gozarem de uma boa imagem perante a corte. Afinal, ambas cumpriram a função mais esperada de uma rainha medieval: a de prover herdeiros.

Mães de muitos filhos e preocupadas com a educação dos mesmos, as rainhas foram imaginadas em um exitoso ambiente matrimonial, particularmente devido à ausência de filhos bastardos após a realização dos casamentos.<sup>3</sup> Contudo, suas atuações parecem ultrapassar a alçada doméstica e atingir as esferas políticas e culturais.

São conhecidas diversas cartas de Filipa à Inglaterra que denotam, além de sua influência em casamentos entre membros das cortes inglesa e portuguesa – também vagamente expressa na *Chronica de El-Rei D. João I* – uma intervenção nos assuntos de seu reino de origem, tais como o desentendimento de seu irmão, o rei Henrique IV, e seu primo, o bispo de Norwich.<sup>4</sup> Na iniciação científica, também foi constatado que a rainha introduzira ritos e valores ingleses na corte portuguesa, como foi o caso da propagação do rito de *Sarum* na capela real portuguesa.<sup>5</sup> Apesar do mesmo ser considerado complexo, seu hábito de rezá-lo é posto em pauta no trecho:

Ella rezava sempre as horas canonicas pelo costume de Salusbri, e pero ele seja não bem ligeiro d'ordenar, assim era em esto attenta, que seus capellães e outras honestas pessoas recebiam n'elle por ella ensinança, e todas as sextas-feiras tinha em costume rezar o Psalterio, não fallando a nenhuma pessoa até que o não acabava de todo, e quando era embargada por doença, ou constringida por impedimento de parto, acerca de si lhe rezavam todo o que ella havia em costume, ouvindo-o muito devotamente, sem nenhuma outra torvação, [...].<sup>6</sup>

Por sua vez, Beatriz ficara marcada no imaginário português como a rainha mediadora de conflitos ao, por exemplo, tentar evitar a entrada dos exércitos castelhanos durante a guerra luso-castelhana de 1336.<sup>7</sup> Outra importante atuação exercida pela castelhana decorreu-se de

uma guerra civil provocada por seu marido, o rei D. Afonso IV, que condenou à morte a amante de seu filho Pedro, Inês de Castro, com quem já havia tido alguns filhos.

Percebendo o perigo de bastardos para a prosperidade da dinastia e as aspirações da família Castro ao poder, D. Afonso mandou assassinar Inês, incitando a ira de Pedro. Com a ajuda do arcebispo D. Guilherme, Beatriz assegurou o fim das discórdias familiares em 1355:

Finalmente vindo o Infante ao Lugar de Canavezes, onde foy ter com elle a Rainha Dona Brites [Beatriz], sua mãy, e o Arcebispo de Braga, com outras authorisadas pessoas, que alli se juntaraõ intervindo todos pela paz, e quietaçãõ do Reyno, depois de grandes debates, e altercações, o vieraõ a concordar com El Rey [...].<sup>8</sup>

Em síntese, Beatriz e Filipa tenderam a ser idealizadas pelos cronistas medievais, cumprindo papéis de mães exemplares, rainhas piedosas e mulheres pudicas. Filipa ainda receberia o adjetivo de “santa” em variadas passagens da *Crónica da Tomada de Ceuta*,<sup>9</sup> status de religiosidade que Beatriz não conseguira alcançar, apesar de ter sido criada por sua sogra Isabel de Aragão, que séculos depois viria a ser canonizada pela Igreja Católica como Santa Isabel.

Todavia, elas estavam longe de ser figuras meramente decorativas no que diz respeito aos assuntos políticos e culturais do reino, cada qual com sua temporalidade e particularidade. Quais foram as suas contribuições para a política de Portugal e a cultura de corte? Que papéis exerceriam na manutenção das relações políticas, religiosas e culturais com seus reinos de origem? Como suas representações podem, ao mesmo tempo, corresponder aos ideais de mulher medieval e destoar dos mesmos? Essas são problemáticas que o projeto em questão tem pretendido resolver.

No que se refere aos objetivos gerais e pontuais da pesquisa, é possível enumerar cinco deles. Primeiramente, cabe contextualizar os turbulentos períodos vivenciados pelas estrangeiras Beatriz de Castela e Filipa de Lencastre – principalmente as guerras lusocastelhanas dos séculos XIII e XIV e a Guerra dos Cem Anos – indicando os motivos de suas idas ao reino português. Em segundo lugar, importa definir e aprofundar os conceitos de gênero e cultura, traçando a trajetória de seus significados e levantando as principais discussões historiográficas acerca dos mesmos, uma vez que não se tratam de termos consensuais.

Uma terceira preocupação consiste em examinar as representações do feminino na literatura medieval considerando o imaginário da corte de época, porém sem ignorar a documentação não-literária, essencial à compreensão da política exterior. Já o quarto direcionamento, mais específico, faz alusão ao recorte temporal dos cronistas Fernão Lopes,

Gomes Eannes de Zurara e Rui de Pina, autores da literatura a ser trabalhada, pontuando especialmente suas intenções ao escrevê-la. Por fim e não menos importante, busca-se comparar as representações de Beatriz de Castela e Filipa de Lencastre, analisando o lugar atribuído à primeira em Portugal e identificando semelhanças e diferenças ao papel desempenhado pela segunda no referido reino.

No que concerne ao embasamento teórico-metodológico da pesquisa, tem-se centrado em dois conceitos supracitados que, de certa forma, estão interligados. Cabe traçar a trajetória da construção do termo cultura no que se refere aos seus significados, além de indicar as principais discussões – atuais ou não – a ele aludidas. Parte-se do pressuposto de que a temática tratada faz referência direta à História Cultural, área privilegiada tanto no sentido de refletir sobre o conceito de cultura quanto como terreno fértil para análise de elementos culturais constituintes do presente trabalho, tais como ritos, valores, educação, práticas literárias, relações familiares e matrimoniais.

Torna-se igualmente vital pontuar as principais correntes e trabalhos que perpassam os campos de História das Mulheres e História de Gênero, relacionando-os ao estudo de categorias como sexo, gênero, feminino, masculino e outras. Vale sublinhar a relevância do conceito de gênero – em suas variadas formas e interpretações – para o entendimento das figuras de Beatriz de Castela e Filipa de Lencastre, pois, de fato, foram mulheres inseridas em determinados período e espaço históricos, cujas fontes de época valorizam modelos de mulher recatada e introvertida, oferecendo, entretanto, bases e meios para a construção de representações implícitas mais complexas e diversificadas.

Embora em vigor desde as décadas de 1970 e 1980, a categoria gênero ainda suscita divergências no que concerne a sua aplicabilidade em variados recortes temporais. Nos estudos sobre a Idade Média, por exemplo, tem sido cada vez mais frequente o uso de modelos e contra modelos de mulher para compreender representações femininas, relacionando-as com a ideia de uma construção social baseada na diferenciação sexual entre homens e mulheres.

Christiane Klapisch-Zuber entende a mulher medieval como aquela que seria caracterizada por uma inferioridade natural em teoria e que ocuparia uma posição secundária no que diz respeito ao homem.<sup>10</sup> Ao menos esse era o discurso de uma sociedade inconcebível sem a noção de hierarquia. Partindo de uma definição mais geral, Joan Scott – uma das formuladoras do conceito de gênero – afirma que:

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição homem/mulher e fundamenta ao mesmo

tempo o seu sentido. [...] Desta forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, ambos, partes do sentido do próprio poder.<sup>11</sup>

Assim, costuma-se pesquisar nas fontes históricas medievais características femininas valorizadas ou rechaçadas de acordo com um discurso predominantemente masculino que tende a dividir as mulheres em dois polos. No superior, estariam aquelas que corresponderiam aos ideais estabelecidos, comportando-se de modo recatado, pudico e, principalmente, exercendo uma posição de subordinação aos homens. No inferior, por sua vez, seriam encontradas as mulheres que seguiriam o sentido contrário, tomando a palavra e intrometendo-se nos assuntos masculinos.

Conforme o discurso clerical medieval, a mulher, portanto, deveria ser vigiada pelo marido e pela Igreja por meio de um estrito controle. Ela deveria ser submissa ao homem e evitar o adultério se não quisesse sofrer rígidas sanções como castigo. Ademais, poderia falar apenas entre as mulheres e sobre assuntos determinados a elas. Assim, condenava-se severamente o que seria considerado não somente uma afirmação de independência feminina, mas uma inversão da ordem natural, quer dizer, uma inversão da dominação masculina.<sup>12</sup>

Entretanto, uma problemática surge quando se percebe que a análise discursiva cunhada nessa dualidade entre modelos e contra modelos de mulher – a saber, um padrão amplamente reconhecido pelos historiadores – não esgota as possibilidades de representação de uma figura feminina. Ao desvio de um padrão previamente concebido e aceito pelos pesquisadores (paradigma), Thomas Kuhn denomina anomalia. Em suas palavras:

A descoberta começa com a consciência da anomalia, isto é, com o reconhecimento de que, de alguma maneira, a natureza violou as expectativas paradigmáticas que governam a ciência normal. Segue-se então uma exploração mais ou menos ampla da área onde ocorreu a anomalia. Esse trabalho somente se encerra quando a teoria do paradigma for ajustada, de tal forma que o anômalo se tenha convertido no esperado.<sup>13</sup>

No contexto em questão, ajustar o paradigma consistiria em compreender que a oposição modelo *versus* contra modelo femininos – ou subordinação/recatamento *versus* atuação/rebelia – ignora as possíveis anomalias decorrentes da dualidade, ou seja, as representações que podem corresponder aos ideais de mulher de determinado período histórico e, ao mesmo tempo, destoar-se deles. Trata-se, então de fugir do enclausuramento de modelos e contra modelos através de uma espécie de modelo intermediário ou “meso modelo”, como, por exemplo, os casos de Beatriz de Castela e Filipa de Lencastre.<sup>14</sup>

No que diz respeito a Filipa, as passagens referentes ao seu amor pelos filhos são frequentes nas crônicas. Um bom exemplo pode ser encontrado no quinto volume da *Chronica*



*de El-Rei D. João I*: “amou bem fielmente o seu mui nobre marido, sendo bom sentido de o nunca anoiar, e da boa ensinança e criação de seus filhos; não fazia cousa alguma com rancor nem odio, mas todas suas obras eram feitas com amor de Deus e do proximo”.<sup>15</sup>

Contudo, tanto as atuações de Filipa de Lencastre quanto as de Beatriz de Castela sugerem uma ultrapassagem da alçada doméstica, atingindo as esferas políticas e culturais. Buscando um panorama amplo o suficiente para abarcar ações e representações menos aprisionadoras das rainhas, vale sublinhar a necessidade de debater as abordagens encontradas na historiografia portuguesa que, embora ainda seja o cerne dos estudos sobre Portugal medieval, carrega resquícios de parcialidade especialmente através da concepção das fontes como realidade absoluta.

Nesse sentido, torna-se necessário refletir sobre o ofício do historiador, no qual se rejeita a noção de que as fontes históricas são desprovidas de intenção.<sup>16</sup> Em resumo, apesar de constituir um aparato bibliográfico primordial a qualquer pesquisa sobre Idade Média portuguesa, importa afastar os cunhos patriótico – por conseguinte, parcial – e biográfico que por vezes invadem as pesquisas lusitanas.

Uma alternativa que talvez contribua para a fuga desse lugar comum reside na diversificação de um maior número possível de fontes. Trata-se do caso da pesquisa em questão, que almeja articular documentação e literatura ao partir do pressuposto de que ações – ou práticas, como nomeia Roger Chartier – e representações são elementos intrinsecamente inter-relacionais, encontrados de maneira diluída tanto em fontes precipitadamente tidas como objetivas quanto nas ditas subjetivas:

As estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como o não são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras. São estas demarcações, e os esquemas que as modelam, que constituem o objeto de uma história cultural levada a repensar completamente a relação tradicionalmente postulada entre o social, identificado com um real bem real, existindo por si próprio, e as representações, supostas como refletindo-o ou dele se desviando.<sup>17</sup>

Portanto, a justificativa para a inserção do estudo em uma linha de pesquisa que trate sobre temáticas como cultura, poder e representações é cimentada nas abordagens de elementos culturais medievais e representações literárias articuladas ao espaço-tempo vivido. Para tal, opta-se pela análise de discurso, que melhor abarca o contexto em que as fontes foram escritas, a quem elas foram dirigidas, os objetivos – gerais ou específicos – de seus autores e os artifícios linguísticos que eles empregaram para tentar atingi-los.

Vinculada à análise de discurso, a análise semântica vem ganhando tons qualitativos mais apurados através da elaboração de um quadro de dados, no qual é possível indicar, pelo conteúdo das fontes, verbos que ilustram as ações de Beatriz de Castela e Filipa de Lencastre, adjetivos que possam esclarecer seus atributos e imagens relacionadas às rainhas por meio do uso de figuras de linguagem, como metáforas, hipérboles e outras. Dessa forma, o trabalho privilegia unidades de registro – as palavras, o tema, as personagens – e a unidade de contexto, ou seja, o contexto histórico propriamente dito, incluindo as relações sociais nele inscritas. Afinal, estudar gênero significa questionar determinismos biológicos (o biológico não é determinante, e sim o discurso sobre ele) e admitir relações constituídas socialmente entre homens e mulheres.

Sob a perspectiva de Joan Scott, trata-se, então, de estudar papéis desempenhados de acordo com as questões sociais, pondo enfoque não somente no lugar social, mas inclusive nas construções ideológicas de identidade. Na visão de Scott, as categorias são articuladas à noção de poder e construídas pela prática discursiva, cujo método consiste, tal como em alguns trabalhos de história cultural, na análise de discurso.

Diante do exposto, as opções teórico-metodológicas deste trabalho possuem como intenção uma convergência em diversos aspectos. Evidencia-se, em síntese, a importância do discurso na criação de representações que, vinculados às relações de poder e às práticas político-culturais de contextos históricos delimitados, permitem identificar, analisar e comparar papéis desempenhados por, no caso em questão, duas mulheres.

Majoritariamente baseado nas crônicas medievais portuguesas do século XV e início do XVI – portanto, registros documentais posteriores à época descrita – a pesquisa não descarta a possibilidade de utilização de outras fontes. Em contrapartida, cabe elucidar a relevância dos cronistas medievais portugueses na legitimação das dinastias lusitanas.

Fernão Lopes, Gomes Eannes de Zurara e Rui de Pina foram alguns dos cronistas do século XV<sup>18</sup> e início do XIV<sup>19</sup> que receberam a tarefa de escrever acerca da história de Portugal. Trata-se, neste sentido, de crônicas encomendadas, destinadas a descrever de modo heroico as trajetórias intencionalmente exemplares de alguns reis portugueses.

Neste contexto, elas constituem fontes básicas deste trabalho não somente por narrarem o recorte temporal aqui delimitado, mas também por propagarem um discurso que une modelos medievais cristãos femininos ao processo de formação da identidade nacional portuguesa, diretamente relacionado com o projeto de expansão marítima-comercial e a colonização do Brasil.<sup>20</sup>

\* Mestranda em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), com bolsa financiada pela CAPES e sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Miriam Cabral Coser. E-mail: [priscilac\\_silva@hotmail.com](mailto:priscilac_silva@hotmail.com).

<sup>1</sup> Optou-se por apenas aproximar sua data de nascimento, uma vez que não há precisão nos estudos consultados para a elaboração deste trabalho. Eles oscilavam entre os anos de 1359 e 1360, geralmente indicando o mês de março.

<sup>2</sup> GIMENEZ, José Carlos. “Reinos em guerras, infantas aflitas: a mulher nas vicissitudes políticas das monarquias ibéricas medievais”. *Revista Diálogos Mediterrânicos*. Curitiba: [s.n.], n. 2, p. 99, 2012.

<sup>3</sup> Cabe elucidar que D. João I tivera dois filhos com outra mulher, mas isso se deu antes do casamento com Filipa de Lencastre. De acordo com Ana Rodrigues Oliveira, a rainha inclusive mantivera relações amistosas com os mesmos. OLIVEIRA, Ana Rodrigues. *Rainhas medievais de Portugal: dezessete mulheres, duas dinastias, quatro séculos de História*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010, p. 412. No caso de Beatriz de Castela e D. Afonso IV, outra hipótese para a ausência de bastardos fora do casamento consiste na convivência dos esposos e na construção de laços de amizade desde o período da infância, já que Beatriz foi para Portugal com apenas quatro anos de idade. LOURENÇO, Vanda. Carta de arras da rainha D. Beatriz (1309-1359). *Estudios Humanísticos: Historia*. León: Universidad de León, n. 7, p. 356, 2008.

<sup>4</sup> Não se obteve acesso direto aos seus conteúdos, mas primeiramente tomou-se conhecimento das mesmas através de um artigo. SILVA, Manuela Santos. “Philippa of Lancaster, Queen of Portugal: educator and reformer”. In: OAKLEY-BROWN, Liz; WILKINSON, Louise J. (ed.). *The Rituals and Rhetoric of Queenship: Medieval to Early Modern*. Dublin: Four Courts Press, 2009, p. 45.

<sup>5</sup> SILVA, Manuela Santos. “Práticas religiosas e hábitos culturais inovadores na corte dos reis de Portugal (1387-1415)”. *Actas do Colóquio Poder espiritual/poder temporal: as relações Igreja-Estado no tempo da Monarquia (1179-1909)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, p. 199, 2008.

<sup>6</sup> LOPES, Fernão. *Chronica de El-Rei D. João I*. Lisboa: Escriptorio (Coleção Bibliotheca de Classicos Portuguezes), v. 5, 1897-1898, p. 129.

<sup>7</sup> OLIVEIRA, Ana Rodrigues. Op. cit., p. 223.

<sup>8</sup> LOPES, Fernão. *Chronica del Rey D. Pedro I: deste nome, e dos Reys de Portugal o oitavo. Cognominado o Justiceiro*. Lisboa Occidental: Officina de Manoel Fernandes da Costa, 1735, pp. 476-477.

<sup>9</sup> O sentimento religioso de Filipa fora tão reforçado na crônica que, no momento de sua morte, tivera uma visão com Nossa Senhora. ZURARA, Gomes Eannes de. *Crônica da Tomada de Ceuta*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915, pp. 136-137.

<sup>10</sup> KLAPISCH-ZUBER, Christiane. “Masculino/Feminino”. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 137.

<sup>11</sup> SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*. Porto Alegre: UFRGS, v. 20, n. 2, p. 92, 1995.

<sup>12</sup> Para mais detalhes acerca do discurso sobre o comportamento das mulheres medievais, ver CASAGRANDE, Carla. “A mulher sob custódia”. In: KLAPISCH-ZUBER, Christiane; DUBY, Georges (orgs.). *História das Mulheres no Ocidente*. Porto: Edições Afrontamento, 1993. Ver também DUBY, Georges. *Eva e os padres: damas do século XII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>13</sup> KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 5ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998, p. 78.

<sup>14</sup> A partir das análises de fontes e bibliografias, constata-se que os nomes das rainhas variam em suas formas escritas. No que se refere à Beatriz de Castela, Brites é a variação mais recorrente. Já nas menções à Filipa de Lencastre – e embora nos textos de língua inglesa encontra-se majoritariamente a nomeação *Philippa of Lancaster* – em português surgem formatos ortográficos múltiplos, tais como Filipa, Felipa, Fellipa ou ainda Felippa e Lancaster, Lencastre ou Alencastro fazendo alusão a sua dinastia. Optou-se pelas ortografias Beatriz de Castela e Filipa de Lencastre por acreditar-se ser a mais utilizada pelos lusófonos dos dias atuais.

<sup>15</sup> LOPES, Fernão. *Chronica de El-Rei D. João I*. Lisboa: Escriptorio (Coleção Bibliotheca de Classicos Portuguezes), v. 5, 1897-1898, p. 129.

<sup>16</sup> Os estudos brasileiros que desenvolvem análises de crônicas medievais têm mostrado justamente o contrário, ou seja, atribuem importância cada vez maior à questão da intencionalidade das fontes. A pesquisa compartilha com a tese da historiadora Miriam Cabral Coser de que os cronistas portugueses cumpriram um importante papel na legitimação da dinastia de Avis, por exemplo. Fernão Lopes e, posteriormente, Gomes Eannes de Zurara foram alguns dos cronistas que escreveram especificamente neste período dinástico, narrando uma trajetória intencionalmente exemplar da linhagem inaugurada por D. João I e D. Filipa de Lencastre. Ver COSER, Miriam Cabral. *Política e Gênero: o modelo de rainha nas crônicas de Fernão Lopes e Zurara (Portugal – séc. XV)*. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciência Humanas e Filosofia, UFF, Niterói, 2003.

<sup>17</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2ª ed. Lisboa: DIFEL, 1990, p. 27.

<sup>18</sup> Embora compreendamos que Fernão Lopes nasceu no final do século XIV, ainda era muito jovem, de forma que se pode supor que seu período de atividade em função da Coroa portuguesa restringiu-se quase exclusivamente ao século XV.

<sup>19</sup> Apenas Rui de Pina viveria as primeiras décadas do século XVI. Vale sublinhar que Fernão Lopes foi substituído da função de cronista oficial do reino português alguns anos antes de morrer. Zurara, seu sucessor, também sofreria do mesmo processo em prol de Rui de Pina, o mais jovem dentre eles.

<sup>20</sup> Todas as crônicas em uso possuem mais de uma edição, sendo a escolha feita de acordo com a disponibilidade das mesmas no site oficial da Biblioteca Nacional de Portugal.

## **Estratégia de (sobre)vivência: as associações de imigrantes portugueses na Corte (1860–1882)**

**Priscila da Costa Pinheiro<sup>1</sup>**

**Resumo:** Este artigo investiga as associações de imigrantes portugueses organizadas na cidade do Rio de Janeiro, que tiveram os seus estatutos enviados ao Conselho de Estado entre os anos de 1860 e 1882. Por meio da documentação depositada no Arquivo Nacional, o trabalho analisa a clientela e os objetivos das sociedades, aqui compreendidas como estratégias de (sobre)vivência, pois em meio a um cenário em transformação, as agremiações constituíram-se em espaços para a prática da ajuda mútua, da caridade e da sociabilidade.

**Palavras-chave:** Associações portuguesas. Século XIX. Rio de Janeiro.

**Abstract:** This work aims to study Portuguese immigrants' associations organized in Rio de Janeiro city, which had their by-laws sent to the Conselho de Estado between the years of 1860 and 1882. By means of documentation deposited in the Arquivo Nacional, this paper analyzes the customers and objective of such companies, here understood as strategies of survival, because in the middle of a transformation scenery, such associations stood as spaces for the practice of mutual help, charity and sociability.

**Keywords:** Portuguese associations. Nineteenth Century. Rio de Janeiro.

Durante o período imperial, a cidade do Rio de Janeiro - *locus* de onde se governava o país e que o representava diante das províncias e das nações -, se via e era vista “por todo o território como titular das melhores condições para a mediação entre dois mundos: o da cultura europeia e o da natureza pujante das Américas”.<sup>2</sup> Em 1883, Carl von Koseritz, alemão naturalizado brasileiro, identificava o Rio como “‘a grande capital do império’, ‘a cidade que concentra a vida oficial do país’, ‘uma praça comercial internacional’ e o lugar onde é possível encontrar ‘as molas que dão movimento à máquina governativa’”.<sup>3</sup> Como centro decisório, político e econômico do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro constituiu-se num polo de atração de migrantes nacionais e estrangeiros ao longo do século XIX: nesse cenário, os imigrantes tornaram-se “uma das facetas da urbanização posta em marcha na cidade”.<sup>4</sup>

Dentre os imigrantes residentes na capital, destacaram-se os indivíduos de nacionalidade portuguesa: em 1872, os portugueses representavam 76,3% do percentual da população estrangeira do Rio de Janeiro. Entre 1860 e meados da década de 1880, a única grande corrente imigratória observada no Brasil foi portuguesa, pois a tardia abolição da escravatura, a legislação referente à contratação do estrangeiro e a ausência de liberdade religiosa

funcionaram como obstáculos à emigração europeia.<sup>5</sup> A língua comum e a crença na existência de uma civilização idêntica apareciam como elementos facilitadores da integração dos emigrantes portugueses à sociedade brasileira. Nem a alteração do estatuto social do português, que deixava de pertencer ao estrato privilegiado de uma sociedade colonial, desmotivou a emigração em direção ao Brasil. O colonizador tornava-se estrangeiro.

A presença significativa dos portugueses na cidade do Rio de Janeiro é atestada pela análise de parte de um conjunto documental pertencente ao fundo Conselho de Estado, do Arquivo Nacional – RJ: entre os anos de 1860 e 1882, 40% das associações de imigrantes organizadas na Corte eram portuguesas.<sup>6</sup> Com o intuito de compreendermos essas sociedades, focaremos a clientela e os objetivos das agremiações – que se constituíram em espaços para a prática da ajuda mútua, da caridade e da sociabilidade.

### **1. “(...) admitidos como sócios efetivos os portugueses de notória moralidade”<sup>7</sup>: a clientela das associações**

O fundo Conselho de Estado registra a existência de 25 sociedades de imigrantes na Corte, entre os anos de 1860 e 1882. Deste total, 10 foram organizadas para atender e agregar a população de nacionalidade portuguesa residente na cidade.

#### **Quadro 1. Sociedades de imigrantes portugueses registradas no fundo Conselho de Estado (1860-1882)**

	<i>Data do Registro</i>	<i>Título da Associação</i>
1	1861	Sociedade Portuguesa de Beneficência
2	1861	Sociedade Portuguesa Amante da Monarquia e Beneficente
3	1861	Sociedade Portuguesa Dezesesseis de Setembro
4	1862	Sociedade Portuguesa Primeiro de Dezembro
5	1863	Sociedade Caixa de Socorros D. Pedro V
6	1867	Sociedade Portuguesa Amor à Monarquia
7	1871	Associação Portuguesa Memória de D. Pedro V
8	1871	Associação Dramática e Beneficente dos Artistas Portugueses
9	1881	Sociedade Fraternidade Açoriana
10	1882	Associação Portuguesa de Beneficência Memória a Luiz de Camões

As associações portuguesas não chegaram a limitar o número de membros: alguns estatutos, como o da *Associação Dramática e Beneficente dos Artistas Portugueses*, afirmavam que a sociedade agregaria número indeterminado de membros; outros deixavam essa ideia implícita, pois não diziam nada a respeito.

Em grande medida, o sucesso da associação dependia da entrada de novos membros e do pagamento de suas joias e mensalidades. Para participar da associação, o indivíduo precisava possuir uma ocupação honesta, ter moralidade, crédito e bom comportamento. Para se tornar membro da *Sociedade Fraternidade Açoriana*, o sujeito deveria “gozar o conceito de homem trabalhador, não ter o vício da embriaguez, hábitos desordeiros, nem [ter] sofrido pena de condenação infamante”.<sup>8</sup> Essas exigências, ligadas à valorização do imigrante e do trabalho, eram fundamentais para a construção e manutenção de uma imagem positiva da agremiação e de seus componentes.

A idade desejada para os sócios foi pouco mencionada nos estatutos analisados. Entretanto, a partir da bibliografia referente ao associativismo na transição do século XIX para o XX e de alguns fragmentos da documentação estudada, acredita-se que a faixa etária dos membros das sociedades portuguesas girava entre os 14 e os 50 anos - intervalo que correspondia ao tempo de vida ativa do sujeito no mundo do trabalho. É importante lembrar que as pessoas com maior idade poderiam gerar mais despesas e realizar menos contribuições. A preocupação com a contenção dos gastos exigia, ainda, que o sócio gozasse de perfeita saúde no momento de sua admissão.

Poucas instituições fizeram menção ao gênero dos associados. Para a *Sociedade Portuguesa Primeiro de Dezembro*, os sócios efetivos seriam os “portugueses dos dois sexos, de boa conduta, admitidos pela diretoria sob proposta dum sócio, na qual se declara o nome, residência, estado e emprego do proposto”.<sup>9</sup> Todavia, a participação feminina era restrita: os estatutos da *Sociedade Fraternidade Açoriana*, por exemplo, ressaltavam que embora as mulheres pudessem “fazer parte da Sociedade, [...] os seus direitos [limitavam-se] ao socorro e proteção devidos aos sócios em geral e conforme o merecimento de sua classificação”.<sup>10</sup>

A dinâmica das associações limitava o espaço territorial atendido por elas: tanto a cobrança de mensalidades como a distribuição de socorros, exigiam certa proximidade entre a sede da sociedade e a residência dos sócios. A *Associação Dramática e Beneficente dos Artistas Portugueses* estabelecia que as beneficências fossem levadas aos associados enfermos até

Pedregulho, Caju, Laranjeiras, Botafogo e Niterói. Caso os sócios estivessem além destes limites, a associação pagaria os socorros da forma como julgasse mais conveniente e de acordo com seus interesses. Na década de 1880, a *Associação Portuguesa de Beneficência Memória a Luiz de Camões* determinava como incumbência da comissão de sindicância “sindicar os candidatos a sócios que residirem dentro dos limites percorridos atualmente pelos carros denominados ‘bondes’, na Corte e na cidade de Niterói, e pela estrada de ferro D. Pedro II, até a estação das oficinas”.<sup>11</sup> Percebe-se que o desenvolvimento e o melhoramento dos meios de transporte colaboravam para a ampliação dos limites territoriais atendidos pelas associações.

Para formar sua clientela, as sociedades estudadas visavam agregar indivíduos de nacionalidade portuguesa, honestos, trabalhadores, saudáveis e sem defeito físico que, no futuro, impossibilitasse o sujeito de trabalhar. Sócios não lusitanos eram aceitos somente como membros honorários no caso de contribuírem significativamente com a associação, através de donativos valiosos ou serviços relevantes. Indivíduos influentes também eram desejados para compor o quadro social: em 1861, os estatutos da *Sociedade Portuguesa de Beneficência* foram enviados ao governo imperial para aprovação. A documentação aponta o Visconde de Estrella como presidente da agremiação – o mesmo que, em 1863, solicitaria ao governo a aprovação dos estatutos da *Sociedade Caixa de Socorros D. Pedro V.*

## **2. “(...) Nos mais sólidos princípios de caridade e amor ao trabalho”<sup>12</sup>: os objetivos das associações portuguesas**

Se por um lado a cidade do Rio de Janeiro se apresentava aos migrantes como um lugar de oportunidades, por outro, seus habitantes conviviam, diariamente, com precárias condições sanitárias, doenças, multidões nas ruas, caos urbano e condições insuficientes de segurança pública. Além disso, as chuvas tropicais favoreciam as inundações e o clima quente e abafado agredia os corpos e a sensibilidade dos moradores. A vida na cidade carioca apresentava problemas reais aos imigrantes portugueses: baixos salários, doenças, desemprego, dificuldades para moradia e miséria compunham o cenário da cidade imperial. A maioria dos estrangeiros residentes no Rio da segunda metade do oitocentos era formada por trabalhadores que viviam de salários. As péssimas condições de higiene e trabalho tornavam as enfermidades e os acidentes eventos comuns. Porém, a ausência do trabalhador ocasionada



por doença ou acidente não garantia sua permanência no emprego. O mundo do trabalho, transitório, era também instável.

Auxiliar os enfermos ou impossibilitados de trabalhar, contribuir para realização de funeral, fornecer pensões para velhos, inválidos, viúvas ou órfãos eram alguns dos objetivos das associações portuguesas. Entretanto, as sociedades organizadas em torno de uma nacionalidade apresentavam características próprias, pois não tinham o mundo do trabalho como referência primeira para a adesão de novos membros.

Assim como as mutuais de imigrantes criadas em São Paulo e Santos no final do século XIX e início do XX, investigadas por Tânia Regina de Luca, as sociedades portuguesas organizadas na Corte possuíam “um conjunto variado de práticas destinadas a manter vivos os laços com a terra distante” – práticas reunidas por Luca sob a ampla designação de sentimento pátrio.<sup>13</sup> Para ela, uma primeira manifestação desse sentimento residiria no nome da associação. A análise do *Quadro 1* mostra que os títulos das sociedades portuguesas aqui estudadas homenageavam reis, mencionavam datas pátrias, louvavam compatriotas célebres.

Os estatutos revelavam as associações como espaços criados e organizados para manterem vivas as lembranças da terra natal. Mais que isso: esse mundo de convivência íntima tornava essa terra “passível de ser moldada segundo o desejo e as necessidades de cada um”.<sup>14</sup> Os estatutos mostravam o anseio de construção e perpetuação de uma imagem positiva de Portugal: os personagens ilustres, as instituições, a história do país e as virtudes dos imigrantes portugueses eram exaltados.

É expressamente em demonstração às virtudes que tanto distinguem o seu augusto soberano, que a sociedade soleniza aquele dia de tão jubiloso acontecimento [aniversário natalício de D. Luiz]. É a dívida que os portugueses ausentes do pátrio lar pagam ao seu excelso rei, a quem consideram o sustentáculo das instituições pátrias, da dignidade, independência e felicidade da Nação Portuguesa.<sup>15</sup>

Parte significativa das agremiações portuguesas apresentava como um dos seus principais fins a comemoração de datas nacionais. A *Sociedade Portuguesa Amante da Monarquia e Beneficente* afirmava ter sido “instituída para solenizar nesta Corte o dia 16 de setembro, aniversário do natalício e da aclamação de S. M. F. o senhor D. Pedro V”. Por sua vez, a *Sociedade Portuguesa Dezesseis de Setembro* objetivava “celebrar no dia 11 de novembro o passamento de D. Pedro V”, com ofícios fúnebres em sufrágio de sua alma. Rememorar o primeiro de dezembro, “aniversário da gloriosa restauração de Portugal em 1640”, era o objetivo principal da sociedade que carregava essa data no nome.

O estrangeiro residente no Brasil se via diante de novos referenciais culturais que deveriam ser, ao menos em parte, apreendidos. Para Luca, a necessidade de dominar as regras e os modelos próprios do grupo receptor redimensionava a identidade do imigrante: ao lidar com novos referenciais, o estrangeiro passava a ter a “percepção de uma autoimagem desvalorizada”. Além disso, a adesão aos referenciais culturais do país hospedeiro não garantia ao estrangeiro uma aceitação plena por parte da população brasileira e não “implicava uma negação radical de suas tradições”. Nesse sentido, a criação das “comunidades de apoio” buscava manter vivos os laços com a pátria distante.<sup>16</sup>

A fomentação da solidariedade entre os indivíduos de nacionalidade portuguesa, outro tipo de manifestação do sentimento pátrio, era constantemente expressa nas leis sociais. A *Sociedade Portuguesa Dezesseis de Setembro* estabelecia como princípio a promoção “entre os seus associados e os portugueses residentes no Brasil, de quantitativos com o fim de animar, socorrer ou auxiliar qualquer instituição útil de Portugal, especialmente de caridade; e também com o fim de minorar as provações que afligirem o país”.<sup>17</sup> A agremiação buscava a convivência harmônica entre os associados, a união da colônia portuguesa residente no Brasil e uma relação fraterna com Portugal. É importante destacar também a distribuição de socorros aos portugueses residentes no Brasil que não eram sócios das agremiações. Novamente, o desejo pela consolidação de relações solidárias entre compatriotas ficava evidente.

Para manter os laços com a terra natal, as sociedades estabelecidas no Brasil se relacionavam com o governo de Portugal através de seus representantes. Segundo Vitor Fonseca, muitas pessoas eram convidadas a participar da diretoria de uma associação para, “por sua presença, e eventual conselho, abrilhantarem a associação e funcionarem como elementos facilitadores do trânsito de seus interesses junto a esferas às quais as associações teriam maior dificuldade de acesso”.<sup>18</sup>

A análise dos 24 processos depositados no fundo Conselho de Estado, referente às 10 associações portuguesas organizadas no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, aponta a dificuldade de quantificar os socorros oferecidos. No entanto, os objetivos mais recorrentes nas leis sociais, em ordem decrescente, eram:

## Quadro 2. Objetivos das sociedades portuguesas

Modalidade
Cultivar o sentimento pátrio
Prestar socorros e praticar a caridade
Auxílio aos enfermos e/ou impossibilitados de trabalhar
Auxílio para viagens em caso de moléstia ou comiseração
Auxílio para realização do funeral
Auxílio aos inválidos e idosos
Auxílio moral e financeiro às viúvas e órfãos
Dar espetáculos em benefício dos cofres sociais
Assistência jurídica
Procurar ocupação e trabalho aos que não tiverem
Prestar alimentos aos indigentes que não puderem trabalhar
Facilitar o ensino
Construir estabelecimentos de ensino e bibliotecas
Construir hospital e asilo
Distribuir socorros pecuniários aos necessitados
Consulta e tratamento médico
Auxílio a presos
Auxílio moral

A manifestação do sentimento pátrio esteve presente em todas as agremiações estudadas: é possível apontar a própria prática da caridade, destinada primeiramente aos compatriotas, como parte desse sentimento. Os estatutos das sociedades portuguesas indicavam que, em maior ou menor medida, as agremiações faziam alusões a Portugal. Todavia, o quadro acima também revela que as associações não deixaram de ter o mundo do trabalho como referência: a expressão “auxiliar os enfermos e os impossibilitados de trabalhar”, recorrente nos documentos, apontava a existência de problemas reais e cotidianos. Mostrava ainda que os imigrantes portugueses tinham necessidade de elaborar soluções concretas para os problemas.

A oferta de socorros destinados aos enfermos e/ou impossibilitados de trabalhar e de auxílio para viagens em caso de moléstia ou comiseração eram bastante frequentes. As precárias condições de vida e a dificuldade de se obter atendimento médico tornavam comuns as doenças entre os trabalhadores: durante um período de enfermidade, o indivíduo poderia facilmente perder o emprego. Daí a importância dos auxílios em casos que o impossibilitassem de trabalhar. Também a oferta de auxílios destinados ao tratamento de saúde era imprescindível numa cidade que carecia de medidas concretas para garantir aos seus habitantes melhores condições de higiene e trabalho.

Os socorros em relação à morte eram oferecidos por grande parte das associações. Para Vitor Fonseca, o fato de a associação assumir a realização do funeral quando inexistisse uma

família, devia funcionar como um “atrativo interessante numa cidade com uma população tão desenraizada”.<sup>19</sup> A prestação desse socorro afastava a possibilidade do indivíduo ser enterrado como indigente. Logo, a realização do funeral pela associação constituía um sinal de dignidade e tornava público o fato de que o sujeito pertencera a um grupo. Para solucionar o problema de desamparo das famílias ocasionado pela morte, algumas associações ofereciam auxílio moral e financeiro às viúvas e aos órfãos dos associados. Muito provavelmente, esse auxílio era pouco oferecido por conta do seu alto custo.

Entre os fins das sociedades portuguesas, constava ainda a prestação de alimentos aos indigentes que não pudessem trabalhar e a busca de ocupação para quem não tivesse. Mais uma vez, o trabalho era preconizado.

Poucos foram os estatutos que trataram da instrução: enquanto a *Sociedade Fraternidade Açoriana* previa a fundação de um gabinete de leitura para instrução e recreio, a *Sociedade Portuguesa de Beneficência* objetivava facilitar o ensino. A previsão da organização de oficinas industriais surgia como uma possível solução para um problema concreto, já que a formação do trabalhador era preferencialmente voltada à aprendizagem de ofícios, que ofereciam alguma garantia de futuro. Ao lado de asilos e hospitais, as oficinas figuravam entre os estabelecimentos indispensáveis ou úteis para o cumprimento dos fins que justificavam a criação e o funcionamento de uma associação.

A assistência jurídica figurava entre os objetivos de algumas sociedades, que prestavam auxílios àqueles que não estivessem envolvidos em “crimes infamantes” – termo que, como alerta Vitor Fonseca, nunca é explicado. Todavia, o contexto parece incluir nessa expressão os crimes contra honra e patrimônio, os assassinatos (salvo legítima defesa) e o envolvimento em casos de corrupção. Embora cara (fator que, provavelmente, limitou a oferta do socorro pelas associações), essa cobertura se fazia necessária ao português que imigrara sozinho e que, de outra forma, permaneceria esquecido nas celas de detenção - caso nelas caíssem.

Enfim, a análise dos estatutos das associações portuguesas da cidade do Rio de Janeiro, organizadas na segunda metade do século XIX, mostra que a difusão do sentimento pátrio sob múltiplas formas era o principal objetivo das sociedades, que concederiam beneficência e proteção “a qualquer cidadão português residente no império que por infelicidade provada”<sup>20</sup> fosse obrigado recorrer às instituições. Entretanto, a prestação de diferentes modalidades de socorro que tinham como pano de fundo o mundo do trabalho também estava prevista na lei

social das agremiações – não só inseridas num cenário em transformação, mas indicadoras das mudanças que vinham se processando na sociedade brasileira.

### **Considerações finais**

Tomando como ponto de partida os estudos sobre o associativismo já produzidos no Brasil, a análise do conjunto documental aqui focado aponta semelhanças entre as associações beneficentes organizadas por brasileiros e portugueses na segunda metade do oitocentos. Percebemos que os problemas concretos vividos pela população levavam-na a buscar soluções também concretas. Como espaços para a prática da ajuda mútua, da caridade e da sociabilidade, as sociedades constituíram-se numa estratégia de (sobre)vivência para parte da população que vivia no Brasil.

Assim como as mutuais de trabalhadores nacionais estabelecidas no Rio, as agremiações aqui estudadas se organizavam conforme objetivos e interesses específicos, que “revelavam as maneiras pelas quais tais sujeitos entendiam a si próprios e a sociedade na qual estavam inseridos, produzindo e reproduzindo os significados oriundos das transformações que foram vivenciadas pela cidade do Rio de Janeiro ao longo do século XIX”.<sup>21</sup>

Os fins das sociedades portuguesas evidenciam os laços com a terra natal. Como observa Tânia Regina de Luca, se é certo que as associações de imigrantes

tentavam minorar as consequências da superexploração da força de trabalho prestando aos seus membros os tradicionais serviços de caráter previdenciário comuns a todas as sociedades de ajuda-mútua, não era menos fundamental o seu papel enquanto locus de preservação de solidariedade étnica,<sup>22</sup>

cultivada sob formas diversas.

- 1 Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Foi orientada pela Professora Doutora Cláudia Maria Ribeiro Viscardi. Contato: priscilapinho@hotmail.com.
- 2 NEVES, Margarida de Souza. Uma cidade entre dois mundos: o Rio de Janeiro no final do século XIX. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial, 1870-1889*. Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 126
- 3 *Idem*, p. 132. Carl von Koseritz foi um soldado mercenário alemão, chegado ao Brasil no ano de 1851 para lutar nas guerras platinas e que permaneceu no país, naturalizando-se brasileiro.
- 4 MENEZES, Lená Medeiros de A. *Os indesejáveis*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996. p. 62.
- 5 PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru, São Paulo: Edusc, Portugal: Instituto Camões, 2002. p. 28.
- 6 O recorte temporal foi realizado em função das disposições da lei n. 1.083, de agosto de 1860, e do decreto n. 2.711, de dezembro de 1860 - que previam que as atas das sessões fundadoras e os estatutos das associações deveriam ser enviados ao Conselho do Estado, responsável pela análise do material e pela emissão de um parecer sobre ele-, e de sua revogação no ano de 1882, data em que nova lei era promulgada para regular o estabelecimento de companhias e sociedades anônimas: em seu primeiro artigo, a lei n. 3.150 afirmava estarem “dispensadas de autorização do governo as companhias e sociedades anônimas de objeto comercial ou civil”. A documentação resultante desse processo encontra-se depositada no Arquivo Nacional sediado na cidade do Rio de Janeiro e constitui-se num conjunto de fontes imprescindível à compreensão do fenômeno associativo no Brasil imperial.
- 7 *Sociedade Portuguesa Amante da Monarquia e Beneficente*, 1861. AN/RJ, CE, Cx. 527, pacote 03, documento 24.
- 8 *Sociedade Fraternidade Açoriana*, 1881. AN/RJ, CE, Cx. 558, pacote 02, documento 29.
- 9 *Sociedade Portuguesa Primeiro de Dezembro*, 1862. AN/RJ, CE, Cx. 531, pacote 02, documento 34.
- 10 *Sociedade Fraternidade Açoriana*, 1881. AN/RJ, CE, Cx. 558, pacote 02, documento 29.
- 11 Associação Portuguesa de Beneficência Memória a Luiz de Camões, 1882. AN/RJ, CE, Cx. 559, pacote 01, documento 01.
- 12 *Associação Portuguesa Memória de D. Pedro V*, 1871. AN/RJ, CE, Cx. 550, pacote 03, documento 44.
- 13 LUCA, Tânia Regina de. *O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto; Brasília: CNPq, 1990. p. 140-141.
- 14 *Idem*, p. 141.
- 15 *Sociedade Portuguesa Amor à Monarquia*, 1867. AN/RJ, CE, Cx. 543, pacote 02, documento 26.
- 16 LUCA, Tânia Regina de. *Op. Cit.*. p. 133.
- 17 *Sociedade Portuguesa Dezesesseis de Setembro*, 1861. AN/RJ, CE, Cx. 529, pacote 03, documento 48.
- 18 FONSECA, Vitor M. M. *No Gozo dos Direitos Cívicos: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916*. Rio de Janeiro: Faperj, Arquivo Nacional e Muiraquitã, 2008. p. 131-132.
- 19 *Idem*, p. 124.
- 20 *Associação Portuguesa de Beneficência Memória a Luiz de Camões*, 1882. AN/RJ, CE, Cx. 559, pacote 01, documento 01.
- 21 LACERDA, David P. Experiência associativa no Império: sociedades mutuais de trabalhadores livres na cidade do Rio de Janeiro (segunda metade do século XIX). In: *Anais do XIII Encontro de História*. Anpuh: Rio de Janeiro, 2010.
- 22 LUCA, Tânia Regina de. *Op. Cit.*. p. 133.

## PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DO COLÉGIO PEDRO II

**Priscila de Assunção Barreto Côrbo**

*Mestre em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de  
Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Rio de Janeiro, RJ - Brasil.*

*Bibliotecária do Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, RJ - Brasil.*

*E-mail: priscilacorbo@cp2.g12.br*

### Resumo

O presente trabalho apresenta um estudo sobre o patrimônio histórico-cultural do Colégio Pedro II, instituição tradicional de ensino público que ao longo do tempo instituiu e mantém preservados lugares de memória. Em seus traços e vestígios deixados às gerações futuras encontram-se registrados acontecimentos históricos que marcaram a vida da Instituição e, por conseguinte do país. Hoje, a Comissão da Memória Histórica e o Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II desenvolvem projetos e ações com o propósito de preservar, disponibilizar e garantir o acesso futuro ao patrimônio histórico-cultural desta instituição.

**Palavras-chave:** Colégio Pedro II. Patrimônio histórico-cultural. Memória Coletiva.

### Abstract

This paper presents a study of the historical and cultural heritage of Pedro II School, traditional institution of public education over time instituted and maintain places of memory preserved. In its traces and remnants left to future generations are recorded historical events which marked the life of the institution and therefore the country. Today, the Commission of Historical Memory and the Center for Documentation and Memory of Pedro II School develop projects and actions in order to preserve, provide and ensure future access to the historical and cultural heritage of this institution.

**Keywords:** Pedro II School. Historical and cultural heritage. Collective Memory.

## 1 INTRODUÇÃO

O desejo de perpetuar a memória, facilitado pela reprodução técnica e a conseqüente criação de “lugares”, impulsionou à sociedade e instituições públicas e privadas em toda parte, no mundo, a criar representações de suas memórias individuais, ou seja, verdadeiras memórias auxiliares, cada vez mais extensas, diversificadas e inclusive duplicadas, a exemplo de bibliotecas, museus, arquivos e monumentos históricos, gerando-se assim uma ampliação de espaços de “guarda de memória”.

No entanto, verifica-se o surgimento a todo o momento de diversas iniciativas voltadas ao desenvolvimento de projetos e ao estabelecimento de ações necessárias à preservação desses espaços de “guarda de memória” em longo prazo.

Todos os bens de natureza material e imaterial, de interesse cultural ou ambiental, que possuam significado histórico, cultural ou sentimental, e que sejam capazes, no presente ou no futuro, de contribuir para a construção de uma identidade coletiva - a identidade nacional -, devem ser preservados e ter seu acesso garantido.

Surgem no Colégio Pedro II as primeiras iniciativas relacionadas à preservação do patrimônio histórico-cultural que começam a ser delineadas com o propósito de garantir o acesso permanente aos documentos dos acervos bibliográfico, iconográfico e arquivístico (Fundo CPII) do Núcleo de Documentação e Memória (NUDOM) e as obras da Biblioteca Histórica e Coleções Especiais, bem como os documentos do Centro de Estudos Linguísticos e Biblioteca Antenor de Veras Nascentes.

Fundado em 1837 na cidade do Rio de Janeiro, em homenagem ao Imperador-Menino, foi o primeiro colégio a ministrar ensino secundário oficial no país, caracterizando-se como importante elemento de construção do processo civilizatório do Império, de fortalecimento do Estado na formação da nação brasileira. Desde então, o Colégio vem contribuindo expressivamente nos mais variados setores da vida nacional – seja no quadro da evolução política e cultural, seja no processo pedagógico e educacional – qualitativa e quantitativamente -, de forma ininterrupta.

Deste modo, acredita-se que a preservação do patrimônio histórico-cultural do Colégio Pedro II garantirá o direito à memória coletiva, entendida como aqueles valores que indicam e em que se reconhece a identidade da nação. Considera-se seus espaços de “guarda de memória” de fundamental importância para o processo de construção da identidade nacional. O valor que é atribuído a esses bens, enquanto meios para referir ao passado, está diretamente relacionado aos elementos indicativos da evolução da história da educação no país.

Atendendo a essas premissas, o Centro de Documentação e Memória e a Comissão da Memória Histórica vêm desenvolvendo projetos e ações para a preservação e conservação de acervos de valor patrimonial para a Instituição. Pretende-se, sobretudo, proporcionar aos pesquisadores o acesso irrestrito a seus bens e aumentar a visibilidade da Instituição em termos de pesquisa.

## **2 COLÉGIO PEDRO II: HISTÓRIA E MEMÓRIA**

O Colégio Pedro II (CPII), fundado em 2 de dezembro de 1837, na cidade do Rio de Janeiro, caracteriza-se como uma instituição de ensino básico, profissional e superior, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação básica e de licenciaturas.

A instituição oferece cursos que vão desde o primeiro segmento do ensino fundamental ao nível médio, além de programas de especialização profissional, cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, na área de educação e formação de professores. Atualmente, possui quatorze *campi* escolares de ensino, sendo o *campus* Centro – anteriormente designado Externato -, a primeira unidade escolar do Colégio Pedro II.



De acordo com o Projeto Político-Pedagógico do CPII (2002), a história do Colégio confunde-se com a própria história da educação brasileira, especialmente no que diz respeito ao ensino de humanidades. Desde sua fundação, a Instituição vem participando ativamente nos mais variados setores da vida nacional, tanto no quadro da evolução política e cultural, quanto no processo pedagógico e educacional.

O Colégio Pedro II revela-se como uma instituição dotada de memória e historicidade. A memória histórico-institucional foi construída a partir dos vários acontecimentos que marcaram sua trajetória e nos apresenta costumes e tradições que passaram a fazer parte da memória nacional.

Durante os anos, o Colégio instituiu e manteve preservados diferentes espaços de “guarda de memória”, situados no *campus* Centro, que são insumos para pesquisas que geram novos conhecimentos de temas relacionados à Instituição e sobre a história da educação no Brasil.

No presente estudo, considera-se os espaços de “guarda de memória” como o patrimônio histórico-cultural do Colégio Pedro II, apresentado brevemente no próximo tópico.

### **3 PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DO COLÉGIO PEDRO II**

O conjunto de bens que compõe o patrimônio histórico-cultural do Colégio Pedro II guarda em si referências à identidade, a ação e a memória desta instituição e do país. Em seus traços e vestígios deixados às novas gerações encontramos prova e informação/testemunho da evolução da história da educação brasileira. Destacam-se: a Biblioteca Histórica e suas Coleções Especiais; o Centro de Estudos Linguísticos e Biblioteca Antenor de Veras Nascentes; o *Campus* Centro; os laboratórios de Física, Química e Biologia; o Museu Histórico; o NUDOM e seu acervo arquivístico, Fundo CPII; e, os salões para eventos: Salão Nobre e Sala de Leitura.

#### ***Biblioteca Histórica e Coleções Especiais***

A criação da Biblioteca do Imperial Colégio de Pedro II, atual Biblioteca Histórica, é referida no Regulamento n.8, de 31 de janeiro de 1838, Capítulo XXIV, artigo n.146, que dispõe sobre os Estatutos do Colégio, onde podemos identificar as primeiras diretrizes para a realização das atividades administrativas e as deliberações sobre a estrutura, finalidade e funcionamento assinados pelo ministro do Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos.

A Biblioteca Histórica é composta por coleções especiais, raras e/ou preciosas, que refletem a influência humanística na formação do corpo docente e discente do Colégio Pedro II. Tem por objetivo disseminar a preservação do patrimônio histórico-cultural brasileiro, além de subsidiar os

trabalhos de pesquisa científica em nível de graduação e pós-graduação. As coleções estão divididas em duas partes: Acervo Antigo e Coleções Especiais.

O Acervo Antigo é composto por obras de assuntos gerais, nos diversos ramos do conhecimento, grande parte em francês. Reúne livros e periódicos do século XVI até o início do século XX, perfazendo um total aproximado de 20.000 volumes. Incluem-se textos que fundamentam a educação do Brasil desde o século XIX.

Destacam-se neste acervo, sejam por seu valor bibliográfico, histórico, cultural, literário ou pecuniário, as seguintes obras:

- Lexicon Graecolatinun Nouum, de Joannes Scapula, de 1580 (obra mais antiga do acervo);
- Dictionnaariun octolingus, de Ambrogio Calepino, de 1663 (obra de grande importância, seu autor passou a ser usado como sinônimo par dicionário);
- Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa, de Antonio Caetano de Souza, de 1735.
- Vocabulario Portuguez e Latino, de Raphael Bluteau, de 1712;
- Chronica do Emperador Clarimundo, de João de Barros, de 1843;
- Apologie de Socrate, de Platão, de 1845;

As Coleções Especiais são constituídas por acervos pessoais doados ao Colégio Pedro II por professores e alunos eminentes, ou ainda, pela família desses. Encontram-se reunidas as seguintes Coleções:

- Biblioteca Professor Cândido Jucá Filho: reúne 4.000 volumes, formada, basicamente, por publicações especializadas em Filologia. Possui valiosas primeiras edições de clássicos da Literatura Brasileira e grande número de obras de José de Alencar, e sobre ele, que era área de estudos deste Professor. Destaca-se, também, o acervo de Literatura Portuguesa, especialmente a coleção Camiliana, e obras de referência. É composta, ainda, de arquivos pessoais, fichas de pesquisa filológica, manuscritos e publicações de sua autoria;

- Biblioteca Professor Roberto Bandeira Accioli: constituída, basicamente, por livros de História, em especial sobre Antiguidade Clássica, grande parte em Francês, Legislação de Ensino e assuntos afins, com um total aproximado de 5.000 volumes;

- Biblioteca Professor Haroldo Lisboa da Cunha: constituída, basicamente, por livros de Ciências Exatas, especialmente Matemática, e assuntos afins, com o total de 1.050 títulos e, aproximadamente, 2.000 volumes;

- Biblioteca Hélio Thys: reflete a formação humanística e eclética deste jornalista, aluno emérito do Colégio, com um acervo bastante diversificado onde se destacam obras na área de Comunicação. Reúne toda sua obra literária, inclusive textos inéditos, e sua produção para jornais, revistas, rádio e televisão, com um total aproximado de 4.000 volumes.

### ***Centro de Estudos Linguísticos e Biblioteca Antenor de Veras Nascentes***

A Coleção Especial contendo a produção intelectual de Antenor de Veras Nascentes foi doada por seus familiares ao Colégio Pedro II em 21 de setembro de 1990 objetivando atender à comunidade acadêmica do Brasil e do exterior.

Antenor de Veras Nascentes foi ex-aluno e professor catedrático de Espanhol e Português no século XIX e XX, filólogo, dicionarista, especialista em línguas românicas, conceituado pela área da linguística, dialetologia, sociolinguística e geolinguística dentre outras áreas como um dos teóricos e metodólogos de maior expressão e contribuição.

O material doado consiste em um acervo bibliográfico, incluindo fichas de pesquisa filológica, arquivos e correspondências mantidas com personalidades de importância das áreas da ciência e das letras, do país e do exterior.

O Centro de Estudos Linguísticos e Biblioteca Antenor de Veras Nascentes, está localizado temporariamente no *campus* de São Cristóvão. Destacam-se: livros; artigos de periódicos; material de referência como dicionários - destacando o Dicionário Etimológico -, e correspondências, ambos de sua autoria; correspondências passivas de cientistas, pesquisadores e autoridades políticas, nacionais e internacionais; precioso conjunto iconográfico; primeira edição de diversas obras; publicações de diferentes autores com "pareceres" de Nascentes tornando-se assim obras de valores inestimáveis.

### ***Campus Centro***

O casarão da antiga Rua Larga de São Joaquim, hoje Avenida Marechal Floriano, remonta ao ano de 1739 ao Abrigo dos Órfãos de São Pedro – designado no mesmo ano de Seminário de São Pedro -, obra de caridade da antiga Paróquia de São Pedro. Em dezembro de 1766, os seminaristas deste abrigo foram transferidos para um novo prédio nas adjacências, passando a casa a pertencer ao Seminário de São Joaquim.

O prédio foi reformado em 1831 pelo arquiteto francês Gradjean de Montigny, e modelado segundo os educandários franceses da época, “mantendo um paralelismo entre a influência das ‘Luzes’ que chegaram da França e a ‘ilustração’ peninsular de base clerical e filantrópica.” (COLÉGIO PEDRO II, 2000, p.23, grifo do autor). Em 1874, o edifício foi ampliado por Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, discípulo de Montigny, dando a escola a sua atual fachada em Estilo Neoclássico.

Em 19 de maio de 1983 o *campus* Centro foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, sendo reconhecido como “um bem nacional” que guarda

significativa parcela da memória histórica da instituição. Hoje, ainda conserva os traços originais de sua fundação, os amplos corredores e salas, sua imponente arquitetura, desperta memórias dos que passaram por ali, sejam alunos, professores ou funcionários da Casa.

### ***Laboratórios de Física, Química e Biologia***

Os primeiros indicativos que registram a necessidade da criação dos laboratórios de Física, Química e Biologia (antigo História Natural), assim como a Biblioteca Histórica, constam no Capítulo XXIV do Regulamento de 1838. O artigo n.151 deste capítulo estabelece que: “Haverá também hum Gabinete de Physica, hum Laboratório de Chimica, e huma collecção elementar dos productos dos tres Reinos vegetal, mineral, e animal”. (COLÉGIO PEDRO II, 1838, p.83).

Os laboratórios de Física, Química e Biologia possuem um conjunto de objetos representativos dos procedimentos educativos em aulas experimentais, especialmente do início do século XX. O Laboratório de Biologia, em especial, possui um acervo significativo de espécies animais empalhadas.

Talvez estes sejam o testemunho mais valioso e expressivo no país nessas áreas, despertando interesses de pesquisa das instituições históricas mais conceituadas do país.

### ***Museu Histórico***

O Museu Histórico, criado em 1979, guarda traços e vestígios de como era o ambiente escolar desde o século XIX. Possui objetos das aulas experimentais de instrução militar; uniformes antigos dos alunos; cadernetas dos estudantes do Internato e Externato; provas manuscritas dos alunos, incluindo nessa coleção a prova do ex-presidente da República, Washington Luis; quadros com retratos dos professores catedráticos que fizeram nome ao Colégio; quadro com as fotos das dependências do antigo Internato, sendo hoje principal fonte de pesquisa, pois registra como era esta unidade antes do incêndio em 1961; emblemas; diplomas; diapositivos; e mapas do antigo laboratório de geografia.

### ***Núcleo de Documentação e Memória***

O Núcleo de Documentação e Memória, criado em 1995, é um centro de documentação especializado no tratamento, preservação e divulgação das obras do acervo arquivístico, bibliográfico e iconográfico do Colégio Pedro II.

Dos itens documentais que compõe o acervo bibliográfico destacam-se os que datam os primeiros anos da fundação do Colégio, representados por livros didáticos das disciplinas ministradas nos séculos XIX e XX; regulamentos, regimentos e relatórios desde 1838; Programas

de Ensino desde 1856; Coleção das Leis do Brasil de 1808 a 1962; teses de concursos para a cátedra de 1878 a 1975; anuários elaborados pelo diretor geral no exercício da função referente ao período de 1914 a 1961; monografias de conclusão de cursos de graduação e pós-graduação; teses de doutorado e dissertações de mestrado dos funcionários do CPII, incluindo os trabalhos realizados por pesquisadores externos que retratam a história da educação tendo como fonte o Colégio; e, obras de memorialistas, professores e ex-alunos.

Importante ainda destacar, os jornais e revistas estudantis elaborados pelos alunos do Colégio entre o período de 1920 a 1990, destes: “Sciencias e Letras” (décadas de 1920 e 1930); “O Arauto; “Pronome”; “Muirakitan”; “Ateneu”; “O Atalaia”; e “O Noticiário” (década de 1930); “O Tangará” e “Colmeia” (década de 1940); “Símbolo”; “Internato” e “A Flama” (década de 1950); “O Periscópio” (década de 1980); e, “Declare Guerra” (década de 1990). O Núcleo reúne, também, provas de alunos e livros do acervo pessoal do imperador Dom Pedro II.

O acervo iconográfico é representado por um conjunto de fotografias de professores, eventos realizados no Colégio, dos *Campi*, da família imperial, do Rio antigo; álbuns de turmas de alunos; e, pinturas.

O acervo arquivístico (Fundo CPII) é constituído por um conjunto de obras manuscritas do século XIX e XX, destacam-se as Atas da Congregação; livros de Atas de Concursos de professores para ingresso no CPII; primeiro livro de avisos do Imperial Colégio de Pedro II de 1838; livros de Matrícula de funcionários; livros de Exames Preparatórios; ofícios enviados e recebidos; avisos do Ministério do Império; livros de Ocorrências Disciplinares; livros de Colação de Grau e Bancos de Honra; livros de Contabilidade; livros de Nomeações de professores e funcionários. Um quantitativo de 600 livros encadernados e 60 pastas com documentação avulsa, totalizando 6 mil itens.

Os documentos que compõe o Fundo CPII, em especial, retratam a infraestrutura e as funções do Colégio, ou seja, suas atividades-meio e atividades-fim. Compreende os documentos gerados por essa instituição necessários à sua criação, ao seu funcionamento e ao exercício das atividades que justificam sua existência.

Atualmente, o NUDOM presta assistência às pesquisas e projetos em diferentes áreas do conhecimento. Além disso, desenvolve projetos de pesquisa na comunidade escolar junto aos professores e alunos da Instituição e configura-se como um laboratório de pesquisa. Este Núcleo caracteriza-se como fonte principal de informação para o estudo da história da educação brasileira.

### ***Salão Nobre e Sala de Leitura***

A transformação mais significativa realizada no *campus* Centro foi à construção do Salão Nobre, inaugurado em fevereiro de 1875. Naquela época, o espaço tonou-se o lugar onde os alunos recebiam o grau de Bacharel em Ciências e Letras e onde ocorriam os concursos para a cátedra do Colégio, eventos que costumavam contar com a presença do Imperador Pedro II.

O Salão Nobre é ainda hoje o principal local da Casa para a realização das grandes solenidades. Dentre os eventos mais significativos para a Instituição, destacam-se a entrega dos títulos de Aluno Eminente, aos ex-alunos que se destacaram na vida pública e profissional; de Professor Emérito, aos professores que tenham se destacado ao longo de sua carreira como membros docentes do Colégio; de Pena de Ouro, ao aluno que mais se destacou ao longo do curso em cada campus; além das comemorações pelo aniversário da instituição no dia 2 de dezembro.

Na Sala de Leitura, não menos importante, ocorrem eventos de menor porte, pois atualmente esta comporta a Biblioteca Escolar.

#### **4 COMISSÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA**

No intuito de perpetuar a memória histórico-institucional, o Colégio Pedro II instituiu em 1990 a Comissão de Atualização da Memória Histórica, constituída inicialmente por professores, museólogo e técnico administrativo. A Comissão deveria, a princípio, propor um projeto para atualização da obra escrita pelo professor Escragnolle Doria em 1937: *Memória histórica do Collegio de Pedro Segundo: 1837-1937*, que registra a trajetória do Colégio nos seus cem primeiros anos, assim sendo, a Memória Histórica do Colégio teria que ser contada a partir de 1938.

Assim sendo, o projeto para atualização da memória histórica foi alicerçado atendendo as premissas dispostas na segunda edição da obra de Doria (1997):

A história dessa singular instituição federal de ensino não pode ser perdida, com o risco de se perder também a memória nacional. É urgente que se alinhem no tempo os fatos importantes que tiveram lugar no Colégio Pedro II. [...] Em branco está sua história pós-centenária a pedir prelo eu a imortalize na alma do leitor brasileiro, desenhando o perfil de uma gente assinalada pela fé no processo da Educação como o caminho transformador da sociedade. (DORIA, 1997, p.7).

A história pós-centenária do Colégio foi concluída em outubro de 2013. Após seu término e publicação, a Instituição verificou a necessidade de promover novos projetos e ações para a preservação de sua memória, constituindo assim uma nova equipe interdisciplinar.

Desta forma, a Portaria da antiga Comissão foi reeditada em novembro de 2013, instituindo a Comissão da Memória Histórica, tendo como membros, professores de diferentes áreas do conhecimento, bibliotecários, museólogo e técnico administrativo. O objetivo desta nova Comissão é constituir-se em um espaço para estudos, pesquisas e sistematização da produção da memória histórica, assim como a sua divulgação para o público interno e externo.

Nesta nova configuração, pretende-se manter viva a memória do Colégio, através do estabelecimento de parcerias internas e externas e o desenvolvimento de projetos para preservação dos acervos do NUDOM, em especial, os documentos históricos manuscritos do século XIX e XX; e, dos acervos da Biblioteca Histórica e Coleções Especiais, bem como dos documentos que compõe o Centro de Estudos Linguísticos e Biblioteca Antenor de Veras Nascentes.

A proposta atual é possibilitar aos pesquisadores o acesso aos acervos e aumentar a visibilidade da instituição em termos de pesquisa histórica. Para a Comissão, a memória histórica do Colégio é fonte principal de informação para quem quer estudar a fundo a história da educação brasileira, ou ainda encontrar elementos que ofereçam subsídios para o estudo da ciência, cultura, política etc. do país:

A Memória Histórica é parada obrigatória para qualquer estudioso que pretenda penetrar no universo cultural brasileiro quer na política, quer nas artes, quer na ciência, quer na Educação. De tudo [o Colégio] participou, emprestando sua experiência e seu engenho. (DORIA, 1997, p.7).

Para tanto, a Comissão continua a realizar projetos e ações de preservação junto ao Centro de Documentação e Memória, composto pelos seguintes setores: Biblioteca Histórica; Museu Histórico, NUDOM; Centro de Estudos Linguísticos e Biblioteca Antenor de Veras Nascentes; e, Laboratório de Digitalização do Acervo Histórico. Neste último são realizados projetos de digitalização para fins de preservação e acesso.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O desejo de perpetuar a memória histórico-institucional às gerações futuras impulsionou o Colégio Pedro II a investigar soluções adequadas para salvaguarda futura de seus bens. A parceria formada entre o Centro de Documentação e Memória e a Comissão da Memória Histórica revela-se de fundamental importância para o desenvolvimento de projetos e ações voltados à preservação de seu patrimônio histórico-cultural.

Entretanto, identifica-se a necessidade de projetos e ações para a preservação dos bens que compõe os Laboratórios de Física, Química e Biologia, assim como os objetos do Museu Histórico. Atualmente, as medidas que estão sendo tomadas pelo Colégio Pedro II visam somente a atender as necessidades de preservação do NUDOM, Biblioteca Histórica e suas Coleções Especiais, e do Centro de Estudos Linguísticos e Biblioteca Antenor de Veras Nascentes.

Os Laboratórios, em especial, possuem rico acervo de materiais e objetos de ensino que revelam indícios da cultura e história desta instituição. Esse conjunto de objetos, representativo dos procedimentos educativos em aulas experimentais de física, química e biologia, especialmente do início do século XX, talvez seja o testemunho mais significativo e importante no país nessa área. No entanto, o conjunto de objetos encontra-se em estado de abandono devido ao mau uso e em

diferentes estados de conservação.

Considerando a importância informacional dos materiais que compõe esses espaços de “guarda de memória” para o país e para a sociedade, verifica-se a necessidade da adoção de medidas preventivas e corretivas aos objetos destes Laboratórios e Museu e, principalmente, investimento em recursos e a aplicação de estratégias que assegure que estes estejam sempre disponíveis para acesso e uso futuro.

A criação de uma rede de parcerias externas pode ser o caminho para a viabilização da preservação dos acervos dos Laboratórios e do Museu Histórico. O Colégio precisa considerar, sobretudo, a criação de uma equipe interdisciplinar interna que envolva bibliotecários, museólogos, arquivistas, físicos, químicos, biólogos e gerentes de registros, administradores e formuladores de políticas para trabalhar em prol da preservação do patrimônio histórico-cultural desta Instituição.

A preservação do patrimônio histórico-cultural do Colégio Pedro II deve ser considerada essencialmente parte do compromisso organizacional e constar em todas as políticas e diretrizes institucionais, como exemplo o Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Político Pedagógico (PPP).

A história e memória do Colégio Pedro II, sobretudo, o conhecimento da evolução do ensino secundário no país, não pode ser construído sem o conjunto de bens que sem dúvida alguma, ocupam um lugar importante para a Instituição e, sobretudo, para a pesquisa histórica.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, V. L. C. de Q. **Colégio Pedro II: um lugar de memória**. Orientadora: Eliane Garcindo de Sá. Rio de Janeiro, 1999. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

COLÉGIO PEDRO II. **Projeto Político Pedagógico**: Brasília, DF: Inep/MEC, 2002.

\_\_\_\_\_. Regulamento n.8, de 31 de janeiro de 1838. Dispõe sobre os Estatutos do Colégio Pedro II.

DÓRIA, Escragnoille. **Memória histórica do Colégio de Pedro II: 1837-1937**. 2.ed. Brasília, DF: INEP, 1997.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: PUC-SP, n.10, 1993. p.7-28.

NUDOM – NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA. **Aniversário de quinze anos do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2010. CD-ROM.



## “Todo mundo na rua”: Chico e Caetano no debate sobre engajamento político e arte

Priscila Gomes Correa<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho contempla um panorama das posições adotadas por Chico Buarque e por Caetano Veloso durante o processo de abertura política, em fins da década de 1970, quando ambos os artistas, devido às posições consolidadas que ocupavam no cenário musical, bem como por suas posturas políticas frequentemente díspares, foram chamados a responder aos anseios da sociedade civil que clamava por novos rumos para o país. A partir do confronto de canções, entrevistas e depoimentos, observa-se a maneira como esses dois compositores interpretavam não só a situação do país, como também o questionamento acerca do papel do artista na sociedade.

**Palavras-chave:** Chico Buarque, Caetano Veloso, Engajamento

**Abstract:** This paper consider an overview of the positions taken by Chico Buarque and Caetano Veloso during the process of political liberalization in the late 1970s, when both artists, due to the consolidated positions they occupied in the music scene, as well as their political stances often disparate, were called to respond to the cravings of civil society that called for a new direction in the country. From the clash of songs, interviews and testimonials, we observe how these two composers interpreted not only the situation of the country, but as well as the questioning of the role of the artist in society.

**Keywords:** Chico Buarque, Caetano Veloso, Engagement

*“Ando com minha cabeça já pelas tabelas  
Claro que ninguém se importa com minha aflição  
Quando vi todo mundo na rua de blusa amarela  
Eu achei que era ela puxando o cordão”  
(Chico Buarque, *Pelas Tabelas*, 1984)*

“Todo mundo na rua” seria a expressão mais auspiciosa de que a liberdade e a democracia chegariam em festa, como um êxtase coletivo, como uma profunda experiência transformadora. O tão esperado “dia que virá”<sup>2</sup> começava realmente a despontar sob a névoa da ditadura, e olhares atentos já se posicionavam para contar, gritar, cantar a boa nova, a abertura do país à sua própria voz enviesada por tantos silêncios. E entre tantas vozes, Caetano Veloso e Chico Buarque não se furtaram à oportunidade de propor o lugar social do artista popular, ou melhor, de se proporem a esse lugar. Este trabalho contempla um panorama das opções e ideais adotados por esses dois influentes compositores brasileiros, durante o processo de abertura política do país, em fins da década de 1970, quando ambos, devido às posições consolidadas que ocupavam no cenário musical, bem como por suas posturas políticas frequentemente díspares, foram chamados a responder aos anseios da sociedade civil que clamava por novos rumos para o país.

Diante disso, cabe lembrar que Chico Buarque e Caetano Veloso ganharam notoriedade ainda na década de 1960, momento de grande efervescência intelectual no país, o *boom* da

música popular acompanhou o processo de expansão das indústrias televisiva e fonográfica em escala nacional. O grande sucesso conquistado pela participação nos festivais de música popular transmitidos pela televisão proporcionou aos compositores a inserção em um novo espaço de intervenção sobre o recorrente “debate em torno da arte politicamente engajada”.<sup>3</sup> A propulsão da *Indústria Cultural* assimilou essa antiga controvérsia, os artistas estariam vinculados a posições que se polarizavam entre as “engajadas” ou “alienadas” frente à “nova” realidade, e as definições de música popular estariam entre ser um bem cultural tradicional/portador de identidades ou um bem cultural mercantilizado.<sup>4</sup>

Na ocasião jovens artistas como Geraldo Vandré, Edu Lobo, Elis Regina, entre outros, engajavam-se nas discussões e projetos de recuperação das características nacionais da música popular, e no debate sobre o excesso de influência estrangeira, incluindo o uso de instrumentos elétricos (como estaria ocorrendo sob o *iê-iê-iê*, referência a uma tendência musical chamada *Jovem Guarda*), o que poderia representar uma ameaça às “tradições” culturais genuinamente brasileiras. Sob esse contexto Chico Buarque acabou sendo associado aos artistas “engajados”, preocupados com a preservação do “nacional-popular”, enquanto Caetano inicialmente foi alocado entre os chamados “alienados”, em função de sua contundente crítica aos nacionalistas. Rótulos superficiais que depois foram se modificando de acordo com suas canções e atuação no cenário artístico.

A inserção dos artistas nesse debate inicial deixou profundas raízes em suas trajetórias, sempre como um questionamento inerente aos seus trabalhos, sendo possível notar que uma tensão entre o *individual* e o *coletivo* perpassa a possível divergência entre esses dois percursos artísticos, de Chico e de Caetano, pois é do plano individual que este visava interferir de fato na sociedade, acreditando na força do recado artístico; enquanto Chico, apesar de compartilhar esse anseio estético, apostava também no compromisso social com a “encomenda coletiva” que sempre lhe chegava.

Na verdade, o conjunto de opiniões que embasaram as intervenções artísticas de Caetano e de Chico em fins da década de 1970, só pode ser observado dentro de um panorama cronológico mais amplo capaz de esclarecer suas posturas. Vejamos nesse sentido, um depoimento de Chico para o filme *Chico, Retrato em Branco e Preto*, de 1968, abordando o impacto da indústria da cultura sobre a sociedade, quando os ídolos estariam substituindo importantes valores que fariam falta para o povo:

[...] O problema é maior do que eu mesmo, o problema é a substituição dos valores, dos heróis pelos ídolos de televisão. O excesso de valorização aos ídolos. Eu tô no meio deles, não é isso, sou um deles, não posso reclamar contra isso, só me espantei, não reclamei não. Eu, não tô incluindo esse eu como se fosse o rei, o ídolo, mas são mil ídolos aqui no Rio, em São Paulo, no Norte, no Sul, em todo lugar o cara

chega é o artista de televisão, o cara famoso, então ele substitui uma porção de coisas que fazem falta a esse povo.<sup>5</sup>

A noção de “povo” é uma referencia constante ao longo da trajetória de Chico, o qual se assumiu representativamente em relação ao povo. Em entrevista de 1979, ao programa *Vox Populi* da TV Cultura, lembrou que todas as suas músicas tratam de problemas menores ou maiores da sociedade, e que seu trabalho o colocava sempre ao lado do povo, a quem representa.<sup>6</sup> Ora, o que se percebe ao longo de sua trajetória é essa percepção um tanto romântica, próxima ao “romantismo de esquerda” tão comum entre os artistas e intelectuais do período. Aquele que, segundo Marcelo Ridenti, busca no passado elementos que permitiriam “uma superação da modernidade capitalista cristalizada nas cidades”.<sup>7</sup> Mas no caso do Chico, não se trata simplesmente de um olhar direcionado ao passado, mas à tradição popular, uma nostalgia das temporalidades próprias da cultura popular, que então se arriscava em meio ao consumismo.

Assim começava a insatisfação fundamental de Chico em relação ao sistema, à indústria da cultura, da qual, ironicamente, havia se tornado um dos produtos mais rentáveis. Caetano também percebeu essa problemática, e desde o início estabeleceu intertextualidades entre sua obra e a do Chico, mas sempre destacando o aspecto de mercadoria do cantor de TV. Costumava dizer que ele, assim como Chico, tinha também a sua própria imagem à venda. Logo, entrou de cabeça nesse processo, primeiro assumindo uma posição mais radical, buscando um lugar nesse “mercado”, depois até a relação com Chico (o artista) mereceu uma revisão, pois “havia uma agressividade necessária contra o culto unânime a Chico em nossas atitudes”, diria Caetano sobre sua atuação e dos tropicalistas no período.<sup>8</sup>

Naquele momento, o desconforto de Caetano situava-se em lugar diverso, não exatamente o lugar onde Chico atuava, mas também o envolvia, a saber, algumas posturas de artistas ligados ao nacionalismo de esquerda. Tanto que já em seu primeiro disco (*Domingo-1967*), discutiu isso e sua relação com as canções, traçando um esboço de seu “projeto” como músico na contracapa do LP: “a minha inspiração não quer mais viver apenas da nostalgia de tempos e lugares, ao contrário quer incorporar essa saudade num projeto de futuro”,<sup>9</sup> destacando que se tratava de um trabalho com canções mais antigas, pois no mesmo ano estava gravando seu segundo disco com um estilo mais definido. No entanto, era evidente sua crítica à nostalgia presente não só na *canção de protesto*, como também na obra *buarquiana*, assim dando impulso à sua ideia original de combinar *inovação e tradição*.

Por outro lado, Chico Buarque também manteve um distanciamento da tendência dominante de protesto, buscando propositalmente temáticas mais ingênuas, como em A

*Banda*, queria uma música que não tivesse uma preocupação política, pois, diria recentemente, já em 1966 a chamada *canção de protesto* estava se diluindo, se desgastando, depois de adquirir um sentido de moda: “começou a ficar chata”.<sup>10</sup> Mas, note-se que ainda assim manteve o cunho social ao se voltar para a cultura popular, mesmo que de maneira bastante idealizada. Quanto a Caetano essa atitude foi mais radical, envolveu não só as temáticas da canção, mas sua estética e performance. Junto ao movimento tropicalista pôde colocar em outro nível a questão da crítica política na MPB.

Diante disso, segundo Gilberto Vasconcellos, a Tropicália “representou um passo adiante da ‘participação’ musical populista, sobretudo porque em suas canções o significado político nunca é exterior à configuração estética”.<sup>11</sup> Mas podemos perceber que esse “passo adiante” estava presente também em Chico Buarque, na medida em que, assim como Caetano, encontrou um espaço diferenciado de atuação e reflexão na *esfera pública* (na qual as pessoas articulam suas opiniões e se unem para alcançar objetivos coletivos),<sup>12</sup> sendo também amplo ao captar seus desdobramentos na cotidianidade via cultura popular.

Esse debate viria a se aprofundar e ganhar novos contornos sob o processo de abertura política do país em fins da década de 1970, pois, já com carreiras consolidadas e expressões de grande influência na sociedade, Chico Buarque e Caetano Veloso se colocaram com mais ênfase no debate público sobre o papel do artista na sociedade, e sobre a questão de “como falar ao povo?”, agora que uma nova arena de debates se abria. Ademais, ainda como figuras de “voz ativa” dissonante, suas obras e comentários continuavam sendo colocados em confronto pela imprensa, mas então os dois artistas já tinham desenvolvido uma percepção clara de seus lugares de inserção política e cultural.

Isso porque no início de suas carreiras tinham consciência de uma proposta artística consequente, mas logo as pressões do “sistema” trouxeram ares menos otimistas aos seus projetos. Sobretudo após o exílio forçado de Caetano, ao qual também Chico Buarque se submeteu, em 1969, ao saber dos boatos sobre colegas que foram presos, mesmo porque também fora detido por um dia, pelos militares. Chico decidiu então viajar para a Itália, e as notícias o levaram a permanecer no exterior: “não havia mais segurança para voltar ao Brasil”.<sup>13</sup>

A partir disso, a experiência do “homem simples” ou mesmo o “baú tropicalista”, “que contém as quinquilharias, traquitandas e as maravilhas acumuladas ao longo de uma história recalcada”, estavam inacessíveis, diminuídas diante de um contexto excepcional. E como constatou José Miguel Wisnik em relação a Caetano:

a volta do exílio contém a consciência de que não há mais aquele baú a abrir, que o processo produtivo acelerou os signos culturais numa centrífugadora, e que os seus movimentos reais não podem ser percebidos em centros localizados, nem em linhas retas, mas em círculos abrangentes.<sup>14</sup>

O que exigia dos artistas escolhas estéticas e políticas diferenciadas, que pudessem dar continuidade aos seus trabalhos, então comprometidos pela repressão da ditadura. A chamada “linguagem da fresta”, que permitia ao músico deixar seu recado, era bastante propícia ao trazer para a vida cotidiana a resistência política. Ainda que muitos tenham perdido espaço; outros, que embarcaram na “roda viva”, não podiam mais ser facilmente excluídos do processo. Daí a importância do impacto da mídia televisiva sobre a cotidianidade: ao impor determinados personagens no dia-a-dia do público telespectador, também criava uma experiência afetiva vicária. Fazer barulho e permanecer na mídia poderia garantir, então, a sobrevivência do artista. Mesmo a vaga de exílios forçados, que poderia diluir a influência “dos heróis” de televisão, ainda não contava com uma estrutura espetacular suficientemente consolidada para ser capaz de emudecer a memória coletiva sobre o artista que tivesse conquistado sucesso nacional.

Não obstante, na sequência, e como aproveitamento da mesma estrutura, instalou-se o chamado “vazio cultural”, perfeitamente identificado por Zuenir Ventura (sob o contexto brasileiro) como “uma metáfora para descrever com certa exatidão o quadro cultural dos anos 1969/1971, em que as correntes críticas, dominantes entre 1964 e 1968, tornaram-se marginais, perdendo em grande parte a possibilidade de influir diretamente sobre o seu público anterior”.<sup>15</sup> Ainda assim, um público disperso e com dimensões reduzidas continuou acompanhando os artistas de projeção crítica no período anterior, compartilhando com eles a resistência “calada” ao regime.

Dessa maneira, uma *esfera pública* de parca representatividade acabava imbuindo as criações artísticas de recados ou mensagens muitas vezes datados. O que também se pode observar nas canções de Chico e de Caetano, feitas sob a encomenda ampla e anônima do seu próprio tempo. Por exemplo, *Pelas Tabelas* (1984), de Chico, expôs justamente a experiência de um indivíduo em meio aos movimentos mais amplos de luta, a campanha pelas *Diretas Já*, que reivindicava o voto direto para presidente do Brasil. Entretanto, a narrativa apresenta com certa ambiguidade a total desvinculação entre o sujeito e os acontecimentos históricos, embora estes estejam permeando seu dia-a-dia.

Esperar-se-ia que o personagem fosse chamado ao movimento, mas, ao contrário, ele é quem questiona: “Claro que ninguém se toca com minha aflição/ quando vi todo mundo na rua de blusa amarela/ Eu achei que era ela puxando um cordão”. Ninguém na multidão se

solidariza com sua dor, com sua espera, com suas ilusões e desejos decorrentes do desprezo da “mulher” amada, mas seu desespero é tão grande que supõe que toda movimentação possa ser consequência de seus gestos, ou da “mulher” esperada: “Minha cabeça de noite batendo panelas/ provavelmente não deixa a cidade dormir”. Seus problemas “banais”, do cotidiano, sobrepõem-se aos anseios “nacionais”, ao mesmo tempo em que “todo mundo de blusa amarela” (símbolo da campanha pelas *Diretas Já*) representa uma “corrente” maior aos seus anseios particulares, então diluídos: “Dão oito horas e danço de blusa amarela/ minha cabeça talvez faça as pazes assim”. Ao mesmo tempo essa “mulher” se transmuda, ainda pela “linguagem da fresta” como a tão sonhada democracia.<sup>16</sup>

É interessante notar que, para o compositor, essa canção responde a um estímulo cotidiano, como uma espécie de encomenda: “em 1984, eu sentia necessidade de dizer o que as pessoas queriam ouvir”.<sup>17</sup> Portanto, um clima efervescente que acabava exigindo do artista-intelectual seu parecer. Mas este chegou desiludido, apesar do otimismo que perpassava a ideia dessa ampla movimentação popular reivindicando transformações políticas. Situação que pode revelar, segundo Fernando Couto:

[...] uma identidade entre o sentimento individual desse sujeito desprezado e o da massa desejosa das eleições diretas, igualmente desprezada em seus anseios. [...] Assim, a canção, que poderia se consagrar como hino de resistência, situa-se no espaço da dúvida e do questionamento bem-humorados e irônicos.<sup>18</sup>

Aliás, ainda de acordo com esse autor, Chico estaria expondo um “ruído na comunicação do *eu* com o *outro*”, que

[...] também atinge o exercício da arte na sociedade moderna: sem rejeitar essa comunicação, ou sua necessidade, o que a arte de Chico Buarque propõe é o levantamento de alguns obstáculos à sua consecução. Dentre esses obstáculos, estão aqueles próprios da relação do artista com a sociedade de massas.<sup>19</sup>

De fato, o compositor estava bastante cético em relação ao papel do artista na sociedade brasileira, já se declarava, desde fins da década de 1970, completamente descrente quanto às possibilidades de influência social da arte: “acredito que dentro do sistema capitalista essa questão da arte popular fica comprometida”, ainda mais que o abismo que separa o grande povo e os intelectuais estava cada vez maior. Mesmo assim suas participações em causas sociais e políticas estavam mais intensas, como maneira de aproveitar sua influência, uma esperança: “de repente você pode através da arte comunicar a esse povo a importância que ele tem para poder reivindicar o básico”.<sup>20</sup>

Chico prosseguia, portanto, em sua crítica social sob uma postura jornalística, ou seja, com o objetivo de constatar situações, sem propor mudanças, mas confiando no critério das pessoas. Esse, aliás, foi o diferencial predominante entre a obra *buarquiana* e a *canção de protesto* nos Festivais, pois não se concentrou em denúncias, mas sim em expor vivências,

buscando estimular solidariedades. Já em 1975 não compartilhava sequer a “ilusão” de levar teatro ao povo, e com a peça *Gota d'água* (escrita em parceria com Paulo Pontes), visava um teatro “pelo povo” e não “para o povo”.<sup>21</sup> Posição que, aos olhos de Caetano, era um “erro formal”, como declarou no mesmo período:

[...] não dá para você não ter ansiedade em relação à solução dos problemas sociais. Só que eu acho que, no caso da arte, o engajamento não se dá por essa via, se dá, eu acho, pela via do seu engajamento com aquilo que você faz, é você tentar viver mais completamente, mais intensamente o significado daquilo que está fazendo.<sup>22</sup>

Note-se, portanto, que ainda é a tensão entre o individual e o coletivo que perpassa essa divergência de posturas entre os dois compositores. Embora o problema enfrentado seja o mesmo, é a maneira de se colocar como artista que está em questão. Decerto são duas posições válidas, e que, como vimos, enraízam-se desde o projeto original de ambos, mas também foram as incertezas que permitiram, em grande parte, uma interlocução contínua entre as *personas* de Chico e de Caetano, representantes de uma diversificada sensibilidade de formação coletiva.

Nesse sentido, pode-se continuar observando a produção artística de Chico e de Caetano em 1984, ambos lançaram discos, cantando a questão social, a política, o amor e a vivência. Além de *Pelas Tabelas*, Chico Buarque apresentou *Vai Passar*, que ganhou grande projeção como um hino apoteótico, a festa diante dos novos rumos políticos do país. A despeito da ironia com que o compositor trabalha cada uma das temáticas ali presentes, a recepção dessas canções relaciona-se profundamente com o papel político que estava representando na ocasião. Até mesmo a postura de rejeição ao “sistema” compunha favoravelmente a *persona* de Chico; pois suas reservas quanto a aparecer na televisão ou em *shows* eram logo associadas à legitimidade de suas opiniões.

Não por acaso, notícias de lançamentos de seus trabalhos sempre se acompanhavam de uma suposta surpresa, um dado de raridade. Por mais que se negasse a assumir esse papel, Chico correspondia à outra face em relação a Caetano, num momento em que todas as expectativas já estavam desgastadas pela experiência e não mais possuíam fundações sociais:

*Chico vai passando para o clima da Nova República*: Sinal dos tempos, ele aderiu ao vídeoclip. Sinal dos tempos, ele não briga (tanto) contra a censura, mas contra o desemprego dos músicos. Atento, ouve o som dos novos tempos e acha que o rock ainda encontra um caminho mais brasileiro, "a partir de uma revalorização do Brasil como projeto". [...] Já vão longe os tempos de medo da platéia e avisa, para quem tem esperança, que seu show vai passar. Já vão longe os tempos em que "artista que ia a Cuba voltava prestando depoimento". Ele tem esperança de que Tancredo reate relações com aquele país.<sup>23</sup>

Assim era anunciada uma entrevista ao artista publicada pelo jornal *O Globo*, em 1985, as novidades em torno de uma *persona* que supostamente se mantinha arredia as experiências do *pop* ou *rock*, que teria reservas quanto a apresentar-se em público, mas que “voltava” à

mídia mais flexível, registrando opiniões relevantes sobre cultura e política. Curiosamente, todo gesto de resistência era passível de apropriação midiática, pelo espetáculo: o artista podia procurar dar voz ao povo, mas também podia ser a voz de uma elite desejosa de se redimir diante das misérias do cotidiano brasileiro. Papéis involuntários, mas que provocaram desconfortos e resistências constantes em sua trajetória artística.

Desde uma temporada de shows com Maria Bethânia, em 1975, Chico evitava *shows*, exceto com intuitos políticos e sociais, dizia-se sem desenvoltura para o palco, como a que tinham Caetano ou Bethânia; por outro lado, incomodava-o o papel de porta-voz político: “parei de fazer show por isso. As pessoas aplaudiam muito mais quando eu entrava do que quando eu saía. Começou a ficar muito pesado esse negócio. A minha música passou a ser menos importante do que aquilo que esperavam que eu dissesse”.<sup>24</sup> Ora, é aí que as incertezas do artista revelam interações sensíveis com opções supostamente “menos engajadas” como a de Caetano. Quando este, em 1979, apontou o “erro formal” da atitude de Chico, completava que:

[...] ele comete esse erro a ponto de dizer assim: “eu sou um cidadão, como cidadão eu acho...”, dá a impressão de que fazer música, sambinha, não é tão importante; que o importante é querer justiça social. [...] Agora, o sambinha dele não é um sambinha, é mais do que a própria justiça social, é alguma coisa que poderá até criar condições estéticas, psicológicas e sociais na alma do brasileiro, para que se possa um dia viver alguma justiça social.<sup>25</sup>

Era precisamente a percepção que tantas vezes motivou Chico a se abster do cenário público, ao mesmo tempo que se sentia chamado a falar. Trata-se, entretanto, de um fenômeno mais amplo de inserção dos ideais de esquerda (aos quais Chico estava associado) em meio ao processo de *redemocratização* do país, como *lócus* de busca pela transformação social. No mesmo sentido, o próprio Caetano se deixou levar pelos anseios por justiça social, e no álbum *Velô*, apresentou canções como *Podres poderes*, onde apresenta o cotidiano das grandes cidades sob uma crítica direta a ação da elite e de todo um povo avesso às leis e ao respeito pelos demais, sempre titeres nas mãos de homens que exercem seus “podres poderes”. Assim, como Chico canta uma realidade ignorada pela sociedade, Caetano critica essa hipocrisia que perpassa as relações sociais no país, que trata as maiores atrocidades como “gestos naturais”.

Além disso, a canção retrata uma realidade de caos e “trevas”, uma confusão de valores sensíveis a escuta. Para isso também contribui a estética do *rock*, com certa radicalidade, quase violência, na entonação do cantor. Um pronunciamento que denuncia ao mesmo tempo os “podres poderes” e os vícios cotidianos da população:

Enquanto os homens exercem seus podres poderes/  
Motos e fuscas avançam os sinais vermelhos/  
E perdem os verdes/  
Somos uns boçais [...] Quería querer gritar setecentas mil vezes/  
Como são lindos,



como são lindos os burgueses/ E os japoneses/ Mas tudo é muito mais [...]. Será que nunca faremos senão confirmar/ A incompetência da América católica/ Que sempre precisará de ridículos tiranos?<sup>26</sup>

O compositor expressa sua insatisfação com uma sociedade que historicamente se submete a “ridículos tiranos”, e sua burguesia sequer merece respeito, pois há muito mais por trás disso tudo, que a faz contribuir com essa estrutura social fundada sobre extrema desigualdade. Percebe-se logo que é a falta de representação sob a *esfera pública* que aflige o compositor, que, assim como Chico Buarque, percebe que a ele é delegado o papel de pensar e tentar transformar, se não mesmo amenizar a brutalidade dessa sociedade. Completa sua indagação com uma referência direta à obra *buarquiiana*: “Será, será que será que será que será/ Será que essa minha estúpida retórica/ Terá que soar, terá que se ouvir/ Por mais zil anos?”.

Existe aí uma inequívoca intertextualidade com *O que será* (1976), canção em que Chico canta, precisamente, esse “recado”, essa intuição por um Brasil livre, perdido nos cantos e recantos do cotidiano, entre meias palavras, nos gestos e nas frestas: “O que será que será [...] O que não tem governo nem nunca terá/ O que não tem vergonha nem nunca terá/ O que não tem juízo”.<sup>27</sup> Uma retórica própria de toda canção envolvida em “salvar-nos dessas trevas”, mas até quando isso será preciso?: “Será que apenas os hermetismos pascoais / Os tons, os mil tons, seus sons e seus dons geniais/ Nos salvam, nos salvarão dessas trevas/ E nada mais?”. Eis que uma lacuna é identificada pelo compositor, será que nada mais o país é capaz de produzir para sair dessas trevas, sob as quais “morrer e matar de fome, de raiva e de sede/ São tantas vezes gestos naturais”?

A impaciência que explode da melodia revela um compositor chamado pelas circunstâncias a falar sobre coisas indesejáveis, situando-se do lado oposto da “onda” otimista gerada pelo processo de abertura política do país. Como observou Guilherme Wisnik, “Caetano desconfiava da imaturidade política do país, preferindo enxergar o futuro democrático como um equacionamento de extremos”.<sup>28</sup> Dessa maneira, nossos dois compositores se viam em meio ao turbilhão dos acontecimentos como “vozes ativas” irremediavelmente, fosse com pessimismo ou otimismo, com música ou com depoimentos, como artistas populares eles não podiam mais fugir ao seu papel político em uma sociedade ainda carente de representação e de vozes públicas.

---

<sup>1</sup> Doutora em História Social – Professora do DCH/UNEB – E-mail: [cbcvpgc@gmail.com](mailto:cbcvpgc@gmail.com)

<sup>2</sup> Expressão cunhada ainda na década de 1960 para se referir a uma geração de artistas-intelectuais politizados que questionava, por meio de suas obras, os problemas sociais e políticos do país, sobretudo após a ditadura instalada em 1964. Muitos deles com implicação ideológica que Walnice Nogueira Galvão avaliava, ainda no *calor da hora*, como um projeto de “dizer a verdade” sobre a realidade imediata. No entanto, para Walnice Galvão esse projeto incutia um escapismo consolador, com a ideia “d’O dia que virá” satisfazendo a inação de

---

um público de instrução universitária, “o gesto de uma proposta encobre um afago ao privilégio”. Um texto crítico e profundamente comprometido com os debates ideológicos do período, mas seminal ao discutir esse envolvimento ideológico revelado por textos e canções. GALVÃO, Walnice Nogueira. *Saco de Gatos: ensaios críticos*. São Paulo, Duas Cidades, 1976

<sup>3</sup> CONTIER, Arnaldo. Música no Brasil: história e interdisciplinaridade, algumas interpretações (1926-80) In *Historia em Debate*. Atas do XVI Simpósio Nacional de História, ANPUH, Rio de Janeiro, 1991, p.163.

<sup>4</sup> Sob esse contexto, as interpretações de Umberto Eco conquistaram grande projeção: “o universo das comunicações de massa é – reconheçamo-lo ou não - o nosso universo”. Pois foi a partir disso que Eco pôde identificar duas atitudes comuns frente à “cultura de massas”, a de aprovação (intelectuais “integrados”) e a de recusa (intelectuais “apocalípticos”), mas que poderiam constituir as duas faces de um mesmo problema, em que também os textos apocalípticos poderiam ser o “mais sofisticado produto oferecido ao consumo de massa”. ECO, Umberto. *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo, Perspectiva, 1993. p.9-11

<sup>5</sup> In HOLLANDA, Chico Buarque. *Coleção Chico Buarque Especial*, DVD, 2005/06, vol. 12.

<sup>6</sup> Programa exibido pela TV Cultura em 1979, e reapresentado em 27/07/2009.

<sup>7</sup> RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro, Record, 2000, p.25.

<sup>8</sup> VELOSO, Caetano. *Verdade Tropical*. São Paulo, Cia das Letras, 1997, p.233.

<sup>9</sup> VELOSO, Caetano e COSTA, Gal. *Domingo*, Phillips, LP, (1989), 1967.

<sup>10</sup> HOLLANDA, Chico Buarque. *Coleção Chico Buarque Especial*, DVD, 2005/06, vol. 3.

<sup>11</sup> VASCONCELLOS, Gilberto. *Musica popular: de olho na fresta*. Rio de Janeiro, Graal, 1977, p.47.

<sup>12</sup> Conforme conceituação desenvolvida por HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera publica: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984

<sup>13</sup> HOLLANDA, Chico Buarque. *Coleção Chico Buarque Especial*, DVD, 2005/06, vol. 3.

<sup>14</sup> WISNIK, José Miguel. *Sem Receita*. São Paulo, Publifolha, 2004, p.189.

<sup>15</sup> In GASPARI, Elio. *et alii.*, *Cultura em transito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000, p.59

<sup>16</sup> HOLLANDA, Chico Buarque. *Chico Buarque*. Polygram, CD, (2001), 1984, Faixa 1.

<sup>17</sup> HOLLANDA, Chico Buarque. Entrevista. *Revista Nossa América*. São Paulo, Memorial da América Latina, 1989

<sup>18</sup> COUTO, Fernando. *Chico Buarque: música, povo e Brasil* – Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas/SP, 2007, p.76

<sup>19</sup> Id. *ibid*.

<sup>20</sup> HOLLANDA, Chico Buarque. Arte popular só com o povo no poder (Entrevista a Jary Cardoso e Maria da Paz). São Paulo, *Folhetim*, n. 102, 31/12/1978, p.10

<sup>21</sup> HOLLANDA, Chico Buarque. Como falar ao povo? (Entrevista). *Revista Veja*, 02/08/1978

<sup>22</sup> GASPARI, Elio. *et alii.*, *Cultura em transito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000, p.148)

<sup>23</sup> HOLLANDA, Chico Buarque. Chico vai passando para o clima da Nova República (Entrevista). *O Globo*, 04/02/85.

<sup>24</sup> ZAPPA, Regina. *Chico Buarque - Perfis do Rio*. Rio de Janeiro, Editora Relume Dumará, 1999, p.113

<sup>25</sup> GASPARI, Elio, et alii. Op. cit, p.149

<sup>26</sup> VELOSO, Caetano. *Velô*. Polygram, CD, (2003), 1984. Faixa 1

<sup>27</sup> HOLLANDA, Chico Buarque. *Meus Caros Amigos*. PolyGram, CD, (2001),1976

<sup>28</sup> WISNIK, Guilherme. *Caetano Veloso*. São Paulo, Publifolha, 2005, p.113

## ***Classes produtoras e o Partido Economista do Brasil: aproximações entre o empresariado comercial e industrial no governo Vargas (1930-1937)***

Priscila Musquim Alcântara de Oliveira<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho se propõe a analisar a relação entre empresários do setor industrial e do setor comercial, em especial, as transformações ocorridas durante o primeiro governo Vargas, levando em conta a formação e atuação do Partido Economista do Brasil e os rumos dos dois grupos ao longo do Estado Novo.

**Palavras-chave:** Empresariado industrial; empresariado comercial; Partido Economista Brasileiro

**Abstract:** This paper aims to analyze the relationship between entrepreneurs of the industrial sector and the commercial sector, in particular, the changes occurred during the first Vargas government, taking into account the training and activities of the Party Economist of Brazil and the directions of the two groups throughout the New State.

**Keywords:** Industrial Entrepreneurship; business entrepreneurs; Brazilian party Economist

Durante os anos da Primeira República, a relação entre empresários do setor comercial e industrial apresentou tensões em função de conflitos de interesses. A ACRJ defendia o livre-cambismo alfandegário, enquanto representantes da nascente indústria nacional reivindicavam tarifas protecionistas, condição essencial para o seu desenvolvimento. No ano de 1903, a aprovação de tarifa de cunho protecionista apresentou reflexos negativos para o comércio importador, ao passo que agradou os industriais ao ser uma iniciativa que tinha como objetivo dificultar a colocação no mercado brasileiro de produtos estrangeiros. Mais tarde, em 1907, a ACRJ se opôs ao projeto de elevação dos direitos alfandegários proposto pelo deputado João Luís Alves. Para a associação, as indústrias, por meio de tarifas protecionistas, buscavam se consolidar como inimigas da economia do país, prosperando produzindo a custos elevados aquilo que poderia ser comprado mais barato. O projeto foi derrubado no Congresso<sup>1</sup>.

Entre os empresários do setor industrial, o Centro Industrial do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, fundado em 1904, foi a mais expressiva associação nas primeiras décadas republicanas. No entanto, muitos industriais apostavam na força das associações comerciais para tentarem articular seus interesses. Com relação a questão da legislação social, os interesses dos empresários do setor do comércio e dos da indústria eram semelhantes. Mas no

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Linha: poder, mercado e trabalho, contemplada com bolsa da Capes. Orientador: Ignacio José Godinho Delgado. E-mail: [priscila.musquim.alcantara@gmail.com](mailto:priscila.musquim.alcantara@gmail.com).

que tangia as políticas cambiais e comércio exterior, os conflitos eram constantes. Esses conflitos ganharam nitidez maior na segunda metade dos anos 1920, período em que aumentaram as importações de tecidos ingleses, cuja indústria recuperava os níveis de produção anterior à Primeira Guerra Mundial. Como a indústria têxtil do Brasil havia aumentado sua capacidade de produção para atender às demandas do período de guerra, não era de interesse do setor a concorrência com os produtos ingleses. Assim, postularam revisão de tarifas de importação, visando aumentar o valor dos tecidos ingleses no mercado brasileiro e a desonerar a importação de algodão, o que os indisponha também com setores da lavoura. Essa discussão levou a uma cisão na Associação Comercial de São Paulo, gerando como consequência a criação, em 1928, do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP). A primeira diretoria contou com os nomes de Francisco Matarazzo (presidente), Roberto Simonsen (vice-presidente), Jorge Street, Antônio Devisate, Horácio Lafer e José Ermírio de Morais<sup>2</sup>.

A partir de então, verificou-se uma efetiva diferenciação dos industriais em relação aos empresários do comércio — em especial o do comércio importador. Os industriais passaram a apresentar-se como um grupo distinto, dentro do empresariado urbano e das “classes conservadoras”, designação utilizada para classificar a lavoura, a indústria e o comércio<sup>3</sup>.

## **A APROXIMAÇÃO DO EMPRESARIADO DOS SETORES INDUSTRIAL E COMERCIAL NO PRIMEIRO GOVERNO VARGAS**

Embora buscasse se diferenciar dentro das classes conservadoras, delimitando seus interesses, os industriais não formularam oposição ao governo, em especial, ao Partido Republicano Paulista. A CIESP apoiou a candidatura Júlio Prestes em 1929. Nos primeiros anos do governo Vargas, a entidade não se identificou com o novo governo e em 1932, apoiou a Revolução Constitucionalista. A partir de então, a CIESP buscou inserção junto ao governo para viabilizar o atendimento das demandas do setor industrial<sup>4</sup>.

Desde os primeiros anos do governo de Getúlio Vargas, as relações entre Estado e industriais sofreram mudanças expressivas. O presidente e seus ministros se articularam como interlocutores e também como árbitros nos conflitos de interesses entre o setor agrícola e o

empresariado. O setor industrial vivenciou rápido crescimento entre 1933 e 1936, que segundo Maria Antonieta Leopoldi, foi impulsionado pela combinação de três fatores: 1º: um choque externo, a Crise de 1929, quando o país reduziu suas importações e intensificou-se o processo de substituição interna dos produtos antes comprados no exterior; 2º: políticas governamentais no sentido de responder aos choques e também no atendimento de demandas setoriais, como as dos industriais, por proteção e a criação de uma infraestrutura de apoio a indústria; 3º: do esforço do empresariado industrial e de sua liderança, pois desde o início do século XX desenhava um projeto político de desenvolvimento no qual o setor industrial era o motor.

A política economia de Vargas, ao longo dos quinze anos de seu primeiro governo, realizou um esforço no sentido de promover um equilíbrio da situação do café no mercado internacional, ao passo que procurava diminuir o predomínio do modelo agroexportador, dando apoio ao crescimento industrial<sup>5</sup>.

A ACRJ foi mais diretamente afetada pelo governo Vargas. Seu então presidente Pereira Carneiro renunciou ao posto, sendo acompanhado por quase toda a diretoria. O novo presidente foi o gaúcho Serafim Valandro, indicado pelo governo federal. Durante o período democrático do primeiro governo Vargas, a ACRJ buscou um diálogo com o setor industrial por meio da criação de um partido visando as eleições de 1934: nascia assim o Partido Economista do Brasil, fundado por comerciantes e industriais do Rio de Janeiro. O objetivo dos membros do partido o de construir um diálogo que permitisse congregar esses setores. Entre seus organizadores estavam dois representantes da ACRJ, os gaúchos João Daudt d'Oliveira e Serafim Valandro. Do setor industrial, participaram Oliveira Passos, presidente da Federação Industrial do Rio de Janeiro, Carlos da Rocha Faria, presidente do Centro de Fiação e Tecelagem, João Augusto Alves, presidente do Centro de Comércio e Indústrias.

A proposta do Partido Economista era defender na Assembleia Constituinte o governo constitucional e a autonomia dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. No entanto, sem que lhes fosse permitido contrair empréstimos no estrangeiro sem autorização federal. Também eram contrários a qualquer obstáculo à livre circulação de produtos dentro do território nacional. O partido defendia a liberdade expressão e de reunião e acreditavam que as forças econômicas e culturais poderiam e deveriam interferir eficientemente na solução dos problemas nacionais e influenciar na criação de órgãos técnicos e econômicos de caráter decisório, ou, excepcionalmente, consultivo. Quanto a questão trabalhista, defendiam medidas

para evitar que o trabalho humano se reduzisse a simples mercadoria, sujeita à lei da oferta e da procura. Defendiam a fixação do salário mínimo de subsistência de acordo com o custo de vida, levando em conta cada região do país<sup>6</sup>.

O Partido Economista do Brasil não pretendeu limitar sua ação ao Distrito Federal. Estendeu sua atuação a vários estados, como Pernambuco, Rio de Janeiro, Ceará, Minas e Paraná. Em 1933, nas eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, conseguiu eleger Henrique de Toledo Dodsworth e Miguel de Oliveira Couto pelo Distrito Federal.

Sua atuação terminou em 1937, com o Golpe do Estado Novo, que extinguiu todos os partidos políticos do Brasil.

### **CLASSES PRODUTORAS NO ESTADO NOVO**

Quanto à organização do empresariado, a imposição de um formato corporativo não eliminou suas organizações autônomas. A expansão da máquina burocrática, a proliferação de órgãos técnicos e consultivos que permitiram ao Estado estender e aprofundar o controle sobre a participação política dos grupos privados funcionou, por outro lado, como uma via permeável ao acesso do empresariado. Nesse sentido, os conselhos econômicos, além de atuarem como instâncias de informação e decisão representaram, a partir de 1937, o caminho de acesso dos grupos privados ao centro do poder. O estudo de Eli Diniz sobre esse processo ressalta a capacidade da elite industrial brasileira em obter o apoio de órgãos situados em posição intermediária na hierarquia decisória, a exemplo do Conselho Federal do Comércio Exterior. Por meio desse conselho, os industriais obtiveram a aprovação de várias propostas na esfera da defesa do mercado interno para a indústria local, como pareceres favoráveis a expansão do crédito industrial e projeto de regulamentação de determinadas áreas<sup>7</sup>. Ignacio Delgado ressalta que embora nem sempre tenham prevalecido os interesses dos industriais nesses órgãos, a exemplo da Coordenação de Mobilização Econômica, considerada por parte dos industriais como um nicho a partir do qual a burocracia estatal excedia a intervenção do governo na economia, a presença dos Conselhos Técnicos era compreendida pelo empresariado como essencial à sua participação na definição de políticas públicas<sup>8</sup>.

Sob o comando de uma elite industrial, acelerou-se o processo de articulação do grupo não só no âmbito dos estados, mas também nacionalmente. No quadro de crise da economia exportadora e das relações de poder dentro da confederação oligárquica, os industriais articularam o apoio à industrialização com o processo de construção da Nação, aproximando-

se, assim, das formulações centralizadoras do Estado Novo. Nesse período, foi abandonada uma postura de recusa sistemática da adoção de políticas sociais, na medida em que buscavam participar de seu processo e de sua produção, tentando adiar ao máximo a implantação dessas políticas e garantir que fossem compatíveis com as demandas de edificação de um modelo econômico nacional no qual a indústria protegida pelo Estado correspondesse ao elemento-chave do desenvolvimento do país<sup>9</sup>.

Nos meses finais do Estado Novo, em clima de incertezas quanto a questão trabalhista, a mobilização dos trabalhadores nos principais centros urbanos é preocupante para o empresariado nacional. Em dezembro de 1945, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional do Comércio (CNC) também elaboraram diretrizes no sentido de ampliar a participação do empresariado no processo de geração de iniciativas de bem-estar social, registradas na *Carta da Paz Social*, documento em que o empresariado manifestava a preocupação em estabelecer relações mais harmoniosas entre o capital e o trabalho, por meio de ações, serviços de cunho social nos setores da indústria e do comércio. Em 1946, foram criados o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Social do Comércio (SESC).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a atuação do Partido Economista do Brasil em termos da eleição de quadros efetivos para a atuação junto as esferas de poder legislativo e executivo não tenham sido tão expressiva, é válido analisar em que medida seus esforços geraram resultados ao conciliar interesses do empresariado brasileiro, tanto do setor industrial quanto do setor comercial.

Se no final dos anos 1920, quando os industriais se organizam para articular seus interesses com a criação da CIESP e de reconhecem enquanto um grupo distinto dos demais setores, os quais classifica como “conservadores”, a partir dos anos 1930, com o governo Vargas é possível observar os esforços partindo do Distrito Federal em criar um discurso em comum, abarcado por um partido político.

E nos anos seguintes, o empresariado do setor industrial, que passa a ter um papel de peso junto a política econômica de Vargas, alinha-se com os empresários do setor comercial e se articulam juntos em torno das questões referentes a assistência social via iniciativa privada,

criando assim, organismos de certo modo, análogos: o SESI, que beneficiava os trabalhadores industriais e o SESC, que atendia aos trabalhadores do setor do comércio.

---

<sup>1</sup> Cf. LAMARÃO, Sérgio./ PINTO, Simone Cuber Araújo. *Moreira, Regina da Luz. ACRJ (Verbete). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <  
<http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais/consulta>. Acesso em: 29/08/2014.

<sup>2</sup> Idem.

<sup>3</sup> Idem.

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> Ibidem, p.248.

<sup>6</sup> ABREU, Alzira Alves. Partido Economista do Brasil. Verbete. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <  
<http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais/consulta>. Acesso em: 29/08/2014.

<sup>7</sup> DINIZ, Eli. *Empresariado, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. P. 287-289.

<sup>8</sup> DELGADO, Ignacio. *Burguesia e Estado - o caso de Minas Gerais: a estratégia de um revés*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 1989, p. 176.

<sup>9</sup> DELGADO, Ignacio Godinho. *Previdência Social e Mercado no Brasil*. A presença empresarial na trajetória da política social brasileira. São Paulo: LTR Editora, 2001, p.93-94.



## **A escrita biográfica de Valentim Benício da Silva: os conceitos de heróis e traidores dentro do Exército no Estado Novo**

Priscila Roatt de Oliveira<sup>1</sup>

**Resumo:** Em 1937, no interior do Exército foi fundada uma editora que buscou divulgar uma historiografia produzida por simpatizantes ou militares. O fundador da linha editorial da Biblioteca Militar, Valentim Benício da Silva recebeu apoio das principais lideranças militares do período e aval do Ministro da Guerra, Eurico Dutra. Nesse trabalho serão analisados dois temas que se destacaram na produção da Biblioteca Militar: as narrativas biográficas e o anticomunismo.

**Palavras- Chaves:** Biografias; Exército; Estado Novo.

**Abstract:** In 1937, within the Army was founded a publishing company that sought to promote a historiography produced by sympathizers or military. The founder of the editorial line of the Military Library, Valentine Benicio da Silva received support from top military leaders of the period and approval of the Minister of War, Eurico Dutra. Biographical narratives and anticomunism: In this study two issues that have excelled in the production of the Military Library will be analyzed.

**Key Words:** biographies; Army; New State.

### **1- Exército no Estado Novo e linha editorial da Biblioteca Militar**

No Estado Novo, no interior do Exército foi fundada uma editora que buscou divulgar uma historiografia produzida por simpatizantes ou militares. O fundador da linha editorial da Biblioteca Militar, Valentim Benício da Silva recebeu apoio das principais lideranças militares do período, Eurico Dutra e Pedro Góis Monteiro.

As obras publicadas pela editora estavam vinculadas as concepções ideológicas de um grupo de militares que ascenderam ao poder durante a era Vargas. Em 1937, através de um golpe de Estado, Getúlio Vargas com apoio de forças antidemocráticas (incluindo o Exército), instaurou um governo autoritário no país, o que permitiu sua continuidade na presidência. Utilizando um falso documento que atestava um suposto plano da Internacional Comunista de conquistar o Brasil, o então governante conseguiu aumentar seu poder, dissolveu o Congresso Nacional e outorgou uma nova Constituição.

O processo de centralização política começou a ser delineado anteriormente ao Estado Novo, mas precisamente na década de 1930. Nesse período, o governo de Getúlio Vargas iniciou um projeto autoritário que utilizou a violência estatal por meio da ação da Polícia e do Exército, para manter a ordem vigente e o poder. Cresceu a perspectiva que somente um governo forte poderia controlar as constantes revoltas das oligarquias regionais, assim como a influência comunista no Brasil.

Para um país unificado e nacional era necessário reprimir todos os inimigos políticos, por isso a importância da ação militar e policial para sustentação dos governos de Getúlio Vargas. Ao longo dos anos 30, o então presidente enfrentou diversas resistências armadas, a Revolta Constitucionalista de 1932, as Insurreições Comunistas de 1935. E com ajuda de facções do Exército conseguiu sair vitorioso de todas essas e implantar uma ditadura em 1937.

Segundo José Murilo de Carvalho, as relações entre Vargas e as Forças Armadas possuíam diferentes fases. A primeira foi de aproximação, na qual os militares tornam-se atores políticos e um dos pilares de sustentação do governo contra forças oligárquicas. A segunda foi de coincidência entre o projeto das Forças Armadas e do presidente<sup>2</sup>, durante o período que corresponde o Estado Novo.

Os golpistas acabaram vitoriosos em 1930, mas um problema maior tinha que ser resolvido no interior do Exército, fragmentado em conflitos internos, entre legalistas e rebeldes, oficiais e subalternos, etc. Nesse contexto de instabilidade interna, Pedro Góis Monteiro recebeu do presidente, a função de comandar uma reforma no Exército.

Nesse processo, Pedro Góis Monteiro implantou uma série de reformas no interior do Exército visando fortalecer esta instituição na sociedade, reforçar a hierarquia e unidade interna. Entre elas estava o serviço militar obrigatório, que oportunizou ao Exército influenciar diversos setores da população, educando indivíduos com valores militares, além da criação de uma reserva de soldados em caso de guerra.

A formação ideológica foi reforçada no sentido de formar indivíduos que seguissem a política da corporação, além de outras reformas que visavam transformar membros da elite em oficiais e controlar as promoções do oficialato. Todas essas medidas foram importantes para criar uma unidade dentro do Exército. Mas a vitória do grupo de Góis Monteiro e Eurico Dutra sobre as constantes ameaças armadas a Getúlio Vargas, como Revolta Constitucionalista de 1932 e os levantes da Aliança Nacional Libertadora de 1935, ocasionou a expulsão de militares participantes dessas rebeliões. Dessa forma, o grupo de Pedro Góis

Monteiro e Eurico Dutra conseguiu se transformar em corrente hegemônica dentro do Exército.

Valentim Benício da Silva ocupou a secretária administrativa da Junta Governativa que derrubou o presidente Washington Luís. Entre os anos 1936 e 1937 foi secretário do Gabinete do então Ministro dos Negócios da Guerra, Eurico Dutra. Valentim da Silva recebeu apoio do Ministério, para reorganizar e fundar a linha editorial da Biblioteca Militar. A escolha por estudar a historiografia produzida por Valentim Benício da Silva através da linha editorial sua posição dentro do Exército, sua relação com as principais autoridades militares e sua produção historiográfica significativa. Através das suas obras torna-se se possível estudar concepções ideológicas e políticas do Exército no Estado Novo.

Os livros divulgados pela Biblioteca Militar são fontes para compreensão da formação da identidade dos militares no Estado Novo. Através de tal editora, o Exército publicou obras que conceituavam a função dos soldados dentro da sociedade. Dois temas serão destacados nesse artigo: os heróis como exemplos morais e modelos de identificação profissional. A desmoralização dos militares que participaram do movimento da Aliança Nacional Libertadora em 1935, intitulados de traidores do Exército e da Pátria. Ambos os conceitos estavam interligados com um ideal de soldado que não deveria interferir na política.

## 2- As Biografias como exemplos morais

Segundo um decreto de 1937, a função da linha editorial da Biblioteca Militar era divulgar ensinamentos para o aperfeiçoamento moral, cívico e profissional dos militares brasileiros<sup>3</sup>. Na especificação de uma das coleções de tal editora, intitulada os *Nossos Soldados*, salientou-se o interesse na publicação de pequenas biografias de militares brasileiros proeminentes. As obras biográficas deveriam possuir uma linguagem simples, “ao alcance dos conhecimentos elementares dos soldados alfabetizados”<sup>4</sup>. Abaixo uma listagem das biografias produzidas entre 1938 a 1945:

<b>Biografado</b>	<b>Período da História</b>	<b>Quantidade de Biografias</b>
Luís Alves Lima e Silva	Monárquico	05
Manoel Luís Osorio	Monárquico	03
Florian Peixoto	Republicano	02
Antonio João Ribeiro	Monárquico	01

Antônio Tibúrcio Ferreira	Monárquico	01
Benjamin Constant	Republicano	01
Joaquim de Andrade Neves	Monárquico	01
Antonio Sampaio	Monárquico	01

**Tabela 1- Fonte: Catálogo da Biblioteca do Exército 1977**

A maioria dos personagens biografados eram indivíduos que tiveram atuações importantes no período monárquico como Manoel Luís Osório, Luís Alves Lima e Silva, Antonio João Ribeiro e Antônio Tibúrcio Ferreira de Sousa. Outros como Floriano Peixoto e Benjamin Constant foram lembrados pelas suas ações na proclamação da República em 1889. Luís Alves Lima e Silva, o Duque de Caxias foi o personagem mais biografado, seguido por Manoel Luís Osório.

Celso Castro analisou a ascensão da figura de Luís Alves Lima e Silva, o Duque de Caxias, como o grande símbolo e patrono do Exército. Segundo esse pesquisador, no império e no início da República, Manoel Luís Osório era o militar mais cultuado dentro da instituição castrense. Mas na década de 1920, gradativamente Osório foi sendo substituído pelo Luís Alves Lima e Silva como o grande patrono dessa instituição. Essa substituição ocorreu em um período de fragmentação das Forças Armadas, de motins internos e de levantes tenentistas. Nesse contexto, a alta cúpula militar representou o Duque de Caxias como um soldado modelo, que defendeu a ordem e a unidade brasileira combatendo as revoltas regenciais no Império<sup>5</sup>.

Durante o Estado Novo, três biografias foram publicadas pela editora sobre o militar Manoel Luís Osório, Osório, de Onofre Gomes Muniz (1938), Osório na Infância, na Adolescência, na Imortalidade, de Valentim Benício da Silva (1939) e Tuiuti é Osório, Osório é Tuiuti, de Lobo Vianna (1940). Nessas narrativas biográficas, a trajetória de Manoel Luís Osório foi concebida através da linearidade cronológica, com um caminho unidirecional, com começo, meio e fim<sup>6</sup>. Para tais escritores militares, Manoel Luís Osório apresentava características que mostravam seu destino glorioso e heroico como militar desde a infância:

Eis meninas da Fundação Osório, de onde veio, o que foi, o que levou à sociedade o vosso glorioso patrono: esperanças na meninice, vigor, beleza, arrojo, bravura, amor, cavalheirismo e nobreza na mocidade, glórias e glórias e glórias na idade madura e na velhice; trabalho honradez, abnegação em toda vida; e no túmulo...exemplo aos seus descendentes, exemplo à pátria que idolatra com o mesmo amor que ele conduziu às batalhas<sup>7</sup>.

Valentim Benício da Silva realizou esse discurso nesse educandário de meninas em 1939, depois o texto foi publicado pela editora militar no mesmo ano. Como ficou nítido, na citação acima, o autor resumiu as fases da vida de Manoel Luís Osorio linearmente, da juventude até velhice, exaltando as qualidades desse indivíduo que seriam legados para a pátria. As palavras glorioso patrono, bravura, nobreza, honradez foram utilizadas para demonstrar que Osorio era um grande homem e foi idolatrado no Brasil.

Os biógrafos militares de Manoel Luís Osorio visaram demonstrar como esse personagem modificou a história através de seus atos, de suas atitudes de lideranças e decisões no campo da batalha na Guerra do Paraguai. Eles reforçaram que por essas características extraordinárias, Osorio virou patrono e modelo do Exército, nas palavras de Valentim Benício da Silva, ao morrer “foi para alto, para imortalidade<sup>8</sup>”

Mesmo que as narrativas biográficas narravam às trajetórias dos heróis militares linearmente, o sentido pedagógico do passado permanecia. A história continuava como mestra da vida, para os historiadores da linha editorial da Biblioteca Militar era possível aprender com atos heroicos dos grandes indivíduos do Exército.

Conforme Koseleck, todas as histórias foram constituídas pelas experiências e pelas expectativas vivenciadas. Para o autor existem duas categorias históricas, que remetem uma condição humana universal, sem qual a história não seria possível: o espaço de experiências e horizonte de expectativas. As experiências de cada indivíduo podem ser transmitidas por gerações e instituições, já as expectativas estão voltadas para o futuro do presente, para o não experimentado<sup>9</sup>. Para Hartog, o tempo histórico é produzido pelas tensões existentes entre o campo de experiências e o horizonte de expectativas.

No Estado Novo, o passado e o presente da instituição militar apareciam como gloriosos na historiografia da Biblioteca Militar. Mas existia um horizonte de expectativas, um possível futuro que era temido dentro do Exército, que causava porvir e medo: a ascensão do comunismo.

### **3- Exército, Estado Novo, heróis e anticomunismo**

Para Frederik Barthes, as instituições têm papéis importantes na manutenção de valores compartilhados e de uma identidade comum de uma população<sup>10</sup>. Nessa pesquisa não estamos trabalhando com identidades étnicas como autor aborda, mas sim com formação identitária no interior do Exército, a busca pela unidade interna e no caso como

a representação dos heróis contribuíram para a consolidação de uma identidade militar no Estado Novo. Segundo Barthes, as identidades estão incrustadas em representações coletivas: a linguagem, as categorias, os símbolos, os rituais e as instituições.

Os grupos humanos tendo como finalidade a interação usam identidades para se categorizar e categorizar os outros, dentro de duas ordens diferentes: sinais e signos manifestos (roupas, língua, etc.) e orientações valorativas, padrões de moralidade<sup>11</sup>. A representação dos heróis dentro do Estado Novo está relacionada com os padrões normativos, através das trajetórias heróicas alguns comportamentos, tidos como exemplares são valorizados. Mais do que isso os indivíduos foram julgados encima dessas representações, o bom soldado era aquele que imitava o modelo de comportamento do herói.

O mau soldado era oposto do heróico, não possuía características valorativas, sendo considerado um traidor do Exército e do próprio país, no caso dos militares comunistas. As identidades sejam elas étnicas ou não, implicam restrições aos tipos de papéis que o indivíduo pode assumir. Por isso que na instituição castrense, os comportamentos associados à legalidade e o cumprimento do dever eram valorizados, porque esses eram representados como atributos e papéis dos soldados dentro da sociedade<sup>12</sup>.

Dentro do Exército, os heróis têm características simbólicas dos ideais militares, representam as trajetórias consideradas heróicas, modelos atitudinais de contemplação e identificação. No Estado Novo, diversos são os rituais que rememoram os heróis no interior da instituição castrense. Essas representações coletivas perpassam valores que estão atreladas a formação das identidades militares nesse período. Nesse sentido a rememoração dos heróis, representa mais que um simples culto do passado, mas sim a utilização simbólica desses indivíduos na busca de uma unidade interna. Assim, uma reflexão seria tentar compreender o que levou o Exército reforçar uma identidade militar associada aos grandes indivíduos da instituição.

Diversos pesquisadores abordaram a utilização simbólica dos heróis e a rememoração do passado no interior das Forças Armadas. Na década de 1970, Edmundo Campos Coelho afirmou que no Estado Novo, elementos simbólicos foram mobilizados dentro do Exército para criação de um clima de solidariedade entre os militares, como o culto das vítimas dos levantes comunistas de 1935. Segundo esse autor, esse sentimento anticomunista nas forças armadas foi uma estratégia de comunicação eficaz para unir os componentes da organização castrense. Para Coelho, nesse período também houve uma glorificação do passado do Exército<sup>13</sup>.

Segundo Mônica Pimenta Velloso no governo autoritário de Getúlio Vargas, o Estado assumiria a função de construir uma identidade brasileira, os intelectuais do regime buscavam as raízes da brasilidade na cultura popular, através da consagração da tradição, dos símbolos, dos heróis e da música. Além disso, o Estado utilizaria esses elementos culturais para doutrinação da população através da educação e de programas radiofônicos<sup>14</sup>.

A linha editorial da biblioteca militar surgiu em um contexto de anticomunismo dentro das forças armadas. O primeiro livro lançado pela editora do Exército (em 1938) foi em Guarda Contra o Comunismo, obra que reunia diversos artigos contrários a essa ideologia. Anteriormente, após a insurreição da Aliança Nacional Libertadora em 1935, o Exército intensificou a desqualificação desse movimento de influência comunista, o intitulando de Intentona, nomenclatura que sugere uma ação desorganizada, patética, etc. Além disso, dentro do Exército foi criado o culto das vítimas que lutaram contra essas insurreições.

Em um artigo do Livro em Guarda Contra o Comunismo, Getúlio Vargas declarou que o comunismo pretendia destruir a família, a pátria e a religião. Nas cartas pastorais presente na mesma obra, os religiosos acusam que no comunismo a família deixaria de ser uma instituição sagrada. As acusações contrárias ao comunismo em tal livro partem de diversas lideranças da sociedade, religiosas, militares, civis e políticas. Embora exista uma vasta produção sobre o anticomunismo no Estado Novo, nenhum trabalho estudou a relação da linha editorial com os discursos anticomunistas do período. Nesse sentido, três autores são fundamentais para analisar o anticomunismo no período, Celso Castro, Rodrigo Mota e Roberto Martins Ferreira.

Segundo Celso Castro, os militares comunistas foram perseguidos e acusados de dupla traição: pelo Estado, sendo considerados traidores da pátria a serviço de Moscou, pelas Forças Armadas, por quebrarem a hierarquia e a disciplina de tais instituições<sup>15</sup>. Nos anos seguintes, dentro da instituição castrense, alta cúpula militar buscou refutar essa ideologia, criando uma memória anticomunista, através de ritos, eventos comemorativos, discursos, cultos, etc.

Para Rodrigo Mota, o regime bolchevique da União Soviética nunca recebeu simpatia e apoio do governo brasileiro. A imprensa brasileira foi responsável por divulgar imagens violentas e negativas dos comunistas. Na década de 1910-20, uma série de livros anticomunistas de origem europeia circulava pelo Brasil. Mas a intensificação ao comunismo ocorreu após os eventos posteriores da Aliança Nacional Libertadora, em 1935. Através de uma onda anticomunista que visava não somente à repressão e à censura, mas também a mecanismos de propaganda que buscavam erradicar a circulação de tal ideologia no Brasil<sup>16</sup>.

Conforme Roberto Martins Ferreira, o discurso anticomunista no Brasil foi militante, pois convocava os militares para lutar contra o inimigo comum. Para Ferreira, os relatos contrários ao comunismo no Exército eram narrativas míticas, apoiadas na crença mais comum da sociedade, a luta binária entre o bem e o mal<sup>17</sup>. Essa crença representava que a ordem social era o bem, a estabilidade e harmonia. O comunismo era o mal, porque rejeitou a ordem social, com isso trouxe o caos e ameaça de desintegração para sociedade<sup>18</sup>.

No livro em Guarda Contra o Comunismo percebemos no prefácio, através das palavras do autor, a construção de uma narrativa de repulsa, de uma batalha entre o bem e o mal:

É um livro ditado pelo momento histórico que atravessamos. É um brado de consciência espontâneo, partido de várias bocas, emitido em vários idiomas, expressão simbólica de sentimentos bons que se contrapõem à maldade humana [...]. Os que nêle se colocaram nem sabiam que suas palavras seriam um dia reunidas em volume e lançadas à publicidade, ao lado de brados de repulsa à barbárie que ameaça a civilização hodierna [...]. Nosso trabalho constituiu apenas em colher opiniões abalizadas, expendidas ao acaso, em várias oportunidades e em diferentes lugares. Haverá pequenas divergências, de um autor para outro. Mas a idéia principal- repulsa ao comunismo- é sempre a mesma, imutável, eloqüente<sup>19</sup>.

A idéia de uma luta entre opostos: maldade versus bondade humana, barbárie versus civilização apareceu de forma recorrente na historiografia militar do Estado Novo. A editora do Exército investiu em uma literatura anticomunista, que representou os comunistas como subversivos e ateus. “Os traidores da pátria a serviço de Moscou” eram símbolos da maldade humana, destruidores dos pilares da sociedade: a família, a pátria e religião.

A mesma editora publicou uma série de narrativas biográficas sobre os grandes heróis do Exército no Estado Novo. O medo de possível influência comunista dentro do Exército levou essa editora a publicar textos contrários a essa ideologia. Mas ao mesmo tempo tal instituição reforçou o ideal de legalidade, de cumprimento do dever e sacrifício em prol da profissão, através das narrativas biográficas dos grandes militares.

As construções das figuras dos heróis e dos traidores do Exército foram estratégias políticas complementares. Enquanto a representação do mau comunista visava repelir certas condutas ideológicas dentro do Exército. A imagem do herói representava o altruísmo e o sacrifício do indivíduo pela pátria e pela instituição castrense, um modelo de identificação e de contemplação. Portanto, os conceitos dos heróis e dos traidores demonstram a concepção do soldado tido como ideal dentro do Exército e formação de uma identidade militar no Estado Novo.



---

<sup>1</sup>Aluna do Mestrado em História da Universidade Federal de Santa Maria-RS, desenvolve o projeto de pesquisa com o título acadêmico as narrativas biográficas dos heróis do Exército na historiografia militar de Valentim Benício da Silva no Estado Novo, sob orientação do professor André Átila Fertig, email para contato: [priscilaroatt@gmail.com](mailto:priscilaroatt@gmail.com).

<sup>2</sup> CARVALHO, José Murilo. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (org.) *As instituições na Era Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

<sup>3</sup> Decreto 1.748 de 26 de junho de 1937.

<sup>4</sup> Inicialmente a editora estava dividida em três coleções principais: Nossos Soldados, Obras Patrióticas e Obras Educativas.

<sup>5</sup> CASTRO, Celso. *A invenção do Exército*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

<sup>6</sup> BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta, AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas 2006, 183-185

<sup>7</sup> SILVA, Valentim Benício. *Osório na infância, na adolescência, na família e na imortalidade*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1939, p. 28

<sup>8</sup> Ibid. 28

<sup>9</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p.326.

<sup>10</sup> BARTH, Frederik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

<sup>11</sup> Barthes, Op. Cit., p. 32.

<sup>12</sup> Para Barthes, a cultura é distributiva, compartilhada por alguns e não por outros. Ou seja, nem todos os indivíduos no interior do Exército compartilhavam essa visão de identidade. Percebo mais um esforço da alta cúpula em perpassa esses modelos. Outra questão para o autor, os atores sociais estão posicionados, no caso estamos falando de hierarquias no interior do Exército, numa tentativa de formação de uma identidade, de cima para baixo.

<sup>13</sup> COELHO, Edmundo Campos. Da doutrina à solidariedade militar. In: *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1976, p.111.

<sup>14</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1987, p. 42-43.

<sup>15</sup> Castro, Op. Cit., p. 49.

<sup>16</sup> MOTTA, Rodrigo. *O perigo é vermelho e vem de fora: o Brasil e URSS*. **Locus**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 227- 246.

<sup>17</sup> O autor se baseia nos pressupostos de Roland Barthes, sobre que os mitos contemporâneos não são mais baseados em grandes narrativas, mas sim em frases e estereótipos, mas permanece com mesma função de naturalizar o social e cultural.

<sup>18</sup> FERREIRA, Roberto Martins. *Organização e poder: análise do discurso anticomunista do Exército Brasileiro*. São Paulo: Anablume, 2005, p. 155.

<sup>19</sup> SILVA, Valentim Benício da Silva. Prefácio. In: *Em Guarda Contra o Comunismo*. Biblioteca Militar: Rio de Janeiro, 1938, p. 07

O projeto de união Brasil e Portugal através da imprensa: discursos estampados na *Gil blas* e na *Atlantida*.

Priscila Velozo da Silva\*

O início do século XX, marca uma mudança no cenário político e cultural no Brasil. A proclamação da República em fins do XIX, trouxe novas discussões sobre nação e criação de uma identidade nacional<sup>1</sup>. Nessa conjuntura, surgiram grupos de extremo nacionalismo que desenvolviam tendências xenófobas devido a grande quantidade de imigrantes que chegavam no país, sobretudo, contra o imigrante português, que desde o século XIX, migrava para o outro lado do Atlântico com a perspectiva de ascender financeiramente.

No campo diplomático, as relações entre Brasil e Portugal estavam cortadas desde o episódio da Revolta da Armada<sup>2</sup>. No entanto, um grupo de intelectuais lançou mão de uma campanha de união entre Brasil e Portugal. O intuito desse grupo, era aproximar as duas nações que possuíam um passado em comum, falavam a mesma língua e deveriam ser reconhecidas como nações-irmãs.

Por outro lado, o ódio ao português era crescente. O elemento português, dono de grande parte do comércio e detentor de forte influência na imprensa do país, era visto como conspirador, que desejava derrubar a República recém instaurada. Além do mais, formou-se no Brasil uma elite portuguesa que não apenas agia em defesa dos interesses da colônia, como também exercia influência sobre o governo brasileiro.

Nesse embate, campanha luso-brasileira versus lusofobismo, a imprensa foi um dos principais instrumentos de divulgação das ideias defendidas. Tania de Lucca definiu o papel das revistas no início do século XX como “pólos aglutinadores de propostas estéticas” cujo os “movimentos de vanguarda souberam usar como instrumento de luta e as elegeram como veículo privilegiado para divulgar seus manifestos<sup>3</sup>”

Os posicionamentos políticos estavam muito bem demarcados em periódicos como *Atlantida* (1915 -1920), *O ocidente* (1878-1914), *Brasil-Portugal* (1899-1914) que faziam a defesa da Aproximação Brasil e Portugal, enquanto jornais como *o Tempo*,

---

\* Mestre em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro sob orientação da Professora Doutora Lúcia Maria Paschoal Guimarães. Apoio: CNPQ E-mail: Prihistuerj@yahoo.com.br

*A Bomba*, *O Nacional*, *O Jacobino*, *Brazileia* e *Gil Blas* não mediam palavras para atacar o elemento lusitano. Neste espaço privilegiaremos dois periódicos em torno da campanha luso-brasileira, A revista *Atlantida*(1915-1920) e a *Gil Blas* (1919-1923).

Como afirma Sirinelli, “A história política dos intelectuais passa obrigatoriamente pela pesquisa, longa e ingrata, e pela exegese de textos, e particularmente de textos impressos, primeiro suporte dos fatos de opinião, em cuja gênese, circulação e transmissão os intelectuais desempenham um papel decisivo<sup>4</sup>”.

A revista *Atlantida* surge em 1915, fruto da parceria de João do Rio e João de Barros, um brasileiro e um português que partilhavam o mesmo sonho, unir duas nações separados por um continente.

João do Rio e João de Barros se conheceram na primeira excursão que o brasileiro realizou à Europa entre os anos de 1908 e 1910. O cronista iniciou sua jornada por Lisboa, onde permaneceu por alguns dias e acabou por conhecer jornalistas e homens de letras portugueses. A paixão pelas letras e a simpatia pela aproximação luso-brasileira, estreitou os laços entre os dois letrados.

A partir do encontro dos dois personagens, surgiu a ideia de criar uma revista que defendesse os interesses comuns e estimulasse a aproximação luso-brasileira, valorizando os poetas, escritores e jornalistas portugueses e brasileiros. O objetivo era trabalhar para que se extinguisse o desconhecimento que imperava entre os países.

Em 15 de novembro de 1915, data de aniversário da Proclamação da República no Brasil, escolhida estrategicamente para homenagear o seu vigésimo sexto ano, era inaugurada a *Atlantida. Mensario artistico, Literario e Social para Portugal e Brasil*. Sob a direção de Paulo Barreto e João de Barros, contava com o trabalho de Pedro Bordallo Pinheiro como editor e também co-proprietário até 1919, e com o trabalho do caricaturista Rafael Bordallo Pinheiro (artista português, tio de Pedro Bordallo)<sup>5</sup>. Possuía também dois escritórios, um na Rua Barata Salgueiro, 46, em Lisboa, e outro na Avenida Rio Branco, 128, no Rio de Janeiro<sup>6</sup>. Além do caráter binacional evidenciado em sua capa, a revista exibía ainda em sua folha de rosto a relevância de sua existência para os governos de Brasil e Portugal, estampando a frase “sob o alto patrocínio de S.Exas. os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e dos Estrangeiros e Fomento de Portugal”, sendo os Ministros, Lauro Müller, do Brasil, e Augusto Soares e Manuel Monteiro, de Portugal.

E para enfatizar essa relevância, a edição inaugural contou com as palavras dos Exos. ministros<sup>7</sup>:

Desejo para a *Atlantida*, que se inicia com tão alevantados ideaes, a prosperidade que sera apenas o desenvolvimento da propria obra.  
Rio de Janeiro, 1915. Lauro Müller.

A sua iniciativa, — meu querido amigo, — é bem digna da sua fé patriótica, do seu ardente e sadio entusiasmo pelas “nossas coisas”, da sua admiração, exuberante e sugestiva, (ia a dizer absorvente), pela grande nação brasileira. Os homens que governam faltam desastradamente á sua missão se ao amparo d’iniciativas d’estas não sabem pôr todo o seu valimento. E não devem ser vocês os agradecidos...

Lisboa, 1915

Augusto Soares.

E’-me grato saudar na *Atlantida* um esteio seguro da indispensavel aproximação, intelectual e economica, entre as duas Patrias irmãs.

Lisboa, 1915

Manuel Monteiro.

As páginas do Mensário continham desde poesias, a novelas, contos e notícias. Ademais, muitos foram os nomes brasileiros e portugueses que tiveram suas opiniões e discursos estampadas no periódico

Nas primeiras páginas da edição inaugural contou-se também com as palavras dos mentores da revista, João de Barros e João do Rio.

Estas primeiras palavras da *Atlantida*, escrevo-as em face do mar — do mar carinhoso e terno do meu paíz. [...]Mais eu via isto:-- um enorme paiz único, separado pelo Oceano, um só paiz imenso, que na Europa tivesse as raizes indispensáveis d’uma tradição, e na America a energia, a fê, o amor, ainda mais indispensáveis, da juventuda permante e creadora! [...] o nome de Bilac devia enfileirar ao lado do de Junqueiro, os nomes de Machado d’ Assis e de Coelho Neto tinham de aparecer juntamente com o de Eça de Queiroz.[...] Paulo Barreto é, com efeito, um velho e constante amigo de Portugal—sendo, simultaneamente, um patriota sincero em tudo e por tudo que diz respeito á sua terra. A ideia da publicação da *Atlantida* a ele se deve, fundamentalmente<sup>8</sup>.

Em suas palavras inaugurais, João de Barros lembrou que a concretização da parceria para criar a *Atlantida* aconteceu em sua viagem ao Brasil em 1912. Ainda que Brasil e Portugal fossem um único país, separado pelo oceano, pôde observar que Portugal não se fazia conhecer, fato que fazia o Brasil se magoar, mágoa justa em sua opinião. Não poderia os dois países falar a mesma língua, representar a mesma raça e viver com tanto distanciamento. Esse desconhecimento mútuo era prejudicial, tanto para portugueses quanto para brasileiros, e, para a vida internacional que ambas as repúblicas representariam no globo.

*“Portugal tem de ser para o Brazil,— tudo o indica!—  
O seu porto de ligação com a Europa<sup>9</sup>”.*

Em sua fala, João de Barros atribuiu também a realização da revista a João do Rio, “verdadeiro amigo de Portugal e grande nacionalista” que tanto se empenhou, sem deixar de apontar a colaboração de outras mentes brilhantes que apoiaram a ideia. E, para finalizar, enfatizou que a *Atlantida* seria uma “grande voz” para representar as duas nações.

Paulo Barreto inaugurou a revista com o artigo intitulado “O sonho da Atlantida”. Na publicação, ele explicou a origem do nome escolhido, fazendo analogia à lenda da Atlântida, continente perdido dos contos de Platão. Para o cronista, *“a America não é a Atlantida da lenda.[...] Atlantida é a ilha onde está o pomo d’ouro da felicidade; Atlantida é a terra abstrata do conhecimento, do saber, da adivinhação.[...] o grande abraço mental entre a Europa e a America<sup>10</sup>”.*

Para além da analogia, o autor afirmou que, apesar do continente da lenda ter submergido, desaparecendo nas profundezas dos mares, acreditava que estava personificado nas terras encontradas além-mar, terras que durante muito tempo foram desconhecidas para o velho mundo e, no entanto, quando descobertas trouxeram o novo, o inesperado e um conhecimento que o velho continente ignorava, passando então, a depositar neste novo lugar, suas esperanças, seu futuro e sua prosperidade. Dessa maneira, a Atlântida de João do Rio é a terra de Santa Cruz, que acolheu portugueses e que foi, para eles, a glória, o triunfo, o pomo de ouro, e hoje é o elo de ligação entre Europa com a América.

O texto inicial assinado pela direção não deixou de citar a conjuntura de guerra e a conseqüente situação econômica mundial. No entanto, explicitou que o momento não podia ser mais oportuno já que as circunstâncias do conflito levaram a um espírito de união e solidariedade entre os países “que vivem d’um mesmo ideal, que se alimentam da mesma tradição ou que descendem do mesmo tronco originário<sup>11</sup>”.

As palavras de abertura dos editores apontam para a conotação política e social do mensário, embora o seu subtítulo revê apenas a sua natureza cultural e literária, voltada para prosa e a poesia. Podemos perceber ao longo das suas edições, artigos de caráter político, ensaios sobre as relações econômicas e sobre o intercâmbio comercial entre Brasil e Portugal, além de notícias da guerra e artigos que reforçavam a proposta inicial de união cultural luso-brasileira, aliadas a um plano que já se desenrolava para o político com propostas de confederação.

Em meio a esse turbilhão de ideias e projetos para aproximar duas nações irmãs, o momento no Brasil era delicado, era um período de construção nacional, construção da ideia de nação para a jovem República. Para os mais radicais, a Europa monarquista, sobretudo, Portugal, representara um retrocesso ao progresso do Brasil. Neste sentido, o elemento lusitano era identificado tanto com o passado colonial, quanto com o regime político recentemente deposto. A figura do português (com suas exceções), representava o conspirador, que desejava a restauração dos tempos anteriores ao ano de 1822, quando foi realizada a nossa independência. Esse temor deu lugar ao lusofobismo, e ao jacobinismo lusófono.

Nesse contexto, surgiu no Rio de Janeiro, em 13 fevereiro de 1919, o semanário *Gil blas*, e perdurou por quatro anos (1919-1923), perpassando o governo de Epitácio Pessoa (1919-1922) de quem foi porta-voz. O título *Gil Blas* faz referência ao personagem do romancista e taumaturgo francês, René de Lesage (1668- 1747) publicado em um jornal e uma revista francesa, e teve a direção de Alcebíades Delamare<sup>12</sup>.

A publicação teve sua estréia em 13 de fevereiro de 1919, com a seguinte frase em sua capa: “sempre jovem, sempre ardente, sempre intrépido”. Na capa podemos visualizar também o subtítulo “Panfleto de combate” e o nome do proprietário Marques e C. A partir do número 21, em 3 de julho de 1919, a revista passou a ter como subtítulo “Panfleto semanal”. Mais uma mudança aconteceria em outubro de 1919, quando o número 34 estampou o subtítulo, “Panfleto Nacionalista”. A partir de 20 de outubro de 1922, ocorreu a última mudança da capa no número 188: “Panfleto nacionalista: pela brasilidade e pelo catolicismo”, em referência à sua aproximação com o catolicismo.

Segundo Carlos Gustavo N. de Jesus<sup>13</sup>, o caráter panfletário, que se define como “uma forma de irradiar conteúdos ideológicos<sup>14</sup>”, perdurou até os últimos dias da publicação, e foi reconhecido como característica da fase embrionária da imprensa no Brasil. Os movimentos republicano e abolicionista alimentavam esse tipo de jornalismo militante, que divulgava ideologias e posicionamentos políticos.

A Revista *Gil Blas* se caracterizou por marcar um posicionamento político bem firme durante os seus anos de existência, apoiando e sendo instrumento de propaganda do governo Epitácio Pessoa, que se baseava em uma política de aproximação com países americanos em detrimento da Europa. No presente trabalho, vamos conferir maior atenção às inúmeras manifestações de repulsa da *Gil Blas* ao elemento português e a proposta da confederação.

Iniciando pelo artigo de A. Bento, *Brasileiromania*, título que figurou em mais de uma edição do semanário. O autor evidenciou em tom de crítica algumas das questões referentes aos portugueses no Brasil, já evidenciadas no presente trabalho:

[...]Ainda há bem pouco tempo, num livro celebre, *les visages du Brésil*, o notável escritor francês Sr. Paul Adam, que foi nosso hospede durante alguns meses, com uma capacidade de observação distinta entre os escritores de sua raça, salientou este fato que muita gente ignora: que o Brasil é um país relativamente independente, por ser, em verdade, dirigido pelos 30 ou 40.000 comerciante portugueses que formam um bloco comercial ofensivo e defensivo na cidade do Rio de Janeiro.

Estes comerciantes são assessorados pelos glos bonnets da colônia, que formam uma elite intelectual, com sede no “Gabinete português de leitura”. Desse centro, diz Paulo Adam, irradia a direção para a nossa política-econômica, e é nesta assembleia que se discutem AS NOSSAS mais graves questões sociais. Dali continua Portugal a dirigir a sua antiga colônia, com denodo e arreganho verdadeiramente ditatoriais!

Questão que esses capitalistas esposem é questão ganha. Basta lembrar que dispõem de toda a imprensa diária do Rio de Janeiro, e quando esta influência ainda não for decisiva, aplicam o método mais simples, que eles chamam a lei do menor esforço: o suborno!

A projetada confederação luso-brasileira é, pois somente um luxo ou demonstração desnecessária de forla, pois, entre nós, o luso é o único árbitro, e a última palavra em todas as questões. Basta lembrar as palavras de Paul Adam: “ O brasileiro tudo lhes tolera, inclusive a carestia da vida, obtida pelos meios mais grosseiros”!...

Sabeis, srs. Redator, quem é o grande embaixador da futura confederação luso brasileira?- o sr. Conde de Sottomayor! Este cavalheiro é chefe de uma casa comercial que fez uma prodigiosa fortuna no Rio de Janeiro e em cujo contrato figura como condição preliminar: - não se admitirem empregados brasileiros; ou, pelo menos, é este o critério da firma comercial em questão.

Ora, sr. Redator, si um capitalista inglês fundasse uma cada na América do Norte declarando “aqui não se admitem empregados americanos” seria dali varrido a pedradas, e si na Argentina ou no Chile um comerciante espanhol ousasse fazer restrições para admitir em sua casa comercial os filhos da terra, podeis ficar certo de que um tal negocio não ficaria aberto 24 horas!

Diz-se que nos termos, capítulos e parágrafos da projetada confederação há dispositivos que conferem ao brasileiro em Portugal iguais direitos políticos que os portugueses pretendem alcançar entre nós.

Acreditamos, mas temos a objetar: 1º, que nenhum brasileiro se abalancara a atravessar o Atlântico para ir “morrer de fome” a exercer profissões liberais em Portugal; 2º, que a palavra brasileiro em Portugal não se entende conosco, brasileiros de verdade mas com os portugueses de torna-viagem, que ali vão gastar as patacas aqui bem ou mal adquiridas; 3º, que essa ridícula e inviável confederação só tem um objetivo principal: mostrar ao mundo civilizado que, cem anos após uma fictícia independência, Portugal, não contente dos bons negócios que faz no Brasil, não contente de exercer sobre os brasileiros um comercio monstruoso, que nos envergonha, apoiado por uma imprensa que o glorifica, arrancando-nos os olhos da cara e a camisa do corpo, quer vaidosamente exhibir a sua ditadura política, assentando-se nas cátedras do ensino superior e nas cruéis que a nossa constituição reservou aos filhos da terra!

Maldita confederação<sup>15</sup>!

Bento apresentou severas críticas à confederação luso-brasileira, recorrendo às palavras de Paul Adam, escritor e jornalista Francês que ao passar pelo Brasil fez

observações quanto à situação de controle que, no seu ponto de vista, em sua visão o português exercia aqui. O autor exaltou questões como o fato do comércio e a imprensa do Rio de Janeiro serem dominados por portugueses. Dessa forma, eles controlavam a política do país, pois o controle financeiro fazia com que suas decisões fossem acatadas. Acusou-lhes ainda de suborno, pois, segundo o autor, quando a influência não bastasse, grande quantia de dinheiro era utilizada para que as decisões lusitanas fossem soberanas. A. Bento acusou ainda a confederação luso-brasileira de ser uma farsa utilizada para que os portugueses continuassem a dominar o país como se fosse uma colônia. Daí a indicação de que Sotto Mayor, português que fez fortuna no Brasil, viesse ser o embaixador da futura confederação.

A revista trazia sempre notas de repúdio a personalidades brasileiras que apoiavam a tão falada confederação. Dessa forma, Paulo Barreto, o popular João do Rio, um dos criadores da *Atlantida* e grande entusiasta do projeto não poderia deixar de ser citado.

O incomensurável João do Rio, que acode também pelo nome de Paulo Barreto, está de regresso. O Rio já sentia falta do famoso cronista que tem o mérito de deleitar a indolência indígena, divulgando em cassange, na sua reportagem literária as novidades parisienses, poupando-nos o trabalho de ler os autores mais em voga, no original...

O grande amigo do “querido Portugal” vem com o propósito patriótico de nos aproximar ainda mais com a “esquina do planeta”, onde seu fardo de cavador conseguiu um filão de ouro para... escudos da sua campanha de salvação própria, a guisa de nos ligar ao velho país que nos deu origem, no ano da desgraça de 1500, por um erro de roteiro que impeliu Pedro Alvares cabral ao monte Paschoal. As viagens do “imortal” João do Rio são sempre proveitosas

Vai fundar, segundo se dignou declarar em Recife, um jornal- a “Patria” , aqui, e em alguns estados, com a mesma epigrafe expressiva. O ilustre comendador, que com esse titulo ficou ainda mais agradecido ao seu estremecido Portugal, devia ficar lá pelo estrangeiro

Dispensava-mos sua presença, que nos é tão “cara” apesar de tudo.

As suas viagens a S. Paulo vão recomençar...

Valha-nos esta ficha de consolação. Vamos ler agora as últimas novidades literarias de Paris, no seu estilo sintético, no mais elegante e delicioso cassange, que há memoria...

Paulo Barreto, perdão, João do Rio nos saiu melhor que... a comenda<sup>16</sup>!

Falando no “ano da desgraça de 1500” foi publicado um artigo sobre o descobrimento do Brasil, cuja autoria é atribuída a J. Leoncio, em que apresentou críticas à forma como se ensinava a história do Brasil nas salas de aula. O autor desejava ainda que fosse feita uma homenagem a Cristóvão Colombo, considerado o verdadeiro descobridor, já que foi o primeiro a chegar ao continente americano, através da construção de um monumento. Este contemplaria também Vicente Yanez Pinzon,



navegador espanhol, capitão da caravela La niña na primeira expedição de Cristóvão Colombo.

Quem lê atentamente a história do Brasil, a de exclusiva orientação portuguesa, clamorosas injustiças, que de muito longe nos vêem e que, guardando a tradição, vamos transmitindo e inconscientemente transmitindo aos nossos filhos, porque recebemos dos nossos pais [...] todo mundo sabe que, 1492, o célebre navegador Genovês Cristóvão Colombo entrando ao serviço de Espanha [...] cuja assistência ele afirmara graças a seus conhecimentos científicos [...] qualquer espírito dotado do sentimento de elementar justiça reconhece logo em Cristóvão Colombo o legítimo descobridor do Brasil- situado no sul da América, como parte integrante do novo mundo [...] mas, descoberta a América, estava, “ipso facto” descoberto o Brasil, dependendo tudo o mais da sua colonização e exploração.

Sem embargo, devemos dar também um lugar saliente ao castelhano Yanez Pinzón, por ter sido o primeiro navegador que abordou em plagas brasileiras, fazendo-lhe a justiça de acriatar que ele, usando de lealdade e não desejando ser tomado na conta de pirata, reconheceu logo achar-se em uma região americana, do continente já descoberto por Colombo, a quem acompanhava, sendo, já se vê, desnecessário que tivesse tomado a posse formal da terra em nome do reinado da Espanha, a quem já pertencia em virtude do descobrimento da América.

Igual procedimento não teve o navegante português Pedro Álvares Cabral, que, viajando para a Índia, errou desgraçadamente o caminho marítimo, já encontrada por Vasco da Gama e já (maldita hora) aportar nas proximidades de S. Salvador, a que deu o nome de Porto Seguro.

São três acontecimentos distintos que aqui ficam narrados — O primeiro significa descobrimento da América e, por conseguinte, o do Brasil, por um navegador consumado, homem de iniciativa; o segundo — a primeira vez que um navegador europeu conheceu terras brasileiras, o terceiro — o ato de pirataria de um navegador inexímio.

Se não são distintos esses fatos, só a uma conclusão posso chegar: o Brasil é uma exceção na ordem dos acontecimentos, porque foi 3 vezes descoberto [...] A verdade é que muito caro nos tem custado a “honra” de termos sido encontrados por essa “boa gente”. Abraçados pela mania do “descobrimento”, a mingua de outros e de invenções que os recomendem, Portugal e os portugueses, há quatrocentos e tantos anos, vivem exclusivamente do Brasil, e nós continuamos a consentir que nossos filhos aprendam a mentir nas escolas, atribuindo a Pedro Álvares Cabral o descobrimento do Brasil, enquanto, a “a mentira de bronze” se perpetua no largo da Glória.

É tempo já de repararmos uma injustiça, rendendo um (?) de gratidão a Cristóvão Colombo, o descobridor do continente americano, por meio de um monumento, incluindo nesta a figura simpática do espanhol Vicente Yanez Pinzon.

E deixemos de mistificação...

Através dessas pequenas evidências, podemos notar a importância do papel desses impressos no início do século XX, para representar e até mesmo convencer os demais leitores de uma determinada vertente, opinião, nesse caso, a respeito da união Brasil-Portugal.

Em tempos de xenofobismo lusitano não era fácil defender uma proposta de confederação luso-brasileira, principalmente sendo brasileiro. Os nacionais que defendiam tal proposta eram considerados verdadeiros traidores da pátria, eram

renegados, ofendidos através da imprensa. Dessa maneira, foi de extrema importância a análise da *Gil Blas* e da *Atlantida* para que se pudesse compreender melhor essa contraposição lusofilia versus lusofobia no contexto das duas primeiras décadas do século XX.

---

<sup>1</sup>O período que marca o início da República no Brasil é também caracterizado pela ideia de construção da nação. Esta será considerada no sentido descrito por E. H. Carr e depois por Gellner, “como algo que acentua o particularismo - GELLENER, Ernest. *Dos Nacionalismos*. Lisboa: Editorial Teorema, 1998, p.38.

<sup>2</sup> ocorrida em 1894, quando navios da Armada portuguesa acolheram oficiais da Marinha do Brasil revoltosos contra o governo vigente, o que causou insatisfação ao Ministério das Relações Exteriores

<sup>3</sup> LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005

<sup>4</sup> SIRINELLI, Jean-François, “Os intelectuais”. In: René Remond(org). *Por uma história Política*. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 1996, p.245.

<sup>5</sup> SARAIVA, Arnaldo. *O modernismo brasileiro e o modernismo português*: subsídios para seu estudo e para a história das suas relações. Porto: s. ed.,1986. apud. d’AVILA, Cristiane (org.). *Cartas de João do Rio: a João de Barros e Carlos Malheiro Dias*. Rio de Janeiro: FUNARTE,2012, p.46.

<sup>6</sup> Idem, p. 46

<sup>7</sup> *Atlantida*, Lisboa, v.I, nº1, ano I, p.9.1915

<sup>8</sup> BARROS, João de. *Atlantida*, Lisboa,v.I, nº1, ano I, p5-9.1915

<sup>9</sup> Idem. Ibidem, p.8

<sup>10</sup> RIO, João do. O sonho da Atlantida. *Atlantida*, Lisboa,v.I, nº1, ano I, p.15.1915.

<sup>11</sup> A direção. *Atlantida*, Lisboa, nº1v.I, nº1, ano I, p.4-5, 1915.

<sup>12</sup> JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. Revista *Gil Blas* e o nacionalismo de combate (1919-1923). São Paulo: Cultura acadêmica, 2012.

<sup>13</sup> Idem. Ibidem, p.40.

<sup>14</sup> Idem. Ibidem

<sup>15</sup> BENTO, A. Brasileiromania. *Gil Blas*, Rio de Janeiro, p.10, 10 jul. 1919

<sup>16</sup> Sem Autor. João do Rio. *Gil Blas*, Rio de Janeiro, 21 ago. 1919, p. 9.

## **A escolarização dos negros na vila de Queluz entre os anos de 1835- 1860**

Priscilla Verona  
Mestranda em Educação PPGE/UFJF  
Orientador: Marlos Bessa Mendes da Rocha  
pri.verona@yahoo.com.br

### **Resumo**

Estabelecemos para o trabalho o foco da análise no processo de escolarização ocorrido na sociedade mineira, a qual era constituída durante o século XIX, em sua maioria, por sujeitos vindos das camadas desfavorecidas. A escolarização dos negros na vila de Queluz entre os anos de 1835- 1860 será analisada no sentido de compreender aspectos da escolarização que se formulou no Brasil império. Buscando realizar uma interpretação alternativa do século XIX, intencionamos olhar para o Estado imperial, enquanto um governo que incorporava as formas do moderno de maneira específica e singular.

**Palavras- chave:** escolarização- negros - século XIX

### **Abstract**

We set to work the focus of analysis in the schooling process occurred in the mining company which was formed during the nineteenth century , mostly by individuals coming from disadvantaged sections . The education of blacks in the town of Queluz between the years 1835- 1860 will be analyzed in order to understand aspects of schooling that was formulated in Brazil empire. Seeking perform an alternative interpretation of the nineteenth century , we intend to look at the imperial state , while a government that incorporated the specific forms of modern and unique way .

**Keyword:** schooling - negroes- 19th century

A historiografia educacional brasileira nos últimos anos, no que tange aos estudos sobre o século XIX, em especial as reflexões sobre o período imperial, caracterizou frequentemente o negro como um escravo, que destituído de direitos estabelecia uma relação de exclusão com a sociedade e o processo educativo, mantendo-se impedido de frequentar a escola. Em contrapartida, buscamos analisarmos a instrução na província de Minas Gerais, especialmente na vila de Queluz, e atentarmos para um conjunto de fontes documentais que registram a presença de negros no espaço escolar naquela localidade, durante a primeira metade do século XIX. O que nos leva a partilhar olhares com uma historiografia educacional brasileira um tanto quanto mais atual, a qual vem buscando interpretar com maior cuidado a figura do negro dentro do processo histórico, e que sobretudo percebe a escola instituída no século XIX como um espaço heterogêneo que não elegeu a elite branca como seu alvo principal, mas sim as classes menos favorecidas da sociedade imperial.

A escolha do município analisado se justifica em primeiro momento pelo fato de termos constatado a presença de professores pardos bem como alunos negros nesta localidade, fato que nos chamou atenção e nos deu ânimo para iniciar uma investigação à respeito do espaço escolar que ali se constituía. Também não podemos deixar de mencionar a localização geográfica importante deste município dentro da província de Minas Gerais, pois Queluz encontrava-se muito próximos da região de extração aurífera, o que significou um fluxo migratório constante para aqueles arredores. Devido às possibilidades do ouro que atraíam inúmeras pessoas para aquela região, é possível sugerir que tal sociedade se constituiu, também, sendo marcada por certo cosmopolitismo. Vale dizer que isto favoreceu uma formação um tanto quanto mais heterogênea daquela sociedade, sem contar a diversidade em termos de atividade econômica que havia ali, fazendo daquela uma das regiões mais importantes da província de Minas Gerais durante até o século XIX, sendo muito próxima aos municípios de Ouro Preto e Mariana.

### **O negro como sujeito histórico e a escolarização**

Ao não ser considerado um sujeito social pela historiografia tradicional, o negro se manteve durante longo período de tempo à margem também de nossa historiografia da educação. Na visão de Silvio Correa:

O negro foi frequentemente associado na historiografia brasileira à condição social de escravo. A menção ao primeiro remete-se quase automaticamente à imagem do segundo. Negro e escravo foram intercambiáveis, pois o primeiro equivalia a indivíduos sem autonomia e liberdade e o segundo correspondia- especialmente a partir do século XVIII- a indivíduo de cor. Para a historiografia tradicional, este binômio (negro - escravo) significa um ser economicamente ativo, mas submetido ao sistema escravista, no qual as possibilidades de tornar-se sujeito histórico, tanto no sentido coletivo como particular do termo, foram quase nulas.<sup>1</sup>

Reconhecemos que nos últimos anos o espaço escolar foi frequentemente interpretado pela historiografia da educação sem levar em conta as possibilidades de presença do negro naquele local e dentro do processo educativo. Podemos dizer que tal descuido contribuiu para a realização de pesquisas pouco problematizantes em relação ao negro e a instrução, ou até mesmo que nem chegavam a mencionar a questão do negro que esteve inserido no processo de escolarização durante o século XIX no Brasil. Prevalencia, segundo Marcus Vinicius Fonseca (2009), um padrão de invisibilidade dos negros na historiografia da educação, que se manifestou através de abordagens que refletem os negros apenas em condição de escravos ou excluídos socialmente.

Os estudos referentes aos negros dentro da historiografia da educação começaram a ocorrer a partir da década de 1980, e tais pesquisas eram ainda, na maioria das vezes, demarcadas por análises que priorizavam a questão da desigualdade nas vivências de negros e brancos no que tange à educação brasileira.

Podemos afirmar que somente a partir dos anos de 1990, evidencia-se o surgimento de algumas críticas em relação aos pesquisadores desta temática, tendo em vista que o tema referente ao estudo dos negros encontrava-se até aquele momento preterido de alguma maneira dentro da historiografia da educação. De acordo com Fonseca:

(...) nos anos de 1990, surgiram as primeiras críticas em relação à indiferença dos pesquisadores da área em relação a esta temática, que ainda continua a ter um lugar periférico na produção da maioria dos historiadores que investigam a questão educacional.<sup>2</sup>

As críticas questionavam não somente o pouco número de trabalhos até então realizados na área da história da educação com foco para a população negra, mas também o fato desta reduzida produção tratar de tempos atuais, preterindo muitas vezes um tempo histórico mais remoto. Havia uma crítica, sobretudo, ao fato destes estudos serem engendrados geralmente por pesquisadores afro- descendentes.

Ao realizar a crítica, Mariléia S. Cruz afirma:

Apesar de a história da educação brasileira ter funcionado como um dos veículos de continuidade da reprodução do tratamento desigual relegado aos negros na sociedade brasileira, não se pode negar que existe uma história da educação e da escolarização das camadas afro-brasileiras. Essa história tem sido resgatada por pesquisadores, grande parte afro-descendentes, (...) Esses trabalhos tem sido em sua grande maioria voltados para abordagens de períodos mais atuais da história.<sup>3</sup>

Durante certo tempo, de forma recorrente na história da educação brasileira, surgia uma série de pesquisas que, incorporando um padrão tradicional de abordagem do negro, afirmavam de um modo geral que esta população não havia frequentado escolas no período anterior ao século XX, e que esta parcela da sociedade tivera acesso ao ensino somente após o século XX, momento de maior expansão das escolas.

Entretanto, durante os últimos anos, nota-se o surgimento de trabalhos que contradizem tal perspectiva, trabalhos que buscam uma maior problematização das questões que envolvem a população negra e que atribuem, em certa medida, maior atenção às especificidades deste grupo.

Nesse sentido, ao realizar a crítica sobre o padrão tradicional de abordagem do negro pela historiografia da educação, o qual promove a invisibilidade desse grupo, Fonseca (2000) esclarece que estudos atuais sobre o tema do negro no espaço escolar tem surgido e caracterizam uma superação do padrão tradicional de abordagem do negro que ora foi instaurado. Sobre os estudos recentes ligados ao tema dos negros, Fonseca reitera:

É como uma reação a este tipo de entendimento que a presença dos negros em espaços escolares tornou-se um dos temas centrais da produção que vem sendo realizada sobre o assunto. Apesar de não haver um grande volume de pesquisas, esta produção vem demonstrando a necessidade de uma revisão na maneira como a população negra é abordada pela historiografia educacional. O conjunto dos trabalhos produzidos sobre o tema caminha no sentido de superar uma tradição de entendimento que promoveu a invisibilidade dos negros, e aponta para o fato de que a raça não é uma categoria periférica na construção da sociedade brasileira, mas sim, um elemento estrutural que se manifesta em todas as suas dimensões, inclusive na educação.<sup>4</sup>

Podemos afirmar, embora tardiamente, que a presença dos negros em espaços escolares vem tornando-se um tema central nas pesquisas do campo história da educação, e a experiência do negro vem se fazendo, contudo, mais problematizada pelo olhar do pesquisador. Vale ressaltar que ao pensarmos a escolarização dos negros na vila de Queluz incorporamos este

movimento de superação do padrão tradicional de abordagem do negro, e partilhamos olhares com uma nova abordagem historiográfica que percebe o negro enquanto sujeito ativo de sua história. Nos interessa avaliar e interpretar a população negra levando em conta principalmente suas ações e experiências no que tange à análise de seu processo de escolarização.

Destacamos um aumento considerável de investigações a respeito das relações entre o ensino e a população negra no Brasil, especialmente no período que se refere aos séculos XIX e XX. O que representa um fortalecimento da temática no campo. O negro passa a ser interpretado não somente em sua condição de subjugado, escravo ou ex-escravo, mas principalmente enquanto um elemento estrutural de formação de nossa sociedade. Enquanto um sujeito ativo em sua própria história.

O período que compreende o estudo concentra-se na primeira metade do século XIX, momento inicial do processo de construção das bases do Estado Nação no Brasil e que marca a fase preliminar da institucionalização da instrução pública no país e na província de Minas Gerais. Sobre a importância histórica em estabelecer um foco de análise para a sociedade mineira, Fonseca (2009) afirma:

A província de Minas Gerais é um espaço privilegiado para este tipo de análise, pois trata-se de uma região onde havia um predomínio dos negros na sociedade e onde foi desenvolvido uma série de iniciativas com objetivo de estabelecer os elementos necessários à educação do povo.<sup>5</sup>

Vale ressaltar que não havia neste tempo uma pretensão do Estado Imperial de abarcar toda a população em um sistema de ensino e fazer de toda sociedade cidadãos instruídos. Na realidade pretendia-se reunir ações que na medida do possível pudessem atribuir consistência ao projeto de nação e alavancar o ensino no país.

Assim, no sentido de contribuir para os estudos sobre o processo de escolarização da população negra durante a primeira metade do século XIX na província de Minas Gerais, realizamos uma breve análise da presença do negro no espaço escolar da vila de Queluz, entre os anos 1835 e 1860 do século XIX.

### **O uso das listas nominativas como fontes para análise da vila de Queluz**

As fontes que analisamos representam uma das primeiras tentativas de contagem que se realizou da população de Minas Gerais durante o século XIX no Brasil, nos anos 1831- 1838, são elas as listas nominativas de habitantes. Estas listas integram um vasto material censitário

que encontra-se no Arquivo Público Mineiro, o qual constitui-se de mapas de população, mapas de nascimento e óbito, bem como listas de batismo e as próprias listas nominativas. Tal documentação nos oferece informações importantes sobre a sociedade mineira naquele período, e encontram-se organizadas por domicílio e indivíduo. Escolhemos utilizar a lista nominativa referente ao ano de 1838, pois nela encontra-se registrado se o indivíduo sabia ou não ler, este campo de informação não existe nas listas referentes a 1831. Vale ressaltar que para o recenseamento iniciado em 1831 encontram-se listas com data até o ano de 1833, isto ocorreu devido ao tempo de operacionalização da contagem da população, e no caso do recenseamento iniciado em 1838 encontramos listas com data até o ano de 1839 e 1840. No caso da lista censitária produzida em Queluz ela está datada em 1839.

Atendendo a uma solicitação do Governo da Província os Juizes de Paz deram início ao processo de organização de contagem da população mineira, o que correspondia a uma necessidade do Estado imperial em mapear os índices populacionais e dimensionar a sociedade. Este interesse do governo em conhecer melhor o espaço e a população que o ocupava está intimamente relacionado com uma forma moderna de governo que já se fazia presente na postura do Estado imperial. O trabalho de recenseamento foi operacionalizado pelos chefes de quarteirão, ou a Guarda Nacional que realizavam a contagem da população nas localidades, e levavam para os juizes, os quais em seguida organizavam as listas e as enviavam para o governo provincial.

O processo de contagem acontecia a partir dos “fogos” que representava naquela época o que chamamos atualmente de um domicílio. De acordo com Fonseca (2007), “o fogo era um tipo de espaço de moradia que correspondia a um padrão específico de organização. No fogo podemos encontrar uma família ou várias, e muitas vezes indivíduos que viviam juntos, mas não aparentavam possuir nenhuma relação de parentesco”, sendo assim os fogos eram muito diversos podendo reunir pessoas que possuíam ou não uma relação de parentesco, “podia ainda ser uma casa, ou um conjunto de casas que reuniam pessoas que estavam ligadas por uma atividade produtiva”<sup>6</sup>.

O uso das listas nominativas como fonte permite ao pesquisador realizar análises quantitativas e qualitativas da sociedade mineira, pois distingue a população livre e escrava, além de fornecer dados e informações sobre a forma de vida da população mineira.



Em relação aos dados observados nas listas nominativas referentes ao ano de 1839, da vila de Queluz, trazemos destaque para o distrito de Redondo onde havia um total de 75 alunos, sendo 16 deles registrados na fonte como negros. Havia ainda um total de 5 mestres de primeiras letras, sendo que 2 deles eram registrados como negros. Destacamos abaixo quem eram estes dois mestres de primeiras letras negros do distrito de Redondo:

FOGO	HABITANTES	QUALIDADE	CONDIÇÃO	IDADE	ESTADO	OCUPAÇÃO
1	Antonio Bento da Costa	Pardo	Livre	22	Solteiro	Mestre de primeiras letras
1	Manoel Teixeira da Costa	Pardo	Livre	20	Solteiro	Mestre de primeiras letras

Ainda no distrito de Redondo trazemos destaque para o terceiro Quarteirão do Fogo 6 :

FOGO	HABITANTES	QUALIDADE	CONDIÇÃO	IDADE	ESTADO	OCUPAÇÃO
6	Maria de Santana (chefe do fogo)	Parda	Livre	34	casada	Negociante/comerciante
6	José Maria	Pardo	Livre	10	-	Frequentava a escola
6	Felício José	Pardo	Livre	9	-	Frequentava a escola
6	Maria de Santana	Parda	Livre	5	-	-
6	Joaquim José	Pardo	Livre	7	-	Não frequentava a escola

Conforme consta na fonte a chefe do fogo Maria de Santana era negociante e seus dois filhos em idade escolar, José Maria e Felício José estavam frequentando a escola. Embora conste na fontes o registro de que Maria fosse casada não encontramos informação sobre seu cônjuge. Notamos ainda uma certa regularidade com a qual mulheres que são chefes de fogo mandam seus filhos `a escola, ao invés de permitir que seus filhos se dediquem precocemente exclusivamente ao universo do trabalho. Geralmente os filhos de mães que eram as chefes de fogo estavam frequentando o espaço escolar. Identificamos ainda no distrito Santa Luzia do Rio Manso a existência de somente 2 mestres de primeiras letras, sendo estes dois negros. O

que destacaremos primeiro é Antonio Ferreira chefe do fogo 125, segue abaixo algumas informações do que consta na fonte:

FOGO	HABITANTES	QUALIDADE	CONDIÇÃO	IDADE	ESTADO	OCUPAÇÃO
125	Antonio Ferreira (chefe do fogo)	Pardo	Livre	60	casado	Mestre de primeiras letras
125	Messias	Parda	Livre	50	cônjuge	-
125	Jerônima	Parda	Livre	16	-	-
125	Antonio	Pardo	Livre	11	-	-
125	Francelina	Parda	Livre	8	-	-
125	Vitoriano	Pardo	Livre	6	-	-

Conforme registro da fonte Antonio, pardo, era um dos mestre de primeiras letras daquele distrito, casado com Messias mulher também parda, ambos livres. O domicílio era composto pelo casal e as quatro crianças, que, ao que tudo indica eram seus filhos. Embora o menino Antonio e a menina Francelina estivessem em idade escolar obrigatória não consta na fonte a ocupação deles, o que nos leva a interpretar que os filhos dos professores geralmente deveriam receber o ensinamento em casa. Nos parece óbvio que embora não conste na fonte, os filhos dos mestres de primeiras letras eram, ou estavam sendo, alfabetizados.

O outro professor negro do distrito de Santa Luzia do Rio Manso era Antonio José Ferreira, chefe do fogo 138, segue abaixo informações do que consta na fonte:

FOGO	HABITANTES	QUALIDADE	CONDIÇÃO	IDADE	ESTADO	OCUPAÇÃO
138	Antonio José Ferreira (chefe do fogo)	Pardo	Livre	54	casado	Mestre de primeiras letras
138	Eufrásia Maria	Parda	Livre	60	cônjuge	-
138	Joaquim	Pardo	Livre	24	filho/ solteiro	Ferreiro/ Alfabetizado
138	Manoel	Pardo	Livre	22	filho/ solteiro	Alfaiate/ Alfabetizado
138	Maria Angelina	Parda	Livre	15	filho/ solteira	Fiadeira
138	João	Pardo	livre	7	filho	-

Conforme registro da fonte Antonio José, pardo, era o segundo mestre de primeiras letras daquele distrito, casado com Eufrásia Maria também parda, ambos livres. O domicílio era composto pelo casal e seus quatro filhos, nota-se que não há no fogo moradores em idade escolar obrigatória porém os filhos Joaquim e Manoel além de possuírem suas profissões de ferreiro e alfaiate, respectivamente, eram também alfabetizados. Nota-se também com maior regularidade a existência de alfaiates que por sua vez eram alfabetizados, o que nos leva a pensar e sugerir este ofício como algo que estava ligado tanto ao universo da leitura como também era ocupação recorrente dos indivíduos que sabiam ler. Ainda segundo a fonte, a filha Maria Angelina ocupava-se de fiar, o que está diretamente relacionado com a profissão do irmão Manoel que era alfaiate. De alguma maneira este domicílio era composto por uma família que mantinha alguma sintonia no tipo de função produtiva exercida por membros do fogo. Maria Angelina era fiadeira num domicílio em que havia um alfaiate, enquanto o pai Antonio José era mestre de primeiras letras e possuía dois filhos alfabetizados.

### **Considerações Finais**

Atentar para a negro que estava inserido no espaço escolar na província de Minas Gerais, especialmente na vila de Queluz, no sentido de buscar compreender um pouco desta experiência, representa lançar luzes em uma interpretação alternativa para o Estado nação imperial que se constituiu durante a primeira metade do século XIX. Ao identificar a presença do negro dentro do processo de escolarização na vila de Queluz no ano de 1839, constatamos que diferentemente do que se supõe, a estrutura escravista não representou um impedimento para que o negro buscasse o universo da cultura letrada, para que ele buscasse o acesso ao conhecimento e principalmente almejasse a sua condição de igualdade civil perante os demais. Acreditamos que a escravidão não interferiu para que a parcela negra da população livre perdesse suas expectativas para com o conhecimento, pois os negros buscavam em diversos lugares da província manterem-se inseridos no espaço escolar. Lançamos aqui nosso olhar na intenção de identificar o valor moderno da igualdade que esteve presente na natureza da constituição do Estado Nação imperial. E sugerimos que a intenção do Estado em instruir as camadas desfavorecidas, neste caso o negro, revela em si uma postura política que nos manteve sintonizados com alguns dos valores que são bases de sustentação de uma sociedade moderna. E especialmente a intenção dos negros em buscar o acesso ao espaço escolar nos

leva a crêr que diferentemente do que muito se fala dentro da historiografia os negros não estavam excluídos do processo de escolarização, muito pelo contrário estavam incluídos, e o faziam porque queriam. Adentrar o espaço escolar assumia um sentido ou diversos sentidos para o negro, e acreditamos que aquela experiência deve ser melhor analisada e problematizada, especialmente no que tange aos motivos pelos<sup>7</sup> quais o negro buscava o espaço escolar. Vale ressaltar que a existência de um espaço escolar voltado para o negro durante o Império, nos diz algo também sobre a natureza do Estado Nação, algo que não se resume somente à uma pretensão das elites em disciplinar o negro e inculcar-lhe valores, mas que se relaciona com o pressuposto do direito civil.

### Notas

1 CORREA, Silvio M. de Souza. O negro e a historiografia brasileira. *Revista Ágora*, Santa Cruz do Sul, n. 1, 2000, p. 87

2 FONSECA, Marcus Vinícius. *População negra e educação – o perfil racial das escolas mineiras no século XIX*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009, p. 33

3 CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: Romão, Jeruse (org.). In: *História da educação dos negros e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação/ SECAD, 2005, p. 30

4 FONSECA, Marcus Vinícius. *Concepções e práticas em relação à educação dos negros no processo de abolição do trabalho escravo no Brasil (1867- 1889)*. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado Fae/ UFMG, 2000, p. 21

5 FONSECA, Marcus Vinícius. *População negra e educação – o perfil racial das escolas mineiras no século XIX*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009, p. 46

6 FONSECA, Marcus Vinícius. *Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2007, p. 62

## A infância como experiência

Caroline Trapp de Queiroz<sup>1</sup>

### Resumo

Nossa proposta é colocar em debate a concepção benjaminiana de infância entendida como experiência. A compreensão de que a criança está na cultura, vivenciando-a e modificando-a sustenta a ideia de uma infância que não é posse, mas experiência constitutiva do sujeito criança, seja em que contexto, tempo ou espaço for, o que transcende qualquer idealização. Partindo da visão filosófica de problematização a que nos convoca Walter Benjamin, acreditamos que o debate institua uma possibilidade de troca com nossos pares.

Palavras-chave: Infância, Experiência, Walter Benjamin.

### Abstract

Our proposal is to put in debate Benjamin's conception of childhood understood as experience. The understanding that the child is in the culture by living it and modifying it supports the idea of a childhood which is not a possession, but an constitutive experience of child subject, in whatever context, time or place which transcends any idealization . Starting from the philosophical view that the Walter Benjamin's questioning calls us, we believe that this debate institutes a possibility of exchange with ours pairs.

Keywords: Childhood, Experience, Walter Benjamin.

### A infância nas ondas do rádio

Entre os anos de 1927 e 1933, o filósofo alemão Walter Benjamin apresentou narrativas radiofônicas para crianças no programa de rádio *A hora das crianças*,<sup>2</sup> transmitido em emissoras de Berlim e Frankfurt. Desses programas, nenhum áudio foi conservado, tendo-se

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Orientadora: Rita Marisa Ribes Pereira. Agência financiadora: CNPq.

<sup>2</sup> Sabe-se, entretanto, que Benjamin apresentou programas de diversos gêneros, voltados não apenas para crianças, mas também para adultos, abordando questões culturais. Para saber mais, ver: BAUDOIN, Philippe (Org.). *Walter Benjamin: écrits radiophoniques*. France: Editions Allia, 2014. PEREIRA, Rita Ribes. “A hora das crianças: narrativas radiofônicas de Walter Benjamin”. In: JOBIM E SOUZA, Solange e KRAMER, Sonia. (Orgs.). *Política, cidade, educação: itinerários de Walter Benjamin*. Rio de Janeiro: Contraponto. Ed. PUC-Rio, 2009.

como registro apenas os escritos que serviram de base para a apresentação dessas narrativas, escritos esses que “chegaram até nós graças ao hábito que Benjamin cultivara de arquivar os trabalhos feitos, enviar cópias para amigos/interlocutores ou, ainda, de publicar prévia ou posteriormente os escritos feitos para este fim”.<sup>i</sup> Com duração aproximada de vinte a trinta minutos, alguns dos textos que compõem a coleção do programa infantil foram publicados em 1985, sob o título de *Aufklärung für Kinder*.<sup>ii</sup>

Meu objetivo para esse artigo é colocar em debate a concepção benjaminiana de infância a partir da análise de dois desses programas de rádio, são eles, *Passeios pelos brinquedos de Berlim I e Passeios pelos brinquedos de Berlim II*. Entendo que essas narrativas permitem uma aproximação com a concepção de infância que Benjamin põe em prática no trato com as crianças. A tradução que utilizei para essa análise foi feita por Aldo Medeiros para fins didáticos. Nessas narrativas, Benjamin conta um pouco sobre um passeio que fez pelas lojas de brinquedos de Berlim, entrelaçando reflexões sobre os brinquedos que povoaram sua própria infância e aqueles que hoje são produzidos e comercializados para as crianças.

Para mim, essas narrativas tornam manifestas, na prática, toda uma teoria de infância que perpassa a obra benjaminiana.<sup>3</sup> Importa dizer que essa teoria não nos é aqui objeto de estudo direto, sendo de nosso interesse verificar como Benjamin lidava com as crianças em seus programas de rádio. Essa intencionalidade diz respeito à percepção de que toda a teoria institui uma ética nos modos de fazer, o que significa que, olhar para os programas de rádio que Benjamin dirigia às crianças é tão rico quanto olhar para as obras nas quais ele fala abertamente sobre infância. Assim, as narrativas radiofônicas de Benjamin,

Falam da sua infância em Berlim antes da primeira Guerra e das transformações urbanas trazidas pela sua reconstrução, falam de livros surpreendentes e de escritores instigantes (Hoffmann, Rellstab, Glassbrenner, Goethe, Sade, etc.), falam de catástrofes naturais, brinquedos, teatro de marionetes, ciganos, magias, bruxarias, falsificadores de selos e contrabandistas de bebidas, a tomada da Bastilha, exposições universais etc.<sup>iii</sup>

Em relação à infância, a discussão é extensa e perpassa diferentes campos do saber, científico ou não. A cultura popular, por exemplo, acostumou-se a pensar – e propagar – que crianças não deviam partilhar conversas de adultos. No bojo dessa máxima, temos gerações e gerações de crianças que tiveram caladas suas vozes diante dos mais diversos assuntos. Resgatar hoje uma experiência radiofônica que, ainda no século passado, propunha narrar todo o tipo de temática às crianças, é a forma que busco para reafirmar que as crianças estão no mundo e na

<sup>3</sup> As obras em que Benjamin se detém à temática da infância são “Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação”, “Infância em Berlim por volta de 1900” e “Rua de mão única”. Fragmentos dessas obras são perpassados por mim na tessitura dessa ponte entre as ideias benjaminianas de infância e os modos como ele lida com as crianças em seus programas de rádio.

cultura se relacionando com inúmeros elementos, sujeitos, práticas, saberes e, assim, construindo sua percepção de mundo e de vida ao mesmo tempo em que a vivem, ou seja, desde a mais tenra idade. Julgo necessário afirmar que a participação das crianças na sociedade e na cultura é lugar-comum em maior parte das análises sobre a infância de maneira que,

No âmbito dos estudos da infância, é matéria corrente a compreensão de que a criança nasce inserida numa cultura e que a criança a ressignifica e recria com os instrumentos que essa mesma cultura lhe permite. Em suas brincadeiras, suas demandas e seus modos de agir, mais do que imitar o mundo social supostamente já instituído, as crianças formulam a sua crítica, o afetam e o recriam.<sup>iv</sup>

Ademais, acredito que recuperar uma experiência radiofônica que se dirigiu às crianças numa perspectiva de infância que guarda potencialidades capazes de nos inspirar nos mais diferentes contextos é relevante na medida em que chama atenção aos modos como nos dirigimos hoje à infância que conhecemos. Pensar infância a partir de Benjamin é pensar como lidamos com o sujeito criança enquanto agente histórico e indivíduo dotado de subjetividade.

### **História, memória, experiência e narrativa em Walter Benjamin**

Muitos são os artigos que se voltam à análise da infância a partir dos textos que Benjamin escreveu resgatando memórias de sua própria infância e analisando as infâncias que o circundavam em sua atualidade. Como o propósito para esse artigo é olhar para as narrativas da rádio, penso que um breve desvio em direção aos conceitos de história, memória, experiência e narrativa é suficiente para traçar a análise pretendida.

A concepção de história presente nas *Teses sobre o conceito de história*<sup>v</sup> se constitui como elemento fundante das concepções benjaminianas de experiência, narrativa e memória, todas importantes para o desenvolvimento de sua ideia de infância. Para ele, a modernidade acabou por expropriar o sujeito da sua própria história, ao lançar os homens ao individualismo e à competição, características do sistema capitalista. Sem a marca da coletividade e sem o encontro com outras histórias, a ciência histórica de fins do século XIX a meados do XX – essa a que Benjamin dirige suas críticas – se preocupava com os grandes homens e seus grandes feitos. A fim de legitimar sua cientificidade e também as ações dos *grandes*, a história era contada a partir do passado escrito, registrado em documentações oficiais, ou seja, um passado que julgava-se real e cuja descrição de eventos traria a isenção e a imparcialidade a que aspiravam os historiadores do período. Nesse sentido, o tempo de curta duração, da narrativa dos acontecimentos, um tempo linear e acumulativo, que caminhava em direção ao progresso era o tempo priorizado pela história oficial.<sup>vi</sup>

Benjamin fala dessa crítica à história oficial com as crianças, encaminhando a narrativa à concepção de uma história que pressupõe construção, seleção e, da mesma forma, exclusão,

Quando era pequeno aprendia história com o Neubauer, o mesmo livro de texto que se utilizava e, segundo creio, se utiliza em algumas escolas, ainda que hoje em dia tenha um aspecto bastante diferente. No meu tempo, o que mais chamava a atenção neste livro era que a maior parte das páginas estava impressa em dois tipos de letra, uma grande e outra pequena. Em letras grandes figuravam os nomes dos reis, as guerras e os acordos de paz, os tratados, os feitos importantes etc. Tudo isso se tinha que aprender, o que não achava muita graça. A letra pequena estava consagrada à chamada história da cultura, que tratava dos usos e costumes das pessoas em tempos antigos, de suas convicções, sua arte, sua ciência, suas construções etc. Isso não precisava aprender. Bastava ler. E isto sim me divertia. Não me importava que essa parte fosse muito ampla e, por isso, com letra menor ainda. Na escola, não chagávamos a ouvir muito sobre isso. O professor de alemão nos dizia que essas coisas pertenciam à aula de história, e o professor de história afirmava que sobre isso se falaria na hora de alemão. Por fim, quase nunca se falava desse assunto.<sup>vii</sup>

Uma história contada pela ótica do vencedor é uma história de letra grande, uma história de nomes, nomes de pessoas, nomes de documentos, nomes de guerras. A essa ideia de história, Benjamin contrapõe a narrativa e a produção de memória. Para ele, a narrativa das histórias das pessoas comuns é o que permite aos homens se identificar e se reconhecer uns nas histórias dos outros, devolvendo aos indivíduos o senso de coletividade, furtado pela modernidade. É o que faz Benjamin ao compartilhar suas histórias de vida e de infância.<sup>viii</sup> Ele defende uma história viva que não é feita apenas de documentos, fatos ou dos *grandes*, mas de narrativas do cotidiano, narrativas de experiências, narrativas das *gentes* que formam a coletividade. Isso porque, se a experiência afeta o sujeito de forma singular, o compartilhamento de experiências torna coletivo os seus sentidos a partir da narrativa. Essa ideia de história faz todo o sentido quando olhamos para sua ideia de tempo, um tempo cujo passado não está encerrado, mas presente num presente no qual ele tem pretensões.

As *gentes*, os cotidianos, a vida miúda que não aparece nessas letras grandes figuram como o caminho para o que Benjamin chama de *escovar a história a contrapelo*, ou seja, trazer os oprimidos ao protagonismo histórico e as contradições ao debate. Ora, se nos contam a história *aos cacos*, precisamos recolocar os *cacos* que, propositalmente, foram deixados de fora da narrativa. É dessa forma que mudamos o passado – conformado porque construído com base na tradição dos vencedores – e transformamos o sentido da própria história, trazendo no presente um passado vivo, um passado que se (re)insere na história e vê *redimida* a sua opressão. Benjamin *escova a história a contrapelo* ao falar dos sujeitos silenciados pela história, “crianças, ciganos, bruxas, bandoleiros, pobres e também formas apagadas do teatro e da literatura – instigando as crianças a construírem uma escuta para as histórias contadas em ‘letra pequena’.”<sup>ix</sup>



## **Passeio pelos brinquedos de Berlim com a hora das crianças**

Em texto que visa apresentar os programas infantis de Benjamin, Pereira chama atenção ao fato de que tratava-se de uma análise de narrativas radiofônicas “subtraídas de seu principal elemento constitutivo, o som”.<sup>x</sup> No caso desse artigo, isso significa dizer que as peças radiofônicas de Benjamin serão analisadas em seu aspecto discursivo, como texto escrito, e não como programa de rádio, uma vez que eu não tenho nem a possibilidade de ouvir e, menos ainda, de mapear a receptividade desses programas. Julgo essa ponderação necessária, pois pensar uma metodologia é pensar aquilo que me chega enquanto fonte histórica e registro humano e, da mesma forma, o posicionamento ético a que me implico nessa análise. Esse fator não deturpa, entretanto, o sentido do texto, já que “quem escuta uma história está em companhia do narrador; mesmo quem a lê partilha desta companhia”.<sup>xi</sup> Assim, embora esteja ciente do meu afastamento em relação aos programas transmitidos pela rádio – afastamento no tempo, no espaço e no contexto de veiculação –, tenho a mesma clareza quanto à minha aproximação em relação ao discurso que para esses programas Benjamin elaborou.

Para as análises propostas, procurei agrupar as narrativas selecionadas de acordo com os seguintes eixos, a desconstrução da infância idealizada e o lugar da criança na cultura. Ao término da análise, procurarei tecer a incidência dessas questões à ideia de infância enquanto experiência. Em relação à desconstrução da infância idealizada, encontramos, primeiramente, um posicionamento do autor na obra *Rua de mão única*,

Elucubrar pedantemente sobre a fabricação de objetos – meios de apresentação, brinquedos ou livros – que fossem apropriados para crianças é tolice. Desde o Iluminismo essa é uma das mais bolorentas especulações dos pedagogos. Seu enrabichamento pela psicologia impede-os de reconhecer que a Terra está repleta dos mais incomparáveis objetos de atenção e exercício infantis. E dos mais apropriados.<sup>xii</sup>

Aqui Benjamin critica a falta de sensibilidade para perceber o que é de interesse das crianças. O pedantismo dos pedagogos para criar os mais diferentes materiais e brinquedos educativos os impede de perceber que infantil é tudo aquilo pelo que as crianças voltam o seu olhar. Essa mesma característica na criação de coisas *para* crianças é alvo de reflexão por parte do filósofo nos programas radiofônicos infantis. Em *Passeio pelos brinquedos de Berlim II*, ao falar sobre um jogo elétrico de perguntas e respostas em que, ao inserir um pino ao lado da pergunta e outro ao lado daquilo que se pensa ser a resposta, uma luz acende indicando se a criança acertou ou não, Benjamin explica, “é claro que se trata de um brinquedo nada inocente, no qual o professor espertamente se transformou em uma lâmpada. E ainda há outros brinquedos onde a escola se infiltrou e está camuflada”.

Contra esse pedantismo que necessita de objetivos cartesianos mesmo nos brinquedos infantis, Benjamin contrapõe o interesse das crianças pelo residual, chamando a atenção para o olhar das crianças que se volta àquilo que, muitas vezes, os adultos desprezam – pela incapacidade de sensibilidade, arrisco afirmar,

[...] as crianças são inclinadas de modo especial a procurar todo e qualquer lugar de trabalho onde visivelmente transcorre a atividade sobre as coisas. Sentem-se irresistivelmente atraídas pelo resíduo que surge na construção, no trabalho de jardinagem ou doméstico, na costura ou na marcenaria. Em produtos residuais reconhecem o rosto que o mundo das coisas volta exatamente para elas e para elas unicamente.<sup>xiii</sup>

Dessa forma, as crianças criam um pequeno mundo próprio de coisas e significados inserido em um mundo maior. Isso nos leva ao próximo eixo, ou seja, a afirmação de que a criança está na cultura. Ainda que Benjamin afirme o lugar da criança nesse pequeno mundo que ela cria para si, no qual a maneira de olhar, a forma de viver, os anseios e os hábitos são todos subjetivos, da mesma forma, ele faz questão de enfatizar o lugar da criança inserida na cultura, produzindo e sendo produzida por ela em um movimento de mútuo afetamento. A infância, nesse sentido, é social e historicamente marcada, sendo constituída na relação com o meio em que a criança vive, que é alterado pela sua ação *in loco*, mas também a partir da interação com seus pares, com os adultos e consigo mesmas.

Esse lugar *monadal*<sup>4</sup> da criança, ou seja, um lugar marcado pela especificidade, mas que, ao mesmo tempo, guarda laços com a cultura de maneira geral, é destacado por Benjamin no programa *Passeio pelos brinquedos de Berlim I*,

Eu disse a mim mesmo, os adultos podem escutar no rádio todo o tipo de programa que interesse a eles, com informações especializadas, apesar de, ou exatamente porque eles já entendem do assunto tratado, no mínimo tanto quanto o locutor do programa. E porque não se pode fazer também estes programas especializados para crianças? Por exemplo sobre brinquedos, apesar de, ou exatamente porque eles entendem de brinquedos no mínimo tanto quanto o homem que aqui lhes fala.

A concepção de um saber infantil especializado está diretamente relacionada à ideia desse pequeno mundo próprio das crianças e ao reconhecimento que essa especificidade deve ganhar quando se pretende pensar e agir *com* e *sobre* as crianças. Em contrapartida, reconhecer a criação, elaboração e inventividade das crianças não pressupõe compreendê-las apartadas da cultura,

Pois se a criança não é nenhum Robinson Crusóé, assim também as crianças não constituem nenhuma comunidade isolada, mas antes fazem parte do povo e da classe a que pertencem. Da mesma forma, os seus brinquedos não dão testemunho de uma vida

<sup>4</sup> Benjamin refere-se ao conceito de mônada a partir da monadologia de Leibniz, ou seja, para ele um fragmento possui nele mesmo os laços com o todo, sendo uma parte do todo, mas igualmente um todo em si, enquanto fragmento.

autônoma e segregada, mas são um diálogo de sinais entre a criança e o povo. Um diálogo de sinais, para cuja decifração seguro.<sup>xiv</sup>

Portanto, esse reconhecimento deve existir quando se fala de infância, uma vez que, enquanto adultos, temos da infância aquilo que guardamos em nossa vivência como memória. Entretanto, isso não basta se quisermos saber da infância contemporânea, pois desta apenas as crianças que hoje compõem a categoria podem dizer, já que a vivem enquanto experiência do e no presente. Aqui reside a ideia da potência expressa pela infância no que se refere à partilha de sentidos entre sujeitos de diferentes gerações. Essa construção de um saber que se situa no limiar entre o que já se sabe, memorialisticamente, dessa experiência de infância e o que não sabe das experiências dos *outros* que habitam essa categoria hoje é o que de mais convidativo há no pensamento de Benjamin acerca da infância. Para ele, é na relação entre adultos e crianças que se situa a possibilidade das trocas intergeracionais e, assim, da construção de uma ideia de infância mais sensível e menos preocupada com a *pedagogização* da vida das crianças.

Os eixos de análise das narrativas de Benjamin permitem verificar na prática diretrizes que embasam sua teoria de história, memória, experiência e narrativa, bem como enfatizam a ideia de infância enquanto experiência, uma vez que ela se expressa nesse lugar de existência, potência e vivência da criança. Lugar que Benjamin adentra para se dirigir a elas com a sinceridade de quem reconhece suas singularidades e suas formas de enxergar e se relacionar com o mundo. Como experiência, Benjamin nos permite compreender a infância fora da lógica da tutela que muitas vezes guia a ação dos adultos. Falando às crianças sobre os mais diferentes assuntos de maneira sincera e sem a *infantilização* característica das atuais produções midiáticas voltadas à infância, o filósofo já chamava atenção, no século passado, ao fato de que se poderia falar sobre tudo com as crianças, uma vez que, inseridas na cultura, nada haveria nessa dinâmica que não as afetasse e, “portanto, que não há nada da realidade social de que fazem parte que não possa ser dito ou dialogado com as crianças, desde que lhes afete com sinceridade”.<sup>xv</sup>

É, portanto, essa teoria acerca da infância que assino como um compromisso, um ato político e uma diretriz que guia meu posicionamento perante a vida. Para mim a infância é a experiência constitutiva do sujeito criança, seja em que contexto, tempo ou espaço for e acredito que a assinatura dessa teoria “institui a possibilidade da crítica, dos confrontos ideológicos, da polifonia, da discursividade”<sup>xvi</sup> com meus pares.

O entendimento de que a criança está na cultura, influenciando-a, modificando-a e vivenciando-a, a partir das leituras de Benjamin, me leva à percepção de uma infância como

experiência – seja ela qual for – que afeta as crianças de modo singular.<sup>5</sup> A infância não é posse, mas experiência que transcende qualquer idealização, seja ela acadêmica ou não. É o espaço de expressão e existência, na acepção da palavra, que devemos ter em vista quando falamos *com, de e sobre* crianças, pois seu lugar na cultura é de agência, protagonismo e narração de uma produção e história que lhes pertencem por direito por se tratar de criações subjetivas.

### Considerações

Esse artigo teve como objetivo colocar em debate a concepção benjaminiana de infância entendida como experiência. Benjamin parece nos ensinar tanto sobre concepções de infância a partir de uma observação a seu posicionamento diante das crianças nos programas de rádio quanto a partir da leitura de seus textos, o que evoca o embricamento entre teoria e prática que o acompanha. A compreensão de que a criança está na cultura, nos leva a pensar que esses sujeitos estão construindo uma categoria de infância própria que é social, cultural, histórica e plural, ainda que nas singularidades que compõem a vida, como faixas etárias, particularidades étnicas, diferenças socioeconômicas, etc. Isso significa que, cada experiência implica uma forma diferente de viver e experimentar a infância, e essas formas fogem à qualquer idealização.

Benjamin parecia saber desse lugar das crianças – a cultura – ao narrar a elas fatos que aconteciam na cidade, como o tráfico de bebidas alcoólicas, as catástrofes naturais, os incêndios, e mesmo aquilo que circulava em termos de literatura, eventos e personalidades, por exemplo. Nesse sentido,

Se Descartes concebe [a infância] como um momento patológico do conhecimento – época na qual a alma está tão misturada ao corpo para fins de sobrevivência que a impossibilita de pensar –, para Benjamin é um modo de existência crítico e epistemológico, crítico em sentido epistemológico.<sup>xvii</sup>

Essa criticidade que Matos enxerga na ideia de infância de Benjamin coloca em questão a imagem da criança como ser repleto de incapacidades, supostamente ingênuo, que necessita de tutela e restrições. Para Benjamin, o lugar do *não saber* é um lugar antes de possibilidades que de deficiências,

Benjamin não ressalta a ingenuidade ou a inocência infantis, mas, sim, a inabilidade, a desorientação, a falta de desenvoltura das crianças em oposição à “segurança” dos adultos. Mas essa incapacidade infantil é preciosa: [...] porque contém a experiência

<sup>5</sup> Ainda conforme Benjamin, entendo que, embora a experiência afete singularmente os sujeitos, é no compartilhamento, na narrativa, que as diferentes experiências – e seus sentidos – se tornam coletivos. Esse “tornar coletivo” é importante quando pensamos na potencialidade de reapropriação da história e do pertencimento dos sujeitos a uma coletividade que a narrativa suscita.

preciosa e essencial ao homem do seu desajustamento em relação ao mundo, da sua insegurança primeira, enfim da sua não-soberania.<sup>xviii</sup>

Da incerteza, do *não-conceito*, da contradição, se originam outras formas de pensar que transcendem regras e limites impostos por essas ou aquelas determinações já existentes no saber que o adulto toma para si como símbolo de sua superioridade diante da vida e das crianças. Talvez a renúncia àquilo que pensamos saber da infância seja o caminho para um olhar mais atento àquilo que as crianças têm a nos dizer sobre elas. Não se trata de uma recusa a tudo o que já foi debatido no campo da infância, mas sim um movimento de renúncia ao poder que advém desses saberes, poder este que, muitas vezes, acaba por silenciar os saberes que as crianças constroem sobre si mesmas e sobre o mundo. Acredito que a melhor forma de pensar sobre nossas formulações acerca da infância é refletir sobre "o que estamos ajudando a fazer de nós mesmos em meios às redes de saber e poder que ao mesmo tempo nos constituem?".<sup>xix</sup>

<sup>i</sup> PEREIRA, Rita Ribes. "A hora das crianças: narrativas radiofônicas de Walter Benjamin". In: JOBIM E SOUZA, Solange e KRAMER, Sonia. (Orgs.). *Política, cidade, educação: itinerários de Walter Benjamin*. Rio de Janeiro: Contraponto. Ed. PUC-Rio, 2009.

<sup>ii</sup> BENJAMIN, Walter. *Aufklärung für Kinder: Runfunkvorträge*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1985.

<sup>iii</sup> PEREIRA, Rita Ribes. Op. Cit., p. 09

<sup>iv</sup> PEREIRA, Rita Ribes. O (en)canto e o silêncio das sereias: Sobre o (não)lugar da criança na (ciber)cultura. *Childhood & philosophy*, Rio de Janeiro, v.9, n. 18, jul-dez. 2013, p. 322.

<sup>v</sup> BENJAMIN, Walter. "Teses sobre o conceito de história" In: \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

<sup>vi</sup> Para saber mais sobre essa concepção de história, ver: FARIAS, Marcilene Nascimento de; FONSECA, André Dionei; ROIZ, Diogo da Silva. "A escola metódica e o movimento dos Annales: contribuições teórico-metodológicas à história". *Akrópolis*, s.l., v. 14, n° 3 e 4, 2006; WEHLING, Arno. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2001.

<sup>vii</sup> BENJAMIN, Walter. *El Berlim demonico: relatos radiofônicos*. Barcelona: Icaria, 1987.

<sup>viii</sup> Exemplo disso pode ser encontrado em: BENJAMIN, Walter. "Infância em Berlim por volta de 1900". In: \_\_\_\_\_. *Rua de mão única*. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

<sup>ix</sup> PEREIRA, Rita Ribes. "A hora das crianças: narrativas radiofônicas de Walter Benjamin". Op. Cit.

<sup>x</sup> Idem.

<sup>xi</sup> BENJAMIN, Walter. "O Narrador" In: \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 230.

<sup>xii</sup> BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 17.

<sup>xiii</sup> Idem.

<sup>xiv</sup> BENJAMIN, Walter. "História cultural do brinquedo". In: \_\_\_\_\_. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. 2 ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 43, 2002. p. 94.

<sup>xv</sup> PEREIRA, Rita Marisa Ribes; MACEDO, Nélia Mara Rezende. (Orgs.). *Infância em Pesquisa*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2012. p. 50.

<sup>xvi</sup> Ibidem, p. 85.

<sup>xvii</sup> MATOS, Olgária. *História viajante: notações filosóficas*. São Paulo: Studio Nobel, 1997. p. 39.

<sup>xviii</sup> GAGNEBIN, Jeanne-Marie. *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2005. p. 180.

<sup>xix</sup> ORLANDI, Luiz Benedito Lacerda. "Corporeidades em Minidesfile". In: FONSECA, Tânia Mara Galli; ENGELHAM, Selda (Org.). *Corpo, Arte e Clínica*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004. p. 75.

## Religiosidades cruzadas: mouriscos judaizantes no Portugal do século XVI

Rachel Romano dos Santos<sup>12</sup>

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jacqueline Hermann

**Resumo:** Este artigo pretende a análise de um processo inquisitorial português do século XVI. Trata-se do caso de uma mourisca (muçulmana convertida ao Cristianismo) processada pelo Tribunal de Lisboa, acusada de manter clandestinamente práticas judaicas no reino. Pretende-se aqui fazer uma breve análise do conteúdo do processo, dando ênfase aos aspectos religiosos, sem deixar, porém, de analisar as relações sociais que justificam em parte o cruzamento cultural e religioso das duas principais minorias portuguesas: cristãos-novos e mouriscos.

Palavras-chave: mouriscos; Judaísmo; Portugal

**Abstract:** This article aims to analyze a Portuguese inquisitorial process of the sixteenth century. This is the case of a Moorish (Muslim converted to Christianity) processed by the Court of Lisbon, accused of secretly keeping Jewish practices in the kingdom. The intention here is to make a brief analysis of the content of the process, emphasizing the religious aspects, leaving, however, to analyze the social relations that justify in part the cultural and religious crossroads of two main Portuguese minorities: New Christians and Moriscos.

Keywords: Moorish; Judaism; Portugal

A pesquisa apresentada a seguir é parte do projeto de pesquisa apresentado ao Programa de pós-graduação em História Social da UFRJ. Neste artigo será feita uma análise de um processo inquisitorial português do século XVI. Trata-se do processo de Antônia Vaz<sup>3</sup>, mourisca acusada de manter práticas judaicas pelo Tribunal de Lisboa, no final da década de 1550.

O Judaísmo foi proibido em Portugal em 1496 a partir do decreto do rei D. Manuel I. Este decreto teve motivação nas cláusulas matrimoniais do rei português com a filha dos Reis Católicos, D. Isabel. Conforme o acordo, a pretendente e seus pais, a rainha D. Isabel de Castela e o rei D. Fernando de Aragão, exigiram a proibição da antiga religião no território luso como condição para a efetivação do matrimônio<sup>4</sup>.

O Judaísmo estava proibido nos dois reinos espanhóis desde 1492. Mesmo ano da definitiva Reconquista espanhola sob o reino de Al-Andalus, reino da dinastia Omíada com sede em Granada — último reducto do Império Islâmico na Europa. Com a proibição, os judeus e conversos de origem espanhola migraram para o reino vizinho, onde suas religiões eram ainda permitidas, aumentando demograficamente a comunidade judaica de Portugal.

No entanto, a proibição da religião Islâmica em reino luso foi pioneira na Península Ibérica. No mesmo ano de 1496, D. Manuel estende a proibição religiosa ao Islamismo. Para este grupo, o sentido da migração é inversa, e os mouros e mouriscos portugueses procuram os reinos espanhóis para abrigarem-se e poderem exercer suas práticas e crenças religiosas<sup>5</sup>.

Conforme Maria José Ferro Tavares<sup>6</sup>, a comunidade judaica portuguesa era a principal responsável pela economia no reino, além de ser a “classe” investidora dos empreendimentos marítimos expansionistas lusos. Perdê-la de forma abrupta poderia ser devastador para a economia interna. Tendo consciência da situação econômica, D. Manuel dificultou a saída dos judeus do território luso, forçando-os ao batismo, condição dos que decidiam por permanecer livres no reino.

Ao lado das práticas mais evidentes de fechamento das saídas oficiais do reino português, alguns incentivos foram oferecidos pelo rei para os que permaneceram, como a não investigação dos convertidos pelos seguintes vinte anos, prazo prorrogado por D. João III (mais dezesseis anos), cargos e benefícios régios aos que se mostrassem leais, entre outros<sup>7</sup>.

Paralelamente, o caso dos muçulmanos portugueses desenvolveu-se de forma oposta o dos judeus. Os mouros ou mouriscos, como eram chamados pelos cristãos

européus os muçulmanos naturais do Norte da África, não tiveram participação relevante na economia e sociedade lusa. Foram, em sua maioria, trabalhadores rurais ou de áreas semirurais e eram remanescentes da reconquista cristã sob os muçulmanos, findada no século XII. Assim, em sua condição invisível aos olhos dos portugueses, não tiveram nenhum incentivo para permanecerem no reino. A saída desses mouros de Portugal ocasionou o fim da primeira comunidade *mudéjare* portuguesa<sup>8</sup>.

A mourisca analisada neste artigo é proveniente de uma segunda leva de imigrantes mouros de Portugal. Datam da primeira metade do século XVI. Como muitos mouros, chegam muito jovens no reino cristão e na condição de cativos.

O batismo dos mouros, conforme o professor Rogério Ribas afirma em sua Tese<sup>9</sup>, não leva conseqüentemente à liberdade, porém é condição essencial para que pudessem recebê-la. Por isso, a maioria dos mouros cativos que chegam a Portugal decide pela conversão ao Cristianismo, modificando seu estatuto social para *mouriscos*.

Assim, na metade do século XVI, coexistem em Portugal duas minorias conversas, os mouriscos e os cristãos-novos de judeus. Minorias que dificilmente se cruzariam dentro das redes sociais do período, pois pertencentes a segmentos sociais distintos não seriam senão senhor cristão-novo e cativo/escravo mourisco, como o caso aqui analisado.

A proibição das duas religiões não cristãs em Portugal, o batismo forçado aos judeus, a liberdade condicionada à conversão e, ainda, a promessa de não investigar a vida dos conversos nos primeiros anos do decreto de proibição, foram fatores responsáveis pela criação de religiosidades clandestinas pelos grupos convertidos. O criptojudaísmo, observado desde o fim do século XV, baseava-se em rituais domésticos, canções, rezas e na crença em Moisés e nas Antigas Escrituras. O criptoislamismo, surgido junto com a conversão dos imigrantes mouros, em sua maioria iletrados, inclusive na língua árabe, baseava-se nas festas e comemorações Islâmicas, na alimentação em dias festivos, na pregação de Maomé e no cumprimento dos cinco pilares do Islamismo (oração ritual, esmola, jejum do Ramadão, peregrinação a Meca e profissão de fé). Assim, os numerosos processos inquisitoriais foram abertos para combater as práticas clandestinas das religiões proibidas e consideradas apostasia e heresia.

O Tribunal do Santo Ofício foi criado em Portugal em 1536 pela ação diplomática do rei D. João III e seus representantes em Roma. Já havia sido solicitado em 1515 pelo rei D. Manuel e em 1531 pelo próprio D. João III, porém negado pelo



Papa Leão X graças aos apelos dos representantes do cristãos-novos que já conheciam a ação virulenta do Tribunal Inquisitorial nos reinos de Castela e Aragão. Foi com o Papa Paulo III que Portugal adquiriu a bula para criação e funcionamento do Tribunal do Santo Ofício<sup>10</sup>.

Ainda segundo José Pedro Paiva e Giuseppe Marcocci<sup>11</sup>, as principais motivações para a criação do Tribunal da Inquisição em Portugal foram a pressão inquisitorial espanhola que reclamava a permissividade e passividade com a apostasia no reino luso, além do surgimento de um sentimento anti-judaico, incentivado principalmente pelos discursos inflamados de religiosos. Sendo assim, a principal função que o Tribunal da Inquisição assumiu nos reinos ibéricos foi à perseguição e condenação dos suspeitos de judaizarem (aqueles que praticavam em segredo a religião judaica).

Dessa forma, a acusação por Islamismo era secundária na “hierarquia de delitos” inquisitoriais, porém foi o delito mais frequente dos mouriscos portugueses. O segundo delito mais frequente entre os conversos de mouros foi a tentativa de fuga para as regiões islâmicas no Magrebe ou na Espanha, terras de infieis, onde os cristãos e os convertidos, inclusive, eram proibidos de ir, com risco de cometerem apostasia.

Em 1539, com a renúncia de D. Diogo de Castro, o rei nomeou o irmão D. Henrique, então arcebispo de Braga, como inquisidor-geral. Segundo Paiva e Marcocci,

Oitavo filho fr D. Manuel I, discípulo de ilustres humanistas de feição erasmiana, como Aires Barbosa e o flamengo Nicolau Clenardo, o segundo inquisidor-geral imprimiu uma decisiva viragem ao Santo Ofício. Foi seu verdadeiro fundador, quer em relação à organização institucional e à política de atuação, quer quanto à afirmação do seu poder na Igreja e na sociedade.<sup>12</sup>

A entrada de D. Henrique no cargo de inquisidor-geral significou para os conversos do reino, principalmente para os cristãos-novos, um maior rigor na perseguição e investigação dos suspeitos de apostasia. O infante tinha características repressoras e intolerantes, as quais haveria de empregar no Tribunal do Santo Ofício português a partir de 1539. Foi sob sua liderança que as primeiras execuções capitais foram feitas.

Assim, o caso aqui analisado reúne duas minorias religiosas reprimidas e que, apesar da mesma condição limite entre a total assimilação e a condenação, encontram-se em situação e lugar social divergentes. Os mouriscos formaram em Portugal uma classe, em sua maioria, marcada pela pobreza material e pela escravidão. Os cristãos-novos, apesar das restrições para ascender na escala social, atingiam melhores condições

materiais, inclusive ao nível da nobreza. Os principais fatores para esta diferenciação eram os casamentos entre cristãos-velhos e cristãos-novos, cruzamento que dificilmente aconteceu entre os cristãos-velhos e os mouriscos, e sua ascensão através do comércio.

Assim, análise dos processos inquisitoriais de mouriscos que adotaram a fé judaica, segundo a acusação dos inquisidores, torna-se um caso de extrema relevância para pensarmos o cotidiano dos indivíduos e as redes de relações entre grupos que, a princípio, não produziram formas de interação religiosa. É notável a crença que a mourisca Antônia Vaz passa a ter através da família de cristãos-novos a qual pertenceu por vinte anos. Em diversos momentos ao longo do processo é possível perceber o conhecimento e a intenção de realizar práticas judaizantes.

A mourisca apresentada neste artigo teve contato com a fé e rituais judaicos de forma direta dos crentes na Lei de Moisés, ou seja, pelo contato com judaizantes. Foi cativa de cristãos-novos e manteve relações mais íntimas com seu senhor, sendo convocada ou convidada a participar da realização dos ritos familiares judaizantes e não apenas de seus preparos. As datas comemorativas citadas no processo, como a *Páscoa do pão Asmo* e o *Chippur*, são descritas na perspectiva de quem crê, participa dos rituais e entende seu significado religioso.

Antônia Vaz chegou a Portugal ainda com quatro anos de idade, não conheceu seus familiares, mas soube da existência de uma irmã mais velha, a qual na época do processo já se encontrava falecida. Também não sabia de qual “terra de mouros” era natural. Foi batizada e depois vendida para o cristão-novo Gabriel Alvarez, tosador em Matosinhos, e sua esposa, também cristã-nova, Catarina Vaz, dos quais foi cativa nos últimos vinte anos até sua prisão. Ficou preza nos cárceres da Inquisição de Lisboa desde vinte e dois de fevereiro de mil quinhentos e cinquenta e sete até quinze de maio de mil quinhentos e cinquenta e oito, tendo sido chamada para a inquirição dos inquisidores doze vezes.

Segundo seu processo, Antônia Vaz se envolveu carnalmente com seu senhor, Gabriel Alvarez, que tinha na altura da prisão de ambos cerca de sessenta anos, e com ele teve três filhos: Catarina Vaz, de vinte anos, Manuel Alvarez, de dezoito anos, e Francisco, de dez anos. Conforme o processo, os filhos foram apresentados para a sociedade como sendo filhos de Gabriel Alvarez e sua esposa Catarina Vaz.

No processo a origem de seu nome não é investigada pelos inquisidores, mas era normal no reino luso que os cativos adotassem nomes ou sobrenomes de seus senhores, daí a presença do nome *Vaz* compondo a identificação da mourisca. Morava com seus

senhores em Matosinhos, na cidade do Porto, e tinha entre trinta e seis e quarenta anos de idade quando presa pelo Santo Ofício, conforme ela mesma apresenta.

Sua prisão e processo giram em torno da denúncia sobre um evento ocorrido seis anos antes de sua prisão. Foi acusada pelo cristão novo Antônio Dias, também preso nos cárceres do Tribunal de Lisboa. Perguntado se sabia de outros judaizantes como ele, denúncia que poderia atenuar suas culpas de apostasias, acusou Antônia Vaz por presenciar sua participação no *Chippur* da família de Gabriel Alvarez, jejuando com ela, orando com ela e acompanhando o jantar ritual. Conforme o denunciante:

e assim viu ele confessante o dito Gabriel Alvarez e a dita mourisca / irem a uma Janela da dita Câmara e olhar para o céu e rezar palavras que ele confessante não entendeu somente viu que eram diferentes das palavras portuguesas e se afirma que eram hebraicas / e depois de eles acabarem de rezar se chegou a dita janela a mulher do dito Gabriel Alvarez que se chama Clara e do sobrenome lhe não lembra e rezou da mesma maneira olhando pera o céu e disseram a ele confessante que rezasse / e ele lhe respondeu que não sabia que rezassem por ele / e depois de cearem tornaram outra vez a rezar todos três estando assentados a mesa abrindo os braços e olhando pera o céu / e ele confessante também ceou com eles / e que lhe disseram o dito Gabriel Alvarez e sua mulher e a dita mourisca que jejuavam aquele dia / e o dito Gabriel Alvarez lhe disse que jejuava todos os dez dias atrás e que se achara também disposto.<sup>13</sup>

Foram todos denunciados: Gabriel Álvares, sua esposa, Catarina Vaz, e a mourisca Antônia Vaz. Todos os três acusados estiveram presentes na mesma cerimônia: o jejum do *Chippur*, evento que acontecera na casa de Gabriel Álvares e no qual o cristão-novo Antônio Dias foi convidado, e aceitou de bom grado.

A mourisca negou a participação nos ritos judaicos e as práticas da oração e do jejum anual nas suas primeiras seções de julgamento, seguindo assim até as ações mais rigorosas dos inquisidores para fazê-la confessar. Assim, Antonia Vaz insiste:

que se confessava a cada ano e recebia o santo sacramento e se confessava a um João Alvarez clérigo / e na sua Igreja o vigário que se chama Gonçalo Camelo lhe ministrava o Santo sacramento / e que os mais dos dias da semana e assim aos domingos e festas ia ouvir missa ao mosteiro de São Francisco / por não poder ir a Igreja por ir lá seu senhor e senhora / e que sabia a doutrina cristã / e se benzeu e disse o *Pater Noster* e Ave Maria em latim e o Credo em linguagem todo razoavelmente / e que não sabia a Salve Regina / nem o mais da doutrina.<sup>14</sup>

A segunda acusação contra Antônia Vaz foi feita por Catarina Vaz, sua senhora cristã-nova. Primeiro, a partir do processo que corria contra a própria Catarina. Segundo e terceiro, quando levada a confirmar as acusações já em andamento contra a mourisca pelo mesmo evento que levou à sua acusação. Em todas as seções, denunciou a

participação da mourisca cativa nas práticas judaicas da família e confirmou sua participação no evento seis anos antes.

Na terceira audiência de inquirição de Catarina Vaz, como depoente do processo contra Antônia Vaz, as acusações foram ratificadas na presença da mourisca. As duas mulheres foram reunidas por ordem do inquisidor e Catarina Vaz além de confirmar as acusações diante de Antônia Vaz, sugere à mourisca que admita suas culpas e erros na fé.

A terceira delatora foi Isabel Dias, cristã-nova, também presa nos cárceres do Tribunal do Santo Ofício de Lisboa no mesmo período, delatando as conversas e práticas da mourisca dentro do cárcere do Santo Ofício. Conforme o relato de Isabel Dias, esta teria se comunicado com Antônia Vaz através de um buraco na parede das celas dos cárceres vizinhos e a mourisca confessou que cria na Lei de Moisés e que praticava o jejum do *Chippur*. Isabel Dias também revelou as orações e canções em hebraico que Antônia Vaz costumava fazer no cárcere.

Por fim, e mais interessante, é o relato de Gabriel Alvarez que, assim como sua esposa, foi colocado frente a frente com a mourisca em duas audiências. Interessante notar que, em um primeiro momento, Gabriel Alvarez é perguntado não pelas culpas da mourisca, mas pelos filhos que teve com ela. Provavelmente, para saber se sua esposa, Catarina Vaz, teria motivos de inimizade para acusar a mourisca. Dando resposta afirmativa, não disse mais nada sobre as acusações feitas à mourisca. Na segunda audiência, aí já com provas diversas da culpabilidade da mourisca, seu senhor finalmente afirma algumas de suas práticas de judaísmo.

Quando colocado na presença de Antônia Vaz, na terceira inquirição do processo da mourisca, Gabriel Alvares pede que esta assumas suas culpas. Interessante notar a resposta da mourisca para Gabriel Alvares e os inquisidores, na qual demonstra apreço e confiança em seu senhor. Conforme Antônia Vaz:

E por a dita Antônia foi dito primeiro / que ela nunca fizera tais jejuns / mas que Confessaria tudo o que seu senhor lhe dissesse que Confessasse / E depois por derradeiro tornou a dizer que era verdade que ela jejuava três ou quatro jejuns de Judeus.<sup>15</sup>

O julgamento de Antônia Vaz teve dois momentos opostos. Um primeiro no qual teria conseguido provar sua inocência, alegando a inimizade com Catarina Vaz, sua senhora, o erro no julgamento do primeiro delator, Antônio Dias, e a afirmação falsa de Isabel Dias. Ao lado disso, nove testemunhas de defesa da mourisca, incluindo três

clérigos, Joanes Alvares, João Nunes e Antônio Madeira, e um cura, Gonçalo Camelo, afirmaram o bom desempenho da cativa nas práticas e rezas cristãs. Chegou a ser julgada inocente por um dos três inquisidores do processo, porém as coisas mudaram antes de ter sido liberada de suas acusações.

Um dos inquisidores do caso achou suspeito o fato de Antônia Vaz não ter em momento nenhum, quando perguntada se conhecia alguém mais que mantivesse práticas religiosas ilícitas, denunciado seus senhores. Quando perguntada se sabia das práticas de Catarina Vaz e Gabriel Alvarez disse que nunca havia presenciado qualquer erro nas coisas de religião dos mesmos e que se praticavam o Judaísmo em segredo o faziam de forma muito discreta a seus olhos. Tendo Gabriel Alvarez e Catarina Vaz assumido suas culpas e confirmado a participação ativa da mourisca no preparo e desenvolvimento dos rituais judaicos, Antônia Vaz foi novamente acusada por suspeita de manter as mesmas práticas heréticas de seus senhores.

Enfim, Antônia Vaz foi acusada por criptojudaísmo: seguiu rituais judaicos ao lado de seus senhores, como o jejum do *Chippur* e a *Páscoa do pão Asmo*. Além disso, por realizar jejuns, fazer orações e cantar canções judaicas dentro dos cárceres, em datas festivas para os judeus. Após a breve tortura física descrita, foi levada para julgamento novamente e, machucada, confirmou todas as acusações que havia sofrido desde a data de sua prisão. Foi sentenciada a permanecer no Colégio da Doutrina de Fé, de onde foi solta pouco tempo depois, fazer a confissão nos três dias da *Páscoa do Pão Asmo*, quando deveria receber o Santíssimo Sacramento de seu cura. Deveria ir às missas todos os domingos e participar dos dias festivos do mosteiro de Nossa Senhora das Graças.

É convincente a argumentação dos inquisidores para reavaliarem o processo de Antônia Vaz, pois a partir das denúncias e a compatibilidade de determinadas acusações, pareceu a ré ter de fato adotado a religião da família à qual pertencia. Antônia Vaz chegou muito nova em Portugal e permaneceu cativa, morando com seus senhores até o momento do julgamento inquisitorial, por isso não chegou a conhecer profundamente o Islamismo, religião natural de sua origem territorial.

Nesse sentido, pensar a ambiguidade dessa personagem e o cruzamento nela de uma religiosidade clandestina, aparentemente incompatível com seu estatuto social de origem, gera a surpresa de sua crença ilícita. Mais ainda, as relações sociais e domésticas envolvidas neste caso, pois, conforme o descrito nas denúncias das práticas da mourisca, Antônia Vaz orava e jantava em “pé de igualdade” com seus senhores, na mesma mesa, ao lado um do outro e na presença de visitas, como no caso de seu

primeiro delator, o cristão-novo Antônio Dias. Esta questão permite nos perguntarmos como uma cativa alcançou tamanha liberdade e relativo respeito no seio da família a qual pertencia.

Uma segunda análise das relações domésticas indica certa preferência de Gabriel Alvarez por sua mourisca, em detrimento da valoração de sua esposa. Seu senhor, e pai de seus três filhos, foi capaz de confirmar os erros da própria esposa, porém, em sua primeira audiência negou os erros de fé de Antônia, dizendo que não sabia de seu envolvimento com as práticas judaicas referidas pelos denunciadores.

Cabe também pensar o cuidado que os senhores, Gabriel Alvarez e Catarina Vaz tiveram em relação aos filhos da mourisca, afirmando que foram criados e bem casados. Ainda, ao que parece, havia segredo sobre a paternidade dos filhos da mourisca em relação a Catarina Vaz. Segredo conveniente para fazer com que as crianças fossem criadas e sustentadas pelo casal de cristãos-novos e que fossem apresentados como filhos dos próprios senhores.

As relações construídas no seio desta família, analisada a partir do processo de Antônia Vaz, são relevantes por seu caráter de exceção. Os rigores, costumes e tradições sociais não impediram um cruzamento étnico — tratando-se dos filhos dessas relações — e religioso — acerca da apropriação do criptojudaísmo pela mourisca Antônia Vaz. Os laços e relações interpessoais mostraram-se mais fortes e capazes de modificar as formas de interação esperadas entre os dois grupos referentes às duas principais minorias religiosas no século XVI em Portugal.

O resultado mais evidente dessa interação inesperada é o caso da filha mais velha da mourisca, de mesmo nome de sua senhora, Catarina Vaz. Esta Catarina, também presa e denunciada à Inquisição casou-se com um membro da família Vaz, Manuel Vaz, cristão-novo também processado pelo Santo Ofício algumas décadas depois. O estatuto de Catarina Vaz, filha de uma mourisca com um cristão-novo, está definido como cristã-nova. O que significa que o registro da origem da filha de Antônia foi alterado: a filha de uma mourisca foi transformada em cristã-nova. Caso contrário, filha de mourisca, teria também o estatuto de mourisca.

---

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e bolsista CAPES.

<sup>2</sup> E-mail: [romano.rachel@hotmail.com](mailto:romano.rachel@hotmail.com)

<sup>3</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo (IANTT), *Inquisição de Lisboa*. Processo nº 6732. *Processo de Antônia Vaz*.

<sup>4</sup> TAVARES, Maria José Ferro. *Los judíos em Portugal*. Os judeus em Portugal. Colección Sefarad. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992, pp. 159 – 169.

<sup>5</sup> RIBAS, Rogério de Oliveira. *Filhos de Mafama: mouriscos, criptoislamismo e Inquisição no Portugal quinhentista*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFF, 2001, p. 16.

<sup>6</sup> TAVARES, Op. Cit., pp. 261 – 288.

<sup>7</sup> MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro. *História da Inquisição portuguesa (1536 – 1821)*. Lisboa: A esfera dos livros, 2013, pp. 26 e 27.

<sup>8</sup> BOUCHARB, Ahmed. *Os pseudo-mouriscos de Portugal no século XVI. Estudo de uma especificidade a partir das fontes inquisitoriais*. Lisboa: Hugin Editores, 2004, pp. 14 – 17.

<sup>9</sup> RIBAS, Op. Cit., p. 19.

<sup>10</sup> MARCOCCI; PAIVA, Op. Cit., pp. 23 – 34.

<sup>11</sup> MARCOCCI; PAIVA, Op. Cit., pp. 51 – 54.

<sup>12</sup> MARCOCCI; PAIVA, Op. Cit., p. 35.

<sup>13</sup> IANTT, *Inquisição de Lisboa*. Processo nº 6732. *Processo de Antônia Vaz*, 04-12-1556. fl.3.

<sup>14</sup> IANTT, *Inquisição de Lisboa*. Processo nº 6732. *Processo de Antônia Vaz*, 23 – 03 – 1557. fl. 9v.

<sup>15</sup> IANTT, *Inquisição de Lisboa*. Processo nº 6732. *Processo de Antônia Vaz*, 28-02-1558. fl. 42.

## **Narrar uma vida, dar a ela um sentido: uma breve análise sobre a obra "O marquês de Barbacena" de Pandiá Calógeras**

Rafael Cupello Peixoto  
Doutorando do PPGH/UERJ<sup>1</sup>

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves(UERJ)

**Coorientador:** Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães (UFF)

**E-mail:** rafael.cupello.peixoto@gmail.com

### **Resumo:**

O estudo da trajetória do marquês de Barbacena - importante personagem político do Primeiro Reinado - possibilitou o contato com diferentes obras biográficas que ajudaram a construir uma memória sobre ele; entre elas "O marquês de Barbacena" de Pandiá Calógeras. O presente trabalho pretende discutir a referida obra, analisando as seleções de memória empregadas por Calógeras para a construção de uma escrita de vida sobre o marquês, bem como que relevantes componentes de sua trajetória foram "silenciados" ou "esquecidos".

**Palavras-chave:** Biografia - Marquês de Barbacena - Pandiá Calógeras

### **Abstract:**

The study of the trajectory of the Marquis of Barbacena - important political figure of the First Reign - possible contact with different biographical works that helped build a memory about him; among them "The Marquis of Barbacena" of Pandiá Calógeras. This paper discusses such works, analyzing the selections memory employed by Calógeras for the construction of a writing life on the marquis, and that relevant components of his career were "silenced" or "forgotten".

**Keywords:** Biography - Marquis of Barbacena - Pandiá Calógeras

O gênero biográfico sempre foi assunto delicado nos estudos acadêmicos de História. Manuel Luís Salgado Guimarães afirmou que narrar uma vida significa dar a ela um sentido, tornando-a não apenas partilhável, mas também, significativa, isto é, "tornando o tempo uma experiência socialmente compartilhável".<sup>2</sup> Neste sentido, o autor expõe que a biografia tem uma longa história como gênero, sendo preenchida com sentidos diversos à prática de sua escrita. Talvez por isso, o gênero biográfico mereça, ainda nos dias de hoje, mesmo após sua



retomada como método do "fazer história", certo descrédito por parte de alguns historiadores de ofício.

De certa maneira, podemos afirmar que a polêmica sobre o gênero biográfico esteve relacionada à proximidade de seu método com a cunhada "história política tradicional" do século XIX. Desta forma, o gênero biográfico esteve quase sempre associado a formação de uma identidade nacional, produzindo uma narrativa factual voltada para ações dos grandes homens. No século XIX, durante a institucionalização da História enquanto campo disciplinar, a biografia se articulou ao projeto de construção das Nações, através da narrativa de personagens eleitos à galeria de grandes heróis, auxiliando assim na construção de símbolos de uma nação, que com suas experiências de vida particulares "deram provas de superação dos limites e das incertezas da vida humana e fizeram-se merecedores, por essa razão, da lembrança da comunidade nacional em construção".<sup>3</sup> Portanto, o gênero biográfico compactuou com o modelo de história política voltado para o relato dos grandes homens e da história "vista por cima", isto é, pelos indivíduos que encontravam-se nas esferas de poder, sendo eles os únicos que mereceriam ser estudados e que faziam parte da história, não dando voz as "camadas de baixo".<sup>4</sup> Neste sentido, uma crítica ao homem e ao indivíduo marcou a transição da sociedade do século XIX para o século XX.<sup>5</sup> Tal crítica levou a predominância, no século XX, do social no campo da história, enfatizando a análise do grupo como única forma de compreender a história.<sup>6</sup>

Entretanto, no Brasil apesar das críticas ao gênero biográfico, o mesmo continuou em voga na primeira metade do século XX. Márcia de Almeida Gonçalves, em pesquisa sobre a relação entre biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa, ressaltou que as décadas de 1920 e 1940 foram responsáveis por um "boom" biográfico no país. Neste sentido, o gênero foi encarado como ferramenta analítica capaz de dar respostas aos impasses do tempo presente.<sup>7</sup> É dentro deste contexto que podemos analisar a publicação da obra "O marquês de Barbacena" de João Pandiá Calógeras.

Pandiá Calógeras era neto de João Batista Calógeras, funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros, auxiliar do marquês de Abrantes, e que esteve à frente da questão diplomática com os ingleses conhecida como a Questão Christie. Engenheiro formado pela Escola de Minas de Ouro Preto foi deputado federal por MG em várias legislaturas na 1ª República, e ministro do MAIC (1914) e da Fazenda (1916) no governo de Venceslau Brás (1914-1918). Foi, também, ministro da Guerra (1919-1922) e deputado constituinte em 1933.<sup>8</sup> Apesar das estreitas "relações de amizade com membros da família imperial, era

republicano".<sup>9</sup> Calógeras faleceu em 1934 e um ano após a sua morte, foi publicada pela *Coleção Brasileira*, uma biografia sobre ele escrita por Gontijo de Carvalho.

A biografia sobre Calógeras produzida como uma das homenagens fúnebres ao político brasileiro, teve um papel político importante na conjuntura política dos anos de 1930. Na verdade, ela foi utilizada como estratégia de defesa, por determinado setor paulista que apoiou a Revolução Constitucionalista de 1932, como projeto político de crítica ao tenentismo e ao centralismo de governo provisório de Vargas, elegendo o catolicismo como via de sustentação deste projeto em combate ao sindicalismo de "doutrinas bolchevistas."<sup>10</sup>

É no conturbado quadro político dos anos de 1930 que Calógeras publicou, em 1932, a biografia sobre o marquês de Barbacena, sendo o 2º volume da Série V da Biblioteca Pedagógica Brasileira, conhecida como *Brasiliana*, editada por Fernando de Azevedo.<sup>11</sup> O estilo narrativo empregado por Calógeras em sua obra sobre o marquês de Barbacena ainda guardava algumas características da narrativa biográfica empregada no século XIX. Nela, Calógeras assim definiu o papel de Felisberto Caldeira Brant, marquês de Barbacena, nos acontecimentos políticos do Primeiro Reinado:

Certas personalidades definem e caracterizam fases históricas. D. Pedro I e o grupo do Rio estão identificados com a Independência. José Bonifácio e seus irmãos presidiram à organização e aos traços diretores do Império nascente. O marquês de Barbacena é o próprio Primeiro Reinado, em sua diplomacia, suas contendas externas e sua economia.<sup>12</sup>

Portanto, o referido biógrafo tornou Barbacena a síntese dos acontecimentos políticos do reinado de D. Pedro I. Ao descrevê-lo como uma figura singular da história nacional, de caráter probo, amante do Brasil e defensor do regime monárquico constitucional, Calógeras fez uma escolha de estilo próxima ao gênero biográfico do século XIX, que desprezava o homem doméstico, priorizando o homem público como forma de exaltá-lo a fim de construir símbolos de uma nação. Vale ressaltar que no final do século XIX, Antônio Augusto da Costa Aguiar, outro biógrafo de Barbacena, em obra de 1894,<sup>13</sup> ressaltou as mesmas características descritas por Calógeras, como estratégia para defender o regime monárquico constitucional do Império do Brasil e pôr o referido marquês como um dos "heróis da nação" brasileira.

Aguiar não percebia com bons olhos o regime republicano visto que:

"as contendas pelo mando supremo nunca tem fim; presidentes após presidentes sucedem-se no meio de lutas sanguinolentas, (...) sendo o período que cada qual ocupa o poder pouco para tomar as medidas que o resguardem das tentativas de seus rivais para se apoderarem desse poder (...) O Brasil não podia nem pode continuar unido formando uma só nação; se não sob a égide de uma monarquia; pois como de outra forma achar um homem tirado da massa da população revestido de prestígio tal, que pudesse ou possa conter debaixo de sua suprema direção do país tão vasto."<sup>14</sup>

Portanto, para Costa Aguiar era impossível o Brasil ser administrado por um regime republicano, tendo em vista que o mesmo exigia da população uma "consciência do dever para com o Estado em cada cidadão" e o país por não possuir uma "grande maioria esclarecida", fatalmente seria levado a desordem e ao caos.<sup>15</sup>

No caso de Pandiá Calógeras, podemos suspeitar que a escolha pela figura de Barbacena como figura a ser biografada, bem como a exaltação de seu caráter, na verdade podem estar ligados ao conturbado governo provisório de Getúlio Vargas que dois anos após assumir o governo da república brasileira, não havia convocado uma Assembleia Constituinte a fim de dar ao país uma nova constituição. Vale lembrar que Calógeras apoiou a Revolução Constitucionalista de 1932 e foi contrário a Revolução de 1930 que pôs Vargas na presidência da República.<sup>16</sup> Coincidência ou não, a obra de Calógeras sobre o marquês é publicada no ano de 1932 e o caráter constitucional de Barbacena é ressaltado por seu biógrafo. No entanto, ao fazer a elevação deste personagem a preocupação de Calógeras era corrigir os "defeitos" do povo brasileiro que por ser deslembado:

para na mente popular a memória das calúnias que lhe prodigalizaram a inveja e o ódio daqueles a quem de tão alto dominava. Esse, em geral, o pago de nossos homens públicos.<sup>17</sup>

Portanto, Pandiá Calógeras buscava no resgate da memória do marquês de Barbacena, recuperar a consciência da nação brasileira de seu passado: "É o que nos move a mais fundamente conhecer o Brasil, para melhor amar e servir".<sup>18</sup> Logo, o autor estava de comum acordo com intelectuais dos anos de 1930 que buscavam no passado uma maneira de interpretar o que era o Brasil. E, comprovando mais uma vez o hibridismo dos estilos do século XIX e do início do XX, Calógeras vê a história como "a grande mestra da vida". Tal método, utilizado por historiadores do século XIX, acreditava ser a história capaz de garantir ao homem um espaço de manobra, na qual ele podia transitar em seu presente, e, desta forma, alterar o seu futuro, já que o conhecimento histórico possibilitava, através de prognósticos racionais, tornar o futuro um campo de possibilidades finitas.<sup>19</sup>

No entanto, apesar das ressalvas acima apresentadas na maneira pela qual Calógeras e Costa Aguiar procuraram descrever o caráter de Caldeira Brant, não podemos deixar de concordar com o destaque dado pelos autores, no que diz respeito a atuação política do marquês de Barbacena no Primeiro Reinado, já que quando observamos sua trajetória, constatamos a importante atuação que teve nos acontecimentos políticos que marcaram, não apenas o reinado de D. Pedro I, como também a primeira metade do século XIX.

Felisberto Caldeira Brant, quando cônsul do Brasil em Londres, esteve à frente das negociações pelo reconhecimento do Império do Brasil com as potências europeias; comandou o exército brasileiro durante um período na campanha da Cisplatina; foi o negociador responsável pelo segundo casamento do Imperador, assim como esteve diretamente envolvido na crise de sucessão da Coroa portuguesa ao ser nomeado pelo monarca como tutor de sua filha D. Maria da Glória, rainha de Portugal, na excursão que a levaria até Portugal para assumir o trono português. Foi, também, o responsável por apaziguar a forte crise política instalada no Império brasileiro contra o governo de D. Pedro I, em virtude do odiado gabinete de José Clemente Pereira, ministro do Império, quando foi nomeado para a pasta da Fazenda; a queda de seu gabinete em setembro de 1830 fez ressurgir todo o sentimento de oposição ao monarca e acarretou, sete meses depois, na abdicação do mesmo ao trono brasileiro. Portanto, o marquês de Barbacena foi "o próprio Primeiro Reinado", quando acompanhamos sua trajetória política e notamos que sempre esteve presente nos acontecimentos de maior realce no reinado de D. Pedro I.

Podemos afirmar que o mesmo teve papel importante nos encadeamentos políticos da política do Regresso, na Regência, ao propor lei que revogava a primeira norma brasileira contra o tráfico negreiro - de sua autoria e promulgada em 1831 - apresentando projeto que era muito mais próximo aos interesses da *política da escravidão* dos regressistas do que uma reformulação que buscava fazer cumprir a proibição do trato de africanos, mesmo que representasse uma punição mais branda os infratores.<sup>20</sup>

A biografia produzida por Calógeras além de exaltar o caráter do marquês de Barbacena, silencia importantes questões de sua vida pessoal. Por exemplo, não destaca que Barbacena teve em sua trajetória de vida inúmeros contatos com a causa escravista, que foram desde sua nomeação como Ajudante de Ordens do governador de Angola (1796), passando por relações de parentesco e de negócio que acabavam por tocar no tema da escravidão, culminando em projetos de lei que procuraram a cessação do comércio de escravos no Brasil.

A nomeação de Caldeira Brant como Ajudante de Ordens de D. Miguel Antônio de Melo, o governador de Angola em 1796, é repleta de casos curiosos que valem um breve relato. Neste período existem indícios de que Barbacena teve contato com o comércio de africanos. Em artigo publicado na RIHGB de 1946, Luiza da Fonseca, membro do Arquivo Histórico Colonial de Lisboa - hoje, Arquivo Histórico Ultramarino -, afirmou que Brant presenciou e tomou parte da estrutura das transações relativas ao comércio de escravos realizado entre Brasil e Angola. Ele participou do trato negreiro, sendo encontrada letra de 1.000\$000 em seu nome, datada de 30 de julho de 1799. Segundo a autora, Brant e D. Miguel

Antônio de Melo tiveram uma pequena desavença. Melo destacou que Brant tinha um "amor a riquezas, paixão que, por se lhe antecipar à idade, receio que o faça em alguma ocasião preferir o útil ao honesto (...)". Segundo Fonseca,

talvez este mau conceito do Governador e medo da "fatal paixão das riquezas" que vinha tão fora do tempo tivesse origem no *comércio de escravos*; pois num "Balanço Demonstrativo da Conta da Mesa da Inspeção da Capitania da Bahia, com Junta da Real Fazenda do Reino de Angola, 1700 a 1800", *figura uma letra de 1.000\$000 apresentada pelo sargento-mor Felisberto Caldeira Brant Pontes*, datada de 30 de julho de 1799.<sup>21</sup>

No que compete as suas relações pessoais, Caldeira Brant tinha laços mercantis com importantes comerciantes de escravos - Barbacena era sócio dos negociantes baiano Pedro Rodrigues Bandeira e do português João Rodrigues Pereira de Almeida, barão de Ubá, - e casou com D. Ana Constança Guilhermina de Castro Cardoso, filha de Antônio Cardoso dos Santos, dono de uma das principais casas de negócio da Bahia e importante traficante de escravos daquela província.<sup>22</sup> O referido trabalho biográfico a seu respeito também não mencionou a autoria do marquês para com a primeira lei brasileira contra o comércio de escravos de 1831, passada para história como *lei pra inglês ver*.<sup>23</sup> Na verdade, a única menção que fazem ao comércio ilícito de africanos para o Brasil em sua obra,<sup>24</sup> se refere ao projeto de lei apresentado por Barbacena, em 1837, contra a trato negreiro no país, percebendo sua atuação como uma ação política que comprovava a condenação moral que possuía contra o "infame comércio de carne humana".

Portanto, como pudemos observar Caldeira Brant tinha inúmeras relações com o tráfico de escravos, não perdendo de vista que o mesmo vivia numa sociedade escravista. Por isso mesmo, defendemos a ideia de que as motivações de Barbacena para a promulgação da lei de 1831 foram acima de tudo políticas e não movidas por sentimentos antiescravistas, como biógrafos e a historiografia especializada defenderam.<sup>25</sup>

Entretanto, apesar de ser lembrado em pesquisas biográficas em um período aproximado de 87 anos,<sup>26</sup> Felisberto Caldeira Brant caminhou para um completo ostracismo a respeito de sua memória. Tanto as pesquisas históricas, bem como a memória coletiva nacional brasileira pouco ou quase nada conhecem a respeito de Caldeira Brant. Joël Candau destaca que se uma memória perde seu papel de referência legitimadora do presente, ou seja, de reforçar uma tradição, ela vai se enfraquecendo até que "pouco a pouco, se descola da vida do grupo até seu desaparecimento completo"<sup>27</sup>

O "fazer memória" é resultado da preocupação humana de impedir que se desapareça aquilo que fazem os homens. A transmissão de uma memória não busca apenas em legar algo, ou seja, fazer viver uma lembrança, mas sim, uma maneira de estar no mundo; logo, a

memória tem por vocação "fixar" o passado na expectativa de manter e transmitir lembranças de dados factuais e portanto, formar "passados formalizados", limitando as interpretações do passado, isto é, constituindo uma memória "educada" ou mesmo "institucional". Assim sendo, nenhuma memória é "autêntica, mas sim forjada, isto é, sofre um processo de seletividade, sendo muitas vezes disputada entre memórias antagônicas.<sup>28</sup>

O breve estudo aqui exposto sobre a trajetória social do marquês de Barbacena, associada a biografia produzida por Calógeras, possibilitou identificar alguns elementos que foram selecionados a fim de instituir uma identidade ao referido personagem. Logo, devemos buscar refletir que manipulações de memória foram propostas dentro deste processo de construção de uma identidade, bem como a que grupos sociais o silêncio, de determinadas memórias, pretendeu atingir. Por exemplo, apenas a exercício de reflexão; por que a autoria do marquês de Barbacena sobre a lei de 7 de novembro de 1831 é "silenciada" em sua biografia? Por que ela não destaca as atividades mercantis e sociedades comerciais em que Barbacena esteve atuando e que acabaram por envolvê-lo com o trato negreiro?

Destarte, apenas um estudo mais aprofundado sobre os contextos de produção desta obra, bem como de seu autor, tendo como contraponto outros biógrafos e biografias de Barbacena, ajudarão num entendimento mais amplo do processo de seleção e construção dos elementos que estabeleceram uma memória sobre o marquês, assim como de que maneira os "silenciamentos" e "esquecimentos" de elementos pertencentes à trajetória de Caldeira Brant ajudaram a instituir sua identidade. O exame de sua trajetória como de suas produções biográficas enriquecerão as pesquisas historiográficas que buscam compreender o comportamento e práticas sociais da elite política que deu forma ao Estado Imperial e a relação desta elite com a questão escravista. Sendo assim, uma análise sobre a vida de Barbacena ajudará a entender o *campus*<sup>29</sup> político-social do Império do Brasil, em especial do Primeiro Reinado e Regência, tendo em vista que foram durante esses períodos que Brant atuou mais diretamente na vida pública do Império.

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa é financiada por bolsa de doutorado da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

<sup>2</sup> GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. "Prefácio: A biografia como escrita da História". In: SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp.19-20.

<sup>3</sup> GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. "Prefácio: A biografia como escrita da História...op.cit.,p.21.

<sup>4</sup> RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

<sup>5</sup> LORIGA, Sabrina. *O pequeno X: da biografia à História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

<sup>6</sup> Sabina Loriga critica a predominância da história social no campo da história, enfatizando que a mesma é feita por indivíduos. Cf. Idem.

<sup>7</sup> GONÇALVES, Marcia de Almeida. *Em terreno movediço: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

<sup>8</sup> A respeito de João Batista Calógeras cf. SINÉSIO, Daniel Jacuá. *A Política Externa Imperial a serviço do Estado: a atuação do secretário João Batista Calógeras e a questão Christie (1862-1865)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Niterói: UFF, 2013. Sobre Pandiá Calógeras Cf. TOLENTINO, Thiago Lenine Tito. *Monumentos de Tinta e Papel: cultura e política na produção biográfica brasileira (1935-1940)*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

<sup>9</sup> TOLENTINO, Thiago Lenine. *Monumentos de Tinta e Papel...*op.cit, p.63

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> CARONE, Edgard. *Notícias sobre "Brasilianas"*. Disponível em: [www.seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/1491/1195](http://www.seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/1491/1195).

<sup>12</sup> CALÓGERAS, Pandiá. *O marquês de Barbacena*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, p.3.

<sup>13</sup> Sabemos que Costa Aguiar faleceu em 1877, mas até o presente momento de nossa pesquisa não encontramos nenhuma referência que afirme que a publicação da referida obra tenha ocorrido ainda em vida de seu autor. A data que expusemos, diz respeito a publicação que tivemos acesso; isto é, a do ano de 1896 pela Imprensa Nacional do Rio de Janeiro.

<sup>14</sup> AGUIAR, Antônio Augusto de. *A vida do marquês de Barbacena*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896, p.817.

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> TOLENTINO, Thiago Lenine. *Monumentos de Tinta e Papel...*op.cit.

<sup>17</sup> CALÓGERAS, Pandiá. *O marquês de Barbacena...*p.3.

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2006.

<sup>20</sup> Tâmis Parron afirmou que o Brasil desenvolveu ao longo do período imperial brasileiro o que ele denominou de *política da escravidão*. Esta deve ser entendida como: "uma rede de alianças políticas e sociais que, costurada em favor da estabilidade institucional da escravidão, contava com os órgãos máximos do Estado nacional brasileiro em benefício dos interesses senhoriais; a esse modo, é claro, correspondia também um protocolo discursivo, com seus lugares-comuns e suas verdade universais." Entretanto, esta *política da escravidão* não pode ser entendida como estivesse sempre presente no Parlamento brasileiro. Pelo contrário, ela esteve presente em dois momentos históricos chaves: a *política do contrabando de escravos* e a *política da escravidão na era do pós-contrabando*. A primeira corresponderia ao período de 1835-1850, sendo o Regresso o ponto de fundação desta política. Esta se configurou num processo de defesa ideológica para a reabertura do tráfico negreiro em *nível sistêmico*, processo instituído desde as altas estruturas do poder até as mais baixas esferas políticas. A segunda corresponderia ao período de 1850-1865 e visava à manutenção da ordem escravista, sem que com isso fosse questionada qualquer tipo de mudança na estrutura social do Império do Brasil, mantendo, com o apoio dos grupos sociais, tanto membros do Partido Conservador como do Liberal, condições para a reprodução do cativo como meio de desenvolvimento econômico do Estado Nacional. cf. PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil (1826-1865)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.18.

<sup>21</sup> FONSECA, Luiza da. "Dois brasileiros em África." In: *RIHGB*, 192: 22-37. jul./set. 1946, p.29.

<sup>22</sup> Para maiores informações sobre as redes de negócio do marquês de Barbacena, cf. RIBEIRO, Alexandre Vieira. *A cidade de Salvador: estrutura econômica, comércio de escravos, grupo mercantil (c.1750-1800)*. Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2009.

<sup>23</sup> CUPELLO, Rafael. *O poder e a lei: o jogo político no processo de elaboração da "lei para inglês ver" (1826-1831)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Niterói: UFF, 2013. Outros trabalhos que analisam a lei de 7 de novembro de 1831 cf. GURGEL, Argemiro Eloy. *A Lei de 7 de novembro de 1831 e as ações cívicas de liberdade na Cidade de Valença (1870-1888)*. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2004; PARRON, Tâmis. *A política da escravidão...*op.cit.; RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP/CECULT, 2000; BETHELL, Leslie. *A abolição do comércio brasileiro de escravos: A Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos, 1807-1869*. Brasília: Senado Federal, 2002; CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros: O tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

<sup>24</sup> CALÓGERAS, Pandiá. *O marquês de Barbacena...*op.cit.

<sup>25</sup> CUPELLO, Rafael. *O poder e a lei...*op.cit. Os biógrafos de Barbacena o defenderam como antiescravista. Costa Aguiar, em seu trabalho biográfico afirmou que Barbacena foi um dos homens a lutar contra o "crime de convivência com esse tráfico desmoralizador." Na verdade, Aguiar pôs sobre os ombros de Bernardo Pereira de Vasconcellos e a liderança *Saquarema* toda a responsabilidade pela campanha pró-tráfico ilícito de africanos, bem como o retrato do atraso que o Brasil vivia, pois era povoado por grande massa de africanos e seus descendentes, que instalaram a "barbárie" no país. "Bernardo Pereira de Vasconcellos foi a este respeito o homem mais fatal a verdadeira prosperidade e ao engrandecimento deste belo país, que o Brasil tem produzido." Cf. AGUIAR, Antônio Augusto de. *A vida do marquês...*op.cit...p.937. Na historiografia encontramos posição

---

semelhante no que compete aos sentimentos antiescravistas do marquês de Barbacena. "Brant era pessoalmente contrário ao comércio de escravos, por motivos tanto econômicos e sociais como morais (...)" Cf. , Leslie. *A abolição do comércio brasileiro de escravos...*op.cit., p.55. Os demais trabalhos de pesquisa a respeito da abolição do trato negreiro de escravos seguem a mesma linha de que Barbacena era um convicto antiescravista. cf. nota 22.

<sup>26</sup> AGUIAR, Antônio Augusto de. *A vida do marquês de Barbacena...*op.cit.; CALÓGERAS, Pandiá. *O marquês de Barbacena...*op.cit.; SISSON, S. A. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Vol.II. Brasília: Senado Federal, 1999. FILHO, Rodrigo Otávio. *Figuras do Império e da República*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde, 1944.

<sup>27</sup>CANDAU, Joël. *Identidade e memória*. São Paulo: Contexto, 2012, p.123.

<sup>28</sup> Idem.

<sup>29</sup> Utilizamos aqui o conceito de *campus* desenvolvido por Pierre Bourdieu. Para Bourdieu, o *campo* deve ser entendido como espaço social de relações objetivas, na qual as relações imediatamente visíveis entre os agentes envolvidos em um determinado campo disfarçam "as relações objetivas entre as posições ocupadas por esses agentes" no espaço social, isto é, reproduzem o modo de pensamento econômico que uma dada sociedade encontra-se inserida. Desta forma, segundo o sociólogo francês é possível encontrar nos *campos*, propriedades gerais que podem ser aplicadas nos diferentes domínios - político, social, cultural, econômico, científico e etc., mas que guardam em si universos relativamente autônomos. Cf. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.



## **A estética do prognóstico na literatura realista distópica de Aldous Huxley, George Orwell e Yevgeny Zamyatin.**

**Rafael da Cunha Duarte Francisco\***

### **Resumo:**

Este trabalho tem como objetivo central analisar o projeto estético contido em três romances dos principais distópicos escritos na primeira metade do século XX: *We* de Yevgeny Zamyatin, *Brave New World* escrito por Aldous Huxley e *1984* escrito pelo romancista inglês George Orwell. O que busca-se compreender é como a ficção opera a construção de uma encenação que pretende ser mais do que mera encenação, ou seja, como ela pretende ser uma espécie de realismo do futuro.

**Palavras-chave:** Prognóstico; Literatura distópica; realismo

### **Abstract:**

This text aims to analyze the aesthetic project contained in three of the main dystopian novels written in the first half of the twentieth century: Yevgeny Zamyatin's *We*, *Brave New World* written by Aldous Huxley and *1984* written by the English novelist George Orwell. What we try to understand is how fiction works in the construction of a scenario that aims to be more than mere staging, thus intending to be a kind of realism of the future.

**Key-words:** Prognostic; Dystopian literature; realism

Esse trabalho pretende ser ao mesmo tempo um exercício de crítica literária e investigação histórica. No entanto, o que significa dizer isso? Para essa pergunta, devo confessar, ainda não posso - e nem sei se um dia poderei - fornecer uma resposta definitiva e absoluta aos meus leitores. Tudo o que posso dizer sobre isso é aquilo que isso não significa: certamente esse exercício não procurou reduzir os romances por nós aqui analisados (*Brave New World*, *1984* e *We*) aos seus respectivos contextos históricos. A operação analítica empreendida aqui pretende considerar não apenas os romances em sua dimensão reativa (referente às pressões exercidas pelo contexto no

---

\* Doutorando no Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ. Orientador: Prof. Dr. Felipe Charbel Teixeira. rafaelcfrancisco@hotmail.com

texto) mas também - e principalmente - em sua dimensão propositiva (que se refere às formas pela qual esse conjunto de romances atua na própria realidade).<sup>1</sup>

Os romances distópicos já foram exaustivamente estudados pelos mais diversos campos das humanidades. Desde a segunda metade do século XX, trabalhos oriundos dos estudos literários, da filosofia, das ciências sociais e da História tomaram, de diversas formas e com abordagens múltiplas, alguns aspectos dessas obras literárias como seus objetos de pesquisa. A força dessa tradição literária também pode ser verificada no cenário do romance contemporâneo.<sup>2</sup> Escritores como Italo Calvino, em *As cidades Invisíveis*, e Haruki Murakami, em sua trilogia 1Q84, foram profundamente influenciados pelas obras de Aldous Huxley e George Orwell.<sup>3</sup>

Diante dessas múltiplas leituras e apropriações, faz-se necessário indagar: como podemos falar de uma nova forma literária? Qual é a novidade trazida por esses romances distópicos para a tradição literária européia? Para essas perguntas podem haver duas respostas distintas. A primeira, explorada extensivamente ao longo do século XX pela crítica literária especializada norte-americana, consiste em analisar uma obra como a de Aldous Huxley, incluindo aqui os seus romances distópicos (*Brave New World* e *The Island*) como sátiras à sociedade de seu tempo<sup>4</sup> e, dessa forma, considerando-o como um "modernista relutante".<sup>5</sup>

Essa noção deriva-se da crença de que os romances distópicos da primeira metade do século XX são críticas a um determinado contexto de "crise da cultura". Tal crença é recorrente também nas formulações do filósofo alemão Isaiah Berlin, que considera as distopias escritas por Huxley, Orwell e Zamyatin na primeira metade do século XX como meros produtos desse estado de crise. O autor relaciona diretamente o surgimento das antiutopias (ou distopias) à derrocada de um certo tipo de "filosofia perene" que, nas palavras do autor,

“com suas verdades objetivas e inalteráveis fundamentadas na percepção de uma ordem eterna por trás do caos das aparências, foi lançada na defensiva com os ataques de relativistas, pluralistas, irracionalistas, pragmatistas, subjetivistas, e certos empiricistas. Com o declínio dessa filosofia, o conceito de sociedade perfeita, que deriva dessa grande visão unitária, perde seu poder de persuasão.”<sup>6</sup>

Dessa perda de força, surgiriam o “protesto – e as antiutopias – de Aldous Huxley, Orwell e Zamyatin” nas quais “o próprio fluxo da vida humana é brutalmente reduzido à uniformidade.”<sup>7</sup>

Essa visão clássica sobre o declínio da utopia enquanto uma proposta social já foi explorada também por outros trabalhos, tomando objetos diferentes em suas análises.<sup>8</sup> Entretanto, assumir essa postura diante das questões propostas por nós na página anterior seria igualmente assumir que uma obra literária é, em última instância, um reflexo do contexto histórico no qual ela foi produzida e que, direta ou indiretamente, busca representar. Por outro lado, essa resposta jamais permitiria com que os romances distópicos pudessem tornar-se, eles mesmos, objeto de nossa pesquisa, isso porque ao aceitarmos a visão de que, por exemplo, uma produção ficcional como a de Aldous Huxley consistia em um conjunto de "romances satíricos de ideias"<sup>9</sup> que teria como finalidade última a crítica da sociedade na qual esses romances haviam sido escritos, estaríamos negando uma face outra de atuação da literatura, face essa que busca não só reagir a certas pressões históricas mas também atuar nela, transformando essa realidade representada pelo romance.<sup>10</sup>

Contudo, negar o aspecto crítico da distopia como a novidade trazida por esses romances não significa propriamente recusar a sua existência, mas apenas ressaltar que as relações entre a ficção - entendida aqui como *atos de fingir*<sup>11</sup> - e a dimensão histórica desses romances pode ter se dado de outras maneiras que até então não haviam sido experimentadas no cenário do romance europeu. Assim, ainda permanecem as perguntas iniciais, ou seja, como poderíamos falar de uma nova forma romanesca e quais seriam as novidades trazidas por esses romances distópicos para a tradição literária européia?

A segunda via, pela qual nosso trabalho pretende desenvolver-se, volta-se para a questão das múltiplas temporalidades que atravessam não só as obras distópicas de Aldous Huxley, mas também seus ensaios. Nesse ponto, não se trata propriamente da relação dos romances distópicos com a representação de uma sociedade futura, ou seja, da mera relação existente entre presente e futuro dentro do enredo desses romances. Essa não é uma característica apenas desse conjunto de obras. Desde a Utopia de Thomas More, passando pela Cidade do Sol de Campanella e chegando aos utopistas ingleses do Século XIX, como William Morris, a questão da relação entre as suas obras literárias e um certo futuro - ou um outro lugar paradisíaco - a ser representado por elas estava posta.<sup>12</sup>

Portanto, esse novo elemento não consiste exatamente na tematização, a partir da ficção, de um futuro distante dos homens. O que nos interessa como fator de destaque

na análise dessas obras é o estatuto assumido pelo ficcional nesse movimento de representação, ou seja, como esses *atos de fingir*<sup>13</sup> são mobilizados no interior desses enredos de uma maneira muito particular. Assim, a pergunta proposta inicialmente só pode ser respondida com outra questão: qual é a especificidade do estatuto ficcional dessas obras?

Em Auerbach, o romance do século XX é analisado a partir das obras *Viagem ao Farol (To The Lighthouse)* de Virginia Woolf, *Em busca do tempo perdido (À la recherche du temps perdu)* de Marcel Proust e também *Ulisses (Ulysses)* de James Joyce.<sup>14</sup> Para o filólogo alemão, o realismo desse período é marcado por uma crescente introspecção e subjetivação dos seus personagens, algo conhecido no âmbito da teoria literária como o “fluxo da consciência” (*Stream of Consciousness*).<sup>15</sup> A despeito do tom excessivamente hegeliano<sup>16</sup>, explicitado principalmente no epílogo quando Auerbach elege o “*realismo moderno*”, que já vinha sendo gestado nos séculos anteriores, como a mais rica forma de representação, ou seja, a mais capaz de dar conta da complexidade da existência humana, o *realismo* pensado por Erich Auerbach contribuirá diretamente para o desenvolvimento de nossos argumentos.<sup>17</sup>

Entretanto, é notório como a narrativa de *Brave New World* de Aldous Huxley, *We* de Zamyatin e *1984* escrito por Orwell se distanciam do que Auerbach entende como a marca principal desse realismo moderno. Como um leitor mais atento poderá verificar, não há em nenhum dos três romances um acentuado fluxo da consciência no qual os protagonistas perdem-se em seus próprios pensamentos e no qual o próprio narrador possui pouco domínio sobre os anseios de seus personagens.

Mas é justamente a abertura de possibilidades que essa definição sobre realismo nos oferece que torna Auerbach fundamental para se responder à nossa pergunta. A ideia de múltiplos realismos derivada da compreensão desse mesmo realismo menos como um estilo de época do que como o reconhecimento de um movimento de reescrita da realidade a partir da literatura nos dá subsídios suficientes para pensarmos de que maneira a ficção atua nos romances distópicos. Não se encaixar naquilo a que Auerbach chama como “*realismo moderno*” não significa dizer que esses romances não são realistas, ou seja, que não há uma certa representação da realidade neles contida. O que isso quer dizer é apenas que essa representação da realidade - e também o seu estatuto ficcional - são diferentes. Essa diferença abre o espaço para pensarmos em

outros realismos que ambicionam, a partir de suas próprias práticas narrativas, representar outros aspectos da realidade ocidental.

Para isso, o caminho de uma análise que reduza esse conjunto de romances a uma mera resposta às pressões históricas de um contexto de "crise da cultura" tem pouco a oferecer. A alternativa que se apresenta em contraposição à anterior seria investigar, a partir das próprias formulações de Aldous Huxley, Orwell e Zamyatin quais são as concepções que orientam sua visão acerca da ficção como mecanismo de encenação e do romance como forma de representação da vida.

Como trata-se de um espaço limitado, o argumento a ser desenvolvido será construído apenas a partir da construção ensaística de Aldous Huxley. A publicação do romance *Brave New World* (1932) marca o surgimento de uma preocupação com o futuro da condição humana nos romances do intelectual inglês. Essa questão já estava posta em diversos ensaios da década de 1920 e 1930. Entre os ensaios anteriores à publicação de *Brave New World* que tematizam essa preocupação com o futuro, destacam-se dois: "The future of the past" (1927) e "Whither are we civilizing?" (1928), ambos publicados pela revista *Vanity Fair*. Nesses trabalhos, Aldous Huxley expressa abertamente suas preocupações com as gerações futuras, argumentando que a "sociedade [no futuro] será organizada como uma hierarquia dos mentalmente aptos e a forma de governo será aristocrática no sentido literal da palavra – em outras palavras, os melhores governarão."<sup>18</sup> Essa visão poderia ser interpretada como uma antecipação da alegoria que seria apresentada posteriormente em 1932 no romance *Brave New World*, no qual as estratificações sociais se dão a partir de um sistema de castas hierarquicamente baseado nas potencialidades cognitivas dos homens.

Para estabelecermos essa interpretação, seria necessário partirmos do mesmo pressuposto do qual boa parte dos trabalhos até então produzidos sobre a obra de Aldous Huxley partilha, ou seja, a visão de que não só *Brave New World*, bem como *The Island* (1962) – seu outro romance distópico - seriam sátiras às antigas utopias do século XIX e sua crença irrefutável na força da ciência.<sup>19</sup> Entretanto, essa concepção aparentemente ignora o fato de que Aldous Huxley é ele mesmo um entusiasta das ciências – de acordo com alguns de seus biógrafos seu objetivo principal seria cursar biologia em Oxford, mas teria sido impossibilitado por causa de um grave problema em sua visão que o deixou parcialmente cego pelo resto de sua vida – e também de que o

autor inglês faz parte de uma família de eminentes biólogos britânicos, dentre os quais se encontram Thomas Henry Huxley, seu avô e um dos maiores defensores da teoria Darwinista na Inglaterra do século XIX e seu irmão, o também biólogo Julian Huxley que foi presidente da UNESCO.<sup>20</sup>

Esse entusiasmo com a ciência torna-se ainda mais plausível se analisarmos a contundente crença de Aldous Huxley na eugenia como um método de “aprimoramento do material humano”<sup>21</sup> e, além disso, na sua centralidade como condição para o “progresso contínuo”<sup>22</sup> dos homens. “No futuro [previsto pelo escritor inglês] a eugenia será praticada para melhorar a raça humana.”<sup>23</sup> Essa melhoria, amplamente defendida por Aldous Huxley em diversos momentos de sua trajetória intelectual, daria forma ao que o autor chama de um “Estado cientificamente ordenado” no qual os “indivíduos seriam educados de acordo com as suas aptidões e em função da ocupação que assumiriam no decorrer de suas vidas.”<sup>24</sup> Esse estado cientificamente ordenado, para Huxley, seria inconciliável com os valores democráticos. O que orientaria a construção de sua ordem social “seriam os ideais aristocráticos, nos quais os mais inteligentes comandariam.”<sup>25</sup>

Em outro ensaio anterior à publicação de *Brave New World*, escrito em março de 1926, Aldous Huxley avalia a fragilidade do sistema democrático no que se refere à manutenção e ao exercício do poder. As classes dominantes estariam cada vez mais “dando seu poder a quem antes não possuía nenhum.”<sup>26</sup> Sendo assim, a fraqueza da democracia consistiria na sua incapacidade de usar a força como meio de validação do poder, colocando em risco a “atual classe dominante da qual Aldous Huxley se enxerga como parte integrante”.<sup>27</sup> Por outro lado, Huxley celebra os líderes fascistas e bolcheviques pelo seu “completo uso do poder que possuem”, em suas palavras:

“Eles [fascistas e bolcheviques] governam, com uma sede de vingança. Nós, democratas e escrupulosos humanitários, olhamos para esse processo com alguma aflição. Em algum tempo, talvez, nós também poderemos nos sentir compelidos pela força das circunstâncias a seguir esse exemplo”.<sup>28</sup>

E por outro lado, teme que os resultados dessa abdicação do poder por parte dos seus iguais resulte em consequências desagradáveis para a classe hierarquicamente superior da qual tanto seus companheiros como ele mesmo fazem parte.<sup>29</sup>

O ponto central nesse conjunto de ensaios anteriores à publicação de *Brave New World* (1932) parece ser um desejo de antecipar o futuro. Seja quando se fala sobre a

ciência, sobre o progresso humano ou a ordem social, a utilização do verbo "*to be*" está quase sempre empregada em sua conjugação "*will*", referente ao futuro. Esse parece ser um dos pontos fundamentais desse conjunto de ensaios, aliado a uma massiva utilização de construções verbais como "*In the future*" ou "*In time*" que passam igualmente a ideia de uma argumentação que se desenvolve sempre a partir daquilo que pode vir a ser. Nesse ponto, mais interessante do que nos concentrarmos no conteúdo desses ensaios, talvez seja fazer uma análise de suas práticas discursivas. Obviamente, não pretendemos ignorar a centralidade das questões desenvolvidas por Huxley nesses ensaios, até porque muito do que é aqui tematizado aparece metaforizado em *Brave New World*.

Esses ensaios parecem conter traços de uma estética futurista, voltada à reflexão sobre como será a vida dos homens e mulheres das gerações posteriores. Essa estética é profundamente marcada por um desejo de, ao propor algo sobre o futuro, ser compreendida não só como a melhor proposta, mas aquela que é cientificamente verdadeira. No conjunto de ensaios por nós analisados até aqui, percebemos como a noção de ciência é recorrentemente utilizada por Aldous Huxley para a validação dos seus argumentos. Não se trata de profetizar o futuro a partir de um conjunto de intuições pessoais, mas ser capaz de validar retoricamente, a partir do poder concedido pelas mais diversas teorias científicas, suas propostas. De ser capaz de construir uma *estética do prognóstico* que possa legitimar a ruína, mesmo que ela nunca chegue, e as linhas que separam o ficção e referência jamais se cruzem completamente. O imaginário ativado por esse processo ficcional de erradicação do indivíduo se perpetua justamente na medida em que não encontra seu momento derradeiro no mundo da experiência. Essa é a realização da ficção distópica e talvez seja a principal razão pela qual ela permanece lida e recepcionada como tal até os nossos dias. Essa *estética do prognóstico* é, finalmente, o resultado de uma delicada equação que envolve uma dinâmica na qual constantemente *ficção* e *referência* aproximam-se e afastam-se criando no leitor a confusão necessária para a perpetuação de um imaginário no qual essas obras podem ser, de fato, *prognósticos* perenes da vida humana no futuro.

---

<sup>1</sup> A esse respeito, ver: LACAPRA, Dominick. *History, Literature and Critical Theory*. Ithaca and London: Cornell University Press, 2013. \_\_\_\_\_ . *History, politics and the novel*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1987. \_\_\_\_\_ . *Madame Bovary on trial*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1982.

<sup>2</sup> Dentre os muitos exemplos dos mais diversos campos dos estudos que poderíamos oferecer ao leitor, ver especialmente: CALDER, Jenni. *Huxley and Orwell: Brave New World and Nineteen Eighty-Four*. London, Edward Arnold, 1976, PAVLOSKI, Evanir. *Admirável Mundo Novo e a Ilha: entre o idílio e o*

*pesadelo utópico*. 362f Tese (Doutorado em Letras), Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná. 2012, GRUSHOW, Ira. *Brave New World and The Tempest*. In: College English, Vol. 24, No. 1 (Oct, 1962), pp- 42-45. Disponível em: [www.jstor.org/stable/373846](http://www.jstor.org/stable/373846) e também WILLIAMS, Raymond. *Utopia e ficção científica*. In: Cultura e sociedade: de Coleridge a Orwell. São Paulo: Editora Vozes, 2011. Nessas obras, as distopias literárias são estudadas a partir de um amplo espectro de questões que vão desde a filosofia, passando pela crítica literária e finalmente chegando à própria História Literária.

<sup>3</sup> Cf. CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das letras, 1990. e também MURAKAMI, Haruki. *1Q84*. London: Vintage Books, 2012.

<sup>4</sup> Para um exemplo de como esse pensamento desenvolve-se, ver: MECKIER, Jerome. *Aldous Huxley: Modern Satirical Novelist of Ideas*. Edited by Peter E. Firchow and Bernfried Nugel. Berlin, LIT VERLAG, 2006.

<sup>5</sup> Cf. FIRCHOW, Peter E. *Reluctant Modernists: Aldous Huxley and Some Contemporaries*. Edited by Evelyn S. Firchow and Bernfried Nugel. Berlin, LIT VERLAG, 2002.

<sup>6</sup> Cf. BERLIN, Isaiah. *Limites da utopia: capítulos da história das ideias*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991. p. 48.

<sup>7</sup> Cf. *Ibid.* p. 48-49.

<sup>8</sup> Ver, por exemplo: KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro, EDUERJ: contraponto, 1999, no qual o autor, a partir do declínio das propostas utópicas contidas em diversas filosofias da história, procura interpretar e compreender um processo de crise da modernidade. Outro exemplo encontra-se em: HABERMAS, Jürgen. *A crise do estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas*. In: Diagnósticos do tempo, seis ensaios. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2005. p. 14, na qual o autor afirma que "esse esgotamento [das energias utópicas] pode configurar uma mudança no espírito do tempo em geral. Talvez o amálgama que unia o pensamento utópico e histórico se dissolva novamente; talvez a estrutura do espírito do tempo e o estado de agregação política se transformem."

<sup>9</sup> Para um exemplo sobre como o autor desenvolve o conceito de "romance satírico", ver: MECKIER, Jerome. *The case for the modern satirical novel: Huxley, Waugh and Powell*. In: Aldous Huxley: Modern Satirical Novelist of Ideas. Edited by Peter E. Firchow and Bernfried Nugel. Berlin, LIT VERLAG, 2006.

<sup>10</sup> Ver nota 4.

<sup>11</sup> Para isso e tudo o que se segue, Cf. ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário*. Trad. Johannes Kretschmer. Rio de Janeiro: EdUERJ.

<sup>12</sup> Por exemplo, no caso da Utopia de More, Carlo Ginzburg afirma que "na ficção jocosa encenada por More e seus amigos, podemos distinguir dois gestos contraditórios: de um lado, semear os próprios escritos de detalhes concretos, voltados a comprovar a veracidade dos mesmos; de outro, dar a entender, por vários expedientes, que se tratava de narrativas completamente inventadas." A partir disso, percebemos como o gênero utópico se estabelece entre uma espécie de narrativa fantástica e um desejo de narrar o real. Cf. GINZBURG, Carlo. *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa*. São Paulo: Companhia das letras, 2004. p. 25. Numa outra perspectiva, preocupada em analisar a temporalização do conceito de utopia entre os séculos XVI-XIX, ver: KOSELLECK, Reinhart. *Historias de conceptos. Estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social*. Madrid: Editorial Trotta, 2012.

<sup>13</sup> Cf. ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário*. Trad. Johannes Kretschmer. Rio de Janeiro: EdUERJ. p. 15. p. 24-25.

<sup>14</sup> WOOLF, Virginia. *Passeio ao farol*. Trad. Luiza Lobo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, PROUST, M. *Em busca do tempo perdido: no caminho de Swann*. Tradução de Mário Quintana. São Paulo: Globo, 2006. v. 1 e JOYCE, James. *Ulisses*. Trad. António Houaiss. 2. ed. 1983. Difel – Difusão Editorial por Civilização brasileira S. A. e António Houaiss (versão digital).

<sup>15</sup> Para um maior aprofundamento sobre como esse estilo narrativo se consolida nos romances da primeira metade do século XX, Cf. AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo, Perspectiva, 2011. Especialmente o último capítulo sobre o livro "To the lighthouse" da escritora Virginia Woolf, no qual o autor percebe uma mudança significativa na forma como o "fluxo da consciência" é apresentado aos leitores, não mais sendo o movimento objetivo realizado pelo escritor que anteriormente possuía um conhecimento total sobre a realidade de seus personagens, mas pelo contrário, como um meio pelo qual o autor questiona, duvida e interroga os seus personagens, como se a verdade acerca deles fosse desconhecida para o próprio autor.

<sup>16</sup> Acerca da existência de uma concepção teleológica em Auerbach, ver especificamente: LIMA, Luiz Costa. *Entre realismo y figuración: el realismo decentrado de Auerbach*. In: revista Histoya y grafía, nº



32, 2009, pp. 109-129 no qual o autor aborda como "a herança hegeliana se instala na interpretação de Auerbach sobre a literatura ocidental mesmo contra a sua vontade." (tradução nossa) p. 121.

<sup>17</sup> Cf. AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo, Perspectiva, 2011. p. 500.

<sup>18</sup> No original em inglês, encontra-se: "Society will be organized as a hierarchy of mental quality and the form of government will be aristocratic in the literal sense of the world – that is to say, the best will rule." (tradução nossa) Cf. HUXLEY, Aldous L. *The future of the past*. In: Aldous Huxley complete essays, Volume II, 1926-1929. Edited with commentary by Robert S. Baker and James Sexton. Chicago, Ivan R. Dee, 2000. p. 93.

<sup>19</sup> A visão consolidada sobre a obra distópica de Aldous Huxley tem essa hipótese como central para os desdobramentos de suas pesquisas. Mais a frente apresentaremos os limites dessa visão que ignora outros aspectos da obra do escritor inglês, como esses ensaios com os quais estamos lidando na formulação do nosso objeto. Um dos exemplos mais significativos dessa linha interpretativa é o filósofo alemão Isaiah Berlin. O autor relaciona diretamente o surgimento das antiutopias (ou distopias) à derrocada de um certo tipo de filosofia perene que "com suas verdades objetivas e inalteráveis fundamentadas na percepção de uma ordem eterna por trás do caos das aparências, foi lançada na defensiva com os ataques de relativistas, pluralistas, irracionais, pragmatistas, subjetivistas, e certos empiricistas. Com o declínio dessa filosofia, o conceito de sociedade perfeita, que deriva dessa grande visão unitária, perde seu poder de persuasão." Dessa perda de força, surgiria o "protesto – e as antiutopias – de Aldous Huxley, Orwell e Zamyatin" nas quais "o próprio fluxo da vida humana é brutalmente reduzido à uniformidade." Ver: BERLIN, Isaiah. *Limites da utopia: capítulos da história das ideias*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991. p. 48.

<sup>20</sup> Cf. BEDFORD, Sybille. *Aldous Huxley: a biography*. Knopf : distributed by Random House, 1974.

<sup>21</sup> Essa expressão aparece em uma coletânea de ensaios intitulada *A situação Humana*, publicada em 1959. Nesse ponto percebemos como a ideia de Eugenia atravessa a obra de Aldous Huxley e, mesmo com o advento da Segunda Guerra Mundial e do massacre dos povos judeus, sua crença na eugenia permanece inabalada. De acordo com o autor, a partir da utilização de "processos eugênicos, podemos prever com considerável confiança *uma melhora notável do ser humano*." (Grifo nosso) Cf. HUXLEY, Aldous L. *A Situação Humana*. In: *O futuro do mundo*. São Paulo, Ed. Globo, 1992. p. 114.

<sup>22</sup> Essa coletânea de ensaios foi publicada originalmente na década de 1930, o que nos mostra como a valorização da ideia de eugenia está presente no pensamento de Aldous Huxley também no período anterior à publicação de *Brave New World* (1932) Cf. HUXLEY, Aldous L. *Music At Night*. London. Chatto & Windus, 1957. p. 130.

<sup>23</sup> No original em inglês, encontra-se: "in the future that we envisage, eugenics will be practiced in order to improve the human breed." (tradução nossa) Cf. \_\_\_\_\_. *The future of the past*. In: Aldous Huxley complete essays, Volume II, 1926-1929. Edited with commentary by Robert S. Baker and James Sexton. Chicago, Ivan R. Dee, 2000. p. 93.

<sup>24</sup> Esse ensaio foi publicado pela primeira vez na revista *Vanity Fair*, em dezembro de 1926. No original em inglês, encontra-se: "in scientifically ordered state children would, no doubt, be educated in different ways, according to the inherent mental capacities and the functions which they would be called upon to fulfill later in life. » (tradução nossa) Cf. \_\_\_\_\_. *How man should be educated*. In: Aldous Huxley complete essays, Volume II, 1926-1929. Edited with commentary by Robert S. Baker and James Sexton. Chicago, Ivan R. Dee, 2000. p. 75.

<sup>25</sup> No original em inglês encontra-se: "no scientifically ordered state, it is obvious, could be democratic; it would be aristocratic: the most intelligent would be the rulers." (tradução nossa) Cf. Idem.

<sup>26</sup> No original em inglês, encontra-se: "for the past hundred years, the power holding classes have been chiefly occupied in giving away their power to those who previously had none". Cf. \_\_\_\_\_. *The Vanishing of Power*. In: Aldous Huxley complete essays, Volume II, 1926-1929. Edited with commentary by Robert S. Baker and James Sexton. Chicago, Ivan R. Dee, 2000. p. 64.

<sup>27</sup> Cf. Idem.

<sup>28</sup> No original em inglês, encontra-se: "Possessing no power myself, and having no ambition to possess any, I yet live among the power holders and feel my fate bound up with theirs [...] using to the full all the power they [fascists] possess in order to gain their ends. [...] They rule, with a vengeance. We democrats and scrupulous humanitarians look on the process with some distress. In time, it maybe, we too shall find ourselves compelled by the force of circumstances to follow their example . (Tradução nossa) Cf. Ibid. p. 65.

<sup>29</sup> No original em inglês, encontra-se: "my reason warns me that the results of their abdication may be extremely disagreeable, both to them and to me." (tradução nossa) Cf. Idem.

## **MEDO DO TEMPO E TEMPO DO MEDO:**

*Ou como a fobia (re)inventou a Censura de Diversões Públicas na Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964 - 1985).*

Rafael de Farias Vieira \*

**Resumo:** *Este trabalho objetiva pensar como, a partir da percepção de que o mundo passava por uma nova dinâmica temporal, a Ditadura Civil-Militar Brasileira reconstrói a Censura de Diversões Públicas. Esse "novo tempo" seria marcado por um duplo caráter: a dualidade doutrinária e a dimensão global dos conflitos. Dessa forma, tentaremos estabelecer uma relação entre a aparição de um "novo tempo" e as transformações que a Ditadura impingiu à Censura de Diversões Públicas, tendo como foco a preocupação com a "Família" e a preservação da "Juventude".*

**Palavras-chave:** *Censura, Ditadura Civil-Militar, temporalidade.*

**Abstract:** *This paper aims to think how, from the perception that the world was going through a new temporal dynamics, the Brazilian Civil-Military Dictatorship reconstructed the "Censura de Diversões Públicas". This "new era" was marked by two attributes: the doctrinal duality and the global dimension of conflicts. Thus, we will try to establish a relationship between the appearance of a "new era" and the changes that the Dictatorship provoked over the Censorship after 1964, focusing on the concern with "family" and the preservation of "Youth".*

**Key-words:** *Censorship, Brazilian Civil-Military Dictatorship, temporality.*

A censura não se constitui em uma invenção dos regimes autoritários. Muitos períodos considerados democráticos foram também momentos de censura oficial. No Brasil, o Estado dificilmente abriu mão do controle da produção cultural, tendo a censura oficial hesitado entre uma prática intelectual e uma atividade policial. No período republicano, contudo, o caráter policial da prática censória oficial ganha força, tendo em vista coibir uma suposta liberdade perniciosa. A partir do final da década de 1940, com o fim da ditadura varguista e a tentativa de se viver um Estado democrático, essa questão se torna um importante elemento na definição de que democracia deveria pautar a experiência política da Nação. Para muitos grupos conservadores, a democracia deveria ser pautada na liberdade com responsabilidade, ou seja, o direito de liberdade de expressão deveria ser limitado pela defesa de uma série de valores morais e cívicos.

O Serviço de Censura e Diversões Públicas foi criado em 1946, ligado a Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), com o objetivo de policiar as diversões públicas<sup>1</sup> para que não incorressem em "abusos da liberdade de expressão", ou seja, ferisse os preceitos morais e cívicos defendidos pelo Estado. Em linhas gerais esses preceitos poderiam ser agrupados em torno de dois eixos: a manutenção da ordem e das hierarquias sociais e a preservação da imagem pública do Estado e de seus agentes<sup>2</sup>.

---

\* Mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr. Meize Regina de Lucena Lucas. Contato: vieirarafaelfarias@gmail.com.

A ação desse Serviço não era claramente definida no período que vai de 1946 a 1964. Independente da legislação, que se associava a tentativa de formar um corpo de polícia federal com jurisprudência em todo o território nacional<sup>3</sup>, muitos eram os interessados em controlar, guiar e exercer um poder de censura no período. Houve forte pressão por parte das elites locais para tornar a censura de diversões públicas um poder que deveria ser exercido pelos governos estaduais. Uma das motivações para esse interesse de se transferir o poder de censura para os governos estaduais era apropriação de receitas por parte desses governos, já que a SCDP cobrava algumas taxas e multas sobre os espetáculos, em especial, exposições cinematográficas<sup>4</sup>. Além disso, censurar implicava não somente poder exercer um controle sobre a produção e exibição de espetáculos, o que em si já é uma influência política considerável, mas também permitia tentar impor uma política moral. A argumentação mais comum nas reivindicações de uma censura específica para cada unidade da federação era que o Brasil era um país muito grande, com muitas diferenças regionais, e que uma censura federal não iria levar em conta essa pluralidade, ou sendo rígida demais em certas localidades ou sendo liberal demais em outras. Muitas lideranças políticas tomaram essa disputa para si, utilizando essa argumentação no sentido de se promoverem como guardiões dos valores tradicionais locais.

A partir do governo de Jânio Quadros<sup>5</sup> há tanto a tentativa de se organizar a Censura Federal como se propõe oficializar a tentativa de se introduzir uma descentralização da SCDP, ganhando as representações estaduais mais autonomia. Essa descentralização de certa forma já ocorria devido a desorganização da SCDP, e gerou muitas confusões e polêmicas com os empresários que agiam em âmbito nacional, destacadamente os ligados ao cinema, pois o mercado se tornava muito instável, na medida em que um filme poderia ser proibido em um estado, classificado para uma faixa etária em outro e liberado sem restrições em outro. O argumento mais comum, que possuía força em um momento de nacional-desenvolvimentismo, era que essas barreiras geravam dificuldades financeiras para um já debilitado cinema nacional, que não podia enfrentar a concorrência estrangeira. A partir da década de 1960 esse argumento soma-se a outro: que os filmes nacionais eram obrigados a serem mais “apelativos” com relação à sexualidade e à violência não somente por representar as mudanças sociais do período, mas também para poder arrostar a concorrência estrangeira.

Com o Golpe de 1964 e a instalação do Estado de Segurança Nacional, o grupo de poder do regime consegue impor uma organização à Censura Federal. Isso se concretizou de duas maneiras. A primeira por meio da garantia da centralização da Censura, colocando na Constituição de 1967 a prerrogativa da União na aplicação da Censura as diversões públicas.

A segunda por meio do aparelhamento do órgão censor, sendo este transferido para Brasília, junto com a DFSP; nesse período é introduzida uma urgência de qualificação dos censores e experimenta-se transformar o processo de censura em uma atividade moderna, ligada aos padrões de eficiência burocrática<sup>6</sup>.

Contudo, para se entender a reorganização da Censura, é preciso ir além da centralização e da modernização burocrática. É preciso entender como se justifica o direito de censura<sup>7</sup> no período da Ditadura Civil-Militar, dessa forma compreendendo porque foi necessária uma censura organizada, ampla e centralizada nesse momento.

O regime militar foi fundado em uma política do medo. Foi vital para a Ditadura a ideia que a Nação passava por um período marcado pelo perigo e pela degradação de suas bases espirituais e materiais. O próprio Golpe se justificou como um ato de preservação da Nação contra o “perigo vermelho”. O medo é o elemento fundamental que levou a ação na narrativa que veio a se nomear de "Revolução de 1964": neste mito da origem, os militares, bastião da "moralidade" e dos "valores nacionais", derrubaram o governo Goulart, que estava permitindo a "invasão comunista" por meio da corrupção e do ataque aos princípios e hierarquias "basilares" da "brasilidade". O medo, dentro dessa narrativa, é o elemento legitimador: justifica a ação golpista como reação, proteção, manutenção. Como "defensores da ordem e do progresso", se legitima a "guerra justa" contra o "invasor": o inimigo comunista.

A imagem do "inimigo comunista" não foi uma invenção da Ditadura. A experiência política que muitos grupos conservadores tinham com o comunismo – o imaginário<sup>8</sup> que se criou em torno dos "vermelhos" – tem como um dos eixos mais fortes a compreensão dos comunistas como o fim da linha de um dos "males" da sociedade contemporânea: o materialismo. Essa imagem vai ao encontro de uma visão conservadora, no Brasil, muitas vezes, ligada à Igreja Católica e a uma "moral cristã", que viam na modernidade o perigo onipresente do abandono dos valores espirituais da cristandade.

O que é o "direito de censura"? Apesar de ser uma definição jurídica, pensarei esse "direito" em uma perspectiva mais ampla. Para entendê-lo, é preciso ter uma visão mais clara do que era o Estado, a sociedade e a nação para o regime pós-64. Apesar da convicção de que a censura era uma necessidade para a democracia (ou, pelo menos, de um tipo de democracia) não ter sido uma ideia apenas da Ditadura, foi o regime estabelecido após 1964 que tentou articular claramente o direito do Estado de censurar com uma "proteção" da sociedade e dos "valores" da nação.

A ação censória, para a Ditadura, se legitimava a partir dos receios causados pela Revolução Tecnológica. Os avanços tecnológicos, em especial, na área da comunicação, trouxeram uma série de vantagens aos homens e mulheres do mundo. No caso do Brasil, a grande promessa que a tecnologia traria, na visão do regime, era a tão prometida integração nacional, que seria a consolidação da:

[...] inteireza da comunidade nacional (língua, ascensão moral, miscigenação e supressão dos desníveis sociais e regionais), mediante incentivos do espírito de civismo e de solidariedade entre seus membros, sem preconceitos de qualquer natureza, com sua participação consciente e ativa no esforço comum para preservar os valores que caracterizam a personalidade brasileira, tradicionalmente cristã.<sup>9</sup>

Um dos instrumentos para isso era o Sistema Brasileiro de Telecomunicações<sup>10</sup>, que tornou-se a grande esperança de fundar o Brasil integrado pelas microondas e pelos satélites. O incremento no número de estações de rádio e emissoras de televisão e a transmissão a nível nacional de imagens e sons, poderiam fazer, segundo os objetivos do grupo de poder da Ditadura, a nação se ver como una, se imaginar como o Brasil.

Todavia, a tecnologia poderia trazer problemas, pois maximizara a potência humana até o descontrole. As duas guerras mundiais e, na última metade do século XX, a ameaça apocalíptica da bomba nuclear eram os elementos mais vistosos nessa experiência aterrorizante dos limites da tecnologia. Isso veio ter profundas consequências na concepção de Estado e de guerra para a Ditadura. O poder, no "Século da Comunicação", transbordaria, para o regime, as fronteiras do Estado de direito clássico definido no século XIX, ganhando uma potência descontrolada:

A Revolução Industrial já havia provocado o redimensionamento do Estado Moderno para corrigir as distorções do liberalismo; mas aquelas alterações em nada se comparam, nem em grau nem em qualidade, com as que a Revolução Científica e Tecnológica de nosso século introduziu compulsoriamente para gerar o Estado Contemporâneo.

Neste processo, o poder se tornou um dado cultural. O poder de um homem, de um grupo e de um Estado assumiu escala tão extraordinária que passou a ameaçar o próprio Estado e, quiçá, a sobrevivência da Civilização<sup>11</sup>.

Para controlar esse poder seria necessário reatar os compromissos com os valores basilares da "Civilização" e, mais precisamente, da "Nação". O Estado Moderno deveria ser transformado de "Estado de legalidade" em "Estado de eficiência" (Manual Básico da ESG, 1976, p. 15). Este Estado poderia ser definido nos mesmos termos da guerra contemporânea: total<sup>12</sup>.

O Estado total não poderia ater sua ação apenas a ordem social, mas deveria estimular, produzir, introjetar e defender uma série de valores no "corpo social": os valores "nacionais". Sua ação não deveria ser somente repressora e conservadora, mas deveria majorar as forças, as aptidões e a vida da Nação:

As guerras [...] travam-se em nome da existência de todos; populações inteiras são levadas à destruição mútua em nome da necessidade de viver. Massacres se tornaram vitais. Foi como gestores da vida e da sobrevivência dos corpos e da raça que tantos regimes puderam travar tantas guerras, causando a morte de tantos homens. [...] O princípio: poder matar para poder viver, que sustentava a tática dos combates, tornou-se princípio de estratégia entre Estados; [...] <sup>13</sup>.

Além dos corpos e da raça, no nosso caso a "vida e a sobrevivência" seria também a da Nação: "A Nação é a realidade viva e estuante que se vale do Estado como instrumento institucional para alcançar seus objetivos." <sup>14</sup> E aqui entraria a censura. Sua função não seria só invisibilizar os erros e os "segredos de Estado" do regime, mas estimular e produzir valores, intensificar sentimentos, majorar disposições em torno dos "objetivos" da Nação.

No presente século - o chamado Século da Comunicação - com plethora e pujança dos veículos de divulgação e com as modernas técnicas de comunicação de massa, o apoio moral e espiritual do povo, por imprescindível, passou a merecer especial importância. Na guerra tornou-se imperativo um permanente e integral espírito de solidariedade entre combatentes e a população, isto é, uma autêntica unidade de propósitos de âmbito nacional <sup>15</sup>.

E qual a "grande guerra" que as "democracias ocidentais" (Brasil ditatorial incluso) estavam travando? Retorno, portanto, à guerra contra o "inimigo comunista". Pois a censura era uma arma contra o comunismo e, mais propriamente, contra o que se pode chamar, mais precisamente, de materialismo. Para arrostar esses perigos, o Estado, com o Golpe, veio a se tornar o Estado de Segurança Nacional. Estruturado em uma Doutrina de Segurança Nacional (DSN) <sup>16</sup>, esse Estado veio separar a nação em áreas de interesses com objetivos ditos "nacionais". Para alcançá-los, criaram-se as Estratégias Nacionais, que iriam orientar as políticas de Estado da Ditadura nas diversas expressões do poder "nacional": política, econômica, militar e psicossocial. A censura pode ser enquadrada na chamada estratégia psicossocial, que era a estratégia voltada para majorar e predispor os ânimos da população em torno de um sentimento de coesão e união que permitiria o Estado enfrentar o "inimigo" <sup>17</sup>. A centralização, a ampliação e a qualificação da ação censória com a modernização burocrática da Censura Federal deve ser compreendida dentro desse processo de tentativa de instalação do Estado de Segurança Nacional, sendo a função da Censura bloquear a ação do "inimigo interno" em sua tentativa de desgastar, corromper e eliminar os valores "espirituais" e "permanentes" da Nação. Quem era esse "inimigo interno"? Ao lado do imaginário comunista, os vários grupos que apoiaram o Golpe tinham em comum o entendimento de que a sociedade contemporânea estava passando por uma série de mudanças nos costumes e nos comportamentos que ameaçavam não somente a ordem estabelecida, mas a própria existência da vida social. Para se entender isso é preciso voltar ao medo.

O medo do que a tecnologia poderia trazer a humanidade não é um receio exclusivo da Ditadura. Muitos grupos conservadores nos países ocidentais vão cultivar e compartilhar esse

medo na última metade do século XX. Esse medo ganhava ares apocalípticos não somente com relação a ameaça já citada da bomba atômica, mas também com o pavor que as imbricações homem e máquina causavam. Além das potencialidades destrutivas das novas armas, da poluição desenfreada e das novas doenças (criadas pela humanidade ou intensificadas pelo uso irresponsável e abusivo de antibióticos), a tecnologia, ao penetrar as vidas humanas em seus mais básicos movimentos, parecia roubar, para esses grupos conservadores assustados, a potência humana, tornando os seres humanos dependentes dos objetos que deveriam servi-los. O medo da escravização da humanidade pelas máquinas se torna um imperativo pedagógico:

A “doença do século”, a morte interior, se traduz na produção de “máquinas que funcionam como seres humanos e homens que funcionam como máquinas” (Erich Fromm). O problema crucial é educar gerações capazes de arrostar a cibernização, homens utilizadores da ciência e da técnica, sem serem robotizados pela própria potência<sup>18</sup>.

Era, portanto, uma necessidade formar novas gerações que "arrostem" esse tempo sem controle, esse fluxo sem balizas, esse correr desabaladamente para futuro nenhum, garantindo o progresso, o futuro, por meio de uma mudança controlada, balizada por valores permanentes e onipresentes.

Já no início do século XX a Igreja se preocupava com os "maus usos" dos meios de comunicação, lançando, por exemplo, em 1936, a Encíclica *Vigilanti cura*, com objetivo de prescrever os usos cristãos do cinema, e, em 1957, a *Miranda prorsus*, com o objetivo de prescrever não somente os usos do cinema como também do rádio e da televisão. A preocupação que essas encíclicas discutem é bem clara: os meios de comunicação deveriam ser utilizados para levar a mensagem cristã da Salvação e para propagar os valores universais da Cristandade e da espiritualidade. Não se deveria subordinar a difusão aos imperativos da propaganda e da manutenção de correntes políticas (especialmente daquelas que se distanciam dos preceitos cristãos), nem se deveria utilizar as tecnologias de comunicação tendo em vista os interesses materiais, como o lucro, pois isso poderia permitir a exibição e a difusão de valores materialistas, hedonistas e egoístas, como, na época, a Igreja percebia. O balizamento da ação cotidiana pelos valores cristãos permitiria às autoridades, aos empresários, aos grupos profissionais, às famílias e aos jovens a utilização espiritualizada dos meios de difusão, possibilitando não só o uso proveitoso, mas também controlado e vigiado do cinema, da televisão e do rádio. Em última instância, seria afastada a ameaça suprema do materialismo e do mundanismo: a desumanização do Homem, a sua transformação em objetos, máquinas.

Como no progresso das técnicas industriais do século passado, não souberam evitar sempre a escravização do homem à máquina, que era destinada a servi-lo, e gerações inteiras ainda nos nossos dias estão a pagar bem à sua custa êsses erros do passado;

assim também hoje, se o progresso das técnicas de difusão se subtrair ao "jogo suave" (Mt 11,30) da lei de Cristo, corre o risco de ser causa de infinitos males, e tanto mais graves quanto não se trata já de escravizar forças materiais mas forças espirituais, tirando "aos descobrimentos do homem as altas vantagens que eram o seu fim providencial" (PIO XII, 1966, p. 7).

Escravização da humanidade pela máquina; desumanização pelo abandono dos valores espirituais e universais; o avanço do hedonismo, do egoísmo, do ateísmo, do mundanismo em geral: é isso que pode ser chamado de materialismo. Apesar dessa discussão não ser um monopólio da Igreja Católica, a Ditadura teve fortes vínculos com a interpretação católica do materialismo. O projeto de nação proposto pelo regime fez do materialismo seu inimigo geral e do comunista seu inimigo imediato<sup>19</sup>.

O que isso quer dizer? Sobretudo, que o "comunista" podia ser qualquer um, ou, melhor dizendo, que não importava se um determinado grupo ou indivíduo era mesmo filiado a partidos comunistas. O "inimigo interno" é aquele cuja a ação punha em risco os valores permanentes da nação. Se sua ação atacasse a Família tradicional, a "vocação pacífica do povo brasileiro", em especial a democracia racial, a ordem social e os valores cristãos, esse grupo ou indivíduo, materialistas, estariam agindo, consciente ou não, a favor do Movimento Comunista Internacional, ou MCI, no jargão das comunidades de informação.

Dessa forma, muitos dos novos movimentos sociais surgidos e/ou reorganizados nas décadas de 1960 e 1970 foram enquadrados como "comunistas" pelos órgãos de informação por contestarem certos costumes e ordenações sociais vistas pela Ditadura como "valores permanentes". Os movimentos feministas e de identidade negra, por exemplo, por atacarem, respectivamente, a Família tradicional, calcada nos "papeis" de submissão femininos, e o mito apropriado pela Ditadura da "democracia racial", foram atentamente observados pelos "guardiões" das comunidades de informações.

Além disso, fazia parte do protocolo dos interrogatórios e da criação de informações o interesse pela vida sexual e privada dos suspeitos<sup>20</sup>. Uso de pílulas anticoncepcionais, sexualidades "transviantes", brigas entre membros da família, abortos, desquites ou separações de cônjuges, tudo isso consistiam em "indícios" da predisposição dos indivíduos observados para com os valores "democráticos".

A juventude surge também como um forte grupo de pressão, em especial na década de 1960. Protagonizando a resistência política à Ditadura, assim como as transformações comportamentais da época, a juventude universitária de classe média tornou-se um importante desafio para o regime. A forte repressão que esse grupo vai sofrer não impediu as profundas transformações comportamentais desse período, em especial com relação ao namoro, sexualidade e ao casamento. A contracultura vai glorificar o hedonismo e a auto-satisfação



como forma de experimentar novas formas de subjetividade<sup>21</sup>, se tornando um alvo do regime, que verá isso como avanço do materialismo. Tentar domar a juventude foi uma preocupação da Ditadura, pois se tornou a garantia da vitória futura dos valores permanentes. Conquistar os corações dos futuros brasileiros, em especial os futuros líderes, no caso da Universidade, era uma forma da Ditadura poder visualizar uma amanhã, um futuro longe do avanço descontrolado do materialismo<sup>22</sup>. Vencer o seu tempo e suas angústias foi uma aspiração da Doutrina de Segurança Nacional.

A Censura Federal tinha como objetivo impedir construção e a divulgação das imagens que contradissem o futuro almejado pela Ditadura. sendo uma arma na luta ideológica que cindia, no entender do regime, o novo tempo inaugurado pela Guerra Fria. Seu papel nessa guerra era impor e defender os valores propostos pela "Revolução" de 1964. A análise dos pareceres da censura, das comunicações entre os órgãos de informação e alguns textos oficiais do regime permite pensar três grandes áreas de afirmação dos valores da identidade nacional: a formação de uma nova elite dirigente, que restabeleceria a confiança da população na ordem vigente; a instituição de uma "paz social, que implicava na afirmação da "índole pacífica do povo brasileiro", que rejeitaria os conflitos de "raça", de classe e de gênero como "importação" de problemas não existentes no Brasil; a afirmação da Família tradicional cristã como a base da sociedade e dos valores espiritualistas.

A Família foi encarada pelos ideólogos do regime como a base da sociedade, sua célula fundamental, pois a partir dela não somente se geraria e manteria as futuras gerações como também se reproduziriam os princípios éticos e morais de uma sociedade.

Das funções atribuídas à família admite-se, geralmente, como constantes, as seguintes:

- Procriativa, que garante a perpetuação do grupo.
- Educativa, que de modo especial proporciona à prole os instrumentos necessários para a participação na vida social.
- Econômica, pela qual a família procura prover os meios de subsistência, de conforto e de apoio para a realização pessoal de seus membros.
- Emocional, que se baseia no aprofundamento dos vínculos de amor e no desenvolvimento das sensibilidades como condições fundamentais para o equilíbrio emocional das pessoas<sup>23</sup>.

A família nas sociedades entendidas pelo pensamento do regime como "democráticas", em oposição aos regimes comunistas, teriam como base a Família tradicional cristã. Um dos dilemas que o novo tempo impõe era exatamente o afastamento da vida política, social e econômica das princípios da vida familiar<sup>24</sup>.

Portanto, a preservação da Família tradicional cristã implicava não só a conservação desta instituição e dos valores cristãos, mas a sua propagação e aceitação em todo corpo social. A educação da juventude, portanto, se relacionava diretamente com a defesa da

Família, não somente por ser a família um dos responsáveis pela educação dos filhos, mas também por serem os valores propostos com a Família tradicional que deveriam orientar os esforços pedagógicos em todos os níveis e áreas.

Qual os valores dessa Família? Como já foi colocado, uma das principais funções da família conjugal, para a Ditadura, era a procriação. Essa função "natural" prescrevia os limites da utilização do corpo, sempre (re)produtiva. A Censura Federal vai vigiar esses limites dos usos e das representações do corpo, colocando-se em defesa dos usos prescritos pela Família tradicional, ou seja, a perpetuação do grupo e dos valores espiritualistas. Dessa forma o amor livre, o adultério, o incesto, as "anomalias" e "aberrações" sexuais era vigiadas e proibidas, pois seriam deturpações da "lei natural". Essas formas de prazer e de desejo subversivas colocariam as relações sexuais que teriam como fim a procriação de lado, em nome do prazer pessoal - do "hedonismo", da "lascívia", do uso "materialista" do corpo. Esses usos, por se afastarem dos valores espirituais e se encarnarem na matéria, afastaria as pessoas dos princípios "transcendentes" e "elevados" da Civilização, levando a razão e a alma a se subjugarem aos desejos e baixezas da matéria, contestando a ordem e a paz social. A sexualidade irrestrita proposta pelo "materialismo" levaria ao caos social e a degeneração humana, conduziria o Homem a sua condição animal e irracional.

Dessa forma, a Censura se constituía em uma arma para enfrentar esse novo tempo. Compreender a ação dos censores e as novas leis e códigos que embasaram a ação desses homens e mulheres após 1964 implica entender o medo que motivou o ato censor. Esse artigo se propôs levantar alguns elementos que pudessem entender esse terror e essa vigilância.

---

<sup>1</sup>As diversões públicas consistiam nas projeções cinematográficas; representações de peças teatrais; representações de variedade de qualquer espécie; execuções de pantomimas e bailados; execuções de peças declamatórias; execuções de discos cantados e falados, em qualquer casa de diversão pública, ou em local frequentado pelo público, gratuitamente ou mediante pagamento; exibições de espécimes teratológicos; apresentações de préstimos, grupos, cordões, ranchos, etc. e *estandard* es carnavalescos; propagandas e anúncios de qualquer natureza quando feitos em carros alegóricos ou de feição carnavalesca, ou, ainda, quando realizados por propagandistas em trajes característicos ou fora do comum; publicações de anúncios na imprensa ou em programas e a exibição de cartazes e fotografias; peças teatrais, novelas e congêneres emitidas por meio de rádio; exibições de televisão. Ver decreto-lei 20.493/46.

<sup>2</sup> Ver decreto-lei 20.493/46.

<sup>3</sup> A DFSP foi criada pelo decreto-lei 6378 de 28 de março de 1944, responsável, sobretudo, pelo policiamento do Distrito Federal, contendo alguma jurisprudência na fiscalização das fronteiras. A partir de 1946, a DFSP ganha um caráter cada vez mais ligado à segurança nacional, culminado com a lei 4483/64, que reorganiza o Departamento, e a Constituição de 1967, que torna essas atribuições constitucionais e o transforma em Departamento de Polícia Federal. A consolidação de uma polícia federal voltada para segurança nacional se torna possível, portanto, com a ascensão do Estado de Segurança Nacional pós-64.

<sup>4</sup> Ver decreto-lei 20.493 de 20 de 24 de janeiro de 1946, em especial o cap. 3, Do Cinema.

<sup>5</sup> Decreto-lei 51.134/61, Artigo 1º.

<sup>6</sup> STEPHANOU, Alexandre Ayub. *O procedimento racional e técnico da censura federal brasileira como órgão público: um processo de modernização burocrática e seus impedimentos* (1964 – 1988). Porto Alegre: Tese de

doutorado apresentada ao curso de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004.

<sup>7</sup> Citar as paradas do direito de censura

<sup>8</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

<sup>9</sup> BRASIL, Escola Superior de Guerra. *Manual Básico*, Rio de Janeiro, 1976, p. 245.

<sup>10</sup> PEREIRA FILHO, J. E. "A EMBRATEL: da era da intervenção ao tempo da competição". *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: v. 18, p. 33 - 47, jun. 2002.

<sup>11</sup> BRASIL, Escola Superior de Guerra. *Manual Básico*, Rio de Janeiro, 1976, p. 14.

<sup>12</sup> "O conceito de guerra total deve ser entendido em muitos sentidos. Primeiramente, ela (a guerra) faz um apelo a todas as formas de participação, excluindo, terminantemente, a neutralidade. Em segundo lugar, a guerra é total, no sentido de que o antagonismo dominante se encontra, igualmente, nas fronteiras nacionais. Portanto, a agressão pode vir tanto do exterior (comunismo internacional) quanto do interior (inimigo interno). Fica claro, pois, que a infiltração generalizada do comunismo consolida e justifica a repressão interior, por meio dos órgãos de informação dos países atingidos." BORGES, Nilson. "A doutrina da segurança nacional e os governos militares". In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. *O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 7- 42.

<sup>13</sup> FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade: a vontade de saber*. São Paulo: Edições Graal, 2012, p. 149.

<sup>14</sup> BRASIL, Escola Superior de Guerra. *Manual Básico*, Rio de Janeiro, 1976, p. 14.

<sup>15</sup> BRASIL, Escola Superior de Guerra. *Manual Básico*, Rio de Janeiro, 1976, p. 68.

<sup>16</sup> A Escola Superior de Guerra foi fundada em 1949 e teve a assistência de consultores franceses e norte-americanos. Segundo Maria Helena Moreira Alves foi o centro gestador da Doutrina de Segurança Nacional como entendida e pensada pelo regime, tendo sido construída e disseminada em conjunto por e entre militares e civis. Estes podiam ser aceitos não só como alunos, mas também como professores convidados e permanentes. Isso veio a consolidar uma rede civil-militar organizada pela Associação dos Diplomados da Escola superior de Guerra (ADESG) que promovia eventos, palestras e conferências. Para mais informações ver ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964 – 1984)*. Petrópolis: Vozes, 1987.

<sup>17</sup> Para o entendimento da importância da estratégia psicossocial no projeto político do regime, ver DUARTE, Ana Rita Fonteles. "Gênero e comportamento a serviço da Ditadura Militar: uma leitura dos escritos da Escola Superior de Guerra". *Diálogos*. Maringá:, v. 18, n. 1, jan. - abr. 2014, p. 75 - 92.

<sup>18</sup> CUNHA, Ruy Vieira da. "Introdução". In: ADONIAS FILHO, COMISSÃO NACIONAL DE MORAL E CIVISMO (BRASIL); INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO (BRASIL). *O cidadão e o civismo: Educação moral e cívica, suas finalidades*. São Paulo: IBRASA; Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Moral e Civismo, 1982, p. 20 – 21.

<sup>19</sup> Para o entendimento da imagem do comunista como um protótipo do mal absoluto, assim como um desvirtuador da moral cristã, ver MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

<sup>20</sup> Ver FICO, Carlos. *Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

<sup>21</sup> DUARTE, Ana Rita Fonteles. "Gênero e comportamento a serviço da Ditadura Militar: uma leitura dos escritos da Escola Superior de Guerra". *Diálogos*. Maringá: v. 18, n. 1, jan. - abr. 2014, p. 88 e 89.

<sup>22</sup> Muitos foram os projetos que tinham como objetivo cooptar os jovens para o projeto político do regime. Podemos citar a iniciativa do Projeto Rondon, que levando jovens universitários para as regiões mais pobres do país, queria mostrar a predisposição da Ditadura em "resolver os problemas brasileiros", colocando esses jovens como cúmplices desse processo de integração nacional. Outra importante iniciativa foi a disciplina Educação Moral e Cívica (que nas universidades tomou a forma da disciplina Estudos dos Problemas Brasileiros). Sobre o Projeto Rondon e a EMC ver MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: Cultura política e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 87 - 95 e p. 184 - 192 e FILGUEIRAS, Juliana Miranda. *A Educação Moral e Cívica e sua produção didática: 1969 - 1993*. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação em Educação: História, política e sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 2006.

<sup>23</sup> BRASIL, Escola Superior de Guerra. *Manual Básico*, Rio de Janeiro, 1976, p. 176.

<sup>24</sup> LOPES, Gen. Moacir Araujo. *Moral e civismo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

Manual Básico da Escola Superior de Guerra, 1976, p. 31.

## **Banco Mundial, Consenso de Washington e reforma do Estado nos anos 1990**

Rafael de Paula Fernandes Mateus<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente texto tem com objetivo estabelecer uma análise de como o Banco Mundial tratou a reforma do Estado durante a década de 1990. Em consonância, procuraremos averiguar a superação, ou não, por parte da organização, do primeiro pacote de reformas baseado no Consenso de Washington. Para tanto, serão utilizados os *Relatórios de Desenvolvimento Mundial* que se dedicaram à temática, com atenção especial ao de 1997, o qual teria sido responsável pelo retorno do Estado a cena do desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Banco Mundial; Consenso de Washington; Estado.

### **World Bank, Washington Consensus and State reform in the 1990s**

**Abstract:** This paper has the objective to provide an analysis of how the World Bank thought to reform the state during the 1990s. In consonance, we seek to ascertain the overcoming, or not, by the organization, the first package of reforms based on Consensus Washington. For this, we will use the World Development Reports that are dedicated to thematic, with special attention to the 1997, which would have been responsible for returning the state to the development scene.

**Key-words:** World Bank; Washington Consensus; State.

#### **1. A euforia neoliberal: o “Consenso de Washington” e o Estado “mínimo”**

O Banco Mundial (BM) foi ator de proa na remodelagem política e econômica dos Estados periféricos. No início da década de 1980, a ascensão do neoliberalismo<sup>2</sup> como modelo hegemônico na economia política internacional afetou diretamente a atuação da organização. Durante esse período, no contexto da crise da dívida, o Banco, junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Tesouro norte-americano, impôs uma série de condicionalidades para acesso a novos créditos, tendo as diretrizes neoliberais como pontos norteadores. No limiar da década, sob os escombros do muro de Berlim, os principais responsáveis pela reestruturação capitalista neoliberal reuniram-se, com intuito de avaliar o processo em curso e traçar as novas diretrizes. Este encontro contou com os principais grupos que formavam a rede de poder político, financeiro e intelectual do eixo Washington-Wall Street, nomeadamente, o BM, FMI,

Usaid, Banco Internacional de Desenvolvimento e os principais “bancos de ideias” norte-americanos, resultando no que ficou conhecido como “Consenso de Washington” (1989).

A terminologia em questão foi forjada por Williamson<sup>3</sup>, consistindo no seguinte decálogo: (1) disciplina fiscal, com priorização do superávit primário; (2) reorientação do gasto público, enfatizando áreas de alto retorno econômico e formação de “capital humano” – educação, saúde e infraestrutura; (3) reforma fiscal, com o aumento da base tributária e corte de impostos periféricos; (4) liberalização financeira, com taxa de juros determinada pelo mercado; (5) taxa de câmbio unificada e competitiva; (6) liberalização do comércio, com queda das tarifas de importação; (7) abertura para o investimento externo direto; (8) privatização em massa das empresas estatais; (9) desregulamentação das barreiras à entrada de empresas e a competição livre; (10) direito a propriedade garantidos pelo judiciário e disponível ao setor informal. Como destacou Gore<sup>4</sup>, o “Consenso de Washington” funcionou como um paradigma para pensar o desenvolvimento. Isso ocorreu pelo fato de aglutinar um conjunto de valores, técnicas e compromissos, os quase estavam fundamentados em um grupo de axiomas. Nesse sentido, o Consenso trouxe consigo mudanças nos métodos, problemas e padrões de solução, elaborando uma visão de mundo distinta; a globalização foi introduzida como elemento da análise política do desenvolvimento, enquanto houve a passagem de uma avaliação histórica para uma ahistórica.

Na prática, contudo, a novidade deste programa consistia menos no conteúdo de suas medidas – uma vez que se manteve fiel ao receituário neoliberal já aplicado – e mais no acordo sobre o pacote de reformas de política econômica e na execução mais contundente do mesmo. Em geral, o Consenso baseava-se no assalto do capital aos direitos sociais e trabalhistas e no fim da tolerância de Washington com as economias nacionais. Como destacou Harvey<sup>5</sup>, as privatizações de empresas públicas e de recursos destinado ao uso comum da população (água, energia, terra e etc.) têm constituído os avanços mais recorrentes da *acumulação por espoliação*. Esta última, segundo o autor, refere-se à liberação de um conjunto de ativos por parte do Estado a custos ínfimos, com intuito de criar novas áreas de investimento para o capital. Os principais veículos de difusão da *acumulação por espoliação* são, justamente, a teoria neoliberal sobre o Estado e abertura forçada dos mercados através da atuação das Instituições Financeiras Internacionais.

A política neoliberal, a qual já fora adotada pelos governos ditatoriais na década anterior, internacionalizava-se e se alinhava a maior parte dos partidos e matrizes ideológicas. Dessa forma, alojava-se dentro das “regras” do jogo político democrático. Paralelamente, as medidas do “Consenso de Washington” mexeram profundamente com a correlação de forças externas e internas, reconfigurando a propriedade da riqueza e, por conseguinte, o peso dos atores políticos e sociais que as detinham<sup>6</sup>. Em meio a esse processo, o Estado desenvolvimentista foi demonizado, sendo vítima de um contundente processo de liberalização, o qual desagregou e privatizou os mecanismos de intervenção econômica, em prol de um “Estado mínimo” – em continuidade com as medidas empreendidas na década anterior.

Como um dos atores principais do processo de liberalização econômica, o BM não tardou em delinear diretrizes. No que confere às atribuições do Estado, o Banco discorreu sobre o que seria um novo papel para o mesmo no campo econômico, tendo como objetivo intensificar o processo de desregulação financeira e ajustamento estrutural; para tanto, voltou os “Relatórios de Desenvolvimento Mundial” (RDM)<sup>7</sup> no tratamento da temática em questão. Segundo a organização multilateral, os governos locais deveriam favorecer e complementar o mercado de livre concorrência. O Estado não deveria coordenar a economia, mas ter um “enfoque amistoso com o mercado”<sup>8</sup>, promovendo a concorrência entre os agentes econômicos. Para tanto, o texto estabelecia o âmbito legítimo de atuação do Estado: estabilidade macroeconômica e ambiente propício à competitividade, ordem pública, investir em “capital humano”, fornecer infraestrutura, proteger o meio-ambiente, controlar a natalidade e previdência social. Além disso, o texto apontou mecanismos gerais para formação de instituições públicas mais eficazes: racionalização da burocracia, ajuste fiscal, melhora administrativa para realizar privatizações, transferência de serviços públicos para ONGs, reforma do judiciário para otimizar as relações de mercado, legislação condizente a atuação do capital financeiro e garantia dos direitos de propriedade.

Em 1992, o BM publicou um informe<sup>9</sup> no qual destacou a importância de uma gestão pública eficiente para o êxito das reformas neoliberais. A partir de então, o Banco colocou-se como bastião da boa governança, alegando a necessidade de estar a par da engenharia institucional e da qualidade da gestão pública dos respectivos países. Para estabelecimento de uma estrutura adequada, não era necessário somente políticas econômicas “corretas”, mas a otimização da administração pública e das ações de

governo em geral. Além disso, como constatou Pereira<sup>10</sup>, a articulação das agências estatais com a “sociedade civil” – identificada como associações voluntárias e ONGs – foi colocada em primeiro plano. O discurso técnico sobre a boa governança permitiu ao BM incorporar as ONGs, fazendo com as mesmas atuassem como interlocutoras legítimas, em busca da importante construção de consentimento nas sociedades que sofriam o processo de reestruturação<sup>11</sup>.

## **2. O mal estar: o Estado “efetivo” e a “reformas de segunda geração”**

A partir de meados da década de 1990, a sucessão de crises nos “mercados emergentes”<sup>12</sup>, justamente àqueles que haviam seguido de maneira mais fiel as recomendações, trouxe consigo profundos questionamentos à ordem política vigente, em especial, as promessas de crescimento econômico e prosperidades obtidas através da liberalização, resultando no aumento das tensões sociais e oposição aos governos. Para o *establishment* de Washington-Wall Street, a resposta a tal quadro foi maior contundência no ajuste macroeconômico e um conjunto de reformas institucionais, as quais complementassem as reformas levadas a cabo até então. Nesse sentido, foram lançadas as “reformas de segunda geração”, as quais seriam responsáveis por modernizar o Estado, fazendo com que esse pudesse criar condições para o funcionamento adequado dos mercados e tornando possível o aprofundamento do pacote reformador empreendido até então<sup>13</sup>.

Em tal quadro, em 1997<sup>14</sup>, o Banco Mundial lançou o RDM intitulado o “Estado num mundo em transformação”, o qual foi apresentado como uma alteração no programa de reformas, trazendo o Estado de volta à cena do desenvolvimento. O texto criticou o Estado “minimalista”, creditando ao mesmo os fracassos econômicos obtidos com as reformas, para defender o Estado como catalizador e facilitador do desenvolvimento econômico, o qual deveria ser sempre orientado pelo setor privado. Portanto, o Estado não deveria ser “mínimo”, mas “efetivo”, complementando o mercado.

Nesse contexto, o relatório oferece uma dupla estratégia para a reforma do Estado. A primeira refere-se à definição das atividades públicas que são essenciais para o desenvolvimento, ajustando sua capacidade ao que pode executar, com intuito de aumentar sua eficiência e estabelecer bons fundamentos<sup>15</sup>. Dentre esses, há cinco tarefas fundamentais: garantir um ambiente econômico sem distorções, instituir um marco

adequado a livre concorrência, assegurar a estabilidade macroeconômica, realizar investimentos em infraestrutura, proteger a propriedade privada e criar programas sociais paliativos. Para além dessas funções básicas, é necessário que o Estado não seja o único provedor, pois não é suficiente para dar conta do todo. Além disso, no campo da política social, deve haver a distinção entre “seguro social” (p.e., previdência e seguro desemprego), o qual deve ser privatizado, e “assistência social”, a qual deve focalizar nos grupos e regiões mais vulneráveis. Não se trata de um desmonte do aparelho estatal, mas de focalização nos elementos econômicos e sociais fundamentais, deixando os aspectos que não são básicos para os atores privados.

No campo da política industrial, o Relatório, afirma que quando os mercados são subdesenvolvidos, é possível que o Estado seja o mentor do aprendizado, diminua as falhas de informação e incentive o desenvolvimento dos mesmos. Contudo, tal atuação é inserida na lógica da liberalização econômica e da privatização. Como “parceiro”, o Estado não deveria controlar o setor privado. Para cumprir essas atividades, no entanto, é preciso alta capacidade institucional, trabalho em conjunto entre governo e empresas, pressões competitivas do mercado e medidas baseadas nas “vantagens comparativas”.

A segunda parte da estratégia consiste em aperfeiçoar a capacidade estatal através da fortificação das instituições públicas<sup>16</sup>. Para tanto, devem ser utilizados três mecanismos centrais: (1) estabelecimento de normas e restrições efetivas formais nas instituições; (2) introdução de maiores pressões competitivas, as quais devem ocorrer com a introdução da lógica de mercado nas instituições públicas, a formação de uma burocracia do tipo weberiano e com a reforma das instituições de prestação de serviços; (3) maior aproximação entre o Estado e a sociedade, por intermédio da criação de conselhos, ferramentas de consulta, participação e supervisão da sociedade civil (compreendida como sujeitos individuais, ONGs e empresas). Além disso, serviços básicos podem ser privatizados/terceirizados para as organizações da sociedade civil, pois estão mais próximas do povo.

O Relatório também concedeu espaço à necessidade de expandir o fenômeno da globalização. Ao adentrarem ao processo, os países que estão obsoletos precisarão adotar “políticas adequadas” e fortalecer a capacidade do Estado. A gestão interna é fundamental, pois, para o Banco Mundial, “[...] a globalização começa em casa [...] e o líder eficiente dá ao público o senso de que a reforma pertence ao povo e não foi



imposta de fora para dentro”<sup>17</sup>. Portanto, cabe ao governo disseminar a agenda de dentro para fora, como interesse nacional.

A implementação das medidas do “Consenso de Washington” – vistas como “reformas de primeira geração” – levou a redução severa dos mecanismos intervencionistas e dos bens públicos do Estado, em prol da alocação de poder decisório e de recursos nos mercados. Nesse sentido, uma vez obtido o tamanho considerado ideal sobre o aparelho estatal, o BM ressaltou a necessidade de incluir as instituições e a gestão pública no pacote da reforma. Ao criticar o Estado minimalista, o RDM 1997 apontou à necessidade de trazer o Estado à cena do desenvolvimento; ao fazer isso, a organização teve em vista dois movimentos. Primeiro, omitir o fato de que a dissolução das ferramentas de intervenção necessitou de uma concentração de poder decisório dentro do aparelho estatal, a qual era necessária para impulsionar as desregulações, vencer as resistências e modificar os equilíbrios existentes. O Estado, portanto, jamais foi “mínimo”, mas atuante na remoção das barreiras que limitavam a liberdade do mercado<sup>18</sup>. Paralelamente, a metáfora do Estado que “vai” e que “volta”, a qual não permite observar o fato de que a mudança na ação estatal, em seus objetivos e estilos, está sempre relacionada às alterações e disputas de poder entre os atores sociais<sup>19</sup>.

O segundo movimento refere-se à tentativa de salvaguardar as reformas de primeira geração. Como apontou Stolowicz<sup>20</sup>, o RDM 1997 enfatizou o problema de como as reformas foram levadas a cabo diante dos problemas de gestão dos “maus governos”. Para resolver a questão, seria necessária uma nova engenharia institucional, a qual somente seria possível diante de uma sociedade civil fortalecida. Ao mesmo tempo, o BM pôde afastar-se das críticas proferidas ao “fundamentalismo de mercado”, o qual teria sido responsável pelos escassos resultados na primeira metade da década de 1990. Além disso, o argumento de defesa do primeiro pacote de reformas também fica explícito na própria exposição da dupla estratégia para fortalecimento institucional. A etapa inicial possuiu aspectos característicos do ajuste estrutural empreendido até então; portanto, reafirmando o pacote. A segunda etapa, por sua vez, avança na modernização do aparelho de Estado apresentada pelo “enfoque amistoso com o mercado”<sup>21</sup> e nas parcerias com as ONGs, presente no informe de 1992<sup>22</sup>. Nesse sentido, o RDM 1997 foi responsável por estabelecer um diálogo com os documentos publicados anteriormente, avançado nos argumentos destes.

O Relatório de 1997 também é marcado pelo que Stolowicz<sup>23</sup> chamou de “pós-privatização”; estratégia que é materializada na parceria público-privada. Ao utilizarem tal mecanismo no campo da infraestrutura e nos serviços públicos e sociais, o governo foi liberado de ser o provedor principal destas funções. A execução passou estar a cargo do setor privado, deixando o financiamento para o poder público, sem que a infraestrutura e serviços deixassem seu estatuto jurídico estatal. Nesse sentido, as parcerias público-privadas cumprem duas funções: favorecem a concentração do capital e proporcionam maior legitimidade aos governos, por intermédio de uma clientela fixa e desorganizada politicamente.

No que confere ao conceito de sociedade civil utilizado no Relatório, o mesmo está enquadrado na visão liberal ortodoxa, segundo a qual a sociedade é concebida como a soma de indivíduos livres e iguais perante a lei, a qual serve para construir a noção de sociedade como mercado e negar a divisão de classes. Um corpo social onde todos podem tomar decisões, sejam pobres ou grandes empresários, nega a vinculação entre o poder político e econômico, como também a possível concentração de ambos<sup>24</sup>.

Como sustentou Pereira<sup>25</sup> as relações capitalistas neoliberais somente podem ser reproduzir com um Estado que garanta os direitos de propriedade, isole as tomadas de decisão econômica das pressões democráticas e garanta condições estáveis no plano social. Nesse sentido, o RDM 1997, não propôs a “retirada do Estado” ou o retorno do mesmo como um “vigilante”, ao contrário, o mesmo “prescreveu uma ampla transformação institucional voltada para fortalecer a capacidade do Estado nacional de acelerar, aprofundar e consolidar a reestruturação capitalista neoliberal, tanto ao sul como ao leste”.

Para cumprir seus objetivos, o RDM 1997 foi elaborado com base no neoinstitucionalismo. Como apontou Vilas<sup>26</sup>, esta vertente teórica configura-se como uma variante da teoria neoclássica, colocando como central a atuação das instituições nos custos e na maximização dos ganhos nas transações. Dentro desta perspectiva, as instituições são como “regras do jogo”; o sistema de normas que estrutura as relações humanas, as quais são aceitas pelo conjunto da respectiva sociedade. Tal como a teoria neoclássica, o neoinstitucionalismo tem a empresa privada como padrão de organização, o *locus* da racionalidade e eficiência, a qual deve ser modelo para o Estado. Entretanto, diferente o enfoque neoclássico, o qual chama atenção para as falhas do mercado, o neoinstitucionalismo atribui o mau desempenho da economia às falhas institucionais,

sobretudo, as estatais. A partir disso, passou-se a apontar que a reforma econômica para a promoção do mercado deveria ser acompanhada e sustentada por uma reforma institucional. Esta última seria responsável por aumentar a eficácia do setor público e isola-lo das pressões de grupos particulares; a constituição do “Estado efetivo”<sup>27</sup>. Esta vertente teórica também tornou possível a redução da política à engenharia institucional, apresentando esta última em uma dimensão unicamente técnica<sup>28</sup>. Ao concentrar-se exclusivamente no funcionamento dos órgãos públicos, “a problemática propriamente política da construção estatal e do desenvolvimento é diluída e substituída pela questão da administração de uma determinada configuração de poder que se supõe constante”<sup>29</sup>. Devido a isso, os documentos elaborados pelo Banco não têm em conta que a construção do Estado está inserida em uma sociedade e que a atuação do poder público é resultado de um complexo conjunto de relações entre atores e grupos sociais.

Nesse contexto, foram ofuscadas as relações históricas entre a ação estatal e o capitalismo, tendo como objetivo tornar natural a configuração de poder estabelecida pelo neoliberalismo. A noção de boa gestão faz referência a eficácia e eficiência, mas sem modificar os objetivos conservadores. A ideia de “bom governo” é utilizada para obter credibilidade<sup>30</sup>. A necessidade de reorientação para metas mais amplas que a estabilidade macroeconômica e o reconhecimento da importância do setor público para a prevenção e correção das falhas do mercado forjou o pacote que passou a ser denominado de “Pós-Consenso de Washington”<sup>31</sup>. Por possuir tais características, Vilas aponta que tal proposta continua corroborando as mesmas intenções do “Consenso de Washington” original<sup>32</sup>. Para Pereira<sup>33</sup>, este pacote de medidas pode ser concebido como um “Consenso de Washington ampliado”, o qual teve como objetivo levar a cabo um segundo conjunto de reformas, as quais visavam complementar e consolidar as anteriores. Stolowicz<sup>34</sup> chamou esta onda reformadora de “novo consenso pós-neoliberal”, o qual é uma resposta das classes hegemônicas a insuficiência do modelo político que administrou as contradições do capitalismo neoliberal com relativo êxito até a metade da década de 1990. Para a autora, a principal característica desse programa consiste na dissolução entre o neoliberalismo – o qual é identificado de maneira estrita ao pacote elaborado no “Consenso de Washington” – e capitalismo, criticando aspectos do primeiro para salvaguardar a existência do último. Segundo Toussaint<sup>35</sup>, estas mudanças não consistiram em nada além de simples alterações retóricas, uma vez que não trouxeram nenhum tipo de alívio às populações, tendo como

único intuito propagar o avanço das medidas neoliberais e favorecer o capital internacional.

### 3. Conclusão

Compreendido como um paradigma de desenvolvimento, o qual possui uma visão de mundo específica, o Consenso de Washington manteve-se presente nas prescrições apresentadas pelo BM durante a década de 1990. A organização chamou reformas institucionais, as quais deveriam complementar e aprofundar o ajuste macroeconômico que fora sintetizado no cardápio de 1989. Para tanto, recorreu ao neoinstitucionalismo, através do qual o Estado foi isolado de sua dimensão política, e reduzido aos aparelhos administrativos. Nesse sentido, foi possível continuar a perpetuar a mesma visão de mundo, a qual reduz a sociedade à lógica do mercado.

---

1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História (PPHR) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); e, membro do Grupo de Estudos sobre o Agro Contemporâneo (GEAC). E-mail: rafaelpfm@gmail.com. Orientador: João Márcio Mendes Pereira.

<sup>2</sup> O neoliberalismo consiste em uma teoria político-econômica alicerçada na defesa do bem-estar humano através do incentivo as liberdades e iniciativas empreendedoras individuais, defendendo, no âmbito institucional, a propriedade privada, livre mercado e livre comércio. Em tal quadro, o Estado tem função essencial, pois deve afiançar a estrutura apropriada para essas práticas. Para tanto, cabe ao mesmo garantir a qualidade e integridade do dinheiro; criar aparatos militares e de polícia que garantam o direito a propriedade privada e o funcionamento dos mercados; onde não existirem, em áreas como segurança social e saúde, por exemplo, o Estado deve trabalhar para criá-los. Contudo, a atuação do poder público não deve estar para além do referido, pois os mercados devem sofrer intervenção mínima. Cf. HARVEY, David. *O neoliberalismo*. SP: Edições Loyola, 2012.

<sup>3</sup> WILLIAMSON, John. Reformas políticas na América Latina na década de 80. *Revista de Economia Política*, v. 12, nº 1, Janeiro-Março, 1992.

<sup>4</sup> GORE, Charles. The Rise and Fall of the Washington Consensus as a paradigm for Developing Countries. *World Development*, Vol. 28, No. 5, 2000.

<sup>5</sup> HARVEY, David. *O neoliberalismo*. SP: Edições Loyola, 2012.

<sup>6</sup> HARVEY, David. *O neoliberalismo*. SP: Edições Loyola, 2012; VILAS, Carlos M. ¿Más allá del “Consenso de Washington”? In: *América Latina Hoy*. Salamanca: Universidad de Salamanca. nº 26, diciembre, 2000, pp. 21 – 39.

<sup>7</sup> O RDM refere-se às prescrições (o que fazer e como fazer) e indicadores socioeconômicos elaborados pela organização. Os mesmos são publicados desde 1978, constituindo o texto mais importante em matéria de desenvolvimento a nível global. Para a elaboração dos RDM, a atividade de investigação do BM congrega uma ampla rede, a qual vai desde o economista chefe, passando pelos diversos setores constituintes da organização, alcançando consultores e projetos contratados de outras entidades. Embora sejam veiculados sob uma atividade investigativa objetiva, estes relatórios possuem um profundo viés ideológico e, em conjunto, são mecanismos importantíssimos para construção e perpetuação do paradigma neoliberal dentro dos debates sobre desenvolvimento. Através deste elaborado mecanismo, a organização consegue influenciar de maneira significativa diversos programas de investigação de universidades e centros de estudos sobre economia internacional, como também é a principal – às vezes única – fonte de dados para determinadas pesquisas. Além disso, deve-se mencionar que este documento é publicado em diversos idiomas e envolve custos elevados; o referente ao ano de 1997, por exemplo, demandou US\$ 3 milhões e foi traduzido para oito idiomas.

<sup>8</sup> BANCO MUNDIAL. *Relatório de Desenvolvimento Mundial – O desafio do desenvolvimento*. Washington, 1991.

<sup>9</sup> BANCO MUNDIAL. *Governance and Development*. Washington, 1992.

<sup>10</sup> PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944 – 2008)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

<sup>11</sup> Ao contrário do que deseja o discurso “panfletário”, o qual trata o Banco como uma agente onipotente, a instalação de modelos econômicos foi realizada com a anuência das elites e governos locais. Cf. SANAHUJA, José. *Altruismo, mercado y poder*. Barcelona: Intermón Oxfam, 2001. A construção do consentimento em torno da neoliberalização, sobretudo na conjuntura democrática, foi fundamental para leva-la à frente. Cf. HARVEY, David. *O neoliberalismo*. SP: Edições Loyola, 2012. Para tanto, o BM, como ator intelectual e difusor de ideias, lançou o neoliberalismo como único caminho a liberdade e desenvolvimento.

<sup>12</sup> México (1994), Leste asiático (1997), Brasil e Rússia (1998), África do Sul e Argentina (2001), Turquia e Ucrânia (2002).

<sup>13</sup> NAÍM, Moisés. Transição para o regime de mercado na América Latina: dos choques macroeconômicos à terapia institucional. In: LANGONI, Carlos Geraldo (org.) *A nova América Latina*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996; EDWARDS, Sebastián. ¿El fin de las reformas latinoamericanas? *Estudios Públicos*, nº 69, verano, 1998.

<sup>14</sup> BANCO MUNDIAL. *Relatório de Desenvolvimento Mundial – O Estado em um mundo em transformação*. Washington, 1997.

<sup>15</sup> *Ibidem*.

<sup>16</sup> *Ibidem*.

<sup>17</sup> *Ibidem*, pp. 13 – 15.

<sup>18</sup> STOLOWICZ, Beatriz. América Latina: estrategias dominantes ante la crisis. In: \_\_\_\_\_. *A contracorrente de la hegemonia conservadora*. Bogotá: Espacio Crítico, 2012; PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco Mundial...op. cit.*; VILAS, Carlos M. ¿Hacia atrás o hacia delante? La revitalización del Estado después del “Consenso de Washington”? In: *Perspectivas*. São Paulo, v. 32, pp. 47-81, jul./dez. 2007.

<sup>19</sup> VILAS, Carlos M. Las “idas” y “regresos” del Estado. *Utopía y Praxis Latinoamericana*. Maracaibo – Venezuela: ano 5, nº 43, pp. 101 – 108, Abril/Junho. 2010.

<sup>20</sup> STOLOWICZ, Beatriz. América Latina... op. cit.

<sup>21</sup> BANCO MUNDIAL. *Relatório de Desenvolvimento Mundial – O desafio...op. cit.*

<sup>22</sup> BANCO MUNDIAL. *Governance...op. cit.*

<sup>23</sup> STOLOWICZ, Beatriz. El debate actual: posliberalismo ou anticapitalismo. In: \_\_\_\_\_. *A contracorrente de la hegemonia conservadora*. Bogotá: Espacio Crítico, 2012.

<sup>24</sup> STOLOWICZ, Beatriz. América Latina...op. cit.

<sup>25</sup> PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco Mundial...op. cit.*

<sup>26</sup> VILAS, Carlos M. La piedra en el zapato: estado, instituciones publicas y mercado. In: ARAGÓN, Leticia (org.). *La realidad económica actual y las corrientes teóricas de su interpretación*. México: Instituto de Investigaciones Económicas de la Universidad Nacional Autónoma de México/Miguel Angel Porrúa, 2002.

<sup>27</sup> *Ibidem*.

<sup>28</sup> PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco Mundial...op. cit.*

<sup>29</sup> VILAS, Carlos M. Las “idas” y...op. cit., p. 28.

<sup>30</sup> STOLOWICZ, Beatriz. América Latina...op. cit.

<sup>31</sup> VILAS, Carlos M. Las “idas” y “...op. cit

<sup>32</sup> *Ibidem*.

<sup>33</sup> PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco Mundial ...op. cit*

<sup>34</sup> STOLOWICZ, Beatriz. El “posneoliberalismo” y la reconfiguración del capitalismo em América Latina . In: \_\_\_\_\_. *A contracorrente de la hegemonia conservadora*. Bogotá: Espacio Crítico, 2012.

<sup>35</sup> TOUSSAINT, Eric. *Banco Mundial*. Madrid: El Viejo Topo, 2006.

## A SOCIABILIDADE MAÇÔNICA DA “UNIONE ITALIAN DI MUTUO SOCORRO BENSO DI CAVOUR”

Rafael de Souza Bertante<sup>1</sup>

### Resumo

Este trabalho analisará a sociabilidade maçônica constituída entre imigrantes italianos em Juiz de Fora. Para tal, estudaremos a “*Unione Italian di Mutuo Socorro Benso di Cavour*”. Uma associação formada por italianos maçons, cujos fundadores participaram do crescimento da cidade. O recorte temporal será de 1902 a 1925, anos de inauguração e exclusividade italiana. Como apoio, usaremos periódicos, percebendo críticas da população com o grupo e quanto à sociabilidade desses membros influenciava ou não, para suas atividades em Juiz de Fora.

**Palavras chave:** Sociabilidade, italianos, Juiz de Fora.

### Abstract

This paper will examine the Masonic sociability formed among Italian immigrants in Juiz de Fora. To this end, we study the “ *Unione Italian di Mutuo Socorro Benso di Cavour*”. An association formed by Italian Freemasons, whose founders participated in the growth of the city. The time frame is 1902 to 1925, opening years and of Italian exclusivity. As support, we will use journals, realizing the critical population group and the sociability of these members influenced or not, for their activities in Juiz de Fora.

**Keywords:** Sociability, Italian, Juiz de Fora.

## INTRODUÇÃO

A cidade de Juiz de Fora<sup>2</sup> viveu durante o final do século XIX e o início do século XX, um contexto de modernização, se constituindo assim como um dos principais núcleos urbano e industrial de Minas Gerais<sup>3</sup>. Essas mudanças ocorreram junto ao desenvolvimento de diversas obras de infraestruturas e uma intensificação cada vez maior do comércio e da indústria local. Tais circunstâncias, acabaram funcionando

como atração para diversos imigrante a Juiz de Fora, sobretudo, os de origem italiana que não se interessavam pela a agricultura ou que já trazia consigo, alguma formação profissional<sup>4</sup>.

O movimento imigratório na cidade impulsionou a formação de várias associações de caráter filantrópico e de ajuda mútua. A formação desses grupos funcionava como um importante recurso para os estrangeiros, os auxiliando em uma melhor forma de adaptar à nova realidade e também buscando preencher lacunas deixadas pela ausência de políticas de previdências promovidas pelo Estado<sup>5</sup>.

Em meio às diversas associações que se formaram em Juiz de Fora, apontamos a fundação de uma, no ano de 1902, entre um grupo de italianos que além das características étnicas, filantrópicas e de ajuda mútua, se distinguiram por ser composto apenas por maçons. O grupo constituiu a loja maçônica *Unione Italian di Mutuo Socorro Benso di Cavour*.

O que chamou a atenção para destacar esse grupo dos demais existentes na cidade, foi o fato que grande parte dos seus membros tiveram significativa importância para o contexto urbano de Juiz de Fora. O recorte temporal para este trabalho compreenderá a ocasião de criação da loja no ano de 1902, até o ano de 1925, momento em que ela deixa de ter exclusividade italiana. Dessa forma, busca-se notar o quanto este meio pode ter influenciado ou não para que, alguns desses membros tivessem algum renome perante a cidade.

## **JUIZ DE FORA: A MANCHESTER MINEIRA**

Foi, sobretudo, durante a década de 1880 que Juiz de Fora se firmou como capitalista e passou a ser caracterizada como a “Manchester Mineira”. As consequências que provocaram tais mudanças na cidade e a destacou dentro de Minas Gerais estavam atreladas aos investimentos em serviços públicos e atividades urbanas<sup>6</sup>. Tais investimentos foram resultado de uma rápida expansão das lavouras de café pela Zona da Mata até o final do século XIX<sup>7</sup>, e da ligação do capital agrário aos setores mais próximos da modernização capitalista. A presença desse capital logo foi compreendida por empreendimentos como, estrada de ferro, bancos, energia elétrica, transportes urbanos e industrialização.<sup>8</sup>

A forma como a modernização decorreu em Juiz de Fora também era perceptível em outras cidades brasileiras, principalmente as que estavam ligadas à indústria ou ao café. Pois essas mudanças muitas vezes eram resultado da concentração de renda na região, da presença de rede ferroviária e a existência de mão de obra especializada. Juiz de Fora,

contou com esses três quesitos, além de uma importante estrada de rodagem - responsável por aproximar o interior de Minas à Capital Rio de Janeiro<sup>9</sup> – e é possível destacar também a construção, no ano de 1889, da primeira Usina Hidroelétrica da América do Sul, concedida por Bernardo Mascarenhas<sup>10</sup>.

## **A CHEGADA DO IMIGRANTE**

Do outro lado do Atlântico<sup>11</sup>, um forte movimento imigratório se arrastou no século XIX e o início do século XX. Entre os motivos que levaram esses europeus se arriscarem a vida em outras terras estava, a impossibilidade de sustentar a si e à sua família, devido a um excedente da mão de obra no campo<sup>12</sup> ou ainda, casos de perseguições étnico-religiosas, que se desenvolviam em meio a uma Europa de afirmação de Estados Nacionais. As possíveis saídas para muitas dessas pessoas seriam o êxodo rural ou a emigração para a América<sup>13</sup>.

No Brasil a presença de imigrantes se intensificou durante a segunda metade do século XIX, quando o Governo Imperial promoveu a Política Imigratória, que entre seus objetivos pretendia trazer pequenos proprietários para a Região Sul e trazer mão de obra para os grandes fazendeiros<sup>14</sup>.

Em Juiz de Fora, as medidas iniciais para receber imigrantes buscavam criar núcleos coloniais próximos ao “Caminho Novo”<sup>15</sup> com o intuito de garantir mão de obra, ao mesmo tempo em que se ocupava e povoava regiões antes não exploradas. Mas o primeiro impacto significativo da imigração na região aconteceu durante a construção da Estrada União Indústria, em meados do século XIX, com a chegada de imigrantes da Alemanha. Essa via cumpria o objetivo de encurtar a viagem entre a Corte e a província de Minas Gerais para o escoamento do café<sup>16</sup>.

Mas, o movimento imigratório na cidade se intensificou, sobretudo, no final do século XIX com a criação da Hospedaria Horto Barbosa<sup>17</sup> e dessa vez marcado por uma vasta presença de imigrantes vindos da Itália. A hospedaria foi criada em 1888 e tinha como função, sediar e registrar um significativo número de europeus desembarcados no porto do Rio de Janeiro. Assim durante um curto período de tempo, esses imigrantes permaneciam em Juiz de Fora até que pudesse estabelecer contratos de trabalho no país. Após isso, os imigrantes saíam para trabalhos em lavouras de café, em indústrias ou em construções civis. Portanto, após os imigrantes serem registrados e firmarem contratos de trabalho, eles eram direcionados, para São Paulo, de volta ao Rio de Janeiro ou para o interior de Minas Gerais. A cidade a princípio, não necessitava tanto de mão de obra para



as lavouras de café, pois encontrava-se em uma região escravista. Porém, ainda assim é possível perceber a permanência de alguns grupos de imigrantes na cidade<sup>18</sup>.

Segundo estudos de Oliveira entre o período de 1896 a 1906, a Hospedaria Horto Barbosa, chegou a registrar 24.572 imigrantes. Desse total, 2.804 pessoas permaneceram em Juiz de Fora, se direcionando para trabalhos em zona rural e zona urbana. Vale ressaltar que o número mencionado não contabilizou todos os imigrantes que vieram para a cidade, pois muitos vinham para ficar com amigos ou familiares que já haviam se estabelecido no local. Os registros da Hospedaria mostram que 1551 pessoas, se fixaram em zona urbana e que desse total 88% permaneceram de forma espontânea, enquanto os outros 12% ficaram, pois haviam sido chamados para trabalhos. Uma possível explicação para tal permanência espontânea poderia estar embasada no nível de urbanização da cidade e as oportunidades de empregos oferecidas, principalmente para os que tinham uma qualificação profissional<sup>19</sup>.

## **O ASSOCIATIVISMO ENTRE OS ITALIANOS**

Algo que muito questionamos inicialmente foi, como esses imigrantes faziam para se estabelecer em uma terra de clima, cultura e idiomas tão diferentes dos seus. Somado a essas diversidades, a Itália, por exemplo, era um país recém-unificado e essas pessoas - que vinham para o Brasil em busca de melhores condições de vida - traziam consigo, costumes e dialetos próprios de sua terra, além das rivalidades existentes com outras regiões. Porém, apesar de todas essas singularidades apontadas, ao desembarçar em terras brasileiras, esses estrangeiros eram rotulados, simplesmente como italianos. Portanto, quais recursos poderiam ser utilizados por essas pessoas para se adaptarem e estabilizarem no novo contexto? A procura por respostas a essa questão começaram a aparecer junto a leituras sobre a imigração italiana na cidade de Juiz de Fora<sup>20</sup> Tais leituras mostraram que muitos desses imigrantes buscavam se associar em grupos filantrópicos ou de ajuda mútua, em busca de uma estabilidade e uma melhor adaptação à nova realidade.

A prática associativa entre imigrantes italianos foi muito constante no Brasil, principalmente nos fins do século XIX - quando há um maior volume de pessoas - mostrando a necessidade de se reunirem em círculos com finalidades de mútuo socorro<sup>21</sup>. A prática do associativismo era uma resposta à ausência de um Estado promotor de políticas de previdências<sup>22</sup>.

Mas as propostas dessas associações ultrapassavam a assistência aos menos favorecidos. Segundo Ianni o imigrante se via marcado por constantes sensações de

deslocamento, de modo que não se via pertencente a nenhum dos dois países, pois sua terra natal havia ficado para trás e no novo país ele não conhecia ninguém<sup>23</sup>. Assim, as associações também funcionavam como um meio de preservar a memória das origens dos imigrantes, ao mesmo tempo em que promoviam a integração e valorização do novo ambiente<sup>24</sup>.

Em Juiz de Fora, houve o predomínio de dois tipos de associações, as mútuas e as filantrópicas. As mútuas<sup>25</sup> se caracterizavam por prestar socorro aos seus membros e tinham como sustento contribuições dos próprios integrantes. Enquanto as filantrópicas<sup>26</sup>, em sua maioria, eram religiosas ou criadas por setores sociais privilegiados e tinham como finalidade prestar socorro a quem necessitasse e a prática de ações de caridade<sup>27</sup>.

As associações italianas, tanto em Juiz de Fora, quanto no restante do país, geralmente duravam pouco tempo e contavam com um número de sócio relativamente pequeno. Apesar disso, foi significativa a quantidade de associações criadas. A proliferação das associações italianas pode ser justificada pelas rivalidades de ordem pessoais e regionais, devendo se atentar que essas diferenças vão além de um sentido preconceituoso, mas muitas vezes aconteciam pela própria dificuldade de compreensão linguística<sup>28</sup>. Em Juiz de Fora, por exemplo, entre os anos de 1876 e 1920, há registro de dezesseis associações de caráter étnico, sendo que dez delas eram de origem italiana<sup>29</sup>.

Entre os grupos filantrópicos, também se estabeleceu na cidade a Maçonaria. Esta instituição se diferenciava das demais devido sua rígida hierarquia e os rituais baseados no esoterismo<sup>30</sup>.

Segundo Barata, a

Maçonaria é uma instituição essencialmente filantrópica, filosófica e progressista, tem como objetivo a pesquisa da verdade; o estudo da moral universal, os das ciências e artes e o exercício da beneficência. Tem por princípios a liberdade absoluta de consciência e a solidariedade humana. Não exclui ninguém por suas crenças. Tem por divisa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade<sup>31</sup>.

O caráter secreto que a Maçonaria proporciona, permitiu por diversas vezes a construção de um local para discussões políticas sem o controle e a vigência do estado, assim como criou um espaço de sociabilidade em que se fortalece as relações de amizade. Contudo, “apesar do clima de mistério, sabemos que **as maçonarias** não existem isoladas da sociedade e podem ser melhor compreendidas no conjunto do movimento associativo do qual fazem parte em cada época”<sup>32</sup>

Em Minas Gerais os núcleos com maior concentração Maçônica estavam nas regiões Sul e Zona da Mata, locais que se caracterizaram pela atividade cafeeira e desenvolvimento urbano. Castro explica que talvez o caráter urbano permitisse um maior interesse pela adoção de novas ideias, valores e modelos de sociabilidade<sup>33</sup>.

### **A LOJA BENSO DI CAVOUR**

A *Unione Italian di Mutuo Socorro Benso di Cavour* surgiu em um momento que diversas associações se constituíam em Juiz de Fora, porém se caracterizou por ter como membros, apenas maçons italianos. A formação se deu a partir de vinte e cinco homens, antes pertencentes às lojas, “Fidelidade Mineira” e “Caridade e Firmeza”. A justificativa para a fundação da mesma era a dificuldade em entender o idioma local durante as reuniões e dificuldade de relacionamento. Dessa forma, sabemos que o idioma utilizado nas discussões e atas era o italiano<sup>34</sup>, o que, também a tornava singular entre as demais lojas maçônicas da cidade<sup>35</sup>.

O recorte temporal para a essa pesquisa busca focar o período de exclusividade do imigrante italiano dentro da loja. Por isso compreenderá o momento de sua criação, em 1902, até o ano de 1925, quando os descendentes de italianos e membros de outras nacionalidades também passam a compor o grupo<sup>36</sup>. A partir da década de 1920 o número de imigrantes italianos chegados à cidade era menor, se comparado às décadas passadas<sup>37</sup>, essa pode ser uma explicação para a aceitação de homens não nascidos na Itália em seu meio.

Entre os membros fundadores da *Benso di Cavour*, destacamos os nomes de Giuseppe Grippe, Luigi Perry, Tibério Ciampi, Umberto Gaburri, Pantaleone Arcuri, Salvatore Notaroberto e Giuseppe Spinelli<sup>38</sup>. Homens, que de alguma forma estiveram envolvidos com o comércio e/ou com o crescimento urbano de Juiz de Fora<sup>39</sup>. A partir deste contexto e recorte temporal, buscaremos, então, analisar como se desenvolveu a sociabilidade entre esses homens, como formavam suas redes de amizade e notar o quanto a loja foi ou não, um meio para que esses imigrantes pudessem desenvolver seus negócios se destacando em ações que contribuiriam para desenvolvimento urbano e industrial de Juiz de Fora.

O caráter de auxílio filantrópico da Maçonaria forma um espaço de sociabilidade que fortalece relações sociais circunscritas não apenas em seu interior, mas também externo à ordem. Essa foi uma forma de expansão da civilização ocidental, ao mesmo tempo em que também foi uma forma de se criar redes de poder e laços de clientela.

Desta maneira os maçons auxiliavam os que recebiam algo e fortaleciam o poder de quem os dava<sup>40</sup>. Segundo Barata, a maneira como se faz a prática do auxílio mútuo e da filantropia dentro da Maçonaria - própria da cultura ilustrada - fazia com que ela fosse destituída de conteúdos relacionados à prática cristã, sendo vista de forma bem mais pragmática, objetivando também, ganhos financeiros e/ou facilidades nas atividades comerciais<sup>41</sup>.

As relações entre os membros da loja *Benso di Cavour* são notadas em alguns trabalhos como, no livro de Olender, onde percebemos negociações entre dois fundadores da loja e importantes figuras para o contexto juizforano. De um lado temos o calabrês Pantaleone Arcuri, que montou em Juiz de Fora a Companhia Pantaleone Arcuri. Uma grande firma que se destacou por vender materiais para obras, elaborar projetos modernos e executar construções. Devido à proximidade com a Companhia Mineira de Energia, a construtora ainda montou uma fábrica de ladrilhos hidráulicos e foi a pioneira na inserção e fabricação da “telha do futuro”, ou ardósia artificial no Brasil<sup>42</sup>. A construtora foi responsável pela realização de diversos prédios na cidade, inclusive prédios públicos, como as Repartições Municipais, que constituem parte do patrimônio tombado de Juiz de Fora. Do outro lado temos Tiberio Ciampi. Grande comerciante na cidade, responsável por prestar manutenções em bicicletas “Haley” e pela venda de peças e acessórios para veículos. Além disso, vendia automóveis da “General Motors do Brasil” e era representante da “Moto Indian” e “Haley Davidson”<sup>43</sup>.

Após um incêndio ter afetado os negócios de Tiberio Ciampi, ele e seus filhos resolveram construir um edifício em um terreno próprio. O prédio seria por anos, o primeiro e único “arranha-céu” de Juiz de Fora. A construção do mesmo aconteceu no início dos anos de 1930 pela Companhia Pantaleone Arcuri, para a família Ciampi. O projeto contou ainda com a ajuda da prefeitura, que isentou de impostos durante cinco anos, o proprietário do prédio, que seria o mais alto da cidade.

O edifício foi projetado por Raphael Arcuri, filho de Pantaleone Arcuri e responsável pela elaboração de diversos projetos da construtora. O prédio em estilo *art-nouveau*, contava com quatro andares e uma torre anexa. Sendo distribuído da seguinte forma, na frente do primeiro pavimento havia uma loja e nos fundos, funcionava uma oficina e a garagem; no segundo pavimento, ficava o escritório da empresa; no terceiro pavimento uma residência; e os demais pavimentos, suportavam cômodos que eram alugados para residências ou negócios comerciais.<sup>44</sup>

A relação entre esses dois membros fundadores da *Unione Italian di Mutuo Socorro Benso di Cavour*, ilustra um pouco do que buscamos estudar sobre a sociabilidade desenvolvida entre esses italianos e de como o meio o qual estavam inseridos poderia beneficia-los ou não para a execução de seus negócios e consequentemente obterem renome junto à sociedade, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento de Juiz de Fora. Castro mostra que a sociabilidade maçônica assumiu um papel importante para diversos setores da cidade, principalmente para aqueles que precisavam se afirmar numa sociedade em constante evolução e muitas vezes não possuíam um local para falar abertamente sobre questões políticas, religiosas e econômicas. Logo, as lojas se constituíam como espaço de socialização e passavam a fazer parte de uma vasta relação de trocas, que abarca desde o ponto de vista cultural até os privilégios oriundos da própria fraternidade maçônica<sup>45</sup>.

Portanto, o conceito de sociabilidade será de suma importância para o desenvolvimento desse trabalho. Segundo Sirinelli,

“a palavra sociabilidade reveste-se [...] de uma dupla acepção, ao mesmo tempo redes que estruturam e microclima que caracteriza um microcosmo intelectual particular” ou seja, o espaço de sociabilidade é, ao mesmo tempo, “geográfico” e “afetivo”, pois ao estabelecer relações de adesão e/ou de rejeição, acaba por criar certa “sensibilidade ideológica”<sup>46</sup>.

Então, tomando como base o conceito de sociabilidade, procuraremos entender o quanto, ou não, o meio maçônico possibilitou que seus membros tivessem uma inserção no espaço público e privado. Para tanto, os primeiros passos da pesquisa, para tentar entender como se deu a sociabilidade entre esses italianos serão voltados para as leituras de periódicos da época buscando notar o quanto esses nomes apareciam relacionados entre si perante feitos para a sociedade juizforana. E o quanto à ligação entre os membros do grupo possibilitaram o desenvolvimento de seus próprios negócios, dentro da cidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho faz parte de um projeto de mestrado que começa a dar seus primeiros passos. E já de início, se depara com alguns desafios, como, por exemplo, as poucas referências a respeito da loja *Unione Italian di Mutuo Socorro Benso di Cavour*. Mas é justamente esse o motivo que nos impulsionou a tentar trabalhar, ampliar e resgatar um pouco dessa passagem do imigrante italiano na cidade de Juiz de Fora. Ao longo das leituras realizadas para pesquisa, encontramos trabalhos<sup>47</sup> que citam a existência da loja ou

mostram relações existentes entre membros da mesma. Porém muito pouco se sabe sobre sua história.

O intuito da pesquisa, portanto, será analisar a constituição e a sociabilidade desenvolvida dentro desse grupo, na tentativa de mostrar o legado que esses italianos deixaram à cidade de Juiz de Fora. O trabalho pretende, também, dar contribuições à historiografia local, tratando do associativismo e da imigração italiana, além de mostrar as singularidades dessa loja dentro da cidade e mesmo dentro do estado de Minas Gerais, durante as duas primeiras décadas do século passado. Por fim, espera-se que a pesquisa possa contribuir para a ampliação dos estudos sobre a imigração italiana no país, pois notamos que grande parte dos trabalhos a respeito deste tema estão concentrados no estado de São Paulo e na região Sul do Brasil.

---

<sup>1</sup> Mestrando pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, sob orientação do Prof. Dr. Marcos Olender. E-mail: rbertante@gmail.com

<sup>2</sup> A cidade de Juiz de Fora está localizada na Zona da Mata de Mineira.

<sup>3</sup> PIRES, A. *Café, Finanças e Indústria: Juiz de Fora 1889-1930*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009, p. 20.

<sup>4</sup> CHRISTO, M. C. “Italianos: Trabalho, enriquecimento e exclusão”. In: BORGES, C.(org.) *Solidariedades e Conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000, p. 131.

<sup>5</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. “Mutualismo e Filantropia”. In: *Revista Lócus*, Juiz de Fora, v 1, n. 1, 1995, p. 99 e 100.

<sup>6</sup> PIRES, A. op. cit. p. 78-80.

<sup>7</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro, *Imigração e industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920)*. Dissertação (Mestrado em História) Niterói, UFF, 1991, p. 34.

<sup>8</sup> (PIRES, op. cit. p. 20-21). É importante ressaltar, ainda, que a economia juizforana, neste contexto, era secundária se comparada a grandes regiões do país como Rio de Janeiro ou São Paulo, o que não exclui sua importância para a região e para a época em estudo (PIRES, op. cit. p. 20-21).

<sup>9</sup> CHRISTO, M. C. op. cit. p. 143.

<sup>10</sup> OLENDER, Marcos. *Ornamento, ponto e nó: da urdidura pantaleônica às tramas arquitetônicas de Raphael Arcuri*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2011, p.55.

<sup>11</sup> Invertendo o sentido apontado por Trento (1989) que escreveu seu livro pensando no território europeu e contando sobre os italianos em terras brasileiras. Aqui, pensando do Brasil, apontaremos alguns motivos que levaram os europeus a saírem de suas terras e desembarcarem na América.

<sup>12</sup> O excedente da mão de obra na Europa pode ser explicado pelo aumento significativo na taxa de natalidade e o desenvolvimento da mecanização agrícola, que ocorreu em fins do século XVIII. (FEREZINI, 2003, p. 78).

<sup>13</sup> FERZINI, Valéria Leão. *A “Questão São Roque”*: Devoção e Conflito, Imigrantes italianos e Igreja Católica em Juiz de Fora (1902-1920). Dissertação (Mestrado em História). UFRJ, Rio de Janeiro, 2003, p.74.

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> A Estrada citada foi elaborada com o intuito de facilitar o acesso ao centro de Minas Gerais para comerciantes vindos da província do Rio de Janeiro, além de melhorar a vazão e a fiscalização do fluxo do ouro (MIRANDA, Sônia Regina. *Cidade, Capital e Poder: Políticas Públicas e Questão Urbana na Velha Manchester Mineira*. Dissertação (Mestrado em História). UFF, Niterói, 1990. p.85).

<sup>16</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. op. cit. p. 46 e 52.

<sup>17</sup> Segundo Biondi, a Hospedaria Horto Barbosa foi durante muito tempo a principal hospedaria, com essas características, dentro de Minas Gerais. Hospedarias desse tipo existiam, também em outras cidades, como por exemplo, São Paulo (BIONDI, 2009, p.42).

<sup>18</sup> CHRISTO, M. C. op. cit. p. 131.

<sup>19</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. op. cit. p. 109-111.

<sup>20</sup> O tema deste trabalho surgiu do estudo desenvolvido no Laboratório de Patrimônios Culturais (LAPA), cujo título é “A Contribuição da Imigração Italiana para a Produção Arquitetônica de Juiz de Fora”. Ao iniciar a pesquisa, entramos em contato com algumas leituras, que apresentavam a história de Juiz de Fora e contextualizavam a imigração italiana junto à urbanização da mesma. Dentre as leituras podemos destacar o livro “Ornamento, ponto e nó: da urdidura pantaleônica às tramas arquitetônicas de Raphael Arcuri”, de Olender (2011), o texto “Italianos: Trabalho, enriquecimento e exclusão” de Christo (2000) e a dissertação de Oliveira “Imigração e industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920)” (1991).

<sup>21</sup> TRENTO. op. cit. p.170.

<sup>22</sup> VISCARDI. op. cit. p. 99 e 107.

<sup>23</sup> IANNI, 1992 apud FERREZINI, Valéria Leão. *A “Questão São Roque”*: Devoção e Conflito, Imigrantes italianos e Igreja Católica em Juiz de Fora (1902-1920). Dissertação (Mestrado em História). UFRJ, Rio de Janeiro, 2003, p.70.

<sup>24</sup> Idem.

<sup>25</sup> Viscardi aponta que o mutualismo também poderia ser uma estratégia para se atingir determinados fins genéricos, e que na verdade, pouco tinha de coletivos. (VISCARDI. op. cit. p. 103).

<sup>26</sup> Segundo estudos de Viscardi não se pode descartar a hipótese de que as associações filantrópicas estivessem preocupadas também com a construção e manutenção do poder local (VISCARDI. op. cit. p. 105).

<sup>27</sup> Ibidem p.100.

<sup>28</sup> TRENTO. op. cit. p.161 e 162.

<sup>29</sup> VISCARDI. op. cit. p. 108-110.

<sup>30</sup> BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: A Ação da Maçonaria Brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999, p.36.

<sup>31</sup> Ibidem. p. 41.

<sup>32</sup> MOREL, M. & SOUZA, F.J.O. *O poder da Maçonaria: A História de uma Sociedade Secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 44, 88 e 132. (Grifo nosso).

<sup>33</sup> CASTRO, Giane de Souza. *A Cruz e o Compasso: O conflito entre Igreja Católica e Maçonaria no contexto da Reforma Católica Ultramontana em Juiz de Fora*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). UFJF, Juiz de Fora, 2008, p. 18.

<sup>34</sup> GABURRI, José, A. D. *História da Loja Maçônica Benso di Cavour*. Disponível em <<http://www.bensodicavour.org.br/index.php>> Acesso em 28/04/12.

<sup>35</sup> A formação de lojas maçônicas composta por imigrantes italianos no Brasil acontecia desde o ano de 1888, sendo a *Unione Italian di Mutuo Socorro Benso di Cavour* a única com essas características em Minas Gerais até meados de 1920 (TRENTO, 1989, p. 174).

<sup>36</sup> GABURRI. op. cit. s/p.

<sup>37</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. op. cit. p.11.

<sup>38</sup> GABURRI. op. cit. s/p.

<sup>39</sup> FILHO, J. Procópio. *Salvo Erros ou Omissão: gente juiz-forana*. Juiz de Fora: 1979.

<sup>40</sup> MOREL, M. & SOUZA, F.J.O. op. cit. 48 e 88.

<sup>41</sup> BARATA. op. cit. p. 98.

<sup>42</sup> Olender. Op. cit.

<sup>43</sup> Ibidem p. 254-255.

<sup>44</sup> Ibidem p. 252-255

<sup>45</sup> CASTRO. op. cit. p.238.

<sup>46</sup> SIRINELLI, 1996 apud BARATA, *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada & Independência do Brasil(1790 – 1822)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF; São Paulo: Annablume, 2006. p.23.

<sup>47</sup> CASTRO. *A Cruz e o Compasso: O conflito entre Igreja Católica e Maçonaria no contexto da Reforma Católica Ultramontana em Juiz de Fora*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). UFJF, Juiz de Fora, 2008.; CHRISTO. Italianos: Trabalho, enriquecimento e exclusão. In: BORGES (org.) *Solidariedades e Conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000. FERREZINI. *A “Questão São Roque”*: Devoção e Conflito, Imigrantes italianos e Igreja Católica em Juiz de Fora (1902-1920). Dissertação (Mestrado em História). UFRJ, Rio de Janeiro, 2003. OLENDER. *Ornamento, ponto e nó: da urdidura pantaleônica às tramas arquitetônicas de Raphael Arcuri*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2011.

**Desilusões republicanas no romance *Vencidos e degenerados* (1915), de José do Nascimento Moraes**

Rafael Henrique Silva Barros

Mestrando em História Social (PPGHIS/UFMA), bolsista CAPES

[barrosrhs@yahoo.com.br](mailto:barrosrhs@yahoo.com.br)

Orientadora: Profa. Dra. Maria Izabel Barbosa de Moraes Oliveira

**RESUMO:** O presente trabalho tem objetivo analisar o discurso colocado em circulação pelo intelectual maranhense José do Nascimento Moraes (1882-1958), em seu romance literário *Vencidos e degenerados* (1915), acerca da instauração do regime republicano. O autor expressa um desencanto com a República por não ter sido efetivado um tipo de governo almejado, fazendo parte, portanto, de um grupo de intelectuais brasileiros que, desiludidos com a República, passaram a fazer uma série de críticas a esse regime político.

**Palavras-chave:** História; Maranhão, Política.

**ABSTRACT:** the present work is to analyze the speech put into circulation by Maranhão intellectual José do Nascimento Moraes (1882-1958), in his literary novel *Vencidos e degenerados* (1915) concerning the establishment of the regime republicano. The author expresses a disenchantment with the Republic not have been effected by a type of targeted government part, therefore, of a group of Brazilian intellectuals who are disillusioned with the Republic, began to make a series of criticisms of the political regime.

**Keywords:** History; Maranhão, Politics.

Este texto analisa o romance literário *Vencidos e degenerados* (1915), escrito por José do Nascimento Moraes, mais especificamente o que estamos chamando as “desilusões republicanas” do autor. José do Nascimento Moraes (jornalista, literato e professor) é considerado um dos jornalistas maranhenses mais atuantes no jornalismo local durante a primeira metade do século XX. Nasceu em São Luís do Maranhão, em 19 de março de 1882, e faleceu em 22 de fevereiro de 1958. De origem humilde, filho de Manoel Nascimento Moraes e de D. Catarina Maria Vitória (ex-escravos), conseguiu com dificuldades concluir o curso de humanidades pelo Liceu Maranhense aos 18 anos.

Nascimento Moraes fez parte de uma geração de intelectuais maranhenses que se autodenominavam de “Os Novos Atenienses”. Para Manoel de Jesus Barros Martins (2006)



uma das características centrais dessa geração de intelectuais teria sido o enfoque na abordagem dos “problemas” (econômicos, políticos e sociais) referentes ao Maranhão, no contexto da Primeira República, além de se empenharem na tentativa de “resgatarem” o que entendiam ser o passado de glórias das letras maranhenses<sup>1</sup>. No livro *Vencidos e degenerados*, o autor Nascimento Moraes toca nesses dois aspectos salientados por Martins: pensar os “problemas” maranhenses (econômicos, políticos e sociais) e contribuir para a produção literária maranhense da época.

A despeito da variedade de questões possíveis de serem abordadas no referido romance, fizemos opção em concentrar nossa análise nas “leituras” que o texto sugere referente à forma como o autor percebe os desdobramentos da instauração do “regime republicano”, tendo como pano de fundo as experiências dos maranhenses com o “novo” sistema de domínio político.

O uso do “texto literário” como “material” de análise no campo historiográfico ganhou espaço ao longo das mudanças ocorridas no “fazer historiográfico” que se deram no decorrer do século passado (XX). Desse modo, uma vez ciente que uma das questões centrais que orientam o fazer historiográfico é a problemática colocada pelo pesquisador, utilizamos aqui o texto literário *Vencidos e degenerados* tendo por objetivo entender como o autor Nascimento Moraes expressa por meio desse tipo de linguagem “suas” percepções acerca da implantação da República (1889), marcada por “desilusões” com a não efetivação das promessas de mudanças e melhorias sociais que o novo regime político possivelmente traria.

A edição que estamos utilizando no presente estudo traz um texto de Nascimento Moraes, intitulado *Dois Palavras*, em que o autor faz o seguinte comentário acerca de seu livro *Vencidos e degenerados*: “Escrevi-o nos meus primeiros anos de vida literária, quando se me rasgavam as primeiras linhas do horizonte, quando sentia as primeiras impressões”<sup>2</sup>. Conforme o próprio Nascimento Moraes, tinha como objetivo nesse livro ensaiar “um estudo da sociedade maranhense”<sup>3</sup>. Esse livro já estava escrito em 1913, contudo só foi publicado em 15 de março de 1915, quatro dias antes do aniversário do autor<sup>4</sup>. Como bem ressalta Dorval do Nascimento (2012, p.2): “O Romance (*Vencidos e degenerados*) se caracteriza, quanto à forma narrativa, pela sua proximidade com a crônica, termo presente no subtítulo da obra”.

A proclamação da República (15 de novembro de 1889) trouxe no primeiro momento esperanças para uma parcela de intelectuais brasileiros que haviam esposado os ideais republicanos no tempo do Império e que almejavam mudanças políticas e sociais com o novo regime. Para José Murilo de Carvalho, a passagem do Império para a República era a “primeira grande mudança de regime político após a independência. Mais ainda: tratava-se da

implantação de um sistema de governo que se propunha, exatamente, trazer o povo para o proscênio da atividade política”<sup>5</sup>. Nas palavras desse autor, Silva Jardim e Lopes Trovão entendiam a República, sob a inspiração da Revolução Francesa (1789), como “a irrupção do povo na política”<sup>6</sup>. Entretanto, não demorou muito para que alguns intelectuais se desencantassem com o novo regime político.

Em relação a essa questão, ainda segundo José Murilo de Carvalho: “O entusiasmo durou até o governo Floriano, quando se deu um cisma entre os intelectuais, e alguns dos antigos entusiastas da República tiveram de fugir para evitar a prisão”<sup>7</sup>. O desencanto com a República era expresso em artigos de jornais, livros e em romances literários de alguns autores. Um ponto fundamental nesse debate é a sensação da ausência de mudanças significativas na passagem do Império para a República.

Machado de Assis em seu romance *Esau e Jacó*, publicado em 1904, portanto, já passado alguns anos de instauração do regime político da República, talvez terá sido um dos que sintetizaram a passagem do Império à República de forma lapidar: “nada se mudaria; o regimen (sic), sim, era possível, mas também se muda de roupa sem trocar de pele”<sup>8</sup>. Essas considerações são exemplos das experiências históricas de intelectuais que vivenciaram a proclamação da República tendo como cenário de atuação o Rio de Janeiro.

No que diz respeito à adesão dos “maranhenses” ao Regime Republicano, podemos seguir aqui algumas considerações de Luís Alberto Ferreira (2004). Em artigo intitulado *Os Clubes Republicanos e a Implantação da República no Maranhão (1888-1889)*, esse autor se propõe analisar as peculiaridades do movimento republicano no Maranhão, observando logo de início que “a maioria dos clubes de propaganda (republicana) foi fundado no interior, no chamado sertão maranhense”<sup>9</sup>. Nesse sentido questiona a versão de Barbosa de Godóis e Mário Meireles, representantes da historiografia local, que minimizam a atuação dos republicanos maranhenses, chegando o primeiro a falar que o número de republicanos girava em torno de apenas uma dúzia.

Em relação à cidade de São Luís, Luís Alberto Ferreira escreve que ao longo de 1889 houveram várias conferências republicanas na cidade. Paula Duarte e o poeta Sousândrade seriam dois dos principais propagandistas dos ideais republicanos na capital maranhense. Quanto a este último, escreve Ferreira: “O poeta Sousândrade passou a escrever em o Globo a coluna ‘Práticas familiares de democracia’, em que procurou de maneira bastante didática explicar a diferença entre um governo monárquico e um governo republicano”<sup>10</sup>. Essa estratégia do poeta Sousândrade em expor (“explicar”) o que seria um

governo republicano parece ter um aspecto de intervenção pedagógica diante de uma parcela significativa da população ainda simpatizante com a monarquia.

Essas considerações servem como ponto de partida introdutório para relacionarmos as desilusões com a República expressas no romance *Vencidos e degenerados* (1915), escrito pelo intelectual<sup>11</sup> maranhense José do Nascimento Moraes. No texto em questão o autor trabalha uma série de temas. Entretanto, temos por objetivo analisá-lo focando basicamente o posicionamento do autor quanto ao regime republicano, suas desilusões com as “promessas” não realizadas na República.

Seguindo os “passos” do personagem João Olivier, o percebemos como representante do tipo de intelectual idealizado por José do Nascimento Moraes, que parece utilizá-lo num primeiro momento do seu texto como porta-voz do discurso de observador crítico da sociedade maranhense. Essa análise perpassava vários aspectos da sociedade e da cidade de São Luís, dentre eles: preconceito racial, a situação econômica do Estado, os grupos políticos, a condição do intelectual, a imprensa maranhense. No diálogo entre os personagens João Oliver e Manoel Machado (português), o primeiro fala da existência de “homens de letras” que por não se submeterem aos grupos políticos locais passavam por situações difíceis, uma vez que, por não viverem às custas dos cofres públicos passavam por privações econômicas. Segundo João Olivier, referindo-se a estes últimos, “São homens que se educam com os livros em punho, que passam a mocidade a ler e que não conhecem superioridade a não ser a do talento e da competência”<sup>12</sup>. A ênfase no conhecimento/saber como critério de valoração do intelectual parece ter sido uma tônica da intelectualidade brasileira no geral, pois, esperava-se que com a República o talento e a competência passassem a ser valorizados pelos grupos políticos que dominavam a administração pública.

Essa questão das relações entre intelectuais e poder político perpassa parte do texto de Nascimento Moraes, sugerindo assim, que a vivência dos intelectuais maranhenses com a política local seguia na maioria das vezes dois caminhos: viver sob a proteção dos grupos políticos submetendo-se aos seus caprichos, ou então, tentarem certa autonomia e viverem à margem do grupo político dominante vendo se fecharem as portas para possíveis nomeações em cargos públicos. É perceptível ainda pela fala de João Olivier que a segunda opção seria mais louvável, uma vez que os “homens de letras” idealizados nos discursos do personagem, só conheciam a superioridade do talento e da competência. As relações entre intelectuais e poder político no Maranhão ao tempo da Primeira República não diferenciou muito das outras partes do Brasil. Ressalte-se ainda que, dada a situação de fragilidade do

“campo literário” maranhense nesse período, os jornais vinculados a grupos políticos, quer da “situação” quer da oposição, se tornavam um caminho viável para a atuação desses intelectuais<sup>13</sup>.

Contudo, se João Olivier é o representante de uma postura intelectual que condenava essa situação de conchavos e submissão ao domínio político local, Manoel Machado (português), personagem que não queria criar conflitos com nenhum grupo político ou família “poderosa” local, entendia que o melhor era aceitar a situação vigente. João Olivier, embora reconheça as dificuldades em lutar contra a “situação” (política, econômica e social do Maranhão), expressa uma postura esperançosa:

Realmente dói e compunge viver numa terra assim. Mas eu ainda não perdi as esperanças de dias melhores. Obscuro e pobre como sou, sem aspirações, meu caro Machado, tenho ainda fê que isto não permanecerá neste estado por dilatados anos. O grande acontecimento de ontem (referência à abolição), que ainda hoje se festeja, que se festejará sempre, por causa de sua alta importância político-social, este acontecimento me veio encher de esperanças o peito. A liberdade dos negros vem contribuir para o desenvolvimento desta terra infeliz, e dar-lhes novas forças, novos elementos, novos aspectos...Esta fidalguia barata virá caindo aos poucos e o princípio de confraternidade virá acabar com estas supostas e falsas superioridades do ser, que tem sido um dos mais vis preconceitos da nossa existência política<sup>14</sup>.

Nessa citação nota-se as esperanças do personagem com a abolição e a expectativa de que possivelmente abriria espaço para uma ideia de igualdade num contexto marcado por clivagens sociais e “raciais”. Em outro momento, o diálogo entre os personagens João Olivier e o “velho” Carlos Bento, talvez seja uma das partes do texto em que a crítica política, econômica e social ganha maior ênfase. Carlos Bento é representado como “um dos maiores políglotas, uma das mais vastas ilustrações de que se honrava o Maranhão, nesse tempo. Carlos Bento era jornalista e professor. Extremadas lutas partidárias o houveram impossibilitado de trabalhos com os outrora liberais e conservadores<sup>15</sup>. Passava por privações econômicas e era João Olivier, um dos seus “discípulos”, quem às vezes o ajudava financeiramente. Os dois personagens conversam sobre a situação do Maranhão culminando com a apresentação de um “panfleto” (Síntese Social e Política) escrito por Carlos Bento e apresentado a João Olivier. A situação econômica, política e social do Maranhão era o tema em questão. João Olivier, a certa altura do diálogo, expressa seus sentimentos com os desdobramentos da abolição e da proclamação da República nos seguintes termos:

Porque os fatos nos tem demonstrado que se novas forças não se agitarem no organismo de nossa sociedade, nada teremos feito. Continuaremos indefinidamente neste estado de coisas, à espera de um cataclismo social. Quando se proclamou a liberdade dos escravos eu tinha a alma cheia de esperanças. Estava até certo ponto convencido de que nos bastaria dar um passo para atingirmos certo grau de prosperidade e começarmos a ser felizes. A Proclamação da República ainda mais esperanças me trouxe. Avigoraram-se-me as crenças e cheguei a sonhar com um Maranhão intelectualmente e moralmente livre, a ascender como um deus! Pois com tristeza lhe digo, bastou que transcorressem

dois anos de vida republicana! Logo me persuadi de meu erro e exclamei, no desafogo de minha queixa ao ruir das minhas ilusões, como nosso querido Gonçalves Dias: - Que me enganei, ora vejo!<sup>16</sup>.

Essa desilusão com a não efetivação de um tipo de República, com inclusão social almejada pelo personagem em questão, está em sintonia com o discurso do próprio autor Nascimento Moraes, bem como com parcela dos intelectuais maranhenses e de outros estados da federação que tiveram expectativas com as possíveis mudanças sociais que a República traria. Em relação ao caso da experiência histórica dos maranhenses, os “republicanos históricos” viram a adesão maranhense à Proclamação da República ser efetivada com a participação de grupos políticos recém identificados com as idéias republicanas. Luís Alberto Ferreira considera que “os republicanos não assumiram o poder. Permaneceram no poder, em sua maioria, as mesmas famílias do período monárquico”<sup>17</sup>.

Por outro lado, o personagem Carlos Bento, talvez com o intuito de dar um pouco de ânimo às desilusões de João Olivier, faz o seguinte comentário: “E tem porventura fundamento a tua persuasão? Por que te desiludiste assim tão depressa? Tão pouco tempo há decorrido! Meu João, há evoluções que duram séculos”<sup>18</sup>. Esse discurso utilizando a noção de “evolução social” parece deixar em aberto as esperanças com as possíveis mudanças sociais almejadas mas que só se realizariam possivelmente em um futuro distante. Todavia, Olivier novamente parece estar convicto de suas desilusões e, portanto, “retruca” ao comentário de seu “velho” mestre com a seguinte ideia,

Não duvido que esteja enganado; e prouvera que meu espírito se houvera empanado, quando me convenci de que tudo estava perdido. Acho, porém, que para infelicidade minha e sua, eu vi claramente os horizontes de nossa terra. Eu esperava que depois do 13 de Maio, por que trabalhei tanto; depois do 15 de Novembro, com que me alegrei bastante; esperava que houvesse uma renovação social. Errônea ou acertadamente eu cuidava que a pública administração com luzes mais fortes e puras, tomasse outro caminho que não esse que hoje nos infelicitava<sup>19</sup>.

Temos então novamente a ênfase nas expectativas com a abolição e a proclamação da República, entendendo esses acontecimentos históricos como uma abertura para uma “renovação” social. A administração pública, as lideranças políticas locais que assumiram o poder, passa a ser alvo de destaque como responsáveis pela situação do “atraso” econômico e social do Maranhão, responsabilizando-os ainda pela não efetivação da República almejada. Uma questão corriqueira nos textos de Nascimento Moraes é a crítica aos governos locais pelo descaso com a administração pública, dando especial ênfase para a situação de abandono a que se relegava a educação estadual.

O tema da educação segue como uma das pautas do diálogo entre os personagens João Olivier e Carlos Bentos. Este último, após o que Olivier lhe disse acima, ressalta: “Mal cuidaste, bem compreendo. Só se poderia dar semelhante transformação se os ex-escravos e seus filhos depressa aprendessem a ler e a escrever e muito cedo percebessem que coisa é essa que se chama direito político”<sup>20</sup>. Olivier reforçando essa ideia acrescenta: “Mas é que não abriram escolas ao povo, não procuraram matar o analfabetismo, não foram verdadeiros republicanos os que se apossaram do poder”.

Compreendendo a ideia de educação como indício de “desenvolvimento social” e condição de possibilidade para o exercício da cidadania, Nascimento Moraes expressa um discurso sobre a educação como meio de inclusão social dos ex-escravos e seus descendentes, daí o destaque dado à necessidade de acabar com o analfabetismo. Um dos aspectos dessa inclusão provavelmente seria a possibilidade de exercerem o direito de votar, pois, dentre os critérios para os “agentes sociais” praticarem esse direito político exigia-se serem alfabetizados. Por essa lógica o voto aparece no texto desse autor como uma possibilidade de intervenção política. Percebe-se ainda, no diálogo acima, Nascimento Moraes reforçando a ideia de não terem sido “verdadeiros republicanos” os que passaram ao domínio político com a instauração da República, estabelecendo uma clivagem entre “verdadeiros” e “falsos” republicanos numa estratégia discursiva de “desqualificar” os que de fato assumiram as rédeas da administração estadual.

Outro aspecto fundamental no texto (aqui em estudo) de Nascimento Moraes ao denunciar o descaso com a educação é o fato de pensar em “inserção” dos “ex-escravos” e seus filhos na “sociedade”, destoando assim, de grande parte da intelectualidade brasileira da época (contexto da Primeira República, 1889-1930) que, uma vez pautada no discurso “racial” que postulava a superioridade dos “brancos” europeus, via os “negros” como um problema para o “progresso” do país. Esses intelectuais foram propagadores da “ideologia do branqueamento” da população brasileira<sup>21</sup> e, por consequência contribuíram em parte para inviabilizarem uma discussão mais ampla sobre cidadania que incluísse os recém egressos da escravidão<sup>22</sup>.

Retomando a “trilha” do diálogo entre Carlos Bento e João Olivier, o primeiro numa postura mais otimista que o segundo, expressa o seguinte discurso,

Também não vou por aí, pois vejo que há vida e progresso em muitos Estados, onde se criam escolas até noturnas, estabelecimentos importantes, como sejam institutos profissionais, nos quais gratuitamente se dá instrução ao povo. O que tu deves registrar é que nós não tivemos elemento exterior para auxiliar-nos, não nos favoreceu uma imigração qualquer, de gente trabalhadora e inteligente, nem, ao menos, uma colôniuzinha de meia-dúzia de holandeses diligentes, audazes e altivos<sup>23</sup>.

Nesse discurso nota-se a ideia novamente de um tipo de clivagem, agora entre os “estados” da federação em desenvolvimento, não especificado no texto quais estados seriam esses, e o Estado do Maranhão numa situação de “atraso” se comparado aos primeiros. Observa-se ainda, no discurso do personagem Carlos Bento, a ideia do incentivo à imigração como fator que poderia contribuir para o progresso do Estado. No primeiro momento desse discurso, uma imigração qualquer, encerrando com a ideia da necessidade de que seriam preciso pelo menos alguns holandeses. Nesse sentido, entendemos que esse personagem aparece no texto como representante de um discurso tão forte à época que era ideia da valorização da mão-de-obra europeia (“branca”) como “portadores” do “progresso”. Por outro lado, as críticas do personagem João Olivier recaem sobre a administração estadual, sendo esta apresentada como a grande responsável pela situação de “atraso” em que se encontrava o Estado maranhense em relação aos demais estados da federação, pois, ao falar da administração pública salienta: “É fato que se contam alguns homens bem intencionados e competentes. Mas é tão grande o número dos nulos!”<sup>24</sup>.

Entendemos que ao expor o “diálogo” entre esses dois personagens, Nascimento Moraes parece se utilizar dessa estratégia para fazer uma leitura da sociedade maranhense de seu tempo. Esse recurso o leva a apresentar dois discursos que ora convergem ora destoam em alguns pontos na forma de apresentar os fatores da “crise” econômica, situação política e social do Estado maranhense. Entretanto, ambos tendo como certo que vivia-se uma situação de “atraso” em vários setores da sociedade. O personagem João Olivier e, posteriormente o personagem Cláudio Olivier<sup>25</sup>, são perceptivelmente os porta-vozes das ideias defendidas pelo autor. Portanto, pressupomos que ao expor os elogios à imigração, pelo personagem Carlos Bento, como uma das possíveis condições para levar o Maranhão ao “progresso”, o autor apresenta um discurso que provavelmente ouvia ou lia costumeiramente, mas pela leitura do texto aqui em questão, bem como de vários outros textos seus escritos e publicados nos jornais que participou, entendemos que não fora partidário desse discurso. Ressalte-se ainda certa “ambiguidade” quanto à questão do elogio à imigração no próprio discurso colocado em circulação pelo personagem Carlos Bento, citemos:

De 13 de Maio para cá começou o Maranhão a decair materialmente, não por falta de braços como vulgarmente, erroneamente, se propala por aí de toda a região brasílica; que nunca nos faltaram braços, nem os podia faltar num país que conta dezoito milhões de habitantes, no mínimo de aproximação numérica. Começou a decair, a empobrecer, porque em grande parte não entendiam de lavoura e de criação os que acudiam aos honrosos qualificativos de lavradores, agricultores e fazendeiros<sup>26</sup>.

Nesse trecho aparece outra “versão” (ou um complemento) para o que é apresentado como os fatores das dificuldades econômicas pelas quais passava o Maranhão. A responsabilidade recai sobre os administradores da lavoura. Esse discurso que considera que a abolição teria sido um marco para o processo de “queda material” (crise econômica) maranhense era muito comum nas avaliações dos intelectuais maranhenses da Primeira República<sup>27</sup>. Portanto, Nascimento Moraes coloca em circulação uma ideia que fazia parte das análises de seus contemporâneos, fazendo, assim, coro a essas ideias.

Além da ênfase na situação econômica do Maranhão, Nascimento Moraes volta a tocar novamente na questão da situação educacional dos maranhenses, apostando na educação como um dos fatores que possibilitasse ao povo maranhense um desenvolvimento social. Tendo em vista a necessidade de “resgatar” o prestígio de terra de letrados ilustres, discurso esse tão forte nos textos dos intelectuais maranhenses contemporâneos a Moraes, a alfabetização era vista também como algo que levaria as pessoas a se interessarem pelas “letras” criando assim, possivelmente, um universo de leitores das produções literárias dos intelectuais maranhenses. Sendo assim escreve o autor:

Terra perdida! O operário vive nas trevas. Não há escolas para os filhos dos artistas, não há mesmo um estabelecimento de ensino gratuito para os desvalidos aprenderem artes e ofícios! De nada cura o Governo. O analfabetismo cresce. O operário é ignorante. O caixeiro é ignorante, o caixeiro que passou alguns anos em escolas primárias. O funcionário público estadual é tímido e servil, o funcionário que passou alguns anos no Liceu. Isto na capital do Estado. Se queres, leitor amigo, quadro pior, indaga do que se passa no litoral e no interior. Há vilas que há anos não possuem um professor! Contam-se os felizardos que sabem ler e escrever em certas localidades. Depois do 13 de Maio o Estado precisava de um serviço de instrução pública de primeira ordem<sup>28</sup>.

A despeito do “tom ácido” da escrita de Nascimento Moraes ao se referir aos operários e caixeiros, esse jornalista acaba por concentrar a “culpa” no governo estadual pela situação que descreve, atribuindo assim a responsabilidade ao governo por uma situação que provavelmente esperava uma intervenção do governo estadual para a solução dos “problemas” apontados. Novamente expõe a ideia de inclusão dos “libertos” do cativo por meio da educação. Segue argumentando que os concursos públicos teriam sido abolidos, sendo assim os professores passariam a ser contratados de acordos com as ações clientelísticas do governo estadual. Outra questão abordada pelo autor na área da educação era a situação dos “negros”, uma vez que em seu entendimento: “O preconceito, o estúpido preconceito afastou os negros das escolas. Maltratados, ridicularizados, insultados, foram a pouco e pouco se retraindo, até se ausentarem quase de todo”<sup>29</sup>.

Tendo como pano de fundo esse “cenário”, José do Nascimento Moraes chama atenção para a necessidade de se tomar algumas atitudes para tirar o Maranhão da “situação”



de crise econômica, marasmo literário, analfabetismo, enfim reagir contra todo um “estado moral-social” do qual dizia está “imerso” o povo maranhense. Sendo assim, entendia que era “preciso despertar deste condenável letargo, [...] é preciso viver do presente e preparar o futuro”. Nascimento Moraes se refere àqueles que ficavam presos ao passado literário maranhense, do qual já nos referimos acima, mas sem tomar alguma atitude, nesses termos expõe um conjunto de medidas a serem tomadas que muito se aproximam dos “ideais republicanos”, defendidos por muitos intelectuais maranhenses, mas não efetivados:

É preciso ser mais maranhense, cuidar do torrão natalício, livrá-lo das peias dos preconceitos, educar a sociedade, administrar com probidade, satisfazer a todas as classes, facilitando-lhes o ganha-pão; socorrer as aspirações dos que têm vontade, e matar a ambição que a todos embaraça e dificulta<sup>30</sup>.

Embora algumas questões dessa citação apresentem um tom bem abstrato, não especificando o autor como seria colocado em prática tais ideias, queremos destacar três pontos: 1) a crítica novamente aos preconceitos, e aqui não é difícil perceber que o autor se refere ao preconceito racial, pois numa sociedade republicana o “ideal” seria a prática igualitária no tratamento entre os cidadãos; 2) o discurso da necessidade de educação para a população, e, por último, 3) a ideia que a administração pública deveria ser tratada com probidade e voltada para todas as classes sociais. Três questões de difícil efetivação num contexto político marcado pelo domínio das oligarquias, de uma sociedade sob a égide de hábitos racistas herdados do século anterior, bem como ainda pautada numa “cultura” de privilégios sociais que favorecia determinados grupos de pessoas.

---

<sup>1</sup> A referência a esse discurso de um “passado de glórias” das letras maranhenses remetiam ao chamado “Grupo Maranhense” (1832-1866), cujos nomes de destaque eram: Gonçalves Dias, Sotero dos Reis, João Lisboa, Odorico Mendes e Gomes de Sousa. Estes, no período indicado, teriam sido responsáveis pela “instituição” da ideia de “Atenas Brasileira” para se referirem ora a São Luís ou por extensão ao Estado do Maranhão. Para mais informações a respeito da emergência desse discurso da “Atenas Brasileira” como estratégia de construção de uma “identidade maranhense”, remetemos o leitor aos seguintes trabalhos: Corrêa (2001), Borralho (2010). Cabe ressaltar que a bibliografia sobre o tema é bem mais ampla, contudo, essas duas referências são suficientes para esclarecermos aqui a ideia de “passado glorioso” que a geração de Nascimento Moraes tanto “cultuou”. Ver: BORRALHO, José Henrique de Paula. *A Athenas Equinocial: a literatura e a fundação de um Maranhão no Império brasileiro*. São Luís, Edfunc. 2010. CORRÊA, Rossini. *Atenas brasileira: A cultura Maranhense na Civilização Nacional*. Brasília: Thesaurus; Corrêa & Corrêa, 2001.

<sup>2</sup> MORAES, José do Nascimento. *Vencidos e degenerados*. - 4ª ed. – São Luís: Centro Cultural Nascimento Moraes, 2000, p. 297.

<sup>3</sup> MORAES, José do Nascimento. *Nem ontem, nem hoje, nem amanhã*. In: Diário de São Luís, 8 de julho de 1922, p.1.

<sup>4</sup> Essas informações quanto ao ano de término da escrita desse texto (1913), bem como o ano da publicação tiramos de uma nota de rodapé à página 298 da edição aqui em uso.

<sup>5</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 11.

<sup>6</sup> CARVALHO, 1987, p.11.

<sup>7</sup> CARVALHO, 1987, p. 26.

- 
- <sup>8</sup> ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó*. Biografia e introdução de M. Cavalcanti Proença. Coleção Prestígio. EDIOURO/81318. s/d. p. 95.
- <sup>9</sup> FERREIRA, Luís Alberto. *Os Clubes Republicanos e a Implantação da República no Maranhão (1888-1889)*. In: História do Maranhão: novos estudos/ Wagner Cabral da Costa (Org.). São Luís: Edufma, 2004. p. 205.
- <sup>10</sup> FERREIRA, 2004, p. 217.
- <sup>11</sup> Utilizaremos aqui a noção de intelectual proposta por Jean-François Sirinelli que sugere uma conceituação ampla que contemple tanto a definição de intelectual como “mediador cultural” bem como o aspecto do engajamento político. SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. In: RÉMOND, René (Direção). *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-269.
- <sup>12</sup> MORAES, 2000, p. 66.
- <sup>13</sup> NASCIMENTO, 2014, p.146-147.
- <sup>14</sup> MORAES, 2000, p. 66-67.
- <sup>15</sup> MORAES, 2000, p. 74.
- <sup>16</sup> MORAES, 2000, p. 76.
- <sup>17</sup> FERREIRA, 2004, p. 227.
- <sup>18</sup> MORAES, 2000, p. 77.
- <sup>19</sup> MORAES, 2000, p.77.
- <sup>20</sup> MORAES, 2000, p.77.
- <sup>21</sup> Sobre essa discussão, ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- <sup>22</sup> Nesse sentido, partilhamos aqui do argumento da autora Lilia Moritz Schwarcz ao comentar sobre o papel que o uso das “teorias raciais” tiveram para inviabilizar uma discussão mais ampla da noção de “cidadania: “Em meio a um contexto caracterizado pelo enfraquecimento e final da escravidão, e pela realização de um novo projeto político para o país, as teorias raciais se apresentavam enquanto modelo teórico viável na justificação do complicado jogo de interesses que se montava. Para além dos problemas mais prementes relativos à substituição da mão-de-obra ou mesmo à conservação de uma hierarquia social bastante rígida, parecia ser preciso estabelecer critérios diferenciados de cidadania (SCHWARCZ, 1993, p.18).
- <sup>23</sup> MORAES, 2000, p.77-78.
- <sup>24</sup> MORAES, 2000, p. 78.
- <sup>25</sup> Esse personagem, juntamente com Olivier, é personagem central na trama do romance *Vencidos e degenerados*, passando a ser personagem de destaque principalmente após a morte de Olivier. Nascimento Moraes o utiliza como representante de um grupo literário, que dava continuidade a um tipo de atuação no jornalismo local que era o tipo de jornalista idealizado e vivenciado pelo próprio autor. Cláudio, assim como Olivier, é um crítico da sociedade local, cujas atitudes de preconceitos raciais são condenadas por Cláudio. Outro aspecto criticado é administração pública, o descaso com literatos de “valor”, a situação da educação, enfim, basicamente os mesmos temas alvos de Olivier. Por conta dos objetivos do presente texto, bem como dos limites de páginas não trabalhamos uma análise da trajetória do personagem Cláudio, ficando assim, para outra oportunidade.
- <sup>26</sup> MORAES, 2000, p. 81.
- <sup>27</sup> Para mais informações sobre essas questões, ver: MARTINS, Manoel Barros. *Operários da Saudade: Os novos atenienses e a invenção do Maranhão*. São Luís: EDUFMA, 2006.
- <sup>28</sup> MORAES, 2000, p.209-210.
- <sup>29</sup> MORAES, 2000, p.210.
- <sup>30</sup> MORAES, 2000, p.217.

"Não sou um órfão literário": Manuel Antônio de Almeida na narrativa biográfica de Marques Rebelo.

Rafael Lima Alves de Souza<sup>i</sup>

Resumo:

A presente comunicação tenciona apresentar uma análise da biografia intitulada "Vida e Obra de Manuel Antônio de Almeida", autor de Memórias de um Sargento de Milícias. Escrita por Marques Rebelo em 1943, "Vida e Obra" tinha o intuito de intervir positivamente na memória póstuma do biografado de modo a retirá-lo do ostracismo em que se encontrava. No entanto, se o biógrafo utilizou-se da biografia como estratégia de combate ao esquecimento do seu biografado também justificou, com ela, seus próprios procedimentos literários, sua ligação com o Rio de Janeiro e sua história e seu lugar na "cidade letrada" de seu tempo.

Palavras-chave: Marques Rebelo, Biografia, Manuel Antônio de Almeida.

Abstract

This notice is intended to provide an analysis of the biography titled "Vida e Obra de Manuel Antônio de Almeida", author of Memórias de um sargento de milícias. Written by Marques Rebelo in 1943, "Vida e Obra" was intended to intervene positively in memory of posthumous biography in order to remove it from the ostracism that was. However, if the biographer was used as the biography of combat forgetfulness of his subject strategy also apologized to her, her own literary devices, their connection with the Rio de Janeiro and its history and its place in the "lettered city" of your time.

Keywords: Marques Rebelo, Biography, Manoel Antônio de Almeida.

O trabalho que ora apresento constitui uma pequena parte da pesquisa de doutorado que venho realizando acerca do escritor Marques Rebelo (1907-1943) e sua literatura. Diante das dificuldades encontradas para a avaliação da obra de Rebelo para além das fontes ficcionais, e levando em consideração que, à contra luz, toda biografia reflete não apenas a imagem do biografado mas também a do biógrafo,<sup>ii</sup> partimos então da análise de *Vida e Obra de Manuel Antônio de Almeida* (1943) para tentar apreender, nos laços que o ligavam com aquele autor do século XIX, a maneira como Rebelo balizava sua própria imagem a partir de um outro.

Marques Rebelo, pseudônimo de Eddy Dias da Cruz, nasceu no bairro de Vila Isabel, zona norte do Rio de Janeiro, em 1907. Fora uma pequena temporada em Minas Gerais, ainda

na infância, passou toda a sua vida nesta cidade. Descendia de gente abastada do Império, mas, já no início do século XX, sua família encontrava-se em franca decadência financeira e engrossava as fileiras da classe média carioca. Estudou no renomado colégio Pedro II antes de ingressar na faculdade de medicina em 1922, mesmo ano em que estourava em São Paulo a Semana de Arte Moderna. Apesar de ter alcançado certa projeção entre as décadas de 1930-40, é autor pouco conhecido na história da literatura e encontra-se hoje na penumbra. Destacou-se como contista, com os volumes *Oscarina* (1931), *Três Caminhos* (1933) e *Stela me abriu a porta* (1942), e como romancista, com *Marafa* (1935), vencedor do *Grande Prêmio de Romance Machado de Assis*<sup>iii</sup>, *A Estrela Sobe* (1939) e *O Espelho Partido*, romance em forma de diário íntimo planejado para ter nada mais nada menos do que sete extensos volumes e que tinha a manifesta presunção de abarcar um período de vinte anos, compreendido entre 1936 e 1956, dos quais só foram publicados três: *O Trapicheiro* (1959), ao qual se seguiram *A Mudança* (1963) e *A guerra está em nós* (1968). A obra ficou inacabada devido a morte de Rebelo em 1973.

Aliás, o inacabamento, bem como a oscilação entre os gêneros e a relativa exiguidade de sua obra, é justamente uma das marcas da obra rebeliana, de modo que ele ocupou uma espécie de entre-lugar em meio ao cânone da chamada "geração de 1930", marcada, grosso modo, pela retomada do realismo neo-naturalista e pela narrativa romanesca. Por outro lado, era bastante (re)conhecida pela crítica sua estreita relação para com certa linha de escritores cariocas, a saber: Lima Barreto, Machado de Assis e, especialmente, Manuel Antônio de Almeida. Mário de Andrade, embora não tenha sido o primeiro a fazer essa conexão, foi o responsável por sua formulação mais definitiva:

A cidade do Rio de Janeiro possui uma raça de escritores que se especializam na descrição nua e crua da pequena burguesia ou do alto proletariado. O que me parece curioso é o jeito com que esses escritores tratam a matéria, que os torna excepcionais em todo o Brasil. As outras grandes cidades brasileiras, principalmente as de maior aparência europeia, São Paulo, Recife, creio que Porto Alegre, também possuem esses temas e esses personagens, porém os escritores que tratam delas e dessa matéria diferem dos cariocas por um quê difícil de especificar mas que é fundamental. Creio que foram as *Memórias de um Sargento de Milícias* que iniciaram essa tradição, essa verdadeira escola de prosistas cariocas. Machado de Assis algumas vezes coincidiu com ela e afinal o admirável criador de *Isaias Caminha* [Lima Barreto] fixou definitivamente a tradição, a que Ribeiro Couto também se filiou. Agora aparece um moço, Marques Rebelo, que abre sua carreira literária com esta *Oscarina*, lançada pelo editor Schmidt. Marques Rebelo é um produto puro dessa linhagem de que venho tratando e a impressão que tenho é que sustentará as tradições de família na mesma altura a que as elevaram os melhores membros dela.<sup>iv</sup>

O próprio Rebelo tratou de reforçar essa ligação desde o início, fazendo referência mais ou menos explícitas a esses autores, especialmente a Almeida, em seus contos e romances. Essa ligação é ainda mais reforçada quando da publicação de *Vida e Obra de Manuel Antônio de Almeida*, fruto de conferência realizada alguns anos antes a convite do ministro da educação e saúde Gustavo Capanema e que integrava a série *Nossos Grandes Mortos*, patrocinada pelo Estado Novo, na esteira do projeto pedagógico varguista de promover, sob a ordem, a cultura e a literatura nacionais.

Sempre adotando a narrativa em primeira pessoa, Rebelo assume seu próprio ponto de vista na pesquisa, o que extrapola os limites da apresentação e se faz presente em todo o texto. Todas as minúcias que ele logrou buscar para narrar a vida de Maneco são importantes, antes de qualquer coisa, para ele mesmo. Prova disso são os procedimentos literários que usou para fazer emergir não o indivíduo Manuel Antônio de Almeida, mas o “seu” Manuel Antônio de Almeida, de quem nem o tipo físico escapa à caricatura, dispositivo visual por ele muito utilizado. Em suma, Rebelo elimina qualquer pretensão de objetividade, reivindicando para seu texto o hibridismo próprio do gênero.

O biografado de Rebelo é enquadrado a partir de um fim, entendido no seu duplo significado de finalidade e sentido.<sup>v</sup> Finalidade porque uma de suas metas era, com o livro, intervir positivamente na memória de Manuel de Almeida, resgatando-o do que considerava um desarrazoado ostracismo mesmo em terras cariocas, para as quais Almeida muito teria contribuído, porquanto foi o primeiro a tratar em literatura da “vida da cidade”, ainda no “tempo do rei”. Marques Rebelo via a si mesmo como autor na mesma linha de Antônio de Almeida, com a diferença de estar consciente de sua excentricidade, o que não quer dizer que era fácil para ele conviver com ela. Uma anotação no diário de Eduardo, alterego de Rebelo em seu romance/diário, *O Espelho Partido*, nos confirma esta intuição: “Um dia feliz – saiu a biografia de Manuel Antônio de Almeida! A capa é simples, em letras, como eu gosto. Peguei um exemplar com emoção de filho que se orgulha do pai. Não sou um órfão literário”.<sup>vi</sup> Fica clara, assim, sua intenção de construir ali um sentido tal para a existência de Almeida que pudesse ser, simultaneamente, uma possibilidade para si mesmo.<sup>vii</sup>

O Manuel Antônio de Almeida pelas lentes de Marques Rebelo teve uma “triste vida”. Pobre de nascença e sem padrinhos numa sociedade onde a lógica do favor era fundamental tanto para a concretização de projetos profissionais quanto para a ascensão social, a trama que envolve o biografado/personagem de Rebelo é a de acasos e seguidos infortúnios: com muitas dificuldades, cursou medicina mas nunca conseguiu exercê-la; não chegou a se casar e nem deixou herdeiros; seu único romance, se chegou a agradar na forma de folhetins no Correio

Mercantil, foi um fracasso de vendas quando publicado em livro; o aperto financeiro lhe rondou sem cessar; padeceu como jornalista e crítico literário, e, quando tentava a carreira política como deputado, um naufrágio lhe vitimou precocemente, quando contava apenas trinta anos de idade. Sequer seu corpo fora achado: "Dizem que [...] o corpo apareceu numa praia deserta de Macaé, meio devorado pelos peixes, reconhecido pela marca da sua roupa branca e por diversos papéis encontrados numa carteira. Mas não é verdade. Seu corpo ficou no mar".<sup>viii</sup> Fora infeliz em vida e a posteridade o deixou esquecido.

Ora, é justamente o que Rebelo exige para seu personagem: um funeral, ou melhor, um túmulo que possa lhe servir de homenagem e ao mesmo tempo lhe conferir um lugar entre os mortos, entre os *Grandes Mortos*. Mal compreendido, o legado literário de Almeida era, no entanto, insuperável. Seu único romance, *Memórias de um sargento de milícias*, representaria um pioneirismo na medida em que, sem ter propriamente a intenção de romper com as convenções de sua época, trouxe pela primeira vez algo novo e original para a literatura brasileira:

[...] em ambiente de tamanha falta de originalidade, num meio dominado pelo espírito de Chateaubriand, Lamartine, Vitor Hugo, Longfellow, Byron e Cooper, é realmente para assombrar o aparecimento de Manuel Antônio de Almeida, corajosamente rompendo com as convenções literárias vigentes, trazendo pela primeira vez qualquer coisa de novo e original para a nossa literatura, fenômeno que infelizmente muito poucas vezes se repetiu. Seu livro é como que um grito de reação - grito inconsciente, grito que não teve eco! - contra o domínio da hiperestesia romântica e piegas que tudo invadiu não poupando nem mesmo os artigos da constituição. Em pleno convencionalismo romântico, ele próprio um romântico, escreve José Osório de Oliveira, observa como um naturalista; contra a ênfase, tão cara aos literatos brasileiros e contra o seu culto da forma, escreve com simplicidade e despreocupação, sendo o primeiro a escrever aproximadamente como se fala no Brasil.<sup>ix</sup>

Nesta perspectiva, é como se Almeida, num pequeno e desprezível golpe que não chegou sequer a balançar o imponente adversário, tivesse conseguido construir um entre-lugar no qual o próprio Rebelo deseja se inserir. A causa advogada pelo biógrafo não pressupunha propriamente recolocar o biografado no mesmo patamar dos grandes do panteão nacional mas, ao contrário, fazer valer para com eles sua dissonância, que, por sua vez, adivinha de sua própria experiência, da simplicidade e da dificuldade que marcaram sua trajetória de vida. Por isso Rebelo vê um entrecruzamento de Maneco com seu romance, únicos em seu tempo. Nesse sentido, a grande contribuição de *Memórias de um sargento de milícias* passa, na ótica rebeliana, por insinuar no que ele chama de "brasileirismo" e no culto da forma românticos uma narrativa próxima da oralidade e das pequenas tragédias cotidianas, fruto de sua capacidade sem igual de observação.

Portanto, minha tarefa tem sido a de tentar escutar o que o silêncio rebeliano diz dele mesmo. Nesse sentido, entendo que seu caráter ex-cêntrico e sua inadequação podem sugerir, na verdade, uma maneira de ver o mundo e de se projetar nele. Certamente não é à toa que, por um lado, suas personagens eram representantes de mundos fronteiriços e que, apesar de seus movimentos, nunca chegam a ultrapassá-los por inteiro. Por outro lado, Rebelo intitulou *O Espelho Partido* seu romance em forma de diário íntimo. Quer-se dizer, é possível que essa tenha sido justamente a forma através da qual Rebelo queria ser reconhecido. Em outras palavras: nosso autor pode ter ele mesmo balizado sua leitura a partir da empatia com os mais fracos, da predileção pelo cotidiano e da proteiformidade de sua obra. A esse respeito, a biografia que Rebelo escreveu sobre Manoel Antônio de Almeida é bastante esclarecedora.

- i Doutorando em História pela PUC-Rio. A pesquisa, orientada pelo professor Antônio Edmilson Rodrigues, conta com o apoio financeiro da CAPES. e-mail: prof.rafaelima@gmail.com
- ii Cf. DOSSE, François. *O Desafio Biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- iii O prêmio foi criado pela Companhia Editora Nacional, com patrocínio da Associação Brasileira de Imprensa. A comissão julgadora foi composta por Agrippino Grieco, Gastão Cruis, Gilberto Amado, Hebert Moses, Moacyr de Abreu e Monteiro Lobato. *Marafa*, ou *Romance Branco* (título inicial), dividiu o prêmio com outros três romances “em igualdade de condições quanto ao mérito literário”, segundo a ata do júri: *Música ao longe*, de José Fernando (pseudônimo de Érico Veríssimo), *Totônio Pacheco*, de Philotecto Telles (pseudônimo de João Alphonsus Guimarães), e *Os Ratos*, de B. Felipe (pseudônimo de Dionélio Machado). Marques Rebelo participou com o pseudônimo de José Maria Nocaute. De cada livro a Companhia Editora Nacional fez uma edição de 2.500 exemplares numerados. Cf. REBELO, Marques. *Marafa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. 1ª Edição.
- iv ANDRADE, Mário de. Apud Revista Brasileira de Letras, fase IV, ano I, nº 1 (out/nov/dez 75), Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1975. p.146.
- v Cf. BOURDIEU, Pierre. *A Ilusão Biográfica*. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. 4a ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- vi REBELO, Marques. *A Mudança*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. p. 119
- vii Ao defender o estudo de traços biográficos para compreender melhor a obra de determinado autor, Erich Auerbach lança a seguinte formulação que, me parece, se encaixa bem para a leitura que Rebelo faz de Manuel Antônio de Almeida: “o que compreendemos e amamos em uma obra é a existência de um ser humano, quer dizer, uma possibilidade que se dá em nós mesmos”. Cf. AUERBACH, Erich. *Lenguaje Literário y Publico en la Baja Latinidad y em la Edad Media*. Barcelona: Editorial Seix Barral, S.A., 1969. p. 16. [Tradução minha]
- viii *Vida e Obra de Manuel Antônio de Almeida*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943. p. 106.
- ix Ibid., p.41-42.



## **O fiel da balança no Rio da Prata: as nossas primeiras aproximações das relações entre o Brasil e o Uruguai na década de 1930<sup>i</sup>**

Rafael Nascimento Gomes<sup>ii</sup>

### **RESUMO**

Discorrer sobre as relações do Brasil com seus vizinhos é uma história necessária a ser feita. Com o objetivo de contribuir para essa história, apresentaremos as nossas primeiras aproximações acerca das relações entre o Brasil de Getúlio Vargas (1930-1945) e o Uruguai de Gabriel Terra (1931-1938). Pela sua situação geográfica, o Uruguai pensa e projeta o seu posicionamento externo em função de sua situação regional. Aqui, analisaremos as relações entre o Brasil e o Uruguai ao longo da década de 1930.

*Palavras-chave: Política Externa Brasileira, Rio da Prata, Uruguai.*

### **ABSTRACT**

Discuss Brazil's relations with yours neighbors is a necessary history to be made. Aiming to contribute to this history, we will present our first approximations about the relations between Brazil of Getúlio Vargas (1930-1945) and Uruguay of Gabriel Terra (1931-1938). Due to its geographical situation, Uruguay thinks and projects your external positioning due to its regional situation. Here, we analyze the relationship between Brazil and Uruguay over the 1930s.

*Keywords: Brazilian Foreign Policy, River Plate, Uruguay.*

### **INTRODUÇÃO**

Ao nos depararmos com a estátua do patrono da diplomacia brasileira, o Barão do Rio Branco, no *Archivo Histórico Diplomático de la República Oriental del Uruguay* percebemos a importância e a necessidade de mais estudos e pesquisas de História das Relações Internacionais do Brasil, em especial com os seus vizinhos sul-americanos. Por sua vez, a História das Relações Internacionais do Uruguai é uma área de estudo muito restrita, quer por parte de historiadores uruguaios quer de outras nacionalidades.

Dessa forma, discorrer sobre as relações entre o Brasil e o Uruguai é uma história necessária a ser feita. Para tal, partimos da documentação diplomática brasileira e uruguaia,

com o auxílio da pouca- mas boa- historiografia existente sobre o tema. Com isso, com o objetivo de contribuir para essa historiografia, assim como estimular novas análises e interpretações, apresentaremos aqui as nossas primeiras aproximações do estudo que estamos realizando no mestrado do PPGHIS-UnB acerca das relações entre o Brasil e o Uruguai, marcada pelos governos democráticos e ditatoriais de Gabriel Terra (1931-1938) e de Getúlio Vargas (1930-1945).

Do lado uruguaio, o governo democrático do colorado Gabriel Terra durou apenas dois anos (1931-1933), pois, em 31 de março de 1933, Terra deflagrou um golpe de estado e instalou uma ditadura que durou até meados de 1938. Do lado brasileiro, a configuração política não foi muito diferente. Com a chamada Revolução de 1930, Vargas realizou um golpe de Estado e instaurou um Governo Provisório –com caráter discricionário- até meados de 1934, com a promulgação da Constituição. Três anos foi o tempo de vida da constituição. O Governo Constitucional (1934-1937) durou até novembro de 1937, quando houve um novo golpe de Estado orquestrado por Vargas. Era o início da Ditadura do Estado Novo.

### **A Inserção Internacional na década de 1930**

Em 1930, o Uruguai viveu a euforia de seu centenário, comemorou o título de primeiro campeão mundial de futebol, além de ter observado os movimentos políticos golpistas de seus países vizinhos, tanto em setembro na Argentina, como em outubro no Brasil. De toda forma, é notável que o Uruguai se internacionalizou com mais intensidade nesse período. Por exemplo, o Ministério das Relações Exteriores uruguaio ampliou o número de representações diplomáticas e consulares pelo globo. Nessa “internacionalização”, houve uma escolha prévia também pela “regionalização”, pois, um país tal como o Uruguai, localizado entre dois grandes colossos, deve levar em consideração a sua condição geopolítica. Reflexo disso foi a elevação das legações da Argentina e do Brasil à categoria de embaixadas nessa mesma época. Essas eram as primeiras missões creditadas com categorias superiores estabelecidas para as classes diplomáticas.<sup>iii</sup>

No entanto, os festejos do centenário e a vitória no Mundial em 1930 não esconderam a situação de crise na América Latina, fosse econômica ou política. Raúl Jacob, em *Uruguay (1929-1938): depresión ganadera y desarrollo fabril*, destaca que quando os efeitos da crise econômica estrutural de 1929 chegaram à América do Sul, o Uruguai já estava em crise. O país tinha investido em casas e automóveis; importado demais; já estava endividado. A moeda caiu. Impulsionar a indústria apresentava-se como a mais provável

resposta para aquela situação.<sup>iv</sup> Por outro lado, Juan Oddone assinala, em *Uruguay entre la depresión y la guerra (1929-1945)*, que a Grande Depressão não teve no Uruguai efeitos tão devastadores como nos demais países latino-americanos, como o caso brasileiro.<sup>v</sup> A balança comercial uruguaia de 1930, por exemplo, mesmo com a crise econômica, superou a balança de 1929 com incrementos nas exportações e baixa nas importações. As importações uruguaias eram principalmente de origens estadunidenses, britânicas, germânicas, argentinas e brasileiras. Já os principais compradores de produtos uruguaioi eram: Grã Bretanha, Argentina, Alemanha, Estados Unidos e Brasil.<sup>vi</sup>

No Brasil, o Governo Provisório de Getúlio Vargas, instalado em novembro de 1930, não teve problemas para ser reconhecido internacionalmente.<sup>vii</sup> Amado Cervo defende que o chanceler Afrânio de Melo Franco, político e diplomata mineiro que ficou à frente do ministério até 1933, não promoveu significativas alterações de rumos na política exterior do Brasil. A principal diferença se deu por meio de reflexo do contexto histórico vivenciado. Pois, no decurso da década de 1930, as transformações econômicas e sociais levaram os detentores do poder a uma nova percepção do interesse nacional.<sup>viii</sup>

Cervo destaca que no contexto regional, o Brasil adotou uma atitude de prestígio do pan-americanismo, ao lado da conciliação. Em 1930, por exemplo, Afrânio de Melo Franco ofereceu, com sucesso, os bons ofícios para o reatamento das relações diplomáticas entre Peru e Uruguai. Na questão da Letícia, entre Peru e Colômbia, e na Guerra do Chaco, entre Bolívia e Paraguai, a diplomacia brasileira desempenhou também papel conciliador. Decorrente disso, no Prata, as relações Brasil-Argentina caminharam bem nos aspectos comercial e diplomático. A rivalidade militar apresentou melhora na ascensão de Vargas até 1936-1937.<sup>ix</sup>

Em linhas gerais, o período compreendido entre 1935 e 1941 na história da política externa brasileira foi sintetizado por Gerson Moura como o de “equidistância pragmática”- isto é, uma diplomacia econômica com o propósito de acelerar o crescimento interno-, pelo fato de o Brasil ter procurado tirar proveito da disputa então existente entre os dois blocos de poder, vale dizer, Estados Unidos e Alemanha. Por outro lado, o Uruguai deixou logo claro o seu posicionamento favorável aos Estados Unidos, ainda que houvesse grupos simpatizantes do nazismo e da Alemanha. Em síntese, podemos dizer que entre 1930 e 1945, o governo de Vargas obteve êxitos reais com a nova política externa, a qual se transformou em um instrumento eficaz para a obtenção de insumos e condições de

crescimento econômico, industrialização, créditos e financiamentos das exportações, além do grande projeto siderúrgico de Volta Redonda, inaugurado em 1943.

### **Brasil e Uruguai: para além das fronteiras geográficas**

As relações entre o Uruguai e o Brasil transcendem as fronteiras geográficas. Gabriel Terra foi um exemplo de tantos outros uruguaios que têm suas raízes ou vínculos no Brasil. Gabriel Terra era filho de José Ladislao Terra (1835-1902), por sua vez, filho de brasileiros proprietários de um estabelecimento de campo no departamento de Florida. Ladislao estudou em São Paulo durante a sua juventude, onde obteve o título de advogado, conheceu e tornou-se amigo íntimo, parente e gerente do Barão de Mauá, grande empresário do Brasil Imperial. Em razão dessa amizade, Mauá tornou-se o padrinho do jovem menino Gabriel Terra.<sup>x</sup>

Com 30 anos de idade Terra ingressou na vida política; seguiu o caminho de seu pai, e logo aderiu ao Partido Colorado. Nesse partido, militou como batllista<sup>xi</sup>. Foi o mais jovem financista da história do Parlamento uruguaio.<sup>xii</sup> *El Industrial Uruguayo*, periódico com certo prestígio na época, relatou o dia em que Terra assumiu o cargo do Ministério de Instruções Públicas, Indústrias e Trabalho. Terra reconhecia, desde os tempos de ministro, o papel preponderante do setor agropecuário para a economia uruguaia: *“No olvida el doctor Terra, que la industria no es el género de actividad que más estimula los gobiernos: según él, hay mucho para hacer en el sentido de nuestro mejoramiento por la explotación de la agricultura y de la ganadería. Dedicará a esta última, preferente atención, por ser la industria nacional por excelência”*.<sup>xiii</sup>

Em “Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas”, Amado Cervo defende que a década de 1930 inaugurou uma fase de transição de paradigmas nas relações internacionais da região. Do paradigma liberal-conservador ao paradigma nacional-desenvolvimentista, os países latino-americanos buscavam a sua inserção na “era da industrialização”.<sup>xiv</sup> No entanto, notamos que isso não ocorreu da mesma forma e com a mesma intensidade em toda a América Latina, pois o declínio do modelo agro-exportador não se deu de imediato. Vejamos o caso do Brasil e do Uruguai.

De toda forma, o discurso predominante na América Latina, após a crise de 1929, era o desenvolvimento econômico por meio da industrialização. E esse, foi o discurso, tanto de Getúlio Vargas como de Gabriel Terra, ao ascender ao poder.

Para Raúl Jacob, a política externa uruguaia sofreu um significativo reordenamento nesse decênio: ao fazer concessões, melhorou substancialmente as relações com a Grã-Bretanha; enxergou a Alemanha nazista e *la madre pátria* Itália com certa simpatia; rompeu relações com a URSS e com o governo republicano da Espanha; e aproximou-se gradativamente dos Estados Unidos.<sup>xv</sup> Em outras palavras, podemos dizer que a inserção internacional do Uruguai nesses anos oscilou entre a Europa e as Américas.

Um setor que merece atenção é o comércio exterior. Percebemos que a falta de sintonia do comércio exterior uruguaio era clara, sobretudo no caso do Brasil e dos Estados Unidos. O Brasil praticamente não importava de seu vizinho platino; a taxa não ultrapassou 1% do total das exportações uruguaias em 1931. Esta situação levou o Uruguai a adotar a política de *comprar de quem nos compra*. Logo, o tipo de política comercial estimulada pela crise— na qual barreiras alfandegárias eram combatidas mediante tratados bilaterais com mútuo reconhecimento de cláusulas favorecedoras—, tendeu a favorecer a posição britânica, o principal cliente do Uruguai. É dizer que um terço das exportações do Uruguai era direcionado para o mercado britânico, enquanto, o principal beneficiário das compras uruguaias eram os Estados Unidos.<sup>xvi</sup>

No entanto, no campo político a situação era outra. Isto é, enquanto as relações do Brasil com o Uruguai foram amistosas, com preponderância do fator político, as relações com a Argentina foram ‘cordiais’, mas com destaque para o fator econômico. De toda forma, a queda mundial de preços continuou afetando a economia uruguaia, brasileira e latino-americana, historicamente, mercados abastecedores de matérias-primas da Europa e dos Estados Unidos. A carne e a lã correspondiam aproximadamente a 65% das exportações do Uruguai. Com a diminuição e o desaparecimento de seus mercados devido a barreiras comerciais e medidas protecionistas, o Uruguai buscou meios alternativos; em outras palavras, buscou ajuda para recuperar-se através da negociação de acordos comerciais bilaterais.<sup>xvii</sup> Assim, percebe-se que o tema central da política externa uruguaia nesses anos girou em torno das exportações, ainda que houvesse a perspectiva de ampliação de novos setores da economia nacional.

### **De “algodão entre dois cristais” ao “fiel da balança”**

O termo “*fiel da balança*” é aqui entendido como a atualização do termo proferido, ainda no século XIX, pelo Lord Ponsonby, “*algodão entre dois cristais*”. Ponsonby se referiu à Banda Oriental como “algodão entre dois cristais” para descrever a

importância daquele território (atual Uruguai) para pacificar o cenário regional platino, disputado historicamente entre Portugal e Espanha no período colonial, e por Brasil e Argentina ao longo do século XIX, face à consolidação de seus respectivos Estados Nacionais. Com efeito, a posição geopolítica entre dois grandes colossos faz com que o Uruguai- e o Brasil- leve em consideração o tradicional jogo pendular de equilíbrio de poder da região.

Durante o governo de Juan Campisteguy (1927-1931), o Uruguai ajustou o destino da sua dívida com o Brasil. Dito ajuste consistiu na suspensão do programa de obras previsto, quanto à instalação do instituto agrícola-pastoril na fronteira comum, destinando estes recursos à construção de uma ferrovia que unisse as cidades de Treinta y Tres com Rio Branco, o que parecia mais adequado ao comércio recíproco e mais proveitoso para a integração dos territórios e das comunicações.

Em 1931 a visita do chanceler uruguaio ao Rio de Janeiro teve êxito ao induzir o governo brasileiro a aceitar Montevideú como a cidade sede da conferência, que tinha como objetivo estabelecer um tratado entre os dois países.<sup>xviii</sup> O governo uruguaio confiou ao ministro Blanco a compra de uma grande quantidade de trigo que o Brasil tinha adquirido dos Estados Unidos em troca do café. Se o acordo de redução dos direitos aduaneiros para os seus respectivos bens foi um sucesso, o acordo acerca do contrabando de tabaco e álcool, realizado em grande escala desde o Brasil, foi um fracasso. A extensão da fronteira dificultava a fiscalização do contrabando pelos militares e funcionários aduaneiros, além do fato de que vários desses estavam envolvidos no mesmo.

A Conferência Econômica de Montevideú ocorreu, portanto, logo depois à visita do chanceler uruguaia, sediada em Montevideú. Mais uma vez, o Uruguai colocou-se como o ‘fiel’ da balança de poder na região. Uruguai, Brasil e Argentina tinham a esperança de chegar a um mútuo e comum acordo sobre as tarifas e o intercâmbio de produto.<sup>xix</sup> O Ministro Blanco afirmava desde o início do governo Terra que um assunto primordial de sua gestão na chancelaria seria realizar acordos comerciais com os seus grandes vizinhos, Brasil e Argentina.<sup>xx</sup> Assim, com esse fim a presidência da República iniciou a conferência, da qual surgiu o projeto de Tratado com o Brasil e a Conferência Tripartite para a defesa comum das carnes.

Durante o ano de 1930, a região platina foi marcada pelas relações medíocres entre seus vizinhos. As relações entre Uruguai e Argentina foram apresentadas como tirantes nesse período.<sup>xxi</sup> Na verdade, como assinalou Henry Ketels, ministro da Bélgica em Buenos Aires, tratava-se de uma rivalidade histórica. Uma ‘herança maldita’ desde o período colonial; desde a luta dos portos entre as capitais platinas. Em julho de 1930, essa rivalidade recebeu alguns toques picantes através da Primeira Copa do Mundo de Futebol sediada em Montevidéu. Uruguai e Argentina mais uma vez entraram em campo de disputa, no entanto, desta vez no esporte. E em pleno ano de seu centenário, o Uruguai não fez feio; venceu a Argentina por 4 x 2 na final e consagrou-se o primeiro campeão do mundo de futebol. Por sua vez, intensificou a rivalidade latente existente nas mentalidades das sociedades argentina e uruguaia.

Meses depois da Copa do Mundo, o General Uriburu aplicou um golpe de estado em 06 de setembro de 1930. O governo provisório instaurado rapidamente reprimiu os anarquistas e os comunistas. Muitos desses chamados ‘subversivos’ refugiaram-se em Montevidéu. Diziam os golpistas argentinos: “*al hacer desembarcar esos elementos tan deseables, y apenas pisaron tierra, fueron puestos en libertad*”.<sup>xxii</sup> Entre os refugiados na capital uruguaia estava o ex-ministro das Relações Exteriores, Horacio Oyhanarte.

A política de “portas abertas” do Uruguai gerou ainda outras crises diplomáticas com o seu vizinho platino. Inclusive, pode-se dizer que foi o principal motivo para atritos e até mesmo rompimento das relações diplomáticas entre os países tal como ocorreu entre julho e setembro de 1932. Além disso, Montevidéu era acusada pelos britânicos como o ponto de partida de incursões opositoras armadas para o território vizinho.<sup>xxiii</sup> Diziam:

*[...]tal simpatía manifestada en Montevideo es muy natural, dado que todos los cortadores de garganta y rufianes de la Argentina se han refugiado aquí y cualquier criminal es tratado como un héroe público. Si a estos indeseables inmigrantes se agregan los representantes y empleados soviéticos del “Iuyamtorg”, que fue expulsado de Buenos Aires y solicitó refugio aquí, no habría de extrañarse que la policía local esté muy ocupada con todo esto. Alguna prensa local ha estado clamando por poner freno a este flujo de indeseables, pero la sección comunista del partido “Colorado” se opone a tal medida.*<sup>xxiv</sup>

Já com o Brasil, o Uruguai teve uma relação muito diferente. A partir das divergências com a Argentina, o Brasil atendeu de modo singelo as suas relações com o Uruguai. Assim, notamos que, o “fiel da balança”, pelo peso histórico de sua rivalidade com

Argentina, tendeu, nesses anos, para o lado verde-amarelo. Assim, evidencia-se que as relações com o Brasil de Getúlio Vargas mereceram especial atenção da diplomacia terrista.<sup>xxv</sup> Do lado brasileiro, Vargas também esforçou-se para manter as relações amistosas. No telegrama enviado ao Presidente Gabriel Terra em 20 de julho de 1934, comunicando-lhe da posse do governo provisório após ser eleito pela Assembleia Constituinte, Vargas assegurou a Terra que estreitaria cada vez mais “*as boas relações felizmente existentes*” entre ambos os países. E como destacou Carlos Roberto da Rosa Rangel, os discursos antiliberais dos dois chefes de Estado facilitou na convergência de interesses entre os seus governos.<sup>xxvi</sup>

Em agosto de 1934, Terra realizou uma visita oficial ao Brasil. O presidente uruguaio permaneceu cerca de um mês na capital brasileira; por motivos de saúde, retornou somente no dia 17 de setembro daquele ano.<sup>xxvii</sup> No ano seguinte, Vargas retribuiu a visita. A bordo do encouraçado São Paulo vindo de Buenos Aires, o presidente brasileiro desembarcou em território uruguaio em 30 de maio de 1935. Segundo os informes de diplomatas estrangeiros, havia bandeiras do Brasil e de Vargas por toda a cidade. Em homenagem ao presidente brasileiro, a estação de linha férrea Treinta y Tres– Rio Branco passou a chamar-se “*Presidente Doctor Getúlio Vargas*”.<sup>xxviii</sup> Além da notável admiração da diplomacia uruguaia por Vargas, alguns partidos políticos uruguaios também o admiravam. O ministro espanhol, Carlos Malagarriga, exageradamente, comentou a visita de Vargas da seguinte maneira:

*En la comitiva del “caudillo Vargas” [grifo nosso] estaba su señora y su hija, el Ministro de Relaciones Exteriores y altos jefes de la Administración Civil, del Ejército y de la Armada. [...] En el banquete oficial se pronunciaron los dos discursos de protocolo en que, se acentuó la posición que el Uruguay desde hace más de un siglo adoptó respecto del Brasil, de homenaje casi feudal, por evidentes aunque hoy meramente teóricas recelos para con la Argentina.*<sup>xxix</sup>

## **Considerações finais: notas de pesquisa**

Guiado por necessidades econômicas e certas sintonias ideológicas, o Uruguai viveu, nessa época, a transição da área de influência britânica à área de influência norte-americana. Dessa forma, podemos dizer que, a inserção internacional do Uruguai nesses anos oscilou entre a Europa e a América. Em outras palavras, o Uruguai reconhecia a sua



capacidade de envolvimento e influência nas relações internacionais, e disso, buscou aperfeiçoar as suas chances de projeção no cenário internacional, a partir de uma perspectiva realista. Isso se deu, em grande medida, pela sua atuação no cenário regional, sobretudo, a partir de suas relações com o Brasil. Em resumo, a política externa do terrismo foi muito pragmática.<sup>xxx</sup>

Podemos apresentar, portanto, as nossas primeiras aproximações de nosso estudo acerca das relações entre o Brasil e o Uruguai ao longo da década de 1930. Esses países iniciaram um processo de aproximação política e econômica, a exemplo do acordo alfandegário de 1931, das visitas de Gabriel Terra em 1934 e de Getúlio Vargas ao Uruguai em 1935. Essa aproximação teve interesses econômicos imediatos – conciliados por acordos alfandegários e medidas de repressão ao contrabando- e também expressou a convergência política-ideológica quanto às práticas autoritárias e centralizadoras adotadas pelos dois governos que, mesmo ocorrendo em momentos e circunstâncias diferentes, não comprometeu a articulação diplomática e o apoio recíproco no controle e repressão aos grupos opositoristas e dissidentes.

Dois grandes rivais históricos em disputa pela supremacia na região- Argentina e Brasil- influenciam decisivamente a formulação da política externa uruguaia. Em outras palavras, o estudo das relações entre o Brasil e o Uruguai pode nos ajudar a compreender melhor a inserção regional, por sua vez, internacional de nosso país.

## Notas bibliográficas

- <sup>i</sup> Esse trabalho- nossas primeiras aproximações da dissertação de mestrado que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS-UnB)- é fruto de parte da monografia final de curso de graduação na Universidade de Brasília (2013), *Inserção Internacional do Uruguai de Gabriel Terra( 1931-1938)*, orientada pelo professor Dr. Francisco Doratioto, que, por sua vez, é produto do intercâmbio acadêmico realizado na *Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de la República*, em Montevideo (2012). Cabe aqui agradecer aos amigos, professores e historiadores uruguaios que tão bem me receberam durante a minha estadia em seu país. Em especial à minha co-orientadora Ana María Rodríguez Ayçaguer. Cabe ainda agradecer a CAPES, pela bolsa concedida, agora no mestrado.
- <sup>ii</sup> Mestrando do PPGHIS-UnB. Pesquisador do Núcleo de Estudos Latino-Americanos (IREL/UnB)..
- <sup>iii</sup> OLIVEIRA, Enrique Arocena. *Evolución y apogeo de la diplomacia uruguaya, 1828-1948*. Montevideo, 1984 ; p. 191.
- <sup>iv</sup> JACOB, Raúl. *Uruguay 1929-1938. Depresión ganadera y desarrollo fabril*. Montevideo, FCU, 1981; p. 9.
- <sup>v</sup> ODDONE, Juan Antonio. *El Uruguay entre la depresión y la guerra. 1929-1945*. Montevideo, FCU/FHCE, 1990; p. 51-54.
- <sup>vi</sup> NAHUM, Benjamin. *Informes diplomáticos de los representantes del Reino Unido en el Uruguay. Tomo V*. Montevideo, UdelaR, 1996; p. 94.
- <sup>vii</sup> CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. “*Transição do período Vargas (1930-1945): nova percepção do interesse nacional*”. In: História da Política Externa Brasileira. Brasília: EdUnB; 2002; p. 233.
- <sup>viii</sup> Idem; p. 234.
- <sup>ix</sup> Idem; p.234-235.
- <sup>x</sup> TERRA, Gabriel (hijo). *Gabriel Terra y la verdate histórica*. Montevideo, 1962; p. 19-27.
- <sup>xi</sup> Batllismo era o segmento mais expressivo do Partido Colorado no Uruguai. Seguiu os princípios reformistas de José Batlle y Ordoñez, presidente duas vezes entre 1903-1907 e 1911-1915.
- <sup>xii</sup> Idem ; p. 43.
- <sup>xiii</sup> Idem ; p. 46-47.
- <sup>xiv</sup> CERVO, Amado. *Relações Internacionais da América Latina : velhos e novos paradigmas. Brasília : IBRI ; 2001 ; p. 17-19*.
- <sup>xv</sup> Jacob, Op. Cit.;p. 111-116.
- <sup>xvi</sup> Idem; p.113.
- <sup>xvii</sup> NAHUM, Benjamin. *Informes diplomáticos de los representantes del Reino Unido en el Uruguay. Tomo VI*. Montevideo, UdelaR, 1997; p. 194.
- <sup>xviii</sup> Nahum; Op. Cit.; p. 13.
- <sup>xix</sup> Idem; p. 201.
- <sup>xx</sup> *Boletín del Ministerio de las Relaciones Exteriores*. Segunda Época, Ano I. Tomo II, numero 5. 1º. de Diciembre de 1932. Montevideo, Imprenta Militar, 1932.p.555.
- <sup>xxi</sup> NAHUM, Benjamin ; BALBIS, Jorge. *Informes diplomáticos de los representantes de Bélgica en el Uruguay. Tomo I*. Montevideo, UdelaR , 1998 ; p. 353-356.
- <sup>xxii</sup> Idem ; p. 354.
- <sup>xxiii</sup> Os soviéticos encontraram terra fértil no Uruguai. Montevideo, segundo os informes diplomáticos , converteu-se no *Soviète* diminuto das Américas e naquela época já era vista como o centro da propaganda comunista da América Latina; como a diretriz comunista da América do Sul. Os soviéticos fingiram desenvolver relações comerciais para na verdade, desenvolverem suas ambições revolucionárias na região, diziam os representantes estrangeiros.
- <sup>xxiv</sup> Nahum ,Op. Cit.; 1996; p. 206-207.
- <sup>xxv</sup> Segundo os informes ingleses, Blanco deixou o cargo de chanceler uruguaio para embaixador no Brasil com um propósito muito claro: conseguir apoio para o golpe de Estado de 1933, Terra necessitava de um homem de confiança no Rio de Janeiro para explicar a chamada “revolução” que se sucederia no território vizinho, isto é, a instauração da ditadura.
- <sup>xxvi</sup> RANGEL, Carlos da Rosa. *O anti-liberalismo nos discursos de Gabriel Terra e Getúlio Vargas (1930-1938)*; p. 22.
- <sup>xxvii</sup> NAHUM, Benjamin. *Informes diplomáticos de los representantes de España en el Uruguay. Tomos II e III*. Montevideo, UdelaR, 2001; p. 131.
- <sup>xxviii</sup> Jacob, Op. Cit.; p. 112.
- <sup>xxix</sup> NAHUM, Op. Cit.; 2001; p. 166-169.
- <sup>xxx</sup> RUIZ, Esther. *Del viraje conservador al realineamiento internacional: 1933-1945*. In: Historia del Uruguay en el Siglo XX. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental; 2010. p. 85-121.

## ***Ciência, magia e a arte da política: os embates entre Faustino e Pacífico Pereira.***

Rafael Rosa da Rocha\*

### **Resumo**

O trabalho tem por objetivo discutir as versões e controvérsias que circundaram Faustino Ribeiro, um afamado curandeiro nascido em São Paulo, que peregrinou por vários estados brasileiros. Analisamos os embates entre Faustino e o Inspetor Geral de Higiene da Bahia, Antônio Pacífico Pereira, que resvalaram na imagem do governador do Estado, Severino Vieira, em 1903. Para esse fim, lançamos mão de alguns periódicos que circulavam na época, tais quais: *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *A Bahia* e *Correio do Brasil*.

**Palavras-chave:** Curandeiro – Faustino Ribeiro – Pacífico Pereira.

### **Abstract**

The paper aims to discuss the versions and controversies that have surrounded Faustino Ribeiro, a renowned healer born in São Paulo, who sojourned for several Brazilian states. We analyze the clashes between Faustino and the Inspector General of Hygiene from Bahia, Antonio Pereira Pacifico, that slithered on the image of the state governor, Severino Vieira in 1903. To this end, we employ some journals that circulated at the time, such that: *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *A Bahia* and *Correio do Brasil*.

**Key-words:** Healer – Faustino Ribeiro – Pacífico Pereira.

Faustino Ribeiro Junior, mais conhecido como Professor Faustino, foi um afamado professor de Campinas, São Paulo, que nos finais do século XIX saiu em peregrinação por diversos estados brasileiros realizando suas curas com a imposição das mãos. Saiu de Campinas, foi para São Paulo. De lá, foi para o Rio de Janeiro, transitando ao mesmo tempo por Minas gerais.<sup>i</sup> No limiar do século XX, então, mais precisamente no ano de 1903, o “curandeiro” chegou à Bahia na pomposa embarcação alemã *Belgrano*.<sup>ii</sup> Logo os jornais locais começariam a noticiar suas curas. De acordo com o articulista de *A Bahia*,

Está nos abismando a credulidade com que o povo da Bahia tem corrido à casa do Sr. professor Faustino, à Rua da Lama, um curandeiro ou um sugestionador que aqui chegou de São Paulo. Diariamente um número infinito de pessoas vai à Rua da Lama, onde espera encontrar a cura para suas enfermidades. É um caso para que chamamos com muito interesse, a atenção e a solicitude do Sr. Dr. Pacifico Pereira, inspetor geral de higiene, a cujo cargo está a fiscalização de semelhante fato.<sup>iii</sup>

No dia 29 de julho de 1903, o periódico de Salvador alertou em suas páginas sobre a recorrência do público crédulo à casa do Professor Faustino, onde buscava a cura para os mais diversos males. A credulidade do povo, mais uma vez, encabeçou os discursos jornalísticos. Entretanto, o alvo, nesse período, ainda não era a crença, mas o curandeiro ou os curandeiros e as práticas que inculcavam no povo, que já seria sensível, a tais práticas. Nesse sentido, recomenda ao Inspetor Geral de Higiene, o renomado médico Antônio Pacífico Pereira, que tomasse as devidas providências.

Pacífico Pereira era um médico da Faculdade de Medicina da Bahia. Um dos raros cientistas com longa trajetória nos saberes médicos, foi redator e diretor da *Gazeta Médica da*

*Bahia* nos idos de 1868 e posteriormente membro da Inspeção de Higiene Pública em vários níveis. Nesse sentido, os embates entre Pacífico e Faustino figuram um discurso de proteção pujante e violação, respectivamente, dos saberes médicos que proporcionam a leitura das concepções de crença e cura na Bahia republicana do limiar do século XX.<sup>iv</sup> Talvez pelo renome e pela trajetória do Inspetor, *A Bahia* não tenha precipitado seu comentário acerca do médico.

Dias mais tarde, nas páginas do *A Bahia*, apareceu um crítico, sob o codinome *Gandier*, para fazer o papel de acusador do próprio governador, Severino Vieira, por receber Faustino, o “doutor Bota-mão”, no Palácio da Vitória. Segundo o autor, por trás de seu pseudônimo, nada “temos a ver com a velha fórmula, que é a fé que cura; e os doentes que se julgam curados pelo professor, o foram por se mesmos, por auto sugestão, o que nos importa é o procedimento de nossas autoridades sanitárias, a revalidação de seus preceitos ou a derrocada de seu prestígio.”<sup>v</sup> O que estava em jogo era o conflito entre a postura do Inspetor Geral de Higiene, Antonio Pacífico Pereira e o governador do estado, Severino Vieira. Foi nessa perspectiva que *Gandier* produziu seu texto, afirmando que

A principio tentou-se, sob a égide do Dr. Inspetor de Higiene, coibir estas práticas de magia com a vigência do código penal. Foi até um arruído que ia fazendo do curandeiro, uma vítima para o aumento do proselitismo. O feitiço ia se virando contra o feiticeiro, e ao mesmo tempo que se anunciava a querela por crime de injúria contra o Dr. Inspetor de Higiene, houve quem afirmasse em grande número no sexo frágil, a inocuidade das mãos do curandeiro em relação às laminas afiadas de perigosos bisturis. Agora, porém, o curandeiro penetra os umbrais do palácio da Vitória, encontra o próprio governador do Estado entre seus clientes, dóceis, eivados do mesmo fanatismo por seu estranho poder. É o próprio governador quem lhe vem suplicar o misericordioso milagre da cura para sobrinhos, queridos e afagados, tarados da surdo-mudez congênita.<sup>vi</sup>

Dito de outro modo, todo o trabalho e esforço de Pacífico Pereira pela eliminação das práticas de magia que iam de encontro ao que se encarava como “modernidade” tinham sido minados, visto que o curandeiro foi se tornando vítima. Acreditamos que os termos de *Gandier* façam referência ao *Jornal de Notícias* e à mobilização discursiva que ele fez para defender Faustino, aumentando o proselitismo e dando fôlego às crenças de algumas pessoas da época. O feitiço ia se virando contra o feiticeiro, sobretudo porque o Professor Faustino estreitava, segundo *Gandier*, as relações com o governador que figurava agora entre um dos seus clientes: dócil, fanático. Duas características significativas para definir os crédulos do período. O fanático é aquele cujo estado psicológico manifesta-se através do fervor excessivo e persistente, era frequentemente associado a natureza religiosa, tal qual Antonio Conselheiro.

A docilidade deriva da mansidão e daqueles que assimilam muito bem uma orientação ou obedecem sem opor resistência.

Sem economizar nas palavras, o autor, por trás do pseudônimo, continua a desferir seus golpes contra o governador, agora na tentativa de reverenciar o trabalho do Inspetor que de alguma maneira estava sendo desfeito pelo “fanatismo” de Severino Vieira. Talvez, por mirar alguns indícios desta relação, ou até por ter algum tipo de proximidade com Antonio Pacífico Pereira, o periódico tenha se furtado de emitir uma opinião acerca do trabalho do Inspetor de Higiene no dia 6 de agosto na chamada *O Professor Faustino uma visita*<sup>vii</sup>, muito embora o texto não contenha assinatura de *Gandier*, nem outra qualquer. Assim, oportunamente, aquele era o momento para referenciar o trabalho do grande médico da faculdade de medicina. Segundo o autor,

Nada, portanto, mais crucial e consentâneo que nossa primeira autoridade venha dar público testemunho de nosso fetichismo; é mesmo uma das feições estereotipadas da astrologia. [...] ...Mas, como procederá agora o Dr. Inspetor de Higiene, delegado de confiança do governo do Estado, desde que o cenário do Bota-mão é nos salões do governador?...

Cada um aceita a medicina a seu talante, e onde falham as drogas, muitas vezes vencem as ervas, lá isto é verdade. Mas certamente que isto não poderá servir de escusas à proclamada hombridade do Dr. Inspetor de Higiene que viu no curandeiro um perigo e um embuste, passível das infrações legais, e simultaneamente por ele ameaçado de processo crime. Di-lo-á sua consciência, di-lo-ão seus nobres colegas, os foros de ciências, os fulgores do ensino, as suas vastas pesquisas de sábio e as intermináveis páginas de profilaxia bubônica ou amarelil, pela campanha porfiada pelas pulgas, muriçocas, contra os ratos e mosquitos, que diante do novo prestígio celebra o renome do curandeiro, só lhe cabe imediato dever pelo abandono da Inspetoria de Higiene.<sup>viii</sup>

É bom lembrar que os serviços de desinfecção e pesquisas bacteriológicas<sup>ix</sup> implantados durante a administração do governador Luiz Viana, foram ampliados durante o governo de Severino Vieira, mesmo com as finanças do Estado abatidas por uma crise financeira.<sup>x</sup> Nesses termos, é possível que a mácula que se intenta deixar na figura do governador tenha sido muito mais fruto de uma estratégia política do *Jornal*, não obstante o discurso civilizador que repudiava as práticas “bárbaras”, do que uma tentativa moralizadora e civilizacional, haja vista que as eleições se aproximavam em 15 de novembro de 1903.

A figura do governador estava agora na linha de frente. Era o testemunho vivo e em alta patente do “fetichismo baiano”. Era ao mesmo tempo o contraponto completo, nos discurso de *Gandier*, a Pacífico Pereira, delegado de confiança do governo para a Inspetoria de Higiene. Assim, diante do “embate” em que o inspetor viu seu trabalho desacreditado pelo representante máximo do Estado, diante de seus nobres colegas de ciência, deveria imediatamente abandonar a Inspetoria de Higiene. Mas cabe uma questão importante:

Severino Vieira era o “testemunho de nosso fetichismo”, por ter, supostamente, recorrido aos serviços curativos de Faustino?

Ainda no encaicho do governador, o *Correio do Brasil*, em 14 de outubro, questionou em suas páginas a “longa conferência” que Faustino teve com o “Dr. Governador do Estado”<sup>xi</sup> Dois dias depois, com a manchete PERIGO, o *Correio* reiterou seu questionamento afirmando que não havia como não se espantar com a visita do “criminoso curandeiro” para “o primeiro magistrado estadual, o Dr. Governador, com quem longamente conferenciou; qual o assunto dessa conferência? Que pato [sic] foi firmado entre os dois? Eis o que não sabemos.”<sup>xii</sup> Foi a partir desse questionamento retórico acusativo empregado no texto que o periódico sugeriu que o estreitamento da relação de Faustino com Severino Vieira estava trazendo perigo para o bem estar social dos baianos, sobretudo porque não sabiam qual pacto “foi firmado entre os dois” nem o conteúdo da reunião de ambos. Além do anunciado poder de cura, entre os possíveis poderes do “bota-mão” poderia constar algum tipo de benção ou sortilégio que Vieira levasse às suas contendas políticas – algo que para os editores do jornal, poderia ser o maior dos perigos. É possível, assim, que o *Correio do Brasil* estivesse mirando as eleições em 15 de novembro e um lugar na política personalística e de acomodação da Bahia no período.

Alguns dias antes foi o *Correio do Brasil* que havia destilado sua indignação contra, a princípio, a execução das leis no Brasil. Segundo o articulista, era o país dos “papelórios” onde tudo se fazia no papel e “as medidas mais enérgicas e mais extraordinárias [eram] tomadas no que se escreve. Quando é chegada a hora da execução, quando é ocasião oportuna para fazê-las entrar em vigor quem as encontra mais? Ficaram no papel...”<sup>xiii</sup> Essa era a abertura do texto que visava, sobremaneira, criticar a atuação da inspeção de higiene, diferentemente, de *Gandier* em *A Bahia*. Sob o título Flauteando, em letras garrafais, tem entre suas significações “vadiar”, “iludir com subterfúgios” ou “faltar a compromisso” salienta bem as características no texto atribuídas a Faustino e de alguma maneira ao Inspetor de higiene. De acordo com a notícia, o órgão sanitário só percebeu o que “a Bahia inteira já tinha, havia muito, visto” quando um “considerado órgão da imprensa baiana” lhe chamou a atenção.<sup>xiv</sup> Após isto, segundo o articulista,

Nomeada uma comissão medica, reconheceu que os fatos alegados pelo curandeiro, apenas sendo curadas no decanto consultório **mesmeriano** aquelas pessoas cujas moléstias eram possíveis de serem debeladas pela **sugestão**, chamando ainda a atenção para o perigo que havia na promiscuidade de moléstias ali existentes, e pedindo que providências fossem tomadas a fim de ser impedido aquele vergonhoso espetáculo. Esse relatório foi apresentado as autoridades competentes, acompanhado de um luminoso parecer assinado pelo Dr. Inspetor de Higiene e abundando nas mesmas ideias

de seus subordinados  
Foi proibida a continuação da estada do consultório aberto a concorrência pública, a pretender processar o Dr. Inspetor de Higiene, o que parece-nos ser vezo atual de todos aqueles que ouvem verdades um tanto amargas, continuou por muito tempo a receber doentes em sua casa à Vitória, como sabemos por doente que lá esteve, e até os seus últimos dias de estada entre nos continuou a visitar a carro todos aqueles que tinham os necessários meios para convenientemente gozarem dessa regalia. E o que faz a repartição sanitária? Por ventura tomou as medidas que devia tomar?<sup>xv</sup>

Questionamentos puramente retóricos, pois já se “sabia” da permissividade segundo a qual o inspetor Antonio Pacífico Pereira estava tratando os flauteios de Faustino, crítica que se expandia da Bahia para o cenário nacional e internacional, já que o Brasil era um país do papelório tal qual a França. Dois dados importantes que advinham da França são importantes nas informações dadas pelo articulista do *Correio do Brasil*, mais especificamente duas palavras, implícitas no texto, que não se sinonimizam no processo curativo do professor: mesmerismo e auto-sugestão.

Franz Anton Mesmer, filósofo, teólogo e médico, estudou a influência dos influxos dos planetas sobre o corpo humano. Ele, no final do século XVIII, levantou a hipótese de que durante a imposição das mãos havia uma troca de energia vital tênue de natureza magnética entre curador e paciente, conhecida como *magnetismo animal*.<sup>xvi</sup> Ao longo do século XIX, essa prática ficou conhecida como mesmerismo e ganhou diversas partes do mundo. A auto-sugestão, por seu turno, deriva dos estudos de Emile Coué (1857-1926). Ele foi um psicólogo e farmacêutico francês que introduziu um método de psicoterapia, cura e auto-aperfeiçoamento baseado na auto-sugestão. Coué percebeu que medicamentos dados com auto-sugestões positivas funcionavam melhor que remédios isoladamente. Nesses termos, acreditava que cada pessoa tinha a solução para o seu próprio problema, mas que precisavam de uma indução para tal.<sup>xvii</sup>

Distantes temporalmente um do outro, são elementos que também se distanciam em sua aplicabilidade. Poder-se-ia dizer que a imposição das mãos seria o indutor da auto-sugestão, mas nas concepções de Coué, deveriam ser tratadas paralelamente com medicação. Entretanto, a imposição das mãos não poderia ser considerada de tal modo, pois a auto-sugestão do psicólogo francês é discursiva, à base do relaxamento. Dito de outro modo, uma técnica psicológica, a qual era preconceituosamente concebida como superstição. Talvez, advenha daí, indiretamente, a noção do *Jornal de Notícias* e *Gandier* que sugerem que o *Diário de Notícias* e, sobretudo, inspetor de higiene ao invés de reprimir as práticas curativas do Professor, estudasse-as. Nas palavras de *Epaminondas* e *Os cegos que pedem paz*, respectivamente,

As curas sucedem-se diariamente, e ao em vez de atacar apaixonadamente o Diário [de Notícias] nada perderia se visse a maneira por que o referido professor pratica as curas e sindicasse dos doentes o que sentiam quando lá entraram pela primeira vez, o que sentem no momento da ação curativa e como se achavam depois.

Ninguém se arrepende de proceder com critério e reflexão.<sup>xviii</sup>

Qual o agente curativo?...

Compete á ciência investigar, descobrir, conhecer, explicar.

Mas a ciência não investiga, aquietta-se; não descobre, imobiliza-se; não conhece, ignora; não explica, deleta.

O que é que cura no magnetismo, ou na hipnose?

O que é a força sugestiva e que agente a produz?

Sabe-o a ciência?...

Si sabe, porque não aplica seus métodos de indução e dedução, para explicar os fenômenos que vê, que apalpa, que se reproduzem e se generalizam, a despeito de todas as denúncias e inquirições?

Porque não desce do pedestal do seu orgulho para ir ao encontro desses fenômenos e surpreender as causas que os determinam?

Porque não se despe de sua vaidade para confessar que o que sabe não explica o que vê, e que, além do que vê, há ainda muito para ver?<sup>xix</sup>

A própria ciência, nesses termos, estaria em falha dupla por não buscar esclarecer ou entender os métodos curativos de Faustino e por conseguinte demandar processo contra ele. A crítica ao fazer científico da época é bem pertinente, visto que abre espaço para debater como a ciência estava e/ou está a serviço dos grupos abastados, fazendo distinção de classes. Faustino pertencia aos grupos de elite, o que lhe conferia apoio dos mais diversos segmentos sociais, inclusive de alguns integrantes do *Jornal de Notícias*. Entretanto, isso não o fez ficar imune do aparato jurídico e da verve discursiva de alguns jornais da imprensa baiana alinhada a campanha higienista que mirava o saneamento dos espaços e dos costumes.

Como o prócere da ciência na Bahia, Pacífico Pereira, não atendeu à demanda que estava explícita no *Jornal, d'Os Cegos que pedem luz*, de investigar os procedimentos curativos de Faustino e não atuou de maneira adequada no que diz respeito a represália as atividades de Faustino. O *Correio do Brasil* continuou a destilar seus argumentos contra os “flauteios” de Faustino.

Ela devia [ - a inspetoria de higiene - ], desde que o fato era público e notório, desde que todos o viam, chamar a atenção do professor, adverti-lo, fazer testemunhar devidamente o fato, coisa, aliás, fácilima, e depois, caso não entrasse nas regras de correção o teimoso curandeiro, cuja ousadia chegará a ponto de escrever e publicar artigos insultuosos ao Dr. Chefe da repartição sanitária, processá-lo convenientemente, fazendo-lhe aplicar as penas exaradas no § 1 do art. 48 do regulamento respectivo e impedindo-o por qualquer forma de exercera profissão médica, requerendo mesmo em casos de necessidade o auxilio das competentes autoridades policiais. Não foi o que se fez: o curandeiro continuou a exercer suas pretensas curas e, portanto, desde esse momento começou a fazer um verdadeiro flauteio à nossa repartição sanitária.

[...]

“O professor permanecerá nesta capital até o fim do mês, não reabrindo, porém, o seu gabinete, por motivo de descanso!”

Mas, afinal de contas, o professor Faustino esta flauteando a repartição de higiene, nem outra significação podem ter as palavras que acima transcrevemos; presta-nos bem



atenção: ele não reabre o seu gabinete, não é em atenção às ordens da inspetoria de Higiene, não em obediência às mesmas, não é porque receie a aplicação das penalidades da lei, mas simplesmente por motivo de descanso! A nosso ver, isso é o maior insulto que poderia dirigir indispensável força moral de que se deve cercar uma repartição de tão súbito valor: uma declaração dessa espécie, a qual não foi contestada por pessoa alguma, já é reincidência de culpa, merecendo, portanto, as penalidades máximas. No entanto, a repartição competente não fez o devido reparo nisso, não procurou fazer se aquela afirmação partia do próprio professor. Aliás, a pena aplicável aos casos de reincidência já deveria ter sido importada ao corajoso curandeiro, desde que do alto da imprensa foi feita a confissão de que pelo centro exerceu ele ilegalmente a medicina, apesar da expressa proibição da lei e da repartição de higiene. Mas não, de boa vontade esta se deixando esta última flautear, desprezadas as suas determinações, servindo de risonha as suas ordens! Já é muita paciência, na verdade!<sup>xx</sup>

Já que Faustino atuava escancaradamente era dever do Inspetor autuar o curador, fazendo-o testemunhar devidamente o fato e, caso não cumprisse as regras, deveria ser circunscrito pela lei e se preciso fosse, tratado como caso de polícia. Segundo Sidney Chalhoub, a explicação para essa forma de lidar com a diversidade urbana residia na leitura de que havia classes perigosas. Em específico, no caso do “Doutor botamão”, na influência e mobilização que o *Doutor* exercia sobre tais “classes”. Ademais, residia, também, na ideia de que a “cidade pode ser gerida unicamente por critérios técnicos e científicos”<sup>xxi</sup>

Nesses termos, diante de serviços de higiene precários e muito embora reformados no início do governo de Severino Vieira em 1901, ainda incipientes, restava como alternativa para disciplinar a “raça bárbara” – ou seja, as pessoas que se mobilizavam em torno de Faustino, sobretudo os negros – a presença da polícia como única e mais concreta ação do Estado junto ao povo. O que não aconteceu com Faustino Ribeiro, pois além do prestígio midiático – negativa e positivamente –, financeiro e da também relação com o governador, seu processo curativo era informado pelo espiritismo de bases europeias. Entretanto, escapar da repressão policial, não significava estar isento das prescrições das leis, nem da mira do *Correio do Brasil* que instigava a inspeção de higiene como se ela fosse a própria lei. O tom do *Correio* em *Flauteando* era completamente prescritivo, *a priori*, pois Faustino continuou Flauteando “à nossa repartição sanitária” ao passo que a mesma “se deixou ludibriar, com muita paciência”.<sup>xxii</sup>

O articulista do *Correio do Brasil*, na tentativa de instigar ainda mais a querela entre ambos, citou a ousadia do curandeiro ao publicar “artigo insultoso” a Pacífico Pereira. Parece que as farpas discursivas soltas pelos periódicos *A Bahia* e *Correio do Brasil* funcionaram, pois Faustino se pronunciou, mesmo tendo silenciado durante muito tempo a contra-gosto dos amigos, no *Jornal de Notícias*. Nas letras do Professor,

Continuando a perseguição odiosa e sistemática contra mim, a pretexto de um delito que não existe, de um fato que já está julgado, e cômico de que não estou infringindo a lei, ao contrário, apoiado por essa constituição, que nunca passou de letra morta, protesto energicamente contra o procedimento do sr. inspetor geral de higiene, que sumariamente, sem forma de processo, proibiu-me de se visitado pelas pessoas de minha amizade, de sair à rua, impondo-me, por ultimo a uma multa iníqua, absurda, vexatória e irrisória.

Trata-se de uma perseguição adrede combinada, e nada mais; de mais uma manifestação do *regime da força*, que em nosso país tem desconhecido todos os direitos, mantendo o povo num verdadeiro estado de escravidão e de miséria.

Não posso submeter a minha liberdade, e, portanto, a minha honra aos caprichos malévolos de autoridades prepotentes.

Custe o que custar, dê no que der, aconteça o que acontecer, hei de continuar a praticar os atos lícitos que tenho praticado, muito embora seja arrastado ao martírio.<sup>xxiii</sup>

Faustino agora se colocava diante de Pacífico Pereira, o que para o articulista do *Correio do Brasil* era insultuoso. Parecia ser nada mais nada menos do que as incitações “odiosas” de *A Bahia*, do próprio *Correio* e de alguma maneira, do *Diário de Notícias*. O professor julgava-se consciente de que não infringia a lei, se referindo implicitamente à Constituição que confusamente divergia do Código Penal, dando margem a sua indignação contra a perseguição “odiosa e sistêmica”. Indignado e talvez tecendo uma estratégia diante do que começava se materializar a sua frente – processo crime –, argumentou que não podia submeter sua liberdade e honra aos “caprichos malévolos de autoridades prepotentes”, haja vista que eram perseguições intencionalmente combinadas, e nada mais. Não se sabe ao certo a quem ou o que Faustino se referia sobre a combinação de sua perseguição. Talvez as articulações políticas objetivadas pelos periódicos, já citados, na iminência do pleito eleitoral, e daí uma articulação involuntária entre os periódicos e a inspeção de higiene, instigada por eles.

O fato é que Faustino não ficou só no plano discursivo. Ofendido e indignado e talvez compelido pelas incitações do *Correio* e d’*A Bahia*, o “Fausto”, de acordo com o articulista do *Diário de Notícias*, no dia 2 de setembro, “julgando-se injuriado pelo sr. dr. Antonio Pacífico Pereira, inspetor geral de higiene desta capital, apresentou [...] queixa por escrito contra este perante o dr. Cassiano Lopes, afim de ter lugar o respectivo processo.”<sup>xxiv</sup> O processo iniciado por Faustino contra o inspetor era o de injúria. No cenário de disputas que figurava, o professor, de alguma maneira, lançou mão de mais uma arma – os meios jurídicos, dentre sua rede de relações, seu prestígio social e a imprensa –, para se manter exercendo suas atividades. Assim, ao se colocar na ofensiva, Faustino demonstrou que também poderia atuar no campo escolhido por seus adversário, primeiro recorrendo aos jornais e depois buscando a Justiça.

Na realidade, instigando a querela entre Faustino e Pacífico – afirmando que a repartição de higiene tinha que agir o quanto antes, a fim de impedir que o curador continuasse atentando contra a saúde, sugerindo que o professor era uma ameaça iminente sobre os soteropolitanos<sup>xxv</sup> – parece que o *Correio* estava ignorando o “devido processo legal”, cujo mote, para ser considerado válido, seria seguir todas as etapas previstas em lei, o que já vinha sendo feito, mesmo que da forma morosa como se desenrolavam os processos judiciais no período.

Enfim, num cenário onde o exercício ilegal da medicina, materializado sobretudo nas práticas de cura alternativas, Faustino Ribeiro Junior, mais do que um personagem controverso pelo prestígio que tinha em sua rede de relações serviu involuntariamente ao jogo político local ocupando páginas de periódicos de oposição, dentre eles o *Diário de Notícias*, *A Bahia* e o *Correio do Brasil*. Esses jornais constituíram, no plano em que imperava o unipartidarismo, uma das únicas, senão a única maneira de fazer oposição política, vez que não estavam sobre as asas dos *severinistas*. As querelas discursivas protagonizadas pelo *Jornal de Notícias* de um lado e *A Bahia* e *Correio do Brasil*, foram fundamentais para chegarmos a essas considerações.

---

\* Mestrando pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA); orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Gabriela dos Reis Sampaio; Fomento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); contatos: e-mail: [xrr.rocha@gmail.com](mailto:xrr.rocha@gmail.com)

<sup>i</sup> LIBERDADE profissional em Medicina: o caso do curandeiro Faustino Ribeiro. *Gazeta Médica da Bahia*, Salvador, nov. 1903. p. 193-194.

<sup>ii</sup> PROFESSOR Faustino. *Diário de Notícias*, Salvador. 8 jul. 1903. p. 1.

<sup>iii</sup> ANTES providenciar. *A Bahia*. Salvador, 29 jul. 1903, p. 1.

<sup>iv</sup> PROF. PACÍFICO Pereira: notas biográficas. *Gazeta Médica da Bahia*. Salvador, v. 53, nº 5, nov. 1922.

<sup>v</sup> GANDIER. Professor Faustino e a Inspetoria de Higiene. *A Bahia*. Salvador, 19 out. 1903. p. 1.

<sup>vi</sup> Ibid.

<sup>vii</sup> O PROFESSOR Faustino uma visita. *A Bahia*. Salvador, 6 ago. 1903, p. 1.

<sup>viii</sup> GANDIER. Professor Faustino e a Inspetoria de Higiene. *A Bahia*. Salvador, 19 out. 1903. p. 1.

<sup>ix</sup> Sobre o desenvolvimento da bacteriologia no Brasil ver: BENCHIMOL, Jaime L. Domingos José Freire e os primórdios da bacteriologia no Brasil. *História, Ciência, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, mar-jun. 1995, p. 67-98.

<sup>x</sup> ARAGÃO, Antonio Ferrão Moniz de. *Op. Cit.*

<sup>xi</sup> FLAUTEANDO. *Correio do Brasil*. Salvador, 14 out. 1903. p. 1.

<sup>xii</sup> PERIGO. *Correio do Brasil*. Salvador, 16 out. 1903. p. 2.

<sup>xiii</sup> FLAUTEANDO. *Correio do Brasil*. Salvador, 14 out. 1903. p. 1.

<sup>xiv</sup> Ibid.

<sup>xv</sup> Ibid., [grifos nossos]

<sup>xvi</sup> MESMER, Anton. *Propositions Concerning Animal Magnetism*. Disponível em: < <http://web.archive.org> >.

Acesso em: 22/06/2013.

<sup>xvii</sup> ÉMILE Coué: *Father of Applied Conditioning*. Disponível em: <http://emilecoue.www hubs.com/>. Acesso em: 17/05/2014.

<sup>xviii</sup> EPAMINONDAS. Professor Faustino. *Jornal de Notícias*. Salvador, 11 ago. 1903. p. 2.

<sup>xix</sup> OS CEGOS que pedem paz. *Jornal de Notícias*. Salvador, 17 ago. 1903. p. 2.

<sup>xx</sup> FLAUTENANDO. *Correio do Brasil*, Salvador, 14 out. 1903. p. 1.

<sup>xxi</sup> CHALHOUB, Sidney. *Revista trabalhadores: Classes perigosas*. Campinas: Associação Cultural do Arquivo Edgard Leuenroth. SM CSP. n. 6, 1990. p. 4-5.

- <sup>xxii</sup> FLAUTENANDO. *Correio do Brasil*, Salvador, 14 out. 1903. p. 1.  
<sup>xxiii</sup> PROFESSOR Faustino. *Jornal de Notícias*. Salvador, 29 ago. 1903. p. 2.  
<sup>xxiv</sup> PROFESSOR Faustino. *Diário de Notícias*. Salvador, 2 set. 1903. p. 1.  
<sup>xxv</sup> PERIGO. *Correio do Brasil*. Salvador, 16 out. 1903. p. 2.

## O fio condutor: a Imprensa Anarquista no Brasil (1945-1988)

Rafael Viana da Silva

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo apresentar a análise sobre a imprensa anarquista em dois períodos. Um que vai fundamentalmente de 1945 a 1964, período marcado principalmente pela atuação no eixo Rio-São Paulo e Rio Grande do Sul e outro, que vai de 1964 a 1988, com a atuação da imprensa anarquista na Bahia e sua difusão pelos outros estados do país. Privilegiando uma dimensão de longo prazo, o artigo tenta compreender a produção, distribuição e consumo da imprensa anarquista, relacionando-a com os diferentes contextos políticos em que esta esteve inserida.

Os meios de comunicação do movimento operário[1], apropriando-nos do termo de Maria Nazareth Ferreira[2] foram decisivos para a propaganda do setor revolucionário ligado ao anarquismo. Entendemos também, que dos anos 1970 até meados dos anos 1990 em geral a historiografia tratou a imprensa anarquista e a imprensa operária como uma só. Mas perceberemos, que mesmo intimamente ligadas, estas possuem práticas discursivas e objetivos diferentes[3]. A imprensa anarquista está conectada intimamente a determinados círculos, grupos ou organizações anarquistas, revelando suas estratégias, e, portanto, possui especificidades e características marcadamente ideológicas. Já a imprensa operária, necessariamente é mais ampla do que a imprensa anarquista, e comporta questões ligadas às entidades de classe e as demandas dos trabalhadores de uma determinada categoria profissional. Se é um erro tratar as duas imprensas como iguais, acreditamos ser problemático separá-las como entidades estanques, ainda mais nos contextos históricos em que o anarquismo e o sindicalismo possuem uma relação de maior proximidade ou confluência, como foi o caso da Primeira República.

Com a repressão getulista, a imprensa anarquista[4] entrará num ocaso que só será quebrado em 1945, com o fim do do Estado-novo. Numa longa poesia publicada no jornal *A Plebe* em sua segunda fase, os anarquistas articulados na União Anarquista de São Paulo (UASP) marcam o retorno de sua imprensa ao cenário político paulistano. A poesia intitulada *Voltando à luta*[5] inaugurava o retorno do jornal *A Plebe*. Simbolicamente, os anarquistas publicavam este jornal na data do dia do trabalhador e “zeravam” a contagem de números do jornal, que apesar de manter o meso nome do periódico que circulara nos anos anteriores, era considerado naquele contexto, como seu primeiro número. O retorno da imprensa anarquista em São Paulo não significava que os anarquistas paulistas se

articulavam apenas naquele maio de 1947, como demonstrado em outros estudos[6], a militância anarquista, mesmo clandestina prosseguiu nos difíceis anos de 1937 a 1945. O retorno da imprensa entretanto, marcava a volta de uma prática que permeou toda a militância anarquista, a divulgação de periódicos que possuíam um importante papel na atividade política libertária. No Rio de Janeiro, assim que os ventos da abertura democrática sopraram e anunciaram o fim do Estado Novo, os anarquistas reorganizarão rapidamente sua imprensa. Por isto, antes mesmo de reunirem-se em congresso, os anarquistas em 1945 retomam sua imprensa específica, que serve assim de um elemento dinamizador de sua articulação.

O primeiro periódico a circular neste período fora o jornal *Remodelações*, editado pelo anarquista cearense Moacir Caminha. Título curioso e que destoa – não sem polêmica – dos demais jornais produzidos no início do pós-guerra, tanto no Rio quanto em São Paulo. O jornal *Ação Direta* editado no Rio de Janeiro e que circulara de 1946 a 1959 era uma homenagem ao homônimo, que fora publicado durante o final da década de 20 e no decorrer da década de 30, antes da repressão advinda do Estado Novo. Outro periódico que toma de empréstimo, o título da pujante imprensa anarquista do início do século, será o jornal *O Archote*[7]. Este teve curta duração (apenas o ano de 1947) e fora publicado pelo grupo anarquista de mesmo nome, sediado na cidade de Niterói, estado do Rio de Janeiro. E por fim, na cidade do Rio de Janeiro, circula o jornal *A Revolta*, produzido e editado pela Juventude Anarquista do Rio de Janeiro, homenageando o jornal de mesmo título que circulou na década de 10, na cidade de Santos-Sp. Seus nomes nos dão uma dimensão deste “fio condutor” que uniu gerações militantes e tempos históricos distintos.

Em São Paulo um destaque, como dito anteriormente, era o jornal *A Plebe*, publicado durante o início do século, “retornava” numa **nova fase**, a partir de maio de 1947. Aliás, mesmo produzido num contexto muito distinto do ambiente da Primeira República, os anarquistas que trabalharam em *A Plebe*, em sua **nova fase** viam-na sempre, como um prolongamento de *A Plebe* que circulara nas décadas anteriores. Com o fim da publicação de *A Plebe*, no início dos anos 60, surgia o periódico *O Libertário*, uma referência direta ao seu homônimo, que circulara no início do século XX. Tais referências a uma cultura política e de certo modo, também de classe, anterior ao período em questão, não devem nos surpreender. A referência ao passado e essa relação com o tempo, na visão do pesquisador Edgar De Decca é fundamental a ação anarquista, pois a “memória não é cristalizada como fato acabado no passado, mas torna-se, memória viva, como consciência no sujeito que revitaliza esse passado através de suas ações”[8].

Essa imprensa retoma e inclui constantemente “elementos disponíveis do seu passado”[9], não apenas abastecendo e sendo abastecida por uma cultura autodidata dentro do movimento anarquista, mas no modo mais amplo, de uma cultura política, que atravessa o tempo. A imprensa nesse sentido está ligada a uma intenção de rearticulação militante e num sentido mais amplo, de interferir nos debates vigentes[10]. É importante não perder esta dimensão da imprensa militante. Esta não é um *fim em si mesma*, mas está ligada a um desejo de incidir em questões políticas e de classe mais amplas[11]. Nesta fase (1945-1964) identificamos dois momentos, um primeiro, que é o de articular os anarquistas “dispersos” e um segundo, o de apoiar a atuação nas entidades de classe. Parece-nos claro, este desejo *organizador* na própria intenção manifestada pela redação dos jornais do período.[12]

*Ação Direta* que começa a circular alguns meses depois do aparecimento de *Remodelações* é editado no segundo andar da Rua Buenos Aires, 147-A[13], centro do Rio de Janeiro. Nos anos seguintes, o escritório da Buenos Aires seria um ponto de encontro permanente dos anarquistas no Rio de Janeiro, não apenas para confecção, organização e distribuição do jornal, mas servindo também, de um pólo de atração de velhos e novos militantes[14]. Em São Paulo, *A Plebe*, apesar de não ter uma sala própria para a redação, estava instalada “provisoriamente, na rua José Bonifácio, 387, 1.º andar, sala 10, onde todas as noites, a partir das 20 horas, haverá uma pessoa encarregada de atender quem precise tratar de assuntos referentes ao jornal”[15]. Esses espaços de imprensa foram fundamentais para reorganização militante. Em sua **produção**[16], envolviam a mobilização de jovens e velhos anarquistas. Segundo Adélcio Copelli[17].

A folha de jornal era colocada num tablado assim, a gente colocava no clichê e as tiras do linotipo. Muitas vezes eu mesmo ajeitei aquilo. Às vezes tinha um espaço em branco, aí eu pegava um livro anarquista ou inventava frases e colocava para preencher aqueles buracos. Chama até de buraco mesmo. O Oiticica até me falou pra fazer isso. Porque tinha que compor, porque a oficina do Jornal do Brasil não estava a dispor, tinha tempo né....[18]

Outro militante que também participara da confecção do jornal *Ação Direta*, fora Edgar Rodrigues[19]. Fugido da ditadura salazarista, Edgar, nascido em Portugal, logo se envolveu na produção do jornal. Segundo este, logo quando chegou ao Rio de Janeiro

Fui muito bem recebido e convidado pelo Manuel Perez a ir à reunião do grupo que publicava *Ação Direta*. E lá fui com o Perez e o Diamantino. As reuniões eram na Urca, então residência do José Oiticica, um anarquista, um homem sábio. Não precisei de “credenciais”, os companheiros aceitaram-me e passei a integrar o grupo que sustentava com artigos, contribuições mensais e pouco

depois com o Pentral (sic) [20] Lopes, fazíamos o espelho do jornal então composto e impresso pelo sistema de linotipo. [21]

O grupo que se reunia em torno da produção do jornal *Ação Direta* por exemplo, agrupava velhos e novos militantes, ainda que os mais experientes ficassem responsáveis – na figura do chamado diretor ou diretor-geral[22] – da coordenação editorial[23] dos periódicos. Este militante possuía grandes responsabilidades[24]. O esquema de contribuição financeira a imprensa anarquista desse período seguia o antigo costume de *subscrições* presente na imprensa anarquista da Primeira República. Ou seja, os militantes eram diretamente responsáveis pela saúde financeira do jornal e deste modo, tinham seus nomes publicados numa coluna. Era comum o uso de pseudônimos, não por uma peculiaridade ou um “hábito” cultural, mas porque, ainda naquele contexto de “redemocratização”, afirmar-se publicamente como anarquista, poderia trazer problemas ao subscritor[25]. Tanto em *Ação Direta*, quanto no jornal *A Plebe*, pode-se ver o balancete dos meses de subscrição, que constava o que fora arrecadado e gasto com a confecção destes. Serviam também de plataforma de solidariedade para periódicos[26] “estrangeiros”. A partir da análise do balancete disponível em dois jornais (*Ação Direta* e *A Plebe*) escolhidos pela sua longevidade e representatividade no período citado, podemos concluir que a base de sustentação da imprensa anarquista nesse período[27] de maior importância em ambos os estados – provinha das duas capitais desses estados. Podemos supor[28] que a capacidade militante e organizativa dos anarquistas paulistas conseqüentemente era o que permitia manter o jornal em pleno funcionamento. Nos locais onde os anarquistas estavam mais organizados conseguiam afluir maiores recursos financeiros. Do mesmo modo, a imprensa servia de contato permanente com organizações e grupos anarquistas de fora do estado, e em alguns momentos, virava até uma plataforma para promover campanhas de solidariedade[29] e que impunham ações concretas.

A despeito do suporte para sua imprensa militante, os problemas financeiros[30] na produção dos jornais eram recorrentes, tanto no Rio de Janeiro[31] quanto em São Paulo[32]. Mesmo assim, a distribuição periódicos era realizada freqüentemente. É importante reafirmar que esta imprensa militante está intimamente ligada a uma questão de classe. Verificamos em nossa pesquisa, que ela não apenas surge como expressão de um setor da classe trabalhadora de um determinado momento histórico, mas destina-se – mesmo quando este setor perde sua hegemonia em suas instituições – principalmente aos trabalhadores. É equivocado portanto, inserir essa imprensa, apenas numa estratégia de



propaganda pela propaganda, quando ela própria, está relacionada com uma prática de classe.

Neste sentido, em São Paulo, além dos jornais anarquistas “nacionais”, os militantes vendiam também periódicos estrangeiros[33]. No que diz respeito a recepção dos jornais é correto afirmar que as colunas da imprensa anarquista do período ecoaram a voz de militantes muitas vezes espalhados e desarticulados com as organizações da capital[34]. A produção, distribuição e consumo textual dos jornais envolviam uma complexa articulação, que era responsável por manter viva esta imprensa e garantir seu funcionamento, conjugando a organicidade política dos anarquistas com uma rede de leitores, distribuidores e assinantes[35]. Em muitos casos, os leitores que não concordassem com determinadas posições eram convidados a expor sua visão sobre determinado tema nas colunas dos jornais[36], ainda que a seleção das matérias principais fosse definida pelo grupo editor responsável e podia em alguns casos, sofrer um comentário crítico do periódico.

Receber um jornal anarquista podia virar um motivo de vigilância da polícia política, isso pelo menos, no final da década de 40 e início da década de 50. O prontuário policial, datado de 23 de maio de 1950 (durante o governo Dutra) ressaltava que “elementos anarquistas, [...] vem recebendo material de outros países”[37]. O nome dos envolvidos e seu endereço foram anexados ao prontuário policial e frequentemente esses teriam de se explicar[38].

Com o fim de *Ação Direta* em 1959, há um breve hiato na imprensa anarquista do período; esta será restabelecida com a publicação do jornal *O Libertário*, em outubro de 1960. Este jornal é publicado na capital paulista e seguia a mesma estrutura dos periódicos anteriores com algumas variações. Seu diretor era Pedro Catallo, um incansável militante paulista, o jornal afirmava-se como “porta voz do movimento anarquista brasileiro”[39], o que de fato encontrava eco na realidade, frente ao fim das publicações anteriores e da perda da organicidade planejada em 1948. Sua edição fora motivada pela “necessidade imperiosa de manter sempre vivas as relações entre os militantes libertários”[40]. *O Libertário* fora publicado de 1960 a 1964, teve 28 números, sendo que sua última edição[41] de fevereiro e março de 1964 nem chegou a circular, frente ao golpe militar que trouxe complicações a militantes do Rio de Janeiro e de São Paulo. Os militantes anarquistas foram surpreendidos com o golpe e apesar de já impresso, a distribuição da última edição do jornal *O Libertário* foi suspensa. Em seu lugar surge o jornal *Dealbar* que é de certo modo *O Libertário* com um novo nome. De curta duração, esse informativo incorpora alguns elementos que seriam

predominantes na imprensa anarquista do período posterior, principalmente o debate da cultura. O jornal era produzido em São Paulo, teve 17 números e circulou de 1965 a 1968. Portanto, se vista de longo prazo, a imprensa anarquista no Brasil, salvo poucos hiatos, teve uma grande continuidade e à despeito de suas formas históricas, possui uma continuidade e coerência nas suas transformações internas. Também circula neste período o efêmero jornal *O Protesto*[42], que surge em 1967 no Rio Grande do Sul e já começa a apontar para elementos que serão aprofundados na chamada imprensa alternativa, cujo jornal anarquista mais significativo será o *Inimigo do Rei*.

O regime militar inaugurado pelo golpe trouxe complicações políticas aos anarquistas neste período. Os anarquistas e sua imprensa foram surpreendidos pela mudança conjuntural provocada pelo golpe. O Centro de Estudos Professor José Oiticica (CEPJO), localizado no Rio de Janeiro foi invadido pelos militares em 1969 e a partir daí a divulgação da imprensa anarquista ficou comprometida. Os anarquistas entrariam na clandestinidade e reduziram suas atividades políticas aos centros culturais e algumas atividades no movimento estudantil. Será deste último, que saíra o vigor para o retorno do fio condutor da sua imprensa. Percebemos não apenas pela imprensa, mas pelas articulações feitas por seus militantes, que a atividade política anarquista jamais cessou. É equivocado portanto, falar de um “retorno” do anarquismo – ao menos no Brasil – na década e 60. Parece claro que a força política do anarquismo sofre um duro revés, mas seria equivocado falar de descontinuidade; no limite, pode-se falar de transformações conjunturais e no interior de seu campo político.

Um dos espaços de atuação dos anarquistas será o Movimento Estudantil Libertário (MEL), cujos integrantes serão detidos e torturados[43] durante o regime militar. Ideal Peres e mais 15 militantes sofrem um inquérito militar pela aeronáutica. O anarquismo à partir disto, permanecerá restrito a iniciativas clandestinas de articulação, ação, que seria possível naquele momento. O primeiro jornal a retomar a imprensa anarquista depois deste acontecimento será o *O Inimigo do Rei*. O jornal foi lançado em 1977 por estudantes baianos que aderiram ao anarquismo. Segundo Simões o jornal surge do embate de estudantes da Universidade Federal da Bahia com outras correntes políticas de esquerda, propondo já em sua primeira edição uma Federação Libertária Estudantil. O contexto de surgimento do jornal está relacionado com uma nova fase conjuntural, onde o Maio de 68 e os elementos contra-culturais possuem grande peso no movimento estudantil[44], o que é determinante para modificar o léxico e as práticas discursivas desse periódico[45].

Segundo Renato Ramos, que participou da distribuição do jornal, o IR trouxe inovações. Se comparado a imprensa anterior

veio como uma coisa completamente nova. Era um jornal anarquista falando sobre homossexualismo, sobre movimento negro, falando de tabus até para anarquistas. Inclusive esses temas causaram problemas com alguns militantes anarquistas mais antigos, como o Edgar Rodrigues.[46]

O pesquisador João Henrique de Oliveira também atesta essa inovação trazida pelo jornal ao afirmar que há um “prolífico diálogo entre a agenda da contracultura e a longa tradição de lutas operárias de esquerda”[47]. A edição e distribuição do jornal acabou extrapolando as fronteiras do estado da Bahia e acabou interligando esses militantes com militantes “históricos”[48]. Segundo Oliveira, o jornal tinha uma rede de colaboradores no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraíba, Pará etc.

A produção do jornal enfrentou vários problemas de ordem econômica, mas fundamentalmente de ordem política. Os altos preços de impressão, serviam como uma pressão *branca* para que este jornal e outros veículos da imprensa alternativa não fossem produzidos. O estrangulamento da imprensa alternativa era realizado pelo fator econômico, ainda que isto fosse planejado politicamente pelo regime militar. O jornal também sofreu vigilância das forças repressivas. Segundo Baqueiro e Nunes, “pelo menos uma vez foi descoberto um agente da Polícia Federal nas reuniões do grupo editor”[49]. Aliás, a vigilância permanente ao anarquismo atravessará não apenas as primeiras décadas do século XX, mas também durante o Estado Novo, a “redemocratização” e o regime militar. Mesmo assim, a impressão de *O Inimigo do Rei* foi longa, o jornal durou de 1977 a 1988, tendo o papel importante de aglutinar, à partir da atuação dos anarquistas baianos, o anarquismo em território nacional.

Não há dúvida que a circulação da imprensa anarquista no período referido, contribuiu decisivamente para construir as identidades políticas e sociais entre militantes e simpatizantes do anarquismo, tenha fortalecido determinadas relações sociais e por fim, reforçado sua identidade ideológica[50] frente às tentativas de enraizamento de sua proposta política na classe. A capacidade da imprensa anarquista brasileira no pós-guerra (1945-1958) acompanhou de fato sua tentativa de mobilização política e enraizamento social. Com seu relativo insucesso, a *propaganda ideológica* restringiu-se a iniciativas culturais[51] de 1958 a 1964 ainda que seja importante ressaltar que este “efeito colateral” **não era uma intenção inicial** de seus militantes. Num segundo momento (1977-1988), a

imprensa anarquista surgiu não exatamente da tradição histórica do anarquismo da Primeira República, mas acompanha a adesão dos estudantes baianos a esta ideologia, com algumas iniciativas efêmeras intercalando o período anterior. De qualquer modo, o fio condutor jamais foi rompido, ainda que as práticas de edição dos jornais tenha se modificado, devido a mudanças na cultura política do anarquismo nesse período. A figura do editor ou diretor geral por exemplo, desaparece, com a nova geração do anarquismo de *Inimigos do Rei*. Mesmo assim, a geração que emerge com o “caldeirão” cultural do Maio de 68 e as lutas estudantis no Brasil, revigora e reencontra a tradição anarquista histórica das décadas anteriores, confluência esta, que não é de maneira alguma, livre de tensões[52]. Vimos também, que a dificuldade da imprensa anarquista esteve relacionada não apenas a vigilância e repressão ao anarquismo, mas também as dificuldades de manter os periódicos financeiramente. A repressão e vigilância a imprensa anarquista, como vimos, foi uma constante em toda o período. A saúde financeira dos periódicos anarquistas por outro lado, dependia exclusivamente da manutenção e crescimento do anarquismo em seus vetores sociais (estudantil ou operário), que sofrerão fluxos e refluxos de acordo com os distintos contextos políticos e sociais. Cabe lembrar que os “núcleos duros” dos jornais eram geralmente compostos dos militantes mais ativos ou mais bem articulados, o que sempre extrapolava para iniciativas de articulação política para além dos jornais. Não sendo um fim em si mesma, a imprensa anarquista assumiu de acordo com as diferentes conjunturas, maior ou menor importância em manter a chama do anarquismo acesa ou difundir essa ideologia em meio às lutas sociais. Seu vigor estava atrelado a uma rede de edição, distribuição e consumo que era alimentada não pela propaganda descolada das lutas sociais, mas pela capilaridade do anarquismo nos espaços da classe trabalhadora e outros vetores sociais.

### Referências

AZEVEDO, Raquel de. *A Resistência Anarquista: Uma questão de identidade (1927 – 1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BAQUEIRO, Carlo. “Entrevista com Renato Ramos” In Blog Inimigo do Rei, 2007. Disponível em <<http://oinimigodorei.blog.terra.com.br/2007/03/06/entrevista-com-renato-ramos/>>. Acessado em 07/08/14.

BAQUEIRO, Carlos; NUNES, Eliene. *O Inimigo do Rei: imprimindo utopias anarquistas*. Rio de Janeiro: Achiamé, s/d.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

CORRÊA, Felipe. “A Militância de Ideal Peres” In Núcleo de Pesquisa Marques da Costa. Disponível em <<http://marquesdacosta.wordpress.com/artigos-do-npmc/militancia-ideal-peres/>>. Acessado em 10/09/14.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FERREIRA, Maria Nazareth. *A Imprensa operária no Brasil – 1880-1920*. Petrópolis: Vozes, 1978.

HOBBSAWM, Eric J. “A formação da cultura da classe operária britânica” In *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

JEREMIAS, Marcolino (coord. Editorial). *Três Depoimentos Libertários*. Rio de Janeiro, Achiamé, s/d.

LEUENROTH, Edgar. *Anarquismo: roteiro da libertação social*. Rio de Janeiro: Achiamé/CCS-SP, s/d.

OLIVEIRA, João Henrique de. “Anarquismo, contracultura e imprensa alternativa: a história que brota das margens” In: *Cadernos de Pesquisas do CDHIS*, 2011. Disponível em <[http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4205238/4101466/palestra\\_joao\\_henrique.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4205238/4101466/palestra_joao_henrique.pdf)>. Acessado em 20/09/14.

REIS FILHO, Daniel Aarão; DEMINICIS, Rafael (org). *História do Anarquismo Volume 1*. Niterói, EdUFF, Rio de Janeiro, Mauad, 2004.

SILVA, Rafael Viana da. *Elementos Inflamáveis: Organizações e Militância Anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964)*. Seropédica, RJ. 2014. 174p Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

SILVA, Rodrigo Rosa da. *Imprimindo a Resistência: A Imprensa Anarquista e a Repressão Política em São Paulo (1930-1945)*. Campinas, SP : [s. n.], 2005.

STRELOW, Aline do Amaral Garcia. “Jornalismo alternativo no Rio Grande do Sul”. In: *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*, 2008. Disponível em <[http://www.bocc.ubi.pt/\\_esp/autor.php?codautor=1552](http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=1552)>. Acessado em 15/09/14.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

## Jornais consultados

*Ação Direta*, Rio de Janeiro.

*A Plebe*, São Paulo.

*A Revolta*, Rio de Janeiro.

*Dealbar*, São Paulo.

*O Archote*, Niterói.

*O Inimigo do Rei*, Bahia.

*O Libertário*, São Paulo.

*O Protesto*, Rio Grande do Sul.

*Remodelações*, Rio de Janeiro.

## NOTAS

[1] Seguimos as precauções de Eric Hobsbawm em diferenciar o que seria a classe operária ou trabalhadora num sentido mais amplo do movimento operário. Se sobre a primeira, “não ter sido constituída nem de militantes, nem mesmo de trabalhadores organizados”, o historiador inglês nos alerta que “o mundo e a cultura das classes trabalhadoras é incompreensível sem o movimento operário, que por longos períodos foi seu núcleo”. HOBBSAWM, 1988, p. 254.

[2] FERREIRA, 1978, p. 87.

[3] RODRIGUES in ADDOR; DEMINICIS, 2009, p. 174.

[4] Cf. SILVA, 2005.

[5] Pelo menos é o que os próprios militantes afirmam. Segundo estes, “Publicamos em outra página deste número uma poesia de Gigi Damiani, nosso velho companheiro de redação que, como muitos outros militantes da causa da Liberdade, foi arrancado do convívio e atirado à enxurrada das deportações pelo tufão da tirania. Não poderíamos encontrar mais expressiva imagem para caracterizar o momento presente deste renascer do anarquismo. Cf. Voltando à Luta. **A Plebe**, São Paulo, 01 de Maio de 1947, nº 01, p. 01.

[6] No período do Estado Novo, segundo Rodrigo Rosa, ainda que o eixo principal da atuação do DEOPS tenha se deslocado a partir de 1935 – com seu olhar voltando-se contra a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e o PCB, “os documentos apontam uma permanência da repressão” aos anarquistas e sua imprensa, durante a década de 30 e até mesmo meados da década de 40, fato que indica, que mesmo impedidos de produzir seus jornais durante o Estado Novo, sua cultura autodidata impelia-os como um imã a “buscar” sua imprensa específica, mesmo no exterior.

[7] Sobre o nome deste periódico o militante Raul Vital explica sua adoção: O título foi de difícil escolha. Anotei uma série deles e, após demorados confrontos, optei pelo “O Archote”, pela sua significação simbólica: um braço sustentando um facho de fogo. Raul Vital. Reflexões de um Anarquista **Ação Direta**, Rio de Janeiro, Março de 1959, nº 133, p. 02. O desenho do Archote foi feito por Ideal Peres.

[8] DECCA, Edgar de. *Apud* AZEVEDO, 2002, p. 45.

[9] WILLIAMS, 1979, p. 125.

[10] Segundo Norman Fairclough é preciso compreender qualquer prática discursiva a partir de três pilares: prática social, prática discursiva (produção, distribuição, consumo) e texto. FAIRCLOUGH, 2001, p. 101. A concepção tridimensional do discurso é uma “tentativa de reunir três dimensões analíticas”. No plano da prática discursiva anarquista do período, a importância dos jornais, na produção, consumo e distribuição é fundamental para a constituição de uma articulação militante. No que diz respeito às práticas sociais, os anarquistas desejam interferir nos debates vigentes. Em 1945, o grande debate é a Constituinte, na qual os anarquistas articuladores de *Remodelações* publicam uma série de artigos.

[11] Segundo o jornal *A Plebe*, “Os libertários interveem sempre e ativamente nos debates e questões públicas em que os direitos populares são postos em jogo, estudando-os, discutindo-os e agindo por todos os meios, dando o exemplo da atividade e do espírito da iniciativa, influenciando, mesmo na solução das questões de caráter imediato, nas consciências populares para despertar o seu interesse pelo problema da transformação social.” O Anarquismo no momento presente: manifesto-programa. *A Plebe*, São Paulo, 01/05/1947, nº 01, pp. 04-05.

[12] Diariamente, das 9 às 17 horas, há uma pessoa na redação de ‘REMODELAÇÕES’ para atender os camaradas que nos procurarem. Nas segundas-feiras, das 9 às 11 horas, a nossa diretora está na redação para atender os camaradas que precisarem algum entendimento à respeito do movimento libertário. AVISO. *Remodelações*, Rio de Janeiro, 08/12/1945, nº 09, p. 02.

[13] Administração. *Ação Direta*, Rio de Janeiro, 20/04/1946, nº 02, p. 04.

[14] Como fora o caso do nosso entrevistado. Segundo ele “Depois eu fui trabalhar num banco. Aí eu conheci também um companheiro que se chamava Petral. Que também já tinha sido do Partido Comunista. É uma evolução. Ele era mineiro, o banco que eu trabalhei era mineiro também. Banco Crédito Real de Minas Gerais. Então esse Petral, já ajudava na confecção do Ação Direta. Então ele me chamou pra ajudar e eu passei a ajudar.” Entrevista com Adélcio Copelli, concedida a SILVA, Rafael Viana da; AMORIM, Gabriel de Avellar em 02/11/2011 apud SILVA, 2014.

[15] A Redação de *A Plebe*. *A Plebe*, São Paulo, 01/05/1947, nº 01, p. 05.

[16] Estamos seguindo a metodologia proposta por Norman Fairclough de entender uma prática discursiva a partir de sua produção, distribuição e consumo. Iniciaremos pelo processo de produção. FAIRCLOUGH, 2001, p. 101.

[17] Infelizmente não nos foi possível ter informações nos documentos utilizados sobre a produção dos jornais em São Paulo.

[18] Entrevista com Adélcio Copelli, concedida a SILVA, Rafael Viana da; AMORIM, Gabriel de Avellar em 02/11/2011 apud SILVA, 2014.

[19] Pseudônimo de Antônio Correa.

[20] Petral Lopes.

[21] RODRIGUES, Edgar In JEREMIAS, Marcolino (org.), s/d, p. 90.

[22] Em *A Plebe*, o diretor seria Edgar Leuenroth, que ficaria nesse posto até o fim da publicação deste jornal. Em *Ação Direta* o responsável seria José Oiticica. Oiticica era um catedrático de língua portuguesa e professor de português e literatura no colégio Pedro II. Com a morte de Oiticica em 1957, assume esta função Sonia Oiticica.

[23] A competência para ocupar esse posto não era apenas uma competência técnica ou apenas política. Amparando-nos nas reflexões de Bourdieu, podemos pensar que “A competência ‘técnica’ depende, fundamentalmente, da competência social e do sentimento correlato de ser estatutariamente fundamentado e convidado a exercer essa capacidade específica, portanto, a detê-la, por intermédio da propensão para adquiri-la que é função da

capacidade e da necessidade socialmente reconhecidas para proceder a tal aquisição.”  
BOURDIEU, 2007, pp 382-383.

[24] Não apenas revisar e coordenar editorialmente os jornais, mas segundo A.C, de algum modo dar um apoio financeiro substancial para sua manutenção. Quando perguntado se existia dificuldade financeira para vender o jornal, nosso entrevistado nos relata que, “Eu observava isso sim, eu tive muito contato com o Oiticica lá no escritório e muitas vezes o Oiticica dava a maior parte. Eu me lembro disso...” Entrevista com Adélcio Copelli, concedida a SILVA, Rafael Viana da; AMORIM, Gabriel de Avellar em 02/11/2011 apud SILVA, 2014.

[25] Em carta respondida por Ideal Peres, o anarquista Rafael Fernandes pedia para que seu nome não fosse divulgado na lista de contribuição para o jornal Ação Direta. Ideal Peres. Carta endereçada a Rafael Fernandes. 25 de Outubro de 1958. **APMJ** apud SILVA, 2014.

[26] São recorrentes o envio de dinheiro para outros países, principalmente aos exilados espanhóis.

[27] Cf. SILVA, 2014.

[28] Descritas qualitativamente no capítulo anterior, organizações anarquistas no Rio de Janeiro e São Paulo.

[29] Especialmente nos primeiros anos de *Ação Direta*, onde uma campanha em apoio aos exilados espanhóis e os perseguidos pelo franquismo foi realizada por meio deste jornal. Assim como, uma campanha de apoio aos anarquistas búlgaros. Não é sem razão, que o linguista Norman Fairclough, considere as práticas discursivas como uma forma de “prática social”. FAIRCLOUGH, 2001, p. 91.

[30] Não é a toa que muitos jornais “desaparecerão” rapidamente. Os mais longevos, como *Ação Direta* e *A Plebe* manter-se-ão sob permanente necessidade financeira.

[31] Segundo consta em *Ação Direta*, pois este “custa 80 [centavos], com 40 por cento ao distribuidor”. “De modo que o DEFICIT, em cada exemplar, é de 50 centavos.” Reforço para Ação Direta. **Ação Direta**, Rio de Janeiro, 16/06/1946, nº 09, p. 03. Os pedidos de ajuda financeira eram praticamente uma coluna fixa do jornal, que reforça que “**Ação Direta**, semanário anarquista, vive exclusivamente das contribuições assumidas voluntariamente por seus simpatizantes. A Administração pede encarecidamente aos contribuintes já existentes, como aos novos, que fixem sua quota mensal e procurem nem variá-la, nem deixar de enviá-la até o dia 5 de cada mês. A não observância dessas duas condições pode perturbar o andamento de *Ação Direta*. Administração. **Ação Direta**, Rio de Janeiro, 20/02/1946, nº 02, p. 04.

[32] São recorrentes os pedidos de apoio em *A Plebe*.

[33] A agência Aliança, localizada na Rua D. José de Barros, 245, próxima do Largo Paissandú, vendia os jornais “Umanità Nova” (Itália), “L’Adunata del Refrattari”, “Cultura Proletária” (ambos de Nova York) e “Tierra Y Libertad”, do México.

[34] A criação da coluna “Buscando esclarecimentos” no jornal *A Plebe*, neste sentido tinha como objetivo manter neste periódico uma coluna permanente de diálogo entre o jornal e seus leitores. Os leitores enviariam perguntas aos jornal, que por sua vez procuraria responder as dúvidas ou buscar pessoas que pudessem respondê-las. Sobre a criação desta coluna, Cf. Buscando esclarecimentos: pergunte ou responda. **A Plebe**, São Paulo, 13/11/1948, nº 19, p. 02.

[35] Segundo o artigo que consta em *Ação Direta* podemos ver este suporte material a imprensa anarquista. “Portanto, apelamos a todo assinante para que renove sua assinatura (sic) sem mais tardar; aos militantes para que enviem suas contribuições com maior regularidade; aos pacoteiros para que aumentem o pedido de exemplares; aos companheiros que efetuam a distribuição nas bancas para que se aumente o número delas;



aos que recebem gratuitamente nosso periódico para que colaborem financeiramente e a todos para que nos indiquem novos endereços de pessoas interessadas em nossas idéias e consigam novos assinantes.” Cf. Melhoramentos em Ação Direta. **Ação Direta**, Rio de Janeiro, junho de 1959, nº 135, p. 03.

[36] No jornal *A Plebe* esses debates ficaram restritos a coluna Tribuna de Debates. Que dizia: “Se não concordar com o que na ‘A PLEBE’ for dito – aqui poderá expor a sua discordância.” Nesta Tribuna, por exemplo, o anarquista Peloriano Maia, da Juventude Spartacus, do Rio, envia um texto discordando de um artigo dos números anteriores. Livros para a nossa propaganda. **A Plebe**, São Paulo, 24/03/1948, nº 13, p. 01. **A Plebe**, São Paulo, 24/03/1948, nº 13. Tribuna Livre, Conversando sobre Idéias e Definindo atitudes, p. 02.

[37] Cf. Investigações procedidas sobre a “Associação Libertadora das Operárias em Casa de Família”. A mesma foi idealizada pelo anarquista Nicanor de Barros, que fracassou completamente em sua organização. 23/05/1950. Prontuário DEOPS-SP no. 05 – Anarquismo, p. 03.

[38] Esse foi o caso de Alfredo Carnevale, que recebia o jornal *A Plebe* e segundo a agência policial vinha recebendo o jornal sem sua “acquiescencia”. Idem.

[39] **O Libertário**, São Paulo, Novembro de 1960, nº 02, p. 03.

[40] *Idem*.

[41] Que corresponde ao número 27 e 28. Isto porque os anarquistas resolveram publicar dois números numa mesma edição.

[42] STRELOW, 2008, p. 05.

[43] CORRÊA, 2014.

[44] Segundo o historiador João Henrique de Oliveira, *O Inimigo do Rei* era um “jornal simultaneamente militante e bem humorado, engajado e desbocado, que exalava um inconfundível perfume contracultural, trazendo em suas páginas desde textos falando sobre os mártires de Chicago até matérias sobre sexualidade e maconha.

[45] Em entrevista ao militante Ricardo Liper, segundo Eliene Nunes e Carlos Baqueiro, o que o jornal *O Inimigo do Rei* fez, foi pegar a linguagem da imprensa nanica e radicalizá-la.

[46] BAQUEIRO, 2007.

[47] OLIVEIRA, João Henrique de. “VOCÊ PODE FUMAR BASEADO...”: A contracultura nas páginas de *O Inimigo do Rei* In BAQUEIRO; NUNES, s/d, p. 21.

[48] Apesar da iniciativa de *O Inimigo do Rei* ter sido obra de estudantes sem ligação com militantes do anarquismo histórico, logo esses militantes passaram a ter contato com algumas figuras do movimento, tais como Ideal Peres.

[49] BAQUEIRO; NUNES, s/d, p. 10.

[50] O que Norman Fairclough chama de os três aspectos dos efeitos construtivos do discurso: “O discurso contribui, em primeiro lugar, para a construção do que variavelmente é referido como ‘identidades sociais’ e ‘posições de sujeito’. [...] Segundo, o discurso contribui para construir as relações sociais entre as pessoas. E, terceiro, o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença.” FAIRCLOUGH, 2001, p. 91.

[51] Damos como elementos indicativos do “fim” desta empreitada, o fim do Movimento de Orientação Sindical em 1958 e a mudança no foco das iniciativas de “expansão do movimento anarquista” tiradas na Conferência Nacional anarquista em 1959, que segundo Edgar Leuenroth: “Passando em revista o que se estava executando, assentam-se medidas para dar ao movimento maior amplitude. Entre essas iniciativas, figuram os Centros de Cultura e os Grupos Teatrais, ‘Nossa Chácara’, a publicação do jornal do movimento do Brasil e a difusão dos livros e das publicações libertárias de outros países.” LEUENROTH,

pp. 123-124. Parece sensato supor, que com pouca capacidade militante, os anarquistas a partir de 1959, resolvessem desta maneira, optar por manter espaços “mínimos” de propaganda.

[52] Cf. OLIVEIRA, 2011.

## **Impressos, cidadania e política no Rio de Janeiro (1858-1861)**

Rafaela de Albuquerque Silva<sup>1</sup>

### Resumo

Procura-se, ao longo deste trabalho, debater algumas questões em torno dos direitos civis nos impressos em circulação no Rio de Janeiro, entre os anos de 1858 e 1861, marcados pelas contendas em volta do projeto de regulamentação do casamento civil de José Thomaz Nabuco de Araújo apresentado à Câmara dos Deputados e sua aprovação. Ao problematizar os entraves ao exercício da cidadania impostos a imigrantes e brasileiros acatólicos, intenta-se, pois, evidenciar o papel dos escritos sobre a liberdade religiosa como não apenas meios de mobilização, mas como ativos quanto ao processo de formação de culturas políticas no Brasil.

### Abstract

This paper seeks to discuss some questions in relation with civil rights in the Rio de Janeiro press, during the years between 1858 and 1861, marked by the dispute surrounding the regulatory project of José Thomaz Nabuco de Araújo's civil wedding, presented in the Chamber of Deputies, and its approval. By problematizing the obstacles that immigrants and non-catholic Brazilians face in the exercise of their citizenship, we intend to evidence the role of the press concerning religious freedom, not only as a means of mobilization, but also as an active element in the formation process of political cultures in Brazil.

O presente texto não se desenvolve com o objetivo de proporcionar uma leitura definitiva de um problema. Os limites impostos por seu vínculo a uma tese em desenvolvimento permitiram apenas esboços, propostas de compreensão de uma parte significativa do processo de secularização dos direitos civis no Brasil por meio de uma abordagem das relações entre cidadania, culturas políticas articuladas a história das práticas de leitura.

Problematizar a agitação de idéias em torno da cidadania implica realizar um pequeno recuo em direção às relações entre Igreja e Estado. Tal vínculo, definido a partir do sistema de padroado<sup>2</sup>, conferia ao Brasil uma estrutura judicial particular, uma vez que, ao depositar sobre a Igreja a prerrogativa de realização dos registros de nascimento, casamento e óbito, se negava aos acatólicos o direito de se registrarem ou

casarem legalmente. Igualmente, havia limitações quanto ao exercício dos direitos políticos, representados pela participação político-partidária, em virtude de não professarem a religião do Estado. Sendo assim, o desenvolvimento dos direitos civis e políticos no século XIX devia, sobretudo, ser realizado a partir de um movimento de elaboração de uma estrutura burocrática que possuísse como base uma secularização política<sup>3</sup>, ainda que restrita, entre outros fatores, pelo artigo 5º da Constituição<sup>4</sup>.

Com efeito, o processo de difusão internacional do liberalismo político a partir da segunda metade do oitocentos estimulou o aprofundamento de questões a respeito do papel ocupado pelo catolicismo no Brasil, que, na prática, ia de encontro aos ideais de progresso e civilização que, como norteadores de projetos políticos<sup>5</sup>, concebiam a imigração como um dos instrumentos de obtenção do aperfeiçoamento étnico, técnico e cultural. Naquela conjuntura, entretanto, foram distintos os projetos de implantação de tal mão-de-obra<sup>6</sup>, que por vezes alicerçados nos propósitos da “direção Saquarema”<sup>7</sup> em sua constante associação da ordem à autoridade, afirmavam a inadequação *política* da vinda de franceses, ingleses e norte-americanos, principalmente em regiões distantes da Corte, à estabilidade almejada.<sup>8</sup>

Não obstante, o processo de delimitação das leis civis em relação aos direitos de imigrantes acatólicos ocorria de forma lenta. Questões sobre herança e tutelas de filhos de estrangeiros nascidos no Brasil ocupavam parte significativa das correspondências consulares. Em 1858, o *Almanak Laemmert* anunciou a publicação das *Considerações sobre heranças jacentes, e análise do artigo e análise do artigo 6º §§ 1º e 2º da Constituição* de José Mauricio Fernandes Pereira de Barros<sup>9</sup>, acompanhando os debates institucionais travados no cotidiano do Ministério das Relações Exteriores<sup>10</sup>. Cabe ressaltar, igualmente, as iniciativas pela elaboração do Código Civil, tais como a apresentação do projeto sobre os casamentos mistos e evangélicos de José Thomaz Nabuco de Araújo ao Conselho de Estado, em 1856<sup>11</sup>, e a atenção dispensada à promulgação da lei dos cemitérios extramuros, já nos anos 1840.

É a partir desse contexto em que deve ser compreendida, portanto, a intensa produção de textos<sup>12</sup> de caráter diverso, porém que tinham como objetivo propor projetos de condução do desenvolvimento da cidadania. Desenvolvia-se, assim, uma circularidade de escritos de caráter político, jurídico, histórico, teológico, e mesmo médico<sup>13</sup>, que buscavam estabelecer influências sobre a transformação da sociedade, ou mesmo sobre a permanência das hierarquias entre católicos e acatólicos.

Contudo se de maneira geral nos anos 1850 os jornais haviam perdido parte de seu tom político militante, abrindo possibilidades para a proliferação de folhas literárias em virtude da estabilidade proporcionada pela Conciliação<sup>14</sup>, as décadas seguintes verificaram um novo impulso de periódicos políticos. Segundo Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, “redatores convertiam-se em jornalistas, atentos ao ritmo dos acontecimentos que deviam transmitir à opinião pública<sup>15</sup>”, nas lutas de redefinição de campos partidários e identidades<sup>16</sup>, de acordo com o esfacelamento político favorável, nos dizeres de Ângela Alonso, à dilatação da estrutura de oportunidades políticas<sup>17</sup>.

Outrossim, a ausência de restrições ao fluxo imigratório possibilitou não apenas o aumento da complexidade social nas cidades e colônias, como a diversificação de discursos a respeito das implicações da relação entre Igreja e Estado na configuração dos direitos civis. Para além das disputas partidárias, o envolvimento de estrangeiros expressava-se de diversas formas, como por meio de pedidos a consulados<sup>18</sup> e da produção de obras que buscaram denunciar as mazelas das colônias brasileiras<sup>19</sup>. A fundação de associações religiosas acatólicas<sup>20</sup> e moções de processos de casamentos mistos – e divórcios – às autoridades, deram ensejo, portanto, à extrapolação dos debates das esferas institucionais, onde a imprensa, beneficiando-se da propagação de múltiplas experiências periódicas, apresentou-se como lócus de críticas, embates e projetos de condução da ampliação da liberdade, se afigurando, assim, enquanto importante componente para a compreensão das relações de poder, ao viabilizar a pressão por inserção no campo político daqueles que não possuíam condições formais para obtenção de seus direitos<sup>21</sup>.

Nesse sentido, é lícito levantar questões a respeito do teor político dos periódicos protestantes, e em língua estrangeira<sup>22</sup> publicados no Rio de Janeiro, entre os anos 50 e 70, que além de viabilizar o fortalecimento dos vínculos comunitários de imigrantes católicos ou não, ainda que não produzissem obras teóricas, construíam textos de intervenção no debate público onde avaliaram, entre outros aspectos, a permanência do catolicismo<sup>23</sup> a partir de perspectivas singulares, marcadas pela experiência concreta da distância entre as leis e a prática e por distintas tradições políticas.

~~Em Coimbra, publicou-se O “Casamento civil e seus adversários”, de Augusto S. N. Carneiro, cujos textos foram publicados, em parte, pelo *Jornal do Commercio*; em Lisboa, as *Duas palavras sobre o casamento*, do Visconde de Seabra, e os *Estudos sobre o casamento civil*, de por ocasião do opúsculo do Visconde de Seabra sobre esse~~

~~assumpto<sup>24</sup>, de Alexandre Herculano, tiveram suas repercussões no Rio. O~~ Analisados geralmente como instrumentos de propagação de doutrinas<sup>25</sup>, acentuando-se o papel das tipografias no processo de circulação de idéias e organização das comunidades, negou-se aos jornais acatólicos, em grande parte, seu caráter político, ao viabilizar, em parte, a pressão por inserção de indivíduos que não possuíam condições diretas para a obtenção de seus direitos.

Ainda que não contemplados pelos limites temporais propostos no Rio de Janeiro, afirma-se que tal papel foi assumido, naquele contexto, pela criação da *Imprensa Evangélica* e, quanto aos espíritas, pelas folhas *O Reformador*, *O Renovador*, *O Espiritismo*, e pela *Revista da Sociedade Acadêmica Deus, Cristo e Caridade*. Além destes periódicos, voltados especificamente para as comunidades religiosas dissidentes, havia o *The Anglo Brazilian Times*, dedicado aos ingleses, enquanto os franceses possuíam folhas como o *Courrier du Brésil*, *L'Alcyon*, *Le Brésil*, *Le Courrier de Rio de Janeiro*, *L'Écho du Bresil* et de *L'Amérique du Sud*, entre outros<sup>26</sup>.

O elevado número de obras publicadas nos anos 60<sup>27</sup> tendo como tema o casamento civil e a liberdade religiosa fornece importantes indicativos da importância do tema nos debates públicos daquela conjuntura, e permite formular questões a respeito do uso dos livros e das resenhas como parte importante das estratégias de formulação de um discurso político a respeito da realidade brasileira. Com base em levantamentos prévios realizados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, foi possível apontar um número elevado de gazetas que apresentam, de acordo com as reflexões já realizadas sobre o caráter informativo e político dos jornais, diversos textos transcritos, comentários sobre questões religiosas em outros países, como França, Inglaterra e Itália, notícias e anúncios diversos, onde se encontram livros publicados, resenhas, transcrições de atas da Câmara dos Deputados.

Paralelamente, jornais de caráter noticioso permitiam o estímulo dos debates por intermédio de suas seções “A pedidos”, onde publicavam, mediante pagamento, reclamações e análises de leitores<sup>28</sup>. *O Diário do Rio de Janeiro*, o *Jornal do Commercio* e a *Gazeta de Notícias*, entre outros, ao publicarem textos políticos, relatos de viajantes e atas dos debates no Conselho de Estado e na Câmara dos Deputados, tornavam-se também atuantes no processo de circulação e desenvolvimento de debates públicos em torno do Estado e suas consequências ao movimento de construção da cidadania no Brasil. *O Jornal do Commercio*, em 1858 dedicou-se à questão do

casamento civil, com base no projeto de Nabuco de Araújo já em seu trânsito na Câmara, comentando suas propostas. Igualmente, encontravam-se presentes no *Correio da Tarde* comentários de casos estrangeiros de excomunhão e casamentos perante a lei civil publicados, contra a união, bem como a série de cartas intituladas: “*Casamentos protestantes: resposta imparcial de um catholico romano sobre o valor dos casamentos protestantes celebrados no Brasil*”.

Do mesmo modo, publicavam-se trechos de relatos de viajantes pelas colônias brasileiras, a exemplo dos que foram produzidos por Johann Jakob Von Tschudi em sua viagem à província do Espírito Santo<sup>29</sup>, e da incursão de Robert Avé-Lallemant pelo Rio Grande do Sul, em 1858. Os textos, fragmentados para sua publicação, eram por vezes acompanhados de pequenas considerações, de juízos sobre a maneira com a qual tais viajantes averiguavam as colônias de parceria, muitas vezes em função da perpetuação de um discurso impulsionador da imigração, como verificado em jornais vinculados ao Estado Imperial, como *La Gazette du Brésil*, publicado o Rio e nos portos franceses.

Num contexto em que o periódico encontrava-se mais acessível em virtude de seu preço, o livro encontrou no jornal seu espaço de atuação, pois por meio da tradução, transcrição e interpretação de diversos trechos ou livros completos, viabilizou-se disseminação de seu conteúdo, delimitando-se espaços para o destaque de obras recentes, acompanhadas de pequenos comentários que salientavam suas qualidades, mas também incoerências<sup>30</sup>. A resenha ocupou, assim, um importante papel, refletindo a tradição brasileira de comentar e criticar obras recém-publicadas que fossem consideradas objetos de reflexão<sup>31</sup>. Nesse sentido, além de cumprir a função de divulgação das atualidades e estímulo à leitura, servia como instrumento de consagração, como também de afirmação de posicionamentos políticos por parte dos redatores<sup>32</sup>. Tais textos envolviam, portanto, debates e polêmicas que fornecem indícios para a compreensão dos usos e interpretações das obras analisadas<sup>33</sup>.

Como exemplo, destaca-se grande número de intelectuais engajados nas disputas em torno da concepção de cidadania, a exemplo de Carlos Kornis Totvárd, um daguerreotipista húngaro exilado no Brasil entre 1854 e 1862. Tendo recebido incumbências para emitir pareceres jurídicos sobre os direitos civis por parte de legações estrangeiras que contratavam advogados para defender os imigrantes, publicou em 1858 “*O casamento civil; ou, O direito do poder temporal o Direito do Poder*

Temporal em negócios de casamentos—discussão jurídico-histórico-teológica, de Carlos Kornis de Totvár, em dois volumes, cujos textos foram”, uma reunião de artigos publicados anteriormente no Correio Mercantil, aparece anunciado em folhas diversas, inclusive em língua estrangeira: em defesa dos estrangeiros, travando polêmicas, principalmente, com Augusto Teixeira de Freitas, àquele momento responsável pela redação do Código Civil.<sup>34</sup> Em 1859, o texto de Braz Florentino Henriques de Souza, *O casamento civil e o casamento religioso*, bem como a crítica ao mesmo escrita pelo por Totvár receberam as críticas da *Revista Popular*, que afirmou ter o primeiro autor, arrastado, ao tratar do problema, “sua religiosidade além dos limites”<sup>35</sup>. Em 1861, o *Courrier du Brésil*<sup>36</sup> lhe dedicou comentários, reproduzindo, no mesmo texto, não apenas uma crítica às instituições imperiais, como uma carta enviada por protestantes em elogios à obra. Casos similares podem ser vistos em outros jornais, como no semanário *L’Echo du Brésil et de l’Amérique du Sud*.<sup>37</sup>

Por conseguinte, atentando-se para as especificidades quanto à seleção da notícia, publicação de anúncios e cartas de leitores, considerando-se os processos de edição, tradução e anúncio de obras, descortina-se a ampliação dos debates em torno da liberdade para além das esferas institucionais, permitindo-se analisar um importante campo de produção de discursos que, se não encontrava-se diretamente ligado ao Estado, com ele dialogava diariamente. Tais impressos, pois, encarados de forma ampla, se articularam num processo de criação, adaptação e reafirmação de culturas políticas, tornando-se importantes veículos de compreensão das transformações sociais e culturais pelas quais passava a sociedade, permitindo a inserção, no cotidiano das práticas de leitura, das demandas pela ampliação dos direitos através da secularização das instituições. Aprender ao mesmo tempo o que é instituído, ou seja, a forma vencedora de interpretação e a maneira com que estabelecem-se novos diálogos torna-se, portanto, essencial para que se possa compreender os discursos numa imprensa que, principalmente a partir dos anos 60, amplia as fronteiras do politicamente indizível, considerando-se as potencialidades contidas na realidade, ou melhor, as diferentes pretensões subjetivas à sua construção<sup>38</sup>, materializadas no confronto diário entre uma concepção idealizada da realidade e o cotidiano das mazelas da colonização.

Foram distintas as percepções da ação do Estado, num processo de formação, reafirmação ou adaptação de culturas políticas distintas. Existiam, pois, leituras laicas, protestantes, liberais, conservadoras em constante diálogo, que naquele momento de



“redefinição das identidades políticas”, nos dizeres de Silvana Mota Barbosa<sup>39</sup>, envolviam o conflito entre diversos projetos de *transformação*, e, por outro lado, a busca pela *conservação*, na garantia de mudanças políticas e institucionais ocorridas tendo como suporte a ordem, sem alterar as bases da sociedade<sup>40</sup>. Sendo a política o espaço onde *dizer torna-se fazer*<sup>41</sup>, ou mesmo fazer crer na possibilidade de concretização de projetos, redatores e jornalistas, “vendedores profissionais dos serviços políticos”<sup>42</sup> operavam de modo a produzir novas interpretações das idéias e igualdade jurídica perante o Estado, de liberdade de consciência. Os imaginários sociais em perpétuo movimento – que ocorrem quando uma sociedade partilha de uma rede comum de significações, onde símbolos e significados são criados, reconhecidos e apreendidos dentro de certos circuitos de sentido e utilizados coletivamente como dispositivos transformadores e orientadores de práticas sociais, mobilizavam por meio de tais escritos, afetos, emoções e sensibilidades<sup>43</sup>, tornando a imprensa, enquanto agente histórico, portadora de conteúdos que formulam, mais do que reproduzem, tendências e projetos.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Política da UERJ, sob a orientação de Dr.<sup>a</sup> Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

<sup>2</sup> Segundo Guilherme P. C. Pereira das Neves, o padroado definia-se por meio de uma relação na qual ao monarca delegavam-se as atribuições de criação de bispados, paróquias e indicação de membros do clero a ela destinados; o direito a arrecadação e aplicação das receitas obtidas com os dízimos, assim como conferir seu beneplácito a bulas e outros documentos papais que circulassem em seus reinos e domínios e, em troca, entregavam-se à Igreja as prerrogativas de missionarização dos indígenas e atendimento aos fiéis. A partir desta ligação, para Francisco José da Silva Gomes, à instituição católica relegava-se a função de condutora da homogeneização e moralização da população e da estabilidade da ordem pública, na medida em que o catolicismo atuava como um elemento interno das relações políticas, e não apenas uma ideologia legitimadora do poder.

<sup>3</sup> Ver: CARVALHO, José Murilo de. “Cidadania: Tipos e Percursos”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 18, 1996; Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Entende-se, entretanto, uma diferenciação entre a secularização, à qual atribui-se um caráter sócio-cultural, da laicidade, que condiz estritamente com condições políticas para seu estabelecimento. Neste âmbito, ainda que tratadas comumente como sinônimos, pois ambas tratam da autonomização em relação ao controle antes exercido pela religião, a primeira condiz com o processo através do qual as práticas e instituições religiosas perdem sua significação, enquanto o segundo refere-se diretamente à separação entre Igreja e Estado. De acordo com tais propostas, é preciso pensar a laicidade em sua dupla condição de neutralidade: a do Estado em relação à igreja e, conseqüentemente, sua neutralidade na conferência de igualdade perante as diferenças sob sua jurisdição. A laicidade, portanto, não se confunde com a liberdade religiosa ou a tolerância, mas com questões necessariamente ligadas à natureza do Estado. Ver: GIUMBELLI, Emerson. *O fim da religião: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França*. São Paulo: Attar Editorial, 2002; CIARALLO, Gilson. “Estudos da secularização do Brasil nas ciências

sociais: entre a explicação sociológica e a compreensão de individualidades históricas”. Hum., Univ. Brasília, v. 6, n. 1, p. 41-58 jan./jun. 2009

<sup>4</sup> Que limitava o exercício do culto dissidente a casas particulares, sem forma exterior de templo.

<sup>5</sup> ABREU, Martha. “Catolicismo”. In: VAINFAS, Ronaldo. (org.) *Dicionário do Brasil Imperial*. São Paulo: Objetiva, 2008. p. 126.

<sup>6</sup> PRADO, Maria Emília. *Op. Cit*, p. 78.

<sup>7</sup> Ver: MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema. A formação do Estado Imperial*. São Paulo, Hucitec, 2004. p. 142.

<sup>8</sup> Ver: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte “O espelho francês na Paris das Selvas”. In: Laurent Vidal e Tânia Regina de Luca (orgs.) *Franceses no Brasil – séculos XIX e XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 272; menezes, Lená Medeiros. *A imigração européia como passaporte para o progresso e a civilização no Brasil do século XIX*. Paper apresentado no XIV Congresso Internacional da AHILA, realizado em Castellón de la Plana (Espanha), em setembro de 2005. Disponível em <http://www.labimi.uerj.br/artigos.php>. ARQUIVO NACIONAL. Coleção Conselho de Estado. Atas de 1º de agosto de 1850 e 1º de abril de 1854. Disponível também em: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br). SILVA, Rafaela de Albuquerque. *No labirinto das liberdades: Conselheiro de Estado, direitos civis e associativismo religioso não-católico no Brasil Imperial (1850-1883)* Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre, sob a orientação de Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, no ano de 2012.

<sup>9</sup> *Almanak administrativo mercantil e industrial da Corte e província do Rio de Janeiro para o ano de 1590*, organizado e redigido por Eduardo Laemmert, cônsul de Sua Alteza Real o Grão-Duque de Baden, Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa, e da Real ordem Portuguesa de Nosso Senhor Jesus Cristo, membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/almanak>>

<sup>10</sup> SILVA, Rafaela de Albuquerque. “No labirinto...”

<sup>11</sup> ARQUIVO NACIONAL. Fundo/Coleção: Conselho de Estado. Código: 1R. Consulta de 29 de maio de 1856.

<sup>12</sup> Já nos anos 40, por exemplo, em sua *Memória sobre meios de promover a colonização*, publicada em Berlim, o Marquês de Abrantes ponderava a respeito do progresso das experiências colonizadoras nas colônias nos Estados Unidos, de maneira a refletir as condições brasileiras, sujeitas a malogros que envolviam a inexistência de instituições livres e leis que garantissem a segurança dos indivíduos sem distinção de crenças.

<sup>13</sup> No Dicionário Bibliographico Brasileiro de Sacramento Blake (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895), encontram-se referências a publicação de teses médicas sobre o casamento civil, principalmente nos anos 70 e 80. Entre elas, destaca-se a de Francisco Luiz da Gama Rosa, que defendia em *Biologia e sociologia do casamento*, apoiando-se no darwinismo, a necessidade de secularização dos matrimônios com vistas à livre seleção e ao aperfeiçoamento das raças. Nos anos 70, teses do ponto de vista higienista já haviam sido escritas por Frederico Augusto dos Santos Xavier (1876).

<sup>14</sup> NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. “Imprensa”. In: Ronaldo Vainfas (org.) *Dicionário do Brasil Imperial*. São Paulo: Objetiva, 2008. p. 363

<sup>15</sup> Idem, *Ibidem*, p. 364.

<sup>16</sup> Idem, *Ibidem*, p. 95.

<sup>17</sup> Em virtude da crise política decorrente da queda do Gabinete de Zacarias de Góis e Vasconcelos, dando força às contestações quanto ao Poder Moderador e às instituições imperiais, sobretudo as vitalícias, como o Conselho de Estado, Silvana Mota Barbosa atentou para a efervescência de panfletos, particularmente quanto às críticas ao papel do monarca na política, oferecendo, àquele momento, a síntese das críticas relacionadas ao governo. O tom de tais textos, assevera, apresenta similaridades aos artigos publicados na imprensa da Corte, em periódicos como o *Correio Mercantil* e o *Diário do Rio de Janeiro*. Entre estas obras, algumas anunciavam o *renascer liberal*, como os de Theophilo Ottoni, Zacarias de Góis e Vasconcelos e Tavares Bastos. Este último continha, por sua vez, uma exposição completa dos princípios liberais, ao defender a descentralização da política, a liberdade de comércio, a separação da Igreja ao Estado e, conseqüentemente, a plena liberdade de cultos. Tais textos, por sua vez, contrastavam com a publicação do *Ensaio sobre Direito Administrativo*, do Visconde de Uruguai, que tinha como suporte a defesa da ordem assegurada pelo Estado, condutor da garantia da liberdade e dos direitos do cidadão. Ver: ALONSO, Ângela. “Apropriação de idéias no Segundo Reinado”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*, vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 88. BASILE, Marcelo. *Op. Cit*, p. 254; BARBOSA, Silvana Mota. “Panfletos vendidos como canela: anotações em torno do debate político nos anos 1860”. In: CARVALHO, José Murilo de. (Org.) *Nação e*

*cidadania no Império – Novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; CARVALHO, José Murilo de. *Visconde do Uruguai*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

<sup>18</sup> NEDER, Gizlene. *Cultura Religiosa e Cultura Jurídica no Segundo Reinado: sobre os direitos civis de estrangeiros no Brasil*. Porto Alegre: SBPH, 2006. v. 1. p. 23-23. Disponível em: <http://sbph.org/2006/sociedade-cultura-e-poder-no-imperio/gizlene-neder>.

<sup>19</sup> A exemplo de *Memórias de um colono no Brasil* (1850), de Thomas Davatz, das *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*, nas províncias do norte, de Daniel Parish Kidder, e a *Viagem pela província do Rio Grande do Sul*, de Robert Avé-Lallemant, de 1858.

<sup>20</sup> Como as sociedades Comunidade Evangélica Alemã de Petrópolis, de 1867; Sociedade Evangélica Literária Amor à Verdade, de 1869; União Israelita do Brasil, de 1872; Grupo Spiritica Caridade, de 1878. ARQUIVO NACIONAL. Fundo/Coleção: Conselho de Estado. Código: 1R.

<sup>21</sup> Cabe ressaltar que apenas após o decreto nº 3029, de 9 de janeiro de 1881, conhecido como a Lei Saraiva, conferia-se a imigrantes e acatólicos o direito de se elegerem.

<sup>22</sup> Letícia Gregório Canelas, em levantamento de fontes junto à Biblioteca Nacional (BN), destaca, entre os anos de 1862-1875, a existência de oito periódicos em língua francesa em circulação no Rio de Janeiro. Ver: CANELAS, Letícia Gregório. “O Courrier du Brésil e o conflito entre associações francesas no Rio de Janeiro”. In: Laurent Vidal e Tânia Regina de Luca. *Franceses no Brasil – séculos XIX e XX*. São Paulo: Unesp, 2009. Pp.289-318.

<sup>23</sup> ALONSO, Ângela. Op. Cit.

<sup>24</sup> ~~Alexandre Herculano. *Estudos sobre o casamento civil, de por ocasião do opúsculo do Visconde de Seabra sobre esse assumpto*. Lisboa: Typographia Universal, 1866.~~

<sup>25</sup> REINAUX, Micheline. “Imprensa e protestantismo no Brasil (1864-1930)”. *Projeto História, São Paulo, n.35, p. 337-345, dez. 2007*. São diversos os trabalhos que tratam de periódicos protestantes e espíritas destacando seu caráter educativo, principalmente em relação aos jovens.

<sup>26</sup> CANELAS, Letícia Gregório. “O Courrier du Brésil e o conflito entre associações francesas no Rio de Janeiro”. IN: VIDAL, Laurent. LUCA, Tania Regina de (orgs). *Os Franceses no Brasil – séculos XIX e XX*. São Paulo: UNESP, 2009.

<sup>27</sup> Em Coimbra, publicou-se O “*Casamento civil e seus adversários*”, de Augusto S. N. Carneiro, cujos textos foram publicados, em parte, pelo *Jornal do Commercio*; em Lisboa, as *Duas palavras sobre o casamento*, do Visconde de Seabra, e os *Estudos sobre o casamento civil, de por ocasião do opúsculo do Visconde de Seabra sobre esse assumpto*<sup>27</sup>, de Alexandre Herculano, tiveram suas repercussões no Rio. Neste, as “*Doze proposições sobre a legitimidade religiosa da verdadeira tolerância dos cultos por Ephraim*” do pernambucano Ignácio de Barros Barreto, publicada pela tipografia Laemmert, em 1864, bem como os textos de Cândido Mendes de Almeida, Joaquim Pinto de Campos, Carlos Kornis Totvárd, Soriano de Souza, Christiano Ottoni, e José Ignácio de Abreu e Lima, entre outros, receberam a atenção de diversos periódicos.

<sup>28</sup> (falar da Lúcia e da invenção de pedidos) Idem, *Ibidem*, p. 63.

<sup>29</sup> VON TSCHUDI, Johann Jakob. *Viagem á província do Espírito Santo. Imigração e colonização Suíça – 1860*. Relatório do Enviado Extraordinário ao Brasil, Sr. De Tschudi, sobre as Colônias de Santa Isabel, Santa Leopoldina e Rio Novo. Traduzido do Francês. Coleção Canaã, vol. 5. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004.

<sup>30</sup> FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. “Os livros na imprensa: as resenhas e a divulgação do conhecimento no Brasil na segunda metade do século XIX”. In: CARVALHO, José Murilo de. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 187. Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

<sup>31</sup> Idem, “Os livros...”, p. 187.

<sup>32</sup> Idem, *Ibidem*, p. 188.

<sup>33</sup> CHARTIER, Roger. *À Beira da falésia: História entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2002.

<sup>34</sup> NEDER, Gizlene. *Exílio e luto no Brasil oitocentista*. Anais do III Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental e IX Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental - 2008. Disponível em: [http://www.psicopatologiafundamental.org/uploads/files/iii\\_congresso/temas\\_livres/exilio\\_e\\_luto\\_no\\_brasil\\_oitocentista.pdf](http://www.psicopatologiafundamental.org/uploads/files/iii_congresso/temas_livres/exilio_e_luto_no_brasil_oitocentista.pdf). Acesso em: jul. 2011. p. 9. Sobre os debates sobre o civil, ver Gisálio Cerqueira filho. “*Augusto Teixeira de Freitas por Joaquim Nabuco. Ultramontanismo versus catolicismo ilustrado*”. In: Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira. Op. Cit., p. 83; Gizlene Neder. “A sinfonia inacabada: Augusto

Teixeira de Freitas & esboço de Código Civil Para o Brasil". In: Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira. NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO; Gisálio. *Idéias Jurídicas e Autoridade da Família*. Rio de Janeiro: Revan, 2007. p. 95. Neder argumenta que Teixeira de Freitas não conseguiu finalizar seu Código em virtude de não conseguir conceber o casamento em sua forma secular.

<sup>35</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. Revista Popular (Tomo III). Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 02/2014.

<sup>36</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. *Courrier du Brésil*. "Le mariage civile et l'oeuvre de M. Kornis". Ano 8, número 36, 8/09/1861.

<sup>37</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. *L'Écho du Brésil et de l'Amérique du Sud*. "Quelles sont les mesures à prendre dans l'intérieur du Brésil, pour obtenir un bom système de colonisation?". Ano 2, número 64, 22/07/1860.

<sup>38</sup> BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 2008. p. 112.

<sup>39</sup> BARBOSA, Silvana Mota. "Imprensa e identidades políticas". In: NEVES, Lucia Maria B. P. das. CARVALHO, José Murilo de. GUIMARÃES, Lúcia Maria P.; BESSONE, Tania Maria Tavares da C. Op. Cit.

<sup>40</sup> ENGEL, Magali Gouveia Engel; VAINFAS, Ronaldo. "Conservadorismo". In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Op. Cit*, p. 166.

<sup>41</sup>

<sup>42</sup> BOURDIEU, Pierre. *Op. Cit*, p. 177.

<sup>43</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. "A Representação política. O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira". In: CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (orgs.) *Representações. Contribuições a um debate transdisciplinar*. Campinas/SP, Papyrus, 2000.p. 229.

**Identidade Negra na Escola: Desafios enfrentados pela Lei nº.10.639/03 e nº11.645/08.**

**Railda Neves Souza**

**Mestranda em História da África da Diáspora e dos povos Indígenas**

**Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**

**Orientador: Prof. Dr. Antônio Leandro Almeida**

**Co - Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus**

**railda\_neves@yahoo.com.br**

**RESUMO**

Este artigo tem como objetivo pensar a questão da identidade negra na escola no contexto das possíveis tensões, que revelam a existência de conflitos relacionados a temática étnicorracial. A intenção de trabalhar a identidade negra, se materializa a partir de leituras bibliográficas que revelam a existência do preconceito racial no interior da escola e auxiliam na identificação de possíveis razões da não efetivação das leis nº 10.639/03 e nº 11.640/08. A escola, espaço privilegiado de conhecimento, necessita de um olhar mais atento e descolonizado.

**Palavras chaves:** Identidade, Escola, Negra.

Abstract:

This article has like objective to think the question of black identity at school ,in the context of possible tensions, that reveal the existence of conflicts black thematic-related. The intention of working the black identity, materializes from bibliographic readings that reveal the existence of racial bias inside the school and assist in the identification possible reasons for the non-execution of the laws number 10.639/03 and number 11.640/08.The school, privileged space of knowledge, need a closer and decolonized look.

**Key words :** Identity, School, Black

**Introdução**

A efetivação das leis nº 10.639/03 e posteriormente a 11.645/08 e a conseqüente temática relacionada à identidade negra, preconceito racial e questões relativas à ancestralidade do povo brasileiro tem gerado, via de regra, tensões ou conflitos consideráveis

no interior da escola e fora dela. Neste artigo, o principal foco é a questão da identidade negra na escola e efetivação ou não das leis anteriormente citadas, haja vista o olhar monorreferencial que ignora a diversidade presente em seu interior, embora seja ela um suposto lugar de emancipação de sujeitos e, portanto, de cidadãos capazes de compreender e construir a sua própria história. Entretanto, a discussão dessa identidade, neste artigo, não se realiza fora da discussão acerca da formação de professor.

Nesse sentido, a perspectiva teórica que sustenta o pensamento exposto nas linhas a seguir não perde de vista a aventura política e colonial europeia subjacente na história que constitui o universo da educação brasileira, o que deverá promover um esboço de um olhar descolonizador sobre a mesma e reconhecer as permanências dessa perspectiva colonizadora na escola de forma velada ou explícita. E, como não é possível promover emancipação sem reconhecer a escola como um palco onde a diversidade se manifesta de forma exuberante, considero relevante a temática aqui abordada enquanto oportunidade de se perceber a identidade como possibilidade de se reconhecer o outro, o diferente. Em relação a essa diversidade existente no interior da escola, trago Candau (2003,p,24) com a seguinte afirmação:

O cotidiano da escola é palco de diferentes relações sociais e reflete a diversidade cultural presente na sociedade. Assim, diferentes visões de mundo, estilo de vida, crenças, costumes, cores, etnia e todos os aspectos que compõem a cultura frequentam, diariamente, a sala de aula.

Por conta do acima exposto, proponho-me a discutir a questão da identidade negra na perspectiva de sua negação cotidiana. Para tanto, utilizarei como expediente algumas bibliografias cuja leitura auxilia na percepção da existência de um preconceito racial, muitas vezes velado, que auxilia no impedimento da efetivação das leis acima citadas.

Entender a escola como espaço da diversidade implica reconhecer o seu interior como lugar onde as identidades se relacionam, revelam memórias, se constroem e seguramente manifestam conflitos cujas dimensões precisam ser investigadas, para que as permanências sejam reconhecidas, as mudanças efetivadas, o respeito seja percebido e as leis possam ser cumpridas como expediente de reconhecimento e valorização dessas diferenças

## **Identidade**

Discutir identidade na perspectiva étnico-racial relaciona-se ao desejo de transformação da nossa sociedade, à crença no princípio da equidade, na possibilidade do

diálogo e também no reconhecimento das tensões suscitadas pela temática que torna presente um passado histórico que negou e inferiorizou as manifestações culturais reveladoras da identidade do povo negro.

Assim sendo, na tentativa de continuar buscando elucidar nossas intenções acerca da questão da identidade, trazemos Silva (2000) que nos apresenta um conceito dinâmico sobre a mesma:

Primeiramente, a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato – seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada, A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistema de representação. A identidade tem estreitas conexões com relação de poder. ( p.96-97)

Entender a identidade como não sendo hegemônica é perceber a existência de outros saberes que corroboram na construção dessas identidades, é também reconhecer a importância da memória nesse processo. E se entendemos a memória como um dos pilares da cultura negra africana, consideramos importante o diálogo com Le Goff (1992) que afirma que “ ao rememorar, pode-se em boa medida, escolher o que acionar na memória e o porquê de fazê-lo”. Nessas circunstâncias, em relação à identidade negra, o acionar a memória traz a perspectiva da escravidão, dos lugares definidos pela cor e ocasionam desconfortos consideráveis numa sociedade que se diz viver sob a égide da “democracia racial”. Embora seus principais protagonistas, nos diferentes espaços de poder, apresentem uma estética monorreferencial desconsiderando a possibilidade autônoma de outros sujeitos, orquestrando desse modo uma espécie de negação ou anulação do outro subalternizado, o que pode ser observado na indiferença em relação a manifestações culturais, dentro da escola, relacionadas ao povo negro.

Desse modo, pensar a Identidade Negra na Escola implica necessariamente pensar o processo de formação do(a) professor(a), implica compreender os possíveis entraves que nesse processo de formação dificulta ou impossibilita que a discussão étnico-racial se realize na escola como a maioria das outras temáticas nela abordada.

### **Formação de professor**

Os (as) professores(as) são sujeitos que protagonizam a intermediação da produção do conhecimento na escola e são esses mesmos sujeitos, embora nem todos, que as vezes são contrários a mudanças e procuram evitar discussões ou situações tensas. Cabe aqui questionar: Este é um comportamento espontâneo? Voluntário? Consciente e intencional? Ele é resultado da educação eurocêntrica que marcou parte da nossa história?

A legislação que versa sobre o ensino de África e Cultura Afro-brasileira ainda não está sendo efetivada na prática nas escolas, como se pode verificar em Miranda, Lins e Costa (2012, p.182), quando, durante um seminário sobre a lei 10.639/03, no interior do Rio de Janeiro, uma professora de língua portuguesa afirmou: “ a sala de aula é o último lugar onde ocorrerão mudanças”. Segundo Luis Fernando de Oliveira, no livro *Relações étnico-raciais na escola*:

a professora não fez a declaração em tom pessimista, ela na verdade tentou mostrar que a superação e o combate ao racismo que esta lei apresenta implícita e explicitamente, estão mobilizando questões muito além de uma especificidade temática no campo educacional brasileiro. (MIRANDA, LINS E COSTA 2012 , pag.182)

Na verdade, a afirmação da professora revela o difícil diálogo entre a legislação e as experiências concretas. E, nesse contexto, também se situa a preocupação das identidades negras, formadas a partir da diáspora, em dialogar com a modernidade. Isso é resultado do projeto de miscigenação organizado pela elite branca do Brasil. O que está associado, inclusive, à entrada de imigrantes no país como fator de melhoramento da raça, o que está claro em (SCHWARCS, P.36). Daí ser comum ouvirmos dentro e fora da sala de aula a seguinte expressão: “ser negro no Brasil é ser misturado”. É instigante perceber que essa afirmação nem sempre representa a negação de si, vai depender do lugar, das circunstâncias em que estejam inseridos os sujeitos.

De qualquer forma, apesar do difícil diálogo e de ainda perdurar as queixas em relação à falta de formação de professor(a), é interessante reconhecer que o continente africano aparece no interior da escola através da fala, da dança, da música, das narrativas relacionada à cor da pele e de outros elementos, como referência para autoafirmação da identidade negra. Essa mobilização da África representa a mobilização de troca de símbolos e ideias entre a África e outras partes do mundo.

As palavras de Munanga (2005, p.15) dão suporte ao pensamento acima exposto pela referência às limitações a que estão submetidos muitos(as) educadores(as), frutos de uma



educação pautada no princípio do preconceito racial, muitas vezes traduzido através do silenciamento e da indiferença:

“Alguns dentre nós não receberam na sua educação e formação de cidadãos, de professores e educadores o necessário preparo para lidar com os desafios que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas colocam cotidianamente na nossa vida profissional. Essa falta de preparo que devemos considerar como reflexo do nosso mito da democracia racial, compromete, sem dúvida o objetivo fundamental de nossa missão no processo de formação de futuros cidadãos responsáveis de amanhã... Os mesmos preconceitos permeiam também o cotidiano das relações sociais de alguns alunos entre si e de alunos com professores no espaço escolar.

Por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, diante de situações de preconceitos, alguns professores não sabem lançar mão de situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz a nossa cultura e a nossa identidade nacional”.

Assim, a não efetivação da lei, após uma década de sancionada, relaciona-se a essa falta de preparo, as marcas deixadas pelos preconceitos que atingem, em alguma medida, todos os sujeitos presentes no interior da escola: o professor, fruto de uma educação eurocêntrica que lhe impede de reconhecer a sua própria identidade e valorizar a diversidade o que em certa medida também o torna invisível; o aluno de pele negra que, inferiorizado e invisibilizado perde o desejo de estudar e não se sente respeitado em sua individualidade e diferença, tornando-se muitas vezes instrumento de violência, sendo estigmatizado ou eventualmente lembrado em épocas folclóricas com a capoeira o acarajé e outros repertórios culturais afrodescendente; os agentes administrativos e de portaria que, na maioria das vezes, nem eventualmente são lembrados; e o próprio corpo gestor que, mesmo sem a intencionalidade anteriormente questionada, contribuem para permanência dos silêncios e negação da identidade negra na escola.

Tomando por base o acima exposto, considero imperiosa uma breve discussão sobre currículo, por entender que todo processo de formação, inclusive o de formação de professor, passa por ele. Lançar sobre ele um olhar descolonizador faz parte dessa empreitada relacionada à identidade negra na escola. Nesse sentido considero significativa a citação a seguir:

O currículo é a intenção presente no texto e a atuação que presentifica, atualiza tal intenção... é uma construção social complexa e

interessada, e portanto não é neutro pois através deles os conhecimentos são autorizados, legitimados e controlados, torna-se necessário perscrutar os modos pelos quais ele está sendo construído, negociado e posto em prática...  
(JESUS; NASCIMENTO, 2010. P.68)

Na perspectiva da compreensão do currículo como um lugar não neutro e, portanto, carregado de intencionalidade, cabe perguntar: Quais as razões das tensões geradas no interior da escola a partir das discussões suscitadas pela lei n° 10.639/03 que propõe a inclusão da temática da História e Cultura Africana e Afro-brasileira no currículo e da lei n°11.645/08 que ratifica este conteúdo e insere a discussão da temática indígena na escola? Cabe aqui lembrar Silva que, também, ilumina esse contexto afirmando o seguinte:

O “conteúdo” do currículo é uma construção social. Como toda construção social, o currículo não pode ser compreendido sem uma análise das relações de poder que fizeram e fazem com que tenhamos esta definição determinada de currículo e não outra, que fizeram e fazem com que o currículo inclua um tipo determinado de conhecimento e não outro. (SILVA, 1999 p.135)

Segundo este mesmo autor “o saber e o conhecimento estiveram estreitamente ligados aos objetivos de poder das potências coloniais europeias desde seu início”. Logo, a resposta à questão posta anteriormente passa pela emancipação de sujeitos subalternizados, por um olhar descolonizado, pelo reconhecimento da indiferença como elemento silencioso de conflitos, de tensões que colaboram com o processo de negação da identidade negra na escola. Isso contribuirá para que haja uma melhor compreensão da realidade e a consequente possibilidade de mudança na perspectiva de uma pedagogia da inclusão, efetivação e, portanto, cumprimento das leis aqui em questão.

Os(as) professores(as) são resultado de um currículo, e este, como se sabe, é um lugar de poder. Nele realizou-se e realiza reformas, empreendeu-se e empreende-se ações que, inclusive por conta do poder hegemônico da elite branca, têm silenciado a sonoridade de outras manifestações culturais que, ao mesmo tempo, continuam a resistir forjando, inclusive, a existência de políticas públicas que garantam a diversidade e, portanto, o respeito a diferença, que assegure um lugar no currículo, espaço onde a própria vida se realiza.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Reconhecer e valorizar a identidade negra, entender os silenciamentos e a indiferença que obstaculizam a efetivação da legislação, que inclui no currículo a temática africana e afro-brasileira, é vital para o fortalecimento das incipientes iniciativas que configuram-se como tentativa de materialização da legislação em pauta o que, ao mesmo tempo, possibilitará aos sujeitos envolvidos no universo da escola, sair do campo das denúncias e forjar realidades concretas em direção ao reconhecimento e respeito às diferenças

Na verdade, as tensões e os consequentes silenciamentos e indiferenças representam de alguma forma a aceitação do que existe de relações raciais no Brasil. Muitas vezes, elas se revelam de forma “inconsciente” e, por isso, não são identificadas ou são banalizadas, causando, sofrimentos explícitos ou sutis, trazidos à tona através de “brincadeiras”, gestos, comportamentos discriminatórios que são, via de regra, classificados como bobagens ou brincadeiras de mau gosto. Para Santos (1996), a sala de aula teria que se transformar em campos de possibilidades de conhecimentos dentro do qual há que optar:

“As opções não assentam exclusivamente em ideias, já que as ideias deixaram de ser desestabilizadoras no nosso tempo. Assentam igualmente em emoções, sentimentos e paixões que conferem aos conteúdos curriculares sentidos inesgotáveis”.  
(SANTOS, 1996 P.18)

A desestabilização alimenta a esperança, o inconformismo, a indignação, sem renunciar a permissão do conflito em que professores e alunos, discutindo duas concepções diferentes de mundo, se permitem a experiência do respeito à diferença. Nessa sociedade em que a escola deve se configurar, de fato e de direito, como o lugar por excelência de efetivação da lei, o que haverá de possibilitar a beleza da audição de diferentes “sons” e da percepção de diferentes cores em seu interior.

Nesse sentido, convido para as considerações finais, o saudoso mestre Paulo Freire (1987, p.17):

Quem melhor que os oprimidos se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá melhor que ele os efeitos dessa opressão? Quem mais que eles para ir compreendendo o sentido da libertação? Libertação a que não chegaram por acaso, mas pela práxis da busca. Pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade, que lhe derem os oprimidos será um ato de amor com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando essa se revista da falsa generosidade (...)

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Maria Feliciano da Silva. **Dissertação de mestrado: O movimento de (des) silenciamento em aula de língua Portuguesa nas redes estadual.** São Paulo, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP 3/2004 **Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura afro-Brasileira e Africana.** Brasília, Ministério da Educação, 2004.

\_\_\_\_\_. **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.639 .htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm). Acesso em: 25.06.2014.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: Elementos para reflexão crítica sobre a ideia de região. In:\_\_\_\_\_ **O poder simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BURKE, Peter. **História e teoria social;** tradução Klauss Brandini Gerhart, Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CANDAU, vera Maria. **Somos Tod@s iguais?** Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

CARULA, Karoline, ENGEL, Magali e CORRÊA, Maria Letícia. **Os intelectuais e a nação:** educação, saúde e a construção de um Brasil moderno. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.

DÁVILA, J. **Diploma de brancura:** política social e racial no Brasil: 1917-1945. Tradução de Claudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido,** 17ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz:** Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte. Autentica, 2006.

\_\_\_\_\_, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as:** um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Rev. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural no pós-modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006.

HOBBSAWM, Eric J. **O presente como história:** escrever a história de seu próprio tempo. Trad. Heloísa Buarque de Almeida. Novos Estudos CEBRAP, nº 43. 1995

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Tradução Bernardo Leitão, et all. 2º Ed Campinas: UNICAMP, 1992.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na escola.** [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2ª edição revisada, 2005.

NASCIMENTO, Cláudio Orlando Costa do; JESUS, Rita de Cássia Dias Pereira de. **Currículo e Formação:** diversidade e educação das relações étnico-raciais. Curitiba: Progressiva, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1996), "**Para uma Pedagogia do Conflito**", in Silva, Luis Heron da et al (org.), *Novos Mapas Culturais, Novas Perspectivas Educacionais.* Porto Alegre: Editora Sulina.

SCHWARCS, Lilia K. M. **História do Brasil Nação – Abertura para o mundo: 1889-1930.** São Paulo, Editora Objetiva, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

\_\_\_\_\_, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença:** A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis RJ: Vozes, 2000.

## A FAZENDA CANDEAL NOS ACERVOS JUDICIAIS: COTIDIANO E RELAÇÕES DE PARENTESCO DE CATIVOS/AS (FEIRA DE SANTANA/BA 1854-1920)

Autora: Railma dos Santos Souza<sup>1</sup>

Orientadora: Rosy de Oliveira

Co-orientador: Wellington Castellucci Junior

### RESUMO:

O presente estudo tem por objetivo contribuir para a investigação das trajetórias de escravizado/as e egressos/as do cativo na região de Feira de Santana/Ba, tendo como enfoque privilegiado a antiga Fazenda Candéal, uma fazenda policultora, a partir de documentação proveniente de acervos do Judiciário. Analisaremos aspectos do cotidiano escravista da fazenda bem como as possíveis relações de parentesco estabelecidas entre seus cativos/as.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fazenda Candéal, Trajetórias, Cativo

### ABSTRACT:

This study aims to contribute to the investigation of the trajectories of enslaved / and the graduates from captivity in the region of Feira de Santana/Ba, whose prime focus Candéal the old farm, a farm policultora from documentation from collections of the judiciary. Analyze aspects of the slave everyday farm and possible kinship relations established between their captives.

**KEYWORDS:** Farm Candéal, Trajectories, Captivity

## HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO NA BAHIA

O interesse em recolher narrativas sobre a escravidão começa no Brasil apenas nos fins do século XX, quando a maioria dos/as ex-cativos/as já estava morta. Perdeu-se a oportunidade de registrar, durante toda a primeira metade do século XX, a memória/depoimentos dos ex-escravizados/as sobre o período escravista. Embora na década de 1930 muito se escreveu sobre o negro no Brasil, mas o interesse pelos ex-cativos/as e seus descendentes tornou-se expressivo apenas na década de 1980.<sup>2</sup> Isso vincula-se necessariamente ao surgimento de um novo campo de abordagem da historiografia da escravidão, formado por historiadores/as de diferentes universidades brasileiras, com destaque para a UNICAMP, que buscaram analisar a experiência da escravidão pensando o/a

escravizado/a enquanto sujeito, aquele/a que buscava diversas formas de resistência ou "brechas" do sistema escravista.

Na Bahia a mudança da visão acerca do/a escravizado/a foi inaugurada pela historiadora Kátia Mattoso (1972, 1982) que traz uma nova abordagem sobre o cotidiano do escravizado. Destacamos ainda o trabalho de Walter Fraga Filho (2006), onde o autor, através da metodologia da ligação nominativa por meio do cruzamento de fontes, analisa as trajetórias de escravizados/as e libertos/as dos engenhos do Recôncavo baiano.

Embora os estudos sobre a escravidão baiana estejam concentrados majoritariamente na cidade de Salvador e no recôncavo do estado, surgem desde a década de 1990 significativos trabalhos enfocando a centralidade de Feira de Santana enquanto território de engenhos, concentrados em sua maioria na região de Humildes e Limoeiro, região da cidade com solo mais próximo ao encontrado no Recôncavo do estado.<sup>3</sup>

Rollie Poppino (1968) afirma que não foram os europeus os primeiros a fixarem moradia na gleba que se tornaria o município de Feira de Santana, ao chegarem, estes a encontraram habitada por índios Aimoré e Paiaíá. Além da presença em apreciável quantidade de negros/as nas vizinhanças da serra das Itapororocas e Orobó, descendentes de moradores/as de quilombos existentes no século dezessete, destruídos pelos criadores de gado. Tal afirmação traz à tona a participação negra na formação de Feira de Santana, bem como a existência de quilombos na região.

A cidade de Feira de Santana teve sua história oficial constituída a partir da centralidade enquanto local de passagem de boiadas e vaqueiros. Desde o início da década de 1990 a cidade tem se ampliado enquanto objeto de trabalhos acadêmicos que buscam tratar da história da cidade e, por vezes da experiência da escravidão<sup>4</sup>. Mais recentemente, a escravidão vem tomando maior importância nos estudos realizados por historiadores formados na Universidade Estadual de Feira de Santana<sup>5</sup>.

Faz-se interessante para a realização da presente proposta de trabalho a metodologia da "ligação nominativa", proposta por Robert Slenes (1985, 1996) e, mais recentemente utilizada por Walter Fraga Filho (2006). Ambos cruzaram os nomes dos sujeitos encontrados em diferentes tipologias documentais a fim de traçar trajetórias de vida, individuais e familiares, dos escravizados/as e egressos/as do sistema escravista.

Inserido no contexto das recentes pesquisas sobre a presença negra em Feira de Santana o presente trabalho busca, em diálogo com a historiografia da escravidão e com as propostas teórico metodológicas presentes nesses trabalhos, contribuir para a recente historiografia da escravidão e do pós abolição "às portas do sertão" baiano.

## A FAZENDA CANDEAL NOS ARQUIVOS DO PODER JUDICIÁRIO

É na proposta de compreensão do lugar do escravizado enquanto sujeito inaugurada na década de 1980, bem como na proposta de afirmação da presença negra em Feira de Santana que o presente trabalho busca inserir-se a partir da investigação acerca da presença escrava na região do atual distrito de Matinha.

A Matinha torna-se um dos distritos da cidade de Feira de Santana no ano de 2008, após a realização de um plebiscito na localidade, esta localizada a cerca de 14 km do centro de Feira de Santana. Englobando diversas comunidades da região, entre estas a ainda denominada de Fazenda Candéal, subdividida entre Candéal I e II, localizada na região, onde segundo os moradores, foram as terras da Fazenda Candéal. A comunidade de Matinha foi recentemente reconhecida pela Fundação Palmares enquanto Comunidade Quilombola.

Na memória dos moradores da região, acerca da Fazenda Candéal, emergem narrativas sobre aspectos de resistência ao sistema escravista como colocar cobras dentro das botas, sob as camas, colchões e cobertas de seus senhores; ou fugindo e escondendo-se numa área de mata cerrada e pequena, a matinha, daí a provável origem do nome Matinha dos Pretos (NASCIMENTO, 1997). O que teria ocasionado a formação de um quilombo na localidade denominado à época de “matinha dos pretos” por estar localizado em uma área de mata densa, porém pequena. Segundo relatos de moradores esse quilombo era localizado dentro da propriedade do Sr. Antônio Alves. Assim, segundo a tradição oral da região a formação da comunidade de Matinha remonta ao período da escravidão e à resistência a esta.

O documento mais antigo identificado acerca da Fazenda Candéal foi o inventário em decorrência da morte do capitão José Vitório de Oliveira, ocorrida no ano de 1854<sup>6</sup>, nele conseguimos identificar os/as escravizados/as da Fazenda que eram 25, sendo 15 homens e 10 mulheres, dos quinze escravos do sexo masculino apenas Manoel do Sul “já velho quebrado das virilhas” trabalhava no serviço doméstico, os demais se dividiam entre os serviços da rapa e da enxada. No inventário não aparece informação sobre a cor deste cativo o que nos induz a concluir que o termo do Sul pode denotar um pertencimento étnico desconhecido vinculado a alguma região ao Sul da Província ou mesmo do continente africano, esta ausência pode ainda demonstrar uma falta de interesse do avaliador em indicar esse pertencimento ou a cor do cativo, qualidades que interessavam quando o escravizado ainda era um bem comercializável, não parecendo ser este o caso<sup>7</sup>. Observamos ainda que o valor dos escravizados/as era dado a partir de informações como cor/etnia, idade, condição de saúde e profissão.



TABELA 01 - CATIVOS DA FAZENDA DO SEXO MASCULINO  
 (INCLUINDO AS CRIANÇAS)

NOME	COR	IDADE	PROFISSÃO / SERVIÇO	OBS:	VALOR (em Réis)
Faustino	Cabra	45 anos	Sapateiro	De moléstia	600 mil
Benedicto	Crioulo	Não informada	Da Rapa		700 mil
Thomas	Crioulo	Não informada	Da Rapa		700 mil
Manoel Paulo	Crioulo	Não informada	Da Rapa		700 mil
Marcolino	Cabra	Não informada	Da Enxada	Doente do ar do vento	500 mil
Silvestre	Cabra	Não Informada	Da Rapa		800 mil
Necácio	Crioulo	50 e tantos	Da Enxada		450 mil
Leandro	Crioulinho	Não informada	Da Rapa		800 mil
Vidal	Cabrinha	Não informada	Da Rapa		700 mil
Leandro (ilegível)	Crioulinho	Não informada	Da Enxada		800 mil
Vicente	Pardinho	Não informada	Da Enxada		800 mil
Martins	Pardinho	09 anos	Não Informado		750 mil
Manoel	Cabrinha	06 anos	Não Informado		500 mil
Francisco Filho	Cabrinha	04 anos	Não Informado	(filho provável da escrava Francisca)	100 mil

Manoel do Sul	Não informada	Já velho	Do serviço doméstico	Quebrado das virilhas	100 mil
---------------	---------------	----------	----------------------	-----------------------	---------

Dentre os cativos menores de 10 anos do sexo masculino constavam *Francisco cabrinha* de 4 anos , avaliado em 100 mil réis, preço equivalente apenas ao escravo mais velho da fazenda. Porém os outros dois - *Martins pardinho* de 09 anos e *Manoel cabrinha* de 06 anos - estavam avaliados, em 750 mil réis e em 500 mil réis, respectivamente, demonstrando uma relação entre a aproximação da idade produtiva e o aumento do preço. Como é o caso de *Vicente*, avaliado em 800 mil réis, cuja idade não é informada, mas o termo “*pardinho*” denota a sua pouca idade e o fato de ser dedicado a enxada demonstra a existência de uma ocupação para si, além de *Vidal cabrinha* que dedicava-se ao serviço da rapa, serviço avaliado em 700 mil réis.

Dedicavam-se aos serviços “*da rapa*” na fazenda ao todo 06 escravos: *Vidal cabrinha* acima citado; *Benedicto* de 30 anos, *Thomas* e *Manoel Paulo* cujas idades não aparecem, ambos crioulos, avaliados em 700 mil réis cada. Além de *Silvestre cabra* de idade não informada e *Leandro crioulinho* de 14 anos, avaliados em 800 mil réis. Assim, pode-se inferir que os escravos dedicados ao serviço “*da rapa*” eram majoritariamente homens, posto que apenas uma mulher dedicava-se a este. Ao analisar os 6 cativos do sexo masculino dedicados ao serviço - embora apenas apareça a idade de 2 deles, 1 é classificado como cabrinha denotando assim a pouca idade – pode-se observar que este trabalho era dado preferencialmente a escravos/as mais moços. Assim, possivelmente “*a rapa*” referida no inventário é a raspagem do couro do gado.<sup>8</sup> Este era provavelmente um trabalho valorizado nas regiões de policultura, posto que o valor dos escravizados/as dedicados a este serviço variava de 700 a 800 mil réis, mesmo no caso da única mulher dedica a tal serviço que estava avaliada em 700 mil réis.

Ainda sobre os escravos homens, 04 deles dedicavam-se ao serviço da enxada. *Leandro crioulinho* cuja idade não aparece, avaliado em 800 mil réis; *Necácio crioulo* de 40 anos, avaliado em 450 mil réis; *Silvestre cabra*, de idade não indicada, avaliado em 800 mil réis; *Marcolino cabra* cuja idade não aparece, avaliado em 500 mil réis e *Benedicto crioulo* de 30 anos, avaliado em 700 mil réis. Neste serviço aparecem apenas homens entre 30 e 40 anos e com valores que variam entre 500 mil réis e 800 mil réis.

As mulheres eram em sua maioria dedicadas aos serviços domésticos, *Vicência cabra*, já velha, avaliada em 300 mil réis e *Francisca crioula* de 40 e tantos anos, avaliada em 400 mil réis, além das duas únicas mulatas da fazenda, *Justina* de 14 anos, avaliada em 900 mil

réis, a escrava mais cara da fazenda e também mais nova, e *Maria* de 30 anos, avaliada em 650 mil réis, que valia mais que o único escravo especializado da fazenda, Faustino cabra, que era sapateiro, de 45 anos e avaliado na quantia de 600 mil réis. Havia ainda, *Apolinária cabra* “*um pouco velha*”, dedicada à lavoura, avaliada em 450 mil réis e *Rita cabra*, dedicada ao serviço “*da rapa*”<sup>9</sup> avaliada em 700 mil réis, cuja idade não é mencionada. Existiam na fazenda três escravas crianças: *Vicência filha*<sup>10</sup> de 4 anos, cuja cor não aparece, avaliada em 350 réis; *Honorata crioula* de 3 anos avaliada também em 350 mil réis; e *Maria cabrinha* de 8 anos, avaliada em 630 mil réis.

TABELA 02 - CATIVAS DA FAZENDA DO SEXO FEMININO  
 (INCLUINDO AS CRIANÇAS)

NOME	COR	IDADE	PROFISSÃO / SERVIÇO	OBS:	VALOR (em Réis)
Vicência	Cabra	Já velha	Serviço Doméstico		300 mil
Francisca	Crioula	40 e tantos anos	Serviço Doméstico		400 mil
Rita	Cabra	Não informada	Da Rapa		700 mil
Honorata	Crioulinha	03 anos			350 mil
Maria	Mulata	30 anos	Serviço Doméstico		650 mil
Justina	Mulata	14 anos	Serviço Doméstico		900 mil
Rita	Crioula	Já velha	Não informada	Adoentada	250 mil
Apolinária	Cabra	Um pouco velha	Da Lavoura		450 mil
Maria	Cabrinha	08 anos			630 mil

Faz-se referência ainda a 11 senzalas cobertas de telhas avaliadas em 165 mil réis, que pelo número de cativos, 25, indicam a possível existências de famílias escravas na fazenda<sup>11</sup>. A presença significativa de crianças cativas, nascidas na fazenda (cabras, crioulas e pardas),

juntamente com esse padrão de senzalas individuais, é demonstrativo de uma forma de reposição de mão-de-obra presente em locais produtores de gêneros alimentícios, com uma economia não voltada para exportação, o que não impede de entendermos isso também como uma conquista escrava.<sup>12</sup> A análise desse inventário permite-nos esquadrihar um perfil da Fazenda à época, enquadrada no que Freire defende como tipo de propriedade predominante na região de Feira de Santana, baseada na policultura e na criação de gado, sustentadas com o trabalho escravo.<sup>13</sup>

O segundo inventário analisado<sup>14</sup>, devido a sua pouca legibilidade, me forneceu poucas informações, nenhuma delas acerca dos escravos da fazenda. Nele, João Justiniano reconheceu ter tido quatro filhos com Maria Alvina de Oliveira, duas falecidas e Elvira e Filinho<sup>15</sup>. Deixou a quantia de quinhentos mil réis para ser dada a Honório Ferreira Bastos, filho de Filismina de tal, entregue em caso de sua maioridade apenas por seu testamenteiro ou inventariante, apenas se este demonstrasse de sua “*boa índole*”, caso contrário essa quantia seria dada aos seus dois filhos Elvira e Filinho ou suas descendências.

Partimos então ao terceiro inventário de morte de Elvira Bastos de Oliveira Borja<sup>16</sup>, filha de Maria Alvina de Oliveira e João Justiniano Ferreira Bastos. Elvira casou-se com Antonio Alves de Freitas Borja, tendo com ele três filhos: Hilda, Esther e Antonio. A fazenda contava com apenas 7 escravos<sup>17</sup>: *Thomas preto*, 55 anos, avaliado em 250 mil réis, capaz de todo serviço, da lavoura; *Manoel Paulo preto*, 50 anos, avaliado em 300 mil réis; *Fernando preto*, avaliado em 900 mil réis; *Epifanio fulo*, avaliado em 900 mil réis; *Veridiana fula*, 11 anos, capaz de todo serviço, da lavoura, avaliada em 700 mil réis, filha de Justina, escrava de outro domínio; *Avelina fula*, 11 anos, avaliada em 700 mil réis, da lavoura, filha de *Faustina*, escrava de outro domínio; *Julita fula* avaliada em 700 mil réis. Pode-se perceber o decréscimo no número de escravos, possivelmente ocasionado pela partilha da herança entre os herdeiros. Pode-se verificar que os escravos Thomas e Manoel Paulo, permanecem na Fazenda, agora já velhos, com 55 e 50 anos respectivamente. Ambos têm seu preço reduzido de 700 mil réis para 250 e 300 respectivamente, mudam da categoria *crioulo* para a categoria *preto* e passam de escravos da rapa a escravos da lavoura, sendo Thomas, caracterizado enquanto capaz de qualquer serviço.

O fazendeiro, Antonio Alves de Freitas Borja em seu testamento, datado de 1920, faz as seguintes afirmações:

Declaro que sou filho legítimo de Francisco Alves de Borja e Rita Maria de Freitas, já falecidos, e natural da freguesia de Nossa Senhora dos Humildes, neste Estado da Bahia.

Declaro que fui casado com Elvira Bastos de Freitas Borja, tendo do meu casamento Hilda, que faleceu em tenra idade, Esther, que foi casada com Dr. Agnello Ribeiro de Macedo e faleceu deixando vários filhos e Dr. Antonio Bastos de Freitas Borja, professor cathedrático da Faculdade de Medicina da cidade de Salvador, da Bahia.

Declaro que já reconheci como meus filhos havidos de Avelina Maria de Jesus – Lúcia Alves Freitas Rego, casada com Francisco Affonso do Rego, Davina Alves Campos, casada com Euriculo Alves Campos, Andreлина, casada com Urbano Vieira, Mario Alves de Freitas, Iderlina Alves de Freitas casada com Tiburcio Nunes de Almeida, ambos já falecidos deixando três filhos e Francisco Alves de Freitas.

Declaro mais que na forma do Art. 357 do Código Civil Brasileiro, reconheço como meus filhos, havidos de Veridiana Bastos de Oliveira, mulher solteira, Romualdo Alves de Freitas, Aureliano Alves de Freitas, Erico Alves de Freitas, José Alves de Freitas, Faustina Alves de Freitas, Maria Jonas Alves de Freitas e Joanna Alves de Freitas e havidos de Julita Maria de Jesus, também solteira, Affonso Alves de Freitas, Arthur Alves de Freitas, Lucilo Alves de Freitas, Rosa Alves de Freitas, Francisca Alves de Freitas e Paula Alves de Freitas.

TABELA 3 – CASAMENTOS/FILHOS DE ANTÔNIO ALVES DE FREITAS BORJA

Filhos do Casamento com Elvira Bastos de Freitas Borja	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Hilda (falecida)</li> <li>* Esther, foi casada com Dr. Agnello Ribeiro de Macedo e faleceu deixando vários filhos</li> <li>* Dr. Antonio Bastos de Freitas Borja, professor cathedrático da Faculdade de Medicina da cidade de Salvador.</li> </ul>
Filhos com Avelina Maria de Jesus	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Lúcia Alves Freitas Rego, casada com Francisco Affonso do Rego</li> <li>* Davina Alves Campos, casada com Euriculo Alves Campos</li> <li>* Andreлина, casada com Urbano Vieira, Mario Alves de Freitas</li> <li>* Iderlina Alves de Freitas casada com Tiburcio Nunes de Almeida, ambos já falecidos deixando três filhos</li> <li>* Francisco Alves de Freitas.</li> </ul>
Filhos com Veridiana Bastos de Oliveira, reconhecidos no testamento, conforme Art. 357 do Código Civil Brasileiro.	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Romualdo Alves de Freitas</li> <li>* Aureliano Alves de Freitas</li> <li>* Erico Alves de Freitas</li> <li>* José Alves de Freitas</li> <li>* Faustina Alves de Freitas</li> <li>* Maria Jonas Alves de Freitas</li> <li>* Joanna Alves de Freitas</li> </ul>
Filhos com Julita Maria de Jesus, reconhecidos no testamento, conforme Art. 357 do Código Civil Brasileiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Affonso Alves de Freitas</li> <li>* Arthur Alves de Freitas</li> <li>* Lucilo Alves de Freitas</li> <li>* Rosa Alves de Freitas</li> <li>* Francisca Alves de Freitas</li> <li>* Paula Alves de Freitas.</li> </ul>

Ao analisar o testamento, percebemos que os nomes das três mulheres com as quais ele afirma ter tido seus 18 filhos naturais são os mesmos nomes das três escravas que aparecem no inventário de 1882: Veridiana, Avelina e Julita. A existência dos sobrenomes de Veridiana, Avelina e Julita é indicativo de que no momento da escrita do testamento, em 1920, essas já eram libertas. Também em relação aos sobrenomes chama a atenção o fato de nenhuma das mulheres com quem teve filhos ter recebido o sobrenome do senhor e pai dos filhos na passagem da escravidão para liberdade, algo que era bastante comum em diferentes contextos escravistas no Brasil, a adoção do sobrenome senhorial. Neste caso, por terem filhos com o ex-senhor, talvez a adoção do sobrenome senhorial insinuasse um comprometimento que Antonio Alves de Freitas Borja não queria. Entretanto, o mesmo não ocorreu no caso do reconhecimento da paternidade, pois *todos* os seus filhos herdaram dois de seus sobrenomes: Alves de Freitas.

No testamento o reconhecimento da paternidade parece ter sido acompanhado de uma preocupação de Antonio Borja em mostrar que havia encaminhado os seus filhos. O que é perceptível na demonstração dos casamentos dos mesmos, ao invés de uniões consensuais, comuns nas classes baixas e, principalmente, no meio rural.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O acesso a essa documentação nos permitiu analisar aspectos da realidade da fazenda policultora escravista denominada Fazenda Candeal, percebendo a diminuição gradativa do número de escravos da fazenda, fator que pode ser associado a inúmeros fatores como: as constantes secas enfrentadas pela região; o tráfico interprovincial; as leis abolicionistas iniciadas em 1845 que passam a abrir possibilidades de liberdade pelas vias oficiais aos escravos ou mesmo a fuga, esta última presente na memória de moradores da região sobre a formação da comunidade de Matinha. Foi possível ainda traçar, preliminarmente, as trajetórias de cativos/as da fazenda mesmo no pós abolição.

A análise preliminar da documentação judiciária sobre o proprietário da Fazenda Candeal, tenente-coronel Antonio Alves, nos trouxe importantes informações acerca das trajetórias de vida das três ex cativas da Fazenda Candeal, e possibilitou a surpreendente “descoberta” acerca das relações estabelecidas entre um senhor viúvo e suas escravas, relacionamentos que lhe deram 18 filhos naturais. Essa “descoberta”, possibilitada pelas

fontes, foi possível a partir da proposta teórico-metodológica da ligação nominativa consolidada na História Social.

Pretendemos analisar essas trajetórias específicas, tendo como fontes principais os documentos acima citados, a fim de contribuir para a historiografia da escravidão e das populações descendentes dos/as escravizados/as em Feira de Santana, cidade historicamente reconhecida enquanto território de intenso comércio de gados. Bem como perceber as complexidades dos sujeitos escravizados na Fazenda e as teias nas quais os seus descendentes estão envolvidos.

## NOTAS DE FIM

<sup>1</sup> Discente do Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Pesquisa financiada pela FAPESB (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia)

<sup>2</sup> Sobre isso tratam RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe Maria. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Pp. 30-31.

<sup>3</sup> Sobre os engenhos de Feira de Santana trata FREIRE, Luis Cleber Moraes. *Nem tanto ao mar, nem tanto à terra: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850-1888*. Feira de Santana, UEFS Editora, 2011.

<sup>4</sup> É possível destacar os seguintes trabalhos: ANDRADE, Celeste Maria Pacheco de. *Origens do povoamento de Feira de Santana: um estudo de história colonial*. Dissertação de Mestrado em História. - Salvador: UFBA, 1990. LIMA, Zélia de Jesus. *Lucas Evangelista: o Lucas da Feira: um estudo sobre a rebeldia escrava em Feira de Santana*. Salvador. Dissertação de Mestrado em História. - Salvador: UFBA, 1990. OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. *De Empório a Princesa do Sertão: utopias civilizadoras em Feira de Santana (1893-1917)*. Dissertação de Mestrado em História. - Salvador: UFBA, 2000.

<sup>5</sup> NASCIMENTO, Flaviane Ribeiro, *E as mulheres da Terra de Lucas? Quotidiano e resistência de mulheres negras escravizadas (Feira de Santana, 1850-1888)*. TCC em Lic. em História, UEFS, Feira de Santana/BA, 2009. SENTO SÉ, Frederico Nascimento. *Memórias da Manhã*. TCC em Licenciatura em História, UEFS, Feira de Santana/ BA, 2009. JESUS, Yves Samara Santana de. *Batismo de Africanos na Freguesia de São José das Itaporocas – Feira de Santana, 1785 -1826*. TCC em Lic. em História, UEFS, Feira de Santana/BA, 2010.

<sup>6</sup> Inventário de José Vitório de Oliveira a Maria Alvina de Oliveira. Datado entre 1854 e 1878, 112 páginas. APEB. Classificação: 1/192/336/05.

<sup>7</sup> Podendo ser esta denominação referente à sua origem do sul da província, do país, ou mesmo do sul da África.

<sup>8</sup> O inventário refere-se a cabeças de gado, de quantidade ilegível.

<sup>9</sup> O serviço “da rapa” nas fazendas de policultura do sertão baiano era caracterizado ou pela raspagem da mandioca, serviço que não exige grande força física ou da raspagem do couro do gado, este exige mais força.

<sup>10</sup> Possível filha da escrava Vicência mais velha. Nesse inventário é mais difícil a identificação da filiação dos escravos/as, fato que torna-se comum após a instituição da matrícula obrigatória de cativos.

<sup>11</sup> Cabe citar o pioneirismo do historiador Robert Slenes ao dissertar sobre a família escrava em sua obra *Na Senzala Uma Flor – Esperanças e recordações na Formação da Família Escrava. Brasil Sudeste, Século XIX*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

<sup>12</sup> A esse respeito ver Sharyse Amaral, *Um pé calçado, outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe*. Salvador: EDUFBA; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012. Pp.46-49. Ver também SLENES, op. Cit., pp.197-200.

<sup>13</sup> FREIRE, Op. Cit.

<sup>14</sup> Inventário de João Justiniano Ferreira Bastos a Quitéria Florescia dos Anjos, 1863/1878 – 290 folhas (incompleto). APEB. Classificação: 08/3421/01

<sup>15</sup> Possivelmente o proeminente Desembargador Filinto Bastos.

<sup>16</sup> Inventário de Elvira Bastos de Oliveira Borja a Antonio Alves de Freitas Borja. Período: 1882 – 26 páginas. APEB. Classificação: 01/238/440/08.

<sup>17</sup> As informações sobre os/as escravos Thomaz, Manuel Paulo, Veridiana e Avelina constam da matrícula de escravos feita por Antonio Alves em 02 de agosto de 1872. O inventário estava pouco legível, não consegui identificar aspectos mais específicos destes/as escravos no inventário, mas verifiquei que estes/as permaneciam

enquanto escravizados/as até aquele momento. Assim a referencia a idade destes/as é do ano de 1872 e não de 1882.



## CONSTRUÇÃO DA AUTO-IMAGEM PELA IMPRENSA NO SÉCULO XIX – O CASO DO VISCONDE DE PIMENTEL

**RESUMO:** A utilização da imprensa como mecanismo de construção da auto-imagem no século XIX foi muito comum no Vale do Paraíba Fluminense. O Visconde de Pimentel, proprietário de terras na região, valeu-se desse expediente. Em uma de suas antigas fazendas, encontramos um álbum organizado pelo mesmo com recortes de jornais da Corte e de outras regiões do país falando sobre ele. Ao reunir tal acervo, ele não apenas tentava se afirmar, como também forneceu-nos amplo material para compreendermos como esses elementos se articulavam no oitocentos e formavam suas redes de sociabilidade.

**PALAVRAS CHAVE:** auto-imagem – imprensa – sociabilidade.

**Abstract:** The use of the press as a mechanism to construct their self-image in the 19<sup>th</sup> century was very common in the Paraíba Valley in Rio de Janeiro State. The Viscount of Pimentel, landowner in this area, resorted to this practice. On one of his old farms, we found a scrapbook with clippings about himself from newspapers from the Court and other areas of the country. By collecting these clippings he not only tried to prove himself but also supplied us with vast material to understand how he and his fellow countrymen articulated themselves in the 1900s forming their social networks.

**Keywords:** self-image – press - sociability

### 1. ORIGENS E ATUAÇÃO DO VISCONDE DE PIMENTEL:

Entre os migrantes portugueses que se estabeleceram na cidade de Valença no início do oitocentos, encontrava-se Francisco Martins, originário da Ilha de São Miguel nos Açores, filho de Antônio Martins e de Ana Maria da Conceição. Não se tem registro da sua chegada exata ao Brasil nem das condições em que aqui aportou mas o mesmo, já em 1850, era proprietário de várias fazendas e possuía uma certa posição na sociedade em que vivia.

Os Pimentéis procedem da Casa de Benavente, de dom Rodrigo Pimentel, que foi conde de Benavente e irmão do rei dom Afonso II. Entretanto, Francisco Martins, talvez não fosse membro da família Pimentel<sup>1</sup> e sim a sua primeira esposa, filha de Hipólito Pimentel e Joana Maria da Conceição, sesmeiros em Valença, uma das primeiras famílias a se instalarem no território. Com este casamento passou a assinar o sobrenome do sogro, sem que se saiba exatamente o motivo<sup>2</sup>, e teve cinco filhos. Instalado em Valença já no início do oitocentos, gozava de certo prestígio na região. Foi ele o responsável pela construção de um dos quatro

altares laterais da igreja matriz de Nossa Senhora da Glória, depois catedral<sup>3</sup> - o altar dedicado ao Espírito Santo.

Na região de Valença tornou-se um próspero fazendeiro. Sua atividade não ficou, porém, restrita ao campo. Contribuiu financeiramente para a construção de uma enfermaria destinada aos doentes pobres, subscreveu 400\$000 para a causa legalista na Revolução Liberal de 1842 e, mais tarde, com 500\$000 para os esforços da Guerra do Paraguai<sup>4</sup>.

Casou-se em segundas núpcias com Clara Maria Dutra, irmã da Baronesa de Santa Justa e descendente de antigas famílias do Vale do Paraíba, pertencentes aos primeiros grupos que se fixaram na região, em especial em Vassouras, sendo filha de Manuel da Silveira Dutra e de Maria Ignácia da Conceição, com quem teve, entre outros filhos. Um de seus filhos que merece um destaque especial foi Joaquim Martins Pimentel, mais tarde agraciado pelo rei de Portugal com o título de Visconde de Pimentel.

Ele nasceu em 29 de agosto de 1833 na então Vila de Nossa Senhora da Glória de Valença. Informações mais detalhadas a seu respeito são escassas, inclusive quando e onde morreu. Do período compreendido entre o seu nascimento até seu casamento não existem documentos. Não se sabe se recebeu uma educação formal mas, ao analisarmos sua correspondência e seu comportamento na região, fica claro que dominava gramática e tinha boa caligrafia<sup>5</sup>.

Encontra-se uma primeira citação a seu respeito no ano de 1856 no *Almanak Laemmert*, que o menciona como proprietário de fazenda com engenho na freguesia de Santa Isabel do Rio Preto, hoje distrito de Valença. Foi casado com Rita Leopoldina de Oliveira Guimarães, filha de sesmeiros precursores do desbravamento do sertão da referida freguesia, João Baptista Guimarães e Maria Marcelina Vicência, ambos naturais da Comarca de São João d'El Rei. Mas permanecem dúvidas a respeito de como foram as negociações para o casamento e quando foi realizado.

Em 15 de maio de 1858 começa a partilha amigável dos bens de Francisco Martins Pimentel, cabendo a Joaquim Gomes Pimentel a quantia de 100:035\$868, pagos através de bens relativos à Fazenda Santa Theresa, constando esta de 329 braças de testadas com 1500 de fundos, além de escravos, animais e mantimentos<sup>6</sup>. Com isso, ele se desfaz da parte que lhe cabia na fazenda da esposa, vendendo-a ao cunhado.

No ano seguinte, ele já se encontrava estabelecido na Freguesia de Nossa Senhora da Glória em Valença, como cafeicultor da Fazenda Santa Theresa. Entre os anos de 1860 e 1862, comprou novas terras paralelas à sua propriedade, vindo a abrir uma nova propriedade

agrícola, a Fazenda Vista Alegre, sua mais conhecida fazenda, dotando-a, ao longo dos anos, de inúmeras inovações. Tal fato foi amplamente divulgado em jornais como o *Monitor do Povo*, *Jornal do Commercio*, o *Cruzeiro*, entre outros.

Tais benfeitorias em sua propriedade visavam não somente a novas técnicas para o beneficiamento do café, como a melhores condições de vida para seus escravos. Sua fazenda recebeu uma visita do Conde D'Eu e nela instalou uma Escola de Ingênuos, onde escravos e crianças pobres aprendiam, além das primeiras letras, música, artes teatrais e religião. Mantinha também uma banda de música constituída por escravos libertos que se apresentava tanto nas festas da fazenda como nos acontecimentos sociais de Valença. Em sua casa, hospedou o grande pianista e compositor Louis Moreau Gottschalk<sup>7</sup>.

Ele organizou um “Álbum de recortes de jornal e impressões de viajantes da fazenda Vista Alegre”, de sua propriedade, fato esse citado por Ana Mauad<sup>8</sup>, no qual recolheu as notícias publicadas nos jornais da região e do Rio de Janeiro sobre si, seus feitos e sua fazenda, construindo, segundo a autora, a sua auto-imagem.

Entre as notícias a respeito de Joaquim Gomes Pimentel, destacam-se, entre outras, a que informa que ele ofereceu “uma variedade de grama de sua fazenda” para o “embelezamento do jardim do Campo da Aclamação”<sup>9</sup>; a próxima inauguração de uma escola para ingênuos, em número de 30, “franqueando-a também aos meninos pobres da vizinhança”, além de já ter contratado professor<sup>10</sup>; a inauguração da dita escola em 25 de dezembro de 1879<sup>11</sup>; além de trazer na “primeira página o retrato do benemérito cidadão brasileiro o Sr. Visconde de Pimentel, fazendeiro do município de Valença”, comentando que em suas fazendas existia uma “elegante e bem construída capela, um teatro, uma banda de música, uma escola para ingênuos, *bonds*, tudo nas melhores condições de asseio, comodidade e bom gosto”<sup>12</sup>.

Essas e outras notícias de diversos jornais demonstram o cuidado mantido pelo Visconde de Pimentel em organizar a sua imagem. Ainda a respeito da escola dos ingênuos, consideramos interessante a notícia publicada em 1879 a respeito de sua futura inauguração, comentando que o “sr. Otaviano Hudson ofereceu 50 exemplares do seu método à mesma escola”<sup>13</sup>. Tais atitudes e a atuação da imprensa neste projeto de construção de uma auto-imagem serão melhor explicadas a seguir.

## 2. A CONSTRUÇÃO DE UMA AUTO-IMAGEM ATRAVÉS DA IMPRENSA:

O projeto de construção de sua auto-imagem começou, provavelmente, na década de 1860, após o término da edificação da Fazenda Vista Alegre. Em 1864, por exemplo, ele tentou uma vaga na mesa diretora da Irmandade do Santíssimo Sacramento, importante veículo para a participação de alguém na “boa sociedade”, mas não alcançou sucesso. Em 12 de janeiro do ano seguinte, entretanto, ingressou na mesma irmandade como vice-provedor, conseguindo que os demais cargos da mesa diretora fossem preenchido por pessoas ligadas ao seu grupo de influência. Em 1866, assume a provedoria da irmandade e, apesar de deixá-la no ano seguinte, tendo assumido a vaga o seu irmão, Jacinto Martins Pimentel, a instituição continuou sob sua influência, como bem o demonstra o *Jornal do Commercio* de 1873:

“Descrever a festa da semana santa, que acabamos de testemunhar na cidade de Valença, com toda a sua pompa e esplendor, fervor e concurso imenso,(...)”

E por ocasião dessas manifestações triunfais ao Ver. Sr. Vigário Carneiro tivemos de observar igualmente ao que se dirigiam ao Sr. Capitão Joaquim Gomes Pimentel, digno provedor da irmandade do Santíssimo, e pessoa a quem principalmente atribuía o esplendor e pompa com que se fez a festa, por ter ele, como provedor da irmandade a cujas expensas ele a fez, sido quem tomou a si a máxima parte dos dispendiosos, e o cuidado e maior desvelo e solícitude em promover tudo quanto pudesse contribuir para o seu brilhantismo (...) ao Sr. Capitão Pimentel os mais cordiais cumprimentos e felicitações pela população valenciana, como agradavelmente pudemos testemunhar”<sup>14</sup>.

Como descrito pelo jornal, neste ano de 1873 ele já era capitão da Guarda Nacional, tendo assumido, inicialmente, o posto de alferes no ano de 1867. Sua promoção ocorreu apenas dois anos depois, por decreto do vice-presidente da Província, Desembargador Diogo Teixeira Macedo, o que comprova sua influência na Corte.

O apogeu de sua atuação ocorreu na década de 1870, portanto. Isso se comprova pelas visitas de vários viajantes às suas fazendas, que eram descritas em vários jornais como propriedades modelo para os cafeicultores do Império. Entre estes, destaca-se Augusto Emílio Zaluar, por descrever as propriedades, a produção, as inovações tecnológicas e a personalidade do proprietário em 1872, escrevendo um breve comentário no *Jornal do Commercio*:

“Na casa da fazenda há todas as comodidades que podem oferecer os recursos das grandes cidades, mas que tão raros são ainda de encontrar nas povoações do interior. (...)”

Por toda a parte se encontra aqui o gosto aliado ao útil. Ao passo que entramos nos belos salões, artisticamente mobiliados e confortáveis aposentos, tudo isto maravilhosamente nos surpreende, quando, à noite, como por encanto, não só a habitação, como o engenho e os terreiros resplendem brilhantemente iluminados a gás!

Gás em uma fazenda, perto de 30 léguas de distância da capital do Império, quando ainda semelhante iluminação não existe nas mais populosas e ricas de nossas povoações. É verdade. E o que mais ides admirar, é que o inteligente proprietário lucra a introdução deste melhoramento”<sup>15</sup>.

É nesta década, por sinal, segundo Ana Mauad, que Pimentel começa a organizar o seu “Álbum de recortes de jornal e e impressões de viajantes da fazenda Vista Alegre”<sup>16</sup>. Ainda segundo a autora, essa coleção serviu para construir sua auto-imagem como um fazendeiro próspero e empreendedor, o que já se constatou. Mauad destaca ainda como digno de destaque a inauguração da escola de ingênuos:

“Inaugurou-se no dia 2 do corrente, na fazenda denominada Vista Alegre, município de Valença, uma escola destinada aos filhos livres das escravas da mesma fazenda. A festa de inauguração esteve à altura da generosa iniciativa de seus fundadores os ilmos. Srs. Viscondes de Pimentel. A toda a festa assistiram os escravos, com a fronte radiante de alegria, tocando uma banda de música, organizada com os mesmos escravos. O Sr. Visconde de Pimentel, depois de pronunciar um discurso expondo seus pensamento (...) convidou o Sr. Arthur Fernandes de Castro Bravo, professor da escola, a fazer a chamada. Responderam 42 alunos, 27 do sexo masculino e quinze do sexo feminino, 34 dos quais nascidos depois da lei de 28 de setembro. Achavam-se presentes os representantes da imprensa e grande número de convidados”<sup>17</sup>.

Um ano depois, os mesmos jornais anunciavam o aniversário da fundação da escola, com direito à premiação dos alunos que conseguiram maior destaque, todos ex-escravos, diga-se de passagem. Acrescente-se que Pimentel já havia alforriado os nascidos antes mesmo da assinatura da lei do Ventre Livre. Não obstante, apesar de haver um caráter humanitário nesta ação progressista para a região, fica evidente que o objetivo maior era exatamente a construção da sua auto-imagem. A própria data escolhida para a inauguração da escola, 25 de dezembro, gerou uma comparação no jornal O Cruzeiro, além do convite feito ao imperador para a festa e saraus subseqüentes, o que não ocorreu por motivos desconhecidos:

“O que ainda não fez o governo, principia a fazê-lo o esclarecido patriotismo de um distinto fazendeiro, o Sr. Visconde de Pimentel, dando nobre exemplo aos nossos agricultores.

Bem haja que escolheu o dia do aniversário do nascimento daquele que só proclamou igualdade e caridade, para realizar a festa da caridade.

Está inaugurada a primeira escola de ingênuos”<sup>18</sup>.

A visita do Conde d’Eu, por sua vez, ocorrera alguns anos antes, em 1876. Pimentel promoveu, na ocasião, grandiosa festa para recepcionar o visitante, que ficou hospedado em sua propriedade por alguns dias durante os quais foram promovidos grandes saraus e festas luxuosas, havendo também passeios a cavalo e caçadas, nas matas da Santa Theresa. O fato vem assim descrito:

“Eternamente ficará gravado no coração do povo valenciano a honrosa demonstração de apreço que recebeu com a visita do Ilustre príncipe a quem a Providência escolheu para ser o esposo da mais virtuosa das princesas que perpetuaram a dinastia bragantina nas terras de Santa Cruz. Sua Alteza o Sr. Conde d’Eu (...) (n)a visita que acaba de fazer às fazendas do Sr. Visconde de Pimentel confirma a justa idéia que fazíamos do seu gênio empreendedor. S. Ex. é um daqueles brasileiros que mais tem se ocupado com o aperfeiçoamento e próspero futuro da lavoura. Os modernos inventos introduzidos em todos os trabalhos rurais atestam a sua vocação pelo porvir das indústrias e pelo desenvolvimento que terá quando a colonização venha a prestar o concurso que se espera dos braços livres.

Quem visitar as fazendas do Sr. Visconde de Pimentel exultará de júbilo por ver o quanto consegue o espírito investigador do homem, quando o talento dá-lhe um raio brilhante pra cultivar o espírito, e o fogo do patriotismo arde em seu coração para dar vigor ao braço hercúleo que suspende o país quando à margem do abismo, ainda pode erguê-lo e avigorá-lo pela emulação, tornando-o digno no espírito cultivado de seus filhos como é extenso e rico nas matérias do seu território”<sup>19</sup>.

Note-se o destaque que é dado ao fato de o Visconde de Pimentel estar contribuindo para o futuro da lavoura, bem como na introdução de “modernos inventos”, antevendo a implantação da indústria e da mão-de-obra livre.

Tanto quanto foi descrito já seria suficiente para demonstrarmos a utilização da imprensa como veículo para a construção e afirmação de uma auto-imagem no oitocentos brasileiro. No entanto, ainda é necessário que se diga algo a respeito da atuação de Pimentel fora do país e na construção de uma linha férrea em Valença.

O Visconde de Pimentel mantinha ligações estreitas com o país de origem do pai, tendo recebido sua titulação exatamente por serviços prestados a Portugal, dos quais encontramos, por exemplo, notícias a respeito de doações feitas à Comissão central de socorros às vítimas das inundações deste país em 1877, posteriores à homenagem recebida, entretanto:

Valença

Agenciada pelo Ilmo. e Exmo. Sr. Visconde de Pimentel, digníssimo membro da comissão daquela cidade, a saber:

Ilmos. e Exmos. Srs.

Visconde de Pimentel ..... 100\$000

Francisco José Carvalho ..... 400\$000<sup>20</sup>

E a respeito do título recebido: “Concedeu-se licença a Joaquim Gomes Pimentel para aceitar e usar do título de visconde de Pimentel, com que foi agraciado por Sua Majestade Fidelíssima”<sup>21</sup>. Tal título foi recebido em 1874, concedido por D. Luís I, embora não se tenha conhecimento das causas para tanto. Possivelmente decorreu em virtude das doações filantrópicas e/ou da participação junto às instituições portuguesas existentes na Corte, além da rede de sociabilidade que mantinha com vários portugueses agraciados com mercês, muitos dos quais também nobilitados. O *Jornal do Commercio do Porto* publica a concessão do título<sup>22</sup>.

Apesar de ter sido Joaquim Pimentel capitão da Guarda Nacional e de ter prestado notáveis serviços à região, logrando o reconhecimento de importantes jornais da capital da província e mesmo de outros locais do país, ele não recebeu nenhum título nobiliárquico no Brasil. A sua titulação era de origem portuguesa, concedida pelos serviços que prestara ao país de origem de seu pai. Também chama a atenção o fato dele não ser mencionado em nenhum informativo de Valença, não se sabendo exatamente a razão para isso.

Quanto à construção da linha férrea, em 1875 ele encontrava-se incumbido pelo cunhado, Manoel Antônio Esteves, do processo de um primeiro prolongamento da estrada de ferro da cidade de Valença. Assim, escreve: “Passo-lhe esta não para lhe dar uma decisão definitiva do que me incumbiu, isto é, do prolongamento da Estrada União Valenciana como

eu desejava. Mas estou certo que conseguiremos e a minha demora aqui tem sido só por causa disso”<sup>23</sup>. Alguns dias depois, tentando intermediar um favor pedido por um certo “Joanico” Faro<sup>24</sup>, Pimentel esclarece:

...e como isso é um simples pedido, é bom mandar-me a carta para o servir, e mesmo porque ele tem coadjuvado no prolongamento da Estrada de Ferro de Valença; e o Joanico Faro, muito mais, porque é o amigo mais íntimo do Presidente, e creio que muito breve temos a decisão favorável. Não vale de nada o Requerimento do Cunha Leitão à Assembléa Provincial, porque o Presidente não sancionava, e concede-nos a nós o prolongamento. O Joanico pede-me uns bons feixes de palmito amargoso para o Presidente, e só o amigo pode me arranjar isso nas suas matas de São Francisco, e remeter-me o quanto antes<sup>25</sup>.

Existiam, sem sombra de dúvidas, grandes interesses por detrás dessas negociações. Demonstra-se aqui que ambos, Pimentel e Esteves, possuíam contatos importantes na Corte que poderiam realizar intermediações a seu favor e da estrada de ferro. Ele saberia muito bem tirar proveito disso, interagindo com diversas redes para alcançar os seus objetivos.

No mês seguinte, de volta a Valença, Pimentel comunica ao cunhado que o “prolongamento da Estrada ficou no mesmo pé, isto o Presidente disse que não sanciona a do Pimenta da Cunha e concede-nos o privilégio para o prolongamento, mas isto é depois que se feche a Assembleia”<sup>26</sup>. No início do ano seguinte ele propõe a Esteves a compra de algumas ações da Estrada de Ferro, indicando que ele costumava adquirí-las de outros sócios :

Ontem falei ao meu sobrinho, o Doutor [refere-se a Francisco Esteves], para lhe dizer que o Capitão Luiz Ribeiro de Sousa Resende<sup>27</sup> tem 70 ações da Companhia União Valenciana, e as quer vender, e dá cada uma por uns 122\$500. Eu disse-lhe que só o amigo é que as poderia comprar. Ora, por esse preço, ficam-lhe as 70 por 8.575\$000. Descontando o rateio que tem de haver agora pelo menos de 8 por cento, são uns 1.120\$000, ficam-lhe as 70 por 7.455\$000, pouco mais de metade como o amigo as tem comprado e tira já, o amigo nos 8.575\$000 que despende, em juros de 13 a 14 por cento, creio que o negócio lhe convém; se lhe convier, dê suas ordens para a Casa Comercial de Esteves<sup>28</sup>.

As referências a Pimentel a partir daí são cada vez mais precárias. Tem-se a notícia que ele teria adquirido uma fazenda em São Paulo onde, provavelmente, veio a falecer. Mas não há comprovação para isso. O que se percebe até aqui é que ele utilizou, de forma ampla e estratégica, a



imprensa como forma de demonstrar sua atuação na região e fora dela, construindo uma imagem de si que se destacou pelo empreendedorismo, pela inovação e pela visão de futuro. Entrementes, ele não deixou uma imagem de bom administrador, uma vez que contraiu muitas dívidas, inclusive com o cunhado, Manoel Esteves, e a irmã, casada com este. Parte do acervo de suas fazenda, por sinal, encontra-se na Santo Antônio do Paiol, principal propriedade de Esteves, apesar de o álbum de recortes de jornal ainda permanecer, intacto, na Vista Alegre. Ele agiu como diversos outros proprietários da época, valendo-se de estratégias bem definidas que valeram-lhe grande renome durante sua existência. Sua imagem ficou, de certa forma, assim preservada.

Raimundo César de Oliveira Mattos

Doutor em História pelo PPGH da UERJ

Professor titular do Centro de Ensino Superior de Valença – CESVA

raimundomattos@bol.com.br

---

<sup>1</sup> Ele só passou a assinar o sobrenome Pimentel após o casamento o que, entretanto, não comprova o fato de não pertencer a esta família.

<sup>2</sup> Também os filhos nascidos do segundo casamento adotaram o sobrenome Pimentel, doravante utilizado pelo pai.

<sup>3</sup> Cf. FERREIRA, Luiz Damasceno. Op. cit., p. 43.

<sup>4</sup> Cf. JANNUZZI, Fernando Antônio Ielpo Jr. *Antigas Famílias de Valença – V*. In: *Gazeta Valenciana*, 23 a 30 de outubro de 1999, p. 4.

<sup>5</sup> Cf. NUNES, Vitor Nuno Duarte Flecho. *Visconde de Pimentel: a “boa sociedade” valenciana e a construção da auto-imagem*. Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Brasil do Centro de Ensino Superior de Valença. Valença, 2011, p. 27.

<sup>6</sup> Partilha de Clara Maria Dutra e outros. Museu da Justiça – Rio de Janeiro. Processo 3679/caixa 359/Comarca de Valença/n<sup>o</sup>aa:224.

<sup>7</sup> Apesar de sua atuação e das obras que promoveu, o título de Visconde de Pimentel foi recebido do rei de Portugal, não tendo ele, apesar de membro da Guarda Nacional, recebido qualquer titulação brasileira.

<sup>8</sup> Cf. MAUAD, Ana Maria. *Imagem e auto-imagem no Segundo Reinado*. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 212.

<sup>9</sup> *Gazeta de notícias*, 03 de janeiro de 1878

<sup>10</sup> *Jornal do Commercio*, 11 de novembro de 1879.

<sup>11</sup> *Jornal do Commercio*, 28 de novembro de 1879.

<sup>12</sup> *O Mequetrefe*, 02 de junho de 1880.

<sup>13</sup> *Gazeta do Norte*, 11 de outubro de 1879.

<sup>14</sup> *Jornal do Commercio*, 17 de abril de 1873.

<sup>15</sup> *Jornal do Commercio*, 19 de abril de 1872.

<sup>16</sup> Cf. MAUAD, Ana Maria. Op. cit., p. 212.

<sup>17</sup> *Gazeta da Noite*, 30 de dezembro de 1879.

<sup>18</sup> *O Cruzeiro*, 28 de dezembro de 1879.

<sup>19</sup> *Jornal Monarquia*, 15 de outubro de 1876.

<sup>20</sup> *Jornal do Commercio*, 25 de maio de 1877.

<sup>21</sup> *Jornal do Commercio*, 22 de abril de 1874.

<sup>22</sup> *Jornal do Commercio do Porto*, 13 de fevereiro de 1874.

<sup>23</sup> Carta enviada a Manoel Antônio Esteves pelo Visconde de Pimentel em 23/09/1875.

<sup>24</sup> Pela alcunha utilizada não se tem como afirmar ser este o terceiro Barão do Rio Bonito ou um seu parente.

<sup>25</sup> Carta enviada a Manoel Antônio Esteves pelo Visconde de Pimentel em 27/09/1875.

<sup>26</sup> *Ibid.*, 13/10/1875.

<sup>27</sup> Era filho do Marquês de Valença e, na ocasião, estava se transferindo de Valença. Talvez seja este o motivo pelo qual ele estava dispondo de suas ações na estrada de ferro.

<sup>28</sup> *Ibid.*, sem dia 01/1876.

## Imprensa e opinião pública em Minas Gerais no fim do Primeiro Reinado<sup>1</sup>

Raphael Rocha de Almeida  
Mestre em História pela UFMG.  
Professor do IFSULDEMINAS.  
(raphael.almeida@ifsuldeminas.edu.br)

### Resumo:

Este artigo propõe-se investigar a imprensa da província de Minas Gerais, a fim de mapear a constituição e ampliação de uma esfera pública de poder em fins do Primeiro Reinado.

**Palavras-chave:** esfera pública – imprensa – Primeiro Reinado.

### Abstract:

The purpose of this article is to investigate the newspapers of Minas Gerais province, with the aim of mapping the constitution and amplification of a public sphere of power at the end of the First Empire.

**Keywords:** public sphere – press – First Empire.

Em janeiro de 1828, um dos redatores do jornal *Astro de Minas* publicou um texto doutrinário com os seguintes dizeres:

Em todo Estado Constitucional, onde as eleições dos Deputados às Assembléias deliberativas são populares e livre de estorvos, como no Brasil, os Deputados são realmente órgãos da opinião pública. Porém de todos os órgãos da opinião pública, o mais certo e invariável é, sem dúvida, a publicação diária; os que negam esta verdade, não mereceriam que lhe respondessem.<sup>2</sup>

Naquele contexto, dentre os supostos redatores do periódico em questão, destacava-se Batista Caetano de Almeida, que já adquiria notoriedade devido as suas ações nos arredores da vila de São João Del Rei<sup>3</sup>. Este periódico tinha leitores e correspondentes em várias localidades, sobretudo nas cidades de Ouro Preto e Rio de Janeiro, respectivamente, capitais da província de Minas Gerais e do Brasil Imperial<sup>4</sup>. Embora não fosse o único responsável pela redação e publicação do jornal, leitores e articulistas creditavam a ele parte significativa das polêmicas que vinha a público naquele periódico<sup>5</sup>, o que o torna personagem importante na análise do processo de gestação de uma esfera pública de discussão política, nos anos que antecederam a Abdicação de D. Pedro I.

A longa citação que inicia este texto sugere que o redator do *Astro de Minas* tenha sido, também, um arguto observador das mudanças que se processavam na cena política do Império. Num contexto fundamental para a construção do Estado e da nação brasileiros, o autor não deixou de registrar a percepção que tinha em relação à emergência de uma *opinião pública*, da qual ele mesmo certamente era um dos partícipes. No seu entendimento, a

existência da opinião pública no Brasil Imperial era possível, sobretudo, por dois fatores: a ação de *homens públicos*, principalmente os legisladores eleitos, cujas atribuições incluíam a fiscalização das ações do poder executivo e a circulação livre de *periódicos*, cujo fim deveria ser, principalmente, dar transparência às novas instituições e às ações governo, além de permitir e promover o debate público sobre questões de interesse geral<sup>6</sup>. Seguindo a senda aberta por esse perspicaz personagem dos tempos do Império, procuraremos nesta comunicação analisar o papel da imprensa periódica da província de Minas Gerais na constituição de uma *esfera pública de discussão política* em fins do Primeiro Reinado.

A expressão *opinião pública* ou *esfera pública* é polissemia e polêmica: remete tanto a uma categoria analítica quanto a um vocabulário político de longa tradição. Do ponto de vista metodológico, nossa análise procura dialogar com um amplo conjunto de estudos acadêmicos dedicados à questão e, ao mesmo tempo, se esforça em situar essa concepção historicamente, interrogando como os sujeitos históricos do passado conceberam conceitualmente a noção de opinião pública e o papel que estes sujeitos atribuíam à imprensa na constituição dessa mesma noção.

Dentre os estudos sobre o tema, destacam-se as reflexões de Habermas<sup>7</sup> e Koselleck<sup>8</sup>, que situam a formação de uma esfera pública no contexto de gênese da modernidade política. Embora não seja possível, nos limites desta comunicação, apresentar uma delineação teórica suscitada pelas reflexões destes autores, podemos de forma sintetizada destacar que entendemos por *esfera pública de discussão política* uma arena de discussão e de crítica fora do controle do Estado, cujos membros tendem a se apresentar como antagonistas da autoridade legal, a fim de discutir com ela questões publicamente relevantes.

Na gestação de uma esfera pública, deve-se considerar a circulação de impressos, que cria espaço para a comunicação e discussão e de ideias; a existência de um público, isto é de uma audiência; a ação de fomentadores (ou mesmo de porta-vozes) da opinião pública que dão publicidade aos assuntos em discussão<sup>9</sup>; e, por fim, de espaços públicos (e de sociabilidade) onde os homens livres podem inserir-se no mundo politicamente organizado<sup>10</sup>. No entanto, como já destacou Marco Morel, a “existência da imprensa periódica não implica necessariamente o aparecimento de uma opinião pública no sentido crítico do termo”<sup>11</sup>.

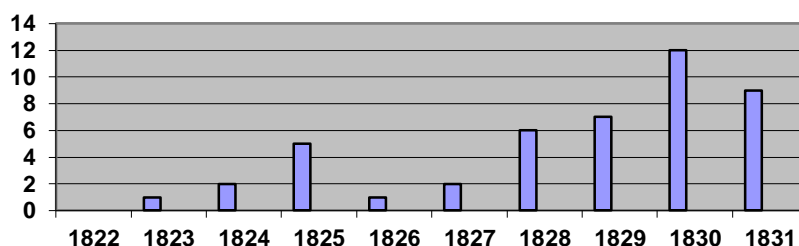
Dados quantitativos revelam que entre 1823, ano em que saiu o primeiro periódico em Minas Gerais, e 1831, ano da Abdicação, circularam na província vinte periódicos. O primeiro a ser publicado foi o *Compilador Mineiro*, que circulou entre 22 de outubro de 1823

e 09 de janeiro de 1824. Em seguida, teve início a publicação do *Abelha do Itaculomy*, que circulou até julho de 1825, dando lugar ao *Universal*, periódico de grande longevidade. Ainda em Ouro Preto, circularam jornais de caráter oficial, como o *Companheiro do Conselho*, *O Diário do Conselho de Governo da Província*, *Atas de Sessão do Conselho do Governo* e outros, dos quais só restaram ao pesquisador os nomes, como *O Patriota Mineiro*, *O Precursor das Eleições* e *O Mentor dos Brasileiros*, além do *Telégrapho* e do *Novo Argos*, esses últimos ferrenhos debatedores no ocaso do Primeiro Reinado.

Fora de Ouro Preto, vieram a lume, em São João Del Rei, o já citado, *Astro de Minas*, *O Amigo da Verdade* (opositor ao primeiro), *A Constituição em Triumpho* e *O Mentor das Brasileiras*, hebdomadário destinado ao público feminino. Em Mariana foi publicado o *Estrella Mariannense*; no Serro, o *Liberal do Serro* e a *Sentinella do Serro*; no Tejuco, o *Echo do Serro*; e, em Pouso Alegre, o *Pregoeiro Constitucional*<sup>12</sup>.

O **Gráfico 1**, a seguir, permite-nos visualizar o número de periódicos em circulação na Província de Minas Gerais entre os anos 1822 e 1831.

**Gráfico 1: Número de periódicos em circulação em Minas Gerais por ano, entre 1822 e 1831**



Fonte:

CARVALHO, André e BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário biográfico: imprensa mineira*. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 1994.; VEIGA, José Pedro Xavier da. *A Imprensa em Minas Geraes (1807-1897)*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1898, Anno III, vol. 2.

Se considerarmos todo o período em estudo, perceberemos que o maior número de jornais em circulação na Província ocorreu no ano de 1830, quando havia 12 periódicos. A data coincide com o início da segunda legislatura, quando novos deputados juntamente e através da imprensa promoveram debates em torno da reforma constitucional<sup>13</sup>. A crescente publicação de impressos em Minas Gerais, no período em questão, teve início em 1828 quando 6 periódicos circulavam na Província. O aumento numérico dos jornais refletia a crescente politização da sociedade, que, por sua vez, utilizava o espaço dos jornais para o debate político: a imprensa era, a um só tempo, produto e produtora do debate.

Tomando como parâmetro estes dados e estudos historiográficos sobre a imprensa política e a constituição dos espaços públicos, como os de Lúcia Neves<sup>14</sup>, Marco Morel<sup>15</sup>, Luciano Moreira<sup>16</sup>, Andréa Slemian<sup>17</sup>, podemos corroborar com as conclusões de Gladys Ribeiro e Vantuil Pereira<sup>18</sup>, segundo os quais, teria havido três ondas políticas no Primeiro Reinado – momentos estes de expansão da esfera da discussão política – que envolviam intensos debates e conflitos de rua, a dizer: 1820-1824, período que se inicia com a chegada de notícias da Revolução do Porto e se encerra com a retração dos canais de participação política em decorrência do fechamento da Assembleia Legislativa; 1826-1831, que vai da abertura dos trabalhos legislativos à abdicação do Imperador d. Pedro I; e, 1831-1837, que corresponde à fase mais liberal das Regências. Nesse sentido, a análise sobre a imprensa aqui empreendida circunscreve-se ao que os Gladys Ribeiro e Vantuil Pereira chamaram de segunda onda política.

Utilizamos alguns critérios para analisar a importância que os jornais de Minas Gerais tiveram perante o público-leitor. O primeiro é, sem dúvida, o número de periódicos em circulação. A longevidade de alguns deles também pode ser indicativa de maior aceitação junto ao público e de condições financeiras favoráveis à sua continuidade<sup>19</sup>. Poderíamos acrescentar, ainda, as referências recíprocas às matérias publicadas – indicativo da prática de leitura e crítica –, além da participação de leitores através da seção “correspondências”.

Dos jornais em circulação no Primeiro Reinado consultados para essa pesquisa, três circularam por tempo relativamente longo, se comparados aos demais. O *Universal* que circulou até 1842, o *Astro de Minas*, impresso até 1839, e o *Novo Argos*, que findou em 1834. Os outros periódicos não foram publicados por período superior a três anos. Mas possuíam característica comum a todos a maioria dos jornais do período: constituíram uma “literatura de circunstância” que refletia “uma preocupação coletiva em relação ao político”.<sup>20</sup>

A longevidade dos três periódicos acima citados estava, certamente, relacionada com a atuação política de seus redatores, idealizadores e colaboradores. Bernardo Pereira de Vasconcelos, Batista Caetano de Almeida e Antônio José Ribeiro Bhering, respectivamente, redatores-colaboradores do *Universal*, *Astro de Minas* e *Novo Argos* exerceram cargos legislativos entre o fim do Primeiro Reinado e início das Regências, e tinham importância política reconhecida para além das fronteiras de Minas Gerais<sup>21</sup>.

No ocaso do Primeiro Reinado, esses jornais desempenharam papel importante nos eventos que antecedem à Abdicação. Não só os números são indicativos do papel dos jornais

nos eventos políticos, mas seu conteúdo. Alguns redatores passaram a dizer abertamente serem opositores do governo. Nesse contexto, uma intensa guerra discursiva se processou com redatores reagindo e atacando seus adversários, bem como defendendo seus correligionários políticos. A título de amostragem, basta dizer que, dos 51 exemplares consultados do *Amigo da Verdade* referentes ao ano de 1829, em, no mínimo 30, havia referências explícitas ao *Astro de Minas*<sup>22</sup>. Sem contar os comentários sobre matérias publicadas no *Universal* – certamente o periódico mais referenciado entre o Primeiro Reinado e as Regências. O mesmo se dava com o *Novo Argos* que constantemente se referia ao *Telégrapho*, ao *Echo do Serro* e outros.

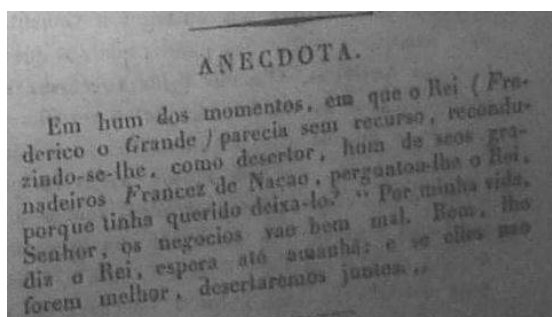
De modo geral, os redatores preocupavam-se com a edição dos textos selecionados para publicação, tendo em vista o possível efeito que essa organização poderia produzir nos potenciais leitores<sup>23</sup>. Não há como negar a tentativa de controle sobre o que seria publicado. No entanto, a prática de subscrição e venda por assinatura criava situação de tensão entre redatores e leitores. Se, por um lado, a impressão de periódicos por subscrição e a venda por assinatura significavam que os redatores tinham em mente um público pré-selecionado e limitado, por outro lado, essa prática permitia que leitores-subscritores pressionassem o redator para que suas correspondências fossem publicadas. Alguns chegavam a exigir explicações dos redatores. Não há como precisar em que proporção essas situações ocorriam, mas os anúncios de não publicação são indicativos dessa prática.

Em 10 de dezembro de 1829, por exemplo, redatores do *Novo Argos*, assim se dirigiam a um correspondente: “Ao Sr. *amante da liberdade* precisamos de falar a respeito da correspondência que nos enviou”.<sup>24</sup> No mês seguinte, o redator voltou a se dirigir a outro correspondente: “Ao sr. *Amigo da Razão* declaramos que não podemos inserir a correspondência que nos enviou por conter fatos da vida privada do Cidadão”.<sup>25</sup> Esses anúncios revelam que leitores desejavam ver publicadas suas correspondências e, portanto, almejavam que suas opiniões ganhassem publicidade. É possível perceber a existência de contato próximo entre redator e leitor. Este último querendo tornar pública sua palavra; o primeiro interditando textos a fim de garantir controle sobre o impresso que seria oferecido aos leitores.

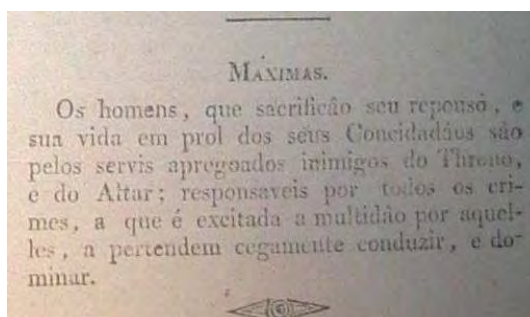
Uma avaliação pormenorizada da imprensa permite-nos, também, perceber que no contexto da Abdicação, os jornais interagiam com outras formas de comunicação, com destaque para os pasquins e panfletos manuscritos, afixados na calada da noite em locais públicos e lidos no dia seguinte, coletivamente, causando enorme alarido. Alguns desses

manuscritos continham conteúdo altamente explosivo. Há que se observar que a circulação de manuscritos pelas ruas das vilas e cidades mineiras permitia a propagação de assuntos que normalmente não eram encontrados nos órgãos impressos, como o tema da escravidão. Estes textos podiam ser escritos, copiados e lidos rapidamente, chegando ao público em tempo inferior ao dos jornais (considerando que os jornais tinha periodicidade pré-estabelecida). Além disso, os manuscritos podiam ser facilmente destruídos, dificultando, assim, o comprometimento daquele que escreveu o texto<sup>26</sup>.

Em anos fins do Primeiro Reinado, foi comum, também, que periódicos impressos em Minas Gerais trouxessem, ao findar de cada exemplar, textos curtos intitulados *anedotas*, *pensamentos* ou *máximas*. Esses textos tinham uma característica peculiar. Era-lhes reservado espaço específico nos jornais (fim da última página); vinham antecedidos por títulos em maiúsculo (protocolo de leitura para facilitar sua identificação pelos leitores); traziam uma história curta cujo efeito poderia ser cômico, sarcástico ou irônico; e, aludiam sempre a questões em discussão naquele interstício.



Seção “Anecdota”, do *Astro de Minas*, de 14 de maio de 1829.



Seção “Máximas”, do *Estrella Mariannense*, de 20 de maio de 1830.

Esses textos possuíam um inusitado ingrediente de crítica política. O *Estrella Mariannense*, em maio de 1830, trazia excerto cuja mensagem era que os homens que sacrificavam seu repouso em prol de seus concidadãos, ou seja, deixavam os afazeres particulares para exercerem a vida pública, em benefício do bem comum, vinham sendo responsabilizados, pelos “inimigos do trono”, por praticar crimes contra a nação; mas, na verdade, aqueles que os acusavam tinham em mente conduzir e dominar o povo<sup>27</sup>.

Já o *Astro de Minas*, que manteve a seção de anedotas com certa regularidade, pelo menos entre 1828 e 1831, contava uma pequena história cujo personagem era Frederico, O Grande. Segundo o excerto, o Imperador, num momento em que seu reino enfrentava uma



crise, travava diálogo com um antigo companheiro de batalha que, naquele momento, pensava em desertar. O monarca perguntava ao homem o motivo daquela atitude, e este respondia que desertava porque os negócios iam “bem mal”.<sup>28</sup> O rei, então, pedia ao homem que esperasse até o dia seguinte para, caso a situação não tivesse melhorado, o dois desertarem juntos.

Os exemplos acima não tinham nada de inocente. Foram impressos pouco após a abertura dos trabalhos legislativos. O texto do *Estrella* fazia alusão despotismo ministerial. A anedota publicada no *Astro de Minas* permitia a associação entre a figura de Frederico, O Grande, Rei da Prússia, e D. Pedro I. O primeiro, não conseguindo contornar a situação de crise que enfrentou, cogitou abrir mão do trono, deixando-o juntamente com outros companheiros de batalha. Aos leitores caberia interpretar se D. Pedro I faria o mesmo.

Em fins de 1830 e inícios de 1831, a crítica política presente nesses jornais exacerbou-se. O *Astro de Minas*, no início de março de 1831, atacava diretamente o Imperador e as pessoas de seu círculo pessoal<sup>29</sup>. O *Astro de Minas* afirmava que “quando a opinião pública não apoia a autoridade da Monarquia [isto é, D. Pedro I], o governo é atacado em seus fundamentos”<sup>30</sup>.

Nesse mesmo contexto, chegou a Minas Gerais a notícia da demissão do presidente da Província, José Manuel de Almeida. A decisão foi atribuída a pessoas “mal intencionadas”, ligadas ao Imperador, que, em clubes noturnos, tramavam a ruína da nação brasileira. Nota de indignação, publicada no *Estrella Mariannense*, dizia que o governo de D. Pedro I queria ver até onde ia a paciência dos povos diante de tantos desastres políticos. O redator dava alento à existência de um “gabinete secreto”, personificado na pessoa de Francisco Gomes da Silva, o Chalaça, odiado pelos liberais da oposição<sup>31</sup>.

Foi diante desse clima de hostilidade que se deu a vinda do Imperador à Província. Reza a tradição que vários foram os motivos para a viagem do Imperador a Minas Gerais. Um desses, certamente, era a tentativa de refazer a confiança da sociedade política e fortalecer sua ação no âmbito nacional. Acrescente-se que o Imperador buscava apoio para a reeleição de Silva Maia, deputado governista, contra qual trabalhava com ardor Bernardo Pereira de Vasconcelos<sup>32</sup>.

A recepção a D. Pedro I foi um misto de formalidade, indiferença e afronta. No jornal de Mariana, sua estada na Cidade dividiu espaço com homenagens a um jornalista Libero Badaró, assassinado meses antes. Certo padre que teria dado vivas ao imperador foi obrigado por outras pessoas a dar vivas também à Constituição<sup>33</sup>. A proclamação que D. Pedro I fez,

em 22 de fevereiro de 1831, na capital da Província, não surtiu o efeito desejado. Jornais de oposição comentaram-na ressaltando que a mesma foi publicada no *Telégrapho* (órgão de tendência conservadora), o que demonstraria, segundo os redatores de oposição, que o Imperador não sabia ou não queria ouvir a “opinião pública”<sup>34</sup>.

O retorno antecipado do monarca foi mais um dos sucessivos eventos já bastante conhecidos. Ao chegar ao Rio de Janeiro, D. Pedro I presenciou vários tumultos de rua que fugiram ao controle das autoridades<sup>35</sup>. Na ocasião, noticiou-se, no jornal publicado em Mariana, que Batista Caetano de Almeida, juntamente com o redator da *Aurora Fluminense* (Evaristo da Veiga), teria sido insultado na capital do Império<sup>36</sup>. Na Chácara da Floresta, residência do padre José Custódio Dias, local onde o grupo ligado a Evaristo da Veiga costumava se encontrar, foi redigido um ultimato ao Imperador.

Ao mesmo tempo, a insurreição das ruas, da qual participaram diversos setores sociais, fez implodir o resquício de legitimidade que ainda restava. Na Vila do Príncipe, conta-nos Teófilo Ottoni, que em abril de 1831 a notícia das “lutuosas cenas das garrafadas” foi o estopim para que centenas de pessoas se reunissem no paço da Câmara Municipal a fim de subscrever documento de compromisso à “causa da pátria e da liberdade”.<sup>37</sup> Os reunidos exaltavam a segurança individual e as garantias constitucionais. Segundo a versão do protagonista, um grupo de senhoras teria ofertado joias e serviços à “revolução”, demonstrando envolvimento nas reuniões patrióticas que empolgavam a todos.<sup>38</sup>

Quando a Abdicação foi noticiada em Minas Gerais, o evento foi interpretado como o direito de resistência da nação ao abuso de poder<sup>39</sup>. Uma nova ordem inaugurava-se. E uma nova onda política tomaria as ruas.

Como procuramos demonstrar, a criação de novos jornais não só refletia como alimentava as críticas ao governo de D. Pedro I, num momento em que as opiniões políticas se polarizaram. As referências recíprocas, presentes nos periódicos, são evidências do debate, da leitura e da polêmica que marcaram os anos fins do Primeiro Reinado. A ligação entre a imprensa periódica e o mundo da política pode ser atestada por sua condição de veículo de comunicação formador e divulgador de opiniões políticas, bem como por ter sido um canal que se prestou a convocação e mobilização da sociedade política em momentos de definições e incertezas.

Certamente, nos anos que analisamos, os periódicos incrementaram a paisagem sociocultural de Minas Gerais. Na gestação de uma esfera pública de discussão política, os

impressos ampliaram o espaço de discussão e deram materialidade ao debate público. Com efeito, a imprensa conviveu e dialogou com a comunicação oral e a manuscrita e permitiu o envolvimento de pessoas de variados segmentos sociais. Destaque-se que, embora os redatores tentassem controlar aquilo que seria lido, modificando e interditando textos, os leitores não foram meros receptores passivos de mensagens. Muitos correspondentes utilizaram o espaço que lhes foi reservado nos jornais para dar publicidade às suas opiniões, questionando redatores e forjando, assim, uma rede de polêmicas que potencializou o debate político, fazendo da palavra um instrumento de ação capaz de redefinir os rumos da história.

---

<sup>1</sup> Este texto sintetiza parte dos capítulos I e IV de minha dissertação de Mestrado em História, *Imprensa e patriotismo nos primórdios do Império: Minas Gerais (1823-1831)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em História. Belo Horizonte. 2008, realizada sob orientação do Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta.

<sup>2</sup> ASTRO DE MINAS, 28 JAN. 1828. Em todas as citações de documentos de época, a ortografia foi atualizada e pontuação original foi mantida.

<sup>3</sup> MOTTA, Rosemary Tofani. *Batista Caetano de Almeida: um mecenas do projeto civilizatório em São João Del Rei no início do século XIX – a biblioteca, a imprensa e a sociedade literária*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2000.

<sup>4</sup> Ver anúncio na primeira página: ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 20 DEZ. 1827.

<sup>5</sup> AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 01 AGO 1829, 104-105; SUPLEMENTO DO ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 24. NOV. 1827.

<sup>6</sup> ALMEIDA, Raphael Rocha de. *Imprensa e patriotismo nos primórdios do Império*, p. 99-102.

<sup>7</sup> HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

<sup>8</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. (Trad. Luciana Villas-Boas Castelo-Branco). Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

<sup>9</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. Os submundos do livro em Portugal, na passagem do século XVIII para o XIX. In: *Anais do XVI Encontro Regional de História*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

<sup>10</sup> ARENDT, Hannah. Que é liberdade? In: *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 194; MOREL, Marco. *Transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 18 e 200-203.

<sup>11</sup> MOREL, Marco. *Transformações dos espaços públicos*, p. 203-204.

<sup>12</sup> VEIGA, José Pedro Xavier da. A Imprensa em Minas Geraes (1807-1897). *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1898, Anno III, vol. 2. p. 189-192.

<sup>13</sup> LYRA, Maria de Lourdes Viana Lyra. *Império em construção: Primeiro Reinado e Regências*. São Paulo: Atual, 2000, p. 54-65.

<sup>14</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: FAPERJ/ Editora Revan, 2003.

<sup>15</sup> MOREL, Marco. *Transformações dos espaços públicos*.

<sup>16</sup> MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e opinião pública no Brasil Império: Minas Gerais e São Paulo (1826-1842)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-graduação em História, Belo Horizonte, 2011.

<sup>17</sup> SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

<sup>18</sup> RIBEIRO, Gladys e PEREIRA, Vantuil. “O Primeiro Reinado em revisão”. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (org). *O Brasil Imperial, volume I – 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 143-144.

<sup>19</sup> Esses critérios de análise foram utilizados por SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise*. p. 140 e por PIMENTA, João Paulo G. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808 - 1828)*. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 69.

<sup>20</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais*, p. 36.

---

<sup>21</sup> ALMEIDA, Raphael Rocha. *Imprensa e patriotismo nos primórdios do Império*, p. 79-122. Em relação ao jornal *Astro de Minas* deve-se acrescentar a participação do Padre José Antônio Marinho, personagens importante no cenário político das Regências. Ver: MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e opinião pública no Brasil Império*, p. 204-263.

<sup>22</sup> Esse dado foi levantado a partir da consulta e leitura dos exemplares. Os números apresentados se referem apenas às matérias que fazem explicitamente uma referência ao *Astro de Minas*. Certamente o número seria maior se considerássemos as referências implícitas presentes no debate ocorrido naquele ano.

<sup>23</sup> Apropriamo-nos da linha de investigação proposta por Roger Chartier, em relação à História da Leitura. Segundo este autor, é preciso “reconhecer as estratégias através das quais autores e editores tentam impor uma ortodoxia do texto”. Além disso, é preciso considerar a leitura feita pelos leitores, que não se resume nunca às intenções e armadilhas colocadas pelo fabricante do impresso. CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990, p. 121.

<sup>24</sup> NOVO ARGOS, Ouro Preto, 10 DEZ. 1829, p. 4. A prática do redator de se justificar aos correspondentes pode ser verificada em outros jornais. Ver: ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 06 DEZ. 1827, p. 4.

<sup>25</sup> NOVO ARGOS, Ouro Preto, 22 JAN. 1830, p. 4.

<sup>26</sup> ALMEIDA, Raphael Rocha. *Imprensa e patriotismo nos primórdios do Império*, p. 63-70.

<sup>27</sup> ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 20 MAI. 1830, p. 12.

<sup>28</sup> ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 14 MAI. 1829, p. 4.

<sup>29</sup> ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 03 MAR. 1831, p. 4.

<sup>30</sup> ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 08 MAR. 1831, p. 4.

<sup>31</sup> ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 07 JAN, 1831, p. 139-140.

<sup>32</sup> IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, Vol. 2, 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004 p. 390-391.

<sup>33</sup> ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 01 FEV. 1831, p. 153-156.

<sup>34</sup> ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 08 MAR. 1831, p. 165-167.

<sup>35</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. *A Liberdade em Construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002, p. 13-20.

<sup>36</sup> ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 15 ABR. 1831, p. 189.

<sup>37</sup> OTTONI, Theophilo Benedicto. “Circular Dedicada aos Srs. Eleitores de Senadores pela Província de Minas Gerais”. *Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. LXXVIII, precedida de uma sumária apreciação da vida e feitos do benemérito patriota por Basílio de Magalhães. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916, p. 66-67.

<sup>38</sup> \_\_\_\_\_ . “Circular Dedicada aos Srs. Eleitores de Senadores pela Província de Minas Gerais”. p. 68-69.

<sup>39</sup> NOVO ARGOS AOS SEUS COMPATRIOTAS, Ouro Preto, 15 ABR. 1831, p. 1.

## **A comprovação de um futuro próspero: permanências e rupturas na retórica ao longo da história política luso-brasileira**

Raphael Silva Fagundes

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História Política da UERJ

Orientadora: Lucia Maria Paschoal Guimarães

raphaelsfagundes@yahoo.com.br

### Resumo:

O presente estudo analisa a herança retórica de Antonio Vieira na cultura letrada luso-brasileira do século XIX. Estabelecendo uma análise do Sermão dos Bons Anos pregado em 1642 no contexto da Restauração e do "Discurso de Abertura" de Aureliano Coutinho na cerimônia de aniversário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1840. No contexto da Maioridade compreenderemos as permanências e rupturas da retórica ao longo da história luso-brasileira na construção dos projetos políticos destes eruditos.

Palavra chave: Antonio Vieira – IHGB - retórica

### Abstract:

This study analyzes the rhetorical legacy of Antonio Vieira in Portuguese-Brazilian literary culture of the nineteenth century. Establishing an analysis of the Sermon on the Good Years preached in 1642 in the context of the Restoration and the "Opening Speech" by Aureliano Coutinho in the anniversary ceremony of the Brazilian Historic and Geographic Institute in 1840. In the context of "Maioridade" we shall understand the continuities and ruptures of rhetoric along the Portuguese-Brazilian history in the construction of the political projects of these scholars.

Keywords: Antonio Vieira – IHGB – rhetoric

José Eduardo Franco ao estudar o pensamento utópico de Antonio Vieira na possibilidade "de instauração de uma idade messiânica de paz, justiça e santidade" com o Quinto Império, recorre ao que Donald Kelley designou de "obsessão pelo problema das origens" dos historiadores da modernidade preocupados em buscar origens remotíssimas aos

reinos europeus. Segundo Franco, estabelecendo um paralelo entre Vieira e estes historiadores, destaca que a obsessão não é apenas pelo passado, e “poderíamos com propriedade chamar ao intento intensivo dos profetas/historiadores que atribuíram destinos gloriosos a esses mesmos reinos *a obsessão do futuro*”.<sup>1</sup> É desta perspectiva acerca do futuro que iremos analisar a composição retórica dos argumentos utilizados pelo padre Antonio Vieira, em meados do século XVI, e pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), instituição chave na formação do Estado nacional brasileiro no século XIX, tendo em vista, evidentemente, seus respectivos projetos políticos no que podemos chamar de uma história das práticas retóricas no mundo luso-brasileiro.

O tempo, nos discursos políticos que abordaremos, tem um sentido específico no discurso. É uma tópica. As concepções temporais, isto é, as formas como os indivíduos encaram o passado, o presente e o futuro, são acionadas no discurso para se buscar uma adesão. Expectativa, esperança, crença, fé, nostalgia, formam um quadro de emoções extremamente útil para comover o público e levá-los a defender a causa em questão. O padre seiscentista agencia as emoções para persuadir de sua visão da consolidação da monarquia brigantina<sup>2</sup>. Já os membros do Instituto Histórico buscavam a consolidação do Império de Santa Cruz liderada por uma monarquia constitucional. Em ambos os casos, como veremos, há a promessa de um lugar (um futuro) cheio de santidade, paz e justiça.

Aqui iremos analisar dois textos. O *Sermão dos Bons Anos* do padre Antonio Vieira<sup>3</sup> declamado em 1642 que é uma referência clara à Restauração de Portugal em que o reino se liberta da monarquia Habsburgo em 1640. Neste sermão, o padre destaca diversos elementos que davam um sentido sagrado aos acontecimentos que colocaram o rei D. João IV no trono português. Foi o primeiro sermão do padre após o grande acontecimento político, por isso ele é uma das bases do que viria a se tornar o ambicioso projeto político sustentado por Vieira, o Quinto Império.

O segundo texto é o “Discurso de Abertura” proclamado pelo ministro Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho na comemoração do segundo aniversário do IHGB (1840). Nesta data solene da instituição encarregada em coletar e selecionar os documentos para as “bases da nossa nacionalidade”, Coutinho se dedica a construir a imagem de um imperador filósofo, defensor das letras e das ciências, fomentador do progresso.

Os dois abordam o futuro como uma grande tópica de onde verdadeiros argumentos são retirados para sustentar a causa em questão.<sup>4</sup> Apesar de alimentar o futuro por meio de certezas e esperanças, estes oradores também se valem de artifícios lógicos dos quais os valores e saberes de seus dados contextos lhes forneciam. Um bom orador deve saber usar os

seus costumes em sua fala, já nos alertava Cícero.<sup>5</sup> Segundo Aristóteles, na arte retórica o gênero do discurso que trata do futuro é o deliberativo. É o gênero classificado pelo sábio grego como aquele que sustentava as discussões políticas da ágora. Deste modo, nosso foco é o discurso político.

### **Padre Antonio Vieira e a profecia da prosperidade**

Nos sermões de Vieira podemos constatar uma concepção de tempo bastante distinta da que temos no mundo moderno. O futuro era concebido através da confirmação de profecias anunciadas nas Sagradas Escrituras. Por isso que os acontecimentos eram interpretados pelo método da semelhança<sup>6</sup>, o mundo deveria se encaixar perfeitamente com os prelúdios bíblicos. Assim o próprio padre declama que “o mesmo é referir o passado que prognosticar e segurar o futuro”. A própria utopia vieiriana, segundo Franco, é formada por quatro categorias-pilares: “a ideia de recuperação, de reformação/aperfeiçoamento, de recriação e de plenificação” em que o regresso à situação genesíaca da humanidade é realizado pela graça salvífica de Cristo, redentora, que atingirá todo o mundo.<sup>7</sup> A felicidade e a prosperidade futuras não passam de um retorno ao mundo habitado por Adão e Eva, puro e cristão.

Segundo o padre da Companhia de Jesus, ordem religiosa fundada por Inácio de Loyola no século XVI, só “basta o discurso e boa razão” “para dar fé às nossas profecias”, ou seja, quer se provar pelo discurso racional, por uma fé baseada na lógica de que tudo aquilo que propõe (a consolidação da monarquia dos Braganças) é de fato fidedigno. Um método aristotélico recomendado pelo Ratio Studiorum como a forma mais adequada para a pregação.<sup>8</sup>

Para explicar a razão da espera de tanto tempo para o advento da Restauração que deu fim a União Ibérica, o padre jesuíta destaca que as coisas são feitas no tempo que Deus determina. “A razão foi porque as coisas que faz Deus, e as que se não de fazer bem feitas, não se fazem antes nem depois, senão em seu tempo...” E assim como se esperou oito dias para que Cristo recebesse o golpe da circuncisão que “deu princípio a redenção do mundo, não antes e nem depois”, “da mesma maneira se deu princípio a redenção e restauração de Portugal em tais dias e em tal ano, no celebradíssimo de 40, porque esse era o tempo oportuno e decretado por Deus; e não antes nem depois como os homens quiseram”.<sup>9</sup>

Esta comparação apesar de estranha se dá pela imagem do sangue. A circuncisão foi o primeiro momento em que Cristo lançou seu sangue pela terra, e será pela luta, pelo sangue, que Portugal conquistará a sua independência em relação à Castela em um conflito que levará quase três décadas.

Esta data – celebradíssimo 40 – é também uma profecia do conhecido “profeta nacional” Gonçalo Annes Bandarra. Sapateiro cristão-novo de umas *Trovas* que se tornou mais tarde a bíblia daqueles que acreditavam no retorno de D. Sebastião que desaparecera no conflito de Alcácer-Quibir em 1578. Vieira tenta comprovar que o rei Encoberto da profecia não era D. Sebastião, e sim D. João IV. Isto estava explícito nos versos do próprio Bandarra:

Saia, saia esse infante  
Bem andante  
O seu nome é d. João  
Tire e leve o pendão  
E o guião.

Estas *Trovas* foram publicadas por completo em 1644, ainda no clima da Restauração (ou seja, em um contexto totalmente diferente do qual foi escrita), pelo fidalgo d. Vasco Luís da Gama, mas já eram conhecidas por muitos. Por supostamente profetizar a chegada ao poder de D. João IV, no epitáfio de Bandarra na igreja de São Pedro da vila de Trancoso (de onde era o sapateiro) passou a ter escrito: “Aqui jaz Gonçalo Annes Bandarra, que em seu tempo profetizou a Restauração deste reino”.<sup>10</sup>

Sendo assim, a Restauração é eternizada por ter o toque divino. Neste caso, a consciência de tempo de Vieira revela-se similar a que existia na Idade Média onde o único tempo linear era o atribuído a Deus, o chamado *aeternitas*, sem início e sem fim, sem mudança, estacionário. O outro tempo era o profano, como o tempo dos Estados que nascem, desenvolvem-se, atingem o apogeu, decaem e morrem. “Sem a intervenção divina, não se pode fugir ao ciclo e aceder à duração, que é o equivalente temporal da universalidade”,<sup>11</sup> destaca Krzysztof Pomian sobre a concepção medieval do tempo profano.

O padre jesuíta empenha-se em criar uma certa imagem, um *ethos* de profeta: “Sete coisas profetizou o anjo embaixador à Virgem Maria [...] Porque se hão de cumprir as coisas que da parte do Senhor te foram ditas [Lc. 1, 45], - O mesmo discurso fiz eu, e o devemos fazer todos os portugueses, se não queremos ser hereges da boa razão...” Não havia a possibilidade de Vieira estar errado porque ele “profetizou” assim como o anjo das Escrituras. Vieira era como se fosse o anjo e os portugueses à Virgem Maria. Um mundo criado pela retórica. Ser contrário ao que está sendo proposto é ser “herege da boa razão”, deste modo apoiando-se em uma perspectiva tomista de que a fé é racional, o padre diminui o espírito daqueles que discordam de suas palavras.

No exórdio do Sermão dos Bons Anos, este *ethos* mostra-se poderoso ao asseverar que sua missão não era “desejar” bons anos a Portugal, mas sim “assegurar”. Esclarece por estes



verbos a segurança e a certeza do que fala, um grande ponto para atrair os ouvintes. Seus ouvintes deveriam entender suas palavras como se fossem extraídas da Bíblia. Daí conclui, “Acabou-se o Evangelho, e eu tenho acabado o sermão”, uma maneira clara de dar teor sagrado aos seus apontamentos.

O orador, por meio desta imagem inflamada adverte o público: “como poderei eu seguramente prometer bons anos a Portugal, tempos que o vejo por uma parte com as armas nas mãos, por outra com as mãos cheias de felicidades”. Havia um grupo filipino, uma nobreza que não queria perder seus privilégios e, portanto, lutava pela manutenção do domínio castelhano e outro grupo que almejava a libertação de Portugal sobre a égide da nova dinastia. Vieira convoca todos à unidade, evidentemente ao lado dos restauracionistas, mostrando que o fato é uma questão divina e que não havia dúvida de sua legitimidade.

A questão do tempo é um ponto nevrálgico na atividade discursiva do padre inaciano. Para comprovar que a Restauração era algo promissor debruça-se sobre a estrutura imaginária que mais tinha influência sobre os seus ouvintes acerca do futuro: a profecia. Tanto o orador quanto os seus alvos compartilhavam crenças proféticas e elas adquirem mais força quando retiradas da Bíblia.

Antonio Vieira baseia-se em João 13, 19 numa passagem onde Jesus fala aos seus discípulos: “Desde já vo-lo digo, antes que suceda, para que, quando suceder, creiais que eu sou”. Isto é fé, crer no que não se vê, acreditar em algo que se disse antes de acontecer. Há coisas, como as que Cristo falava, que não dependiam da evidência para se acreditar. Coisas tão prodigiosas, raras, novas e inauditas que “é necessário recorrer aos motivos da fé para lhes dar crédito”. Após destacar esta questão, Vieira inicia um novo parágrafo afirmando: “Tais considero eu os sucessos nunca imaginados de nosso Portugal, que, como excessivamente nos acreditam, assim excedem todo crédito”. Tais profecias não são para “alentarem a esperança antes de sucederem, mas para nos confirmarem a fé depois de sucedidos”.

Vieira explica quando os milagres acontecem e destaca que “o desejo e a dificuldade fazem as coisas pouco críveis”. Assim aconteceu com Sara, mulher de Abraão, que não poderia ter filhos. Sara riu quando o anjo apareceu e deu o nome de seu filho de Isaque que significa riso em hebraico. “Que Sara depois de noventa anos! Que a coroa de Portugal depois de sessenta! O que não teve quando estava na flor de sua idade, o que não teve quando estava com todas as suas forças, o viesse alcançar depois de tão envelhecida e quebrantada”. Assim como em Sara, em que algo desejoso e dificultoso aconteceu depois de muito tempo, o mesmo se sucedeu em Portugal. Por isto a Restauração é um milagre.

Este debate adentra a quarta sessão do sermão onde outra profecia servirá de base de comprovação por meio da comparação retórica. “Portugal, como a Madalena, buscando a um rei morto, encontrou um vivo”. Diz que “os portugueses não souberam esperar”, mas “souberam amar”. Madalena, cheia de saudades e esperança, com o seu amor foi visitar o túmulo de Jesus, esperava encontrá-lo morto, no entanto, segundo a fé católica, ele estava vivo. Por meio desta questão, Vieira quer convencer que o amor dos portugueses a espera de um rei morto, D. Sebastião, lhes trouxe um rei vivo, D. João IV. Esta é uma das bases da conversão do sebastianismo em joanismo. Quem iria contestar um ato de amor. Com este sentimento agenciado no discurso, Vieira tentava encontrar meios que deixariam seus oponentes sem condições de réplica. Aristóteles é enfático ao dizer que “obtem-se a persuasão nos ouvintes, quando o discurso os leva a sentir uma paixão”.<sup>12</sup> É o emocional o principal elemento que leva as pessoas a se inclinarem a uma tese. “Tanto é certo que o espírito e alma da Eloquência consiste propriamente nos afetos”,<sup>13</sup> nos mostra Quintiliano. O padre Inácio, sabendo muito bem destas questões, buscava alcançar a perfeição de um discurso persuasivo.

E no fundo a espera foi o melhor caminho para a libertação de Portugal dos domínios de Castela. O orador católico resgata até mesmo pensadores pagãos de grande apreço em seu tempo para dar força aos seus argumentos. A circuncisão de Cristo ocorreu no oitavo dia porque, segundo Aristóteles e Galeno, a criança é muito vulnerável nos primeiros sete dias de vida. Este período é considerado “crítico e perigoso”. Assim Portugal demorou sessenta anos para se levantar por que antes, devido à grandeza de Castela, um acontecimento desta proporção seria extremamente perigoso.

### **O IHGB e o progresso da nação**

É no século XVIII que a retórica recebe impactos importantes que, em tese, levarão a sua transformação. As antíteses, o jogo de palavras, as rimas, o ethos extravagante, aspectos marcantes da oratória barroca tornaram-se os alvos dos que influenciados pelas Luzes propunham uma nova eloquência. Vernei critica o exagero destes artifícios usando a própria retórica:

Não há maior beleza em uma cara que os olhos; mas, se um rosto nascesse com mais de dois, se chegasse a ter meia dúzia, seria um monstro. Deve haver figuras; mas há-de proporção, eleição, disposição, ou seja no discurso familiar, ou na história, ou na Cadeira.<sup>14</sup>

Em seguida, reserva uma parte para o Padre Vieira: “Quanto aos sermões e orações, deixou-se arrebatado do estilo do seu tempo; e talvez foi aquele que, com o seu exemplo, deu matéria a tanta sutileza, que são as que destroem a Eloquência”.<sup>15</sup>

João Antonio da Silva, critica o virtuosismo do *ethos* muito peculiar do discurso engenhoso. Silva critica os oradores que buscam “primeiro neles a própria estimação, do que a utilidade dos próprios ouvintes”. Depois destaca que os “oradores sagrados deveriam ser ainda mais hábeis nestes costumes”. Silva critica este procedimento recorrendo a um dos maiores oradores de todos os tempos, Cícero, “nas Obras, que analisarmos: notando ao mesmo tempo como não é preciso ostentar virtudes, para se mostrar virtuoso”.<sup>16</sup>

Já no século XIX, Silvestre Pinheiro Ferreira em suas *Preleções Filosóficas*, inicialmente publicada em fascículos para orientar seus alunos, irá demonstrar sua grande aversão às antíteses afirmando que “são unicamente destinadas a lisonjear o ouvido: e de nenhum modo a enriquecerem o colorido das imagens; porquanto a este respeito são verdadeiros zeros, sem valor”.<sup>17</sup> 120 Deste modo, a suntuosidade, o excesso de palavras e alegorias da retórica barroca é dissolvida dos manuais de retórica. Em 1841, Joaquim Norberto de Souza Silva, grande figura erudita ligada ao IHGB, critica a retórica barroca pelo mesmo vício. Elogia Gregório de Mattos justamente por não seguir aquele modelo: “seu estilo é simples e corrente, e isento desses trocadilhos e antíteses, com que os poetas seus contemporâneos borrifaram suas obras”.<sup>18</sup> Mas vamos observar como que na prática retórica determinados elementos da antiga retórica continuaram a fazer parte do discurso persuasivo.

Treze dias após o acontecimento que ficou conhecido como o Golpe da Maioridade o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em sessão de 4 de Agosto de 1840 às 5 horas da tarde, manifesta-se mostrando sua posição perante a situação através de um notório político da época, muito próximo do Imperador e articulador do Golpe da Maioridade: Aureliano de Souza Coutinho. D. Pedro II, ainda muito jovem, estava presente ao lado de ministros, secretários e gente das armas. Recebe três medalhas do Instituto: duas de prata e uma de ouro. Suas irmãs recebem duas de prata. Então, anuncia-se:

O Instituto, Senhor, prevendo desde já os melhores resultados deste grande acontecimento, que abre sem dúvida uma nova era de paz e conciliação para todos os Brasileiros, prepara o buril da história para gravar os fastos que eternizarão o nome de V. M. I., e as ações do seu feliz reinado.<sup>19</sup>

O discurso prevê as consequências do acontecimento político. Jamais podemos ter em mente a noção de profecia. O mundo do século XIX é totalmente diferente daquele em que Vieira declamava seus sermões. Mostrar-se como um profeta seria motivo de grandes risadas

dos ouvintes que estavam presentes. Mas a necessidade de legitimar o poder com base no futuro é a mesma. Não se tem mais a profecia como argumento, ela havia sido substituída nos finais do século XVIII pelo progresso e o seu principal ingrediente era a História.

O que tange ao *ethos* do orador, o que havia de sagrado em Vieira é lançado por terras. Ninguém queria ser como os evangelistas do passado. Ninguém queria ser o mensageiro de uma profecia ou mesmo seu intérprete. O que se buscava era a imagem por meio de grandes oradores do mundo antigo. Assim fez Aureliano no exórdio de seu “Discurso de Abertura”:

Feliz de mim se possuísse a eloquência dos Cíceros e Demosthenes para poder falar um assunto tão nobre, tão elevado, e tão justo, perante um jovem Príncipe já tão grande pelo amor que consagra as Letras e Ciências! Revela, porém minha debilidade a própria grandeza do objeto.<sup>20</sup>

O exórdio, que é a porta de entrada do discurso, é o momento em que se “dispõe o ânimo do ouvinte”.<sup>21</sup> É nesse instante que se deve usar de argumentos para prender a atenção do auditório, torná-lo benevolente. Mas, baseados “em nossa pessoa, obteremos benevolência se louvamos nosso ofício sem arrogância”,<sup>22</sup> e se “também declararmos nossas desvantagens, desgraças, desamparo, desventura e rogarmos que nos venham em auxílio, dizendo que não queremos depositar nossas esperanças em outrem”.<sup>23</sup> Aureliano, por sua vez, logo diz que não é como um Cícero ou um Demosthenes, rebaixa-se perante o Imperador, mostrando suas desvantagens, deixando vir à tona toda a pompa gloriosa de Sua Majestade.

Tal atitude discursiva perante um superior era comum naquela época, consistira em uma espécie de etiqueta no relacionamento. “Em qualquer dos casos, o cerimonial a que a pessoa de categoria inferior é forçada a obedecer em seu trato com a pessoa de categoria superior, a quem aborda como solicitante, reflete o gradiente de poder”.<sup>24</sup> O curioso é a dimensão deste poder na discrepância das idades: o Imperador era apenas um menino; já Aureliano era um senhor de idade avançada.

Elementos carregados de emoção são reforçados por Aureliano para dar vigor ao relacionamento entre o Imperador e o IHGB para o progresso da nação. “...permita V. M. I. que limite nesta ocasião o meu tênue discurso a agradecer à V. M. I., em nome do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a constante e decidida Proteção que V. M. I. tão benignamente lhe há liberalizado, já dignando-se a aceitar o Título...”. Depois explicita “honrando-o com a Sua Augusta Presença: cingindo V. M. I. dest’arte uma Associação de distintos brasileiros com uma auréola de dignidade e consideração”. Diz que estes brasileiros tem se “dedicado em honra da Pátria e do nome de V. M. I.” Mas as emoções são chamadas

com grande intensidade a se manifestar no discurso no momento em que Aureliano declara “por agradecimento, que na efusão de nossos corações rendemos a V. M. I.” e que através da História irá engrandecer a atitude do imperador, porque através da intervenção dos soberanos nas Letras e Ciências “o gênio se apura, e a alma se eleva”.<sup>25</sup> 575-576.

Nesse discurso, o orador louva a presença do Imperador e de suas irmãs e “a constante e decidida Proteção de V. M. I.” concedida ao IHGB, revelando, neste sentido, o auxílio de que falam os antigos manuais de retórica. Continua com uma retórica categórica; exemplifica diversos governos que investiram nas ciências, inclusive o do “Augusto Avô e Pai de V. M. I., os Senhores D. João VI, e D. Pedro I, de saudosa memória”, além de D. João V, D. José e D. Maria I. Todos os reinados tiveram uma grande auréola glorificante nas palavras de Aureliano devido à animação que se dava às pesquisas científicas.

O Imperador é designado como o grande defensor das letras, ciências e artes, enfim, motor de nossa civilização. Retoricamente, o discurso de Aureliano vale-se de exemplos de outros reinos europeus e príncipes que defenderam tais elementos instigadores do progresso das nações, vistos, também, como uma necessidade histórica:

Assim é que os Grandes Príncipes, protegendo as Letras e Ciências, e animando os sábios em seus Estados, os tem feito florescer, e os tem engrandecido entre as demais nações, tornando-os respeitados, e fazendo-se eles mesmos mais poderosos e admirados pelos bens reais que promoverão; seja destruindo erros fatais à humanidade, seja diminuindo males que lhe são inerentes, e aumentando pela civilização o bem estar da sociedade.<sup>26</sup>

Em seguida complementa: “Se olharmos para a antiguidade encontraremos aí os Felipes e Alexandres em Macedonia; os Augustos, os Trajanos, os Marco Aurelios em Roma; e ao lado destes Grandes príncipes os protegidos por eles, os Aristóteles, os Xenocrates, os Areus, os Diões, e os Sextus”.<sup>27</sup> Deste modo, a exemplo da história, o futuro do Império estaria garantido, pois como os antigos imperadores, D. Pedro II era um grande defensor dos homens de letras. Esta é a condição para a prosperidade, explicada de forma bastante eloquente por Aureliano.

Sendo assim, o exemplo torna-se um elemento útil para a persuasão. De acordo com Aristóteles os silogismos e os exemplos “constituem o corpo da prova”,<sup>28</sup> pois conduzem o raciocínio dos ouvintes a uma determinada perspectiva proporcionando um efeito de verdade. Por sua vez, Quintiliano explica que os gregos chamavam os exemplos de Paradigmas, “compreendendo geralmente nesta palavra toda a confrontação de coisas semelhantes, e especialmente a dos fatos históricos”.<sup>29</sup>

Para legitimar seus argumentos, os nossos oradores partem de silogismos que são invocados como premissas lógicas e exatas visando, deste modo, “uma conclusão afirmada categoricamente”.<sup>30</sup> Além disso, aproveitaram os valores e saberes dos seus respectivos contextos culturais. Vieira se valeu da questão profética; Aureliano do ideal de progresso. O padre jesuíta teve a Bíblia como o *topoi* de onde extraiu os argumentos, além do seu conhecimento da filosofia; Aureliano usou a história, os exemplos fornecidos por ela e sua utilidade na construção da imagem do Império para as gerações futuras. Para Vieira somente o toque divino tinha a força eternizadora; Aureliano já atribuiu este poder a História e aos sábios que se empenharão em escrevê-la. Mas o sistema retórico de certa forma permaneceu. Vieira se preocupou em criar um *ethos* profético; já Aureliano um *ethos* de agente fundamental para o progresso, pois ele mesmo era um membro do IHGB, o reduto onde se encontravam os homens ilustres empenhados no aumento pela civilização o bem estar. Vieira promove uma comparação entre os elementos bíblicos e os acontecimentos de Portugal no período da Restauração; Aureliano usa a mesma estratégia entre os soberanos antigos que protegiam seus sábios e o imperador D. Pedro II protetor do IHGB.

Nesta última questão há uma diferença epistemológica. Vieira realiza a comparação por meio da semelhança, enquanto que Aureliano o faz por meio do exemplo. No primeiro caso, entende-se que a única maneira de tornar as coisas visíveis era por meio da semelhança. Essa identidade não respeitava as regras do tempo ou do espaço. Os hermenêuticos católicos utilizaram deste sistema para compreender que o visível era apenas uma aparência do invisível, ou seja, a manifestação do Ser divino, imutável. Deste modo, independente do tempo, as coisas tinham a mesma essência, a mesma pulsão que as tracionava a existir no mundo.<sup>31</sup> Já para Aureliano, o passado era apenas um ponto de partida que aponta o sentido da marcha em direção ao progresso. A epistémê moderna, nos explica Michel Foucault, “é a relação insuperável do ser do homem com o tempo”.<sup>32</sup> A História – meio que da mesma maneira que a Providência cristã – é a chave para o saber.

Deste modo, podemos apreender algumas rupturas e permanências ao abordarmos a história da retórica ao longo da história luso-brasileira. O sistema retórico fundado por Aristóteles permanece, no entanto, os lugares de onde se extraem os argumentos alteram-se com o surgimento da modernidade e sua nova concepção de tempo e epistémê. Sendo assim, podemos observar que a modernidade inaugura uma nova forma de conceber o mundo, de interpretá-lo, no entanto, as técnicas argumentativas para tal, não são tão distintas como propuseram os tratados modernos de retórica, apesar da queda de alguns elementos antes usados como o jogo de palavras, as antíteses etc..

- <sup>1</sup> FRANCO, José Eduardo. “Projeto de cidadania do futuro: Quinto Império como possibilidade de um Mundo Novo segundo Vieira”. In: AZEVEDO, Silvia Maria. e RIBEIRO, Vanessa Costa (orgs.). *Vieira: vida e palavra*. Edições Loyola: São Paulo, 2008. p. 132.
- <sup>2</sup> Franco acredita que a visão do Quinto Império ocorre por volta dos finais da década de 1650. O período que abordamos (1642-1652) pode ser encontrado apenas as bases para tal ideologia. FRANCO, José Eduardo. “Projeto de cidadania do futuro: Quinto Império como possibilidade de um Mundo Novo segundo Vieira”. In: AZEVEDO, Silvia Maria. e RIBEIRO, Vanessa Costa (orgs.). *Vieira: vida e palavra*. Edições Loyola: São Paulo, 2008. p. 140.
- <sup>3</sup> Todas as citações deste sermão foram extraídas da versão online: VIEIRA, Antonio. “Sermão dos Bons anos”. Captado em <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/> documentos /?action=download&id=28864. Acesso: 12/09/2014.
- <sup>4</sup> PERELMAN, Chaïm. e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado de Argumentação: a nova retórica*. Trad: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão, São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 94.
- <sup>5</sup> CÍCERO, Marco Tulio. *Do Orador*. In: SCATOLIN, Adriano. *A Invenção no Do Orador de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares I,9,235*. São Paulo: USP, 2009. (Tese de Doutorado), p. 155.
- <sup>6</sup> Sobre esta epistemologia que marcou o século XVI ver: FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad: SalamaTannus Muchail. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- <sup>7</sup> FRANCO, José Eduardo. “Projeto de cidadania do futuro: Quinto Império como possibilidade de um Mundo Novo segundo Vieira”. In: AZEVEDO, Silvia Maria. e RIBEIRO, Vanessa Costa (orgs.). *Vieira: vida e palavra*. Edições Loyola: São Paulo, 2008. p. 138.
- <sup>8</sup> MURARO, Valmir Francisco. *Padre Antônio Vieira: retórica e utopia*. Florianópolis: Insular, 2003. p. 31.
- <sup>9</sup> Todas as citações referente ao Sermão dos Bons Anos foram retiradas de VIEIRA, Pe. Antonio. “Sermão dos Bons Anos”. In: *Sermões*, Padre Antônio Vieira, Erechim: Edelbra, 1998. Acesso: 06 de janeiro de 2014. <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=28864>.
- <sup>10</sup> HERMANN, Jaqueline. *No reino do Desejado: a construção do sebastianismo em Portugal, século XVI e XVII*. Cia das Letras: São Paulo, 1998. p. 54.
- <sup>11</sup> POMIAN, Krzysztof. “Ciclo”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Vol: 29. Imprensa Nacional: Lisboa, 1993, p. 111.
- <sup>12</sup> ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Poética*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s/d. p. 35.
- <sup>13</sup> QUINTILIANO, M. Fabio. *Instituições Oratórias*. Trad: Jeronymo Soares Barbosa. Tomo Primeiro, Coimbra: Imprensa Real da Universidade, 1788. p. 440.
- <sup>14</sup> VERNEI, Luís António. *Verdadeiro Método de Estudar*. Lisboa: VERBO, 1965. pp. 45-46.
- <sup>15</sup> Ibid. p. 47.
- <sup>16</sup> SILVA, João Antonio da. *Os Preceitos da Retórica e da Poética*. Lisboa, 1748. p.11.
- <sup>17</sup> FERREIRA, Silvestre Pinheiro. *Preleções Filosóficas*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 1970. p. 120.
- <sup>18</sup> Apud HANSEN, João Adolfo. *A Sátira e Engenho*: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII. São Paulo: Cia das Letras, 1989. p. 18-19.
- <sup>19</sup> 45ª sessão em 17 de Agosto de 1840. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, 3 ed. Tomo II, Imprensa Nacional, 1916. p. 420. (1840). Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1840t0002c.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2011.
- <sup>20</sup> COUTINHO, Aureliano de Souza e Oliveira. “Discurso de abertura”. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, Terceira Edição, Tomo II, pp. 574-582, 1916 (1840). p. 576. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1840t0002c.pdf>. Acesso em: 13 de outubro de 2011.
- <sup>21</sup> *Retórica a Herênio*. Trad. e Int: Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005. p. 57.
- <sup>22</sup> *Retórica a Herênio*. Trad. e Int: Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005. p. 59.
- <sup>23</sup> *Retórica a Herênio*. Trad. e Int: Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.
- <sup>24</sup> ELIAS, Norbert. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Trad: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. pp. 38-39.
- <sup>25</sup> COUTINHO, Aureliano de Souza e Oliveira. “Discurso de abertura”. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, Terceira Edição, Tomo II, pp. 574-582, 1916 (1840). p. 576. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1840t0002c.pdf>. Acesso em: 13 de outubro de 2011.
- <sup>26</sup> COUTINHO, Aureliano de Souza e Oliveira. “Discurso d’abertura recitado pelo Vice-Presidente”. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, 3 ed. Tomo II, Imprensa Nacional, 1916. p. 577. (1840). Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1840t0002c.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2011.
- <sup>27</sup> COUTINHO, Aureliano de Souza e Oliveira. “Discurso d’abertura recitado pelo Vice-Presidente”. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, 3 ed. Tomo II, Imprensa Nacional, 1916. p. 578. (1840). Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1840t0002c.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2011.
- <sup>28</sup> ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Poética*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s/d. p. 29.
- <sup>29</sup> QUINTILIANO, M. Fabio. *Instituições Oratórias*. Trad: Jeronymo Soares Barbosa. Tomo Primeiro, Coimbra: Imprensa Real da Universidade, 1788. pp. 350-351.

<sup>30</sup> PLANTIN, Cristian. “Silogismo”. : CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. Trad: Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004. p. 448.

<sup>31</sup> FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad: SalamaTannus Muchail. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 45.

<sup>32</sup> FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad: SalamaTannus Muchail. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 351.



## **A Judicialização da Infância: a construção de um espaço jurídico, legal e educacional da infância no Brasil (1987-2000)**

Rayane Helena Araújo Mendes de Carvalho - mestranda UFG/bolsista FAPEG/servidora IFG  
[rayanehelena.ufg@gmail.com](mailto:rayanehelena.ufg@gmail.com)

Prof<sup>a</sup> Dra. Fabiana de Souza Fredrigo – orientadora  
[fabianafredrigo@gmail.com](mailto:fabianafredrigo@gmail.com)

### **RESUMO**

Questões complexas acerca da construção do conceito de infância podem ser observadas na modernidade a partir das transformações políticas e sociais que perpassaram as sociedades ocidentais a partir do século XVIII. Os reflexos desse processo de transformações são sentidos não apenas nas mudanças de sensibilidades para com a infância e, conseqüentemente, com as crianças, bem como na estruturação de um processo de institucionalização e judicialização da infância. No Brasil, os desdobramentos desse processo ocorreram de maneira tardia, nas duas últimas décadas do século XX, quando se estabelece medidas legais para ampará-las, para judicializá-las.

**PALAVRAS-CHAVES:** Infância; Judicialização; Educação;

### **ABSTRACT**

Complex issues about the construction of childhood concept can be observed in modernity from political and social changes that have pervaded western societies since the 18<sup>th</sup> century. The consequences of this process of changes are noticed not only in the changes of sensibilities towards childhood and, thereafter, towards children, but also in the organization of a process of institutionalization and judicialization of childhood. In Brazil, this unfolding process was delayed during the last two decades of the 20<sup>th</sup> century, when legal actions to protect and judicialize children and childhood are established.

**KEYWORDS:** Childhood; Judicialization; Education;

### **INTRODUÇÃO**

A relação existente entre as novas formas de sensibilidades e socializações das e para com as *crianças* e, conseqüentemente, a nova concepção que se tem da *infância* devem ser pensadas cautelosamente antes de se chegar a conclusões precipitadas. Uma vez que os elos existente entre todas essas percepções devem-se às transformações sociais, culturais, políticas, jurídicas e econômicas advindas da modernidade. Transformações essas que se iniciaram no século XVIII e se desdobraram até o século XX, trazendo acontecimentos significativos que marcaram profundamente as sociedades modernas no ocidente.

Diante dessas transformações vemos surgir uma nova relação dos indivíduos para com as sociedades e, do cidadão para com os Estados Nacionais, as quais podem ser compreendidas dentro do âmbito da biopolítica. Se pensarmos nos âmbitos políticos, jurídicos, sociais e culturais podemos compreender essas transformações como uma alteração das formas de relação do ser humano para com o poder soberano, ou seja, com os Estados Nacionais. As quais passam a ser

pensadas, estruturadas e institucionalizadas mediante normas e dispositivos legais, em consonância com as suas respectivas constituições nacionais. Assim, a partir da relação entre o Estado, enquanto poder soberano, e o cidadão, enquanto indivíduos de direitos, que têm a sua vida nua<sup>1</sup> inscritos nessa relação biopolítica, há o desenrolar de transformações de práticas e representações sociais tanto para o *ser humano*, quanto para com a *infância*, compreendida como uma etapa, um período da vida humana.

Os desdobramentos da Revolução Francesa são emblemáticos para pensarmos nessas transformações no campo do ordenamento jurídico-político, principalmente porque eles serviram de exemplos para grande parte das nações modernas ocidentais. Deste modo, foram justamente os acontecimentos e todos os desdobramentos da França revolucionária no século XVIII que vão surtir efeitos apresentando mudanças expressivas na modernidade. Uma vez que foi, principalmente, o caráter universalista da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, de 26 de agosto de 1789<sup>2</sup>, que marcou profundamente a relação do ser humano para com o poder soberano. Sendo assim, o nosso objetivo se centra em compreender como que se desenvolveu a construção do conceito moderno da *infância*, diante de todo esse contexto social, cultural, jurídico e político que perpassaram as sociedades ocidentais a partir do século XVIII. De modo que os reflexos desse processo de transformações podem ser sentidos não apenas nas mudanças de sensibilidades para com a infância e com as crianças, como também, dentro das estruturas do ordenamento jurídico-político dos estados nacionais. No Brasil vemos que há a estruturação de um processo de institucionalização e judicialização da *infância* a partir dos anos 80 do século XX. Tais acontecimentos devem ser compreendidos, principalmente, como reflexos dos discursos dos *direitos humanos* decorrentes de convenções e declarações no âmbito de organizações supranacionais advindas do pós Segunda Guerra Mundial.

## **MODERNIDADE E O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÕES POLÍTICO-SOCIAIS**

Para melhor compreendermos o processo de desenvolvimento da concepção moderna de *infância* e as mudanças de sensibilidades e sociabilidades para com as crianças, bem como a tensa relação biopolítica entre o *ser humano* e o Estado, devemos primeiro focar nossa atenção em dois fatores que compõem o processo de transformação cultural, social, política e jurídica que marcaram a modernidade. Esses dois fatores estão intimamente ligados entre si numa relação dinâmica, o que, portanto, não nos possibilita analisá-los em separado, os quais seriam: o processo de subjetivação advindo com a modernidade e, a relação biopolítica na qual o cidadão passa a ser inserido na modernidade.

O primeiro fator se encontra na construção do “processo de subjetivação”<sup>3</sup> que advém com a modernidade. Esse “processo de subjetivação”, de constituição do “individualismo” - que têm o século XIX como o século emblemático, embora esse processo tenha se iniciado no final do século XVII, e tenha se desdobrado pelo século XX a fora - se apresenta como um campo de análise por excelência para compreendermos melhor como se desenvolveu o processo de construção da nova concepção de *infância* na modernidade e suas imbricações biopolíticas. Essa temática se torna um campo repleto de perspectivas de análise a serem levantadas, pois vai muito além das relações entre sociedade e indivíduos, e também das relações entre indivíduos e Estado. Michel Foucault nos esclarece que o fenômeno do “individualismo”, que tem sido tão evocado “frequentemente para explicar, em épocas diferentes, fenômenos bem diversos. Sob uma tal categoria mistura-se, frequentemente, realidades completamente diferentes.”<sup>4</sup>. Então, para clarificar melhor as coisas, ele ainda exemplifica três situações nas quais esse conceito de “individualismo” tem sido frequentemente empregado, os quais seriam:

a atitude individualista caracterizada pelo valor absoluto que se atribui ao indivíduo em sua singularidade e pelo grau de independência que lhe é atribuído em relação ao grupo ao qual ele pertence ou às instituições das quais ele depende; a valorização da vida privada, ou seja, à importância reconhecida às relações familiares, às formas de atividade doméstica e ao campo dos interesses patrimoniais; e, finalmente, a intensidade das relações consigo, isto é, das formas nas quais se é chamado a se tomar a si próprio como objeto de conhecimento e campo de ação para transformar-se, corrigir-se, purificar-se, e promover a própria salvação. É claro que essas atitudes podem estar ligadas entre si; (...) Mas esses vínculos não são constantes nem necessários.<sup>5</sup>

O historiador francês Philippe Ariès também nos esclarece como que no final do século XVII e início do século XVIII se desenvolve um processo de criação da noção de *intimidade*, quando as famílias saem do campo da vida coletiva indo para o ambiente das suas casas, para longe dos espaços públicos, nos quais tradicionalmente aconteciam as trocas de interações sociais, como as ruas e as praças. Uma nova organização do espaço físico das casas o possibilita afirmar sobre essa construção da *intimidade*, com os cômodos das casas independentes, comunicados por um corredor, e a especialização funcional de cada um desses cômodos, como a sala de jantar, a sala de visita, quartos de dormir, dentre outros.<sup>6</sup>

O historiador Peter Gay aborda tal problemática do *ideal da privacidade* como uma “invenção moderna” no século vitoriano<sup>7</sup>. Suas análises acerca das comunicações confidenciais e românticas desse período o permitem traçar um panorama sobre as transformações das práticas sociais que se desenrolavam nos domínios burgueses nos oitocentos. Para Peter Gay, além das mudanças dos estilos das missivas e do uso de diários íntimos, o que mais chama a atenção eram justamente a intensidade e proporções com que esse tipo de escrita íntima dentre os burgueses

adquiriu nesse contexto histórico. Inúmeros propósitos levaram a burguesia a fazer uso de diários íntimos e de manter uma troca intensa de cartas sociais com caráter mais íntimos. Recorriam às cartas e aos diários para comunicar com os outros e consigo mesmos, escrevia-se, também, no intuito de fazer confissões, e até mesmo mensagens íntimas.

Dessa forma, compreendemos que o ideal de “privacidade” pode também ser pensado como um fenômeno cultural moderno, que se propagou em mudanças nas práticas sociais da escrita e das sensibilidades conduzindo a uma “reestruturação específica das relações humanas”<sup>8</sup>. Todo esse processo nos leva, conseqüentemente, a refletir também sobre o modo como o sujeito torna-se um problema para o Estado, a ser administrado, a ser gerido. É justamente na modernidade, a partir do final do século XVIII que a política se transforma em biopolítica, e a vida natural do ser humano começa a ser incluída nos mecanismos e nos cálculos do poder estatal<sup>9</sup>. A partir de então, o ser humano passa a ser constituído, a ser pensado, como um *ser de direitos* e, também, de *deveres* para com o Estado Nação.

Esse ponto nos leva ao nosso segundo fator que se centra na análise da relação biopolítica na qual o cidadão tem os seus direitos assegurados frente ao poder soberano do Estado, quando há a concretização de direitos na modernidade. Tal relação deve ser pensada a partir do processo histórico e político que resultou nas constituições nacionais que eclodiram no pós Revolução Francesa na Europa, as quais representaram garantias dos limites de atuação da própria ação do poder estatal frente a medidas totalitárias. Assim, mudanças significativas trazidas pela modernidade alteraram a forma de interação do homem para com a lei, e conseqüentemente, do cidadão para com o poder do Estado. Dessa forma, é possível compreender melhor as relações biopolíticas que permeiam a *educação* (educação infantil), enquanto *direito do cidadão* e *dever do Estado*. É a partir de marcos históricos, como a Revolução Francesa, no final do século XVIII e início do XIX, que todas essas mudanças podem ser perfeitamente compreendidas. Haja vista as mudanças significativas que encontramos no âmbito da biopolítica com seus desdobramentos políticos, sociais e culturais. Tanto a *Constituição Francesa*, do período revolucionário, como também na *Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão*, também do mesmo período, estruturaram a política de forma a assegurarem uma série de direitos a todos os cidadãos, ou seja, todos os seres humanos, nascidos dentro do territorial nacional. Essa *Declaração* nos traz a problemática de mudança que se desenvolve a partir de um novo modo de relação estabelecida do indivíduo para com o Estado, e vice-versa, pois a partir de então que o homem sai da tutela divina, que marcava a política absolutista para a instância laica do Estado Nacional. Sendo que “até a primeira metade do século XX, a articulação dos direitos do homem com o princípio da

cidadania era a base fundadora da política. A soberania moderna se baseou na continuidade entre homem e cidadão, entre nascimento e nacionalidade”.<sup>10</sup>

Essa questão é cuidadosamente pensada pelo filósofo político Giorgio Agamben, que nos esclarece que desde essa *Declaração* de 1789, a qual traz em seu texto, justamente essa relação da “vida nua natural, ou seja, o puro fato do nascimento, a apresentar-se aqui como fonte e portador do direito.” Assim sendo, é a vida natural, o elemento que inaugura a biopolítica da modernidade, “é assim posta à base do ordenamento, dissipa-se imediatamente na figura do cidadão, no qual os direitos são conservados.”<sup>11</sup> Desta forma, “as declarações dos direitos devem então ser vistas como o local em que se efetua a passagem da soberania régia de origem divina à soberania nacional.”<sup>12</sup> Na verdade, devemos compreender que:

O princípio de natividade e o princípio de soberania, separados no antigo regime (onde o nascimento dava lugar somente ao *sujet*, ao súdito), unem-se agora irrevogavelmente no corpo do “sujeito soberano” para constituir o fundamento do novo Estado-nação. Não é possível compreender o desenvolvimento e a vocação “nacional” e biopolítica do Estado moderno nos séculos XIX e XX, se esquecemos que em seu fundamento não está o homem como sujeito político livre e consciente, mas, na passagem do súdito ao cidadão, é investido como tal pelo princípio de soberania. A ficção aqui implícita é a de que o *nascimento* torne-se imediatamente *nação*, de modo que entre os dois termos não possa haver resíduo algum. Os direitos são atribuídos ao homem (ou brotam dele), somente na medida em que ele é o fundamento, imediatamente dissipante (e que, aliás, não deve nunca vir à luz, como tal), do cidadão.<sup>13</sup>

É fundamental compreender essa função histórica das declarações dos direitos, para que possamos, então, entender o seu desenvolvimento e suas transformações no decorrer do século XX. Uma vez que é justamente após as

convulsões do sistema geopolítico da Europa que se seguiram à Primeira Guerra Mundial, o resíduo removido entre nascimento e nação emerge como tal à luz, e o Estado-nação entra em uma crise duradora, surgem então o fascismo e o nazismo, dois movimentos biopolíticos em sentido próprio, que fazem portanto, da vida natural o local por excelência da decisão soberana.<sup>14</sup>

Assim sendo, podemos compreender a historicidade da forma de se compreender o *ser humano* e a sua relação com o poder soberano na contemporaneidade, principalmente quando pensamos nas transformações que advém do século XX. Uma questão paradoxal para se pensar a historicidade dos direitos universais garantidos nessas declarações e convenções supranacionais é a figura do “refugiado”, o qual coloca em xeque a fragilidade dos direitos humanos na ausência dos direitos do cidadão de um Estado Nação<sup>15</sup>. Na verdade, o refugiado “representam, no ordenamento do Estado-nação moderno, um elemento tão inquietante, é antes de tudo porque, rompendo a continuidade entre homem e cidadão, entre nascimento e nacionalidade, eles põem em crise a ficção originária da soberania moderna.”<sup>16</sup> Agamben nos mostra como que esse

problema já era sentido tempos antes do século XX, logo na *Declaração* de 1789, quando não fica claro que os dois termos, *homem* e *cidadão*, “denominam duas realidades autônomas ou formam, em vez disso, um sistema unitário, no qual o primeiro já está desde o início contido e oculto no segundo; e, neste caso, que tipo de relação existe entre eles.”<sup>17</sup>

Dessa forma, é importante termos em mente que desde o segundo pós-guerra a ênfase que foi atribuída aos direitos do homem e as várias multiplicações de declarações e convenções internacionais que surgem no âmbito de organizações supranacionais, acabaram por bloquear uma melhor compreensão do significado histórico do fenômeno<sup>18</sup>. Fazendo com que a nossa visão fosse ofuscada com relação toda essa gama de declarações e convenções internacionais que buscam proclamar valores imutáveis e metajurídicos, no intuito de estabelecer vínculos entre o poder soberano e esses princípios éticos e morais eternos. O importante é lembrar que ao analisarmos o movimento acerca dos direitos humanos devemos compreender a historicidade do processo, o qual foi marcado pela “elaboração de um conjunto de códigos internacionais que exprimem o desejo de uma moral universal (...) e que nos permite pensá-los como resultados de circunstâncias políticas e intelectuais específicas”, e não como “portadores de valores transepocais”.<sup>19</sup>

## **MUDANÇAS DE SENSIBILIDADES COM A INFÂNCIA**

Após a *Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão* do século XVIII, vemos surgir, no século XX pós-guerra, uma profusão de declarações e convenções de âmbitos internacionais: a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*<sup>20</sup> já em 10 de dezembro de 1948; e outras declarações e convenções de importância instigante, as quais seriam: a *Declaração dos Direitos da Criança*<sup>21</sup>, de 20 de novembro de 1959 e a *Convenção dos Direitos da Criança*<sup>22</sup>, de 20 de novembro de 1989 e ratificada pelo Brasil em 20 de setembro de 1990. Se nos atentarmos para a lógica integrante dessas declarações e convenções universais, podemos ver na parte que se referem às crianças e, as que tratam em específico das crianças, há o surgimento de um novo olhar para com elas, expressos através de uma série de cuidados especiais com relação à saúde, a educação, a moradia, os cuidados, a assistência, enfim, direitos e liberdades garantidos e amplamente assegurados por todas essas declarações, o que vale ressaltar, o caráter universal dessas garantias.

É importante frisar que esse processo, que vem desde o século XVII até o XX, que se desenvolve com a modernidade, o qual apresenta mudanças com relação às sensibilidades para com as crianças, o que acarreta, conseqüentemente, em um novo olhar para com elas e o

estabelecimento de novos cuidados, nos leva a afirmar que há a instituição de uma nova concepção de infância em tal contexto. Somado a essas transformações vemos que o “processo de subjetivação” advindo com a modernidade nos oferta um terreno de possibilidades de ações e de surgimentos de práticas sociais, que veem se desdobrando também nesse período, ora trazendo mudanças, ora constituindo em permanências. Assim, vemos que a grande novidade para o mundo moderno não constituiu apenas no aparecimento de uma nova concepção de *infância*, mas sim, em uma concepção renovada acerca do *ser humano*, a qual o insere em uma relação biopolítica com o Estado soberano.

Philippe Ariès em sua obra *História Social da Criança e da Família* nos mostra como se deu a construção social, cultural e discursiva da concepção de infância:

A descoberta da infância começou sem dúvida no século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI. Mas os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII.<sup>23</sup>

Se nos atentarmos a esse processo de historicidade da *infância* e partimos do pressuposto de que “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes”<sup>24</sup>, vinculando a isso todos esses textos das convenções e declarações universais, produzidos dos final do século XVIII até o XX, inclusive adentrando nas legislações brasileiras. Poderemos compreender como que esses discursos organizaram as percepções e os princípios das ações que guiam os adultos em relação às crianças, mediante a uma concepção sociocultural e jurídico-política acerca da *infância*. Haja vista que para “lidar com as crianças e assimilá-las à ordem escolar, é preciso operar o seu distanciamento dos adultos, marcá-las com signos próprios, defini-las (...). Em suma, é preciso ‘infantilizá-las’. E esse é, sem dúvida, uma operação de poder.”<sup>25</sup>. Assim sendo, ao pensarmos na *infância* enquanto uma construção histórico-social, não podemos supor que exista uma população infantil homogênea, pois o processo histórico nos faz perceber diferentes populações infantis com processos desiguais de socialização em diferentes espaços e tempos. Para elucidar melhor esse processo podemos compreender claramente as várias mudanças sofridas no próprio conceito de “infância” ao longo dos séculos XIV ao século XIX, conforme nos apresenta Ariès através de uma história etimológica de tais conceitos, do vestuário, das representações iconográficas, dos jogos e muito mais. Assim, a partir dessa construção social e discursiva sobre a concepção de infância podemos perceber como foram elencados os traços que caracterizaram, e ainda caracterizam as crianças, dentro de um conjunto de enunciados, numa arquitetura discursiva que, principalmente, a pedagogia pôs em ação nos tempos modernos<sup>26</sup>.

## CONCLUSÃO

Diante de todo esse cenário, ao analisarmos a Constituição da República Federativa Brasileira de 1988<sup>27</sup> (C.F./88) e as demais leis infraconstitucionais que abordam as temáticas acerca da educação, da criança e da *infância*, vemos que o processo de institucionalização dos direitos fundamentais se faz à luz do que vem prescrito por essas convenções e declarações internacionais. Uma vez que esses direitos, discutidos sob a bandeira dos direitos humanos são tidos como questões transnacionais, e tem os seus desdobramentos dentro do ordenamento jurídico-político dos territórios nacionais, tendo as suas perspectivas e limites de atuação “transvestidos” nos próprios *Direitos Fundamentais* das constituições nacionais. Deste modo, no Brasil esse processo universalista de assegurar direitos se fez presente a partir das décadas de 1980 e 1990, que foram marcadas por intensas transformações políticas, econômicas e sociais. É importante lembrar que em 1985, com o fim da Ditadura Militar brasileira, o país viveu um processo de redemocratização que resultou na volta do estado democrático de direito e, por conseguinte do estado de legalidade<sup>28</sup>.

Dentro de todo o rol de direitos assegurados pela C.F./88 vemos no Título II, Capítulo I, que trata sobre os *Direitos e Garantias Fundamentais*, em seu artigo 5º, que trata sobre os *Direitos e Deveres Individuais e Coletivos*, fica garantido não apenas aos brasileiros, como também aos estrangeiros residentes no Brasil a “inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade”. Mais adiante no texto constitucional, no Capítulo II que trata *Dos Direitos Sociais*, vemos no artigo 6º que: “São direitos sociais a *educação*, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a *proteção à maternidade e à infância*, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (grifo nosso). Deste modo, vemos surgir uma grande produção legislativa nacional em torno de questões sociais relacionadas aos direitos humanos, como é o caso do *Estatuto da Criança e do Adolescente*<sup>29</sup> (ECA), um dos pioneiros no Brasil. Neste *Estatuto* ficam ressaltados alguns direitos especiais às crianças, como no artigo 3º, que assegura às crianças e aos adolescentes um conjunto de direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, a fim de lhes facultar o desenvolvimento de todas as capacidades primordiais necessárias ao desenvolvimento humano em condições de liberdade e dignidade, os quais seriam: o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social.

Nessa linha de reflexão vemos que dentro do rol de direitos a serem assegurados aos seres humanos encontramos a questão educacional como uma das prerrogativas essenciais assinaladas firmemente pela *Declaração Universal dos Direitos Humanos* de 1948, logo nas considerações iniciais, a ideia de que será somente através do ensino e da educação, que se promoverá o respeito



a todos esses direitos e liberdades garantidos pela própria declaração. E o texto vai mais adiante ao afirmar, em seu artigo 26, inciso I, que “Todo homem tem o direito a instrução. [...]”. Essa *Declaração Universal* proclama também que a infância tem direito a cuidados e assistência especiais. Em consonância, a *Convenção dos Direitos da Criança* de 1989 assegura em seu artigo 28 § 1º que: “Os Estados Membros reconhecem o direito da criança à educação e, a fim de que ela possa exercer progressivamente e em igualdade de condições esse direito (...)”. Outro texto também de igual importância para pensarmos essa questão da biopolítica e da educação, é a *Declaração dos Direitos da Criança*, de 1959, que em seu Princípio 7 afirma que:

A criança terá direito a receber educação, que será gratuita e compulsória pelo menos no grau primário. Ser-lhe-á propiciada uma educação capaz de promover a sua cultura geral e capacitá-la a, em condições de iguais oportunidades, desenvolver as suas aptidões, sua capacidade de emitir juízo e seu senso de responsabilidade moral e social, e a tornar-se um membro útil da sociedade. Os melhores interesses da criança serão a diretriz a nortear os responsáveis pela sua educação e orientação; esta responsabilidade cabe, em primeiro lugar, aos pais. A criança terá ampla oportunidade para brincar e divertir-se, visando os propósitos mesmos da sua educação; a sociedade e as autoridades públicas empenhar-se-ão em promover o gozo deste direito.

Consoante com essas ideias no Brasil a redação C.F./88 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação<sup>30</sup> (LDBEN/96) reforçam a ideia de “educação como direitos de todos” e um “dever do Estado”. Assim, podemos observar toda uma preocupação para com as políticas públicas educacionais, a fim de evidenciar o direito que todo cidadão brasileiro terá assegurado a partir de então. De modo que, no decurso dessa história dentro do ordenamento jurídico-político brasileiro foi construída uma rede burocrática de relações estatais a fim de permitir o funcionamento harmônico da relação biopolítica na República Federativa Brasileira, através de sua administração pública direta e indireta. De modo que todo esse processo histórico de mudanças e de permanências inter-relaciona o *processo de subjetivação* construído na modernidade, com o surgimento de uma nova sensibilidade para com as *crianças*, e conseqüentemente a construção de uma noção moderna de *infância*, juntamente com o estabelecimento de direitos e de garantias aos cidadãos brasileiros, expressos nos documentos legais de origem nacionais - como a C.F./88, o ECA/90, a LDBEN/96, por exemplo – os quais são reforçados a sua legitimação através de convenções e as declarações de organizações supranacionais. Toda essa documentação nos oferece condições para melhor compreendermos o terreno no qual se estrutura o processo de judicialização da infância. A qual é parte integrante do processo no qual a vida humana passa a ser dividida em etapas e períodos definidos, lançados nos cálculos do poder do Estado. A partir das quais podemos compreender o vínculo existente entre uma nova forma de compreender o ser

humano e suas relações para com os direitos (a educação) que lhe são assegurados frente a um Estado soberano.

---

<sup>1</sup> AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Tradução de Henrique Burigo, 2ª Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

<sup>2</sup> VOVELLE, Michel. *A Revolução Francesa: 1789 – 1799*. Tradução Mariana Echalar, 1ª Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p.70-73.

<sup>3</sup> FOUCAULT, Michel. “A cultura de si”. In.: *História da Sexualidade 3*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque, 12ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2013, p.41-73.

<sup>4</sup> *Ibid.*, p.48.

<sup>5</sup> FOUCAULT, op. cit., p. 48.

<sup>6</sup> ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Tradução de Dora Flaksman, 2ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 2011, p. xix.

<sup>7</sup> GAY, Peter. “O traço comum”. In.: *O coração desvelado: a experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. Tradução de Sérgio Bath, 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 347.

<sup>8</sup> ELIAS, Nibert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Tradução Vera Ribeiro, 1ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p.28.

<sup>9</sup> AGAMBEN, op. cit., p.116.

<sup>10</sup> OLIVEIRA, Laura de. *Revista Bioética: ascensão e dinâmica de um campo para a ética aplicada à ciência no Brasil (1993 – 2008)*. Goiânia: Editora UFG, 2012, p.60.

<sup>11</sup> AGAMBEN, op. cit., p. 124.

<sup>12</sup> *Ibid.*, p. 125.

<sup>13</sup> AGAMBEN, op. cit., loc. cit.

<sup>14</sup> AGAMBEN, op. cit., loc. cit.

<sup>15</sup> *Ibid.*, p. 123.

<sup>16</sup> *Ibid.*, p. 128.

<sup>17</sup> *Ibid.*, p. 123.

<sup>18</sup> *Ibid.*, p. 124.

<sup>19</sup> *Ibid.*, p. 22-23.

<sup>20</sup> ASEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, de 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <http://www.dudh.org.br/declaracao/>. Acesso em: 20 set. 2014.

<sup>21</sup> ASEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração dos Direitos da Criança*, de 20 de novembro de 1959. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html>. Acesso em: 20 set. 2014.

<sup>22</sup> ASEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre os Direitos da Criança*, de 20 de novembro de 1989. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca.html>. Acesso em: 20 set. 2014.

<sup>23</sup> ARIÈS, op. cit., p.28.

<sup>24</sup> FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio, 20ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010, p.9.

<sup>25</sup> BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Dos Modos de Olhar a Infância. In.: (Org.) LEHENBAUER, S.; PICAWY, M. M.; STEYER, V. E.; WANDSCHEER, M. S. X. *O Ensino Fundamental no Século XXI: Questões e Desafios*. Canoas: Editora ULBRA, 2005, p. 53.

<sup>26</sup> BUJES, op. cit., p.52.

<sup>27</sup> BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. DF: Centro Gráfico do Senado, 1988.

<sup>28</sup> FRIEDE, Reis. *Curso de Ciência Política e Teoria Geral do Estado: Teoria Constitucional e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

<sup>29</sup> BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 – *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*.

<sup>30</sup> BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 – *Estabelece As Diretrizes E Bases Da Educação Nacional*.

## **Soldados de Salamina: Ficção e memória na reconciliação com o passado**

Resumo: O presente trabalho investiga as representações literárias da Guerra Civil Espanhola, tomando para análise a obra de Javier Cercas, *Soldados de Salamina* (2001). Escrita em uma atmosfera cultural favorável à reconciliação com o passado - que culminou na lei de memória histórica -, trata de uma sequência traumática de eventos que marcou profundamente a sociedade espanhola, mergulhando-a em um longo "pacto de silêncio".

Palavras-chave: Guerra Civil Espanhola; Literatura; Memória

Abs: This paper investigates the literary representations of the Spanish Civil War, analyzing the work of Javier Cercas, *Soldiers of Salamis* (2001). Written in a favorable cultural environment of reconciliation with the past – that culminated in the law of historical memory – it is a traumatic sequence of events that has deeply marked the Spanish society, immersing it into a long “pact of silence”.

Keywords: Spanish Civil War; Literature; Memory

Rebeca de Lemos Gonzalez Gil, mestrandia do Programa Pós-graduação de História Comparada da UFRJ.

rebecaggail@gmail.com

Orientador: Wagner Pinheiro

A Guerra Civil Espanhola (1936-1939) foi um evento que marcou não só a sociedade espanhola, mas o século XX, por exemplo, atraindo inúmeros voluntários, em particular, aqueles que lutaram nas brigadas internacionais, além da participação dos governos soviético, italiano e alemão, que, principalmente para estes últimos, tornaram a guerra espanhola em um ensaio para a Segunda Guerra Mundial. As pessoas que participaram de alguma maneira deste evento, acreditavam que estavam lutando pela Liberdade e Democracia, “por tais razões, alguns historiadores consideram-na a última Guerra Romântica<sup>1</sup>.”

Quanto ao número de mortos durante a guerra não há um consenso entre os historiadores devido a escassez de registros e documentos, já que muitas mortes ocorreram de maneira clandestina, em covas não identificadas – como exemplo, os restos mortais do poeta Garcia

Lorca não foram encontrados até os dias de hoje. João Cerqueira afirma que o “saldo de vítimas da Guerra é de 1 milhão de mortos, entre os quais 100 000 fuzilados após a vitória de Franco, 400 000 presos políticos e 300 000 exilados<sup>2</sup>”. Ainda de acordo com Cerqueira, um em cada quatro espanhóis teve um familiar morto na guerra. Porém, Pierre Vilar não utiliza um número tão alto de mortos, mas escreve que “a noção de ‘déficit populacional’ poderia exceder a imagem do milhão de mortos<sup>3</sup>”. Vale lembrar que

dizem que um dos maiores problemas das guerras civis é que todas as bombas caem sobre o mesmo telhado. Em se tratando de guerras entre dois países, os projéteis e os mortos às vezes se repartem de forma um pouco mais equitativa, mas nas guerras civis é um povo só que deve arcar com todas as misérias<sup>4</sup>.

### **Espanha no pós-guerra**

A Guerra Civil Espanhola teve fim em abril de 1939, quando as tropas do General Francisco Franco finalmente chegaram a capital do país, Madri. Com a vitória nacionalista, a Espanha mergulhou na longa ditadura do “generalíssimo”, que inicialmente possuía algumas inclinações fascistas<sup>5</sup>, retornando ao regime democrático apenas com a sua morte em 1975. O período do regime franquista foi bastante rigoroso quanto a liberdade de expressão, havendo perseguição aos contrários ao governo até a década de 1970.

Antes mesmo que a guerra terminasse, em início de março de 1939, já se podia ter ideia de como seria o governo caso os nacionalistas ganhassem, pois

qualquer dúvida que pudesse haver sobre uma conduta mais benevolente de Franco em face dos vencidos ficou absolutamente dissipada com a publicação da Lei de Responsabilidades Políticas, em 3 de março de 1939<sup>6</sup>.

A chamada Lei de Responsabilidades Políticas consistia em tratar todos aqueles que estavam ao lado da República como traidores da Pátria, portanto, os únicos culpados da guerra eram os republicanos. Após essa lei muitas outras foram criadas, como por exemplo Lei de repressão a maçonaria e comunismo. Assim como leis de caráter mais conservador como a Lei de proteção da natalidade e contra o aborto, a Lei contra o adultério e infanticídio e Lei contra o aborto.

A repressão foi mais intensa nos primeiros anos da ditadura, principalmente entre os anos de 1939 até 1943, após essas datas o número de fuzilamentos decresceu principalmente porque a maior parte da oposição estava morta ou exilada. Sendo que, “a última execução de um réu condenado por crimes (reais ou pretensos) cometidos durante a guerra civil ocorreu em uma data tão tardia quanto 20 de abril de 1963<sup>7</sup>”. O historiador Ramón Salas Larrazabál coloca o número de execuções de 1939 até 1950 em torno de 30 mil, porém, por se tratar de um historiador militar, estes números podem estar minimizados<sup>8</sup>. Josep Buades estima que a repressão franquista em números foi superior à nazista, estando em torno de 150 mil<sup>9</sup>.

O governo do general Francisco Franco não buscava a integração dos vencedores e vencidos, mas sim a coerção, criando uma atmosfera de medo. De acordo com Salvadó, “o clima de terror psicológico coletivo foi muito além dos muros da prisão<sup>10</sup>”, já que “para obter coisas vitais, como o cartão de racionamento de comida ou trabalho, era necessário dar provas de lealdade ao novo sistema com um certificado oficial assinado por pessoas autorizadas pelo regime<sup>11</sup>”.

Dessa forma, a sociedade espanhola atual foi moldada também por influência da guerra, sendo divulgado, principalmente ensinado nas escolas, que o conflito se deu para defender a Espanha da dominação soviética. Todo esforço de dominação franquista sobre a população resultou numa sociedade cuja maioria possuía um discurso apolítico, onde as crianças aprendiam que era errado se envolver com a política. O resultado disso foi o fim do regime apenas com a morte de Francisco Franco, cujo sucessor o próprio general escolheu, apresentando perante as cortes em 1969, o rei Juan Carlos. Logo foi instaurada a monarquia parlamentar, onde a palavra primordial era o consenso devido ao medo de reavivar fantasmas da Guerra e os demônios da República<sup>12</sup>. De acordo com Galeano, “o esquecimento, diz o poder, é o poder, é o preço da paz, enquanto nos impõe uma paz fundada na aceitação da injustiça como normalidade cotidiana. Acostumaram-nos ao desprezo pela vida e à proibição de lembrar<sup>13</sup>”.

Por isso, diz-se que a sociedade espanhola pós-guerra mergulhou em um profundo pacto de silêncio, ou seja, a Guerra Civil Espanhola era um tema pouco abordado, principalmente durante a transição. Como exemplo da aparente passividade de como a transição ocorreu, a família do general permaneceu vivendo na Espanha, chegando a assumir cargos políticos de responsabilidade<sup>14</sup>. De acordo com Cerqueira,

todos os programas televisivos que tentam abordar o conflito desencadeiam inflamados protestos, à esquerda e à direita. Em 1983 o *Cambio 16* publica um inquérito nacional em que 73% dos entrevistados

afirmam, apesar de 1/3 não saber por quem lutaram as Brigadas Internacionais nem a Legião Condor, que a guerra foi o momento mais vergonhoso da História de Espanha e ser preferível esquecê-la. Mas quando em 1981 os generais Milans Del Bosche, Alfonso Armada e o coronel Tejero Molina tentam um golpe de Estado, 85% da população admite ter pensado que uma nova Guerra Civil iria começar; no entanto, a maioria declara recusar-se a combater, seja por que causa fosse<sup>15</sup>.

Após a redemocratização o número de publicações com a temática da Guerra Civil Espanhola aumentou, tanto romances como livros históricos. Porém, apenas na década de 1990 houve maior resgate das memórias do período, sendo ainda mais significativo na década de 2000, quando, inclusive, foi estabelecida a *Ley de Memoria Histórica de España*, “um movimento social constituído por familiares das vítimas do franquismo, organizado em associações locais e regionais, e por geração de historiadores que desde os anos 80 renovaram o estudo da guerra civil [...]”<sup>16</sup>. A geração de 2000 é a chamada “geração dos netos” daqueles que lutaram no conflito, “descomprometida com a transição<sup>17</sup>” e preocupada com a reconciliação com o passado. Assim, o livro aqui analisado *Soldados de Salamina*, de Javier Cercas, foi escrito em 2001, ou seja, neste contexto de retorno a história da Espanha, sendo o próprio autor neto de um ex-combatente.

### **Soldados de Salamina**

O livro *Soldados de Salamina* (2001) começa com a investigação sobre o evento que Rafael Sánchez Mazas escapou, seu próprio fuzilamento. Rafael Sánchez era um importante ideólogo e membro da Falange espanhola, partido que apoiava Francisco Franco. Durante sua fuga é poupado por um soldado republicano anônimo, que finge não o ver. Além disso, é ajudado pelos “amigos do bosque”, três ex-milicianos desertores, Pere e Joaquim Figueras e Daniel Angelats, que o esconderam – e se esconderam das tropas republicanas que poderiam acusar de deserção – até que as ruas fossem seguras para o trânsito de um nacionalista. Anos depois, na década de 2000, a história interessa a um jornalista – o protagonista do livro – Javier Cercas, que apesar de possuir o mesmo nome do autor, sua identidade ficcional seria, posteriormente, reafirmada pelo mesmo.

É difícil definir o gênero da obra, pois mistura elementos de ficção – Javier Cercas e Antonio Miralles, que aparece no final do livro, são personagens construídos – e “reais” – Rafael Sánchez Mazas e a fuga de seu fuzilamento remete a eventos documentados, o mesmo se verifica

com o escritor Roberto Bolaño que aparece no decorrer da trama. De acordo com Marta Otea, “em *Soldados de Salamina* se misturam uma série de gêneros: o romance histórico, a reportagem jornalística, romance de investigação, o *Bildungsroman*<sup>18</sup> e a metaficção<sup>19</sup>”. Por isso o autor considera a obra como sendo um híbrido, porque “joga” com a ficção e realidade<sup>20</sup>.

O livro está dividido em três partes: *Os amigos do bosque*; *Soldados de Salamina*; *Encontro marcado em Stockton*. Na primeira parte, *Os amigos do bosque*, o narrador mostra ao leitor como partiu o interesse do protagonista por escrever sobre a história de Rafael Sánchez. Em *Soldados de Salamina*, a segunda parte se passa em quase toda sua totalidade no passado, na própria Guerra Civil Espanhola, reconstruindo os passos da fuga de Sánchez. Na última parte, *Encontro marcado em Stockton* – faz referência à cidade do filme *Fat City*, de 1972 -, é o momento da trama que ingressa o republicano Antonio Miralles, pessoa que Javier Cercas suspeita ser o soldado que poupou a vida de Sánchez.

O livro foi sucesso de vendas, com mais de trinta e uma edições, traduzido em mais de vinte idiomas, número superior a um milhão de exemplares vendidos, além de inúmeros artigos e resenhas nacionais e internacionais sobre o livro<sup>21</sup>. *Soldados de Salamina* ganhou inúmeros prêmios, como: *Premio Qué Leer*; *Premio Crisol*; *Premio Llibreter 2001*; *Premio de La Librería Cálamo*; *Premio Salambó*; *Premio de La Crítica de Chile*; *Premio Ciutat de Barcelona*; *Premio Ciudad de Cartagena*; *Premio de Extremadura*. Este resultado tão bem sucedido foi contra as expectativas do seu editor, que chegou a afirmar que o livro não venderia mais do que cinco mil cópias, todas para leitores com mais de sessenta anos<sup>22</sup>. De acordo com Garrison,

os espanhóis reconhecem a importância de novelas como *Soldados de Salamina* para ajudar-lhes a recuperar seu passado. Por isso, a novela de Javier Cercas teve um impacto vital na sociedade espanhola, como se pode deduzir por seu êxito editorial e a série de prêmios que ganhou<sup>23</sup>.

### **Memória em reconciliação**

A obra *Soldados de Salamina* tem uma característica marcadamente reconciliadora, notado principalmente com os personagens antagônicos Rafael Sánchez e Antonio Miralles, pois eles representam os dois lados que combateram na Guerra Civil Espanhola, falange e República. Porém, vale lembrar que o livro de Cercas não se aprofunda na descrição das ideologias em confronto. Talvez o autor não tenha se prendido a este aspecto, a fim de evitar trazer a tona

paixões adormecidas na população espanhola.

O filho do falangista Sánchez, Rafael Sánchez Ferlosi, narra ao personagem Javier Cercas os eventos em torno da fuga do pai:

Ali, refugiado em um buraco, escutava os latidos dos cachorros, os tiros e as vozes dos milicianos que o procuravam sabendo que não poderiam perder muito tempo na busca, porque os franquistas já pisavam os seus calcanhares. De repente, meu pai escuta um ruído de galhos às suas costas, vira-se e dá com um miliciano de olhos pregados nele. Ouve-se um grito: “O homem está por aí?”. Meu pai contava que o miliciano continuou a olhá-lo por alguns segundos e que então, sem tirar os olhos dele, gritou: “Por aqui não tem ninguém!”, deu meia volta e foi embora<sup>24</sup>.

De certa maneira o texto anterior dá origem à busca de Cercas pela história por trás do que aconteceu no dia que Sánchez sobreviveu ao seu fuzilamento. Podemos observar que no episódio que o miliciano, soldado republicano, não denuncia Rafael Sánchez, a mensagem para o leitor é para que as velhas rivalidades fossem deixadas de lado, como naquele momento, já no fim da guerra, aconteceu entre o soldado e o poeta falangista. No final do livro, quando Cercas indaga Antonio Miralles da razão pela qual o soldado não matou o fugitivo, Miralles responde: “Por que iria matá-lo?<sup>25</sup>”. Ou seja, mesmo para o ex-soldado miliciano, não havia motivo para matar o homem que apenas fugia para sobreviver.

Além disso, é possível perceber um esforço do autor em mostrar que aquelas pessoas que participaram da guerra, independente da sua posição ou atuação, eram homens antes de tudo. Como nas passagens a seguir:

Órfãos de convicções políticas, famintos, derrotados fartos da guerra, refratários à agonia do exílio, persuadidos pela propaganda franquista de que, a menos que tivessem as mãos manchadas de sangue, nada teriam a temer dos vencedores exceto a restauração da ordem rompida pela República, Figueras e Angelats só queriam conservar a pele, escapar à fúria sem limites dos marroquinos e aproveitar-se da primeira distração de seus superiores para tomar o caminho de casa e lá esperar os nacionais<sup>26</sup>.

Antes da guerra, Miralles havia trabalhado como aprendiz de torneiro mecânico; ignorava o que quer que fosse de política; seus pais, gente de condição muito humilde, nunca falavam disso, tampouco seus amigos. No entanto, mas chegou ao *front* tornou-se comunista: o fato de que também o fossem seus companheiros e seus superiores, bem como Lister, sem dúvida influenciou sua decisão; quem sabe o animou mais ainda a certeza de que os comunistas eram os únicos que estavam genuinamente dispostos a dar a cara para bater.<sup>27</sup>

Ainda que no decorrer de todo o romance exista a intenção de neutralidade ao falar sobre os dois lados do conflito, pode-se perceber uma tendência mais forte para o lado da esquerda, algo reforçado pela imagem de Conchi, a namorada de Cercas: “Tem graça! – comentou Conchi,



um esgar de asco a assomar-lhe a boca. – Imagine escrever sobre um fascistão com tantos escritores comunas bacanas por aí!<sup>28</sup>”. Mesmo assim, Cercas não coloca Rafael Sánchez como vilão e Miralles como herói, como afirma Garrison. Javier Cercas busca um herói, mas não um vilão, este, na obra, foi aquele que poupou a vida de outro homem independente de seu posicionamento político.

Outro aspecto interessante da obra *Soldados de Salamina* é que no início o personagem narrador, Javeir Cercas, vive um momento de desorientação, pessoal e profissional. Podemos relacionar, assim, a desorientação do protagonista com a da sociedade espanhola, ambos atirados em uma busca pelo passado que promove um reencontro no presente: memória e história em um processo de reconciliação.

### **Considerações Finais**

Na obra, Javier Cercas não se limita a falar da Guerra Civil Espanhola, sua intenção, porém, é fazer uma “reflexão sobre os mecanismos ideológicos que, durante várias décadas ditaram as lembranças e esquecimento destas representações<sup>29</sup>”, ou seja, “*Soldados de Salamina* é uma novela sobre a memória coletiva e os interesses políticos que tentaram interessadamente reprimir<sup>30</sup>”. O ex-miliciano Miralles deixa isso claro ao dizer para o jornalista que “[...] essas histórias não interessam a ninguém, nem sequer a nós que as vivemos; houve um tempo em que sim, mas agora já não. Alguém decidiu que era preciso esquecê-las[...]”<sup>31</sup>. Afinal, como o próprio Le Goff afirma,

tomarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva<sup>32</sup>.

Mesmo que a Espanha, em seu passado, tenha perdido partes de sua história por causa da ditadura franquista, há o movimento de retorno. Encontramos essa mensagem otimista com relação ao futuro nas próprias palavras de Miralles:

agora as pessoas são muito mais felizes do que na minha época, qualquer um que tenha vivido o suficiente sabe disso. Por isso, toda vez que ouço um velho maldizer o futuro, sei que ele está falando para se consolar pelo fato de que não vai poder vivê-lo [...]”<sup>33</sup>.

A afirmação acena para algo que escapa a simples questão da felicidade da população, falando sobre o futuro promissor que aguarda àqueles que buscam o passado do seu país, agora sem as censuras ditatoriais, já que “a repercussões psicológicas da guerra da Guerra Civil foram tais que alcançaram inclusive as gerações que não haviam lutado na guerra<sup>34</sup>”.

---

<sup>1</sup> CERQUEIRA, João. *Arte e literatura na Guerra civil de Espanha*. Porto Alegre: Zouk, 2005. p. 24

<sup>2</sup> CERQUEIRA, João. *Arte e literatura na Guerra civil de Espanha*. Porto Alegre: Zouk, 2005. p. 23.

<sup>3</sup> VILAR, Pierre. *A Guerra da Espanha, 1936-1939*. São Paulo: Paz e Terra, 1989. p. 96

<sup>4</sup> BUADES, Josep. *A Guerra Civil Espanhola*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 227.

<sup>5</sup> Robert Paxton em *Anatomia do Fascismo* afirma que o regime do Generalíssimo teve inclinação fascista até 1945, quando os países do Eixo perderam a Segunda Guerra Mundial, se tornando um regime autoritário no período posterior. Existe uma importante discussão historiográfica acerca deste tema.

<sup>6</sup> BUADES, Josep. *A Guerra Civil Espanhola*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 292.

<sup>7</sup> BUADES, Josep. *A Guerra Civil Espanhola*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 297.

<sup>8</sup> LARA, Manuel Tuñon de. “Un ensayo de visión global, médio siglo después”. In: LARA, Manuel Tuñon de; ARÓSTEGUI, Julio; VIÑAS, Angel; CARDONA, Gabriel; BRICALL, Josep. *La Guerra Civil Espanhola: 50 años después*. Barcelona: Labor, 1985. p. 423.

<sup>9</sup> BUADES, Josep. *A Guerra Civil Espanhola*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 244.

<sup>10</sup> SALVADÓ, Francisco Romero. *A Guerra Civil Espanhola*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. p. 246.

<sup>11</sup> SALVADÓ, Francisco Romero. *A Guerra Civil Espanhola*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. p. 246.

<sup>12</sup> MARCO, Valéria. “Um pacto de silêncio: a transição espanhola”. In.: COGGIOLA, Osvaldo(org.). *Espanha e Portugal: o fim das ditaduras*. São Paulo: Xamã, 1995. p. 115.

<sup>13</sup> GALEANO, Eduardo. *De pernas pro ar*. A escola do mundo ao avesso. Porto Alegre: L&PM, 1999. p. 214.

<sup>14</sup> BUADES, Josep. *Os espanhóis*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 202.

<sup>15</sup> CERQUEIRA, João. *Arte e literatura na Guerra civil de Espanha*. Porto Alegre: Zouk, 2005. p. 24

<sup>16</sup> SIMÕES, Maria Dulce Antunes. “Movimentos públicos e memórias privadas: silêncios de discursos da Guerra Civil Espanhola”. *Cadernos CERU*. São Paulo: USP. série 2, v. 20, n. 1, junho de 2009. p. 87.

<sup>17</sup> SIMÕES, Maria Dulce Antunes. “Movimentos públicos e memórias privadas: silêncios de discursos da Guerra Civil Espanhola”. p. 88.

<sup>18</sup> Marta Otea faz essa afirmação, pois o livro de trata de um processo de criação e crescimento do sujeito, o protagonista Javier Cercas.

<sup>19</sup> ORTEA, Marta Del Pozo. *Soldados de Salamina: Terapia para después de una guerra* [dissertação]. Massachusetts: Universidade de Massachusetts, 2007. p. 14.

<sup>20</sup> Ibid. p. 14.

<sup>21</sup> Ibid. p. 22.

<sup>22</sup> GARRISON, Alison. *La pieza ausente de una memoria olvidada*[tese]. Greensboro: Universidade da Carolina do Norte, 2012. p. 52.

<sup>23</sup> Ibid. p. 06.

<sup>24</sup> CERCAS, Javier. *Soldados de Salamina*. 2. ed. São Paulo: Ed. Globo, 2012. p. 18.

<sup>25</sup> Ibid. p. 205.

<sup>26</sup> Ibid. p.114.

<sup>27</sup> Ibid. p. 157.

<sup>28</sup> Ibid. p. 68.

<sup>29</sup> LOPEZ-QUINONES, Antonio. “La Guerra Civil española: Soldados de Salamina de Javier Cercas”. *Palabras y el Hombre*. Vera Cruz: Revista de La Universidad de Veracruzana, n. 127, junho-setembro 2003. p. 115-129, 2003. p. 118.

<sup>30</sup> Ibid. p. 118.

<sup>31</sup> CERCAS, Javier. *Soldados de Salamina*. p. 179.

<sup>32</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1996. p. 426

<sup>33</sup> Ibid. p. 187.

<sup>34</sup> FERNÁNDEZ, Paloma. *Políticas de la memoria y memorias de la política*. Madri: Alianza, 2008. p. 33.

## OS DIFERENTES DISCURSOS SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA E A RADICALIZAÇÃO POLÍTICA DURANTE O GOVERNO DE JOÃO GOULART

**Regiane Cordeiro Souza**

**Graduada em História pela Universidade  
do Estado do Rio de Janeiro**

**E-mail: rcsouza2009@gmail.com**

**Orientadora: Lúcia Maria Paschoal Guimarães**

**Co-orientador: Alex Varela**

**Resumo:** Este artigo trata da radicalização política e ideológica ocorrida durante o governo de João Goulart e evidenciada pelo complexo debate acerca da reforma agrária. Nesta pesquisa, são apresentadas quatro correntes de pensamento acerca deste tema: a nacional-reformista radical, a nacional-reformista moderada, a modernizante-conservadora e a conservadora.

**Palavras-chave:** nacional-reformismo; reforma agrária; João Goulart

**Abstract:** This article concerns the political and ideological radicalization which happened during the government of João Goulart and is evidenced by the complex discussion about land reform. In this research, four schools of thought about the subject are presented: the radical nacional-reformist, the moderate nacional-reformist, the modernizing conservative and the conservative.

**Keywords:** national-reformism; agrarian reform; João Goulart

O nacional-reformismo, a modernização conservadora e outros arcabouços ideológicos existentes no Brasil durante o final da década de 1950 e o início da de 1960 polarizavam de forma crescente as suas posições políticas.

Até meados da década de cinquenta, os trabalhadores rurais estiveram completamente vulneráveis à exploração imposta pelos grandes proprietários de terra, apesar de algumas tentativas de criar movimentos de resistência no campo promovidas pelo Partido Comunista Brasileiro. No decorrer das administrações de Getúlio Vargas, permaneceram privados dos direitos concedidos a quem trabalhava no meio urbano. Durante o governo de Juscelino Kubitschek, período no qual se iniciou um lento processo de construção de consciência de classe tanto das elites conservadoras quanto dos líderes e camadas populares reformistas,

ocorreu a fundação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Criadores de Gado de Pernambuco. E foram instituídas no Nordeste associações lideradas por Francisco Julião, que passaram a atuar de modo favorável aos camponeses e a ser denominadas pelos latifundiários como “Ligas Camponesas”. No rio Grande do Sul, surgiu o Movimento dos Agricultores sem Terra, apoiado por um dos mais perseverantes e radicais representantes das esquerdas daquela época, Leonel Brizola.

Na obra “1964: a Conquista do Estado”, René Dreifuss aborda o confronto entre dois blocos político-ideológicos: o nacional-reformista e o modernizante-conservador. Afirma que os escritórios de consultoria, associações de classe e outros órgãos burocrático-empresariais executavam uma incessante campanha ideológica contra os movimentos reformistas e o populismo. Este último não atendia mais aos seus interesses. Ao invés disso, parecia favorecer o nacional-reformismo, que atrelava uma concepção nacionalista de progresso a um projeto de reformas de cunho popular e trabalhista.

A rede institucional do bloco multinacional e associado, ou seja, da frente antitrabalhista composta por tecno-empresários, banqueiros e industriais ligados a investimentos de capital estrangeiro no Brasil, tinha como finalidade primordial agregar os elementos conservadores numa aliança homogênea e bem articulada. Tanto os setores empresariais vinculados à “burguesia internacional”, ou seja, a empresas multinacionais e a outros empreendimentos financiados por agentes do exterior, quanto as camadas médias da sociedade não tinham consciências de classe bem desenvolvidas. Em contrapartida, as demandas dos trabalhadores rurais e urbanos e dos demais estratos subalternos ficavam cada vez mais evidentes.

A sindicalização e demais movimentos rurais obrigaram o bloco modernizante-conservador a apoiar organizações sindicais de direita no campo, geralmente vinculadas à Igreja Católica, amedrontada com a infiltração do comunismo “ateu”. Segundo Dreifuss, o clero católico de direita sentiu a necessidade de estabelecer tais instituições em decorrência da rápida expansão da mobilização camponesa pela esquerda radical, o que lhe causou espanto e temor, pois não poderia perder o controle sobre as massas populares. O autor explica que organizar esses trabalhadores em sindicatos de orientação ideológica direitista e cristã consistia numa estratégia golpista para interromper a politização crescente de aproximadamente quarenta milhões de camponeses mobilizados nas Ligas Camponesas e outros movimentos da esquerda radical, alinhados à luta reformista de Jango e à Frente de Mobilização Popular (FMP) liderada por Brizola. O desafio enfrentado pelo bloco multinacional e associado era doutrinar ideologicamente o campesinato, tornando-o controlável, e isolar os proprietários de terra que se opunham ao modelo de reforma agrária “democrática” defendido pelo IBAD. Este apoiava

várias instituições incumbidas da tarefa de enfraquecer o vínculo entre os trabalhadores rurais e o bloco nacional-reformista, como, por exemplo, o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), dirigido pelos padres Paulo Crespo e Antônio Melo.

Moniz Bandeira corrobora as informações expostas na pesquisa de Dreifuss, acrescentando que a CIA fazia doações milionárias ao IBAD de maneira permanente e não somente nos períodos eleitorais, em decorrência do seu objetivo de impedir o desenvolvimento da sindicalização urbana e rural de orientação esquerdista. Também menciona o SORPE, que obteve um grande poder quando foi legalizada em 1962 a Federação dos Sindicatos Rurais, por ela coordenada. Dreifuss estabelece uma interessante relação entre o aumento da quantidade de pessoal da CIA presente em Recife e o sucesso dos sindicatos de direita no campo.

Além de subsidiar o SORPE e outras organizações, o IBAD agia de forma direta no meio rural, principalmente na região nordestina. Disponibilizava ao público Cursos de Formação Democrática, que serviam à doutrinação ideológica de líderes sindicais, promovia campanhas contra a “ameaça comunista” e coletava dados a respeito da situação política no campo, enquanto atuava como centro de serviço social, oferecendo assistência médica, alimentos, ferramentas e sementes aos trabalhadores. A Igreja Católica, o IPES e o IBAD começaram a trabalhar de maneira coordenada, pois tinham muitas ideias e estratégias em comum. Através de operações doutrinárias e assistencialistas, pretendiam manter os camponeses sob controle e afastados do bloco nacional-reformista.

No final do governo de Kubitschek, alguns empresários começaram a sentir a necessidade de homogeneizar o pensamento dos seus pares a favor de fins comuns.

A discussão sobre a reforma agrária contribuía para o agravamento da radicalização política. Tanto no bloco nacional-reformista quanto no modernizante-conservador, os pontos de vista a respeito da questão agrária não eram homogêneos. Em ambas as frentes políticas, podem ser distinguidos alguns discursos moderados e outros mais intransigentes.

Dreifuss destaca a importância do ano de 1961 em relação a essa disputa entre a direita ipesiana e ibadiana e as esquerdas, e cita dois eventos: o Primeiro Congresso Nacional de Trabalhadores e Agricultores, organizado pela ULTAB, e o Simpósio sobre Reforma Agrária, realizado pelo IBAD. Deste último, resultou a elaboração do livro “Recomendações sobre Reforma Agrária”, escrito pelo ibadiano José Arthur Rios e revisado por uma comissão de membros da instituição, da qual participaram Ivan Hasslocher, Dênio Nogueira, Edgard Teixeira Leite e Gladstone Chaves de Melo. A finalidade dessa obra consistia em expor a proposta de reforma agrária “democrática” da entidade.

É bastante significativo o fato de ser a autoria atribuída na capa ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática e não a Arthur Rios, que está apenas desempenhando a função de um representante institucional.

Embora os empresários e os tecno-empresários contrários ao governo de João Goulart tentassem agregar as ideias dos demais grupos de oposição ao presidente em prol de interesses comuns, existiam setores das classes altas que se recusavam a aderir à modernização conservadora, como, por exemplo, uma parte dos latifundiários, que se opunham à realização de qualquer tipo de projeto de reforma agrária, inclusive os de direita. O discurso modernizante-conservador se encontra pormenorizado na referida obra “Recomendações sobre Reforma Agrária”.

Arthur Rios diferencia três modalidades de reforma agrária: a democrática, a totalitária e a pseudo-reforma. A primeira corresponde ao projeto defendido pelo bloco modernizante-conservador, ao qual o autor está alinhado. Na obra “1964: a Conquista do Estado”, René Dreifuss explica que a elaboração da proposta da reforma agrária “democrática” e a criação de organizações sindicais direitistas no meio rural foram os meios encontrados pelos adversários do nacional-reformismo para enfraquecer as Ligas Camponesas e outros movimentos camponeses de esquerda.

A segunda denominação formulada por Arthur Rios se refere aos projetos comunistas, concretizados em países como a Rússia e a China. A estes são feitas críticas no decorrer do livro.

E a terceira descreve a ação dos latifundiários que se opõem a quaisquer concepções de reforma agrária, substituindo-as por políticas de caráter assistencialista e demagógico no campo. Estas últimas se restringem a financiamentos e auxílios à atividade agrícola ou à colonização apresentada de acordo com uma perspectiva nacionalista. Arthur Rios também contraria este pensamento, considerado “reacionário” e a sua defesa intransigente do direito de propriedade, que não admite mudanças na estrutura agrária brasileira.

Portanto, Arthur Rios distingue a reforma agrária conservadora, a totalitária ou comunista e a democrática. Critica as duas primeiras e elogia a última, resultante do esforço do pensamento modernizante-conservador em conceber um projeto que combatesse o bloco nacional-reformista e isolasse politicamente os latifundiários contrários a quaisquer planos reformistas. Rejeita a reforma agrária comunista, a qual relaciona ao totalitarismo, porque o antigo proprietário da terra desapropriada não recebe indenização alguma, enquanto o trabalhador rural não obtém título definitivo de posse. O autor de “Recomendações sobre Reforma Agrária”

despreza tal paradigma, argumentando que o “erro” do pensamento de Marx consiste em transformar o Estado no único dono de todas as propriedades.

Quando Arthur Rios define a reforma agrária “democrática”, deixa perceptíveis os grupos aos quais são destinados os ataques do bloco modernizante-conservador através das categorias “demagógica” e “totalitária”: os latifundiários contrários a todos os projetos, inclusive o do complexo IPES/IBAD e da Igreja Católica, e as esquerdas em geral. Conforme as explanações do autor, a proposta “democrática” ibadiana privilegia o desenvolvimento do homem do campo, fortalece as iniciativas privadas e associações, além de se opor à luta de classes, à expropriação massiva das terras e à posse estatal das propriedades.

O significado dado por Arthur Rios à reforma agrária “democrática” consiste numa argumentação diametralmente oposta à esquerdista.

Acerca do Primeiro Congresso Nacional de Trabalhadores e Agricultores, Dreifuss enumera as conclusões das discussões ali ocorridas, que seriam defendidas pela esquerda e refutadas pela direita até o golpe de 1964:

“As propostas do congresso incluíam: ‘a total transformação da estrutura agrária existente, com a eliminação da posse latifundiária de terra, principalmente através da desapropriação, pelo governo federal, de extensas terras, substituindo a posse monopolística por posse do camponês, em forma individual ou societária, e como propriedade estatal’, e a distribuição gratuita da terra desocupada e taxas moderadas de arrendamento daquela desapropriada dos latifundiários. Exigia-se ainda o direito de organização independente dos camponeses em suas associações de classe, a efetiva aplicação da legislação trabalhista já existente, até então aplicada apenas aos trabalhadores urbanos, assim como o desenvolvimento de uma legislação trabalhista adequada aos trabalhadores do campo, o reconhecimento imediato dos sindicatos rurais e efetiva e também imediata assistência a todos os tipos de economia camponesa.”<sup>1</sup>

Conforme Jorge Ferreira demonstra no seu livro, no decorrer da administração de João Goulart, os setores mais radicais da esquerda o criticaram em decorrência da ausência de uma “política de confronto” com o “antipovo”, ou seja, o bloco multinacional e associado, que abrangia uma parcela dos donos de latifúndios, os empresários, os tecno-empresários, os oficiais militares e a classe média. Entretanto, deve-se ressaltar que, mesmo havendo a exclusão teórica do conflito entre as classes da definição formal da “reforma democrática”, esta consistia numa reação das camadas sociais dominantes contra duas espécies de mobilização: a das massas populares janguistas e a das oligarquias conservadoras e desfavoráveis à reestruturação do regime de posse e uso da terra.

Outro aspecto importante é o da “apropriação da terra pelo Estado” que, segundo o autor de “Recomendações sobre Reforma Agrária”, gera a “onipotência” estatal e a escravização do camponês, cujo direito à iniciativa individual ou à associação permanece cerceado. Arthur Rios



também condena a opção pela doação das terras desapropriadas e defende a sua venda aos trabalhadores rurais a baixo preço e longo prazo. Alega que eles ficariam preguiçosos e não teriam preocupações com o aumento da produtividade, se não precisassem comprar as suas novas propriedades. Isto contradiz a afirmação ibadiana de que a “reforma democrática” está desvinculada do “primado do econômico”.

Tal contraste entre o discurso direitista e o esquerdista a respeito da questão agrária pode ser analisado por meio das conclusões do Primeiro Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas que, de acordo com Dreifuss, reuniu três mil e quatrocentos participantes na cidade de Belo Horizonte. Uma delas se referia à eliminação dos latifúndios e à transformação destes em propriedades estatais que seriam arrendadas a taxas moderadas. Isto se opunha aos princípios da “reforma democrática” descrita na obra do Instituto Brasileiro de Ação Democrática, pois esta instituição restringia a atuação do Estado a uma função de orientar e planejar o projeto de um modo geral, sem conceder-lhe a posse das terras. Outra proposta decorrente do evento se encontrava atrelada à anterior, abordando a distribuição gratuita de uma parte das áreas desocupadas. Esta ideia desagradava à elite modernizante-conservadora.

Uma das maiores distinções entre a reforma agrária defendida pelas esquerdas e a “democrática”, formulada pelo bloco multinacional e associado, estava relacionada com a especificação das atribuições do Estado. As massas populares ligadas à Frente de Mobilização Popular (FMP) exigiam que o governo federal desse assistência às diversas modalidades de “economia” dos trabalhadores rurais, estendesse-lhes os direitos trabalhistas e reconhecesse as suas associações de classe.

De acordo com Arthur Rios, o Estado deveria somente normatizar e supervisionar o cumprimento do projeto, mas não executá-lo. A ele caberia apenas realizar obras de melhoramento e oferecer os recursos técnicos aos camponeses que, em contrapartida, precisariam fazer cursos agrícolas e criar organizações produtivas através da sua própria iniciativa.

Partindo de concepções liberais, o sociólogo conclui que a reforma agrária “democrática” evita a consolidação de uma espécie de divinização estatal e forma uma virtuosa “classe média rural”, responsável pela recuperação da terra e pelo aumento da produtividade. É interessante notar que toda a argumentação apresentada no texto consegue construir uma imagem positiva dos empresários, da classe média urbana e do clero católico de direita. A utilização de conceitos provenientes do liberalismo e da expressão “classe média rural” privilegia os dois primeiros grupos, porque o autor lhes faz elogios de modo indireto. Arthur Rios indica sutilmente a quem interessa a concretização da reforma agrária “democrática” em

alguns trechos do documento. Afirma que os grupos sociais responsáveis pela realização do projeto reformador se encontram no meio urbano, retirando, de modo implícito, a legitimidade da ação das Ligas Camponesas e transferindo-a à camada empresarial e aos movimentos sindicais de direita. Estes últimos eram subsidiados pelo complexo IPES/IBAD e doutrinavam ideologicamente camponeses e operários.

Tais movimentos orientados pela elite modernizante-conservadora objetivavam formar uma “aristocracia trabalhista” incumbida de enfrentar outros trabalhadores, militantes de esquerda, impedir a infiltração comunista e buscar um “consenso” com os empresários através do aumento da produtividade. É esta ideologia que também orienta o trabalho de Arthur Rios e se torna perceptível quando este trata das finalidades da “reforma democrática”.

Em contrapartida, tanto os elementos vinculados às velhas oligarquias quanto aqueles atrelados ao nacional-reformismo esquerdista são apresentados de forma pejorativa e respectivamente caracterizados como “reacionários” e “totalitários”.

Naquela complexa conjuntura política do início da década de 1960, a valorização do discurso católico objetivava afastar as massas populares da “ameaça comunista” e isolar os latifundiários que, baseando-se no direito à propriedade privada, permaneciam irredutíveis diante de quaisquer projetos de reforma. Um setor da Igreja estava alinhado ao bloco modernizante-conservador a fim de combater ambas as frentes adversárias, denominadas por Arthur Rios como “extrema esquerda” e “extrema direita”. Ele aproxima as duas posições políticas para descrevê-las como antidemocráticas e acusá-las de promover a concentração da riqueza numa pequena camada social, composta pelos oligarcas tradicionais ou burocratas do Estado. Considera o modelo “democrático” ibadiano de reforma o único capaz de proporcionar ao maior número possível de pessoas o acesso ao usufruto de um bem. E, com o objetivo de corroborar tal posicionamento, emprega o pensamento cristão a respeito do direito natural do ser humano à propriedade privada, o qual se opõe tanto ao discurso “comunista” quanto ao oligárquico.

O parecer acerca da questão agrária exposto no documento “Uma política agrária eficaz, dentro da Constituição”, escrito pelos deputados udenistas Aliomar Baleeiro, Pedro Aleixo e Ernani Satyro exemplifica o posicionamento dos conservadores.

Tal documento data de 1963 e consiste na declaração de voto dos referidos parlamentares na Comissão Especial destinada a analisar a Emenda Constitucional nº 1, concebida pelo Presidente João Goulart. Na sua dissertação de Mestrado intitulada “O posicionamento da UDN sobre o projeto de reforma agrária do governo João Goulart (1963-1964): estratégias de silenciamento da polifonia enunciativa”, a mestre em Filologia e Língua Portuguesa pela

Universidade de São Paulo Ana Paula Leibrunder examina as estratégias linguísticas usadas por uma ala da UDN para refutar a argumentação de Jango a favor da mudança do Parágrafo 16 do Artigo 141. O seu objeto de pesquisa abrange dois tipos de discurso acerca da questão agrária.

É interessante notar que a complexidade do debate gerou disputas de projetos entre os blocos modernizante-conservador e nacional-reformista, no interior de cada um deles e em outras frentes político-ideológicas de menor porte.

No documento já mencionado, os deputados relacionam a realização da reforma agrária à ruptura de ditadores e governos autoritários com a ordem jurídica. Tal ideia não contradiz somente as afirmações de líderes esquerdistas como João Goulart e Francisco Julião, mas também as de Arthur Rios, um adepto da modernização conservadora e do anticomunismo.

Baleeiro, Aleixo e Satyro reconhecem que a deficiente estrutura agrária brasileira, a vastidão das terras inexploradas e o uso de técnicas agrícolas rudimentares promovem a baixa produtividade e as precárias condições de vida dos trabalhadores rurais, mas argumentam que é possível solucionar esses problemas sem mudanças constitucionais nem desapropriações. Acerca destas, o ponto de vista dos ativistas do IPES, do IBAD e de outras instituições alinhadas ao mesmo bloco político-ideológico diferiam bastante dos pareceres dos adeptos da “pseudo-reforma”, pois a formulação do projeto “democrático” visava à contenção dos movimentos sindicais de esquerda e das Ligas Camponesas, à transferência dos seus participantes a organizações anticomunistas, porém dotadas de funções aparentemente análogas àquelas e à adequação das reivindicações nacional-reformistas a uma mentalidade liberal. Portanto, de acordo com as afirmações de René Dreifuss, defender a reforma agrária “democrática” constituía uma estratégia imprescindível da direita modernizante-conservadora para desmobilizar a frente favorável ao governo de João Goulart.

Os latifundiários e os udenistas mais conservadores acreditavam que a mudança do Parágrafo 16 do Artigo 141 e a defesa da desapropriação por utilidade pública possibilitariam que fossem retirados de “fazendas organizadas” os seus proprietários, que as haviam estabelecido ou adquirido de maneira legítima. Segundo os autores de “Uma política agrária eficaz, dentro da Constituição”, tais propriedades seriam dadas aos “frouxos, indecisos e incapazes” (Baleeiro, Aleixo e Satyro apud Leibrunder, 2007). Arthur Rios discordava dessas ideias e as condenava.

Na obra que escreveu em nome do IBAD, ele se posiciona de maneira contrária a esse grupo participante do debate sobre a questão agrária, denominado “reacionário”, conforme a sua classificação e formado pelos pseudo-reformistas, ou seja, os donos de latifúndios e um setor udenista que se opõem a quaisquer projetos acerca do tema, alegando a proteção ao direito

individual à propriedade, e propõem como soluções alternativas apenas a colonização das terras públicas e devolutas e alguns tipos de política agrária. É possível constatar a existência de duas correntes direitistas de pensamento distintas e a oposição de ambas às esquerdas, que também não refletiam a respeito da reforma agrária de uma maneira homogênea.

Membro do Partido Socialista e advogado das Ligas Camponesas, Francisco Julião liderava os setores esquerdistas adeptos de um plano reformista “radical” e revolucionário. Em entrevista concedida a Aspásia Camargo, ele esclarece as diferenças entre as suas concepções e as de Jango, considerando o seu projeto mais “avançado” do que o do governo. O presidente lhe dissera que nunca conseguiria “chegar ao socialismo”. Julião o caracteriza como um grande proprietário de terras pertencente às classes dominantes e pouco comprometido com as dominadas. Na opinião de Julião, a médio prazo, as propostas dele serviriam aos interesses dos latifundiários e dos imperialistas.

Embora Goulart também desejasse as mudanças constitucionais exigidas pelos defensores da reforma agrária “radical”, o líder das Ligas Camponesas argumenta que os fins do presidente eram eleitorais e se relacionavam às metas do Partido Trabalhista.

As ideias do deputado socialista se distinguiam também das do Partido Comunista em alguns aspectos teóricos. Segundo Raimundo Santos e Luiz Flávio de Carvalho Costa, autores do artigo “Camponeses e política no pré-64”, isto ficou evidente nos debates do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, organizado em 1961 pela União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), que teve a participação intensa das Ligas Camponesas e do Movimento dos Agricultores Sem-terra do Rio Grande do Sul (MASTER). Apesar de diferentes setores da esquerda estarem reunidos no evento, a favor da convicção consensual de que era necessária a substituição da indenização prévia em dinheiro pela fornecida sob a forma de títulos públicos, emergiram nas discussões os pontos de divergência entre socialistas, comunistas e trabalhistas. O PCB identificava o proletariado urbano como o principal agente de uma “revolução nacional e democrática” prestes a acontecer. Os trabalhadores rurais constituiriam atores importantes no processo histórico, porém dotados de uma função de cunho secundário. O agrarismo de Julião, inspirado pela Revolução Cubana, atribuía aos camponeses a posição de classe revolucionária, subordinando à atuação deles a dos proletários urbanos.

Além disso, existia outra discordância entre os pecebistas e o advogado das Ligas Camponesas. Enquanto os primeiros reivindicavam a regulamentação dos contratos de arrendamento e parceria, o segundo desejava eliminar do campo ambas as formas de exploração do trabalho camponês pelos latifundiários. A perspectiva da maioria dos membros do PCB

sobre a reforma agrária, favorável a uma aliança de centro-esquerda e à tomada de medidas de alcance progressivo e não imediato das metas, se encontrava mais alinhado ao discurso moderado de Jango e dos trabalhistas do que ao de Julião.

De acordo com Jorge Ferreira, a radicalização política impedia que fossem aprovados pelo Congresso projetos de caráter mais moderado provenientes do governo federal, porque tanto a Ação Democrática Parlamentar (ADP) quanto a Frente de Mobilização Popular (FMP) obstaculizavam as alianças que Jango tentava estabelecer entre o PTB e o PSD para viabilizar as reformas de base.

Depois do fracasso da “política de conciliação”, Goulart passou a adotar a estratégia do confronto, por intermédio da qual ficavam evidentes as influências do ponto de vista esquerdista sobre as decisões do presidente e os temores das elites modernizante-conservadoras à “ameaça comunista”. Duas das inúmeras propostas nacional-reformistas enviadas aos congressistas de maneira mais veemente em março de 1964 eram tornar ilícito o direito de propriedade em caso de improdutividade da terra e modificar o parágrafo dezesseis do artigo cento e quarenta e um da constituição. Este determinava a desapropriação mediante o pagamento de indenizações prévias em dinheiro aos proprietários. As esquerdas desejavam retirar do texto a expressão “em dinheiro” e a palavra “prévia”.

As várias correntes de pensamento acerca da questão agrária apresentavam várias divergências, mas também pontos de convergência. Por que estes não foram privilegiados pelas frentes políticas que participavam do debate?

Por que Francisco Julião descarta uma aliança entre os esquerdistas e os direitistas favoráveis à reforma agrária, no livro “Que são as Ligas Camponesas”? Por que o IBAD caracteriza como “totalitários” todos aqueles que discordam da perspectiva modernizante-conservadora acerca do assunto, na obra “Recomendações sobre Reforma Agrária”? E por que os latifundiários conservadores não admitem qualquer tipo de mudança na estrutura fundiária?

Tais questões serão abordadas na minha dissertação de Mestrado. No decorrer da pesquisa, pretende-se analisar quatro discursos e projetos referentes à questão agrária, denominados “nacional-reformista radical”, “nacional-reformista moderado”, “modernizante-conservador” e “conservador”, e situar os seus fundamentos ideológicos no contexto político nacional e internacional.

Bibliografia:

\_BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil – 1961 – 1964**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

\_DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

\_FERREIRA, Jorge. **João Goulart – uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_INSTITUTO BRASILEIRO DE AÇÃO DEMOCRÁTICA. **Recomendações sobre Reforma Agrária**. Rio de Janeiro: Edição do IBAD, 1961.

\_JULIÃO, Francisco. Entrevistado por CAMARGO, Aspásia. *Entrevista*. Morelos, México, 1977. Disponível em CPDOC/FGV: <http://www.fgv.br/cpdoc>. Acesso em 30 de agosto de 2013.

\_LEIBRUDER, Ana Paula. *O posicionamento da UDN sobre o projeto de reforma agrária do governo João Goulart (1963-1964): estratégias de silenciamento da polifonia enunciativa*. São Paulo: 2007. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-14052008-160050/pt-br.php>. Acesso em 30 de agosto de 2013.

<sup>1</sup> DREIFUSS, René. *1964: A Conquista do Estado*. p. 299, 300.

## **Uma trincheira a ser conquistada: propaganda política e "Guerra Total" no campo audiovisual (1969-1979)**

Regilany da Silva Alves<sup>1</sup>

### RESUMO

As propagandas políticas audiovisuais produzidas no âmbito dos governos de Emílio Garrastazú Médici e Ernesto Geisel são objetos de análise desta pesquisa. Inscrita em dois momentos distintos, a propaganda governamental fora elaborada pelas Assessorias de Relações Públicas (AERP e ARP), órgãos destinados a cuidar da imagem presidencial, da opinião pública e da propaganda institucional. Embora tratando-se de governos dessemelhantes, notabiliza-se certa continuidade na descontinuidade. Tal contiguidade manifesta-se, grosso modo, na instrumentalização pela Doutrina de Segurança Nacional, de símbolos, representações e do próprio imaginário social - e seu desdobramento, na roupagem de propaganda institucional.

Palavra-chave: Ditadura civil-militar; Doutrina de Segurança Nacional; Propaganda Política.

### ABSTRACT

Audiovisual political advertisements produced under the governments of Garrastazú Emilio Medici and Ernesto Geisel are objects of analysis of this research. Enrolled at two different times, government propaganda prepared by outside consultants Public Relations (AERP and ARP), organs for taking care of the presidential image, public opinion and institutional advertising. Although in the case of dissimilar governments, is notable degree of continuity in discontinuity. Such contiguity manifests roughly the instrumentalization by the National Security Doctrine, symbols, representations and the social imaginary itself - and its deployment in the guise of institutional publicity.

Keyword: Civil-military dictatorship; National Security Doctrine; advertising Policy.

Inscrita em dois momentos distintos, a propaganda governamental fora realizada pelas Assessorias de Relações Públicas (AERP e ARP)<sup>2</sup>, órgãos destinados a cuidar da imagem presidencial, da opinião pública e da propaganda institucional. Embora, assinaladas por Carlos Fico<sup>3</sup> - pesquisador que, em última instância, realizara a mais ampla análise dessas propagandas políticas - como um projeto que se consolidara em função da vitória parcial de segmentos militares que defendiam a necessidade de um trabalho "propagandístico", em detrimento de outros que tutelavam a tese de que a 'verdade' não carece de propaganda; sua institucionalização e condução/produção arrolam-se em um mais amplo pressuposto: a guerra revolucionária. E é exatamente esta premissa que fundamenta nossa investigação.

A historiografia produzida sobre as propagandas impetradas pelo regime de segurança nacional instaurado no Brasil, a rigor, possuem duas vertentes fundamentais: a primeira, a compreende sob a ótica de manipulação ideológica na qual pressupõe que o Estado, diante de uma sociedade passiva, amorfa e acéfala, utilizou a propaganda política como meio de inculcar uma ideologia dominante via propaganda ideológica. A segunda, defende que os signos e símbolos contidos e difundidos pela propaganda política seria, em última instância, fruto de um imaginário social que deita raízes no processo histórico brasileiro, entendendo assim, como insuficiente a perspectiva de instrumentalização ideológica da propaganda.

Ora, "nem tanto céu nem tanto ao mar". É, de fato, necessário ponderar estas questões: preliminarmente, há de se considerar que análises que refletem a primeira perspectiva - acima mencionada - olvidam a complexidade que permeia a relação entre "emissores-dominantes" e "receptores-dominados" que, em última instância, apresenta-se atravessada por conflitos e contradições.<sup>4</sup>; conquanto a segunda vertente, embora provedora de uma relevante contribuição no âmbito da história política e das mentalidades, seu completo rechaço à possibilidade de instrumentalização das representações, dos símbolos, e do próprio imaginário social por uma ideologia "dominante" - qual seja, a ideologia de segurança nacional - desconsidera a permeabilidade dessas ideias no âmbito do aparelho militar brasileiro.

A perspectiva defendida neste trabalho calca-se indubitavelmente no pressuposto de que o espaço televisivo utilizado para a veiculação da propaganda política da ditadura civil-militar desempenhou o papel de mediador do consenso entre a sociedade e o regime, passando a fazer parte dos discursos políticos-ideológicos, bem como da própria ação política no seio da sociedade. A partir desta premissa, entende-se que, o espaço televisivo - como campo primordial de batalha política - permitiu ao político<sup>5</sup> invadir o espaço doméstico juntamente com seus ingredientes simbólicos e imaginários que estão presentes no processo de formação do poder.

Logo, muito embora consideremos a utilização de traços característicos do imaginário social brasileiro - tanto do imaginário militar quanto do imaginário da sociedade - na produção das propagandas audiovisuais, dedicamos plena atenção ao processo de instrumentalização da propaganda a partir dos pressupostos essenciais que contemplam a chamada Doutrina de Segurança Nacional, que em última instância, fora



uma ideologia comum que permeou grande parte das ditaduras latino-americanas das décadas de 1960 e 1970.

E esse é de fato, como assinala Caparelli, "o casulo de onde saiu a larva"<sup>6</sup>, do qual uma análise sobre as propagandas políticas institucionais produzidas no regime de segurança nacional não poderá se desvincular: a Doutrina de Segurança Nacional e seu pressuposto fundamental de Guerra Total. Uma guerra diferente, permanente, revolucionária e/ou insurrecional que, a rigor, concebia o completo alargamento do campo de confronto e sua total abrangência a todos os recônditos da vida social.<sup>7</sup> Partia-se do pressuposto da existência de uma *guerra revolucionária*, na qual os soviéticos se inclinavam em novas técnicas de expansão, que objetivavam propagar sua ideologia comunista e assim conquistar o mundo.<sup>8</sup> Era a máxima inversão das concepções "clausewtizanas", no cenário onde a guerra passava a comandar a política.

Alcançar os Objetivos Nacionais<sup>9</sup> era a meta desta guerra, e para tal, tornava-se necessária a mobilização dos recursos da nação manifestos a partir do Poder Nacional<sup>10</sup> (dividido em militar, político, econômico e psicossocial), seria este o meio para se alcançar os Objetivos Nacionais. Além, é claro, da Segurança, utilizada como Estratégia que viabilizaria a consecução dessas Aspirações. Logo, estaria então fincada a justificativa ideológica para uma intervenção militar mais incisiva em todas as áreas tais como a econômica, política e principalmente psicossocial.<sup>11</sup>

Neste cenário, o destaque exagerado era atribuído aos fatores psicossociais, pois, como assinala acertadamente Comblim<sup>12</sup>, os militares estariam convencidos de que a guerra contra as auspiciosas investidas comunistas seria travada no plano psicológico. Assim, a comunicação social e seu desdobramento - a propaganda - assumia um papel fundamentalmente importante no que se refere à utilização de recursos da chamada *guerra revolucionária ou insurrecional*.

Uma propaganda aparentemente despolitizada - desvinculada de conceitos político-partidários - calcada em discursos que buscavam identificação com o público-alvo e, sobretudo utilizando-se de ideias-força que remetiam ao suposto destino manifesto do país, ao chamado "caráter nacional" e a uma postura ético-moral baseada nos valores ocidentais. Essa propaganda diferenciava-se das demais propagandas políticas clássicas por não se apresentar em prol de um partido político ou governante,

porém, numa tentativa de dirigir-se à 'alma nacional', o que a 'despolitizava na superfície'.<sup>13</sup>

A importância atribuída, pelo Estado de Regime Militar aos meios de comunicação de massas enquanto meio profícuo para "mudar o sentido da convivência social"<sup>14</sup>, bem como em sua habilidade em produzir significações, pode ser evidenciada em documentos tais como o Manual Básico da Escola Superior de Guerra de 1977<sup>15</sup>. Compêndio considerado pela própria ESG como resultado de aperfeiçoamento e síntese das quatro edições anteriores, nas quais são apresentados os fundamentos da Doutrina de forma sistemática, concentrada e estruturada.

A esse respeito - o sentido e a importância atribuída aos meios de comunicação - a seção IV do primeiro capítulo, ao discorrer sobre a questão da "Estratégia Nacional", considera que a comunicação "constitui o instrumento pelo qual se dá a interação e o vínculo próprio para a difusão das correntes de opinião." Sendo "óbvia sua influência sobre a expressão política."<sup>16</sup> E, sobretudo, como meio através do qual o governo poderá alcançar bases de legitimidade.

Tratava-se, efetivamente, da mobilização de recursos da Nação que, segundo os militares, poderia influenciar a moral Nacional, lhes propiciando, deste modo, "a disposição de enfrentar o que concebiam como "ameaça comunista" que se espraiava pela sociedade brasileira "<sup>17</sup>. Neste sentido, já que na visão dos militares da segurança nacional a guerra contra as auspiciosas investidas comunistas seria travada principalmente no plano psicológico, não seria espantoso que o chamado "poder psicossocial" - um dos quatro "tentáculos" do Poder Nacional - fosse assinalado de forma vultosa e, de certo modo, abrangente.

De acordo com o manual da ESG, a comunicação constituir-se-ia, nesta conjuntura, como uma "atitude preventiva" cujo efeito psicológico neutralizaria antagonismos e pressões ao passo que mobilizaria o apoio/consenso social.<sup>18</sup>

Ora, de antemão poder-se-ia questionar sobre a chamada "atitude preventiva" mencionada acima, pois temos assinalado de forma aguda sobre a utilização da comunicação social e seu desdobramento - a propaganda - como elementos de uma guerra revolucionária; O que marcaria a utilização do termo como um significativo deslocamento de propósito. Entretanto, fora feito de forma acintosa visando o

preâmbulo de duas modalidades de operações psicológicas que, na concepção proposta pela ESG, seria resultado da seguinte convergência: Guerra Psicológica + Ação Psicológica = Operações Psicológicas. A citação de um trecho do Manual pode tornar mais elucidativa esta questão:

A Guerra Psicológica se distingue das Ações Psicológicas porque, enquanto a primeira se dirige ao inimigo para abater-lhe o moral, as Ações Psicológicas agem sobre a população amiga para elevar-lhe o moral e têm por finalidade imunizar a nação contra qualquer tipo de propaganda contrária aos seus interesses. Para tanto, devem ter cunho construtivo e observar os padrões morais da sociedade. Sobreleva o aspecto ético, não sendo, portanto, lícito o emprego de técnicas de influência desonestas, demagógicas ou violentas.<sup>19</sup>

Em linhas gerais, uma ação direcionada ao "inimigo" e outra direcionada ao "amigo". Ao primeiro, caberia um ataque propagandístico sistematizado, violento e ofensivo; enquanto ao segundo, visaria à construção de um arcabouço de consenso através de discursos que se inclinassem em elevar o moral nacional. Ilustrativo desta diáde foi o tipo de propaganda utilizada pelo complexo empresarial IPÊS<sup>20</sup>, no período que antecedeu março de 1964; conquanto, a segunda modalidade - ação psicológica - que nos interessa diretamente, se expressaria na propaganda institucional desenvolvida pelas Assessorias de Relações Públicas (AERP/ARP) que, como veremos, seguira à risca os preceitos desenvolvidos pela ESG.

Segundo o coronel Octávio Costa<sup>21</sup> - assessor chefe responsável pela elaboração das propagandas durante o governo Médici -, em entrevista concedida à D'Araújo:

Não achava que a repressão fosse o único caminho. Estava convencido de que uma campanha de comunicação que substituísse os valores da violência pelos valores da compreensão, do amor ao país, de desarmamento dos espíritos, poderia contribuir, ainda que em pequena escala, para que a situação se normalizasse e, nesse sentido, dava a minha contribuição, realizava meu trabalho, usando o instrumento que estava em minhas mãos. Como simples coronel no palácio do Planalto, dispus de um poder aparentemente inofensivo, mas que poderia representar realmente um grande poder. Usei esse poder para reverter a situação psicológica, e foi uma experiência fascinante. Se não consegui grande coisa, tanto que não perdurou, pelo menos formei a convicção do que podem realizar os verdadeiros homens de comunicação se quiserem colocar seu trabalho a serviço da construção de um grande país.<sup>22</sup>

Norteados pelos estudos de situação da Escola de Comando Maior, o coronel Octávio Costa tinha como principal jargão para definir as competências e objetivos da

propaganda institucional: "necessidade de motivar a vontade coletiva para o esforço nacional de desenvolvimento" <sup>23</sup>. Como assinala acertadamente Caparelli, "Não era mais uma tática, mas o uso de uma nova linguagem política, despolitizando-a na superfície, inaugurando novas regras para o jogo, no momento em que o governo criava um esboço de mobilização controlada e participação simbólica." <sup>24</sup> Assim, "Negava-se a preocupação com a imagem, negava-se o personalismo, porque a AERP pretendia inaugurar um novo tempo de aparição da autoridade."<sup>25</sup>

Calcando-se no rápido crescimento econômico que o país experimentara, o tema central das propagandas da AERP (no governo Médici) era a emergência do país como potência mundial. Seria esta, uma tentativa de criação de uma aparente atmosfera de consenso em torno do desenvolvimento econômico. Pois, "*Circunscrito em sua ilegitimidade, o regime militar apontava para o futuro na busca de sua justificativa histórica e política [...]*".<sup>26</sup> Além de se amparar também na associação entre futebol, música popular e progresso, o que a permitia explorar ambas as preferências nacionais.

Embora o governo Ernesto Geisel, inicialmente, não tenha mantido a Assessoria, argumentando que a produção de propaganda política, além de ser um gasto supérfluo, estava atrelada à característica de governos totalitários, em janeiro de 1976 retoma a estrutura montada por Octávio Costa, e cria a Assessoria de Relações Públicas (ARP) <sup>27</sup>, agora chefiada por Toledo Camargo.<sup>28</sup>

Presidindo o país em um momento que não poderia mais invocar as benesses do chamado "milagre econômico brasileiro", os discursos contidos nas peças publicitárias da ARP, em sua maioria, superestimavam as campanhas de cunho cívico, evocando ao mesmo tempo traços característicos da sociedade brasileira, sem abdicar de pautar-se no chamado "caráter nacional" do povo brasileiro. Dedicando-se também a campanhas de utilidade pública como a que lançara (ainda nos tempos de Octávio Costa) os personagens Dr. Prevenildo e Sujismundo. Este último que, aliás, fora uma das campanhas de maior repercussão das Assessorias: O personagem aparece em situações constrangedoras como sujando as ruas sem respeitar o bem estar social. O filme retrata o descuido pessoal de Sujismundo quanto à limpeza, porém apresentando-o de forma positiva ao transparecer que seu descuido quanto à limpeza pessoal e coletiva não era uma ação de má fé, mas uma simples desorientação. Assim, uma das ideias centrais para a difusão da campanha, era a de que ninguém age de forma inadequada, prejudicando o

bem estar de todos, por ser mau caráter, mas por um "relaxamento" consequente de um processo educacional que deixou a desejar.

Esta exemplificação merece uma apreciação, pois está inscrita num desígnio mais amplo e complexo que, em última instância, abrange, e ao menos condiciona *todos* os fatores do poder psicossocial - utilizados na pretensão de legitimidade do regime de segurança nacional. Falamos efetivamente da tentativa de encetar uma reforma de consciências que propiciasse a padronização e internalização de todas as relações sociais e, consequentemente, de uma dada visão de mundo. "Isto é, assistia-se a uma luta do regime em todos os recônditos da vida social visando fixar aqueles valores que possibilitariam atingir um amplo processo de homogeneização e padronização das atitudes, condutas e comportamentos." <sup>29</sup>

Corolário fundamental dos cânones da ESG, a articulação psicossocial - estampada na propaganda política institucional - atuara, decerto, a apreender a subjetividade de uma larga maioria de grupos sociais.<sup>30</sup> A propaganda, por exemplo, ao sublinhar o possível crescimento e desenvolvimento do Brasil, ela está partindo assim, do próprio imaginário da sociedade que, naquele momento (durante o governo Médici), vivenciava o "milagre" através dos altos índices de crescimento econômico nacional, urbanização, entre outros aspectos que contemplaram o chamado "milagre econômico brasileiro". Além de ser também um dos componentes associados à DSN, que pressupunha que para a possível segurança de um país, o desenvolvimento seria imposto como pedra fundamental.<sup>31</sup>

Partindo do pressuposto de que as assessorias não pensavam a sociedade como um todo homogêneo, mas em suas classificações etárias, étnicas e origem (urbana e/ou rural), uma propaganda, por exemplo, que conta a representação de crianças de diferentes etnias e grupos sociais brincando de ciranda em meio às ruas cobertas de bandeiras do Brasil;<sup>32</sup> Pode ser analisada a partir da perspectiva defendida por Barbero<sup>33</sup> de que determinados filmes, produzidos para o cinema e para a televisão, se inclinam tecnicamente na tentativa de possibilitar o "reconhecimento" do telespectador com o filme veiculado, isto é, o receptor tem a possibilidade de ver a si mesmo na propaganda. Pois, quando a propaganda mostra pessoas de diferentes origens e etnias, ela teria por objetivo atingir diferentes camadas sociais, e consequentemente a nacionalizar. Neste caso, o telespectador ao se reconhecer e/ou se identificar na

propaganda, não o fazia de forma passiva, pois esse reconhecimento ofereceria a possibilidade de transformação, isto é, possibilidade de transformação do modo de conceber o país.

Trata-se assim, da tentativa de criar o que Martín-Barbero<sup>34</sup> chamou de ressentimento nacionalista. Isto é, um novo sentimento quanto ao país e/ou uma ressignificação deste sentimento, que operaria através de três diferentes dispositivos: o de *teatralização*, que legitima quais anseios deverão corresponder aos da sociedade ante o seu país, ensinando assim o seu papel de participação para com o crescimento do país, ensinando também a população como ser brasileiro; o de *degradação*, que é a forma de pôr a nacionalidade, ou melhor, o que se concebe por nacionalidade ao alcance das classes subalternas; e o de *modernização*, que é a introdução e/ou “atualização” de novos costumes e hábitos.

A ideia de um país solidário e que proporcionava o conagraçamento social e racial era à base deste tipo de propaganda, e um dos objetivos contidos na Doutrina de Segurança Nacional: a chamada *Integridade Nacional*<sup>35</sup>, que se inclinaria na tentativa de consolidação de toda a comunidade nacional em aspectos como a língua, a ascensão moral, a mistura racial, a supressão das desigualdades sociais e etc. Era, a rigor, uma das expressões do caráter autoritário do regime - expresso na estratégia psicossocial - que "revelava a busca de uma total homogeneização da sociedade brasileira" <sup>36</sup>

### **Considerações finais**

Enjeitando redundâncias, finalmente, para o fim que nos propomos, torna-se interessante observar - ainda que parcialmente - o modo como fora desenvolvida a atuação da propaganda política institucional tanto no governo Médici quanto no governo Geisel: ambos os governos - ainda que notoriamente distintos - valeram-se da mobilização do poder psicossocial em absoluta vinculação/consonância com a orientação "esguiana". Logo, se atuação do coronel Octávio Costa na elaboração das propagandas do terceiro governo de segurança nacional possuía tão somente um vínculo orgânico com o mesmo - a Doutrina de Segurança Nacional -, a premissa também se amiúda no governo da "distensão". Todavia, levando em consideração os matizes que se alicerçavam os dois governos de segurança nacional - tanto relativos as "posturas"

políticas adotadas, quanto aos contextos conjunturais no quais estavam inscritos - torna-se também interessante identificar e analisar possíveis diferenciações que marcaram os discursos políticos veiculados nas propagandas institucionais.

Ademais, se, como argumenta Oliveira<sup>37</sup>, a ideologia de Segurança Nacional não conseguiu penetrar com profundidade a mentalidade política nacional através da mobilização do poder psicossocial -, não é possível precisar, tão pouco nos cabe, visto que não pretendemos realizar uma análise que contemple a recepção destas propagandas - entretanto, é precisamente importante sublinhar que há, de fato, um percurso entre a tentativa de legitimação e difusão de ideias, e a própria legitimação.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós Graduação em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista CAPES. Orientador: Ricardo Antonio de Souza Mendes. Email: regilany\_alves@yahoo.com.br

<sup>2</sup> A AERP fora criada sob o decreto Decreto nº 62. 119 de 15 de janeiro de 1968 por Hernani D'Águilar ainda no governo Costa e Silva, porém fora sob a coordenação de Octávio Costa assessorado por Toledo Camargo, no governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), que esta alcançou notoriedade junto à opinião pública. O presidente Ernesto Geisel, inicialmente, não mantém a Assessoria argumentando que a produção de propaganda política, além de ser um gasto supérfluo, estava atrelada à característica de governos totalitários, porém em janeiro de 1976 retoma a estrutura montada por Octávio Costa, e cria a Assessoria de Relações Públicas (ARP) agora chefiada por Toledo Camargo. Ver: FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo*. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997. p. 93-105.

<sup>3</sup>Ibidem. p. 92.

<sup>4</sup> Essas são, efetivamente, teorias unilaterais que constituem a mídia e/ou os meios de comunicação de massas como forças onipotentes de dominação social e política que, em última instância, impõem uma ideologia dominante e monolítica. Ver: MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.p. 282.

<sup>5</sup> Seguindo os pressupostos de Rosanvallon, fazemos distinção entre político e política, tendo em vista que a prioridade do político é direcionada às estratégias sociais de poder, sobrevivência e manutenção do status quo, isto é, de tudo o que conforma a polis em detrimento do campo imediato da competição partidária, bem como ao funcionamento do Estado e dos partidos políticos. Ver: ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010, pp. 38-63.

<sup>6</sup> CAPARELLI, Sérgio. *Televisão e capitalismo no Brasil*. Porto Alegre: L&PM, 1982. P. 151.

<sup>7</sup> COMBLIM, Joseph. *Ideologia de segurança nacional - o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 32-49.

<sup>8</sup> Segundo Comblim, a noção de guerra revolucionária pressupõe que o Terceiro Mundo seria a mediação almejada pelos soviéticos com o fim de conquistar todo o ocidente capitalista. IBIDEM.

<sup>9</sup> De acordo com Comblim a definição dos chamados Objetivos, Interesses e/ou Projetos Nacionais (as expressões são equivalentes) alcançam uma generalização espantosa, visto que conseguem cobrir boa parte dos valores possíveis de uma sociedade. Eis os Objetivos Nacionais: Integridade Territorial, Integridade Nacional, Democracia, Progresso, Paz Social e Soberania. Ver: IBIDEM. p. 51-52.

<sup>10</sup> O autor define o poder nacional como uma espécie de instrumento político para se alcançar um fim determinado, a saber: os objetivos nacionais, que seriam a meta da guerra total. Ibidem. p. 50.

<sup>11</sup> MENDES, Ricardo Antonio Souza. *Visões das direitas no Brasil (1961-1965)*. Tese de doutorado em História. UFF/Niterói, 2003, p. 125.

<sup>12</sup> COMBLIM, Joseph. Op. Cit. p. 62.

<sup>13</sup> FICO, Carlos. Op. cit. p. 75.

<sup>14</sup> MARTÍN-BARBERO, Jesús. Op. Cit. p. 289.

<sup>15</sup> BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Manual Básico*. Estado Maior das Forças Armadas - Escola Superior de Guerra - Departamento de Estudos, 1977/1978. Além de tratar-se de uma reedição concisa dos manuais anteriores, a justificativa para sua utilização no recorte temporal proposto nesta pesquisa calca-se também, em boa medida, no fato de que, - como defendem muitos analistas - os

objetivos/orientações contidos neste documento fora conduzido por um "fio" imutável - mesmo com as mudanças conjunturais econômicas e políticas - no decorrer de todo o período que compreende 1964-1984. Ver: REZENDE, Maria José. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984*. [livro digital], Londrina: Eduel, 2013. P. 53.

<sup>16</sup> BRASIL. Escola Superior de Guerra. Op. Cit. P. 116

<sup>17</sup> MENDES, Ricardo. Cultura e repressão nos tempos do AI-5. In: FREIXO, Adriano e outros. *Tempo negro, temperatura sufocante - Estado e sociedade nos anos do autoritarismo*. Rio de Janeiro, Editora PUC-Rio/Contraponto, 2008. p. 15.

<sup>18</sup> BRASIL. Escola Superior de Guerra. Op. Cit. p. 264.

<sup>19</sup> BRASIL. Escola Superior de Guerra. Op. Cit. p. 252.

<sup>20</sup> Ver: DREIFUSS, René. *A Conquista do Estado*. Petrópolis, Vozes, 1981. p. 229; ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do golpe (1962-1964)*. Rio de Janeiro: Mauad, FAPERJ, 2001.

<sup>21</sup> Formado pela Escola Militar de Realengo, era Tenente Coronel da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Militar apontado pela historiografia como internacionalista-autoritário, e dotado, em certa medida, de uma ampla influência no meio castrense. Sobre a postura internacionalista - autoritária, ver: MENDES, Ricardo. Op. Cit. Outrossim, foi o responsável pela elaboração da propaganda política institucional produzida pela Assessoria de Relações Públicas (AERP) no governo do general Emílio Garrastazú Médici.

<sup>22</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Cláudio; CASTRO, Celso (Org.). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 163.

<sup>23</sup> FICO, Carlos. Op. cit. p.75.

<sup>24</sup> CAPARELLI, Sérgio. Op. cit. p. 159.

<sup>25</sup> FICO, Carlos. Op. Cit. p. 70.

<sup>26</sup> OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *De Geisel a Collor – Forças Armadas, transição e democracia*. São Paulo, Papirus, 1994. p. 37.

<sup>27</sup> A sistemática de produção das peças publicitárias seguia a mesma lógica das produzidas pela AERP. Mesmo tecnicamente, os filmes permaneciam apresentando uma excelente qualidade filmográfica, além de evitarem também propagandas personalistas e de moldes oficiais. Em geral, não pareciam oficiais, induziam ao trabalho, à paz, à solidariedade e buscavam valorização da cultura nacional. Logo, embora tenha havido uma descontinuidade quanto à institucionalização da propaganda política, verifica-se certa continuidade em meio ao que teria sido intermitente. Cf. FICO, Carlos, op. cit. p. 51.

<sup>28</sup> Passados alguns meses após a posse do presidente Ernesto Geisel, anteriormente a criação da ARP, fora instituída a Assessoria de Imprensa e Relações Públicas (AIRP), que desenvolveria a atividade de coordenação da comunicação social do governo. Segundo Fico, esta seria a manifestação da resistência de Geisel à produção da propaganda política institucional. Entretanto, o órgão fora rapidamente extinto, dando lugar para a Assessoria coordenada por Toledo Camargo. Ver: Ibidem, p. 105.

<sup>29</sup> REZENDE, Maria José de. Op. Cit. P. 38.

<sup>30</sup> O manual da ESG ressalta que o sucesso da propaganda - no contexto da Ação Psicológica - deveria ter em mente um público-alvo determinado, ao passo que dependendo deste público, um simples slogan já seria suficiente para se alcançar êxitos surpreendentes: "como o nome indica, é aquele tipo de público ao qual se dirige a Ação Psicológica, e seu sucesso vai depender de sua adequação a esse público, de tal sorte que, às vezes, quando o público-alvo não é dos mais esclarecidos, um simples slogan é suficiente para alcançar efeitos espetaculares. Quando se dirige à elite, exige um planejamento mais cuidadoso". Entretanto, esse processo de identificação do público-alvo estava inserido em uma ampla sondagem - realizada pela ESG, sobre as condições naturais, culturais e sociais de todo o território nacional - da qual tornaria possível perceber as mentalidades, os sentimentos, as aspirações, atitudes, em suma, todos os valores que compunham a sociedade brasileira como um todo. Ver: BRASIL. Escola Superior de Guerra. Op. Cit. P. 249; REZENDE, Maria José de. Op. Cit. P. 43.

<sup>31</sup> O manual da ESG impõe como meta do desenvolvimento econômico do país a completa integração entre segurança nacional e desenvolvimento. Isto se justifica, pois, sob a perspectiva da ESG, um país subdesenvolvido torna-se alvo vulnerável às investidas comunistas. Logo, a contraofensiva seria promover uma rápida arrancada político-econômica, visando alcançar apoio da população.

<sup>32</sup> BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL. FILMETES INSTITUCIONAIS. *Miscigenação*. 1976.

<sup>33</sup> MARTÍN-BARBERO, Jesús. op. cit. p. 244.

<sup>34</sup> Ibidem. p. 245.

<sup>35</sup> COMBLIM, Joseph. op. cit. p. 51.

<sup>36</sup> REZENDE, Maria José. Op. Cit. P. 53.

<sup>37</sup> OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. Op. Cit. 37.



**O gênero biográfico como forma de escrita historiográfica: D. João VI no Brasil,  
de Oliveira Lima**

Renan Pereira Fontes

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História / UNIRIO

Email: renanhisfontes@gmail.com

**Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Turin**

Rio de Janeiro

2014

## Resumo

Este trabalho tem como objetivo entender o livro de Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil*, de 1908, trazendo um debate sobre a forma de se escrever biografia no início do século XX, em diálogo com os parâmetros estabelecidos pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. É necessário dizer que o *D. João VI no Brasil* é um livro de 1908, fruto de um concurso do IHGB, em comemoração aos 100 anos da chegada da Família Real ao Brasil.

**Palavras-chave:** IHGB, Biografia, Oliveira Lima.

### **Abstract**

The aim of this work is to understand the book *D. João VI no Brasil* of Oliveira Lima, published in 1908, bringing out a debate about how to write biography at the beginning of the century XX, in dialogue with the established parameters by Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Brazilian Historical and Geographical Institute). Goes out without saying that *D. João VI no Brasil* it is a book from 1908, result of a contest IHGB, celebrating 100 years of the arrival of the Royal Family in Brazil.

**Key-words:** IHGB, Biography, Oliveira Lima.

## **O gênero biográfico como forma de escrita historiográfica: D. João VI no Brasil, de Oliveira Lima**

No trabalho busca-se a possibilidade de entender o livro de Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil*, de 1908, trazendo um debate sobre a forma de se escrever biografia no início do século XX, em diálogo com os parâmetros estabelecidos pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. É necessário dizer que o *D. João VI no Brasil* é um livro de 1908, fruto de um concurso do IHGB, em comemoração aos 100 anos da chegada da Família Real ao Brasil. Oliveira Lima saiu vencedor do concurso por ter escrito a melhor biografia sobre o momento de D. João VI na sua colônia portuguesa, por isso o livro tem como objetivo recontar os aproximados 13 anos de estadia da Família Real em nosso país.

O objetivo deste trabalho se situa em um momento de transformação da escrita histórica no IHGB entre o final do século XIX e início do XX, no Brasil. Estão presentes ao mesmo tempo as ideias de progresso, civilização e ensinamento pela história, podendo-se afirmar que há uma *apropriação singular* de conceitos europeus aplicados a nossa realidade.

### **O gênero biográfico no IHGB**

A necessidade de recontar a história daqueles homens importantes da Nação estava plenamente de acordo com o plano da Instituição em agrupar documentos que serviriam para a elaboração da história nacional. Por esse motivo o IHGB se preocupava em procurar documentos do passado que pudessem recontar a história da Nação, uma vez que “[...] observa-se a preocupação com os procedimentos que passariam a conferir um caráter mais científico à operação historiográfica: o compromisso com a cronologia, a constituição de arquivos e o uso metódico dos documentos [...]”<sup>1</sup> A história do homem do passado estaria subordinada a uma série de critérios que serviria para atribuir aspecto mais científico àquela narrativa. Em uma escala maior, pode ser dito que a história da Nação brasileira será construída a partir de métodos científicos que atestarão a veracidade de tudo aquilo que está sendo narrado.

O trabalho metódico de investigação servia para comprovar o que estava sendo dito, isto é, a biografia deveria estar “baseada na evocação do compromisso tácito do historiador com a verdade, a justiça e a imparcialidade.”<sup>2</sup> O gênero biográfico próprio do IHGB estava lado a lado com o compromisso com a verdade, logo era preciso ter uma base empírica de investigação. Esta concepção do gênero biográfico se afastava da biografia retórica dos séculos anteriores. Desta vez as biografias produzidas pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro estavam pautadas sob modernas concepções científicas de escrita da história.

A escrita historiográfica presente no gênero biográfico, além de científica era “concebida, acima de tudo, como uma tarefa nobre, pautada por inspirações de patriotismo, bem como pela função *utilitária e instrutiva* do conhecimento que oferecia à sociedade.”<sup>3</sup> A narrativa biográfica, necessariamente, precisaria construir um tipo de *historiografia* que visaria instruir, educar e servir para algum propósito maior, por esse motivo a escrita da história educava o leitor a ser patriota.

Segundo Oliveira, a escrita biográfica estava plenamente “afinada ao programa da *historia magistra vitae* [...] portanto, como portadora de *exempla*, servindo, acima de tudo, para instruir os brasileiros no presente.”<sup>4</sup> A biografia é a ferramenta usada pelos historiadores para poder narrar a vida daqueles brasileiros que haviam sido tão importantes para a nação, contendo uma ideia de história como mestra da vida.

Pode ser ressaltado que todos os homens que teriam as suas histórias contadas pelas biografias foram selecionados por um motivo específico: construíram a Nação brasileira. Não é à toa que o plano historiográfico-biográfico do IHGB se baseava na criação da:

“[...] galeria de brasileiros ilustres que reflete, sem dúvida, expectativas e impasses no empreendimento de conciliação dos elementos díspares da formação social do Brasil sob a égide do regime monárquico. Por conta disso, o uso do gênero biográfico, submetido aos desígnios da ordenação do passado colonial dentro da marcha histórica das civilizações, tenderia a se confundir com o elogio dos faustos do Império, implícito na eleição e no enaltecimento dos seus ilustres varões das letras, armas e virtudes.”<sup>5</sup>

O gênero biográfico pretendia construir uma grande galeria de homens ilustres para a Nação que teriam as suas ações como exemplares. A partir do processo de leitura da biografia, o homem no presente poderia aprender sobre a sua Nação pelas ações dos homens no passado, isto é, o patriotismo deveria ser construído através da exemplaridade das ações dos ilustres. Além disso o Instituto nasceu em um período de tentativa de afirmação do Segundo Reinado e da figura de D. Pedro II. Grande parte do desenvolvimento e crescimento do IHGB durante o século XIX é responsabilidade do imperador já que buscava apoiar o Instituto, comparecendo em inúmeras sessões.

Continuando, os brasileiros ilustres deveriam ter as suas ações tratadas como exemplos para que pudessem se tornar modelos de conduta. Desta forma o passado deveria ser encarado como paradigmático, visto que através dele era possível observar as lições do passado que estavam sendo representadas pelas vidas de alguns homens. Por isso a escrita biográfica presente no Instituto também tem caráter modelar, oferecendo um “gênero de escrita que atendia aos imperativos mais imediatos do programa da *historia magistra vitae*: fixar os nomes e exemplos do passado, oferecendo-os à imitação dos leitores no presente.”<sup>6</sup>

Presente na escrita biográfica, a concepção da história vista como mestra da vida oferece ao Instituto a possibilidade de entrelaçar ao passado da Nação os homens que foram importantes em determinados eventos. Todos os homens escolhidos deveriam ser imitados pelos outros no presente, colaborando na construção de um sentimento patriótico. Assim o gênero biográfico presente no IHGB se torna uma importante fonte de ensinamento, até porque “os usos do gênero pelos sócios sempre foram acompanhados pela afirmação da função moralizadora e pedagógica da história, tal como formulara Cunha Barbosa no discurso inaugural.”<sup>7</sup>

#### **D. João VI no Brasil, de Oliveira Lima**

Como já dito, o livro de Oliveira Lima foi vencedor de um concurso do IHGB que premiou a melhor biografia sobre D. João VI, por isso a proposta ofertada pelo instituto situou os parâmetros da revisão historiográfica localizada na exaltação da unidade nacional.

O autor escreve o livro biográfico tendo como foco central a figura de D. João VI e todas as transformações ocorridas na colônia portuguesa, de 1808 a 1821, percebendo que as ações de D. João VI foram fundamentais para o desenvolvimento comercial, cultural, financeiro, territorial e político da colônia. Destaca também que a principal consequência do tempo em que a corte ficou no Brasil foi a independência do próprio Brasil em 1822.

Tendo uma visão monarquista, Oliveira Lima tenta apreender em uma série de temas o período tratado, e não só referente à história do Brasil, como também a situação de Portugal antes da saída da Corte. O livro é proposto através de temas que levam em consideração todo o contexto existente da época, de política a cultura, sempre tendo como foco a figura de D. João VI. O biógrafo destaca alguns episódios da história para mostra que as ações de Oliveira Lima foram acertadas, como no embarque para o Brasil. As mudanças empreendidas pela administração de D. João VI são exaltadas por Oliveira Lima, principalmente o seu caráter autônomo e que favorecia a colônia:

“O governo de Dom João VI foi igualmente reformador, posto não fizesse tanto, ou antes não obrasse com tamanho vigor no momento, o que não impediu os seus benefícios de serem mais duradouros porque, se era menor a correspondência do meio, eram incomparavelmente superiores as suas reservas e possibilidades. Faltavam a Dom João VI, em grau idêntico a Pombal, resolução, cinismo e disciplina mental. Os melhoramentos que introduziu na administração brasileira foram palpáveis, numerosas as vantagens que para o país se derivaram da presença do seu soberano.”<sup>8</sup>

Oliveira Lima considera o reinado de D. João VI *reformador*; principalmente pelas benfeitorias que o monarca conseguiu implementar em toda a colônia, sendo essencial para o desenvolvimento colonial em todos os níveis. Como consequência deste processo iniciado por D. João VI a colônia portuguesa teve força para se separar da metrópole. O fator determinante para a independência foi a presença do monarca que fundou um país e ainda deixou uma nova dinastia para que guiasse os destinos daquela nacionalidade, diferente da portuguesa. O biógrafo acredita também que o fato de haver um governo centralizado no Brasil, posteriormente um reino, foi fundamental para a soberania territorial, fazendo ainda uma crítica ao governo republicano de seu tempo:

“Na época da monarquia absoluta era muito mais fácil do que hoje, época de constitucionalismo tímido e de democracia inquieta, seguir uma política una e definida. Assim foi que, favorecendo-o as circunstâncias históricas, coube a Dom João VI, por menos resolutamente que a sua vontade se prestasse por espontâneo impulso a servir o seu engenho arguto, dar realidade a planos de grandeza colonial que o espírito de Alexandre de Gusmão devaneara e o do marquês de Pombal abrigara.”<sup>9</sup>

Pode ser observado que o livro de Oliveira Lima é marcado sempre pela exaltação da figura de D. João VI, considerando suas ações como fundamentais para o desenvolvimento da colônia tendo como principal consequência a independência do Brasil. Ao exaltar a figura de D. João VI, o autor rebate a historiografia portuguesa e a visão depreciativa acerca do monarca.



**Notas:**

<sup>1</sup>Cf. OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista* / Maria da Glória de Oliveira. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 22.

<sup>2</sup> Idem, p. 138.

<sup>3</sup> Idem, p. 158.

<sup>4</sup> Cf. OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista* / Maria da Glória de Oliveira. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 39.

<sup>5</sup> Idem, p. 171.

<sup>6</sup> Cf. OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista* / Maria da Glória de Oliveira. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 59.

<sup>7</sup> Idem, p. 24.

<sup>1</sup> Idem, p. 486.

<sup>1</sup> Idem, p. 285.

## O conceito de público no início do século XIX (1820-1840): semântica e historicidade

Renato de Ulhôa Canto Reis<sup>1</sup>

Resumo: A presente comunicação visa apresentar algumas considerações iniciais a respeito da pesquisa de intitulada: "A utilização do conceito de público nos oitocentos (1820-1840)". O objetivo desta pesquisa é tentar captar a semântica plural do conceito de público no início do século XIX no Brasil.

Palavras-chave: Público, conceito, século XIX.

Abstract: This Communication aims to present some initial considerations about the research entitled: "The use of the concept of public in nineteenth century (1820-1840)". The objective of this research is to try to capture the semantic plural of concept of public in the early 19<sup>th</sup> century in Brazil.

Keywords: Public, concept, 19<sup>th</sup> century.

O período que vai de 1820 a 1840 é marcado por diversas mudanças políticas, sociais e culturais no Brasil. Os ecos do Movimento Constitucionalista do Porto em 1820 e a adesão das províncias do Pará, da Bahia, e, depois, do Rio de Janeiro ao movimento em 1821, bem como a relativa liberdade de imprensa resultante das ideias liberais, segundo Lúcia Neves, são fatores que fizeram com que 1821 se tornasse a predicação de uma cultura política do liberalismo no Brasil<sup>2</sup>. De fato, a proliferação de panfletos e jornais nos primeiros anos da década de 20 refletem a entrada no Brasil dos ideais liberais.

Além disso, os acontecimentos políticos, como o processo da Independência, os debates da Assembleia Constituinte e a própria Constituição de 1824, por exemplo, foram momentos que demandaram redefinições e reorientações da linguagem política, cujo objetivo era sintetizar estas novas experiências vivenciadas. As tentativas de definir as mudanças ocorridas refletem diretamente na linguagem. Esta, por sua vez, transformava o campo de experiência social e política e abria novos "horizontes de expectativas"<sup>3</sup>.

A opção por encerrar a análise no ano de 1840 visa compreender a utilização do conceito dentro de uma perspectiva diacrônica. Segundo Lúcia Neves<sup>4</sup>, o período que vai de 1826 até 1831, marca a volta dos debates para o âmbito além da corte com a abertura da primeira Legislatura em 1826. Além disso, o período que se estende do final do primeiro reinado até o final do período regencial seria marcado por uma ampliação das discussões, em

grande parte devido a um “clima de maior liberdade de expressão e manifestação política”, no qual se opunham mais radicalmente os princípios políticos. De acordo com Marcelo Basile<sup>5</sup>, neste período a “esfera pública” estaria sendo gestada e os “liberais exaltados” estariam despontando dentro dela<sup>6</sup>. De forma geral, tal escolha visa incorporar a utilização do conceito de público nos debates mais radicais do final do primeiro reinado e no período regencial.

Nossa proposta com esse artigo, portanto, é tentar traçar um “mapa semântico” para o conceito, apresentando algumas possibilidades de compreensão de sua semântica, bem como o relacionando com os processos mais gerais com os quais se articulava. Pretendemos em trabalhos posteriores discorrer sobre cada um dos pontos mais detalhadamente. De forma a organizar melhor temos como hipóteses alguns sentidos possíveis para a noção de público neste contexto apresentado: 1) aquilo que pretende ao universal, cujo acesso ou composição social é irrestrito, mas que se confronta com sua experiência real; 2) público como sinônimo ou referindo-se ao Estado, porém alimentado pelas novas discussões sobre a monarquia constitucional e representativa; 3) enquanto um tribunal, que julga as ações do Estado, uma semântica que o coloca separado do Estado; 4) público como povo, mas também em oposição a este povo; 5) identificado com a nação; 6) relacionado à vida política, em oposição à vida privada do lar; 7) no sentido de publicização. Estes diversos sentidos demonstram, logo de início, a complexidade de nosso objeto. Não se trata de significados isolados, pois, na maioria das vezes, estes sentidos se misturam e se confundem. “Público” também passa a caracterizar uma série, cada vez maior, de outros conceitos, politizando-os. A “moral”, a “tranquilidade”, a “ordem”, o “escritor”, a “opinião”, a “felicidade”, etc. são adjetivados com o termo público, adquirindo outros sentidos e ao mesmo tempo, refletindo uma preocupação cada vez maior com o entendimento e a explicitação do que é público. Além disso, apontam para a própria temporalização do conceito, pois a constituição de uma “coisa pública” e, também, de um público, representam um horizonte de expectativas para os homens na primeira metade do século XIX no Brasil, tal como o “uso público da razão” era para Kant o aspecto fundamental para o amadurecimento da humanidade no caminho da verdadeira idade da luz<sup>7</sup>.

A questão inicial a se considerar diz respeito às pretensões de universalidade do conceito. No livro “Constituição moral e deveres do cidadão”, publicado na tipografia nacional no ano de 1824, Visconde de Cairú dizia que a “Moral Pública entende-se pela Moral Universal, que forma o que se chamam *bons costumes* em todos os povos de considerável grau de civilização”<sup>8</sup>. Conforme aponta Koselleck em relação ao conceito de “humanidade”, a princípio, sua designação é politicamente cega e neutra, quantitativamente, refere-se apenas a “todos os homens”, sem nenhum critério de diferenciação interno. Para que

chegasse a adquirir um sentido político, a noção de “humanidade” teve que adquirir uma qualificação adicional, por exemplo, o homem como cidadão, qualificação que não podia ser deduzida da ideia de “homem” mesmo<sup>9</sup>. Nesse sentido, a politização do termo envolve uma definição adicional de quem ou o que é a “humanidade”.

Em consequência das ambivalências que podem surgir a partir das exigências da universalidade, o uso da palavra logo se torna incerto: pode referir-se a todos os homens, de modo que ninguém fica excluído, ou alcança uma determinada qualidade (...), de modo a possibilitar exclusões que não estão contidas na própria palavra<sup>10</sup>.

Semelhante ao conceito de “humanidade”, este “público” que aspira à universalidade também desenvolve qualificações que o transforma em um conceito político, gerando exclusões que não estão na própria palavra. Assim, a moral pública é a moral universal, mas este universal é qualificado como “os bons costumes em todos os povos de considerável grau de civilização”. Ou seja, os povos considerados não civilizados não compõem a moral universal, portanto não fazem parte da moral pública. Cairú ainda afirma que sua apresentação da “moral pública” sempre terá por guia “a Revelação Evangélica, que não veio abolir, mas preencher, a Religião Natural (base da Moral Pública) dando autorizativa sanção às verdades capitais da mesma (...)”<sup>11</sup>. Desse público da moral pública, depreende-se que é universal, mas restrito e excludente, e que tem por base a religião católica.

Algo semelhante se passa com as utilizações de “opinião pública” no seu sentido universalizante, pois ao mesmo tempo em que aspira à totalidade, desenvolve qualidades adicionais que fundamentam exclusões. “O que é – Opinião Pública – É o modo de pensar expresso, e uniforme de mais da metade de um Povo sobre qualquer objeto”, assim anotava o jornal radical “Nova Luz Brasileira” em 1830<sup>12</sup>. As definições numéricas e de conteúdo, portanto, corroboravam para a tentativa de politizar estes termos em seu sentido universal, neste caso, excluindo às minorias sobre a pretensão de universalidade de “mais da metade de um Povo”.

É importante se atentar também que essa pretensão de universalidade do conceito não é um fenômeno isolado dentro da linguagem política neste período. Os principais conceitos da linguagem política, segundo Koselleck, passavam por um processo de transformação em coletivos-singulares. Assim,

O advento da ideia do coletivo singular, manifestação que reúne em si, ao mesmo tempo, caráter histórico e linguístico, deu-se em uma circunstância temporal que pode ser entendida como a grande época das singularizações, das simplificações, que se voltavam social e politicamente contra a sociedade estamental: das liberdades fez-se a

Liberdade, das justiças fez-se a Justiça, dos progressos o Progresso, das muitas revoluções “La Révolution”<sup>13</sup>.

Ao mesmo tempo em que o conceito de “público” podia ser utilizado com pretensões universais, muitas vezes referia-se a grupos em particular. Este sentido estaria mais relacionado com as formas mais antigas de concepção do público e não teria desaparecido por completo. Assim, no início do século XIX, muitas vezes esta concepção universalizante do conceito de público era confrontada com sua composição social real. Ou seja, na medida em que “o Público”, coletivo-singular, passava a ser concebido como um conjunto de indivíduos que fazem “uso público da razão”, instruindo-se através dos periódicos, sua existência era questionada pela realidade social existente, marcada pelo alto nível de analfabetismo, e pela concepção de público mais antiga, heterogênea e hierárquica. Isso, no entanto, não inviabilizava pensar em um público universal. A formação do “público” enquanto um coletivo singular era o próprio “horizonte de expectativa” que orientava a semântica universalizante do conceito de público. Sua reivindicação de totalidade cumpria uma função específica, opor-se às próprias concepções hierárquicas e heterogêneas da sociedade.

O processo de construção do Estado e da Nação brasileira, que se prolonga ao longo do século XIX, envolvia as disputas pela tentativa de definição do que era público e quem era o público. Mais do que isso, no entanto, era a articulação entre a definição da “coisa pública” com as reivindicações pela adoção do regime constitucional. Esta vinculação entre a “Constituição” e a “coisa pública” pode ser observada desde o final da década de 1820. A decisão nº 61 de 20 de setembro de 1821, publicada pelo Conde de Louzã, D. Diogo de Meneses de Ferreira de Eça, a qual “Manda que o Erário Régio se denomine Tesouro Público do Rio de Janeiro”, é reveladora das mudanças político-sociais em curso no Brasil no início dos oitocentos.

Sua Alteza Real o Príncipe Regente, querendo promover no Reino do Brasil a adoção de todas as fórmulas do sistema constitucional, há por bem que de hoje em diante o Real Erário se denomine Tesouro Público do Rio de Janeiro, substituindo-se à frase da Fazenda Real a de Fazenda Pública, o que participo a V. S. para que tenha a devida execução<sup>14</sup>.

A adesão às “formulas do sistema constitucional” implicavam em alterações no plano linguístico-conceitual, cujo objetivo era sintetizar estas novas experiências. Neste caso, trata-se de uma reivindicação do próprio Estado em ser visto como algo público. Esta decisão insere-se num momento de enorme agitação política no Rio de Janeiro, e também na Bahia, relacionado principalmente à discussão sobre a adesão do Brasil às Cortes constituintes em

Portugal. Um decreto do dia 23 de fevereiro de 1821, no qual nomeava uma comissão do Conselho Real para realizar reformas nas leis constitucionais discutidas em Lisboa com o intuito de adaptá-las à realidade do reino do Brasil, não teria sido bem recebida pelos portugueses residentes no Brasil. Para estes, “a Constituição deixava de ser obra da Nação para se tornar uma dádiva do soberano”<sup>15</sup>. Em meio a agitações, D. Pedro I, representando o Rei, faz o juramento da futura Constituição no dia 26 de fevereiro de 1821, mas afirma o direito do monarca de aprovar ou não os atos das Cortes. Dessa forma, o arranjo político que se estabelece ainda seria muito próximo ao do Antigo Regime, demarcando um “teor moderado do movimento”, aceitando às Cortes “desde que se preservassem a monarquia e a religião católica”<sup>16</sup>.

A questão é que não encontramos em nenhum decreto, portaria ou lei publicada pelas cortes constituintes portuguesas no ano de 1821 alguma exigência de alteração do nome de “Fazenda Real” para “Fazenda Pública”. Ao invés disso, os termos “Erário Régio”, “Real Erário” e “Fazenda Real” foram simplesmente suprimidos, sendo substituídos por “Fazenda Pública” ou “Tesouro Público”. Aderir as “fórmulas do sistema constitucional”, portanto, implicava em compartilhar de uma mesma experiência linguística e oficializá-la, no caso, substituindo o “Real” pelo “Público”.

A percepção de que através do sistema constitucional era possível constituir uma “coisa pública” aos poucos vai se tornando mais clara, e também vai ganhando mais força nos debates políticos. Evaristo da Veiga reproduz em seu jornal a segunda carta de Narcise-Achille de Salvandy de 1827, na qual dizia que na Monarquia Absoluta “não há negócios públicos”, o que impera é o silêncio, a força, o temor e a obediência. A única consciência e razão política seria a de uso do poder. Também “não existe estima pública; esta é substituída pelo favor”. Já a monarquia constitucional:

(...) tem outras regras e outras máximas. Nela existe uma coisa pública, cujo interesse domina todos os interesses, e cujo império domina todos os poderes. Nela há uma vontade publica, a quem unicamente se deve obediência: isto se chama Lei. Há uma consciência geral, cujos ditames para todos os cidadãos são recompensas, ou castigos; existe uma razão soberana, cujos sufrágios são potência, e as dissensões, perigos; isto chama-se Opinião. O principio destes governos é a discussão, seu alfanje é a publicidade. A publicidade é a alma, é a vida do sistema representativo; por quanto por meio dela é que o país conhece seus negócios, e os discute; por ela conhece e julga seus cidadãos<sup>17</sup>.

Nesse sentido, ao longo da década de 1820, a preocupação com as coisas públicas, ou seja, a “vontade”, a “opinião”, o “interesse”, a “consciência”, a “publicidade”, etc., passa a orientar cada vez mais os debates políticos. Essa “coisa pública” tanto era o sujeito

responsável por construir e tornar essa monarquia constitucional possível, como era o objeto para o qual a monarquia constitucional se direcionava.

Uma das categorias centrais e que merece maior destaque é a noção de “opinião pública”. A historiografia tem procurado demonstrar as estruturas semânticas do conceito, enfatizando como no período dos anos de 1820 a 1840 esta se torna uma categoria central da linguagem política. Apesar do surgimento da imprensa periódica ter coincidido com a chegada da família real no Brasil, em 1808, somente nos anos de 1820 passaram a existir “as condições mais efetivas para uma relativa ruptura no conteúdo do conceito”, que para Lúcia Neves estaria relacionada com “os primeiros ensaios de uma relativa liberdade de imprensa, resultante das ideias liberais, que se propagariam de forma mais intensa, a partir do movimento constitucionalista iniciado na cidade do Porto, Portugal, no dia 24 de agosto de 1820”<sup>18</sup>.

Conforme dissemos, os anos que se seguiram a Revolução do Porto de 1820, até a Independência em 1822, seriam marcados pelo intenso debate político no Rio de Janeiro. O aumento significativo no número de periódicos<sup>19</sup> e de panfletos demarcariam cada vez mais os espaços de discussão política. Neste contexto, a ideia de opinião pública passava a ter novas conotações. Vista como “Rainha do Mundo” por José da Silva Lisboa<sup>20</sup>, partilhava-se a ideia de que ela exercia uma verdadeira força política, sua eficácia estava no uso da razão e seu impulso advinha do progresso das Luzes. Seu objetivo era “assegurar o reinado da sabedoria e da prudência sobre a Terra”, embora não propusesse mudanças bruscas na ordem<sup>21</sup>. Os periodistas deste período do constitucionalismo luso-brasileiro atribuíam-se o papel de porta-vozes da opinião pública, contribuindo através de seus jornais para a ilustração do povo ignorante. Dessa forma, por mais que fosse muito comum a relação entre os termos público e povo, dentro de contextos discursivos específicos, e em se tratando da “opinião pública”, essa associação era estabelecida de forma hierárquica, definindo aquilo que Chartier denominou de “o público contra o povo”<sup>22</sup>.

Conforme Morel, juntamente com a abdicação de D. Pedro I em 1831, há uma grande ampliação na quantidade de periódicos (1831-1833). Com o enfraquecimento do poder monárquico substituído pela Regência provisória, assistira-se a “uma verdadeira explosão da palavra pública”<sup>23</sup>. No contexto da década de 1830 afirmava-se outra conotação para o conceito de “opinião pública”, que passava a ser associada a um “Tribunal”. As referências ao “tribunal da opinião pública” apontam para um discurso que se aproxima aos jacobinos franceses e aos defensores da soberania popular. Neste caso, a intermediação exercida pela *República das Letras* no processo de formação do público se torna desnecessária. Conforme a

definição já citada do periódico *Nova Luz Brasileira*, tratava-se agora de pensar a opinião pública como a vontade da maioria, transformando-a, para Lúcia Neves, “em um instrumento de intervenção direta na vida política”<sup>24</sup>.

Sobre o conceito de opinião pública, o que nos interessa é perceber de que forma sua entrada efetiva na vida política nos anos de 1820 até 1840 recupera, ressignifica, ou então traz novos sentidos para o conceito de público. Se em um primeiro momento construir o público passava pelos critérios da razão, da ilustração, do progresso, da ordem e da moderação, afastando-se das ambições revolucionárias, através da intermediação dos “guias” da opinião pública, em um segundo momento, este público passa a ser associado a um júri, imparcial, infalível, cuja vontade deveria “se fazer representar” nas Assembleias para decidir sobre o bem comum<sup>25</sup>.

Tanto a noção de “representação” quanto de “bem comum” nos faz pensar outras abordagens possíveis para a utilização do conceito. Da mesma forma que a monarquia constitucional ampliava as recorrências ao conceito de público, às reivindicações pela construção de uma monarquia representativa também redefiniam as formas de se pensar a relação entre o público e o Estado. Afinal, se antes o Estado representava o público no sentido de uma encarnação, de um “pôr-se no lugar de outro”<sup>26</sup>, com as redefinições do conceito de representação esta relação também se altera. Uma discussão cara a todo o liberalismo do século XIX diz respeito à oposição entre o interesse individual e o geral, entre o bem particular e o comum, enfim, entre o privado e o público. Segundo Hanna Pitkin, “para todas as formas de liberalismo existe, no final, algo como um interesse público objetivo, que deve de alguma maneira incluir e abarcar o verdadeiro interesse próprio de longo alcance de cada um”<sup>27</sup>. Nesse sentido, acima dos interesses particulares havia o “bem público”. Apenas com a preocupação com o “bem público” ou “bem comum” seria possível superar o sentimento de facção ou de partido.

A importância de Hobbes para o conceito de “ordem” e para a clivagem entre as “dimensões privada e pública em cada indivíduo” já foi muito bem apontada por Ilmar R. Mattos<sup>28</sup>. Contudo, segundo Pitkin, Hobbes também foi um dos primeiros na teoria política à pensar que um “representante é alguém que recebe autoridade para agir por outro”, anotando assim uma outra conotação para o conceito de representação diferente do “pôr-se no lugar de outro”. Quando essa autorização é ilimitada e oferecida por uma multidão de homens, surge a soberania. Assim, essa ação autorizativa “solda a multidão de indivíduos em um único e duradouro todo, a ‘pessoa de todos’. O soberano representa aquela pessoa singular, *pública*; na verdade, é porque ele a representa que ela pode ser considerada uma unidade”<sup>29</sup>. Essa ideia



estaria apenas surgindo dentro da teoria política, ganhando inúmeras outras formulações. O que nos interessa dentro deste debate no momento é a “polêmica sobre o mandato e a independência”, ou seja, o representante age autonomamente ou faz o que os eleitores desejam? Essa questão, cara também ao universo político brasileiro do início do século XIX, nos apresenta mais uma inserção do conceito de público nos debates políticos da época. A reivindicação pelo “interesse público” ou “nacional”, muitas vezes em oposição aos “interesses locais”, derivava de uma concepção particular de representação, que afirmava a supremacia do “geral” sobre o “particular” e que orientava às próprias ações políticas<sup>30</sup>.

Assim, a noção de que o representante deve agir de acordo com o interesse nacional e não local acaba por trazer outra conotação para a clivagem entre o público e o privado, ou seja, nesse sentido, público é associado a “nacional” enquanto privado é ligado com a “localidade”. No dicionário de Eduardo de Faria de 1853<sup>31</sup>, a noção de direito público é definida como nacional, definindo outro tipo de dimensão territorial e cultural para o conceito. Trata-se de mais uma “qualidade adicional” que o conceito universalista de público adquire no seu processo de politização.

Em relação a “público” como designativo de política, Visconde de Cairú, em seus “Estudos do bem comum e economia política”, impresso no ano de 1819, dizia logo no prefácio que “a *Ciência Econômica*” podia ser entendida também pelo título de “*Economia Política*, ou Economia Pública, que tem por objeto a *Economia do Estado*, ou Administração Civil relativamente à sua Indústria e Riqueza (...)”<sup>32</sup>. “Público”, neste sentido, é sinônimo de “Política” e refere-se ao Estado, administração civil. No entanto, mesmo referindo-se à política, essa “Economia Pública” não perde suas características universalizantes, pois “o transcendente destino desta ciência [Economia Pública] é firmar e estender o Reino da Justiça Universal”<sup>33</sup>. Da mesma forma, os “negócios públicos”, termo recorrente neste período, muitas vezes referiam-se aos negócios relacionados à política, mas também podia se dizer sobre os negócios do Estado. A “vida pública” também se opunha a “vida privada” e podia designar tanto o âmbito da política como do Estado. A questão que propomos aqui é pensar como o conceito de público podia se associar com a ideia de sociedade civil, também com as questões referentes ao Estado, mas também podia designar o âmbito do político, em seu sentido mais geral, em oposição ao âmbito privado da vida, entendido como não político.

Uma última carga semântica diz respeito à noção de publicidade. A preocupação com a publicidade insere-se na própria discussão da opinião pública. Na América Hispânica do Antigo Regime, “a publicidade era considerada positiva quando permitia prevenir o escândalo, mas negativa se revelasse à vista de todos os ‘vícios’ ou ‘maus costumes’ de

alguns”<sup>34</sup>. A publicidade, portanto, deveria ter uma utilidade e era uma questão moral e religiosa. Sua autoridade advinha do fato de que buscava sempre o “bem comum”, prestaria sempre um “serviço público”. Contudo, para Lemperière a concepção de público na América Hispânica era entendida como uma totalidade inseparável do governo, o responsável pela manutenção do “bem comum”. De acordo com Palti, foi essa mesma moralidade da publicidade que fomentou a formação de um modelo jurídico de “opinião pública”, instituída como reino da “verdade” e do “bem”, já que as opiniões individuais eram obscuras e errôneas. Para o autor, o ponto de inflexão que desdobraria em uma nova concepção sobre a publicidade e a opinião pública seria quando a “verdade” e a “virtude” deixaram de ser “visíveis” e passaram a ser concebidas como resultado de discussão, a “opinión pública deja, en fin, de aparecer como la premisa para convertirse en un resultado de la *politiká* (entendida como *publicidad*); ésta eleva la pura opinión subjetiva (*doxa*) a convicción racionalmente fundada (*ratio*), convierte la mera opinión en ‘opinión pública’”<sup>35</sup>. O que não poria fim aos deslocamentos semânticos do conceito de opinião pública.

Esse ponto de inflexão nos faz pensar que se inicialmente a publicidade (ato de tornar público, sabido de todos, as condutas de cada um para fiscalização da coletividade em nome do bem comum) era o resultado de verdades “morais” e “religiosas” estabelecidas *a priori*, num segundo momento, a publicidade se torna a própria arma de construção da verdade e das virtudes, o que explicaria, de certa forma, o próprio posicionamento dos periodistas em relação à noção de “opinião pública”, de porta-vozes do público, para formadores deste público. Segundo Palti, esse movimento conduziu a compreensão da capacidade mobilizadora de ações políticas da imprensa, e não apenas deliberativa<sup>36</sup>. De fato, a publicidade possui três vinculações centrais em relação ao público, de um lado, é aquilo que é apresentado a este público, de outro, é o resultado das deliberações deste público, e por último, é aquilo que forma este público. Estas três dimensões adquiriram sentidos diferentes ao longo do tempo, onde acompanhavam, muitas vezes, os deslocamentos do próprio conceito de opinião pública.

De forma geral o que pretendíamos com esse artigo era apenas apresentar algumas hipóteses em relação ao conceito que, acreditamos, podem abrir uma agenda de pesquisa para o termo. “Público” não se refere apenas aos leitores de periódico, mesmo que no início do século XIX esta seja uma de suas principais designações. Muito menos ele se resume à ideia de opinião pública. Atentar-se para os conceitos de “bem público” e “interesse público”, por exemplo, implica em estender o olhar, procurando as estruturas semânticas postas no conceito mesmo de público. Toda essa estrutura é atualizada pelas contingências do início do século

XIX no Brasil, atualização que passa pelas discussões mais gerais sobre a constituição, a representação e o liberalismo.

<sup>1</sup> Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista CAPES. Orientador: Silvana Mota Barbosa. E-mail: renatoulhoa@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. Opinião Pública. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (dir.). *Diccionario Político y Social Del Mundo Iberoamericano*. Madrid: Ministério da Cultura, 2009. P. 1013.

<sup>3</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos históricos*; tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

<sup>4</sup> NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Op. Cit.*, 2009. p. 1015.

<sup>5</sup> BASILE, Marcello. Luzes a quem está nas trevas: a linguagem política radical nos primórdios do Império. *Topoi*. Rio de Janeiro, n. 3, 2001. p. 94.

<sup>6</sup> O conceito de esfera pública no qual Basile se apoia refere-se ao modelo Habermasiano: HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução: Flávio R. Kothe. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

<sup>7</sup> KANT, Immanuel. *Resposta à pergunta: Que é esclarecimento?* Textos Seletos. Tradução Floriano de Sousa Fernandes. 3ª ed. Editora Vozes: Petrópolis, RJ. 2005. Pg. 63-71.

<sup>8</sup> LISBOA, José da Silva. *Constituição moral e deveres do cidadão. Com exposição da moral pública conforme o espírito da constituição do Império*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1824. p. 3-4.

<sup>9</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Op. Cit.* 2006. p. 220.

<sup>10</sup> *Idem.* p. 221.

<sup>11</sup> Lisboa, José da Silva. *Op. Cit.* 1824. p. 8.

<sup>12</sup> NOVA LUZ BRASILEIRA, nº 21, 19/02/1830.

<sup>13</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Op. Cit.* 2006. p. 52.

<sup>14</sup> BRASIL, Coleção das decisões do governo do Brasil de 1821. *Decisão nº 61 – Fazenda – Em 20 de Setembro de 1821*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

<sup>15</sup> BASILE, Marcelo; CARVALHO, José Murilo; NEVES, Lúcia M. B. P. *Às armas, cidadãos!* Panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823). São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 17.

<sup>16</sup> *Idem.* p. 17-18.

<sup>17</sup> AURORA FLUMINENSE, Nº 11, 15/01/1828.

<sup>18</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Op. Cit.* 2009. p. 184.

<sup>19</sup> Marco Morel aponta que de apenas uma publicação em 1820, após o decreto sobre a liberdade de expressão vindo de Portugal, salta-se para 11 publicações em 1821. MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. Imprensa, atores políticos sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). Editora Hucitec: São Paulo, 2005.

<sup>20</sup> O CONCILIADOR DO REINO UNIDO, 1/03/1821.

<sup>21</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Op. Cit.* 2009. p. 185. MOREL, Marco. *Op. Cit.* 2005. p. 208.

<sup>22</sup> CHARTIER, Roger. *Espacio público, crítica y desacralización en el siglo XVIII: los orígenes culturales de la Revolución Francesa*. Gedisa, 1995. p. 40.

<sup>23</sup> MOREL, Marco. *Op. Cit.* 2005. p. 209.

<sup>24</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Op. Cit.* 2009. p. 191.

<sup>25</sup> *Idem.* p. 191.

<sup>26</sup> PITKIN, Hanna Fenichel. *Representação: palavras, instituições e ideias*. São Paulo: Lua Nova, nº 67, 2006. p. 27.

<sup>27</sup> *Idem.* p. 40.

<sup>28</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

<sup>29</sup> PITKIN, Hanna Fenichel. *Op. Cit.* 2006. p. 29. Grifo nosso.

<sup>30</sup> A respeito da discussão sobre a representação no Brasil ver: DOLHNIKOFF, M. ; MAIA, F. ; SAEZ, Hernan L.; SALES, P. Paulo Moreira ;GREGÓRIO, Vitor M. Representação política no Império: crítica à idéia do falseamento institucional. In: Adrian Gurza Lavalle. (Org.). *O horizonte da política: questões emergentes e agendas de pesquisa*. 1ed.São Paulo: Unesp; CEBRAP; CEM, 2012, v. , p. 97-141.

<sup>31</sup> FARIA, Eduardo de. *Novo Dicionario da Lingua Portuguesa, seguido de um Dicionario de Synonimos*. Lisboa: Typographia Lisbonense, 1849. 3 v. (2ª Ed. 1850-1853. 4 v.).

<sup>32</sup> LISBOA, José da Silva. *Estudos do Bem-Comum e Economia Política, ou Sciencia das leis naturaes e civis de animar e dirigir a geral industria, e promover a riqueza nacional, e prosperidade do Estado*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1819. p. 1.

<sup>33</sup> *Idem.* p. 1.

<sup>34</sup> LEMPÉRIÈRE, Annick. República y publicidad a finales del Antiguo Régimen (Nueva España). In: GUERRA, François-Xavier; LEMPÉRIÈRE, Annick et al. *Los espacios públicos en Iberoamerica: Ambigüedades y problemas*. Siglos XVIII-XIX. México: Fondo de Cultura Económica, 1998. p. 62.

<sup>35</sup> PALTÍ, Elías J. *El Tiempo de La Política: El siglo XIX reconsiderado*. 1ª Ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2007. p. 168.

<sup>36</sup> *Idem.* p. 191-192.

## **Entre reformas e democracia: o Plano Trienal nas páginas do *Correio da Manhã***

Renato Pereira da Silva<sup>1</sup>

### **Resumo:**

O presente artigo analisa e apresenta os resultados da pesquisa sobre a trajetória do jornal *Correio da Manhã* em relação ao governo João Goulart (1961-1964), tendo como eixo central de discussão o Plano Trienal. Trata-se de refletir sobre o papel político exercido pelo diário carioca no início dos anos 1960 no Brasil, período em que diversos setores da sociedade brasileira dividiram-se em torno de como as mudanças estruturais para o país seriam postos em prática. Foi um momento em que a luta entre grupos de orientação política antagônica dificultou a combinação entre reformas e a manutenção das regras democráticas.

**Palavras-chave:** *Correio da Manhã*; governo Goulart; Plano Trienal

### **Abstract:**

This article analyzes and presents the results of research on the history of the newspaper *Correio da Manhã* toward government João Goulart (1961-1964), with the central axis of the Triennial Plan discussion. This is to reflect on the political role played by the Rio daily in the early 1960s in Brazil, during which various sectors of Brazilian society divided around the structural changes to the country would be put into practice. It was a time when the struggle between groups of antagonistic political orientation hindered the combination of reforms and the maintenance of democratic rules.

**Keywords:** *Correio da Manhã*; Goulart; Triennial Plan.

### **Introdução**

O Brasil viveu no início dos anos 1960 um cenário de marcante efervescência política. O desejo por mudanças permeava o campo político, social e cultural da sociedade brasileira naquele período. Foram anos de bastante intensidade na vida política, marcados pelo protagonismo dos movimentos sociais.

Abriu-se uma conjuntura de grandes lutas sociais, até então, inéditas na história republicana brasileira. Era a hora de reconhecer e praticar os direitos de cidadania com voz, voto, opinião e decisão. Entre 1961 e 1964, os movimentos sociais passaram por

---

<sup>1</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (PPGH – UFF). Bolsista Capes. Orientador: Prof. Dr. Jorge Ferreira (UFF). E-mail: renatops15@gmail.com

significativo crescimento e ampliação da participação popular no processo político, exigindo um conjunto de demandas sociais e pressões reivindicatórias no meio urbano e rural. Nessa conjuntura, diversos setores da sociedade dividiram-se em torno de como as mudanças estruturais para o país seriam colocados em prática cujo resultado foi a luta entre grupos de orientação política oposta. Este desdobramento dificultou a resolução do conflito dentro do quadro institucional que combinasse reformas com a manutenção das regras democráticas.<sup>2</sup>

Com efeito, esse embate de forças encontrou na gestão presidencial de João Goulart a oportunidade para ampliar o clima de polarização e radicalização política em curso. Nesse cenário, a imprensa desempenhou papel político significativo, com destaque para o jornal carioca *Correio da Manhã*, um dos mais prestigiados daquele período.<sup>3</sup> Cabe indagar, como se deu a repercussão de algumas medidas adotadas durante o governo Goulart, como o plano de estabilização econômica conhecido como Plano Trienal, pelo jornal carioca.

### **O Plano Trienal**

Entre setembro de 1961 a janeiro de 1963, a República brasileira atravessou um período de indefinição política com sérias consequências nas decisões no terreno econômico. Do veto dos ministros militares à posse do vice-presidente, João Goulart, em razão da renúncia de Jânio Quadros, contornada pela solução parlamentarista após a resistência de diversos setores da sociedade à manutenção da legalidade, com destaque para a Campanha da Legalidade, no Rio Grande do Sul, até a formação e atuação do primeiro gabinete parlamentarista, a situação no campo econômico-financeiro era extremamente grave.

João Goulart herdou um governo com uma séria crise econômica de governos anteriores, principalmente dos tempos de Juscelino Kubistchek, quando em sua gestão

---

<sup>2</sup> Cf. FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

<sup>3</sup> O *Correio da Manhã* foi um jornal diário e matutino fundado por Edmundo Bittencourt, em 15 de junho de 1901, sendo extinto em 8 de julho de 1974. Durante a maior parte da sua existência foi um dos jornais de maior prestígio do país e formador de opinião. Identificava-se com as camadas médias da sociedade e era defensor ferrenho da manutenção do regime democrático. Cf. ANDRADE, Jeferson de. *Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. Ver também LEAL, Carlos Eduardo. *Correio da Manhã*. In: ABREU, Alzira A. et. al. (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. 2ª ed. RJ: Editora FGV, 2002.

presidencial houve um crescimento econômico vertiginoso. Em função desta política econômica, houve aumento nas importações de tecnologia, máquinas e matérias-primas, além da intensificação das remessas de lucros das empresas estrangeiras, atraídas pelo surto expansionista. Entretanto, as divisas geradas pelas exportações somadas aos recursos decorrentes da expansão dos investimentos do capital internacional, tornou inevitável o déficit da balança de pagamentos.<sup>4</sup> Resumindo: o governo JK não teve condições de honrar a dívida externa, e se viu pressionado a recorrer ao FMI em busca de auxílio, mas não aceitou para não comprometer seu plano desenvolvimentista, tendo vista que as medidas saneadoras recomendadas pela instituição implicavam cortes nos gastos públicos e redução nas taxas de crescimento. Em 1959, antes de entregar a faixa presidencial para seu sucessor, Kubistchek rompeu com o FMI, deixando um grande problema de ordem econômica para o futuro presidente.

Com a renúncia de Jânio Quadros, a herança do problema do desequilíbrio nas contas internacionais coube ao governo Goulart, que veio se agravar substancialmente durante sua gestão. Assim, frente à situação extremamente grave no campo econômico-financeiro, com índices de inflação cada vez mais elevados, refletindo no aumento geral dos preços de alimentos e déficit no balanço de pagamentos, o governo Goulart apresentou um plano de estabilização econômica conhecido como Plano Trienal.<sup>5</sup> Elaborado ainda no regime parlamentarista e concebido por Celso Furtado, então ministro do Planejamento, e San Tiago Dantas, ministro da Fazenda, o plano foi apreciado no fim de 1962 para ser implantado no início de 1963 como meio de estabilizar a economia brasileira, numa tentativa de reduzir a inflação, aumentar o crescimento e ajustar as contas externas. Suas metas eram: combater a inflação sem comprometer o desenvolvimento econômico e promover reformas, sobretudo no aparelho administrativo, bancário e na estrutura fiscal e, especialmente, na estrutura agrária, considerada o principal obstáculo para o desenvolvimento na esfera

---

<sup>4</sup> Cf. OREINSTEIN, Luiz; SOCHACZEWSKI, Antônio Claudio. Democracia com desenvolvimento: 1956-1961. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso: Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1990. pp. 171-195.

<sup>5</sup> Cf. ABREU, Marcelo de Paiva. Inflação, estagnação e ruptura: 1961-1964. In: \_\_\_\_\_. *A ordem do progresso: Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1990. pp. 197-211.

econômica.<sup>6</sup> Era um programa anti-inflacionário e uma forma de angariar a confiança dos Estados Unidos para assegurar o refinanciamento da dívida externa e a permissão de ajuda financeira.<sup>7</sup>

O plano de estabilização econômica foi elogiado pelo *Correio da Manhã*, avaliado como um desafio a ser enfrentado pelo presidente Goulart. Segundo o jornal:

O outro desafio é, agora, o Plano Trienal. Diga-se, de passagem, que não se trata de obra do sr. Celso Furtado, que apenas coordenou os trabalhos de uma variada assessoria; e que não se trata de tomar partido pró ou contra aquele economista. O Plano Trienal revela que a taxa de desenvolvimento foi, nos últimos anos, maior no Brasil do que nos Estados Unidos. Revela que esse desenvolvimento poderá ser mantido, no mesmo ritmo, sem aumentar o endividamento do país no estrangeiro e sem manter ou acelerar o ritmo de inflação. Revela, mais, que é possível tranquilizar socialmente o país: estimulando, sem cessar, a iniciativa privada e, por outro lado, garantir maior participação das classes trabalhadoras na renda nacional, isto é, libertar da perturbação pela luta de classes a evolução econômica do Brasil. Esse plano não é um acúmulo de declarações verbais. É baseado em fatos verificáveis e redigido em números. O problema só é este: executá-lo.<sup>8</sup>

O jornal foi receptivo ao Plano Trienal, bem como grande parte da imprensa, assim como demonstrou otimismo na estratégia do governo para combater a crise econômica. No entanto, refletindo seu entusiasmo e esperança com relação ao Plano, em meio às incertezas que rodeavam o ano de 1963, *Correio da Manhã* manifestou o seguinte aos seus leitores:

Estamos em 1963, apesar de tudo e por mais paradoxal que pareça, com esperanças. Não permitiremos que sejam decepcionadas. Pois não são, convencionalmente, votos de boas entradas. São baseadas em fatos. Constituem a própria razão de ser da nação do futuro imediato. Há motivos dos mais convincentes para esperar dias melhores. O mais forte desses motivos é este: que o Brasil atravessou incólume o ano de 1962. (...) Sofremos, durante o ano todo, os efeitos da desorganização administrativa, que constitui a causa fundamental da inflação. (...) A realidade também já começa a impor-se ao caos administrativo, econômico e financeiro. O Plano Trienal não é obra do governo: não há motivo para o sr. João Goulart e seus ministros se envaidecerem com as possibilidades que encerra, nem há motivos para as oposições políticas e econômicas o combaterem cegamente, como se ele fosse utopia, esboçada por estatizadores. O Plano Trienal só apresenta aquilo que a nação já fez e só indica os recursos que a nação coloca à disposição dos governantes. Não passa de um esquema de opções e prioridades para controlar as emissões, isto é, a inflação, e para impor uma ordem ao desenvolvimento caótico do país. (...) a nação não tolerará mais, depois de 6 de janeiro, essas esterilidades. Estabelecida a

---

<sup>6</sup> FIGUEIREDO, Argelina. Op. cit., p. 92.

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1962. 1º caderno, p. 1.

responsabilidade pela execução do Plano Trienal, a nação cobrará ao governo o compromisso de realizar as possibilidades que o trabalho do povo criou. É assim que entraremos em 1963. Até agora, em 1962, parecia que a situação era desesperadora, mas não séria. Neste dia 1 de janeiro de 1963, sabemos que a situação é séria, mas não desesperadora.<sup>9</sup>

De fato, na virada de 1962 para 1963, a economia brasileira estava mergulhada em tantas dificuldades que o governo perdeu o controle dos gastos públicos e da política monetária. Nesse sentido, compreende-se a confiança do *Correio da Manhã* no Plano Trienal. O jornal não mediu esforços em suas páginas para defender o plano do governo e começou a cobrar a sua execução. Em editorial intitulado “Definição e expectativa”, o matutino carioca se manifestou da seguinte forma quanto à primeira mensagem do ano do presidente sobre os desafios de acordo o Plano Trienal:

Enfim, o sr. João Goulart definiu-se. Em sua mensagem de Ano Novo, pronunciada no Itamarati, o presidente da República conseguiu, depois de tantas e tão demoradas hesitações, encontrar palavras claras a respeito do futuro econômico-financeiro da nação. Baseando-se nos dados do Plano Trienal, o presidente da República admitiu que contribuem para a inflação e a consequente alta dos preços: em primeiro lugar a União, pela descontrolada emissão do papel-moeda; depois, a política altista das classes produtoras; e, em grau menor, das reivindicações salariais. (...) Além da mobilização dos recursos internos, o sr. João Goulart fala em estímulo e segurança das inversões de capital estrangeiro no país. E a política externa, enfim, deixará de ostentar o apelido de independência para refletir, no futuro, a vontade democrática e de desenvolvimento do povo brasileiro. Não há motivo nenhum para deixar de aprovar essa parte, especialmente, da mensagem do presidente da República. (...) Reconhecemos que o sr. João Goulart manifestou – até que enfim – as definições que tantas vezes lhe foram exigidas.<sup>10</sup>

Todavia, a tentativa do governo através do Plano Trienal de conciliar propostas desenvolvimentistas com rigor anti-inflacionário, tornou-se uma proposta inviável naquela conjuntura. O presidente se deparou com pressões à esquerda e à direita. Os aspectos impopulares das medidas como a limitação de aumento dos salários, restrição de crédito, controle de preços e cortes nas despesas do governo, afetavam diretamente os interesses tanto dos trabalhadores quanto do empresariado. O sucesso do programa estabilizador elaborado por Celso Furtado dependia da capacidade do governo formar uma coalizão multiclassista, com base em acordos e concessões entre as partes.<sup>11</sup> O

---

<sup>9</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 1º de janeiro de 1963. 1º caderno, p. 6.

<sup>10</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1963. 1º caderno, p. 6.

<sup>11</sup> FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: \_\_\_\_\_; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (O Brasil republicano v. 3), p. 364.



plano constituiu-se numa tentativa de promover um pacto governamental entre trabalhadores e empresários. No entanto, essa tentativa foi sendo minada pelo movimento sindical e pelas entidades patronais.

Os empresários, contudo, dividiram-se quanto ao plano de estabilização econômica. O governo encontrou respaldo entre os grupos industriais importantes do país como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS). Entretanto, a Federação das Indústrias do Estado da Guanabara (FIEGA) demonstrou oposição com argumentos relacionados ao liberalismo que defendia o não intervencionismo estatal.<sup>12</sup> Enquanto isso, o setor comercial não apoiou o plano conforme se manifestou a Confederação Nacional do Comércio (CNC).

Já as esquerdas constituíram-se como grupos de críticos contundentes do Plano Trienal, como o PCB, por exemplo, que o acusava de ser recessivo e de jogar nas costas do povo o ônus da resolução da crise, mantendo assegurados os interesses e privilégios do capital estrangeiro, dos latifundiários e da burguesia.<sup>13</sup> Os apelos oposicionistas do PCB encontraram ressonância também no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que se mostrou contrariado pelas propostas apresentadas não contemplarem as políticas básicas do movimento sindical. No entanto, o principal líder de oposição foi Leonel Brizola, político do próprio partido do presidente. Na avaliação de Maria Celina D'Araujo, a liderança de Goulart começou a perder espaço para os radicais, sobretudo para Brizola, principal concorrente dentro do PTB.<sup>14</sup> A ala radical do PTB, liderada pelo Brizola, defendia a ação direta, mobilizando sindicatos, operários, estudantes, camponeses, militares de baixa patente, entre outros grupos, para pressionar o governo e o Congresso na execução das reformas de base.

Em meio ao bombardeio de críticas ao Plano Trienal, o jornal *Correio da Manhã*, demonstrando apoio ao projeto do governo, fazia importantes observações aos

---

<sup>12</sup> FIGUEIREDO, Argelina. Op. cit., p. 102.

<sup>13</sup> SEGATTO, José Antonio. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 157.

<sup>14</sup> D'ARAUJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder*. O PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: Editora: FGV, 1996. p. 145.

grupos que se opunham. Em editorial sugestivo, intitulado “Amigos e inimigos do Plano”, o jornal manifestava-se da seguinte forma:

Apesar de tantas decepções, meio esperadas, sabemos que o Brasil é capaz de sair incólume desta crise. Para tanto, só é preciso agir de maneira coerente e racional. “Agir de maneira coerente e racional” é sinônimo de um Plano. E é por isso que continuamos confiando no Plano Trienal, à condição de ele seja executado. Nem todos estão de acordo e alguns estão demasiadamente de acordo. Aqueles porque vislumbram em toda e qualquer planificação os germes da destruição totalitária da iniciativa livre; estes por manterem justamente a esperança da planificação levar a esse desfecho. Há os amigos e inimigos do Plano. A desconfiança de amplos círculos das classes produtoras não é, em tese, infundada. O próprio termo “Plano” é de origem socialista. (...) O termo mudou de acepção. Entrou nos manuais ortodoxos de economia política. Para aceitar a ideia sem tentar contra a liberdade da economia, é necessário distinguir nitidamente plano coercitivo e plano indicativo. O plano coercitivo obriga os diferentes setores da atividade econômica a submeter-se à planificação global de todas as atividades por autoridade estatal superior. É fatalmente totalitário. É a peça principal da administração comunista. O plano indicativo limita-se a indicar os fins da atividade econômica global do país durante determinado período, indicando os recursos necessários para esses fins serem atingidos e indicando a necessidade de não desviá-los, em forma de investimentos ou créditos para outros fins em prejuízo dos primeiros. O plano indicativo desempenha para a economia nacional, o mesmo papel das previsões do industrial ou comerciante pela suas atividades no semestre vindouro, no ano vindouro. Ali como aqui, o sucesso não depende tanto daquilo que está escrito no plano ou nas previsões, mas da sua execução.<sup>15</sup>

É revelador como o jornal demonstrou que o Plano Trienal não guardava elementos de relação com planos de viés coercitivos como, por exemplo, os Planos Quinquenais do governo soviético. A observação do *Correio da Manhã*, em pleno contexto de guerra fria, principalmente no início dos anos 1960 que a tensão entre Estados Unidos e União Soviética estava no ápice, nos remete ao posicionamento intransigente de algumas entidades patronais que interpretavam e insistiam que projeto era de tendência estatizante. Nesse sentido, o matutino carioca buscou relacionar o Plano Trienal como não coercitivo aos “inimigos” do projeto do governo. Entretanto, os aliados do governo não foram poupados das observações. Na avaliação do *Correio da Manhã*:

Mais ou menos no mesmo caso encontram-se os aliados do sr. Brizola, certos líderes sindicais, e alguns outros parlamentares que se autonearam demagogicamente representantes exclusivos do funcionalismo da União. Estes são ou posam como adeptos de planificação por motivos ideológicos. Mas suas reivindicações excessivas destruiriam o único plano racional e exequível que foi até agora elaborado no Brasil.<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1963. 1º caderno, p. 6.

<sup>16</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1963. 1º caderno, p. 6.

O jornal carioca se mostrou contrariado tanto com as pressões do empresariado quanto do movimento sindical e das esquerdas para que o governo abandonasse o plano. No entanto, é importante ressaltar que o Plano Trienal teve o apoio dos empresários da indústria, sobretudo de São Paulo. Havia uma grande expectativa, nos primeiros meses de 1963, no sentido de que o governo pudesse diminuir as tensões, pois conservadores e moderados esperavam que Goulart enfrentasse as questões mais sérias naquele momento: a crise política, derivada principalmente da radicalização das esquerdas e direitas, identificada com a crescente alta da inflação. Entretanto, para desfrutar de apoio, Goulart deveria afastar a esquerda radical do círculo de poder. Neste sentido, o presidente nomeou San Tiago Dantas como ministro da Fazenda para ser a principal autoridade na área econômica.

Contudo, a escolha de San Tiago Dantas para assumir a pasta ministerial da Fazenda provocou reações na imprensa, especialmente no jornal *Correio da Manhã*. San Tiago Dantas passou a ser criticado principalmente, na avaliação do matutino carioca, pela falta de eficiência na condução da política externa. Seu trabalho, segundo a lógica do jornal, não resultara em ações concretas capazes de fazer com que o comércio do país voltado para o exterior tornasse dinâmico. Como ministro da Fazenda, San Tiago Dantas e Celso Furtado, ministro sem pasta, do Planejamento, tomaram uma série de medidas para estabilizar a moeda com o objetivo de negociar novos empréstimos e o reescalonamento da dívida brasileira.<sup>17</sup> Aboliu os subsídios às importações de trigo e petróleo, dando passos em direção às diretrizes do FMI e das autoridades de Washington. San Tiago Dantas e Celso Furtado aplicavam essas medidas para equilibrar as contas públicas e criar atmosfera favorável para negociar com os bancos dos Estados Unidos. No entanto, em uma de suas declarações, foi combatido duramente pelo jornal carioca. O *Correio da Manhã* manifestou-se do seguinte modo:

É inadmissível: tem de ser denunciado, mesmo em expressões violentas para despertar a nação. Pois a declaração do ministro da Fazenda sobre o fim da inflação foi demais. Teve o sr. San Tiago Dantas a desfaçatez de proclamar que a inflação já estaria encerrada; e que começaria a fase da estabilização... É difícil descrever a mágoa com que essa afirmação inexata, para não dizer tola, está sendo recebida pelo povo, que sofre diariamente as consequências da inflação: da inflação que não acabou e não acaba. Que é que o ministro pretende estabilizar? A desgraça? (...) É a política da negação dos fatos. É a política da

---

<sup>17</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. 8ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 206.

mistificação deliberada. Do engano malicioso. É atestado de incompetência. A incompetência é mesmo a única explicação possível de certos mistérios em torno dessa política financeira. Mistérios que o sr. San Tiago Dantas não explica porque não sabe explicá-los. (...) O Ministério do Planejamento já sumiu. Do sr. Celso Furtado já não se fala mais. Rasgou-se o Plano Trienal como um farrapo de papel. Mas, naquele afã de mistificação, o sr. San Tiago Dantas ainda pretende salvar as aparências, citando o Plano Trienal como se ainda existisse e, ainda por cima, fingindo que o executa. (...) Assim começa a estabilização da desgraça. Com profunda mágoa vemos a política financeira e econômica do país nessas mãos. A declaração do sr. San Tiago Dantas sobre o *fim da inflação* foi uma declaração de falência do ministro.<sup>18</sup>

A forte crítica do jornal contra o ministro da Fazenda estava relacionada com o fato de que o índice inflacionário atingia patamares altíssimos afugentando investidores estrangeiros. O cenário de instabilidade política e econômica do Brasil refletiu-se em relações tensas com os Estados Unidos, cada vez mais pessimistas quanto à situação brasileira, principalmente com o processo de indenização às empresas norte-americanas, como a Amforp (American and Foreign Power Company), no campo de fornecimento de energia.<sup>19</sup> O sentimento nacionalista crescente no Brasil pressionava a favor da encampação de empresas estrangeiras, em especial, de setores como comunicações e energia. Nesse imbróglio, San Tiago Dantas, tentando acalmar o governo dos Estados Unidos, negociou a indenização dos proprietários daquela empresa, como forma de facilitar a obtenção de créditos para o Brasil. No entanto, a compra não foi concretizada pelo governo brasileiro em função dos líderes das esquerdas denunciarem termos lesivos aos interesses nacionais. A suspensão da negociação gerou um recuo do governo norte-americano.

Em meio aos desentendimentos entre os dois países, a imprensa norte-americana noticiava o pior dos cenários para o Brasil, alimentando as desconfianças sobre a pessoa de Goulart e suas intenções como presidente. Nesse sentido, o *Correio da Manhã* tratou de enfatizar junto aos seus leitores e à população brasileira sobre esse cenário sombrio desenhado pela imprensa dos Estados Unidos. Na avaliação do jornal carioca:

As dúvidas e indefinições, que caracterizaram a ação do governo brasileiro no plano interno, tiveram resposta que lhes correspondia no plano internacional. A ajuda econômica e financeira dos Estados Unidos ao Brasil será medida, enquadrada em prazos curtos, subordinada, ao comportamento de nosso governo no futuro. (...) O sr. San Tiago Dantas, em sua carta, informa ao sr. David Bell que o governo brasileiro houve por bem adotar diversas medidas para o restabelecimento da estabilidade monetária. Aumentou os tributos, eliminou os

---

<sup>18</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 9 de março de 1963. 1º caderno, p. 6.

<sup>19</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Op. cit.

subsídios do petróleo e do trigo, aumentou as tarifas da Estrada de Ferro Central do Brasil, limitou o crédito ao setor privado, reforçará o controle da SUMOC sobre os bens particulares, aumentará o imposto sobre consumo de energia, concederá aos funcionários públicos e militares de apenas 40%, apelará aos sindicatos profissionais para que evitem campanha de aumentos de salários de seus associados, baixou os preços de automóveis e vestuário. Além disso vai fazer a reforma agrária, há de completar o Plano Trienal e aumentará, novamente, os tributos. Com todos esses atos e compromissos o sr. San Tiago Dantas se julgou merecedor da confiança dos núcleos de financiamento internacional.<sup>20</sup>

## O fracasso

Os esforços do governo para tentar combater a crise econômica através do Plano Trienal não surtiram efeito. San Tiago Dantas foi uma das figuras mais bombardeadas pela imprensa e pelas esquerdas no campo da política econômica. As medidas recessivas abriram caminho para oposição radical do movimento sindical e das esquerdas. Dantas respondia as críticas ao Plano Trienal aos grupos que desejavam as reformas de base mesmo colocando em risco a legalidade como “esquerdas negativas”. Para o ministro da Fazenda, as “esquerdas positivas” eram aqueles grupos que defendiam as reformas dentro da legalidade, respeitando a ordem democrática.

As medidas restritivas do Plano Trienal incomodavam o próprio presidente. Em maio de 1963, Goulart, sobre fortes pressões dos empresários, movimento sindical e esquerdas, tomou a decisão de abandonar o Plano Trienal. O plano de estabilização econômica elaborado por Celso Furtado e San Tiago Dantas chegara ao fim depois de quatro meses de vida. Em reação ao fracasso do Plano Trienal, o jornal *Correio da Manhã* não poupou o governo. Na avaliação do jornal:

Temos governo – e governo forte, presidencialista – desde o dia 6 de janeiro. Mas esse governo está desgovernado. A que se limita a atividade do sr. João Goulart? A manter o equilíbrio precário de forças em que seu poder se assenta. A tentativas vacilantes e contraditórias de conciliar interesses antagônicos – interesses ideológicos, econômicos, políticos de diversos grupos e facções que o presidente atrai e rejeita alternadamente. Mas ficam sem solução os problemas nacionais, os da nação inteira, os problemas concretos voltam ou surgem diariamente e que, por falta de soluções adequadas e objetivas, se tornam cada dia mais prementes. Basta ver o que aconteceu com o planejamento. Que é ou foi o planejamento anunciado? Um conjunto de medidas administrativas e de política econômica e social, destinadas a controlar o processo de desenvolvimento da nação. (...) Temos, desde o dia 6 de janeiro, o presidencialismo. Mas ainda nos falta presidente.<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 26 de março de 1963. 1º caderno, p. 6.

<sup>21</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 30 de maio de 1963. 1º caderno, p. 6.

O tom de cobrança e, principalmente, de crítica do jornal *Correio da Manhã* refletia a oportunidade que o país teve para se recuperar da crise econômico-financeira que deteriorava em escala cada vez mais crescente os salários e estimulava a alta do custo de vida e da inflação. A falta de confiança do matutino carioca se estendia também aos grupos de empresários que acreditaram no combate à inflação e na recuperação da economia brasileira. A política de equilíbrio defendida por Goulart, ou seja, a manutenção da estratégia de negociação entre o presidente e os grupos conservadores para assegurar as reformas negociadas no Congresso começava a se complicar antes do término do primeiro semestre de 1963. O fracasso do Plano Trienal contribuía muito para alimentar as desconfianças dos conservadores sobre o presidente. Por outro lado, as esquerdas não aceitavam qualquer pacto com os pessedistas, vistos como reacionários, e defendiam abertamente transformações sociais rápidas e radicais. Em meio a esse processo, a crise econômica e social fomentava o aumento das pressões populares nas cidades e nos campos. O jornal *Correio da Manhã*, embora seguisse a linha liberal-democrata, repudiando toda e qualquer ação radical, passou a cobrar com mais contundência as reformas.

## **ENTRE TÉCNICOS E POLÍTICOS: O PARTIDO DA ARENA NO GOVERNO COLOMBO SALLES (1971-1975)**

Ricardo Duwe<sup>1</sup>

### **Resumo:**

O governo de Colombo Salles buscou reformar a Arena de Santa Catarina mediante o combate às suas principais lideranças: as oligarquias Ramos e Konder Bornhausen. Insuflado pelas novas políticas tecnocráticas do governo Médici, Salles almejou implementar um governo técnico em detrimento de um político. Durante o seu governo, a Arena dividiu-se em duas alas bem definidas: os renovadores e os tradicionais. Este trabalho pretende discutir esta disputa entre projetos políticos distintos dentro da Arena catarinense.

**Palavras-chave:** Arena; ditadura civil/militar; cultura política.

### **Abstract:**

The Colombo Salles government sought to reform the Arena party of Santa Catarina by tackling its main leaders: the Ramos and Konder Bornhausen oligarchies. Inflated by the new technocratic policies of the Medici government, Salles craved to implement a technical government rather than a political. During his rule, the Arena party was divided into two well defined wings: the renovators and the traditionals. This paper discusses this struggle between different political projects within the Santa Catarina Arena.

**Keywords:** Arena; civil/military dictatorship; political culture.

## **INTRODUÇÃO**

A qualquer interessado na tarefa de se pensar a história política de Santa Catarina no século XX, torna-se praticamente inevitável fazer referência as oligarquias Ramos e Konder Bornhausen. Durante a Primeira República (1889-1930), a Era Vargas (1930-1945) e no período de redemocratização, também conhecido como Segunda República (1945-1964), as duas famílias protagonizaram uma série de enfrentamentos – principalmente durante o Estado Novo - cada uma defendendo os seus interesses e, se postando de forma diametralmente oposta a outra, constituindo assim uma tradicional rivalidade política. Todavia, com a edição do AI-2 em 1965, este quadro sofreu uma drástica alteração pois, com a extinção dos partidos políticos

vingentes, e a criação de apenas um partido de posição (Arena) e outro de oposição (MDB), os grupos políticos que apoiaram o golpe de 1964 emigraram para o partido governista. Esta nova organização partidária acabou por gerar uma amalgama de correntes políticas que não necessariamente se entrecruzavam, mas que tinham em comum o apoio ao golpe e partilhavam de ideais anticomunistas.<sup>2</sup> Assim, o novo contexto político nacional da implementação do bipartidarismo influenciou diretamente na nova configuração do quadro político estadual, porém, este último também era influenciado por dinâmicas sociais, econômicas e de cultura política próprias de Santa Catarina, as quais vieram a impor um ritmo também próprio ao processo histórico a ser estudado nas páginas doravante.

As oligarquias Ramos e Konder Bornhausen tomaram a liderança do novo partido já nos primeiros anos de sua existência. Mesmo esta liderança não tendo sido exercida de forma plenamente conjunta e harmoniosa em um perfeito consenso de classe, sendo ora uma colaboração negociada entre os antigos membros do PSD (chefiado pelos Ramos) e UDN (chefiada pelos Konder Bornhausen) como no governo Ivo Silveira (1966-1971), ora uma sobreposição de um grupo sobre o outro como nas gestões de Antônio Carlos Konder Reis (1975-1979) e Jorge Konder Bornhausen (1979-1982), ela foi, em grande medida, funcional em manter a liderança do partido nas mãos das oligarquias. Entretanto, houve um período especialmente conturbado na história da Arena catarinense, e que não somente colocou esta liderança das oligarquias em jogo, como também chegou a abalar, mas não desustrurar, uma cultura política que se encontrava muito bem consolidada no início da década de 1970. O governo de Colombo Salles (1971-1975) foi pautado por uma pregação antioligarquica e pela tentativa de se implementar um governo técnico em detrimento de um político. Insuflado pelas novas políticas tecnocráticas do governo Médici, a gestão de Colombo Salles passou a representar uma concreta ameaça aos interesses políticos das oligarquias Ramos e Konder Bornhausen.

## **ENTRE TÉCNICOS E POLÍTICOS**

Para compreendermos o governo de Colombo Salles, devemos antes salientar algumas importantes características do governo Médici e da relação deste com a Arena. De acordo com Thomas Skidmore, uma das características que diferenciou a gestão Médici dos demais governos militares foi a predileção por indicar técnicos-administrativos na formação do seu Ministério. Segundo o autor, os ministros de Médici



eram principalmente administradores, em contraste com os outros ministérios desde 1964, constituídos mais com políticos profissionais e representantes de interesses econômicos ou sociais. O governo Médici afirmava ser um Estado elevando-se *acima* de sua sociedade, com os tecnocratas e os militares administrando atentos aos melhores interesses dos setores sociais nominalmente não representados. (...) Esta postura *não política* era o que mais agradava aos militares.<sup>3</sup>

A partir desta predileção da gestão Médici por técnicos, em detrimento aos políticos, podemos realizar um diálogo com as reformas que o Executivo buscou realizar na Arena no início da década de 1970.

Lúcia Grinberg define os anos do governo Médici enquanto um período em que políticos e militares passaram a ter papéis diferenciados na '*revolução*', e até, em certos casos, opostos. Para a autora, após muitos membros da Arena terem votado contra o Executivo no *Caso Moreira Alves*, e terem sido culpados em rede nacional pela edição do AI-5 pelo então presidente Costa e Silva, os militares buscaram ter uma relação mais estreita com a Arena.<sup>4</sup> O objetivo desta aproximação era subordinar o partido aos desígnios dos militares, restringir a autonomia da ação dos parlamentares e evitar um novo conflito entre ambas as partes como o de 1968. Para tal, um pacote de medidas jurídicas e de políticas partidárias foi adotado pelo Executivo, na qual consistia: 1) a implementação da lei da fidelidade partidária por meio da Emenda Constitucional de nº 1;<sup>5</sup> 2) a indicação direta de homens de confiança do Executivo para o cargo de governador; 3) A adoção de uma política partidária em que o governador teria plenos poderes perante os diretórios regionais.<sup>6</sup> Mediante a análise desta conjuntura, podemos compreender que a escolha do próximo governador de Santa Catarina deveria coadunar com as novas perspectivas que a gestão Médici almejava implementar, tanto para o regime, quanto para a Arena.

Ao analisarmos o contexto político de Santa Catarina anterior a escolha de Colombo Salles para o cargo de governador, podemos facilmente constatar que as expectativas para o futuro político do Estado não eram de mudanças, mas sim permanências. De acordo com Paulo Bornhausen, ao longo dos anos de 1969 e 1970, o futuro do governo do Estado esteve em aberto e uma série de especulações a respeito do futuro candidato da Arena foram abordadas e alimentadas pela mídia regional, além de serem discutidas internamente no partido. Segundo o mesmo, uma série de nomes foram especulados pelos membros do Diretório regional do partido para o cargo, tal como o seu próprio, o do então prefeito de Joinville, Nilson Bender, o do deputado federal Renato Ramos da Silva e do senador Atílio Fontana. Todavia, as sugestões dos partidários regionais da Arena foram negadas pelo Governo Federal, e os membros do Diretório Regional teriam sido informados pelos militares que “o candidato não poderia ser um

elemento visceralmente ligado às chamadas oligarquias”.<sup>7</sup> Apesar dos esforços dos membros do Diretório Estadual em levantar uma nova lista de nomes da sua confiança - a qual continha nomes de alguns empresários, ao invés de políticos de carreira - para sugerir ao alto escalão militar, estes também foram negados, e prevaleceu a vontade de Médici, que no mês de abril de 1970, indicou o engenheiro Colombo Salles para o cargo.<sup>8</sup>

No dia 15 de março de 1971, Salles tomou posse como governador de Santa Catarina, tendo ao seu lado, no cargo de vice-governador, o ex-senador e diretor-presidente da Cia. Sadia, Atílio Fontana. Embora Salles possuísse em seu currículo alguns trabalhos no campo administrativo enquanto Secretário do Governo no Distrito Federal, e até mesmo uma breve passagem como Secretário Executivo do Plameg (Plano de Metas do Governo) da gestão de Ivo Silveira, este era um engenheiro de profissão - ou seja, um técnico – que não possuía vínculo algum com o partido da Arena até o momento da sua indicação ao cargo de governador. A sua alienação da prática política e partidária era tamanha que, no seu livro de memórias, *Colombo Salles: o Jogo da Verdade*, escrito pelo jornalista Moacir Pereira, podemos encontrar o curioso relato do próprio ex-governador de que este sequer era membro da Arena no período de sua indicação, tendo que assinar o livro de filiação partidária às pressas antes de efetivar a sua candidatura no Colégio Eleitoral.<sup>9</sup>

O seu governo buscou realizar reformas na Arena e privilegiar os técnicos em detrimento aos políticos. Na sua gestão, insuflado pelo Executivo Federal, compreendeu-se que para reformar a Arena em Santa Catarina seria necessário combater as lideranças do partido: as oligarquias Ramos e Konder Bornhausen. Todavia, estas famílias não representavam somente a Arena, nem a carreira de seus membros se iniciou com o golpe de 1964. Elas possuíam antigas relações com o eleitorado catarinense, e monopolizaram as disputas eleitorais no Estado durante boa parte do século XX. Yan Carreirão aponta que o governo de

Colombo Salles representou a tentativa mais significativa de ruptura com o poder oligárquico em todo o período estudado [1945-1979], a partir da cúpula do poder no Estado. (...) Os demais governadores do período são membros centrais das oligarquias: Nereu Ramos; Aderbal Ramos da Silva; Irineu Bornhausen; Celso Ramos; Antônio Carlos Konder Reis e Jorge Konder Bornhausen. Colombo foi indicado de forma autocrática pelo governo militar brasileiro e tinha, aparentemente, o respaldo inicial do núcleo do poder federal para combater, ou pelo menos minimizar, o poder das oligarquias catarinenses, na arena política.<sup>10</sup>

Na formação do seu Secretariado, Colombo Salles optou por uma equipe de técnicos, na qual, muitos destes eram oriundos da Escola Superior de Guerra (ESG).<sup>11</sup> Sendo assim, os membros das oligarquias, acostumados em fazer parte da alta cúpula do Governo Estadual, foram desprestigiados pelo novo governador. Com a nova política de reforma na Arena

catarinense, a situação no interior do partido tornou-se insustentável e os membros deste acabaram por se dividir em dois grupos com interesses distintos: os *renovadores* e os *tradicionais*.

Os *renovadores* formaram o grupo de apoio de Colombo Salles. Constituído pelo seu Secretariado e por políticos que buscaram se aproveitar do momento para ocupar o lugar das oligarquias enquanto elite política do Estado, realizar reformas na Arena, e em um sentido mais amplo, na política catarinense. Estes coadunaram com a proposta de combate às oligarquias, e a realizaram de forma pública e enfática. O líder do grupo *renovador* e presidente da Assembleia Legislativa nos primeiros anos da gestão de Salles, o deputado estadual Nelson Pedrini, constantemente proferiu ataques às oligarquias, tais como

Não podemos ter o nosso Estado como se fosse uma grande fazenda onde três milhões de catarinenses que lá vivem fossem três milhões de peões a receber ordens ditadas por quatro famílias que mandam na política desde 1930. (...) Não serão meia dúzia de lavadeiras de fundo de quintal que farão eu me afastar das minhas diretrizes.<sup>12</sup>

Já os *tradicionais*, constituíram-se enquanto a ala formada pelos membros das duas grandes oligarquias do Estado. Além de sua tradição política, sua bem articulada rede de políticos e empresários, esta ala teve ao seu favor a grande imprensa estadual. Segundo o jornalista Moacir Pereira, a ala tradicional possuía uma grande vantagem em relação a ala renovadora, pois a primeira possuía influência direta nos jornais de maior circulação de Santa Catarina, sendo estes: *O Estado*, o mais antigo e mais influente jornal catarinense, que estava sob a posse de Aderbal Ramos da Silva; e o recém-criado, mas já grande, *Jornal de Santa Catarina*, o qual estava sob a direta influência da oligarquia Konder Bornhausen, e que já contava com o equipamento mais moderno da imprensa catarinense.<sup>13</sup> Com esta poderosa ferramenta em suas mãos, as oligarquias buscaram influir diretamente na opinião pública e combater a ala *renovadora* também por meio da imprensa.

Um caso que demonstrou a desarmonia dentro da Arena e o uso da imprensa pela ala *tradicional* foi o da renúncia do Secretário de Governo Victor Sasse no dia 21 de dezembro de 1971. O motivo foi a repercussão de uma entrevista que o então Secretário cedeu para o jornal gaúcho *O Correio do Povo* no dia 20 de dezembro de 1971. Sasse disse que “o governo de Santa Catarina conseguiu contornar a crise política com as lideranças tradicionais, surgida após uma manifestação do Presidente da Assembleia, sem fazer quaisquer concessões de caráter político ou administrativo”.<sup>14</sup> O Secretário também chegou a afirmar que “não abrimos concessões que proporcionassem às oligarquias maior participação e nem poderíamos abrir”.<sup>15</sup>

Por fim, Sasse causou constrangimento ao responder a respeito de um possível retorno dos militares aos quartéis, tendo dito não sentir a “ingerência dos militares no governo e na política. Talvez porque o Estado tenha apenas uma unidade naval e a Marinha seja normalmente mais retraída”.<sup>16</sup>

Como Secretário do Governo, Sasse era o representante direto de Salles no Rio Grande de Sul, e tais palavras de afronta às oligarquias tradicionais, e uma possível alusão à intervenção da Marinha em questões políticas e administrativas, não passaram despercebidas. Ao chegar em Florianópolis no dia posterior a sua entrevista, Sasse não resistiu às pressões e pediu a renúncia. Segundo o colunista do *Jornal de Santa Catarina*, Adolfo Ziguelli, o pecado capital de Victor Sasse foi o entusiasmo quase juvenil e sua audácia em afrontar as lideranças tradicionais.

Moço e idealista, o Secretário do Governo tinha pressa, como tem pressa todos os que vem abrir as perspectivas de uma ação positiva na vida pública. **Minimizou, contudo, a importância e o legado da tradição política, mãos invisíveis que do fundo da história estendem a sua influência e seu magnetismo sobre as ações do presente.** [Grifo nosso] E sucumbiu ante os longos braços das lideranças tradicionais, nascidas e educadas para o desempenho da função política.<sup>17</sup>

Tanto a renúncia de Sasse, quanto a interpretação de Ziguelli, são emblemáticas para se pensar o poder de influência da cultura política liberal das oligarquias. Mesmo não estando na alta cúpula do governo, o peso da tradição política das famílias encontrava-se muito bem estruturado na sociedade catarinense. A percepção de Ziguelli, de que as oligarquias *nasceram* e foram *educadas* para o desempenho da função política, corrobora uma certa visão de que estas seriam predestinadas a tal prática, e que esta não seria uma condição socialmente construída ao longo dos anos. A naturalização do poder das oligarquias era de grau tamanho, que os membros destas, ao serem acusados de práticas nepotistas, ou de concentração do poder, replicavam que *eram uma família de políticos que não faziam política de família*.<sup>18</sup>

Segundo Nelson Pedrini, o líder da ala *renovadora* na Assembleia Legislativa, o grande revés do projeto de renovação política deu-se no ano de 1972. Em seu livro de memórias, *Pedra Lisa*, Pedrini narra que após a renúncia do presidente estadual da Arena, Renato Ramos da Silva, membro da ala *tradicional*, que alegou divergências insuperáveis com o governador, Colombo Salles teria se reunido com os deputados da ala *renovadora* e dito-lhes que estavam autorizados a indicar-lhe o nome do novo presidente e que este tivesse o perfil da renovação política.<sup>19</sup> Por conseguinte, os deputados teriam escolhido o deputado Evaldo Amaral à presidência da Arena e seu nome teria sido aceito por Salles. Todavia, após postergar a convocação para a eleição interna do partido, os membros da ala *renovadora* foram

surpreendidos com o comunicado do governador de que este, após reunião em Brasília com o presidente nacional da Arena, Filinto Müller, teria decidido que o indicado ao cargo seria Jorge Bornhausen.<sup>20</sup>

Ainda de acordo com Pedrini, embora frustrados, os membros da ala *renovadora* foram paulatinamente aceitando a nova condição. Inclusive, Jorge Bornhausen teria conversado pessoalmente com os deputados da ala *renovadora*, pedindo-lhes apoio em nome da reunificação do partido e que seu objetivo era o fortalecimento do mesmo, que não estaria indo bem.<sup>21</sup> Para Pedrini, concordar com o nome de Jorge Bornhausen para o cargo de presidente estadual do partido foi o segundo e fatal erro de Colombo Salles, sendo que o primeiro teria sido o de concordar com a eleição do deputado Zany Gonzaga à presidência da Assembleia Legislativa, não prestigiando um membro da ala *renovadora*.<sup>22</sup> Por fim, Pedrini interpreta a derrocada do projeto renovador da seguinte forma em seu livro:

Colombo Salles pagou, porque quis, um alto preço por sua ingenuidade política e porque nunca aceitou ouvir conselhos de amigos leais e que entendiam da arte. Em todo o seu governo, na parte política, prevaleceu a picardia de Aderbal Ramos da Silva, de Renato Ramos da Silva, de Jorge e Irineu Bornhausen e de Celso Ramos. (...) Na década de 70, agora com o apoio do governo Colombo Salles, muitos jovens e outros não tão jovens, sonharam com ampla renovação política em terras catarinenses. Perderam a luta por culpa mais de quem declarou a guerra, o governo Colombo Salles. (...) Os sonhos duraram quatro anos. Exatamente o período do governo do doutor Colombo Machado Salles, que realizou uma obra administrativa importante e rica, mas com indigência e apatia em relação aos assuntos de natureza política. Essa constatação, longe de constituir crítica ao amigo e ex-governador Colombo Salles, tem o sentido de homenageá-lo como um ótimo governador, mas sem deixar de caracterizá-lo como um péssimo político.<sup>23</sup>

Como um grande balanço destes anos do governo Colombo Salles temos as eleições de 1974. Uma suntuosa e inesperada vitória do MDB nestas eleições transformou este evento em marco da ditadura civil/militar no Brasil.<sup>24</sup> Os resultados em Santa Catarina também foram surpreendentes. Na disputa para o senado Evelásio Vieira (MDB-SC) triunfou perante o tradicional político e ex-governador Ivo Silveira, sendo o primeiro senador eleito pelo partido de oposição no Estado desde a criação do bipartidarismo. Na Câmara Federal e Assembleia Legislativa, embora as vitórias tenham sido da Arena - 9 deputados federais eleitos pela a Arena contra 7 do MDB, e 22 deputados estaduais eleitos pela a Arena contra 18 do MDB – o inédito equilíbrio de forças entre os partidos foi um fator novo.

Durante os dias 24 e 29 de novembro de 1974, o colunista Adolfo Zigelli publicaria no *Jornal de Santa Catarina* uma série de cinco textos intitulados *Mitos da Arena*, nos quais teceu pesadas críticas ao partido. O jornalista atacou desde a própria origem elitista e autoritária do partido, a sua preferência por uma política de gabinetes, em detrimento as aspirações populares

e a falta de uma ideologia partidária do mesmo, além da paradoxal posição de partido do governo sem estar no governo. Para Zigelli, o partido sofreu com a pesada intervenção da tecnocracia federal, simbolizada pelo governo Salles, sendo que nas palavras deste: “a tecnocracia (e não os técnicos) está em mare vazante, convencida de que, num regime democrático, quem ganha as eleições são os políticos. E quem sustentar o contrário que aponte um técnico entre os comandantes da vitória emedebista”.<sup>25</sup> E em relação a campanha do MDB, Zigelli afirmou:

A isso chama-se estruturação de um partido. Que não é feito apenas com a invocação reverente dos deuses da mitologia política, em velhos e fantásticos rituais, mas produtos de um trabalho consciente e penoso, no contato direto e frequente com as populações. E o que fez a Arena durante todo esse tempo? Cindiu-se na Assembleia, discutiu o sexo dos anjos, brigou no diretório, desentendeu-se com o governo e o governo com ela, mas acima de tudo, acreditou demais no mito da invencibilidade, fruto das urnas de 1970.<sup>26</sup>

Se após a vitória no pleito de 1974 o senador Franco Montoro (MDB-RS) qualificou a vitória do MDB em nível nacional como uma vitória contra o governo Médici<sup>27</sup>, acreditamos ser possível, no âmbito estadual, qualificar a vitória do partido de oposição também como uma vitória contra Colombo Salles. As disputas internas da Arena catarinense dividiram e enfraqueceram o partido, dando espaço para o crescimento do MDB também em nível estadual. O mito da invencibilidade da Arena estava derrubado, e tal feito seria repetido nas eleições de 1978 em Santa Catarina, nas quais, novamente o MDB venceria a disputa do Senado e um certo equilíbrio se manteria em relação aos deputados federais e estaduais.

Ao elaborar uma síntese da gestão Colombo Salles, Yan Carreirão aponta que

a verdade é que o poder oligárquico se mostrou mais forte do que esperava a tecnocracia federal. Ao final do período, Colombo Salles já fazia um jogo ambíguo em relação às forças tradicionais da política catarinense; Nelson Pedrini virá a ser o líder do governo na gestão de Antônio Carlos e Henrique Córdova será o vice-governador de Jorge K. Bornhausen. De um lado ficou patente que a resistência ao poder oligárquico internamente à Arena catarinense não tinha consistência ideológica alguma – tratava-se de aproveitar o momento em que o poder central sinalizou para a 'renovação política', no intuito de ganhar o espaço ocupado pelas oligarquias; de outro lado, fica claro também o poder de composição das tradicionais forças políticas estaduais, cooptando seus principais 'inimigos internos' e conseguindo, no plano federal, o aval para a indicação dos dois próximos governadores.<sup>28</sup>

Se no momento da posse de Colombo Salles, no dia 15 de março de 1971, o Executivo Federal esforçava-se para combater as oligarquias, quatro anos depois, no dia 15 de março de 1975, estas retornavam ao poder do Executivo Estadual por meio da posse de Antônio Carlos Konder Reis enquanto governador. As oligarquias não somente resistiram aos ataques do projeto renovador, como conseguiram se fortalecer neste processo. O projeto de renovação

política teve fim com o termino do governo Colombo Salles. Após a derrota para a ala *tradicional*, muitos dos membros da ala *renovadora* passam a apoiar e até mesmo exercer cargos nos governos de Antônio Carlos Konder Reis e Jorge Konder Bornhausen. Se, em grande medida o projeto renovador gerou divisões internas na Arena e influenciou diretamente no mal resultado das eleições de 1974, ele também serviu para evidenciar o poder das oligarquias catarinenses, principalmente a família Konder Bornhausen. O que poderia se configurar enquanto ruptura, não teve forças para tal. A cultura política liberal das elites catarinenses seguiu enquanto uma duradoura e bem estruturada permanência.

## CONCLUSÃO

Como podemos medir o peso da tradição política? Qual o alcance destas *mãos invisíveis que do fundo da história estendem a sua influência e seu magnetismo sobre as ações do presente*? O primeiro cargo ocupado por um membro das oligarquias catarinense foi em 1902, o de governador do Estado, por Vidal Ramos. No presente ano de 2014, o candidato ao Senado que disputa a liderança das pesquisas é um membro da oligarquia Konder Bornhausen, sendo que seu avô e seu pai já ocuparam este cargo. Ao estudarmos certos eventos políticos, ou grupos específicos que possuem abrangência nacional – tal como um partido político moderno -, muitas vezes não nos atentamos para as reverberações destes processos históricos em determinadas regiões, não sendo possível compreender assim as suas especificidades – e isto não é de forma alguma uma falha, mas uma opção de escala analítica.

As perguntas acima propostas podem ser respondidas de diversas maneiras, sendo possível obter diferentes respostas ao utilizarmos distintos recortes, sejam eles temporais (observar a partir um acontecimento específico a ação de uma tradição política), de estratificação social (observar a partir da ótica da classe trabalhadora como esta relaciona-se com uma elite política), ou regionais. Neste trabalho, optamos pela última alternativa. Acreditamos que mediante esta opção, pudemos atentar para aspectos importantes da cultura política da elite catarinense, enfatizando as dinâmicas políticas e sociais próprias de Santa Catarina. O projeto renovador, antes de mais nada, torna-se um objeto de estudo que revela a dificuldade de se optar por projetos políticos divergentes do proposto pela cultura política liberal da elite catarinense. O estudo do fracasso da tentativa de reforma proposta pelo governo de Colombo Salles nos chama a atenção especialmente para a forma como o tempo parece passar mais devagar na política catarinense.

<sup>1</sup> Mestrando no Curso de Pós-Graduação em História do Tempo Presente pela Universidade do Estado de Santa Catarina. E-mail: ricardoduwe@hotmail.com

<sup>2</sup> Segundo Grinberg, “Os sentimentos que uniam os arenistas eram a aversão ao comunismo e a certeza de que a Revolução fora um bem para o país”. Cf: GRINBERG, Lucia. “Arenista, graças a Deus”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, p. 78. 01 abr. 2008.

<sup>3</sup> SKIDMORE, Thomas. *De Castelo a Tancredo, 1964-1985*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 213.

<sup>4</sup> GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 128.

<sup>5</sup> A lei da fidelidade partidária foi uma das medidas tomadas pelo Executivo na busca de obter um maior controle sobre a Arena. Esta foi uma das medidas que acompanhou a Emenda Constitucional nº1. O parágrafo único do artigo nº152, relativo a esse tópico, previa a perda do mandato do parlamentar que, "por atitudes ou pelo voto, se opuser às diretrizes legitimamente estabelecidas pelos órgãos de direção partidária ou deixar o partido sob cuja legenda foi eleito". (GRINBERG, 2009, p.151) Segundo Grinberg: “No campo político, esse foi um dos principais desdobramentos da votação de parte dos deputados da Arena contra a orientação do governo em 1968. O objetivo da lei era controlar as bancadas parlamentares através da legislação partidária, sem a necessidade de se usarem medidas autoritárias estranhas ao funcionamento das instituições e sem o custo de fechar o Congresso, como já havia acontecido” (Idem, *ibidem*).

<sup>6</sup> Para Grinberg “a partir de 1969, uma das faces das disputas entre parlamentares e governo era a direção dos diretórios regionais, pois uma das soluções do Executivo para controlar melhor a Arena foi manter as eleições indiretas para o governo dos Estados e delegar autoridade aos governadores para comandar os diretórios regionais. De acordo com o anteprojeto da Lei Orgânica, o governador, na prática, passava a controlar o diretório regional e, através dele, embora com certos limites, os seus parlamentares. Guardadas as distâncias históricas, isso configurava uma espécie de política dos governadores dos anos 1970, ano em que terminava o mandato daqueles eleitos diretamente em 1965. Pelo novo projeto, dali em diante, todos os governadores seriam pessoas ligadas ao governo federal” (Idem, *Ibidem*, p.156-157).

<sup>7</sup> BORNHAUSEN, Paulo Konder. *Retrato político de uma época (1960-1982)*. Florianópolis, SC: Insular, 2000. p. 229.

<sup>8</sup> Idem, *Ibidem*, p.230-234.

<sup>9</sup> PEREIRA, Moacir. *Colombo Salles: o jogo da verdade*. Florianópolis, SC: Insular, 2007. p. 59-61.

<sup>10</sup> CARREIRÃO, Yan de Souza. *Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979)*. Florianópolis: EdUFSC, 1990. p. 93.

<sup>11</sup> PEREIRA, 2007, *op.cit.*, 87-89.

<sup>12</sup> PEREIRA, 2007, *op.cit.*, p. 111.

<sup>13</sup> PEREIRA, Moacir. *Imprensa e poder: a comunicação em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora Insular, 1992. p. 83-115.

<sup>14</sup> ZIGUELLI, Adolfo. “Secretariado, ponto final?” *O Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, p. 4, 21/12/1971.

<sup>15</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>16</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>17</sup> ZIGUELLI, Adolfo. “A segunda queda”. *O Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, p. 4, 22/12/1971.

<sup>18</sup> KONDER, Victor Márcio (org.). *Antônio Carlos Konder Reis: 50 anos de vida pública*. Itajaí: Oficina da Palavra de Itajaí, 1997. p.46-47.

<sup>19</sup> PEDRINI, Nelson. *Pedra Lisa: como tudo aconteceu*. Florianópolis: Ed. Papa-livro, 2001. p. 172-173.

<sup>20</sup> Idem, *Ibidem*, p.173.

<sup>21</sup> Idem, *Ibidem*, p.174.

<sup>22</sup> Idem, *Ibidem*, p.174.

<sup>23</sup> Idem, *Ibidem*, p.174-175.

<sup>24</sup> Nestas eleições o MDB praticamente duplicou o seu número de membros na Câmara Federal (de 86 deputados federais, passou para 160) e conquistou 16 das 22 cadeiras do Senado.

<sup>25</sup> ZIGUELLI, Adolfo. “Os mitos da Arena (III)”. *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, p. 2, 26/11/1974.

<sup>26</sup> ZIGUELLI, Adolfo. “Os mitos da Arena (IV)”. *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, p. 2, 29/11/1974.

<sup>27</sup> SKIDMORE, *op.cit.*, p. 339.

<sup>28</sup> CARREIRÃO, 1990, *op.cit.*, p.93



## De prisões à Constituinte - A vitória de Carlos Marighella e do PCB nas eleições de 1945

Ricardo José Sizilio<sup>1</sup>

### Resumo:

Em 1945, após quinze anos no poder, Getúlio Vargas iniciou o processo de redemocratização do Brasil, tentando conter as pressões de diversos segmentos da sociedade que desejavam o fim do seu governo. Além de convocar as eleições para o final do ano, anistiou os presos políticos encarcerados durante a ditadura do Estado Novo. Com a abertura política, Carlos Marighella pode concorrer, pela Bahia, ao pleito em dezembro de 1945, elegendando-se deputado pelo PCB.

### Palavras-Chave:

Partido Comunista do Brasil, Carlos Marighella, Eleições

### Abstract:

1945, after fifteen years in power, the brazilian re-democratization process had been started by Vargas, he tried to contain the pressures from many society segments which used to wish the end of Vargas' Government. Besides calling elections for the end of that year he granted amnesty to political prisoners from the dictatorship of the Estado Novo. With this political opening, Carlos Marighella could be candidate by Bahia state in December 1945, and he was elected deputy from the *Partido Comunista do Brasil (PCB)*.

### Keywords:

Communist Party of Brazil, Carlos Marighella, Elections

---

<sup>1</sup> Mestrando em História Social pela Universidade Federal da Bahia, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Zacarias de Sena Junior. A referente pesquisa é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia. ricardosizilio@yahoo.com.br

Instalado na Presidência da República desde 1930 e governando ditatorialmente a partir da implantação do Estado Novo em 1937, Getúlio Vargas manteve-se no poder até 1945 utilizando, entre outros instrumentos, a repressão maciça a seus opositores. Contudo, a partir de 1943 aumentaram as demonstrações de insatisfação ao governo e grande parte dos brasileiros clamava pelo fim da ditadura de Vargas, vislumbrando na realização das eleições e na construção de uma nova Constituição a possibilidade concreta de terem garantidos muitos dos seus direitos usurpados pelo Estado Novo. Nos interessa aqui, analisar parte do processo eleitoral ocorrido na Bahia, enfocando o Partido Comunista do Brasil e sua plataforma política no período da redemocratização de 1945. Utilizando principalmente os jornais *O Momento* e *A tarde* buscamos analisar os caminhos percorridos por Carlos Marighella no processo eleitoral que o elegeu como o único deputado comunista pela Bahia.

A conjuntura política no início de 1945 favorecia a articulação das forças opositoras para a derrubada da ditadura, no entanto, Vargas percebendo a situação desfavorável, tendo em vista o aspecto eleitoral, deu o passo inicial para a redemocratização do Brasil através do Ato Adicional número 9, promulgado em 28 de fevereiro, que determinava, entre outras providências, que no prazo de 90 dias seria fixada a data das eleições para presidente, senadores e deputados. O regime do Estado Novo, ao que parecia, vivia seus últimos momentos e Vargas tentava com isso comandar o processo de redemocratização no Brasil.<sup>1</sup> Durante esses 90 dias, a Justiça Eleitoral deveria ser totalmente reorganizada, haja vista que criada em 1932 pelo próprio Getúlio, perdeu sua função com o Estado Novo, afinal os partidos políticos foram extintos e proibidos de funcionar e o Congresso foi dissolvido.<sup>2</sup>

O processo de reabertura política foi realizado de forma bastante lenta e até meados de abril havia no Brasil aproximadamente 600 presos políticos, encarcerados durante o Estado Novo. Por isso, o Partido Comunista do Brasil (PCB) e outros segmentos da sociedade brasileira pressionavam o governo pela anistia política, como se pode verificar com a realização da "Semana Nacional da Anistia na Bahia"<sup>3</sup> no início daquele mês. Com o intuito de conter a pressão da opinião pública e de seus opositores, Vargas anistiou os presos políticos e exilados, em sua maioria integralistas e comunistas, e entre os que foram soltos estavam Carlos Marighella e Luis Carlos Prestes, dois dos eleitos a Constituinte pelo PCB naquele ano.

Até 1945 o PCB não havia conseguido eleger nenhum dos seus militantes nos processos eleitorais, afinal desde sua criação em março de 1922, o partido esteve na maioria

do tempo na ilegalidade, só funcionando de forma legal durante os três meses após sua criação e entre janeiro e agosto de 1927. Mesmo durante os períodos de ilegalidade, os comunistas continuavam atuando, o que ocasionou perseguições e inúmeras prisões em todo o Brasil, principalmente durante o período em que Getúlio Vargas esteve no poder. Tais perseguições fizeram com que no final da década de 1930, o Comitê Regional da Bahia (CR-BA) se transformasse em um dos poucos organismos do partido em efetivo funcionamento, mesmo que de forma ilegal. Isto possibilitou que, no início dos anos de 1940, os comunistas baianos estivessem inseridos no movimento estudantil e entre os operários, além de publicarem uma revista de circulação nacional, a *Seiva*<sup>4</sup>. Em Salvador, os comunistas atuavam em pelo menos 20 núcleos, sendo que "entre os estudantes havia sete células do partido funcionando normalmente e 13 células entre os operários" de diversas categorias.<sup>5</sup> A atuação contínua, mesmo que de forma ilegal, além da iminência do fim da Segunda Guerra Mundial com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) entre os aliados e lutando pela democracia, fizeram com que os comunistas baianos angariassem um grande capital político. Segundo João Falcão, "no início de 1945, o partido [...] crescia rapidamente, em função do grande número de operários e trabalhadores em geral, estudantes, jornalistas e profissionais liberais que procuravam filiar-se".<sup>6</sup>

Apesar do crescimento do partido e do processo de redemocratização iniciado, o registro do PCB junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não transcorreu facilmente, haja vista que foi solicitado pelo relator do processo explicações sobre o programa do partido. Os comunistas tiveram que discorrer sobre como pretendiam realizar a divisão de terras; o combate aos fascistas; a socialização dos meios de produção e ao final, como estratégia para terem deferido o registro do partido, os comunistas negaram os princípios marxistas-leninistas. Durante os meses que durou o processo de registro do PCB, foi requerida pela União Social pelos Direitos do Homem, sediada em São Paulo, a proibição da concessão do registro partidário, entre os argumentos utilizados, um chama atenção, pois afirmava que os comunistas eram violentamente anti-democráticos e fundamentalmente nazistas. Com o mesmo intuito, telegramas foram enviados ao TSE, como por exemplo, o da professora Maria Joaquina Ferreira, da Bahia, informando ser mãe de família, educando quatro filhos com os preceitos cristãos e que por isso, pedia a negativa do registro ao PCB.<sup>7</sup> O registro definitivo do partido só seria concedido em 10 de novembro, depois de todos os trâmites e exigências do Tribunal, mas tanto o fato do relator pedir explicações, como as solicitações de negativa ao registro indicam que os comunistas eram vistos com bastante desconfiança.

Ainda sem o registro, e antes mesmo do estabelecimento da legislação eleitoral, os partidos políticos começaram a funcionar. Na Bahia, ao longo dos meses, o PCB através de comícios e do seu jornal *O Momento* mostrou quais seriam seus 24 candidatos a deputado e quais eram as suas bandeiras políticas, dentre as quais estavam o combate aos integralistas; a conclamação por uma Constituinte e a revogação da Constituição de 1937 e a defesa pelo voto dos militares de baixa patente das Forças Armadas e dos analfabetos. Além destas divulgadas em seu periódico, no programa de partido enviado ao TSE para seu registro político, o PCB se propôs lutar, entre outros, pela emancipação da mulher e reconhecimento de todos os seus direitos que lhe são negados; pela proteção à infância, velhice e aos inválidos; e pelo esmagamento político e moral dos remanescentes do fascismo. As vésperas de findar o prazo de 90 dias para a regulamentação do processo eleitoral e tendo conhecimento do anteprojeto de lei, foi publicada em 14 de maio em *O Momento* a reportagem intitulada *Pelo votos dos soldados*.<sup>8</sup> Nela foi feita uma ampla defesa pelo direito ao voto dos soldados das Forças Armadas<sup>9</sup>, citando o patriotismo destes na luta pela democracia em solo europeu e que os oficiais poderiam votar, logo, o voto não era uma incompatibilidade com a profissão militar, mas sim, uma questão de classe e por fim, conclamava os responsáveis pela redação final do texto do anteprojeto para que em tempo pudessem fazer as alterações necessárias para que os soldados tivessem direito ao voto, o que não foi atendido.

Durante toda a campanha eleitoral o jornal *O Momento* foi fundamental para o PCB no estado. Em 06 de agosto, na matéria *O Partido Comunista e o problema eleitoral*, foi afirmado que "O Partido Comunista não descansará [...] na tarefa de fazer com que o povo participe cada vez mais da nossa vida política e nesse sentido lutará até o fim pelo direito de voto para os analfabetos".<sup>10</sup> Para compreender que a defesa dos comunistas em relação ao voto dos analfabetos era legítima, confrontamos os números do Censo Demográfico de 1940 da Bahia<sup>11</sup> com a quantidade de eleitores inscritos no Tribunal Regional Eleitoral (TRE – BA) em 1945. Cabe salientar ainda que números do Censo não tratam com exatidão a quantidade populacional, além de estarem defasados em relação a eleição, afinal há diferença de cinco anos para o pleito de 02 de dezembro de 1945. Os dados do Censo informam que a Bahia possuía um total de 3.918.112 habitantes, sendo 1.827.887 a partir dos 20 anos que eram obrigados pela legislação a votar, porém destes, apenas 29% (524.925 pessoas) declaravam saber ler e escrever.<sup>12</sup> Assim, ficariam excluídos do direito de votar 1.302.962 pessoas por serem analfabetas, o que equivale aproximadamente a 71% dos que teriam a obrigação de serem eleitores. Essa projeção seria para o ano de 1940, ainda assim, para a eleição em 1945,

o TRE-BA inscreveu em todo território baiano, entre 08 de julho e 02 de outubro, 440.823 eleitores, quantidade abaixo do esperado. A partir do grande número de analfabetos na Bahia foi realizada pelo PCB, através dos Comitês Populares Democráticos, uma campanha de alfabetização nos adultos com o objetivo de levar o maior número de eleitores às urnas. Esses Comitês Populares foram criados na década de 1940 e "se constituíram em órgãos cuja tarefa principal era organizar o povo, no sentido de desenvolver o trabalho de massas" fazendo com que os comunistas, se aproximassem da população nos bairros e soubessem quais eram de fato suas reivindicações. Buscava-se, desta forma, a organização da sociedade civil nos moldes democráticos, além da ampliação das bases do PCB em Salvador.<sup>13</sup>

Coerente com seu programa, o PCB além de defender o voto dos analfabetos, incentivou a participação feminina na campanha eleitoral, exemplificada pela reportagem, de *O Momento* em 15 de outubro, *A Mulher bahiana na luta pacífica pela democracia* na qual noticiava a instalação da União Democrática Feminina na Bahia, entidade que se propunha "lutar pela participação da mulher bahiana na vida política e cultural do país". Na mesma edição é feita a convocação para o comício no Pelourinho no dia 17, que entre os oradores, falaria em "nome da mulher comunista, a militante Lourdes Dias".<sup>14</sup> No entanto, se a participação feminina na campanha era evidenciada no jornal comunista, isto não significa dizer que houve ampla participação das mulheres entre os candidatos que disputavam o pleito. O Mapa Eleitoral de 1945 do TRE-BA mostra que dos 143 candidatos a deputado, havia apenas três mulheres, a saber: Leolina Costa do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que teve 456 votos, Jacinta Amado do PCB com 44 votos e Ana Dantas do Partido de Representação Popular (PRP) com 18 votos. Nenhuma delas foi eleita, assim como nenhuma mulher no Brasil conseguiu ocupar umas das cadeiras da Constituinte de 1946.

Apenas três partidos tinham candidatas, entre eles, o integralista PRP. Em inúmeras edições de *O Momento*, durante o ano 1945, evidenciava-se a preocupação em combater o nazi-fascismo, em território nacional, e particularmente na Bahia, em consonância com o programa do PCB. A campanha anti-integralista em *O Momento* se justificava tanto pelas questões ideológicas, mas também pelo conhecimento da força política que os integralistas tiveram durante a década de 1930 na Bahia, onde possuíam inúmeros jornais tanto na capital como no interior, criando uma rede de informação e doutrinação dos Camisas Verdes baianos. *O Imparcial*, *A Província*, *O Popular*, *O Operário* e *A Voz do Estudante* com sede em Salvador, e no interior *A voz do Sigma* e *O Jornal* em Jequié, *O Sigma* em Itabuna, *A Faula*

de Maragogipe, *O Serrinhense* de Serrinha, *O Sertão* de Lençóis e *A Mocidade* de Santo Amaro da Purificação eram os jornais que formavam a rede integralista na Bahia.<sup>15</sup>

Na busca por minar a força dos integralistas, o jornal *O Momento* de 28 de maio, publicou uma carta de Marighella informando o porquê da necessidade de se combater o integralismo. Além desta carta, a reportagem "O povo baiano repele o integralismo – reagirá organizadamente contra as manobras dos fascistas brasileiros", divulgava que os estudantes baianos reunidos na sede da União dos Estudantes da Bahia (UEB) decidiram fazer um manifesto contrário a qualquer tentativa de reorganização do partido integralista, além da preparação de uma semana anti-integralista na Bahia.<sup>16</sup> Em outra matéria, no dia 17 de setembro, o jornal comunista publicou: *Permitir a rearticulação integralista é um ultraje a democracia*, e na continuação da reportagem, afirmava:

No Estado integralista a propensão é no sentido da ditadura...Consiste na concepção totalitária do Universo, dos homens, da elite e das massas. Eis por que considero uma necessidade crucial a de abrir os olhos a opinião brasileira contra os falsos pregadores de doutrinas perigosas.<sup>17</sup>

O jornal *O Momento* não era o único que publicava matérias contrárias ao integralismo. Ao longo de 1945 o periódico liberal *A Tarde* publicou inúmeras matérias repudiando a rearticulação integralista através do PRP, tais como: *O Integralismo no Tribunal da opinião pública*<sup>18</sup> e *A mulher baiana contra o integralismo*.<sup>19</sup> A campanha anti-integralista realizada por baianos e brasileiros muito se deu pelo impacto da derrota do nazi-fascismo na Segunda Guerra Mundial e pela ânsia por dias democráticos, criando diversas dificuldades ao movimento integralista. Uma das mais evidentes dificuldades dos integralistas foi tornar insustentável a veiculação de um discurso abertamente contrário à democracia liberal, aos partidos políticos e ao sistema representativo, embora o PRP tenha se mantido na política brasileira até 1964.<sup>20</sup> Por outro lado, no que tange a disputa eleitoral em si, o combate dos comunistas aos integralistas tinha um motivo a mais, afinal o PRP se declarava como "a possibilidade de que todos os trabalhadores brasileiros tem de defender seus interesses, que também são os interesses da nacionalidade, os interesses do nosso Brasil".<sup>21</sup> Desta forma, os votos dos trabalhadores eram disputados principalmente pelo PCB e PRP, além do PTB.

O jornal *O Momento* foi um dos principais instrumentos utilizados por Marighella para combater o integralismo, mas também para se fazer conhecido entre os comunistas baianos, afinal, devido a sua atuação política e o autoritarismo do governo de Vargas, permaneceu preso entre 1939 e 1945 na Ilha de Fernando de Noronha e na Ilha Grande. Com a anistia pode exercer seus direitos políticos e concorrer às eleições, retornando a Bahia em maio, aos

33 anos, depois de quase dez anos longe, entre o Rio de Janeiro e São Paulo realizando atividades ligadas ao partido, e tendo ficado a maior parte deste período em prisões.<sup>22</sup> A entrada de Marighella no PCB aconteceu pouco tempo antes dele sair de Salvador, e ele assim o descreveu:

Em 1934 eu tinha 22 anos de idade [...] participava da Federação Vermelha dos Estudantes e liderei uma série de movimentos na Escola [Politécnica] razão pela qual fui afastado. [...] Logo fui recrutado para o partido e ingressei em uma célula de trabalhadores de tecido. Nesse período organizei as células do partido entre os trabalhadores do porto da Bahia, entre os trabalhadores do serviço de bondes da cidade, entre padeiros etc. e cheguei a ser o secretário do partido, havendo também organizado a Juventude Comunista.<sup>23</sup>

Após retornar a Bahia em 1945, Marighella iniciou sua campanha, principalmente na região portuária, um dos locais onde começara sua militância política. Em junho Marighella discursou no Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT – BA), buscando estreitar sua ligação com os trabalhadores e com o movimento sindical. Mas foi com a oficialização da sua candidatura em outubro que se intensificou a campanha eleitoral na Bahia, principalmente em Salvador. Sobre esta campanha, Luis Contreiras<sup>24</sup> diz:

Foi uma campanha forte. Marighella fez diversos comícios. O “problema” dele é que era muito fluente. Ele tinha dificuldade em terminar um discurso. Os comícios de Marighella não tiveram essa “audiência” que teve o de Prestes [...] era pra 100, 200 pessoas. Ele falava nos bairros, falava nas docas, falava para os portuários. Falou na Liberdade, no comício de Prestes. Foi uma campanha intensa. Às vezes tinha comício dia sim, dia não. Realizava dois, três comícios na semana.<sup>25</sup>

A realização de muitos comícios e sabatinas era fundamental, haja vista que Marighella não era em 1945 um agente político que desfrutava de expressivo reconhecimento público na Bahia e tão pouco o principal nome do PCB no estado, no entanto ele foi o mais votado do partido e único comunista eleito pela Bahia. Ao final das eleições de 2 de dezembro para deputados, o PCB obteve 18.628 votos, elegendo Marighella com 5.187 votos.

### **Algumas palavras mais**

Permeada por questões ideológicas, a disputa eleitoral na Bahia entre comunistas e integralistas foi acirrada, justificando as inúmeras matérias em *O Momento* durante o ano de 1945. A repulsa aos integralistas era ideológica, sem dúvida, mas nos parece viável a

possibilidade do temor dos comunistas em relação à capacidade eleitoral do PRP. Tal preocupação, não pode ser desprezada, pois, analisando os dados da eleição para deputado, enquanto o PCB obteve 18.628 votos, elegendo Marighella à Câmara, o PRP, mesmo com toda propaganda contra conseguiu 12.913 votos, faltando aproximadamente 1.500 votos para eleger um deputado pela Bahia, haja vista que o quociente eleitoral era de 14.437 votos.<sup>26</sup> Outro fator que demonstra a força dos integralistas é o fato do candidato Carlos de Farias Albuquerque, que não se elegeu, ter conseguido 6.136 votos, quase 1.000 votos a mais que Carlos Marighella, deputado eleito.

Em 1945, a direção do PCB entendia que o Brasil antes de chegar ao comunismo necessitava passar por uma revolução burguesa, na qual as eleições fazem parte do processo. Diante do processo eleitoral, é plausível pensar que o não PCB não fizesse o cálculo estritamente eleitoral e que a defesa do voto dos soldados e dos analfabetos, além da inserção das mulheres na disputa eleitoral fizessem parte da ideologia defendida pelos comunistas e ratificada em seu programa. No entanto, podemos considerar que o PCB objetivava eleger o maior número de militantes para a Constituinte, por isso, o partido em sua estratégia política, ao lutar pela ampliação do voto, o fazia também por visualizar naqueles grupos possíveis eleitores.

Finalmente, tendo conhecimento que Marighella durante a campanha eleitoral não era um militante com grande inserção entre os comunistas e a população baiana, podemos inferir que a sua vitória nas eleições não deve ser atribuída tão somente as suas características pessoais. Entendemos que esta vitória se deveu principalmente pela força que o PCB demonstrou na Bahia, devido a continuidade das suas atividades mesmo nos anos de clandestinidade, além do capital político angariado com vitória da URSS na Segunda Guerra Mundial.

---

1 SILVA, Hélio. *1945: Por que Depuseram Vargas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 1976, pag. 112.

2 SOUZA, Cintia Pinheiro Ribeiro de. *A Evolução da Regulação do Financiamento de Campanha no Brasil (1945-2006)*. 105 folhas: Dissertação (Mestrado).- Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010. p. 48.

3 *A Tarde*. A Semana Nacional de Anistia na Bahia. 09 de abril de 1945, p. 2. Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB). Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.

4 A Revista Seiva foi criada por alguns comunistas baianos e foi o primeiro periódico antifascista a circular no cenário do Estado Novo, em sua primeira, entre os anos de 1938 e 1943. A respeito da Revista Seiva ver: FERREIRA, Daniela de Jesus. *Tempos de lutas e esperanças: a materialização da revista Seiva (1938-1943)*. 186 folhas: Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2012.

5 FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci. (20 anos de clandestinidade)*. 2. ed. Salvador: Contexto & Arte Editorial, 2000. p. 93-94.

6 *Ibidem* p. 288.



---

7 Seção de Arquivos. Tribunal Superior Eleitoral.

8 *O Momento*. Pelo votos dos soldados. 14 de maio de 1945, p. 2. Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB). Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.

9 Na reportagem em *O Momento* se entende como Soldado, todos os praças das Forças Armadas que não teriam direito ao voto pelo anteprojeto do Decreto-lei que regulamentaria as eleições de 1945. Para melhor esclarecimento, nas Forças Armadas há a divisão entre praças e oficiais. São praças os militares de patentes mais baixas e que não podem chegar as funções de comando e são subordinados aos oficiais. São denominados praças: os soldados, cabos e sargentos.

10 *O Momento*. O Partido Comunista e o problema eleitoral. 06 de agosto de 1945, p. 6. Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.

11 IBGE. Biblioteca do IBGE. Recenseamento Geral do Brasil. Censo Demográfico. Vol II. 1940. Disponível em [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd\\_1940\\_v2\\_br.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_v2_br.pdf)

12 Cabe ressaltar aqui que, para efeito eleitoral, desde a Constituição de 1934, eram obrigados a se alistar todos os homens a partir dos 18 anos e as mulheres que comprovassem renda. Contudo, o Censo de 1940 não utiliza esse critério de divisão de faixa etária. Para uma análise mais próxima do objetivo da pesquisa, utilizamos aqui os dados da população acima dos 20 anos, incluindo aquela acima de 65 anos para quem o voto era direito facultativo.

13 A respeito dos Comitês Populares Democráticos ver: SILVA, Raquel Oliveira. *O PCB e Comitês Populares Democráticos em Salvador (1945-1947)*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2012. p. 37-76

14 *O Momento*. A Mulher bahiana na luta pacífica pela democracia. 15 de outubro de 1945. Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.

15 CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: EDUSC, 1999.

16 *O Momento*. O povo baiano repele o integralismo – reagirá organizadamente contra as manobras dos fascistas brasileiros. 28 de maio de 1945. Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.

17 *O Momento*. Permitir a rearticulação integralista é um ultraje a democracia. 28 de maio de 1945. Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.

18 *A Tarde*. O Integralismo no Tribunal da opinião pública. 29 de maio de 1945. Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB). Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.

19 *A Tarde*. A Mulher baiana contra o integralismo. 17 de julho de 1945. Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB). Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.

20 CALIL, Gilberto. *O integralismo e a defesa de uma “democracia” autoritária e excludente*. Disponível em <http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT5/GT5-GILBERTO.pdf>; Acessado em 15 de maio de 2014.

21 *A Tarde*. O Partido de Representação Popular. 19 de novembro de 1945. Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB). Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.

22 NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (org). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo: UNESP, 1999.

23 Autobiografia de Carlos Mariguella em 7 páginas, 26 de maio de 1954, manuscrito em espanhol. Fundo 495, armazenamento 197, dossiê 170. Arquivo Estatal de História Política e Social da Rússia - RGASPI

24 Luis Contreiras de Almeida é engenheiro e entrou no PCB em 1945 quando ainda era estudante da Escola Politécnica da Bahia, militando na Bahia durante a campanha eleitoral em 1945.

25 Entrevista cedida ao autor em 19 de setembro de 2013.

26 Para se obter o quociente eleitoral, é realizada a divisão da quantidade de votos válidos pela quantidade de cadeiras que o estado tem direito. De acordo com a Ata da Seção do TRE-BA os candidatos a deputado tiveram 346.493 votos válidos. Dividindo este total pelas 24 cadeiras que a Bahia tinha direito na Câmara, a cada 14.437 votos se elegia um deputado.

## Conquista, colonização e política indiana: as ideias de Juan Solórzano Pereira.

RICARDO LEME SANTELLI<sup>1</sup>

**Resumo:** Juan de Solórzano Pereira (1575 – 1655) foi um renomado escritor e jurista espanhol que construiu uma proeminente carreira nas grandes instituições monárquicas: da audiência de Lima ao Conselho de Castela, fazendo parte do Conselho das Índias por 15 anos. É mais conhecido pelos historiadores por sua *Política Indiana* (1648), uma obra fundamental e clássica para a interpretação do governo e da administração dos amplos territórios da Monarquia hispânica.

**Palavras-chave:** Juan de Solórzano Pereira, Política Indiana, América Hispânica Colonial.

**Abstract:** Juan de Solórzano Pereira (1575 – 1655) was a renowned writer and Spanish jurist who has built a prominent career along the great monarchy institutions: from the Lima audience to Castela Council, being part of the Indian Council for 15 years. Mostly known by the historians because of his *Política Indiana* (1648), a fundamental and classical piece to interpretations of hispanic Monarchy government and the administration over its broad territories.

**Keywords:** Juan de Solórzano Pereira, Indian Politic, Colonial Hispanic America.

A trajetória de Juan de Solórzano Pereira foi construída no que foi chamada, por seus contemporâneos, de Monarquia católica. Esta definição surge a partir de 1580, quando houve a união das duas Coroas, acrescentando o Império mundial português às partes associadas dos territórios dominados pelos espanhóis. Refletindo sobre seu aspecto político “se trata de uma construção dinástica. A Monarquia católica foi também o berço de uma primeira “economia-mundo” que suscitou estudos bem conhecidos e de grande relevo nos anos 1970.”<sup>2</sup> Entende-se que a Monarquia católica existiu até o século XVII, envolvendo diferentes regiões que se encontravam em quatro continentes. A utilização da noção nos apresenta uma possibilidade ampla e diversificada em relação à administração, poder, circulação de ideias e pessoas, e, aspectos econômicos, culturais e sociais no que diz respeito a este vasto império que se inicia sob a tutela de Felipe II. Segundo Serge Gruzinski, uma das

características da Monarquia católica é a sua presença em lugares tão afastados no espaço e na história como Salvador na Bahia, México (1521), Lima (1536), Manila

(1571), Macao (1557), Goa (1510) e Luanda (1576). Com os progressos da dominação espanhola e portuguesa, este expansionismo planetário ampliou os horizontes europeus. Em todas as partes e quase ao mesmo tempo, nestas diferentes regiões do globo, os homens da Monarquia descobrem e enfrentam tradições e heranças que não têm nenhuma ligação direta com as da Europa ocidental.<sup>3</sup>

A noção de Monarquia católica foi elaborada com a consolidação do estado espanhol, com a ascensão de Isabel de Castela e Fernando de Aragão e a concessão a eles dos títulos de Reis Católicos, por bula de Alexandre VI, em 1496. Aliando teorias e questões anteriores, elaboradas desde a Idade Média, reforçadas por bulas papais e fortalecidas em início do século XVI, construiu-se o discurso para balizá-la. Mas, ao refletir sobre a atuação, operação da conquista e retenção das terras fora da metrópole pela Monarquia espanhola, Anthony Padgen salienta que, a partir das ações dos imperadores cristãos, “el antiguo sueño de universalidad transformó la ambición pagana de civilizar el mundo en el objetivo análogo de convertir literalmente a todos sus habitantes al cristianismo”<sup>4</sup>.

A questão da Monarquia católica estava apoiada, a partir da última década do século XV, na descoberta das novas terras por Cristovão Colombo. As validações da conquista estiveram amparadas nas ideias da primazia espanhola na chegada aos territórios americanos e no direito de conquistar as terras dos infiéis, não esquecendo do conceito de doação, por parte do Papa. Estas justificativas, para a expansão e anexação dos territórios pelos espanhóis, vinham alicerçadas nas concepções do Direito Romano e da Igreja Católica, como no caso das Bulas papais. Encontramos nesses textos, que

‘donan, conseden y asignan’, y, en otros pasajes, incluso ‘invisten a los Soberanos con la plena, libre y omnimoda autoridad e jurisdicción’ sobre las islas y el continente descubierto por Colón, en la medida en que no estuviesen en posesión de otro príncipe Cristiano, y que también establecieron de una manera muy enfática, la obligación de enviar misioneros a expensas del Rey, fueron de una decisiva importancia en la creación Del Imperio Español en las Indias<sup>5</sup>.

Ressaltamos primeiro que, no processo de conquista e apreensão das novas terras, a administração da Monarquia na metrópole diferenciava-se da gerência na América<sup>6</sup>. Assim, segundo Gruzinski, o “inventário das grandes cidades mestiças da Monarquia católica mostra que cada lugar tem o seu destino particular: a cidade do México não é Lima, tampouco Lima confunde-se com Potosi nem com Salvador da Bahia”<sup>7</sup>.

Cabe ressaltar que Juan de Solórzano nasceu em uma família abastada e de posses, com grande presença de letrados a serviço da Monarquia e da Igreja, na Espanha e na América, bem relacionados com juristas procedentes das Universidades de Salamanca e Valladolid. Destacamos que, durante o século XVI, é frequente encontrar na Espanha e na América o sobrenome Solórzano ligado a pessoas de certa importância social<sup>8</sup>.

Entretanto, pesava sobre a família, apesar de tantas posições de destaque, a origem portuguesa<sup>9</sup> do sobrenome Pereira, por parte paterna, e por parte materna, uma

duda acerca de la limpieza de sangre del apellido Solórzano. El tema se destacó cuando en 1545 don Juan González de Solórzano, estudiante entonces en Salamanca, rechazó ser colegial del Colegio de San Bartolomé porque – según corría la voz de algunos maledicentes – no quería pasar por las duras pruebas de limpieza de sangre. A pesar de tantos nombres de una misma familia vinculados con la nobleza durante más de cien años, persistieran las sospechas – algunas espontáneas, las más provocadas – sobre su verdadera hidalguía.<sup>10</sup>

Em seus primeiros anos de vida, Juan de Solórzano Pereira, esteve junto a seus pais, sendo tutelado e educado por eles. Nesse período e pelas mãos de Fernando e Catalina, esteve em contato com inúmeros magistrados importantes. Sua casa “fue escenario de un continuo ir y venir de distinguidas personalidades del ambiente cortesano, concretamente de algunos miembros de los distintos consejos reales.”<sup>11</sup> Desde cedo, muito provavelmente incentivado pelas discussões que se estabeleciam ao seu redor, demonstrou que seguiria os passos de seu pai e avôs. Observando essa inclinação, seus pais resolveram trocar a ordem de seus sobrenomes – como havia feito anteriormente Fernando Pereira –, passando a se chamar e assinar Juan de Solórzano Pereira.

Juan cresceu durante o reinado de Felipe II, tendo grande identificação e admiração a Casa de Habsburgo. Fez o estudo secundário, entre os oito e catorze anos, em escolas de gramática municipais. Depois, como era comum na época, passou a estudar em uma escola de jesuítas, o Colégio de la Compañía de Jesús, entre 1582 e 1589. Acredita-se que o fato de Antonio Aguilera ter sido presidente do Real Conselho de Castela, alguns anos antes, fez com que tivesse, acrescido aos estudos do colégio, uma formação privada, aliada ao fato de ter em sua própria casa um ambiente de grande erudição<sup>12</sup>.

Seu pai resolveu enviá-lo para universidade, a mesma onde seus antepassados haviam estudado. Foi para Salamanca em 1589, cursar a importante Faculdade de Leis, com apenas catorze anos, permanecendo lá até 1609. Formou-se na Universidade de Salamanca tornando-se jurista e lecionando alguns anos naquele local, dando aulas a nomes importantes da ciência espanhola.

Sobre seus anos em Salamanca, houve certa confusão em relação à autoria de seus escritos, pois existia um homônimo de Solórzano que escreveu um pequeno tratado que acreditou-se ser dele. O período em que Juan de Solórzano ficou em Salamanca foi de grande efervescência acadêmica, social e cultural.

En diciembre de 1605 comenzaba a circular entre los estudiantes *El Quijote* en fascículos, luego encuadernado por Gaspar de Alva; se representaban continuas

comedias, sobresalían las de Lopes de Veja; a Solórzano le impacto sobre todo una obra *Peregrino en su patria*, que venía a ser una novela autobiográfica[...].<sup>13</sup>

Ao mesmo tempo em que florescia as discussões e aspectos políticos e culturais, estavam sendo proibidos escritos de Maquiavel, Bodin e Antônio Pérez, por exemplo.

A Universidade de Salamanca tornou-se, principalmente durante fins do século XVI e início do XVII, um lugar de onde saíam inúmeros graduados – principalmente em leis –, que usariam seus conhecimentos a serviço da Coroa. As oportunidades para esses bacharéis aumentaram desde o descobrimento, principalmente para postos administrativos nas Índias. Era preciso, para a realeza espanhola, “crear un grupo fiel a la Corona que frenara a los conquistadores, deseosos éstos de imponerse, y lo mejor era formar a los letrados en Castilla y enviarlos luego as Indias”<sup>14</sup>. Depois dessa transição, as questões e anseios dos conquistadores tornaram-se as mesmas dos letrados e bacharéis. Podemos destacar essa necessidade ao observarmos que, durante o século XVII, doze dos catedráticos em leis de Salamanca foram viver e trabalhar na América, contando, entre eles, com Solórzano. Entre os *criollos*<sup>15</sup> formados na mesma instituição, retornaram as Índias vinte e um, entre 1613 e 1618, e trinta e oito, entre 1618 e 1631.

Seria previsível Solórzano servir a Coroa espanhola na América. Foi indicado pelo conde de Lemos<sup>16</sup> para a função de Ouvidor da Audiência de Lima<sup>17</sup>, pois era visto como um jovem capacitado e bem formado para recopilar as cédulas e ordenanças das Índias. Quando aceitou ir para o Peru<sup>18</sup> tinha como objetivo analisar as matérias referentes à administração, governo e justiça. Em 1607, antes de sua ida para a América, Solórzano ocupou a cátedra de *Vésperas de Leis*. Com isso, mais um de seus objetivos foi alcançado em ao menos igualar-se ao padrasto de seu pai, Aguilera. A ele assustava a ideia de não ter suas obras e méritos reconhecidos, como deixou em seus últimos escritos e em seu testamento.

Foi *oidor* da Audiência de Lima entre os anos de 1609 e 1628, entrando “en un mar de influencias y de poder, especialmente en América. Además, se introducía a través de la Audiencia de Lima en el mundo cortesano del virrey peruano, una fórmula intermedia entre la corte del Rey y las cortes nobiliarias”<sup>19</sup>. No Peru, viviam também familiares seus, como uma de suas irmãs, María, sua avó por parte de mãe, Catalina, e também um de seus irmãos mais novos, Luis, o que também pesou em sua decisão de mudar-se para o local. Ao contrário do que imaginava, permaneceu muito tempo na capital do Vice-Reino do Peru. Vivendo há oito anos na localidade, queixava-se de se sentir abandonado e, por conseguinte, desprestigiado. Depois de dezoito anos, chegara ao seu limite e tornava pública sua indignação, lamentando-

se de que o haviam esquecido. Apesar das insatisfações pessoais, a longa estada de Solórzano na América seria um grande impulsionador de sua carreira e de sua produção intelectual.

Durante sua estada, manteve relações de sociabilidade com pessoas de importância na América. Estabeleceu laços com os religiosos, principalmente com os jesuítas locais. Como ouvidor, dedicou-se ao censo da capital peruana e à questão do contrabando. Quando cuidou pessoalmente da apreensão do contrabando, foi impedido de ficar com sua parte - quem era responsável por essa função poderia ficar com um terço do que apreendesse -, pois não tinha fama, nem peso importante nas relações políticas estabelecidas no reino espanhol e o Conselho também o proibiu de arrear essa quantia. Também teve que cuidar das invasões e piratarias holandesas – em alguns momentos, apoiados pelos ingleses –, no território pertencente à Espanha.

Em 1614, durante a sua estada no Peru, casou-se aos 39 anos, idade de casamento comum entre os ouvidores, principalmente por questões de trabalho e anos dedicados ao estudo. Uniu-se em matrimônio com dona Clara de Sande Paniagua, união esta que pode ter sido planejada desde sua saída da Espanha, já que era amigo de longa data de seu primo, Gabriel de Trejo Paniagua<sup>20</sup>. Clara era primogênita da união de dom Gabriel Paniagua de Loaisa Trejo, que foi *corregedor* em Cuzco, e de dona Leonor Álvarez Verdugo. Dessa união nasceram mais três filhos, Antonio de Paniagua, Gabriel de Paniagua e Francisca de Sande Paniagua. As filhas desse casamento nasceram em La Plata de Nueva Toledo. Com seu casamento, Solórzano e a esposa – cuja família era importante e tinha cargos e benesses na América –, recrudescer suas redes de sociabilidade com pessoas relevantes dentro do sistema indiano. Cabe ressaltar a

prohibición de que los magistrados indianos y sus hijos se casaran en los distritos donde ejercían sus oficios se remontaba al último cuarto del siglo XVI. Con ello se trataba de impedir que estos funcionarios contrajeran además relaciones de parentesco que empañaran el recto ejercicio de su deber, en una sociedad donde los lazos familiares tenían una enorme fuerza y daban lugar a importantes conexiones políticas y económicas. Sin embargo, a pesar de esta política de aislamiento, diversos estudios han puesto de manifiesto la frecuencia con que estos funcionarios se emparentaron con la elite criolla, proclive a su vez a fusionarse interesadamente con este prestigioso grupo social. En coherencia con esta estrategia metropolitana, el virrey Montesclaros se mostró partidario de evitar estos enlaces matrimoniales entre los miembros de la Audiencia de Lima y la elite criolla. Entendía que, aun en el caso de que los jueces consiguieran actuar de forma imparcial, siempre cabría el riesgo de que los pleiteantes descontentos consideraran una sentencia desfavorable a causa de estas influencias.”<sup>21</sup>

Quando não acreditava mais que retornaria à Espanha, já tendo formado em torno de si e de sua família raízes na elite *criolla*, além de um círculo intelectual, recebeu uma cédula real. Por volta do segundo semestre de 1625, foi avisado que teria que voltar a corte para assumir a chancelaria de Valladolid ou Granada, tendo oito meses para realizar sua viagem.

Recebeu uma missão do Conselho das Índias, porém não se sabe ao certo qual foi, apenas que trabalhou como fiscal de diversos conselhos e conselheiro das juntas das minas durante e após o seu retorno<sup>22</sup>. Ao invés de ir para Valladolid ou Granada, acabou tornando-se fiscal na corte, no Conselho de Fazenda, no Conselho das Índias e no Conselho de Castela. Este cargo demandava que quem o assumisse tivesse um grande conhecimento do funcionamento da Corte e especialmente dos Conselhos. Em 1629, Juan de Solórzano Pereira conseguiu o cargo que sempre desejara: o de membro do Conselho das Índias, ocupando essa função até 1644. Dentro do Conselho, Solórzano teve algumas funções e missões. Uma delas, a pedido do Rei, era descobrir junto com uma junta, uma forma de produzir mais riquezas em relação a América, além de um informe de como conseguir mais recursos para custear a Monarquia espanhola, inclusive para resolver os conflitos com os holandeses<sup>23</sup>.

A atividade no Conselho também fez com que Solórzano integrasse-se a vida política e social da corte, principalmente por conta de suas relações. “Se sentía libre y con autoridad, lo que le llevó a que en su labor como consejero se inclinara a favor de personas que ya había conocido en su etapa peruana o de amigos muy cercanos.”<sup>24</sup>. Mantinha também uma boa relação com alguns historiadores do período, como Cabrera de Córdoba, Tribaldos de Toledo e Tamayo de Vargas, por exemplo. Esses contatos eram significativos para compreender seu enquadramento político, através de seus contatos e identificação intelectual: “su anhelo para la Monarquía era el mismo de los que buscaban la recuperación de Felipe II, no tanto por imitar lo que había hecho el prudente monarca, cuanto por seguir su misma línea de actuación política, de reputación”<sup>25</sup>. Em janeiro 1642, o rei Felipe IV nomeou-o como conselheiro do Conselho de Castela, o “título *ad honorem* era algo especial, porque al mismo tiempo que se le designaba se procedía a su jubilación. Era un nombramiento que iba dirigido a confirmar su eminencia como excelente consejero, alguien en quien se podía confiar.”<sup>26</sup>.

Nos dias de hoje, Solórzano poderia ser definido com um intelectual. Laura de Melo e Souza reflete sobre a noção de intelectual para a compreensão daqueles que, em tempos coloniais, tiveram um papel atuante na região, em sua política e administração. O termo intelectual foi cunhado na virada do século XIX para o século XX. Ainda no século XIX, surge a ideia do intelectual como formador de consciência e denunciante das injustiças e mazelas da sociedade<sup>27</sup>. Foi com Antonio Gramsci que esse conceito se ampliaria, no sentido de uma tarefa humana, mais distanciada das elites e da cultura letrada.

Afastando-se da ideia de intelectual, a autora utiliza o conceito de letrado para designar este grupo, o qual obteve destaque durante o período colonial, com o objetivo de não cometer um anacronismo histórico<sup>28</sup> e contextualizar sua utilização. A noção aqui ajuda a

entender qual foi o papel desses indivíduos dentro de seu tempo e sua sociedade, numa cultura erudita e escrita, que acabava por excluir a maioria da população de época. Assim, pensando a produção de Juan de Solórzano Pereira, o que nos interessa, neste debate, é a ideia que Laura de Melo e Souza assume como de letrado no período colonial.

Discorrendo sobre a relação entre produção literária e os seus autores, o que nos chama a atenção é a ideia de que esses personagens

bajo el impacto del nuevo medioevo, produjeron escritos más volcados a los *objetos* específicos que ya se mencionaron, llevaron sus actividad hacia un espacio cada vez más público y contaron con un círculo cada vez más amplio de lectores; de aquellos que actuaron dentro de un *sistema literario*, según la concepción de Antonio Candido: hombres, por tanto, del siglo XVIII lusobrasileño.<sup>29</sup>

É necessário refletir sobre as obras, o modo como foram escritas, o meio social em que foram produzidas, o contexto e, também, seus autores. Dessa forma, “es necesario considerar al sujeto y el contexto en su dimensión temporal y espacial, histórica y geográfica, a fin de lograr una comprensión lo más abarcadora posible del objeto de estudio”<sup>30</sup>, em nosso caso, Juan de Solórzano Pereira, um letrado na América Espanhola do século XVII.

Versando sobre os homens de letras, da cidade de Lima no período colonial, e sua produção artística em fins do século XVI e início do século XVII, Sonia V. Rose traz alguns aspectos interessantes à nossa reflexão. A ideia de uma articulação entre a produção, o poder e o campo político, aponta para a importância de pensar Solórzano como letrado e suas obras naquele contexto e local de produção<sup>31</sup>. Desse modo, busca-se pensar nas funções e usos destes letrados na construção, formação e consolidação da América espanhola e do império espanhol.

Diferentemente do que ocorreu na América portuguesa, montou-se, desde o século XVI, na América espanhola, uma rede de universidades e deu-se uma transferência de letrados espanhóis, formados na metrópole, com o fim de trabalhar e auxiliar nas questões políticas, administrativas e governamentais da colônia. Com o passar do tempo, essa especificidade na colonização e a influência metropolitana, foi possível a formação de um grupo de letrados diretamente ligados à América hispânica, os quais se tornaram a elite social, cultural e política da época.

Processo semelhante havia ocorrido também no velho continente, durante os séculos XIV, XV e XVI, com a “creación de espacios letrados seculares y el surgimiento de la figura que, anacrónicamente, podemos llamar el intelectual”<sup>32</sup>. Juan de Solórzano, como os letrados da época colonial, atuou nas Índias e foi um homem de letras, de muitos conhecimentos, que com seus escritos influenciou a visão de mundo dos que o lêem.



*Política Indiana* (1648) ganhou destaque por sua importância e o seu texto nos revela um Juan de Solórzano como

un jurista de primer orden, experto conocedor no sólo de la legislación y derecho de Castilla y de las Indias, sino también de los derechos romano y canónico y del derecho feudal; como un prudente magistrado y hombre de gobierno; como un historiador serio y documentado; y como un pensador y un humanista, familiarizado con las culturas clásicas griegas y latina, con los grandes autores del medioevo y con las figuras más señeras del movimiento renacentista. Todo ello completado con un estilo de escritor medurado y severo, que alcanza en muchas ocasiones las más altas calidades literarias.<sup>33</sup>

Essas questões fizeram com que sua obra obtivesse reconhecimento entre os meios letrados e profissionais, tanto na América quanto na Espanha. Tornou-se uma obra obrigatória tanto para *oidores* e advogados das Audiências, quanto para vice-reis, presidentes e governadores, além de membros do alto clero, secular e regular, e pessoas que compunham o Real e Supremo Conselho das Índias. Além disso, foi citada pelos “más destacados tratadistas del derecho indiano y fue leída y utilizada por no pocos de los precursores de la independencia americana [...]”<sup>34</sup>.

Nas linhas de *Política Indiana* e em outras obras de Solórzano Pereira, encontramos uma questão importante: a legitimidade do Império e da presença espanhola na América. Aqui, ressaltaremos aspectos que, para Solórzano, justificam e legitimam a expansão marítima espanhola. Não é por acaso que essas obras têm essa marca. Era necessária, através de reflexões teóricas fundamentais, a formação de bases políticas e legais para tratar de assuntos que se referiam ao reino, à coroa e a colônia. Paulo Vignolo afirma que “es posible divisar el Solórzano hombre de letras consciente de la importancia de los artificios del language y de la persuasión retórica en el arte de gobernar”<sup>35</sup>.

Solórzano pautou seus escritos numa forte defesa, baseada nos seus conhecimentos jurídicos, contra inimigos internos e externos que tentavam se sobrepor ao Estado Espanhol. Além disso, ajudou a fortalecer a ideologia de legitimidade do império, a qual teve grande impacto sobre a classe dirigente espanhola, temerosa de que os grandes sucessos e lucros anteriores estivessem ameaçados. Para esta tarefa, trabalhou com questões caras a economia, a administração colonial e a questão jurídica, apoiando-se na tradição clássica humanista e também em questões religiosas, como uma poderosa base de argumentação para legitimar a presença espanhola e o Império.

A extensa obra de Solórzano Pereira, produzida na Espanha e na América durante a primeira metade do século XVII nos permite muitas possibilidades investigativas. Por um lado, permite observar o vasto entremeadado de relações políticas, sociais e jurídicas utilizadas pela Coroa espanhola para administrar o Novo Mundo, por outro, reflete aspectos destacados

da tradição intelectual europeia para justificar o intenso processo colonial. Sob a figura de Solórzano não só se conjugam as facetas de letrado, funcionário real e Conselheiro das Índias e de Castela, mas, também, de alguém que viveu tempo suficiente na América para se distanciar do universo europeu e entrar em conflito com ele, gerando um pensamento americano sob o ponto de vista do homem da Monarquia. Mais concretamente, suas obras nos permitem pensar a Colônia a partir da Colônia, e formam um conjunto rico para a interpretação e análise do período colonial americano.

---

<sup>1</sup> Doutorando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ingressou no primeiro semestre do ano de 2014 e é orientado pela Professora Dr<sup>a</sup>. Juliana Beatriz Almeida de Souza. E-mail: ricardosantelli@yahoo.com.br

<sup>2</sup> GRUZINSKI, Serge. “Os mundos misturados da Monarquia Católica e outras *connected histories*”. *Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2001. pp 175-195. p. 178.

<sup>3</sup> *ibid.*, p. 180-181.

<sup>4</sup> PADGEN, Anthony. *Señores de todo el mundo. Ideologías de imperio en España, Inglaterra y Francia (en los siglos XVI, XVII y XVIII)*. Barcelona: Ediciones Península, 1995. p. 45.

<sup>5</sup> GÓNGORA, Mario. *Estudios sobre la historia colonial de hispanoamerica*. Santiago de Chile: Editora Universitaria, 1998. p. 51.

<sup>6</sup> RAMINELLI, Ronald. “A monarquia católica e os poderes locais do Novo Mundo”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.

<sup>7</sup> GRUZINSKI, Serge, *op. cit.*, p. 194.

<sup>8</sup> HERNÁN, Enrique Garcia. *Consejero de ambos mundos: Vida y obra de Juan de Solórzano Pereira (1575-1655)*. Madrid: Fundación MAPFRE – Instituto de Cultura, 2007. p. 48.

<sup>9</sup> Juan de Solórzano Pereira tinha parentesco com portugueses, no caso seu tataravô paterno. Ruy Pereira era português de nascimento e casou-se com Beatriz de Fonseca, também portuguesa de nascimento e dama da imperatriz Isabel. Dessa união nasceu, na Espanha, Beatriz de Fonseca que se casou com Fernán Rodríguez de San Isidro, também espanhol e catedrático em Salamanca. Tiveram María Pereira, já citada e brevemente biografada neste texto, que viria a ser avó de Juan de Solórzano e que carregava o nome português Pereira. Uniu-se em matrimônio com Benito de Castro e tiveram Fernando Pereira. Fernando casou-se com Catalina de Solórzano y Vera e tiveram Juan de Solórzano Pereira, autor aqui estudado. Diferentemente da tradição espanhola, Juan tinha como primeiro sobrenome o de sua mãe, Solórzano, e como segundo o de seu pai – que havia trocado a ordem de seus sobrenomes ainda na juventude, invertendo a ordem do sobrenome de seu pai e sua mãe –, Pereira.

<sup>10</sup> HERNÁN, Enrique Garcia, *op. cit.*, p. 51-52.

<sup>11</sup> *Ibid.*, p. 57.

<sup>12</sup> *Ibid.*, p. 59.

<sup>13</sup> *Ibid.*, p. 66-67. A menção da relação entre Lope e os poetas peruanos refere-se a posterior ida de Juan de Solórzano Pereira para o Vice-Reino do Peru, onde foi ouvidor da Audiência de Lima.

<sup>14</sup> *Ibid.*, p. 69.

<sup>15</sup> Entende-se por criollo indivíduo descendente de espanhóis que tenha nascido na América.

<sup>16</sup> Don Pedro Fernández de Castro tinha o título de Conde de Lemos.

<sup>17</sup> HERNÁN, Enrique Garcia, *op. cit.*, p. 70.

<sup>18</sup> *Ibid.*, p. 103. Segundo destaca Enrique García Hernán, ao indagar os motivos de Solórzano ter buscado e aceitado o cargo de Ouvidor na Audiência de Lima, o autor afirma: “Todo parece indicar que pactó con el conde de Lemos que estaría una temporada breve en Indias y que luego volvería a España para ocupar puestos de mayor responsabilidad en el Consejo de Indias. El conde se comprometió con él, según reconoce el propio Solórzano. Le aseguró que si cumplía con su deber recopilatorio legislativo volvería a la Corte para terminar el proyecto en el mismo Consejo”.

<sup>19</sup> *Ibid.*, p. 101-102.

<sup>20</sup> *Ibid.*, p. 133.

<sup>21</sup> *Ibid.*, p. 135-136.

<sup>22</sup> *Ibid.*, p. 186.

<sup>23</sup> *Ibid.*, p. 211.

<sup>24</sup> *Ibid.*, p. 213.

<sup>25</sup> *Ibid.*, p. 218.

<sup>26</sup> Ibid., p. 270.

<sup>27</sup> Essa ideia tem início com o caso Dreyfus, bastante conhecido e comentado, o qual ajudou a transformar a imagem do intelectual em combativo e politicamente comprometido.

Para saber mais: ALTAMIRANO, Carlos. *Historia de los intelectuales en América Latina. I. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Madrid: Katz Editores, 2008.

<sup>28</sup> SOUZA, Laura de Mello e. “Brasil: Literatura e “Intelectuales” en el período colonial”. In: ALTAMIRANO, Carlos. *Historia de los intelectuales en América Latina. I. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Madrid: Katz Editores, 2008.

<sup>29</sup> SOUZA, Laura de Mello e, op. cit., p. 99.

<sup>30</sup> Ibid., p. 99-100.

<sup>31</sup> Observamos estas reflexões em: HERNÁN, Enrique Garcia, op. cit.

<sup>32</sup> ROSE, Sonia V. “Hacia un estudio de las élites letradas en el Perú virreinal: el caso de la Academia Antártica”. In: ALTAMIRANO, Carlos. *Historia de los intelectuales en América Latina. I. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Madrid: Katz Editores, 2008. p. 83-84.

<sup>33</sup> CAPDEQUÍ, José M. Ots, MALAGÓN, Javier. *Solórzano y la Política Indiana*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1995. 2ª Edição. p. 47.

<sup>34</sup> Ibid., p. 48.

<sup>35</sup> VIGNOLO, Paolo. “‘Nuestros antípodas y americanos’: Solórzano y La legitimidad del Imperio” In: BONNETT, Diana; CASTAÑEDA, Felipe (org.). *Juan de Solórzano y Pereira: Pensar la Colonia desde la Colonia*. Bogotá: Universidad de los Andes, 2006. p. 3.

## **Arquivos entre a Glasnost e Perestroika: análise histórica sobre a Arquivologia soviética nos últimos anos da URSS (1986-1991)**

Roberto Lopes dos Santos Junior<sup>1</sup>

### **Resumo:**

Estudo histórico analisando a Arquivologia soviética entre a ascensão de Mikhail Gorbachev e o final da URSS. Essa pesquisa pretendeu identificar a realidade arquivística soviética nos últimos anos do regime comunista no país. O trabalho verificou que a Arquivologia soviética nesse período obteve mudanças em sua estrutura e testemunhou um relativo debate entre diferentes organismos ligados aos arquivos do país. Porém, também foi identificado que houve continuidade e praticamente nenhuma modificação aos problemas existentes na Arquivologia da URSS nesse período.

**Palavras-chave:** Arquivos soviéticos; Realidade Arquivística na União Soviética; Glasnost e Perestroika.

## **Archives between Glasnost and Perestroika: Historical analysis about the soviet Archival Science in the last years of the USSR (1986-1991)**

### **Abstract:**

Historical study about the Archival Science in the USSR, between the rise of Mikhail Gorbachev, until the dissolution of the Soviet Union. This research seeks to identify the reality in the Soviet Archival Science in the last years of the Communist regime. This research found that the field has some changes in its structure and testified a debate in different archives organisms in the country. It was identified also that the problems that the Archival science in the USSR suffered since the 1920s remains unsolved.

**Keywords:** Soviet Archives; Archival Science reality in Soviet Union; Glasnost and Perestroika.

### **Introdução**

Uma realidade arquivística que, por décadas, inspirou curiosidade, especulação e questionamentos em âmbito internacional foi o pertencente à antiga União Soviética.

Em meados dos anos 1980, o campo arquivístico soviético atingia grandes proporções, com um enorme acervo documental disponível tanto na república da Rússia como em outras regiões da URSS. Contudo, antigos problemas sofridos pela área continuavam nesse período como, por exemplo, a excessiva centralização desses acervos, uma regionalização problemática e confusa dos conjuntos documentais no país, e dificuldades de acesso dessa documentação por parte de pesquisadores e da população civil soviética<sup>2</sup>.

Esse panorama começaria a se modificar com a ascensão de Mikhail Gorbachev como secretário geral do partido comunista soviético, em março de 1985, e a consolidação das políticas da Perestroika (“reconstrução” ou “reestruturação”) e Glasnost (“transparência”), que, gradativamente, tiraram o véu de impenetrabilidade desses arquivos, e onde foram cogitadas novas políticas para esses acervos.

A presente comunicação pretendeu analisar o campo arquivístico soviético entre a ascensão de Mikhail Gorbachev e o final da União Soviética, em dezembro de 1991. Esse trabalho, a partir do levantamento de fontes secundárias produzidas tanto por autores russos quanto ocidentais, buscou identificar qual foi a realidade arquivística soviética nos últimos anos do regime comunista no país.

### **Os arquivos soviéticos durante a Glasnost e Perestroika: debates, divergências e iniciativas.**

A partir de 1986, com a consolidação de uma realidade de maior distensão e abertura no cenário político soviético, duas correntes sobre como a Arquivologia da URSS deveria seguir com seus conjuntos documentais surgiram, visões que rapidamente entrariam em choque, e que manteriam oposição nos anos seguintes.

A primeira, liderada por Fedor Mikhailovich Vaganov (1921-1993) – diretor, a partir de 1983, do *Glavarkhiv*<sup>3</sup>, ou Fundo Unificado dos Arquivos da União Soviética – aparentemente simpatizava com limitado abrandamento do controle e sigilo dos arquivos soviéticos, mas que, na prática, não apresentava mudanças e agia com hostilidade, por vezes com represálias, as tentativas de maior abertura desses acervos, postura explicada pelo caráter conservador das ideias de Vaganov<sup>4</sup>.

A segunda, liderada por Yuri Nikolaevich Afanasyev<sup>5</sup> – diretor, a partir de 1986, do Instituto Estatal de História e Arquivos, principal organismo de formação de arquivistas na URSS (e de alguns países do então bloco comunista), cargo que ocupa atualmente- pregava uma vertiginosa abertura dos acervos soviéticos e até mesmo uma reavaliação criteriosa de leis e estatutos referentes aos conjuntos documentais do país. Afanasyev, com o passar do tempo, mostraria uma postura cada vez mais combativa (chegando a ser um dos fundadores do movimento “Memorial”, que consistia em um centro de informação e consulta sobre os crimes cometidos durante o governo de Josef Stalin), antagonizando com o próprio Gorbachev em alguns momentos<sup>6</sup>.

Durante todo o período da Glasnost, Afanasyev e Vaganov, (pretensamente) representando seus organismos<sup>7</sup>, trocariam críticas sobre o funcionamento e postura dos acervos da URSS, em periódicos científicos soviéticos e, em menor medida, em congressos e conferências ligadas aos arquivos do país<sup>8</sup>.

O período entre 1986-8 viu não somente o antagonismo entre essas duas vertentes de pensamento, mas testemunhou também os primeiros sinais de uma nova postura do governo soviético em relação aos seus arquivos. Acordos bilaterais entre instituições arquivísticas dos EUA e URSS permitiram que pesquisadores norte-americanos pudessem realizar visitas a acervos em diferentes repúblicas da União Soviética. Além da troca de informações entre profissionais de arquivo entre os dois países, documentos antes não acessíveis puderam ser disponibilizados, pela primeira vez, a pesquisadores ocidentais<sup>9</sup>.

Também foi percebido que, apesar da oposição de Vaganov e de alguns setores do *Glavarkhiv*, o próprio partido comunista começou a usar documentos de diferentes acervos para uma reavaliação histórica do comunismo e da reabilitação de membros do partido que pereceram durante o stalinismo<sup>10</sup>.

Apesar de, num primeiro momento, essa postura sinalizar simpatia dos dirigentes do país por ideias e propostas mais liberais para os arquivos da URSS, tanto Gorbachev quanto o partido comunista soviético mostrariam sinais ambíguos e incertos sobre qual direcionamento deveria ser seguido aos arquivos do país, que se manteriam até o final da União Soviética<sup>11</sup>.

Os principais jornais do país, *Pravda* e *Izvestia*, além de uma literatura clandestina de periódicos conhecida como *Samizdat*, atuante desde o final dos anos 1970, começaram a apresentar, a partir de documentos recém “disponibilizados”, revelações e informações inéditas sobre diferentes processos e acontecimentos

históricos ocorridos na URSS. Contudo, tanto a literatura oficial quanto a clandestina ofereceram detalhes obscuros sobre como essa documentação foi obtida e qual a autenticidade e credibilidade das mesmas, sendo que grande parte dessas notícias obtiveram pouco impacto ou discussão por parte da população soviética<sup>12</sup>.

Durante a Perestroica e Glasnost surgiram questões indagando se houveram mudanças abruptas na forma em que os arquivos da URSS estavam sendo organizados, ou se os conceitos de fundo<sup>13</sup> e proveniência desenvolvidos e usados no país sofreram alterações ou adaptações<sup>14</sup>. Trabalhos tanto de Vaganov<sup>15</sup> quanto de Afanasyev<sup>16</sup> indicam algumas mudanças relacionadas a trocas de documentos feitas por diferentes acervos entre as repúblicas soviéticas, e atualizações no curso de formação para arquivistas no país. Porém ambos mostram-se vagos ao apresentarem informações mais detalhadas sobre essas medidas, o que poderia indicar interesse em manter essas questões em âmbito restrito e reservado na URSS<sup>17</sup>.

### **A arquivística soviética nos últimos momentos da URSS**

Além da postura contraditória do partido comunista para com os acervos do país, e das divergências entre diferentes organismos arquivísticos soviéticos, foi percebida também a continuidade de antigos problemas nos arquivos da URSS, que ficavam cada vez mais evidentes durante 1989-90.

O principal relacionava-se a situação, muitas vezes precária, em que os arquivistas soviéticos sofriam, com baixos salários, infraestrutura defeituosa, a quase inexistência de políticas de automação e reprodução de documentos nesses acervos, além de atitudes contraditórias dos órgãos arquivísticos russos na promulgação de leis, guias, manuais ou outros tipos de materiais informativos sobre esses conjuntos documentais. Pesquisadores ocidentais também reclamaram que a abertura desses acervos ainda era incompleta, havendo registros de abusos e falta de cooperação por parte dos arquivistas que detinham a guarda dessa documentação<sup>18</sup>.

Outros problemas aos quais a Arquivologia soviética passava nessa época, relacionados à centralização e regionalização inadequada de seus acervos, não se alteraram, a despeito de críticas de pesquisadores, intelectuais e historiadores do país<sup>19</sup>.

Com o fim dos regimes comunistas em grande parte do bloco socialista a partir de 1989, a arquivologia soviética, anteriormente influente e que por vezes impunha metodologias e práticas aos campos arquivísticos de vários países desse bloco, tentaria, de forma um tanto confusa, encontrar um novo papel e relação com os arquivistas e acervos desses países, o que aconteceria, de forma parcial, somente após a dissolução da URSS. Por outro lado, consolidava-se o cenário de abertura e trocas documentais entre os arquivos soviéticos e norte-americanos, e mantinha-se a boa relação, e frequente participação, da arquivologia da URSS em organismos multinacionais como, por exemplo, o Conselho Internacional de Arquivos (CIA)<sup>20</sup>.

Cita-se também que o clima de (limitada) mudança não se restringiu aos acervos da República Socialista Federativa Soviética da Rússia, sendo visíveis também, por exemplo, na Ucrânia<sup>21</sup> e Estônia<sup>22</sup>, que seguiram por caminhos parecidos aos da Rússia na segunda metade dos anos 1980, também apresentando rixas e antagonismos entre diferentes instituições, além de uma abertura problemática de parte de seus acervos.

Na Rússia, vozes de profissionais que demandavam maior autonomia nos acervos produzidos nessa república, culminaram com a criação, em novembro de 1990, do Comitê em Assuntos de Arquivo da Rússia (*Roskomarkhiv*), que teve como objetivo ser uma versão “russa” para o *Glavarkhiv*. Mesmo encontrando instabilidades e um período de polêmicas e impasses, o *Roskomarkhiv* consolidou-se como o principal órgão a administrar e delimitar os principais acervos arquivísticos russos, sem o caráter centralizador de seu colega soviético<sup>23</sup>.

Seria em 1991 o ponto crítico de antagonismos e instabilidades entre diferentes organismos e pesquisadores, visíveis em leis e medidas (vetadas pelo partido comunista) buscando a descentralização dos arquivos da URSS, além de propostas de mudanças radicais na estrutura do *Glavarkhiv*, boa parte delas barradas por Vaganov<sup>24</sup>.

Com o fracasso do golpe da ala conservadora do partido comunista contra Mikhail Gorbachev em agosto desse ano, e a rápida dissolução do país após o ocorrido, não somente os acervos da URSS seriam (abruptamente) descentralizados, como novas medidas reorganizando os arquivos da república socialista da Rússia foram promulgados<sup>25</sup>.

Ente agosto e outubro, o *Glavarkhiv*, numa tentativa de manter sua sobrevivência, iniciou a produção de novas leis para os arquivos soviéticos, além do estímulo de iniciativas que adaptassem o instituto aos novos tempos pós-golpe. Contudo, a velocidade com que os acontecimentos se desenrolavam no país atropelaram



essas iniciativas. Em 12 de outubro, as funções e acervos ligados a essa instituição foram transferidos para o Comitê em Assuntos de Arquivo da Rússia, sob a liderança de Rudolf Pikhoya (aliado político do futuro presidente da Federação Russa Boris Yeltsin), sendo Vaganov discretamente afastado de cargos de liderança dos arquivos russos em abril de 1992<sup>26</sup>.

Essas medidas, num primeiro momento, indicaram uma pretensa vitória de Afanasyev e da corrente “liberal” da Arquivologia na Rússia. Contudo, o Instituto Estatal de História e Arquivos, no final de 1991, também sofreria uma crise interna, com pesquisadores mostrando oposição a mudanças realizadas no instituto, onde o próprio Afanasyev seria criticado por um possível favorecimento de outros profissionais, como historiadores e bibliotecários, em detrimento aos arquivistas no organismo, crise essa solucionada somente em meados de 1993, com a fusão do instituto com a Universidade Estatal Russa para as Humanidades, consolidando o Instituto de História e Arquivos da Faculdade Estatal Russa para as Humanidades (*IAI-RGGU*)<sup>27</sup>.

### **Considerações finais**

A presente comunicação pretendeu estudar e identificar o “estado da arte” da Arquivologia russa durante os últimos anos da União Soviética.

Por um lado, foram identificadas mudanças de postura e discurso em institutos ligados a Arquivologia e até mesmo no próprio partido comunista da URSS, ao apoiarem a abertura de acervos a pesquisadores soviéticos e ocidentais.

Por outro, também foi percebido que essas mudanças se mostraram parciais e limitadas, com um modesto grau de abertura dos arquivos soviéticos, em parte explicados pela postura dúbia adotada pelo partido comunista sobre o tema, além do clima tenso existente entre diferentes organismos ligados a Arquivologia na URSS. As políticas da Perestroica e Glasnost, no final do regime comunista, tiveram pouco efeito para o estímulo de mudanças mais profundas nos arquivos soviéticos.

A Arquivologia russa, entre 1991-2, nutriu esperanças de tempos mais promissores para seus profissionais e acervos. Contudo, a década de 1990 seria marcada

como um período confuso e de incertezas, de uma profunda (e por vezes dramática) reorganização e reestruturação dos acervos e institutos arquivísticos russos, além da forma como os arquivistas do país deveriam encarar aspectos teóricos e práticos da profissão, agora sem os ditames do partido comunista<sup>28</sup>.

Com a consolidação do capitalismo e de uma realidade mais democrática no país, a Arquivologia russa teria de lidar diretamente com diferentes problemas advindos de um acervo documental excessivamente burocratizado e centralizado, questões essas herdadas de décadas de comunismo na Rússia.

---

<sup>1</sup> Doutor em ciência da informação pelo convênio IBICT/ UFRJ. Professor adjunto do curso de arquivologia pela Universidade Federal do Pará. E-mail: robertolopes@ufpa.br

<sup>2</sup> SALOMONI, A. Um saber histórico de Estado: os arquivos soviéticos. In: SALOMON, M. (Org.). **Saber dos Arquivos**. Goiânia: Ricochete, 2011.

<sup>3</sup> Fundado em 1918, teve como função o gerenciamento e organização dos arquivos soviéticos, e no auxílio da formulação de políticas, leis, emendas e instrumentos de pesquisa para esses conjuntos documentais.

<sup>4</sup> GRIMSTEAD, P. K. Glasnost in the Archives? Recent Developments on the Soviet Archival Scene, **American Archivist**, v. 52, n. 2, p. 214–36, 1989.; BARREAU, I. **Le système et la législation archivistiques en Russie 20 ans après la fin de l'Union Soviétique**. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Ciência da Informação), Universidade de Montreal, 2012.

<sup>5</sup> Um breve currículo contendo informações acadêmicas e profissionais de Afanasyev pode ser visualizado em <http://www.yuri-afanasiev.ru/english2.htm>. Em relação ao movimento Memorial, maiores informações podem ser obtidos na página [www.memo.ru/eng/](http://www.memo.ru/eng/)

<sup>6</sup> SERVICE, R. **The penguin history of modern Russia: from tsarism to the twenty-first century**. 3. ed. Londres: Penguin Books, 2009; BROWN, A. **The rise and fall of communism**. New York: Ecco Books, 2011.

<sup>7</sup> Não foram localizadas informações identificando o grau de oposição ou apoio que os profissionais desses organismos tinham sobre as posições apresentadas por Vaganov e Afanasyev.

<sup>8</sup> Grimstead, op. cit., 1989; 1991.

<sup>9</sup> Informações mais detalhadas sobre esses acordos podem ser visualizadas em BURKE, F.G. Soviet-American Archival Exchange Meeting in Moscow. **American Archivist**, v. 50, n. 2, p. 254-261, 1987. Em relação a visitas de pesquisadores estrangeiros (principalmente estadunidenses) as instituições de arquivos soviéticos, dados podem ser obtidos em BLOUIN JR., F. X. Moscow State Historic-Archival Institute and Archival Education in the USSR. **American Archivist**, v. 51, n. 4, p.501-511, 1988.; BRIDGES, E.C. The Soviet Union's Archival Research Center: Observations of an American Visitor. **American Archivist**, v. 51, n. 4, p.486-500, 1988; GRIMSTEAD, P. K. Perestroika in the Archives? Further Efforts at Soviet Archival Reform, **American Archivist**, v. 54, n. 1, p. 70–95, 1991; e ALLEN, M.B.; BAUMANN, R.M. Evolving Appraisal and Accessioning Policies of Soviet Archives. **American Archivist**, v.54, n.1, p.96-111, 1991.

<sup>10</sup> Entretanto, a abertura e utilização desses acervos mostrou-se limitada, onde não foram permitidas investigações mais aprofundadas sobre as punições e de quem ordenou ou realizou as execuções durante o

---

período stalinista. Líderes comunistas atuantes nesse período, e ainda vivos na segunda metade dos anos 1980, como Lazar Kaganovich, Georgy Malenkov e Vyacheslav Molotov, não somente passariam incólumes de qualquer acusação ou denúncia, como chegou a ser cogitada a readmissão deles no partido comunista (Molotov seria brevemente readmitido em 1985). Service, op.cit., 2009; Brown, op.cit. 2011.

<sup>11</sup> Essa questão obteve pouca atenção na bibliografia levantada. Algumas informações esparsas podem ser encontradas em BROWN, A. **Seven Years that Changed the World: Perestroika in Perspective**. Oxford: Oxford University Press, 2007, e Barreau op. cit., 2012.

<sup>12</sup> Brown, op. cit., 2011; REIS FILHO, D. A. **Uma revolução perdida: A história do socialismo soviético**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

<sup>13</sup> Conjunto de documentos de qualquer natureza – isto é, independentemente da sua idade, suporte, modo de produção, utilização e conteúdo– reunidos automática e organicamente – ou seja, acumulados por um processo natural que decorre da própria atividade da instituição–, criados, acumulados e utilizados por uma pessoa física ou jurídica, ou por uma família no exercício das suas atividades ou funções.

<sup>14</sup> Informações sobre o desenvolvimento dos conceitos de fundo e proveniência na URSS, entre os anos 1920 até o início da década de 1980, podem ser vistos em SANTOS JUNIOR, R. L. Análise histórica sobre o desenvolvimento da Arquivologia na antiga União Soviética (1918-1985). **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 3, p. 64-83, 2012.

<sup>15</sup> VAGANOV, F. M. Archival Affairs in the USSR. **American Archivist**, v. 51, n. 4, p.481-485, 1988.

<sup>16</sup> AFANASYEV, Y. N. Professional training archivists in the USSR. **Archivum**, v.34, p.1-11, 1988.

<sup>17</sup> Grimstead, op. cit., 1991.

<sup>18</sup> Grimstead, op. cit. 1989; 1991; BURDS, J. Ethnicity, memory, and violence: reflections on special problems in soviet & east european archives. In: BLOUIN JR.; ROSENBERG, W. G. **Archives, documentation, and the institutions of social memory: essays from the sawyer seminar, 2000-2001**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2005.

<sup>19</sup> Grimstead, op. cit. 1991; Burds, op. cit, 2005.

<sup>20</sup> Grimstead, op. Cit. 1991; SANTOS JUNIOR, R. L. Depois da Perestroika: Análise histórica sobre a Arquivologia russa nos primeiros anos do pós comunismo (1991-1994). **Ágora**, v. 23, n. 46, p.85-107, 2013.

<sup>21</sup> BOLOTENKO, G. Frost on the Walls in Winter: Russian and Ukrainian Archives since the Great Dislocation (1991-1999). **American Archivist**, v. 66, n.3, p.271-302, 2003.

<sup>22</sup> PILLAK, P. Reforms in Estonian Archives. **American Archivist**, v. 53, n. 4, p.576-581, 1990.

<sup>23</sup> GRIMSTEAD, P. K. Beyond Perestroika: Soviet Area Archives After the August Coup, **American Archivist**, v. 55, no. 1, p. 94–124, 1992; GRIMSTEAD, P. K. **Archives of Russia Seven Years After: "Purveyors of Sensations" or "Shadows Cast out to the Past."** Washington, DC: Cold War International History Project, Working Paper, n. 20, 1998.

<sup>24</sup> Grimstead, op. cit., 1991; Bolotenko, op, cit., 2003; Barreau, op. cit., 2012.

<sup>25</sup> Grimstead, op. cit. 1992; Bolotenko, op. cit., 2003.

<sup>26</sup> GRIMSTEAD, P. K. Russian Archives in Transition: Caught between Political Crossfire and Economic Crisis, **American Archivist**, v. 56, p. 614–62, 1993; GRIMSTEAD, P. K. Increasing Reference Access to Post-1991 Russian Archives. **Slavic Review**, v. 56, n. 4, p. 718–59, 1997.

<sup>27</sup> GRIMSTEAD, P. K. Archival Rossica/ Sovietica Abroad—Provenance or Pertinence, Bibliographic and Descriptive Needs. **Cahiers du Monde Russe et Sovietique**, v. 34, n 3, p. 431–480, 1993; Barreau, op. cit, 2012.

<sup>28</sup> ARTIZOV, A. Archives of Russia in the nineties: experiences, problems and prospects of development. **Janus**, número especial, p.84-87, 1996; BURDS, J. Ethnicity, Memory, and Violence: Reflections on Special Problems in Soviet and East European Archives. **Comma: International Journal on Archives**, Paris, Ns. 3-4, p. 69-82, 2002.

## A DESSEGREGAÇÃO RACIAL NAS ESCOLAS DOS EUA: A VISÃO CONSERVADORA DA NATIONAL REVIEW, 1955-1957<sup>i</sup>

Rodrigo Farias de Sousa<sup>ii</sup>

### Resumo

Em 2014, comemoram-se os 60 anos da decisão da Suprema Corte dos EUA no caso "Brown v. Board of Education", que proibiu a segregação racial nas escolas americanas. Considerado um marco na história do país, não só pela tomada de posição frente ao racismo mas também pelos conflitos políticos que engendrou, "Brown..." também foi uma das primeiras controvérsias enfrentadas pelo chamado moderno conservadorismo americano. Neste trabalho, focado no período mais crítico da controvérsia acerca da decisão, examina-se a postura dos conservadores a esse respeito por meio dos argumentos do seu mais importante periódico, a revista "National Review".

Palavra-chave: conservadorismo; direitos civis; Estados Unidos.

### Abstract

The year 2014 is the 60th anniversary of the *Brown v. Board of Education* Supreme Court decision, that outlawed the practice of race segregation in the American public schools. Considered a historical milestone in American history, not only because it put the Supreme Court authority against one of the pillars of racial segregation, but also because of the conflicts it generated, *Brown...* was also one of the first controversies of modern American conservatism. This papers analyzes the conservative view through its most important magazine at the time, *National Review*.

Keywords: conservatism; civil rights; United States.

Para os norte-americanos, o ano de 2014 é repleto de marcos históricos. Entre os mais progressistas, sobretudo os *liberais*<sup>iii</sup>, trata-se da comemoração dos 60 anos da célebre decisão da Suprema Corte conhecida como *Brown v. Board of Education of Topeka*, que

tornou ilegal um dos pilares da segregação racial ainda praticada em vários estados americanos, a saber: a separação racial compulsória nas escolas públicas. Na mesma linha, celebra-se também o cinquentenário da Lei de Direitos Civis de 1964, que, junto com a Lei de Direito ao Voto de 1965, tornou ilegal todo tipo de discriminação racial ainda remanescente no arcabouço jurídico do país.

Uma das grandes questões sociais dos EUA de meados do século XX, a luta pelos direitos civis dos negros e contra a segregação racial foi tema inevitável nas controvérsias entre reformistas e conservadores, e entre a esquerda e a direita da época. E justamente porque o discurso reformista venceu, o discurso da oposição a *Brown* e ao movimento dos direitos civis que abriu o caminho para as leis de 1964 e 1965 acabou sendo parcialmente esquecido. Para os mais desavisados, a aura heroica atribuída atualmente ao movimento dos direitos civis pode dar a impressão de que todo o esforço de King e seus colegas tinha apenas os extremistas como a Ku-Klux-Klan e alguns conservadores inveterados como adversários. Como veremos, nada era mais longe da verdade: a crítica aos direitos civis e a defesa, ainda que indireta, do notoriamente injusto *status quo* racial norte-americano podiam ser feitas com todo o aparato de respeitabilidade e sofisticação típicos dos intelectuais da Costa Leste do país. É o que se vê no caso da *National Review*.

Criada em 1955 pelo jornalista William F. Buckley Jr.,<sup>iv</sup> *National Review* tinha o objetivo de ser para a direita intelectualizada americana o que a *New Republic* ou a *Nation* eram para os liberais: um semanário voltado para pessoas cultas, formadoras de opinião, com o objetivo de contrabalançar a alegada supremacia ideológica do liberalismo nos EUA do pós-guerra. Falando em nome de um conservadorismo que congregava correntes até então largamente díspares, a *NR* teria um papel formador para essa faixa do espectro político durante a Guerra Fria. Sob a batuta de Buckley e seus colaboradores, como Frank Meyer, James Burnham e Russell Kirk, o “moderno movimento conservador” distinguiu-se de organizações e aspectos da direita americanas tidos como “extremistas” e, portanto, inaceitáveis, como a John Birch Society e a KKK, por um lado, e o antissemitismo, por outro.<sup>v</sup> Pode-se dizer que a *NR* nascera para mostrar que o pensamento de direita podia não apenas ter substância intelectual como também ser respeitável, sem cair na caricatura frequente de que se resumia à propagação do extremismo e de teorias da conspirações — visão que, em meados dos anos 1950, podia ser encontrada até em obras de projeção acadêmica, como *The new American right*, organizada pelo sociólogo Daniel Bell.<sup>vi</sup>

Uma revista de opinião com um perfil intelectualizado e uma linha editorial clara, mas flexível o bastante para abrigar certa diversidade de pontos de vista, a *NR* é uma fonte representativa de como essa primeira geração do conservadorismo do pós-guerra reagiu à conflituosa situação racial na sociedade americana da época. .

### ***Brown v. Board of Education na National Review***

A *NR* não tinha uma linha editorial única para questões raciais, nem tampouco o tipo de conservadorismo que ela esposava abordava o assunto em termos de princípios. O que havia era uma multiplicidade de opiniões, geralmente em reação direta aos eventos do dia, cujo elemento comum tendia a ser o da crítica à abordagem liberal. Em outras palavras, de forma geral os diversos colaboradores da revista opunham-se ao uso dos recursos do Estado — visto como concentrador de poderes e com grande potencial para o autoritarismo — para a defesa de direitos civis tais como os reivindicados pelos ativistas negros da época. Mesmo no caso da segregação, em que, afinal, os poderes estaduais *já eram* usados para manter a divisão entre raças, esse ponto de vista antiestatista predominou. Num momento em que o mundo era dividido entre um “mundo livre” capitalista e uma “cortina de ferro” comunista, mais de uma vez a intervenção do governo federal em questões sociais foi vista como um passo rumo à destruição das liberdades americanas e o conseqüente favorecimento da ideologia inimiga.

Um bom exemplo dessa leitura, que incluía não apenas a questão escolar, mas a própria ideia de integração racial reivindicada por ativistas negros em geral, foi o artigo *Integration is communization*, de Richard Weaver, publicado em 13 de julho de 1957:<sup>vii</sup>

Podemos observar em um certo número de áreas como o “coletivismo racial” está sendo usado como um pé-de-cabra para afrouxar os direitos sobre a propriedade privada. Houve um tempo quando a posse de uma propriedade dava ao dono o direito de dizer para quem ele queria ou não vender e alugar. Mas agora, com a proibição dos pactos restritivos<sup>viii</sup> pela Suprema Corte (especialmente em *Shelley v. Kraemer*), este direito foi invadido, se não efetivamente tirado. Houve um tempo em que os proprietários tinham completa liberdade de decisão quanto a quem iriam ou não empregar em seus negócios privados. Agora esse direito foi invadido por vários tipos de leis [do *Fair Employment Practice Committee*], que dizem a ele que não pode levar em consideração as diferenças de raça ao selecionar os seus empregados. Houve um tempo quando instituições educacionais privadas tinham o direito de *estabelecer* quaisquer padrões que escolhessem para a admissão de estudantes. Agora pelo menos um estado tem uma lei que proíbe qualquer instituição de até mesmo aceitar candidaturas com dados relacionados à raça e à religião do estudante em questão. [...] É preciso ter uma educação muito sofisticada para não ver nisto uma erosão firme e até o momento bastante avançada dos direitos sobre a propriedade privada em conformidade com uma teoria racial comunista. Em boa parte deste processo, a Suprema Corte tem sido [...] o “cão corredor” do Kremlin.

Noutras palavras, decisões judiciais antidiscriminatórias feriam o direito à propriedade, pilar da sociedade americana. Essa mesma linha de raciocínio seria várias vezes retomada na crítica também a *leis* do mesmo teor, como seria o caso da Lei de Direitos Civis de 1964.

Mas esse não era o único problema. Os choques entre decisões como *Brown v. Board of Education* e uma população determinada a manter o seu “modo de vida” racialmente hierarquizado apareciam com certa regularidade na revista. Esse era, na verdade, do clichê no discurso pró-segregação, como se vê na entrevista que a *NR* publicou com o senador democrata da Geórgia, Richard Russell, em 27 de julho de 1956, apenas duas semanas após o artigo de Weaver. Nela, Russell explica ao repórter Sam M. Jones o porquê de sua oposição à nova lei de direitos civis proposta pelo governo Eisenhower e faz duros ataques às iniciativas pela integração racial então em voga. Vejamos (grifos nossos):

P[ergunta]. Senador, independentemente do projeto sobre Direitos Civis passar ou não, ele fornece alguma solução de fato para o problema racial?

R[esposta]. O problema primário não é racial. Não apenas o Sul, mas o país inteiro hoje está ameaçado pelo *ataque constante à nossa lei fundamental e ao nosso sistema de governo*. Este é o problema primário.

Espera-se que o Congresso redija as leis. Mas agora *descobrimos que a Suprema Corte está redigindo mais leis que o Congresso*. Ela tem constantemente invadido o domínio do Congresso. Há grande preocupação em toda a nação porque as recentes decisões da Corte são legislativas em vez de judiciais, e a Corte está além do alcance dos eleitores do país. Ela tem tomado decisões que derrubam as leis dos estados e das unidades locais de governo. [...]

P. Voltando à questão específica do projeto de Direitos Civis, o senhor sente que existe alguma solução real para o problema racial por meio de decretos legislativos ou judiciais?

R. Toda a história humana nos ensina que os problemas da natureza devem ser resolvidos pela evolução e não pela revolução. Faz agora noventa e dois anos desde a Guerra entre os Estados.<sup>1</sup> Isso é um tempo enorme na vida de uma pessoa, mas um intervalo muito curto na vida de uma nação ou no desenvolvimento de uma grande civilização. O progresso que tem sido feito no Sul por meio da evolução do entendimento mútuo durante esse período não tem paralelo na história. *Não existe outro lugar no mundo onde o negro tenha alcançado tanto como no Sul*. Nós ouvimos muita coisa sobre a igualdade social fora do Sul, mas ela é superficial, quando não hipócrita. O homem ou a mulher branca do Norte não está melhor disposto a confraternizar com os negros, a convidá-los para suas casas, ou a encorajar seus filhos a casar com alguém de cor, do que as pessoas no Sul. Economicamente, o Norte tem dado ao negro a ilusão da igualdade, mas o fardo do negro médio nas grandes cidades de Nova York, Chicago e Washington revela a falsidade irônica e trágica da ilusão.

---

<sup>1</sup> Essa é a denominação usual no Sul para o que geralmente é conhecido como Guerra Civil Americana ou Guerra de Secessão.

Em contraste, Atlanta, Geórgia, uma cidade segregada, não apenas tem um número imponente de milionários negros, mas muitos milhares de pessoas de cor que têm alcançado um status econômico confortável, que foram bem educadas, que ganharam autorrespeito e o respeito dos cidadãos brancos. [...]

P. Em seu recente discurso no Senado, o senhor se referiu ao projeto dos Direitos Civis como a “peça legislativa mais astuta e engenhosa jamais elaborada” que já viu, e a comparou com as leis passadas durante o Congresso da Reconstrução, que o senhor disse ter posto “saltos negros sobre pescoços brancos”. As pessoas do Sul temem a dominação política por parte do negro ou a miscigenação ou ambos?

R. *Ambos*. Como o senhor sabe, Sr. Jones, existem algumas comunidades e alguns estados onde o potencial de votação do negro é muito grande. *Nós desejamos evitar a todo custo uma repetição do período da Reconstrução, quando escravos recém-libertos faziam as leis e impunham a obediência a elas*. Nós temos sentimentos ainda mais fortes quanto à miscigenação ou amalgamação racial.

*A experiência de outros países e civilizações tem demonstrado que a separação das raças, biologicamente, é altamente preferível à amalgamação.*

Eu não sei de nada na história humana que nos leve a concluir que a miscigenação é desejável.

[...]

P. *O senhor acredita que a integração escolar seria um passo rumo à miscigenação em massa no Sul?*

R. Sim, um longo e insidioso passo em direção a ela. Mas isso não é tudo. Como o senhor sabe, Sr. Jones, as escolas públicas nesta capital têm tido algumas tristes experiências desde que a integração foi imposta ao povo do Distrito de Columbia. *O aproveitamento escolar tem caído de forma aguda, a delinquência juvenil tem aumentado enormemente e as autoridades acharam necessário abandonar praticamente todas as atividades sociais* que eram um aspecto colateral normal tanto em escolas brancas como em negras antes da dessegregação.

P. Tal como eu entendo, senador, o projeto dos Direitos Civis está diretamente relacionado com a integração escolar, e a certas decisões da Suprema Corte. O senhor sente que ele representa uma invasão maior dos direitos civis dos cidadãos brancos do Sul?

R. Deixe-me responder sua pergunta desta maneira, Sr. Jones. Primeiro, a gente branca do Sul sente profundamente que tem sido representada de forma errônea. *Eles sentem que têm lidado com o problema racial mais grave neste país de forma justa e que têm feito grandes sacrifícios para isso.*

Segundo, deixe-me lembrá-lo de que levou mais de oitenta anos para se restabelecer os valores fiscais que existiam na Geórgia antes da Guerra entre os Estados. E ainda assim, apesar das durezas e sacrifícios, o estado emitiu títulos para fornecer sistemas separados nas escolas públicas. *Elas têm sido iguais e em muitos casos, hoje, as escolas negras são mais modernas e melhor equipadas que as brancas. E os professores negros recebem salários iguais. Esta situação não é verdadeira só no meu estado; é a situação predominante em todo o Sul*. Nenhum povo dotado de animosidade contra uma outra raça teria feito isso. É um exemplo concreto de boa vontade.

Terceiro, disseram-nos da noite para o dia que somos opressores do negro, que nossas tradições e costumes são obsoletos, que nossas leis estaduais são ilegais e que devemos nos render incondicionalmente ao *ukase*<sup>ix</sup> da Suprema Corte, cujos membros não são escolhidos pelo povo, mas indicados pelo presidente, e que só podem ser removidos por *impeachment*.

Esse é um discurso típico dos defensores da segregação no Sul, já devidamente documentado, entre outros exemplos, uma década antes por Gunnar Myrdal em *An American dilemma*. No que toca a algumas afirmações factuais, Russell repete dados divulgados no ano anterior em matéria do próprio Sam M. Jones a respeito de um relatório publicado pelo



Subcomitê Davis, do Senado, que investigava a delinquência juvenil. Nele, apontava-se uma correlação forte entre a integração racial nas escolas de Washington, D.C., e o aumento da “evasão das aulas, roubo, vandalismo e ofensas sexuais” em escolas integradas, além da necessidade de vigilância constante por conta das tentativas dos alunos negros de ambos os sexos de “molestamento” de garotas brancas.<sup>x</sup> Isso aparentemente confirmava os temores de muitos brancos a respeito dos perigos da proximidades de negros em relação a suas crianças. Não se encontrou no entanto, uma repetição dessa linha de raciocínio na cobertura da revista, que em todo caso estava citando uma investigação do Congresso. Mas é sugestivo que tenha recebido uma página inteira não muito tempo depois da entrevista com o senador Richard Russell.

Se há algo de notável no conteúdo das declarações de Russell a *National Review*, é apenas a sua franqueza ao expor as crenças que orientavam a atuação de seu bloco político na questão da integração promovida pelo Estado — incluindo o tabu supremo do Sul, a miscigenação racial. Entretanto, em se tratando de uma revista também *jornalística*, a publicação das opiniões do senador chama a atenção pelos efeitos que *não* teve, a saber: uma réplica, contraponto ou verificação de dados. Não seria difícil, por exemplo, apurar que o que Russell afirma sobre a qualidade das escolas e salários dos professores negros em relação aos brancos não era nem de longe a realidade predominante no Sul — qualquer que fosse o ponto de vista que se tivesse sobre questões mais intrincadas de biologia

Algumas vezes, eles ganhavam dimensões dramáticas, como ocorreu na cidade de Clinton, Tennessee, em 1956, onde uma ordem judicial para integrar a escola secundária local atraiu militantes pró-segregação à localidade, de apenas quatro mil habitantes. O que começou com protestos e boicotes terminou com uma revolta urbana, com carros virados e bananas de dinamite sendo lançadas contra as casas do bairro negro. A situação chegou ao ponto de o governador mobilizar tanto a polícia estadual quanto a Guarda Nacional para restaurar a ordem, levando inclusive tanques de guerra às outrora tranquilas ruas de Clinton. A violência então diminuiu, mas perduraria pelo menos até 1958, quando, por exemplo, o pivô da briga, a Clinton High School, sofreu um atentado a bomba.

Para a *National Review*, as responsabilidades eram claras. Uma nota na seção “The Week”, que abre a edição de 15 de setembro, já dá o tom da abordagem geral (grifos nossos):

Aqueles que ao longo de muitos anos têm sido obcecados com a imagem da América no além-mar farão bem em ponderar um subproduto da tentativa da Suprema Corte de impor à sociedade *noções doutrinárias quanto à relação social adequada entre as raças*. Por anos, americanos incomodados lamentaram a disponibilidade para os comunistas de fotografias assinalando salas de espera para “Branco” e “De cor”. Agora, sob o *Ato de Reforma Interracial dos Ideólogos* de 1954, os comunistas podem exibir fotografias de tanques passando por ruas sulistas, de cordões de soldados brandindo baionetas desembainhadas contra seus vizinhos.

Não se fala dos atos dos segregacionistas que motivaram a intervenção. A violência usada e o impacto que tinha sobre a vida dos habitantes também não é mencionada — provavelmente por se supor que já fosse do conhecimento do público leitor. Contudo, a raiz do problema está clara: trata-se da decisão da Suprema Corte, e não do racismo. *Brown* era fruto de *ideologia*, e não a mera aplicação de princípios constitucionais e morais tomados como pressupostos pela maior parte dos americanos.

Na mesma seção, uma nota intitulada “Clinton”, não assinada, mas redigida pelo próprio editor-chefe da revista, William F. Buckley Jr., após criticar os “rufiões congênitos e cabeças quentes” que causaram problemas em Clinton, toma as dores dos segregacionistas — se não de seus métodos, pelo menos de sua causa geral:

Mas é também verdade, e nada há a ganhar por se tapar os olhos a isso, que a maioria dos cidadãos de Clinton, Tennessee, *não é de rufiões e cabeças quentes*. Eles, juntamente com a esmagadora maioria das pessoas brancas no Sul Profundo,<sup>xi</sup> são homens de boa vontade e equilibrados, apaixonadamente convencidos de que não existe um mal inerente na segregação social, e que a Décima Emenda da Constituição dos Estados Unidos os protege explicitamente da interferência federal em questões locais. Portanto, por uma questão de princípio, eles estão determinados a resistir à implementação de *uma decisão judicial que desmantela o que eles entendem serem as bases de sua sociedade*.

Está infelizmente na natureza das coisas que em tais situações os demagogos se movem com facilidade. Mas *posição do Sul não deve ser identificada com a grosseria de alguns campeões da segregação*. [...] Em essência, [trata-se da] determinação de resistir à autoridade central; de insistir no autogoverno.

Para Buckley, as desordens de Clinton, como também as (mais famosas) de Little Rock, Arkansas, no ano seguinte, nasciam do autoritarismo do governo, que, a fim de impor a sua visão de harmonia social, desrespeitava, por assim dizer, a organicidade do Sul. Sem aplaudir a segregação em si, a *National Review* entendia que a sociedade sulista tinha, no entanto, o direito de manter suas tradições ou, se viesse a mudá-las, que o fizesse no seu próprio ritmo e segunda sua própria conveniência. Posta dessa forma, a questão não de dar liberdade aos negros para fazer valer seus direitos constitucionais, como afirmavam os ativistas de direitos civis e seus aliados liberais; a questão mais importante, na ótica conservadora, era antes se o governo federal tinha o direito de atropelar uma determinada

ordem social com justificativas “ideológicas” estranhas ao Sul. Dessa maneira, uma questão moral, social e constitucional se reduz a uma disputa entre imposição estatal e liberdade privada. Supondo que a segregação contasse com o apoio inclusive dos supostos beneficiários das reformas liberais — os negros —, teria o governo central o direito de violar essa vontade em prol de um ideal igualitário específico? Para os conservadores da *NR*, a resposta óbvia era um veemente “não”.

---

<sup>i</sup> Este artigo é um pequeno recorte da pesquisa desenvolvida em minha tese de doutorado, *William F. Buckley Jr., National Review e a crítica conservadora ao liberalismo e os direitos civis nos EUA, 1955-1968*, defendida em 2013 na Universidade Federal Fluminense, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Cecília Azevedo.

<sup>ii</sup> Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense e professor de História do Tempo Presente e História dos Estados Unidos no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Email: [azel79@gmail.com](mailto:azel79@gmail.com).

<sup>iii</sup> *Liberal*, nos EUA, tem um sentido diferente do que essa palavra apresenta na Europa e no resto do mundo. Dito de modo conciso, a palavra denota os reformistas que seguem a tradição do New Deal de Franklin Roosevelt, focada na proteção dos direitos individuais e, em certa medida, sociais, por um lado, e numa economia mista, em que o capitalismo convive com um Estado regulador ativo. Cf. RYAN, Alan. *The making of modern liberalism*. Princeton University Press, 2012. 680 p.

<sup>iv</sup> Das várias biografias de Buckley atualmente disponíveis, merecem destaque: JUDIS, John B. *William F. Buckley, Jr.: patron saint of the conservatives*. New York: Touchstone, 1990. 528 p., e BOGUS, Carl T. *Buckley: William F. Buckley Jr. and the rise of American conservatism*. New York: Bloomsbury Press, 2011. 417 p.

<sup>v</sup> Uma excelente narrativa desse processo de distinção pode ser encontrado no estudo clássico de George H. Nash, *The conservative intellectual movement in America since 1945*, originalmente publicado em 1976.

<sup>vi</sup> BELL, Daniel (ed.). *The new American right*. New York: Criterion Books, 1955. 239 p.

<sup>vii</sup> Todas as citações da revista são tiradas diretamente do original. Uma versão digitalizada das edições dessa época pode ser encontrada pelo sistema do site EBSCO Host (<http://www.ebscohost.com/archives/featured-archives/national-review>) ou em coleções encadernadas como a da biblioteca do Russell Kirk Center for Cultural Renewal (<http://www.kirkcenter.org>). Para os artigos de William Buckley, especificamente, o pesquisador brasileiro pode ir a <https://cumulus.hillsdale.edu/Buckley/>.

<sup>viii</sup> *Pactos restritivos* – prática comum em várias cidades americanas da época, pela qual o proprietário de um imóvel podia proibir, de forma permanente e com a proteção da lei, que este fosse vendido ou negociado com pessoas de determinado perfil, fosse étnico ou racial.

<sup>ix</sup> *Ukase* pode ser traduzido como um decreto com força de lei por parte de um czar ou governo da Rússia, tendo adquirido em inglês o sentido de uma imposição arbitrária e irrecorrível.

<sup>x</sup> Caution: integration at work. *From Washington Straight. National Review*, 06/10/1956.

<sup>xi</sup> O “Sul Profundo” é geralmente identificado com os estados de Alabama, Mississippi, Louisiana, Geórgia e Carolina do Sul, onde a segregação racial era mais forte.

## **A Ditadura chilena e os seus diferentes projetos políticos: Leigh e Pinochet (1973 – 1978)**

Rodrigo Peixoto Pires

Mestrando em História Política e Cultura da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ.

Orientador: Professor Doutor Ricardo Antonio de Souza Mendes

Resumo: Este trabalho tem como objetivo caracterizar a diversidade de grupos que compunham a coalizão que desferiu o golpe de Estado no Chile no ano de 1973. Pretende identificar os principais grupos, suas lideranças e seus diferentes projetos autoritários que se enfrentam durante o governo militar.

Palavras-chave: autoritarismo, projeto, governo.

Abstract: This paper aims to characterize the diversity of groups that made up the coalition that strikes the coup in Chile in the year 1973 aims to identify the main groups, their leaders and their authoritarian different projects that face during the military government.

Key words : authoritarianism, design, government.

### **O debate acerca da heterogeneidade da coalizão golpista**

O dia 11 de setembro de 1973 é uma data de suma importância para a história política do Chile. Ela marca o fim da experiência de governo da Unidade Popular e seu projeto da via chilena ao socialismo. Ao mesmo tempo assinala o início de uma nova experiência:

Aquel día un segmento significativo de la población pensó que la intervención militar traería una tregua, la cual en un tiempo no muy lejano permitiría retomar la “tradicional democracia chilena”[...] Sin embargo, la toma del poder por parte de las instituciones militares era solo el inicio de un régimen de larga duración, que a la postre impulsó profundas reformas em todos los ámbitos de la vida nacional.<sup>1</sup>

O governo Pinochet é considerado por diversos autores – entre eles Zárate<sup>2</sup>, Muñoz<sup>3</sup>, Hunneus<sup>4</sup>, Herrera<sup>5</sup> e Cavallo<sup>6</sup> - como um marco na História política chilena contemporânea. Devido ao alto grau de violência empregado contra os personagens que fizeram parte da

Unidade Popular, quanto aos que se opuseram ao governo militar. Seu governo se tornou um ponto de inflexão na política chilena, “*una refundación nacional que intentó cambiar por completo los pilares sobre los cuales se sostenía la sociedad chilena desde 1932.*”

Dentre as singularidades do regime militar chileno observa-se o acúmulo progressivo de poder entorno da figura do general Pinochet e o processo de modernização implementado na economia, com a introdução do neoliberalismo e as reformas no código de trabalho e da previdência social. Como parte do projeto de refundação no plano político observa-se a elaboração de uma nova constituição e a construção de um novo sistema político baseado no conceito de democracia orgânica.

Entendo que esses aspectos não foram realizados de maneira consensual dentre as forças que apoiaram a deposição de Allende. Tanto as Forças Armadas como o campo político das direitas não podem ser considerados como blocos monolíticos. Índícios apontam para a existência de uma diversidade de grupos e projetos que compunham a coalizão golpista. Autores como Apiolaza<sup>7</sup> apontam para a profusão de setores e projetos – no campo civil - que apoiaram a intervenção das Forças Armadas em

[...]la cual se incluyeron amplios sectores médios como pequeños comerciantes, sindicatos, estudiantes y desde el punto de vista político, una parte importante del Partido Demócrata Cristiano [...] y la derecha política en su totalidad<sup>8</sup>

Seguindo a mesma linha que assinala a diversidade dos grupos, Zárate<sup>9</sup> aponta esta pluralidade de projetos restrito aos setores militares. Segundo ela “[...] al momento del colapso de la Unidad Popular, la oficialidad militar chilena en el Ejército y la Fuerza Aérea, no constituía un cuerpo [...] homogéneo[...].”<sup>10</sup> A autora também destaca que “[...] solo había un consenso amplio, aunque no total, en torno a que la gestión de la Unidad Popular no podía continuar.”<sup>11</sup>

Mendes<sup>12</sup>, em suas análises sobre o golpe de Estado, concorda com Zárate<sup>13</sup> em relação ao elemento que possibilitou a unidade entre os grupos. Para ele, o elemento que deu coesão a ação da coalizão golpista foi a derrubada do governo Allende, ou seja, havia um consenso negativo.<sup>14</sup>

A ação que ocorreu em 11 de setembro de 1973 foi desfechada por militares, mas contou com o respaldo de uma diversidade grande de grupos que, como foi assinalado anteriormente, possuíam projetos distintos. Diante dessa pluralidade<sup>15</sup> – no interior da coalizão golpista -

houve um elemento que os unificou, que foi a derrubada do governo constitucional. Para obter a legitimidade necessária - tanto na sociedade civil, quanto nas instituições militares - para desfechar o golpe de Estado estes grupos tomam para si o discurso da defesa da legalidade.<sup>16</sup>

A diversidade apresentada pela coalizão golpista - que posteriormente assume o controle do governo chileno - resultou na ocorrência de conflitos entre os grupos em seu interior. A disputa pelo controle político do Estado – como forma de efetivar seu projeto autoritário - se estende para além dos círculos militares, uma vez que os civis também podem ser enquadrados neste embate. Embora a composição dos grupos vá além dos membros das instituições militares, o trabalho tem como eixo central de análise o embate entre dois personagens que estão inseridos no campo militar que são: os generais Gustavo Leigh, comandante da Força Aérea e Augusto Pinochet, comandante do Exército. A escolha dos dois personagens parte da percepção de que os militares assumiram o comando da coalizão golpista.

Para caracterizar os diferentes grupos políticos e seus respectivos projetos autoritários em questão, utilizarei a nomenclatura de restauradores e refundadores<sup>17</sup> para designar os grupos que disputam o controle político do governo com o objetivo de efetuar seu projeto autoritário.

### **Estatismo ou neoliberalismo: a pugna entre restauradores e refundadores**

Ao assumir o poder os comandantes das Forças Armadas coincidiam que a prioridade era a resolução do problema econômico, independentemente de como poderia ser solucionado.<sup>18</sup> Os grupos em questão possuíam aspectos em comum nessa área, como a defesa do capitalismo e da propriedade privada, mas a afinidade entre os dois grupos neste campo parava por aí. Isto por que apesar de possuírem aspectos em comum, havia divergências profundas acerca do papel que o Estado deveria ter em relação ao desenvolvimento econômico. “Esta falta de Unidad es lo que explica que en los años siguientes al golpe las fuerzas armadas fueran receptivas a distintos discursos políticos, encontrando eco em la mayoría de los grupos que las habían pressionado para intervenir.”<sup>19</sup>

No plano econômico o projeto apresentado pelos refundadores consistia numa modernização econômica do Estado, sob uma perspectiva neoliberal. A execução deste

projeto ocorreu de maneira concomitante a acumulação de poder pessoal do General Pinochet. Os questionamentos acerca da política econômica implementada diminuíram progressivamente na medida em que o General Pinochet afastou de dentro da sua própria instituição os que se opunham as medidas. Muito dos líderes golpistas oriundos de Exército, em particular os generais Bonilla, Nuño e Arellano, começaram a se queixar dos impactos sociais negativos das políticas econômicas.<sup>20</sup> Nos anos seguintes ao golpe estes militares foram sendo afastados por que se opuseram a implementação do neoliberalismo e pelo General Pinochet enxergá-los como uma ameaça real a consolidação do seu poder pessoal, visto que esses militares eram os verdadeiros articuladores do golpe militar dentro da instituição.

A política econômica que inicialmente visava à retomada do crescimento econômico e o combate da inflação foi gradativamente assumindo uma forma neoliberal. O governo militar adotou medidas consideradas de choque como a liberalização dos preços, a redução do número de funcionários das empresas do estado e limitou os aumentos dos salários. Estas medidas obtiveram sucesso parcial no combate a inflação embora no plano social elas provocassem um aumento da pobreza e as críticas do grupo de oposição.

As empresas do estado que estavam sob controle da CORFO<sup>21</sup> foram privatizadas, como parte do projeto de desestatização que os diferentes grupos que participaram do golpe de estado pregavam. A divergência entre os grupos acerca das privatizações se deu em relação à profundidade destas medidas, para o grupo encabeçado pelo General Pinochet as privatizações deveriam ter um grau de profundidade maior. Os refundadores, por defenderem o neoliberalismo enxergavam o Estado como um agente regulador da economia e não como o principal organismo propulsor do desenvolvimento econômico.

Embora concordassem que o excesso de estatismo conduzido pela Unidade Popular durante seu governo foi prejudicial à economia, os restauradores, diferente dos refundadores, não tinham como objetivo reduzir as funções do Estado, tornando-o um mero agente regulador do mercado. Para os refundadores que tinham como seu principal intérprete o General Leigh, o Estado deveria ter um rol central na economia, é ele que deve junto à iniciativa privada conduzir o desenvolvimento econômico.<sup>22</sup> Para ter este papel central no processo de desenvolvimento o Estado deveria permanecer com empresas consideradas estratégicas para o desenvolvimento econômico e a defesa nacional.<sup>23</sup>

O setor laboral também foi alvo de uma intensa disputa entre restauradores e refundadores, os últimos através do controle do poder executivo colocou em prática seu projeto, retirou o direito de greve, encerrou as atividades da CUT além de confiscar seus bens. A repressão foi utilizada em larga escala como forma de diminuir as reivindicações dos trabalhadores e criar um ambiente de desmobilização. Ainda assim faltava aos refundadores completar sua política neoliberal no campo do trabalho, isto por que a Força Aérea na divisão de tarefas ficou responsável pelos ministérios ligados à área social, na qual o ministério do trabalho era um destes.

Os restauradores que possuíam o controle do ministério do trabalho, com o General Díaz Estrada ocupando o cargo de ministro, até 1976. A proposta do grupo que tentou ser implementada pelo ministro consistia garantir os direitos conquistados pelos trabalhadores, possibilitar a greve, mas com certa regulação do Estado, permitir a atuação dos sindicatos, excluindo os partidos de esquerda da direção dos mesmos. O objetivo deste grupo era cooptar os trabalhadores para que estes apoiassem o regime, entendendo que o reconhecimento de algumas demandas dos trabalhadores por parte do Estado barraria a influência do marxismo no plano laboral.

Os dois grupos medem forças no plano laboral, principalmente em relação ao projeto de reforma no código de trabalho. Os refundadores defendiam que a reforma deveria retirar alguns dispositivos que segundo eles: aumentavam os custos da mão de obra para as empresas e desmobilizavam os trabalhadores. Já os restauradores acreditavam que os direitos deveriam ser mantidos só que com o estrito controle do Estado. Assim como na condução econômica houve uma vitória parcial dos refundadores que em 1976 conseguem retirar o General Díaz Estrada do cargo de ministro e conseguem aprovar o decreto 2.200 de 1976 que regulou o contrato individual de trabalho em substituição ao antigo código de trabalho.<sup>24</sup>

Em relação ao aspecto social a discordância se dava sobre os impactos relativos às políticas econômicas. Para os restauradores o Estado deveria exercer um papel além de propulsor da economia, ele teria um papel importante em amenizar as injustiças provocadas pelo capitalismo.<sup>25</sup> Para esse grupo o Estado deveria zelar pelo cidadão.

Seguindo o modelo neoliberal os refundadores refutavam a participação estatal na economia e conseqüentemente no plano social. Para eles o Estado deveria abandonar a tarefa de propulsor da economia e da parte social, deixando esta nas mãos da iniciativa privada,



através de uma política econômica e social baseada no livre mercado. Esse plano foi em sua maior parte implantado pelas equipes de governo de forma gradual, devido aos embates com os restauradores que apresentavam resistência a este projeto.

As medidas de caráter neoliberal causaram um impacto profundo na sociedade chilena – que até então estava acostumada com uma forte presença do estado no plano econômico e social - que passou a conviver com uma política de Estado mínimo que transferiu a iniciativa privado áreas: da saúde, educação e outras empresas que eram estatais. As políticas anti-inflacionárias causaram uma recessão econômica e conseqüentemente um arrocho salarial, as indústrias nacionais passaram a competir com as estrangeiras sem ter a proteção do Estado e sem possuir condições tecnológicas para isto. Esta abertura do mercado para empresas estrangeiras gerou um declínio da atividade industrial tendo como consequência o aumento do desemprego no país.

Segundo o General Leigh um dos grandes erros cometidos pelo governo refere-se ao plano social:

[...]hemos abandonado por completo a los trabajadores y a la sufrida clase media, que siempre há sido la válvula que há regulado la vida ciudadana en Chile. Esa clase media es la que está pagando todas las consecuencias habidas y por haber, em lo social y lo económico.<sup>26</sup>

### **A institucionalidade, o sistema político e a democracia: o confronto final entre dois modelos autoritários**

Ainda sob o calor da ação desferida em 11 de setembro de 1973, se tornam mais nítidas as divergências entre os grupos, que havia sido em grande medida camuflada pelo intenso grau de polarização durante o período de governo da Unidade Popular. Ocorre um fato que já contrapõem os dois personagens anteriormente citados. Assim que os golpistas eliminam toda a resistência apresentada pelos membros do governo constitucional, ocorreu uma reunião com o propósito de organizar as estruturas de governo. Nesta primeira reunião ficou marcado, ainda que de maneira superficial, a primeira divergência entre os diferentes grupos acerca da implementação de seus projetos autoritários. A disputa mesmo que de maneira leve se deveu a quem deveria ocupar o cargo de presidente da Junta Militar de governo.

Segundo Muñoz,<sup>27</sup> a reunião que se seguiu após a ação golpista tinha como objetivo constituir uma Junta Militar de governo, mas a grande dúvida era a de quem presidiria o órgão.

O general Leigh argumentou que a questão devia ser resolvida com base na antiguidade. Como ele havia assumido o seu posto de comandante da Força Aérea três dias antes de Pinochet ser elevado a comandante em chefe do Exército, declarou-se chefe por direito da Junta. Pinochet discordou, argumentando que o que importava não era a antiguidade dos comandos, mas das instituições sob suas ordens. Como o Exército havia sido criado antes da Marinha, e a Força Aérea fora criada antes dos Carabineros, ele devia chefiar a Junta.<sup>28</sup>

O General Augusto Pinochet nas suas obras de memórias<sup>29</sup> sobre a ação golpista de 11 de setembro de 1973, ele aponta para o fato que a questão acerca da formação da Junta militar de governo havia sido discutida por ele e pelo General Gustavo Leigh no encontro que os mesmos tiveram no dia 9 de setembro do mesmo ano. Ainda segundo Pinochet:

En esa ocasión me dijo que las cuatro Instituciones unidas podrían derrocar al Gobierno marxista, que se nombraría una junta de Gobierno, cuyo presidente sería yo, pese a que él dos días más antiguo, a lo que repliqué esa afirmación era un error de su parte, pues los Comandantes en jefe representan sus Instituciones en el orden Ejército, Armada e FACH.<sup>30</sup>

Por outro lado, o General Gustavo Leigh em entrevista concedida a jornalista Florência Varas<sup>31</sup>, descreveu que houve uma reunião no dia 11 de setembro na escola militar no gabinete do diretor na qual, antes de passarem a juramento ele propôs um rodízio periódico na presidência da Junta. Os outros três comandantes estiveram de acordo, e que o próprio General Pinochet se pronunciou sobre o assunto na primeira entrevista que concedeu a imprensa estrangeira.

Lembra ainda que retornaram ao assunto somente em mais uma oportunidade na qual ele entendendo a complexidade do tema, o de perder a continuidade da linha de ação do governo caso houvesse o sistema de rotação, e que esta perda poderia causar divisão ao invés de união entre as instituições. Retirou a proposta de revezamento e esteve de acordo que se nomeara o comandante do Exército como presidente da Junta.<sup>32</sup>

Entendo que o desentendimento entre os generais por mais que aparente uma mera discussão por disputas pessoais, possuiu uma dimensão maior. Leigh identificou que a atitude de Pinochet tinha como objetivo o avanço no seu projeto de se propagar no poder, como forma de implementar a sua perspectiva autoritária de refundar a sociedade chilena. Apesar do

desgaste, os embates entre os membros da Junta de Governo, especialmente entre os personagens mais destacados se tornou cada vez mais frequente e com maior intensidade. Haja vista que expôs que a unidade entre os grupos girava somente entorno do anticomunismo, um certo grau de desestatização e a derrubada do governo da Unidade Popular e que em relação aos outros aspectos as diferenças se tornam cada vez mais difíceis de serem resolvidas de maneira consensual.

Uma das primeiras medidas foi em relação aos partidos políticos, estes tiveram suas atividades suspensas, mas puderam manter seus bens e realizar atividades de fins recreativos. A exceção ocorreu com os partidos de esquerda<sup>33</sup> que compunham o governo da Unidade Popular, estes tiveram suas atividades proibidas e seus bens confiscados.<sup>34</sup>

Em relação às antigas figuras do cenário político chileno, o governo militar - mais especificamente o grupo que passa a ter a supremacia do controle político e seu projeto de refundação - manifesta claramente seu antipartidarismo quando refutou a presença dos partidos, mesmo aqueles que haviam apoiado o golpe de Estado, nas instâncias decisórias do governo. A ditadura utilizou da prática de cooptação de figuras políticas, ligados as direitas, oferecendo cargos no Governo.

Esse rechaço aos partidos políticos - mesmo aqueles que apoiaram o golpe – se deveu em grande medida ao entendimento, por parte dos militares, de que os partidos teriam sido os protagonistas do processo de polarização e caos que teve seu auge durante o governo da Unidade Popular. A rejeição a eles também fazia parte de uma estratégia dos refundadores, que pretendiam depurar o sistema político nacional, para isso era necessário à destruição do antigo sistema político e a elaboração de um novo, impedindo a participação dos partidos de esquerda e a possibilidade de um novo governo marxista no Chile.<sup>35</sup>

Para corroborar com esta perspectiva acerca do caráter dos refundadores, em 1977 o governo deu mais um passo em direção da criação do novo sistema político. Os partidos que até então estavam com as atividades políticas suspensas foram proibidos de atuar, ou seja, o governo com esta medida manifestou que não seria um governo transitório e que pretendia construir algo novo na história política do Chile.

O ano de 1977 é de grande importância, pois marca uma nova etapa do governo. Neste mesmo ano foi realizado o chamado Cerro de Chacarillas, em que o general Pinochet profere

um dos seus mais importantes discursos, que delineou os planos do grupo dos refundadores acerca da condução autoritária do Estado chileno.

El régimen autoritario de Augusto Pinochet, durante estos primeros diez años, articuló y se apoyó en una nueva alianza compuesta por militares, jóvenes profesionales y tecnócratas, los cuales, sin experiencia política-partidista previa (aunque certamente participantes activos de la lucha anti Unidad Popular) pusieron en práctica un proyecto de transformaciones globales de la sociedad chilena.<sup>36</sup>

O discurso proferido pelo general Pinochet na cerimônia projetou o que o grupo liderado por ele tinha como objetivo, o desenvolvimento do caráter político do seu projeto autoritário. Um dos objetivos explicitados neste discurso era dar vida a um novo regime político institucional, e que a derrubada do governo anterior, significou o término de um regime político-institucional esgotado e o imperativo de construir um novo.

Ainda em relação ao discurso, Pinochet refuta a ideia de restaurar o sistema político que havia no Chile. “Não se trataria, segundo afirmava, de uma tarefa de mera restauração. Mas sim de uma obra eminentemente criadora.” Ao refutar a restauração Pinochet expõe o que ele e seu grupo acreditavam ser a o desenho “democrático” desse novo Chile que eles estavam construindo, a intenção era dar forma a uma nova democracia que seria autoritária, protegida, integradora, tecnificada e de autêntica participação social.<sup>37</sup>

O plano era de que o governo autoritário que permanecesse por um longo período, para que realizasse as mudanças profundas nos diversos aspectos da vida econômica e social do país. Este governo seria marcado por um governo de metas e não de prazos.

Outro fato que intensifica a disputa entre restauradores e refundadores ocorreu no início do ano de 1978. O governo decidiu realizar uma espécie de consulta popular para medir o seu grau de aprovação. Esta medida buscou dar um maior grau de legitimidade ao governo militar que vinha sendo sistematicamente criticado por organismos internacionais pelas violações dos direitos humanos.

A consulta causou uma espécie de mal estar dentro da junta de governo, pois é decidida de maneira unilateral pelo general Pinochet e imposta aos outros membros da junta de governo. Os comandantes da marinha e força aérea se opõem inicialmente ao pleito, lançam cartas criticando a medida, mas para manter uma suposta unidade das forças armadas e de ordem recuam de suas posições e a consulta foi realizada.

A consulta ocorre e como era esperado o governo obtém uma aprovação da maioria absoluta dos votantes, mas a intenção de demonstrar ao mundo que o governo militar tinha o apoio da maioria da população não se torna eficaz. Os organismos internacionais criticam a falta de transparência do pleito, devido a ausência de lista de votantes e a denúncia de inúmeras fraudes ocorridas.

Os restauradores possuíam uma interpretação distinta dos refundadores nos mais diversos aspectos do âmbito político. Primeiro por que não eram contrários ao antigo sistema político, segundo opina o General Leigh os partidos políticos deveriam existir de acordo com a sua capacidade de eleger representantes no parlamento e nos municípios. Os partidos de esquerda continuariam proibidos de participar do jogo eleitoral.<sup>38</sup>

O objetivo deste grupo era fazer um governo de transição que devolvesse o governo aos civis num prazo que possibilitasse ao governo promover algumas modificações que dotassem o Estado de um caráter autoritário e impossibilitassem o ressurgimento das esquerdas no espectro político. Mas por outro lado acreditavam que as forças armadas deveriam ter uma participação - como uma espécie de conselho – nos governo civis como forma de garantir o cumprimento da constituição.

Em relação ao prazo de retorno a normalidade “democrática”, considero que este foi a principal disputa entre os generais Leigh e Pinochet. Para o primeiro que representava os restauradores o governo deveria estabelecer um prazo máximo de dez anos para que houvesse o retorno à normalidade democrática, ou seja, Leigh acreditava que em 1983 o poder deveria ser devolvido para os civis.<sup>39</sup> Já o grupo liderado pelo general Pinochet com seu projeto refundacional acreditava que o governo sob seu controle deveria durar mais tempo, prazo que deveria ser instituído pela nova constituição.

Este tema expôs as diferenças entre os grupos que atuavam dentro do governo ditatorial. Em Julho de 1978 o general Gustavo Leigh em entrevista ao jornal italiano *Corriere della Sera* expressa sua opinião acerca do tempo que este considerava necessário para o retorno a democracia. A entrevista foi interpretada como uma crítica ao governo por parte do grupo dos refundadores. No mesmo mês o general Leigh foi afastado da junta militar de governo, junto com ele um grupo de 18 generais da Força Aérea renuncia evidenciando a disputa entre os grupos no interior da ditadura.

- 
- <sup>1</sup> ZÁRATE, Verónica. *Estatismo y neoliberalismo: Um cuntrapunto militar. Chile 1973-1979*. Santiago, Editora Universidad de Santiago, 2001, p.1.
- <sup>2</sup> IDEM.
- <sup>3</sup> MUÑOZ, Heraldo. *A sombra do ditador. Memórias políticas do Chile sob Pinochet*. Tradução: Renato Aguiar, Cidade: Rio de Janeiro, Editora: Jorge Zahar, 2010, p. 7.
- <sup>4</sup> HUNEEUS, Carlos. *El régimen de Pinochet*. Santiago, Editorial Sudamericana, 2002, p. 17.
- <sup>5</sup> HERRERA, Genaro, A. *Por la razón o la fuerza. Chile bajo Pinochet*. Santiago, Editorial Sudamericana, 1998, p. 11.
- <sup>6</sup> CAVALLO, Ascanio, SALAZAR, Manuel y SEPÚLVEDA, Oscar. *La historia oculta del régimen militar*, Editorial Grijalbo S. A., Santiago, 1997, p. 9.
- <sup>7</sup> APIOLAZA, Pablo. *Régimen autoritário y derecha civil: El caso de Chile, 1973-1983*. IELAT, 2011, p. 4.
- <sup>8</sup> IDEM.
- <sup>9</sup> ZÁRATE, Verónica. *Estatismo y neoliberalismo: Um cuntrapunto militar. Chile 1973-1979*. Santiago, Editora Universidad de Santiago, 2001, p.2.
- <sup>10</sup> IDEM.
- <sup>11</sup> IDEM.
- <sup>12</sup> MENDES, Ricardo A. S. 40 anos do 11 de setembro: o golpe militar no Chile. *Revistas de Estudos Políticos*, N. 7, 2013, p. 183.
- <sup>13</sup> ZÁRATE, Verónica. *Estatismo y neoliberalismo: Um cuntrapunto militar. Chile 1973-1979*. Santiago, Editora Universidad de Santiago, 2001, p.2.
- <sup>14</sup> IDEM.
- <sup>15</sup> A pluralidade de grupos e projetos estava restrito ao campo das direitas.
- <sup>16</sup> MENDES, Ricardo. A. S. *As direitas latino-americanas: anticomunismo e defesa da legalidade constitucional no Brasil (1964) e Chile (1973)*. *Anais Eletrônicos do VI Encontro da ANPHLAC*. Maringá, 2004, p. 7.
- <sup>17</sup> Retiro os termos restauradores e refundadores mediante análise de obras que abordam sobre os embates dos que considero como sendo os principais personagens em questão. Restaurador é retirado de uma entrevista que o general Gustavo Leigh concede a jornalista Florência Varas (1979). Refundador, foi extraído da obra de Zárate (2006) em conjunto com discurso proferido pelo general Pinochet (1977) na ocasião do Cerro de Chacarillas.
- <sup>18</sup> ZÁRATE, Verónica. *Estatismo y neoliberalismo: Um cuntrapunto militar. Chile 1973-1979*. Santiago, Editora Universidad de Santiago, 2001, p.5.
- <sup>19</sup> Ibidem. p.2.
- <sup>20</sup> MUÑOZ, Heraldo. *A sombra do ditador. Memórias políticas do Chile sob Pinochet*. Tradução: Renato Aguiar, Cidade: Rio de Janeiro, Editora: Jorge Zahar, 2010, p. 88.
- <sup>21</sup> Corporação de Fomento da Produção. Empresa estatal chilena criada em 1939 com objetivo de impulsionar a atividade produtiva nacional.
- <sup>22</sup> No embate entre os dois grupos acerca do campo econômico resultaram em vitórias parciais dos refundadores, visto que houve o afastamento de dentro Exército dos militares que possuíam uma postura crítica a política econômica e o progressivo crescimento do poder pessoal do General Pinochet que em grande medida viabilizou a implementação das políticas de corte neoliberal. A vitória total deste grupo ocorreu somente em 1978 com o

---

afastamento da Junta Militar do General Leigh, que era personagem central do grupo de oposição a proposta de refundação.

<sup>23</sup> VARAS, Florencia. *Gustavo Leigh. El general disidente*. Santiago, Editorial Aconcagua. Coleccion Lautaro, 1979, p. 71.

<sup>24</sup> CAMPERO, 1988. p.275.

<sup>25</sup> VARAS, Florencia. *Gustavo Leigh. El general disidente*. Santiago, Editorial Aconcagua. Coleccion Lautaro, 1979, p. 66.

<sup>26</sup> VARAS, Florencia. *Gustavo Leigh. El general disidente*. Santiago, Editorial Aconcagua. Coleccion Lautaro, 1979, p. 75.

<sup>27</sup> MUÑOZ, Heraldo. *A sombra do ditador. Memórias políticas do Chile sob Pinochet*. Tradução: Renato Aguiar, Cidade: Rio de Janeiro, Editora: Jorge Zahar, 2010, p.61.

<sup>28</sup> IDEM

<sup>29</sup> PINOCHET, Augusto. *El día decisivo. 11 de septiembre de 1973*. Santiago, Editorial Andres Bello, 1979, p. 120.

<sup>30</sup> IDEM.

<sup>31</sup> VARAS, Florencia. *Gustavo Leigh. El general disidente*. Santiago, Editorial Aconcagua. Coleccion Lautaro, 1979, p.56.

<sup>32</sup> Ibidem, p. 57.

<sup>33</sup> Mesmo com a proibição da sua atuação estes partidos atuaram na clandestinidade.

<sup>34</sup> ZÁRATE, Verónica. Julio Pinto y Rolando Álvarez, *Su revolución contra nuestra revolución. Izquierdas y derechas en el Chile de Pinochet (1973-1981)*, LOM Ediciones, Santiago, 2006, p.30.

<sup>35</sup> APIOLAZA. Pablo. *Régimen autoritário y derecha civil: El caso de Chile, 1973-1983*. IELAT, 2011, p.5.

<sup>36</sup> APIOLAZA. Pablo. *Régimen autoritário y derecha civil: El caso de Chile, 1973-1983*. IELAT, 2011, p.10.

<sup>37</sup> Discurso do Cerro de Chacarillas, 1977.

<sup>38</sup> VARAS, Florencia. *Gustavo Leigh. El general disidente*. Santiago, Editorial Aconcagua. Coleccion Lautaro, 1979, p. 103.

<sup>39</sup> CAVALLO, Ascanio, SALAZAR, Manuel y SEPÚLVEDA, Oscar. *La historia oculta del régimen militar*, Editorial Grijalbo S. A., Santiago, 1997, p. 194.

## **O instituto do concurso público no Governo Provisório (1930-1934): a resultante da tensão dos movimentos sociais da década de 1920-30, Estado e campo político.**

Autor: Me. Rodrigo Pereira da Silva.

Email: rodrigounesp@gmail.com

### **Resumo**

O artigo trabalha com a mudança no Estado brasileiro no Governo Provisório (1930-1934), sobre tudo a questão do concurso público por se tratar de uma nova forma de seleção do funcionalismo público, baseada na meritocracia e que faz parte do processo de racionalização da administração pública ocorrida durante o período. Junto dessa preocupação está a questão dos movimentos sociais da década de 1920 que contestaram a ordem e buscou seu espaço frente o Estado brasileiro.

palavras chaves: concurso público; movimentos sociais; governo Vargas.

### **Abstract**

The article works with the change in the Brazilian state in the Provisional Government (1930-1934), all about the issue of the civil service examination because it is a new form of civil service selection based on merit and that is part of the rationalization of public administration occurred during the period. Along this concern is the issue of the social movements of the 1920s that challenged the order and sought his space ahead the Brazilian State.

keywords: civil service examination; social movements; Vargas government.

## **INTRODUÇÃO**

A sociedade brasileira é uma construção social advinda de um Estado que se transformou ao longo de sua história, e que, passou por processos políticos, sociais e econômicos que moldaram a sua feição. O Estado, por sua vez, é fruto do trabalho das elites políticas que ao seu tempo estiveram no centro de poder, e colocaram em prática suas ideias e aspirações sobre como deveria ser organizado. As tensões sociais, também tiveram peso no cenário das transformações ocorridas ao longo da história, e estão interligadas com os processos de independência, fim do trabalho escravo e ruptura de governos.



O Estado brasileiro surgiu com a missão de desenvolver a sociedade. No ano de 1808<sup>1</sup>, o Estado tinha como tarefa maior a construção das bases sociais para o desenvolvimento da nação. Naquela época o patamar de desenvolvimento da sociedade era muito precário. A chegada da Família Real, não trouxe apenas cidadãos portugueses, trouxe também as instituições lusitanas, suas práticas e seu padrão de comportamento frente à coisa pública<sup>2</sup>. O Brasil sofreu mudança significativa, deixou de ser colônia e foi elevado a condição de reino unido por D. João VI<sup>3</sup>.

O sistema administrativo no período de D. João VI era de províncias, hierárquico e a autoridade estava centralizada em nível nacional. O imperador nomeava os presidentes provinciais e estes eram alinhados com o Governo Central. Havia alta rotatividade junto da centralização, não havia definição de funções e, sem a presença de políticas governamentais claras, o sistema administrativo era insuficiente. Havia inoperância administrativa, mesmo assim, os anseios do Governo central eram atendidos<sup>4</sup>. A ausência de instrumentos para transformação da vida social e econômica das províncias permitiu que o Estado colonial comandasse de cima, e impedisse atividades de união, de interesses locais e nacionais.

A sociedade brasileira no início do século XIX convivia com o trabalho escravo, economia agrária exportadora dominada pelos senhores donos de grandes porções de terras. O cenário econômico e social não sofre alterações após o processo de independência (1822). O Brasil continuou a ser governado por um imperador, D. Pedro I. Agora, na condição de país independente o país teve sua primeira constituição nacional no ano 1824. A carta constitucional fora outorgada, e tinha como dispositivo de ação o Poder Moderador<sup>5</sup>.

O processo de independência trouxe para o debate intelectual a questão da construção do Estado. Desde esse período, o tema que estava em voga no imaginário das elites políticas e intelectuais era a de que maneira implementar, e como garantir o funcionamento eficaz de uma ordem liberal burguesa (SANTOS 1978). No plano econômico o liberalismo foi implementado desde início, porém a presença do Poder Moderador impedia a transgressão completa para uma ordem liberal burguesa. O salto só será completado com a instituição da Primeira República (1889-1930), através da Constituição de 1891 que foi de cunho liberal.

### **A Primeira República (1889-1930): o cenário para compreender as inquietações sociais das décadas de 1920-30.**

O governo republicano foi instaurado de fato em 1891 com a Constituição<sup>6</sup>. A carta constitucional deu os parâmetros que deveriam ser seguidos pelo Estado. A ordem liberal era consolidada e caminhava de acordo com o fim do trabalho escravo (1888).

A República representou o reconhecimento político das transformações econômicas e sociais que o País passara, ou seja, a interrupção do comércio de escravos, as decadências da burguesia comercial, a ascensão da burguesia rural do café, a extinção “natural” da escravidão e da desburocratização do clero católico. (CUNHA, 1963, p. 14).

A ordem liberal foi instaurada, e no plano político o federalismo<sup>7</sup> foi instituído. O federalismo serviu como base política para a governança da oligarquia que estava no poder. O Estado pode ser moldado de acordo com os interesses particulares, e foi ampliado graças ao coronelismo que atuou como força coercitiva. O liberalismo ficou no plano econômico, mas não alcançou a liberdade social. Com o fim do trabalho escravo a opção pela mão de obra assalariada estrangeira representou processo de branqueamento da sociedade, assim colocando o negro à margem da sociedade.

Liberou forças econômicas e políticas interessadas na agricultura, indústria e comércio. Favoreceu a imigração de braços para a lavoura, povoadores para as colônias em terras devolutas e artesãos para a indústria. Ao mesmo tempo, jogava na europeização, ou no branqueamento da população, para acelerar o esquecimento dos séculos de escravismo. Recebeu, inclusive, o que não imaginava, em termos de idéias sociais, propostas sindicalistas, anarquistas, socialistas e outras. Houve uma ampla fermentação de idéias e movimentos sociais, principalmente nos centros urbanos maiores e nas zonas agrícolas mais amplamente articuladas com os mercados externos. (IANNI, 2004, p. 20-21).

O desenvolvimento ocorrido durante a Primeira República teve como força motriz a economia cafeeira. Foi durante o período republicano que ocorreram grandiosos ciclos. O café era o principal produto da pauta comercial do Brasil, e ele impulsionou o mercado interno brasileiro através de efeito endógeno. O complexo cafeeiro possibilitou o desenvolvimento de estradas para escoamento da produção, portos para os navios que levavam o produto aos grandes centros, além da mão de obra assalariada com poder de compra.

O momento macroeconômico foi favorável, e contou com importantíssimo aliado: as políticas de proteção ao produto, e a ajuda governamental na importação de mão de obra. A ação governamental contradiz os preceitos liberais de não interferência do poder público, mas demonstra traço peculiar das relações entre a elite que está no centro de poder e a máquina pública: o interesse particular, da classe. A costura do interesse de classes no plano do Estado vem de antes da República, e organizou a construção do Estado brasileiro pelo alto, de cima para baixo. Ação da elite que está no centro de poder atinge o Estado, ele é tratado como particular, prevalecendo a vontade do Governo. O clientelismo está fortemente presente na relação política. Os cargos públicos são tratados como espólio político, e capitalizados como barganhas nos acordos, pagamento de favores ou casos de nepotismo. Na República, o que prevaleceu foi o interesse de burgueses emergentes, combinados com interesses preexistentes e remanescentes na construção do Estado e de suas políticas públicas (IANNI, 2004).

A ação da classe dominante resultou no liberalismo no plano econômico, e no plano interno ficou o patrimonialismo. A estrutura foi legitimada através do federalismo e do poder coercitivo do coronelismo. O controle da oligarquia permitiu o controle estrutural da administração pública.

[...] os interesses privados pediam ao Estado que expandisse sua capacidade regulatória em relação a contratos econômicos, que se realizavam entre contratantes *particulares* e *livres*, a fim de criar as condições necessárias ao desenvolvimento de um sistema de "mercado". A intervenção estatal foi clamada para que o sistema econômico funcionasse de acordo com as linhas liberais formais, da mesma maneira que se havia exigido que o Estado permanecesse fora das relações econômicas – como um Estado liberal deveria permanecer. (SANTOS, 1978, p. 85).

A ordem liberal foi vigente durante o período republicano, e ela não acompanhou o desenvolvimento da sociedade. O desenvolvimento social e econômico mostrou a diversificação da sociedade, industrialização -ainda que incipiente- dos centros urbanos, e, sobretudo na década de 1920 a eclosão de movimentos sociais baseados em ideias vindas de fora, que buscaram seu espaço frente à ordem liberal e o mundo político. A maneira que o Estado tratou a "questão social" serviu como elemento catalisador para eclosão dos movimentos sociais como: socialismo, anarquismo, nacionalismo, tenentismo e até o feminismo. Foi o início da crise hegemônica do sistema político, que realmente entrou em colapso com a Revolução de 1930.

A industrialização vai provocar algum distúrbio no domínio oligárquico, na década de 1920. Nesse momento já não se pode falar em simples luta entre as oligarquias, pois parte destas está comprometida com o industrialismo. Além disso, a industrialização, agora, intensifica o desenvolvimento de novas camadas sociais – as camadas médias e o operariado, diversificando o tradicional e regido sistema de estratificação social, bem como integra razoável parte da população no sistema produtivo. Enfim, é essa abertura de novos caminhos no processo produtivo a responsável pela explicação de muitos aspectos das novas orientações ideológicas que aparecem especialmente na década de 1920 (nacionalismo, catolicismo, tenentismo, ideologias educacionais etc.). (NAGLE, 2001, p. 26).

A década de 1920 mostrou a radicalização dos movimentos e sua luta por demandas. A insatisfação recaía sobre o sistema eleitoral, ineficiência do Estado, administração pública, cobrava reforma constitucional. Os trabalhadores reivindicavam regulamentação do trabalho, jornada de oito horas, descanso semanal obrigatório, proibição do trabalho noturno de mulheres e menores de dezoito anos, e a proibição do trabalho de menores de catorze anos. As demandas eram cobradas durante os eventos (moções, greves, manifestações, congressos), além da luta pelos direitos civis, havia também pedido de liberdade sindical e da imprensa, voto secreto e de liberdade de reunião (CANO, 2012).

As reivindicações tinham como objetivo a melhora da qualidade de vida, justiça social e transformação política para resolver o descompasso entre Estado e sociedade. A década de 1920 foi de um "ciclo expansivo" (CANO, 2012), mas que não resultou na melhora da qualidade de vida da população urbana. A eleição não era campo de mudança no horizonte dos movimentos sociais, pois o processo eleitoral era contaminado por práticas que corroboravam com a manutenção das elites no poder, e o controle coercitivo dos votantes do mundo rural, que eram em número superior a população dos centros urbanos, impediam o vislumbre por mudanças.

[...] o ciclo expansivo trouxe inevitável aumento de conflitos: excesso de capacidade produtiva (café e alguns setores industriais); maior organização da classe trabalhadora; conflitos de interesses entre frações da burguesia; alta de preços; reivindicações por mais direitos sociais e expansão do movimento revolucionário tenentista, que culminaria nas Revoluções de 1922, de 1924, da Coluna Prestes nesse mesmo ano, e, ao final do período, na Revolução de 1930 (CANO, 2012, p. 902).

A sociedade brasileira começava o seu processo de formação de classes. Os industriais se organizaram, buscaram o aprimoramento das condições econômicas que favorecessem o desenvolvimento industrial. O interesse industrial divergia com o pensamento agrário, e com a administração da política econômica por conta do alinhamento as classes rurais. Os trabalhadores organizaram-se em grupos baseados nas ideias europeias de socialismo e de anarquismo. Os socialistas formaram o Partido socialista no ano de 1902, realizaram congresso do partido e debateram a forma de recrutamento das massas e a legislação trabalhista. Os anarquistas obtiveram mais sucesso, pois pregavam uma ação mais direta. Organizaram movimentos grevistas e comícios visando medidas que melhorassem a condição de vida do trabalhador fabril.

As reivindicações estavam presentes em todos os níveis sociais, não se limitava as classes ligadas à indústria. O desejo por um Brasil moderno estava presente e representado pelos questionamentos da época, e de expressões culturais como a Semana de Arte Moderna no ano de 1922 e o pensamento social da época que irá discutir a situação brasileira e como ela poderia ser alterada a fim de tornar o país uma nação moderna, no patamar das grandes nações desenvolvidas. O nacionalismo também foi um movimento social da época, suas ações foram no campo educacional através de livros didáticos, transmissão de valores morais, cívico com viés patriótico<sup>8</sup>.

O setor das forças armadas também se organizou. Os jovens tenentes formaram o Tenentismo e contaram com prestígio perante a sociedade. Os tenentes tinham o pensamento de intervenção reformista, aproximação com a sociedade, busca pela legitimação das ações da força armada. O movimento apresentou-se como uma parcela da classe que poderia enfrentar os brios ultrajados do Exército.

“As relações com elementos civis – em especial, as relações com elementos da Liga Nacionalista de São Paulo – devem ter ampliado o campo das reflexões, pois, em 1924, começam a aparecer pregações de conteúdo liberal [...]. É o que se nota no comunicado dos chefes do movimento de 1924, no qual expõem “as razões fundamentais do seu movimento”: o atual governo da República não tem apoio da Nação nem daqueles a quem, em última análise, cabe a defesa de sua honra. Não é o governo do povo brasileiro e não tem o apoio do Exército, porque o Exército é composto daqueles que assinaram o manifesto do Clube Militar e dos que, por eles, se achavam representados neste ato”. (COSTA E GOES apud NAGLE, 2001, p. 99).

O movimento tenentista teve participação junto da Aliança Liberal que concorreu às eleições no final da Primeira República e que deflagrou o movimento revolucionário em outubro de 1930. A participação dos tenentes ocorreu durante o Governo Provisório (1930-1934), eles foram nomeados interventores nos estados brasileiros e tinham como missão manter a ordem favorável ao governo de Getúlio. O primeiro governo varguista assume o poder em caráter provisório, e assume o compromisso de elaborar uma nova Constituição Nacional, diferente da Constituição de 1891 que era liberal nas relações econômicas e patrimonialista no trato interno com a sociedade.

No dia 3 de novembro de 1930, Getúlio Dorneles Vargas assume o poder como líder do movimento. No dia 11 de novembro é instaurado o Governo Provisório, que tem como chefe Vargas. O Decreto n. 19.398<sup>9</sup> institui o novo governo e dá plenos poderes sobre a administração pública para o chefe do governo, pois é este quem faz todas as nomeações, demissões, cria cargos. No texto do decreto consta o fechamento do Congresso Nacional, assim o Governo Provisório irá governar através de decretos. Os estados serão organizados por interventores nomeados pelo poder central. O governo de Vargas assume, desde o início de seus trabalhos, o compromisso com a criação de uma nova carta constitucional.

O controle do Estado havia escapado das mãos das velhas oligarquias, empurrado pela pressão dos movimentos operários, tenentismo, emergência dos interesses das classes médias urbanas, cisão da burguesia em suas frações concorrenciais, mudança do perfil econômico em vários estados, questão social, alto custo na manutenção das políticas de proteção ao café, e, por último, pela mudança dos valores da *intelligentsia* que criticavam duramente o fosso entre *ideal* e *real* na constituição da nação brasileira. A consciência de uma *revolução lenta, mas segura*, levaria Vargas a afirmar que a Revolução seria expressão da “marcha da história” nacional, portanto, iniludível. Também complicava este cenário, certa propensão para ratificar o idealismo orgânico latente no pensamento brasileiro e radicalizado pelo tenentismo, diagnosticando como problema a debilidade de nossa sociedade civil e como remédio a aposta em um novo e fortalecido tipo de Estado forte. (CEPEDA, 2009, p. 221).

A reorganização do Estado é feita durante o Governo Provisório. A comissão legislativa elabora novas regras eleitorais, o Código Eleitoral<sup>10</sup> é posto em vigor por um decreto do dia 24 de fevereiro de 1932, que irá presidir o novo alistamento e a eleição dos membros da Assembleia Nacional Constituinte. Já em 14 de maio o Governo Vargas

baixa o decreto nº 21.402<sup>11</sup>, que fixa a data do pleito para a Assembleia Nacional Constituinte em 3 de maio de 1933 e a criação de uma comissão encarregada de elaborar o projeto de Constituição, que deverá ser encaminhado à Assembleia Constituinte.

O Estado aumentou, com isto, sua base de legitimidade ao mesmo tempo em que passou a responder às pressões políticas de parcelas da população até então marginalizadas, especialmente do movimento das camadas médias e do proletariado urbano. (TOREZAN, 2009, p. 31).

O quadro formado para a Constituinte configurou-se de uma maneira que após o pleito, que contou com 820 candidatos para 214 cadeiras, fez com que as tendências governistas fossem asseguradas<sup>12</sup>, uma vez que a política desempenhada pelos interventores militares obteve êxito na grande maioria dos Estados brasileiros. São Paulo era a figura dissonante neste cenário. O Distrito Federal e os seis Estados mais populosos juntos somavam 94 representantes que eram favoráveis ao Governo Provisório, outros 26 representantes eram neutros ou indiferentes e mais 20 possuíam posição contrária. No Rio Grande do Sul a Frente Única Rio-Grandense elegeu somente três representantes enquanto o PRL conseguiu 13 assentos na Assembleia.

A nova constituição foi elaborada por uma subcomissão e apreciada na Assembleia Constituinte. A nova organização estatal que começou a ser alterada com a chegada da Aliança Liberal foi cristalizada na nova carta constitucional. O concurso público foi instituído como forma de seleção, a fim de dotar de racionalidade o serviço público, e torná-lo eficiente. A alteração provocada pelo Governo Provisório alterou a feição do Estado brasileiro, tornou sua administração centralizada e burocratizada. As instituições criadas durante a quadra (1930-1934) aproximaram a sociedade e o Estado, e o Governo manteve o controle político e a tutela das demandas sociais reivindicadas desde a Primeira República.

#### Bibliografia

CARVALHO, José Murilo de. Forças armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador. In: *O Brasil Republicano: Sociedade e Instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro, São Paulo: DIFEL, 1977.

CEPÊDA, Vera Alves. Contexto político e crítica à democracia liberal. In: *Perspectivas*, São Paulo, v. 35, p. 211-242, jan./jun. 2009.

CUNHA, Mário Wagner Vieira da. *O sistema administrativo brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Ministério de Educação e Cultura), 1963.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

IANNI, Octavio. *Pensamento Social no Brasil*. Bauru: EDUSC, 2004.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

SOBRINHO, Barbosa Lima. *A Verdade sobre a Revolução de Outubro-1930*. São Paulo: Alfa Omega, 1983.

TORREZAN, Roseli. *O Governo Provisório na Constituinte de 1933/34*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2009.

---

<sup>1</sup> No ano de 1808 a Família Real portuguesa veio para o Brasil fugindo das Guerras Napoleônicas. Antes deste fato, já havia uma administração colonial subordinada aos interesses da coroa que exploravam sua colônia em busca de lucros para a metrópole, e protegia o território contra possíveis invasões.

<sup>2</sup> Para melhor compreensão do que representa a importação dos costumes e práticas portuguesas há duas obras que interpretam de maneira ímpar. A primeira, o livro de Sérgio Buarque de Holanda *Raízes do Brasil*. A segunda, o livro de Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder: formação do patronato brasileiro*.

<sup>3</sup> Com essa mudança, a colônia poderia assinar acordos comerciais.

<sup>4</sup> O desejo do poder central era: "[...] manter o poder central livre de demandas regionais e assegurar a alternância pacífica no sistema bipartidário, que funcionava tão bem dentro de seus limites" (SCHWARTZMAN, 1988, p. 106).

<sup>5</sup> Na prática, a Constituição de 1824 deu garantia legais para as ações do Imperador. A criação dessa monarquia constitucionalista não alterou o panorama político, que após ver o processo de independência continuou sendo comandado por um rei português.



---

<sup>6</sup> No ano de 1889 foi instaurado governo provisório com a tarefa de convocar assembleia constituinte. O decreto para a convocação da assembleia foi publicado no dia 15 de novembro de 1890, e estabelecia que a assembleia ocorresse no mês de setembro.

<sup>7</sup> Art. 1º – A Nação brasileira adota como forma de Governo, sob o regime representativo, a República Federativa, proclamada a 15 de novembro de 1889, e constitui-se, por união perpétua e indissolúvel das suas antigas Províncias, em Estados Unidos do Brasil.

<sup>8</sup> [...] manter a idéia de coesão e integridade nacional; defender o trabalho nacional; difundir a instrução militar nas diversas instituições; desenvolver o civismo, o culto ao heroísmo, fundar associações de escoteiros, linhas de tiro e batalhões patrióticos; avivar o estudo da história do Brasil e das tradições brasileiras; propagar a educação popular e profissional; difundir nas escolas o amor à justiça e o culto ao patriotismo; combater o analfabetismo. (NAGLE, 2001, p. 66).

<sup>9</sup> BRASIL. Decreto n. 19.398, que dispõe sobre a instituição do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil e dá outras providências. Disponível em: <[http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=19398&tipo\\_norma=DEC&data=19301111&link=s](http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=19398&tipo_norma=DEC&data=19301111&link=s)>. Acesso em: 12 set 2014.

<sup>10</sup> O Código Eleitoral estabelece entre outras medidas, o sufrágio universal direto e secreto, além de ampliar o corpo político da nação, concedendo votos a todos os brasileiros alfabetizados, maiores de 21 anos, inclusive as mulheres, possibilitando, pela primeira vez, a livre expressão da vontade popular. O Brasil foi o segundo país da América Latina a estender o voto às mulheres, depois do Equador, e o fizera antes mesmo de países europeus como a Itália, a França ou a Bélgica. (BRASIL, Decreto nº 21.076).

<sup>11</sup> BRASIL. Decreto n. 21.402. Fixa o dia três de maio de 1933 para a realização das eleições à Assembleia Constituinte e cria uma comissão para elaborar e anteprojeto da Constituição. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1932-05-14;21402>>. Acesso em: 12 set. 2014.

<sup>12</sup> O Governo Provisório sofreu acusações de fraude e houve anulação da eleição nos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Santa Catarina.

## **OPERANDO ANÁLISES DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA A PARTIR DA “MATRIZ DISCIPLINAR” DE JÖRN RÜSEN: AS VIRTUALIDADES DE UM MODELO TEÓRICO-CONCEITUAL**

Rogério Chaves da Silva<sup>i</sup>

### **RESUMO**

Nesse texto, pretendemos refletir sobre as potencialidades analíticas do modelo teórico-conceitual da “matriz disciplinar”, de Jörn Rüsen, para se elaborar trabalhos no âmbito da história da historiografia.

**PALAVRAS-CHAVE:** História da Historiografia; Matriz Disciplinar; Jörn Rüsen

### **ABSTRACT**

In this paper, we intend to reflect on the analytical potential of the Jörn Rüsen’s theoretical-conceptual model of “disciplinary matrix” to elaborated research on the history of historiography.

**KEYWORDS:** History of Historiography; Disciplinary Matrix; Jörn Rüsen

Os estudos de história da historiografia são um fenômeno, relativamente, recente na historiografia brasileira. Embora, desde a década de 1940, José Honório Rodrigues tenha dado os primeiros passos no sentido de arraigar o interesse por esse tipo de investigação e até idealizado um empreendimento de grande monta como o “Instituto de Pesquisa Histórica”, as reflexões sobre as formas e procedimentos que envolvem a produção de conhecimento histórico sempre foram preteridas, no Brasil, em favor de “pesquisas empíricas” propriamente ditas. Sobre essa questão, o professor Benito Schmidt argumentou:

Por muito tempo, os profissionais de história pouco refletiram sobre as bases teóricas e metodológicas da atividade realizam, como se as palavras por eles utilizadas para ‘resgatar’ os fenômenos que estudam fossem transparentes, simples espelhos da realidade. Da mesma forma, a historiografia era vista – e por vezes ainda o é – como a ‘prima pobre’ da pesquisa histórica, seguidamente como um tipo de estudo que não se baseia em fontes (denotando, é claro, uma visão pobre e simplificada do que seja fonte histórica), próprio de profissionais que têm ojeriza aos arquivos, baseado na mera especulação e na opinião pessoal, capaz, no máximo, de indicar tendências e, quem sabe, o progresso da nossa disciplina<sup>ii</sup>.

Desde a empresa honoriana, o que se assistiu foram esforços pontuais de se pensar a “evolução” da produção historiográfica brasileira: Francisco Iglésias, José Roberto do Amaral Lapa, Carlos Guilherme Mota, Carlos Fico, Ronald Polito, dentre outros, buscaram seguir e, de certa forma, dar continuidade, cada qual a seu modo, ao legado honoriano. Por

consequente, na década de 1990, tivemos um novo alento de que estudos dessa natureza poderiam irromper, definitivamente, no país, com a criação do, já extinto, Centro Nacional de Referência Historiográfica. Esse núcleo, ligado à Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), e capitaneado pelos historiadores Carlos Fico e Ronald Polito, tinha o propósito de estudar os caminhos percorridos e as tendências para as quais apontavam a produção histórica no Brasil, sobretudo a elaborada nos programas de pós-graduação em História. Na maior parte das iniciativas desse período, a reflexão acerca da produção historiográfica brasileira consistia em radiografias do estado da produção histórica no país. O núcleo das propostas residia, em sua maioria, no diagnóstico de vários panoramas historiográficos, na indicação de determinadas inclinações demonstradas pelas pesquisas históricas e, em alguns casos, na crítica de certas ideologias e tradições subjacentes à produção historiográfica no Brasil.

Desde o final do novecentos e, especialmente, a partir da primeira década do século XXI, o interesse por pesquisar a história da História, que passou a ser mais comumente chamada de história da historiografia, começou a ganhar novo fôlego. Com os desafios colocados pela crítica narrativista pós-moderna e as tentativas de diluição das fronteiras da História com outras áreas do conhecimento, a reflexão teórica, ou seja, o exercício abstrativo sobre os fundamentos que constituem o pensamento histórico-científico se tornou uma exigência à comunidade dos historiadores. O “desapego teórico” que grassava no cenário historiográfico brasileiro, vigorosamente denunciado por José Honório e Francisco Iglésias, começou, então, a ser revertido em prol de uma postura cada vez mais consciente da importância da reflexão teórica, tanto para o trabalho de pesquisa do historiador quanto para a fundamentação da História como especialidade científica. Essa mudança de concepção pode ser sentida no aumento substancial do número de teses e dissertações acadêmicas, além dos artigos publicados, periódicos indexados, eventos organizados e grupos de trabalho dedicados às questões que norteiam essa flexibilidade típica da teoria da História<sup>iii</sup>. Neste contexto, tivemos também, em 2009, a criação da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH), organização esta que veio congrega historiadores que militam nessas searas investigativas e alavancar ainda mais as discussões em torno das problemáticas inscritas ao estatuto epistemológico da História como conhecimento racional da experiência humana do passado.

Em meio a estes esforços, os liames entre história da historiografia e teoria da História se mostraram cada vez mais robustos, ou seja, a preocupação de se produzir radiografias, panoramas ou indicar tendências da produção histórica no país foi, em nossa visão, deslocada. O esforço se voltou, preponderantemente (não exclusivamente), para a reflexão acerca de

como esse produto intelectual discursivo, fruto de pesquisa em fontes históricas, denominado historiografia, é constituído por historicidade, portanto, assim como os fenômenos humanos do passado sobre os quais se debruça, pode também ser historiado. Ademais, para compreender com maior agudez nosso *métier* era preciso encarar, analiticamente falando, que, enleado a esse construto narrativo, temos demandas individuais e sociais (das quais se originam e para as quais se destinam) sedentas por serem atendidas; que existem fios tecidos a partir de diferentes orientações teóricas, algumas assumidas, outras latentes; que subsistem procedimentos metodológicos que guiam o trato com as evidências do passado; que encontramos ainda distintas formas de se exprimir linguisticamente. Enfim, a pesquisa histórica (repleta de elementos normativos, cognitivos e empíricos) materializada em texto (a historiografia) envolve toda uma complexidade de condições, princípios e procedimentos que necessita ser acessada, entendida e analisada se quisermos responder à célebre indagação: “o que fabrica o historiador quando faz história?”<sup>iv</sup>. A resposta, como se sabe, não é tão simples como aparenta o enunciado, mas ela nos provoca a pensar sobre como a história da historiografia, ao dialogar com a teoria da História, pode promover fecundas reflexões sobre os princípios que fundamentam o conhecimento racional da experiência humana do passado, portanto, nos auxilia na compreensão do que consiste essa prática intelectual realizada por historiadores.

A teoria da História, indiscutivelmente, é o lócus, por excelência, onde se realiza esse exercício reflexivo acerca das condições e procedimentos que dão fulcro ao pensamento histórico como especialidade científica. Segundo Jörn Rüsen, a teoria da História apresenta duas tarefas primordiais: “[...] a de inserir sistematicamente as reflexões metateóricas na ciência da história e, em segundo lugar, a de precisar a função dessas reflexões para a práxis da pesquisa e da historiografia”<sup>v</sup>. Numa de suas alegorias mais conhecidas, Rüsen afirmou que a autorreflexão propiciada pela teoria nos possibilita que, diante de uma multidão de árvores, ao invés de fitarmos uma por uma, observemos que tipo de floresta elas formam. Logo, como uma teoria reflexiva de construtos intelectuais constituídos por elementos teóricos, a teoria da História trata-se de uma metateoria da ciência histórica, “um pensar sobre o pensamento histórico, cujo eixo é a racionalidade”<sup>vi</sup>.

A história da historiografia, por sua vez, dependendo da forma como for encaminhada, pode ou não apresentar essa orientação intelectual, ou seja, a de uma abstração sobre os fundamentos da ciência da História. Integrado a esse debate, o professor Valdeci L. Araújo argumentou que “diferentemente da “teoria da história”, que pode arrogar uma natureza distinta da própria atividade historiográfica, a história da historiografia parece possuir a

mesma natureza de seus objetos, ou seja, ambas são histórias escritas<sup>vii</sup>. Evidentemente que a teoria da História, em seu exercício reflexivo sobre os elementos e operações basilares da ciência histórica, pode prescindir de um elemento que é peculiar a qualquer História e que, por conseguinte, também é inerente à história da historiografia: a abordagem temporal. Podemos praticar teoria da História sem nos atermos, necessariamente, aos modos como, no (ou com o transcórre do) tempo, foi produzido conhecimento racional sobre a experiência humana do passado. Não obstante, a operação analítica subsumida à história da historiografia não tem como abrir com mão dessa relação com o tempo, pois o exame da historicidade de qualquer historiografia constitui seu traço mais candente. Nesse aspecto, a história da historiografia demonstra uma de suas potencialidades cognitivas, qual seja, a de situar espaço-temporalmente e, portanto, analisar as (diferentes e semelhantes) concepções de História, bem como práticas de investigação e de narração dos fenômenos humanos do passado, enfim, debruça-se sobre a própria historicidade do pensamento histórico.

Pensar as proficuidades e possibilidades da feitura de trabalhos de história da historiografia, em nosso ponto de vista, passa, necessariamente, por refletir sobre o estreitamento desse diálogo com a teoria da História, aproximação esta que pode nos indicar possíveis respostas ao questionamento sobre o que fabricam os historiadores quando fazem História. Nesse sentido, julgamos que o conceito de “matriz disciplinar”, instrumental subsumido ao sistema teórico elaborado por Jörn Rüsen, coloca-se como uma importante ferramenta, ou melhor dizendo, como uma vigorosa bússola abstrativa para encaminharmos análises no âmbito da história da historiografia.

Dedicando-se ao estudo dos princípios que fundamentam o pensamento histórico, dando alto relevo aos processos históricos de formação da moderna ciência da História e à apropriação do conhecimento histórico no contexto da vida social (função didática da história), Jörn Rüsen apresentou um sistema de teoria da História cuja amplitude reside na análise dos complexos problemas que envolvem a prática profissional dos historiadores. Ao edificar uma teoria dessa natureza, ele problematizou, de forma abrangente, as condições e procedimentos que circunscrevem o “fazer histórico”, contemplando desde o polêmico vínculo entre conhecimento histórico produzido e vida humana prática, até a complexa relação entre pesquisa e escrita da história. Portanto, consiste num aparato teórico extremamente úbere às análises daqueles que se dedicam ao exame crítico do produto intelectual concebido por historiadores, que é o caso da presente investigação.

O recurso a esse sistema teórico se justifica na medida em que procura esclarecer um cânone de exigências mediante aos quais os historiadores executam seus trabalhos de

reconstruir o passado narrativamente em histórias. Tendo como elemento peremptório uma ordenação sistêmica denominada “matriz disciplinar”, “[...] conjunto sistemático de fatores ou princípios do pensamento histórico determinantes da ciência da história como disciplina especializada”<sup>viii</sup>, Rüsen problematizou as condições existenciais e os procedimentos da ciência especializada que interferem e/ou participam da produção do conhecimento histórico: “carências de orientação, perspectivas orientadoras da experiência do passado, métodos de pesquisa empírica, formas de apresentação e funções orientadoras”<sup>ix</sup>.

Na concepção de Rüsen, uma história não pretende simplesmente contar o que e como foi o caso no passado, embora seja fundamental abrigar tal pretensão. A elaboração cognitiva do passado, realizada pela história, abriga em si potencialidades orientadoras para os que praticam esse exercício e para os que recepcionam o conhecimento produzido. As histórias, destarte, estão conectadas ao contexto de demandas por sentido que emerge da vida atual. A orientação histórica, na matriz disciplinar da ciência da História, apresenta-se tanto no início, através das “carências de orientação”, quanto no fim do processo de construção do conhecimento histórico, por meio das “funções orientadoras”. Logo, “carências de orientação” e “funções orientadoras” constituem dois níveis distintos de orientação, mas inextricavelmente interligados. As “carências de orientação”, consistente nos “interesses” que requerem cognição, presidem o trabalho de reconstrução histórica do passado, tornando os produtos historiográficos vivos tanto para os que o elaboram quanto para os quais ele se destina, possibilitando que o agir e o sofrer humanos sejam orientados por tais narrativas. Para se orientarem no fluxo do tempo, os homens buscam assenhorar-se do passado, mediante o conhecimento, para que determinadas “carências de orientação” sejam atendidas.

Não obstante, para adentrar ao campo da experiência histórica, o sujeito cognoscente encontra-se munido de filtros que definem o que é relevante ou não extrair dos fenômenos do passado em estudo. Segundo Rüsen, esses filtros consistem nas “perspectivas orientadoras” e formam os fatores pelos quais a experiência do passado se converte em experiência histórica. Essas “ideias”, pontos de vista já constituídos e que atuam no pensamento histórico, mediam a relação que se estabelece com as fontes históricas, seja na seleção do que é substancial ou nas perguntas endereçadas a elas. O acervo documental apresentado como “evidências” do passado é manuseado com o auxílio dessas perspectivas que, previamente estabelecidas, dirigem a tarefa de extração de informações e que, ao mesmo tempo, também vão sendo modificadas por elas.

Para que essas “evidências” sejam efetivamente acessadas e interpretadas, é preciso concretizar o exercício de metodização próprio da pesquisa histórica. É esse processo de

efetivação metódica que fundamenta o que se entende por História enquanto especialidade científica. O método histórico, então, constitui-se no conjunto das regras abstratas que presidem essa exploração do material das fontes, desempenhadas na etapa da pesquisa histórica. A metodização possibilita que se lide com a “evidência” e seu conteúdo informativo, garantindo, de certo modo, confiabilidade à narrativa historiográfica a ser construída. Neste sentido, as regras metódicas da pesquisa acabam “[...] conduzindo a um conhecimento histórico universalmente válido, pois seu conteúdo empírico, seu significado e seu sentido estão particularmente fundamentados”<sup>x</sup>. Evidentemente que produz conhecimento válido, mas também provisório. Isso porque, mesmo a pesquisa garantindo o conteúdo empírico das histórias, isso não significa que se construiu um conhecimento acabado, definitivo. As histórias apresentam o passado humano como um constructo de fatos que pode ser superado, a todo instante, por novas investigações. Essas histórias são sempre relativas a outras que poderão surgir com o decurso temporal da vida humana. Mas isso não invalida o conteúdo dessas histórias. Evidencia que, como seres culturais, imersos a determinadas ambiências e universos valorativos, os seres humanos devem assumir que novos critérios de sentido aparecem e aparecerão, o que modifica substancialmente as expectativas de orientação que emanam da vida humana.

Esse exercício de pesquisa, porém, adquire uma forma narrativa, *a posteriori*: a “historiografia”. Escrita a partir dos resultados da pesquisa, a “historiografia” deve ser entendida como produto intelectual/discursivo produzido por historiadores, um saber redigido. Para além de se apresentar como uma grafia sobre a experiência humana no tempo, as “formas de apresentação” estabelecem uma profunda relação com os contextos de orientação da vida humana, conectando método a sentido. Ao “presentificar” o passado, a narrativa histórica liga sua constituição de sentido à experiência do tempo, de maneira que o estudo desse passado, convertido em texto, tenha significação para o quadro de orientação da vida prática contemporânea, produzindo, assim, sentido histórico.

Para viabilizar que as demandas por sentido sejam atendidas por esses relatos sobre o agir e o sofrer humanos no tempo, é preciso eles executem o trabalho de orientação cultural na vida humana. Partindo da premissa que as “carências de orientação” acendem o pensamento histórico e lhe conferem uma função importante na vida, a pretensão de racionalidade da ciência da história não pode ser fundamentada sem se considerar essa função de orientação. Na estrutura da matriz disciplinar, as “funções orientadoras” ocupam o quinto e último princípio. Elas possibilitam consolidação histórica de identidade, uma vez que orientam intelectualmente o agir a partir da construção e recepção das narrativas históricas. A

identidade, então, acaba se constituindo em um referencial para a orientação do agir humano: “ela informa os sujeitos humanos acerca de quem eles são, por recurso ao passado que e em eles foram e, com isso, fixam as possibilidades de seu vir a ser”<sup>xi</sup>. Por seu conteúdo orientador, as histórias tornam consciente a identidade de seus destinatários como permanência no fluxo do tempo, buscando neutralizar a ameaça de perda de identidade que permeia o agir humano em seu universo simbólico. Ao adequar a experiência do tempo às intenções quanto ao tempo, o pensamento histórico possibilita aos seres humanos compatibilizar o que eles foram com o que eles querem ser quando recebem as narrativas históricas. De acordo com o campo da experiência histórica que venha a ser eleito como significativo para o presente e que possa “influenciar a formação da identidade como continuidade histórica, mede-se também o horizonte temporal em que os agentes podem situar seu respectivo “eu”, no longo prazo, em meio às mudanças do mundo e de si mesmos”<sup>xii</sup>.

Por conseguinte, é o espaço de tensão entre esses cinco princípios do pensamento histórico que define a “matriz disciplinar” da ciência histórica, síntese do que, para Rüsen, constitui o objeto da teoria da História. Logo, reconhecendo a profundidade desses instrumentais reflexivos e o avanço cognitivo possibilitado por esse repertório teórico, admitimos que tais elementos podem ser extremamente profícuos para a compreensão de diferentes “espaços”, “temporalidades” e “princípios” que constituem o “fazer histórico” de uma determinada historiografia.

---

<sup>i</sup> Doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás/Bolsista FAPEG. Orientador: Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva. E-mail: [rcmcbr@gmail.com](mailto:rcmcbr@gmail.com).

<sup>ii</sup> SCHMIDT, Benito B. “Apresentação”. In: FLORES, Maria B. R.; BRANCHER, Ana Lize (org.). *Historiografia: 35 anos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2011, p. 09.

<sup>iii</sup> Além dos inúmeros eventos, recentemente, organizados em torno de discussões relativas à teoria e história da historiografia, podemos citar alguns grupos de pesquisa cadastrados no diretório do CNPq: o Grupo de Estudos e Pesquisa em Teoria e Metodologia da História da Universidade Federal de Campina Grande, Histor – Núcleo de Estudos de Teoria da História e de História da Historiografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, o Grupo de Pesquisa em Teoria e História da Historiografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, o de Teoria e História da Historiografia da Universidade Federal de Campina Grande, o de Teoria e Metodologia da História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o de Teoria, História e Historiografia da Universidade de Brasília, o de Teoria, Metodologia e Interpretação na História da Historiografia no Brasil da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, o de Teoria da História e Historiografia da Universidade Estadual de Goiás e o de História da Historiografia e Modernidade da Universidade Federal de Ouro Preto. Quanto aos periódicos indexados, que são vários, à título de exemplo, citaremos apenas três: a Revista História da Historiografia, ligado a SBTHH, a Revista de Teoria da História (eletrônica), da Universidade Federal de Goiás, e a Revista Eletrônica Expedições: Teoria da História e Historiografia, da Universidade Estadual de Goiás.

<sup>iv</sup> CERTEAU, Michel de. “A Operação Histórica”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novos Problemas*. 3ª ed. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988, p. 17.

<sup>v</sup> RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica – Teoria da história I: os fundamentos da ciência histórica*. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2001, p. 18.

<sup>vi</sup> *Ibid.*, p. 18.

<sup>vii</sup> ARAÚJO, Valdei L. “Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma”. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, 2006, p. 80.



<sup>viii</sup> RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica – Teoria da história I: os fundamentos da ciência histórica*. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2001, p. 29.

<sup>ix</sup> Ibid., p. 35.

<sup>x</sup> Ibid., p. 127.

<sup>xi</sup> Ibid., p. 03.

<sup>xii</sup> Ibid., p. 25.

## **Um *Blockbuster* contraideológico**

### **Análise do filme *Tropas Estelares* de Paul Verhoeven**

Rogério Marques de Paiva<sup>1</sup>

#### **Resumo:**

O artigo trata da importância do estudo crítico do cinema e de sua viabilidade como fonte de pesquisa histórica. Tem como meta demonstrar como os discursos e ideologias dos produtos cinematográficos estão diretamente relacionados com o contexto histórico e político de sua produção. As formas de arte sempre foram utilizadas para legitimar o poder de grupos específicos. Dessa maneira, por meio da análise do filme *Tropas Estelares*, pretende-se demonstrar o ineditismo de um *blockbuster* se posicionar contra a ideologia dominante.

Palavras-chaves: História, Cinema, Ideologias

#### **Abstract:**

The article deals with the importance of the cinema's critical study and its feasibility as a source of historical research. Its objective is to demonstrate how the ideas and ideologies of cinematographic pieces are directly related to the political and historical background of its production. Art forms have always been utilized to legitimate the power of specific groups. This way, through the analysis of the film *Starship Troopers*, it is intended to demonstrate the novelty behind a *blockbuster* positioning itself against the dominant ideology

Keywords: History, Cinema, ideologies

#### **Introdução**

O presente artigo defende a importância do estudo crítico do cinema e de sua viabilidade como fonte de pesquisa histórica e tem como meta demonstrar como os discursos e ideologias dos produtos cinematográficos são resultantes de seu tempo, ou

seja, estão diretamente relacionados com o contexto histórico e político de sua produção.

Este trabalho é uma adaptação do segundo capítulo da dissertação de mestrado *Indústria Cultural de Guerra em Hollywood. Ideologias e contraideologias governamentais no cinema norte-americano no pós-Guerra Fria*<sup>2</sup>, defendida no ano de 2012 na Universidade Federal Fluminense. Trata-se da descrição de pontos importantes da trama, acompanhada da apresentação de alguns comentários do diretor e do roteirista a respeito do filme e da análise do contexto político da época de produção da película.

O Cinema, enquanto manifestação artística pode, com seus discursos e representações propagar ideologias que legitimam o estabelecimento de projetos políticos e econômicos de grupos bem específicos. Pode inclusive, organizar-se com os demais meios de comunicação e ser porta-voz de determinada ideologia governamental. Alguns filmes, no entanto, apresentam material contendo críticas em relação à política e à sociedade em geral. Estes filmes podem ser considerados como contraideológicos.

Marc Ferro<sup>3</sup> foi pioneiro nos estudos das relações entre cinema e história. O autor acreditava que os historiadores haviam colocado em seu lugar de importância, as fontes de origem popular como o folclore e as artes. O que restava era analisar os filmes e associá-los ao mundo que os produz.

Douglas Kellner<sup>4</sup> afirma que as formas dominantes da cultura podem ser encontradas na mídia. A possibilidade de suscitar um pensamento crítico e a transmissão de ideologias são inerente a todos os tipos de cultura e não podemos duvidar que corporações capitalistas e determinados grupos controlem ou influenciem as manifestações culturais. Porém, é questionável a ideia de Theodor Adorno<sup>5</sup>, da Escola de Frankfurt, de que todas as pessoas são uma massa passiva e totalmente receptiva às mensagens da Indústria cultural.

Os produtores de *Tropas Estelares* optaram por seguir um direcionamento ousado ao demonstrar que em períodos de guerra, qualquer nação se tornaria um Estado fascista. Ironicamente, na época do lançamento, o diretor foi acusado de fazer apologia aos regimes ditatoriais fascistas. A referida produção inspira-se em filmes de propaganda nazifascistas como *Triunfo da Vontade* de Leni Riefensthal, como também em filmes dos Estados Unidos realizados durante a Segunda Guerra Mundial. Sua narrativa se baseia também na cobertura midiática realizada durante a Guerra do Golfo no começo da década de 1990.

## **Um *Blockbuster* contraideológico**

*Tropas Estelares (Starship Troopers)* é um filme *blockbuster* de ficção científica do ano de 1997 dirigido pelo cineasta holandês Paul Verhoeven. Foi baseado no livro homônimo de Robert Heinlein, publicado em 1959. Na trama, os homens estão em conflito com criaturas alienígenas que se assemelham a insetos gigantes.

O roteirista Ed Neumeier e o diretor Verhoeven seguem um rumo completamente diferente de filmes panfletários com viés patriótico como *Independence Day*, por exemplo, pois transformam o que poderia ser mais um filme de ação nacionalista ideológico em uma obra provocativa.

O filme é uma sátira política sobre os métodos de propaganda utilizados pelos Governos e seus efeitos em uma sociedade militarizada. É um *blockbuster* comercial que se posiciona, de maneira inesperada contra a ideologia dominante belicista governamental.

Acompanhamos as desventuras de um grupo de jovens, que se tornam militares e acabam ingressando em uma guerra sangrenta em outro planeta. O protagonista chama-se Johnny Rico e vive em uma futurista cidade de Buenos Aires, onde todos falam inglês. Rico (Casper Van Dien), Carmen Ibanez (Denise Richards), Dizzy Flores (Dina Meyer) e Carl Jenkins (Neil Patrick Harris) vivem sem maiores questionamentos e preocupações em uma sociedade livre de pobreza e crimes.

Essa sociedade, porém, encontra-se fundada em conceitos claramente fascistas e o militarismo exerce um papel crucial. O serviço militar não é obrigatório, mas somente o ingresso nas Forças Armadas garante a cidadania e o direito ao voto. As pessoas ricas não precisam servir, mas não são considerados cidadãos. Mesmo vivendo na América Latina e tendo em seus nomes referências hispânicas, a maioria das personagens são loiros e de cor branca.

A cena inicial é uma propaganda da *Federal Network* de alistamento militar. Uma narração vibrante afirma que todos estão fazendo sua parte como cidadãos. “*Eu estou fazendo a minha parte!*” é dito por uma mulher com traços latinos, seguida por um homem branco e outro negro. De dentro das fileiras de militares, surge uma criança de uniforme, afirmando que também está fazendo sua parte.

O narrador questiona o espectador: “*E você? Aliste-se e salve o mundo. O serviço garante a cidadania*”. O informativo prossegue informando que os insetos enviaram outro meteoro em direção à Terra. A mensagem é clara e simples: “*Para garantir a*

*segurança do nosso sistema solar, klendathu (o planeta dos insetos) precisa ser destruído”.*

Os informativos de propaganda militares foram baseados em filmes como *Why We Fight*, feitos durante a Segunda Guerra. Na verdade, toda a película foi baseada em filmes e propagandas feitas durante a Segunda Guerra Mundial tanto pelos Estados Unidos como também nos filmes propaganda da Alemanha nazista.

Em determinada sequência, Johnny e seus amigos encontram-se na classe do Sr. Rasczak (Michael Ironside). O professor sisudo tem o antebraço amputado. Na aula, ele fala sobre o fracasso da democracia, do caos ocasionado pelos cientistas sociais e de como os veteranos tomaram o poder e impuseram a estabilidade.

Rasczak afirma que quando alguém exerce o voto está exercitando autoridade política, usando força. O professor acredita veementemente que força é violência e esta consiste na autoridade suprema de onde todas as outras autoridades se originam. A mensagem final é a de que a violência resolveu mais problemas do que qualquer outro fator.

Na primeira parte do filme, estamos sendo apresentados ao ambiente em que as personagens habitam. Um mundo aparentemente organizado, resultante do desmoronamento de antigas instituições e correntes filosóficas. O diretor afirma que a mensagem política mais forte dessa cena é a do professor afirmando que a violência é a autoridade que pode resolver todas as questões. E insinua que o roteiro do filme não se baseia na conjuntura da Alemanha Nazista, mas sim na política externa dos Estados Unidos<sup>6</sup>.

Para Verhoeven, tem ocorrido nos Estados Unidos a emergência de uma política fundamentada no uso da força e violência. Portanto, trata-se de um filme a respeito dos Estados Unidos e seus direcionamentos políticos em relação ao resto do mundo. Ele enfatiza que mesmo com os filmes propaganda feitos durante a Segunda Guerra, servindo de inspiração, *Tropas Estelares* trata da vida social e política dos Estados Unidos contemporâneo<sup>7</sup>.

As notas em matemática eram um dos fatores decisivos no futuro profissional militar de cada um. Johnny era um excepcional atleta, mas péssimo com os cálculos, por isso acabou sendo selecionado para a Infantaria. Carmen Ibanez conseguiu ingressar na Academia da Força Aérea e por último, Carl Jenkins, o controverso, inteligente e manipulador “melhor” amigo de Johnny, foi designada a Inteligência militar. Entende-se que se trata de uma sociedade que privilegia o raciocínio lógico acima de tudo.

A segunda transmissão da *Federal Network* é intitulada “*Um mundo que funciona*”. Vemos soldados colocando armas nas mãos das crianças e distribuindo munição como se estas fossem doces. As crianças brigam pela posse das armas com entusiasmo. Essa breve sequência é uma feroz crítica à banalização do uso de armas de fogo pelos cidadãos estadunidenses.

Vale ressaltar que, no filme propaganda *Why We Fight: War comes to America* (1943) existe uma sequência onde crianças juram lealdade à pátria com a mão no coração. O uso de crianças como personagens de mensagens ideológicas ainda é uma técnica de propaganda bastante utilizada por governos ou empresas capitalistas.

A causa da guerra não é ausente de mais contradições. Na verdade essa guerra não foi iniciada pelas criaturas alienígenas, mas sim quando um grupo religioso resolveu sair do planeta Terra e fundar uma pequena colônia no Planeta dos insetos.

No campo de treinamento da Infantaria Móvel, Johnny e outros tantos são recepcionados pelo truculento Sargento Zim (Clancy Brown) que vai prepará-los para o ritmo pesado de combate. Durante o banho, os recrutas (homens e mulheres) interagem e procuram se conhecer melhor. Rico presta atenção e reflete sobre os diversos motivos de cada um estar ali. Um rapaz branco quer ser escritor, a negra pretende seguir futuramente na política e para isso é necessário que seja cidadã, outro com aparência latina almeja estudar em Harvard e se alistou com a promessa de que a Federação pagaria seus estudos.

Importante ressaltar que a esperança de ter os estudos pagos pelo Governo é uma dos grandes fatores que leva milhares de jovens a ingressar no serviço militar. No documentário de Michael Moore, *Fahrenheit 11 de Setembro* é mostrado como os jovens, principalmente negros e pobres, são convencidos por veteranos militares das “vantagens” do alistamento.

Enquanto Rico tenta encontrar um sentido para sua vida, Carmen se destaca como piloto. A personagem, que transmite independência e atitude como também feminilidade e liberdade sexual, sofreu bastante rejeição por parte do público, acostumado com personagens femininas frágeis e simples objeto de conquista masculino.

A função da personagem era retratar o emergente momento político de emancipação feminina. No entanto, tendo em vista a impopularidade angariada pela personagem pode-se realmente concluir que o público ainda encontrava-se preso aos estereótipos confortáveis da mulher submissa. Kellner<sup>8</sup> afirma que os filmes

hollywoodianos atacam frequentemente o feminismo e a indústria ainda sofre dos males de uma paranoia masculina branca e de profundos conservadorismos.

Com a destruição de sua cidade e a morte de sua família, Johnny enche-se de ódio e assimila totalmente a guerra como ideal de vida. A guerra total é declarada e o herói finalmente percebe os insetos como seu inimigo. E todas as nações, fascistas ou não, precisam delimitar seus inimigos como forma de se definirem. Os Estados Unidos fizeram e fazem isso da maneira mais natural possível e na opinião do diretor, os Estados Unidos são uma nação fascista.

### **Guerra. Uma condição que leva ao Fascismo**

A transmissão da *Federal Network* é utilizada pela terceira vez como método narrativo do filme de tentar inserir o espectador como um membro daquela sociedade. Ele está assistindo as propagandas e recebendo o mesmo discurso que os personagens do filme recebem. A frase “*Guerra! Faça a sua parte!*” surge dramaticamente, seguida de mais imagens apelativas novamente com crianças, que aparecem esmagando insetos e sendo aplaudidas por adultos.

A transmissão continua com um repórter com uma postura mais crítica, que ao mostrar os militares e a iminência do combate enfatiza que os insetos, na verdade, talvez tenham sido provocados pelos humanos. Ao ser entrevistado, Johnny, imerso no furor guerreiro afirma que vai matar todos. Ou seja, o herói pouco a pouco vai se transformando em uma máquina de guerra obediente.

As reportagens e informativos televisivos da *Federal Network* foram inspirados nas coberturas jornalísticas feitas pela CNN durante a Guerra do Golfo, que estava em andamento quando o projeto cinematográfico de *Tropas Estelares* começou.

O primeiro ataque é um fracasso completo resultando em uma carnificina humana. Após a recuperação, Johnny e seus amigos são transferidos para uma nova unidade comandada pelo seu antigo professor Raszack, agora Tenente e mais autoritário e extrema-direita do que nunca. O planeta dos insetos assemelha-se com a paisagem desértica do Oriente Médio, mais especificamente com Iraque ou Afeganistão.

Enquanto provocador cultural, o diretor cita Noam Chomsky, que teria afirmado que toda imprensa se guia pelo governo, seja lá o que diga, seja da esquerda ou direita, predominantemente democrata ou republicana. Para Chomsky<sup>9</sup>, a grande mídia e as

classes intelectuais se alinham aos donos do poder no momento de crise, assim como tentam mobilizar a opinião pública nesse sentido.

No funeral de uma amiga, Johnny se encontra cada vez mais frio e revoltado e seu reencontro com Carl, agora Coronel, é uma das cenas mais polêmicas, pois o mesmo veste uma farda preta, propositalmente idêntica à de um comandante nazista. Os detratores do filme e membros da imprensa não entenderam o tom da crítica realizada através das transformações morais da personagem.

Carl, que no começo do filme podia ser entendido como um dos heróis, agora é um estrategista militar que só pensa matematicamente. Não enxerga os outros como indivíduos, mas sim como números que servem para resolver suas equações. O Coronel Carl sabia das poucas chances de sobrevivência quando enviou os combatentes da infantaria para missões suicidas, mas achou mais importante descobrir se existia um tipo de liderança entre os insetos.

Com a cena em que o personagem justifica friamente suas decisões, fica evidente a intenção do filme em afirmar que a guerra transforma os cidadãos e os Governos em fascistas. Neumeier<sup>10</sup> comenta sobre livros publicados durante a Primeira Guerra Mundial na Alemanha, chamados *Blood and Still*, no qual se discutia que o dever do soldado era morrer por seu país e o do oficial era direcionar seus soldados para o local onde morreriam.

*Tropas Estelares* se aproxima do final com quase todos os personagens mortos. Johnny Rico, agora elevado a Tenente, é apresentado aos novos recrutas e sua postura é um misto de Sargento Zim (o brutal instrutor do campo de treinamento) com sua figura paterna, o professor Raszak, militar defensor da violência.

O filme termina com a última propaganda da *Federal Network* com mais uma campanha de alistamento militar. Anunciam novas armas e naves mais poderosas e usam os heróis Tenente John Rico e a Capitão Carmen Ibanez, como exemplos a serem seguidos. Com um tom enérgico, ressalta que precisam da ajuda de todos e que o Exército garante a cidadania.

Os realizadores do filme tentaram demonstrar que os Governos não se importam como deveriam com os cidadãos e que muitas vezes milhões de vidas são sacrificadas em conflitos desnecessários. O Governo e as Forças Armadas fazem uma série de promessas que talvez nunca possam ser usufruídas, como os créditos educacionais oferecidos para os que se alistassem e ingressassem no conflito no Iraque na administração de George W. Bush na década de 2000.



E a indústria cultural de guerra Hollywoodiana desde sempre foi usada como uma forma de naturalizar políticas e o ideário intervencionista militar. Nela, os filmes que justificam os conflitos já preparam os cidadãos para a possibilidade real e iminente de uma guerra e transformam salas de cinema em campos de treinamento mentais de exercício militar.

## **Conclusão**

*Tropas Estelares* foi produzido na segunda metade da década de 1990 durante o Governo Democrata de Bill Clinton. É um produto cultural oriundo do contexto político pós-Guerra Fria e pós-Guerra do Iraque. O filme faz uso da ficção científica de luta contra alienígenas como uma alegoria para demonstrar como os Estados Unidos (ou qualquer potência global) são ou podem vir a ser, uma ameaça para o modo de vida de outras nações.

As propagandas midiáticas fictícias de *Tropas Estelares* foram praticamente releituras de filmes propaganda da Segunda Guerra, e as propagandas de alistamento militar durante o Governo de George W. Bush, alguns anos depois são bastante semelhantes.

A propaganda durante a Segunda Guerra alcançou níveis extraordinários nos dois lados do conflito. Nos Estados Unidos, a propaganda concentrou-se principalmente para a produção e racionamento de bens e na convocação dos cidadãos. Foram utilizados em demasia cartazes mostrando crianças patriotas, imagens alertando sobre o perigo nazista e incentivando a compra de bônus de guerra.

O resultado dessa ousadia não foi muito favorável aos produtores, tendo em vista que, a obra de Paul Verhoeven pode ser considerada um fracasso de bilheteria. O filme arrecadou metade de seu custo de produção nos Estados Unidos e alguns milhões a mais no mercado internacional.

O filme contraideológico, quase subversivo de Verhoeven, se utiliza de um mundo disfarçadamente totalitário em uma época futura não definida, para criticar as ideologias políticas da contemporaneidade. A perspectiva estadunidense geralmente é a que possui mais força no cenário político do mundo ocidental.

Os Estados Unidos são um exemplo de Democracia autoritária e os filmes podem ser usados como armas ideológicas de seu modo de vida e direcionamento político.

Mark Goldblatt<sup>11</sup> foi o montador de *Tropas Estelares* e para ele a manipulação dos elementos em um filme é algo poderoso, pois se criam efeitos e reações no público.

Marco Napolitano<sup>12</sup> alerta para o fato de que alguns historiadores cometem o mesmo erro conceitual de simples espectadores quando consideram as fontes audiovisuais como testemunhos diretos da história. Estes, no entanto, precisam ser tratados como o que são. Ou seja, tentativas de representações da realidade.

Elias Thomé Saliba<sup>13</sup> acredita que vivemos num universo midiático dominado por imagens. O autor também é da opinião de que a imagem não reproduz a realidade, mas a constrói a partir de uma linguagem própria referente a determinado contexto histórico. O filme, assim como o conhecimento histórico, seria uma construção imaginativa que necessita ser pensada e trabalhada interminavelmente.

A indústria cinematográfica cria obras com funções sociais diferentes. O indivíduo precisa criticar as formas culturais, as imagens e as narrativas. Portanto, as produções culturais precisam ser lidas dentro de seus contextos sociais específicos para que sejam decifradas.

Devemos compreender que os filmes são resultantes do seu contexto histórico. O indivíduo deve adotar uma postura de consumidor ativo de suas mensagens, imagens e dos elementos estéticos, que podem estar repletos de ideologias políticas. Por tudo isso, as fontes visuais devem ser utilizadas como fonte histórica e o Cinema, assim como os demais produtos midiáticos, devem ser analisados criticamente.

Portanto, ao realizar esse estudo a respeito do Cinema, sobre sua condição de arte complexa e os usos desse meio de comunicação como arma ideológica do Governo dos Estados Unidos, ressalta-se também que a indústria de Hollywood não pode ser vista apenas como porta-voz da ideologia dominante governamental, na medida em que, existem filmes que seguem direções contrárias.

---

<sup>1</sup> Mestre em História Social no setor de Contemporânea II pela Universidade Federal Fluminense (Uff). Orientadora: Adriana Facina Gurgel do Amaral; Arquivista formado pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio); Graduado em História (licenciatura e bacharelado) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj); email: [rogerdepaiva@gmail.com](mailto:rogerdepaiva@gmail.com).

<sup>2</sup>PAIVA, Rogério Marques de. *Indústria cultural de guerra em Hollywood. Ideologias e contraideologias no cinema norte-americano no Pós Guerra Fria.* / Rogério Marques de Paiva. – 2012. 133 f. ; il. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012. Bibliografia: f. 123-128.

<sup>3</sup>FERRO, Marc. *Cinema e História.* 2º edição. Editora Paz e Terra, 2010.

<sup>4</sup> KELLNER, Douglas. *A Cultura da Mídia. Estudos Culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno.* Editora Edusc, 2001.

<sup>5</sup>ADORNO, T. W. e HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento fragmentos filosóficos.* Tradução: Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

<sup>6</sup> Comentários em áudio In: VERHOEVEN, Paul. *Tropas Estelares.* São Paulo. Tri Star.

<sup>8</sup> KELLNER, Douglas. “Guerras entre teorias e estudos culturais”. In: *A Cultura da Mídia. Estudos Culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno.* Editora Edusc, 2001. p. 31

<sup>9</sup> CHOMSKY, Noam. “A Campanha Ideológica”. In: *11 de Setembro* p. 32

<sup>10</sup> Comentários em áudio In: NEUMEIER, Ed. *Tropas Estelares.* São Paulo. Tri Star.

<sup>11</sup> Comentários em áudio IN: GOLDBLATT, Mark. Documentário: *Um corte no tempo: A Magia da Edição de filmes. O que os montadores fazem?*

<sup>12</sup> NAPOLITANO, Marcos. *Como usar o cinema em sala de aula.* 1. Ed. São Paulo: contexto, 2003. v.1.

<sup>13</sup> SALIBA, Elias Thomé. “Experiências e representações sociais: reflexões sobre o uso e consumo das imagens” IN: *II Encontro perspectivas do ensino de História – Anais.* p. 158

## O Maranhão e a Independência do Brasil nas Páginas do *Argos da Lei* - 1825\*

Roni César Andrade de Araújo\*\*

### Resumo:

A imprensa do século XIX atuou de maneira ativa nos debates políticos do Brasil, no contexto da Independência. No Maranhão, n'*O Argos da Lei*, que embora tenha circulado em 1825, as discussões acerca da independência ainda se faziam presentes. Os discursos e as análises presentes foram sempre proferidos a partir da ótica dos vencedores. Assim, os portugueses eram apontados como causadores de profundos males em toda a Província. Como se pode constatar, o processo de adesão do Maranhão ao novo regime marcou os debates travados pelo *O Argos da Lei*. Ali, Odorico narrou seu olhar sobre todo aquele desenrolar dos acontecimentos.

**Palavras-chave:** Imprensa; Maranhão; Independência.

### Abstract:

The press of the nineteenth century served actively in the political debates of Brazil, in the context of Independence. In Maranhão, at *O Argos da Lei*, although that has been circulated in 1825, discussions about independence were still present. The speeches and analyzes were always delivered from the perspective of the winners.

Therefor, the portugueses were indicated as the ones who caused deep problems throughout the Province. Thus, the process of accession of Maranhão to the new regime marked the debates at *O Argos da Lei*. There, Odorico narrated his gaze on all that unfolding events.

**Key Words:** Press, Maranhão, Independence.

Seguindo o costume de muitas famílias ricas do século XIX, Odorico Mendes, nascido em São Luís, a 24 de janeiro de 1789, também se aproveitou da oportunidade e partiu para estudar em Portugal. Seu intento inicial era estudar medicina, embora, segundo consta, sua inclinação sempre fora as artes literárias. Afirma Jorge: “A Universidade de Coimbra era o centro e a atração, pela a facilidade do idioma e para onde os filhos das famílias mais ricas e tradicionais eram mandados, para receber formação cultural”.<sup>1</sup> Acontece que, os recursos para se manter alí, longe de casa, passaram a faltar em virtude do falecimento de seu pai. Assim, Odorico retorna a São Luís, em 1824, não tendo ainda concluído seus estudos.

Em Coimbra a formação intelectual era composta predominantemente de disciplinas de lógica, artes e ciências jurídicas. Após as reformas pombalinas o ensino em Coimbra deixa de ser unicamente centrado na cultura clássica e formal sob a égide de

dogmatismos (escolástica) e erudição tradicionalista; assim as ciências naturais e estudos práticos começam a surgir e influenciar os intelectuais luso-brasileiros a pensar em melhores formas de uso das riquezas naturais do Brasil.

Essas mudanças de paradigmas filosófico-pedagógicos daquela universidade foi, segundo Boschi, fundamental para a formação de uma elite intelectual brasileira mais politizada;<sup>2</sup> A formação de Odorico insere-se neste campo de disputas intelectuais entre reformistas e emancipacionistas, ou melhor, moderados e radicais. Como Odorico debate no pós-independência, o foco de suas concepções políticas centraram-se na ideia de que as massas não poderiam participar dos processos decisórios da nação, sendo assim ferrenho crítico em relação ao sufrágio universal. Defensor da monarquia constitucional como forma de governo, acreditava que somente os membros das elites poderiam comandar a nação.

Do seu retorno de Portugal, após ter passado três dias a bordo do navio que lhe havia trazido, em virtude da proibição de desembarque expedida por Cochrane que também voltava a São Luís, encontrou a Província envolta em um clima de profunda agitação. Há pouco tempo haviam sido travadas as lutas que envolviam a posição maranhense diante da Independência do Brasil e, embora houvesse aderido à causa brasileira, em 1823, os ânimos ainda não haviam se acalmado. Permanecia presente o temor de uma tentativa de Portugal restabelecer seu domínio sobre o Brasil.

A capitulação de São Luís e sua conseqüente adesão à causa brasileira (independência), em 1823, não significaram o fim das intrigas que ainda existiam no seio da sociedade maranhense, onde permanecia latente um forte sentimento antilusitano, explicado, em parte, pelo fato de, por muito tempo, os brasileiros natos que habitavam a província sentiram-se subjugados aos portugueses que dominavam o cenário político e econômico, bem como ocupavam os mais destacados empregos públicos.

Em meios às perturbações daqueles dias, lançou mão da imprensa e dedicou-se a publicar *O Argos da Lei*. cujo primeiro número circulou a 25 de janeiro de 1825. Este jornal protagonizou, ao lado de *O Censor*, seu rival, muitos embates políticos, capazes de colocar a imprensa maranhense ao lado de outros tantos exemplos desse jornalismo apaixonante do início do XIX, como foram *O Correio do Rio de Janeiro* (10.04.1822 – 31.07.1823) de João Soares Lisboa, *A Malagueta* (18.12.1821 – 06.1822), de Luís Augusto May e o *Typhis Pernambucano* (25.12.1823 – 12.10.1824), do Frei Joaquim do Amor Divino Caneca.

De caráter panfletário e escrito com muita paixão, *O Argos da Lei*, fruto de convicções dos tempos de mocidade, é típico exemplo de jornalismo feito no século XIX. Conforme Elmano Cardim, na biografia *Vidas Gloriosas*, nos anos de maturidade, Odorico

teria afirmado que não reescreveria muita das coisas que foram ditas (apud MEIRELES, 1972, p. 159)<sup>3</sup>. Com estilo direto e incisivo, aquele jornal “destacava-se pela forma como as ideias eram apresentadas, o que se tornava ainda mais perceptivo quando tinha de atacar ou defender-se do ataques do seu rival português, Garcia de Abranches e seu 'O Censor'” (ARAÚJO, 2005, p. 23)<sup>4</sup>. Os motivos que levaram Odorico a escrever o jornal, estão diretamente ligados a este clima antilusitano a que nos referimos há pouco. Ainda no primeiro número do *Argos* dizia a que veio, “para ver se cumpro a vontade de ser útil ao país”.<sup>5</sup>

O *Argos da Lei* possuiu 45 números, sendo publicados entre 07 de janeiro e 10 de julho do ano de 1825. Era escrito em duas colunas e costumeiramente composto de 4 folhas. Nele eram publicados temas políticos diversos, além da transcrição de artigos de outros jornais nacionais e estrangeiros. Noticiava também o movimento do porto de São Luis, correspondências enviadas por leitores e artigos de ofício.

É interessante lembrar que no momento do surgimento desse jornal, a imprensa no Maranhão ainda preconizava os seus primeiros passos, sendo esta caracteristicamente artesanal. Fazer com que cada número chegasse até o público leitor era tarefa não muito fácil. O longo processo de formação de um número a ser publicado era marcado pela superação de uma série de obstáculos.

Dentre as principais dificuldades enfrentadas pelos jornais do início do século XIX, destacam-se as de cunho financeiro, já que a produção requeria um alto investimento (devido à própria natureza econômica da reprodução artesanal). Chama atenção à regularidade atípica com que *O Argos da Lei* era publicado, sempre terças e quintas feiras – nesse período era comum os jornais não possuírem regularidade na impressão por conta das dificuldades já comentadas. Diante desses estorvos financeiros, não era desconsiderada a possibilidade de uma interrupção abrupta do periódico; no entanto, ficava garantido a restituição do “importe da subscrição a cada um dos *assignantes*, descontando o preço dos números que tiverem saído”<sup>6</sup>.

Para superar esses empecilhos, Odorico recorria a uma prática bastante usual naquele período e ainda hoje cultivada entre diversos periódicos, as assinaturas. Além da folha avulsa que custava 100 réis, havia as assinaturas de três meses, a 2.400 réis, e as de seis meses, no valor de 4.000 réis. Nesta, fazendo uma relação proporcional entre o valor avulso do jornal e a quantidade por mês, verificou-se um déficit correspondente ao valor de 08 números, ou seja, um mês. O desconto aumentava a vendagem das subscrições.

Para entender o que representava o custo de um número do *Argos*, fizemos a seguinte relação: sendo o valor unitário de 100 réis e o valor da arroba do arroz – produto

comum à mesa maranhense – de 600 réis, segundo o próprio *Argos*<sup>7</sup>, conclui-se que o jornal custava o equivalente a 2 ½ kg de arroz.

Nesse momento de implantação da imprensa no Brasil, os pontos de venda dos jornais não correspondiam a nenhuma casa especializada; os impressos, costumeiramente, dividiam espaços com os mais variados produtos. Os comerciantes, mesmo os livreiros, costumavam oferecer nos primeiros anos do século jornais, tecidos, louças, bijuterias e materiais de construção<sup>8</sup>. O *Argos da Lei* podia ser comprado na Botica de João José da Lima<sup>9</sup>.

Outra prática comum aos periódicos do XIX era a divulgação de anúncios e avisos, hoje conhecidos por classificados. Grande parte destes avisos estava relacionada às questões que envolviam o trabalho escravo, por exemplo, oferta de compra e venda de negros e até mesmo denúncias de fuga, seguidos de oferta de recompensas. No Maranhão, onde a escravidão tinha presença marcante no dia-a-dia das pessoas que aqui habitavam, seguiu-se o padrão em que, ao longo das oito primeiras décadas da imprensa neste país, até as vésperas da Abolição, os anúncios de venda de escravos representaram uma ótima fonte de renda para os jornais<sup>10</sup>. Por diversas vezes Odorico Mendes utilizou-se desse recurso. Vejamos:

A Antonio José Guilhon, fugiu, segunda feira 28 de fevereiro do presente ano, um escravo de nome Cypriano, bolieiro, crioulo, alto, corpulento, retinto, e picado das bexigas; com dois dentes de diante do queixo superior, limados, alguma coisa gago, com 23 anos de idade pouco mais ou menos: quem o entregar ao dono, receberá as alviças. (*sic*)<sup>11</sup>.

É possível afirma que *O Argos da Lei* era, de fato, um periódico do governo. Alguns indícios de ligação entre o jornal de Odorico e o governo da província do Maranhão, o que ajuda a explicar como eram obtidos os recursos para a manutenção regular da publicação do *Argos*. Esta ligação com o governo instituído pode nos levar a inferência de que o *Argos da Lei* era um mecanismo de imprensa sintonizado com o poder oficial. No número 09, o governo anuncia a criação de cadeiras de ensino público e ordena:

Para que chegue a notícia de toda esta minha deliberação, o Secretário do Governo expeça as ordens necessárias ao diretor da tipografia, a fim de que faça apontar os editais precisos, segundo a fórmula que lhe enviará o mesmo secretário: e tanto os editais como esta portaria sejam exarados no **periódico do Governo O Argos da Lei** para que os habitantes da província tenham cabal notícia de um objeto tão importante<sup>12</sup>. (grifo nosso).

Num outro momento, quando da ocasião de uma portaria assinada pelo mesmo governo, datada do dia 06 de abril de 1825, sobre escândalos envolvendo Comandantes Militares da província, o *Argos* no seu nº. 29 publicou: “Manda que o Secretário do governo faça inserir a presente portaria (remetendo um exemplar a cada um dos Comandantes dos

distritos) no periódico = **Argos da Lei** = para que o público conheça que é desaprovada tão escandalosa conduta [...]”<sup>13</sup>.

Desta maneira, o *Argos* também funcionava como canal de denúncia e de vigilância em relação aos funcionários e medidas realizadas pelo governo, o que nos permite inferir que este jornal pode ser também caracterizado como jornal de denúncia.

A constatação do *Argos* como órgão de defesa dos interesses do governo torna-se mais evidente a partir do nº 38, de 21 de maio de 1825, quando o jornal mudou o frontispício, trazendo acima do nome o emblema da Coroa Imperial. Aqui podemos identificar de onde Odorico fala, ou seja, a que classe social pertenciam os seus interesses. Este personagem compartilhava do ponto de vista da elite que estava no poder. Assim, Odorico, apesar de ser defensor de causas reformistas, era, em certos aspectos, conservador, como no caso da defesa da monarquia constitucional. Percebe-se assim, os discursos ideológicos e as conexões do jornal de Odorico às elites reformistas e conservadoras que buscavam unidade ideológica para manutenção da nação.

Embora *O Argos da Lei* tenha circulado em 1825, as discussões acerca da independência ainda se fazia presente naquele periódico. Os discursos sobre aquele período foram sempre proferidos a partir da ótica dos vencedores. Os portugueses foram apontados como causadores de profundos males em toda a Província.

A edição nº 04, de 18 de janeiro de 1825, trazia à lembrança dos maranhenses episódios que lembravam os acontecimentos às vésperas da Independência. Dizia que os brasileiros mais afeitos ao governo de D. Pedro, juntamente com alguns portugueses que com aqueles comungavam eram escarnecidos ao passarem pelas ruas onde residiam os fiéis ao Sistema Português. Afirmava que, pela Praia-grande, não passava uma maranhense que não fosse escarnecido pelos portugueses, “mal sabiaõ que elle era independente; não obstante, ate aquelle tempo, terem os Brasileiros curvado a cabeça aos seus dominadores”. A tropa miliciana, composta, na sua maioria, de europeus, amontoava-se na Praia Grande, apelidando de *cabras*, a todos os brasileiros<sup>14</sup>.

Perguntava se algum dia os maranhenses haveriam de esquecer nomes como o de Fidié, Madureira, Pussich e Faria, apontados como responsáveis por inúmeros males causados contra os independentes. Apesar de ter estado longe do Maranhão no período em que se travaram as batalhas pela consolidação da independência, Odorico dizia está sempre buscando informações acerca de sua terra natal, e que, por isso, havia tomado conhecimento de muitas das atrocidades promovidas por desses europeus, que, ironicamente, chamou de “ovelhas mansas, benemeritos, activos, rico, industriosos, pacientes, politicos, sabios, &c. &c”<sup>15</sup>.



Odorico reconhecia ter havido excessos, por parte de alguns homens das tropas brasileiras, durante a guerra de Independência, que teriam espancado e assassinado pessoas estabelecidas na Província. Alegava que estes crimes teriam sido cometidos por pessoas ignóbeis, daquelas que existiam em todos os lugares. Entretanto, esses desmandos representariam casos isolados, que não deveriam ofuscar o hospitaleiro e cordial sentimento dos maranhenses, que sempre teriam se mostrado fraternais aos portugueses. Lembrava a resolução tomada pelo novo governo da Província, logo que jurada a adesão ao Império, em que decidiam pela expulsão de todos os europeus residentes no Maranhão, quando, na ocasião, um grande número de brasileiros teriam sido contrários a tal medida.<sup>16</sup> Dizia que tudo se passava pouco tempo depois desses mesmos europeus terem provocado uma guerra sangrenta contra os independentes. Odorico chamava ainda à memória o fato de às vésperas do juramento à causa brasileira, ter a Junta do Governo do Maranhão voltado em sua decisão por ocasião da chegada das tropas vindas da Bahia. Diante do esperado reforço, teriam os portugueses proferido insultos ao Imperador e expatriado 400 brasileiros.<sup>17</sup>

Na edição de 15 de fevereiro, *O Argos da Lei* voltava a lembrar o caso dos 400 brasileiros deportados. Segundo ele, quase nus, apenas com a roupa do corpo, aqueles homens teriam sofridos inúmeros pesares, como o ter que beber água salgada. Afirmava que o mundo andava às avessas, pois eram os naturais do Maranhão os que eram expulsos da sua terra, ficando as mesmas ao gozo dos inimigos Portugueses.

Apparece uma ordem do ex-Presidente Bruce para sahirem da provincia Portuguezes solteiros: Aqui d'El Rei, clamão todos; que injustiça inaudita! que barbara determinação! que desaforo! Porque não pensavam assim, quando desterrarão esses quatrocentos homens? Se foi injusta a ordem do Bruce, que se não executem, mandando-os ir para o seu paiz natal, que rasão pois não temos de clamar contra esses monstros infernaes sustentadores do systema Portuguez?<sup>18</sup>

Odorico afirmava que na época em que foi jurada a Constituição Portuguesa, também o Maranhão resolveu se submeter a ela, mas as mudanças que se deveria esperar como fruto desse novo sistema não chegaram a se concretizar. Bernardo da Silveira teria posto em prática o seu plano para conservar-se no poder, juntamente com todo o grupo dos que lhe apoiavam. Essa estratégia possibilitou a manutenção dos empregos que já dispunham, permanecendo, os brasileiros natos, mais uma vez, “excluídos dos cargos de maior monta”, obedecendo “cegamente às determinações dos seus crueis senhores”.<sup>19</sup>

Tendo sido grande o número de representações, contrárias a Silveira, que os maranhenses teriam dirigido às Cortes - estas preocupadas apenas em criar uma Constituição para si e em oferecer ferros ao Brasil-, Portugal, enfim, resolveu pela substituição do Governador. Para o seu lugar, dizia Odorico, puseram outros do mesmo partido.<sup>20</sup>

Quando, movidos pelo mesmo sentimento patriótico que tomou conta do restante do Brasil, se acendeu, entre os maranhenses, o desejo pela independência, assistiram-se uma série de degredos, injúrias a D. Pedro e papéis públicos insultando famílias inteiras de brasileiros. *O Argos da Lei* publicou, em 1º de fevereiro de 1825, uma correspondência enviada por *Um Maranhense*, que dizia:

Todos sabem como no tempo em que no Sul jazia de rojo pelo chão o Systema de Portugal, ao passo que heroicamente bravos, e intrepidos Brasileiros, mas, (na mente furiosa e depravada de alguns Europeos,) ladrões, e assassinos, arvorarão o magestoso pendão da Independencia em São Paulo, e no Rio de Janeiro, os ingratos, e cruéis Portuguezes habitadores destas Provincias do Norte, em cujas mãos ainda residão os destinos destes Povos, infinitos Brasileiros forão afferrolhados, em masmorras, e presingangas; e outros arrancados dos braços de suas familias, das quaes muitas ficarão a pedir esmollas para o seu sustento, e cobrir a sua nudez, e forão remetidos a paizes estranhos: outros forão insultados com palavras, e dicterios os mais escandalosos, vis, e atacantes: outros finalmente foragidos para escaparem ao rigorismo dos seus deshumanos oppresores.<sup>21</sup>

Tudo isto, para Odorico, teria despertado um profundo desejo de vingança entre os maranhenses, que, contando a omissão do inexperiente e ambicioso governo do Maranhão, em punir os atentados contra os portugueses, tratavam de resolver suas vinditas por conta própria. Para ele, a vingança, apesar de ser uma paixão odiosa, era natural ao homem: os Brasileiros estariam apenas cantando a vitória, depois de terem visto ser derramados “sobejo sangue”; e, “como vinhão sentidos com o mau tracto que receberão da parte dos constitucionaes Portuguezes, esquecerão-se de ser generosos, e tomárão uma demasiada vingança do que se havia passado”.<sup>22</sup> De qualquer forma, apesar da inegável existência dos lustros contra os europeus<sup>23</sup>, Odorico dizia que já era conhecido de todos, o costume entre os portugueses de dizer “que lhes furtarão cem, quando se lhes furtarão dez: a prova é que tres lojas arrombadas, e varias tendas onde não havia tanto como nessas lojas, tem sido tão choradas e lamentadas que parece que houve ca um saque geral”. Ademais, estes portugueses não eram tão vítimas assim, pois teriam sido eles os causadores de tantas mortes na Bahia, nos quartéis e em outras localidades do interior da Província do Maranhão, estes mesmos europeus “inimigos do Imperador, a quem elles escarneciaõ, a quem chamavaõ *Imperador dos macacos*, a quem enforcavaõ em suas orgias embriagadas em figura de um boneco”.<sup>24</sup>

Na edição de 03 de junho de 1825, relatava outros crimes cometidos pelos portugueses inimigos da independência.

Na Bahia correu sobejo sangue, houve roubos, houve insultos, ardeu tudo de alto a baixo no fogo da mais cruenta guerra; e, longe de ser isto proveniente do republicanismo, emanou da pertinacia Portugueza em querer dar ferros ao Brasil. Em Pernambuco perpetrarão-se os maiores attentados, primeiro que allì se jurasse a independencia; e isto foi devido ao General portuguez Luiz do Rego; de cujas horribilissimas crueldades se originarão odios e malquerenças, donde talvez se engendrasse ao depois a mania republicana. No Pará matárão-se no porão de um navio

duzentos e cinquenta e tantos Brasileiros; e esta obra foi da facção Portuguesa, que, enraivada contra os independentes, enganou a pouca experiência do inglês John Pascoe Grenfell, e o induziu a cometer esse espantoso crime; facto este o mais sanguinário até hoje na história.<sup>25</sup>

Para Odorico Mendes, antes da chegada da força naval comandada por Lord Cochrane, a Província encontrava-se num completo estado de guerra civil e anarquia: a vida das pessoas e suas propriedades corriam riscos constantes; o comércio e a agricultura encontravam-se estagnados; esgotados os cofres públicos e de particulares; a miséria e a pobreza haviam tomado conta de toda Província; principais habitantes brasileiros tendo que viver escondidos no mato. Segundo ele, todos estes males haviam cessado com a chegada da Cochrane.<sup>26</sup>

Odorico atribuía a glória da libertação da Província à esquadra comandada por Cochrane. Dizia que, apesar da existência de um exército patriótico no interior do Maranhão, este, dificilmente, teria condições de derrubar a resistência do governo português. Falar que as forças do exército independente, cedo ou tarde, iriam forçar a cidade de São Luís a capitular, era, em sua opinião, um argumento contraproducente. A prova estaria no episódio narrado por Vieira da Silva, em que, na manhã do dia 14 de julho, às 8 horas, se havia reunida a Câmara Geral, na cidade de São Luís, para deliberar sobre os termos da rendição e, conseqüentemente, adesão à Independência, quando, inesperadamente, chegaram notícias de que umas embarcações portuguesas, vindas da Bahia, adentravam o Porto da cidade.

[...] A Junta [...] suspendeu também toda e qualquer deliberação da Câmara-Geral até entrarem os navios e – obtida a certeza de que neles vinham tropas da Bahia, notícia que não tardou a espalhar-se, prorrompendo em Vivas os militares dominantes ou, antes, os Chefes portugueses – deu por dissolvida a Câmara-Geral, desaparecendo toda a idéia de proclamação da Independência. [...] À uma hora da tarde, entraram e foram fundear no ancoradouro a Escuna de Guerra *Emília*, a Galera *Conde de Cavaleiros*, o Brigue *Nelson*, a Galera *Ventura Feliz*, a Escuna *Glória* e as Sumacas *Libertina* e *Caçadores*. [...] Malograda a proclamação da Independência pela chegada dessa tropa, o povo via com mofo esse pequeno reforço e as notícias adrede preparadas pelos amigos do Governo, em ordem a convencê-lo de que não tardaria a aparecer, nas nossas águas, a Nau *Pérola*, com novas tropas.<sup>27</sup>

Para Odorico, aquele sucesso atestava a veracidade de que as forças independentes, por si só, dificilmente, conseguiriam derrotar a resistência portuguesa. “Se Lord Cochrane se demora mais tempo, que horríveis tragedias se não exporão em scena!”<sup>28</sup>

Uma carta enviada ao *O Argos da Lei*, publicada na edição de 24 de maio de 1825, assinada por *Patricios e amigos*, corroborava a opinião de Odorico sobre a imprescindível participação de Lord Cochrane na adesão do Maranhão à Independência. Diziam que a cidade de Caxias, protegida pelo ex-Governador das Armas do Piauí, Fidié, encontrava-se cercada por uma força de oito mil homens, sem munição, armados, boa parte deles, de paus e pedras.

“Apenas o que podiam fazer, era suster os Portuguezes, e rendel-os á fome; pois que estes se achavão com muita artilharia”. Contavam, ainda, que, somente depois da conversão de José Felix Pereira Burgos para o lado dos independentes, em Itapecuru-mirim, resultando na adesão daquela vila ao Império brasileiro, foi que os combatentes passaram a dispor de munição. De igual maneira, diziam também que a cidade, abastecida com os víveres vindos de Alcântara, Guimarães, Pericumã e Turi, encontrava-se protegida por várias canhoneiras. Concluíam que, a vitória da causa brasileira, na Província, se devia às ações de Cochrane, “que só um descarado mentiroso as poderá negar”.<sup>29</sup>

Vieira da Silva combateu pontualmente os argumentos usados pelos defensores do Lord inglês, dizendo que, em Caxias, muito antes da chegada daquele senhor à Província, as tropas haviam conquistado a vitória; sobre as canhoneiras que protegiam o sobre o comando de Pussich, dizia que “seu serviço era mal feito e graves divergências existiam entre seu comandante e o Governo”.<sup>30</sup>

Como se pode verificar, mesmo depois de passado mais de dois anos do oficial 07 de setembro, os episódios que marcaram o processo de adesão do Maranhão ao novo regime implantado no Brasil, estiveram sempre presentes nas páginas de *O Argos da Lei*. Ali Odorico narrou seu olhar sobre todo aquele desenrolar dos acontecimentos. Quando encerrou suas atividades, em julho de 1825, não se mostrava em nada arrependido no trata que dera aos diversos temas a que se dedicara debater. Se despedia, mas não sem antes, mais uma vez, atacar aos “pobres coitados” que teriam sido seus antagonistas:

Agora resta-me o pedir aos meus concidadãos que relevem os erros e as más opiniões que hei talvez espalhado no meu Argos. A boa-fe regeu a minha penna; mas naõ duvido que ora tenha sido exagerado, ora injusto, ora em demasia arrebatado: a ser assim, peccou o meu entendimento, naõ a minha vontade, Entre tanto, posso asseverar a todos que ainda estou persuadido das ideas que expendi. Se houver quem me prove o contrario (o que não tem acontecido, por terem tomado essa tarefa uns pobres coitados) de grado mudarei de opiniaõ e me darei por vencido.<sup>31</sup>

- \* Este artigo é parte integrante da Dissertação de mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, com o título “Das Margens do Ipiranga ao Estreito dos Mosquitos: o Maranhão e a Independência do Brasil nas páginas dos Jornais O Conciliador e O Argos da Lei”, aprovada em agosto de 2008.
- \*\* Professor Assistente da Universidade Federal do Maranhão, Especialista em História do Maranhão, Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba e Doutorando em História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, sob a orientação da Profª Drª Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves.
- 1 JORGE. Sebastião. *Os primeiros passos da imprensa no Maranhão: 1821-41*. São Luís: EDUFMA, 1987, p. 22.
  - 2 BOSCHI. Caio César. “A Universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais”. In: *Estudos Históricos*. vol. 4. n. 7. Rio de Janeiro, 1991, pp.100- 111.
  - 3 MEIRELES. Mário M. *História da independência Maranhão*. Rio de Janeiro: Artenova, 1972.
  - 4 ARAÚJO. Roni César A. de. *Análise político-social d’O Argos da Lei*. Maranhão: Universidade Estadual do Maranhão, 2004. 56p. Monografia de Graduação em História (digitado).
  - 5 *O Argos da Lei*, nº 01, 07/01/1825.
  - 6 Idem.
  - 7 *O Argos da Lei*, nº 04, 16/02/1825.
  - 8 Cf. MOREL. Marco & BARROS, Mariana M. de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
  - 9 *O Argos da Lei*, nº 01, 07/01/1825.
  - 10 Cf. MOREL. Marco & BARROS, Mariana M. de. *Palavra*, op. cit.
  - 11 *O Argos da Lei*, nº. 17, 04/03/1825.
  - 12 *O Argos da Lei*, nº. 09, 04/02/1825.
  - 13 *O Argos da Lei*, nº. 29, 15/04/1825.
  - 14 *O Argos da Lei*, nº 25, 01/04/1825.
  - 15 *O Argos da Lei*, nº 12, 15/02/1825.
  - 16 Odorico referia-se aos Bandos dos dias 1º e 02 de abril de 1824, assinado pela Junta Provisória e Administrativa do Governo da Província, que determinavam a expulsão de todos os portugueses solteiros que habitavam o Maranhão, fossem eles proprietários ou não, num prazo de 15 dias. A reação popular a estas Proclamações, fez com que o governo recuasse na decisão, declarando sem efeitos os referidos Bandos, pelo que se decidiu que deveriam ser expulsos somente aqueles portugueses considerados vadios e ociosos, residentes na capital.
  - 17 *O Argos da Lei*, nº 03, 14/01/1825.
  - 18 *O Argos da Lei*, nº 12, 15/02/1825.
  - 19 Idem.
  - 20 *O Argos da Lei*, nº 04, 18/01/1825.
  - 21 *O Argos da Lei*, nº 08, 01/02/1825.
  - 22 *O Argos da Lei*, nº 04, 18/01/1825.
  - 23 Sobre lustros contra os Europeus, ver GALVES. Marcelo Cheche. “Entre os lustros e a lei: portugueses residentes na cidade de São Luís na época da independência do Brasil”. In: *Anais do XII Encontro Regional de História: usos do passado*. Niterói : ANPUH/UFF, 2006. v. 01.
  - 24 *O Argos da Lei*, nº 35, 06/05/1825.
  - 25 *O Argos da Lei*, nº 41, 03/06/1825.
  - 26 *O Argos da Lei*, nº 15, 22/02/1825.
  - 27 SILVA. Luís Antônio Vieira da. *História da Independência da Província do Maranhão (1822/1828)*. notas de Raimundo Nonato Cardoso. Rio de Janeiro: Companhia Editôra Americana, 1972, p. 166-167.
  - 28 *O Argos da Lei*, nº 36, 10/05/1825.
  - 29 *O Argos da Lei*, nº 38, 24/05/1825.
  - 30 SILVA. Luís Antônio Vieira da. op. cit., p. 172.
  - 31 *O Argos da Lei*, nº 45, 10/07/1825.

## DE MALEFÍCIOS E DEMÔNIOS: O LIVRO V DO *FORMICARIUS* E A ESTIGMATIZAÇÃO DA BRUXARIA NO SÉCULO XV.

Roni Tomazelli\*

**Resumo:** Os escritos eclesiásticos e demonológicos tardo-medievais consolidaram o caráter diabólico das práticas mágicas e “legitimaram” as grandes perseguições do período moderno. Dentre eles, o *Formicarius* (1435-37), de Johannes Nider, tratado de forte conteúdo teológico e moralizante, cujo Livro V versa sobre a natureza e manifestação da bruxaria. Com base na referida obra, nosso trabalho tem por objetivo evidenciar os mecanismos de estigmatização do “outro” que, ao fim do medievo, assentaram as bases para a caracterização da bruxaria como manifestação demoníaca.

**Palavras-chave:** Medievo – Bruxaria – Estigmatização.

**Abstract:** The late-medieval ecclesiastical and demonological writings consolidated the diabolical character of magical practices and "legitimized" the great persecutions of the modern period. Among them, the *Formicarius* (1435-37), by Johannes Nider, treated of strong theological and moralizing content, whose Book V deals with the nature and manifestation of witchcraft. Based on this work, our study aims to highlight the mechanisms of stigmatization of the "other" that at the end of the Middle Ages, became the basis for the characterization of witchcraft as demonic manifestation.

**Keywords:** Middle Ages – Witchcraft – Stigmatization.

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Pensar o fenômeno da Bruxaria europeia como objeto de estudo histórico pode impor ao historiador determinadas dificuldades em virtude de suas diferenciações no tempo e no espaço. Isso se deve ao fato de que as concepções relativas à Bruxaria apresentaram variável caracterização, própria ao contexto social específico de cada localidade onde se manifestaram suas “práticas” e, conseqüentemente, sua perseguição. Ademais, sua representação, no que

concerne ao tempo histórico, foi profundamente reconfigurada e dotada de novos sentidos ao longo do medievo até os últimos processos de caça às bruxas no século XVIII.

O universo mágico que circunda a caracterização das bruxas e suas ações “maléficas” encontra-se intrinsecamente envolto no fascínio que o maravilhoso e o sobrenatural exercem sobre homem desde os primórdios da humanidade. No medievo, por exemplo, as fronteiras entre o real e o imaginado eram extremamente tênues e, por vezes, inexistentes. As práticas mágicas sempre existiram. Sua função social, constantemente relacionada ao âmbito religioso, encontrava sentido prático nas necessidades dos membros de cada comunidade. Sua caracterização, no entanto, foi profundamente modificada no devir histórico, em especial ao longo do período medieval. Na tentativa de classificação da norma e do *desvio*,<sup>1</sup> essas esferas sobrenaturais foram gradualmente segregadas à categoria de manifestações de malignidade.

Os séculos XVI e XVII são considerados o ápice das grandes perseguições à bruxaria na Europa Ocidental, visto que neste período se processaram os grandes massacres e execuções dos acusados dessa prática. Fomentadores da grande caça às bruxas foram os manuais da inquisição, dentre eles, o *Malleus Maleficarum* dos inquisidores dominicanos alemães Henrich Kramer e James Sprenger (1484) e o *Directorium Inquisitorum* do teólogo e inquisidor Nicholas Eymerich (1376) – além de outros importantes escritos que assentaram as bases de elaboração da intensa e sistemática perseguição às práticas mágicas, como nossa fonte de estudo, o *Formicarius*, do teólogo Johannes Nider (1376-1383).

Percebemos que os manuais inquisitoriais de perseguição utilizados no período moderno nos fornecem o estereótipo<sup>2</sup> pronto acerca das bruxas e suas atividades malignas – na maioria das vezes, mulheres que se entregavam a serviço do Diabo e que através da copulação com o mesmo adquiriam poderes ocultos. Porém, como se desenvolveu tal estereótipo? Segundo Norman Cohn,<sup>3</sup> em sua obra *Los Demonios Familiares de Europa*, os caracteres de estigmatização<sup>4</sup> da bruxaria derivariam de uma concepção presente desde a Antiguidade, que pressupunha a existência de um grupo, pequeno e clandestino, acusado de práticas abomináveis e que colocava em risco toda a sociedade. Este estereótipo desenvolveu-se exponencialmente ao longo do medievo, sob a supervisão da Igreja, e protagonizou as grandes perseguições modernas.

Ao longo dos séculos XII e XIII se desenvolve com maior intensidade o arquétipo da bruxa servente do Diabo e praticante de atos malignos. Até então, a chamada magia ritual, embora condenável, ainda não possuía caráter diabólico. No intuito de devolver os implicados à fé verdadeira, a Igreja da Alta Idade Média procurava propor maior prudência em relação aos

possíveis culpados, cuja salvação, defendida pela ortodoxia cristã, se daria através da penitência.<sup>5</sup>

Com a expansão do Cristianismo e a consolidação da Igreja, acompanhada pela definição e fortalecimento da doutrina eclesiástica, a presença das práticas mágicas foi reinterpretada, pelo viés teológico, como meras ilusões. As teorias eclesiásticas da irrealidade dos atos mágicos foram consolidadas através do chamado *Canon Episcopi* (c. 906) do abade beneditino e cronista medieval Regino de Prüm – documento que constituía parte de uma coletânea para uso dos bispos e seus representantes dispo de uma lista de crenças e práticas supersticiosas que precisavam ser erradicadas das comunidades cristãs.<sup>6</sup> Este escrito do século X denunciava como ilusões diabólicas as cavalgadas noturnas em companhia de uma divindade feminina conhecida como Diana. Neste sentido, por tratar-se de mera ilusão, as mulheres envolvidas não necessitavam ser punidas.<sup>7</sup> E como vítimas da ação demoníaca, precisavam ser resgatadas das falsas crenças<sup>8</sup> através do exílio e da penitência.

A partir do século XIII, em meio à transformação espiritual vivenciada na Europa, as teorias de ilusões diabólicas perderam terreno e deram lugar à crença na realidade objetiva das práticas mágicas. A Igreja desenvolveu uma nova percepção na qual caracterizava a bruxaria como culto ao Diabo, como uma inversão do Cristianismo em símbolos e práticas. Gradualmente, a crença nas bruxas criou raízes na cultura popular transfigurando-se de simples temor à obsessão generalizada. Dotada de instrumentos de controle mais eficazes, a Igreja passa a perseguir metodicamente as práticas mágicas, lançando-as cada vez mais ao domínio das chamadas “superstições” e logo começando a demonizá-las.<sup>9</sup>

No entanto, como nos argumenta o historiador Julio Caro Baroja,<sup>10</sup> para compreender a bruxaria não basta apenas ter em conta as teorias teológicas, mas também as situações concretas vividas pela sociedade do período, a saber, as guerras, as epidemias, os flagelos, e outras adversidades que marcaram a Europa nos séculos XIV e XV. Este período parece oferecer muitas explicações para o crescimento da conceituação e perseguição da magia e da bruxaria, embora sejam demasiado variáveis e não devam ser citadas como explicações diretas ao fenômeno em questão.<sup>11</sup> A Europa Ocidental sofreu com uma série de desastres naturais desde 1315 até o início do século XV. No século XIV, observamos o advento da crise agrícola e da Peste Negra (1348), cujos reflexos afligiram a sociedade europeia até meados do século XVII, sob a forma de epidemias, pobreza, fome e mortalidade.<sup>12</sup> Ademais, as guerras do período devastaram muitas áreas, atingindo também indivíduos que nada tinham a ver com tais disputas. Estes



desastres certamente abalaram a confiança dos europeus em seus protetores materiais e espirituais.<sup>13</sup>

Outro aspecto de considerável influência na mudança na caracterização das práticas mágicas, que somado aos flagelos do século XIV, reconfigurou ritos e crenças tradicionais em depravações heréticas, foram as disputas pontificais deflagradas ao final do século XIV e início do século XV. Até o século XIV, as doutrinas de condenação que circundavam as manifestações de magia, feitiçaria e bruxaria tendiam a encontrar maior difusão entre os estudiosos de teologia e direito canônico. A primeira metade do século XIV testemunhou a eclosão de acusações e discussões sobre tais práticas maléficas nos altos círculos dirigentes europeus.

A reordenação do pensamento religioso direcionado às práticas mágicas que se processou neste ambiente controverso foi acompanhada pelos episódios do Cativo de Avignon (1305-1378) e do Grande Cisma do Ocidente (1378-1417). Este momento de instabilidade de autoridade na alta hierarquia da Igreja implicou também em profundas consequências no âmbito secular. Nos argumentos de Peters<sup>14</sup> e Le Goff,<sup>15</sup> os sentimentos de perda e incerteza suscitados pelo Grande Cisma complementou a ideia de que o Diabo tornava-se cada vez mais poderoso e as defesas contra ele cada vez mais enfraquecidas.

Neste cenário de profícuas transformações emergiam incessantes apelos por reformas, não apenas no papado, mas na prática cristã como um todo. O resultado foi a reunião de uma série de concílios da Igreja<sup>16</sup> destinados a coordenar o proceder do movimento de renovação da Cristandade. Estes concílios foram os grandes responsáveis pela reinterpretação dos conjuntos de crenças e práticas locais à luz dos novos padrões de pensamento decorrentes dos acontecimentos que marcaram os séculos XIV e XV.<sup>17</sup>

Os escritos desenvolvidos em meio a este movimento de reorganização e reforma da Igreja após o Grande Cisma, cristalizaram as concepções que atribuíam caráter demoníaco às práticas mágicas e associavam-na ao crime de heresia. No século XV, estas novas teorias viriam a promover a elaboração de verdadeiros compêndios de acusação e condenação dos considerados heréticos. Em verdade, o século XV representou o momento de definição e consolidação da demonologia, propiciando, assim, a elaboração de inúmeros tratados e guias inquisitoriais.

## **O *FORMICARIUS*, DE JOHANNES NIDER**

A fonte central de nossa investigação trata-se de uma obra ainda pouco estudada – em comparação ao famoso manual de inquisição, o *Malleus Maleficarum*. O frade dominicano, teólogo e reformador religioso, Johannes Nider (1380/85-1438) foi o responsável por desenvolver um dos mais importantes escritos sobre bruxaria na primeira metade do século XV, quando de sua participação no Concílio da Basileia – o *Formicarius* (1435-1438).

Johannes Nider nasceu, por volta de 1380/1385, ao sul da região da Suábia, parte da atual Alemanha, e logo em 1402, ingressou na Ordem Dominicana. Estudou nas universidades de Viena e Colônia e, posteriormente, participou do Concílio de Constança (1415-1418). Foi prior do convento dominicano de Nuremberg, entre 1426 e 1429. Extremamente favorável à reforma da Ordem Dominicana – tal como da Igreja – Nider tornou-se prior do convento da Basileia de 1429 a 1436, tendo também servido no Concílio da Basileia (1431-1434). Após o referido concílio, retornou à Universidade de Viena como professor de teologia e foi eleito reitor da Faculdade de Teologia, vindo a falecer em 1438.

Sua obra tem importante papel no desenvolvimento da conceituação da bruxaria demoníaca. Nider não apenas realiza uma reinterpretação dos modelos teológicos e inquisitoriais anteriores, mas reinterpreta também os relatos de eventos do final do século XIV sob a luz das novas concepções sobre a bruxaria – ou seja, de pressupostos que os informantes aos quais ele recorre não possuíam.<sup>18</sup>

O *Formicarius* de Nider, composto de cinco livros, constituiu excelente fonte de informações para a futura elaboração inquisitorial do *Malleus Maleficarum*. A descrição contida no documento – típica do estereótipo do *sabbat* – aponta para uma seita de adoradores do Demônio que atuava na região de Berna e Lausanne<sup>19</sup> e apresenta as bruxas como feiticeiras malignas que praticavam malefícios, reuniam-se à noite para adorar o diabo e profanar objetos sagrados e religiosos, além de comer crianças e praticar orgias sexuais e promíscuas.<sup>20</sup> Ressaltamos que, “Nider escreveu seu livro e circulou sua narrativa no Concílio de Basileia, na época em que a encruzilhada da Europa cristã e o ponto no qual diversas ideias regionais sobre feitiçaria – e outros temas – convenientemente poderiam encontrar e influenciar uns aos outros”.<sup>21</sup>

O *Formicarius* pode ser caracterizado como um tratado de forte conteúdo teológico e moralizante. Igualmente traduzido como *O Formigueiro*, deve seu título à passagem bíblica de Provérbios 6: 6 *Anda, preguiçoso, olha a formiga, observa o seu proceder, e torna-te sábio*,<sup>22</sup> haja vista que “[...] sustenta a disciplinada colônia de formigas como um modelo para a sociedade

humana, com cada livro conectando uma característica da vida humana a alguma característica real ou imaginária da comunidade de formigas”.<sup>23</sup> Seu quinto livro é dedicado a tratar da natureza e prática da bruxaria através da estruturação de uma analogia entre as bruxas e as cores das formigas, considerando que cada cor representaria um vício ou uma virtude.

Os doze capítulos que compõem o livro apresentam um diálogo entre o próprio teólogo e um homem preguiçoso que procura sem muito esforço informar-se sobre os aspectos relacionados aos malefícios.<sup>24</sup> Ao discutir sobre estes malefícios em um trecho do capítulo três do quinto livro, Nider constrói uma equivalência entre a ação destes com o frio que prejudica a procriação e sobrevivência das formigas.

Por el frío, pues, en cuanto es nocivo a la procreación de las hormigas, pueden entenderse las supersticiones de los maléficos. Se dice *maléfico* el que hace mal, ó el que guarda mal la fe, pues ambas cosas se hallan en los maléficos, que afligen al prójimo con sus supersticiones y con sus cosas (Juan Nyder, c. 1437, in MACHADO Y ÁLVAREZ, 1884, p. 218).<sup>25</sup>

As palavras do teólogo apresentam de forma explícita a depreciação das chamadas superstições como algo nocivo à sociedade. Com estes argumentos, buscava estruturar um discurso moral de convencimento. Em sequência ao trecho acima exposto, o autor destaca, em Isidoro de Sevilha, alguns atos considerados maléficos: o mal de amor, ódio/inveja, a esterilidade/impotência, a enfermidade, a morte e outros. Todavia, destaca que, embora maléficos, estes atos nunca ocorreriam sem a permissão de Deus.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É válido destacar certas problemáticas e dificuldades encontradas no decorrer de nossa pesquisa no que concerne ao estudo das fontes. Apesar de não constituírem obstáculos de cunho prático, haja vista que temos acesso aos principais documentos relativos ao tema em numerosas traduções aos idiomas modernos, as mesmas fontes nos apresentam apenas uma visão parcial dos fatos. Tratam-se de manuais, bulas e tratados redigidos por aqueles que se dedicaram a perseguir e estigmatizar à prática da bruxaria. Neste sentido, lidamos com um “silêncio das fontes”; local onde as bruxas não têm voz; não são representadas por si mesmas. Tal fato não nos permite identificar sua real caracterização, e sim apenas o modelo representativo de malignidade que lhe foi atribuído por seus algozes. Precisamente sobre este aspecto, salienta o historiador italiano Franco Cardini:

[...] que nunca será possível estudar as bruxas em si mesmas porque sua voz livre nunca chegou até nós, obrigados a estudá-las através dos documentos de teólogos e inquisidores.

Indiretamente. O que vale, por fim, é que os clientes das bruxas são muito mais interessantes que as próprias bruxas. Porque as bruxas são, antes de mais nada, *consolatrices afflictorum*, vendedoras de sonhos e de ilusões de potência, de triunfo, de vitória, de vingança. E são bodes expiatórios dos maus pensamentos de uma sociedade cheia de desejos e de medo, de vícios e de impotência. A bruxaria triunfa quando não há esperança de outra redenção, nem social nem cultural. Eis porque a “caça às bruxas” foi uma grande tragédia. Não apenas para as bruxas.<sup>26</sup>

Salientamos, contudo, que a análise documental e bibliográfica demonstra-se relativamente profícua e nos direciona para a identificação dos principais fatores que ocasionaram a demonização e marginalização das práticas mágicas na sociedade do ocidente cristão medieval. Buscamos compreender, assim, como a Igreja, poderosa instituição do período, se utilizou das tradições e crenças populares reinterpretadas à luz dos novos tempos para doutrinar e ordenar a sociedade, rejeitando o *desvio* em benefício de um suposto bem maior – a salvação dos fiéis.

\* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da UFES sob a orientação do Prof. Dr. Sergio Alberto Feldman e fomento da CAPES. E-mail: tomazelli.roni@hotmail.com.

<sup>1</sup> Compreendemos o *desvio* como desrespeito às regras e padrões estabelecidos pelos grupos sociais. Nos argumentos de Velho (2012), a ideia de *desvio* implica na existência de um comportamento “médio” ou “ideal” em benefício do funcionamento do sistema social. Nesta perspectiva, o *desvio* é criação dos próprios grupos sociais que, através de sua leitura de mundo, estabelecem regras, cuja infração cria o comportamento considerado desviante. Assim, como salienta Silva (2009, p. 21), o conceito de *desvio* sugere que “o desviante seria aquele que realizaria uma leitura diferente do mundo, leitura esta qualificada como ‘falsa’, ‘errônea’ ou ‘indesejável’ por grupos concorrentes com os quais se relaciona. O desvio torna-se assim o subproduto de uma convenção social que estabelece padrões entre o que é lícito e o que é ilícito, demarcando a diferença entre “eles” e “nós”. – Cf. VELHO, Gilberto. O estudo do comportamento desviante: a contribuição da antropologia social. In: VELHO, Gilberto. (Org.). *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: 1999. p. 11-28. – SILVA, Gilvan Ventura da. *Desvio social, exclusão e estigmatização: notas para o estudo da “história dos marginais”*. *Dimensões* – Revista de História da Ufes, Vitória: PPGHIS, v. 22, p. 13-29, 2009.

<sup>2</sup> Partindo das proposições de Richards (1993), consideramos a noção de *estereótipo* como uma forma de dar sentido a um conjunto desordenado, estabelecendo ordem, definindo o “eu” e, como resultado o “outro”, além de personalizar temores. Assim era a sociedade medieval, muito propensa a listar, hierarquizar e classificar as coisas. – Cf. RICHARDS, Jeffrey. *Sexo, desvio e danação: as minorias na Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

<sup>3</sup> COHN, Norman. *Los demonios familiares de Europa*. Barcelona: Altaya, 1997.

<sup>4</sup> Com base na conceituação de Goffman (2004), entendemos o *estigma* como atributo de distinção/diferenciação, uma caracterização negativa aplicada a determinados indivíduos considerados diferentes dos demais devido à alguma de suas características. É utilizado, pois, como referência depreciativa, podendo ser físico, moral ou étnico. Na mesma medida, o *estigma* acaba por confirmar a normalidade de outrem. – Cf. GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

<sup>5</sup> DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

<sup>6</sup> GINZBURG, Carlo. *História Noturna: decifrando o sabá*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

<sup>7</sup> DELUMEAU, op. cit., nota 5.

<sup>8</sup> BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006.

<sup>9</sup> Ibid.

<sup>10</sup> CARO BAROJA, Julio. *As bruxas e o seu mundo*. Lisboa: Vega, 1978.

- <sup>11</sup> PETERS, Edward. The medieval church and state on superstition, magic and witchcraft: from Augustine to the sixteenth century. In: ANKARLOO, Bengt; CLARK, Stuart (Edit.). *Witchcraft and magic in Europe: the middle ages*. Philadelphia: PENN, 2002, p. 173-245.
- <sup>12</sup> CARDINI, Franco. Magia e bruxaria na Idade Média e no Renascimento. *Psicologia USP*, São Paulo: IPUSP v.7, n.1/2, p. 9-16, 1996. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/psicousp/v7n1-2/a01v7n12.pdf>>. Acesso em: 14 abril 2011.
- <sup>13</sup> PETERS, op. cit., nota 11.
- <sup>14</sup> Ibid.
- <sup>15</sup> LE GOFF, J. *As raízes medievais da Europa*. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- <sup>16</sup> Foi precisamente um destes concílios – o da Basileia –, na primeira metade do século XV, o cenário de desenvolvimento e elaboração de nossa fonte de estudo, o *Formicarius* (1435-37) do teólogo alemão Johannes Nider.
- <sup>17</sup> PETERS, op. cit., nota 11.
- <sup>18</sup> KORS, Alan Charles; PETERS, Edward. (Edit). *Witchcraft in Europe, 400-1700: a documentary history*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2001.
- <sup>19</sup> MUCHEMBLED, Robert. La noche del aquelarre. In: *Historia del diablo*, siglos XII-XX. México: Fondo de Cultura Económica, 2002, p. 48-85.
- <sup>20</sup> BAILEY, Michael David. *Historical dictionary of witchcraft*. Lanham, Md.: Scarecrow, 2003.
- <sup>21</sup> PETERS, op. cit., p. 235, *tradução nossa*, nota 11.
- <sup>22</sup> BÍBLIA. *Bíblia de Jerusalém*. Nova ed. rev. e ampl. São Paulo: Paulus, 2002.
- <sup>23</sup> KORS; PETERS, op. cit., p. 155, *tradução nossa*, nota 18.
- <sup>24</sup> CARO BAROJA, nota 10.
- <sup>25</sup> NYDER, Juan; MONTOTO, J. M. De los maleficios y los demonios: el libro quinto del hormiguero. In: MACHADO Y ÁLVAREZ, A. *Folk-lore español: biblioteca de las tradiciones populares españolas* (Tomo III). Sevilla: Alejandro Guichot y Compañía, 1884. p. 218.
- <sup>26</sup> CARDINI, op. cit., p. 15, nota 12.

## A ESSÊNCIA DA PROBLEMÁTICA EXISTENCIAL MODERNA NA TRILOGIA KUNDERIANA

Rosimara Richard\*

**Resumo:** O presente artigo pretende analisar os livros *O livro do riso e do esquecimento* (1978), *A insustentável leveza do ser* (1983) e *A imortalidade* (1990), do escritor tcheco Milan Kundera, como uma trilogia escrita em uma tentativa de apreensão da essência da problemática existencial na modernidade. A história, de acordo com o escritor, é a personificação do monstro que vem do exterior, como força incontrolável da qual não escapa ninguém e é nesses paradoxos terminais que os grandes romancistas perceberam que “as categorias existenciais mudam subitamente de sentido”.

**Palavras-chave:** Milan Kundera; trilogia; existência na modernidade.

**Abstract:** This article aims in analysing the books *The book of laughter and forgetting* (1978), *The unbearable lightness of being* (1983) and *The immortality* (1990), by the czech writer Milan Kundera, as a trilogy written in an attempt to apprehend the essence of the existential issues in modern times. The history, according to the writer, is the personification of the monster who comes from the exterior, as an uncontrollable force from which no one can escape and it is in these final paradoxes that the great novelists noticed that “existential categories suddenly change meaning”.

**Key-words:** Milan Kundera; trilogy; existence in modern times.

### O escritor e seu tempo

Na modernidade, um dos grandes problemas a serem enfrentados pelo homem é a perda da tradição, dos elos que unem o presente e o passado, que fornecem a noção de pertencimento e o constituem enquanto sujeito em uma determinada sociedade. A impotência humana frente às instituições modernas é o que muitas vezes aparece caracterizada nas obras literárias mais diversas, algumas vezes como uma tentativa de distanciamento do mundo do qual se participa ou participou, outras vezes como uma busca para compreendê-lo e, assim, tentar adquirir o controle das instituições que direcionam a vida, desse modo, a perda da memória aparece como uma das grandes ameaças do mundo moderno.

Tendo em vista que os séculos XIX e XX foram marcados por grandes mudanças e transformações nos campos social, político, econômico e cultural, o escritor tcheco Milan Kundera aparece como uma importante testemunha, por ele ter vivenciado

---

\* Doutoranda da Universidade de Brasília – UnB, do Departamento de Teorias Literárias e Literatura, orientada pelo prof. Doutor Wilton Barroso Filho. Membro do grupo de pesquisa Epistemologia do Romance. Email: rosi.mara@ibest.com.br

reflexos desse período em sua própria vida. A preocupação com a perda da memória é uma das questões que inquietam o escritor, que começou a produzir seus textos em língua materna, na década de 50 e 60, poesias influenciadas pelas experiências de sua vivência juvenil durante a Segunda Guerra Mundial, quando a antiga Tchecoslováquia fora invadida. Nesse período, a experiência do totalitarismo alemão incutia nos jovens uma visão distorcida da realidade, o que empurrou o então jovem Kundera para o marxismo e a militância do partido comunista<sup>1</sup>, do qual foi um importante representante<sup>2</sup>. Sua escrita nesse período representava a crença nessa ideologia de esquerda pela qual foi tomado, percebendo o equívoco<sup>3</sup> muitos anos depois, o que o fez rejeitar sua primeira fase de produção literária, justificando a imaturidade dos trabalhos realizados nesse período.

Ainda nos anos 60, Kundera já refletia sobre o processo de criação do romance e acabou por escrever um de seus mais importantes trabalhos, *A arte do romance* (1967), um livro de ensaios no qual analisa seu próprio processo de escrita. Após escrever este livro, ele abandona o lirismo<sup>4</sup> assumido em seus escritos iniciais e toma como princípio a ficção, baseada no conflito dramático existencial. Esse trabalho foi considerado muito importante para o domínio da literatura tcheca e Kundera foi reconhecido com um intelectual importante em seu país natal. Esse livro, da forma como o conhecemos hoje, foi publicado somente em 1986, após ter desenvolvidas melhor e de maneira mais aprofundada suas ideias.

As obras posteriores de Kundera - contos, ensaios e romances -, realizadas dentro dessa nova visão do processo criativo, contribuíram e até hoje contribuem, de maneira significativa, para reflexões sobre questões política, cultural e histórica relativas ao contexto de uma época, mais especificamente séculos XIX e XX. Muitos de seus romances estabelecem uma relação com a política, dentro do contexto histórico em que seus personagens são apresentados, com a função de facilitar aos leitores a compreensão de certos comportamentos e suas possibilidades<sup>5</sup>. Kundera acredita que existem coisas que somente o romance pode dizer, ou explorar, da existência humana. Os aspectos histórico, político e cultural também serviriam para impulsionar as personagens a situações como medo do esquecimento e perda ou transformação das memórias, entre outros.

O escritor participou da Primavera de Praga<sup>6</sup>, de 1968, junto a outros intelectuais tchecos que, além de se empenharem em uma tentativa de conseguir que direitos adicionais fossem concedidos aos cidadãos e pedirem pela descentralização parcial da

economia e da democracia, exigiam um relaxamento das restrições às liberdades de expressão e de imprensa. Durante este período foi publicado seu livro de contos, *Risíveis amores* (1970), que em parte já estava escrito (em 1963) antes de o autor publicar seu primeiro romance *A brincadeira* (1967). Os dois romances seguintes, *A vida está em outro lugar* (1973) e *A valsa dos adeuses* (1973), haviam sido escritos sem a pretensão de publicação, porque Kundera estava impedido de publicar. Esses livros, por terem sido escritos em língua materna, quando o escritor ainda morava na Tchecoslováquia, compõe o que chamamos de primeira fase de produção do escritor.

Em 1978, Kundera teve sua cidadania tcheca cassada por causa do lançamento de *O livro do riso e do esquecimento* e, após ter a publicação de seus outros livros proibida na Tchecoslováquia, exilou-se na França (tornando-se cidadão francês nos anos 80). Em entrevista a Philip Roth, descrita no livro *Entre nós: um escritor e seus colegas falam de trabalho* (2008), ao ser perguntado sobre a sensação de ser um imigrante, Kundera responde que:

Para um escritor, a experiência de viver em vários países é uma tremenda vantagem. A gente só pode compreender o mundo depois que o vê de vários ângulos. Meu livro mais recente [*O livro do riso e do esquecimento*], que foi escrito na França, se desenvolve num espaço geográfico especial: *os eventos que transcorrem em Praga são vistos pelo ângulo da Europa Ocidental, e as coisas que ocorrem na França são encaradas pelos olhos de Praga*. Trata-se de um encontro de dois mundos. De um lado minha terra natal; em apenas meio século ela viveu uma série de experiências: democracia, fascismo, revolução, o terror stalinista e também a desintegração do stalinismo, as ocupações alemã e russa, a deportação em massa e a morte do ocidente em seu próprio território. Assim, o país está afundado sob o peso da história e encara o mundo com um ceticismo imenso. Do outro lado a França: durante séculos ela foi o centro do mundo e agora está sofrendo a falta de grandes eventos históricos. É por isso que ela se entrega a posturas ideológicas radicais. É a expectativa lírica, neurótica, da realização de algum grande feito, só que isto não está acontecendo, e não vai acontecer nunca mais. (ROTH, 2008, p. 102, grifo nosso)

A partida da Tchecoslováquia foi um acontecimento marcante na vida do escritor, proporcionou-lhe a oportunidade de adquirir experiências no ocidente e trazer para suas obras reflexões a partir da comparação entre as duas culturas. O que, segundo Said (2005, p. 60-61) não se mostra tão negativo, visto que na condição de exilado o intelectual tende a sentir-se feliz com a ideia da infelicidade, de tal maneira que esta insatisfação pode vir a tornar-se, não apenas um estilo de pensamento, mas uma nova morada do intelectual, que se beneficia de tamanha *angústia produtiva*.



Embora distante de seu país, Kundera manifesta em seus textos uma forte afeição por sua cultura, língua e ambiente familiar, uma nostalgia de um tempo passado. Ele é conhecido por trazer para as suas narrativas acontecimentos aparentemente ou possivelmente reais da história de seu país natal. Esses acontecimentos se fundem a narrativas ficcionais e, muitas vezes não apenas servem de contexto, mas abrem espaços para significativas reflexões.

### **Uma trilogia**

*O livro do riso e do esquecimento* (1978) inaugura a segunda fase do escritor e dá início à trilogia que será formada pelos livros *A insustentável leveza do ser* (1983) e *A imortalidade* (1990), que podem ainda terem sido escritos em língua materna, dada a riqueza e complexidade narrativa (diferente da utilizada nas obras posteriores), mas estando o escritor já vivendo na França.

Na sexta parte do livro *A imortalidade* (1990) do escritor Milan Kundera, o interlocutor Avenarius pergunta ao narrador-autoral qual será o título do romance que ele está escrevendo. Ele responde: “- *A insustentável leveza do ser*” (p.235). E ao ser interpelado sobre o fato de este título já ter sido utilizado em outro livro, completa: “Sim. Por mim! Mas na época me enganei de título. Ele deveria pertencer ao romance que estou escrevendo agora” (p.234).

Em *A arte do romance* (1986), ao apresentar suas anotações inspiradas em *Os Sonâmbulos*, de Herman Broch, que retrata o século XX, Kundera diz que os três livros que compõe a trilogia não estão ligados casualmente, mas que cada um contém seus personagens e é estruturado individualmente. E, apesar de alguns personagens, tal como Pasenov, o protagonista do primeiro romance e Esch, protagonista do segundo, aparecerem no terceiro romance e Bertrand, personagem do primeiro romance, aparecer no segundo romance, a unidade do conjunto se faz pela continuidade do mesmo tema, no caso desse autor, “(o do homem confrontado com o processo de degradação dos valores)” (KUNDERA, 1986, p. 47-48).

A fala do narrador-autoral no livro *A imortalidade* tem a intenção de deixar claro ao leitor que em algum sentido o livro *A insustentável leveza do ser* se assemelha ao livro *A imortalidade*, a ponto de a hipótese de se atribuir a ambos um mesmo título ser cogitada. No romance *A imortalidade*, assim como em todos os outros livros de Kundera, o esquema das variações se faz presente, contudo, nota-se que nos dois livros que o antecedem: *O livro do riso e do esquecimento* e *A insustentável leveza do ser* - tal

como acontece em Broch -, tem-se uma unidade que se dá pela exploração de um mesmo tema: a tentativa de apreensão da essência da problemática existencial na modernidade. O esquema das variações kunderiano foge do espaço de um livro e passa a ser explorado em três livros subsequentes, que por essa razão, podem ser pensados como uma trilogia.

No primeiro livro dessa segunda fase, *O livro do riso e do esquecimento*, têm-se como contextos os espaços de Praga e da França, e uma busca frenética da protagonista na tentativa de resgatar seu passado. Neste, Kundera reforça a ideia de que a memória de um povo é a luta frágil e silenciosa contra o esquecimento e propõe que, diferente de antigamente, a história não fica na memória, isso porque há tempos ela caminhava lentamente e na modernidade, como “o tempo avança a grandes passos” (KUNDERA, 1978, p. 11), uma enorme quantidade de acontecimentos encobrem uns aos outros, a história se perde e os acontecimentos passam a não ter mais a mesma importância.

Apesar de *O livro do riso e do esquecimento* conter seis narrativas aparentemente independentes, com personagens distintos, a história que interessa ao autor contar é a de Tamina: “É um romance a respeito de Tamina e, no momento em que ela sai de cena, é um romance para Tamina” (1978, p. 156-157), sendo ela a única personagem que aparece em duas partes do livro: na quarta (*As cartas perdidas*) e na sexta (*Os anjos*). Tamina é tcheca, mas está deslocada. Teve que deixar seu país por causa de problemas políticos. O problema existencial que a aflige é o fato de, ao deixar seu país em companhia do marido, ter deixado para trás também seu passado registrado em cartas e diários. Depois da morte do marido, Tamina tenta de todas as maneiras resgatar a memória desse tempo que vivera na Boêmia ao lado dele. A personagem Tamina é um dos “egos experimentais”<sup>6</sup> do escritor, e a vida dela é entremeada pela história de Praga. Tamina pode ser pensada como a representação do escritor que, longe de seu país tenta de todas as maneiras não perder as suas memórias, o seu passado.

Em *O livro do riso e do esquecimento*, Kundera reflete essencialmente a angústia existencial que acomete a modernidade, que é ao mesmo tempo individual e coletiva. Propõe que o Estado seria o responsável por editar a memória e que nisto reside o poder por ele alcançado, mas que este poder de manipular a memória também é desejo dos homens, não apenas sobre os grandes acontecimentos, como também sobre aqueles menores e cotidianos.

Já no livro *A insustentável leveza do ser* tem-se como contextos Praga e outras cidades da Europa, como Zurique, e aborda o poder dos regimes totalitários de

transformar a vida das pessoas, amparado sobre uma profunda reflexão sobre o cerceamento da liberdade de expressão. O personagem Tomas era médico reconhecido em Praga, até que um dia escreve um artigo para uma revista fazendo uma relação entre o conto de Sófocles, Édipo e a situação dos comunistas. O artigo é tomado como uma afronta e Tomas acaba sendo destituído de seu cargo para sempre. Os comunistas, irritados e ofendidos pelo artigo que os apontava como responsáveis pelos massacres e pelas mortes afirmavam que, por serem entusiastas da causa, agiram sem ter a noção real do resultado de seus atos, e por isso não conseguiam sentir culpa, tal como Édipo, a ponto de furarem os próprios olhos e fugirem de Tebas. Depois da invasão dos russos, Tomas fora chamado a se retratar, mas ele não aceita e decide assumir de vez sua nova profissão de lavador de vidros e tentar ser feliz ao lado de Tereza, sua esposa.

O antagonismo peso/leveza marca de maneira significativa a vida das personagens d' *A insustentável leveza do ser*, livro que se inicia com o mito do Eterno Retorno, de Nietzsche, propondo uma reflexão sobre o que aconteceria se tal qual o filósofo propõe, uma mesma situação se repetisse várias vezes, indefinidamente. Kundera se questiona se essa situação de eterno retorno não seria um dos mais pesados fardos - se pensarmos nas guerras. Por um lado, o peso é o que nos torna mais próximos do chão: “O fardo mais pesado é, portanto, ao mesmo tempo a imagem da mais intensa realização vital. Quanto mais pesado o fardo, mais próxima da terra está nossa vida, e mais ela é real e verdadeira” (KUNDERA, 1983, p. 11). O peso está mais diretamente relacionado ao humano, e em Kundera, a um passado que agrega conhecimentos, que por sua carga de consciência, se transformam em pesado fardo diante dos acontecimentos da vida. Seu oposto, a leveza ou ausência de peso faz com que o homem se distancie da terra, pois sendo leve, pode voar, tornando-se, assim, “semirreal”. Ou seja, ele se afasta dos problemas humanos a ponto de perder parte de sua realidade, seu princípio de humanidade.

No livro *A insustentável leveza do ser* a ideia do eterno retorno estaria amparada em uma visão que vai contra a noção de acaso apresentada na perspectiva moderna, que propunha uma linearidade e progressão dos acontecimentos. Em Nietzsche os acasos é que influenciariam esses acontecimentos humanos, que no tempo infinito que vai e vem em um movimento circular, possibilitaria as diferentes combinações com possibilidades de repetição. O mundo, dessa forma, se apresenta como um jogo de forças atuantes que alimenta a vontade de potência do homem, impulsionando-o para a vida. Com este livro

apesar de expor a crise do sentido único da história, o que sobressai é a o papel da história enquanto conhecimento que impõe significados aos acontecimentos humanos.

E por fim, o terceiro livro da trilogia, *A imortalidade* é ambientado na França, tendo como cenário a Paris do início da modernidade. Agnes é a protagonista do livro e vive na França, ela fora criada a partir de um gesto, o gesto da criação do escritor. Agnes é casada com Paulo, mas sua vida não foi construída em cima da felicidade, existe um buraco em seu interior que não pode ser preenchido por nada. Apesar de estar casada e ter um companheiro na vida, se pudesse escolher, preferiria a solidão e com ela a liberdade. Ela pensa o tempo todo em se afastar da cidade em que vive, das pessoas com quem convive, mas não tem muito claro o que quer para sua vida no futuro, não tem perspectiva. Agnes talvez represente a figura do romântico, que ama a natureza, o prosaico, ama amar mais do que ama o ser amado. Agnes percebe que aliadas às transformações da modernidade estão as mudanças sociais, marcadas por um vazio que o ser humano não consegue preencher, um vazio de sentido. Durante a constituição da trilogia, o autor vai se afastando de seu país natal, a ponto de, no terceiro livro, mostrar-se completamente distanciado da Tchecoslováquia.

Na terceira fase, o escritor se mostra capaz de observar o mundo de forma mais objetiva. Seus romances são escritos numa perspectiva de pós-exílio e apresentam um sujeito já mais adaptado a sociedade atual. Temos os romances *A lentidão* (1995), que trabalha com uma perspectiva de tempo, o *A Identidade* (1997), *A ignorância* (2000) e o seu mais recente *A Festa da Insignificância* (2014). Todos estão amparados em uma narrativa mais direta, mas nem por isso mais simples, Milan Kundera passou a escrever e publicar seus livros em língua francesa. Livros que, assim como os outros, além de serem resultados da influência de suas leituras de Diderot, Rabelais, Cervantes, Sterne, bem como de autores centro-europeus como: Kafka, Broch e Musil, contam um pouco de sua história e, conseqüentemente da história de seu país - reflexos das mudanças sociais pelas quais o mundo todo vinha e vem passando.

Os romances de Kundera apresentam o fluxo de consciência de uma época e demonstram uma preocupação com a coletividade. Tentam entender o ser humano como identidade formada em cima de determinados valores que se veem diante de um processo de degradação e constante reconstrução.

## **Milan Kundera e uma representação da existência - Considerações**

A produção literária de Milan Kundera foi fundamentalmente construída durante um período considerado privilegiado da história da humanidade, que se dá na modernidade e adentra a pós-modernidade. Os seus personagens trazem consigo todos os ganhos e as perdas advindos das mudanças e transformações ocorridas neste período. A história do escritor Milan Kundera e a criação de sua obra têm base fundamental na história de seu país, tanto que podemos classificar a obra desse escritor nas três fases distintas: antes do exílio, durante o exílio e pós-exílio.

O romance kunderiano traz o passado para a narrativa e estabelece com ele um diálogo, o que pode ser percebido nos três livros que compõem a trilogia, os quais retratam a Primavera de Praga, um acontecimento histórico de 1968, que aparece perfazendo um contexto e que, além de criar uma nova situação existencial para os personagens, possibilita uma reflexão. Mas não podemos nos esquecer de que, na escrita kunderiana a história é tratada com economia máxima: “Eu me comporto com a História como o cenógrafo que monta uma cena abstrata com alguns objetos indispensáveis à ação” (KUNDERA, 1986, p. 37). A escolha das circunstâncias se dá em função de serem ou não capazes de criar para seus personagens uma situação reveladora.

Se pensarmos que o escritor é um sujeito histórico e que, sendo assim, não pode fugir de suas vivências e experiências, poderemos afirmar categoricamente que as reflexões que possam surgir das situações existenciais devolvem, talvez, a ele, um passado entremeado de lembranças mal compreendidas. Com seus personagens, Kundera testa reações e possibilidades dos sujeitos-personagens dentro das situações históricas, passando, assim, do plano dos grandes fatos para o micro espaço onde estes estão localizados e, nos livros que compõem a trilogia, ele deixa claro que, ao contrário dos historiadores que escrevem a história pelo viés social, amparado no ponto de vista da sociedade e não do homem, ele, que considera os acontecimentos históricos muito mais importantes para aqueles que assim como ele tiveram que conviver com o regime comunista, não está preocupado com a história factual, mas em como o indivíduo se comporta dentro dela.

A narrativa kunderiana se apresenta como um exercício de reconstituição da história da existência humana e do romance moderno no momento paradoxal entre o que convencionalmente se denomina de pós-moderno. E o romance precisa necessariamente acompanhar essas transformações, se quiser continuar a existir, buscando novas estratégias de representação. O escritor afirma que nos paradoxos

terminais da modernidade a vida se transformou, portanto, para pensá-la é necessária a adoção de novas posturas de pensamento, deixando de lado modelos já estabelecidos. Um romance só é eficaz porque consegue combater o sistema de ideias recebidas, contudo, o papel do romance não é denunciar ideias políticas, mas mostrar os problemas que elas ocasionam ao homem, de maneira mais íntima. Na concepção de Kundera o romance não consiste em uma adesão a uma linha política de protesto, senão a uma especificidade, autonomia e visão de mundo que propõe.

## Notas

<sup>1</sup> Milan Kundera fez um discurso no Congresso da União dos Escritores da Tchecoslováquia em 1967, que virou marco na história da independência tcheca. Por meio desse discurso, ele demonstrava ser a favor da preservação da cultura e de uma identidade tcheca e pregava a necessidade de se desenvolver a literatura e a cultura no país em condições de liberdade total.

<sup>2</sup> Os anos 60 foram permeados por grandes debates teóricos no âmbito das ciências humanas e o auge da chamada “crise do paradigma marxista”. Após a morte de Lênin, surgiram muitas denúncias dos opositores do regime que se instalou na URSS, mundo era assombrado por notícias de Moscou, devido aos “expurgos stalinistas” e os antigos líderes da revolução eram perseguidos com “mãos de ferro”. Tudo isto serviu para que profundos questionamentos se estabelecessem em nível mundial.

<sup>3</sup> Em *Os testamentos traídos* (1994), Kundera diz que durante os anos da revolução comunista em seu país, compreendeu o papel importante que a cegueira lírica desempenha na época do terror e, a única coisa que ele desejava era “um olhar lúcido e desabusado sobre os acontecimentos” (p.143), o que encontrou, afinal, na arte do romance.

<sup>4</sup> Em seus romances, Kundera realiza reflexões e explora as ações das personagens. O que Kundera chama de ‘possibilidades’ seria, mais exatamente, aquilo que externamente interfere no interior de um personagem e o faz ter determinadas atitudes e/ou comportamentos.

<sup>5</sup> No livro *Em 68: Paris, Praga e México* (2008), Carlos Fuentes diz que os fatos ocorridos nesse período contribuíram para um propósito, o de abrir caminho para a democracia e a crítica social, demonstrando que a Tchecoslováquia estava sentindo necessidade de mudança. A Primavera de Praga não combatia o sistema comunista, “humanizava-o, democratizava-o e socializava-o” (p. 12).

<sup>6</sup> Egos experimentais são personagens criados como representação de uma problemática existencial. De acordo com Kundera “[...] somos cada vez mais determinados pelo exterior, por situações das quais ninguém pode escapar e que cada vez mais nos fazem parecer uns com os outros” (1986, p. 27), ao contrário, os egos experimentais ajudariam a trazer para o âmbito da narrativa as diversas possibilidades de existência.

## Referências Bibliográficas

FUENTES, Carlos. *Em 68: Paris, Praga e México*. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

KUNDERA, Milan. *Jaques e seu amo*. Homenagem a Denis Diderot em três atos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. Trad. Ramalhete, Raquel.

\_\_\_\_\_. *Risíveis Amores*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. Trad. Fonseca, Teresa Bulhões Carvalho da.

\_\_\_\_\_. *Insustentável leveza do ser*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. Trad. Fonseca, Teresa Bulhões Carvalho da.

\_\_\_\_\_. *A Brincadeira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. Trad. Fonseca, Teresa Bulhões Carvalho da.

\_\_\_\_\_. *O livro do riso e do esquecimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987. Trad. Fonseca, Teresa Bulhões Carvalho da.

\_\_\_\_\_. *A valsa dos adeuses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. Trad. Fonseca, Teresa Bulhões Carvalho da. e Bruno, Anne-Marie.

\_\_\_\_\_. *Imortalidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. Trad. Fonseca, Teresa Bulhões Carvalho da. e Andrada, Ana Lucia Mojen de.

\_\_\_\_\_. *A vida está em outro lugar*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991. Trad. Barreto, Denise Rangé.

\_\_\_\_\_. *A lentidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. Trad. Fonseca, Teresa Bulhões Carvalho da.

\_\_\_\_\_. *A identidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Trad. Fonseca, Teresa Bulhões Carvalho da.

\_\_\_\_\_. *A ignorância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Trad. Fonseca, Teresa Bulhões Carvalho da.

\_\_\_\_\_. *A arte do Romance*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. Trad. Fonseca, Teresa Bulhões Carvalho da. e Mourão, Vera.

\_\_\_\_\_. *Testamentos traídos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. Trad. Fonseca, Teresa Bulhões Carvalho da.

\_\_\_\_\_. *A cortina*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Trad. Fonseca, Teresa Bulhões Carvalho da.

\_\_\_\_\_. *Um encontro*. Portugal: Dom Quixote, 2011. Trad. Isabel St. Aubyn.

\_\_\_\_\_. *A festa da insignificância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. Trad. Fonseca, Teresa Bulhões Carvalho da.

ROTH, Philip. *Conversa com Milan Kundera*. In: Entre nós: um escritor e seus colegas falam de trabalho. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SAID, Edward W. *Representações do intelectual: as conferências*. Reith de 1993. Trad. Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

## O uso das ciências no discurso de Jose Ingenieros e Manoel Bomfim.

Ruth Cavalcante Neiva<sup>1</sup>

### Resumo

Este trabalho tem como proposta analisar como certos conceitos provenientes das Ciências Biológicas, como o conceito de *Luta pela Vida*, do naturalista Charles Darwin, foram interpretados pelo ítalo-argentino José Ingenieros e pelo brasileiro Manoel Bomfim para pensar a teoria de superioridade e inferioridade entre as raças na Argentina e no Brasil na primeira década do século XX. José Ingenieros utilizou-se das ciências para dar legitimidade ao seu discurso que as "raças" da espécie humana não eram igualmente civilizáveis, ao passo que Bomfim acreditava em uma ideia oposta e que as ciências estavam sendo usadas para dar validade a discursos que legitimava a exploração.

**Palavras-chave:** Luta pela Vida; José Ingenieros; Manoel Bomfim.

### Abstract

This paper intends to analyze how certain concepts that are originally from Biological Sciences, such as the concept of *Struggle for Life* by the naturalist Charles Darwin, were interpreted by both the Italian American José Ingenieros and the Brazilian Manoel Bomfim in order to conceive a theory of superiority and inferiority among the races in both Argentina and Brazil during the first decade of the 20<sup>th</sup> century. José Ingenieros used science to legitimate his premise that the "races" in the human species were not equally civilizable, while Bomfim believed in the opposite idea, and that the sciences were being used to validate the premises that legitimated exploration.

**Keywords:** Struggle for Life; José Ingenieros; Manoel Bomfim.

De acordo com Celso Uemori<sup>2</sup>, o conceito de *Luta pela vida*, elaborado pelo naturalista Charles Darwin, foi utilizado nos fins do século XIX e no começo do século XX por uma variada gama de intelectuais que usaram tal conceito para dar base teórica a diversos propósitos políticos. Isto significa dizer que a ideia de *Luta pela vida* deu suporte ideológico aos grupos que legitimavam o sistema capitalista e valorizavam a competição; alicerçou também concepções dos intelectuais que defendiam ideias eugênicas e racistas; e ainda legitimou concepções de alguns pensadores que acreditavam que a *Luta pela vida* estava relacionada à cooperação e solidariedade.



Pode-se dizer que o ítalo-argentino, José Ingenieros utilizou o conceito darwiniano de *Luta pela vida* para dar suporte a uma ideia de cunho racista, defendendo que existia uma “luta” entre as várias raças que compunham a espécie humana<sup>3</sup>, ao passo que o brasileiro Manoel Bomfim relacionou à teoria de Darwin a concepção de que deveria prevalecer a solidariedade entre os homens, independentemente das origens raciais.

É relevante pensar sobre como Ingenieros e Bomfim interpretaram o conceito de *Luta pela vida*, pois foi a partir desta ideia que eles refletiram sobre o espaço das “raças” dentro do território argentino e brasileiro na primeira década do século XX. Porém, antes de refletir sobre a interpretação destes dois intelectuais, é necessário demonstrar ao leitor, mesmo que de maneira sucinta, como o próprio Charles Darwin pensou o que seria a *Luta pela vida*.

Pois bem, na obra *A origem das espécies* Darwin desenvolveu ideias sobre Seleção Natural, Luta pela Sobrevivência, Evolução etc. Em seu estudo sobre a origem dos seres vivos, sejam plantas ou animais, ele defendeu que as espécies não surgiram independentemente umas das outras, mas que, devido às variações das condições exteriores, como o clima e a alimentação, elas derivaram de outras espécies, tendo, portanto, um ancestral comum. Também sobre o seu entendimento do que viria a ser a *Luta pela vida*, Darwin explicou que:

Consideremos a luta pela sobrevivência entre os seres organizados em todo o mundo, luta que deve inevitavelmente fluir da progressão geométrica do seu aumento em número. É a doutrina de Malthus aplicada aos reinos animal e vegetal. Como nascem muito mais indivíduos de cada espécie e que não conseguem subsistir; como, por consequência, a luta pela sobrevivência se renova a cada instante, segue-se que todo ser que varia, ainda que pouco, de maneira a tornar-se aprovável tal variação, tem maior probabilidade de sobreviver, este torna-se também objeto da seleção natural. Em virtude do princípio poderoso da hereditariedade, toda a variedade, agente da seleção, tenderá a propagar a sua nova forma modificada<sup>4</sup>.

Darwin defendeu que a luta pela sobrevivência ocorria quando, por exemplo, animais da mesma espécie lutavam entre si em busca alimentos, ou quando plantas de espécies diferentes lutavam entre si para levar os pássaros a comerem de seus frutos, para disseminar suas sementes, etc. Percebe-se então que Darwin pensava em *Luta pela vida* a partir da análise do reino vegetal e do reino animal, e ele não fez referência da aplicação de tal termo às sociedades humanas. Contudo, sua obra foi tão original e impactante que vários grupos com os mais variados propósitos políticos relacionaram este conceito proveniente das ciências biológicas ao mundo social. Neste sentido, discorrer-se-á a seguir como Ingenieros e Bomfim pensaram em *Luta pela vida*.

O intelectual ítalo-argentino defendia que as “sociedades humanas” evoluíam de acordo com leis biológicas. Sua obra *A simulação na luta pela vida* expressou bem a influência do evolucionismo e do determinismo em seu pensamento. Nela, o autor expôs a crença que todos os seres vivos competiam pela vida, inclusive as “sociedades humanas”, que lutavam para se conservar ou morrer. Logo, “a luta pela existência nas sociedades humanas é um fato incontestado, manifestando-se com caracteres semelhantes aos que reveste o mundo biológico”<sup>5</sup>.

Na visão de Ingenieros, a humanidade lutava contra o reino vegetal e contra as outras espécies de animais. Mas os “agregados sociais” também lutavam entre eles em virtude da heterogeneidade de interesses entre os grupos humanos. Para Ingenieros, a primeira causa do antagonismo entre os seres humanos nascia das desigualdades étnicas, pois as diversas “raças humanas” estavam em estágios diferentes de evolução nas distintas partes do planeta, e não era raro, que “raças diferentes” lutassem entre si, sobrevivendo as mais aptas. Na sua visão, a *Luta pela vida* tendia para a seleção das raças e dos indivíduos mais aptos em seu meio.

Baseado nos estudos de Gumpowicz, Almond, Lapouge, Colainni, Finot, Nordau entre outros, ele defendia que havia brigas entre as “raças humanas” que tendiam a unificarem-se sob a hegemonia das melhores adaptadas, pois: “cada indivíduo, independentemente da raça, classe ou grupo a que pertença, era obrigado a lutar pela vida, adaptando-se o melhor que possa ao meio social”<sup>6</sup>. Contudo, ao analisar o discurso ingenieriano, Camila Grejo pondera que a teoria darwiniana da seleção natural foi utilizada para “justificar a existência de diferenças físicas e sociais entre os homens, uma vez que estes também estariam submetidos ao processo de adaptação do qual se sobressaíam apenas as raças superiores”<sup>7</sup>.

Também, Para Ingenieros, a superioridade da raça branca sob as demais raças era inquestionável. Logo, ele acreditava a seleção natural estava extinguindo as “raças de cor” nas zonas temperadas do planeta. Pode-se afirmar que os negros<sup>8</sup> eram vistos pelo intelectual ítalo-argentino como biologicamente e intelectualmente inferiores, e portanto eles não conseguiriam sobreviver à *Luta pela vida*, pois a seleção natural era a mesma tanto para a espécie dos humanos quanto para as demais espécies animais<sup>9</sup>. Nessa perspectiva, os negros, na interpretação ingenieriana, eram sempre derrotados quando se encontravam numa situação de conflito com as “raças brancas”. A raça caucasiana, por sua vez, era vista como mais desenvolvida economicamente, politicamente e culturalmente. Por esta razão, os brancos conquistadores (espanhóis) conseguiram vencer as “tribos de cor indígena”, uma vez que elas eram sociedades mais atrasadas. Ingenieros alegava que desde o século XVI, as raças brancas

se espalhavam pelas zonas temperadas do continente americano promovendo, desta maneira, uma “*progresiva sustitución de las razas aborígenes de color por razas blancas inmigradas, engendrando nuevas sociedades en reemplazo de las autoctonas*”<sup>10</sup>.

Ingenieros refletiu sobre a influência das raças na formação da nacionalidade argentina e acreditava que a história do país estava ligada ao processo de expansão da raça branca. Nesse sentido, o intelectual alegava que o território argentino foi primitivamente habitado por “raças de cor”. Contudo, quando o colonizador espanhol “descobriu” o continente americano, houve um choque entre as raças, pois a “raça indígena” e a “raça branca” se encontravam em distintas etapas de civilização. Neste confronto houve a vitória do europeu e o território argentino foi sendo habitado gradativamente por uma população de “raça branca”.

Ao pensar na “evolução da sociedade argentina” Ingenieros afirmou que neste meio geográfico houve grande dispersão da raça branca no território de maneira quase homogênea ao ponto de no começo do século XX a maioria da população ser constituída por indivíduos brancos. Isto porque a segunda onda de imigração do século XIX garantiu a gradual substituição das raças mestiçadas pelas raças brancas.

Na visão do ítalo-argentino, os imigrantes se incorporaram a sociedade argentina, formando uma população alfabetizada e laboriosa. Assim, estes estrangeiros passaram a constituir a nova “raça argentina”, que seria a adaptação das raças europeias ao território americano. A segunda onda de imigração europeia determinou a substituição progressiva das raças mestiçadas por povos de raças brancas, uma vez que milhões de imigrantes incorporaram-se a sociedade argentina e povoaram o país com os seus filhos brancos. Segundo o intelectual, a transformação étnica da população argentina coincidiu com a transformação econômica do país, pois a nova “raça argentina” era composta por europeus que estavam formando uma nacionalidade homogeneizada.

Por sua vez, o brasileiro Manoel Bomfim acreditava que a na ideia de que a Luta pela existência estava assentada na cooperação entre os indivíduos e no desenvolvimento do sentimento altruísta. Logo, a *Luta pela vida* deveria ser compreendida como um esforço da espécie humana para conservar e propagar a vida. Como Uemori aponta, a argumentação de Bomfim, que tomava como base as ideias do naturalista britânico, tinha o objetivo de criticar os indivíduos que se apropriavam da teoria da Seleção Natural e do Evolucionismo para se por à serviço de discursos racistas e legitimadores da escravidão. Por isto, Bomfim criticou os intelectuais que defendiam que existia uma “luta entre as raças humanas” e que o planeta era habitado por humanos de “raças superiores” e “raças inferiores”.

Bomfim defendia que as “raças” indígena, negra e branca contribuíssem com a sua “dose” de influência sobre as sociedades latino-americanas. Ele acreditava que todas as raças tinham capacidade de progredir, e por esta razão, criticou que os intelectuais - inclusive o próprio José Ingenieros - na sua obra *O Brasil na América*, por apoiarem teorias que davam um valor absoluto às raças e as gentes, ditando aqueles que têm aptidão e inaptidão ao progresso. Para Bomfim, estas ideias eram apenas legitimadoras da exploração dos fortes da atualidade (Europa e Estados Unidos) em relação aos fracos (América Latina).

Neste sentido, o intelectual brasileiro defendeu que as repúblicas latino-americanas eram compostas por raças que eram capazes de progredir socialmente, economicamente e moralmente, pois, era apenas necessário que o Estado desse acesso à educação a estes indivíduos para que eles pudessem colaborar com o desenvolvimento nacional. Portanto, Bomfim defendia que não existia a necessidade de forçar uma migração em massa para o Brasil e os demais países latino-americanos no contexto da primeira década do século XX, pois para ele, era descabida a ideia de que o progresso e desenvolvimento dos países latino-americanos se dariam em virtude de uma migração de raça branca europeia para o território americano, uma vez que ele acreditava que os povos da América Latina tinham todos os requisitos para se desenvolver, desde que recebessem educação.

Enfim, pode-se concluir que Ingenieros utilizou-se da ideia de *Luta pela vida* para defender que as “raças” não eram iguais, pois existiam “raças superiores” e “raças inferiores” que competiam pela supremacia de um determinado território entre si. Neste sentido, ele defendeu a imigração europeia do século XIX garantiu substituição das “raças de cor” pelas “raças brancas” que se adaptaram ao território argentino, formando uma nova nacionalidade no país. Bomfim, por sua vez, criticou a ideia que existia uma luta entre as “raças humanas” e defendeu que deveria prevalecer o sentimento de solidariedade entre todos os indivíduos, independentemente da raça de origem. Por não acreditar na existência de “raças superiores” e “raças inferiores”, criticou a política pública brasileira que apoiava a imigração massiva para o país em nome do “embranquecimento” racial da nação.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, da Universidade Federal do Espírito Santo. Orientador: Prof. Dr. Fabio Muruci dos Santos. Bolsista CAPES. E-mail: donaruth26@hotmail.com

<sup>2</sup> UEMORI, Celso. Darwin por Manoel Bomfim. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, n. 56, p. 327-348, 2008.

<sup>3</sup> No contexto da primeira década do século XX era de senso comum acreditar que a espécie humana era composta por diferentes raças, como a raça negra e a raça branca.

<sup>4</sup> DARWIN, Charles. *A origem das espécies*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 19-12

<sup>5</sup> INGENIEROS, José. *A simulação na luta pela vida*. São Paulo: Cultura Moderna, s/d. p. 27.

<sup>6</sup> Idem, p. 75.

<sup>7</sup> GREJO, Camila. *Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros: Entre o científico e o político. Pensamento racial e identidade nacional na Argentina (1880-1920)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 35.

<sup>8</sup> As concepções de José Ingenieros sobre os negros aparecem, sobretudo, na sua obra *Crônicas de Viagem*.

<sup>9</sup> Ingenieros acreditava que as “sociedades humanas” eram mais complexas do que a “sociedade dos animais”. Ele defendia que nas “sociedades humanas” o princípio de luta pela existência estava se atenuando de maneira progressiva, desenvolvendo-se entre os seres humanos o princípio da associação e do altruísmo. Contudo, ele acreditava na existência de “raças superiores” e “raças inferiores” e, portanto, o altruísmo não deveria ser aplicado em relação à luta entre as “raças humanas”, pois negar a luta seria o equivalente a renunciar os benefícios da Seleção Natural.

<sup>10</sup> INGENIEROS, José. *Sociología argentina*. Buenos Aires: Ediciones Mar Oceano – Obras completas, v. 6, 1961. p. 245.

## AS DENÚNCIAS DE UM HOMEM DO POVO

Samara Bittencourt\*

**Resumo:** Este trabalho apresenta um estudo sobre a o livro *Compêndio Narrativo do Peregrino da América*, escrito por Nuno Marques Pereira e publicado em 1728. Na obra, o autor narra uma peregrinação que teria realizado da Bahia à região das Minas do Ouro denunciando, durante o percurso, o comportamento inadequado dos moradores da América Portuguesa. Nosso objetivo é analisar a relação que o autor estabelece entre o direito civil, o direito eclesiástico e os mandamentos divinos, buscando alcançar a paz civil e a salvação das almas.

**Palavras-chave:** História colonial, peregrinações, barroco.

**Abstract:** This work presents a study about the book *Compendio Narrativo do Paregrino da América*, written for Nuno Marques Pereira and published in 1728. In this composition, the author describes a pilgrimage that would have performed from Bahia to the region of Minas do Ouro region denouncing, in this route, the inappropriate behavior of Portuguese America residents. Our goal is to analyze the relationship the author establishes between the civil law, the ecclesiastical law and the divine commandments, seeking to achieve civil peace and the salvation of souls.

**Key-words:** Colonial history, pilgrimages, baroque.

O *Compêndio Narrativo do Peregrino da América* foi escrito por Nuno Marques Pereira, editado pela primeira vez em 1728 e reeditado mais quatro vezes ao longo do século XVIII, coisa rara para o período em questão. Sobre o autor sabemos apenas aquilo que ele mesmo diz sobre a sua trajetória ao longo da obra. Foi citado no “Catálogo de poetas que floresceram na cidade da Bahia”, recolhido por D. Francisco de Almeida e enviado a Portugal pelo padre Plácido Nunes. Diogo Barbosa Machado afirma que o autor seria natural da Vila de Cairú, vivendo entre os anos de 1652 e 1733. Contudo, o local de nascimento e morte, assim como a vida do autor do *Compêndio*, seguem sendo um mistério para os estudiosos. O livro é dividido em dois volumes, no entanto, a segunda parte foi editada somente em 1939 pela Academia Brasileira de Letras, tendo sobrevivido até então como manuscrito na Biblioteca Nacional de Lisboa.

O *Peregrino da América* é a narrativa de uma suposta peregrinação que Nuno Marques Pereira teria realizado da cidade de Salvador às Minas do Ouro de São Paulo. Sua viagem é narrada a um velho, de longas barbas brancas, que, ao final da narrativa, revela ser a representação do tempo bem empregado. No relato misturam-se descrições, citações, uso de

exemplos, diálogos e, nas palavras do próprio Peregrino: “discursos espirituais e morais, com advertências, e documentos contra abusos, que se acham introduzidos pela malícia diabólica no estado do Brasil.”<sup>1</sup> A intenção é clara: através de documentos, exemplo, fatos testemunhados ou narrados por outros, ao longo da sua viagem, o Peregrino procura tirar exemplos edificantes que permitam acabar com o pecado que havia se instalado no Brasil. Na visão do autor, os “filhos de Portugal nascem em Lisboa, criam-se nas Índias e perdem-se no Brasil.” Nuno Marques Pereira acredita que sua missão é fazer emendar os que pecam.

Explicando ao leitor aquilo que o levou a tal empreendimento, o autor afirma que dois motivos o levaram a tomar essa iniciativa. A primeira justificativa é religiosa, pois diz que aquele que faz silêncio há de dar conta a Deus. A peregrinação seria o momento no qual o cristão teria a possibilidade de corrigir seus erros e alcançar a salvação. Contudo, há ainda a segunda justificativa. Apoiado nas Ordenações Filipinas, Marques Pereira afirma que é homem do povo e, como tal, tem o dever e direito de denunciar aqueles homens e mulheres que se colocavam contra as leis do Reino.

A natureza da justiça acaba sendo um tema crucial para nosso autor. Tanto os moradores da América portuguesa quanto os magistrados que nela viviam foram alvo da pena de Marques Pereira. Em parte, isso se explica pela formação do autor, pois o mesmo afirma que cursou Direito Civil e ainda complementou sua formação com outras leituras. Nesse período, a única faculdade de direito que existia em Portugal era Coimbra – chamada pelo autor de ‘segunda Atenas do mundo’ – por isso podemos imaginar que Marques Pereira adquiriu seu conhecimento nessa instituição, caso realmente tenha cursado direito. Duzentos anos antes, a faculdade de Coimbra já exercia um importante papel na formação do clero e dos magistrados. A universidade era um local que tornava possível ao aluno conhecer e criar um senso de lealdade para com as leis do Reino. Era nesse espaço que se desenvolviam várias redes de contato, que transformava os magistrados em um grupo com interesses comuns.<sup>2</sup>

No *Compêndio*, é possível perceber a ligação estreita entre a preservação da justiça e a sua importância para a salvação. Isso, contudo, é algo esperado, pois aquilo que define a salvação do indivíduo são suas escolhas e a sua retidão moral, que, por sua vez, estão intrinsecamente ligadas ao respeito das normas que regem os atos humanos, ou seja, as leis. A sua peregrinação é vista como meio de adquirir seis virtudes, sendo a primeira piedade de religião e, logo em seguida, a estimação da justiça: “A primeiro apartaria de si todo o mau

exemplo de opiniões, e leituras que não forem dirigidas a Deus. A segunda, fugir de ruínas companhias, procurando imitar os virtuosos e sábios.”

O pensamento político português do século XVII esteve sempre centrado na análise da relação entre o rei e o povo. Em resposta àqueles que defendiam a tese do direito divino dos Reis como um poder passado diretamente de Deus ao soberano, a tradição escolástica portuguesa entendia a relação entre o rei e o povo como possuidora de uma origem contratual, na qual Deus seria a causa primeira, mas entre ele e os reis existiria a mediação do povo. O jesuíta Francisco Suárez, importante filósofo e professor da Universidade de Coimbra, afirmava que Deus era a causa primeira do poder dos Reis, pois foi Deus que concedeu ao homem a sua natureza social. No entanto, o poder político não foi conferido a ninguém em especial, cabendo a comunidade escolher os seus governantes e a sua forma de organização política. A monarquia não é vista, portanto, como a única forma de organização política possível, mas é sempre apontada como mais perfeita. Seguindo a tradição do direito romano, Suárez e outros importantes pensadores portugueses, acreditavam que a origem do poder dos reis era o povo. O poder, portanto, foi transferido da comunidade ao rei. Essa transferência torna obrigatória a obediência ao monarca, pois, após a doação de todo o poder que residia na comunidade, o rei não pode ser privado de sua soberania. Somente os casos de tirania justificariam uma guerra justa contra o governante.

O poder do monarca é visto como possuidor de duas naturezas: a divina, como causa primeira, e a popular, pois foi o povo que cedeu o poder de governar aos reis. Ao aceitar o poder cedido pela comunidade, a tarefa do rei passa a ser a conservação da paz através da administração da justiça. O papel do rei é zelar pela felicidade natural de seus súditos e garantir que eles tenham condições de alcançar a graça. Giovanni Botero no seu *Razão de Estado* afirma que a principal razão pela qual os povos pagam impostos e tributo ao príncipe é para que este “mantenha a paz e tranquilidade através da justiça”. De acordo com o pensador italiano, a má administração da justiça é responsável pela perturbação do bem público, pela ruína dos Estados e pelos castigos que Deus dá aos príncipes.<sup>3</sup>

O rei, contudo, não é visto como governante absoluto, cuja vontade deve ter força de lei. Antes de qualquer coisa, o governante é entendido como alguém a serviço e não no domínio do povo. Pedro Calafate afirma que o poder real acaba tendo uma “natureza vincadamente *ministerial*, que etimologicamente significa servir ou estar a serviço.” O dever



do Rei é zelar pelo bem comum, que estaria assentado na paz, sendo alcançado somente com a manutenção da justiça.<sup>4</sup>

O *Peregrino na América* parte da tradição ibérica de valorização da justiça e denúncia dos desvios de comportamento dos magistrados. A expectativa criada em torno do exercício da justiça fazia com que qualquer desvio de conduta fosse denunciado em alto e bom som. Os magistrados, advogados, solicitadores, assim como os demais grupos ligados ao exercício da justiça são denunciados como corruptos e aproveitadores, atropelando as leis divinas e humanas e não colaborando, portanto, para o bem da República.

O Compêndio foi escrito no momento em que a Coroa se mobilizava para reorganizar e adequar o aparato judicial brasileiro às novas demandas geradas pelo crescimento econômico e populacional. Entre as principais medidas tomadas estavam as nomeações de novos magistrados para trabalhar em jurisdições menores. No ano de 1696 foi empossado o primeiro juiz de fora de Salvador. A nomeação do juiz de fora ou juiz de vara branca, como era chamado, demonstra que a monarquia procurava limitar o poder exercido pelas elites locais. O cargo de juiz de fora foi criado no século XIV, pois muitas vezes o juiz da terra ou juiz da vara vermelha tinha fortes conexões pessoais na sua área de jurisdição, o que impossibilitava a correta aplicação da justiça. A criação do cargo de juiz de fora, assim como o crescimento e o fortalecimento dos magistrados está estritamente ligada ao crescimento da monarquia em detrimento da aristocracia. O sistema judiciário implantado no Brasil era o mesmo daquele utilizado em Portugal, portanto a preocupação em evitar pressão dos grupos locais esteve sempre presente. Contudo, enquanto o governo português procurava limitar os poderes locais desde o século XIV, no Brasil esse esforço ocorre de maneira mais efetiva a partir do século XVIII, pois o povoamento e a colonização das novas terras no século XVI tornaram necessária a concentração de poderes na mão dos donatários que, inicialmente, eram os responsáveis também pela nomeação dos homens encarregados de manter e aplicar a justiça.

Apesar do esforço da coroa portuguesa para evitar a aproximação entre magistrados e moradores da América Portuguesa, de fato, o que ocorreu no Brasil desde a chegada da Relação em 1609 foi a aproximação cada vez maior entre juízes e grupos dirigentes, principalmente os senhores do açúcar. O isolamento dos magistrados era algo mais teórico do que real. Enquanto o *Peregrino* esperava que os juízes se preocupassem em julgar com acerto, em não aceitar subornos e presentes e que vivessem de forma humilde, uma análise do

comportamento dos magistrados demonstra que desde o século XVII esse grupo foi se envolvendo cada vez mais em diversas atividades que em nada estavam ligadas à magistratura. O desenvolvimento de novos interesses fez com que o cargo de juiz fosse constantemente utilizado como meio de alcançar benefícios não apenas para si mesmo, mas também para aqueles que faziam parte do círculo de amizade dos magistrados. Assim como conseguiram burlar a proibição do casamento com mulheres nascidas no Brasil, os juízes também começaram a investir no comércio e na aquisição de terras, mesmo que essas atividades fossem proibidas. Muitas vezes o negócio era posto em nome de terceiros para evitar que a fiscalização da Coroa gerasse algum tipo de punição. Entre as atividades nas quais os magistrados investiam estavam a pesca baleeira, o tráfico de escravos e, principalmente, a aquisição de terras para a montagem de engenhos. A Coroa portuguesa esperava que o salário dos magistrados fosse suficiente para os seus gatos e para a manutenção da sua família, mas as aspirações dos juízes geralmente os levavam em busca de outras fontes de renda.

Utilizando o exemplo como tática de convencimento, Nuno Marques Pereira cita Moisés e Jesus como modelos de comportamento na aplicação da justiça. Moisés teria sido o primeiro juiz de vara vermelha do mundo e se notabilizou pelo seu rigor na aplicação das leis. Além disso, não faltava as obrigações de seu cargo, trabalhando muito para julgar de forma correta. Jesus, como primeiro juiz de vara branca, trabalhava com amor, sabedoria e poder, procurando julgar sempre de forma correta e com humildade, apesar dos presentes e regalias oferecidas pelos homens e reis.

Os juízes, mais do que os advogados, são apontados como os principais responsáveis pelo estado da justiça do qual nos fala o Peregrino. O problema apontado não diz respeito às leis nem ao tribunal, mas ao comportamento dos homens que trabalhavam no tribunal. Entre aquilo que figura como mais reprovável na conduta de um juiz, funcionário da justiça ou advogado está, em primeiro lugar, a aceitação de suborno. Além disso, Nuno Marques Pereira acredita que uma das principais causas da omissão dos magistrados é o pouco tempo que estes dedicam às suas atividades na Relação e recomenda que os magistrados se emendem para não se tornarem alvo do castigo divino. De acordo com o autor, os juízes deveriam dedicar menos tempo aos divertimentos e procurar chegar mais cedo nas audiências para exercer a função que lhes foi dada pelo rei e por Deus.

O final do século XVII e o início do século XVIII foram marcados pelo aumento das queixas sobre o comprometimento do tribunal por um grupo de magistrados interessados em defender apenas seus interesses pessoais. De fato, provar alguma coisa contra os juízes era extremamente difícil, pois os laços que os uniam impediam que a maioria das denúncias fosse levada a diante. Entretanto, isso não impedia que o assunto estivesse na “boca do povo” e na pena dos letrados mais críticos. Um dos grandes exemplos de ataques constantes aos juízes e aos funcionários da justiça foi Gregório de Matos, que acusava a justiça de ser bastarda, vendida e injusta. No passeio que faz ao Palácio dos Deleites, acompanhado pelo mancebo Bellomodo, o Peregrino se depara com um quadro em que estão representados os castigos dos pecadores condenados ao inferno. Os principais pecados dos funcionários da justiça estão sempre relacionados ao uso da sua posição e influência como meio de conseguir algum ganho pessoal, principalmente dinheiro.

A intrínseca relação entre bem comum e aplicação da justiça não está limitada ao comportamento dos funcionários da justiça. A ideia de comunidade política apresentada por Nuno Marques Pereira é baseada no pressuposto de que o fim de qualquer comunidade é o bem comum. O alcance do bem comum está condicionado ao respeito das leis tanto entre povo e governo quanto do povo entre si. Nesse sentido, inúmeros casos que a princípio parecem triviais são exemplos de padrões de comportamentos que deveriam nortear as ações população. Por todo o caminho percorrido, o Peregrino encontra com moradores cujos problemas estão relacionados ao cotidiano colonial. Além das questões religiosas, como o bem de ir à missa, os poderes da cruz e se as pessoas deveriam rezar sentadas, deitadas ou ajoelhadas, o Peregrino nos coloca diante de problemas que estão ligados ao tipo de relação estabelecida entre os habitantes da América Portuguesa. A importância que o autor concedia à justiça para a manutenção do bem comum também não se via limitada pela origem social do indivíduo.

Um caso interessante é a maneira como é tratada a questão dos escravos. Ao falar sobre o primeiro mandamento, Nuno Marques Pereira repreende o primeiro morador que lhe deu abrigo, pois este permitia que seus escravos praticassem seus calundus à noite. Incomodado com a situação, o Peregrino avisa ao morador que sua salvação está em risco, pois os negros só foram feitos cativos com a autorização do Papa, que via essa situação como a oportunidade de converter os gentios à fé cristã. O cativo, portanto, era justificado pela missão evangelizadora. Após aterrorizar o morador e os escravos com a possibilidade de condenação eterna, o Peregrino reúne todos os instrumentos utilizados pelos negros (tabaques,

botijas, canzás, castanhetas, e pés-de-cabras) e os lança na fogueira para serem consumidos pelo fogo. De acordo com o relato do Peregrino, e ao contrário do esperado, os escravos ficam satisfeitos com isso e demonstram gratidão. Essa passagem da Peregrinação demonstra que os cativos da América sofreram um longo e intenso processo de perseguição da sua cultura, que deveria ser substituída pelo modo de vida católico. Isso, no entanto, não eximia os senhores de respeitar os mínimos direitos concedidos a esse grupo. Mais adiante, o Peregrino encontra outro morador, natural de Portugal, que obrigava seus escravos a trabalhar em dias santos. A partir desse acontecimento, Marques Pereira, através do diálogo e dos exemplos, procura demonstrar aos moradores como os maus tratos aos escravos eram prejudiciais ao bem da República, chegando a afirmar que aqueles que tratavam os escravos com violência deveriam ser castigados pela justiça. Nessa passagem do texto, assim como em inúmeras outras, é possível perceber que ocorre uma articulação entre poder monárquico e eclesiástico. O *Peregrino na América* procura normatizar as relações entre os habitantes da América a partir da separação entre poder temporal e poder sagrado, algo que ocorre a partir do Concílio de Trento.

No início o século XVIII, tem início o reordenamento da Igreja Católica no Brasil. A reforma da Igreja brasileira foi iniciada com a redação das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, marcando o início de um esforço sistemático para implantar as disposições de Trento na América Portuguesa. As *Constituições*, primeiro conjunto de leis eclesiásticas elaboradas para o Brasil, marcaram dois pontos fundamentais: em primeiro lugar, o direito canônico ficou restrito apenas aos religiosos. Além disso, com relação aos habitantes, a Igreja passa a atuar na esfera da ética, concedendo grande importância ao sermão e a confissão. Nesse momento, o monarca e a Igreja passam a atuar em conjunto, porém em esferas de atuação separadas, buscando o controle e normatização do comportamento dos moradores do Brasil.

Uma das questões fundamentais do *Compêndio* é a importância que o autor confere à confissão. Sobre a prática penitencial, o Peregrino cria uma espécie de manual orientando os fiéis a como se preparar e como realizar uma confissão. Nesse ponto, o texto das *Constituições* e as orientações do Peregrino são bastante semelhantes. Seguindo as disposições de Trento, o texto de D. Sebastião destaca a importância do exame de consciência, afirmando que são necessários três pontos que garantem uma boa confissão: a contrição, a confissão vocal inteira e a satisfação das culpas. No *Compêndio*, assim como nas *Constituições*, a confissão parte desses três pontos fundamentais e o Peregrino procura

resguardar o controle da Igreja sobre a moral e a ética dos homens. A importância que a confissão adquire marca uma nova relação entre justiça humana e a consciência.

O texto de Sebastião Monteiro da Vide também foi um importante elemento para a estruturação dos capítulos do primeiro volume do *Compêndio*. Entre o XI e o XX capítulo, são tratados os dez mandamentos de Deus e Nuno M. Pereira demonstra como os moradores estão agindo constantemente de maneira contrária às leis de Deus. Contudo, a fundamentação da sua crítica, ou seja, os exemplos que ele escolhe para demonstrar os desvios de comportamento são todos retirados das *Constituições*. Feitiçaria, falso juízo, obrigações do senhor com seus escravos, dever do pai de família, ofensa, adultério, entre outros, são tópicos presentes no conjunto de leis elaboradas por D. Sebastião e que procuravam normatizar a vida dos habitantes do Brasil. Nesses dez capítulos, Nuno M. Pereira procura articular o conjunto de regras do arcebispado de Salvador, as leis maiores de Deus e as leis do Reino.

A análise do *Compêndio* permite perceber que o autor espera que os moradores façam aquilo que é necessário para a manutenção do bem comum, pois esse seria o caminho para a salvação. A representação da sociedade feita por Nuno Marques Pereira produz aquilo que cada indivíduo deve ser ou fazer, buscando sua adequação ao ideal de comportamento esperado tanto pela Igreja quanto pelo Estado. Como estratégia de convencimento, Marques Pereira utiliza as leis civis, eclesiásticas e os mandamentos divinos. O século XVIII marca a transformação da relação entre Igreja e Estado, que buscavam atuar em conjunto, porém em áreas de atuação distintas.

---

\*Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciência da Literatura. UFRJ. Orientadora: Eleonora Ziller Camenietzki. E-mail: [miraufrij@gmail.com](mailto:miraufrij@gmail.com)

<sup>1</sup> PEREIRA, Nuno Marques. *Compêndio Narrativo do Peregrino da América* (1728). Rio de Janeiro: Coleção Afrânio Peixoto, da Academia Brasileira de Letras, 1988. Tomo I.

<sup>2</sup> SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colônial: A Suprema Corte da Bahia e seus Juizes: 1609-1751*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

<sup>3</sup> Luís Reis Torgal afirma que a obra de Botero foi paradigmática para os autores portugueses e espanhóis do século XVII. Sua razão de estado contra-reformada foi uma das obras mais influentes da modernidade ibérica, pois foi fonte de inspiração para o chamado “bloco católico europeu” uma vez que reagia a obra de Maquiavel, procurando ver de outra maneira as relações entre política e moral. Cf: BOTERO, João. *Da Razão de Estado*. TORREAL, Luís Reis (Cordenação e Introdução). Coimbra: Instituto Nacional da Sociedade e da Cultura. 1992.

<sup>4</sup> CALAFATE, Pedro. *Dá Origem popular do poder ao direito de resistência: doutrinas políticas no século XVII em Portugal*. Lisboa: Esfera do Caos. 2012.

## **O homem, quem é ele? Uma antropologia escatológica, dos *Carmina Burana* ao *Sétimo Selo***

*Sebastião Lindoberg da Silva Campos<sup>1</sup>*

**Resumo:** A análise dos poemas do "codex buranus" permite vislumbrar um período de florescimento da literatura medieval latina e sondar o espírito daqueles homens que, segundo Ingmar Bergman, viveram o momento de queda da civilização. Embora reconheça o valor subversivo e humano dos poetas goliardos, o diretor sueco, através de sua película *O Sétimo Selo*, capta e interpreta uma perspectiva escatológica, colocando o homem, medieval ou moderno, diante daquilo que Schopenhauer nomeou de 'musa da filosofia': a morte.

**Palavras-chave:** Medievalo. Goliardos. Ingmar Bergman.

**Abstract:** From "codex buranus" poems analysis it is possible not only to catch a glimpse of Medieval Latin Literature development but also look into the spirit of those man, that according to Ingmar Bergman, lived the downfall of civilization time. Although the subversive and human value of goliards poets are recognized by the Swedish director, in his film "Det sjunde inseglet" he comprehends and interprets an eschatological perspective in wich man (modern or medieval) is the protagonist that faces, what Schopenhauer considered the "Philosophy's muse": death.

**Keywords:** Middle Ages. Goliards. Ingmar Bergman.

### **1. Introdução**

O lançar-se sobre obras ou períodos históricos para (re)interpretá-las é tarefa que se faz necessária na medida em que algo novo, ou não esclarecido, se manifesta à sensibilidade humana. Tal tarefa é uma ação comum no movimento humano. Se propuséssemos uma retrospectiva avaliativa deste empreendimento tipicamente humano poderíamos encontrar na *Ilíada* sua gênese; a narração o que seria senão a matéria-prima da rememoração e reconstituição daquilo pra qual o homem se volta e tenta vivê-la? Se usássemos um exemplo mais próximo encontraríamos em Euclides da Cunha, por meio de sua obra magna, *Os Sertões*, a confissão explícita deste desejo inerente ao homem, o seu empreendimento que se lança para o passado não é apenas um olhar distante e isento, mas um refluxo que invariavelmente está fadado a carregar traços que denunciam sua impossibilidade de parcialidade. Através do autor sempre estará direcionada e focalizada uma perspectiva delimitada, que não será necessariamente a única e exclusiva, tampouco a mais correta e verdadeira acerca de uma realidade.

De posse desses pressupostos, em 1957, o diretor sueco Ingmar Bergman através de seu filme *O Sétimo Selo*, retomou sob a perspectiva cinematográfica um período da história

mundial ainda eivada de preconceitos: a Idade Média. Como cerne tem-se um cavaleiro, Antonius Block, e seu escudeiro, Jöns, que ao regressarem das Cruzadas deparam-se com seu país devastado pela peste e marcado por mortes, fome e caos; isso gera em Block um impacto atarrador e ele passa a questionar os motivos de tais calamidades, dirige então seu questionamento à figura de Deus, visto que tal quadro apocalíptico que se instaurara perante seus olhos humanos não coaduna com a “guerra santa” na qual, em nome de Deus, ele devotara parte de sua existência. Todavia, esta obra bergmaniana não deve ser tomada como um direcionamento à reconstituição fidedigna do medievo, e sim, por meio de um fio condutor baseado na peste – doença que assolou a Europa, sobretudo a partir do séc. XIV –, ele descortina e mostra ao espectador a essência existencial (ou pelo menos sua busca) do homem diante do medo e da angústia.

Bergman nos apresenta os questionamentos existenciais provenientes de uma ausência de Deus no mundo tendo a peste como figura central, e o faz através de Antonius Block como seu porta-voz. Ao lado do cavaleiro, seu escudeiro, Jöns, é indiferente aos dramas humanos e coloca-se num campo diametralmente oposto a seu senhor quando confrontado com as calamidades impostas pela guerra e peste. Bergman em seu livro *Imagens* revela que a película tem muito de autobiográfica e traz em seu bojo recordações de uma infância vivida em companhia de seu pai nas igrejas da província na qual moravam; nelas Bergman contemplou altares, retábulos, crucifixos, vitrais e murais que gravaram em sua mente imagens escatológicas e revela que a concepção de seu filme deve-se à influência do coro final da cantata de Carl Orff, *Carmina Burana*.

A citação do papel dos *Carmina Burana*, poemas escritos em latim e alto-alemão, constitui um ponto imprescindível não apenas para ampliação do entendimento d'*O Sétimo Selo*, mas, sobretudo por desmitificar uma visão negativa acerca da Idade Média, neste caso específico um período que compreende dos séculos XI ao XIII, a saber: uma produção intelectual e cultural pobre ou carregada de obscurantismo crítico. Através dos *Carmina Burana* é possível verificar um estoicismo forte, uma crítica social e moral presente já no séc. XI.

A poesia presente nos *Carmina Burana* são frutos da produção de indivíduos que pertenciam à Igreja, mas que, com o florescimento das universidades e o intercâmbio que aos poucos ligavam as cidades europeias, passam a ter uma vida desregrada. De posse de uma alta cultura letrística e mergulhados nas transformações ocorridas em sua época, vivendo em meio às tabernas e a vida noturna, os clérigos vagantes, ou goliardos, passam a ser os agentes mediadores da cultura clássica e da jogralesca, gerando uma nova poesia que se torna, perante

às instituições estabelecidas, subversiva.

Dentro dessa gama pujante de cultura, a poesia de homens da Igreja, que em determinado momento encontravam-se à margem da ordem moral e social estabelecidas, demonstra um retrato fidedigno do homem do século XII, aquilo que Bergman nomeou de “gente que, vivendo os anos da peste e da guerra, (em meio) à queda da civilização e da cultura, (criam) contudo novas canções”<sup>2</sup>. Mais, por meio de releituras e sob a égide da tradição filosófica posterior, descortina-se a figura humana que, independentemente das divisões históricas, atravessa toda a existência e manifesta a essencialidade constitutiva de seu ser que, longe de configurar a estrutura sistemática de conceitos filosóficos, é a confirmação da visão heraclitiana da vida.

Influência citada por Bergman, Orff apresentou ao mundo, no início do século XX, a sua interpretação musical dos poemas medievais em questão. A sua ação não apenas deu maior enfoque a esse período da história e aguçou a busca do conhecimento mais profundo sobre as características e o contexto no qual esses poemas foram berçados, mas ele deu sua própria interpretação e demonstrou que, mesmo sob a égide do regime eclesiástico, os poetas medievais faziam uso das divindades pagãs, eis o célebre exemplo da presença da deusa romana Fortuna (Sorte)<sup>3</sup> – presente em alguns poemas – e não uma divindade cristã como condutora da vida humana.

Como contestadores da ordem social e do poder eclesiástico, natural seria que os goliardos fossem tidos como profanadores da ordem pública, e pois, excluídos, colocados às margem desta sociedade. Entretanto, essa marginalização ocorre mais por uma crítica às instituições ou por uma entrega à lascividade, contrariando os costumes preconizados pela intelectualidade dominante? A resposta não parece tão fácil de ser buscada, nem mesmo se pode criar uma dicotomia simplória. O caminho que parece mais seguro trilhar diante da impossibilidade de (re)constituição de um *modus vivendi* tão peculiar e distante é analisar suas impressões do mundo presente na poesia.

## 2. Perspectivas de uma vida

Através da poesia goliarda transparece por meio das *personae* poéticas dos *Carmina Burana* a perspectiva de que a vida possui as mais diversas faces. Nenhuma se sobrepõe à outra, mas sim, integram uma totalidade que é a própria vida. Porém, se é possível eleger um lugar que manifesta de forma mais exemplar a vida, esse lugar, para as *personae* poéticas, é a taberna; nela há uma exaltação do amor físico e uma celebração vertiginosa dos prazeres da



carne e do espírito. A taberna é então o lugar da celebração da vida *par excellence*, uma clara oposição ao tabernáculo e a sua concepção sagrada. Na taberna todos os indivíduos se igualam. A exultação proporcionada por ela parece, a princípio, se opor ao tom tenebroso e apocalíptico presente na primeira e última partes da cantata de Orff, *Fortuna Imperatrix Mundi*. No entanto, tal percepção se dissipa quando se sabe que, para os goliardos, a única maneira de escapar da implacabilidade – ou a busca de um refúgio – da *Roda da Fortuna* é experimentar a bebida, o jogo, o amor livre. O canto *In taberna*<sup>4</sup> (CB 196), demonstra bem isso:

Quando estamos na taberna,  
não nos preocupa que ao pó retornaremos,  
mas ao jogo, apressados, nos dedicamos,  
que por ele sempre nos esforçamos.  
O que acontece na taberna,  
onde o anfitrião é o dinheiro,  
é digno de se averiguar;  
se querem saber, é só me escutar.

Alguns jogam, outros bebem;  
alguns vivem lascivamente.  
(...)  
aqui, ninguém teme a morte,  
mas por Baco jogam com a sorte.

Para as *personae* poéticas dos *carmina* há uma inversão da relação do homem com sua finitude. Se a tradição estabelecida voltava-se para a transcendência, sua ação caminha numa direção oposta – marcadamente evidenciado no seu desprezo ou indiferença no retorno ao pó do qual, segundo o cristianismo, fora criado – permeada por um estoicismo forte, no qual o que importa é a vivência intensa de cada instante da vida.

A divisão da cantata proposta por Orff, denota a sua percepção com relação à suscetibilidade do homem frente à deusa Fortuna, aquela que determina a ventura ou infortúnio dos indivíduos. Em outros termos, ele entende como temática central para os poetas dos *carmina* a finitude do homem. A percepção de Orff parece captar a mesma do homem no medievo. Diante das vicissitudes do tempo, a ele cabia apenas abraçar o destino imposto, como um mergulho no vazio desconhecido: “no inseguro mundo da Idade Média, em que os perigos eram constantes, acreditava-se que a Fortuna determinava o destino dos homens, incluindo o dos reis e dos papas”<sup>5</sup>. O que fica evidenciado de forma explícita e inequívoca é uma constatação, ou se poderia usar o termo “desejo”, de igualdade social por parte das *personae*. Para se chegar a essa conclusão é preciso evidenciar duas coisas. A primeira é a já referida inexorabilidade da deusa Fortuna frente ao destino humano, têm-se, pois, uma constatação metafísica. A segunda, numa perspectiva imanente, é o espaço da taberna como

local de encontro humano, no qual *status* e convenções sociais nada são diante daquilo que seria a manifestação da essencialidade humana, isto é, é possível entrever na poesia goliarda uma rejeição a tudo que não constitui o que o homem tem de mais essencial, sua própria manifestação enquanto indivíduo no mundo.

Mas se a taberna fora elevada a condição de um lugar de apaziguamento e fuga de uma realidade vertiginosa que acomete e envolve o homem numa luta constante pela sobrevivência, logo se manifesta a implacabilidade da finitude. A vida humana, portanto, não estava disponível a um planejamento ou suscetível a um horizonte no qual se vislumbrasse planos vindouros. *A Roda da Fortuna* é um jogo que não era dado ao homem escolhas que não as de jogá-lo. Inexoravelmente sua vida estava fadada a girar na roda. E assim, no poema *O Fortuna* (CB 17), a *persona* poética louva sua sorte:

Ó, Fortuna,  
como se fosses  
a mutante Lua,  
sempre cresces  
ou decresces;  
ó, detestável vida,  
se agora ela obscurece,  
logo em seu jogo,  
ela a razão ilumina;  
aos indigentes  
e aos exuberantes,  
ela dissolve como gelo.

À *persona* poética cabe apenas a lamentação, fruto da constatação da implacabilidade da deusa; sua vida passa a ser detestável sob o aspecto da efemeridade. Assim, como as fases da lua, é a vida humana; e a felicidade nada mais que o vazio abismal que se apresenta ao homem em sua natureza inconstante. A única consolação que parece amenizar a face sombria da Sorte é sua ação sobre todos: indigentes e poderosos.

A primeira parte da cantata de Orff (*Fortuna Imperatrix Mundi*) constitui uma peça importante não apenas para compreensão de uma parte da vida do homem do medievo, mas sobretudo para o alargamento interpretativo da obra cinematográfica de Bergman, além de ser contraponto fundamental para perceber a própria leitura feita pelo cineasta sueco da obra do músico alemão; bem como sugerir aproximação entre a constatação da vida por meio das *personae* poéticas dos *Carmina Burana*, e a busca existencial do cavaleiro Antonius Block. O cavaleiro é a reconstituição do retrato do homem passado ou a alegoria do indivíduo moderno, também suscetível à *Roda da Fortuna*, esta personificada numa Europa pós Segunda Guerra, na qual a busca de sentido humano e a percepção da inconstância da natureza é tão forte e

marcadamente presente quanto no medievo.

Diante da perspectiva do porvir, já no regresso das Cruzadas, o panorama que se apresenta à Block e Jöns, pouco ou nada difere do experimentado pelas *personae* poéticas dos *Carmina*: incerteza, instabilidade social, miséria, guerras etc. A figura da Morte se apresenta ao cavaleiro, gélida e sombria. A este só resta uma saída para tal implacabilidade, propor um jogo de xadrez. Assim como a *Roda da Fortuna* também é um jogo – embora não se possa entender, aqui, jogo numa concepção que englobe a existência de regras e táticas elaboradas por seus participantes –, ao homem só resta jogar e esperar que a Sorte o favoreça. Assim o faz Antonius Block. O tempo despendido no jogo com a Morte é o necessário para buscar respostas essenciais à sua existência, uma existência na iminência do fim atormentada pelo medo, pela peste, pela insanidade humana, pela ausência de Deus. Aqui se pode perceber que a angústia de Block é atemporal e perpétua, porque transcende seu ser, sendo comum a todos os homens. Após combater numa guerra santa, *In nomine Dei*, a vida que se apresenta aos outrora paladinos do Divino na terra é um mundo no qual o próprio Deus é ausente; em seu lugar estão a fome, miséria, doença e ritos expiatórios impotentes. Deus é o Outro, enquanto a morte é o não-Outro.

A chegada do cavaleiro e seu escudeiro a uma igrejinha constitui chave hermenêutica imprescindível a uma maior relação da obra bergmaniana e a *Fortuna Impertarix Mundi*, e ilumina o caráter introspectivo de Block. Enquanto o escudeiro dialoga com um pintor que confecciona um mural acerca da dança da morte, o cavaleiro mergulha profundamente na sua angústia, diante de um crucifixo no qual pende um Cristo de aparência agonizante. O diálogo travado entre o pintor e Jöns possui marcas importantes para uma compreensão do espírito medieval de então porque através da arte pictórica o artista passeia panoramicamente por sobre uma ideia incauta da sociedade: o medo. Para tanto, o interlocutor de Jöns demonstra sabedoria trágica sobre a existência. Parece indignado com a possibilidade de os homens apenas desejarem ou suportarem apenas as doces alegrias da vida, como se o amargor fosse algo tido como baixo ou insuportável. Para o pintor, a tristeza, sofrimento e dor também compõem o espectro da existência.

O escudeiro então retruca afirmando que ninguém olhará. A resposta do artista é emblemática: “Claro que vão. Um crânio é mais interessante do que uma mulher nua”. Será uma referência, ou transgressão, de Bergman ao processo evolutivo da arte religiosa que no Renascimento subverte a tradição iconoclasta medieval ao colocar nos painéis e altares religiosos figuras que remontam ao classicismo, valorizando o aspecto físico dos indivíduos e utilizando-se de figuras seminuas? Parece que sim. Todavia o que mais importa é a

constatação de que a operação pictórica parece estar a serviço de um direcionamento psicológico coletivo baseado no medo; em outros termos, é uma ação doutrinário-pedagógica. É preciso que os sujeitos acreditem e se direcionem para este fim específico.

Corroborando com essa afirmação o pesquisador francês Jean Delumeau, as colocações do estudioso afirmam o papel doutrinário: “não só os indivíduos tomados isoladamente, mas também as coletividades e as próprias civilizações estão comprometidas num diálogo permanente com o medo”<sup>6</sup>. Fica, pois, evidente que a peste desempenha um papel importante na mentalidade dos povos europeus, influenciando a pintura, literaturas, religião etc. Sobretudo a literatura exegética bíblica vai se utilizar desta temática de maneira profícua. O homem vivia com o medo iminente do seu fim.

É possível, então concluir, que a confecção dos *Carmina Burana*, de alguma maneira são influenciadas pela imagem da peste europeia? A resposta é oscilante, nunca final. Não se pode afirmar peremptoriamente que o medo inerente ao homem de então encontra em *Fortuna Imperatrix Mundi* sua forma manifesta. O que se pode afirmar é que provavelmente esta era uma questão conhecida aos goliardos. O que se percebe, porém, de maneira factual presente nos poemas, são ecos de elementos inseridos na cultura coletiva. Delumeau explica: “viver sem projeto não é humano. No entanto a epidemia obrigava a considerar cada minuto como um *sursis* e não ter como outro horizonte diante de si que não o de uma morte próxima”<sup>7</sup>. A única alternativa então era lançar-se à entrega total dos prazeres terrenos. As *personae* presentes *In taberna* assemelham-se ao escudeiro Jöns; se a morte é algo certo e irrevogável, que ao menos morresse tirando algum proveito da vida, era “o *carpe diem* vivido com uma intensidade exacerbada pela iminência quase certa de um horrível trespasse”<sup>8</sup>.

### 3. Um Deus ausente

Uma das características presentes no imaginário coletivo do homem da Baixa Idade Média é a crença de que a peste e a morte era fruto do castigo divino desencadeado por seus erros e pecados cometidos, este mergulho na culpabilização era ampliado pelo discurso escatológico eclesiástico por meio, também, da propaganda pictórica. Delumeau afirma: “o que os artistas queriam também acentuar, além do aspecto da punição divina, era a instantaneidade do ataque do mal e o fato de que, rico ou pobre, jovem ou velho, ninguém podia vangloriar-se de a ele escapar”<sup>9</sup>. E ainda lembra que a arte europeia é influenciada pela peste negra, pois a orienta para evocação da violência, do sofrimento, do sadismo, da demência e do macabro. Mais uma vez se instaura a dicotomia, a peste é ausência de Deus ou

sua ira por causa dos pecados, faltas e erros cometidos pelos homens? Para Delumeau:

reina a ideia de que Deus por muito tempo deu provas de paciência. Ele era o cordeiro pronto para o perdão. Pensava apenas na 'ajuda' de sua Igreja, 'e não na vingança'. Mas esse período agora está findo e, enquanto se anunciam 'os últimos tempos e mais rudes dias/Ele caminha para a vingança e não mais para o auxílio'<sup>10</sup>.

A imagem da ira divina, do castigo proveniente do céu já era uma figura comum à Europa cristã, oriunda dos próprios relatos bíblicos. No séc. XIII era cantado nos ofícios religiosos um hino acerca da ira divina, *Dies irae*, o dia em que o terror e a ira divina se espalharia por toda a terra para o julgamento final.

Este mesmo canto é entoado na procissão dos flagelados que interrompe a apresentação dos atores mambembes, n' *O Sétimo Selo*, e, num quadro assombroso dos castigos divinos e suas consequências para o homem, fornece para seus espectadores o retrato de um fim iminente e aterrador de dores, suplícios e misérias, remetendo ao *Salve Regina*, oração católica do séc. XI.

Em diálogo anterior de Block com a Morte, no interior da igreja, quando ela valendo-se de um embuste confessa o cavaleiro, fornece um quadro analítico psicológico impressionante, não apenas de suas indagações e medos inerentes a si próprio, mas que extrapola seus limites e mostra a figura do próprio homem moderno. Eis sua confissão:

Block: Quero confessar com sinceridade, mas meu coração está vazio. O vazio é um espelho que reflete no meu rosto. Vejo minha própria imagem e sinto repugnância e medo. Pela indiferença ao próximo, fui rejeitado por ele. Vivo num mundo assombrado, fechado em minhas fantasias.

O que encontrar nas reflexões de Block, se não a imagem fidedigna do homem em qualquer época; os medos que transcendem toda divisão temporal? Um niilismo palpável e repugnante. Para depois do homem, além do homem não há nada que o ampare ou o conforte em sua inquietação. Não só a ausência de Deus no mundo era o silêncio que incomodava o homem, mas sua impotencialidade vicarial. Bergman traz na reflexão do cavaleiro, problemas e questões caras à história da humanidade. Desde a querela da existência ou não de Deus, ao papel da Razão Transcendental; da imanência à empiria. Todas tentativas de respostas às questões mais elementares sempre desembocaram num abismo sepulcral de respostas que jazem sob o *réquiem aeternam*. O que resta ao homem senão o abraço gélido do fim?

Morte: Agora quer morrer?

Block: Sim, eu quero.

M.: E pelo que espera?

B.: Pelo conhecimento.

M.: Quer garantias?

B.: Chame como quiser. É tão inconcebível tentar compreender Deus? Por que Ele se esconde em promessas e milagres que não vemos? Como podemos ter fé se não temos

fé em nós mesmos? O que acontecerá com aqueles que não querem ter fé, ou não têm? Por que não posso tirá-lo de dentro de mim? Por que Ele vive em mim de uma forma humilhante apesar de amaldiçoá-lo e tentar tirá-lo do meu coração? Por que, apesar de Ele ser uma falsa realidade eu não consigo ficar livre? (...) Quero conhecimento não fé ou presunção. Quero que Deus estenda suas mãos para mim, me mostre Seu rosto, que fale comigo.

Block parece não entender que após o fim de Deus, cabe apenas a ele próprio a possibilidade de dar sentido à sua vida. A espera do conhecimento, a esperança de que a razão pudesse esclarecer todas as questões e ser o meio pelo qual o homem sairia de um mundo de simulacros, tendo acesso, enfim à verdade. Block chama esse simulacro de Deus: “Por que apesar de Ele ser uma falsa realidade eu não consigo ficar livre?”. Inevitável não evocar a imagem nietzschiana do barco que se lança ao oceano; a metáfora usada pelo filósofo alemão ilustra bem a situação do homem diante desta realidade niilista que é ao mesmo tempo angustiante, mas possibilitadora de voos mais ousados e livres. O oceano representaria o niilismo inevitável para qual o homem (barco) se lança. Nessa imensidão oceânica, ora calma, ora turbulenta, Nietzsche questiona e reflete se o homem está disposto e preparado para enfrentar as adversidades que se apresentam, muitas vezes aniquiladoras. Para o filósofo o abandono da terra, metáfora que condensa as crenças e costumes até então tidos como norteadores humanos, é perigoso, mas necessário para superar o próprio conceito de homem. Impossível também não lembrar as poesia pessoana: “quem quer passar além do Bojador/Tem que passar além da dor.

Uma reflexão de tamanha profundidade desencadeada por uma realidade que não mais respondia as relações de causalidade; eis Bergman transitando por todas as épocas ao colocar como centro temático reflexivo de sua obra cinematográfica o *antrópos*. Mongelli assim se coloca:

o panorama de *O Sétimo Selo* é muito pessoal, subjetivo, intencionalmente distorcido, porque Bergman analisa o Homem (moderno?) e não a Idade Média. Sem essa premissa, esboroa-se a superior beleza do filme e exigimos dele o que não pretende e nem deve oferecer<sup>11</sup>.

#### 4. Conclusão

Como não lembrar através de Block, Nietzsche e sua referência a Sócrates: “em todos os tempos, os homens mais sábios fizeram o mesmo julgamento da vida: ela não vale nada”<sup>12</sup>. É um louvor nietzschiano à morte, à finitude humana? Um salto para o pessimismo e vazio existencial? A resposta é um sonoro não, é o oposto disto; é uma crítica dirigida aos que buscam num além-mundo, extramundo, um consolo para os males terrenos. Assim como os goliardos, Nietzsche e Bergman propõem um louvor à vida, um abraço à facticidade e uma

celebração ao espírito de uma criança, no qual o eterno construir e o devir são as molas propulsoras da vida. O entendimento do conceito do espírito de criança em Nietzsche remete a outro que é essencial para aprofundamento de sua obra e compreensão dos *Carmina Burana* bem como da obra bergmaniana. Deste conceito deriva-se o *amor fati*, a aceitação do destino em sua totalidade, aceitar o que a vida oferece em seu aspecto mais trágico ou não como possibilidade de criação. Já que o destino é inexorável, a sua aceitação como tal constitui princípio indispensável para uma compreensão melhor da vida. Parece ser a esse entendimento que os goliardos chegaram, e o aplicaram nos seus poemas carregados de estoicismo.

Para Bergman, que tão bem capturou uma faceta dos goliardos, a solução para a certeza da morte inexorável está na arte; inversa à definição platônica de criadora de simulacros, a arte bergmaniana e goliarda é redentora e capaz de elevar o homem à sublimidade inerente ao seu ser. Bergman metaforiza essa figura nos artistas imunes à morte n'*O Sétimo Selo*. Se a morte é certa e implacável, resta apenas celebrar a vida, ser uma eterna criança e fazer-se vencer o medo; diante do trágico a vida renasce no eterno devir de um sonho.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Literatura Portuguesa – UERJ. Orientação da pesquisa: Profa. Dra. Maria do Amparo Maleval. email: [lindoberg\\_pe@hotmail.com](mailto:lindoberg_pe@hotmail.com)

<sup>2</sup> BERGMAN, Ingmar. *Imagens*. [tradução Alexandre Pastor]. – São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 230.

<sup>3</sup> Carmina Burana: *Canções de Beuern*. Inclui a versão integral da Carmina Burana de Carl Orff. Tradução, apresentação e notas de João José de Melo Franco. 2ªed. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2009. Segundo Franco, “Fortuna era a deusa romana da boa ou má sorte. Corresponde à divindade grega Tychee. Sua expressão na Idade Média, tanto como um ícone quanto como ideia, é um claro exemplo do quanto os cristãos desse período ainda conservavam tradições pagãs. Os goliardos antepunham claramente esses mitos pagãos às divindades impostas pela Igreja”. p. 39.

<sup>4</sup> Todas as traduções utilizadas dos poemas goliardos são de João José de Melo Franco. São indicados de acordo com sua referência no códice (CB nº).

<sup>5</sup> Carmina Burana: *Canções de Beuern*. Inclui a versão integral da Carmina Burana de Carl Orff. Tradução, apresentação e notas de João José de Melo Franco. 2ªed. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2009. p.39.

<sup>6</sup> DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. Tradução Maria Lúcia Machado; tradução de notas Heloísa Jahn. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 12

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 182.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 186.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 335.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 337.

<sup>11</sup> MONGELLI, Lênia Márcia. ‘Ingmar Bergman e o Jogo da Morte’. In: *A Idade Média no cinema*. José Rivair Macedo, Lênia Márcia Mongelli (organizadores). – São Paulo: Ateliê Editorial, 2009. p. 87.

<sup>12</sup> NIETZSCHE, Friedrich. *Crepúsculo dos ídolos, ou, Como se filosofa com o martelo*. Tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.p. 17.

## O Código Criminal de 1830 e a pena de correção no Império

Sérgio Luiz Milagre Júnior<sup>1</sup>

### Resumo:

O Código Criminal de 1830 foi importante na evolução das penas no Brasil. Pensadores como Bentham e Beccaria foram essenciais para que os juristas brasileiros formulassem suas teorias sobre a relação entre crime e pena. Entre os projetos do Código, destacou-se o de Bernardo Pereira de Vasconcelos. O presente trabalho busca, portanto, analisar de maneira relacional o Código Criminal, a pena de correção nele empregada e projetos de lei que buscavam criar Casas de Correção.

**Palavras-Chave:** Bernardo Pereira de Vasconcelos; Código de 1830; Casa de Correção

### Abstract

The Criminal Code of 1830 was important in the evolution of punishment in Brazil. Thinkers like Bentham and Beccaria were essential for the Brazilian jurists formulate his theories on the relationship between crime and punishment. Among the projects of the Code, stood out from the Bernardo Pereira de Vasconcelos. The present work, therefore, analyze relational way the Criminal Code, the penalty correction employed therein and bills that sought to create workhouses.

**Word-Keys:** Bernardo Pereira de Vasconcelos; Code of 1830; Workhouses.

### Introdução

O presente trabalho tem como objetivo principal esclarecer alguns pontos do pensamento Bernardo Pereira de Vasconcelos (BPV). A análise desse autor permite, por meio de uma espécie de lente de aumento, entender as especificidades do pensamento jurídico-político que influenciavam a formação do Estado brasileiro.

Dessa maneira, dois eixos principais guiarão a pesquisa. O primeiro será o exame do Código Criminal de 1830, principalmente as discussões sobre sua criação na Câmara dos



Deputados. O segundo foi uma proposta do Conselho Geral da Província sobre a criação de Casas de Correção em regiões do Império.

Ao analisar o degredo e a pena de morte no Brasil, Neder constatou que a legislação está impregnada de aspectos culturais nos quais são refletidos vários sentimentos. Para ela, “estes sentimentos tinham forte pregnância social e estavam ancorados na cultura religiosa<sup>2</sup>”.

No trabalho ora apresentado, tentar-se-á de identificar os sentimentos que impulsionaram a ação política parlamentar em relação à criminalização da vadiagem e quais instituições foram pensadas para penalizar tal prática (ou ausência de prática). O debate no interior das ideias jurídico-políticas é o objeto de estudo principal e os debates parlamentares constituem a fonte principal de observação.

Cabe destacar que durante a discussão sobre o Código Criminal não entrou em pauta a criminalização da vadiagem. Ociosos, vadios, ambulantes, mendigos, entre outros são perseguidos pela justiça há tempos, não só no Brasil, mas na antiga metrópole portuguesa<sup>3</sup>. A retomada desse tema, ainda que de forma indireta, passando outros pontos como a “tendência” de alguns indivíduos para o crime, as penas necessárias para evita-los e as instituições para encarcera-los, mostrou uma preocupação constante entre os parlamentares, que merece ser investigada.

Identificar esses sentimentos requer o uso de fontes parlamentares, e trabalhar com os anais exige-nos algumas considerações. A composição da Câmara dos Deputados, principalmente em suas primeiras legislaturas, explicam os posicionamentos políticos e ideológicos que foram registrados nos Anais do Parlamento Brasileiro. Estes posicionamentos expressavam mais as redes de sociabilidade política do que a inscrição político-partidária de cada um. Para Neder,

do ponto de vista da consideração dos Anais do Parlamento Brasileiro como fonte para a pesquisa histórica, devemos considerar as mediações e outros fatores intervenientes que nos obriga a relativizar bastante o que ficou registrado. Pensamos, mesmo assim, que seu registro pode nos indicar algumas possibilidades interpretativas. Primeiramente, devemos considerar que os Anais do Parlamento só foram impressos em 1878; e, para o que nos interessa, quarenta e oito anos após terem sido feitas as anotações. Portanto, várias décadas após a ocorrência dos debates. Em função disso, lacunas foram deixadas, dada a impossibilidade de decifração de anotações taquígráficas perdidas; quanto também é fato que muitas das falas dos deputados ficaram inaudíveis, como bem registraram os taquígrafos; com este espaço de décadas para sua impressão, foi impossível, igualmente, consultar os oradores acerca de seus discursos.<sup>4</sup>

Visto as peculiaridades no trabalho histórico com os anais do parlamento imperial, cabe destacar que a presente apresentação não busca tê-los como relato idêntico do passado,

porém acredita-se ser possível identificar neles aspectos que guiavam o pensamento jurídico-político de alguns projetos parlamentares no período.

### **Bernardo Pereira de Vasconcelos e o Código Criminal de 1830**

“Fui liberal; então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas idéias práticas; o poder era tudo: fui liberal.”

Foi com a frase supracitada que José Murilo de Carvalho<sup>5</sup> iniciou sua obra bibliográfica sobre Bernardo Pereira de Vasconcelos. Ainda que tal fragmento não tenha sua autenticidade comprovada, ele expressou um dos pensamentos mais famosos do político do Império.

Todavia, mesmo que sua atuação mais marcante tenha se dado durante o “Regresso Conservador”, seu papel durante o liberalismo imperial não foi menos importante. Muitas vezes vistas a partir do resultado centralizador do Segundo Reinado, as contradições vasconcelianas diluem-se numa teleologia e, sobre esse pano de fundo, é como se a fase liberal sempre tivesse em si a regressista e o percurso de Vasconcelos servisse de reiteração dessa lógica<sup>6</sup>. Por isso, recuperar o momento “liberal” de BPV é essencial para compreender a sua trajetória política e superar as homogeneizações bio-históricas sobre ele.

Vasconcelos era herdeiro de uma família de juristas e advogados, destacando a atuação de seu pai, Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, que se formou em Leis em Coimbra e atuou como advogado em Ouro Preto, além de outros cargos no Brasil. A vida política do filho Vasconcelos iniciou em 1824, na disputa de suas primeiras eleições, e terminou em 1850, ano de sua morte. Foi deputado geral de 1826-1837, senador de 1838 até a morte, conselheiro de Estado de 1842, ministro da Fazenda de 1831-1832, ministro da Justiça e do Império de 1837-1839, sem contar os cargos ocupados no governo mineiro e sua atuação nos jornais, como o “O Sete de Abril.”<sup>7</sup>.

Não obstante sua fértil atuação política<sup>8</sup>, foi dele o projeto do Código Criminal aprovado em 1830, tendo servido de modelo para outros países. Concebido sob inspiração de Jeremy Bentham, o novo Código Criminal representou um enorme progresso em relação ao Livro V das Ordenações Filipinas que ainda vigia no país. Todavia, Neder<sup>9</sup> salienta que:

isso não quer dizer que a conjuntura imperial e escravista (aquela da década de 1830) possa ser interpretada como ‘mais liberal e democrática’, no sentido dado pelo pensamento monarquista ao longo da história das ideias políticas no Brasil republicano. [...] O absolutismo monárquico fortemente combatido abria um leque

de possibilidades históricas, que explicam, em parte, a contingência do debate parlamentar que sustentou ideologicamente a primeira legislação penal no Brasil. Neste sentido, apesar da escravidão, que foi mantida após a independência, e apesar do autoritarismo vigente no império que se constituía pela hegemonia militar e política da Corte do Rio de Janeiro; os esforços legislativos implicaram um debate onde podemos colher as várias perspectivas ideológicas sobre a criminalização e punição.

Dessa maneira, ao analisar as ideias jurídico-políticas de BPV no Império brasileiro, inerentemente buscamos entender como os “indesejáveis” eram controlados e quais as penas previstas, e demonstrar como o Código Criminal, embora declaradamente “liberal”, apresenta uma continuidade dos procedimentos penais, porém em novos moldes, transformando o direito não mais em um instrumento do soberano, mas uma legitimação do controle e disciplinamento de um grupo dominante.

A Constituição do Império brasileiro, outorgada em 1824, já determinava em seu artigo 179, inciso XVIII, a “necessidade de se organizar, quanto antes, um código civil e um criminal, fundado em sólidas bases da Justiça e da Equidade”. Vasconcelos, por exemplo, na sessão de 05 de maio de 1827, criticava a iniciativa dos parlamentares em discutir a responsabilidade penal dos Conselheiros de Estado antes mesmo da discussão do Código Criminal. Para ele, “que não se discutão as leis regulamentares, que tiverem relação com o código criminal, sem que a câmara resolva, se devem, ou não, ser admittidos á discussão os dois projectos do código criminal”. E continua:

e queremos nós no século XIX seguir com as leis regulamentares o methodo que se seguio com esse livro de capa tão rota? [...] sendo a consequência de tal falta ter o cidadão de defender-se na cadeia de todos os crimes, ficando assim mais vexado do que no tempo do captiveiro. Como é que querem que se fação leis regulamentares sem systema? Da lei regulamentar dos governos das províncias, por exemplo, que proveito se tem tirado? Nenhum, antes tem causado muitos males. Querem fazer leis destacadas, á imitação de um edificio carunchoso, ainda que para evitar essa falta de unidade é que eu quizera não se discutissem as leis regulamentares a taes respeito, emquanto a camara não decidisse que o código deve discutir-se. Tomára saber, quando a camara approve o projecto do código, qual é a utilidade que se pretende tirar de resoluções destacadas sem nexa nem attenção ao todo systema!<sup>10</sup>

Ante a necessidade de um código criminal, o deputado Silva Maia, em 1827, apresentou a proposta de que a Câmara dos Deputados indicasse medidas com urgência para a organização de um Código. Pires Ferreira, na mesa sessão, propõe à Assembleia Geral que oferecesse um prêmio ao melhor projeto apresentado, que seria julgado por uma Comissão Criminal.

Dois projetos foram apresentados: um pelo deputado José Clemente Pereira, português de nascimento, formado em Direito pela Universidade de Coimbra, atuou no corpo acadêmico

que defendeu Portugal das tropas do General Junot, foi para o Brasil em 1815 e atuou como Juiz de Fora na cidade de Praia Grande, Presidente do Senado e da Câmara e deputado no Rio de Janeiro; o outro foi proposto pelo próprio Bernardo Pereira de Vasconcelos.

A comissão composta por Araújo Vianna, Silva Maia, Almeida de Albuquerque, Costa Carvalho e Deus e Silva elegeu o projeto de BPV. Para eles,

a comissão encarregada de examinar os dous projectos do Código Criminal, apresentados a esta câmara pelos illustres deputados, os Srs. Clemente Pereira e Vasconcellos, deu-se com escrúpulo ao penoso trabalho da meditada leitura, e avaliação de cada um delles, comparou o methodo por um e outro adoptado na classificação dos delictos e distribuição das penas, e confrontou mui atenciosamente as disposições contidas nos seus artigos com os princípios da jurisprudência que mais se amoldão as actuaes circumstancias físicas, Moraes e políticas do império [...]É pois a commissão de parecer: [...] 2º. Que para entrar na regular discussão conforme a ordem dos trabalhos, se prefira o do Sr. Vasconcellos por ser aquelle que por mais amplo no desenvolvimento das máximas judiciais, razoáveis e equitativas, e por mais miúdo na divisão das penas, cuja prudente variedade muito concorre para a bem regulada distribuição delas, poderá mais facilmente levar-se á possível perfeição com menor numero de retoques accrescentados áquelles que já a commissão lhe deu de accordo com o seu illustre autor.<sup>11</sup>

Mesmo depois de eleito e aprovado na Câmara dos Deputados, foi enviado e Senado e só depois sancionado por D. Pedro, isso em 16 de dezembro de 1830. Possui um total de 313 artigos divididos em quatro partes: “Dos Crimes e das Penas”; “Dos Crimes Públicos”; “Dos Crimes Particulares” e “Dos Crimes Policiaes”.

No que se refere ao tema do trabalho em questão, interessa, no Código Criminal, a quarta parte, referente aos “Crimes Policiaes”, Capítulo V e artigo 295, que compreende que vadio é aquele que não toma qualquer ocupação honesta e útil de que possa subsistir, depois de advertida pelo juiz de paz, não tendo renda suficiente. Não por coincidência, os crimes de vadiagem e mendicância estavam previstos. Esses temas eram recorrentes nas cidades e aparecem como um problema político para os parlamentares.

Além da definição legal de vadio, cabe identificar como se deu a evolução do conceito através dos dicionários da época. A relação entre a falta de trabalho, ociosidade e vadiagem é nítida, porém destaca-se um ponto: a ausência de “mestre” ou “amo”. No dicionário de Antônio de Moraes Silva (1813), vadio significa “o que não tem amo, ou senhor com quem viva, nem trato honesto, negócio, ou mestre, ou officio, emprego, nem modo de vida, vagamundo, ocioso.”<sup>12</sup> Já em 1911, o conceito de vadio passa a ser mais largo. Para Antônio Lopes dos Santos Valente, vadio é “o que não tem domicílio certo; errante, vagabundo; ocioso, tunante, que não tem modo de vida conhecido ou decente; próprio da gente ociosa; não ter officio ou profissão”<sup>13</sup>. Percebe-se, assim, uma mudança nos conceitos, que deixa de

ser aquele que não possui mestre ou amo, para uma aproximação entre ocupação e moradia fixa, na qual, mesmo o homem livre, ao se movimentar pela cidade em busca de emprego ou ofício, poderia ser considerado um vadio, como quem anda ociosamente de um lado para o outro.

Em uma das discussões sobre a importância dos Juizes de Paz, Lino Coutinho afirmou:

quando um ladrão for preso e enforcado, quando os caloteiros forem castigados, os vadios recolhidos a casas de correção, então é que o cidadão há de estar seguro e tranquilo de não ser assassinado, roubado ou caloteado; é por este início que se acautelão os crimes, e não animando a immoralidade.<sup>14</sup>

Tal discurso, que não era incomum entre os parlamentares, exemplifica a transmutação do poder, que sai das mãos do soberano, e passa para algo mais sofisticado, baseado na vigilância e correção, aumentando o que Foucault chamou de “disciplinamento dos corpos”<sup>15</sup>.

Mas em que se baseava o projeto de combate a vadiagem? Quais as características que marcaram a passagem da pena de suplício para a de correção? Talvez o principal aspecto esteja na mudança do sujeito passivo do crime. Com a modernidade surge a ideia de um organicismo social, onde quem sofre na realidade o delito pelo crime é a própria integridade da sociedade. Foucault<sup>16</sup> antevê que esse foi o início da “sociedade disciplinar”, pois trouxe características essenciais para a distribuição, classificação, hierarquia e disciplina do Direito, da sociedade e dos indivíduos.

Para Silva<sup>17</sup>, autores como Cesare Beccaria (1738-1794), John Howard (1726-1790) e Jeremy Bentham (1748-1832), apoiados em princípios do utilitarismo e racionalismo, demonstraram claramente a necessidade de mudança do regime punitivo precedente. Essa mudança inaugurou uma reforma prisional ocorrida entre os séculos XVI e XVIII, na qual a pena deixava de ser vista como algo vingativo (privado ou público), passando a ser representada pelo limite do exercício da liberdade, assim como acabava com as exposições públicas de tortura e passava para um cerceamento de direitos do criminoso.

Beccaria, por exemplo, já mostrava o seu interesse pelo corpo social ao demonstrar suas conclusões sobre a progressão da pena de acordo com o crime praticado:

lançai os olhos sobre a história, e vereis crescerem os abusos à medida que os impérios aumentam. Ora, como o espírito nacional se enfraquece na mesma proporção, o pendor para o crime crescerá em razão da vantagem que cada um descobre no abuso do mesmo; e a necessidade de agravar as penas seguirá necessariamente igual progressão.<sup>18</sup>

Junto a isso, aplicava-se a vigilância expressa como um dos instrumentos de controle, exemplificado no que Bentham chamou de Panóptico<sup>19</sup> ou “casa de inspeção”, e afirmavam que a reforma do condenado era tão importante quanto a defesa da sociedade, ou melhor, afirmava que o ato de reformá-lo moralmente seria a própria defesa da sociedade. É como se o trabalho correcional enchesse a cela solitária de um interesse, fatigando o corpo e repousando a alma<sup>20</sup>.

### **O projeto de criação da Casa de Correção em Minas Gerais**

As casas de correção no Brasil<sup>21</sup> formaram um símbolo modernizador durante o século XIX. Dentro dos discursos do Governo, identificam-se dois objetivos principais da instituição, quais sejam: civilizar os vadios e prepará-los como mão-de-obra.

Vale destacar que são escassos os estudos mais amplos sobre as prisões, colônias correcionais e casas de correção. Michel Foucault<sup>22</sup> lamentava a falta de monografias, trabalhos que fizessem aparecer os discursos em suas conexões estratégicas, os formulados sobre a prisão e os que vêm da prisão. Maia, através de uma compilação de textos no livro *História das prisões no Brasil*, afirma que “a produção historiográfica brasileira sobre prisões ainda está em fase de consolidação”<sup>23</sup>, necessitando, assim, de maiores estudos.

A própria conceituação do termo “colônia correcional” é indeterminada. Entre a bibliografia analisada, diversas são as denominações apresentadas: “prisões”, “penitenciárias”, “casas de correção”, “casas de correção e trabalho”, “colônias correcionais agrícolas”, entre outras. Dessa forma, entender alguns aspectos dessa instituição (pelo menos o seu projeto, como é o caso em questão) auxilia a delimitar esses conceitos proferidos predominantemente pela elite governamental, valorizando não os conceitos taxativos, mas as diversas discussões que permearam os discursos sobre o tema<sup>24</sup>.

No dia 10 de dezembro de 1828, Vasconcelos, junto de Manoel José Pires da Silva Pontes e Theotônio Alvares de Oliveira Maciel, apresentaram uma proposta para a criação de uma Casa de Correção. Para eles, “haverá uma Casa de Correção em cada uma das cinco Comarcas desta Província, regulando-se o seu estabelecimento, quanto for possível, pelos princípios expendidos na Memoria de Mr Bentham em o seu tratado de Legislação Civil, e Penal”<sup>25</sup>.

Bentham acreditava que era preciso efetivamente reformar o direito, racionalizando-o sob um valor que, apesar de fundar-se em uma moral, essa não é tradicionalmente nominada natural, mas uma utilitarista.<sup>26</sup> Assim, tendo o direito enquanto uma decisão política

racionalizada, essa deveria estar fundada em um “princípio da utilidade”. Por meio desse princípio, seria possível julgar se qualquer comportamento é reto ou não, na medida em que promove uma felicidade a um maior número de pessoas, ou seja, para o interesse comum.

Bentham transitava em outros pontos do projeto, como está transcrito no artigo 8º. Nele, “os presos serão divididos em diversas classes, segundo o sexo, a idade, o grau de crime, e a perversidade, que mostrarem, e a vista dos sinais de arrependimento, que derem.”<sup>27</sup>, tal qual Bentham já pensara no “panóptico”.

Outras características panópticas estavam presentes, como é o caso da educação correcional. Na Casa de Correção, o trabalho seria de onze horas por dia no verão e doze no inverno. Os trabalhos que se executarem nestas Casas seriam os mais fáceis [entenda-se manuais]; porém os Inspectores poderiam estabelecer os que mais lhes convierem. Para Foucault, “agora, ele [o detento] será antes um bem social, objeto de uma apropriação coletiva útil” e não mais um simples peso morto encarcerado para a sociedade.<sup>28</sup>.

## Conclusão (?)

Recuperar alguns aspectos do momento “liberal” de Bernardo Pereira de Vasconcelos é essencial para compreender o pensamento jurídico-político no Brasil, contribuindo, assim, para superar as homogeneizações sobre suas ideias. Por sua prática política centrada no espaço público, suas ações, principalmente no que se refere à prática da vadiagem e criação de Casas de Correção, apontam escolhas e incertezas para um “horizonte de expectativas” presente no “espaço de experiência”<sup>29</sup> dos sujeitos imperiais..

Esse novo horizonte de expectativas demonstra, de certa forma, uma continuidade dos procedimentos penais, porém sob novos moldes, não mais fundados no instrumento do soberano, mas no controle e disciplinamento dos “indesejáveis”.

---

<sup>1</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFJF, área de concentração Poder, Mercado e Trabalho, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cláudia Viscardi. Bolsista CAPES. E-mail: [s.milagre@hotmail.com](mailto:s.milagre@hotmail.com).

<sup>2</sup> NEDER, Gizlene. Degredo e Pena de Morte no Brasil Império. *Anpuh* – XXV, Fortaleza, 2009, p.2.

<sup>3</sup> MENEZES, Sezinando Luiz. Religiosos, vadios e mendigos em Portugal na Época Moderna. In: *SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 22., 2003, João Pessoa. Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa. João Pessoa: ANPUH, 2003. CD-ROM.

<sup>4</sup> NEDER, Gizlene. Degredo e Pena de Morte no Brasil Império. *Anpuh* – XXV, Fortaleza, 2009, p.4.

<sup>5</sup> CARVALHO, José Murilo. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Ed.34, 1999.

<sup>6</sup> SILVA, Wlamir. A forma primeira de Proteu: as façanhas de Bernardo Pereira de Vasconcelos no reino da liberdade. In.: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. ANPUH. São Paulo, julho 2011, p.3.

<sup>7</sup> CARVALHO, José Murilo. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Ed.34, 1999.

- <sup>8</sup> Para isso, ver CARVALHO, José Murilo. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Ed.34, 1999; SILVA, Wlamir. A forma primeira de Proteu: as façanhas de Bernardo Pereira de Vasconcelos no reino da liberdade. In.: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. ANPUH. São Paulo, julho 2011; e SOUZA, Octávio Tarquínio de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDSP, 1988.
- <sup>9</sup> NEDER, Gizlene. Degredo e Pena de Morte no Brasil Império. *Anpuh – XXV*, Fortaleza, 2009, p.3-4.
- <sup>10</sup> Annaes do Parlamento Brasileiro, Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: 1878, Editor: Typographia de H. J. Pinto, sessão de 05 de maio de 1827.
- <sup>11</sup> Annaes do Parlamento Brasileiro, Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: 1878, Editor: Typographia de H. J. Pinto, sessão de 1827, p. 130-131.
- <sup>12</sup> SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário de Língua Portuguesa*. Fac-simile da segunda edição (1813). Lisboa. Na Typographia Lacérdina. Edição Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil. Photographada pela “Revista de Língua Portuguesa”, sob a direção de Laudelino Freire. (impressa em 1922, no Rio de Janeiro, nas oficinas da S. A. Litho-Thypographia Fluminense), p.826.
- <sup>13</sup> VALENTE, Antonio Lopes dos Santos. *Diccionario Contemporaneo da Língua Portuguesa*. 1911.
- <sup>14</sup> Annaes do Parlamento Brasileiro, Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: 1878, Editor: Typographia de H. J. Pinto, sessão de 05 de maio de 1828, p.30.
- <sup>15</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987
- <sup>16</sup> *Op cit.*
- <sup>17</sup> SILVA, Mozart Linhares. *Do império da lei às grades da cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- <sup>18</sup> BECCARIA, Césare Marchese di. *Dos delitos e das penas*. São Paulo: Hemus, 2005, p.124.
- <sup>19</sup> O panóptico é um projeto arquitetônico que apresenta a possibilidade de manter as pessoas sob vigilância constante, podendo ser utilizado em diversas instituições. Propunha construir um edifício circular, com celas ao redor do perímetro, separadas e sem comunicação entre os presos. No centro ficaria o inspetor, que vigiaria a todos sem ser visto por ninguém. Ver BENTHAM, J. *O Panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- <sup>20</sup> TOCQUEVILLE, Alexis; BEAUMONT, Gustave. *Sobre o sistema penitenciário dos estados Unidos e sua aplicação na França*. São paulo: FSJ, 2010.
- <sup>21</sup> As principais referências sobre as Casas de Correção no Brasil se encontram no eixo Rio-São Paulo, destacando-se: SALLA, Fernando. *As prisões de São Paulo: 1822-1940*. São Paulo: Anablume, 1999; ARAUJO, Carlos Eduardo de. *Cárceres Imperiais: a casa de correção do Rio de Janeiro. Seus detentos e o sistema prisional no Império (1830-1861)*. Tese de Doutorado. Unicamp. 2009; SANTANA, Marilene Antunes. *De um lado, punir; do outro, reformar: projetos e impasses em torno da implantação da Casa de Correção e do Hospício de D. Pedro II no Rio de Janeiro*. 2002.
- <sup>22</sup> FOUCAULT, Michel. Sobre Prisão In.: \_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p.. 130-131; e \_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- <sup>23</sup> MAIA, Clarissa Nunes (et al). *História das Prisões no Brasil: vols 1 e 2*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p.21.
- <sup>24</sup> Para a análise desses conceitos, não se pretende, tal como apresenta KOSELLECK, R. *Futuro e passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de janeiro: Ed. PUC-Rio, Contraponto, 2006, fazer uma “história dos conceitos” ou “encontrar a raiz fundadora” das prisões. Almeja-se, tão somente, saber a partir de quando tais conceitos passam a ser utilizados de forma rigorosa como indicadores de transformações políticas e sociais de profundidade histórica.
- <sup>25</sup> VASCONCELOS, Bernardo Pereira. Proposta no Conselho Geral da Província. Inventário do Fundo Geral da Província (1828-1834), série 3, subsérie 2, Arquivo Público Mineiro.
- <sup>26</sup> ROSA, Christian Fernandes Gomes da. Jeremy Bentham e a constituição do conceito de direito no pensamento jurídico moderno. *Revista Estudos Jurídicos UNESP*, Franca, A. 14 n.20, 2010, p.297-310.
- <sup>27</sup> *Op cit.*
- <sup>28</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987, p.91.
- <sup>29</sup> KOSELLECK, R. *Futuro e passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de janeiro: Ed. PUC-Rio, Contraponto, 2006.



## MULHERES E CONHECIMENTO: DIZERES SOBRE A TRANSMISSÃO DE SABERES INTERGERACIONAL EM COMUNIDADES RURAIS QUILOMBOLAS MINEIRAS

Simone da Silva Ribeiro<sup>1</sup> – Colégio João XXIII/UFJF (CNPq)

*E-mail:* [simonerib@gmail.com](mailto:simonerib@gmail.com)

Dileno Dustan Lucas de Souza – PPGE/UFJF (CNPq)

*E-mail:* [dilenodustand@gmail.com](mailto:dilenodustand@gmail.com)

Douglas Tomácio – PPGE/UFJF (CAPES)

*E-mail:* [dtlmeduc@gmail.com](mailto:dtlmeduc@gmail.com)

Michelle Neto Luiz – UFV

*E-mail:* [michellenettoluiz@yahoo.com.br](mailto:michellenettoluiz@yahoo.com.br)

Bruna Mendes Silva – UFJF

*E-mail:* [brunahline@yahoo.com.br](mailto:brunahline@yahoo.com.br)

Raquel Santiago Souza – UFJF

*E-mail:* [raquel660@hotmail.com](mailto:raquel660@hotmail.com)

Bianca Malvaccini – UFJF

*E-mail:* [bmaltvaccini@gmail.com](mailto:bmaltvaccini@gmail.com)

Raiza Dias de Almeida – PPGE/UFJF

*E-mail:* [raiza.d.almeida@hotmail.com](mailto:raiza.d.almeida@hotmail.com)

Simone Weitzel Almeida – PPGE/UFJF

*E-mail:* [siaeweitzel@hotmail.com](mailto:siaeweitzel@hotmail.com)

**Resumo:** Neste trabalho, metodologicamente fundamentado na História Oral, descrevemos parte do percurso da pesquisa, ainda em fase inicial, a ser realizada em seis comunidades rurais quilombolas mineiras. Nesta demonstração de intenções e apontamentos, falamos do intuito de resgatar e sistematizar conhecimentos e histórias de diferentes gerações de mulheres, enfatizando as estratégias de transmissão de conhecimentos tradicionais e/ou populares entre mães e filhas, de modo a perceber como esses conhecimentos se relacionam com outros no processo de transmissão intergeracional.

**Palavras-chave:** História oral, conhecimentos populares, transmissão de saberes.

**Abstract:** This work, methodologically based on the Oral History, describes part of research's course, still in early stages, to be held in six Maroons rural communities in Minas Gerais. In this demonstration of intent and notes, we speak of the intention of rescuing and systematize knowledge and stories of different generations of women, emphasizing strategies for transmission of traditional knowledge and/or popular among mothers and daughters, in order to understand how these skills relate to others in the intergenerational transmission process.

**Keywords:** Oral history, popular knowledge, transmission of knowledge.

### 1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história do país muitos grupos sociais foram marginalizados tanto por problemas de comunicação entre diferentes culturas como pela desvalorização de sua cultura e, portanto, do seu conhecimento. A ciência teve um papel importante nessa marginalização, ao ignorar os saberes tradicionais e/ou populares, desconsiderando as dinâmicas locais de produção, impondo uma lógica de desenvolvimento muitas vezes de difícil acesso aos grupos marginalizados.

Tendo em vista esses conhecimentos e a importância destes no que se refere à rica produção de um patrimônio cultural imaterial, capaz de refletir os sujeitos em suas realidades específicas de luta, sociabilidade, representações identitárias de si e do mundo que a pesquisa em educação tem buscado outros caminhos metodológicos.

Este texto busca, de modo ainda introdutório, apresentar os caminhos metodológicos que estão sendo construídos no desenvolvimento de uma pesquisa que, visa resgatar e sistematizar conhecimentos e histórias de diferentes gerações de mulheres que vivem em seis distintas comunidades rurais e quilombolas na Zona da Mata mineira. Como especial foco está o resgate de suas histórias de vida, enfatizando as estratégias de transmissão de conhecimentos tradicionais e/ou populares entre mães e filhas, isso com vistas a perceber como esses conhecimentos se relacionam com outros no processo de transmissão intergeracional.

Além disso, interessa-nos ainda estabelecer possíveis pontes entre os conhecimentos práticos e as relações destes com o que as novas gerações aprendem nas escolas. Nosso olhar e nossa escuta estão orientados por questões como: que reflexões as mulheres e suas famílias fazem sobre as práticas educativas utilizadas pelos antigos e as que são utilizadas atualmente? Que concepções têm sido construídas ou desconstruídas sobre o “ensinar” e “aprender” nas comunidades? O que as mulheres e suas filhas pensam sobre o que é importante “ensinar” e “aprender”? Mais do que um caminho que nos leve a respostas simples, buscamos a complexidade das trajetórias de vida, das nuances do vivido e partilhado tão cotidianamente que não há respostas prontas, apenas histórias a serem contadas. Neste sentido nossa opção metodológica precisa favorecer o diálogo com essas mulheres. Diálogo que contemple conversas sobre suas histórias de vida, acerca do passado e do presente, e, para que isso aconteça de forma a constituir relações de confiança e familiaridade entre equipe de pesquisa e entrevistadas e suas famílias, por isso, buscamos a metodologia a história oral.

Assim, neste texto trazemos algumas reflexões que as temáticas que enredam a pesquisa têm nos proporcionado, mas mais do que isso, buscamos apresentar a metodologia de história oral e suas contribuições às pesquisas comprometidas com a emancipação dos sujeitos.

## 2. CONHECIMENTOS TRADICIONAIS: PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

A criança recebe do passado não só os dados da história escrita; mergulha suas raízes na história vivida, ou melhor, sobrevivida, das pessoas de idade que tomaram parte na sua socialização. Sem estas haveria apenas uma competência para lidar com os dados do passado, mas não a memória. (BOSI, 1987, p.31).

Partindo do princípio de que as comunidades rurais e/ou remanescentes de quilombos vivem se relacionando com a natureza e acumulam um saber valioso sobre os ciclos naturais, o desenvolvimento das plantas e dos animais e a relação entre os elementos que compõem a paisagem, o espaço e o território, e que estes conhecimentos são, portanto, “produto do exercício da inteligência criativa de populações rurais na construção de melhores ajustes entre seus meios de vida e os ecossistemas e não uma manifestação de um atraso cultural a ser superado” (PETERSEN, 2007, p.7), percebemos, numa primeira aproximação em diversas comunidades, que muito desse conhecimento e/ou saberes, se perderam com o passar do tempo.

No entanto, conhecimentos são dinâmicos e por esse motivo é preciso considerar, no conjunto dos saberes historicamente produzidos, aqueles saberes gerados pelos sujeitos em suas práticas produtivas e políticas, tendo em vista que esses saberes têm especificidades em virtude das diversificadas condições de vida e trabalho. Por conseguinte, diferentes formas de organização criam variadas visões de mundo, nas quais novos processos educativos são permanentemente elaborados.

Tal perspectiva faz com que entendamos e defendamos a necessidade de uma efetiva inclusão desses grupos no debate sobre o desenvolvimento e na tomada de decisão sobre o seu presente e futuro, algo que passa pela valorização do conhecimento existente, inclusive (e principalmente) por aquele por eles produzidos em suas próprias vivências. Valorizar esse conhecimento significa expô-lo aos demais, em um ambiente de debate que permita a reflexão sobre o que é praticado. Por sua vez, a análise sobre a prática não deve estar desconectada do contexto cultural e da lógica que a motiva.

Uma das formas de expor os conhecimentos e analisá-los é por meio da facilitação do intercâmbio de experiências e vivências existentes em um determinado contexto. Consideramos que as comunidades e povos tradicionais têm seu modo de vida baseado na construção de identidades sociais coletivas, que garantem a reprodução do conhecimento tradicional; e,

portanto, acreditamos que esses conhecimentos tradicionais, transmitidos de geração a geração, constituem a expressão de um importante patrimônio cultural. A Unesco afirma sobre o patrimônio cultural imaterial ou intangível que:

Entende-se por "patrimônio cultural imaterial" as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua integração com a natureza e da sua história, e confere-lhes um sentido de identidade e de continuidade, contribuindo assim para promover o respeito da diversidade cultural e a criatividade humana. Para efeitos da presente Convenção, só será tomado em consideração o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais relativos aos direitos humanos existentes, bem como com a exigência do respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e de um desenvolvimento sustentável. (UNESCO, 2014, s/p).

Portanto, a busca do diálogo, como condição indispensável, para a construção dos conhecimentos é fundamento básico de toda e qualquer processo de construção de conhecimento. A busca do pensamento dialógico indica o caminho para um deslocamento das noções hegemônicas e dominantes do conhecimento disciplinar e acadêmico. O educador Paulo Freire fala sobre o pensar com em vez do pensar por ou pensar sobre as pessoas. A dialogicidade pressupõe que dentro de cada pessoa coabitam simultaneamente a força transformadora e a fragilidade do comodismo e que, na configuração problematizadora de círculos de cultura, se abrem as possibilidades inéditas para as próprias pessoas se recriarem coletivamente.

Para exercitar a dialogicidade é preciso fazer com que os laços entre os saberes perdurem e se constituam de maneira a criar novidades para todas as pessoas envolvidas e entrelaçadas no que-fazer cotidiano. Uma resposta positiva, complexa e aberta pode gerar modos diferentes de conhecer e vivenciar o mundo. Por outro lado, uma resposta meramente técnica poderá unilateralizar o saber necessário, mantendo um padrão de inferiorização em relação ao conhecimento científico.

O desafio que se coloca, e que não é pequeno e nem simples, enquanto prática de educação popular para as comunidades e povos tradicionais e enquanto educação científica para nós pesquisadores é o de nos vermos e reconhecermos como produtores de um conhecimento social. E, a partir daí, iniciarmos processos de depuração e rearticulação nos nossos modos de ser, de pensar e de agir que considerem perspectivas relacionais de mundo. Neste sentido, compreendemos que as atribuições da educação, tanto popular quanto científica, têm caráter eminentemente histórico na medida em que são estabelecidas sempre em função de

características histórico-concretas e de formações sociais específicas da realidade. Assim, buscamos no processo de pesquisa entrelaçar conhecimentos populares e científicos que estejam comprometidos com a luta por um futuro digno.

### **3. PESQUISA EM EDUCAÇÃO: MUITOS CAMINHOS PARA OUTROS CONHECIMENTOS**

Estamos de novo regressados à necessidade de perguntar pelas relações entre a ciência e a virtude, pelo valor do conhecimento dito ordinário ou vulgar que nós, sujeitos individuais ou coletivos, criamos e usamos para dar sentido às nossas práticas e que a ciência teima em considerar irrelevante (SANTOS, 2004, p. 18).

A ideia de ciência como forma privilegiada de representação do mundo, ou seja, o paradigma da ciência moderna, absoluto desde o século XIX, fundamenta-se numa concepção de ciência. Utilizando instrumentos experimentais ou lógico-dedutivos o conhecimento científico se dogmatiza tornando-se verdade universal e absoluta. Cria-se uma linguagem específica, impõe-se a distância entre pesquisador e objeto de estudo. Toda prática que fuja a estes padrões racionais por excelência é considerada irracional e, portanto, não é ciência. Para Boaventura (1989) o paradigma da ciência moderna “se constitui contra o senso comum e recusa as orientações para a vida prática que dele decorrem:

[...] um paradigma que pressupõe uma única forma de conhecimento válido, o conhecimento científico, cuja validade reside na objetividade de que decorre a separação entre teoria e prática, entre ciência e ética; um paradigma que tende reduzir o universo dos observáveis ao universo dos quantificáveis e o rigor do conhecimento ao rigor matemático do conhecimento, do que resulta a desqualificação (cognitiva e social) das qualidades que dão sentido à prática. (p.34).

O que este modelo de produção científica tem a ver com nossa pesquisa? Nada! Ou, pode-se dizer, tudo! É a perspectiva de se construir conhecimentos que não tenham como premissa serem a verdade única e universal que nos leva a buscar estratégias para se opor à especialização excessiva e quase intransponível da ciência moderna. Mas, como romper com a ideia de verdade absoluta dos conhecimentos científicos sem deixar de ser ciência? É o Boaventura de Souza Santos (1989) quando propõe a aproximação entre saber científico e saber popular que nos aponta o caminho. Em seu livro *Introdução a uma Ciência PósModerna*, ele afirma que Bachelard funda a ciência moderna ao propor a primeira ruptura epistemológica, ou seja, quando a ciência apresenta-se em oposição ao senso comum, que era considerado

conhecimento vulgar, mera opinião. A Segunda ruptura, proposta por Boaventura, reaproxima a ciência e o senso comum, a teoria e a prática.

Nossas escolhas metodológicas baseiam-se em outra concepção de ciência diferente da que se baseia na especialização e na profissionalização do conhecimento, que busca estabelecer a distinção entre cientistas e leigos, estes últimos tornados incompetentes para a produção do conhecimento. Buscamos romper com uma perspectiva monocultural e que concebe o saber monopólio dos cientistas. A ruptura, proposta pelo Boaventura, e com a qual nos identificamos visa destacar o conteúdo inovador e emancipatório do senso comum, transformando tanto a ciência quanto o senso comum. Neste sentido, a história oral é a opção metodológica que possibilita a aproximação entre os diferentes sujeitos envolvidos com a pesquisa e que referenda todos os saberes narrados.

#### **4. HISTÓRIA ORAL: REGISTRO DO TEMPO PRESENTE COM VÍNCULOS NO PASSADO**

A história oral pode ser empregada em diversas disciplinas das ciências humanas e tem relação estreita com categorias como biografia, tradição oral, memória, linguagem falada, métodos qualitativos etc. Dependendo da orientação do trabalho, pode ser definida como método de investigação científica, como fonte de pesquisa, ou ainda como técnica de produção e tratamento de depoimentos gravados. (ALBERTI, 2013, p. 17).

A história oral surgiu nos Estados Unidos, nos anos 50, tendo, contudo, somente em meados dos anos 70, ocorrido sua afirmação no meio acadêmico, momento em que essa forma de pesquisa alcança repercussão e divulgação internacional.

No Brasil, as primeiras experiências registradas envolvendo história oral ocorreram em 1971, mais especificamente no Museu da Imagem e do Som (MIS), em São Paulo, e no Museu do Arquivo Histórico da Universidade Estadual de Londrina, no Paraná, já em 1972. Em seguida, em 1975, é implantado, na Universidade Federal de Santa Catarina, um laboratório de história oral. Todavia, os pesquisadores são unânimes em apontar, como o grande marco na produção de pesquisa em história oral no Brasil, a criação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), sediado pela Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, em 1975 (JOUTARD, 2006; FREITAS, 2002).

Realizar uma pesquisa que tenha como escolha a metodologia da história oral não é uma tarefa fácil, pois captar as falas e, neste caso específico, a presença das mulheres na atualidade, e aqui falamos de mulheres mineiras que vivem em comunidades rurais quilombolas, é uma

atividade que requer de nós a utilização de instrumentos que possam apreender essas vozes em suas ricas especificidades, “fazê-las” audíveis, retirando-as da invisibilidade. A oralidade compreende as expressões verbais, toda a diversidade de manifestações sonoras humanas, que são gravadas e direcionadas para estudos e arquivamentos. Por isso, ALBERTI (2013) apresenta em seu livro, *Manual de História Oral*, algumas especificidades que essa metodologia imprime, tais como o fato de ser “[...] preciso contar com um local apropriado, [...] uma equipe de trabalho permanente.” (p. 36). A autora fala-nos ainda sobre o cuidado de contar com uma pesquisa e equipe que “[...] deve dar conta, ao mesmo tempo, dos objetivos da pesquisa e da constituição da documentação.” (p. 36).

Para a autora ALBERTI (2013), fazer uma pesquisa que tenha como foco a história oral não é simplesmente gravar entrevistas com perguntas vagas feitas a qualquer pessoa. Segundo ela afirma, a história oral, sendo um método de pesquisa, “[...] não é um fim em si mesma, e sim um meio de conhecimento. Seu emprego só se justifica no contexto de uma investigação científica [...]” (p. 37).

Segundo o *site* do CPDOC (2014), o trabalho com a metodologia de história oral compreende todo um conjunto de atividades anteriores e posteriores à gravação dos depoimentos. Exige, antes, a pesquisa e o levantamento de dados para a preparação dos roteiros das entrevistas e seleção dos sujeitos a serem entrevistados. ALBERTI (2013) compartilha da ideia de que para se realizar um trabalho que se utilize do método da história oral é preciso uma preparação prévia e um cuidado posterior, e, para justificar esse pensamento, ela enumera alguns pontos importantes: o projeto de pesquisa, a escolha do método, a escolha dos entrevistados, o número de entrevistados, a escolha do tipo de entrevista, a formação da equipe.

Conforme dito, a pesquisa que dá origem a este texto visa resgatar e sistematizar conhecimentos e histórias de diferentes gerações de mulheres que vivem em seis distintas comunidades rurais e quilombolas, localizadas em cinco municípios da Zona da Mata mineira, quais sejam: Miradouro (Comunidade Santa Bárbara), Bias Fortes (Comunidade Quilombola Colônia do Paiol), Tabuleiro (Comunidade Remanescente de Quilombo de Botafogo), Divino (Comunidade São Pedro de Cima) e Santos Dumont (Comunidades São Sebastião da Boa Vista e São Bento). Apoiados na metodologia da história oral, por meio de conversas, de entrevistas pessoais, trabalharemos para que essa aproximação com as mulheres, protagonistas de nossa pesquisa, aconteça.

Ao escolhermos a metodologia da história oral aceitamos, sem dúvida, um desafio de grandes proporções devido ao verdadeiro abismo que separa os dois mundos que pretendemos

colocar em diálogo: o mundo acadêmico, altamente letrado e centrado exclusivamente nos saberes derivados das universidades ocidentais modernas; e o mundo dos saberes tradicionais, centrado na transmissão oral e que preserva saberes de matrizes indígenas e africanas e de outras comunidades tradicionais, acumuladas durante séculos no Brasil. No entanto, antes de configurar-se como empecilho, este desafiador cenário nos serve como estímulo ao trabalho, como desafio com o qual dialogaremos, no claro intuito de, inclusive, visibilizar processos de formulação, identificação e transmissão de saberes e conhecimentos fundamentais na produção de um patrimônio cultural imaterial de grupos específicos, que, por nós, tendem a ser amplamente invisibilizados e desconsiderados dado a ordem de hierarquização moderna.

<sup>1</sup>Doutora em educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGE/UFJF) – Pesquisadora do CNPq.

## REFERÊNCIAS:

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. – 3. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

BOSI, E.. Memória e sociedade: lembranças de velhos, São Paulo: T.ª Queiroz; Ed. da Universidade de São Paulo, 1987.

CPDOC. O que é História Oral. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral> acessado em 22 de maio de 2014.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 42.ª edição.

FREITAS, S. M. de. Prefácio à edição brasileira. In: THOMPSON, P. A voz do passado História Oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 14-19.

JOUTARD, P. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO (Org.). Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 43-64.

MEIHY, J.C.S.B.; HOLANDA, Fabiana. História oral: como fazer e como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

PETERSEN, P. Introdução. IN: Construção do Conhecimento Agroecológico – novos papéis, novas identidades. Caderno do II encontro Nacional de Agroecologia. Articulação Nacional de Agroecologia, Junho de 2007.

SANTOS, B. de S. Um discurso sobre as ciências. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, B. de S. Introdução a uma ciência pós-moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

UNESCO. Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Paris, 17 de Outubro de 2003. Disponível em <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf> acessado em 2014.



## **RELAÇÕES ÉTNICO - RACIAIS NAS ESCOLAS.**

**Sueli Melo Silva<sup>1</sup>**

**RESUMO:** Este estudo discute a discriminação racial nas escolas públicas, analisadas sob o ponto de vista do aluno negro, observando, através de sua fala, até que ponto ele percebe a discriminação racial na escola e de que forma reage a ela. A partir da revisão bibliográfica de obras que abordam o referido tema e da análise de documentação oral, este trabalho tem por objetivo analisar o comportamento de alunos que passaram por situações envolvendo discriminação racial, percebendo quais as implicações que as mesmas causaram no desenvolvimento psicossocial destes jovens.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Aluno negro. Autoestima

## **ETHNIC RELATIONS - RACIAL SCHOOLS.**

**ABSTRACT:** This study discusses racial discrimination in public schools, analyzed from the point of view of the black student, watching through his speech, he realizes to what extent racial discrimination at school and how you react to it. From the literature review of works that address the above issue and the analysis of oral documentation, this paper aims to analyze the behavior of students who have been through situations involving racial discrimination, realizing the implications that these have caused the psychosocial development of these young.

**KEYWORDS:** Education. Black student. Self-esteem.

O racismo contra o negro decorre da escravidão colonial e, deste passado de exploração e preconceito, herdamos a discriminação que se pratica ainda hoje contra negros (as), apesar disso, vigora a ideia de que o Brasil jamais foi um país racista, criando assim duas

---

<sup>1</sup> Graduada em História (UESB), professora da rede estadual e Municipal de ensino, mestranda no Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). [su.melo@hotmail.com.br](mailto:su.melo@hotmail.com.br)

realidades diferentes, a do Brasil real e a do Brasil imaginário, que camufla a discriminação racial, sendo, portanto, mais difícil combatê-la. Segundo Maria Luiza Tucci Carneiro, "O racismo camuflado é traiçoeiro: não se sabe exatamente de onde vêm. Tanto pode se manifestar nos regimes autoritários quanto nos democráticos" (CARNEIRO, 1997, p. 7).

Na virada do século XX, o (a) negro (a) livre defrontou-se com o imigrante europeu, valorizado pelos donos das terras como mão de obra mais eficiente. O emigrante simbolizava a ideia de progresso, enquanto o (a) negro (a) representava o atraso. O negro passa a ser definido pelas novas teorias científicas como incapaz para o trabalho livre e responsável pela desordem social e pelo crime.

Lilia Moritz Schwarcz em seu livro *O Espetáculo das Raças*, faz uma análise das doutrinas racistas que circularam no Brasil nos finais do século XIX. Segundo Schwarcz:

[...] interessa compreender como o argumento racial foi política e historicamente construído nesse momento, assim como o conceito de *raça*, que além de sua definição biológica acabou recebendo uma interpretação, sobretudo social. O termo *raça*, antes de aparecer como um conceito fechado, fixo e natural, é entendido como um objeto de conhecimento, cujo significado estará sendo constantemente renegociado e experimentado nesse contexto histórico específico, que tanto investiu em modelos biológicos de análise (SCHWARCZ, 2005, p.17).

Poucos foram os intelectuais brasileiros no começo do século XX que condenaram as teorias racistas importadas da Europa. Obras como as do baiano Nina Rodrigues e de Euclides da Cunha estão repletas de conceitos racistas e estereótipos. Professor de Medicina na Bahia Nina Rodrigues considerava os (as) negros (as) e os (as) índios (as) como raças inferiores. Para ele, os mestiços tinham mentalidade infantil e não podiam receber no código penal o mesmo tratamento que os "brancos". Euclides da Cunha, autor de *Os Sertões*, interpreta a História a partir do determinismo do meio e da raça. Considera a mestiçagem prejudicial para o país, sendo os mestiços vistos como retrógrados e raquíticos, incapazes de ajudar no progresso brasileiro. Defendia a segregação racial para que não houvesse novas fusões com os (as) negros (as). (CARNEIRO, 1987, p. 7).

Nas décadas de 30 e 40, continuamos a buscar o ideal de "homem brasileiro". A obra de Gilberto Freyre: *Casa Grande & Senzala*, percorre o mundo levando notícias do submundo colonial povoado por negros, mulatos, índios e judeus. A publicação de seu livro ampliou o debate para além da ideia de que o mestiço simbolizava atraso. Freyre defendia que o encontro das três raças havia resolvido o problema racial brasileiro. Segundo Freyre, o

brasileiro estava a caminho de produzir uma nova raça através da miscigenação, sendo isto visto como um aspecto positivo para o progresso do Brasil. Assim, Gilberto Freyre define a teoria da democracia racial:

Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se construiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado; no máximo da contemporização da cultura advéncia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado. (FREYRE, 1999, p.443).

Segundo Octavio Ianni, a principal preocupação da obra de Gilberto Freyre é “encontrar o que seria o caráter nacional de uma sociedade que as classes dominantes sempre pensaram como mestiça”. Freyre e os intelectuais de sua geração, sempre estiveram preocupados com a miscigenação e os entraves ou possibilidades que esta mistura de raças pudesse trazer para o progresso do país. Em seu livro *Escravidão e racismo*, Ianni faz a seguinte colocação a respeito do mito da democracia racial:

Desde o término da escravatura, em 1888, instaurou-se na consciência das classes dominantes no Brasil uma preocupação persistente, aberta ou dissimulada, com a europeização e o branqueamento da sociedade brasileira. Foi no interior dessa corrente de pensamento que se formou a preocupação com a singularidade, a originalidade e o caráter positivo da mistura racial que havia resultado da escravidão. Foi essa corrente de pensamento que conferiu legitimidade científica e ideológica à miscigenação; que encontrou na mistura racial o segredo do ‘ethos brasileiro’; e transformou o mito da democracia racial num dos núcleos da ideologia dominante, nas relações de dominação-apropriação internas e na imagem diplomática do país no exterior. (IANNI, 1988, p. 112).

Em 1951, foi criada por Gilberto Freyre e Afonso Arinos uma lei que previa penalidades para atos de discriminação de cor e raça em lugares públicos. Esta lei ficou conhecida como a lei Afonso Arinos e admitia com clareza o racismo existente no Brasil.

Por isso, muitos estudiosos têm apontado para a necessidade de se dar maior atenção ao processo educativo que se desenvolve em várias instâncias da convivência humana. É neste processo que se concretizam as falsas concepções a respeito do negro, que são, também, internalizadas pelo próprio grupo étnico em questão, o que dificulta a construção de uma identidade positiva capaz de combater as concepções negativas criadas pelo grupo branco dominante.

A estratégia da democracia racial brasileira, que nega o preconceito e a discriminação, dificulta a percepção do mesmo por boa parte do grupo negro. A ausência da discussão do problema, por parte das famílias, das escolas e da sociedade, em geral, cria uma visão limitada do preconceito, impedindo que, desde criança, o segmento negro tenha uma visão crítica do problema, para que assim possa combatê-lo e construir uma autoimagem e autoestima favorável.

O comportamento cognitivo do preconceito é formado por crenças relacionadas a um determinado grupo de pessoas e que são resistentes a mudanças independente das informações contrárias recebidas. Esta resistência origina-se no comportamento afetivo, pois os sentimentos hostis servem como uma defesa do eu. Assim, a tendência da pessoa comportar-se de forma discriminatória pode ir desde a reprovação até o desejo de destruição.

Os psicólogos interpretam o preconceito, dentro da conduta humana e social, como um afastamento da racionalidade, da justiça e da tolerância, porquanto supõe uma tendência a prejudicar outras pessoas a partir de suas condições raciais, religiosas, políticas, etc. e a se comportar em relação a elas de maneira discriminatória e intolerante. (LLERA, 1998, p. 356).

A interpretação psicológica do preconceito destaca a interação dos fatores pessoais e sociais. O conformismo e as normas sociais adquirem importância, pois se o preconceito é visto como norma, a maioria da sociedade, usando da conformidade social, terá uma grande chance de ser preconceituosa.

Em uma sociedade como a brasileira, com alto grau de discriminação racial, onde negro (a) é sinônimo de feio, fica difícil ser “atrativo” e construir uma autoestima positiva dentro do seu convívio social. A discriminação racial no Brasil está presente em todos os setores da sociedade, entre eles na escola. Mas para que ele seja percebido pela criança ou adolescente negro (a) é necessário um olhar crítico das próprias vítimas de racismo. O que só será possível com um trabalho sério envolvendo família, escola e a sociedade em geral.

A autoestima é uma necessidade humana, que contribui de maneira essencial para o processo da vida. É indispensável para um desenvolvimento saudável. A autoestima positiva fornece resistência, força e capacidade de regeneração. Quando é baixa a autoestima, nossa resistência diante da vida e suas adversidades diminuem e os fatores negativos têm sobre nós mais poder do que os positivos. (BRADEN, 1995)

Segundo Braden, a autoestima tem dois aspectos inter-relacionados que são a noção da eficiência pessoal e a noção do valor pessoal, ou seja, autossuficiência e autorrespeito. A autossuficiência é a confiança na própria mente, na capacidade de pensar, escolher e julgar. É a confiança na capacidade de entender os fatos que ocorrem ao nosso redor e que condizem com nossos interesses e necessidades. Já o autorrespeito é a certeza dos nossos valores e uma atitude afirmativa com relação a nós mesmos, é a sensação de bem-estar, quando reafirmamos nossas vontades, necessidades, é o direito natural de se sentir feliz por estar vivendo.

[...] Se falta a uma pessoa a sensação básica de autorrespeito, de valor pessoal, se ela se percebe indigna do amor e do respeito dos outros e não qualificada para ser feliz, se teme mostrar suas ideias, suas necessidades e vontades – reconhecemos uma deficiência em sua autoestima independente de outros atributos positivos que possa exibir [...] (BRADEN, 1995, p.18).

A escola não fornece nenhum elemento que venha auxiliar a formação da identidade racial e, além disso, reforça de forma negativa alguns estereótipos que prejudicam o processo socializador, não havendo indicação de que a escola esteja preparada para lidar com todos estes problemas.

Os índices de repetência e exclusão são superiores entre os (as) estudantes negros (as). Também os (as) negros (as) que permanecem na escola têm uma trajetória irregular maior que a de estudantes não negros; o atraso escolar é menor entre os não negros e tende a aumentar à medida que aumenta a idade do (a) aluno (a). (ROSEMBERG, 1987).

Estes dados chamam a atenção para a necessidade da sociedade e o sistema educacional reconhecerem a questão da desigualdade racial, procurando acabar com o ritual pedagógico que exclui a história de luta dos (as) negros (as), que impõe um ideal de egocentrismo “branco” e folcloriza a cultura negra. A escola não utiliza como instância mediadora da transmissão do saber as particularidades culturais dos alunos e alunas negros (as):

As práticas pedagógicas continuarão punindo as crianças negras que o sistema de ensino não conseguiu ainda excluir, aplicando-lhes o seguinte castigo: reclusão, ritualização em procedimentos escolares de efeito impeditivo, cujo resultado imediato é o silêncio da criança negra, a curto prazo, e do cidadão, para o resto da vida. (GONÇALVES, 1987, p.30).

Maria de Lourdes Teodoro destaca o processo de relação e confrontação de identidade de outros grupos étnicos, que permite a configuração da própria identidade grupal. Para isso, é necessário que se crie um pacto com valores de todos os grupos étnicos brasileiros, apoiados em material didático e pedagógico, onde todos os segmentos tenham representadas suas imagens de brasileiros na execução de todos os tipos de tarefas que nossa cultura pressupõe e requer. (TEODORO, 1987).

Para Conceição Correia das Chagas no livro, Negro, uma identidade em construção:

A escola que, para a criança é o início de inserção na sociedade já recebe a criança negra segregando-a. A mesma prática é percebida nas igrejas, centros de lazer, revistas infantis, enfim em todos os veículos de comunicação social. [...]

Os livros didáticos e a televisão continuam mantendo o padrão discriminatório, ou evidenciando em gravuras e textos a raça negra em desempenhos desvalorizativos ou simplesmente omitindo a figura do negro. A mesma prática ocorre nos murais dos corredores das escolas e salas de aula. Conclui-se que, alertando o dano que essa prática provoca contra o negro, especialmente a criança negra, em pleno momento de evolução, estaremos contribuindo para devolver ao negro o que lhe é constantemente negado – o direito de ser diferente. (CHAGAS, 1997, p.29).

Se a família e a escola não se preocupam com as questões das convivências étnicas e raciais, estão colaborando para a formação de indivíduos preconceituosos e discriminadores que internalizarão representações preconceituosas a respeito do grupo negro, acabando por acreditar que estas atitudes são as mais corretas. A escola pode levar à construção de indivíduos participantes ou conformados com a que a ele se apresenta. Vale questionar qual tipo de cidadão está sendo formado nas escolas.

Segundo Célia Silva Barros (1988), a criança, no decorrer de seu desenvolvimento, vai modificando suas reações emocionais, socializando e expressando suas emoções. Na idade escolar, ela já controla ou mesmo disfarça suas reações.

Na meninice [...] suas emoções estão muito relacionadas com a afeição que a professora lhe dispensa e com sua posição entre os colegas. Nesse período, as notas, as classificações e a atenção do professor são causas de emoções. Vemos, portanto, que na meninice o indivíduo é suscetível de emocionar-se por causas sociais. Na adolescência, a suscetibilidade emocional já estará bastante socializada, isto é, o rapaz ou a mocinha apresenta emoções conforme seja satisfeito ou frustrado o seu desejo de aprovação social, principalmente por parte de elementos do seu grupo etário. (BARROS, 1988, p. 129).

Esta criança, ao atingir a maturidade, terá, provavelmente, suas emoções relacionadas com o bem-estar ou mal-estar do grupo social do qual faz parte. Portanto, faz-se

necessário conhecer a qualidade do processo de socialização, vivenciada pela criança em seu ambiente escolar ou familiar, pois, só assim, será possível saber em que medida a escola e a família estão contribuindo para a construção de uma sociedade livre de discriminação e preconceitos entre negros (as) e não negros, formando cidadãos com autoconceito e autoaceitação positivos.

No Brasil, onde predomina a visão negativa e preconceituosa a respeito do negro, e onde, ao contrário, se valoriza e identifica positivamente o não negro, gera na criança negra uma dificuldade em construir uma identidade positiva, por falta de modelos e pela enorme quantidade de estereótipos negativos sobre o negro(a). A criança negra interioriza durante seu processo de formação esta dualidade de desvalorização da sua raça e valorização do “branco”, buscando, muitas vezes, o “embranquecimento” como forma de autoafirmação social. O silêncio que envolve essa temática no sistema educacional impede o desenvolvimento de relações étnicas positivas, favorecendo o entendimento “da diferença como desigualdade e o negro como sinônimo de desigual e inferior”. (CAVALLEIRO, 2000).

## **CONCLUSÃO**

Este trabalho mostra que as relações sociais na escola, envolvendo alunos (as) negros (as) não são tão pacíficas como parecem, estando latentes conflitos raciais que interferem em vários aspectos da vida destes alunos, afetando a sua autoestima e comprometendo a construção de um autoconceito positivo.

É de suma importância que a criança negra construa um autoconceito positivo, pois ele irá influenciar em algumas de suas atitudes. É necessário, portanto, que pais e professores acentuem os aspectos positivos da criança, sendo cuidadosos para não diminuir a autoestima e a autovalorização da criança.

Ao depararem com a indiferença, muitas vezes da própria família, relatando discriminações sofridas na rua ou na escola, criam dificuldades para desenvolver uma visão crítica da situação. Ao encontrar-se sem orientação adequada na sua própria família, a tendência é que o indivíduo perca a confiança em si próprio, passando a ter uma baixa autoestima.

Na escola, o (a) aluno (a) encontra um ambiente que se apresenta como democrático, onde todos são iguais perante a lei, só que na prática, ainda em tenra idade ele descobre que esse “paraíso” não lhe reserva boas experiências, não encontrando um ambiente favorável

para a resolução dos seus conflitos, tendo com isso, que lutar sozinho (a) para encontrar a melhor solução e viver pacificamente na comunidade escolar.

Ainda criança percebe que o silêncio tão disseminado no meio em questão, é a melhor forma para ocultar os seus conflitos interiores. Isola-se por achar que ser negro (a) é um defeito, introjetando conceitos reproduzidos pela sociedade. De início procura encontrar um “porto seguro” e busca por ele, no entanto, descobre que em uma sociedade racista e discriminatória o espaço reservado ao (a) negro (a) é limitado e de difícil acesso.

Portanto, os (as) professores (as) devem assumir uma postura pedagógica comprometida com uma educação de qualidade, pois o seu papel como agente transformador é fundamental nas prováveis mudanças que precisam acontecer no contexto escolar. É de suma importância uma ação pedagógica para mudar este quadro que envolve o (a) aluno (a) negro (a) nas escolas públicas em Vitória da Conquista. Mas importante ainda é a ajuda que os (as) professores (as) podem dar na elevação da autoestima dos (as) seus (as) alunos (as), ao apresentar as relações étnico-raciais de forma contextualizada, mostrando as contribuições do segmento negro na construção da sociedade brasileira.

Assim, fazendo um apelo à escola, o professor Kabengele Munanga (2008) incentiva a propagação da diversidade cultural, para que a criança aprenda o valor de todas as etnias (portugueses, japoneses, negros, índios e outros) e a contribuição de cada uma delas para o desenvolvimento do país.

A escola é o lugar ideal para se promover a conscientização e o despertar da consciência crítica para tudo que está acontecendo em relação à aceitação do negro na sociedade; porém, segundo Ana Célia da Silva, o que se presencia é que:

[...] O sistema oficial de ensino tem, na escola e no livro didático, seus principais agentes de veiculação das ideologias da classe dominante que está comprometido com a expansão da cultura e dos valores desta classe, hegemonicamente europeus, com a prática de branqueamento e inferiorização dos segmentos dominados. (SILVA, 1987, p.97-98).

Para SILVA (1995), o livro didático, pelo caráter de “verdadeiro” e pela importância que lhe é atribuída, contribui muito para a fragmentação da identidade e da autoestima do (a) negro (a), pois nas raras vezes que o segmento negro aparece, sua presença se dá de forma estereotipada, omitindo o processo histórico e cultural, contribuições e lutas desse segmento.



Sendo que ninguém nasce racista, é certo que se aprende a sê-lo, seja na família ou na escola, assim, esse quadro começará a mudar no momento em que as transformações começam a ocorrer em todos os setores da sociedade, ou seja, na família, na escola, na sociedade civil e com políticas públicas adequadas.

Em um primeiro momento, essas mudanças ocorreriam no seio familiar, através do reconhecimento de que realmente existe racismo no Brasil, e a partir desse pressuposto reagir dando apoio e buscando soluções para as denúncias apresentadas por seus filhos. Essa atitude propiciará na criança e no adolescente negro a formação de uma identidade positiva, o que será de suma importância para o desenvolvimento de uma autoestima elevada.

Eliane Cavalleiro, alerta que para acabar com as questões de discriminação racial nas escolas, é preciso ter a seguinte postura:

É, portanto indispensável, a elaboração de um trabalho que promova o respeito mútuo, o reconhecimento das diferenças, a possibilidade de se falar sobre elas, sem receio, e sem preconceito.

Finalmente, não há como retirar de nossas mãos a obrigação de direcionarmos um olhar mais amplo para o mundo e, assim, perceber o quanto nós também interiorizamos e servimos a esta ideologia racista. (CAVALLEIRO, 2000, p.101).

Portanto, a escola tem pela frente diversos desafios para que possa lidar com a discriminação racial nas escolas. O primeiro deles será encontrar mecanismos de combate ao preconceito e discriminações raciais na família e na escola. O segundo, elaborar propostas curriculares e educacionais para o enfrentamento das questões raciais, a partir da pré-escola. O terceiro é a necessidade de se elaborar novas propostas e material didático para enfrentar o problema e o quarto, exigir a formação de uma identidade negra positiva que se construa na relação com o não negro e no reconhecimento das diferenças.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRADEN, Nathaniel. *O que é autoestima?* In: CLARET, Martin; (org.). *O poder da autoestima*. São Paulo: Ed. Martin Claret Ltda, 1995. p. 09-20.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O racismo na História do Brasil – Mito e realidade*. 5ª Edição. São Paulo: Ed. Ática. 1997.

CAVALLEIRO, Eliane. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. 1ª ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2000.

CHAGAS, Conceição Corrêa das. *Negro, uma identidade em construção*. 2ª edição. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

BARROS, Célia Silva Guimarães. *Pontos de Psicologia do Desenvolvimento*. 3ª Ed. São Paulo: Ed. Ática, 1988. pg. 129-130.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 36ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1999.

GONÇALVES, L. A. Reflexão sobre a particularidade cultural na educação de crianças negras. In: ROSEMBERG, Fulvia; PINTO, Regina Pahim (org.). *Raça Negra e Educação*. São Paulo: Nov./1987, Cadernos de Pesquisa nº 63.p. 27 a 30.

IANNI, Octavio. *Escravidão e Racismo*. 2ª edição. São Paulo. Ed. Hucitec, 1988.

LLERA, Jesús Beltrán de. *Psicologia*. 1ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1993. p. 101 a 120, 356 a 358. Coleção Introdução e conceitos.

MUNANGA, Kabengele. *Revista Raça*. Net, Rio de Janeiro. Seção Revistas. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/símbolo/raça/1000/entrevista.htm>

Acesso em 03 janeiro 2008.

SCHWARCZ, LILIA Moritz. *O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil-1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SILVA, Ana Célia da. *A discriminação do negro no livro didático*. Salvador: Centro Editorial e Didático, 1995.

\_\_\_\_\_. Projeto de Pesquisa, estereótipos em relação ao negro no livro de comunicação e expressão do 1º grau-Nível I. In. ROSEMBERG, Fulvia; PINTO, Regina Pahim (org.). *Raça Negra e Educação*. São Paulo: Nov./1987, Cadernos de Pesquisa nº 63.p. 96-98.

TEODORO, Maria de Lourdes. Identidade, Cultura e Educação. In: ROSEMBERG, Fulvia; PINTO, Regina Pahim (org.). *Raça Negra e Educação*. São Paulo: Nov./1987, Cadernos de Pesquisa nº 63. p. 46-48.

## **Revolta, memória e organização militar na fronteira entre Pará e Maranhão na primeira metade do século XIX**

*Sueny Diana Oliveira de Souza*

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará. Orientadora: Magda Maria de Oliveira Ricci.  
Professora da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará.

E-mail: Suenyhist@gmail.com

### **RESUMO**

O presente trabalho objetiva discutir o processo de reorganização militar ocorrido na região de Turiaçu, na fronteira entre Pará e Maranhão, na primeira metade do século XIX. Um lugar distante que em agosto de 1824 foi palco de uma revolta sangrenta. Na ocasião a freguesia de Turiaçu foi tomada por militares com adesão dos diferentes sujeitos. Em 1830 a memória da revolta ainda permeava as ações províncias nessa área de fronteira. O medo de organizações plurais das gentes que ocupavam a região era constante. E, gerou debates sobre estratégias de proteção, domínio e organização de militares nessa zona de fronteira. Discutir essa nova organização militar é o centro do presente trabalho.

**Palavras-chave:** Fronteira; Pará-Maranhão; Turiaçu

### **ABSTRACT**

This article focuses on the process of military reorganization occurred in the region of Turiaçu on the border between Pará and Maranhão, in the first half of the nineteenth century. A distant place in August 1824 was the scene of a bloody revolt. On the occasion of the parish was taken by military Turiaçu with membership of different subjects. In 1830 the memory of the revolt still pervaded the provinces actions in this border area. Fear of organizations plural of the people who occupied the region was constant. And, generated debates about protection strategies, and domain organization of the military in this frontier area. Discuss this new military organization is the center of this work.

**Keywords:** Border; Pará-Maranhão; Turiaçu

## **Fronteira em conflito: a revolta de 1824**

Chegar a longínqua região de fronteira entre o Pará e o Maranhão em fins do século XVIII e início do XIX demandava esforços, gastos e desafios<sup>1</sup>. Porém chegar até a fronteira – no rio e freguesia de Turiaçu – não era o único problema. O Turiaçu, não era uma região difícil simplesmente pelo trajeto, mas, sobretudo, no controle sobre os sujeitos que compunham aquele espaço.

O Turiaçu podia configurar-se para o governo luso como o estranho a ser alcançado, ou o difícil a ser domado. Essa região era composta por indígenas, negros fugitivos, homens brancos pobres, desertores que habitavam uma fronteira sempre carente de trabalhadores. E, essa carência era agravada com o fato de que estes povos viviam em um universo onde trabalhar e fugir ao trabalho era a regra do viver.

Foi nesse mundo distante que parecia destoa dos princípios portugueses desejados para a região que em 26 de agosto de 1824 nas margens do rio Turiaçu, na freguesia de mesmo nome, uma revolta sangrenta aflorou. Na ocasião o lugar foi tomado por militares. Cento e cinquenta soldados seguiram dos destacamentos militares de Bragança e Turiaçu liderados pelo capitão reformado Manoel de Nascimento de Almeida e os comandantes José Florêncio e André Miguel. Aos militares se juntaram dezenas de escravos africanos, índios e outros civis. Quando os soldados ocuparam a freguesia de Turiaçu a maioria dos habitantes saíram de suas casas e abandonaram a região, pois haviam rumores de que os índios pretendiam matar europeus e brasileiros brancos que estivessem com eles.<sup>2</sup>

Durante o deslocamento para o Turiaçu alguns índios assassinaram Miguel Joaquim Faial e José da Maia, europeus e donos de fazendas da região. Ainda no Turiaçu escravos africanos executaram o feitor Bento Roque que pretendia conter os negros envolvidos na revolta. Os índios, além de executarem europeus tinham o intuito de assassinar o capitão militar da freguesia de Turiaçu José Gonçalves de Azevedo, assim como o juiz ordinário e o vigário do lugar.

A revolta que inicialmente parecia ser de militares ganhou maiores proporções. Shirley Nogueira afirma que a revolta do Turiaçu “tinha como objetivo disseminar os ideais republicanos que permeavam na província do Pará no pós-Independência”. Porém, talvez os negros, escravos e fugitivos, homens brancos pobres e índios que adentraram no conflito tenham feito como forma de questionar por interesses distintos aos dos militares. Para Nogueira estes homens “questionavam não o regime, mas a presença e autoridade de europeus na região”. O fato é que esse movimento mobilizou um número expressivo de sujeitos de

diferentes etnias cujos anseios dentro da revolta provavelmente também eram distintos. A entrada de sujeitos de diferentes etnias no conflito não estava relacionado a um sentimento de pertencimento étnico ou social, nem eram pautados nos mesmos interesses que dos militares, mas possivelmente se valeram da conjuntura na qual estavam inseridos para combater os que desprezavam e reivindicar por princípios que consideravam legítimos.

Após a tomada de Turiaçu os revoltosos se deslocaram em direção à Bragança, que no momento ainda era sede da freguesia de Turiaçu. Nesta vila, praticaram violências contra os brancos. A revolta, segundo Hernani Nonato, também se deu como repúdio a ação de controle e repressão utilizados na região. Como manifestação desses descontentamentos os rebeldes mataram o chefe local, Ferreira Barreto, e repetiram violências de toda espécie. Tanto em Bragança como no Turiaçu os rebeldes receberam adesão gradativa de índios e de escravos. O presidente provincial José de Araújo Roso enviou sobre a região “força repressora que impôs o retorno à ordem”. Porém, o resultado do conflito, além de retomar o controle sobre a região, foi o número de mortes. Segundo Donato, dezenas de pessoas foram abatidas durante o domínio dos revoltosos.<sup>3</sup>

Em janeiro de 1830 a memória da revolta de 1824 ainda permeava as ações províncias nessa área de fronteira. O medo de organizações plurais das gentes que ocupavam legal e ilegalmente a região era constante. E, gerou debates sobre estratégias de proteção, domínio e organização, sobretudo, de militares nessa zona de fronteira.

### **Entre embates e reformulações: o pós revolta**

Em janeiro de 1830 um embate entre o Juiz de Paz e o Comandante Militar da vila de Bragança permite perceber a pluralidade das relações na região de fronteira, os diferentes sujeitos e as estratégias de contenção dos errantes. Na ocasião – por meio de um ofício – o Juiz de Paz questionava a necessidade de se ter dois regimentos no distrito e um número de praças, segundo ele, numeroso. Em virtude desse posicionamento do Juiz de Paz o Comandante Militar de Bragança se manifestou e relatou que a atitude do Juiz se justificava, visto que seus conselheiros eram constantemente réus de polícia incluindo seu genro Antonio Jozé Soares, Tenente de ligeiros, que nas informações de conduta era incorrigível em virtude do seu constante estado de embriagues sendo preso com frequência no quartel de Bragança. O tenente Antonio Jozé Soares sempre fora de hora amotinava a vizinhança e todo o território da região. Em uma patrulha policial chegaram a ser apreendidos garrafões e potes de vinho que os escravos do juiz de paz tinham ido buscar a bordo de uma embarcação naufragada.<sup>4</sup>

O Juiz de Paz questionava a existência dos regimentos afirmando que o destacamento do distrito em outro tempo era composto de 6 praças e um inferior de 1ª linha. Porém o comandante dizia não lembrar desse tempo, a não ser que fosse no período em que a maior parte dos soldados milicianos das duas companhias de Bragança e das de Turiaçu se amotinaram e assassinaram o coronel comandante militar do distrito Pedro Miguel Ferreira Barreto e outros muitos habitantes nas suas próprias casas. Lembrando que após efetuarem as mortes os amotinados roubaram os assassinados. O comandante relatou que esses soldados insubordinados nunca haviam conhecido os oficiais e oficiais inferiores de suas respectivas companhias e quando eram chamados para o serviço de Sua Magestade mandavam dizer a seus comandantes que não queriam e não vinham. Tais atos de insubordinação e recusa ao trabalho perduraram por longos tempos até a chegada do Comandante Militar desta vila.<sup>5</sup>

A recusa ao trabalho demonstra uma clara rejeição e disputa entre o viver para si e o trabalhar para outros, entre formas de viver suas liberdades e formas de trabalho imposto compulsoriamente. Isso fica claro quando no ato de posse do Comandante Militar este ter mandado chamar os soldados para se apresentarem, sendo que apenas os que eram “bons” vieram e os que não eram bons fugiram. Com a recusa ao trabalho o Comandante mandou escoltas sobre os fugitivos fazendo-os entrar em ordem regular de serviço de forma que em 1830 obedeciam a seus oficiais e oficiais inferiores.

Nas malhas do recrutamento e da deserção estes homens construíram vidas complexas, que muitas vezes mesclavam períodos de proximidade com as autoridades e outros momentos de distanciamento dos mesmos. Fugitivos e desertores eram constantemente capturados e se transformavam em soldados. Alguns voltavam a fugir, mas outros se fixavam e até subiam de patente. Alguns viviam entre o Pará e o Maranhão, errantes sem uma terra fixa e própria, mas donos de muitos conhecimentos da natureza local, dos rios e de suas sutilezas. Com estes conhecimentos viviam nas canoas e no meio dos trabalhadores e soldados que povoavam a região. Esses sujeitos demonstraram de muitas formas suas insatisfações e posições sobre muitas ações desenvolvidas pelo governo, além da fuga, estabelecimento de mocambos e deserção, também partiram para o confronto físico no qual se revoltaram contra sujeitos dos governos questionando sua leis e ordens como ocorreu, tanto em Bragança, como no Turiaçu no ano de 1824.

De 1824 a 1830 as dificuldades de se estabelecer o “controle” da região de fronteira foram muitas, principalmente, porque as forças policiais responsáveis por tal intento também encontravam-se dispersas e “insubordinadas”. As difíceis condições em que viviam e trabalhavam os militares da fronteira eram queixas constantes e perdurou por longos anos. No

início do século XIX a fronteira entre Pará e Maranhão contava com vários destacamentos, porém estes, em geral eram formados por alguns poucos soldados, além de um ou dois oficiais. A diminuta presença desses militares, no início do século, servia para que se consolidasse um problema: existia a presença de forças portuguesas no local, mas sua quantidade e qualidade delimitavam tênues fronteiras entre sua ineficiência e também sua provável vulnerabilidade frente aos problemas enfrentados. Estes oficiais e soldados estavam expostos tanto aos graves conflitos sociais e políticos locais, quanto à provável corrupção deles decorrentes.

No início da década de 1830 nessa zona de fronteira haviam dois pontos que se encontravam melhor guarnecidos com 4 praças, sendo 2 de 1ª linha e dois de 2ª linha. Esses pontos eram os portos (de Bragança e Turiaçu), e o interior da vila de Bragança, a fim de se evitar que por aí entrassem homens criminosos e desertores, para cometerem mortes ou roubos na região. Na ocasião o Comandante Militar ressaltava a necessidade de se manter um destacamento com 6 inferiores e 50 praças na região, em virtude do serviço e controle necessário do território. Pois que mesmo com essa pequena força, “as escoltas tem capturado os indivíduos criminosos”.

O Comandante Militar se pronunciava com o objetivo de debater a afirmativa do Juiz de Paz que afirmava que a região só precisaria dispor de um destacamento “de 6 praças e 1 inferior como em outro tempo”. Para o Comandante Militar era “necessário excessiva prudencia para os sufferer os criminosos”, pois em outro tempo podia ser que “todos os homens fossem santos e hoje se tornassem maus”. Somente com uma numerosa guarnição os habitantes de Bragança e Turiaçu podiam gozar de sossego e tranquilidade, caso contrário “os malvados habitantes se devorariam uns aos outros”.

### **A organização militar no Turiaçu em tempos cabanos**

Em dezembro de 1835 em correspondência encaminhada pelo presidente da província do Maranhão Antonio Pedro da Costa Ferreira é possível observar o quadro preocupante em que se encontrava a fronteira entre Pará e Maranhão em tempos da Cabanagem<sup>6</sup>. Neste momento enquanto Belém encontrava-se sob o domínio cabano foram direcionados ao Turiaçu moções de gêneros para o “sustento d’luta das tropas e empregados que estão unidos ao governo alguns Guarelas Nacionais e alguns miseraveis...”, já que a vila de Turiaçu havia sido tomada pelos rebeldes. Em 30 de dezembro o governador do Maranhão informava a apreensão de 19 cabanos pelas forças expedicionárias vindas do Ceará. Nesse momento o

governador recomendava às forças legalistas que se dessem condições para manter a tropa cearense e os aprisionados no Turiaçu, pois o governo maranhense não se encontrava em condições de recebê-los, até porque o sustento destes na fronteira seria mais fácil e menos oneroso para a fazenda.<sup>7</sup>

A região do Turiaçu sempre foi vista como um lugar de “vadios” e criminosos, e segundo Baena um lugar cujos habitantes sofriam com a falta de “indicação da causa moral ou política”.<sup>8</sup> Quando da invasão cabana, o Turiaçu era uma recente localidade elevada a condição de vila.<sup>9</sup> Em 9 de março de 1836 os moradores de Bragança faziam proposições a respeito dos procedimentos a serem dados as tropas que ainda se encontravam estacionadas no Turiaçu. Porém, haviam muitas dúvidas a cerca dos procedimentos a serem tomados. Bragança era tida como uma vila que “nunca se tem envolvido em negócios a que chamão políticos, só em 1824 a canalha fes ali o seu enzahio em que houverão mortes e roubos, os malvados d’aqueles sitios...”.<sup>10</sup> A canalha de 1824 eram provenientes do Turiaçu. A região por diversas ocasiões foi palco de embates e tensos conflitos entre os diferentes sujeitos e autoridades coloniais e imperiais. A década de 30 do oitocentos, foi marcada por reformulações no âmbito militar e no início dessa década na fronteira a necessidade da reformulação aparecia com o intuito de não se reviver o caos vivenciado por seus habitantes no ano de 1824.<sup>11</sup>

No início da década de 30 se a discussão sobre a necessidade de proteger e estabelecer a ordem na fronteira rememorava o ano de 1824, em 1835 - com os acontecimentos ocorridos em Belém em janeiro -, a presença de indivíduos na fronteira que compactuam dos ideais cabanos tornava real o temor de novas organizações da “canalha”. E esse temor mobilizou não só as autoridades do Pará, mas colocava em alerta todas as províncias vizinhas que atuaram ativamente no combate aos revoltosos. Como Belém estava sob o controle dos cabanos tornar a fronteira com o Maranhão livre de insubordinados podia ser um passo importante para retomar o controle da Província, assim como impedir a expansão cabana para as províncias vizinhas. Exemplo disso pode ser visto na descrição das ações pensadas para as tropas cearenses estabelecidas no Turiaçu.

Respeito as operaçoens das forças que se achão em Turiassu e julho indispençavel para que deponhão e (em movimento quando) seja chegada a Villa da Vigia botar latares e partir então e forças da Vigia para os povos de baixo, ao mesmo tempo partir de Turyassu para sima a encontraremse, quando aqueles povos e armados os cidadãos da sua ordem e tudo (antes) dependera dos juízes de Paz que ali vem por em actividade fazendo prender todos os assassinos que escaparem e tirarem as armas aos que tiverem serteza que forão constringidos pellos malvados, pois que he impossível terse tropa em



todos os portos, o primeiro he que os homens amigos da ordem estejam vigilantes neste encontro desce recolher-se muito armamento de Brigue...<sup>12</sup>

Além das tropas cearenses direcionadas para a fronteira, a região contou ainda, em 1835, com a presença de militares da província de Pernambuco. Entretanto, a brigada que foi direcionada de Pernambuco não chegou completa ao Turiaçu pelos soldados veteranos acostumados “a uma guerra umilhante”, tendo vindo em seu lugar (secratas) que ganharam uniformes e armamentos para que assim pudessem entrar com mais firmeza nas operações a que seriam destinados. A brigada de Pernambuco encontrava-se sem navios pequenos para realizar o trajeto até a fronteira e a outra canoa que seria utilizada no transporte teve que ser direcionada para atender os passageiros da fragata Imperatriz que naufragou ao partir em direção a corte. O governador do Maranhão relatava a dificuldade que as tropas vindas de Maranhão, Ceará e Pernambuco enfrentavam para se deslocar para além do Turiaçu e Bragança, uma vez que na região das salinas muitas embarcações acabavam presas nos bancos de areia e que era essencial que todo navio que chegasse a região fosse guiado por um prático a fim de se evitar esses contratempos.<sup>13</sup>

Em março de 1836 Manoel Jorge Rodrigues em correspondência à Antonio Pedro da Costa Ferreira, presidente da capitania do Maranhão, informava que alguns dos malvados que se encontravam na fronteira, eram antigos conhecidos da região por terem participado da revolta ocorrida em 1824. Eram “malvados” que também já tinham andado pelo Acará e Vigia, e, que no Turiaçu agora “não estão afoguiados fogem logo que se lhe apresenta qualquer força, tem falta de muniçoens, e talvez poucos estejam armados, apesar de haverem tido tantas armas em Salinas...”.<sup>14</sup> Porém era preciso saber do espírito do povo de Bragança e conhecer os homens de caráter do Turiaçu para assim restabelecer o controle sobre a região, pois “se tomando este ponto fica igualmente capas de fazer segura a estrada que conduz a essa província, como estão os tapuios armados, se tem munição se são como os supponho mais temosatos ou menos aguerridos...”.<sup>15</sup>

A tomado do Turiaçu pelos rebeldes – como ocorrera em toda a província – foi uma organização composta por uma pluralidade de gentes. Porém Rodrigues, destacando as características da invasão da vila de Turiaçu, acreditava que essa foi uma invasão que contou com tapuias, mais que provavelmente estes foram a minoria. Essa conclusão se deu visto que para Rodrigues,

os tapuias em todos os tempos e lugares são propenzos aos roubos, e de tempos a tempos fasião a sua rusga, mais seis soldados os fazia dispersar, agora com a escolha que tem tido he conhecido o que tem feito. Também nota que deixarão aqueles povos

em socego athe depois da tomada da cidade o que prova são menos, mas repito os que estão mais perto são os que podem melhor ajuizar...<sup>16</sup>

Mobilizar tropas para o controle dos revoltosos na fronteira não foi tarefa fácil, não apenas pela mobilidade e organização dos rebeldes, mas também pela dificuldade de as tropas legalistas se deslocarem até fronteira e para além dela.<sup>17</sup> A navegação pela costa era perigosa e muito temida, sobretudo, para embarcações de médio porte, por isso que o deslocamento por vias terrestres e intra-rios, foi muito constante entre Pará e Maranhão. Por isso ter o controle da zona de fronteira era garantir também o controle das estradas de comunicação das duas capitanias.

Ter militares na região do Turiaçu sempre foi uma necessidade e preocupação do governo fosse ele do Pará ou Maranhão. Com a Cabanagem a organização militar no Pará sofreu profundas transformações. Com Soares D'Andrea no Pará foram criados os Comandos Militares que, segundo Shirley Nogueira “começou a recrutar na Província homens para compor as tropas locais em abril de 1837, depois de não receber o número desejado de tropas”.<sup>18</sup> Os Comandantes Militares estavam imediatamente sujeitos ao Governo da Província, e regulados por suas instruções. Em março de 1838 o Major Francisco Xavier Torres era o responsável pelo Comando Militar do Turiaçu, Bragança, Vizeu e Ourém.<sup>19</sup> Os Comandantes Militares, segundo Shirley Nogueira tinham cinco atribuições que eram,

Comandar a Guarda Policial de seus distritos; ser responsável pela comunicação oficial com o comando das armas e com outros comandos, mas somente em caso de necessidade; **“auxiliar a justiça, quando solicitado por autoridade competente”**; velar sobre a tranqüilidade pública do seu distrito; prender os “perturbadores da ordem pública quando estes se apresentarem armados, **ou q(uan)do os juizes de paz pedirem a prisão apresentado auto de denúncia”**,<sup>20</sup> A terceira e a última função submetiam os comandos militares novamente aos juizes, e devolviam as antigas atribuições dos juizes de paz, intensamente combatidos por Andréa, reforçando os poderes locais.<sup>21</sup>

A Cabanagem obrigou as autoridades imperiais a repensarem as estratégias que estavam sendo implementadas em todo o Império e adequa-las as particularidades da região amazônica em tempos de conflito. Com Andrea a instituição dos Juizes de Paz também ganhou novas atribuições, a proposição era fazer “de toda a extensão de huma província huma espécie de aggregado de pequeninos Estados, sem dependência huns dos outros, e quase independentes de outra alguma autoridade”. Para além dos Comandos Militares e Juizes de Paz Andrea precisou ampliar o número de “autoridades” envolvidas na busca para se estabelecer a ordem na província. Andrea destacou que “as circunstancias desta província, me obrigarão a lançar mão de alguns militares mais hábeis, e de lhes entregar a administração de

grandes distritos, como delegados do governo da província; e não tem concorrido pouco este methodo para o restabelecimento da ordem...”.<sup>22</sup> E, “além destes comandantes gerais (militares), existem já outros commandantes subalternos em algumas villas, que o exigem...”.<sup>23</sup>

A região de fronteira, assim como todo Pará, ganhou novas autoridades e novas medidas para contenção dos rebeldes. A vila do Turiaçu que foi invadida pelos cabanos foi também um dos primeiros pontos a serem pacificados, o que não significa dizer que assim ficou totalmente livres dos ideais cabanos. Mas, após a retomada da vila pelas forças legalistas não houve uma nova investida pelos rebeldes. A região, no entanto, seguiu como um grande percalço para a ordem da província, e, após a pacificação da região muitas foram as investidas e solicitações de desanexação da região do Turiaçu da província do Pará, pois com isso acreditava-se ou tentava-se se “livrar” de um problema sempre eminente.

## **Conclusão**

A região do Turiaçu vivenciou diferentes momentos de conflitos e atuação do governo português. Um território que sempre precisou ser “domado” recebeu maior atenção no campo militar após a revolta de 1824 e os acontecimentos que se seguiram a ela. Em 1830 é evidente a preocupação de se reviver as atrocidades desencadeadas anos anteriores. Com a eclosão da Cabanagem no Pará e a invasão cabana no Turiaçu os temores de 1824 pareciam tornar-se real. Por mais que em 1830 tenha ocorrido uma reformulação e aumento no número dos destacamentos militares nessa zona de fronteira, foi com a Cabanagem que tais transformações foram significativamente sentidas.

A região do Turiaçu foi por muito tempo concebida e rememorada como um “sertão” composto por criminosos e insubordinados que necessitava ser controlado. E, mesmo com todas as investidas do Estado Português ainda na primeira metade do século XIX a região parecia viver ou seguir por caminhos que destoavam dos interesses portugueses pensados para a região. O que parece ter intensificado o interesse da província do Pará em eliminar do seu território essa região conflituosa e “problemática”. Entretanto, a vila de Turiaçu só passou para a jurisdição do Maranhão no ano de 1852.

## Referências Bibliográficas

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio Corográfico sobre a província do Pará**. Brasília: Senado Federal, 2004.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)**. Belém: Editora Açaí, 2010.

CRUZ, Ernesto. **História do Pará**. 2º volume. Belém: Governo do Estado do Pará, 1973.

DONATO, Hernani. **Dicionário das batalhas brasileiras**. São Paulo: IBRASA, 1987.

KIDER, Daniel. **Reminiscências de viagens e permanências nas Províncias do Norte do Brasil**. São Paulo: Itatiaia, 1980.

MARQUES, Augusto César. **Apontamentos para o dicionário histórico, geográfico, topográfico e estatístico da Província do Maranhão**. José Maria Correa de Frias Editor, 1864.

---

<sup>1</sup> Ver: SOUZA, Sueny. “Um rio e suas gentes: ocupação e conflitos nas margens do rio Turiaçu na fronteira entre Pará e Maranhão (1790-1824)”. Dissertação de Mestrado em História Social da Amazônia - Universidade Federal do Pará, 2012. Sobre sua condição de vila de fronteira incerta e repleta de problemas políticos e sociais no final do período colonial, ver: SOUZA, Sueny Diana Oliveira de; RICCI, Magda. “Fronteira em movimento: o Pará e o Maranhão a partir dos sertões do Turiaçu (1772-1808). In: Eduardo Scheidt. (Org.). *História Social das Fronteiras*. 1ed. Rio de Janeiro: Paço Editorial, 2012, v. 1, pp. 115-130.

<sup>2</sup> APEP. Correspondências de diversos com o governo. Cod. 901, doc, 34.

<sup>3</sup> DONATO, Hernani. *Dicionário das batalhas brasileiras*. São Paulo: IBRASA, 1987.

<sup>4</sup> APEP. Correspondências de diversos com o governo. Cod. 890, doc, 14.

<sup>5</sup> *Ibidem*.

<sup>6</sup> Para maiores informações sobre o movimento cabano e seus principais autores e obras, ver balanços historiográficos de: SALLES, Vicente. *Memória bibliográfica do Grão-Pará – Cabanagem*. Brasília: Micro Edição do Autor, 2005; HARRIS, Mark. “Pará in the age of revolution: history and historiography” *Rebellion on the Amazon. The Cabanagem race, and popular culture in the north of Brazil, 1798-1840*. New York: Cambridge, 2010, pp. 10-30; PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Visões da Cabanagem: uma revolta popular e suas representações na historiografia*. Manaus: Valer, 2001. RICCI, Magda. “Do sentido aos significados da Cabanagem: percursos historiográficos”, *Anais do Arquivo Público do Pará*, vol. 4, tomo I, Belém, 2001, p. 241-274; RICCI, Magda. “Llagas de guerra y actos de fe política: la ‘Cabanagem’ en la narrativa historiográfica y antropológica”. *Boletín Americanista*, Barcelona: v. 1, 2012, pp. 33-57.

<sup>7</sup> APEP. Correspondência do governo do Maranhão com diversos (1835-1836), p, 36.

<sup>8</sup> BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio Corográfico sobre a província do Pará*. Brasília: Senado Federal, 2004, p. 256.

<sup>9</sup> O Turiaçu foi elevado a condição de vila em 1834.

<sup>10</sup> APEP. Correspondência do governo do Maranhão com diversos (1835-1836), p, 78.

<sup>11</sup> Em 1824 a freguesia de Turiaçu foi tomada por militares. Cento e cinquenta soldados seguiram dos destacamentos militares de Bragança e Turiaçu liderados pelo capitão reformado Manoel de Nascimento de Almeida e os comandantes José Florêncio e André Miguel. Aos militares se juntaram dezenas de escravos africanos, índios e outros civis. Quando os soldados ocuparam a freguesia de Turiaçu a maioria dos habitantes saíram de suas casas e abandonaram a região, pois haviam rumores de que os índios pretendiam matar europeus e brasileiros brancos que estivessem com eles (APEP: Cod. 901, doc, 34).

<sup>12</sup> APEP. Correspondência do governo do Maranhão com diversos (1835-1836), p, 36.

<sup>13</sup> APEP Correspondência do governo do Maranhão com diversos (1835-1836), p, 36.

<sup>14</sup> APEP. Correspondência do governo do Maranhão com diversos (1835-1836), p. 78.

<sup>15</sup> *Ibidem.*

<sup>16</sup> *Ibidem.*

<sup>17</sup> Sobre essa questão ver o artigo: RICCI, Magda e SOUZA, Sueny de. “Distantes de todos, vivendo por si: uma história das estradas, viagens e dos moradores na fronteira sul da Amazônia entre 1750 e 1850”. Revista Diálogos, 2014 (No prelo).

<sup>18</sup> NOGUEIRA, Shirley. “A soldadesca desenfreada”: politização militar no Grão-Pará da Era da Independência (1790-1850). *Tese de Doutorado do Programa em Pós-graduação em História Social do Brasil -UFBA*, Salvador, 2009, p. 284.

<sup>19</sup> APEP. Discurso do Presidente da Província do Pará (Francisco José de Souza Soares D’Andrea)... 02 de março de 1838, p. 25-27.

<sup>20</sup> APEP, FSPP, Correspondência do Comando Militar com Diversos, código 1120. Ofício de 10 de dezembro de 1840.

<sup>21</sup> NOGUEIRA, Shirley. *Op. Cit.*, p. 284.

<sup>22</sup> APEP. Discurso do Presidente da Província do Pará (Francisco José de Souza Soares D’Andrea)... 02 de março de 1838, p. 04-05.

<sup>23</sup> *Ibidem.*

## **Amigos para sempre O embelezamento das relações entre ditaduras na imprensa portuguesa**

Susana Guerra  
Doutora em História  
FLUP - Universidade do Porto, Portugal  
[guerralocal@gmail.com](mailto:guerralocal@gmail.com)

Em 1960 ocorre uma reunião oficial entre Salazar, chefe de Estado português, e Bhumibol, representando a ditadura militar tailandesa. Convertendo o encontro em informação que desviava a atenção de ambas as políticas internas e externas, pelo uso de imagens de beleza e exotismo, assim como pela omissão de informações políticas relevantes sobre a relação entre os dois países, a imprensa portuguesa contribuiu assim para ocultar confrontos que permeavam a realidade portuguesa. Este trabalho analisa o modo como a imprensa abordou o evento, tentando identificar, quer pelo dito, quer pelo omissivo, seu derradeiro objetivo.

Imprensa – Propaganda – Ditadura

In 1960 took place an meeting between Portuguese head of state Salazar, and Bhumibol, in behalf of Thai dictatorship. This meeting was about to be converted in information that would turn the attention from the political intentions of both countries, using images of beauty and exotic, while important political information on the relationship between them was omitted. Doing so, the Portuguese press gave its contribution in hiding the crashes that spread through Portuguese reality. This paper aims to analyze the way the press handled the event, as it tries to identify, looking through what's been said, as well as unsaid, its utmost aim.

Press – Propaganda – Dictatorship

Em 1960 ocorre uma reunião oficial entre Salazar, chefe de Estado português, e Bhumibol, representando a ditadura militar tailandesa. Este trabalho analisa o modo como a imprensa oficialista abordou o evento, tentando identificar, quer pelo dito, quer pelo omissivo, o seu derradeiro objetivo. A saber: convertendo o encontro em informação que desviava a atenção de ambas políticas internas e externas, pelo uso de imagens de beleza e exotismo, assim como pela omissão de informações políticas relevantes sobre a relação entre os dois países, tratava-se de ocultar confrontos que permeavam a realidade portuguesa.

Por outras palavras, propomo-nos pensar para além da sua ação normalizadora, derivada de um contexto de censura e propaganda, os textos e imagens publicados pela imprensa portuguesa num momento de tensão para o regime, propondo uma leitura alternativa daquilo que surge como esgotado, com o fim de revelar o que está oculto, os seus objetivos últimos.

Mais concretamente, procuraremos explorar a tentativa do regime português de instrumentalizar o encontro entre Bhumibol, rei da Tailândia, e Salazar, líder do Estado Novo português, onde, por um lado, recuperou o mito de um passado colonial glorioso e sem conflitos, fazendo jogar de modo simbólico uma história ideologicamente construída em torno das relações centenárias, associadas à ideia do império e, por outro, reforçou, simultaneamente, a construção ideológica veiculada pela propaganda do regime, o mito de Portugal, a imagem de um Portugal ficcional, que ao mesmo tempo anulava o país real.

Portugal foi, durante grande parte do século XX, um país agarrado à ilusão da sua felicidade. Uma ilusão derivada da encenação contínua, executada e propagada pela ditadura. A ordem exigia a ausência do dissenso.

A dúvida, contudo, encontrou em diversos momentos a brecha para se materializar, e quando a contestação ameaçou tornar-se visível, o regime replicou. Recorreu, sobretudo, a duas vias: à propaganda (manifestada, sobretudo, pela recuperação da mística do império e pela celebração do papel internacional de Portugal) e à exploração das relações internacionais (reanimando antigos contatos e fomentando possíveis aliados, ainda que entre potências marginais e de governos obscuros). Por vezes, estas duas vertentes coincidiram em circunstâncias especiais, dando ao acontecimento que as incorporou o seu duplo sentido.

É dentro deste contexto que se insere a visita oficial do rei tailandês a Portugal. A 22 de Agosto de 1960, Lisboa é mais uma escala no ciclo de encontros internacionais de Bhumibol e a sua rainha, Sirikit. Chegam à Europa em representação de um governo recente, longínquo e desconhecido, mas ávido do reconhecimento internacional necessário para dar legitimidade à ditadura militar que, uma vez mais, domina o Estado tailandês. Também eles são portadores de um programa ideológico, à semelhança do regime que os recebe<sup>i</sup>.

Assim, durante os três dias da sua permanência em Lisboa, Bhumibol protagoniza o programa convencional em diversos atos oficiais, entrevistas e eventos. Encontros com membros do governo e diversas autoridades nacionais, percursos pelas instituições emblemáticas do regime<sup>ii</sup>; a convivência com a elite. Findos os compromissos oficiais, um itinerário lúdico por parques e monumentos, evocando a era da expansão portuguesa<sup>iii</sup>. O programa encerra cada dia com um evento de gala, onde se esperam as intervenções dos representantes de ambos os países<sup>iv</sup>.

A estadia dos soberanos tailandeses em Lisboa pôde revestir-se de diversos significados; verificamos, contudo, que a imprensa portuguesa (oficialista e submetida à censura) foi unânime na publicação de artigos que, de uma ou outra forma, converteram o encontro em

informação que desviava a atenção das políticas internas e externas de ambas as nações. A ausência de informações atualizadas sobre a situação tailandesa, e de elementos relevantes sobre as relações entre os dois países, que pudessem justificar o encontro entre dois chefes de estados autoritários, contrastam com imagens do cotidiano, de beleza e de exotismo, protagonizadas pelos monarcas tailandeses. Colocadas em evidência, relegam o político para segundo plano, ao mesmo tempo que permitem enfatizar a dimensão histórica da amizade entre as duas nações, pela atribuição de uma importância exacerbada a uma relação comercial.

As informações que vão sendo disponibilizadas mostram um evento que assume exclusivamente um caráter de festa, uma celebração entre os dois países, que culmina com a conformação de ambos em uma representação ideal, projetada quer a nível interno, quer a nível externo.

A imprensa portuguesa encarrega-se da difusão das principais ideias que, a partir de então, passariam a preencher o imaginário das relações luso-tailandesas, ao mesmo tempo que alinha com o discurso oficial do governo na legitimação do discurso colonial, da identidade ultramarina portuguesa e da sua missão civilizadora. Procedendo a um branqueamento do passado e omitindo sistematicamente todas as referências do presente, a imprensa contribui para consagrar o mito do império, indo ao seu encontro e, por conseguinte, justificando o regime que o alimenta.

Observando o modo como o evento foi abordado pela imprensa portuguesa, previamente instruída do contexto histórico pelos meios oficiais, constatamos que os diversos jornais fazem uma exposição semelhante<sup>v</sup>. Textos eloquentes e repletos de detalhes, por vezes amparados na autoridade académica, sem exceção reveem a história colonial portuguesa desde os primórdios da chegada ao sudeste asiático, quando se fazia indispensável o estabelecimento de alianças comerciais com os soberanos locais, em ordem a permitir o avanço da empresa expansionista portuguesa do século XVI.

Contudo, a celebração destes encontros situa-se num passado remoto de cerca de quinhentos anos, com resultados ambíguos e sem continuidade, pelo que a imprensa se dedica apenas a explorar a importância simbólica dos primeiros tratados comerciais, obsoletos, sem nunca se questionar a atualidade das relações luso-tailandesas. O tom das intervenções não deixa nunca de ressaltar os aspetos principais da manutenção das relações coloniais:

Uma visita nas melhores mais duradouras e afetivas tradições que ligam Portugal aos países da Ásia onde foram os primeiros a estabelecer contatos. A vinda do rei tem significado especial de simpatia, em que prevalecem motivos históricos e de uma amizade velha de quase 500 anos. Tailândia é um país amigo, onde o nome de Portugal se reveste de prestígio singular, pela fama dos navegadores que levaram a mensagem



do ocidente. “Fama tão radicada que passou para o campo da lenda, no sentido de ousadia, valor, determinação e, mais que isso, civilização.”<sup>vi</sup>

As ligações históricas entre Portugal e o antigo Sião ganham assim, na sua distância, e sob o signo do simbólico, o seu significado singular: é ressaltado o pioneirismo português no estabelecimento dos contatos com os tailandeses, a existência de uma amizade sem litígios, a suposta continuidade das relações entre os dois reinos. São estes os argumentos mais usados para esclarecer a presença de Bhumibol em Portugal. O rei estaria apenas a celebrar as boas relações com Portugal, inauguradas há cinco séculos.

À parte do contexto histórico, todo o resto se resume ao acompanhamento do protocolo, com as imagens típicas de uma visita de estado, das quais os jornais realçam os seus aspectos mais superficiais, repetindo lugares comuns. Ao rei está reservada a exposição dos avanços tecnológicos e militares, à rainha atribuído o interesse pela assistência e as questões sociais.

O regime prepara o cenário: o fundo humano que assiste às suas deslocações entre compromissos marca presença, aplaudindo em festa, comprimida ao longo do percurso estipulado, acenando pequenas bandeiras tailandesas. A imprensa acompanha e transcreve as impressões: os protagonistas são cuidadosamente fotografados observando instrumentos e pessoas, visitando infraestruturas e o sofrimento humano, deslocando-se entre institutos e recepções.

A figura dos soberanos – o seu aspecto físico, os seus interesses, a sua família, é igualmente realçada pela imprensa que, ao mesmo tempo que anula o carácter político do evento, destaca elementos simbólicos, como a referência a roupas, objetos, gestos e comentários. A beleza misteriosa de uma rainha asiática, formosa e sorridente, é um elemento aglutinador de simpatia pelos visitantes:

E alguns daqueles que por esse mundo fora conheceram a bela Soraia, garantiram que a rainha Sirikit era incomparavelmente mais bela. Mais fina, mais sedutora – e mais alta, apesar de ser «mignone» como uma portuguesinha (...) [trajava um] conjunto que fez as delícias dos olhares femininos (...) [No aeroporto, Sirikit] trajava um conjunto de saia e casaco de cor creme claro, e ostentava um magnífico colar de pérolas que contrastava singularmente com o tom moreno da sua pele (...) a suprema distinção a quase melancólica simplicidade e a expressão ternamente sonhadora da rainha Sirikit (...) que, com raríssimo gosto e requinte, soube vestir e pisar de modo a fazer inveja a muitas portuguesas elegantes. Que estas nos perdõem!<sup>vii</sup>

Sirikit, venerada pelo povo tailandês pelo seu papel de mãe, aliado à execução dos seus compromissos oficiais, é exaltada em Lisboa pela população, fascinada pela sua beleza e juventude, a sua elegância, o modo como pisa, os modelos e cores que veste (e cujo estilo os jornais não hesitam em recomendar às mulheres portuguesas). Ao lado da “figura fina e ao

mesmo tempo amargurada (...) de um rei triste”, Sirikit é uma imagem que domina, sobreposta à imagem de fragilidade de um rei inseguro.

São imagens de festa que surgem, envolvendo sempre a população, que é referida pelo apoio constante que manifesta aos visitantes, ao presidente português, Américo Tomás, e a Salazar:

O povo de Lisboa foi conquistado, desde o primeiro instante, pela irradiante simplicidade e bondade desse casal, pela sua natural distinção, e, sobretudo, sentiu o efeito de alguns séculos de relações amistosas e do carinho que naquele país sempre se dispensou aos portugueses. Teve alegria no cumprimento desse dever de gratidão e em reafirmar que, pelo tempo fora, Portugal e a Tailândia, pela inteligência dos seus chefes e pelos sentimentos dos seus povos, continuarão a servir, pela sua firme amizade recíproca, a causa da humanidade.<sup>viii</sup>

A encenação se sobrepõe à realidade do país e do império, através das imagens que são publicadas diariamente, e que nos mostram igualmente a adesão dos lisboetas ao festejo. Mas a sua participação é relegada às margens da celebração central. Dentro dos gabinetes, nas salas de reunião, os protagonistas desaparecem, as conversas perdem-se, faz-se silêncio. Os registos na imprensa saltam novamente para a exaltação de episódios históricos, plasmando o clima de harmonia e celebração entre Portugal e as suas colónias, e para a cobertura dos jantares de gala que inevitavelmente encerram o dia de compromissos. Ocasão para discursos, onde se aproveita a oportunidade para reafirmar a importância de ambos os países para a comunidade internacional:

Tal é o estado feliz das relações de bom entendimento e colaboração frutuosa (...). Sem exagero pode dizer-se que se as relações internacionais tivessem seguido a mesma diretriz que adoptamos entre os nossos países o Mundo conheceria a paz e a harmonia e os povos do Mundo teriam usufruído de grandes vantagens.<sup>ix</sup>

Do encontro entre Bhumibol e Salazar, sabemos hoje que não resultou em qualquer tipo de acordo ou fomento das relações entre os seus governos. Não obstante, a leitura deste evento pode ser feita, como dissemos, num outro sentido, tendo em conta as circunstâncias em que ele se produziu, um período conturbado para a ditadura de Salazar.

O ano de 1960 seria determinante para a evolução política do salazarismo. Salazar governava Portugal a partir do destino ideal que lhe imaginara. Identificou na permanência do império a garantia da sua permanência no poder. Quando este programa se tornou insustentável, os confrontos começam a surgir do exterior, perturbando o regime, enfraquecendo-o. É com o enfrentamento, da comunidade internacional, nomeadamente, que Salazar começa a perder terreno. Quando a necessidade de autodeterminação asiática e africana entrou na pauta das Nações Unidas, Salazar foi obrigado a enfrentar a sua oposição. Pressionado na ONU, radicaliza

o discurso que transformou Portugal nessa entidade ultramarina única no mundo, um território projetado além das fronteiras continentais, uno e indivisível. Portugal e a sua forma física singular. A crise do regime e do império instala-se, e a obstinação de Salazar acaba com a perda dos aliados externos tradicionais, ao mesmo tempo que se agrava a situação nas colónias africanas. Por tudo isso, tornava-se necessário justificar o regime no exterior, legitimar o discurso colonial, a missão civilizadora portuguesa e, por conseguinte, a permanência do Império, a recuperação dos laços com a Ásia, a afirmação da presença em África.

Mas o Estado Novo olhava igualmente para o seu interior, onde o objetivo passava por ocultar as tensões que ele mesmo gerava: a pobreza extrema, a fome, o analfabetismo, a exclusão, a falta de assistência, as perseguições políticas.

Salazar encontrou assim, na exploração das relações internacionais, amplificadas pelo aparato de propaganda, um recurso para a reprodução e difusão da narrativa imaginária que durante anos deu forma ao país, retratos tanto para consumo da sua população, mas também dos diversos estados e organizações internacionais. O encontro com Bhumibol da Tailândia serve este duplo objetivo. Oferece à comunidade internacional uma encenação da importância de Portugal nas relações asiáticas que, embora fundadas no período colonial, teriam sido desde sempre pautadas pela cooperação mútua e a ausência de conflitos. Ofereceu também à população, que é convocada para testemunhar o encontro, uma celebração das relações de Portugal com antigos territórios dominados.

Por detrás do espetáculo, as relações apenas dão sinais de vida, e a verdade é que há pouco ou nada para celebrar.

Vimos como o Estado Novo instrumentalizou o encontro do rei da Tailândia com Salazar, num momento conturbado para a ditadura portuguesa. Esvaziado de intenções políticas imediatas, o potencial do encontro foi canalizado para servir a ficção salazarista, que estrangulava o país. Os confrontos, não só os que estavam na origem as relações, mas os que se desenvolviam entretanto, seriam ocultados pela difusão de imagens, encenadas como testemunhos, de um país harmonioso no interno e inabalável no externo. O que não se encaixava nesse discurso foi apagado, não se vê, no material produzido pela propaganda, anulado por uma intenção de administrar os conflitos através de um espetáculo que concorre para o esvaziamento da política.

<sup>i</sup> A monarquia tailandesa foi afastada da política com o golpe de 1932, que instituiu um governo constitucional. Na década de 50, a Tailândia experimentou um vazio constitucional sem precedentes, que conduziu ao resgate do rei Bhumibol Adulyadev pelo líder da ditadura militar, Sarit Thanarat. Sarit dotou Bhumibol de um papel simbólico essencial, como foco de unidade e estabilidade dentro do controlo militar. Recuperada uma estrutura política aproximada ao absolutismo, de ordem hierárquica e estática, composta pelo monarca, o governo e o povo,

a figura do rei, uma imagem intemporal que, por ser associada a tempos de prosperidade, era naturalmente venerada pela população, eliminava assim possíveis objeções à ação do governo militar pelas várias camadas sociais (é deste modo que Bhumibol ganha visibilidade, consolidando a sua presença e influência junto da população, de modo determinante e irreversível, até aos dias de hoje). Ambos os projetos das duas ditaduras acabam por se encontrar nesta visita de estado, porque encontram no interlocutor o mesmo desejo de apagar uma situação de violência. Assim, uma ditadura sustenta a outra: dois governos apoiados numa ficção que apenas sobrevive internamente com a eliminação dos conflitos, do dissenso e da desordem. Ambos precisam melhorar a sua imagem aos olhos da comunidade internacional –Bhumibol necessita o reconhecimento internacional como legítimo líder da Tailândia, bem como da afirmação internacional da Tailândia, via ASEAN e ONU. Por outro lado, era necessário divulgar uma imagem favorável do rei e do regime (tanto interna como externamente), assim como a procura de aliados. É deste modo que a justificação para a presença da comitiva tailandesa em Portugal, acaba por servir, em simultâneo, para veicular e difundir os valores concebidos por Sarit para a Tailândia. Apesar de recuperar a sua soberania política e económica, apela à mesma história idealizada para justificar o status quo político vigente, encenando simbolicamente a figura do rei no centro dos relatos da construção de uma identidade nacional, bem como promovendo uma certa ideia de modernidade, revitalizando as relações que mantinha com a Europa. Assim, para além do benefício simbólico-político que o regime de Salazar pudesse tirar da visita do rei da Tailândia, Portugal colaborava igualmente no branqueamento ideológico do regime tailandês. Cf. TARLING, Nicholas (Org.). *The Cambridge history of Southeast Asia: from World War II to the present*. 2º Volume-Tomo 2. New York: Cambridge University Press, 2004; BAKER, Chris; PASUK Phongpaichit. *A history of Thailand*. New York Cambridge University Press, 2005.

<sup>ii</sup> A Base Militar do Alfeite, o Hospital do Ultramar e o Laboratório de Engenharia Civil.

<sup>iii</sup> O Castelo de São Jorge, o Parque Eduardo VII, o Mosteiro dos Jerónimos, o Museu dos Coches e a exposição do V Centenário Henriquino.

<sup>iv</sup> Programa oficial; *Notícias de Portugal – Boletim Semanal do Secretariado Nacional da Informação*, de 27 Agosto 1960, nº695, Ano XIV, p.7. Tailândia e Portugal. Relações políticas. 1951-1960. PEA, M.183, Proc.337,7. AHD-MNE, Lisboa. “Visita a Portugal de Suas Majestades os Reis da Tailândia – 1960”. Tailândia (rei de). *Visita a Portugal*, 1960. SP, M.26, proc. 69,52. AHD-MNE, Lisboa.

<sup>v</sup> Foram usados os periódicos *A Voz*, *O Século*, *Diário da Manhã*, *Diário de Lisboa*, *Diário Popular* e *República*, bem como *O Século Ilustrado* e a *Revista Flama*, e a publicação semanal *Notícias de Portugal*, do Secretariado Nacional da Informação

<sup>vi</sup> “Os reis da Tailândia”. *Diário de Notícias*, de 22 de Agosto de 1960, Serviços de Imprensa. Tailândia (rei de). *Visita a Portugal*. 1960. SP, M.26, Proc.69,52. AHD-MNE, Lisboa.

<sup>vii</sup> “O último dia da visita dos reis da Tailândia assinalado por uma entrevista de Salazar com o soberano”. *Diário de Notícias*, de 25 de Agosto de 1960, Serviços de Imprensa. Tailândia e Portugal. Relações políticas, 1951-1960. PEA, M.183, proc. 337,7. AHD-MNE, Lisboa.

<sup>viii</sup> «Os reis da Tailândia deixaram ontem Lisboa». *Diário de Notícias*, de 26 de Agosto de 1960. Serviços de Imprensa-MNE.

<sup>ix</sup> “O banquete no Palácio da Ajuda, em honra dos reis da Tailândia”. *Diário de Notícias*, de 23 de Agosto de 1960, Serviços de Imprensa. Tailândia e Portugal. Relações políticas, 1951-1960. PEA, M.183, proc. 337,7. AHD-MNE, Lisboa.

## **A utilização da charge na construção do conhecimento histórico teresinense**

Susy Nathia Ferreira Gomes<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho focaliza as charges, e como estas se apropriam dos acontecimentos políticos e dão sentidos aos mesmos através de suas produções, reconhecendo sua historicidade e determinando sua condição de signo ideológico. Visando mostrar como a charge pode ser utilizada como fonte para a construção do conhecimento histórico, como documento discursivo e analisando os debates sobre a imagem como fonte histórica trazendo reflexões e possibilidades para seu uso.

**Palavras-chave:** Material visual; charge; conhecimento histórico.

**Abstract:** This paper focuses on the cartoons, mode and how they appropriate the political events and give way to them through their productions, recognizing its historicity and determining their status as ideological sign. Aiming to show how the charge can be used as a source for the construction of historical knowledge as discursive document and analyzing the debates over the image as a historical source bringing ideas and possibilities for its use.

**Keywords:** Visual material; charge; historical knowledge.

### **Considerações iniciais:**

Com as novas perspectivas advindas da ‘nova história’ que começa a se interessar por toda atividade humana e a escrever história como uma reação contra ao paradigma tradicional, que limitava os documentos e estabelecia critérios da verdade absoluta contido nas fontes, ou melhor, nos documentais oficiais, prática esta que já vinha sendo condenadas tanto pelo marxismo como pela corrente dos Annales, que limitava a escrita do historiador, expressando apenas o ponto de vista oficial

A nova história seria então uma construção social que dá sentido à realidade de um determinado povo historicamente datado e localizado. Por meio da tradução da realidade através de formas simbólicas, dando sentido às palavras, às coisas e às ações. Para que se possa expressar uma história vista de outros pontos de vista, deve se examinar uma maior variedade de evidencias, como orais, estatísticas, visuais entre outras.

Dentre a variedade de evidencias, a ascensão do material visual a ideia de fonte histórica, possibilitou ao historiador um análise diversificada dos fatos não limitando-se apenas aos documentos escritos, já que por um longo tempo as imagens faziam parte apenas do campo das artes e eram desconsiderada pelos historiadores, assim as imagens

“são registros com os quais os historiadores e os professores de história devem estabelecer um diálogo contínuo. É preciso saber indagá-los e deles escutar as respostas<sup>2</sup>.” De acordo com Gaskell;

Os historiadores levantaram questões sobre o material visual de maneiras proveitosas que podem lembrar de nós que estão primeiramente ligados à crítica e aos assuntos culturais atuais, que todo material do passado é potencialmente admissível como potencia para o historiador.<sup>3</sup>

Pois o material imagético proporciona valiosa contribuição para uma visão e análise do passado, como também do local em que a imagem esta inserida, já que utilizada de forma histórico “a imagem é tomada para revelar seus limites de entendimento cultural e as ideias em seu interior”<sup>4</sup>, expressando valores de uma determinada sociedade, nos remetendo ao seu imaginário social, podendo trazer em evidencia seus pontos culturais do tempo e espaço estudado. Deve se considerar a imagem nas suas diversas categorias, reconhecendo sua categoria documental.

### **1. História e imagem**

A nova história (*La nouvelle histoire*) é o título da coleção de ensaios de Jacques Le Goff. Assim como é de origem francesa está associada à Escola dos Annales, e que de acordo com Le Roy Ladurie e Furet, a nova historia se deu sob influencia das ciências sociais, assim como debate entre sociólogos, filósofos, geógrafos e historiadores e com essas novas abordagens incluiu-se a revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale*.

Corrente historiográfica que surgiu na segunda metade do século XX na França, e correspondente à terceira geração da chamada Escola dos Annales. Compreende-se na expansão do universo do historiador, que passa a dispor de uma ampla variedade de novas abordagens históricas. Nova história está mais para uma expressão do que propriamente um conceito, expressão que esta relacionada à revista dos Annales, mas que não deixa de ter sua própria historia, que de acordo com Burke essa expressão data de 1912 quando James Harvey Robson publicou um livro com esse titulo em que o conteúdo correspondia ao titulo, Robson acreditava em uma historia total.

A nova historia procurava não se opor por completo à antiga historia, mas um novo olhar sob a história, essa renovação foi o abandono de atitudes da longa tradição histórica, que José Carlos Reis descreve que esse rompimento com a antiga tradição da história;

Abandonou o pressuposto do sujeito consciência cívica de si ou de classe, recusando a ação social prescrita por essas consciências; abandonou o pressuposto da história partidária, parcial, a serviço de poderes religiosos e políticos, recusando a ideologização do discurso histórico; abandonou o pressuposto de tempo cronológico, linear, irreversível, recusando o evolucionismo progressista; abandonou o pressuposto da história conhecimento do passado, recusando a história museu<sup>5</sup>.

Os rompimentos que foram propostos seriam o de não priorizar somente os aspectos político e o econômico-social da história, mas a abranger o econômico, o social, o cultural, o religioso, o técnico, o artístico, familiar etc.

A história não visara mais uma síntese, mas passará a produzir abordagens múltiplas de uma sociedade, com a inclusão das ciências sociais vai haver uma recusa da história global, que seria o conhecimento de tudo, uma espécie de história ‘geral’ que segundo as ciências sociais, “o “todo” é inacessível e só se pode abordar a realidade social por partes<sup>6</sup>”.

Com as propostas de mudanças e o novo olhar para a história e o modo de produzir história, possibilitou ao historiador ampliar as possibilidades de pesquisa, haja visto que “pinturas, estatuas, publicações e assim por diante permitem a nós, posteridade, compartilhar as experiências não-verbais ou o conhecimento de cultura passadas<sup>7</sup>”.

Ressaltando o poder que as imagens possuem, e de acordo com o historiador Paulo Knauss a “visão vem antes das palavras”, as imagens nos passam tantas informações quanto os textos escritos, e para o historiador é de grande importância entender o processo histórico através da utilização das imagens.

Ao discutir questões sobre a imagem, o que podemos entender por estas? O que a palavra em si representa? A imagem é uma representação imaginária da realidade?

Compreendemos que ela designa algo que, embora não remetendo sempre para o visível, toma de empréstimo alguns traços ao visual e, em todo o caso, depende da produção de um sujeito: imaginária ou concreta, a imagem passa por alguém, que a produz ou a reconhece<sup>8</sup>.

Um dos sentidos de *imago*, em latim, etimologia da palavra imagem, que segundo Joly, designa a máscara mortuária levada nos funerais na antiguidade romana. A imagem que é presente tanto na arte, nas religiões e na escrita é tema de reflexões filosóficas,

Platão e Aristóteles, em especial, combateram-na ou defenderam-na pelas mesmas razões. Imitadora, para um ela engana, para o outro ela educa. Desvia da verdade ou, pelo contrário, conduz ao conhecimento. Para o primeiro, seduz as partes mais fracas da nossa alma, para o segundo, é eficaz pelo próprio prazer que nos proporciona<sup>9</sup>.

O despertar do interesse dos historiadores por imagens ocorreu num momento de debates, e nesses debates muitos pontos positivos foram considerados em relação a posição que se tinha antes. Mesmo estas sendo um reflexo distorcido da “realidade”, e a arte em si tem suas próprias convenções, que em geral são reações do ambiente em que foram elaboradas. Mas deve-se lembrar que o historiador não deve se deixar levar apenas por esse enfoque, já que os períodos históricos não são suficientes homogêneos e conflitos culturais existem em todos os momentos.

As imagens também são utilizadas como meio de propagar ideias e valores o longo da história, são veiculadas com governantes, imperadores e outros líderes políticos, tentando evidenciar suas características e valores através das imagens. Assim como as imagens podem ser um meio de persuadir a opinião pública, “entre a invenção do jornal e a invenção da televisão, por exemplo, caricatura e desenhos ofereceram contribuição fundamental para o debate político, desmistificando o poder e incentivando o envolvimento de pessoas comuns nos assuntos do Estado”<sup>10</sup>.

Da forma como podem retratar aspectos políticos de uma época, também auxiliam na reconstrução material do passado, pois testemunham de forma clara e rápida detalhes de processos complexos, desde os avanços tecnológicos as vestimentas.

A imagem é realmente uma linguagem, a imagem como uma mensagem visual composta de diferentes tipos de signos, que a caracterizam como instrumento de expressão e de comunicação. Mesmo com a questão da objetividade e subjetividade, pode-se pensar a natureza da imagem em suas estruturas internas de linguagem seus mecanismos de representação da realidade, através de seus de seus códigos.

Na sociedade contemporânea as imagens são cada vez mais presentes devido as expansão e inovações dos veículos midiáticos, que se propagaram do impresso aos digitais, que são portadoras de mensagens que precisam ser lidas e interpretadas. Destacando que;

Existem regras de leitura dos textos visuais que são compartilhados pela comunidade de leitores. Tais regras não são geralmente espontaneamente; na verdade, resultam de uma disputa pelo significado adequado às representações culturais. Sendo assim, sua aplicação, por parte dos leitores/destinatários envolve, também, a situação de recepção dos textos visuais<sup>11</sup>.

Ao fazer a leitura de tais imagens deve se ater para esses detalhes, que evoluem as imagens, assim como as formas de circulação e onde estão inseridas.

## **2. Material visual charge**

As artes gráficas, tais como a charge, caricatura<sup>12</sup> e cartum<sup>13</sup>, são todas as imagens que têm como objetivo comunicar através de elementos visuais uma dada



mensagem, podendo persuadir o observador ou leitor, guiar sua leitura e possibilitar o surgimento de uma idéia ou crítica. A charge (do francês charger: carregar, exagerar) é a articulação que existe entre diferentes linguagens, especialmente a verbal e a visual.

Assim estas têm compromisso com fatos cotidianos e usa-os como meio ou pretexto para exercer seu estilo e criatividade, além do uso de humor que atrai a atenção do leitor, o texto com imagens transmite também um posicionamento crítico sobre personagens e fatos políticos. A charge é uma forma de comunicação condensada com muitas informações, em que o entendimento depende de um conjunto de dados e fatos contemporâneos ao momento específico em que se estabelece a relação discursiva entre o produtor e o receptor, e aliada ao humor atrai o leitor para uma crítica de forma descontraída, como cita Romualdo:

Se pensarmos em termos de conteúdo, uma charge ou uma caricatura podem ser muito mais densas do que os outros textos opinativos, como uma crônica ou até mesmo um editorial. O leitor pode, inclusive, deixar de ler estes e outros gêneros opinativos convencionais, optando pela leitura da charge que, por ser um texto imagético e humorístico, atrai mais sua atenção e lhe transmite mais rapidamente um posicionamento crítico sobre personagens e fatos políticos<sup>14</sup>.

A charge permite acesso ao clima de uma época e o modo pelo qual os chargistas pensavam os acontecimentos políticos locais, pensavam a si próprios e que perspectivas conduziam seus desenhos. A perspectiva de profissional atuante, em nome de um público que não tem como se pronunciar. O que parece ser uma busca por legitimidade da própria produção ou a reivindicação de uma função social. Para Rodrigo Patto Sá Motta<sup>15</sup>, o desenho de humor, de maneira recorrente, atua no comentário diário dos acontecimentos e atos dos líderes políticos, o que auxilia os jornais em seu papel de produzir a notícia e informar o grande público. Em outras palavras, as charges desempenham uma função fundamental no jornal, qual seja a de traduzir os eventos, conflitos e grandes personagens políticos para uma linguagem mais inteligível ao público iletrado e/ou socialmente excluído.

A charge não é apenas um gênero jornalístico, como também considerado artístico e histórico ela não poderia deixar de se influenciar pelos mesmos critérios de uma notícia. Isso significa afirmar que a charge toma parte do processo de agendamento dos temas midiáticos, colaborando com a discussão pública e com o processo de formação da opinião.

Em uma charge pode conter a caricatura como um de seus elementos, como também espaço, o plano, o ponto de enfoque, o volume, a luz e a sombra, o movimento,

a narrativa, o balão, a onomatopéia e o texto verbal, não aparecendo necessariamente, todos estes elementos em todas as charges. Vale ressaltar que a maioria das charges vem acompanhada de textos ou palavras, pois os elementos linguísticos se tornam importante para explicitar a sua intencionalidade ou completar o sentido humorístico e político.

A arte que é produzida pelo cartunista consiste em nos possibilitar conhecer o real de forma cômica imagética, nos introduzindo na crítica que é veiculada. O riso e a reflexão é o resultado que o chargista almeja no processo de elaboração do humor gráfico, riso este que “castiga os costumes”. Obriga-nos a cuidar imediatamente de parecer o que deveríamos ser<sup>16</sup>”, dessa forma a crítica ilustrada funciona como um instrumento que desconstrói a maquiagem do ridículo presente no conteúdo da charge, fazendo nos refletir sobre este.

De maneira distorcida e lúdica, as artes gráficas trazem traços em comum com personalidades conhecidas utilizando-se de bom humor e inteligência.

[...] o nosso estar-no-mundo, como indivíduos sociais que somos, é mediado por uma rede intrincada e plural de linguagem, isto é, que nos comunicamos também através da leitura e/ou produção de formas, volumes, massas, interações de forças, movimentos; que somos também leitores e/ou produtores de dimensões e direções de linhas, traços, cores... Enfim, também nos comunicamos e nos orientamos através de imagens, gráficos, sinais, setas, números, luzes. Através de objetos, sons musicais, gestos, expressões, cheiro e tato, através do olhar, do sentir e do apalpar. Somos uma espécie animal tão complexa quanto são complexas e plurais as linguagens que nos constituem como seres simbólicos, isto é, seres de linguagem<sup>17</sup>.

Possuímos diversas capacidades de comunicação, não somente a linguagem verbal, a imagem também nos possibilita interpretar mundo. Por um longo tempo foi-se valorizado apenas a mais constante e usual, a linguagem verbal, na sua manifestação escrita e oral. Mas são inúmeras as linguagens, tais como: artes plásticas, cinema, teatro, televisão, internet, entre outros. As artes gráficas –charge- enquanto linguagem legítima e elemento histórico permitem ao leitor, mediante um olhar satírico, irônico e humorístico, uma reflexão e compreensão do comportamento humano em diferentes situações e épocas, fazendo deste tipo de imagem uma fonte legítima.

No consumo dos bens culturais e materiais, existem apropriações e ressignificações imprevisíveis, incontrolláveis e modificadoras de pretensões previstas na origem. As astúcias dos consumidores compõem a antidisciplina ou as *táticas*. O conceito de *tática* encontra correspondência em outro conceito formulado por Michel de Certeau: o de *estratégia*. Se as táticas são os desvios, as estratégias são as tentativas de uniformizar e, portanto, emanam de um espaço de poder privilegiado, resultam das astúcias dos consumidores e de suas capacidades inventivas, as artes gráficas dos jornais

em estudo de certa forma fugiam às regras.

A ironia é usada como tática, se apresentando de forma “inocente” para jogar com o acontecimento, assim como é o aspecto cômico que se incorpora ao texto na perspectiva de obter o efeito do riso, quando o chargista usa o exagero para transcender o que é imitado. Nas charges, o riso torna-se a direção do movimento de liberação da ironia e do humor, o riso seria usado como tática para liberação de tudo aquilo que a linguagem normativa e verbal, tão facilmente não o faria.

Por meio de atitudes táticas e desviantes os cartunistas consumiam a cidade e o cenário social que viviam e burlavam os discursos normatizadores instituídos pela sociedade e pelo Estado autoritário que ainda era instituído por volta de 1982 em Teresina. Ainda segundo Certeau:

A uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde outra produção, qualificada de ‘consumo’: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante<sup>18</sup>.

Assim, Certeau afirma que a cidade é composta por “lugares praticados”, ou seja, os espaços são carregados de subjetividades, que burlam a lógica urbana e os discursos em torno do consumo correto dos espaços.

A produção chargística em Teresina, no contexto da redemocratização e de problemas locais, constituiu-se como expressão de representações da política local e nacional. Apresentada diariamente na página de opinião, logo ao lado do editorial, com ilustrações do cartunista Paulo Moura. A charge se impôs como linguagem de grande aceitação, não só pelos grupos jornalísticos, mas também pelos leitores de jornais. Como era presente no jornal *O Dia*, em que havia uma página do jornal dedicada a charges com críticas, intitulada de *Folha da mãe Ana*, dirigida por Deusdeth Nunes, que tinha como principais cartunistas Paulo Moura e Batista, no entanto também servia de espaço para divulgar artes de cartunistas de fora e local.

É decorrente de um agir no mundo que os indivíduos transformam lugar em espaço, ou seja, através de suas práticas cotidianas e dos usos que fazem dos lugares, produzem uma dinâmica que se institui enquanto um lugar praticado. De forma que a construção de um espaço só se realiza na medida em que é vivenciado. Como afirma Michel de Certeau:

Existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de

velocidade e a variável no tempo. O espaço é um cruzamento de móvel. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais<sup>19</sup>.

Então a produção chargística é transformada em espaço não apenas pelos desenhistas, mas também pelos leitores que a (re)significam. Nesse sentido, a charge se apresenta enquanto movimento e nos remete a um não isolamento. Cada lugar precisa de operações destinadas e até condicionadas a esses lugares e as estratégias produzem distintos tipos de operações que são utilizadas pelas táticas. Essas organizam elementos culturais que circulam na medida em que as pessoas se identificam entre si e com os lugares, e tais ações são identificadas e estabelecida com os usos, não como prática utilitária, mas como prática significativa.

Vejamos a seguir algumas charges que circularam no jornal O Dia, no período de 1982 e como estas expressavam a realidade política brasileira, assim como o pensamento dos cartunistas que por meio de suas ilustrações objetivavam despertar uma visão crítica e reflexiva sobre o conturbado momento do Brasil. A seguinte retrata a dúvida do eleitor sobre se as possíveis eleições seriam ou não validas.



1. Jornal O Dia, 28 de setembro de 1982.



2. Jornal O Dia, 29 de setembro de 1982.

Na imagem n. 02, aparece o possível candidato de sorriso estampado, indo em direção aos eleitores que aparecem desanimados e incomodados com esse falso entusiasmo do candidato. Uma imagem sem as descrições dos candidatos da época, mas que de maneira lúdica e irônica retratava não só a posição dos eleitores como também dos candidatos. Na observação desta imagem fica claro a intenção do cartunista, de ironizar não apenas determinado candidatos, mas os candidatos em geral, principalmente quando se leva em consideração o momento em que foi elaborada, mês anterior as eleições.

Já que o pleito de 1982 apresentava-se como o ‘maior da história’, pois o eleitor teria de escolher seis cargos: governador, senador, deputado federal, deputado estadual, além de prefeito e vereador.

Igualmente, era um importante passo na retomada da democracia, pois os partidos criados pela reforma de 1979 estreariam nas urnas, políticos cassados haviam retornado ao país e a disputa para governador voltava a ser direta depois de quase 20 anos<sup>20</sup>.



3. Jornal O Dia, 16 de setembro de 1982.

Outra charge também da década de 1980, que era considerada década perdida, relacionada as questões econômicas que a assolaram a sociedade brasileira. Muitas propostas e tentativas foram feitas pra diminuir a inflação que chegava a 100% a cada ano.

A sociedade pressionava o governo direção a um crescimento econômico-social, e o governo tentava minimizar as distorções econômicas não só pelo apelo do povo, mas por ser próximo ao período das eleições. E o programa que o personagem da charge se refere são as duas propostas de combate a inflação, a do ministro da economia Delfim Netto que acreditava no emprego de um sistema gradualista, e a do ex-ministro Simonsen que afirmava que para combater a inflação era necessário um tratamento de choque.

---

<sup>1</sup> Mestranda em História Social – UFMA email: [susynathia@gmail.com](mailto:susynathia@gmail.com) . Orientada pelo Dr. Professor Alexandre Guido Navarro e é bolsista pela FAPEMA.

<sup>2</sup> PAIVA, Eduardo França. *História & Imagens*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 17.

<sup>3</sup> BURKE, Peter (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 274.

<sup>4</sup> Idem, op. cit., p. 274.

<sup>5</sup> REIS, José Carlos. *Escola dos Annales – a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra. 2000. Pg. 66.

<sup>6</sup> Idem, op. cit., p. 91.

<sup>7</sup> BURKE, Peter. *Testemunha ocular: História e imagem*. Bauru: EDUSC. 2004. p. 17.

<sup>8</sup> JOLY, Martine. *Introdução a análise de imagens*. São Paulo: Papirus. 1996, p. 13.

<sup>9</sup> JOLY. 1996, p. 19.

<sup>10</sup> BURKE. 2004, p. 89.

<sup>11</sup> MAUAD, Ana Maria. “Fotografia e história, possibilidades de análise”. In. CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda (orgs). *A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 24-25.

<sup>12</sup> Caricatura retrata a imagem de figuras conhecidas, uma de suas funções é exagerar, escolher alguma característica, traço ou detalhe e exagerar de forma humorística. No período que se seguiu à Revolução Francesa de 1830, na França, foi que a caricatura elevou-se a categoria de arte.

<sup>13</sup> Cartum é a arte gráfica que se propõe ao humor estático, ou seja, que é elaborado e permanece às mudanças de tempo e espaço.

<sup>14</sup> ROMUALDO, Edson Carlos. *Charge jornalística: intertextualidade e polifonia: um estudo de charges da Folha de S. Paulo*. T. Maringá: Eduem, 2000. p. 15.

<sup>15</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

<sup>16</sup> BERGSON, Henri. *O RISO - ensaio sobre a significação do cômico*. Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES, 1983, p. 13.

<sup>17</sup> SANTAELLA, Lúcia. *O Que é semiótica?* São Paulo: Editora Brasiliense, 2003, p. 02.

<sup>18</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 39

<sup>19</sup> Idem, op. cit., p. 202.

<sup>20</sup> KINZO, M. D. G. *Oposição e autoritarismo – gênese e trajetória do MDB (1966/1979)*. São Paulo: Vértice, 1988, p. 213.

## HISTÓRIA, ARQUITETURA E PATRIMÔNIO CULTURAL DA SAÚDE: O CASO DO HOSPITAL DOS LÁZAROS DO RIO DE JANEIRO

Tarcisio Pereira Bastos<sup>1</sup>

### Resumo:

Esta apresentação visa refletir sobre os aspectos históricos e arquitetônicos do Hospital dos Lázaros (atual Hospital Frei Antônio), localizado no Bairro Imperial de São Cristóvão – Rio de Janeiro/RJ, destacando sua importância institucional e patrimonial. Pretendo contribuir para os estudos da história da arquitetura hospitalar e do patrimônio cultural da saúde.

Palavras-chave: Arquitetura Hospitalar – Patrimônio Cultural da Saúde – Hospital dos Lázaros.

### Abstract:

This presentation aims to reflect on the historical and architectural aspects of the Hospital dos Lazaros (now Hospital Frei Antônio), located in the Imperial District of São Cristóvão – Rio de Janeiro/RJ, highlighting its institutional and heritage importance. I intend to contribute to the studies of the history of hospital architecture and the cultural heritage of health.

Keywords: Hospital Architecture – Cultural Heritage Health – Hospital dos Lazaros

O objeto de análise desta comunicação é o Hospital dos Lázaros do Rio de Janeiro (atual Hospital Frei Antônio), situado à Rua São Cristóvão, 870, no bairro homônimo, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Em sua história, ele teve outras denominações como: Hospital dos Lázaros de São Cristóvão (1741-1823), Imperial Hospital dos Lázaros (1823-1889), Hospital dos Lázaros (1889-1941) e Hospital Frei Antônio (1941 até a atualidade).<sup>2</sup>

O Hospital dos Lázaros (Frei Antônio) é uma instituição especializada em tratamento e cura da hanseníase. Segundo Ana Zoé da Cunha, “a hanseníase é uma doença infecciosa, transmissível, crônica, de evolução lenta”, cujo agente causador é o bacilo *Mycobacterium leprae*, descoberto por Gerard Armauer Hansen, em 1874”.<sup>3</sup> No Brasil, a doença é conhecida, também, como lepra, morfeia ou “mal de Lázaro”.<sup>4</sup>

A escolha de um hospital – sobretudo um leprosário/lazareto – como objeto de estudo, parte da premissa que essa instituição, além de ser um espaço de cura, de transição e de morte, possui histórias, memórias e um conjunto patrimonial arquitetônico específico para o tipo de tratamento que ali era realizado. O tipo de projeto arquitetônico para um leprosário é bem diferente daquele elaborado para um sanatório ou um hospício, por exemplo. Para assegurar a funcionalidade de uma instituição de saúde, arquitetos eram contratados para projetá-las,

atribuindo-lhes valores arquitetônicos, artísticos e paisagísticos. Por outro lado, desconstruir a “memória coletiva”<sup>5</sup> de que um hospital é, apenas, um local de tratamento, sofrimento, dor e tristeza não é tarefa fácil, porém, é imprescindível para que o mesmo seja reconhecido como espaço de conhecimento e de estudos patrimoniais, a partir de sua história, sua memória e sua arquitetura.

No Brasil, os estudos sobre história das instituições de saúde e da arquitetura são recentes e englobam trabalhos de historiadores e arquitetos. Segundo Renato da Gama-Rosa Costa,<sup>6</sup> as contribuições mais significativas sobre essa temática são as de Jaime Benchimol (1990), de Lauro Carlos Miquelin (1992), de Tânia Bittencourt (2000), de Gisele e Renato Costa, o próprio (2004), de Luiz Carlos Toledo (2006, 2008), de Fábio Bitencourt (2007, 2009) e de Ângela Pôrto (2008). Além dessas pesquisas, “desde 2007, a Casa de Oswaldo Cruz coordena uma rede cujo objetivo é inventariar instituições de saúde construídas entre 1808 a 1958, privilegiando a investigação sobre sua história e seu patrimônio documental e arquitetônico”.<sup>7</sup>

Com relação à temática desta comunicação, a Constituição Federal de 1988,<sup>8</sup> no artigo 216, conceitua o que seria “patrimônio cultural brasileiro”, podendo-se entender que, no caso do Hospital Frei Antônio, o mesmo é uma “criação científica, artística e tecnológica” e, ao mesmo tempo, é um “sítio de valor histórico, paisagístico, artístico e científico”, portanto, merecedor da tutela do Estado e das políticas de preservação governamentais, como se pode atestar através do tombamento voluntário ocorrido em 10 de janeiro de 1985.<sup>9</sup>

Em setembro de 2005, o GT “História e Patrimônio Cultural da Saúde”, durante o 7º Congresso Regional de Informação em Ciências da Saúde, ocorrido em Salvador/BA, elaborou um documento que trata, especificamente, sobre história, memória e patrimônio da saúde no Brasil. Através dele, considerou-se que o patrimônio cultural da saúde é “um conjunto de bens materiais e simbólicos socialmente construídos, que expressam o processo da saúde individual e coletivas nas suas dimensões científica, histórica e cultural”.<sup>10</sup> Tal conceito é a base para compreendermos o que é *patrimônio cultural*, a partir da perspectiva da ciência e da saúde, assim como, o contexto político sob o qual ele foi pensado.

A história do Hospital dos Lázaros (Frei Antônio) inicia-se em 1741, quando Gomes Freire de Andrade, o Conde de Bobadela, mandou recolher 52 leprosos em casebres, sustentando-os com suas esmolas.<sup>11</sup> Com o falecimento deste, D. Frei Antônio do Desterro, bispo do Rio de Janeiro, solicitou ao novo vice-rei, o Conde de Cunha, a transferência dos leprosos para a Casa dos Jesuítas, expulsos do Brasil em 1759, localizada numa colina no bairro de São Cristóvão.<sup>12</sup> A casa da Companhia de Jesus foi construída entre 1748 e 1752,



“constituindo-se de uma planta quadrangular, com pátios internos e capela central, disposição que se manteve mesmo depois da adaptação para receber os leprosos”.<sup>13</sup> No ano de 1763, a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária assumiu a administração do lazareto, criando a Repartição do Hospital dos Lázaros e acolhendo, a princípio, “os hansenianos que habitavam pobres choupanas junto à Praia de São Cristóvão”.<sup>14</sup> A pintura mais antiga desse edifício colonial, intitulada *Procissão Marítima*, provavelmente de 1785, é de autoria de Leandro Joaquim.<sup>15</sup> As instalações do hospital também funcionaram como quartel real, em 1817,<sup>16</sup> e depois como sede do Serviço Nacional da Lepra e do Departamento Nacional de Dermatologia Sanitária<sup>17</sup>, no século XX. Em 1941, ano de seu bicentenário, o Hospital dos Lázaros recebeu o nome de Hospital Frei Antônio, em homenagem ao bispo D. Frei Antônio do Desterro, responsável pelo acolhimento inicial dos leprosos nessa instituição.<sup>18</sup> Durante todo esse tempo, a manutenção do hospital e dos doentes esteve sob responsabilidade da Irmandade da Candelária.<sup>19</sup>

O Hospital Frei Antônio funciona em um sobrado eclético, com detalhes, ornamentos e elementos arquitetônicos em estilo neoclássico, neogótico e *art nouveau*.<sup>20</sup> A edificação apresenta uma composição com corpo central destacado, duas alas laterais levemente recuadas e jardins em seu entorno. A arquitetura original “seguia os princípios do hospital de caridade, em que o primordial era a separação/exclusão dos doentes da sociedade (1766-1892)”.<sup>21</sup> Devido às sucessivas alterações, o leprosário se aproximou do modelo arquitetônico do “hospital pavilhonar”(1892-2007), ocorrendo a transformação de antigas celas em salões-enfermarias, a criação de consultório isolado para exame dos casos suspeitos de lepra, a racionalização do sistema de higiene e de circulação e a construção da ala de isolamento no mesmo terreno com duas enfermarias para casos contagiosos, o Hospital Santo Otávio.<sup>22</sup>

Com relação aos aspectos arquitetônicos internos do Hospital dos Lázaros, no século XIX, Francisco Batista Marques Pinheiro afirma que:

entrando no hospital, deparam-se com dois corredores paralelos, que percorrem todo edifício, nos dois pavimentos, ficam as áreas no centro. Estes corredores têm 2 metros e 5 centímetros de largura por 94 de extensão, servem às enfermarias e mais dependências; são abertos para as áreas, fornecendo muito ar e luz.<sup>23</sup>

E ainda mais:

Do vestibulo, sobe-se ao andar superior por uma escada com dois lances e uma saída. Ela tem dois degraus de mármore e 34 de madeira até ao patamar e dali seis até o grande salão avarandado em toda a extensão da frente do edifício (...) e nela está esta inscrição: *Aqui renasce a esperança*.<sup>24</sup>

Sobre as enfermarias, Pinheiro enfatiza que as mesmas eram “forradas e assoalhadas com peroba de Campos” (...) “duas de cada lado, bem ventiladas e com bastante luz, e estão sob a invocação de S. Braz, S. José, S. João Evangelista e Nossa Senhora da Conceição”.<sup>25</sup>

Por uma questão organizacional, as enfermarias estavam divididas por faixa etária. As de S. Braz, S. José e N. S. da Conceição estavam destinadas aos adultos, e a de S. João Evangelista às crianças. A Enfermaria de S. Braz, por exemplo, media 29 metros de comprimento por 3,7 metros de largura, tinha 14 leitos e 7 cômodas, recebia luz farta por 8 janelas para o jardim e 3 portas para o corredor. A Enfermaria S. José tinha 9 janelas, 3 portas para o corredor, 15 leitos e 8 cômodas; medindo 31 metros de comprimento e 3,7 de largura. Já a Enfermaria de N. S. da Conceição media 31 metros por 4,1 metros de largura, tinha 9 janelas e 3 portas para o corredor, além de 15 leitos e 8 cômodas. As características físicas da Enfermaria de S. João Evangelista eram: 16 metros de comprimento por 4 de largura, 5 janelas e 4 portas, 10 leitos e 5 cômodas.<sup>26</sup>

Entre os séculos XIX e XX, além das enfermarias e repartições terapêuticas e funcionais, o Hospital Frei Antônio tinha capela central, biblioteca, cinema, teatro, sala de estar, salão de costura, sala de jogos, barbearia, capela mortuária e necrotério.<sup>27</sup> Já em aspectos artísticos e ornamentais, o hospital ainda conserva em seu interior “reliquias centenárias, como azulejos, trabalhos em ferro, madeiras em cantaria, mobiliários e equipamentos de lavanderia do início do século XX”.<sup>28</sup> Nesse sentido, o Hospital Frei Antônio possui elementos que o caracterizam como patrimônio arquitetônico, assim como, seus bens móveis e integrados e os ofícios e os saberes daqueles que o construíram e reformaram com o transcorrer dos séculos.

Em suma, o hospital revela-se como testemunho arquitetônico com diversos estilos, como espaço de práticas sociais e médicas desde o século XVIII e como monumento edificado. Visualizar a história e a arquitetura do Hospital Frei Antônio é compreender um pouco da História da Ciência e da Saúde no Brasil, das relações entre História e Patrimônio Cultural e das relações entre o hospital e a cidade do Rio de Janeiro.

- <sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO, pós-graduando em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz/Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ/COC e pesquisador do Instituto de Pesquisa Histórica e Ambiental – IPHAR; Orientador: Prof. Dr. Renato da Gama-Rosa Costa; E-mail: [tarcsiomacabu@yahoo.com.br](mailto:tarcsiomacabu@yahoo.com.br).
- <sup>2</sup> PORTO, Ângela et al. *História da Saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico – Rio de Janeiro (1808-1958)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. s.p.
- <sup>3</sup> CUNHA, A. Z. S. *Hanseníase: a história de um problema de saúde pública*. Dissertação. Santa Cruz do Sul, s. n., 1997. p. 8. Disponível em: <http://btd.unisc.br/Dissertacoes/AnaZoe.pdf>. Acesso em: 08/09/2014.
- <sup>4</sup> *Ibidem*, 1997, p. 8.
- <sup>5</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004. p. 57-66.
- <sup>6</sup> COSTA, Renato G. R. Apontamentos para a arquitetura hospitalar no Brasil: entre o tradicional e o moderno. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 18, Dez 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702011000500004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702011000500004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 19/09/2014.
- <sup>7</sup> *Ibidem*, 2011.
- <sup>8</sup> Ver incisos III e V da *Constituição da República Federativa do Brasil*: Brasília: 1988.
- <sup>9</sup> Cf. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*. Ano XI, nº 9, Parte IV, p. 5. (14/01/1985)
- <sup>10</sup> Conceito citado em: SANGLARD, Gisele e COSTA, Renato Gama-Rosa. Memória, História e Patrimônio Cultural da Saúde: uma história possível. IN: PORTO, Ângela et al. *História da Saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico – Rio de Janeiro (1808-1958)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. p. 24.
- <sup>11</sup> PÔRTO, A.; OLIVEIRA, B. T. Edifício colonial construído pelos jesuítas é Lazareto desde 1752 no Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, Nov./Feb. 1996. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59701996000400009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701996000400009) (Acessado em: 24/09/2014)
- <sup>12</sup> *Ibidem*, 1996.
- <sup>13</sup> COSTA, Renato Gama-Rosa. Arquitetura e Saúde no Rio de Janeiro. IN: PORTO, Ângela et al. *História da Saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico – Rio de Janeiro (1808-1958)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. p. 121.
- <sup>14</sup> MORHAN. *Cadernos do Morhan*. Projeto Acervo: Ed. 06, Nov./2010, p. 75. Disponível em: <http://www.morhan.org.br/biblioteca> (Acessado em: 29/09/2014)
- <sup>15</sup> *Ibidem*, 1996.
- <sup>16</sup> *Ibidem*, 1996.
- <sup>17</sup> *Ibidem*, 2010, p. 76.
- <sup>18</sup> *Ibidem*, 2008. s.p.
- <sup>19</sup> *Ibidem*, 2010, p. 76.
- <sup>20</sup> *Ibidem*, 1996.
- <sup>21</sup> *Ibidem*, 2008. s.p.
- <sup>22</sup> *Ibidem*, 2008. s.p.
- <sup>23</sup> PINHEIRO, F. B. Marques. *Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária e suas repartições: Coro, Caridade e Hospital dos Lázaros*. Rio de Janeiro: Typog. Do Jornal do Commercio, 1930. 2 v. p. 372.

<sup>24</sup> *Ibidem*, 1930. p. 376.

<sup>25</sup> *Ibidem*, 1930. p. 373.

<sup>26</sup> *Ibidem*, 1930. p. 374.

<sup>27</sup> Ver *Inventário dos Objetos do Hospital Frei Antônio* (1936-1944).

<sup>28</sup> *Ibidem*, 2008. s.p.

## **Documentos e Arquivos: um elo entre os registros da história e a preservação do patrimônio documental.**

Tatyana Marques de Macedo Cardoso

Mestre em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, RJ –  
Brasil. Bibliotecária do Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, RJ –  
Brasil

*E-mail:* tatyana\_marques@yahoo.com.br

### RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo reforçar a aproximação entre a História e o Arquivo. Le Goff (2003), em um dos clássicos dos estudos historiográficos, Documento/Monumento, lembra aos que produzirão trabalho histórico ou utilizar-se-ão da história como método de pesquisa de algum outro objeto, que é indispensável o documento. Sendo assim, a ida aos arquivos torna-se uma condição *sine qua non* para a realização de pesquisas em qualquer área do conhecimento. Quantas histórias estão embutidas em um documento? Sob esta perspectiva, visamos destacar a importância dos arquivos e dos documentos para a sociedade.

### 1 INTRODUÇÃO

A reflexão que pretendemos apresentar neste texto reforça a aproximação entre a História e o Arquivo, destacando a importância dos documentos para a prática da pesquisa histórica.

A ida aos arquivos tem um significado dentro da prática do historiador, pois sem pesquisa arquivística inexistente historiografia. De acordo com Nunes e Carvalho (2005, p. 32),

sucumbe ao risco de girar ao redor de ideias mal-esclarecidas e de estereótipos cristalizados, que se reproduzem em artigos e livros. É evidente que a frequência aos arquivos não constitui por si só a solução para as dificuldades presentes na produção existente, uma vez que a renovação da interpretação histórica exige também o debate sistemático no campo da historiografia e o aprofundamento de certas questões teórico-metodológicas (NUNES; CARVALHO, 2005, p. 32).

A vinculação entre os arquivos e a história é mediada pelos documentos. Assim, Le Goff (2003), em um dos clássicos dos estudos historiográficos, Documento/Monumento, lembra aos que produzirão trabalho histórico ou utilizar-se-ão

da história como método de pesquisa de algum outro objeto, que é indispensável o documento, porém, é preciso diferenciar o documento do monumento. O primeiro é “o resquício acidental do passado, que o tempo esqueceu-se de corroer por completo, que ninguém possuía a intenção de guardá-lo como objeto de memória, porém, contingencialmente ele sobreviveu” (LE GOFF, 2003, p. 537). Teoricamente, pode-se dizer que Le Goff via no documento uma fonte mais provável de verdade, pois este fazia parte da natureza das coisas que existiram, e não de um construto da memória. Já o monumento, liga-se “à tentativa voluntária das sociedades históricas de perpetuar-se”, quando criam algo para serem lembradas como tais. As pirâmides não são acidentais no presente, mas, antes, foram construções de um povo que queria ser lembrado como grande, criando para tanto uma obra memorial, isto é, com a finalidade de memória. O monumento, de certa forma, liga-se ao poder.

Le Goff (2003) afirma que:

O documento é monumento. Resulta das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo (...). Todo documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso, porque um monumento é em primeiro lugar, uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta roupagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos – monumentos. (p.538)

É a partir dos vestígios preservados pelo tempo que a história é construída/reconstruída. O documento é resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu e também das épocas sucessivas durante as quais continuou a existir. O documento é monumento, resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro determinada imagem de si própria. O que transforma o documento em monumento é a sua utilização pelo poder. Atualmente, a história transforma os documentos em monumentos e apresenta uma massa de elementos que é preciso isolar, reagrupar, tornar pertinentes, ser colocados em relação, constituídos em conjunto. O novo documento alargado, transformado deve ser tratado como um documento-monumento, segundo Le Goff (2003) .

Diante do exposto, colocamo-nos diante da articulação entre história, memória e arquivos. Ao historiador compete se informar sobre o que há nos arquivos e suas lacunas, bem como fazer a leitura crítica dos documentos. Do arquivista se espera que evite a formação das lacunas ocasionadas pela dispersão/destruição dos acervos, organizando os documentos de arquivo. Com relação à memória, a ela compete a

consolidação de uma história, de uma versão, do papel de determinado grupo social, na preservação ou no esquecimento de certos fatos e seus significados.

Portanto, história, memória e arquivo estão vinculados uns aos outros por meio dos documentos. O universo documentário é rico de sujeitos, fatos e contingências. Cabe ao historiador/pesquisador desvendar esse universo através da prática da pesquisa. Tal prática nos permite mapear as fontes documentais disponíveis nas instituições detentoras dos acervos, colaborando para a construção do conhecimento por meio do objeto de pesquisa.

## 2 HISTÓRIA, MEMÓRIA E ARQUIVO: UM DIÁLOGO POSSÍVEL?

De acordo com Nunes e Carvalho (2005), o historiador, ao ir aos arquivos, se depara com dois tipos de dificuldade: uma de ordem mais geral, que compromete a existência das instituições-memória da sociedade e outra, mais específica, que refere-se à lógica das instituições que os guardam. Do ponto de vista mais geral, apesar dos esforços em contrário, ainda nos deparamos com a sistemática destruição de fontes históricas e dos suportes da memória coletiva. Do ponto de vista mais específico, as instituições portadoras de acervos impregnam a documentação recolhida com práticas classificatórias diferenciadas das fontes. Sob esses aspectos, é grande a dificuldade encontrada pelo historiador e demais pesquisadores em lidar com uma vasta e diversificada documentação, que muitas vezes encontram-se dispersas ou fragmentadas.

Por essas razões, é imprescindível a atuação dos arquivistas e profissionais da informação, como os bibliotecários, para organizar o “caos documentário” em uma determinada instituição detentora de acervos (arquivos, bibliotecas, centros de documentação).

De acordo com Nunes e Carvalho (2005), ir aos arquivos, para o historiador/pesquisador tem um significado, que está vinculado ao poder polivalente de que nos fala Jacques Le Goff: “o poder do doador, do organizador dos acervos e do usuário que os manipula” (LE GOFF, 1984, p. 104 apud NUNES; CARVALHO, 2005, p. 32). Segundo as autoras, o poder do doador vincula-se ao da pré-seleção e das exigências impostas pela instituição receptora do acervo doado. O do organizador refere-se aos mecanismos institucionais de acolhimento, preservação e/ou restauração, classificação e/ou identificação dos conteúdos e estabelecimento das condições de acesso à documentação sob sua guarda. Por fim, o poder do usuário, que está atrelado ao

pesquisador, na medida em que a ele existe um vínculo direto com as imposições e os privilégios estabelecidos na instituição que lhe dá sustentação profissional.

Sendo assim, o trabalho do pesquisador/historiador se inicia quando diante dos documentos, ele é capaz de “operar novos recortes, de estabelecer ‘suas fontes’ e criar um espaço de investigação que inclui o tratamento e a interpretação documental” (NUNES; CARVALHO, 2005, p. 33).

Como afirma Nunes e Carvalho (2005, p. 33), “a palavra *documento* vem do latim *documentum*, derivado de *docere*, “ensinar” e que evoluiu para o significado de “prova”. O uso do termo no vocabulário legislativo foi difundido no século XVII. O seu sentido moderno de testemunho histórico data apenas do início do século XIX”.

O termo *documento* foi evoluindo no decorrer do tempo, apresentando o significado de prova e testemunho. Dessa forma, começava a apresentar relevância para a história, pois se os acontecimentos não fossem registrados, havia o risco de se perderem no tempo. Os documentos também podem ser considerados Patrimônio Histórico, o que, para Heredia Herrera (1992, p. 113):

[...] poderia passar despercebida a documentação, que também é patrimônio histórico e cultural, e, dentro dela, os arquivos, as bibliotecas e os centros de documentação, que serão diferenciados para sustentar, a partir da diferença, seu desenvolvimento e seu serviço à sociedade.

Na Arquivologia, disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos, os documentos são criteriosamente organizados e avaliados segundo relação direta com o público a que se destina e a interesse diferenciado. Bellotto (2006) destaca quatro tipos de público: o administrador interessado na própria informação que produziu; o cidadão interessado em testemunhos que possam comprovar seus direitos e deveres junto ao Estado; o pesquisador – seja historiador, sociólogo ou acadêmico – interessado no conteúdo dos documentos para a pesquisa histórica ou afim; e o cidadão comum, interessado em informações pessoais ou gerais sobre assuntos diversos. De acordo ainda com a autora:

É nessa dualidade administração/histórica – ou melhor, valor administrativo/valor histórico – que se deve considerar a documentação estática ou inativa. Não há arquivos que sejam, em essência, históricos, e todo papel administrativo, desde sua criação, tem, em potencial, um valor histórico. (BELLOTTO, 2006, p.116).

Schellenberg (2006) destaca duas espécies para os valores dos documentos públicos: valores primários e valores secundários. Os valores primários são



determinados pelo interesse que a própria organização tem na utilização dos documentos - esses nascem para atender aos objetivos pelos quais foram criados – administrativos, fiscais, legais e executivos. Serve ao órgão produtor e aos interessados, em primeira instância.

Ultrapassado o uso corrente, os valores secundários estão relacionados ao nível de importância que o documento possui para a pesquisa. Segundo o autor, vai além do interesse do órgão que o produziu, que, se preservado, pode fornecer informações que interessará a outras instituições e ao público em geral.

Os valores secundários dos documentos públicos podem ser avaliados como “*prova*” e “*informação*”. A *prova* que contém da organização e do seu funcionamento está relacionada ao processo de quando foi criado o documento. E a *informação* que contém sobre pessoas, coisas, fenômenos etc. com que o órgão tenha tratado. (SCHELLENBERG, 2006).

Bellotto (2010, p. 162) revela que os documentos de arquivo nascem como prova e permanecem como informação/testemunho. “O documento de arquivo tanto resulta como registro de uma determinada ação, como registra ações que provocam outras ações. Enfim, o documento de arquivo nasce para dar vida à razão de sua origem.”

Os arquivos *per se* surgiram da necessidade dos homens pré-históricos em transmitir a memória aos seus sucessores. *Arkê*, designa ao mesmo tempo o começo e o comando. De certa maneira, o vocábulo remete ao *arkhê* no sentido físico, histórico ou ontológico, isto é, ao originário, ao primeiro, ao principal, ao começo. Porém, “arquivo” remete ao *arkhê* no sentido do comando. O sentido de “arquivo” vem do *arkheion* grego: inicialmente uma casa, um domicílio, um endereço, a residência dos magistrados superiores, os arcontes, aqueles que comandavam (DERRIDA, 2001). Levada em conta sua autoridade publicamente reconhecida, era em seu lar, nesse lugar que era a casa deles (casa particular, casa de família ou casa funcional) que se depositavam então os documentos oficiais. Os arcontes foram os seus primeiros guardiões. Não eram responsáveis apenas pela segurança física do depósito e do suporte. Cabiam-lhes também o direito e a competência hermenêuticos. Tinham o poder de interpretar os arquivos. Os arquivos, portanto, não podiam prescindir de suporte e nem de residência. Foi assim, nesta domiciliação, nesta obtenção consensual de domicílio, que os arquivos nasceram. A priori, Fernandes (2006) afirma que a memória era transmitida palavra por palavra. Com o surgimento da escrita, “essa nova memória saiu da esfera biológica do ‘homem memória’, passando a formar instituição-memória, já

que o suporte [da mesma] está materializado em uma estrutura perene demandando novas formas de organização e de uso”. (MARTINS, 2002 *apud* FERNANDES, 2006, p. 18).

Os arquivos na sua concepção de difundir a memória através dos seus documentos configuram-se como um “lugar de memória” para os pesquisadores a fim de realizarem suas pesquisas históricas e, por conseguinte, gerar conhecimento através da socialização da informação. Nesta perspectiva Barros e Neves (2009, p. 59) asseguram que os arquivos como lugar de “construção do saber é o mediador que permite o acesso do pesquisador ao objeto da pesquisa ampliando, dessa forma, as possibilidades de avanço para o exercício da produção do conhecimento”.

A expressão “lugares de memória” foi criada por Pierre Nora, historiador francês do século XX. Ele acreditava que os lugares de memória deveriam ser compreendidos a partir de uma tríplice aceção, no que tange: *lugares materiais*, *lugares funcionais* e *lugares simbólicos*. Para Nora (1993), os lugares de memória não são produtos espontâneos; são, portanto, uma construção histórica, onde o interesse em seu estudo advém do seu valor representativo nos processos sociais. Para Pollak (1992) os “lugares de memória” devem ser estabelecidos para que os fatos não sejam esquecidos, e assim permaneçam na história.

Perante a gênese dos arquivos, podemos perceber claramente a sua relação indissociável com a memória e, conseqüentemente, com a história. A história já não mais se interessa pelos grandes homens e acontecimentos, mas por todos os homens, alterando a hierarquia dos documentos. Assim, o documento já não vale mais por si só. O que importa é a sua relação com os outros documentos e o processo de sua produção social.

Diante do exposto, podemos considerar que a história não poderia ser escrita se não existisse um conjunto de provas e testemunhos onde os documentos, sem dúvida alguma, ocupam um lugar importante para a Instituição, e, sobretudo, para a sociedade que os utiliza para fins de pesquisa. Verifica-se a influência dos documentos de arquivo em vários domínios de atividades, atuando como fontes essenciais de informação.

Sendo assim, a diversidade de pesquisadores e a multiplicidade das formas de utilização da informação contribuem para a emergente necessidade de maior investimento em preservação de documentos, o que se instaura como subsídio básico para a salvaguarda destes documentos. Porém, a preservação de documentos não se dá espontaneamente. Ela necessita do estabelecimento de políticas e estratégias para que

possa cumprir seu papel, qual seja: garantir o exercício da memória e da cidadania; garantir o produto intelectual; e, a acumulação do conhecimento e do saber pelo homem, no decorrer da história. “Se aquilo que se preserva é concebido como suporte de informação e como alguma coisa passível de ser utilizada para transmitir (ou ensinar) algo a alguém, pode-se falar em documento e memória”. (CHAGAS, 2003 apud CHUVA, 2012, p. 32).

A motivação da preservação se dá “por questões de cunho cultural, científico – pelo conhecimento que as obras transmitem em vários campos do saber e ético – por não ter o direito de apagar os traços de gerações passadas” (KUHL, 2008 apud SILVA, 2012). Sendo assim, a preservação dos documentos e de tudo o que eles representam se faz importante, pois são fontes de informações para que os fatos não sejam esquecidos, e, assim, possam perpetuar-se no tempo e oferecer ao cidadão um senso de identidade.

Para tanto, o desenvolvimento político-científico-social, presenciado no século XXI, apresenta uma nova postura entre estas três instâncias, onde, os arquivos não podem ser considerados unicamente, como lugares reservados a salvaguarda da memória, mas, sobretudo, devem ser compreendidos como espaços de referência da produção do conhecimento, que incita a efervescência da informação de maneira dinâmica e atualizada.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A memória se apresenta como uma questão fundamental na sociedade da informação, uma vez que deixa de ser compreendida de forma genérica para ser vivenciada como inerente a manutenção da coletividade, e para a identificação individual dos sujeitos. Neste contexto, destacam-se os espaços representativos de informação que comumente são denominados de “lugares de memória”. Esses “lugares de memória” são representados pelas instituições detentoras de acervos diversos, tais como as bibliotecas, os arquivos, centros de documentação/informação. Através desses acervos, constituídos de documentos diversos, o historiador/pesquisador vai tecendo a sua história, uma vez que um determinado documento é capaz de desvelar inúmeros problemas, práticas, enfim, é capaz de “contar” inúmeras histórias. O documento deve ser visto, portanto, como objeto de construção histórica. Ele possibilita problematizar certas categorias sociais, determinados grupos e delinear a especificidade do objeto a ser pesquisado.

Segundo Febvre (1984) apud Nunes e Carvalho (2005),

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem (FEBVRE, 1984 apud NUNES; CARVALHO, 2005, p. 37).

As instituições detentoras de acervos buscam ampliar a sua posição unilateral de guardiões da memória a espera dos cientistas/pesquisadores e de suas respectivas pesquisas. Estes espaços servem a toda sociedade, independentes de interesses particulares. Consubstanciar a relação arquivo e sociedade é um dos grandes desafios para os profissionais da informação.

Neste processo, torna-se essencial buscar meios de elevar a visibilidade das instituições-memória, para que a população se reconheça como partícipe da história coletiva registrada e conservada nos arquivos e tenha interesse em sua utilização ou até mesmo na sua manutenção. Disseminar e apresentar a sociedade o poder informacional de tal espaço é uma das formas de torná-lo cada vez mais tangível a sociedade, haja vista que quando não temos conhecimento sobre o valor de determinado bem, ignoramos e deixamos de valorar a sua existência.

Os “lugares de memória” são, portanto, um local não apenas de coleta, organização e preservação da documentação, mas de história, constituídos de vestígios para tornar tangível o passado vivido. Esses “lugares” permitem a evocação de lembranças, identidades e recordações, individuais ou coletivas que se materializam em qualquer tipo de suporte. Caracterizam-se, principalmente, pela sua natureza orgânica e funcional associada à memória. Desse modo, a principal justificativa para a existência desses “lugares” (arquivos, bibliotecas, centros de documentação/informação) é a sua capacidade de oferecer a cada cidadão um senso de identidade, de história, de cultura e de memória pessoal e coletiva.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Dirkene Santos; NEVES, Dulce Amélia de Brito. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **Revista TransInformação**, Campinas, v. 21, n. 1 p. 55-61, 2009.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. Da gênese à função: o documento de arquivo como prova e testemunho. In: FREITAS, Lídia Silva de et al. **Documento**: gênese e contextos de uso. Niterói, RJ: EDUFF, 2010. p. 161-174.

CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (Orgs.). **Patrimônio cultural**: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FERNANDES, Maria do Socorro Cavalcante. **Artefatos arquivísticos como elemento de memória no arquivo Afonso Pereira**. 2006. 58 f. Trabalho de Conclusão Curso (Bacharelado em Biblioteconomia)–Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

HEREDIA HERRERA, Antonia. Arquivos, documentos e informação. In: \_\_\_\_\_. **O direito à memória**: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992, p. 113-120.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: \_\_\_\_\_. **História e Memória**. 5. ed. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2003. p.525 -539.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. São Paulo, **Projeto História** – Revista do Programa de Estudos Pós graduados em História e do Departamento de História. v.10, 1993.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. In: GONDRA, José Gonçalves (Org.). **Pesquisa em história da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p.17-62.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. **Segurança de acervos culturais**. Rio de Janeiro: MAST, 2012.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6.ed. Rio de Janeiro: FGV: 2006.

## **O Instituto Evangélico de Lavras através das biografias de Samuel Gammon, Carlota Kemper e Frank Baker.**

**Thaís Batista de Andrade Arantes\***

### **Resumo**

Nesse trabalho nos propomos refletir sobre a história do Instituto Evangélico de Lavras e reconstituir, através das biografias dos missionários, Samuel Gammon, Carlota Kemper e a autobiografia de Frank Baker, parte da história da instituição e a participação desses sujeitos na sociedade da época. A falta de estudos sobre o Instituto e a participação desses missionários, nos possibilita uma problematização sobre o uso dessas fontes para um estudo crítico.

**Palavras-chave:** Gammon, Kemper, Presbiteriana.

### **Abstract**

*In this work we propose to reflect about the history of the Evangelical Institute of Lavras and reconstruct, through the biographies of missionaries, Samuel Gammon, Charlotte Kemper and the autobiography of Frank Baker, part of the history of the Institution and participation of these individuals in the society of the time. The lack of studies on the Institute and Participation of these missionaries, possibilit the questioning of the use from these sources for a critical study.*

**Keywords:** Gammon, Kemper, Presbyterian.

### **Introdução**

No final do século XIX, tem-se notícia de um esforço educador por parte das denominações protestantes norte-americanas que enviavam missionários para o Brasil. No caso da Igreja Presbiteriana do Brasil, a história do seu projeto educacional se mistura com a própria história dessa igreja, uma instituição baseada nos ideias calvinistas e exemplo próprio do ideal missionário americano, baseado na “ideologia do Destino Manifesto” e do “*American way of life*”. Podemos pensar o projeto educacional presbiteriano como uma forma de levar ao progresso humano. Alfabetizar a população era essencial aos missionários, pois a partir da

---

\* Graduada em História na Universidade Federal de Viçosa e mestranda em Educação pela Universidade Federal de Ouro Preto sendo também bolsista UFOP.

educação e leitura da bíblia seria possível uma adesão à religião protestante e dessa forma um meio de ascensão social.<sup>1</sup>

O Instituto Evangélico na cidade de Lavras, fundado dentro destes princípios protestantes, foi uma alternativa ao Colégio Internacional de Campinas, pois devido ao surto de febre amarela que acometeu a cidade, tornou-se inviável a manutenção do colégio, sendo decidida em 1892, a realocação do mesmo para Lavras, no interior de Minas Gerais, escolhida por ser um dos municípios que demonstrava maior propensão ao progresso devido à possibilidade da construção de estradas e ferrovias que o interligasse aos grandes centros.

Os missionários responsáveis pela fundação do Instituto Evangélico na cidade de Lavras são fruto de um esforço missionário da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, particularmente advindos da chamada Igreja do Sul (PCUS), pois em 1861, como consequência da Guerra Civil, a Igreja Presbiteriana, que até então era uma instituição única, foi dividida entre Igreja do Norte e Igreja do Sul.

Essa nova denominação criou instantaneamente uma agência de missões que recebeu o nome de Comitê de Missões Estrangeiras cuja sede era em Nashville, Tennessee. Foi do Sínodo presbiteriano da Carolina do Sul que o Brasil recebeu em 1868, dois missionários que foram essenciais para o desenvolvimento da missão em Campinas. Edward Lane e G. Nash Morton.<sup>2</sup>

Foi nessa onda missionária que Carlota Kemper, Samuel Gammon e posteriormente Frank Baker, decidiram-se por esse campo missionário, que para a época representava grandes desafios, devido à realidade do catolicismo romano como religião oficial do país, o que para os Americanos não representava o verdadeiro Cristianismo.<sup>3</sup>

É importante deixarmos claro que a intenção desse artigo é apresentar as fontes biográficas as quais nos propomos analisar e observar através delas a história do Instituto Evangélico de Lavras. Tememos que, pelo espaço de discussão reduzido e a quantidade de fontes, a análise poderá ser um tanto simplista, contudo nos ateremos a apresentar as biografias e relatar suas narrativas à respeito do Instituto Evangélico de Lavras.

### **Samuel Gammon, Carlota Kemper e Frank Baker**

*“A vida consciente é outra grande luta: a intuição da vida individual distinta de outras vidas, não basta para explicar satisfatoriamente o fenómeno do EU, o facto primário da individualidade que*

*pensa e sofre, deseja e se agita racionadamente.”*

*(Nicodemus Nunes)*

Podemos entender como biografias, as narrativas que busquem transformar as memórias, que normalmente são desconexas, em um relato ordenado e cronológico que transforma acontecimentos pessoais em um romance ou relato. Ao se escrever uma biografia, é estabelecido um diálogo “com as diferentes formas de controle simbólico do tempo e da individualização nas sociedades humanas”, um anseio por se colocar em uma narrativa as relações do sujeito para com o seu tempo e cultura. O esforço biográfico é, de certa forma, uma “‘vida póstuma’ na qual mortos e vivos dialogam a partir das heranças dos primeiros e das carências dos segundos.”<sup>4</sup>

O escrito biográfico é fonte de acaloradas discussões no meio histórico. Bourdieu nos chama a atenção para o fato de que, embora a biografia nos passe uma noção de totalidade e coerência, a vida real não é linear e lógica, e é importante perceber que todo escrito, biográfico ou não, está inserido em um tempo e precisamos nos atentar “à questão dos mecanismos sociais que favorecem ou autorizam a experiência comum de vida como unidade e totalidade.” Bourdieu afirma que “os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social”, ou seja, tanto se desenrolam nesse tempo/espaço, quanto participam da sua construção.<sup>5</sup>

Já Levillain<sup>6</sup> ressalta que há inúmeras formas de se redigir uma biografia, variações essas que se dão de acordo com a noção que o próprio pesquisador tem da história e do trabalho biográfico que será feito. É necessário que se tome os devidos cuidados para que ao se analisar e redigir uma biografia não se caia no lugar-comum de exaltação de uma figura histórica, sendo imprescindível perceber que o indivíduo está inserido em um meio que lhe oferece possibilidades sócio-históricas e que seus atos não são apenas uma resposta às estruturas de seu tempo, mas também uma forma de ressignificá-las e transformá-las.

Mas a reconstrução de uma trajetória individual (quer de outro ou própria) significa também a percepção de uma rede de relações a partir da idéia de individualidade, com diferentes temporalidades (o ontem e o hoje), vínculos e pertencimentos que dizem respeito tanto sobre quem se escreve, quem escreve e para quem se escreve. Uma referência negativa recorrente ao biografismo se relaciona com sua imediata vinculação à narrativa apologética de homens da elite econômica, política ou religiosa, que são retratados como extraordinários. Embora esse tipo de enfoque seja o mais tradicional, por si só se mostra o mais empobrecido dos enfoques possíveis, e resultado de um reducionismo a muito superado.<sup>7</sup>



Alvo de pelo menos dois escritos biográficos, Samuel Gammon é retratado como o “ideal protestante” de um homem que viveu segundo a missão pessoal que a “divina providência” lhe entregou. Um dos escritos foi feito pela sua segunda esposa, Clara Gammon e publicado em 1959 com uma segunda edição em 2003, foi baseado em seu diário (até então nunca encontrado):

Tantas vezes fui instada para escrever uma biografia do Dr. Gammon que, ao fim de algum tempo, comecei a sentir que essa responsabilidade me estava reservada. Aceitei com muito gosto a grata missão e hoje, cumprida, a entrego à benevolência dos leitores e amigos, bastante temerosa de que a inabilidade da biógrafa não tenha retratado com fidelidade o biografado. O relato é estruturado sobre elemento seguro- o diário do Dr. Gammon- ao qual acrescentamos os demais elementos de interesse da história.<sup>8</sup>

Clara Gammon faz um relato minucioso da vida do dr. Gammon, iniciando-se pela infância nos Estados Unidos, os dias de seminário, a escolha do Brasil como campo missionário até os seus dias em Lavras, a vida familiar e sua morte.

Um segundo escrito biográfico sobre a vida de Samuel Gammon foi escrito a partir da compilação de um discurso pronunciado por Nicodemus Nunes na Igreja Presbiteriana de Piumhi em 22 de julho de 1928 por ocasião de um culto feito em memória de seu fundador, o próprio Dr. Gammon; de um artigo intitulado: “Rev. Dr. Samuel R. Gammon: o educador insigne”, publicado no O Expositor Cristão, de São Paulo, na edição de 21 de julho de 1928, pelo mesmo autor e por último, de um artigo intitulado: “Re. Dr. Samuel R. Gammon: o Homem Moderno, publicado no Alto São Francisco, de Piumhy, na edição de 8 de julho de 1928.

Um relato poetizado da vida de D. Carlota Kemper foi publicado em 1941 pela editora Limitada de São Paulo, escrito pela colega missionária Margarida Sydenstricker, o livro se baseia no diário (também nunca encontrado) de D. Carlota e reconta sua história de vida desde a infância até a morte, e ao citar trechos do próprio diário, a autora os coloca entre aspas, visando demonstrar uma fidelidade aos escritos da missionária.

Sydenstricker, como “boa biógrafa”, redige um escrito que coloca as memórias em ordem cronológica começando por relatar até mesmo os antepassados mais importantes de D. Carlota, como seu avô, coronel do exército prussiano que se estabeleceu na Virgínia, lugar onde a missionária nasceu no ano de 1837 no dia 21 de agosto. A autora também traz um pouco da história do pai da biografada, William Samuel Kemper, que era diretor da Universidade da Virgínia, o que pode explicar o porquê de D. Carlota Kemper ter sido uma mulher tão estudada.<sup>9</sup>

Trataremos também da autobiografia de Frank Baker, também um missionário que veio ao Brasil e trabalhou no Instituto Evangélico de Lavras. Devemos nos lembrar de que, segundo Halbwachs, a autobiografia (memória individual) “não está completamente isolada ou fechada. Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade.”<sup>10</sup>

### **O Instituto Evangélico de Lavras através das (auto) Biografias**

Nas biografias de Samuel Gammon, Carlota Kemper e Frank Baker, a história do Instituto Evangélico de Lavras se mistura com a história de vida de cada um. Desde seus embates pessoais pela vocação e missão pessoal (e aqui percebemos mais uma vez a doutrina calvinista da eleição) até suas atuações no campo missionário brasileiro, esses relatos de vida trazem suas contribuições a participações no desenvolvimento do Instituto e a importância que o mesmo teve em suas vidas pessoais.

Na biografia de Samuel Gammon escrita por Clara Gammon, a história do desenvolvimento da obra missionária e do próprio Instituto Evangélico no sul de Minas, começa logo após a narrativa da vinda do missionário para o Brasil, em um capítulo que trata sobre a cidade de Campinas e o estabelecimento dos missionários presbiterianos na mesma.

Esse foi o começo da obra educacional que tomou o nome de Instituto Campinas e, depois, Colégio Internacional. Quando foi transferido para Lavras, Minas, chamava-se Instituto Evangélico e, de 1928 para cá, passou a chamar-se Instituto Gammon. De um começo modesto, atingiu grandes proporções.<sup>11</sup>

Segundo Clara Gammon, “ninguém podia prever a tempestade que iria desabar sobre a cidade de Campinas”, contudo a cidade é atingida cruelmente por uma epidemia de febre amarela que impossibilita a continuidade das aulas no Colégio Internacional e acaba por levar à morte vários missionários. Na biografia de D. Carlota Kemper, o motivo da transferência do Colégio Internacional para a cidade de Lavras é narrado de maneira um pouco mais sucinta, embora ambas as biografias tratem do mesmo assunto, abordando inclusive a participação da missionária no auxílio aos doentes e o momento em que ela própria é infectada pela febre amarela.

Verificou-se que não era possível manter-se a estação missionária em Campinas. Foi escolhida a cidade de Lavras, do Estado de Minas, para sede da escola, e em novembro de 1892, para lá, se encaminharam os missionários através de graves peripécias. Aquele

lugar parecia estratégico, porque além do seu excelente clima, ia-se tornar um verdadeiro centro ferroviário.<sup>12</sup>

Frank Baker também faz menção a esse momento crucial da história para a missão presbiteriana em solo brasileiro:

Campinas was in a section of the South often tortured by recurring epidemics of the dread “Yellow Fever”, which also claimed as victims several missionaries of our Church. Those immediately responsible, Miss Charlotte Kemper, as Principal and Dr. Gammon, recently arrived from the United States, serving as Business Manager, studied carefully the situation and decided that it was imperative that it be moved to a higher altitude that would be mostly free from the killing disease.<sup>13</sup>

Clara Gammon continua o texto tratando da inserção protestante na cidade de Lavras e da curiosidade com que foram recebidos os missionários presbiterianos. Vários mitos foram formados em torno de suas figuras, “o povo simples, fazia os mais extravagantes juízos acerca dos missionários, inclusive das suas condições físicas: se teriam mesmo ‘pé de cabra’ ou ‘pé de pato’, como se dizia.”<sup>14</sup> E fala sobre a bem sucedida instalação da escola na cidade:

A escola foi aberta no dia 1º de fevereiro de 1893, com nove alunos. Uma semana mais tarde havia catorze, sendo logo necessário transferi-la para salas maiores. A escola era principalmente para meninas, sendo aceitos alguns alunos. Desde o começo os filhos das melhores famílias frequentaram a escola, que crescia sempre em número e prestígio. [...] Essa foi a cidade que o Dr. Gammon escolheu para sua morada e centro de seu grande empreendimento. Ele iria acompanhar o seu progresso e contribuir para ele; iria partilhar das alegrias e tristezas do seu povo; iria tornar-se uma parte própria da própria vida dela.<sup>15</sup>

Nicodemus Nunes, em sua biografia do Dr. Gammon, que faz uma eulogia pública à figura do missionário, fala sobre o estabelecimento do Instituto Evangélico em Lavras:

O homem piedoso [...] foi com o mais justo dos títulos, um illustre filho da Renascença e Reforma: deixou a patria para adoptar como sua nossa terra generosa e boa; veio, pela palavra e pelo exemplo, cultivar entre nós aquella sementeira imortal que, firmada no Evangelho, não se limitou jamais ao proselytismo religioso: veio para ensinar, para educar, para dirigir intelligencias. O estabelecimento fundado pelo nobre pioneiro acolheu muita pobreza, encaminhou muitos espíritos sem arrimo, formou muitos caracteres desprotegidos, modelou muitas almas sem apoio [...] esse estabelecimento se ergueu em Lavras e ali floresce victoriosamente, como um padrão DEDICADO Á GLÓRIA DE DEUS E AO PROGRESSO HUMANO.<sup>16</sup>

Após passar um tempo longe do Instituto Evangélico de Lavras substituindo um colega missionário no Seminário em São Paulo, Samuel Gammon retorna para o que ele dizia ser o seu “verdadeiro campo de trabalho, a missão de sua vida”<sup>17</sup> e em 1904, no dia 2 de fevereiro, foi aberta a escola de rapazes, que foi uma de muitas ampliações que o Instituto ganharia com o desenvolvimento da missão.

As duas biografias que tratam sobre a vida e trabalho do Dr. Gammon, falam sobre o cuidado para com o terreno da escola e como ele mesmo plantava árvores e flores.

Em Lavras, no Instituto Evangélico, sua obra foi no terreno da organização, simplesmente imensa. O mestre agitava sempre pelas avenidas e pelos atalhos da vasta propriedade: dava ordens, trabalhava com as próprias mãos, planejando, melhorando, alargando as instalações, os métodos, os objectivos, as ambições nobres.<sup>18</sup>

Foi criado em 1908 o curso agrícola e estabelecida a fazenda modelo e as condições para a compra do terreno para sua ampliação foram narrados com cuidado na biografia. Em 1910 outra expansão feita foi a criação da Escola Normal, que segundo Clara Gammon, começou “muito modestamente” e por não haverem professores suficientes, o Dr. Gammon assumiu a cadeira de pedagogia, embora não possuísse uma formação especializada para tal.

A escola de meninas acabou por se tornar em 1908, por uma decisão da East Brasil Mission, o Colégio Carlota Kemper em homenagem a uma de suas fundadoras. Margarida Sydenstricker também fala sobre o curso normal, dizendo que:

Um bom curso normal é oferecido à moças[...] infelizmente êste curso não pôde ainda ser oficializado, não sendo estranha a essa fato a influência da Igreja Romana. Um inspetor de ensino num momento de expansão sincera, chegou a dizer: “Se o Kemper não puder ser reconhecido, deveria então o governo fechar as suas escolas.”<sup>19</sup>

A Escola Agrícola foi um dos maiores sucessos da missão em Lavras. Quando o curso já havia adquirido um maior prestígio, o próprio governo oferecia bolsas aos estudantes recomendados pelo Instituto para fazerem especialização nos Estados Unidos.

Sobre essa expansão e a criação da Escola Agrícola, Frank Baker nos fala em sua autobiografia:

Some years before I arrived, a High School Course Had been added for both sexes; and in 1908 the Agricultural Course, officially recognized, had come into being, the first accredited Agronomy Course to be set up in the whole of the State of Minas Gerais. [...] Its contribution to National life and welfare can hardly be estimated. It has a glowing history! And its graduates are to be found all over Brazil today, making substantial contribution to the National economy and welfare.<sup>20</sup>

Mesclado à própria história da família Gammon, o Instituto é foco narrativo de grande parte da biografia. Será o homem importante pela sua obra ou a obra um reflexo do homem? Clara Gammon mostra que ao crescer a família, uma casa maior que pudesse abrigar confortavelmente a todos, foi construída no próprio Instituto.

Grande parte da biografia de D. Carlota também é dedicada aos seus anos de trabalho no Instituto e sua vivência com os alunos, embora tenha passado metade dos seus dias em sua terra natal, vindo ao Brasil em 1882 já contando 45 anos de idade, trabalhou a maioria deles como professora em diversos colégios dos Estados Unidos.

Sua marca esteve presente nos alunos de forma distinta, pois sendo solteira e sem filhos tinha um instinto maternal para com eles. Em sua biografia conta-se que havia momentos em que emprestava dinheiro aos alunos e aos mais necessitados comprava roupas e materiais necessários à sua subsistência. Em um momento singular, Carlota Kemper, ao observar um jovem rebelde, ajuda-o: “Pascoal era órfão e ela ofereceu-se para ser sua mãe... ‘mãe velha e feia, Pascoal, mas sincera e que gostará de ser uma verdadeira mãe para você.’ E, de fato, quanto significou isto para ele!”<sup>21</sup>

Sua marca esteve nos prédios que ajudou a colocar em funcionamento:

O novo edifício do Ginásio tinha sido concluído, mas havia o problema da água, não somente para o prédio como para toda a chácara. A água estava sendo carregada de longe. O dr. Luebeck, um professor de matemáticas, russo e o dr. Gammon estavam estudando o problema de bombas. [...] Sem dizer nada d. Carlota foi para o quadro negro, armada de lápis, e começou a fazer uma porção de cálculos. Ela não tinha livro à mão, mas ia ilustrando tudo com desenhos de êmbolos, canos curvos e bombas [...] Afinal ela acabou as operações e do outro lado do quadro negro disse simplesmente: “A bomba que os senhores propõem não serve. É preciso que seja um carneiro hidráulico com tal e tal força, com um cano desta largura, etc., etc....” Os homens concordaram, e o dr. Luebeck deu-lhe a mão: “Eu a felicito e me orgulho de aprender com a senhora.”<sup>22</sup>

Frank Baker iniciou o seu trabalho missionário no Instituto Evangélico de Lavras muitos anos depois de Samuel Gammon e Carlota Kemper, constando na sua autobiografia que sua primeira experiência como professor no Instituto foi no ano de 1913.

The Evangelical Institute, although a Protestant institution, was a School of high standing. It always had all the boarding students that could be cared for. It was held in high esteem by local, statewide and national leaders. This was a high tribute paid to the outstanding man who was Dr. Gammon!<sup>23</sup>

Tendo assumido posteriormente o cargo de diretor do Instituto Evangélico, já renomeado como Instituto Gammon, parte significativa da autobiografia de Baker conta do trabalho desempenhado em Lavras, suas expectativas e a realidade da missão. Sobre a responsabilidade de ser nomeado como diretor da mais antiga escola missionária da América Latina, Frank Baker diz: “In taking over the administration of the oldest Mission School in Latin America, I was overwhelmed by the weight of the responsibility!”<sup>24</sup>

Por tratar de um período um pouco mais extenso que as biografias escritas por Clara Gammon e Margarida Sydenstricker, as memórias de Frank Baker fornecem uma visão mais ampla da história do Instituto.

## **Conclusão**

Ao observarmos os trabalhos que buscam fazer um relato histórico do Instituto Evangélico de Lavras, percebemos a relutância (resquícius talvez de um passado em que o

próprio campo histórico enxergava a biografia de forma negativa) de se utilizar a biografias como fonte.

Podemos então, retomar a discussão colocada por Halbwachs de que as memórias pessoais, sejam biográficas ou autobiográficas, não narram apenas as experiências pessoais desses indivíduos os quais, por interesse pessoal (no caso da autobiografia) ou da sociedade (que é o caso das biografias póstumas), foram escolhidos como foco de suas narrativas, mas acabam por embasar suas histórias no próprio contexto da época, o que acaba por nos revelar fatos indispensáveis à discussão histórica.

A história do Instituto Evangélico de Lavras não acaba como pano de fundo de reflexões mais aprofundadas dos sujeitos, ela se torna, em vários momentos e em grande parte de suas narrativas, suas próprias histórias de vida. Seus nomes estão nos prédios e também o seu suor. Seus caminhos se entrelaçam, dificultando a tentativa de separar um do outro, é o que o extinto Colégio Kemper e o atual Instituto Gammon nos provam.

---

<sup>1</sup> ALMEIDA, Jane Soares. *Ler as Letras: por que educar meninas e mulheres*. Campinas: Autores Associados, 2007. p.132.

<sup>2</sup> MENDONÇA, A. G. *O Celeste Porvir: a Inserção do Protestantismo no Brasil*. 3ª edição. São Paulo: Edusp, 2008. p. 25.

<sup>3</sup> DE SOUZA, Silas Luiz. *Pensamento social e político no protestantismo brasileiro*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2005. p.44.

<sup>4</sup> SILVA, Wilton Carlos Lima da. Biografias: construção e reconstrução da memória. *FRONTEIRAS: Revista de História*, volume 11, fascículo 20, p.153, 2010.

<sup>5</sup> BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. (Org.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 183-191.

<sup>6</sup> LEVILLAIN, P. Os protagonistas da biografia. In: RÉMOND, R. (Org.) *Por uma história política*. Ed. UFRJ, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 141-184.

<sup>7</sup> SILVA, Wilton Carlos Lima da. *op cit.* p. 154

<sup>8</sup> GAMMON, C. *Assim brilha a luz: a vida de Samuel Rhea Gammon*. 2ª Ed. Editora Cultura Cristã, São Paulo, 2003. p.7.

<sup>9</sup> SYDENSTRICKER, Margarida. *Carlota Kemper*. Tradução de Jorge Goulart, Editora Limitada. São Paulo, 1941. p.8.

<sup>10</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006. p.54.

<sup>11</sup> GAMMON, Clara. *op cit.* p. 35.

<sup>12</sup> SYDENSTRICKER, Margarida. *op cit.* p.31.

<sup>13</sup> BAKER, Frank. *Memoirs of Rev. Frank F. Baker.* Mount Airy: 1965. p.14.

<sup>14</sup> GAMMON, Clara. *op cit.* p.57

<sup>15</sup> Ibidem. p.58.

<sup>16</sup> NUNES, Nicodemus. *Rev. dr. Samuel R. Gammon: O combatente fiel, o educador insigne, o homem moderno.* Alto S. Francisco, Piumhy: 1928. p.34.

<sup>17</sup> GAMMON, Clara. *op cit.* p.61

<sup>18</sup> NUNES, Nicodemus. *op cit.* p.25

<sup>19</sup> SYDENSTRICKER, Margarida. *op cit.* p.38.

<sup>20</sup> BAKER, Frank. *op cit.* p.13

<sup>21</sup> SYDENSTRICKER, Margarida. *op cit.* p.61.

<sup>22</sup> Ibidem. p.47.

<sup>23</sup> BAKER, FRANK. *op cit.* p.13.

<sup>24</sup> Ibidem p.39.

A instalação do Governo-Geral: as relações de poder entre a metrópole portuguesa e a colônia brasileira no início da colonização

Thaís Silva Félix Dias\*

Resumo

A pesquisa a ser apresentada representa as iniciais percepções de minha dissertação de mestrado pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

O objetivo da pesquisa é compreender como as relações de poder entre o poder central e os poderes periféricos, já existentes na dinâmica do reino português, foram desenvolvidas na sociedade colonial brasileira, a partir da instalação do Governo-Geral, em 1548.

Palavras-Chaves: Estado Moderno – Brasil Colonial – Relações de Poder

Abstract

The research to be presented is the initial perceptions of my dissertation at the Federal University of the State of Rio de Janeiro - UNIRIO .

The objective of the research is to understand how the power relations between the central government and , in the existing dynamic of Portuguese kingdom , peripheral powers were developed in colonial Brazilian society , from the Government General installation in 1548 .

Key - words : - Colonial Brazil - Modern State - Power Relations

---

\* Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e bolsista pela CAPES. Orientação: Professor Doutor Marcos Guimarães Sanches. Email: [thaisfelix08@yahoo.com.br](mailto:thaisfelix08@yahoo.com.br)



Inicialmente, tratemos neste artigo de esboçar uma compreensão acerca do conceito de Estado Moderno. Tal nomenclatura é utilizada para demarcar a diferença às organizações políticas anteriores à época. Porém, muito ainda se discute sobre o caráter moderno deste Estado, tendo muitos a preferência de chamá-lo por Estado Monárquico.

É comum aplicar o conceito de Estado Absolutista, originado no século XVIII, ao século XVI. Porém, em primeiro lugar, esta configuração de Estado não passou, em muitos casos, de tentativas (mesmo se a aplicarmos ao século XVIII); em segundo, essa construção tardia do conceito visava desqualificar e homogeneizar tudo que é anterior à Revolução Francesa (marco do fim do Antigo Regime), o que é um erro, pois não respeitava as particularidades pertinentes e atreladas ao conceito.

O poder central, no século XVI, não era exclusivo ou monopolista, antes o Estado se sustentava no equilíbrio entre os poderes periféricos e central. O rei tinha que governar de acordo com essa pluralidade de poderes, a fim de manter a própria lógica que regia as relações políticas e a dominação naquela sociedade. Ou seja, as existentes tensões entre as várias instâncias de poder não eram necessariamente desestabilizadoras, pois de certa forma agiam na manutenção da estrutura política e social. O poder era concentrado, porém partilhado, concedido pelo rei.

A palavra centralização está exposta pela historiografia política como negação dos poderes periféricos<sup>1</sup>, porém o centro não nega a existência da periferia. A legitimação do monarca não se dá em detrimento dos demais setores sociais ou instituições. É a perspectiva relacional, onde não há cabeça sem corpo e vice-versa (sociedade corporativa – o poder central é apenas uma parte).

E o que podemos analisar e repensar sobre o caráter moderno vem de uma resposta de Perry Anderson a determinada corrente historiográfica que define que o fim da servidão, somado a outros fatores, teria gerado um equilíbrio entre a nobreza e a aristocracia urbana<sup>2</sup>. Porém, o fim da servidão não significou o desaparecimento das relações feudais no campo (isso somente no século XVIII, com a Revolução Industrial).

O Estado Moderno seria, portanto, um aparelho de dominação que se basearia na lógica das relações feudais, a partir do fortalecimento da realeza<sup>3</sup>. A exploração sobre a classe rural, por exemplo, continuaria, mas sob uma articulação na qual a monarquia teria papel decisivo (a tributação, agora, ia para as mãos do rei).

A ideia de corpo social foi bastante presente ao longo da existência das monarquias na Europa Ocidental no início da era moderna, e em Portugal não foi diferente. Nessa ideia, o

poder era repartido entre os membros do corpo, porém não concentrado em apenas um membro<sup>4</sup>; o poder central era representado pela cabeça e os poderes periféricos pelos demais membros do corpo. A função da cabeça neste corpo não era a de destruir a autonomia dos membros restantes, mas sim de manter a harmonia, a ordem, orientando cada um a exercer a sua função pelo bem-estar do corpo<sup>5</sup>.

Portugal apresenta desde a época da Reconquista e, sobretudo, a partir da Revolução de Avis (1383), um processo de centralização régia, onde a nobreza foi posta de lado. Porém, a partir de 1438 vemos na monarquia portuguesa um processo de reconciliação com a nobreza, a partir de D. Pedro e D. Afonso V.

Mas, por mais que a historiografia tenha a compreensão de que tal reconciliação, principalmente no reinado de D. Afonso V, fez com que a nobreza apodera-se da direção política de Portugal<sup>6</sup>, o que percebemos é que o poder nunca saiu das mãos de D. Afonso V, tendo esse realizado ações que foram a base dos projetos de seu filho, e futuro monarca, D. João II, não necessitando este ter que dialogar diretamente com as Cortes ou com os Conselhos<sup>7</sup>.

No reinado de D. João II (1481-1495), o processo de reconciliação com a nobreza sofreu um retrocesso. José Hermano Saraiva chama a atenção de que muitos autores consideram que D. João II foi um antecessor à política exposta por Maquiavel em *O Príncipe*, visto que o monarca lusitano

reprimiu duramente o poder dos grandes, mas nunca, para essa luta, procurou apoiar-se na força dos pequenos [...]Para ele, o poder político residia todo na instituição real. [...] ao tardio cavaleiro medieval que foi D. Afonso V sucedeu-se o poder do príncipe da Renascença, que não admite partilha nem limite<sup>8</sup>.

Como resultado dessa política centralizadora de D. João II, vemos no reinado de D. Manuel (1495-1521) uma nobreza que se adaptou aos interesses régios, sendo chamada por alguns autores de “nova nobreza de corte” - uma nobreza mais dependente dos favores reais e da administração pública<sup>9</sup>.

D. Manuel tinha que agir no meio termo, entre as políticas de D. Afonso V e de D. João II, a fim de conciliar-se com as facções rivais. Uma das formas foi colocar a nobreza como participante do projeto expansionista marítimo português do século XVI – a nobreza se ocuparia com a expansão, e assim não se colocaria como obstáculo para a Coroa, além de enriquecer sem defraudar o patrimônio régio<sup>10</sup>. E, de fato, a nobreza representou, posteriormente, um braço da burocracia muito útil ao assumir os cargos superiores da administração colonial.

Percebemos que a realeza portuguesa era formada por um coletivo, onde a base do poder régio era a aristocracia (sem ela o poder do rei se esvaziava) e onde o ato de reconciliação entre poder central e poderes periféricos não representava um obstáculo ao processo de centralização, antes fazia parte da própria dinâmica do processo.

Para Fernando Novais, o aparelho de dominação<sup>11</sup> em que se constituiu o Estado português apresentou-se como essencial, um pré-requisito, para a expansão marítima que o mesmo se propôs a realizar a partir do século XV. A centralização do poder no reino era a base para que o Estado metropolitano realizasse seus feitos de expansionismo marítimo, econômico e colonial.

Após a centralização régia, o que se fazia necessário era possuir elementos que contribuíssem para o processo de fortalecimento deste poder, dentre os quais, e talvez o mais importante na política expansionista, o processo de colonização<sup>12</sup>.

No início da colonização, com a instalação das capitâneas hereditárias em 1532, observamos a preferência da Coroa por delegar a administração colonial a particulares que já tivessem tido bom desempenho nas demais possessões lusitanas, o que Antônio Saldanha compreende como prêmio para os que prestavam serviços ao monarca<sup>13</sup>.

Apesar dessa ação privada, a Coroa não cedia o seu poder absoluto e soberano aos donatários. Isso se deixava bem claro através dos discursos régios contidos nas Cartas de Doação e nos Forais e, posteriormente, no Regimento do Governo-Geral. Na verdade,

ao mesmo tempo em que incentivava a colonização com as doações e privilégios a que o obrigavam as circunstâncias, o soberano os limitava dentro de normas que procuravam atender aos seus objetivos. Havia um plano visando resolver os problemas essenciais de ocupação da terra, ao mesmo tempo que o rei conservava sua autoridade e soberania, falando sempre como senhor absoluto<sup>14</sup>.

Em 1548, o sistema das capitâneas passou a conviver com um novo sistema implantado pela Coroa nas terras brasileiras – O Governo-Geral, que materializou o processo de centralização político-administrativo, visando aperfeiçoar e melhor servir a colonização, agindo em conjunto com as capitâneas hereditárias.

O Governo-Geral limitava os poderes dos donatários. O primeiro governador geral foi Tomé de Sousa que obteve poderes, de acordo com seu cargo, que se sobrepujavam aos dos donatários, substituindo-os em algumas funções, mas não anulando totalmente seus espaços de autoridade<sup>15</sup>, concluindo assim que era inegável a ação da Coroa em retirar alguns poderes que antes foram delegados aos donatários, buscando adequá-los aos novos objetivos régios<sup>16</sup>.

Porém, não podemos dizer que o Governo-Geral foi totalmente mal visto pelos donatários. Na verdade, nas capitâneas necessitadas da ajuda régia, o Governo-Geral foi visto

como um mal necessário<sup>17</sup>, mas a recepção foi diferente na capitania de Pernambuco, já que a mesma alcançou um sucesso considerável e sentiu que a modificação das atribuições inicialmente conferidas a seu donatário como um obstáculo à contínua prosperidade da capitania.

O Governo-Geral não se resumia ao cargo do governador geral. Havia outros cargos, como os de ouvidor-geral e capitão-mor da costa, que coexistiam com a do governador. Algumas funções implementadas junto com a instalação do Governo-Geral intervinham na autonomia dos donatários, autonomia esta que lhes fora outorgada através das cartas de doação e dos forais, como a referente à questão tributária já que “o regimento do provedor-mor da Fazenda cometia ao titular desse cargo a superintendência sobre todos os assuntos ligados à Fazenda Real e colocava as alfândegas e as provedorias das capitanias-donatárias sob a sua jurisdição”<sup>18</sup>.

O que percebemos nas cartas do donatário de Pernambuco, Duarte Coelho, ao monarca D. João III, a partir de 1549, é a expressão do descontentamento dos colonos de sua capitania para os que eles consideravam o fim de suas liberdades e privilégios por conta da ação dos agentes da Coroa vindos com o Governo-Geral.

Duarte Coelho não ataca diretamente o rei quanto à sua decisão na subordinação das capitanias, mas o faz lembrar que o soberano não pode ir contra o que já foi outorgado anteriormente, pois é uma coisa odiosa e prejudicial “quebrar e não guardar as liberdades e privilégios aos moradores e povoadores e vassallos de que já estão de posse e de que usam, depois de lhe serem publicados e apregoados”<sup>19</sup>

Diante desse apelo de Duarte Coelho ao rei, Tomé de Sousa escreveu em 1551 uma carta a D. João III pedindo que o mesmo sempre se lembrasse de seus donatários, pois estes mereciam respeito pela boa administração exercida, mas que também os donatários não deveriam esquecer de que estavam a serviço de Deus e da Coroa e que, ficando contra as ações do Governo-Geral estavam, na verdade, contribuindo para a danificação das rendas do rei.

Perante tudo o que foi apresentado neste artigo, percebemos que a idéia de “total centralização” precisa ser usada em seu caráter de particularidade já que é devido a essa particularidade na colônia brasileira que vemos a existência de uma descentralização por parte dos donatários, ao mesmo tempo em que a Coroa tenta centralizar a administração colonial sob sua tutela.

A formação política do império português baseou-se na transladação de vários mecanismos jurídicos e administrativos do reino para todas as suas possessões. E, assim como

no Reino, as relações de poder desenvolvidas na colônia se fundamentaram em uma dinâmica onde a centralização do poder nas mãos do rei, aqui representado pelo Governo-Geral, não significaram a ausência de outras instâncias de poder, como as capitanias hereditárias.

Logo, as relações de poder entre metrópole e colônia brasileira foram provenientes da adaptação do modelo corporativo da sociedade portuguesa no processo de colonização do Brasil, onde as tensões resultantes não foram obstáculos para a ampliação do modelo político do Antigo Regime. Pelo contrário, a complexidade desse modelo e a superabundância de fórmulas adaptavam-se perfeitamente à variedade e à mobilidade dos vínculos políticos coloniais<sup>20</sup> bem como contribuía na manutenção da estrutura estatal lusa no século XVI e para a formação da sociedade colonial brasileira.

---

<sup>1</sup> HESPANHA, Antônio Manuel. Para uma teoria da História Institucional do Antigo Regime. In. HESPANHA, Antônio Manuel (org.). *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime: Coletânea de textos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1984, p. 32

<sup>2</sup> ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985, p. 17

<sup>3</sup> Idem p.18

<sup>4</sup> HESPANHA, Antônio Manoel. *História de Portugal Moderno político e institucional*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995 p. 28

<sup>5</sup> Idem p. 29

<sup>6</sup> SARAIVA, José Hermano. *História Concisa de Portugal*. Rio de Janeiro: Publicações Europa-América. Coleção Saber. 1982 p.123

<sup>7</sup> COSTA, João Paulo Oliveira. D. Afonso V e o Atlântico: a base do projeto expansionista de D. João II. In: *Mare Liberum: Revista de História dos Mares*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. nº 17, 1999 p.46

<sup>8</sup> Idem p.126

<sup>9</sup> WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José C.M. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012 p. 59-60

<sup>10</sup> MARQUES, A.H. de Oliveira. *História de Portugal, Vol. I – Das origens ao Renascimento*. Lisboa: Guimarães e C<sup>a</sup> Editores. 1972 p. 343

<sup>11</sup> NOVAIS, Fernando A. O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial. In. MOTTA, Carlos Guilherme (org). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1980 p. 49

<sup>12</sup> WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José C.M. Op.Cit. p.40

<sup>13</sup> SALDANHA, Antônio de Vasconcelos de. *As capitânicas o Brasil: Antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenômeno atlântico*. Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa: 2001 p. 102

<sup>14</sup> FONSECA, Célia Freire A. *A economia europeia e a colonização do Brasil (a experiência de Duarte Coelho)*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura e IHGB, 1978. p. 167

<sup>15</sup> Puntoni, Pedro. *O Estado do Brasil: poderes médios e administração na periferia do Império Português (1549-1720)*. Op. Cit. s/pág

<sup>16</sup> WEHLING, Arno. WEHLING, Maria José. Processo e procedimentos de Institucionalização do Estado Português no Brasil de D. João III, 1548-1557. *Separata do livro D. João III e o Império – Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*. Lisboa e Tomar, 4 a 8 de junho – Lisboa, 2004. p. 238

<sup>17</sup> JOHNSON, Harold. SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coords.). *Nova História da Expansão Portuguesa. Vol. IV. Op. Cit.* p. 142

<sup>18</sup> COUTO, Jorge. *A construção do Brasil, ameríndios, portugueses e africanos, do início do povoamento a finais dos quinhentos.* 3ª Edição – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011 p. 264

<sup>19</sup> Idem p.119

<sup>20</sup> HESPANHA, Antônio Manuel. Antigo Regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do Império Colonial português. In. FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). *Na Trama das Redes – política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010 p. 58

**Direitos às mulheres: algumas contradições quanto ao esforço soviético na emancipação feminina na Rússia revolucionária (1917-1930)**

**Autoria:** Thaiz Carvalho Senna - thaizsenna@gmail.com

Mestranda em História Política e Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e bolsista pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ)

**Orientação:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Lená Medeiros de Menezes

**RESUMO**

A União Soviética teve diversos avanços e retrocessos quanto aos direitos humanos – e aos preceitos necessários para transformar a democracia burguesa em democracia plena. Nesse contexto, concebe-se a questão das mulheres como um dos principais aspectos progressistas conquistados ao longo desse processo. Apesar de representar pioneirismo e vitórias, entretanto, ainda não foram suficientes para obter a igualdade entre os sexos de maneira definitiva- seja pela forma como se deu a realização prática ou pela concepção teórico-ideológica das políticas de gênero.

**ABSTRACT**

The Soviet Union had many ebbs and flows as human rights - and precepts necessary to transform bourgeois democracy in full. In this context, the question of women is one of the leading progressive aspects conquered throughout this process. However, despite represents pioneering and victories, it were not sufficient to achieve gender equality so definitively - be by the way how were the pratices or by theoretical-ideological conception of gender policies.



## INTRODUÇÃO

O mito da fragilidade do gênero feminino parece não ter tido vez na União Soviética. Considerada como compondo a metade da força motora que consolidaria a revolução, a mulher foi pensada pelas políticas oficiais sob o parâmetro da igualdade – diante do homem, historicamente desigual e superior. Podemos perceber que tal equivalência foi dada, principalmente, pela tentativa de extinguir as barreiras que impediam as mulheres de exercer plenamente o trabalho fora de casa e as atividades políticas. Isso significou, por um lado, medidas legais que retirassem a exclusividade das mulheres ao ambiente caseiro e colocassem-nas no mercado de trabalho, possibilitando também a presença dessas na política. Por outro lado, para que todo esse processo ocorresse, era necessário, dentre outros aspectos, um amplo esforço de convencimento ideológico, de ambos os gêneros, via propaganda através de discursos, cartazes, dentre outros. Assim, na visão partidária, poderia haver a ascensão de uma nova mulher – igual diante dos trabalhadores homens e tão forte como eles.

Observamos que tal tentativa obteve sucesso em grande medida. No entanto, a completa emancipação da mulher na Rússia Soviética não foi conquistada. Podemos elencar como uma das causas para isso o insucesso das políticas na quebra das barreiras, tanto materiais quanto ideológicas, que não permitiam as mulheres estarem em plena igualdade com os outros seres humanos. Tal processo, porém, não foi linear. Se, por um lado, entendemos que determinadas medidas legais tinham em si elementos que reiteravam os lugares historicamente dado às mulheres, por outro, devemos observar que a maioria dos decretos, constituições, códigos, etc., eram fruto de amplos debates,<sup>1</sup> em que conflitavam diversas posições. Assim, também parte desse desenvolvimento desigual e combinado, os processos de tentativa de emancipação feminina legal provocaram alguns retrocessos contraditórios ao discurso partidário, ou mesmo à imagem da mulher mostrada em outros meios, como os cartazes de propaganda. Por outro lado, porém, promoveu diversas vitórias do movimento feminista, muitas sem par em grande parte dos países da época, e algumas não realizadas ainda nos dias de hoje. (ver lista abaixo).

### **Principais formulações legais sobre a questão da mulher, família e sexualidade (1917 – 1926)<sup>2</sup>**

1. Igualdade de direitos entre todos(as) os(as) trabalhadores(as) soviéticos<sup>3</sup> e abolição do status legal inferior das mulheres<sup>4</sup>
2. Igualdade entre marido e mulher no casamento<sup>5</sup>
3. Eliminação de todas as diferenças de propriedade<sup>6</sup>;
4. Instituição do casamento civil referência<sup>7</sup>

5. Processo de divórcio direto<sup>8</sup>
6. Criação de creches e refeitórios coletivos, enfermarias coletivas e lavanderias públicas<sup>9</sup>
7. Igualdade das crianças legítimas e ilegítimas<sup>10</sup>;
8. Igualdade de direitos de voto, independentemente de sexo, raça, religião ou nacionalidade<sup>11</sup>
9. Salário igual para trabalho igual, sem distinção de sexo<sup>12</sup>
10. Licença-maternidade antes e depois do nascimento da criança paga pelo Estado<sup>13</sup>
11. Proteção das mulheres e do trabalho infantil, incluindo a exclusão de postos de trabalho considerados particularmente pesados ou perigosos<sup>14</sup>
12. Liberdade de um cônjuge seguir o outro apenas se assim o desejar<sup>15</sup>
13. Legalização do aborto<sup>16</sup>
14. Fim das leis que condenavam atos homossexuais e sodomia e colocação de qualquer forma de relacionamento sexual como um assunto privado<sup>17</sup>
15. Obrigação do trabalho a todos os membros<sup>18</sup>
16. Proibição da adoção<sup>19</sup>
17. Estabelecimento de pensão alimentícia para homem e mulher, em caso de divórcio em que um dos dois não estivesse em condições de se manter<sup>20</sup>
18. Instrução de que as demissões, quando houvesse, fossem proporcionais entre homens e mulheres<sup>21</sup>
19. Proibição de demissão de mulheres grávidas e lactantes, e prioridade de permanência no emprego a mulheres com filhos até 1 ano<sup>22</sup>
20. Proibição de retirada de mulheres solteiras de seus alojamentos<sup>23</sup>

A formulação nº 6 da lista, por exemplo, nos demonstra uma das políticas mais significativas do Partido Comunista da União Soviética, no que tange ao primeiro movimento por nós citado – o de fazer com que as mulheres não precisassem perder uma jornada inteira com trabalhos domésticos. Assim, os deveres de cozinhar, lavar roupas, cuidar de crianças, de idosos e doentes, na esfera privada, foi passada para a esfera pública ao serem criadas cozinhas, lavanderias, creches e enfermarias públicas, mantidas pelo Estado.<sup>24</sup> Entretanto, apesar de o trabalho doméstico, historicamente não visto como trabalho, ser então considerado como tal, é visto que a exploração apenas mudou de esfera. Isso porque quem cumpria as tarefas nas tais creches, lavanderias e demais estruturas públicas afins, pertencia, exatamente ao gênero que já as cumpria antes – as mulheres. Não foi encontrado até agora,

também, nenhum esforço em que se colocasse a figura masculina cumprindo tais trabalhos. Dessa forma, acabou-se perpetuando a já legitimada imagem feminina como ligada a esse tipo de atividade, ao mesmo tempo em que se somavam as outras jornadas de trabalho e políticas. Como um segundo movimento do PCUS em busca da emancipação feminina, podemos considerar a colocação de mais mulheres em mais postos de trabalho, em igualdade com os homens. Para mostrar isso, podem-se elencar as medidas nº 1 e nº 15 presentes na lista, ambas da Constituição Soviética de 1918. Essas propunham respectivamente, a igualdade entre todos os membros da república, bem como a obrigação do trabalho, também, a todos os membros. Podemos citar, ainda, a formulação nº 9, que pregava “salário igual para trabalho igual, sem distinção de sexo”. A primeira e a terceira medidas são, claramente, progressistas ao considerarmos o contexto anterior a elas – uma Rússia saída de uma monarquia que instituiu legalmente e na prática as mulheres como inferiores, tal como provendo salários muito menores às mulheres, que eram tratadas como parte do que Marx denominava de “exército de reserva”.<sup>2526</sup> Quanto à terceira, parece propor que pessoas de ambos os gêneros tem a mesma capacidade (e dever) de cumprir as atividades trabalhistas.

No entanto, alguns fatores contradizem esse grupo de medidas. Um primeiro problema, de ordem prática, é que comumente a lei não era obedecida – executando as mesmas funções, por exemplo, muitas mulheres ainda recebiam menos do que os homens,<sup>27</sup> o que constitui uma infração diante dos itens nº 1 e nº 15, por exemplo. Um segundo problema encontra-se no próprio viés teórico. É o fato de que os homens, em sua maioria, no contexto por nós estudado, continuavam nos cargos mais bem pagos e especializados e as mulheres, nos mais marginalizados financeiramente. A medida legal (nº 9) não abarcava essa realidade: a imposição de mesmo salário para mesma função, então, não bastava para que se perpetuasse a outra situação problemática – as mulheres ganhando muito menos do que os homens. Assim, o objetivo de igualar os gêneros foi apenas parcialmente conseguido – várias das mulheres que cumpriam as mesmas funções que os homens continuaram a receber salários inferiores, pela transgressão à lei de seus patrões; e muitas das mulheres permaneceram nas funções consideradas inferiores e, assim, recebendo menos, ainda que tal situação se encontrasse dentro da lei.

Novamente nesse ponto, porém, vemos que o debate se dava diante das perpetuações das antigas desigualdades: em 1930, um grupo de mulheres que se denominaram *Brigadas da Regenerificação*, entravam nos lugares de trabalho predominantemente masculinos, e diziam “esse trabalho pode ser feito por uma mulher”.<sup>28</sup> No entanto, questões como a do homem cumprir as mesmas funções que as mulheres – domésticas ou em empregos – não foram

permitidos pela consciência da época, não tendo aparecido (até onde foram nossas pesquisas) ou, ao menos, ganho alguma ênfase. Entendemos que parte do motivo de reivindicações como essas não terem vindo à tona pode ser relacionada a uma ideia presente em diversos imaginários ao longo da história, que a URSS não conseguiu quebrar completamente: a ideia de que a mulher é mais frágil que o homem.

## **SEXO FRÁGIL**

O fato de que o gênero feminino aparece na sociedade como o “lado mais fraco”<sup>29</sup> tem razões claras – a opressão designada ao mesmo e, conseqüentemente, os lugares a ele demarcados. Assim, vários dos juristas que produziram as leis da lista mostrada concordavam que as mulheres deveriam ser protegidas.<sup>30</sup> Eles apontavam, por exemplo, questões como a maior dificuldade em conseguir emprego e os menores salários femininos para mostrar como as mulheres eram prejudicadas com o divórcio e, assim, não se poderia abolir o casamento civil de forma rápida. Podemos citar, ainda, o fato de elas, em geral, ficarem com os filhos, gerando mais gastos e trabalho; a dupla jornada que continuavam a ter; a própria opressão ideológica impregnada na sociedade, como fatores que colocavam a mulher em um lugar desigual quanto ao do homem – devendo, assim, ser tratada de forma diferente, em busca de igualar as condições desiguais a ela. No entanto, a desigualdade, sendo *social, econômica, ideológica*, não convergia com a maioria das medidas sobre a proteção. A vulnerabilidade feminina, por vezes, é colocada como uma fragilidade *física, emocional* ou *psicológica* diante da figura masculina. É o que vemos, por exemplo, na medida nº11, na qual se legisla sobre as mulheres não poderem cumprir certos trabalhos que só o homem poderia fazer. Sem nenhuma especificidade biológica, como a gravidez ou a lactância, ou em algum estado de insalubridade, mulheres são colocadas no mesmo lugar das crianças<sup>31</sup> – incapazes de pertencerem a determinados cargos e realizar certas funções. Esse tipo de colocação, assim, pode, a nosso ver, ter ajudado a corroborar as diferenciações trabalhistas, como o fenômeno de os cargos mais bem remunerados e especializados serem ocupados por homens, impondo a inferioridade feminina. Além disso, alguns discursos, inclusive dos próprios juristas, colocavam que o homem era possuidor de uma “maior energia”,<sup>32</sup> inclusive para o trabalho – desconsiderando, nesse caso, todas as muitas funções domésticas da mulher, que tangem inclusive a atividades físicas pesadas – como, sabemos, é o caso da limpeza da casa, por exemplo, além de todos os outros tipos de atividades laborais que muitas mulheres cumpriam. Esse tipo de proteção às mulheres é pauta de muitos movimentos feministas até hoje. Não pretendemos desenvolver aqui uma profunda defesa ou crítica dessa questão. Nosso objetivo

no presente tópico é o de demonstrar a contradição desse tipo de atitude para com outros discursos de caráter oficial propagados pelo PCUS.

Além da contradição interna, a nosso ver, no âmbito das próprias medidas legais - como a medida nº 1, trabalhada acima, que, ao colocar homes e mulheres trabalhadores(as) como iguais e a mulher como possuidora do mesmo *status* do homem, opõe-se a medidas protecionistas, como a nº 11. Acreditamos que uma oposição ainda mais latente a esse tipo de formulação legal/posição ideológica dá-se na forma de representação das mulheres<sup>33</sup> em um de seus mais abrangentes formatos – a propaganda política soviética via cartazes.

Observamos, em diversos pôsteres datados de 1917-1930, mulheres fisicamente fortes e cumprindo tarefas que requerem força<sup>34</sup> (v. fig.1, 2 e 3, nas quais a representação feminina contempla uma mulher que carrega cesta com muitos elementos, que levanta grande quantidade de palha e que auxilia na forja de uma ferramenta) e que são até mesmo perigosas (como demonstra novamente a fig.3). Entendendo representação como a tentativa de fazer presente algo que está ausente,<sup>35</sup> podemos formular a seguinte dedução: a mulher soviética não se apresenta de determinados modos específicos; o partido deseja que ela se apresente com tais modos específicos; logo, o partido evoca a imagem dessa mulher com tais modos específicos em sua propaganda visual. Dessa forma, entende-se que a mulher-ideal buscada pela política partidária era não só deveras diferente da comumente apresentada na cultura ocidental, como também, era próxima às representações masculinas.<sup>36</sup> Uma mulher robusta, com menor ou nenhum apelo sexual, e que tinha força física o suficiente para carregar coisas pesadas e cumprir tarefas idem. Representada também sozinha nos cartazes, pode ainda fazer entender-se como uma mulher independente e capaz por si própria de realizar suas tarefas. Tais características, entretanto, não parecem ser convergentes à medida nº 11 da lista apresentada, que exclui as mulheres dos postos de trabalho mais pesados e perigosos. Ao contrário, parecem estar em inteira divergência quanto a essa. Entende-se, assim, pela multiplicidade de vozes existentes, que não se deu uma completa coerência entre os meios usados pelo Partido Comunista para realizar a emancipação feminina. No caso e período trabalhados, elas eram representadas como fortes nos cartazes de propaganda, mas mais frágeis em alguns mecanismos legais.

## CONCLUSÃO

Entendemos que o período de 1917-1930 na União Soviética constituiu um ambiente complexo e imerso em transformações – algumas efetivamente ocorridas e outras no plano das mentes de alguns. No desenvolvimento desigual e combinado lá em processo, misturavam-se posições mais progressistas em relação à emancipação das mulheres, outras mais regressistas, em direção à lógica patriarcal; algumas bem intencionadas, porém, pouco dialogando com a realidade; algumas que funcionaram na prática e realizaram vitórias ímpares para o gênero feminino; outras que não conseguiram superar os obstáculos ideológicos e materiais da sociedade; outras, ainda, que já na própria teoria tinham elementos favoráveis à construção de uma nova mulher, mas que, ainda assim, caíam em velhas armadilhas machistas. Assim, entendemos que as posições que viraram políticas partidárias, também estas por vezes divergentes, contribuíram, ainda com todos os problemas e contradições, não apenas para vitórias pontuais importantes àquelas mulheres da época, mas, principalmente, para a desnaturalização da desigualdade entre os gêneros, ao abrir possibilidades de discussão sobre os papéis sexuais e sociais das mulheres. Discussões essas que não apenas tiveram eco à época, mas que contribuem para os debates feministas ainda na contemporaneidade.

**Fig. 1**



[Sem título] Nivinsky, Ignaty, 1918. “Mulheres, vão às cooperativas!” Disponível em: [commons.wikimedia.org](https://commons.wikimedia.org)

Fig. 2



[Sem título] Autoria desconhecida, 1918. “A união central panrusa das associações de consumo. Mulheres, vão à cooperação”. Disponível em: [commons.wikimedia.org](https://commons.wikimedia.org)

Fig.3



[Sem título] Kogout, Nikolai, 1920. “Nós destruímos o nosso inimigo com armas, vamos ganhar o pão com o trabalho - Camaradas, arregacemos as mangas para o trabalho”. Litografia in Granger Collection/Alinari Archives. Disponível em: [www.alinariarchives.it](http://www.alinariarchives.it)

<sup>1</sup> Havia amplo debate em torno de códigos e medidas que tangiam à liberdade sexual. O código de 1926, por exemplo, foi discutido em comitês executivos regionais e distritais dos Sovietes, na imprensa, também posteriormente nos Sovietes distritais, e nas organizações femininas (GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e revolução*. Boitempo Editorial : São Paulo, 2014, p.262)

<sup>2</sup> A lista procura convergir os decretos entre o período colocado, que engloba os Códigos que tangem à questão da família (1918 e 1926), posto que, a nosso ver, foi o período de maior progressividade das leis que tratavam das questões explicitadas.

<sup>3</sup> RSFSR, Constituição. (1918) Capítulo V, artigo 22.

<sup>4</sup> RSFSR. Código do Casamento, família e tutela (1918) apud GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e revolução*. Boitempo Editorial : São Paulo, 2014.

<sup>5</sup> idem

<sup>6</sup> Constituição Soviética, Capítulo II, artigo 3a

<sup>7</sup> RSFSR, Decreto sobre Casamento Civil, Crianças e Introdução do Livro de Registros, dez.1917

<sup>8</sup> O divórcio, estabelecido por meio de dois decretos em dezembro de 1917 e reafirmado em outubro de 1918 pelo Código do Casamento, Família e Tutela, passou a ser facilitado ainda mais, sem necessidade de justificativa, a partir do Código da Família de 1926.

<sup>9</sup> ORR, Judith. *Z is for Zhenotdel*. Artigo A-Z do socialismo, [s.l.] setembro de 2009. Disponível em: <http://www.socialistreview.org.uk/article.php?articlenumber=10938>. Acesso em 19 abr.2013; WOOD, Elizabeth. *The Baba and the Comrade: Gender and Politics in Revolutionary Russia*.: Bloomington: Indiana University Press, 1997.; CLEMENTS, Barbara. *Bolshevik Women*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997; GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e revolução*. Boitempo Editorial : São Paulo, 2014.

<sup>10</sup> Código do Casamento, família e tutela (1918)

<sup>11</sup> Constituição soviética, Capítulo XIII, artigo 64

<sup>12</sup> Decreto “Sobre os salários dos trabalhadores e empregados em instituições soviéticas” (1º de setembro de 1918)

<sup>13</sup> Decreto “Sobre a Saúde da Mulher” (Outubro de 1920)

<sup>14</sup> idem

<sup>15</sup> Ao contrário do que ocorria na Rússia czarista, onde era obrigatória que a mulher seguisse seu marido

<sup>16</sup> Decreto em 1922

<sup>17</sup> Decreto em 1917 apud OKITA, Hiro: *Homossexualidade: da opressão à libertação*. São Paulo: Editora Sundermann, 2007

<sup>18</sup> Constituição Soviética, Capítulo 2, artigo 3f; Trabalho, entende-se, não considerando a exploração do lar realizada em cima da mulher. Tal elemento foi incluído na lista visto que “todos” englobava homens e mulheres, o que foi uma mudança para essas segundas, cuja significativa parte historicamente trabalhava apenas em casa.

<sup>19</sup> A adoção foi proibida pelo primeiro Código do Casamento, família e tutela (1918), já que as crianças eram consideradas como propriedade do Estado e não de indivíduos da família, mas foi novamente aceita, pelo Código da Família de 1926, dadas as condições materiais precárias em que estavam os órfãos na URRS.

<sup>20</sup> Código do Casamento, família e tutela (1918)

<sup>21</sup> Decretos de 1924, realizados pelo Comissariado do Trabalho, Seguridade Social e Planejamento Econômico, de acordo com as resoluções do PCUS.

<sup>22</sup> idem

<sup>23</sup> idem

<sup>24</sup> Para uma análise mais aprofundada, ver SENNA, T. “Direitos às mulheres: problematização das questões legais femininas na Rússia revolucionária (1917-1930)”. *Revista Acesso Livre*, nº2, 2014.

<sup>25</sup> O Exército de reserva do mercado de trabalho capitalista é constituído por membros que não são chamados para o mercado de trabalho, encontrando-se desempregados, até que as empresas necessitem de um maior quantitativo de mão-de-obra. Esse contingente quase permanentemente desempregado, segundo Marx (MARX, Karl. *El Capital: crítica de La economia política*. Libro I , Tomo III, Siglo XXI editores, p. 91), contribui para o rebaixamento de salários e inibe as reivindicações. As mulheres, nesse contexto, são sempre uma “segunda escolha” do capitalista, ganhando os menores salários e apenas quando requisitada sua mão-de-obra pela indústria.

<sup>26</sup> Para mais informações sobre as condições sociais e de trabalho da mulher na Rússia Imperial, ver Lenin. V.I. *O socialismo e a emancipação da mulher*. Editorial Vitória: Rio de Janeiro, 1956.

<sup>27</sup> GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e revolução*. Boitempo Editorial : São Paulo, 2014.

<sup>28</sup> idem. Lançamento do livro *Mulher, Estado e revolução*. Rio de Janeiro, 21 mai. de 2014. Palestra proferida no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ.



---

<sup>29</sup> Tal expressão foi usada por um jurista, R. Lopato, para se referir às mulheres e o quanto elas ainda eram “mais fracas que os homens na luta pela vida”, não sendo ainda seres independentes e iguais aos homens (LOPATO, R. *Odin in Voprosov Brachnogo Prava*, ESU, n-4-5, 1923, p. 94-5 apud GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e revolução*. Boitempo Editorial : São Paulo, 2014, p.238). Ele usufrui desses termos para argumentar que a mulher ainda precisava ser protegida, tratada de forma diferente.

<sup>30</sup> Por exemplo, Raevich e Lopato, que representavam grande parte dos demais juristas, segundo GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e revolução*. Boitempo Editorial : São Paulo, 2014, p.240

<sup>31</sup> Não desejamos aqui polemizar quanto à questão do trabalho infantil. Apesar de não ser nosso foco desenvolver tal tema, acreditamos que as crianças, por questões biológicas e psicológicas, encontram-se em estado diferenciado dos adultos para cumprir determinadas tarefas. Assim, foi-nos necessário citá-las apenas por, na medida legal citada, ter sido colocadas, no mesmo patamar, mulheres adultas e crianças.

<sup>32</sup> LOPATO, R. *Odin in Voprosov Brachnogo Prava*, ESU, n-4-5, 1923, p. 94-5 apud GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e revolução*. Boitempo Editorial : São Paulo, 2014, p.239

<sup>33</sup> Pode-se argumentar, é claro, que também nas formulações legais estão implicitamente colocadas representações femininas. No entanto, consideramos aqui, especialmente, uma forma mais visível de representação, inclusive para a sociedade da época, tal é a razão da escolha dos cartazes.

<sup>34</sup> Tal fato assim se dava em uma parte dos cartazes – os cartazes em que a mulher era representada sem a presença masculina. Diante dessa última, porém, ainda que existisse a característica força relacionada ao feminino, essa (conforme observamos nos cartazes analisados ) era subordinada à força masculina – como a figura da mulher cumprindo tarefas mais leves, carregando instrumentos menos pesados e em posições menos bruscas. É o que vemos por exemplo na fig.3. No entanto, por ser uma ampla discussão, não podemos abarcá-la no presente artigo.

<sup>35</sup> CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. Disponibilizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em: <http://www.ufrgs.br/gthistoriaculturalrs/nocaoderepresentacao.pdf>

<sup>36</sup> Como vemos em alguns cartazes, parte de um processo que se aprofunda até 1930, a mulher, para ser representada enquanto capaz, independente e, enfim, em pé de igualdade para com o homem, teve que ser representada fisicamente próxima às representações masculinas. Tais formas perdiam tal característica quando da convergência de representações de ambos os gêneros no mesmo cartaz – o que tinha por consequência, como já colocado anteriormente, a relação de características mais conservadoras às mulheres.

## “QUASE SEM DAR UM TIRO”?: A RESISTÊNCIA AO GOLPE DE 1964 EM PERNAMBUCO

Thayana de Oliveira Santos (PPGH-UFPE)<sup>1</sup>

**Resumo:** Durante a década de 1960 no Nordeste, sobretudo em Pernambuco, os movimentos sociais assumiram um papel de destaque. Trabalhadores(as) urbanos e rurais se organizavam e questionavam a situação a que estavam submetidos(as). O Golpe de 1964 veio interromper esse processo de crescente participação popular. Contudo, os trabalhadores(as) não ficaram passivos(as) diante do movimento golpista e diversas manifestações contrárias ao golpe ocorreram, já em suas primeiras horas, sendo uma delas liderada por uma mulher, militante das Ligas Camponesas, no interior de Pernambuco. Este trabalho pretende discutir como se deu o Golpe de Estado e a reação a ele em Pernambuco.

**Palavras-chave:** Golpe de Estado; resistência; trabalhadores(as)

**Abstract:** During the 1960's in the Northeast, especially in Pernambuco, the social movements had a noticeable role. Urban and rural workers were organizing themselves and were starting to question the situation to which they were being submitted. The 1964 coup came as interruption to this process of increasing popular participation. However, the workers were not passive towards this coup movement and many different protests against the coup happened, already in the first hours, one of them led by a woman, militant in the Rural Leagues, in the countryside of Pernambuco. This study aims to discuss how did the Coup d'état came to be and the reaction to it in Pernambuco.

**Keywords:** Coup d'état; resistance; workers

### **O contexto político e a definição conceitual do golpe e da ditadura**

O golpe de 1964 interrompeu um processo de mudança no país marcado pela participação dos(as) trabalhadores(as). Como consequência dessa participação e de suas demandas por um desenvolvimento autônomo e democrático, favorável à classe trabalhadora, “o modelo até então vigente passou a enfrentar contradições praticamente irreconciliáveis”.<sup>2</sup> O que justifica, segundo Abreu e Lima (2005, p.67), “as constantes crises institucionais durante o governo João Goulart”. Crise essa, que teve início com o impasse quanto à posse do então vice-Presidente João Goulart, mediante a renúncia do Presidente Jânio Quadros, em 1961, quando setores conservadores da sociedade, tentaram impedir o cumprimento da

Constituição por ver Jango como um “esquerdista”. Sendo assim, João Goulart só é empossado Presidente da República após o estabelecimento do regime parlamentarista, diminuindo os poderes do Executivo.

Durante o governo de Goulart, os movimentos sociais assumiram um papel de destaque. Embora sua atuação seja anterior a este período, foi na década de 1960 que as mobilizações populares se intensificaram e conquistaram maior notoriedade, sobretudo no Nordeste, onde atuavam as Ligas Camponesas desde 1955, e o sindicalismo rural começa a se consolidar a partir da década de 1960. As mobilizações se davam tanto nas reivindicações por melhores condições de vida, como nas críticas ao modelo desenvolvimentista, ou na pressão empenhada pelas “Reformas de Base”, dentre as quais a Reforma Agrária.

Os movimentos populares continuaram as suas atividades até a instauração da ditadura militar, que em 1964 deu início a um período da História republicana brasileira, marcado por um crescente autoritarismo. A partir daí, apesar da política de repressão, fundamentada nos moldes da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) - levada a cabo pelo “Terror de Estado (TDE)” que, na definição de Enrique Padrós, é “um terrorismo de grande escala, dirigido a partir do centro do poder estatal”<sup>3</sup>-, eclodiu uma “cultura de resistência”, expressa na crítica à ditadura. Assim, tendo como base a Doutrina de Segurança Nacional, o golpe estabeleceu novas especificações para o papel das Forças Armadas no processo político.<sup>4</sup> Segundo Borges (2003, p. 24), “a Doutrina de Segurança Nacional é a manifestação de uma ideologia que repousa sobre uma concepção de guerra permanente e total entre o comunismo e os países ocidentais”. Tal Doutrina tem origem nos Estados Unidos e foi formulada durante a Guerra Fria.

De acordo com Carlos Fico (2004), nos últimos dias de março de 1964 intensificaram-se as atividades conspiratórias que envolviam militares, parlamentares e empresários. Estes participavam de intensa campanha de desestabilização do governo Goulart, financiadas por propagandas políticas encabeçadas pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Tais campanhas, ainda segundo Fico, “afirmavam a incompetência do governo e sua tendência esquerdista”.<sup>5</sup>

Sobre a natureza do golpe dado em 1964, contra a democracia e a classe trabalhadora, numa linha interpretativa de golpe de classes, em uma concepção marxista, referencio o trabalho clássico do cientista político uruguaio René Armand Dreifuss, onde o autor analisa a relação dos militares com o complexo IPES/IBAD na campanha de desestabilização do governo João Goulart, entendendo que essas organizações atuaram como um partido político no sentido gramsciano. Para Gramsci, o papel do partido é preparar seus

intelectuais orgânicos transformando-os em dirigentes. Assim, os intelectuais tornam-se os responsáveis pela organização dos partidos, sendo estes considerados entidades que se dedicam à formação de dirigentes para atuar na sociedade civil e política.

A ação direta dos empresários na formulação da doutrina social do IPES, evidenciada por Dreifuss, demonstra o sentido do golpe de Estado dado em 1964, que o autor deixa evidente já no título do seu trabalho “golpe de classe”. Em outro momento da obra, Dreifuss apresenta a nomenclatura “civil-militar”, para classificar a ditadura, mas também aponta o “empresarial-militar”, como forma mais precisa, tendo em vista a ação dessa “elite orgânica” no movimento político que culminou com o golpe.

A perspectiva *dreifussiana*, contudo, vem sofrendo mutações por uma nova corrente historiográfica. A interpretação de classe, feita com base em uma extensa e profunda análise empírica, vem sendo apresentada como uma perspectiva meramente conspiratória<sup>6</sup> e o termo “*civil-militar*”, sendo sinônimo de *apoio da sociedade*, em um sentido totalmente diferente do apresentado por Gramsci, de sociedade civil, cuja teoria serviu de base para a formulação de Dreifuss.

Mais do que demonstrar a distribuição do poder entre militares e civis, o autor classifica socialmente os tais civis. Segundo ele, empresários ou tecno-empresários que ocuparam os postos-chave do governo eram ativistas do IPES/IBAD ou industriais e banqueiros que participaram da campanha de desestabilização do governo de João Goulart. Assim, afirma Dreifuss,

um exame mais cuidadoso desses civis indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancária) ser chamada mais precisamente de empresários ou, na melhor das hipóteses, tecno-empresários. (DREIFUSS, 1981, p. 417)

Em artigo que tem como objetivo discutir a difusão do conceito de “civil-militar” para classificar o golpe e a ditadura instaurada em 1964 no Brasil, Demian Melo<sup>7</sup> remonta à célebre obra de Dreifuss para analisar criticamente as proposições, classificadas por ele como revisionistas, da historiografia contemporânea. Ao demonstrar a forma imprecisa com que a historiografia tida como revisionista utiliza o conceito de “civil-militar” em Dreifuss, Melo alerta para a “falta de critérios metodológicos fundamentais” por parte desta historiografia. Ao desconsiderar o caráter classista do “civil-militar” proposto por Dreifuss e apresentar o elemento *civil* como sinônimo de apoio de setores não-militares, estes historiadores reproduzem a ideia de que a sociedade é dividida entre militares e não-militares, ou *civis*.

Apesar de dedicar um capítulo de sua obra para demonstrar que o movimento de 1964 não foi liderado apenas por militares e criticar uma visão que superestime a ação militar,

Dreifuss deixa claro, mais uma vez, que para ele o golpe de 1964 foi uma ação realizada pelos militares a favor de uma classe, quando o define como “golpe militar da classe empresarial”<sup>8</sup> no posfácio do livro de Denis Moraes, *“A esquerda e o golpe de 64”*.

Cabe, ainda, destacar o significado conceitual de golpe de Estado. Segundo Kalina Silva e Vanderlei Silva, entende-se por golpe de Estado “todo movimento de sublevação da ordem constitucional, toda derrubada de um regime político, em geral por elementos de dentro do Estado, principalmente as Forças Armadas”.<sup>9</sup> Desta forma, subtende-se que na execução de um golpe de Estado já há a ação de elementos não militares. Segundo eles, “o golpe, em geral, é apenas a substituição pura e simples das elites no poder, quase sempre levado a cabo pelas chamadas elites orgânicas, ou seja, as elites inseridas no próprio Estado, como os burocratas e os militares”. (p. 175) E, apesar de indicar que nem todo golpe é essencialmente militar, os autores esclarecem que o golpe ocorrido em abril de 1964, constitui o exemplo de um golpe de Estado militar clássico, pois foi desfechado por militares de direita.

Uma vez que consideramos, numa perspectiva marxista, que a sociedade é dividida em classes, entendemos que o golpe foi dado pelos militares em favor, e com o apoio, de uma classe: a burguesia. Sem os militares, braço armado do Estado, o golpe não se concretizaria. Assim, concordamos com o historiador Eric Hobsbawm, ao afirmar que “as classes sociais, o conflito de classes e a consciência de classe existem e desempenham um papel na história”.<sup>10</sup> Aqui, cabe trazer a reflexão de E. P. Thompson, que considera “classe”, enquanto categoria histórica, derivando de processos sociais através do tempo, sendo falso pensá-la como uma “categoria estática, tanto sociológica quanto heurísticamente”.<sup>11</sup>

### **A resistência ao golpe e a violência institucional**

Assim como no aniversário dos quarenta anos do movimento que culminou com o golpe de Estado e a ditadura militar, neste 2014, após meio século do evento, muitas produções novas chegaram às livrarias.

Em seu mais recente livro, Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes defendem a tese, já presente em outras publicações suas, que “o movimento armado que derrubou” João Goulart, ocorreu sem “travar batalhas”. Como dado empírico, apresentam publicações das Revistas *Manchete* (uma sem data e outra de 11/04/1964) e *Cruzeiro* (10/04/1964), ambas publicadas após o golpe e que, segundo eles, cobrem o evento “de maneira cuidadosa” e com a vantagem de, por serem publicações semanais, trazerem uma síntese clara e minuciosa, *sob o ponto de vista dos editores*. Apesar de fazer o alerta, os autores não problematizam a

questão, para que se tenha uma análise mais crítica, pois a opinião de um editorial não pode ser considerada o anseio de toda uma sociedade.

Nesse aspecto cabem, ainda, as reflexões acerca da imprensa periódica. Segundo o historiador José Honório Rodrigues, citado por Lucca (2006),<sup>12</sup> ao considerar o jornal como uma das principais fontes, deve-se ponderar que “nem sempre a independência e exatidão dominam o conteúdo editorial”, caracterizado como ‘mistura do imparcial e do tendencioso, do certo e do falso’”. Ademais, como alerta a mesma autora, a imprensa seleciona, ordena e narra o que elegeu como digno de chegar ao público, o que exige dos historiadores um olhar crítico sobre o conteúdo da informação. Cabe, ainda, uma reflexão sobre o grupo responsável pela linha editorial e sua ligação com “poderes e interesses financeiros”, pois

jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de idéias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita. (LUCCA, 2006, p. 140)

Ferreira e Gomes enfatizam, ainda, as fotos das Marchas da Família com Deus pela Liberdade que ocorreram nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte: “imensas fotos mostram como festejaram a boa notícia, jogando papel picado, das janelas dos prédios, buzinando freneticamente e carregando bandeiras do Brasil pelas ruas”.<sup>13</sup> Afirmam que lenços e lençóis brancos - símbolos do principal partido de oposição a Jango, UDN, e partido das principais lideranças ‘*civis*’ do movimento golpista, como Carlos Lacerda, governador da Guanabara e Magalhães Pinto, de Minas Gerais foram expostos nas sacadas e janelas dos edifícios das cidades, em apoio às Marchas que ocorriam nas ruas.

Contudo, os autores não problematizam esse fato em sua análise: as cidades mostradas pelas manchetes das revistas analisadas por eles eram governadas pela oposição à Goulart. Também esquecem que os(as) moradores(as) dos grandes prédios na área central das referidas cidades, que se manifestavam favoravelmente às Marchas, dificilmente eram pertencentes às classes menos abastada da sociedade, pois morar em apartamento no centro de capitais como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte era (e continua sendo) um privilégio para poucos.

Como bem lembram em outro momento, “pela seleção do vocabulário, pelo ângulo e tamanho das fotos, pelas manchetes e semanários, é possível analisar o que os editores das revistas desejavam informar”, porém não fazem uma reflexão mais detalhada acerca das reportagens que analisam. Assim como, apesar de citar a paralisação dos trabalhadores no Porto de Santos, Ferreira e Gomes não a consideram um exemplo de resistência ao golpe e minimizam sua atuação alegando o fato desta paralisação só ter

ocorrido pela manhã, sem considerarem o fato de que os militares armados, estavam em condições bastante superiores aos trabalhadores desarmados. Na mesma linha de “falta de resistência da sociedade”, segue o recente trabalho de Daniel Aarão Reis, que considera ter ocorrido em 1964, “uma vitória fulminante das forças conservadoras”, apoiados em “amplos movimentos sociais” e “quase sem dar um tiro”.<sup>14</sup>

Apesar de, tanto Ferreira e Castro, quanto Aarão, mencionarem a prisão de Arraes, nenhum deles cita a passeata que ocorreu nas ruas do Recife e que vitimou na Capital pernambucana, três pessoas, sendo dois integrantes da passeata. Jonas José de Albuquerque Barros, então com 17 anos, estudante secundarista do Ginásio Pernambucano e Ivan da Rocha Aguiar, 22 anos, estudante de Palmares, dirigente secundarista da cidade, além de uma transeunte não identificada. Estas foram as três primeiras vítimas do golpe de Estado na Capital pernambucana.<sup>15</sup>

Sem falar as dezenas de outras vítimas, camponeses(as) da zona canavieira de Pernambuco,<sup>16</sup> que não tiveram seus nomes conhecidos pela História, que sofreram com a violência dos latifundiários e seus capangas revoltados com a dimensão que o movimento camponês tomava à época, por se sentirem ameaçados pela politização do homem e da mulher do campo, que reivindicavam seus direitos e os conquistavam aos poucos. Estes, que já eram vítimas da violência cometida por jagunços dos patrões e pela polícia, antes do golpe, viram, após o golpe, a violência se abater de forma descontrolada já nos seus primeiros momentos. Mas, apesar da sua importante História e da violência que sofreram, os camponeses também não são lembrados por Ferreira e Gomes, tampouco por Aarão.

Gregório Bezerra, líder camponês da região da Zona da Mata Sul, dirigente do PCB, foi preso e arrastado pelas ruas do Recife, em 02 de abril de 1964. A violência contra ele atingiu limites inimagináveis. Quando se deu o golpe, em 01 de abril, ele se encontrava reunido com “mais de oitenta militantes do partido e delegados sindicais de Palmares”<sup>17</sup> para discutir as medidas a serem tomadas. Foi decidido parar o trabalho em todos os engenhos e usinas da região e convocar os(as) trabalhadores(as) e ele ficou encarregado de tentar, junto ao governo estadual, conseguir armamento que garantisse a resistência.

Ao chegar a Recife e constatar a prisão de Miguel Arraes, Gregório regressou a Palmares, mas encontrou a cidade tomada pelo 20º Batalhão de Caçadores. No Sindicato de Ribeirão, “mais de duzentos trabalhadores” esperavam as armas que ele tinha ido buscar para a resistência. As circunstâncias não permitiram que houvesse uma resistência capaz de se sobrepor à força militar, mas os(as) trabalhadores(as) não ficaram passivos(as) quanto aos acontecimentos e, mesmo não conseguindo as armas necessárias para uma resistência que

impedisse o golpe, houve uma tentativa de articulação, que não deve ser desmerecida. Gregório Bezerra foi preso e arrastado pelas ruas de Casa Forte, bairro de classe média do Recife, onde a população assistia às violências cometidas contra o comunista.

A forma violenta com que foram recebidos os estudantes em passeata pelas ruas do Recife e as sevícias cometidas em via pública contra Gregório Bezerra deixam claro que a violência estava na gênese do golpe, sendo uma prática inerente ao novo tipo de governo. Sobre essa questão, Carlos Fico (2014)<sup>18</sup> alerta para o poder dos mitos na História do nosso país, sendo um deles, o mito da “história incruenta”, onde as transformações políticas ocorreram sem o derramamento de sangue, desta forma, tanto o golpe de 1964, como a Independência e a Proclamação da República, entre outros eventos, teriam ocorrido sem violências. Segundo ele,

o mito da história incruenta encobre a versão apaziguadora de que, no Brasil, o golpe de 1964 e a ditadura militar não foram tão violentos como, por exemplo, seus correlatos argentinos. [...] Assim como o golpe foi violento, ele também contou com o apoio da sociedade [...]. Essas duas questões se inter-relacionam: para os que apoiaram a derrubada de Goulart, deve ser tranquilizador supor que não houve violência. Mas houve violência e apoio. (FICO, 2014, p. 60)

### **A tomada de uma rádio e uma mulher liderando a resistência**

Em Vitória de Santo Antão, cidade da Zona da Mata pernambucana, local de forte atuação das Ligas Camponesas, Maria Celeste Vidal Bastos, professora primária, foi presa ao liderar os(as) camponeses(as) para resistir ao golpe. Maria Celeste, segundo Joseph Page,<sup>19</sup> coordenava a agitação, junto com um estudante de Direito, que consistia principalmente na invasão de engenhos. De acordo com os documentos produzidos pelo aparelho de repressão do Estado, muitos dos quais produzidos antes do golpe, Maria Celeste é apontada como o “braço direito” do então Deputado Francisco Julião.

A notícia do golpe fez com que Maria Celeste e Luiz Serafim dos Santos, líderes do movimento camponês da região, convocassem os(as) camponeses(as) à resistirem ao golpe e defenderem o governador Miguel Arraes, que estava sendo preso em Recife. A convocação se deu pela tomada da rádio local. Depoimentos recolhidos na Delegacia de Ordem Política e Social, afirmam que a cidade foi tomada por camponeses armados com foices, enxadas e paus. Os(as) líderes conclamavam o povo a saírem em defesa de Miguel Arraes. Maria Celeste foi presa em 02 de abril e em 04 de abril a cidade estava tomada pelos militares.



Sua entrada na Casa de Detenção se deu em 23 de abril de 1964. Maria Celeste ficou recolhida à CDR, que era um presídio masculino, até maio de 1965, quando foi transferida para um presídio feminino, o Presídio do Bom Pastor, também em Recife.

Os depoimentos acerca da movimentação política em Vitória de Santo Antão, colocam Maria Celeste como a principal líder do movimento camponês. Esta exercia o cargo de professora estadual e teria sido afastada do seu cargo em janeiro de 1964, a pedido do Governo do Estado, para ficar à disposição do Departamento de Assistência às Cooperativas do Estado, devido aos seus “conhecimentos sobre cooperativismo”, recebendo além de seu salário de professora, uma gratificação pela nova função. Destacamos o depoimento de um jornalista do *Jornal do Commercio*, correspondente na cidade, que afirma ter sido a partir do governo de Miguel Arraes, que Maria Celeste passou a ter atuação mais “eficiente”. E que a mesma pregava em seus discursos a reforma agrária radical, mesmo com derramamento de sangue.

Apesar de ter muitos trabalhos sobre as Ligas Camponesas, poucos falam de Maria Celeste. Sua atuação foi colocada em segundo plano, “como tantas outras, ela não teve o merecido reconhecimento, ofuscada ante os companheiros do gênero masculino”.<sup>20</sup> Chama nossa atenção o fato de a documentação da Dops, apontar o fato de seu marido “compactuar”<sup>21</sup> com sua militância, o que demonstra que em uma sociedade extremamente hierarquizada, à mulher não era permitido uma participação ativa na sociedade, cabendo a ela assumir, apenas, seu papel privado, no espaço a ela destinado: o lar. Assim, como bem definiu Joan Scott, o gênero seria “uma forma primeira de significar as relações de poder”.<sup>22</sup>

Com a consolidação da ditadura, “a tortura foi indiscriminadamente aplicada no Brasil, indiferente a idade, sexo ou situação moral, física e psicológica em que se encontravam as pessoas suspeitas de atividades subversivas”.<sup>23</sup> O sistema repressivo não fez distinção entre homens e mulheres, variando, apenas, as formas de torturas, que iam desde torturas físicas à tortura moral. Para as mulheres, a tortura atingiu outro patamar: também nela está presente a oposição entre o masculino e o feminino.

Imediatamente após o golpe, todos que foram identificados como “inimigos internos do regime” tiveram sua liberdade cerceada e foram enquadradas numa Lei de Segurança Nacional que, de acordo com Padrós, associou o “subversivo” ao comunismo. Gerando uma vulgarização do termo, que passou a abranger toda e qualquer manifestação de descontentamento diante da ordem vigente. A política do terror não foi uma marca registrada da Ditadura Militar só a partir de 1968, com o Ato Institucional Nº 5, esta era uma prática

comum àquele Regime desde o seu início. O cárcere tornou-se o lugar dos opositores do novo governo e a violência foi indiscriminadamente aplicada já no início da ditadura.

### **Considerações finais:**

Segundo Hobsbawm (1998), o que se quer com a história dos movimentos populares “é explorar uma dimensão desconhecida do passado”.<sup>24</sup> Desta forma, procuramos fazer exatamente isso neste trabalho, explorar uma dimensão desconhecida acerca do golpe, mostrar as formas de resistência encontradas pelos movimentos sociais da época. Mostrar que houve resistência na efetivação do golpe, bem como houve violência para a concretização dele já nos anos iniciais da ditadura militar, e não que esta se deu somente após o recrudescimento da repressão em 1968.

Ao fazermos nossas análises da violência praticada logo no início da ditadura e mostrarmos como a atuação de mulheres, como Maria Celeste, contribuíram para a organização da resistência ao movimento golpista, buscamos fazer as reflexões tendo como base teórica a concepção de “história dos movimentos populares” ou “história vista a partir de baixo”, na formulação de Eric Hobsbawm.

Com este trabalho, procuramos contribuir com a produção historiográfica atual analisando os acontecimentos ocorridos nos primeiros dias do golpe em Pernambuco, tentando exemplificar que nesta região do País não só houve resistência, como os golpistas precisaram dar muito mais do que um tiro para efetivar o Golpe.

---

<sup>1</sup> Mestranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sob orientação da Professora Dr<sup>a</sup>. Maria do Socorro de Abreu e Lima. Bolsista do CNPq. E-mail: thyanasantos@gmail.com.

<sup>2</sup> ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural: Lutas, Partidos, Projetos*. Recife: Ed. Universitária/Ed. Oito de Março, 2005.

<sup>3</sup> PADRÓS, Enrique Serra. *Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas*. In: FICO, Carlos. *et all. Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

<sup>4</sup> BORGES, Nilson. *A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs.) *O Brasil Republicano*. V. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 13-42.

<sup>5</sup> FICO, Carlos. *Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004.

---

<sup>6</sup> A interpretação que classifica a análise de René Dreifuss como conspiratória é feita por Lucília Delgado. Esta, além de Dreifuss, enquadra nesta mesma perspectiva Moniz Bandeira e Heloísa Starling. Ver: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *1964: Temporalidades e interpretações*. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: Edusc, 2004.

<sup>7</sup> MELO, Demian Bezerra de. *Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente*. *Espaço Plural*, M. Cândido Rondon (PR), v.27, p.39-53, 2012.

<sup>8</sup> DREIFUSS, René Armand. *Posfácio*. In: MORAES, Denis. *A esquerda e o golpe de 64*. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 363.

<sup>9</sup> SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 174.

<sup>10</sup> HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho: Novos Estudos sobre a História Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 33.

<sup>11</sup> THOMPSON, E. P. *Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”*. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA Sérgio (orgs). *E.P. Thompson: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. São Paulo: Ed. Unicamp, 2002, p. 270.

<sup>12</sup> LUCCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006, p-p, 115-116.

<sup>13</sup> FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 12.

<sup>14</sup> REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 07.

<sup>15</sup> Sobre a passeata em defesa de Arraes e contra o golpe ver: BURGOS, Jéssica Oliveira de. *Primeiro de Abril de 1964: a passeata estudantil contra a deposição do governador Miguel Arraes*. In: VI Encontro Cultura e Memória, 2014. Recife: Cadernos de Resumos do VI Encontro Cultura e Memória: Golpe de 1964: Cultura e Memória. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2014, p. 1006.

<sup>16</sup> Ver: CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil – 1962-1985: Camponeses Torturados e Desaparecidos*. Brasília: MDA, 2010.

<sup>17</sup> BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 528.

<sup>18</sup> FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

<sup>19</sup> PAGE, Joseph. *A Revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1964-1985)* Rio de Janeiro: Record, 1972, p. 194.

<sup>20</sup> <http://www.celestevidal.com/#!celeste/csgz>. Acessado em 27 de junho de 2014, às 23h38min.

<sup>21</sup> Prontuário nº 14042, Fundo DOPS – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE-PE)

<sup>22</sup> SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1991.

<sup>23</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil Nunca Mais*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985, p. 43.

<sup>24</sup> HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 216.

## **Apontamentos sobre a importância dos Secretários de Governo – notas sobre os Secretários de Governo de São Paulo.**

**Thiago Rodrigues da Silva<sup>1</sup>**

Mestre em História pela UFF. Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do CEFET/RJ (Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca).

O cargo de “Secretário de Governo” se relaciona com a construção mais ou menos sistemática de formas de controle administrativo da coroa portuguesa sobre o reino e seus domínios. Sua criação, na segunda metade do século XVII (29 de Março de 1688), para Angola<sup>2</sup>, e seu estabelecimento subsequente para diversas capitânias do império, durante o governo de D João V, mostra que novos instrumentos administrativos, ligados a diversas questões, como a comunicação e o entendimento minucioso do estado das conquistas, se faziam presentes muito antes das “reformas pombalinas”. A instituição do primeiro Juiz de Fora na América, em 1696 na cidade de Salvador, pode também ser inserida nesta problemática geral.

O cargo até o momento recebeu pouca atenção da historiografia que trabalha a governança e a administração do Império Português e, particularmente, da América Portuguesa. Apesar do cargo ter passado despercebido pela grande maioria dos importantes estudos que debatem contemporaneamente os instrumentos administrativos criados por Portugal para suas Conquistas, podemos afirmar que o secretário de governo foi de suma importância para a governança, para a execução de ordens e imposições régias, e conseqüentemente para interessantes atuações de destacados governadores. Inclusive, tais governadores dão, em diversos momentos, mostras da relevância do cargo para o bom andamento do governo e de negócios locais e imperiais.

Como exceção, no que se refere aos trabalhos sobre a governança nos trópicos, podemos citar o artigo sobre “As origens da Seção Colonial<sup>3</sup>” do Arquivo Público

Mineiro, de Caio Boschi, onde este tece um importante aviso sobre a importância do estudo deste cargo para um melhor entendimento dos fundos documentais relativos a administração colonial.

Trabalhando com a atuação do Secretário de Governo Antonio de Sousa Machado em Minas Gerais, o autor mostra a importância da construção de um “Inventário” pelo mesmo para a sistematização de documentos fundamentais para nossos estudos históricos sobre as Minas Coloniais.

De acordo com o regimento do secretário sabemos que a jurisdição destes destaca a formação de um cartório que centralizasse os documentos oficiais diversos que existiam na referente capitania, onde sesmarias, posses de cargos, postos na governança, dentre outros papéis vitais, deveriam ser registrados e, quando necessário, transladados com segurança e descrição. Para além de um cartório, a Secretaria de Governo e seu representante funcionavam como um *banker*, onde os governadores poderiam acessar a legislação que guiava o seu trabalho, algo relevante, dados os cotidianos conflitos jurisdicionais que eclodiam na América Portuguesa.

Ainda nas atribuições, estes funcionários enviavam anualmente listas contendo as ordens régias (e sua execução), relatórios sobre o estado das armas e quadro contendo os nomes dos homens que serviam na governança e nas fileiras militares (incluindo as ordenanças). Assim, estes tinham um reconhecido domínio da situação administrativa de sua área de jurisdição, o que fazia com que seus reclames fossem analisados com atenção por Lisboa.

Somente as atribuições já mostram a qualidade do cargo, mas através da pesquisa de mestrado é sabido que estes oficiais muitas vezes não ficaram apenas em funções oficiais, atuando sim em importantes missões, onde estes representavam os próprios governadores, principalmente em situações de grande tensão social. Para além, quando estes não representavam o governador em “negócios secretos<sup>4</sup>”, eles o acompanhavam nas grandes comitivas que seguiam o representante do rei, muitas vezes atravessando o sertão para impor o controle e o conhecimento em zonas tensamente centrífugas.

A título de exemplo, dentre os vários coletados, podemos citar a saga do governador de São Paulo, Rodrigo Cesar de Menezes, às Minas de Cuiabá em 1729. Este governador atravessou o vasto *sertão* juntamente com o ouvidor-geral, os tenentes

gerais, os tenentes e os ajudantes de tenentes, e obviamente com seu secretário. Este teria tido “perdas consideráveis”, perdendo escravos e tendo outros adoecidos, além de executar tudo “com préstimo e zelo”. É interessante perceber que estas afirmações saem da pena do governador e são confirmadas pelo próprio rei, que em resposta exalta as qualidades do chefe da secretaria.

Nesta jornada o secretário não teria levado nenhum valor de imediato. Além disto, seus companheiros haviam recebido pela missão os soldos e ordenados em dobro, e “a oitava por mil reis, pelo que ellas valessem naquelas minas, e o suplicante se não fazia menos digno da minha atenção<sup>5</sup>,” dada suas perdas consideráveis e o bom trabalho que já vinha executando a anos, nas palavras da própria provisão régia. Gervasio teria pedido ao rei uma compensação similar a recebida pelos outros, o que é plenamente atendido.

A fonte que nos debruçamos não se refere somente a restituição das perdas<sup>6</sup> que o secretário teve, dado que na primeira parte podemos ver os elogios tecidos acerca de sua atuação. Então, uma remuneração é pedida e a mesma pode ser entendida também como uma recompensa pelos bons serviços prestados anteriormente e na própria jornada. Sabemos que uma função central do secretário era a de acompanhar o governador em suas missões. Mas, em empreitada tão importante, que reuniu homens de armas, além de um homem versado em leis e o próprio governador, figura que encarnava o monarca, sua presença não foi uma mera formalidade.

Sabemos da recorrência destas missões. Talvez este personagem não tenha recebido inicialmente pela jornada pelo fato do cargo ser ainda uma novidade nos quadros da governança na América nesta terceira década do século XVIII. Isto pode ser corroborado por documentos diversos, afinal, não basta criar-se o cargo, este deveria ser reconhecido, e visto, obtendo então *status*, no nível local e no nível imperial, especialmente com serviços de grande ressonância na corte.

Como é de se esperar, os secretários viveram conflitos de jurisdição. A tutela mútua das atuações dos homens da governança e destes sobre os papéis<sup>7</sup>, dada a interpolação de atribuições, fez surgir por diversas vezes contendas entre oficiais régios. A confiança depositada no secretário e sua posição especial lhe possibilitavam informações e condições de ingerência ímpares. Como já vimos, estes comunicavam a

execução dada às ordens régias e faziam listas anuais para a corte, onde constavam os nomes dos homens que serviam ao rei na capitania sob sua responsabilidade, além de sempre haver espaço para eventuais opiniões e/ou omissões.

Um exemplo deste tipo de informação, e do envolvimento em conflitos, está no parecer do Conselho Ultramarino sobre as justificativas do governador de São Paulo, o Conde de Sarzedas, de ter impedido a ida do ouvidor geral da capitania para às Minas de Goiás. Diversos documentos são redigidos e assinados pelo secretário nesta ruidosa contenda<sup>8</sup>.

Prova do conhecimento de negócios e de decisões vitais por parte do secretário está em uma carta régia<sup>9</sup> de D. João V, também para o conde de Sarzedas, em 1734, com instruções sobre como deveriam ser comutados os antigos impostos para o tributo da capitação que haveria de surgir, assim como em outra carta, agora do governador D. Luís de Mascarenhas, datada de 1745, onde se dá conta de uma solicitação do Conselho Ultramarino para que acabem todas as relações de donataria na capitania de São Paulo<sup>10</sup>. Tais ordens estão transladadas e assinadas pelo secretário de governo Antônio da Silva de Almeida, secretário este elogiado por este conde, que pede sua conservação no posto<sup>11</sup>, em um claro momento de aliança e tutela.

Pudemos ver, mesmo que rapidamente, que em São Paulo, e nas demais capitâncias, as atribuições foram diversas, para além das cartas de governadores, transladas e assinadas, as ordens emitidas, os despachos e os diversos registros, assim como suas cópias. Destaca-se aqui a questão do controle sobre os sertões<sup>12</sup>, especialmente os mineradores, por parte dos governadores, que nesta seara contavam com o auxílio e a fundamental produção dos secretários. É bom lembrar que os governadores de São Paulo queriam o controle sobre Cuiabá e Goiás, que estavam mais na órbita dos governadores de Minas Gerais. Mesmo com isto, diversas missões foram executadas nesta região pela governança paulista.

A preocupação recorrente com o sertão surgiu em outras regiões. Podemos ver isto em lastros do trabalho do secretário que residia em Salvador. Em finais do século XVII, Bernardo Vieira Ravasco<sup>13</sup>, Secretário do Estado do Brasil, lançou o regimento dos soldados<sup>14</sup> que iam para os longínquos sertões. Outro exemplo está na ordem, transladada pelo secretário, para que todos que entrassem no interior através da Bahia fossem devidamente registrados, isto antes mesmo do advento das Minas Gerais<sup>15</sup>.

Deve aqui estar claro que o cargo era, pensando puramente em rendimentos, muito atrativo, apesar das constantes reclamações sobre poucos rendimentos, que poderiam ser muito mais retóricas. Além do solvo, havia sempre uma grande margem para barganhas com Lisboa, assim como deveria haver as mesmas com relação às verbas que circulavam a nível local. As ajudas de custo eram recorrente e as missões podiam render gordos lucros, oficiais e não oficiais.

Somente as atribuições já mostram a qualidade do cargo, mas através da pesquisa de mestrado é sabido que estes oficiais muitas vezes não ficaram apenas em funções oficiais. Entender a posição dos secretários de governo e sua larga possibilidade de atuação é de sua importância para apreendermos melhor a arquitetura do poder oficial na América Portuguesa do setecentos.

---

<sup>1</sup> Mestre em História Social pela UFF. Professor do CEFET/RJ.

<sup>2</sup> Arquivo Histórico Ultramarino (doravante AHU), *Docs. Avulsos, Angola*, cx.<sup>a</sup> 9. Cf. *Catálogo dos Governadores do Reino de Angola*, in *Arquivo de Angola*. Luanda, 1937. III, págs. 509-510;

<sup>3</sup> BOSCHI, Caio. “Nas origens da Seção Colonial”, In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Volume 43 Fascículo 1, jan./jun. 2007. Este artigo foi reeditado em BOSCHI, Caio César. *Exercícios de pesquisa Histórica*. Capítulo “Nas Origens da Seção Colonial” pp. 35-58. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011.

<sup>4</sup> AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 10, Doc.: 16

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> Cabe sublinhar que o secretário teria perdido inclusive escravos durante a jornada.

<sup>7</sup> Os registros não eram feitos somente nas Secretarias, órgãos como a Fazenda Real, através de seus escrivães, desde muito antes registravam patentes e congêneres, apesar e não ter sido encontrados conflitos entre essas duas instâncias. ARQUIVO NACIONAL, *Secretaria de Estado do Brasil no Rio de Janeiro*. L.4 “Registro pelo Escrivão da Fazenda Real”. P. 1

<sup>8</sup> AHU-São Paulo, cx. 1, doc.43

<sup>9</sup> AHU-São Paulo, cx. 2, doc. 24.

AHU\_ACL\_CU\_023, Cx. 2, D. 117.

<sup>10</sup> AHU-São Paulo, cx. 3, doc. 24.

AHU\_ACL\_CU\_023, Cx. 3, D. 204.

<sup>11</sup> AHU\_ACL\_CU\_023, Cx. 2, D. 143.

<sup>12</sup> Em Minas Gerais, capitania também estudada na dissertação de mestrado, a situação foi ainda mais complexa e tensa.



- <sup>13</sup> Ravasco era Secretário do Estado do Brasil, cargo criado já no século XVI. PUNTONI, Pedro. “Bernardo Vieira Ravasco, secretário do Estado do Brasil, poder e elites na Bahia do século XVII”. In: FERLINI, Vera & BICALHO, Maria Fernanda B. *Modos de Governar, Idéias e Práticas Políticas no Império Português – Séculos XVI-XIX*, Alameda, São Paulo, 2005, pp.157-178
- <sup>14</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. Série *Documentos Históricos*. “Provisões, Patentes, Alvarás (1687 – 1690)”. Vol. 31, p. 107. Rio de Janeiro: Augusto Porto & C., 1936.
- <sup>15</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. Série *Documentos Históricos*. “Correspondência de Governadores Gerais: Conde de Castelo Melhor, Conde de Athouguia, Francisco Barreto (1648-1672).” Vol. 31, p. 107. Rio de Janeiro: Augusto Porto & C., 1928.

## **Sidney Miller e Sérgio Ricardo: projetos autorais utópicos e a crise do nacional-popular (1966-1968)**

*Tiago Bosi Concagh*

*Mestrando em História Social pela Universidade de São Paulo (USP)*

*E-mail: tiagobosi@gmail.com*

*Orientador: Marcos Napolitano*

---

### **Resumo**

O trabalho busca refletir sobre as *estratégias de afirmação e projetos estético-ideológicos* de dois artistas, Sidney Miller e Sérgio Ricardo, no âmbito da MPB, entre 1966 e 1968. Ambos estariam inseridos num campo *nacional-popular* da música, porém apresentavam projetos autorais diferentes. Enquanto Ricardo apostava em um *modernismo nacionalista*, remetendo a Villa-Lobos e Mario de Andrade, Miller resgatava a tradição do samba urbano carioca. Entretanto, a partir de 1967 ambos os artistas parecem alterar seus projetos autorais – tanto em função do mercado, como em função da crise do campo cultural nacionalista.

**Palavras-Chave:** História da música brasileira; Nacional-Popular; MPB

### **Abstract**

This article aims to think over strategies of establishment and esthetical-ideological projects of two musicians – Sidney Miller and Sérgio Ricardo – inside the so called MPB (a segment, but also a cultural institution of the Brazilian popular music), between 1966 and 1968. Both musicians were emerged into a Brazilian National-Popular musical field, but presented quite different individual projects. While Ricardo was an enthusiast of a nationalist modernism, influenced by maestro Heitor Villa-Lobos and intellectual Mario de Andrade, Miller's project went deep into the tradition of Rio's urban samba. However, in 1967 both musicians seem to change their individual projects. The reasons for this sudden switch of path seem to be related to market-based reasons, but also to a moment of crisis in the Brazilian National-Popular field.

**Keywords:** History of Brazilian Music; National-Popular; Brazilian MPB

### **O “Modernismo Nacionalista” de Sérgio Ricardo**

Sérgio Ricardo tinha ao longo da primeira metade da década de 1960, despontado primeiro como uma referência da bossa romântica, e depois como um representante ativo da

segunda geração da bossa nova, ou bossa nova engajada, ao lado de Carlos Lyra e Nara Leão. Em 1963 os três artistas, considerados até pouco tempo ícones da Bossa Nova e do “amor, do sorriso e da flor”, se inseriam, a partir de uma base cepecista em comum, em um novo estágio calcado agora no engajamento e nas temáticas próximas a uma vertente nacional-popular de esquerda. Tanto em “Depois do Carnaval” (Philips, 1963) de Carlos Lyra, como em “Nara” (Elenco, 1963), como em “Um Sr. de Talento” (Elenco, 1963) de Ricardo, já estão presentes os elementos estético-ideológicos que darão o tom da produção desses artistas ao longo dos anos 60.

As composições traziam à tona temas como o morro e o sertão, além do engajamento mais explícito e de uma aproximação com a tradição do samba urbano. Nara, por exemplo, já se coloca em seu LP de estréia como interprete de três composições de sambistas ligados à tradição do samba carioca “autêntico”. Sua estréia em LP, não mais como musa da Bossa Nova, mas agora como intérprete de um repertório pautado pelo nacional-popular, gera críticas negativas tanto daqueles que não compreendiam a mudança súbita de seu repertório e sua descaracterização como musa, como daqueles que enxergavam Nara como deturpadora da tradição por meio de arranjos e vocalizações bossanovísticas vistas como “alienígenas” sobre o repertório de Cartola, Nelson Cavaquinho e Zé Ketí.

Já Sérgio Ricardo em seu LP de 1963 consegue sintetizar duas grandes vertentes que se manterão ao longo de sua carreira. A primeira é a tradição do samba urbano que se revela nas composições de autoria própria, casos de “Tamborim”, “A fábrica”, “Enquanto a tristeza não vem”, “Folha de papel” e o “Menino da calça branca”<sup>1</sup>; a segunda tradição, essa permanente no decorrer da obra do compositor, está no nordeste, seja na representação do imaginário e do misticismo afro-baiano, seja no imaginário do sertão da seca e da fome. Os discos posteriores de Ricardo, ambos atrelados tanto a projetos cinematográficos como a trilhas sonoras, “Deus e o Diabo na Terra do Sol” (1964), e “Esse Mundo é Meu” (1964), revelam a forte tradição de Ricardo na representação do sertão e do imaginário afro-baiano – ambos como “lugares da memória” da esquerda que se consolidaram por via dos escritores regionalistas nas décadas de 1930, 1940.

Nesse sentido, o trabalho de Sérgio Ricardo com cineastas como Glauber Rocha e Nelson Pereira dos Santos ratificam não apenas as bases estético-ideológicas que transparecem nas canções de Ricardo, mas também ampliam o leque do compositor no sentido da linguagem cinematográfica. Em 1961, Ricardo com alguma experiência na direção

televisiva provinda de um programa piloto sobre Bossa Nova na TV Tupi, lança seu primeiro curta, “Menino da calça branca”. A película, inspirada na estética de filmes de Nelson Pereira dos Santos da década de 1950 (Rio, Zona Norte/ Rio 40°), conta com a própria ajuda de Santos na montagem. Na temática, o cidadão precário é destacado, assim como a vida cotidiana no morro sob a ótica das classes populares.

A relação com Nelson Pereira e a estética do Cinema Novo se manterá ao longo da carreira de Ricardo. Em 1962, o artista inicia seu primeiro longa-metragem, “Esse Mundo é Meu”. Ricardo, no mesmo ano, ainda fará a trilha sonora para o primeiro longa de Glauber Rocha, “Barravento”, composição está que aparece já no seu LP, “Um Sr. de Talento”, lançado um ano depois do filme.

Em 1964 Glauber lança “Deus e o Diabo na Terra do Sol”, com trilha sonora de Sérgio Ricardo. No mesmo ano o compositor e agora cineasta lança a sua película “Esse Mundo é Meu”. Sobre o filme, Glauber Rocha teria afirmado que ele representava “um passaporte do cineasta para o músico consagrado que é Sérgio Ricardo (...) o filme demonstra, mais uma vez, que o Cinema Novo conquista dia a dia sua posição em nosso panorama cinematográfico”.<sup>2</sup>

No mesmo período, entre 1963-64, logo antes do golpe militar, Ricardo passa a frequentar com mais assiduidade o CPC da UNE, e os preceitos que irão nortear a produção da segunda geração da Bossa Nova partem em grande parte das diretrizes culturais ali discutidas. Ricardo leva tais concepções estético-ideológicas tanto para a música como para o cinema, mantendo uma linguagem conectada em certos pontos ao realismo socialista que Nelson Pereira introjetava em seus filmes de uma forma particular, mas pouco submetida.

Esse período pré-golpe é para Sérgio Ricardo um momento de forte articulação na música, no cinema e no teatro. Esta articulação teve como pólo central o CPC que, por sua vez, ajudou a aproximar intelectuais e artistas de muitas áreas no início dos anos 60, inclusive no sentido de criação de um discurso estético-ideológico mais homogêneo no meio. Ainda em 1963, Sérgio Ricardo tem seu filme “Esse Mundo é Meu” transposto para o Teatro de Arena por Chico de Assis. O grupo de Vianinha, Augusto Boal e Chico de Assis teria exercido papel preponderante entre 1960 e 1963 na articulação entre teatro e música.<sup>3</sup> Tal relação criaria um modelo de peça teatral, resgatando o teatro de revista, que se manteria ao longo dos anos 60 nas peças dos grupos teatrais Arena Opinião como espetáculos de oposição ao regime.<sup>4</sup>

Sobre a relação entre Sérgio Ricardo e o CPC, vale salientar um ponto fundamental destacado em sua autobiografia, mas também presente em artigo de Arnaldo Contier: Ricardo se recusava a compactuar com a simplificação estética em face do projeto do CPC de atingir o povo. O compositor, trazendo uma tradição da Bossa Nova, mas também com uma bagagem na música internacional e na música erudita, compunha com uma base de violão que remetia a João Gilberto e Dorival Caymmi. Ademais, incorporava artistas da música internacional como influência estética para enriquecer seu repertório, casos de Cole Porter, Miles Davis e George Gershwin. No campo erudito, trazia estruturas rítmicas e harmônicas provindas de Heitor Villa-Lobos e de Claude Debussy.<sup>5</sup> Tais influências irão perpassar sua carreira e aparecer com ainda mais força em discos e trabalhos posteriores, a exemplo de sua trilha sonora para “Terra em Transe” (1967), que ele começa a escrever em 1965 para orquestra a pedido de Glauber. No mais, é sintomático como o projeto cepecista, apesar de tributário ideologicamente do *ждановismo* e da ideia de acepção da cultura popular pelo realismo socialista, não exerceu de fato uma influência estética direta aos compositores ligados ao Centro, ainda que eles compartilhassem de preceitos ideológicos bastante afinados, caso do próprio Ricardo – leitor de Marx e frequentador de reuniões do PCB.

O projeto musical de Sérgio Ricardo era, portanto mais amplo e diversificado, do ponto de vista estético, do que o de outros compositores da segunda geração da Bossa Nova. Em linhas gerais é possível entender a incorporação estética da BN considerada mais elaborada, de João Gilberto e Tom Jobim, às músicas de Ricardo – como se ele mantivesse as “conquistas” estéticas alcançadas, sem reduzi-las a nenhum molde simplificador. Além disso, ainda havia uma influência bastante acentuada dos “princípios do Modernismo Nacionalista”<sup>6</sup>, diga-se Villa-Lobos e Mário de Andrade. Creio que é com base nesse “modernismo nacional-popular”, com elementos da música engajada, que devemos entender a obra de Sérgio Ricardo, que ganha corpo ao longo dos anos 60. Tal projeto encontra consonância, por exemplo, na obra de Edu Lobo que também terá matrizes estéticas e ideológicas próximas desse modernismo nacionalista. Como projeto cultural, entendemos que havia um sentido de continuidade com uma espécie de “linha evolutiva modernista” na obra de Ricardo. Sua gênese estaria em Villa-Lobos e na possibilidade de um refinamento estético sem perder de vista a música popular, mas sem se submeter a ela. Mário de Andrade também seria importante para consolidar esses preceitos por meio de seus escritos. Entretanto, a manutenção de um gosto calcado no samba aboleirado das décadas de 1940 e 1950 reduziram as possibilidades estéticas alcançadas pela música erudita nas décadas anteriores. A Bossa

Nova surgiria para restaurar essa condição superior por meio de uma nova leitura do popular sob arranjos e harmonizações mais refinadas presentes, em especial, nas músicas de João Gilberto e Tom Jobim. Nesse sentido, a MPB deveria ser tributária desses avanços estéticos e perpetuar o seu legado.

No disco “A Grande Música de Sérgio Ricardo” (1967), é possível verificar a síntese de um projeto que conjugava modernismo e nacional-popular. Como produto estético-ideológico é um disco que a todo o momento remete ao plano do “morro” e do “sertão”, porém mantém arranjos complexos, alguns feitos para orquestra, que Ricardo compusera para “Terra em Transe” e para a peça teatral “O Coronel de Macambira”.

No mesmo ano de 1967, Ricardo quebraria e arremessaria seu violão na platéia do III Festival da Canção da Record. Tal ato se tornaria por vezes mais celebre do que qualquer outro realizado ao longo da carreira do compositor, passando a estigmatizá-lo, em geral, de forma negativa. A música, “Beto bom de bola”, foi vaiada efusivamente pela platéia, pois teria sido, na visão da mesma, classificada injustamente para as finais em detrimento de outras composições preferidas pelo público. A vaia veio desde a entrada de Ricardo ao palco e foi incessante ao longo de algumas tentativas frustradas de Théo de Barros de iniciar a música, e, mesmo quando conseguiram iniciá-la, as vaias se mantiveram até a desistência de Ricardo.

Tal demonstração do público já havia atingido Nana Caymmi no mesmo festival e feito a cantora abandonar o palco às lágrimas no meio da interpretação da canção “Bom Dia”, de sua autoria. Mesmo Roberto Carlos sofrera vaias devido ao afastamento radical de seu repertório característico por meio da interpretação de “Maria, carnaval e cinzas”. A cultura da vaia se afirmaria no contexto de radicalização política que se traduzia nos muitos projetos que se opunham ou apoiavam o regime. Além disso, havia tendências que não perdoavam desvios estético-ideológicos, como a chamada “linha dura” que vaiava em geral músicas consideradas alienadas ou que fugiam a um projeto de engajamento. Fora as verdadeiras torcidas organizadas que escolhiam seus preferidos, ou que alguns artistas teriam trazido para vaiar uns e aplaudir outros.<sup>7</sup>

Segundo Sérgio Ricardo, parte das vaias a sua música provinha de membros do CCC (Comando de Caça aos Comunistas), que segundo o próprio compositor ainda tentariam agredi-lo na saída do Teatro Record Centro.<sup>8</sup> Vale ressaltar também a vaia a Caetano Veloso no início da apresentação de “Alegria, alegria” – além da famosa e histórica vaia a Veloso, posteriormente, no TUCA em 1968, ao longo da canção “É proibido proibir”. Nesse sentido, a

vaia poderia desvelar o tensionamento político agudo da sociedade em momento de fragmentação de projetos estético-ideológicos, potencializada pelo advento e consolidação da contracultura e reações as suas premissas.

Sobre o episódio fatídico na carreira de Ricardo, ele afirma,

Quanto mais olhava aqueles cidadãos equivocados desmerecendo o artista, mais povoavam em meu coração as vítimas da alienação nacional. Eu representava ali um outro Brasil, esmagado pela incompreensão, um Brasil solitário. O Brasil daqueles que chegavam chorando diante das câmeras em infinitas catástrofes, pela perda de seus familiares em soterramentos e inundações, torturas e chacinas, flagelados da seca encontrando pela frente a indiferença de todos os coniventes com o Brasil de então. A desgraça do semelhante nada mais significando que a continuação da novela nacional em capítulos emocionantes. A vida virando espetáculo, confundindo-se com o entretenimento.<sup>9</sup>

A percepção de Ricardo dentro de uma análise mais fria sobre os acontecimentos revela a ideia de esvaziamento do engajamento por via da cultura. A comparação entre as desgraças naturais e a tortura com a novela e o entretenimento, mostravam um momento de saturação de um projeto que entendia a cultura como meio privilegiado para retirar o povo de um estágio de alienação. A indústria do entretenimento teria, na visão de Ricardo, conseguido plasmar as percepções acerca dos acontecimentos no país, opondo não mais propostas políticas, mas discursos e estéticas que se digladiavam no palco do festival. A luta não se constituía mais no plano real entre as forças de alienação e as de engajamento, a luta se mantinha apenas como relação encenada entre personagens que ora encarnavam vilões, ora mocinhos dentro de uma dinâmica tele novelesca.

Assim, a vaia a Ricardo foi a mais marcante, mas esteve conectada a outras tantas vaias que traduziam problemas internos em uma sociedade que radicalizava posicionamentos e projetos políticos e estéticos, mas que parecia depositar nas lutas culturais uma solução para as crises vivenciadas.

O projeto nacional-popular de Sérgio Ricardo atingia um ponto de inflexão que se mostrará mais agudo nos anos posteriores. Para o próprio autor, o grande nêmesis de sua carreira, mesmo antes de 1967, teria sido a mídia/indústria cultural, e a censura em um segundo momento. Por volta de 1965 ele já se sentia *persona non grata* entre as gravadoras e rádios, devido as suas “declarações em entrevistas de jornais e tevês”.<sup>10</sup> Segundo ele, “ao voltar da minha última viagem sentia que me tratavam como a um rebelde, e, sem que ainda me tivesse dado conta, um inimigo invisível se punha em meu caminho, (...) era a censura,

amiga de meus inimigos”.<sup>11</sup> Para o compositor, o estremecimento contínuo de sua relação com o *establishment* do mercado é progressivo tendo em vista suas críticas às engrenagens da indústria cultural. O episódio do festival de 1967 é apenas um clímax que teria munido seus opositores de argumentos e ferramentas. Entretanto, Ricardo reduz a importância dos embates estético-ideológicos dentro de sua carreira, carregando nas cores de uma suposta maquinação orquestrada.

Dessa forma, o episódio do violão não deve ser tomado como a demarcação de uma ruptura e sim como um sintoma de algo que já perpassava todo o cenário musical do período. E a questão da rearticulação do mercado, fundamental para pensarmos o contexto pós-1967, deve estar em pauta como mais um dos agentes da crise experimentada pelo nacional-popular, mas, no entanto, não pode ser o fator preponderante para analisarmos a complexidade dos embates culturais de época. Para Sérgio Ricardo, colocava-se, no fundo, a saturação e o início de crise de um projeto nacional-popular e a impossibilidade paulatina de levar adiante seu projeto autoral que conjugava modernismo musical e nacionalismo de esquerda.

### **O samba-urbano utópico de Sidney Miller**

Sidney Miller tem sua primeira gravação em LP por meio de Nara Leão em disco da cantora de 1966. A ex-musa da Bossa Nova lança “Nara Pede Passagem”, seu sexto LP e uma continuidade com a proposta de seus discos anteriores. No entanto é um LP que já apresenta o fim ou o esgotamento de um projeto que passará por tensionamentos em seus próximos trabalhos.

Por um lado é a manutenção de uma tradição de incorporação de sambistas “oriundos das classes populares”, combinada com uma mescla de repertório tradicional e aposta em novos compositores da chamada “ala jovem da MPB”. Nara Leão, também era jovem em idade, mas seus discos tiveram grande importância para revelar novos compositores, em especial aqueles que não carregavam o crivo da Bossa Nova. Tanto Chico Buarque como Sidney Miller tiveram composições interpretadas por Nara que ajudou a alavancar suas carreiras no sentido de possibilitar lançamentos de discos próprios e ampliação de público. Chico Buarque já tinha certa autonomia, em parte por sua aceitação ampla em múltiplos nichos culturais (emepebistas, sambistas, folcloristas), como por seu carisma e presença de palco, mas Sidney Miller deveu muito a incorporação de seu repertório por Nara, e suas



interpretações, inclusive em festivais – caso de “A estrada e o violeiro”, cantada em dueto no Festival da Record em 1967.

A análise dos discos de Nara é importante para pensarmos em uma espécie de termômetro daquilo que vinha se criando na MPB, e constituindo as tendências dominantes. Isso baseado na ampla rede de conexões que Nara estabelecia dentro da MPB, e de sua vocação a intérprete e não a compositora, o que naturalmente demonstrava a seleção cuidadosa e criteriosa das músicas que iriam se incorporar a cada um dos seus LP's. É sintomático, por exemplo, o grande número de discos lançados entre 1964 e 1969: 10 LP's em um período de 6 anos. Nenhum ano transcorrido sem o lançamento de um LP, sendo, possivelmente, a maior marca para uma artista da época.

O que podemos notar a partir de 1966 é que existe uma guinada em seu projeto autoral. Primeiramente a compositora passa a deixar subitamente de incorporar músicas de autores de classes baixas, casos de Cartola, Nelson Cavaquinho, João do Vale, Zé Ketí, Noel Rosa de Oliveira, entre outros, ditos compositores “autênticos” pelos intelectuais do folclorismo urbano. Entretanto, Nara passa a incorporar gradativamente cada vez mais composições da “nova safra da MPB” – Edu Lobo, Paulinho da Viola, Chico Buarque e Sidney Miller. Os dois últimos, em especial, passarão a figurar entre os compositores mais interpretados, destacando uma tentativa de Nara de não se afastar de uma tradição do samba urbano, mas mantendo seu repertório renovado a partir das novas composições de artistas da MPB em ascensão. O caso de Paulinho da Viola é menos simples, pois é um sambista considerado autêntico, dentro dos preceitos dos folcloristas urbanos, mas que mantém diálogo constante com a MPB em uma espécie de posição flutuante entre a tradição e a modernidade. Suas composições também serão incorporadas por Nara nesse novo projeto autoral em desenvolvimento.

Em termos numéricos, é possível verificar nos 6 LP's de Nara lançados entre 1964 e 1966, presença de 22 composições de artistas ligados as classes popular e conectados a tradição (incluindo João do Vale, mesmo que por outra vertente). Já entre 1967 e 1969, nos 4 discos lançados por Nara, apenas duas músicas no último LP, “Coisa do Mundo” (produzido por Sidney Miller), possuem músicas que se encaixam na definição prévia. Em compensação, o disco mais emblemático desta guinada de Nara Leão, é “Vento de Maio” de 1967, que traz 4 músicas compostas por Chico Buarque e 5 músicas de autoria de Sidney Miller, além de faixa extra com a composição “A estrada e o violeiro”, também de Miller.

A relação entre Nara e Miller é fundamental para entendermos a constituição do próprio projeto autoral que se desenvolverá por Miller em seus dois LP's do período. É sintomático, por exemplo, que após a produção do disco de Nara por Miller, "Coisa do Mundo" (Philips), em 1969, ambos os artistas não irão lançar nenhum disco até a primeira metade dos anos 70, e, mesmo assim, LP's com estéticas bastante distantes da produção do fim da década de 1960, em especial no que tange a um projeto nacional-popular.<sup>12</sup>

Retornando para o disco "Nara Pede Passagem" de 1966, verificamos que Sidney Miller havia acabado de participar, em novembro de 1965, do espetáculo produzido pelo Opinião, "O samba pede passagem". Sob arranjo de Lindolfo Gaya, o espetáculo se baseava em uma mistura de muitas gerações e tradições do samba. Dentre os preceitos que diferenciavam o espetáculo de "Rosa de Ouro", estava a presença de artistas oriundos da Bossa Nova criando uma conexão entre o artista da segunda geração da bossa nova e o sambista "autêntico" dos anos 30. A presença de Ismael Silva, Aracy de Almeida, além de sambistas de terreiro e de escolas de samba, legitimava as premissas do espetáculo. Assim, do ponto de vista estético-ideológico, constituía-se uma ideia de associação parelha entre tradição e modernidade no campo da MPB por meio da tradição do samba e da evolução estética da BN. Entretanto, já se tinha em mente que a jazzificação exagerada da BN poderia recair sobre a ótica de um afastamento da tradição popular, e para tanto acompanhava o espetáculo o grupo Mensagem composto por Miller e Paulo Thiago. O grupo mostrava repertório híbrido entre a BN e a tradição do samba urbano e do choro e se afastava dos trios de jazz que tradicionalmente costumavam acompanhar artistas da segunda geração da Bossa Nova. Miller e Thiago, junto com Zé Ketí, tinham participado do Festival da Record de 1965, apresentado o samba "Queixa" interpretado por Cyro Monteiro, e uma das primeiras composições de Miller.

A incorporação de repertório "autêntico" ao espetáculo do grupo Opinião, crava uma tendência que se verificava por uma série de vertentes. A ideia de "sambificar" o repertório da música engajada, ainda presa a preceitos calcados no jazz, se constitui no ideal em que "o popular desse sentido ao nacional e não o com que o nacional configurasse o popular".<sup>13</sup> A incorporação de repertório de sambistas por Nara Leão, a presença de artistas da MPB em antros do samba "autêntico" – Zicartola; Gafieira Estudantina; Escolas de Samba – além de um resgate da tradição do samba urbano por artistas da "ala jovem" como Miller, Chico Buarque e Paulinho da Viola; todos esses elementos apontavam para uma tentativa dos

emepebistas de ir ao encontro da tradição e do popular, sintetizada pela tradição do samba urbano carioca.

Assim, a incorporação de cinco músicas oriundas da tradição popular no LP “Nara Pede Passagem”, segue a tendência de resgatar esse *popular* para seu repertório. A música de Miller, “Pede passagem”, abre o LP e faz referência direta ao musical encenado no ano anterior. A música trazia violão e timbres bastante voltados para o samba de roda: caixa de fósforos, depois reco-reco de madeira, tamborim, reco-reco de metal e ganzá. A segunda parte da letra tem adição do surdo e é cantada em um coro que remete novamente ao samba de roda. Em linhas gerais a música fazia referência a essa ruptura ainda mais acentuada de Nara com quaisquer vínculos bossanovísticos seja de timbre ou de temática – o que representava uma radicalização bastante acentuada dentro do que se produzia na MPB. A única característica restante seria a própria voz de Nara, mais comedida e pouco exortativa. Do ponto de vista da letra, a composição de Miller trabalha com algumas temáticas clássicas da tradição do samba carioca como a oposição entre carnaval e vida do trabalho; alegria e melancolia. Tais ideias podem ser vistas na seguinte estrofe: “Quem não soube o que é ter alegria na vida/ Tem toda a avenida/ Para ser feliz”. A vida do trabalho, interpretada como antítese carnavalesca, se contrapõe a um devir de possibilidades gerado pela avenida. No mais, as músicas que se seguem e todo o projeto-ideológico do LP, está calcado ainda na ideia de união entre a classe média e as classes baixas pelo viés da cultura. Projetos semelhantes se encontram no show “Opinião” e no espetáculo e “O samba pede passagem”.

No ano seguinte ao LP de Nara, Sidney Miller grava seu primeiro disco pela Elenco. No LP, a presença do nacional-popular é marcante, sob várias vertentes. Porém a tradição do samba urbano e do choro é predominante dentre a variedade de gêneros. Dentre essas canções que remetem a tradição do samba urbano estão, “Maria Joana”, “Argumento”, “Botequim N°1”, “Meu violão”, além de dois sambas-choro, “Minha nega” e “Chorinho do retrato”. Fica claro ao longo da escuta, a recusa de Miller por timbres que remetesse à Bossa Nova, preferindo na maior parte dos casos arranjos que favorecessem os timbres clássicos do samba e do choro. Do ponto de vista das temáticas a referência ao samba urbano das décadas de 1930-40, é marcante pela aproximação com as obras de compositores como Noel Rosa, Ismael Silva e Cartola – expoentes da tradição do chamado “samba-samba”.

Ademais, o álbum ainda traz músicas de natureza bucólica e interiorana, ou que remetiam a tradição da cantiga de roda, casos de “Marré de cy”, “Passa, passa, gavião”, e “O

circo”. A última, inclusive, teria sido comparada naturalmente com “A banda” de Chico Buarque pela recorrência das temáticas como a natureza bucólica, nostálgica e lírica em ambas as composições.

Por fim, a composição de maior destaque do LP, em função de sua inscrição no III Festival da Record, era “A estrada e o violeiro”, que abria o LP. A música tinha uma roupagem mais “festivalesca”, tendo em vista suas variações súbitas de cadência, letra épica e vozes em contraponto. Comparativamente poderia ser aproximada em termos estético-ideológicos das composições “Ponteio” e “Disparada”, ganhadoras de festivais – sendo a música de Edu Lobo ganhadora do próprio festival da Record de 1967. Dentre as semelhanças, a moda de viola calcada em ritmo nordestino (no caso um baião acelerado), e a ideia de uma relação dialética entre violeiro e a estrada que traduzia a relação entre *homem* e *devir histórico* – tema presente também nas composições de Lobo e Vandrê, assim como uma ideia de um *telos* em que o povo unido finalmente convergirá. Entretanto, a interpretação de Miller no festival é bastante comedida e, diferentemente de outros artistas que realizavam uma verdadeira *performance* em palco, Miller canta de forma pouco expressiva e nem se preocupa em projetar sua voz ou demonstrar qualquer grau de emoção. É evidente que a presença de Nara no dueto vocal é o que ajuda a imprimir uma empatia do público com a composição. A artista se destaca com sua presença de palco natural calcada na sua técnica de projeção vocal e em sua expressividade. Assim, a música é bem recebida pelo público, apesar de uma vaia inicial, e bastante aplaudida ao final, diferentemente de diversas outras composições que foram vaiadas enfaticamente em um festival repleto de tensões. Ao final, a composição ainda ganharia prêmio de melhor letra, laureando a qualidade da canção de Miller.

No mesmo ano do III Festival da Canção da Record, Nara lança seu sétimo LP, “Vento de Maio”. Como destacado anteriormente, cinco músicas de Sidney Miller estão presentes no disco (além de quatro composições de Chico). Nesse sentido, fica claro que o projeto autoral de Nara, assim como sua estratégia de afirmação no momento se constituía por interpretar composições que remetessem a um repertório atrelado ao nacional-popular da nova geração de emepistas. As temáticas que Miller e Chico traziam, rondavam o samba urbano, a cantiga de roda, e o universo nostálgico-lírico da cidade interiorana.

Já Nara mantém sua aproximação com timbres e arranjos ligados a tradição do samba. Entretanto, o que parecia ser um projeto em consolidação baseado no afastamento com a

Bossa Nova, e aposta contínua na interpretação de compositores da “ala jovem”, de fato continua em 1968, mas sofre uma guinada estético-ideológica bastante acentuada. O LP “Nara” (Philips) revela a mudança súbita do projeto da cantora que grava um disco tropicalista. Além de sua participação no disco mais importante do movimento, “*Panis et Circences*” (Philips, 1968).

Em relação a Miller, o que é possível inferir, ainda que em um primeiro momento, é que o seu projeto autoral baseado em um samba-urbano, atinge um ponto de esgotamento. Sua música mais bem recebida até então, “A estrada e o violeiro”, destoava de seu repertório geral composto até ali. A partir de seu disco “Do guarani ao guaraná” (Elenco, 1968), é possível identificar uma guinada súbita de seu projeto traduzindo uma nova estratégia de afirmação do cantor. Há um distanciamento do samba-urbano como projeto utópico de ponte entre tradição e modernidade. Já em seu LP de 1968, surgem elementos satíricos em suas composições agora sob outra roupagem estético-ideológica, além da composição “Pois é, pra quê”, que apresenta uma visão de desencanto do narrador.

### **Considerações Finais**

É importante compreendermos e buscarmos entender a saturação de um projeto e de uma cultura política que parece atingir uma série de artistas da MPB, como nos casos de Sérgio Ricardo e Sidney Miller. Entretanto devemos ter em vista também que a gênese do tropicalismo esteve imbricada no nacional-popular, como reitera Marcelo Ridenti ao pensar sobre essa vontade de ruptura que não necessariamente se coloca como negação imediata ou tentativa de se traduzir como vanguarda.<sup>14</sup> O próprio tropicalismo também teria sido atingido por essa crise de valores políticos, ainda que de certa forma sua concepção esteja imbricada nessa mesma crise.

A ideia de vazio cultural, ou espécie de lapso entre o fim dos anos 60 e início dos anos 70, demonstra na verdade a necessidade súbita de diferentes estratégias de afirmação em que tanto artistas da linha nacional-popular (casos de Chico Buarque e Elis Regina), assim como tropicalistas (Caetano, Gil, Bethânia e Gal Costa), tiveram que se readaptar a uma nova lógica de mercado e alterar seus projetos autorais sob esse novo cenário. Outros artistas, casos de Miller e Ricardo, padeceram de uma marginalidade que deve ser entendida dentro dessa crise política do fim da década de 1960. Mesmo um artista ligado ao tropicalismo como Tom Zé, e

mesmo Nara Leão, em certa medida, demonstraram dificuldades de reinserção no mercado e também padeceram de relativa marginalidade, ou mudaram radicalmente suas estratégias de afirmação.

Ademais, a relação que o tropicalismo musical desenvolveu com as outras artes também deve ser problematizada no que tange a um projeto uno e direcionado. Os filmes de Glauber e mesmo as obras de Hélio Oiticica, apesar de se relacionarem com outros limites e embates estéticos, foram abraçados por parte de grupos ligados historicamente ao projeto nacional-popular (vide a relação próxima de Glauber e Sérgio Ricardo, por exemplo). Assim, a construção das muitas artes em torno de uma revolução estética na cultura sob o mote de tropicalismo, deve e pode ser relativizada e matizada a partir de uma leitura menos dicotômica e parcial dos projetos estético-ideológicos vigentes no período.

## Notas

---

<sup>1</sup> Vale ressaltar a mescla de trio jazzístico com instrumentos de escola de samba e samba de roda, revelando ainda uma estética do LP presa a Bossa Nova. Essa será uma tendência para os outros discos de artistas que buscavam romper ideologicamente com a Bossa Nova, mas não conseguiam achar soluções estéticas fora da BN – e até mesmo por questões de mercado se mantiveram atrelados nesse sentido ao movimento.

<sup>2</sup> *Apud* CONTIER, Arnaldo Daraya. Sérgio Ricardo: Modernidade e engajamento político na canção. In: *Comunistas brasileiros: cultura política e produção Cultural*. Belo Horizonte, Ed. UFMG/ Humanitas, 2013. p. 342

<sup>3</sup> Cf. MELLO, Zuzi Homem de. *A era dos festivais: uma parábola*. São Paulo, Ed. 34, 2003. p. 49.

<sup>4</sup> Cf. GARCIA, Miliandre. *Do teatro militante à música engajada: a experiência do CPC da UNE (1958-1964)*. São Paulo, Ed. Perseu Abramo, 2007.

<sup>5</sup> CONTIER, Arnaldo Daraya. *Op. Cit.* p. 347-348.

<sup>6</sup> *Ibid.* p. 349.

<sup>7</sup> NAPOLITANO, Marcos. “*Seguindo a canção*”: o engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969). São Paulo, Annablume-Fapesp, 2001. p. 188-205.

<sup>8</sup> RICARDO, Sérgio. *Quem quebrou meu violão*. Rio de Janeiro, Record, 1991. p. 196.

<sup>9</sup> *Ibid.* p. 195.

<sup>10</sup> RICARDO, Sérgio. *Op. Cit.* p. 187.

<sup>11</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>12</sup> Os discos de Nara e Sidney Miller nos anos 70 seguem por vieses diferentes. Miller incorpora uma estética próxima ao Clube da Esquina em “Línguas de Fogo” (Som Livre, 1974), enquanto Nara tem um retorno à Bossa

Nova com um LP de celebração do movimento, “Dez Anos Depois” (Polydor, 1971) – que é mais uma compilação dos sucessos da Bossa Nova da cantora.

<sup>13</sup> NAPOLITANO, Marcos. *Op. Cit.* p. 69.

<sup>14</sup> *Apud* NAPOLITANO, Marcos. *Op. Cit.* p. 221.

## **Nazistas no Pará? Acusações contra alemães na capital durante a Segunda Guerra**

*Tunai Rehm Costa de Almeida<sup>1</sup>*

### **Resumo**

No ano de 1942, a Segunda Guerra Mundial já havia estourado em todo o mundo e o Brasil resolve assumir a posição em favor dos países Aliados contra os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Desde então, os alemães passam a ser alvo de inúmeras acusações de espionagem no Pará, sendo tratados como quintacolonistas. Através da leitura de fontes como os jornais intenciono mostrar como os alemães passaram a ser hostilizados pelos paraenses com o fim dos laços diplomáticos com o III Reich.

**Palavras - Chave:** Nazismo; Segunda Guerra; Quinta – Coluna

### **Abstract**

In 1942, World War II had already broken out in the world and Brazil decides to support the Allies against the Axis (Germany, Italy and Japan). Since then, the Germans became the target of numerous accusations of spying in Pará, being treated as members of the Fifth Column. By reading from sources such as newspapers, I pretend to demonstrate how the Germans began to be harassed by the population of Pará, with the end of diplomatic ties with the Third Reich.

**Keywords:** Nazism; war; Third Reich.

Durante a década de 1930 e 40, há no estado do Pará uma grande circulação de pessoas desde migrantes oriundos da Europa a retirantes do Nordeste brasileiro. Diversas foram as motivações que fizeram com que esses indivíduos migrassem para o estado. Sejam elas para trabalhar nos seringais paraenses ou no campo comercial de Belém, na capital<sup>2</sup>.

No Período da Segunda Guerra Mundial na década de 1940, em plena ebulição bélica mundial, o Brasil norteava ações de perseguições contra sujeitos tachados de espíões. Este fato se alastrou por vários lugares, inclusive em Belém do Pará. Mas, pensar esses sujeitos e suas práticas “nocivas” nos faz refletir e questionar o lugar que ocupam esses indivíduos no seio da sociedade brasileira. Por meio dos jornais, intenciono compreender de que forma os alemães foram vistos,



acusados e como utilizaram dos mesmos meios para defender-se das denúncias em que seus nomes eram citados.

Na década de 1930, Magalhães Barata, Governador do Estado do Pará, intencionava trazer de volta os ares de modernização perdidos na segunda década do século XX. Através de medidas paliativas e superficiais, deu um pontapé inicial com uma série de ações implementadas que dentre elas é possível listar: a ampliação, abertura e pavimentação de ruas; urbanização de antigos bairros e criação de novas edificações que somente contemplava a área central da cidade. Esse processo de modernização, então, se baseou na reestruturação da atividade comercial a partir da Avenida 15 de Agosto, trecho fundamental que conectava o centro comercial aos bairros em crescimento. Esta representava um ponto estratégico, afinal, além de promover a expansão do centro, também se beneficiava da proximidade ao porto e a rampa que serviu de pista para os chamados hidro aviões<sup>3</sup>.

Esse processo de urbanização e verticalização da capital paraense irá atrair muitos estrangeiros interessados em ganhar a vida em Belém. Oswald Massler, por exemplo, um arquiteto alemão trabalhou na capital durante as décadas de 1930 e 1940 obtendo relativo sucesso quando do desenho dos edifícios comerciais da empresa Booth Line e Associação Comercial do Pará, ambas localizadas no início da Avenida 15 de Agosto, atual Presidente Vargas. Apesar de ter participado de maneira ativa na construção de edifícios importantes para a época, devido sua nacionalidade alemã, o jornal *A Noite* reproduz reportagem do periódico *O Estado do Pará*, em que é tachado como “chefe do NSDAP” e acusado de possuir balas “dum-dum” (balas de revólver calibre 38) na sua residência. O jornal expõe após a investigação da polícia, um documento onde deixa evidenciado uma discussão, ao que parece, com um membro do partido nazista em Belém. No fim do documento faz a saudação típica dos nazistas: “Heil Hitler!”<sup>4</sup>.

Pouco tempo depois, é noticiada nas páginas do jornal *Folha do Norte* em 09 de Outubro de 1942 que ele, somado a outros alemães e um japonês, foram levados a Delegacia Especial sob suspeita de atividades nazistas no Pará<sup>5</sup>. Eram tempos de Segunda Guerra Mundial e o Brasil havia se desalinhado aos chamados países do Eixo, representados principalmente por Alemanha, Itália e Japão. Dessa forma, ser suspeito de atividade favorável a um inimigo poderia ser extremamente nocivo ao Brasil. Era necessário ter o controle dos estrangeiros oriundos das nações inimigas. Não surpreende que pouco tempo depois do ocorrido, o referido periódico publica o nome do arquiteto novamente como alvo da polícia paraense. É propalado que ele junto com outros alemães e japoneses foi levado a um Campo de Concentração situado no interior do estado, no município de Tomé-Açu<sup>6</sup>.

Mas o caso de Oswald Massler não foi o único nem em Belém, nem no Brasil. O arquiteto não foi uma exceção à regra. Na década de 1940, no contexto da guerra, outros alemães foram taxados de nazistas ou acusados de praticar espionagem. Através deste trabalho, intenciono mostrar de que forma se construiu a ideia de que havia efetivamente espões a serviço de Hitler em território paraense. Tendo como principal fonte as páginas dos jornais do período, buscarei mostrar como aconteciam as acusações, as defesas de alguns e o desenrolar através da mídia.

### **Os ideais Nazistas na capital paraense**

Diariamente nos periódicos da capital paraense, era comum encontrar acusações acerca de agentes dos países do Eixo, beligerantes ao Brasil, que estariam atuando de Norte a Sul do país. Estes eram espões e ganharam a alcunha de quintacolonistas, ou seja, membros da Quinta-Coluna<sup>7</sup>. Nos jornais, havia a acusação de um receio no possível envio de informações estratégicas para os países inimigos, quando não, a mera demonstração de apoio às causas totalitárias já era vista como um indício de culpa.

A preocupação com os alemães se justificaria com a notícia em Belém do embaixador brasileiro Negrão de Lima em que apontava para a presença 200 mil italianos, 100 mil japoneses e 400 mil alemães vivendo em território nacional. Entretanto “somente os teutos se dedicaram aos trabalhos de propaganda totalitária”<sup>8</sup>. Segundo pesquisa feita por Ana Maria Dietrich com documentos do Partido Nazista encontrados em Munique, na Alemanha, na década de 1930 e 1940 só em terras paraenses viviam cerca de 186 alemães, sendo destes, 27 adeptos dos ideais Nazistas<sup>9</sup>.

Notoriamente essas informações eram propaladas no jornal da capital com o intuito de criar um alerta a população para que todos tomassem cuidados a fim de proteger o território nacional. Eram tempos de guerra. Neste momento, os alemães já não possuem mais a representação que possuíam em outrora no Brasil. Giralda Seyferth aponta que em 1846 os trabalhadores alemães eram os preferidos para realizar as atividades no país e sua imigração era o indicio da imagem de boa “índole e capacidade como agricultores e artífices”. A visão do povo trabalhador que contribuiria com o processo civilizacional no Brasil contrasta com o receio do ideal totalitário no período da Segunda Guerra Mundial, bandeira levantada pelos nazistas<sup>10</sup>.

Na década de 1930 há uma mudança na perspectiva acerca da migração alemã. Mesmo antes da guerra, o governo brasileiro já havia iniciado uma política discriminatória sobre a presença da comunidade teuta no Brasil. O receio do governo era a formação dos chamados quistos sociais.

Estes representavam comunidades que não se adequavam aos padrões impostos pelo Estado varguista que intencionava criar uma cultura homogênea e nacional<sup>11</sup>.

Apesar das restrições promovidas pelo Estado aos nacionais alemães, era possível constatar no seu governo, de maneira mais clara a partir do período do Estado Novo<sup>12</sup>, simpatia por tendências totalitárias. No período da Segunda Guerra Mundial, quando se aliancia aos países aliados de caráter liberal, e isso acaba levando a demissão de Ministros como Fillinto Müller, Chefe de Polícia entre Fevereiro de 1933 a 15 de Julho de 1942; Francisco Campos, Ministro da Justiça desde 1937 e Lourival Fontes, chefe do DIP desde sua criação, perdem seus postos em Julho de 1942<sup>13</sup>.

O ideal totalitário era percebido em toda extensão se estendia por todo o Brasil, não é a toa que o partido nazista se espalhou por todo o território brasileiro. Segundo Dietrich, a historiografia concentra seus estudos relativos às colônias alemãs no Sul do Brasil. Apesar disso, a historiadora aponta que havia grupos germânicos espalhados por todo o país em números significativos nos estados de Pernambuco, Mato Grosso, Goiás, Pará e Bahia<sup>14</sup>. O Pará aparece como um dos primeiros grupos do partido no país. Desde o ano de 1933, quando o nazismo chega ao poder na Alemanha com Adolf Hitler, já é possível encontrar núcleo desse partido no Estado. Assim, para os partidos a regra era: em todo território brasileiro, nas regiões onde houvesse colônias rurais de alemães, havia também representantes do partido nazista<sup>15</sup>.

Os ideais nazistas, assim, já eram ecoados em terras paraenses. A população já tinha conhecimento da existência e provavelmente já compreenderia minimamente os preceitos totalitários que faziam sucesso na Europa e no Brasil, também. Veriano apresenta a visão acerca de sua infância:

Comecei a estudar na Era Vargas lembro de um ‘jardim de infância’ germanizado, ou melhor nazificado, onde a garotada batia botas, vestia roupa branca e era obrigado a se colocar em posição de sentido com os braços estendidos diante da professora que passava a ‘revistar a tropa’, olhando as unhas de cada um(...)<sup>16</sup>

Obviamente, fazer a referência de lembranças de uma infância distante e torná-la verdade torna-se perigoso a medida da incerteza sobre a confiabilidade do discurso. A memória é um recurso muito útil na reconstrução de processos históricos, contudo, como é natural, apresenta problemas. Raphael Samuel alerta que a memória está “longe de ser um receptáculo de passivo ou um sistema de armazenagem, um banco de imagens do passado, é sim uma força ativa que molda”, portanto ela é dinâmica, ou seja, “o que ela sistematicamente planeja esquecer é tão importante o quanto ela lembra”. Isso implica dizer que não podemos confiar de maneira segura em tudo que é relatado pela memória do sujeito, antes, é preciso compreender que como todo e qualquer ser

humano, sua memória também é falha e com o tempo ela provoca esquecimentos, distorções e lembranças até mesmo do não vivido. Na prática ela é “historicamente condicionada, mudando de cor e forma de acordo com o que emerge no momento”<sup>17</sup>. E, portanto, como qualquer documento pesquisado ela também é passível de crítica documental. A memória, acaba assim tornando-se uma representação do presente sobre o passado.

É preciso salientar que o discurso de Pedro Veriano faz referência ao contexto em que o Nazismo estava alta. É preciso levar em consideração também que o próprio governo brasileiro mantinha um discurso autoritário, alguns de seus ministros, inclusive, defendiam a bandeira fascista. Isso possivelmente fez com que o escritor tivesse suas lembranças marcadas dessa maneira.

Nesse momento não era somente o ideal totalitário que já era conhecido no Pará, mas também, os próprios alemães apareceram. No ano de 1935 aportou em Belém o alemão Otto Schulz-Kampfenkel, ele possuía o intuito de percorrer o rio Jari até a fronteira com a Guiana Francesa. Ele definia como objetivos centrais a pesquisa de animais da região, reconhecimento etnológico do rio e seus afluentes e, também, estudo geográfico da paisagem, registro cartográfico e de possíveis afluentes que poderiam vir a ser descobertos. Na capital, Schulz e seu grupo foi recebido pelo general Daltro Filho, comandante da 8ª região Militar<sup>18</sup>. Em sua estadia ficaram no Grande hotel, lugar de suntuosa beleza arquitetônica e significativa representação na época. Para reverencia-los, as paredes do hotel foram decoradas com suásticas e a população apareceu em número significativo para conhece-los<sup>19</sup>.

Anos mais tarde, outros nazistas também apareceram em Belém. Devido o contexto da Segunda Guerra Mundial, estes não tiveram a mesma recepção dos anteriores, pelo contrário, atuavam como espões. Entraram e saíram do estado sendo percebidos somente depois.

No ano de 1942, o agente nazista Julius Von Heyer visitou a capital paraense. No Brasil, o alemão passou primeiramente por Recife entre os dias 4 e 12 de Julho para em seguida passar por Belém onde teria ficado até o dia 16. Completou sua viagem seguindo rumo ao Rio de Janeiro<sup>20</sup>. Philonila Cordeiro aponta que Heyer fazia parte de uma das equipes do Alto Comando das Forças Armadas na Alemanha (ABWEHR) e tinha como chefe Wilhelm Canaris. Essa equipe da qual contribuiu desenvolveu um grande sistema de espionagem no Brasil. O Serviço consistia em infiltrar-se em indústrias, comércio, embaixada, etc. objetivando arrecadar o maior número possível de informações que auxiliassem as operações da Alemanha no Brasil durante a Guerra<sup>21</sup>.

A Equipe de espionagem era encabeçada Gustav Engel e Nils Christensen. Para manter o disfarce e não serem reconhecidos enquanto elementos do Estado Nazista deveriam utilizar condinomes. Estes deveriam ser nomes bem comuns no Brasil que possibilitariam manter suas

identidades reais elipsadas enquanto estivessem no país. O primeiro respondia por “Alfredo” e o segundo por “Lucas”. No ano de 1941, chegou a Recife Julius von Heyer, codinome “Humberto”. Seu objetivo seria o de fazer recrutamento dos chamados “colaboradores”. Estes teriam o papel de repassar informações importantes de acontecimentos no Brasil<sup>22</sup>.

Já era possível notar então, a existência em Belém do nazismo e de figuras que defendiam a bandeira do totalitarismo. Nem todos os alemães estavam somente de passagem por Belém. Nos anos anteriores a guerra, percebemos uma frequente chegada de imigrantes que passaram a fazer parte do cotidiano da cidade. Mas, quando estoura a Segunda Guerra Mundial e o Brasil rompe os laços diplomáticos com os países do Eixo, os alemães passam a sofrer com ataques e acusações, principalmente, através da mídia impressa, os jornais.

### **Alemães e Segunda Guerra: acusações na capital**

No período da Segunda Guerra Mundial, tornou-se comum as acusações contra suspeitos de estarem contra o Brasil e favoráveis aos chamados países do Eixo. Ao abrir as páginas dos jornais, naquele momento, era comum encontrar declarações dos acusados negando sua afinidade aos ideais totalitários e declarando amor a pátria brasileira. Alguns alemães, inclusive nomes importantes da indústria nacional, como os Lundgren, por exemplo, farão parte deste grupo.

Dia 23 de Agosto de 1942 J. Fichter tem declaração publicada no jornal *Folha do Norte* intencionando esclarecer as acusações feitas contra ele pelo jornal *O Estado do Pará*. Para este, seria o acusado portador de um radiotransmissor em sua residência. Por representar um perigo devido a possibilidade do envio de informações ao Estado Nazista, era necessário precaver-se do seu uso pelos súditos-do-eixo. Não à toa, pouco tempo depois, através do Decreto-Lei nº 4.701, de 17 de Setembro de 1942, será vedado o uso e comércio de aparelhos de rádio, transmissores ou receptores pelos estrangeiros nacionais da Alemanha, Itália e Japão<sup>23</sup> (BRASIL, 1942).

Segundo o alemão, no mesmo dia em que foram propaladas as denúncias, a polícia visitou sua residência situada na Avenida José Bonifácio investigando minuciosamente seus pertences em busca de algo que pudesse caracterizá-lo como um elemento nocivo. Ele afirma que “o único aparelho receptor de rádio que possuía funcionando foi autorizado pela Repartição dos Correios e Telegrafos, conforme o talão n.140, de 16 de Janeiro” de 1942. E ainda, no dia seguinte, procurou o Chefe de Polícia Salvador Borborema para ir a público desmentir a notícia<sup>24</sup>.

De fato, o réu do caso não possuía grandes motivos para ser visto como um problema para o Departamento de Polícia da Capital. Tanto é que seu nome não foi visto novamente nos jornais

sobre novas acusações. Como fica claro, a principal fonte utilizada neste artigo são os periódicos, por isso as publicações devem ser pensadas em um contexto amplo à luz da sociedade paraense em princípios do ano de 1942, também devemos atentar para o interesse político de quem produz o discurso. Darnton mostra que “os repórteres naturalmente escrevem para agradar aos editores”. Isso implica dizer os primeiros canalizam ou distorcem uma notícia de forma tal que ela se torne publicável aos olhos do editor. Da mesma forma que o repórter sofre influencia de seu editor, ele também sofre do diretor. Portanto, ao propor uma análise das discussões entre periódicos distintos não podemos esquecer que há uma complexidade interna e, ao mesmo tempo, nas palavras finais das reportagens estarão presentes seus interesses, suas alianças políticas, sua linha editorial<sup>25</sup>.

É importante perceber que as acusações surgiram do jornal *O Estado do Pará*, periódico que funcionava como uma imprensa governista e que, portanto, servia aos interesses do Governo do Estado. O seu interesse estava no controle e vigia atenta da população. Assim, tornou-se habitual as acusações contra outros alemães.

Tal como o *Estado do Pará* divulga o que é de interesse do Governo estadual, do então Interventor Magalhães Barata, havia o seu opositor, o jornal *Folha do Norte*, que possuía como proprietário um inimigo histórico do governante, seu opositor, Paulo Maranhão. Não é de se espantar, que quando buscou-se uma mídia popular e impressa para declara sua inocência, aqueles que eram acusados recorriam à *Folha do Norte*. Muitos foram os nomes, e não somente de alemães que foram propalados nas páginas do jornal, tal como: o brasileiro, Ricardo Silva; o português, Manuel de Sá Seixas; o italiano José Olivar e também, o alemão Paulo Levinthal, que veremos agora.

Paulo Levinthal aportou em terras brasileiras no ano de 1904 quando morou por algum tempo em Manaus, no Amazonas. Lá, inicialmente viveu como comerciante até o ano de 1920, quando se muda para a capital paraense. Desde então nunca mais retornou a Europa. Através de declaração publicada no jornal *Folha do Norte* visa deixar claro o seu apoio à causa brasileira e que nada tem a ver com o regime nazista alemão. Como forma de tornar público e notório sua simpatia ao Brasil, no ano de 1938, requereu as autoridades competentes a sua naturalização e a de sua esposa estando o processo em suas vias finais<sup>26</sup>.

Para mostrar-se defensor da causa brasileira e contrário ao Reich, ele apresenta o seu sentimento sobre o Brasil, em seguida, apresenta sua aversão à política dos Estados Totalitários e mais especificamente, ao nazismo. Este, o fotógrafo caracteriza como “responsável pela horrenda hecatombe que desabou sobre a Europa e se alastra pelo resto do mundo”. Em seu discurso declara sempre ter sido contrário aos “princípios desumanos pregados e postos em práticas pelos seus

chefes”. O sobrenome judeu não deixa negar que possuiu familiares que foram residentes na Alemanha nazista e por terem sido perseguidos atravessaram o atlântico e até aquele momento moravam no Brasil<sup>27</sup>.

Mas, não somente pessoas individualmente se apresentavam defendendo-se de possíveis insinuações ou acusações. Poderia ocorrer coletivamente como o grupo da empresa LUNDGREN & CIA LTDA que aparece nas páginas da *Folha do Norte*, assim como da *Folha Vespertina* e *O Estado do Pará* em 20 de Agosto de 1942 declarando a nacionalidade brasileira de seus donos e seus funcionários no Pará. Os proprietários das lojas “A Pernambucana” estavam tendo problemas em acusações de uma possível filiação ao nazismo<sup>28</sup>. Algum tempo antes, em 23 de Abril de 1942, já apareciam por aqui associações fazendo referência aos Lundgren. O jornal *A Vanguarda* lançava na imprensa nota oriunda do Rio de Janeiro em que fazia um apelo pelo boicote à casas comerciais e mercadorias dos chamados súditos do Eixo. O pedido estava sendo feito com o argumento que mais cedo ou mais tarde o valor trocado pelos produtos destes comerciantes se converteria em investimento no inimigo. Como forma de evitar os futuros problemas, riscar da lista de fornecedores nomes como os Hascleret, os Theodor Wile, os Bayer, os Merk, os Siemens, os Skiskerlos, os Lundgren entre outros que representavam um inimigo iminente do Brasil<sup>29</sup>.

O caso dos Lundgren é emblemático pois eles representavam uma família próspera no campo comercial brasileiro e, mesmo assim, sofreram com denúncias. Susan Lewis mostra que a associação entre os empresários da empresa e o nazismo vem de Pernambuco, mais especificamente da cidade de Paulista. Segundo a historiadora, os Lundgren possuíam uma indústria de tecidos na cidade e além disso, por seu sucesso nos negócios, acabou como corolário garantindo influência política na região, o que por vezes desagradou o interventor Agamenom Magalhães. Sua indústria já existia desde a década de 1920 e possuíam, em seu quadro, um grande número de funcionários especializados, em sua maioria de origem alemã. Quando inicia a guerra e o Brasil põe fim aos laços com os teutas, a empresa começa então a ser associada ao nazismo por sua aproximação com os alemães<sup>30</sup>.

Para Lewis, as acusações que giravam em torno da família estavam associadas a diferentes motivações: ao momento da ditadura do Estado Novo em que a delação seria uma forma de poder; havia o medo em relação ao estrangeiro alemão, receava-se uma invasão dos nazistas às terras brasileiras e, além disso, o fator fundamental dos Lundgren serem vistos como uma família germanófila que possuíam diversos funcionários alemães<sup>31</sup>.

A maneira encontrada pelos Lundgren para defender-se das acusações foi através da imprensa. Como quem dá linhas finais a uma querela, em Junho de 1943, é inaugurado em “A

Pernambucana” de Belém, um retrato do interventor Magalhães Barata. Era necessário chamar à atenção da população e mostrar-lhes não ter fundamento a ligação do nome da empresa com o totalitarismo alemão. Dessa forma, a imprensa é chamada e com manchete de primeira página na *Folha do Norte*, é lançada no outro dia “foi inaugurado, ontem, na “A Pernambucana”, o retrato do Coronel Magalhães Barata”<sup>32</sup>. A exaltação a figura do líder paraense criaria a imagem de uma empresa que defendia os interesses nacionais brasileiros fugindo da associação ao ideal nazista.

Em artigo, Geraldo Menezes Neto reproduz o discurso de um ex-pracinha que aponta que a loja “A Pernambucana” em Belém, durante uma manifestação contra os países do Eixo chegou a ser saqueada por um grupo de estivadores<sup>33</sup>. Já em Pernambuco, diversos funcionários alemães que trabalhavam para os Lundgren na Companhia de Tecidos Paulista foram aprisionados em Campos de Internamento, também chamados na época de Campos de Concentração<sup>34</sup>.

A Segunda Guerra Mundial trouxe para o Estado do Pará como para o mundo todo, um momento singular. No Brasil inteiro, de Norte a Sul, houve uma intensa propagação de um inimigo o qual não deveria se temer e sim enfrentar. A atmosfera criada pela imprensa nacional através dos discursos propiciou a construção da imagem de um elemento nocivo a sociedade brasileira, o estrangeiro alemão seguidor do Nazismo.

---

<sup>1</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará. Bolsista CAPES. Orientação: Aldrin Moura de Figueiredo. E-mail: tunairehm@gmail.com

<sup>2</sup> Para ver mais sobre a migração para a Amazônia ver: SECRETO, Maria Verônica. Soldado da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2007; SILVA NETO, Francisco R. *Os japoneses no Pará: Um estudo sobre a formação de identidades*. Dissertação. UFPA. Belém, 2007; Cf. GUILLEN, Isabel Cristina M. *Errantes da Selva*. Histórias da migração nordestina para a Amazônia, 1996; Cf. EMMI, Marília Ferreira. *Italianos na Amazônia (1870 – 1950): pioneirismo econômico e identidade*. Belém: NAEA, 2008.

<sup>3</sup> VIDAL, Celma Chaves Pont. Arquitetura, modernização e política entre 1930 e 1945 na cidade de Belém. 2008. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.094/161> Acesso: 15 de Setembro de 2014.

<sup>4</sup> Jornal *A Noite*, 5 de Outubro de 1942. p.3

<sup>5</sup> Jornal *Folha do Norte*, 09 de Outubro de 1942, p.1.

<sup>6</sup> Jornal *Folha do Norte*, 18 de Outubro de 1942, p.3

<sup>7</sup> Termo cunhado durante a guerra civil espanhola e usado para designar aqueles que, em Madri, apoiavam as quatro colunas que marchavam contra o governo da Frente Popular Republicana do presidente Azaña. Durante a Segunda Guerra Mundial, foi utilizado para referir-se àqueles que agiam sub-repticiamente num país em guerra, ou em vias de entrar na guerra, preparando ajuda em caso de invasão ou fazendo espionagem e propaganda em favor do Eixo. Na Europa esses indivíduos também eram chamados de colaboracionistas. Online: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/glossario/quinta\\_coluna](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/glossario/quinta_coluna) Acesso: 22 de Setembro de 2014.

<sup>8</sup> *Folha do Norte*, 15 de Março de 1942, p.3

<sup>9</sup> DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo Tropical? O partido nazista no Brasil*. USP. São Paulo, 2007. p.121.

<sup>10</sup> SEYFERTH, Giralda. “Construindo a Nação: Hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização” IN: MAIO, Marcos Chor et al. *Raça Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.p.41-58.



- 
- <sup>11</sup> Cf. SEYFERTH, Giralda. Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado brasileiro. IN: Online: [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_26/rbcs26\\_08.html](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_26/rbcs26_08.html); \_\_\_\_\_. A Assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Mana*. 1997. p.95 – 131; \_\_\_\_\_. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. IN: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro. FGV, 1999.
- <sup>12</sup> CF. D'ARAÚJO, Maria Celina. *A Era Vargas*. Moderna: São Paulo, 2004. p. 28. Durante o período do Estado Novo, o presidente passou a atuar como ditador e, em nome de um projeto que julgava ser o melhor para o país, fechou o congresso, reprimiu as liberdades públicas, isolou os descontentes, perseguiu inimigos, cooptou possíveis opositores, impôs-se como chefe de Estado e projetou-se como líder popular, como populista e como estadista.
- <sup>13</sup> PARANHOS, Adalberto. O “Estado Novo” em tempo de guerra: o começo do fim (1942 – 1943). IN: *O Roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2007. pp.121-122
- <sup>14</sup> DIETRICH. Op. Cit. 120-1.
- <sup>15</sup> Idem, p.159/ 169.
- <sup>16</sup> VERIANO, Pedro. *Fazendo Fitas: memórias do cinema paraense*. Belém: EDUFPA, 2006. p.66.
- <sup>17</sup> SAMUEL, Raphael. *Teatros da memória*. IN: *PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, 1987.
- <sup>18</sup> DIETRICH, Op. Cit. p. 272.
- <sup>19</sup> VERIANO, Op. Cit. p.67.
- <sup>20</sup> - *Jornal A Vanguarda*, 21 de Março de 1942 p.1
- <sup>21</sup> CORDEIRO, Philonila. *Ascensão das ideias nazistas em Pernambuco*. Dissertação. UFPE. p.98-99.
- <sup>22</sup> Idem.
- <sup>23</sup> BRASIL, Decreto-Lei nº 4701, de 17 de Setembro de 1942. Online: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4701-17-setembro-1942-414790-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 12 de Setembro de 2014.
- <sup>24</sup> *Jornal Folha do Norte*, 23 de Agosto de 1942.
- <sup>25</sup> DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*; São Paulo: Companhia das Letras, 2010. pp. 81 - 85
- <sup>26</sup> *Jornal Folha do Norte*, 25 de Agosto de 1942, p.2.
- <sup>27</sup> Idem
- <sup>28</sup> *Jornal Folha do Norte*, 20 de Agosto de 1942. p.1; *Jornal Folha Vespertina* 20 de Agosto de 1942, p.2; *Jornal O Estado do Pará*, 20 de Agosto de 1942.
- <sup>29</sup> *Jornal A Vanguarda*, 23 de Abril de 1942 p.1.
- <sup>30</sup> LEWIS, Susan. *Indesejáveis e Perigosos na arena política: Pernambuco, o anti-semitismo e a questão alemã durante o Estado Novo (1930 – 1945)*. Tese de Doutorado. UFPE. Recife, 2005. p.157
- <sup>31</sup> *Ibidem*, p. 161.
- <sup>32</sup> *Jornal Folha do Norte*, 12 de Junho de 2013, p.1.
- <sup>33</sup> MENEZES NETO, Geraldo Magela. A “ressurreição da alma cabana”: as passeatas de protesto contra o Eixo na Belém da Segunda Guerra. *Em Tempo de Histórias*. Nº. 23, Brasília, ago. – dez. 2013. p.30
- <sup>34</sup> LEWIS, Op. Cit. p. 186

## MÚSICA E MEMÓRIA NO PENSAMENTO OCIDENTAL PÓS-PLATÔNICO

Autor: Vagner Geraldo Alves

Mestrando

Programa de pós-graduação em música UFRJ

Orientador: Prof. Dr. Antonio Jardim de Castro

Co-orientador: Prof. Dr. Celso Garcia de Araújo Ramalho

E-mail: [vagnergeraldoalves@gmail.com](mailto:vagnergeraldoalves@gmail.com)

### Resumo

O saber musical conta a história cultural dos povos através da vigência e persistência da memória estabelecida nas canções, composições e manifestações humanas instauradas no tempo. Etimologicamente compreendemos música como memória, como o que canta e conta o memorável, mousiké, arte das musas. A proposta de trabalho aponta para um momento decisivo na cultura helênica, o estabelecimento da hegemonia do pensamento filosófico e da escrita frente à oralidade e musicalidade do saber poético, movimento impulsionado pelo surgimento de Platão como principal ator deste cenário histórico que se faz referência para a formação do pensamento ocidental.

*Palavras chave: mousiké, memória e pensamento ocidental.*

## MUSIC AND MEMORY IN THE POST PLATONIC WESTERN THOUGHT

### Abstract

Musical knowledge tells the cultural history of the people through force and persistence of memory established in the songs , compositions and human manifestations brought in time . Etymologically understand music as memory , as it sings and tells the memorable mousiké art of the muses . The proposed work points to a defining moment in Hellenic culture , the establishment of the hegemony of philosophical thought and writing before orality and musicality of poetic knowledge , movement driven by the emergence of Plato as the main actor in this historical setting, who makes reference to Western thought's foundation.

**Keywords:** *mousiké, memory and western thought.*

A música conta a história cultural dos povos através da vigência e persistência da memória estabelecida nas canções, composições e manifestações humanas instauradas no tempo. Etimologicamente compreendemos música como memória, como o que canta e conta o memorável, *mousiké*, arte das musas. Apontaremos aqui para um momento decisivo na cultura helênica, o estabelecimento da hegemonia do pensamento filosófico e da escrita frente à oralidade e musicalidade do saber poético, movimento impulsionado pelo surgimento de Platão como principal ator deste cenário histórico que se faz referência para a formação do pensamento ocidental posterior.

Para compreendermos a música e a memória no pensamento ocidental pós-platônico, podemos antes compreender os caminhos que estabelecem e favorecem a hegemonia deste pensamento que de certa forma se apresenta até hoje no mundo ocidental. Cabe também discutirmos o porquê do parâmetro histórico, adjetivo medido na linearidade dos prefixos pré e pós, ligados ao nome e trajetória do filósofo: Platão. Não poderíamos discutir a influência de Platão para o pensamento grego sem também compreender de tal maneira a influência da figura de Sócrates para o filósofo, bem como o surgimento posterior de Aristóteles que trilha por sobre o caminho dado dos filósofos anteriores.

*Em Sócrates, Platão e Aristóteles se inaugura uma de-cisão Histórica. A de-cisão das diferenças que, sendo já em si metafísica, instala o domínio da filosofia em toda História do Ocidente [...] Esta de-cisão metafísica não é um presente para sempre passado nem se reduz a simples fato de um passado encoberto pela poeira de dois mil e quatrocentos anos. É mais do objeto de curiosidade historiográfica. Mais do que uma relíquia no museu do Ocidente. É um passado tão vigente que constitui a fonte donde vivemos hoje, a tradição, que nos sustenta. Seu vigor Histórico promoveu as transformações, as experiências e as interpretações de quase 25 séculos. Deu lugar a motivos orientais. Concebeu o Cristianismo. Provocou o Humanismo, o Esclarecimento e a Ciência Moderna.<sup>1</sup>*

O momento decisivo para o pensamento grego é também decisivo para a tragédia, bem como para o poeta, tecedor da memória, logo para a música. O caráter hegemônico do pensamento e do saber cantado, memorável e oral, cede lugar ao diálogo validado pela escrita, à filosofia. Não é dever ou vontade dar início a uma exumação do cadáver de Platão ou de Sócrates, ou ainda estabelecer juízo de valor sobre sua escolha metafísica de pensamento.

Pensamos sobre a dobra – complexidade, complex, com dobra - de seus diálogos, pensamos os caminhos inaugurados sobre as possibilidades concebidas pela criação do plano ideal, instrumentalizado pela ferramenta abstrata da ideia. Ora, para nós o caminho encontra-se dado, tão bem esquematizado pelo decorrer dos séculos que por um senso comum fazemos a ideia parecer um conceito *a priori*, desta forma o pensamento por vezes é confundido com ideia, ou seja, como conceito abstrato e não vigente condição concreta do ser, a Cultura Ocidental não consegue experimentar ou conceber a vida sem a abstração proporcionada pela ideia.

Descobrimo-nos como receptores diretos do pensamento platônico, nos tornamos receosos em questionar aquilo que está tão e mais próximo a nós, proximidade tanta que nos torna a própria questão. Portanto investigar o pensamento platônico é recair sobre nós mesmos a questão, ou seja, a investigação além de hermenêutica sobre o legado escrito nos diálogos é uma investigação que acena para o nosso modo de ser e pensar. Nos lança na direção do eco socrático reverberado e reforçado no Mundo Ocidental e a visão categórica que recai sobre a música como arte adulatora. Tais preceitos nos impedem de considerar a existência do saber música como pensamento, como memória de todo e qualquer povo, portanto condição de existência cultural do homem. Não conduzimos tal afirmação somente pelas faculdades musicais que possuímos, ou seja, porque somos músicos, afinal somos também escutadores condicionados pela música e não donos de um saber metafísico controlador da humanidade.

*A Sócrates, porém, parecia que a arte trágica nunca “diz a verdade”: sem considerar o fato de que se dirigia àquele que “não tem entendimento”, portanto não aos filósofos: daí um duplo motivo para manter-se afastado. Como Platão, ele a incluía nas artes adulatoras, que não representam o útil, mas apenas o agradável, e por isso exigia de seus discípulos a abstinência e o rigoroso afastamento de tais atrações, tão pouco filosóficas; e o que fez com tanto êxito que o jovem poeta trágico chamado Platão queimou, antes de tudo, os seus poemas, a fim de poder tornar-se discípulo de Sócrates.<sup>2</sup>*

A tragédia que Nietzsche descreve absorve para si todos os gêneros artísticos gregos até então, conduzidos sempre pela música e poesia, unidade dita antes como *mousiké*, para a arte trágica, música e poesia faziam parte da mesma experiência artística. Sócrates compreende a verdade como correção, o que a torna dicotomia entre verdadeiro e falso, trazendo-a para o âmbito da qualidade. Tocamos dessa forma na questão do adjetivo, classe pela qual podemos emitir juízo de acordo com a perspectiva, uma coisa pode ser verdadeira

ou falsa, boa ou ruim, bonita ou feia se a julgarmos sob perspectivas diferentes, ou seja, o adjetivo é um julgamento que vem de fora e não da coisa-em-si, uma música não é bonita ou feia, verdadeira ou falsa, ela é música antes de receber qualquer tipo de julgamento. Entretanto, diferente de Sócrates a verdade compreendida no *pensamento originário*<sup>3</sup> é dita como *Alétheia*, verdade substantiva, des-velamento, que já compreende na coisa-em-si o seu contrário, que é o aparecer-se e dar-se no real. Considerar a tragédia como um não dizer da verdade, ainda mais como uma verdade baseada na correção, na oposição entre verdadeiro ou falso, é entregá-la ao juízo de gosto, entregando-a podemos substituí-la por outra coisa “mais moderna”, por um formato artístico melhor, mais útil. Com esta justificativa, a tragédia cede lugar de protagonista para a retórica, para a filosofia, para o que Nietzsche chama de protótipo de romance, saber hegemônico que separa a *doxa*, aquele que “não tem entendimento” do filósofo, tido agora como o detentor do saber maior. Portanto o poeta, que era cantador, o bardo, o aedo é colocado à margem da polis, a música torna-se uma qualidade utilitária, sendo que cada modo ganha uma função distinta para a formação do cidadão da polis, ou para o ideal de cidadão da polis.

A música recebe uma função dentro do modelo da polis, esta função é parte integrante na formação da Paideia segundo Platão, cada modo deve ser tocado com certa restrição para não despertar potencialidades indesejáveis ao cidadão ideal. A música é então colocada no âmbito do utilitarismo, do funcional e não como saber próprio e originário, virá desde então acompanhada pela preposição ‘para’ e/ou dos adjetivos que convir ao escutador.

*Sócrates – Quais são as harmonias plangentes? Diz-nos, visto que é músico.*

*Glauco – São a lídia mista, a aguda e outras semelhantes.*

*Sócrates – Convém, pois, suprimi-las, não é verdade? Porque são inúteis para as mulheres honradas e, com maior razão, para os homens.*

*Glauco – Certamente.*

*Sócrates – Não há mais inconveniente para os guardiões do que a embriaguez, a moleza e a indolência.*

*Glauco – Sem dúvida.*

*Sócrates – Quais são as harmonias efeminadas usadas nos banquetes?*

*Glauco – A jônica e a lídia que se denominam harmonias lassas.*

*Sócrates – De tais harmonias, meu amigo, tu te servirás para formar guerreiros?*

*Glauco – De maneira nenhuma. Receio que não te restem senão a dórica e a frigia.<sup>4</sup>*

A citação acima de parte do diálogo entre Glauco e Sócrates, ilustra de forma bem clara como que o uso dos modos na polis seguiu um receituário recomendado pelo conhecimento musical inerente a apenas duas pessoas. Vale lembrar que a palavra arte como conhecemos hoje é de origem latina, *ars*, que diz de uma maneira de ser, um domínio técnico específico. O conceito artístico que estamos discutindo aqui vem da palavra grega *téchne*, saber fazer, produzir, não simplesmente a tradução mais imediata para técnica. O que principalmente Platão, Sócrates e Aristóteles fazem com a *téchne* é hierarquizá-la, estabelecer níveis de valores para cada aspecto do saber artístico. A poesia para Platão estava no patamar das artes miméticas, uma imitação da verdade, portanto falsificação do real, ou ainda do plano ideal. Para Aristóteles a mimesis artística era não uma falsificação, porém, uma representação do real. Nenhum dos dois filósofos considera a *mousiké* coisa-em-si ou uma faculdade do saber com sentido existencial inestimável e próprio, é sempre uma imitação, consideram o poeta, bem como o cantador, o músico, funcionários de menor instância dentro do sistema da polis. Uma polis pré-estabelecida por um modelo ideal e não pelas relações de comum-idade de seus habitantes. A polis define a *politéia* (cidadãos) e não o contrário, ou seja, existe uma instância abstrata da qual os cidadãos devem obedecer ao que é pré-estabelecida por ela. Poderíamos traçar uma relação da posição do poeta e do músico na polis grega com a situação destes mesmos profissionais na cidade de hoje? Talvez sim, mas não nos esqueçamos de que atualmente criamos uma hierarquização da hierarquização, temos hoje os músicos e poetas de renome pelo qual são medidos os demais abaixo destes, sendo que a preposição ‘para’ (serventia, utilitarismo artístico) e os adjetivos ainda acompanham o conceito de estética de uma forma geral.

*Platão, na República, define a poesia como imitação. Platão o faz explicitamente para denegrir a poesia, para torná-la de mesmo valor que a pintura ou escultura, coisa de artesãos (basaunoi), profissão de artífices manuais, socialmente inferiores na hierarquia da cidade antiga. A perplexidade com que os cidadãos comuns recebem esta teoria demonstra o quanto, para os gregos em geral, o valor da arte poética era diferente do valor das artes plásticas em geral, as quais sequer eram distintas das demais atividades produtivas [...] O poeta, sendo imitador, é um artífice de segunda categoria, o mais afastado da verdade, próximo aos prestidigitadores e ilusionistas.*

*Isto é quase uma afronta ao senso comum dos gregos, que cultuavam seus poetas como os mais sábios dentre os homens.*<sup>5</sup>

Ao tratarmos da poesia grega, tratamos inevitavelmente e indiretamente da memória, da palavra cantada, das musas, da Alhétia, dos grandes poetas, da tragédia, da *téchne* e da impossibilidade de separar poesia e música. O memorável para o grego é uma experiência que se dava pela música e com a música. Entretanto, falamos aqui de qual experiência com a memória? Do lembrar? Da tentativa de costurar recortes do passado e trazê-los ao presente? Da análise dos fatos catalogados? De fato usamos o conceito para tais experiências, mas aqui falamos da memória presente, da memória como vigor, do fazer e do apresentar-se neste fazer. Assim sendo, memória e *téchne*, saber fazer se dispõem originariamente como saber poético, em grego dito em *poiesis*, o próprio produzir, o fazer autêntico do poeta grego. Para a compreensão do conceito podemos tomar de exemplo um verso do poeta alemão Hölderlin do poema “In lieblicher Bläue...” (No azul sereno floresce...) que diz “*Poeticamente o homem habita*”<sup>6</sup> - poema analisado por Heidegger no livro ‘ensaios e conferências’ -. Pensando sobre o sentido desta frase, que é habitar? Certamente não é qualquer forma de habitar, mas o habitar cultural, o homem habita a medida que produz, e essa produção está ligada ao sentido mais originário de habitar, o de cultivar e colher suas produções.

Platão ao marginalizar a atividade do poeta na polis ideal promove uma desvalorização não somente da poesia, mas de toda relação originária entre música, poesia e memória. Seria demasiada pretensão remontar o passado e culpá-lo como único responsável pela situação em que a *mousiké* se encontrara no mundo grego, situação que percorre o caminho histórico traçado pela Cultura Ocidental e a nós ainda hoje se apresenta é claro com as devidas mudanças. Não é uma questão de juízo, gosto, saudosismo de uma era não vivida, mas a constatação do caminho entreaberto no passado que reverbera em nossa relação atual com a música.

## Notas:

---

<sup>1</sup> CARNEIRO, Leão. *Os pensadores originários: Anaximandro, Parmênides, Heráclito*. 3ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999, p7.

<sup>2</sup> NIETZSCHE, Friedrich. *O nascimento da tragédia*. 3ª Ed. São Paulo: Companhia das letras, 2007, p 85.

<sup>3</sup> *O pensamento originário refere-se ao legado dos pensadores situados entre fins do séc. VII e início do séc. V a.c, pejorativamente chamados de pré-socráticos, pré-platônicos etc.*

<sup>4</sup> PLATÃO. “Livro III”. In: *A República*. Tradução: Edson Bini, 2ª Ed. São Paulo: Edipro, 2007, p120.

<sup>5</sup> FERNANDO, Santoro. “Arte no pensamento de Aristóteles”. *Seminário internacional arte no pensamento no Vale do Rio Doce*. 1ª Ed. Vila Velha, p 3.

<sup>6</sup> HEIDEGGER, Martin. *Ensaio e conferencias*. Petrópolis: Vozes, 2002, p 257.



## ENTRE A ILEGALIDADE E O BEM COMUM E A PRODUÇÃO DE AGUARDENTE DE CANA NA REGIÃO DAS MINAS SETECENTISTAS

Valquiria Ferreira da Silva\*

### **Resumo:**

A história da aguardente de cana na Capitania de Minas Gerais se caracterizou por constantes proibições e restrições, apesar disso, ela tendeu a seguir o caminho oposto e se difundiu por toda a região. Este artigo procurou discutir o lugar ocupado por essa bebida na região das Minas setecentistas, problematizando as relações de interação estabelecidas no tocante a sua normatização.

**Palavras-chaves:** aguardente-de-cana, proibições e Capitania de Minas Gerais.

### **Abstract:**

The history of sugar brandy in the mining Captaincy of Minas Gerais was characterized by constants prohibitions and restrictions, despite that, it tended to follow the opposite path and spread throughout the region. This article sought to discuss the place for this drink at region by Minas of the eighteenth century, as questioning relations interaction established regarding your standardization.

**Keywords:** brandy, prohibitions and Captaincy of Minas Gerais.

O governador capitão-general Antônio de Albuquerque Coelho, além de ter sido uma das figuras centrais na pacificação da região mineradora no conflito conhecido como Guerra dos Emboabas (1708/1709),<sup>1</sup> foi o encarregado pela Coroa portuguesa para separar e criar da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro em 1711. A partir deste ato, dom João V dava início ao processo de centralização política, administrativa e econômica na região. A isso equivale dizer que as intervenções metropolitanas, no que dizem respeito à criação e/ou alteração nas formas de arrecadação de taxas e impostos, que, por vezes, incidiam sobre a aguardente; a garantia do abastecimento alimentar, no qual, entre outros produtos, se encontravam as bebidas alcólicas, especialmente as destinadas aos escravos; as proibições

---

\* Mestranda em História Social da Cultura do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), orientada pela Professora Doutora Júnia Ferreira Furtado e bolsista CNPQ. Contato: [historiaval@hotmail.com](mailto:historiaval@hotmail.com).

<sup>1</sup> Ver ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e Emboabas no coração das minas*: ideias, práticas e imaginário político no século XXVIII. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

e as autorizações de diversas naturezas, como as que diziam respeito ao estabelecimento de engenhos de cana, ou à sua proibição; enfim, tudo isto foi se tornando, ao longo do século, uma constante no cotidiano dos habitantes das Minas setecentistas.<sup>2</sup>

Desde os primeiros anos da fundação da capitania as bebidas produzidas nas Minas a partir da cana-de-açúcar foram sinônimo de descaminho, de diminuição da produção aurífera – seja porque os braços que deviam minerar estavam voltados para a agricultura de cana, seja porque os negros, depois de as consumirem, se machucavam ou caíam em enfermidades. Foi com esse enfoque que Antonil, em seu famoso livro *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*, aconselhou aos senhores a ministrarem a seus escravos somente a garapa doce. Esta, sem lhes fazer nenhum dano, podia ser trocada por "farinha, feijões, aipins e batatas", enquanto a outra, a garapa azeda ou aguardente, deveria ser evitada, pois deixava os escravos emborrachados.<sup>3</sup> Apesar desses senões, “sem contradição alguma” as aguardentes produzidas na terra também foram reconhecidas pelas autoridades como produto de primeira necessidade para o cotidiano dos mesmos negros.<sup>4</sup>

Em 18 de novembro de 1715 dom João V, receoso de que a oferta da bebida ficasse fora de controle e prejudicasse os cofres régios, expediu uma ordem<sup>5</sup> para que seus administradores não consentissem “que se levantem mais engenhos nessas Minas”,<sup>6</sup> e prudentemente advertiu que não tomaria mais nenhuma resolução enquanto não fosse informado sobre esse particular. A resolução só veio em 12 de julho 1743, com uma nova

---

<sup>2</sup> Existe uma vasta bibliografia sobre a atuação metropolitana na Capitania Mineira, entre elas destaco: CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros*. ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e Emboabas no coração das minas*; MAGALHÃES, Joaquim Romero. Os municípios e a justiça na colonização portuguesa do Brasil: na primeira metade do século XVIII. In ALMEIDA, Suelly Creuza Cordeiro de; Silva, Gian Carlo de Melo; SILVA, Kalina Vanderlei e SOUZA, George F. Cabral de. *Políticas e estratégias administrativas no mundo atlântico*. Pernambuco: Editora da UFPE, 2012, p.49-79; e SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

<sup>3</sup> ANDREONI, Giovanni Antônio; (ANTONIL). *Cultura e opulência no Brasil*. São Paulo: Companhia Nacional, 1976. (Texto da Edição de 1711), p.164.

<sup>4</sup> Entre os agentes metropolitanos favoráveis à produção da bebida estão, por exemplo, o governador dom Rodrigo de Meneses que defendia uma política "ilimitada de engenhos", o que consequentemente favoreceria o aumento do consumo da "cachassa", tida por ele como "da primeira necessidade para os escravos, que andavam metidos n'aguoa todo o dia, e que com este socorro resistem a tão grande trabalho, vivem mais sãos, e mais largo tempo".

<sup>5</sup> AHU, Minas Gerais, cx.31, doc.96. CARTA de Gomes Freire de Andrada, para dom João V, dando o seu parecer sobre os engenhocas e fábrica das aguardentes de cana e estanque da pólvora naquelas Minas. A margem: respectiva provisão. Em anexo: vários documentos. Vila Rica, 08 de maio de 1736.

<sup>6</sup> AHU, Minas Gerais, cx.31, doc.96.

ordem.<sup>7</sup> O monarca, depois de ouvir o parecer do procurador da sua Fazenda sobre os danos causados pelas ereções de novos engenhos de fazer aguardente, ordenou ao governador e capitão-general da capitania do Rio de Janeiro com o Governo das Minas Gerais, Gomes Freire de Andrade, que informasse a todos os ouvidores para que nas correições perguntassem “se se fazem de novo alguns dos ditos engenhos”. E se, por acaso, algum “diligente” fosse encontrado, o ouvidor deveria proceder contra eles a pena “de perdimento do engenho” e dos escravos que na sua ereção trabalharem, “proibindo também os donos dos engenhos, que hoje existirem /ainda dentro de suas fazendas/ mudarem de um para outro sítio as caldeiras, e fábricas”.<sup>8</sup> A partir dessa ordem o rei reservou para si a “concessão de licenças para se levantar de novo algum engenho, caso que pareça conveniente concede-la”.<sup>9</sup> O fim dessas restrições legais para o levantamento de engenho, e consequentemente à produção dos derivados da cana-de-açúcar perdurou até 1827.<sup>10</sup>

Em estudo recente sobre o abastecimento alimentar nas Minas setecentistas o historiador Flávio Marcus da Silva<sup>11</sup> dedica um capítulo inteiro de seu trabalho, “A política dos engenhos”, para a questão da aguardente. Em linhas gerais, o autor, bastante influenciado pelos estudos de E. P. Thompson,<sup>12</sup> realiza uma inovação ao tratar a questão do abastecimento na capitania de Minas a partir do viés político. Com isso seu trabalho “supera a lógica predominante externa atribuída à estrutura produtiva colonial” na qual a metrópole portuguesa aparece exclusivamente preocupada em “garantir a preservação do monopólio comercial” a partir da “especialização da Capitania em atividades voltadas exclusivamente para o mercado europeu”.<sup>13</sup> Flávio Marcus entendeu a “multiplicação e o

---

<sup>7</sup> Belo Horizonte, Arquivo Público Mineiro (APM). Casa dos Contos (CC), cx.135, rolo 541, planilha 21157, documento 04, f.2. ORDEM que proíbe a ereção de engenhos na Capitania Minas Gerais de 12 de junho de 1743.

<sup>8</sup> APM, CC, cx.135, rolo 541, planilha 21157, documento 04, f.2.

<sup>9</sup> APM, CC, cx.135, rolo 541, planilha 21157, documento 04, f.2.

<sup>10</sup> Para Miguel Costa Filho é a partir desse momento que se inaugura no Brasil “a fase ou época mais importante da economia canavieira marcada por uma verdadeira reforma tecnológica” com o advento dos engenhos centrais. COSTA FILHO, Miguel. *Cana-de-açúcar em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, p.14-15.

<sup>11</sup> SILVA, Flávio Marcus da. *Subsistência e poder: a política do abastecimento alimentar nas Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

<sup>12</sup> THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

<sup>13</sup> SILVA, Flávio Marcus da. *Subsistência e poder*, p.198-199.

aumento da produção de aguardente no território mineiro” como uma política metropolitana que tinha como “objetivo garantir a quietação e sossego dos povos”.<sup>14</sup>

Em linhas bem próximas este artigo concorda com as conclusões de Flávio Marcus. Contudo, como foi proposto, o alvo neste trabalho é a realização de uma reflexão sobre o lugar ocupado por essa bebida na região das Minas setecentistas, e a problematização das relações de interação estabelecidas no tocante a sua normatização. Para isso foi necessário aumentar o foco com relação a algumas ações executadas pelos representantes metropolitanos com relação ao cumprimento das ordens. Nesse sentido, foi realizado cotejamento dessas ações com um rol de Cartas de Sesmarias concedidas até 1743, e depois dessa data com os Requerimentos de Solicitação de Levantamento de Engenhos com o intuito de identificar as experiências concretas da sociedade mineira em um e em outro contexto.

Até 1743, data em que passou a ser necessária a autorização do rei para levantar, mudar ou concertar um engenho, as Cartas de Sesmarias concedidas pelos governadores se constituem nas principais fontes de informações para a observação da ocupação do território. Suas funções básicas eram: regularizar e fornecer condições para que o povoamento da região se desse de maneira ordenada, “sem contradição e prejuízo a terceiros”. De 603 Cartas pesquisadas entre 1711 e 1743,<sup>15</sup> aproximadamente 11%, 66 faziam referências a algum tipo de engenho ou plantação de cana.

Para esse período, anterior à necessidade de solicitação régia, só foram localizadas duas Cartas de Sesmarias que fazem menção direta à produção de aguardente. Uma concedida por dom Lourenço de Almeida a Domingos Coelho Ferro. Este último afirmava ser “senhor e possuidor de uma sorte de terras citas onde chamam Pissarão, nas quais tem um engenho de agoas ardentes e cria e engorda toda a casta de gados”.<sup>16</sup> A outra foi confirmada por dom João V em 05 de setembro de 1725 ao morador de Ouro Branco,

---

<sup>14</sup> SILVA, Flávio Marcus da. *Subsistência e poder*, p.217.

<sup>15</sup> *Revista do Arquivo Público Mineiros*: Ano 2, fascículo 2º, p.257-269, abril-junho de 1897; Ano 3, p.23-35 e 783-888, 1898; Ano 4, p.175-212 e 847-924, 1899; ano 5 fascículos 1 e 2, p.233-286, janeiro-junho de 1900; Ano 6, fascículo 1, p.227-317, janeiro-março 1901; Ano 6, fascículo 2, p.657-255, abril-junho de 1901; Ano 6, fascículos 3 e 4, p.1193-1230, julho-dezembro de 1902. Ano 9, fascículos 2 e 3, p.456-407, janeiro-junho, 1904; Ano 10, fascículos 3 e 4, julho-dezembro, 1905 e APM, SC-09. Registro de cartas, ordens, despachos, instruções, bandos, cartas patentes, provisões e sesmarias, 1713-1717.

<sup>16</sup> CARTA de Sesmaria a Domingos Coelho Ferro. Vila Rica, 21 de maio de [17??]. *RAPM*, ano 9, fascículos 1 e 2, p.416-417.

Nicolau Carvalho de Azevedo, “que havia feito um grande engenho com considerável despesa, no qual se fabricavam aguas ardentes”.<sup>17</sup>

**Tabela 1: Relação de engenhos (1711-1743)**

Descrição	antes 1715 depois		Total
Engenhos		14	14
Engenhoca e engenhos de cana	08	10	18
Engenhos para fazer açúcar	02	01	03
Engenhos de aguardente		02	02
Produtores de cana sem nenhum tipo de engenho		02	02
Engenhos de pilões, mandioca, farinha		18	18
Engenho de cana, açúcar, pilões, mandioca e farinha	01	08	09
		<b>Total</b>	<b>66</b>

Fonte: *Revista do Arquivo Público Mineiro* e APM, SC-09.

Certamente, esses dados estão longe de expressar a realidade, entretanto, eles indicam uma complexa tendência dos senhores de engenho e produtores de aguardente mineiros setecentistas. Uma dessas complexidades, evidenciada na tabela, diz respeito ao lugar social ocupado pelos donos de engenho: ser senhor de engenho nas Minas parece não ter recebido o mesmo *status* de senhor de engenho no nordeste. Como defendeu Norbert Elias, os termos só existem enquanto estão vinculados com as experiências da vida concreta de determinada sociedade.<sup>18</sup> A produção dos derivados da cana-de-açúcar, assim como a mandioca e milho, nas Minas setecentistas, diferentemente das atividades de monocultura e exportação das regiões litorâneas, esteve voltada para as demandas internas, daí a recorrência de pelo menos cinco tipos diferentes de engenhos nas Cartas Sesmarias: de cana, de açúcar, de aguardente, de pilões, de farinha e de mandioca.

Outra complexidade está associada ao processo de produção de aguardente. José Newton Coelho de Meneses chamou atenção para as formas como ela aparece descrita nos

<sup>17</sup> CARTA de Sesmaria a Nicolau Carvalho de Azevedo. Vila Rica, 22 de maio de 1726. *RAPM*, ano 9, fascículos 1 e 3, p.462-464.

<sup>18</sup> ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes: uma história dos costumes*, v.1. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

documentos. “Fala-se da produção de aguardente sem descrever o alambique ou relata-o sem falar da moenda, da engenhoca ou do engenho de moer cana”.<sup>19</sup> A partir dessa constatação e dos dados contidos na tabela 1, pode-se inferir que a existência de engenho de cana nas Cartas de Sesmaria nem sempre era garantia de que a unidade de produtiva fabricasse aguardente. Tendo em vista a existência dos três cultivadores da planta que não expressaram a existência de nenhum engenho ou engenho de cana; uma legislação proibitiva com relação ao levantamento de engenhos de aguardente; e a complexidade e necessidade de equipamentos e mão-de-obra específicos para a produção da bebida,<sup>20</sup> é provável que alguns engenhos de cana servissem somente para moer a cana, ou seja, deveriam ser alugados ou trabalhavam em sistemas de permutas e arrendamentos, o que, para o desalento das autoridades aumentaria consideravelmente a oferta da bebida. Corroborar-se com essa afirmativa quando o foco é direcionado somente para os engenhos de cana – destes, 44,44% foram edificadas antes de 1715, quando não havia nenhum empecilho para o levantamento de engenhos de aguardente. Levando-se em conta as unidades produtivas com potencialidades para a fabricação de aguardente, contidos na tabela 1 em função da ordem expedida, isto é, analisando-se somente as Cartas de Sesmarias concedidas entre 1715 e 1743, surge uma tendência particular das Sesmarias solicitadas. Mais da metade das unidades produtivas (52%), ou por possuírem engenhos (cana ou açúcar) ou por estarem envolvidos com a matéria prima (cana-de-açúcar) poderiam em algum momento produzir aguardente. Contudo, é provável que esta estimativa esteja muito aquém da realidade, pois ficaram de fora todos aqueles que, no momento da solicitação, manifestaram só possuir de engenhos de pilões, mandioca e farinha (27%), e todos os casos semelhantes, como o de Antônio da Rocha Lima, que só manifestaram a existência de engenhos, sendo impossível somente a partir da Carta de Sesmaria saber se eles produziram ou não aguardente. Em setembro de 1739 Antônio da Rocha Lima, morador na Vila do Sabará, solicitava a mercê dizendo que,

---

<sup>19</sup> No caso do autor foram estudados inventários e testamentos. MENESES, José Newton Coelho. *O Continente Rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentista*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000, p.128-129.

<sup>20</sup> MENESES, José Newton Coelho. Os alambiques, a técnica da produção da cachaça e seu comércio na América portuguesa. In BORGES, Maria Eliza Linhares. (org.) *Inovações, museus, coleções*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p.125-144.

tinha lançado várias posses de mata na Cachoeira do Ribeirão da Mata, dos quais se tinha apossado e de alguns campos pelos quais precisar para pastos de muito gado vacum, cavalariagem de que era senhor, e para a fábrica de um engenho de que determinava fazer, carecia de terras e bastantes matos e porque junto as posses que lançara se achavam terras devolutas.<sup>21</sup>

Porém, neste caso em específico foi possível constatar, em 1768, que entre os bens inventariados da sociedade que Antônio da Rocha tinha com Manuel Rodrigues de Melo e com Manoel [Marques] Guimarães na fazenda da Cachoeira do Ribeirão, constavam: 20 sacos de carregar açúcar com bastante uso, 17 barris de carregar mamonas e aguardente, também com bastante uso, 17 barris do mesmo ministério com menos uso, 70 formas de arco de ferro de fazer açúcar, 110 arrobas de açúcar no caixão, 60 barris de aguardente no tanque, além de outra fazenda fora da sociedade em que possuía, entre outros pertences, “dois alambiques de cobre de destilar”.<sup>22</sup>

Após 1743 os Requerimentos Solicitando Mercês para Levantar, Concertar ou Fazer Melhorias nos Engenhos constituem-se em um importante *corpus documental* para a observação de práticas administrativas, processos produtivos da bebida e até mesmo para alguns aspectos da vida cotidiana na Capitania de Minas Gerais. Na tabela 2, excetuando os casos repetidos, estão relacionados os pedidos realizados pelos moradores da capitania aos reis portugueses, do deferimento da nova ordem até 1808, data do último requerimento encontrado. Ao todo foram localizados 53 casos diferentes.

**Tabela 2: Relação de produtos produzidos por unidade produtiva (1743-1808)**

Descrição dos produtos	Qty
Aguardente	11
Aguardente, açúcar e melado	14
Engenhos de cana	15
Açúcar, melado, mel e rapadura (não produzem aguardente)	13
<b>Total</b>	<b>53</b>

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Minas Gerais.

<sup>21</sup> CARTA de Sesmaria a Antônio Rocha Lima. Arraial do Tejuco, 31 de julho de 1739. *RAPM*, ano 6, fascículos 1, p.244-245.

<sup>22</sup> Segundo Cartório de Ofício – Inventário (CSO-I), (25) 221, Inventário de Antônio da Rocha Lima, 1764.

Levando-se em conta que Ordem de 1743 foi taxativa quanto à proibição aos levantamentos de “novos engenhos de fazer aguardente”, o equilíbrio na quantidade dos tipos de produtos produzidos pelas unidades produtivas representados na tabela 2 é indicativo de que uma diversidade de circunstâncias foi constituinte das relações estabelecidas entre os administradores régios e os suplicantes. Nas fontes analisadas ambos os atores – representantes régios e suplicantes – argumentavam a favor do direito régio de administrar a fazenda. De um lado, os primeiros, que na observância das leis procuraram controlar os levantamentos de engenhos e, conseqüentemente, a oferta da bebida e todas as mazelas a ela atribuída. De outro lado, aqueles que necessitavam da graça para ocupar seus escravos, cuidar do sustento da família e cativos, favorecer o bem público e, por conseguinte, a utilidade da Real Fazenda. Jerônimo Andrade Brito reuniu, em seu requerimento de 1801, as principais justificativas dos suplicantes encontradas nos 53 Requerimentos analisados. Morador na Vila de São João del Rei, possuidor de uma fazenda denominada as Bicas da Carrancas com um terreno de “mais de três léguas de extensão”,

“este muito apto é próprio para a cultura de cana de que se fabrica o açúcar e aguardente, gêneros tão interessantes a Coroa e Estado, como é constante e notório desejando o suplicante ser útil a si e ao público tem em vistas fazer e construir na mesma fazenda um engenho de açúcar em que possa empregar nessa fatura mais de 60 escravos que possui sem outro objeto mais que o referido interesse público e particular e o não querer-se utilizar dos privilégio que são concedidos aos que tem os ditos engenhos para iludir ou demorar o pagamento de dívidas”.<sup>23</sup>

Essa diversidade de nomenclatura presentes nas Cartas de Sesmarias e, depois, nos Requerimentos – engenhos, engenhos de cana, engenho de açúcar, engenhos de aguardente – indicam tanto uma especificação das unidades produtivas, propriamente ditas, como uma possível tentativa de burlar a ordem e produzir aguardente. Os representantes do rei eram, claramente, conhecedores dos teores das ordens régias, tanto que se propuseram a cumpri-las. Porém, o que se percebeu na prática foi um aumento no número de unidades produtivas com engenhos, que poderiam estar produzindo aguardente.

O que se tentou alcançar, neste breve texto, foram alguns dos aspectos da política e

---

<sup>23</sup> Cx.157, doc.33. REQUERIMENTO de Jerônimo de Andrade Brito, morador na sua fazenda denominada Bicas das Carrancas, sita no termo e limites da Vila de São João Del Rei, Comarca do Rio das Mortes, pedindo licença para construir um engenho de açúcar na dita fazenda, 27 de abril de 1801.



administração portuguesa no tocante à aguardente nas Minas, à luz de algumas situações específicas das experiências vividas. Nesta tentativa foi possível perceber que, na existência concreta dos habitantes das Minas setecentistas, houve uma distância entre os desígnios das autoridades e a realidade cotidiana de seus moradores.<sup>24</sup> No geral, o que se observou foi que, de um lado, a política metropolitana, como indicou Flávio Marcus, conseguiu “garantir a quietação e sossego dos povos”.<sup>25</sup> Por outro, algumas vezes ela teve que ceder a tal “liberdade com que se vivia nesse país” que tanto reclamou o conde de Assumar em 1719.<sup>26</sup>

---

<sup>24</sup> Ver FURTADO, Júnia Ferreira Furtado. *O livro da capa verde*, p.175. THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores*. São Paulo: Paz e Terra, 1997, [1975-1977], p.331-361.

<sup>25</sup> SILVA, Flávio Marcus da. *Subsistência e poder*, p.217.

<sup>26</sup> Belo Horizonte, Seção Colonial (SC)-05. Registro de alvarás, ordens, decretos e cartas régias, 1709-1735, f.220v-221. CARTA do conde de Assumar ao rei sobre os engenhos de aguardente. Vila do Carmo, 08 de maio de 1719.

## **Imprensa, Cultura Política e Nação: O ano de 1870 nas páginas do *O Novo Mundo*.**

Vanessa da Cunha Gonçalves<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo destacar alguns pontos específicos do periódico *O Novo Mundo* durante o seu primeiro ano de publicação, o ano de 1870. *O Novo Mundo*, publicado de 1870 a 1879, foi um canal de difusão de culturas políticas, para este estudo, será abordada, especificamente, a abolicionista. Somado a isto, é necessário destacar as influências dos Estados Unidos de acordo com a perspectiva do periódico para a construção da nação brasileira e seu progresso.

**Palavras-chave:** *O Novo Mundo*, Cultura política, Imprensa.

**Abstract:** This paper aims to highlight some specific points of the journal *O Novo Mundo* during its first year of publication, the year of 1870 *O Novo Mundo*, published from 1870 to 1879, was a channel for the dissemination of political cultures, for this study, will be addressed, specifically, the abolitionist. Added to this, it is necessary to highlight the influences of the United States according to the perspective of the newsletter for the construction of the Brazilian nation and its progress.

**Key words:** *O Novo Mundo*, Political culture, Press.

*O Novo Mundo* teve sua primeira publicação em outubro de 1870, onde seu proprietário e editor era José Carlos Rodrigues (1844-1923). Seu escritório estava localizado em Nova Iorque, mais especificamente, na 24, Times Building. O periódico tinha publicação mensal, era editado nos Estados Unidos, em Português, para distribuição no Brasil. Sua circulação se deu até 1879, tendo como justificativa da interrupção os altos impostos atribuídos ao envio do periódico para o país.

O periódico foi palco de importantes debates político-sociais em um momento em que havia uma intensa discussão sobre os alicerces da nação brasileira, ou seja, temas como a abolição da escravidão, proclamação da república e também o destino dos escravos estavam recorrentemente sendo colocados em questão por diversos setores da sociedade, e eram estes os temas que estavam inseridos em suas páginas. A Geração de

1870 é aquela em que *O Novo Mundo* e José Carlos Rodrigues estavam inseridos, onde esta geração estava engajada na vida do país e interessada em decifrá-lo com perspectiva de caminhar para o futuro e alcançar o dito progresso.

Dialogando com Robert Darnton, este trabalho parte da perspectiva de História social e cultural da imprensa, ou seja, tem por finalidade entender como as ideias eram transmitidas pelas vias impressas, e como o contato com a palavra impressa afetava o pensamento e comportamento da humanidade. Darnton aponta para a importância de se considerar a relação da imprensa com o todo, ou seja, os contextos sociais, econômicos, políticos e intelectuais da época<sup>ii</sup>. Partindo deste princípio é possível estabelecer o momento no qual o periódico foi escrito (1870-1879): A Reconstrução americana e a década de 1870 brasileira, que foi representativa e carregada de significados, no que diz respeito a acontecimentos políticos e sociais - A fundação do *Partido Republicano*; a criação do jornal *A República*; a publicação do *Manifesto Republicano*<sup>iii</sup>, no dia 03 de dezembro de 1870, neste mesmo jornal; a aprovação da Lei do Ventre Livre que determinou que “*Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei serão considerados de condição livre*”<sup>iv</sup>.

Por questões metodológicas, este trabalho abordará, especificamente, o primeiro ano de publicação do *O Novo Mundo*, o ano de 1870, dando ênfase as questões em torno da escravidão e sua abolição, assim como as questões em torno da educação, pois para o jornal, a educação era uma questão fundamental para o progresso de qualquer nação. Somado a isto, destacando as influências do modelo de progresso americano de acordo com a perspectiva do periódico para a construção da nação brasileira e seu progresso. A primeira edição do *O Novo Mundo* trouxe em sua capa Cristóvão Colombo, intitulada de “Estatua de Colombo”. Em suas linhas ele diz:

*“Ao publicar um periódico que traz como emblema e nome a mesma denominação que se tem dado a parte do globo que Cristovão Colombo primeiro descobriu, paguemos antes de tudo um pequeno tributo a memória do grande herói genovês. (...)*

*Mas no descobrimento do Novo Mundo há alguma cousa mais sublime ainda, e que esmalta a memória de Colombo com uma gloria imperecível, e que é ao mesmo tempo uma lição profunda que nós, os filhos do Novo Mundo, deveremos sempre recordar: é a luta do descobridor, que precedeu ao descobrimento, aquela força misteriosa, que chamamos de fé, e que o animou a ir em demanda de umas terras, de que ele mesmo só tinha uma ideia indefinida, quase vaga; aquela força, que, afinal, levando de vencida todos os obstáculos,*

*que topara, conseguiu-lhe, para ele a realização da visão que tinha, e para os homens a posse de um novo mundo. (...)*

*A Providência ensina-nos a sua vontade com Historia. Tomemos nós, os filhos da America, o exemplo dos trabalhos de Colombo. Hoje não há mais novos mundos para se descobrirem na superfície do globo terrestre: a ciência e a indústria humana tem-lhe sulendo todos os mares, e tem-lhe penetrado no coração de seus mais inóspitos desertos. Mas a geração moderna ainda resta muito a descobrir num mundo, que, porque não o vemos com os olhos não é menos real que aquele, de que Colombo tinha uma visão. Nesse mundo espiritual há um continente, em cuja demanda devemos todos suprir: o seu descobrimento não pertence a um de nós, mas a cada um de nós; da sua forma não sabemos ainda muito e talvez, como aconteceu no genovês, não o saibamos durante a vida; só sabemos com certeza que nele tem pé firma a Verdade, com suas ministras, a Justiça e a Caridade, e com toda a Corte do Reinado do Evangelho. (...)"<sup>v</sup>*

O periódico traz a história de Cristóvão Colombo e de sua trajetória até chegar as Américas para estabelecer uma relação com o futuro desta. Para ele todos os habitantes do Novo Mundo deveriam ter Colombo como exemplo, principalmente a sua perseverança. Neste trecho citado acima, *O Novo Mundo* faz referência à providência divina, a justiça e a caridade, questões estas que marcarão todas as publicações do periódico. A estreita relação com questões religiosas, associadas ao cristianismo, está fortemente presente em seu discurso.

Também em seu primeiro número, *O Novo Mundo* deixa claro o seu objetivo. José Carlos Rodrigues assina a coluna e se identifica como o Redator e afirma que não pretende americanizar o Brasil e tampouco a América Latina, mas sim interpretar o sucesso americano para os brasileiros e americanos, e faz uma relação entre o sucesso dos Estados Unidos e o fim da Guerra de Secessão. Rodrigues destaca que o progresso de um povo não pode ser cópia do sucesso de outro povo. O progresso está associado ao trabalho e a providência. Na segunda página do periódico encontramos as seguintes palavras do redator José Carlos Rodrigues:

*“Um simples perpassar de vista por estas paginas basta para dar ideia do periódico que nos propomos a publicar mensalmente, á saída do paquete do Brasil. Entretanto, como um único numero delle não pode trazer bem em relevo as linhas do rumo que pretendemos seguir, diremos aqui, em poucas palavras, o que esperamos fazer para o diante.*

*Depois da guerra intestina dos Estados Unidos, o Brasil e a América do Sul teem procurado estudar profundamente as coisas deste paiz. “O Novo*

*Mundo” propõe-se a concorrer para este estudo, não, dando notícias dos Estados Unidos, mas expondo as principais manifestações do seu progresso e discutindo sobre as causas e tendências deste progresso.*

*Admiradores sinceros das instituições deste país não queremos, toda via, “Americanizar” o Brasil nem país algum. Cremos muito na bondade de Deus, e na natureza humana para não fazermos do progresso de um povo a copia do progresso de outro. Não crendo em distinções de raças, para nós, todos os povos são chamados a atingir a mesma perfeição por meio do trabalho e da fé na Providência. “O Novo Mundo”, pois, contente-se-á em tomar nota do que toca a estes dois meios de progresso; não será mestre, mas expositor; não será juiz, mas servo da verdade.”<sup>vi</sup>*

A partir do trecho destacado acima podemos destacar o que Roger Chartier<sup>vii</sup> chama de “representação”, ou seja, o discurso do periódico se dá a partir da representação que *O Novo Mundo* possui dos contextos político-sociais tanto americanos, quanto brasileiros. As representações não são de forma alguma discursos neutros, os discursos produzem estratégias e práticas e estão inseridos em contextos próprios.

*O Novo Mundo* e seu redator, José Carlos Rodrigues estão inseridos no campo intelectual, neste caso, no campo da imprensa do século XIX e dialogam diretamente com ela, pois em seu segundo volume, novembro de 1870, o periódico destaca com quais periódicos americanos está dialogando. Por mais que *O Novo Mundo* não traga em suas páginas referências tão diretas a periódicos brasileiros, esta articulação do periódico com outros brasileiros se dá através de notícias que são transcritas em suas páginas e vice e versa. Conforme a perspectiva de Pierre Bourdieu<sup>viii</sup>, o periódico é um agente político que está inserido em um contexto social e é através das suas publicações que este legitima o seu discurso, porém, vale a pena ressaltar que a legitimação não é dada através das palavras propriamente ditas.

Através das publicações em suas páginas somadas ao seu diálogo com a imprensa e sua circulação, *O Novo Mundo* foi um canal de difusão de uma cultura política abolicionista. Para Serge Bernstein<sup>ix</sup> a utilização do conceito de *cultura política* possibilita que nós, os historiadores, tenhamos uma resposta mais satisfatória sobre a complexidade dos comportamentos políticos dos agentes sociais. Os comportamentos políticos são mais complexos do que imaginamos e ao utilizarmos o conceito podemos analisar sobre as motivações políticas dos agentes, e neste caso, especificamente, *O Novo Mundo* e a intencionalidade do seu discurso abolicionista.

A *cultura política* é compartilhada por um grupo expressivo de pessoas na sociedade que possui um mesmo tipo de visão política. Dessa forma, o conceito é expresso através dos valores e das normas que grupos de expressão da sociedade compartilham entre si. Ao compartilharem leituras do passado, presente e futuro comum, constroem assim identidades e memórias coletivas. Através da cultura política, as pessoas partilham visões de mundo. Para Berstein, a cultura política surge em um momento de crise da sociedade, com o objetivo de dar respostas a essa crise, ou seja, nas páginas do *O Novo Mundo* durante todo o ano de 1870, a cultura política abolicionista surgiu como não só uma solução para a crise instaurada no Império, mas como uma necessidade.

Em outubro de 1870, a respeito da questão do abolicionismo, *O Novo Mundo* publicou em suas páginas:

*“Há quatro anos quando o Sr. D. Pedro II declarou que ia tomar medidas para abolir quanto antes o elemento servil do Império, toda a imprensa estrangeira exaltou de um de um sincero jubilo por ver o Brasil ir aceitando tão depressa a moral da guerra intestina dos Estados Unidos. “E a Espanha” se disse então, “Será o último país com escravos”. Felizmente a Espanha já decretou que quem quer que é nascido nos seus domínios é livre: mas infelizmente o Brasil deixou á Espanha a palma que lhe era dada de abolir primeiro a escravidão. (...)*

*Nós vemos aproximando-se a passo largo a crise da mudança do sistema de trabalho por todo o país, e todas as mais complicações que ela arrasta; e nós cremos que estudos e relatórios e tempo nos podem livrar das consequências da crise. Essa crise da mudança é o único preço que se nos pede do pecado de nós e de nossos antepassados, e nós ainda queremos regatear com ele! E o que seria si se nos fosse pedido, como o foi nos Estados Unidos, o sangue de um milhão de homens, - tantos homens quantos morreram em todas as guerras do primeiro Napoleão, que o mundo ainda contempla espavorido!*

*A lei do Cristianismo que professamos seguir, diz que o negro é nosso irmão: bem podemos demorar a nossa obediência desta lei, até que a estudemos e nos convençamos que ela é verdadeira, - ela, no fim de tudo, é a mesma lei divina, santa e imutável, - é uma relação necessária entre nós e o negro. Quanto mais cedo, pois, observarmos-la, mais perto será a seara daquelas recompensas que o Pai de todos tem reservado para os que seguem as suas aspirações e o ensino.*

*Se não houvesse a escravidão terra, os seus filhos não poderiam exercitar, á sua imagem, a santa gloriosa missão de liberta-los, e a parte mais exaltada do seu ser, deles, não poderia ser trabalhada.*

*O Senhor quer um sacrifício do Brasil: façamos a sua vontade com uma confiança firme e desprezemos essas dificuldades de dous dias.*<sup>xix</sup>

A partir da fala do periódico é possível destacar alguns pontos demasiadamente importantes. A emancipação é algo não só importante, se faz necessário que ela ocorra. Para O Novo Mundo a questão cristã está diretamente relacionada à liberdade do escravo, ou seja, o negro é nosso semelhante e todos devem obedecer à vontade de Deus, a lei divina, e libertá-los.

Somado a isto, *O Novo Mundo* traz como processo necessário para o progresso do país a questão da educação. Em novembro de 1870, O Novo Mundo publicou:

*“Apesar do nome do seu partido, parece que os conservadores do Brasil estão inteiramente de acordo com os mais liberais sobre as primeiras necessidades do país, todos mostrando assim decidido patriotismo. Pelo menos enquanto ambos se empenharem no espalhar da instituição pública, o país tem o penhor seguro de um progresso real, e ambos concedem o ponto sem o qual não há civilização possível. (...)”*<sup>xxi</sup>

Defendendo a educação como promotora do progresso, *O Novo Mundo* afirmava em suas páginas que era necessária a criação de novas escolas, além do incentivo para que mais meninas frequentassem as salas de aula, a preocupação com a educação não se estendia para os deficientes. O periódico dedica uma parte da terceira página da edição de novembro de 1870<sup>xii</sup> para escrever sobre a educação dos surdos-mudos no Brasil. O periódico deixava bem claro em suas páginas que a caridade estava diretamente ligada ao progresso do país.

Partindo da lógica da difusão de um pensamento abolicionista e das perspectivas em torno da educação, *O Novo Mundo* se insere como um canal difusor de uma cultura política progressista no Brasil. A década de 1870, recheada de significados, possibilitou que os ideais de liberdade fossem difundidos. A trajetória percorrida por este estudo no estudo permitiu visualizar alguns dos ideais políticos e ideológicos do *O Novo Mundo* durante o seu primeiro ano de publicação. O periódico, escrito nos Estados Unidos, projetava o local onde fora editado como um modelo de progresso a ser seguido, e não copiado. A admiração pela nação norte-americana expressada por José Carlos Rodrigues, expressa através do periódico traduzia-se, principalmente, em enunciados ambivalentes, colocando os Estados Unidos em primeiro plano tanto em relação ao Brasil e aos demais países das Américas, quanto em relação à Europa.

Sendo assim, a inexistência de relações modernas de trabalho, a persistência da estrutura econômica colonial e das instituições monárquicas e a falta de instrução da

população, foram temas recorrentes nos artigos de *O Novo Mundo* durante o período aqui abordado. Priorizando a abolição da escravidão, através do discurso e, com argumentos sólidos que iam de encontro a instituição, o periódico buscava mostrar que reformas eram necessárias e essenciais para que o Brasil ingressasse na modernidade. Em seus propósitos reformistas e progressistas, *O Novo Mundo* apresentava, de forma geral, argumentos de oposição ao governo imperial, denunciando, entre outras, a manutenção da escravidão e a política da troca de favores.

---

<sup>i</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense – PPGH-UFF, onde desenvolve pesquisa intitulada "*O Imperador poderia tornar-se segundo Washington si abdicasse da monarquia em prol do povo: O Novo Mundo e as relações entre Brasil e Estados Unidos na segunda metade do século XIX (1870-1879)*", sob a orientação da Professora Dra. Hebe Mattos. Contato: vanessa1720@gmail.com.

<sup>ii</sup> Ver: DARTON, Robert. *O beijo de Lamourette. Mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

<sup>iii</sup> O Manifesto foi redigido por Quintino Bocayuva, secundado por Saldanha Marinho e Salvador de Mendonça. Segundo Ana Luiza Martins (2011), o Manifesto demarcou o intenso uso da imprensa a serviço da propaganda da causa republicana.

<sup>iv</sup> Art. 1.º - LEI Nº 2040 de 28.09.1871 – Lei do Ventre Livre.

<sup>v</sup> Ver: O Novo Mundo – Outubro de 1870 – “Estatua de Colombo”. Vale a pena ressaltar que a escrita foi atualizada.

<sup>vi</sup> Ver: O Novo Mundo – Outubro de 1870 – “Outubro, 24, 1870”. Vale a pena ressaltar que a escrita foi atualizada.

<sup>vii</sup> Ver: CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: \_\_\_\_\_. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

<sup>viii</sup> Ver: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

<sup>ix</sup> Ver: BERNSTEIN, Serge. *A Cultura Política*. In: Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli. Para uma História Cultural. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

<sup>x</sup> Ver: O Novo Mundo – Outubro de 1870 – “A Emancipação dos Escravos”. Vale a pena ressaltar que a escrita foi atualizada.

<sup>xi</sup> Ver: Ver: O Novo Mundo – Novembro de 1870 – “As escolas brasileiras”. Vale a pena ressaltar que a escrita foi atualizada.

<sup>xii</sup> Ver: O Novo Mundo – Novembro de 1870 – “Os Surdos-mudos”. Vale a pena ressaltar que a escrita foi atualizada



## **Memórias Negras no Rio de Janeiro do Século XXI pelo viés carnavalesco**

VANESSA DUPHEIM\*

Graduada e Bacharel em História pela Faculdade de Humanidades Pedro II (FAHUPE),  
Mestranda em Relações Étnicorraciais do Centro de Educação Tecnológica Celso  
Suckow da Fonseca (CEFET/RJ)

### **RESUMO**

O artigo investiga a presença das memórias negras do Rio de Janeiro, no século XXI, pelo viés carnavalesco das Escolas de Samba Mirins. Neste contexto a reconstituição da memória afrodescendente é representada pelo samba mirim carioca. Possui como suporte teórico: Stuart Hall, Muniz Sodré, Alberto Mussa, Paul Gilroy, Paul Zumthor, Maurice Halbwachs, Mikhail Bakhtin e Michel Foucault.

**PALAVRAS- CHAVE:** Memória negra, História do Rio de Janeiro,  
Carnaval Mirim.

\*E-mail: [vdupheim@gmail.com](mailto:vdupheim@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

“A estrutura alternativa O Atlântico Negro, proposta por Paul Gilroy, é uma contranarrativa à inserção discursiva do Caribe nas histórias nacionais européias, trazendo à tona as trocas laterais e as “semelhanças familiares” na região como um todo que “a história nacional obscurece”.

(HALL, 2011, p. 35)

O Atlântico Negro de Gilroy presente nesta citação de Stuart Hall é especial, pois traz ao debate as importantes questões e de certa forma iniciamos este trabalho como uma “experiência de contranarrativa”, ao pensar o samba mirim carioca e refletir sobre as vivências dos pequenos sambistas, também é “deslocar o olhar” para aspectos da história do Rio de Janeiro, especialmente pelas “trocas laterais”, os aspectos relacionais e dialógicos onde os sujeitos só se fundamentam com e para o outro, e as “semelhanças familiares” dos pequenos com o samba tradicional, onde o Carnaval possui raízes muito antigas e o Atlântico Negro se fez presente.

As Escolas de Samba Mirins da Cidade do Rio de Janeiro possuem uma marca institucionalizada enquanto “cotidiano e Festa”, pertencente ao Calendário da cidade e um discurso identitário muito forte, na qual as comunidades locais onde estão inseridas trazem visibilidade a um fenômeno específico, que é o samba mirim.

Em relação ao cotidiano há um período de um ano aproximadamente, onde existe um convívio de pessoas, ligadas ao samba mirim, com saberes específicos, profissões específicas relacionadas ao Carnaval e mais, com tempo suficiente útil para pesquisadores descobrirem histórias, possibilidades de trabalho e convivência. É um Carnaval determinado por regras a serem cumpridas e tempo para ser finalizado.

Em relação a Festa, faz-se necessário destacar de início que segundo os costumes dos escravizados, ao som dos batuques, das violas e dos atabaques fez-se presente a festa, o canto e a dança negra.

A marca identitária aqui destacada, reitero, está relacionada às idéias de proximidade e pertencimento, a uma comunidade, “ao mundo do carnaval”, isto é, ao envolvimento na preparação do Carnaval Mirim e à perpetuação e existência do grupo carnavalesco, da agremiação carnavalesca.

A citação de Alberto Mussa, nessa linha de pensamento acrescenta importante aspecto no tocante a contribuição do samba-enredo ter servido na reconstrução da autoestima das comunidades populares. Aspecto também presente nas Escolas de Samba Mirins. As palavras de Mussa, são:

“As escolas de samba não pretendiam servir a um extravasamento irracional de emoções reprimidas – mas desfilavam para emocionar, para provocar reflexão. No turbilhão de Momo, eram um oásis intelectual. Nesse sentido, foi inestimável a contribuição do samba de enredo na reconstrução da autoestima das comunidades populares, ligadas às escolas de samba”

MUSSA, Alberto. Jornal O Globo. Prosa e Verso. A Poesia Perdida dos Sambas de Enredo. 9 de fevereiro de 2013.

## **1- A IDENTIDADE MIRIM CARIOCA**

A identidade, o sentimento de pertencimento e o acúmulo de tempos e histórias individuais constituem o lugar. Este guarda em si o seu significado e as dimensões do movimento da história, apreendido pela memória, através dos sentidos.

É destaque ainda neste contexto que territórios étnicos, de pertencimento, a proximidade entre as pessoas envolvidas no Carnaval Mirim em prol de um objetivo único que é o Desfile Carnavalesco, que forjou e forja até hoje “laços de parentesco imaginário” comuns no Mundo do Samba, no cotidiano do sambista é a Tia que não é consanguínea, mas amada e respeitada como tal, entre outros exemplos.

São as formas de percepção familiar, diferente da família nuclear e expandindo a noção desta, mas que nas Feijoadas, Ensaio de Escolas de Samba, Apresentações de Bateria, de Mestre-Sala e Porta-Bandeira, são comuns de se observar tais relações interpessoais. O lugar, o território, é entendido como espaço com suas singularidades, refletindo as relações de poder que se traduzem em vínculos espaciais.

Este envolvimento das “comunidades do samba” faz parte das famílias, numa visão micro, mas também encontra-se em uma visão macro, no que diz respeito a noção de “Grandes Famílias”, pois nas Escolas de Samba é comum a vinculação com o termo Família, e os componentes destas como fazendo parte das chamadas “Família Portelense”, “Família Mangueirense”, “Família Imperiana” e por tabela as Escolas de Samba Mirins que são em sua maioria vinculadas às Escolas de Samba Tradicionais também possuem este sentimento.

Na Família Portelense, o samba mirim está representado pelo Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Mirim Filhos da Águia;

Na Família Mangueirense, o samba mirim está representado pelo Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Mirim Mangueira do Amanhã;

Na Família Imperiana, o samba mirim está representado pelo Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Mirim Império do Futuro;

Na Família Salgueirense, o samba mirim está representado pelo Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Mirim Aprendizes do Salgueiro;

Na Família de Vila Isabel, o samba mirim está representado pelo Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Mirim Herdeiros da Vila;

Na Família do Estácio, o samba mirim está representado pelo Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Mirim Nova Geração do Estácio;

Na Família da Grande Rio, o samba mirim está representado pelo Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Pimpolhos da Grande Rio;

Na Família da Caprichosos de Pilares, o samba mirim está representado pelo Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Mirim Inocentes da Caprichosos;

Na Família da Mocidade Independente de Padre Miguel, o samba mirim está representado pelo Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Mirim Estrelinha da Mocidade;

Outras Escolas também têm seus nomes inscritos na história do Carnaval Mirim Carioca, com este mesmo sentimento de identidade e pertencimento. São elas, a saber:

O Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Mirim Mel do Futuro;

O Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Mirim Corações Unidos do CIEP;

O Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Mirim Tijuquinha do Borel;

O Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Mirim Ainda Existem Crianças na Vila Kennedy;

O Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Mirim Miúda do Cabuçu;

O Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Mirim Petizes da Penha;

O Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Mirim Infantes do Lins;

O Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Mirim Golfinhos da Guanabara.

A aceitabilidade presente no mundo do samba de forma natural, e a relação entre a memória e a identidade neste contexto do samba merecem destaque. Segundo Pollak, “A questão de que a memória e a identidade passam por um processo de aceitabilidade que se faz por meio da negociação direta com outros”. (POLLAK, 1992, p.204)

Neste sentido e relacionado à idéia de Pollack na citação acima a redefinição de identidades através do dever de memória, na relação entre memória e identidade, que o samba mirim assume no contexto de não se deixar “perder no tempo” e redefinir-se faz-se importante. Por todas essas questões, aconteceu o movimento de revitalização do Samba Carioca e por conseguinte do Samba Mirim Carioca neste processo concomitantemente.

E mais, cada criança de Escola de Samba mirim também possui uma identidade hoje e que já foi redefinida com o passar dos anos. Podemos citar neste momento o caso da Porta-Bandeira da Mangueira, Estandarte de Ouro 2013, Marcella Alves, que foi aluna da Escola de Mestre-Sala e Porta-Bandeira e desfilou por vários anos em Escolas Mirins, até chegar a ser a Porta-Bandeira Titular, ou seja, a Primeira Porta-Bandeira em agremiações tradicionais.

Ainda sobre a questão da memória, da identidade e da territorialidade, através de uma abordagem relacionada à identidade local e pessoal nos traz ao longo do tempo personagens com memórias e trajetórias já construídas no Mundo do Samba Mirim Carioca, tal qual Marcella Alves, a saber:

Gabrielzinho do Irajá, que como a famosa cantora de samba Dorina é outra importante referência de samba. Gabriel Gitahy da Cunha ou como é conhecido: “Gabrielzinho do Irajá” é pessoa de destaque no mundo do samba, e particularmente do samba mirim. Gabriel é cantor, versador, compositor, partideiro, foi ator da novela América, da Rede Globo e também no Instituto Benjamin Constant, onde estudava, na peça Mágico de Óz. Também foi intérprete da Escola de Samba Mirim Filhos da Águia, a qual compôs o Hino da agremiação.

Com relação ao ambiente urbano do Rio de Janeiro do Rio de Janeiro que tem no Carnaval algumas “construções próprias” diferentes dos espaços públicos urbanos de praças e ruas e que justificam-se enquanto construções porque são territórios simbólicos da cidade e portanto representações espaciais de (re)produção do carnaval carioca, inclusive do carnaval mirim. Podemos citar:

- A Cidade do Samba é um espaço na zona portuária do Rio de Janeiro onde se concentram os centros de produção artística das escolas de samba do Grupo Especial. E das Escolas Mirins. É aberto a visitação turística e também promove shows de samba. Está situada na Rua Rivadávia Correia nº 60, no bairro da Gamboa;
- A Passarela Darcy Ribeiro é mais conhecida como Sambódromo, pela função que tem especialmente nos três dias de Carnaval. Foi projeto do arquiteto Oscar Niemeyer e inaugurada em 1984. O local concentra o Desfile das Escolas de Samba dos Grupos de Acesso e Grupo Especial. Durante o ano também é palco de alguns eventos como shows de rock. Está situada na Avenida Marquês de Sapucaí no bairro da Cidade Nova.

- As Quadras das Escolas de Samba são locais de encontro e estão situadas em vários bairros da nossa cidade. A partir da estruturação das Escolas de Samba no final da década de 1920 foi o local também do samba-enredo, ou seja, onde um tipo de samba específico passou a ser elaborado por compositores com versos que tinham e têm o objetivo de serem apresentados no Desfile da Escola de Samba. As quadras de Escolas de Samba na atualidade são famosas não só pelos ensaios, como por suas Feijoadas, Shows de Samba e Pagode.

## **2 – MEMÓRIA DO SAMBA MIRIM CARIOCA: A MEMÓRIA LOCAL, O CANTO NEGRO E A DANÇA NEGRA**

“Como todo ritmo já é uma síntese (de tempos), o ritmo negro é síntese de sínteses (sonoras), que atesta a integração do elemento humano na temporalidade mítica. Todo som que o indivíduo humano emite reafirma a sua condição de ser singular, todo ritmo a que ele adere leva-o a reviver um saber coletivo sobre o tempo, onde não há lugar para a angústia, pois o que advém é a alegria transbordante da atividade, do movimento induzido”.  
(SODRÉ, 2007, p.21).

O talento dos meninos e meninas e o “trabalho de base” realizado nas Escolas de Samba Mirins fez com que vários nomes conhecidos hoje em dia tenham despontado no mundo do samba, a partir desta experiência inicial. Podemos citar no caso específico da Bateria de Escola de Samba, Marcos Silva, o Mestre de Bateria do Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro, mais conhecido como Mestre Marcão, que teve seu início na “Alegria da Passarela”, depois conhecida como “Aprendizes do Salgueiro”.

Ainda sobre o conceito de memória destacamos neste artigo a relação com a memória afetiva das pessoas, que têm a vida como testemunha. E neste panorama de padrões de musicalidade do samba carioca é que o canto negro se apresenta junto à expressão artística ensinada aos pequenos que aprendem muitas vezes pela força da palavra, referência a ancestralidade a um passado afrodescendente onde existe a tradição da oralidade.

“Na tradição africana, a palavra também ganha este status de ter um espírito. “Ela tem o hálito, o elemento vital, que desaparece dela quando escrita” (Heloisa Prieto). Também essa tradição ancestral, formadora do povo brasileiro, é mediada pela palavra e as pessoas que dominaram as histórias são consideradas baluartes da tradição”.

(MUNDURUKU,2009, p.72)

Sobre os enredos das Escolas de Samba, é fato que vários temas fizeram parte dos desfiles carnavalescos, desenvolvidos com assuntos triviais, históricos, contudo a temática afro-brasileira foi bastante explorada.

“Nenhuma linha temática, todavia, foi tão fecunda quanto a afro-brasileira. É a vertente de enredo que justifica a existência do Salgueiro. Desde seu desfile inaugural em 1954, quando foi a primeira agremiação a pôr num samba palavras de origem africana, o Salgueiro contagiou outras escolas, abrindo caminho não apenas para a difusão de toda uma mitologia do candomblé, mas para uma nova história da escravidão e do negro no Brasil, minando estereótipos arraigados na consciência brasileira”

MUSSA, Alberto. Jornal O Globo. Prosa e Verso. A Poesia Perdida dos Sambas de Enredo. 9 de fevereiro de 2013.

Outro fator de identidade está relacionado com as Alas de um Desfile de Escola de Samba, o “Chão da Escola”, onde os sambistas, os passistas evoluem durante a exibição de uma Escola de Samba, em cortejo na Avenida desde a concentração ou início do Desfile até a dispersão, ou seja, ao final do Desfile.

Todo Desfile de Escola de Samba é dividido em Alas, e cada Ala tem um nome, possui um “Diretor de Ala”. Esta pode ser de “passo marcado”, isto é, ser coreografada, ou não. Com as Escolas de Samba Mirins não é diferente e as alas são importantíssimas. Fato comprovado na citação: “As Alas são o “corpo” da escola na Avenida, aquilo que chamam de “chão” da escola. O “chão” é forte quando ele canta e samba com garra e emoção”. (DOSSIÊ DAS MATRIZES DO SAMBA NO RIO DE JANEIRO, p.60)

Com relação a dança negra, de beleza e maestria, presente em todas as Escolas de Samba, com a responsabilidade do Pavilhão da Escola tem na Porta-Bandeira e no Mestre-Sala os representantes. E é tradição. Por isso destacamos esta dança, o bailar deste casal.



A Escolinha de Mestres-Salas e Porta Bandeira de Dionísio é famosa no Rio de Janeiro. Manoel Dionísio foi um ex-dançarino formado no grupo de Balé Folclórico de Mercedes Batista, a Primeira Bailarina Negra do Teatro Municipal. Escolas de Samba Mirins também possuem suas “aulas para mestre-salas e porta-bandeiras”, assim como as aulas para passistas, também possuem destaque.

“O Mestre-sala e a porta-bandeira apresentam e defendem o pavilhão da escola, bailando num cortejar, mais do que sambando, como já se observou. “É como o voleio de um beija-flor em torno da rosa. Ele se aproxima, toca e sai. Volta a se aproximar, beija e sai. Nunca as ações serão idênticas. E a rosa, ao contrário do que se pensa, ao sabor do vento das asas do pássaro, não permanece passiva. Ela dança”, disse a porta-bandeira Vilma do Nascimento, em entrevista à José Carlos Rego”.

(DOSSIÊ DAS MATRIZES DO SAMBA NO RIO DE JANEIRO, p.61)

### **3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

“Laia laia lá laia laia. O samba é poesia mais profunda, onde os bambas demonstram o seu viver. É meu corpo, meu sangue, minha alma. Vem do coração, porque me faz esquecer a tristeza e a solidão. É no samba onde eu procuro o equilíbrio pra fugir de um martírio. Pros meus problemas, o samba é solução. É minha vida, minha fonte de luz e riqueza. O samba é bondade, é verdade. É a minha raiz”.

(VERDADE DO SAMBA – Gabrielzinho de Irajá – CD Ninar Meu Samba)

As palavras do samba de Gabrielzinho de Irajá o traduzem como intérprete e compositor, onde encontrou o equilíbrio para fugir de um martírio que seria a cegueira, palavras que traduzem o canto negro que é capaz de embalar o samba, a dança negra presente nas Escolas de Samba Mirins do Rio de Janeiro.

As agremiações mirins cresceram e se multiplicaram, “deram frutos” no século XXI. Se nos idos de 1984 o “samba pediu passagem” na sexta-feira de Carnaval, no último ano os sambistas mirins desfilaram na Terça-feira de Carnaval.

O samba mirim carioca merece ser reconhecido não apenas como atividade cultural, mas como atividade humana de compromisso simbólico, como espaço de encontro e satisfação pessoal e social. Merece ser celebrado por ter o comprometimento do movimento inicial com os sambistas das Escolas de Sambas Tradicionais, mas também por romper alguns paradigmas do sambista, aquele que é dotado de malandragem e por destruir preconceitos, tais como: criança não leva o samba a sério. O samba mirim não é brincadeira de criança.

E os pequenos sambistas entram na avenida carnavalesca em procissão como aqueles que fazem do Carnaval Carioca um evocar de memória, de riqueza artística, de batuque ancestral, de samba majestoso, de canto e dança negra. São descendentes afro-brasileiros, dos que não se renderam às imposições sociais do Carnaval de antigamente e que ganharam as ruas criando sua lógica de resistência. Hoje são eles que continuam ocupando a avenida com elegância e arte. São acima de tudo: memória, resistência e parte fundamental da história do Rio de Janeiro.

#### 4- REFERÊNCIAS:

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão**. 7 ed, Petrópolis: Vozes, 1989.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**, São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais**. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

Jornal O Globo. Prosa e Verso. 9 de fevereiro de 2013.

Jornal O Globo. Segundo Caderno. 7 de abril de 2013.

MOURA, Roberto. **No Princípio, era a Roda: Um Estudo Sobre Samba, Partido-Alto e Outros Pagodes**. Rio de Janeiro: Rocco, 2004

MUNDURUKU, Daniel. **O Banquete dos Deuses**. 2ª ed. São Paulo: Global, 2009.

SODRE, Muniz. **Claros e Escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Verdade Seduzida: por um conceito de cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

\_\_\_\_\_. **Samba, o dono do corpo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

ZUMTHOR, Paul. **Introdução à Poesia Oral**. São Paulo. Hucitec- Educ, 1997.

DOSSIÊ DAS MATRIZES DO SAMBA NO RIO DE JANEIRO. In: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=77> < Acesso em 16 de abril de 2014 >

## **Panfletos manuscritos e oralidade na formação de um espaço público no Reino do Brasil**

Vanessa Fraguas Serra Lucas<sup>i</sup>

### Resumo:

As notícias da Revolução do Porto, em 1820, impulsionaram a produção e a circulação de panfletos e periódicos no Reino do Brasil. A partir da análise dos panfletos manuscritos que circularam durante esse período pode-se notar que alguns apresentavam uma linguagem marcada pela oralidade, o que possibilita compreender diferentes dimensões do espaço público que estava se constituindo. Este trabalho tem como objetivo analisar de que maneira a oralidade presente nesses panfletos contribuiu para a ampliação das discussões políticas.

Palavras-chave: Panfletos manuscritos; Espaço Público; Emancipação política.

### Abstract:

The news of the Revolution of Porto, in 1820, boosted the production and circulation of pamphlets and periodicals at the Kingdom of Brazil. From the analysis of the handwritten pamphlets that circulated during this period it's possible to noticed that some had a language marked by orality, which allows to understand the different dimensions of public space that was forming. This paper aims to analyze how this orality in these pamphlets contributed to the expansion of political discussions.

Keywords: handwritten pamphlets, Public space, Political emancipation,

A partir da segunda metade do século XVIII começaram a ocorrer diferentes movimentos que permitiram a destruição de antigas formas de organização política e o nascimento de uma nova cultura política, como a Independência das Treze Colônias, a Revolução Francesa e a Independência da América espanhola. No século XIX, a Revolução do Porto, ao exigir a volta de D. João para Portugal e a assinatura de uma Constituição, além de combater a posição considerada desfavorecida a qual o país havia sido submetido desde 1808, também procurava derrubar a estrutura política do Antigo Regime que ainda estava presente em Portugal. Chegando ao Reino do Brasil, as notícias sobre o movimento tiveram grande repercussão, impulsionando as discussões sobre o futuro do Império português e contribuindo para o rápido crescimento da produção de panfletos, impressos e manuscritos, que discutiam a possível volta de D. João VI e o futuro da organização política do Império português. Ao mesmo

tempo, além dos panfletos, livros e periódicos também passaram a circular com maior facilidade, contribuindo mais ainda para o desenvolvimento das discussões políticas e permitindo a construção de um espaço de debate político no qual o governo não tinha mais controle sobre as ideias discutidas.

O movimento que possibilitou a construção das bases das revoluções que destruíram o Antigo Regime foi o Iluminismo. O desenvolvimento do Iluminismo e o crescimento da burguesia contribuíram para a criação de uma esfera de interesses desvinculada do Estado, construída por indivíduos que não participavam da política absolutista. Reinhart Koselleck apresenta uma reflexão sobre o assunto, na qual ressalta que, com o movimento iluminista, ocorre uma separação entre moral e política, permitindo a exposição de críticas à ordem política vigente. O autor explica que, com a formação do Absolutismo, o Estado concedeu aos indivíduos “um foro interior” que não interferia na ordem política. A partir daí, a moral passou a ficar subordinada à política. O desenvolvimento do iluminismo, no entanto, permitiu que, a partir desse foro interior, os indivíduos desenvolvessem críticas ao regime político:

O Iluminismo triunfa na medida em que expande o foro interior privado ao domínio público. Sem renunciar à sua natureza privada, o domínio público torna-se o fórum da sociedade que permeia todo o Estado. Por último, a sociedade baterá à porta dos detentores do poder político para, aí também, exigir publicidade e permissão para entrar.<sup>ii</sup>

Para Koselleck, é através do desenvolvimento dessas críticas ao Estado, ou seja, do momento em que a moral não está mais submetida à política, que passa a ser construída uma força separada do Estado que pode ser entendida como opinião pública. Como o próprio autor explica, “O espaço privado alarga-se por força própria em espaço público, e é somente no espaço público que as opiniões privadas se manifestam como lei.”<sup>iii</sup> A partir do momento que as opiniões privadas ganham força no espaço público, o Estado Absolutista começa a ter sua estrutura destruída. O movimento iluminista, portanto, permite a formação de um espaço de debate político dissociado do governo, onde são discutidas ideias que questionam a ordem vigente, possibilitando a formação de uma opinião pública.

No que diz respeito ao Reino do Brasil, esse processo ocorreu nas primeiras décadas do século XIX. A partir de 1820, o crescimento da produção de panfletos foi tão notável que, entre os anos de 1821 e 1822, a quantidade de panfletos escritos foi superior à do período entre 1808 e 1820. A adesão das províncias do Reino do Brasil ao movimento constitucionalista português permitiu a construção de um espaço de debate político no qual o governo não tinha mais

controle sobre as ideias discutidas. Um exemplo dessa diminuição do controle por parte das autoridades portuguesa é a abolição da censura prévia no Reino do Brasil, realizada em agosto de 1821, que pode ser entendida como uma decisão tomada diante da ampliação da circulação de panfletos. Em 1821, portanto, há um rompimento com o quadro existente até então, a partir do momento em que o governo não é mais capaz de controlar o debate político travado pela sociedade. Com o movimento constitucionalista, o governo, que desde a transferência da Corte procurava impedir e abafar as críticas e movimentos que pudessem desestabilizar a monarquia, perdeu o controle diante da força das manifestações nas diversas províncias do Reino do Brasil.

Ao analisar a formação de um espaço público durante o século XIX, Marco Morel ressalta que esse processo foi marcado por certo hibridismo, pois ao mesmo tempo em que se consolidavam os debates na imprensa ainda estavam presentes formas de comunicação típicas do Antigo Regime, como panfletos, bandos e leituras coletivas, por exemplo. Por esse motivo, é relevante levar em conta o papel da oralidade na reflexão sobre o crescimento das discussões políticas no Reino do Brasil. Trabalhar com esse aspecto, no entanto, não é uma tarefa fácil, pois dificilmente é possível recuperar os sussurros, as conversas e boatos através dos documentos. Alguns panfletos manuscritos produzidos durante o movimento constitucionalista, por sua vez, apresentam uma linguagem simples e direta indicando que alguns deles poderiam ter sido memorizados e repetidos por diversos indivíduos. Esses panfletos circulavam de mãos em mãos ou eram expostos pelas ruas da cidade, onde podiam ser lidos em voz alta e até mesmo copiados. Durante o período estudado, a cópia era uma forma de transpor os limites técnicos existentes, através da qual os homens do período podiam fazer com que seus textos circulassem mais rapidamente e com uma facilidade maior, assim como a leitura em voz alta permitia que aqueles que não fossem alfabetizados entrassem em contato com as discussões políticas.

Grande parte desses panfletos apresentava críticas ao absolutismo e defendia a instituição de um regime constitucional marcado pela liberdade e representatividade. Como é possível notar no seguinte panfleto:

Thomaz, debes apresentar isto a El-Rei

Se queres ainda reinar,

Olha beato João,

Deves ir para Portugal,

E assinar a constituição

Se tu depressa não vais  
Para o teu país natal,  
Ó João olha que perdes  
O Brasil e Portugal.

Deteste qualquer traidor  
Que o contrário te encareça,  
Uma vez ao Mundo mostra  
Qu`inda tens uma cabeça.

Não te fies no malvado,  
No pérfido Thomaz Antonio  
Olha que quando te fala,  
Por ele te fala o Demônio

Isto o que deves fazer,  
Se não és um toleirão,  
Doutra sorte te virá  
A faltar o mesmo pão.

Assina a constituição  
Não te faças singular,  
Olha que a teus vizinhos  
Já se tem feito assignar

Isto não só é bastante,  
Deves deixar o Brasil,  
Se não virás em breve  
A sofrer desgostos mil.

Se assim o não fizeres  
Diz adeus a Portugal,  
E Rei lá verás depressa  
O Duque de Cadaval

Repara pra o que te digo,  
Não sejas um papa-açorda,  
Não desgostes Portugal  
Antes que a desgraça te morda

Se tu assim o fizeres  
Serás de todos amado,  
De vassalos e vizinhos,  
O teu nome respeitado.

Por um amante da Pátria<sup>iv</sup>

No panfleto *Thomaz, debes apresentar isto a El-Rei*, o autor trata o rei de maneira informal se dirigindo ao monarca apenas pelo primeiro nome como no trecho “Olha beato João”. O emprego de adjetivos como papa-açorda, toleirão e beato, além de contribuir para o tom cômico do panfleto, também demonstra as diferentes maneiras que esse vocabulário poderia ser utilizado. Um monarca toleirão ou papa-açorda seria aquele que não conseguiria administrar uma reforma política. Além de se dirigir ao monarca de maneira informal, o autor também sugere a existência de um acordo entre rei e nação, como é possível perceber no trecho: “Se tu assim fizeres Serás de todo amado”.

O panfleto *Thomaz, debes apresentar isto a El-Rei* se aproxima do *Quadras* em alguns pontos, como a forma pela qual se dirigem ao monarca, chamando-o de João, e o tom jocoso:

#### Quadras

1a

Grande Rei, feliz Monarca

Pio e ditoso João;

Faça a tua, e nossa dita,

Assina a Constituição

2a

A mesma para o Brasil

Dá de leal Coração,

Não faças tua desgraça



Assina –

3<sup>a</sup>

Vê que se perdes a Luzia  
O Brasil perdes então;  
Não tens mais p`ra onde fugir

Assina –

4<sup>a</sup>

Não queiram teus semelhantes  
Arrastar sempre o grilhão  
Se Rei pela metade,

Assina –

5<sup>a</sup>

O valoroso Brasil  
Ao Norte vê o Clarão;  
Teme o seu desespero

Assina –

6<sup>a</sup>

Este Mundo que habitas,  
É de outra Geração;  
Se n`ele queres reinar,

Assina –

7<sup>a</sup>

He muito tanto sofrer  
Sempre em dura escravidão,  
Antes que os ferros quebrem,

Assina –

8<sup>a</sup>

Este rico continente  
Está todo em convulsão  
O teu mal é sem remédio

Assina –

9<sup>a</sup>

Abre os olhos, que é tempo  
De deixar a adulação

Lembra-te que és mortal

Assina –

10<sup>a</sup>

Essa corja que te cerca

Urde a tua perdição,

Manda enforcá-la toda

Assina a Constituição.<sup>y</sup>

Além de os dois panfletos apresentarem dez estrofes com quatro versos, ambos apresentam críticas aos ministros do rei, preservando a figura do monarca em uma nova situação. No panfleto *Thomaz, debes apresentar isto a El-Rei*, a crítica é direta a Tomás Antônio de Vilanova Portugal, que foi ministro dos Negócios do Reino, dos Estrangeiros e Guerra e do Erário, entre 1818 e 1820, “Não te fies no malvado, No pérfido Thomaz Antonio: Olha que quando te fala, Por ele te fala o Demônio.” Já no *Quadras*, a crítica é generalizada “Esta corja que te cerca Urde a tua perdição, Manda enforcá-la toda Assina a Constituição”. Como já foi exposto, a referência negativa aos ministros do rei era algo comum nos textos produzidos nesse período, no entanto esses dois panfletos apresentam outros pontos em comum que não estavam presentes em outros materiais. Um deles é a referência aos movimentos de emancipação das Treze Colônias e da América espanhola com o objetivo de alertar D. João VI. No panfleto *Thomaz, debes apresentar isto a El-Rei*, o autor escreveu “Assina a Constituição Não te faças singular, Olha que a teus vizinhos Já se tem feito assinar!” e no *Quadras*: “Este rico continente Está todo em convulsão; O teu mal é sem remédio, Assina a Constituição”. Os dois panfletos também citam a possibilidade de perda de poder nas duas partes do Império: “Se tu depressa não vais Para o teu país natal, Ó João olha que perdes O Brasil, e Portugal” e “Vê que se perdes a Lísia O Brasil perdes então; Não tens mais p`ra onde fugir, Assina a Constituição”. Um dos pontos interessantes levantados pelos autores é a referência ao perigo em que o rei se encontra, estabelecendo uma comparação com o que ocorreu com Luís XVI e Maria Antonieta: “Detesta qualquer traidor Que o contrário te encareça, Uma vez ao Mundo mostra Qu`inda tens uma cabeça” e “Abre os olhos, que é tempo De deixar de adulação Lembra-te que és mortal, Assina a Constituição”. A menção à possibilidade de morte do rei, além de ser peculiar aos dois panfletos, também reflete o processo de perda de autoridade que o rei enfrentava.

Essas características em comum sugerem que um dos autores foi incentivado pelo outro e, por isso, se apropriou de algumas ideias presentes no outro panfleto. A possibilidade de ser o mesmo autor é pequena, pois as letras apresentam muitas diferenças. Essa possível troca é

mais um exemplo do crescimento das discussões que permitiu a ampliação do debate com a participação de um número maior de indivíduos. Ao serem expostos, copiados, circularem entre diferentes indivíduos, lidos em voz alta ou mesmo em conversas, o conteúdo dos panfletos conquistava um alcance significativo, estimulando a adesão ao movimento.

Os dois panfletos apresentados são exemplos de textos que foram escritos de uma maneira próxima da linguagem oral, o que permitia a compreensão por um número maior de indivíduos e, ainda, a possibilidade de o conteúdo ser memorizado com facilidade. De fato, a oralidade estava muito presente durante o período estudado. Anteriormente, sobretudo durante as conjurações do final do século XVIII, as autoridades se mostravam preocupadas diante dos murmúrios sobre a situação política. Durante o movimento constitucionalista os murmúrios se transformaram em discussões travadas no espaço público, saindo do controle do governo.

A marca da linguagem oral e a forma como alguns panfletos eram recitados nas leituras coletivas contribuía para a manutenção de algumas ideias apresentadas pelos autores, o que possibilita desenvolver uma reflexão sobre a forma como o conteúdo apresentado era apropriado. Um dos pontos relevantes sobre a utilização da linguagem oral é a facilidade de memorização dos textos:

A memorização dos poemas épicos, de canções líricas, de parábolas e provérbios e a sua recitação ritual tendem a fixar e até a congelar a forma de obra de um modo tal que a memória aparece como um suporte de uma inscrição semelhante à que é fornecida pelas marcas externas. No sentido alargado de inscrição, a escrita e a produção das obras do discurso segundo as regras da composição literária tendem a coincidir, sem que os processos sejam idênticos.<sup>vi</sup>

Como explica Paul Ricoeur, a memorização de obras do discurso, como poemas épicos e canções líricas, permite que o conteúdo do texto seja “congelado”, em outras palavras, da mesma maneira que um texto é fixado a partir da escrita, essas obras do discurso podem ser preservadas através da memória. Se os panfletos que apresentam traços de oralidade forem compreendidos como obras do discurso, ao serem memorizados, seu conteúdo seria preservado. A relevância desse tipo de ação é que, sendo memorizado e preservado, o conteúdo dos panfletos poderia ser recitado em diversas situações e, assim, seria apropriado por outros indivíduos, contribuindo ainda mais para o crescimento das discussões. A memorização de alguns textos durante o Antigo Regime foi mencionada por Robert Darnton em seu último trabalho *Poesia e Política*. Ao estudar o Caso dos Catorze, o historiador revelou como foi articulada a circulação de alguns poemas sobre as questões políticas francesas em meados do

século XVIII, explicando que, em algumas situações, a memorização era facilitada pelo fato de alguns poemas serem recitados em forma de canção:

A arte da memória era uma força poderosa no sistema de comunicação do Ancien Régime. No entanto, o instrumento mnemônico mais eficaz era a música. Dois poemas ligados ao Caso dos Catorze foram compostos para serem cantados em melodias populares (...)<sup>vii</sup>

É possível que, como ocorreu no episódio parisiense estudado por Darnton, o conteúdo de alguns panfletos manuscritos também fossem cantados. Alguns dos panfletos manuscritos estudados apresentam a expressão “às armas, cidadãos”, que é uma referência clara à Marselhesa. A utilização dessa expressão pode sugerir que os revolucionários também tenham seguido a melodia do hino francês. Apesar de ser possível identificar o traço de oralidade presente em alguns panfletos manuscritos, certos pontos referentes à linguagem oral dificilmente poderão ser recuperados pelos historiadores e, no lugar de eliminar o estudo desses aspectos, o historiador deve buscar elementos que permitam estudar as diversas possibilidades que envolvem a presença dessa característica.

A marca da oralidade é relevante para o contexto estudado, pois esse aspecto possibilitou que as discussões contassem com a participação de diferentes grupos sociais, inclusive aqueles que não eram alfabetizados. Como explica Marco Morel, “no tocante ao processo de Independência, a etiqueta de ‘elitismo’ parece não dar mais conta da complexidade destes fatores.”<sup>viii</sup>, ou seja, a ideia de que o debate travado no espaço público que estava sendo construído era conduzido pelos letrados não leva em conta a multiplicidade de sujeitos que contribuíram para o crescimento das discussões políticas.

<sup>i</sup> Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: Ilmar Rohloff de Mattos. Bolsista Capes. Email: [yfraguas@gmail.com](mailto:yfraguas@gmail.com).

<sup>ii</sup> KOSELLECK, R., *Crítica e Crise*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999. P. 49.

<sup>iii</sup> *Ibid.*, p. 52.

<sup>iv</sup> AHI – lata 195, maço 6, pasta 13.

<sup>v</sup> AHI – lata 195, maço 6, pasta 13.

<sup>vi</sup> RICOEUR, P., *Teoria da Interpretação*. Lisboa: Edições 70, 2000. P. 45.

<sup>vii</sup> DARNTON, R., *Poesia e política*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. P. 9.

<sup>viii</sup> MOREL, M., *As transformações dos espaços públicos*. São Paulo: Hucitec, 2005. P. 218.

## **YES, NÓS TEMOS BAIANAS: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PERSONAGEM BAIANA DE ESCOLA DE SAMBA NO SÉCULO XX.**

Vânia Maria Mourão Araújo <sup>1</sup>– UERJ - Doutoranda em Artes (PPGARTS), com especialização em Indumentária e Estudos da Moda, leciona nas interfaces de pesquisa, criação e desenvolvimento de vestuários de moda e figurinos para TV, teatro e cinema.

Orientador – Luiz Felipe Ferreira – Pós-doutor em Letras Paris 3/ Sorbonne Nouvelle), doutor em Geografia Cultural (PPGG/ UERJ), mestre em Antropologia da Arte (PPGAV/ EBA/UFRJ), professor do Instituto de Artes e do PPGARTES/UERF, coordenador do Centro de Referência do Carnaval e editor da revista *Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares*.

### **RESUMO**

Essa comunicação pretende demonstrar e refletir sobre a dinâmica do processo de construção da imagem da personagem “baiana de escola de samba” no espaço da cultura popular brasileira, a partir da década de 1930, no interior do processo de organização do carnaval carioca, compreendida como produto de negociações constantes de significado, reconhecendo nos elementos que constituem seu figurino, o jogo de influências que vão dialogar com a pluralidade e diversidade das convenções culturais presente em seus diversos modos de representação até os dias de hoje.

**Palavras-chave:** Carnaval carioca, indumentária da baiana, escola de samba.

---

<sup>1</sup> Vânia Maria Mourão Araújo. Rua Santa Clara, nº 303 – apt. 701 – (21) 22366585.  
www.vaniamourao@ig.com.br

## **ABSTRACT**

*The communication aims to demonstrate and reflect on the dynamics of the process of building the image of the "Bahian samba school" character in the space of Brazilian popular culture, from the 1930s, within the organization of the Rio carnival process understood as the product of constant negotiation of meaning, recognizing the elements that make his costume, the influences game that will engage with the plurality and diversity of cultural conventions, pre-feel in its various modes of representation until the present day.*

**Keywords:** *Rio Carnival, costumes of Bahia, the samba school.*

## **INTRODUÇÃO**

A personagem “baiana”, compreendida, naturalmente, como um tipo feminino brasileiro, foi uma ideia produzida a partir do século XIX, na cidade do Rio de Janeiro - então capital do Brasil Imperial - cujo processo de construção vai adquirindo diferentes formas de representação e significação ao longo de um percurso onde a indumentária será fundamental na definição e percepção visual desta personagem. A lógica e a formação visual dos muitos tipos de baianas que conhecemos atualmente se deram no espaço da cultura popular brasileira, como produto de negociação constante de significado, numa dinâmica de inesgotável instauração de sentido onde as circunstâncias, os eventos e os acasos foram se configurando e consolidando aos poucos, sendo a indumentária fundamental na definição e percepção visual do personagem.

O traje característico da baiana que conhecemos hoje, composto de elementos visuais marcantes, como a saia franzida, o turbante, o pano-da-costa, as batas rendadas e

os balangandãs, entre outros, refere-se à vestimenta da “baiana vendedora de acarajé”. Este formato “tradicional” assimila influências muçulmanas, africanas (iorubá) e européias, associadas, desde a primeira metade do século XIX, às práticas cotidianas das mulheres negras, em especial a escrava de ganho, que se estabelece como sujeito importante na sociedade brasileira já no século XVI, distinguindo-se por sua mobilidade, percorrendo as ruas vendendo os mais variados produtos e estabelecendo suas redes de contato dentro do espaço urbano. Com o passar do tempo, alguns elementos desse traje foram adquirindo novos significados, estabelecendo novas categorias de “baianas”, tornando-se, no final do século XIX, um símbolo com conotação regional, social, popular e religiosa.

Através das obras de artistas viajantes que documentaram as tradições do Rio de Janeiro nesse período, concedendo destaque especial à visualidade da construção de tipos, destacando a importância da indumentária como um elemento fundamental na concepção das novas identidades nacionais (como Carlos Julião, Debret, Rugendas, Guillobel ou Chamberlain) pode-se observar que a negra vendedora de tabuleiro é uma figura recorrente embora ainda não fosse designada como “baiana”.

Desse modo, é possível afirmar que o olhar dos viajantes ao retratar mulheres negras nos séculos XVIII e XIX colaborou para criar um imaginário popular baseado na ideia de caráter nacional, com diversos tipos que iriam caracterizar os habitantes das terras brasileiras e, como pudemos observar, a negra vendedora será uma figura recorrente na composição de cenas de diversos artistas, ainda que, cada um deles atribuísse diferentes sentidos a essas imagens, vindo a contribuir para a formação de diferentes representações de baiana.

É oportuno destacar nesse momento que embora as matrizes nacionais tenham se consolidado somente no século XX, o sentimento nacional brasileiro começa a ser estruturado no século XIX, em parte, como produto das experiências culturais do seu povo, em atribuição

pelas representações construídas pelo Estado imperial. Desse modo, o espaço da cultura popular foi um terreno favorável e fecundo para a produção de diversos objetos-símbolos nacionais tal qual a baiana.

Tomemos como exemplo as litografias produzidas por Briggs (2002) entre as décadas de 1830 e 1840 que apresentam a dinâmica das ruas através de cenas públicas dos mercados e das casas da época, exibindo e definindo diversas atividades em expansão como a portuária, as de serviços e comerciais na cidade do Rio de Janeiro, mostrando diferentes personagens anônimos que circulavam nas ruas da capital, indicando e definindo papéis mais ou menos ajustados ao projeto de civilização do Brasil Imperial, entre os quais uma série de representações de tipos de negras vendedoras, pretas e “quitandeiras”, identificados por suas vestes, nomeados e discriminados entre si, estabelecendo inclusive os limites entre a negra baiana e a quituteira naquele momento.

No final do século XIX, a ação dos estudiosos do folclore como Mello Moraes Filho, com o livro *Festa e tradições populares no Brasil*, Silvio Romero, Luis Edmundo, Câmara Cascudo, com o lançamento do dicionário de folclores, e, mais tarde, Eneida de Moraes, que escreve um livro que será, por muitos anos, uma referência para o carnaval - *A história do carnaval carioca* – contribuem para a definição de tipos populares brasileiros. Estes autores vão buscar elementos fundamentais para justificar as raízes da nacionalidade brasileira, resgatando a cultura do sertanejo, valorizando a pureza do popular, a singeleza do povo e a negritude. Suas obras apresentam trabalhos de pesquisa importantes que resumem o tema de forma categorizada, classificatória e evolucionista.

Seguindo este movimento, José Christiano de Freitas Henrique Júnior, fotógrafo português, trabalhando no Rio de Janeiro monta, por volta de 1866, a Galeria Fotográfica e de Pintura tentando seguir o ideal de uma corte que se pretendia ser modernizada e civilizada, produzindo uma rica coleção de tipos negros no formato *carte-de-visite*<sup>1</sup>, gênero fotográfico que vira moda na ocasião graças, entre outras razões, ao custo reduzido do produto e a sua popularidade como retrato e *souvenir* - retratos que circulariam na Europa - como “lembranças



do Brasil” (FREITAS, 2009: p. 128) <sup>ii</sup> e dos trópicos em que os figurinos das negras vendedoras eram constituídos por turbantes, mantos, colares e pulseiras, intensificando sua identidade africana e reforçando o tipo exótico.

No Rio de Janeiro de finais do século XIX, algumas mulheres negras, conhecidas como “tias baianas”, se tornariam figuras centrais no processo de valorização e organização das camadas populares, assumindo papéis relevantes na sociedade ao reunir em suas casas representantes da elite e da população mais carente em torno de manifestações em que o traço negro era elemento preponderante, como as rodas de samba e os candomblés (VELLOSO, 1990; MOURA, 2004). <sup>iii</sup>

Nas primeiras décadas do século XX, o aumento do interesse mundial pela cultura negra, conhecido como negrofilia (ARCHER-STRAW, 2000) <sup>iv</sup> iria mobilizar a Europa e os Estados Unidos influenciando, por conseguinte, a intelectualidade brasileira que passa a valorizar a cultura dos morros cariocas e sua ligação com as raízes africanas (FERREIRA, 2004) <sup>v</sup>. A imagem da baiana se estabeleceria, a partir daí, como um dos símbolos da cultura popular brasileira e de sua manifestação mais essencial, o carnaval “nascido do povo”, representado pela nova forma de organização carnavalesca: as escolas de samba.

Esse momento marca também o processo de formação e organização do carnaval do Rio de Janeiro como uma grande festa popular; um espaço para a expressão da cultura regional do país. É nesse contexto que a baiana vai se incorporar ao carnaval, participando das diferentes manifestações carnavalescas das ruas, como o rancho, os cordões e os blocos.

No final dos anos 20, o negro, a mulata, o samba e a baiana, entre outros elementos, tornar-se-ão importantes ícones da nação brasileira, presentes em diversas manifestações carnavalescas, nas letras das marchinhas e sambas, e em textos e ilustrações divulgados pelos principais jornais e revistas do país.

A baiana tornar-se uma personagem carnavalesca e conquista não apenas o Brasil, mas alcança repercussão internacional na figura da cantora Carmem Miranda cantando a música *O que é que a baiana tem?* Usando um figurino de baiana estilizada que se tornaria marca da intérprete nos anos de 1930/1940. A partir de então, a figura da baiana ficaria atrelada à imagem do país tropical e sensual com seu carnaval “sem igual”.

Outra representação da baiana, ligada às religiões de influência africana, como o candomblé, incorporariam novos significados a personagem, associando-a as “mães negras”, berço de tradições culturais ancestrais.

É esta baiana, ao mesmo tempo negra, sensual, tradicional e matriarcal que iria simbolizar a nação brasileira, vinculada ao samba e ao carnaval popular e legitimando a formação das escolas de samba.

### ***A BAIANA DE ESCOLA DE SAMBA: TRADIÇÃO OU MODERNIDADE?***

O período entre a década de 1930 e a de 1960 pode ser considerado como aquele da constituição das escolas de samba, quando estas se organizam estruturalmente. Seus desfiles, a partir de então, vão ganhar forma, adquirir identidade e estilos próprios por meio de seus sambas, alegorias, fantasias, e grupos chamados “alas” entre os quais se destacaria a “ala de baianas”- elemento obrigatório nos desfiles. Seu traje, neste primeiro período, tem forte referência do traje “folclórico” da “baiana de carnaval”, presente nos grupos populares conhecidos genericamente como cordões, ranchos ou blocos que ocupavam as ruas do Rio de Janeiro no período carnavalesco.

No final dos anos 50, as escolas de samba vão deixar de ser vistas exclusivamente como um espetáculo folclórico, como a expressão de um povo

caracterizada por sua autenticidade e se tornam um espaço de ação política, um território cultural a ser preservado da ação das indústrias culturais. As escolas de samba tornam-se espetáculos que precisam ser compreendidos a partir da organização e visualidade de suas alas. A visualidade ganha predomínio e a fantasia da ala de baianas passa a ter a função de “figurino”, ajudando o espectador a compreender a história narrada durante o desfile.

A saia, agora mais rodada e armada por uma crinolina, passa a ser uma característica marcante da indumentária das baianas que ganha novos elementos como as golas e o esplendor.

A partir da década de 70, a ideia de padronização se instaura de forma mais forte. Mesmo as escolas mais conservadoras passam a rever seus valores tradicionais, visando o novo público, mais amplo e diversificado, que se formara. A ala de baianas, que nos primeiros anos desfilava de maneira espontânea, dispersa e com fantasias diferenciadas uma das outras, passará a se apresentar de forma mais coesa, com fantasias similares nos mínimos detalhes, apresentando um conjunto com maior unidade visual.

Os anos 80 vão inaugurar um período caracterizado pelo aumento do poder político das escolas de samba, agora organizadas sob a coordenação de uma entidade empresarial, a Liga das Escolas de Samba (LIESA). As primeiras mudanças se darão, principalmente, na organização da produção dos desfiles que ficam mais elaborados, destacando os aspectos visuais e narrativos.

Nessa fase, empenha-se pela ampliação dos negócios. Os investimentos, a passarela de desfile, as alegorias, as fantasias em geral e, em especial, a das baianas, que incorporam novos significados expressos nas enormes saias e na própria coreografia da ala que se apresenta em filas e colunas definidas.

É interessante notar que, mesmo com todas as modificações pelas quais passaram as escolas de samba, a ala das baianas mantém-se essencial ao sistema de representação, com fantasias que podem ser: noivas, estátuas da liberdade, seres espaciais, globos terrestres, poços de petróleo ou abelhas, aparentemente livres do peso da tradição.

Atualmente, a fantasia da baiana é produzida dentro de uma estrutura jamais vista antes em toda a sua trajetória. A tendência que vemos hoje na indumentária da baiana de escola de samba se caracteriza por elementos mais híbridos que puros e pela ausência de uma unidade estilística.

Nesse sentido a fantasia de baiana de escola de samba foi-se apropriando de novos elementos visuais como chapéus de diversas formas, diferentes tipos de “cabeça”, vestidos, golas, palas, esplendores, cinturões, entre outros. A fantasia de baianas de escola de samba é produto da diversificação das formas e dos materiais que, atualmente, são definidos pelo carnavalesco, baseando-se na sua formação profissional e vivência prática, pelas condições da escola e pelas condições do mercado. A aceleração imposta ao tempo de apresentação determinou que as fantasias devem ser rapidamente decodificadas pela plateia, identificando de maneira breve os elementos presentes na roupa.

Nesse contexto, a fantasia da baiana de escola de samba, hoje, parece ficar livre do peso da tradição, incorporando outras funções, principalmente decorativas nos desfiles.

Entretanto, apesar das modificações sofridas durante todos estes anos, a ala de baianas mantém sua principal característica: a de ser um espaço de representação das origens das escolas de samba, manifestando, através de sua visualidade, as mudanças no equilíbrio e nas relações das forças sociais no decorrer do tempo, revelado pela ambiguidade de

seu traje e pelos elementos visuais, produtos de contingência dos processos culturais, sociais, políticos e tecnológicos.

Na interface entre a festa carnavalesca e a cultura do samba, a chamada “baiana de escola de samba” transitou entre o lúdico e o sagrado, entre o atributo da sensualidade, da graça, do coquetismo, da elegância, permanecendo, atualmente, associada à ideia de “guardiã” da tradição carnavalesca das escolas de samba cariocas, em memória as “tias baianas” e aos grupos de mulheres que desfilavam com suas roupas de baiana nos ranchos e cordões, no início do século 20, fruindo num espaço de constante tensão entre tradição e modernidade, traduzida em vigorosa expressão visual.

---

<sup>1</sup> Foto de tamanho reduzido (6,5 X 10,5 cm) com imagens inspiradas em tipos, poses e roupagens popularizadas pelos viajantes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREITAS, Iohana Brito de. *Cores e olhares no Brasil oitocentista: os tipos negros de Rugendas e Debret*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009.

VELLOSO, Monica Pimenta. *As tias baianas tomam conta do pedaço: espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro*. Revista de Estudos Históricos, v. 3, n. 6, FGV, 1990. MOURA, Roberto M. *No princípio era a roda: estudo sobre samba, partido-alto e outros pagodes*. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

ARCHER-STRAW, Petrine. *Negrophilia: avant-garde Paris and black culture in the 1920s*, New York: Thames and Hudson, 2000.

FERREIRA, Felipe. *O livro de ouro do carnaval brasileiro*. Rio de Janeiro:  
Ediouro, 2004.

**REVOLVENDO DOS ESCOMBROS DA MEMÓRIA: HISTÓRIA POLÍTICA PÓS-INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA REVISTA NO ROMANCE *TEORIA GERAL DO ESQUECIMENTO*, DE JOSÉ EDUARDO AGUALUSA**

REVOLVING DEBRIS OF MEMORY: POLITICAL HISTORY OF REVISED POST-INDEPENDENCE OF ANGOLA IN THE NOVEL ENTITLED *TEORIA GERAL DO ESQUECIMENTO*, WRITTEN BY JOSÉ EDUARDO AGUALUSA

Victor Azevedo<sup>1</sup>

**RESUMO:** No pós-independência, Angola viu suas utopias transformadas em distopias, pelo esvaziamento do projeto político e pela incapacidade de articulação entre tradição e modernidade. A “escrita de si” e o “testemunho” se tornaram necessários para o restabelecimento das relações sociais. É na literatura que a experiência servirá de aparato arqueológico do memorialismo, para mergulhar num universo de histórias. O trabalho busca identificar no romance de José Eduardo Agualusa, *Teoria Geral do Esquecimento*, de 2012, índices que auxiliem no deciframento dessas questões.

**PALAVRAS-CHAVE:** história; memorialismo; literatura angolana.

**ABSTRACT:** In the post-independence, Angola noticed yours utopia turned into dystopia by the political project and the inability of articulation between tradition and modernity. The "writing itself" and the "testimony" became necessary for the restoration of social relations. It's in the Literature that the experience will provide archaeological apparatus of memorialism to dive into a universe of stories. This essay seeks to identify indices to make out these issues through José Eduardo Agualusa novel entitled *Teoria Geral do Esquecimento* (2012).

**KEYWORDS:** history; memorialism; angolan literature.

Com o que Jean-François Lyotard<sup>2</sup> chamou de pós-modernidade, representada pelo fim das grandes narrativas, o futuro desaparece do campo de visão do homem. O sujeito, atolado no presente, vai se projetar sobre o passado, o que explica, de certa forma, a proliferação das escritas de memória e de história. Para sair da indistinção pós-moderna, o sujeito tem a necessidade de dizer *eu*. E para confirmar sua existência, assinalar seu pensamento e reforçar sua singularidade, ele precisa subjetivar marcas distintas.

A narrativa contemporânea parece se esforçar em embaralhar essas marcas, em refinar os efeitos de polifonia por meio de vários procedimentos de escrita, que vão do duplo à ventriloquia, passando pelo tratamento de diferentes vozes, “ao uso dos testemunhos e dos “relatos de vida” na investigação social, e à narração autorreferente nas discussões teóricas e

---

<sup>1</sup> Especialista em Literaturas Portuguesa e Africanas de Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Mestrando do Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas da UFRJ, sob a orientação da Profa. Dra. Carmen Lucia Tindó Ribeiro Secco, e com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: azevedo.victor@gmail.com

<sup>2</sup> LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

epistemológicas”<sup>3</sup>, como entende a especialista em análise do discurso e crítica cultural argentina Leonor Arfuch.

No livro *Entre o passado e o futuro*<sup>4</sup>, Hannah Arendt afirma que só podemos transformar em experiência o sofrimento vivido na própria existência se lhe dermos publicidade, o que é fundamental para garantir a preservação da tradição e da própria vida. A escrita de si e o testemunho assumem assim uma dimensão pública absolutamente necessária para reconstrução das relações sociais no mundo, sob forte ameaça de esquecimento do passado, de esgarçamento da tradição e de empobrecimento da experiência, conforme conclui Michel Foucault<sup>5</sup>.

O reconhecimento de que o sujeito se constrói dentro de sistemas de significado e de representações culturais, os quais, por sua vez, encontram-se marcados por relações de poder, permite concluir, na esteira do pensamento da ensaísta Cláudia de Lima Costa, que a escrita pós-colonial, “por um lado, desconstruiu as categorias tradicionais do indivíduo”, com o apagamento das fronteiras identitárias, “e, por outro, proporcionou uma maior sensibilidade para compreender os mecanismos diversificados constitutivos dos diferentes sujeitos.”<sup>6</sup>

No continente africano, o que se marca e o que é silenciado como memória na formação das nações colonizadas pelo império português é o desejo de liberdade. A literatura desses países, profundamente marcada pela história, busca no passado suas raízes, a fim de dar voz a esse desejo, com o resgate de sua identidade.

O contato com o mundo europeu configurado pelo choque, a ruptura violenta com o passado cultural das etnias que já habitavam esses territórios, a imposta reorganização das sociedades, e a divisão arbitrária de nações autóctones criaram sérios problemas às colônias portuguesas em África, fazendo com que cada uma buscasse sua independência.

No período pós-independência, as utopias se viram transformadas em distopias, diante da sensação de estarecimento pelo projeto político esvaziado e pela incapacidade de articulação entre tradição e modernidade, num panorama de aporias e de paroxismo descrente.

---

<sup>3</sup> ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Trad. Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. p. 51.

<sup>4</sup> ARENDT, Hannah. *O entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

<sup>5</sup> FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: \_\_\_\_\_. *Ética, sexualidade, política*. Org. Manuel Barros da Motta. Trad. Elisa Monteiro et al. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 144-162. (Coleção Ditos e Escritos, v. V).

<sup>6</sup> COSTA, Cláudia de Lima. O feminismo e o pós-modernismo / pós-estruturalismo: as (in)determinações da identidade nas (entre)linhas do (con)texto. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (Orgs.). *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. 2. reimp. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006. p. 57.



No ensaio “Será o pós em pós-modernismo o pós em pós-colonial?”, o filósofo Kwame Anthony Appiah ressalta a cor distópica deixada como herança do colonialismo a esses países, dizendo que “a pós-colonialidade tornou-se [...] uma condição de pessimismo. Escrita pós-realista, política pós-nativista, uma solidariedade mais *transnacional* do que *nacional* – e pessimismo: um tipo de pós-otimismo para equilibrar o entusiasmo inicial.”<sup>7</sup>

Para Angola, ainda que com erros e limitações, a independência foi crucial para o alcance do fato histórico, de sua natureza e seus limites. E como utopia a ser alcançada, também assegurou o rompimento dos grilhões portugueses.

Entretanto, o período do pós-independência não garantiu a retomada do projeto utópico tão caro aos povos africanos. Desta forma, ressalta ainda o pensador anglo-ganês que “existe um sentido claro nalguma literatura pós-colonial de que o postular de uma África unitária contra um Ocidente monolítico – o binarismo Eu e o Outro – é o último dos xiboletes dos modernizadores, a que temos de aprender a renunciar.”<sup>8</sup>

Foi no período pós-colonial que Angola viu seu projeto utópico de modernização se tornar inviável diante do início da guerra civil que assolou o país, das imensas dificuldades internas, do esvaziamento das propostas políticas, e da incapacidade de articular tradição com modernidade. Nessas situações, sabe-se que a narrativa é, desde as origens, uma maneira peculiar, porém significativa, de os homens buscarem dar sentido a sua existência, relatando histórias, passando e repassando experiências de vida. O relato, aqui entendido como narrativa, pressupõe, antes de tudo, contar aquilo que se sucedeu ou o que se foi, ainda que, enquanto ficção, se saiba que ele nunca é exatamente fiel ao que se passou, uma vez que é condicionado pela subjetividade de quem conta.

O presente trabalho busca identificar como a experiência servirá de aparato arqueológico do memorialismo, para mergulhar num universo de histórias que ajudam a formar a história política, representada na literatura angolana contemporânea, utilizando por base uma obra editada em 2012, de autoria do escritor José Eduardo Agualusa e intitulada *Teoria Geral do Esquecimento*<sup>9</sup>. O romance tem como pano de fundo o dia da independência de Angola e os anos subsequentes, quando transcorrem os eventos da guerra pós-independência. E é nos escombros da memória que a reconstrução da história do povo angolano se faz.

---

<sup>7</sup> APPIAH, Kwame Anthony. Será o pós em pós-modernismo o pós em pós-colonial? Trad. Maria José Tavares. *artafrika.info*: Revista eletrônica do Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 9 out. 2010. p. 18. Disponível em: <<http://www.artafrika.info/html/artigotrimestre/artigo.php?id=22>>. Acesso em: 22 ago.2013.

<sup>8</sup> Idem. p. 19.

<sup>9</sup> AGUALUSA, José Eduardo. *Teoria geral do esquecimento*. Rio de Janeiro: Foz, 2012.

O objetivo maior da narração histórica angolana, segundo a pesquisadora Laura Padilha, é “recuperar tudo aquilo que é percebido pelo imaginário como representativo de um passado local onde se fincam as profundas raízes de uma identidade nacional que, como se sabe, está ainda em processo de formação”<sup>10</sup>. Foi a partir dessa recuperação que uma significativa parcela da produção ficcional fez uso das pesquisas históricas como base da criação literária.

Acredita-se que o diálogo entre ficção e história seja uma das temáticas mais importantes do romance angolano contemporâneo, tendo em vista a profícua vendagem da produção literária, em particular, de dois autores no trânsito Angola-Portugal-Brasil: Pepetela (pseudônimo de Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, que quer dizer pestana em umbundo, na também língua oficial de Angola<sup>11</sup>, galardoado com o Prêmio Camões, em 1997), e José Eduardo Agualusa. Ambos possuem uma extensa produção literária, na qual algumas obras renomadas foram traduzidas em diversos países, o que deu maior visibilidade à literatura angolana. É evidente que, além desses dois apontados, há outros escritores que também se utilizam da metaficção histórica para sua manifestação cultural e para exposição de suas inquietações e suas reflexões críticas.

A capacidade de criar, para esses escritores, está no poder da memória. No verso magistral de Manuel de Barros, do poema “As lições de R. Q.”, “O olho vê, a lembrança revê, e a imaginação transvê”<sup>12</sup>, o poeta reúne memória e criação ao traduzir a necessidade dos homens em “transver” o mundo. O ato de “transvisão”, poderoso instrumento para o historiador, sinaliza essa “natureza imaginativa da memória”, em conceito da crítica literária Angélica Soares<sup>13</sup>, uma vez que o que ficou para trás não pode ser resgatado na realidade tácita, assim como, na memória, o que já se projeta no futuro. “Transver” é a própria essência do memorável. E “a escrita”, segundo a historiadora Edna Maria dos Santos, “é uma memória em sua mais brilhante materialização”<sup>14</sup>.

A “transvisão” é uma façanha da memória, considerada uma arte capaz de vencer até mesmo o esquecimento. É preciso “ênfatisar o confronto de memórias sobre o passado que

---

<sup>10</sup> PADILHA, Laura Cavalcante. “Ficção angolana pós-75: processos e caminhos”. In: \_\_\_\_\_. *Novos pactos, outras ficções: ensaios sobre literaturas afro-luso-brasileiras*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 28. (Coleção Memória das Letras; 10).

<sup>11</sup> AMORIM, Cláudia; PALADINO, Mariana. *Cultura e literatura africana e indígena*. Curitiba: IESDE Brasil, 2012. p. 54.

<sup>12</sup> BARROS, Manoel de. “Lições de R. Q.”. In: \_\_\_\_\_. *Livro sobre nada*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997. p. 75

<sup>13</sup> SOARES, Angélica. *Transparências da memória*. Estórias de opressão. Diálogos com a poesia brasileira contemporânea de autoria feminina. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009. p. 24.

<sup>14</sup> SANTOS, Edna Maria dos. “Lembrar e ou esquecer: memórias de viagens, estórias/histórias de guerras e independências”. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares; CURY, Maria Zilda Ferreira (Org.). *África: dinâmicas culturais e literárias*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012. p. 501.

dinamizam o sistema literário como resultado imagético de um processo de reconstituição e de reinvenção”<sup>15</sup>. A “natureza imaginativa da memória”, intrínseca ao “transver”, dá ao escritor a possibilidade de fazerem dialogar memória e esquecimento.

Sob efeito do estado de perplexidade, José Eduardo Agualusa, escritor angolano contemporâneo, afirma que escreve “sobre o absurdo na sociedade e como isso é tratado como normal”<sup>16</sup>.

No romance *Teoria Geral do Esquecimento*, vencedor do Prêmio Literário português Fernando Namora de 2013, a imaginação e o memorialismo compõem um amálgama de histórias. O livro é, nas palavras de seu autor, “uma ficção que aproveita a realidade, mesmo tendo consciência de que a realidade, aquela realidade angolana, era, e ainda é, infinitamente mais exuberante e mais criativa do que a mais louca ficção”<sup>17</sup>.

Em uma nota prévia do romance, o narrador diz:

**Ludivica Fernandes Mano** faleceu em Luanda, na clínica Sagrada Esperança, às primeiras horas do dia 5 de outubro de 2010. Contava 85 anos. Sabalu Estevão Capitango ofereceu-me cópias de dez cadernos nos quais Ludo foi escrevendo o seu diário, durante os primeiros anos dos 28 em que se manteve enclausurada. Tive igualmente acesso aos diários posteriores ao seu resgate e ainda a uma vasta coleção de fotografias, da autoria do artista plástico Sacramento Neto (Sakro), sobre os textos e desenhos a carvão de Ludo nas paredes do apartamento. Os diários, poemas e reflexões de Ludo ajudaram-me a reconstruir o drama que viveu. Ajudaram-me, creio, a compreendê-la. Nas páginas seguintes aproveito muitos dos testemunhos dela.<sup>18</sup>

A história se desenvolve nas vésperas da independência de Angola, no dia 11 de novembro de 1975, quando uma portuguesa de Aveiro, Ludovica Fernandes Mano, vê-se em companhia apenas do cachorro Fantasma, em um apartamento duplex, de cobertura, no mais luxuoso edifício da capital Luanda.

Fizera-se noite. Balas tracejantes riscavam o céu. Explosões sacudiam as vidraças. Fantasma escondera-se atrás de um dos sofás. Gemia baixinho. Ludo sentiu uma tontura, uma agonia. Correu até a casa de banho e vomitou na retrete. Sentou-se no chão a tremer. [...] Finalmente estendeu-se num dos sofás da sala de visitas e adormeceu. [...] O silêncio ampliava a escuridão<sup>19</sup>.

<sup>15</sup> MATA, Inocência. “Even Crusoe needs a Friday: os limites dos sentidos da dicotomia universal / local nas literaturas africanas”. *Gragoatá*: Revista do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense. Niterói, EdUFF, n. 19, 2. sem., p. 11-27, 2005. p. 24.

<sup>16</sup> AGUALUSA, José Eduardo. [*Entrevista José Eduardo Agualusa – Bloco 1*]. São Paulo, 2011. Entrevista concedida ao programa Roda Viva da TV Cultura em 04 de julho de 2011. 11’ 10”. Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=NBjDdMxPVcg](http://www.youtube.com/watch?v=NBjDdMxPVcg)>. Acesso em: 25 ago.2013.

<sup>17</sup> AGUALUSA, José Eduardo. “José Eduardo Agualusa fala sobre ‘Teoria geral do esquecimento’”. *O Globo*. Rio de Janeiro, 10 nov. 2012b. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2012/11/10/jose-eduardo-agualusa-fala-sobre-teoria-geral-do-esquecimento-474309.asp>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

<sup>18</sup> AGUALUSA, José Eduardo. *Teoria geral do esquecimento*. Rio de Janeiro: Foz, 2012. p. 9.

<sup>19</sup> Idem, 2012. p. 21-22.

Com a instabilidade decorrente dos acontecimentos da independência, ela entra em desespero após baleiar e matar um homem numa tentativa de invasão do apartamento. Como estratégia de sobrevivência, ergue uma parede no corredor, em frente à porta, para se proteger do mundo.

Meses antes, [...] começara a construir no terraço uma pequena piscina. A guerra interrompera as obras. Os operários haviam deixado sacos de cimento, areia, tijolos, encostados aos muros. A mulher arrastou algum do material para baixo. Destrancou a porta de entrada. Saiu. Começou a erguer uma parede, no corredor, separando o apartamento do resto do prédio. Levou a manhã inteira nisso. Levou a tarde toda. Foi apenas quando a parede ficou pronta, após alisar o cimento, que sentiu fome e sede<sup>20</sup>.

Serão suas reminiscências que ajudarão o narrador a reconstruir para o leitor sua *persona*. A reconstrução é fragmentária, colando os “cacos” da história, revolvida pela necessidade de “presentificação” do “impresentificável”<sup>21</sup>, juntando os escombros da memória.

É por meio dos diários e dos escritos a carvão nas paredes do seu apartamento que Ludovica reprime o tempo presente numa preservação contínua da memória. E com seus desenhos busca resgatar uma identidade ancestral angolana.

Os dias deslizam como se fossem líquidos. Não tenho mais cadernos onde escrever. Também não tenho mais canetas. Escrevo nas paredes, com pedaços de carvão, versos sucintos.  
Poupo na comida, na água, no fogo e nos adjetivos<sup>22</sup>.

Ludovica esquece-se do mundo e o mundo se esquece de Ludovica. A protagonista é vítima e testemunha das transformações dos dois mundos: o público e o privado.

Às vezes penso: enlouqueci.  
Vi, do terraço, um hipopótamo dançado na varanda do andar ao lado. Ilusão, bem sei, mas ainda assim vi-o. Pode ser fome. Tenho-me alimentado muito mal.  
[...]  
Fui feliz nesta casa, certas tardes em que o sol me visitava na cozinha. Sentava-me à mesa. Fantasma vinha e pousava a cabeça no meu regaço.  
Se ainda tivesse espaço, carvão, e paredes disponíveis, poderia escrever uma Teoria Geral do Esquecimento.  
Dou-me conta de que transformei o apartamento inteiro num imenso livro. Depois de queimar a biblioteca, depois de eu morrer, ficará só a minha voz.  
Nesta casa todas as paredes têm a minha boca<sup>23</sup>.

Com a consciência em crise, a introspecção é o destino de Ludo. Espécie de necessidade inelutável. Quanto mais o personagem observa os acontecimentos exteriores,

---

<sup>20</sup> Idem. p. 24.

<sup>21</sup> LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno explicado às crianças: correspondência 1982-1985*. Trad. Tereza Coelho. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987. p. 26.

<sup>22</sup> AGUALUSA, José Eduardo. *Teoria geral do esquecimento*. Rio de Janeiro: Foz, 2012. p. 65.

<sup>23</sup> Idem, 2012. p. 77-78.

mais se distancia de seu próprio ser. A reflexão contínua a que se entrega corta-lhe a espontaneidade dos sentimentos e a incompatibiliza com a fruição pura e simples da vida.

Ludo acordou e o cão estava morto.  
A mulher sentou-se no colchão, frente à janela aberta. Abraçou os joelhos magros. Ergueu os olhos para o céu, onde, pouco a pouco, se iam desenhando leves nuvens cor-de-rosa. [...] Ludo sentiu o peito esvaziar-se. Alguma coisa – uma substância escura – escapava de dentro dela, como água de um recipiente estalado, e deslizava depois pelo cimento frio. Perdera o único ser no mundo que a amava, o único que ela amava, e não tinha lágrimas para chorar<sup>24</sup>.

O obscuro desejo e a força intuitiva represada, bem como a sede de liberdade e de expressão, geram a inquietação que domina o personagem. Daí sua vocação para o excesso e a desmedida, representados por meio dos escritos e desenhos a carvão nas paredes do apartamento.

O resgate de Ludovica proporciona uma ruptura com o seu meio doméstico, com a ambiência cotidiana, que se produz afinal, deixando a protagonista desamparada e solitária.

Para Ludo, há pontos de referência numa situação social definida e num ambiente determinado. Sob o primeiro aspecto, o apartamento onde ela mora – de cobertura, e no último andar de um prédio – a situa na última e superior camada de uma sociedade. Dessa posição elevada, com altitude em dois sentidos homônimos, o métrico do andar e o social de camada, pôde Ludo descortinar de seu terraço o meio urbano, que se transformou durante o tempo em que se emparedou no apartamento. Tal como está descrita, sua visão, de cima para baixo e abrangente, é imagem abstratificada do meio urbano. A cidade, que toma a forma de uma realidade, adquire a aparência de gigantesca e ancestral ruína, ainda viva, da Luanda de outrora.

Muitas vezes, olhando para as multidões que se encarniçavam de encontro ao prédio, aquele vasto clamor de buzinas e apitos, gritos e pragas, experimentava um terror profundo, um sentimento de cerco e ameaça. Sempre que queria sair procurava um título na biblioteca<sup>25</sup>.

O fato histórico que desencadeia toda a história é a guerra de independência de Angola. A pesquisadora Maria Teresa Salgado entende que a experiência de alguns autores angolanos, a partir dos anos 1960, associou suas trajetórias de vida de escritor à sua produção, o que estreitou a ligação entre vida e obra, num efeito de quase autoficção:

Se nos anos da guerrilha da independência, as obras literárias não pareciam dissociadas de uma luta política, pautando-se pela afirmação de uma ideia de nação livre, na

---

<sup>24</sup> Idem. p. 87.

<sup>25</sup> Idem. p. 102.

atualidade o compromisso do escritor angolano, como o de muitos escritores africanos, se volta para uma solidariedade transnacional<sup>26</sup>.

Os romances angolanos, após esse período, são, em grande parte, de deslegitimação, cujo fundamento tem um apelo universal ético. Os autores não estão comprometidos com a noção ocidental e europeia de nação, mas “escolheram (...) a África – o continente e seu povo.”<sup>27</sup>. Ressaltam ainda em suas obras a necessidade de resgatar direitos civis, políticos e sociais dos cidadãos, ou ainda, mecanismos para o estabelecimento e garantia desses direitos.

É na literatura, instrumento de afirmação da identidade, que a experiência de muitos autores servirá de aparato arqueológico do memorialismo, para mergulhar num universo de histórias balizadas por um código que legitima tanto uma sociedade atomizada como a desintegração humana.

Considerando as circunstâncias de um mundo que fez por implodir as balizas que davam plausibilidade e ressonância crítica à noção de identidade, as guerras, colonialista e de pós-independência, podem ser entendidas, segundo o pensamento do filósofo alemão Harald Weinrich, como “orgias de esquecimentos, ao mesmo tempo que flutuam entre a arte de lembrar e do esquecer”<sup>28</sup>.

José Eduardo Agualusa afirma ainda que a guerra está presente em tudo. Os episódios mais importantes da vida do escritor tiveram a ver com a guerra.<sup>29</sup>

Memória e esquecimento são partes de um mesmo sistema, em que se é obrigado a viver nos regimes totalitários que se impõem após as revoluções, extinguindo as liberdades individuais.

Os dois homens esforçavam-se por disfarçar o nervosismo. [...] Passaram por carrinhas de caixa aberta transportando soldados. Os rapazes acenavam para eles, ensonados, fazendo com os dedos o V da vitória. Os dois homens respondiam do mesmo modo. Cubanos!, rosou Jeremias: Malditos comunistas. Estacionaram o carro diante do Prédio dos Invejosos e saíram. Um mendigo travou-os à entrada:  
Bom-dia, camaradas.  
O que queres, pá?!, ralhou Jeremias: Vens pedir dinheiro aos brancos? Esse tempo acabou. Na Angola independente, na trincheira firme do socialismo em África, não existe lugar para os pedintes. Aos pedintes corta-se-lhes a cabeça<sup>30</sup>.

<sup>26</sup> SALGADO, Maria Teresa. “José Eduardo Agualusa: uma ponte entre Angola e o mundo”. In: SEPÚLVEDA, Maria do Carmo; SALGADO, Maria Teresa. *África & Brasil: letras em laços*. Rio de Janeiro: Atlântica, 2000. p. 177.

<sup>27</sup> APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa do meu pai: a África na filosofia da cultura*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. p. 213.

<sup>28</sup> WEINRICH, Harald. *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Trad. Lya Luft. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 222.

<sup>29</sup> AGUALUSA, José Eduardo. *[Entrevista José Eduardo Agualusa – Bloco 2]*. São Paulo, 2011b. Entrevista concedida ao programa Roda Viva da TV Cultura em 04 de julho de 2011. 03’ 38”. Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=dWBTpDIiqjQ](http://www.youtube.com/watch?v=dWBTpDIiqjQ)>. Acesso em: 25 ago.2013.

<sup>30</sup> AGUALUSA, José Eduardo. *Teoria geral do esquecimento*. Rio de Janeiro: Foz, 2012. p. 27-28.

*Teoria Geral do Esquecimento* se inscreve na crise dos gêneros literários, preconizada pela contemporaneidade. Agualusa parodia o próprio texto, num exercício de metaficção em que a obra se apresenta *intempestiva*, uma vez que o romance possui um título que parece ser de um ensaio, a obra literária nasce de um argumento cinematográfico (conforme o escritor revela em um pós-escrito), um personagem da história muda de raça, o autor se apropria do trabalho da poetisa brasileira Christiana Nóvoa (que sob encomenda escreveu os versos da protagonista) e do escritor angolano Ruy Duarte de Carvalho (que são incorporadas ao texto), e assim por diante, numa escrita em *mise-en-abyme*, buscando novos caminhos para a ficção angolana.

O desejo de construção de uma identidade nacional autenticamente angolana explica a relevância vincada no repertório cultural de seus autores, imprescindível na configuração de um sistema operacional literário, cujas necessidades simbólicas se representam no espaço conquistado. De maneira similar, o memorialismo requer apuro e destreza, visto que a ruptura se impõe pelo revisionismo dos processos históricos, pelo ajuntamento de memórias e esquecimentos, e pela “transvisão” na conquista da sabedoria.

A rememoração é uma façanha da memória, considerada uma arte capaz de vencer até mesmo o esquecimento. E é preciso entender a expressão latina *ars memoriae*, ou mnemotécnica (do grego *Mnemosyne* – memória, lembrança + *techne* – arte), em seu sentido originário, que “significa um objeto de saber sujeito a regras e por isso mesmo bom de aprender, de uma certa complexidade, que pede considerável esforço e paciência para ser aprendido, pois a ‘arte é longa, a vida breve’ (*ars longa, vita brevis*).”<sup>31</sup>

A “natureza imaginativa da memória”, intrínseca ao recordar, dá ao escritor contemporâneo a possibilidade de dialogar entre a *ars memoriae* (arte da memória) e a *ars oblivionis* (arte do esquecimento), numa postura revisitante do passado que não pode ser resgatado e do futuro que se projeta.

Paul Ricoeur, em sua obra *A memória, a história, o esquecimento*, dá pistas de como esse diálogo pode contribuir para a ficção contemporânea, quando diz que “as extraordinárias façanhas da *ars memoriae* destinavam-se a conjurar a infelicidade do esquecimento por uma espécie de supervalorização da memorização que vinha acudir a rememoração.”<sup>32</sup>. Dessa

---

<sup>31</sup> WEINRICH, Harald. *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Trad. Lya Luft. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 30.

<sup>32</sup> RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François [et al.]. 3. reimp. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010. p. 435.

forma, o esquecimento não será a negação da memória, mas o que dá completude ao memorialismo.

[...] o esquecimento está associado à memória [...]: suas estratégias e, em certas condições, sua cultura digna de uma verdadeira *ars oblivionis* fazem com que não seja possível classificar, simplesmente, o esquecimento por apagamento de rastros entre as disfunções ao lado da amnésia, nem entre as distorções da memória que afetam sua confiabilidade<sup>33</sup>.

O esquecimento pode ser confundido com a memória de tão intrinsecamente ligado a ela. Ele “pode ser considerado como uma de suas condições.”<sup>34</sup>

Com isso, o escritor tem que recorrer à reminiscência, pois é a partir da experiência, enquanto extensão da memória, que parece criar possibilidades de ultrapassar os limites da percepção do esquecimento e da narração. “A arte de narrar é uma arte da duplicação; é a arte de pressentir o inesperado; de saber esperar o que vem, nítido, invisível”, como revela o crítico literário Ricardo Piglia<sup>35</sup>.

A partir do olhar empreendido por José Eduardo Agualusa, em *Teoria Geral do Esquecimento*, pode-se detectar a inscrição de traços da função operatória que constitui a dinâmica memorialística, que supõe “[...] que a percepção presente vá sempre buscar, no fundo da memória, a lembrança da percepção anterior que se assemelha: o sentimento do *déjà vu* viria de uma justaposição ou de uma fusão entre a percepção e a lembrança”<sup>36</sup>, em consonância com o pensamento de Henri Bergson.

E é nessa tensão entre perceber e lembrar que o romance se firma como composição contemporânea, em que a estratégia discursiva da ambiguidade ontológica, narrativa, perceptiva e interpretativa, impregna todo o universo do relato e torna mais ativa a participação do leitor. E nisso reside o encanto da literatura.

---

<sup>33</sup> Idem, 2010. p. 435.

<sup>34</sup> Idem. p.435.

<sup>35</sup> PIGLIA, Ricardo. *Formas breves*. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 114.

<sup>36</sup> BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. Trad. Paulo Neves da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 71.



## AS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS ENTRE CATEGORIAS E OBJETOS

Victor Callari  
[victorcallari@hotmail.com](mailto:victorcallari@hotmail.com)

Mestrando em História e Historiografia  
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP),  
sob orientação da professora Dra. Ana Lucia Nemi.

**RESUMO:** O presente artigo procura discutir os aspectos teóricos presentes nas diferentes tentativas de definição das Histórias em quadrinhos enquanto objetos de pesquisa dentro da Academia. Busca também contribuir com as reflexões realizadas por especialistas de diferentes áreas, como Paulo Ramos, Will Eisner e Scott Maccloud, acerca da relação entre as categorias que levam em consideração os aspectos específicos da linguagem dos quadrinhos e as possibilidades abertas pela História do Livro e da Leitura que consideram os suportes que dão materialidade aos textos como construtores de diferentes significados, e dessa forma contribuir para sua utilização como recurso pedagógico

**Palavras-chave:** Histórias em Quadrinhos; teoria; História do Livro e da Leitura

**ABSTRACT:** This paper discusses the theoretical aspects present in the different attempts at defining Comic books as objects of research within the Academy. It also seeks to contribute to the discussions held by experts from different fields, as Paulo Ramos, Will Eisner and Scott MacCloud, about the relationship between the categories that take into account the specific aspects of the language of comics and the possibilities offered by History of the Book and reading that consider the supports that gives materiality to the texts as builders of different meanings, and thus contribute to its use as a teaching resource

**Keywords:** Comic Books; theory; History of book and reading

As Histórias em Quadrinhos passaram a fazer parte do léxico dos historiadores e da academia em aspectos mais amplos de forma cada vez mais significativa nas últimas décadas, conforme aponta o estudo realizado na Universidade de São Paulo pelos professores Waldomiro Vergueiro e Roberto Elísio dos Santos<sup>i</sup>. De acordo com artigo intitulado “A pesquisa sobre histórias em quadrinhos na Universidade de São Paulo: análise da produção de 1972 a 2005”<sup>ii</sup> foram encontrados trinta trabalhos, entre dissertações e teses, podendo ser divididos respectivamente em dezenove e onze. As décadas de 1970 e 1980 apresentaram os menores índices de trabalhos acadêmicos defendidos (03 e 04), saltando para dez trabalhos na década de 1990 e o significativo número de treze trabalhos recuperados nos primeiros cinco anos da última década. As áreas de comunicação, Filosofia e Letras representam 75% do total da concentração dessas pesquisas.

O crescente interesse por parte da Academia pode estar relacionado a uma grande quantidade de eventos.

Pode-se dizer que a reação do meio acadêmico frente às histórias em quadrinhos foi de quase total indiferença. Groensteen localiza na década de 1960 o turning point da postura dos intelectuais em relação às histórias em quadrinhos. Mas isso não aconteceu por acaso: foi necessário que as artes plásticas começassem a utilizar recursos das histórias em quadrinhos em suas obras - como aconteceu com os trabalhos de Andy Warhol e Roy Lichtenstein -, e que nomes respeitados do mundo artístico se confessassem influenciados pelas histórias em quadrinhos - como Orson Welles, Luiz Buñuel, Federico Fellini, entre outros -, para que o mundo acadêmico passasse a dar um pouco mais de atenção a elas.<sup>iii</sup>

Sobre o crescimento observado nas décadas de 1990 e, principalmente, na década de 2000, é possível observar que ele não se deu por acaso. Ele é fruto de um grande período de transição e articulação de diferentes elementos que podem ser identificados no diagnóstico de Paulo Ramos

A trilha dos quadrinhos transitou em diferentes aspectos na década inicial deste século 21. Das bancas às livrarias. Do “fim” das revistas nas bancas para o retorno triunfal delas. Da Abril e da Globo para a Panini. Das poucas opções editoriais ao surgimento de uma gama de logos. Das editoras tradicionais à venda delas. Dos super-heróis à esmagadora presença dos mangás. Dos jovens aos adultos. Da quase ausência dos quadrinhos no ensino para a inclusão oficial em gordas listas governamentais. Das poucas às muitas pesquisas. Do raro espaço na grande mídia às reportagens recorrentes. Do comercial ao independente. Do papel para a internet. E da internet de volta para o papel.<sup>iv</sup>

A retomada do mercado editorial na década de 1990 com a valorização das Histórias em Quadrinhos como objeto de coleção, o crescimento nas vendas que culminaram com a abertura do capital da editora Marvel Comics e sua posterior venda aos estúdios Disney, o que levou a retomada de algumas adaptações e personagens de quadrinhos para o universo

cinematográfico podem ser apontados como alguns dos fatores que conduziram a essa maior valoração, assim como o advento do “mercado” das Graphic Novels, e do incremento das HQs no Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE.

Embora exista desde 1997, o programa, somente quase dez anos depois de iniciado, passou a adquirir quadrinhos para distribuir às instituições de Ensino. O número de livros tem variado, mas demonstra um crescimento anual.<sup>v</sup>

Aliado aos elementos citados anteriormente, a diminuição do prestígio das idéias oriundas da Escola de Frankfurt que reproduziram alguns dos preconceitos que envolviam a comunicação de massa no século XX e a difusão de estudos acadêmicos como os de Ariel Dorfman e Moacir Cirne na década de 1980 também cumpriram papel importante dentro desse processo.

Apesar de todo esse crescimento na produção universitária, e que vem sendo fundamental para a diminuição do preconceito que envolve a utilização das Histórias em Quadrinhos no espaço acadêmico, além de contribuir ainda para que os elementos que compõem a narrativa da arte seqüencial, seu público, circulação e suporte sejam cada vez melhor compreendidos, assim como o papel que as histórias em quadrinhos ocuparam em diferentes contextos históricos, seu caráter pedagógico, seu papel enquanto artefato cultural, entre outros, continua sendo notório o desconhecimento do público geral sobre tais especificidades, da maior parte do universo acadêmico e das instituições vinculadas às políticas públicas direcionadas à leitura, seja ela de Histórias em Quadrinhos ou literatura, como atesta a entrevista de Zoraya Failla, gerente executiva de projetos do Instituto Pró-Livro (IPL)<sup>vi</sup>

Eu acho que pode ser um meio, nunca um fim. Porque o quadrinho pode até trabalhar algum conteúdo, mas o faz de forma superficial. Como incentivo à leitura, ele pode ser um mobilizador (...). Sem dúvida, deveria ser melhor trabalhada para conseguir que, a partir dali, o aluno se interesse por uma leitura um pouco mais complexa, com mais conteúdo<sup>vii</sup>

Em sua entrevista a gerente executiva, apesar de reconhecer a potencialidade das HQs, deixa evidente que os preconceitos acerca da função social e do papel exercido pelas histórias em quadrinhos encontram-se longe de terminar. A idéia de que o conteúdo das HQs é superficial e de que os quadrinhos devem constituir apenas uma etapa no processo de interesse por uma leitura mais “complexa” demonstra o total desconhecimento da amplitude de possibilidades, enquanto meio de comunicação de valores culturais, presentes na nona arte, além da própria incapacidade de leitura das histórias em quadrinhos dentro de suas características narrativas e históricas.

A declaração de Zoraya Failla caminha, inclusive, na contramão dos resultados das pesquisas mais recentes realizadas pelo próprio Instituto Pró-Livro que na pesquisa intitulada “Retratos da Leitura no Brasil 2013”<sup>viii</sup> destacou um público de 46% de leitores frequentes de quadrinhos<sup>ix</sup>.

Assim como a entrevista de Failla, o prêmio Jabuti - premiação organizada pela Câmara Brasileira do Livro desde 1959 com o intuito de premiar a produção literária no país - edição após edição, demonstra total desconhecimento acerca do que são as Histórias em Quadrinhos, não sendo incomum encontrar obras de quadrinhos concorrendo entre algumas das 27 categorias da premiação, tal qual “Ilustração” ou obras “didáticas ou paradidáticas”. Demonstrando que para os organizadores não haveria diferença alguma entre ilustração e narrativa gráfica.

Paulo Ramos analisando a pesquisa divulgada pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo afirmou que

Na divulgação dos dados, nesta quinta-feira, a Secretaria Estadual de Educação informou que "quadrinhos, contos e poemas são estilos literários preferidos de alunos da rede". O texto, disponível no [site](#) da secretaria, registra ainda que o estudo detectou os "gêneros literários" dos estudantes. Em outros termos: a divulgação do governo confunde "estilo", "gênero literário" e "gênero quadrinístico", pressupondo que este pertença ao universo da literatura. Essa leitura entra em contradição com o próprio conteúdo proposto pelo Saesp para ser avaliado com os estudantes durante a prova de 2013. Segundo a "matriz de referência para avaliação do Saesp" para língua portuguesa a ser aplicada a alunos do quarto ano, "quadrinhos" são apresentados como gêneros "não literários". O informe do governo já começa a ecoar na imprensa com os mesmos equívocos. Reportagem desta quinta-feira do portal de "O Estado de S. Paulo" noticia que quadrinhos são estilos "literário" e "de leitura".<sup>x</sup>

Portanto, em um momento em que as Histórias em quadrinhos ganham um papel de destaque cada vez maior na educação básica, tiras, charges e caricaturas manifestam-se em provas de vestibular das melhores universidades do país, intensifica-se a necessidade de superação dos preconceitos estabelecidos, de superação do desconhecimento das especificidades de linguagem e do que são efetivamente as histórias em quadrinhos é fundamental, uma vez que essa incompreensão é capaz de reafirmar preconceitos como os citados acima e, muitas vezes, definir as políticas públicas voltadas para o incentivo à leitura, pautando a seleção de gêneros e obras no PNBE.

Nesse sentido, acreditamos que uma das principais dificuldades encontradas pelos pesquisadores de Histórias em Quadrinhos reside na utilização de categorias que definam seu objeto de forma precisa e que levem em consideração os diferentes aspectos que conduzem às diferentes potencialidades de pesquisa abertas por essa fonte.

Will Eisner, um dos mais importantes artistas e teóricos dos quadrinhos no século XX, autor de obras como *The Spirit*, *No coração da Tempestade*, *O Complô: os protocolos dos Sábios de Sião*, entre outras, foi um dos pioneiros na tentativa de definir as Histórias em Quadrinhos, e ainda em um momento onde os preconceitos imperavam, ele fez uso da expressão “Arte Sequencial”, e afirmou que “a tira diária de jornal e, mais recentemente, os álbuns de quadrinhos constituem o principal veículo da Arte Sequencial atualmente”<sup>xi</sup>.

Outro artista e teórico, Scott McCloud optou por aprofundar e ampliar a definição utilizada por Eisner, entendendo ser ela extremamente ampla e pouco operativa optou pela definição “imagens pictóricas e outras justapostas em sequência deliberada destinadas a transmitir informações e/ou a produzir uma resposta no espectador”<sup>xii</sup>, que segundo ele permitiria ainda excluir outros elementos como o cinema, uma vez que o filme é resultado de imagens temporalmente justapostas, e não espacialmente como os quadrinhos.

No Brasil, poucos pesquisadores estão contribuindo tanto para a valorização das especificidades da linguagem dos quadrinhos, assim como para sua difusão no meio acadêmico quanto Paulo Ramos. O pesquisador tem demonstrado que a união da formação “nerd”, aquela alcançada após anos de leitura de histórias em quadrinhos e de conhecimento da cultura pop em geral, à erudição acadêmica e ao rigor metodológico pode render bons frutos. Em sua obra “A leitura dos quadrinhos” o autor definiu a linguagem dos Quadrinhos como sendo “um grande rótulo, um hipergênero, que agregaria diferentes gêneros, cada um com suas peculiaridades”<sup>xiii</sup>.

A definição utilizada por Ramos funciona como uma grande categoria capaz de agregar diferentes manifestações que compartilham aspectos comuns de linguagem, como as tiras cômicas, as charges ou as tiras seriadas, sua definição é funcional se levado em consideração, primordialmente elementos próprios da narrativa, não apontando para as especificidades das diferentes materialidades do objeto, algo que podemos chamar também de suporte, as especificidades do público consumidor e seus espaços de produção e circulação. Apesar dos problemas de utilizar o termo quadrinhos levando em consideração especificamente os aspectos da narrativa citados acima, a opção do autor pela expressão “Quadrinhos” em detrimento de Histórias em Quadrinhos, poderia em tese contribuir para uma melhor percepção acerca do objeto, não fossem os diferentes rótulos e nomenclaturas utilizados pelas editoras para definir objetos similares, tal qual *Graphic Novels*, *Romances Gráficos*, *Gibis* ou *Álbuns* em uma estratégia de definição de mercado.

Ramos e Figueira buscaram ao analisar os diferentes usos do termo Graphic Novel e seus similares, tanto no mercado estadunidense quanto no mercado brasileiro, identificar à que objetos, autores e editoras estariam se referindo e quais as possíveis implicações ou dificuldades que os diferentes nomes poderiam acarretar. Segundo os autores a origem do termo Graphic Novel é equivocadamente atribuída a Will Eisner

Mas foi, de fato, Eisner quem deu o empurrão para a popularização do termo. O autor buscava um rótulo que distanciasse seu trabalho do que ele via então na indústria estadunidense de quadrinhos. A começar pela palavra comics, “cômicos”, forma como os trabalhos quadrinísticos ficaram conhecidos naquele país desde o início do século XX.<sup>xiv</sup>

Eisner mantinha, assim, o trabalho de toda uma vida, a busca por uma maior legitimidade para os quadrinhos, não importando se artisticamente ou mercadologicamente.

No Brasil as Graphic Novels chegaram apenas no final da década de 1980 e, em muito pouco tempo, o termo passou a ser traduzido como Romance Gráfico ou Novel Gráfica, de forma a reafirmar o prestígio literário dessa nova forma de produção de quadrinhos ao aproximá-la de gêneros consagrados da literatura.

Não foi apenas a terminologia que dificultou a compreensão dos novos objetos, mas também as estratégias de mercado utilizadas pelas editoras. Se as Graphic Novels eram edições especiais, voltadas para um público consumidor mais adulto, com enfoque em temáticas que ou não diziam respeito ao universo dos super-heróis ou quando o faziam eram obras que não se enquadravam na cronologia tradicional, passaram a designar a publicação de coletâneas anteriormente lançadas e comercializadas nas bancas agora sob um novo formato, com capa dura, papel de melhor qualidade para ser comercializado nas livrarias.

As preocupações acerca das diferentes materialidades ganharam contornos mais expressivos na historiografia com as pesquisas do historiador Roger Chartier sobre os livros na França do Antigo Regime e as diferentes formas de leitura. Para Chartier

Os textos que se prestam a escrever a história são tomados como portadores de um sentido que é indiferente à materialidade do objeto manuscrito ou impresso através do qual ele se dá, constituído de uma vez por todas e identificável graças ao trabalho crítico. Uma história do ler afirmará, contra esse postulado, que as significações dos textos, quaisquer que sejam, são constituídas, diferencialmente, pelas leituras que se apoderam deles. Daí, uma dupla consequência. Antes de mais nada, dar à leitura o estatuto de uma prática criadora, inventiva, produtora, e não anulá-la no texto lido, como se o sentido desejado por seu autor devesse inscrever-se com toda imediatez e transparência, sem resistência nem desvio, no espírito de seus leitores. Em seguida, pensar que os atos de leitura que dão aos textos significações plurais e móveis situam-se no encontro de maneiras de ler, coletivas ou individuais, herdadas ou inovadoras, íntimas ou públicas e de protocolos de leitura depositados no objeto lido, não somente

pelo autor que indica a justa compreensão de seu texto, mas também pelo impressor que compõe as formas tipográficas, seja com um objetivo explícito, seja inconscientemente, em conformidade com os hábitos de seu tempo<sup>xv</sup>

Nesse sentido, os significados das obras se encontram tanto intrínsecos quanto extrínsecos, podendo ser buscados nas práticas e rituais de leitura quanto na materialidade do suporte que dá um determinado texto, ou Quadrinho a ler. De acordo com Chartier:

Todo autor, todo escrito impõe uma ordem, uma postura, uma atitude de leitura. Que seja explicitamente afirmada pelo escritor ou produzida mecanicamente pela maquinaria do texto, inscrita na letra da obra como também nos dispositivos de sua impressão, o protocolo da leitura define quais devem ser a interpretação correta e o uso adequado do texto, ao mesmo tempo que esboça seu leitor ideal. Deste último, autores e editores têm sempre uma clara representação: são as competências que supõem nele que guiam seu trabalho de escrita e de edição; são os pensamentos e as condutas que desejam nele que fundam seus esforços e efeitos de persuasão. É possível, portanto, interrogando de novo os textos e os livros, revelar as leituras que pretendiam produzir, ou aquelas tidas como aptas a decifrar o material que davam a ler<sup>xvi</sup>

E dessa forma é possível uma percepção não apenas dos significados dos textos por parte dos seus autores, mas as transformações ao qual eles são submetidos em seu processo de produção e elaboração, assim a observação precisa da representação feita acerca do seu leitor e consumidor.

Se os caminhos da pesquisa do historiador Roger Chartier que o levaram de uma História dos Livros para uma História da Leitura - a dizer sua preocupação com as práticas de leitura presentes em hábitos, gestos, atitudes e costumes e ordenadas por convenções sociais historicamente estabelecidas, assim como sua preocupação com as inúmeras significações do texto, construídas, com efeito, a partir das formas como o texto é recebido pelos seus leitores - será possível, talvez, repensar alguns dos conceitos, categorias ou definições teorizadas nas pesquisas em Histórias em Quadrinhos, do campo das definições e características da linguagem que visavam elucidar suas especificidades e dessa maneira legitimá-la enquanto manifestação artística autônoma para o campo da materialidade e das circulações, definindo, talvez, de forma mais específica os diferentes objetos que partilham de aspectos de linguagem comuns.

---

<sup>i</sup> Waldomiro Vergueiro é professor titular na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e criador do Núcleo de Pesquisa de Histórias em Quadrinhos na mesma instituição, enquanto que Roberto Elísio dos Santos é jornalista e professor com pós-doutorado em Comunicação.

<sup>ii</sup> VERGUEIRO, Waldomiro. SANTOS, Roberto Elísio dos. *A pesquisa sobre histórias em quadrinhos na Universidade de São Paulo: análise da produção de 1972 a 2005*. Unirevista – Vol.1 n°3; julho 2006.

<sup>iii</sup> Idem, p.4

---

<sup>iv</sup> RAMOS, Paulo. *Revolução do gibi: a nova cara dos quadrinhos*. São Paulo, Devir, 2012, p.7.

<sup>v</sup> CHINEN, Nobu; VERGUEIRO, Waldomiro; RAMOS, Paulo. *Literatura em quadrinhos no Brasil, uma área em expansão*. In: RAMOS, Paulo; VERGUEIRO, Waldomiro. *Quadrinhos e Literatura: diálogos possíveis*. São Paulo: Criativo, 2014, p.29.

<sup>vi</sup> Em seu site oficial o Instituto se apresenta da seguinte forma: “O Instituto Pró- Livro – IPL é uma associação de caráter privado e sem fins lucrativos mantida com recursos constituídos, principalmente, por contribuições de entidades do mercado editorial, com o objetivo principal de fomento à leitura e à difusão do livro. Foi criado em outubro de 2006, como resultado de estudos e conversação entre representantes do governo e entidades do livro, e constitui uma resposta institucional à preocupação de especialistas de diferentes segmentos – públicos e privados – das áreas da educação, cultura e de produção e distribuição do livro, pelos níveis de letramento e hábitos de leitura da população em geral e, em particular, dos jovens, significativamente inferiores à média dos países industrializados e em desenvolvimento. Concretiza-se num conjunto de estratégias destinadas a promover a competência leitora, os hábitos de leitura e o acesso aos livros, especialmente voltado à inclusão cultural de 70 % da população brasileira que não tem acesso ao livro e aos bens culturais”. In:< <http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/texto.asp?id=3>>, acessado em 21/10/2013

<sup>vii</sup> Zoraya Failla em entrevista concedida à jornalista Alana Gandra do “Portal Terra” no dia 09 de setembro de 2013. Disponível em: < <http://noticias.terra.com.br/educacao/historias-em-quadrinhos-podem-ajudar-a-formar-leitores-diz-instituto-pro-livro.0d55cf8579bf0410VgnCLD2000000ec6eb0aRCRD.html>> (acessado em 21/10/2013.).

<sup>viii</sup> Os resultados da pesquisa estão disponíveis no endereço <<http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/texto.asp?id=2834>> acessado em 22/10/2013.

<sup>ix</sup> Essa crítica já havia sido apresentada por Paulo Ramos em seu “blog dos quadrinhos”, acessado em (28/10/2013). <<http://blogdosquadrinhos.blog.uol.com.br/>>

<sup>x</sup> Idem.

<sup>xi</sup> EISNER, Will. *Quadrinhos e arte seqüencial: princípios e práticas do lendário cartunista*. São Paulo. Martins Fontes, 2010, p.1.

<sup>xii</sup> MCCLLOUD, Scott. *Desvendando os quadrinhos*. São Paulo. Editora M.Books do Brasil, 2005, p.9.

<sup>xiii</sup> RAMOS, Paulo. *A leitura dos quadrinhos*. São Paulo. Contexto, 2010, p.20

<sup>xiv</sup> RAMOS, Paulo. FIGUEIRA, Diego. *Graphic Novel, Narrativa Gráfica, Novela Gráfica ou Romance Gráfico? Terminologias distintas para um mesmo rótulo*. In: RAMOS, Paulo; VERGUEIRO, Waldomiro; FIGUEIRA, Diego. *Quadrinhos e Literatura: diálogos possíveis*. São Paulo, Criativo, 2014, p.187.

<sup>xv</sup> CHARTIER, Roger. *Do livro à leitura*. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas de Leitura*. São Paulo. Estação Liberdade, 2011, p.78

<sup>xvi</sup> CHARTIER, Roger. Prefácio. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas de Leitura*. São Paulo. Estação Liberdade, 2011, p.20



## A LEI BOSMAN E O FC BARCELONA:

### GLOBALIZAÇÃO DO FUTEBOL E IDENTIDADE REGIONAL

*Victor de Leonardo Figols<sup>1</sup>*

**RESUMO:** Nos anos 1990, Jean-Marc Bosman buscou mecanismo de se livrar das amarras contratuais que os clubes faziam. A carreira do jogador ficou dividida entre os gramados e os tribunais, e em 1996, Bosman finalmente ganhou na justiça a liberdade. A luta do jogador garantiu não só a liberdade individual dos jogadores, como também modificou profundamente a política de contratação dos clubes. Cada vez mais jogadores estrangeiros passam a compor os elencos dos clubes europeus, entrando em choque com as identidades regionais. O presente trabalho propõe estudar a tensão entre a identidade regional do FC Barcelona e a globalização do futebol.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lei Bosman; Futebol globalizado; FC Barcelona;

**ABSTRACT:** In the 1990s, Jean-Marc Bosman sought mechanism to get rid of the shackles of contractual clubs. His career was divided between the fields and the courts, and in 1996, Bosman finally won, in justice, his freedom. The struggle of the player, not only secured the freedom of the individual players, but also caused profound changes in the policy of contraction in the football. More players from other countries became part of the squad of European's clubs, entering on a collision course with regional identities. This paper proposes to study the tension between regional identity of FC Barcelona and the globalization of football.

**KEYWORDS:** Bosman ruling; Global football; FC Barcelona;

---

<sup>1</sup> Mestrando em História no Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Escola de Filosofia Letras e Ciências Humanas (EFLCH) da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp. Estuda a globalização do futebol em choque com a identidade regional presente no FC Barcelona durante a década 1990 sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Lúcia Lana Nemi - Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E é integrante do Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Futebol (GIEF).  
Contato: [figolsvi@hotmail.com](mailto:figolsvi@hotmail.com)

## **A Lei Bosman**

Em 1988, o jogador de futebol belga, Jean-Marc Bosman, assinou um contrato com o clube belga RFC Liège. Dois anos depois, com o seu contrato no fim e com um salário que fora reduzido durante a permanência do jogador no clube, Bosman recebeu uma proposta do Dunkerque, da segunda divisão da Liga Francesa, e pretendia deixar o clube belga. Todavia, o RFC Liège não queria abrir mão de seu jogador, e caso o fizesse seria para lucrar com a possível transferência do jogador. Então o clube belga estabeleceu uma taxa de transferência que impedia que Bosman fosse para o Dunkerque. Assim, a saída do jogador não se concretizou, forçando o jogador a permanecer no RFC Liège.

Em 1990, logo após o início da temporada, Bosman decidiu mover uma ação contra o RFC Liège, na tentativa de quebrar os vínculos contratuais que, além de impedir o jogador de atuar profissionalmente, sofria com a exclusão do time principal e com o salário reduzido. O ato de Bosman mudaria radicalmente a política de contratação dos clubes europeus, expondo as contradições do futebol moderno.

Em novembro desse mesmo ano, o jogador ganhou a causa na justiça comum belga, conseguindo assegurar a sua transferência para um clube da terceira divisão da França, o Olympique Saint-Quentin, após rescindir o contrato com o antigo clube. Devido ao caráter excepcional da transferência de Bosman, por intermédio de um tribunal, o Liège não recebeu nenhuma quantia em dinheiro relacionado à transferência. Passado um ano, o Liège recorreu à decisão e levou o caso para o Tribunal de Justiça da Bélgica, a ação do clube impediu Bosman de atuar como jogador até a sentença ser proferida.

Ainda afastado do Saint-Quentin, e recebendo o seguro desemprego da França, Bosman tentou jogar no incipiente – e quase amador – futebol da Ilha da Reunião. Sem sucesso, o jogador retornou à Bélgica, em 1992, agora sem vínculo contratual com nenhum clube e sem receber seguro desemprego ou outro subsídio qualquer. Bosman ficou um ano sem atuar, e em 1993 assinou contrato com o Royal Olympic Club de Charleroi-Marchienne, da segunda divisão do futebol belga. O seu contrato com o Olympic de Charleroi durou apenas um ano, e em 1994 assinou com o Visé, da quarta divisão belga.

Finalmente, só em 1995 as resoluções judiciais começaram a ter uma definição. Em março daquele ano, o Tribunal Supremo da Bélgica rejeitou o recurso apresentado pelo Liège,

pela Federação Belga de Futebol e pela *Union of European Football Associations* (UEFA). Dois meses depois, o caso foi levado para o Tribunal de Justiça da União Europeia, evidenciando que a questão não era um problema do futebol belga, mas sim do futebol europeu como um todo.

Os advogados de Bosman basearam-se o argumento no Tratado de Roma (1957), que previa, dentro de diversas resoluções para uma unificação da Europa, a livre movimentação de pessoas, trabalhadores, capitais e serviços no mesmo espaço político e econômico. O dito Tratado expressava claramente a liberdade de movimentação de trabalhadores dentro da comunidade europeia. Essa premissa, como argumento central da defesa do jogador Bosman, mudaria drasticamente os elencos dos times europeus, após a resolução do caso.

Em novembro de 1995, a UEFA apresentou um manifesto que constava a assinatura de 49 presidentes das federações nacionais de futebol, no qual expunha os perigos que uma resolução pró Bosman poderiam causar no futebol europeu. A entidade máxima do futebol da Europa argumentava que, caso o tribunal decidisse em favor do jogador, abriria um abismo entre o clube mais pobre e os clubes mais ricos do velho continente. De fato, o perigo anunciado pela UEFA se concretizou anos depois.

No mês seguinte, o Tribunal de Justiça da União Europeia deliberou a favor do jogador Bosman, e contra o Liège, a Federação Belga de Futebol e a UEFA, sem direito a apelação. Tal medida implicou uma reformulação na regulamentação de transferências da FIFA. A resolução resultou em duas decisões:

O pagamento de transferências por jogadores cujo contrato expirou é ilegal, desde que o jogador se transfira de um clube pertencente a um Estado-Membro para outro.

A restrição em relação ao número de estrangeiros é, igualmente, ilegal. Todos os atletas cuja nacionalidade seja a de um país Estado-Membro da União Europeia não podem ser considerados estrangeiros dentro de um diferente país Estado-Membro da União Europeia.<sup>2</sup>

No limite, a decisão do Tribunal garantiu a liberdade de Bosman, e de todos os outros jogadores europeus. Diante da resolução, o secretário-geral da Liga Espanhola, Jesús Samper, anunciou que nada iria mudar, todavia a decisão entraria em vigor a partir de março 1º de março de 1996.

---

<sup>2</sup> FERREIRA, Pedro Tiago da Silva. *O Impacte do Acórdão Bosman na Estrutura Desportiva Europeia*. Lisboa: Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras, Mestrado em Políticas Europeias, 2008. p.41

Sem um período de transição, e antes mesmo de entrar em vigor, a decisão do Tribunal foi acatada pela Federação Inglesa de Futebol e pela Federação Alemã de Futebol. O futebol italiano também acenou para a livre circulação de jogadores comunitários, já o futebol espanhol apresentou certa resistência, mas teve que ceder diante da pressão do Tribunal.

A UEFA tentou buscar apoio das equipes para impedir que a decisão fosse levada à diante. Sem um consenso entre os clubes e as federações nacionais, a UEFA não conseguiu o apoio necessário para barrar a decisão.

Assim, acabou tendo de acatar oficialmente a sentença do Caso Bosman e anulou a regra que limitava a três o número de estrangeiros nos seus times associados.<sup>3</sup>

A Lei Bosman, aparentemente, surge como uma regra para o esporte, e principalmente para o futebol, dentro do velho continente. Entretanto, a decisão a favor do jogador pode ser visto como uma lei trabalhista, uma vez entende que o jogador tem os mesmo direitos que qualquer outro trabalhador e cidadão europeu. Em outras palavras, a Lei Bosman é uma lei trabalhista que garante ao jogador de futebol, e qualquer outro esportista europeu, o direito de livre circulação dentro da União Europeia.

Por outro lado, a Lei abriu um novo mercado e modificou radicalmente o cenário do futebol europeu. Como aponta Faveiro, a decisão

[...] acabou com o preço do passe dos jogadores. E desde então alguns clubes faliram, já que não podiam mais contar com o dinheiro das transferências dos jogadores que revelavam. A situação gerou uma bola de neve, com perda de identidade dos times, aumento do preço dos ingressos, elitização dos torcedores, atos de violências racistas e nacionalistas.<sup>4</sup>

É nesse cenário do futebol globalizado da segunda metade dos anos 1990 que o FC Barcelona se insere. Ora assumindo uma dimensão global, ora questionando o seu caráter nacionalista, que remonta quase um século de história e de identificação com a Catalunha.

---

<sup>3</sup> FAVERO, Paulo Miranda. *O efeito da Lei Bosman no futebol*. Ludopédio: Arquibancada 05 de novembro de 2009. Último acesso dia 6 de outubro de 2014 às 15h44:

< <http://www.ludopedio.com.br/rc/index.php/arquibancada/artigo/59> >.

<sup>4</sup> *Idem*.

## O FC Barcelona após a Lei Bosman

Antes da Lei Bosman, o FC Barcelona possuía alguns jogadores estrangeiros, mas respeitava a regra de no máximo três jogadores estrangeiros no elenco. Esse quadro mudaria a partir de 1996, com a Lei Bosman. Como já foi mencionado, a nova lei fazia com que os clubes deixassem de ganhar em uma eventual transferência do jogador ao término do contrato, tornando-o livre para negociar com outro clube, aumentando a circulação de atletas. Além disso, forçou a alteração na regra que limitava o número de estrangeiros nos clubes europeus pertencente à União Europeia. Em suma, a lei deu liberdade aos atletas que passaram a ter livre circulação na Europa, enquanto os clubes mais ricos viram um novo mercado se abrir, com a possibilidade de contratar jogadores de diferentes regiões do velho continente.

Em 1996, com a possível saída do presidente Josep Luís Nuñez, o então técnico Johan Cruyff deixou o comando do clube catalão. Para substituí-lo, o FC Barcelona contratou o técnico Bobby Robson, todavia o inglês não conseguiu desenvolver um bom trabalho, apesar de ter conquistado uma Supercopa da Espanha, uma Copa del Rey e uma Recopa da Europa. Robson deixou o clube catalão na temporada 1997-1998.

Já em 1997, Louis Van Gaal assumiu o comando do time catalão, e só sairia do clube em 2000. Valendo-se da Lei Bosman, o técnico holandês contratou muitos estrangeiros, principalmente de origem holandesa, e o crescente número de estrangeiros no time não foi muito bem assimilado pela imprensa, e por parte do elenco do time principal, que passou a questionar se o clube era realmente da Catalunha.

A crescente presença de jogadores estrangeiros teve o seu estopim em 1999 quando o FC Barcelona anunciou a contratação de mais dois jogadores estrangeiros. Segundo o periódico *El Mundo Deportivo*, após a contratação de mais dois holandeses, “*el doble fichaje de los Hermanos De Boer ha provocado un cierto mal estar en el seno de la plantilla*”.<sup>5</sup> Com a contratação dos irmãos Frank e Ronald De Boer, o clube somava oito holandeses, ao passo que dos 26 jogadores do elenco, apenas 10 eram espanhóis.

Ainda sobre a contratação dos irmãos holandeses, o periódico *La Vanguardia* publicou uma matéria com Kluivert que também era holandês. A matéria foi intitulada da seguinte forma: “*Kluivert asegura que es peligroso para el Barça tener tantos holandeses en el*

---

<sup>5</sup> Grifo original. *Mundo Deportivo*, 16 de janeiro de 1999. p.8.

*equip*”<sup>6</sup>. Segundo o atacante do FC Barcelona, a “*holandización*” poderia criar uma expectativa ainda maior sobre os holandeses do elenco, fato que, em caso de derrota, geraria uma crítica muito maior sobre os holandeses do FC Barcelona do que sobre os demais jogadores do elenco. Além disso, Kluivert também afirmava que a presença massiva de holandeses no clube poderia dar a impressão de que o futebol espanhol e os jogadores espanhóis estariam em um nível inferior ao futebol da Holanda. No dia anterior, o *La Vanguardia* trazia uma pequena nota na qual noticiava que o muro em frente ao escritório do clube fora pichado com os dizeres: “*Menos tulipanes y más catalanes, Frank sí, Ronald, no*”.<sup>7</sup>

Nesse mesmo dia, encontra-se no periódico *ABC* uma crônica sobre a contratação dos jogadores holandeses, em que o autor narrou uma suposta reação dos torcedores do FC Barcelona. Em um trecho, que simula a fala de um torcedor do FC Barcelona, é possível ler: “[...] *el Barcelona ha dejado de ser <<más que un club>> para transformarse en el club-colonia de Holanda*”.<sup>8</sup>

Deste modo, é possível notar uma tensão entre o global e o regional. O caráter global que o clube assumiu contratando jogadores estrangeiros, somado com a crescente mercantilização do clube, entrou em conflito com a identidade catalã do clube. Tal identidade foi historicamente construída ao longo dos quase cem anos do clube, e que havia ganhado força, principalmente, no final da ditadura de Francisco Franco.<sup>9</sup>

Nesse sentido, Richard Giulianotti demonstra que “a globalização do futebol e a circulação de capital internacional de esportes causaram a erosão de muitas dessas peculiaridades culturais”.<sup>10</sup> Para além do aumento da circulação de jogadores estrangeiros, Giulianotti aponta que a *erosão* pode ser observada na “privatização” dos clubes, sobretudo os ingleses, que passaram a pertencer não apenas a acionistas, mas também a empresas, ou até mesmo a um único dono. Os novos mandatários dos clubes, normalmente, eram de regiões sem nenhuma ligação com o local de origem do clube, e muitas vezes os clubes eram comprados por milionários do leste europeu, da Ásia ou dos Estados Unidos. Acompanhado a

---

<sup>6</sup> *La Vanguardia Española*, 17 de janeiro de 1999. p.56.

<sup>7</sup> *La Vanguardia Española*, 16 de janeiro de 1999. p.27.

<sup>8</sup> *ABC*, 16 de janeiro de 1999. p.80.

<sup>9</sup> FIGOLS, Victor de Leonardo. *Barça, més que un club: o FC Barcelona durante o Franquismo (1968-1969)*. 2013. 63 f. Monografia (Bacharelado/Licenciatura em História) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2013. Ver também: FIGOLS, Victor de Leonardo. “Barça, més que un club – dimensões sociopolíticas do futebol clube Barcelona”. Revista Tempo Brasileiro, jan-mar. – nº184 -2011- Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, ed. p.363-372.

<sup>10</sup> GIULIANOTTI, Richard. *op. cit.* p.116.

isso, existiu a mercantilização do futebol e comercialização do clube, enquanto marca, que alterou a relação entre torcedor-clube transformando-a em relação consumidor-marca. Essa mudança da relação também pode ser atribuída ao papel da televisão que contribuiu para a difusão e consolidação das marcas (dos clubes) em novos territórios comerciais.

Já Favero entende que:

[...] a globalização é contra o futebol: ela aniquila as escolas nacionais, por causa da grande circulação de atletas de diferentes nacionalidades, esvazia as periferias de jogadores e os concentra em clubes transnacionais.”<sup>11</sup>.

Pensar na chave proposta por Giulianotti e Favero implica entender que o regionalismo e a globalização estão em conflito constante. Assim, a globalização extinguiria as particularidades regionais.

Por outro lado, a crescente globalização do clube pode ser vista em outra chave. Pablo Alabarces demonstra que os clubes possuem dimensões locais, e que devido à globalização do futebol existe sempre uma relação conflituosa entre o local e o global, entretanto, segundo o autor, “*as tendências esportivas locais seguem muito poderosas, e obrigam continuamente a reescrever o relato global do futebol*”<sup>12</sup>. Nesse sentido, Alabarces cita o caso atual do FC Barcelona:

E a suposta globalização de uma equipe como o Barcelona, onde jogam Messi, Alves, Sánchez e Iniesta, não pode desvincular-se do funcionamento tribal da equipe catalã: apesar de suas tradições holandesas e suas estrelas globais, o Barcelona não pode, nem deseja, deixar de ser o símbolo de uma identidade local: a representação regional catalã perante o centralismo do estado espanhol.<sup>13</sup>

Sendo assim, nesse processo de globalização, o clube aceitou e buscou se internacionalizar, ao mesmo tempo em que buscava passar a imagem de exceção à globalização, além explorar a sua identificação com a Catalunha. Nessa perspectiva o choque entre a dimensão global que o clube ganhou e as suas particularidades regionais implicam em uma ressignificação das dimensões do clube.

---

<sup>11</sup> FAVERO, Paulo Miranda. *Globalização, mercantilização e geopolítica do futebol*. 2006. 61 f. Monografia (Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p.56

<sup>12</sup> ALABARCES, Pablo. *Futebol e globalização: as formas locais das mercadorias globais*. Bauru: revistaaac, v. 1, n. 2, out. 2011/mar. 2012. p.196.

<sup>13</sup> *Idem*. p.199.

Em suma, Lei Bosman, além de garantir a livre circulação de jogadores, acelerou o processo de globalização dos clubes, processo que remonta a década de 1980, mas que ganhou novos impulsos na década de 1990 com a entrada da televisão no mercado da bola. Nesse sentido, a Lei Bosman soma-se a um processo que já estava em curso, mas que a partir da resolução do Tribunal modifica toda a política de contratação dos clubes, abrindo um cenário em que o elemento estrangeiro passou a ser comum nos grandes clubes. E esse caráter globalizante entrou em conflito com as particularidades regionais dos clubes.

Pensando o caso específico do FC Barcelona, entende-se que as antinomias e contradições promovidas por este choque entre a globalização e o regionalismo resultaram em uma ressignificação não apenas da dimensão regional, mas também da dimensão global que o clube buscou representar.

### **Periódicos consultados**

*ABC*, 16 de janeiro de 1999.

*El Mundo Deportivo*, 16 de janeiro de 1999.

*La Vanguardia Española*, 16 de janeiro de 1999.

*La Vanguardia Española*, 17 de janeiro de 1999.

### **Referências Bibliográficas**

ALABARCES, Pablo. *Futebol e globalização: as formas locais das mercadorias globais*. Bauru: revista faac, v. 1, n. 2, p. 195-200, out. 2011/mar. 2012.

FERREIRA, Pedro Tiago da Silva. *O Impacte do Acórdão Bosman na Estrutura Desportiva Europeia*. Lisboa: Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras, Mestrado em Políticas Europeias, 2008.

FAVERO, Paulo Miranda. *Globalização, mercantilização e geopolítica do futebol*. 2006. 61 f. Monografia (Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. *Os donos do campo e os donos da bola: alguns aspectos da globalização do futebol*.



2010. 118 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_. *O efeito da Lei Bosman no futebol*. Ludopédio: Arquibancada 05 de novembro de 2009. Último acesso dia 6 de outubro de 2014 às 15h44:  
<<http://www.ludopedio.com.br/rc/index.php/arquibancada/artigo/59>>.

FIGOLS, Victor de Leonardo. *Barça, més que un club: o FC Barcelona durante o Franquismo (1968-1969)*. 2013. 63 f. Monografia (Bacharelado/Licenciatura em História) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2013.

\_\_\_\_\_. “Barça, més que um club – dimensões sociopolíticas do futebol clube Barcelona”. *Revista Tempo Brasileiro*, jan-mar. – nº184 -2011- Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, ed. p.363-372.

\_\_\_\_\_. *O FC Barcelona: més que un club*. Ludopédio: Arquibancada 28/02/2012. Disponível em: <<http://www.ludopedio.com.br/rc/index.php/arquibancada/artigo/901>>; Último acesso em 20 de fevereiro de 2014 às 18h15.

\_\_\_\_\_. *Blaugrana mecânico: a (r)evolução tática do FC Barcelona*. Ludopédio: Arquibancada 28/11/2012. Disponível em: <<http://www.ludopedio.com.br/rc/index.php/arquibancada/artigo/1183>>; Último acesso em 20 de fevereiro de 2014 às 18h20.

\_\_\_\_\_. *Johan Cruyff: um holandês quase catalão 22.05.2013*. Ludopédio: Arquibancada 22/05/2013. Disponível em: <<http://www.ludopedio.com.br/rc/index.php/arquibancada/artigo/1397>>; Último acesso em 20 de fevereiro de 2014 às 18h25.

GIULIANOTTI, Richard. *Sociologia do Futebol – Dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões*. São Paulo: Nova Alexandria, 2010.

\_\_\_\_\_. “Globalização cultural nas fronteiras: o caso do futebol escocês”. Editora UFPR: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 39, p. 41-64, 2003.

GIULIANOTTI, Richard & ROBERTSON, Roland. *The globalization of football: a study in the glocalization of the ‘serious life’*. Londres: *The British Journal of Sociology*, v. 55, Issue 4, 2004.

TORRES, Carles Santacana (dir.). *Barça, 110 anys fent història*. Barcelona: Angle Editorial, 2010.

## **Ópera e Poética na Itália setecentista: Rumos estéticos em pauta**

Victor Emmanuel Teixeira Mendes Abalada<sup>1</sup>

**Resumo:** O modelo da ópera italiana e sua(s) linguagem(ns) foi(ram) permanentemente postos em discussão desde o surgimento do gênero. No século XVIII, esses debates parecem atingir seu auge, de maneira que as questões perpassam não apenas os componentes do espetáculo e seu funcionamento, mas chegam a abranger, também, questões de cunho moral e político. Esse constante questionamento acerca da forma e função do espetáculo revela o enquadramento cultural da época – e sua transformação –, colocando em relevo os reais pontos (estéticos e políticos) em disputa.

**Palavras-chave:** ópera setecentista – poética – discussão estética

**Abstract:** The model of Italian opera and its languages were constantly discussed ever since they first appeared. In the XVIIIth century, these debates heightened in a way in which they begin to involve more than the spectacle and its parts, bringing into discussion concepts of moral and politics. This ever-constant questioning of the form and the function of the genre reveals the cultural background of the age, as well as its changes, bringing into light the real points (both aesthetic and political) in dispute.

**Key-words:** eighteenth-century opera – poetics – aesthetic discussion

“Da dissociação entre recitativo e ária e da reforma radical do libreto realizada pela *Accademia degli Arcadi* romana nasceu a *opera seria*, cuja estrutura foi fixada através das obras de Pietro Metastasio e Apostolo Zeno”. Construções como essa são recorrentemente utilizadas na literatura para explicar a forma e a origem da *opera seria*, principal (e mais popular) forma que o gênero assumiria no século XVIII. Entretanto, esse tipo de simplificação, além de necessitar um grau mínimo de conhecimento prévio sobre o assunto, acaba por esconder uma série de disputas que tanto deram origem ao gênero, como por ele foram constantemente alimentadas ao longo do século.

Desde o início da ópera, encontravam-se escritos que, baseando-se nos Antigos, buscavam moldar a forma do novo espetáculo. Entretanto, se, em um primeiro momento, dedicam-se a expor os poderes da música e a capacidade do novo estilo de comover às plateias (*muovere gli affetti*), após 1637, com os desdobramentos da ópera pública veneziana, a reflexão teórica passa a frisar a questão da verossimilhança e a dificuldade de se justificar um espetáculo inteiramente cantado. É nesse sentido que avultaram, cada vez mais, tentativas (ao menos teóricas) de enquadrar o drama lírico nos moldes da poética clássica, apresentando o século XVIII um *boom* dos tratados acerca da ópera e propostas de reforma, dentre as quais está, a sua maneira, a reforma árcade, a partir do qual o debate pró e contra o gênero acirra-se.

Entretanto, antes de comentar qualquer desenvolvimento no debate é preciso ressaltar a dificuldade de se trabalhar com a ópera italiana nos setecentos por uma série de motivos. Não só porque o período vê o gênero ainda afirmando-se enquanto tal, como porque, muitas vezes, a “ópera italiana” se desenvolve fora da própria Itália ou, contrariamente, ainda possui um caráter de escola regional (a *opera seria*, por exemplo, embora com sua estrutura idealizada através de ideias e reformas oriundas de ou com base em Roma, seria, de acordo com alguns, fruto, musicalmente, da escola napolitana). Entretanto, acima de tudo, há o problema de se pensar a própria Itália no período, pois, a rigor, politicamente ela ainda está longe de existir.

O próprio pensamento intelectual italiano entre fins dos seiscentos e a metade dos setecentos não trabalhava com uma ideia de unificação nacional, que, acima de tudo, permanecia bastante abstrato e utópico, seja em termos de realismo político, seja pela percepção cada vez mais precisa da perda do papel-central e do prestígio que a cultura italiana havia sofrido na Europa, migrando para Londres, Paris, Amsterdam, entre outras cidades, os grandes centros de criatividade. Por outro lado, surgia, pelo território, a consciência comum da inferioridade intelectual italiana, que, mesmo que se apregoasse herdeira direta da tradição greco-romana (da qual supunha-se derivar todo o pensamento), permanecia alheia aos novos debates, resultando, então, na busca por estabelecer ideais de alguma forma modernizantes, que resultaram, senão comuns, com diversos pontos de contato.

O ponto de partida dessas transformações é Roma, que, mesmo com os limites da contrarreforma, permaneceu um centro de cultura de vocação cosmopolita, enquanto outras cidades isolaram-se do resto do continente. Não é de se espantar que seja lá que venha a ser publicado o primeiro jornal erudito italiano, ou que, lá, na transição do século XVII para o XVIII, tenham começado a florescer academias preocupadas em estabelecer contatos com outras experiências intelectuais, de propor problemas de método e pesquisa análogos, por exemplo, aos propostos na França pela congregação de São Mauro.

Dentre essas academias emergentes, encontramos a Arcádia, ostentando em seu programa “a reforma das artes e das ciências pelo bem da religião católica, pela glória da Itália, pelo benefício público e privado”<sup>2</sup>. Como colocam Dino Carpenetto e Giuseppe Ricuperati<sup>3</sup>, dois pontos de vista foram traçados sobre a mesma pela historiografia: em uma visão tradicional, a academia tornava-se quase uma categoria em si para definir a passagem do Barroco para o Iluminismo, enquanto estudos mais recentes apresentariam uma visão menos lustrosa da instituição, apresentando-a como o instrumento pelo qual a Cúria romana teria sido capaz de capturar, transformar e esvaziar os ideais racionalistas e os impulsos inovadores da cultura italiana de fins do século XVII.

No caso específico da ópera, a questão da relação conflituosa e a absorção por parte da Igreja é particularmente clara e digna de destaque, pois a Eclésia, em primeiro momento, não demonstrou muita simpatia pela importância dada ao gênero, sua expansão e relativa popularização. Por diversas vezes, em um espaço de tempo que penetra o século XVIII, o gênero foi proibido e apresentações canceladas, especialmente em Roma, como quando no período entre 1701 e 1710, momento em que Clemente XI baniu toda e qualquer forma de performance pública. Logo, uma a desvalorização do gênero perante os Antigos e os apelos de reforma do mesmo partem de uma academia que tinha em seus interesses defender o “bem da religião católica” é tão ou menos irônico do que pode parecer ao interpretar-se a atuação da Arcádia através deste novo viés historiográfico proposto.

Dois pontos do debate que a Arcádia incitará, entre si associados, precisam ser, desde o início, postos em evidência: a questão do “bom gosto” e a recepção, interpretação e uso dos Antigos, pois é a partir deles que a discussão se desenvolverá século afora. Se criticarão questões de verossimilhança ou de atenção à unidade de tempo, lugar e ação, se irão basear-se em Aristóteles ou Horácio, se sua leitura dos clássicos estará associada a Boileau ou Winckelmann são desdobramentos e consequências desses pontos de referência do contexto linguístico.

A questão do uso dos Antigos precisa ser frisada não só porque todo o discurso em pauta constrói-se, ao menos em um primeiro momento, em cima deles, seja por pensarem-se herdeiros diretos dos mesmos, seja por toda uma tradição cultural (europeia) ainda neles baseada, seja na comparação que vem a ser feita entre antigos e modernos. Mas a questão do uso dos Antigos e o pertencimento e perpetuação de um legado deve ser frisado, principalmente, para alertar que há, como expõe Luiz Marques, uma “contínua problematização da noção de legado”<sup>4</sup>, ou seja, uma contínua seleção e hierarquização do antigo, de acordo com o contexto, decidindo, de acordo com o momento, o que vem a integrar os cânones ou não – ou mesmo como cada obra deve ser lida. Logo, se fazem referência à *Poética* de Aristóteles ou Horácio, que passagens usam, quais (oportunamente) omitem, tudo deve ser averiguado de maneira a revelar não só ao que o discurso busca filiar-se, mas o que ele busca passar, traduzindo a linguagem de um contexto linguístico para outro.

Altamente ligada a esse tópico está a questão do “bom gosto”. A retórica do bom gosto é a forma com a qual a Arcádia, de acordo com a interpretação de Vernon Hyde Minor<sup>5</sup>, veio a minar a estética barroca e seu excesso. O vocábulo “gosto” (*gusto, goût, geschmack, taste*) era de uso corrente na Europa desde o século XVI em escritos sobre arte, literatura e sociedade para expressar algum aspecto da beleza, ligado, pelo senso comum, ao acordo e harmonia entre as

formas e elementos de um objeto, no qual a adição ou subtração de qualquer coisa causaria um perigoso desequilíbrio. Entretanto, os ataques árcades feitos sob esta égide têm de ser observados em um contexto mais amplo.

Nesse sentido, não pouca atenção deve ser voltada aos escritos de Ludovico Muratori (1672 – 1750), membro da Arcádia e um dos mais importantes pensadores italianos da época. De origem humilde e educação eclesiástica, Muratori voltou sua atenção à ciência, teologia, estética e filosofia, promovendo reformas eclesiásticas, literárias e políticas. A relação do sacerdote modenense com a academia romana, com a qual viria, eventualmente, romper, nem sempre se mostrou cordial, porém, não apenas esta lhe era, como veio a perceber, crucial em seu projeto de uma república literária italiana (uma vez que a ausência de Roma de seus contatos significava o alheamento à cultura eclesiástica, que tinha um importante papel em seus ideais de uma reforma civil, especialmente no que tangencia uma reforma dos estudos), como os escritos de Muratori foram extremamente importantes para definir, delimitar e clarificar certas posições da academia – ainda que divergências pudessem ser encontradas entre seus membros recorrentemente.

Sua posição sobre o que é o “bom gosto” e sua função são centrais no entendimento da questão. Não apenas sobre ela escreveu as *Riflessioni sopra il buon gusto intorno le scienze e le arti*, publicadas em Veneza entre 1708 e 1715, nas quais procura criar a consciência da debilidade da Itália enquanto criadora cultural, não por uma questão de falta de criatividade, mas da organização, apresentando a necessidade de unificar a cultura para lhe devolver o bem comum como seu fim; como o tema perpassa, de maneira geral, sua obra. O autor compreende o *buon gusto* como algo que engloba em si todas as artes e ciências e serve como norteador para o conhecimento delas, logo devendo ser entendido de forma geral, procurando observar “*il buon gusto Universale*” em detrimento de “*il buon gusto particolare*”. Sobre a questão ele escreve: “Nós, por bom gosto, entendemos o conhecimento e o poder de julgar aquilo que é defeituoso, imperfeito ou medíocre nas Ciências e nas Artes para se proteger; e aquilo que é o melhor, e o perfeito para segui-lo com todas as forças”<sup>6</sup>.

O “bom gosto” é, então, segundo esta visão, um guia para o estudo das artes e das ciências, de modo que, de maneira utilitária, ele guia e aconselha aquilo que podemos perceber com nossos sentidos, sob a orientação da razão. Sob esta ótica, o “*buon gusto*” nos encaminha no sentido da Verdade e do Bem, e nos indica a evitar o que está além de nossa capacidade intelectual (o que pode ser encarado como a maneira de Muratori de fugir de temas religiosos).

Essas posições do autor são, certamente, refletidas em seu pensamento acerca do teatro e da ópera. Para Muratori, o teatro tem fim didático e moralizante e, por isso, posiciona-se contra

a ópera, que vulgariza o gosto do público, uma vez que traveste a tragédia com sua música e corrompe a moralidade. Em seu *Della perfetta poesia italiana* (1706), Muratori afirma que “o teatro pode se transformar, em uma palavra, em uma agradável escola dos bons costumes e uma doce cátedra de lições morais”<sup>7</sup>. Para tanto, no entanto, o poeta trágico deve servir ao “bom gosto” ao observar às unidades aristotélicas e escrever, em versos, sobre temas extraídos da Antiguidade. Ou seja, neste cenário, a tragédia, em seu modelo grego-aristotélico (ou ao menos o entendimento que dele tem Muratori), é apontada como gênero mais elevado, devendo ser trabalhado pelos poetas italianos, com seu caráter propedêutico enfatizado, porém com cuidado para não cair nos vícios da ópera, oriundos da música, que impossibilita mesmo um bom drama de atingir seus fins.

A música, de acordo com a visão de Muratori, embora presente na tragédia antiga era, então, séria e científica, capaz de inspirar os afetos mais nobres, ao passo que a música moderna seria suave e efeminada, capaz apenas de deleitar os sentidos (e, em seu excesso, tornava-se apenas entediante). Através do excesso de ariettas, do contraponto excessivo, da presença da voz feminina (real ou fabricada, através dos *castrati*) era impossível falar à moral das plateias. Esses mesmos defeitos corrompiam o texto, destituindo-o de sua verossimilhança (pois quando tudo é cantado, tudo é possível), dificultando sua compreensão, distorcendo e comprimindo o desenvolvimento da ação (que tinha de ser encurtado para atender às peculiaridades da canto) e alterando e expandindo o tempo do discurso falado.

Um dos grandes interlocutores e importante colega da Arcádia de Muratori era Gian Vincenzo Gravina (1664 – 1718), que, no entanto, apresenta uma visão diversa do teatro lírico, ainda que igualmente crítica. Tal qual Muratori, Gravina vê no teatro trágico um instrumento de poder educacional que deve reproduzir-se em solo italiano, o que está atrelado à sua própria concepção (política) da literatura, segundo a qual a poesia é uma forma de conhecimento. Em um pensamento que bate de frente com a moral e as instituições escolásticas dos jesuítas, Gravina pretende reformar e transformar os modelos da cultura literária, fazendo da literatura uma ciência e inculcando a razão à poesia.

Ao contrário da percepção de Muratori, para Gravina, o problema da ópera estaria no texto e não na música. Nascido em distinta família na região da Calábria, educado em Nápoles e radicado em Roma, onde se uniria, desde o primeiro momento, à *Accademia degli Arcadi* (embora, tal qual, Muratori, venha dela se desligar), Gravina pensava no poeta como relacionado ao jurista, interessado nas implicações sociais e republicanas do gosto e da poesia, identificando na lei a alma da sociedade (e, por tal, cada sociedade definir-se-ia pelo caráter de suas leis), sem a qual haveria somente o caos. Essa visão austera de mundo o acompanha em

seus debates literários, nos quais demonstra, muitas vezes, opor-se aos ideais aristotélicos, propondo, platonicamente, que a fantasia deve colher e separar os dados da experiência a fim de apreender a natureza última das coisas, chegando mesmo a negar a poesia lírica, relegada como frívola. A busca da racionalidade, da moralidade, do didatismo, da simplicidade e de verossimilitude caracterizam as visões de Gravina acerca da arte, dentre as quais o teatro, que deve, em vestes históricas, conter ensinamentos civis e morais.

É a falta desses elementos que torna o *dramma per musica* impraticável, pois se a música inspira-se na palavra, não há como produzir um espetáculo aceitável da junção de ambos, pois se encontrava-se “corrompida a poesia por ornamentos transgressores e pela cópia de figuras, também à música foi estendida sua doença, tão figurada que perdeu sua expressão natural”<sup>8</sup>. Como aponta Renato di Bendetto<sup>9</sup>, os escritos de Gravina parecem advogar uma reforma da ópera não pela expulsão da música ou sua restrição a alguns coros, mas na regeneração da poesia, capaz de fazer jus à tragédia clássica.

Entre os árcades, o bolonhês Pier Jacopo Martello (1665 – 1727) apresentar-se-á como um ponto fora da curva no que tange seu julgamento da ópera. Para ele, o *melodramma*, como o próprio denomina o gênero, não devia se subordinar as regras ou unidades aristotélicas, pois, como expõe em seu *Della tragedia antica e moderna*, de 1714, a ópera não é a mesma coisa que a tragédia. Haveria, de acordo com Martello, outra relação hierárquica entre música e poesia na ópera: aqui, ao contrário da tragédia, é da música que emana o sentido da obra. Até mesmo a finalidade de ambas seria diversa, pois não era através da moral típica da tragédia que o *melodramma* exibiria da sua função social, mas capacidade de funcionar como válvula de escape, ela mesma uma forma de controle social. A posição de Martello é singular no debate e, de forma geral, apenas perto do final do século podemos perceber escritos que se aproximam de suas proposições teóricas, porém nem mesmo estes chegam a se opor tão veementemente ao viés literário que caracteriza a discussão sobre o gênero lírico nos setecentos.

Se Martello, ele mesmo, escreveu alguns textos teatrais destinados a serem musicados, assim como não foram seus preceitos que viriam a pautar o contexto linguístico, não foram eles os responsáveis pela delimitação das regras do *dramma per musica*. Caberia a Pietro Metastasio (1698 – 1792) o papel de reformador do drama lírico. Protegido de Gravina, também Metastasio (nome helenizado adotado pelo jovem Pietro Trapassi ao ingressar na *Accademia degli Arcadi*) manteve uma delicada e ambivalente relação com a Academia, e se, na juventude, chegou a escrever uma tragédia falada, foram os libretos que fizeram sua fama.

Metastasio apresenta um modelo conciliatório entre os projetos dos teóricos árcades e os anseios e as arestas do público, assim como da prática da época. Ainda que seu poder sobre a

obra não seja, na aplicação real, tão grande quanto se gostaria, de maneira que a prática podia extrapolar e distorcer a teoria, isso não significava um real descompasso entre ambas, pois a obra de Metastasio molda, ela mesma, a prática e os rumos do embate teórico. Ao contrário de outros teóricos, que abordam a questão de um ponto meramente retórico-literário, procurando moldar os rumos de algo a que não se dedicam inteiramente, a prática faz parte do cotidiano de Metastasio e apenas tardiamente (após 1740, quando já havia escrito numerosos *drammi per musica*) ele se dedica a escrever, formalmente, sobre teoria, traduzindo a poética de Horácio e comentando trechos da poética de Aristóteles – em parte para justificar suas próprias escolhas ao longo de sua carreira. Ademais, é de se questionar se pontos práticos como o esquema do patronato, simbolizado, por exemplo, pelo posto de *poeta cesareo* que veio a ocupar na corte de Viena, e as exigências dos teatros públicos teriam lhe permitido maior controle sobre o resultado final. Ou mesmo, até que ponto, ao não precisar ter em mente apenas o êxito, poderia ele se dedicar à “integridade artística”, conceito por si só anacrônico.

É seguindo essa lógica que busca casar a prática com o ideal trágico árcade que Metastasio instituirá, por exemplo, uma grande quantidade de mudanças de cenas e manterá a tradição do *lieto fine*. Entretanto, de acordo com o próprio, nenhuma das duas fere as regras aristotélicas como acusavam alguns contemporâneos. Em relação à unidade de lugar, Paulo Mugayar Kühl mostra como o poeta aponta em sua correspondência, mais de uma vez, que sobre essa cobrada característica “nem em Horácio nem em Aristóteles se acha uma palavra sequer”<sup>10</sup>. Destarte, de acordo com a interpretação de Kühl dos escritos de Metastasio, a situação iria ainda além, entendendo o poeta que a questão das unidades deveria ser orientada pelo bom senso prático e não por teóricos eruditos que propagam uma interpretação errônea dos escritos clássicos, ligada a critérios ilusionísticos. “O autor [Metastasio] chega a afirmar que a unidade de ação não implica a redução de tramas paralelas – tão comuns nas óperas – e que a unidade de tempo é impraticável, dando diversos exemplos”<sup>11</sup>.

É nesta linha que Metastasio denuncia também que a catarse e os efeitos de “temor e piedade” não implicam na necessidade de um final apocalíptico, sendo outros vários sentimentos possíveis de causar catarse e, aqui, novamente, é necessário destacar uma leitura errônea da *Poética* por parte dos contemporâneos do poeta. Metastasio, ainda assim, acredita que a obra deve ter um viés moralizante e apresentar a superioridade da virtude.

O veneziano Francesco Algarotti (1712 – 1764) em seu *Saggio sopra l'opera in musica* (1754), é dos primeiros a apontar o que julgava serem os erros e acertos do modelo metastasiano, frisando, aos moldes do que havia feito seu conterrâneo Benedetto Marcello (1686 – 1739), em sua sátira *Il teatro alla moda* (1720), que a prática diária do espetáculo



influiu em muito a distorção da pureza de qualquer modelo teórico. Algarotti aponta que o modelo de Metastasio está, segundo sua ótica, perto do ideal de simplicidade por ele idealizado, embora necessitasse, ainda, ser simplificado e o drama trazido para o primeiro plano. De qualquer maneira, para Algarotti, a forma metastasiana permitia ao espetáculo chegar à sua meta, que definia como sendo “deleitar aos olhos e aos ouvidos, suscitar e comover os corações, sem, no entanto, ir contra a razão”<sup>12</sup>, pois é do bom libreto que depende o sucesso do espetáculo. Entretanto, em suas críticas não é difícil estabelecer um paralelo entre alguns de seus argumentos com aqueles de Muratori, especialmente no que tange a questão da música, apresentada como tendo degenerado de sua antiga forma e causadora de diversos problemas na estrutura do drama, em especial no que tange a verossimilhança. Não obstante, se por causa dessa questão, Muratori apresentava-se completamente contra o *drama per musica*, que transformaria a tragédia clássica em chacota, o momento histórico e a posição de Algarotti não lhe possibilitam tal posição, invectivando ele, então, contra os temas históricos (que eram a predileção de Metastasio) e pregando a utilização de temas mitológicos, afinal: “não parece que os trilos de uma arietta caibam tão bem na boca de Júlio César ou Catão, quanto na boca de Apolo ou Vênus”<sup>13</sup>.

Vale lembrar que não podemos pensar no gênero da *opera seria* como algo estanque e sem historicidade. Tendo tido longa vida – podemos falar que predominou nos palcos europeus durante todo o século XVIII, ainda que a partir de 1760 já seja possível ver um grande processo de decadência, ao qual o gênero resistiu até o século XIX – o gênero passou por várias mudanças, de maneira que o modelo metastasiano foi cada vez mais alterado e, sob certa ótica, “corrompido”. A escolha da década de 1760 como marco do início da crise não é em nada aleatória, pois é nesta década que o compositor Christoph Willibald Gluck (1714 – 1787) apresentou seu “Orfeo ed Euridice”, obra-símbolo de sua reforma com o libretista Ranieri de’ Calzabigi (1714 – 1795) que, em tese, ia contra os preceitos da *opera seria* metastasiana – embora, na realidade, a reforma visasse colocar em prática muitas das intenções de Metastasio que haviam permanecido apenas no papel, enquanto, ao mesmo tempo, cortava (e condenava) alguns excessos que o texto metastasiano, dado as suas próprias condições de escrita, ainda trazia em si, aproximando-se, sob muitos aspectos, das propostas de Algarotti. Essa nova reforma pregava um casamento mais completo entre drama, texto e música, que, de certa maneira, a prática da constante reutilização dos mesmos libretos pode atestar que não havia.

No entanto, uma rápida lida no poema *Sul bello armonico*<sup>14</sup>, escrito por volta da década de 1780, pelo árcade de Parma, Angelo Mazza (1741 – 1817), mostra que, talvez, entre os intuitos da reforma de Gluck/Calzabigi e suas consequências reais, um lapso possa ser

observado, pois se a ideia era tornar a música subserviente ao texto, o destaque à música e a aceitação de seu papel crucial no drama, que já vinha se fazendo presente em outros autores, é cada vez mais constante na literatura. Mazza não apenas apresenta Gluck e Antonio Sacchini (1730 – 1786) como predileções musicais, mas como modelos de música, em sua simplicidade, na maneira de retratar a natureza, e, de maneira ainda mais importante, coloca a música, como um todo, como tendo primazia sobre as demais artes.

O exemplo de Mazza é o caso talvez mais radical que podemos apresentar, pois o autor, por não estar escrevendo um tratado convencional, foge do contexto discursivo da época e apresenta não apenas um elogio à arte lírica, como o faz dentro de uma hierarquia das artes diversa e em termos que não contemplam o debate poético e textual que caracteriza a ópera setecentista. De certa maneira, Mazza prenuncia um pensamento que virá a se difundir apenas no século XIX, embora mesmo lá, como ressalta Paulo Mugayar Kühl<sup>15</sup>, a insatisfação (teórica) ainda seja observada, mesmo que não apenas a questão textual seja cada vez mais matizada, como os modelos e parâmetros utilizados remetem cada vez menos aos Antigos e às normas da tragédia e mais às experiências do século anterior, revelando um debate cada vez mais autorreferente e independente.

Até atingir esse estágio novecentista, no entanto, a comparação com a tragédia e suas regras ainda parece permanecer norma, com exceções, obviamente. Já em 1763, por exemplo, Giuseppe Baretti (1719 – 1789), em seu *La frusta letteraria* (jornal de crítica literária de vida curtíssima), apresenta um trabalho no qual em sua descrição do drama lírico, as ordens aristotélicas são ignoradas, procurando estabelecer um diálogo com o que ocorre nos palcos em sua época e com o que escrevem os seus contemporâneos (embora algumas regras de Horácio sejam lembradas volta e meia). Inserido no processo de mudança de olhar sobre o *dramma per musica* e o papel da música neste, apresenta uma visão de valorização da música, atribuindo a ela o efeito do drama, aproximando-se por vezes do discurso de Martello, ainda que sem nunca fazer referência ao mesmo (ao passo que Gravina e Muratori recebem sua dose de farpas). É necessário frisar que Baretti, no entanto, ainda atribuía à música certas peculiaridades que distanciam o teatro lírico do teatro falado, e que, se não vistas dentro das regras próprias dos dramas cantados pareceriam ridículas à razão comum, de acordo com seu pensamento, que revela, aí, ainda ter grande preocupação no que concerne o texto e a estrutura do espetáculo, em sua pura inteligibilidade racional.

Por outro lado, Antonio Planelli (1747 – 1803), em seu *Dell'opera in musica* (1772), ainda colocará o texto, responsável pelo aspecto educativo e social do drama, como principal elemento da ópera, ainda que não se recuse a admitir a importância de todo o aparato da ópera

(incluindo música, cena, maquinários, figurinos e afins). Para Planelli, a distância temporal seria a razão de todo esse aparato e diferença em relação à tragédia clássica, mas a quantidade de pontos de divergência que aponta ainda deixa suas dúvidas. A preocupação com o texto, em níveis diversos, tanto por parte de Baretto quanto Planelli, revela a permanência de um modo (“textocêntrico” e racionalista) de pensar a ópera e a arte teatral que abarca, de maneira geral, os setecentos, porém seus discursos – especialmente nos pontos de divergência – apontam para um alargamento da ideia da tragédia e uma especialização da ópera, cada vez mais pondo em realce, no debate, as estruturas tais quais definidas por Metastasio e recuando menos a discussão à Antiguidade por reconhecer as especificidades da forma e de sua própria época.

O processo de afirmação da música e aceitação de uma linguagem própria do gênero, cada vez mais afastada de uma poética partilhada com o ideal da tragédia clássica, é observado na maneira como outros tratados, escritos em fins do século XVIII e início do XIX, abordarão o tema, mesmo que para criticar o estado atual do teatro lírico, assim como na gradual redução do número dos mesmos, dando os escritos sobre a ópera enquanto texto e teatro espaço cada vez maior para comentários de cunho musical.

Desta maneira, o estudo das poéticas, tratados e demais escritos estéticos sobre a ópera nos setecentos revela um processo de validação do gênero enquanto tal, separando-o do teatro falado e delimitando suas próprias regras, além de demonstrar, através de suas disputas políticas internas, a gradativa ascensão da música e as diversas formas de se pensar o uso do espetáculo. Por tal motivo não há quebra entre teoria e prática, pois trata-se da construção de uma nova linguagem, que, em sua época, só pode ser feita através dos conhecimentos até então obtidos: até chegar o ponto em que a ópera é vista como algo único e exclusivo, não há como não mensurá-la através de (e tentar convertê-la a) padrões alheios a ela, como os do teatro falado. Obviamente, por se tratar de um processo, serão observadas idas e vindas, permanências e rupturas, e mesmo no meio do século XIX o discurso poderá ser revisitado e a necessidade por reformas proferida, porém a leitura, então, será, forçosamente, diferente dado a mudança de referenciais e o contexto diverso.

---

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da UERJ. Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. Bolsista FAPERJ. E-mail: vicmanu43@gmail.com.

<sup>2</sup> No original : “la réforme des arts et des sciences pour le bien de la religion catholique, pour la gloire de l’Italie, pour le bénéfice public et prive”. ROUVIERE, Olivier. “La réforme du melodramma: quelques prédécesseurs de Métastase”. In.: *Chroniques italiennes* 77/78 (2/3 2006), p. 71. Disponível em: < <http://chroniquesitaliennes.univ-paris3.fr/PDF/77-78/Rouviere.pdf> >. Data de consulta: 10/11/2009.

<sup>3</sup> CARPANETTO, Dino; RICUPERATI, Giuseppe. *L’Italia del Settecento: Crisi, trasformazioni, Lumi*. Roma: Editori Laterza, 2008.

<sup>4</sup> MARQUES, Luiz. “Apresentação”. In: MARQUES, Luiz (org.). *A fábrica do Antigo*. Campinas: Ed. Unicamp, 2008, p. 11.

---

<sup>5</sup> MINOR, Vernon Hyde. *The death of Baroque and the Rhetoric of Good Taste*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

<sup>6</sup> No original: “Noi per buon Gusto intendiamo il conoscere ed il poter giudicare ciò, che sia difettoso, o imperfetto, or mediocre nelle Scienze e nelle Arti per guardarsene; e ciò che sia il meglio, e il perfetto, per seguirlo a tutto potere.”. MURATORI, Ludovico Antonio. *Riflessioni sopra il buon gusto nelle scienze, e nelle arti*. Colonia: a spese di Francesco Ricciardo, 1721, p. 32.

<sup>7</sup> “può divenire, in una parola, il Teatro una dilettevole scuola de’ buoni costumi, e una soave cattedra di lezioni Morali”. MURATORI, Ludovico Antonio. *Opere del proposto Lodovico Antonio Muratori*. Tomo nono, parte seconda. Arrezzo: Per Michelle Bellotti Stampat. Vesc. all’Insegna del Petrarca, 1769, p. 51.

<sup>8</sup> “corrotta la poesia dai soverchi ornamenti e dalla copia delle figure, ha cominciato il suo morbo, ormai anche alla musica tanto figurata che ha perduta la sua natural espressione”. GRAVINA, Gian Vincenzo. “Della tragédia”. In: GRAVINA, Gian Vincenzo. *Opere italiane*. Napoli: Nella Stamperia di Giuseppe Raimondi, 1757, p. 99.

<sup>9</sup> BENEDETTO, Renato di. “Poetics and polemics”. In: BIANCONI, Lorenzo; PESTELLI, Giorgio. *Opera in theory and practice, image and myth*. Chicago: University of Chicago Press, [s.d.], p. 21.

<sup>10</sup> METASTASIO, Pietro. Apud: KÜHL, Paulo Mugayar. “Leituras setecentistas da *Poética*: O debate sobre ópera, os comentários de Metastasio e seus desdobramentos”. In: AISTHE, número 2, 2008. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/~aisthe/vol%20II/2008Kuhl.pdf>>. Acessado em: 20/11/2009.

<sup>11</sup> KÜHL, Paulo Mugayar. “Leituras setecentistas da *Poética*: O debate sobre ópera, os comentários de Metastasio e seus desdobramentos”. In: AISTHE, número 2, 2008. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/~aisthe/vol%20II/2008Kuhl.pdf>>. Acessado em: 20/11/2009.

<sup>12</sup> “dilettar gli occhi, e gli orecchi, irritare e commuovere il cuore altrui, senza punto contravvenire alla ragione”. ALGAROTTI, Francesco. *Saggio sopra l’opera in musica*. Livorno: per Marco Coltellini in via Grande, 1763, p. 19.

<sup>13</sup> “non pare, che i trilli d’uma arietta stiano così bene in boca di Giulio Cesare, o di Catone, che in boca si starebbono di Appolo, o di Venere”. ALGAROTTI, Francesco. *Saggio sopra l’opera in musica*. Livorno: per Marco Coltellini in via Grande, 1763, p. 18.

<sup>14</sup> MAZZA, Angelo. “Sul bello armonico”. In: MAZZA, Angelo. *Opere del signor Angelo Mazza, fra gli Arcadi Armonide Elideo*. Volume II. Parma: G. Paganino, 1816.

<sup>15</sup> KÜHL, Paulo Mugayar. “Ópera Italiana e Poética: Preceptivas e Reformas no Final do Século XVIII”. In: *Música Hodie*. Revista do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Música. Goiânia, v. 9, n. 3, 2009.

## **“O poeta tem conta no banco”: Notas sobre arte e política em Manaus na década de 1960.**

Vinicius Alves do Amaral\*

**Resumo:** Pensaremos as transformações no campo artístico cultural amazonense nos anos 60 através do livro de Aldísio Filgueiras: *Estado de Sítio* (1968). Sustentamos que ele busca dialogar tanto com uma tradição literária local, no qual estão inseridos a Academia Amazonense de Letras e o movimento conhecido como Clube da Madrugada, quanto com os embates que agitavam então os centros culturais do Brasil em torno dos limites da arte engajada.

**Palavras-chave:** Aldísio Filgueiras, Arte, Manaus.

**Abstract:** We'll discuss the changes in Amazonian cultural artistic field in the 60s through the Aldísio Filgueira's book: *State of Siege* (1968). We advocate that it seeks to dialogue with both a local literary tradition, in which are inserted the Amazonian Academy of Letters and the movement known as the “Clube da Madrugada”, as it clashes with the then waved the cultural centers of Brazil around the boundaries of engaged art.

**Keywords:** Aldísio Filgueiras, Art, Manaus.

Seria política e cultura demais para um homem só? Eis uma pergunta que com certeza não afligiu apenas Paulo Martins, o protagonista de *Terra em Transe* (1967). Este poeta criado pela mente de Glauber Rocha oscila entre ajudar o povo e servir ao poder numa relação que se torna a tal ponto insustentável que o próprio se vê existencialmente encurralado.

Há extensa bibliografia que cuida das atitudes dúbias dos artistas e intelectuais, tomados ora como categoria social distinta ora como mera fração dominada da classe dominante. Pierre Bourdieu não refuta a última concepção, mas acrescenta importante ressalva à leitura social do mundo cultural: há fortes pressões sociais agindo sobre a produção artística, uma vez que é impossível ao artista se desvencilhar da posição que ocupa no mundo social, mas não há como negar o peso de certos códigos estéticos nas obras, reflexos de certa autonomia alcançada pelos artistas<sup>1</sup>.

O campo artístico é construído historicamente por diversos atores sociais. Uma boa pista desse processo são os embates e confrontos que assumem uma posição central em determinado contexto exatamente por mobilizar indivíduos e grupos. Almejamos aqui analisar os termos de uma dessas discussões através do livro *Estado de Sítio* (1968) de Aldísio Filgueiras. Mas quem é Aldísio Filgueiras? Talvez um raro fragmento autobiográfico nos ajude a conhecer um pouco desse personagem polêmico.

Quando eu nasci, aquariano de 1947, a segunda guerra mundial terminara há dois anos. Tem uns carinhas da minha geração que acreditam nisso até hoje. Eu não. A luta continua: meu primeiro livro, “Estado de Sítio”, 1968, foi premiado e devidamente censurado. Muitas cópias foram encontradas no meio da rua, mas ninguém se lembrou de autografar uma para mim. Escrevi Malária e Outras Canções Malignas, 1976. Com o Márcio Souza, que não acredita que a guerra mundial terminou, assinei Dessana – Dessana uma cantata amazônica com sotaque de blues e rock. Alguém se lembra do Teatro Experimental do Sesc? 14 anos de insurreição<sup>2</sup>.

Fundado em 1968, como consequência de um curso de artes cênicas promovido pelo ator paulista Nielson Menão no Serviço Social do Comércio do Amazonas (SESC-AM), o Teatro Experimental a que se Filgueiras se refere entrou para a lista de preocupações do regime civil-militar por conta das ousadas obras que encenaram<sup>3</sup>. Sua estreia se deu em 1969 com uma adaptação de *Calígula* de Albert Camus chamada *Como Cansa Ser Romano nos Trópicos*. Rapazes seminus besuntados com pomada e se contorcendo no palco quebraram a expectativa da plateia de encontrar uma peça clássica<sup>4</sup>. A entidade assistencial protegeu seus artistas até 1982, quando o TESC foi fechado por uma nova diretoria. Filgueiras fez parte desse conjunto atuando ora como dramaturgo, ora como ator e até como compositor musical.

Embora colaborasse na imprensa diária manauara desde o início dos anos 60 por meio de alguns poemas, a primeira iniciativa mais concisa de Filgueiras no mundo das letras se deu com *Estado de Sítio*, inscrito no Prêmio Jaraqui de Literatura. O concurso literário organizado pela União Brasileira de Escritores em 1968 garantia ao vencedor a publicação de sua obra. Mesmo sendo vitorioso, o livro de Aldísio Filgueiras foi impedido de ser publicado devido ao clima de repressão desenfreada que a promulgação do Ato Institucional n. 5 instaurou<sup>5</sup>. Só em 2004 seria publicado pelas Edições Muiraquitã.

Portanto, na representação que faz de si na passagem citada acima sua experiência tanto com o teatro quanto com a poesia são costuradas pelo seu compromisso político. Ser dono de um livro censurado e reconhecido como um

dramaturgo incômodo atestaria seu engajamento. Na pequena introdução que faz para *Estado de Sítio* seu lugar no meio artístico local parece dever a outro fator:

Mas Estado de Sítio, com todo respeito e falta de humildade, é o fim do artesanato. (...) Estado de Sítio é o nosso primeiro produto industrial (consumo experimental interno), a partir de matéria-prima nossa: experiência humana + linguagem útil + mais técnica moderna de composição e comunicação. A arte não é um veículo de comunicação?<sup>6</sup>

Na visão do Poetinha, como é popularmente chamado, ninguém tinha se envolvido em intento semelhante ao que se propunha naquele momento. A Academia Amazonense de Letras e o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, instituições criadas em meados da década de 1910, estavam ainda mergulhadas numa vertente do pensamento social que encontrou em Euclides da Cunha um de seus maiores expoentes<sup>7</sup>. O Clube da Madrugada, movimento artístico de feições modernistas, tinha por objetivo, como fica claro em seu manifesto e nas experiências posteriores de seus membros, criar uma arte eminentemente amazônica, condizente com a realidade social da região<sup>8</sup>. Para Filgueiras, tanto uns quanto outros se furtaram da aventura da linguagem.

No longo poema *Informação do Amazonas* encontramos a menção a algumas coisas das quais o homem no Amazonas sente saudade, coisas que nunca viu, coisas que chama de “mínimas primárias”: “pão por exemplo, amor terra espelho”<sup>9</sup>. Ora, a ausência de espelho simboliza uma identidade interdita. Principalmente no nível da comunicação. Em palestra proferida na década de 1980, o poeta lembra que “a língua portuguesa tem mais de 100 anos de dominação na Amazônia, como idioma e pensamento oficiais. Está cheia de vícios e erros. Ainda é uma língua que nos trai”<sup>10</sup>. Em outras palavras, sem uma reinvenção artística formal e temática todas as experiências sobre uma pretensa identidade amazonense seriam meramente superficiais.

Na busca por essa “linguagem útil”, Filgueiras faz uso de muitos elementos do cotidiano de um jovem estudante daqueles tempos (porque, afinal, ele o era): do cinema, do material publicitário, dos jornais e até da oralidade. Em *Malária e Outras Canções Malignas* ele flerta com a antiga proposta de Mário de Andrade de uma “filosofia da maleita”, associando a doença tropical com uma percepção sensorial própria da Amazônia. Seu primeiro livro, portanto, pode representar um ensaio dessa implosão radical da “amazonidade” e sua conseqüente reconstrução.

Contudo, *Estado de Sítio* também pode ser entendido como um cartão de apresentação. Esta é sua tentativa mais formal de se inserir num campo artístico polarizado entre os jovens candidatos a artistas amazonenses e os senhores da Academia e do Clube da Madrugada. Natural que enfatizasse mais as rupturas, apontadas como consequências de insuficiências estéticas dos outros movimentos culturais, que as continuidades. Sobre a experimentação da escrita, por exemplo, havia precedentes muito próximos do autor, como os poetas Elson Farias, Jorge Tufic, Ronald de Chevalier e os escritores Antísthenes Pinto e Benjamin Sanches<sup>11</sup>.

Mas voltemos à *Estado de Sítio*. A primeira parte é dedicada ao mundo ribeirinho, desenhando-o como universo prenhe de privações graças à natureza portentosa e ao arcaico sistema extrativista. Nos demais segmentos a cidade é o pano de fundo, mesmo assim a situação não parece muito animadora: viúvas desoladas, operárias sendo assediadas em fábricas, famílias sendo dissolvidas pela fome, tudo isso forma o painel revoltante da Manaus de Filgueiras.

O capitalismo industrial, simbolizado pela Zona Franca de Manaus, e o imperialismo norte americano são alvos de inúmeras críticas. Mas outro importante inimigo eleito pela poética filgueireana é a moral provinciana. Assim, retratando os pequenos dramas do dia-a-dia e conectando os fios de uma indignação difusa, a obra do Poetinha pode assumir o papel do que Bourdieu chamou de discurso heterodoxo, uma narrativa capaz de abalar a construção social do consenso<sup>12</sup>. A imagem de uma Manaus onde “não há orgulhos separando classes” tampouco discriminação racial, largamente difundida por meios de comunicação e defendida explicitamente pelo sociólogo André Araújo, passa a ser severamente atacada<sup>13</sup>. Outro alvo é a espécie de memória oficial que insiste numa visão branda da ditadura civil-militar na região.

Há uma passagem que muito nos interessa. Nela se encerra uma interpretação muito oportuna do momento em que o livro foi escrito.

Os escaravelhos tomaram a cidade  
e os namorados morreram surpresos  
nos bancos elétricos da praça.  
De repente, as abelhas aprenderam  
a fazer urânio  
com as flores envenenadas



e os pássaros verdes ensinaram  
ao sol como chocar granadas.

Ninguém gritou o ventre do tempo  
cheio de hóstias anticoncepcionais  
contra a pluralidade dos séculos.

O poeta é responsável pela  
Humanidade.  
Mas o poeta tem cu e tem medo.  
O poeta tem conta no banco.<sup>14</sup>

Que os versos remetam ao golpe de 1964 com sua transformação apocalíptica do cenário está claro. O que chamamos atenção é para difícil constatação que vem ao final: o poeta, simbolizando o artista no geral, era muito mais limitado do que imaginava. Ideologicamente estava comprometido com a transformação, mas suas condições sociais lhe traíram. Ora, esse eu-lírico desiludido em nada lembra o autor voluntarista do prefácio:

Sou um poeta político:  
A geração da morte  
não floriu  
sobre o meu peito<sup>15</sup>

Entender essa contradição é compreender os rumos da arte no Brasil pós-64. Nos anos sessenta, como consequência dos processos sociais e políticos (industrialização seguida de urbanização, por exemplo) da década anterior, há uma expansão do campo artístico nacional. Frederico Coelho lembra que o consumidor ideal de arte na época eram os jovens universitários que moravam nos grandes centros urbanos<sup>16</sup>. Ao mesmo tempo uma tendência estética que prima pela conscientização do papel histórico do povo aos poucos torna-se hegemônica. Há autores que associam esse fortalecimento da “arte revolucionária” à uma influência do ideário comunista, outros do projeto populista. Seja como for, a intelectualidade passa a ser polarizada entre “engajados” (adeptos dessa corrente) e “alienados” (todos que não coadunassem com todos os preceitos do primeiro grupo).

Com o golpe a fé na transformação social através da arte não sumiu, mas foi seriamente abalada. Não teriam aqueles homens e mulheres envolvidos com os Centros Populares de Cultura, preocupados em produzir obras didáticas o suficiente para atingir os trabalhadores, subestimado também seus destinatários? Por outro lado, o regime civil-militar incentivou com sua modernização conservadora uma intensificação da indústria cultural no país o que motivava mais questões. Em que medida o artista manipula e é manipulado pela mídia e pelas grandes gravadoras? Entre 1964 e 1968 os questionamentos sobre o alcance do modelo de produção artística são revisados através dos seguintes pontos elencados por Heloísa Buarque de Hollanda e Marcos Gonçalves:

O redimensionamento da relação com o público, a crítica à militância conscientizadora, a valorização das realidades ‘menores’ ligadas à experiência cotidiana e a recusa do ideário nacionalista-populista, em favor de uma brasilidade renovada (que buscava em Oswald de Andrade um ponto de referência) definem, em linhas gerais, essa nova disposição<sup>17</sup>.

Os versos de Filgueiras, escritos entre 1965 e 1967, assumem então o tom de uma crítica afinada com o que vinha sendo difundido pelos cantores tropicalistas, os artistas plásticos do movimento neo-concretista e os realizadores do Cinema Novo. Não se tratava de um adeus ao engajamento, mas a procura por uma nova forma de conjugar cultura e política. O poeta “cujas mãos tem tradição de foice e martelo” não escolhe uma rota bem definida: há momentos em que a crítica lúdica ao engajamento e a provocação comportamental lhe aproximam do desbunde, prática cultivada por elementos mais ligados à contracultura, mas em outros reitera alguns conceitos e ações presentes tanto nos partidos de esquerda quanto em outras esferas intelectuais mais tradicionais.

Dizer que “o poeta tem conta no banco”, que ele “tem cu e tem medo”, pode ser também uma forma de criticar a insustentabilidade da arte. Para garantir sua subsistência o artista mais cedo ou mais tarde comprometeria sua fidelidade política. No Amazonas, o magistério, a imprensa (Filgueiras, por exemplo, optou por essa alternativa<sup>18</sup>) e o funcionalismo público eram os caminhos habituais dos intelectuais da terra por longos anos.<sup>19</sup> A antiga demanda por uma profissionalização do campo artístico local parece ter sido ouvida pelo primeiro governador nomeado pelo alto comando “revolucionário”, o historiador Arthur César Ferreira Reis. Este promoveu uma série de eventos culturais durante seu mandato que culminariam com a realização do Seminário de Revisão Crítica da Cultura Amazonense em 1967 e com a criação da

Fundação Cultural do Amazonas no ano seguinte, já durante o governo de seu sucessor, Danilo Mattos Duarte Areosa. A proposta do Seminário era traçar as diretrizes de uma política cultural com a participação da classe artística local<sup>20</sup>. Mas o projeto sofreu profundas alterações quando precisou ser aplicado, evidenciando a razão primeira dessa inesperada política cultural “democrática”: normatização do campo cultural pelo Estado com vistas a minar a influência da esquerda nesse cenário<sup>21</sup>.

Pensar o Amazonas através da arte não é uma tarefa fácil. Na obra analisada percebemos o quanto seu autor esforça-se para reafirmar a importância da luta política no debate estético sem escorregar num discurso panfletário, como aquele que enlouqueceu Paulo Martins. E o debate parece cada vez mais atual diante de uma das reações mais comuns a essa tradição simplificadora do jogo político e estético: o conformismo. Claro que não há ainda um consenso sobre qual o melhor meio de se escapar das amarras do sectarismo e da acomodação. Beatriz Sarlo, por exemplo, sugere que se invista em uma forma de se conceber a relação entre cultura e política como instâncias diferentes, mas não excludentes. Em outras palavras, abandonar a busca por um primado da cultura sobre a política (ou vice versa) e abraçar a tensão produzida pelo contato entre dinâmicas diversificadas<sup>22</sup>. Assim sendo, política e cultura nunca seriam demais para um homem só.

---

\* Mestrando em História Social pela Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Patrícia Rodrigues da Silva. E-mail: [viniciuscarqueija@gmail.com](mailto:viniciuscarqueija@gmail.com).

<sup>1</sup> BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 14ª ed. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 12.

<sup>2</sup> FILGUEIRAS, Aldísio. “Biografia”. In: BEÇA, Aníbal; GATTI, André (Org.). *Marupiará – Antologia de Novos Poetas do Amazonas*. Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas; Governo do Estado do Amazonas, 1988, p. 25.

<sup>3</sup> AZANCOTH, Ediney; COSTA, Selda Vale. *TESC: Nos bastidores da lenda*. Manaus: Editora Valer/Sesc, 2009, p. 37.

<sup>4</sup> SOUZA, Márcio. *O palco verde*. São Paulo: Marco Zero, 1984, p. 17.

<sup>5</sup> FARIAS, Elson. *Memórias literárias*. Manaus: Editora Valer/ Uninorte, 2006, p. 105.

<sup>6</sup> FILGUEIRAS, Aldísio. *Estado de Sítio*. Manaus: Editora Uirapuru, 2004, p. 14.

<sup>7</sup> Ver BATISTA, Djalma. *Amazônia: Cultura e sociedade*. 3ª ed. Manaus: Editora Valer, 2006.

<sup>8</sup> TUFIC, Jorge. *Clube da Madrugada: 30 anos*. Manaus: Imprensa Oficial, 1984, p. 46.

<sup>9</sup> FILGUEIRAS, Aldísio. *Estado de Sítio*. Manaus: Editora Uirapuru, 2004, p. 25.

<sup>10</sup> FILGUEIRAS, Aldísio. “Literatura e Poder”. In: GRAÇA, Antonio Paulo et. ali. *Arte e delírio: reflexões sobre a cultura no Amazonas*. Manaus: Diretório Universitário da Universidade do Amazonas, 1985, p. 54.

<sup>11</sup> TUFIC, Jorge. *Existe uma literatura amazonense?* Manaus: União Brasileira dos Escritores, s/d, p. 101.

<sup>12</sup> BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 14ª ed. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, nota 18, p. 15.

<sup>13</sup> ARAÚJO, André. *Sociologia de Manaus: Aspectos de sua aculturação*. Manaus: Fundação Cultural do Amazonas, 1974, p. 222.

<sup>14</sup> FILGUEIRAS, Aldísio. *Estado de Sítio*. Manaus: Editora Uirapuru, 2004, p. 111.

<sup>15</sup> FILGUEIRAS, Aldísio. *Idem*, p. 15.

<sup>16</sup> COELHO, Frederico. *Eu, brasileiro, confesso minha culpa e meu pecado: Cultura marginal no Brasil das décadas de 1960 a 1970*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 71.

<sup>17</sup> HOLLANDA, Heloísa Buarque de; GONÇALVES, Marcos Augusto. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999, p. 64.

<sup>18</sup> ENGRÁCIO, Arthur. *Poetas e prosadores contemporâneos do Estado do Amazonas (súmula bibliográfica)*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1994, p. 121.

<sup>19</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. “Do jornal à academia: elites letradas e periodismo no Amazonas (1880-1920)”. *Amazônia em Cadernos*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, vol. 7/8, p. 154, 2001/2002.

<sup>20</sup> FARIAS, Elson. *Memórias literárias*. Manaus: Editora Valer/ Uninorte, 2006, pp. 109-111.

<sup>21</sup> ORTIZ, Renato Ortiz. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012, pp. 82-83.

<sup>22</sup> SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: Intelectuais, arte e meios de comunicação*. Trad. Rubia P. Goldoni e Sérgio Molina. São Paulo: EDUSP, 2005, p. 153.

## **O Partido Republicano Mineiro/PRM e a formação de sua representação parlamentar federal durante a Primeira República (1906-1930)**

Vítor Fonseca Figueiredo<sup>1</sup>

**RESUMO:** A comunicação analisa os critérios do PRM para formar a sua representação na Câmara Federal durante a Primeira República. Pelo estudo de correspondências foi possível perceber que figurar como candidato oficial não era simples, além de constituir a primeira etapa de um processo de depuração que se estendia às Juntas Apuradoras e à Comissão Verificadora de Poderes da Câmara dos Deputados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Partido Republicano Mineiro; Parlamento; Primeira República.

**ABSTRACT:** The Communication examines the criteria adopted by Party Republican Mineiro/PRM to form its representation in Congress during the First Republic. The study of correspondences of state deputies allowed us to analyze the formation of the group of candidates the party. The choice of candidates constituted the first stage of a process of elimination that stretched to Juntas Apuradoras and the verifying powers of the Chamber of Deputies.

**KEYWORDS:** Party Republican Miner; Parliament; First Republic.

### **Coronelismo, compromissos e degolas no arcabouço republicano**

O sistema político implementado no Brasil a partir de 1889, se por um lado estendeu o direito de voto ao acabar com a exigência de renda, por outro, se revelou propício à organização de complexas redes capazes de abarcar uma ampla gama de indivíduos no jogo político. Estes indivíduos, embora variados em níveis de poder econômico e político social, se associavam devido a algum tipo de interesse. Durante a Primeira República, um dos pilares destas redes foi o coronelismo. De acordo com o clássico de Victor Nunes Leal, “Coronelismo, enxada e voto”, o coronelismo nada mais foi do que a combinação de aspectos historicamente singulares resultantes da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo, instituído pela Constituição republicana de 1891, a uma estrutura econômica “inadequada”, polarizada entre decadentes homens de posses e os seus humildes dependentes<sup>2</sup>. Tal sistema, pautado numa complexa rede favores, era capaz de vincular sujeitos completamente diferentes em sua estrutura. Isto é, não era apenas o coronel e o agregado que estabeleciam laços de favor e de dependência, estes se estendiam aos demais estratos da política perpassando desde a cúpula partidária local e estadual até o âmbito das relações federais. Devido a esta característica, o arcabouço político brasileiro, até 1930,

funcionou com base numa ampla gama de acordos selados entre os mais variados agentes em todos os níveis governamentais. Para Leal, inclusive:

Muitos chefes municipais, mesmo quando participam da representação política estadual ou federal, costumam ser tributários de outros, que já galgaram, pelas relações de parentesco ou amizade, pelos dotes pessoais, pelos conchavos [...] a posição de chefes de grupos ou correntes, no caminho da liderança estadual ou federal.<sup>3</sup>

Sendo assim, as lideranças políticas, desde os simples coroneis interioranos até os próceres da política nacional, de algum modo, estavam associados por laços de aliança e de compromisso. Estes, por sua vez, implicavam em atos de fidelidade, mas, sobretudo, de reciprocidade. Quer dizer, em todos os níveis os favores e benefícios concedidos deviam ser retribuídos, em geral, em forma de votos e de apoio eleitoral. Assim, a retribuição possuía uma espécie de efeito “dominó”, pois, o camponês, com o seu voto, retribuía o amparo socioeconômico lhe dispensado pelo coronel. Este, por sua vez, “pagava” os benefícios recebidos do governo estadual com os seus magotes eleitorais. Já o presidente de estado apoiava o Presidente da República mediante o reconhecimento de sua bancada parlamentar na Câmara Federal. Ao fim, o voto, conforme sintetiza a historiadora Surama Conde Sá Pinto:

[...] simbolizava um prova de fidelidade e lealdade às situações estaduais que se traduzia em uma série de prebendas. A despeito das diferenças em termos de cacifes políticos dos atores envolvidos nesse jogo de barganhas e de práticas fraudulentas observadas no período, o voto era essencialmente uma moeda de troca.<sup>4</sup>

Portanto, a política brasileira estava altamente articulada num esquema de compromissos que iam das bases aos altos estratos governamentais. Em função desta emaranhada teia de relações, alguns estudiosos, como Maria de Lourdes de Mônaco Janotti, ressaltaram o coronelismo como uma verdadeira política de compromissos. De acordo com a historiadora:

O coronelismo se expressa num encadeamento rígido de tráfico de influências. Sua prática política está muito bem estruturada num sistema eleitoral, onde é possível reconhecer todos os seus passos, localizando-os no tempo e no espaço. Forma-se uma pirâmide de compromissos recíprocos entre o eleitorado, o coronel, o poder municipal, o poder estadual e o poder federal.<sup>5</sup>

De fato, em todas as análises acerca do fenômeno do coronelismo um dos aspectos que salta aos olhos é o dos compromissos, seguidos pelos atos de franca reciprocidade. Estes dois elementos, juntos, constituíam os vértices do aparelho político piramidal simbolicamente esboçado por Janotti.

Como se pode notar, a teia de relações políticas era complexa e delicada. Interesses diversos estavam envolvidos em todas as relações. Do manejo destes interesses e de sua

satisfação dependia o sucesso político local e estadual no conjunto da federação. Como se sabe, alguns Estados brasileiros nunca conseguiram unir ou satisfazer os anseios de suas diferentes facções até 1930. Estados como a Bahia e o Rio de Janeiro apresentaram, durante toda a Primeira República, profundas divisões faccionais que comprometeram a sua força à nível federal<sup>6</sup>. Outros, a exemplo de Minas Gerais, embora não fossem imunes aos conflitos intraoligárquicos, conseguiram estabelecer formas de “apaziguar” os diferentes interesses internos de seus grupos e, assim, lhe permitir maior força na arena federal, sobretudo no campo parlamentar<sup>7</sup>.

Em um sistema republicano federativo a representação parlamentar possui grande importância, sobretudo em um sistema federalista pautado pela desigualdade na representação de suas unidades. Durante os primeiros anos da República, a independência do poder legislativo trouxe vários problemas e conflitos com o executivo. Por isso, em sua gestão presidencial, Campos Sales (1898-1902) procurou implementar medidas que visavam “harmonizar” o sistema por meio do alinhamento entre o executivo e legislativo federal. Tal alinhamento possuía como instrumento o controle da entrada no Congresso de elementos de oposição ao governo. Para tanto, Sales obteve na Câmara dos Deputados uma reforma do seu Regimento Interno, que fortalecia a capacidade de intrusão do Presidente na composição parlamentar por meio da Comissão Verificadora de Poderes.

A reforma do Regimento Interno da Câmara previa que o diploma, isto é, a ata de apuração das eleições conferida aos eleitos para ingressar no parlamento deveria ser assinado pela maioria da Junta. Este foi um modo de tentar evitar que elementos diversos apresentassem diplomas, as chamadas duplicatas. A ideia era que as disputas pelo diploma fossem retiradas do centro da nação e relegadas para o âmbito estadual, o que traria menos problemas para a verificação de poderes na Câmara. Esta modificação aparentemente simples fez com que as disputas pelo diploma se regionalizassem, a partir de então o melhor caminho para obter o cargo de deputado passou a ser a figuração na chapa do partido estadual. Incorrer extra-chapa constituía uma aventura incerta, mesmo se eleito o postulante poderia ser depurado pela Junta de Apuração, controlada pela oligarquia estadual. Sendo assim, a primeira fase de depuração parlamentar passou a ser regional, seja para o candidato estar relacionado na lista de candidatos preferenciais da oligarquia ou para ser diplomado pela Junta de Apuração.

Outra alteração regimental que surtiu grande efeito foi a relativa a escolha do presidente das sessões preparatórias da Câmara dos Deputados. De acordo com o regimento, o princípio organizador da verificação de poderes era o presidente interino, a quem cabia a

formação da mesa provisória e da Comissão dos Cinco, encarregada da primeira análise dos diplomas. Antes da reforma, o presidente interino deveria ser o deputado eleito mais idoso, entretanto, esta possibilidade conferia riscos, pois o mais idoso não necessariamente poderia ser um aliado do executivo. A forma encontrada para cercear o risco de se colocar a montagem da nova Câmara a cargo de um opositor foi a de delegar a presidência interina ao último presidente ou vice-presidente da casa, caso eleitos. Deste modo, o Presidente da República sempre poderia contar com um aliado para a organização de um legislativo cordato e para eliminar, na verificação de poderes, as oposições. No caso das eleições de 1900, a primeira após a reforma regimental, a organização da Câmara coube a um aliado de Campos Sales, isto é, ao mineiro Vaz de Mello.

Minas Gerais foi um dos principais parceiros de Campos Sales no processo de reforma do Regimento da Câmara, o estado foi procurado por Campos Sales para apoiar a implementação da Política dos Estados. Esta política, também conhecida como Política dos Governadores, visava um alinhamento entre os presidentes estaduais e o federal por meio de um processo de colaboração em que as partes se comprometiam em não intervir nos negócios de cada uma das respectivas esferas. Outro ponto da política era o estabelecimento do compromisso de que, em retribuição ao apoio estadual ao governo federal, o Presidente não interferiria na composição da bancada eleita pelos estados aliados, compromisso apenas viabilizado pela reforma regimental, que fortaleceu o Presidente em sua capacidade de intervir na organização das legislaturas.

É importante observar que a dinâmica da Política dos Estados, consubstanciada pela alteração de algumas regras internas do parlamento, teve reflexões na organização das oligarquias. Os estados cuja máquina partidária foi capaz de estabelecer maior coesão entre os seus membros e de expurgar dissidentes pouco interessados em compactuar com o acordo entre o estado e a União foram mais bem sucedidos no desempenho político no campo federal. Em contrapartida, estados que não conseguiram conter as divergências internas perderam expressão em termos federais e sofreram para formar as suas bancadas no processo de verificação de poderes, casos, por exemplo, dos estados do Rio de Janeiro e da Bahia. Minas Gerais, ao contrário, por meio de um processo de reorganização do Partido Republicano Mineiro/PRM, conseguiu estabelecer certa harmonia entre as suas facções e, em função de sua superioridade numérica, conseguiu ostentar o papel de uma das principais forças da nação até 1930. Um dos trunfos do PRM para fortalecer o partido foi o estabelecimento de um forte controle sobre os seus membros e a definição dos seus espaços



no seio oligárquico, algo que passa, inclusive, pela composição dos representantes oficiais do Partido no âmbito federal.<sup>8</sup>

### **A formação das chapas federais do Partido Republicano Mineiro**

O arcabouço político piramidal ou estratificado da Primeira República teve, em Minas Gerais, um campo fértil. Afinal, a formação do partido estadual se baseou numa estrutura pretensamente colegiada. Na verdade, o Partido Republicano Mineiro/PRM, para muitos analistas, constituiu um verdadeiro comitê de coroneis e super-coroneis. Estes, por meio de retaliações e inúmeros conchavos, conseguiram transformar a agremiação num hábil mecanismo oligárquico capaz de administrar as divergências mineiras de modo a, na maioria das vezes, manter a coesão, a estabilidade e a supremacia política do Estado no conjunto da nação. Deste modo, segundo o historiador John Wirth: “Com o PRM, Minas desfrutou de uma estabilidade política não conseguida por nenhum partido republicano em outro lugar, a exceção de São Paulo e Rio Grande do Sul.”<sup>9</sup>

Para um Estado detentor de grandes dimensões e variadas características intra-regionais, a estrutura colegiada do PRM, em tese, seria perfeita, pois, com representantes de todos os cantos do Estado, seria mais fácil de alcançar o ideal conagração de interesses. Todavia, a tese não se tornou prática, visto porque, desde a sua formação, o partido não primou pela equidade política regional e, muito menos, pela equanimidade dos seus sete distritos eleitorais e até 1930, a partilha do poder mineiro se pautou numa classificação política hierarquizada e profundamente desigual.

Nesta partilha, enquanto as áreas economicamente mais prósperas do Estado ficaram com a direção da Comissão Executiva do PRM e com o maior número de postos de representação federal; às áreas menos dinâmicas, como o Norte, restou apenas a participação política em níveis restritos e marginais. Dados levantados por Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, acerca da composição da elite mineira, entre 1889 e 1930, comprovam tal assertiva. Segundo, a historiadora, a Zona da Mata, o Centro e o Sul foram as principais áreas abastecedoras dos quadros políticos estaduais com índices de 36, 20 e 18%, respectivamente<sup>10</sup>. Já as demais áreas, o Norte, o Leste, o Oeste e o Triângulo, responderam, em conjunto, por apenas 24% do total.

Embora tais números revelem, por si só, a desproporcionalidade da política mineira; de certo modo, eles refletem também a diferenciada distribuição populacional, eleitoral e

econômica do Estado. Afinal, as três principais áreas políticas, além de serem as mais densamente povoadas eram também as que detinham os melhores indicadores econômico-financeiros. Para se ter ideia, o Centro, sede da capital, possuía 16% da população mineira e 19% do eleitorado, entre 1920 e 1921. A Mata e o Sul, polos econômicos desenvolvidos em razão do café, detinham cada qual 24 e 21% da população estadual e 18 e 21% do eleitorado. Em comparação, o Norte, área considerada isolada, distante e pobre, apresentava, no mesmo período, cifras populacionais em torno de 15% e eleitorais de 9%<sup>11</sup>.

Não bastasse as discrepâncias regionais assinaladas por esses indicadores, uma regra não escrita, informal, mas comumente adotada pelo PRM contribuía para agravar o quadro de desigualdade política intra-regional. Isto é, conforme relatos de João Camilo de Oliveira Torres, o recrutamento político em Minas Gerais, tanto no que se refere à distribuição de cargos eletivos quanto aos de nomeação, ficava inexoravelmente a cargo da Comissão Executiva do PRM. De posse deste valioso instrumento, a cúpula partidária detinha total autonomia para selecionar os indivíduos que comporiam os quadros da política estadual, em seus mais diversos níveis e localidades. Assim, o partido possuía plena liberdade para, se necessário, fazer e desfazer alianças a cada eleição, ou seja, para qualquer coronel, satisfazer os interesses da Tarasca<sup>12</sup> do partido, bem como do governador, era condição *sine qua non* para se manter na lista de aliados preferenciais da agremiação mineira.

Deste modo, no que se refere à distribuição de cargos eletivos a atenção era redobrada. Antes do início do processo eleitoral havia a formação da chapa oficial. Nesta fase, cada distrito indicava alguns nomes para serem analisados pela Comissão Executiva que, após suas escolhas, homologava e divulgava as candidaturas de sua legenda. Era neste processo de seleção que imperava a regra informal do PRM, ou seja, “[...] dando a lei eleitoral cinco deputados por distritos, adotava-se a seguinte orientação: alguns candidatos da terra, de confiança dos chefes locais, representavam os interesses regionais – outros, indicados pelo governo, homens de talento e cultura, mas sem prestígio, compunham as chapas.”<sup>13</sup>.

Esta etapa de formação da chapa oficial era de fundamental importância, visto que, ser incluído na relação de políticos preferenciais do PRM constituía um tipo de vitória parcial, na qual, os candidatos oficiais teriam a sua disposição toda uma rede de apoio há muito articulada. Ademais, sinalizava a preferência do partido por determinados candidatos. Já os que se arriscavam a concorrer “extra-chapa” incorriam em uma aventura incerta, até mesmo para os chefes tradicionais, que nas urnas podiam sair consagrados, mas, pelo “bico de pena”, pela diplomação ou pela “degola”, podiam ser facilmente rechaçados.

Dados compilados pela historiadora Maria Carmen Côrtes Magalhães evidenciam a utilização do expediente da degola contra candidatos mineiros, entre 1894 e 1930, em pelo menos 16 casos<sup>14</sup>. Porém, só um exame individualizado nos permitiria identificar quantos destes casos ocorreram pelo fato do candidato ter concorrido extra-chapa. Entretanto, o controle do PRM sobre a composição de sua bancada e a força ostentada por Minas Gerais no âmbito parlamentar nos impele a presumir que a maior parte destes casos ocorreu para eliminar postulantes que concorrem às eleições à revelia do PRM.

O uso da fraude, em todos os níveis políticos durante a Primeira República, era recorrente, a exemplo tinham-se atas contendo o resultado dos pleitos que podiam ser falsificadas, eleitores analfabetos se tornavam “alfabetizados” perante as autoridades e candidatos indesejados, mas eleitos, poderiam não ser diplomados ou, se habilitados, não tomariam posse por não terem os seus diplomas reconhecidos. Esta derradeira alternativa ficou comumente conhecida como a “degola”.

Ao compulsarmos o acervo pessoal de um dos principais nomes da política norte-mineira durante a Primeira República, isto é, do deputado Camillo Filinto Prates, é fácil encontrar telegramas informando da sua inclusão na chapa do Partido Republicano Mineiro pela iniciativa da cúpula da agremiação ou de algum aliado. Porém, o documento que chama mais a atenção é a correspondência enviada por João Pandiá Calógeras acerca da intenção de Prates em concorrer, em 1903, à uma cadeira da Câmara Federal. Ao longo da missiva o panorama político norte-mineiro é minuciosamente avaliado, inclusive em números, e a possibilidade de uma candidatura extra-chapa é considerada, mas Calógeras advertiu: “Para [...] falar-te, sem embargo das agruras que uma eleição extra-chapa sempre traz, tenho bastante autoridade moral [...]”<sup>15</sup>. Calógeras foi um dos intelectuais recrutados pelo Partido Republicano Mineiro para a sua bancada parlamentar. Sem bases eleitorais próprias ele dependia diretamente dos coroneis do PRM, por isso mesmo, conhecia muito bem as dificuldades sofridas por candidato fora da chapa oficial.

Em meio à vigência da regra informal do PRM de reservar vagas aos intelectuais, a obtenção de uma candidatura oficial nos distritos mais recônditos podia dificultar as aspirações de alguns coroneis e, até mesmo, de algumas lideranças. Contudo, o real objetivo deste método de reserva de vagas era o de proporcionar uma renovação dos quadros políticos do Estado por meio do recrutamento de homens de confiança dotados de grande potencial.

Todavia, na prática, a regra não valia de modo equitativo para todos os distritos, porque, em geral, o preceito era aplicado apenas às zonas do estado politicamente menos influentes e, em várias oportunidades, as áreas majoritárias na Comissão Executiva não lançaram mão

deste recurso para recrutar novos elementos, mas para deslocar o excedente de seus representantes para serem eleitos em outras áreas. Não bastasse este aspecto, quando este recurso era realmente utilizado a favor da sacração de intelectuais, estes, simplesmente, não representavam o distrito em que foram eleitos, mas sim, o do chefe estadual que viabilizou sua entrada na vida pública.

Deste modo, enquanto as representações do Centro, do Sul e da Mata eram inflacionadas, as do Norte, Leste e Oeste ficavam defasadas. O sétimo distrito, por exemplo, formado pelas regiões Norte e Nordeste de Minas, entre 1906 e 1930, ocasionalmente foi vítima deste tipo de situação. Assim, quando a Tarasca do PRM não conseguia alocar todos os candidatos em seus distritos de origem, várias vezes a tarefa de elegê-los foi legada aos coroneis do Norte. Este tipo de situação fica muito nítida ao observarmos o telegrama enviado, em 18 de janeiro de 1921, por Artur Bernardes para Afrânio de Melo Franco: “Conforme ontem lhe telegrafei, reuniu-se a Comissão Executiva a 17, tendo tudo corrido bem. Devido ao grande aperto na lista dos candidatos pelo Triângulo, foi necessário que V. continuasse como candidato pelo 7º [distrito].”<sup>16</sup>. Ainda conforme o relato de Afonso Arinos de Melo Franco:

O Longínquo 7º Distrito, vasto sertão são-franciscano, era uma espécie de terra de ninguém, onde se abriam oportunidades para intelectuais como Peixoto ou Calógeras, cuja situação eleitoral, nas próprias zonas, não fosse muito garantida. [...] o próprio Melo Franco seria deslocado para lá<sup>17</sup>.

Apesar do autor supracitado ter considerado o sétimo distrito uma “terra de ninguém”, pelo fato de abrigar políticos de outras regiões em detrimento dos seus, ao analisarmos as relações de deputados federais eleitos pela circunscrição entre 1906 e 1930, período de atuação do novo PRM e do novo mapeamento político estadual<sup>18</sup>, percebemos uma situação diversa. Ao longo destes vinte e quatro anos, poucos foram os casos de deslocamento de políticos de outras áreas para o sétimo distrito. Após a reorganização do PRM, novos casos só voltaram a ocorrer a partir 1915, quando Carlos Peixoto foi eleito para a 9ª legislatura; Calógeras, para a 10ª; Melo Franco para a 11ª e Nelson de Sena para a 11ª e 13ª.

Outro importante dado capaz de ser apurado pela análise da lista de deputados federais do sétimo distrito é o de que, ao contrário da afirmação de Afonso Arinos de Melo Franco, a região possuía fortes representantes, por sinal, antigos e muito bem definidos. Em todo o período selecionado a rotatividade das cadeiras federais da região foi muito pequena, na verdade, circunscrita a apenas sete nomes: José Bento Nogueira, Manuel Fulgêncio Alves

Pereira, Honorato José Alves, Epaminondas Esteves Otoni, Lindolfo Caetano de Sousa e Silva, Camillo Philinto Prates e Elpídio Martins Cannabrava.

Se analisados isoladamente, podemos apurar que três desses representantes, Manuel Fulgêncio, Honorato Alves e Camillo Prates, estiveram presentes por mais de vinte anos na bancada mineira da Câmara dos Deputados. Fulgêncio, inclusive, constituiu um caso excepcional de deputado que acompanhou a representação do Estado da primeira à última legislatura do período da Primeira República de modo ininterrupto, isto é, de 1891 a 1930.

Já Epaminondas Otoni e José Bento não tiveram carreiras tão longas quando a de Fulgêncio, Alves e Prates. No entanto, cada qual se fez presente na representação norte-mineira, entre 1906 e 1930, por períodos de dez e oito anos, respectivamente. Na verdade, tanto José Bento quanto Lindolfo Caetano haviam exercido o mandato de deputado federal em legislaturas anteriores à era do novo PRM (1906-1930). Sendo assim, o político da região que atuou em apenas um mandato foi Elpídio Canabrava.

Mediante esses dados é fácil concluir que a assertiva de Afonso Arinos de Melo Franco está parcialmente incorreta, pois, o sertão do São Francisco possuía mandões estáveis e atuantes sedimentados com suas vastas parentelas, especialmente nas cidades pólo de Minas Novas, Montes Claros e Teófilo Otoni. No entanto, quando necessário, os líderes regionais sabiam ser receptivos aos designados pela Tarasca do PRM. Isto porque, a maior parte deles, sobretudo Camillo Prates e Honorato Alves, tiveram suas carreiras respaldadas em alguns dos próceres da política mineira. Nestas condições, refutar os deslocamentos distritais articulados pelo comando do partido estadual era algo inconcebível ou, até mesmo, passível de retaliação.

Em seu estudo sobre Minas Gerais, “O fiel da balança: Minas Gerais na federação Brasileira (1889-1937)”, Wirth<sup>19</sup> observou que a trajetória dos deputados Prates e Alves, ambos de Montes Claros, constitui um perfeito exemplo de como funcionou a política estadual até 1930. De fato, a atuação destes dois parlamentares, ou antes, destes dois coroneis rivais, nos permite ilustrar como se articulava a rede coronelista mineira. Em âmbito local e regional, a dupla liderava amplos e tradicionais grupos faccionais que disputavam o controle político da pequena Montes Claros e de sua micro-região, mas, em termos estaduais e federais, constituíam meros tributários de lideranças superiores de outras áreas, lideranças que detinham autoridade para indicar a inserção de seus nomes na chapa oficial e, conseqüentemente, para solicitar a aprovação de seus diplomas.

---

<sup>1</sup> Mestre em História e Doutorando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF. Bolsista CAPES. Email: ffvitor@msn.com. Orientadora: Cláudia Maria Ribeiro Viscardi.

- 
- <sup>2</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1986. p.20.
- <sup>3</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1986. p.43.
- <sup>4</sup> PINTO, Surama Conde Sá. “Revisitando “velhas” questões: coronelismo e clientelismo na Primeira República”. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, VIII, 1998, Vassouras. *Anais...* Vassouras: ANPUH/RJ, 1998. Disponível em: <  
<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/1998/autor/Surama%20Conde%20Sa%20Pinto.doc>> . Acesso em 20 abr. 2012. p.01.
- <sup>5</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *O Coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.11.
- <sup>6</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. *A República na velha província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.
- <sup>7</sup> FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. *Os senhores do sertão: coronelismo e parentela em uma área periférica de Minas Gerais (1889-1930)*. 2010. 177f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010. p.79-93.
- <sup>8</sup> RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.
- <sup>9</sup> WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.162.
- <sup>10</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. “Elites políticas mineiras na Primeira República brasileira: um levantamento prosopográfico”. In: PRIMEIRAS JORNADAS DE HISTÓRIA REGIONAL COMPARADA, 1. 2000, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, 2000. CD-ROM. p.03.
- <sup>11</sup> WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.193.
- <sup>12</sup> O termo “Tarasca” é comumente utilizado para designar a cúpula do Partido Republicano Mineiro/PRM durante a Primeira República, mais especificamente após a reorganização do partido em 1906.
- <sup>13</sup> TORRES, João Camilo de Oliveira. “Estratificação social no Brasil.” São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962. p.56.
- <sup>14</sup> MAGALHÃES, Maria Carmem Côrtes. *O mecanismo das comissões verificadoras de poderes (estabilidade e dominação política, 1894-1930)*. 1986. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 1986. p.76.
- <sup>15</sup> CALÓGERAS, João Pandiá. *Carta para Camillo Philinto Prates*. 05 de novembro 1902. Arquivo Público Mineiro (Arquivo Camilo Filinto Prates). Caixa01, pacotilha 02, documento 02.
- <sup>16</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista na República*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955, v.2. p.986.
- <sup>17</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista na República*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955, v.2. p.907.
- <sup>18</sup> Dentre as alterações advindas com lei n.1269, de 15 de novembro de 1904, também conhecida como Lei Rosa e Silva, ficou definido, pelo artigo n.58, um novo ordenamento político-distrital. Ademais, a lei trouxe alterações no que diz respeito às condições de elegibilidade e inelegibilidade aos cargos federais.
- <sup>19</sup> WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

## **O Ventre do Rio: A Companhia Mercado Municipal do Rio de Janeiro na Primeira República**

Vitor Leandro de Souza

Bolsista de Mestrado do CNPq

vitorleandro@id.uff.br

Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS)

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

sob orientação do Prof. Dr. Marcos Luiz Bretas da Fonseca

**Resumo:** Neste trabalho procuro discutir a relação dos sócios que integraram a Companhia Municipal do Rio de Janeiro com a Prefeitura do Distrito Federal nas primeiras décadas da República. Para tanto, examino os motivos que levaram 'homens ilustres' a empenhar considerável patrimônio na construção da Praça de Mercado para abastecimento da cidade. Assim, buscarei reconstituir as "redes" em que os empresários da Companhia Mercado Municipal do Rio de Janeiro estavam inseridos, assim como os espaços de influência destes homens de negócio na cidade.

**Palavras-chave:** Mercado, Rio de Janeiro, elite

**Abstract:** This paper intends to discuss the relationship between the business partners at he Companhia Municipal do Rio de Janeiro and the mayor's office during the first years of the Republic. The paper tries to examine the motivations those "well respected" businessmen had to invest such high sums in the building of a new market place for the city.

**Keywords:** Market, Rio de Janeiro, elite

### **O Novo Mercado Municipal da Capital Federal**

Desde meados do século XIX a cidade do Rio de Janeiro contava com um grande edifício na freguesia da Candelária, obra de autoria do arquiteto francês Grandjean de Montigny, onde funcionava a Praça de Mercado, que compunha o importante conjunto arquitetônico do Largo do Paço, centro da vida social, política e econômica da capital do Império português. O Mercado da Candelária funcionou por mais de cinquenta anos e era lugar de circulação de comerciantes, vendedores, barqueiros, ciganos, africanos vendedores de quitandas, larápios, prostitutas, ou seja, uma variedade de sujeitos que se multiplicavam pelas ruas e vielas da urbe carioca. Com sua privilegiada localização, bem próximo da sede do poder, o Mercado da Candelária também era polo de atração para muitos que buscavam

trabalho ou apenas meios de sobrevivência, em uma época que testemunhava frequentes crises de escassez de alimentos de primeira necessidade e a elevação no custo de vida.

No último quartel dos Oitocentos surgem vozes opondo-se à existência e ao funcionamento do Mercado da Candelária. Neste processo, a imprensa de grande circulação teve o papel fundamental de pressionar a administração municipal para que providenciasse uma solução para o "um dos maiores focos de insalubridade"<sup>1</sup> do Rio de Janeiro. Levando a prefeitura municipal, em 1891, a lançar concorrência pública para construção e exploração de novo edifício de Mercado na região central da cidade. Porém, disputas envolvendo vereadores e empresários responsáveis pela nova edificação atrasaram a obra em treze anos, e foi somente em 1903, na gestão do lendário prefeito Francisco Pereira Passos, que o Novo Mercado começou a ser construído.<sup>2</sup>

O prédio do Novo Mercado foi erguido na praia de D. Manoel, encravado entre o Morro do Castelo e a baía de Guanabara. Sua imponência impressionava especialmente por sua arquitetura em ferro fundido e vidro, a maior deste tipo já realizada no Brasil. O mercado simbolizava os novos tempos e as feições que a burguesia carioca em formação buscava imprimir na Capital da República. O Novo Mercado integrava o projeto de modernização da cidade e era uma das obras prioritárias do engenheiro-prefeito Pereira Passos para que o Rio de Janeiro assumisse feições cosmopolitas.<sup>3</sup> O redator da revista *Don Quixote* nos ajuda a compreender a posição de Passos diante da questão: "O novo mercado é exatamente uma das maiores preocupações de S. Ex., dotar o Rio de Janeiro de um mercado descente e limpo para substituir o pardieiro sórdido, imundo e repugnante que se intitula o Mercado da capital da República."<sup>4</sup> Evidentemente, realizar uma "limpeza" no Mercado era mais uma das ações promovidas pela administração municipal para dar novos ares à Capital Federal.

Em sua estadia em Paris, entre os anos de 1856 e 1860, Passos teve a oportunidade de acompanhar a finalização da primeira etapa das obras da reforma Haussmann. Permitindo assim que o jovem engenheiro brasileiro formulasse uma referência capaz de inspirar as intervenções urbanísticas que mais tarde foram realizadas no capital do Brasil. Um dos exemplos adotados por Passos, foi o complexo de edifícios que constituíam o Mercado Central da capital francesa - conhecido como *Halles Centrales* - que também tem o ferro fundido como base de sua estrutura. É importante ressaltar que o uso do ferro, bastante comum na Europa desde a primeira metade do século XIX, era uma escolha feita não somente pelas questões ideológicas ligadas à inserção do Brasil no rol das nações mais desenvolvidas, assim a Capital da República deveria ser remodelada, reeuropeizada. Deixando de lado a herança portuguesa e os símbolos do período colonial. Outra preocupação do projeto do Novo



Mercado estava relacionada a uma questão prática e de segurança conta a propagação de incêndios, reduzindo assim prejuízos e transtornos.<sup>5</sup>

A edição do *Correio da Manhã*, de 14 de dezembro de 1907, nos apresenta um relato sobre a inauguração do Mercado e podemos perceber ali detalhes do novo edifício, principalmente destacando-se as inovações tecnológicas, o conforto aos usuários e a magnitude da obra.

Segundo a reportagem o Novo Mercado atendia os requisitos de "higiene, conforto e segurança". Com sua área de 32.500m<sup>2</sup> o edifício era formado por um pavilhão central, com dois pavimentos e sete metros de altura, dotado de câmaras frigoríficas importada da Inglaterra. No alto do pavilhão central havia um relógio com quatro faces. Quatro grandiosos portões possibilitavam que o público tivesse acesso às ruas internas do Mercado. Nos dezesseis corredores internos estavam distribuídas as mais de 500 lojas, cada uma com mais de seis metros de alturas, distribuídas em mais de 24 pavilhões para venda dos mais variados produtos.

O Novo Mercado possuía ainda quatro torres octogonais nos ângulos, tais torres possuíam piso ladrilhados e as ruas internas do edifício - num total de dezesseis - possuíam calçadas e calçamento com paralelepípedos. A reportagem destacou que avanços nas opções de higiene e asseio das lojas comerciais, cada uma delas contava com sistema de água



encanada e esgotamento, iluminação à gás e lâmpadas importadas e modernas. Outro instrumento interessante e extremamente necessário para os usuários do Mercado Municipal são os dezesseis sanitários e oito mictórios ali instalados possuíam iluminação e rede de esgoto.

Figura 1 - Vista panorâmica do Mercado Municipal do Rio de Janeiro.<sup>6</sup>

Após sua inauguração, o Novo Mercado Municipal passou a funcionar como principal centro de abastecimento de gêneros alimentícios do Distrito Federal. Os produtos desembarcados no cais contíguo à construção eram então encaminhados aos distritos mais distantes do litoral ou ainda mais afastados do núcleo central.

### **A Companhia Mercado Municipal do Rio de Janeiro**

Aos sete de maio de 1903, num sobrado da Rua São José, de número 90, uma reunião de importantes empresários da cidade sela a fundação da Companhia Mercado Municipal do Rio de Janeiro,<sup>7</sup> incorporando a empresa e o capital de cinco mil contos de réis da *Companhia Alencar & Lambert*.

A *Alencar & Lamberti*, firma dos sócios João Franklin de Alencar Lima e Pedro Leandro Lamberti firmada em 1902, era a única responsável pela construção do Novo Mercado e ainda possuía a concessão para a exploração do velho Mercado da Candelária e os anexos *Chalets* da Praça das Marinhas. Assim durante o processo de construção os habitantes da *sebastianópolis* não ficariam sem a opção de abastecimento oferecida, ainda que precariamente, pela praça de Mercado da Candelária.

A diretoria da Companhia Mercado Municipal do Rio de Janeiro era composta em 1903 pelos capitalistas João Franklin de Alencar Lima no cargo de presidente, Theodulo Pupo de Moraes atuando como secretário, à frente da tesouraria estava Pedro Leandro Lamberti e tinha como gerente José Martins Pollo.

Segundo a dados e projeções elaborados pela própria Companhia Mercado Municipal do Rio de Janeiro envolvendo o Mercado da Candelária e o Novo Mercado, o primeiro, com 308 compartimentos, rendia anualmente 505:320,000 contos de réis, enquanto que na nova edificação havia uma previsão de que fossem construídos 1136 compartimentos e que os rendimentos seriam em torno de 1.864:196,000, assim os sócios e investidores da Companhia Mercado Municipal teriam rentabilidade garantida e conseguiriam em pouco tempo o retorno dos valores investidos.

Outro ponto favorável aos investidores da Companhia Mercado Municipal dizia respeito à isenção de impostos dos materiais utilizados na construção do Novo Mercado. Em sua maioria importada da Bélgica e Inglaterra, a matéria prima empregada para a realização da obra não foi taxada pela alfândega brasileira, todas as peças e materiais usados na montagem do Novo Mercado Municipal receberam isenção integral.

Como vimos, era longa a relação de Pedro Leandro Lamberti com os editais de concessão de exploração do Mercado (seja o da Candelária ou o Novo Mercado). Em 1887, Lamberti entrou com recurso na Câmara Municipal para que se confirmasse o requerimento de arrendamento do Mercado da Candelária por nove anos,<sup>8</sup> sendo que nesta ocasião, o empresário em questão contratou os serviços advocatícios do dr. João Franklin de Alencar Lima – mais tarde sócio presidente da Companhia Mercado Municipal.

A própria trajetória do dr. Alencar com os empreendimentos imobiliários e concessões públicas é antiga e variada. No ano de 1884, o advogado conquista o edital da Câmara Municipal com autorização para construção de casas destinadas a operários. Expandindo seus negócios, Alencar Lima conquista, em 1895, a autorização para exploração do serviço de carris na Ilha do Governador.<sup>9</sup>

Outro que também atou como arrendatário do velho Mercado da Candelária e *Chalets*, no conturbado período de concessões de 1900-1901, foi o coronel Theodulo Pupo de Moraes, comandante da Guarda Nacional, que também teve sua proposta de exploração das loterias em todo o Estado do Rio de Janeiro aprovada em 1904, negócio tocado por Theodulo Pupo até pelo menos 1914. Seu prestígio diante da sociedade carioca rendeu-lhe o convite para integrar o corpo de jurado [popular] no caso de um homem acusado de cometer homicídio no bairro da Lapa.<sup>10</sup>

O coronel Pupo mantinha sólida ligação com demais sócios da Companhia Mercado Municipal, chegando a atuar como diretor da *Empresa Industrial de Melhoramentos do Brasil*, tal empresa respondia junto à Prefeitura do Distrito Federal pela construção de casas populares, ao lado do coronel estavam ainda o dr. João Franklin de Alencar Lima e José Martins Pollo.

O empresário José Martins Pollo Dirigiu ao lado de Pupo de Moraes as *Loterias do Rio de Janeiro*, também estava envolvido com setores da construção civil, estando à frente da *Companhia de Melhoramentos da Lagoa e Botafogo* como diretor no ano de 1892, além de responder no mesmo período pela *Companhia Estrada de Ferro e Terras Rio Doce e Cyuyeté*. Em sociedade com Pupo de Moraes, na empresa *Pupo de Moraes & C.* esteve à frente do Mercado da Candelária e *Chalets*, conhecendo assim como tal negócio poderia ser lucrativo.<sup>11</sup> Seu prestígio no Distrito Federal pode ser percebido na missa celebrada na Igreja da Candelária em sua homenagem, após recuperação de sua saúde, e que contou com a presença dos mais importantes negociantes e políticos da capital.<sup>12</sup>

### **Alguma observações finais**

A ligação entre os integrantes da primeira diretoria da Companhia Mercado Municipal do Rio de Janeiro nos permite compreender algumas questões. Primeiramente, o modo como o grupo restrito de empresários e capitalistas atuavam nas mais diferentes áreas comerciais da Capital Federal. Outra questão importante é percebermos como os sujeitos apresentados estiveram interessados e atuantes, desde longa data, nos editais de concessão relacionados à administração da Praça de Mercado da cidade, muitas vezes revezando-se no controle do principal instrumento de abastecimento do maior centro urbano do país.

Evidentemente tal interesse e envolvimento deste grupo de empresários com as Praças de Mercados justificavam-se pela segurança dos investidores de que o negócio em que eles estavam se envolvendo, apesar dos altos custos aplicados, traria rentabilidade em curto espaço de tempo. Ou seja, os riscos eram pequenos e o negócio já conhecido dos empresários, com boa experiência no ramo.

Ainda que esta pesquisa em andamento apresente limites, possibilitou indícios das motivações dos empresários a constituírem sociedade e assumirem a responsabilidade pela construção e exploração do Novo Mercado Central. A ideia é buscar as motivações destes distintos cidadãos a investir expressiva quantia de capital nesta empreitada, assumindo assim aos possíveis riscos de insucesso. Foi possível traçar parte das trajetórias destes homens de negócios e reconhecer minimamente as redes de relações "solidárias" em que estavam inseridos.

---

Notas:

<sup>1</sup> Gazeta da Tarde, 16 de Agosto de 1881, p.1.

<sup>2</sup> Para acompanhar o processo de construção do Novo Mercado Municipal ver: *Boletim da Intendência Municipal do Rio de Janeiro*, 1907, p. 186-187. Há ainda um breve histórico sobre a concessão no *Jornal do Brasil*, 20 de maio de 1899, p.1.

<sup>3</sup> Sobre a reforma urbana e as obras realizadas na gestão Pereira Passos há uma extensa bibliografia, uma interessante revisão das principais referências foi realizada por AZEVEDO, André Nunes. *Da Monarquia à República: Um estudo dos Conceitos de Civilização e Progresso na Cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História, PUC-RJ, 2003.

<sup>4</sup> *Don Quixote*, 14 de fevereiro de 1903, p. 3.

<sup>5</sup> O temor de incêndios justificava-se, o velho Mercado da Candelária havia sido destruído pelas chamas três vezes entre os anos de 1899 e 1907, causando ainda mais transtornos no abastecimento da população carioca. Sobre a utilização do ferro nas construções há interessantes panoramas nos trabalhos de KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura de ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. São Paulo: Ateliê Editorial: Fapesp: Secretaria da Cultura, 1998., e ainda a obra clássica de SILVA, Geraldo Gomes da. *Arquitetura do ferro no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1986.

<sup>6</sup> <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBIS%20-%20RJ/RJ17061.jpg>> Acesso 06/10/2014.

<sup>7</sup> Informações sobre a instalação da Companhia Mercado Municipal do Rio de Janeiro ver Arquivo Nacional (ANRJ), Junta Comercial, 1903, registro nº 2854.

<sup>8</sup> *Boletim da Intendência Municipal*, 1907, p.186.

<sup>9</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Códices 36-1-28; 34-2-13.

<sup>10</sup> Sobre os negócios de Theodulo P. de Moraes diante das loterias, ver: *A Notícia*, 17 de Abril de 1904, p.2 e *Gazeta de Notícias*, 02 de Agosto de 1914, p.6. Sobre a sua participação como júri ver: "O Crime do Largo da Lapa" - *O Século*, 19 de Maio de 1910, p. 2.

<sup>11</sup> *O Paiz*, 19 de fevereiro de 1891, p. 4. Sobre a sua presença no Mercado da Candelária e *Chalets* ver *A Imprensa*, 26 de Fevereiro de 1899, p. 3.

<sup>12</sup> *A Imprensa*, 11 de Março de 1908, p. 2.

## **Futuras metrópoles: a cidade latino-americana do século XXI na imaginação visual do século XX**

Viviane da Silva Araujo\*

### **Resumo:**

A convicção de que a chegada do século XX inaugurava um novo tempo, anunciando um futuro de progressos materiais, cosmopolitismo e civilização, marcou diversas representações verbais e visuais que visavam produzir sentidos sobre as transformações vividas em diversas cidades latino-americanas. Considerando tais questões, esta comunicação analisa desenhos e fotomontagens veiculadas na imprensa ilustrada do Rio de Janeiro e de Buenos Aires que produziram cenas futuristas, imaginando aspectos da paisagem e costumes do século XXI e prognosticando futuras metrópoles.

**Palavras-chave:** cidade, progresso, imagem

### **Abstract:**

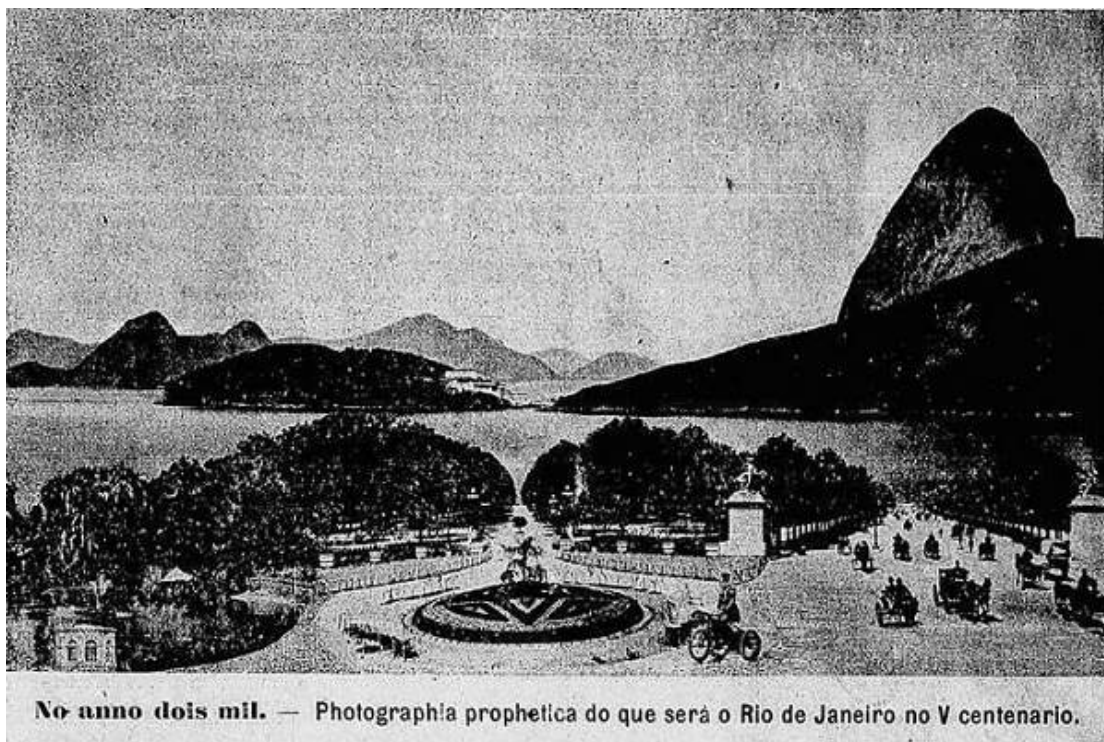
The conviction that the arrival of the twentieth century opened a new time, heralding a future of material progress, cosmopolitanism and civilization, scored several verbal and visual representations that aimed producing meanings about the transformations experienced in many Latin American cities. Considering these issues, this paper examines drawings and photomontages conveyed in the illustrated press that produced futuristic scenes of Rio de Janeiro and Buenos Aires, imagining aspects of landscape and customs of the XXI century and predicting future metropolis.

**Keywords:** city, progress, image

Observemos a imagem de uma praça ajardinada à margem da baía de Guanabara, localizada no bairro do Flamengo, no Rio de Janeiro, na qual se vê a figura de um homem, em primeiro plano, se locomovendo sobre um triciclo; à esquerda, podem-se observar várias pessoas que passeavam em uma ampla avenida sobre carruagens puxadas por cavalos. Na cena, tal avenida ampla e retilínea possui uma espécie de entrada onde se encontram, em cada lateral, uma coluna que sustenta uma estátua e, em toda sua extensão, fileiras de árvores dispostas de ambos os lados. A paisagem adiante mostra o Pão de Açúcar, os morros da Urca e o Cara de Cão, além de vários outros morros que aparecem mais ao fundo, do outro lado da baía. Justapondo paisagem natural e construção urbana, a cena apresentada transmite a sensação de harmonia e serenidade num ponto da cidade digno de ser desfrutado. Trata-se, segundo a legenda colocada abaixo da imagem, de uma previsão do que seria o Rio de Janeiro no ano 2000, através de uma “fotografia profética” da cidade um século adiante, já em meio às comemorações pelo quinto centenário do descobrimento do Brasil.

---

\* Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio Email: vivianedasa@yahoo.com.br



**Figura 1**  
*Revista da Semana*, 20 de maio de 1900

Esta curiosa “fotografia do futuro” foi publicada na primeira edição da *Revista da Semana*, em maio de 1900. Neste mesmo número foi publicado um texto introdutório intitulado “Simplez apresentação” com vistas a deixar claro para os leitores qual seria o programa do periódico. De acordo com esta apresentação, o desejo dos editores da revista era priorizar o uso da imagem fotográfica, como forma de comunicar aos leitores os fatos julgados interessantes, dignos de nota, conferindo aos textos um caráter complementar:

Feita para o povo – desde as ínfimas às mais altas camadas sociais – a REVISTA DA SEMANA empenhar-se-á somente em fornecer a todos ilustrações e artigos interessantes. De tudo quanto se passar durante a semana e que mereça atenção procurará dar, em excelentes gravuras, copiadas de fotografias, o que deva excitar a curiosidade pública. Quando o caso assim exigir, juntar-se-á a isso o texto necessário para a boa compreensão dos fatos, embora, em regra, nos empenhemos em multiplicar de tal modo as estampas, escolhendo-as tão bem que dispensem comentários. Onde houver o que agrade ou impressione os espíritos curiosos, haverá um operador da REVISTA, fotografando-o, para incluí-lo nas páginas dela.<sup>1</sup>

De acordo com Joaquim Marçal de Andrade<sup>2</sup>, a *Revista da Semana* representa, por excelência, a transição do século XIX para o século XX na imprensa ilustrada brasileira. Em suas páginas teria se consolidado a substituição das técnicas artesanais de reprodução de fotografias por um método fotomecânico que admitia que as imagens fossem incorporadas ao

processo tipográfico já utilizado na impressão dos textos. Desse modo, a introdução da autotipia – também conhecida no Brasil como similigravura ou meio-tom e, na Argentina, como *fotograbado*<sup>3</sup> – permitia que se dispensasse o trabalho dos gravadores, que tinham a função de copiar à mão a imagem fotográfica a ser reproduzida sobre uma matriz de pedra, metal ou madeira, segundo a técnica empregada. O processo de reprodução das fotografias na imprensa começava a se tornar, então, inteiramente mecânico.

É possível que essa mudança de caráter tecnológico, que vinha sendo empregada desde a década de 1880 na Europa e nos Estados Unidos e que aos poucos passava a ser adotada também na América Latina, tenha influenciado a modificação do próprio emprego das fotografias nas publicações periódicas na virada para o século XX. Nas páginas da *Revista da Semana* – e de outras revistas, tanto brasileiras, tais como a *Kosmos*, quanto argentinas, como a *Caras y Caretas* e a *La Ilustración Sud-Americana* – podemos identificar a passagem de um uso da fotografia que se caracterizava, sobretudo, por uma função ilustrativa ou decorativa em relação ao texto escrito, e agora começaria a ser protagonista, exercendo o papel de notícia por si mesma.

Tendo em vista o propósito de apresentar os acontecimentos recentes a partir das imagens, nos dois primeiros números da *Revista da Semana* foram reproduzidas várias fotografias referentes a algumas das comemorações realizadas no Rio de Janeiro por ocasião do quarto centenário do descobrimento do Brasil, tais como a recepção do embaixador português e de representantes da marinha lusitana a bordo do “cruzador D. Carlos” por oficiais da marinha brasileira com um piquenique na Tijuca; a inauguração de um monumento comemorativo ao descobrimento com uma estátua de Pedro Álvares Cabral, na Glória; e de uma Exposição Industrial realizada no Liceu de Artes e Ofícios, cuja fotografia mostra a frase “Comemorar as épocas gloriosas é despertar a vontade dos grandes empreendimentos” exposta num letreiro afixado na fachada do edifício.

Todas estas imagens, diferentemente daquela que os editores da revista chamaram de “fotografia profética”, mostram a reprodução de uma cena diante da qual esteve o fotógrafo que a registrou. Já a imagem do Rio de Janeiro no ano 2000 cumpriu uma função bastante diferente, pois não divulgava um determinado acontecimento de um passado recente, mas convidava o leitor a conceber uma cena referente a um futuro distante. Trata-se, portanto, de uma exceção em relação ao uso recorrente da imagem fotográfica. E, por razões evidentes, a cena estampada não representava a reprodução exata de uma fotografia. É provável que se tratasse de uma montagem produzida a partir de duas ou mais fotografias, sobre as quais se teria suprimido alguns elementos e acrescentado outros, reconstruindo a imagem do presente



de modo a montar a paisagem do futuro. Apesar do emprego de processos fotomecânicos de reprodução, a fotografia seguia sendo passível de trucagens e remanejamentos, isto é, de ser manipulada pela mão e pela mente daqueles que se utilizavam dela para comunicar alguma ideia.

Tal possibilidade já estava presente, na verdade, desde a invenção do sistema negativo-positivo e da difusão do papel como suporte fotográfico, bem como das várias técnicas criadas para facilitar a multiplicação de cópias de uma mesma imagem. De modo que a “reprodutibilidade técnica” se tornou uma das principais características da fotografia, quando esta superou o limite da unidade que correspondia ao daguerreótipo, tendo este avanço técnico-industrial, segundo Walter Benjamin, correspondido a um dos fatores que provocaram a destruição da sua aura<sup>4</sup>. A reprodução, quer fosse para figurar num periódico ilustrado, num cartão-postal ou simplesmente numa cópia positiva em papel, sempre manteve certa autonomia em relação à imagem primeira, correspondente ao negativo fotográfico. A posterioridade e relativa independência da reprodução permitiram a realização desde retoques até a supressão de elementos presentes no negativo e o acréscimo de outros, assim como a junção de duas ou mais imagens captadas em diferentes instantes, admitindo a criação de composições ficcionais mais ou menos explícitas.

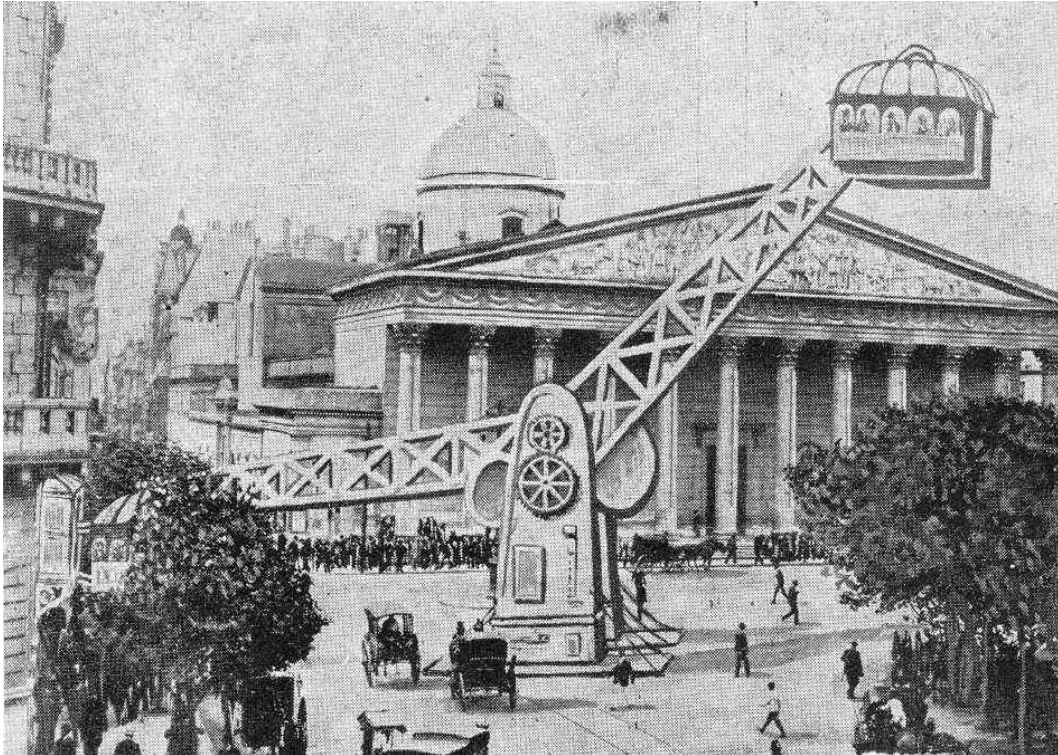
Embora a fotografia gozasse de um grande prestígio como meio de registro fiel da realidade visível e, por essa razão, passasse a ocupar cada vez um papel mais destacado, não somente na imprensa, como em diversos outros tipos de veículos de comunicação, conhecimento e consumo, uma fotografia, a princípio, nunca seria capaz de prever o futuro. Talvez também por isso esta “fotografia profética” seja uma exceção em relação àquela maioria de imagens para as quais não seria necessário o acompanhamento de esclarecimentos verbais, tal como havia sido exposto na “Simples apresentação” da primeira edição do periódico. Pois, além da legenda, que sempre foi a maneira mais comum de complementar verbalmente o que a imagem visualmente mostra, a revista publicou no mesmo número uma crônica assinada por Urbano Duarte, visando levar o leitor a imaginar como seria o Rio de Janeiro de ali há um século. Intitulada “Anno dois mil”, embora tenha sido apresentada na sétima página daquela edição, enquanto a imagem havia sido disposta na terceira, Duarte inicia o texto instigando o leitor a voltar àquela página para observar a fotografia: “Veja o leitor a estampa. Aquilo é um pedacinho do Rio de Janeiro no ano 2000, quando se festejar o quinto centenário”.<sup>5</sup>

Acrescentando elementos que não teriam como aparecer na imagem, tais como os avanços no campo da saúde pública, graças aos quais “o último caso de febre amarela terá

ocorrido em 1940” e “a tuberculose pulmonar também haverá passado à cesta de velharias”, Urbano Duarte apresentou um panorama do que viria a ser o desenvolvimento urbano carioca identificando-o à construção de imensas avenidas emolduradas por “admiráveis construções, hotéis monumentais, luxuosos cafés com terraços, armazéns de moda a feição do *Bon Marché*”. E, num entusiasmado elogio aos futuros bulevares cariocas, que vinha a corroborar com o que se observava na imagem do Rio de Janeiro no ano 2000, o cronista também conferiu grande importância à justaposição entre as avenidas modernas e a natureza exuberante, chegando a afirmar que até mesmo “a famosa avenida parisiense dos Campos Elyseos, com o seu arco de triunfo na extremidade, fará triste papel ao lado das nossas incomparáveis avenidas a se terminarem na maravilhosa baía de Guanabara”<sup>6</sup>.

É curioso observar que este exercício de imaginação não criou um horizonte urbano tecnicista, com uma paisagem repleta de edifícios altíssimos, veículos voadores, jornais falantes e outros elementos que costumavam fazer parte de representações futuristas publicadas em diversos periódicos nesse mesmo período<sup>7</sup>. Na projeção de um futuro para o Rio de Janeiro, com sua praça, sua avenida, sua paisagem natural, seus veículos puxados por cavalos ou movidos pela força das pernas do homem que pedalava, a “fotografia profética” chamava a atenção para um futuro de serenidade e equilíbrio entre o urbano e o natural, acomodados em função do bem-estar dos cidadãos que desfrutariam de um local tranquilo, limpo, amplo e arejado, cercado por uma magnífica paisagem natural.

Comparemos, agora, aquela cena do Rio de Janeiro no ano 2000 [figura 1] com estas previsões imagéticas para a Buenos Aires do futuro apresentadas em *La vida moderna*, que fizeram parte do artigo ilustrado intitulado “El gran problema del tráfico. Cómo puede solucionarse prácticamente”, publicado numa edição de março de 1910. Neste segundo caso, diferentemente do primeiro, o que vemos são, sobretudo, imagens que acrescentam avanços tecnológicos à cidade existente, sobre a qual se vislumbrou um futuro de tráfico intenso. De um modo um tanto chistoso, os novos meios de transporte, que inseriam o espaço aéreo no horizonte de expectativas do trânsito urbano, foram desenhados sobre fotografias de alguns pontos centrais da cidade, tais como o transportador colocado diante da Catedral Metropolitana [figura 2] e os cabos telefônicos ao redor da Pirâmide de Mayo, sobre os quais as pessoas caminhariam, equilibrando-se com a ajuda de giroscópios dispostos acima de seus ombros e cabeças [figura 3].



**Figuras 2**  
*La vida moderna*, 30 de março de 1910



**Figuras 3**  
*La vida moderna*, 30 de março de 1910

Outra imagem interessante a respeito da projeção do futuro de Buenos Aires é o desenho intitulado “Buenos Aires en el año 2010” [figura 4], publicado na revista *PBT* em 25 de maio de 1910, numa edição especialmente dedicada à comemoração do centenário da

Revolução de Maio. Neste, talvez por se tratar de um desenho que não parece ter tido como base uma imagem fotográfica, podemos observar uma apreensão do futuro ligada ao desenvolvimento tecnológico e à verticalização do espaço urbano que goza de grande liberdade de imaginação. Com avenidas suspensas que saíam e entravam de edifícios de dezenas de andares, a Buenos Aires do bicentenário imaginada pelo pintor e ilustrador Arturo Eusevi abdicava de qualquer elemento que pudesse levar um leitor portenho a reconhecer a sua cidade do presente. Nem a paisagem do Rio da Prata ou do Riachuelo, nem o traçado quadriculado de suas ruas, nem a Avenida ou a Plaza de Mayo. Ali não havia vestígios da Buenos Aires de 1910. Tudo era radicalmente novo. Não se tratava, portanto, de imaginar alterações ou aperfeiçoamentos em relação à cidade já existente, e sim de prever a construção de outra em seu lugar. E, para tanto, a cidade que lhe servia de parâmetro, primeiro a copiar, depois a superar, já não era Paris, mas Nova York.



**Figura 4**  
Arturo Eusevi  
*PBT*, 25 de maio de 1910

Nesta edição extraordinária da *PBT*, tal como no primeiro número da *Revista da Semana*, foi publicado também um texto que auxiliava a compreensão das ilustrações. Assinado por Enrique Vera y Gonzáles, o artigo é igualmente dedicado a descrever a Buenos Aires do bicentenário. Em 1904, o autor já havia publicado um livro com temática semelhante, intitulado *La estrella del sur*, alcunha pela qual se referia à cidade de Buenos Aires, que no futuro seria a capital não apenas da República Argentina, mas de toda a Confederação Latino-americana. Seis anos mais tarde, na crônica da *PBT*, o autor deixaria de lado essa fantasia geopolítica e se debruçaria mais precisamente sobre os avanços tecnológicos e seus impactos sobre a vida urbana.<sup>8</sup> Desse modo, apresenta a Buenos Aires de 2010 como uma cidade habitada por 40 milhões de pessoas, que viveriam em arranha-céus com até uma centena de andares, transitariam pelos ares em pequenos aeroplanos ou em avenidas de até 1 km de largura que, por isso, estariam adaptadas ao tráfego dos automóveis do futuro, que poderiam chegar à velocidade de até 500 km/hora.

De acordo com a análise da arquiteta argentina Margarita Gutman<sup>9</sup>, esta Buenos Aires que rivalizava com Nova York, vertical e cinzenta, era, sobretudo, fruto da imaginação “plebéia”. Representava um exemplo entre as noções de cidade do futuro que circulavam através de artigos, anedotas, desenhos e caricaturas publicadas nas revistas ilustradas editadas na capital argentina nas primeiras décadas do século XX; enquanto Paris permanecia no horizonte de arquitetos e urbanistas. Contudo, pode ser útil ressaltar que, na Buenos Aires de 1910, o ideal de reforma urbana caracterizado pela construção de parques e passeios, de suntuosos prédios públicos e privados, pelo embelezamento e saneamento dos bairros da cidade e pela abertura de avenidas ao estilo parisiense era algo que já se havia consolidado, enquanto no Rio de Janeiro de 1900 tais reformas eram ainda um anseio.

Entre as imaginações relativas ao futuro das cidades de Buenos Aires e do Rio de Janeiro, existiram aquelas que abdicaram por completo das características históricas da cidade, tal como esta Buenos Aires de Arturo Eusevi [figura 4]; e as que buscaram reafirmar os espaços já consagrados como seus principais “cartões-postais”, fartamente pintados, fotografados e descritos textualmente ao longo do século XIX, tais como a Plaza de Mayo e os edifícios do seu entorno [figuras 2 e 3], e a paisagem da baía de Guanabara [figura 1]. Algumas características comuns, contudo, devem ser observadas. Em primeiro lugar, a idealização do futuro a partir de paisagens urbanas, com a identificação deste meio como o local onde se observariam as transformações. Depois, a ideia de que o futuro das duas cidades era algo que poderia ser concebido e organizado inclusive por meio de fotomontagens, e não apenas nas pranchetas de arquitetos e urbanistas. Além disso, podemos observar que estas

projeções foram divulgadas nos periódicos como parte do conjunto de reflexões visuais e verbais a respeito da comemoração de acontecimentos passados: em todas estas imagens, se tratava de traçar um prognóstico das cidades no momento em que se comemoraria o próximo centenário, do descobrimento do Brasil, no ano 2000, e da independência argentina, em 2010.

As festividades pelo centenário de datas tomadas como grandes marcos da história nacional foram frequentes neste período praticamente em todo o mundo ocidental. Durante as comemorações se erguiam monumentos, se editavam álbuns e se realizavam exposições nacionais e universais. As celebrações ajudavam a situar o presente numa etapa importante de ligação entre o passado e o futuro. Do mesmo modo que a própria passagem do século instigava diversas reflexões sobre o ontem e o amanhã. A construção simultânea do futuro e do passado evidenciava o valor da perspectiva histórica para a produção de sentido no presente, e a frase exposta na fachada do Liceu de Artes e Ofícios durante a Exposição Industrial de 1900, no Rio de Janeiro, condensava bem esta ideia, ao definir aquele momento como o de “comemorar as épocas gloriosas” do passado e, ao mesmo tempo, de incentivar no presente a construção do futuro, ao “despertar a vontade dos grandes empreendimentos”.

---

<sup>1</sup> *Revista da Semana*, 20 de maio de 1900. Texto de autoria não identificada.

<sup>2</sup> ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. *Primórdios da fotorreportagem no Brasil: a fotografia na imprensa do Rio de Janeiro, 1839-1900*. 2002. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Artes e Design, 2002

<sup>3</sup> Ver: SZIR, Sandra M. “De la cultura impresa a la cultura de lo visible”. Disponível em: [www.bn.gov.ar/imagenes/investigacion/16.pdf](http://www.bn.gov.ar/imagenes/investigacion/16.pdf). Acesso em 26 de janeiro de 2013.

<sup>4</sup> A *aura* como “uma figura singular, composta de elementos espaciais e temporais: a aparição única de uma coisa distante, por mais próxima que ela esteja”, bem como a causa da decadência da *aura* devido à tendência do homem contemporâneo, ou melhor, das massas, de superar o caráter único das coisas, reproduzindo-as a fim de possuí-las de tão perto quanto possível, foram desenvolvidas por Benjamin em “Pequena história da fotografia”, ensaio de 1931, e retomadas em 1936 em “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”. Ver: BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas*, vol. 1. Trad. Sérgio Paulo Rouanet, São Paulo: Brasiliense, 1994.

<sup>5</sup> Urbano Duarte. “Anno dois mil”. *Revista da Semana*, 20 de maio de 1900.

<sup>6</sup> *Ibid.*

<sup>7</sup> Sobre a apropriação das novidades tecnológicas como tema literário, bem como sobre o impacto desses maquinismos na própria maneira com a qual os literatos do início do século XX passavam a produzir seus textos, ver: SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras. Literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. SARLO, Beatriz. *La imaginación técnica. Sueños modernos de la cultura argentina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2004.

<sup>8</sup> Para uma comparação entre as ideias de futuro presentes no livro de Enrique Vera y Gonzáles publicado em 1904, sua versão ilustrada de 1907 e o artigo publicado na *PBT* em 1910 ver: GUTMAN, Margarita. “Antecipando bicentenários: Imágenes centenarias del futuro”. In: *Construir Bicentenários: Argentina*. Observatorio Argentina/The New School University y Caras y Caretas. Buenos Aires, 2005.

<sup>9</sup> GUTMAN, Margarita. “Espejos en el tiempo: imágenes del futuro”. In: *Buenos Aires 1910: El imaginario para una gran capital*. Buenos Aires: EUDEBA, 1999

## Moda e Imagem Feminina na Imprensa no início do século XX

Vívian Marcello Ferreira<sup>1</sup>

### Resumo:

Refletiremos sobre a sociedade carioca entre 1910 -1920, que se moderniza e constrói novos padrões de beleza com referência europeia, relacionando moda e a imagem da mulher na sociedade carioca. Na *Revista Fon-Fon* é possível visualizar a mudança na maneira de vestir e agir das cariocas, a construção e reprodução de um padrão de comportamento feminino. Enfatizo o padrão de modernidade da revista e o quanto ela representa em termos de domínio, exclusão social e encontro entre tradição e modernidade.

**Palavras Chaves:** Moda, Imprensa e Gênero.

### Abstract:

We will be covering carioca's society from 1910 to 1920 that modernizes itself and build beauty standards based on Europeans reference, making a link between fashion and carioca's women image. Looking at *Fon-Fon* magazine we can notice the change on the way carioca people dress and act, the construction and reproduction of female's pattern behavior. We also emphasize the magazine's modern pattern and how much it represents in terms of domain, social exclusion and the battle/fusion between tradition and modernity.

**Keywords:** Fashion, Media and Gender.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Faculdade de Formação e Professores, sob orientação da Professora Doutora Ana Paula Barcelos. Bolsista CAPES. E-mail: [vivianmarcello@hotmail.com](mailto:vivianmarcello@hotmail.com).

## **Introdução:**

Para estudar a sociedade carioca no início do século XX, pretendo perceber a moda tomando como base o campo da história cultural. Analisando o vestuário feminino no período, podem ser percebidas algumas normas sociais de conduta, os códigos hierárquicos e o papel social da mulher no contexto de construção da ordem burguesa. Refletimos, assim, acerca da maneira como as pessoas se comportam e o modo como elas se apresentam na sociedade. Ao mesmo tempo, a pesquisa proporciona uma análise dos processos de inclusão e/ou a exclusão de pessoas e de grupos no contexto social em que vivem.

As fontes analisadas estão disponibilizadas na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional Digital Brasil. Pretendo refletir sobre a sociedade carioca, que se moderniza e constrói novos padrões de beleza com referência europeia. Para isto, parto de uma relação de reciprocidade entre a sociedade e a revista.

A consolidação dos padrões de "beleza" se dá a partir de uma estética normativa que através da busca pelo belo ideal influenciou e refletiu os códigos de comportamento e aparência da sociedade carioca. Assim, pesquiso um novo padrão que está sendo construído socialmente relacionando a moda e a imagem da mulher na sociedade carioca. A Revista Fon-Fon torna-se um instigante pretexto para a reflexões destes novos valores sociais transmitidos pelo vestuário e pela imagem feminina. A partir dela é possível melhor compreender e visualizar a mudança ocorrida na maneira de vestir e agir das cariocas e a construção de um padrão burguês de comportamento feminino.

Focalizo na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde, no início do século XX, novos valores ganhavam força, sendo um pólo irradiador de cultura para as outras cidades do país. A cidade era o local onde as novidades europeias chegavam em primeiro lugar, para depois, em alguns casos, adentrarem outras regiões.

Segundo Rosane Feijão<sup>2</sup>, o projeto de modernização do Rio de Janeiro começa no governo de Rodrigues Alves, com o discurso de reforma do porto para entrada de imigrantes, capital e comércio europeu. O engenheiro Pereira Passos, então prefeito, assumiu a tarefa de urbanizar a cidade nos parâmetros franceses, juntamente com Oswaldo Cruz, responsável por liderar a erradicação das epidemias que assolavam a

---

<sup>2</sup> FEIJÃO, Rosane. *Moda e modernidade na Belle Époque Carioca*. Rio de Janeiro: Editora Estação das letras, 2011.



cidade, como a varíola, a peste bubônica e a febre amarela. A revista *Fon-Fon* de 23 de Julho de 1910, três dias após a inauguração do porto, em um artigo não assinado com o título "A nota da Semana" mostra otimismo e confiança no progresso da cidade do Rio de Janeiro:

Cá dentro, no intimo reservatório dos meus sentimentos patrióticos, rufam os tambores de patriota. O meu feitio simples de velho carioca tradicionalista, agita-se e transforma-se na mais orgulhosa feição de civilizado impenitente. E sinto que o meu orgulho nacional embandeira-se em arco e acende vitorioso todos os seus holofotes festivos. Já temos um porto.

Para Needel<sup>3</sup>, nada expressa melhor a *Belle Époque* do que a nova Avenida da Central. Ele destaca uma observação onde destaca que a Avenida Central (atual Rio Branco) permitia o tráfego não somente entre o porto e o centro da cidade, mas também dava acesso a uma terceira nova avenida a Beira-Mar, de Pereira Passos, facilitando a comunicação com a Zona Sul. O Brasil precisava se tornar visível ao mundo e para isto, como já destacado, inspirava-se em Paris, seu padrão de civilização, cultura e comportamento. Assim, investia em apagar as marcas urbanas de um passado colonial e escravista.

A ideia de progresso e evolução estava ligada as categorias explicativas do desenvolvimento das sociedades, tornando o progresso como resultado da evolução natural do mundo e das sociedades em particular. O objetivo era explicar os diferentes graus de desenvolvimento dos povos e justificar a superioridade de alguns em relação aos demais.

Assim, havia no Brasil uma classe dominante "civilizada", contraposta a uma população pobre, ignorante e "bárbara", somente uma minoria vivia nos centros urbanos esses eram identificados como a luz e o progresso. Portanto, havia um investimento na busca dos caminhos que pudessem levar a civilização e ao progresso. A amplitude e a ideia de grandes perspectivas que caracterizam os novos bulevares parisienses foram adotados para Avenida Central, o desejo de ver e ser visto começou então a crescer na população carioca, todos sabiam que estavam sendo vistos pela Avenida, pelos guardas, fotógrafos, colunistas, anônimos.

## **A Imprensa Feminina**

---

<sup>3</sup> NEEDEL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

No início do século XX, a imprensa desempenhou um papel muito importante na remodelação dos costumes da população carioca. Jornais e revistas mostravam ideais de modernidade que na maioria das vezes estavam ligados às obras e decretos feitos pela prefeitura e pelo Governo Federal. Exaltando o progresso, a tecnologia e a civilidade importados da Europa, objetivavam transformar o Rio de Janeiro em uma metrópole modelo para um novo estilo de vida.

Nos primeiros anos do século XX no Rio de Janeiro já fazia parte da cultura urbana as mulheres irem às compras, isso fortalecia a permanência das mulheres nos espaços públicos, principalmente na zona central da cidade, onde se desenvolveu um grande e elegante comércio. Neste espaço, destacam-se a Rua do Ouvidor e, logo depois, a Avenida Central como os lugares mais frequentados pelas mulheres da classe dominante carioca. Entre as lojas mais frequentadas da época, estava a Casa Raunier. Com três andares destacava-se em anúncio na revista *Fon-Fon*:

Grande estabelecimento de modas para senhoras, homens e meninos, especializada em artigos de luxo, semanalmente recebemos as mais recentes novidades, escolhidas especialmente pela sua casa de compras em Paris (1/10/1910).

A mulher assumia ares cosmopolitas contrastando com o patriarcalismo do século anterior, Luiz Edmundo<sup>4</sup> descreve que a mulher da classe dominante carioca do ano de 1900, começa a abandonar as ideias de confinamento físico e mental, a mulher já tem outra instrução, que as viagens constantes melhoram e refinam; fala vários idiomas e nas reuniões de família já não é, apenas, o belo sexo que se expõe e “agrada pelo palminho de cara”<sup>5</sup> ou pela “graça de toilette”<sup>6</sup>, mas companheira inteligente, com a qual um homem já pode conversar e discutir. Ainda não sai sozinha à rua, lá isso é verdade, mas já sai bastante, seja ao lado da mãe, do irmão, ou de um parente mais velho.

A imprensa feminina e artigos sobre moda e comportamento empenhavam-se em instalar na cidade um cosmopolitismo que mostrava cada detalhe da vida cotidiana. A burguesia carioca estava se adaptando a urbanização da cidade e ocupava as áreas mais nobres e centrais e acompanhando com atenção cada notícia nova que vinha de Londres e Paris. As colunas que falavam sobre moda e comportamento e revistas dedicadas a

---

<sup>4</sup> EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Conquista. 1957, p. 327.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 328.

<sup>6</sup> *Ibidem*.

esses assuntos, por se relacionarem diretamente com os momentos de lazer, raramente encontravam barreiras para a propagação de conceitos e preconceitos. A partir daí pensamos quais seriam esses preconceitos transmitidos pela revista e como estes são construídos ou reproduzidos na mesma.

É possível notar que nessa época, a classe dominante carioca estava em busca de uma identidade, assim as mesmas consumiam tudo o que se propagava sobre aparência e distinção. Percebemos também que as informações sobre moda no começo do século XX possuem sentido e significado diferenciados das que conhecemos neste início de século XXI. Isto porque, o que vemos nos atuais editoriais de moda muitas vezes são modelos difíceis de serem utilizados. Naquele período, havia a preocupação com a transmissão de algo que pudesse ser copiado e utilizado nas ruas.

Nos jornais e revistas, imagens e textos eram utilizados para uma informação mais clara e objetiva no uso de cada modelo de roupa a ser usado, além das ocasiões, condições e do clima. Como complemento às revistas de moda, existiam as colunas sociais que criticavam o que era visto nas ruas. A *Revista Fon-Fon* é um exemplo. Publicava muitas colunas que misturavam moda, comportamento e política, sempre com teor humorístico, articuladas à vida cotidiana, divulgando acontecimentos e estimulando o desejo de consumo das leitoras.

Partindo desta análise, refletimos sobre o padrão de modernidade transmitido pela revista e o quanto ela representa em termos de domínio e exclusão social. Questionamo-nos se, ao mesmo tempo, ela reproduz o conservadorismo da sociedade carioca, trazendo em si um encontro entre tradição e modernidade.

As mudanças no comportamento feminino nas primeiras décadas do século XX incomodaram muito os mais conservadores, pois era recente a aparição de mulheres jovens das camadas médias e altas nas ruas da cidade. Essa “liberdade” teria seu preço. Foram impostos a elas novos códigos de conduta expressos, entre outros meios, pela imprensa:

Que a senhora soubesse conservar um ar modesto e uma atitude séria, que a todos imponha o devido respeito. E mais: que a mulher sensata, principalmente se fosse casada, evitasse sair à rua com um homem que não seja seu pai, irmão ou marido.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> MALUF, Maria e Mott, Maria Lúcia. “Recônditos Do Mundo Feminino”. In: *História da Vida Privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio. Volume 3*. São Paulo: Companhia das Letras. Editora: Schwarcz, 1998, p.368 e 369.

A vida urbana na cidade do Rio de Janeiro estava sendo composta por: imigrantes, egressos da escravidão e representantes das aristocracias rurais, vindas do campo para a cidade. Intelectuais conservadores da época os acusavam de manchar a ordem social, quebrar os costumes e inserir as mulheres em novas rotinas, além de modificar as relações entre homens e mulheres. Para contê-las, foram elaborados rígidos papéis sociais de representações de comportamento feminino ideal, limitando a sua atuação, para encaixá-la no papel de dona de casa.

A imprensa era controlada por homens que monopolizavam os cargos mais altos, e tinham como principal objetivo aconselhar as leitoras sobre o serviço doméstico, moda, literatura e comportamento.

A participação feminina na grande imprensa que tendia a direcionar a escrita e a leitura das mulheres para temas relacionados ao universo doméstico, reiterava a dicotomia entre esfera pública associada ao masculino e esfera privada ao feminino.<sup>8</sup>

Ou seja, apesar das transformações sociais, na modernidade a função social da mulher continuava sendo a de esposa, dona de casa e mãe. A do homem era trabalhar para sustentar a família. Essas ideias eram legitimadas e defendidas também pela Igreja e pelo Estado. Ao marido cabia a atuação pública, a esposa, a privada.

O Código Civil de 1916 interpretou o modo como cada um dos cônjuges deveria ser apresentado socialmente. Um conjunto de normas, deveres e obrigações... a fim de assegurar a ordem familiar.<sup>9</sup>

As mulheres da classe dominante tinham que seguir comandos morais impostos por uma sociedade conservadora “moderna” em busca da civilidade europeia, mas baseada na tradição do passado. Estas mulheres precisavam de elementos de distinção entre mulheres “honradas” e as de “conduta duvidosa” que desfilavam pelas ruas da cidade sozinhas, com roupas curtas e colantes. Portanto, a preservação do matrimônio era a grande preocupação do período, afastando a ameaça do divórcio que já havia sido assunto do jornal *Correio da manhã* em 1907, com a escritora Carmem Dolores, que defendia a total dissolução do casamento pelo divórcio. Outra grande preocupação dos conservadores neste período foi o direito ao trabalho que incluía ex-escravos, imigrantes e uma crescente visibilidade das mulheres. “Homens e mulheres interpretavam os

---

<sup>8</sup> GARZONI, Leric de Castro. *Arena de Combate: gênero e direitos na imprensa diária*. (Rio de Janeiro, início do século XX). Campinas, SP, 2012, p. 25.

<sup>9</sup> MALUF, Maria e Mott, Maria Lúcia. “Recônditos Do Mundo Feminino”. *op. cit.*, p. 379.

impactos da República em suas vidas, exprimindo expectativas ou recriminações em relação às mudanças advindas com o novo regime”.<sup>10</sup>

### **Moda e Imagem Feminina**

Para analisar a relação entre moda e imagem feminina entre 1910 e 1920, é necessária uma reflexão teórico-metodológica sobre como a sociedade carioca se adaptou às transformações inerentes ao período da *Belle Époque*. Assim, utilizamos o conceito de “*habitus*” de Pierre Bourdieu<sup>11</sup> e o de “representações coletivas”, segundo Roger Chartier<sup>12</sup>.

Com a intenção de refletir sobre a moda como prática de cultura, uso as considerações teóricas de Pierre Bourdieu. Em sua obra *O Poder Simbólico* o autor enfatiza que o mesmo é um poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que estão sujeitos a esse poder ou mesmo daqueles que o exercem. Apoio-me também, na noção de “distinção” para compreender que a moda, além de integrar, cumpre a função de classificar hierarquicamente os agrupamentos sociais.

As “representações” são utilizadas para completar a análise da sociedade carioca no período proposto. As “representações coletivas” segundo Roger Chartier, são entendidas como classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real. As “representações” são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais; aspiram à universalidade, mas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam.

Chartier articula três noções: representação, prática e apropriação e também desenvolve a ideia de que as estruturas do mundo social são historicamente produzidas por práticas discursivas, políticas e sociais, que articuladas constroem suas imagens. Nele o trabalho de representação é um trabalho de classificação e de exclusões que constituem as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo ou de um espaço<sup>13</sup>. Ao tomarmos por objeto as representações da *Belle Époque* carioca

---

<sup>10</sup> GARZONI, Leric de Castro. *Arena de Combate: gênero e direitos na imprensa diária*. op. cit., p. 24.

<sup>11</sup> BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1989.

<sup>12</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 25.

concretizadas nas imagens fotográficas e nos artigos da *Revista Fon-Fon*, podemos compreender a disposição e interesses de determinados grupos sociais da população carioca do início do século XX.

Ou seja, ambos, as “representações” e o “*habitus*” auxiliam na reflexão sobre esse grande distanciamento entre a classe dominante e a população mais pobre da sociedade carioca. A classe mais rica, que se vestia com roupas caras e tecidos estrangeiros, deixavam claro que só quem poderia possuí-las e usá-las em determinados espaços de sociabilidade seriam os de maior poder aquisitivo. As classes populares se vestiam com tecidos mais baratos e estavam apartadas destes mesmos espaços, em uma relação de dominação e exclusão social.

Nesta perspectiva, não é somente o capital econômico que está no princípio das desigualdades sociais, mas também o capital cultural, que não pode ser reduzido a valores mercantis e o controle do capital simbólico onde os dominantes impõem aos dominados o seu arbitrário cultural, as hierarquias e as relações de dominação, aplicando assim a violência simbólica (capacidade de imposição consentida de um arbitrário cultural aos dominados). Assim, podemos aplicar também esta visão na divisão de papéis e uma forte separação das esferas de atuação entre gêneros, sendo o masculino na esfera pública e o feminino no âmbito privado<sup>14</sup>.

Sobre a violência dessa exclusão, cabe lembrar... o espaço privado não se define como o da privacidade e da intimidade, mas como lugar de privação. Estar circunscrito ao espaço privado é estar destituído da relação com os outros, pela palavra e pela ação na construção e nas decisões concernentes ao mundo comum, isto é, a existência política.<sup>15</sup>

Concluimos que, a violência simbólica é praticada pelos homens sobre as mulheres dos segmentos mais elevados, e essas mulheres da classe dominadora praticam o mesmo para com outras mulheres da classe popular que estavam nas ruas para exercerem trabalhos extras domésticos.

O poder e a dominação estão sempre presentes. As representações não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> SOIHET, Rachel. *Feminismos e antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013, p. 24.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 33.

<sup>16</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 17.

Assim, era necessário para essas mulheres burguesas, demonstrar a sua diferença intelectual e financeira a todos da sociedade carioca. Sociedade que supostamente se encontrava em progresso, rumo à modernidade, mas trazia em si resquícios de um passado cheio de tradições.

Bibliografia:

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1989.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Conquista. 1957.

FEIJÃO, Rosane. *Moda e modernidade na Belle Époque Carioca*. Rio de Janeiro: Editora Estação das letras, 2011.

GARZONI, Lericé de Castro. *Arena de Combate: gênero e direitos na imprensa diária (Rio de Janeiro, início do século XX)*. Campinas, SP, 2012.

MALUF, Maria e Mott, Maria Lúcia. “Recônditos Do Mundo Feminino”. In: *História da Vida Privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio. Volume 3*. São Paulo: Companhia das Letras. Editora: Schwarcz, 1998.

NEEDEL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOIHET, Rachel. *Feminismos e antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013, p. 24.



## Eusébio de Queirós e os inimigos da ordem em 1842

Welinton Serafim da Silva\*

**Resumo:** Este artigo foi elaborado com o objetivo de esclarecer alguns pontos acerca dos trabalhos conduzidos por Eusébio de Queirós, chefe de polícia da Corte (1833-1844), para a montagem de um processo que apontasse os responsáveis pela concepção dos movimentos rebeldes que eclodiram em Minas Gerais e São Paulo em 1842. A intenção é esboçar as relações políticas estabelecidas e os procedimentos adotados por Eusébio de Queirós para suprimir ameaças ao projeto político do qual era um entusiasta.

**Palavras-chave:** Eusébio de Queirós, Polícia, Sociedade dos Patriarcas Invisíveis.

**Abstract:** This article was prepared with the aim of clarifying some points about the work conducted by Eusébio de Queirós, police chief of Court (1833-1844), for the assembly of a process that sought to those responsible for the rebel movements that happened in Minas Gerais and São Paulo in 1842. The intent is show the political relationships established and procedures adopted by Eusébio de Queirós to suppress threats to the political project which was an enthusiast.

**Keywords:** Eusébio de Queirós, Police, Society of Invisibles Patriarchs.

Enquanto o chefe de polícia da Corte Eusébio de Queirós dava prosseguimento à sua política de manutenção da ordem, estruturando a ação policial com base na ação preventiva, focada principalmente na marcação e encarceramento de alvos e objetivos específicos – grupos marginalizados como escravos e vadios – e pelo exercício investigativo aplicado ao desbaratamento de quadrilhas de falsificadores e salteadores, no seu horizonte de ação se formavam outros inimigos, resultantes das disputas travadas em 1842 no interior do mundo do governo.

A aprovação de medidas tidas como conservadoras como a recriação do Conselho de Estado em novembro de 1841, e a implementação da lei de 3 de dezembro de 1841, que reformou o Código do Processo criminal de 1832, somado a anulação das eleições do cacete e a dissolução da Câmara, significou uma virada política em favor dos regressistas, reerguendo-os da derrota imposta pelo golpe da maioria em 1840<sup>1</sup>. Os progressistas reagiram não de maneira unitária, mas retroagindo ao localismo de algumas disputas isoladas nas províncias de Minas Gerais e São Paulo.

Vencidos pela eficaz repressão do general Luís Alves de Lima e Silva em Santa Luzia (Minas Gerais) e Venda Grande (São Paulo), os progressistas se veriam reduzidos a pecha de sua desastrosa campanha recebendo a alcunha de luzias, além de lidarem com a “dura letra do Código Criminal”, e a sua classificação como rebeldes. Como o enfatizado por Ilmar de Mattos, dado que

a negação aos princípios dos regressistas implicava na imbricação entre antigos e novos monopolizadores, com a rejeição ao passado colonial e busca da inauguração de um tempo novo, o mote da revolução teria sido alimentado nos círculos progressistas, antes de eclodirem de “modo intenso” em 1842.<sup>2</sup>

Um desses recantos para alimentar essa esperança teria sido a rua do Cano no Rio de Janeiro, a capital do Império, não por acaso acompanhados de perto por um experiente chefe de polícia. E um dos maiores trunfos dos saquaremas esgueirava-se dia e noite pelas vielas da Corte, e possuía um nome estranho aos ouvidos: Fidelis Carboni.

O que se sabe sobre tal figura é que ele era italiano e prestava serviço de espionagem para a polícia da Corte, situação para qual se pode cogitar qualquer tipo de implicação. Mas o fato foi que seu trabalho nas ruas, principalmente na Rua do Conde, foi essencial para que terminadas as disputas em Minas e São Paulo, a polícia pudesse construir uma narrativa fixando a origem dos planos e discussões que deram inícios as rebeliões. As vigílias cerradas sobre o número 35, de residência do Padre José Bento Leite Ferreira de Melo colocaria Eusébio de Queirós na trilha dos rebeldes. Os vestígios nos informam do intervalo de 8 de junho a 28 de agosto de 1842, mas as anotações arquivísticas de referência do fundo documental consultado o colocam nesta vigilância desde janeiro de 1842.

Não se limitando apenas a Rua do Conde, Fidelis Carboni desenvolveu alguns relatos que devem ter impressionado a alta cúpula da segurança na Corte, como a que se referia às observações realizadas nas ruas do Jorge e da Lampadoza em 07 de julho de 1842, poucos dias depois dos combates decisivos em Minas e São Paulo:

Participo a VS que o dia de S. Pedro o tal Geraldo em presença de José dos Bottões morador da rua da Quitanda e de José Maria morador na rua de São Jorge que costuma hir nos [leilões] diz as seguintes palavras, que hiria visitar seu amigo e collega o **Dr. Meirelles**, que este infame Ministério hiria a baixo, que o **Vasconcellos** o pedaço mais grande seria a orelha, que nada precisava-se do Imperador e que o dia da vingança pellos brasileiros estaria aproximando-se que tudo o que seria chumbo e Estrangeiro receberia o seu pago<sup>3</sup>.

Eusébio de Queirós recebeu importantes informações de Fidelis Carboni, e percebeu a sucessão de aparições dos Liberais no famigerado endereço: em 08 de junho, França Leite, Limpo Abreu, Teófilo Otoni; em 09 de junho, Gabriel, Cônego, Manoel Alves; em 11 de junho, Padre Alencar, Padre Geraldo, José Aranha, Chichorro, Gabriel e Getúlio, e novamente Otoni e Limpo; em 16 de junho, Torres Homem, França Leite, José Aranha. Movimentações constantes

no auge dos eventos desencadeados em Minas e São Paulo. Apesar de diversos ilustres figurarem na lista, passado o evento, a figura central da investigação seria Francisco Álvares de Castro Rozo, que segundo já constava na lista do informante no dia 10 de agosto havia estado na rua do Conde.<sup>4</sup>

Em agosto Eusébio procurava ligar os pontos que permitiria implicar inquestionavelmente os freqüentadores da casa de número 35 da Rua do Conde ao evento. Além da condenação dos envolvidos o processo deveria revelar os motivos ocultos da revolta. O acesso às informações de Rozo não seria algo difícil posto que o mesmo já havia caído em poder de Ignácio Manoel Álvares de Azevedo, chefe de polícia da Província do Rio de Janeiro, enviado ao município de Areias, então incorporada a província fluminense; coisa que, aliás, não seria encarada como positiva para os rebeldes, como José Antônio Marinho, rebelde em Minas, e autor do clássico “História da Revolução de 1842”.<sup>5</sup>

Se o chefe de polícia da Província do Rio de Janeiro foi deslocado para realizar a consagrada depuração pós-agitação, e consolidar a hegemonia saquarema com o expurgo de alguns de seus piores inimigos espalhados por outras região, ao Queirós caberia garantir a segurança da Corte, que pelas suspeitas só seriam satisfeitas com a elucidação completa do caso, que incluía agora a nomeada Sociedade dos Patriarcas Invisíveis, que há muito já repousava sob os olhos do chefe de polícia da Corte. Informado sobre o que apurava Álvares de Azevedo, o acionou em 11 de agosto de 1842, quando detectou que algumas peças do quebra-cabeças, antes ocultas, se revelavam:

Acabo de receber cópias de interrogatórios feitos por VS<sup>a</sup> a Andre Cursino de Texeira e Silva, Julio Augusto de Almeida, e Padre Joaquim José da Silva Costa, cujas respostas são da maior importância para **o processo que aqui mandei organizar**, e por isso rogo a VS<sup>a</sup> queira fazer tirar desses interrogatórios certidões authenticas, e remettei me os mesmos pelo portador. [Vê] tão bem copia de hum **Estatuto dos Conselho da Sociedade = Patriarchas Invisiveis**, que me dirão haver sido **achado ao Rozo**: se he exacto, **queira VS<sup>a</sup> remetter me igualmente huã copia authentica, com huma declaração official do modo por qual forão apprehendidos[...]**<sup>6</sup>

Ignácio Manoel Álvares de Azevedo não respondeu de pronto como queria Eusébio de Queirós. Envolto na atmosfera política que ganhara o interrogatório dos suspeitos, é possível que o processo movido em paralelo na Corte não interessasse tanto ao responsável pela polícia fluminense. Ao invés de iniciar os procedimentos em Areias preferiu seguir para Resende, e de lá

remeteu as cópias dos estatutos lavrados por escrivão. Ele justificou em carta datada em 18 de agosto de 1842:

No dia dezesseis a noite recebi em Áreas o seu offício de onze do corrente e estando de viagem para esta villa onde cheguei hontem as duas horas da tarde, não pude d'ahi mandar lhe as certidões que me pede, mandei aqui apromptar e so hoje as nove horas da noite ficarão prontas.<sup>7</sup>

Álvares de Azevedo observou que o processo que organizava continha muitos outros “documentos interessantes”, que podemos subentender como elementos de grande importância para a resolução do caso dentro dos planos dos Saquaremas, mas ainda assim identificava aquele “necessários para ajuntar-se ao processo que ahi se esta organizando”: “os Estatutos da Sociedade Patriarcal [...], encontradas em mãos de Rozo, quando elle foi preso, e isso ele mesmo confessou no seu interrogatório”; o objeto específico de Eusébio, que se voltava para aquela casa na rua do Conde, nº 35, e ao funcionamento daquela sociedade secreta.

Eusébio não pareceu satisfeito com a demora, mas deixou essa impressão apenas nas entrelinhas em conversa com o juiz municipal da 2ª vara acerca da aquisição dos estatutos “Escrevi imediatamente ao Chefe de Polícia da Província que então se achava em Arêas, requisitando copias authenticas desses documentos que apenas ontem recebi com o offício do mesmo Chefe de Polícia, datado de Resende aos 18 do corrente”<sup>8</sup>. Eusébio pretendia que agora, que dependia apenas dos seus trabalhos, as coisas corresse com o máximo de velocidade. Vivenciando os efeitos da Lei de 3 de dezembro de 1841 que reformara o Código do Processo Criminal de 1832, e obliterara com as atribuições criminais e com o poder de polícia do juiz de paz, peça fundamental na estrutura de segurança que montara na Corte, Eusébio procurou conservar sua rede local de investigação por meio dos juizes municipais, que possuíam “ as atribuições criminaes e policiaes, que competição aos Juizes de Paz”<sup>9</sup>, mas não conflitavam com o chefe de polícia. Até porque como clarificado pelo texto da Reforma de 1841: “Todas as autoridades Policiaes são subordinadas ao Chefe de polícia”.<sup>10</sup>

Foi com o juiz municipal da 2º vara, Bernardo Augusto Nascente de Azambuja, que ele Queirós pareceu ter feito uma revisão do caso . Pelo que se deduz de suas poucas observações visíveis no fim da primeira página do castigado documento, ele procurou mapear as relações políticas dos envolvidos: uma página da documentação explorada indica “... senador José Bento, o seu colega”<sup>11</sup>, e que na outra página prossegue “Alencar, Conselheiro Limpo Abreu, Conego

Geraldo, o D<sup>or</sup> Salles Torres Homem e por assim dizer, José Francisco Guimarães, além de dous, que as observações da Policia não indicaram, talvez pertencerem a outro circuito”.<sup>12</sup>

Eusébio logo assume um ar acusatório em relação ao envolvidos, que mesmo escapa a sua personalidade especulativa, sempre atrás das menores discordâncias e, sobretudo, cauteloso. O conteúdo do depoimento de Júlio Augusto d’Almeida, caixeiro de Joaquim Breves, e preso como rebelde, traria o conteúdo mais explosivo para um Eusébio de Queirós que começava a entender o ocorrido como dois movimentos de importantes lideranças políticas articulados por uma sociedade baseada na Corte. Augusto d’Almeida que parecia colaborar com as investigações teria declarado, segundo leitura de Queirós: “ter visto entre os papéis de seu amo humã carta do senador José Bento recomendando-lhe que = Espalhe se o mais que podesse os círculos da Sociedade Patriarchal”. Ainda segundo as informações cedidas por Júlio Augusto d’Almeida, haveria uma rede correspondências interligando Limpo Abreu, o senador Alencar, e Joaquim Bueno, podendo esta ser a base da citada sociedade.

No calor daquele momento, a ideia de um concerto nacional articulado por uma conspiração estruturada sobre círculos secretos poderia ser uma arma poderosa para o Partido Conservador. Basta calcularmos o quão poderosa seria uma versão oficial sobre o desmembramento de uma organização facciosa contra os interesses da monarquia no cenário das disputas de projetos de caminhos para a nação. E o que dizer da idéia de uma revolução generalizada? Sobre a correspondência enviada ao juiz municipal, e que contém o depoimento de Júlio Augusto d’Almeida, Eusébio revela sem constrangimentos seu veredicto:

He portanto incontestável a existência dessa sociedade secreta Patriarchal dos Invisíveis com hum centro de direção no Rio de Janeiro: assim como he incontestável que o Senador José Bento, e as mais pessoas indicadas pelas observações da Policia já pelas declarações de Cursino e de Almeida são membros dessa sociedade.<sup>13</sup>

Ao tornar o movimento maior e apontar a Corte como sendo seu centro, Eusébio procurou estender para o âmbito nacional o mesmo modelo de confluência de informações que o operava na Corte. É possível perceber que através dos seus contatos nas diversas províncias, ele se esforçou por montar uma teia de comunicação, ocupando o centro do arranjo e encetando uma lógica, uma economia moral em que diante das informações por ele compartilhadas, o beneficiado se comprometia a operar sua rede no mesmo sentido, funcionando de maneira

recíproca no caso de um resultado positivo, ampliando assim consideravelmente a amplitude do seu sistema de vigilância original.

Quatro dias depois das conclusões apontadas na missiva enviada ao juiz municipal, um mesmo comunicado enviado por Eusébio de Queirós simultaneamente “aos Chefes de Polícia das Províncias - Bahia, Espírito Santo, Pará, Maranhão, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Goiaz, Santa Catarina, Sergipe, Alagoas, Piauhy” ratifica esta via de análise. A mensagem tinha o intuito de, como uma alerta mais generalizado, participar as cúpulas regionais na trama por ele sustentada:

Remetto a VS<sup>a</sup> copia dos Estatutos de huma sociedade que com título de Patriarchal dos Invisíveis se ramificou por diferentes Províncias sendo certo que foi nella resolvida a rebellião que apparecêo em São Paulo, Minas e que teria apparecido no Rio de Janeiro, e em doutros pontos, se para isso tivessem tido meios.<sup>14</sup>

De forma reservada, Eusébio de Queirós também expediu na mesma data uma correspondência ao chefe de polícia do Ceará. Nela a mesma temática e admoestações, é claro que mais especificado, como, aliás, já fizera em outra missiva enviada para o chefe da policia goiana. No comunicado feito ao chefe da polícia cearense o pedido de “recípocra” se fazia presente: “rogo a VS<sup>a</sup> queira fazer me comunicação pronta de tudo quanto ahi descobrir, relativamente a pêssoas residentes n’esta Côrte, onde seguramente existem os principaes chefes da rebellião”.<sup>15</sup>

O mesmo se repete com o chefe de polícia de Minas Gerais. Quem ocupava o cargo na província mineira era Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, irmão do celebrado Bernardo Pereira de Vasconcelos, sendo ele mesmo um ícone do regresso conservador em Minas Gerais, tendo sido nomeado em 1842 para levar a bom termo a Reforma de 1841, a contragosto da vontade dos liberais<sup>16</sup>. Para o chefe da polícia mineira, assim como os já mencionados casos de Alvarez de Azevedo e de Eusébio de Queirós, quanto melhor pudesse se sair na apuração dos motivos, resultados e implicações do evento, melhor seria para sua carreira política. Essa pode ser a principal razão que o tornaram um contínuo correspondente com Eusébio de Queirós. Ao chefe da polícia da Província de Minas Gerais Eusébio de Queirós exporia o jogo de mercês relativos ao tema da rebellião:

Já officiei a VS<sup>a</sup> pedindo lhe que me comunicasse tudo quanto ahi pudesse descobrir relativamente a parte que podessem ter tomado na rebellião que ahi se manifestou pêssoas

residentes n'esta Corte, assim como lhe cômuniquei o jantar, que em S.Vicente perto de Barbacena a dêo o Menezes em obsequio a rebellião de Thobias.<sup>17</sup>

Como a correspondência em que expõe essa idéia é com poucos dias de diferença da recepção da carta enviada pelo chefe de polícia da Província do Rio de Janeiro Ignácio Manoel Álvares de Azevedo, como também dos apontamentos dirigidos por Queirós ao juiz municipal da 2ª vara da Corte, é de se concluir que Eusébio já se correspondia com o chefe de polícia de Minas Gerais desconfiando das relações com a Corte; as novidades agora eram, provavelmente, a ideia da revolução em escala nacional, as revelações dos interrogatórios, e os Estatutos da Sociedade dos Patriarcas Invisíveis, que inclusive Eusébio aproveita para enviar a Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, acrescentando a discussão apenas a alegação de que fora o cirurgião André Cursino de Oliveira que escrevera o documento.

Eusébio alegava ter um interesse particular na Província de Minas Gerais por ter sido aquele o lugar onde a luta armada se desencadeou. Primeiramente, porque os presos “com as armas em mãos” poderiam ter mais a dizer do que conspiradores. Da mesma forma que fornecia um documento que atestava autenticidade e utilidade do documento da organização responsável pela deflagração da rebellião, Eusébio pedia atenção por conta da influência que teriam os mineiros José Bento Leite Ferreira de Melo e Teófilo Benedito Ottoni junto a Sociedade dos Patriarcas Invisíveis, fazendo, até por isso, com que as ramificações fossem, possivelmente, das maiores em Minas Gerais. Segundo Queirós, apesar de tudo o movimento naquela província havia sido iniciado e fracassara diante da reação do governo, mas a Corte não, que tendo sido apenas dissipada, estaria ainda em gestação:

[...] faça prompta comunicação de tudo quanto dicer respeito a pessoas moradoras n'esta Corte onde como não tiverão occasião de lançar mãos das armas e se conservão tramando occultamente, he quase impossível obter provas: entretanto que aqui se achão os verdadeiros, e principais cabeças da rebellião, que não deixarão de continuar seus planos, se a ação dos Tribunais os não repprimir. Do zelo reconhecido de VS<sup>a</sup> espero que não perderá tempo em fazer me essa comunicação, certo de que os momentos são preciosos.<sup>18</sup>

Com o tempo Eusébio de Queirós receberia carta de algumas figuras menores entre os rebeldes, que passaram a colaborar com as investigações e a pedir por clemência. André Corsino já vinha cooperando, no final do ano Eusébio de Queirós receberia carta de Francisco Castro de Álvares Rozo. Relação curiosa, no entanto foi a estabelecida com o rebelde Antônio Nunes Correia. Além de pedir dinheiro para poder manter a sua família enquanto estivesse preso,

procurou de toda forma colaborar com Eusébio de Queirós demonstrando grande ressentimento com os seus aliados.

Toda essa movimentação de Eusébio de Queirós atrás de provas e a ênfase na divulgação do seu quadro explicativo das Revoltas, cada vez mais completo, ratificava o seu desejo de manter sua rede de informação funcionando. A propaganda do sucesso da cooperação se dava pelos próprios resultados, como quando no dia 13 de outubro Eusébio informou que em cumprimento a uma “aviso” publicado duas vezes, em 26 de setembro e em 05 de outubro, estava remetendo o preso Manuel Francisco Pereira de Andrade, que era coronel da Guarda nacional e, segundo a análise de Queiros, “hum dos dos principais cabeças da rebelião”.<sup>19</sup>

Essa rede lhe dava suporte para decidir sobre diferentes formas de soluções de problemas rotineiros – como, por exemplo, para onde remover os ditos vadios que se proliferavam no espaço público, obtendo antes o número de vagas disponíveis na casa de correção, ou pelo contrário, decidir pelo envio deles como recrutas da marinha – e também ajudava na desarticulação de todo tipo de gangue, além do combate a capoeira, que contava com informantes infiltrados; coisa que aliás Eusébio já havia mostrado também aplicar em questões de fundo majoritariamente político. A expansão desse modelo de trocas de informações e ações coordenadas em âmbito nacional, de maneira estável, e não pontual, seria uma possibilidade?

Difícil responder a questão posta devido a imensidão de questões que carrega tal hipótese. Mas parece visível o esforço de criação de um espaço de comunicação mais eficiente, pelo menos junto aqueles que carregavam a denominação de chefe de polícia, função que ajudara a consolidar. O que dizer da “Circular aos Chefes de Polícia” datada em 31 de outubro de 1842? A intenção de promover uma aliança em nível nacional parece clara:

Como no processo organizado n’esta Corte por Crimes políticos apparecem alguãs circunstâncias, cujo conhecimento pode ser vantajoso a Policia dessa província apresso-me á transmittir lhe dois exemplares impressos. Aproveito a occazião para rogar lhe seja prompto em comunicar qualquer couza que a essa Policia conste, e que tenha relação com este objeto.<sup>20</sup>

Depois de toda a experiência de montagem de um processo em que notificou alguns dos principais chefes de polícia – excluindo estranhamente das principais discussões o chefe de polícia de São Paulo –, Eusébio procurou manter os canais de circulação de informação constantemente abertos para poder colocá-la em movimento quando necessário, de preferência



com o estabelecimento de padrões institucionais mais ou menos próximos diante da variedade de crimes e enquadramentos que perfaziam no Império.

Pelo que consta nos apontamento esboçados por seu filho, após a montagem do processo, Eusébio de Queirós acabou abrindo mão da formação de culpa contra os indiciados de 1842 por julgar preciso uma imparcialidade e uma lisura política que não possuía. Ao mesmo tempo o chefe de polícia teria procurado rechaçar qualquer acusação de “constrangimento” diante dos ícones colocados *sub judice*:

apesar de tudo isto eu não teria demittido de mim a organização do processo, se não tivesse meios de mostrar ao mesmo tempo que não tinha em vista evitar a responsabilidade moral que pesa sobre quem tem que organizar processos políticos de réos de tamanha importância.<sup>21</sup>

Esse tipo de atuação foi muito importante para a trajetória política de Eusébio de Queirós. O fato é que o jovem que chegara à Corte em 1832 praticou o jogo político como poucos no período, e na ocasião de sua saída da chefatura de polícia em 1844 possuía uma vasta experiência gerencial e tato político, desenvolvidos pelo incessante diálogo com diversas autoridades, além do prestígio social de ser o mantenedor da ordem na turbulenta Corte imperial. Sabia da necessidade de uma maior maleabilidade quanto aos negócios relativos da classe senhorial se comparado às demais parcelas da população, mas também tinha entendido o que era preciso se impor.

---

\* Mestre em História pelo PPGH-UERJ. E-mail: [welintonserafim@bol.com.br](mailto:welintonserafim@bol.com.br).

<sup>1</sup> Cf. NEVES, Lúcia M. B. Pereira das. e MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999. p. 141.

<sup>2</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. Rio de Janeiro: Acess, 1994. pp. 99 -151

<sup>3</sup> BN, DOC. 63, 04, 002 nº 79, 07/07/1842.

<sup>4</sup> Ibidem, 63, 04, 002 nº 79, [S.d].

<sup>5</sup> MARINHO, José Antônio. *História da Revolução de 1842*. Brasília, Senado Federal, 1978. p. 359.

<sup>6</sup> AN, Códice 323, vol. 16, 11/08/1842, f.160

<sup>7</sup> BN, DOC. 63, 04, 002, nº 77, 18/08/1842 f. 1

<sup>8</sup> AN, Códice 323, Vol 16, 25/08/1842, f. 166.

<sup>9</sup> Código Criminal Art.17 § 2º.

<sup>10</sup> Código Criminal Art.1º

<sup>11</sup> AN, Códice 323, Vol 16, 25/08/1842, f. 166.

<sup>12</sup> Ibidem, Vol 16, 25/08/1842, f.167.

<sup>13</sup> AN, Códice 323, Vol 16, 25/08/1842, f. 167

<sup>14</sup> Ibidem. Vol 16, 29/08/1842, f. 191V

<sup>15</sup> Ibidem. Vol 16, 29/08/1842, fls, 191V-192.

<sup>16</sup> MARINHO, José Antônio. *História do Movimento político que no ano de 1842 teve lugar na Província de Minas Geraes*. Rio de Janeiro: Typographia de J.E.S. Cabral, 1844. p. 76.

<sup>17</sup> AN, Códice 323, Vol 16, 29/08/1842, f. 192.

<sup>18</sup> Ibidem.

<sup>19</sup> AN, Códice 323, Vol 16, 13/10/1842.

<sup>20</sup> Ibidem. Vol 16, 31/10/1842.

<sup>21</sup> Cf. RIBEIRO, Manuel de Queiroz Mattoso. *Apontamentos sobre a vida do Conselheiro Eusébio de Queiroz*. Rio de Janeiro, Typ. Imprensa Industrial, 1885. p. 37

AUTOR: William Gaia Farias – Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense – UFF e Pós-Doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ - Professor Efetivo da Faculdade de História – FAHIS e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia – PPHIST da Universidade Federal do Pará – UFPA. e-mail: [wgaia@ufpa.br](mailto:wgaia@ufpa.br)

CRÉDITOS: O trabalho é resultado de pesquisa apoiada pelo Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq e pela Universidade Federal do Pará – UFPA.

## RESUMO

### *A FLOTILHA DA AMAZÔNIA DIANTE DA MODERNIZAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL*

É objetivo da pesquisa, analisar aspectos relevantes sobre o amplo debate acerca da modernização técnica da Marinha do Brasil, sobretudo no que trata da Flotilha do Amazonas. Para isso, considero o entendimento sobre o processo internacional conhecido como “corrida armamentista” e seus reflexos no Brasil em questões como, avaliações sobre o poderio naval brasileiro, a situação do material e do pessoal da Marinha e as investidas na encomenda de embarcações adequadas as ambições e condições do país, navegação e segurança da Amazônia na virada do século XIX ao XX.

**PALAVRAS-CHAVE:** Modernização técnica, Segurança Nacional, Poder Naval.

## ABSTRACT

### *THE FLOTILLA AMAZON BEFORE THE NAVY MODERNIZATION OF BRAZIL*

It is the aim of the research, analyze relevant issues on broad debate about the technical modernization of the Navy of Brazil, especially in dealing with the flotilla of the Amazon. For this, consider the understanding of the international process known as "arms race" in Brazil and its effects on issues such as, reviews of the Brazilian naval power, the situation of material and Navy personnel and invested in ordering the appropriate vessels ambitions and conditions of the country, security and navigation of the Amazon at the turn of the nineteenth to the twentieth century.

**KEYWORDS:** Technical modernization, National Security, Naval Power.

O progresso, o avanço e as idéias de civilidade defendidas pelo cientificismo e pelas políticas nacionalistas na final do século XIX e início do XX<sup>1</sup> foram constituídas em torno do avanço tecnológico e passaram alimentar representações de poder das nações em destaque no cenário internacional e outras que buscavam destaque e dominação em seus continentes ou fora deles<sup>2</sup>.

No caso brasileiro, o regime republicano recém instalado, não tardou para intensificar a investida na modernização bélica. No que trata da Marinha, que é objeto deste texto, a opção

foi o modelo dos navios europeus de grande porte dotados de armamentos modernos pelas potências bélicas, sobretudo quanto aos paradigmas ingleses.

## 1. Modernização naval e o cenário internacional

Os processos consagrados pela historiografia internacional como “corrida armamentista” e a segunda Revolução Industrial certamente tiveram suas dimensões navais, sobretudo no que se refere as embarcações militares e civis. Estas passaram por um amplo processo de substituição de matéria-prima, maquinário, planejamento do espaço, engenharia naval. Nesta diretriz, por exemplo, mereceu destaque a substituição da madeira pelos metais, sobretudo o aço que passou a ser preferido no fabrico das embarcações de guerra. No que trata da potência e capacidade de deslocamento dos navios, a embarcação a vela foi substituída pelos motores a vapor com caldeiras e, por fim, pelos grandes navios com máquinas movidas pelos derivados do petróleo.

No entanto, quanto ao seu pessoal e de material, a Marinha brasileira, no final do século XIX passou por um processo de diminuição. No Pará, Amazonas e Maranhão houve a redução do efetivo. Na região existia um Arsenal de Marinha e uma Escola de Aprendizes Marinheiros, em Belém do Pará; a Capitania dos Portos, em Manaus era a única unidade da Marinha no Amazonas. No Maranhão, a única unidade da Marinha também era a Capitania dos Portos, localizada em São Luís, além de uma Escola de Aprendizes Marinheiros, também sediada na capital na capital.<sup>3</sup>

No período em questão o encouraçado, por exemplo, destaca-se como modelo de navio de guerra e, por isso, fazem parte das esquadras dos países beligerantes e, passam ser cobiçados pelas marinhas de países que buscavam se adequar aos novos tempos.

O Brasil, em 1870, no momento da Guerra do Paraguai possuía dezesseis navios encouraçados<sup>4</sup>. Contudo, ao findar o século XIX, havia apenas cinco encouraçados: Riachuelo, Aquidaban, Deodoro, Floriano e Rio Grande. Todavia, é preciso considerar que os cruzadores Tamandaré e Barroso eram referidos no Relatório Ministerial<sup>5</sup> como encouraçados na Guerra do Paraguai, o que nos permite considerar um total de sete encouraçados.

Quanto a idéia de modernização é preciso considerar a flexibilidade do conceito, além dos debates e contradições no interior da Marinha que trata da das influências de escolas de pensamento naval da época. A respeito deste assunto Silvia Capanema de Almeida<sup>6</sup>, entende que, no Brasil, houve a influência de duas escolas: a francesa e a norte-americana.

Ainda considerando a análise de Silvia de Almeida, quanto ao modelo de guerra naval francês, havia a preferência pelo uso das embarcações militares de pequeno porte, por serem

consideradas mais velozes. No entanto, esta avaliação positiva logo foi superada devido a duras críticas relacionadas ao desempenho negativo da Marinha francesa. O modelo norte-americano que privilegiava os navios de grande porte para combate em oceanos passou a despontar qualitativamente como mais ofensivo e representativo do ponto de vista da busca da supremacia naval.<sup>7</sup>

No Brasil, de acordo com o Relatório Ministerial de 1905, o navio inglês HMS Dreadnought, lançado em 1906 passou a despontar como o tipo ideal para esquadra que se pretendia moderna. Daí a investida na compra dos navios deste modelo, como o São Paulo e o Minas Gerais, além da encomenda do Rio de Janeiro, ainda que neste caso a negociação não tenha se concretizado. Assim, o Brasil, o programa naval brasileiro passou a seguir a diretriz norte-americana. No entanto, vale ressaltar, que logo a corrida armamentista, intensificada no início do século XX, tornaria tais embarcações obsoletas diante dos aperfeiçoamentos da Era dos Impérios que antecederam a Primeira Grande Guerra Mundial. A República brasileira Brasil, interessada em destacar-se no cenário continental e na encomenda destes navios uma boa oportunidade para demonstrar força e, ao mesmo tempo conseguir apoio da sociedade. Os resultados oscilavam de acordo o sucesso e aceitação do projeto.<sup>8</sup>

Em 1903, o contra-almirante Julio Cesar de Noronha, ministro da Marinha, expressou a preocupação quanto a necessidade da modernização do material flutuante da esquadra brasileira e, por isso, justificava a apresentação de um programa naval com destaque para aquisição de navios. Dentre os principais pontos do referido programa naval merece destaque a compra do navio inglês HMS Triumph que possuía uma blindagem de 285mm, além de eficiente armamento (254mm), ou seja, superior ao Wittelsbach alemão e Regina Elena italiano (de 305mm).

Neste programa o Ministro Noronha, também apontava a necessidade de navio com torpedeiros, sendo estes caracterizados em dois grupos: os que possuíam tubos de lançamento aéreos e os subaquáticos. Há preferência dos navios com tubos subaquáticos, pois tornava possível a explosão dos torpedos lançados em tubos aéreos. O programa também apresentava a necessidade de investimento na compra de submarinos e de navios carvoeiros para o abastecimento da frota naval. Ao todo o programa propunha a aquisição de “3 couraçados de 12.500 a 13.00 tons. de descolamento; 3 cruzadores couraçados de 9.200 a 9.700 tons.; 6 caça-torpedeiros de 400 tons.; 6 torpedeiras de 130 tons.; 6 torpedeiras de 50 tons.; 3 submarinos; 1 vapor carvoeiro, capaz de carregar 6.000 tons. de combustível”<sup>9</sup> No ano seguinte o Relatório apresentado ainda seguia a mesma linha quanto ao material flutuante, entretanto, foi apresentado o projeto de lei pelo deputado Laurindo Pitta contendo o programa

naval referido anteriormente. Ainda eram citados os navios estrangeiros: Kashima, Mikasa e Katori, do Japão; Cesarevitch, da Rússia; Napoli, da Itália e é citado pela primeira vez o HMS Dreadnought, da Inglaterra, que viria a ser o principal modelo escolhido. Cabe lembrar que o conhecimento sobre as embarcações estrangeiras não era aleatório, especialmente porque a Marinha enviava militares para acompanharem o conflito entre Rússia e Japão<sup>10</sup>, além do estudo em outros países, como o caso do capitão-tenente Antonio Julio de Oliveira Sampaio, que foi adido naval do Brasil no Japão nos anos de 1903, 1904 e 1905, sendo neste último ano promovido a capitão de corveta.

Já em 1905, foi estabelecida a preferência, por parte do governo em si, não necessariamente da Marinha, pela Armstrong Whithworth e parâmetros para construção de um novo Arsenal no Rio de Janeiro com capacidade de construção naval. Conquanto, havia uma clara preferência pelo HMS Dreadnought enquanto modelo a ser seguido. Por isso, no Relatório do Ministro para comparações técnicas e modelos são citados os navios Almirante Makaroff, Bayan, Orel e Rurik, da Rússia; Diderot, da França; Aki e Satsuma, do Japão e o USS South Carolina, dos EUA.

Portanto, havia grande preferência por navios de grande porte, pesados e com motores potentes e de calados alto apropriado para grandes profundidades. Com estas características, tratava-se de navios de bom desempenho nos mares e oceanos, mas inapropriados para bacias hidrográficas, uma vez que apenas os rios principais comportariam tais dimensões.

Alguns dos maiores navios da esquadra naval sediada no Rio de Janeiro no período de 1900 a 1905 apresentam características de grande porte. Os principais navios eram designados ao cumprimento da segurança nacional, tais como os cruzadores Barroso e República e os couraçados Deodoro, Floriano, Aquidaban e Riachuelo, todos com calado maior que 4 metros e comprimento maior que 60 metros. Neste sentido, ainda que tais embarcações tivessem dimensões inferiores às estrangeiras já citadas, podemos considerá-las navios de grande porte, adaptados à guerra naval oceânica, mas provavelmente, pouco eficientes às fronteiras e áreas fluviais do Brasil, especialmente, a Amazônia. Um bom exemplo disso pode ser percebido durante a Revolta de 11 de Junho de 1891, ocorrida em Belém, quando em auxílio ao governo do estado do Pará a Marinha colocou a canhoneira Guarany para perseguir alguns revoltosos que abordo de uma canoa teriam atirado e causado danos no convés do rebocador Purus que por ter grande calado não conseguia alcançar a canoa em área de pouca profundidade. Na ocasião a canhoneira Guarany era a mais indicada para ação.<sup>11</sup>

## **2. Modernização técnica e segurança nacional na Amazônia fluvial**

A bacia hidrográfica amazônica conta com cinquenta mil quilômetros de rios navegáveis para embarcações, porém cerca de dez mil quilômetros desses rios podem ser navegados por navios com deslocamento médio de mil toneladas ou mais.<sup>12</sup> É possível subdividir o rio Amazonas em duas áreas principais, embora haja muitas outras caracterizações: alto Amazonas, que diz respeito à nascente, nos Andes até algumas áreas próximas à Manaus e o baixo Amazonas, área mais profunda, podendo ser considerada de Manaus até sua foz. A região mais próxima das nascentes, ou seja, às fronteiras do Brasil com Peru, Colômbia, Venezuela e Bolívia, geralmente são menos profundas devido às grandes altitudes que também permitem o escoamento em direção ao oceano Atlântico.

Com relação à navegabilidade do Amazonas, Dominguez afirma que após 1433 km de descida pela Cordilheira dos Andes, o Amazonas encontra a planície, sendo dessa área até Pucallpa (Peru), 530 km depois, navegável apenas para lanchas e pequenas embarcações de até cerca de 1 m de calado; dessa área até a confluência com o Marañón, aproximados 890 km depois, embarcações de até 200 toneladas, com cerca de 2,1 m de calado podem navegar; dessa confluência que ainda engloba os rios Huallaga e Ucayali até Belém do Pará, são cerca de 3.540 km navegáveis para embarcações de até 4,5 m aproximadamente de calado. Em outro curso, de Manaus até Tabatinga, ambas no Amazonas, são cerca de 1.600 km navegáveis para embarcações de até 25.000 toneladas.

Diante destes dados da hidrografia da Amazônia é possível perceber que o modelo de modernização tomado como modelo geral da Marinha do Brasil do início do século XX não era adequado à navegação militar na Amazônia. Este tema, porém, foi tratado no Relatório Ministerial da Marinha de 1902, quando, no caso da Amazônia, se apresenta a necessidade de adequar os navios às profundidades relativas à sua área de atuação. Os Avisos Tocantins, Teffé e Jutahy, que integravam a Flotilha do Amazonas, sediada em Manaus, apresentavam dificuldades no cumprimento de operações voltadas a segurança nacional na região. Neste caso, estava em destaque o calado médio que teria entre 1,7m e 1,8m<sup>13</sup> de altura, o que impossibilitava o deslocamento dos mesmos nas áreas de fronteira com o Peru<sup>14</sup> e a Bolívia, principalmente durante a vazante dos rios quando a profundidade é ainda menor. Portanto, há ênfase ao fato de que os navios destinados à servir em regiões fluviais deveriam ter pequeno calado e armamento com boa capacidade de defesa em todo o redor da embarcação, sendo, portanto capaz de cobrir as margens e leitos dos rios.

Retornando ao modelo naval francês, o Relatório Ministerial de 1902, apresenta dois tipos de canhoneiras francesas atuando na Flotilha da Indochina. O primeiro tipo, com calado de 1,1m, já o segundo, 0,8m, o que as dotavam de grande autonomia em relação às

dificuldades proporcionadas pelo ambiente hidrográfico devido à pouca profundidade. Também tratou das canhoneiras inglesas da classe Melik, construídas pela Yarrow<sup>15</sup> que atuavam no Egito e possuíam calado de 0,66m.

O armamento também era importante na escolha de um tipo de canhoneira que atendesse as demandas de defesa fluvial no Brasil. As canhoneiras Melik eram armadas de 4 canhões de calibre até 45 (sendo 2 de cada lado) e mais 2 morteiros (12cm) e 2 canhões de tiro rápido de 57mm. Concluindo a análise comparativa acerca do modelo mais hábil à servir nas áreas fluviais. O Relatório Ministerial da Marinha de 1902 aponta a perspectiva de “Adquirir, pois, algumas canhoneiras do typo Melik, que, além de tudo, dispõem de bons e arejados alojamentos, para a flotilha do Amazonas, é collocal-a em condições de bem desempenhar a sua missão”<sup>16</sup>. Comparando as características apresentadas pelos avisos Jutahy, Tocantins, Juruema e Teffé com a canhoneira Melik, temos:

**Quadro 03 – Comparativo dos avisos com canhoneira Melik**

Nome	Calado	Comprimento	Armamento 1	Armamento 2	Armamento 3
Aviso Jutahy	1,7m-1,8m	29,2m	1 canhão 47mm	2 metralhadoras 11 mm	-
Aviso Teffé	1,7m-1,8m	29,2m	1 canhão 47mm	2 metralhadoras 11 mm	-
Aviso Tocantins	1,7m-1,8m	29,2m	1 canhão 47mm	2 metralhadoras 11 mm	-
Aviso Juruema	1,7m-1,8m	29,2m	1 canhão 47mm	2 metralharodas 11mm	-
Canhoneira Melik	0,66m	-	4 canhões calibre 45	2 canhões de tiro rápido 57mm	2 morteiros 12cm

É importante lembrarmos, entretanto, que esses quatro navios eram os componentes da Flotilha sediados em Manaus, na Amazônia Ocidental, embora possamos considerar apenas três, porque o Juruema naufragara em 1901. No lado oriental, sediados em Belém, havia a Canhoneira Guarany e o Cruzador Tiradentes. Esta canhoneira foi construída na Bahia à partir de aviso de 18/09/1879 e foi lançada em 29/12/1883, provavelmente construída para a Amazônia, pois seria sediada no Pará em 1891,<sup>17</sup> recebendo baixa em 1903. O Tiradentes foi construído na Inglaterra pela Armstrong Whitworth e serviu em outros locais do país antes de sediar na Amazônia, como na incorporação à “esquadra legal” durante a Revolta da Armada



de 1893,<sup>18</sup> e transferido ao Rio de Janeiro definitivamente em 1904. Comparando essas duas embarcações com a Melik, temos:

**Quadro 04 – Navios da Amazônia Oriental nas décadas de 1890 e 1900**

Nome	Calado	Comprimento	Arma 1	Arma 2	Arma 3	Arma 4
Canhoneira Guarany	1,75m	35,8m	1 canhão calibre 32	2 metralhadoras 25mm	-	-
Cruzador Tiradentes	3,36m	52,8m	4 canhões 120mm	3 canhões 57mm	4 metralhadoras	2 tubos lança- torpedos
Canhoneira Melik	0,66m	-	4 canhões calibre 45	2 canhões de tiro rápido 57mm	2 morteiros 12cm	-

É perceptível que a Canhoneira Guarany, em termos absolutos de armamento, estivesse mais bem aparelhada que os avisos de Manaus, tendo basicamente a mesma profundidade de calado, apesar de mais comprida que os referidos, o que sugere haver limitações semelhantes, mas é válido perceber que Belém está situada na região da foz estuário-déltica do Amazonas e não há reclamações por parte do Ministério quanto a isso, portanto os problemas de ordem geográfica enfrentados deveriam ser menos preocupantes. O Cruzador Tiradentes apresentava-se como o navio mais bem armado da Flotilha, entretanto, com o dobro de calado dos outros navios e de comprimento, sua ação estaria muito mais limitada na bacia hidrográfica do Amazonas.

Também no ano de 1902 foi criada a Divisão Naval do Norte com o intuito de assegurar a ocupação do Acre,<sup>19</sup> sendo que era formada por navios que compunham a Esquadra Brasileira (sediada no Rio de Janeiro), sendo eles: couraçado Floriano, caça-torpedeiro Gustavo-Sampaio, cruzador-torpedeiro Tupy e o cruzador-torpedeiro Tymbira. É importante observar ainda que a precedência hierárquica do comando da Divisão, normalmente contra-almirante ou capitão de mar e guerra, e da Flotilha, normalmente capitão de fragata ou capitão-tenente, acabou por subordinar esta àquela. Em 1904, com o início das negociações diplomáticas sobre a questão acreana, a Divisão permaneceu na Amazônia<sup>20</sup> para contribuir na sua defesa até a incorporação das quatro canhoneiras fluviais que teriam esse dever. No quadro 05 verificamos as seguintes especificidades técnicas dos navios da dita divisão:

**Quadro 05 – Navios da capital federal destacados para a Divisão Naval do Norte**

Nome	Calado	Comprimento	Arma 1	Arma 2	Arma 3	Arma 4	Arma 5
Couraçado Floriano	4,1m	81,5m	2 canhões 240mm	4 canhões 120mm	4 canhões 57mm	2 tubos lança-torpedos	-
Cruzador-Torpedeiro Tupy	3,05m	79,2m	2 canhões 100mm	4 canhões 57mm	2 canhões 37mm	2 metralhadoras 25mm	3 tubos lança-torpedos
Cruzador-Torpedeiro Tymbira	3,05m	76,1m	2 canhões 100mm	4 canhões 57mm	2 canhões 37mm	2 metralhadoras 25mm	3 tubos lança-torpedos
Caça-Torpedeiro Gustavo Sampaio	3,6m	62m	2 canhões 76mm	4 canhões 47mm	3 tubos lança-torpedos	-	-

É evidente o poder bélico dos navios da Divisão Naval do Norte, entretanto, o comprimento destes navios e a profundidade alcançada também deveriam limitar a maior parte das ações dos mesmos pelos rios da região, o que é compreensível. Porém, devemos considerar o fato de que eram membros das divisões da Esquadra Naval do Rio de Janeiro estando aptas à guerra naval oceânica.

Em 1905 foram adquiridas quatro canhoneiras fluviais da Yarrow Shipbuilders (construídas em 1904); Acre (que dá nome à classe), Juruá, Missões e Amapá<sup>21</sup>, sendo armados no Arsenal de Marinha do Pará. Aparentemente, esses navios foram comprados para desempenhar as funções mais importantes de defesa da região por terem sido construídos já com a mentalidade e orientação dadas nas discussões anteriores, o que fica comprovado quando analisamos suas especificações técnicas:

**Quadro 06 – Canhoneiras entregues pela Yarrow Shipbuilders ao Arsenal de Marinha do Pará em 1905**

Nome	Calado	Comprimento	Arma 1	Arma 2	Arma 3
Canhoneira Fluvial Acre	0,77m	36,6m	1 morteiro 87mm	2 canhões 57mm	7 metralhadoras
Canhoneira Fluvial Amapá	0,77m	36,6m	1 morteiro 87mm	2 canhões 57mm	7 metralhadoras
Canhoneira	0,77m	36,6m	1 morteiro	2 canhões 57mm	7 metralhadoras

Fluvial Missões			87mm		
Canhoneira Fluvial Juruá	0,77m	36,6m	1 morteiro 87mm	2 canhões 57mm	7 metralhadoras
Canhoneira Melik	0,66m	-	4 canhões calibre 45	2 canhões de tiro rápido 57mm	2 morteiros 12cm

É possível perceber que as canhoneiras da classe Acre estariam, pelo menos em parte, de acordo com as ambições da Marinha na Amazônia, o que também é corroborado pela opinião apresentada no Relatório Ministerial de 1905, no qual se considera que a aquisição das canhoneiras fluviais Acre, Amapá, Missões e Juruá, juntamente com três lanchas armadas e duas outras para expedições rápidas, deixou a flotilha do Amazonas melhor aparelhada para o bom desempenho do serviço de sua atribuição, pois as referidas canhoneiras eram semelhantes às construídas por Yarrow para o Almirantado britânico.<sup>22</sup>

A região amazônica representava um espaço diferenciado e privilegiado na conjuntura do pensamento militar brasileiro. É evidente que não devemos nos precipitar a uma generalização, especialmente pelo fato e pelas condições ambientais do norte do país não se adequarem ao modelo naval adotado dos navios imponentes e grandiosos como o HMS Dreadnought. Notamos, contudo, um esforço do comando da Marinha em garantir a eficiência da defesa dessa área. Neste sentido, cabem algumas observações sobre o quadro de embarcações militares na região.

#### Flotilha do Amazonas em 31/12/1906

Nome	Tipo	Lançamento	Arma 1	Arma 2	Arma 3
Jutahy	Aviso Fluvial	1891	1 canhão 47 mm	2 metralhadoras 11 mm	-
Tocantins	Aviso Fluvial	1891	1 canhão 47 mm	2 metralhadoras 11 mm	-
Teffé	Aviso Fluvial	1891	1 canhão 47 mm	2 metralhadoras 11 mm	-
Acre	Canhoneira Fluvial	1905	1 morteiro 87 mm	2 canhões 57 mm	7 metralhadoras
Amapá	Canhoneira Fluvial	1905	1 morteiro 87 mm	2 canhões 57 mm	7 metralhadoras
Juruá	Canhoneira Fluvial	1905	1 morteiro 87 mm	2 canhões 57 mm	7 metralhadoras
Missões	Canhoneira	1905	1 morteiro	2 canhões 57 mm	7 metralhadoras

	Fluvial		87 mm		
--	---------	--	-------	--	--

Neste contexto a Amazônia surgiu como exceção, pois suas características geográficas não permitiram a modernização do “material flutuante” nos moldes daquilo que era previsto para o resto do país (especialmente o Rio de Janeiro), e diante do modelo geral do Programa Naval de 1904<sup>23</sup>. No entanto, as particularidades do espaço amazônico não impediram a região de ser alvo de discussões e uma articulação diferenciada que resultou na aquisição de embarcações modernas, construídas especificamente para a região por estaleiros ingleses, mas não com as mesmas formas dos grandes navios encouraçados. Mais do que um olhar especial do alto comando da Armada, a Amazônia acabou se tornando uma das principais áreas no tocante à modernização e sede da segunda melhor força naval do país, em termos quantitativos e qualitativos, atrás apenas do Rio de Janeiro. Partindo destas considerações este artigo visa demonstrar a situação da Marinha na região amazônica neste período de intensos debates sobre atuação, modernização da frota e melhor preparação do pessoal.

### 3. Considerações finais

A região amazônica, não deve ser encarada como área estratégica na mentalidade militar brasileira apenas na atualidade. Para além de idéias de mera dependência e periferia, é possível perceber que ela esteve afastada do Programa Naval brasileiro, que não levaria em conta as suas especificidades, mas não deixou de ter importância significativa para a defesa nacional, exigindo uma dedicação diferenciada que mesmo outras bacias hidrográficas, como em Mato Grosso e no Alto Uruguay, não o obtiveram, fator este que, consciente ou não, foi determinante para o estabelecimento da Flotilha do Amazonas como força naval importante e significativa no cenário nacional.

A modernização da região ainda esteve distante dos modelos e dos ideais pensados por comandantes militares e políticos, mas é relativamente importante ao entendimento do processo de vigilância, segurança nacional na vasta bacia hidrográfica. Mas diante de tanta preocupação com a adequação às características fluviais, cabe uma questão: E pelo ar, como se dava a atuação na Amazônia?

---

<sup>1</sup> CASTRO, Celso. *Os militares e a República*: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

<sup>2</sup> HOBBSAWM, Eric. *A era dos Impérios 1875-1914*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 24.

<sup>3</sup> FARIAS, William Gaia. *A construção da República no Pará (1886/1897)*. Tese (Doutorado em História). UFF. Niterói. 2005. p. 141.

<sup>4</sup> MENDONÇA, Lauro Nogueira Furtado de. *A Marinha Imperial -1870 a 1889*. História Naval Brasileira. Vol. 4. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2001.

<sup>5</sup> *Ibid.* p. 29.

<sup>6</sup> ALMEIDA, Silvia Capanema de. “A modernização do material e do pessoal da Marinha nas vésperas da revolta dos marujos de 1910: modelos e contradições”. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 23, nº 45, p.147-169, janeiro-junho de 2010.

<sup>7</sup> Almirante Alfred Mahan, teria sido o responsável pelo pensamento naval estadunidense de modernização do combate naval através dos confrontos em mar aberto com a utilização de navios de grande porte. VERGE-FRANCESCHI, Michel. *Dictionnaire d'histoire maritime*. Paris: Éditions Robert Laffont, 2002. *Apud.* ALMEIDA, Silvia Capanema de. *Op. Cit.*

<sup>8</sup> *Ibid.* p. 165.

<sup>9</sup> RELATÓRIO MINISTERIAL DA MARINHA. Ano 1903 (apresentado em 1904). Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2139/>. p. 11.

<sup>10</sup> RELATÓRIO MINISTERIAL DA MARINHA. Ano 1904. *Op. Cit.*

<sup>11</sup> FARIAS, William Gaia *Op. Cit.* p.190.

<sup>12</sup> DOMINGUEZ, Camilo. “Importância dos rios no sistema de transporte da Amazônia”. In: ARAGÓN, Luis; CLÜSENER-GODT, Miguel (Orgs.). *Problemática do uso local e global da água da Amazônia*. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará, 2003. p. 162.

<sup>13</sup> No Relatório, o valor é 1,8m, já no Repositório de Nomes dos Navios da Esquadra Brasileira, o valor é de 1,7m. Ver: RELATÓRIO MINISTERIAL de 1902. *Op. Cit.* MENDONÇA, Mario F; VASCONCELOS, Alberto. *Repositório de Nomes dos Navios da Esquadra Brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1943. p. 89.

<sup>14</sup> É importante lembrar que o Rio Amazonas nasce no Peru.

<sup>15</sup> *Yarrow Shipbuilders* foi uma companhia inglesa de construção naval que atualmente faz parte do grupo BAE Systems, indústria de construção militar. Ver: <http://archive.is/0BFtL>.

<sup>16</sup> RELATÓRIO MINISTERIAL DA MARINHA. Ano 1902 (apresentado em 1903). Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2138/>. p. 12.

<sup>17</sup> MENDONÇA, Mario F; VASCONCELOS, Alberto. *Repositório de Nomes dos Navios da Esquadra Brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1943. p. 89.

<sup>18</sup> *Ibid.* p. 192.

<sup>19</sup> Embora alguns dos navios que a compunham pareçam ter ido à Amazônia antes de sua criação efetiva. Cf. SCAVARDA, Levy. *História da Flotilha do Amazonas*. Duque de Caxias: Imprensa Naval, 1968. p. 62.

<sup>20</sup> *Ibid.*

<sup>21</sup> *Ibid.* p. 8, 14, 115 e 137.

<sup>22</sup> RELATÓRIO MINISTERIAL DA MARINHA. Ano 1905 (apresentado em 1906). Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2141/>. p. 13.

<sup>23</sup> Em 1904, foi apresentado no congresso nacional pelo deputado Laurindo Pitta e registrado e votado como decreto 1.296 de 14/12/1904, assinado também pelo ministro da Marinha c-alte Júlio Cesar de Noronha. Propunha a aquisição de 3 couraçados de 12.500-13.000 toneladas, 3 cruzadores couraçados de 9.200-9.700 ton, 6 caça-torpedeiras de 400 ton, 6 torpedeiras de 130 ton, 6 torpedeiras de 50 ton, 3 submarinos, 1 navio-mineiro para 6.000 ton de carvão e 1 navio-escola até 3.000 ton como forma de aparelhar melhor a Marinha para defesa nacional, entretanto, os parâmetros do referido Programa não se adequavam às necessidades do espaço amazônico. Cf. RELATÓRIO MINISTERIAL DA MARINHA. Ano 1904 (apresentado em 1905). Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2140/>. p. 3-7.

## A CIRCULAÇÃO DE PROFESSORES ESTRANGEIROS NAS ATAS DO CNPQ (1962-1964) E A CRIAÇÃO DA COPPE

Alana Ribeiro da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho é uma análise das atas das reuniões do Conselho Deliberativo do CNPq, durante a presidência de Athos da Silveira Ramos, que busca verificar ações de incentivo à vinda de professores estrangeiros ao Brasil num período de grandes transformações no âmbito acadêmico. O objetivo desta análise é situar o momento histórico da criação da COPPE (Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia), em 1963, primeira instituição de cursos de pós-graduação que aspirava à formação de profissionais em âmbito nacional.

**Palavras-chave:** desenvolvimento científico, COPPE – UFRJ, CNPq

**Abstract:** This paper is an analysis of the minutes of CNPq Deliberative Council, during the presidency of Athos da Silveira Ramos, seeking for fomentation actions to bring foreign professors at a period of great changes in the academic context. Our purpose is to situate the historical moment of the creation of COPPE (Coordination of Postgraduate Programs in Engineering) in 1963, first institution of post-graduate students who aspired to professional training nationwide

**Keywords:** scientific development, COPPE – UFRJ, CNPq

*Todos sabemos, e os governantes apregoam, a necessidade de preparar recursos humanos em todos os setores do conhecimento, porque não temos uma massa crítica nos níveis médio, superior, pós-graduado ou pós-doutorado.<sup>2</sup>*

Athos da Silveira Ramos

No ano de 1963 foi criado o curso de pós-graduação em Engenharia Química da Universidade do Brasil (futura Universidade Federal do Rio de Janeiro), que dois anos mais tarde se uniu ao curso de pós-graduação em Engenharia Mecânica dando origem a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia<sup>3</sup> (COPPE). A criação da Coppe respondia a uma demanda industrial por uma mão de obra técnica capaz de desenvolver novas

---

<sup>1</sup> Bolsista CNPq do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST); graduanda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

<sup>2</sup> MOTOYAMA, Shozo (org.). *50 Anos do CNPq: contados pelos seus presidentes*. São Paulo: FAPESP, 2002. p.166.

<sup>3</sup> Atualmente, a instituição chama-se Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, mantendo a sigla COPPE.

tecnologias. Para essa resposta, a COPPE foi pioneira ao implantar uma linha educacional que aliava formação acadêmica e científica às necessidades das indústrias.

O objetivo desse artigo é entender o contexto em que a criação da COPPE ocorreu e os motivos que levaram ao novo curso de contratar professores estrangeiros. Para isso iremos recorrer, entre outras fontes, as atas das reuniões do Conselho Deliberativo<sup>4</sup> do Conselho Nacional de Pesquisas<sup>5</sup> (CNPq), onde os conselheiros analisavam pedidos de auxílios e bolsas de vários institutos de pesquisa e ensino do Brasil, além de debaterem sobre a condição da ciência no Brasil.

Uma guerra tem, como se pode perceber ao longo dos processos históricos, grande poder de impulsionar novas tecnologias. A Guerra Fria, evento em que Estados Unidos e União Soviética disputaram áreas de influência política e militar, trouxe novas noções de ciência e desenvolvimento para o mundo. Em depoimento dado ao projeto "História da ciência no Brasil", coordenado por Simon Schwartzman, o professor Coimbra fala sobre a reformulação do programa de ensino americano quando os soviéticos enviaram o primeiro homem ao espaço, Iuri Gagarin:

[Em 1961] o ensino americano sofreu uma grande transformação, quando Gagarin fora solto no Sputnik, pelos russos. O americano tomou um susto que até hoje não se recuperou, pois nunca podiam imaginar que um país comunista pudesse fazer uma coisa dessas. Você imagine, que ousadia! Tomaram um susto danado e viram que o ensino das ciências estava fraco na universidade americana. Isso por volta de 1960. Uma das qualidades dos americanos é o poder de dar marcha à ré, de mudar as coisas muito rápido. Imediatamente ingressaram numa fortificação do ensino básico nas universidades<sup>6</sup>.

Com essas transformações, aumentava, ainda mais, a distância entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos (de acordo com a concepção da época), o que, como se pode perceber na epígrafe, suscitou, tanto nos cidadãos quanto nos governantes brasileiros, uma preocupação maior em relação à preparação de massa crítica para o país. Apesar de posterior ao nosso recorte, na ata da 773ª reunião do Conselho Deliberativo do CNPq, ocorrida no dia 26 de abril de 1965, é declarada, explicitamente, essa pretensão. O então presidente Antônio Moreira Couceiro, sucessor de Athos da Silveira Ramos, destacou o desejo de fazer com que o Brasil alcance o nível de desenvolvimento científico mundial:

Fácil seria enumerar as nossas deficiências no campo da pesquisa científica pura ou aplicada. Justificável é, pois, nossa ambição de corrigi-las por meio de prescrição adequada: melhor ensino de ciências; maior número de equipes de pesquisadores

---

<sup>4</sup> As atas do Conselho Deliberativo do CNPq estão disponíveis no acervo arquivístico do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST).

<sup>5</sup> Atualmente, a instituição chama-se Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, porém mantém a sigla.

<sup>6</sup> COIMBRA, Alberto Luiz Galvão. *Alberto Luiz Galvão Coimbra I (depoimento, 1977/1978)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2010, p.8.

convenientemente preparados; mais valiosa produção científica. O aviamento desta receita não é imediato, e o tempo a decorrer, até que se processe, exigirá que se anotem outras necessidades, pois o desenvolvimento científico mundial não interromperá sua marcha à nossa espera. Não tenhamos ilusões quanto às dimensões do trabalho a ser feito, com intensidade e a partir deste momento, no desejo comum de colocar o Brasil em posição mais próxima das ocupadas pelas nações que, por meio da pesquisa científica, conseguiram uma radical transformação de suas indústrias, agricultura e medicina, conseguiram promover o bem-estar dos seus povos e auxiliar outros países, porém as dificuldades da missão a ser cumprida, não devem ser motivo de desânimo, ou argumento para qualquer um julgar inoperante sua contribuição.

Já durante o governo de Getúlio Vargas o terreno que fez com esse caminho pudesse ser traçado começou a ser preparado. Foi estruturada uma conjunção de propósitos para a industrialização nacional, posto que tinha-se a ideia de que esta seria uma saída viável para o subdesenvolvimento dos países latinos.<sup>7</sup> O próprio Conselho Nacional de Pesquisas é criado em 1951, assim como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Em 1952, é criado, também, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE)<sup>8</sup>. visando ao financiamento e estímulo à instalação de indústrias no país.<sup>9</sup>

Posteriormente, no governo de Juscelino Kubitschek, o BNDE seria um meio importante para canalizar recursos em prol do desenvolvimento tecnológico e científico, com a proposta de que empresas que lhe tomassem empréstimos pudessem pedir um adicional de 3% para que se treinasse recursos humanos.<sup>10</sup> Destarte, foi sendo esboçado um projeto que não somente visava à industrialização, mas também à capacitação da mão-de-obra para que esta pudesse operar os meios de produção.

O CNPq foi a instituição que ficou encarregada de racionalizar a distribuição dos recursos financeiros de forma a fomentar essa capacitação, que não poderia acontecer sem que houvesse parceria com países mais desenvolvidos científica e tecnologicamente. Estes seriam muito importantes no que tange ao apoio financeiro, à cessão de materiais, equipamentos e professores para aqui ministrarem aulas e ao acolhimento dos profissionais brasileiros, pois os mais qualificados que aqui estavam normalmente tinham de ir ao exterior para se aprimorar. Na presidência anterior a Athos da Silveira Ramos, já surge a proposta de regulamentação da vinda de professores estrangeiros ao Brasil. Na ata da 616ª reunião do Conselho Deliberativo,

---

<sup>7</sup> ALVES, Jefferson; BARRETO, Patrícia. Subsídios para uma História Social da Ciência e da formação científica no Brasil - COPPE- 50 anos de fomento à pesquisa. Anais do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. No prelo, 2014.

<sup>8</sup> A instituição passou a se chamar, em 1982, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

<sup>9</sup> ALVES, Jefferson; BARRETO, Patrícia. Subsídios...

<sup>10</sup> ALVES, Jefferson; BARRETO, Patrícia. Subsídios...



realizada no dia 21 de março de 1962, aparece um discurso do vice-presidente do CD à época, Antônio Moreira Couceiro, em relação a esse assunto:

Cresce, dia a dia, o número de pedidos de auxílio para o pagamento integral de vencimentos a pesquisadores estrangeiros convidados por instituições nacionais de pesquisa. Tais auxílios, formulados em dólares, destinam-se ao pagamento da estada dos referidos pesquisadores e suas passagens. Tais convites não estão sendo processados de maneira a colocar o Conselho Nacional de Pesquisas na posição merecida, não só como órgão promotor da pesquisa no país, como também, por ser o único financiador. Grande parte desses casos decorrem, principalmente, da atuação dos adidos culturais das embaixadas sediadas no Rio que, no desempenho de sua função, agenciam a vinda de compatriotas sem prévio conhecimento da fonte pagadora no Brasil, das importâncias previstas no acôrdo e, também, dos diretores das nossas instituições de pesquisa que firmam compromissos e convites sem recursos próprios para atendê-los. Êste uso, que vem se tornando habitual, não recomenda uma medida drástica do Conselho, visando saná-lo, mas aconselha, a nosso ver, um pronunciamento do Conselho Deliberativo destinado a melhor disciplinar o assunto e a corrigi-lo no futuro próximo. Salvo melhor juízo tomo a liberdade de sugerir à consideração de V.Exa. as seguintes providências: 1- Não ultrapassar de 50% a contribuição do Conselho Nacional de Pesquisas para o pagamento de estada de técnicos estrangeiros cujos processos venham a ser apreciados por êste Conselho; 2- Entendimento com as embaixadas esclarecendo a dificuldade que se apresenta ao Conselho em prover recursos para o atendimento, a curto prazo, de despesas dêste tipo; 3- A vantagem que adviria das instituições de pesquisa nacionais dirigirem-se, com bastante antecedência, ao Conselho Nacional de Pesquisas, apontando suas maiores necessidades em pessoal estrangeiro especializado, permitindo, assim, possível entendimento com as representações diplomáticas no Brasil e com especialistas indicados que o Conselho convidaria na medida de suas possibilidades.

O intercâmbio de profissionais se torna cada vez mais intenso, principalmente com os Estados Unidos. A partir do contato com o país, surge a ideia de criação de cursos de pós-graduação no Brasil. Alberto Luiz Coimbra, que foi aluno de Athos da Silveira Ramos, foi ao país em 1947, com bolsa conseguida por seu professor, para realizar seu mestrado em Engenharia Química, antes das transformações no meio acadêmico. Lá, foi orientado por Frank Tiller, figura de extrema importância para os acontecimentos que se sucederão. Após ter feito o mestrado, Coimbra mantém laços de amizade com Tiller e, em 1961, este consegue uma bolsa da Organização dos Estados Americanos (OEA) para que seu orientando de mestrado pudesse voltar aos Estados Unidos e ver, com seus próprios olhos, as mudanças que estavam ocorrendo no âmbito acadêmico norte-americano. Tendo passado três meses lá, Coimbra visitou em torno de dez universidades, as melhores em Engenharia Química, e pôde constatar que, de fato, o ensino havia mudado. Na volta, surgiu a ideia de fazer a mesma coisa aqui no Brasil.<sup>11</sup>

Com o apoio de Tiller e da OEA, foram trazidos professores com apoio financeiro da Comissão Fullbright, da Rockefeller Foundation e de várias outras instituições. Eles ficaram aqui pelo período de um mês e lecionaram cursos rápidos. O objetivo desses cursos era

---

<sup>11</sup> COIMBRA, Alberto Luiz Galvão. *Alberto Luiz...*

chamar a atenção sobre o assunto de pós-graduação.<sup>12</sup> Esse objetivo, parece, foi pelo menos minimamente alcançado, na medida em que o fato foi mencionado na ata da 648ª reunião do Conselho Deliberativo, realizada no dia 14 de novembro de 1962:

Relatórios de Professôres da Universidade de Houston, que tomaram parte no Curso de Pós-Graduação ora sendo realizado no Instituto de Física da Universidade do Brasil. O Senhor Presidente [Athos da Silveira Ramos] informou que o documento se achava à disposição dos Srs. Conselheiros, esclarecendo que com a finalidade experimental da implantação de cursos de pós graduação no Instituto de Química haviam sido ministrados pequenos cursos de assuntos referentes à engenharia química, com a colaboração de professores americanos, enviados pela OEA e por outras instituições. Acrescentou que os Relatórios apresentados eram de três dêsses professores e demonstravam um resultado positivo dêsse curso preliminar.

Os cursos de pós-graduação em engenharia eram vistos como uma necessidade ao desenvolvimento científico e técnico-industrial no Brasil. A indústria requeria uma mão de obra cada vez mais especializada que para se formar precisava se deslocar para o exterior. A COPPE visava suprir essa lacuna de formação que existia no país trazendo professores estrangeiros para lecionar aqui.

O fomento a pesquisa científica era uma das preocupações do CNPq, como pode ser visto pela concessão de bolsas de estudos aos pós-graduandos da COPPE já em 1965. Esse assunto era recorrente nas reuniões do Conselho Deliberativo, como pode ser visto na ata da 664ª reunião de 27 de março de 1963, quando o ministro dos transportes Ernâni do Amaral Peixoto estava presente:

O Sr Presidente [Athos da Silveira Ramos] [...] Fez uma dissertação sobre a vida do CNPq nesses doze anos de existência, aduzindo que numa época de exuberância do poder científico, com um volume de descobertas novas cujo balanço deste último ano revelou ultrapassar de três milhões, parecia ao Conselho que a política científica do país deveria ser traçada, procurando o Conselho ser o assessor direto da Presidência da República e não abrindo mão dessa prerrogativa porque, de outro modo, estaria trabalhando contra o Brasil. O ministro Amaral Peixoto inicialmente agradeceu as palavras do sr Presidente declarando que na aula inaugural que tivera a honra de dar, recentemente, na Escola Fluminense de Engenharia, ressaltara a necessidade de incremento da pesquisa científica e da formação de técnicos em nosso país, estando, portanto, completamente integrado dentro do pensamento do Conselho.

A COPPE é tida como a primeira instituição de cursos de pós-graduação em engenharia no Brasil, pois, apesar de o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) tê-los implementado antes, estes estavam voltados para o aprimoramento dos profissionais internos. A COPPE surge com uma proposta que aspira à qualificação dos profissionais em âmbito nacional.

Em março de 1963, dando início a um curso formal, vem lecionar o professor Donald Katz, da Universidade de Michigan, professor de Engenharia famoso nos Estados Unidos.<sup>13</sup> O

---

<sup>12</sup> Ibidem.

Programa foi iniciado apenas com a pós-graduação em Engenharia Química, com oito alunos a princípio. O curso foi divulgado por todo o Brasil, Coimbra e membros de sua equipe visitavam as faculdades de Engenharia brasileiras, colocando anúncios em jornais locais e convidavam os estudantes a conhecerem os cursos de mestrado, os mais promissores poderiam ganhar bolsas. Apesar de maioria norte-americana, a instituição pôde contar também com profissionais de países como França, Inglaterra, União Soviética, Alemanha, Canadá e Holanda, os mais influentes nomes de universidades estrangeiras eram trazidos.<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> COIMBRA, Alberto Luiz Galvão. *Alberto Luiz...*

<sup>14</sup> ALVES, Jefferson; BARRETO, Patrícia. *Subsídios...*

## **Considerações sobre o processo de institucionalização da Pesquisa em Educação no Brasil**

Alexandre Augusto e Souza\*

O tema deste trabalho é o processo de institucionalização da pesquisa em educação no Brasil. A pesquisa utiliza-se de material bibliográfico referente as mudanças na sociedade brasileira, por meio das análises de Florestan Fernandes. Mudanças que tornaram as relações conjuntas mais instáveis, menos previsíveis e mais diversificadas. A institucionalização da pesquisa em educação confere uma nova atuação sob as ações coletivas.

Palavras-chave: educação, pesquisa, institucionalização.

## **Considerations about the process of institutionalization of research in education in Brazil**

The theme of this work is the process of institutionalization of research in education in Brazil. The research makes use of bibliographic material relating changes in Brazilian society, through analyzes of Florestan Fernandes. Through changes that made the most unstable joint relations less predictable and more diversified. The institutionalization of research in education provides a new operation under collective actions.

Keywords: education, research, institutionalization.

\* Graduado em designer gráfico (Universidade Estácio de Sá), graduando em pedagogia (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), bolsista de iniciação científica CNPq e membro do grupo de pesquisa *Episteme* (Programa de Pós-Graduação em Educação da Uerj). Este texto faz parte do projeto “70 anos de pesquisa em educação: o debate sobre a prática da pesquisa nos periódicos da área da educação no Brasil”, coordenado pela Professora Dra. Siomara Borba, professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPed/Uerj). E-mail: [augustoesouza@gmail.com](mailto:augustoesouza@gmail.com)

## **Introdução**

O tema deste trabalho é a ‘pesquisa em educação’, especificamente a institucionalização da pesquisa em educação no Brasil. Interessa-nos identificar e compreender o processo que viabiliza a formação de instituições de pesquisa em educação no Brasil. Formação originária de um movimento complexo, um processo de transição entre dois sistemas produtivos. O entendimento deste processo permitirá compreender as origens, o papel e as expectativas imbuídas junto às instituições de pesquisa em educação que assim se constituíram no país.

Traremos com esse intuito algumas considerações sobre o processo que institucionaliza a pesquisa em educação no país. Utilizaremos elementos presentes nas análises de Florestan Fernandes, Miriam Limoeiro Cardoso e Octávio Ianni, sobre a sociedade brasileira em transição, como auxílio no entendimento deste processo. Considerações que caracterizaram uma particularidade no quadro de mudanças ocorridas no Brasil, em sua integração a um novo sistema produtivo de base industrial.

## **O Brasil em processo de transição econômico, político e social**

Florestan Fernandes (1981) entende que as mudanças decorrentes na sociedade brasileira, ao longo dos anos de 1950 e 1960, foram proporcionadas pela expansão do capitalismo internacional. O país passava, segundo Fernandes, por um processo de transição entre o chamado ‘velho regime’, identificado por características coloniais e o ‘novo regime’, integrando mecanismos considerados capitalistas. Miriam Cardoso (1978) afirma que juntamente a um processo de transição vivido pela sociedade brasileira, este se autolegitimava através da ideologia desenvolvimentista, amplamente difundida neste período.

De acordo com Cardoso (2006) o processo transitório, de um sistema com características coloniais para um sistema de elementos capitalistas, iniciado na sociedade brasileira, gerou uma particularidade. Um sistema em formação que nem continha uma conformação propriamente capitalista, nem a ausência de características coloniais. Uma ‘integração’ à expansão, particular e específica, que se assume na ‘fusão’ entre esses dois sistemas.

Para Cardoso (2006) esse movimento transitório na sociedade brasileira foi legitimado por teorias do desenvolvimento. Ideologia oferecida como fundamentação das políticas desenvolvimentistas, as quais são apresentadas como garantia para a nova expansão

econômica. No Brasil, segundo Cardoso, estas ideologias participaram da construção dos rumos do país, pelo menos desde de Juscelino Kubitschek. A ditadura militar instalada em 1964, afirma a autora, retomou e radicalizou a política de caráter desenvolvimentista. Desde então, afirma a autora, essa perspectiva vem orientando, sem qualquer interrupção, a ação do governo central do Brasil, ela própria se adaptando aos novos formatos que o desenvolvimentismo tem assumido.

### **Desdobramentos da fusão de ‘dois sistemas’ na formação da sociedade brasileira**

Em Fernandes (1975, p.33) “O estatuto colonial foi condenado como estado jurídico-político. O mesmo não sucedeu com o seu substrato material, social e moral, que iria perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional”. Este é o quadro geral apontado por Fernandes quanto ao processo de transição enfrentado pela sociedade brasileira, no momento de expansão do capitalismo no país. Verifica-se a formalização de um novo sistema, sem a sua participação decisiva como elemento propulsor de mudanças.

Um processo acelerado de transição, cujas formas arcaicas, persistentes, restringiram o raio de atuação de elementos capitalistas na condução político-econômica do país. De outro modo, as estruturas ‘arcaicas’ se mostraram necessárias para a transição a um novo sistema em conformação. O elemento de tensão, da ordem social em alteração, acaba sendo a intensidade do crescimento, que ao mesmo tempo concorreu para evitar rupturas com a ordem. A velocidade imprimida ao processo transitório constitui-se em um tipo de revolução dentro da ordem. Compensava as instabilidades inerentes às condições presentes. Inapropriadas a estruturação de um padrão de condução político-econômica de base capitalista.

De acordo com Fernandes (1974) sem a presença de condições, ocorre um embaraço quanto a formação e coordenação de vínculos para a manutenção de um novo modelo em aplicação. Para Fernandes (1976), toda alteração que afete a vida conjunta, exerce uma influência permanentemente desorganizadora, refletida diretamente nas ações cotidianas. Um quadro social desorganizador se instalava nas rápidas alterações impostas à sociedade brasileira.

É a perspectiva da expansão e da desigualdade que juntas caracterizam o andamento da sociedade brasileira. [...] As transformações em curso na sociedade, em termos de urbanização, industrialização, migrações internas, emergência de movimentos sociais e partidos políticos, governos e regimes, sem esquecer das influências

externas [...]. [...] são levados a pensar e repensar o jogo de forças sociais, os movimentos, [...] a marcha da revolução e contra-revolução. [...]. Tudo se urbaniza, aos poucos ou de modo abrupto, [...]. Há freqüentes irrupções do povo no cenário da história, com freqüentes soluções de compromisso, conciliação [...]. [...]. Uma época de muitos desafios. (IANNI, 1996, p.28-31)

De acordo com Ianni (2004) constituiu-se gradativamente, condições para a formação de uma conjuntura histórica peculiar, que proporcionaria uma certa diferenciação da sociedade no Brasil, ainda que presa a concepções seculares. As formas de pensar e de reelaborar a realidade, por outro lado, tornaram-se mais abertas e alvo de disputas no encaminhamento do destino da sociedade, da organização e funcionamento do poder. No processo de diversificação social no Brasil, ocorreu uma maior autonomia das atividades intelectuais, a conquista de espaços por novos atores sociais. Iniciou-se uma série de conflitos, visto o amadurecimento de posições antagônicas de entendimento e de condução da realidade, provocada em sua origem por novas configurações da sociedade brasileira.

Para Ianni (2004), a sociedade brasileira foi forçada a absorver padrões externos e desconhecidos até então. Necessitou-se, com isso, a urgência de mudanças no cenário político e social do país. O lema “ordem e progresso” simboliza as diretrizes que a sociedade brasileira passaria a conviver. Sob influência de uma concepção burguesa do mundo, adaptada a imobilidade social e aos privilégios seculares até então existentes no país.

O lema “ordem e progresso” sintetiza o caráter da revolução burguesa em marcha. “As inovações institucionais e a eficácia da liberalização jurídico-política republicana foram circunscritas, na prática, às necessidades da adaptação da ‘grande-empresa agrária’ ao regime de trabalho livre e às relações de troca no mercado de trabalho que ele pressupunha. Fora e acima disso, continuaram a imperar os modelos de comportamento, os ideais de vida e os hábitos de dominação patrimonialista [...] (FERNANDES, 1965, p.25-26 *apud* IANNI, 2004, p.47-48)

A inserção do Brasil ao mercado internacional capitalista, ao longo do século XX, sem mesmo promover internamente uma revolução burguesa local, desdobrou, segundo Ianni (2004), em um processo com fases peculiares, decorrentes das condições históricas tradicionalmente enfrentadas no Brasil. Neste processo, ocorreram recuos constantes, quanto a inserção do Brasil ao mundo capitalista, rupturas democráticas e estabilizações forçadas, características, de uma revolução dentro da ordem. De acordo com Ianni (2004, p.50) o “antigo regime” sempre se recompôs no Brasil, “[...] recriando-se de quando em quando, segundo as condições prevaletentes em cada conjuntura [...]”.

### **O institucional como estratégia de controle no processo transitório**

Para organizar e expandir um modo de vida em formação, deve-se promover uma cooperação massiva e coordenada, para adesão às novas formas de se viver. Um novo modo sob a forma institucional, no esforço de reorganização das atividades conjuntas. Tornou-se necessário o ordenamento, a aceleração e a readequação destas, para uma nova dinâmica de viver.

Ações coordenadas e massivas, influiriam diretamente na geração de canais institucionais, que participariam do processo de reorganização da vida cotidiana e impulsionariam as mudanças em andamento. Mudanças originariamente iniciadas e conformadas pelas alterações de um sistema produtivo até então em transformação no Brasil. A educação, como modelo ideal e institucionalizado, tornou-se parte deste processo de adequação a uma nova configuração da vida social. Tornou-se elemento propulsor para um novo ordenamento das relações para a vida diária.

Para Cardoso (1978) este processo impulsionou a ampliação de serviços do Estado, promovendo uma série de ações institucionalizantes, auxiliando na desarticulação das práticas que atravancavam o processo de mudanças. O Estado passa a ser utilizado como instrumento de defesa e suporte, visando garantir maior estabilidade na condução de um processo transitório, de um novo modo de viver.

Segundo Fernandes (1976), era necessário alargar e melhorar as capacidades de manipulação dos problemas. Foi preciso expandir meios conjuntos e canais regulares de expressão às novas atitudes, em face de mudanças que estejam ou não, suficientemente visíveis. A conquista de uma escala mínima de regularidade, de segurança e de autonomia na maneira de pensar o presente ou o futuro em termos coletivos.

Fernandes (1981), afirma que as estruturas institucionais coloniais, não desaparecem de imediato, mantendo-se, na fase de transição colonial para o capitalismo, um misto de práticas pertencentes a duas dimensões de compreensão e de intervenção da realidade social. Segundo Florestan Fernandes (1981, p.25), estava em “jogo” a implantação de uma civilização demasiado complexa, diferenciada e instável, para as “[...] condições ecológicas, materiais, sociais e morais, dadas na situação sociocultural existente”.

Amadurece-se politicamente no país a ideia de que as instituições existentes estão atreladas diretamente às condições existenciais. Compreende-se que se operam transformações com as quais já não se harmoniza o regime. Inadequação das instituições vigentes à realidade, quanto ao ritmo de mudança desejado. O avanço institucional deverá



refletir os avanços de controle, que, segundo Florestan Fernandes (1981), corresponde a racionalidade vinculada ao conhecimento, como atividade em que se operam formas de pensamento, que seguem um esquema rigorosamente pré-estabelecido, um padrão.

Fernandes (1981) analisa um fato histórico fundamental, que o Brasil herdou um conjunto de técnicas, instituições e valores de uma civilização demasiado complexa e aqui encontrou um terreno instável. Para Fernandes (1981) ao transpor suas fronteiras, as técnicas e os valores das instituições são originariamente corrompidos, ou seja, se transformam, e, convertem-se numa variante do que deveriam ser a partir dos modelos originais. A transplantação das instituições dos países desenvolvidos foi discutida como se pudesse ser automática ou simplesmente uma cópia dos modelos originais.

Se não era difícil transplantar as formas e os significados das instituições e seus valores, era praticamente impossível fazer o mesmo com as condições materiais que garantiam a integração e a regulação das instituições à estrutura social. As instituições transplantadas forneciam modelos ideais para organização social. Modelo de grande destaque é o desenvolvimentismo, amplamente difundido, como suporte na aceleração para um novo sistema social.

Mais do que a transferência de instituições, técnicas e valores imediatistas, o que se vislumbrava na sociedade brasileira, era uma mudança de ritmo e de direção. Um processo histórico particular, em que as instituições, técnicas e valores transplantados, sofreriam adaptações e alterações à luz dos modelos originais.

De acordo com Fernandes (1974), o processo de transplantação dos modelos de organização institucional não conseguiu facilmente produzir efeitos homogêneos. Houve a incapacidade de ajustamento de ritmos de mudanças ao ritmo externo de evolução então almejado. Ocorreram descontinuidades e ritmos lentos, devido às condições desfavoráveis presentes à época.

Institucionalmente na aplicação do ideal para o real, ocorria, de acordo com Fernandes (1981:109) “[...] uma perda provisória ou definitiva de controles sociais sobre as forças da natureza, da sociedade [...] previamente domesticadas na civilização transplantada”. Os modelos corretivos deste processo, provinham dos próprios modelos ideais para condução das formas reais de organização da sociedade. Buscavam-se modelos corretivos ideais mais complexos, preocupando-se mais com os vazios entre os modelos ideais e os modelos reais, do que em relação os ritmos e necessidades geradas por essa mesma transplantação e a realidade existente.

Nestas circunstâncias uma nova e ampliada configuração institucional se projeta no intuito de captar, dirigir e aproveitar “os ânimos comuns” de uma sociedade em transformação. Ocorreu uma renovação das instituições nacionais, ainda dominadas por práticas seculares de caráter “patrimonialista, exclusivista e egoística”. Práticas, que, de acordo com Fernandes (1981), debilitava o próprio processo. Não necessariamente o retardava, mas, realizavam leituras distorcidas e de curto alcance explicativo sobre o próprio processo de mudanças em curso no país, debilitando, assim, o seu controle ou pelo menos seu direcionamento.

Para alterar essa situação, impunha-se envolver as massas, institucionalmente, nos mecanismos de organização e funcionamento do poder político e, ao mesmo tempo, libertá-las da submissão aos interesses particularistas. Portanto, nesse nível a integração nacional surge como um processo que tende a universalizar certos ajustamentos políticos, de importância capital para a existência e a sobrevivência de uma [futura] comunidade nacional democrática. De um lado, ela incentiva e organiza a participação do cidadão comum em todas ou em quaisquer das fases do processo político. De outro, procura assegurar a normalidade deste mesmo processo, mediante formas abertas de institucionalização do poder político. (FERNANDES, 1981, p.129)

### **O papel da institucionalização da pesquisa educacional no Brasil**

Precisa-se da educação, diz Fernandes (1966), para mobilizar a massa populacional, para inserir cada membro no sistema material de vida vigente, de incentivar novas formas de relações para atuação conjunta, impostas pela gradual expansão do universo material que lhe é potencialmente acessível. A educação, como fenômeno, está vinculada com a transmissão de uma prática, de ampliar a esfera de influência cotidiana de uma atividade e de contribuir para a formação de modos de entendimento do presente.

A investigação das ações educativas, afirma Fernandes (2011), visa possibilitar meios de suporte para renovação, fortalecimento e irradiação, de natureza coativa, do modo a integrar interesses materiais e os comportamentos cotidianos. Identificam possibilidades de movimentos convergentes, sob o tempo e o espaço da vida comum, conciliando-o a um real e possível.

As investigações na área educacional e sua institucionalização, é parte de um processo de conjugação de esforços que concorreram para estabilização da vida em comum no Brasil. Nestas investigações, de acordo com Fernandes (1974), buscou-se a manifestação da generalidade e repetição, que por sua vez, dependeram das condições materiais de existência

de seus membros e do modo de coexistir entre eles. Processos, que, segundo Fernandes (1974), estão ligados diretamente as possibilidades de conhecimento e de intervenção de uma época, no intuito de replicação de estruturas e processos, que possibilitem dar garantias de proteção e domínio para uma forma predominante de se viver. A qual, dentro de certos limites, está em constante variação e interação, submetendo os processos a constantes instabilidades.

A uma nova regularidade, e conseqüentemente, a reprodução de determinadas atitudes, torna-se imprescindível a formação de um padrão à observação externa, que seja possível de ser captado de forma massiva. A investigação científica, afirma Fernandes (1974), busca identificar e compreender as regularidades de uma determinada ordenação, sua coexistência e seu processo de mudança em contextos instáveis e situações que escapam às regras fixas. Busca-se compreender os conflitos causados pela necessidade de um novo tipo de explicação do contexto vivido, que colide com o volume de experiências até então adquiridas e sedimentadas na vida diária.

## **Conclusão**

Para Fernandes (1975) a constituição de instituições de pesquisa é um dado político diante de mudança da situação histórica vivida pela sociedade no Brasil. Tais instituições deveriam, segundo o autor, antecipar-se ao destino histórico da sociedade nacional. Assimilariam, primeiramente, a atuação das forças histórico-sociais emergentes, experimentando seu significado político de negação a ordem existente. Em Fernandes (1975) a ciência e a tecnologia tornaram-se fator de revolução, alterando o padrão de integração e evolução, lançando desafios às velhas estruturas da sociedade, exigindo a dissolução de suas formações proeminentes e o planejamento experimental como base para mudanças.

Consideramos a institucionalização da pesquisa em educação no Brasil como um processo que tem seu início e sustentação nas transformações de ordem econômica, mas seu processo é fundamentalmente político e assim, este processo continuou tendo sua condução política quanto aos rumos dados a pesquisa em educação no país. Neste processo consideramos além do dado político, como marcante nesta institucionalização, os aspectos de direcionamento e antecipação às mudanças em curso, de apoio à negação da ordem e da institucionalização como parte disseminadora da ideologia desenvolvimentista.

## **Referências**

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Sobre as relações sociais capitalistas*. In: LIMA, Júlio; NEVES, Lúcia. Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/EPSJV, p.25-66, 2006.

\_\_\_\_\_. *Ideologia do desenvolvimento (Brasil: JK-JQ)*. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 459p.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classe e subdesenvolvimento*. 4ªed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. 283p.

\_\_\_\_\_. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa-ômega, 1975. 257p.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. 157p.

\_\_\_\_\_. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974. 359p.

\_\_\_\_\_. *A revolução burguesa no Brasil*. 5ªed. São Paulo: Editora Globo, 2011. 504p.

\_\_\_\_\_. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus Editora, 1966. 614p.

IANNI, Octavio. *Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira*. In: *idem* (org.). Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante. São Paulo: Expressão Popular, 2004. 512p.

\_\_\_\_\_. “A sociologia de Florestan Fernandes.” *Estudos Avançados*, São Paulo: v.10, n.26, p.25-33, 1996.

## **História & Arquivo: experiências e reflexões**

*Alnéia Estevam de Carvalho<sup>i</sup>*

**Resumo:** Este trabalho busca expor e refletir as experiências tidas no projeto “Arquivo e Memória: objetos que compõem a História”, desenvolvido pelos bolsistas PIBID História UVA 2013, na E.E.M. Dr. João Ribeiro Ramos, localizado na cidade de Sobral-CE. O mesmo teve como objetivo trabalhar a perspectiva histórica a partir dos arquivos em paralelo com a realidade dos educandos, foi desenvolvido a partir de quatro atividades: exposição de conceitos, exibição e debate de filme, visita a um arquivo e criação de arquivo.

**Palavras-chave:** História. Arquivo. Escola.

## **History & Archives: experiences and reflections**

**Abstract:** This work seeks to expose and reflect the experiences taken in the project "Archive and Memory: objects that compose the History" developed by scholars PIBID History UVA 2013, at E.E.M. Dr. João Ribeiro Ramos, located in the city of Sobral-CE. The same has as objective to work the historical perspective from the archives in parallel with the reality of the students, was developing from four activities: exposure of concepts, display and discussion of film, visiting an archive and archive creation.

**Keywords:** History. Archive. School.

### **Introdução**

O *Projeto Arquivo e Memória: objetos que compõem a História* foi desenvolvido na E. E. M. Dr. João Ribeiro Ramos, localizado na cidade de Sobral-CE, entre os meses de agosto e setembro do ano de 2014, envolvendo os alunos da instituição anteriormente mencionada cursando o 1º ANO do Ensino Médio, tanto do turno da manhã quanto do turno da tarde. O referido projeto foi elaborado e desenvolvido por dez bolsistas e um a professora-supervisora do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, do curso de Licenciatura em História, da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, que então realizam as atividades concernentes a este programa na E. E. M. Dr. João Ribeiro Ramos.

É necessário esclarecer, antes de melhor trabalhar o projeto aqui a ser exposto, que o mesmo se deu baseado no fato de que o Subprojeto de História aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, tem como uma de suas ações específicas na área de História a serem desenvolvidas a temática “Ensino de História, Arquivo Escolar e Familiar”. Sendo assim, é esperado que fique

claro o porquê de se trabalhar a temática de arquivo, se dirigindo tanto para o arquivo pessoal e mesmo para o escolar.

Dado a designação de uma atividade referente a arquivo a ter de ser desenvolvida em ambiente escolar, foi assim elaborado o projeto que tem por nome *Arquivo e Memória: objetos que compõem a História*. O mesmo teve por objetivo principal trabalhar a perspectiva histórica a partir dos arquivos em paralelo com a realidade dos educandos, buscando assim um maior entendimento e consequente valorização por parte dos mesmos para com os arquivos, trabalhando, sobretudo, a História, a qual pode ser facilmente percebida nos objetos que a compõem, como é o caso do próprio arquivo e da própria memória, entendo estes como fundamentais para a construção e propagação da História.

O *Projeto Arquivo e Memória: objetos que compõem a História* se constituiu de quatro momentos, sendo o primeiro mais de teoria, onde foram expostos conceitos, tais como patrimônio, patrimônio material e imaterial, preservação, tombamento, IPHAN, memória, identidade e arquivo. O segundo momento se deu com a exibição do filme *Obsessão*. O terceiro momento foi uma visita ao Arquivo Núcleo de Estudos e Documentação Histórica – NEDHIS. E no último momento buscamos discutir sobre arquivos pessoais, na tentativa de trazer a temática de arquivo para algo mais individual, buscando assim melhor conhecer a história dos estudantes participantes do projeto, ao mesmo tempo em que buscamos trabalhá-los como sujeitos históricos através de seus próprios objetos.

Nessa perspectiva, entendemos que

A história nos ensina que não existe nem pode existir uma cultura escrita organizada, coerente e transmissível que não possa contar com estruturas permanentes de conservação do escrito, produzido ou recebido. Estas estruturas se identificam, há milênios, com aquelas que convencionalmente definimos como bibliotecas, para os livros e os produtos afins, e os arquivos para os documentos e atas administrativas.<sup>ii</sup>

Isso no sentido de que arquivo, ao ser compreendido como “conjunto de documentos reunidos, ao longo das atividades, por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas”<sup>iii</sup>, ao realizar sua função, que é de adquirir, estudar, pesquisar, conservar e guardar, ao ser visitado, estudado e pesquisado, faz com que a História possa ser mais bem compreendida e interpretada por quem assim tem a oportunidade de visitá-lo.

### **Projeto Arquivo e Memória: objetos que compõem a História**

No projeto em questão buscou-se discutir a temática de arquivo, isso com a intenção de fazer com que os alunos envolvidos nas ações tanto compreendessem melhor o que de fato é um arquivo, bem como todo o processo necessário para a constituição e funcionamento do mesmo, compreendendo o arquivo também como ferramenta importante para a compreensão e interesse dos alunos para com a História, de modo que

os alunos são instigados a pensar sobre o passado, estabelecendo inferências sobre objetos fontes que poderiam indicar como viviam as pessoas, como as mudanças ao longo do tempo transformaram as formas como se escreve a história, o modo como vivem as pessoas, a tecnologia<sup>iv</sup>

Assim como também buscou-se, logo no primeiro momento, sucintamente no segundo e terceiro momentos, retornando mais fortemente no último momento do *Projeto Arquivo e Memória: objetos que compõem a História*, trabalhar arquivos pessoais dos envolvidos no projeto de modo a percebê-los e fazer com que os mesmo se percebessem como sujeitos históricos, ou mais especificamente, como sujeitos que possuem arquivos, que praticam as técnicas de arquivamento ao longo de suas vidas.

Desse modo, cabe agora descrever e trabalhar os momentos anteriormente mencionados de modo mais abrangente e específico que então compuseram o projeto, para que assim, o projeto aqui exposto seja mais bem entendido e mesmo analisado.

### **Primeiro momento**

O primeiro momento do *Projeto Arquivo e Memória: objetos que compõem a História* ocorreu no dia 14 de agosto de 2014, para uma turma de dezoito alunos no turno da manhã e dez alunos no turno da tarde, turmas compostas por estudantes do 1º ANO do Ensino Médio, da E.E.M. Dr. João Ribeiro Ramos, da cidade de Sobral-CE.

Iniciamos com a “Dinâmica do Emboladão”, intencionando um primeiro contato com as turmas de forma mais lúdica e buscando já uma interação maior entre os participantes ao realizar essa atividade, que envolve, sobretudo, o trabalho em grupo.

Logo distribuímos o texto “Quando crescer, vou ser arquivista!”, de Sofia Moutinho, do Instituto Ciência Hoje/RJ, o qual foi lido e discutido. Este texto, de fácil compreensão, aborda a temática de arquivo descrevendo a função do arquivista, onde podemos compreender mais sobre a temática.

Agora, nos utilizando de slides, através de Datashow, foram trabalhados os conceitos de palavras como patrimônio, patrimônio material e imaterial, preservação,

tombamento, IPHAN, memória, identidade e arquivo. Palavras estas que julgamos necessárias a serem estudadas para que assim os alunos já entendessem o significado das mesmas, pois estas palavras seriam quase que sempre mencionadas por nós ao longo do desenrolar do projeto.

Por fim, foi exibido um vídeo de um minuto e trinta e nove segundos, intitulado “Patrimônio Histórico”, de Os Trapalhões. Este vídeo, bastante breve, aborda a questão do patrimônio histórico de forma divertida, com isso, pudemos fechar este primeiro momento com a exibição deste vídeo de modo descontraído.

Ao longo de todas estas atividades somente no primeiro momento do *Projeto Arquivo e Memória: objetos que compõem a História*, foi notável a participação dos alunos, isso, mais ainda, no turno da manhã. Em meio as nossas explanações, os alunos participantes do projeto se mostraram bastante participativos e ativos nas discussões, expondo também seus conhecimentos sobre a temática, dando exemplos, fazendo perguntas, contribuindo com seus conhecimentos acerca do colocávamos para eles. Com isso, entendemos que

todo novo conhecimento se origina a partir de conhecimentos anteriores. Os conhecimentos anteriores (quer dizer, as teorias e noções já construídas) funcionam como marco assimilador a partir do qual se outorgam significados a novos objetos de conhecimento. Na medida em que se assimilam novos significados a este marco, este mesmo vai se modificando, se enriquecendo. É assim que passamos de um estado de menor conhecimento a outro de maior conhecimento.

Levando, portanto, em consideração tal compreensão, entendemos que este primeiro momento foi bastante rico e realizado com sucesso, visto a participação e interesse dos participantes pelas questões colocadas, o que propiciou o enriquecimento de conhecimento de ambas as partes.

## **Segundo momento**

O segundo momento do *Projeto Arquivo e Memória: objetos que compõem a História* ocorreu no dia 28 de agosto de 2014, com a exibição do filme “Possessão”, com duração de uma hora e quarenta e dois minutos.

A E.E.M. Dr. João Ribeiro Ramos se localiza no centro da cidade de Sobral-CE, e o filme “Possessão” foi exibido na Sala de Cinema Falb Rangel, da Cada da Cultura de Sobral, prédios não muito distantes, com isso, nós juntamente com os alunos fomos caminhando para assistir e discutir o filme em questão nesta sala de cinema.



Em tópico anterior, foi esclarecido que o projeto aqui referido, em seu primeiro momento, se deu tanto pelo turno da manhã quanto pelo turno da tarde, neste segundo momento, a atividade de exibição do filme “Possessão” se deu somente pelo turno da manhã, sendo os alunos do turno da tarde, convidados para comparecer no contra turno, porém, os mesmo não se tornaram presentes. A partir deste momento, o projeto somente contou com a participação dos alunos do turno da manhã.

Concluída a exibição do filme, foi aberto um momento para discussões acerca das compreensões do que o mesmo abordava. O filme “Possessão” trás em seu desenrolar uma trama vivida por dois pesquisadores que acabam descobrindo, através de cartas e alguns objetos, um romance amoroso secreto vivido por um poeta renomado e uma senhora de classe social abastada do século XIX, redescobrando, assim, uma história acerca deste poeta bem diferente da já conhecida.

Com este longa metragem, pudemos ilustrar e assim melhor visualizar e entender a importância e funções dos arquivos na construção e reconstrução da História. Baseando também no fato que “se estudamos história através dos livros, também é possível estudá-la através dos objetos”<sup>v</sup>.

Em nossas explanações sobre o filme, além de abordamos a trama do mesmo, a qual está diretamente relacionada a arquivos, tentamos também fazer menção ao primeiro encontro, o que nos permitiu enriquecer nossas discussões sobre o filme “Obsessão”.

### **Terceiro momento**

O terceiro momento do *Projeto Arquivo e Memória: objetos que compõem a História* ocorreu no dia 28 de agosto de 2014, com uma visita ao Arquivo Núcleo de Estudos e Documentação Histórica – NEDHIS, no Centro de Ciências Humanas – CCH, da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA.

Sáímos da E.E.M. Dr. João Ribeiro Ramos com a intenção de fazer com os alunos participantes do projeto pudessem visitar um arquivo, visto que este foi objeto de estudo dos dois primeiros encontros, e foi o que norteou o projeto em questão. Desse modo, iniciamos esta atividade com a visitação no arquivo e informações iniciais pela responsável sobre como se dá os trabalhos com os arquivos no NEDHIS.

Logo, a atividade desenvolvida neste arquivo teve por objetivo vivenciar tal experiência de modo a fazer com os mesmos se tornassem pesquisadores, possibilitando o manuseio e pesquisa em alguns arquivos do NEDHIS, sendo estes jornais, revistas,

processos crimes e inventários, documentação esta do século XX, isso ao mesmo tempo que preenchiam uma ficha de pesquisa onde se pedia algumas informações sobre o documento pesquisado. Durante esta atividade víamos o grande interesse dos alunos pelos documentos pesquisados!

No final desta atividade, ao socializarmos com todo o grupo a experiência tida pelos alunos participantes do projeto no Arquivo NEDHIS, pudemos perceber o quão rica foi esta atividade para os alunos. Eles então falaram sobre a escrita da época, sobre a caligrafia presente nos arquivos, sobre o que continha nos mesmos. E todos, ao serem indagados sobre o que lhes pareceu esta atividade, responderam que foi muito interessante e muito válida a experiência.

### **Quarto momento**

O quarto e último momento do *Projeto Arquivo e Memória: objetos que compõem a História* ocorrido no dia 17 de setembro de 2014, foi uma tentativa de construção de arquivo, composto por arquivos pessoais dos próprios alunos participantes do projeto, assim como dos nossos próprios arquivos e patrimônios.

O desafio é dar voz a tão diversas identidades e memórias e dar conta que esta noção de patrimônio envolve, para além da diversidade, disputas de poder e negociações culturais que marcam os processos de seleção e preservação: jogos entre memória e esquecimento.<sup>vi</sup>

Nesse sentido, ao pedirmos aos alunos que trouxessem alguns de seus objetos de relevante valor sentimental e que continham história, buscamos expô-los e então ouvir as histórias que eles tinham para contar sobre seus arquivos e patrimônios. Deixando clara a ideia de que os mesmos são sujeitos de suas próprias histórias e devem se ver como sujeitos históricos, pois produzem história e, possuem arquivos, possuem memória.

Infelizmente, mesmo tendo ocorrido, esta última atividade contou com participação de somente dois alunos participantes do projeto, os demais não compareceram no contra turno, no turno da tarde, para realização desta quarta ação do *Projeto Arquivo e Memória: objetos que compõem a História*. Porém, esta atividade foi desenvolvida e os dois alunos presentes puderam exhibir e falar sobre seus arquivos pessoais.

### **Conclusão**

O *Projeto Arquivo e Memória: objetos que compõem a História*, desenvolvido na E.E.M. Dr. João Ribeiro Ramos, pelos bolsistas PIBID História UVA 2013, se desenvolveu em quatro momentos, momentos estes que possibilitaram o conhecimento, estudo e compreensão de arquivo, memória, patrimônio, preservação e identidade, bem como sua importância para a construção da História, sendo esta tanto em âmbito de maior abrangência quanto mais individual e particular. Caracterizando-se como uma ação que possibilitou a discussão e melhor compreensão por parte dos envolvidos no projeto, de modo a abranger seus conhecimentos acerca de arquivo.

---

<sup>i</sup> Graduanda do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID. Orientador: Prof. Dr. Francisco Dênis Melo, e-mail: melofranciscodenismelo@yahoo.com.br. Co-Orientador: Prof. Ms. Igor Alves Moreira, e-mail: igoralvesmoreira@yahoo.com.br.

<sup>ii</sup> MENEZES, Maria Cristina; SILVA, Eva Cristina Leite da Silva; JÚNIOR, Oscar Teixeira. “O arquivo escolar: lugar da memória, lugar da história”. *Horizontes*. v. 23, n. 1, p. 67-76, jan./jun. 2005. p. 67.

<sup>iii</sup> BAEZA, Teresa Marcela Meza. *Manual de trabalho em arquivos escolares*. Secretaria da Educação. São Paulo: CRE Mário Covas, IMESP, 2003. p. 10.

<sup>iv</sup> CAINELLI, Marlene. SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *Ensinar história. Pensamento e ação na sala de aula*. São Paulo: Editora Scipione, 2010. p. 152.

<sup>v</sup> LOPES, Francisco Régis. *A danação do objeto – o museu no ensino de história*. Chapecó: Argos, 2004. p. 97.

<sup>vi</sup> MARTINS, Aterlane; ALVES, Camila; RATTS, Mariana. *Seminário REM-CE Experiências Educativas* (1, 2010; Fortaleza, CE)./ – Fortaleza: SECULT/Museu do Ceará, 2010. p. 37.

## Política e disputa pelo espaço na *Plaza de Mayo*<sup>1</sup> de 1945 a 1955

Ana Carolina Oliveira Alves<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho busca compreender o espaço da *Plaza de Mayo*, praça central de Buenos Aires, como local de disputas políticas. Com publicações do jornal argentino *La Nación*, buscarei compreender como as disputas políticas de 1945 até 1955 se expressaram na ocupação deste espaço. Os interesses políticos de grupos antitéticos evidenciam-se quando analisamos as diferentes relações mantidas com a praça. Tais ocupações são também expressões de identidades destes grupos que implicam em modos específicos de apropriação de lugares materiais da cidade.

**Palavras-chave:** conflito; política; Plaza de Mayo

**Abstract:** This work will analyze the space of *Plaza de Mayo*, a square in Buenos Aires, as a place of political conflicts. Through the newspaper *La Nación*'s reports, I intend to analyze how these conflicts, from 1945 to 1955, express themselves through the space's occupation. The interests of antithetical groups can be understood when we analyze relations they have with the square. This space's occupations are expressions of identity and imply specific modes of appropriation of places in the city.

**Key-words:** conflict; politics; Plaza de Mayo

A década de 40 na Argentina começa com um golpe de Estado. Tal golpe, ocorrido em 1943, deu início a uma série de governos militares que colocaram em foco a dinâmica da disputa do poder na época. Foi em 4 de junho deste ano que os portenhos se depararam com a notícia que o presidente fora derrubado pelas forças armadas. Castillo, o presidente derrubado, não era bem admirado e o golpe, segundo os militares, teria sido consequência da escolha do presidente para seu sucessor, obrigando o exército a intervir<sup>3</sup>.

Com a queda do presidente, diversos militares sucederam a presidência. O coronel Perón esteve sempre perto do poder, assessorando outros generais. Mas, ele era mal conhecido pela população até então. Tanto que, quando este assumiu o cargo de ministro interino do Departamento de Guerra, a imprensa achou pertinente publicar sua biografia e algumas fotos. Ele chegou a assumir o cargo de secretário do Trabalho e da Previdência Social neste período. A situação da classe trabalhadora na Argentina envolvia condições de vida precárias e, esta

classe, se modificara bastante nos anos anteriores principalmente pelo grande contingente de imigrantes que entravam na cidade.

O golpe de 1943 significou uma grande transformação no movimento trabalhista argentino, que anteriormente estava dividido e fraco<sup>4</sup>. O coronel, assumindo o cargo de secretário atentou para esta situação e foi responsável pelo incentivo a um programa de política social buscando o apoio dos trabalhadores e de seus sindicatos. Suas ações ganharam visibilidade e sua popularidade aumentou, recebendo intenso apoio dos trabalhadores, a quem chamava de “descamisados”. Perón estimulou a organização sindical e pressionou patrões a oferecer acordos salariais dignos aumentando a capacidade desta classe de negociação. O coronel, antes um irreconhecível militar em meio a tantos outros que comandavam o governo, passou a se destacar neste cenário.

Neste período, as anteriores comemorações da independência<sup>5</sup> que tomavam forma na *Plaza de Mayo* foram deixadas de lado. Segundo Silvia Sigal, seria constrangedor para o governo lembrar essa data perante forças que se sentiam no direito de apropriar-se delas em nome da liberdade e da democracia<sup>6</sup>. Esses atos – anteriormente comuns - reduziram-se agora e as demonstrações da praça foram substituídas por emissões de rádio. Fica claro assim que a pátria pode ser objeto de disputas políticas.

Esta autora chega a afirmar também que, antes desta data, frente ao simbolismo presente na *Plaza de Mayo*, outros grupos passaram a se apropriar de algumas outras praças<sup>7</sup> de forma, também, simbólica e em contraposição: como a *Plaza de San Martín*<sup>8</sup>, a *Plaza del Congreso*<sup>9</sup> e a *Plaza Francia*<sup>10</sup>. Este jogo de poder entre as praças da cidade de Buenos Aires é um aspecto interessante e revela diversas tentativas de apropriações de datas, figuras e lugares por grupos distintos e como estas tentativas relacionam-se com a legitimação dos discursos destes grupos e também com a formação de suas identidades.

No começo do governo militar, estas outras praças eram utilizadas pela oposição. O próprio movimento trabalhista, apoiando Perón, costumava se mobilizar em frente à Secretaria. A ocupação da praça central por esta classe foi gradativa como veremos a seguir. Anteriormente, não se pensava que esta ocupação fosse possível, afinal, esta praça era praticamente anexo do governo militar. O significado de ocupar esta praça é imenso e ajudou na construção da legitimação deste movimento.

A radicalização de Peron e seu acúmulo de poder resultou em um conflito com o resto da junta militar responsável pelo governo de então. Em outubro do mesmo ano, sucumbindo a uma enorme pressão, Perón renunciou aos três cargos que havia acumulado. O coronel foi detido e encaminhado para uma ilha para ser exilado. Os trabalhadores e seus sindicatos

temeram sua renúncia e sua prisão. Estes se preocupavam com a possível perda das conquistas sociais adquiridas sob a gestão peronista. Os descamisados, como o coronel referia-se a classe trabalhadora argentina, reagiram com manifestações espontâneas de apoio que, se tornariam mais tarde, práticas comuns.

Foi essa longa trajetória que culminou no dia 17 de outubro de 1945 a responsável pela chegada do coronel Juan Domingos Perón a um papel de destaque no cenário político nacional. Essa data, longe de passar despercebida, merece atenção tanto por sua importância dentro deste processo de defesa do coronel, mas também como símbolo que faz parte da identidade do movimento peronista. Aquela primeira manifestação deixou claro o poder dos trabalhadores argentinos e de um sindicato que creditava ao coronel as melhoras alcançadas até então em suas condições não só de trabalho, mas de vida.

É a reação que se seguiu a esta ação que nos interessa investigar aqui. Como já foi dito, o general havia conquistado pleno apoio dos trabalhadores e, isto fica claro quando nos propomos a analisar a reação ocorrida em 17 de outubro. Essa mobilização de massa do proletariado objetivava sua permanência na vida pública reivindicando sua figura nas ruas e, principalmente, na *Plaza de Mayo*. A motivação era defender todas as medidas de política social que haviam sido implementadas pelo coronel até então. Defender o criador da Secretaria era também defender os direitos que haviam sido conquistados nos últimos anos. Esta data não demoraria a ser convertida em um marco de celebração da lealdade dos descamisados pelo coronel. Os efeitos desta data podem ser percebidos a partir de relatos de alguns trabalhadores

“El 17 a la tarde volvimos a concentrarnos en Puente Alsina y marchamos nuevamente hacia el centro, pero esta vez el jefe de Policía había dado órdenes de no reprimir y no tuvimos problemas. *Plaza de Mayo* era un hormiguero de gente; nuestra primera intención fue entrar en la Casa de Gobierno, pero nos cerraron las puertas en la cara. Nos confundimos entonces con el resto de los compañeros entonando estribillos y vivando a Perón. [...] Estábamos eufóricos y puedo afirmar, sin equivocarme, que las tres cosas más emocionantes que presencié en mi vida fueron: el entierro de Yrigoyen, el 17 de octubre y los funerales de Evita. [...] Nuestra presión logró su objetivo: Perón fue liberado y, ya muy entrada la tarde, arengó al pueblo. Era noche cerrada cuando nos desconcentramos. Estábamos tranquilos, nuestro líder mandaba nuevamente.”<sup>11</sup>

“Después me integré a la muchedumbre que avanzaba por la ciudad y, ya cerca del centro, entré en una librería abierta para comprar tizas. Entregué centenares de tizas al pueblo y empezamos a dar consignas que se escribían por todos lados. De pronto alguien dibujaba una caricatura de Perón y era tal la mística que ya no se pisaba ese pedazo de calle. ‘Por aquí pasó el pueblo’, se escribía, y no se rompió un vidrio; pedían permiso a los automovilistas para escribir el nombre de Perón en los cristales de los coches; los conductores accedían y se quedaban aplaudiendo. No hubo un solo acto de violencia. Se nos dijo que lo llevarían a un hospital militar y hacia allí nos dirigimos, pero a las tres de la tarde nos trasladamos a *Plaza de Mayo*. A las seis de la tarde la concentración era imponente. Al caer la noche empezaron a confeccionarse antorchas y, no puedo precisar la hora, hacia

las siete u ocho apareció en el balcón de la Casa de Gobierno. Así volvió él al poder y yo a mi casa.”<sup>12</sup>

Estas falas nos permitem observar o significado de ocupar a *Plaza de Mayo*. Tais manifestações de apoio a Perón poderiam ter acontecido em qualquer outra lugar. Mas foi no momento que os operários ocuparam a praça que estes ganharam uma visibilidade que não tinham até então. Foi neste momento, ocupando a mesma praça que representava por si só o governo, que esta multidão se fez presente de forma física para reivindicar suas conquistas materiais e, simbolicamente, se sentir representante desta nação que – longe de ser homogênea como as tentativas cívicas do início do século buscavam mostrar – estava permeada de conflitos e disputas.

Como afirmam Rapoport e Seoane com Perón ocupando a presidência, a cidade de Buenos Aires se converteu em um marco de rituais que eram as vias por onde os setores populares manifestavam sua adesão à figura presidencial<sup>13</sup>. Durante esse período, portanto, as massas ocuparam as ruas da cidade e, principalmente, a *Plaza de Mayo*, onde, ainda segundo os autores, a espontaneidade das massas se unia ao poder de convocação dos trabalhadores pela Confederação Geral dos Trabalhadores.

Essas manifestações populares se davam em diferentes datas, mas, cabe aqui observar a especificidade do 17 de outubro. O primeiro de maio, dia do trabalho, também era data de frequente ocupação, porém, ao observar o diário *La Nación*, é possível observar que este era contemplado por manifestações em todo o país, não se limitando à praça. Ao contrário do dia 17 que, emblematicamente, foi comemorado ao longo dos dez anos do governo de Perón na própria praça que se tornou simbólica para o movimento peronista. Desde 1946, quando Perón foi eleito oficialmente presidente até 1955, quando este foi derrubado por um golpe militar, todos os anos, o 17 de outubro foi lembrado e rememorado no espaço da praça transformando-a em um espaço de diálogo entre os trabalhadores e Perón e um lugar de construção de identidade do próprio movimento peronista.

O que este panorama deixa evidente é que, neste período, não só as ruas da cidade de Buenos Aires, mas também seus espaços específicos – tais como a *Plaza de Mayo* – se configuraram em objetos de disputa. A praça se converteu em um cenário desta disputa política, principalmente entre, segundo Neiburg, aqueles que queriam reafirmar seu poder tradicional e aqueles que reivindicavam um novo lugar na sociedade argentina<sup>14</sup>.

Essas manifestações que culminaram no 17 de outubro, são fruto de um processo que começou antes. Como dito anteriormente, a ocupação da *Plaza de Mayo* não foi imediata pelos trabalhadores. Inicialmente, outros espaços faziam parte do cotidiano de expressão

destes grupos. Mas foi a tentativa de afastamento do coronel do poder que fez com que este grupo tomasse a praça para si, ocupando-a e ressignificando-a. Inaugurando assim uma visão da praça como lugar de reivindicações de massa que, como veremos mais a frente, não precisavam mais estar diretamente ligadas ao governo para conseguir legitimidade.

O próprio jornal *La Nación* mostra que as manifestações na *Plaza de Mayo* não se restringiram ao dia 17, mas continuaram alguns dias depois. Segundo o jornal, ainda no ano de 1945 “*en las barriadas se organizaron grupos que recorrieron las calles portando cartelones com leyendas alusivas y la misma agitación se traslado luego a la zona céntrica, principalmente a la Plaza de Mayo*”<sup>15</sup>. Ainda no mesmo dia, o jornal afirma que a histórica praça – palavras do jornal – foi palco do acampamento de alguns grupos, de oradores improvisados e de uma série de coro entoado em massa. Ainda segundo o jornal, os mais entusiasmados se arriscaram a escrever alusões nos bancos e monumentos da praça – no próprio monumento a Belgrano foi escrito com grandes letras o nome do coronel Perón. Ainda segundo o jornal, Perón teria dito em seu discurso que solicitou sua retirada de governo.

Já no ano seguinte, o jornal publica também no 17 de outubro uma matéria intitulada “*Los sucesos del 17 de octubre serán rememorados hoy*”<sup>16</sup> deixando claro que aquela data não só ficou marcada no ano anterior mas passou também a ser lembrada todos os anos como forma de legitimar o poder do general. O palco de “comemoração” desta data continuou sendo, durante todo o governo peronista, a própria *Plaza de Mayo*. Mas, como observamos no próprio ano de 1946, ela era o destino final de diversas colunas – seis, neste ano – que marchavam de diferentes locais rumo à histórica praça. Havia também concentrações e manifestações em outros locais da cidade mas, o que nos interessa aqui é observar como esta praça específica emerge como centro simbólico em alguns momentos distintos e, principalmente neste caso, onde o próprio acontecimento está ligado a este espaço de maneira quase dialógica já que, suas comemorações ganham mais sentido ao acontecerem os envolverem o lugar do primeiro de todos os 17 de outubro.

Nos anos seguintes, as publicações do jornal seguem uma linha muito parecida. O jornal não é publicado no dia 17 – provavelmente, por causa do feriado decretado – mas os dias seguintes sempre trazem matérias relatando as movimentações de celebração desta marcante data, celebrações que acontecem prioritariamente na *Plaza de Mayo*. Todo ano ocorrem diversos atos pela cidade, mas, o principal – destaca o jornal – é o convocado pela Central Geral dos Trabalhadores, que acontece na praça e conta com um discurso do general e algumas vezes de outras figuras como sua esposa, Eva Perón, ou o secretário geral da CGT.



Ano após ano, tais manifestações insistem em lembrar, de diversas maneiras, a jornada de outubro de 1945. O espaço da praça é ocupado intensamente como aconteceu naquele ano. A intenção dos atos é, não só lembrar o ocorrido, mas também legitimar uma posição em relação aquele espaço frente à disputa de poder ocorrida. A ocupação frequente da praça, ano após ano, parece ter a intenção de reiterar a vitória obtida naquele espaço e reforçar a memória<sup>17</sup> desta data e conquista do movimento.

Outra data que passou, durante o período peronista, a ser festejada com maior intensidade foi o dia do trabalhador. Este dia, porém, diferente da data citada anteriormente, sempre foi comemorado e tais comemorações não se restringiam à *Plaza de Mayo*, apesar de também envolvê-la. O dia de *los descamisados*, por outro lado, simbolicamente foi sempre comemorado naquele local, pois a memória do próprio dia estava associada àquela praça.

“A cidade de Buenos Aires é um espaço construído, diferenciado, no qual cada lugar tem um valor, possui marcar e atributos simbólicos que designam – entre outras coisas – a relação que os diferentes grupos sociais mantêm com ele, e que mostram, também, as relações dos grupos sociais entre si. A área central da capital federal continua – e, sem dúvida, contém ainda hoje – a concentração máxima de todos os símbolos de autoridade política e do poder econômico, social e cultural: a Casa Rosada e o Congresso Nacional, a Catedral, as sedes dos clubes sociais da elite (junto às casas e edifícios por ela habitados), as sedes do Círculo Militar e da Sociedade Rural, as universidades e as sedes dos meios de comunicação, além de praças e monumentos.”<sup>18</sup>

Porém, o 17 de outubro parece ter se oficializado ao longo do tempo. Apesar da grande adesão das massas tais manifestações, estas perderam, de alguma forma, seu caráter de espontaneidade. Tal caráter parece ter permanecido nas manifestações do dia do trabalho que não costumam se restringir a *Plaza de Mayo*. Nesta praça, Perón discursa aos descamisados ano após ano contando com grande adesão. Mas o dia do trabalho continua a ser comemorado em outros bairros e cidades.

É justamente essa disputa do espaço por diversos grupos que chama atenção. A *Plaza de Mayo*, ao longo de sua história, foi palco simbólico de atuação do governo mas também, se converteu em espaço de resistência de grupos marginalizados. A praça como cenário destas manifestações se configura como um espaço onde os diferentes grupos sociais se confrontam: onde grupos dominantes exibem seu poder e marcam sua posição social e, em contraposição, onde grupos marginalizados se apropriam a partir de seus movimentos, rituais e palavras de ordem, demonstrando todos os significados sociais que se escondem por trás destes espaços.

Nesse outro momento, podemos confrontar o uso da praça com a ideia inicial para a virada do século. Enquanto inicialmente, um grupo buscou projetar no espaço urbano seu discurso de modernização e progresso buscando a praça como cenário principal para manifestações cívicas e nacionalistas, podemos perceber que, neste novo momento, a praça começa a ser disputada

por outros grupos de forma menos tímida. Enquanto no início do século, a tentativa de apropriação da visibilidade da praça foi mais voltada para endossar um caráter nacionalista e homogêneo, agora podemos perceber que este espaço – longe de ser homogêneo – está cercado de contradições que se manifestam e se fazem presentes a todo momento.

Ou seja, para além do poder público temos uma infinidade de atores e discursos que se confrontam nesse espaço que envolve outros setores da sociedade civil. A disputa pela apropriação desse espaço urbano simbólico ocorre como forma de tentar legitimar um direito à cidade que foi afastado das classes subalternas. Ocupar o mesmo espaço que anteriormente só era ocupado por expressões de legitimação governamentais tem um grande significado e representa, simbolicamente, um ganho de espaço por estes trabalhadores para reivindicar o que consideravam justo.

Identificar esses diferentes discursos que se correlacionam em meio à tentativa de apropriação do espaço da cidade se torna importante, pois podemos compreender como estes atores se relacionam com o espaço urbano e como estes conflitos se refletem nessa relação. Como Henri Lefebvre distinguiu, o espaço é também construído socialmente. Segundo o autor, é possível diferenciar essa construção em dois movimentos: o de dominação e o de apropriação. Este último pode ser claramente distinguido neste momento onde os trabalhadores ressignificam esse espaço simbólico.

“El 17 de octubre será la primera acción masiva de política del proletariado nacional; es la más importante referencia que tiene el movimiento obrero em su ascenso revolucionário. Esse día las masas trabajadoras reconquistam a sua caudillo, imponiendo su voluntad. La intervención de Cipriano Reyes, Domingo Mercante, Eva Duarte o la pasividad de la policía, no dicen nada frente a la movilización masiva de cientos de miles de hombres.”<sup>19</sup>

Depois da derrubada de Perón, em 1955, o peronismo proscrito fez do 17 de outubro a data da "resistência peronista". Foi somente depois de 1973, com Perón de volta a Buenos Aires depois de 18 anos no exílio, que se pôde repetir o ritual do discurso do líder diante da multidão, na *Plaza de Mayo*. Perón morreu em julho de 1974. Ainda hoje seus simpatizantes não deixam de recordar o 17 de outubro como o dia máximo do movimento.

Esse maciço apoio da classe trabalhadores transformou Peron em um dos principais candidatos das eleições presidenciais de 1946. A ascensão do general ao poder acompanhou uma intensa mobilização popular e um aumento significativo no número de greves. Estas, porém, voltaram a diminuir no final da década de 40, quando este já havia consolidado seu poder.

A resposta à ocupação da praça pelos trabalhadores aconteceu dez anos mais tarde. Ela aparece principalmente como um resultado de um conflito do governo peronista com a Igreja Católica e outros setores que se opunham ao seu governo. Assim, o ano de 1955 começou carregado de tensões.

A relação de Perón com a oposição já vinha se complicando há algum tempo. A situação política da Argentina estava complicada. Algumas instituições argentinas foram convidadas a fazer parte deste governo constitucional do general. Porém, a Igreja e os setores das Forças Armadas começaram a encabeçar uma resistência a seu governo. A Igreja, aliada do governo anteriormente, se voltou contra ele por algumas razões. O historiador Felipe Pigna afirma que esta instituição se sentia ofendida pela utilização política da caridade pelo governo – âmbito que teria sido historicamente monopolizado pela igreja. Alguns exemplos destas ações podem ser destacados na quantidade de imagens de Evita e Perón rodeados por crucifixos nas próprias dependências oficiais.

Diversos acontecimentos no período podem evidenciar os choques ocorridos entre peronistas e estes setores da sociedade. Os ataques de ambos os lados chegaram em um ponto no qual o governo decidiu suprimir a obrigatoriedade do ensino religioso que havia sido aprovado em 1947 – e anteriormente era considerada optativa e extracurricular. A igreja, em contrapartida, convocou uma marcha – *la marcha del Corpus Christi*.

Em 10 de novembro de 1954 o presidente lançou um ataque aberto contra a Igreja sob a acusação de intervenção direta na política. Foi a partir deste momento que deu início ao processo que terminaria alguns meses depois com o fim de seu governo.

Perón havia sido reeleito em 1951 por conta da reforma constitucional realizada alguns anos antes. Sua vitória foi significativa: teve mais votos do que seus quatro oponentes reunidos conseguindo cerca de 68% de apoio<sup>20</sup>.

Exatamente no dia 16 de junho deste ano houve uma tentativa de assassinar Perón e instaurar um golpe de Estado com a participação política de seus opositores. Nesta ocasião, aviões da Marinha de Guerra lançaram mais de quinze toneladas de bomba sobre a *Plaza de Mayo*, seus arredores e principalmente a sede do Governo. Como consequência deste atentado foram mais de 1000 vítimas, envolvendo mais de 300 mortos

Sabe-se que caíram cerca de 29 bombas apenas sobre a Casa do governo. Outras, caíram sobre a Pirâmide de Maio ou mesmo sobre as pessoas que circundavam o local.

Segundo o jornal, o que estava programado para o dia 17 era um desfile da aeronáutica em homenagem a Martí, com a adesão do próprio governo peronista. Mas, pouco tempo depois, quem estava na praça pode ouvir o roncar dos motores no céu. Teria sido difícil diferenciar os aviões participantes do desfile do que realmente aconteceu. As três esquadras da marinha de guerra que se encontravam sobre a casa do governo projetaram bombas sobre a própria, sobre a praça e também sobre o edifício do Ministério do Exército, na rua Asopardo.

“una de las bombas cayó de lleno sobre la Casa de Gobierno. Otra alcanzó a un tróibus repleto de pasajeros que llegaba por Paseo Colón hasta Hipólito Yrigoyen. El vehículo se venció sobre el costado izquierdo, sus puertas abrieron y una orrenda carga

de muertos y heridos fué precipitada a la calle. Una tercera bomba toco la arista nordeste del cuboide edificio del Ministerio de Hacienda<sup>21</sup>

Além da confusão causada pelas próprias bombas, o jornal afirma que ocorreu uma grande chuva de vestígios de vidro provocada pela explosão de alguns dos edifícios localizados ao redor. Dentro da Casa Rosada caíam pedaços de alvenaria em cima das máquinas de escrever obrigando os periodistas a se precipitarem para fora de lá. A descrição do entorno era deprimente: coches destruídos, pessoas mortas, galhos de árvores soltos e pessoas feridas clamando por socorro.

O presidente, que teria chegado na Casa Rosada muito mais cedo do que de costume, chamou alguns secretários para tomar medidas e o movimento subversivo terminou por volta das cinco da tarde, não conseguindo, entretanto, evitar os danos causados pelo bombardeio. Por ocasião do término do bombardeio, o presidente pronunciou um discurso – desta vez não foi pronunciado na Casa do Governo, devido ao atentado – que teve sua transcrição publicada no jornal. Neste discurso, Perón afirma que a situação está completamente controlada e que os devidos culpados detidos. O coronel parabenizou ainda a ação dos oficiais e pediu que, não fossem tomadas medidas baseadas na paixão, pois estas poderiam acabar da mesma forma como naquele trágico dia. Desta forma, o presidente aconselha que – para não se comparar como aqueles que planejaram este atentado – voltassem todos as suas casas. Reagindo contra a tentativa de reagir pelas próprias mãos este afirma que a luta deve ser entre os soldados e que, o que o povo deveria fazer naquele momento seria comemorar a vitória. Perón criticou ainda a Marinha de Guerra, responsável pelo atentado, enquanto enaltecia e ressaltava a necessidade de existir uma união entre o povo e o exército uma vez que o dever deste último é a proteção da sociedade<sup>22</sup>.

O discurso de Perón nesta ocasião pareceu demasiadamente confiante para o que viria a acontecer em seguida. A tranquilidade de seu governo não durou muito mais. Apesar do coronel ter escapado ileso, sob o saldo de centenas de vítimas, foi naquele momento que teve início a derrocada de seu governo.

A partir deste bombardeio, o golpe militar que viria a seguir ganhava seus contornos. Alguns meses depois, em 16 de setembro deste mesmo ano que este golpe se consolidou. O levantamento começou com alguns generais do exército e da marinha e logo foi ganhando apoio também de setores civis. A renúncia de Perón perante estes acontecimentos fez com que se iniciasse na sociedade argentina um grande processo de abandono não só das conquistas obtidas pelos trabalhadores mas também do importante simbolismo da figura do coronel.

O próprio jornal também emitiu um discurso sobre o acontecimento no qual lamenta que tenha se julgado lícito resolver quaisquer discordâncias dos métodos com os quais o governo estava sendo conduzido por meio da violência. O La Nación, através de uma defesa

da democracia discursa sobre estas divergências considerando-as naturais dentro deste tipo de governo. Mas posiciona-se claramente contra o uso da violência para expressar estas opiniões divergentes, como foi feito naquela ocasião<sup>23</sup>.

O bombardeio nos permite pensar em importantes considerações. A mesma praça que foi palco do movimento peronista recebeu, anos mais tarde, o episódio que daria início a queda do coronel. Estes episódios nos ajudam a corroborar a ideia de que esta praça é um palco no qual se expressam diversos atores da sociedade argentina. Longe de ser, como se buscava ainda na virada do século, um lugar de conformismo que expressava uma suposta homogeneidade da nação argentina a praça era sim um lugar de conformismo, é um amálgama. É lugar de expressões de todos os tipos. É um verdadeiro lugar de memória, de muitas memórias. Memórias que representam o Estado. Memórias que representam diversos setores da sociedade civil. É um lugar de disputa de memórias. Um lugar que verdadeiramente representa a Argentina não por sua homogeneidade – inexistente – mas por expressar as diversas disputas e os paradoxos que emergem nesta sociedade.

<sup>1</sup> Escolhemos conservar a grafia original do nome da praça por considerar que esta já carrega grande carga de significado.

<sup>2</sup> Graduanda em História do nono período na Universidade Federal do Rio de Janeiro, orientada pela professora Lise Fernanda Sedrez. E-mail: anacarolinaoa@hotmail.com

título acadêmico, vinculação institucional, identificação do orientador(a) e co-orientador(a), e-mail.

<sup>3</sup> RAPOPORT, M.; SEOANE, M. *Buenos Aires, historia de una ciudad* Tomo II Buenos Aires: Planeta, 2007 p. 51

<sup>4</sup> ROXBOROUGH, Ian. A Classe Trabalhadora Urbana e o Movimento Trabalhista na América. Latina Após 1930. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina*, volume VII. São Paulo: Edusp, 2009. p.308

<sup>5</sup> Anteriormente, a praça era ocupada principalmente nas festas cívicas de comemoração da Independência da nação, que buscavam representar certa unidade nacional

<sup>6</sup> SIGAL, Silvia. *La Plaza de Mayo: una crónica*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006, p. 273

<sup>7</sup> Ibidem, p. 275

<sup>8</sup> Naquela época, além de ministro interino de Guerra e secretário do trabalho e da previdência social, Perón também era vice-presidente da Argentina.

<sup>9</sup> Localiza-se em frente à sede do Congresso Nacional e, liga-se a *Plaza de Mayo* por meio da Avenida de Mayo.

<sup>10</sup> Localizada na Recoleta, o mais nobre bairro portenho.

<sup>11</sup> Testemunho de Enrique Della Busca, retirado de

[http://www.elhistoriador.com.ar/articulos/ascenso\\_y\\_auge\\_del\\_peronismo/testimonios\\_sobre\\_el\\_17\\_de\\_octubre.php](http://www.elhistoriador.com.ar/articulos/ascenso_y_auge_del_peronismo/testimonios_sobre_el_17_de_octubre.php)

<sup>12</sup> Testemunho de Blanca Luz Brum, também retirado de

[http://www.elhistoriador.com.ar/articulos/ascenso\\_y\\_auge\\_del\\_peronismo/testimonios\\_sobre\\_el\\_17\\_de\\_octubre.php](http://www.elhistoriador.com.ar/articulos/ascenso_y_auge_del_peronismo/testimonios_sobre_el_17_de_octubre.php)

<sup>13</sup> RAPOPORT & SEOANE, op. cit., p. 675

<sup>14</sup> NEIBURG, Federico: “O 17 de outubro na Argentina: espaço e formação social do carisma”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: ANPOCS, v7, N° 20, p.70-89, 1992.

<sup>15</sup> La Nación, 19/10/1945

<sup>16</sup> La Nación, 17/10/1945

<sup>17</sup> Estas rememorações desta data buscando reafirmar a memória deste dia ocorrem durante os dez anos que o coronel permanece no poder – o 17 de outubro virou também, durante este período, feriado de caráter obrigatório.

<sup>18</sup> NEIBURG, Federico: “O 17 de outubro na Argentina: espaço e formação social do carisma”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: ANPOCS, v7, N° 20, p.70-89, 1992.

<sup>19</sup> BELLONI, Alberto. *Del anarquismo al peronismo*. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2011. p.88

<sup>20</sup> CARBONE, Alberto. *El día que bombardearon plaza de mayo*. Buenos Aires: Editorial Vinciguerra, 1955. p. 11

<sup>21</sup> La Nación, 17-06-55

<sup>22</sup> Discurso proferido no dia 16 de junho de 1955, retirado do site <http://www.elhistoriador.com.ar>

<sup>23</sup> La Nación, 17-06-55

## **AS RAÍZES DA DEMOCRACIA EM DEBATE: A PÓLIS EM DEBATE.**

*André Luis de Souza Alvarenga<sup>1</sup>*

### **RESUMO**

O objetivo é aprofundar os fundamentos básicos da democracia, suas raízes na pólis grega e seu encontro com Roma. A democracia diversificou sua forma de atuação política ao longo da história, atrelada às questões religiosas, culturais e, principalmente, econômicas. Sustentado em Negri e Arendt, a hipótese é que a democracia deu lugar a uma lógica que governa o mundo e, por isso é preciso repensar a pólis como espaço aberto ao diálogo inaugural, capaz de surgir sempre um novo começo.

**Palavras-chave:** Democracia; pólis; Império.

### **ABSTRACT**

The objective is to deepen the basic fundamentals of democracy, rooted in the Greek polis and his encounter with Rome. Democracy diversified its form of political activity throughout history, linked to religious, cultural and especially economic issues. Sustained in Negri and Arendt, the assumption is that democracy gave way to a logic that governs the world, and so it is necessary to rethink the polis as an open space to the inaugural dialogue, which can always allow a new beginning.

**Keywords:** Democracy; polis; Empire.

### **INTRODUÇÃO**

Certa vez disse alguém que a desgraça dos que não se interessam por política é de serem governados pelos que se interessam. O objetivo do presente artigo é contribuir de alguma forma para repensar os modelos estereotipados que temos em relação à democracia, que acabam por produzir no imaginário popular, o afastamento dos homens da política. Neste sentido, torna-se importante regressar ao período histórico inaugural da pólis grega e de seu encontro com a Roma, como elemento fundante dos princípios de democracia no Ocidente. Desta forma, sustentados na crise filosófica que abateu o mundo, acredita-se que há um desgaste natural da política e com ela a aversão ao formalismo que se tornou a democracia no mundo ocidental. Partindo destes pressupostos e ancorados nas teorias de Arendt e Negri sobre a dinâmica das forças que atuam no poder e, conseqüentemente, na política, afirma-se que este desgaste não pode transformar a democracia como um jogo de interesses ou restrita a

um banco de negócios. Na realidade, a verdadeira política demonstra sinais de uma concepção geral sobre a sociedade através da relação entre os homens na praça pública.

A tradição da pólis foi deixada de lado durante o passar dos séculos e foi substituída por paradigmas de uma vida espetacular. Esse desvio se dá, principalmente, pelo surgimento de uma substância que regula todas as permutas materiais e imateriais no planeta. Essa matéria funda suas articulações no mais íntimo desejo dos homens, é “[...] o poder supremo que governa o mundo.” (NEGRI, 2001, p.11) Poderíamos nos congratular com o triunfo do liberalismo, mas se, como Negri e Arendt, percebermos o totalitarismo como um mal que, em primeira instância, surge da mesma sociedade liberal, ficaremos alertas aos males que surgem do liberalismo, ainda irresolvíveis, que fazem com que a democracia caía no esquecimento.

## **DESENVOLVIMENTO**

O problema social dos tempos atuais é determinada pela existência de uma lógica que envolve o mundo das relações de poder na qual Negri denominou por Império. O conceito de Império embora remonte ao imperialismo, não possui essa relação, mas, como espécie de soberania que “[...] tomou nova forma, composta de uma série de organismos nacionais e supranacionais, unidos por uma lógica ou regra única.” (NEGRI, 2001, p. 12) Desta forma, exige-se uma apurada abordagem teórica que a sustente e regule as novas formas de ação e reação política aos modelos tradicionais do poder.

Por ser uma lógica global acaba envolvendo definições do senso comum sobre sua função e/ou formação, no entanto, o Império é como uma “águia de duas cabeças”, detém dentro de si duas forças (representadas pelas duas cabeças) em constante disputa de poder: a primeira “[...] é a estrutura jurídica e um poder constituído, construídos pela máquina de comando bio-político.” (NEGRI, 2001, p.78) E a segunda cabeça é o poder constituinte, ou seja, “estão em movimento perpétuo, e formam constelações de singularidades e eventos que impõe contínuas reconfigurações globais [...]” (NEGRI, 2001, p.79) É esse múltiplo jogo de forças que determina o Império.

O Império surge na pós-modernidade como certo e definitivo, da mesma forma como Roma era definida no seu esplendor cultural, daí a concepção de um Império que une categorias jurídicas e valores éticos universais. O conceito de um Império apresenta-se como um concerto global, como único maestro produtor da paz social que produz as verdadeiras éticas, está centrado na bio-política<sup>2</sup>, filha legítima dos campos de concentração modernos. O campo

de concentração moderno é o espaço que se abre quando o estado de exceção torna-se regra, pois, rompe com os direitos dos homens e necessita de uma polícia para a manutenção da ordem contra todo aquele que ameaçar seu andamento.

O declínio dos Estados no contexto internacional representa um paradigma no conceito de soberania do Império. Depois da trágica experiência moderna, os europeus “em crise deixaram-se enfeitiçar por esse canto de sereia de um novo Império.” (NEGRI, 2001, p.404) O Império utiliza-se da “[...] indústria do entretenimento [que] está, da mesma forma, centrada na criação e manipulação de afeto.” (NEGRI, 2001, p.313) Mesmo quando o afeto é físico, sempre visa valores intangíveis como o conforto, o bem-estar, satisfação e excitação. A descentralização de poderes, a dispersão global dos processos e lugares de produção provocados pelo Império realizam um processo centralizador de controle sobre a produção, seja ela material ou imaterial. É a construção da nova infra-estrutura de informação que [...] dá as condições e os termos da produção e do governo globais que a construção de estradas deu ao Império Romano.” (NEGRI, 2001, p.319) No Império, “a política não desaparece; o que desaparece é a noção de autonomia do político.” (NEGRI, 2001, p.329)

Nos tempos atuais, o público não possui sentido lógico já que o dualismo moderno não tem serventia no discurso imperial. A funcionalidade imperial é “caracterizada, dessa perspectiva, por um *déficit* político” (NEGRI, 2001, p. 208), as esferas sociais se confundem, enquanto os espaços tornam-se cada vez mais fragmentados e confinados. A interação entre os homens tornou-se programada e não mais aberta. O público foi universalizado, sempre estamos sob os olhares dos outros, dos monitoramentos e dos sistemas de segurança, por isso, o “humanismo da mercadoria” se encarrega dos lazes da humanidade. Para Negri, “o medo da violência, da pobreza e do desemprego é, no fim das contas, a força primária e imediata que cria e mantém essas novas segmentações” (NEGRI, 2001, p.360), a ansiedade e a segurança sobre o futuro “[...] são as chaves para criar entre os pobres uma disputa pelo trabalho e manter o conflito [...]” (NEGRI, 2001, p.360) entre si, não encontrando o foco do problema. Por ser global, o Império não possui lugar fixo definido – ele está em todos os lugares e em nenhum lugar. O Império é um não-lugar.

O lado de fora não existe mais, “[...] é cada vez menor a distinção entre o dentro e o fora” (NEGRI, 2001, p. 206), entre o público e o privado, entre a civilização e a natureza; é o ato civilizatório imperial. No Império, as esferas pública e privada tendem a se misturarem. O indivíduo se sente “à vontade em seus espaços privados, vê o público como o seu exterior”



(NEGRI, 2001, p. 208), a principal referência é o privado, e não o público. Mesmo que o exterior seja o “[...] lugar próprio da política, onde a ação do indivíduo é exposta na presença de outros e busca reconhecimento.” (NEGRI, 2001, p. 208) As relações estão centradas no privado; seja na exarcebção, exposição, representação e auto-valorização dele.

Ele “repousa no jogo de diferenças e na administração de micro-conflitualidades dentro de seu domínio em contínua expansão” (NEGRI, 2001, p. 215), tal disputa coloca em jogo a segurança no corpo patrimonial do soberano, por isso, instiga uma segunda natureza nos homens. Como uma crise, a criação do indivíduo não possui lugar definido, “[...] os cercados que costumavam definir o espaço limitado das instituições foram derrubados [...] a lógica que funcionava principalmente dentro das paredes institucionais agora se espalha por todo terreno social.” (NEGRI, 2001, p. 216) Não há o limiar entre os locais de ação, logo, os sujeitos sociais agem de forma desorganizada.

O “[...] aparelho geral de comando do Império consiste na realidade em três momentos distintos: um inclusivo, outro diferencial, e um terceiro gerencial.” (NEGRI, 2001, p. 217) É diante deste aparelho que o Império articula seus movimentos e os movimentos de seus integrantes. “Tragam-me os pobres, seus famintos, suas massas oprimidas...” (NEGRI, 2001, p. 218), esse é o primeiro discurso do Império. O segundo consiste que, “enquanto da perspectiva jurídica as diferenças precisam ser deixadas de lado, da perspectiva cultural as diferenças são festejadas.” (NEGRI, 2001, p. 218) Obviamente o Império não deve violentar as culturas a ponto de anula-las, se assim fosse, ele perderia sua popularidade por não fazer jus ao seu discurso. E por fim, o terceiro consiste na hierarquização pela economia.

Enquanto o circuito moderno define diferenças estáveis, o Império mescla essas diferenças, causando inúmeras questões morais para a manutenção de sua burocracia; ele “[...] não exalta os homens e suas armas, mas as mercadorias e suas paixões.” (DEBORD, 2013, p.44) O homem é um animal racional, ou seja, possui instintos de natureza que não podem ser descartados em nome da racionalidade. A convivência entre os homens deve estabilizar a natureza que tende à busca pela segurança individual, por isso, o ato instintivo não vê consequências. Com isso, pensamos no Império como um *de*-gerador: local onde a criação não tem espaço, onde a geração está diluída, não possui direção em meio às diversas direções e questões morais. É “[...] uma divisão mundial de tarefas espetaculares.” (DEBORD, 2013, p.39); são vedetes que representam estilos variados de vida que não possuem decisão racional. É o constante processo de libertação, ou seja, de soluções particulares, e não da

implementação da liberdade. Contrária à liberdade, a libertação não possui o projeto do dia seguinte; não educa os homens para a mudança. Todo e qualquer processo que visa necessidades temporárias está fadada ao fracasso, no entanto, o Império produz um cemitério de boas intenções, “[...] a consciência chega cedo demais, e deverá ser ensinada.” (DEBORD, 2013, p.55-56) Estes são sinais da crise filosófica do Ocidente, capaz de fazer com que as teorias revolucionárias do 18 de Brumário, do Destino Manifesto e da Comuna de Paris<sup>3</sup> não atingissem, ainda, sua própria existência real.

A política ocorre na pólis, ou seja, quando os homens estão reunidos entre seus pares na praça pública, “[...] é prerrogativa exclusiva do homem; nem um animal, nem um deus, é capaz de ação, e só a ação depende inteiramente da constante presença dos outros.” (ARENDT, 2007, p.31) Para afirmar isso, Arendt busca a tradição dos gregos que se reuniam na pólis para debater; foi lá o auge de democracia ocidental. Foi na pólis, onde o homem “[...] pela primeira vez descobriu a essência e a esfera do político.” (ARENDT, 2013, p.201) Apesar disto, a política grega foi engendrada durante a expansão do Império Romano. Com todas as leis de Roma, a política estava “[...] limitada: indicava certa aliança entre pessoas para um fim específico, como quando os homens se organizavam para dominar outros [...]” (ARENDT, 2007, p.32) Para distinguir a política grega da romana, Arendt afirma que o funcionamento da pólis estava ligado à cidade, como uma peça para a formação dos homens e não como um deus que define a vida dos homens, como o Império Romano. O costume romano assombrou a história do mundo ocidental desde então.

Posto isso, na passagem para os tempos modernos, a herança da tradição jurídica de Roma e da tradição judaico-platônica de um mundo inexorável trouxe “o enorme valor da contemplação na hierarquia tradicional [que] obscureceu as diferenças e manifestações no âmbito da própria *vita activa* e que, a despeito das aparências, esta condição não foi essencialmente alterada [...]” (ARENDT, 2007, p.25) A violência do Império é imperceptível, não possui lugar definido, muito menos uma constância em sua ação; são impulsos violentos que, em uma visão panorâmica, destituem os homens de seus pares. A violência possui íntima ligação com a liberdade dos homens; o sujeito social que é livre não se sente incapaz de algo, e o que se vê na pós-modernidade, são constantes momentos de crises; uma *oni-crise*. Por isso, questionar sobre a violência é questionar as razões que deturpam a liberdade.

No entanto, para o estabelecimento da liberdade, “[...] a ação deve ser livre, por um lado, de motivos e, por outro, do fim intencionado como um efeito previsível.” (ARENDR, 2013, p.198) Não que os motivos pessoais não existam, eles são determinantes, mas os homens tornam-se livres na medida em que é capaz de transpô-los; por isso, a ação “[...] não se encontra nem sob a direção do intelecto, nem de baixo das ditames da vontade [...]” (ARENDR, 2013, p.198) A violência impede os homens de praticarem aquilo que lhes é próprio: a liberdade da *vita activa*, e por isso, a ação. A violência “passa a existir sempre que os homens se reúnem na modalidade do discurso e da ação [...]” (ARENDR, 2007, p.211-212), a esfera pública tem potencialidade para fazer emergir e sustentar discursos e impérios. A violência é, para Arendt, um meio para se chegar ao poder, deve romper momentaneamente o processo de argumentação, no entanto, se a violência permanece, torna-se arma do autoritarismo, distanciando os homens da pólis. No Império, a violência é cuidadosamente “camuflada” por uma lógica muito bem articulada. A ocultação deste fenômeno se dá devido ao terreno de fluidez do capital.

Quando a violência é constante e caótica não há espaço para um novo começo. A liberdade ocorre entre os homens, caso contrário, não podem ser livres. Arendt afirma que a violência cala os homens e “é por causa desse silêncio que a violência é um fenômeno marginal na esfera política; pois o homem, como ser político, está dotado do poder de fala.” (ARENDR, 2011, p.44) O perigo está no não estabelecimento do poder após o ato violento. Pode gerar grupos autoritários no comando, como na “gloriosa” revolução francesa, onde “[...] muitos anos depois, [o revolucionário] ainda sonhava não em fundar uma nova Roma, e sim construir ‘Roma de novo’.” (ARENDR, 2011, p.266) O medo consiste na anulação da ação da liberdade. O medo inibe o ato criador e limita a esfera política. Por isso, na pós-modernidade, a violência imperial impede os homens de se conscientizarem em relação aos assuntos que dizem respeito ao mundo e sua convivência nele, e por fim, de serem livres. É a violência que dá o caráter totalitário ao Império. O homem ligado, em única instância, ao trabalho, tem essência instrumental que destrói a ação, a violência torna o homem previsível, ao passo que a ação torna-o imprevisível. Por usar da violência, o Império possui um caráter totalitário, anula a consciência individual, e se transforma em uma única consciência legitimada por todos.

Para Arendt, o totalitarismo é o ápice da violência, pois, “[...] longe de ser ilegal, recorre à fonte de autoridade da qual as leis positivas recebem sua legitimidade final [...]” (ARENDR, 1989, p.513) O regime totalitário “[...] está perfeitamente disposto a sacrificar os interesses

[...] de todos à execução do que supõe ser a lei da História ou a lei da Natureza.” (ARENDT, 1989, p.514) Ele “seleciona os inimigos da humanidade [...] e não pode permitir que nenhuma ação livre, de oposição ou de simpatia, interfira com a eliminação do ‘inimigo objetivo’ da História ou da Natureza, da classe ou da raça.” (ARENDT, 1989, p.517) Através de uma filosofia da História, cria julgamentos contra “raças inferiores” que são indignas de viver. Não visa, primeiramente, o bem-estar dos homens, mas “[...] elimina os indivíduos pelo bem da espécie, sacrifica as ‘partes’ em benefício do ‘todo’” (ARENDT, 1989, p.517); em nome do “espaço vital”.

O totalitarismo “constrói um cinturão de ferro que os cinge de tal forma que é como se a sua pluralidade se dissolvesse em Um-Só-Homem de dimensões gigantescas.” (ARENDT, 1989, p.518) É um organismo vivo e autônomo, não está nas mãos do povo ou do tirano, ele se autogoverna, eliminando o espaço político entre os homens, ou seja, funciona na corrupção contínua dos homens. Em vista disso, “o verdadeiro horror dos campos de concentração e de extermínio reside no fato de que os internos, mesmo que consigam manter-se vivos, estão mais isolados do mundo dos vivos do que se tivessem morrido [...]” (ARENDT, 1989, p.493) Tal vício dos homens compõe “os campos de concentração constituem os laboratórios onde mudanças na natureza humana são testadas [...]” (ARENDT, 1989, p.510) do mesmo “[...] modo como as vítimas nas fábricas da morte ou nos poços do esquecimento já não são ‘humanas’ aos olhos de seus carrascos [...]” (ARENDT, 1989, p.510) O totalitarismo está a serviço de uma lei imutável; através do cotidiano, homens são transformados em burocratas.

A burocracia é tirânica, nela a clareza é faltosa, escapa à visão a culpa da responsabilidade. E funciona pela paixão de seus componentes em seu terreno patrimonial. O burocratismo, a paralisação, o medo e a violência aumentam quando a tradição das civilizações clássicas permanece no esquecimento. Quando não há o controle adequado, ou seja, a prestação de contas mútua entre os homens e/ou suas instituições, a rede burocrática é forte aliada às pretensões particulares. É a vitória do *homo laborans*, a vitória do homem ligado ao *labor*, remontando à vida burocrata, à uma convicção alienada, pensada por outros e que possui uma enorme perda de memória histórica, sem ação nem criação, próprias da pluralidade humana. Por isso, homens não possuem distinções com os demais homens e instituições, “[...] o seu corpo não é mais privado, pois foi transformado em um laboratório [...]” (AGAMBEN, 2010, p.180)

É extrema por que denota a morte, seja no processo de morrer, ou na inércia da consciência, talvez, seja a experiência mais antipolítica que existe. É semelhante às cobaias nazistas, onde a tecnologia comandava a vida e a morte, tal qual, seus carrascos, como Adolf Eichmann; fanático nazista que perdeu seu senso crítico, especializou-se na burocracia tornando-se mera engrenagem. Era um indivíduo comum – e não um monstro – que perdera a capacidade de reflexão. O que o totalitarismo propõe é a desvalorização dos princípios, as pessoas perdem a capacidade de pensar, e, por isso, de agir e julgar. Propoem-se sempre recuos ao passado ou delírios futurísticos, uma poliformia das coisas, cada homem torna-se senhor absoluto das máquinas ao passo que se esconde no próprio anonimato. Pois, até mesmo Adolf Eichmann foi responsável, poderia ter negado ordens e sofrido com as consequências; escolheu viver o egoísmo. O “vazio de pensamento” causado em Eichmann não quis dizer que ele foi tolo, mas, permitiu ele se tornar o criminoso que acabou sendo.

Os valores instintivos, particulares e privados representados na figura do líder ganham êxito no organismo totalitário, assim atividades como matar tornaram-se normais aos soldados da SS. No totalitarismo, os homens não possuem a capacidade do discernimento, essa capacidade só se dá no diálogo entre os seus pares e consigo mesmo. Sem a capacidade de refletir, o homem se afasta dos assuntos públicos e perde a capacidade de relacionar-se. Por isso, cultivar o diálogo com os pares significa cultivar a própria conduta no mundo. O totalitarismo induz à desvalorização da coexistência, das terras comuns e da condição humana. E, apesar de existir a atmosfera liberal da mercadoria no lugar da pólis, os homens agem de forma egoísta, sem encontrar a empatia com os pares, não se percebem como parte do outro e do universal sem se deixarem influenciar por opiniões alheias.

É a legítima representação do *homo sacer*<sup>4</sup>, morto não apenas na vida biológica, mas, também na vida civil, nos direitos constitucionais e na capacidade de refletir. O valioso pertence do poder público,

[...] visto que se trata, justamente, não de um corpo natural, mas de uma extrema encarnação do *homo sacer* (o comatoso pode ser definido como ‘um ser intermediário entre o homem e o animal’), a aposta em jogo é, mais uma vez, a definição de uma vida que pode ser morta sem que se cometa homicídio (e que, como o *homo sacer*, é ‘insacrificável’, no sentido de que não poderia obviamente ser colocada à morte em uma execução de pena capital). (AGAMBEN, 2010, p.160)

É a suspensão do poder constituinte dos homens, através da suspensão da própria liberdade de agir na pólis. É aquele vivente no cotidiano do campo de concentração, “[...] o campo é o espaço que se abre quando o estado de exceção começa a tornar-se a regra.” (AGAMBEN, 2010, p.164) O Império com todas as características demonstradas assemelhasse aos regimes

totalitários, e, por isso, funciona como todos os demais parasitas, ou seja, podem prosperar durante certo período, desde que encontre organismos ainda não explorados que lhe forneçam alimento. No entanto, não pode fazer isso sem prejudicar o hospedeiro, destruindo cedo ou tarde, as condições de sua prosperidade ou mesmo de sua sobrevivência; ele anula a vida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ter a liberdade significa conquista-la e pratica-la. O Império é um estado de exceção, permanente e dissolvido onde surge o *homo sacer*, aquele que transmite a desigualdade dentro de um sistema engessado, voltado para interesses particulares. Precisa-se de uma solução coletiva, inteligente, consciente e revolucionária daqueles que são oprimidos pelo Império, a liberdade de controlar seu próprio movimento é a demanda definitiva da cidadania global. É educar para agir no tempo oportuno, exigindo dos outros, aquilo que exige de si para se autorrevolucionar, tornando-se cidadão do mundo.

O Império, com certeza, não visa a destruição da humanidade, ele é regido por todos. É, por isso, responsabilidade de todos resistir. Por isso, a militância política atual precisa redescobrir o que sempre foi a sua forma própria: atividade não representativa, mas, constituinte, ou seja, aquela que faz constituir algo: os militantes resistem criativamente ao comando imperial. É agir como os bárbaros que determinaram o colapso do Império Romano. Os bárbaros por serem nômades, não possuíam origem, nem destino, ou seja, sempre estavam criando novas possibilidades. Porém, afirmamos isso para introduzir a nova noção e positiva de barbárie. O que existe, o bárbaro reduz a entulho, não por amor ao entulho, mas por amor pela estrada que atravessa o entulho, um bárbaro que destrua tudo aquilo estranho à ele, sempre implantando novos começos por onde passa, levando a liberdade como seu canto próprio.

É a criação da pólis global, de modo que, a igualdade iguale a liberdade, é preciso que todos estejam cientes disso para agirem de forma consciente. Desta maneira, o projeto do trabalho conduz não à vida nua, mas, à humanidade básica, enriquecida pela inteligência coletiva e pelo amor de comunidade. Por isso, qualquer proposta particular e/ou isolada, definida em termos raciais, religiosos ou regionais está destinada a acabar numa espécie de gueto. Não se pode resistir à uma substância global com tendências limitadas. O que nos interessa é a posse dos homens de suas ações, dessa perspectiva queremos falar de posse e não de “res-publica”. O prefixo “res” incorporado em Roma reduz, a ação do homem, em movimento, pois, o público e a atividade de singularidades que o compõe vão além de qualquer objeto (res) e são

por essência incapazes de se deixarem encurralar. Essa é uma revolução que nenhum poder será capaz de controlar.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

\_\_\_\_\_. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

\_\_\_\_\_. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. *Sobre a revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

## NOTAS

---

<sup>1</sup>Licenciando (e-mail: and\_pnd@hotmail.com) no curso de Licenciatura em História no Centro Universitário Salesiano de São Paulo – U.E. de Lorena sob a orientação do Prof. Dr. Mário José Dias (Doutorado em Memória Social pela UNIRIO).

<sup>2</sup>A bio-política tem como característica principal “[...] a crescente implicação da vida natural do homem nos mecanismos e nos cálculos do poder.” (AGAMBEN, p.116, 2010)

<sup>3</sup>As teorias revolucionárias “[...] contêm uma dimensão autoritária, que faz com que a autoemancipação consciente da classe seja deixada de lado.” (DEBORD, p.60, 2013) O capricho heliocêntrico do costume romano condenou as teorias revolucionárias existentes.

<sup>4</sup>O *homo sacer* carrega em si a vida nua, é uma “[...] obscura figura do direito romano arcaico, na qual a vida humana é incluída no ordenamento unicamente sob a forma de sua exclusão [...]” (AGAMBEN, p. 16, 2010)

**Fonte para a história política e científica brasileira: analisando o acervo do Imperial Observatório do Rio de Janeiro (1846-1889)**

Beatriz Carvalho Betancourt<sup>1</sup>

**Resumo**

Neste artigo, o objetivo é analisar o arquivo do Imperial Observatório do Rio de Janeiro - custodiado pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) -, atualmente Observatório Nacional, e, a partir de bibliografia sobre o mesmo, ressaltar a sua importância como fonte para a pesquisa histórica sobre a segunda metade do século XIX no Brasil.

**Palavras-chave:** Imperial Observatório do Rio de Janeiro; Fonte; História do Brasil

**Abstract**

In this article, the aim is to analyze the archives of the Imperial Observatório do Rio de Janeiro – kept by the Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) -, currently Observatório Nacional and, from the same bibliography, emphasizing its importance as a source for historical research on the second half of the nineteenth century in Brazil.

**Keywords:** Imperial Observatório do Rio de Janeiro; Source; History of Brazil



O objetivo deste artigo é analisar o arquivo do Observatório Nacional (ON) custodiado pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST)<sup>2</sup>, referente ao período em que o Observatório denominava-se Imperial Observatório do Rio de Janeiro (1846-1889), ressaltando sua importância como fonte para a pesquisa histórica, sobretudo a história da ciência e história política, relativas a segunda metade do século XIX no Brasil.

As ponderações deste trabalho fazem parte do projeto de pesquisa “De Imperial Observatório do Rio de Janeiro a Observatório Nacional (1827-2010): pesquisa histórica e pesquisa arquivística como subsídios para a organização de um arquivo histórico quase bicentenário”, desenvolvido no Arquivo de História da Ciência (AHC) do MAST e financiado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), por meio do Programa de Capacitação Institucional (PCI). Este projeto é coordenado e orientado pela Dr<sup>a</sup>. Maria Celina Mello e Silva e pelo Ms. Everaldo Pereira Frade, ambos vinculados ao AHC. Este projeto tem duas linhas: uma histórica e outra arquivística. Conforme a descrição do projeto de pesquisa:

A primeira dessas linhas, de viés histórico, pretende reconstituir a história administrativa/organizacional do Observatório Nacional. Em suma, o que se pretende com tal pesquisa é o desenvolvimento de estudos sobre as alterações ocorridas no Observatório Nacional, que são indicadoras das constantes mudanças de visão sobre o Estado brasileiro ocorridas ao longo do tempo, como na passagem do Império para a República, por exemplo. Mais especificamente, essa pesquisa pretende traçar um quadro explicativo das múltiplas transformações sofridas nas atribuições do Observatório ao longo dos anos que são indicativas, sem dúvida, das diversas mudanças no “olhar” governamental sobre o papel do ON (cenário esse facilmente apreendido quando consideramos as constantes alterações nas atribuições técnicas do Observatório e mudanças em suas vinculações administrativas a diferentes Ministérios, promovidas pelo governo brasileiro com o passar do tempo).

A outra linha de pesquisa, de cunho arquivístico, terá como objetivos precípuos o mapeamento da documentação produzida pelo Observatório, ou vinculada ao mesmo, existentes em outros órgãos tais como o Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional, no caso de documentos anteriores a 1860, e o próprio Observatório Nacional, para documentos produzidos até a década de 1980; o resgate e análise das informações produzidas nas tentativas de organização do acervo, sobretudo ao longo das décadas de 1980 e 1990, pelas equipes que passaram pelo Arquivo de História da Ciência; e a análise do acervo arquivístico que foi preservado. O que se pretende com isso é dar início a um estudo visando identificar as mudanças de propriedade e custódia, as intervenções técnicas, dispersões e sinistros ocorridos ao longo do tempo, causadores, via de regra, das lacunas existentes, relacionadas ao acervo em questão. Nesse item, destaca-se também a possibilidade de desenvolvimento de uma metodologia para a organização de arquivos de instituições a serem tratados como fundo fechado.<sup>3</sup>

A documentação institucional do ON passou à guarda do MAST na ocasião da criação do museu em 1985, tendo sido parcialmente identificada por sucessivas equipes até a década de 1990, quando o trabalho foi paralisado. Em 2010, a identificação foi retomada com a concomitante elaboração do referido projeto. Composto por aproximadamente 110 mil documentos textuais (ou 33 metros lineares), além de fotografias, mapas e impressos, o acervo cobre o período de 1862 até a década de 1980.

## **BREVE HISTÓRIA DO IMPERIAL OBSERVATÓRIO DO RIO DE JANEIRO**

O decreto que criou o Observatório Astronômico foi assinado em 15 de outubro de 1827, cinco anos após a emancipação política do território brasileiro do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Inicialmente esteve vinculado ao Ministério do Império, passando por diversas transformações, resultando no atual Observatório Nacional.<sup>4</sup>

A sua criação deve ser entendida no contexto das necessidades da política do imperador D. Pedro I. Como ressaltou Rodrigues: “A trajetória de uma instituição é reveladora de muitos aspectos do desenvolvimento social de um país. A trajetória de uma instituição científica, além do mais, oferece um rico painel da evolução científico-tecnológica de seu tempo e da relação entre ciência e estado.”<sup>5</sup>

Esse é o caso do Observatório Nacional cuja trajetória no século XIX será aqui apresentada brevemente. Observar-se-á que a instituição sofreu alterações em seu nome, fenômeno considerado comum quando se estuda a história das ciências no Brasil, especificamente no caso do século XIX, associado a dois momentos políticos de nossa história: a emancipação de Portugal e a proclamação da República.<sup>6</sup>

A chegada da família real portuguesa provocou transformações no ensino brasileiro, dentre as quais a criação da Academia da Marinha (1808) e da Academia Real Militar (1810), onde se ensinava astronomia<sup>7</sup>. Havia uma preocupação dos governantes concentrada em dotar os funcionários públicos de conhecimentos necessários à administração do vasto império português cuja sede, então, passou a ser a cidade do Rio de Janeiro. Essa política educacional foi reforçada principalmente com a independência do Brasil, em 1822.<sup>8</sup> Nesse contexto, o ON foi criado para tornar possível, através do aprendizado, a prática com instrumentos astronômicos e geodésicos.

O ensino na escola militar considerava importante treinar e formar seus alunos no que dizia respeito à determinação da latitude e longitude, bem como a prática das observações astronômicas aplicáveis à geodésia, tendo em vista a demarcação dos limites do território nacional. Para os alunos da Academia, era importante a prática das observações astronômicas necessárias à navegação.<sup>9</sup>

A comissão para determinar a localização e as funções do Observatório foi constituída por professores das então academias militares, que conseqüentemente influenciaram a sua organização. Embora sob a inspeção de um ministério civil, a instituição nasceu com configuração militar, o que perdurou por décadas.

Nos primeiros anos de funcionamento efetivo do observatório, a partir de 1946, este assumiu funções essencialmente utilitaristas. Na parte do ensino foi utilizado para as aulas práticas das academias militares, adestrando os futuros oficiais no manuseio dos instrumentos geodésicos e astronômicos.

No âmbito civil, o observatório exerceu funções importantes ligadas ao desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, fossem elas ligadas ao transporte marítimo, às atividades comerciais, à agricultura.

A instalação de um Observatório no Rio de Janeiro estava diretamente relacionada ao crescimento das atividades comerciais na cidade, cujo *locus* principal era o porto. Segundo Henrique Morize:

No começo do século findo esta cidade do Rio de Janeiro, com o influxo da Independência, havia tomado um grande desenvolvimento comercial e seu porto era um dos mais freqüentados por numerosas embarcações, cujos capitães tinham necessidade de conhecer a declinação magnética, assim como a hora média, e a longitude, para regular seus cronômetros, a fim de poder empreender com segurança a viagem de retorno ou de continuá-la ao redor do mundo. (...) Mas, muitos desses elementos poderiam ser obtidos com mais exatidão e facilidade por profissionais, providos de instrumentos instalados em um Observatório, e capazes, pela sua instrução especial e guiados pela experiência, de obtê-las com maior exatidão e segurança. Da mesma maneira, havia necessidade de conhecer os elementos geográficos de pontos do território, para construir a indispensável carta.<sup>10</sup>

O Observatório foi inicialmente instalado num torreão da Escola Militar, tendo à sua frente o professor de matemática Pedro de Alcantara Bellegarde. Porém, a simples criação da instituição não foi suficiente para seu pleno funcionamento e durante quase vinte anos a instituição pouco se desenvolveu.<sup>11</sup> Diante disso, em 1845, o ministro da guerra Jerônimo Francisco Coelho escreveu um relatório à Assembléia Geral Legislativa no qual comunicou a nomeação de Eugênio Fernando Soulier de Sauve, lente de química da Escola Militar, como diretor do Observatório Astronômico, atribuindo-lhe a responsabilidade da organização do mesmo, ocorrendo à transferência do Observatório para a Fortaleza da Conceição.<sup>12</sup> Em 22 de julho de 1846, a instituição, então ligada ao Ministério da Guerra, teve seu primeiro regulamento e nome: Imperial Observatório do Rio de Janeiro. Suas incumbências eram fazer observações astronômicas e meteorológicas "úteis à ciência em geral e ao Brasil em particular", formar e adestrar alunos da Escola Militar, da Academia da Marinha, além de publicar um anuário astronômico.<sup>13</sup>

Entre 1846 e 1850, Soulier de Sauve providenciou a transferência do Observatório para uma antiga igreja jesuíta no Morro do Castelo, local onde permaneceu até 1920. O primeiro diretor, diante das inúmeras dificuldades enfrentadas, relacionadas à falta de

infraestrutura, pessoal e verbas, não pode realizar grandes feitos, sendo substituído, após seu falecimento em 1850, pelo coronel Antonio Manoel de Mello. Logo, a instituição ainda continuava com caráter militar.

Manoel de Mello dirigiu o Observatório até 1865<sup>14</sup>, substituído pelo capitão-tenente Antonio Joaquim Curvelo d'Ávila, oficial da marinha de guerra, diretor até 1870.

Um ponto importante na história do Observatório durante essa gestão foi a guerra do Paraguai (1864 - 1870, que ao desfalcar o pessoal (alunos, professores e colaboradores) convocado para lutar no conflito, prejudicou o desenvolvimento das atividades da instituição, em especial as referentes ao serviço meteorológico e às observações astronômicas.<sup>15</sup>

Os efeitos desse conflito (que durou 5 anos) sobre a instituição foram enormes: diminuição de recursos financeiros e perda de pessoal. Em 1865, o observatório viu-se obrigado a solicitar autorização expressa (o que contrariava as normas do seu próprio regulamento) para contratar pessoas estranhas à Escola Central, até então a quem cabia enviar estudantes para as práticas (em 1865, a Escola Militar foi dividida em duas, para atender à crescente demanda por engenheiros civis; assim, criou-se a Escola Central, sob a responsabilidade da qual ficou a cadeira da astronomia, bem como foi mantida a Escola Militar; com essa reforma, o Imperial Observatório foi anexado à Escola Central)<sup>16</sup>

Em 1871, o francês Emmanuel Liais, a convite do imperador D. Pedro II, assumiu a direção. Seu objetivo era remodelar o Observatório, mudando parte das suas funções e mesmo a sua vinculação. Para isso, foi criada a Comissão Administrativa do Imperial Observatório do Rio de Janeiro<sup>17</sup>, desligando-o da Escola Central. Liais buscou imprimir no Observatório do Castelo o caráter de uma instituição essencialmente científica, cujo modelo seria o Observatório de Paris.<sup>18</sup>

Mesmo antes da gestão de Liais, o Imperial Observatório já vinha participando de atividades importantes na área de astronomia. Entre 1858 e 1868, foram organizadas expedições para observações de eclipses, além de observações locais em cooperação com outros observatórios. A menção a essas expedições é importante para mostrar que, apesar de ser uma instituição destinada à prestação de serviços vistos como relevantes para o país, a direção do observatório reconhecia que sem a presença de atividades estritamente científicas não seria possível se equiparar a instituições semelhantes na Europa e nos Estados Unidos.<sup>19</sup> Em relação a isto, Rodrigues escreveu:

O Observatório Nacional guarda as marcas do processo de desenvolvimento institucional do país registradas, muitas vezes de maneira penosa, nas sucessivas reformas organizacionais e na instabilidade orçamentária de diversos períodos. A evolução político-administrativa da jovem nação foi lenta e essa imaturidade teve reflexos sobre as instituições criadas nos primeiros anos, que algumas vezes não saíram do papel ou, então, vieram a amargar longos períodos até a plena instalação e funcionamento. Assim ocorreu com o Observatório Astronômico que, não obstante a

vinculação inicial às Academias Militar e da Marinha, somente teve o primeiro regimento definido quase 20 anos mais tarde, em 1846.

De outro lado, como instituição científica, o Observatório viveu suas primeiras décadas durante a efervescência do século XIX, quando se consolidava no mundo o uso de novas fontes de energia – eletricidade e petróleo – em substituição ao vapor e de grandes inovações como a telefonia e a telegrafia sem fios. Novos horizontes eram abertos pela onda de descobertas científicas e por técnicas como a fotografia e a espectroscopia. A forma como ocorreu a recepção desses desenvolvimentos no Brasil e as implicações dos novos arranjos de produção do conhecimento foram registradas nos instrumentos adquiridos pelo ON, nos projetos implantados, nas cooperações iniciadas, nos livros adquiridos e nos serviços realizados. As descobertas nas áreas de astronomia e geofísica do período provocaram transformações nas instituições científicas do mundo inteiro. Particularmente, os observatórios nacionais sentiram intensamente o dilema próprio de sua constituição, entre a pesquisa pura que acenava com grandes desafios e a prestação de serviços exigida pelo progresso da nação.<sup>20</sup>

Liais já era um nome conhecido no meio científico de seu país, a França, e não totalmente desconhecido no Brasil.<sup>21</sup> Astrônomo do Observatório de Paris, possuía algumas obras publicadas, inclusive de vulgarização científica, dirigidas ao público leigo. Segundo, Barboza

O convite do governo imperial para que dirigisse o observatório assentava, pois, no pressuposto de uma bagagem científica adquirida ao longo de uma trajetória profissional percorrida fora do Brasil. Nesse sentido, Liais, como muitos outros cientistas estrangeiros que aportaram no país naqueles anos 70 e 80, veio alimentar o que Lewis Pyenson chamou de "imperialismo cultural". Para Pyenson, em um contexto internacional marcado pela ideologia nacionalista atrelada a competição por mercados, estes cientistas cumpriram a função de fortalecer o prestígio das nações industrializadas, algumas vezes encurtando o caminho para uma dominação política ou econômica nas regiões da América e da Ásia. A manifestação de um sentimento de superioridade da cultura e da ciência nacionais era-lhes, portanto, inerente.<sup>22</sup>

Afastada do caráter militar, a instituição dedicou-se à pesquisa e prestação de serviços à sociedade em meteorologia, astronomia, geofísica, na medição do tempo e na determinação da hora. Entre 1871 e 1874, Camilo Maria Ferreira Armond, o Visconde de Prados, por motivo de viagem do titular para compra de equipamentos na Europa, substituiu Liais. No seu 2º período de gestão,

Liais cuidou de montar os instrumentos adquiridos na Europa, além de reivindicar constantemente aumento no número de empregados e melhores vencimentos. Mesmo com todas as dificuldades, Liais alçou o Observatório ao patamar de principal instituição científica brasileira no século XIX, padrão que se manteria pelo menos até a década de 1950. Nesse período, o Observatório passou a intensificar as atividades importantes de pesquisa e observação na área de astronomia, formação de técnicos e pesquisadores, além de publicações, contribuindo assim, através de intercâmbios e acordos de cooperação, com informações e ações para o desenvolvimento de pesquisas junto com outros importantes observatórios do mundo.<sup>23</sup>

Após sua gestão, quem assumiu a direção foi o belga Luís Cruels, engenheiro militar e astrônomo. Primeiramente de forma interina, em 1881, e de forma definitiva em 1884, permanecendo no cargo até 1908. Com ele, o Observatório Imperial consolidou o trabalho

iniciado por Liais. Observações meteorológicas e astronômicas foram realizadas e publicadas regularmente<sup>24</sup> e com elas veio o reconhecimento internacional da competência da instituição, apesar das dificuldades econômicas. No período de sua gestão, o estabelecimento mudou de subordinação por duas vezes: em 1890, voltando ao Ministério da Guerra, e em 1897, quando foi transferido para o Ministério das Indústrias, Viação e Obras Públicas. Nota-se que, mesmo com a proclamação da República no Brasil, em 1889, Cruls continuou no comando do então rebatizado Observatório do Rio de Janeiro até o ano de 1908, quando faleceu.

## **A PRESERVAÇÃO DO ARQUIVO DO IMPERIAL OBSERVATÓRIO DO RIO DE JANEIRO**

Diante da breve trajetória do Imperial Observatório do Rio de Janeiro, que certamente não dá conta dos pormenores vividos, é possível refletir sobre a documentação encontrada no arquivo do ON. Em sua maior parte administrativa, constitui-se de relatórios, processos, ofícios, telegramas, cartas, que podem ajudar a investigar variadas questões que relacionam a história das ciências e a política brasileira às atribuições do Observatório.

No acervo em questão encontram-se documentos remetidos ou recebidos pelo ON desde 1862 (época em que ainda se denominava Imperial Observatório do Rio de Janeiro) até a década de 1889. Por tratar-se de um conjunto documental com mais de 100 anos, sua organização é um passo inicial e fundamental a fim de efetivamente preservá-la e disponibilizá-la como importante fonte para diferentes campos de pesquisa, sejam daqueles que tratam de temas mais específicos, vinculados diretamente ao Observatório e suas atividades, como a história da própria instituição e a história da astronomia, bem como em outras esferas demandadas, como as que envolvem pesquisas sobre a história administrativa do Estado brasileiro nos últimos dois séculos.

Ao analisar a documentação administrativa referente ao período da pesquisa (1846-1889) e cotejando-a com os arquivos pessoais dos ex-diretores do ON Luiz Cruls (1884/1908) e Henrique Morize (1908/1929), cujos acervos encontram-se também sob guarda do AHC, percebe-se a ausência de alterações que signifiquem melhoramentos na estrutura do Observatório ao longo desse período. Documentos e relatos produzidos pelos ex-diretores Soulier de Sauve (1845/1850), Emanuel Liais (1867/1871 – 1874/1880), além dos já citados, atestam as dificuldades encontradas pelo órgão desde o início da sua atuação.<sup>25</sup> Entre as

reivindicações dos ex-diretores destacam-se o aumento do quadro pessoal, melhor remuneração e a mudança da estrutura material da instituição.

Um dos problemas que mais interferiam na qualidade do trabalho produzido pelo ON era o da estrutura física. Localizado a partir de 1846 no morro do Castelo, no centro do Rio de Janeiro, o Observatório ocupou um antigo colégio jesuíta construído no período colonial (1500-1808). Além de inadequado para a instalação dos telescópios e outros instrumentos, não havia espaço específico para a guarda de documentos e da biblioteca, o que interferiu diretamente na perda de parte da memória institucional.

A precariedade física, somada muitas vezes à negligência de funcionário e diretores, pode ajudar, por exemplo, a explicar as lacunas no arquivo da instituição em seus primeiros anos. As condições inadequadas de conservação, a que por décadas foram expostos os documentos, dão uma pista sobre a irremediável perda de grande parte deles.

Essa ausência de informações foi sinalizada inclusive por Henrique Morize, que destacou a existência de poucos documentos do ON relativos ao período de 1853 e 1866, em levantamento realizado quando preparava seu livro sobre aos 100 anos de existência da instituição, apontando como prováveis causas dessa lacuna o recolhimento de documentos por parte do Arquivo Nacional, as várias vinculações ministeriais às quais o órgão esteve sujeito e a deterioração e destruição dos documentos pela ação do tempo e das más condições de preservação.

A associação entre as dificuldades estruturais enfrentadas pelo Observatório e a menor preocupação com a guarda e conservação da memória das instituições, comum no Brasil dos oitocentos, fornece, portanto, ideias para entender a escassez de documentos do órgão produzidos em boa parte do século XIX.

Nesses primeiros anos de funcionamento, foram frequentes solicitações de reformas ou transferência das instalações para outros locais da cidade, sempre com a negativa dos governos imperial e, posteriormente, republicano.

Mesmo com estes problemas estruturais enfrentados pelo Imperial Observatório, parte não negligenciável do arquivo chegou até nós, possibilitando pesquisas em diversos campos da ciência. Em 2013, foi concluído o trabalho de identificação<sup>26</sup> dos documentos, sendo as informações, tais como procedência e assunto, inseridas no banco de dados, elaborado pela equipe do AHC para recuperar com rapidez as informações. Ressaltamos aqui que o acervo encontra-se disponível, embora ainda não totalmente organizado. O próximo passo do projeto de organização será a elaboração do arranjo<sup>27</sup>, organizado por dossiês que retratem as atividades desenvolvidas no Imperial Observatório.

O Arquivo do ON, sob a guarda do MAST, é um dos mais consultados do Arquivo de História da Ciência, recebendo demandas de pesquisas internas e externas sobre variados assuntos, destacando-se trabalhos sobre astronomia, meteorologia, geodésia, expedições de observações astronômicas, biografia de ex-diretores, informações sobre aquisição de equipamentos, sobre a construção de outros observatórios, história do ON e a história política, científica e administrativa do Brasil.

---

<sup>1</sup> Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Bolsista do Programa de Capacitação Institucional do Ministério da Ciência e Tecnologia (PCI/MCTI) no Arquivo de História das Ciências do Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast). Sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Celina Soares de Mello e Silva e co-orientação do Prof. MS. Everaldo Pereira Frade.  
E-mail: biacarvalhob@gmail.com

<sup>2</sup> Há partes do fundo do ON em outras instituições, como o Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro, Brasil).

<sup>3</sup> FRADE, E. P.; YARRITU, J. B.; BICAKCI, N. B., *A perda da memória e a memória da perda: a análise do processo de acumulação de documentos do acervo do Observatório Nacional (1846/1922)*. In: Lúcia Maria Velloso de Oliveira; Maria Celina Soares de Mello e Silva. (Org.). *Políticas de aquisição e preservação de acervos em universidades e instituições de pesquisa*. 1ed. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2013, v. 1, p. 148-149

<sup>4</sup> BRASIL. *Decreto sem número, de 15 de outubro de 1827. Cria um Observatório Astronômico*. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, parte 1, p. 65. 1878.

<sup>5</sup> RODRIGUES, Teresinha de Jesus Alvarenga. *Observatório Nacional, 185 anos*. Rio de Janeiro: Observatório Nacional, 2012, p. 17

<sup>6</sup> BARBOZA, Christina Helena da Motta. *A força da tradição no Observatório do Castelo*. In: *Ciência, história e historiografia*. São Paulo: Via Lettera; Rio de Janeiro: MAST, 2008, p. 41

<sup>7</sup> Para um panorama geral sobre a ciência imperial e a educação superior no Império ver o capítulo 3 denominado *A ciência no Império* de:  
SCHWARTZMAN, Simon. *Um espaço para ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília: MCT, 2001. 276 p. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/spacept/espaco.htm>>  
Acesso em: 28 set 2014.

<sup>8</sup> Id, 2007, p. 10

<sup>9</sup> Id, 2007, p. 12

<sup>10</sup> MORIZE, 1987, p.40

<sup>11</sup> VIDEIRA op.cit., 2007, p.14 atribui a inexistência de atividades do observatório durante seus primeiros anos à falta de consenso da comissão de 1828 e à eclosão pelo Brasil de uma série de revoltas populares, que teriam desviado a atenção do governo para questões relativas a esses levantes.

<sup>12</sup> A fortaleza da Conceição está localizada no morro homônimo, próximo a praça Mauá, no centro do Rio de Janeiro, e abriga o Observatório do Valongo desde a década de 1920. (FRADE, E. P.; YARRITU, J. B.; BICAKCI, N. B., 2013, p. 151)

<sup>13</sup> BRASIL. *Decreto n. 457, de 22 de julho de 1846. Approvando o Regulamento para o Imperial Observatório do Rio de Janeiro*. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, parte 2, p. 62-80. 1874.



<sup>14</sup> Durante sua gestão iniciaram as publicações técnicas. Em 1852, já se encontravam impressas as *Efemérides Astronômicas do Imperial Observatório*, bem como os *Annaes Meteorológicos*.

<sup>15</sup> FRADE, E. P.; YARRITU, J. B.; BICAKCI, N. B., op.cit., 2013, p. 151

<sup>16</sup> VIDEIRA, op. cit., 2007, p.17

<sup>17</sup> BRASIL. Decreto n. 4664, de 3 de janeiro de 1871. *Crêa uma Comissão Administrativa no Imperial Observatório do Rio de Janeiro*. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, parte 2, p.6. 1871.

O decreto que transferiu o Observatório foi:

BRASIL. Decreto n. 6624 de 4 de julho de 1877. *Transfere para o Ministerio do Imperio o Imperial Observatorio Astronomico*. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, vol 2, p.522. 1877.

<sup>18</sup> BARBOZA, op. cit., 1994, p. 44

<sup>19</sup> VIDEIRA, op. cit., p.18

Ver mais em: MORIZE, op.cit., 1987

<sup>20</sup> RODRIGUES, op.cit., 2012, p.17-18

O impacto das reformas organizacionais pode ser observado nas constantes mudanças de subordinação ministerial do Observatório.

<sup>21</sup> Liais havia também empreendido duas viagens de estudo em comissão do governo brasileiro, participando de uma expedição organizada para observação de eclipse solar de 1858, e do levantamento hidrográfico dos rios São Francisco e das Velhas, entre outros trabalhos.

<sup>22</sup> BARBOZA, Christina Helena da Motta. *O encontro do rei com Vênus. A trajetória do Observatório do Castelo no ocaso do Império*. 1994, 115p. Dissertação de mestrado. Centro de Estudos Gerais. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 1994.

A obra citada por Barboza é:

PYENSON, Lewis. *Cultural imperialism and exact sciences: german expansion overseas (1900-1930)*. New York: Peter Lang Publishing, 1985.

<sup>23</sup> FRADE, E. P.; YARRITU, J. B.; BICAKCI, N. B., op.cit., 2013, p.152

Segundo os autores, entre outras publicações citadas, foi lançado em 1885 o primeiro volume do *Anuário do Observatório* - uma das mais antigas publicações periódicas que se edita até hoje e, na realidade, uma continuação das *Ephemérides Astronômicas*, publicadas de 1852 a 1870. Em 1886, teve início a publicação da *Revista do Observatório* - primeira revista exclusivamente científica produzida no país -, que foi interrompida em 1891.

<sup>24</sup> Ver as publicações dos *Annaes do imperial Observatório* e a *Revista do Observatório*.

<sup>25</sup> No geral, os estudiosos sobre o ON utilizam os arquivos pessoais dos ex-diretores para completar lacunas do seu arquivo institucional. Reflexão sobre a relação entre os arquivos pessoais daqueles e o arquivo do ON encontra-se em:

FRADE, E. P.; BICAKCI, N. B. *O Observatório Nacional através dos arquivos dos seus ex-diretores: a utilização de arquivos pessoais de cientistas como subsídio na organização de um arquivo institucional. Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência*. 1ed. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012, v. 1, p. 175-188.

<sup>26</sup> Processo de reconhecimento, sistematização e registro de informações com fins de controle físico e intelectual.

<sup>27</sup> Sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de acordo com um quadro de arranjo elaborado a partir do estudo do arquivo, das estruturas, funções ou atividades do ON.

# A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE BRASILEIRA NA EXPERIÊNCIA ROMÂNTICA

*Brenda Laisa Morais<sup>1</sup>*

## RESUMO

O presente trabalho busca analisar os mecanismos que consolidaram o Estado e a construção da identidade brasileira pós-independência. Analisando a conjuntura política e cultural e, ainda, as influências europeias e do pensamento romântico no Brasil durante o século XIX. Com base no pensamento da filósofa Marilena Chauí e de demais estudiosos da história tupiniquim, o trabalho busca ilustrar o caminhar da formação dos mitos, da coesão e da identidade do território brasileiro.

**Palavras-chave:** Romantismo. Identidade nacional. Estado-Nação.

## ABSTRACT

This study aims to analyze the mechanisms that consolidated the state and the construction of Brazilian identity after independence. Analyzing the political and cultural situation, and also European and Romantic thought influences in Brazil during the nineteenth century. Based on the thought of the philosopher Marilena Chauí and other students of Brazilian history, the paper seeks to illustrate the journey of the formation of myths, cohesion and identity of Brazilian territory.

**Keywords:** Romanticism. National Identity. Nation-State.

## INTRODUÇÃO

O século XIX é caracterizado pela ebulição de diversas transformações sociais, as revoluções francesa e industrial trazem alterações que são sentidas pelo povo e influenciam o advento da nação. Esta, por sua vez, é uma construção premeditada, sustentada pelos mitos criados por ela mesma para validar sua existência.

Estas mudanças são sentidas em todo o mundo e tem grande repercussão no novo mundo, onde dá início a ruptura dos pactos coloniais. Estas recém-emancipadas nações

precisam buscar artifícios que validam sua existência como nação autônoma e constituem uma identidade homogênea.

Este processo emancipatório na América ira se disseminar em programas nacionalistas heterogêneos segundo a nação. A formação da nação brasileira - questão central neste trabalho- tem um curso político radicalmente distinto de seus vizinhos, igualmente deriva da onda revolucionária europeia, porém segue o modelo lusitano e se distancia da ideologia republicana.

É necessário pensar a nação, tarefa delegada aos intelectuais românticos brasileiros, que criam obras artísticas em prol do pensamento de identificação unificadora, que inspirasse no povo o sentimento de identidade nacional, fundamental para o processo de afirmação da nação.

A ligação com o passado colonial torna-se importante para a elaboração da consciência nacional. Alicerçado no ideário romântico europeu, da valorização da natureza e do homem. O estímulo em amar a terra e em orgulhar-se da nacionalidade brasileira foi uma das bases em que se fundamentou a ideologia indianista, que representa uma imagem positiva do povo brasileiro: o amor a terra e a valorização da comunidade.

## **A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO**

Em seu livro, *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*, (2000), Marilena Chauí faz um estudo sobre a etimologia da palavra nação. Derivada um verbo latino *Nascor* (nacer), este substantivo *Natio* (nação) passou a designar os indivíduos nascidos de uma mesma mãe, e conseqüentemente, os indivíduos nascidos em um mesmo lugar.

Desde o final da Idade Média, quando o vocabulário latino foi fixado pela Igreja Católica Romana, passou-se a empregar este termo no plural, *Nationes*, para indicar territórios pagãos em contraposição ao povo de Deus. Desta maneira,

[...] enquanto a palavra ‘povo’ se referia a um grupo de indivíduos organizados institucionalmente, que obedecia a normas, regras e leis comuns, a palavra ‘nação’ significava apenas um grupo de descendência comum e era usado não só para referir-se aos pagãos, em contraposição aos cristãos, mas para se referir a todos os estrangeiros [...]. (CHAUÍ, 2001, p.12)

Assim, nação constituía um conceito biológico, enquanto povo formava um conceito jurídico-político.

Antes da invenção histórica da nação e sua designação como Estado-nação, era empregado o termo “povo”, como citado acima, assim como o termo “pátria”. A palavra “pátria” também deriva de um vocábulo latino, *Pater*, pai. Não se trata de pai como o genitor, mas de uma figura jurídica, definida pelo antigo direito romano.

*Pater* é o senhor da propriedade privada absoluta, chefe incondicional da terra e de tudo que nela existe. Sua vontade pessoal é a lei, seu poder se estende sob a vida e a morte de todos que habitam seu *Patrimonium*. Portanto, o termo “pai se refere, portanto, ao poder patriarcal e pátria é o que pertence ao pai e está sob seu poder.” (CHAUÍ, 2001, p.12) Por fim, uma sociedade patriarcal é estruturada segundo o poder do pai.

\*

No século XIX, o conceito de nação se desenvolveu na Europa, no terreno do Estado patrimonialabsolutista. Adquirindo características peculiares em cada região, este Estado patrimonial era definido como propriedade do monarca. Como demonstra Antônio Negri, em sua obra “*Império*” (2001), a propriedade feudal era componente do corpo do monarca, assim como no domínio metafísico, o corpo soberano do monarca era parte do corpo de Deus e parte do seu território sagrado. A nação foi a forma política que vigorou desde então no Ocidente.

Contudo, a celebração da nação não poderia ser mais paradoxal e ambígua, pois, as bases feudais de poder estavam sendo reinventadas. A acumulação primitiva do capital, proveniente das revoluções burguesas, impuseram novas condições às estruturas de poder. Como evidencia Negri, “até a era das três grandes revoluções burguesas (a inglesa, a americana e a francesa), não havia alternativa política que se pudesse opor a esse modelo com êxito.” (NEGRI, 2001, p.112)

A transformação do modelo absolutista em nação constitui-seem uma transformação do patrimônio territorial, dando a ele uma nova fundação, igualmente transcendente. Da ideia de corpo divino do rei para propor um território e população como extensão da essência da nação, portanto, elementos sagrados. Por isso, “o conceito moderno de nação herdou, dessa maneira, o corpo patrimonial de Estado monárquico e o reinventou com outra forma.” (NEGRI, 2001, p. 113)

A nação é estruturada sob as novas formas de produção capitalista e pelas velhas redes de administração absolutista. A herança do patrimônio absolutista se molda aos novos meios. A base que irá sustentar este novo modelo político da nação será a identidade nacional, como ratifica Negri, esta

[...] incômoda relação estrutural foi estabilizada pela identidade nacional: uma identidade cultural e integradora, fundada numa continuidade biológica de relações de sangue, numa abrangência espacial de território, e em comunidade linguística. (NEGRI, 2001, p. 113)

A nação é apresentada como uma força ativa, geradora das relações sociais e políticas. Onde o horizonte patrimonial foi transformado no horizonte nacional, a ordem feudal do súdito cedeu vez à ordem disciplinar do cidadão, sem consciência de seu papel e submisso às ordens pré-estabelecidas constituídas.

\*

A construção do nacionalismo torna-se necessária para dar consistência ao Estado-Nação. O último era um artifício político construído que reclamava basear-se no primeiro. E o princípio de nacionalidade se tornou foco da construção da nação durante o século XIX. Estava evidentemente em conexão com o imaginário do progresso científico, mas, principalmente, a democracia, que compunha o papel central do cidadão.

A afirmação da nacionalidade percorre a Europa com a “primavera dos povos” em 1848; na Guerra Civil Americana, em 1861, como uma tentativa de manter a unidade da nação; e a Restauração Meiji no novo Japão, são alguns exemplos dados por Eric Hobsbawm, em sua obra *“Era do capital”*.

Para a construção da nação é necessário à transformação do Estado absolutista em um território definido e ocupado pelos cidadãos, que por sua vez serão definidos por uma história, cultura, composição étnica definida, e língua comum. Segundo Hobsbawm:

o critério ‘histórico’ de nacionalidade implicava portanto a importância decisiva das instituições e da cultura das classes dominantes ou elites de educação elevada, supondo-as identificadas, ou pelo menos não muito obviamente incompatíveis, com o povo comum. (HOBSBAWN, 2013, p.104)

Os argumentos históricos ou culturais podem ser encontrados, ou inventados, para fundamentar a legitimidade da nação. Aqueles que pertencem à elevada classe dirigente iniciam o movimento histórico-cultural para dar fundamento a suas aspirações nacionalistas.

O Estado-nação não era apenas definido por seu caráter nacionalista, mas também, por seu ideal “progressista”. Isto é, capaz de gerar uma economia liberal, de produzir tecnologia, organizar o Estado e obter uma força militar consistente para defendê-lo. A nação:

Terminava por ser, na realidade, a unidade ‘natural’ do desenvolvimento da sociedade burguesa, moderna, liberal e progressista. ‘Unificação’, assim como ‘independência’, era o princípio básico, e onde argumentos históricos para a unificação não existissem [...] esta era, quando possível, formulada por um programa. (HOBSBAWN, 2013, p. 105)

A nação, como já foi constatado, não é um movimento espontâneo, mas, um produto pensado. É, conseqüentemente, na medida em que os Estados-nações são criados que se tem a expansão da civilização ocidental.

Nos países periféricos, apenas a mitificação e a propaganda tornavam viável o programa nacionalista, estabelecendo uma ordem sentimental e folclórica para posteriormente transforma-la em uma ordem política. Nestes casos, foi necessária a conciliação dos esforços dos intelectuais e da classe burguesa, dedicados a propagar a ideia nacional, através da produção de jornais e literaturas, organizando a sociedade em instituições educacionais e culturais. Afinal, era inviável a construção da nação sem o apoio popular.

## **O PENSAMENTO ROMÂNTICO**

O pensamento romântico surgiu na Europa por volta do século XIX. Possui suas raízes na paradoxal consequência do Iluminismo que ajudou a promover a “volta à natureza”; pensamento que esteve recheado de sentimentalismo e criticava todo o pensamento racional científico. O racionalismo proclamava a natureza como primeira instância do homem enquanto o romantismo proclamava como instância principal, aquela que libertaria o homem de seus próprios males.

O romantismo experimentou diversas formas de atuação, a mais radical propunha a ação direta dos ideais, no entanto, a maneira mais comum foi expressa através das artes. E para não voltar à velha ordem, a obra precisaria de um estilo próprio de seu período; por isso, o pensamento romântico proporcionou um “renascimento” de múltiplos estilos.

Enquanto as elites europeias estavam preocupadas com a formação da identidade cultural de seu povo, os intelectuais românticos estavam pensando este momento impar que abriu as portas para a contemporaneidade. O processo de criação da consciência nacional é um processo que se encontra atrelado ao passado de algum povo e aos seus feitos heroicos de um passado mítico com o intuito de construir uma legitimidade gloriosa para as nações.

Para delinear a identidade de um povo o romantismo passa a ser peça fundamental para as elites que estavam interessadas na unificação territorial. Para haver circulação e relações econômico-sociais, seus cidadãos deveriam reconhecer-se entre si. E com os ares do cientificismo espalhado nos quatro cantos do mundo com as viagens de exploração e catalogação do mundo, o romantismo chega aos países periféricos, dentre eles, estava o Brasil.

Chegando às terras tupiniquins, a escola romântica fará adaptações no que diz respeito ao espaço e a história brasileira, fortalecendo o espírito nacional pós-independência. Os autores brasileiros também buscam inspiração nacionalista em suas obras, como o passado colonial, a natureza virgem e o índio.

O índio – o “bom selvagem” – brasileiro é construído através de uma ótica europeia, submetido ao homem branco e que precisava ser civilizado pelo pensamento positivista. O indianismo – movimento que valoriza o indígena – apresenta uma imagem positiva do povo brasileiro, representados no amor à terra e na valorização da comunidade.

As circunstâncias históricas estão diretamente relacionadas com as tendências artísticas que se configuram em determinada época, não é por menos que o romantismo tornou-se uma ferramenta importante para a formação nacional brasileira. Por isso, a valorização do passado fundamentou o sentido da identidade brasileira, que assim, poderia orgulhar de sua descendência e qualquer outro problema que surgisse seria levado como consequência do progresso que se instalava em uma nação que se libertava dos antigos costumes.

Com o romantismo, a arte deixou de criar obras para Deus, ou até mesmo, uma cópia da Antiguidade Clássica, para, pela primeira vez criar obras que enalteçam o homem e seus feitos heroicos que o levaram para a formação da nação como configuração primordial dos homens. Por esta razão, é necessária a criação de heróis que possuem identidade com o povo.

## **O ROMANTISMO E A IDENTIDADE BRASILEIRA**

Do ponto de vista cultura a chegada de Corte portuguesa no século XIX ao Brasil fora de extrema importância. Segundo Candido, na obra, “*O romantismo no Brasil*”:

[...] a presença do governo português no Brasil foi um marco histórico transformador, a partir do Rio de Janeiro, que se tornou definitivamente centro do país e foco de irradiação intelectual e artística. Depois de 1808, foram

permitidas as tipografias e imprimiram-se os primeiros livros, criou-se uma importante biblioteca pública, foi possível importar obras estrangeiras, abriram-se cursos e foram fundadas algumas escolas superiores. (CANDIDO, 2002, p.14)

Entretanto, com a volta da família real para Portugal tem-se o movimento emancipatório de sua colônia ultramarina. Neste contexto histórico-cultural em análise tem-se a formação do pensamento Romântico, no qual o Brasil é intensamente influenciado, principalmente pelo modelo romântico francês, como coloca Ricupero, em sua obra “*O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870) (2004)*”:

o Romantismo francês será principalmente uma resposta ao novo mundo que surge com a Revolução. Revolução que não se limita, na verdade, às fronteiras da França e até onde chegaram os exércitos napoleônicos, mas que é (...) uma revolução Atlântica, iniciada em 1776 na América e continuada pelas independências nacionais latino-americanas [...]. (RICUPERO, 2004, p.46)

O autor coloca que era intenção deliberada dos românticos brasileiros, assim como, os de outras nações, de estabelecer uma identidade nacional através da arte. Tendo como função estabelecer referências simbólicas para a sociedade.

Este trabalho empenhado pelos românticos pode ser dividido em dois momentos, sendo o primeiro imediatamente posterior à independência. Tal momento é essencialmente político, correspondendo à tarefa de criar instituições do aparato estatal que possam dar sustentação aos cidadãos. Já o segundo, é basicamente cultural, com a tentativa de fazer com que os habitantes da antiga colônia se identifiquem com a nova nação.

Nestes dois momentos faz-se o uso de referências intelectuais distintas. A independência e a montagem do aparelho estatal utiliza uma justificativa Iluminista. Por outro lado, a busca da identidade nacional vem da tradição romântica, que procura na história e na cultura, motivos para que entidades como o Brasil existam autonomamente. Por isso, seguiu-se o duplo percurso da criação de símbolos, e o estabelecimento destes como símbolos da identidade da população. Ricupero demonstra que estes símbolos farão parte da tradição cultural da nação: “isto é, a nação é tanto um conjunto de tradições inventadas, ou mais ainda, a invenção dessas tradições, como a crença nelas.” (RICUPERO, 2004, p. XXIII)

A invenção destas tradições se voltará para o passado, sugerindo que a nação já estaria inscrita na colônia e, até mesmo antes, abrindo caminho para a realização de uma espécie de profecia do passado; legitimando, desta maneira, a formação do Estado liberal moderno. A exaltação da exuberante natureza e de seus ignotos habitantes serão as principais características exaltadas pelos românticos. Esta operação ideológica se



dava pela incorporação positiva do passado, onde o índio já não representa uma ameaça social e se transforma no bom selvagem rousseaniano.

Esta teoria é consolidada nas pinturas brasileiras do século XIX, que estavam imbuídas do espírito romântico. Os autores buscavam a valorização das emoções, da formação histórica da nação, inspiração na natureza e nas questões sociais e políticas do país. Como demonstra Lucília Garcez no livro “*Explicando a arte brasileira*”, segundo ela:

o equilíbrio e a simplicidade deixam de ser os objetivos do artista. Ele quer demonstrar outros interesses, quer buscar as raízes da nacionalidade, quer enaltecer a natureza tropical, quer voltar ao passado histórico, quer abandonar os mitos gregos e aprofundar sua própria religiosidade, quer viver o amor intensamente. (GARCEZ, 2004, p.80)

Os quadros *O Último Tamoio*, de Rodolfo Amoedo, *Batalha de Guararapes*, de Victor Meirelles e a *Batalha do Avaí* de Pedro Américo se inerem na temática romântica. Retratando o indianismo, a busca no passado da grandeza da nação e a exaltação dos heróis da pátria.



Rodolfo Amoedo. **O Último Tamoio**, 1883, óleo sobre tela, 180,3 x 261,3 cm.



Victor Meirelles. **Batalha dos Guararapes**, 1875-1878, óleo sobre tela, 500 x 925 cm.



Pedro Américo. **Batalha do Avaí**, sem data, óleo sobre tela, 6 x 11 cm.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, a elite dirigente passa à trabalhar na criação de uma rede de relações imaginárias, capaz de garantir a coesão social no pós-independência. Trata-se de criar narrativas que iram legitimar o Estado nacional e confeccionar relatos históricos sobre o passado, o povo e a terra, que passam a ser definidos como parte da nação. As artes passam a ter um papel de expressar a importância e grandiosidade destes mitos para a fundação da nação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CANDIDO, Antônio. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HOBSBAWN, Eric. *Era do Capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- GARCEZ, Lucília. *Explicando a arte brasileira*. Rio de Janeiro: Ediouro 2004.
- RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

---

<sup>1</sup>Licencianda (brenda.laisa.morais@hotmail.com) no curso de Licenciatura em História no Centro Universitário Salesiano de São Paulo – U.E. de Lorena sob a orientação do Prof. Me. Antonio Tadeu de Miranda Alves.

## Vozes ao não dito: a produção do BRock no Rio Grande do Norte

Brenda Soares Silva \*

O texto intenciona expor a análise de letras de músicas de bandas de rock da década de 80 da cidade de Natal-RN, período de redemocratização brasileira; como a Modus Vivendi, Cantocalismo, General Junkie, entre outras. Pensando estas e sua produção enquanto parte integrante do movimento BRock. Assim, pretende-se analisar a relação entre a produção BRock no eixo principal- Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro- com a produção de bandas de uma localidade de menor destaque, que é caso do Rio Grande do Norte.

Palavras-Chave: BRock – Natal – Bandas

## Voices to the unspoken: the production of BRock in Rio Grande do Norte

The text intends to expose the analysis of lyrics of rock bands of the 80's of the city of Natal, RN, Brazil's period of democratization; as Modus Vivendi, Cantocalismo, General Junkie, among others. Thinking about these and their production as part of BRock movement. So we intend to analyze the relationship between the production of Brock in the central part of the country (Brasilia, Sao Paulo and Rio de Janeiro) with the production of bands of a locality less prominent as the case of Rio Grande do Norte.

Keywords: BRock - Natal – Bands

### **Introdução**

O presente artigo tem por objetivo expor a discussão acerca da produção musical de rock na década de 1980 no estado do Rio Grande do Norte – RN. Para tanto, pretende-se realizar uma analogia entre esta produção e a produção encontrada em polos maiores, cidades, por assim dizer, mais centrais, como São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro. Buscando pensar esta produção enquanto relacionada ao período de redemocratização e destacando a relação entre música, conjuntura e cenário musical. Sendo o BRock visto como um movimento no sentido de estabelecer uma característica identitária em comum entre os adeptos do estilo rock no período.

É visto como necessário realizar uma análise acerca da musicalidade de rock no período da redemocratização brasileira da década de 1980, representantes do chamado *BRock* ou *Rock* Brasil, nomenclatura atribuída pelo jornalista Arthur Dapieve, que, como aponta

---

\* Licencianda do curso de História pelo Centro de Ensino Superior do Seridó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e bolsista de iniciação à docência – PIBID-CAPES -, coordenada pelos professores Antônio Elfbio Júnior e Jailma Maria de Lima.

Aline Rochedo<sup>1</sup> uniu o B de Brasil à palavra *Rock* para definir a produção musical brasileira de *rock* dos anos 1980.

Chegando por fim ao Rio Grande do Norte, estado no qual bandas como a Modus Vivendi, Cantocalismo, General Junkie, Cabeças Errantes, da cidade de Natal-RN, surgiram e cuja análise de sua produção possibilitará verificar questões acerca da juventude, política, identidade – apresentadas nas letras das canções – e da produção fonográfica no estado do Rio Grande do Norte, bem como estabelecer um paralelo entre a produção musical de rock no chamado eixo principal – Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro – e a produção presente em um espaço de menor destaque como é o caso do Rio Grande do Norte.

A música, mediada por sua conjuntura histórica, tem um papel fundamental na discussão acerca dos mais variados contextos sociais. Ao longo do período ditatorial brasileiro, a música foi utilizada como forma de protesto por meio da crítica, artistas como Chico Buarque, Gilberto Gil, o Movimento tropicalista, entre outros, foram os representantes da população insatisfeita com o regime vigente.

No que concerne ao fim da ditadura e durante a chamada Nova República, não foi diferente, as músicas produzidas pelas bandas de *rock* do período podem ser exemplos a serem utilizados/debatidos para a formação de uma consciência acerca da situação política, econômica e social do país. As letras das suas canções tem um caráter bastante crítico, abordando algumas das angústias de boa parte da população, que, se identificava com as letras das canções.

Essa perspectiva contribui para a abordagem da produção fonográfica da época permitindo um aprofundamento acerca da relação entre esta produção e a conjuntura do período, levando-nos também a pensar a produção fonográfica no Rio Grande do Norte e propor uma pesquisa acerca da participação/inquietação presentes na produção local. Os músicos abordados neste artigo nasceram, em sua maioria, na década de 1960 e cresceram sob o contexto político militar. Assim, seu contato direto com o período foi fundamental para o desenvolvimento dessa vertente do *rock* nos anos 1980 e as inúmeras manifestações sociais foram cruciais no processo de abertura política, pois, ao lado das canções do período, traduziam o inconformismo da população, além de estabelecerem uma identidade em comum.

Nesse contexto, há as bandas acima mencionadas como sendo críticas/reivindicadoras, com suas músicas, de melhorias para a nova condição do país. Por meio da crítica direta ou da ironia, questionavam acerca da desigualdade social, do preconceito existente com a classe trabalhadora e, principalmente, da corrupção de um governo que parecia duvidar da capacidade intelectual da população.

Esta pesquisa acarretou na elaboração de atividades didáticas desenvolvidas pelo Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), desenvolvido, no nosso caso, em duas escolas públicas da cidade de Caicó-RN. Para fins deste texto e objetivo do evento, não serão abordados os resultados didáticos da pesquisa.

## **PROCESSO DE ABERTURA POLÍTICA E O ROCK NACIONAL**

A década de 1980 consolidou o processo de abertura política, que já fora anunciado desde 1975 pelo então presidente Ernesto Geisel como sendo lento, gradual e seguro. Desde o início daquela década, as insatisfações com o governo militar e com os problemas econômicos aumentavam, bem como os grupos que defendiam o fim do regime militar brasileiro. O crescimento desses grupos resultou em grandes manifestações cívicas da sociedade brasileira, como a campanha pelas *Diretas Já* para Presidente da República. O Congresso Nacional elegeu indiretamente Tancredo Neves, que faleceu antes de tomar posse, causando uma grande comoção nacional.

Assim, o vice-presidente eleito, José Sarney, foi empossado e lançou vários planos econômicos ao longo da sua gestão, os quais não conseguiram conter os índices inflacionários nem diminuir as grandes desigualdades sociais. Assim, a década de 1980 finalizou com a primeira campanha presidencial após o regime militar, polarizada no segundo turno entre Fernando Collor de Melo e Luís Inácio Lula da Silva, os representantes das esperanças de todos os brasileiros.

As duas candidaturas que polarizam o cenário eleitoral são exatamente de homens que se apresentam como não vinculados ao poder, homens comuns, e não políticos tradicionais. [...] A coincidência, real ou imaginária, de estarem fora do sistema, de não fazerem parte da estrutura política existente no país. Assim, o voto em Lula ou Collor era, em verdade, um voto pela mudança, de protesto contra a Nova República<sup>2</sup>.

O *rock*, no contexto citado, é um exemplo de como a música pode traduzir o espírito de um grupo, apresentando a sua característica elementar do inconformismo e da rebeldia diante do conservadorismo ideológico presente na época ditatorial. Nesse sentido a música pode ser vista como uma representação simbólica de determinada estrutura, uma construção a partir de algo sobre algo.

Uma das contribuições feitas pelo *rock* do período foi no que se refere à formação da identidade nacional bem como da representação do jovem da época. A música representa um público ao mesmo tempo em que é representada por este público, em uma troca circular que pode ser fundamentada no conceito de Representação, de Roger Chartier e de Identidade discutido por Stuart Hall e Zygmunt Bauman.

O conceito de representação em Chartier, gira em torno de uma reprodução simbólica atribuída a determinado grupo enquanto reflexo da conjuntura social, assim de acordo com Chartier, Representação é:

Uma história cultural do social que tem por objeto a compreensão das formas e dos motivos — ou, por outras palavras, das representações do mundo social — que, à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse.<sup>3</sup>

A produção musical brasileira de rock dos anos 1980, período de redemocratização, pode ser analisada a partir do conceito de Chartier, uma vez que de acordo com a ideia do autor “[...] a representação é instrumento de um conhecimento imediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma «imagem» capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é.”<sup>4</sup>. Nesse sentido podemos identificar o cenário rock da década de 1980 enquanto representante de um grupo por configurar uma imagem, símbolo, deste grupo que encontrou no BRock alguma identificação numa conjuntura político-social delicada. Assim ao se tornar símbolo reconstitui um grupo dentro desta conjuntura, representando-o.

Dessa forma as letras das canções de rock do período servem de subsídio ao pensamento da juventude brasileira de tal época. Não que o rock seja um estilo limitado ao jovem, mas este é maioria em seu público, principalmente na época de redemocratização. Essa adesão dos jovens permitiu uma ligação entre os componentes deste cenário, identificando-os entre si, a partir de suas visões de mundo, apresentadas nas canções, até suas formas de vestir-se e portar-se.

De acordo com Bauman<sup>5</sup>, a identidade se define por meio de um conjunto de fragmentos de representação que são adotados por um indivíduo, a fim de ter um grupo de pertença. O caráter nacionalista presente no BRock encontrava-se voltado para a representação da insatisfação de um grupo que compunha a nação brasileira, motivando então um sentimento de pertencimento a essa nação.

Seguindo a linha de pensamento de Stuart Hall,

“As culturas nacionais ao produzirem sentidos sobre ‘a nação’, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades [...]. Como argumentou Benedict Anderson a identidade nacional é uma ‘comunidade imaginada’”(ANDERSON *apud* HALL, 2002, p.51)<sup>6</sup>

Dessa forma, percebe-se o caráter nacionalista do BRock, no sentido de que ao abordar temática da política brasileira e complementar o pensamento de uma população que se sente excluída da sociedade, desperta, ou contribui para o nacionalismo brasileiro.

Podemos identificar claramente uma justificativa para o movimento *BRock* ter sido um “definidor”, por assim dizer, de identidades, uma vez que orientados pela conjuntura política

do país os músicos do período abordavam a temática e traduziam, ou davam uma significação, de acordo com seu ponto de vista sobre o momento, ou seja, produziam um sentido sobre ele, que permitia às pessoas fazerem uma identificação entre si, resultando numa identidade em comum e aderindo, apropriando-se do movimento fazendo com que este, seguindo Chartier, o represente.

Como bem demonstra Mário Luís Grangeia, em seu artigo “Redemocratização e desigualdades sociais segundo Cazusa e Renato Russo”,

[...] entre todas as manifestações culturais que despontaram no Brasil no século passado, a música popular é, sem dúvida, a mais decisiva na formação de uma identidade nacional. Em que pese o desenvolvimento da literatura, artes plásticas, artes cênicas e cinema, coube à música uma maior penetração nas várias camadas da população. Segundo Mário de Andrade, trata-se da “mais completa, mais totalmente nacional, mais forte criação da nossa raça até agora” (ANDRADE *apud* NAVES, 1998, p. 21)<sup>7</sup>.

De acordo com Aline Rochedo,

[...] as bandas que surgem expressavam seus sentimentos em relação ao que acontecia. Como existia uma insatisfação muito forte entre os jovens, era um caminho certo esta identificação entre bandas e o público, estas que imprimiam nas músicas o seu momento histórico-social. [...] A juventude dos anos 80 pode, através dos elementos do rock, se reconhecer e compartilhar o sentimento de fazer parte de um universo destacado dos demais, com seus próprios códigos e significados num momento de riqueza e questionamentos<sup>8</sup>.

Como exemplo, podemos citar a canção *Inútil*, que aborda ironicamente questões acerca da repressão existente na época. Essa música foi composta no ano de 1983, durante o governo Figueiredo, e trata, principalmente, da pouca valorização dada à população, traduzindo seu desejo por direitos políticos e democracia, bem como da situação econômica de um país refém do imperialismo norte-americano:

A gente não sabemos/Escolher presidente/A gente não sabemos/Tomar conta da gente/  
[...] A gente faz carro/E não sabe guiar/A gente faz trilho/E não tem trem prá botar/ [...]  
A gente faz música/E não consegue gravar/A gente escreve livro/E não consegue  
publicar/“Inúteu”!/A gente somos “inúteu”!<sup>9</sup>

De acordo com a abordagem da composição de Roger Moreira Rocha, identifica-se o descontentamento diante de toda a situação da época, o qual atingia boa parte da população. Dessa forma, percebe-se que a música é um meio difusor e representativo, uma vez que expressa o pensamento de um número considerável de pessoas que partilham da mesma opinião.

### **Vozes ao não dito: o BRock no RN**

O BRock não se resumiu apenas às localidades de São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro. Podemos encontrar importantes representantes do estilo em várias localidades do Brasil, como o caso da Camisa de Vênus, banda de Salvador e que também compõe o rol de

artistas parte do movimento BRock, cuja principal característica era a crítica à condição político-sócio-econômica do país.

Em termos de características identitárias, percebemos a presença de um número considerável de bandas de rock, ou melhor, de BRock no Rio Grande do Norte. Bandas como a Modus Vivendi, Cantocalismo, Cabeças Errantes, Alfândega e General Junkie são exemplos do cenário rock no Estado. Todas surgidas em meados da década de 1980, trazem também composições autorais, algumas chegaram a gravar algumas demos, ou até mesmo discos, como aconteceu com a Cantocalismo.

A Cantocalismo foi formada em 1985, em conjuntura de transição de sistema de governo, retratando em algumas de suas canções – de caráter mais pop – algumas das questões sociais do período. Como a canção “Voraz”, “Tudo o Que Vem de Cima” e “Poema prá Lua”. Na letra de “Voraz” há o destaque ao fim do controle governamental e pode ser vista como uma espécie de reflexão sobre como andaria a sociedade dali para frente, destacando também os resquícios, da mentalidade formada no período ditatorial.

[...] o que será do rio sem a represa/ que será do riso sem a tristeza/ guarda o teu credo na fortaleza/ tu repetirás e tu perderás a cabeça negando, uivando, como de surpresa o sangue gelando, veneno/ muito generoso em tua certeza/ traz um copo d’água da tua nobreza/ pedes um preço justo pela tristeza/ podem e és voraz/ e tu perderás a cabeça/ dos filhos, dos bichos de toda a natureza/ há gente tomando a tua fortaleza/ dos filhos, dos bichos de toda a natureza.<sup>10</sup>

A letra de “Tudo o que vem de cima” já tem uma ligação com o governo vigente e podemos identificar nela uma leve crítica à economia no governo Sarney:

Tudo o que vem de cima necessariamente não tem que ser/ aumento de gasolina/ pode ser um deus de uma bomba H/ e tudo o que vocês possam imaginar/ ah tenha dó de mim/ sou apenas um rapaz romântico/ que ainda crê no mundo<sup>11</sup>

A canção “Poema pra lua” inicia com a seguinte frase: “Sonhar pode ser atrevido quem sabe no mundo de agora”<sup>12</sup>, assim podemos perceber a presença da temática bastante abordada no BRock, reflexões sobre a sociedade, a conjuntura social, não no intuito de reivindicar, mas no intuito de desabafar. De acordo com o blog “Rock In Natal” de Mitchell Pedregal, Raniere Barbosa define a Cantocalismo enquanto,

Uma música insinuante que, revelando-se no arsenal da música anônima brasileira ou até criando canais alternativos, emana a pluralidade do rock numa linguagem carismática, emotiva, um elo mágico sensibilizando a pura arte. [...] Sua música nos mostra a construção do sol de um novo mundo, de uma nova era, de inovação na concepção artística. (BARBOSA, *apud* PEDREGAL, 2010)<sup>13</sup>

No blog “Natal Rock & Roll” em uma postagem de Jonas Bayga, sobre a banda podemos encontrar o seguinte comentário:



“Diário do Mergulho disse... [...] A banda Cantocalismo marcou um época em Natal, os caras eram muito bons e a produção nunca vista em Natal, na minha opinião o Cantocalismo da época estava para Natal como o RPM para o Brasil. Bons tempos.<sup>14</sup>

Nos permitindo identificar o lugar de destaque que o rock obteve no Estado, principalmente entre a população jovem, que havia crescido em um contexto de repressão militar e a correspondência entre as produções ao longo de todo o território, como demonstra o comentário ao comparar a banda natalense ao RPM, de São Paulo.

A Cabeças Errantes é outra banda do período que conseguiu certo destaque na cidade de Natal. A letra de “Amor Selvagem”,<sup>15</sup> demonstra um lado mais obscuro do BRock, principalmente em termos de melodia, na qual podemos perceber a questão da liberdade de expressão proporcionada pela abertura política e uma influência mais clara do experimental na composição da música. O seguinte trecho: “Quero que me arroche quero que me aperte, quero que me esgane, quero que me estraçalhe, quero que me devore quero que me mate.” Refere-se à temática do amor, mas pode ser interpretada como a influência conjuntural contribuiu para a constituição deste pensamento com a utilização destas palavras. Uma vez que, mesmo discorrendo sobre a temática do amor, ela não deixa de ser subversiva principalmente se for analisado o caráter melódico da canção e a composição ‘agressiva’ das palavras.

A banda Alfândega também representa a difusão do rock no Rio Grande do Norte. Formada por jovens universitários no ano de 1988, as músicas da banda se dividiam em autorais e covers de canções que eram influência para a sonoridade da banda.

As letras de suas músicas expressam esse fazer poético e falam das diversas matizes do sentimento que existe no dia-a-dia de seus componentes: amor, esperança, indignação, etc. Daí o nome da banda, Alfândega, o lugar por onde passam os fatos cotidianos e os sentimentos por eles gerados que são percebidos e transformados em produtos musicais (MACEDO, 2013)<sup>16</sup>

A letra de “MPB (Medo Popular Brasileiro)” é um exemplo de como a banda Alfândega enfatiza o lugar do homem brasileiro em uma conjuntura pós-ditatorial, o pensamento da sociedade e representando tal pensamento,

Eu tenho medo de ser preso, de ser preto, de amar/ Eu tenho medo de ternura, de aventura ,de voar/ Medo, eu tenho medo de mim / Eu quero ter um amor que me liberte desta situação, falsificação inerte( eu quero já )/ Eu tenho medo do que você faz do que sou capaz e do que não sou também / Eu tenho medo de arriscar, de me entregar ao querer bem.<sup>17</sup>

A canção “A escolha de Edu” mostra a sensação de liberdade encontrada na segunda metade da década de 1980: “[...] Acho que a felicidade que essa liberdade traz pra mim/ gosto do controle em minhas mãos dizer não e dizer sim”.<sup>18</sup>

A banda Modus Vivendi, também de Natal, é outro exemplo das representantes do BRock no estado durante o período em que o movimento encontrava-se em seu auge, a redemocratização brasileira da segunda metade da década de 1980. A partir de análise das nomenclaturas das canções da banda, todas autorais, pode ser estabelecida uma relação entre a produção de rock no eixo principal do Brasil (Brasília – São Paulo – Rio de Janeiro) e a produção presente em localidades de menor destaque como o Rio Grande do Norte.

A canção “Sabotagem” de 1986 pode ser analisada como uma clara referência ao período ditatorial imediatamente anterior pelo qual os músicos passaram e que agora encontravam na “liberdade” democrática, o espaço para se expressarem:

Sons que não tocam no rádio/ livros que não são publicados/ filmes que não passam no cinema / notícias que não saem no jornal/[...]/ assuntos que não são estudados/matérias que não dão na escola/ Relações que não são relacionadas/ [...]/ normas que não são normais/[...]/ vidas que não são registradas/ gênios que não saem da lâmpada/ aldeias que não são globais/ bobos que não são da corte [...]/ neurônios queimados na fogueira / Memórias que não estão na história / origens que não são originais.<sup>19</sup>

Os nomes de suas canções demonstram a semelhança, ou correspondência entre estas e as canções das bandas do eixo principal, como as já discutidas, Titãs, Plebe Rude, Ultraje a Rigor, entre outras. Nomes como: “Reclames da TV”, “Metal Sanitário”, “Cefaléia Everyday” “Não Sou Mais o Mesmo”, “Mesmice”, “Letargia”, “Sabotagem”, “Dura na Censura” e “A Rota dos Rótulos; indicam a presença do caráter irônico, crítico, ou mesmo inconformado do BRock. Fazendo alusões à mídia e seu papel influenciador, ao sistema governamental e econômico. Encontram-se, também, alusões ainda ao período ditatorial em si, antes do processo de redemocratização, uma vez que muitas das canções, como comentado no início do artigo, foram compostas antes da abertura.

De acordo com o Blog do Carito<sup>20</sup>, o próprio sendo guitarrista e vocalista da banda Modus Vivendi, a mesma foi formada em 1986, derivada de uma anterior formada em 1982, a Fluidos. E seguindo a mesma linha das bandas de BRock do período a Modus Vivendi,

“[...]sempre fez seu próprio som – a maioria do repertório era sempre de músicas da própria banda, estando as releituras e homenagens em menor quantidade. Sendo reflexo de uma realidade urbana, as letras da banda falavam da geração dos seus integrantes, tendo uma postura crítica, às vezes irônica, conjugando muitas vezes humor e amor, irreverência, poesia e ritmo.”<sup>21</sup>

A identificação percebida entre a produção da Modus Vivendi e outras bandas de BRock, nos permite estabelecer um ponto de ligação entre o movimento BRock, caracterizando-o enquanto parte de uma rede na qual correlacionam-se agentes ativos (artistas e bandas) e passivos (público). Como o próprio Carito aponta em seu blog,

[...] os shows estavam sempre associados a uma linguagem teatral, os fãs associavam a música à imagem das performances, além da própria letra que fortalecia sua

memorização – já que as mensagens retratavam também o que o público vivenciava e sentia na época, em um processo de identificação e interação mútua ‘banda-platéia’.<sup>22</sup>

Nesse sentido, pode-se interpretar que firma-se uma rede, na qual, o artista, ao mesmo tempo em que influencia alguns artistas e público, é influenciado por outros, estabelecendo um intercâmbio, uma troca de relações. Pegando emprestado a conceitualização sociológica defendida por Colonomos e expressada no artigo de Sonia Acioli,

[...] rede seria o conjunto de relações sociais entre um conjunto de atores e também entre os próprios atores. Designa ainda os movimentos pouco institucionalizados, reunindo indivíduos ou grupos numa associação cujos limites são variáveis e sujeitos a reinterpretações<sup>23</sup>

A rede, dessa forma, seria “socialmente composta por indivíduos que irão se articular a partir de interações [...]”<sup>24</sup>De acordo com Ana Lúcia S. Enne

[...] as redes de interação social que podem ser encontradas nas sociedades complexas são também redes de interação cultural, em que as trocas vão se dar em movimentos contínuos entre atores sociais que estarão se relacionando em fronteiras fluidas, que tenderão a se reordenar de acordo com os contextos interativos.”<sup>25</sup>

Enne ainda apresenta em seu artigo a defesa de A. L. Epstein que, nas palavras da autora:

[...] vai utilizar essa ideia de pensar a rede como um sistema de trocas de informações, capaz de gerar padrões normativos para as condutas dos grupos e, conseqüentemente, padrões de identificação em seus estudos urbanos.<sup>26</sup>

Assim podemos pensar o BRock enquanto uma interação cultural, em constante correspondência. O que permite uma identificação e uma conseqüente propagação do estilo entre algumas pessoas e lugares, dando-lhe este aspecto de rede. Bem como relacionando conjuntos de pessoas em diferentes espaços que mesmo que permeada por diferentes subjetividades, apresentam uma característica em comum.

A banda General Junkie foi formada em 1987, entretanto seu período de atividade e influência encontra-se na década de 1990. Nesse sentido a banda pode ser vista já como influenciada pelas citadas anteriormente. Com temáticas acerca do cotidiano, ela representa as inquietações presentes na sociedade do momento e remete à década de 1980 onde o rock começou a ganhar espaço, após os anos de repressão, bem como também se assemelha as bandas de sucesso nacional do período como Planet Hemp e Raimundos.

Lembrar do General remete a quem veio anteriormente. [...] Vlamir também afirma que nos anos oitenta, sem internet, bandas como Cantocalismo, Cabeças Errantes e Modus Vivendi lotavam o Palácio dos Esportes. O público as vezes chegava a mais de 1000 pessoas. Talvez porque naquele tempo a música tinha outro status em relação a hoje.<sup>27</sup>

Nomes de canções, como “Metete Bronca”, “Típico Local”, “Brinquedo do Cão”, “Cuidado com o que você consome”, “Selvageria”, “Fiscal da Natureza”, “Ladrão” e “Sinfonia Celular” já mostram a abordagem de temas sociais, no qual podemos perceber uma

relação com o produzido na década de 1980. Na canção “Metete Bronca”, o seguinte trecho fica clara a identificação com o BRock, nela percebemos uma crítica a sociedade consumista:

[...] a burguesia quer tomar bebida fina/ enquanto a grande maioria toma cana/ se rolar coca-cola você toma/ se rolar hollywood você fuma/ se rolar propaganda você compra/ se rolar junkfood você come/ qualquer coisa se consome?<sup>28</sup>

A canção “Girando” também é outro exemplo dos vestígios da repressão,

[...] coração pode pulsar/ pode vir como quiser/ deitado sentado em pé/ mas dê chão pra eu andar/ eu já to ficando quente/ o meu corpo tá dormente/ e eu já estou meio insolente/ no meu jeito de cantar.<sup>29</sup>

### **Conclusão:**

O rock teve seu papel durante o processo de redemocratização brasileira por enfatizar, através de críticas e ironias, situações sociopolíticas do período, traduzindo-se como “herdeiro” de um passado revolucionário, que ocorreu por parte das esquerdas na década de 1960 e 1970 e que teve como uma das maiores formas de expressão os protestos musicais da MPB.

As músicas produzidas pelas bandas de rock do período contribuíram para a formação de uma consciência acerca da situação política, econômica e social do país. Ao mesmo tempo em que foi um reflexo da conjuntura político-social do período, deu um maior impulso à população e refletiu o pensamento dela, incentivando-a a protestar e a reivindicar.

Além disso, o BRock também não se resumiu apenas aos principais polos econômicos e populacionais do Brasil. Atingindo todo o território nacional, por seu caráter de movimento, que se dissemina como uma rede estabelecendo uma identidade em comum. Um exemplo disso é a banda de Salvador – Bahia, Camisa de Vênus, que embora não pertencesse ao eixo principal de produção musical brasileiro, conseguiu atingir o grande público e a grande mídia.

O sucesso em âmbito nacional não aconteceu com as bandas representantes do BRock norte-riograndense, entretanto tal ocorrência não elimina a presença dessas bandas no Estado e seu relativo sucesso no interior do mesmo, como parte do movimento BRock. Sendo assim um representante do jovem do período, que se identifica num movimento que por mais que suas bases sejam calcadas no exterior do país, tem a característica de Brasil nele, ao discutir questões político sociais e buscar dar espaço ao jovem que de certo modo se sente sem lugar mediante a situação político-social em voga.

---

<sup>1</sup> ROCHEDO, Aline do Carmo. *Os filhos da revolução: a juventude urbana e o rock brasileiro dos anos 1980*. 2011. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense/ICHF/PPGH, Niterói, 2011, p. 30.

<sup>2</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Brasil, em direção ao século XIX. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p. 400.

<sup>3</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 1985, p. 19

- 
- <sup>4</sup> Idem, 1985, p.20
- <sup>5</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- <sup>6</sup> HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 51
- <sup>7</sup> GRANGEIA, Mário Luís. Redemocratização e desigualdades sociais segundo Cazuza e Renato Russo. *Revista Aurora*, n. 12, p. 48, 2011. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/5889>>. Acesso em: 9 mar. 2013.
- <sup>8</sup> ROCHEDO, 2011, p. 41-42.
- <sup>9</sup> ULTRAJE A RIGOR. *Nós vamos invadir sua praia*. WEA, 1985. Faixa 6.
- <sup>10</sup> CANTOCALISMO. Cantocalismo. WR-Salvador-BA, 1988. Faixa 2.
- <sup>11</sup> Idem, 1988. Faixa 3.
- <sup>12</sup> Idem, 1988. Faixa 8.
- <sup>13</sup> PEDREGAL, Mitchel. **Cantocalismo na areia e mar da cidade**. Natal, 26 Nov. 2010. Disponível em: <<http://rockinnatal.blogspot.com.br/2010/11/cantocalismo-na-areia-e-mar-da-cidade.html>>. Acesso em: 20 de abril de 2014
- <sup>14</sup> DIARIODOMERGULHO [afonsomelo2008@gmail.com]. Comentário. [s.l.], 3 dez 2010. In: BAYGA, Jonas. Natal Rock & Roll. Disponível em: <<http://natalrockroll-bayga.blogspot.com.br/2008/05/cantocalismo-o-pioneiro-do-pop-potiguar.html>>. Acesso em: 24 abr 2014 (post: Cantocalismo - o pioneiro do pop potiguar. Natal, 06 de maio 2008
- <sup>15</sup> MUDERNAGE. PEDRO PEREIRA Amor Selvagem. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=yjs8itb\\_gsM](https://www.youtube.com/watch?v=yjs8itb_gsM)> Acesso em 15 de abril de 2014
- <sup>16</sup> MACEDO, Marcus A. *Alfandega (1988-2004)*. Natal, 11 out. 2013. Disponível em: <<http://sompotiguar.blogspot.com.br/2013/10/alfandega-1988-2004.html>> Acesso em: 11 de mai de 2014.
- <sup>17</sup> Alfândega. 1988-2004. Sonopress-Rimo, 2004. Faixa 03.
- <sup>18</sup> Idem, 2004. Faixa 10.
- <sup>19</sup> CARITO. Modus Vivendi, 2010. Disponível em: < [http://www.carito.art.br/?page\\_id=509](http://www.carito.art.br/?page_id=509) > Acesso em: 03 de mar 2014
- <sup>20</sup> Idem.
- <sup>21</sup> Idem
- <sup>22</sup> Idem
- <sup>23</sup> COLONOMOS, 1995 *apud*, ACIOLI, Sonia. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos dos conceitos. Inf.Inf., Londrina, v. 12, n. esp., 2007. n.p.
- <sup>24</sup> ENNE, Ana Lúcia S. Conceito de rede e as sociedades contemporâneas. *Comunicação e Informação*, V 7 n°2: pág 264-273.- jul./dez .2004. p. 264.
- <sup>25</sup> *Idem*, 2004, p. 269
- <sup>26</sup> *Idem*, 2004, p. 267
- <sup>27</sup> MORAIS, Hugo. General Junkie: ainda a melhor banda de Natal? 19 abril, 2010. Disponível em< <http://www.oinimigo.com/blog/a-eterna-melhor-banda-de-natal/>> Acesso em: 24 de maio de 2014
- <sup>28</sup> LUISSFELIPEE. General Junkie - 01 - Mete Bronca. Disponível em:< <https://www.youtube.com/watch?v=Rg6mJZrNMKc>> Acesso em: 24 maio 2014.
- <sup>29</sup> LUISSFELIPEE. General Junkie - 03 - Girando. Disponível em:< <https://www.youtube.com/watch?v=PW1z80uWaDs>> Acesso em: 24 maio 2014.

## Notas sobre a Condessa de Vimieiro: uma ilustrada na corte de d. Maria I

Bruna Breda Bigossi

Graduanda (Ufes)

Bolsista de Iniciação Científica FAPES

Orientadora: Patrícia Maria da Silva Merlo (Ufes)

E-mail: bbbrunabreda@gmail.com

**Resumo:** *Este trabalho propõe apresentar, de maneira introdutória, Teresa de Mello Breyner, a Condessa de Vimieiro, no contexto da segunda metade dos Setecentos em Portugal. Crítica do pombalismo, um estudo sobre ela nos interessa devido à participação na corte de Maria I, ativa junto aos intelectuais da Academia das Ciências de Lisboa. Num período cuja participação feminina era restrita, esta personagem desperta a atenção pela particularidade de seu caso: uma mulher nascida em berço cortesão e imersa na Ilustração portuguesa.*

**Palavras-chave:** Ilustração Portuguesa; d. Maria I; Condessa de Vimieiro.

**Abstract:** *This paper proposes to present, an introductory way, Teresa de Mello Breyner, Countess of Vimieiro, in the context of the second half of the XVIII century in Portugal. As reviewer of pombalism, a study about her concern us because of his participation in Mary I's court, active along the intellectuals of Academy of Sciences of Lisbon. In a period where female participation was restricted, this character arouses the attention for the particularity of her case: a woman born in cradle courtier and immersed in Portuguese Enlightenment.*

**Keywords:** Portuguese Enlightenment; d. Mary I; Countess of Vimieiro.

Este trabalho está inserido no que Reinhart Koselleck (2006) chama de *Sattelzeit*, um período entre 1750 e 1850, em que ocorreram transformações tão significativas no cenário histórico europeu, percebido como tempo de aceleração, com um afastamento do espaço de experiência e uma maior projeção do horizonte de expectativas, no qual se pode participar ao mesmo tempo do mundo que é deposto e do que surge sob forma de modernidade. Este período fora

impulsionado pelo desenvolvimento das ideias iluministas, “a filosofia das luzes colaborava para essa sensação de aceleração” (GAIO, 2009, p.6). Em Portugal, este período também fora propício aos debates acerca do progresso, assim como em toda a Europa.

A Ilustração Portuguesa<sup>1</sup> ainda tem identificada como principal referência Sebastião José Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Primeiro-ministro do rei Dom José I, entre 1750 e 1777 promoveu mudanças em Portugal amparadas na filosofia iluminista, que dentre estas, podemos destacar, a reconstrução da cidade de Lisboa após o terremoto (1755) e a expulsão dos padres jesuítas, instituindo um projeto de ensino público mais compatível com o pensamento ilustrado.

Logo após a queda do marquês, em função da morte de D. José, d. Maria ascende ao poder e, como veremos adiante, permite a continuação dessas modificações. Uma historiografia amparada nos ideais liberais da Revolução de 1820 fez com que *a posteriori*, fossem ignorados avanços promovidos na sociedade portuguesa, e introduzido o termo *Viradeira* para denominar o período em que governou. Não enquadrando no período Ilustrado, seu reinado foi reduzido a “um período em que os avanços conseguidos pelo ministro de D. José I são desfeitos por uma herdeira “mulher” e manipulada pela Igreja” (BELLO VAZQUEZ, 2003, p.164). O historiador espanhol José Subtil também contesta o termo, afirmando que

*De manera alguna, el camino seguido por el gobierno mariano-joanino se relaciona con una (viradeira): la orientación política continuó con los principales agentes reformistas del pombalismo y con la promoción de nuevas iniciativas (ilustradas). (SUBTIL, 2009, p. 139).*

No governo mariano foram criadas a Academia Real da Marinha (1779), a Academia das Guardas Marinhas (1782), a Academia Real das Fortificações e Desenho (1790), e a mais importante<sup>2</sup>, a Academia das Ciências de Lisboa (1779). Segundo José Subtil:

*Se inició una serie de practicas innovadoras sobre el modo de gobernar, como lãs de lós censos de población, encuestas, estadísticas de nacimientos, muertes, matrimnoios y enfermedades, La construcción de nuevos cementerios por razones sanitárias y la prevención de la criminalidad. (SUBTIL, 2009, p.140).*

Também observamos mais continuidades que rupturas entre o governo Pombalino e o sistema Ilustrado aristocrático que caracterizou o reinado de D. Maria I, pois, partimos da confirmação de que o movimento de discussão de ideias e novos projetos para o Estado português não foram interrompidos. Sobre isso, Taise Silva diz que:

Assim, embora no período pós-Pombal uma elite farta da política severa do marquês voltasse a gozar de posição na corte, nobres e letrados não se opuseram aos valores ilustrados que modificavam o *ethos* aristocrático a partir de Pombal, incorporando-os em suas práticas junto à Coroa.” (SILVA, 2012, p. 37).

No entanto, devemos considerar que o Marquês de Pombal por meio de seu projeto iluminista era hostil à nobreza, dando lugar à burguesia. Tanto que vemos em Raquel Bello Vazquez a afirmação de que a introdução do Iluminismo de d. João V e d. José às reformas do Marquês de Pombal se confundem com a própria burguesia, dando ao governo mariano o status de antítese do Iluminismo:

As próprias tendências ideológicas que condicionam os estudos das actuações levadas a cabo por d. José e do seu ministro Pombal actuam também nas investigações sobre o período mariano, sendo convertida a rainha em muitos casos na antítese de Pombal [...] identificando seu ascenso ao trono com o final das reformas ilustradas em Portugal [...] Esta ideia procede da atribuição a d. João V da introdução em Portugal da Ilustração e da sua culminando às reformas pombalinas, identificando, neste segundo caso Ilustração com burguesia, desprezando a promoção de modelos ilustrados em Portugal de determinados setores da nobreza.” (BELLO VAZQUEZ, 2008, p. 57).

Com a rainha Maria no poder, houve um retorno à influência da nobreza, porém, sem romper com os ideais de progresso, a afirmação do Estado português e o desenvolvimento das ciências. A institucionalização dos saberes foi algo importante durante o reinado mariano. A Academia Real das Ciências de Lisboa, por exemplo, fora uma associação mantida e patrocinada pela rainha, e dela fazia parte uma elite que desfrutou da:

“Liberalidade de d. Maria”. Como Patrona da academia, d. Maria I permitiu aos académicos exercerem uma sociabilidade científica e literária livre do controle cultural que restringira a elite reformista pombalina [...] d. Maria I, ao refazer seu pacto com a nobreza, propiciou a disseminação do discurso cientificista das Luzes. (SILVA, 2012, p.37).

É neste contexto que localizamos a personagem deste trabalho: a Condessa do Vimieiro. Enquanto participante ativa no grupo ligado à alta aristocracia e contrário à política pombalina, ela atuou na fundação da Academia das Ciências de Lisboa, tendo demonstrado apoio e admiração pela rainha, como é possível verificar neste trecho de uma de suas correspondências, escrita em 1784:

*omara vê la [a rainha] sempre servida como ella o merece; e apregoar pelo mundo todo o que esta Sr.<sup>a</sup> he, e pode ser. Tenho uma summa imp.<sup>cia</sup> quando a vejo reduzida a huma vida privada, porq' sem lizonja, o seu Reynado podia fazer uma Epoca glorioza p.<sup>a</sup> os nossos bons Portugueses; D.<sup>s</sup> me não mate sem haver [sic] fazer umas tantas coizas que a deixaraõ imortal. (IAN-TT, Casa Fronteira-Alorna, nº224, Lisboa [...] de Julho de 1784).*



A escassez de fontes digitalizadas acerca do reinado de d. Maria I e da situação feminina em fins do século XVIII em Portugal foram um empecilho para o prosseguimento desta pesquisa. Por meio do contato com a professora Raquel Bello Vazquez (Universidade de Santiago da Compostela), principal pesquisadora da Condessa de Vimieiro e do sistema literário português nos Setecentos, algumas dúvidas puderam ser sanadas e a pesquisa pode ser terminada. A referida professora disponibilizou boa parte de seu acervo sobre a corte mariana e a Condessa de Vimieiro, colaborando muito para estes resultados. Contudo, deve-se destacar que há certa dificuldade em acessar as fontes portuguesas, pois há poucas fontes digitalizadas nos arquivos on-line, como ela mesma afirma “*a falta de documentação levantada e analisada tem provocado que a sociabilidade aristocrata em Portugal durante a Ilustração nom tenha sido estudada suficientemente*” (BELLO VAZQUEZ, 2004, p. 1)<sup>3</sup>.

Seu nome verdadeiro era Teresa de Mello Breyner. Não temos a data de sua morte, porém, sabe-se que nasceu em 1739 (BELLO VAZQUEZ, 2006, p.193) e alcançou a posição cortesã por ser originária de uma família de mulheres que haviam sido damas de outras rainhas portuguesas. Sua avó, Bárbara de Breüner, fora dama da rainha Maria Anna d’Áustria (1683-1754) casada com D. João V, e sua mãe, Josefa de Breyner Meneses, dama de d. Mariana Vitória (1718-1781), esposa de D. José. Teresa de Mello Breyner foi continuadora desta tradição, e conquistou o título de condessa pelo fato de ter se casado com Sancho Faro e Sousa, o Conde de Vimieiro. Possivelmente este casamento foi fruto de alianças de família, comum a este círculo social.

Entendemos aqui o contexto social onde a Condessa está inserida como “sociedade de Corte”, termo proposto por Norbert Elias no livro de mesmo nome. Rapidamente, pode-se descrever este agrupamento social como uma extensão do poder real, onde a aristocracia submetida ao rei constitui-se como o principal mecanismo de perpetuação de poder. A sociedade cortesã dos séculos XVII e XVIII vive numa rede de interdependência com o rei, quando este sustenta os membros da corte, enquanto esta preserva a autoridade real. Esta sociabilidade é mantida, sobretudo, por meio de alianças matrimoniais, mas também era possível ser um cortesão por meio da compra de títulos.

Nuno Gonçalo Monteiro mostra de que maneira pode-se perceber esta interdependência no Setecentos português:

A monarquia instituía-se assim, como o regulador fundamental no acesso aos diversos graus da nobreza. Essa dimensão constituía um vector decisivo que conferia à monarquia uma centralidade incontornável e a transformava num factor decisivo da coesão social e política de todo o imenso espaço pluricontinental por ela tutelado. (MONTEIRO, 2005, p. 19).

Por meio da pesquisa, foi possível chegar a considerações que normalmente são desconsideradas pela historiografia. Este é o caso do papel das mulheres no Iluminismo. Ao acompanhar a trajetória de Condessa observamos que neste último quartel do século XVIII, a circularidade de ideias era bastante grande no ambiente aristocrático e nas reuniões entre membros da alta nobreza, inclusive pela participação feminina ser frequente.

As cartas da Condessa dão indícios que as mulheres nobres tiveram papel bastante destacado na promoção da Ilustração lusa, inclusive em face de sua participação na fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa - seu nome não foi posto oficialmente junto aos dos sócios-fundadores, apesar de não haver nenhuma proibição às mulheres. Numa correspondência entre ela e a Marquesa de Alorna, do dia 28 de janeiro de 1781, a pode se perceber a conformidade pela razão de seu nome não constar na lista dos fundadores da Academia:

*[...] eu te agradeço por toda ella [A Academia de Ciências de Lisboa], o interesse, que mostras pelo seu progresso, e se os nossos costumes permitissem tu certam.<sup>te</sup> estavas na lista; mas as tuas Luzes são tais, que podem ajudala m<sup>to</sup> comunicalhas, que eu fico porq' toda a boa gente que a compõem se te mostre agradecida. (Vimro. 28 de janeiro de 1781, IAN –TT, Casa Fronteira Alorna, nº 222)*

Apesar de suas contribuições, Teresa parecia conformar-se com a tradição dos costumes que a silencia.

Acerca de seu relacionamento com pessoas do círculo aristocrático, chama atenção a proximidade entre a Condessa do Vimieiro e a Marquesa de Alorna, “a figura feminina do século XVIII mais referida, ou até a única, nos manuais de literatura e noutros textos sobre esta época” (LEIRA, 2005, p. 91). Foi graças à rica correspondência entre ambas<sup>4</sup> que pudemos identificar a Condessa enquanto protagonista do sistema ilustrado português, participando da criação da Academia das Ciências de Lisboa, inclusive ganhado o prêmio pela mesma academia em 1788 pela tragédia *Osmia*, onde Teresa apresenta uma princesa lusa que comanda um exército contra os romanos, com um “modelo político próximo do despotismo

esclarecido, pela defesa da igualdade entre homens e mulheres [...]” (BELLO VAZQUEZ, 2003:166), porém, também sob ocultamento.

Por isso, concordamos quando Raquel Bello Vazquez diz que “não poderemos colocá-la noutra lugar [o papel central] se tivermos em conta o tipo de relação que manteve [sic] com personagens do Setecentos português” (BELLO VAZQUEZ, 2003, p.160). É interessante perceber, contudo, que tais cartas eram assinadas com o pseudônimo Tirse ou Tirce, talvez porque as aspirações de uma mulher da elite, com formação superior à de muitos dos seus contemporâneos, se chocasse com uma sociedade que esperava que a mulher tivesse comportamentos recatados.

Verificamos também a proximidade e admiração da Condessa para com a rainha por meio de dois trechos de correspondências dela para a Marquesa de Alorna:

*Eu tive a necessidade de fallar em negócio meu a esta amavel soberanna, se viras o ar de benignidade e candura e de soberania comq me ouviu!” (Lx, 30 de julho de 1781).*

*Ontem tive a onra de ver a familia Real no Convto novo. A bella Raynha estava com uma benignidade que encantava! A Infta pareciam a imagem da sabedoria [...]” (Lisboa, 20 de junho, s/ano).*

A Condessa de Vimieiro e todo o círculo social que a envolve parece indicar que foi possível conciliar Iluminismo e Monarquia, dois conceitos que estavam em combate neste momento. Pode-se perceber que a deposição do Marquês de Pombal, com a morte de d. José I, não desestimulou o movimento ilustrado, pelo contrário, d. Maria associando-se à nobreza, proporcionou um inédito espaço de atuação, que até então era burguês em toda a Europa. O Iluminismo derrubou o Antigo Regime na França, porém, em Portugal, estava *pari passu* à Monarquia.

A peculiaridade que envolve esta personagem advém do fato de ela ser proveniente de uma linhagem de damas da rainha, ou seja, de uma Corte bem próxima aos monarcas, o que possivelmente contribuiu para seu protagonismo dentro deste cenário. Teresa de Mello Breyner é uma mulher ilustrada e culta, o que a capacita a se locomover no campo do poder e intelectual, num período onde a educação das mulheres ainda é um problema.

Conclui-se por fim, que ainda há muito que pesquisar sobre este período, embora a personagem tenha aberto uma janela interessante e pouco aventurada pelos historiadores. É necessário rever a Ilustração praticada por meio de d. Maria e toda a rede cortesã que está sendo patrocinada por ela, apontando suas contribuições para o momento Ilustrado português. É importante destacar que esta comunicação relata uma experiência inicial com o objeto de

estudo, portanto, o que se apresenta aqui são apenas notas introdutórias, que certamente podem resultar num projeto futuro.

---

<sup>1</sup> Ou *Iluminismo Português*.

<sup>2</sup> O termo “mais importante” foi cunhado por mim devido à minha perspectiva de trabalho. Em minhas pesquisas sobre o ambiente intelectual do governo de D. Maria, a Academia das Ciências de Lisboa foi a instituição que mais favoreceu e impulsionou a circulação das idéias do grupo em que estava inserida a Condessa de Vimieiro.

<sup>3</sup> A experiência ilustrada portuguesa, sobretudo no final do século XVIII, ainda é um objeto pouco, ou mal estudado. Como já dito anteriormente, o período em que a personagem está inserida foi diminuído em detrimento de uma interpretação ainda dominante no Brasil, que considera somente a atuação do Marquês de Pombal como a expressão máxima da Ilustração em Portugal. Dito isto, pois a grande maioria dos estudos encontrados são apenas de historiadores portugueses ou espanhóis.

<sup>4</sup> Disponíveis nos trabalhos de Raquel Bello Vazquez, tais como: BELLO VAZQUEZ, Raquel. “Dá uma risada quando ouvires...” – transgressão e ocultamento em Teresa de Mello Breyner. In.: TOSCANO, Ana Maria da Costa; GODSLAND, Shelley (orgs.). *Mulheres más: percepção e representações da mulher transgressora no mundo luso-hispânico*. v.1. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2003.; Sociabilidade e aristocracia em Portugal no último quartel do século XVIII. In.: *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra, 2004; *Mulher, nobre ilustrada, dramaturga: Osmia de Teresa de Mello Breyner no sistema literário português (1788-1795)*. Ames: Laiomento, 2005; *Mulheres do século XVIII: a Condessa de Vimieiro*. Lisboa: Ela por ela, 2006; *Mulheres do século XVIII: a Condessa de Vimieiro*. Lisboa: Ela por ela, 2008.

## **Eugen Hussak: os arquivos pessoais e os desafios para a história**

Camila Mattos da Costa<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Este trabalho objetiva salientar as possibilidades e dificuldades proporcionadas pelos arquivos pessoais de cientistas para a pesquisa histórica, estudando-se o arquivo pessoal do geólogo austríaco Eugen Hussak, sob a guarda do MAST. Hussak teve uma vida profissional marcada por tênues vínculos institucionalizados. A presente comunicação visa debater as nuances de um mesmo acervo, onde podemos identificar assuntos marcados pelo excesso de informações, ampliando as possibilidades de atuação de historiadores, enquanto outros estão cobertos pela obscuridade.

Palavras-chave: Arquivos Pessoais de Cientistas, Eugen Hussak.

### **ABSTRACT**

This paper aims to highlight the possibilities and difficulties of scientists' personal archives for historical research. We intend to analyse Austrian geologist Eugen Hussak's personal archive, currently kept by MAST. As long as Hussak had a professional life marked by fragile institutionalized linkages, this Communication aims to discuss the nuances of the same archive, while some issues are marked by excess of information, expanding the possibilities of action of the historian, others they are covered by obscurity.

Key Words: Personal Archives of Scientists, Eugen Hussak

O objetivo deste trabalho é salientar as possibilidades proporcionadas e dificuldades enfrentadas no uso de arquivos pessoais de cientistas para a pesquisa histórica. Destacaremos aqui o arquivo pessoal do geólogo austríaco Eugen Hussak, sob a guarda do Museu de Astronomia e Ciências Afins – o MAST.

O acervo de Hussak é singular, pois a vida profissional do cientista foi marcada por vínculos tênues com instituições e empresas, públicas e privadas e desempenhou

atividades junto a esferas governamentais. A presente comunicação pretende debater as nuances de um mesmo acervo, onde podemos identificar temáticas específicas marcadas pelo excesso de informações, ampliando as possibilidades de atuação daquele se debruce sobre o acervo, enquanto outros estão cobertos pela obscuridade.

Esta comunicação discutirá três aspectos principais. O primeiro deles é a questão dos arquivos pessoais e, principalmente, dos arquivos pessoais de cientistas. Secundariamente, a historiografia das ciências e o fazer da história das ciências. Por último, o arquivo e a biografia de Eugen Hussak<sup>2</sup> sob a perspectiva do debate sobre o papel das biografias de cientistas para a escrita da história das ciências.

Embora os arquivos pessoais sejam tema de pesquisa para muitos, é importante atentar-se para não cair nas “malhas do feitiço”<sup>3</sup> dos arquivos pessoais. Entende-se por feitiço o interesse crescente dos pesquisadores por acervos privados em detrimento dos arquivos institucionais já que estes revelariam de modo verdadeiro o produtor do arquivo<sup>4</sup>. O efeito desse feitiço dos arquivos privados pode ser considerado recente. Aponta-se sua origem na década de 70, no continente europeu. . O deslocamento dos arquivos institucionais para os arquivos privados fez com que ocorresse uma mudança no próprio campo historiográfico, novas metodologias são incorporadas e amplia-se a aceitação de uma pluralidade de escolhas<sup>5</sup>. Todavia, é preciso não confundir “qualidade/originalidade da fonte com a qualidade/densidade do texto”. Um bom texto é papel do historiador<sup>6</sup>. Na atualidade, esses acervos são usados como fonte para diversas áreas do conhecimento científico.

Os arquivos pessoais são marcados pela subjetividade, o que dificulta a compreensão de sua lógica de acumulação e organização quando comparados aos arquivos institucionais. Muitas vezes, estes arquivos são tratados por seus produtores coço tentativas de uma “escrita de si”<sup>7</sup>, em um processo de acumulação e descarte de documentos. Obviamente, a subjetividade presente nas distintas intencionalidades constitutivas desses acervos os marca profundamente por sua especificidade<sup>8</sup>.

Os arquivos, principalmente, os pessoais são formados por preenchimentos e lacunas nas informações contidas nos documentos. Alguns assuntos podem estar bastante documentados enquanto outros se encontram obscuros, pela escassez de dados sobre eles. Nos arquivos pessoais, muitos desses vazios são provocados pelo próprio titular ou herdeiros que querem evitar a exposição de determinados temas. Nos arquivos pessoais de cientistas, muitas vezes, a documentação de assuntos estritamente pessoais

não chega às instituições de guarda porque se acredita que a esfera da vida particular pode não interessar à história das ciências.

Assim, essa intencionalidade é, em boa parte dos casos, o critério principal para a guarda e descarte de documentos, desenhando o arquivo segundo a visão particular de seu produtor e/ou daqueles que tiveram a documentação sob seus cuidados. E é essa manipulação inicial, plena em valores subjetivos, em grande parte a responsável por estabelecer o que “merece” ser lembrado e o que “pode” – ou “deve” – ser esquecido, em uma pré-seleção documental que foge ao controle do arquivista e seus métodos.<sup>9</sup>

Arquivos privados não são sinônimos da “verdade” sobre seus titulares. Eles são socialmente construídos. Também são constituídos como um reflexo desejado da vida de seus titulares e são moldados pelos “apagamentos” provocados pelos mesmos. Aquele que fala, fala de si e parte de si para dizer. Os arquivos pessoais não estão isentos das ideologias, conceitos e preconceitos, mágoas. Os documentos que formam um arquivo pessoal carregam as marcas de quem produziu e acumulou os documentos. Documento nenhum fala. Quem é responsável por dar voz ao acervo é o pesquisador.

Arquivos pessoais de cientistas têm sido custodiados por instituições e universidades objetivando a preservação da história e memória científica, ou seja, do patrimônio das ciências no país. Tais arquivos são fontes importantes para aqueles que se debruçam sobre o fazer científico, permitindo um acesso a informações que estão além daquela disponível na documentação formal (e até mesmo oficial) inerente ao trabalho do cientista. O MAST<sup>10</sup>, por exemplo, custodia arquivos pessoais e de instituições científicas brasileiras.

Na atualidade, o fazer da História das Ciências se utiliza dos arquivos pessoais de cientistas a fim de ampliar suas perspectivas de análise. Figueirôa<sup>11</sup> afirma que a historiografia na atualidade tenta demonstrar a existência da prática científica desde o Brasil Colônia. É uma mudança de perspectiva na história das ciências que teve por muitos anos como premissa um suposto atraso científico brasileiro. Além disso, a nova perspectiva da ciência mudara a relação com o próprio fazer científico. A prática da ciência passa a ser vista como parte dos processos e da cultura das sociedades e não mais como um evento pontual e descolado das realidades sociais.

Tome-se como exemplo do campo específico da Geologia, área do conhecimento onde atuou o produtor do acervo a ser discutido nesta comunicação. O início da institucionalização das ciências geológicas em território brasileiro está envolto em dois aspectos. O primeiro é a condição de colônia e seu papel no império de Portugal. O segundo aspecto envolve as atividades de mineração no mercantilismo<sup>12</sup>.

Após a chegada da família real foi criada a Academia Real Militar – ARM. A carta régia da instituição delimitava aquilo que devia ser ensinado até mesmo em relação à mineralogia. Em 1815, na ARM já está registrada a existência de um gabinete mineralógico.<sup>13</sup>

Ao adotar um método profundamente empírico, a Geologia dividiu-se em três modos descritivos: a Mineralogia, a Paleontologia e a Estratigrafia. No período, a mineralogia estava caracterizada “por métodos de determinação de minerais que aliavam o paradigma químico à cristalografia geométrica”.<sup>14</sup>

No período posterior a 1870, a ciência no Brasil cresceu em quantidade e em qualidade. Figueirôa afirma que o Brasil vivenciou muitas iniciativas “no âmbito científico cultural”, que envolveram tanto a criação de novos espaços institucionais quanto a reformulação dos já existentes. A remodelação da imagem do país incorporou a ciência como mecanismo.<sup>15</sup>

Desta forma, criaram-se institutos, museus, escolas. A criação da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a Escola de Minas de Ouro Preto, a Escola Politécnica de São Paulo, o Museu Nacional, o Museu Paraense, o Museu Paulista, a Comissão Geológica do Brasil (CGB), e a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (CGG) datam deste período.

Na história da mineralogia no Brasil, a CGB e a CGG possuem papel fundamental. A primeira não foi uma iniciativa do governo brasileiro. A CGB foi idealizada pelo cientista canadense naturalizado norte-americano Charles Frederic Hartt (1840 – 1878). Para Figueirôa, a comissão é a “primeira iniciativa institucional, no âmbito específico das ciências geológicas no Brasil”<sup>16</sup>.

Hartt foi responsável por importar o modelo americano dos serviços geológicos (geological surveys). Esse modelo é marcante no desenvolvimento das instituições de ciências geológicas durante o século XIX. Em comum, esses serviços tinham um caráter prático. Nos EUA, por exemplo, se encarregavam da realização de levantamentos topográficos e a produção dos seus respectivos mapas e até mesmo do mapeamento de rochas, solos e ocorrência de minerais. Se relacionavam com as políticas de ocupação do território<sup>17</sup>.

A Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo era uma solução para os problemas de desenvolvimento percebidos pela elite cafeeira paulista. A lei nº 9, de 27 de março de 1886, que origina a comissão tramitou na Assembléia Legislativa Provincial e foi aprovado em apenas cinco dias<sup>18</sup>. Foi Orville Adelbert Derby (1851 –



1915)<sup>19</sup> – renomado geólogo naturalista norte-americano – quem redigiu o plano da CGG que fora apresentado por João Alfredo Correia de Oliveira, ex-ministro do Império do Gabinete Rio Branco e presidente da Província de São Paulo no momento, à assembleia.<sup>20</sup> Figueirôa ressalta que “os estudos das jazidas de ferro de Ipanema e da região de Poços de Caldas, onde Derby realizou a série de trabalhos sobre rochas alcalinas que lhe valeram o prêmio ‘Wollaston’, conferido pela London Geological Society”, que foram iniciados em 1886<sup>21</sup>.

Se a documentação oficial permite mapear, como o visto, o processo institucional de construção de organizações científicas. A história dos cientistas envolvidos nesse processo ou que militaram em sua atuação cotidiana permite traçar um pano de fundo mais amplo do funcionamento regular dessas instituições.

No campo dos estudos da história das ciências, as biografias têm importante papel no processo de compreensão do fazer científico nas ciências e tecnologia. O uso do particular ajuda a visualizar e a entender os padrões como o desenvolver das idéias, das práticas, os papéis culturais e políticos da ciência e tecnologia. A elaboração de biografias de cientistas é montar o quebra-cabeça, concatenar as peças diferentes numa ordem lógica, com algum sentido e que signifique algo em relação à trajetória do biografado.

Este é um dos principais desafios da produção de uma biografia, em particular de cientistas: juntar peças muito variadas, aparentemente desconexas, numa narrativa que lhes confira, minimamente, um sentido – sentido este que, de uma forma ou de outra, esteve presente na vida do indivíduo.<sup>22</sup>

Durante muito tempo, a redação de biografias de cientistas estava vinculada aos grandes homens, aos “pais fundadores”, dos grandes descobridores, daqueles que levaram a humanidade ao progresso. Entretanto, Figueirôa alerta que é preciso pensar um olhar que não escolha no passado os grandes acontecimentos. É necessário apresentar uma visão histórica que debata e analise baseada em critérios balanceados. Para a autora:

Uma visão histórica que não selecione no passado os conhecimentos que pareçam mais plausíveis aos olhos, ouvidos e mentes atuais; mas que apresente, analise, discuta, valendo-se de iguais critérios em todos os casos, o amplo espectro de fatos, teorias, suposições, explicações de uma época, aceitos ou depreciados, e que são produzidos e veiculados em instituições próprias a cada momento (2007)<sup>23</sup>

A história das geociências no Brasil está intrinsecamente conectada aos personagens envolvidos nas instituições, comissões, nas expedições e aqueles que

exerciam suas funções de maneira autônoma, bem como, às universidades. Figueirôa aponta que o desenvolvimento do ramo da petrografia e da mineralogia também se desenvolveu por causa do trabalho de Eugen Hussak<sup>24</sup>.

Franz Eugen Hussak – ou Eugênio Hussak – nasceu em Wilden, Steiemark, Áustria, no dia 10 de março de 1856<sup>25</sup>. Veio a óbito em terras brasileiras, no município de Caldas (Minas Gerais) em setembro de 1911. Filho do advogado Johann Hussak e de Therese Von Wagner. Casou-se com Hermine e teve dois filhos.

Estudou no Ginásio e na Universidade de Gratz. Estudou em Leipzig e Graz, diplomou-se PHD. Na sua carreira acadêmica estudou com Ferdinand Zirkel<sup>26</sup>. Em 1880, escreveu sobre as rochas eruptivas (ou magmáticas) de Schemnitz, possivelmente sua tese. Publicou em 1893 a obra “The Determination of the Rock-Forming Minerals”, publicado originalmente em alemão em 1885 enquanto Hussak era livre docente da Universidade de Grau.

Escreveu sobre os diamantes brasileiros em 1898 e 1906 e sobre a ocorrência de palladium<sup>27</sup> – o paládio frequentemente usado na odontologia que foi descoberto pelo químico inglês William Hyde Wollaston em 1803 –, e platinum<sup>28</sup> – a platina é mineral escasso e valioso, é utilizado pela medicina, na fabricação de instrumentos musicais, no acabamento de armas de luxo, por exemplo – em território brasileiro em 1904 e 1906. Publicou o *Katechismus der Mineralogie* em 1901.

Participou como petrógrafo da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, no período de 1887 a 1895<sup>29</sup>. Foi sócio da Academia de Ciências de São Paulo<sup>30</sup> e correspondente associado da “Naturwissenschaftliche Verein<sup>31</sup>” de Regensburg<sup>32</sup>. Em 14 de Novembro de 1910 é nomeado petrógrafo do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil<sup>33</sup>.

Hussak foi responsável por descrever as espécies de minerais *lewisite* (1895), *zirkelite* (1895), *senaitite* (1898), and *florencite* (1900), *gorgeixite* (1906) e, juntamente com George Thurland Prior (mineralogista britânico / 1862 – 1936), descreveu as espécies *derbylite* (1895) and *tripuhyite* (1897), espécimes doados ao Museu de História Natural de Paris e ao Museu Britânico de História Natural. Foi responsável por descrever a morfologia do xenótipo brasileiro – mineral raro – em 1891.

Sua vinda ao Brasil foi possibilitada por Jordano da Costa Machado – pupilo de Hussak em Jena<sup>34</sup> e o primeiro brasileiro a escrever um estudo petrográfico sobre as rochas de Casa Branca (SP) e Caldas (MG)<sup>35</sup>. Machado retorna ao Brasil e é acompanhado por Eugen que fica hospedado na fazenda de café do pai de Jordano. A

vida na fazenda cafeeira não oferecia tantos atrativos ao geólogo. Ao sair, enfrentou problemas financeiros que foram sanados ao ser convidado a ensinar mineralogia e petrografia a Pedro de Saxe<sup>36</sup> – neto do Imperador Pedro II<sup>37</sup>.

Posteriormente, Hussak foi convidado por Orville Derby para o cargo de petrógrafo da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, comissão criada em 1886 com o objetivo de mapear o estado de São Paulo, permanecendo no cargo período de 1887 e 1895<sup>38</sup>. Figueirôa aponta que o período que Hussak esteve na CGG fora, na verdade, de 1889 a 1908<sup>39</sup>.

A correspondência de Hussak com empresas estrangeiras e pessoas físicas indica que o Hussak comercializou minérios e que foi responsável pelo envio de minérios nacionais ao exterior<sup>40</sup>. As cartas trocadas por Eugen e Duval de Barros indicam o envio de *phenakites*,<sup>41</sup> extraídas por Barros na mina de São Miguel de Piracicaba<sup>42</sup>. para a análise do geólogo. Hussak também fala da importância de pedras pouco fragmentadas e solicita em uma das cópias que lhe seja enviada toda a phenakite que Duval possui em estoque, trata também do preço da remessa. Em outra carta, Duval de Barros envia um recibo, datado de 05 de outubro de 1910, de sete quilos do minério. Cabe destacar neste momento que a venda de minérios não era uma atividade ilegal no século XIX. Portanto, Hussak não era um criminoso.

Como a fronteira entre a vida particular e a vida profissional de Eugen era tênue. Em algumas cartas sobre o comércio de minérios, é possível também detectar uma deterioração da saúde de Hussak. Barros, por exemplo, pergunta sobre o estado de saúde do geólogo. Nas cópias de cartas enviadas pelo próprio Hussak, ele se desculpa pela demora na análise dos minérios por causa de seu estado.

Muitos personagens da história das ciências no Brasil estiveram sempre ligados à instituições. Hussak, não. Este fato dificulta o tratamento e a pesquisa sobre Eugen, mas não a impossibilita. Hussak é um quebra-cabeça, de muitas peças, a ser montado. Além disso, o arquivo de Hussak também aponta em sentido contrário a uma percepção de que somente fora feita ciência institucional no Brasil do século XIX. A utilização do acervo de Eugen Hussak como fonte arquivística para a história das ciências também oferece outras questões, tais como, a leitura paleográfica e a leitura em alemão, idioma de muitos documentos. Todavia, isso não é um impedimento para aquele que pretende se aventurar na história das ciências.

Afinal, para a história, não importa o tamanho e as características do acervo. É a capacidade do historiador de análise dos documentos e sua habilidade no fazer

historiográfico que permitem que os arquivos de cientista sejam fonte para trabalhos na área. Em suma, os arquivos pessoais são para aqueles não têm medo das “malhas do feitiço”.

---

<sup>1</sup> Graduada em Arquivologia. Bolsista do Programa de Capacitação Institucional do Ministério da Ciência e Tecnologia (PCI/MCT) no Arquivo de História das Ciências do Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast), no projeto de pesquisa intitulado “Estudo da espécie e tipologia documental de arquivos de ciência e tecnologia”, orientada pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Celina Soares de Mello e Silva. Este trabalho possui co-orientação do Prof. José Benito Yárritu Abellás.

E-mail: camilamcta@gmail.com

<sup>2</sup> O Arquivo de Eugen Hussak foi doado ao MAST em 2009, por Lucia Hussak e conta com 1,5m lineares de documentos. É composto cadernetas, fotografias, inúmeros documentos cartográficos, cartas pessoais e profissionais. São 1,5 m lineares de documentos, majoritariamente textuais, sem aparente ordenação prévia

<sup>3</sup> GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: O historiador e os encantos dos arquivos privados. *Revista Estudos Históricos*, Brasil, 11, jul. 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2069/1208>>. Acesso em: 10 Set. 2014.

<sup>4</sup> Idem, 1998, p 125

<sup>5</sup> Idem, 1998, p.122

<sup>6</sup> Idem, 1998 p. 126

<sup>7</sup> ARTIÈRES, P.. Arquivar a própria vida.. *Revista Estudos Históricos*, Brasil, 11, jul. 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061/1200>. Acesso em: 29 Set. 2014.

<sup>8</sup> ABELLÁS, José Benito Yárritu. Arquivos Pessoais, saberes coletivos: a organização da documentação pessoal e pública de cientistas - o caso Hussak. In: *Arquivos Pessoais: História, Preservação e Memória da Ciência*. 1ed. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012. p 75

<sup>9</sup> Idem, 2012. p.79

<sup>10</sup> Localizado na Rua General Bruce, 586, São Cristóvão. O Arquivo do MAST funciona de segunda a sexta, 9h às 12h e 13h às 17h

<sup>11</sup> FIGUEIRÔA, Sílvia. *As ciências Geológicas no Brasil: uma história social e institucional 1875-1934*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997

<sup>12</sup> Idem, p. 36

<sup>13</sup> Idem, p.56-57

<sup>14</sup> Idem, p.56

<sup>15</sup> Idem, p.103-104

<sup>16</sup> Idem, p.151

<sup>17</sup> Idem, p148-149

<sup>18</sup> Idem, p.165-166

<sup>19</sup> Sobre Orville Derby ver o trabalho de: MAHL, Marcelo Lapuente. Orville Adelbert Derby: ciência e vida intelectual em São Paulo (1886-1905). Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. ANPUH/SP – UNESP-Franca. 06 a 10 de setembro de 2010

<sup>20</sup> FIGUEIRÔA, 1997, p. 165-166

<sup>21</sup> Idem, p.169

<sup>22</sup> FIGUEIRÔA, Sílvia. A propósito dos estudos biográficos na história das ciências e das tecnologias. *Fenix: revista de história e estudos culturais*, v. 4, p. 13, 2007

<sup>23</sup> Idem, 2007 p.8

<sup>24</sup> FIGUEIRÔA, 1997. p.169.

<sup>25</sup> LISBOA, Miguel A. Eugen Hussak. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/30061361>>. Acesso em 22 set 2014.

<sup>26</sup> Ferdinand Zirkel (1838 – 1912) nasceu e faleceu em Bonn, Alemanha, foi geólogo e petrólogo.

<sup>27</sup> PALÁDIO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2014. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Pal%C3%A1dio&oldid=40090128>>. Acesso em: 22 set. 2014

<sup>28</sup> PLATINA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2014. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Platina&oldid=40103671>>. Acesso em: 22 set. 2014.

- 
- <sup>29</sup> EUGEN HUSSAK. In THE MINERALOGICAL RECORD: Biographical Archive. Disponível em: <<http://www.mineralogicalrecord.com./labels.asp?colid=937>>. Acesso em 22 set 2014.
- <sup>30</sup> VER Arquivo Eugen Hussak. Carta remetida pela Sociedade Scientifica de S. Paulo a E. Hussak, dando conta de sua admissão como sócio da mesma, de 6jun1904, localizado na caixa 4
- <sup>31</sup> Clube de Ciências da cidade de Regensburg, cidade da Baviera Alemã, Ver: <http://www.naturwissenschaftlicher-verein-regensburg.de/>
- <sup>32</sup> VER Arquivo Eugen Hussak. Diploma da “Naturwissenschaftliche Vorein” de Regensburg, nomeando E. Hussak correspondente associado, localizado na caixa 2.
- <sup>33</sup> Ver Arquivo Eugen Hussak. Portaria de Nomeação para exercer o cargo de petrógrafo do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil. Caixa 2
- <sup>34</sup> FIGUEIRÔA, 1997. p. 169
- <sup>35</sup> ENSAIO CRONOLÓGICO DOS PRECURSORES DA GEOLOGIA NO BRASIL. In: CPRM: Conselho Geológico do Brasil. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=517&sid=8>> Acesso em 22 set 2014.
- <sup>36</sup> A experiência com Pedro de Saxe não foi inicialmente bem-sucedida. Conta-se que o príncipe quis começar os estudos com a publicação de textos originais sobre mineralogia. Hussak o alertou da necessidade de aprender para ensinar. Pedro de Saxe não gostou e Hussak foi mandado embora. Hussak se arrumava para partir da cidade de Petrópolis quando foi convocado para falar com o Imperador. Diz-se que foi Pedro II quem se desculpou com Hussak e fez com que aulas retornassem.
- <sup>37</sup> LISBOA, 1911. p 2. e ABREU, Sílvia Fróes de. A riqueza mineral do Brasil. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/a-riqueza-mineral-do-brasil/pagina/67/texto> Acesso em 22 set 2014
- <sup>38</sup> EUGEN HUSSAK. In : MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS . Disponível em : < [http://www.mast.br/apresentacao\\_eugenio\\_hussak.html](http://www.mast.br/apresentacao_eugenio_hussak.html)>. Acesso em : 23 set 2014.
- <sup>39</sup> FIGUEIRÔA, 1997, p.170.
- <sup>40</sup> Ver correspondência trocada por Eugen Hussak e Duval de Barros. Arquivo Eugen Hussak. Caixa 2
- <sup>41</sup> Phenakite é um mineral que pode ser usado como pedra preciosa. Seu aspecto transparente faz com que seja confundido com diamante.
- <sup>42</sup> Atual Rio Piracicaba, MG.

## **A Identidade Coletiva como Instrumento de Resistência e Desenvolvimento Local: o estudo de caso da comunidade São Carlos.**

Autora: Carmen Rosane Pereira da Silva Costa

Título Acadêmico: Graduada em Letras/Inglês

Vinculação institucional: Consultora ONU

Orientadora: Beatriz Fartes de Paula- Mestre em Política Social/UFF

Email: carmenrosane.costa@yahoo.com.br

### **Resumo:**

Através da pesquisa bibliográfica e da história oral busca-se apresentar a influência da memória como fomento de desenvolvimento local e de resistência na comunidade São Carlos- Rio de Janeiro. A pesquisa segue uma linha qualitativa de natureza histórica, com objetivo geral identificar indícios que reforçam a ideia da memória como estimuladora do Capital Social Relacional. O recorte temporal parte da minha chegada ao programa, no ano de 2013, até os dias de hoje, como Consultora da ONU Habitat.

**Palavras chaves:** Memória e Capital Social Relacional.

### **Abstract:**

Through literature research and oral history we seek to present the influence of memory as fostering local development and community resistance in San Carlos- Rio de Janeiro. The research follows a qualitative line of historical nature, with the general objective to identify clues that reinforce the idea of memory as stimulating the Relational Capital. The time frame of my arrival to the program in 2013 until the present day, as a Consultant UNU Habitat.

**Key words:** Memory and Relational Capital.

### **INTRODUÇÃO:**

A pesquisa de natureza histórica está apoiada na história oral de moradores do São Carlos cujos relatos tratam do período anterior à implantação da UPP e visa evidenciar a memória subterrânea oposta a memória oficial, além de revelar a potencialidade intrínseca presentes nas relações sociais dos moradores como sujeitos sociais. De fato não há como registrar em tão poucas linhas os primórdios das redes sociais do São

Carlos, mas busca-se, nas possibilidades, demonstrar seus elos afetivos e efetivos presentes na construção dos sentidos e significados dos moradores entrevistados.

Para VASCONCELLOS (*apud* SIMMEL), a sociologia deveria de ocupar aos estudos sobre a "associação" e não apenas "sociedade". Ele dava importância à configuração da vida social onde a harmonia e conflito são capazes de criar novos vínculos e laços entre os participantes ou de mantê-los.<sup>1</sup>

Pesquisando, descobrir a partir das teorias das Redes Sociais a proposição sobre a definição de Capital Social Relacional. Conceito que me impulsionaria a estudar a memória dos moradores e de que forma as relações foram utilizadas para proteção social e resistência na localidade.

ZAGO (*apud* BERTOLINI E BRAVO) propuseram, a partir da definição de capital social de Coleman, uma classificação para as dimensões do capital social que estariam distribuídos no que os autores chamam de dimensões do capital social: Capital Social Cognitivo; Capital Social Normativo; Capital Social de Confiança; Capital Social Institucional e o Capital Social Relacional.<sup>2</sup>

Reconheci, neste último, como área de interesse, pois "trata-se de um recurso de natureza relacional, associada a redes de interação e conexão, e como tal, capaz de beneficiar um grupo ou um indivíduo que nelas se insira".<sup>3</sup>

"Capital relacional representa o conjunto de recursos de natureza relacional (ou seja, contatos e laços) à disposição de um ator social. Este conjunto inclui três tipos distintos de relações ou conexões: I) aqueles provenientes de vínculos diretos e intensos de relacionamento ("os laços fortes", que formam, em geral, o círculo de amigos íntimos ou familiares mais próximos); II) aquelas derivadas de relações, também, diretas, mas de natureza mais superficial, eventual ou esporádica (os "laços mais distantes" ou "contatos diretos", formados pelo círculo de conhecidos); III) aqueles constituídos por relações indiretas (os "contatos indiretos", provenientes de amigos ou conhecidos, ou seja, que podem ser acionados eventualmente por intermédio destes)."<sup>4</sup>

Diante deste conceito, percebi que cada ator no território faz parte de um sistema de relações e conexões.

Com acúmulo de capital relacional um indivíduo pode se mover através da configuração social e alterar sua rede em certos grupos ou classes sociais. Mas a circulação na rede relacional dependerá da intensidade da força de conexão (laço).

A pesquisa buscou nos registros das memórias dos moradores, indicar como a dinâmica e os modos de vida desses sujeitos possibilitaram a construção de novas redes de sociabilidade e a formação de uma identidade coletiva. A memória subterrânea dos

moradores da favela do Complexo do São Carlos em oposição à memória oficial facultada a percepção de que há muito mais a ser revelado e desvendado sobre a realidade dentro de um território.

Para PAULA (*apud* POLLAK) ao se optar em analisar os excluídos, os marginalizados e as minorias, a história oral tende a ressaltar a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "memória oficial".<sup>5</sup>

### **SÃO CARLOS, IDENTIFICAÇÃO.**

O Morro de São Carlos localiza-se entre o Centro, o Estácio e o Rio Comprido. Começou a ser ocupado na metade do século XX através dos primeiros moradores que foram funcionários do antigo Complexo Penitenciário Frei Caneca. A expansão deu início, a partir da década de 1940, na comunidade da Pedreira, hoje conhecida como São José Operário. Mais tarde surgiram as comunidades do Zinco, Chuveirinho e Novo Horizonte.

O Catumbi é também outro morro do complexo, apelidado como Mineira, devido os barracos serem, em sua maioria, de migrantes mineiros. A última vertente é o Morro do Querosene, formado pelas comunidades Santos Rodrigues e Azevedo Lima, onde, diz-se, nasceu a Unidos de São Carlos, uma das primeiras escolas de samba do Rio.

### **DE POSSE DO LIVRO- PERCORRENDO O MORRO**

Quando o Livro "Estácio: vidas e obras" chegou ao meu conhecimento, em agosto de 2014, trouxe ainda mais motivação de se trabalhar com memória local. Compartilhado com um colega de trabalho e também morador do São Carlos, ele discorreu sobre a história dos atores locais ali retratados. Através dessa conversa, observei a Identidade e a Memória Local como sendo instrumentos imprescindíveis para a compreensão daquele território.

Entender um território não é uma tarefa fácil. Há a existência de inúmeras relações complexas e multifacetadas. Como pegar o fio da meada? Como chegar e estar no território?

Havia outro desafio, qual a metodologia apropriada para detectar os recursos presentes nas relações? A história oral foi escolhida. "(...) a subjetividade que fornece às



fontes orais o elemento precioso que nenhuma outra fonte possui em medida igual”.<sup>6</sup> Dessa forma era permitido extrair em entrevistas com os moradores de São Carlos, informações que por tantos anos foram inexploradas e esquecidas.

### **ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS**

Para discorrer sobre a construção do capital social relacional, foram realizadas entrevistas com 02 moradores da comunidade de São Carlos, de forma que estes dialogassem com processos de construção de identidades de resistência.

O primeiro entrevistado foi Pablo, 34 anos de idade, residente nessa comunidade desde o seu nascimento. A chegada de sua família ao São Carlos se deu através de sua avó paterna.

O segundo foi Vasco, morador do São Carlos há 51 anos desde nascimento. Os avós maternos e paternos vieram de Minas Gerais e, coincidentemente, residiriam no Morro da Mineira que integra o Complexo do São Carlos.

### **O ESTUDO DE CASO: PABLO - SÍNTESE DE RESISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL DO MORRO DO SÃO CARLOS**

O avô de Pablo morava em Juazeiro do Norte, era professor e bastante influente na cidade. Certo dia, passeando com amigos pelo bairro, um carro desgovernado, bateu no poste e este caiu sobre ele, vindo a óbito. Sua avó, com os dois filhos, veio para o Morro do São Carlos, Rio de Janeiro, no ano de 1940 para morar com sua mãe. Após alguns meses as crianças presenciariam uma cena aterrorizante. A avó de Pablo, não suportando a ausência do marido e as dificuldades da vida, sentou seus filhos em um banco, o menino com 06 ou 07 anos e a menina com 12 anos, despediu-se e ateou fogo ao corpo. As crianças ficaram sob a tutela da avó materna que era alcoolista. O menino de 06 anos seria mais tarde o pai de Pablo.

"Eu acho que isso daí, o jeito como ela vivia a vida, meu pai foi crescendo e quis desvincular disso ... ele não quis criar muitos laços afetivos, com família...até ele como pai para gente, ele vivia aqui, mas... Depois ele foi embora, arrumou outra mulher, eu tinha 12 anos...é ele teve outra família, ele ficava um ano, dois anos sem se falar comigo, mas quando falava parecia que estávamos todos os dias juntos, entendeu? Hoje, assim, eu refletindo sobre a vida dele e de como ele era, o laço afetivo dele, de família e de coisas assim é traumático...não sou psicólogo...refletindo pela vida e conhecendo as pessoas você vai entendendo." (Pablo, 34 anos morador do São Carlos)

O entrevistado enfatiza várias vezes os termos "Lá" e "Cá", "Em cima" e "Embaixo" para traduzir as fronteiras existentes no local. Orgulha-se em dizer que o pai

dele "subia" a Rua da Capela para jogar bola, na Travessa Tupi, junto com mais dois amigos que ficaram conhecidos, através do futebol, como "Ourinho", "Cutelo" e "Vadão". Através das habilidades esportivas e comunicativas construíram identidades que o fizeram ser respeitados pelo morro e a romperem as barreiras territoriais da época. A popularidade do pai de Pablo, o "Ourinho", o fizera ser convidado a dormir em todas as casas. Cuidado por todos os moradores da época transferiu ao filho laços afetivos como herança.

"Hoje eu chego lá em cima e a sensação é... que todo mundo é meu parente, todo mundo me trata com carinho de filho, de neto... As Senhoras me param, me beijam e me abraçam" (Pablo, 34 anos morador do São Carlos).

Essa relação afetiva o ajudou muito, pois durante a guerra do tráfico, nos anos 90, o morro fora dividido em parte de cima e parte de baixo, por facções rivais. Porém, ao ser considerado "neto" e "filho" de todos, estes o possibilitavam de se locomover com segurança em quaisquer lugares.

Durante o período em que o tráfico e as facções disputavam o poder local, chamado por ele de "fase ferrenha", Pablo recorda as influências que sofreu dos moradores, conhecido como Vasco e Mário. Referências que ele considera, após o pai ter saído do Morro, separado de sua mãe e ter constituído outra família. Vasco é de quem fala com mais carinho.

"Vasco era lá de cima do Terreiro, outra parte do Morro. Ajudava os meninos... Todos os garotos eram cuidados pelo Vasco. Ele fazia comida para eles, brincava, jogava bola, levava para passear e dava bons conselhos. Só seguiu o lado errado quem quis... O pai é espelho do filho, mas meu pai fumava e eu não bebo não fumo e nem cheiro." (Pablo, 34 anos morador do São Carlos)

O entrevistado reconhece que os laços afetivos criados pelos moradores e sua mãe o impediram de ser bandido. Enfatiza a família como um bem de proteção. A mãe de Pablo criou seus dois filhos com a ajuda de moradores depois do divórcio. No São Carlos, sua mãe encontrou uma rede de cuidados que até então desconhecia. O acolhimento recebido naquele espaço, fez com que estabelecesse estratégias que garantiram a sua sobrevivência.<sup>7</sup>

Ao mencionar o lazer, este denuncia que os jovens crescem sem nenhum tipo de entretenimento e que não há projetos sociais na comunidade. Quando interpelado sobre a relação dos moradores com a Escola de Samba Estácio responde que o samba é do Morro e não da Escola. Contou que ao vencer o campeonato de 1982, ainda havia

aproximação com a comunidade, mas depois disso passou a desprezar os moradores, gerando descontentamentos. A partir desta época os moradores se afastaram da Escola.

"Como pode? A gente vai aos ensaios... se faltar um dia é cortado... compramos a roupa... na época do tráfico davam as camisas para defilarmos... dávamos o sangue pela Escola... aí vem o pessoal lá de fora... no dia do desfile e sai na Escola. Eu sei que o tráfico é malfeitor, mas muita coisa de estrutura ele fazia... até melhor que o Estado, que nada fazia... Estado ausente, ele fez... Eles precisam respeitar. A Escola de Samba tem que dar uma camisa para o Vascaíno, ele tinha que ser da diretoria. O avô do Vascaíno foi o Primeiro Mestre Sala, ele é neto do Bicho Novo. A Estácio não respeita a Memória do Morro, por isso abandonamos eles, quase ninguém desfila.... só minha mãe...". (Pablo, 34 anos morador do São Carlos)

Indagado se há interesse em ajudar a comunidade disse que nunca quis se envolver diretamente, pois, segundo ele, isso estaria ligado à Associação de Moradores, porém ao ser perguntado se reconhecia nele habilidades sociais construídas através das relações sociais, dentro do Complexo do São Carlos, riu ao recordar de um episódio. Lembrou-se da irmã, graduada em Estatística e proprietária de uma Empresa de Pesquisa, que lhe pediu ajuda para acompanhar uma equipe do SEBRAE pelo Morro do São Carlos.

"Um dia veio para cá o pessoal e o chefe do SEBRAE junto com minha irmã. Levei todo mundo para a Associação de Moradores. Precisava avisar que iria levar todo mundo para conhecer o Complexo... Logo depois, chegou dois caras também... eles eram do Instituto Pereira Passos. Fiquei encarregado de levar todo mundo para passear... O Chefe do SEBRAE queria pagar apenas 2 pesquisadores para fazer o levantamento de todo Morro...disse para ele que era pouco...leveí ele para andar por todo Complexo...saí da "Bica" e fui ao "Querosene", depois para "Ambiré" ,"Zinco" ,"Bairrinho", "Chuveirinho" e "Mineira"... No final do passeio ele decidiu contratar 12 e eu fui o Coordenador da Equipe do SEBRAE. Todos ficaram espantados... todo mundo me conhecia, todo mundo falava comigo e eu conhecia tudo e todos." (Pablo, 34 anos morador do São Carlos)

## **O ESTUDO DE CASO: VASCO, 51 ANOS MORADOR DO SÃO CARLOS**

Quando informado sobre o propósito da entrevista e que esta se referiria ao Morro São Carlos, Vasco fez uma ressalva dizendo que para ele o nome original e oficial é Morro Santos Rodrigues, ao contrário de São Carlos. Revela que as informações estão baseadas nos registros em falas de moradores antigos e no banco de dados de um órgão público de registro civil.

Contou que os avós maternos e paternos chegaram à Mineira por volta de 1905 e que depois uma das famílias moraria na parte alta do morro. Brinca ao dizer que o pai morou no alto e mãe na parte baixa do Morro. Já casados, passam a residir definitivamente na parte alta.

Vasco, de repente interrompe a conversa, e reporta-se à década de 80 como sendo o período que afirmou sua identidade no Morro. Refere-se como a “época premiada”, pois não aceitou as imposições que o impedia de circular no Morro.

“Quem era daqui não podia ir na Mineira, não podia sair daqui...se tentasse era “enquadrado”...se você não tivesse uma boa relação...comigo não tinha isso... eu não aceitava... brigava...era o valentão...fui alvejado pelas costas,não morri...sofri muito...tive que sair do morro,mas depois voltei e ...por isso, passei a ser respeitado”(Vasco,51 anos morador do São Carlos)

Emocionado, lembra-se do conselho e do apoio materno que o impediram de reagir com vingança. Depois de recuperado, retorna à comunidade. Motivado pela coragem e senso de justiça lutou em defender moradores vítimas de violência e injustiça impostas pelo tráfico. Perguntado sobre o que o assegurava a tomar tais atitudes de enfrentamento respondeu que a identidade e os laços locais falaram mais fortes.

A relação entre Vasco e Pablo começou através de vínculos afetivos construídos pela memória de “Ourinho”, pai de Pablo. Mas, a rede de relações de Vasco com os moradores locais fora construída no tempo e espaço. Recorda dos almoços e dos passeios que fizera junto com os jovens e crianças antes da violência se instalar no morro. Tempos depois, comparava os adolescentes pelos bailes funk’s e assegurava a segurança deles, já que cada evento era patrocinado pelas facções rivais. Diz que todos os respeitam e que das mais de “20 fronteiras” construídas pelo tráfico, nenhuma o impedira de circular e atuar no morro.

Sobre como a rede de relações protege respondeu ser através da vigilância mútua.

“Aqui um protege o outro... quando eu vejo um menino no caminho errado chamo atenção... quando o outro vê o filho do outro, chama a atenção também... temos um contrato de solidariedade. Já tirei muitos meninos das mãos deles... você sabe né? Na hora... eu chegava lá no lugar... me avisavam e eu ia...eles me obedeciam e não faziam... por isso sou amado e odiado”.

Devido inúmeras circunstâncias, Vasco tornou-se uma liderança e referência local. Com os recursos sociais adquiridos pela rede de relações está atualmente assessorando políticos que querem compreender a dinâmica do Complexo do São Carlos. Tem sido convidado a participar de eventos e reuniões nos partidos. Vislumbra a criação de um Centro Social no Morro do São Carlos e o oferecimento de cursos diversos para os moradores.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Mais do que um registro cartográfico, o território compreende um espaço de identidade construído mediante representações simbólicas dos sentidos e significados que vinculam indivíduos a outros indivíduos. Dentro da tessitura de rede, formada pelas diversas conexões, insere-se a memória que assegura a identidade coletiva.

Nos relatos são identificados indícios da trajetória histórica de desenvolvimento local como herança de valores de quem vive e recupera a cultura e costumes. As relações sociais demonstram a capacidade de proteger moradores e de promover e romper as configurações territoriais.

Inspirado pelo Livro "Estácio: vidas e obras" Pablo e Vasco iniciaram um movimento de valorização da Memória do São Carlos. Buscam a criação de uma ONG e de um Museu dentro do Complexo do São Carlos, até então inexistentes. Ambos integram a organização de um evento que unirá todos os moradores mencionados no livro e os autores. Com isso, visam impulsionar pela memória e as relações à promoção do desenvolvimento local.

---

<sup>1</sup> VASCONCELLOS, Gláucia M. *Territórios vitoriosos: o papel das redes organizacionais*. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Editora Garamond, 2007, pg. 53.

<sup>2</sup> ZAGO, G. S. *Usos Sociais do Twitter: proposta de tipologia a partir do capital social*. In: Regiocom 2008 (CD-ROM), Pelotas, RS, 2008, p. 3.

<sup>3</sup> VASCONCELLOS, Gláucia M. *Territórios vitoriosos: o papel das redes organizacionais*. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Editora Garamond, 2007, pg. 66.

<sup>4</sup> VASCONCELLOS, Gláucia M. *Territórios vitoriosos: o papel das redes organizacionais*. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Editora Garamond, 2007, pg. 68..

<sup>5</sup> PAULA, Beatriz Fartes de. *Reconstruir é preciso: narrativas e memórias da antiga colônia Juliano Moreira (1924-1982)*. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, 2014, pg. 26.

<sup>6</sup> PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. Proj. História, São Paulo, 1997, p.31.

<sup>7</sup> CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: arte de fazer*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998, p. 97.

## **A guerra civil entre Sudão e Sudão do Sul: uma análise das implicações políticas no conflito do "microcosmo africano"<sup>1</sup>**

Carla Cristine Teixeira<sup>2</sup>

Diogo Matheus De Souza<sup>3</sup>

### **Resumo:**

O artigo tem por finalidade analisar a Guerra Civil Sudanesa (1962-2005) e o contexto da separação entre o Sudão e o Sudão do Sul, ocorrido em 2011. Embora os conflitos na região tenham sido amplamente interpretados como fundamentalmente étnicos e religiosos, procuramos reunir argumentos que possam demonstrar como as implicações políticas também estiveram e ainda estão fortemente presentes, contribuindo para que tais conflitos permaneçam até a atualidade. A influência estrangeira e a disputa por petróleo representam alguns dos principais motivos políticos que mantêm o cenário conflituoso dentro do “microcosmo africano”.

Palavras-chave: Sudão – Sudão do Sul – Guerra Civil.

### **Abstract:**

The article aims to analyze the Sudanese Civil War (1962-2005) and the context of the separation of Sudan and South Sudan, which occurred in 2011. Although the conflicts in the region have been widely interpreted as fundamentally ethnic and religious, seek to gather arguments that can demonstrate how policy implications also were and are still strongly present, contributing to such conflicts remain until today. Foreign influence and competition for petroleum represent some of the main political motives that keep the conflicting setting within the "African microcosm".

**Keywords:** Sudan – South Sudan – Civil War.

A África foi, durante muito tempo, um continente negligenciado pelos teóricos das Relações Internacionais. A ideia dominante era a de que a periferia representava apenas uma simples “consumidora de teoria”, onde a importância dela para a análise da conjuntura política, cultural e econômica do mundo é considerada ínfima. Pela compreensão da História,

a questão torna-se mais profunda. Alguns teóricos pós-colonialistas criticam essa visão estereotipada do “outro”, que desempenhou por vezes o papel de motor e impulsionador de inúmeros eventos na história da humanidade. Pode-se afirmar que essa curiosidade com relação ao desconhecido esteve acompanhada por ideais de poder e dominação em diferentes níveis de preconceito e hegemonia, principalmente no que se refere aos empreendimentos do ocidente europeu<sup>4</sup>.

Edward Said (1990)<sup>5</sup> explicou sobre a visão ocidental do outro, construída com base nas experiências europeias no seu intitulado “*Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*”, definindo-o como um dos instrumentos de descrição, ensinamento, colonização e de reestruturação do domínio e de autoridade associados ao Ocidente, existentes até a atualidade. A África, como um dos maiores continentes, ocupando cerca de 20% do território mundial, não fugiu a regra. Sua posição a coloca no “centro do mundo”, tornando-a palco da corrida imperialista e de diversas disputas<sup>6</sup> que serão representadas neste trabalho, através do levantamento de problemas e possíveis conclusões no que diz respeito ao conflito existente entre o Sudão e o Sudão do Sul<sup>7</sup>. A escolha deste recorte temático permite visualizar uma imagem de alguns aspectos característicos do Oriente Médio e também da África islamizada. Nossa intenção é tornar perceptível a proximidade e as estreitas relações que envolvem o Ocidente e o Oriente, com base em teorias e análises tanto da História, quanto de Relações Internacionais.

Antes da separação das duas nações (2011), quando existia apenas o Sudão, a região já era comumente tratada como sendo um “microcosmo da África”, ou seja, abrigando cultural e socialmente todo um continente em um território consideravelmente menor, situado entre diferentes fronteiras ideológicas: a África árabe, a negra, a muçulmana e a cristã<sup>8</sup>. O conceito do Sudão como “microcosmo” é essencial para que se compreenda a configuração deste país - e como isto se tornou uma das condições deflagradoras para um grande conflito civil que está presente em território sudanês desde 1962 até a atualidade<sup>9</sup>. Este conflito “foi amplamente interpretado pela mídia, atores políticos internacionais e mesmo acadêmicos como sendo um conflito religioso entre o Norte muçulmano e o Sul cristão/animista.<sup>10</sup>” Mas será que os motivos para que o conflito perdure restringem-se unicamente às disputas religiosas?

Hannah Arendt (1950)<sup>11</sup>, ao definir o conceito de política, expõe que a mesma se baseia na pluralidade dos homens e trata da convivência entre diferentes, embora a relação se dê entre dominadores e dominados. Essa situação pode ser exemplarmente aplicada na família, onde o homem costuma reconhecer sua primeira instituição política. A autora ressalta

que a associação entre religião e família se dá quase que de maneira natural, considerando que o homem, nas religiões monoteístas, ao querer tornar-se imagem e semelhança de Deus, acaba por tornar outros homens o reflexo de si mesmo. Dessa forma, não seria tão simples desassociar as políticas religiosas das políticas a serem seguidas dentro do seio familiar e desse modo, das tradições e jugos particulares dos homens. Aproximando essa teoria da realidade de alguns países islamizados, é possível entender o porquê de a Shari'a<sup>12</sup> deter tanto o poder temporal quanto o espiritual no Sudão, onde homens poderosos são homens religiosos - tornando indissociáveis direito e fé. Mesmo com a maioria da população sendo adepta do Islã, era expressivo no Sudão o número de cristãos, que obviamente não eram atendidos por leis estabelecidas com base em textos sagrados que não os do Cristianismo, ainda que a origem de ambas seja comum. Tal circunstância provocou inúmeros deslocamentos que levaram o grupo a se concentrar numa região específica ao sul do país<sup>13</sup>.

Pode ser que a tarefa da política seja construir um mundo tão transparente para a verdade como a criação de Deus. No sentido do mito judaico-cristão, isso significaria: *ao* homem, criado à imagem de Deus, foi dada capacidade genética para organizar *os* homens à imagem da criação divina. Provavelmente, um absurdo — mas seria a única demonstração e justificativa possível à idéia da lei da Natureza. Na diversidade absoluta de todos os homens entre si — maior do que a diversidade relativa de povos, nações ou raças — a criação *do* homem por Deus está contida na pluralidade. Mas a política nada tem a ver com isso. A política organiza, de antemão, as diversidades absolutas de acordo com uma igualdade *relativa* e em contrapartida às diferenças *relativas*.

Como afirma Hannah Arendt (1993)<sup>14</sup> na citação à cima, a política de um país não se restringe a questões religiosas, mas se torna abrangente e congruente conforme a influência de fatores e interesses externos. O conflito entre o norte de maioria islâmica e o sul de maioria cristã perdurou por décadas no país e, embora não seja possível descartar a contribuição religiosa na fomentação do mesmo, tampouco devemos achar que seja o único ingrediente para tal. Ao observar o todo, alguns fatos recentes despertaram nossa atenção: primeiramente o reconhecimento de independência do Sudão do Sul, em 9 de Julho de 2011, pela Organização da Unidade Africana (OUA) – atual União Africana, que possui tradicionalmente uma postura de não reconhecimento dos movimentos separatistas, devido ao receio de que estes possam ser influentes no surgimento de movimentos correlativos<sup>15</sup> - É preciso levar em consideração aqui, o problema territorial que a África possui desde a Conferência de Berlim (1884-1885), onde houve uma fragmentação do continente em favor dos interesses imperialistas externos, sem respeitar a natureza, etnia ou tradição dos povos que lá existem<sup>16</sup>. Um segundo ponto, é que mesmo após a declaração da independência do



Sudão do Sul, os conflitos perduram, expondo a fragilidade social, econômica e principalmente a necessidade de medidas emergenciais que o novo Estado precisa adotar.

A partir de agora, desenvolveremos uma análise das características de cada local e das questões que influenciaram, se destacaram ou desempenharam papel singular durante o conflito e o processo de separação do território sudanês, considerando cada particularidade a fim de apontar e reconhecer as possíveis interferências e até mesmo as manipulações exercidas por interesses internacionais.

### **Darfur, Cartum e a violação dos Direitos Humanos<sup>17</sup>**

Para que se consiga entender como o conflito no território sudanês se estende até a atualidade, é necessário trazer alguns aspectos históricos relacionados a ele, bem como se situar geograficamente dentro da região. É importante citar, então, a região de Darfur, que, assim como o sul, está envolvida nas disputas entre ‘árabes’ e ‘africanos’ (não-árabes)<sup>18</sup>, e onde existe uma alarmante situação de sofrimento humano. O governo do Sudão, centralizado em Cartum e comandado por Omar Hassan Ahmad AL-Bashir desde 1989, é considerado como o principal responsável pelos crimes aos direitos humanos no que BADMUS (2008, p. 311) chama de desastre em Darfur. A comunidade internacional acusa o governo de Cartum de tentar uma possível “limpeza étnica”<sup>19</sup> na região darfuriana e realizar a arabização<sup>20</sup> forçada da população.



Figura 1: Mapa onde é possível localizar a região do Darfur dentro do Sudão, bem como a delimitação da nova nação reconhecida em 2011, o Sudão do Sul.

Além da tentativa de “limpeza étnica”, Cartum estabeleceu também, no Sul e no Darfur, uma política de censura a jornais e a outros veículos de comunicação que promovessem ideais separatistas. Sobre isto, GUIMARÃES (2010, p. 25) afirma:

Omar AL-Bashir promoveu ações para evitar a separação do Sudão e manter a unidade nacional, utilizando o serviço de segurança para censurar a circulação de jornais independentes e de oposição. Em Julho de 2010, de acordo com notícia publicada em *blog* sobre a atuação da polícia na UNMIS (Missões das Nações Unidas para a paz no Sudão), o jornal sudanês AlTayyar que circula no Sul foi censurado, assim como outros que já foram censurados por conterem críticas severas ao governo local.

Outra estratégia que o governo central de Cartum, juntamente com a elite árabe do Norte, utilizou para neutralizar a luta por um Sudão secular por parte das etnias não-árabes foi a fragmentação do Darfur em três Estados, em 1994. A pretensão era separar a formação étnica dos Fur, que não só está na lista de povos não-árabes na região, como é também a grande maioria nela. Ao se espalhar pelos três estados, os Fur deixariam de ser a maioria e passariam a ser minoritários, facilitando a política de Cartum para promover o arabismo por todo o território Sudanês.<sup>22</sup> Esta divisão é um dos principais motivos para que o Darfur permaneça em situação de conflitos frente ao governo de Cartum.

A longa guerra civil que enfrentam as regiões sudanesas já resultou em milhares de mortos, refugiados e deslocados internos, obrigando diversas interferências da ONU (Organização das Nações Unidas) e tentativas de Acordos de Paz. Estes acordos foram sendo feitos ao longo da década de 2000, porém o que se pode perceber é que eles não surtiram o efeito esperado e as violações maciças aos direitos humanos permanecem até a atualidade. Como destaca GUIMARÃES (2010, p. 23-24), “a neutralidade é uma das características defendidas por agências onusianas relacionadas ao repatriamento de refugiados ou a intervenções humanitárias.” Entretanto, a escolha de mantenedores da paz que possuem ligações identitárias com o Norte ou com o Sul pode não ter sido satisfatória.

A militância dos direitos humanos vem sendo questionada, pois costuma estar imbuída de valores ocidentais e democráticos como liberdade e igualdade, não necessariamente identificados por todas as nações do mundo, que possuem diferentes formas de governo e diferenças culturais muitas vezes inaceitáveis aos olhos ocidentais.<sup>23</sup> Edward Said (1990, p. 32), é enfático ao dizer que há culturas e nações cuja localização fica a leste que possuem uma realidade obviamente maior que qualquer coisa esperada a respeito no Ocidente. Ele ainda defende a tese de que a relação entre o Ocidente e o Oriente é uma relação de poder, de dominação, de graus variáveis de uma hegemonia complexa.

“Acima de tudo, a autoridade pode, na verdade deve, ser analisada.” Esta ideia de Said (1990, p. 50) é também fundamental dentro do contexto da interferência ocidental em território sudanês, bem como da posição centralizadora de Cartum. Mesmo depois da independência do Sudão do Sul, a nova nação continua dependendo do Sudão para conseguir exportar o petróleo, já que não possui saídas para o mar, contudo, ao mesmo tempo, o governo nortista é também um dependente do sul, devido às receitas obtidas com a própria extração petrolífera. Isto já faz refletir sobre o primeiro passo a ser dado para que se solucionem os conflitos entre os dois territórios, que nada mais é do que a integração regional entre eles, e respectivos acordos econômicos que venham beneficiar a ambos. Mas esta integração regional depende também de acordos com os vizinhos e com as demais nações que estão interessadas da mesma forma na produção petrolífera da região.<sup>24</sup>

### **Disputas locais, a questão do petróleo e a influência estrangeira no Sudão e Sudão do Sul**

O petróleo é o elemento principal que interliga interesses globais e locais na região sudanesa, constituindo-se no principal produto de exportação do Sudão. A importância das regiões petrolíferas é também percebida quando se observa que os principais confrontos entre tropas governamentais e grupos rebeldes que foram excluídos dos acordos de paz, foram travados justamente nestas regiões. Se juntarmos a produção de petróleo do Sudão e do Sudão do Sul, veremos que a região sulista representa aproximadamente 70% do que é produzido. Embora a questão do petróleo seja o objetivo de análise aqui, é importante comentar que o Sudão do Sul possui reservas quase inexploradas de urânio, bauxita, diamante, cobre e ouro, onde muito provavelmente acontecerá exploração nos próximos anos, devido às próprias dificuldades econômicas que o novo país tem enfrentado no contexto de seu nascimento.

No que diz respeito aos conflitos inerentes à esfera local, pode-se citar as reivindicações do Sudão do Sul para incorporar a região petrolífera de Abyei, na fronteira entre este país e o Sudão. Tal região é caracteristicamente instável, principalmente nas Montanhas Nuba, onde comunidades e grupos rebeldes pró-sul contestam a sua permanência no local.<sup>25</sup> Além disto, este conflito na fronteira tem se mostrado ainda mais complexo se analisada a situação atual, pois disputas pelo domínio das reservas de petróleo tem se tornado frequentes também entre as etnias não-árabes presentes no Sudão do Sul.<sup>26</sup> Isto reforça o argumento de que fatores étnicos podem ser facilmente mobilizados em prol de interesses políticos e econômicos.

Já em relação ao âmbito global, é necessário compreender quais e como as grandes potências possuem envolvimento dentro do cenário de conflito sudanês. Neste caso, a China

aparece como uma das principais representantes, devido ao seu grande interesse nas relações econômicas com os países da África desde a Revolução Chinesa (1949).<sup>27</sup> Embora, em teoria, os chineses tenham um princípio de não interferência nos assuntos internos de outros países, na prática o que se percebe é que tal política não é fielmente executada. Isto se torna bastante notório nas fortes relações entre chineses e sudaneses, que se dão desde a década de 1980, quando a China aproveitou o desestímulo à presença ocidental no país africano por conta do conflito civil para fortalecer seu vínculo econômico (intimamente ligado ao petróleo) com ele. A aproximação e apoio que os chineses forneceram ao governo de Omar Al-Bashir em função de seus interesses foi duramente criticada pela Comunidade Internacional. Sobre isto, SCHNEIDER (2008)<sup>28</sup> ainda afirma:

Os determinantes do apoio chinês ao governo do Sudão no Conselho de Segurança da ONU são os recursos naturais. Pequim não só ameaçou vetar determinadas sanções contra o país, como fez pressão em diversos itens polêmicos, impedindo consideravelmente a ação da ONU no país. De um total de 22 resoluções do Conselho de Segurança especificamente sobre o Darfur, a China absteve-se de cinco e impediu que muitas fossem à votação através da ameaça de veto.

Esta posição de apoio que o governo chinês tomou em relação à Cartum era favorável à China, pois mantinha as empresas ocidentais longe do Sudão, o que ainda se somava ao fato de a aceitação de sanções poder colocar em risco o fornecimento de petróleo e investimentos realizados. Contudo, a percepção de que apoiar o Sudão em sua tentativa de arabizar o Darfur e o Sudão do Sul acarretava um custo significativo para a imagem do país, fez com que a China flexibilizasse a observância do princípio.<sup>29</sup> Representando o maior importador de petróleo sudanês, o país asiático passou a aproximar-se do governo do sul desde 2005, abrindo um consulado em Juba (atual capital do Sudão do Sul) e incentivando a modernização regional. A mudança nas relações dos chineses com o Sudão do Sul é algo que pode ter resultados significativos para que o conflito na região seja pacificado.

Por outro lado, os Estados Unidos também foram, e são, centralmente importantes para o sucesso do separatismo. Além de receber milhares de refugiados sulistas e de enviar milhões de dólares em ajuda humanitária para a região, o país foi um dos principais defensores dos acordos de paz. Tal interesse estadunidense em interferir nos conflitos da região sudanesa mostra-se profundamente ligado também aos interesses econômicos do país na África, assim como no caso da China, relacionados ao petróleo. As questões políticas apresentam-se, mais uma vez, intimamente presentes dentro do cenário de instabilidade do Sudão do Sul, pois a iniciativa dos Estados Unidos em criar uma frente de comando (AFRICOM), em 2007, para atuar em missões de paz na África foi duramente criticada por

países do continente, justamente por ir ao encontro dos interesses norte-americanos na região  
30.

O que se pode perceber ao analisar a atuação dos Estados Unidos no cenário sudanês é uma característica oscilação na sua posição oficial de apoio ou de oposição á Cartum. Com o golpe militar de 1989 que colocou Omar Al-Bashir no poder e logo em seguida a intensificação de um discurso islâmico radical e o apoio sudanês ao Iraque na Primeira Guerra do Golfo fez com que, em 1991, os Estados Unidos fechassem sua embaixada em Cartum. A partir da década de 2000 e principalmente após a Independência do Sudão do Sul, há uma mudança na situação, pois Washington passa a oferecer importantes incentivos a Cartum caso mantenha relações pacíficas com o país vizinho.

Como ainda coloca SCNEIDER (2008, p. 30), “é importante ressaltar que essa melhora no relacionamento entre os governos do Sudão e dos Estados Unidos mantêm-se, no entanto, na informalidade tanto pelo lado sudanês quanto pelo lado norte-americano.” Para Omar Al-Bashir, as pressões internas referentes a um relacionamento muito próximo com os Estados Unidos poderiam ser insustentáveis. Por outro lado, o conflito no Darfur não permite que as sanções econômicas sejam retiradas por parte do governo norte-americano, nem permite uma aproximação oficial do mesmo.

No que diz respeito ao Sudão do Sul, o conflito local permanente que existe também entre as etnias não-árabes da região tem feito os Estados Unidos apelarem ao Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas para que considere a aplicação de sanções contra os responsáveis pelos crimes aos direitos humanos cometidos no país. Segundo notícia publicada pelo jornal “*Epoch Times*”, em 24 de Abril de 2014, o embaixador francês, Gérard Araud, chegou a manifestar “pleno apoio” à proposta norte-americana, mostrando que outros países também podem aderir à política norte-americana de sanções.<sup>31</sup>

Apesar do grande número de resoluções do Conselho de Segurança da ONU, há uma persistência dos governos sudanês e sul sudanês em não permitir a ação intensiva da organização em seus territórios. Ou seja, apesar das atrocidades cometidas e do grande número de mortos nos conflitos, a ONU quase nada pode fazer, pois precisa se submeter à soberania dos países, principalmente no caso do Sudão, por conta do governo de Omar Al-Bashir. Ao mesmo tempo, fica claro também os limites não só da ONU, mas como das instituições internacionais em geral para conseguir sobrepor os interesses das grandes potências.<sup>32</sup>

## Considerações Finais

O conceito de “microcosmo” para definir a região onde se estabelece as nações do Sudão e do Sudão do Sul é bastante plausível, levando em consideração toda a história contida nela: disputas por território, recursos, hegemonia, religião. Tais características permearam os conflitos da história da humanidade, mas em alguns casos, como o tratado no artigo, acabaram algumas vezes sendo interpretados com uma visão simplista demais, sem uma análise mais aprofundada.

Através deste artigo, identificamos diversos aspectos que nos levam a concluir que além das questões étnicas e religiosas, existem outras influências, principalmente políticas envolvidas no cenário do conflito civil entre o Sudão e o Sudão do Sul. Ficou claro também, que as relações internacionais entre os dois países e outras nações são profundas e modificaram de alguma maneira a realidade de cada um.

Por fim, acreditamos que uma das melhores formas para a região sudanesa superar as dificuldades resultantes de tanto tempo de conflitos políticos, territoriais e étnicos, será através de uma integração regional, onde o Sudão do Sul consiga eliminar os problemas sociais e econômicos característicos do contexto de seu nascimento.

---

<sup>1</sup> Este trabalho é resultado de uma pesquisa feita na quarta-fase da graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina para a disciplina de História das Relações Internacionais, tendo como orientador o Professor Dr. Márcio Roberto Voigt.

<sup>2</sup> Graduanda do curso de História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: [moratelli-ca@hotmail.com](mailto:moratelli-ca@hotmail.com).

<sup>3</sup> Graduando do curso de História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: [diogo.m.souza@uol.com.br](mailto:diogo.m.souza@uol.com.br).

<sup>4</sup> GUIMARÃES, S. D. *Sociedades, conflitos e direitos humanos: Sudão, o microcosmo africano*. 2010. 62 f. Trabalho de Conclusão do Curso em Relações Internacionais – Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa/PB, 2010, p. 29-30.

<sup>5</sup> SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>6</sup> VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analucia Danilevicz. *História da África e dos Africanos*. Editora Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2013.

<sup>7</sup> República do Sudão (*Al-Jumhuriyat as-Sudan*). Localiza-se no centro-leste da África, e faz fronteiras com Egito, Líbia e Mar Vermelho. Disponível em: < [http://www.portalbrasil.net/africa\\_sudao.htm](http://www.portalbrasil.net/africa_sudao.htm) > Acesso: 23 de Maio de 2014.

República do Sudão do Sul. Localiza-se no centro-leste da África, e faz fronteira com Sudão, país do qual conquistou independência em 9 de janeiro de 2011. Disponível em: < <http://7a12.ibge.gov.br/voce-sabia/curiosidades/sudao-do-sul> > Acesso: 23 de Maio de 2014.

<sup>8</sup> BADMUS, Isiaka Alani. “Nosso Darfur, Darfur deles”: a política desviante do Sudão e a nascente “limpeza étnica” em uma emergente anarquia africana. In: Contexto int., v.30, n.2, Rio de Janeiro: 2008, p. 313.

<sup>9</sup> O conflito civil, que será melhor explicado ao longo do artigo, teve duas fases, de 1962 a 1972, e a segunda, de 1983 a 2005, teoricamente encerrado com o Acordo de Paz intermediado pela ONU. Porém, ao contrário do que isto dá a entender, o cenário conflituoso permanece até a atualidade (SCHNEIDER, 2008, p. 07).

<sup>10</sup> A busca em abordar os aspectos políticos do conflito sudanês é um contraponto ao que costuma fazer grande parte dos estudiosos do continente africano, que “despolitizam” a compreensão dos fenômenos políticos da região limitando-se nas diferenças culturais irreconciliáveis (SCHNEIDER, 2008, p. 19).

<sup>11</sup> ARENDT, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 3 edição. 2002.

<sup>12</sup> O islamismo trouxe consigo um conjunto de leis que regem a vida do muçulmano, essas leis compõem a Sharia, que é elaborada pela combinação de diversas fontes, incluindo o Alcorão (o livro sagrado dos muçulmanos), os Ahadith (ditos e condutas do Profeta Maomé SAAS) e as Fatwas (decisões dos estudiosos islâmicos para questões do cotidiano, que muitas vezes usam interpretações do alcorão e dos Ahadith). Na tradição islâmica, Sharia, é vista como algo que alimenta a humanidade. Disponível em: < <http://arabesq.com.br/Principal/Islamismo/IslamismoArticle/tabid/175/ArticleID/1789/Default.aspx> > Acesso: 23 de Maio de 2014.

<sup>13</sup> GUIMARÃES, Op. Cit., p. 21.

<sup>14</sup> ARENDT, Hannah. O significado de revolução. Companhia das Letras, 1993, p. 22-23.

<sup>15</sup> OLIVEIRA, Lucas Kerr; SILVA, Igor. Sudão do Sul: novo país, enormes desafios. In: Meridiano 47, vol.12, n.128, nov-dez. 2011, pág. 25 a 35. Disponível em:

<<http://periodicos.bce.unb.br/index.php/MED/article/view/3954>> Acesso em Maio/2014.

<sup>16</sup> MARTINS, André R. “Fronteiras e Nações”. São Paulo: Editora Contexto. 1992.

<sup>17</sup> Direitos humanos são os direitos e liberdades básicas de todos os seres humanos. Seu conceito também está ligado com a idéia de liberdade de pensamento, de expressão, e a igualdade perante a lei. A ONU proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que é respeitada mundialmente. A Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas afirma que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos, dotados de razão e de consciência e devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade. Disponível em: < <http://www.significados.com.br/direitos-humanos/> > Acesso: 23 de Maio de 2014.

<sup>18</sup> Como resultados das missões cristãs de ingleses e franceses, no Sul e no Darfur vivem cristãos e seguidores de costumes tradicionais locais, além de vários grupos tribais heterogêneos e sem autoridade política centralizada (GUIMARÃES, Op. Cit., p. 18).

<sup>19</sup> De acordo com a Comissão de Especialistas da ONU: “limpeza étnica” significa um ato de “deixar uma área etnicamente homogênea por meio do uso da força ou da intimidação para remover pessoas de determinados grupos da área” (COHEN, A. Deviant behaviour. Boston: Houghton Mifflin, 1999.).

<sup>20</sup> “O poder político tende a ser monopolizado pelos árabes, no norte, que entendiam e consideravam o país como ‘propriedade privada’, utilizando-se de uma ideologia de Islã e de superioridade racial árabe (arabismo) para justificar seus atos” (BADMUS, Op. Cit., p. 314).

<sup>21</sup> Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/blogs/worldviews/files/2013/12/SSudan606-1.jpg>> Acesso em 19 de Maio de 2014.

<sup>22</sup> BADMUS, Op. Cit., p. 322.

<sup>23</sup> GUIMARÃES (2010, p. 28).

<sup>24</sup> OLIVEIRA; SILVA, Op. Cit., p., 27-31.

<sup>25</sup> Ibidem, p. 28.

<sup>26</sup> WELLE, Deutsche. Conflito no Sudão do Sul não tem motivação étnica, mas política, Carta Capital, 29/04/2014. Disponível em < <http://www.cartacapital.com.br/internacional/conflito-no-sudao-do-sul-nao-tem-motivacao-etnica-mas-politica-9053.html> > Acesso em 20 de Maio de 2014.

<sup>27</sup> A Revolução Chinesa de 1949 e o seu princípio de ‘exportar a revolução’ coincidiram com a proliferação de movimentos de libertação nacional pela África, dos quais muitos contaram com a ajuda bélica e humanitária de Pequim. O estreitamento das relações foi usado, também, como meio de impedir a aproximação dos países africanos com Taiwan e seu reconhecimento como nação independente (ALVES, 2010, p. 25-26).

<sup>28</sup> SCHNEIDER, L. G. As causas políticas do conflito no Sudão: determinantes estruturais e estratégicos. 2008. 74 f. Trabalho de Conclusão do Curso em Relações Internacionais – Universidade Federal do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre/RS, 2008, p. 24.

<sup>29</sup> ALVES, André Gustavo. Os interesses econômicos da China na África. In: Boletim de Economia e Política Internacional. N. 01. Jan-Mar, 2010, p. 25-33.

<sup>30</sup> OLIVEIRA; SILVA, Op. Cit., p. 25-29.

<sup>31</sup> AGÊNCIA BRASIL. EUA e França apelam à ONU por sanções ao Sudão do Sul, *Epoch Times*, 24/04/2014. Retirado de < <http://www.epochs.com.br/eua-franca-apelam-onu-sancoes-sudao-do-sul/> > Acesso em 20 de Maio de 2014.

<sup>32</sup> SCHNEIDER, Op. Cit., p. 63.

## **A QUINTA COLUNA EM SERGIPE: ANÁLISE DOS INTEGRALISTAS NO RELATÓRIO DE UM CHEFE DE POLÍCIA**

Caroline de Alencar Barbosa

Graduanda em História na Universidade Federal de Sergipe

Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS)

Bolsista PICVOL do projeto “Aracaju em tempos de conflito: Estudos dos espaços de lazer na Segunda Guerra”

**Orientador: Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard**

e-mail: [caroline@getempo.org](mailto:caroline@getempo.org)

### **RESUMO:**

Esta pesquisa estudou algumas impressões sobre os integralistas em Sergipe. Para isto analisamos o relatório do chefe de polícia Enoque Santiago encaminhado ao Interventor Federal no estado. Buscamos uma reflexão sobre o integralismo em Sergipe, procurando entender como eles foram encarados durante a Segunda Guerra Mundial ao serem acusados de espionagem e aliança com os países do eixo. Com isso a pesquisa pretendeu identificar seus possíveis simpatizantes e de que maneira a polícia empreendeu o combate ao grupo.

Palavras chave: Segunda Guerra Mundial, Sergipe, Integralismo.

### **ABSTRACT:**

This research studied some impressions about the fundamentalists in Sergipe. For this we analyze the report of the police chief Santiago Enoch sent to Federal Interventor in the state. We seek a reflection on fundamentalism in Sergipe, trying to understand how they were seen during the Second World War when they were accused of spying and alliance with Axis Countries. With this, the research wants identify their possible supporters and how the police chased the group.

Keywords: World War II, Sergipe, Integralism



## INTRODUÇÃO

A Segunda Guerra (1939-1945) influenciou significativamente o cenário mundial na intensificação da tecnologia e no âmbito político. Também produziu um grande número de mortos, frutos dos combates entre os países do Eixo e Aliados, e dos campos de concentração graças à política nazista de destruição aos judeus, ciganos, opositores e prisioneiros de guerra.

Quem pensaria, por exemplo, numa união entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, sendo estes capitalistas, liberais e anticomunistas, com a União Soviética de regime socialista? Isso só foi possível mediante interesse comum: deter o avanço político-econômico alemão.

O Brasil acostumado a tomar posição de neutralidade desde a Primeira Guerra assume agora uma postura diferente. Permite a construção de uma base aeronaval em Natal, RN, onde passavam os materiais necessários para o combate à Alemanha, desempenhando considerável papel na estratégia americana em guerra. Por sua vez, Getúlio Vargas, que nutria o desejo de participar efetivamente da guerra desde 1939, encontrou nos torpedeamentos a navios brasileiros entre as costas da Bahia e Sergipe, em agosto de 1942, uma motivação para entrar na guerra apoiando os aliados.

Em 16 de agosto de 1942, o submarino alemão U-507 atacou diversos navios mercantes brasileiros nos mares de Bahia e Sergipe. Entre os navios torpedeados estavam o Baependi, Aníbal Benévolo e o Araraquara.

“Primeiro chegaram malas, caixotes, fardos de algodão e lascas de madeira de algo que lembrava uma embarcação; mais tarde, cadáveres. A imagem de corpos de homens, mulheres e crianças boiando ou já estiradas nas areias brancas da praia perto da vila de Mosqueiro alarmou os habitantes das redondezas”.<sup>1</sup>

“Dedicando ao menos uma página de cada edição à Guerra, com fotos, mapas, caricaturas, etc.” os jornais se caracterizavam como a principal fonte de informação sobre a Segunda Guerra Mundial.<sup>II</sup> A realidade vivida na Europa parecia distante e restrita às notícias e aos filmes exibidos no cinema.

Sendo assim “É mais correto dizer que não foram os brasileiros que foram à guerra, mas sim a guerra que chegou aos brasileiros”<sup>III</sup>, os torpedeamentos promoveram uma experiência de guerra que não pertencia ao cotidiano de lugares como Sergipe. A notícia

oficial tardou a chegar, pois a imprensa necessitava da autorização do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para publicar notícias. O DIP “viu-se obrigado a protelar a notícia, de forma a evitar um pânico maior do que acabou sendo gerado”.<sup>IV</sup>

Seguido a esse fato um clima de insatisfação, medo e insegurança se instalou na cidade de Aracaju. Revoltada, a população foi às ruas exigir das autoridades uma posição. Assim, os torpedeamentos se configuraram como o estopim para a declaração de guerra ao Eixo por parte do Brasil, além de um “ambicioso projeto de estabelecer um papel de destaque na configuração das relações internacionais do Pós-Guerra”<sup>V</sup> por parte do presidente Getúlio Vargas.

Esses torpedeamentos acabaram por afetar o cotidiano de Aracaju, que passou pelos blackouts, toques de recolher e treinamentos de Defesa Passiva Antiaérea. Além disso, “a deflagração do conflito mundial comprometeu o abastecimento de produtos que chegavam à capital sergipana pela via marítima.”<sup>VI</sup>, causando assim um aumento nos preços dos alimentos básicos da população como o pão, o leite, o café e até mesmo a carne do sol.

“Eram tempos difíceis, uma época de rarefação de liberdade, de carestia, de escassez de alimentos e de produtos de toda ordem. Isto teve um influxo negativo no cotidiano dos aracajuanos”<sup>VII</sup>. A partir dos torpedeamentos as desconfianças recaíram sobre os estrangeiros e Integralistas declarados.

“Uma série de suspeitas e intrigas apareceu. Conversas de todo tipo podiam ser percebidas. Feixes luminosos projetados sobre a escuridão da noite, tocando na colina do Santo Antônio, zona Norte da cidade, assustaram muita gente, alimentaram notícias nos jornais, provocaram investigações”<sup>VIII</sup>

A polícia passou a investigar as atividades subversivas e muitos desses suspeitos foram presos, acusados de ligação com as potências do Eixo e de ajudarem os alemães no ataque aos navios marcantes brasileiros, repassando informações privilegiadas do Brasil.

No que diz respeito aos Integralistas percebemos uma carência de estudos sobre o tema. Sendo assim, essa análise se propõe a ampliar os conhecimentos sobre o assunto, apresentando o Integralismo ideologicamente, identificando os possíveis adeptos desse movimento.

## A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA

O Integralismo brasileiro se caracterizou como um movimento político de direita, inspirado no modelo fascista europeu, que surge no Brasil na década de 1930 do Estado Novo. Conhecidos como “camisas-verdes”, os Integralistas tinham como lema: Deus, Pátria e Família. Adotavam como saudação a mão estendida para o alto e a palavra indígena “Anuê”, que significaria “você é meu irmão”.<sup>IX</sup> Além disso, adotaram o Sigma como símbolo, que condizia com a sua ideologia de implantar um Estado Integral, pois o mesmo representa a letra “S” sinônimo de soma.<sup>X</sup>

A ideologia do Integralismo pode ser observada no Manifesto de Outubro, produzido em 1932, pelo seu líder Plínio Salgado, onde encontramos os ideais anticomunistas e o caráter nacionalista presentes no movimento:

“A ideologia integralista presente no Manifesto de Outubro, e coerente no decorrer da atuação do movimento que lhe dá a conotação de direita. Defende um estado forte, corporativo, que exerça controle sobre a economia e a sociedade, sem destruir a estrutura básica da produção nacional.”<sup>XI</sup>

O Integralismo se baseava na ideia de uma sociedade homogênea, controlada de forma a uniformizar o conjunto da vida social. No Brasil dos anos 1930 percebemos que a perspectiva totalitária do fascismo e o pensamento de Plínio Salgado estão presentes nos discursos do movimento:

“Empresários, integralistas, parlamentares, intelectuais, religiosos estruturam um discurso em torno de temas e imagens portadores de uma finalidade totalitária. Ordem, família, pátria, trabalho, moral, propriedade, obediência, autoridade são temas que confluem para o objetivo de preservação da ordem social.”<sup>XII</sup>

Eleito em 1934 o Presidente Getúlio Vargas não poderia suceder a si mesmo nas eleições de 1938. Sendo assim, nos seis primeiros meses de 1937 Vargas começou a fazer suas articulações nomeando líderes de sua confiança nos estados; libertando alguns subversivos a fim de pressionar a classe média, os políticos estaduais e militares dos perigos da esquerda; entrando em contato com os integralistas que frequentemente entravam em conflito com os subversivos e o mais importante que foi conseguir o apoio do Exército que isolou a oposição nos diversos estados do país. O “cheque-mate” para aplicar o golpe veio a partir e uma falsificação feita por parte dos integralistas de um plano de batalha de uma

revolução comunista denominado de “Plano Cohen” que deu o aval para a preparação do golpe que ocorreu em 10 de novembro de 1937 e fechou o sistema político.

O Estado Novo começara. Uma forma de governo que se espelhava no método fascista europeu. O bem estar social e o nacionalismo econômico a partir daquele momento seriam conquistados de forma autoritária.

Após o golpe os integralistas acreditavam que teriam poderes de fornecer dirigentes e líderes ao Brasil, porém o que ocorreu não foi exatamente isso, pois eles foram suprimidos em dezembro de 1937 e isso gerou um ataque em 1938 ao palácio presidencial, que deu carta branca ao governo para agir, desarticulando o movimento, prendendo e exilando os integralistas. Deste fato residem as suspeitas do sentimento Integralista em relação ao governo do Presidente Getúlio Vargas.

## **O INTEGRALISMO EM SERGIPE**

No que diz respeito a Sergipe, os adeptos do movimento Integralista passam a ser investigados após os torpedeamentos no ano de 1942. Foram acusados de traidores e de espões do Eixo. Marc Bloch afirma que “das eras que nos precederam, só poderíamos [portanto] falar segundo testemunhas, estamos a esse respeito, na situação do investigador que se esforça para reconstruir um crime que não assistiu”.

Portanto o relatório do chefe de Polícia Enoque Santiago ao interventor sobre o inquérito instaurado no Estado contra os brasileiros apontados como ex-integralistas nos auxilia na análise das possíveis ações desse grupo, como também nos apresenta nomes dos possíveis participantes do Integralismo em Sergipe.

Segundo o chefe de polícia o inquérito fora instaurado “para apurar as responsabilidades, de quem as tivesse, em face ao inimigo agressor, ou contra a pátria”. Investigando as reuniões secretas em pontos variáveis ou fixos. “Reuniões em lugares mal iluminados, como a zona da Draga do Porto, nas proximidades do Trapiche Brown, levantavam suspeitas”<sup>XIII</sup>, porém nada ficou comprovado. Essas reuniões sempre chamaram atenção da polícia desde o primeiro inquérito, iniciado após o decreto 37 do ano de 1937, que confirmou reuniões integralistas na residência de Antonio de Faria Lima.

O relatório divide os investigados em “integralistas fervorosos” aqueles que segundo Enoque Santiago “trazem sempre acesa a chama viva do Integralismo” e “amigos comerciais da Alemanha” que “se vêem alegres com as vitórias de suas forças armadas”.

Dentre os integralistas “fervorosos” são apresentados os nomes de Gerônimo Moreno Garcia, Jacinto de Figueiredo Martins, Doutor Joaquim de Fraga Lima, Antonio Lima de Faria, Rosalvo Rosa Queiroz, Agnaldo Alves Celestino, João Alves da Costa Ouro, Carlos Augusto Travassos Serrado e Sergio Valerio. Dentre os “amigos comerciais da Alemanha” temos os nomes de Jaime Aragão, Manoel Ferreira Santana, Raimundo Leituga, Valter Loeser, Amando Almeida Leão, Antônio Dutra de Alemida, José Vieira de Menezes.

Percebemos nos depoimentos dos indiciados, que apesar de afirmarem o abandono do movimento, ainda são simpatizantes com a ideologia Integralista. Como declara Rosalvo Rosa Queiroz, Integralista veterano, detido pelo seu integralismo fervoroso e pela sua falta de piedade e patriotismo em relação aos torpedeamentos ocorridos, que: “Conserva as suas ideias integralistas, pois são estas que o governo deve aplicar neste momento: união de todos os brasileiros, respeito às autoridades constituídas e extinção dos partidos políticos”.<sup>XIV</sup> Destacam-se no inquérito três nomes: Jacinto Figueiredo Martins e Geronimo Moreno Garcia e Doutor Joaquim da Fraga Lima.

Jacinto de Figueiredo Martins afirma que não lhe interessa mais o aspecto político do integralismo, mas em relação aos seus princípios doutrinários “morrerá com eles”.<sup>XV</sup> Declara que após o fechamento do Integralismo, recolheu-se aos seus serviços de funcionário Público.

Geronimo Moreno Garcia é considerado pela investigação como a figura central do Integralismo. Sobre ele o chefe Enoque Santiago afirma que “Se algum dia o integralismo ainda surgir em Sergipe, há de ser, fatalmente, pela mão de Moreno Garcia, este é o homem; penso que ninguém lhe colhe a palma da inteligência no Integralismo”. O fator que chama a atenção da polícia em relação a ele é uma carta escrita para Jacinto onde, segundo Enoque, se encontra o atestado de suas convicções acerca do Integralismo.

Doutor Joaquim da Fraga Lima ex-chefe do Integralismo declara que não conserva mais os ideais Integralistas e que apoia a Política do Presidente Getúlio Vargas. Após essa declaração a investigação se consideraria satisfeita se não fosse por um carroceiro de nome Argemiro dos Santos que afirma ter transportado para o Doutor um carregamento do que pareciam ser balas e um fuzil. Nada foi comprovado.

“Extinto o movimento Integralista parece que Antônio Lima ainda não se convenceu disso”. De acordo com o relatório parece ao Chefe de polícia que o interrogado acredita que o Integralismo ainda ressurgirá, afirma-se que era um homem sempre preocupado com o Integralismo.

Aginaldo de Queiroz, segundo o Inquérito possuía entendimentos pessoais com Plínio Salgado, seu Chefe, e José Ribeiro da Franca declara que ele é integralista e nazista de ideias claras e conhecidas.

Sérgio Valério tinha entre seus amigos Nicola Mandarino, estrangeiro que teve a casa incendiada pela população de Aracaju após o episódio dos torpedeamentos. Segundo o relatório ele foi chefe Integralista em Laguna; “Assim, tocado do sentimento Integralista, estava sendo suspeita a sua roda de amigos, nesta capital”.<sup>XVI</sup>

A investigação é concluída com a ideia de que os indiciados não abandonaram o Integralismo, mas o conservam. A prova disso reside no fato, segundo o chefe de Polícia, que todos se ofendem quando suposições sobre fatos funestos recaem sobre o Integralismo ou seus membros.

A partir desse relatório, podemos perceber que o Integralismo não estava “fechado” como se afirmava. A experiência dos torpedeamentos fez a polícia voltar sua atenção para os adeptos desse movimento e suas possíveis atividades de espionagem em favor do Eixo, pois anteriormente,

“os verdadeiros responsáveis por investigar e combater tais atos, os aparelhos policiais brasileiros, não o fizeram com afinco. Especializados em “caçar” comunistas e anarquistas, esses aparelhos abrigavam centenas de adeptos do integralismo e simpatizantes dos regimes fascistas.”<sup>XVII</sup>

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho apresentou alguns dos resultados do projeto “O Nordeste e a Segunda Guerra Mundial: narrativas do cotidiano”, sobretudo no que se refere às atividades dos Integralistas em Sergipe. Nossa pesquisa visou tentar identificar os possíveis integrantes desse grupo, além de analisar de que forma o governo combatia suas atividades.

A partir do Relatório do Chefe de Polícia Enoque Santiago percebemos a perseguição aos Integralistas acusados de espionagem e de promoverem atividades em prol do Eixo após o

episódio dos torpedeamentos a navios mercantes brasileiros em 1942. Uma lista de nomes é apresentada no relatório, bem como os depoimentos dos acusados. Além disso, encontramos os possíveis locais de reunião desses grupos como a Draga do Porto. Apesar do relatório não apresentar provas conclusivas relacionadas aos suspeitos podemos perceber que o Integralismo não era um movimento esquecido, ideologicamente seus adeptos ainda nutriam sentimentos pela sua ideologia.

Ao final dessa pesquisa percebemos que a mesma atendeu algumas expectativas, embora pudesse ter sido mais satisfatória se tivéssemos conseguido acessar um maior número de documentação relacionada à temática. Com isso, pretendemos que outros historiadores interessados na temática continuem os trabalhos na busca de fontes para ampliar os conhecimentos sobre a temática Integralista em Sergipe, assim como da Segunda Guerra Mundial.

---

<sup>I</sup> SANDER, Roberto. *O Brasil na mira de Hitler: a história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas*. - Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 9.

<sup>II</sup> MAYNARD, Dilton Cândido Santos. O Brasil sob ataque: Aracaju durante a Segunda Guerra Mundial in DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira; CABRAL, Ricardo; FERRER, Jorge; LAPSKY Igor, SCHURSTER, Karl (organizadores). *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*. Editora Multifoco. 1ª edição, 2010, p.521.

<sup>III</sup> FERRAZ, Francisco Carlos,. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p.9.

<sup>IV</sup> ASSIS, Raquel Anne; MAYNARD, Dilton Cândido Santos. *O fim do mundo começou no mar: os ataques do submarino U-507 ao litoral sergipano em 1942*. Navigator, Subsídios Para a História Marítima do Brasil. (ISSN:01001248) Rio de Janeiro, 2013.p.62.

<sup>V</sup> ASSIS, Raquel; MAYNARD, Dilton Cândido Santos, p.65.

<sup>VI</sup> CRUZ, Andreza Santos Maynard. A Batalha Doméstica: *Conflitos entre Patrões e Empregadas Durante a Segunda Guerra Mundial*. In. *Visões do Mundo Contemporâneo*. org. MAYNARD, Dilton Cândido Santos. - v. 1. - São Paulo: LP-Books. p. 125.

<sup>VII</sup> MAYNARD, Dilton Cândido Santos p.524.

<sup>VIII</sup> MAYNARD, Dilton Cândido Santos , p.513.

<sup>IX</sup> *Perguntas e Respostas da Frente Integralista Brasileira*. Disponível em <http://www.integralismo.org.br/?cont=900&vis>. Último acesso em 17 de abril de 2014.

<sup>X</sup> IDEM.

<sup>XI</sup> PARENTE, Josênio Camelo Parente. *Anauê- Os camisas verdes no poder*. Fortaleza, EUFC, 1999, p.26.

<sup>XII</sup> DUTRA, Eliana,. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1977.p.16.

<sup>XIII</sup> MAYNARD, Dilton Cândido Santos, p 531.

<sup>XIV</sup> SANTIAGO, Enoque. *Inquérito instaurado a estrangeiros e integralistas-* (Correio de Aracaju, 16/10/1942), p.23, caixa 04/1836, Arquivo do Judiciário de Sergipe p. 9.

<sup>XV</sup> IDEM (p. 5).

<sup>XVI</sup> IDEM(P.13).

<sup>XVII</sup> FERRAZ, Francisco Carlos, p. 22.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### - Artigos e Livros

ANTOINE, Prost. **Doze lições sobre a história.** Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BACELLAR, Carlos. **Uso e mau uso dos arquivos, In.Fontes históricas.** org. PINSKY, Carla Bassanezi. - São Paulo: Contexto,2005. p. 23-79

CARMEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. **Estados Fascistas, Estado Integralista.** ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira; MUNHOZ, Sidney J. (organizadores). **Relações Brasil- Estados Unidos: séculos XX e XXI.**—Maringá: Eduem, 2010.

DUTRA, Eliana,. **O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1977.

FERRAZ, Francisco Carlos,. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

GRINBERG, Keila. **A História nos porões dos arquivos judiciários. In. O Historiador e suas fontes.** org. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina. - São Paulo: Contexto, 2009. p. 119-139

DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira; CABRAL, Ricardo; FERRER, Jorge; LAPSKY Igor, SCHURSTER, Karl (organizadores). **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial. Editora Multifoco.** 1 ] edição, 2010.

CRUZ, Andreza Santos Maynard. **A Batalha Doméstica: Conflitos entre Patrões e Empregadas Durante a Segunda Guerra Mundial. In. Visões do Mundo Contemporâneo.** org. MAYNARD, Dilton Cândido Santos. - v. 1. - São Paulo: LP-Books. p. 123-145

ASSIS, Raquel Anne; MAYNARD, Dilton Cândido Santos. **O fim do mundo começou no mar: os ataques do submarino U-507 ao litoral sergipano em 1942. Navigator, Subsídios Para a História Marítima do Brasil.** (ISSN:01001248) Rio de Janeiro, 2013.p.59-68

PARENTE, Josênio Camelo Parente. **Anauê- Os camisas verdes no poder.** Fortaleza, EUFC, 1999.



SANDER, Roberto. **O Brasil na mira de Hitler: a história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas.** - Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

SILVA, Hélio. **O Estado Novo 1937-1938.** Edições História da República Brasileira. Edições Istoé, São Paulo, 1998.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio à Castelo.** tradução Berilo Vargas. — São Paulo : Companhia das Letras, 2010.

## **DOCUMENTOS**

**Inquérito instaurado a estrangeiros e integralistas-** (Correio de Aracaju, 16/10/1942),p.23, caixa 04/1836, Arquivo do Judiciário de Sergipe.

## **SITES**

**Perguntas e Respostas da Frente Integralista Brasileira.** Disponível em <http://www.integralismo.org.br/?cont=900&vis>. Último acesso em 17 de abril de 2014

## **A ama de leite, sua regulamentação e os projetos assistenciais da virada do século XX**

CAROLINE AMORIM GIL  
PIBIC FIOCRUZ/UFRJ  
Carolinegil91@yahoo.com.br

Orientadora: GISELE SANGLARD  
Pesquisadora COC/FIOCRUZ  
sanglard@fiocruz.br

**Resumo:** Este trabalho objetiva analisar as discussões em torno da alimentação infantil que marcam a virada do século XIX para o XX, na cidade do Rio de Janeiro. A figura da ama de leite se apresenta como peça fundamental para os debates acerca desse tema: as defesas e as críticas, a presença delas no imaginário social, as tentativas de regulamentação da atividade, a criação de uma rede de assistência à infância e os projetos de pediatras e puericultores.

**Palavras-chaves:** assistência, infância, amas de leite.

**Abstract:** This work aims to analyze the discussions around infant feeding that mark the turn of the nineteenth to the twentieth century, in the city of Rio de Janeiro. The figure of “ama de leite” is presented as central to the debates on this subject: defenses and criticisms, their presence in the social imaginary, attempts to regulate the activity, the creation of a network of childcare and projects pediatricians and child carers.

**KeyWords:** assistance, childhood, “amas de leite”.

**Apoio:** PIBIC/Fiocruz

Este trabalho pretende analisar as discussões em torno da alimentação infantil na cidade do Rio de Janeiro, entre 1880 a 1920, cenário em que a figura da ama de leite se apresenta como peça importante para a compreensão dos debates em torno do alimentar. Neste sentido, as críticas e defesas acadêmicas, a construção do imaginário social, a imprensa como veículo de comunicação e o estabelecimento de uma rede de assistência à infância na cidade, ao longo da virada do século, se constituem como objetos de estudo. As considerações aqui apresentadas são apontamentos parciais do estudo, tendo em vista que a pesquisa está em andamento.

A virada do século XIX para o XX na cidade do Rio de Janeiro foi marcada por um período de intensas transformações urbanas e sociais, levadas a cabo pela gestão do então prefeito da capital federal Pereira Passos (1902-1906). Em seu governo foi realizada a abertura de longas avenidas, com o intuito de promover a melhor circulação de ar, demolições de casebres e cortiços presentes na área central, promovendo assim uma intensa especulação imobiliária, e o deslocamento das classes populares para áreas mais afastadas. Em conjunto com a difusão do credo higienista se apresentava a defesa da criança como motor na nação, tendo em vista a intensa mortalidade infantil que assolava a população.<sup>1</sup>

Em paralelo às transformações urbanas ocorre uma expansão das ações de assistência destinadas à infância, expressas na criação de instituições para o atendimento de crianças pobres<sup>2</sup>. Neste âmbito, os trabalhos de dois médicos se destacam: Moncorvo Filho, responsável pela criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (Ipai), em 1899, e Fernandes Figueira, diretor do Hospital de Crianças, da Santa Casa de Misericórdia, instituição criada em 1909. Em comum os dois médicos tinham o fato de terem sido formados pela escola de Arthur Moncorvo de Figueiredo, na Policlínica Geral do Rio de Janeiro, além de estarem à frente de instituições destinadas à infância. Contudo, as ações levadas a cabo pelos dois médicos no combate a mortalidade infantil, tema de grande debate no meio acadêmico e de preocupação política no país, teriam atuações divergentes na execução e defesas de projetos de assistência.<sup>3</sup>

De acordo com Sidney Challoub<sup>4</sup> o período republicano foi marcado pela expansão da visão higienista. E, Maria Martha de Luna Freire<sup>5</sup> aponta que o atraso econômico, a miscigenação e o clima tropical eram vistos como empecilhos para a construção da nação.

Nesse ambiente ideológico, o ‘problema da infância’ transformou-se no eixo da proposta reformadora capitaneada pelas elites. Tomando a mortalidade infantil como a face visível da falta de cuidado com as crianças, os higienistas reforçaram a intenção – manifestada desde a segunda metade do século XIX por médicos como Moncorvo Filho – de enfrentá-la por meio de medidas higienizadoras. Tal estratégia incluía não apenas a assistência materno-infantil, mas também proposições a respeito da educação das

mulheres visando à formação física e moral dos filhos, vistos como o futuro dos pais. Embora enunciado de forma mais evidente pelos médicos higienistas, esse movimento – caracterizado pela convergência identitária entre saúde, educação e nação – envolveu o conjunto da intelectualidade urbana em sua auto atribuída missão de guia para a modernidade e o progresso.<sup>6</sup>

O termo ‘modernidade’ era utilizado com o intuito de reformar a sociedade brasileira, apoiado pela ciência e levado a cabo pela elite intelectual. A fim de reforçar a nacionalidade e apagar a herança colonial marcada pela escravidão, a maternidade ganha contornos patrióticos, onde “ser mãe não significaria apenas garantir filhos ao marido, mas cidadão à pátria”<sup>7</sup>

A imprensa desde meados do século XIX se firma no Brasil como espaço de difusão de debates científicos das questões nacionais, neste sentido a criação de publicações voltadas à mulher letrada se coloca como meio de educar e preparar a mulher para ser mãe.

Fosse por seu potencial como veículo para discursos doutrinatórios ou por sua identificação com a dimensão da modernidade (...) As revistas falavam do universo das camadas médias e da elite, seus costumes e anseios, deixando para os jornais a abordagem dos temas associados à pobreza e os dramas das classes populares, o que conferia a elas um ar de leitura ‘sadia’ e apropriada para as famílias. As revistas femininas, em particular, constituíram-se em *locus* privilegiado da discussão sobre o papel da mulher na sociedade republicana, discussão que já vinha se desenvolvendo em outras instâncias do social.<sup>8</sup>

Apesar das revistas apresentarem um público mais restrito, tendo em vista a necessidade de domínio da leitura, os jornais diários através de charges e propagandas, com intenso apelo visual estaria ao alcance do público maior. Neste veículo percebe-se a maior divulgação de charges contrárias ao uso da ama de leite, tendo em vista o problema moral de sua interferência no seio familiar. Seriam também espaços de difusão das propagandas em favor do leite artificial, sobretudo, levando praticidade às mulheres trabalhadoras.

### **A transição política e sua interferência na concepção de trabalho**

De acordo com Sidney Chalhoub<sup>9</sup>, entre o final do século XIX e a primeira década do século XX, a cidade do Rio de Janeiro teve um acelerado crescimento populacional, vinculado a migração de escravos libertos para áreas urbanas, aumento da imigração e mudanças nas condições sanitárias, acarretando em melhorias urbanas. Na última década do século XIX o contingente estrangeiro na cidade representava 30% de sua população total, sendo 20% de portugueses.<sup>10</sup>

Chalhoub relata o caso de Zé Galego, estivador morto em um bar após uma discussão com um colega de trabalho, como cerne das transformações das relações “senhorial-

escravista”, para as relações do tipo “burguês-capitalista”<sup>11</sup> na sociedade. Para o autor, o homem livre havia sido forjado pela emancipação dos escravos e dos processos imigratórios, o regime republicano se ergue sobre o “antagonismo trabalho assalariado X capital”.<sup>12</sup> Desde 1850 com a proibição do tráfico de escravos se tem um processo de reajustes no interior das classes dominantes. A transformação que levaria as relações sociais de tipo burguês-capitalista não se restringe a expropriação do liberto ou do imigrante dos meios de produção, em paralelo ocorre a construção de uma nova ideologia de trabalho e a repressão feita pelas autoridades políticas e jurídicas sobre os que não exerciam atividade remunerada.<sup>13</sup>

Segundo o autor, o fim da escravidão levou aos detentores do capital a preocupação em como garantir a mão de obra, e para tal se fazia necessária uma mudança na concepção de trabalho, o conceito ganha valor positivo dialogando com os ideais de ordem e progresso que levariam a uma sociedade civilizada. Contudo, o Rio de Janeiro possuía uma população advinda da imigração e da migração interna, mediante a abolição da escravatura. O contingente populacional superava a demanda do mercado de trabalho, contribuindo para gerar problemas habitacionais e rivalidade entre a classe trabalhadora.

A transição da condição de escravo para homem livre levou a classe dominante a modificar a visão de mundo até então existente, adequando-as as novas situações econômicas. Durante o período da escravidão, o escravo era propriedade do senhor e o mundo se baseava no princípio da propriedade. Com a abolição, o liberto se torna detentor de sua força de trabalho, podendo vendê-la no mercado – o que exigiu uma revisão nos conceitos e valores da sociedade. Chalhoub demonstra aqui a necessidade de mudança na concepção de trabalho, de modo a lhe configurar um caráter positivo.

A construção do conceito de trabalho passa por diversas etapas. A noção primeira e fundamental é a de que o trabalho é o elemento ordenador da sociedade, a sua lei suprema. O cidadão recebe tudo da sociedade, pois esta lhe garante a segurança, os direitos individuais, a honra, etc. O cidadão, portanto esta permanentemente endividado com a sociedade e deve retribuir o que dela recebe com seu trabalho.<sup>14</sup>

Neste âmbito, a atuação como ama de leite se apresenta como uma das relações do mundo do trabalho, se escrava era empregada pelo senhor a fim de gerar rendas, quando livre era um meio da mulher que acabara de dar a luz, e provavelmente estaria com dificuldades de obter um emprego, garantir uma remuneração. Os cuidados que deixariam de ser ministrados à prole, tendo em vista a atuação como ama mercenária, se colocam como preocupação de médicos e higienistas no combate à mortalidade infantil, assim como os riscos de contaminação sem um exame prévio das condições físicas do leite da mulher.

## Do imaginário social às tentativas de regulamentação das amas de leite

Ao longo do século XIX o aleitamento do recém-nascido se configura entre as classes mais abastadas como uma atividade a ser realizada por uma ama de leite,<sup>15</sup> e, em geral, se utilizava uma escrava que havia dado a luz em período próximo ao nascimento da criança a ser alimentada ou se realizava a contratação de uma ama, que poderia ser escrava gerando recurso ao seu senhor ou uma mulher livre. Os anúncios na imprensa são constantes, em busca de mulheres para amamentar, que tivessem disponibilidade de leite, e que se apresentassem nos endereços indicados. Em alguns casos os anúncios expostos no *Jornal do Commercio* e no *Jornal do Brasil* eram mais específicos, determinado a cor de preferência da ama e nacionalidade.<sup>16</sup>

Temos na segunda metade do século XIX um crescimento de trabalhos de médicos envolvidos com a causa da infância, a fim de combater o alto índice de mortalidade de crianças entre zero e um ano de idade.<sup>17</sup> Em 1879 é criado o jornal *A Mãe de Família*<sup>18</sup>, pelo médico Carlos Costa, voltado ao público feminino, e publicado quinzenalmente ao longo de mais de dez anos, entre os anos de 1879 e 1888. Torna-se um espaço importante para a difusão médica acerca do papel da mulher na alimentação da criança, mais do que isso, sobre o dever da mulher em ser mãe e a função decorrente de sua maior missão no mundo, o cuidar da prole.

A amamentação materna era defendida no jornal como meio mais eficaz e seguro contra infecções alimentares, acompanhada da difusão de preceitos higiênicos, para a garantia da qualidade de vida da criança, e mais do que isso, buscando transformar os hábitos das famílias.

Maria Luiza Marcilio aponta que em fins do XIX os avanços científicos acarretaram em mudanças nas formas de alimentação, com a difusão da fervura do leite, o leite industrializado e o esterilizado se tornam tema de diversos trabalhos e pesquisas médicas.

A esterilização do leite ganhava dimensões industriais (inicialmente na Alemanha, seguida pela Suíça, e, depois, por quase toda a Europa, ainda antes da Primeira Guerra), assim como o processo de pasteurização.

Com todos esses avanços técnicos pôde-se desenvolver a amamentação artificial e melhorar a nutrição das crianças, particularmente daquelas das classes operárias e pobres, bem como as abandonadas em Casas de Expostos.

Surgiam políticas de distribuição gratuita de 'leite bom', esterilizado, de vaca, às famílias dos trabalhadores. Em 1901, a distribuição de leite aos recém-nascidos estava organizada em 33 cidades da França(...) <sup>19</sup>

Segundo Marcílio, o leite em pó e o condensado antecedem aos processos de industrialização, datam de 1830 as primeiras produções, sendo aperfeiçoado em países como

Alemanha, Suíça, Estados Unidos e Holanda. Em meados do século XIX eram produzidas as primeiras latas de leite condensado. Em 1865 Henry Nestlé, comerciante suíço, criava a farinha láctea Nestlé, contudo os preços dos produtos ainda eram bem elevados.<sup>20</sup>

O período é acompanhado pela maior presença da mulher no mercado de trabalho, em paralelo a defesa médica em prol do leite materno, a alimentação artificial surge como mecanismo importante para a garantia de cuidados com os filhos das mulheres que precisavam trabalhar. Anúncios diários na imprensa prometiam garantir robustez, cuidados e preços razoáveis a essas mães, além da praticidade no preparo. A Horlick's Malted Milk<sup>21</sup>, na *Fon Fon*, em 1910, dizia ter apenas um competidor: o leite materno, e garantia robustez para as crianças. A propaganda da Farinha Láctea Nestlé<sup>22</sup> na revista *Fon Fon*, em 1915, realizava um balanço dos gastos alimentares diários com uma criança, “comprovando” o custo benefício do produto.



**HORLICK'S MALTED MILK**

**A SALVAÇÃO DAS CRIANÇAS**

Horlick's só tem um competidor: o **leite materno**. Como este, é facilmente digerido e assimilável. Não contém cacão, polvilho, canna de açúcar (como muitos outros productos congêneres) nem qualquer outro ingrediente nocivo às crianças.

Milhares de crianças saudáveis e robustas tem sido creadas unicamente com o Leite Maltado de Horlick.

**CUIDADO!**  
Evite-se comprar imitações inferiores e mais baratas. Verifique-se sempre que o nome de HORLICKS esteja em cada envolturo.

PEÇAM AMOSTRAS E CIRCULARES  
**HORLICK'S MALTED MILK COMPANY, RACINE, WIS**  
Unicos Agentes para o Brazil: Paul J. Christoph Company, RUA GENERAL CAMARA 145  
Telephone 2095 •• RIO DE JANEIRO •• Caixa 687



**Uma refeição abundante e sadia**

**MENOS DE UM VINTEM...**

Tem na empregado tres gerações e empregam ainda para os seus filhos a **Farinha Láctea Nestlé**, que resolveu do modo mais simples, mais pratico e sobretudo mais eficaz o grave problema da alimentação das crianças na época do desmamar e durante os seus primeiros annos.

O modo de empregar a **Farinha Láctea Nestlé**, é o mais simples possível e, ao contrario do que se dá com os demais alimentos, não precisa senão de agua para o seu preparo.

Não se tem pois de acrescentar leite, nem açúcar, nem ovos. Nada mais que agua! Resulta esta simplificação em beneficio do custo da **Farinha Láctea Nestlé**, sendo mais economica do que qualquer outro alimento, e em seguida damos a prova disto.

Custa uma lata ao preço medio que vigora para a maior parte dos paizes da America \$0,50 e contem 370 grammas liquidas de farinha. Para uma criança de tres ou quatro mezes, a quantidade que se tem de empregar para cada refeição é de duas colherinhas, isto é, umas 12 grammas, de maneira que a lata contem farinha para umas 32 refeições donde resulta que o custo é de  $\frac{\$0,50}{32} = \$0,015$

Centimo e meio! Pode realmente dizer-se que se torna caro dar a uma criança a saúde, a força, a vida, gastando-se unicamente centimo e meio?

**1  $\frac{1}{2}$  centimo = 11 reis!!!**

FON FON 1910. (Acervo: [hemerotecadigital.bn.br](http://hemerotecadigital.bn.br) ED. 0007)

FON FON 1915. (Acervo: [hemerotecadigital.bn.br](http://hemerotecadigital.bn.br) ED. 0050)

Os primeiros anos do século XX marcam a criação de instituições voltadas aos cuidados com a infância pobre, como já mencionado anteriormente, dois médicos tem atuação importante: Moncorvo Filho com o Ipai, criado em 1899 em sua residência, na Lapa, e mais tarde transferido para a Rua Areal, atual Moncorvo Filho, no centro da cidade. E, Fernandes Figueira, foi o médico convidado para dirigir a Policlínica de Crianças da Santa Casa da Misericórdia, freguesia de São Cristóvão (atual bairro da Cidade Nova). Ambos com defesas voltadas a importância do aleitamento materno advogariam pela causa. Ressalte-se que ambas as instituições realizavam a distribuição do leite esterilizado para as famílias que não podiam

amamentar. Moncorvo Filho desde os primeiros da instituição iria criar o Dispensário Moncorvo, 1901, espaço destinado a realizar exame em mulheres que desejassem atuar como amas de leite mercenárias.

A ama de leite se apresenta na contramão do discurso pela alimentação materna. Fernandes Figueira<sup>23</sup> colocaria este tipo de alimentação como um recurso distante e utilizado por mulheres que não pudessem amamentar. Para o médico a alimentação artificial deveria ser o último recurso empregado, aconselhava as mulheres que trabalhavam e não dispunham de tempo para cuidar do filho durante todo o dia, na falta do aleitamento materno, a utilização do aleitamento misto (em parte natural, e em parte artificial). Apesar das críticas médicas, a ama permanece como um problema social. Tal questão pode ser melhor percebida numa charge publicada em 1902 na *Revista Tagarela*<sup>24</sup>, nela representa-se a imagem de uma mãe caminhando com a filha, que ao avistar sua ama aponta para ela como mãe, ao que sua mãe biológica lhe responde, afirmando que fora de casa a mãe não era a ama. Esta imagem denota a importância pelo papel de ama no seio familiar e que vai de encontro ao combate de médicos como Ferreira Pinto<sup>25</sup>, já em 1859, defendendo os perigos morais da ama escrava na criação das crianças. Discurso substituído pela concepção de dever moral da mulher, defendido por Carlos Costa ao longo da década de 1880<sup>26</sup> e por Fernandes Figueira mais de trinta anos depois, em 1910, já com um discurso médico-científico.



**Revista Tagarela, 1902. (Acervo: hemerotecadigital.bn. Ed. 00036)**

Apesar das críticas médicas, a ama de leite permanece integrada à sociedade. Percebe-se, desde o último quartel do século XIX uma tentativa de regularização da atividade, muitas das quais propostas por médicos. Em 1876, o médico Moncorvo de Figueiredo<sup>27</sup> propunha um projeto de regularização, a fim de que as mulheres que fossem atuar como amas passassem por uma fiscalização garantindo, assim, a boa condição da ama e a diminuição de riscos de



contaminação, e conseqüentemente o desenvolvimento sadio para a criança. Somente em 1884<sup>28</sup> é aprovado na Câmara Municipal um regulamento, que se referiria à *indústria de amas de leite* e estabelecia multas tanto para as mulheres que não se submetessem a fiscalização, quanto para a família contratante.

A questão segue sem um desfecho, com novas tentativas de regularização, o que é dúbio tendo em vista que desde 1884 um projeto já havia passado pela Câmara e sido aprovado. Moncorvo Filho vai mais longe e propõe a profissionalização das amas de leite<sup>29</sup> em 1903, com o “*Projecto de regulamentação do serviço de amas de leite*”, apresentado ao V Congresso de Medicina,<sup>30</sup> não obtendo aprovação. Cria, contudo, regras internas para que sua instituição realizasse o exame e atestasse as mulheres. Somente em 1923<sup>31</sup> se teria um maior posicionamento governamental, com a publicação do Regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública, com um capítulo voltado às amas, o qual afirmaria não reconhecer a indústria de amas de leite no Brasil.

### **Considerações finais:**

A figura da ama de leite perpassa diferentes contextos temporais sem uma definição, mas como alvo de discussões e debates. Deste modo, a busca por informações acerca de sua interferência na sociedade continua a ser realizada. As posturas municipais, os projetos de leis que passaram pela Câmara e as teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro continuam a serem analisados, assim damos prosseguimento na busca em montar esse grande quebra cabeça que cerca a assistência à infância na virada do século.

As propagandas demarcam que a dimensão do debate ultrapassa a dualidade entre aleitamento materno e uso da ama de leite, e nos apresenta a possibilidade do leite artificial como uma constante, mais do que isso, apresenta as relações ambíguas estabelecidas pelas instituições através de seus médicos e a indústria – seja ela alimentícia ou farmacêutica. Neste âmbito temos o exemplo do Ipai, ao certificar o uso de determinados leites, como a Farinha Souza Martins<sup>32</sup>, se colocava contra a própria defesa ideológica da instituição, em favor do aleitamento materno, mas em acordo com a manutenção das redes de sociabilidade importantes para a permanência de suas ações assistenciais, tendo em vista que dentre seus beneméritos estavam industriais.



A Tribuna Médica, 1907 (Acervo: hemerotecadigital.bn. Ed. 00036)

Moncorvo Filho e Fernandes Figueira seguem como dois lados extremos desse debate. Fernandes Figueira em oposição ao colega de profissão teria uma atuação marcada pela busca em conscientizar a mulher do seu papel na alimentação da criança, sobretudo, pela via do aleitamento materno. Nos trabalhos de conclusão de curso que orienta, de alunos da FMRJ, seu posicionamento é contrário ao uso da ama de leite, sendo ela um recurso na impossibilidade da mãe biológica exercer a função. Integrante do Departamento Nacional de Saúde Pública, o projeto que é oficialmente estabelecido em 1923, acerca dos parâmetros assistências, se coloca mais próximo as suas defesas ideológicas. A ama de leite é refutada perante a lei, pondo em questão todo o trabalho desenvolvido e defendido por Moncorvo Filho.

Os apontamentos aqui realizados constituem percepções iniciais desta fase da pesquisa.

<sup>1</sup> NEEDELL, J. D. Belle Époque Tropical – sociedade e cultura da elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Cia. das Letras; 1993.

<sup>2</sup> São eles: Ipai (1899), Policlínica de Botafogo (1899), Policlínica das Crianças (1909), Hospital São Zaccharias (1914) e Hospital Abrigo Arthur Bernardes do DNSP (1924)

<sup>3</sup> SANGLARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio. Médicos e filantropos: a institucionalização do ensino da pediatria e da assistência à infância no Rio de Janeiro da Primeira República. In: VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol.26, n°44: p.437-459, jul/dez 2010.

<sup>4</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

<sup>5</sup> FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2009.

<sup>6</sup> Ibidem. p.20.

<sup>7</sup> Ibidem. p.21.

<sup>8</sup> Ibidem. p.25/26.

---

<sup>9</sup> CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

<sup>10</sup> Ibidem. p.25.

<sup>11</sup> Ibidem. p.27.

<sup>12</sup> Ibidem. p.27.

<sup>13</sup> Ibidem. p.28.

<sup>14</sup> Ibidem. p.43.

<sup>15</sup> CARULA, Karoline. A educação Feminina em A Mai de Família IN: CARULA, K., ENGEL, G.; CORRÊA, M. (org.). Os intelectuais e a Nação. Educação, Saúde e a Construção de um Brasil Moderno. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.

<sup>16</sup> Periódicos disponíveis na base da Biblioteca Nacional. Ver: Correio da Manhã, 14 Set, p.4. 1901 e Correio da Manhã, 29 Fev, p.05, 1903. (entre outros)

<sup>17</sup> Teses da FMRJ e publicações relacionadas à criança se colocam na ordem do dia. Por exemplo ver: EVES, Juvenal Martiniano das. Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e particularmente do mercenário em relação às condições em que elle se acha no Rio de Janeiro; Sciencias medicas, febre amarella; Sciencias accessorias, Da flor; Sciencias cirurgicas, Urethrotomia / por Juvenal Martiniano das Neves. Rio de Janeiro: Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1873. ; MASSON, Luiz Nicoláu. Da alimentação nas primeiras idades: Estudo crítico sobre os diferentes methodos de aleitamento / por Luiz Nicoláo Masson. Rio de Janeiro: Faculdade de Medicina, 1885. (entre outros)

<sup>18</sup> CARULA, Karula. Carlos Costa e a Mai de Família: Concepções acerca da maternidade em fins do Oitocentos. IN: BESSONE, T., NEVES, L., GUIMARÃES, L., (Org). Elites, fronteiras e cultura do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013, p. 85-112.

<sup>19</sup> MARCILIO, Maria Luiza. Historia Social da Criança Abandonada. HUCITEC - São Paulo, 2006, Segunda edição, p.82-83.

<sup>20</sup> Ibidem. p.83.

<sup>21</sup> FON FON 1910. (Acervo: hemerotecadigital.bn ED. 0007)

<sup>22</sup> FON FON 1915. (Acervo: hemerotecadigital.bn ED. 0050)

<sup>23</sup> FIGUEIRA, Fernandes. Livro das Mães: consultas práticas de hygiene infantil. Rio de Janeiro:1926, 3edição.

<sup>24</sup> Revista Tagarela, 1902. (Acervo: hemerotecadigital.bn. Ed. 00036)

<sup>25</sup> PINTO, Ferreira Antonio. O médico da primeira infância ou O conselheiro da mulher grávida e hygiene da primeira infância. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1859.

<sup>26</sup> COSTA, C. Palestra do médico XVII. A mãe de Família. Rio de Janeiro, ano 1, num.17, Set. 1879.

<sup>27</sup> FIGUEIREDO, Moncorvo. “Projecto de Regulamentação das amas de leite”. Gazeta Medica da Bahia, 1876, p.498-504.

1876

<sup>28</sup> Camara Municipal da Corte. “ Projecto de posturas para a industria das amas de leite”, 1884.

<sup>29</sup> FILHO, Moncorvo. Do exame das amas de leite no Brasil, 1903 e/ou PIRES, Almeida. Das amas de leite. Quarto Congresso Medico Latino Americano, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

<sup>30</sup> LIMA, Pythagoras J. Barbosa. *O aleitamento mercenário e sua fiscalização*. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Escola Gerson, 1914.

<sup>31</sup> Regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública. Decreto 16.3000. Dez.1913.

<sup>32</sup> A Tribuna Médica, 1907.

## Lei da Natureza uma religiosidade interna calcada na razão.

Daniela Gracias Godinho<sup>1</sup>

**Resumo:** John Locke em *Ensaio sobre lei de natureza* tem como objetivo investigar as razões da existência de uma Lei Moral externa ao indivíduo e universalmente obrigatória. Locke coloca que a vontade de Deus não é arbitrária. Não teríamos assim que confiarmos unicamente nos dogmas existentes nas Escrituras Sagradas, a Lei de Natureza é exterior ao pensamento sagrado. Através do uso da razão alcançamos o conhecimento moral, e este operaria sobre as nossas experiências sensíveis possibilitando a realização da ciência.

Palavras-chave: John Locke, Natureza, Empirismo.

**Abstract:** John Locke, in *Essays on the law of nature* aims to investigate the reasons for the existence of a Moral Law external to the individual and universally obligatory. Locke states that God's will is not arbitrary. We would not have so rely solely on existing dogmas in the Holy Scriptures, the Law of Nature is outside the sacred thought. Through the use of reason attain moral knowledge, and this would work on our sensory experiences enabling the execution of science.

Key words: John Locke, Nature, Empiricism.

### A Bíblia como principal argumento de autoridade.

A religiosidade é um dos principais marcos da era moderna, tornando-se inseparável a sua associação a assuntos relacionados a diferentes esferas da sociedade, influenciando até mesmo nas medidas políticas. Como coloca Christopher Hill, “a bíblia

---

<sup>1</sup> Graduanda pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Formação de Professores.

Integrante do grupo de pesquisa intitulado *Ideias de liberdade, natureza e república na Inglaterra dos séculos XVI e XVII*.

Coordenador e orientador do grupo: Carlos Mauro de Oliveira Junior.

E-mail: danielagodinho08@gmail.com.

foi fundamental para toda vida intelectual e moral dos séculos XVI e XVII”<sup>i</sup>, sendo um elemento importante para a formação de um protonacionalismo inglês. Diante de um grande período de conturbações religiosas, devido às guerras de religião e às reformas, a Inglaterra caracterizou-se como um reino na qual se convivia ou existia uma pluralidade religiosa nunca vista na era moderna: eram anglicanos, católicos, puritanos, anabatistas, calvinistas, presbiterianos entre muitos outros grupos que exerciam sua doutrinação religiosa de maneiras distintas.

A leitura das escrituras sagradas era prática para muitos desses homens que buscavam as respostas de seus problemas ao ler a bíblia como Hill argumenta, “os homens da época (...) viravam aleatoriamente as páginas da Bíblia com o objetivo de descobrir um texto que lhes servisse de guia”<sup>ii</sup>. Esses argumentos religiosos serviam para corroborar também muitas ideias do período como as de Sir. Robert Filmer que ao escrever sua obra o *Patriarcha*, baseou-se em suas leituras do Antigo Testamento. Thomas Hobbes, um dos mais importantes filósofos do século XVII, utilizou a bíblia em suas obras. Isso é perceptível com a leitura de sua mais reconhecida obra, o *Leviatã* com 657 citações bíblicas.

A bíblia era utilizada como fonte para uma oposição religiosa no período da Guerra Civil Inglesa, era “importante que as pessoas comuns pudessem ter o direito de ler e discutir a Bíblia: de decidir por si mesmas a não acreditarem no que a Igreja acreditava”<sup>iii</sup>, toda forma de crítica à bíblia também era uma crítica à Igreja Oficial (no caso anglicana), nesse momento diversos conflitos estavam em curso como o existente entre a Igreja Anglicana e outros grupos independentes. Locke estava inserido neste contexto de disputas e seus textos sofreram influência do meio social em que estava inserido. Nesse aspecto, acho importante lembrarmos um importante fato decorrente deste estudo e interpretação das escrituras sagradas, o homem com sua própria leitura usa um espaço interior de reflexão e julgamento para a realização de leitura pessoal do mundo. Sendo esta a principal característica do conceito da *devotio moderna* que foi possivelmente desenvolvida por Thomas de Kempis na obra *Imitação de Cristo*<sup>iv</sup>. Esta aproximação com uma religiosidade pessoal sem a negação dos principais dogmas do catolicismo, antes do século das Reformas, criou um lugar de desenvolvimento pessoal, que seria de fundamental importância para a elaboração do pensamento moderno.<sup>v</sup>

Ao realizar o estudo de uma forma de religiosidade interior, logo uma religiosidade secular, o historiador da filosofia Ernst Cassirer percebe que muitas questões presentes no humanismo e em alguns pensadores ingleses do século XVII, estão em contato com os debates que emergiram no século XVIII. Alguns pensadores afirmavam que somente a religião natural, primitiva, resistiu a todas as outras religiões, diferentemente do cristianismo, judaísmo, islamismo que tiveram uma data de início e conseqüentemente terão uma data para o seu término, a religião natural é a verdadeira religião, pois sempre esteve presente na humanidade e pode ser reconhecida pela razão, logo é eterna.<sup>vi</sup>

### **A criação da Lei de Natureza.**

John Locke foi um dos pensadores mais influentes do século XVII, inserido no universo político inglês durante grande parte de sua vida por estar em contato com um dos principais parlamentares do período, Sir Shaftesbury. Contudo, sua obra que se preocupava em expressar a existência de uma lei moral externa ao indivíduo e universalmente obrigatória, foi escrita no período que exercia o cargo de censor de Filosofia Moral na Universidade de Oxford. Locke cursou sua graduação em medicina em Oxford no período do protetorado de Cromwell.<sup>vii</sup> A Universidade de Oxford nesse período foi ao lado da Gresham College cenário de um grande desenvolvimento científico realizado por diversos pensadores que posteriormente formariam a Royal Society, estes que estariam preocupados com o desenvolvimento de uma filosofia natural e a realização de experiências em seus estudos.<sup>viii</sup>

Escrito em 1664, os *Ensaio sobre Lei de Natureza* são mais propriamente nove palestras ministradas por Locke no período que trabalhava em Oxford, originalmente escritas em latim, os oito primeiros ensaios têm como objetivo retratar questões controversas sobre a existência de uma força da natureza superior ao indivíduo. Diferentemente de muitas obras do século XVII, Locke não utilizou de trechos bíblicos para afirmar seus argumentos sobre a existência de uma lei de natureza que exerceria uma ligação pessoal do homem com Deus, podemos nesse aspecto perceber um ponto em comum com o conceito de *devotio moderna* desenvolvido no século XV, pois a própria esfera da natureza e a ideia de empiria são formas indiretas de lidar com o espaço interior. Portanto, como não temos como ter certeza que ao alcançarmos a compreensão da natureza estaremos em contato com a voz de Deus, e a religião como

tal não nos apresenta diretamente essa voz, o homem tem que usar do seu raciocínio para questionar, duvidar, interrogar as verdades absolutas.

O último ensaio intitulado “É possível que alguém seja, por natureza, feliz nesta vida? Não” não está presente no texto analisado, pois é a despedida de Locke de seu cargo como censor de filosofia moral em Oxford. Durante a restauração da monarquia Stuart, possivelmente as ideias revolucionárias que começavam a marcar o pensamento de Locke, assim como muitos dos membros da Royal Society, passaram a incomodar a coroa, que ocasionou assim o distanciamento de Locke do ambiente acadêmico. Apesar dos *Ensaio sobre Lei de Natureza* nunca terem sido publicados em vida, os conceitos por ele trabalhados podem ser percebidos durante toda a sua obra, realizando claras mudanças em alguns aspectos, mas a Lei de Natureza foi um dos principais conceitos desenvolvidos pelo pensador inglês.<sup>ix</sup>

Os pensamentos sobre a existência de uma lei natural exerceram um papel fundamental de influência na filosofia do século XVIII como, por exemplo, no trabalho do francês Denis Diderot:

Se é verdade que a lei natural pode ser efetivada pela lei mosaica e a lei mosaica pela lei cristã, por que esta última não seria, por sua vez efetivada por uma outra que Deus não teria ainda revelado aos homens?<sup>x</sup>

### **A empiria como forma de conhecimento.**

Um dos principais pensadores da era moderna foi Francis Bacon, um dos fundadores da filosofia empirista. Em sua obra, *A grande instauração*<sup>xi</sup>, Bacon retrata que é imprescindível a realização de experiências para a comprovação de resultados científicos, sendo necessário estar próximo à fonte para uma investigação mais detalhada, obtendo assim um resultado mais verdadeiro. John Locke pode ser reconhecido como “o mais notável dos discípulos filosóficos de Bacon”<sup>xii</sup>, pois também se utilizava da realização das experiências para alcançar os seus resultados, sendo assim, argumentando suas teorias.

Bacon é o primeiro autor a reconhecer a importância da utilização dos sentidos para a execução das experiências científicas, afirmando que os sentidos agem como “juiz da experiência”. Bacon coloca a importância das experiências para a compreensão da natureza:

As descobertas que até agora foram feitas nas artes e nas ciências são de tal estirpe que puderam ser alcançadas através da prática, da meditação, da observação, da argumentação – pois estavam dispostas em grande proximidade com os sentidos e imediatamente debaixo das noções comuns: mas antes de podermos atingir as regiões remotas e ocultas da natureza é necessário introduzir um uso e aplicação mais perfeitos da mente e intelecto humanos.<sup>xiii</sup>

Para Locke, a utilização do uso dos sentidos é um quesito primordial na realização das experiências, indo contra o pensamento racionalista que afirma a existência das ideias inatas nos homens, Locke argumenta que o homem é uma “tábula rasa” e adquire seus conhecimentos através das suas próprias descobertas ou das realizações de outros homens por meio da realização da experiência. O homem assim em contato com o uso de sua completa razão, estaria disposto por meio desta, a reconhecer e compreender a lei de natureza. Christopher Hill caracteriza bem o espírito intelectual do período:

Somente durante o século XVII as leis de natureza se consolidaram: até aquele momento, os cientistas foram, em sua maioria homens ansiosos por demonstrar que a ciência provava a existência de Deus e era compatível com a Bíblia. Apenas através do ponto de vista moderno podemos distinguir entre o que era “racional” na ciência do século XVII e o que não era.<sup>xiv</sup>

A importância da realização da empiria no século XVII também é analisada por Michel de Certeau em parte de seu livro *A Escrita da História*, no qual o autor busca compreender as diferenças entre o saber filosófico em relação aos critérios de verdade em questões religiosas e a sua convivência com as práticas populares que sobreviveram no período. Certeau coloca que os intelectuais corroboravam seus argumentos calcados em preceitos religiosos, mesmo que muitas vezes não utilizassem de uma ligação direta com os dogmas religiosos, para manterem-se afastados das guerras de religião que assolaram a Europa na Era Moderna, utilizavam de conceitos como o de Natureza para tratar de uma religião primitiva na qual o homem estaria ligado diretamente a Deus. A questão social passou a ganhar destaque nas explicações para os questionamentos realizados pelos pensadores do período que submeteram os critérios religiosos de verdades baseados na experiência e na realização da empiria.<sup>xv</sup>

### **Princípios da Lei de Natureza.**

Voltemos agora aos escritos de John Locke em 1664, *Os Ensaios sobre lei de natureza*. Peter Laslett coloca que Locke nunca se aprofundou como um teórico da lei



natural, fato que influenciou em seus outros trabalhos, mas não podemos deixar que esse trabalho não seja reconhecido, pois:

Não obstante, esses primeiros escritos podem ser classificados, com justiça, como o típico produto de uma mente capaz de enormes vôos, embora ainda incapaz de todo e qualquer vôo.<sup>xvi</sup>

Locke trabalha com a existência de uma lei de natureza que é dada aos indivíduos, no qual, o mundo é presidido por um ser divino, que em obediência a sua vontade todos os seres vivos possuem leis próprias desde o início de suas vidas. Esta lei não é o mesmo que o direito natural, ela ordena ou proíbe as nossas ações. Para Locke, a lei de natureza estava inteiramente ligada ao princípio da moralidade, ele argumenta:

Não penso que se entenda aqui a faculdade do entendimento que forma uma série de pensamentos e deduz provas, mas certos princípios definidos de ação dos quais emergem todas as virtudes e tudo quanto é necessário para a moldagem apropriada da moralidade.<sup>xvii</sup>

Mesmo que fundamental para o entendimento humano, a razão não pode transmitir leis para os homens, pois todos os requisitos de uma lei são encontrados na lei natural, ela é superior à vontade do homem, pois ela estabelece o que deve ou não ser feito, realizando uma obrigatoriedade sobre os homens. Embora não seja conhecida pelos homens como as leis constituídas em suas legislações, Locke coloca que esta lei pode ser reconhecida por todos através da “luz da natureza”, podendo existir assim em todos os lugares. Locke admitia que todas as pessoas eram detentoras da razão e que a lei natural poderia ser conhecida por meio da razão, contudo não significava que todos conheçam a lei, pois muitas pessoas preferem se privar do uso da “luz da razão” mantendo-se assim na escuridão. Esta lei apresenta-se de maneira inata e todos os homens estão sujeitos a ela, somente com a existência desta lei é possível o estabelecimento das leis civis e o cumprimento de seus pactos mediante a existência de uma lei superior coercitiva que mantém a ordem das ações humanas.

Locke trabalha com a possibilidade da lei de natureza ser conhecida através da luz da natureza no qual apresenta que é sim possível alcançar este conhecimento:

Não afirmamos que essa lei de natureza, escrita em tabulas, por assim dizer, fique exposta em nossos corações e que, tão logo chegue perto dela alguma luz interior (...), é finalmente lida percebida e notada pelos raios daquela luz. (...) existe alguma espécie de verdade cujo conhecimento o homem pode atingir por si mesmo e sem a ajuda de outro, se ele fizer o uso apropriado das faculdades de que é dotado pela natureza.<sup>xviii</sup>

Para alcançarmos o conhecimento da existência de uma lei natural, Locke argumenta três possibilidades: a primeira seria a inscrição na qual a lei de natureza nos seria inata, contudo esta forma é negada, pois para Locke o homem aprende tudo que conhece através de experiências de outros ou a partir de suas próprias descobertas, sendo assim, a lei de natureza não é conhecida pelo homem através do inatismo. A segunda possibilidade apresentada seria que a lei de natureza pudesse ser transmitida através da tradição, contudo como as tradições variam nas diferentes épocas e nos diferentes costumes não podendo ser transmitida assim como forma de conhecimento, pois a lei de natureza não se altera.

O terceiro e último modo de conhecimento se corrobora como base da lei natural, este é adquirido através da percepção sensorial, contudo Locke destaca que para encontrar um caminho para as coisas perceptíveis da natureza oculta, o homem necessita estar dotado de uma cuidadosa reflexão, pensamento e atenção da mente. Perante os argumentos trabalhados pelo pensador inglês, podemos perceber que a lei de natureza não faz parte da tradição entre os homens e não está presente como um princípio moral interior escrito em nossas mentes de maneira inata, sendo assim somente ser possível defini-la e reconhecê-la através do uso da razão e da percepção dos sentidos.

Locke questiona se a lei de natureza está inscrita nas mentes dos homens e nega tal possibilidade. Usando do conceito de tábula rasa que seria mais desenvolvido durante sua obra *Ensaio sobre o entendimento humano*, o autor coloca que existem relações morais inatas que são naturalizadas pelo convívio familiar como as próprias faculdades mentais, questões de vontade e entendimento, contudo não existem tais impressões da lei de natureza no coração das pessoas. Um dos exemplos para isso são os povos da América, que descrentes da existência da lei de natureza vivem sem princípios como bondade e retidão na visão do autor inglês, que declara:

Decreto podem existir muitas coisas que alguém acredite inscritas em sua mente pela natureza; coisas, entretanto, que derivam sua origem de alguma outra fonte, e disso não se segue que, só porque acreditamos avidamente em algo e o acalentamos como princípio, embora ignoremos sua fonte, isso seja a lei de natureza, escrita em nossos corações pela natureza.<sup>xix</sup>

Diante disso Locke declara que nenhum princípio prático ou especulativo está inserido nas mentes dos homens pela natureza. Através da razão alcançada com

utilização da experiência dos sentidos, os homens poderiam sim compreender a lei de natureza, Locke afirma que:

Quando ele (o homem) encontra em si a experiência sensorial e a razão, ele se sente disposto e pronto a contemplar as obras de Deus, a sabedoria e o poder Seus que estas manifestam, em seguida atribui e prestar louvor, honra e glória mais dignos de tão grande e tão beneficente criador.<sup>xx</sup>

Para aqueles que conseguem alcançar a compreensão dessa lei natural são tomados pela força obrigatória desta lei que nos remete a Deus. Locke estabelece que toda obrigação está vinculada com a consciência na própria mente, sendo assim, não é o medo de uma possível punição, é sim a apreensão racional do que é correto e coloca os homens sobre uma obrigação, “proferindo a consciência julgamento sobre moral e, se somos culpados de um crime, declarando que merecemos punição”.<sup>xxi</sup> Por ser uma vontade divina, a lei de natureza caracteriza-se como uma força intrínseca, obrigatória na qual pode ser conhecida pelos homens.

Deus, autor dessa lei, quis que essa fosse a regra de nossa vida moral, e Ele a tornou suficientemente conhecida, de modo que a pode compreender quem quer que se disponha a aplicar diligente estudo e a dirigir sua mente ao conhecimento dela. O resultado é que, como nada mais é necessário para impor uma obrigação, a não ser a autoridade e o legítimo poder de quem comanda, além da divulgação de sua vontade, ninguém pode duvidar de que a lei de natureza seja obrigatória a todos os homens.<sup>xxii</sup>

### Conclusão

Diante dos aspectos apresentados neste breve trabalho, podemos perceber que John Locke estava inserido em momento histórico marcado por um florescimento intelectual. Os trabalhos escritos por Locke no início de sua carreira acadêmica levantaram questionamentos que estariam presentes ao longo da vida do autor, como o conceito de Lei de Natureza que também está presente em uma das mais importantes obras do pensador inglês, o *Ensaio acerca do entendimento humano*. Ao trabalhar com a existência de uma lei natural, Locke analisa sem se valer dos argumentos tradicionais das religiões inglesas, a importância de uma moralidade interior na qual por meio do uso dos sentidos e com a realização de experiências os homens estariam preparados pelo meio da boa utilização da sua racionalidade de compreenderem as vontades da natureza, logo as vontades de Deus. Exercendo sobre os homens um poder moral interior com prerrogativas obrigatórias segundo as vontades do Criador da Natureza. Diante de sua

preocupação com a realização da empiria para afirmar suas teorias, John Locke é referido por Jonathan Israel como o “criador da moderna filosofia científica”<sup>xxiii</sup>.

---

<sup>i</sup> HILL, Christopher. “Capítulo 1 – Uma Cultura Bíblica”. In: *A Bíblia Inglesa e as Revoluções do século XVII*. Tradução: Cynthia Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.41

<sup>ii</sup> HILL, Christopher. “Capítulo 1 – Uma Cultura Bíblica”. In: *A Bíblia Inglesa e as Revoluções do século XVII*. Tradução: Cynthia Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. P.52.

<sup>iii</sup> HILL, Christopher. “Capítulo 1 – Uma Cultura Bíblica”. In: *A Bíblia Inglesa e as Revoluções do século XVII*. Tradução: Cynthia Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. P.61.

<sup>iv</sup> KEMPIS, Thomas de. *Imitação de Cristo*. São Paulo, HEDRA. 2008.

<sup>v</sup> OLIVEIRA JUNIOR, Carlos Mauro. *Espaço interior e idéia de natureza*. Artigo a ser publicado, cedido gentilmente pelo autor. Impresso.

<sup>vi</sup> CASSIRER, Ernest. “A Ideia de Religião” in: *A Filosofia do Iluminismo*. Campinas: Unicamp, 1994.

<sup>vii</sup> LOCKE, John. “Ensaio sobre a lei de natureza”. In: *Ensaio Político (Mark Goldie org)*. Clássicos Cambridge da filosofia Política. SP: Martins Fontes, 2007, p. 98-123.

<sup>viii</sup> HILL, Christopher. “Francis Bacon e os Parlamentaristas”. In: *Origens Intelectuais da Revolução Inglesa*. Tradução: Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p.117-177.

<sup>ix</sup> LOCKE, John. “Ensaio sobre a lei de natureza”. In: *Ensaio Político (Mark Goldie org)*. Clássicos Cambridge da filosofia Política. Martins Fontes: São Paulo, 2007. P.98- 165.

<sup>x</sup> CASSIRER, Ernst. “A Ideia de Religião” in: *A Filosofia do Iluminismo*. Tradução. Alvaro Cabral. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1994.p.232.

<sup>xi</sup> BACON, Francis. *Nova Atlântida e a Grande Instauração*. Tradução: Miguel Morgado. Lisboa: Edições 70, 2008. p.11-43.

<sup>xii</sup> HILL, Christopher. “Francis Bacon e os Parlamentaristas”. In: *Origens Intelectuais da Revolução Inglesa*. Tradução: Jefferson Luís Camargo. Martins Fontes. p. 172.

<sup>xiii</sup> BACON, Francis. *Nova Atlântida e a Grande Instauração*. Tradução: Miguel Morgado. Lisboa: Edições 70, 2008. p.21.

<sup>xiv</sup> HILL, Christopher. “Capítulo 1 – Uma Cultura Bíblica”. In: *A Bíblia Inglesa e as Revoluções do século XVII*. Tradução: Cynthia Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. P.52.

<sup>xv</sup> DE CERTEAU, Michel. “A inversão do pensável. A História religiosa do século XVII” e “A formalidade das práticas. Do sistema religioso à ética das luzes (XVII-XVIII)” in: Idem. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

<sup>xvi</sup> LASLETT, Peter. “Introdução”. In: LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo*. Tradução de Julio Fischer; introdução de Peter Laslett. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p.30.

<sup>xvii</sup> LOCKE, John. “Ensaio sobre a lei de natureza” – editado. In: *Ensaio Político (Mark Goldie org)*. Clássicos Cambridge da filosofia Política. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p.101.

<sup>xviii</sup> LOCKE, John. “Ensaio sobre a lei de natureza” – editado. In: *Ensaio Político (Mark Goldie org)*. Clássicos Cambridge da filosofia Política. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p.110.

<sup>xix</sup> LOCKE, John. “Ensaio sobre a lei de natureza” – editado. In: *Ensaio Político (Mark Goldie org)*. Clássicos Cambridge da filosofia Política. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p.123.

<sup>xx</sup> LOCKE, John. “Ensaio sobre a lei de natureza” – editado. In: *Ensaio Político (Mark Goldie org)*. Clássicos Cambridge da filosofia Política. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p.130.

<sup>xxi</sup> LOCKE, John. “Ensaio sobre a lei de natureza” – editado. In: *Ensaio Político (Mark Goldie org)*. Clássicos Cambridge da filosofia Política. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p.145-146.

<sup>xxii</sup> LOCKE, John. “Ensaio sobre a lei de natureza” – editado. In: *Ensaio Político (Mark Goldie org)*. Clássicos Cambridge da filosofia Política. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p.147.

<sup>xxiii</sup> ISRAEL, Jonathan I. “Anglomania: o “Triunfo” de Newton e Locke”. In: *Iluminismo Radical – A Filosofia e a Construção da Modernidade 1650-1750*. Tradução: Claudio Blanc. São Paulo: Madras, 2009. P.571.

## Questões de gênero no cinema de animação da Walt Disney durante a Segunda Guerra Mundial

Diogo da Costa Salles\*

---

Resumo: esse trabalho se propõe a analisar as questões de gênero presentes na sociedade norte-americana durante a Segunda Guerra Mundial. Para isso, faz-se uso do curta-metragem animado *Out of the Frying Pan Into the Firing Line*, produzido pelos estúdios Walt Disney. Considera-se que elementos de poder como a indústria cinematográfica de Hollywood e os interesses governamentais do período colocaram em prática certos mecanismos para definir visões sobre o papel “adequado” a ser exercido pela mulher norte-americana nessa conjuntura.

Palavras-chave: cinema de animação, Segunda Guerra Mundial, História das Mulheres

---

Abstract: this paper proposes to enlighten certain questions about gender that appeared in the American society during World War II. With that in mind, the Walt Disney's animated short-film *Out of the Frying Pan Into the Firing Line* will be the focus of analysis. It's considered, then, that power agents as the Hollywood film industry and governmental interests of the moment set in movement some mechanisms to define the “appropriate” role to be played by the American woman at that time.

Key-words: animation cinema, World War II, Women's History

---

---

\* Aluno graduando da Universidade Federal Fluminense em bacharelado e licenciatura em História. E-mail para contato: diogocsalles@gmail.com

O cinema de animação possui um grande poder de representatividade. Se a mídia cinematográfica já permite um sem número de possibilidades para criar e construir personagens, imagens e ideias a partir de narrativas, o gênero da animação potencializa essas características. Dentro dele, criadores podem moldar personagens e cenários à sua maneira; criar enquadramentos e movimentos de câmera que não podiam ser realizados pelo cinema convencional durante a maior parte de sua história. É através dessas potencialidades extremadas que as animações adquirem tamanha expressividade não só em sua forma, mas também no conteúdo e nas mensagens transmitidas.

Em situações extremas, essas capacidades são colocadas em uso ao extremo. O contexto que tomo como ponto de partida é a participação dos EUA na Segunda Guerra Mundial. Os agentes envolvidos responsabilizaram-se por movimentar uma série de ideias e imagens, colocadas para trabalhar em favor de interesses e discursos específicos. O caso analisado para representar tal processo é o de *Out of the Frying Pan Into the Firing Line*,<sup>1</sup> filme curta-metragem animado produzido durante a guerra pelos estúdios Walt Disney com subsídios governamentais. Após breve contextualização, o trabalho se concentrará em desenvolver uma análise sobre questões que permeiam o filme: a construção de uma imagem de feminilidade e do papel da mulher dentro de uma cultura específica; a função do meio doméstico na dinâmica de uma sociedade em guerra; as motivações políticas e os poderes engajados nessas construções

### **Caminhando para o conflito: estrada para uma guerra redentora**

Dentro da trajetória dos EUA na Segunda Guerra, o ataque japonês à base naval de Pearl Harbor no Havaí foi o ponto de virada mais importante para definir o envolvimento direto do país nos acontecimentos. Inaugurou-se, assim, uma nova conjuntura que trazia novas demandas.

Não havia mais necessidade de mostrar à sociedade norte-americana quem era o inimigo. Isso já havia ficado mais do que claro graças à iniciativa ofensiva do Japão e à postura dos governos alemão e italiano, escolhendo firmar o antagonismo com os Estados Unidos ao darem respaldo ao ataque de seu aliado. No entanto, ainda faltava ilustrar e educar os indivíduos sobre o que estava em jogo nessa guerra, como era possível contribuir para a vitória e quais valores e virtudes estavam por trás dos sacrifícios do combate. Depois de Pearl Harbor, certas ferramentas

---

1 *Out of the Frying Pan, Into the Firing Line*. Direção de Ben Sharpsteen. Produção de Walt Disney. Voz de Thelma Boardman. 1942. EUA. Sinopse: Minnie e Pluto são ensinados sobre a importância da conservação e reciclagem de óleo de cozinha, que pode ser utilizado na produção de armamentos para o esforço de guerra.

começaram a ser colocadas em prática para direcionar o rumo que os EUA tomariam na guerra em que eles estavam ingressando.

Se era de fato preciso agir e tomar um posicionamento, foi mais necessário ainda legitimar o ato com todo um imaginário de idealismo e defesa das virtudes.<sup>2</sup> Afinal de contas, o grande conflito do século XX foi tanto uma guerra de mobilização militar, poderio bélico, logística e estratégia, quanto uma guerra ideológica.

Nos 20 anos separando as duas Grandes Guerras, a cultura e a sociedade norte-americanas haviam consolidado a ideia e o espírito do “ser americano”. Estabeleceu-se um compartilhamento de crenças, ideias e referências que compunham o que era esse “ser americano”. A Segunda Guerra foi o evento que marcou a expansão desse ideal para o resto do mundo.<sup>3</sup> Uma das instituições mais importantes a atuar nesse período de expansão do “ser americano” foi Hollywood e a indústria cinematográfica. A partir da década de 1920 o cinema já possuía um amplo alcance em diversas partes da Europa, África e Ásia, tendo como principal centro produtor e exportador os Estados Unidos.

O cinema já havia se consolidado há muito como uma dos principais e mais lucrativos ramos na economia nacional. Durante a guerra, o papel que Hollywood desempenhou foi o de fornecer os devidos exemplos dos comportamentos e atitudes mais adequados para aquele momento, mostrando que aquela era uma luta de todos. Segundo a historiadora Lary May, era necessário construir um sentimento de união e cooperação na população, “esse consenso prometia trazer a vitória e perceber a esperança de abundância que havia sido tão central para os sonhos populares e reviravoltas sociais dos tempos da depressão”. A partir dessa lógica, “os líderes do governo voltaram-se para a indústria cinematográfica dramatizar esse novo espírito de cooperação na tela.”<sup>4</sup>

Agora, por trás do antigo monopólio sobre a distribuição dos grandes estúdios, subsídios governamentais contribuíam para levar centenas de produções às salas de cinema do país. Cabia ao *Bureau of Motion Pictures*, subdivisão do *Office of War Information*,<sup>5</sup> “a tarefa de fazer com

2 CHANCE, James. “Sonhos de perfectibilidades: a excepcionalidade americana e a busca de uma política externa moral.” In: *America em Teoria*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993, p. 242. Essa ideia de política externa moral se traduz nas palavras do próprio Roosevelt: “Assim como nossa política nacional em assuntos internos tem se baseado no respeito decente pelos direitos e pela dignidade de todos nossos compatriotas dentro de nossos portões, nossa política nacional em assuntos externos tem se baseado no respeito decente pelos direitos e dignidade de todas as nações, grandes e pequenas. E a justiça da moralidade deve e será vitoriosa no fim.” Trecho do discurso “Four Freedoms” transmitido nacionalmente via rádio no dia 6 de Janeiro de 1941. Disponível em <http://millercenter.org/president/speeches#fdroosevelt>. Acesso no dia 24/02/2014

3 LUKACS, John. “American History: The Terminological Problem.” *The American Scholar*, Washington DC: Vol. 61, No. 1, 1992.

4 MAY, Lary. “Making the American Consensus”. In.: *The war in american culture – society and consciousness during World War II*. Chigago: The University of Chicago Press, 1996, p. 74

5 “As funções do OWI eram: intensificar a compreensão da opinião pública sobre a guerra no país e no exterior,

que todo produtor de Hollywood tivesse em mente uma pergunta básica: ‘Esse filme vai ajudar a ganhar a guerra?’”<sup>6</sup> O livro *The Government Information Manual for the Motion Picture*, produzido pelo *Bureau*, visava instituir aquilo que Washington esperava que Hollywood abordasse em seus filmes para ajudar no esforço de guerra. Era requisitado que 6 grandes temas fossem abordados: “As Questões - por que combatemos, a paz; O inimigo - sua natureza; Nossos aliados; Trabalho e produção; A Frente Doméstica - sacrifício; e As Forças Armadas dos Estados Unidos - sua tarefa na frente de batalha.”<sup>7</sup> Ou seja, com quem lutamos e por quê; quem está do nosso lado e quem não está; qual é o meu papel nessa luta e como posso realizá-lo da melhor maneira possível. Essas eram as dúvidas que o discurso governamental da época queria criar e, simultaneamente, sanar.

Para Noam Chomsky a aliança entre política e propaganda visa mostrar à sociedade o quão perigoso pode ser a formação de divisões internas da opinião pública, pondo em risco a vitória na guerra. Depois de Pearl Harbor, não estava em jogo somente o destino dos países europeus. A sociedade norte-americana encontrava-se literalmente cercada por inimigos em cada flanco, alemães no Atlântico e japoneses no Pacífico.

Confrontar o poder é custoso e difícil; altos padrões de evidência e argumento são exigidos, e análise crítica é naturalmente não bem-vinda por aqueles que estão em posição de reagir vigorosamente e determinar o nível de recompensas e punições. Conformidade com uma “agenda patriótica”, em contraste, não impõe tais custos.<sup>8</sup>

O conceito do “*propaganda model*” de Chomsky serve para caracterizar essa aliança entre mídia e Estado em favor da mobilização da sociedade ao encontro de um consenso. Essa união de forças está relacionada tanto com os interesses das partes (governo e estúdios de cinema) quanto por uma questão de praticidade.

descobrimos que o caminho do conformismo é o mais fácil, e a porta para o privilégio é o prestígio; dissidência acarreta custos pessoais que podem ser severos, mesmo numa sociedade que não possui tais meios de controle como esquadrões da morte, prisões psiquiátricas, ou campos de extermínio.<sup>9</sup>

---

coordenar as atividades de informação do governo, e servir como contato com a imprensa, o rádio e o cinema”.  
MATTOS, A. C. Gomes de. *Do cinetoscópio ao cinema digital – breve história do cinema americano*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006, p. 98.

6 FRIEDRICH, Otto. *A Cidade das Redes – Hollywood nas anos 40*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 214.

7 MATTOS, A. C. Gomes de. *Ibidem* p. 96.

8 CHOMSKY, Noam. *Necessary Illusions – Thought Control in Democratic Societies*. Boston: South End Press, 1989, p. 19

9 CHOMSKY, Noam. *Necessary Illusions – Thought Control in Democratic Societies*. Boston: South End Press, 1989, p. 21.



Aos produtores e estúdios de cinema também cabia um lugar nesse consenso almejado. Ficar do lado certo durante a guerra era essencial para se continuar sobrevivendo, uma vez que incentivar o dissenso era tido como um perigo tão grande quanto estar lutando do lado do inimigo. Em situações como essa, “eles [os praticantes da arte de manipular o público] prontamente adotam as crenças que servem às necessidades institucionais”.<sup>10</sup>

### **O cinema de animação dos estúdios Disney e o governo norte-americano**

As primeiras pascerias entre a Disney e o governo norte-americano se desenvolveram a partir do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA) no começo dos anos 1940, comandado na época por Nelson Rockefeller. Graças a essa mediação, a empresa adquiriu o patrocínio para mandar equipes de animadores a diversos pontos da América Latina, produzindo filmes para aproximar diplomática e culturalmente os dois hemisférios do continente.

Essa aproximação inicial com o governo representou um passo importante para a destino da empresa nos anos que estavam por vir. Enquanto marca, a Disney foi pioneira em visualizar o potencial que o marketing em cima de produtos relacionados a seus personagens e filmes podia ter, especialmente para deixar a companhia fora do vermelho nos tempos de dificuldade.

Durante os anos 1940, a Disney passava por uma das maiores crises de sua história. Disputas sindicais, problemas financeiros e bloqueios criativos fizeram dos contratos com o governo para produção de filmes a principal fonte de renda e serviço que mantinha a empresa de pé. A guerra trouxe uma série de novas possibilidades para a Disney. Após Pearl Harbor, a direção da empresa foi convencida da necessidade de ganhar a guerra e das possibilidades de negócios que tal urgência abria.<sup>11</sup>

Em Janeiro de 1942, o Departamento de Aviação da Marinha entrou em contato com a Disney para firmar negociações sobre a produção de filmes de treinamento voltados aos recrutas. Pouco depois, deram-se início as conversas com outros departamentos governamentais. Rapidamente, os novos contratos assinados com órgãos e instituições do governo norte-americano viriam a ocupar praticamente toda a força de trabalho do estúdio. Os filmes feitos nessa época e os interesses em torno de sua produção abrem brecha para um ângulo de observação particular sobre a sociedade e cultura norte-americana do período.

---

10 CHOMSKY, Noam. *Necessary Illusions – Thought Control in Democratic Societies*. Boston: South End Press, 1989, p. 33.

11 GABLER, Neal. *Walt Disney – the triumph of the American imagination*. Edição Kindle. Nova York: Alfred A. Knoff, 2006.

## ***Out of the Frying Pan Into the Firing Line*: dever patriótico mulheres e papéis de gênero durante a Segunda Guerra**

*Out of the Frying Pan Into the Firing Line* foi produzido pela Walt Disney em conjunto com o *War Production Board*, agência governamental responsável pela coordenação da atividade industrial com as necessidades dos anos de guerra. Ao conteúdo da animação está vinculada uma mensagem governamental direcionada à população. O público-alvo dessa mensagem são as “donas de casa da América”, como diz o próprio narrador do filme, que informa sobre a importância de se reaproveitar os restos de óleo ou gordura de cozinha para servirem de matéria-prima à indústria de produção de munições e explosivos.

O desenho começa com Minnie Mouse na cozinha, fritando uma combinação de bacon com ovos. Quando ela está prestes a despejar os restos de gordura na vasilha de ração do cão de estimação Pluto, é impedida por uma voz saindo do rádio da sala. O narrador inicia uma longa exposição sobre o quanto é necessário que esse material seja redirecionado para a indústria bélica, uma vez que essas sobras podem ser transformadas em bombas, mísseis e torpedos que serão usados contra o inimigo. Ele instrui Minnie e Pluto sobre como proceder nesses casos, onde os restos de gordura devem ser conservados e em que lugares eles são recolhidos.

Incorporando uma linguagem particular de documentários à narrativa, o principal foco do filme está na mensagem transmitida pela palavra falada, enquanto a parte visual funciona como um suporte da mesma mensagem. A voz “sem corpo” proveniente do rádio é aquela que dita o ritmo e o discurso. Apesar de constar com dois dos principais personagens Disney, Minnie e Pluto (sem contar uma aparição relâmpago de Mickey) ficam restritos a papéis secundários, servindo de elo entre a mensagem educativa e os espectadores. O trabalho conjunto da Disney com a *War Production Board* visava uma política de conscientização para o esforço de guerra no *homefront* (frente doméstica). As falas do narrador mostram o potencial que sobras de cozinha aparentemente dispensáveis tem para a luta contra o Eixo. A relação principal entre a cozinha das casas americanas e a vitória nos campos de batalha está no fato de que “gordura faz glicerina e glicerina faz explosivos”. Esses materiais de cozinha, aparentemente sem nenhuma utilidade, com o manejo correto e consciente, teriam o potencial de verdadeiras “fábricas de munição”. Nos momentos finais da animação há uma sobreposição de imagens de uma mão feminina despejando o conteúdo de uma frigideira junto de uma bateria antiaérea disparando para o alto. A fala do narrador que justifica a imagem funciona como síntese para a campanha: “Poupe sobras

de gordura para fazer explosivos.”

A ideia da guerra permeia todo o filme. Com imagens, palavras e sons representando bombas, explosões, mísseis e disparos de armas, a animação coloca o tom de urgência e importância no que está sendo tratado. As notas da 5ª Sinfonia de Beethoven aparecem novamente, funcionando como um alerta que atenta para o risco de destruição iminente dos inimigos da sociedade norte-americana. Em certo momento, é dito que algumas libras (sistema de medida utilizado) de gordura podem garantir aos rapazes no *front* mais cartuchos de munição. Nesse momento, é mostrado um porta-retrato pendurado na parede da sala. Nele há uma foto de Mickey com vestindo o uniforme do exército, como que batendo continência para os espectadores. Quando o narrador indica o retrato para Pluto, o cão devolve a continência prestada por Mickey, indicando ter captado o recado. Na sua visão sobre os *cartoons* do período, a historiadora Katia Krauser comenta que o retrato de Mickey “produz um sentido de honraria aos soldados, reconhecido pelas famílias e espectadores em geral.”<sup>12</sup>

Minnie também é o principal vetor da mensagem. No começo da animação, quando a voz do rádio impede que a ratinha desperdice o conteúdo da frigideira, ela convoca as donas de casa da América dizendo para elas que “uma das coisas mais importantes que vocês podem fazer é guardar seus restos de gordura de cozinha”. Após instruir os dois personagens sobre como conservar adequadamente a gordura acumulada, o narrador indica a Pluto que ele pode levar o material para qualquer açougueiro que tenha em sua loja um adesivo da campanha de coleta de gordura, sinal de que o comerciante também está dando sua contribuição. Nesse breve instante, a imagem torna-se mais importante que a palavra para a intenção do filme. Era necessário mostrar o adesivo às plateias dos cinemas para que os próprios espectadores pudessem reconhecer o sinal do *War Production Board* nos mercados e comércio que frequentavam. Então, quando Pluto está para entrar no açougue, ele para e olha atentamente para o símbolo colado na vitrine da loja. O narrador interrompe sua fala e a “câmera” dá um zoom para enquadrar o adesivo por completo. Pluto faz a troca com o açougueiro, mas ao invés do ressarcimento de algumas moedas, prefere receber em troca uma corrente de salsichas da loja. Assim, o desenho acaba como Pluto caminhando feliz de volta para casa, de cabeça erguida e uma bandeira norte-americana presa à calda, celebrando a boa ação do dia.

Tanto por ser um produto de sua época quanto pelos claros interesses políticos em sua produção, o filme encarna uma série de valores e questões morais em torno das quais a história é

---

12 KRAUSER, Katia. *O rato vai à guerra – como o Mickey Mouse se tornou uma imagem de poder dos EUA, 1928-1946*. Universidade Federal Fluminense: Dissertação de Mestrado, orientador: Prof. Dr. Paulo Knauss, 2011, p. 142.

construída. Isso fica evidente, em primeiro lugar, na apresentação e desenvolvimento dos personagens. O perfil dos protagonistas da história indica para qual público ela está direcionando-se. Temos Minnie deixando de lado o arquétipo da donzela em perigo que a caracterizou desde suas primeiras aparições nos filmes do estúdio, assumindo aqui um papel mais ativo no enredo como dona de casa provedora do lar na ausência de Mickey. O mesmo vale para Pluto. Apesar de não ter características antropomórficas como a dos demais personagens, o *design* do bloodhound amarelo garante certos ares de humanidade ao cão.<sup>13</sup> Além da figura do animal de estimação, ele pode ser imaginado, dentro do ambiente doméstico que a animação representa, como um terceiro membro da família Mouse, que depende da atenção e dos cuidados dos “adultos responsáveis” (um filho, uma criança, um idoso), ou seja, ainda assim uma figura participativa dentro do ambiente doméstico. A decisão conjunta dos dois personagens demonstra que mesmo as menores contribuições, quando feitas por muitos, podem auxiliar uma causa maior. Não se trata de sacrificar ou abrir mão da qualidade de vida para conquistar a vitória, mas fazer o possível para ajudar seu país num momento de necessidade. Muito mais do que um dever, isso é um privilégio.

Essa missão libertadora que depende do auxílio conjunto de toda a sociedade norte-americana tinha como base de sua justificativa e legitimação a ideia de luta do bem contra o mal; o combate contra o inimigo alemão nazista e japonês, as ameaças que vêm de fora. Mas esse movimento não implica somente em sacrifícios. Há também uma ideia de esforço recompensado, como no momento em que Pluto percebe que pode ajudar o dono Mickey nos campos de batalha se abrir mão da oferta de Minnie de misturar a gordura com a ração; ou quando o cão percebe que pode trocar o dinheiro do reaproveitamento da gordura por petiscos do açougue, garantindo um agrado para si e a sensação de dever cumprido.

A principal questão política que passou a existir desde a entrada norte-americana na guerra referia-se à manutenção do *status quo* na vida dos que não foram enviados para a luta. O discurso presente em *Out of the Frying Pan...* apoia-se na ideia de um equilíbrio entre o quanto é possível para a sociedade contribuir com a vitória sem que isso implique em abrir mão do padrão de vida. O *front* doméstico foi, durante muitas vezes, alvo dos elogios e atenções de Roosevelt, pois era ele que representava o poder econômico e produtivo dos EUA. Aqueles que não haviam embarcado para passar pela provação da guerra de uniforme e armas deveriam portar outro tipo

---

13 “Personagens não antropomórficos são desenhados com leves traços que humanizam suas expressões, principalmente nos olhos que ganham uma sobrancelha, ou contornos que lembram uma sobrancelha que animais reais não tem, o que desperta a empatia do espectador”. KRAUSER, Katia. *O rato vai à guerra – como o Mickey Mouse se tornou uma imagem de poder dos EUA, 1928-1946*. Universidade Federal Fluminense: Dissertação de Mestrado, orientador: Prof. Dr. Paulo Knauss, 2011, p. 141.

de vestimenta e acessórios. A América do *Neal Deal* integrava todos os indivíduos nos momentos bons e ruins. Nesse aspecto ideológico, todos precisavam contribuir pois participam da mesma unidade. Até em suas casas, a indivíduos não escapavam das dificuldades dos tempos de guerra, vivenciando políticas de racionamento de produtos importantes como combustível e borracha e mudanças no mundo do trabalho, como a inclusão de mulheres e grupos sociais antes excluídos nas forças de produção. Tudo possível graças à sensação de urgência e risco que a guerra colocava para a população.

Sendo assim, o cenário onde o filme se passa e os papéis desempenhados por seus personagens também gera algumas possibilidades de discussão sobre as questões de gênero no desenho e no cinema como um todo.<sup>14</sup> A historiadora Lary May aponta que, nos momentos em que a sociedade norte-americana precisava estar unida durante os anos de guerra, o cinema hollywoodiano serviu como um instrumento de luta contra a subversão.<sup>15</sup> Ela afirma que

A luta contra subversão não se focava somente em agentes inimigos ou nas falsas ideias do herói. Ela também foi até o centro de outra potencial fonte de ruptura: o desejo das mulheres por independência e relações sociais e familiares mais igualitárias.<sup>16</sup>

Segundo a autora, o empoderamento da figura feminina nos cinemas nas décadas anteriores à guerra foi dando lugar a uma mulher com a identidade dividida. De um lado, seu trabalho serve para dar auxílio ao seu companheiro no campo de batalha. Do outro, a mulher passa a “encarnar o ideal 'Americano' de democracia e realização pessoal que está se desgastando pela perda de autonomia numa vida pública afetada para fins de Estado.”<sup>17</sup>

Pelo que se consegue observar com *Out of the Frying Pan...*, tanto nos personagens de carne e osso do cinema quanto os de papel e tinta foram afetados por essa mudança. Minnie deixa o lugar de coadjuvante ou vítima das aventuras com Mickey e assume uma posição central, mas ainda está presa ao espaço do lar, cuja responsabilidade total de manter e cuidar passa a ser sua. Mesmo “promovida” a protagonista, assumindo temporariamente o lugar de Mickey (e do ideal “Americano”, como Lary May coloca), ela mantém-se restrita ao espaço da casa, da cozinha e da família.

---

14 KRAUSER, Katia. *O rato vai à guerra – como o Mickey Mouse se tornou uma imagem de poder dos EUA, 1928-1946*. Universidade Federal Fluminense: Dissertação de Mestrado, orientador: Prof. Dr. Paulo Knauss, 2011, p. 142.

15 Cf. MAY, Lary. “Making the American Consensus”. In.: *The war in american culture – society and conciousness during World War II*. Chigago: The University of Chicago Press, 1996.

16 MAY, Lary. “Making the American Consensus”. In.: *The war in american culture – society and conciousness during World War II*. Chigago: The University of Chicago Press, 1996, p. 87.

17 MAY, Lary. “Making the American Consensus”. In.: *The war in american culture – society and conciousness during World War II*. Chigago: The University of Chicago Press, 1996, p. 88-9.

O mesmo tipo de separação entre o doméstico e o público, entre os papéis relativos à feminilidade/maternidade e à masculinidade provedora e batalhadora, está evidenciado nos muitos elementos que podem ser extraídos de *Out of the Frying Pan...* Como produto da “agenda patriótica” estabelecida pelo discurso governamental da época, o filme cumpre com a função de instruir os espectadores sobre as funções que cada indivíduo deve assumir para contribuir com o momento de necessidade. Da mesma forma que os *Fireside chats* (“conversas ao pé da lareira”) de Roosevelt permitiam que a esfera política penetrasse na esfera privada através do rádio, essa experiência é reencenada na animação. A fala do narrador, que expõe as informações e interage com a família Mouse,

ao mesmo tempo que conclama a campanha, significa um sentido de ordem e tranquilidade assegurados pelo governo que tem o controle da situação e resguarda o direito da população civil de manter normais sua vida e consumo.<sup>18</sup>

Certos personagens Disney são como figuras personalizadas, colocadas para realizar diversas funções em cenários e situações das mais variadas. Pateta e Donald podem ser “pessoas” comuns ou grandes aventureiros, viajar no tempo e no espaço. Mickey aparece desempenhando um sem número de profissões em suas aventuras. Já outros não tem essa flexibilidade. Pluto está limitado ao papel do animal de estimação por não compartilhar do antropomorfismo dos demais. Assim, ele sempre é o mascote, o companheiro, que se comunica puramente por gestos e expressões. O caso de Minnie é diferente: mesmo sendo tão “humana” quanto Mickey, Pateta e Donald, suas participações nas histórias permanecem restritos. Se a sua contraparte masculina sintetiza a essência do cidadão americano, não parece haver espaço para as mulheres nessa construção ideal. Esse paradoxo se verifica desde a obra clássica de Simone de Beauvoir: em seu *O Segundo Sexo* a filósofa questiona as ideias biológicas, psicológicas e políticas que tiram da mulher a autonomia sobre seu próprio corpo e mente. Assim, o pensamento ocidental concede à mulher um lugar secundário, literalmente como um “segundo sexo”, em que “[o] drama da mulher é esse conflito entre a reivindicação fundamental de todo sujeito que se põe sempre como o essencial e as exigências de uma situação que a constitui como inessencial.”<sup>19</sup> As “donas de casa da América” deveriam permanecer num estado de latência; dispostas a agir quando convocada nos momentos de necessidade e igualmente prontas para retornarem a sua condição inicial.

18 KRAUSER, Katia. *O rato vai à guerra – como o Mickey Mouse se tornou uma imagem de poder dos EUA, 1928-1946*. Universidade Federal Fluminense: Dissertação de Mestrado, orientador: Prof. Dr. Paulo Knauss, 2011, p. 143

19 BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 4ª edição. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970, p. 23

## **IX Semana de História Política | VI Seminário Nacional de História: política, cultura & sociedade. (UERJ – 2014)**

### **A ATUAÇÃO DA INQUISIÇÃO EM PORTUGAL: O CASO DA RAINHA DONA MARIANA D’AUSTRIA ENVOLVENDO O REI DOM JOÃO V (SÉCULO XVIII)**

Elenice Guimarães Ferreira Pinto\*

#### **RESUMO**

O presente trabalho tem por objetivo fazer uma análise do papel exercido pela Inquisição em Portugal, no século XVIII, através do estudo de um caso em especial: o processo que envolveu a rainha Dona Marianna d’Austria, esposa de Dom João V, rei de Portugal à época. Examinaremos a importância e o poder exercido pela Igreja Católica, tendo como linha de aprofundamento os aspectos religiosos, sociais e econômicos, durante o reinado de D. João V, e as ações da rainha, dentro daquela sociedade de corte.

Palavras chaves: Inquisição – Dom João V – Dona Marianna d’Austria.

#### **ABSTRACT**

This study aims to analyze the role played by the Inquisition in Portugal, in the eighteenth century through the study of a particular case: the case involving the queen Dona Marianna of Austria, wife of John V, King of Portugal at the time. Examine the importance and the power exercised by the Catholic Church, with the deepening of religious, social and economic aspects, during the reign of D. João V, and the actions of the queen, cutting inside that society.

**Keywords:** Inquisition – Dom João V – Dona Marianna d’Austria

\* Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Está sob orientação do Professor Victor Hugo Abril. Participa do Projeto de Iniciação Científica - “Território e Trabalho”-sob a coordenação da Prof.<sup>a</sup> Doutora Mariana de Aguiar Ferreira Muaze,. E-mail: [elenicegfp@hotmail.com](mailto:elenicegfp@hotmail.com). O texto abaixo é um resumo retirado da monografia original apresentada e aprovada com louvor como requisito para graduação em Licenciatura em História na UNIRIO, apresentada no primeiro semestre de 2014.

## TEXTO PARA PUBLICAÇÃO

O estudo da atuação da Inquisição da Igreja Católica<sup>1</sup>, antes e depois de seu estabelecimento em Portugal, em 1536, foi o nosso ponto de partida para podermos entender seu poder e sua relação com a coroa portuguesa até os setecentos. Porém, nosso foco de estudo principal, está localizado na cidade de Lisboa, no século XVIII, sendo este, nosso recorte espaço-temporal primordial.

Para o entendimento do caso em especial, a atuação inquisitorial e a sua influência direta no controle dos chamados hereges ( pessoas que se desviavam do cumprimento dos dogmas da Igreja, dentro da sociedade portuguesa). Pesquisamos esses desvios religiosos, em principal os casos de feitiçaria e das práticas judaizantes dos chamados cristãos-novos<sup>2</sup>, quanto à forma de punição, vigilância e julgamento pelo Tribunal Inquisitorial estabelecido naquele reino. O poder do Tribunal se estendeu por todo o reino português, dentro e fora dos muros do Paço da Ribeira (palácio real português), se alongando até o além mar.

Dois pontos foram colocados em evidência nesse estudo em questão: a intimidação religiosa sobre o povo, através da imposição do medo e a relevância do poder eclesiástico para o fortalecimento do comando monárquico.

O estudo de um caso em particular: o envolvimento da esposa de Dom João V<sup>3</sup> rei de Portugal na época, em um processo inquisitorial, nos levará a pesquisarmos o porquê de um fato tão inusitado ter acontecido. Dona Marianna d’Austria<sup>4</sup>, rainha respeitada pelo povo Português, terá seu nome envolvido em um dos muitos processos do Tribunal eclesiástico, guardados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa.

Para que o estudo deste caso tivesse uma maior profundidade e para podermos

---

<sup>1</sup> A Inquisição, também chamada de Congregação do Santo Ofício, foi um sistema de tribunais desenvolvido pela Santa Sé durante a segunda metade do século XVI responsável por julgar indivíduos acusados de um vasto leque de crimes relacionados com a heresia, incluindo a feitiçaria, a imortalidade, a blasfêmia, a bruxaria, judaizantes e, bem como para a censura da literatura impressa. CARRILLO, Carlos Alberto .Memória da Justiça Brasileira - Volume 2.

<sup>2</sup> **Cristão-novo** ou **converso** era a designação dada em Portugal, Espanha e Brasil aos judeus e muçulmanos convertidos ao cristianismo em oposição aos cristãos-velhos, ou seja aqueles que tinham toda uma tradição cristã familiar, de longa data. Dicionário 2006, Porto editora Multimídia.

<sup>3</sup> Dom João V de Portugal – Nome completo: João Francisco Antonio José Bento Bernardo de Bragança; 22 de outubro de 1689- 31 de julho de 1750. Foi rei de Portugal de 1707 até sua morte

<sup>4</sup> Dona Marianna d’Austria - Nos livros utilizados para a pesquisa, o nome da rainha possui diferenças na escrita. Portanto, para o trabalho presente optou-se pela forma grafada no livro de António Baião: D. Marianna d’Austria.



responder a esta e a outras perguntas, começamos nossa pesquisa, analisando a Inquisição dentro e fora do reino português, passando então ao reinado de D. João V, com suas minúcias sócio-econômicas. Esses dois primeiros levantamentos, culminando com o estudo da vida e das ações de uma das mais importantes rainhas portuguesas, nos levaram a entender o vasto universo das relações entre a Igreja e a mais alta nobreza lusitana.

O historiador Jean Delumeau que irá focar o medo em seu trabalho e apontar os vários problemas que a Igreja causou com esta forma de controle socio-religioso nos ajudou a entender a submissão que ocorrera no reino.

O autor parte da ideia de que, não apenas os indivíduos mas, também, as coletividades estão engajadas num diálogo permanente com a menos heroica das paixões humanas. Revelando-nos os pesadelos mais íntimos da civilização ocidental do século XIV ao XVIII: “o mar, os mortos, as trevas, a peste, a fome, a bruxaria, o Apocalipse, Satã e seus agentes – o judeu, a mulher e o mulçumano”<sup>5</sup>.

Quanto ao fato de que muitas mulheres foram perseguidas pela Inquisição, ele diz referindo-se ao enquadramento destas na sociedade:

[...] Mal magnífico, prazer funesto, venenosa e enganadora, a mulher foi acusada pelo outro sexo de ter introduzido na terra o pecado, a desgraça e a morte. Pandora grega ou Eva judaica, ela cometeu a falta original ao abrir a urna que continha todos os males ou ao comer o fruto proibido. O homem procurou um responsável para o sofrimento, para o malogro, para o desaparecimento do paraíso terrestre, e encontrou a mulher. Como não temer um ser que nunca é tão perigoso como quando sorri? A caverna sexual tornou-se a fossa viscosa do inferno.<sup>6</sup>

Outra forma de focarmos nosso objeto de pesquisa está em Michel Foucault<sup>7</sup>, quando abordando a loucura, demonstra a oposição entre bons e maus, de acordo com o pensamento teológico da Igreja Católica, nos apontando assim, um outro caminho.

Não nos restringimos à legislação inquisitorial. Falamos do medo, da loucura, dos pobres analfabetos, dos nobres e intelectuais perseguidos tendo com isso o foco dos

---

<sup>5</sup> DELUMEAU, Jean. História do medo no Ocidente – Companhia de Bolso: 1300-1800, Uma cidade sitiada. 2009 (contra-capá)

<sup>6</sup> DELUMEAU, Jean. História do medo no Ocidente – Companhia de Bolso: 1300-1800, Uma cidade sitiada. 2009 p.468

<sup>7</sup> FOUCAULT, Michel. **História da Loucura** – Editora Perspectiva- 1972, p. 6

oprimidos e, paralelo a isso, do *modus operandi* dos trâmites inquisitoriais, colocando a visão do opressor e do oprimido.

A conclusão a que chegamos nos deixou satisfeitos por responder parte das perguntas inicialmente colocadas. A saber: não foi um ato de loucura que levou a rainha a intimar o Inquisidor geral ao Paço, por não termos embasamento para tal formulação; prática de feitiçaria tão pouco porque o que constatamos fora somente um bilhete deixado à vista dentro dos corredores palacianos; outro ponto que devemos levar em consideração é que a rainha não chama seus guardas ou sua guarda pessoal porque, sua devoção religiosa e sua crença no Tribunal que representava a própria Igreja Católica, para uma fiel beata, teria realmente mais coerência.

Dona Marianna d’Austria (1683-1754), como rainha, teve grande influência junto ao povo e, enquanto membro da Família Régia, foi responsável pela descendência real e também por assuntos do Estado, sempre que fora solicitada para tanto. O estudo de sua atuação dentro do reinado de seu marido Dom João V, nos mostra que esta nobre mulher, fora educada para se tornar uma rainha, como tantas outras nobres de seu tempo mas que, diferentemente delas, possuía um refinamento tão mais apurado que a destacava entre tantas.

Ao estudarmos esta rainha em questão devemos atentar para a época em que esteve ao lado de seu marido no comando de Portugal. As reformas feitas por Dom João V, através dos recursos vindo do ouro e dos diamantes do Brasil, muito contribuiu para isso. O *magnânimo*, como fora chamado, patrocinou as artes, a arquitetura e muitas outras áreas que levaram a capital, Lisboa, a modificações estruturais significativas.<sup>8</sup>

Outro fator que nos chama a atenção é que, com a chegada da rainha em Portugal, em 1708, o cerimonial da corte<sup>9</sup>, que era de fácil acesso e formalidade não tão austera, passa a ter, com o reinado de Dom João V e sua esposa consorte, muitas modificações quanto aos aspectos cerimoniais. No espaço físico da Corte circulam notícias, os nobres participavam das festividades, joias eram exibidas e moda; ali convergem diversos grupos, ali funcionam órgãos de poder como os Tribunais Supremos, ali se fazem as nomeações de embaixadores, chefes militares e governadores.

---

<sup>8</sup> ANDRADE, Maria Fernanda de - Academias Portuguesas dos Séculos XVII e XVIII. In: **Revista Século XVIII As Origens do Estado Moderno**, Volume I, Tomo I, Lisboa, 2000, p.87

<sup>9</sup> A Corte é a expressão de uma capacidade de influência destinada a criar um comportamento padrão, estabelecendo regras de diferenciação de hierarquia. ( GODINHO, Isabel Silveira - Tesouros Reais, Secretaria de Estado da Cultura, Palácio Nacional da Ajuda, Instituto Português do Património Cultural, Lisboa, 1992, p.21 ).

Começa no final do século XVII e prossegue por todo o XVIII, uma corte focada na iconografia do Absolutismo aplicada à promoção de cerimônias públicas e privada. Portanto, no começo do reinado do *Magnânimo*, acentua-se o esplendor com recurso da fixação protocolar da hierarquia, o que torna o acesso à corte muito limitado.

Voltando à chegada de Dona Marianna d’Austria em Portugal, destacamos que ela chega com o seu séquito<sup>10</sup> e é recebida na Barra de Lisboa, com grande pompa. Vestia-se na moda da época e sabemos, suas damas, trouxeram uma nova tipologia de vestuário para a Corte. Ela mesma, a rainha tinha muito bom gosto e recebia com frequência encomendas vindas diretamente da França.

Aprendeu com facilidade a língua portuguesa, sendo capaz de a falar e escrever. Tinha o dom para as línguas e falava fluentemente vários idiomas: latim, o italiano, o espanhol, o alemão e o francês. A rainha trás para a corte o gosto pela ópera de Viena o que ocasiona a vinda de cantores, bailarinos, de teatro e música que fizeram com que a vida dos nobres portugueses ganhassem uma nova expressão junto aos reis. Para além disso mandava realizar saraus, concertos, peças de teatro e música.

A nível político, não se conhece grande participação na vida pública a não ser quando da doença de seu marido.

Será dentro deste espaço social que iremos nos deparar com a intriga palaciana que dará origem ao processo Inquisitorial, envolvendo uma das mais nobres rainhas de sua época, Dona Marianna d’Austria, cujos ciúmes<sup>11</sup> de seu marido, a levará a investigar fatos ocorridos dentro dos muros do palácio real.

Quando buscamos respostas no livro biográfico da rainha D. Marianna d’Áustria escrito após a sua morte e encomendado por sua filha, à época rainha de Espanha, encontramos o retrato, traçado pelo autor, seu padre e confessor Joseph Ritter<sup>12</sup>, que a descreve como uma rainha racional, devotíssima do Senhor Jesus

---

<sup>10</sup> Os séquitos era comitivas de homens e mulheres que transmitiam novos valores, gostos, hábitos e costumes, de forma lenta e gradual, às elites do país receptor, neste caso Portugal. (LOURENÇO, Maria Paula Marçal – Os Séquitos das Rainhas de Portugal e a Influência dos Séquitos Estrangeiros na Construção da Sociedade em Corte 1640-1754. PENELOPE, nº 29, 2003, p. 49). LOURENÇO, Maria Paula Marçal – Morte e Exéquias das Rainhas de Portugal (1640-1754), Barroco: Actas do II Congresso Internacional. Porto, Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2003, pp. 579-592

<sup>11</sup> BAIÃO, António. *Ibidem* p. 155

<sup>12</sup> RITTER, Joseph, 1698-1761, S. J.; GUERRA, Joseph, 1705-ca-1767, S. J.; trad.: MARÍN, António, 1765-1768. Impr. Vida, y virtudes de La sereníssima Señora D.a Maria Ana, Reyna de Portugal, y los Algarves, princesa Real de Hungria, y Bohemia, y Arquiduquesa de Austria, &c. – escrita em idioma latino por El Padre Joseph Ritter, sacerdote de La Compañia de Jesus; traducida AL castellano por El

Cristo, frequentadora de missas, cumpridora de seus deveres religiosos da forma mais santificada possível e amada de maneira incondicional por seus súditos. Sabemos que, como soberana e esposa do rei D. João V, poderia ter resolvido estas e outras questões menores, junto ao seu próprio contingente de guarda pessoal. Porém, como já citado, sua devoção foi colocada à frente e, assim, ela convoca logo o Santo Ofício.

Em seus escritos sobre o caso da rainha, António Baião deixa bem claro que ela era uma pessoa extremamente ciumenta de seu esposo D. João V. Porém, na biografia oficial da rainha, ele é um marido dedicado ao reino e a sua família, tendo uma convivência com a esposa de forma bastante carinhosa e fiel.

Tendo isso em conta, uma fonte menos comprometida, se fazia necessário pesquisar. Assim, procuramos autores isentos de amizade pessoal e que nos colocasse suas pesquisas de forma a entender o comportamento do rei., fora do casamento.

A historiadora portuguesa Maria Paula Marçal Lourenço<sup>13</sup> nos foi de grande valia para entendermos melhor a personalidade da rainha e o comportamento extraconjugal de Dom João V, uma vez que narra de forma detalhada os séquitos das rainhas e princesas consortes, esclarecendo muitos pormenores de suas trajetórias, públicas e pessoais. Em seu trabalho, a autora nos relata fatos de várias rainhas de Portugal, mas, iremos aqui nos ater à D. Marianna d'Austria, no Portugal dos setecentos.

Quando falamos de Dom João V, vimos que ele realmente estabeleceu relações mais íntimas com outras damas. Quando, no capítulo dedicado a Dona Marianna d'Austria, a autora Maria Paula Marçal Lourenço faz referência a seus dotes culturais, musicais e cerimoniais, que revolucionaram a corte portuguesa em seu tempo da

---

Padre Joseph Guerra. Boblioteca Nacional de Portugal, En Madrid: en La Oficina de Antonio Marin, 1757

<sup>13</sup> Maria Paula Marçal Lourenço nasceu em Lisboa em 1961. É Professora Auxiliar do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde apresentou a sua tese de doutoramento em 2000. É membro do Centro de História da Universidade de Lisboa, acadêmica de número da Academia Portuguesa da História e de outras academias. Para além da participação em vários projetos de investigação nacionais e estrangeiros, recebeu, em Julho de 2005, o Prémio Fundação Calouste Gulbenkian de História Moderna e Contemporânea atribuído à obra *A Casa das Rainhas de Portugal (1640-1754)*, 1999, instituído na Academia Portuguesa da História (no prelo). Entre as publicações de maior destaque, citem-se *A Casa do Infantado (1654-1706)*, Lisboa, Junta Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade de Lisboa, 1995, *A Biografia de D. Pedro II*, integrada na coleção *As Biografias dos Reis de Portugal*, coordenada pelo CEPCEP e pela Universidade Católica. p.69

maneira bastante participativa coloca de maneira explícita os descaminhos matrimoniais do monarca.<sup>14</sup>

A autora fala ainda da importância de suas damas alemães, e de sua organização no tocante ao modo de comportamento sexual dentro da “Casa da Rainha”. A historiadora escreve: “Tenham-se ainda em linha de conta, os amores extraconjugais de D. João V, que encontraram no séquito feminino de sua esposa, diverso e variado campo de escolha. Urgia, portanto, manter a ordem e a disciplina moral e religiosa.”<sup>15</sup>

A hipótese de se tratar de uma excentricidade ou de um comportamento de pessoa mentalmente desequilibrada devido a uma herança familiar ou adquirida pelo excesso de religiosidade, não fica esclarecida, pois não há base para tal. O que fica realmente constatado é o ciúme da rainha em relação ao rei D. João V. A rainha se fará conhecida pela defesa da moral e dos bons costumes dentro do palácio.

Tais gestos e costumes foram abraçados pelos nobres mais abastados que, mesmo os que não faziam parte das seletas festas da rainha, passaram a utilizar em suas mansões, palácios os costumes e ritos por ela implantados. Faziam questão de seguir os ensinamentos e maneiras de sua rainha. Porém, não significava que a religião estivesse fora da vida palaciana. Ao contrário, fez-se presente com força total mediante a imposição dos atos e rituais católicos não sendo permitido assim nenhum desvio de conduta ou o uso de qualquer ato semelhante à feitiçaria, fora dos muros palacianos e muito menos dentro deles.

Bem, quanto ao Tribunal Inquisitorial em Portugal, a forma como processava os indivíduos, teria um seguimento mais ou menos semelhante ou padronizado: a denúncia, os testemunhos, o interrogatório (seguido ou não de tortura), a confissão, a conclusão do Santo Ofício, a sentença e a condenação.

Como sabemos, houve um longo período de verdadeiro terror e perseguições religiosas exercido pela Igreja Católica Romana, com seu Tribunal, que suplantou vidas e recorreu aos castigos para a imposição dos dogmas da Santa Igreja. O castigo cumpriria uma função crucial: evitar que novos desvios seguissem. Ele deveria ser exemplar para coibir outros que ousassem praticá-lo.

Sabemos também que, todo o tipo de gente foi submetido à perseguição do Tribunal da Inquisição em Portugal, porém, o ênfase, sempre foi junto aos desvalidos,

---

<sup>14</sup> LOURENÇO, Maria Paula Marçal. **Os séquitos das rainhas de Portugal e a influência dos estrangeiros na construção da “Sociedade de Corte”** – Departamento de História da Faculdade de Letras de Lisboa – Revista PENÉLOPE, n° 29, 2003 – p. 69

<sup>15</sup> LOURENÇO, Maria Paula Marçal. *Ibidem* p. 71

os analfabetos, os deformados, ou até mesmo aos cristãos-novos que muito foram perseguidos e injustiçados nos processos do Tribunal. Muitos intelectuais também foram perseguidos e levados a julgamento como nos é citado no livro sobre os processos guardados na Torre do Tombo.

No entanto, quando então, uma rainha da maior extirpe e adorada pelo povo que a considerava uma pessoa muito religiosa e, ainda sendo ela soberana de Portugal e Algarves, princesa Real da Hungria e da Bohemia e Arquiduquesa da Áustria, D. Marianna d'Austria, é processada pela Inquisição, parece irreal.

Todos os fatos que ocorreram e que ocasionaram o processo inquisitorial em questão, aconteceram causados pelo aparecimento de um bilhete, dentro do recinto palaciano que, provocou tanto alvoroço que, sendo assim, o próprio inquisidor Geral é chamado ao Paço para poder ajudar no interrogatório das pessoas envolvidas.

Dizia o bilhete:

Perante pois o Cardeal da Cunha, a cujas mãos o papel foi parar, por intervenção da rainha D. Marianna d'Áustria, deporão sob juramento: Primeiro, a criada que o encontrou declarará que entre outras coisas se dizia n'elle que se invocassem várias castas de almas para entrarem nos nervos d'El-Rey N. S. para que morresse de amôres pela Sra. Infanta D. Francisca.<sup>16</sup>

Assim, outras tantas damas foram interrogadas e, fora poucas diferenças, atestaram o que continha o bilhete em concordância com o primeiro depoimento. Com isso, passado tantos anos, somente o processo em si poderá nos fornecer os elementos que nos indicarão o réu, seus denunciantes, as consequências, enfim, o desfecho final e o real envolvimento da rainha dentro do mesmo.

Já possuímos tal documento mas, uma pesquisa de cunho paleográfico da escrita arcaica portuguesa do século XVIII, nos falta para que, seguramente possamos continuar com este empreendimento. Estamos estudando esta disciplina para que, em um futuro muito próximo, acabemos por decodificar os intrincados códigos da escrita dentro do processo.

O que coloca o autor António Baião é de muita relevância para nós neste momento, é sua descrição do fato em si:

A verdade, a verdade nua e crúa, vae dizerno-la, aqui baixinho, um processo do arquivo da inquisição de Lisboa, o nº 16:892. Mas, coitado, todo elle treme de susto, não o vamos nós

---

<sup>16</sup>BAIÃO, António. Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa – Volume II: Homens de Letras e de Ciências por Ela Condenados – VÁRIAS. Editores Renascença., pág. 155

denunciar pois, comete um delito – a inconfidência – em cuja repressão o Santo Ofício costumava ser inexorável.<sup>17</sup>

Já que esteve em sigilo por tanto tempo, temos a certeza de que valerá a pena esperarmos mais um pouco para que este fato de relevância histórica seja totalmente desvendado.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ABRIL, Victor Hugo. **Governança no ultramar: conflitos e descaminhos no Rio de Janeiro (1725-1743)**.2010.251f.Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,2010.

ALANIZ, Anna Gicelle García. **Visitações do Santo Ofício**, Cantinho da História n° 32, 01-09-2013.

ANDRADE, Maria Fernanda de - **Academias Portuguesas dos Séculos XVII e XVIII**. In:**Revista Século XVIII As Origens do Estado Moderno**, Volume I, Tomo I, Lisboa, 2000

ARAÚJO, Maria Benedita. **Magia, demônios e força mágica na tradição portuguesa: séculos XVII e XVIII**. Lisboa: Edições Cosmo, 1994

ARAÚJO, Ana Cristina - **Ritualidade e Poder na Corte de D. João V**. A Gênese Simbólica do Regalismo Político. Revista de História das Ideias. Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Vol. 22, 2001.

BAIÃO, António. **Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa – Volume I: Homens de Letras e de Ciências por Ela Condenados – Editores Renascença Portuguesa- Porto Luso-Brasileira – Rio de Janeiro – (Almanak Laemmert) R. D. Manoel , 62 – Rio de Janeiro, aos 16 de Janeiro de 1924**

BAIÃO, António. **Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa – Volume II: Homens de Letras e de Ciências por Ela Condenados – VÁRIAS**. Editores Renascença Portuguesa- Porto Luso-Brasileira – Rio de Janeiro – (Almanak Laemmert) R. D. Manoel , 62 – Rio de Janeiro, aos 16 de Janeiro de 1924

BENEVIDES, Francisco da Fonseca – **Rainhas de Portugal, Estudos Históricos**. Tomo II, Typografia Castro Irmão, 1879, Lisboa

BETHENCOURT, Francisco. **História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália, séculos XV – XIX**. São Paulo : Cia das Letras, 2000

CAMARA, Maria Alexandra - **Mundanidade e Quotidiano na Cultura Portuguesa de Setecentos**. Escritas Codificadas de Comportamento Social. Actas do colóquio Internacional de Literatura e História, Vol. I Porto, 2004

---

<sup>17</sup> BAIÃO, António. *Ibidem* pág. 154.

CARRILLO, Carlos Alberto. **Memória da Justiça Brasileira** - Volume 2.

CARVALHO, Ayres de – **Pintura. Fundação Ricardo Espírito Santo**, Lisboa, 1994

DANTAS, Júlio: **O Amor em Portugal no Século XVIII**. Porto: Lello & Irmão, 1916.

DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente**. São Paulo: Companhia da Letras, 2009

DELUMEAU, Jean. **A Civilização do Renascimento**. Lisboa: Estampa, 1984. v.1.

DOMINGUES, Mário. **D. João V, o homem e a sua época: evocação histórica**. Romano Torres, 1964

EYMERICH, Nicoulau-1376, revisado por LA PEÑA, Francisco em 1578- **Manual do Inquisidor – Directorium Inquisitorum**,

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime - **A Festa no porto ao Serviço da Família Real na segunda metade do século XVIII**. Subsídios para o seu Estudo. Porto, 1987

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura** – Editora Perspectiva- 1972

GINZBURG, Carlo. **O Inquisidor como antropólogo**. Revista brasileira de história. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1991

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia. das Letras, 1986.

GODINHO, Isabel Silveira - **Tesouros Reais, Secretaria de Estado da Cultura, Palácio Nacional da Ajuda, Instituto Português do Património Cultural, Lisboa, 1992**

HERCULANO, Alexandre. **História da Origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal** (1854 – 1859) – eBookLibris

HOORNAERT, Eduardo. **A Igreja no Brasil-colônia (1550-1800)**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

JÁCOME, Afrânio Carneiro; CAVALCANTI, André Macêdo . **O Regimento Inquisitorial Português de 1640 Como fonte histórica: Análise e Questionamentos** - Trabalho apresentado no XXVII Simpósio Nacional de História – Natal, 2013

KAMEN, Henry; **La inquisicion española: una revisión histórica**. Editorial Critica, 2005



LANDES, David, **A Riqueza e pobreza das nações: Porque umas são tão ricas e outras tão pobres**" -1999

LEA, Henry Charles , **A History of the Inquisition of Spain**, vol. 3, Book 8.

LOPES, Bruno: **“Os familiares do Santo Ofício de uma localidade do sul de Portugal (Arraiolos): Perfil social e recrutamento”**. Eliseo Serrano (coord.): *De la Tierra al Cielo. Líneas recientes de Investigación en Historia Moderna*. Zaragoza: Instituto Fernando el Católico, 2013, pp. 53-84

LOURENÇO, Paula, PEREIRA, Ana Cristina, TRONI, Joana. **Amantes dos Reis de Portugal**, 2ª Ed., Lisboa, A esfera dos Livros, dezembro de 2008

LOURENÇO, Maria Paula Marçal. **Os séquitos das rainhas de Portugal e a influência dos estrangeiros na construção da “Sociedade de Corte”** – Departamento de História da Faculdade de Letras de Lisboa – Revista PENÉLOPE, nº 29, 2003

LOURENÇO, Maria Paula Marçal . **Rainhas no Portugal Moderno - Casa, Corte e Património- Colibri – 2012**

LOURENÇO, Maria Paula Marçal – **Morte e Exéquias das Rainhas de Portugal (1640-1754)**, Barroco: Actas do II Congresso Internacional. Porto, Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2003

MANDROU, Robert. **Magistrados e feiticeiros na França do Século XVII**. São Paulo: Perspectiva, 1979

MARQUES, Oliveira - **Ensaio de Historiografia Portuguesa**. Lisboa, Palas Editores, 1988.

MATOS, Maria Teresa de Vale – O Iluminismo Pombalino. Para uma Contextualização Cultural. Revista do Século XVIII. As Origens do Estado Moderno. SPES XVIII. Volume I, Tomo I, Lisboa, 2000

MELLO E SOUZA, Laura de (org.). **História da vida privada no Brasil**. Cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MICHELET, Jules. **La Bruja**. Barcelona : Ed. Labor, 1984

MOUSNIER, Roland. **História Geral das Civilizações**. Os Séculos XVI e XVII. São Paulo: Difel, 1960

NORBERT, Elias - **Nova História A Sociedade e Corte**. Editorial Estampa

NOVAIS, Fernando A. Condições da privacidade na colônia. . São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

NOVINSKY, Anita. **A Inquisição**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PEREIRA, Marcos Aurélio. **Estado fiscal versus Estado Patrimonial no Antigo Regime: D. João V e o ouro no Brasil.** Revista Tempo de Conquista, 2009

RIBEIRO, João Pedro - **Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a Historia Jurisprudencia Ecclesiastica publicados por Ordem da Aacdemia Real das sciencias de Lisboa.** Typographia da mesma Academia, Lisboa, 1857

RITTER, Joseph, 1698-1761, S. J.; GUERRA, Joseph, 1705-ca-1767, S. J.; trad.: MARÍN, António, 1765-1768. Impr. **Vida, y virtudes de La sereníssima Señora D.a Maria Ana, reyna de Portugal, y los Algarves, princesa Real de Hungria, y Bohemia, y Arquiduquesa de Austria, &c.** – escrita em idioma latino por El Padre Joseph Ritter, sacerdote de La Compañia de Jesus; traducida AL castellano por El Padre Joseph Guerra. Boblioteca Nacional de Portugal, En Madrid: en La Oficina de Antonio Marin, 1757

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **D. João V.** Lisboa: Círculo de Leitores, 2007  
SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

VAINFAS, Ronaldo. **Moralidades Brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista.** In: Laura de Mello e Souza (Org.). **Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa.** Coleção História da Vida Privada no Brasil. São Paulo. Cia das Letras, 1999, VOL.I.



## Dimensões do crime e do perdão nas Minas setecentistas

Elias Theodoro Mateus<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo analisar o impacto do crime em núcleos urbanos de Minas Gerais do século XVIII, especialmente Vila do Carmo/Mariana, bem como os limites de atuação da justiça “oficial” metropolitana na regulação dos conflitos cotidianos. No mesmo sentido, procuramos avaliar o exercício do perdão enquanto prática no interior dos arranjos comunitários, e instrumento judicial útil tanto no livramento das culpas e alternativa à lógica da vingança.

**Palavras-chave:** justiça; crime; perdão.

**Abstract:** This paper aims to analyze the impact of the crime in urban centers of Eighteenth Century Minas Gerais, especially Vila do Carmo/Mariana, as well as the limits of the "official" metropolitan justice in the regulation of daily conflicts. Likewise, we evaluate the performance of forgiveness as a practical in community arrangements, as a useful tool in the judicial deliverance from guilt and as an alternative to the logic of revenge.

**Keywords:** justice; crime; forgiveness.

A descoberta de jazidas auríferas no Sertão dos Cataguases, no final do século XVII, levou grande contingente populacional a se deslocar do reino e de diversas partes do império português para ganhar a vida nas Minas. O padre jesuíta italiano João Antonil dedicou a terceira parte de seu livro *Cultura e opulência no Brasil* a descrever a extração do ouro nas minas gerais dos Cataguases. Conta ele, dizia-se que um mulato que havia estado nas minas de Paranaguá e Curitiba percebeu a semelhança entre os metais extraídos nelas e o que encontrou na cuia que usou para buscar água. O lugar em que o episódio teria ocorrido ficou conhecido como “Ouro Preto”. Dali, exploradores paulistas encontraram ouro no ribeiro de Antônio Dias, do Padre João de Faria, do Bueno, de Bento Rodrigues e do Carmo.

A descrição de Antonil é muito rica para se compreender a dinâmica do contingente humano que habitava as Minas nos seus primeiros anos, e também para estabelecer inferências sobre as tensões cotidianas que atravessavam a exploração das jazidas auríferas. Em toda sua extensão, do rio das Mortes ao ribeiro de Caeté, Antonil, por ouvir falar, relata que naqueles sertões havia “mais de trinta mil almas [que] se ocupam, umas de catar, outras em mandar catar nos ribeiros do ouro; e outras em negociar, vendendo e comprando o que se há mister não só para a vida, mas para o regalo, mais que nos portos do mar”<sup>2</sup>.

O processo de formação da sociedade mineira se deu através do choque de culturas e da violência que deste decorreu. A violência, portanto, foi um elemento constitutivo da sociedade mineira colonial. O colonizador, ao adentrar os inóspitos sertões dos Cataguases, se deparou com populações indígenas ali habitantes. Além disso, introduziu uma expressiva população africana no trabalho da mineração e dos serviços que gravitavam em torno dela, como a produção de gêneros alimentícios e a urbanização. Cada grupo humano que se deslocava para as Minas trazia sua bagagem cultural, que não pode ser dispensada numa análise sobre a formação daquela sociedade.

No afã urbanizador das primeiras décadas do Setecentos, portugueses, índios, africanos e colonos de diversas partes do Império passaram a compartilhar uma experiência de intimidade radicalmente nova e intensa no interior da colônia. Surgiu desse fenômeno a urgente necessidade da Coroa de normatizar a população das Minas. Segundo Laura de Mello e Souza, essa intimidade favoreceu, por um lado, a emergência de conflitos e, por outro, a aplicação de sanções punitivas. Daí que “normalizar a população e cobrar impostos tornaram-se necessidades prementes, e os acampamentos de faiscadores da véspera foram subitamente assaltados por uma legião de burocratas portugueses”<sup>3</sup>. Foi neste contexto que se criou a Intendência das Minas através do regimento de 1702 e se institucionalizou a base fiscal para a cobrança do quinto do ouro. Em 1711, a Coroa, efetivamente, introduziu sua administração e sua justiça nas Minas através da criação das primeiras vilas e de suas respectivas câmaras (Vila do Carmo, Vila Rica e Vila do Sabará).

A criação das câmaras trouxe consigo uma estrutura judicial que passou a mediar os conflitos das populações mineiras. Isso não significa que o discurso jurídico de normatização dessas populações tenha significado adesão à ordem. Ao contrário, a introdução da justiça oficial não ocorreu sem problemas. A convulsão social e a violência generalizada foram as marcas características do período de institucionalização das Minas, nomeadamente das quatro primeiras décadas do século XVIII. Segundo Carla Anastasia, a violência “se manifestou em todos os níveis da vida da Capitania – na política, na extorsão tributária metropolitana, nas relações entre brancos e negros, nas relações pessoais com a generalização do crime trivial”<sup>4</sup>.

O ar de impunidade e a desconfiança pairavam sobre as Minas. O cotidiano mineiro do início do século XVIII era eivado de toda sorte de crimes. Entre injúrias verbais, abuso de autoridade, rusgas que desembocavam em pancadarias e assassinatos nas ruas e praças, tocaias e emboscadas encobertas pelas noites mineiras e destruição de propriedades inteiras, incêndios e furtos, estupros e deflorações, numerosos e escandalosos eram os crimes que tornavam difícil o convívio nas Minas. A violência, segundo Marco Antonio Silveira, ia se

constituindo como uma linguagem fundamental na formação da sociedade colonial mineira<sup>5</sup>. Neste contexto de tensão social, a justiça régia procurou um espaço a partir do qual pudesse mediar os conflitos interpessoais e aplicar “tecnologias disciplinares”, para usar a expressão de Michel Foucault, a fim de não pôr em risco a ordem. Isso implicou, amiúde, a readequação dos preceitos jurídicos metropolitanos à realidade colonial, com os problemas inéditos que ela punha na mesa dos administradores e juízes.

É precisamente o impacto destes crimes que atravessavam o cotidiano da sociedade mineira do século XVIII, nos seus espaços mais pulverizados, que tentamos dimensionar na organização sócio-cultural, num contexto marcado por arranjos comunitários que tinham sempre em vista a obsessão com a defesa da honra. Para se ter uma ideia parcial do volume de crimes que inflamaram o cotidiano mineiro, uma consulta aos livros de querelas, autos de devassas e processos criminais dá o tom do que eram a insegurança e as “paixões” infladas daquela população, pois são inúmeros. Nesta pesquisa, estamos lidando com um espaço restrito do vasto território da capitania de Minas Gerais, que é Vila do Carmo – elevada à categoria de cidade em 1745, por ocasião da instalação do bispado de dom Frei Manoel da Cruz. O amplo recorte temporal - de 1711, ano de fundação da municipalidade, a 1832, ano de aprovação do Código Criminal Brasileiro – justifica o levantamento das fontes documentais e permite visualizar as transformações pelas quais passaram o crime, as soluções de conflitos cotidianos e a própria atuação da justiça “oficial”.

Ainda assim, apesar de inúmeros conflitos dos quais temos registro, parece certo dizer que a justiça “oficial” do Antigo Regime desconheceu e, portanto, nunca chegou a regular um incontável número de embates cotidianos. Isso se deu pelos mais diversos fatores, fosse o desconhecimento da lei e do direito, a morosidade judicial ou ainda os altos custos de um processo. A falta de registro desses conflitos torna difícil calcular sua intensidade. Em virtude dos fatores mencionados, sabemos que muitas vítimas e ofensores procuraram resolver seus litígios fora da esfera da justiça oficial, através de um acordo privado, o que não implica, necessariamente, prescindir daquela. Nas Minas Gerais do século XVIII, a despeito da ordem jurídica metropolitana oficial, o peso das relações pessoais e de valores como honra e caridade sugere que se constituiu outra legislação, paralela à oficial, mais pessoal e cotidiana<sup>6</sup>. Este processo foi, em parte, consequência de um certo descrédito no qual caíra a justiça oficial, o que já advertira um coetâneo, o desembargador Manoel Inácio de Mello e Souza, em sua memória de 1827, intitulada “A administração da justiça em Minas Gerais”<sup>7</sup>.

Sobre a justiça portuguesa do Antigo Regime e sua apropriação no mundo colonial, devemos destacar dois aspectos. Primeiro, ela se caracterizou pelo pluralismo. Isto quer dizer

que a “justiça oficial” conviveu com outras formas de resolução de conflitos comunitários, formas que podemos relacionar com a ação centrífuga mencionada por Arno e Maria José Wehling<sup>8</sup> – também exercida pelas autoridades coloniais, fossem magistrados ou não. O segundo aspecto, intimamente relacionado com o primeiro, diz respeito à introjeção e à apropriação dos mecanismos jurídicos pelas populações coloniais, bem como a suas ressignificações na esfera dos arranjos comunitários. Portanto, a justiça “oficial” coexistiu paralelamente a uma outra legislação, calcada no costume e nas relações pessoais.

Entre as soluções encontradas pelas populações coloniais para resolverem seus conflitos e contendas, encontramos a prática do perdão. O quinto livro do *Código Filipino* dispunha sobre o tema. Com base em suas disposições, especialmente naquela que dizia que ficava livre ao ofendido perdoar todo e qualquer delito, José Homem Correa Telles definiu um padrão para a composição da escritura de perdão<sup>9</sup>. Ora, se esta interromperia ou não o correr do processo, ou se até mesmo impediria que uma investigação preliminar, por meio de querelas e/ou devassas, fosse adiante, isso dependia do grau do delito. Considerando as escrituras de perdão enquanto instrumento jurídico, podemos afirmar que havia, portanto, dois tipos de perdão no âmbito da justiça secular: o perdão pedido ao rei através das *cartas de remissão* e o perdão concedido pela parte ofendida e registrado pelo notário sob a forma de *escritura de perdão*, sendo esta última a principal fonte que utilizamos nesta pesquisa.

Tipo documental raro nos estudos históricos, uma escritura de perdão, *grosso modo*, era a homologação de um acordo de natureza privada frente a um agente da justiça régia – o tabelião –, podendo ser mesmo o resultado do desejo individual da vítima de conceder o perdão ao seu agressor. Tinha uma estrutura relativamente fixa, composta por data, local de facção, partes outorgantes, crime, fórmulas notariais de comprometimento do perdoador com o seu perdão, reconhecimento do tabelião e assinatura de duas testemunhas. A riqueza das informações variava de tabelião para tabelião. Enquanto fonte para a história da justiça, as escrituras de perdão são, por um lado, evidência do registro de acertos no interior do arranjo comunitário, geralmente desconhecidos pela historiografia, e, por outro, novos meios para responder questões atinentes ao uso cotidiano da justiça, a suas esferas e a seus limites de atuação.

As escrituras de perdão consistiam em um instrumento jurídico. Tratava-se, portanto, da homologação, por parte da justiça “oficial”, de um acordo estabelecido entre as partes litigantes. Efetivamente, qual o significado do exercício do perdão nas Minas Gerais do Setecentos? É uma pergunta bastante difícil de responder por dois motivos básicos: primeiro, porque a distribuição da documentação varia bastante ao longo do recorte temporal adotado,

com destaque para a queda acentuada nos períodos josefino/pombalino, mariano e joanino; segundo, porque a concessão de um perdão dependia muito da dimensão subjetiva de seu autor e das diversas causas que ensejavam o desligamento da culpa. Contudo, a análise da documentação esclarece que, seja em virtude do peso dos valores cristãos da piedade e da caridade, seja ainda pela pressão da parte interessada no perdão público, o registro cartorário do perdão servia para que o ofensor (ou ofensores) se livrasse das penas da justiça. A solução dos conflitos era, neste caso, homologada perante a comunidade, ou seja, pertencia ao domínio público, este representado por um terceiro, individual ou coletivo – inclusive do oficialato, como um notário, por exemplo<sup>10</sup>. E, além disso, a própria existência de uma fórmula notarial que abarcava esta prática aureolada pela tradição cristã revela uma tentativa da justiça metropolitana de institucionalizar acordos privados.

Tão raro quanto sua presença nos estudos historiográficos é seu registro no volume de documentação produzida ao longo do século XVIII pelas instituições jurídicas, no caso, os cartórios dos tabeliães de Vila do Carmo/Mariana. Para o período em estudo, localizamos 162 registros desta natureza. Face ao vultuoso número de crimes cometidos naquela região, o número parece pequeno, no entanto, isto reforça a importância de se analisar este fenômeno jurídico, religioso e comunitário. Nesta análise historiográfica consideramos a necessidade de se avaliar a dimensão subjetiva do perdão, que dependia não só das estruturas psíquicas mobilizadas pelo perdoador, mas também do complexo jogo de relações interpessoais.

Vamos ilustrar este argumento com dois exemplos. Mas, antes, devemos ressaltar que o perdão parece ter se colocado, em muitos casos, como um contraponto da lógica da vingança, tão presente na sociedade mineira setecentista. Na justificação da defesa da honra, havia certa aceitabilidade do crime, do mesmo modo que, passada a cólera do momento de ação criminal, o perdão seria o ato libertador para ambas as partes envolvidas no litígio, já que, em sociedades baseadas na honra – essencialmente trágicas –, permite-se que os homens lidem de modo mais intenso com suas próprias paixões. O mundo do perdão, portanto, antes de ser o da piedade, era o mundo da liberação da raiva e do crime. Segundo Natalie Davis, “em todos os estratos sociais, o perdão tinha o poder de transformar uma situação trágica – o assassinato não premeditado e a esperada execução – na tragicomédia do perdão e da reconciliação pacífica”<sup>11</sup>.

Maria Ribeira, carijó que vivia em Vila do Carmo, foi alguém que, tomada pela raiva, buscou a justiça oficial para extravasar uma humilhação que sofrera. Indo perante o juiz de fora Antônio Freire da Afonseca Osório, querelou contra Catarina da Silva, mulher bastarda, também moradora na mesma vila. Ocorreu de Catarina da Silva chamar a índia carijó à sua



casa. Chegando lá, descobriu a emboscada que lhe haviam armado. Porta adentro da casa de Catarina, esta “a açoitara pelas partes traseiras, dando favor e conselho a dita sua escrava para poder fazer melhor o dito efeito”<sup>12</sup>. Naquela sociedade, a ofensa a que esteve submetida a carijó Maria, isto é, o açoite, estava ligada à humilhação escravista. É fato conhecido que, no contexto de fluidez das relações sociais, qualidade e condição eram constantemente evocadas para marcar lugar na hierarquia social. Tanto é que a humilhação de apanhar das mãos de uma escrava era também uma forma de subversão da ordem estabelecida. Em dois de março de 1733, Maria Ribeira foi até as casas de morada do tabelião Francisco de Castro e Costa para registrar no livro de notas o perdão que dera a Catarina. Segundo ela, tudo fora um mal-entendido, pois as agressoras não cometeram aquele excesso “com dolo ou malícia alguma, mas sim por galanteio em tom de galhofa”<sup>13</sup>. Por essa razão e por estar melhor informada, como disse, dava perdão por desengano de sua consciência.

Mas não foi suficiente, pois a justiça parece ter procedido contra a escrava de Catarina, chamada Maria, de nação courana. Em 20 de agosto do mesmo ano, voltou Maria Ribeira, junto com Catarina e sua escrava, para agora perdoar ambas. Alegou que a queixa dada no Juízo Geral da Vila era injusta e que nem Catarina, nem sua escrava lhe fizeram mal, tampouco a açoitaram. Parece aqui que a índia Maria reconsiderou o crime após aplacar sua raiva. Para resolver a questão, ratificou as razões da escritura anterior e também, “pelo amor de Deus”, perdoou de vez as suas camaradas e amigas.

A virgindade, para uma mocinha nas sociedades de Antigo Regime, tinha valor inestimável. Sua perda antes do casamento era considerada uma desonra. “A existência de virgindade é a condição do casamento e o seu ataque público compromete a honra e até a vida, tornando uma rapariga desflorada numa rapariga ‘perdida’”<sup>14</sup>. Exemplo disso é o caso da menina Vitória Constância Clara de Jesus que, acompanhada pelo pai, o furriel João Soares Guimarães, aos cinco de julho de 1779, comparecera ao escritório do tabelião Joaquim José de Oliveira, na cidade de Mariana, para, com o “público instrumento de escritura de perdão”, perdoar José Possidônio Ferreira Rebelo por tomar parte no crime de traição e alevisia<sup>15</sup> e, no que concernia à moça, no crime de honra e virgindade. Os outorgantes perdoadores moravam na freguesia do Sumidouro e haviam querelado do dito José Possidônio pelos referidos crimes no juízo da cidade, deixando-o pronunciado e preso na cadeia de Mariana.

Exatamente um mês antes da homologação do perdão, José Possidônio Rebelo se casou “em face da Igreja” com Vitória Constância de Jesus na capela de Nossa Senhora da Encarnação, em Mariana, “não porque tivesse cometido o crime que lhe idearam para haver de o sujeitarem”<sup>16</sup>. E com o casamento “tinha cessado o crime que lhe resultou”<sup>17</sup> daquela

querela. Este exemplo coloca, de maneira clara, o modo pelo qual o perdão era mobilizado como estratégia de superação de um conflito moral na esfera pública, visando amortecer um comportamento escandaloso para a sociedade, assentada em rígidos preceitos da moral católica.

Em ambos os casos percebemos regimes discursivos distintos, porém, com finalidades similares, salvas as devidas diferenças dos contextos criminais. No caso da carijó Maria Ribeira, a justificativa para o perdão levava em conta os laços de amizade atados entre as partes litigantes antes do crime. Argumentar que a ofensa tenha sido uma galhofa, uma brincadeira entre colegas e amigas foi, por certo, um elemento retórico necessário para validar aquele perdão frente ao oficial de justiça e, em outro sentido, indica o peso das relações interpessoais naquele contexto de Antigo Regime. Amizade e caridade estavam em jogo na relação entre ambas. Já no caso de Vitória Constância e José Possidônio, sob vigia do pai da moça, o furriel João Soares, as relações de parentesco pesaram na hora da decisão. Ao cair nas penas da justiça, Possidônio foi preso e, ao aceitar o casamento com Clara, os crimes de que foi acusado pela moça cessaram. No entanto, a outra parte o acusava de traição e aleivosia, daí a necessidade de uma escritura de perdão para que o réu se livrasse da cadeia e, por conseguinte, efetivamente tomasse estado com sua esposa. Aqui, amor, laços familiares e o bom nome da família (característica apreciada pelas famílias mineiras naquele contexto) acentuaram o teor do perdão das partes. Apontadas as devidas diferenças, ambos os perdões delinearão os contornos da honra como valor eminente nas Minas do Setecentos, honra que dizia muito sobre o lugar que aqueles personagens ocupavam na hierarquia social do Antigo Regime. Além disso, o registro público servia como instrumento útil ao livramento da culpa.

Analisar este fenômeno do perdão nas Minas setecentistas não é uma tarefa fácil, sobretudo por se tratar de uma sociedade extremamente complexa, atravessada pelas ambiguidades resultantes da introjeção da administração e da justiça metropolitanas em ambiente inóspito e truculento, como eram os Sertões dos Cataguases no início do século XVIII, bem como de uma sociedade que se constituiu entre insurgências contra a ordem metropolitana nas primeiras três décadas<sup>18</sup>. E não podemos esquecer o peso dos valores religiosos que recaía sobre o perdão. Pois, se, por um lado, ele estava associado, no plano teológico, aos valores da piedade e da caridade, por outro, dele se valeu a justiça para a resolução de uma série de litígios de natureza econômica ou moral, dada a eminência da honra e da palavra como valores daquela sociedade. Em suma, a complexidade da prática do perdão residia, portanto, na tensão entre sua dimensão espiritual e seu uso político<sup>19</sup>.

---

NOTAS

<sup>1</sup> Graduando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto/MG. Bolsista de Iniciação Científica do CNPq, sob orientação do Prof. Dr. Marco Antonio Silveira. E-mail: elias.theodoro@yahoo.com.br

<sup>2</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas com várias notícias curiosas do modo de fazer o assucar; plantar e beneficiar o tabaco; tirar ouro das minas, e descobrir as da prata [1711]. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, n. 4, 1899, p. 514.

<sup>3</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 105.

<sup>4</sup> ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes*. Op. cit., p. 12. Além deste trabalho, cf. ANASTASIA, Carla. *A geografia do crime: violências nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

<sup>5</sup> SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997, p. 143.

<sup>6</sup> SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997, p. 159.

<sup>7</sup> SOUZA, Manuel Inácio de Mello e. “A administração da justiça em Minas Geraes”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Gerais, vol. 3, 1898, p. 5-22.

<sup>8</sup> WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José. *Direito e Justiça no Brasil Colonial: o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

<sup>9</sup> TELLES, José Homem Correa. *Manual do Tabelião ou ensaio de jurisprudência eurematica*. Lisboa: Imprensa Régia, 1830 [1ª ed. 1740].

<sup>10</sup> GARNOT, Benoît. “Justiça e sociedade na França do século XVIII”. *Textos de História*, vol. 11, nº 1/2, 2003, p. 13-27.

<sup>11</sup> DAVIS, Natalie. *Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI*. Tradução. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 87.

<sup>12</sup> AHCSM/LN. 1º Ofício. Livro 040. “Escritura de perdão que dá Maria Ribeira, carijó do gentio da terra, a Catarina da Silva, bastarda, e a uma sua escrava por nome Maria, courana” [20 de agosto de 1733], fls. 124.

<sup>13</sup> AHCSM/LN. 1º Ofício. Livro 040. “Escritura de perdão que dá Maria Ribeira, carijó do gentio da terra, a Catarina da Silva, bastarda” [02 de março de 1733], fls. 53 v.

<sup>14</sup> CARDOSO, Susana & SILVA, Hugo Ribeiro da. Escrituras de perdão num notário do Porto (1650-1700). *Revista da Faculdade de Letras*. Porto, III Série, vol. 5, 2004, p. 177.

<sup>15</sup> Esta palavra hoje é pouco conhecida, mas no período colonial era corrente no vocabulário jurídico e, segundo Raphael Bluteau, era “uma maldade cometida atraçoadamente sob a mostrança de amizade”. Bluteau se baseou nas *Ordenações Filipinas* para dar esta definição em seu *Vocabulário Portuguez e Latino (Ordenações, L. 5, tit. 37)*. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*. Vol. I. Coimbra: impresso no Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1713, p. 234.

<sup>16</sup> AHCSM/Processos-crime. 2º Ofício. Cód. 219, auto 5466, fls. 17.

<sup>17</sup> AHCSM/LN. 1º Ofício. Livro 097. “Escritura de perdão que dão o furriel João Soares Guimarães e sua filha Vitória Constância Clara de Jesus a José Possidônio Ferreira Rebelo, em razão da querela que dele deram de traição e aleivosia, honra e virgindade” [05 de julho de 1779], fls. 65.

<sup>18</sup> Cf. ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

<sup>19</sup> “O perdão é o exato oposto da vingança, que atua como re-ação [*re-acting*] a uma ofensa inicial, com a qual, longe de porem fim às consequências da primeira falta, todos permanecem enredados no processo, permitindo que a reação em cadeia contida em dada ação siga livremente seu curso. Ao contrário da vingança, que é a reação natural e automática à transgressão e que, devido à irreversibilidade do processo da ação, pode ser esperada e até calculada, o ato de perdoar jamais pode ser previsto; é a única reação que atua de modo inesperado e, embora seja reação, conserva algo do caráter original da ação. Em outras palavras, o perdão é a única reação que não re-age [*re-act*] apenas, mas age de novo e inesperadamente, sem ser condicionado pelo ato que a provocou e de cujas consequências liberta, por conseguinte, tanto o que perdoa quanto o que é perdoado.” ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução. 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 300.

## **O trem da política conduzido por Paulo de Frontin: trajetória do engenheiro na Estrada de Ferro Central do Brasil (1910-1914)**

Felipe Martins dos Santos<sup>1</sup>

### **Resumo**

O presente trabalho procurou problematizar uma face do campo político da Capital Federal da Primeira República, através de Paulo de Frontin como diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB), entre 1910 e 1914. O engenheiro tornou-se objeto central de nossa análise, graças a extensa cobertura da imprensa carioca sobre a ferrovia, sobretudo as páginas do jornal oposicionista Correio da Manhã. Esta trajetória de favorecimentos, estratégias e críticas se desenvolveu em uma arena diferenciada, na qual reconstruímos e analisamos por meio do instrumental de campo político de Pierre Bourdieu.

Palavras – Chave: poder, elite, política carioca

### **Abstract**

This study sought to problematize one side of the political field of the Federal Capital of the First Republic, by Paulo de Frontin as director of the Estrada de Ferro Central do Breasil (EFCB) between 1910 and 1914. The engineer became the central object of our analysis thanks to extensive coverage of the Rio press on the railroad, especially the pages of the opposition newspaper Correio da Manhã. This trajectory of favoritism, and critical strategies developed in a different arena in which we reconstructed and analyzed by the instrumental political field of Pierre Bourdieu.

KeyWords: power, elite, carioca politic

JORNAL O PAIZ – TERÇA FEIRA, 11 DE JANEIRO DE 1910. A troca de diretoria da Estrada de Ferro Central do Brasil (referida ao longo do texto pela sigla EFCB) ocupou extensa reportagem de capa de um dos principais jornais em circulação

na Capital Federal<sup>2</sup>. Saía o engenheiro Aarão Reis, assumia o posto Paulo de Frontin. Surpreso pela inesperada exoneração de Reis, que ocuparia direção a *Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro*, e com entusiasmo e satisfação, o jornal repercutiu a escolha de Paulo de Frontin. O responsável da substituição era o ministro da Viação e Obras Públicas de Nilo Peçanha, Francisco Sá. A imprensa da cidade, de maneira geral, recebeu bem a nomeação que se ratificaria nos dias seguintes

A EFCB, antiga Estrada de Ferro D. Pedro II, maior ferrovia do país, ligava a Capital ao seu subúrbio e ao restante dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Sua regulação e administração, com o advento da República, ficou sob responsabilidade do governo federal. Da regularidade do funcionamento dos trens, dependia a população para transportar os trabalhadores do subúrbio, gêneros alimentícios que vinham dos estados e estes, por sua vez, dos produtos importados que chegavam ao porto do Rio de Janeiro.

Como aponta Steven Topik<sup>3</sup>, a estatal não experimentou, no regime republicano, o tempo áureo do Império, época de pujança da produção cafeeira fluminense. A partir de 1909, os consecutivos déficits das contas da empresa acompanhariam a Primeira República até seu fim. A empresa de grandes proporções se avistava como um excelente cabedal de empregos, oferecia a seus diretores muitos postos de livre nomeação, como subdiretores nas áreas de Tráfego, Locomoção, Via Permanente e Contabilidade. Além de Frontin, outros engenheiros políticos também ocuparam o posto, como Pereira Passos e seu antecessor, Aarão Reis.

O engenheiro retornou ao comando da ferrovia, após sua breve passagem de poucos meses, entre 1896 e 1897. Frontin teve intensa atividade no campo da engenharia, participou e comandou comissões de engenheiros que projetaram seu nome nacionalmente; em 1889 o episódio em ficou conhecido como “água em seis dias”, que resolveu um problema de abastecimento água da cidade do Rio de Janeiro, liderou em 1904 a controversa construção da Avenida Central, fez parte do grupo de engenheiros que fundou a *Empresa Industrial Melhoramentos do Brasil*, responsável pela construção de ferrovias de parte da malha ferroviária do país. Presidiu também instituições como o *Clube de Engenharia* e o *Derby Club*. Contudo, o objeto que investigamos é o Paulo de Frontin na sua relação com *campo político*<sup>4</sup> formal da Capital Federal.

No mesmo dia, o polêmico jornal *Correio da Manhã*, de Edmundo Bittencourt, diferiu dos demais e em seu peculiar texto contundente foi enfático ao demonstrar a desaprovação do periódico pela nomeação de Frontin e explicou porque:

O nomeado, dizem, é o sr. Paulo de Frontin,. Pessima nomeação. Já foi experimentado naquelle cargo, e a sua administração é das três que se assignalam, na historia da Central pelo maior numero de desastres [...]

O sr. Frontin, pois, faz parte dessa trindade que representa os periodos de peor administração na Estrada. O sr. Frontin vae ali fazer politica. Metteu-se nella, depois de velho, e está, para a politica , na situação dos que começam a amar no outono da vida: entram a fazer asneiras de toda a especie, que os expõem ao ridiculo. O sr. Frontin sonha com uma cadeira, no Senado, e na Estrada, o que elle vae fazer é preparar-lhe a conquista<sup>5</sup>

Este foi o primeiro de muitos embates, que ao longo dos quatro anos da trajetória na Estrada de Ferro, Frontin e Edmundo Bittencourt protagonizariam nas páginas da imprensa do Distrito Federal. A críticas do *Correio da Manhã* à utilização políticas da ferrovia estavam inseridas em um arcabouço maior de combate ao governo de Hermes da Fonseca, posição assumida pelo jornal desde campanha eleitoral de 1910.

Antes, porém, da análise o ambiente e os personagens desta trama, é preciso realizar breves considerações sobre a historiografia que se debruça sobre o estudo da elite política e sobre o Rio de Janeiro Republicano. Nas últimas décadas o olhar lançado à cidade do Rio de Janeiro, município neutro do Império, Capital da República tem suscitado novas pesquisas e também novos objetos e análises. No âmbito história política, que nos interessa aqui particularmente, podemos observar com certa clareza três fatores que proporcionam esta renovação.

Primeiramente, a *espantosa volta da fortuna*<sup>6</sup> da História política francesa, iniciada na década de 70 do século passado. A transformação que ela sofreu, a tirou do lugar de história da superfície, narrativa, apologética para ampliar seu campo de estudos com identidade própria e não apenas como simples reflexo das estruturas econômico-sociais. Nesta perspectiva, o indivíduo retornou ao foco de investigação do historiador; no entanto, uma trajetória problematizada, capaz de responder questões que não se encerram apenas em si, que expliquem sobre os espaços em que se movimenta.

Outro fator foi o aumento de estudos sobre o Rio de Janeiro, sobretudo a partir do final do anos 70, numa conjuntura política de fusão do Estado da Guanabara e do Rio de Janeiro (1975), quando o debate em torno da identidade política da antiga capital da República estava colocado no meio político, na imprensa, como também nos programas

de pós-graduação em história, onde começaram a ser produzidos trabalhos tinham como tema a política do Rio.

A inovação de abordagens sobre as elites políticas brasileira é o terceiro fator fundamental, com importantes estudos sobre o século XIX e início do século XX<sup>7</sup>. Destes, as obras de Surama Pinto<sup>8</sup> e Américo Freire<sup>9</sup> relativizam a noção de nacionalização da política carioca: em um campo estruturado maneira desigual pelo governo federal, com o objetivo de neutralizar a política local da cidade. O que, para os autores, não inviabilizou que as elites locais encontrassem espaços para se movimentarem com seus projetos de poder.

Surama Pinto, ao analisar a passagem de Paulo de Frontin (1919) e Carlos Sampaio (1920-1922) na Prefeitura da cidade, rompe com a ideia arraigada do chefe do executivo municipal como mero administrador ou interventor do poder federal. O cargo lhes servia de meio para consolidar sua base política; noção que procuramos testar na estada de Frontin na EFCB.

O ordenamento institucional local da Capital, desta forma, tinha uma característica peculiar: contava com prefeito nomeado pelo presidente da República, com aprovação do Senado e um legislativo local (Câmara de Intendentes) de funções esvaziadas, entre elas a prerrogativa de análise dos vetos do prefeito, que cabiam também ao Senado. Possuía também o Distrito Federal três assentos no Senado e dez na Câmara dos Deputados. Neste embaraçamento dos poderes federal e municipal houve margem de atuação aos protagonistas da política carioca e no momento em que o presidente da República as considerava insustentáveis, lançava mão que asfixiar ainda mais este campo desigual.

No governo de Campo Sales, em especial, com a implementação da Política dos Governadores, que tinha por essência a seguinte lógica: nos estados se fazia política, na Capital se administrava<sup>10</sup>. Os presidentes, na prerrogativa do cargo, conseguiram asfixiar as finanças da prefeitura e anular eleições municipais sob a alegação de fraudes eleitorais (como se esse fosse apenas um mal do Distrito Federal). Até mesmo decisões ditatoriais de suspender o Conselho Municipal, como lembra José Murilo de Carvalho:

O Conselho de Intendentes, mesmo eleito, tinha poucas condições de se opor ao prefeito nomeado. No governo de Rodrigues Alves, Pereira Passos governou a

cidade por seis meses com a Câmara suspensa, ditatorialmente, como o fizera na época florianista Barata Ribeiro, com o conselho funcionando.<sup>11</sup>

A trajetória de Frontin, por mais conflitos que pudesse ter gerado no campo político da cidade, não provocou ações drásticas por parte o executivo federal. A permanência do engenheiro a testa da ferrovia, não por mera coincidência, foi praticamente a mesmo de Hermes da Fonseca na presidência da República. A relação próxima entre os dois era lembrada nos recorrentes momentos de crise da Estrada de Ferro, como em 1911 o caderno de caricaturas *O Gato* satirizou:

Procedente de Queimados, na Estrada de Ferro Central do Brazil, recebeu o Dr. Paulo de Frontin, hontem, o despacho telegraphbico abaixo:

‘Povo aclama nome V. Ex. restabelecimento trens SM 12 e inau-SM 9 –“ Nicolao Rodrigues da Silva,” vereador”.

Seja por gosto ou por teima  
De queimados o pessoal  
E gente que não se queima  
Com os desastres da Central<sup>12</sup>

Em referência clara a proteção política que o engenheiro possuía do governo, a leitura dos últimos versos é a de que, com todos os desastres que eram frequentes na EFCB e seus saldos de feridos e mortes, o engenheiro não se comprometia, não se “queimava”, com o Palácio do Catete. As cobranças da grande imprensa carioca da responsabilidade sobre a situação calamitosa da ferrovia, no entanto, foram raras. Os jornais deixaram-se tomar por grande simpatia a Paulo de Frontin e silenciavam às queixas que chegavam as suas redações. Este foi o assunto do editorial de 09 de novembro de 1911 do jornal de Irineu Marinho, *A Noite*<sup>13</sup>.

Dos jornais de oposição ao governo federal, foi o *Correio da Manhã* que se posicionou sistematicamente contrário a direção de Paulo de Frontin desde a sua escolha, como vimos, até a sua saída da ferrovia. O conteúdo das investidas do periódico foi o da utilização do *próprio nacional*, como se referiam a estatal, para fins político-partidários. A postura do jornal, aparentemente, procura afastar seu pertencimento ao campo político, ao adotar uma retórica de neutralidade e objetividade; o que na prática interage com o campo político, impactando-o. O discurso jornalístico, segundo Bourdieu, “*procura fazer uso da ciência das estratégias que os diferentes atores aplicam, a fim de fazer triunfar a sua ‘verdade’ do jogo, para triunfarem assim no jogo*”<sup>14</sup>.



O periódico, dirigido por Edmundo Bittencourt, se notabilizou por sua linha editorial combativa, que se definia independente, mas envolvendo-se diretamente nas disputas políticas do país, conflitou com os grupos oligárquicos que dominavam o governo federal. Apresentava aos seus leitores textos com forte carga emocional e, nesta conjuntura, estabeleceu estreitas relações com Irineu Machado, uma figura-chave da política carioca, que destacou-se por seus discursos inflamados como parlamentar, personificando o *radicalismo a brasileira*<sup>15</sup> e por sua participação em movimentos de contestação na Primeira República (jacobinismo, florianismo, civilismo e tenentismo).

Irineu acumulou considerável *capital político* com sua agenda em defesa dos funcionários públicos, principalmente os da EFCB, onde iniciou sua vida profissional e ali conseguiu grande número de seguidores. A esta época, ocupava mais uma deputação federal, cadeira que assegurava com suas expressivas votações desde 1886. Durante a acirrada campanha eleitoral de 1910, o deputado aliara-se a Rui Barbosa e junto com Barbosa Lima foi um dos principais combatentes da candidatura de Hermes da Fonseca.

Uma razão para a permanência de Frontin na direção da ferrovia, para a imprensa, foi a blindagem política da EFCB, para o caderno de caricaturas *O Gato*, aos olhos do “marechal” Hermes da Fonseca, o engenheiro era único político com *capital político* suficiente para conter o ímpeto de Irineu Machado.

Tem havido diversas conferencias entre o Dr. Paulo de Frontin e varios engenheiros da Central a proposito da revisao dos horarios dos trens.

- Pensei que tratassem da revisão da Constituição...É tão politica a missão do Frontin!

- Politica?

- Politica; sim, senhor! O Frontin só continua como Director, porque, o marechal está convencido de que é o unico homem capaz de cortar as azas do Irineu, na Central.<sup>16</sup>

Anos depois, na década seguinte, os ventos da política sopraram em direção contrária e o radical, rompendo com Rui Barbosa, e chegaria ao Senado aliando-se com o grupo político dominante da cidade liderado por Paulo de Frontin, o mesmo que rivalizou nos primeiros anos do século XX.

Estes anos coincidem com a iniciação formal de Frontin no jogo político-partidário da cidade, em 1912, o engenheiro filiou-se ao Partido Republicano do Distrito Federal (PRDF). A sigla, criada por Barata Ribeiro, durante os primeiros anos do século XX obteve expressivas vitórias nas eleições federais e municipais, se constituiu de lideranças políticas da cidade e chefias das principais freguesias cariocas.

O senador Augusto de Vasconcelos, a maior liderança política da Capital, era o líder do PRDF e responsável pela reorganização da sigla a partir de 1906, sua prioridade foi capitanear as forças políticas da cidade sob sua direção. Em 1912, o *Correio da Manhã* aponta a contratação em massa de indicados do senador na EFCB,

É verdade que a Central não era um modelo de administração. Longe disso. O sr. Aarão Reis que ponha as suas mãos na consciência, e o diga. Mas veio o sr. Frontin. E foi um Deus nos acuda! Repetiu-se aquella época de horrores em que s. s. estivera na direção da Central. Renovação de empregados. Admissão em massa de gente do senador Rapadura, que ali se instava como mero instrumento de politicagem<sup>17</sup>

O Senador Rapadura referido é Augusto de Vasconcelos. Recebeu este apelido jocosamente em alusão às origens de sua família, possuía expressiva força eleitoral e tinha como a base de sua clientela no distrito rural de Campo Grande. A noção de “amizade política”, que conjugava fatores de igualdade e hierarquia, como assinala Marcos Veneu<sup>18</sup>, foi o laço que, via de regra, unia os membros dos partidos da Capital. Neste sentido, a entrada de Frontin no PRDF, e dos demais, estaria menos ligada a uma aproximação programática, e mais a construções de “amizades políticas” que lhes viabilizasse se iniciar no campo político.

Meses depois, outra denúncia do jornal, que envolveria Frontin, o ex-presidente Nilo Peçanha (responsável pela nomeação de Frontin, dois anos antes) e Otávio Ascoly, político da região de Nova Iguaçu. Neste caso, de intimidação de funcionários para votar na chapa de um aliado político do estado fluminense, um indício de que as redes de sociabilidade, “amigos políticos”, e os interesses do engenheiro ultrapassavam os limites geográficos da cidade do Rio de Janeiro.

Hontem, sabia-se que o sr. Ascoly, nilista de mãos figadas anda pelo Município de Iguassú intimidando funcionarios da Estrada de Ferro a votar na sua chapa, e isso faz com auxilio e a acquiescencia do sr. Frontin, que já lhe concedeu a remoção de dois funcionarios considerados como estorvo às pretensões da politicagem do governo do Estado<sup>19</sup>

Escândalos de ordem administrativos também foram acompanhados, sem produzir, com isso, maiores impactos sobre a imagem do engenheiro no meio político, como desejava Edmundo Bittencourt. Como no caso de desvio comprovado de mais de duzentos contos do “funcionário fiel” de seu cunhado, sr. Dodswhort, lotado no depósito da 3ª divisão da ferrovia<sup>20</sup>.

Enquanto Frontin esteve sentado em sua cadeira de diretor, a EFCB não deixara de ser a ferrovia que em 1905 Lima Barreto criticava nas páginas do que se tornaria a coletânea *Subterrâneo do Morro do Castelo*. Com atrasos e interrupções de tráfego que refletiam no aumento de preços dos produtos na Capital, com greves e manifestações de seus funcionários por melhores condições de trabalho<sup>21</sup> e consecutivos desastres que feriam e matavam a população, que “ insistia em chamar a Central, pelas iniciais: Estrada de Ferro Caveira de Burro”<sup>22</sup>

### **Considerações Finais**

Podemos estabelecer algumas considerações sobre a estada do político-engenheiro na Estrada de Ferro Central do Brasil. Paulo de Frontin não apenas acumulou capital político, como também lançou mão de práticas de sua cultura política: as fontes apontam para sua intensa atividade partidária, para a consolidação de clientela com oferecimento de empregos, a perseguição de adversários e o favorecimento de aliados. A proximidade com o cacique político Augusto Vasconcelos, inclusive por oferecer cargos na Central a apadrinhados do senador de Campo Grande (*Correio da Manhã*.08 ago. 1912).

A Capital, estruturada para a neutralidade das forças políticas locais, aparece nas fontes consultadas, ora explicitamente, ora menos, como campo de embate político, que se mesclavam entre forças municipais e federais. Desta forma, entre 1910 e 1914, no interior deste campo, identificamos nomes de profissionais da política carioca que orbitavam, na opinião pública, junto a Estrada de Ferro Central do Brasil: o principal deles foi o do Paulo de Frontin, por estar à frente da empresa pública, e recebeu os afagos como também duras críticas que tinham em seu cerne sua atividade política partidária que se misturavam às suas atividades administrativas e técnicas exigidas do cargo.

Outro político que se envolveu diretamente foi Irineu Machado, que esteve intimamente ligado com a EFCB e suas investidas contra o Palácio do Catete e, político

agitador do Distrito Federal e ligado a classe trabalhadora principalmente ferroviária. No Campo político da cidade, ele e Frontin ocuparam espaço opostos e de concorrência, ambos neste momento tinham ambições semelhantes: a cadeira do Senado pelo Distrito Federal.

Do conjunto de fontes primárias consultadas, o periódico dirigido por Edmundo Bittencourt, *Correio da Manhã*, se apresentou como um agente inserido nesta arena, na medida em que afirmou espaço nestes conflitos e produziu consistente material em relação aos problemas da EFCB e a influência política de seus responsáveis. Mesmo não sendo o único periódico de oposição (como *O Gato, o Malho, a Noite*), foi o acompanhou sistematicamente a administração de Frontin desde a sua nomeação até sua saída do cargo; a “Estrada Central do Brasil” tornara-se coluna fixa da folha.

Este trabalho procurou se afastar da memória consolidada a respeito do papel da engenharia durante o primeiro regime e de Paulo de Frontin, que esteve foi presidente do Clube de Engenharia. O seu projeto político que pouco se podia observar em meio a sua prerrogativa de construtores da infraestrutura e do progresso brasileiro.

Diante disto, através do estudo de caso da trajetória do engenheiro Frontin, encontramos vestígios de como o campo político-institucional da Capital da Primeira República oferecia possibilidades de acordos, embates e concorrência política. Mesmo que as tentativas do governo federal de enquadramento e neutralidade política não foram suficientes para extirpar da região a política local.

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Veiga de Almeida (UVA). O texto é composto de resultados obtidos em pesquisa para a monografia “Trajetória Política de Paulo de Frontin na direção da Estrada de Ferro Central do Brasil”, desenvolvida na Universidade Gama Filho (UGF), sob orientação da Profa. Dr. Marilene Antunes Sant’anna e defendida na Universidade Veiga de Almeida, sob orientação da Profa. Vera Lúcia Moraes. E-mail de contato: felippe.martinss@gmail.com

<sup>2</sup> *O Paiz*. Rio de Janeiro, 11 jan. 1910. p. 1

- 
- <sup>3</sup> TOPIK, Steven. *O sistema ferroviário*. In: *A presença do Estado na Economia Política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1987. p. 111-150
- <sup>4</sup> Utilizamos como instrumental analítico o conceito de “Campo Político” de Pierre Bourdieu. Como um espaço de forças e de lutas que dão a esse campo uma configuração em um dado momento, onde se geram, nas disputas e concorrências de seus agentes, produtos políticos. Apreendemos como produtos políticos a imprensa carioca. Sobre o conceito, ver BOURDIEU, Pierre. *A Representação Política*. In: *O poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p.163-164
- <sup>5</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 11 jan. 1910. p.1
- <sup>6</sup> Metáfora utilizada por René Remond para expor o processo de renovação da História Política, ver : RÉMOND, René. *Por uma história política*. In: *Uma História Presente*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.
- <sup>7</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980; VISCARDI, Cláudia M.R. *Teatro das oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da idade do ouro: elites políticas fluminenses na Primeira República*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.
- <sup>8</sup> PINTO, Surama Conde Sá. *Só para iniciados... o jogo político da antiga capital federal*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.
- <sup>9</sup> FREIRE, Américo Oscar Guichard. *Uma capital para a República: poder federal e forças políticas locais no campo político carioca*. Tese (Doutorado em História) – IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1998.78
- <sup>10</sup> Sobre o papel da cidade do Rio de Janeiro na política implementada por Campo Sales, ver MOTA, Marly Silva da. *O lugar da cidade do Rio de Janeiro na federação brasileira: uma questão em três momentos*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001. 16f. p.4-5
- <sup>11</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. Ed. São Paulo: Cia das Letras, 2004. p.34
- <sup>12</sup> *O Gato: caderno de Caricaturas*, Rio de Janeiro, 22 jun 1911, p.7
- <sup>13</sup> *Jornal A Noite*, Rio de Janeiro 09 nov 1911, p.5
- <sup>14</sup> BOURDIEU, Pierre. *Op. Cit.* p. 55-57
- <sup>15</sup> FREIRE, Américo. *Fazendo a República: a agenda radical de Irineu Machado*. Rio de Janeiro: ANPUH-RJ, 2008.
- <sup>16</sup> *O Paiz*, Rio de Janeiro, 11 jan.1910. p.2.
- <sup>17</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 08 ago. 1912 p. 1
- <sup>18</sup> VENEU, Marcos Guedes. *Enferrujando o sonho: partidos e eleições no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dados – Revista de Ciências Sociais, 1987. p 45-72
- <sup>19</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 04 dez. 1912 p. 1
- <sup>20</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 14 fev. 1913 p. 3
- <sup>21</sup> FRACCARO, Gláucia Cristina Candian. *Morigerados e revoltados: trabalho e organização de ferroviários na Central do Brasil e da Leopoldina(1889-1920)*. Campinas: UNICAMP, 2008.
- <sup>22</sup> BARRETO, Lima. *Os subterrâneos do Rio de Janeiro. O tesouro jesuíta*. In: *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 07 mai. 1905 p. 3

## A IMPORTÂNCIA DA BÍBLIA NOS ARGUMENTOS POLÍTICOS DA INGLATERRA DO SÉCULO XVII.

Fernanda Fonseca Coutinho Gross<sup>1</sup>

**RESUMO:** Analisaremos o quanto ler a Bíblia na Inglaterra do século XVII permitia questionar se o comportamento real era ou não condizente com o divino. Neste período, John Milton em “Defesa do povo inglês” (1651) apresenta um argumento que associava as virtudes cívica e cristã ao ideal de participação do cidadão na condução dos negócios públicos. Distintamente, Thomas Hobbes em “Behemont” (1682) afirma que a religião estava sendo usada como argumento de autoridade contra o rei.

**PALAVRAS-CHAVES:** Bíblia; Guerra Civil Inglesa; puritanismo.

**ABSTRACT:** Analyze how much read the Bible in seventeenth-century England allowed to question whether or not actual behavior was consistent with the divine. In this context, John Milton in "Defense of the English people" (1651) presents an argument that combined virtue civic and the christian ideal of citizen participation in the conduct of public affairs. Differently, Thomas Hobbes in "Behemont" (1682) states that religion was being used as an argument against the authority of the king.

**KEYWORDS:** Bible; England Civil War; puritanism.

O presente trabalho tem o objetivo de analisar o quanto ler a Bíblia na Inglaterra do século XVII permitia questionar se o comportamento real era ou não condizente com o divino. E este estudo será realizado a partir das obras de John Milton, *Defesa do povo inglês*(1651)<sup>2</sup>, e do primeiro diálogo que inicia a obra de Thomas Hobbes, *Behemont* (1682)<sup>3</sup>.

Milton elabora este livro para refutar a defesa do rei escrita por Salmásio<sup>4</sup>. Por isso, ele se preocupa em defender a execução de Charles I a partir do argumento de que o poder emana do povo e não do rei, e realiza baseando seus argumentos na Bíblia. Thomas Hobbes, no primeiro diálogo, também utiliza o Livro Sagrado, com intuito de

<sup>1</sup> Graduanda da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), integrante do projeto de pesquisa do professor Carlos Mauro de Oliveira Júnior, intitulado *Ideias de liberdade, natureza e república na Inglaterra dos séculos XVI e XVII*. (fernandacgross@hotmail.com)

<sup>2</sup> MILTON, John. **Escritos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Clássicos Cambridge de filosofia política). p.71-332.

<sup>3</sup>HOBBS, Thomas. Diálogo I. In:\_\_\_**Behemont ou o Longo Parlamento**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

<sup>4</sup> Salmásio (1588-1653), classicista francês. Estudou filosofia em Paris (1604) e direito em Heidelberg (1606). Este foi o autor da obra *Defensio regia* refutada por Milton a partir da *Defesa do povo inglês*.

apontar quais os tipos de homens e ideias que foram responsáveis pela guerra civil, e a partir disso, ele conclui que a religião estava sendo usada como argumento de autoridade contra o rei.

Desde já podemos afirmar que ambos autores foram influenciados e viveram no contexto social da Inglaterra do século XVII marcado pelo papel central da Bíblia e a possibilidade de interpretá-la individualmente. Os dois apresentam um vocabulário marcado pela linguagem deste período, e entre estes, o referencial bíblico. Dessa forma, temos como hipótese a ideia de que ambos autores eram cristãos e usaram a Bíblia como ponto de referência num contexto onde ela tinha considerável importância. Por isso, Milton tinha consciência, executar o rei era uma atitude aprovada por Deus, e distintamente, Hobbes defendia que os súditos deviam obediência ao rei e a livre interpretação da Bíblia acarretou em vários discursos e conseqüentemente na desobediência do mesmo.

### **O PAPEL DA BÍBLIA NO SÉCULO XVII.**

Na obra *A Bíblia Inglesa e as revoluções do século XVII*<sup>5</sup>, Christopher Hill nos apresenta o contexto social em que John Milton e Tomas Hobbes viveram e conseqüentemente foram influenciados. Este era marcado pelo impacto que a Bíblia exercia em todos os aspectos da sociedade, inclusive nos propósitos políticos<sup>6</sup>. “No turbilhão do século XVII, a Bíblia tornou-se uma espada que servia para dividir, ou um arsenal do qual todos os partidos retiravam armas para satisfazer as suas necessidades.”<sup>7</sup>

Segundo Hill, a Bíblia era a fonte da verdade, era o manual de instruções dos homens e fundamental para vida intelectual e moral deste período. Assim, esta também era usada tanto para medir quanto para criticar as instituições e práticas do século XVII<sup>8</sup>. Nesse contexto não havia uma divisão entre política e religião e com isso, a Bíblia era mais do que um livro, ela sustentava as esferas da cultura inglesa. Desta forma, esta era usada não para esconder ou disfarçar algo, ao contrário, a sociedade acreditava que nesta tinha a comprovação de tudo e a resposta para os problemas.

<sup>55</sup> HILL, Christopher. Uma cultura bíblica. In: \_\_. **A Bíblia Inglesa e as Revoluções do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.25-72.

<sup>6</sup> Ibidem, p. 24

<sup>7</sup> Ibidem, p.26

<sup>8</sup> Ibidem, p. 62.

Assim, podemos notar que a Revolução Inglesa foi defendida em termos religiosos, mas não foi um ato religioso, pois aconteceu num contexto onde a religião e a política não eram separadas e a Bíblia era fundamental em todas as áreas da sociedade.

A tradução do Livro Sagrado para o inglês possibilitou a novos grupos sociais a busca individual por soluções para seus problemas. Esse feito juntamente com a distribuição de publicações baratas, gerou um estímulo ao aprendizado da leitura, algo que desde o século XV os humanistas tinham valorizado e agora no século XVII era herdado pelos protestantes. Isto é, os protestantes diferentemente dos católicos não consideravam a imagem suficiente para os iletrados, para os primeiros a leitura era importante. Desta forma, setores médios e baixos estavam sendo alfabetizados, principalmente por meio da Bíblia. Segundo Stone, em *Causas da Revolução Inglesa 1529-1642*<sup>9</sup> e também Hill, a oportunidade de interpretar individualmente o Livro sagrado aumentou e até mesmo gerou uma sensação de confiança que faltava aos grupos para reivindicar uma participação mais ativa na sociedade.

Não foi possível um controle das interpretações numa sociedade instável. Foram publicados entre a Reforma e 1640 mais de um milhão de exemplares.<sup>10</sup> A maioria eram as Bíblias de Genebra, impressas em edições mais baratas, tornando-se a Bíblia do povo. Segundo Stone, essas publicações nos mostram que a revolução foi fundada nas palavras, estas enxurradas de publicações sejam de Bíblias, jornais, panfletos e sermões expõem um choque de ideias e ideologias.<sup>11</sup>

Michel de Certeau em *Inversão do pensável*,<sup>12</sup> buscando entender a divergência entre o saber cada vez mais autônomo dos intelectuais e a persistência das práticas populares na maior parte da França, nos mostra como escrever a história religiosa do século XVII significa enfrentar mais de uma visão religiosa, disputas eclesiásticas e populares relacionadas às práticas e crenças religiosas. Ao mesmo tempo em que, nos faz observar que diferente deste país, na Inglaterra há uma forte valorização da educação das massas a partir da leitura da Bíblia.

<sup>9</sup> STONE, Lawrence. As causas da Revolução Inglesa. In: \_\_ **Causas da Revolução Inglesa 1529-1642**. São Paulo: EDUSC, 2000. (Coleção História). p.99-274.

<sup>10</sup> HILL, Christopher, op. cit, p.39

<sup>11</sup> STONE, Lawrence, op. cit, p. 103

<sup>12</sup> DE CERTEAU, Michel. “A inversão do pensável. A História religiosa do século XVII” e “A formalidade das práticas. Do sistema religioso à ética das luzes (XVII-XVIII)” in: \_\_. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.



Certeau afirma que no século XVII, aqueles que tinham ideias contrárias aos da Igreja católica eram heréticos ministros de outras igrejas<sup>13</sup>, ou seja, neste período o conceito de heresia tornou-se problemático, esses foram relativizados e como afirmam Certeau e Hill cada grupo religioso acreditava que tinha encontrado a explicação para sua fé, passando a proclamar sua autoridade na interpretação da Bíblia e fundamentar a sua certeza. Sendo assim, Certeau analisa que neste período é o social que estabelece as verdades, ou seja, há uma substituição do critério religioso para o social. E é influenciado por esta substituição que tanto Milton como Hobbes defendem suas ideias, como veremos nos dois tópicos a seguir.

### **JOHN MILTON ARGUMENTA CONTRA O PODER TIRANO**

Ao defender o povo inglês das acusações de Salmásio, Milton afirma que os demais reis que não eram descendentes de Davi, foram instituídos somente pelo povo. E se os reis governam através de Deus é também através do mesmo que o povo exige a sua liberdade<sup>14</sup>. Por isso, se o rei for tirano é divino destituí-lo, porque é o povo que tem o poder. Quando os cidadãos foram criados, Deus os presenteou com a liberdade natural, porém, para o bem de todos, esses decidiram fazer uma aliança com um representante, o que não significa dizer que estes decidiram se tornar escravos do rei, ao contrário, o povo os escolheu para realizar principalmente a função de preservar e proteger a liberdade natural.

Desta forma, como Quentin Skinner afirma em *Liberdade antes do Liberalismo*<sup>15</sup>, autores como Milton que defendem tal obrigação dos governantes, apresentam a liberdade civil baseada em duas ideias, o enfoque na liberdade comum e não do indivíduo, sendo a vontade do povo a da maioria, e a possibilidade de cada indivíduo participar da elaboração das leis. Mas há uma dificuldade para reunir todos os cidadãos e por isso, cria-se uma assembleia nacional constituída por representantes do povo e escolhidos pelos mesmos.

Assim, para Milton tanto o povo como os reis devem seguir as leis, até porque nas Escrituras não há nenhuma isenção às mesmas.<sup>16</sup> Com isso, vemos que as leis estão acima

<sup>13</sup> Ibidem, p. 132

<sup>14</sup> MILTON, JOHN, op. cit, p. 126

<sup>15</sup> SKINNER, Quentin. **Liberdade antes do Liberalismo**. São Paulo: UNESP, 1999. (UNESP/Cambridge).

<sup>16</sup> MILTON, JOHN, op. cit, p. 141

do poder real e desta forma a autoridade que desobedece-la, não é digna do poder e pode até mesmo ser executada, como ocorreu com Charles I.

Com o intuito de defender a ideia de que o direito de Deus é do povo e não dos reis, o autor cita

“Lucas 13:32 “que os príncipes das nações os dominam e que os grandes exercem autoridade sobre eles; porém não será assim entre vós. Pelo contrário, todo aquele que, entre vós, quiser tornar-se grande, seja vosso servo, e quem dentre vós quiser ser o primeiro, seja vosso escravo”<sup>17</sup>

A partir deste versículo, Milton argumenta que quando os israelitas pediram um rei, como tinham outras nações, a Deus, Deus assentiu, mesmo contra vontade, mas os advertiu que este não seria como os das outras nações, ou seja, reis com total autoridade, porém sim, escravos do povo. Milton conclui dizendo que se o rei claramente deseja ser senhor, ele não pode, ao mesmo tempo ser cristão, porque para ser cristão ele tem que ser servo do povo.

Além disso, Milton afirma

“E como o povo é mais forte e maior do que o rei, não pode existir nenhum direito do rei, por meio do qual ele, o inferior, prejudique o povo, o superior, ou o mantenha escravo. Como o rei não tem nenhum direito de praticar o mal, o poder do povo permanece supremo por natureza.”<sup>18</sup>

Assim, num período que surgiram algumas dúvidas com relação à religião, no qual até os cristãos exibiam as suas, “a referência ao *experimentado* (iluminador ou desolador) coloca sem cessar o problema de sua relação com o *representado* (oficial, recebido ou imposto)”<sup>19</sup>. A religião passou a caminhar para a prática e introduzir o cidadão nas leis de moralidade pública.<sup>20</sup>

Acreditamos que Milton segue este caminho ao defender que o rei tem que seguir as leis e ser servo do povo, e os cidadãos por sua vez, criados à imagem de Deus, são virtuosos contribuindo para o bem comum e participando dos negócios públicos. Ora, ao defender a participação política e se referir ao homem como imagem e semelhança de Deus<sup>21</sup>, o autor apresenta uma junção entre o vocabulário civil e religioso, isto é, o autor

<sup>17</sup> Ibidem, p.146

<sup>18</sup> Ibidem, p.200

<sup>19</sup> CERTEAU, MICHEL, op. cit., p.135

<sup>20</sup> Idem

<sup>21</sup> Ibidem, p. 106

utiliza a ideia de Cícero e Maquiavel, ser bom cidadão é ser um cidadão ativo, e acrescenta a esta, a ideia de que para ser bom cidadão tem que ser bom cristão.

## **THOMAS HOBBS DEFENDE A OBEDIÊNCIA AO REI**

Hobbes inicia o texto com uma imagem bíblica: a Montanha do diabo. O autor expõe o episódio no qual o diabo leva Jesus ao alto de um monte para que ele se renda às tentações, às riquezas e prazeres do mundo com o intuito de mostrar que assim como o diabo tentou iludir Jesus, a guerra civil também apresentou uma feição enganadora. Segundo Débora Regina Vogt no artigo *Antigos em Hobbes: estilo ou essência na argumentação?*<sup>22</sup> a montanha também representava o lugar no qual o autor poderia depois de um tempo compreender o que se passou.

“O presente olha para o passado e procura entender o que aconteceu, descortinar aqueles tempos e dar explicação e compreensão ao que, em um primeiro olhar, não tem sentido. Da Montanha é possível discernir e é como se os dois personagens estivessem lá, tendo este diálogo, na busca de dar um sentido posterior. Inclusive “B” pede a “A” que o leve a essa montanha, lugar de discernimento e de conhecimento, poderíamos dizer. Se no presente, muitas vezes, os fatos não são claros, no futuro eles se tornam distinguíveis e julgáveis.”<sup>23</sup>

Vogt argumenta que Hobbes é moldado pelo seu contexto e este apresenta uma educação específica dos humanistas desse período que podemos perceber na linguagem usual das obras do contexto analisado. Notamos que a utilização de passagens e histórias bíblicas fazem parte da cultura do século XVII, desta forma, fica claro o porquê da presença destas nos textos dos autores aqui analisados.

Hobbes em *Behemont*, ao apontar os grupos que foram os principais causadores da guerra civil inglesa, apresenta seus argumentos baseando-se nas ideias e referências bíblicas expostas por tais grupos. Um exemplo está no momento em que o autor expõe o versículo utilizado pelos papistas para defender o direito que eles têm de governar

“Deuteronômio 17:12, e outros semelhantes, que, de acordo com a antiga tradução latina, pode ser expressa nessas palavras: “ O homem que, por soberba, recusar-se a obedecer ao sacerdote que está ali para servir ao Senhor teu Deus, por sentença do juiz o tal homem será morto.”<sup>24</sup>

<sup>22</sup> VOGT, Débora Regina. Antigos em Hobbes: estilo ou essência na argumentação? In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, jul, 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308105269\\_ARQUIVO\\_resumo.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308105269_ARQUIVO_resumo.pdf)

<sup>23</sup> Ibidem, p. 8

<sup>24</sup> HOBBS, Thomas, op. cit, p. 36

A partir disso, Hobbes alega que a passagem do Antigo Testamento é para o povo judeu e não para as outras nações, pois

“os judeus era de Deus um povo particular, constituíam um reino sacerdotal, não estando obrigados a outras leis além da que Moisés primeiro, e depois todo sumo sacerdote foi receber da boca de Deus no Monte Sinai, no tabernáculo da arca.”<sup>25</sup>

Ao analisarmos esses trechos, vemos que Hobbes faz uso da retórica para defender o seu argumento, e com isso, exprime a noção de que a religião e a fé são um poder mais danoso que a espada, mostrando que a ideia de Milton assim como de outros intelectuais de sua época é perigosa para manter a ordem.

Hobbes afirma que

“Essa controvérsia entre as igrejas papistas e protestantes não deixou alternativa senão fazer todo homem, na medida de suas capacidades, examinar por intermédio das escrituras qual dos dois lados estava certo, finalidade pela qual foram traduzidas para as línguas vulgares, visto que antes não se permitia nem a tradução delas, nem que qualquer um as lesse, exceto os portadores de expressa licença para tanto.”<sup>26</sup>

(...) depois de se traduzir a Bíblia para o inglês, todo o homem, mais ainda, todo menino e menina que sabia ler em inglês pensava falar com Deus Todo-Poderoso e entender o que ele dizia, isso se, à medida de um certo número de capítulos das Escrituras por dia as lera uma ou duas vezes do começo ao fim(...) todo o homem se tornou juiz da religião e intérprete das Escrituras para si próprio.”<sup>27</sup>

Poder observar que para Hobbes, a livre interpretação gerava uma diversidade de discursos religiosos e também uma subjetividade que resultavam em ideias baseadas nos desejos de cada um, acarretando numa desobediência ao rei.<sup>28</sup> Essa ideia nos remete ao texto de Stone, no qual ele afirma que a expansão da alfabetização gerou o perigo de ter provocado viabilidade de participação política, além de gerar uma independência do julgamento moral com relação a hierarquia religiosa e política.

Diante disto, Hobbes realiza sua crítica e afirma que é dever do soberano determinar as verdades que serão explanadas no reino. Segundo Skinner, para o autor, a soberania está no rei, porém poderia estar no Parlamento se assim estivesse no contrato. Deste modo, os reis não são divinos, mas são os que garantem a segurança e por isso, o clero está enganado em desejar o poder civil,

<sup>25</sup> Idem

<sup>26</sup> Ibidem, p.54

<sup>27</sup> Ibidem, p. 55

<sup>28</sup> FREITAS, Willian Gerson. Hobbes: Poder temporal e espiritual do Estado. In: Kínesis, Vol. II, nº 04, Dez, 2010, p. 273-284. Disponível em:

<http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Kinesis/Hobbespodertemporal.pdf>

“O poder deve ser soberano e agir para evitar disputas de opinião decorrentes da discussão sobre o que cada um julga certo a respeito do bem e do mal, bem como para impedir a consequência extrema das dissensões que é a guerra civil. Na verdade, quando os homens baseiam-se em suas disparatadas opiniões as controvérsias tomam uma proporção perigosa para a manutenção da paz.”<sup>29</sup>

Hobbes separa o bom cidadão da ideia de bom cristão. O autor observa que a sacralização do poder leva a conflitos como a guerra civil inglesa. Segundo ele, não podia haver diferenças entre o poder do Estado e da Igreja, as diferenças entre ambos deviam ser eliminadas para se alcançar a paz, ordem, proteção e obediência.

### CONCLUSÃO

Diante de tudo o que foi dito, vemos que a Bíblia era fundamental para os questionamentos e defesas com relação ao comportamento real ser ou não ser condizente com o divino. Contudo, vemos uma diferença entre os autores aqui utilizados. Enquanto Milton defende o regicídio se baseando nos versículos bíblicos, Hobbes argumenta a partir dos versículos que os grupos de papistas, independentes, protestantes e outros, utilizaram para argumentar contra o poder real. Com isso, ele observa que a livre interpretação possibilita argumentos contra o rei, como são os de Milton, e isso não é bom porque gera desobediência ao soberano. Assim, vemos que Milton funde o vocabulário civil ao religioso, distintamente, Hobbes, já no século XVII, apresenta uma certa defesa com relação à separação do político e religioso.

<sup>29</sup> HOBBS, Thomas, op. cit, p.283

## **A representação afro-americana nos quadrinhos e sua utilização como fonte para o Ensino de História**

**Filipe Viana da Silva<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

Esta comunicação problematiza a ampliação das representações de personagens afro-americanos nas produções artístico-cultural da editora Marvel Comics. A partir da década de 1960, foram lançadas diversas HQs de super-heróis negros: Pantera Negra (1966), Falcão (1969), Luke Cage (1972), Blade (1973) e Tempestade (1975). Inseridos no contexto de lutas e embates pelos direitos de igualdade civil, esses tornaram-se um marco nas conquistas étnicas nos Estados Unidos. Discutiremos também como estas HQs podem ser trabalhadas como fontes para o Ensino de História.

**Palavras-Chave:** Ensino de História – Representação – Afro-americanos

### **ABSTRACT**

This communication problematizes the enlargement of the Afro-American characters' representations in artistic-cultural productions of the publisher Marvel Comics. Starting from the decade of 1960, several HQ's of black super-heroes were thrown: Black panther (1966), Falcon (1969), Luke Cage (1972), Blade (1973) and Storm (1975). Inserted in the context of fights and collisions by the rights of civil equality, those became a mark in the ethnic conquests in the United States. We will also discuss like these HQ's can be worked as sources for the Teaching of History.

**Key Words:** Teaching of History – Representation – Afro-American

### **1. Introdução**

O Movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, foi um importante marco promovido pela etnia afro-americana, na busca por conter a discriminação avassaladora e histórica que assolava aquela nação. Entre os anos 1954 e 1980, o movimento implodiu nos quatro cantos do país, reivindicando uma sociedade mais digna, justa e igualitária.

Nessa perspectiva, este artigo problematiza de que forma tal movimento influenciou nas produções artístico-culturais da Marvel Comics, sobretudo, quando houve a ampliação das representações de personagens afro-americanos da editora no período em questão. Com a intensificação das manifestações, a Marvel cedeu espaço em suas produções para etnia afro-americana, fato notável quando divulgadas histórias em quadrinhos (HQs), onde tinham super-heróis afro-americanos como personagens principais.

Organizado em duas sessões, a primeira contém uma revisão historiográfica fundamentada em pesquisas que tratam de discutir a discriminação histórica nos Estados Unidos. Pautado nessas discussões, problematizamos a divulgação pela editora de revistas em quadrinhos Marvel, dos super-heróis Pantera Negra (1966), Falcão (1969), Luke Cage (1972), Blade (1973) e Tempestade (1975). No segundo momento do trabalho, discutimos de que forma as HQs selecionadas para esta pesquisa, podem ser utilizadas em sala de aula, enquanto fontes para o Ensino de História.

## **2. Discriminação e conquistas afro-americanas nos quadrinhos**

A discriminação da etnia afro-americana é histórica. Fato notável desde a Guerra de Secessão (1861-1865), também conhecida como guerra civil norte-americana. Tal conflito político, econômico e militar entre os territórios do sul e do norte, foi marcado pela “coisificação” da etnia afro-americana, esta que era vista como inferior e subalterna, enquanto os brancos superiores e civilizados.

Os estados do sul possuíam suas economias baseadas na produção do algodão e no latifúndio, sobretudo, escravista. Enquanto os estados do norte, se contrapunham defendendo além da abolição da escravidão, a industrialização da economia. Nesse quadro de diferenças, a situação da etnia afro-americana era bastante complexa, pois, além de não disporem de qualquer direito político, os mesmos “eram vítimas de preconceito e discriminação em ambos os territórios”<sup>2</sup>.

Nessa conjuntura de desavenças e discussões, notadamente aparece à questão da escravidão afro-americana como problema principal a ser resolvida. Foi em 1860, ano de eleições que, tal discussão, começou a ganhar folego. Os defensores da ampliação da economia baseada no *plantation* e do escravismo indicaram o então democrata Stephen Douglas para concorrer às eleições. Por outro lado, o republicano e advogado Abraham Lincoln defendia o modelo do solo e do homem livre.

Lincoln, ambíguo em suas concepções e decisões políticas acabou vencendo as eleições, o que gerou desconforto em setores tanto dos democratas quanto dos republicanos. Ora conservador, defendendo a inferioridade dos afro-americanos, ora republicano considerando a escravidão um erro da humanidade. Assim se configurou o retórico e ambíguo posicionamento de seus discursos.

Enquanto isto, os estados do sul programavam a secessão, defendendo a separação de seus territórios e a “formação de um novo país, ainda que um país de curta duração, os Estados Confederados da América (04/1861 a 04/1865)”<sup>3</sup>. Tal movimento motivou Lincoln a formar um exército composto de 80 mil soldados para conter a separação dos sulistas. Como reforço, o governo federal recebeu apoio dos estados do norte, o que foi fundamental para que fossem barradas as investidas do Sul.

Sem nenhuma alternativa e sem forças para lutar, foram recrutados homens afro-americanos escravizados para ir a Guerra. Pois, a morte de um escravo, representava para seus donos, apenas a perda de uma propriedade, de um bem. Desse modo, foi se constituindo e se unificando a sociedade estadunidense. A partir da multiplicidade da força, da dor, da morte e da “coisificação” da etnia afro-americana. A Guerra de Secessão provocou a morte de 600 mil norte-americanos.

Essa foi a guerra mais letal e mais custosa da história dos Estados Unidos. Para uma comparação breve: morreram mais de 600 mil norte-americanos na Guerra Civil; já na famosa Guerra do Vietnã, o número de baixas oficiais foi de 58 mil mortos. O conflito também serviu para criar o mito de Lincoln como grande estadista defensor da liberdade, forjar certo sentimento de identidade nacional baseada na superioridade do mundo” do Norte, abrir caminho para o surgimento de determinadas leis comuns e definir a trilha histórica de um país unificado a partir das armas<sup>4</sup>.

Nessa perspectiva, verifica-se que a semente da discriminação da etnia afro-americana consegue ter uma explicação histórica. Vez que brotou ainda em fins do século XVIII para o XIX, durante o processo de formação e unificação da nação. Percebemos ainda que, tais problemas de ordem social permeiam até os dias atuais. Contudo, como objetivamos destacar neste trabalho, foi na década de 1960 que se intensificou o movimento afro-americano em busca pelos direitos de igualdade civil no território norte-americano.

Período de lutas e desafios contra a “discriminação no emprego, na educação e nos serviços públicos”<sup>5</sup>, assim caracterizou-se o movimento em busca pela liberdade e igualdade diante da discriminação e humilhação que a etnia afro-americana já não suportava mais. O



movimento abraçou de norte ao sul do país, cidade e campo, homens e mulheres em busca pelos “direitos civis iguais para todos”.

Na região sul dos Estados Unidos principalmente, mas não somente, os afro-americanos não tinham direito ao voto, trabalho digno, meios de transportes e fundamentalmente acesso à cultura, lazer e educação. A etnia afro-americana estava terminantemente proibida de ter acesso a produções artísticas culturais, a exemplo do cinema que era destinado apenas aos indivíduos de cor branca.

A partir da década de 1960, o “Movimento pelos direitos civis” ganhou corpo e adeptos conscientes em busca de mudanças. Um dos líderes desse movimento, foi o conhecido Martin Luther King<sup>6</sup>. O mesmo através de seus discursos pregava o amor, paz e a igualdade de todos. Além disso, King ficou conhecido por defender o boicote às empresas racistas e a desobediência às leis civis que discriminavam a população afro-americana.

Foi ainda nessa década que o movimento *Black Power*<sup>7</sup> ganhou destaque dentro da comunidade afro-americana. Como a própria nomenclatura do movimento diz, o “Poder Negro”, se constituiu no renascimento artístico-cultural de costumes e ideais dessa etnia, onde era estimulada a construção de espaços educacionais destinados a atender comunidade que historicamente fora discriminada naquele país.

Protagonista de embates e lutas pelos direitos civis e iguais, a etnia afro-americana acabou ganhando espaço em produções artístico-culturais, sobretudo, da editora de revistas em quadrinhos Marvel Comics. Vale destacar que durante décadas, os personagens afro-americanos dos quadrinhos da editora Marvel foram colocados como auxiliares cômicos de super-heróis brancos, como no caso de Whitewash e Ébano Branco<sup>8</sup>.

Com nome de Timely Comics (atual Marvel Comics), a editora de revistas em quadrinhos norte-americana, foi criada na década de 1930. Período em que o país vivenciava as consequências do colapso na bolsa de valores de 1929. Seu fundador, o editor Martin Goodman<sup>9</sup>, ganhou apreço pelos quadrinhos, sobretudo, quando percebeu o sucesso dos gibis Batman e Superman, criados pela DC Comics, também editora de histórias em quadrinhos dos Estados Unidos.

Na década de 1960, os roteiristas e quadrinistas da Marvel Comics, influenciados pelos movimentos que ocorriam pelo país, acabaram criando super-heróis afro-americanos, o que representou um dos marcos nas conquistas étnicas naquele território. Conquistas que custaram amargos e longos sofrimentos, sentimentos de dor e humilhação que pareciam nunca

haver tempo para acabar. Destacamos, portanto, cinco super-heróis dos quadrinhos que foram criados pela editora Marvel Comics durante o contexto de lutas e embates pelos direitos civis.

### **2.1 Pantera Negra (1966)**

Criado pelos artistas plásticos Jack Kirby e Stan Lee em 1966, o personagem dos quadrinhos Pantera Negra<sup>10</sup>, surgiu em meio a um período conturbado nos Estados Unidos. Embora não se trate de um afro-americano, mas de um príncipe africano pertencente ao reino de Wakanda. O mesmo representa e valoriza a cultura africana e a importância desse povo para formação da sociedade estadunidense.

Sua primeira aparição foi na revista *Fantastic Four* vol. 1 em julho de 1966. Os quadrinhos narram a história de T'challa (Pantera Negra), um ser “detentor de poderes especiais e inteligência acima da média”<sup>11</sup>. Seguindo a tradição do reino, o super-herói quando ainda criança, tomou uma porção mágica durante um ritual secreto. Tal porção despertou no mesmo rapidez, força, visão e olfato aguçados. Sentidos de uma “Pantera Negra”.

Antes de sua transformação, T'challa foi enviado pelos anciões de Wakanda para aprender artes marciais em aldeias secretas de África e, posteriormente, nas melhores escolas dos Estados Unidos e Europa. Com o intelecto genial, T'challa conseguiu seu Phd em Física na Universidade de Oxford. Sua formação foi essencial para que desenvolvesse seu próprio uniforme, este que era composto de Vibranium, uma espécie de metal precioso (o mesmo metal utilizado no escudo do Capitão América) capaz de blindar qualquer impacto.

### **2.2 Falcão (1969)**

Com a intensificação das lutas pelos direitos civis, a Marvel Comics junto aos seus artistas plásticos Stan Lee e Gene Colan, divulgaram em 1969, mais um super-herói afro-americano, o poderoso Falcão<sup>12</sup>. Samuel Thomas Wilson (Falcão) teve sua primeira aparição na revista *Captain American* Vol. 1 #117.

Os quadrinhos narram a história de um sujeito nascido no Harlem, bairro de Nova York conhecido por agregar um importante centro de comércio da etnia afro-americana. Wilson nasceu e cresceu numa comunidade segregacionista e racista, repleta de opressão e dor aos sujeitos de pele negra. Mas certo dia conheceu o Capitão América, que o ajudou e incentivou orientando e treinando, Wilson<sup>13</sup> conseguiu se transformar em um grande atleta.

Juntando o útil ao agradável, Wilson recebeu também a ajuda do Pantera Negra que, com seus conhecimentos acerca da física e da tecnologia, desenvolveu asas mecânicas especiais para que pudesse voar. O super-herói afro-americano possui bastante afinidade e conexão com pássaros, inclusive mantém ligação empática com seu falcão de estimação, o Asa Vermelha.

### **2.3 Luke Cage (1972)**

Três anos após a divulgação do super-herói Falcão, a Marvel apresentou em 1972, no gibi *Luke Cage – Hero for Hire 1* mais um super-herói afro-americano. Criado pelos artistas Archie Goodwin, George Tuska e John Romita, os quadrinhos narram a injusta prisão de Carl Lucas (Luke Cage)<sup>14</sup> após ser traído pelo amigo e ser acusado de tráfico de drogas.

Maltratado e discriminado, Lucas sofreu severamente na prisão. Contudo, foi após afastamento dos diretores da instituição que, um cientista notou em suas condições físicas a possibilidade do mesmo participar de um projeto científico, transformando Lucas em um ser resistente e de pele inquebrável.

O projeto que o transformou em super-herói consistiu na aplicação de bactérias, em seguida, de um banho a base de produtos químicos. Os quadrinhos ainda narram que após sua transformação, Lucas<sup>15</sup> utilizou de suas habilidades e força para fugir da prisão. Adotando o nome de Luke Cage, o super-herói trabalhou impedindo assaltos e ajudando a população contra o mundo do crime.

### **2.4 Blade (1973)**

Como podemos notar, as produções artístico-culturais da editora Marvel Comics em que representavam super-heróis afro-americanos estavam a todo o vapor. E logo após a apresentação do Luke Cage, a editora norte-americana apresentou mais um super-herói, o Blade.

Criado pelos artistas Marv Wolfman e Gene Colan em 1973, as HQs narram a história de Eric Brooks (Blade)<sup>16</sup>. Antes de dar a luz, sua mãe acabou caindo nas garras de um malvado vampiro, sendo mordida por ele. Ao nascer, notou-se que Brooks possui superpoderes, como força e agilidade anormais.

Resultado de um ataque vampírico em sua mãe. O super-herói afro-americano passou a lutar contra o mal, contra aquilo que um dia sua mãe havia sido vítima, Blade passou a combater vampiros. Apesar de suas características serem bastante parecidas com a de um

vampiro (sempre tem sede de sangue), o mesmo consegue andar normalmente durante a luz do dia, o que facilita sua caça aos inimigos.

A primeira aparição do super-herói afro-americano foi na revista *Tombo of Dracula #10*<sup>17</sup>, sendo um sucesso de público no período. Sua popularidade foi tão grande que, rendeu-lhe diversas produções na TV e no cinema, o tendo como personagem principal.

### **2.5 Tempestade (1975)**

Em 1975 foi apresentada pelos artistas Cockrum e Len Wein a super-herói afro-americana Tempestade<sup>18</sup>. Ororo Munroe é representada em seus quadrinhos como sendo descendente de uma antiga linha de sacerdotes da África. Todos com características físicas similares, os sujeitos pertencentes a esta linhagem possuíam cabelos brancos, olhos azuis e afinidade com rituais mágicos.

Os quadrinhos narram ainda que, a mãe de Muroe<sup>19</sup> (Tempestade), foi uma bela princesa de uma aldeia africana que se casou com um jornalista norte-americano. Com a morte precoce de seus pais, a personagem dos quadrinhos foi morar no monte Kilimanjaro e lá desenvolveu a técnica de controlar o clima.

Bastante conhecida em sua região, por desenvolver seus poderes em benefício de tribos locais, Tempestade foi encontrada e convencida pelo Doutor X, criador dos X Men, para ingressar a equipe composta de mutantes para proteger a população das ameaças existentes no planeta.

Os poderes da super-herói afro-americana são capazes de gerar chuva, neve, elevar e baixar a temperatura de forma surpreendente. A primeira aparição de Tempestade foi na revista *Giant-Size X-men*, sendo um grande sucesso de público no período. Transformando-se, posteriormente, em produções cinematográficas e em séries na TV.

### **3. História em quadrinhos como fonte para o Ensino de História**

As veredas historiográficas e as pesquisas em torno do Ensino de História se alargaram subitamente nos últimos anos. Tal advento se deu, sobretudo, pela necessidade de encontrar respostas para os problemas que são apontados pelos historiadores tanto da área da pesquisa histórica quanto do ensino.

Em outras palavras, como afirma José D'Assunção Barros (2004), “Clio”<sup>20</sup> ao se despedaçar, fez surgir notadamente, inúmeras possibilidades de se conceber a História. Dessa

forma, atingindo uma marca indelével de objetos e temas que podem ser abordados pelo historiador contemporâneo.

Nesse sentido, utilizar histórias em quadrinhos como fonte para o Ensino de História, torna-se uma possibilidade a mais para os professores da atualidade. Uma vez que, a leitura de quadrinhos, proporciona aos alunos uma maneira mais prazerosa e divertida de se compreender determinado período e/ou processo histórico.

Entender a linguagem dos quadrinhos, compará-los com outras linguagens, lê-los também de forma prazerosa, produzi-los em sala de aula, individual ou coletivamente, são apenas algumas das inúmeras possibilidades a serem utilizadas pelo professor de História. Inserir um pouco de bom humor, de leitura-prazer, de ficção, de imaginação, são horizontes a serem ainda muito explorados no espaço escolar<sup>21</sup>.

Mas como será possível compreender o “Movimento pelos direitos civis” através dos quadrinhos divulgados pela Marvel Comics? é interessante apresentar para os alunos dos 9º ano, por exemplo, as capas das HQs divulgadas pela Marvel Comics discutidas neste trabalho, e problematizá-las com eles. Questões do tipo: Em que período histórico surgiram esses super-heróis? Porque e por quem os mesmos foram criados? Será que essas HQs representam de alguma forma, o espaço conquistado pela etnia afro-americana no contexto de lutas pelos direitos civis?

Diante das inúmeras possibilidades de se discutir o conteúdo histórico em sala de aula, a banda desenhada, torna-se uma ótima ferramenta para o professor contemporâneo. Posto que, assim como qualquer outro documento histórico, as histórias em quadrinhos são frutos de um tempo e de um espaço, construída a partir de uma finalidade e que merece ser discutida em sala de aula.

Nota-se ainda nos dias atuais, o tímido uso pelos professores desse recurso em sala de aula. Talvez pela falta de tempo do professor em buscar outros tipos de fontes além do livro didático para conduzir suas aulas, ou até mesmo pela dificuldade do professor localizar e selecionar quadrinhos que representam determinado período histórico. Contudo, apesar das inúmeras dificuldades que são encontradas diariamente pelos professores, compreendemos que:

Por meio dos quadrinhos os alunos podem abandonar a passiva observação e se verem como construtores históricos, sujeitos que interferem e opinam no e sobre o lugar em que vivem. As HQs permitem fazer múltiplas relações com diversos tempos e espaços; verificar mudanças, rupturas, permanências e continuidades ao longo do tempo; mais do que reproduzir, auxiliam na produção de conhecimentos de múltiplas interpretações<sup>22</sup>.

Desse modo, analisar as múltiplas relações e intenções que estão presentes nas HQs durante as aulas de História, além de possibilitar aos discentes, o desenvolvimento de seus olhares e concepções críticas em meio à realidade em que vivem, proporcionará aos mesmos o aperfeiçoamento de suas ações enquanto sujeitos históricos.

### **Considerações finais**

Portanto, o uso de quadrinhos em sala de aula, pode fazer com que os alunos percebam a importância e a dimensão da história. Seja compreendendo as transformações políticas e sociais ao longo dos tempos, ou percebendo que existe história por todos os lugares, seja em casa, na escola, na rua e nos quadrinhos. A História pode ser vista a partir da multiplicidade de olhares e interpretações, e dentro desse largo campo de visão da história, se enquadra as histórias em quadrinhos como uma possibilidade a mais para se fazer um ensino dinâmico e prazeroso que tanto se procura.

---

<sup>1</sup> Licenciando em História pelo Centro de Ensino Superior do Seridó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID – CAPES –, coordenado pelos professores Doutores Antônio Elbío Júnior e Jailma Maria de Lima. E-mail: [fylypeviana@hotmail.com](mailto:fylypeviana@hotmail.com)

<sup>2</sup> FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinícius. Os EUA no século XIX. In: KARNAL, Leandro et al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 136.

<sup>3</sup> IZECKSOHN, Vitor. Escravidão, federalismo e democracia: a luta pelo controle do Estado nacional norte-americano antes da Secessão. *Topoi*. Rio de Janeiro: FGV, vol. 4, p. 47, 2003.

<sup>4</sup> FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinícius. Os EUA no século XIX. In: KARNAL, Leandro et al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 136.

<sup>5</sup> PURDY, Sean. O século Americano. In: KARNAL, Leandro et al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 243.

<sup>6</sup> PURDY, Sean. O século Americano. In: KARNAL, Leandro et al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 243.

<sup>7</sup> PURDY, Sean. O século Americano. In: KARNAL, Leandro et al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 247.

<sup>8</sup> SUPER Heróis negros. Disponível em: <<http://www.revistaafro.com.br/destaques/super-herois-negros/>>. Acesso em: 29 set. 2014.

<sup>9</sup> MARTIN Goodman. Disponível em: <<http://www.guiadosquadrinhos.com/artista/martin-goodman/2865>>. Acesso em: 29 set. 2014.

<sup>10</sup> PANTERA Negra. Disponível em: <[http://www.guiadosquadrinhos.com/personagem/pantera-negra-\(tchalla-\)/247](http://www.guiadosquadrinhos.com/personagem/pantera-negra-(tchalla-)/247)>. Acesso em: 27 set. 2014.

- 
- <sup>11</sup> PRADO, Márcio Roberto; SANTOS, Rosemeire. A imagem do negro em heróis da Marvel Comics. 2013, p. 2093
- <sup>12</sup> FALCÃO. Disponível em: <[http://www.guiadosquadrinhos.com/personagem/falcao-\(samuel-sam-thomas-wilson\)/72](http://www.guiadosquadrinhos.com/personagem/falcao-(samuel-sam-thomas-wilson)/72)>. Acesso em: 27 set. 2014.
- <sup>13</sup> FALCÃO. Disponível em: <<http://www.marvelbrasil.com/personagens/falcao>>. Acesso em: 29 set. 2014.
- <sup>14</sup> LUKE Cage. Disponível em: <[http://www.guiadosquadrinhos.com/personagem/luke-cage-\(carl-lucas\)/120](http://www.guiadosquadrinhos.com/personagem/luke-cage-(carl-lucas)/120)>. Acesso em: 27 set. 2014.
- <sup>15</sup> LUKE Cage. Disponível em: <<http://www.marvelbrasil.com/personagens/luke-cage>>. Acesso em: 29 set. 2014.
- <sup>16</sup> BLADE. Disponível em: <<http://www.marvelbrasil.com/personagens/blade>>. Acesso em: 29 set. 2014.
- <sup>17</sup> BLADE. Disponível em: <[http://www.guiadosquadrinhos.com/personagem/blade-\(eric-brooks\)/1147](http://www.guiadosquadrinhos.com/personagem/blade-(eric-brooks)/1147)>. Acesso em: 27 set. 2014.
- <sup>18</sup> TEMPESTADE. Disponível em: <[http://www.guiadosquadrinhos.com/personagem/tempestade-\(ororo-munroe\)/51](http://www.guiadosquadrinhos.com/personagem/tempestade-(ororo-munroe)/51)>. Acesso em: 27 set. 2014.
- <sup>19</sup> TEMPESTADE. Disponível em: <<http://www.marvelbrasil.com/personagens/tempestade>>. Acesso em: 29 set. 2014.
- <sup>20</sup> BARROS, José D'Assunção. Os campos da História – uma introdução às especialidade da História. *HISTEDBR*. Campinas, n. 16, p. 17-35, 2004.
- <sup>21</sup> CERRI; Luis Fernando; BONIFÁCIO, Selma de Fátima. *O ensino da história e as histórias em quadrinhos: algumas considerações*. 2010, p: 3452.
- <sup>22</sup> SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes; RODRIGUES, Fabiana Conceição de Moura Golçalves. Histórias em quadrinhos e ensino de História: olhares e práticas. *OP SIS*, Catalão: Gerente, v. 13, n.1, p. 81, 2013.

## UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O USO DE IMAGENS E CONCEITOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA

Flábia Raíssa Medeiros dos Santos\*

flabiamedeiros@hotmail.com

Resumo: O objetivo deste trabalho é refletir a partir de um relato de experiência a utilização dos conceitos de hibridação (Néstor Canclini) e sincretismo (Pierre Verger) no ensino médio de uma escola pública localizada na cidade de Caicó-RN. Tais conceitos foram utilizados para compreensão das diferenças e similaridades entre as religiões de matriz africana e a católica no Brasil colônia. Problemático também o uso de imagens em sala de aula conforme indica Maria Auxiliadora Schmidt.

Palavras-chave: Ensino de África; conceitos; imagens.

Abstract: The objective of this work is to contemplate starting from a report of experience, the use of the hybridization concepts (Néstor Canclini) and sincretism (Pierre Verger) in the high school of public school in the city of Caicó-Rn. Such concepts were used for understanding of the differences and similarities between the religions of African origin and Catholic in the Brazil colony. We also problematize the use of images in classroom as it indicates Maria Auxiliadora Schmidt.

Keywords: Teaching of Africa; concepts; images.

*A aplicação da lei n. 10.639/2003 na prática, depende, fundamentalmente, da história do professor, de sua sensibilidade pessoal e política com a questão. Isso requer do profissional um esforço a mais no desempenho do seu trabalho, resultando no sacrifício do tempo do descanso, do lazer, da família. O papel de cada professor, na tomada de iniciativa para desenvolver um*

---

\* Licencianda em História pelo Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID – CAPES –, coordenado pelos professores Doutores Antônio Elíbio Júnior e Jailma Maria de Lima.



*trabalho crítico e enriquecido, ainda predomina, e é perceptível o protagonismo de alguns.*<sup>1</sup>

Atualmente as discussões acerca da temática africana tem se tornado cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas, gerando uma maior preocupação para os professores tendo em vista que os discentes estão possuindo acesso a um leque de informações sobre o assunto. Desde o ano de 2003 com a aprovação da lei n. 10.639 que instituiu no ensino básico dos estabelecimentos público e privado a obrigatoriedade do ensino de história da África e cultura Afro-brasileira, os docentes estão tendo mais acesso a conteúdos, cursos e eventos que priorizam a reflexão sobre o tema bem como as melhores maneiras de abordá-lo em sala de aula.

Neste trabalho vamos refletir acerca de uma intervenção do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), a mesma ocorreu no Centro Educacional José Augusto (CEJA), numa turma do segundo ano noturno do ensino médio; a referida escola localiza-se no centro da cidade de Caicó no estado do Rio Grande do Norte. Para pensar a temática africana em meio ao eixo temático religião, religiosidade e política que foi proposto no projeto, me apropriei de dois conceitos: Sincretismo e Híbridação.

Durante a preparação da intervenção, em meio as pesquisas sobre o tema e as discussões teóricas com meus colegas de projeto, parti da premissa que o ideal seria começar a aula garimpando os conhecimentos prévios dos alunos, haja vista que os mesmos estão em uma cidade onde há uma gama de locais para diversos tipos de religião; o que acaba resultando em cada discente um “pré-conceito” sobre as mesmas.

Após o momento inicial, comecei tratando do tema principal da intervenção, que seria a exposição dos conceitos bem como a apresentação de seus autores para a turma. Expliquei então que para Pierre Verger, “é difícil precisar o momento exato em que [o] sincretismo se estabeleceu. Parece ter-se baseado, de maneira geral, sobre detalhes das estampas religiosas que poderiam lembrar certas características dos deuses africanos”.<sup>2</sup> Como contraponto a este ponto de vista e visando elucidar a maneira como se deu essa mistura de crenças que existe atualmente no Brasil, dialogo com Néstor Garcia Canclini, quando o mesmo afirma que entende como hibridação “[...] processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas”.<sup>3</sup>

Tratei dos conceitos supracitados de forma expositiva durante os primeiros minutos da intervenção, com o intuito de que os alunos compreendessem os negros africanos que foram escravizados enquanto agentes de sua própria história, e que tendo a finalidade de continuarem cultuando seus deuses, criavam mecanismos para sobreviverem culturalmente. Devemos compreender que as práticas religiosas de matriz africana ao se mesclarem com as práticas cristãs, não foi um simples ato de submissão e passividade, mas percebemos a forma como isso aconteceu e o contexto em que os negros escravizados incorporaram em suas práticas religiosas algumas características da religião cristã.

Evidenciando o eixo temático religião, religiosidade e política, me empenhei na desconstrução da ideia de que o catolicismo é puro e foi imposto aos negros africanos no Brasil colônia sem nenhuma forma de resistência; aproveitando mais uma vez para problematizar a imagem desse negro como passivo. Expus o hibridismo como sendo um dos mecanismos que os escravizados utilizavam para continuarem a cultuar seus deuses; e para que os alunos pudessem compreender melhor o conceito de hibridação, usei como exemplo a cultura brasileira, enfatizando que ela é um “caldeirão de culturas” e possui vários povos em sua formação, como negros, portugueses e indígenas.<sup>4</sup>

Teci então, um diálogo com uma metodologia que nos dá diretrizes para a exposição do ensino de África e em específico para compreender a relação entre as religiões de matriz africana e a católica no período colonial do Brasil. Com base no texto *Lendo imagens criticamente: uma alternativa metodológica para a formação do professor de História*, sob autoria de Maria Auxiliadora Schmidt, pensei a imagem sendo utilizada pelo docente como um complemento do conteúdo a ser exposto facilitando a aprendizagem do aluno e enfatizando o tema como um exercício de fixação.

Um trabalho com o uso de imagens na formação do professor de História tem que privilegiar além das reflexões relativas ao novo estudo teórico desse campo de conhecimento, pelo menos duas perspectivas consideradas relevantes para a prática de sala de aula. Uma delas é considerar as imagens como documento histórico e a outra é atentar para o seu estatuto enquanto recurso imagético, com uma linguagem cuja especificidade requer tratamento próprio, sejam as imagens móveis como o filme, ou imóveis, como a fotografia, a publicidade, o cartaz, etc.<sup>5</sup>

A imagem não deve ser apresentada aos discentes como mera ilustração, ela deve ser questionada, analisada, explorada ao máximo como qualquer documento que

nos dá respaldo para pensar diversas temáticas. Nesse caso especificamente, me refiro à imagem imóvel, como uma maneira de trabalhar o ensino de África com o conteúdo da escravização dos negros, ressaltando o diálogo entre as religiões de matriz africana e a católica no período colonial, na perspectiva de desconstruir a imagem do negro africano enquanto passivo.

Através de imagens dos orixás africanos e dos santos católicos expus uma das formas de resistência por parte dos africanos escravizados, mostrando as semelhanças que os mesmos encontraram nos santos católicos que também eram características de suas entidades de culto habitual. Como por exemplo, Exu relacionado a Santo Antônio (em algumas regiões) pelo fato de serem associados à fertilidade; Oxossi relacionado a São Sebastião, que foram associados devido às flechas que estão presentes nas representações de suas imagens; Nanã Buruku relacionada à Sant'Ana, pelo fato de serem senhoras idosas, consideradas avós; Ibeji relacionado a Cosme e Damião por serem crianças gêmeas que gostam de doces; entre outros. Abaixo podemos ver algumas dessas imagens que são utilizadas na associação de características entre santos e entidades:



Imagem 1: Exu<sup>6</sup>



Imagem 2: Santo Antônio<sup>7</sup>



Imagem 3: Oxossi<sup>8</sup>



Imagem 4: São Sebastião<sup>9</sup>



Imagem 5: Nanã Buruku<sup>10</sup>



Imagem 6: Sant'Ana<sup>11</sup>



Imagem 7: Ibeji<sup>12</sup>



Imagem 8: Cosme e Damião<sup>13</sup>

Essa metodologia é uma forma de sair das costumeiras aulas expositivas e proporcionar uma aula mais dinâmica, que envolva a participação dos alunos, pois como vivemos numa época em que a tecnologia é bastante utilizada, o aluno não quer somente ser espectador, o que envolve e chama atenção é a interação.<sup>14</sup>

Algo indubitavelmente interessante é que durante a preparação do plano de aula para essa intervenção, me questionei várias vezes acerca de qual seria a recepção dos alunos com o tema, pois até então esta seria a minha primeira experiência em sala de aula sobre esse assunto; mas o que acabou acontecendo foi uma grande surpresa para mim, pois os alunos não somente receberam a aula de forma positiva, eles foram extremamente participativos e curiosos, creio que o fato de questioná-los para perceber seus conhecimentos prévios tenha sido algo de suma importância.

No desenvolver da aula, perceptivelmente os discentes foram se reconhecendo como agentes de sua própria história, inclusive um dos alunos se identificou enquanto descendente de quilombolas e contou um pouco da trajetória de sua família para os demais colegas, percebi nele uma afirmação de sua identidade, um sentimento de pertencimento que vinha crescendo de orgulho por poder partilhar a trajetória de seus descendentes. Isso acabou impulsionando ainda mais a participação da turma, e os alunos começaram a falar do que pensavam sobre o tema e também como a partir daquela aula eles poderiam ter uma visão mais ampla acerca dos africanos escravizados e da relação existente entre as religiões de matriz africana e católica.

A atividade proposta para o fim da aula foi que os alunos escrevessem algumas linhas sobre o que eles puderam perceber da aula, incluindo o que eles sabiam sobre o tema antes e o que eles puderam aprender que desconstruiu os “pré-conceitos” que possuíam. Dentre as respostas podem-se destacar algumas bem elaboradas como “Nossa cultura é fruto da hibridação, pois vários povos foram fundamentais para que a cultura brasileira se tornasse tão diversificada quanto é agora”; “Os negros africanos não foram passivos como eu pensava antes, pelo contrário, eles resistiram, mais foi tudo à maneira deles e eu me orgulho por ser descendente deles”; “Eu tinha medo dos orixás, mas acho que era porque eu nunca tinha pensado sobre o que eram, mais agora posso entender que realmente temos que conhecer algo para poder julgar”.

Portanto, essa intervenção foi bastante surpreendente e proporcionou um olhar prático acerca da utilização de conceitos em sala de aula bem como da utilização de imagens, enfatizando o papel do professor enquanto espelho para sua turma e também

formador de cidadãos críticos capazes de se reconhecer enquanto agentes ativos de sua própria história.

#### NOTAS:

<sup>1</sup>SILVA, Gizelda Costa da. “A Importância das Culturas Africanas no Ensino de História. In: *HISTÓRIA Que Ensino é Esse?*. Campinas. São Paulo: Papirus, 2013, p.53-64.

<sup>2</sup>VERGER, Pierre Fatumbi. *Orixás*. Salvador: Corrupio, 1986.

<sup>3</sup>CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas Híbridas – Estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloisa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997.

<sup>4</sup>BITTENCOURT, Circe. Livro didático entre textos e imagens. In: *O saber histórico em sala de aula*. 12ª ED. São Paulo: CONTEXTO, 2013, p. 69 – 90.

<sup>5</sup>SCHMIDT, Maria Auxiliadora. “*Lendo imagens criticamente: uma alternativa metodológica para a formação do professor de História*”. Paraná: Departamento de Teoria e Prática de Ensino – UFPR, 1996.

<sup>6</sup>*Imagem 1*: Exu – Disponível em <<http://www.juntosnocandomble.com.br/2012/11/o-que-e-exu-orixa-e-exu-de-umbanda.html>> Acesso em: 20/09/2014.

<sup>7</sup>*Imagem 2*: Santo Antônio – Disponível em <<http://arquidiocesecampinas.com/festa-de-santo-antonio-reune-fieis-na-ponte-preta-em-campinas.html>> Acesso em: 20/09/2014.

<sup>8</sup>*Imagem 3*: Oxossi – Disponível em <<https://sites.google.com/site/oxossireidamata/pag-2>> Acesso em: 20/09/2014.

<sup>9</sup>*Imagem 4*: São Sebastião – Disponível em <<http://santanasumare.com.br/participe-da-festa-em-louvor-a-sao-sebastiao.html>> Acesso em: 20/09/2014.

<sup>10</sup>*Imagem 5*: Nanã Buruku – Disponível em <[http://cantodojemahin.blogspot.com.br/2012\\_02\\_01\\_archive.html](http://cantodojemahin.blogspot.com.br/2012_02_01_archive.html)> Acesso em: 20/09/2014.

<sup>11</sup>*Imagem 6*: Sant’Ana – Disponível em <<http://www.minhaprece.com/santa-ana/historia-da-santa-ana/>> Acesso em: 20/09/2014.

<sup>12</sup>*Imagem 7*: Ibeji – Disponível em <<http://abassabara.blogspot.com.br/2012/01/xango-e-oxum-ibeji-os-protetores-das.html>> Acesso em: 20/09/2014.

<sup>13</sup>*Imagem 8*: Cosme e Damião – Disponível em <<http://www.abc.com.br/infantil/voce-sabia/2012/09/por-que-ganhamos-doces-no-dia-26-de-setembro>> Acesso em: 20/09/2014.

<sup>14</sup>KARNAL, Leandro (ORG.). *História na sala de aula: Conceitos, práticas e propostas*. 6ª ED. São Paulo: CONTEXTO, 2013, p. 185 – 204.

## Recursos tecnológicos e ensino de História: Desafios dos professores na atualidade

Gerimário da Silva Nunes<sup>1</sup>

Gerimario\_historia@hotmail.com

**Resumo:** O presente artigo propõe uma discussão acerca das novas potencialidades tecnológicas didático-pedagógicas no ensino de História do século XXI. Nos últimos anos, o que se pode perceber é que várias transformações ocorreram na vida das sociedades; quase todos os setores passaram por grandes mudanças decorrentes das inovações tecnológicas, inclusive a educação. O objetivo desse trabalho, portanto, é analisar a utilização de instrumentos tecnológicos como celulares, computadores, *smartphones*, *iphone*, *ipad*, data show, dentre outros, nos processos de ensino e aprendizagem.

**Palavras Chaves:** Inovação; tecnologias; implantação; resistência; sala de aula.

**Abstract:** The present article proposes a discussion about the new didactic pedagogic technological potentialities in the teaching of History of the century XXI, in the last years, what we can notice is that a several transformations happened in the life of the societies; almost all of the segments went through great changes because of the technological innovations, including the education, the objective of this work, therefore, is to analyze the use of technological instruments as cell phones, computers, smartphones, iPhone, iPad, projectors, among others, in the teaching-learning processes. Key words: Innovation; technologies; implantation; resistance; classroom.

**Key words:** Innovation; technologies; deployment; resistance; classroom.

---

<sup>1</sup> - Aluno de graduação do curso de História licenciatura- UFRN campus de Caicó-RN, bolsista do PIBID ( Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência), trabalho orientado pela Profa Dr. Jailma Maria de Lima e pelo Prof<sup>o</sup> Dr. Antônio Elíbio Junior.

O Mundo atual caminha a passos largos, várias foram às transformações que ocorreram em nossas vidas; quase todos os setores passaram por grandes transformações, diante das inovações tecnológicas do mundo moderno. Portanto, no meio educacional brasileiro tem ocorrido poucas transformações, o que vem acarretando sérios problemas para essa área, onde, provavelmente, a desmotivação é um dos maiores problemas educacionais dos nossos educandos; que tem cada vez mais, menos vontade de frequentar a escola e, os que frequentam pouco se interessam. Essa poderia ser uma boa justificativa para o que vem ocasionando a indisciplina, violência, evasão e repetência, conseqüentemente, uma possível justificativa para uma mal qualidade no ensino de História e posteriormente na própria educação Brasileira.

O que possivelmente esta ocorrendo é que a escola tornou-se um local onde os alunos não se sentem atraídos. Um lugar que recebeu menos avanços e que não caminha na mesma velocidade dos outros setores da sociedade. Precisamos mudar isso, necessitamos uma escola que “fale” a mesma linguagem dos educandos, Todavia o que podemos observar nas escolas de nossa sociedade, e que cada vez mais, se aproximam de métodos tradicionais que já conhecemos, e se distanciam do ideal, da escola nova de John Dewey, ou das novas possibilidades tecnológicas, que cada vez mais ingressam através de nossos educandos, pois como professores formadores de uma sociedade, deveríamos acompanhar os avanços tecnológicos, mas não é o que vivenciamos. Algumas escolas iniciaram novas práticas, mais não tem um desenvolvimento satisfatório, e o que nos mostra algumas pesquisas já realizadas acerca da inclusão digitais nas escolas, segundo Elisa Meireles:

Pesquisa feita em 2009 pela Fundação Victor Civita (FVC) em parceria com o Ibope Inteligência e o Laboratório de Sistemas Integráveis Tecnológico, mostra que, mesmo nas grandes capitais, o mundo digital ainda está distante dos professores: só 26% dizem ter recebido alguma formação para utilizara tecnologia na sala de aula e 74% não se consideram preparados para usar o computador com suas turmas. (Meireles, 2011).<sup>1</sup>

Para tanto, se faz necessário uma ampla mobilização dos que fazem esse setor; principalmente os professores de História, conforme José Alves Demasceno “o ensino de



História, ainda muito tradicionalista, em parte pela resistência de muitos profissionais em adotar novas práticas, provocando o desinteresse dos educandos.” (2009, p.6)<sup>2</sup>, deveria buscar inovações da prática pedagógica, visando assim, o aprimoramento do sistema de ensino e aprendizagem.

É nesse contexto que o presente trabalho se insere cujo objetivo principal é propiciar uma discussão acerca da possibilidade de utilizar ou não recursos tecnológicos em sala de aula, e conseqüentemente instigar professores para inovarem o seu fazer pedagógico, através da utilização do computador em sala de aula, e, por consequência, oferecerem um lugar digno de aprendizagem, não só na área de História, mas em todo sistema de ensino, onde os educandos possam sentir que a escola é um lugar atraente, que permite várias possibilidades, e que aprendizagem e prazer caminhem juntos.

O exercício da profissão em sala de aula tornou-se uma verdadeira batalha entre educadores e educandos. Desenvolvemos esse trabalho para tentar ajudar os professores, acerca de um meio pratico de tornar a sala de aula, um lugar mais atraente, com aulas dinâmicas e prazerosas, onde o aluno sinta-se valorizado e motivado e que, de forma prática, transforme as informações em conhecimento e bem como nortear o professor na sua verdadeira função que é o de mediador do conhecimento.

No século XXI, estamos vivenciando um novo período, nesse estágio de desenvolvimento da humanidade. Nunca o progresso e a miséria caminharam tão próximos, numa velocidade incontrolável; é o período que vem sendo chamada pelos estudiosos do fenômeno, como “Sociedade da Informação” ou “Sociedade do Conhecimento”<sup>2</sup>.

Nesse novo modelo de Sociedade prevalece um formato de “vida”, caracterizada pelo uso das tecnologias; principalmente, as de informação e comunicação, que muito contribui para a praticidade da vida moderna e principalmente pela disseminação das informações num ritmo jamais visto.

Essa tecnologia tem estado e atuado em nossas vidas diariamente. E entre as tecnologias de informação, o computador é o que tem causado maior impacto em nossas vidas. Apesar de sua presença e importância nos diversos setores da sociedade; a escola tem sido o setor que menos utiliza o computador, e quando se utiliza é de forma

---

<sup>2</sup> - baseada no uso compartilhado de recursos, na construção coletiva de conhecimento, na interação livre de restrições de espaço e tempo e, na valorização do direito à informação, às tecnologias de informação e comunicação e à educação, como um bem comum. (Dziekaniak, 2011).

tecnicista e dificilmente para fins pedagógicos. Acreditamos que a escola deve ser o lugar ideal para que as crianças tenham o primeiro contato com a máquina e use-a de forma correta. O estudioso da área tecnológica Marcos Silva, relata em algumas pesquisas que “Se a escola não inclui a Internet na educação das novas gerações, ela está na contramão da história, alheia ao espírito do tempo e, criminosamente, produzindo exclusão social ou exclusão da cibercultura<sup>3</sup>” (2006, p.64)<sup>3</sup>. É inegável que a utilização da mesma traga benefícios aos seus usuários, principalmente no processo da construção do conhecimento.

O computador tem provocado uma revolução na forma de educar e aprender devido à sua capacidade facilitadora de acesso à informação e também pelas muitas possibilidades de utilização de novas técnicas de ensino. Neste contexto, os computadores, quanto adotados nas escolas, devem se integrar ao currículo como uma ferramenta multidisciplinar, constituindo-se em algo mais que o educador pode contar para realizar o seu trabalho. (VALENTE, p2.1999)<sup>4</sup>

Percebemos pelo supracitado, que a utilização do computador deve ser encarada não como uma aula isolada de algumas disciplinas, ou apenas para ensinar o manuseamento desta máquina como algumas escolas fazem. O que sugerimos, é que o computador seja utilizado como uma ferramenta pedagógica em todas as disciplinas, tornando a transmissão do conhecimento mais prático e cada vez mais frequente, explorando assim todas as possibilidades que o referido instrumento, com seus programas e aplicativos possam oferecer. A pesquisadora Sinara Rocha desenvolveu um trabalho em 2009, onde demonstra a utilidade dos computadores e a consciência da utilização dos mesmos.

Embora seja um instrumento fabuloso devido a sua grande capacidade de armazenamento de dados e facilidade na sua manipulação, não se pode esquecer que esse equipamento não foi desenvolvido com fins pedagógicos e por isso é importante que se lance sobre o mesmo, um olhar crítico e busque, face às teorias e práticas pedagógicas, o bom uso desse recurso. O mesmo só será uma excelente ferramenta, se houver a consciência de que possibilitará mais rapidamente o acesso ao conhecimento não somente utilizado como uma máquina de

---

<sup>3</sup> - É a cultura que surgiu, ou surge, a partir do uso da rede de computadores através da comunicação através de computadores, a indústria do entretenimento e o comércio eletrônico. É também o estudo de vários fenômenos sociais associados à internet e outras novas formas de comunicação em rede.

escrever, de entretenimento, de armazenamento de dados.  
(ROCHA,p1,2008)<sup>5</sup>

Sabemos da existência de aspectos negativos, quanto a utilização do mesmo se dar de forma errada. Por isso sugerimos e propomos através desse artigo que o computador deve ser utilizado na escola como uma ferramenta educativa, com o acompanhamento do professor, pois segundo Wendell Freire “As tecnologias não são boas ou más. Depende do uso que você faz delas” (2008, p. 6)<sup>6</sup> e de forma multidisciplinar, bem diferente das aulas de informática que vivenciamos nas escolas, que são totalmente descontextualizadas com os conteúdos ministrados em sala de aula.

Entretanto, faz-se necessário que a escola capacite seus professores, para trabalharem com essas tecnologias. Que o professor veja a mesma como uma aliada, e jamais como uma provável substituta, pois jamais a máquina substituirá o homem nessa perspectiva. A instalação de um clima cansativo no âmbito escolar, tanto para o aluno que não se sente instigado a permanecer na sala de aula, como para o professor que por não se capacitar para trabalhar essa tecnologias e, inovar sua prática correrão um certo risco de serem rejeitados pelos alunos, que preferem aulas mais dinâmicas e professores mais capacitados e motivados.

A escola precisa de professores capacitados e disponibilizados a encarar esse novo ícone que é a informática educativa sem medo de que algum dia seja substituído por computadores. É preciso então que haja uma integração entre o meio escolar e o corpo docente, desenvolvendo-se assim a sociabilidade dos alunos e a familiaridade dos professores com o mundo da tecnologia. (VEIGA,p 2,2001)<sup>7</sup>

Fica evidente que o professor capacitado e que sempre busca inovações no fazer pedagógico jamais será substituído. Porém, pretendemos instigar os professores que resistem as mudanças, para que os mesmos possam cada vez mais estar inovando seus métodos de ensino e aprendizagem, para que continuem sendo personagens formadores, não só de alunos preparados para processos seletivos, mas também cidadãos cada vez mais habituados, com o acelerado avanço das tecnologias.

Cabe a cada professor definir seus próprios métodos, pois ninguém conhece mais os alunos do que o educador. Cabe a eles analisarem se para construirmos uma

educação de qualidade, com menos evasão, indisciplina e reprovação é necessário ou não, a utilização de recursos tecnológicos em sala de aula. Ao mesmo tempo que estas inovações poderiam ajudar os professores em suas jornadas de trabalho, também poderiam gerar grandes problemas, a má utilização de celulares, computadores e *Smartphones*, poderiam transformar o resultado contrário, cabe a cada instituição escolar, conscientizem seus alunos acerca da utilização destas tecnologias em sala de aula, pois muitas vezes os professores resistem a utilizações de algumas inovações, justamente pelo uso indevido dos citados meios, aos poucos, com a capacitação dos professores, e alunos cada vez mais cientes de suas responsabilidades em sala de aulas, essa combinação de tecnologias com a educação, tornará não só o ensino de História, mais de modo geral, o melhor desempenho da educação.

Precisamos internalizar que as tecnologias surgiram para nos auxiliar e dá mais praticidade a nossa vida. Por isso, precisamos nos adaptar a essa realidade, e prepararmos para utilizá-las em prol do nosso bem e de toda sociedade.

As nossas escolas, precisam ser preparadas para receber cada vez mais avanços tecnológicos. Contudo, o computador e as TIC<sup>4</sup>, podem nos ajudar nesse processo, pois uma das suas funções é ampliar as funções do professor, dinamizando o processo de ensinar e aprender, transformando a escola e a sala de aula num ambiente que não foi esquecido pelo tempo, e pelos avanços, onde as transformações acontecem e o entusiasmo do aprender através da curiosidade. As próprias famílias dos educandos tendem acompanhar, a ideia que a tecnologia ajuda consideravelmente a absorção de conhecimento.

Muitos pais já admitem, melhor escola é a que ensina por meios de computadores, porque prepararia melhor para a sociedade institucional. As questões de aprendizagem seriam resolvidas com a tecnologia do ensino. (LIBÂNEO, p.13 2001)

Adotar o computador em sala de aula é criar um ambiente que possibilita o aluno a percorrer diversos caminhos em busca do conhecimento. Precisamos quebrar paradigmas e instigar o uso dessas tecnologias em sala de aula, pois os alunos sentem-se fascinados por elas; e isso já é um bom começo para motivar a participarem da aula.

---

<sup>4</sup> - Tecnologias de informação e conhecimento

Precisamos reformular nossos currículos, pois estamos num período em que as TIC, dominam todos os espaços, e a escola não pode ficar de fora, ou pelo contrário, a exclusão social se acentuará cada vez mais, pois essa é uma das características dessa fase tecnológica que estamos vivenciando. Precisamos pelo menos amenizar essa exclusão e incluir de forma benéfica nas escolas essa tecnologia já que, nem todos os alunos têm acesso em suas casas.

Não só computadores em si, rodeiam nossas salas de aulas, tecnologias como celulares, *smartphones*, *tablets*, *ipad*, povoam as mãos de nossos alunos, mas infelizmente não são usados para fins educativos, desconcentra demais alunos e atrapalha a aula. Talvez essa seja a principal barreira a ser solucionada pelos professores, que cada vez mais, estão proibindo o uso deste equipamento. Mas como tornar esses equipamentos em uma prática bem sucedida e de ferramenta pedagógica? A resposta não é fácil, uma boa campanha de conscientização dos alunos nessas escolas que enfrentam esse problema, seria uma boa “saída”, pois mostraria que ao estarem perdendo tempo em redes sociais durante a aula, os mesmos poderiam utilizar seus equipamentos para fotografar a aula, até mesmo gravar a mesma para que em outro horário revisar-se, e compreender melhor o conteúdo.

É dever do poder público propiciar a todos a democratização e o acesso a essas tecnologias e, conseqüentemente, diminuir o mapa da exclusão social e tecnológica dos estudantes e de todos os cidadãos brasileiros. Mais importante ainda é, assegurar uma educação de qualidade e, com certeza, o primeiro passo será o de equipar as escolas e capacitar os professores para um fazer pedagógico frente a essas tecnologias, preparando assim os educandos para serem cidadãos críticos, reflexivos, pensantes, conscientes, éticos, solidários e preparados para viverem com a dignidade que todos desejamos e merecemos.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> - MEIRELES, Elisa, *computadores na escola uma lenta conexão*, disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/planejamento-e-financiamento/computadores-escola-lenta-conexao-618066.shtml>, acesso em 27 de Agosto de 2014.

<sup>2</sup> - ALVES, José Demasceno, Silva, Gláucia da, *O uso das TICS nas aulas de História e estratégias para inclusão digital dos professores*, disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1414-8.pdf>, acesso 27 de Agosto 2014.

<sup>3</sup>-SILVA, Marcos, *Tecnologias na escola*, disponível em <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/2sf.pdf>, acesso 28 de agosto 2014.

<sup>4</sup> VALENTE, José Armando. *O computador na Sociedade do Conhecimento*. Campinas. UNICAMP, 1999.

<sup>5</sup> - ROCHA, Sinara Socorro Duarte. *O Uso do computador na educação: a informática educativa*. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br>. Acesso em 08/03/2013.

<sup>6</sup> - FREIRE, Wendel, *Tecnologia e educação*. Disponível em <http://pje.anj.org.br/tecnologia-e-educacao-as-midias-na-pratica-docente>. Acesso em 25/09/2014.

<sup>7</sup> - VEIGA, Marise Schmit. *O computador e a educação? Uma ótima combinação*. Petrópolis. 2001.

## **Entre Papéis e Memórias: A História por meio dos arquivos.**

Germana Maria Lopes da Silva<sup>i</sup>

### Resumo

O presente artigo tende a apresentar aos alunos da formação básica, o(s) Arquivo(s) como possibilidade de se visualizar a História, vista por estes principalmente por meio dos livros didáticos. Pretendemos então através de uma ação desenvolvida pelos alunos do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, fomentar uma reflexão e aproximação da História em torno de uma discussão acerca dos arquivos, visualizando o institucional, culminando na “descoberta” do arquivo pessoal, e conseqüentemente na compreensão de suas atuações enquanto sujeitos históricos.

Palavra Chave: História, Arquivo, Memória.

## **Between Roles and Memories: A History through the archives.**

### Abstract

This article tends to introduce students to the basic training, the (s) File (s) as a possibility to view the history, seen by these primarily through textbooks. We intend then through a program developed by the students of History at the State University Valley Acaraú- UVA Institutional Program Initiation to Teaching Purse - PIBID, foster reflection and approach of history around a discussion of files, viewing institutional, culminating in the "discovery" of the personnel file, and consequently in understanding their roles as historical subjects.

Keyword: History, File, Memory.

## **INTRODUÇÃO**

“O mais fascinante do trabalho com a Educação é a ampla possibilidade de abordagens e de possibilidades (...) que ele disponibiliza e comporta. O limite deve ser o da imaginação (...), e a melhor imaginação é aquela que não tem limites (...).”<sup>ii</sup>

A educação básica brasileira por meio de seus profissionais engajados, cotidianamente superam obstáculos e desafios, inseridos no interior de seus núcleos escolares e dentro dessa perspectiva que corriqueiramente acabam confrontando, acabam também por desenvolver habilidades que possam viabilizar o exercício de suas

profissões, suscitados em sua grande maioria intra sala de aula, presentes ou pela pouca estrutura que o sistema estudantil concentra, ou pela desatenção de seu público alvo. Com isso os profissionais de várias áreas, percebendo a pouca receptividade e proatividade de seus alunos, recorrem aos mais variados recursos a fim de dinamizar suas aulas, seja pelas inovações em suas metodologias, pela utilização de materiais didáticos, pela aplicação de novas abordagens, ou ainda pelas discussões que possam dinamizar suas aulas.

Em consonância a essa discussão lembremo-nos, portanto, das palavras de Paulo Freire:

“A tarefa do ensinante, que é também aprendiz, sendo prazeroso é igual exigente. Exigente de seriedade, de preparo científico, emocional, afetivo. É uma tarefa que requer de quem com ela se compromete um gosto especial de querer bem não só aos outros, mas ao próprio processo que ela implica. É impossível ensinar sem essa coragem de querer bem, sem a valentia dos que insistem mil vezes de uma desistência. É impossível ensinar sem a capacidade forjada, inventada, bem-cuidada de amar.”<sup>iii</sup>

No intento de crer que a profissão de ensinante é sim repleta de exigências, cobradas tanto em relação à contribuição com a ensino-aprendizagem dos alunos, como com as demandas das escolas que correspondem a índices e a números de aprovação, deveremos também, nunca nos esquecermos, à medida que se torna também imprescindível, a renovação da força motriz que movimenta o sujeito profissional, que é antes de qualquer outra motivação, a consolidação pelo amor e o respeito que sentimos pelo ofício de educador, e a responsabilidade e o comprometimento social que temos com a educação.

Educar não é puramente, transferir informações, e nem tão somente corresponder às estatísticas exigidas do governo. É em sua essência, formar cidadãos críticos e aptos a desenvolver métodos e suportes para qualquer situação corriqueira da vida escolar e pessoal do estudante, fazendo-os com que identifiquem qualquer situação ou problema que surjam, levando-os a racionalizar e medir qual melhor decisão tomar diante de tal circunstância, aguçando também sua atenção e todo seu grau de criticidade, que em seu exercício não só obterão resultados, mas aprendizagens norteadores para qualquer evento de suas vidas.

Tal possibilidade será e deverá ser experimentada durante as disciplinas estudadas nas salas de aulas, que para isso implicará em métodos e recursos a qual será compartilhado o ensino aprendizagem, podendo ser efetivado seja por um assunto que corriqueiramente vemos nos currículos escolares, ou ainda pela a inovação de um tema



já sugerido, mas que diante de uma nova abordagem ou de novos elementos serão melhores aproveitados.

Trazendo um pouco deste desafio para a disciplina de História, a qual compete nossa formação de graduação e percebendo ainda a pouca aproximação dos alunos com esta ciência, vista ainda pela a maioria do corpo discente como a ciência que reside “unicamente” no passado, porque então não abordá-la por outros vieses? Porque então, não aproxima-la à suas realidades, vista que está presente em seus cotidianos e em suas histórias de vida e desse modo desconstrui-la enquanto ciência estagnada e, portanto pouco atrativa para estes.

Nesse interim, e motivados para uma interação dos alunos com a ciência em questão e com o suscitar do prazer e de um despertar para a História, que o levem a perceber suas evidências, rastros e permanências, não no intento como diz a historiadora Maria Auxiliadora Schmidt de “Transformá-los em pequenos historiadores, mas fazer com que eles intendam o sentido do que é História, entendendo seu complexo de rupturas e permanências diante do tempo presente”<sup>iv</sup> assim como também provocar nos alunos a compreensão e o auto reconhecimento enquanto agentes que constituem esse complexo histórico, desvencilhando a ideia de que nesta seara só se inserem príncipes, imperadores e reis.

Nesse intento de inovação e de uma relação mais próxima com a História, nos atemos e elegemos em contemplar os Arquivos com a possibilidade de se trabalhar e refletir a importância destes como uma das portas que se leva a História, partindo da visualização e relevância dos arquivos Institucionais, em maior escala de complexidade como, por exemplo, o NEDHIS (Núcleo de Estudos de Documentação Históricas), pertencente a Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, à uma sensibilização e visualização de se perceber os arquivos menos complexos como os Arquivos Escolares, que também é uma das chaves para se visualizar o passado, contribuindo em remontar memórias da comunidade, e experiências de determinados tempos, presentes nesses ambientes escolares.

Culminando a ação, em si perceber enquanto relevantes e também agentes da história e com isso revelando e partilhando também seus arquivos pessoais, que serão de uma beleza e riqueza das mais variadas possíveis para sua compreensão e reflexão acerca dessa temática que versam também a história do tempo presente e de ações de sujeitos sociais atuais, através de suas vivências e escolhas, pois como relata Paulo Freire: “Não sou apenas objeto da história, mas seu sujeito igualmente”<sup>v</sup>

A intenção dessa atividade é muito bem abordada pela pesquisadora Tereza Baeza que assim relata:

“Por trás dessas atividades, no entanto, o aluno encontrará muito mais: A iniciação ao conhecimento científico, o desenvolvimento do pensamento formal, a valorização da memória, o desenvolvimento de uma consciência histórica acerca da realidade, o fortalecimento da identidade e da autoestima.”<sup>vi</sup>

Por meio de tal ação, muitas reflexões serão geradas, assim como habilidades e percepção dos alunos também serão aguçadas no contato com objetos que para eles seriam figurados como inimagináveis de se perceber a “tal história do passado”, visualizadas agora no presente através de elementos comuns e cotidianos, como boletins escolares, ficha de frequências, fotografias e diários pessoais.

## **CRONOGRAMA DA ATIVIDADE**

São Tomaz de Aquino reflete que “Só amamos aquilo que reconhecemos”, nesse interim só valorizamos aquilo que reconhecemos, então munidos dessas reflexões, optamos por uma sensibilização em torno do (s) Arquivo(s) como meio de dialogar com a história diretamente, percebendo rastros de um tempo, e evidências de uma história presentes nos variados tipos de Arquivos, sejam eles institucionais, ou ainda pertencentes aos arquivos pessoais, que serão refletidos e (re) descobertos durante essa ação investigativa em torno da História.

“Bons professores de História no ensino médio, e uma literatura de best-sellers históricos tem promovido uma espécie de encantamento de alguns jovens pela aura do cientista a escarafunchar papéis velhos, em busca de novidades, como se fosse uma espécie de “indiana Jones” dos arquivos.”<sup>vii</sup>

Dada a importância dessa aproximação e diálogo com a História, que imersos ao seu contato gera tanto conhecimento como encantamento, tais ações pedagógicas são imprescindíveis, provocando deste modo experimentações e o gosto pelo que a disciplina produz. Assim, pela implementação de uma compreensão dos discentes, e visando uma acessibilidade maior para com essa seara, decidimos então lançar um despertar para a História, por meio de uma sensibilização através do Arquivos, que será vivenciado por meio de uma oficina, intitulado **Entre Papéis e Memórias**: A História por meio dos arquivos, a qual trabalhamos com os alunos do Ensino Médio, do turno matutino da Escola Dr. João Ribeiro Ramos, na cidade de Sobral-CE.

## 1.1 A ATIVIDADE

Para tal efetivação do projeto **Entre Papéis e Memórias: A História por meio dos arquivos**, iniciamos as atividades apresentando o projeto e suas respectivas etapas, que serão percorridas a seguir em cinco momentos, visualizando-o como uma ação idealizada pelos estudantes do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, e em seguida a apresentação destes bolsistas (Figura I).



**Bolsistas do curso de História - UVA do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência- (PIBID) na efetivação do projeto “Arquivo e memória: Objetos que compõem a História”.**

Em seguida no intento de interação do grupo, fizemos uma dinâmica, que incita o trabalho em equipe, a concentração e atenção de todos para driblar certos problemas e obstáculos que aparecem em situações cotidianas, finalizado esse momento refletimos em seguida um texto do Instituto Ciência Hoje “*Quando crescer vou ser arquivista*” da autoria de Sofia Moutinho, que sinaliza a problemática a qual estudaremos através da importância dos arquivos e de ser arquivista. Posteriormente perguntando também quais são os conhecimentos prévios que estes têm acerca desse assunto, e paulatinamente conforme suas falas dialogamos e apresentamos alguns conceitos, dentro da discussão História e Arquivo, como **Patrimônio, Preservação, Memória, Documento, História, Arquivo** isso auxiliados pela orientação do oficinairo e ilustrado didaticamente com o auxílio de slides com definições dos tais

conceitos que retratem o sentido de cada palavra chave, de modo a reforçar para o aluno cada informação, e para fechar esse momento um vídeo que ilustra a importância da preservação e da salvaguardar de bens patrimoniais.

No segundo dia de encontro, selecionamos um longa metragem norte americano intitulado por “Possessão”, que foi exibido na sala de cinema Falb Rangel, situado na Casa de Cultura de Sobral, em seguida depois da exibição do filme dialogamos sobre o que retratava o enredo, qual a relação existente entre e a História e de que forma cada conceito está intimamente ligado com a trama, depois das várias discussões retornamos a escola e reforçamos o convite para o próximo encontro.

No terceiro dia do projeto, os bolsistas se reuniram e agendaram um momento no Núcleo de Estudos de Documentação Históricas (NEDHIS) com os alunos participantes do projeto. Esse espaço é aberto para pesquisa e desde 2001 recebe e mantém uma variabilidade de documentos nacionais, principalmente da região Nordeste. Nessa etapa do projeto, os alunos puderam ter uma experiência pratica com os arquivos, manuseá-los, entender a importância da preservação de documentos, e os cuidados que deverão ter ao pesquisa-los, de modo a entender particularidades de períodos, e suas formas de escrita, na ocasião eles tiveram a oportunidade também de pesquisar nesses documentos, seguindo uma ficha roteiro, elaborados por nós bolsistas. (Figura II)



**Terceira Etapa do Projeto\_ Conhecendo o Arquivo do NEDHIS (Núcleo de Estudos e Documentação Histórica)**

No quarto dia de projeto, foi um momento bastante enriquecedor, momento este onde os alunos envolvidos no projeto “Arquivo e Memória: Objetos que compõem a História” em processo de despertar para a História, já visualizavam-na, através dos Arquivos, e sensibilizados com essa compreensão, perceberam sua dinâmica e fluidez nesse tempo que também é presente, principalmente por meio de seus cotidianos, e com isso compartilharam conosco suas vivências, saudades, lembranças e recordações, através de objetos valiosos que marcavam suas vidas e histórias.

E por fim, no quinto encontro que marcaria o encerramento do projeto, fizemos um recreio lúdico na escola, com a utilização de vários jogos didáticos de História entre eles o Jogo de Trilha, Caça-palavras e Jogo de Memórias, contemplando também a temática da História e dos arquivos.

Essa ação oportunizou trabalhar com um numero maior de alunos, o que não era possível durante todo projeto, e percebemos que por meio dessa atividade, concentramos um grande publico, que sem participar do projeto conseguiu interagir com as brincadeiras e trabalhar em coletividade, tornando o momento mais prazeroso e satisfatório.



Quinta Atividade do Projeto\_ Aplicação de Jogos Didáticos

## CONCLUSÃO

A Inovação de ações pedagógicas na formação básica são imprescindíveis, haja vista que o empenho de seus profissionais em sua aplicabilidade tende a florescer para novos métodos, e para a introdução de novas abordagens, isso se faz necessário geralmente, quando muitas vezes o que contem nos currículos escolares

são poucos difundidos ou ainda encontram-se em estado enfadonho e sem brilho para o corpo discente. A medida, portanto para essa situação, é dinamizar de forma prática e maleável esses momentos pedagógicos, tornando-os mais atrativos e suscetíveis ao ensino aprendizagem, e para isso precisando disponibilizar de recursos didáticos, discorrer certas temática partindo muitas vezes de outros pressupostos, garantindo assim maior interação e resultados entre o ensino aprendizagem.

Para maior efetivação e aproximação da disciplina de História ao corpo discente, tentamos nesse intuito de inovação apresenta-los e desmitifica-la enquanto uma ciência estagnada, logo através do projeto: Arquivo e Memória: Objetos que compõem a História, apresentamos-lhes com uma nova cara, convidando-lhes a lançar um novo olhar para ela, e com isso perceber toda sua dinâmica e fluidez, e deste modo reconhecendo-a como uma ciência viva, latente, e versátil que dialogam com o passado mas também com o presente.

Pensando nessa fluidez que a disciplina abriga, e com isso as várias possibilidades de se abordá-la, elegemos, portanto trazer à tona uma discussão, pouca difundida nos campos escolares, que é a utilização do(s) Arquivo(s), como elemento para se visualizar a História, sendo este uma das chaves que lhe identifica, e indica resquícios de um tempo, e rastros de memórias, refletidos durante toda ação pedagógica, como ciência dinâmica e presente para os alunos em questão.

---

<sup>i</sup> Graduanda em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA e bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência- PIBID  
Prof. Orientador: Igor Alves Moreira  
e-mail: bia.arte2330@hotmail.com

<sup>ii</sup> SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. *Manual de trabalho em arquivos escolares*; elaboração de Teresa Marcela Meza Baeza. – São Paulo : CRE Mário Covas, IMESP, 2003.

<sup>iii</sup> FREIRE, Paulo. *Professora sim, tia não: Cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Olho d'água. 1993

<sup>iv</sup> SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A Formação do professor de história e o cotidiano da sala de aula. In BITTENCOURT, Circe (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2006.

<sup>v</sup> FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro : Paz e terra, 1997.

<sup>vi</sup> SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. *Manual de trabalho em arquivos escolares*; elaboração de Teresa Marcela Meza Baeza. - São Paulo : CRE Mário Covas, IMESP, 2003.

<sup>vii</sup> BACELAR, C. Fontes Documentais .O uso e mau uso dos arquivos. . In: PINSK, C.B (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005

## **A ASCENSÃO POLÍTICA DE JOSÉ ANTÔNIO CORREA DA CÂMARA<sup>1</sup>**

Autor: Guilherme de Mattos Gründling, graduando do Curso de História- Bacharelado e Licenciatura Plena da Universidade Federal de Santa Maria- gui\_dec21hotmail.com

Orientador: André Átila Fertig

### **RESUMO:**

Na presente pesquisa objetiva-se compreender a emergência política de Antônio José Corrêa da Câmara após a Guerra do Paraguai, através do estudo de sua rede de sociabilidades. Para tanto, identifica-se, como aporte metodológico, as correspondências ativas e passivas de Câmara, no contexto de desfecho da Guerra do Paraguai, bem como dos anos posteriores ao conflito. Nesse aspecto, ressaltam-se, na identificação dos seus mais frequentes correspondentes, sujeitos de distinta atuação no cenário militar e político do Império, entre eles: José Maria da Silva Paranhos (Visconde de Rio Branco), Luís Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias) e Manuel Luís Osório (Visconde do Herval).

**PALAVRAS-CHAVA:** ascensão política, rede de sociabilidade, correspondências.

### **ABSTRACT:**

In this research, we aim to understand the political emergence of Antônio José Corrêa da Câmara after the Paraguayan War, through the study of its network of sociability. To this end, it identifies, as the methodological approach, active and passive correspondence of Câmara, in the context of the outcome of the War of Paraguay, as well as post-conflict years. In this aspect, we emphasize, identify their most frequent correspondents, subjects distinguished performance in the military and political landscape of the empire, among them: José Maria da Silva Paranhos (Viscount of Rio Branco), Luís Alves de Lima e Silva (Duke of Caxias) and Manuel Luís Osório (Viscount Herval).

**KEYWORDS:** political ascension, sociability network, correspondences.

### **TRAJETÓRIA MILITAR: UMA PORTA DE ENTRADA**

Nascido em Porto Alegre, no dia 8 de Fevereiro de 1824 e falecido no Rio de Janeiro em 1893, José Antonio Correa da Câmara, o 2º Visconde de Pelotas, ao ingressar na Guerra do Paraguai, já possuía uma boa experiência em campos de batalha, sustentando o posto de Tenente-Coronel. Em 1839, portanto, ainda muito jovem, ingressou na carreira militar de forma voluntária e, logo após, atuou contra os farroupilhas e participou, também, da guerra contra o Estado Oriental (1851-1852), e da campanha do Uruguai (1864-1865).

A atuação de Câmara em solo paraguaio iniciou no ano de 1866, com seu marcante desempenho nos combates de Curuzú e Curupaiti, sendo, então, promovido a

---

<sup>1</sup> Artigo referente ao Projeto de Pesquisa: Sociedade, cultura e política na História do Brasil - séculos XIX e XX, coordenado pelo Prof.Dr. André Átila Fertig.

Coronel. Em 1868, destacou-se nos confrontos de Passo Pocú e Espinilho, assim como nas batalhas em Avaí e Lomas Valentinas, chegando, nesse mesmo ano, ao posto de Brigadeiro. O destacado desempenho de Câmara, especialmente, em batalhas decisivas para a Tríplice Aliança, de certa forma, passou a ser notado por sujeitos de distinta grandeza e importância no âmbito militar.

Logo no início de 1869, segundo Vitor Izecksohn<sup>1</sup>, após serem travadas uma série de batalhas nas proximidades de Assunção, capital do Paraguai, o poderio militar guarani havia quase inteiramente desaparecido. Além disso, as principais fortificações do seu território, haviam sido transpostas pelas tropas aliadas. Desse modo, para muitos militares da Tríplice Aliança, a guerra chegava ao fim. No entanto, o imperador brasileiro exigia a captura ou o exílio de Solano López, que havia fugido durante o cerco e a tomada de Assunção. Essa postura do imperador resultou em sequenciais pedidos de dispensa do exército por parte dos aliados. Exemplo marcante disso foi a saída de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias<sup>2</sup>, no dia 18/01/1869, dispensando-se da posição de comandante das tropas unificadas. Em seu lugar, D. Pedro II nomeou o genro, Conde d'Eu<sup>3</sup>.

Nesse contexto, marcado pela necessidade de reorganização das tropas, de melhor estruturar os planos e as investidas em busca do líder paraguaio, Câmara, apesar de não crer no breve desfecho do conflito, ultrapassando as suas convicções acerca do destino dessa nova fase da guerra, permaneceu na perseguição a Lopez, principalmente, após sucessivos pedidos de seus comandantes, que reconheceram importância dele para o exército. A exemplo disso apresenta-se a correspondência do dia 08/03/1869<sup>4</sup>, a qual Câmara remete a sua esposa, Maria Rita, dividindo com a ela a insistência de seus colegas de farda para convencê-lo a permanecer no conflito, apesar de sua condição de enfermidade:

(...) O marechal Guilherme<sup>5</sup> tendo notícia da minha resolução pediu-me com insistência para que não deixasse o exército, mesmo doente, dizendo-me que os meus serviços lhe eram preciosos, e que grande era a falta que eu fazia se insistisse em retirar-me. No dia seguinte veio o ministro Paranhos<sup>6</sup> à minha casa e disse-me que acabava de saber pelo Guilherme que eu pretendia retirar-me, mas que me pedia, que ainda no estado em que me julgava, eu fizesse o sacrifício que ele esperava de mim, por isso que os meus serviços eram indispensáveis e grande a falta que eu fazia no exército.(...)(08/03/1869-Assunção)

Desse modo, o respaldo e a confiança que Câmara passa a ter de colegas de farda, tais como: Caxias, Osório<sup>7</sup> e Guilherme, aumenta substancialmente. Além deles, José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, que ocupava a pasta de Negócios



Estrangeiros, e, com a dispensa de Caxias e o falecimento de militares brasileiros de grande importância, desembarca no Paraguai na tentativa de reorganização do exército para a sequência da campanha, também se aproximou de Câmara naquele instante, muito devido aos seus feitos militares.

Dessa maneira, a distinta atuação de Câmara na Guerra termina quando tropas sob o seu comando encontram e executam López, dando fim ao longo conflito<sup>8</sup>. Nesse contexto, Câmara assegura e reafirma o grande respeito e a altíssima confiança que adquire com sujeitos de destacada atuação no cenário militar e político do Império, assim como: José Maria da Silva Paranhos (Visconde de Rio Branco), Luís Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias), Manuel Luís Osório (Visconde e Marquês do Herval) e Gaspar da Silveira Martins<sup>9</sup>. Aliás, salienta-se que esses sujeitos, “homens ilustres do Império”<sup>10</sup>, são os maiores correspondentes do general Câmara, sobretudo, a partir do término do conflito. Nessa medida, apresenta-se, no quadro que segue, a relação de suas correspondências, encontradas no Fundo General Câmara do (IHGRS).

Remetente	Número de Missivas	Porcentagem
A. da Silva Paranhos	41	13,9 %
Manuel Luís Osório	84	27,9%
Gaspar da Silveira Martins	28	9,3%
Duque de Caxias	7	2,3%
Outros Correspondentes	139	46,5%
Total de Missivas	299	100%

Quadro quantitativo das correspondências passivas de José Antônio Corrêa da Câmara, nos anos de 1869-1879.

No quadro acima, a partir da análise quantitativa, observa-se a alta densidade epistolar do General Câmara em relação aos indivíduos já identificados como de grande relevância no cenário militar e político, sobretudo, no período que marca o fim da Guerra do Paraguai, bem como nos anos que seguem o término desse conflito. Nesse sentido, apresentou-se de grande valia o estudo mais detalhado dessas cartas, isto é, a análise qualitativa das correspondências remetidas pelos indivíduos que constam no quadro acima. Por conseguinte, ressalta-se, no presente estudo, a rede de sociabilidades que Câmara constituía com esses indivíduos, em grande parte, na fase final da guerra, como um dos fatores que favoreceram a sua escalada política.

Dessa forma, não se tratará aqui exclusivamente da análise da trajetória individual do Visconde de Pelotas durante a Guerra, mas sim, após a identificação dos seus principais correspondentes, buscar-se-á trabalhar sua emergência política, a partir da relação que

constitui com esses indivíduos de grande notoriedade no contexto do Brasil Império. Essa perspectiva, justifica-se pela tentativa de melhor se compreender uma, dentre as principais formas de estabelecimento e de ascensão política na sociedade imperial, isto é, as redes de sociabilidades.

## **A CULTURA EPISTOLAR, AS REDES DE SOCIABILIDADES E A POLÍTICA NO SÉCULO XIX**

Na esfera política do século XIX, as relações de apadrinhamento, salientam-se dentre as principais maneiras de ascensão política, como reconhecem estudiosos do período. Desse modo, nos últimos anos, a historiografia tem dedicado maior atenção na compreensão das relações de sociabilidades, sobretudo, na análise dos arranjos políticos do contexto. José María Imízcoz<sup>11</sup>, ao estudar as relações políticas e, principalmente, as econômicas de beneficiamento mútuo entre indivíduos de uma família de comerciantes no contexto do Antigo Regime, destaca que as análises de rede têm mostrado notável interesse pelas redes de poder, não somente nas articulações políticas da sociedade do Antigo Regime, mas como pelas relações interpessoais entre as elites<sup>12</sup> no século XIX. Nessa alçada, Richard Graham<sup>13</sup> destaca a presença marcante de relações clientelistas ajustadas, tanto entre indivíduos de grupos sociais distintos, como especialmente no núcleo da “boa sociedade”.

Retomando Imízcoz<sup>14</sup>, destaca-se o retorno dos indivíduos como sujeitos da história dentro da noção de avanço da História social e política, com o desenvolvimento de métodos mais específicos de observação, assim como: a microhistória, a prosopografia e a biografia. As análises de rede social, à vista disso, consideram o estudo relacional entre os indivíduos, os “atores sociais”<sup>15</sup>, na dimensão de reconstruir suas redes e seus principais aspectos. Destaca-se, portanto, a importância de certos aportes documentais que, em certa medida, favorecem a análise dos sujeitos e de suas relações, tais como: as correspondências, as autobiografias, os diários, etc.

Nesse aspecto, acredita-se que as correspondências tiveram seu grande momento no século XIX, quando a alfabetização, o hábito da leitura e a cultura epistolar, transgrediram as barreiras sociais. A historiografia, portanto, tem utilizado as correspondências, não apenas para a consulta de informações, mas como objeto de análise e compreensão de um indivíduo. Segundo Malatian<sup>16</sup>, “trata-se de *escrita de si*, na primeira pessoa, na qual o indivíduo assume uma posição reflexiva em relação à sua

história e ao mundo onde se movimentam”. Desse modo, as expectativas, as experiências, as hesitações, as incoerências e as preocupações dos indivíduos, questões que são inerentes à própria existência humana, são expressas numa conversa a dois, afim de reduzir as distâncias entre os sujeitos envolvidos<sup>17</sup>.

As relações entre os membros das elites no século XIX, diferentemente das relações entre os indivíduos socialmente desiguais, marcadas pelos vínculos de dependência, possibilitavam, geralmente, uma ligação de amizade, de sociabilidade, reafirmadas pelas relações constituídas nos meios sociais que esses indivíduos circulavam. Nesse contexto, lembra-se que a sociedade brasileira, já no início do século XIX, acostuma-se com a ampliação dos espaços de interação e de diálogo, favorecendo, em certa medida, a sociabilização<sup>18</sup>. Assim, conjuntamente às análises de rede, emerge-se entre os historiadores que trabalham a História social e política desse século, a visão da importância de locais e de situações que, aparentemente, não seriam associadas ao debate e ao arranjo político, mas que no fim, promoviam os alinhamentos políticos.

Em vista disso, Vargas<sup>19</sup> afirma:

Os salões e os bailes, por exemplo, também serviam como local de grandes debates intelectuais e políticos e eram mantidos e freqüentados pelas mesmas elites que residiam na Corte. Além disso, os encontros nas confeitarias e nos teatros somavam-se ao itinerário destas famílias e eram igualmente fundamentais no processo de socialização destes grupos, ajudando a reproduzir a própria hierarquia social no Brasil oitocentista.

Nesse sentido, apresentam-se duas dessas situações que, de certo modo, contribuíram ainda mais com a maior aproximação entre Câmara e seus companheiros. A seguir as correspondências dos dias 30/07/1870 e 28/10/1870, remetidas, respectivamente, pelo Visconde do Rio Branco e pelo Duque de Caxias. Podemos visualizar nos exemplos a seguir, então, os convites que foram destinados ao Visconde de Pelotas, que indicam, em certa medida, a importância da sua presença em situações e em espaços de convivência e de sociabilidade:

(...) O conselheiro J.M. da Silva Paranhos tem a honra de cumprimentar a V.Ex.<sup>a</sup>. O Senhor Marechal Visconde de Pelotas e pedir-lhe o favor de sua companhia amanhã as 4 horas da tarde para um jantar de amigos<sup>20</sup>. (30/07/1870- Assunção)

Espero que no domingo próximo do corrente seja o dia que V.Exa. destine para jantar comigo. Não pretendo convidar se não 3 dos nossos companheiros da última campanha que pertenceram ao meu Quartel General a fim de podermos em família nos recordar de nossos passados trabalhos (...)<sup>21</sup>. (28/10/1870- Andaraí)

Atualmente, por parte dos historiadores, tem-se uma nova interpretação do cenário político do século XIX. Desse modo, as discussões políticas deixam de ser compreendidas exclusivamente como acordos tradicionais definidos em espaços institucionais. Nesse aspecto, valorizam-se, na historiografia atual, locais e ocasiões que reafirmam os laços de afetividade e de confraternização, isto é, momentos de aproximação entre os indivíduos e/ou grupos, que poderiam acontecer nos espaços urbanos, mas que, tratando-se das elites, em grande parte, aconteciam por meio de jantares, de recepções, de festas particulares, etc. Nessa alçada, nas palavras de Comissoli:

No início do século XIX os espaços de interação entre as pessoas se multiplicavam, aumentando as possibilidades e as formas de sociabilidade, elemento de grande importância para o desenvolvimento de uma esfera pública da política. Essa convivência política se entrelaçava a interesses econômicos concretos, relações parentais e amigáveis, criando e reforçando a coesão necessária aos grupos mais atuantes na gerência política.<sup>22</sup>

A busca por um lugar no estreito cenário político do século XIX por membros da elite, de certo modo, não significava, apenas, o simples desejo e a necessidade de representação com relação ao governo imperial. Pelo contrário, simbolizava a “expectativa dos seus familiares, das suas clientelas e dos seus eleitores e aliados políticos”<sup>23</sup> pela diminuição da amplitude existente entre as suas localidades e a Corte. Dessa maneira, as redes de sociabilidades se uniam na perspectiva de elevar membros de sua convivência ao cenário político. Tal conquista, concederia-lhes “acesso mais qualificado ao núcleo político do Império e lhes conferia o poder de captar recursos materiais (terras, escravos, animais, cargos, dinheiro) e imateriais (títulos, favores e prestígio social) para as suas províncias.”

Dessa forma, segundo José Murilo de Carvalho<sup>24</sup>, no processo de ingresso e de alinhamento político, sobressai-se a importância dos cursos superiores, especialmente, o curso de direito. Esse fenômeno, deve-se muito as relações que eram estabelecidas entre as elites nos bastidores das academias. Entretanto, as redes de favorecimento não se estabeleciam, apenas, no âmbito acadêmico. Como salienta Jonas Vargas<sup>25</sup>, “os campos de batalha também uniam estes homens da elite”. Nesse sentido, José Antônio Correa da Câmara, apesar de ter construído sua trajetória, dedicando-se estritamente aos serviços militares até o final da Guerra do Paraguai, favoreceu-se dos vínculos que constituiu na guerra para a sua ascensão política.

Nesse aspecto, as relações constituídas por Câmara no conflito, propiciaram a sua rápida escalada política. Destacando a estreita relação dele com Osório, apresenta-se a correspondência do dia 12/01/1871, na qual os mesmos trocam informações e indicam a proximidade dos seus interesses. A correspondência começa com a seguinte frase: “Os nossos amigos do município de Jaguarão, venceram as eleições ali na cidade, no Herval e Arroio-grande e por isso o felicito”<sup>26</sup>. Na sequência do documento, surge a presente sentença:

O mesmo Coronel Rocha e que é nosso muito dedicado amigo, tem de longa data, graves desinteligências com o Ferreira e por isso pede com muita instância, ir comandar a guarnição da Uruguaiana ou de Itaqui, porém eu creio que lhe ficaria melhor o comando do 3º regimento que está em Bagé (...) (12/01/1871- Arapeí).

Nessa perspectiva, identifica-se nos trechos transcritos da carta de Osório ao General Câmara, as ligações, os favorecimentos e as articulações que se estabeleciam entre eles. A amizade entre os dois, construída nos campos de batalha, propiciou, em grande parte, a ascensão de Câmara ao senado e ao ministério da guerra (1880-1881).

Para concluir, deve-se reafirmar a importância das redes sociais constituídas por José Antônio Correa da Câmara, o Visconde de Pelotas, para a sua emergência política. Nesse aspecto, no presente trabalho, buscou-se relevar certos hábitos, situações e espaços que, atualmente, estão sendo trabalhados pela historiografia, na perspectiva de melhor representar as relações políticas estabelecidas ao longo do século XIX. Para tanto, salientam-se as correspondências ativas e, neste caso, especialmente passivas, de Câmara com sua rede de sociabilidades, como um grande aporte documental para a análise de sua ascensão política. A escalada política do General Câmara após a sua atuação de destaque na Guerra do Paraguai, retratada no presente artigo, resulta em diversos cargos políticos no governo imperial, tais como: Ministro da Guerra no gabinete liberal de Saraiva e senador liberal (1880-1889). Já no período republicano, foi o primeiro presidente do Estado do Rio Grande do Sul (15/11/1889 – 11/02/1890).

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

CAMARA, Rinaldo Pereira da. **Marechal Câmara: sua vida militar (v. 2)**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1970.

COMISSOLI, A. **A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.)**. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado. PPGHIS-UFRJ, 2011.

- DORATIOTO, Francisco. **General Osório: a Espada Liberal do Império**. Companhia das Letras, 2008.
- DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FERTIG, André; GRÜNDLING, Guilherme. **O General Câmara na Guerra do Paraguai através de suas correspondências**. ESTUDIOS HISTORICOS, Uruguay, Año V, Nº 10, Julio 2013.
- FRANCO, Sérgio da Costa. **Dicionário político do Rio Grande do Sul (1821-1937)**. Porto Alegre: Suliani Letra&Vida, 2010.
- FONTANA, Laura Roberta. **José Maria da Silva Paranhos: reflexões sobre o Estado Imperial**. Rio de Janeiro, 2013.
- GOMES, Angela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- HEINZ, Flávio M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- IMÍZCOZ, José Maria. **Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global**. *Revista da Faculdade de Letras- História*, III Série, volumen 5, Porto, 2004.
- IMIZCOZ, José Maria. Actores sociales y redes de relaciones: reflexiones para una historia global. In: **Redes familiares y patronazgo: aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra en el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX)**. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2001.
- IZECKSOHN, Vitor. “A Guerra do Paraguai”. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.). **O Brasil Imperial, v II: 1831-1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- LEMONS, Renato. **Bem traçadas linhas: a história do Brasil em cartas pessoais**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.
- MALATIAN, Teresa. “Narrador, registro e arquivo”. In: PINSKY, Carla e LUCA, Tania (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2005.

NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Vol.II, 5ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

PICCOLO, Helga. **Vida política no século 19**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992.

PORTO ALEGRE, Aquiles. **Homens Ilustres do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Erus, s/d.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército**. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1990.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Biografia e regimes de historicidade**. Méis: história e cultura, v. 2, n. 3, p. 57-72, jan/jun 2003.

VARGAS, Jonas Moreira. “O círculo dos Grandes”. Os mediadores políticos e as famílias de elite no Rio Grande do Sul (1868-1889). In: MILDNER, Saul Eduardo Seiguer.(org.). **Recortes da História Brasileira**. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 2008.

---

<sup>1</sup>IZECKSOHN, Vitor. “A Guerra do Paraguai”. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.). **O Brasil Imperial, v II: 1831-1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

<sup>2</sup>Luís Alves de Lima e Silva (25/08/1803 - 07/05/1880), o Duque de Caxias, considerado um dos mais importantes personagens da história brasileira. “O Pacificador”, como se perpetuou, foi um militar e estadista de destaque no contexto do Brasil Império. PORTO ALEGRE, Aquiles. **Homens Ilustres do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Erus, s/d.

<sup>3</sup>Luís Filipe Maria Fernando Gastão de Orléans (28/04/1842- 28/08/1922), neto de Luís Filipe I, rei da França, abdica de sua possível sucessão ao trono francês pelo casamento com a princesa brasileira, D.Isabel Cristina Leopoldina de Bragança, tornando-se príncipe cônjuge do império do Brasil. A sua pouca experiência, foi relatada por Câmara, na carta do dia 21/04/1869, remetida a Maria Rita, na qual opina: “O Conde d’Eu aqui está desde o dia 15 ou 16 deste mês, nos passando em revista um dia destes. O pobre rapaz tem tanto de soldado quanto eu tenho de frade, e estou certíssimo de que seu comando será árido em resultados. Vem qual barbeiro novo aprender a fazer a barba na cara dos tolos.” (CAMARA, Rinaldo Pereira da. **Marechal Câmara: sua vida militar (v. 2)**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1970, p. 280. )

<sup>4</sup>CAMARA, Rinaldo Pereira da. OP. Cit. P.277-278.

<sup>5</sup>Marechal Guilherme Xavier de Souza (03/07/1818- 21/12/1870), militar e político brasileiro, que conduziu a transição do comando do exército imperial no Paraguai, de Caxias para o Conde d’Eu. PORTO ALEGRE, Aquiles. **Homens Ilustres do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Erus, s/d.

<sup>6</sup>José Maria da Silva Paranhos (16/03/1819 – 01/11/1880), o Visconde do Rio Branco, sobressaiu-se como político, jornalista, professor e, sobretudo, como estadista, considerado o maior do 2º Reinado. Nas palavras de Joaquim Nabuco, mencionando o porquê de Paranhos ter sido convocado por D. Pedro II para formar o Gabinete 7 de março de 1871, o mais duradouro do 2º Reinado: “ Também dos nossos estadistas, o visconde do Rio Branco foi o que mereceu em grau mais elevado a confiança do Imperador, o que lhe pareceu reunir maior soma de qualidades para o governo, e a verdade é que as reunia, relativamente à época.” Nabuco, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Vol.II, 5ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p.827; FONTANA, Laura Roberta. **José Maria da Silva Paranhos: reflexões sobre o Estado Imperial**. Rio de Janeiro, 2013.

<sup>7</sup>Manuel Luís Osório (10/05/1808 – 04/10/1879), o Barão, Visconde e Marquês do Herval, distinguiu-se tanto na esfera militar, na qual atuou com destaque em diversos conflitos ao longo do século XIX, quanto na esfera política, considerado um dos grandes monarquistas brasileiros. Para maiores informações, ver: DORATIOTO, Francisco. **General Osório: a Espada Liberal do Império**. Companhia das Letras, 2008.

<sup>8</sup>Para maiores detalhes da trajetória do General Câmara no conflito, ver: FERTIG, André; GRÜNDLING, Guilherme. **O General Câmara na Guerra do Paraguai através de suas correspondências**. ESTUDIOS HISTORICOS, Uruguay, Año V, Nº 10, Julio 2013.

<sup>9</sup>Gaspar da Silveira Martins (05/08/1835 – 23/07/1901), foi um magistrado e político brasileiro de destaque, ocupando os cargos de deputado provincial e geral, presidente da província, ministro da Fazenda e senador do Império. Considerado por estudiosos, como um dos estancieiros mais rico e prestigioso da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. PORTO ALEGRE, Aquiles. **Homens Ilustres do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Erus, s/d.

<sup>10</sup>Expressão que faz referência a obra: PORTO ALEGRE, Aquiles. OP. Cit.

<sup>11</sup>IMIZCOZ, José Maria. Actores sociales y redes de relaciones: reflexiones para una historia global. In: **Redes familiares y patronazgo: aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra en el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX)**. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2001, p.25.

<sup>12</sup>De maneira geral, no presente artigo, considera-se por elite, aquele grupo de indivíduos que ocupa posição privilegiada na sociedade na qual fazem parte. Para maiores reflexões, ver: HEINZ, Flávio M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006; MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2005.

<sup>13</sup>GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

<sup>14</sup>IMIZCOZ, José Maria. OP. Cit.

<sup>15</sup>Como define o autor, em: IMÍZCOZ, José Maria. **Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global**. *Revista da Faculdade de Letras- História*, III Série, volumen 5, Porto, 2004, p.1.

<sup>16</sup>MALATIAN, Teresa. “Narrador, registro e arquivo”. In: PINSKY, Carla e LUCA, Tania (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 195.

<sup>17</sup>LEMONS, Renato. **Bem traçadas linhas: a história do Brasil em cartas pessoais**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004, p. 11-13.

<sup>18</sup>COMISSOLI, A. **A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.)**. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado. PPGHIS-UFRJ, 2011, p.207.

<sup>19</sup>VARGAS, Jonas Moreira. “O círculo dos Grandes”. Os mediadores políticos e as famílias de elite no Rio Grande do Sul (1868-1889). In: MILDNER, Saul Eduardo Seiguer.(org.). **Recortes da História Brasileira**. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 2008, p.1/2.

<sup>20</sup>Fonte: Fundo General Câmara (IHRGS).

<sup>21</sup>Fonte: Fundo General Câmara (IHRGS).

<sup>22</sup>COMISSOLI, A. OP. Cit. p.256-257.

<sup>23</sup>VARGAS, Jonas Moreira. OP. Cit. p.46.

<sup>24</sup>CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem : a elite política imperial e Teatro das Sombras: a política Imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>25</sup>VARGAS, Jonas Moreira. OP. Cit. p.57.

<sup>26</sup>Fonte: Fundo General Câmara (IHRGS).



## **Criminalização e controle da prostituição na modernidade**

Hellen Dayane da Silva Corrêa<sup>1</sup>

**Resumo:** A Proclamação da República e a Lei de 1888 fizeram com que o Estado desenvolvesse políticas públicas de disciplina e controle social que levaram a criminalização da prostituição. Neste período, acentuou-se a vigilância em relação ao comportamento feminino, criando e reforçando estereótipos e atribuindo a mulher algumas qualidades vinculadas ao casamento e a maternidade. Desta forma, a prostituição era entendida como uma grande ameaça social, passível de punição, principalmente por corromper a moral familiar e ir contra aos bons costumes.

**Palavras Chave:** Prostituição – Criminalização – Moral Familiar

**Abstract:** The Proclamation of the Republic and the 1888 Law caused the State to develop public policies of discipline and social control that led to the criminalization of prostitution. In that time, surveillance on women's behavior was increased thus creating and reinforcing stereotypes and assigning women to qualities attached to marriage and motherhood. Therefore prostitution was taken as a big social threat, punishable by law and capable of tainting familiar ethics and social morals.

**Keywords:** Prostitution - Criminalization - Familiar Ethics.

Este trabalho tem o intuito de apresentar um estudo relativo às políticas públicas de disciplina e controle social desenvolvidas pelo Estado entre 1890 e 1910, que fizeram com que algumas prostitutas sofressem forte criminalização, apesar da prática não constituir um crime propriamente dito. Contudo, antes de iniciar esta discussão, é preciso ressaltar a relevância do estudo das relações de gênero em razão da necessidade de retirar as mulheres do silêncio produzido por uma historiografia que, segundo Margareth Rago<sup>2</sup>, só deixou de pensar o sujeito universal, as ações individuais e as práticas coletivas, predominantemente masculinas, a partir da década de 1980, quando ampliou-se o leque temático em relação aos novos agentes sociais (mulheres, prostitutas, loucas, crianças, etc). Este tipo de estudo, segundo a autora<sup>3</sup>, preocupa-se em resgatar mulheres pobres e marginalizadas, e mostrar que elas eram capazes de questionar, na prática, o discurso desqualificador, mental e físico em relação aos homens. Com isso, há o surgimento de um universo feminino próprio, que não seja inferior ao masculino e dirigido por uma lógica e uma racionalidade diferente. Além disso, Rago<sup>4</sup> afirma que a produção é marcada pelo objetivo de provar a capacidade criativa

das mulheres enquanto sujeitos capazes de fazerem sua história e investirem contra as manifestações de poder; como elaboradoras de iniciativas e experiências que as fazem merecedoras de um lugar na história social. Feita, então, esta ressalva, partiremos para a discussão proposta.

Durante o final do século XIX e início do século XX, a sociedade brasileira passou por inúmeras transformações impulsionadas, principalmente, pela Proclamação da República e pela Lei de 1888. Ana Paula Barcelos<sup>5</sup> afirma que neste período o Estado precisava repensar sua estrutura política e a participação das diferentes classes na esfera pública e social, pois estava se reorganizando e se modernizando para que pudesse ser inserido nos ideais do mundo capitalista. Com isto, a nova ordem burguesa em formação precisava lidar com a grande quantidade de ex-escravos e de imigrantes, qualificados como indesejáveis e ligados a ideia de desordem. No Relatório Ministerial de 1893, apresentado ao Vice Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Fernando Lobo, Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, o chefe de polícia argumenta que a população da cidade do Rio de Janeiro sofreu um grande crescimento, devido ao elemento indígena e a imigração estrangeira, que apesar de ter trazido vantagens para o país, trouxe também indivíduos estragados por vícios, e até mesmo criminosos. Com isso, o diretor clama por mudanças que acompanhassem a modernização da capital, para que houvesse condições de se manter a ordem em um novo tipo de sociedade que estava emergindo.

Neste contexto, Vera Malaguti Batista<sup>6</sup> defende que o medo do caos e da desordem levou a estratégias de dominação e disciplinamento sobre as classes empobrecidas e justificou políticas autoritárias de controle social, que contribuíram para a formação de uma República excludente e intolerante. Sendo assim, para Barcelos<sup>7</sup>, os pobres passaram a ser alvos de medidas policiais repressivas que visavam reduzir o papel destes na sociedade burguesa e assegurar sua função como mão de obra para o comércio e a indústria.

O Código Penal de 1890 mostra, claramente, que o trabalho era o comportamento esperado das classes subalternas. Como exemplo disto, temos o artigo 204 do Capítulo VI, intitulado “Dos Crimes contra a liberdade de Trabalho”. Nele consta que “Constranger, ou impedir alguém de exercer a sua industria, commercio ou officio; de abrir ou fechar os seus estabelecimentos e officinas de trabalho ou negocio; de trabalhar ou deixar de trabalhar em certos e determinados dias” será penalizado com três meses de prisão celular ou multa de 200\$ a 500\$000. O artigo 205 diz que “Seduzir, ou alliciar, operarios e trabalhadores para deixarem os estabelecimentos em que forem empregados, sob promessa de recompensa, ou

ameaça de algum mal” terá pena de um a três meses de prisão celular ou multa de 200\$ a 500\$000. Por fim, no artigo 206 vemos que “Causar, ou provocar, cessação ou suspensão de trabalho, para impor aos operários ou patrões aumento ou diminuição de serviço ou salário”, causará pena de prisão celular de um a três meses. E se este objetivo for compartilhado pelos interessados, a pena para os chefes ou cabeças será de prisão celular de dois a seis meses, e se houver o uso de violência, a pena será de prisão celular de seis meses ou um ano.

Para Belardinelli<sup>8</sup>, além de tentar regular o comportamento das populações pobres, o Estado buscava criar uma nova moralidade social que regulasse a maneira com que as mulheres deveriam agir. Para Cláudia Fonseca:

(...) a receita para uma mulher ideal envolvia uma mistura de imagens: a mãe piedosa da Igreja, a mãe educadora do Estado Positivista, a esposa companheira do aparato médico – higienista. Mas todas elas convergiam para a pureza sexual – virgindade da moça, castidade da mulher<sup>9</sup>.

Além disso, Rachel Soihet afirma que “a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade e a vocação maternal”<sup>10</sup> foram características imputadas nas mulheres, que garantiam uma atitude de submissão, e um comportamento que não ferisse sua honra. Para Maria Angela D’Incao<sup>11</sup>, a virgindade era um requisito de extrema importância por garantir o *status* da noiva como um objeto de valor econômico e político sobre a qual se assenta o sistema de herança e propriedade que garantia a linhagem da parentela. Fonseca esclarece que:

(...) a moral burguesa não era de todo estranha aos grupos populares. A prova se acha no desespero registrado por meninas defloradas que preferiam arriscar um aborto, cometer infanticídio ou até matar-se, antes de vir a público seu estado de mão solteira<sup>12</sup>

Nilo Batista atenta para o fato do confisco da sexualidade pela família e a imagem do casal procriador terem suas raízes nas concepções do direito canônico sobre crimes sexuais. Seguindo as orientações de Le Goff, o autor<sup>13</sup> explica que a depreciação do corpo, no medievo cristão, apenas como “prisão da alma”, atinge seu ponto máximo em instintos sexuais e no corpo feminino, visto como um lugar demoníaco. Sendo assim, este corpo deve ser evitado e coberto, tornando o prazer pecaminoso e o sexo aceito somente para a procriação. Batista<sup>14</sup> ressalta o fato do jurista canônico ter naturalizado a relação sexual e a procriação, tornando qualquer variedade contrária a natureza e todo o intercuro sexual que não seja para procriação, criminoso.

Soihet<sup>15</sup> acredita que o Código Penal era utilizado, também, para estabelecer normas para as mulheres, estimulando hábitos sadios e boas maneiras. Sendo assim, acreditamos que apesar de apenas o lenocínio ser formalmente considerado crime segundo o Código Penal, as

prostitutas eram punidas por não se encaixarem no ideal de mulher, pelos seus atos de descompostura em público e por possuírem uma conduta desmoralizante que ofendia a sociedade e o Estado. Com isto, as prostitutas poderiam ser enquadradas no artigo 266 “Dos crimes contra a segurança da honra e hostilidade das famílias e do ultraje público ao pudor”, por ofender os bons costumes com atos ou gestos em local público, com pena de 1 a 6 meses de prisão. Poderiam, ainda, ser enquadradas no capítulo III, do artigo 399 “Dos vadios e capoeiras”, com pena de 15 a 30 dias de prisão aos que proovessem “(...) a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestantemente ofensiva da moral e dos bons costumes”.

Aqui, é importante ressaltar que no Código Penal, o Artigo 277 do Capítulo III, intitulado “Do Lenocínio”, afirmava que considerava-se lenocínio: 1º) “Exitar, favorecer, ou facilitar a prostituição de alguém para satisfazer desejos deshonestos ou paixões lascivas a outrem”, sendo sujeito a pena de prisão por um ou dois anos. Caso o crime fosse cometido por ascendente em relação a descendente, a pena poderia variar de dois a quatro anos de prisão, caso o pai ou a mãe prostituísse seus filhos, poderiam perder os direitos sobre o ele e seus bens, se o crime recaísse sobre a pessoa encarregada da educação do menor, a pena poderia ser complementada pela privação do direito de ensinar, dirigir ou ter parte em qualquer estabelecimento de instrução e educação, já ao marido, poderia perder o poder marital; 2º) “Induzir mulhres, quer abusando de sua fraqueza ou miséria, quer constringendo-as por intimidações ou ameaças, a empregarem-se no tráfico da prostituição; presta-lhes, por conta própria ou de outrem, sob sua ou alheia responsabilidade, assistência, habitação e auxílios para auferir, directa ou indirectamente, lucros desta especulação” Neste caso a pena poderia variar de prisão por um a dois anos e multa de 500\$ a 1:000\$000.

Neste debate cabe também a análise do jornal *O Paiz*<sup>16</sup>. Nele encontramos forte apoio ao discurso jurídico repressor e campanhas contra a prostituição, colocando-a como uma afronta ao pudor, passível de punição. A edição do dia 7 de novembro de 1890, traz uma discussão sobre a Moderna Babylonia. Nesta afirma-se que o chefe de polícia, por amor a virtude, ordena o fechamento de uma casa de prostituição, dando um golpe vigoroso na prática, e beneficiando a moralidade social. Apesar disso, a Babylonia ainda continuava erguida, fazendo com que a prostituição permanecesse naquela casa, atingindo nomes respeitáveis e facilitando a vida de miséria e vergonha das desgraçadas.

Segundo Suann Caulfield<sup>17</sup>, havia uma grande preocupação em fazer com que a prostituição se tornasse menos visível. Sendo assim, a polícia passou a organizar vigorosas e

esporádicas campanhas de localização, para que as prostitutas se instalassem em áreas que ficassem distantes das linhas do bonde, de pontos comerciais e dos olhos de cidadãos respeitáveis. A autora<sup>18</sup> afirma que esta iniciativa respondia às pressões geradas pelas campanhas sensacionalistas da imprensa e pelas autoridades médicas e jurídicas que objetivavam proteger as famílias honestas e a imagem do Rio de Janeiro no exterior.

Todavia, é importante ressaltar que havia dois lados da prostituição. De um lado estavam as prostitutas pobres que eram alvo das medidas referidas acima pois, conforme Sueann Caulfield<sup>19</sup> afirma, causavam grande consternação e eram motivo de vergonha nacional. Já as prostitutas europeias, principalmente coquetes francesas, eram toleradas por serem bem treinadas, discretas e moderadas e em alguns casos, chegavam a dar lições de boas maneiras e hábitos cosmopolitas para homens da classe dominante.

Vemos, desta maneira, que no processo de modernização que estava ocorrendo, a prostituição era tomada como um mal necessário, pois era através dela que a família poderia ter uma possibilidade de manutenção. Segundo Paulo Marreiro dos Santos Júnior<sup>20</sup>, a prostituta era como um tipo de válvula de escape da moral familiar, da disciplina do trabalho, dos códigos normativos convencionais, da transgressão à normalização da relação conjugal. Sabia-se a sua importância para a iniciação sexual dos jovens, diminuindo seus impulsos sexuais, e garantindo a virgindade das moças. Assim, para o autor<sup>21</sup>, a coexistência entre sociedade e prostituição iria até o ponto em que não houvesse escandalização com posturas desregradas. As prostitutas eram toleradas desde que permanecessem ocultas.

Além de serem acusadas de corromper a moral familiar, as prostitutas pobres eram vistas como um risco para a saúde pública e, por isso, passaram a fazer parte dos textos médicos. Segundo Magali Engel<sup>22</sup>, o pensamento médico brasileiro foi fortemente marcado pelas concepções de medicina desenvolvidas na França desde o século XVIII. A obra do Dr. A. J. B. Parent – Duchâtelet foi referência, principalmente, em questões de definição e classificação da prostituição e das prostitutas, de causas e efeitos da prática, e de regulamentação. Já a partir de 1869/1870, apesar da preeminência francesa ser mantida, os textos médicos revelam uma associação da prostituição com a sífilis, desenvolvida por médicos ingleses, belgas, italianos, suecos, austríacos, russos, norte – americanos e argentinos. Contudo, a autora<sup>23</sup> salienta que a relação entre prostituição e saber médico foi marcada por hesitações e ambiguidades, pois a vontade de saber do cientista esbarrou em inúmeros obstáculos impostos pela concepção cristã, que fazia com que o corpo, o sexo, o prazer e o desejo se tornassem temas estigmatizados pela ideia de pecado. Foi apenas a partir de 1890<sup>24</sup>, que os escritores deixaram de manifestar a preocupação de escrever sobre tais

temas, fazendo com que a prostituição não fosse mais vista como pecado, e sim como doença. Nas palavras de Engel “apesar da mágoa, é preciso que o médico penetre no desconhecido, e levante o véu que o encobre; é preciso que o médico faça da ameaça oculta, uma ameaça conhecida e classificada, tornando-a, assim, controlável”<sup>25</sup>,.

Engel<sup>26</sup> esclarece que ao ser definida como doença, a prostituição não se restringiu apenas ao aspecto físico no discurso médico, mas compreendeu também uma dimensão moral e social. Assim, o médico classifica a prostituição como um ameaça que vai além do corpo, pois atinge a família, o casamento, o trabalho e a propriedade. Neste sentido, a autora esclarece que surgiram várias medidas voltadas para o suposto tratamento da prática. Engel afirma que:

(...) Os profissionais brasileiros geralmente definiam suas medidas sobre a prostituição de acordo com as classificações europeias: “proibicionistas”, que criminalizava a prostituição, “regulamentaristas”, que controlava a prostituição através de bordéis instaurados pelo Estado, geralmente com a imposição de medidas de “profilaxia” das doenças venéreas, e “abolicionista”, que nem criminalizava, nem regulamentava a prostituição.<sup>27</sup>

O Jornal *O Paiz* nos mostra que muito se discutia a respeito da regulamentação da prostituição. Na edição do dia 27 de janeiro de 1890, vemos que a Academia Nacional de Medicina irá se reunir para, em uma seção ordinária na presença do Sr. Ministro do Interior, discutir a regulamentação da prostituição. A edição do dia 30 de janeiro de 1890, afirma que haverá uma nova reunião para tratar deste mesmo assunto. No dia 25 de fevereiro de 1890, há uma notícia dizendo que o Sr. Dr. Gabiso, lente da faculdade de medicina, realizaria uma seção pública para discutir, novamente, sobre a prostituição. Já no dia 2 de março de 1890, afirma-se que o Dr. Gabiso realizará a mesma discussão em uma Escola Municipal de São José.

Para Margareth Rago<sup>28</sup> as autoridades e os médicos não se voltaram para as prostitutas preocupando-se em protegê-las ou em melhorar sua saúde e higiene. Isto pode ser percebido através do fato de não ter havido nenhuma melhora no meio e nem reformas legais para defender as prostitutas contra a violência da polícia, dos cafetões, dos donos de bordéis, etc. Sendo assim, para a autora, a preocupação com a prostituição e com as mulheres pobres deu-se muito mais pela vontade de normatizar o comportamento feminino e definir um código moral.

É importante esclarecer que no período em questão, as condições de sobrevivência para os segmentos sociais pobres estavam cada vez mais precárias. Segundo Engel<sup>29</sup>, a situação das mulheres agravava-se pela existência de preconceitos que restringiam as ocupações que poderiam ser desempenhadas por elas. Mesmo se considerarmos a absorção de

mão de obra feminina pelo setor fabril, a oferta continuava maior do que a demanda e era agravada pela presença de ex-escravos e imigrantes. Desta maneira, a autora<sup>30</sup> defende que a prostituição aparecia como uma alternativa para a sobrevivência da mulher pois, algumas vezes, oferecia a possibilidade de ganhos mais expressivos.

Através de toda a discussão aqui colocada, vemos que a construção de uma nova ordem justificou políticas autoritárias de controle social, fazendo com que houvesse o desenvolvimento de projetos que reprimiram fortemente os pobres e a prostituição. Sendo assim, podemos concluir que a repressão pode ter ocorrido por tal prática ter rompido com a imagem “ideal” de mulher, construída em torno do casamento e da maternidade. Parece-nos que as prostitutas acabaram rompendo com o comportamento feminino socialmente esperado. Além disso, podemos insinuar que à medida que a sexualidade no casamento é vista como sadia, empregos que possibilitam algum ganho, poderiam fazer com que a mulher tivesse uma condição mais independente, fazendo-nos, então, concluir que a prostituição passa a ser vista como uma resistência a ideia de mulher frágil e submissa.

---

<sup>1</sup> Graduanda em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Este texto é parte de trabalho de conclusão de curso atualmente desenvolvido sob orientação da Professora Doutora Ana Paula Barcelos na UERJ/FFP. E-mail: hellendsc20@gmail.com

<sup>2</sup> RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes dos (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995. P: 81 - 84

<sup>3</sup> Idem, p:83

<sup>4</sup> Idem, p:85

<sup>5</sup> BARCELOS, Ana Paula . Discurso jurídico e (des)qualificação moral e ideológica da pobreza urbana: Evaristo de Moraes (1871-1939). 1a. ed. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2011. v. 1. 222p

<sup>6</sup> BATISTA, Vera Malaguti . *O medo na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2003. P:21 - 23

<sup>7</sup> BARCELOS, Ana Paula. *Discurso jurídico e (Des)qualificação moral e ideológica das classes subalternas na passagem à modernidade: Evaristo de Moraes (1871-1939)*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói, 2007. P:148

<sup>8</sup> BELARDINELLI, Lilhana. *O Modelo de feminino e os discursos do judiciário*. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1385141399\\_ARQUIVO\\_LilhanaBelardinelli.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1385141399_ARQUIVO_LilhanaBelardinelli.pdf). Acesso em: 26/11/2013. P.1

<sup>9</sup> FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre . In: DEL PRIORE, Mary (Org). *História das Mulheres no Brasil*. 10.ed. São Paulo: Contexto,2013. P: 528

<sup>10</sup> SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (Org). *História das Mulheres no Brasil*. 10.ed. São Paulo: Contexto,2013. P:363

<sup>11</sup> D'INCAO. Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (Org). *História das Mulheres no Brasil*. 10.ed. São Paulo: Contexto,2013. P:235

<sup>12</sup> FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre . In: DEL PRIORE, Mary (Org). *História das Mulheres no Brasil*. 10.ed. São Paulo: Contexto,2013. P:529

<sup>13</sup> BATISTA, Nilo. *Matrizes Ibéricas do Sistema Penal Brasileiro*. 2 edição. Rio de Janeiro: Revan, 2002. P:216

<sup>14</sup> Idem, p: 218

<sup>15</sup> SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (Org). *História das Mulheres no Brasil*. 10.ed. São Paulo: Contexto,2013. P: 363

<sup>16</sup> Através da análise de “O Paiz” podemos perceber como o jornal apoiava o discurso jurídico, trazendo os novos valores da República, e defendendo a limpeza da cidade dos elementos que corrompem sua moralidade.

<sup>17</sup> CAULFIELD, Sueann. *O nascimento do Manguê: raça, nação e controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850 – 1942*. Tempo, Rio de Janeiro, n 9, p:44

<sup>18</sup> Idem, p:45

<sup>19</sup> Idem, p:48

<sup>20</sup> SANTOS Jr., Paulo Marreiro dos Santos. *Pobreza e prostituição na Belle Époque manauara: 1890 – 1917*. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2217/1698>. Acesso em: 26/12/2013. P:98

<sup>21</sup> Ibdí, p: 98

<sup>22</sup> ENGEL, Magali. *Meretrizes e Doutores: Saber Médico e Prostituição no Rio de Janeiro (1840 – 1890)*. São Paulo: Brasiliense, 2004. P: 54 - 55

<sup>23</sup> Idem, p: 55

<sup>24</sup> Idem, p:65

<sup>25</sup> Idem, p:66

<sup>26</sup> Idem, p:16

<sup>27</sup> Idem, p: 69

<sup>28</sup> RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes dos (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995. P: 90

<sup>29</sup> ENGEL, Magali. *Meretrizes e Doutores: Saber Médico e Prostituição no Rio de Janeiro (1840 – 1890)*. São Paulo: Brasiliense, 2004. P:24

<sup>30</sup> Idem, p:25



## **INSTRUIR PARA CIVILIZAR NO BRASIL IMPERIAL: O processo de escolarização da Província da Parahyba do Norte.**

JANYNE PAULA PEREIRA LEITE BARBOSA

janynepaula@hotmail.com

Graduanda - Universidade Federal da Paraíba

Orientadora: MAURICÉIA ANANIAS

mauriceia.ananias@gmail.com

### **Resumo**

Considerando a historiografia do período Imperial e as tentativas de reconstrução do processo de institucionalização da escola pública na Paraíba, observamos o estabelecimento das aulas públicas a partir da necessidade do governo provincial de instruir a população almejando o progresso e a civilização da Nação. Nossa proposta é compreender como os aspectos sociais, econômicos e políticos permearam o funcionamento da Instrução na Província da Parahyba do Norte entre os anos de 1822 e 1849.

Palavras-chave: aulas públicas; civilização; instrução.

### **Abstract**

Considering the historiography of the Imperial period and attempts to reconstruct the process of institutionalizing public school in Paraíba, observe the establishment of public lectures from the provincial government need to educate the population aiming progress and civilization of the nation. Our proposal is to understand how social, economic and political aspects permeated the functioning of Instruction Parahyba in the Northern Province between the years 1822 and 1849.

Keywords: public lectures; civilization; instruction.

As pesquisas acerca da instrução pública primária na Paraíba têm tido avanços importantes nos últimos anos. Produções relativas às temáticas que se inserem na História da Educação têm nos proporcionado perceber como se deu o processo de institucionalização da escola pública primária no período da pós-independência política do Brasil. Entendendo que os arranjos políticos e econômicos passavam por mudanças, na primeira metade do século XIX o

projeto de governo monárquico reservou prioridades que proporcionaram os primeiros passos para a formação de um processo dedicado a instauração da escola pública de primeiras letras. Nossa proposta é compreender como os aspectos sociais, econômicos e políticos permearam o funcionamento da Instrução na Província da Parahyba do Norte, hoje Paraíba, entre 1822 e 1849. A análise terá como mediação para a construção da narrativa, as leis e regulamentos sobre a instrução pública, os relatórios de presidentes de Província e a bibliografia sobre a temática.

Partimos do pressuposto, como recurso metodológico de análise, que as relações de poder existentes entre o governo central, provincial e local foram extremamente importantes para compreender a criação e manutenção das aulas/cadeiras/ escolas de primeiras letras na Província. Assim, a partir da promulgação da primeira lei geral direcionada para a instrução pública do ano de 1827 e em seguida das iniciativas constitucionais como a decretação do Ato adicional de 1834, iniciou-se a análise para a reconstrução do processo de escolarização, tendo a legislação e os relatórios de presidentes de província como fontes principais da pesquisa.

A legislação será compreendida como mediadora da construção de um arranjo institucional de acomodamento das elites brasileiras para instituir as diversas esferas do Estado Nacional, inclusive a instrucional (DOLHNIKOFF, 2005).

A independência obtida em 1822 acarretava o desafio de construir um Estado Nacional com novos objetivos e desafios. Com o auxílio dos relatórios dos presidentes da Província, de 1837 a 1849, tentamos entender como funcionava a administração da Parahyba do Norte. Dividido em tópicos, os relatórios mostram anualmente, através do olhar do presidente da Província, detalhes da sociedade. Observa-se pedidos de provimentos para desenvolver determinada ação, relatos das construções- vias públicas, pontes, cadeias etc-, das funções cumpridas pelos funcionários responsáveis pelas esferas públicas, agradecimentos por subsídios enviados, por mensagens recebidas, por homenagens realizadas e tantas outras informações que apareciam em divisões demarcadas por tópicos como: secretaria da presidência; administração pública; polícia; guarda nacional; instrução pública; administração da justiça; obras públicas; saúde e caridade pública, cadeias, assim como o discurso civilizador que ganhava espaço entre os órgãos responsáveis pela administração do incipiente estado em construção.

O pós independência e a necessidade de estruturação da sociedade observou que a educação era fonte basilar para “socializar” a população, além de trazer o progresso e modernização a nação. A instrução foi considerada um ramo fundamental nos primeiros anos do século XIX, visto que a administração pública sentiu necessidade de formar novas pessoas, dotadas de novas qualidades para serem partícipes deste processo de estruturação do Estado

Nacional. O ensino público foi uma grande problemática na província da Paraíba. Como afirma José Baptista de Mello, em 1823 foram dados os primeiros passos relacionados ao desenvolvimento da instrução nesta Província.

De 1822 a 1833, a responsabilidade sobre a instrução era do Governo central, no entanto, a lei de 1828 prescreveu que a fiscalização das aulas de primeiras letras seria atribuição das câmaras municipais<sup>1</sup>, sendo assim, passaram a ser responsabilidade dos governos locais. A reforma constitucional de 1834, através do Ato Adicional, conferiu, por interpretação, às províncias a responsabilidade em administrar a instrução primária e secundária criadas sob seu encargo<sup>2</sup>.

Considerando esse contexto, para a realidade da então Província, entre os anos 1822 a 1849, foi possível visualizar, inicialmente, como se deu o processo de institucionalização da escola pública de primeiras letras, entendido a partir da proposta de construção de um projeto civilizador defendido pela monarquia brasileira. A historiografia da história da Paraíba, do século XIX, junto com vários estudos realizados no decorrer dos anos, nos mostra que o estabelecimento de instituições escolares no Brasil se deu devido a necessidade que o governo via de instruir a população a fim de gerar progresso e civilização à nação. A criação de cadeiras de primeiras letras proporcionou a difusão de interesses políticos e a constituição de uma cultura política levando ao despertar da identidade brasileira. Segundo Ferronato (2008), a primeira intenção era a manutenção da ordem, através da inclusão de uma educação física, moral e intelectual. Ao ser outorgada a primeira Constituição do Império do Brasil em 1824, fez-se presente no artigo 179 que “A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”.<sup>3</sup>

Ao tratar do século XIX estamos diante de um período bastante dinâmico da política brasileira. As primeiras décadas deste século foram marcadas por novos desenhos institucionais que descentralizavam o governo central, levando às províncias a possibilidade de formação de governos autônomos, marcados pelo poder local, ao mesmo tempo com a intenção de que, a partir das localidades, fosse possível a construção de uma hegemonia política visando à unidade nacional de todo o território brasileiro.

O novo desenho institucional implementado a partir de 1831 criava governos provinciais autônomos e delineava as atribuições que caberiam, respectivamente, às províncias e ao centro, contemplando o anseio de autonomia de modo a não comprometer a unidade nacional. (DOLHNIKOFF, 2005, p.82)

A partir dos anos de 1834, com a decretação do Ato Adicional, o governo provincial, em especial com a promulgação das primeiras leis, passou a propor medidas políticas e administrativas visando a implementação da instrução pública primária, designando lugares para a instrução de primeiras letras, pessoas- nem sempre habilitadas- para o ensino, e algumas propostas de métodos a serem aplicados no novo processo de escolarização que passaria a entrar em vigor na Paraíba do Oitocentos.

Destacamos para este trabalho três fontes documentais: as leis e regulamentos para a instrução pública, os relatórios de presidente de província e a análise da bibliografia acerca desta temática.

Durante a análise da legislação referente a instrução pública do século XIX percebemos a importância desta documentação para entender como se deu, segundo as leis e regulamentos, o funcionamento das aulas de primeiras letras, visto que o conjunto documental traz dados referentes a forma escolar que as aulas tinham. A Lei nº 20 de 6 de maio de 1837 (PINHEIRO; CURY (orgs), 2004) faz referência aos exames públicos que os professores e professoras deveriam passar para exercer a atividades. Vale salientar que, neste momento, as aulas de primeiras letras eram divididas por sexo, para meninos e para meninas, em lugares separados e com professores e professoras do mesmo sexo dos alunos. Ou seja, as meninas tinham professoras e os meninos tinham professores. Visto que o processo de institucionalização da escola pública no Brasil se deu de forma lenta e gradual, na primeira metade do século XIX não haviam ambientes próprios destinados a instrução pública. Sendo assim, as aulas se davam em casas de particulares onde eram alugadas pelos mestres e mestras e as despesas com o aluguel assim como os ordenados dos professores eram financiados pelo governo.

Durante as pesquisas, realizamos um mapeamento na tentativa de tentar entender quem eram os sujeitos sociais envolvidos neste processo de escolarização. Através dos mapas das aulas, contidos nos relatórios de presidentes de província, e que eram exigência da administração da Província e do governo central para a fiscalização das aulas em funcionamento, conseguimos encontrar o nome dos professores e a quantidade de alunos que estavam matriculados nas aulas. Além do valor dos ordenados pagos aos mestres/professores, as cadeiras da capital da Província tinham um número maior de matriculados do que as cadeiras do interior. É necessário afirmar que, até o ano de 1849, não conseguimos encontrar referência dos nomes dos alunos.

No que se refere à parte administrativa, a lei prescrevia que o presidente da Província deveria disponibilizar a cada uma das escolas de primeiras letras dois livros, um para matrícula, contendo os nomes, idade, naturalidade, filiação, moradia, tempo de entrada, dia da saída e o

estado de instrução. A lei ainda apontava que essas aulas deveriam ser fiscalizadas pelo presidente de província ou pessoas de sua confiança. Quanto à admissão de professores e professoras, apontava que as aulas de primeiras letras seriam providas de exames públicos, ou seja, os mestres e mestras passariam por uma espécie de concurso<sup>4</sup> perante a avaliação do presidente de Província.

Da mesma forma, anunciava os horários das aulas; a exigência do professor confeccionar um mapa dos alunos que deveria ser entregue, anualmente, ao presidente, mostrando o andamento de cada aluno; os castigos morais e físicos que deveriam ser aplicados; prescrevia que os professores só deveriam admitir em suas aulas pessoas livres; que a fiscalização das aulas deveria ser feita por pessoas de confiança do presidente, no caso, indicando a criação do cargo de inspetores. O planejamento e organização das aulas eram apresentados como dever dos professores, sob a aprovação do presidente de província.

Um expressivo conjunto de leis prescrevia a fiscalização das escolas, principalmente das aulas públicas, seja o trabalho dos professores, seja o aproveitamento dos alunos, gerando importante documentação da instrução pública: relatórios dos visitantes, delegados literários e/ou inspetores de ensino; ofícios e correspondências diversas entre pais, professores e governo; mapas de frequência de alunos (VEIGA, 2008).

Para a caracterização do ambiente das aulas, a lei n° 20, de 6 de maio de 1837 (PINHEIRO; CURY (orgs), 2004) citava os horários em que deveriam ser ministradas as aulas: das oito às onze da manhã e das duas às cinco da tarde. Indicou a forma de organização das aulas, construindo um espaço instrucional próprio da transmissão de saberes. A disciplina nos pareceu, considerando os artigos que tratavam dessa questão, como algo importante. Incluindo nesse rol os castigos que deveriam ser aplicados: os físicos, porém controlando o uso das palmatórias em até 6 palmatoadas por dia, de acordo com o Art. 12°, que aparece da seguinte forma:

4°) Observar e fazer observar em suas aulas os presentes estatutos, administrando o infrator; caso porém não aproveite a primeira e segunda admoestação, poderão usar além de outros castigos morais adaptados, de palmatoadas, que não excederão as seis em cada dia; usando porém deste castigo com a necessária moderação, e em proporção a idade dos alunos. Em argumentos de atrasados, que o professor, ou professora deverá estabelecer uma vez em cada semana, ou em desafios de uns com outros se admitirá também entre eles as palmatoadas até o número de doze, cada dia. (PINHEIRO; CURY (orgs), 2004)

Através dessa lei analisada, podemos dizer que os quesitos apontados como as matérias indicadas aos alunos, os métodos e castigos aplicados e a fiscalização podem ser considerados indícios para ajudar a alcançar o nosso propósito de caracterizar esses incipientes espaços de

escolarização. Como manifestação de um ordenamento jurídico, a lei caracterizava-se como expressão de uma linguagem legal que servia de modelo, e prescrevia, as práticas sociais e educacionais.

Analisamos ainda os dois regulamentos de 1849, que nos mostrou que os ambientes escolares deveriam ser bem arejados, sadios e claros e não seriam admitidos alunos que não provassem já terem tido bexiga ou que não tenha sido vacinado. O primeiro, nesse momento, aqui citado, é o de 15 de Janeiro de 1849<sup>5</sup> que versava, dentre outros temas, sobre a fiscalização que deveria ser aplicada aos estabelecimentos de instrução, a exemplo da proposta de criação de cargos de comissários, indicados para informar ao governo todo e qualquer problema que acontecesse com ou em torno da instrução. Além disso, o regulamento, em seu Art. 7, citou as aulas de particulares, indicando que estas, assim como as aulas públicas, estariam sob a fiscalização do governo.

Art. 4º – Compete a estes Comissários:

Inspecionar a instrução em seu município, e conhecer do comportamento dos professores, dando, de tudo conta ao Diretor Geral, ficando a cargo dos mesmos atestar a residência dos professores para haverem seus ordenados, rubricado e atestado pelo Diretor Geral. PARAHYBA DO NORTE (Província). PINHEIRO; CURY (orgs), 2004, p. 20 ).

O outro regulamento, de 20 de Janeiro de 1849<sup>6</sup>, prescreveu o processo de construção da instrução no século XIX analisando os locais e mobílias, a disciplina, as férias, as recompensas, os castigos, a instrução moral e religiosa, os estudos e as divisões do ensino e a criação da Diretoria da Instrução Pública. O método de ensino também apareceu como indicação normativa. Nesse momento o método simultâneo era prescrito para todas as aulas da província da seguinte forma: “Art. 8º – Na porta de toda escola estarão inscritas as seguintes palavras: -Instrução primária pelo método simultâneo dirigido (aqui o nome do professor)”<sup>7</sup>. A legislação também indicava que o professor deveria possuir um livro de registros e nele deveria anotar os dados dos alunos, o estado em que o mesmo se encontrava na instrução e o resultado dos exames finais.

Quanto a admissão de alunos nas aulas, o regulamento citava que para ser matriculado o aluno devia ter no mínimo 6 anos de idade e era dever do professor organizar a quantia de discípulos matriculados de acordo com o espaço do ambiente selecionado para a aula. Além disso, em relação ao funcionamento das aulas, também era dever do professor selecionar alguns “decuriões” - entendidos nesse texto como alunos mais adiantados que ajudavam o professor,

ou seja, monitores, que pela lei, auxiliariam nos exercícios, a inspecionar as carteiras e mesas, bem como chamar atenção daqueles alunos que não tivessem bom comportamento. Os mesmos deveriam chegar meia hora antes das aulas para organizar o ambiente junto ao mestre.

Os estudos indicados para as aulas, através das matérias ministradas, iam desde cálculos até a instrução moral e religiosa, tendo restrições de algumas disciplinas que eram ministradas para os meninos e a inserção de algumas disciplinas para as meninas. Dessa forma, o ensino público primário de primeiras letras, de acordo com a lei, compreendia a instrução moral e religiosa; a leitura; a caligrafia; a aritmética até proporções; os elementos da gramática portuguesa; noções gerais de geometria prática sem demonstrações. Para as meninas, o acréscimo das prendas domésticas e a limitação da aritmética as operações iniciais.

Este regulamento anunciou a criação da Diretoria de Instrução Pública, meio utilizado pelo governo provincial para organizar e fiscalizar as aulas, tanto particulares como públicas, os alunos e os professores.

Art. 1º – Haverá na capital da Província um Diretor Geral da Instrução Pública, nomeados pelo Presidente da Província. Art. 2º – Compete ao Diretor Geral:

§ 1º Inspecionar todo e qualquer estabelecimento de instrução, assim como todas as aulas públicas provinciais, ou sejam seus professores providos pelo governo, ou seja particulares.

§ 2º Regular o ensino público nacional, designando, segundo seus diferentes ramos, as matérias e método, que se deve nele seguir, promover a composição de compêndios para o mesmo ensino, distribuir as diversas aulas, atendendo as localidades mais convenientes; organizar regulamentos escolares, e ocorrer finalmente com ilustrações, e mais providências necessárias, a bem da instrução, submetendo tudo previamente a aprovação do Presidente da Província.

§ 3º – Informar ao governo sobre a conduta dos empregados na instrução pública, e pedir medidas coercitivas contra aqueles, que se afastarem de seus deveres.

§ 4º – Enviar todos os anos à Assembléa Legislativa Provincial um relatório circunstanciado, por intermédio do governo, de todos os estabelecimentos de instrução e aulas da Província, acompanhando-o de observações tendentes ao melhoramento da mesma instrução”. (PARAHYBA DO NORTE (Província). PINHEIRO; CURY (orgs), 2004, p. 20 ).

Através dos relatórios de presidente de província conseguimos perceber como o discurso civilizador esteve presente nesses primeiros anos de formação do Estado Nacional. Em fala do presidente da província da Parahyba do Norte no ano de 1838 afirmou-se que:

Sendo inegável, Snrs, que da maior somma dos conhecimentos é que resulta o melhoramento, perfeição da moral, base fundamental de toda a civilização, e felicidade de hum Paiz; é também inegável que a instrução pública é justamente aquele ponto para o qual os Legisladores devem convergir todas as suas Vistas. . (PARAHYBA DO NORTE -Província. Falla com que..., 1838, 2013,p. 9).

As falas dos presidentes de Província enfatizavam a necessidade de cuidar da instrução pública para que “o espírito da mocidade” fosse construído, seguindo o modelo estabelecido

pelo governo central. No relatório do ano de 1839, o presidente da Província da Parahyba do Norte, João José de Moura Magalhães afirma que:

A educação pública, que tem por objeto formar o coração e o espírito da mocidade, inspirando-lhe hábitos, que lhe dão o gosto da virtude e ensinando-lhe a pratica dos seus deveres, deve merecer a seria atenção do Legislador. (PARAHYBA DO NORTE - Província. Falla com que..., 1839, 2013,p. 12).

A pesquisa nos proporcionou perceber que a instrução foi a responsável por formar o cidadão que construiria o Estado Nacional no pós independência. Seja para atuar como cidadão ou para trabalhar nas esferas públicas, foi o processo de escolarização que proporcionou os primeiros passos para esse “projeto” de educação nacional. A necessidade de instruir a população através da criação de aulas de primeiras letras pela Província se fizeram presentes em vários documentos, como foi apresentado no decorrer da narrativa . Além disso, é evidente notar que o discurso dos presidentes da Província também se referia ao estado da instrução pública, ou seja, era nas sessões que aconteciam na Assembléia legislativa que eram anunciados os problemas que o processo de escolarização passava, como a carência de professores formados, a falta de fiscalização, dentre outros.

Ninguém ignora, que a moralidade he huma base principal da Sociedade no systema representativo, onde homens são levados ao cumprimento dos seus deveres, antes pela convicção da utilidade, do que pelo temor das penas. Mas he hum perfeito desvanio esperar, que se chegue a este grau de moralidade sem proporcionar ao povo os meios de alcança-lo. O primeiro e indispensável meio he a instrucção pública, que a nossa constituição tem garantido, e em que todos de comum acordo nos esmeramos. (PARAHYBA DO NORTE -Província. Falla com que..., 1840, 2013,p. 15).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os estudos acerca da história da educação da Paraíba ainda estão em andamento. Este trabalho é fruto de dois anos de pesquisa através do programa de iniciação científica na Universidade Federal da Paraíba. Através desse estudo pudemos perceber como a ideia de instruir esteve ligada ao ideal de civilização que as elites dirigentes dos primeiros anos do período Imperial demonstraram na documentação: relatórios de presidente de província e a legislação.

A análise da legislação nos proporcionou fazer um mapeamento acerca das criações e funcionamento das aulas de primeiras letras, tentando formular caracterizações dessas aulas através da influência das elites dirigentes. Assim, podemos afirmar que os estudos de história da educação realizados através desta pesquisa são intenções de se reconstruir uma história da escola pública primária na Província da Parahyba do Norte nos anos de 1822 a 1849.



Mesmo considerando os limites da pesquisa ora apresentada, finalizamos acreditando na relevância da temática e na crença da contribuição do estudo para a configuração da história da escola pública no Brasil. Todas as evidências foram analisadas como constitutivas de conformação das aulas de primeiras letras existentes à época dos anos iniciais do século dezenove e que, hoje, demonstram o processo gradativo, e lento, de construção da escola pública brasileira.

## NOTAS

1. Cf. BRASIL. Lei de 1º de outubro de 1828. Dá nova fórmula às Câmaras Municipais, marca suas atribuições e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz, 1828.
2. Cf. BRASIL. Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834, 1981. Faz algumas alterações e adições a Constituição do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832, 1981.
3. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm). Acesso em 05 de maio de 2013.
4. Na legislação aparece o termo Concurso, como citado no texto.
5. PARAHYBA DO NORTE (Província). Regulamento, de 15 de janeiro de 1849. Coleção de documentos da Educação.....PINHEIRO, A.C.F; CURY, C.E (orgs), Brasília, DF, INEP/ SBHE, 2004).
6. PARAHYBA DO NORTE (Província). Regulamento, de 20 de janeiro de 1849. Coleção de documentos da Educação.....PINHEIRO, A.C.F; CURY, C.E (orgs), Brasília, DF, INEP/ SBHE, 2004).
7. PARAHYBA DO NORTE (Província). PINHEIRO; CURY (orgs), 2004, p 22.).

## REFERÊNCIAS

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; CURY, Cláudia Engler (orgs). *Histórias da educação da Paraíba*. Rememorar e comemorar. João Pessoa, Editora Universitária/ UFPB, 2012.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; FERRONATO, Cristiano de Jesus (orgs). *Temas sobre a instrução no Brasil Imperial*. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2008.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

FERRONATO, Cristiano. “Instrução e política na Parahyba do Norte durante o processo de construção da Nação brasileira (1823-1840)”. In *Temas sobre a instrução no Brasil Imperial (1822-1889)*. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro; Cristiano de Jesus Ferronato (orgs). João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2008.

VEIGA, Cyntia Greive. *Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial*. Revista Brasileira de Educação. V.13. N.39. Set/dez. 2008.

PARAHYBA DO NORTE (Provincia). Falla com que o Exm. Presidente da Província da Parahyba do Norte, o Doutor Joaquim Teixeira Peixoto d’Albuquerque installou a 1º Sessão da 2º Legislatura d’Assembleia Legislativa Provincial no dia 24 de Junho de 1838.

Pernambuco, Ti. De M. F. de Faria. 1839. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/about-project>. Acessado em 10 de junho de 2013.

PARAHYBA DO NORTE (Provincia). Falla com que o Exm. Presidente da Província da Parahyba do Norte, o Dr. João José de Moura Magalhaes, abriu a segunda sessão da 2º Legislatura da Assembléa Legislativa da mesma Província em o dia 16 de janeiro de 1839.

Pernambuco, Ti. De M. F. de Faria. 1839. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/about-project>. Acessado em 10 de junho de 2013.

PARAHYBA DO NORTE (Provincia). Falla com que o Exm. Presidente da Província da Parahyba do Norte, Francisco Xavier Monteiro da Franca, instalou a segunda sessão da terceira legislatura da Assembléa Provincial no dia 1º de outubro de 1840. Pernambuco, Typ. Imparcial de L. I.R. Roma, 1841. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/about-project>. Acessado em 10 de junho de 2013.

LEIS E REGULAMENTOS DA INSTRUÇÃO DA PARAÍBA NO PERÍODO IMPERIAL [recurso eletrônico]. PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; CURY, Cláudia Engler (Orgs.). *Coleção Documentos da Educação Brasileira* [recurso eletrônico]. Dados eletrônicos, Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

## História no Enem: entre disputas disciplinares

Jéssica de Oliveira Feliz\*

Luisa da Fonseca Tavares\*

### Resumo

Inserido no projeto intitulado *Abordagens discursivas de Juventude no tempo presente: questões metodológicas nas análises de texto curriculares*, financiado pelo CNPq, este trabalho reflete sobre as disputas entre diferentes disciplinas escolares em textos curriculares. Considerando o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como um contexto discursivo potente em meio aos conflitos em torno da seleção e organização curricular, tendo como base a Teoria Social do Discurso de Laclau e Mouffe, interessa-nos analisar no acervo de questões que configuram as *Provas de Ciências Humanas e suas Tecnologias* aplicadas entre 2003 e 2012 o lugar da História dentre as demais áreas disciplinares.

**Palavras-chaves:** Enem – currículo – História

### Abstract

Part of the project called *Abordagens discursivas de Juventude no tempo presente: questões metodológicas nas análises de texto curriculares*, financed by CNPq, this work reflects about the disputes between different school subjects at curriculum texts. Considering the Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) as a potent discursive context through the conflicts around the selection and curriculum organization, based on Theory social of discourse on Laclau and Mouffe, interested in analyzing the collection of question that constitute the *Provas de Ciências Humanas e suas Tecnologias* applied between 2003 e 2012 the place of History among other subject areas.

**Key words:** Enem – curriculum – History

### Introdução

Inserido no projeto maior intitulado *Abordagens discursivas de Juventude no tempo presente: questões metodológicas nas análises de texto curriculares*, financiado pelo CNPq, ocorrendo junto a uma parceria interinstitucional de pesquisa entre três universidades – UFRJ,

---

\* Graduandas em História pelo Instituto de História (IH) da UFRJ. Bolsistas de iniciação científica/CNPq. Orientação: Carmen Teresa Gabriel. Emails: [luisatavares@ufrj.br](mailto:luisatavares@ufrj.br) ; [jessica.de.oliveiraf@gmail.com](mailto:jessica.de.oliveiraf@gmail.com)

UERJ e UNIVILLE – o trabalho aqui realizado reflete sobre as disputas por espaço dos diferentes conhecimentos em textos curriculares. Tendo como base a Teoria Social do Discurso em Laclau & Mouffe – objeto de estudo do Grupo de Estudos de Currículo, Cultura e Ensino de História (GECCEH/UFRJ) na qual o projeto também se insere – reconhecemos a existência de mecanismos retóricos que acionam sentidos de conhecimento e influem nos processos de produção e distribuição do conhecimento juntamente com demandas do tempo presente. Mais especificamente, interessa-nos analisar no acervo de provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a produção e distribuição do conhecimento histórico em meio aos mecanismos e estratégias discursivas que vem sendo mobilizados por meio das políticas de currículo de História. Ou seja, explorar o lugar da História dentre as demais áreas disciplinares que configuram a *Prova de Ciências Humanas e suas Tecnologias* que compõem o Enem. Para isso, utilizamos a ferramenta virtual Corpógrafo<sup>1</sup> que auxilia qualitativa e quantitativamente para a organização e sistematização do material empírico. Atualmente o exame é utilizado pela maioria das universidades públicas brasileiras como única forma de ingresso aos cursos de graduação, ou seja, como forma de seleção unificada nos processos seletivos e também como certificado de conclusão da Educação Básica. Ao visualizar o Enem como um contexto discursivo e assim, campo de disputa de poder e política de currículo que se insere nos conflitos de organização curricular, o exame, então, também influi na escolha e legitimação dos conhecimentos a serem validados e ensinados na educação básica. Logo, conhecimentos necessários para a certificação e inserção no ensino superior.

Iniciamos a pesquisa analisando as provas de 2003 a 2012, mas após algumas leituras, passamos a olhar para este recorte temporal de modo diferente. Em 1998, primeiro exame que temos acesso pelo portal INEP<sup>2</sup>, o Enem é composto por 63 questões interdisciplinares, sem qualquer divisão entre Ciências da natureza e Ciências humanas. A partir de 2009, ano que esta avaliação torna-se obrigatória para o acesso as instituições públicas de ensino superior, o Exame Nacional do Ensino Médio passou por mudanças estruturais: os números de questões cresceram para 180, divididas igualmente em duas provas, sendo 45 para Ciências Humanas e 45 Ciências Exatas. Devido as transformações desta prova, tanto a sua estrutura, quanto o seu propósito, decidimos mudar o recorte temporal deste trabalho focalizando apenas nos anos 2009 a 2012.

---

<sup>1</sup> Será explicado no decorrer do texto.

<sup>2</sup> Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/> >.

Decidimos observar o lugar da História no Enem pensando existir demandas e desafios disciplinares no tempo presente, do mesmo modo que há a necessidade de refletir sobre o papel e espaço das disciplinas em diferentes momentos socio-históricos. A criação do estudo da História na educação básica está associada a uma educação política dos alunos, necessário para uma formação cidadã. Entretanto, não é de hoje a discussão entre os professores de História e nos cursos de formação de inicial com relação a disparidade da carga de conteúdo que a disciplina carrega e a quantidade de tempos de aula disponíveis na Educação Básica. A possível perda de tempos de aula das disciplinas da área de Humanas também é assunto de discussão em algumas escolas. No Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), onde oferecem Ensino Médio integrado ao técnico, uma das autoras desse trabalho, durante sua Prática de ensino em 2012, presenciou algumas reuniões entre os professores de Humanas – Sociologia, Filosofia, História e Geografia – na qual a pauta era saber se eles iriam lutar contra a redução dos tempos de aula para as disciplinas do curso técnico, ditas mais importantes para a formação dos estudantes. No Instituto são oferecidas duas disciplinas de História, uma geral e outra de Brasil, cada uma com dois tempos de aula. Porém, os alunos só passam a assistir as disciplinas no último ano do Ensino Médio. Até o final do ano letivo em 2012 não houve diminuição, mas os embates permaneciam.

### **Nossa visão sobre o Enem**

Utilizamos para a análise desse trabalho a Teoria do Discurso. Antes, é necessário esclarecer que o discurso não se restringi a fala e escrita, mas como explica Laclau (2005, p. 86 apud SANTOS, 2014)

(...) um conjunto de elementos nos quais as relações desempenham um papel constitutivo. Isso significa que estes elementos não preexistem ao complexo relacional, mas se constituem por meio dele. Assim ‘relação’ e ‘objetividade’ são sinônimas”.

Burity continua a esclarecer ao definir discurso como “unidade complexa de palavras e ações, de elementos explícitos e implícitos, de estratégias conscientes e inconscientes. É a parte inseparável da ontologia social dos objetos” (2008, p.42 apud SANTOS, 2014).

Nessa lógica, o discurso é visto como processo de significação, pela qual as definições estão presentes disputando espaço e legitimação de sentidos do mundo para, enfim, hegemonizá-los. Nesse jogo tem-se uma linguagem que não nega a materialidade do mundo, pois segundo Santos (2014), citando Laclau, “não existe nada que possa ser apreendido, como objeto de reflexão, fora do jogo da linguagem” é preciso “reconhecer que seu acesso não é

imediatamente e pressupõe necessariamente a mediação da linguagem que o institui no universo do pensável”.

Dentro desse campo conceitual o grupo do qual fazemos parte – GECCEH/NEC – compreende a importância da investigação da produção e distribuição do conhecimento escolar e seu estatuto de validade e legitimado em diferentes contextos de formação. Utilizo as palavras de Gabriel (2013) para demonstrar que a visão do grupo está no entendimento de que a “luta em torno da definição do ‘conhecimento a ser ensinado/aprendido’ mobilizado nos fazeres curriculares é uma questão política incontornável face às demandas que interpelam as escolas e as universidades públicas em nosso presente”.

Com base nessa teoria e se distanciando de concepções essencialistas trabalhamos com as definições de Macedo (2006 apud SANTOS, 2014) sobre currículo como “espaço de fronteira, produtor de sentidos e significações, por meio dos quais são negociadas identidades e diferenças”. Espaço fértil para disputa de sentidos.

Nessa perspectiva, o currículo escolar e em particular o currículo de história pode ser visto como um território de disputas por fixações de memórias e projetos em cada presente no qual ele é pensado, formulado. Como “lugar de memória”, o currículo fixa alguns conhecimentos em detrimento de outros, legitimando e validando assim, um conteúdo disciplinar para ser ensinado e avaliado na escola.

Segundo esta lógica,

(...) o ENEM é uma articulação discursiva hegemônica, mantida por uma extensa cadeia de equivalência e que, por isso é possível concebê-lo como uma política de escala. E na base deste(s) conflito (s) está o outro: a seleção do saber (ROCHA, 2013, p. 21).

Seguindo a linha de pensamento de Rocha, que trabalha com o entendimento do Enem como “vigorosa política curricular, porque legitima saberes” (2013:28), no caso dela, na fixação de sentidos sobre que Geografia é válida ensinar, nos interessa explorar, neste texto, qual a participação da disciplina História nos exames no período entre 2009 e 2012. Logo, é preciso reafirmar que na perspectiva desse trabalho, o Enem é uma formação discursiva “condicionadas pela luta hegemônica para a configuração curricular a ser difundida em todo país”<sup>3</sup>, ou seja, visto como política de currículo e assim, influencia na estrutura curricular. E, concordo com López e Lopes (2010, p. 90) na compreensão “das políticas de currículo como produção de sentidos e significados para as decisões curriculares em múltiplos contextos, de maneira a constituir um ciclo contínuo de produção de políticas” (apud BALL, 1994).

---

<sup>3</sup> Ibid: 32-33.

Uma reportagem da Folha de São Paulo do ano passado (2013) trazia em seu título *Enem já muda práticas curriculares de colégios em SP*<sup>4</sup> ao abordar as mudanças ocorridas nas salas de aulas após as notas da prova serem usadas para o Prouni. Com relatos de professores a matéria corrobora as necessárias mudanças, haja vista a visibilidade dada as notas das escolas divulgadas pelo Ministério da Educação, que passaram então, a ser método de avaliação pelos pais. As alterações acontecem, pois segundo López e Lopes (2010, p.103-104)

os exames vestibulares são vistos como norteadores de conteúdos utilizados para determinar a entrada nos níveis superiores e, dessa forma, controlar os currículos do nível médio (...) Pelos efeitos que produz nas políticas de currículo, os discursos associados a esse exame constituem um contexto de influência para outras ações curriculares e também para outros sistemas de avaliação.

Pelo Enem ser um certificador de final do ensino médio e ao mesmo tempo vestibular gera efeitos em todas as esferas do sistema educacional, no caso do ensino privado, por formular um *ranking* das melhores nos exames. Devido a dupla função torna-se “um exame de alta recompensa” e indica mudanças no currículo, sinaliza Travitzki (2013, p.156).

Lopes afirma que a prática das escolas se caracteriza por se guiar pelo o que é exigido nos exames e esclarece o real problema: “Se o sucesso da escola, dos professores e dos alunos tende a ser vinculado aos resultados nos exames, os exames se tornam um poderoso instrumento de constituição de uma base nacional. Esse é o problema dos exames - passam a pautar o currículo” (Lopes, 2014)<sup>5</sup>.

### **Entre disputas disciplinares: o caso da História**

As escolhas de estudo desse trabalho engendram-se pelas discussões de currículo e disciplina escolar, nesse caso a História, tendo o Enem como objeto de análise, pois acreditamos serem elementos que precisam ser constantemente colocados em debate de acordo com os contextos tendo em vista final, a qualidade da educação escolar. Bittencourt (2004, p. 101) situa essa questão:

Os currículos escolares têm sido objeto de muitas análises que situam seu significado político e social, e essa dimensão precisa ser entendida para determinarmos os direcionamentos da educação escolar e o papel que cada disciplina tende a desempenhar na configuração de um conhecimento próprio da sociedade contemporânea.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2013/10/1362470-enem-ja-muda-praticas-curriculares-de-colegios-de-sp.shtml>>. Acessado em: 13 mai. 2014.

<sup>5</sup> Reportagem da **Revista Educação**. *A influência das provas: na falta de especificação do que ensinar, os exames de larga escala se tornam referencial curricular para escolas e professores*. Disponível em: <<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/204/a-influencia-das-provas-309665-1.asp>>. Acessado em: 13 mai. 2014.

O estudo das disciplinas escolares foi um tema levantado por Gasparello (2007) quando dissertou sobre as produções e características das pesquisas em torno da *história do ensino* das disciplinas dentro do campo *história da educação*. De acordo com a historiadora (2007, p. 81) sobre essa área nova:

As pesquisas com esse enfoque têm procurado compreender o lugar da disciplina no currículo, suas inter-relações com as exigências e demandas sociais a que atendeu em diferentes momentos históricos, e seus diferentes atores na constituição desse conhecimento em seus aspectos cognitivos e simbólicos.

Desde a implementação da disciplina História no Colégio Pedro II no século XIX diversos embates sugeriram a respeito de conteúdo, finalidades, programas e planejamento curricular. Segundo Abud (2007), em 1931 a Reforma Francisco Campos instituiu a disciplina História da Civilização que compreendia a História Geral e a História do Brasil, apesar do documento Instruções Metodológicas afirmar a importância da disciplina na formação da social e política do aluno. Abud (2007, p. 111) explica o resultado dessa decisão:

A carga horária de duas aulas semanais e a extensão dos programas impediam que os programas de História do Brasil e da América se completassem durante o ano letivo. Dessa forma, o aluno terminava o curso ginásial sem ter estudado a História do Brasil [...]

A importância do estudo das disciplinas escolares para Bittencourt (2004) reside no fato da escola exercer papel na divisão de classes e na manutenção de privilégios de determinados setores da sociedade. Portanto, sua divisão e composição da escola incidem na função que tendem a desempenhar nas estruturas sociais. A autora (2004, p. 39) desenvolve:

A seleção de conteúdos escolares, por conseguinte, depende essencialmente de finalidades específicas e assim não decorre apenas dos objetivos das ciências de referência, mas de um complexo sistema de valores e de interesses próprios da escola e do papel por ela desempenhado na sociedade letrada e moderna.

Entender qual a posição da disciplina História dentro do Enem torna-se relevante dentro do cenário político curricular levando em consideração que em nosso quadro teórico este exame influenciou na estrutura e nas práticas curriculares, além de afirmar em um dos seus objetivos a reestruturação dos currículos do Ensino Médio<sup>6</sup>. As palavras de Gasparello (2007, p. 82) descrevem nosso movimento aqui.

O pesquisador da história das disciplinas escolares preocupa-se em compreender os processos relativos aos labirintos da cultura escolar, como as configurações curriculares em seu movimento complexo e contraditório de construção e reconstrução no atendimento às demandas sociais, culturais, políticas, pedagógicas, econômicas. Procura, desse modo, também estar atento às mudanças de caráter intelectual que interferem na percepção e elaboração de currículos e conteúdos escolares. Nesse percurso, pode construir seu objeto situando-o numa abordagem que problematiza as

---

<sup>6</sup> Disponível no site do INEP.



dimensões externas e internas do espaço escolar – os conteúdos, as práticas, as normas, as finalidades.

Para tal movimento investigativo, utilizamo-nos da ferramenta virtual Corpógrafo bastante usada pelos pesquisadores no campo da linguística. Ela possibilita a criação de uma base de dados que pode ser composta por diversos textos e em formatos diferentes. O que nos interessa no Corpógrafo é a área de *pesquisa* onde posso pesquisar por *expressões*, *concordâncias* dentro do meu acervo de provas. O Corpógrafo é uma ferramenta que contribui qualitativa e quantitativamente para a organização e sistematização do material empírico.

Depois de criar um *corpora*<sup>7</sup> com as provas de acordo com o recorte temporal, fizemos uma pesquisa pela *Concordância de frase* onde é possível investigar um termo ou expressão qualquer e obter sua frequência e local de aparência em seu material empírico. O Corpógrafo ainda mostra o trecho onde termo ou expressão estão localizados. Dessa forma é possível saber quantas vezes determinada palavra ocorre em cada prova e seu contexto. Por exemplo, ao pesquisar pela palavra “história”, soubemos que ela aparece 22 vezes distribuída pelas 4 provas, chamadas pelo Corpógrafo de *ficheiros*. Uma das frases que surge é a seguinte: “(A) a cultura dos povos é reduzida a exemplos esquemáticos que não encontram respaldo na história do Brasil ou da América.” dentro da prova de 2009 e é possível perceber ser uma alternativa de resposta.

### **Empiria: quantitativo que nem sempre é qualitativo**

No que tange a divisão disciplinar, foco da discussão deste trabalho, usamos como fonte novamente o portal do INEP, no qual encontramos discriminados os conteúdos do exame, mas não a quantidade específica de questões para cada matéria, desta forma, o conteúdo das provas do Enem é definido a partir de matrizes de referência em quatro áreas do conhecimento:

- Linguagens, códigos e suas tecnologias, que abrange o conteúdo de Língua Portuguesa (Gramática e Interpretação de Texto), Língua Estrangeira Moderna, Literatura, Artes, Educação Física e Tecnologias da Informação.
- Matemática e suas tecnologias.
- Ciências da Natureza e suas tecnologias, que abrange os conteúdos de Química, Física e Biologia.
- Ciências Humanas e suas tecnologias, que abrange os conteúdos de Geografia, História, Filosofia, Sociologia e conhecimentos gerais.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> Nome atribuído pelo Corpógrafo semelhante a uma pasta. A ferramenta é de origem portuguesa, por isso as variações.

<sup>8</sup> Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/> >.

Notamos que no geral as Ciências Humanas, neste caso englobando as Linguagens e Códigos, estão em desvantagem com relação a Exatas, levando em conta que cada um desses pontos da citação acima significam 45 questões divididas entre as áreas especificadas acima. Agora falando diretamente de História, é possível notar que ela divide com Sociologia, Geografia, Filosofia e conhecimentos gerais o mesmo espaço que a Química, Biologia e Física tem que compartilhar. Não estamos defendendo aqui um tamanho maior de questões para uma matéria especificamente, se fosse assim, cairíamos no mesmo erro. Desejamos apenas destacar de que modo o Enem, importante exame de avaliação, tem se estruturado com relação as disciplinas escolares perante as disputas e embates que o currículo e a disciplina História tem enfrentado ao longo do tempo.

Respeitando a característica interdisciplinar do Enem e usando o Corpógrafo, tomamos como base os Parâmetros Curriculares Nacionais de História para separar termos que caracterizassem conteúdos resignados para aplicação nas salas de aula correspondentes a cada ano do Ensino Médio. A fim de chegar a um número aproximados de questões da disciplina História nessas quatro provas, chegamos ao total de 12 termos: Feudalismo, expansão Européia, Iluminismo, Independência, Império, República, Imperialismo, Guerra, Ditadura, Movimentos Políticos, Vargas e Revolução. Colocamos os resultados na tabela abaixo:

TERMOS	ANOS				Frequência	Questões
	2009	2010	2011	2012	Total	Total
Feudalismo	0	0	0	0	0	0
Expansão européia	0	0	0	0	0	0
Iluminismo	0	0	0	0	0	0
Independência	3	0	0	2	5	5
Império	3	1	1	0	5	5
República	3	1	5	0	9	9
Imperialismo	1	0	0	1	2	2
Guerra	4	6	0	8	18	12
Ditadura	0	1	1	0	2	2
Movimentos políticos	0	0	1	0	1	1
Revolução	8	3	6	2	19	12
Vargas	5	0	0	1	6	6
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>	<b>12</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>67</b>	<b>54</b>

O exame em si é estruturado da seguinte maneira: texto ou imagem de apoio comando da questão e alternativas de A a E. Destacamos isto, pois é importante salientar que o número de frequência do termo não significa que são questões diferentes, ele pode estar contido em várias alternativas ou repetido na própria questão. Por isso, além da frequência, adicionamos o total das questões por ano na tabela.

Embora a História e outras tantas disciplinas escolares façam parte de nosso currículo há algum tempo, não podemos naturalizar sua organização. A existência das “matérias”, professores especializados obedecendo a determinada carga horária dentro de um tempo específico, foi constituído ao longo dos anos da história da educação e em muitas vezes com embates e disputas. Bittencourt (2004, p. 34) já afirmou que “a História e as demais disciplinas escolares fazem parte de um sistema educacional que, embora se redefina constantemente, mantém especificidades no processo de constituição de saberes”. Apesar disso, a autora confirma a existência de identificação de grupos e *status* dentro da escola entre os professores da área de Exatas e os da de Humanas.

A partir do quadro apresentado depreendemos que há uma queda de ocorrências dos termos entre os anos de 2009 e 2010, enquanto em seguida, sobe novamente e se mantém. Ao reparar nos termos que mais aparecem há a incidência maior de palavras relacionadas a conteúdos do século XIX em diante. Ou seja, as palavras que não tivemos resultado estão relacionadas as matérias do primeiro ano do Ensino Médio e primeiro bimestre do segundo ano, portanto a maior parte do conteúdo exigido pelo exame, desde a sua reestruturação, está relacionado aos dois últimos anos das séries finais da Educação Básica. Ao considerar que os termos foram retirados do PCN e levando em consideração os parâmetros da nossa pesquisa, observamos que o Enem não aborda todos os temas cobrados aos alunos e professores em sala de aula.

Concordando com a concepção de escola como espaço de produção de conhecimento, as disciplinas escolares devem ser também analisadas como parte integrante da cultura escolar, que sendo assim estabelecem relações com o exterior, ou seja, com a sociedade. O Enem, visto como política curricular e sendo esse exterior reconhecido pela comunidade docente e geral, tende a influenciar no que deve ou não ser ensinado a nossa juventude. Portanto, tanto o exame quanto a escola precisam ser sempre problematizados.

### **Referências bibliográficas:**

ABUD, K. M. A História nossa de cada dia: saber escolar e saber acadêmico na sala de aula. In: GASPARELLO, A. M.; MONTEIRO, A. M. F. C.; MAGALHÃES, M. de S.; (Org.). In: **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007. p. 107 – 117.

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

GABRIEL, C. T. Conhecimento científico e currículo: anotações sobre uma articulação impossível e necessária. **Revista Teias**, v. 14, n. 33, 2013, p. 44-57.

GASPARELLO, A. M. Encontro de saberes: as disciplinas escolares, o historiador da educação e o professor. In: \_\_\_\_\_.; MONTEIRO, A. M. F. C.; MAGALHÃES, M. de S.; (Org.). In: **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007. p. 73 – 89.

LOPES, A. C. & LÓPEZ, S. A performatividade nas políticas de currículo: o caso do ENEM. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.26, n.01, p.89-110, abr. 2010.

ROCHA, A. A. C. N. **Questionando o questionário: uma análise do currículo e sentidos de Geografia no ENEM**. 2013. 323f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SANTOS, P. E. P. **Extensão, conhecimento e democratização da Universidade Pública: conexões possíveis nos espaços – tempos do Currículo Acadêmico**. 2014. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

TRAVITZKI, Rodrigo. **ENEM: limites e possibilidades do Exame Nacional do Ensino Médio enquanto indicador de qualidade escolar**. 2013. 322f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. 2014.

## **ÁLCOOL: O USO DA BEBIDA ÁLCÓOLICA E A SUA RELAÇÃO COM A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM VITÓRIA (ES), NO ANO DE 2011**

Jéssica Oliveira Freitas<sup>1</sup>

Maria Beatriz Nader<sup>2</sup>

Resumo: O presente trabalho tem como fonte os boletins de ocorrência registrados no ano de 2011, na Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM), localizada em Vitória, Espírito Santo. O objetivo do estudo é analisar as ocorrências nas quais o álcool está associado à violência contra a mulher, formular hipóteses que contestem a visão de que o álcool em si é o causador da violência e estabelecer uma relação com os vestígios de um sistema patriarcal no século XXI.

Palavras-chave: Mulher. Violência. Álcool.

Abstract: The current work has as its source the police reports recorded in 2011 in the Police Station Specialized in Assisting Women (DEAM), in Vitória, Espírito Santo. The objective of the study is to analyze the occurrences in which alcohol is associated with violence against women, formulate hypotheses that question the point of view that alcohol itself is the cause of violence and establish a relationship with the vestiges of a patriarchal system in century XXI.

Keywords: Woman. Violence. Alcohol.

### **AS PRIMEIRAS DELEGACIAS ESPECIALIZADAS NO ATENDIMENTO A MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA.**

Durante o período da redemocratização brasileira, em meados da década de 1980, os movimentos feministas e de mulheres passaram a reivindicar maior representatividade política, seja por meios institucionais ou por outras formas de manifestações políticas. O Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), que funcionou durante o período de 1985 a 1989, anexo ao Ministério da Justiça, foi formado por militantes feministas que debateram algumas das principais pautas consensuais do movimento, tais como a criação de maior número de creches e até mesmo direitos reprodutivos, os quais representavam um tabu na sociedade brasileira daquela época, conforme afirma Pinto (2003).<sup>3</sup>

A CNDM também organizou uma campanha pela inserção dos Direitos da Mulher na Constituição de 1988, elaborando a “Carta das Mulheres”, de autoria coletiva. Tal documento abrangia tanto questões sociais amplas, como a Reforma Agrária, quanto dos Direitos da Mulher, como o direito à propriedade. A particularidade da carta está na organização dos movimentos feministas e de mulheres na luta contra a violência contra a mulher, que

---

<sup>1</sup> Graduanda em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). jeh\_\_dix@hotmail.com

<sup>2</sup> Professora do Programa de pós-graduação Mestrado em História Social das Relações Políticas - PPGHIS/UFES. Coordenadora do Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência da UFES. marxis@terra.com.br

constituía uma das principais pautas dos movimentos feministas da década de 1980. As autoras da carta solicitavam a mudança no conceito de estupro e de sua classificação penal e a criação de delegacias para atendimento às mulheres vítimas de violência, doméstica, de gênero ou não, em todos os municípios brasileiros.

Após várias solicitações, a primeira Delegacia de Mulher foi criada em 1985, na cidade de São Paulo e, entre as motivações para a criação de uma delegacia especializada no atendimento à mulher, está a pouca importância atribuída à violência de gênero, por parte dos policiais e delegados das delegacias comuns que, por diversas vezes, consideravam a violência sofrida pela vítima como estando relacionada a questões meramente familiares e não como um caso digno de denúncia. Bosseli (2005) relata que as vítimas sofriam humilhações e constrangimentos por parte dos policiais e acabavam se sentindo desencorajadas a levar a denúncia à diante.<sup>4</sup> Havia também um discurso de atribuição da culpa pela violência sofrida pela vítima. Muitas vezes elas eram interrogadas pelos policiais se não haviam merecido ou mesmo o que teriam feito para provocar provocado o autor da agressão. Tal questionamento reflete um desconhecimento das questões de gênero, um problema que ainda se faz presente nos policiais atuantes nas Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM), devido à falta de conhecimento sobre questões de gênero.

A primeira DEAM do Espírito Santo, localizada em sua capital, Vitória, foi criada no governo de Gerson Camata, por meio do decreto nº 2.170, em 24 de outubro de 1985, mesmo ano da criação da primeira DEAM do Brasil, na cidade de São Paulo. Atualmente, segundo o site da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, o Estado do Espírito Santo possui 10 Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher, localizadas nos municípios de Vitória, Serra, Cachoeiro de Itapemirim, Vila Velha, Aracruz, Cariacica, Colatina, Guarapari, São Mateus e Linhares. Também há o Plantão Especializado da Mulher (PEM), situado no bairro Ilha de Santa Maria, em Vitória, que atende 24 horas nos finais de semana e feriado. Nas cidades de Aracruz, Guarapari e São Mateus, a DEAM funciona no mesmo endereço da Delegacia de Polícia Judiciária do município.

## **AS RELAÇÕES ENTRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E O CONSUMO DE ÁLCOOL**

Segundo Suely de Souza de Almeida (1998),<sup>5</sup> a violência de gênero é construída no interior de relações de poder entre homens e mulheres, nas quais aqueles que possuem menos poderes, predominantemente, as mulheres e as crianças, são inseridos em uma relação de exploração-dominação, em que não há consentimento por parte dos dominados. Desse modo, a violência de gênero ocorre dentro de um quadro de desigualdades, composto por questões de classe, de raça/etnia, de geração e de gênero. Assim, a fim de perceber como se constroem essas diferenças sociais nosso estudo busca elaborar um perfil sócio-demográfico da vítima e do autor.

Quanto às relações entre o álcool e a violência de gênero, vê-se que, segundo Camargo (2012),<sup>6</sup> o beber é uma forma de estabelecer relações sociais, que encontra um espaço social para o entorpecimento: o botequim. O bar é um local predominantemente masculino, pois não é comum que a mulher alcoolista frequente os bares, exceto no início de seu vício. A mulher alcoolista é ciente do modo como a sociedade em geral vê a mulher embriagada, ou seja, como uma mulher que não cumpre seu papel social de esposa e mãe, preferindo, portanto a beber em casa, afirma GITLOW (1991).<sup>7</sup> Apesar das mudanças sociais contemporâneas, as mulheres ainda recebem menos estímulo para começar a beber e mais pressão para parar, observa EDWARDS (2005).<sup>8</sup>

De acordo com James Milam (1986),<sup>9</sup> nem todos os bebedores podem se tornar alcoólatras, pois o álcool é uma droga seletivamente viciante, da qual a maior parte das pessoas pode consumir, sem que se tornem dependentes químicos. A dependência é explicada não por fatores emocionais ou psicológicos, mas pela dependência das células, que passam a necessitar do álcool para funcionar adequadamente. O alcoólatra não bebe socialmente, como pode afirmar, mas pelo efeito da droga, assevera GITLOW (1991). A capacidade de tolerar grandes quantidades de álcool pode desenvolver-se em semanas ou anos, dependendo do bebedor. A maioria, porém, sente logo uma mudança em sua tolerância, quando se vê capaz de beber mais do que seus amigos e mostrar menos sinais de embriaguez.

Ainda segundo James Milam (1986),<sup>10</sup> o alcoólatra intermediário enfrenta um período de instabilidade emocional, pois quando em abstinência de álcool, tem crises de ansiedade

---

que cessam apenas quando consegue beber novamente. Além disso, Milam observa que um olhar diferente ou um questionamento qualquer de outrem podem ser considerados como motivos para “explosões emocionais” por parte do alcoólatra. Contudo, é preciso frisar que tais “explosões” a que o autor se refere podem ocorrer sob a forma de violência física, psicológica ou sexual, contra a companheira, filhos e demais parentes e que, interpretar essa agressão como fruto de uma perturbação emocional motivada unicamente pelo álcool, oculta a dominação exercida pelo alcoólatra sobre aqueles que ele agride.

O discurso de que o álcool é o responsável pela violência de gênero não é atual e tem se encontrado em constante renovação histórica. Exemplo disso é o fato de que no Brasil de início do século XX, o argumento do “ciúme alcoólico” era vigente: tal argumento afirmava que o autor cometera o ato violento em um momento de perturbação mental provocada pelo álcool e que seu objetivo era defender sua honra. O discurso médico dominante, por vezes, contribuía para que o autor alcoólatra fosse inocentado ou tivesse sua pena reduzida, ao afirmar que sofria de “loucura alcoólica” (MATOS, 2001).<sup>11</sup> A mulher era considerada culpada pelo alcoolismo do marido, pois o esposo procurava a rua por que supostamente não encontrava em casa um ambiente aconchegante no qual pudesse descansar após um dia cansativo de trabalho. Quando a mulher era alcoolista, a violência também se justificava, pois a bebida afastava a esposa de suas funções domésticas, que eram basicamente não ter preparado o jantar para o marido que chegava do trabalho. Isso era visto como uma motivação para a “ira” do marido e a violência que se seguia. Portanto, o discurso médico e o discurso jurídico de defesa da honra, somavam-se para elaborar justificativas para o exercício do poder masculino sobre os corpos femininos (MATOS, 2001).

Quanto ao exercício do poder masculino, Nader (2012) considera que a ideologia patriarcal, nascida no meio das elites e assimilada pelas demais camadas sociais, formula a base das relações familiares desde o Brasil Colonial.<sup>12</sup> A ideologia afirma que o macho é biologicamente superior à fêmea e que por essa razão, o homem possui o direito de controlar o corpo da mulher, que caso não se submeta às normas de conduta, deve ser punida com violência. A partir disso, percebe-se que, mesmo no século XXI, em um contexto posterior as mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais do século XX, que vieram a modificar as relações entre homens e mulheres e a enfraquecer o poder patriarcal, o discurso que constrói

---



uma imagem positiva do agressor é atual: tenta-se disfarçar a imagem negativa que a violência contra a mulher traz para o agressor, criando uma imagem positiva de que, apesar disso, o agressor é provedor, trabalhador e um bom pai, afirma ALMEIDA (1998).<sup>13</sup>

A companheira de um alcoolista convive com problemas emocionais e práticos. Os problemas emocionais mais comuns são a ansiedade, o medo, a culpa e o desgosto e a vítima pode acreditar que o alcoolismo do marido é sua culpa, pois a mesma teria sido uma má esposa, que falhou sexualmente ou em outra área. Além disso, há um conflito psicológico/emocional, pois a vítima se sente confusa quanto aos seus sentimentos pelo companheiro alcoolista: casou-se por amá-lo, mas por vezes, sente vontade de matá-lo, observa EDWARDS (2005).<sup>14</sup> Ou seja, reconhece o homem por quem se apaixonou quando sóbrio, mas o desconhece quando alcoolizado. Portanto, é comum que a companheira tenha uma sensação de perda e de carência emocional, por crer que o homem por quem se apaixonou não existe mais, fazendo com que sintam sua autoestima ser diminuída. Para Saffioti (2004),<sup>15</sup> o fato de as mulheres serem responsabilizadas pela educação dos filhos, induz a uma crença de que elas podem ser capazes de modificar o comportamento violento do agressor, quando, na verdade, a mudança parte do desejo de cada um.

## **RESULTADOS DA PESQUISA**

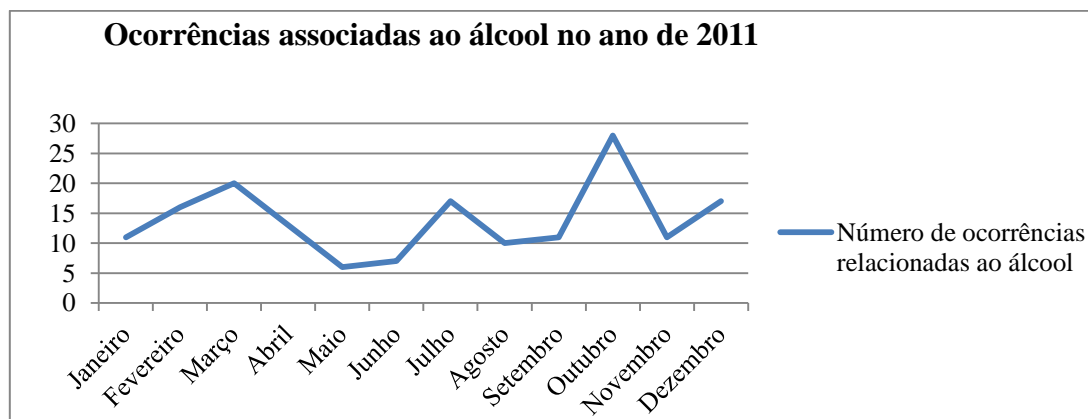
A equipe do Laboratório de Gênero, Poder e Violência, da Universidade Federal do Espírito Santo (LEG-UFES) vêm apurando oito anos (2002-2010) de informações contidas nos boletins de ocorrência registrados na DEAM- Vitória, localizada no bairro de Santa Luiza. Inicialmente, o ano de 2011 fazia parte da construção do Mapeamento da Violência Contra a Mulher na cidade de Vitória, projeto que visa a divulgar as principais motivações da violência contra a mulher na cidade de Vitória e construir o perfil sócio-demográfico da vítima e do autor. Todavia, não foi possível obter acesso à totalidade dos boletins registrados no ano de 2011 na DEAM- Vitória, de modo que o ano de 2011 foi excluído do Mapeamento, mas foram apurados mais de 700 boletins que estão arquivados na DEAM.

Desses, realizamos a leitura dos 564 boletins a que tivemos acesso e encontramos 167 casos que podem ser associados ao consumo de álcool. Tal associação foi estabelecida por meio da leitura dos relatos das vítimas e das motivações apontadas nos registros dos boletins

---

de ocorrência. A partir de 167 casos, prosseguimos com a análise dos dados específicos e a construção do perfil sócio-demográfico da vítima e do autor. A seguir, elaboramos um gráfico que mostra o número de ocorrências associadas ao álcool, por mês, durante o ano de 2011:

Gráfico 1- Ocorrências associadas ao álcool de acordo os meses do ano 2011



Fonte: Boletins de Ocorrência – DEAM- Vitória, 2011.

Por meio da análise dos dados, é possível perceber que os meses de outubro (28), março (20), julho (17) e dezembro (17) são os meses em que mais se registraram ocorrências associadas ao álcool. Tal número pode não refletir a realidade, visto que, apuramos apenas uma parte dos boletins do ano de 2011. Entretanto, mostra a importância da pesquisa, uma vez que equivale aproximadamente 50% da totalidade estudada.

Em seguida, analisamos as “possíveis motivações e circunstâncias do crime” dos boletins registrados na DEAM- Vitória. Nos registros do ano de 2011, percebeu-se que o álcool é apontado como a motivação direta da ocorrência em 35% dos casos e que o consumo concomitante de álcool e drogas representa 12% das circunstâncias. Porém, ao realizar a leitura dos relatos das vítimas, concluiu-se que o consumo de álcool associado à violência se faz presente em um número maior de ocorrências. A frase “o autor bebe muito e fica agressivo” pode ser encontrada em diversos relatos das vítimas, cuja motivação da ocorrência é considerada como uma briga de família (23%) ou caso de ciúmes (11%). É alto o número de ocorrências cujas motivações aparecem em branco (18%) e que associação entre o álcool e a violência, foi feita unicamente pela leitura do relato da vítima.

Nos boletins registrados na DEAM- Vitória no ano de 2011 há uma seção denominada “natureza da ocorrência” e por meio da qual podemos perceber quais são os principais tipos de agressões que podem estar relacionados com o consumo de álcool. A lesão corporal (36%) é a mais citada nas ocorrências, o que representa o fato de a violência física ser a principal forma de violência denunciada pelas vítimas que procuraram a Delegacia da Mulher de Vitória no ano de 2011. A violência psicológica, sob a forma de ameaça, se faz presente em

35% das denúncias. É importante destacar que, em alguns casos, as ameaças são direcionadas não apenas à vítima, mas aos (as) filhos (as), pais, irmãos (ãs), amigos (as) e colegas de trabalho. A ameaça associada à lesão corporal reflete 15% das ocorrências registradas na DEAM- Vitória. A ameaça seguida de injúria e a ameaça relacionada à perturbação representam cada uma, 7% dos registros. Porcentagens menores estão associadas a casos de dano e tentativa de homicídio, além de outros vinte e um tipos de combinações encontradas nos boletins de ocorrência (ex: ameaça-lesão corporal- dano). Além das porcentagens já citadas para os casos de ameaça e lesão corporal, é curioso destacar que a palavra “ameaça” é citada em outros 46 casos, assim como a palavra “lesão corporal”, que se faz presente em outras 27 ocorrências, devido às diferentes combinações.

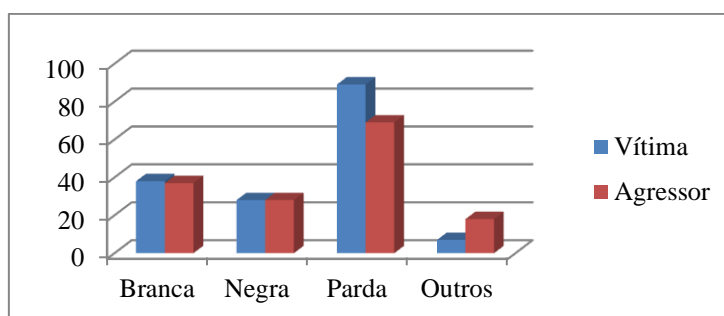
Após a análise dos dados específicos das ocorrências relacionadas ao álcool, demos continuidade à pesquisa e buscamos construir o perfil sócio-demográfico da vítima e do autor. Percebemos que, na área do boletim que versa sobre os dados do autor, encontra-se seu nome e apelido, não contendo a seção “sexo” ou “gênero”. Na maioria dos casos, é possível identificar o gênero com o qual o autor se identifica e em caso de dúvida, pode-se recorrer à leitura do relato da vítima. A partir disso, vemos que, em 98% das ocorrências, o agressor é um homem. Segundo Saffioti (1999),<sup>16</sup> a violência de gênero pode ser cometida por um homem contra o outro, assim como de uma mulher contra a outra, porém, a violência instituída por um homem contra uma mulher ainda é a mais comum, devido à dominação masculina. Para Welzer-Lang (*apud* Saffiotti, 1991, p.84),<sup>17</sup> a violência doméstica exercida por mulheres agressoras é masculina, sendo exercida pela mulher por concessão do “chefe da família”. É pouco expressivo o número de autoras (2%) registradas como agressoras, todavia, encontraram-se registros de irmãs, sobrinhas e sogras. Nos boletins analisados, não foram identificados autores que sejam conhecidos, amigos, colegas de trabalho ou vizinhos da vítima, mas sabe-se que a violência costuma ser praticada por todo o tipo de pessoas ligadas à vítima.

Quanto ao estado civil, 62% das vítimas se declaram solteiras, assim como 55% de seus autores. Ou seja, a maioria das vítimas e dos agressores permanece solteira, mesmo quando se relacionam há muitos anos e habitam a mesma residência. O companheiro é o maior responsável pelas agressões, representando 32% do total de autores. Em seguida, está o

ex-companheiro, com 27 %, e o atual marido, com 19%. Os parentes, tais como os pais, os filhos, os irmãos, os tios, os padrastos e os genros também são citados como autores.

A cerca da raça da vítima e do autor, concluiu-se que 55% das vítimas, 45% dos autores são pardos, 23,5% das vítimas são brancas e 17% são negras. Quanto aos autores, 24% são brancos e 18% são negros, o que mostra que não há muita disparidade entre as raças de autores e vítimas. Chama a atenção que as mulheres que se autodeclararam pardas, e não as negras representam o maior número de vítimas. Tal fato pode ser associado ao critério de declaração de raça, que é pessoal.

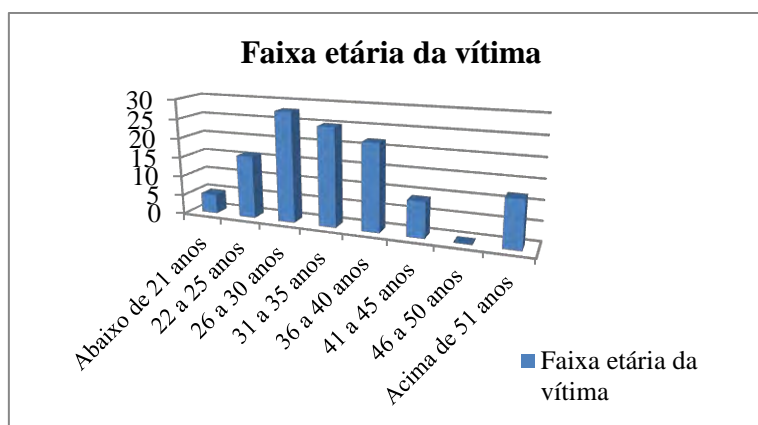
Gráfico 2- Raça da vítima e do agressor



Fonte: Boletins de Ocorrência – DEAM- Vitória, 2011.

Sobre a faixa etária, nota-se que 60 % das vítimas se encontram no intervalo entre 26 e 40 anos. A faixa etária de 26 a 30 anos é responsável pelo maior número de vítimas, em um total de 22,5%. É baixo o número de vítimas abaixo de 21 anos (4%), enquanto o número de vítimas acima de 51 anos (9,6 %) é expressivo.

Gráfico 3- Faixa etária da vítima

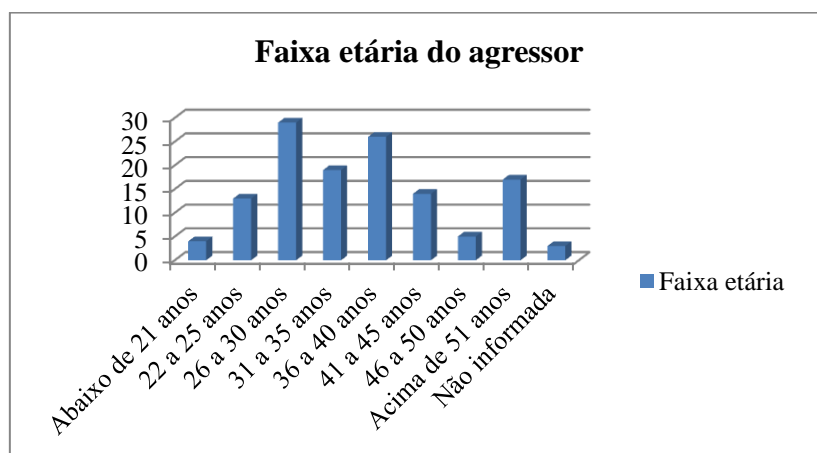


Fonte: Boletins de Ocorrência – DEAM- Vitória, 2011.

Sobre a faixa etária dos autores, vemos que 42,3 % dos agressores se encontram na faixa de 26 a 40 anos. Assim como as vítimas, há poucos autores com menos de 21 anos (4).

É curioso destacar que 13 % dos autores se encontram na faixa acima de 51 anos. É baixo o número de autores cuja idade é desconhecida (3).

Gráfico 4- Faixa etária do agressor



Fonte: Boletins de Ocorrência – DEAM- Vitória, 2011.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que a criação da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher foi uma conquista dos movimentos feministas e de mulheres da década de 1980, mas é preciso intensificar as políticas de combate à violência contra a mulher, por meio da criação de mais DEAMs, da especialização dos profissionais que atuam com mulheres vítimas de violência, da ampliação do horário de funcionamento e da melhora das condições de atendimento nas delegacias já existentes, da criação de campanhas voltadas para o público em geral, entre outros.

Sobre a relação entre álcool e violência, reforçamos a hipótese de que os discursos que afirmam que o consumo de álcool é o culpado pela violência, são responsáveis por ocultar que a noção de que o homem possui a posse pelo corpo da mulher, que caso não se comporte como ele o espera, deve ser punida com violência, é de fato, uma das principais motivações para a violência contra a mulher, o que constitui um traço patriarcal, presente na sociedade brasileira do século XXI.

## Notas

(3) PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p.75.

(4) BOSELLI, Giane. *Delegacia de Defesa das Mulheres: permanências e desafios*. São Paulo: CFEMEA, 2005, p.1.

- (5) ALMEIDA, Suely Souza de. *Femicídio: algemas (in) visíveis do público-privado*. Rio de Janeiro: REVINTER, 1998, p.18.
- (6) CAMARGO, Daisy de. *Alegrias engarrafadas: os álcoois e a embriaguez na cidade de São Paulo no final do século XIX e começo do XX*. São Paulo: UNESP, 2012, p.131.
- (7) GITLOW, Stanley E.; PEYSER, Herbert S. *Alcoolismo: um guia prático de tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991, p.231.
- (8) EDWARDS, Griffith, COOK; Christopher C. H. *O tratamento do alcoolismo: um guia para profissionais da saúde*. Porto Alegre: Artmed, 2005, p.154.
- (9) MILAM, James R; KETCHAM, Katherine. *Alcoolismo: os mitos e a realidade*. São Paulo: Nobel, 1986, p.22.
- (10) MILAM, James R; KETCHAM, Katherine. *Alcoolismo: os mitos e a realidade*. São Paulo: Nobel, 1986, p.106.
- (11) MATOS, Maria Izilda Santos de. *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001, p.71.
- (12) NADER, Maria Beatriz; LAGE, Lana. Da legitimação à condenação social. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, pp.286-312.
- (13) ALMEIDA, Suely Souza de. *Femicídio: algemas (in) visíveis do público-privado*. Rio de Janeiro: REVINTER, 1998, p.81.
- (14) EDWARDS, Griffith, COOK; Christopher C. H. *O tratamento do alcoolismo: um guia para profissionais da saúde*. Porto Alegre: Artmed, 2005, p.76.
- (15) SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- (16) SAFFIOTI, Heleieth. “Já se mete a colher em briga de marido e mulher”. *Perspectiva*. São Paulo: vol.13. nº4, oct/dez, p.83,1999.
- (17) WELZER-LANG, D. *Les hommes violents*. Paris: Lierre & Coudrier Editeur, 1991, p.23.

## **Histórias sobrenaturais: narrativas que assustam e ensinam**

Jéssica Raiane de Araújo<sup>1</sup>

**Resumo:** O trabalho objetiva discutir a prática de se contar histórias sobrenaturais e a influência que estas narrativas possuem na vida das pessoas, e assim, pensar sua importância para o imaginário social. A partir de relatos de Maria de Araújo, 65 anos, moradora de Caicó/RN e das suas narrativas de fatos sobrenaturais, pretendemos refletir sobre a contribuição que esse tipo de narrativa exerce na formação de identidades e espaços e no cotidiano das pessoas que vivenciam tais práticas. Como base teórica, utilizamos principalmente a obra de Michel Volvelle.

**Palavras - chave:** História oral; Sobrenatural; Imaginário

**Abstract:** This assignment has how main goal discuss the practice of telling supernatural stories and its influence on people's lives, and thus, thinking its importance to the social imaginary. Based on reports of Maria de Araújo, 65 years old, resident in Caicó/RN, and narratives of supernatural events told by her. We intend to reflect on the contribution that this type of narrative is in identity formation and spaces and the daily lives of people who experience such practices. As a theoretical basis, we mainly use the literary work of Michael Volvelle.

**Key - words:** Telling story; supernatural; imaginary

Ao lado da literatura, do pensamento letrado, correm as águas paralelas, solitárias e poderosas da memória e da imaginação popular. (CASCUDO, 2006: p.05)

Além da base teórica utilizada para fundamentar as discussões que pretendemos empreender neste trabalho, pesquisas em campo (entrevistas feitas com idosos, onde estes nos contaram histórias de caráter sobrenatural<sup>2</sup>, ou “histórias de terror” e as influências que estas tiveram sobre suas vidas) foram decisivas e fundamentais para a construção deste texto. Neste artigo, buscamos enfatizar o sentido de histórias que são reproduzidos durante

gerações, como relatos sobre aparições de almas e/ou assombrações, pensando as finalidades destas e também pensando as práticas resultantes do contato com essas histórias.

Decidimos recorrer, primeiramente, aos relatos de um dos entrevistados, para entender, particularmente, de que maneira e em que sentido narrativas sobrenaturais podem influenciar a vida de uma pessoa. Como mudanças em ações do cotidiano, ou inclusive, no despertar de novas práticas, como o próprio hábito de se contar histórias<sup>3</sup>, por exemplo. Os acontecimentos que aqui abordaremos foram vividos pela senhora Maria de Araújo, durante a década de 1960 e 1980, no Sítio Santa Cruz, município de Caicó, Rio Grande do Norte. Esses acontecimentos são narrados até hoje pela mesma senhora.

Analisaremos as formas que estes acontecimentos alteraram seus costumes e como as histórias sobre eles, contadas desde aquela época, se refletem até hoje em sua vida e na vida de seus familiares. Se pretendemos pensar essas narrativas como influenciadoras de vidas e de formação de imaginários sociais, tratemos primeiramente de tentar entender este conceito. O convocamos, com base em Esther Díaz, onde ela define imaginário social como “o efeito de uma complexa teia de relações entre discursos e práticas sociais”<sup>4</sup>, e ainda que é o produtor de “valores, apreciações, gostos, ideais e comportamentos das pessoas que compõem uma cultura”.

Partindo desta definição, pensamos a partir de nossas pesquisas, as histórias sobrenaturais como importantes componentes dessa “complexa teia”. E inteiramente inclusas na afirmação da autora, onde o imaginário social produz características de pessoas de determinado lugar e cultura. Neste sentido, temos essas narrativas também como possíveis grandes contribuições para a formação de imaginários sociais, como também, influenciadoras de práticas cotidianas, presentes em cada sociedade.

Essas narrativas são, muitas vezes, atribuídas às histórias de fundações e formações de cidades. Histórias sobrenaturais, também, podem dar justificativas às construções de espaços (praças, por exemplo) no sentido de que a partir de uma história muito conhecida na cidade, ou em determinada região, um monumento é construído e leva o nome da história ou de algum personagem. Assim, também, caracterizam diversas ações e costumes de pessoas que estão sujeitas a tais histórias, as pessoas que habitam as regiões onde elas são contadas e/ou vividas.

A afirmação de Todorov<sup>5</sup> em *As Estruturas Narrativas* é essencial para se pensar essas questões. O autor aponta que essas narrativas orais, são mais do que o relato de um fato, onde aparecem personagens misteriosos, seres que habitam lugares comuns como os rios e as matas, elas são narrativas de vida. Exemplificando as histórias que justificam fundações e



formações de espaços, existem as Lendas e Mitos atribuídos à formação de cidades<sup>6</sup>. Mas não vamos nos adentrar a elas, pois nosso foco são os relatos sobre aparições de almas.

Apesar de muitas dessas histórias terem outras simbologias, como aparição de Santos, por exemplo, o poder que essas possuem sobre a sociedade é inquestionável, principalmente no sentido religioso. A partir disso, analisaremos as histórias contadas por Maria de Araújo (D. Mariquinha)<sup>7</sup>, e as influências que estas têm sobre seus familiares e outras pessoas que já as escutaram. Também propomos pensar o sentido dessas histórias e as práticas resultantes do contato com as mesmas. Práticas essas que são muito comuns até hoje na família de D. Mariquinha.

D. Mariquinha, nasceu em 1949, em um pequeno sítio localizado no município de Caicó, chamado Santa Cruz, no estado do Rio Grande do Norte. Sua família era muito humilde, como no geral eram as pessoas que moravam na região próxima ao sítio, trabalhavam muito. Casou-se aos 14 anos e teve o primeiro filho aos 16. A partir de certo período da sua vida, década de 1960, passou a ter alguns sonhos que segundo ela, eram avisos.

Seguidos destes sonhos vieram aparições, geralmente de almas. Estas aparições sempre aconteceram no sítio, dentro ou fora da casa. Dentre essas aparições vistas por D. Mariquinha destacamos um episódio, que segundo ela, foi o que mais marcou sua vida. Percebemos que a partir desse acontecimento, as práticas cotidianas de D. Mariquinha foram alteradas, como também o cotidiano e práticas de seus filhos e netos, após ouvirem as histórias anos depois.

Ela conta que passou a ouvir barulhos na área da sua casa todas as noites, como se alguém a estivesse varrendo. Os barulhos seguiram por muitos dias, o interessante é que os filhos dela também ouviam e evidentemente, ficavam todos muito assustados. Um pouco antes de esses barulhos começarem a acontecer, a sogra de D. Mariquinha havia falecido. Entre as duas existiam alguns conflitos familiares, fato que deixou D. Mariquinha atenta, pois segundo ela, começou a imaginar que os barulhos poderiam ser de sua falecida sogra.

Em uma noite, após os barulhos na área, D. Mariquinha teve um sonho: a falecida, vestida de preto, com unhas enormes, gritava muito, dizendo que quem estava varrendo a área de sua casa era ela. A aparição do sonho estava muito irritada, e exigia que D. Mariquinha não brigasse mais com o marido, já que as brigas entre o casal eram constantes. Além disso, solicitava rezas, e afirmava que se seus pedidos não fossem atendidos ela esperaria D. Mariquinha, no lugar em que, segundo a aparição do sonho, era seu lugar de estadia.

Este lugar era o caminho entre a antiga casa da falecida e a de D. Mariquinha, que

estavam na mesma região. No dia seguinte após a noite do sonho, D. Mariquinha falou para sua mãe e as duas, juntas, rezaram um terço em casa. Rezaram um terço ao começo da tarde daquele dia e à noite ninguém mais ouviu os barulhos na área. Nunca mais ouviram. Durante a entrevista, D. Mariquinha enfatizou várias vezes que a reza foi feita para que a alma da falecida descansasse, pois quando uma alma aparece assim, significa que não está em paz.

A primeira influência desse acontecimento sobre a vida de D. Mariquinha, foi a busca por paz dentro de sua casa. Ela passou a evitar brigas com seu marido e filhos. Outra, e talvez a mais significativa, foi no que diz respeito ao lugar que a falecida aludiu no sonho. D. Mariquinha afirma nunca mais ter passado próximo àquele lugar e diz que seus netos e filhos também não se arriscaram, fazendo o mesmo que ela, após terem ouvido essa história.

Além desses aspectos, D. Mariquinha passou a praticar rezas quase todas as noites e sempre, principalmente, em intenção da alma de sua falecida sogra. A partir deste evento também passou a rezar em intenção das almas de outros entes queridos já falecidos. Ela relata que as rezas infelizmente não aconteciam frequentemente, mas que sempre quando a imagem da sogra e a lembrança do sonho vinham à sua mente ela rezava, para que a alma da falecida descansasse.

A questão dessa prática de rezas a partir de determinada história é muito relevante nestas análises que objetivamos fazer. Em *O Nascimento do Purgatório*, Jacques Le Goff<sup>8</sup> afirma que os cristãos adquiriram muito cedo o hábito de rezar por seus mortos. Contudo, percebemos, nas histórias contadas nas entrevistas, que a prática de rezas se intensificava após as aparições. Também percebemos isso nas pessoas que ouviam tais histórias. Segundo Le Goff:

Em relação à Antiguidade esta atitude era uma novidade. Segundo uma fórmula feliz de Salomon Reinach “os pagãos pediam aos mortos, enquanto os cristãos pedem pelos mortos”. É claro que, com os fenómenos de crenças e mentalidades não aparecem subitamente, a intervenção dos vivos a favor dos seus mortos que sofrem no além encontra-se em certos meios pagãos, sobretudo ao nível popular.<sup>9</sup>

A essa prática de orações aos mortos dá-se o nome de “sufrágio”. Le Goff ainda afirma que as orações são ajudas dos vivos para os mortos, em um sentido muito parecido com o que D. Mariquinha destaca, onde a partir dessas orações os mortos finalmente teriam sua ascensão ao céu, ou seja, descansariam em paz. É interessante perceber que apesar de essa prática ser muito antiga, ela acaba não sendo rotineira hoje em dia. Portanto,

observamos seu “renascer”, também, a partir de uma história de aparição de alma. Vamos perceber que o sufrágio é uma prática comum nas histórias contadas por D. Mariquinha.

O último relato que decidimos enfatizar é sobre um acontecimento da década de 1980, quando D. Mariquinha tinha cerca de 40 anos. Segundo ela, durante uma noite enquanto toda sua família dormia e apenas ela ainda estava acordada, ouviu um barulho na cozinha, após o barulho sentiu um vento frio sobre seu corpo. Olhou para o corredor que ligava o quarto à cozinha, para ver se conseguia ver alguma coisa, mas a única coisa que tinha lá era uma fralda jogada no chão, provavelmente de um de seus filhos pequenos.

Ela tentou dormir, mas após um momento sentiu o vento frio outra vez e se inclinou para olhar novamente o corredor. Foi quando a fralda que estava no chão transformou-se em um animal pequeno, parecido com um cachorro, de cor branca. O animal tinha orelhas grandes, desproporcionais ao seu tamanho. D. Mariquinha conta que não conseguiu se mexer, ficou parada observando a transformação, quando lhe veio à mente uma tia falecida meses antes.

A relação entre D. Mariquinha e sua tia era muito boa. A tia havia lhe prometido um vestido, mas antes de cumprir a promessa adoeceu e faleceu. No mesmo instante, o pequeno animal parecido com um cachorro, transmutado a partir da fralda, começou a se transformar em uma mulher. Esta estava agachada e era muito parecida com a tia que havia falecido, que era deficiente, não andava, locomovia se arrastando. E desta mesma forma a aparição foi descrita por D. Mariquinha: arrastando-se em sua direção.

Enquanto testemunhava aquela aparição, uma mulher vestida com uma roupa branca e acompanhada de uma luz branca à sua volta, D. Mariquinha tentou gritar, mas não conseguiu. Bateu no ombro de seu marido e o acordou, fazendo assim com que a aparição desaparecesse. Os detalhes a partir daí são previsíveis, ela não conseguiu dormir bem àquela noite, ficou muito assustada e rezou muito. Pensava a todo momento que aquela era sua falecida tia, que apareceu porque queria dela o perdão pela promessa que não pôde ser cumprida.

O principal aspecto que destacamos ao ouvir essa história, ao conversar com os netos e filhos de D. Mariquinha, é que ficou para a família, a partir deste acontecimento, o sentimento de perdão e além de tudo, de cuidado com a memória da pessoa falecida. Eles destacaram que a alma da falecida não deveria estar em paz, pois ainda tinha uma pendência (a promessa do vestido). Este acontecimento e a história sobre ele depois, resultou em práticas de rezas entre os componentes da família, principalmente quando alguém chega a óbito. Percebemos uma vez mais a prática do sufrágio, que como citamos anteriormente, é algo comum nas histórias.

Durante as entrevistas, percebemos o quão marcantes estas narrativas foram para os

filhos e netos de D. Mariquinha. O medo e a curiosidade são constantes na expressão de cada um, mas quando eles comentam algo sobre alguma das histórias, percebemos também que eles aprendem muito com elas. Como na primeira história, nenhum dos netos se habilitam a andar próximo à árvore às margens do rio, pois acreditam que, apesar de a história tratar sobre um acontecimento muito anterior a eles, provavelmente algo sobrenatural ainda exista lá. Sobre aparições de almas, Michel Vovelle em *As Almas do Purgatório*, faz uma análise muito interessante:

Os mortos estão diante da nossa porta, nos rodeiam, vivendo a vida deles, se podemos dizer, durante toda a seqüência que separa a morte física da sua libertação definitiva, ritmada pelas etapas de sua decomposição, e ainda além [...] fica no entanto evidente que os mortos têm negócios a resolver, tanto com seus próximos como com a comunidade da qual são parte integrante. [...] Embora sejam encontrados frequentemente nas encruzilhadas dos caminhos, sozinhos ou em grupo, eles também podem aparecer dentro das casas. E esse encontro é temido, pois de um folclore para o outro, mesmo que haja exemplos de defuntos indulgentes, há muito mais casos de **mortos reivindicativos**, que solicitam as ajudas e prestações – ou as orações dos vivos – para que possam finalmente “soltar-se” dos laços que os detêm.<sup>10</sup>

O termo “mortos reivindicativos” é de extrema importância para entendermos a natureza das histórias contadas por D. Mariquinha. Segundo seus relatos, as almas apareciam com a intenção de pedir algo, ou seja, estavam reivindicando alguma coisa que, para elas, era de extrema importância, necessário (rezas, perdão). Pensamos essa questão como algo que dá sentido à história contada, o por quê daquele acontecimento que gerou a história.

As histórias sobrenaturais contadas por D. Mariquinha são experiências únicas. No sítio onde a mesma nasceu e ainda mora, contar histórias é uma prática muito antiga e que permanece até os dias de hoje. Muitas dessas histórias têm as mesmas características: aparições de almas, barulhos estranhos durante a noite, vozes. Apesar de, possivelmente, as histórias da região continuarem a ser contadas e essas características serem comuns em tantas outras histórias, não podemos desconsiderar as particularidades que cada uma possui, suas intenções e sentidos. As histórias de D. Mariquinha são elos entre passado e presente da família.

Nas descrições de D. Mariquinha, sobre sua geração na época em que destacamos, percebemos que, o imaginário social era composto principalmente por histórias sobre acontecimentos sobrenaturais. As práticas geradas por essas narrativas acabavam destacando vários elementos que caracterizavam as pessoas: muito humildes, que apesar do sofrimento rezavam muito, tinham muitas crenças. Certamente haviam semelhanças

entre o povo, podemos pensar que ele era unido por muitos fatores, mas também por histórias.

As histórias sobrenaturais, pensamos, e as práticas que essas desencadearam, foram elos muito significativos entre aquelas pessoas. Hoje ainda percebemos práticas e/ou características de pessoas que cresceram ouvindo histórias sobre aparições de almas e que provavelmente, estão ainda relacionadas a essas narrativas. Destacamos os hábitos e sentimentos diários, como práticas religiosas, medo e até mesmo, o próprio costume de se contar histórias ao fim da tarde, em uma roda de conversa, algo muito comum até hoje.

Neste sentido, podemos pensar estas como formadoras de identidades, quando imaginamos que a partir de uma narrativa em comum, pessoas de determinada região alteram seus costumes ou aderem a outros, muitas vezes o surgimento de benzedeiros é um exemplo disso. Outro exemplo também são as histórias de Mártires, estas refletem bastante na construção de identidades em determinado lugar, cidade, estado ou até mesmo, país. Geralmente resultam de acontecimentos tristes, que por suas magnitudes acabam se tornando sobrenaturais.

Partindo dos exemplos de práticas geradas a partir de histórias sobrenaturais, podemos pensar que estas histórias, geralmente, estão muito ligadas aos mortos. Michel Volvelle analisando questões relacionadas ao culto aos mortos na Europa do século XVII, encontra resquícios de ações que são geradas a partir da morte:

[...] do antigo culto aos mortos, da forma como ainda o encontram na curva dos caminhos, ou mais precisamente no cemitério, onde certo prelado [...] queixa-se, nos últimos anos do século XVII, de encontrar sinais de oblações de pão e vinho em cima das tumbas [...]<sup>11</sup>

Por que alguém deixaria pão e vinho sobre um túmulo? Consideramos que é uma prática que se assemelha às rezas de D. Mariquinha, a idéia de que o morto descanse, fique em paz. Michel Volvelle nomeia essas práticas de “superstições denunciadas”. Estas práticas, superstições ou não, dão corpo ao que depois vem a se tornar uma história sobrenatural, ou como muitos dizem “histórias de terror”. Sobre esse exemplo que citamos para complementar a discussão, as histórias de Mártires, percebemos o quanto estas influenciam o meio onde são contadas e, inclusive, os lugares e pessoas até onde chegam através do contar<sup>12</sup>.

A análise das histórias contadas por D. Mariquinha, pode de longe ser considerada algo muito óbvio. Como se histórias sobre aparições de almas, sobrenaturais, tivessem sempre a mesma característica: a aparição pedindo rezas, pessoas fazendo-as por medo, todos muito assustados. Esta é uma idéia errada, existe mais por trás de cada história. A

família de D. Mariquinha considera essas narrativas como algo que une o passado ao presente, como citamos acima. Interessante é que cada história caracteriza um momento da família.

O acontecimento da história sobre a promessa do vestido, por exemplo, foi de quando os filhos de D. Mariquinha eram pequenos e a família passava por muitas dificuldades. Quando a história é novamente contada entre a família, independentemente da ocasião, são lembrados também momentos que a família viveu na época do acontecimento da história. Assim, quando são contadas hoje, também desencadeiam outros assuntos. Essas histórias são componentes imaginários únicos dessa família, mas que acabam afetando outras pessoas quando escutam.

Se fizermos um esforço para tentar lembrar alguma história contada por nossos avós, por exemplo, nos recordaremos, com certeza, de alguma história sobrenatural que, ao menos naquele instante enquanto era contada, nos fez sentir alguma coisa. Geralmente medo e ansiedade pelo fim, mas qualquer que seja a sensação, com certeza, aquela determinada narrativa nos tocou. Não precisa ser necessariamente uma história que dê medo, sobrenatural/terror, narrativas populares despertam sentimentos interessantes, inexplicáveis.

Narrativas orais dizem mais do que podemos ouvir, são fontes que abordam diversos aspectos de determinado objeto em estudo. No seu trabalho intitulado “O que faz a história oral diferente”, Alessandro Portelli afirma que:

[...] as fontes orais dão-nos informações sobre o povo iletrado ou grupos sociais cuja história escrita é ou falha ou distorcida. Outro aspecto diz respeito ao conteúdo: a vida diária e cultura material destas pessoas e grupos. Entretanto, não há referências específicas a fontes orais.<sup>13</sup>

Portanto, pensar essas narrativas implica pensar também as relações familiares, histórias que são contadas de geração em geração, criando pontes mágicas e surreais entre pessoas que, muitas vezes, nunca se encontraram, mas que possuem características em comum através dessas histórias. Consideremos as histórias que existem por trás desses relatos, as relações que começam desde a primeira frase do contador, até as tantas vezes que outras pessoas ouvirão a mesma história através das narrativas de outra pessoa, quando agirem de determinada maneira porque foram influenciadas por essa história que lhes marcou muito...

Este é um esboço de uma pesquisa que está em andamento. A posteriori, a idéia é coletar essas narrativas/histórias que enriquecem o imaginário social e que possuem uma capacidade de influência na cultura, em práticas e hábitos cotidianos.

---

<sup>1</sup> Licencianda em História pelo Centro de Ensino Superior do Seridó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID – CAPES -, coordenado pelos professores Doutores Antônio Elíbio Júnior e Jailma Maria de Lima

<sup>2</sup> Que ultrapassa as forças da natureza; fora das leis naturais: poder sobrenatural.

<sup>3</sup> BARBOSA, Joaquim Onésimo Ferreira. *Narrativas orais: performance e memória*. Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (Dissertação de Mestrado) UFAM, 2011.

<sup>4</sup> DÍAZ, E. “¿Qué es el imaginario social?”, en *La ciencia y el imaginario social*, Bs. As. Biblos, 1997.

<sup>5</sup> TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 20-21

<sup>6</sup> Um exemplo próximo ao nosso recorte espacial, dessas histórias que, muitas vezes, justificam fundações e formações de cidades, é o mito de fundação da cidade de Caicó: a Lenda do Vaqueiro.

<sup>7</sup> Acontecimentos narrados por D. Mariquinha durante diversas conversas que tivemos durante algumas visitas ao sítio Santa Cruz. Após as conversas, selecionamos junto à esta senhora algumas histórias para a gravação da entrevista. A entrevista foi realizada no dia 12 de Novembro de 2013 e ainda estamos em processo de entrevistas com D. Mariquinha, para conhecermos outras novas histórias.

<sup>8</sup> LE GOFF, Jacques. *O Nascimento do Purgatório*. São Paulo: Estampa, 1995. p. 64 – 65

<sup>9</sup> LE GOFF, Jacques. *O Nascimento do Purgatório*. São Paulo: Estampa, 1995. p. 416

<sup>10</sup> VOLVELLE, Michel - 1933. *As almas do purgatório, ou, O trabalho de luto*. Tradução Aline Meyer e Roberto Cattani. – São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 31.

<sup>11</sup> VOLVELLE, Michel - 1933. *As almas do purgatório, ou, O trabalho de luto*. Tradução Aline Meyer e Roberto Cattani. – São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 129

<sup>12</sup> Na cidade de Patos/PB, conta-se a história de uma menina que foi morta por sua madrasta, em um lugar distante se onde elas moravam e que hoje é a cidade. Neste lugar, onde a menina foi morta, foi construído depois um monumento lindo (a Cruz da menina), em homenagem a ela, que passou a ser considerada uma Mártir. Devotos de várias partes do país visitam hoje a Cruz da Menina todos os anos.

<sup>13</sup> PORTELLI, Alessandro. “O que faz a história oral diferente”. *Proj. História*. São Paulo, 1997.

## **A modernização do ensino da Marinha na Amazônia no alvorecer republicano**

**Joana D'arc Moreira da Silva<sup>1</sup>**

**Pablo Nunes Pereira<sup>2</sup>**

**William Gaia Farias<sup>3</sup>**

**Resumo:** O presente artigo busca compreender o lugar da Amazônia nos contextos de transformação e modernização das principais instituições de instrução administradas pela Marinha do Brasil no final do século XIX e início do XX, tendo como foco principal a reforma das Escolas de Aprendizes Marinheiros, bem como a criação das Escolas do Pará e Amazonas, visando também observar a modernização da Escola de Marinha Mercante do Pará e as mudanças na formação de praças e mercantes na região em comparação à política desenvolvida para o resto do país.

**Palavras-Chave:** Instrução Militar, Modernização de Pessoal, Marinha do Brasil.

### **Introdução**

O presente trabalho refere-se a um dos resultados do projeto de pesquisa intitulado “Registros de Bordo: relações sociais, impressões, controle e vigilância na Amazônia pelos navios da Marinha de Guerra no alvorecer republicano (1889-1910)”.

Como trabalho em construção, serão tratados aqui os principais apontamentos e a documentação analisada até então, bem como um breve debate historiográfico que permite relacionar ao tema mais amplo.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal do Pará.

<sup>2</sup> Graduando em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal do Pará. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/UFPA.

<sup>3</sup> Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Pós-Doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor da Faculdade de História – FAHIS e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia – PPHIST – da Universidade Federal do Pará.



## Historiografia

Dois trabalhos serão ressaltados no sentido do diálogo. Em primeiro lugar, Capanema P. de Almeida (2010)<sup>4</sup> resalta a questão da preponderância da modernização do material flutuante sobre o pessoal no processo de discussões do tema na Marinha e no governo. Para a autora, o simbolismo da aquisição dos grandes navios encouraçados nos moldes do *HMS Dreadnought* foram priorizados pelo menos até 1910 (quando houve a Revolta da Chibata) em grande parte devido a uma necessidade simbólica de afirmação do Brasil como potência e, mais que isso, de um lugar internacional da recém-criada República.

Já Acevedo Marin<sup>5</sup> resalta como a modernização da Marinha Mercante, especialmente através do *Lloyd Brasileiro* e da *Amazon River Steam Navigation Company*, levaram em grande medida modernização para cidades da região Amazônica.

Nesse sentido, discutir o lugar da Amazônia nos processos de modernização de material e pessoal da Marinha no período é verificar de que forma a região se inseriu no pensamento estratégico da Armada, uma vez que a modernização é um dos âmbitos mais importantes nas questões de Segurança Nacional, já que representavam a renovação da força naval para eventuais necessidades.

## Documentação

De um modo geral, são utilizados dois tipos de fontes nesse trabalho específico: a legislação própria e os relatórios do Ministério da Marinha no período em questão<sup>6</sup>.

Os relatórios são uma fonte profícua e ampla que permitem trabalhar diversas perspectivas de análise.

De um modo geral, eles são assinados e entregues pelo Ministro da Marinha ao Presidente da República e aos membros do Congresso Nacional, tendo como propósito

---

<sup>4</sup> CAPANEMA P. DE ALMEIDA, Silva. A modernização do material e do pessoal da Marinha nas vésperas da revolta dos marujos de 1910: modelos e contradições. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Estudos Históricos, volume 23, nº 45.

<sup>5</sup> ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. "Civilização do rio, civilização da estrada: transportes na ocupação da Amazônia no século XIX e XX". In: *Paper do NAEA*. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, maio de 2004.

<sup>6</sup> Disponíveis em <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>. Acessado em 30/09/14.

apresentar um panorama geral da Marinha do Brasil no ano anterior à sua entrega, ou seja, o relatório ministerial de 1907 foi entregue em 1908.

Os relatórios se pretendem fontes dinâmicas na medida em que versam sobre os acontecimentos na Marinha ao longo de todo o ano e mesmo do princípio do ano seguinte, entretanto, devemos observar que tais fontes foram escritas em um dado momento, ou seja, quando, por exemplo, apresentam um quadro com o efetivo da Marinha em que constam oficiais licenciados, o levantamento provavelmente foi feito no período em que isso ocorreu.

Com relação ao ensino militar, a Marinha possuía diversos centros, dos quais destacamos:

- a) Escola Naval: existente até os dias atuais, era e ainda é o principal centro de formação de oficiais de carreira. À época, observamos que a referida instituição formada oficiais do Corpo da Armada<sup>7</sup> e do Corpo de Maquinistas Navais<sup>8</sup>;
- b) Escolas de Aprendizes-Marinheiros: ainda existem, embora com a estrutura diferente. Formavam os Marinheiros 2ª classe para o Corpo de Marinheiros Nacionais;
- c) Escolas de Marinha Mercante: à época, existiam dois geridos pela Marinha, a Escola de Maquinistas e Pilotos do Pará (que se tornou Escola de Marinha Mercante do Pará) e a Escola de Maquinistas e Pilotos do Rio de Janeiro.

Havia outros centros, mas não destacaremos porque passaram por processos de formação e adaptação à época, lembrando também que buscamos compreender o lugar da Amazônia no processo de modernização ocorrido.

Os relatórios possuem seções específicas para tratar de cada grupo de escolas, contendo em muitos momentos o efetivo de alunos ao fim do ano e informações detalhadas sobre as várias Escolas de Aprendizes-Marinheiros.

## **Modernização no ensino**

---

<sup>7</sup> Corpo combatente responsável pelo comando e direção de atividades ligadas diretamente ao poder naval.

<sup>8</sup> Corpo responsável pela gestão da maquinaria dos navios e de órgãos como os Arsenais.

Embora analisemos o processo que vai desde a implantação da República até o fim da primeira década do século XX, o ano central para nossa análise é 1907.

No referido ano, foram realizadas, sob gestão do Vice-Almirante Alexandrino Faria de Alencar, reformas administrativas<sup>9</sup> com o discurso de tornar mais eficiente a força naval.

Com relação ao ensino, duas mudanças foram de vital importância. Em primeiro lugar, foi modificada a estrutura das Escolas de Aprendizes-Marinheiros: anteriormente, existiam diversas escolas pelo país, sendo que cada uma era responsável por formar marinheiros ao Corpo de Marinheiros Nacionais ao fim de um curso. Com a reforma, foram criadas novas escolas (dentre elas foi criada a Escola do Amazonas e recriada a Escola do Pará) e distribuídas em dois grupos, as Escolas Primárias (onde o aluno cursaria 1 ano) e as Escolas-Modelo (onde os alunos de uma determinada circunscrição cursariam 2 anos). Passaram a dividir-se da seguinte forma<sup>10</sup>:

- a. Circunscrição do extremo norte: Escola-Modelo do Rio Grande do Norte e Escolas Primárias de Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas;
- b. Circunscrição do norte: Escola-Modelo da Bahia e Escolas Primárias de Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba;
- c. Circunscrição do centro: Escola-Modelo da Capital Federal e Escolas Primárias de Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo;
- d. Circunscrição do sul: Escola-Modelo do Rio Grande do Sul e Escolas Primárias de Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso.

Convém observar que as escolas de Rio Grande do Norte, Piauí, Pará, Amazonas, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná e São Paulo.

O principal discurso envolvido era reduzir o contingente da maioria das escolas (que chegava a 300 alunos) para reduzir os custos e, assim, tornar mais eficiente a formação dos praças. Nesse sentido, as Escolas-Modelo teriam contingente de 400 alunos e as Primárias, de 100.

---

<sup>9</sup> Ministério da Marinha. Relatório Ministerial da Marinha. 1907. Reformas na Administração. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2142/000026.html>. Acessado em 30/09/14.

<sup>10</sup> Ministério da Marinha. Relatório Ministerial da Marinha. 1907. Escolas de Aprendizes-Marinheiros. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2142/000049.html>. Acessado em 30/09/14.

Em segundo lugar, é importante observar a reorganização a Escola de Maquinistas e Pilotos do Pará em Escola de Marinha Mercante do Pará<sup>11</sup>. É importante observar que esse era o único centro de instrução de Marinha Mercante fluvial do Brasil e também que foi o único a receber modificações no período. A escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro, por exemplo, quase desapareceu e pouco era citada nos relatórios<sup>12</sup>.

O principal foco de mudanças foi o currículo do curso. Trataremos brevemente, à seguir, de algumas informações importantes sobre essa escola.

Pelos decretos 101 e 102 de 1892, foi criada a Escola de Maquinistas e Pilotos do Pará. À época, o único curso de formação de maquinistas e pilotos de Marinha Mercante funcionava sob a administração da Escola Naval e ocorria no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

Segundo o Art. 3º do decreto nº 101 de 13 de outubro de 1892<sup>13</sup>, o curso de máquinas teria duração de 3 anos, e a grade de disciplinas era organizada da seguinte forma:

<b>Curso de Máquinas</b>	<b>1º Ano</b>	<b>2º Ano</b>	<b>3º Ano</b>
1ª cadeira	Mecânica geral	Mecânica aplicada	Prática
2ª cadeira	Física experimental	Desenho de máquinas	Prática
3ª cadeira	Desenho de máquinas	-	Prática

A descrição das disciplinas explicita a intenção de uma formação técnica especializada:

<sup>11</sup> E atual Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar (CIABA). Para mais informações, ver <https://www.ciaba.mar.mil.br/historico.htm>. Acessado em 30/09/14.

<sup>12</sup> Ao contrário da primeira, ela aparentemente não deu origem ao atual Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA).

<sup>13</sup> Brasil. Decreto Legislativo nº 101, 13 de Outubro de 1892. Cria uma Escola de Maquinistas no Pará. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-101-13-outubro-1892-541350-publicacaooriginal-44858-pl.html>. Acessado em 30/09/14.

- a) Mecânica geral: *estudos das leis geraes, principios e theorias mais indispensaveis no estudo das machinas, do seu trabalho e da transformação de seus movimentos.*
- b) Física experimental: *estudo completo das diferentes theorias que compoem a physica e das suas applicações mais immediatas, sobretudo ás machinas e a applicação da electricidade á illuminação.*
- c) Desenho (1º ano): *detalhado e nomenclatura das machinas a vapor, com especialidade as applicadas ás industrias e á navegação.*
- d) Mecânica aplicada: *estudo completo das machinas a vapor, especialmente das applicações ás industrias e á navegação.*
- e) Desenho (2º ano): *continuação do desenho das machinas e levantamento de rascunhos, á vista das peças dos detalhes dos mesmos.*
- f) Prática: *nas officinas do arsenal, a bordo, officinas fabris e outros estabelecimentos industriaes.*

Segundo o decreto nº 102 de 13 de outubro de 1892<sup>14</sup>, o curso de náutica também teria duração de 3 anos, sendo a grade curricular organizada da seguinte forma:

<b>Curso de Náutica</b>	<b>1º Ano</b>	<b>2º Ano</b>	<b>3º Ano</b>
Cadeira	Noções de álgebra, geometria e trigonometria	Noções de geometria, trigonometria e astronoma	Prática
Aula	<i>Apparelho e nomenclatura dos navios em geral</i>	<i>Manobra dos navios á vela e a vapor</i>	-

Sendo as disciplinas descritas da seguinte forma:

<sup>14</sup> Brasil. Decreto Legislativo nº 103, 13 de Outubro de 1892. Cria um curso de náutica no Pará. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-102-13-outubro-1892-541354-publicacaooriginal-44890-pl.html>. Acessado em 30/09/14.

- a) Noções de álgebra, geometria e trigonometria: *aplicação da theoria dos logarithmos, algebra até equação do segundo grao, geometria e trigonometria rectilínea.*
- b) Noções de geometria, trigonometria e astronomia: *geometria e trigonometria espherica, noções de astronomia com applicação á navegação – Navegação.*
- c) Prática: *de um anno, sendo seis mezes em alto mar, a bordo dos navios de guerra da Armada nacional, ou nos da marinha mercante de qualquer paiz, findo o qual prestarão exame de derrotas e noções praticas de machinas a vapor.*

Portanto, da mesma forma que o curso de máquinas, a formação dos pilotos era mais técnica e voltada à realidade da navegação do que às aspirações de uma reserva preparada para servir na Marinha de Guerra.

Segundo o Decreto 6.388/ 1907<sup>15</sup>, a grade de disciplinas do curso de máquinas após a modernização ficou da seguinte maneira:

Disciplina	1º Ano	2º Ano	3º Ano
1ª Aula	Aritimética e Álgebra	Desenho Linear	Desenho de Máquinas
2ª Aula	Geometria e Trigonometria retilínea	Nomenclatura de máquinas	Primeiros Socorros
3ª Aula	Geografia Física, noções de História Geral e do Brasil	Mecânica	Prática
4ª Aula	Nomenclatura de ferramentas	Eletricidade	Estudos de máquinas
5ª Aula	Física Experimental	-	-

<sup>15</sup> Brasil. Decreto Legislativo nº 6.388, 28 de Fevereiro de 1907. Dá regulamento à Escola de Marinha Mercante do Pará. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6388-28-fevereiro-1907-509250-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 30/09/14.

Especificamente, as disciplinas tratam dos seguintes assuntos:

- a) Geografia Física: *especialmente do Brasil. Noções de Historia Geral. Historia do Brazil.*
- b) Nomenclatura de Ferramentas: *seu uso e pratica de manejo das mesmas.*
- c) Física Experimental: *e suas applicações á Marinha.*
- d) Desenho Linear: *de aguada e projecções.*
- e) Nomenclatura de Máquinas: *de machinas, ferramentas e das machinas empregadas especialmente na navegação e na marinha de guerra.*
- f) Mecânica: *applicada ás machinas, e á construcção naval; noções de resistencia dos materiaes e elementos de grapho-statica.*
- g) Eletricidade: *e suas applicações á marinha.*
- h) Prática: *modo pratico da direcção, do funcionamento, da reparação e da conservação das machinas e caldeiras maritimas.*
- i) Estudo de Máquinas: *especialmente as applicadas á navegação e á marinha de guerra. Estudo particular das turbinas.*

No curso de pilotagem, as disciplinas passaram a ser dispostas da seguinte forma:

<b>Disciplina</b>	<b>Ano único</b>
1ª Aula	Aritimética e álgebra
2ª Aula	Noções de Geometria Plana e Espacial
3ª Aula	Geografia Física, noções de História Geral e do Brasil
4ª Aula	Aparelho e manobra de navios

As disciplinas versavam especificamente sobre:

- a) Aritimética e álgebra: *em commum com os alumnos do curso de machinas, na primeira aula do 1º anno desse curso.*
- b) Noções de Geometria Plana e Espacial: *inclusive avaliações de áreas e de volumes, meios praticos para avaliação de angulos, alturas e distancias –*

*estudadas em commum com os alumnos do curso de machinas, na segunda aula do 1º anno desse curso.*

- c) Geografia Física, noções de História Geral e do Brasil: *em commum com os alunos do curso de máquinas, na terceira aula do 1º anno desse curso.*
- d) Primeiros socorros: *em commum com os alumnos do curso de machinas na 2ª aula do 3º anno desse curso.*
- e) Aparelho e manobra dos navios: *sondagens, conhecimento do codigo geral de signaes e dos signaes peculiares ás praticagens. Policia da navegação maritimos. Rumos da agulha, marcações, leituras barometricas e thermometricas. Regulamentos para evitar as collisões nos rios.*

É, pois, conveniente observar que as mudanças curriculares provavelmente denotariam a preocupação em formar uma Marinha Mercante capaz de responder aos anseios de força reserva à Marinha e que, por isso mesmo, os currículos incluíssem a preocupação mais voltada à Marinha de Guerra.

### **Considerações finais**

Estudar as reformas ocorridas no ensino na Marinha e seu lugar na Amazônia é analisar de que forma o pessoal da Marinha era visto e quais as representações da mudança para a instituição e para o próprio país.

Embora tal trabalho encontre-se em construção, é possível vislumbrar um local diferenciado da Amazônia no aspecto da instrução militar especialmente no protagonismo da formação mercante que, embora não seja seguro afirmar que todas as mudanças surtiram um grande efeito, certamente refletem um olhar diferenciado lançado sobre a região.

Por fim, é conveniente levantar o seguinte questionamento: as reformas ocorreram durante a gestão de Alexandrino Faria de Alencar, que por coincidência comandou a Divisão Naval do Norte (divisão naval existente entre 1902 e 1905 para assegurar a ocupação do Acre e auxiliar a Flotilha do Amazonas) foram importantes, mas o lugar da Amazônia poderia ter sido diferenciado em alguma medida pela própria experiência de vida desse militar?





## **Populares e Optimates: Política, discurso e poder na República Romana**

***Jonathan Cruz Moreira (Graduando)***

***Profa. Dra. Rachel Duarte Abdala (Orientadora)***

*Universidade de Taubaté*

### **Resumo**

As pesquisas realizadas no Brasil na área de História Antiga têm se aprofundado significativamente nos últimos anos. No entanto no que se refere à temática da República romana, os estudos ainda permanecem escassos e, em grande medida, alheios a debates contemporâneos, como por exemplo da natureza da “constituição Romana”, do ponto de vista da soberania do povo romano e seus limites de exercício, e o poder e influencia da oligarquia, em suas diferentes formas e estratégias de atuação, nas tomadas de decisão na política romana, objeto desta pesquisa. A compreensão desse período passa por uma análise do papel e características dos grupos que participavam das disputas de poder entre as altas magistraturas, caracterizados posteriormente sob os termos *Optimates* e *Populares*. A presente pesquisa tem como objetivo a reflexão acerca dos agentes que atuavam no conturbado e competitivo cenário político da República romana tardia, o significado dos termos sob os quais se convencionou denominar ambos os grupos, tanto em seu sentido antigo quanto moderno, e os objetivos e estratégias utilizadas neste processo. Metodologicamente, essa pesquisa vem sendo realizada a partir de revisão bibliográfica e de análise do discurso.

**Palavras Chaves:** Política, Roma, República

### **Abstract**

The research conducted in Brazil in the field of ancient history have deepened significantly in recent years. However with regard to the theme of the Roman Republic, the studies are still scarce and, largely unrelated to contemporary debates such as the nature of the "Roman constitution," the point of view of the sovereignty of the Roman people and exercise its limits, and the power and influence of the oligarchy in decision making, object of this research. Understanding this period requires an analysis of the role and characteristics of the groups that participated in the struggles for power among the upper magistracy, characterized later under the terms Optimates and Popular. This research aims to reflect about the agents who worked in the troubled political and competitive scenario of the late Roman Republic, the meaning of the terms under which they may be called both groups, both in its old as the modern sense, and the goals and strategies used in this process. Methodologically, this research has been conducted from the literature and discourse analysis.

## **Introdução**

A presente pesquisa tem com objetivo o estudo dos dois grupos que dividiam os debates no Senado e em outras esferas da vida pública da República romana tardia: Optimates e Populares, visando estabelecer as semelhanças e diferenças de abordagem, de estratégias, de proviniencia de seus indivíduos e, sobretudo, de discurso utilizado por eles. É objetivo desta pesquisa também, analisar os motivos pelos quais um, ou outro membro da classe política romana, optava pela atuação sob um dos dois grupos, além de contribuir para o acúmulo de conhecimento histórico na área de história social antiga e fomentar as discussões acerca da história política e social romana entre os pesquisadores dos estudos clássicos.

Os estudos sobre o tema das características tanto da própria República romana quanto dos elementos nela constituídos, tem sido modificadas ao longo do tempo e à medida que novas formas de abordagens e novos olhares, influenciados

conscientemente ou não pelo tempo histórico do pesquisador, são lançados às fontes já apreciadas, o que reflete positivamente, na viabilização de novas pesquisas, e, ao mesmo tempo, apresenta dificuldades ao estudo das relações políticas na antiguidade não apenas no que concerne à análise das fontes em seu contexto político, mas da historiografia, também muitas vezes influenciadas por questões políticas do presente do pesquisador. Em sua forma e organização o partido político é dependente da sociedade que o envolve. O estudioso moderno, lendo sobre partidos na antiguidade, torna-se apto a atribuir a isso características dos partidos que conhece em sua própria sociedade e contexto (TAYLOR, 1949). A visão dominante, tanto com relação à estrutura política romana quanto aos conflitos entre *optimates* e populares, que deve muito ao historiador Theodor Mommsen, tem sido a de que a República Romana era uma oligarquia (WARD, 2004). O motivo pelo qual Mommsen caracteriza a República tardia como uma oligarquia, fundamenta-se na sua análise das assembleias romanas e sua representatividade. Segundo Andrew Linott (1992, p.10): “Em sua análise da política no tempo dos Gracos, descontou o elemento democrático na constituição romana, com o fundamento de que as assembleias não eram, como um parlamento, representante do povo como um todo”. Para Taylor (1949, p. 12): “Mommsen apresenta política partidária da República tardia em termos do conflito de seus próprios dias entre liberalismo e a reação que venceu a batalha em 1848”. Tratando o conflito entre os apoiadores do domínio senatorial, que os romanos chamavam *optimates*, e os *populares*, que de fato agiam por meio das assembleias romanas em interesse popular, como algo que se dava no interior do Senado Romano, de modo similar aos conflitos partidários entre conservadores e liberais no parlamento inglês (LINTOTT, 1992, p. 11), mas reconhece a ausência de princípios partidários que possam ser colocados em paralelo com as políticas ou as próprias concepções de partidos utilizadas na modernidade. Outros estudiosos, como Mathias Gelzer, no início do século XX, contribuíram para esta análise da República romana como uma oligarquia na qual as atividades políticas desempenhavam importante papel nas disputas de poder, sob o olhar vigilante de um círculo ainda mais restrito de nobres, baseados na herança simbólica das magistraturas

principais ( Consulado principalmente), desempenhadas em uma mesma família: “Em Roma, desde quando pode-se lembrar, *nobilitas* pertenceu aos decendentes de todos que em algum momento exerceu o maior cargo público, seja na forma de ditadura, consulado, ou tribuno consular (...) deste modo, a nobreza governou a República Romana” (GELZER, 1969, p.59-60). Andrew Lintott, apresenta o significado dos termos *optimates* e *populares* segundo as observações de Gelzer, sob os seguintes termos: O primeiro representa a maioria e, algumas vezes, toda a classe governante que defendia a autoridade do Senado e seu *status quo*. O segundo refere-se a indivíduos ou pequenos grupos com pouca ou nenhuma organização ou coerência em algum período, que escolhia trabalhar politicamente através das assembleias ao invés de submeter-se à opinião da maioria do Senado (LINTOTT,1992). Outros autores seguiram estes mesmos pressupostos nas décadas subsequentes, como por exemplo Brunt, acrescentando ainda que :

Talvez nenhum *populares*, pelo menos após os Graco, era sincero; talvez todos buscaram apenas a satisfação de suas ambições ou de seus líderes. Porém, seus motivos particulares, difíceis de determinar, são menos significantes que as queixas reais e descontentamentos genuínos sobre os quais podiam atuar (BRUNT, 1971, p. 95”).

Com relação as fontes, Cícero e Salústio, contemporâneos e muitas vezes adversários no Senado do século I a.C, apresentam as principais informações sobre o período, apesar dessas informações apresentarem desafios ao pesquisador, uma vez que devem ser observadas à luz da análise do discurso, e inserida em seu contexto, sobretudo no âmbito político. Para Salústio, tido como um *populares* e aliado de César, Tanto *populares* quanto *optimates* vizavam, ainda que sob a retórica do bem público, satisfazer suas próprias ambições:

Pois a dizer a verdade em poucas palavras, quantos depois daquela época, debaixo de honestos pretextos agitaram a república, uns como para defender os direitos do povo, outros para ampliar a autoridade do senado, todos afetavam zelo do bem público e cada qual combatia pelo próprio poder (SALÚSTIO. p.45).

Portanto, a organização dos diferentes grupos atuantes na disputa pelas maiores

magistraturas em roma, em nada se assemelhava com a forma de organização partidária moderna. O termo antigo utilizado para a designação de “partidos”, no sentido estrito de ligações entre indivíduos, muitas vezes temporárias com intuito de algo específico, é “amicitia”, amizade (TAYLOR 1949) e, em contrapartida opunham-se a *inimici*, no sentido inverso do termo. A existencia de grupos politicos distintos perpassa toda a história republicana. Encontramos “facções” como forças políticas, desde que tradições confiáveis nos permitiram um olhar mais detalhado do passado. (GELZER 1969). Estes grupos porém, a partir da expansão do império no século II a.C, ganhou outras configurações, uma vez que a chance de assegurar o direito aos espólios através de novos comandos militares e de assegurar a fidelidade das tropas por meio do assentamento de seus veteranos, passou a ter um papel preponderante. O proprio termo latino *Factio*, por vezes observados nas fontes antigas, tem conotação negativa. Há *amicitia* entre os “bons” e *factio* entre os “maus” (SALUSTIO p.32). Cícero explica: “Quando certos homens controlam o estado pela virtude de sua riqueza, sua distinção ou qualquer forma de poder, é uma facção, mas chamam a si mesmos aristocratas (*optimates*)” (CÍCERO, p.32). Ainda segundo Cícero que, juntamente com Salústio representam as fontes mais abundantes para a compreensão do período, aqueles que “pretendem ter suas atitudes e palavras aclamados pela multidão, se intitulam *populares*, enquanto aqueles que conduzem a si mesmo de tal maneira que seus conselhos encontram a aprovação de todos os melhores homens, intitulam-se *optimates*” (CÍCERO, *apud* TAYLOR 1949). A definição destes grupos deve levar em conta, o carater dinamico e efemero das alianças estabelecidas no período. *Populares*, eram

Políticos que, ao menos no momento, agiam como “homens do povo”, ou seja, um político que, para qualquer feito, senador, advocava direitos e privilegios para o povo, implicitamente em oposição á liderança do senado. Um *optimite*, ao contrario, era aquele que defendia a custódia especial e liderança do senado, implicitamente contra os eforços de um ou outro *populares*. (MORSTEN-MARX 2004,p.204).

Via de regra, trava-se de membros de famílias proeminentes, normalmente jovens, que escolhiam como estratégia de ação política a submissão de medidas á

aprovação das assembleias da plebe, sem a anuência do senado. Estas questões abordadas por populares, sendo ou não adotadas com um intuito genuíno de melhora da vida da população, principalmente plebéia urbana, tinha origem em problemas reais do cotidiano do homem romano comum, por isso mesmo de forte apelo público, o que a medio prazo poderia permitir a ascensão rápida no *cursus honorum*, principalmente após o consulado de Pompeu em 70, que restituiu os poderes dos Tribunos, retirados por Sila na década anterior. Vale lembrar também que, o elemento simbólico no processo de escalada na carreira política romana era crucial, e o capital simbólico adquirido no campo social político específico da sociedade romana do século I a.C, diz respeito ao número de honrarias já recebidas dentro de uma mesma família. Este capital simbólico, conceito elaborado por Bourdieu, aplica-se á classe política romana principalmente com relação á herança simbólica trazida por glórias militares. A gens Claudia, por exemplo, teve ao longo do tempo dois triunfos menores (ovationes), e seis triunfos ( HOLKESKAMP, 2010 p.109) o que lhe conferia *auctoritas*, tornando mais acessível a um candidato não apenas os clientes já antigos da família, como a obtenção de novas formas de apoio e financiamento. Porém, a *auctoritas* trazida pelo capital simbólico acumulado, ainda segundo Holkeskamp, 2010, deve ser “ cultivado”, através de novas conquistas e magistraturas, sob pena de perder força com o passar das gerações. Na tentativa de resgatar o prestígio de *gen* nas quais o poder político diminuira com o passar das gerações, muitos optavam atuação como populares como no caso de César e Catilina. De qualquer modo, poucos homens novos, indivíduos sem herança simbólica relevante, muitas vezes os primeiros de sua família a ingressar em uma magistratura, eram líderes de grupos *populares*. A maioria era proveniente da nobreza hereditária, que monopolizava o consulado e demais magistraturas superiores. Não haviam programas bem definidos, mas estratégias comuns de ação e propostas semelhantes. Os principais objetivos propostos por *populares* eram leis que diziam respeito à distribuição subsidiada de grãos à plebe, ao estabelecimento de assentamentos, principalmente para veteranos em terra pública, e ao maior alcance da cidadania romana aos aliados itálicos. Estes objetivos, eram buscados sobretudo através dos tribunos da plebe. O poder conferido pelo direito de veto dos

tribunos, restaurado em 70, poderia porem servir tanto á manutenção do *status quo*, (MILLAR, 2002) quanto em direção popular, por vezes a magistratura era utilizada por ambas as posições em enfrentamento, como entre Livio Druso e Graco por exemplo. Em oposição a estas medidas, na maioria das vezes estava o senado, liderado no período pós Sila, primeiramente por Catulo e posteriormente por Catão. Seu programa era conservador e tendia a proteção do tesouro e propriedade privada, ameaçadas por populares radicais.

O discurso utilizado na retórica, principalmnete dos populares é objeto digno de estudo, em sua estrutura, lugar, e escolhas tanto de termos quanto de publico. Segundo Foucault 1999, p.3:

Em toda a sociedade a produção do discurso é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por papel exorcizar-lhe os poderes e os perigos, refrear-lhe o acontecimento aleatório, disfarçar a sua pesada, temível materialidade.

Na vida pública romana, os lugares onde desenvolviam-se os discursos, principalmente a retórica como instrumento político, divergiam com relação ao público alvo e, deste modo, a linguagem adaptava-se. A forma de discurso político com maior alcance e que atingia o maior e mais heterogenio numero de pessoas era o *contio*. Contiones eram pronunciamentos informais convocados por magistrados endereçados a qualquer um que estivesse presente ( MILLAR, 2002 p.44), por tanto a retórica empregada nestes discursos, proferidos para um publico variado, independentemente das inclinações políticas, em geral tomavam forma mais proxima do discurso dos políticos *populares*. As fontes que nos permitem melhor analisar esta adequação do discurso político, são os *contiones* de Cícero.

Considerado entre os defensores da autoridade senatorial, principalmente com relação ao teor de suas acusações durante a descoberta da conspiração de Catilina, em 63 a.C e sua oposição a leis agrárias, chega a posicionar-se, ainda que no ambito retórico, entre os defensores da autoridade do povo romano. Cícero divide popularis em falsos e verdadeiros populares, sendo que, ao seu ver, os primeiros são demagogos, explorando as necessidades do povo romano, buscando com isso



vantagens pessoais, enquanto os demais são verdadeiros defensores do povo.

De modo geral, a estratégia era sempre invocar contra um oponente populares o mesmo ideal popular ( ou universalmente republicano) de liberdade. Liberdade com relação a algum tipo de dominação tiranica (*regnum*), que escondia-se sob a face de “falsos populares”(MORSTEIN-MARX, 2004, p.206)

Na Rostra, sob os olhares de cidadãos das mais diversas classes e principalmente das mais humildes da plebe urbana, não havia espaço para bifurcação ideologica. A palavra *Optimas* nem mesmo era proferida neste tipo de discurso público. Uma vez que estabelecia uma linha divisória entre verdadeiros populares, que realmente buscavam o bem e a soberania do povo romano, em distinção aos falsos populares, que buscavam a autoridade e o poder através das mesmas formas de ação, Cícero posicionava-se entre as primeiras, e esta forma de discurso utilizava mesmo para a defesa de medidas claramente impopulares, como o ataque às leis agrárias.

Em seus discursos nas deliberações sobre o destino dos membros da conjuração de Catilina, em 63 a.C, Cícero cita César entre os que “ tem seguido na República o caminho que se chama popular”( CÍCERO, 1960 p.4), sem deixar de lembrar a ausencia de outros que diziam-se populares e se abstiam da participação deste importante debate, provavelmente Crasso ( GOLDSWORTHY,2011). Para Morsten-Marx,2004 Cícero adaptava o discurso ao interlocutor, ao mesmo tempo que em seus *Contiones*, discurso proferido na rostra, sem função de jure ou eletiva, cujo publico poderia ser em maioria a plebe urbana, utilizava termos comumente utilizados por politicos da linha popular, além de citar figuras históricas romanas de forte apelo entre a plebe, como por exemplo Caio Mário ou os irmãos Graco, em discursos no Senado, chama “esclarecido”, o avô de Lentulo, por ter “ perseguir a Graco de armas na mão, recebendo uma ferida grave, por não padecesse quebra a autoridade da República (CÍCERO, 1960. p6). De modo preliminar, a pesquisa aponta que em termos de origem, discurso e objetivos, tanto *optimates* quanto populares apresentavam mais semelhanças do que diferenças. Nem *optmates* nem populares buscavam perante o Senado ou perante o povo romano, qualquer mudança estrutural na forma de organização da república. Mesmo entre populares, as criticas dirigiam-se a grupos que teriam dividido e dominado o senado, não o

senado como instituição. Sendo assim, os que se opunham ao senado não o faziam, via de regra, não se opunham a instituição em si, mas a sua atual liderança (MORSTEIN-MARX 2004). É consenso que em nada estes dois grupos podem ser colocados em paralelo com instituições partidárias atuais, e observa-se através da pesquisa, que trata-se mais de formas diferentes de estratégia do que propriamente identificação ideológica entre grupos políticos distintos. Ambos provinham de famílias importantes, tanto de famílias patrícias quanto plebeias a muito estabelecidas. Um político poderia muitas vezes oscilar entre uma e outra posição ao longo da vida. Apesar da diferença dos discursos, principalmente na alusão ao domínio da aristocracia e sobre a lembrança de personagens históricos caros à plebe urbana, ambos tomavam para si a imagem de verdadeiros defensores da *libertas*, do povo romano em contraposição a quem listavam entre aristocratas buscando domínio, ou demagogos buscando poder pessoal. Conclui-se que no âmbito do disputado acesso às magistraturas superiores, sobretudo no período posterior a reabertura do *cursus honorum* às demais magistraturas aos tribunos da plebe no consulado de Pompeu em 70 a.C, o discurso era de suma importância às estratégias de acesso aos privilégios que a ascensão política oferecia, e este discurso era parte integrante e, muitas vezes preponderante na carreira política tanto de *optimates* quanto de populares. Ambos, não compreendiam agremiações políticas semelhantes as que aparecem na modernidade, e representavam formas diferentes de acesso a objetivos semelhantes, muito embora as medidas apresentadas principalmente por meio de tribunos da plebe fossem em sua maioria pertinentes, uma vez que atendiam a necessidades reais da população, independente das intenções pessoais.

### **Referências Bibliográficas**

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Difel difusão editorial: Lisboa, 1989.

BRUNT, P. A. Social Conflicts in the Roman Republic. Norton & Company: New York, 1997.

- CÍCERO, M. T. IV Catilinária, in: Cícero, M. T., Orações, Trad. Pe. Antônio Joaquin. Editora Brasileira: São Paulo, 1960
- GELZER, Mathias, The Roman Nobility. Barnes & Noble inc.: New York, 1969
- GOLDSWORTHY, Adrian. Caesar. Trad. Ana Maria Mandim, Editora Record: Rio de Janeiro 2011.
- HOLKESKAMP, Karl-j. Reconstructing the Roman Republic. Princeton university press: New Jersey, 2010.
- LINTOTT, Andrew. The Crises of the Republic: Sources and source-problems. In: The Cambridge Ancient History: The last age of the Roman Republic, 146-43 a.C.: Cambridge University Press, 1992.
- MILLAR, Fergus. The crowd in Rome in the Late Republic. The university of Michigan press: Michigan, 2002.
- MORSTEIN-MARX, Robert. Mass oratory and political Power at the late Roman Republic. Cambridge University Press: New York, 2004.
- SALÚSTIO, Caio, Guerra Catilinária, Trad. Barreto Feio, Ediouro: São Paulo, 1990
- TAYLOR, Lily Ross, Party Politics in the age of Ceasar. University of California Press: Los Angeles, 1949
- WARD, Allen M. How democratic was the Republic? In: New England Classic Journal, 2004
- FOUCAULT, Michel de. A ordem do discurso. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. Editora Loyola: São Paulo. 1999.

## A vida de Radegunda: reflexões preliminares sobre o gênero hagiográfico

Juliana Prata da Costa – Graduada em História

jujuprata@ig.com.br

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Leila Rodrigues da Silva

Resumo: Este trabalho consiste em analisar os principais elementos presentes na hagiografia de Radegunda, escrita no século VI e atribuída a Venâncio Fortunato, relacionados ao conceito de santidade. Ou seja, buscaremos, em nossa análise da documentação, aspectos referentes à construção da condição de santa referida à rainha dos francos. Valorizaremos, sobretudo, aqueles elementos que atestem a utilização pelo autor de recursos recorrentes em escritos hagiográficos.

Palavras-chave: Hagiografia, santidade, Radegunda.

Abstract: This work consists in analyze the principals elements presents in hagiography from Radegunda, was written VI century and attributed to Venâncio Fortunato, related to the concept of holiness. In other words, we will find, in our analysis of documentation, aspects related to the construction of the condition of holy related to the queen of franks. We'll valorize, principally, these elements that attest the use by author of recurring resources in hagiographic writings.

Keywords: Hagiography, holiness, Radegunda.

### Considerações Iniciais:

A partir de nosso interesse acerca do período medieval e mais especificamente sobre a produção intelectual eclesiástica nesse período, buscamos com este trabalho, sistematizar algumas considerações gerais sobre o gênero hagiográfico<sup>1</sup> e aquelas mais em evidência a respeito da construção do conceito de santidade<sup>2</sup> na vida da rainha dos francos. As *Vitae* tornaram-se um gênero literário muito popular na Idade Média<sup>3</sup> inclusive na Gália,<sup>4</sup> por conta disso, acreditamos que estes escritos nos trazem um panorama privilegiado da sociedade franca<sup>5</sup> naquele momento.<sup>6</sup>

Além do mais, compreendemos que o trabalho dos hagiógrafos está envolvido, de maneira direta ou indireta, com as estratégias de cristianização e de consolidação da doutrina cristã<sup>7</sup> e que conseqüentemente dialoga com as normativas provenientes da alta hierarquia da Igreja. Não podemos deixar de lembrar que os textos biográficos possuem diferenças não só quanto ao aspecto formal, mas também quanto à própria concepção de santidade, no entanto identificamos que certos elementos presentes nas hagiografias são comuns a outros deste mesmo gênero e podem indicar uma confluência quanto à construção da categoria de santo empreendida durante aquele período.

A significância do escrito hagiográfico em nosso trabalho ocorre justamente por conta do estabelecimento de exemplos e, portanto de modelos de santidade que tal gênero literário permite. Estas questões revelam aspectos primordiais relativos à produção episcopal e às relações de poder presentes em um determinado espaço social além de indicar a extensão de sua área de influência, elementos que nos interessam nesta pesquisa.

É importante destacar que o fenômeno de veneração dos santos no Ocidente medieval está associado ao reconhecimento de seu caráter como tal tanto pela comunidade local como pela Igreja Romana. O papel de mediador exercido por tais personagens só é eficaz quando ocorre concomitantemente ao reconhecimento de valor e à declaração pela comunidade religiosa do que unicamente por seu esforço pessoal.<sup>8</sup> Os autores das *Vitae* desempenham um papel central neste processo de convencimento principalmente, se considerarmos a santificação como uma prática de atribuição de valor.<sup>9</sup>

A hagiografia servia, portanto como eficaz instrumento para que os homens medievais conseguissem perceber a ação de Deus de maneira concreta. Por conta disso, o *exemplum* se fazia presente por duas maneiras principais, segundo Charrone: “na acepção de perfeição, pois era a ação de Deus através do santo, mais forte que a do homem e na ação de Deus que é pura e perfeita...”.<sup>10</sup>

Na vida da santa percebemos traços que ratificam a associação das qualidades adequadas à personalidade e às atitudes da rainha. Por conta disso, é viável lembrar que a fonte possui valor histórico e deve ser relacionada a uma determinada conjuntura de produção e nesse caso específico, como vimos acima, tal contexto está relacionado

inicialmente à edificação dos fiéis.<sup>11</sup> A vida de santo permitia a contemplação de um mediador entre o homem e Deus, ou seja, funcionava diretamente como um recurso de evangelização a partir de um exemplo material de alguém que conseguira atingir a perfeição. Além do mais, estes escritos obtiveram grande receptividade pela presença do texto narrativo e por conta da linguagem ser mais acessível que a dos sermões.

O modelo de conduta representado pela santidade era o atributo essencial de todo santo e constituía-se pelo conjunto de virtudes destas figuras, o que permitia a comprovação do poder divino por meio dos milagres realizados por aquele indivíduo na comunidade em que vivia. Essas características contribuíram para garantir o sucesso da narrativa hagiográfica durante esse período histórico e nortearão a análise da vida de Radegunda nesta comunicação.

#### Análise do documento: A vida de Radegunda

A versão da vida de Santa Radegunda em espanhol utilizada neste trabalho foi traduzida por Francisco Pejenaute Rubio e publicada na *Archivum*, revista da Faculdade de Filologia da Universidade de Ovideo,<sup>12</sup> em 2007. A hagiografia de Fortunato<sup>13</sup> trata da princesa, filha do rei Bertário, nascida na Turíngia,<sup>14</sup> a partir de uma viagem a Poitiers, intermediada pelo bispo Euphronius, o autor conheceu o convento fundado por ela nesta cidade e iniciou seu interesse pela temática deste documento.

Radegunda pertencia ao grupo familiar real desta região conquistada pelos merovíngios mais especificamente pelos filhos de Clóvis: Thierry I e Clotário I, momento em que a santa teria entre oito e onze anos e tornou-se prisioneira junto com seu irmão na Gália. Apesar da disputa entre os dois irmãos, Clotário conseguiu a posse dela que foi então educada e batizada por são Medardo, responsável por lhe fornecer uma substancial formação cultural, religiosa e moral, até Radegunda atingir os dezoito anos, quando se casou com o monarca, como sua quinta esposa.

Segundo estes registros, notamos referências que engrandecem o preparo recebido pela rainha e ressaltam que sua educação foi permeada pela cultura clássica.<sup>15</sup> Esses escritos destacam o importante conhecimento de latim adquirido por Radegunda e identificam sua conversão em uma jovem muito devota,<sup>16</sup> justificando dessa maneira, a

posterior resistência ao matrimônio. Segundo nossa perspectiva, estes elementos estão presentes no texto hagiográfico com objetivo de valorizar a formação da santa, justificar a escolha dela como futura rainha e, sobretudo, demonstrar o merecimento da santidade, postura recorrente em algumas vidas de santos.

Já na corte, Radegunda fundou em Saix um asilo para enfermos e dedicava-se a estes cuidados e à oração até que conseguiu fugir e separar-se de Clotário com a ajuda de Medardo. Segundo Pejenaute, um fator importante para a decisão da santa foi o assassinato de seu irmão, por seu marido, como mecanismo de represália à rebelião da Turíngia, em 555.<sup>17</sup> Em Poitiers, Radegunda fundou o monastério de Santa Cruz formado por cerca de duzentas religiosas.

A hagiografia de Fortunato sobre a rainha retrata em diferentes registros um forte exemplo de dureza e de santidade ascética oferecido por uma mulher, desenvolvendo as características do monacato feminino.<sup>18</sup> Acreditamos que por isso o autor elabora uma descrição precisa sobre os desafios enfrentados por ela tanto em relação aos problemas em sua vida na corte, conflitante com aquilo que realmente desejava quanto pelo regime de pobreza e castidade a que se submetia.

Desta maneira, Fortunato atribui a inteira existência terrena da santa aos sacrifícios e ao ascetismo construindo a narrativa sob o ideal do martírio, concluindo que por conta do pesado sofrimento ela deveria ser conhecida como confessora e como mártir. Os bispos, por sua vez, não eram obrigados a atingir a santidade por meio do aniquilamento corporal, ou seja, é como se a atribuição de “santo” fosse inerente à natureza do homem. Diferentemente da mulher que para chegar à condição de santa deveria primeiro superar sua própria condição, vencer seu próprio sexo, para posteriormente vencer o “mundo”.

Nesta *vita* Venâncio Fortunato sistematiza uma descrição precisa sobre os obstáculos do ascetismo empreendido por Radegunda, isso porque, segundo ele, suas obrigações na corte conflitavam diretamente com o regime de pobreza e de castidade pretendido por ela. Entre as privações às quais Radegunda se submete especialmente na Quaresma, identificadas pelo biógrafo, destacamos: o jejum por tempo prolongado, a péssima qualidade da comida, a sede excessiva, oração contínua. Ou seja, elementos ligados ao sofrimento e ao sacrifício corporal: uso de cilício, anéis e correntes de ferro que pressionavam o corpo. Nestes registros destacamos o desprezo pelo corpo e pelo

sexo presente em grande medida na documentação do período medieval, sobretudo no corpo feminino.<sup>19</sup>

Uma das temáticas exploradas pelo autor nesta hagiografia é a vocação ascética praticada apesar do cansaço e das limitações humanas. Ou seja, de acordo com a nossa perspectiva a presença de elementos ratificadores da recusa ao prazer corporal estão presentes na hagiografia com objetivo de legitimar a condição de santa já alcançada por pela rainha<sup>20</sup> durante sua vida terrena. O desejo de martírio era aspirado por Radegunda desde a infância, aspecto recorrente em diversos registros no texto, entre eles: “manteniendo con los niños frecuentes conversaciones sobre su deseo de, si la suerte le deparaba ocasión oportuna, convertirse en mártir”.<sup>21</sup>

O autor deixa claro ao logo das passagens que o desejo de Radegunda era ser monja, ela teria essa vocação e, portanto, após a saída da corte ela finalmente teria alcançado o que queria. Percebemos que esta *vita* é repleta de descrições que remontam a uma biografia centrada no modelo ascético e desde o início construído desta maneira pelo hagiógrafo. Para fundamentar sua argumentação, Fortunato cita relatos desde a juventude da santa em que ela teria sido perseguida pela própria família ao tentar fazer a vontade divina ajudando ao próximo. As características citadas com objetivo de assegurar a preeminência da santidade no comportamento de Radegunda desde menina, são: auxílio aos pobres oferecendo alimento, água e ensinando-os a cantar hinos e salmos.<sup>22</sup> Ou seja, é exaltado o papel de evangelização e a virtude da caridade, aspectos fundamentais para legitimar o caráter santificador remetido à santa.

Além disso, destacamos registros quanto à realização de milagres em distintos momentos da hagiografia. Entre eles, lembramos aqueles referentes a dois grupos principais: amenização e cura de doenças e libertação de prisioneiros. Em cada um destes casos, Fortunato elabora uma descrição minuciosa de detalhes que corroborem a atitude milagrosa e enriquecem cada um destes relatos. Diante das especificações podemos citar que o poder de alcançar a intermediação divina manifestava-se durante suas entonações de cânticos e nos momentos de oração. O biógrafo traz detalhes das restrições alimentares mantidas por Radegunda, baseada em muitos momentos somente em legumes e água e na humildade como uma de suas principais atribuições, isto porque, ela usava roupas gastas e realizava qualquer trabalho de limpeza.



## - Considerações finais

Por conta dos aspectos já mencionados acima identificamos a permanência de elementos comuns a outros textos hagiográficos, ou seja, enquanto as especificações de castigos corporais são pormenorizadas, sobretudo nas *vitae* femininas, por outro lado, certos aspectos podemos ser encontrados comumente na maioria das biografias de santos. Destacamos a exaltação de qualidades morais relacionadas com a honestidade, fé, piedade, moderação, amor e fervor. Além disso, a presença milagres também é característica frequentemente presente na narrativa hagiográfica.

Além do mais, o autor traz nesta *vita* o caráter sacrificante das penitências impostas a Radegunda por si mesma como elemento de destaque. Desde a infância, anterior ao início de sua vida religiosa, as privações e renúncias são lembradas como características inerentes a seu comportamento e atitudes diárias. Podemos associar estas demarcações na documentação com a propagação do culto aos santos e suas principais manifestações em nosso período de estudo, como o cumprimento da função de intermediário. Ou seja, esperava-se do santo o apoio e a proteção vindos de Deus para a vida no mundo e estas figuras deveriam mostrar-se como capazes para tais atribuições.

Em suma, acreditamos que o cristianismo foi um dos instrumentos de integração social vigentes na Primeira Idade Média e que podemos citar os santos como os fundamentais representantes dessas medidas. Além disso, os recursos hagiográficos nos permitem analisar as transformações das concepções relacionadas ao campo do sagrado. Estes textos portanto perpassam o âmbito religioso, mas nos auxiliam também nas esferas política e cultural e como estas dialogam entre si.

---

### NOTAS:

<sup>1</sup> Cabe destacar nossa concepção de hagiografia a partir dos elementos que Certeau faz referência: “gênero literário... que privilegia os atores do sagrado (os santos) e visa à edificação (uma “exemplaridade”).” In: CERTEAU, Michel de. Uma variante: a edificação hagio-gráfica. In: *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982. p. 266.

<sup>2</sup> Nossa análise está pautada no conceito de santidade delimitado por Vauchez como aquele difundido com a expansão do cristianismo a partir do final da Antiguidade: “a ideia de que homens religiosos possam participar da própria santidade da divindade e beneficiar, pelo menos em certa medida, dos seus

---

atributos”. In: VAUCHEZ, André. Santidade. In: LE GOFF, Jacques. (Dir.) *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987. V.12. p. 288.

<sup>3</sup> GURIÉVICH, Arón. *Las categorías de la cultura medieval*. Madrid: Taurus Humanidades, 1984, p. 27.

<sup>4</sup> Segundo CHARRONE, foram seis as *Vitae*, entre os escritos em prosa, atribuídas a Fortunato: a dedicada a Hilário de Poitiers, a Germano de Paris, a Albino de Angers, a Paterno de Avranches, a Marcelo de Paris e a rainha Radegunda. Além da dúvida quanto à paternidade de mais nove escritos deste gênero, mas que diversos especialistas defendem pertencer ao mesmo autor. In: CHARRONE, João Paulo. *O Público alvo das hagiografias em prosa de Venâncio Fortunato*. Revista Crítica Histórica. Ao IV, nº 7, julho/2013, p. 79-80.

<sup>5</sup> Destacamos aqui a existência de distintos grupos no reino apesar da denominação comumente utilizada de “francos”.

<sup>6</sup> Lembramos que este é um contato inicial com a documentação e com este tema e objeto de pesquisa. Por conta disso, não pretendemos elaborar conclusões elaboradas sobre os aspectos levantados neste trabalho.

<sup>7</sup> *Ibidem*. p. 82.

<sup>8</sup> PORTO, Thiago de Azevedo. Os cativos na Vida de Santo Domingode Silos: uma contextualização histórica da santidade. In: *Atas da VI Semana de Estudos Medievais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. p. 296.

<sup>9</sup> CHARRONE, João Paulo. *Op cit.* p. 82.

<sup>10</sup> *Ibidem*. p. 82.

<sup>11</sup> CERTEAU, Michel de. *Op cit.* p. 266.

<sup>12</sup> Esta edição está disponível na versão online da Archivum no site da Fundação Dialnet, a partir do link: [http://dialnet.unirioja.es/buscar/documentos?querysDismax.DOCUMENTAL\\_TODO=vida+de+radegunda](http://dialnet.unirioja.es/buscar/documentos?querysDismax.DOCUMENTAL_TODO=vida+de+radegunda) (acesso em 27 de abril de 2014).

<sup>13</sup> Cabe destacar que esta não é a única *Vita* escrita em sua homenagem. Uma monja do convento fundado por Radegunda, chamada Baudonívia, escreveu também uma hagiografia e destaca neste documento uma especial preocupação da ex-rainha com a instabilidade política e com os conflitos familiares entre seus enteados.

<sup>14</sup> Dados presentes no próprio documento. FORTUNATO, Venancio. Vida de Santa Radegunda. PEJENAUTE, Francisco. *ARCHIVUM*, Oviedo, Tomo 57, 2007. p. 221-222.

<sup>15</sup> *Ibidem*. p. 223.

<sup>16</sup> Neste artigo há diversos detalhes a respeito da educação e da formação de Radegunda desde o final da infância, além da referência de autores que divergem quanto à idade da santa na tomada da Turíngia pelos merovíngios. In: CHARRONE, João Paulo. *Op. Cit.* p. 79-97.

<sup>17</sup> Cf: PEJENAUTE, Francisco. El prólogo de Venancio Fortunato a la Vida de santa Radegunda frente a los de Baudonivia y Hildeberto de Lavardin. In: *Minerva*, Valladolid, n.18, pp. 171-186, 2005.

<sup>18</sup> Logo na primeira parte da hagiografia, Fortunato destaca a fragilidade do sexo feminino que pode ser superada com a ajuda de Cristo. Neste registro, o autor identifica a conversão e devoção a Deus como um dos mecanismos de superação das mulheres diante de sua condição inferior.

<sup>19</sup> Cf: LE GOFF, J. *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1983, p. 59.

<sup>20</sup> Alguns autores ressaltam as descrições detalhadas de sacrifícios e penitências como aniquilação corporal e mortificações nas hagiografias femininas como um aspecto recorrente, o que não é evidente nas masculinas. Isso porque, no caso das mulheres o sofrimento era levado ao máximo do suportável com objetivo de facilitar a superação da condição de inferioridade inerente ao sexo feminino.

<sup>21</sup> In: FORTUNATO, Venancio. Vida de Santa Radegunda. PEJENAUTE, Francisco. *ARCHIVUM*, Oviedo, Tomo 57, 2007. p. 224.

<sup>22</sup> Estas características tem, segundo nossa perspectiva de análise, um objetivo significativo: exaltar a persistência vocacional da santa apesar do matrimônio forçado e da vida luxuosa que poderia ter no palácio. Em alguns registros notamos referências também ao auxílio prestado por Radegunda a mosteiros ainda durante sua permanência na corte. Cf.: *Ibidem*. p. 235.

Título do trabalho: Política de massas no Nazismo: interpretações sobre a responsabilidade coletiva alemã.

Autora: Juliana Victória Milaré Corrêa de Andrade.

Título acadêmico: Política de massas no Nazismo: interpretações sobre a responsabilidade coletiva alemã.

Vinculação institucional: trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau em bacharel em História.

Orientadora: Prof. Doutora Mônica Grin.

Email: [juliana896@hotmail.com](mailto:juliana896@hotmail.com).

Trabalho desenvolvido para a IX Semana de História Política na  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro

2014.

## Resumo.

O presente trabalho propõe-se a problematizar a capacidade de coerção e envolvimento da sociedade alemã à política de massas nacional-socialista através de análises sociopolíticas, históricas e culturais. A estrutura solidifica-se em três partes: a primeira está relacionada aos aspectos que formaram as multidões nazistas; a segunda engloba uma discussão historiográfica sobre como a população alemã se comportou perante a agressiva política extremista de Hitler; e a terceira parte utiliza-se de uma fonte historiográfica para a ilustração de toda a temática.

Palavras-chave: Nazismo; responsabilidade; multidões.

## Abstract.

This present work proposes to problematize the coercive capacity and involvement of German society to national-socialist mass politics through sociopolitical, historical and cultural analyzes. The structure solidifies into three parts: the first is related to the aspects that formed the Nazi crowds; the second encompasses a historiographical debate about the German population behaved towards aggressive extremist political of Hitler; and the third part is used in a historiographical source for the illustration of the whole subject.

Keywords: Nazism; responsibility; crowds.

ANDRADE, Juliana Victória. **Política de massas no Nazismo: interpretações sobre a responsabilidade coletiva alemã**. Rio de Janeiro: 2013. Resumo da monografia (Graduação em História) - Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

O Partido Nazista alcançou o poder da Alemanha em 1933 quando Hitler foi nomeado chefe de governo. A extrema direita alemã se solidificou nos anos 20, e representou uma alternativa ao crescimento do bolchevismo. Suas principais bases foram constituídas por ex soldados combatentes e grandes burgueses. Ao atingir a classe média, o movimento fascista ganhou forma e novos projetos políticos de reconstrução nacional. Seu crescimento pôde ser verificado a partir das eleições de 1932, quando o partido atingiu resultados expressivos.

Antes de assumir o poder na Alemanha, o movimento nacional-socialista criticou, veementemente, o espaço concedido aos desejos das massas na República de Weimar. Segundo as concepções da Ultra-direita, a sociedade alemã, arrasada pela Segunda Guerra e pelas exigências do Tratado de Versalhes, exigia muito mais que promessas políticas ou econômicas; ela almejava também que o Estado assumisse a posição de protetor e condutor moral diante de tamanhas humilhações.

O Nazismo, em vez de afastar ideologicamente as massas do campo de poder, as trouxe para dentro do regime, incorporando todos os seus medos e as suas perspectivas sociais. Esta concepção foi muito importante para a construção de todo o aparato institucional do III Reich; uma vez que, Hitler necessitava do respaldo popular para a execução e o desenvolvimento dos seus programas de governo - principalmente, os relacionados à política de extermínio. Neste sentido, através da massificação da propaganda, o Nazismo angariou uma ampla base de apoio.

Considerando que a sociedade civil tinha conhecimento sobre as atrocidades cometidas pelo Estado, este trabalho procura analisar a questão da responsabilidade das massas alemãs durante o período de dominação nazista na Alemanha. A intenção é debater as formas e os motivos pelos quais o Holocausto foi possível devido, sobretudo, ao consentimento da população em torno da política propagandista do partido e de Hitler. Para isto, a presente pesquisa está centrada no contexto de favorecimento popular ao regime, e na maneira pela qual o Estado soube se utilizar dos ditames e das condições encontradas socialmente no país para a construção de um aparelho de dominação pública.

Além disso, há uma necessidade de discussão sobre o nível de poder de persuasão e coerção da coletividade frente ao processo genocida desencadeado pelo Nazismo; e se ela foi determinante para o desenvolvimento e a intensificação da política de extermínio. Primeiramente, o estudo sobre as estruturações psíquicas e sociais que formam as massas é analisado a partir das teorizações a respeito da constituição do imaginário coletivo. A abordagem histórica traça paralelos com a profundidade psíquica coletiva na medida em que avalia os modelos cognitivos das multidões. A intencionalidade é problematizar a respeito dos pressupostos enraizados dentro de importantes instituições sociais para a construção de uma unidade coesa dentro de uma sociedade.

Segundo a visão de Reich<sup>1</sup>, o Nazismo absorveu a estrutura inconsciente das massas, uma vez que, compreendeu a importância do estudo sobre o poder subjetivo das mentes. O autoritarismo histórico alemão, segundo Reich, ofereceu instrumentos para esta análise a partir do trabalho com as teses sobre o misticismo repressor – presente na Igreja e na família, por exemplo. A libertação desta estrutura opressora só seria possível com o total afastamento da política de doutrinação inconsciente impregnada pelo Nazismo. Uma vez dentro deste sistema inibidor tornava-se complicado não se submeter às ordens vindas de cima.

Gay<sup>2</sup> defende que o indivíduo, quando inserido em uma estrutura de pertencimento coletivo brutalizado, identifica-se inconscientemente com seu protetor moral. No caso, o nacional-socialismo seria este condutor das massas. A importância da existência deste condutor, no caso específico representado pela figura de Hitler, auxilia na compreensão sobre a formação das multidões. Canetti<sup>3</sup> defende a essencialidade da presença de uma unidade coesa e obediente para os cumprimentos doutrinários do regime. Segundo ele, ao se formarem as massas atuam submissas à dominação psíquica criada pelo seu líder. Com isso, suas ações tornam-se impulsivas e irracionais, segundo Le Bon<sup>4</sup>:

A multidão não é somente impulsiva e instável. Como o selvagem, não admite obstáculo entre seus desejos e a realização desse desejo, ainda mais que o número lhe proporciona uma sensação de poder irresistível. Para o indivíduo na multidão, a noção de impossibilidade desaparece.

A atuação coletiva nacional foi determinante para o processo de construção dos aparatos políticos e manipulativos do III Reich. Em um primeiro momento, então, este trabalho se propõe a problematizar a cerca de conceitos como “moralidade sugestiva” e

“inatividade mental”; estes termos, defendidos por Sighele<sup>5</sup>, são utilizados a fim de se explicar como se deu a coerção popular ao regime de Hitler. A partir daí, a naturalização da violência é problematizada por ter atingido níveis irreversíveis na estrutura interiorizada das massas alemãs, o que trouxe como consequência a possibilidade de existência do Holocausto.

A impunidade justificada, que paralisa a capacidade de discernimento, é trabalhada com ênfase na sensação de desconforto causada por ela. A responsabilização das massas torna-se esvaziada na medida em que elas precisam se estruturar a partir da harmonização interna: o medo de desintegração se sobrepõe aos preceitos morais de justiça. A propaganda é igualmente problematizada neste trabalho, pois, pode se considerar sua importância para a abolição dos modelos cognitivos e a divulgação de verdades absolutas. A imposição e a arbitrariedade impostas pela mídia trouxeram resultados alarmantes para as justificações utilizadas pelas multidões.

As massas demonstraram seus extremismos sentimentais através de manifestações perigosas de perversidade. Ainda na primeira parte deste projeto, os espaços pelos quais o mal conseguiu se penetrar coletivamente são trabalhados. Com isso, as noções de resistência ficaram esvaziadas. Estas teorizações auxiliam na explicação sobre os mecanismos de formação e atuação das massas para a construção dos projetos extremistas de governo. A partir disto, o estudo sobre os critérios que permitiram avaliar toda a complexidade do processo de motivação, adesão e contribuição popular à efetividade prática do Holocausto é analisado a partir de um segundo momento.

Nesta segunda parte, o objetivo é realizar um embate historiográfico a partir das teses de Goldhagen<sup>6</sup>. As críticas para com seu modelo de argumentação foram verificadas nas teorizações de diversos autores: entre eles, Browning<sup>7</sup>, Gellately<sup>8</sup> e Rosenbaum<sup>9</sup>. Goldhagen preocupou-se em fornecer novas versões para a explicação da adesão popular ao Holocausto. Segundo ele, a natureza histórica antisemita “eliminacionista” da população alemã a unificou enquanto massa, e permitiu o desenrolar da política de extermínio nazista. As perspectivas de Goldhagen sofreram contestações por ignorarem aspectos sociopolíticos, culturais e econômicos intrínsecos na pluralidade popular alemã antes da chegada do Nazismo ao poder.

Para Goldhagen, a Alemanha era um país detentor de uma cultura preconceituosa contra os judeus. E, foi exatamente isto que facilitou a perpetuação e o endurecimento do regime genocida de Hitler:

O anti-semitismo na Alemanha era tal que quando os alemães, militantes nazistas ou não, ficaram sabendo que os judeus deveriam ser mortos, não se sentiram surpresos, não deram sinais de incredulidade, mas de compreensão. Quaisquer que fossem suas considerações morais ou utilitárias em relação à matança, a aniquilação dos judeus fazia sentido para eles.<sup>10</sup>

A finalidade desta parte do trabalho reside, então, em problematizar estas concepções simplistas através da análise de diferentes obras, como por exemplo, a organizada por Federico Finchelstein<sup>11</sup>. Nesta, autores conceituados discutem suas teorizações tendo com base teórica de contestação a obra de Goldhagen. As depreciações ao “fenômeno Goldhagen” estiveram presente, mesmo de forma indireta, em diferentes livros analisados.

Bauman<sup>12</sup>, por exemplo, discordou das afirmações a respeito da irracionalidade alemã; para ele, o Holocausto representou uma crise da modernidade, e não algo externamente dissociado dela. O conceito de potencialidade assassina desenvolvido por Goldhagen está relacionado à canalização dos preceitos preexistentes na sociedade alemã. Roseman<sup>13</sup> discorda desta tese ao relacionar o ímpeto homicida às práticas aterrorizantes vinculadas ao avançar da Segunda Guerra. Além disso, este autor defende que o Holocausto foi obra de uma ampla engenharia burocrática social, e não, apenas de indivíduos coletivizados irracionalmente.

Ainda sobre as tentativas de buscas por compreensões racionais, Arendt<sup>14</sup> argumenta que o antissemitismo foi um catalisador para a prática genocida por conta da forte doutrinação social por parte do Estado. Bartov<sup>15</sup> analisa a brutalização ideológica do III Reich a partir da ação propagandista do regime. Muitos autores concordam que o antissemitismo foi um elemento importante para a captação das massas para os projetos idealizados pelo regime, mas discordam que ele tenha sido a variante mais determinantemente permissiva à execução dos programas extremistas desenvolvidos pelos nazistas.

Ao maximizar a importância das massas irracionalmente motivadas e entusiasmadas para a construção e o desenvolvimento dos preceitos raciais do regime, Goldhagen minimiza o papel de Hitler. Rosenbaum<sup>16</sup> afirma que isto acaba favorecendo a tese sobre a interferência dos elementos externos para as massas, na medida em que, o líder nazista teria sido (de acordo com Goldhagen) apenas um facilitador, um estimulador. A força do histórico antissemitismo eliminacionista era tão expressiva que precisaria apenas de um estímulo mínimo para ser colocada na prática.



Ainda na segunda parte deste trabalho, Browning<sup>17</sup> afirma a existência de perpetradores não alemães nos Batalhões Policiais Nazistas, e questiona Goldhagen ao discordar do aparato nacionalista de hostilidade aos judeus na Alemanha. Para Browning, foi a embriaguez eufórica que converteu pessoas comuns em homicidas em potencial; e não o antissemitismo histórico. Quem não era alemão matava com a mesma intensidade e devoção. Logo, a capacidade ideológica do regime em energizar as massas agiu com muito mais eficácia que a manifestação de ódio contra os judeus.

As marchas da morte são outro exemplo defendido por Goldhagen que demonstra a potencialidade de infringir sofrimento gratuito aos judeus. O fato de existirem muitas improvisações para o seu cumprimento reafirma às tomadas de atitude coletivizadas vindas de baixo. Goldhagen relaciona a falta de compaixão dos alemães comuns com a crueldade assassina. Os homens que lideravam essas marchas, segundo suas concepções, tinham como objetivo final o aniquilamento físico dos judeus através do cansaço, da fome e dos maus tratos.

Gellately<sup>18</sup> e Cohn<sup>19</sup> debatem esta predisposição antissemita das marchas ao afirmarem que não foram apenas os judeus que sofreram com elas. Isto prova para eles que o antissemitismo não foi um elemento determinante para a aplicação de humilhações. Outros grupos raciais, étnicos e nacionais padeceram sobre as mesmas conjurações preconceituosas durante as marchas. Contudo, estes dois autores concordam com a existência da permissividade popular defendida por Goldhagen. A passividade para com o destino dos judeus foi algo verificado e estimulado nas massas, segundo Gellately.

Conclui-se, então, que nesta segunda parte, a intencionalidade foi trazer para o campo da discussão historiográfica o embate entre diferentes correntes que analisam as motivações sociais para com os ditames do regime. O trabalho de Goldhagen se apresentou como referência, pois, suas teorizações levantaram muitos questionamentos e críticas por parte de diferentes autores. A partir da terceira parte deste trabalho, as concepções sobre a capacidade coercitiva das massas alemãs ganham contornos interessantes com relatos de um sobrevivente do Nazismo: Victor Klemperer<sup>20</sup>. Com a utilização de seus diários como fontes históricas, a problemática envolvendo o poder de persuasão popular através da doutrinação governamental e a natureza intrínseca antissemita das multidões é analisada.

Em um primeiro momento esta pesquisa traça uma pequena biografia do alemão Klemperer (considerado judeu pelo regime) que viveu as transformações sociais

desenvolvidas com a chegada do Nazismo ao poder. Klemperer foi um professor da Universidade Técnica Superior de Dresden que se recusou a deixar a Alemanha durante este período. Ele afirmou, por diversas vezes, que o seu casamento com uma ariana e o fato de ser um ex soldado condecorado na Primeira Guerra Mundial contribuíram para a sua não deportação aos campos de concentração.

A partir de 1933, Klemperer começou a escrever diários sobre a sua vida na cidade de Dresden ao lado de sua esposa Eva. Seus relatos possuem uma relevância histórica muito importante por representarem um modelo de denúncia, e ao mesmo tempo, de resistência aos acontecimentos diários que assolavam a sociedade da época. O fato de não ter sido enviado a um campo ou não ter sido evacuado não muda em nada a natureza de sua manifestação insinuativa. Seus diários são finalizados em 1945, com a derrocada do Nazismo, e publicados em 1995.

Ao narrar o cotidiano de sua cidade, Klemperer analisa as alterações sociais causadas pela brutalização doutrinária do regime de Hitler. As mudanças comportamentais das massas são analisadas por ele como partes de um processo audacioso de manipulação popular. Em um primeiro momento, Klemperer acreditou que o Nazismo seria uma loucura passageira, uma vez que, o encarava como algo que fugia à normalidade aceitável por grande parte da população. Contudo, com o passar dos anos, este autor passou a ter indícios de que havia sim uma forte fidelidade ao nacional-socialismo. E, que isto refletia no tratamento concedido aos judeus.

Nesta terceira parte, o objetivo é demonstrar como as restrições antissemitas, aplicadas pelo Estado, contribuíram para um engajamento popular hostil e racista aos projetos extremistas do regime. Na medida em que a Segunda Guerra avançava e a Alemanha venciam importantes batalhas, a agressividade em relação aos judeus se intensificava. Klemperer almejou mostrar que isto ocorreu de forma gradual: o apoio aos ideais de governo esteve relacionado à massificação da ideologia antissemita nas diversas camadas da sociedade. O Nazismo associou suas perspectivas de vitória militar com as projeções de eliminação do inimigo interno. As massas, então, aderiram a esta causa e transformaram-se em objetos de manipulação do Estado.

O mais interessante das explicações de Klemperer é que elas rebatem, indiretamente, as teses de Goldhagen sobre o antissemitismo agressivo preexistente. Esta problemática apresenta-se nesta parte do trabalho, uma vez que, o autor dos diários ofereceu diferentes esclarecimentos sobre as manifestações populares a partir de situações vivenciadas por ele; que fogem às teorizações relativizadas de Goldhagen.

Klemperer demonstrou, através de exemplos, que as massas não eram totalmente uniformes, e que os alemães assumiram variadas posturas sociais: desde hostilidade aos judeus até evidentes tentativas de comprovação de compaixão por eles.

Desta forma, Klemperer atentou para o papel da propaganda para a construção de um aparato de coerção popular favorável ao regime. Neste sentido, o Nazismo utilizou-se de instrumentos ideologicamente compatíveis à solidificação de seus objetivos sociopolíticos. Um deles foi a linguagem utilizada pelos seus líderes. Klemperer analisou as transformações que o idioma alemão vivenciou a partir da introdução de novas expressões e novos vocabulários. E, igualmente, avalizou seus resultados sociais. A intencionalidade foi coagir as massas rumo à alienação e à aceitação inconsciente dos preceitos e vontades nacional-socialistas.

A chamada LTI (*Lingua Tertii Imperii*), analisada por Cuperschmid<sup>21</sup>, representou um novo modelo linguístico para a Alemanha. Com a utilização de expressões clichês o idioma foi sendo alterado para fins ideológicos. O objetivo era energizar as massas através da doutrinação propagandista. Esta tentativa de convencimento popular pelo discurso abrangeu todos os aspectos da vida cotidiana nacional, na medida em que, intensificou o fanatismo popular.

Klemperer analisou as mudanças comportamentais das massas a partir da divulgação de expressões e palavras relacionadas à LTI. Este autor demonstrava toda a sua insatisfação com esta nova tendência através do uso de deboches e ironias. A manifestação de inovados hábitos sociais veio acompanhada da ativação de sentimentalismos antisemitas. A LTI objetivava a fixação das idealizações nazistas, e a principal delas foi a hostilidade aos judeus. Klemperer, então, buscou relatar todas as demonstrações populares consequentes a esta específica disseminação midiática do regime:

A incitação contra os judeus tornou-se tão desmedida, muito pior que no primeiro boicote, aqui e ali começo de *pogroms*, e contamos aqui com a possibilidade de sermos proximamente espancados até a morte. Não pelos vizinhos, e sim por *nettoyeurs*, que são destacados aqui e ali como “as almas do povo”<sup>22</sup>.

Para Klemperer, a conformidade para com as práticas extremistas do regime, principalmente direcionadas contra os judeus, foi resultado da cegueira social imposta pelos veículos midiáticos. Este alemão enfatizou esta sua afirmação ao considerar que muitos indivíduos sequer tinham o interesse em saber o que estava acontecendo. Alguns até achavam que as vítimas do Nazismo mereciam passar por todo aquele sofrimento, já

que, acreditavam que elas tinham realmente feito algo de grave. Os próprios judeus, segundo relatos de Klemperer, começaram a reconsiderar seus respectivos graus de culpabilidade social por conta desta brutalidade doutrinária imposta pelas autoridades nazistas.

Pode-se concluir este trabalho destacando que o cuidado desenvolvido foi o de não simplificação ou naturalização de conceitos que já se encontram arraigados na cultura histórica sobre o tema. Por isso, buscou-se analisar as demonstrações sociais das massas e como elas puderam, sob vários aspectos e diferentes pontos de vista, ser angariadas ao regime de Hitler de forma coordenada: inconscientes ou não, manipuladas ou não. E, a partir de quais motivações. Tal síntese abarcou diferentes pontos de vistas e críticas consistentes sobre o tema de forma imparcial, tendo como objetivo primordial a construção de análises problematizadoras a respeito deste estudo.

---

<sup>1</sup> REICH, Wilhelm. *Psicologia de Massas do Fascismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

<sup>2</sup> GAY Peter. *Freud para Historiadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

<sup>3</sup> CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

<sup>4</sup> LE BON, Gustave. *Psicologia das Multidões*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, 41.

<sup>5</sup> SIGHELE, Scipio. *Multidão Criminosa*. Rio de Janeiro: Copyright, 2006.

<sup>6</sup> GOLDHAGEN, Daniel Jonah. *Os Carrascos Voluntários de Hitler*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

<sup>7</sup> BROWNING, Christopher. *Ordinary Men: Reserve Police Battalion 101 and the Final Solution in Poland*. Editora: Penguin Group, 2005.

<sup>8</sup> GELLATELY, Robert. *Apoiando Hitler*. Consentimento e Coerção na Alemanha Nazista. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 20.

<sup>9</sup> ROSENBAUM, Ron. *Para Entender Hitler*. A busca das Origens do Mal. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2002.

<sup>10</sup> GOLDHAGEN, Daniel Jonah. Op cit, 429.

<sup>11</sup> FINCHELSTEIN, Federico (Ed.) *Los Alemanes, Los Holocausto y La Culpa Colectiva*. El Debate Goldhagen. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

<sup>12</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

<sup>13</sup> ROSEMAN, Mark. *Os Nazistas e a Solução Final*. A Conspiração de Wannsee: do assassinato em massa ao genocídio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

<sup>14</sup> ARENDT, Hannah. *As Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, instrumento de poder*. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1975.

<sup>15</sup> BARTOV, Omer. *Crime de Guerra*. Editora: Bertrand Brasil, 2002.

<sup>16</sup> ROSENBAUM, Ron. Op cit.

<sup>17</sup> BROWNING, Christopher. Op cit.

<sup>18</sup> GELLATELY, Robert. Op cit.

<sup>19</sup> COHN, Norman.

<sup>20</sup> KLEMPERER, Victor. *Os diários de Victor Klemperer*. Alemanha: Companhia das Letras, 1995 (edição).

<sup>21</sup> CUPERSCHMID, Ethel Mizrahy. *Muito além das cinzas: narrativas de Auschwitz*. São Paulo: Blucher Acadêmico, 20/page.

<sup>22</sup> KLEMPERER, Victor. Op cit, 131.

## MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO: A RELIGIOSIDADE CATÓLICA NO PATRIMÔNIO URBANO E ARTÍSTICO DE JACAREZINHO/PR

Juliana Carolina da Silva (Graduanda / bolsista PIBIC/ CNPq/ UENP/CJ)  
ooliin.ju@gmail.com

Dr.<sup>a</sup> Luciana Brito (Orientadora - UENP/CJ)  
lbrito@uenp.edu.br

### Resumo:

No presente estudo observaremos a construção da cidade de Jacarezinho/PR através da religiosidade católica como um símbolo e as relações deste com as instituições e políticas públicas ao longo da primeira metade do século XX. A partir desse mapeamento, estudaremos as memórias e as representações coletivas da cidade através da recriação artística, traçando caminhos das ressignificação da representação institucional em obras da arte popular local.

**Palavras-chave:** Memórias; Símbolos; Jacarezinho/PR.

### Abstract:

In the present study aims to build the city of Jacarezinho/PR by symbol catholic religiosity and its relations with the institutions and policies throughout the first half of the twentieth century. From this mapping, we study the memories and collective representations of city through artistic recreation, tracing paths of reframing of institutional representation in works of local folk.

**Keywords:** Memories; Symbols; Jacarezinho/PR.

## 1 INTRODUÇÃO

Os símbolos são objetos imaginários ou concretos que moram na fronteira do mundo real e do espaço invisível, mas que atuam no imaginário, construindo neste, a cidade. Definem sua identidade, dizem quem a cidade é e mostram os poderes que exercem influência sobre o meio urbano e rural. E assim, faz da urbe, um local habitado por elementos que diferenciam, definem e estabelecem o processo de identificação dos indivíduos com seu próprio espaço de vivência e interesse, bem como as instituições e histórias.

Veremos especificamente a criação simbólica da religiosidade católica, suas transformações e resignificação ao longo do processo histórico e memorialístico na cidade de Jacarezinho/PR, atentando para as construções de edifícios concretos no espaço urbano e de políticas públicas. Estas articularam visivelmente a Igreja Católica, o Comércio e o Poder Público, que ora se apropriaram, ora criam novos símbolos para a manutenção de seu poder e influência social, de forma que, as representações formadas da cidade, mediarão em determinado momento, as relações das pessoas com o próprio espaço urbano, o decodificando e ressignificando.

Além de que, a influência simbólica se mantém no cotidiano das pessoas, em práticas culturais e na memória coletiva, que exerce o poder da identificação, conseqüentemente, da territorialidade, tornando-se a memória coletiva e o inconsciente coletivo, campos de disputas por serem também,

locais de forças políticas, que esbarram e permeiam a vida das pessoas, tendo sido construído ao longo das gerações, formando a base para o patrimônio urbano.

Sobre os métodos de estudo, visando tais objetivos, observamos fotografias das décadas de 1950 a 1960, que documentam o ambiente urbano da cidade de Jacarezinho, pertencentes ao acervo do senhor Celso Rossi. Dentre as imagens vistas, capturamos duas, dentre as quais separamos uma para cada década observada de forma a estudá-las durante o desenvolver dessa comunicação, a fim de encontrarmos conexões simbólicas que permaneceram na composição material da urbe e, a partir delas, demonstrar na presente comunicação a religiosidade como manifestação identitária na cidade.

Além do acervo fotográfico, foi consultado o jornal *Tribuna do Norte*, do ano de 1961, pertencente também ao acervo Celso Rossi e a revista *O Norte Paraná Ilustrado*, do acervo da Biblioteca Prof.º Sílvio Tavares, da Universidade Estadual do Norte do Paraná, que compõe, sem data exata, a década de 1930. Igualmente, refizemos parte da história de Jacarezinho através dos relatos orais que integram os livros do senhor Tomaz Aimone, referenciados na bibliografia deste estudo e pertencentes também o acervo da Biblioteca Prof.º Sílvio Tavares.

As obras de arte selecionadas para esta pesquisa passaram pelo processo de análise e comparação obedecendo os seguintes critérios: são obras que retratam a cidade de Jacarezinho, representam o espaço urbano ou as mudanças desta, abordam aspectos sociais e culturais, e demonstram o meio social da população da década de 1980 a 2000.

Atentamos para as dificuldades de interpretação das obras, visto que a representação pictórica da realidade será restrita a inspirações e interpretações pessoais do mundo em que o autor habita, sendo estas obras permeadas por subjetividades, das quais decantamos o mundo que as liga ao simbolismo da cidade.

Além disso, a constituição deste artigo segue por dois subtítulos ligados à edificação da religiosidade católica como símbolo, em meados do século XX, deixando suas marcas no patrimônio urbano de Jacarezinho. O segundo subtítulo trata da contextualização do cenário artístico da cidade, sequenciados pela exposição do estudo das obras artísticas que compõem os bens artísticos que fazem parte da cultura local.

## **2 CRIAÇÃO SIMBÓLICA, EDIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO URBANO E REFORMULAÇÕES DA MEMÓRIA ATRAVÉS DA ARTE**

### **2.1 A edificação da religiosidade católica como símbolo**

A Igreja Católica, recriando com a construção de prédios e artefatos na cidade, símbolos que aludiam à sua identidade, forjam a si as associações da cidade, fazendo com que o espaço visível de Jacarezinho fosse cada vez mais confundido com os espaços de fé Católica. Esta influência concreta foi auxiliada pela doutrinação educacional, visto que a Igreja possuía dois colégios na década de 1950 em

Jacarezinho, o Colégio Imaculada Conceição e o Colégio Cristo Rei, ambos de grande porte. Demarcando a cultura de uma instituição claramente no cenário cultural da cidade: “Durante o ano realizam-se importantes festejos, quase todos acompanhados de procissões, cumprindo destacar as seguintes festas: da Imaculada Conceição, em 8 de dezembro; de São Sebastião, em 20 de janeiro; de São Benedito no mês de maio, além das grandes procissões da Semana Santa”<sup>1</sup>.

Além disso, como citado, para a edificação da religião católica como símbolo, um dos elementos que contribuíram, foi à fundação da Sede Apostólica na cidade, cujo primeiro bispo, D. Fernando Taddey, ordenou a construção da “Capela do Colégio Imaculada Conceição em 1938 e em nove de janeiro de 1940 foi sepultado na referida Capela [...]”<sup>2</sup>. Com o falecimento de D. Taddey, o cargo é assumido por D. Ernesto de Paula, nomeado em 1941, que empreendeu a construção do atual Palácio Episcopal, “uma das maiores construções nesta cidade e iniciou a construção da Catedral, orgulho do NORTE PIONEIRO”<sup>3</sup>. O terceiro bispo, D. Geraldo de Proença Sigaud, tomou posse do cargo em 1947, e comprou a construção do Seminário Diocesano da Assunção e o fundou em 1953. Sendo depois, nomeado diretor e professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, e afastado do cargo religioso no ano de 1961.

Postas tais considerações, para ficar mais clara a questão de construção social da experiência visual de uma cidade e da intenção de quem projetou sua obra, trazemos duas fotografias aéreas da cidade:



FIGURA 1 – Jacarezinho, Vista Aérea, de 1946. Fonte: Acervo Celso Rossi.

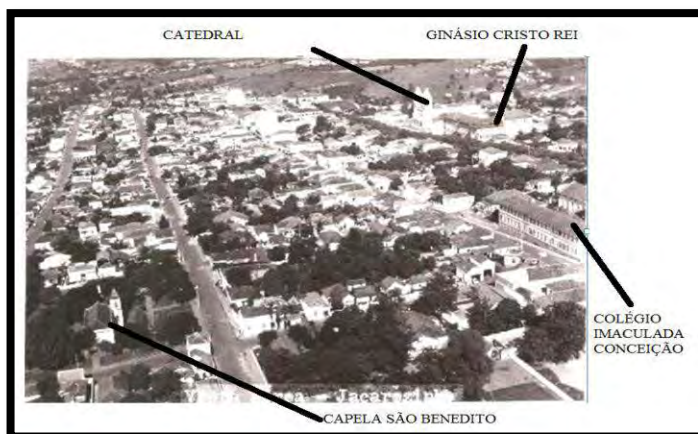


FIGURA 2 – Jacarezinho, Vista Aérea, Anos de 1960. Fonte: Acervo Celso Rossi.

Antes de trabalharmos essas fotografias, é necessário nos nortearmos pelas considerações de Burke<sup>4</sup>, quando diz que “imagens não foram criadas, pelo menos em sua grande maioria, tendo em vista futuros historiadores e que elas dão acesso não ao mundo social diretamente, mas sim visões contemporâneas daquele mundo”<sup>5</sup>. Logo, não concebemos que a fotografia tenha um olhar inofensivo, pois na verdade, partimos de que lidamos com imagens feitas por um profissional no intuito de promover a visão do crescimento urbano da cidade, pois os fotógrafos partiam de perspectivas aéreas, prática nada popular para o contexto histórico da confecção dessas evidências sociais.

Na figura 1, tirada em 1946, devido à tecnologia do período e pela deterioração causada pelo tempo no documento, não temos uma imagem muito nítida, mas apesar disso é possível ver o edifício da catedral truncado, suas torres não estavam erguidas, o Colégio Cristo Rei está à esquerda e na Rua Paraná, colateral à Avenida Getúlio. Na primeira esquina, da esquerda para a direita, o prédio do Banestado (atual Itaú) e na segunda esquina o antigo Banco do Brasil (hoje Bradesco), ambos em construção e com suas fachadas voltadas para o observador da imagem. Contudo, nessa imagem, os prédios mais destacáveis são a catedral e o colégio.

Observamos da mesma maneira, como o arvoredo espalhado pela cidade, que na figura 1 mostrava menor tamanho, na figura 2 já ganhara a notoriedade que possui atualmente, pelas sombras que proporcionam. Existem algumas árvores dividindo espaço com edifícios em boa parte dos quarteirões. A figura 2, demonstra a intenção do fotógrafo em emoldurar, na parte abaixo do retrato, o Colégio Imaculada Conceição à direita, a Capela de São Benedito à esquerda, estando o Colégio Cristo Rei e a catedral à direita superior. Juntam-se, à paisagem, casas, edifícios comerciais e públicos que recortam o espaço, em maior ou menor grau, com algumas árvores. Logo, em ambas as fotografias, vemos a preocupação em capturar os edifícios religiosos.

Talvez por tal motivo, a figura 2 oferece, sobremaneira, indícios, quando olhamos as partes superiores da imagem, que denunciam a vivência de espaços desabitados, mas que aparecem apenas em parte, por conta dos enquadramentos que visavam a captar a imagem da Igreja e do Colégio Cristo Rei, na figura 2, ou, na figura 3, da catedral, do Colégio Cristo Rei e do Colégio Imaculada, por exemplo. Assim



chegamos ao pensamento de Kevin Lynch<sup>6</sup>, que desenvolve ideias sobre a imaginabilidade, que seria a qualidade física própria de cada objeto, que garantiria grandes chances de conjurar uma imagem importante que depende da aptidão perceptiva dos agentes sociais de decodificar os valores culturais inerentes à realidade apresentada.

Os fatores do tamanho arquitetônico e posição fazem com que a catedral se configure como um símbolo na cidade, um tipo de referência, para Lynch, e que elementos de evocações como estes “tipicamente vistos de muitos ângulos e distâncias, acima do ponto mais alto de elementos menores e usados como referências radiais. Podem estar dentro da cidade ou a uma distância tal que, para todos os fins práticos, simbolizam uma direção constante”<sup>7</sup>.

Seriam, portanto, símbolos identitários na construção psíquica do formato urbano, que definiriam a orientação e a interpretação da organização espacial que, por fim, estão também relacionados a uma “didática” religiosa de exaltar o templo como referência da grandiosidade.

Nesse meio entre intencional e casualidade, a paisagem urbana se fixa como o resultado das ações da sociedade e de grupos institucionais, colocando significados que caracterizam a cultura e, conseqüentemente, a sociedade que a produz como reflexo. Além de que, é possível perceber a necessidade do início do século XX de unificar as diversas identidades locais, dentre elas as de origem africanas e indígenas.

## **2.2 Representações de Jacarezinho na arte e na memória**

Nos períodos das décadas de 1960 a 1980, constatamos uma grande produção de textos teatrais, contos, poesias, pinturas e esculturas influenciados e produzidos principalmente pelo meio acadêmico que passou a fazer parte da cidade. Grande parte do fomento para as encenações teatrais e exposições de artes plásticas, partiram do Comércio, Poder Público e até mesmo da Igreja Católica. De modo que as obras realizadas com estes incentivos reproduziam seus edifícios e idéias, agindo como forma de perpetuar e disseminar as influências e propagandear as instituições.

Neste momento veremos como Donizetti, jacarezinhense, filho da pintora Dirce Nascimento, trabalhou o cenário simbólico e impôs seus olhares e perspectivas nas telas. O autor, formado em Letras pela antiga FAFIJA - Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, atuou como professor de pintura, cenografista, escultor e realizou exposições e oficinas ligadas a Prefeitura Municipal de Jacarezinho. Um traço característico de sua obra é a presença de personagens imaginários e os tubos de tintas, como uma assinatura autoral, com cenas marcadas pelas cores fortes e cenários enigmáticos.

Já na figura 4, vemos uma diferente cena que aludem à cidade de Jacarezinho, podendo ser identificada, a um primeiro olhar, a imagem da torre da Catedral, agindo como o ponto de identificação com a cidade. Ou seja, a assimilação do símbolo se mostra reapresentado pelo artista através da tela, mas em novo contexto.



FIGURA 4 – Donizetti. *Sem título*, 1990. Pintura, 105x 65 cm. Fonte: Acervo pessoal do artista.

Começamos enumerando os detalhes que compõem a cena da figura 4: os alienígenas e suas naves, a serpente, os três montes e a catedral. Observando-os separadamente, a serpente nos remete a uma lenda da cidade, segundo a qual, a figura em questão teria sido aprisionada no subsolo de Jacarezinho. A cabeça estaria presa sob os três montes, a sua parte mediana abaixo da Catedral, com calda estando em um morro no fim da cidade, sentido Ourinhos/SP, do qual o vento levaria as terras embora, extinguindo-o e soltando a parte da serpente que varreria a cidade para fora dos mapas.

Os três montes são conhecidos do cotidiano de Donizetti, vistos sempre ao longe, afastados das elevações e depressões da cidade. Mais uma vez, um marco do catolicismo aparece sobre eles, como se da água e da terra de Jacarezinho, brotasse a religiosidade católica. Mas essa mesma água, submerge a base da Catedral, que vê boiar a sua estátua central e entortar um de seus crucifixos.

Os alienígenas seguram algo parecido com um quadro, que pode ser interpretado como uma alusão à obra construída na realidade. A pintura de Donizetti passa a ser vista como a representação de uma profetização que por um lado se deita na ordem hegemônica, de se apoiar no catolicismo, e por outro viés, o subverte, na medida em que se utiliza de uma cultura alternativa, como crença por extraterrestres.

O autor para tratar da cidade, a cerca de símbolos religiosos, criados institucionalmente, a identificação do local parte destas construções simbólicas. De maneira que as instituições não exercem poder apenas sobre a cidade em suas formas e políticas, mas também no inconsciente coletivo e individual. Mas quando estes símbolos deixam a esfera coletiva e passam a serem próximos da consciência, entrando em contato com as significações individuais, eles podem articular e serem recodificáveis.

O artista parte da sua realidade, sendo a obra fruto do seu contexto, seja da vida do autor ou do momento histórico perpassado pelo meio no qual ele se insere. De acordo com Umberto Eco, “a operação realizada pelo artista só adquire sentido se comensurada aos códigos iniciais, transgredidos e reevocados, contestados e reafirmados”<sup>8</sup>. É este o processo realizado nas telas vistas, pois, ao mesmo tempo no qual Donizetti contesta a ordem, o signo cultural imposto na realidade da cidade, este a reafirma, a reevoca, a legitima, para em seguida, a transgredir.

A obra de Donizetti reafirma a ordem constituída institucionalmente, no ponto em que utiliza dos símbolos para identificar a cidade de que fala a sua pintura, mas a reevoca, tirando-a da forma como as vemos imponente no centro da cidade, para transgredi-la afundo-a sobre águas, dando-lhe novo sentido, como o cair de uma tradição frente às culturas alternativas ou como uma busca por mudança da ordem vigente. Claro que, assim, a obra se constitui como uma faca de dois gumes, onde se insere na rede de poder construída historicamente, a legitima pela aceitação, para só então, a reverter, a transgredir.

O poder econômico, paralelamente ao político e cultural, criam e concedem margem às representações locais, que serão forjados como arquétipos sociais, morando ao lado das memórias que se formam nos indivíduos, de forma coletiva ou mesmo individual. Mas essa esfera na qual o poder atua nos homens, também poderá ser reformulado, tocado pelo indivíduo, seja através da observação de uma obra de arte, da música ou da observação arquitetônica imposta na cidade de forma crítica, ou por meio da criação artística.

### **3 CONCLUSÃO**

Os símbolos são frutos da necessidade econômica e cultural, embora ambos os eixos se toquem, atravessam as instituições públicas e/ou privadas, forjando identificações e marcas que confundem a cidade com a própria instituição de poder. A história oficial passa a ser produzida e influenciada pelas edificações desses poderes institucionais construídos com argamassa, tijolos e propagandas no seio do espaço urbano e rural. E, ao longo do tempo, as influências, história oficial e simbologias, signos de poder, vão sendo assimiladas e recodificadas pela memória coletiva, e esta toca a memória individual nas histórias, contos e até mesmo, lendas.

Das individualidades e histórias que constroem a memória de cada indivíduo, podemos pescar as influências dos poderes institucionais através da arte e do patrimônio urbano, que serão também uma das representações a povoar nossas relações com o mundo. Em Jacarezinho, as obras observadas retratam a assimilação da tentativa de hegemonia cultural como ponto de identificação da cidade, mas a obra de arte não se porta apenas como uma reprodução simbólica, também é uma reordenação do poder, uma vez que o artista transforma tudo o que por ele passa, combinando e criando ao devolver a realidade. Antônio Candido comenta que “Algumas tendências mais vivas da estética moderna estão

empenhadas em estudar como a obra de arte plasma o meio, cria o seu público e as suas vias de penetração, agindo em sentido inverso ao das influências externas”<sup>9</sup>.

Por este olhar entendemos a agrupação das ideias de cultura alternativa que Donizetti emite em sua obra e reordena a cidade no plano tridimensional. Então, Jacarezinho se mostra uma obra de poder e hierarquia, mas também de uma construção social e individual, que pode ser denominada artística, histórica e memorialística. Pois “Como terreno de fantasias, projeções inconscientes e lembranças, a cidade abriga monumentos, que são visíveis ou invisíveis e que se situam além do dado empírico. Podem articular o mundo interior ao exterior, as memórias individuais à memória coletiva, sonho à vigília”<sup>10</sup>.

Em outras palavras, os agentes sociais e as instituições político-econômicas podem ter elaborado as ruas centrais da cidade e formado parte do patrimônio urbano, mas a criação de leituras dessa construção se dá através das subjetividades dos transeuntes, que atuam na criação artística reformulando a memória ao produzir o patrimônio artístico. Existem como objetivos, ou seja, as finalidades de mostrar o poder através da materialidade, mas, não essencialmente todos compartilham dessa experiência de forma semelhante. Portanto, tem a arte, um específico poder, triplo em sua medida, pois representa, transcende e age sobre os imaginários e porta a sociedade de patrimônios culturais, desde suas convenções às subversões.

---

<sup>1</sup> ESTATÍSTICA, Instituto Brasileiro de Geografia e. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1964, p. 271.

<sup>2</sup> AIMONE, Thomaz. *Meu ginásio Rui Barbosa de Jacarezinho*. Jacarezinho: [s.n.], 1992, p. 86 – 87.

<sup>3</sup> Ibidem, p. 87.

<sup>4</sup> BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru - SP: Edusc, 2004, p. 43

<sup>5</sup> Ibidem, p. 236.

<sup>6</sup> LYNCH, Kevin. *A imagem na cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

<sup>7</sup> Ibidem, p. 53.

<sup>8</sup> ECO, Umberto. *A Estrutura Ausente: Introdução à pesquisa semiológica*. São Paulo: Perspectiva, Editora da USP, 1971, p. 154.

<sup>9</sup> CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006, p. 27.

<sup>10</sup> FREIRE, Cristina. *Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo*. São Paulo: SESC/Annablume, 1997. p. 58.

**A perpetuação do Restaurador: Contrapontos entre o *Terremoto de 1755* e as Reformas Pombalinas que levaram o ofício de se erigir uma Estátua Equestre a promoção do rei, D. José I, em 1775.**

Juliano Gomes

Graduando (UFES)

Bolsista de Iniciação Científica UFES

Orientadora: Dr.<sup>a</sup> Patrícia Maria da Silva Merlo (UFES)

Email: gomes.j-ufes@hotmail.com

**Resumo:** *Neste trabalho, buscaremos analisar as motivações que levaram a construção, no ano de 1775, de uma estátua em homenagem ao rei d. José I, em face da reconstrução de Lisboa que havia sido devastada pelo Grande Terremoto de 1755. Neste cenário, destacou-se a atuação do Marquês de Pombal, cuja política foi impactada e incentivada pelo abalo sísmico. Avaliaremos como a catástrofe foi utilizada para a promoção de medidas que visavam a uma nova ordem política e social de matriz ilustrada.*

**Palavras-chave:** *D. José I; Grande Terremoto de 1775; Marquês de Pombal.*

**Abstract:** *In this work, we will try to analyze the reasons that led to the construction, in 1775, of a statue in honor of King d. Joseph I, in the context of the reconstruction of Lisbon which had been devastated by the Great Earthquake of 1755. In this moment, the role of the Marquis of Pombal was very important, whose policy was impacted and encouraged by the earthquake. We will evaluate how the catastrophe was used for the promotion of measures aimed at a new political and social order of illustrated matrix.*

**Keywords:** *d. Joseph I; Great Earthquake of 1755; Marquis of Pombal.*

## **INTRODUÇÃO**

Se Lisboa, até a primeira metade do século XVIII, era apresentada pelas demais cortes em posição de desvantagem como aponta Antônio Cesar de Almeida Santos (2011) - por conta do atraso social e urbano - em comparação às demais cortes europeias, isso tende sumariamente a tomar um curso oposto a partir da segunda metade do século. O período do governo de D. João V, que vai de 1707-1750 foi marcado pela opulência do reino Lusitano, ocasionada pelo ciclo do ouro. Graças às possessões na América Portuguesa, o vasto território ultramarino

português rico em ouro, diamantes e matérias primas tornou-se a base do “complexo colonial Atlântico Sul” (MAXWELL, 1996, p. 47).

O ciclo do ouro, segundo o historiador inglês Kenneth Maxwell, em seu ápice tomou proporções tão grandes que descontrolou a balança comercial portuguesa, que tendia a favorecer cada vez mais a Inglaterra, dada a vantagem do reino inglês em conseguir sustentar os créditos investidos no comércio estrangeiro por tanto tempo, contando apenas com o próprio capital. Sem contar o massivo contrabando que fugia à fiscalização oficial prejudicando fortemente a economia portuguesa (MAXWELL, 1996, p. 47). Essa desvantagem se dava pelo fato do domínio administrativo português em suas colônias não oferecer suporte suficiente às questões fiscais e delimitações territoriais fortemente demarcadas e administradas.

A partir do reinado de D. José I (1750-1777), uma mudança no cenário português fez-se necessária, e esta fora possibilitada graças à batuta de Sebastião José de Carvalho e Melo, primeiro ministro do Rei, outorgado Conde de Oeiras (1759) e posteriormente, Marquês de Pombal (1769).

A administração pombalina, apesar do cunho centralizador e autoritário, foi determinante para que o movimento das Luzes chegasse com maior força à Portugal. Todavia, apresentando novos contornos e nuances que fossem compatíveis com a cultura e a proposta de governabilidade lusitana.

Assim, sob as particularidades assumidas pelo Iluminismo português, ressaltamos o quão dificultoso é traçar uma definição única para esse fenômeno que atingiu quase toda Europa. Como é sublinhado pelo historiador Pierre Chaunu (1985), as Luzes possuíam um caráter essencialmente heterogêneo, adotando características próprias dentro das necessidades dos Estados modernos. Uma coisa, porém, há em comum nesta circulação de ideias. Buscar a explicação do mundo por meios racionais tornou-se tarefa primordial dos intelectuais setecentistas. As singularidades da Ilustração portuguesa, que a difere das demais cortes, estão contidas em sua formação a partir de sua matriz católica, uma mistura de fé e ciência (MERLO, 2013, 1-15).

Ainda neste contexto do século XVIII, outra questão que esteve presente de forma expressiva nas discussões nos grandes salões foi *dessacralização*. De acordo com a historiadora Emilly Joyce Oliveira Lopes Silva (2011), se trata do processo de secularização do Estado,

distanciando as questões políticas da influência da religião, ainda que o homem em si permaneça religioso. Os ideais iluministas foram propagados pelos homens letrados em diversas partes do mundo europeu, em sua maioria, eram homens que exerciam suas profissões independentes, já que até o momento o mecenato ainda não era bem visto. No mundo Ibérico, e sendo mais específico, em Portugal, essas ideias provêm de um círculo católico, os *Oratorianos*, mas não se restringe somente a eles. Os chamados *estrangeirados* como eram chamados pejorativamente em Portugal, eram portugueses naturalizados que tiveram suas experiências no estrangeiro e que analisaram o caso português, deixando escritos de extrema relevância para a mudança na base educacional, política, social e econômica portuguesa (SILVA, 2011, p. 3-4).

A presença desses *estrangeirados* é de grande importância, na medida em que, suas relações e experiências no exterior fizeram iluminar sobre Portugal uma grande discussão sobre o sistema português que era considerado defasado. Alguns desses homens das Luzes fizeram parte da *Arcádia Romana*, como o oratoriano Luís Antônio Verney que escreveu a obra “*O Verdadeiro Método de Estudar*”, ou como é o caso do próprio Sebastião José, que antes de se tornar ministro de D. José I, no período que passou em atividade diplomática na corte de Londres teve relações com círculo da *Royal Society* e também na Áustria, onde inclusive contraiu matrimônio com a condessa de Daun, Maria Leonor Ernestina, essa união viabilizou seu passaporte de entrada ao círculo da alta nobreza. Outra grande influência em Portugal foi o médico António Nunes Ribeiro Sanches membro da *Royal Society* e da Academia de Ciências de São Petersburgo.

Esses *estrangeirados* contribuíram ativamente nas transformações que se procederam após o Grande Terremoto de Lisboa, de 1755, a catástrofe que ruiu grande parte da cidade. Dada a situação de emergência na qual a corte se encontrava, surge-se a necessidade de se eleger alguém a cuidar das questões de grande relevância para o momento. Esta oportunidade surge em momento oportuno a Sebastião José, sendo concedida a autonomia para cuidar das questões de Estado, D. José I elegendo-o a função de restaurador do reino. Assim Pombal vai levar a cabo seus ideais políticos, conquistados através de sua experiência no estrangeiro. Reconstruindo a cidade de Lisboa, fazendo surgir um cenário novo, uma nova política e um novo Estado. A cidade de Lisboa, considerada pelo historiador Washington Dener dos Santos Cunha (2003) como uma cidade *medieval*, cede espaço a uma urbe totalmente planejada, de matriz ilustrada, um modelo de cidade moderna do século XVIII.

Cabe-nos analisar, dentro desta nova proposta política do período em questão, como se expressa a promoção da figura do Marquês de Pombal, a partir da Estátua Equestre de D. José I, erigida em 1775. Na medida em que essa estátua promove não só a figura do Monarca como Reformador, mas também de Pombal, visto que os ideais políticos ali em evidência eram do Marquês. Considerando também que a proposta de elevar uma estátua representa no ideário português um novo momento histórico de Portugal, visto que nunca se empregou tal ofício em homenagem a um monarca português (SANTOS, 2011, p 76), o monumento busca evidenciar a autonomia do Estado, sua independência política e comercial.

Atendendo a tal proposta, tomamos como base a obra do oratoriano Antônio Pereira de Figueiredo (1725-1797), *“Elogios dos Reis de Portugal”*, publicada em 1785, já no reinado de dona Maria I, esta obra fora escrita em português e latim para que os outros países passassem a ter ciência da história do reino de Portugal. Vale ressaltar que Figueiredo foi membro da Real Mesa Censória, em 1769 romperá com os Oratorianos por conta de desavenças entre Pombal e a Ordenação, Figueiredo foi um dos homens mais influentes deste período em Portugal, foi ele quem traduziu a primeira edição oficial da vulgata<sup>i</sup> para o português.

## **DO TERREMOTO A HOMENAGEM COLOSSAL**

O mundo europeu voltava seus olhos para Portugal, no dia 1º de novembro de 1755, Dia de Todos os Santos. Um cataclismo que causou alvoroço e estado de pânico por toda a corte portuguesa, tal evento levou grande parte da cidade a baixo, não só uma perda material, considerando que o número de mortos foi demasiadamente grande, a tal ponto que ainda hoje não se tem total noção do número de dizimados pela catástrofe. Estudiosos afirmam que poucos minutos de fortes tremores, seguidos de um maremoto que se submergia sob o rio Tejo e um levante de chamas que se propagou rapidamente sobre a cidade, tornando-a um cenário de terror e angústia, onde o medo e o desespero tomavam conta daqueles que buscavam incessantemente uma forma de sobreviver (TAVARES; AMADOR; PINTO, 2005, p. 2-3).

As discussões acerca do Grande Terremoto são inúmeras, há quem diga que foi uma providência divina, um castigo de Deus (SANTOS, 2003, p. 250-251). O que nos interessa



aqui não são as discussões escatológicas nas quais muitos se ocuparam em relatar, mas em compreender como a partir do Terremoto Sebastião José

[...] revelou então uma enorme capacidade de gestão de crise, legislando imediatamente sobre assuntos como os preços dos bens alimentares, questões logísticas, o combate à criminalidade, a reorganização civil, os projetos de reconstrução e obras públicas, etc (ANÁSTACIO, 2009. P.18).

Essa habilidade e eficiência em lidar com tal situação fará com que Pombal caia nas graças do Rei, sendo ele incumbido a função de reconstruir a cidade destruída, sobre tal evento Antônio Pereira Figueiredo disserta que

[...] No ano de 1755. Prostrada Lisboa por um terremoto dos mais formidáveis, e devorada pelo incêndio que imediatamente se seguiu; tomou o rei daquela ocasião para dar a esta corte mais elegante forma, e para enobrecer de vistosos, e magníficos edifícios (FIGUEIREDO, 1785, p. 255).

Se, porém, a corte de Lisboa não se equivalia as demais cortes europeias, será após o Terremoto que a Europa ocidental do século XVIII conhecerá uma das mais belas cidades, com um modelo de urbes inovador, como apresenta Figueiredo:

Cidade que sendo antes tão extensa, como apertada, e informe, e em certos lugares por extremo íngreme de subir; o Rei D. José enfim a alargou em ruas, enfim a separou com praças, enfim a aplainou quanto era possível com os rebaixos: que já com grande felicidade se pode andar por quase toda ela em carruagem. Em toda a parte porem contendem os edifícios particulares com os públicos na vastidão, e no lustre. Entre os públicos a todos sobressaem aqueles, que cercam o terreiro do Paço, ou praça do Comércio, sustentados de uma, e outra banda sobre arcos magníficos, e eminentes ao Tejo. Aqui é que está o Arsenal, e o Estaleiro: aqui os Tribunais Régios: Aqui a Alfandega: aqui o Senado da Câmara: aqui o Depósito Público: aqui o Real Erário. Que direi dos belos chafarizes d'água, que a cada um passo estão correndo (FIGUEIREDO, 1785, p. 263-265).

As medidas pombalinas vão além da reconstrução da cidade. O ministro adotou ações legislativas que reorganizaram a economia de forma a favorecer o comércio e a indústria, levando a economia portuguesa a um novo curso (SANTOS, 2011, p. 78). Essa tentativa de tornar Lisboa no “centro eminentemente comercial” (MAXWELL, 1996, p. 27) e administrativo de Portugal, como aponta Maxwell, se tornou cada vez mais perceptível dentro do regime pombalino, a construção do Paço Imperial, a chamada Praça do Comércio, exemplifica bem esta política.

O momento que propiciou essas transformações dentro do cenário português, além de desastroso, também era cheio de contendas, delas muitos conflitos surgiram. Como é o caso do *Massacre da nobre família Távora*, acusados de Regicídio, ou como o caso da expulsão dos Jesuítas de todo o território lusitano e das colônias. A expulsão da companhia de Jesus foi

de grande importância para a realização das reformas na educação portuguesa, pois o monopólio da educação era dominado pelos jesuítas.

Assim Pombal vai reformular o método de ensino português, baseado no método de ensino proposto por Verney, e também a estrutura dos ensinamentos menores e das universidades, acrescentando estudos mais científicos (BARBOSA; SANTOS FILHO, 2013, p.2).

A herança pombalina não está somente naquilo que ele deixou em obras e monumentos, mas também no novo curso para o qual ele levou Portugal. Se a estátua equestre de D. José I perpetua a imagem do Rei como o Reformador, por certo a figura de Sebastião José também o é. No que concede o elogio a D. José, Figueiredo expressa seu entusiasmo quanto a tal homenagem ofertada ao Rei dizendo:

[...] Estes foram os motivos que, que obrigaram a Lisboa a levantar no terreiro do Paço a seu magnífico Restaurador o rei D. José uma estatua equestre colossal feita de bronze, e inteiriça; e testemunhar a posteridade tanto uma elegantíssima inscrição que colocou por baixo da mesma estátua, como nas medalhas de ouro, e prata que a este assunto cunhou, que ela lhe tributara este entre nós desusado obséquio no dia de seus anos, 6 de junho de 1775 (FIGUEIREDO, 1785, p. 265).

Este monumento tem um importante papel na memória histórica portuguesa, pois se antes Portugal nunca viu levantarem uma homenagem tão formidável em louvor a um monarca, as motivações que existem por trás deste monumento representam um novo momento da história do reino lusitano (SANTOS, 2011, 75-76). Um Portugal iluminado, mas também despótico, onde o rei era amado, porém o ódio que nutria a *velha nobreza*, causado por esse despotismo recaiu sobre Pombal, por decorrência de algumas mudanças no cenário econômico, que acabava por tirar certo “status” de poder que alguns membros da aristocracia haviam adquirido ao longo do tempo. Exemplo claro dessas intrigas por poder é o caso já supracitado dos Távoras e também do Padre Gabriel Malagrida condenado no mesmo processo. Ainda salienta Antônio Cesar de Almeida Santos que, sendo ele (Pombal), uma figura de muitos inimigos, inclusive dona Maria I que se torna rainha, em 1777, tais desgostos causarão a destituição de seus cargos na corte.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contribuições que buscamos trazer aqui se tratam de um apanhado preliminar de nossa pesquisa de iniciação científica, que, apesar de até o momento não ter chegado a definições tão claras do seu objeto, tem encontrado alguns caminhos para identificar como se articulava

essa política pombalina. Visamos analisar em que alcance a Estátua Equestre de D. José I serviu a Pombal como um instrumento de promoção às suas reformas, e em que medida tais reformas eram influenciadas pelos ideais iluministas do século XVIII.

---

<sup>i</sup> A Vulgata é a tradução dos textos bíblicos escritos em grego e hebraico, traduzida por São Jerônimo para o latim, entre o fim do século IV e o início do V. Foi consagrada pelo Concílio de Trento (1546) como bíblia oficial da Igreja Católica.

## **Enciclopédia Eletrônica da Intolerância, dos Extremismos e das Ditaduras no Tempo Presente**

Katty Cristina Lima Sá  
Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe  
Bolsista PIBITI/CNPq  
Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS/CNPq)  
[katty@getempo.org](mailto:katty@getempo.org)  
Orientador: Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard

**Resumo:** O projeto objetiva reunir e disponibilizar registros sobre os fenômenos de intolerâncias, extremismos e das ditaduras no Tempo Presente em um ambiente virtual atualizável e de acesso gratuito. Para seu desenvolvimento realizamos a catalogação de teses e dissertações do banco de dados da Capes, além de monografias, relatórios, artigos, resenhas, vídeos, fotografias etc. O projeto contempla produção de verbetes, planos de aulas e textos de divulgação científica. Esta comunicação consiste em uma apresentação dos resultados finais da pesquisa.

**Palavras-chave:** Enciclopédia, Extremismos, Tempo Presente.

**Abstract:** The project wants to join and share records about the phenomenon of intolerance, extremism and dictatorship on the Contemporary Times in an upgradable and free-access virtual environment. To your development we realized a cataloging of thesis and dissertations from the Capes' database, besides monographs, articles, reports, reviews, videos, photographs, etc. The project contemplates the production of entries, class plans and scientific divulgation texts. This communication consists in a presentation of the final results of the research.

**Keywords:** Encyclopedia, Extremism, Contemporary Time

A *Enciclopédia Eletrônica da Intolerância, dos Extremismos e das Ditaduras no Tempo Presente* objetiva reunir a vasta documentação dispersa sobre as ditaduras, extremismos e intolerâncias – artigos, teses, entrevistas, fotografias, depoimentos etc. – em uma base documental eletrônica, frequentemente atualizável, amplamente acessível, gratuita e dinâmica, com contribuições de acadêmicos especializados. Visamos assim criar um espaço de referência que ofereça suporte didático e informações sobre tais problemas tanto para o público acadêmico como também ao não especializado.

A execução desse projeto foi dividida em dois planos de pesquisa: *As Ditaduras no Tempo Presente (1950- 2012)* e *História, Extremismos e Tempo Presente (1989-2012)*, sendo que a primeira teve por objetivo o levantamento de registros sobre a persistência das ditaduras em diversos países nas últimas décadas, mapeando atores, instituições e ações de apoio e resistência. Já a segunda, desejava realizar o levantamento de registros sobre atividades extremistas, com maior atenção para o “extremismo de direita” de tendência fascista ocorridas entre os anos de 1989 e 2012.

A escolha dos temas *Ditaduras* e *Extremismos* se deve porque:

Tantos nos casos de extremismos quanto nas ditaduras temos, além de um profundo antiliberalismo, as práticas de intolerância como uma das linhas mestras da argumentação e do agir prática políticos. Em ambas as instituições representam um esforço para impedir exercícios de alteridade, respeito a preceitos básicos definidos em documentos como a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) e tendem a investir contra diferentes minorias – gays, afrodescentes, judeus, ciganos, portadores de necessidades especiais –, mas também contra mulheres e militantes de esquerda.<sup>I</sup>

As definições de *Direita* e *Extremismo* que foram utilizadas nesse trabalho são dadas Norberto Bobbio respectivamente nas obras “*Direita e Esquerda: razões e significações de uma distinção política*” e “*Dicionário de Política*”. Para este autor, *Direita* se define por sua defesa de uma sociedade hierárquica, menos igualitária. Para os direitistas, as desigualdades entre os homens são naturais, podem ser corrigidas, mas não eliminadas, sendo assim, não há o comprometimento de tornar a sociedade planejada<sup>II</sup>. Já a definição para *Extremismo* é dada como “tendência em ver as relações políticas nos moldes das alternativas radicais, a conseqüente recusa em aceitar gradualidade e parcialidade dos objetivos, a repulsa à negociação e ao compromisso, e a urgente busca do ‘tudo e agora’”.<sup>III</sup> Desse modo, a

Direita em seu modo mais extremo (extrema-direita), é marcada pelo comportamento violento, agressivo, que rejeita a tradição liberal e parlamentarista.

As características fascistas presentes em alguns dos grupos de extrema direita, são discutidas por autores como Francisco Carlos Teixeira da Silva<sup>IV</sup> e Robert Paxton<sup>V</sup>. A partir das obras desses autores, entende-se que as práticas fascistas não estão restritas ao um território ou período de tempo específico - Itália Fascista e Alemanha Hitlerista. O Fascismo é portanto, um fenômeno global e atual; seus comportamentos não morreram com a derrubada dos regimes vigentes nos países do Eixo após o término da Segunda Guerra Mundial, mas se expandiram por várias regiões, em sua maioria sem a conquista do poder, em constante adaptação ao tempo e ao espaço. Desse modo, não devemos esperar por um Fascismo ao molde do que foi visto durante o período entre guerras, com mesmas cores e símbolos. Seu discurso e sua aparência estão atualizados ao presente, porém sua ideologia e seus comportamentos continuam tão perigosos quanto no passado.<sup>VI</sup>

O ressurgimento, sobretudo a partir da década de 1990, de grupos de extrema direita estimularam a reflexão em diversos pesquisadores<sup>VII</sup>, como os integrantes do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS/CNPq). Fenômenos tal como os grupos skinheads, que proliferaram tanto na Europa e América do Norte como também na América do Sul, despertam o interesse de estudo, esses que revelam as semelhanças e diferenças dos grupos, que variam de acordo com a região, por exemplo, os seus alvos que podem ser os judeus, negros, homossexuais, mulheres, estrangeiros. As várias reflexões produzidas permitiram o conhecimento das crenças, hábitos e da ideologia dessas tribos que conseguem atrair casa vez mais seguidores com seu discurso de ódio.

Além disso, partidos da extrema direita alcançam o poder no cenário político, em especial em países europeus, com discursos marcados pelo nacionalismo e xenofobia. Como exemplo, citamos o Aurora Dourada na Grécia, assumidamente antissemita e xenofóbico, e o francês Frente Nacional de Jean Marie Len Pen; no caso do último, tem como sucessora política a filha de Jean Marie, Marine Len Pen, eleita para o Parlamento Europeu no ano de 2014. Nele há tentativa de desassociação com o passado fascista, porém sem mudanças significativas no teor discursivo de suas propostas.

Os casos de extremismos não se restringem apenas aos de extrema direita. O Extremismo Islâmico é um fenômeno que atrai cada vez mais os olhares do mundo. O século XXI se inicia com o maior ataque terrorista da história, o atentando às torres do *World Trade*

*Center*, no dia 11 de setembro de 2001. E ao longo desse século outros atos praticados por grupos extremistas são noticiado pela mídia, causando espanto no mundo, por exemplo, o sequestro de 200 jovens pelo grupo Boko Haran<sup>VIII</sup>, e as decapitações de jornalistas por extremistas do Estado Islâmico<sup>IX</sup>.

Já a temática *Ditaduras*, encontram-se também em voga, em especial no Brasil devido aos 50 anos do golpe civil militar ocorrido no no de 1964. Os regimes ditatoriais não são exclusivos do século XX, porém na segunda metade desse século que essas formas de governo se propagaram por vários países latino-americanos como Chile e Argentina e Brasil. Cada regime contribui para a explicação do contexto da Guerra Fria e do interesse americano em manter sua influência sobre o continente, e marcaram a história do local onde se instaurou. Hoje, cada país tenta lidar ao seu modo com as heranças e memórias desse período através das Comissões da Verdade<sup>X</sup>.

### **A Enciclopédia Digital**

O projeto enciclopédico *Entempo: Enciclopédia Eletrônica da Intolerância, dos Extremismos e das Ditaduras no Tempo Presente* foi inspirado no modelo proposto por Jacques Sémelin<sup>XI</sup> em sua obra “Purificar e Destruir: usos políticos dos massacres e dos genocídios”<sup>XII</sup>. Nessa obra o autor mostra a importância da criação de um ambiente enciclopédico eletrônico, com acesso democrático e gratuito, que ele considera um serviço público universal, uma vez que tem “a responsabilidade fazer que se saiba”. Desse modo “[...] essa base de dados, única no gênero, poderia ser útil não só ao estudante e ao pesquisador, mas também a juristas, peritos internacionais, a membros de ONG’s, e a mais amplamente a quem se mostre desejoso de consultar uma síntese histórica”<sup>XIII</sup>. Além disso, no modelo virtual fornece meios para o diálogo em tempo real, alimentando o debate sobre o assunto exposto, o que pode suscitar novas contribuições para enciclopédia.

O advento da Internet e a conectividade entre os vários aparelhos eletrônicos em rede, criou um mundo com fácil acesso e divulgação de informações de modo que conhecimento torna-se coletivo sendo construído por milhões de pessoas espalhadas em várias localidades, de modo que “o ciberespaço tornou-se uma ágora eletrônica global em que a diversidade da divergência humana explode numa cacofonia de sotaques”<sup>XIV</sup>.

Pierre Lévy<sup>XV</sup> afirma que após o advento da Internet e da difusão maciça de informações, um profissional dificilmente terminará sua carreira com o mesmo conhecimento

que possuía em seu início. O mundo e o conhecimento estarão sempre em mutação e profissionais de todas as áreas precisam estar em constante atualização. Devemos lembrar que com a difusão da “rede das redes” a publicação de artigos, livros etc. tornou-se mais simples e barata, temos um maior acervo e um acesso mais fácil a inúmeras informações produzidas diariamente.

O historiador, como outros profissionais, passou a lidar com uma maior variedade de fontes, sejam elas livros e artigos publicados, fontes primárias digitalizadas, e novas fontes - páginas de opinião, de notícias, redes sociais etc.. Tornou-se necessário a esse profissional aprender a lidar com as novas ferramentas digitais, e com a variedade de documentos que aparecerão na forma de bits, criticando-os do mesmo modo como se faz com documentos impressos.

O meio digital, além de produzir uma grande variedade de fontes nos mais diferentes formatos, proporciona outras vantagens como o armazenamento de grandes quantidades de dados de maneira fácil e barata necessitando de pouco um espaço físico como no caso dos *pendrive* CDs, DVDs ou nenhum espaço próprio se recorrer ao arquivamento *in cloud*<sup>XVI</sup>, esse quem possui a vantagem do acesso remoto aos seus dados de qualquer máquina, necessitando apenas estar conectado à Internet.

A interatividade e a flexibilidade também são outras vantagens do modelo eletrônico, uma vez que se torna possível agregar vários tipos de mídia em um mesmo ambiente – textos, hipertextos, vídeos, sons, imagens, etc. adaptando-se ao leitor digital, ou seja, ao modelo de leitor do século XXI, que interage com o texto através dos hiperlinks tornando-se o coautor do que é lido, uma vez que decide o caminho da leitura. O texto eletrônico adapta-se as necessidades e as vontades de quem o lê, sendo renovado milhares de vezes por minuto, sem modificar sua estrutura original<sup>XVII</sup>.

Desse modo, a escolha pelo formato eletrônico em lugar ao impresso surge como uma alternativa mais barata e moldada ao século XXI. O meio digital oferece a capacidade de grande armazenamento de dados, de maneira barata e que permite o amplo acesso, atingindo um maior público. Esse formato também oferece ao leitor a possibilidade de interação não só com o texto escrito, mas também outros tipos de mídias como vídeos, imagens, sons etc. o que torna o estudo do assunto mais dinâmico e adaptado ao contexto do presente. A facilidade de atualização também é uma grande vantagem do meio digital, pois possibilita que se



acrescente as novas produções de uma maneira muito mais rápida e barata do que em um livro impresso.

### **Metodologia e Resultados**

A *Enciclopédia Eletrônica* pretende comportar, em um ambiente digital, uma vasta documentação sobre todas as linhas temáticas do projeto e reunindo também análises em diferentes níveis de profundidade. A proposta é criar um ambiente que servirá não só ao público acadêmicos, como também a professores e alunos ensino fundamental e médio.

Ao longo do projeto foram realizadas leituras sobre diversas temáticas como Fascismos e Tempo Presente. Posteriormente foi realizada a catalogação de teses e dissertações retiradas do banco da CAPES<sup>XVIII</sup>, além de análises fílmicas e verbetes<sup>XIX</sup> de produzidos pelos integrantes do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS). Abaixo temos um exemplo de verbete:

**Combat 18:** organização neonazista que está associada ao Blood & Honour, surgida no Reino Unido em 1991 e existente no mundo inteiro atualmente. É conhecido por ser um grupo extremamente violento, acusado de cometer inúmeros crimes contra imigrantes, negros e judeus, além de outras minorias. O número 18 que aparece em seu nome é referência à primeira e a oitava letra do alfabeto grego, A e H, iniciais de Adolf Hitler. Dentre os crimes mais conhecidos já cometidos pelo grupo está o assassinato de Christopher Castle, membro da organização acusado de traição.<sup>XX</sup>

No plano *História, Extremismos e Tempo Presente (1989-2012)* foram levantadas até o momento da escrita desse artigo 14 análises fílmicas, entre elas *A onda* (2008), *Diário de um skinhead* (2005) e *Garotas do ABC* (2003) e *Laranja Mecânica* (1971).

Outra atividade realizada nesse plano é o a criação de um banco de notícias. Nesse banco há várias notas divulgadas pela imprensa nacional e internacional acerca de atos extremistas, de intolerância e ressurgimentos fascistas como: *Brasileiros monitoram racistas, machistas e homofóbicos na internet* (BBC-Brasil, 24/05/2014)<sup>XXI</sup>, *Kenya Massacre: Somali Extremists Targeting Christians Kill Dozens at Resort* (NBC News, 16/06/2014)<sup>XXII</sup>, entre outras entre o período de outubro de 2013 até o período atual.

No plano *Ditaduras e Tempo Presente (1950-2012)* foram catalogadas 114 teses abordando a temática de ditaduras, abordada por diversas áreas das humanidades, sendo que a

maioria é de História (42 teses), seguida por Educação (17 teses), a maior parte relata a Ditadura civil-militar brasileira.

No período final da pesquisa os dados coletados durante a pesquisa em todos seus planos de trabalho foram agrupados e disponibilizados no seguinte endereço [enciclopedia.getempo.org](http://enciclopedia.getempo.org). O material citado nesse artigo consiste no que está disponível na Enciclopédia no momento em que esse está sendo escrito. Como já dito a proposta da Enciclopédia é ter seu conteúdo periodicamente atualizado, portando seu acervo estará em constante mudança.

Os bolsistas que fizeram parte desse projeto realizaram reuniões periódicas com o orientador, onde foram discutidas obras que abordavam as temáticas do projeto, como também metodologia. Após essas reuniões os bolsistas deveriam desenvolver resenhas sobre as obras lidas. Também foram produzidos artigos para apresentações em eventos acadêmicos.

### **Considerações Finais**

Ao final desse projeto foi desenvolvida *Enciclopédia Eletrônica da Intolerância, dos Extremismos e das Ditaduras no Tempo Presente*, uma articuladora de diversos trabalhos e pesquisas feitos no Brasil e no exterior, sendo periodicamente atualizada e abastecida de novos trabalhos pela equipe do projeto. Está disponível uma versão inicial no seguinte endereço: [enciclopedia.getempo.org](http://enciclopedia.getempo.org)

Esse ambiente digital gratuito, de fácil acesso conta layout simples e autoexplicativo, visando uma maior difusão. Nele é exposto assuntos que estão ligados ao presente e que se traduzem em práticas de intolerância vistas frequentemente no cotidiano como ataque contra minorias como judeus, homossexuais, estrangeiros, negros e mulheres. Seu banco possui diversos tipos de mídias e análises, de variados níveis análises, servindo tanto ao aluno e ao professor do ensino fundamental e médio, quanto ao público acadêmico especializado.

Essa iniciativa do Grupo de Estudos do Tempo presente pretende não apenas divulgar informações, mas ampliar e divulgar o debate acerca desses temas, estimulando novas pesquisas e trabalhos que poderão vir a abastecer o acervo enciclopédico.

## Notas:

---

<sup>I</sup>MAYNARD, Dilton. *Projeto de Pesquisa Enciclopédia Eletrônica da Intolerância, dos Extremismos e das Ditaduras no Tempo Presente*. São Cristóvão: UFS, 2013.

<sup>II</sup>BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significações de uma distinção política*. São Paulo. Unesp Editora, 2011.

<sup>III</sup>\_\_\_\_\_. *Dicionário de Política*. Trad. João Ferreira, Carmem varriale et alli. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. p 458.

<sup>IV</sup>SILVA, F.C. Teixeira da. “Os fascismos” In: *O século XX: o tempo das certezas – da formação do capitalismo à Primeira Guerra Mundial*. Civilização Brasileira, 2005.p. 109-16.

<sup>V</sup>PAXTON, Robert. *A anatomia do fascismo*. Trad. Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2007.

<sup>VI</sup> *Op. Cit.*

<sup>VII</sup> Esses autores produziram trabalhos que ajudam a entender tanto o movimento skinhead como movimento cultural dos anos 1980 como Daniel Schweizer no documentário *Skinhead Attitude*. (Suíça: Dschoint Ventschr Filmproduktion, 2003) como a ligação desses grupos com a ideologia fascista, temos como exemplo as seguintes obras: MILMAN, Luis. VEZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *Neonazismo, Negacionismo e extremismo político*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000; SALAS, Antônio. *Diário de um skinhead: um infiltrado no movimento neonazista*. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Planeta, 2006; SALEM, Helena. *As Tribos do Mal – O Neonazismo no Brasil e no Mundo*. São Paulo: Editora Atual, 1995.

<sup>VIII</sup>O Boko Haram é um grupo extremista islâmico da Nigéria que tem como objetivo a criação de um estado islâmico neste país. O grupo foi criado pelo clérigo islâmico Mohammed Yusuf, que liderou um grupo de jovens radicais islâmicos na década de 1990. Ver mais em: <http://www.bbc.com/news/world-africa-13809501>

<sup>IX</sup>Estado Islâmico no Iraque e do Levante (Isis na sigla em inglês) é um grupo fundamentalista que defende a criação de um califado no norte do Iraque. Formado em abril de 2013 partir de um braço da Al-Qaeda. O Isis é liderado por Abu Bakr al-Baghdadi e afirma ter jihadistas de várias nacionalidades, principalmente de países da Europa Ocidental como Alemanha e Inglaterra. Ver mais em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-24179084>

<sup>X</sup> SANTANA, Diego Leonardo da Silva. *Enciclopédia Eletrônica da Intolerância, dos Extremismos e das Ditaduras no Tempo Presente*. Relatório final PIBIC 2013-2014. São Cristóvão: UFS, 2013.

<sup>XI</sup>SÉMELIN, 2009. A Enciclopédia dos massacres e genocídios proposta por Sémelin, a *Online Encyclopedia of Mass Violence*, encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.massviolence.org>

<sup>XII</sup>SÉMELIN, Jacques. *Purificar e Destruir: usos políticos dos massacres e dos genocídios*. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

<sup>XIII</sup> *Op. cit.* p. 534

<sup>XIV</sup> CASTELLS, Manuel. *A Galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Trad. Maria Luiza X. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

<sup>XV</sup> LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

<sup>XVI</sup> Ou armazenamento em nuvem. Configura-se no armazenamento em um servidor remoto, com livre acesso de qualquer máquina, o uso de memória física de um computador pessoal. Pode-se acessar os dados em nuvem de qualquer local e em qualquer máquina desde que se tenha conexão com a internet. Ex: Dropbox (Google) e OneDrive (Microsoft).

<sup>XVII</sup> CHATIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador; conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

<sup>XVIII</sup> <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>

<sup>XIX</sup> Verbetes é um texto escrito, de caráter informativo, destinado a explicar um conceito segundo padrões descritivos sistemáticos, determinados pela obra de referência da qual faz parte: mais comumente, um dicionário ou uma enciclopédia. O verbete é essencialmente destinado a consulta, o que lhe impõe uma construção discursiva sucinta e de acesso imediato, embora isso não incorra necessariamente em curta extensão. Geralmente, os verbetes abordam conceitos bem estabelecidos em algum paradigma acadêmico-científico, ao invés de entrar em polêmicas referentes a categorias teóricas discutíveis.

<sup>XX</sup> Verbetes produzido por Pedro Carvalho de Oliveira, integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS)

<sup>XXI</sup> Mensagens com fundos de machismo, homofobia, transfobia e preconceito ditas no cotidiano do brasileiro são monitoradas e expostas em perfis da rede.

<sup>XXII</sup> Extremistas atacaram uma cidade costeira queniana, matando aqueles que não eram muçulmanos ou que não conheciam a língua somali.



## **ESTUDO PERLIMINAR SOBRE POSSÍVEIS LEGADOS DA COPA DO MUNDO DE 2014 EM CUIABÁ**

Kelen Katia Prates Silva – Graduanda- UFMT

Francisco Xavier Freire Rodrigues – Doutor UFMT – Orientador

### **RESUMO:**

Esta pesquisa, em andamento, tem como tema “Os possíveis legados da Copa do Mundo da Fifa de 2014 no futebol profissional de Mato Grosso”. Analisamos as percepções da população de Mato Grosso sobre os principais impactos da Copa do Mundo em Cuiabá, aplicamos questionários e entrevistas com alunos de Ensino Médio e Superior da Capital de Mato Grosso. As observações preliminares indicam posições otimistas e pessimistas em relação à realização do evento. Verificamos a elevação da auto-estima dos Cuiabanos.

Palavras- chave: Copa do Mundo, percepções da população, legados.

### **ABSTRACT:**

This research in progress, has the theme "The possible legacy of the FIFA World Cup 2014 in professional football Mato Grosso." Analyzes the perceptions of the population of Mato Grosso on the main impacts of the World Cup in Cuiabá, apply questionnaires and interviews with high school students and Higher Capital of Mato Grosso. Preliminary observations indicate bullish and bearish positions in relationship to the event. We verify the elevation of self-esteem of Cuiabá.

Key-word: World Cup, perceptions of the population, legacies.

## INTRODUÇÃO

A pesquisa “Os possíveis legados da Copa do Mundo da FIFA de 2014 no futebol profissional de Mato Grosso”, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), está sendo desenvolvida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Esporte, Cultura e Sociedade, tendo inícios em 2012. O GEPECS (Grupo de Estudos e Pesquisas em Esporte, Cultura e Sociedade) é coordenado pelo professor Dr. Francisco Xavier Freire Rodrigues, lotado no departamento de sociologia e política da Universidade Federal de Mato Grosso. O Grupo se encontra consolidado na UFMT e conta com membros das áreas de sociologia, história, educação física, ciências contábeis, saúde coletiva e comunicação social, sendo alunos de Graduação e Pós-Graduação.

Trata-se de um estudo acerca dos preparativos da Capital de Mato Grosso para sediar jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e das percepções da população acerca dos impactos deste megaevento esportivo na Capital mato-grossense, tomando como amostra os estudantes. A ideia é fazer uma investigação dessas percepções no período do megaevento e Pós-Copa.

Os objetivos da pesquisa são basicamente: (a) Investigar os impactos da Copa do Mundo de 2014; (b) Estudar as ações do poder público (Governos estadual e municipal) nos preparativos da cidade para receber os jogos do Mundial de Futebol de 2014; (c) Verificar e analisar as percepções dos moradores de Cuiabá acerca dos Impactos (benefícios/prejuízos trazidos pelo megaevento (Copa do Mundo Fifa); (d) Identificar as principais mudanças estruturais e simbólicas na esfera futebolística de Cuiabá/MT em decorrência deste fenômeno esportivo.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, utilizaremos como técnicas: revisão bibliográfica, pesquisa documental, entrevistas, questionários, fotografias, filmagens entre outros. A Copa do Mundo pode ser entendida como um agregado simbólico, mesmo que esteja diretamente permeado por dimensões materiais. Os eventos esportivos de grande porte (copas de futebol, natação, ginástica, as olimpíadas) se desenvolveram em estreita sintonia com a lógica capitalista. É evidente que as Copas do Mundo são lucrativas para agências que as promovem. As Copas do Mundo são bens culturais (Bourdieu, 1990) pertencentes ao campo do entretenimento, como outros bens (cinema, teatro, música). Na verdade, trata-se de um evento que é um

dos mais elaborados produtos da indústria cultural ligada ao mundo esportivo. Esta proposta de investigação justifica-se pela necessidade de produção de conhecimento científico sobre as práticas esportivas em Mato Grosso, com ênfase nos impactos sócio-econômicos e culturais dos megaeventos (Como é o caso da Copa do Mundo de 2014) em Cuiabá/MT. Com isso, busca-se suprir uma lacuna existente na literatura sociológica especializada nos estudos do fenômeno esportivo como um campo profissional em Mato Grosso. Esta é uma das razões da realização deste trabalho, pois é função do pesquisador contribuir com a produção do conhecimento nas mais diversas áreas do saber.

## AS ALTERAÇÕES URBANAS ANTES DO MEGAEVENTO

Para sediar a Copa do Mundo as cidades-sede se propõem a realizar obras urbanas para receber o megaevento esportivo, alegando que este gerará um legado social. Segundo a SECOPA as principais obras realizadas para receber a Copa do Mundo FIFA em Cuiabá foram: Arena Pantanal; Entorno da Arena; Mobilidade urbana; Veículo leve sobre trilhos VLT; Campos oficiais de treinamento COT; Aeroporto; Turismo e segurança pública.

Em geral os megaeventos esportivos modificam o desenvolvimento e a paisagem da cidade-sede, essas transformações repercutem no nível regional e nacional. Partimos das construções teóricas de Fernando Telles Ribeiro (2008), que considera que o desenvolvimento urbano sofre impactos decorrentes da implantação de:

• *Estruturas Primárias de Esporte & Lazer*

1. Estádios
2. Arenas Cobertas / Velódromo
3. Instalações especiais:
  - Piscinas
  - Estádios de Remo



- Instalações de Tiro

- Instalações Eqüestres

• *Estruturas Secundárias – Habitação & Recreação*

1. Vila Olímpica & Vila da Mídia

2. Centro de Imprensa e Mídia

3. Instalações de Treinamento

4. Parques

• *Estruturas terciárias – Tráfego & Obras*

1. Tráfego: Aeroporto, Transportes de Massa, Estradas

2. Turismo: Hotéis, Atrações

3. Lixo, Telecomunicações, Cabos de Fibra Ótica, etc.

Hospedar um megaevento implica em uma possibilidade de destaque no cenário político, nacional e internacional, e por isso o discurso oficial que justifica o esforço ao recebimento desses eventos se relaciona a benefícios tais como econômicos, adquiridos através dos investimentos públicos e privados, conquistas sociais, normalmente relacionados à geração de emprego e renda; inclusão social das camadas mais vulneráveis da população. Ou seja, aos impactos e legados que um megaevento esportivo pode proporcionar a uma localidade (HARVEY, 1996).

O discurso reproduzido pelo governo de Mato Grosso evidencia e enfatiza de forma maximizada os possíveis ganhos econômicos durante e após a Copa do Mundo 2014. Quase nunca citando, por exemplo, quem usufruiria dessas “mudanças positivas” que a Copa traria para Cuiabá ou se essas transformações do espaço urbano seriam de fato benéficas. Segundo o estudo realizado na Golden Goal Sports Venture:

Na realidade, a maioria dos estudos encomendados pelas cidades candidatas apresentam impactos econômicos tão positivos que acabam servindo de base para justificar os investimentos públicos. O problema é que a análise de eventos passados não confirma as previsões iniciais, e as cidades-sede acabam ficando com um legado de dívidas e infraestruturas ociosas e de manutenção cara, que acabam colocando em dúvida a viabilidade da realização dos jogos. (GOLDEN GOAL, 2010, p.2)

As cidades que se candidataram a sede da Copa do Mundo FIFA 2014 passaram por várias adequações para atenderem o padrão exigido pela FIFA (Federação Internacional de Futebol Associados). As obras urbanas interferiram de forma direta na vida da população e por este motivo o Estado justificou os “desconfortos momentâneos” com a abrangência dos resultados depois de concluídas as obras. Esse discurso de desenvolvimento e modernidade via megaevento esportivo (Copa do Mundo) traz uma relação automática entre as mudanças realizadas e o desenvolvimento da cidade e de sua economia.

Para analisar o processo de convencimento do Governo na tentativa de amenizar os aspectos negativos da Copa, é importante conceituar megaeventos. Maurice Roche (2001) considera que:

Megaeventos são eventos de larga escala cultural (incluindo comerciais e esportivos) que tem uma característica dramática, apelo popular massivo e significância internacional. Eles são tipicamente organizados por combinações variáveis de governos nacionais e organizações internacionais não governamentais e ainda podem ser ditos como importantes elementos nas versões “oficiais” da cultura pública (ROCHE, 2001, p. 1).

A realização do megaevento proporciona a cidade ou a região legados. “Entende-se por legado algo que se recebeu, ou melhor, que deixou a outrem ou a posteridade” (MAZO, 2008). Em geral, os megaeventos deixam cinco tipos de legados, sendo eles: infra-estrutura, saber e conhecimento, imagem, economia, comunicação e cultura. Villano et. al (2008, p. 49) aponta cinco aspectos como possíveis legados de um megaevento esportivo, sendo eles: a) Legados do evento em si; b) Legados da candidatura do evento; c) Legados da imagem; d) Legados de governança e e) Legados de conhecimento.

O anseio da população cuiabana por modernidade proporcionou um evidente contentamento populacional ao ser escolhida sede da Copa do Mundo FIFA 2014, contudo, os atrasos nas obras e os impactos negativos – sendo de mobilidade, de redução de investimentos e outras áreas ou da própria incerteza de estar preparado para receber um megaevento – casou nos moradores um questionamento sobre os legados da Copa do Mundo realizada em Cuiabá.

## **LEGADOS E IMPACTOS DOS MEGAEVENTOS**

Os legados, definidos como heranças dos megaeventos esportivos, são divididos em tangíveis e intangíveis:

Dentro dessa variedade de legados possíveis, podemos categorizá-los em tangíveis e intangíveis. Assim pode ser considerado legado tangível toda a infraestrutura do megaevento, pois ela é suscetível a análise econômica de custo-benefício. Já o impacto cultural do megaevento, pode ser considerado legado intangível, pois seus efeitos repercutem de modos diversos: às vezes para legitimar mudanças, outras vezes para lançar uma larga sombra sobre a cidade ou área associada a um projeto falho (POYNTER, 2007).

Todo megaevento esportivo deixa um misto de legados tangíveis e intangíveis, as mudanças causadas pelo megaevento são percebidas ao longo do tempo e através dos estudos ex-post, realizados após o evento. Para perceber legado é preciso diferenciá-lo de impacto. Sendo os impactos imediatos. Os impactos de um megaevento esportivo, por exemplo, podem ser tangíveis ou intangíveis. Impactos tangíveis se referem àqueles impactos passíveis de mensuração, como variação no emprego, PIB e fluxo turístico. Eles podem ser diretos e/ou indiretos. Os impactos diretos se referem àqueles associados diretamente à realização do evento e os indiretos se referem aos desdobramentos destes, e seu cálculo é feito por meio de um multiplicador. Os impactos intangíveis, por outro lado, são aqueles cujo aspecto subjetivo tornam a tarefa de mensurá-los muito complexa. Exemplos de impactos intangíveis são: o aumento da felicidade da população, a melhoria da imagem de uma cidade ou país perante o mundo, orgulho regional etc. Apesar disso existem algumas abordagens que possibilitam um certo tipo de avaliação sobre tais impactos (MAENING; ALMERS, 2008).

### **OBSERVAÇÕES PRELIMINARES: COPA DO MUNDO FIFA 2014 EM CUIABÁ**

Os megaeventos esportivos colocam em evidência as cidades e o país durante a sua realização, por um período o olhar da mídia está no país e cidades-sede do megaevento, aumentando sua visibilidade nacional e internacional. A população tem consciência desse fato, um de nossos entrevistados relata que: “Durante alguns dias o Brasil vai ser o centro das atenções, turistas de todo o canto viajarão para o Brasil e com isso entra dinheiro melhorando o trânsito, hotéis, hospitais, etc. (2º ANO C, EJA)”. Este processo de reconhecimento nacional e internacional gera a valorização cultural, pois os

elementos culturais ficam em maior evidência, sendo a reafirmação cultura um legado da Copa do Mundo.

Notamos uma dualidade de opiniões e pensamentos a respeito de sediar a Copa. Nas falas dos Alunos do 2º ano sobre as expectativas da Copa em Cuiabá: “Vai ser muito bom porque o Brasil vai se expandir no mundo e Mato Grosso pode ganhar muito com isso, por exemplo, nosso Pantanal, nosso turismo e muito emprego e quem sabe o futebol não cresça junto” e “A vantagem é que o país vá ser mais conhecido e vão aparecer mais trabalho para as pessoas”, observamos as expectativas positivas da Copa do Mundo em Cuiabá. Em contrapartida é visível a preocupação da população a respeito das transformações urbanas que Cuiabá passaria em tão pouco tempo para receber um megaevento, a estudante do 2º ano diz “Minha preocupação é não acabar as obras em tempo”.

Por um breve período as discussões sobre a Copa se aquietou, os moradores insatisfeitos foram momentaneamente domados pelo espírito de torcedor. A Copa não resolveu os problemas sociais, contudo com a ferramenta da mídia a visão individual de insatisfação deu lugar ao ponto de vista coletivo de festa e celebração.

Cuiabá não se caracteriza como uma cidade movida pelo turismo, porém durante a Copa era extremamente comum ver a cidade tomada por turistas de todos os lugares do mundo. O impacto social durante os 30 dias de Copa foi sem dúvida uma experiência nova para a população cuiabana.

Alguns impactos econômicos são percebidos na rede hoteleira, gastronômica, turística, prestação de serviços, etc. Os legados intangíveis já evidentes são, por exemplo, o aumento da procura por cursos de inglês, é importante notar que várias empresas ofereceram cursos de línguas de curta duração para que os funcionários estivessem preparados para receber os turistas da Copa, notamos também a reafirmação dos elementos da cultura cuiabana e mato-grossense. Durante a Copa do Mundo o governo, a população e a mídia se envolveram na exposição dos elementos que caracterizam a cultura e a individualidade mato-grossense, estas três esferas participaram do processo de reafirmação e construção da identidade regional, levando ao “outro” a identidade mato-grossense / cuiabana.

A construção da imagem da cidade é uma estratégia necessária na seleção para sede da Copa, além de atrair novos investidores. Cuiabá abordou o tema de “Copa do Pantanal”, esse slogan trás uma singularidade em relação às outras sedes. Para Capel (2010), a realização de um megaevento esportivo atrai muitos e diversos efeitos

positivos, podendo ser uma poderosa ferramenta de estratégias de marketing urbano, o que é requisitado pelas administrações locais como forma de inserir as localidades na economia mundo:

Las ciudades luchan por promocionar su imagen en el mundo, y por las consecuencias que ello tiene para el turismo y la actividad económica. Las inversiones que se realizan permiten ampliar las infraestructuras, aumentan la visibilidad internacional, mejoran algunos sectores de la ciudad, incrementan el equipamiento hotelero y la calificación de los agentes turísticos. Se considera también que un gran acontecimiento deportivo activa el consumo y permite luchar contra los procesos de desmantelamiento industrial. (p.2).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, ainda em andamento, visa analisar as perspectivas da população de Cuiabá sobre a Copa do Mundo FIFA 2014, para atingir os objetivos utilizamos entrevistas, questionários, revisão bibliográfica, pesquisa documental, fotografias e filmagens. Nosso objeto empírico são os estudantes do Ensino Médio e Superior. Abordamos uma pesquisa qualitativa e quantitativa.

Em 2012 e 2013 foram feitas cerca de 45 entrevistas com alunos do Ensino Médio e Superior, em geral percebemos uma perspectiva positiva e crítica sobre os preparativos para o megaevento esportivo – Copa do Mundo FIFA 2014. Durante a realização da Copa em Mato Grosso aplicamos cerca de 1.000 questionários, sendo a maioria dos entrevistados estudantes. Os dados da pesquisa ainda não foram tabulados, contudo percebem-se impactos intangíveis na diminuição da ansiedade em como seria a Copa do Mundo em Cuiabá; aumento da valorização cultural; edificação da identidade regional cuiabana; reconhecimento nacional e internacional da Cidade. Nosso objetivo é aplicar novamente os questionários e comparar as opiniões antes, durante e pós Copa do Mundo em Cuiabá.

O projeto busca investigar as os possíveis legados do megaevento, analisando as percepções da população (em geral estudantes) no período do megaevento e após a Copa. Observando as possíveis transformações de perspectiva com a proximidade ou distanciamento do megaevento.

Já temos um conjunto de obras e alterações na estrutura urbanística de Cuiabá como resultados da Copa do Mundo 2014, além das praças esportivas como a Arena Pantanal e os dois Centros Oficiais de Treinamento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

<<http://www.ub.es/geocrit/b3w-895/b3w-895-1.htm>>. Acesso em 11/02/2013.

2008.

CAPEL, Horacio. Los Juegos Olímpicos, entre el urbanismo, el marketing y los consensos sociales. Barcelona: Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, v. XV, nº 895 (1), 2010. Disponível em

GOLDEN GOAL. Calculando o impacto econômico de mega-eventos esportivos.

Golden Goal, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:

<[http://www.goldengoal.com.br/br/downloads/retorno\\_jogos\\_olimpicos.pdf](http://www.goldengoal.com.br/br/downloads/retorno_jogos_olimpicos.pdf)>.

Acesso em: 24 set. 2011.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaços & Debates*, 39, p. 48-64, 1996.

MAENING, W; DU PLESSIS. World Cup 2010: South African economic perspectives and perspectives policy challenges informed by the experience of Germany 2006.

*Hamburg Contemporary Economic Discussions*, n. 4, Hamburg, 2007.

MAZO, Janice Zarpellon ; ROLIM, Luis Henrique ; DaCOSTA Lamartine. Em Busca de uma Definição de Legado na Perspectiva de Megaeventos Olímpicos. Brasília: Ministério do esporte,

POYNTER, Gavin. From Beijing to Bow Bells: Measuring the Olympics Effect. Working papers in Urban Studies: London East Research Institute. March 2006 (tradução Fernando Telles).

ROCHE, Maurice. Mega-events and modernity: Olympics and expos in the growth of global culture. New York: Routledge, 2000.

RODRIGUES, F. X. F.; FONSECA, C. R. ; SILVA, K. K. P. ; VASCONCELOS, O. P.;

RODRIGUES, F. J. F. . Educação, Investimentos Públicos e Futebol: percepções de estudantes de ensino médio sobre a Copa do Mundo de 2014 em Cuiabá/MT. 2014.

Anais do V Seminário Nacional Sociologia & Política 14, 15 e 16 de maio de 2014, Curitiba – PR.

## **“foi o ressentimento em que funcionava a Mesa invadido”: os Faria Fraga e a política alto sertaneja - Caetité (1881-1889)**

Laiane Fraga da Silva (UNEB-campus-VI)

Laiane.fg@hotmail.com

Orientadora: Lielva Azevedo Aguiar

**Resumo:** A presente comunicação visa discutir a atuação política da Família Faria Fraga em Caetité, na última década do Império. Para tanto, este trabalho visa, por meio das atas eleitorais da Câmara Municipal de Caetité de 1881-1889, entrecruzadas a outras tipologias documentais, como autos criminais, compreender as rivalidades, denúncias, silêncios e articulações das elites políticas alto sertanejas em prol de sua permanência no poder nesse contexto particular da história brasileira.

**Palavras-chave:** Família Faria Fraga. Relações políticas. Alto sertão da Bahia

**Abstract:** This communication aims to discuss the political activity of the Family's Faria Fraga in Caetité, the last decade of the Empire. Therefore, this paper aims, through the electoral proceedings of the City Council of Caetité of 1881-1889, crossed the other documentary typologies, such as criminal records, understand the rivalries, complaints, silences and articulations of high political elites towards their hinterland hold on power in this particular context of Brazilian history.

**Keywords:** Family's Faria Fraga. Political relations . Atop hinterland of Bahia

### **Introdução:**

Este trabalho, tende a adentrar, nos conflitos políticos que se acirraram na década de 1880, anos finais da abolição da escravatura e, também, do regime imperial. Anos de acirramento das disputas partidárias locais e dos embates em torno da busca/manutenção de posições políticas. Para tanto, trata-se das arbitrariedades que acompanharam as eleições nesse período, como fraudes, invasões de sessões eleitorais, protestos, “intensas perseguições”, entre outras, e em todo esse contexto, como estava a atuação política da família Faria Fraga no alto sertão baiano<sup>(1)</sup>, mais especificamente em Caetité<sup>(2)</sup>.

Não se deve perder de vista que, embora tratando-se de uma família abastada<sup>(3)</sup>, a perspectiva de História Política adotada neste trabalho é aquela que, como salienta René Remond (2003): “ao se ocupar do estudo da participação na vida política e dos processos eleitorais, integra todos os atores, mesmo os mais modestos, perdendo assim seu caráter elitista e individualista”<sup>(4)</sup>. Ainda como discute esse autor, a História Política foi durante algum tempo negligenciada, pelo fato de ter sido associada a História Positivista ou factual, voltada para os “grandes feitos” dos chamados “grandes homens”. No entanto, as recentes discussões tendem

a contrapor essas ideias, associando a História Política à realidade histórica e social em sua complexidade<sup>(5)</sup>.

Por meio da documentação oficial, especialmente das atas eleitorais<sup>(6)</sup>, foi possível visualizar “as possíveis abstenções através de votos nulos ou brancos, os protocolos eleitorais, as autoridades locais envolvidas e, a partir da reunião de dados, identificar as possíveis tensões existentes nas disputas partidárias de âmbito local.”<sup>(7)</sup> e, com isso, perceber as relações políticas desempenhadas pela família Faria Fraga nos conflituosos anos de 1881-1889. Além de processos crime, sempre associados e confrontados à um relativo acervo particular da família Faria Fraga.

### **1.0 Os Faria Fraga e a política alto sertaneja na última década do Império**

O Capitão Aristides de Souza Gomes presidente da Mesa Eleitoral [...] tomou o Presidente a cabeceira da Mesa, que estava separada do recinto que não obstante ter o Presidente mandado retirar por diversas vezes, os eleitores, **todavia foi a Mesa invadida (digo) foi o ressinto em que funcionava a Mesa invadido.**<sup>(8)</sup>

Era 31 de outubro de 1881. Comumente, esta seria apenas mais uma eleição para Deputado Geral como tantas outras já ocorridas na cidade de Caetité. Já com a mesa posta, os trabalhos foram iniciados por volta das nove horas da manhã, no antigo prédio da Casa de Câmara e Cadeia. Em geral, à Mesa Eleitoral era incumbida a responsabilidade pelo processo eleitoral. Nesse sentido, seus afazeres variavam entre a chamada dos eleitores<sup>(9)</sup>, conferência dos nomes na classificação de alistamento, leitura pública do total de votos e, por fim, a fixação dos resultados na porta do edifício onde ocorrera a eleição.

Basicamente, estas eram as vias consideradas “legais” para a excussão do processo eleitoral nesse período do Império Brasileiro, ou, pelo menos, era esse o protocolo registrado em atas verdadeiras e, também, nas comumente adulteradas. Apesar dessa prerrogativa, na eleição ocorrida em 1881, cujo trecho da ata está acima citado, o escrivão, José Evangelista de Souza, escolheu não escamotear o clima tenso que pairava sobre a política alto sertaneja, em especial na cidade de Caetité. Infringiu a possibilidade de falsear a ata e registrou: “Mesa invadida (digo) foi o ressinto em que funcionava a Mesa invadido”.

Naquela eleição para Deputado Geral, disputavam Antônio Rodrigues Lima, proveniente de família caetiteense, irmão do médico e político Joaquim Manoel Rodrigues Lima, sobrinho do Barão de Caetité; e Marcolino de Moura e Albuquerque, cuja família também era de vertente tradicional e envolvida politicamente na região de Rio de Contas e na Província da Bahia como um todo. Além da invasão da Câmara, já registrada acima, nessa mesma ocasião:



“Manoel de Brito Gondim, que compareceu já no final da apuração das sedulas, e reclamou contra sua exclusão da Mesa apresentando um protesto neste sentido”<sup>(10)</sup>.

Não se sabe ao certo as circunstâncias que desencadearam a invasão da Câmara Municipal de Caetité, e a exclusão de Manoel de Brito Gondim da Mesa Eleitoral. No entanto, nesse mesmo dia, 31 de outubro de 1881, no Distrito de Paz do Gentil, pertencente a Caetité, também se registrou o seguinte fato:

**Foi apresentado a mesa um protesto pelo Eleitor Doutor João José de Faria**, o qual vai rubricado pela mesma mesa e assignado a esta acta [...] encerrou-se a presente acta que vai assignada pelos membros da mesa Eleitoral e Eleitores que queixarem.<sup>(11)</sup>

Enquanto em Caetité a eleição foi tumultuada pela invasão da Câmara Municipal e pelo protesto de Manoel de Brito Gondim, cuja família era aliada política dos Faria Fraga, no Distrito do Gentil observa-se um protesto liderado pelo eleitor e fiscal João José de Faria, apoiado por outros eleitores “que queixarem”, supostamente descontentes com tal eleição. É importante observar que, nesses idos, a política alto sertaneja vivia o início de tensões e disputas que se arrastariam ao longo da década de 1880, confluindo para embates mais intensos após a Proclamação da República, em 1889. Em meio a esse cenário de lutas partidárias e disputas de interesses estavam os Faria Fraga, no cerne de um momento singular da política brasileira e, mais especificamente, do alto sertão baiano.

## **2.0 “Desde sua eleição a actual Camara, se faz sessão é em segredo e sem testemunhas”: Cenas controversas da política no alto sertão baiano.**

Durante todo o séc. XIX, os Faria Fraga construiu relativa riqueza a partir das diversas atividades econômicas desempenhadas. Todavia, não se pode pensar nas articulações políticas dessa família sem considerar o perfil das elites políticas do Brasil, historicamente constituídas a partir das relações econômicas. Cabe pontuar que, antes da década de 1880, os Faria Fraga já tinham uma atuação política consolidada no alto sertão baiano.

Essa participação, pode ser acompanhada pelas atas da Câmara Municipal de Caetité que demonstram, a partir de 1880, uma diminuição da vigência que por muitos anos foi desfrutada pelos representantes dessa família<sup>(12)</sup>. São experiências que condicionam a permanência desses sujeitos no alto sertão baiano e permitem compreender algumas relações de poder estabelecidas nessa região.

As atas eleitorais da década de 1880, tanto as de Caetité quanto as do Distrito do Gentil evidenciam a insistência dos Faria Fraga em compor mesas eleitorais e disputar cargos locais como Juiz de Paz e Vereador. Entretanto, esses anos já sinalizavam que a política alto sertaneja

estava cada vez mais disputada, fazendo com que alguns membros dessa família tivessem apenas um voto, certamente o seu próprio voto, como aconteceu com João José de Faria na eleição para vereador de primeiro de julho de 1882 e com seu irmão, Manuel José de Faria, na eleição para Juiz de Paz em primeiro de julho de 1886<sup>(13)</sup>.

Retomando os conflitos apontados no início desse trabalho, referentes a invasões na Câmara Municipal de Caetité e protestos contra as eleições de 1881, encabeçados pelos Faria Fraga, vale considerar algumas questões para melhor compreensão desse contexto. Naquele mesmo ano, mais especificamente em 9 de janeiro de 1881, o Império do Brasil instituiu a Lei Saraiva que representou o fim das eleições indiretas no país e uma maior rigurosidade na verificação da renda para alistamento dos eleitores <sup>(14)</sup>, o que interferiu na estrutura política imperial. Nesse sentido, Maria Odila Dias (1998) ressalta que:

A Lei Saraiva (1881) após uma década de discussão relatada nos anais do parlamento, viria a acabar com as eleições primárias de votantes pobres e, conforme esperava certos políticos da Corte, restringir a prepotência dos potentes locais. Marcava o fim de uma longa etapa de cooptação da participação política formal das populações mais pobres do país. <sup>(15)</sup>

Por mais que a Lei Saraiva tenha restringido a participação política do ditos pobres no Império Brasileiro, ao se tratar de Caetité, esta questão ainda necessita de maiores esclarecimentos. Mesmo não sendo a intenção da Lei Saraiva, o que é possível afirmar é que a Lei Saraiva não coibiu a atuação de homens enriquecidos e influentes como João José de Faria e outros familiares seus, presentes na documentação histórica. No entanto, não se deve desconsiderar que “o último esforço para garantir a representação da oposição veio com a reforma eleitoral de 1881” <sup>(16)</sup>. Sendo assim, ao se compreender que a Lei Saraiva ampliou a inserção de representantes oposicionistas no processo eleitoral, é importante lembrar que, em Caetité, assim como em outros lugares, essa reforma muito provavelmente contribuiu para que se acentuassem rivalidades, acima de tudo, familiares.

Dessa forma, além dos indícios preservados na documentação histórica, é importante compreender também os silêncios e omissões, reveladores de possíveis momentos de tensão. Ao pesquisar as atas eleitorais da Câmara de Caetité foram analisados dois livros: o primeiro registrava as atas de 1881-1889, aparentemente de forma sequenciada e sem lacunas, o segundo, entretanto, registrou as atas até o ano de 1886 e, posteriormente, um período de silêncio que só foi quebrado no ano de 1893 com o registro dos trabalhos da Comissão Eleitoral de Alistamentos.

Não se sabe ao certo o que levou o escrivão João Antônio dos Santos Gumes a abandonar o registro das atas nos anos finais da década de 1880. Entretanto, é possível afirmar que esses

foram anos expressivos da disputa política alto sertaneja e que os Faria Fraga foram sujeitos atuantes nessas querelas.

De forma específica, registra-se uma cena ocorrida no ano de 1885, lembrada pelo Promotor Interino, Tenente Catão Correia de Moraes, em processo criminal, resultado dos festejos de instauração da República. Indignado com os acontecimentos que pairavam sobre a política caetiteense, o referido promotor fez uma pergunta reveladora: “Seria em regosijo a Republica que em Janeiro de mil oito centos e oitenta e cinco o réo Doutor Faria e com elle os demais coréos, munidos de armas acometterão a meza apuradora e romperão as atas eleitoraes?”<sup>(17)</sup>

Esse conflito imperceptível nas atas pesquisadas, mas evidenciado nos autos, reitera o quanto esses anos foram marcados por disputas ferrenhas, tendo os Faria Fraga como sujeitos atuantes nesse processo, por vezes agindo em nome de uma suposta ideologia político-partidária, porém, sempre buscando manter posições e interesses particulares.

Outra questão a ser reiterada é o quanto o sistema político da época facilitava uma prática arbitrária, disputada pela força, pelas armas e pelo prestígio econômico e social. Dessa forma, não é possível garantir que as atas eleitorais e outros documentos oficiais do período retratem as eleições tal como foram. Todavia, os indícios que põem em cheque a veracidade dessas fontes também são aqueles que depõem sobre a maneira como a política era exercida pelas elites locais.

Nesse sentido, Licurgo Santos Filho (1956), ao discutir as relações políticas desempenhas pela família Pinheiro-Cangussú, de Bom Jesus dos Meiras (distrito de Caetité, atual cidade de Brumado), destacou o quanto as fraudes eleitorais se arrastavam desde a primeira metade do século XIX:

Era relativamente pequeno o colégio eleitoral de Caetité. Ainda em 1879 não passava de 128 eleitores, que tantos foram os qualificados para um pleito destinado a escolher deputados à Assembleia Provincial baiana, pelo realizado “na 4ª domingo de Novembro” desse ano de 1879. Ora, trinta anos atrás, deveria ser ainda menor o numero de eleitores. Explica-se, então, a apreciável soma de cédulas da eleição de 1848 como resultantes de dispositivos da lei eleitoral, que permitia ao eleitor votar sete vezes (eram sete vagas) num mesmo candidato. Não se exclua, no entanto a hipótese de fraude desvelada, uma vez que, também sob o Império, os pleitos se marcaram por irregularidades tais como substituição de cédulas e listas, falsificação de atas e roubo de urnas.<sup>(18)</sup>

Incoerências como a “apreciável soma de cédulas” continuaram a acontecer nas sessões eleitorais da Câmara Municipal de Caetité, especialmente nos atribulados anos da década de 1880. Outra vez, foram os autos que revelaram o ocorrido. Em uma das passagens de um processo criminal envolvendo uma disputa por aguada localizada na Fazenda Barro Vermelho,

Distrito do Gentil, Comarca de Caetité, registra-se que, o Juiz de Direito da Comarca de Caetité Joaquim Antonio de Souza Spínola, tinha sido informado:

que as rendas da Camara estão sendo extraordinariamente desfalçadas pro um procurador sem fiança e já conhecido por desfalque feitas à mesma Camara no ultimo quatrienio. Desde sua eleição a actual Camara, se faz sessão é em segredo e sem testemunhas <sup>(19)</sup>

Indícios de rendas desfalçadas, sessões feitas em “segredo e sem testemunhas”, ajudam a pensar a estrutura política caetiteense na década de 1880, deixando entrever que não só os interesses políticos estavam em jogo, mas, também, interesses econômicos e as possibilidades de ganho ilícito que determinadas posições políticas facilitavam. Perceber esses indícios através de processo criminal é, contudo, um sinal do quão disputada estava estrutura política nesse período.

Ao analisar a ata eleitoral para Vereador da Paróquia de Caetité, de 20 de julho de 1881, observa-se que João José de Faria havia ficado em segundo lugar, com 55 votos, e seu concorrente, Ivo José Soares da Silva, foi eleito com 85 dos votos. No entanto, o Sr. Ivo Soares não pôde ocupar o referido cargo, uma vez que a câmara decidiu que:

não expedisse diploma ao Capitão Ivo José Soares da Silva, por serem nullos os votos que n'ele marcarão, por ser incompatível o cargo de partidor e contador que exerce nesta cidade [...] deixando a Camara tomar conhecimento da eleição das Almas, **onde houver duplicata por considerar ambas nullas** uma presidida pelo primeiro Juiz de Paz, **por ter formado a mesa as 9 horas do dia sem se esperar até as duas da tarde para se fazer a substituição dos mesários, que não compareceram, e a outra por não ter sido transcripta no livro de notas e não tendo obtido nenhum dos outros candidatos o quociente**, mandou a Camara que fossem convocados os eleitores para se proceder ao segundo excrutenio no dia 9 de agosto próximo. <sup>(20)</sup>

Ao que parece, neste processo eleitoral o Sr. Ivo Soares deixou de receber o certificado de Vereador da Paróquia de Caetité, em virtude de alguns acontecimentos impróprios ao sistema eleitoral, entre eles: “haver duplicada [cédulas] por considerar ambas nulas”. Nenhum dos episódios relatados até aqui podem ser compreendidos sem levar em consideração os conchavos políticos existentes. A exemplo desse caso, quem decidiu não expedir o certificado de vereador ao Sr. Ivo Soares? Quem era o Juiz de Paz que antecipou a eleição no distrito das Almas (atual Jacaraci-Ba)?

Não se pode desaperceber que o segundo colocado era João Jose de Faria, e que a impossibilidade do Sr. Ivo Soares assumir o cargo logo o elevaria a posição de “vereador mais votado”. Sendo assim, em meio a tantas cenas de protestos, contestações e fraudes, teria havido interferências por parte de João José de Faria, ou dos seus aliados nesse impedimento?

Em geral, não foi possível perceber as possíveis interferências de João José de Faria, quanto a certificação do Sr. Ivo Soares para o cargo Vereador da Paróquia de Caetité. Embora, as atas posteriores denunciem a inconformidade do Sr. Ivo Soares, que recorreu a decisão da Câmara no intuito de adquirir o título de vereador. Essa apelação apenas reitera as flexibilidades que permearam o sistema político imperial, notadamente na cidade de Caetité. Nesse sentido, Isnara Ivo (2001) observou que:

A lei eleitoral de 1846 (nº 387 de 19 de agosto de 1846) designou a apuração dos votos às mesas paroquiais e destinou à Câmara somente a apuração final à vista das atas. É importante lembrar que essa alteração do sistema eleitoral garantiu ao cidadão o direito de recorrer aos tribunais de segunda instância (tribunais de relação) caso não fosse qualificado como votante. A modificação na apuração dos votos explica o fato de os chefes locais entrarem em conflito durante a organização das mesas paroquiais, num processo, por eles mesmos, designado de “*luta eleitoral*”.<sup>(21)</sup>

Até aqui se observou o quanto a década de 1880 acentuou as disputas políticas no alto sertão da Bahia. Se por um lado João José de Faria se destacou pelo envolvimento em brigas e protestos que se configuravam como disputas pela manutenção do poder, por outro, as ausências frequentes dos seus irmãos Lauro Fraga, Manuel José Fraga e Joaquim José de Faria nas sessões eleitorais chamam atenção e depõem sobre outras práticas dessa família<sup>(22)</sup>, a saber, o envolvimento direto desta família, no tráfico interprovincial de escravizados.

A partir das fontes históricas é possível notar que, na maioria das vezes, as ausências de Manuel Fraga e Joaquim José de Faria coincidiram. Além disso, Joaquim José de Faria esteve ausente praticamente durante toda década de 1880. Não se pode eximir a possibilidade de algumas sessões serem realizadas “em segredo e sem testemunhas”, conforme discussão anterior. No entanto, no caso específico desses sujeitos há outro fator a ser considerado.

Como uma das atividades lucrativas dessa família foi o tráfico interprovincial de escravos. Em geral, João José de Faria aparece na documentação como o interceptor, aquele que recebe as procurações para comprar os escravos, ou seja, aquele que continuava residindo e atuando no alto sertão baiano. Por outro lado, apesar da proximidade da abolição, homens como Joaquim José Faria já haviam angariado apreciável fortuna e, nos anos finais da escravatura e do Império, já estavam estabilizados na Província Paulista.

Não se pode desconsiderar que o fim do tráfico interprovincial e a abolição, já prenunciados pela Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei do Sexagenário (1885), também contribuíram para desestruturar a atuação política dessa família no alto sertão baiano, que, como se sabe, estava amarrada a uma estrutura econômica e social de sustentação das elites do período. Mas, em vista dessas ausências é possível questionar até que ponto esses homens estavam de fato interessados nessa política alto-sertaneja.

Mas, e João José de Faria? O que o motivou a continuar em Caetité e brigar, insistentemente, por uma posição política de destaque? Essa é uma discussão a ser tratada em outras oportunidades.

### **Considerações finais:**

Objetivou-se com essa pesquisa discutir a atuação política da família Faria Fraga no alto sertão baiano, especificamente em Caetité. A princípio, este estudo buscou compreender a partir da atuação política dos Faria Fraga, a estrutura política alto sertaneja, na última década do Império. Da mesma forma, como essa família agiram perante sistema político em crise.

A atuação política dos Faria Fraga, foi observada por meio das atas da Camara Municipal Caetiteense que, entrecruzadas com outros documentos, como autos criminais, revelou rivalidades, denúncias, silêncios e articulações das elites políticas alto sertanejas em prol de sua permanência no poder. Assim, diante do recorte temporal proposto, percebe-se o quanto a estrutura política caetiteense, na década de 1880, foi efervescente. Eram fraudes, conflitos, ausências, protesto e etc., que foram evidenciados pela documentação histórica, demonstrando um período de instabilidade política para essa família.

### **Notas:**

(1) “essa denominação tem antecedentes remotos, talvez desde o século XVI, quando Antônio Guedes de Brito conquistou esse território de povos indígenas. Há quem estenda seus limites imaginários, ao sul, a grande parte do território de Minas Gerais e, ao norte, para além da Chapada Diamantina. Supõe-se que sua origem deve-se à hidrografia, referenciando-se no curso superior do rio São Francisco na Bahia, encontrando reforço na topografia, que projeta as culminâncias do Nordeste do Brasil.” Ver em: NEVES Erivaldo. *Posseiros, reideiros e proprietários: Estrutura Fundiária e Dinâmica Agro-Mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)*, tese de doutorado em história pela UFPE, 2003, p.20. Além disso, é necessário compreender que essa dominação é dotada de historicidade, uma vez que suas fronteiras foram, ao longo do tempo, modificadas. Dessa forma, na perspectiva de Ely Souza Estrela em: *Os Sampauleiros: cotidiano e representações*. São Paulo: Humanistas / FFCLC/USP; Fapesp; Educ, 2003, é possível compreender o alto sertão baiano enquanto uma região de fronteiras imaginárias que se estendem entre os Estados da Bahia e Minas Gerais.

(2) “Caetité originou-se da freguesia de Santa Ana do Caeteté, criada em 1754 e emancipou-se de Minas do Rio de Contas, através de Provisão do Conselho Ultramarino, 12 jul., 1803, executada por determinação de Decreto Régio, 26 fev., 1810.” Ver em: (NEVES Erivaldo.

*Posseiros, rendeiros e proprietários: Estrutura Fundiária e Dinâmica Agro-Mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)*, tese em história pela UFPE, 2003, p.20)

(3) “as elites são definidas pela detenção de um certo poder ou então como um produto de uma seleção social ou intelectual, e o estudo das elites seria um meio para determinar ‘quais os espaços e os mecanismos do poder nos diferentes tipos de sociedade ou os principais empregados para o acesso às posições dominantes’.” (HEINZ, Flávio M. (org.) *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2006, p. 8):

(4) RÉMOND, René. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro. FGV, 2003, p.7

(5) SEGA, Rafael. História e Política. In: *História: Questões & Debates*. Curitiba, n. 37, p. 183-195, Editora UFPR. 2002; BARROS, José D’Assunção. *História Política, Discurso e Imaginário: Aspectos de uma interface*. In: *Sæculum – Revista de História*; João Pessoa, jan./jun. 2005.

(6) Além dos livros de atas preservados pelo Arquivo Público Municipal de Caetité, foram utilizadas fontes do antigo Arraial do Gentil, atualmente Ceraíma, distrito de Guanambi-Ba, gentilmente cedidas pela Prof. Rosangela Figueiredo Miranda (IFBA). Cabe evidenciar que estes cartórios de cidades do sertão baiano guardam uma preciosidade documental capaz de preencher lacunas ainda não superadas pela historiografia, possibilitando (re)escrever uma nova história, com sujeitos e experiências ainda não evidenciados.

(7) AGUIAR, Lielva Azevedo. “*Agora um pouco da política sertaneja*”: *A trajetória da família Teixeira no alto sertão da Bahia (Caetité, 1885-1924)*, 2011. Dissertação de Mestrado – UNEB, Santo Antônio de Jesus, Bahia. 2011, p.31

(8) APMC. Câmara Municipal. Serie Atas. Cx. 3 (1847-1920) 1881 f.1 (Grifos meus)

(9) O conceito de eleitores e votantes ainda está cheio de controvérsias, pois a “a qualificação localizava o indivíduo, atribuindo suas posses materiais e simbólicas, emergindo-o do povo anônimo ao reputar-lhe uma determinada ação política, vedada à maioria. Esta expressão nos faz raciocinar sobre a importância de ser considerado *votante* e *eleitor* como forma de distinção social.” (FARIA, Vanessa Silva de. *O processo de qualificação de votantes no Brasil Império: perfil da população votante do distrito sede de Juiz de Fora, Minas Gerais (1872- 1876)*. Dissertação de Mestrado. UFJF, 2011, p.28 *apud* Vargas 2006, p. 153-168)

(10) APMC. Câmara Municipal. Serie Atas. Cx. 3 (1847-1920) 1881 f.2

(11) Livro de atas eleitorais, folha 56, presente no cartório do Arraial do Gentil. (Grifos meus)

(12) APMC: Fundo: Câmara municipal. Grupo: Junta de qualificação. Série: Ata. Caixa: 02. Maço: 01 e APMC: Fundo: Câmara Municipal. Grupo: Junta de qualificação. Série: Ata. Caixa: 03. Maço: 02

(13) APMC: Fundo: Câmara municipal. Grupo: Junta de qualificação. Série: Ata. Caixa: 02. Maço: 01 e APMC: Fundo: Câmara Municipal. Grupo: Junta de qualificação. Série: Ata. Caixa: 03. Maço: 02

(14) “A reforma proposta pelo Decreto nº 3029, de 9 de janeiro de 1881, significou o fim das eleições indiretas no país. No novo sistema de eleições diretas, era considerado eleitor todo cidadão brasileiro que tivesse renda líquida anual não inferior a duzentos mil réis, por bem de raiz, indústria, comércio ou emprego. Todavia, mesmo mantendo o censo em 200\$000, os critérios exigidos para a verificação da renda se tornaram mais severos e proibiu o voto do analfabeto, determinando que para ser incluído no alistamento de eleitores, além de requerer e provar estar em condições de ter adquirido as qualidades de eleitor, o cidadão deveria saber ler e escrever (FARIA, Vanessa Silva de. *O processo de qualificação de votantes no Brasil Império: perfil da população votante do distrito sede de Juiz de Fora, Minas Gerais (1872-1876)*. Dissertação de Mestrado. UFJF, 2011, p.52)

(15) DIAS, Maria Odila L. da Silva. Sociabilidades sem História: votantes pobres no Império, 1824-1881. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2005, p.71

(16) VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro; Objetiva, 2002, p. 225

(17) APEB. Sessão: Judiciário. Série: Processo Crime. ID: João José de Faria e outros. Est. 26, cx. 912 d-2Folha- 209 frente

(18) SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 65

(19) APEB. Sessão: Judiciário. Série: Processo Crime. Réu: Leolino Ribeiro da Silva. Classificação: 01/ 37/06. 1889. Autos com 104 fls. Processo crime foto 277/278

(20) APMC: Fundo: Camara Municipal. Grupo: Junta de qualificação. Série: Ata. Caixa: 02. Maço: 01. F. 21f. (grifos meus)

(21) IVO, Isnara Pereira. *Poder local e eleições na Imperial Vila da Vitória durante o século XIX* In. *Varia História*, Belo Horizonte, nº 24, 2001, p 135

(22) APMC: Fundo: Câmara municipal. Grupo: Junta de qualificação. Série: Ata. Caixa: 02. Maço: 01 e APMC: Fundo: Câmara Municipal. Grupo: Junta de qualificação. Série: Ata. Caixa: 03. Maço: 02



## **PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO: ATUAÇÃO POLÍTICA NO ALTO SERTÃO DA BAHIA (Vila de Brumado 1930 – 1933)**

Laina Mara de Oliveira Silva<sup>i</sup>

**Resumo:** Este trabalho analisa a atuação do Partido Social Democrático na Vila de Brumado entre os anos de 1930 a 1933. Nessa perspectiva, visa discutir o panorama político nacional, bem como, o papel do diretório de Brumado frente às nuances políticas do contexto pós-1930, período em que se estabeleceu a Assembleia Constituinte para a reconstitucionalização do país, em 1934. Discute as peculiaridades assumidas por esse partido no âmbito local, identificando, também, a articulação de grupos políticos do alto sertão baiano nesse contexto.

**Palavras-Chave:** Partido Social Democrático; Vila de Brumado; Juracy Magalhães.

**Abstract:** This paper analyzes the performance of the Social Democratic Party in the Village of Brumado between the years 1930-1933. This perspective, aims to discuss the national political scene, as well as the role of the directory Brumado face political nuances of the post-1930 period in which it established the Constituent Assembly to reconstitucionalization the country in 1934. Discusses the peculiarities assumed by that party at the local level, also identifying the articulation of political groups in high Bahian backlands this context.

**Keywords:** Social Democratic Party; Village Brumado; Juracy Magalhães.

**A FORMAÇÃO DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO NA VILA DE BRUMADO: “uma das moléculas do grande Partido Nacional a ser organizado [...] com o efectivo de sustentar e defender a mentalidade revolucionária “Outubrista”:**

Conforme ressalta CARVALHO (2005 p.45-6) passado um ano do movimento outubrista de 1930, as lideranças políticas da Bahia ainda encontravam-se desarticuladas. Esse cenário só começou a mudar no momento em que a campanha pró-constituente de 1932 ganhou força, fase em que ocorreu no país uma demanda pela reconstitucionalização a favor da Assembleia Constituinte<sup>ii</sup> de 1933.

Assim o panorama de conflito no Brasil pós-revolução de 1930 se estabeleceu sob forte fragmentação política. Na visão de (CABRAL, 2011, p.9), as principais ações do Governo Provisório evidenciavam as questões econômicas, políticas e sociais que deveriam ser enfrentadas para a recondução do Estado e fortalecimento da sociedade diante do complexo cenário de mudanças.

Nesse período, inicia a retomada das articulações partidárias para indicação dos candidatos que disputariam as eleições para representação na Assembleia, que se encarregaria de elaborar o novo projeto Constitucional para o país. Outro fator a dar força a esse momento de reconstitucionalização é a criação da Liga de Ação Social e Política-LASP, que de acordo com Patrícia Carvalho (2005) foi organizada em apoio á Revolução Constitucionalista de São Paulo<sup>iii</sup>.

Foi em meio a esse contexto que surgiu o Partido Social Democrático (PSD) criado pelo então interventor da Bahia Juracy Montenegro Magalhães<sup>iv</sup>. O PSD foi consolidado em um congresso partidário que reuniu 346 representantes municipais. Desde então os diretórios do partido foram disseminados na maioria dos municípios baianos, inclusive na Vila de Brumado, conforme se observa no trecho da ata da primeira sessão do PSD nesta vila:

Para afirmação do partido Bahiano que constitui uma das moleculas do grande Partido Nacional a ser organizado na capital da Republica com o efectivo de sustentar e defender a mentalidade revolucionária “Outubrista” na próxima eleição da constituinte cumpria a esta directoria delegar poderes de quem os representam na aludida convenção, ao que se decidem [sic], recaísse essa delegação no Exmo Sñr Conselheiro Braulio Xavier da Silva Pereira aquém se comunicasse por telegrama que lhe servirá de credencial esta resolução.<sup>v</sup>

O nascimento do PSD em Brumado foi marcado pelas discussões em torno da representação deste diretório na Convenção da Constituinte, designada ao Cons. Bráulio Xavier da Silva Pereira, político influente no âmbito da política estadual, oriundo de Caetité, cidade a qual pertenceu até 1877a Vila de Brumado, e originário do berço político da família do Barão de Caetité e do ex-Governador baiano, Joaquim Manuel Rodrigues Lima(1845-1903).

Dessa forma, é possível compreender a atuação do Cons. Bráulio Xavier, herdeiro legítimo de uma tradição política que se arrastava desde os anos do Império, nesse momento que se pretendia “revolucionário” e “inovador”, enquanto uma figura

representativa para outros políticos tradicionais que se vincularam ao PSD, como se verá mais adiante.

Conforme aponta Patrícia Carvalho (2005), aparentemente a designação de Juracy Magalhães para assumir a interventoria do Estado Bahia, em 1931, foi bem acolhida, porém, essa aceitação inicial durou pouco, uma vez que a rejeição da oposição logo se aflorou. As manifestações de oposição se deram principalmente através da imprensa, como relata a autora:

[...] os primeiros ecos de desaprovação ao novo interventor se manifestariam essencialmente por meio das páginas do *Diário da Bahia*, jornal ligado a José Joaquim Seabra. As razões seriam particularmente políticas [...] O jornal *A Tarde*, de propriedade de Ernesto Simões Filho, que fora exilado do País pela Revolução de 30 e que construiria um dos principais adversários políticos de Juracy nas eleições de 1934 para o governo constitucional [...] (CARVALHO, 2005, p.17).

Para Aruã Lima (2009) o início da consolidação política de Juracy Magalhães na Bahia aconteceu de forma tumultuada. Entre outros fatores, destaca-se o fato dele não ser baiano e estar ocupando o cargo de Interventor do Estado, o que ia contra as aspirações de outros políticos baianos, a exemplo de J.J. Seabra<sup>vi</sup>. No entanto, o que contribuiu para a permanência de Juracy Margalhães no cargo de Interventor foi justamente a estratégia aparentemente contraditória de se aliar às “velhas lideranças” políticas da Bahia.

Para isso, “Juraci Magalhães precisou reconstruir as relações de poder entre as diferentes esferas substituindo o que ele chamou de ‘chefes locais’”. (LIMA, 2009,p.4). Nesse sentido, o autor ressalta ainda que, partindo da compreensão de outra nuance da política regional, o poder dos coronéis dos sertões, Juracy não hesitou em concentrar esforços na conquista das lideranças locais no interior do Estado:

Mas eu organizei bem a política municipal. Por exemplo, o Gileno Amado era chefe de Itabuna e contra o João Mangabeira. Com o meu apoio, ele ganhou espetacularmente. Em Ilhéus, também era o João Mangabeira, e eu botei o Arthur Lavigne, a quem fiz candidato a deputado federal, e foi eleito. Entreguei a chefia a ele. Assim fui organizando a política. Francisco Rocha, que tinha sido do grupo legalista, aderiu á Revolução. Entreguei a ele Barreiras, a área do São Francisco [...]. (MAGALHÃES, 1981, p. 74-*Sapud*: LIMA, 2009, p. 25).

Nesse sentido, Patrícia Carvalho (2005) mostra que, além da conquista de aliados na capital, o precursor do PSD não tardou a colocar em prática outra estratégia de

“sobrevivência política”, começou excursões pelo interior do Estado, com vistas a conhecer a realidade dos municípios e os chefes políticos locais, uma vez que o apoio dessas lideranças seria fundamental para a dominação política que lhe daria sustentação na vida pública.

Até o momento não há indícios de que Juracy Magalhães tenha passado pela Vila de Brumado, no entanto, esse projeto de recrutamento das lideranças locais pode ser observado por meio de “uma circular do Exm<sup>o</sup> Sr Capitão Juracy Montenegro Magalhães eminente Interventor Federal neste Estado dirigida às Prefeituras Municipais sobre assuntos da maior relevância política”, documento que chegou às mãos do Intendente da Vila Brumado, Pe. José Dias da Silva e foi compartilhado com o diretório em outubro de 1933:

Neste momento em que se estão procurando as demandas decisivas do reingresso do Paiz nos quadros Constitucionais, por uso que se “aproxima o dia em que o povo brasileiro através dos seus legítimos representantes na Constituinte terá de escolher o Presidente Constitucional da Republica”.<sup>vii</sup>

Neste contexto, Juracy Magalhães estabeleceu uma estratégia de recrutamento dos chefes políticos do interior, dividindo o Estado em amplas coligações municipais, colocadas sob o comando de influentes chefes locais e instalando também a Coligação Sertaneja e a Aliança Social e Política Municipal (ASPM).<sup>viii</sup>

Diante do desmantelamento da oposição e das divergências pessoais entre os seus membros, o interventor conseguiu ganhar terreno e atrair aliados para constituir o seu grupo político, assegurando, em um primeiro momento a governabilidade, e, em seguida, a organização partidária que resultaria na formação do Partido Social Democrático-PSD, instalado oficialmente em 24 de janeiro de 1933. (CARVALHO, 2005, pág. 54).

Essa autora enfatiza que (2005, p.51) dessa forma o PSD conseguia reunir às fileiras oligárquicas como coronéis e políticos da antiga ordem e os “revolucionários”, “sem deixar que as vaidades pessoais se sobrepusessem” revelando assim a existência de uma aliança forte e centralizadora.

Em Brumado, a cúpula local do partido foi composta pelo presidente: Fidelcino Augusto Santos, que havia sido Intendente municipal no ano de 1922; Vice-presidente: Major Casimiro Pinheiro de Azevedo; Primeiro secretário: Capitão Abilio da Silva Leite; Segundo secretário: Major Tertulino Meira e os demais membros foram: Capitão

Teofilo Alves de Lima, Capitão Clotildes da Silveira Santos, Capitão José Augusto dos Santos, João Qualberto de Souza, Pedro Ulisses Canguçu, Wenceslau Rizerio de Carvalho, Major Jovino de Miranda Britto e o Major Amelio Alves dos Santos, Dr. Mario Meira, Marcolino Rizerio Moura, intendente em 1915, e o intendente Pe. José Dias Ribeiro da Silva.

Pelo que se observa os membros do diretório brumadense não eram homens recém-ingressos na vida política, ao contrário, descendiam de famílias tradicionais como os “Canguçu”, “Rizério” e os “Meiras”, entre outras atuantes no cenário político local, bem como, ostentavam títulos da extinta Guarda Nacional<sup>ix</sup>, como Capitão e Major e, certamente, tratavam-se, em sua maioria, de homens de elevada condição financeira

O presidente do Partido local, Fidelcino Santos, irmão do membro partidário José Augusto dos Santos, é descrito de forma enaltecedora no livro “Recordar é Viver” de autoria do seu genro Agnelo Azevedo. Em sua obra, como é descrito como: “grande lavrador de algodão, sertanejo que mesmo sem frequentar escolas conseguiu administrar com grande esforço seu patrimônio”.(AZEVEDO, s.d.,p.43).

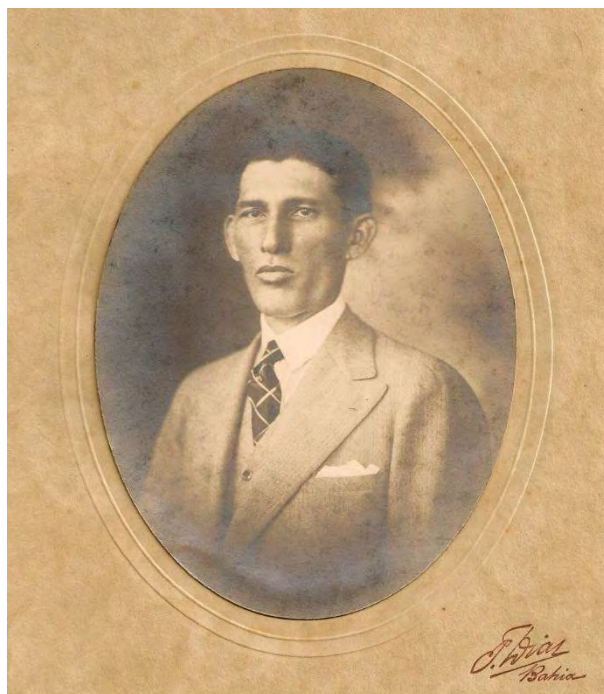


Figura 01: Fidelcino Augusto Santos. S.d. Fonte: Acervo Documental- Arquivo Histórico Municipal de Brumado.

Fidelcino Santos foi um homem de negócios, desenvolveu várias atividades comercialização de tecidos; criação de bovinos; plantação de cana-de-açúcar e beneficiamento de algodão. Foi proprietário de um extenso domínio territorial dividido entre as fazendas São José, São Gonçalo, Salobra, Caldeirão da onça, Santa Bárbara, Lagoa da Rosa entre outras (AZEVEDO, s.d., p.43).

Dessa forma, percebe-se o quanto a vida de Fidelcino Augusto se confunde com a de outros políticos da região, proprietários abastados que conseguiram acumular posses e se posicionar no patamar do prestígio social e político do alto sertão baiano.

Marcolino Rizerio de Moura, seu tio e também membro do PSD, já provinha de uma atuante vida política, visto que foi Intendente Municipal por vários mandatos. Outro membro do PSD brumadense, Mário Meira (1880-1954), era médico renomado no Município.



Figura 02: Marcolino Rizerio de Moura e Dr. Mário Meira .S.d. Fonte: Acervo Documental- Arquivo Histórico Municipal de Brumado.

Em 1933, data da fundação do PSD em Brumado, a administração local estava nas mãos do Prefeito Interino, Padre José Dias (1880-1937). De acordo com o memorialista Antônio Torres (2012), o Pe. “Zé Dias” nasceu em Portugal e veio residir no Brasil devido a perseguições, pelo fato de se posicionar a favor da Monarquia. Em 1912 assumiu a Paróquia de Bom Jesus dos Meiras, tendo, pelo visto, se envolvido largamente com a política local.

Segundo o memorialista Antonio Torres (2013), o partidário Wenceslau Rizerio de Carvalho (1902-1981) se destacou na política, sendo eleito vereador e primeiro presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Brumado por eleição popular. No exercício de vereador fez indicações de interesse do município e logrou êxitos em várias indicações junto ao Governo de Juracy Magalhães.

O “recrutamento” de homens como esses nas fileiras do PSD em muito explica a política baiana desse período. Dessa forma, quando a oposição conseguiu se rearticular, Juracy Magalhães já havia consolidado sua base política trazendo para seu lado não apenas coronéis detentores do capital eleitoral, mas, também, representantes do capital econômico como lideranças vinculadas a Associação Comercial da Bahia<sup>x</sup> e os intelectuais representados por bacharéis e magistrados, detentores do capital político na Bahia. Assim, ele constituiu uma importante base de apoio na construção de sua estratégia de permanência no poder que culminaria com a eleição, em 1934, para Governador do Estado, que o faria um dos principais líderes políticos baianos. (CARVALHO, 2005, p.27).

Às vésperas do pleito de 1933, a composição partidária da oposição encontrava-se organizada por Octávio Mangabeira, liderando a LASP a distância, e J.J Seabra, organizando-se em torno do Partido Democrata. Essa tentativa de articulação por parte da oposição demonstrava certa fragilidade política. No entanto, ainda assim, se discutiu a possibilidade de apresentar uma chapa. Enquanto isso salienta (CARVALHO, 2005, p. 71), o PSD de Juracy Magalhães seguia coeso rumo às eleições:

Marcadas as eleições para 3 de maio de 1933, Juracy Magalhães já havia visitado mais de 60 municípios das diversas regiões do Estado, conquistando adeptos e selando fidelidade política que sobreviveria à década de 30.

Essa autora também discute a escolha dos representantes populares para a Assembleia Constitucional que se encarregaria de elaborar o novo projeto Constitucional do país, bem como, o desenrolar das eleições de 1933, em que inscreveram as legendas do Partido Social Democrático a “A Bahia ainda é Bahia” reunindo os principais opositores do PSD; “A Bahia não se dá” e “Para a Assembleia Nacional Constituinte”.

Foi decisivo o resultado satisfatório para o partido de Juracy Magalhães<sup>xi</sup>, consequência das estratégias políticas arregimentadas na capital desde sua chegada à Bahia, da desarticulação da oposição e das forças reunidas junto aos chefes locais do interior que

eram também representantes locais do PSD. Era, contudo, uma estratégia paradoxal a ideologia revolucionária do movimento outubrista de 1930, que em seu sentido prático se qualificou apenas como um movimento político, defendido por Juracy Magalhães que utilizou de cooptação das antigas lideranças locais para assegurar sua interventoria e posteriormente a governabilidade da Bahia:

Está vencida a nossa batalha eleitoral. Creio ter cumprido rigorosamente a missão que Vossa Excelência me confiou. A Bahia é hoje um dos maiores pontos de apoio da Revolução e de seu Governo. Espero que Vossa Excelência não esqueça as suas possibilidades de cooperação, dando-lhe um lugar de relevo na nova organização constitucional do Brasil, a que fazem jus os serviços intimáveis prestados á nossa causa e ás suas velhas tradições na política brasileira.(CARVALHO,2005,p.84)<sup>xii</sup>

Na concepção da autora Ana Luiza Pinho (2009, p.08):

Para governar o Estado o novo interventor abriu mão das ideologias tenentistas, sem demonstrar constrangimento em esquecer o código dos interventores e não por em prática a mais importante medida: a reforma dos municípios – outra atitude que agrada aos coronéis.

. Assim, a estratégia política de Juracy Magalhães se consolidou através de velhas práticas se aliando aos chefes locais, e divergindo dos ideais tenentistas, a que também é perceptível em Caetité, cidade vizinha a Vila de Brumado, no alto sertão da Bahia.

### **OUTRAS ARTICULAÇÕES DO PSD NO ALTO SERTÃO DA BAHIA:**

Outra possibilidade de compreender melhor a atuação do PSD na Vila de Brumado é entendendo o contexto político regional. Nesse caso, observa-se também as articulações partidárias em Caetité.

Em seu estudo sobre a política alto sertaneja, no período 1885- 1924, Lielva Aguiar (2011) observou a forte oposição partidária a J. J. Seabra, disseminada pela região, na década de 1920, por um dos eminentes chefes locais de Caetité, Deocleciano Pires Teixeira. No contexto de 1930, J.J. Seabra rivalizava com Juracy Magalhães. Assim, é possível inferir que o apoio da região alto sertaneja ao Partido de Juracy Magalhães não foi uma conquista das mais difíceis, uma vez que a oposição *seabrista* já estava consolidada nesta região desde anos anteriores.



O diretório local caetiteense do PSD estava representado por Oscar Spínola Teixeira, filho do supracitado Deocleciano Teixeira, e do prefeito municipal Ovídio Antunes Teixeira, sucessor e aliado de Deocleciano Teixeira. Como se observa:

Com a posse de Góis Calmon para governador da Bahia em 1924, a família Teixeira viveu o momento de maior prestígio no alto sertão da Bahia. A vitória política brindada com o domínio sobre os cargos públicos da região, a colocação de familiares e aliados em posições privilegiadas [...] concorreram para a continuidade do seu grupo no poder, o que se estendeu até o final daquela década.

Nesse interstício, as correspondências indicam um crescente número de pedidos feitos a Deocleciano, mesmo às vésperas do seu falecimento, em dezembro de 1930, confirmando sua evidência como figura influente naquela região anos após a conquista enfatizada. Além disso, mesmo depois de conflagrado o movimento de 1930, foi o seu sucessor e aliado, Ovídio Teixeira, quem permaneceu na Intendência (Prefeitura) Municipal de Caetité. Fato que, certamente, se repetiu em outros lugares do Brasil. (AGUIAR, 2011, p. 108-9).

Em uma nota no jornal *A Penna* de 14 de fevereiro de 1933, intitulada *Partido Social Democratico*, está o informe da reunião dos congressistas para a definitiva constituição do PSD. Conforme ficou registrado, as reuniões foram iniciadas em 25 de janeiro e se prolongaram por muitos dias reunindo cerca de quatrocentos congressistas entre prefeitos municipais ou representantes dos mesmos, presidentes dos diversos diretórios políticos e jornalistas. Uma das questões discutidas na reunião foi à duplicidade de partidos no mesmo município:

As sessões ocorreram animadas, havendo calorosas discussões, principalmente sobre o que dizia a respeito a duplicidade de Partidos políticos em alguns municípios ficando estabelecido de só serem reconhecidos pelo *Partido Social Democratico* os directorios organizados pelos prefeitos municipais. Foram discutidos os estatutos desse grande partido não são eles ainda conhecidos, soubemos entretanto por muito haver informado um dos congressistas que [sic] estão sendo muito bem elaborados e que enceriam interessantes e úteis disposições . Por contar no seu selo importantes e conceituados elementos da política da jurisprudência e enfim com os verdadeiros valores em nosso Estado, o novo Partido esta fadado não somente a ter longa duração, como ainda grande aleitamento moral e político.<sup>xiii</sup>

Sobre a “duplicidade de partidos políticos em alguns municípios”, Patrícia Carvalho (2005) aponta que a medida empreendida pelo interventor nos locais onde havia

divergências, foi criar dois diretórios distintos do PSD. Embora esta estratégia tenha permitido contemplar todos os grupos interessados, na prática os antigos líderes se mantivessem a frente das representações municipais.

Carvalho (2005) salienta ainda a estratégia engajada por Juracy Magalhães na cooptação dos chefes municipais, quando utilizou do seu oficial de gabinete, Manoel Novais, para criar alianças com chefes locais. Foram realizadas excursões pelo interior presididas pelo seu oficial de gabinete, no sentido de preparar terreno político para a posterior chegada de Juracy Magalhães.

Constata-se que o jovem Manoel Novais, talvez considerado um jovem inexperiente, foi o responsável por fazer ressurgir das cinzas os velhos coronéis que àquela altura encontravam-se reduzidos ao ostracismo, após terem sido desarmados e humilhados pela Revolução de 30. (CARVALHO, 2005, p.66).

Essa autora ainda destaca que, coube a Manoel Novais estabelecer os primeiros contatos políticos entre o interventor recém-chegado à Bahia e algumas lideranças baianas como Marques dos Reis, Medeiros Neto, Artur Neiva, Homero Pires. Assim, perante a seguinte publicação do jornal *A Penna*, podemos perceber o apoio político dos representantes do município ao Partido de Juracy e a representação caetitense através de Homero Pires.

Alli chegando o Dr. Substabeleceu a representação deste município na pessoa do Dr. Homero Pires e continuou representando outros lugares. Desse modo esta a Bahia aparelhada para concorrer as [sic] elegendo os nomes de muitos dos seus mais ilustres filhos como Deputados á próxima Constituinte Caetité também não tem se descuidado. O seu Directorio Politico filiado ao da Bahia e sob a competente direção do Dr. Ovidio Antunes Teixeira esta trabalhando sem cessar pelo argumento do eleitorado neste município. Não será surpresa se o Partido daqui levar as urnas para mais de mil e duzentos eleitores<sup>xiv</sup>.

As fontes sobre o PSD em Brumado não indicam a visita do Interventor àquele município, contudo, observa-se na nota “Tenente Juracy”, do jornal *A Penna* do mês de fevereiro de 1933, os preparativos para a vinda do Interventor Federal ao Município de Caetité:

Estando definitivamente assentado a vinda esta cidade, dentro de poucos dias do Exmo. Sr Interventor Federal neste Estado, Tenente Juracy Magalhães [...] O nosso governador é esperado aqui do dia 18 a 20 deste mez. E de se esperar que em se tratando de um hospede de tão elevada

categoria, todo o povo da cidade e do Município, sem discrepancia concorra para abrilhantamento das festas que serão celebradas.<sup>xv</sup>

Como se percebe através da nota, a visita de Juracy Magalhães era aguardada na cidade de Caetité e, certamente, também pelos políticos aliados de toda região que iriam prestigiar esse acontecimento. Se a viagem não foi pelo Rio São Francisco, chegando por Bom Jesus da Lapa, obrigatoriamente o Interventor passou pela Vila de Brumado, a segunda opção para se chegar até Caetité vindo de Salvador.

De todo modo, o alto sertão baiano esperava a visita de Juracy Magalhaes. Em Caetité foram organizadas comissões para os preparos da recepção ao Interventor, e, muito provavelmente, os representantes do diretório local de Brumado também se fizeram presentes nestes festejos:

[...] o prefeito municipal e alguns distintos cavalheiros da nossa elite, convidaram diversos cidadãos representantes de todas as classes sociaes por tomarem parte em uma reunião na qual seriam dadas as providencias necessárias á recepção condigna ao ilustre visitante. No dia 12 ás 20 horas, no Paço Municipal o Dr. Juiz de direito Osvaldo Caeté Barreto de Andrade, que a convite presidiu a reunião o Dr. Jorge Watt Silva, promotor Publico. o prefeito Municipal Dr. Ovidio Antunes Teixeira o Exmo. Revmo.Mons Luiz Pinto Bastos, Dr. Oscar Spínola Teixeira, Professor Alfredo Jose da Silva, Dr. Clovis Moreira da Cunha . Cel. Manoel Teixeira de Carvalho, Tenente José Petronildo, Cel. João Bomfim da Silva, organizaram a mesa que presidiu a reunião. Achavam se presentes outras autoridades e cavalheiros. Aberta a sessão, expoz o Dr. Caeté a fim da mesma, e em ligeiras phases enalteceu as apreciaveis qualidades do nosso futuro visitante ilustre Interventor Federal. Propoz, fossem organizadas diversas comissões encarregadas da preparação da recepção. Foram escolhidos diversos nomes, ficando organizados as mesmas comissões. Oportunamente noticiaremos esse acontecimento.<sup>xvi</sup>

Contudo, a notícia da visita de Juracy Magalhães ao alto sertão baiano não chegou a ser noticiada pelo jornal, cuja publicação foi interrompida após este número de 14 de fevereiro de 1933, voltando a circular somente em janeiro de 1940 com a publicação de notas como “Queremos Trabalhar” e “*A volta d’A PENNA á circulação*”, que abordam a interrupção do jornal:

Por diversos e múltiplos imperativos, alheios á nossa vontade, esteve paralyzada durante sete annos, a circulação d’ A penna , o único periodico

que se editava nestes recusados sertões, o porta-voz das necessidades de toda essa grande zona. Quantos e quantos dos nossos devotados e leaes amigos, daqueles que atravez todas as vicissitudes e percalços porque passavam anclosos indagavam pelo velho orgão de publicidade, [sic] sertanejos desejando voltasse ele a circular. È que forças maiores á nossas vontades como que adredemente conjugados, conspiravam contra todos os nossos esforços, impedindo nos de prosseguir com o nosso modelo periódico.<sup>xvii</sup>

Sabe-se que em 1930 faleceu João Gumes, o fundador e redator do Jornal *A Penna*. Desde então, seus filhos tentaram manter a publicação do periódico, mas, como se observa, em 1933 “diversos e múltiplos imperativos” paralisaram a “Typographia d’A Penna”. Esse acontecimento incide também sobre a falta de fontes que permitam saber mais a respeito da atuação do PSD no alto sertão da Bahia. Como foi a visita de Juracy Magalhães? Até quando durou a atuação do PSD? Quais os rumos políticos da região após 1933?

São questões que ficam para serem investigadas em pesquisas futuras.

## Considerações Finais

Este trabalho buscou analisar a atuação do Partido Social Democrático no alto sertão da Bahia, entre os anos de 1930 a 1933, sobretudo na Vila de Brumado. Através das fontes e bibliografias analisadas foi possível perceber a caracterização do processo de formação e a atuação do PSD na Bahia, bem como as faces assumidas por esse partido em âmbito local. Como se discutiu, a disseminação do PSD pelo interior baiano fez parte de um projeto do Interventor Juracy Magalhães, que utilizou alianças políticas tradicionais para o fortalecimento e criação da sua coligação partidária.

Dessa forma, observa-se que a estratégia de Juracy Magalhães, para cooptação dos velhos políticos locais e consolidação do Partido Social Democrático na Bahia, não se deu apenas nas regiões do Sul do Estado ou na região do Vale do São Francisco, mas, também, no alto sertão baiano, cuja força política nesse contexto se faz notar pela visita do Interventor a essa região, em 1933.

Esse estudo permitiu analisar o apoio que o “*Juracismo*” obteve junto aos chefes locais da região alto sertaneja, bem como a posição dos diretórios locais frente à demanda

pela reconstitucionalização do país no período pós 1930, marcada pela convocação nacional para a Constituinte de 1933.

Essa participação foi evidenciada na representação dos diretórios locais nas reuniões de âmbito estadual, bem como, sua atuação frente aos acontecimentos políticos nacionais, o que revela uma política sertaneja articulada com outras realidades.

É certo que as lideranças locais não foram apenas receptoras do novo partido que surgiu na Bahia após 1930, ao contrário, em um momento de intensas disputas políticas, aliar ao PSD foi uma forma de garantir posições políticas, sobretudo para os políticos tradicionais, aqueles cujas carreiras poderiam ser ameaçada diante da nova conjuntura nacional.

Com isso, ficou perceptível que embora a proposta ideológica de Juracy Magalhães estivesse atrelada ao movimento tenentista, identificando esse grupo para além da ideia de patente militar, e apropriando dos “ideais” do movimento de 1930, foi recorrendo a uma prática da “República Velha” que o interventor conseguiu angariar forças políticas nos principais municípios do Estado e reforçar laços com lideranças locais, a exemplo do alto sertão da Bahia. Essa postura põe em cheque os ideais revolucionários do Interventor baiano, marcado pelas contradições acima ressaltadas.

**Fontes:** Ata do Partido Social Democrático diretório de Brumado (1933-1935)  
Jornal *A Penna* 14/02/1933 e 22/01/1940

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AGUIAR, Lielva Azevedo. “Agora um pouco da política sertaneja” A trajetória da família Teixeira no Alto Sertão da Bahia (Caetité, 1885-1924). Dissertação de Mestrado UNEB: Santo Antônio de Jesus, 2011.

AZEVEDO, Agnelo dos Santos. Recordar é Viver.

BARROS, José D’Assunção. História Política, Discurso e Imaginário: Aspectos de uma interface. In: Seaculum- REVISTA DE HISTÒRIA[12]; João Pessoa. Jan. 2005.

BORDIEU, Pierre. O Poder Simbólico Tradução de Fernando Tomaz. 14º Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 2010.

BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: História e Historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). Historiografia Brasileira em Perspectiva. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1998, p. 159-182.

CABRAL, Rafael Lamera. A Contribuição da Assembleia Nacional Constituinte de 1933 para o Brasil; da Revolução de 1930 à Constituição de 1934. Cadernos Cedec nº 101, outubro de 2011.

CARVALHO, Patrícia Carneiro Santos Moreira de. “Juracy Magalhães e a Construção do Juracismo: Um perfil da Política Baiana”. Dissertação de Mestrado UFBA: Salvador 2005.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. O JORNAL COMO FONTE PRIVILEGIADA DE PESQUISA HISTÓRICA NO CAMPO EDUCACIONAL. Faced/UFC.

FALCON, Francisco. História e Poder. In CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.)- Rio de Janeiro: Campus 1997 PP61-89.<sup>1</sup>

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “Velha História”: O retorno da História Política. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol.5, n.10, p.265-271.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 26f.

FILHO, Lycurgo Santos. Uma comunidade Rural no Brasil Antigo. Ed. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1956.

GATTI, Isaura de Moura. Partido Social Democrático; Formação e Fragmentação em Passo Fundo (1945-1950). Passo Fundo, 2008.

KRENISKI, Gislania Carla P.; AGUIAR, Maria do Carmo Pinto. O JORNAL COMO FONTE HISTÓRICA: A REPRESENTAÇÃO E O IMAGINÁRIO SOBRE O “VAGABUNDO” NA IMPRENSA BRASILEIRA (1989-1991). In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

LIMA, Aruã Silva. Uma Democracia contra o povo: Juracy Magalhães, Otávio Mangabeira e a UDN na Bahia (1927-1946): Dissertação de Mestrado. UEFS: Feira de Santana 2009.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Bahia Século XIX: uma província no império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

PINHO, Ana Luiza Araújo Caribé de Araújo. De Forasteiro á Unanimidade; A ascensão política e Juracy Magalhães na Bahia no período de 1931- 1934. In; ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

REMOND, René. Uma História Presente/ Por uma História Política/[Direção de René Rémond: tradução Dora Rocha.- 2.ed.-Rio de Janeiro: Editora FGV.2003.

SARMENTO, Silvia Noronha. A raposa e a águia: J.J Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República. Dissertação de (mestrado)- Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador 2009.

**Internet:**

Acesso em <http://www.brumado.ba.gov.br/> ás 19h: 16 mim, dia 28/06/2014.

Acesso em <http://antoniontorres.blogspot.com.br/>ás 20h 00, dia 11/ 05/ 2014.

---

<sup>i</sup> Graduada no curso de Licenciatura em História, pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB/ Campus VI Caetitê.

<sup>ii</sup> Teoricamente uma Constituinte é a fórmula de organizar um novo regime democrático de estilo representativo, que esta diretamente ligada á realização de eleições e á organização de canais legais de participação e expressão políticas da sociedade civil. Como cita Angela Gomes (1996) sob as reflexões de Marilena Chauí, na experiência política do nosso país os limites estruturais de uma constituinte vigora uma composição predominante elitista. Dessa forma entende-se Assembleia Constituinte ou simplesmente Constituinte, é a realização de uma assembleia eleitos para modificar a economia e a política e definir suas regras, instituições e funcionamento das instituições de um estado.

<sup>iii</sup> CARVALHO (2005, p. 49) [...] a eclosão da Revolução Constitucionalista de 1932, que levou São Paulo a empunhar armas contra o Governo Provisório de Getúlio Vargas e atraiu a simpatia de alguns políticos baianos ligados às oligarquias depostas em 30.

<sup>iv</sup> PINHO (2009, p.1-2) Juracy Montenegro Magalhães nasceu em Fortaleza/ Ceará no ano de 1905. Em 1923 parte para o Rio de Janeiro para ingressar na Escola Militar do Realengo. Forma-se em 07 de janeiro de 1927 como segundo colocado na arma de Infantaria. Em 1928, servindo na Vila Militar do Rio de Janeiro, tem o primeiro contato com Juarez Távora e inicia sua participação nas atividades conspiratórias. Em seguida é transferido de volta para o 23º Batalhão de Caçadores em Fortaleza, onde permanece até 14 de fevereiro de 1930, quando é transferido para o 22º Batalhão de Caçadores na Paraíba; onde assume o posto de comandante de companhia. Após dois anos de participação ativa a conspiração que dará origem ao movimento revolucionário de 1930, torna-se o lugar-tenente de Juarez Távora. E, nos dias 03 e 04 de outubro de 1930, dá início ao movimento revolucionário, seguindo com suas tropas em direção ao Sul. Com a vitória da Revolução, em 1931, torna-se o secretário de Juarez Távora. Mas com todos os problemas da interventoria baiana, seu nome é indicado e ele assume o cargo no dia 21 de setembro de 1931. Em 1933 funda o Partido

---

social Democrático na Bahia, partido do governo. E, Em 14 de outubro de 1934 é eleito governador da Bahia pela Assembleia Estadual, com maioria absoluta.

<sup>v</sup> Câmara dos vereadores do Município de Brumado, 1º sessão da Ata do Partido Social Democrático.

<sup>vi</sup> De acordo com SARMENTO (2009), José Joaquim Seabra (1855-1942) foi governador da Bahia por dois mandatos, senador, deputado, duas vezes ministro, Seabra percorreu mais de cinquenta anos de atividade política, desde o Império até os últimos dias do Estado Novo. Sendo que durante essa longa e acidentada trajetória, despertou em grandes doses o amor e ódio dos seus contemporâneos.

<sup>vii</sup> 1º Sessão da ata da reunião do Diretório do Partido Social Democrático no Município de Brumado de 1933, local: Câmara de Vereadores de Brumado, ano de 2014.

<sup>viii</sup> De acordo com Carvalho (2005, p. 29) a primeira, reunia sob a liderança do coronel Franklin Lins de Albuquerque 20 municípios da região do São Francisco. A segunda compreendia 10 municípios do Nordeste baiano e era dirigida pelo engenheiro José Jatobá. A autora ressalta ainda que, como Franklin Albuquerque estava “às voltas” com a Comissão Militar de Investigação, ele não pôde assumir oficialmente a *Coligação Sertaneja*. Instalada em 19 de janeiro de 1933, na cidade de Juazeiro, coube a Nelson Xavier, diretor da Companhia de Navegação do São Francisco, a missão de líder oficial da coligação.

<sup>ix</sup> Segundo PANG (1970, p.26), a Guarda Nacional surgiu como uma instituição de prestígio no sertão e municípios do litoral, escolhendo seus membros entre a população dependente do fazendeiro [...] A família Pinheiro Canguçu, de Rio de Contas, Bahia gabava-se de ter três gerações com títulos, desde o avô, Capitão-mor Antônio, da milícia colonial, até o neto, Coronel Exupério, da Guarda Nacional. As honras militares reforçavam a já existente supremacia social e econômica do clã Pinheiro Canguçu [...].

<sup>x</sup> Representantes do setor produtivo....

<sup>xi</sup> De acordo com Carvalho (2005, P.76) dos 66.038 votos apurados no Estado, o Partido Social Democrático obteve 50.908 votos, “A Bahia ainda é a Bahia” teve 7.292 votos, “A Bahia não se dá”, teve 45 votos e “Para a Assembleia Constituinte”, 23 votos, sendo que as cédulas avulsas contabilizaram 8.300 votos. A chapa da situação elegeu 20 deputados constituintes e a oposição apenas dois: José Joaquim Seabra e Aloysio de Carvalho Filho, o presidente da Liga de Ação Social Popular (LASP). O candidato avulso, Luiz Viana Filho, apesar de bem votado, não atingiu o quociente eleitoral mínimo para garantir uma vaga na Constituinte.

<sup>xii</sup> Carta de Juracy Magalhães para Getúlio Vargas. Arquivo pessoal de Getúlio Vargas CPDOC Rio de Janeiro: FGV. GV.33.06.01/2. CARVALHO(2005, P. 84).

<sup>xiii</sup> GUMES, João. Partido Social Democrático. *A Penna* 14/02/1933, p.01.

<sup>xiv</sup> GUMES, João. Partido Social Democrático. *A Penna*, 14/02/1933 p.01.

<sup>xv</sup> GUMES, Joao. Partido Social Democratico. *A Penna*, 14/ 02/1933 p.01.

<sup>xvi</sup> GUMES, João. Tenente Juracy. *A Penna*, 14/02/1933, p.01.

<sup>xvii</sup> GUMES, João. A volta d’ A PENNA á circulação. 22/01/1940, p. 01.



## **História e temporalidade no debate político brasileiro (1830-1840)**

Larissa Breder Teixeira;

Graduação incompleta;

Universidade Federal de Ouro Preto;

Orientadora: Luisa Rauter Pereira;

[larissabrederteixeira@gmail.com](mailto:larissabrederteixeira@gmail.com);

Essa pesquisa conta com o apoio da agência de fomento FAPEMIG.

**Palavras-chave:** Representação do Povo; Temporalidade; Império do Brasil.

**Resumo:** A década de 1830 na História do Brasil pode ser visto como um período de intensas discussões a respeito da representação política e sobre a reforma constitucional. Levantavam-se questionamentos sobre a representação do povo, a modificação das instituições e o que seria a cidadania, bem como os cidadãos. O discurso político dos senadores do Brasil no século XIX nos evidencia o pensamento da época e como as questões fundamentais para a política estavam sendo tratadas.

Esse artigo se propõe a discutir o ano de 1832 na História do Brasil, que pode ser visto como um período de intensas discussões a respeito da representação política e sobre a reforma constitucional que estava sendo proposta. Levantavam-se questionamentos sobre a representação do povo, a modificação das instituições e o que seria a cidadania, bem como os cidadãos. O discurso político dos senadores do Brasil no século XIX nos evidencia o pensamento da época e como as questões fundamentais para a política estavam sendo tratadas. Conseguimos observar as mudanças que o advento da Modernidade trazia e como o Brasil respondia a tais questões. O objetivo desse ensaio é compreender os discursos sob a luz das teorias de Pierre Rosanvallon, como o político esta sendo entendido e como ocorreu essa construção.

A modernidade trouxe uma profunda modificação no entendimento das pessoas sobre como se guiar na História e como o tempo passa a ter um funcionamento diferente. As categorias históricas de Reinhart Koselleck conseguem nos mostrar de forma mais clara como ocorria à experiência do tempo, o jogo entre as categorias de tempo: passado,

presente e futuro. *Espaço de Experiência e Horizonte de Expectativa* se relacionam de maneira diferente durante a transição do Antigo Regime para a modernidade. No Antigo Regime essas categorias não eram distantes uma das outras. A experiência, a tradição, guiava os homens em suas ações. As pessoas conseguiam se orientar pelo passado, pois ele estava sempre presente, as mudanças ocorriam de forma lenta não sendo notadas facilmente. O passado guiava as pessoas, pois o presente era semelhante.

Esses conceitos tem seu relacionamento modificado na modernidade, onde as diferenças se tornam cada vez maiores. As projeções se distanciam das experiências, concebendo assim um novo tempo. O passado deixa de guiar o presente, pois as mudanças ocorreram radicalmente, não havendo mais experiências condizentes com a nova realidade. O futuro passa a ser visto como o progresso, pois o que esta a diante sempre será melhor, será um futuro aberto.

Para elucidar a teoria de Rosanvallon precisamos compreender primeiramente a definição do político. Ele estaria associado à comunidade, a ocorrência da vida comum e como seu funcionamento ocorreria. O político vem da necessidade da criação de uma ordem onde todos estão associados, existindo normas de participação bem como sua distribuição. O político não se dissocia do social, nos mostrando que suas relações refletem a maneira como ocorre o agir nelas, nos permitindo uma análise e sua compreensão.

Na sociedade moderna o político passa a adquirir outra definição. Não é mais entendida a ordem como algo natural, que definia as participações e as distribuições. Com essa mudança o político passa a ser ampliado ou até mesmo liberado, como afirma Rosanvallon.<sup>1</sup> Isso ocorre com a mudança da estrutura da sociedade, vista antes como um corpo, passa a ser entendida agora como uma sociedade de indivíduos, promovendo um *déficit de representação*. Passa a ser necessário entender quem representa o povo e como ela ocorre, entender quem é o povo, dar face a ele. Quando o corpo passa a não corresponder mais com a representação, o político passa a ser o agente que “representa” a sociedade que não possui uma forma definida da nova natureza em que se encontra. Nas sociedades modernas sente-se a necessidade de promover uma representação formada por indivíduos, que ela se torne visível e notável, tornando possível, assim, que

---

<sup>1</sup> ROSANVALLON, Pierre. Por uma História do político. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010. P.42

o povo adquira uma face.<sup>2</sup> O imperativo da representação passa, assim, a distinguir a política moderna da antiga.

A representação passa a surgir de um processo, sendo construída pelos atores de sua época. Entender o funcionamento das instituições, bem como a necessidade de alteração das mesmas nos faz entender como esse processo foi ocorrendo e em que medida ele foi surgindo

O período regencial no Brasil proporciona uma intensa revisão das estruturas institucionais. Desde o período da Independência a linguagem política mostra a busca por um povo com virtudes, que luta por seus direitos, garante sua liberdade e que defende a Nação em que vive. Essa discussão se torna ainda mais acirrada durante a Reforma Constitucional. Durante a Regência essa busca continua, com a representação governamental sofrendo alterações, nasce uma nova consciência de seu território e de seu povo. Os senadores estão constantemente definindo e tentando entender quem era o povo, com os discursos políticos conseguimos evidenciar o déficit de representação em que se encontra o Brasil. Fica clara a tentativa de definição através dos novos parâmetros da época.

O Brasil é descrito pelos senadores como um país que foi a pouco tempo civilizado, que por isso carecia de exemplos para se conduzir. Os exemplos vem de países onde há presente um Governo Representativo a muito instaurado e que conseguiram promover mudanças que se adaptavam as necessidades do povo, como Inglaterra e Estados Unidos. O senador Alencar, exemplifica em sua fala essa necessidade: “Reparemos que as Nações mais felizes na sua marcha politica são aquellas que vão paulatinamente ampliando suas instituições ao ponto, que as necessidades publicas as exigem”<sup>3</sup>

Com posições e referências divergentes, vemos brotar o embate político entre liberais Moderados e os da “velha guarda”, como os Caravelas e Cairus, os principais partidos políticos. Torna-se necessário entender suas questões para entendermos como eram construídos seus posicionamentos. Promoviam a manutenção da ordem em primeiro

---

<sup>2</sup> ROSANVALLON, Pierre. Por uma História do político. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010. P.43

<sup>3</sup> Anais do Senado do Império do Brasil: segunda sessão da primeira legislatura. Primeiro Tomo. 1832. p. 115

lugar e não pensavam em reformas sociais ou econômicas. Eram contrários também as reformas políticas, defendendo dessa maneira uma centralização político-administrativa.

Intrinsecamente ligado a esse discurso, vemos a ideia de marcha para o progresso, onde as Luzes iriam proporcionar que o Brasil alcançasse a liberdade, mesmo que isto pudesse ser considerado utópico. A marcha para o progresso não significava na visão de um moderado, romper com a Monarquia, mas fortificar o que fosse necessário e por as Instituições em harmonia com a necessidade e os sentimentos dos Povos. “Os nossos destinos são bem diversos; nós devemos marchar a par dos progressos das luzes da civilização: e se tudo muda no homem e em roda delle, como deixarão de mudar as suas instituições?”<sup>4</sup>

Cabia assim, aos políticos ensinar e conduzir o povo brasileiro. Apoiando-se em exemplos históricos, que legitimavam muitas vezes seu discurso, mostravam como o destino de outros povos não foi feliz por não seguirem seus legisladores. Era necessário assim tomar um rumo contrário, como ressalta o senador Almeida e Albuquerque que em seu discurso ressalta o infeliz destino dos Lacedemonios. O debate que promoviam mostra à necessidade de se conduzirem pela razão, as paixões deveriam ser deixadas de lado, a virtude deveria estar presente no povo, tópica que já era discutida no meio político e na filosofia, desde o século XVII.

Na segunda discussão, em que hão de ser examinados cada um dos paragraphos deste Projecto, cumpre que nos armemos com a égide impenetrável da razão contra as vozes de um Povo allucinado e conduzido de boa fé pelos interessados de facções. Em tempos de partidos, na effervescencia das paixões, difficil é, para não dizer impossível, conseguir o conhecimento da verdadeira opinião publica.<sup>5</sup>

Vemos que a noção de futuro aberto esta presente, mesmo que ainda não conseguimos caracterizá-lo definitivamente, o Brasil tinha condições de caminhar rumo ao progresso e por isso deveria ser conduzido. Era necessário que a experiência de um país civilizado,

---

<sup>4</sup> Anais do Senado do Império do Brasil: segunda sessão da primeira legislatura. Primeiro Tomo. 1832. p.144

<sup>5</sup> Anais do Senado do Império do Brasil: segunda sessão da primeira legislatura. Primeiro Tomo. 1832. p.144

que promovesse as virtudes dos povos fosse solidificada. Uma vez que essa experiência fosse absorvida, os políticos, os governantes do povo, conseguiriam se guiar perante as adversidades que a Nação passaria. Essa experiência só viria depois de longo tempo, onde conseguiriam ter mais maturidade e entender melhor a sua importância.

O momento pelo qual estavam passando era visto como um tempo impróprio para as reformas que estavam tentando ser implementadas, pois as paixões estavam muito fortes, deixando impuras e danosas as suas visões. O povo não possuía condições para se conduzir, nem era possível ao menos entender quais eram suas reivindicações.

O nosso dever é procurar o que for mais profícuo á Nação; Ella poz-nos neste lugar para dizermos francamente a nossa opinião sobre os seus interesses: o Legislador não deve ser dominado por paixões e por partidos: armemos a nossa consciência com uma tríplice couraça contra as opiniões corrompidas e desorganizadoras.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Anais do Senado do Império do Brasil: segunda sessão da primeira legislatura. Primeiro Tomo. 1832. p.144

Devida à dificuldade e até mesmo a falta de uma definição exata do que esta ocorrendo, vemos como esse déficit de representação esta explícita até mesmo onde ela é mais debatida. O remodelar das instituições passa ser algo necessário para acompanhar o tempo que esta mudando e aqueles que não a defendem mostram como seus interesses seriam feridos diante dela. O discurso dos senadores nos mostra a presença constante do jogo entre as categorias de tempo. Eles tentam constantemente entender a História, uma vez que possuíam a consciência de que as mudanças que ocorriam seriam marcantes, decisivas e perpetuariam.

Uma vez conscientes, suas ações eram pautadas por sua repercussão no futuro e não no próprio presente, e também mediados pelos exemplos do passado. Apesar da História que estava ocorrendo ser singular, incessantemente o passado era requisitado para tentar contornar ou explicar as origens para os fatos. Espaço de Experiência e Horizonte de Expectativa estavam em constante tensão, sendo esta tensão a própria História.

No Brasil também conseguimos ver a mudança da experiência do tempo com a Modernidade. O passado deixa de ser igual ao presente. Deixamos de ser mediados por uma metrópole longe, onde o Rei era visto como alguém inacessível, onde possuía um caráter abstrato, muita das vezes. Assumindo-se como agentes históricos, os representantes políticos conseguiram moldar a base da política brasileira. O eterno embate entre os partidos políticos, a falta de uma definição concreta daquilo que seria a própria nação, bem como quem seria seu povo, mostra como o passado deixa de responder aos questionamentos do presente. O futuro passa a ser projetado como algo bom, sendo associado como o progresso, pois como bem ressaltado acima, era necessário tempo para que se criasse um país moldado pelas Luzes e todas as respostas para suas questões seriam resolvidas.

Assim como na França pós revolução, sabia-se que estava se passando um tempo de transição, “o qual ordena de maneira temporalmente diversa a diferença entre experiência e expectativa”<sup>7</sup>. Transição implica em ter de chegar a algum fim estabelecido. Podemos entender esse fim como o progresso.

A modernidade é forjada nas próprias experiências políticas com que esses senadores estão tendo que lidar – a experiência de construir um país e suas instituições representativas modernas.

---

<sup>7</sup> KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p.320

## **Bibliografia**

Anais do Senado do Império do Brasil: segunda sessão da primeira legislatura. Primeiro Tomo. 1832.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma História do político. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.

## **A lei da Anistia e o Pluripartidarismo nas páginas do Jornal O Imparcial**

Lia Raquel Sousa Silva<sup>1</sup>

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup> Monica Piccolo Almeida<sup>2</sup>

Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC/UEMA)

**Resumo:** João Figueiredo assume a presidência em março de 1979 e seu governo foi marcado pela abertura política, pelo estabelecimento da liberdade de imprensa e da Lei da Anistia que liberta presos políticos e permite a volta dos exilados. Ao mesmo tempo, a crise econômica acentua-se e a dívida externa atinge 100 bilhões de dólares. No plano político., a reforma partidária restabeleceu o pluripartidarismo e ocorreram as primeiras eleições diretas para governador desde o golpe de 1964. Apesar da grande mobilização da sociedade, a emenda Dante de Oliveira, que propunha eleições diretas para presidente da república, foi derrotada. Nesse estudo procurar-se analisar o processo de abertura política brasileira e, por conseguinte, de promulgação da lei da Anistia tomando como corpus documental o acervo do jornal “O Imparcial” do Maranhão entre março e dezembro de 1979.

**Palavras-chave:** Anistia – Figueiredo –pluripartidarismo.

**Summary:** Summary: João Figueiredo assumes the presidency in March 1979 and his rule was marked by the opening policy, the establishment of press freedom and the Law Amnesty releasing political prisoners and allow the return of the exiles. At the same time, the economic crisis is accentuated and external debt reached 100 billion dollars. At the political level., Party reform restored the multiparty system and occurred the first direct gubernatorial elections since the 1964 coup. Despite the large mobilization of society, Dante de Oliveira amendment proposing direct elections for president of the republic, was defeated. This study sought to analyze the process of Brazilian political opening and therefore the promulgation of the Law of Amnesty taking as the documentary corpus collection of newspaper "The Imparcial" Maranhão between March and December 1979.

**Keywords:** Amnesty - Figueiredo-multiparty system.

### **1. Gramsci: os meios de comunicação**

Com base na teoria do filósofo italiano Antonio Gramsci, temos algumas elaborações formuladas que em muito contribuem para a análise que agora se inicia. O Cientista Político Sardo utiliza conceito como Hegemonia e Estado Ampliado para pensar o processo de construção do consenso em torno de um determinado projeto. Nesse processo, os meios de comunicação assumem um papel central, como podemos identificar na palavras de Luciano Gruppi.

---

<sup>1</sup> Graduanda do 3º Período do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão. Membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC).

<sup>2</sup> Professora Adjunta do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), coordenadora geral do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC) e do projeto de Publicização, Indexização e Informatização de acervos documentais sobre História Contemporânea no Maranhão, que tem como instituição financiadora a Fundação de Amparo a Pesquisa no Maranhão (FAPEMA).



Uma classe é hegemônica, dirigente e dominante, até o momento em que - através de sua ação política, ideológica, cultural - consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder” (GRUPPI, 2000, p. 70).

O Estado Ampliado, segundo Antonio Gramsci, consiste na união entre sociedade civil, a partir de seus aparelhos privados de hegemonia (meios de comunicação, partidos políticos, Igreja e movimentos sociais), e sociedade política que atua no Estado Restrito. Assim, pode ser destacado o protagonismo dos meios de comunicação na construção de consenso na sociedade. O que é publicado nos jornais, a partir de Gramsci, visa refletir os interesses da classe dominante sobre a classe trabalhadora, ou seja, os jornais assumem a função dos partidos políticos, de organizadores da vontade coletiva.

Nesse sentido, é de grande importância investigar o papel desempenhado pelo jornal O Imparcial, um dos mais destacados jornais maranhenses, no processo de aprovação da Lei da Anistia e de consolidação do processo de abertura lenta, gradual e segura que teve início ainda durante o governo Geisel. O imparcial é um jornal a serviço das classes dominantes no Maranhão e estava predispostas a elaborar estratégias de argumentação e persuasão em consonância ao quadro político daquele momento.

## **2. Lei da Anistia: Governo de Figueiredo**

João Baptista Figueiredo assume a presidência em março de 79, seu governo é marcado pelo estabelecimento da liberdade de imprensa e pela promulgação da lei da anistia, que liberta presos políticos exilados. Em 79 seu governo é baseado em negócios:

Em 1979 a palavra-chave na política brasileira era negociação, o equivalente lógico a abertura para aqueles que desejavam uma nação pluralista. A tendência para a negociação, contudo, estendia-se além do cenário político. A imprensa em geral afirmava, por exemplo, que a negociação deveria ser extensiva às relações entre o capital e o trabalho (SKIDMORE, 1988, p. 413).

È necessário possuir conhecimento sobre a abertura lenta e gradual que ocorreu durante a gestão do presidente Figueiredo, e analisar o processo político brasileiro, como ocorreu o processo de mobilização da anistia. O Brasil tem uma considerável tradição no campo da anistia política. Ao longo da nossa história foram anistiadas pessoas acusadas de

tentar contra a ilegalidade. Apesar dos problemas econômicos, uma das mais importantes decisões do presidente foi política.

A anistia de 1979 resultou de uma grande transação entre setores moderados do regime militar e da oposição, por iniciativa e sob o controle dos primeiros. Integrou a agenda de micro transformações, buscadas desde 1973 por lideranças militares e civis do governo: ampliação do leque de opções partidárias, abrandamento da legislação repressiva etc. (LEMOS, 2004, p. 293).

A anistia foi para que o Brasil abandonasse o regime autoritário e reintegrasse na sociedade e na política os milhares de exilados políticos que tinham fugido do país ou sido perseguido no exterior. A lei da anistia foi aprovada no Congresso em agosto de 79. Foram beneficiados com a medida todos os presos ou exilados por crimes políticos. A revogação por Geisel em dezembro de 78, foi seguida agora pela lei da anistia aprovada no congresso em 79. Ficaram excluídos os culpados por atos de terrorismo e de resistência armada ao governo. A anistia também reestabelecia os direitos políticos daqueles que os haviam perdido nos termos nos atos constitucionais. A nova lei trouxe Brizola e Prestes e garantiu certa popularidade ao presidente, mostrando sua resistência as objeções de linha dura por ter permitido o retorno desses políticos. O sistema político brasileiro estava aberto.



O jornal traz no dia 18 de março uma matéria Anistia em 1979, é revelado que nesse mesmo ano a anistia será concedida, e fala-se que no primeiro dia de trabalho do novo governo da República, onde o ministro da Aeronáutica Delio Jardim de Mattos negava a resistência das forças armadas contra a medida de intensificar, a ponto de desestimular o Governo tratando do problema em seu devido tempo.

### 3. Reestabelecimento do pluripartidarismo

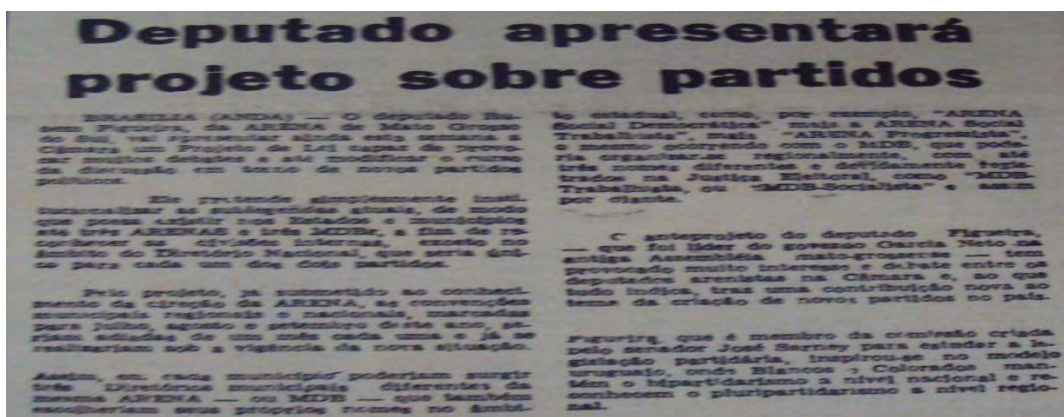
O governo Figueiredo tinha um problema político fundamental com a ARENA, que procurava desvincular-se de qualquer identificação com as políticas repressivas pós-64 e com o fraco atrativo eleitoral da UDN, sua verdadeira precursora.

A revogação por Geisel em dezembro de 1978 da maior parte dos atos de banimento foi seguida agora pela lei da anistia, aprovada pelo Congresso em agosto em 1979. Foram beneficiados com a medida todos os presos ou exilados por crimes políticos desde 2 de setembro de 1961 (SKIDMORE, 1998, p. 423).

É necessário identificar os motivos que levaram ao processo do pluripartidarismo, uma vez que essas estratégias políticas do presidente, tendo a frente do General Golbery, imaginaram uma solução parcial: dissolver o sistema bipartidário e promover a criação de múltiplos partidos com elementos de oposição, mas preservando as forças do governo em um único partido.

Existiam duas versões de partidos que foram criados pelo autoritarismo militar: Aliança Renovadora Nacional (ARENA), de 1966 a 1979, e seu herdeiro, o Partido Democrático Social (PSD) que desde 1979 tentou ser a expressão de um partido conservador moderno e visceralmente anti-populista. Em 1979 ocorreu a reformulação partidária implantando o pluripartidarismo, tentando conter o avanço do populismo.

O governo manteria assim o seu controle seja pela divisão dos votos da oposição ou pela formação de uma coalizão com elementos mais conservadores do partido adversário. O projeto de lei enviado ao congresso e aprovado em novembro. No fim de 1979 novos partidos haviam sido formados.



A matéria de 4 de abril traz por título Deputado apresentará projeto de novos partidos, onde o mesmo atua defendendo o projeto de Lei capaz de modificar o curso e realizar a criação de novos partidos políticos. Estava estudando a reforma partidária inspirado no modelo uruguaio, onde mantinham o bipartidarismo a nível nacional e o pluripartidarismo a nível regional.

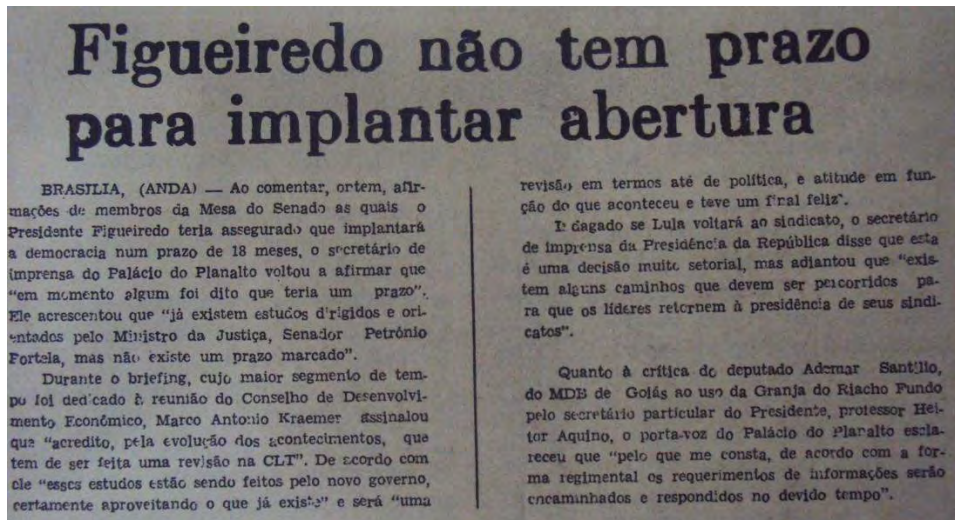
#### **4. A anistia impõe cenário de poder**

A lei da Anistia trouxe de volta os exilados como Brizola e Prestes. A anistia deu um reforço a popularidade do presidente pois mostrava também que Figueiredo confiava que podia resistir às objeções do linha dura por ter permitido o reingresso na política de tantos subversivos. O sistema político brasileiro parecia mais aberto do que qualquer outra época desde 68.

A existência de assassinatos e locais onde foram praticados e os instrumentos de torturas usados sempre foram denunciados pelos presos políticos em diferentes momentos. Com a greve de fome os presos políticos arriscavam suas próprias vidas, lançando reivindicações com tentativa de intimidar. Sabemos que muitos foram presos com filhos, mulheres grávidas perderam seus filhos, resultado de tanta violência.

A anistia não quer dizer esquecimento dos episódios de luta, não se pode relevar os milhares de mortos brasileiros na ditadura, é preciso exigir justiça desse autoritarismo do Estado. É necessário dizer não ao esquecimento, e sim as denúncias dos crimes da ditadura, exigindo esclarecimento dos mortos e responsabilização dos culpados.

O movimento pró-anistia não estava satisfeito com a nova lei. Queria que fossem chamados a responsabilidade os que deram sumiço aos milhares de brasileiros que acreditavam terem sido assassinados pelas forças de segurança a partir de 1964. A oposição tocava num nervo exposto, o medo dos militares de que uma investigação judicial que algum dia tentasse fixar responsabilidades pela tortura e morte dos prisioneiros. Um bom exemplo foi em março de 79 os militares fecharam a VEJA por uma publicação dos supostos campos de torturas.



O jornal do dia 29 de março, traz uma material intitulada de Figueiredo não tem prazo para implantar a abertura, nessa reportagem o presidente deixa claro que iria implantar a democracia mais que não existia um prazo marcado, mais que pretendia fazer uma revisão política.

## 5. Reforma partidária

A estratégia de Golbery confirmou-se pelo menos a curto prazo quando emergiam outros partidos de oposição. A ARENA reagrupou-se com o Partido Democrático Social. O PTB comandado por Ivete Vargas (sobrinha de Vargas) e tinha uma boa relação com Golbery. Os partidos de esquerda era o PT, liderado por Lula, o PP por Magalhães Pinto e Tancredo Neves. E tinham os partidos comunistas que eram PCB e PC do B.

Um projeto de lei com esse objetivo foi enviado ao congresso e aprovado em novembro. E já no fim de 1979 novos partidos haviam sido formado. A Arena reagrupou-se como partido democrático social (PDS) enquanto a maior parte do MDB aglutinou-se no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (SKIDMORE, 1998, p. 428).

O PT foi criado em outubro de 1979 e criou um polo de liderança nas relações trabalhistas, com grande impacto eleitoral, lançaram tarefa de registra-lo de município em município. A nova lei eleitoral exigia que todos os representantes apresentassem candidato nas eleições para governador no ano de 79.

Uma das primeiras medidas no plano partidário do governo militar foi dissolver, em 1966, o sistema multipartidário nascido com a redemocratização, em 1945, substituindo-o por um modelo bipartidário, ARENA e MDB, tentando impedir uma estratégia política oposicionista.

Em dezembro de 1979, O Congresso Nacional aprova o projeto de reorganização partidária, proposto pelo governo Figueiredo, que traz como consequência imediata a dissolução do ARENA e MDB. Embora o sistema multipartidário fosse uma antiga reivindicação das oposições, eles fizeram o jogo do governo. Queria romper a frente política das oposições representada pelo MDB e renovar o partido governamental com a formação de um partido mais aberto politicamente e mais atuante no plano governamental.

Dia 19 de abril a matéria do dia era, Novos partidos? Mostrando o processo de abertura política na tentativa de legitimar essa iniciativa. O presidente queria a criação de novos partidos, tentando demonstrar uma posição política, existia uma necessidade de liderança, firmando suas forças as suas estruturas efetivas, ou seja, uma verdadeira jogada política.

## **6. Considerações Finais**

Esse estudo analisa o processo de abertura política brasileira é a promulgação da lei da anistia tomando como corpus documental o acervo do jornal “O Imparcial” entre março e dezembro de 79.

O jornal “O Imparcial” é um periódico de grande circulação no Maranhão , fundado em 1º de maio de 1929 por José Pires Ferreira (O mais antigo em circulação ) é o primeiro jornal diário do Maranhão. O Jornal procurava separar notícia de opinião, não possuía visão crítica. Fugiu de suas origens e o jornal passou a servir aos interesses políticos, servindo como braço eleitoral e instrumentos de poder, e o proprietário do grupo do Diários se lançou como senador pelo Maranhão.

## **7. Referência**

Jornal “O Imparcial” de 1979 (exemplares de março a dezembro)

REIS. Fábio Wanderley (org.) os partidos e o regime. São Paulo, Símbolo, 1978, pag.128

Renato Lemos. Anistia e crise política no Brasil pós- 64

Roberto Ribeiro Martins. Liberdade para os brasileiros anistia ontem e hoje.

SKIDMORE, Tomas. Brasil: de Castelo a Tancredo 1988.

Senador Teotônio Vilela, Anistia: Congresso nacional comissão mista sobre anistia.

## ***Uma história desconhecida: a vida nos campos do Gulag sob a perspectiva de Alexander Soljenítsin***

**Ludmila de Sousa Firmino**

**Graduanda em História (UFES)**

**Prof. Dr. Geraldo Antonio Soares (orientador)**

**E-mail: ludmilafirmino@gmail.com**

**Resumo:** Na década de trinta surgiu na União Soviética um regime político inteiramente novo baseado na crença ideológica, na presença do Partido e no uso do terror, por meio dos campos de concentração. O presente artigo tem por objetivo analisar a organização e a função que os campos de concentração soviéticos, conhecidos como Gulag, desempenhavam na sociedade totalitária soviética, a partir da análise das obras “Um dia na vida de Ivan Denisovitch” e “Arquipélago Gulag” do escritor Alexander Soljenítsin.

**Palavras-chave:** União Soviética; Gulag; Soljenítsin.

**Summary:** In the thirties an entirely new political system based on an ideological belief in the presence of the party and the use of terror by means of concentration camps emerged in the Soviet Union. This article aims to analyze the organization and the role that the Soviet concentration camps known as the Gulag, played in the Soviet totalitarian society, from the analysis of the works “A Day in the Life of Ivan Denisovitch “and” Gulag Archipelago “of writer Alexander Solzhenitsyn.

**Keywords:** Soviet Union; Gulag; Solzhenitsyn.

Nas primeiras páginas de *Arquipélago Gulag* (1973), Alexander Soljenítsin compara a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) a um gigante arquipélago, que se constitui de inúmeras ilhas, espalhadas de norte a sul, de leste a oeste, cada qual com sua própria singularidade. No entanto, ninguém sabe onde fica e tampouco sabe o que acontece nessas ilhas, porque o arquipélago ao qual o autor faz referência é de natureza distinta da que imaginamos. Não corresponde a belas paisagens e sim a campos de concentração, destinados a prisioneiros do



regime, aos chamados *zeks*, decretados “inimigos do povo”. A essa rede de campos foi atribuída a denominação Gulag.

Distribuídos por toda a União Soviética, esses campos de concentração fizeram parte da história do totalitarismo soviético, marcada pelo terror e pela censura. Gulag é um acrônimo de Glavnoe Upravlenie Lagerei, Administração Central dos Campos, de início um departamento especial da OGPU<sup>1</sup>, que depois passou a designar todo o sistema de repressão da URSS. Os primeiros campos utilizados pelo sistema tinham precedentes na Rússia imperial com as turmas de trabalhos forçados e as prisões punitivas destinadas àqueles acusados de crimes comuns ou crimes políticos contra o czarismo.

Entretanto, somente no início do século XX, mais especificamente, após a Revolução de Outubro de 1917, foi que os bolcheviques liderados por Vladimir Lênin começaram a utilizar o campo como meio de punição, não pelo que as pessoas faziam, mas, pelo que elas representavam. O desenvolvimento desses campos e a designação do “inimigo” foi parte integrante das novas estratégias adotadas pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS).

Foi, sobretudo, com o regime totalitário de Stalin, baseado em um tripé composto pela crença na ideologia, pela onipresença de um Partido-Estado e pelo uso do terror (FURET, 1995) que o Gulag assumiu uma posição crucial dentro da sociedade soviética, o de ser mantenedor do projeto de criação de uma sociedade perfeita, que partia da premissa de cidadãos socialmente enquadrados nessa lógica. Na prática os campos de concentração serviam como verdadeiros laboratórios onde se demonstrava a crença fundamental de que no totalitarismo tudo é possível, além disso, representavam o centro do poder organizacional totalitário (ARENDDT, 1989).

Nos anos trinta a OGPU assumiu o controle sobre toda a população prisional da União Soviética, dessa forma, Stalin transferiu os campos do poder judiciário para a polícia secreta. O departamento especial de campos foi reorganizado e passou a designar-se Administração Central dos Campos de Trabalho Correcional e das Colônias de Trabalho, abrangendo o maior número de *zeks*. Passou de um departamento especial para um sistema de campos denominado Gulag. Com maior autonomia, o Gulag era assunto de debate entre os membros do Politburo e, evidente, da OGPU. Vários projetos foram aprovados, como, por exemplo, o caso da construção do Canal do Mar Branco, o maior e único projeto do Gulag a ser exposto.

Aos poucos os campos iam se expandindo. Erguiam-se novos alojamentos, rodeados por arames farpados e torres de vigia, geralmente próximos a alguma mina, usina, madeireiras,

florestas e poços de petróleo. Nos anos da industrialização intensiva e de coletivização forçada, período dos Planos Quinquenais, também foram anos de desbravamento das terras ao norte da União Soviética. Conseqüentemente, inúmeros *zeks* foram enviados para “colonizarem” as regiões mais longínquas da Sibéria ou do Cazaquistão, sem qualquer tipo de preparação. Dessa forma, várias cidades foram erguidas pelo trabalho dos *zeks*, como por exemplo, as cidades de Magadan e Komi, próximo a Kolyma. Este se tornou outro importante empreendimento do Gulag. Kolyma foi uma das regiões que receberam os campos de maior importância econômica. Seu comandante, Aleksandrov Berzin, conseguiu estabilizar os campos da região e sistematizá-los, deixando-os rentável. Já em 1934 os campos de Ukhtpechlag, Kolyma, Arcangel, produziam respectivamente, petróleo, ouro e madeira, à custa de um sistema que já atingira nesse período, o número de 1 milhão de prisioneiros.

A superlotação dos campos, no final da década de trinta e nos anos quarenta, resultou nas péssimas condições de vida dos prisioneiros e, por conseguinte, na menor produtividade dos campos, que só aumentariam no final da Segunda Guerra Mundial, quando o Gulag exerceu uma enorme influência na economia tornando-se “[...] um verdadeiro ‘complexo prisional-industrial’, com práticas habituais, regras internas, sistemas especiais de distribuição, hierarquia.” (APPLEBAUM, 2004, p. 162). De acordo com Figes (2010), o Gulag desempenhou um papel importante durante a Segunda Guerra, produzindo 15% de toda a munição soviética e resultando na exploração intensa da mão de obra dos prisioneiros.

Alexander Soljenítsin foi um prisioneiro do período da Segunda Guerra, que nasceu em Kislovodsk na Rússia no dia 11 de dezembro de 1918. Passou a maior parte de sua infância em Rostov-sobre-o-dom, com sua mãe, já que seu pai, estudante na Faculdade de letras de Moscou, fora morto no campo de batalha alemão em 1918, durante a Primeira Guerra Mundial. Sua mãe veio a falecer em 1944, quando o próprio Soljenítsin lutava na Segunda Guerra Mundial. Desde cedo, o autor de *Arquipélago Gulag* já se interessava pelos estudos e tinha paixão por literatura, gostava de escrever, mas nunca havia publicado nada. Fez seus estudos de bacharelado em Física e Matemática em sua cidade de infância, mas logo que a União Soviética ingressou na Segunda Guerra Mundial, foi convocado a atuar como um soldado do Exército Vermelho em 1942. Lá cursou uma escola de artilharia e tornou-se chefe de bateria.

Logo no fim da Guerra, em 1945 na Rússia Oriental, Soljenítsin é preso pela Segurança Militar. Estava sendo vigiado desde muito tempo pelo NKVD e em uma de suas

correspondências a um amigo, fez reflexões sobre a conduta de guerra exercida por Stalin, com as quais, não concordava. Sua carta foi interceptada pela polícia secreta e ele foi declarado um inimigo do povo. Nesse momento, reconhece Soljenítsin (1976, p. 30), “eu não só já não era capitão, como estava desmascarado como inimigo do povo”. Julgado no mesmo ano e condenado a oito anos de trabalhos forçados, por propaganda antissoviética, sob o código penal nº 58, parte de sua pena foi cumprida em uma prisão para engenheiros devido a sua relação com a matemática, e a outra parte em um dos campos do Cazaquistão. No meio do cumprimento de sua pena, sofreu com um câncer de garganta, que logo tratou e se recuperou. É reabilitado somente no ano de 1957, quando passou a dedicar-se ao ensino de matemática e física em uma escola secundária de Ryazan.

No ano de 1962, Alexander Soljenítsin decidiu publicar na revista *Novy Mir*, por intermédio de Tvardovsky, o romance SHCH-845, que logo foi intitulado *Um dia na vida de Ivan Denisovitch*. O romance alcançou grande sucesso no meio acadêmico e político, já que a obra retratava o cotidiano nos campos do Gulag, e sua aprovação para publicação contou com a participação de Nikita Krushev. Depois de publicado este romance

“[...] os jornais e editores começaram a ser inundados com originais de histórias e contos, ensaios e diários, novelas e romances que contavam como era a vida nos campos de Stalin, nos exílios, nos trens que levavam os condenados, nas prisões, tudo mostrando a ilegalidade e a hierarquia burocrática, a sorte dos milhões que voltavam para casa depois do cativeiro, a morte e os sofrimentos de centenas de milhares de gente deportada durante os anos da coletivização e muitos outros assuntos tristes e dolorosos”. (MEDVEDEV, 1974, p. 34).

Logo depois que publicou *Um dia na vida de Ivan Denisovitch*, Soljenítsin foi excluído da União de Escritores. O período de desestalinização com Krushev havia se encerrado, era inadmissível, agora que se falasse sobre os campos da forma como o autor havia escrito. Desse modo, Soljenítsin publicou *Arquipélago Gulag* clandestinamente na Suíça. Foi nomeado ao Nobel de Literatura, mas temeu pela vida de sua esposa, a matemática Natalia Svetlova e por seu filho que estava a caminho, e preferiu não comparecer. Suas obras são classificadas dentro do modelo literário do realismo russo, marcando de modo crítico uma análise do ser humano diante do extremo e do desconhecido, de sua miséria, e de sua espiritualidade constante na busca pela verdade e pela justiça.

Para Soljenítsin, “o universo tem tantos centros quanto os seres vivos que nele existem. Cada um de nós é o centro do mundo e do universo, e ele se desmorona quando alguém nos sussurra ao ouvido: Está preso!” (1976, p. 15). Um dos primeiros estágios que o cidadão

soviético tem de enfrentar ao tornar-se um *zek* é justamente compreender que já não é mais o centro do universo, será apenas mais um dos que caminham para os campos de concentração, pois os campos [...] destinam-se não apenas a exterminar pessoas e degradar seres humanos, mas também servem à chocante experiência da eliminação, em condições cientificamente controladas, da própria espontaneidade como expressão da conduta humana, e da transformação da personalidade humana numa simples coisa, em algo que nem mesmo os animais o são [...] (ARENDR, 1989, p. 488-489). O grande processo, segundo Soljenítsin, da transformação do ser humano em uma simples coisa já começa pelo ato da detenção.

No ritual do NKVD, as detenções eram por vias legais, mesmo que de maneira superficial e muito rápida. Geralmente, depois de capturados, os inimigos se dirigiam às prisões comuns, e lá ocorriam os interrogatórios e a sentença. Parece simples, mas não é. A começar pelas capturas, elas são as mais diversas: noturnas ou diurnas, solitárias ou coletivas; não existia uma única forma de captura e “na realidade, tem-se a impressão de que as autoridades variavam propositalmente de tática, capturando algumas pessoas em casa, outras no trabalho; algumas na rua, outras no trem.” (APPLEBAUM, 2004, p. 171). Contudo, a maior parte das detenções ocorria a noite, normalmente a meia noite. Os agentes batiam na porta e anunciavam a prisão, sem ao menos dizerem o porquê. Procuravam alguma prova que naturalmente inventariam, e depois conduzia o sujeito até o sistema carcerário. Tudo isso, na maioria das vezes sem qualquer resistência: “as prisões políticas em nosso país singularizaram-se durante décadas precisamente pelo fato de serem detidas pessoas em nada culpadas e, por isso mesmo, de modo nenhum preparadas para oferecer resistência. [...] criou-se um sentimento de fatalidade [...]”. (SOLJENÍTSIN, 1976, p. 22).

Para Soljenítsin, faltou ao povo russo suficiente amor à liberdade e à consciência do que estava acontecendo. Mas argumenta que ninguém poderia prever se tornar inimigo: “você encara os órgãos como uma instituição com lógica humana. Não de esclarecer e libertar, [...] nesse caso para quê fugir? [...]”, e continua, “[...] você não só não resiste, como até desce a escada na ponta dos pés, como lhe ordenaram, para que os vizinhos não ouçam” (SOLJENÍTSIN, 1976, p. 24). Logo na chegada à prisão os detentos são fotografados e registrados sem nem sequer saber para onde vão; depois lhe tiram tudo de mais pessoal, como as roupas e sapatos. Após, vem a humilhação da revista, na qual os agentes olham cada parte do corpo do preso, tratando-os com tamanha indiferença, que parece que estão lidando com animais e não com seres humanos.

Logo que saísse a sentença, o *zek* percorria uma longa etapa, das cadeias até os campos de trânsito e depois até os campos de concentração. Tinham de enfrentar o traslado, a chegada e a seleção. Todo esse trajeto era árduo, pois não havia um meio de transporte adequado para a quantidade de pessoas que iam rumo aos campos. Mesmo os que existiam, não possuíam condições humanas para uma viagem, de até três meses. Os trens, que eram geralmente usados para transporte de gado, levavam os *zeks* de norte a sul, de oeste a leste. Quando eram enviados para as regiões mais inóspitas, como por exemplo, Kolyma, além de atravessarem toda a extensão da URSS (que normalmente durava cerca de três meses), os presos, ainda tinham que tomar um barco até o vale do rio Kolyma. Eram viagens tão exaustivas e precárias que poucos chegavam saudáveis aos campos, isso quando conseguiam chegar vivos. Morriam de fome e, principalmente de sede, pois ganhavam apenas uma caneca de água por dia. Para Soljenítsin (1976), a partir do minuto em que o detento se encontrava em um vagão indo a caminho do campo, já nada mais pertencia a ele, nem ele mesmo. Tudo lhe haviam retirado e era como se ele fosse um manequim provido apenas de pequenos objetos supérfluos e que ainda era possível que lhe tirassem.

Nos campos de trânsito, a situação não era muito diferente. As celas eram precárias, superlotadas e fediam a fezes e urina; a alimentação era irregular, não se sabia se ia comer. Por um instante, ao relatar sua experiência na prisão de trânsito de Krásnaia Présnia, em 1945, e tendo escrito sobre as tantas prisões de trânsito que existiam na União Soviética por meio das histórias e relatos que havia recebido, Soljenítsin (1976, p. 510) sente culpa e até vergonha ao dizer que “[...] aqui, pela noite, podíamos de algum modo estender as pernas, e os percevejos agiam de forma mais moderada. Mas toda a noite, debaixo da luz intensa das lâmpadas, nus e suados pelo calor, as moscas nos picavam. Isso não entra em conta e têm-se até vergonha de contar isso como vantagem”. O ex-*zek* continua seu relato falando sobre o quão insuportável era viver em uma prisão de trânsito “ela tornou-se insuportável para os homens, desvantajosa para o Gulag e, no entanto as pessoas ali ficam durante meses”. Contudo, apesar da revolta contra os campos de trânsito desorganizados, ele complementa que “[...] se a prisão de trânsito debulha e desgasta o novato, ela é-lhe, necessária! Constitui uma passagem gradual para a vida no campo de concentração. O seu coração não poderia resistir a uma passagem brusca. A sua consciência não poderia rapidamente orientar-se no meio dessas trevas. Há que habituar-se pouco a pouco” (SOLJENÍTSIN, 1976, p.521).

O próximo estágio era a chegada ao campo de concentração. E a primeira coisa que os *zeks* viam era o portão de entrada do campo que, na maioria das vezes, exibia um slogan de incentivo ao trabalho e ao heroísmo do povo russo, como por exemplo, o de Solovetsky que dizia “Por meio do trabalho, a liberdade!”. Logo que chegassem, os presos tinham que ser contados, lavados e terem suas cabeças raspadas. Tudo o que ainda lhes restava era tirado, em *Um dia na vida de Ivan Denisovitch*, o personagem Chukov, teve suas botas de feltro recolhidas, e argumenta que “durante oito anos nada o abalou tanto como ter de separar-se delas. Acabaram sendo empilhadas num montão só e não havia esperança de encontrá-las ao chegar a primavera” (SOLJENÍTSIN, 1973, p. 77). Parece, à primeira vista, algo singelo, mas são essas pequenas coisas que fazem a singularidade humana existir. Arendt (1989) comenta que esse é o terceiro passo para a quebra da autonomia dos homens, depois da morte da pessoa moral (sua consciência) e da pessoa jurídica, o último estágio, para os regimes totalitários transformarem seres humanos em nada, é destruir sua individualidade. Portanto, colocar seres humanos, nus uns do lado dos outros, com suas cabeças raspadas e seus objetos pessoais confiscados, decidir o que vão fazer ou não com suas vidas, rompe com toda a espontaneidade que ainda resta, e que os fazem diferentes uns dos outros.

Logo que chegavam, os presos eram selecionados e categorizados para os seus trabalhos, era o momento mais importante da vida do *zek*, pois, ali se decidia a sua posição dentro da hierarquia do campo. Eram avaliados pela saúde, origem social e o motivo de suas condenações, e depois eram divididos em grupos. Quem tinha saúde melhor, também tinha condições para trabalhar e assim conseguir maiores rações alimentícias, que por sua vez, acarretava em maiores possibilidades de sobrevivência. A partir dos anos quarenta, com a obsessão por metas de produção, os campos se tornaram verdadeiros complexos industriais e os *zeks* tinham que acompanhar o ritmo cada vez maior de trabalho.

Nos campos se fazia de tudo. Os prisioneiros realizavam todo o tipo de serviço, desde o corte de madeiras até o trabalho em indústrias químicas. Quando conseguiam atingir as metas de trabalho ganhavam 550 g de pão, 75 g de trigo ou macarrão, 15 g de carne e 500 g de batata. No entanto, quando não conseguiam chegar às metas estabelecidas, recebiam apenas a metade da refeição. Sobre as refeições, Soljenítsin relata, com seu personagem Chukov, que as horas da comida deveriam ser sagradas, pois “além do sono, o tempo dos prisioneiros só lhe pertencia durante dez minutos na hora do café, cinco minutos na do almoço e mais cinco na do jantar” (SOLJENITSIN, 1973, p. 81).

O cotidiano variava de campo para campo, mas de maneira geral seguia-se uma mesma rotina. Em seu dia a dia, o *zek* trabalhava de 12 até 16 horas integrais e dormia apenas 5 horas. Ficavam em alojamentos, barracões de madeira ou de pedras, como era o caso de Kolyma, e se acomodavam em beliches coletivos, geralmente dois por leito. Fazia muito frio nos alojamentos e como não tinham aquecedores, os prisioneiros se aqueciam como podiam. Além disso, os barracões eram sujos e infestados de percevejos, quando usavam o *parasha*<sup>2</sup> o local ainda fedia a fezes e urina. Para Soljenítsin, o *parasha* tinha uma representação positiva “o balde-latrina. Ele se tornou na literatura o símbolo da prisão, o símbolo da humilhação, do fedor. Que leviandade! Acaso o balde-latrina constitui um mal para o preso? Pelo contrário, é a mais caritativa das invenções dos carcereiros. Todo o horror começa no preciso momento que esse balde da cela deixa de existir”. (SOLJENÍTSIN, 1976, p. 513). Nesse caso, o substituto seriam as latrinas de madeira, que eram coletivas e ao ar livre.

Normalmente, nos momentos em que os *zeks* se encontravam nos barracões ocorriam trocas de mercadorias clandestinamente. Como o campo é um microcosmo da sociedade totalitária “[...] do lado de fora ou do lado de dentro dos arames farpados, a vida, em sua essência, era a mesma” (TODOROV, 2002, p. 77), os privilégios e as hierarquias, compras, vendas e furtos, tudo isso também existia. Repetiam-se os mesmos comportamentos que se encontravam no seio da sociedade. O alojamento era o local mais seguro para os presos conversarem e esconderem seus contrabandos. Lá se trocava comida por objetos, recebidos por encomenda ou furtados, tais como: relógios, pinturas, pentes, pedaços de trapos de pano, tabago, ou mesmo, mais comida. Tiravam, obrigatoriamente, uma parte do que trocavam para o chefe de turma, a pessoa, segundo Soljenítsin (1973), mais importante num campo, o único que podia conseguir uma vida menos infeliz para os presos. Aliás, toda a brigada (turma) em que o prisioneiro ficava, tinha um papel importante em sua vida, dela dependia a quantidade de ração que recebia e o tipo de serviço que realizava.

Assim que as sirenes tocavam e os *zeks* levantavam-se pela manhã “[...] caminhavam apressadamente para os seus destinos – as privadas, a recepção de embrulhos ou a cozinha ‘individual’, onde entregariam a farinha para cozinhar. Andavam com os ombros curvados, os sobretudos abotoados até em cima e todos se sentiam congelados não só por causa da temperatura gelada, mas por saberem que teriam que ficar fora o dia inteiro” (SOLJENÍTSIN, 1973, p. 73). Encaminhavam-se, logo depois, aos refeitórios, onde se alimentavam de uma espécie de mingau

de trigo chamada Kasha. Como na maioria das regiões fazia um frio de quase 40 graus negativos, antes de formarem filas para a revista diurna, os prisioneiros, conferiam o termômetro do campo que se localizava em um poste, a vista de todos. Quando a temperatura caía para  $-41^{\circ}\text{C}$ , os zeks não saiam para trabalhar por motivos de segurança até mesmo para as autoridades; se estivessem acima de  $-40^{\circ}$  saíam para trabalhar nas diversas atividades. Todo dia antes de saírem e quando regressavam, era feita uma contagem dos prisioneiros e logo após eles se retiravam para seus alojamentos lotados. A superlotação era algo comum a qualquer campo de concentração espalhado por toda a União Soviética. Há registro, segundo Applebaum (2004), de que 28,7 milhões de pessoas passaram pelos campos de 1929 a 1953 registrando 2.749.163 mortes e seis mil acidentados por dia.

A tentativa nos campos de eliminar a espontaneidade levava os presos a um sentimento de impotência diante do extremo. Soljenítsin, ao falar sobre as esperanças e preocupações de Chukov, relata que “em todo o tempo que passou em campos e prisões, perdeu o hábito de se preocupar com o próximo dia ou com o próximo ano e muito menos como manter a família. As autoridades pensavam por ele, em tudo – isso era mais fácil, de certa maneira” (SOLJENÍTSIN, 1973, p. 105). Existia, e isso ocorria com frequência entre os presos, um sentimento de conformismo, de que nada mais fazia sentido, mesmo quando havia a possibilidade de se tentar. Em um dos monólogos de Chukov, ele argumenta “escrever cartas era como jogar pedras num poço sem fundo. Caíam e desapareciam sem nenhum eco. Que sentido tinha de escrever em que turma trabalhava ou como era o chefe? Com o tempo, tinha mais em comum com o letão Kilgas do que com minha própria família”. (SOLJENÍTSIN, 1973, p. 103), ou mesmo, continua Soljenítsin (1973, p. 195), não havia tempo ou não se podia pensar já que “a vida no campo ocupava-o da manhã à noite, e não havia tempo para sonhar” e “nem os pensamentos eram livres. Rondavam sempre as mesmas coisas na cabeça, uma, outra, voltando sempre aos mesmos problemas. Vão descobrir o pão no colchão? [...]” (SOLJENÍTSIN, 1976, p. 102).

Como seu personagem Chukov, “ele mesmo não sabia se queria a liberdade ou não. No começo quisera-a muito e todos os dias fazia conta para ver quanto tempo ainda faltava... Mas depois se cansara. E ao passar o tempo percebeu que eles podiam libertar um homem, mas não permitiriam que voltasse para casa. E não sabia realmente onde estaria melhor, se lá ou aqui” (SOLJENÍTSIN, 1973, p. 231). Era uma questão de sobrevivência, pensar em liberdade era quase



que irreal, o campo os consumia, os que ainda conseguiam pensar, pensavam em ter um bom dia, livrar-se de seu sofrimento momentâneo, sem maiores expectativas.

## Referências

APPLEBAUM, Anne. *Gulag: uma história dos campos de prisioneiros soviéticos*. São Paulo: Ediouro, 2004.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FIGES, Orlando. *Sussurros: a vida privada na Rússia de Stalin*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010.

FURET, François. *O passado de uma ilusão: ensaios sobre a ideia comunista no século XX*. São Paulo: Siciliano, 1995.

MEDVEDEV, Zhores. *Soljenítsin: a luta contra o silêncio*. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1974.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Uma revolução perdida: a história do socialismo soviético*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

RICOEUR, Paul. *A Memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

SOLJENÍTSIN, Alexander. *Arquipélago Gulag*. São Paulo: Difel, 1976.

\_\_\_\_\_. *Um dia na vida de Ivan Denisovitch*. Rio de Janeiro: Opera Mundi, 1973.

SNYDER, Timothy. *Terras de sangue: a Europa entre Hitler e Stalin*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

TODOROV, Tzvetan. *Memória do Mal, Tentação do Bem: Indagações sobre o século XX*. São Paulo: Arx, 2002.

\_\_\_\_\_. *Os inimigos da democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VOLKOGONOV, Dmitri. *Stalin: triunfo e tragédia, vol.1*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

<sup>1</sup> OGPU Obedinnoe gosudarstvennoipoliticheskoe upravlenie (Agência Política Unificada do Estado): polícia secreta no final dos anos 1920 e início da década de 1930, sucessora da GPU e antecessora do NKVD.

<sup>2</sup> Uma espécie de balde sanitário, normalmente utilizado nas cadeias e que em alguns campos, era adotado como meio de evitar que os *zeks* saíssem pela noite para ir às casinhas ou latrinas.

## Andrés Mendo: a representatividade do emblema como instrumento político e pedagógico

Luísy Danielly de Andrade Guimarães\*

**Resumo:** A presente comunicação se insere na corrente de estudos acerca do uso de imagens como meio de comunicação, no campo político e pedagógico, na Época Moderna, em função da forte adesão afetiva por elas geradas, capaz de mover à ação mais do que argumentos racionais. Em particular, analisa o caso da produção emblemática Andrés Mendo, destacando seu livro de emblemas intitulado “Príncipe perfecto y ministros ajustados, documentos políticos y morales” publicado em 1662. A pergunta que pretendo responder é em que medida a arte de persuasão por meio de emblemas era considerada útil e eficaz nos campos da moral e política.

**Palavras-chaves:** Emblema, política, educação.

**Abstract:** This presentation is included in the current studies about the use of images as a mean of communication in the politics and pedagogy fields in the Modern Era, due to the considerable affective adhesion generated by them and which is able of moving the action more than rational arguments. In particular, it analyses the case of Andrés Mendo emblematic production highlighting his book of emblems titled “Príncipe perfecto y ministros ajustados, documentos políticos y morales”, published in 1662. The question that I intend to answer is: In what extent the art of persuasion through the use of emblems was considered useful and effective in the moral and politics fields.

**Keywords:** Emblem, politics, education.

### 1- Introdução

O presente artigo visa apresentar brevemente a importância do uso das imagens como mecanismo de comunicação no campo político e pedagógico na Europa durante a Época Moderna, para então situar e explicar melhor em que medida o objeto de estudo desse texto, o livro *Príncipe perfecto y ministros ajustados: documentos políticos y morales en emblemas*<sup>1</sup>, de Andrés Mendo, é um exemplo emblemático desse tipo de comunicação. Nesse sentido, após uma breve apresentação da importância da

\* Aluna do curso de graduação em história da Universidade Federal Fluminense, bolsista de iniciação científica do CNPQ, cuja orientadora é a Profa. Dra. Silvia Patuzzi. O artigo apresentado é o resultado parcial da pesquisa desenvolvida pela graduanda a respeito da literatura emblemática do século XVII, parte do projeto *O coração que se esconde: estratégias de dissimulação, dúvida e dissenso na época moderna*. E-mail: luisydanielly@hotmail.com.

comunicação que utiliza do recurso imagético, destacando o porquê de ser tão importante e difundida na modernidade, possibilitando assim explicar sua eficácia, o livro de emblema será citado como exemplo para embasar essa explicação.

Posteriormente, será feita uma análise dessa obra literária que tem a imagem como composição central, sendo esta capaz de resumir a ideia de toda a composição de forma pictográfica. Diante disso, ao perceber o que o livro visa transmitir, ao entender como se compõe sua comunicação política e pedagógica torna-se visível como esse pode ser um tipo de obra que se torna um recurso válido na persuasão de um tipo de moral e de política.

## **2- Imagens como meio de comunicação no campo político e pedagógico na Época Moderna**

Baseando-se numa corrente de estudos historiográficos sobre imagens como meio de comunicação na Europa Moderna<sup>2</sup>, que dialoga com outros campos de conhecimento, como a história da arte e a história da literatura, é possível entender a importância que os recursos pictográficos assumiram no período, e que esses foram usados de formas diferenciadas, por variados segmentos sociais – não se limitando a uma propaganda dos reis, por exemplo, mas também um recurso da Igreja e de aristocratas- assumindo diferentes formas. Dentro dessa lógica, percebe-se também que inúmeras imagens não têm apenas um caráter ilustrativo, mas também buscam transmitir mensagens, nesse sentido imagens são documentos úteis, inclusive para o estudo de uma História política, e sobre pedagogia.

Assim, a extrema relevância das imagens num período de Antigo Regime na Europa torna-se mais clara ao se ter em mente que uma parte considerável da sociedade ainda era iletrada, inclusive agentes do poder. Nesse sentido, essa realidade influenciou muito o campo político: a comunicação dentro desse meio acabou por estar mais aberta a formas discursivas capazes de gerar uma “adesão afetiva”- ou seja, a elaboração e divulgação de imagens para intervir nas controvérsias políticas e religiosas e para divulgar determinados programas mostrou-se uma estratégia eficaz, já que as imagens relacionam-se às paixões, sentimentos, afinidades, aspectos que são mais facilmente transmissíveis por códigos visuais, as quais transmitem um tipo de sensibilidade diferente da do texto escrito, usualmente associado a uma estrutura lógico-argumentativa

Esta função persuasiva e de divulgação assumida pelas imagens após a invenção da imprensa implicou em sua difusão para além de uma região específica e numa composição

que costumava se constituir de forma clara para facilitar também sua compreensão e propagação. Como demonstram os estudos de por Joan Lluís Palos e Diana Carrió-Invernizzi, em “*El estatuto de la imagen en la Edad Moderna*”<sup>3</sup>.

Dentro da abordagem que considera a imagem enquanto documento capaz de transmitir adesão afetiva e de apresentar, por meio de análises, um reflexo do momento político, o procedimento aqui adotado não consiste em analisar apenas as imagens de um livro de emblema específico, mas toda a sua composição, considerando esse um exemplo de meio de comunicação política e pedagógica em voga no período, principalmente ao longo do século XVII. Todavia, antes de falar mais apropriadamente do livro aqui investigado, é válido explicar primeiramente o que era essa literatura emblemática.

### **3- O livro de Emblemas**

O livro de emblemas se compõe por meio de um conjunto de emblemas. O emblema consiste em uma composição tripartite formada: por um lema (inscriptio), o qual intitula a obra; por uma imagem simbólica, que resume de forma pictográfica toda a ideia que se traduz no texto e no título, adquirindo um caráter central em todos os sentidos na composição; e posteriormente um texto, em prosa, verso ou diálogo, que costuma ser denominado de epigrama (suscriptio), tendo como característica principal discorrer a respeito da imagem, explicando pelas palavras a mensagem que esta busca transmitir. Nesse sentido, as suas partes podem ser compreendidas de forma isolada, mas para uma compreensão mais ampla e eficaz é necessário analisar as três partes juntas, como, de fato, partes de um todo.

Esse tipo de literatura surge no final da Época Renascentista, no ano de 1531 por meio da obra intitulada “*Emblematum liber*”<sup>4</sup>, de autoria do humanista italiano Andrea Alciato. Nessa obra que é considerado o marco inicial desse tipo de literatura, o autor reúne a uma antologia de epigramas latinos uma série de ilustrações para esclarecer de uma melhor forma os epigramas. José Pascual Buxó, no seu artigo “*Función política de los emblemas en el ‘Neptuno Alegórico’ de Sor Juana Inés de la Cruz*”<sup>5</sup>, destaca como o uso de imagens passou a ser entendido como de suma importância para uma comunicação mais eficaz:

“Sin embargo, para los humanistas del ‘cinquecento’ y en particular para Andrea Alciato, las imágenes de las cosas no sólo la tienen capacidad de evocar, a nuestra mente la clase de objetos perceptibles por los sentidos, sino también de poner ante los ‘ojos del entendimiento’ ciertos contenidos conceptuales que, por

no ser de natureza material, carecen de una imagen que apropiadamente los represente.” (BUXÓ, 2006, p.1)

Assim, Buxó destaca que pelo fato de existirem ideias que são difíceis de explicar por meio de palavras, as imagens apresentam-se como recursos fundamentais para a comunicação, e mais do que isso, para o ensinamento de certas lições e valores. Todavia, é válido destacar que esse tipo de literatura só ganha maior destaque no fim do século XVI e meados do XVII, quando passa a ser amplamente utilizada por religiosos devido ao seu caráter didático e sensorial, tornando-os meios eficazes de divulgação de sua mensagem evangelizadora entre iletrados, bem como entre sociedades de cultura predominantemente oral.<sup>6</sup>

Entre os jesuítas o uso de emblemas tornar-se-á uma constante no Seiscentos. Jesuíta é a forma como se denomina os membros da Companhia de Jesus, que é uma ordem religiosa católica fundada em 1534 e reconhecida em 1540, ou seja, num contexto histórico de Contrarreforma, tendo Inácio de Loyola como seu principal líder nesse momento. Essa ordem adquiriu assim, desde cedo, o caráter missionário como uma de suas funções fundamentais, e nesse sentido que os jesuítas se interessam muito por questões pedagógicas, instrumentos de ensino. Dentro dessa lógica constituíram um importante sistema de ensino e tiveram um papel fundamental enquanto catequizadores nas novas áreas conquistadas pelos europeus na Época Moderna. Destaca-se nesse contexto a utilização por parte desses de linguagens simbólicas, como os emblemas.

“Los jesuitas fueron los principales difusores del lenguaje simbólico que se desarrolló en emblemas y alegorías desde el siglo XVI. En su influyente sistema educativo, la imaginación emblemática fue fundamental. La orientación práctica de su pedagogía y su voluntad de intervención, llevó esta creatividad a plazas y calles, en la mayoría de casos con una finalidad persuasiva. Su presencia se apreciaba en los espacios públicos y privados pero, de manera más sutil y profunda, en los hábitos mentales de tantos artistas y escritores que se formaron con ellos. Se constituyó así un núcleo divulgador de ideas e imágenes que jugaba con el misterio inherente a la imagen simbólica para despertar la atención y alcanzar el máximo poder de convicción dentro del ámbito de la Contrarreforma”<sup>7</sup>

Nesse sentido, confirma-se a importância dos jesuítas como difusores desse tipo de literatura, a qual moldava-se com eficácia aos seus interesses pedagógicos: auxilia no ensino dos valores morais cristãos de forma eficaz, na medida em que os recursos imagéticos conseguem a atenção dos que entram em contato com as obras, sendo capazes de maximizar o poder de convencimento, conquistando os homens, fazendo com que se visualizassem pertencendo de fato à cristandade, agindo de acordo com seus princípios.

Fatores muito importantes, ainda mais num momento em que a Igreja sofria com os ataques da Reforma Protestante, que diminuía o número de seus fiéis na Europa.

#### 4- O caso de Andrés Mendo

Dentro dessa lógica de valorização da literatura emblemática por parte dos jesuítas é que se insere Andrés Mendo e sua obra emblemática *Príncipe perfecto y ministros aiustados: documentos políticos y morales en emblemas*, publicada no ano de 1662, em Leão, na atual Espanha. É válido destacar que durante a primeira metade do século XVII, sob o reinado de Felipe IV, a Espanha passou por situações políticas que exigiram um forte posicionamento por parte de seu monarca. Diante da União Ibérica, ao trazer para sua responsabilidade todo o Império português, teve que lidar com os conflitos gerados pela insatisfação dos portugueses quanto a isso; da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) - sendo que o conflito com a França se prolongou até depois da data do fim da guerra. Sendo assim, nota-se que o período era conturbado para os homens do poder, pois foi um momento de inúmeros conflitos, relacionados não só a domínios territoriais, mas também a divergências religiosas.

Diante dessa realidade conflituosa, Andrés Mendo escreve um livro que é uma espécie de “espelho de príncipe”<sup>8</sup>, na medida em que busca ensinar a príncipes e ministros, ou seja, aos homens responsáveis pela política, a melhor forma de gerar o consenso e produzir a obediência, em suma, a melhor forma de governar. É fundamental notar que os valores fundamentais presentes na sua obra são os valores morais cristãos, como fica claro como nos emblemas intitulados: “No de lugar em su pecho à la avaricia, que será siempre pobre, si se rinde à ella” – há ainda outros que condenam outros dos sete pecados capitais -; “Su atencion sea à cosas grandes, no à materias sin sustância, que no dicen bien com la grandeza”.<sup>9</sup>

Ao entender a sociedade à qual pertencia esse homem - uma sociedade, a castelhana do império dos Felipes, marcada pelo catolicismo tridentino, que ainda vivia num momento de tensões, principalmente religiosas, devido às consequências da Reforma Religiosa-, e sua formação – tornando-se um importante membro da Companhia de Jesus - esclarecem mais ainda o porquê do conteúdo de seu livro, na medida em que era um reflexo disso, visava ensinar aos homens que tinham poder político a melhor forma de governarem sempre lembrando dos valores morais cristãos.

Andrés Mendo nasceu em 1608, teve seu batismo numa Paroquia em Logroño, norte da Espanha, se destacou como um importante escritor Jesuíta, e morreu em Madri no ano de 1684. Com relação à sua trajetória de vida, foi professor de Teologia e Filosofia em Oviedo, Valladolid e Salamanca, reitor – o que demonstra sua importância enquanto professor, mostrando sua aproximação com a pedagogia – além de pregador da Corte em Madri, confessor do vice-rei em Milão e Barcelona – o que demonstra sua proximidade com importantes dirigentes políticos do reino naquele momento, podendo seu livro ser entendido como um reflexo da necessidade de reforçar certos ensinamentos a esses homens, ajudando na sua formação enquanto políticos, agentes do governo. Nesse sentido, foi um grande escritor, e teve um papel destacado também na censura, ele censurava os livros para a Inquisição. Isso possibilita pensar que era um homem considerado, para além de um bom escritor, um bom conhecedor das letras e dos valores cristãos<sup>10</sup>.

Em vista os fatos citados, compreende-se melhor a conjuntura em que a obra foi escrita e publicada, e as razões pelas quais o autor a escreve, inclusive possibilita entender a forma como ele escreve. Nesse sentido, é importante destacar que antes da edição da obra que é tratada aqui- um livro de emblemas -, houve uma edição anterior que não possuía imagens, ou seja, uma primeira versão que não era composta por emblemas. A primeira versão de *Príncipe perfecto y ministros aiustados: documentos políticos y morales en emblemas*, foi publicada sem “grabados” - imagens produzidas por chapas de impressão - no ano de 1657 em Salamanca, e foi muito importante pois foi dedicada ao rei Felipe IV.

As edições seguintes foram publicadas nos anos de 1661 e 1662, sendo que nessas as imagens passaram a estar presentes. A terceira edição, de 1662, é então à qual este trabalho se refere. Uma obra muito rica, possuindo algumas modificações no texto original tendo sido acrescida com 80 imagens emblemáticas. Estas, por sua vez, tinham como modelo as imagens feitas pelo “gravador” francês Roberto Cordier, que compunham a obra de Juan de Solórzano Pereira (1575-1655). Esta edição foi, então, considerada ótima pelo próprio autor, mas também pela crítica.

Essa terceira edição, às custas de Horacio Boissat e George Remeus, foi dedicada a Don Alonso de Guzman, “o bom”, que era patriarca das Índias, “limosneiro” maior do rei Don Felipe IV, do Conselho do Rei e eclesiástico ordinário da sua Real Capela, Casa e

Corte. Sobre ele, o autor justifica sua dedicatória por esse ser um exemplo de “ministro ajustado”, assim como o monarca, a quem dedica a primeira edição, seria de um “príncipe perfeito”. Comenta ainda que publica novamente seu livro com estampas pois isto facilita a transmissão dos ensinamentos que quer apresentar já que a leitura das imagens ampliaria o alcance do público, incluindo os homens de governo que não dispõem de tempo para se debruçarem em tratados eruditos e precisam de formulas compactas, capazes de transmitir técnicas precisas para gerenciar os homens e os recursos de seus domínios. Nesse sentido, o livro é composto por 111 páginas, e 80 emblemas, nos quais busca-se ensinar estratégias de bom governo, formas de agir que estão diretamente ligadas aos valores morais cristão. Esses ensinamentos se tornam mais eficazes na medida em que essa composição une imagem, e um texto recheado de exemplos, que acabam por aproximar a mensagem que quer ser passada para a memória daqueles que entram em contato com a obra.

### **5- Considerações finais**

Tendo em vista o que foi apresentado, nota-se que a arte de persuasão por meio de emblemas é útil e eficaz nos campos da moral e política na medida em que possibilitava a internalização de valores morais de políticos de forma mais forte pois transcendia o carácter racional e ligava-se a uma adesão afetiva. Esta dava-se por meio de uma construção que em três partes buscava passar ensinamentos de formas complementares utilizando-se de exemplos e metáforas que, unidos em torno da busca por ensinar certos valores, no caso políticos, eram propícios a uma maior e mais eficaz adesão, internalização daqueles que entravam em contato com essas obras.

<sup>1</sup> MENDO, Andrés (S.J.). *Príncipe perfecto y ministros ajustados, documentos políticos y Morales*. Lyon: editio optima, 1662, 111 páginas.

<sup>2</sup> Estudos em destaque na seguinte publicação: CARRIÓ-INVERNIZZI, Diana e PALOS, Joan Lluís. *La historia imaginada: construcciones visuales del pasado en la Edad Moderna*. Espanha: CEEH, 2008, 391 páginas.

<sup>3</sup> CARRIÓ-INVERNIZZI, Diana e PALOS, Joan Lluís. *Introducción: Elestatuto de la imagen en la Edad Moderna*. In: CARRIÓ-INVERNIZZI, Diana e PALOS, Joan Lluís. *La historia imaginada: construcciones visuales del pasado en la Edad Moderna*. Espanha: CEEH, 2008, 391 páginas.

<sup>4</sup>ALCIATO, Andrea. *Emblematum liber*. Augsburg, 1531.

<sup>5</sup> BUXÓ, José Pascual. *Función política de los emblemas en el «Neptuno Alegórico» de Sor Juana Inés de la Cruz*. Alicante : Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2006. Acessado em 04/09/2014. Disponível em



[http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/funcin-politica-de-los-emblemas-en-el-neptuno-alegrico-de-sor-juana-ins-de-la-cruz-0/html/aa9a2f66-cb1c-4c54-8359-2ef8134d6c1a\\_3.html#I\\_0](http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/funcin-politica-de-los-emblemas-en-el-neptuno-alegrico-de-sor-juana-ins-de-la-cruz-0/html/aa9a2f66-cb1c-4c54-8359-2ef8134d6c1a_3.html#I_0)

<sup>6</sup> OLIVEIRA, Ana Lucia M. de. Aristóteles e a imagem nas lentes seiscentistas: deslocamentos e reciclagens. In. ROCHA, Fátima Cristina Dias (Org.). *Cenas do discurso: deslocamentos e transformações*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, 116 páginas. VISTARINI, Antonio Bernart. *La emblematica de los jesuitas en españa: los libros de lorenzo ortiz e francisco garau*. In. LÓPEZ, José Javier Azanza e ZAFRA, Rafael. *Emblemata aurea: la embleática en el arte y la literatura del Siglo de Oro*. Madri: Ediciones Akal, 2000, 365 páginas.

<sup>7</sup> Site *Studiolum*. Acessado em 04/09/2014. Disponível em <http://www.emblematica.com/es/cd05.htm>

<sup>8</sup> “Na cultura cristã ocidental, os espelhos de príncipes foram tradicionalmente livros de moral, que usavam a história para ensinar o comportamento adequado aos reis, tanto em seu ofício público quanto em sua vida privada, ambas as dimensões encaradas como categorias reflexivas, quase indissociáveis.” Pág. 50. LOPES, Marcos. A. *Voltaire político: espelhos para príncipes de um novo tempo*. São Paulo: editora unesp, 2003. 140 páginas.

<sup>9</sup> “Não dê lugar em seu peito à avareza, que será sempre pobre se rende-se à ela.” “Sua atenção seja às coisas grandes, não às matérias, sem substância, que não estão de acordo com a grandeza.” Títulos do 6º e 15º emblema do livro de Andrés Mendo. MENDO, Andrés (S.J.). *Príncipe perfecto y ministros ajustados, documentos políticos y Morales*. Lyon: editio optima, 1662, 111 páginas.

<sup>10</sup> GUILLÉN, Carmelo Oñate. *Dos cartas de Rodrigo de Arriaga a Andrés Mendo*. Editora Instituto de Estudios Riojanos, 1993. 13 páginas.

## **Os esquecidos da história: memória dos homossexuais sobreviventes dos campos de concentração nazistas**

**Luiz de Souza Porto Coêlho**

**Graduando em História (UFES)**

**Prof. Dr. Geraldo Antonio Soares (orientador)**

**E-mail: luizspc@gmail.com**

**Resumo:** *a barbárie nazista levou a cabo milhões vidas de pessoas inocentes em nome de uma raça pura e superior. Entre as vítimas desta barbárie estão os homossexuais, que sofreram dura perseguição durante a permanência dos nazistas no poder. Porém, diferente do que aconteceu com outros grupos, os homossexuais tiveram de permanecer em silêncio após a Segunda Guerra Mundial devido à permanência de leis anti-homossexuais na Europa. Apenas na década de 1970 emergem relatos de homossexuais sobreviventes dos campos de concentração.*

**Palavras chave:** *nazismo; memória; homossexualidade.*

**Abstract:** *Nazi barbarism undertook million lives of innocent people in the name of pure and superior race. Among the victims of this barbarity are homosexuals, who suffered severe persecution from the Nazis during their stay in power. However, unlike what happened with other groups, homosexuals have had to remain silent after the Second World War due to the persistence of anti-gay laws in Europe. Only in the 1970s begin to emerge reports of homosexual survivors of concentration camps.*

**Keywords:** *Nazism; memory; homosexuality.*

Embora o código penal alemão, vigente desde a unificação em 1871, previsse a punição das relações homossexuais no Parágrafo 175, a aplicação desta lei era branda e em muitos casos os acusados eram absolvidos. Durante a República de Weimar, mais especificamente, as punições se restringiam a multas ou a prisões em curtos períodos (SCHWAB e BRAZDA, 2011, p. 29).

Berlim despontava como uma espécie de “paraíso” para homossexuais devido a modernidade da cidade e a liberdade de que gozavam. Segundo Didier Eribon (2008), Berlim era uma cidade moderna, com uma vida cultural e noturna bastante agitada. Existiam vários bares,

cafés e clubes frequentados por homossexuais na cidade. Nesse sentido, Berlim havia se tornado, se não a mais liberal, uma das cidades mais liberais de toda a Europa nos anos 1920.

Esse clima de liberdade que predominava em Berlim permitiu, inclusive, o surgimento de movimentos em favor do fim das leis anti-homossexuais na Alemanha. A publicação dos estudos do Doutor Magnus Hirschfeld<sup>1</sup> abriu espaço para a discussão sobre a descriminalização das relações homossexuais, utilizando como principal argumento o fato de a França ter descriminalizado a homossexualidade desde a Assembleia Constituinte de 1791 e a reafirmação da descriminalização com o Código Napoleônico de 1804 (PLANT, 1986, p. 31).

No entanto, a ascensão de Hitler e dos nazistas ao poder em janeiro de 1933 representou enorme ameaça e retrocesso nos avanços das lutas pelos direitos dos homossexuais, apesar de alguns terem acreditado que a presença de um conhecido homossexual<sup>2</sup> no alto escalão do Partido Nazista impediria que este grupo fosse alvo das perseguições nazistas. De fato, a homossexualidade de Ernst Röhm era do conhecimento de muitos membros do Partido, porém era repudiada por tantos outros. Mas o episódio conhecido como a “Noite das Facas Longas”, um expurgo feito na noite do dia 30 de junho de 1934 dentro do Partido, eliminou vários membros das SA e entre eles estava Röhm (SHIRER, 1962, p. 331).

Um ano após o expurgo, os termos do Parágrafo 175 são reforçados, a caracterização da homossexualidade como delito é ampliada e as punições se tornam mais severas. Heinrich Himmler cria, em 1936, o Serviço Central de Combate ao Aborto e à Homossexualidade e “os efeitos do endurecimento do parágrafo 175 não demoram a aparecer: as investigações e as perseguições se multiplicam para encontrar homossexuais conhecidos ou presumidos” (SCHWAB e BRAZDA, 2011, p. 39). A ideia que orienta o nazismo em direção ao enrijecimento das leis anti-homossexuais é a ideia de que a homossexualidade é uma “praga” que ameaça a reprodução do povo ariano e que pode causar a aniquilação deste.

As investigações sobre os homossexuais seguiam um efeito dominó e a Gestapo recolhia as informações cuidadosamente, submetendo milhares de homossexuais a terríveis e dolorosos interrogatórios que forçavam a confissão do delito. Após a confissão, seguia-se um doloroso processo que culminava na morte, seja a morte física, seja a morte simbólica. A vida no campo destrói a humanidade dos prisioneiros, tornando-os vazios. Primo Levi (1988, p. 91)<sup>3</sup> assim descreve os homens-fantasmas que vivem nos campos: “Hesita-se em chamá-los vivos; hesita-se

em chamar ‘morte’ à sua morte, que eles já nem temem, porque estão esgotados demais para poder compreendê-la”. Essa morte simbólica é o que Soares (2012) chama de apagamento de vida, de alma. Os campos de concentração servem de laboratórios que pretendem destruir a vida de forma integral.

A prisão nos campos de concentração é o elemento que perpassa a vida de três jovens homossexuais em três diferentes países da Europa: Heinz Heger (1917 – 1994), Pierre Seel (1923 – 2005) e Rudolf Brazda (1913 – 2011). O primeiro é o pseudônimo de Josef Kohout, um austríaco que escreveu o primeiro testemunho de um homossexual sobrevivente da barbárie nazista em 1972: *Os homens do Triângulo Rosa* (tradução nossa). O segundo, um francês da região da Alsácia, é o segundo homossexual a escrever o seu testemunho em 1994: *Eu, Pierre Seel, deportado homossexual*. E, por fim, o terceiro sobrevivente, é um tcheco que vivia na Alemanha e, com a ajuda do historiador Jean-Luc Schwab, é o último homossexual sobrevivente a relatar o sofrimento em 2010: *Triângulo Rosa*, que na verdade é uma biografia feita a partir do testemunho oral de Brazda.

Mesmo em situações diversas, esses três jovens passaram pela mesma experiência traumática: o aprisionamento em campos de concentração e todos foram submetidos a situações-limite quando presos.

No entanto, eles fazem parte de um grupo que fora esquecido pela história. Diferentemente dos judeus, por exemplo, os homossexuais foram impedidos de testemunhar a dor e fazer conhecida a sua memória devido às leis anti-homossexuais que permaneceram vigentes em vários países da Europa mesmo depois do final da Segunda Guerra Mundial. Na Alemanha, por exemplo, o parágrafo 175 só foi definitivamente extinto em 1994.

Se a dor e o sofrimento de ter vivenciado as barbaridades imprimiram marcas profundas na vida daqueles que sobreviveram aos campos de concentração, maiores foram as dores e sofrimentos dos homossexuais que, além de discriminados e perseguidos sistematicamente durante a permanência do Partido Nazista no poder, estiveram fadados ao silêncio, impedidos, portanto, de testemunhar a dor e registrar suas memórias nos meandros da história.

No campo teórico, é imprescindível a utilização das análises feitas pela filósofa e cientista política alemã Hannah Arendt. Para Arendt (2013), uma das bases de sustentação dos regimes totalitários é a perseguição e eliminação de inimigos do Estado. Esses inimigos, reais ou

imaginários, são inventados e reinventados de acordo com as necessidades do regime. No caso dos homossexuais, estes representam um perigo à perpetuação do povo ariano e devem ser “reeducados” com o objetivo de reinseri-los no projeto de expansão da raça superior.

Utilizaremos também o conceito de *biopolítica* desenvolvido por Michel Foucault (1999) que interage e complementa as análises de Hannah Arendt sobre o totalitarismo. A biopolítica é a interferência direta do Estado sobre a vida dos indivíduos, no qual aquele exerce grande controle sobre este. Esse tipo de política já estava presente nas ideias eugênicas desenvolvidas nos primórdios do nazismo e se tornou artéria central do regime nazista quando este, uma vez no poder, criou mecanismos de controle e sujeição dos indivíduos, sobre seus costumes e sobre sua sexualidade. Elídio (2010, p. 29) afirma que “os homossexuais, vistos como degenerados, eram um dos principais alvos dessa política de controle”.

Para compreender o lugar que os homossexuais ocupavam na representação social dentro e fora dos campos de concentração nós nos apropriaremos do conceito de *homo sacer* formulado por Giorgio Agamben, cuja ideia principal, buscada no direito romano, é a de que o homo sacro é aquele que o povo julgou por um delito, mas que não é lícito matá-lo. Porém, aquele que o matar não será condenado por homicídio (AGAMBEN, 2002, p. 196). Nesse sentido, o homo sacro é um ser que a sociedade repele, pois é “perigoso”. Sua vida é residual e exterminável, pois este sujeito está fora de qualquer jurisdição.

Por fim, utilizaremos o conceito de representação formulado por Chartier (1990), que está diretamente relacionado com o conceito de *homo sacer*. A ideia de representação é uma noção que Chartier formula para designar o modo pelo qual, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade é construída e pensada por diferentes grupos sociais. E, nesse sentido, é importante lembrar que as representações do mundo social estão diretamente ligadas aos grupos sociais que as formulam. E esses grupos formulam as representações de mundo de acordo com o seu interesse.

A discriminação sofrida pelos homossexuais pode ser compreendida como representação feita pela sociedade sobre esse grupo tanto dentro quanto fora do campo de concentração.

No campo metodológico, é importante destacar que trabalharemos com literatura testemunhal, sendo duas biografias e uma autobiografia. A principal marca deste tipo de literatura é a denúncia da dor vivida numa experiência traumática. Como afirma Seligmann-Silva (2005, p.

111), “essa ética e estética da literatura de testemunho possui o corpo – a dor – como um dos seus alicerces”.

Também não podemos exigir que os relatos dos sobreviventes correspondam fielmente à realidade vivida, pois aqueles que sobreviveram não passaram completamente pela experiência daqueles que morreram. Segundo Soares (2012), não cabe a nós exigir total veracidade das testemunhas, haja vista que a testemunha também tem o direito ao esquecimento.

Além disso, relatar a experiência traumática da passagem pelo campo de concentração nunca foi tão fácil devido às perdas e às dores que a lembrança causam naquele que testemunha. Jeanne Marie Gagnebin (2006) afirma que há certa dificuldade na linguagem cotidiana e na narração tradicional em assimilar o choque, o trauma devido a grande dificuldade de simbolizá-los através da linguagem. A narrativa testemunhal esbarra na problemática que emerge quanto à dor provocada pela rememoração dos acontecimentos; a dificuldade em narrar aumenta na mesma proporção em que aumentam a crueza e a dureza da situação que gera o trauma.

Sendo assim, cuidaremos de observar cuidadosamente a construção da narrativa, extraindo dela aquilo que há de mais essencial: a memória da dor e dos traumas vividos nos campos de concentração.

Creemos que o referido suporte teórico-metodológico será de suma importância para comprovar a nossa hipótese de que os homossexuais além de serem perseguidos, presos e submetidos à barbárie dos campos de concentração, também foram fadados ao silêncio devido às leis discriminatórias que perduraram no pós-guerra.

## Referências

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

ELÍDIO, Tiago. **A perseguição nazista aos homossexuais: o testemunho de um dos esquecidos da memória**. Campinas, 2010. 95 p. Dissertação (mestrado em Teoria e História Literária) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2010.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Tradução: Procopio Abreu. Rio de Janeiro, Companhia de Freud, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo, Editora 34, 2006.

HEGER, Heinz. **Los hombres del triángulo rosa**: memorias de un homosexual en los campos de concentración nazis. Tradução: Eduardo Knörr Argote. Madri: Amaranto, 2002.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

PLANT, Richard. **The pink triangle**. Nova York: Henry Holt, 1986.

SCHWAB, Jean-Luc; BRAZDA, Rudolf. **Triângulo Rosa**: um homossexual no campo de concentração nazista. Tradução: Angela Cristina Salgueiro Marques. São Paulo: Mescla Editorial, 2011.

SEEL, Pierre. **Eu, Pierre Seel, deportado homossexual**. Tradução: Tiago Elídio. Rio de Janeiro: Cassará, 2012.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **O local da diferença**: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução. São Paulo, Editora 34, 2005.

SHIRER, William L. **Ascensão e queda do terceiro reich**. Tradução: Pedro Pomar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

SOARES, Geraldo Antonio. **Os tormentos da memória**: trauma e narrativa nos escritos de Primo Levi. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 28, n.48, pp. 911-927, 2012.

---

<sup>1</sup> Famoso sexólogo alemão de ascendência judaica (1868 – 1935).

<sup>2</sup> Ernst Röhm (1887 – 1934), oficial alemão, cofundador e chefe dos SA.

<sup>3</sup> Judeu italiano prisioneiro do campo de Auschwitz-Birkenau.

## **A grande imprensa do Maranhão e o golpe empresarial-militar de 1964<sup>1</sup>**

Manoel Afonso Ferreira Cunha<sup>2</sup>

manoel\_afonso\_@hotmail.com

Orientador (a): Monica Piccolo Almeida<sup>3</sup>

monica.piccolo@uol.com.br

**RESUMO:** este trabalho é um estudo das principais matérias e/ou editoriais de dois grandes jornais em circulação na cidade de São Luís no ano de 1964, período marcado pelo golpe de Estado que destituiu João Goulart do poder iniciando a segunda ditadura do país. Isto posto, a pesquisa visa compreender os periódicos enquanto aparelhos privados de hegemonias, destacando o posicionamento desses jornais diante do golpe de 1964.

**Palavras - Chave:** João Goulart; Golpe; Ditadura

**ABSTRACT:** this work is a study of major raw and / or editorial two major newspapers in circulation in the city of St. Louis in 1964 which saw the coup that overthrew Goulart power starting the second dictatorship in the country. That said, the research aims to understand the periodic while private apparatus of hegemony, highlighting the positioning of these newspapers before the 1964 coup.

**Key - words:** João Goulart; blow; dictatorship

### **INTRODUÇÃO**

Os estudos históricos sobre o governo João Goulart, o golpe de 1964 e a ditadura são de suma importância para a compreensão da história contemporânea do Brasil. Importante verificar que esses três processos políticos devem ser compreendidos em unidade, pois para que entendamos o que foi a ditadura empresarial-militar, faz-se justo analisarmos as questões de médio prazo inerentes às disputas políticas, sociais e econômicas no governo Jango.

---

<sup>1</sup> Trabalho financiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa no Maranhão (FAPEMA)

<sup>2</sup> Graduando do 8 Período do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea - NUPEHIC/ UEMA. Bolsista FAPEMA pelo projeto *Publicizando o Acervo Documental sobre História Contemporânea Brasileira Presente no Maranhão (1964-1985)*, coordenado pela Prof.Dr Monica Piccolo Almeida (UEMA).

<sup>3</sup> Professora do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão, vice coordenadora do Mestrado História, Ensino e Narrativas (PPGHEN/UEMA) e professora vinculada ao Programa de Pós-Graduação e Desenvolvimento Socioespacial e Regional da mesma universidade. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea e Coordenadora da Rede Proprietas/NE.



A seguinte pesquisa objetiva contribuir com a incipiente produção historiográfica maranhense sobre a História Contemporânea do Brasil, em especial sobre o golpe empresarial-militar de 1964 e os anos de ditadura que se seguiram. Sendo assim, torna-se de suma importância analisar a ressonância desses fatos históricos no Estado do Maranhão. Portanto, este trabalho tem por objetivo refletir sobre o posicionamento institucional da grande imprensa de São Luís em relação ao golpe que destituiu o então presidente João Goulart. Para isso, serão analisados os editoriais e/ou reportagens contidos nos principais periódicos da capital maranhense em circulação na época.

### **GRAMSCI: IMPRENSA E SOCIEDADE CIVIL**

Como balizamento teórico desta pesquisa temos as elaborações formuladas pelo filósofo italiano Antonio Gramsci. Conceitos como Hegemonia, Sociedade Civil, Sociedade Política, Consenso, Hegemonia nortearão a pesquisa. Sendo assim, convém ressaltar a importância do debate em torno da utilização dos meios de comunicação na construção de consensos na sociedade.

O Estado ampliado, segundo Antonio Gramsci, consiste na união entre sociedade civil e sociedade política, isto é, na ampliação dos espaços de luta de classes. Assim, a sociedade civil, a partir de seus aparelhos privados de hegemonia (sistema escolar, meios de comunicação, partidos políticos, sindicatos, sistema jurídico, Igreja, movimentos sociais, entre outros) se constitui como espaço de hegemonia.

A partir disso, é importante refletir sobre o protagonismo dos meios de comunicação na função de construção de consenso em uma sociedade. Aquilo que então é publicado nos jornais, na ótica gramsciana, visa reverberar os interesses das classes dominantes em detrimento das classes trabalhadoras. Isto é, os jornais assumem a função de partidos políticos, de organizadores da vontade coletiva em torno de um projeto político-ideológico elaborado por uma classes ou por uma coalizão de classes.

É neste campo que vai existir a possibilidade de universalização de um projeto de classe, ou de frações de classe. Será na sociedade civil que as classes dominantes poderão se tornar dirigentes, isto é, quando elas se tornam núcleo do Estado restrito. Partindo desta perspectiva de meios de comunicação, apresentados aqui como aparelhos privados de hegemonia, que vamos problematizar sobre a função dos jornais durante o governo de João

Goulart e, principalmente, sobre as interpretações a respeito do golpe empresarial militar de 1964.

## **A GRANDE IMPRENSA DO MARANHÃO E O GOLPE DE 1964**

No caso do Maranhão, em especial de sua capital São Luís, existiram sete grandes jornais em circulação durante o ano de 1964. O *Jornal do Dia*, *O Imparcial*, *Jornal do Povo*, *Jornal Pequeno*, *Correio do Nordeste*, *Jornal do Maranhão* e *Diário da Manhã* formavam a grande imprensa escrita local. A maioria dos periódicos demonstraram bastante alinhamento aos interesses daqueles que estavam chegando ao poder naquele momento, como poderemos ver a seguir.

O jornal *O Imparcial* é um periódico de grande circulação no Estado do Maranhão, um dos poucos a funcionar até os dias de hoje. De caráter noticioso, fundado em 1º de maio de 1926, tendo J. Pires como diretor. Tornou-se, mais tarde, órgão dos Diários Associados, grande conglomerado da comunicação ligado a Assis Chateaubriand. Pires Saboia (Deputado Federal pela ARENA na legislatura de 1967-1971) foi seu diretor geral no ano de 1964.

A partir da análise de seus gestores no período do golpe de 1964, *O Imparcial*, como fica claro, apresentou-se como um jornal a serviço das classes dominantes no Maranhão, e que estavam predispostas a elaborar estratégias de argumentação e persuasão em consonância ao quadro político daquele momento.

O texto assinado por Eugenio Gudin classifica as ações do governo Goulart como prerrogativas de um "golpe branco"

"O Brasil apresenta, nos dias que ocorrem, um panorama político 'sui generis', o de um presidente substancialmente eleito por um partido conservador majoritário (PDS), que uma vez conquistado o poder, trai a plataforma com que se apresentou e os brasileiros que o elegeram, transmutando em governo revolucionário." (O Imparcial, 1º Abril de 1964)

A matéria ainda traz uma comparação entre as "intenções" que Jango teria de uma revolução comunista no Brasil com os movimentos político-militares instaurados na Alemanha de Hitler e na Cuba de Fidel Castro

O autor também ressalta a vocação da política brasileira para a instauração de "golpes brancos" (Queda do Imperador em 1889, Revolução de 1930, derrubada de Vargas em 1945). Fala-se de uma delicadeza do povo brasileiro para justificar a falta de reação da população

perante importantes acontecimentos políticos. Segundo o texto, o objetivo do então presidente João Goulart era eliminar o congresso sem antes dissolvê-lo.

O jornal traz no dia 1º de abril uma matéria de capa falando da atuação de "forças democráticas", coalizão de civis e militares que participou da deposição do de Jango. O golpe é classificado como um movimento de "resgate democrático".

Outro importante periódico em circulação durante o ano de 1964 foi o *Jornal do Dia*. Jornal de caráter político. Surgiu inicialmente com colunas variadas, como: Boletim esportivo, cinemas e teatros. Mercados e cotações, dentre outras. Teve como primeiro diretor, Arimathéa Athayde e, gerente, Renato Carvalho<sup>4</sup>.

A partir de 1955, o título passou a ser *Jornal do dia: alma e pensamento da cidade*. Em 1960, inaugurou uma nova fase. Após a mudança de alguns diretores, em 1967, ficou sob a direção do senador Clodomir Millet (PSP/ ARENA-MA). Em 1969, já sob a direção do Dep. Arthur Carvalho (ARENA-MA), o jornal trazia inúmeras reportagens sobre os feitos do então governador José Sarney. Posteriormente foi substituído pelo jornal *O Estado do Maranhão*<sup>5</sup>.

Durante o primeiro mês pós golpe civil-militar o jornal do dia endossava a categoria de periódicos locais que saudavam a "Revolução Democrática" e o espírito ordeiro das forças armadas. Como exemplo disso, temos a matéria de 5 de Abril de 1964, assinada por Paulo Nascimento Moraes, e intitulada "O caminho a ser percorrido", que fala da "inauguração" de uma nova fase da vida político-administrativa do país. O jornalista ainda destaca o papel contemplador do povo brasileiro, que foi um "assistente atento" de uma "ação rápida e dominadora" das forças armadas.

"Está o país, assim nos parece, 'inaugurando' uma nova na sua vida político-administrativa. A chamada 'revolução democrática', também nos parece estar vitoriosa. Articulada pelos governadores Magalhães Pinto, Carlos Lacerda e Adhemar de Barros, e com apoio, que se fez logo sentir, das forças armadas, atingindo a plenitude de uma ação rápida e dominadora." (Jornal do Dia, 5 de Abril de 1964)

O *Jornal do Maranhão* era outro periódico deste grupo de jornais em favor da coalizão civil-militar golpista em 1964. Fundado por Luís Felipe Ferreira da Silva, e dirigido por

---

<sup>4</sup>SECMA. *Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007*.--- São Luís: edições SECMA, 2007, p. 170.

<sup>5</sup> SECMA. *Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007*.--- São Luís: edições SECMA, 2007, p. 171.

Joaquim R. Mendonça Ferreira da Silva, o *Jornal do Maranhão* era de essência católica, que se dizia a serviço da família e do povo. Divulgava notícias religiosas vindas de todo o Brasil e de outros países. A partir de 1957, sob a direção do Pe. Antonio Bezerra Bonfim, o jornal diversificou-se trazendo notícias sobre política, esporte e uma coluna feminina.<sup>6</sup>

Podemos notar o claro posicionamento institucional em matéria do dia 3 de Abril de 1964:

"... por que restituíram a paz e a segurança ao povo brasileiro

... porque não concordaram com a sovietação do Brasil

... porque não se conformaram com a baderna que levaria fatalmente ao caos" (Jornal do Maranhão, 3 de Abril de 1964)

Portanto, logo após o golpe, o jornal do Maranhão traz matérias que criticam o diálogo entre católicos e comunistas, além de exaltar abertamente os "gorilas". Estes considerados os restituidores da paz e da segurança do povo brasileiro.

Ainda neste grupo de jornais, temos o *Diário da Manhã*. Jornal de propriedade de Newton Bello, surgido em 25 de maio de 1958. Tinha objetivo de debater os problemas que interessassem ao Estado, à sua economia e a sua política. Dizia não ser filiado a nenhuma facção política, apesar de estar claro, tratar-se de um jornal de direita, por pertencer a um integrante do PSD (Partido Social Democrático) - legenda do senador Vitorino Freire. Apesar de o grande destaque ser a política, trazia colunas literárias com José Chagas, Bernardo Coelho da Silva e Domingos Vieira Filho<sup>7</sup>.

Aos domingos possuía suplementos de Economia-Produção-Finanças, Páginas femininas. Nos meses de movimentação política, enfocava os candidatos do PSB e coligados. No ano de 1960, destacava-se a coluna de Nelson Rodrigues "A vida com ela é". Em 7 de setembro de 1966, mudou seu subtítulo para Nova Hora, que foi inspirado pela condição caótica que o jornal via o Maranhão, política e economicamente, mas esperançoso que tal situação pudesse mudar<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> SECMA. *Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007*.--- São Luís: edições SECMA, 2007, p. 174-175.

<sup>7</sup> SECMA. *Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007*.--- São Luís: edições SECMA, 2007, p. 183.

<sup>8</sup> SECMA. *Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007*.--- São Luís: edições SECMA, 2007, p. 183.

Jornal de aberto apoio aos golpistas, dando ênfase aos feitos daqueles que conspiraram e instauraram um estado de exceção, mas que na percepção das matérias apenas resgataram a democracia perante a baderna vermelha. De longe, o *Diário da Manhã* foi o jornal mais expressivo no apoio aos novos donos do poder a partir de abril de 1964. Em editorial do dia 2 de abril intitulado "Nossa Posição", o diário da manhã ressalta o "alto espírito cívico e patriótico de nossas gloriosas forças armadas":

O *Correio do Nordeste* é o último daqueles jornais em circulação no Estado do Maranhão, em especial na capital São Luís, que fazia coro com as frações de classe que haviam destituído João Goulart e instaurado uma ditadura civil-militar. Periódico que se dizia independente, sem teor político-partidário, possuía colunas de informação sobre economia, política, esporte e destaque para algumas cidades do interior.

Teve com fundador Zuzu C. Nahuz, sendo o mesmo, diretor-responsável. O secretário era Alfredo Galvão e o redator, Ivaldo Guimarães Torreão. Em 1964, Amaral Rapozo passou a ser redator-chefe. Um ano depois, com a morte de Zuzu Nahuz, o periódico passou a ser de propriedade de Maria M. Torres Nahuz, e Amaral Rapozo assumiu a direção do Jornal<sup>9</sup>.

Em editorial do dia 5 de abril de 1964 intitulado "Benditos 'gorilas', os 'gorilas' brasileiros", exalta-se a capacidade das forças armadas brasileiras de sempre restaurarem a ordem e a segurança nacional, no entanto, o editorial destaca que os militares brasileiros se diferem dos "gorilas" latino-americanos que se instauraram no poder com intuito de se perpetuarem no mesmo.

O *Correio do Nordeste* se apresentou, durante o período do golpe civil-militar, como um jornal em prol dos interesses daqueles que chegavam ao poder, já que em várias matérias são exaltadas as benesses da dita "Revolução".

Como foi visto anteriormente, havia a necessidade da construção de um consenso na sociedade maranhense, em especial nas classes subalternas. O projeto político-ideológico que estava se tornando hegemônico naquele momento estava a serviço de frações de classes que visavam a permanência no poder em detrimento do alto nível de politização adquirido pelas classes trabalhadoras na década de 1960.

---

<sup>9</sup> SECMA. *Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007*.--- São Luís: edições SECMA, 2007, p. 183.

Na concepção de Antonio Gramsci, a sociedade civil é o espaço da luta de classes, da busca de aliados para os projetos hegemônicos e contra-hegemônicos. Neste contexto, a imprensa, dentro do âmbito dos meios de comunicação, constitui-se como um aparelho privado de hegemonia. Assim, abriremos este espaço para aqueles jornais que procuraram seguir o caminho da crítica, do embate à ação golpista exercida em 1º de Abril de 1964.

Existiram apenas dois jornais no Estado do Maranhão que se mostraram contrários a ofensiva autoritária que inauguraria um regime de exceção no Brasil. O primeiro deles foi o *Jornal Pequeno*, o outro era conhecido como *Jornal do Povo*. Apresentaram-se assim como outra alternativa de divulgação e interpretação dos fatos ocorridos nos idos de março e abril de 1964.

O *Jornal Pequeno* nasceu em 1947, com o nome de *O Esporte*, em 1951, mudou seu nome para *Jornal Pequeno/ O Esporte*, conservando-se um jornal essencialmente esportivo. Com o passar do tempo, o jornal se tornou noticioso e crítico, passando a apresentar um panorama nacional, com pequenas notícias sobre alguns estados e colunas relacionadas a cinema, agricultura e pecuária, assim como, notícias de esporte<sup>10</sup>.

Com os anos, é possível perceber o caráter nitidamente político desse periódico. Diário de orientação popular, tendo como diretor José Ribamar Bogéa e gerente, Quintino Bogéa. Atualmente, permanece sendo um jornal diário com colunas diversificadas, mas tendo destaque as denúncias políticas. A diretora-presidente é Hilda Marques Bogéa<sup>11</sup>.

Em matéria publicada no dia 31 de março de 1964, o jornal pequeno traz, na íntegra, a opinião do então governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola sobre o comício da Central do Brasil. Era estabelecida, portanto, uma alternativa para opiniões de repúdio ao golpe e em favor de Jango, ressaltando suas ações "democráticas", expressadas na capacidade de estabelecer um diálogo com o povo, e em especial com as classes trabalhadoras.

O jornal, durante o período do golpe empresarial-militar, abre bastante espaço para matérias e editoriais relacionados aos movimento de trabalhadores e das classes subalternas das forças armadas, assim como daqueles que promoveriam e defenderiam uma resistência em favor de Jango.

---

<sup>10</sup> SECMA. **Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007**.--- São Luís: edições SECMA, 2007

<sup>11</sup> SECMA. **Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007**.--- São Luís: edições SECMA, 2007, p. 160-161.

"Agoniza o regime da liberdade no Brasil": O movimento político-militar de 1º de abril é classificado como um golpe da direita e dos seus interesses. Junto dos representantes das armadas, Magalhães Pinto é apresentado como um dos mentores do golpe ao lado do governador da Guanabara Carlos Lacerda.

O outro jornal de postura crítica ao golpe civil-militar de 1964 foi o *Jornal do Povo*. Primeiro, sob a direção de José Neiva de Sousa e, algum tempo depois, passou a ser comandado por Neiva Moreira. Esse jornal fazia oposição ao senador Vitorino Freire<sup>12</sup> e seu grupo. Denunciava o vitorinismo como sendo um regime oligárquico que exercia um total controle da máquina do Estado, praticava o voto de cabresto, o autoritarismo e a corrupção desenfreada. A folha também se destacava pela defesa intransigente de uma linha nacionalista para a economia do país, ao mesmo tempo em que lançava ácidas críticas ao comunismo. Logo após o golpe de 1964 sai de circulação<sup>13</sup>.

O *Jornal do Povo* traz na capa do dia 31 de março o título: "UNIÃO DOS SOLDADOS AO POVO para barrar reacionários", dando grande destaque a reunião dos sargentos no automóvel club em São Paulo. o jornal ainda destacou que o discurso de João Goulart no evento fazia denuncia à conspiração do IBAD e dos setores econômicos contrários as reformas defendidas pela então presidente.

Em todos os cantos da cidade onde o problema está em evidencia existe um repulsa geral contra os golpistas nacionais que tentaram se apoderar do país e colocar as Forças Armadas contra os trabalhadores. (Jornal do Povo, p.04, 3 de Abril de 1964)

Em outra matéria intitulada "Reforma ou constituinte", o jornal faz boas referências em relação a caminhada do país no rumo da justiça social. Nela ainda se fala de uma "Revolução anti-imperialista e anti-feudal", e aqueles que são contrários, que procurem buscar as vias pacíficas.

Em texto do mesmo dia por título "O que fazer", o então diretor responsável do Jornal Pequeno, Neiva Moreira, versa sobre o clima de euforia vivido no país após a divulgação das propostas reformistas de João Goulart. O texto fala de um sentimento de "agora sim" do povo brasileiro perante as ações populares de Jango. Em outra matéria, ainda é falado das campanhas de terrorismo ideológico contra Jango.

---

<sup>12</sup> Um dos grandes oligarcas do Maranhão, anterior a José Sarney.

<sup>13</sup> SECMA. **Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007**.--- São Luís: edições SECMA, 2007, p. 166-167.

Logo após o golpe, em manifesto divulgado pelo jornal do povo no dia 3 de abril, é ressaltada a ação badernista dos "gorilas" no país, em contraposição as reformas propostas pelo presidente deposto João Goulart.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A discussão sobre o golpe de 1964 transcende as discussões relativas ao caráter personalista ou aquele baseado nas grandes estruturas. É importante também apontarmos as diferenças de pensamento enquanto a essência do golpe, daqueles que o elaboraram e de quem assumiu os cargos de poder após a saída de João Goulart da presidência do Brasil.

Logo, foi possível perceber que o posicionamento institucional da grande imprensa maranhense foi em favor do projeto político ideológico hegemônico que estava sendo instaurado com a derrubada de João Goulart e os anos de ditadura que se seguiram. No entanto, também é perceptível uma postura contra hegemônica de parte dos meios de comunicação em relação a ofensiva autoritária de Abril de 1964, a partir da adoção de uma postura crítica em relação aos golpistas, além de clamar a união do povo contra o autoritarismo.

## **REFERÊNCIAS**

### **Fonte Primária (Jornais)**

**Correio do nordeste** (Exemplares de Março e Abril de 1964) Documentos acondicionados na Biblioteca Pública Benedito Leite. São Luís-MA.

### **Bibliografia**

ABREU, Alzira Alves de. **A imprensa e seu papel na queda de João Goulart**. CPDOC, 2006. [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A\\_imprensa\\_e\\_seu\\_papel\\_na\\_queda\\_de\\_Goulart](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_imprensa_e_seu_papel_na_queda_de_Goulart)

ALMEIDA, Jorge. **A relação entre mídia e sociedade civil em Gramsci**. Revista ComPolítica, n.1, vol. 1, ed.março-abril, ano 2011.

BRAVO, Guilherme Pigozzi. **O Partido Impresso: Imprensa e Hegemonia no pensamento político de Antonio Gramsci**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011 12



**SECMA. Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007.**--- São Luís: edições SECMA, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart: entre a memória e a história/** coordenação Marieta de Moraes Ferreira.- Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada.** São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado Moderno (caderno nº 13). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MELO, D. B. . **Ditadura 'civil-militar'?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente.** Espaço Plural (Marechal Cândido Rondon. Online), v. 27, p. 39-53, 2012.

MOREIRA ALVES, Márcia Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** Editora Vozes, 2ª edição, 1984.

IX Semana de História Política  
VI Seminário Nacional de História: Política, Cultura e Sociedade

## **RESGATE DA MEMÓRIA DO CAMPO DE CONCENTRAÇÃO DA CIDADE DE GUARATINGUETÁ**

Manoel F. Moreira Jr<sup>1</sup>.

### **RESUMO**

O artigo é parte de um estudo, apoiado pela UNISAL, sobre o resgate da memória do campo de concentração existente em Guaratinguetá-SP (1942 – 1945). Fundamentados na teoria arendtiana sobre o regime e práticas totalitárias objetiva-se entender, a partir dos relatos do cotidiano dos detentos e das condições em que viviam, da privação de seus direitos enquanto cidadãos e, conseqüentemente a sua exclusão da esfera pública, os possíveis desdobramentos políticos de uma ação efetiva da prática dos Direitos Humanos.

**Palavras-Chave:** Campo de Concentração; Arendt; Direitos Humanos

### **ABSTRACT**

The article is part of a study, supported by UNISAL, on the memory redemption of the existing concentration camp in Guaratinguetá, State of São Paulo (1942 - 1945). Based on Arendt's theory about the regime and totalitarian practices the objective is to understand, from the reports of the daily lives of detainees and the conditions they lived in, the deprivation of their rights as citizens and therefore its exclusion from the public sphere, the possible political ramifications of an effective action of the practice of Human Rights.

**Keywords:** Concentration Camp; Arendt; Human Rights

---

<sup>1</sup> Licenciando (manoel.moreira93@live.com) em História no Centro Universitário Salesiano de São Paulo – U.E Lorena, bolsista no projeto de iniciação científica – BICSAL-UNISAL –, sob orientação do Prof. Dr. Mario José Dias (dias.mj@globo.com).

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi elaborada a partir de uma indagação a respeito do sentido e significado de “campo de concentração”: sobre os instrumentos e mecanismos utilizados nas práticas de tortura e violência características fundamentais que o diferenciava de um campo comum de prisioneiros de guerra. Para tal estudo, tomou-se como base a existência de um campo de reclusão (concentração) na cidade de Guaratinguetá (1942 – 1945), durante o movimento da Segunda Grande Guerra.

A necessidade gerada para a compreensão do que venha a ser um campo de concentração induziu a procura por autores que trabalharam com este tema, entre eles, optamos por escolher Hannah Arendt (1906 – 1975) como uma referência importante, dado ao seu estudo inovador sobre os mecanismos que estão presentes em tais campos. Em 1951 Arendt publica um estudo aprofundado sobre as “Origens do Totalitarismo” na qual autora realiza uma consistente análise dos movimentos totalitários da Europa no século XX com seus mecanismos de horror e crueldade, tais como o campo de concentração. Além disto, ela trabalhará com uma questão central e polêmica em relação ao que venha ser direitos fundamentais, ou até então naturais da pessoa humana, para ela “o homem pode perder todos os chamados Direitos humanos sem perder a sua qualidade essencial de homem, sua dignidade humana. Só a perda da própria comunidade é que o expulsa da humanidade.”<sup>2</sup>. Partindo deste pressuposto, tomou-se como estudo os direitos fundamentais do homem como tal e a privação destes direitos por parte dos detentos presentes na cidade de Guaratinguetá<sup>3</sup>.

## A ASCENSÃO DO TERCEIRO REICH

Talvez até os dias atuais a Segunda Guerra Mundial seja o assunto mais estudado em diversas áreas do conhecimento, tanto em seus aspectos históricos, como sociais, filosóficas, políticas.... Seu campo de estudo, apesar das inúmeras pesquisas já realizadas, continua em aberto, o que possibilita uma maior abertura para compreensão do nosso mundo

---

<sup>2</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p.331.

<sup>3</sup> A cidade de Guaratinguetá se localiza na região conhecida como Vale do Paraíba, foi fundada no ano de 1630 e se constituía como uma das cidades do Vale do Café, importante produtora agrícola no século XIX. No início do século XX é criada na cidade e Escola Prática de Agricultura Paulo Correa Lima, em 1942 foi transformada provisoriamente em campo de reclusão que abrigaria detentos alemães que abortaram no Brasil em 1939 no navio chamado “Windhuk”, após 1945 a escola ficara abandonada por um curto período até então ser transformada na Escola de Especialistas da Aeronáutica (EEAR) em 1950, no qual permanece até os dias atuais compondo as Forças Armadas.

contemporâneo. A ascensão do nazismo (1933) e o início dos conflitos (1939) demonstraram para o mundo em poucos anos a barbárie que a racionalidade humana pode atingir. Os campos de concentração, ou campos de extermínio alemães, são as provas mais evidentes deste fato.

Após sair derrotada na Primeira Guerra Mundial, a Alemanha encontrava-se arrasada econômica e socialmente, os inúmeros gastos proporcionados pelos quatro anos em que permanecera em conflito, além das altíssimas indenizações (através do Tratado de Versalhes<sup>4</sup>) que deveriam ser pagas aos países vencedores, somados a destruição de seu parque industrial, fizeram com que a Alemanha entrasse em uma crise que acarretaria a ascensão do Terceiro Reich<sup>5</sup>. Os primeiros anos pós guerra foram para os alemães os mais sofridos, e com a ascensão dos ideais socialistas no leste europeu, devido a vitória da Revolução Bolchevique em 1915, os ares do comunismo assolavam solo germânico.

Detentora de um forte movimento sindical e um coeso Partido Comunista, que em 1919 a Alemanha sofre a tentativa de um golpe iniciado principalmente por uma ala do movimento socialista comandado por Rosa de Luxemburgo. Golpe que não obteve êxito, pois o partido comunista dividia-se em dois principais grupos que divergiam-se em interpretações e soluções da teoria marxista. Rosa foi fuzilada em público junto com adjuntos que encabeçaram o movimento de 1919. O Partido Comunista Alemão sofreria ainda mais perdas e separações no período que viria à ascensão da famosa República de Weimar no mesmo enigmático ano de 1919.

Os primeiros anos da instauração deste modelo de República demonstraram-se conturbados, e novos grupos adentram a cena política alemã, os grupos paramilitares de violência. Norbert Elias destaca nesse período “o declínio do monopólio estatal da violência”<sup>6</sup>. O assassinato de lideranças do partido socialista por estes grupos passa a ser corriqueiro. É nesse contexto que movimentos ultranacionalistas<sup>7</sup> aumentam sua influência sobre a juventude alemã, insatisfeita pelos problemas sociais, e principalmente, inconformados com a derrota e as sanções por ela provocada. Vários atentados são

---

<sup>4</sup> Acordo assinado entre os países beligerantes no qual estabelecia uma dura punição a Alemanha pelos ocorridos durante a Primeira Guerra Mundial, punições como a desmilitarização do exército, pagamento de altas indenizações, devolução de território conquistados, entre outros. Esse acordo é dado como uma das causas do avanço do nazismo na Alemanha nos anos 30, pois o Tratado deixava a grandiosa Alemanha a mercê dos vencedores, a Alemanha pagava as indenizações enquanto o seu povo passava fome.

<sup>5</sup> A expressão Reich vem desde a Idade Média e é utilizada para definir Império em Alemão. Hitler retoma essa forte expressão em 1933 e declara a ascensão do III Reich da Alemanha e denomina-se Führer, o líder, o Imperador.

<sup>6</sup> ELIAS, Norbert. Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p.196.

<sup>7</sup> Por ultranacionalismo adotamos a definição de grupo de extrema direita que recorrentemente adotam uma política militar forte e repressiva, além de uma doutrina xenofóbica de supremacia e homogeneidade nacional.

promovidos principalmente contra membros de partidos socialistas, a juventude alemã representava agora uma arma política que ganharia ainda mais força nos anos de 1930.

Nos anos de 1924 à 1929 a República de Weimar vive seu período de maior estabilidade, devido aos grandes empréstimos providos pelos Estados Unidos, a Alemanha consegue estabilizar sua economia, e com isso, diminuir seus problemas sociais<sup>8</sup>. Essa estabilidade, no entanto, demonstrou-se breve e em 1929 com a quebra da bolsa de valores de Nova York, a economia alemã sofre seu último golpe, os níveis galopantes de inflação retornam, e a alta desvalorização do Marco provoca falta de alimento às camadas mais baixas da sociedade, impulsionando ainda mais o desgaste político e social da República. Neste ponto, o movimento ultranacionalista ganha mais adeptos, e passa de vez a inserir-se no cenário agora não só alemão, mas mundial.

Grupos paramilitares que viviam à margem da República passam agora a ganhar força política e em 1933 o Nacional-Socialismo tendo a frente Hitler realiza um golpe e põe fim a República de Weimar dando início ao movimento que posteriormente seria conhecido como Terceiro Reich. Hitler escreve em seus anos de cárcere (1923 à 1924) um livro denominado *Mein Kampf*<sup>9</sup> na qual descreve as características de uma Alemanha vitoriosa, imperialista, formada por cidadãos superiores pertencentes a raça ariana.

Com a ascensão do nazismo através de uma fortificação do Estado e principalmente, de uma atitude ditatorial Hitler consegue reestabelecer economicamente a Alemanha e logo inicia seu plano expansionista que acarretaria a Segunda Guerra Mundial. Culpando os judeus pela derrota em 1918, o movimento nazista começa uma acintosa perseguição aos judeus, pois estes detinham a principal fonte de capital nacional, e foram favoráveis a rendição em 1918, fato que aumenta ainda mais o repúdio aos povos “antigos”.

O antissemitismo demonstra-se parte da doutrina nazista logo nos primeiros momentos, e a perseguição vai aumentando sua brutalidade com o passar dos anos. Em um primeiro momento segregasse a população, separando o povo alemão e o povo judeu, A disseminação da propaganda foi talvez a maior arma alemã em perseguição a essa minoria, eram espalhados pela Alemanha inúmeros cartazes com caricaturas de judeus sempre mais fracos, ligados a comunistas, frases que estabeleciam uma relação da derrota na Primeira Guerra e esses povos, dentre outros artifícios que sempre ridicularizava a figura do judeu. Em pouco tempo a perseguição tomou formas mais acintosas e essas minorias foram realocadas

---

<sup>8</sup> ALMEIDA, Ângela Mendes. *A República de Weimar e à ascensão do nazismo*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

<sup>9</sup> Livro este que seria a base de todo o governo Totalitário até os anos de 1945, e que até hoje é base para grupos xenofóbicos, homofóbicos e racistas que se autodenominam de neonazistas.

de forma agressiva para guetos, onde eram vigiados e deveriam permanecer de forma irrestrita, adentrando agora em um estado à margem do Estado Nacional.

A ascensão de Hitler ao poder, aspira um projeto expansionista para Alemanha que a partir de 1933 torna-se realidade. Para isso foram necessárias algumas etapas: organização bélica de seu exército, aliança a intelectuais e generais estrategistas e, por fim, a formação da juventude alemã propondo uma política de supremacia ariana. A perseguição aos judeus, a invasão em 1939 à nação polonesa são aspectos inaugurais de sua política que durará até o final da guerra em 1945.

## A QUESTÃO DOS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO

Neste ponto os judeus passam agora a uma situação pior ao serem transferidos aos temidos e famosos campos de concentração, que posteriormente transformar-se-iam em campos de extermínio<sup>10</sup>. No entender de Arendt “nem mesmo os campos de concentração são invenções dos movimentos totalitários.”<sup>11</sup>, mas é nestes movimentos em que eles demonstram sua mais espantosa forma e princípio, a desumanização.

Durante os anos beligerantes inúmeros campos são criados na Alemanha Nazista, e nestes eram retidos judeus, ciganos, homossexuais, inimigos do estado como os comunistas, ou quem representasse perigo a supremacia estatal. Porém fugindo ao que a historiografia tradicional nos apresenta. Outros países também construíram campos que separassem os conhecidos indesejáveis de seus estados-nacionais, fato que se inicia no fim da Primeira Guerra Mundial como a dissolução dos Impérios e implantação dos Estado-Nação, motivo que origina o “Tratado das Minorias”<sup>12</sup>. Os Estados Unidos da América em 1942 constroem um campo de reclusão<sup>13</sup> no Havaí, local em que ficaram presas e separadas da sociedade mais de 120 mil pessoas de maioria japonesa, outro exemplo é o Brasil que temia uma presença nazista em solo tupiniquim, e por isso, constrói inúmeros campos de reclusão em que eram

---

<sup>10</sup> Os campos de concentração e de extermínio dos regimes totalitários servem como laboratórios onde se demonstra a crença fundamental do totalitarismo de que tudo é possível. (ARENDDT, 1989, p.488)

<sup>11</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p.490.

<sup>12</sup> Constituíam-se em acordos firmados pelas nações através da Liga das Nações nos quais estes deveriam salvaguardar os povos “minorias” que foram deixados à margem do artificial processo de Estado-Nacional após a Primeira Guerra Mundial, estas minorias encontravam-se no estado de apátridas e deveriam ter seus direitos reconhecidos por um órgão de mediação internacional. Arendt ainda destaca “Minorias haviam existido antes, mas a minoria como instituição permanente, o reconhecimento de que milhões de pessoas viviam fora da proteção legal normal e normativa, necessitando de uma garantia adicional dos seus direitos elementares por parte de uma entidade externa [...] tudo isso constituía novidade na história europeia, pelo menos em tal escala. (ARENDDT, 1989, pág. 308)

<sup>13</sup> Diferentes dos campos de extermínio alemães, estes tinham como intuito apenas a separação dos possíveis inimigos internos, principalmente em tempos de guerra.

detidos os chamados por Priscilla Perazzo (2009) “Súditos do Eixo”<sup>14</sup>, nestes campos eram presos principalmente alemães, italianos e japoneses.

## O CAMPO DE CONCENTRAÇÃO: A DESCONSTRUÇÃO DO ESSENCIALMENTE HUMANO

*Liberdade é uma palavra que o sonho humano alimenta,  
Não há ninguém que explique e Ninguém que não entenda.*

*Cecília Meireles, Romanceiro da Inconfidência. (1953)*

Para Arendt (2005) o homem é essencialmente um ser “político”<sup>15</sup>, e portanto dotado de ação e fala que ocorre na esfera pública, atrelada a espaço propício à ideia de liberdade. Qualquer tentativa de remove-lo da *pólis* caracterizaria o mesmo que retirar-lo do que o constitui como humano. É nesse ponto que os campos de concentração demonstram seu papel mais nocivo e cruel. Arendt afirma em “Origens do Totalitarismos” que “o homem pode perder todos os chamados Direitos do Homem sem perder a sua qualidade essencial de homem, sua dignidade humana. Só a perda da própria comunidade é que o expulsa da humanidade”<sup>16</sup>.

Os campos de concentração dos estados totalitários são mais que matadouros que expõem a fragilidade da vida, eles são para Arendt “[...] à chocante experiência da eliminação, em condições cientificamente controladas, da própria espontaneidade como expressão da conduta humana [...]”<sup>17</sup>, o homem como ser social é exposto a uma situação na qual ele não se constitui como tal. E portanto são submetidos a uma condição apolítica, fato que o priva da sua condição natural. Os campos demonstram a principal característica do regime totalitário, o domínio total.

“É isto um Homem?”<sup>18</sup> livro escrito por Primo Levi logo após o término da Segunda Guerra Mundial apresenta uma espécie de diário narrativo sobre os anos em que viveu, ou “sub-existiu”, no campo de concentração de Auschwitz. O livro nos traz relatos de sua sofrida estadia em um dos campos mais mortais do Nazismo. Logo de início ele nos apresenta uma enigmática descrição em forma de poesia a qual destacar-se-á alguns versos:

---

<sup>14</sup> PERAZZO, Priscilla Ferreira. *Prisioneiros de Guerra: os “súditos do eixo” nos campos de concentração brasileiros (1942 – 1945)*. São Paulo: Humanitas, 2009.

<sup>15</sup> Entendesse político como ser que participa da vida em comunidade, do cotidiano da *pólis*.

<sup>16</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p.331.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p.489.

<sup>18</sup> LEVI, Primo. *É isto um Homem?*. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

Pense bem se isto é um homem  
que trabalha no meio do barro,  
que morre por um sim ou por um não.  
Pensem bem se isto é uma mulher,  
sem cabelos e sem nome,  
sem mais força para lembrar,  
vazios os olhos, frio o ventre,  
Como um sapo no inverno<sup>19</sup>.

Nesses poucos versos percebe-se algumas características marcantes do campo de concentração, como o corte de cabelo, a retirada do homem e o uso dos números, o rompimento com o passado, e principalmente a fragilidade da vida. Todos esses mecanismos possibilitam ao campo de concentração constituir-se como uma ferramenta de desumanização, a retirada de todos os atributos que nos constituem como Homens.

O primeiro ato praticado é a retirada do homem de sua vida na polis, sua casa, sua família, seus pertencentes, coisas que o construíram como tal. Logo após adentrarem no campo de concentração todos os homens, mulheres e até mesmo crianças são destituídos de seus nomes, roupas, e até mesmo o próprio cabelo, atributos que os diferenciavam, que os dava identidade. Agora recebem números, e por números serão conhecidos, não por suas roupas diferentes, ou seus lindos cachos ou trançados de cabelo, e muito menos pelos seus nomes, agora todos são massificados, e ao mesmo tempo não são nada. Este é um espaço de memória construída para o esquecimento de si enquanto humano, possuidor de uma identidade própria, liberdade e interação entre os homens. Os campos de concentração impõem, pelo uso da violência, a marca de um corpo traumatizado e ferido em sua própria essência: ser-humano, social e político.

Os campos de concentração constituem-se portanto no cenário do século XX como ferramenta violenta de suplantação do que é essencialmente humano, já que o mesmo elimina a possibilidade de vida na *pólis*, e o restringe seus reclusos a um espaço de mera sobrevivência como animais. Mais do que ferir a própria vida, o campo demonstra suas piores facetas na desconstrução da dignidade humana, na qual, nem mesmo os Direitos fundamentais do Homem proclamado na Revolução Francesa pudesse assegurar, já que estes judeus não detinham Estados Nacionais dos quais eles pudessem ter assegurados seus direitos fundamentais<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> Ibidem, p. 9

<sup>20</sup> O conceito de direitos humanos, baseado na suposta existência de um ser humano em si, desmoronou-se no mesmo instante em que aqueles que diziam acreditar nele se confrontaram pela primeira vez com seres que



## ESCOLA PRÁTICA DE AGRICULTURA PAULO CORREA LIMA

O ataque japonês à base norte-americana de Pearl Harbor acelerou um processo que a essa altura já era inevitável, a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial. Vargas que até então adotara uma postura neutra tentando absorver recompensas tanto americanas quanto alemãs, vê-se diante de um grande e complexo dilema político e é quase que forçado pelos estadunidenses a declarar guerra aos países do Eixo.

Em 1942 com a declaração do estado de beligerância brasileiro aos países do Eixo o governo de Getúlio Vargas adota como oficial a segregação de possíveis ameaças alemãs, italianas e japonesas em solo brasileiro. Com esta medida ele estabelece a criação de locais que receberiam estes supostos “súditos do Eixo” como são denominados por Perrazo (2009). Assim sendo, são criados diversos campos pelo Brasil, na qual a cidade de Guaratinguetá-SP é estabelecida como um destes lugares. A até então chamada *Escola Prática de Agricultura Paulo Correa Lima* passa agora a receber exclusivamente alemães oriundos de um navio atracado no Brasil em 1939, denominado Windhuk<sup>21</sup>. Seus tripulantes permaneceram na baía de Santos até 1942, graças a uma boa quantia que recebiam da Alemanha desfrutavam de uma vida agradável.

Detidos pelo governo brasileiro os alemães foram separados em dois locais do interior de São Paulo: em Pindamonhangaba e em Guaratinguetá. Neste último, objeto desta pesquisa, os detentos eram submetidos a tratamentos que se aproximam aos campos de concentração anunciados na teoria de Arendt, e, conseqüentemente, desrespeitam os tratados assinados na convenção de Genebra de 1929 que definiam o tratamento humanitário aos prisioneiros de guerra. Agressão física e psicológica, privação de alimento, falta de salubridade, e até mesmo o trabalho forçado eram situações comuns nas quais os detentos eram submetidos<sup>22</sup>.

Arendt definira os campos de concentração como sendo de três tipos: *o Limbo*, estes presentes em países não totalitários com intuito de excluir da esfera pública os elementos indesejáveis do estado, *o Purgatório* ela denomina como sendo os campos soviéticos de

---

havam realmente perdido as outras qualidades e relações específicas – exceto que ainda eram humanos. O mundo não viu nada de sagrado na abstrata nudez de ser unicamente humano. (Arendt, 1989, pág. 333)

<sup>21</sup> “O Canto do Vento” era um transcontinental alemão luxuoso de grande porte, que parte da Alemanha em 1938 e com a eclosão dos conflitos em 1939 torna-se impossível o seu retorno ao país de origem, já que a Inglaterra detinha domínio sobre o mar ao norte da África. Em 1939 o comandante decidiu partir para um país que encontrava-se em estado de neutralidade no conflito. Devido à proximidade o Brasil é a sua escolha, atracando no porto de Santos neste mesmo ano.

<sup>22</sup> “Às vezes, o castigo ia além da privação de alimento: os guardas retiravam a água e a cama, molhavam o chão e deixavam o interno completamente nu.” (PERAZZO, 2009, pág. 163)

esquecimento e trabalho forçado. E por último *o Inferno*, que seriam os campos de extermínio alemães<sup>23</sup>.

## APÁTRIDAS UM PROCESSO DE ESQUECIMENTO DOS EXCLUÍDOS

A situação de minoria excluída sempre foi vivenciada pela humanidade, mas é no início do século XX, com a dissolução dos Impérios pós Primeira Guerra Mundial, que ela assume conotações jamais vistas. Com o fim da Primeira Guerra e derrota ao Império Austro-húngaro, a divisão e o estabelecimento de estados-nação são medidas adotadas pelos vencedores com o intuito de impedir novos conflitos no leste Europeu. Este processo não é aceito por grandes parcelas da população em determinadas regiões, fato que determina a exclusão deste da conotação moderna de cidadãos, portanto permanecem fora do Estado enquanto instituição legítima e legal.

Os *povos sem Estado*, essa seria a categoria das “minorias” criadas principalmente pela dissolução dos Impérios. Esses dilemas, inaugurados no século XX demonstrar-se-iam de forma mais aguda nos anos seguintes a década de 1930, e principalmente com a ascensão do Terceiro Reich. Com o estabelecimento do nazismo no poder, cidadãos alemães que sentiam-se ameaçados fogem para outros países, porém estes são destituídos da cidadania alemã, e conseqüentemente privados de qualquer tipo de proteção legal estatal. Esse é o estado de apátrida apontado por Arendt (1989), na qual ela mesma passa por tal situação quando refugia-se, da perseguição nazista aos judeus, nos Estados Unidos, permanecendo na ilegalidade por anos.

Baseado no modelo francês de Estado Nação, na qual os indivíduos como seres livres delegam sua liberdade à proteção do Estado, e este deve salvaguarda-la em virtude da preservação do próprio Estado como tal, o equívoco do Estado Nacional é justamente não prever que milhares de pessoas, como os judeus o foram, pudessem ser jogados para a margem do Estado<sup>24</sup>, e pior, sobre o pretexto de que essa ação seria para o próprio bem do Estado Alemão. O criminoso como ator dentro do Estado detém direitos, e deveres dentro do corpo político estatal, o apátrida não detém tal regalia, à ele pode ser designado o pior dos

---

<sup>23</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p.496.

<sup>24</sup> “Uma vez fora do país de origem, permaneciam sem lar; quando deixavam o seu Estado, tornavam-se apátridas: eram o refugio da terra.” (ARENDT, 1989, pág. 300)

castigos, pois não há lugar no mundo que o reconheça como existente. O apátrida está expulso por completo daquilo que o constitui como humano, a vida dentro do mundo político<sup>25</sup>.

Os eventos do século XX aqui apresentados tornaram-se algo necessário a serem discutidos e debatidos no espaço político, para que possam ser memoráveis e evitem a falência no esquecimento. Como o sentido da política para Arendt é a liberdade, esses mecanismos aqui constituem-se como inaceitáveis na esfera da política, sejam em estados totalitários ou não. Os ditames anunciados pela autora nos anos de 1950 ainda permanecem pontos fundantes de debates sobre a política.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O campo de concentração da cidade de Guaratinguetá apesar de esquecido pela historiografia política nacional e local, pode ser definido como tal a partir da teoria arendtiana, como instrumento de exclusão do que é essencialmente humano: a esfera política. Pouco ou não citado nos livros de história esse fato vem sendo esquecido pela população que desconhece a existência de tais ferramentas políticas em solo exteriores aos alemães. Devido ao repúdio do pós-guerra, às ações realizadas pelos alemães, a historiografia marcou o termo “campo de concentração” ao Nazismo excluindo países que também detiveram campos com características que se assemelham, e que rompem com o princípio do Direito do Homem.

Apesar das condições desfavoráveis as quais foram submetidos, os detentos em 1945 foram soltos e agora estavam lançados a um dilema: teriam e só viam essa possibilidade, a de permanecer no Brasil. Assim os detentos ainda estariam incumbidos de uma situação comum desde o fim da Primeira Guerra Mundial, eles tornar-se-iam: apátridas. Sem nenhuma ajuda do governo alemão ou brasileiro os detentos foram soltos e deixados a sua própria sobrevivência, embora possuísse a nacionalidade alemã, esta encontrava-se destruída e dividida, portanto não pronta para recebe-los novamente em sua terra natal.

---

<sup>25</sup> “A privação fundamental dos Direitos Humanos manifesta-se, primeiro e acima de tudo na privação de um lugar no mundo que o torne a opinião significativa e a ação eficaz. Algo mais fundamental do que a liberdade e a justiça, que são os direitos do cidadão, está em jogo quando deixa de ser natural que um homem pertença à comunidade em que nasceu [...]” (ARENDR, 1989, pág. 330)

IX Semana de História Política

VI Seminário Nacional de História: Política, Cultura e Sociedade

PPGH/UERJ, 2014

## **OS MUSEUS E A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES TERRITORIAIS: UM ESTUDO SOBRE A IDENTIDADE CARIOCA NO MUSEU DE ARTE DO RIO**

**Marcia Bielinski Barreto<sup>1</sup>**

**Resumo:** Este trabalho busca discutir o museu como ferramenta fundamental na construção das identidades territoriais. O *Museu de Arte do Rio* serve de base à análise da construção da identidade carioca e da memória coletiva através de seu acervo, sua exposição e sua inserção na (re)organização espacial a partir do *Projeto Porto Maravilha*. Refuncionalizado e projetado, o **MAR** pode ser uma oportunidade para se refletir em como a identidade da cidade vem sendo negociada e construída num momento de profundas transformações.

**Palavras-chave:** Museu - Identidade - Território

**Abstract:** This paper aims to discuss the museum as a fundamental tool in the construction of territorial identities. The *Museu de Arte do Rio* underpins the construction of Rio analysis of identity and collective memory through its collection, its exposure and its insertion in the spatial organization from *Projeto Porto Maravilha*. Functionalized and designed, the **MAR** can be an opportunity to reflect on how the city's identity is being negotiated and built at a time of profound transformation.

**Keywords:** Museum - Identity – Territory

## **Introdução**

A interdisciplinaridade da Geografia, seja no âmbito da Geografia Física ou da Geografia Humana, nos conduz a infinitas possibilidades de questionamentos, estudos, análises e interseções que interagem com diversos campos. Destaco a citação de Denis Cosgrove<sup>2</sup> de que “a Geografia está em toda parte”, e a importância de se refletir sobre a reestruturação espacial, com profundas mudanças na cidade do Rio de Janeiro em tempos atuais, com foco nos projetos de “revitalização”, denominados por muitos estudiosos de *operação de city marketing*.

Neste estudo<sup>3</sup>, abordo a importância da implantação do projeto cultural e educacional, em parceria público-privada – o Museu de Arte do Rio de Janeiro (MAR).

O papel desse museu na construção da identidade carioca e da memória coletiva, as relações de poder, as narrativas em suas exposições serviram de ponto de partida a um levantamento conceitual, bibliográfico e a análise de seu acervo em suas formas materiais e imateriais, conjunto de símbolos que expressam memória/esquecimento, resistência e lutas, crítica e encantamento.

Como cita Andreoni<sup>4</sup>, os museus podem influenciar a construção de um imaginário e uma memória coletiva, uma vez que são considerados veículos de comunicação e núcleos de poder em processos de (re)significação nesses espaços de memória/esquecimento ocorrido nestas últimas décadas.

A inauguração do Museu de Arte do Rio de Janeiro (MAR) no dia 1º de março de 2013, na Praça Mauá (Zona Portuária do Rio de Janeiro), marcou o aniversário da cidade que completava 448 anos, palco de encontro de importantes nomes da política, como a Presidente da República Dilma Rousseff, a Ministra da Cultura Marta Suplicy, o Governador Sérgio Cabral, o Prefeito Eduardo Paes, da classe empresarial como João Roberto Marinho (Presidente da Fundação Roberto Marinho) e de inúmeros representantes da sociedade civil.

O complexo cultural e educativo é considerado um projeto ousado, com uma área aproximada de quinze mil metros quadrados. Citado como primeiro projeto concluído para “revitalização” da Zona Portuária - “uma das âncoras culturais do Porto Maravilha”<sup>5</sup> -

apresenta como proposta o fomento à cultura e à arte, através de exposição visual e atividades educacionais.

A Lei Municipal nº 101/2009 oficializou a Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro, com objetivo de:

Promover a reestruturação local, por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços públicos da região, visando à melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores e à sustentabilidade ambiental e socioeconômica da área. O Projeto abrange uma área de cinco milhões de metros quadrados, que tem como limites as Avenidas Presidente Vargas, Rodrigues Alves, Rio Branco e Francisco Bicalho. (...) O Porto Maravilha também realizará ações para a valorização do patrimônio histórico da região, bem como a promoção do desenvolvimento social e econômico para a população. A implantação de projetos de grande impacto cultural, como o Museu de Arte do Rio de Janeiro na Praça Mauá e o Museu do Amanhã, no Píer Mauá, ambos em parceria com a Fundação Roberto Marinho, darão nova cara à entrada do porto <sup>6</sup>.

O complexo cultural é composto por dois prédios: o *Palacete Dom João VI* (1916) – em estilo eclético, restaurado e transformado em oito grandes salas de exposição distribuídas em quatro andares e a *Escola do Olhar* – em estilo modernista, e “que desenvolve programas de formação continuada em artes e cultura visual com professores e educadores” <sup>7</sup>. São interligados por uma passarela interna e por uma cobertura externa, marco de uma arquitetura arrojada que lembra ondas do mar. O acesso às exposições se inicia pelo terraço da Escola do Olhar, onde os visitantes podem visualizar a Baía de Guanabara, o Porto do Rio de Janeiro, as estruturas urbanas do centro do Rio de Janeiro, onde se mesclam as arquiteturas modernas e históricas, e demais “fixos e fluxos”<sup>8</sup> que compõem parte da paisagem carioca.

O MAR é um museu de processos que entra em campo unindo dimensões históricas e contemporâneas para afirmar uma leitura transversal da história da cidade, seu tecido social, sua vida simbólica, conflitos, contradições, desafios e expectativas sociais <sup>9</sup>.

O Museu de Arte do Rio, refuncionalizado e projetado em uma área considerada até então “degradada”, pode ser uma ótima oportunidade para se refletir em como a identidade da cidade vem sendo negociada e construída em um momento de profundas transformações urbanas. “A requalificação dos edifícios transformados em equipamento cultural teria a função de criar apenas um novo olhar sobre o entorno, mas igualmente uma forma específica de intervenção sobre a região e sobre a história local” <sup>10</sup>.

## Conceituação e Metodologia

O ICOM (Comitê Internacional de Museus), na 20ª Assembleia geral de Barcelona em 06 de junho de 2001, definiu *MUSEU* como:

Instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade. (...) Museus são casas que guardam e apresentam sonhos, sentimentos, pensamentos e intuições que ganham corpo através de imagens, cores, sons e formas. Os museus são pontes, portas e janelas que ligam e desligam mundos, tempos, culturas e pessoas diferentes. Os museus são conceitos e práticas em metamorfose.

O Estatuto de Museus foi promulgado em 14 de janeiro de 2009, com a Lei n.º 11.904. Destaca-se o artigo quinto da referida Lei:

Os bens culturais dos museus, em suas diversas manifestações, podem ser declarados como de interesse público, no todo ou em parte.

1º Consideram-se bens culturais passíveis de musealização os bens móveis e imóveis de interesse público, de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência ao ambiente natural, à identidade, à cultura e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

§ 2º Será declarado como de interesse público o acervo dos museus cuja proteção e valorização, pesquisa e acesso à sociedade representar um valor cultural de destacada importância para a Nação, respeitada a diversidade cultural, regional, étnica e lingüística do País.

Vários autores desenvolveram questões sobre as relações entre museus e identidades territoriais, em especial aqueles que se dedicaram ao estudo do nacionalismo. Destaca-se a obra de Benedict Anderson: “Comunidades Imaginadas”<sup>11</sup>, em que aborda a construção das identidades e o nacionalismo e as relações entre museus e as identidades territoriais discutindo o censo, o mapa e o museu como ferramentas importantes na construção das identidades, porém em menor destaque no âmbito da geografia. Segundo Anderson, os museus serviam “para guardar símbolos eficientes” dentro da “construção de uma identidade de nação, no interior de uma lógica comunitária afetiva”.

Nações são imaginadas, mas não é fácil imaginar. Não se imagina no vazio e com base em nada. Os símbolos são eficientes quando se afirmam no interior de uma lógica comunitária afetiva de sentidos e quando fazem da língua e da história dados “naturais e essenciais”; pouco passíveis de dúvidas e de questionamentos<sup>12</sup>.

Os museus podem contribuir na construção de um imaginário e uma memória coletiva, em diversas escalas. Como citado por Meneses<sup>13</sup>, podem-se distinguir três níveis principais de amplitude na atuação dos museus: o universal, o nacional e o local/regional.

O Museu de Arte do Rio, através de sua arquitetura, localização, proposta, gestão, exposição de acervo e nas atividades complementares desenvolvidas nesse espaço cultural, pode servir à análise de como a construção da identidade carioca está sendo construída e de como a memória da cidade do Rio de Janeiro é transmitida ao público. Numa escala local/regional o MAR atende aos habitantes da cidade, mas não se pode negar a amplitude dessa escala, quando há uma expectativa de atrair um público que vem à cidade do Rio de Janeiro em função do turismo nacional e internacional.

Cabe destacar a importância da análise: do projeto de criação e o Planejamento Estratégico do Museu de Arte do Rio (MAR); do Contrato de Gestão entre a Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura do Rio de Janeiro e a Odeon Companhia Teatral, com a interveniência da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro; do Relatório de Gestão/2013 e demais documentos oficiais.

A parceria público-privada da Prefeitura do Rio de Janeiro com a Fundação Roberto Marinho viabilizou o projeto da criação do MAR dentro da concepção de modernização, valorização e “revitalização” da área portuária. A gestão, que se mantém desde sua inauguração, está a cargo do Instituto Odeon, criado em 1998.

O Instituto Odeon é uma associação privada de caráter cultural, sem fins lucrativos, que tem a missão de promover a cidadania e o desenvolvimento socioeducacional por meio da realização de projetos culturais. (...) O modelo de gestão prima pela agilidade dos processos, transparência e eficiência, contribuindo para a sustentabilidade e longevidade das transformações culturais trazidas pelo MAR<sup>14</sup>.

A partir do acervo em exposição no MAR, pretende-se ao longo da pesquisa, analisar quais elementos de identidade carioca estão selecionados para a narrativa museal e como essa representação é transmitida aos seus habitantes e ao seu público em geral. É necessário observar os elementos materiais e imateriais inseridos nas exposições; como a história e a memória da cidade são transmitidas; como o museu aborda o futuro da cidade; como são abordados os campos de disputa e de resistência na cidade. Além disto, outras questões também devem ser analisadas como: as propostas divulgadas nos documentos oficiais do



MAR (se são coerentes com a representação transmitida) e as atividades que pretendem conectar público/instituição/identidade da cidade do Rio de Janeiro.

Outros conceitos serão abordados ao longo da pesquisa, entre eles, as diversas discussões sobre o conceito de *Território*, *Poder* e a representação da *Identidade Carioca*.

Destaco algumas citações, importantes neste primeiro levantamento conceitual no qual pretendo aprofundar, de forma a sustentar os resultados da análise proposta:

O poder não se circunscreve ao Estado, nem se confunde com a violência e a dominação, da mesma forma o conceito de território deve abarcar infinitamente mais que o território do Estado-nação. Todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território....<sup>15</sup>

“O poder engloba uma esfera de ação, sobre as coisas ou sobre as pessoas, sobre os objetos ou sobre as vontades. Ele está circunscrito ao campo das vontades e inclui-se no universo dos valores sociais, ou seja, aquilo que é socialmente aceito e valorizado”<sup>16</sup>.

Outra questão bastante pertinente neste estudo é avaliar temas que englobam “ação cultural” e “política cultural”, e como são desenvolvidas inúmeras estratégias na administração pública, em organizações não governamentais e empresas privadas com intuito de promover intervenções na sociedade e no espaço urbano<sup>17</sup>.

A compreensão sobre a condução da proposta do Museu de Arte do Rio, através de seu acervo exposto, também deverá ser pautada nas discussões sobre identidade e memória social. Cabe destacar a citação do antropólogo Donizete Rodrigues<sup>18</sup>:

A identidade é um processo de identificações historicamente apropriadas que conferem sentido ao grupo, ou seja, ela implica em um sentimento de pertença a um determinado grupo étnico, cultural, religioso, de acordo com a percepção da diferença e da semelhança entre “nós” e os “outros”. A memória pode ser entendida como processos sociais e históricos, de expressões, de narrativas de acontecimentos marcantes, de coisas vividas, que legitimam, reforçam e reproduzem a identidade do grupo.

Com intuito de discutir questões como construção territorial e ideologias espaciais, destaco um trecho do texto elaborado pelo geógrafo Mathias Le Bossé - *As questões de Identidade em Geografia Cultural – algumas concepções contemporâneas*<sup>19</sup>:

Se a identidade territorial é construída, ela é, por conseguinte, contingente e variável, sempre contestável e por vezes contestada pelos atores geográficos presentes. Quem são os autores dos discursos identitários e quais as suas visões? Que relações de poder são expressas através de seus discursos e o que elas revelam sobre uma identidade cujo

próprio controle é, ao mesmo tempo, o meio e o objetivo das lutas envolvendo poder e influência? O questionamento das práticas e discursos identitários exige, portanto, que estejamos atentos aos movimentos de dominação, de controle e de exploração que ali se exprimem.

Com relação à discussão sobre o tema: identidade carioca, caberá selecionar alguns autores que conseguiram traduzir a cidade e seus habitantes em suas múltiplas formas.

Carlos Lessa em sua obra: *O Rio de todos os Brasís*<sup>20</sup>, expõe aspectos históricos, geográficos, antropológicos, poéticos entre outros, sobre a construção da cidade do Rio de Janeiro e sua identidade:

O Rio como lugar deve ser pensado inicialmente por sua posição – ou macrolocalização - entendida pela forma em que este determinado lugar, onde se ergueu a cidade, esteve e está em relação ao espaço-mundo (...) O Rio foi, no início, um polo de poder geopolítico e o porto. A dinâmica urbana da cidade tem aí o seu marco original. (...) A cidade é pedra e é nuvem passageira. A pedra é, continuamente, reiluminada. A nuvem é fugidia e mercurial. O Rio, caleidoscópico, é permanente fonte de fascínio. Flanando pela cidade, gerações de cronistas e escritores buscaram sua alma...

Jorge Luiz Barbosa, autor do texto: *Paisagens da natureza, lugares da sociedade – A construção imaginária do Rio de Janeiro como “cidade maravilhosa”*<sup>21</sup>, aborda a questão dicotômica entre natureza e progresso. “A natureza *bela e generosa* que emoldura o Rio de Janeiro é, na verdade, uma promessa civilizatória. Estamos diante de uma matriz simbólica que exprime um estatuto de civilização que afirma um modo de vida desejado”. A natureza imprime à paisagem uma “representação estética do espaço socialmente construído”. No entanto, o ideal da *cidade maravilhosa* é encoberto pelas desigualdades no espaço urbano. Há conflitos, conservadorismo, segregação e contradições que se mesclam com o ideário poético e de beleza.

## Considerações finais

Pretende-se utilizar ampla bibliografia para discutir diversas abordagens e conceitos neste estudo. Da mesma forma, a observação do acervo exposto e a análise da documentação oficial, em relação ao projeto e gestão do Museu de Arte do Rio, serão fundamentais para condução dos resultados esperados.

Os Museus são instituições dinâmicas que dialogam não só com os visitantes que frequentam as exposições, mas também interagem com a sociedade local. Os processos de identidade, memória/ esquecimento e poder acompanham a criação desses *territórios*, que muitas vezes não deixam transparecer a construção de identidades forjadas.

Inúmeros estudiosos trazem para o debate a construção e desconstrução das identidades no espaço urbano. Há que se ressaltar o senso comum e as formas literárias e poéticas que exaltam *a cidade maravilhosa* ou que expõem as contradições nos espaços urbanos. Cabe citar a artista Fernanda Abreu, como exemplo, quando traduziu nos versos de sua música *Rio 40 Graus*<sup>22</sup>, a percepção de grande parte dos cariocas em relação à cidade do Rio de Janeiro:

Rio 40 Graus/ Purgatório da beleza/ E do caos/ Capital do sangue quente/ Do Brasil/  
Capital do sangue quente/ Do melhor e do pior/ Do Brasil ...

O Rio é uma cidade/ De cidades misturadas/ O Rio é uma cidade/ De cidades  
camufladas/ Com governos misturados/ Camuflados, paralelos/ Sorrateiros/ Ocultando  
comandos...

Espera-se que esta pesquisa abra uma discussão em relação às instituições *Museus*, suas exposições e sua interação no espaço urbano. No caso específico do Museu de Arte do Rio, como a identidade carioca é representada num território que se propõe ao uso público, seja pela comunidade local/regional seja pela presença de turistas, mas que congrega relações de poder.

## Referências

---

1. Discente do curso de graduação em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/IGEOG). E-mail: marciageouerj@gmail.com
2. COSGROVE, Denis. “A Geografia está em toda parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas”. Tradução: Olivia B. Lima da Silva. In: *Paisagem, Tempo e Cultura*. CORRÊA, R.L. & ROSENDAHL, Z. (Orgs.). 2ª edição. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p. 92-123.
3. O presente trabalho, iniciado no primeiro semestre de 2014, é referente à monografia em fase de execução, sob orientação do Prof. Dr. André Reyes Novaes, para conclusão do curso de licenciatura e bacharelado em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
4. ANDREONI, Renata. “Museu, Comunicação e Poder”. *Revista Intratextos*. Rio de Janeiro, 3(1): 1-15, 2011.
5. Portal do MUSEU DE ARTE DO RIO. Disponível em: < <http://www.museudeartedorio.org.br>>. Acesso em maio, 2014.
6. Portal do PORTO MARAVILHA. Projetos Especiais - Museu de Arte do Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://www.portomaravilha.com.br/web/esq/projEspMAR.aspx>>. Acesso em maio, 2014.
7. Portal do MUSEU DE ARTE DO RIO. Disponível em: < <http://www.museudeartedorio.org.br>>. Acesso em maio, 2014.
8. Milton Santos *apud* MOREIRA, Ruy. *O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes da renovação*. São Paulo: Contexto, 2009, p.62-65.
9. Portal do MUSEU DE ARTE DO RIO. Disponível em: < <http://www.museudeartedorio.org.br>>. Acesso em maio, 2014.
10. PIO, Leopoldo Guilherme. “Cultura, Patrimônio e Museu no Porto Maravilha”. *Revista Intratextos*. Rio de Janeiro, vol.4, nº 1, p. 8-26, 2013.
11. ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 226-255.
12. SCHWARCZ, Lília Moritz. “Imaginar é difícil (porém necessário)”. In: ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.9-17.
13. MENESES, Ulpiano T. Bezerra. “A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento)”. In: *Anais do Museu Paulista*, Nova Série, nº 1, p.207-218, 1993.
14. Portal do MUSEU DE ARTE DO RIO. Disponível em: < <http://www.museudeartedorio.org.br>>. Acesso em maio, 2014.
15. SOUZA, Marcelo José Lopes de. “O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*. 15ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 111.
16. Guichet *apud* CASTRO, Iná Elias de. *Geografia e Política. Território, escalas de ação e instituições*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 99.
17. PIO, Leopoldo Guilherme. “Cultura, Patrimônio e Museu no Porto Maravilha”. *Revista Intratextos*. Rio de Janeiro, vol. 4, nº 1, p. 16-17, 2013.

18. Cruz *apud* RODRIGUES, Donizete. “Patrimônio cultural, Memória Social e Identidade: uma abordagem antropológica”. Universidade da Beira Interior. Lisboa, p.3. Disponível em: <<http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-rodrigues-donizete-patrimonio-cultural-memoria-social-identidade-uma%20abordagem-antropologica.pdf>>. Acesso em junho, 2014.
19. BOSSÉ, Mathias Le. “As questões de identidade em geografia Cultural – algumas concepções contemporâneas”. In: CORRÊA, R. L. & ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Paisagens, Textos e Identidade*. Tradução de Marcia Trigueiro. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p. 175.
20. LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis (uma reflexão em busca de auto-estima)*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 9, 11, 19.
21. BARBOSA, Jorge Luiz. “Paisagens da natureza, lugares da sociedade. “A construção imaginária do Rio de Janeiro como *cidade maravilhosa*”. In: SILVA, J. S.; BARBOSA, J. L.; FAUSTINI, M. V. *O Novo Carioca*. Rio de Janeiro: Mórula editorial, 2012, p. 30-32.
22. ABREU, Fernanda; FAWCETT, Fausto; Laufer. “Rio 40 Graus”. *Álbum Sla 2 be Sample*. Rio de Janeiro: EMI, 1992, (5:09 min). Disponível em: <<http://letras.mus.br/fernanda-abreu/580/>>.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
SEMANA DE HISTÓRIA POLÍTICA

HERODES MAGNO: A LEGITIMIDADE POLÍTICA DO REI DOS JUDEUS NA  
PALESTINA DO SÉCULO I A.C. E O DISCURSO DE FLÁVIO JOSEFO

Autor: Marco Antonio Monte de Abreu  
Especialização em História Antiga e Medieval  
Orientador: Maria Regina Candido  
E.mail: monteabreu@yahoo.com.br

## RESUMO

Análise da conjuntura política da Judéia no reinado de Herodes Magno e as ações engendradas por este na região, observando a organização pós-exílica, a diáspora, a influência dos povos dominantes, entre outros.

Aspectos que contribuíram em grande medida na Palestina para a existência de pensamentos divergentes à política de Herodes na sociedade judaica do século I. Sobretudo, a polêmica gerada em torno da ascensão da dinastia herodiana no discurso de Flávio Josefo.

Palavras-chave: Herodes, política, Flávio Josefo

## ABSTRACT

Analysis of the political situation of Judea in the reign of Herod the Great and actions engendered by this in the region, noting the post-exilic organization, the diaspora, the influence of the dominant peoples, among others.

Aspects that contributed largely in Palestine to divergent thoughts of Herod the policy in the first century Jewish society Especially, the controversy generated around the rise of the Herodian dynasty in the discourse of Josephus.

Keywords: Herod, politics, Josephus



## HERODES MAGNO: A LEGITIMIDADE POLÍTICA DO REI DOS JUDEUS NA PALESTINA DO SÉCULO I A.C. E O DISCURSO DE FLÁVIO JOSEFO

O estabelecimento da dinastia herodiana ocorreu oportunamente em meio ao processo de sucessão da dinastia hasmonea<sup>1</sup> na Judéia em 37 a.C. De acordo com Flávio Josefo, após a morte de Alexandra, rainha dos judeus, também conhecida como Salomé, seus filhos Hircano II e Aristóbulo II entraram em guerra pela sucessão<sup>2</sup>. Apesar de Hircano II ser o primogênito e possuir o cargo de sumo sacerdote<sup>3</sup>, posição que lhe conferia o direito de governo e, conseqüentemente o título de rei dos judeus, não logrou êxito naquela contenda, e após o estabelecimento de um tratado de paz, viu-se obrigado a deixar a política e contentar-se momentaneamente com a vida privada, enquanto Aristóbulo II assumia a função social de líder do palácio real:

“Depois que Hircano foi feito sumo sacerdote, no terceiro ano da Olimpíada cento e setenta e sete, quando eram cônsules Quinto Hortêncio e Quinto Metelo, também chamado Metelo de Creta, Aristóbulo declarou-lhe guerra, e a batalha travou-se perto de Jericó. (...). Começaram depois a falar de paz entre os dois irmãos, e ela foi concluída, sob a condição de que Aristóbulo reinaria e Hircano, de posse de seus bens, contentar-se-ia com a vida privada. Esse tratado foi feito no próprio Templo. Ambos o confirmaram com juramento, apertaram-se as mãos e se abraçaram na presença do povo. Depois retiraram-se, Aristóbulo para o palácio real e Hircano para a casa onde Aristóbulo antes residia”.<sup>4</sup>

Desde 152 a. C. após a revolta contra o domínio selêucida, o povo judeu esteve sob o governo da família sacerdotal dos hasmoneus (chamada assim segundo seu patriarca Hasmon) que também eram conhecidos como os macabeus, pois Judas Macabeu, segundo BRIGTH<sup>5</sup>, homem terrivelmente corajoso e de grande capacidade, transformou a resistência judaica em uma luta em grande escala pela independência – tão bem sucedida que toda a revolta é normalmente conhecida pelo apelido de “Guerra dos Macabeus”. Estes concentravam o poder político/religioso no cargo de sumo sacerdote. Segundo AZEVEDO<sup>6</sup>, com o início do período monárquico e dos primeiros reis (Saul, Davi e Salomão), convergência do poder político e a

---

<sup>1</sup> Descendentes do patriarca Hasmon, do clã de Joiaribe.

<sup>2</sup> Em 161 a.C. os Asmoneus foram reconhecidos por Roma como a família governante de um estado independente permanecendo no governo da Judéia por 115 anos. O processo sucessório da dinastia asmonea não foi algo premeditado. Após a morte de Matatias Asmoneu, seus filhos se sucediam no poder. Após o governo do último dos irmãos, Simão Macabeu, foi este sucedido por seu filho João Hircano e este sucedido por sua esposa Alexandra, também conhecida como Salomé como já citamos acima.

<sup>3</sup> O sumo sacerdote era pessoa de grande influência na sociedade judaica, pois a religião estava intrinsecamente ligada à questão política. Na dinastia asmonea não raro o sumo sacerdote acumulava as funções de general e rei.

<sup>4</sup> JOSEPHUS, Flavius. *Antiquities of the Jews*. Cambridge: Harvard University Press, (LoebClassical Library, book XIV, chap 1, p. 289).

<sup>5</sup> BRIGTH, John. *História de Israel*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1978, p. 581.

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário histórico de religiões*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012, p.76.

construção do primeiro Templo, a importância religiosa dos sacerdotes ganhou conotação política que se acentuou na época do segundo templo e da conquista romana da Judéia. GUNNEWEG<sup>7</sup> ratifica a absorção do poder político pelo sumo-sacerdote. Este recebeu as insígnias da realeza quando supria no culto a falta do rei no período pós-exílio. No momento em que os judeus não se entendiam quanto à sucessão ao trono, a família dos Herodes através de sua aproximação com Roma, galgou posições estratégicas<sup>8</sup> no controle político da Judéia. Antípatro, um idumeu, pai de Herodes, se destacou no serviço de assessoramento à Hircano II e foi reconhecido e honrado juntamente com este por Roma em algumas ocasiões conforme relata Josefo:

“César, depois de terminada a guerra, veio por mar à Síria. Prestou grandes honras à Hircano e à Antípatro, confirmou aquele no cargo de sumo sacerdote e deu a este a prerrogativa de cidadão romano com todos os privilégios a ele inerentes.<sup>9</sup> (...) César, persuadido por estas razões, confirmou Hircano no cargo de sumo sacerdote e entregou a Antípatro a administração dos negócios e interesses da Judéia, oferecendo-lhe o governo que ele quisesse.”<sup>10</sup>

“Foi assim que a divergência entre Aristóbulo e Hircano causou tantos males, fazendo-nos perder a liberdade, sujeitando-nos ao Império Romano e nos obrigando a entregar o que havíamos conquistado da Síria pelas armas. A isso devemos acrescentar que esses novos senhores exigiram de nós, logo depois, mais de dez mil talentos e transferiram o reino, que antes sempre pertencera à casta sacerdotal, a homens cujos nascimentos nada tinham de ilustres.”<sup>11</sup>

JOHNSON<sup>12</sup> afirma que Herodes, era idumeu, povo que anteriormente tinha sido escravizado pelos judeus e obrigados à circuncisão<sup>13</sup>. Ascendendo ao poder, perturbou a comunidade judaica elegendo um sumo sacerdote babilônico e ao assassinar seu cunhado, que talvez fosse a esperança dos judeus em reestabelecer a dinastia hasmonea. No entanto, seu prestígio adquirido junto ao triúviro<sup>14</sup> Marco Antonio através de grandes dádivas<sup>15</sup>, lhe permitiu sair ileso e ainda fortalecido quando se viu obrigado por este, a se a justificar<sup>16</sup>.

<sup>7</sup> GUNNEWEG, Antonius H. J. *História de Israel. Dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias*. São Paulo: Editora Teológica, Edições Loyola, 2005, p.225.

<sup>8</sup> Fazael foi constituído governador de Jerusalém e Herodes Nomeado governador da Galiléia quando não tinha ainda quinze anos, e mais tarde foi nomeado rei da Judéia. JOSEFO, op. cit, p. 646

<sup>9</sup> *Antiguidades judaicas* Book XIV, Chapter XV, p. 653.

<sup>10</sup> *Antiguidades judaicas* Book XIV, Chapter XV, p. 654.

<sup>11</sup> *Antiguidades judaicas* Book XIV, Chapter IV, p. 293.

<sup>12</sup> JOHNSON, Paul. *História dos judeus*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1995, p. 118.

<sup>13</sup> retirada cirúrgica do prepúcio, praticada por razões higiênicas e/ou religiosas

<sup>14</sup> Cada um dos três magistrados romanos que se encarregavam de um ramo da administração. Marco Antonio, Otaviano e Lépido foram triúviro de de 44 a 33 a.C.

<sup>15</sup> Em seu livro *Ensaio sobre a dádiva*, Marcel Mauss tem como argumento central a dádiva como geradora de alianças, tanto matrimoniais como políticas (trocas entre chefes ou diferentes camadas sociais), religiosas

Roma reconhece Hircano II como sumo sacerdote, porém, privado do título de rei, restringindo a função deste para apenas mediador entre o suserano e o povo. Ficou caracterizado então o fim da independência política e administrativa dos judeus. Segundo KIPPENBER<sup>17</sup>, Pompeu regulamentou a ordem prática das regiões, sob seu controle. E no ano 64 a.C. após sua intervenção em Damasco na luta entre Hircano II e Aristóbulo II, estabeleceu nova organização na Palestina. A República romana impôs mudanças internas na organização política da Judéia, trazendo para esta região comandantes de forças militares locais em posições de liderança político-econômica. Um elemento importante destas mudanças consistiu na separação entre o sumo sacerdócio e a realeza, e um distanciamento entre o poder político e o poder religioso.

Herodes Magno foi o primeiro rei da Judéia constituído pelo império romano, e reinou do ano 37 até sua morte no ano 4 a.C. Segundo PAUL<sup>18</sup>, em 37 a.C., o seu reino compreendia apenas a Judéia de Antígono<sup>19</sup>, entretanto, ao longo de seu reinado, graça aos favores de Augusto, foram acrescentadas várias outras regiões ao seu domínio, no final de sua vida Herodes governava toda a Palestina. JOHNSON<sup>20</sup> afirma que Herodes foi um homem de grandes dons políticos e diplomáticos que o permitia contar sempre com apoio de quem quer que estivesse no poder em Roma. OTZEN<sup>21</sup> assevera que Herodes obteve tanto privilégio e liberdade quanto o sistema permitia. Era bem relacionado com os romanos e segundo JOHNSON<sup>22</sup>, considerado como amigo pelos judeus da diáspora<sup>23</sup>, pois através de sua

---

(como nos sacrifícios, entendidos como um modo de relacionamento com os deuses), econômicas, jurídicas e diplomáticas (incluindo-se aqui as relações pessoais de hospitalidade). Lisboa: Edições 70, 1950

<sup>16</sup> JOHNSON, 1995, p..

<sup>17</sup> KIPPENBERG, Hans G. *Religião e formação de classes na antiga Judéia*. São Paulo: Paulinas, 1988, p. 109.

<sup>18</sup> PAUL, André. *O judaísmo tardio. História política*; São Paulo: Ed. Paulinas, 1983, p. 49.

<sup>19</sup> Segundo André Paul, Nos períodos da ocupação persa e, depois helenística, as fronteiras da província da Judéia era Betel ao norte, Betsur ao sul, Jordão a leste e Emaús a oeste. O território que ficava dentro destas fronteiras tinha cerca de quarenta quilômetros de norte a sul e cerca de cinquenta de leste a oeste, com uma superfície que não ultrapassava os 1800 Km<sup>2</sup>. A Judéia era então inteiramente habitada por judeus; e fora dela não havia em território palestino, até os hasmoneus, nenhuma outra concentração importante de população judaica. Como denominação oficial e em paralelo com o uso político e diplomático do termo judeu, Judéia continuou a designar o território autônomo ou independente ocupado ou controlado pelos judeus. Esta denominação permaneceu em uso mesmo quando as fronteiras foram bastante ampliadas; assim sob os hasmoneus, sob Herodes Magno e sob Agripa I, a Judéia se identificava, de fato, pelo menos com a totalidade dos territórios tradicionais da Palestina (PAUL, 1983, p. 95).

<sup>20</sup> JOHNSON, Paul. *História dos judeus*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1995, p. 120.

<sup>21</sup> OTZEN, Benedikt. *O judaísmo na antiguidade. A história política e as correntes religiosas de Alexandre Magno até o imperador Adriano*; São Paulo: Paulinas, 2003. 2003, p. 50

<sup>22</sup> Ibid, op cit JOHNSON, 1995, p.122.

<sup>23</sup> A diáspora se verificava quando os judeus “dispersos” fora da Palestina constituíam uma entidade suficientemente representativa, numerosa e estruturada. (PAUL, 1983, p. 101)

amizade com Agripa<sup>24</sup>, distribuiu a proteção especial de Roma pelas grandes, dispersas e ameaçadas comunidades judaicas na órbita romana. Em contra partida, não tinha o mesmo apoio de grande parte dos judeus de Jerusalém, judeus que observavam rigorosamente os costumes e os rituais em sua forma mais tradicional, radicais na defesa de suas posições religiosas e políticas, os fariseus. E afirma que foi parte da política de Herodes castrar o poder do judaísmo rigorista, sendo seu primeiro ato ao assumir o poder em Jerusalém em 37 a.C. , executar quarenta e seis membros do sinédrio que procuravam manter a lei mosaica em assuntos seculares. Segundo GOODMAN<sup>25</sup>, o líder da nação judaica tradicionalmente desde a época dos persas estava atrelado ao cargo de sumo sacerdote, e Herodes além de não ser sacerdote, era considerado meio judeu pelo fato de pertencer à família dos idumeus<sup>26</sup>.

Administrativamente são dignas de nota por sua envergadura e por ter proporcionado trabalho e rendimento a muitas pessoas, as construções e obras de urbanização perpetradas por Herodes. Segundo STEGEMANN<sup>27</sup>, na metade do período que durou seu governo, Herodes desenvolveu “uma atividade de construção quase excessiva que – de par com o melhoramento da malha viária -, sem dúvida, ativou também a economia do país”. Reconstruiu a cidade de Samaria chamando-a Sebáste (cidade real) em homenagem a Augusto, assim como Afeque, chamando-a Antípatriis. Fundou uma nova cidade, chamando-a Cesaréia, mandou reforçar as antigas instalações hasmonéias em Jericó, Cipros, Massada, Alexandreion, Hircânia e Maquero. Em Jerusalém construiu a fortaleza Antônia, um palácio, um teatro e um anfiteatro. JOHNSON<sup>28</sup> declara ter Herodes doado acentuados recursos pecuniários a Atenas, Lícia, Pérgamo e Esparta para fins cívicos e culturais e em 22 a.C. agradou a comunidade judaica anunciando a reconstrução do templo de Jerusalém numa escala que excedia o templo de Salomão.

Analisando a documentação textual de Josefo, verificamos as complexas condições política e religiosa em que se legitimava a realeza judaica na Palestina do século I a.C., pois segundo SIMON & BENOIT<sup>29</sup> entre os judeus havia perfeita equivalência entre nação e religião, e que desde sua origem e posterior instalação na Palestina se caracterizavam pelo

---

<sup>24</sup> Principal general de Augusto.

<sup>25</sup> GOODMAN, Martin. *A classe dirigente da Judéia. As origens da revolta judaica contra Roma, 66-70 d.C.* Rio de Janeiro: Imago Ed. 1994, p.44.

<sup>26</sup> Os idumeus tinham sido conquistados pelos judeus. No ano 120 a.C. a alta sociedade iduméia foi convertida à força ao judaísmo por João Hircano. Iduméia: Região ao sul da Judéia na época greco-romana. Da Iduméia procedia Herodes, o Grande.

<sup>27</sup> STEGEMANN, Ekkehard W & STEGEMANN Wolfgang. *História social do protocristianismo. Os primórdios no judaísmo e as comunidades de Cristo no mundo mediterrâneo.* São Leopoldo: Sinodal, 2004. P. 129.

<sup>28</sup> *Ibid op cit*, JOHNSON, p. 122, 124.

<sup>29</sup> SIMON & BENOIT, *Judaísmo e cristianismo antigo. De Antíoco Epifânio a Constantino.* São Paulo: Pioneira: Editora da Universidade de São Paulo, 1987, p.49.

acentuado cunho étnico. No entanto, após o retorno do cativo em Babilônia (539 a.C.), ao mesmo tempo que colônias judaicas preferiram se instalar nas grandes cidades do oriente próximo à retornar para Judéia, ao longo do período, diferentes grupos das civilizações egípcia, mesopotâmica, persa e sobretudo a grega, em seguida a romana se estabeleceram em território palestino. Sob a influência destes, se formou no judaísmo um corpo de doutrina, parcialmente constituído de elementos estrangeiros.

A contraposição entre a origem da dinastia dos asmoneus e da dinastia herodiana no discurso de Flávio Josefo evidencia a postura política/religiosa em relação à legitimidade dos reis dos judeus no segmento farisaico ao qual Josefo pertencia. Ao outorgarem o título de rei dos judeus a Herodes, os romanos promoveram a quebra de um direito tradicional da família dos asmoneus que foi compreendida como entrega do poder a interesses particulares. Segundo KIPPENBERG<sup>30</sup>, particular, neste contexto, quer dizer que o rei, devido a sua procedência estrangeira, não tinha para com os judeus relação de reciprocidade. Se na formação imaginária dos asmoneus, a legitimidade do rei era fundamentada na pessoa, para os herodianos o era na legítima transferência da estrutura do poder.

Diante do que foi exposto, nos propomos pesquisar a legitimidade política de Herodes como rei dos judeus através da análise do discurso de Flávio Josefo e questionar as razões que motivaram Josefo a afirmar ausência de tradição familiar e nobreza em Herodes. Para o desenvolvimento dessa pesquisa é preciso trazer à tona uma questão fundamental que é a construção das identidades judaicas, ou seja, o que era ser judeu no século I a.C. Esta questão está diretamente ligada à relação de parentesco e a prática do judaísmo que, segundo a historiografia, não só veio se repaginando ao longo do tempo, como também estabelecendo permanências, fazendo surgir vários tipos de judaísmos<sup>31</sup>. Partimos do princípio que devemos nos referir ao tema judaísmo no plural. No entanto, apesar dessa pluralidade, nos interessa identificar a vertente da representação de Herodes através do discurso farisaico<sup>32</sup>, pelo fato do autor de nossa documentação estar inserido neste seguimento do judaísmo.

PAUL<sup>33</sup>, buscando uma definição para judaísmo, propõe dois pontos de vista: o objetivo e o subjetivo. O primeiro constitui a natureza e a vida dos judeus e o segundo é caracterizado pelas convicções e costumes que fazem o judeu. Portanto, podemos concluir que o judaísmo não está restrito ao judeu de nascimento, de naturalidade, mas, aberto àquele que observa,

---

<sup>30</sup> Ibid op cit, KIPPENBERG, p. 111.

<sup>31</sup> Podemos classificar dois grupos. Os ortodoxos: Fariseus, essênios, rigoristas. Liberais: helenizados, saduceus.

<sup>32</sup> Um dos partidos religiosos da Palestina, todos os problemas daquele tempo interessavam aos fariseus, sem nenhuma omissão.

<sup>33</sup> PAUL, Ibid, op cit, p.91

prática e se submete às doutrinas judaicas. MIRANDA & MALCA<sup>34</sup> corroboram com esse pensamento dizendo que o judaísmo do século I a.C. não era apenas religião, mas, um conjunto de práticas, costumes e símbolos. No entanto, OTZEN<sup>35</sup> é incisivo ao dizer que as religiões do Israel antigo quanto do judaísmo tardio podem ser descritas como de caráter nacional. E também que, no contexto do judaísmo, a ligação entre o político e o religioso é indelével. Que sempre houve uma forte interação entre a esfera política e a religiosa na sociedade judaica. (...) Para os judeus, Herodes não passava de um pagão, descendentes dos edomitas degenerados das regiões desérticas primitivas além do Mar Morto, que não tinham uma ligação verdadeira com a cultura e a religião judaicas.

Desfrutando da micro-história, partimos de um personagem chamado Herodes que devido à sua desenvoltura política-administrativa ficou conhecido como Herodes Magno ou Herodes o grande. Filho de Antípatro, um idumeu – ou seja, um não-judeu – que segundo Lamour<sup>36</sup> se serviu do apoio dos romanos para tomar o poder. Josefo relata que Antípatro – apesar de pertencer a um povo que anteriormente tinha sido feito cativo pelos judeus – era muito rico, empreendedor e hábil, Amicíssimo de Hircano e inimigo de Aristóbulo<sup>37</sup>. A história se passa no final do século I a.C. desde a intervenção dos romanos no ano 63 a.C. quando Pompeu aproveitou a ocasião de uma crise dinástica para entrar em Jerusalém.

Herodes cresceu na Palestina usufruindo do prestígio político de seu pai junto a Hircano e posteriormente junto aos romanos. Vivia na Palestina, seu interesse era a Palestina, no entanto, para manter-se efetivamente no cargo, o vemos circulando por Roma, Ásia Menor, Egito, entre outras regiões do Antigo Oriente. Na maioria das vezes oferecendo suporte, tanto de mantimentos quanto de apoio bélico as legiões romanas em suas investidas ora conquistando novos territórios, ora mantendo sua soberania no Oriente. Também em viagens de prestação de contas por assassinatos até mesmo de seus próprios parentes.

Muito embora a diversidade étnica na Palestina do século I, devido ao domínio estrangeiro por quase quatro séculos após o período exílico (587-538 a.C.), e principalmente durante o domínio dos reinos gregos dos ptolomeus (301-200 a.C.) e dos selêucidas (200-164 a.C.), este último no qual segundo SAULNIER<sup>38</sup> culminou a Revolta dos Macabeus (167-160 a.C.) por conta de divergências culturais verificada pela introdução do helenismo e mais tarde

---

<sup>34</sup> MIRANDA, Evaristo Eduardo de & MALCA, José Manuel Schorr. Sábios fariseus. Reparar uma injustiça. São Paulo: Edições Loyola, 2001, p.53.

<sup>35</sup> (OTZEN, 2003, p.14, p.51).

<sup>36</sup> LAMOUR, Denis. Flávio Josefo. São Paulo: Estação Liberdade, 2006, p. 17,18.

<sup>37</sup> Ibid, op cit JOSEFUS, 1995, p.638.

<sup>38</sup> SAULNIER, Christian. La crisis macabea. Navarra: Editora Verbo Divino, 1983 p. 16, 19.

sob o domínio romano e a circularidade de autoridades com seus séquitos estrangeiros. Os judeus sempre foram um povo de práticas políticas e religiosas singulares que os diferenciavam dos demais povos pelo fato de serem dirigidos por leis que os impediam tecnicamente de se socializarem com outras culturas. Evidenciavam mais um estilo de vida rigoroso do que apenas simples tradições. Embora apenas uma parte da população judaica observasse na íntegra tais leis, o segmento sacerdotal manteve uma posição indelével de defesa às leis judaicas, obstando a completa aculturação dos judeus. Conforme SAULNIER, as divisões que surgiram pela sedução do helenismo não eram senão o prólogo de uma crise muito mais violenta que haveria de desencadear-se pouco depois da subida ao trono de Antioco IV Epifanes. SKARSAUNE<sup>39</sup> diz que a questão da “helenização” era, em grande medida um conflito intramuros, por isso os macabeus empunharam inicialmente suas armas, sobretudo contra seus próprios compatriotas, e não contra os representantes do rei selêucida conforme registra o livro de I Macabeus:

“Assim organizaram um exército e bateram os ímpios em sua ira e os homens iníquos em seu furor. Os restantes fugiram, buscando a salvação entre os pagãos. Matatias e seus companheiros fizeram incursões pelo país, afim de destruírem os Altares e circuncidarem à força todos os meninos incircuncisos que encontrassem pelo território de Israel”.

Naquele momento, as razões que levaram à divergência entre os nobres irmãos Hircano e Aristóbulo, revelavam a condição de desalinho político/religioso de toda a nação judaica. MOMIGLIANO<sup>40</sup> diz que os hasmoneus se arriscaram a uma política de conversões forçadas, pois achavam que não podiam admitir não-judeus como súditos, o que afinal resultou na subida ao trono de Jerusalém do idumeu Herodes, mal judaizado, cuja educação não passou pelos padrões judaicos de observância da lei de Moisés. Embora Herodes não passasse de súdito na Judéia, pertencia a uma família rica e influente, seu pai, Antípatro, era amigo chegado do nobre Hircano. Segundo RICHARDSON<sup>41</sup>, Herodes veio pela primeira vez à atenção do público, como resultado da nomeação de seu pai Antípatro como procurador da Judéia por Júlio César. Antípatro delegou Herodes para governar a Galiléia, uma região norte problemática da Judéia cujas fronteiras foram infestadas por bandidos. Assim como outras

---

<sup>39</sup> SKARSAUNE, Oskar. À sombra do Templo. As influências do judaísmo no cristianismo primitivo. São Paulo: Editora Vida, 2004, p. 18.

<sup>40</sup> MOMIGLIANO, Arnaldo. Os limites da Helenização. A interação cultural das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p. 102.

<sup>41</sup> RICHARDSON, Peter. Herod, King of the Jews and friend of the Romans. Carolina: University of South Carolina Press, 1996, p. 2.

regiões do Império naqueles dias difíceis, trouxe paz e segurança. O jovem Herodes, com apenas 25 anos na época, erradica os bandidos na região, permitindo que o comércio florescesse livremente. Sua energia indomável e seu apurado sentido político mantiveram-no na vanguarda dos assuntos do Mediterrâneo Oriental durante mais de 40 anos.

#### Documento

JOSEPHUS, Flavius. *The Antiquities of the Jews*. London: King William street, strand and endinburgh, 1737 (book XIV).

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Editora Paulus, 2002.

#### Bibliografia

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário histórico de religiões*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.

BRIGHT, John. *História de Israel*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1978.

CROSSAN, John Dominic. *O Jesus Histórico: a vida de um camponês judeu no Mediterrâneo*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1994.

DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos. Da época da divisão do reino até Alexandre Magno*. V. 2. São Leopoldo: Sinodal, 1997.

GINZBURG, Carlos. *O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOODMAN, Martin. *A classe dirigente da Judéia. As origens da revolta judaica contra Roma, 66-70 d.C.*; Tradução de Alexandre Lissovsky e Elizabeth Lissovsky. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1994.

GUNNEWEG, Antonius H. J. *História de Israel: dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias*. Tradução de Mônica Ottermann. São Paulo: Editora Teológica: Edições Loyola, 2005.

JACOBSON, David & KOKKINOS, Nikos. *Herod and Augustus*. London: University College London, 2009.

JOHNSON, Paul. *História dos Judeus*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1995.

\_\_\_\_\_. *História do cristianismo*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2001.

KIPPENBERG, Hans G. *Religião e formação de classes na antiga Judéia*; Tradução de João Aníbal G. S. Ferreira. São Paulo: Paulinas, 1988.



LAMOUR, Denis. *Flávio Josefo*; Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

MALCA, José M. e MIRANDA, Evaristo E. *Sábios Fariseus. Reparar uma injustiça*. São Paulo: Loyola, 2001.

**MAUSS, Marcel.** *Ensaio sobre a dádiva*; Tradução de Antonio Filipe Marques. Lisboa: Edições 70,

MENDES, Norma Musco. “A tipologia de domínio imperial romano em debate”. In: *A descoberta do Jesus histórico*. Orgs. André Leonardo Chevitarese e Gabriele Cornelli. São Paulo: Paulinas, 2009.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *Os limites da Helenização. A interação cultural das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Fontes, 5ª edição, 2003.

OTZEN, Benedikt. *O judaísmo na antiguidade. A história política e as correntes religiosas de Alexandre Magno até o imperador Adriano*; Tradução de Rosangela Molento Ferreira. São Paulo: Paulinas, 2003.

PAUL, André. *O judaísmo tardio: história política*. Tradução de Benôni Lemos. São Paulo: Paulinas, 1993.

RICHARDSON, Peter. *Herod, King of the Jews and friend of the Romans*. Carolina: University of South Carolina Press, 1996.

ROSTOVTZEFF, M. *História de Roma*; Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SAULNIER, Christian. *La crisis macabea*. Navarra: Editora Verbo Divino, 1983.

SIMON, Marcel & BENOIT, André. *Judaísmo e cristianismo antigo. De Antíoco Epifanio a Constantino*; Tradução de Sônia Maria Siqueira Lacerda. São Paulo: Pioneira EDUSP, 1987.

SKARSAUNE, Oskar. *À sombra do Templo. As influências do judaísmo no cristianismo primitivo*; Tradução de Antivan Mendes. São Paulo: Editora Vida, 2004.

STEGEMANN, Ekkehard W. & STEGEMANN, Wolfgang. *História social do protocristianismo*; Tradução de Nélio Schneider. São Leopoldo: Sinodal; São Paulo: Paulus, 2004.

## OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A JUVENTUDE DE VOLTA ÀS RUAS

*Marco Aurélio Brandão Costa<sup>1</sup>*

**RESUMO:** A pesquisa, em desenvolvimento, consiste na análise sobre os movimentos sociais e as manifestações ocorridas em 2013. Entendendo a violência como um instrumento que instaura um novo poder, a partir da ótica de Arendt, este artigo objetiva-se a pensar estes movimentos como uma forma de insatisfação social a atual conjuntura política. Ao mesmo tempo analisar, a partir de Castells, uma sociedade em rede capaz de mobilizar os jovens “nativos digitais” e com isso, perceber as matrizes do descontentamento.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais. Violência. Poder. Insatisfação social. Redes sociais.

**ABSTRACT:** The research, in development, consists in the analysis of social movements and demonstrations in 2013. Understanding violence as an instrument that establishes a new power, from the perspective of Arendt, this article intends to think of these movements as a form of social dissatisfaction of the current political situation. Analyzing, from Castells, a networked society capable of mobilizing young "digital natives" and with that, realizing matrices of discontent.

**Keywords:** Social movements. Violence. Power. Social dissatisfaction. Social networks.

“*Não são por R\$0,20!*” Essa foi a bandeira estampada nas redes das manifestações ocorridas em junho de 2013 em São Paulo, quando o Movimento Passe Livre (MPL) se organizou com diversos outros movimentos sociais e, assim, as ruas de São Paulo – e de outras capitais do Brasil, com movimentos e pautas diferentes – foram tomadas por populações de diferentes idades, predominantemente jovens, descontentes com o aumento da passagem do transporte coletivo, com o gasto público, com a situação política e econômica pelo qual o Brasil passa. Era um momento histórico para o país: brasileiros saem às ruas questionando os gastos envolvidos com a Copa do Mundo FIFA e reivindicando melhorias nos serviços sociais que garantem a vida de um morador – educação, saúde e transporte, todos com o famoso “padrão FIFA”.

Desse processo histórico desdobram-se situações e análises que possibilitam levantar algumas questões, mesmo correndo o risco de se deixar levar pela proximidade dos

acontecimentos. O pressuposto inicial de nossa análise é aprofundar as origens históricas dos movimentos sociais tendo como referência a década de 1960 e, principalmente, a formação de lideranças sociais presente no contexto brasileiro durante o processo de redemocratização política dos anos de 1980. Este resgate histórico possibilita pensar a formação e conscientização popular como uma possibilidade de reconstrução do contexto sociopolítico dos movimentos sociais de nosso tempo e sustentar a hipótese de que não se trata apenas de um descontentamento por conta de um fato, mas de um repensar da política que perpassa pelo próprio movimento. Esta hipótese se fortalece se levarmos em conta que o movimento de junho de 2013 se junta a uma ação maior, quando analisado os aspectos instrumentais de organização das massas, tanto no Brasil como em outros países, a rede social “Facebook” e seus desdobramentos como a violência utilizada como recurso para se (re) instaurar o poder e as promessas como resultados desta ação.

Para sustentar estes argumentos nos apropriamos dos conceitos políticos de Hannah Arendt sobre violência e poder. Para a autora de “Sobre a Violência” o “[...] poder *corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas também para agir em concerto*” (1972, p.60), e violência “*distingue-se por seu caráter instrumental*” (1972, p.63). Desta forma entendemos então que poder é uma habilidade do homem para atuar em seu mundo e que não se dá sozinho, necessita de vários atores. A violência, por seu caráter instrumental é utilizada toda vez que o poder se mostrar esgotado e houver vazio de autoridade. Por isso mesmo ela inaugura e instaura um novo poder, devendo sempre se afastar sob pena de transformar em terror e autoritarismo toda e qualquer ação social. Para entender esta sociedade em rede que se formou no contexto dos movimentos sociais, nos pareceu pertinente a contribuição de Manuel Castells (2012), no que diz respeito à interligação de redes psicoemocionais e sociais, na qual os indivíduos se realizam e se comunicam através delas. Como afirma Castells em seu livro *Redes de Indignação e Esperança: “a constituição de redes é operada pelo ato da comunicação”* (2013, p. 11). Temos, portanto, as redes sociais da internet, que conectam as pessoas baseando-se nas emoções e relações reais entre elas, e que irão se tornar o grande diferencial para as manifestações, por se tratarem de espaços autônomos – de *autocomunicação* (2013, p.11) – com a rápida difusão de imagens e ideias, além de oferecerem um dinamismo para a prática de reivindicações e exposição de indignação social.

## **AS RAÍZES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL**

No recorte temporal de nosso estudo optamos por entender os movimentos sociais no Brasil a partir dos primeiros anos da instauração da ditadura militar (1964), mais precisamente em 1968. Nesse período ocorre a eclosão dos movimentos sociais em diversos pontos do mundo como França – e suas reivindicações estudantis – e Estados Unidos – com a movimentação juvenil em torno de causas pacíficas, amor e música – e que também se tornaram parte do cotidiano brasileiro. Os primeiros levantes contra o regime autoritário outrora estabelecido levaram às ruas diversas reivindicações por melhorias na condição de vida dos brasileiros, principalmente na área da política e da liberdade de expressão. Temos então o envolvimento de movimentos culturais, que se tornarão guias dos ideais de liberdade de expressão, melhorias sociais, e o fim da repressão e perseguição política, e que atuarão principalmente na música e na literatura brasileira. Zuenir Ventura (1989) alega que “*a geração de 68 talvez tenha sido a última geração literária do Brasil [...]*” (p.52). Isso se deve ao fato de que, segundo o autor, os jovens que buscavam mudanças sociopolíticas no país receberam educação literária, mais do que assistindo programas televisivos e, portanto, sua cosmovisão, intelectualidade e percepção estética de todos os assuntos relacionados aos assuntos cotidianos foram forjadas pela leitura. Apesar dessa forja de mentalidade dos jovens, é pela música que se destacarão os principais personagens para a elucidação do contexto histórico pelo qual o Brasil passava, e que se tornarão peça chave para a construção dos movimentos no país.

Uma das peças-chave para o fomento de ideias e de movimentação durante a década de 1960 e 1970 foi a Tropicália, movimento sociocultural marcado fortemente por músicas e atitudes de protesto – que inclui também as diversas prisões e exílios frequentemente utilizados como instrumento político. Artistas como Gilberto Gil, Caetano Veloso, Chico Buarque, Geraldo Vandré, Os Mutantes, Tom Zé e muitos outros utilizaram o meio musical para incutir na população que estava ligada ao rádio e outros meios de veiculação de músicas os ideais contrários à ditadura, com mensagens de união nacionalista, críticas aos violentos instrumentos políticos, além da idealização de um país que não tivesse no governo líderes autoritários e não democráticos.

Podemos observar que, com a entrada dos anos 1970, o governo passa a se valer cada vez mais da violência para a manutenção de seu poder – violência física das repressões às manifestações e da tortura, a violência psicológica presente também na tortura, as medidas adotadas para a manutenção também de setores diversos do país como educação e economia (reforma educacional e milagre econômico brasileiro). Os anos 1970 são marcados pela

violência, pelo desgaste tanto do governo quanto da população que, ao final da década, se revigora e passa a sair cada vez mais às ruas. Além disso, inicia-se o processo de redemocratização do país, fator que desencadeará o fim do governo militar.

Os indícios da redemocratização política do Brasil se iniciam com o presidente Geisel (1974), com a decisão do governo de por em prática a lenta, gradativa e segura abertura política. Essa transição controlada garantiria, portanto, a institucionalização do país, a saída do estado de exceção e a volta dos militares aos quartéis sem ônus. Um passo importante foi a substituição do Ato Institucional 5 (AI-5<sup>2</sup>) pelas salvaguardas constitucionais, e com essa foi possível tomar medidas liberalizantes “[...] como o fim da censura prévia no rádio e na televisão e o reestabelecimento da garantia do habeas corpus para crimes políticos” [REIS, 2010. p. 221]. Além disso, a não aguardada pressão popular das manifestações de rua a favor da redemocratização faz com que o governo busque cada vez mais caminhos para o fim desejado. O que se observa é que a grande massa apolítica agora passa a ser politizada, em qualquer espaço que se torne público como escolas, igrejas, bares e praças. A politização ajuda, inclusive, na organização de greves industriais e no surgimento de novos líderes de movimentos sociais e de sindicalização ocorridos nos anos 1980. A partir de comícios organizados por sindicatos, o grande contingente de operários grevistas, classes trabalhistas diversas e da população em geral se politizam e fazem frente ao governo, que são reprimidos com violência – centenas de prisões de trabalhadores e líderes sindicais, intervenção em sindicatos, demissões e diversas outras formas de repressão.

Outros passos dados para a redemocratização foram feitos pelo presidente João Figueiredo (1979), que aprova a reformulação partidária e a anistia política. Essa última gera controvérsias devido ao teor do projeto aprovado.

A anistia aprovada apresentava, no entanto, muitas limitações, excluindo dos seus benefícios os condenados por ‘práticas de crime de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal. Por outro lado, sob o argumento jurídico do princípio da reciprocidade e do combate ao revanchismo, a lei anistiava os militares envolvidos em torturas, assassinatos e atos questionáveis praticados em nome do governo e das forças armadas (REIS, 2010. p. 229)

Com a contínua politização, as manifestações de grande porte retornam nos anos 1980 com mais força e com pauta diferenciada. As ruas são tomadas pela população para participarem de comícios com lideranças, artistas e atletas na campanha das Diretas Já. A população passa a exercer maior pressão quando a emenda constitucional Dante de Oliveira vai à votação e não é aprovada. A população não desanima e continua nas ruas manifestando-se

com painéis, comícios e passeatas, até que o objetivo seja alcançado. E o primeiro passo para as eleições diretas seria o fim do governo militar. Marcado pela eleição indireta de Tancredo Neves para Presidente da República, o primeiro presidente civil eleito desde o golpe militar de 1964, o governo militar finalmente acaba após sua característica provisória de vinte e um anos. O marco final para a redemocratização do país é a elaboração e promulgação da Constituição de 1988, que garante a abertura política, as eleições diretas para a presidência do país e o fim do estado de exceção vivido entre 1964 – 1985.

### **A INTERNET COMO ESPAÇO AGONÍSTICO**

O maior fenômeno sociológico que vivenciamos em nosso tempo é o uso das redes sociais na internet. A internet se constitui cada vez mais em relações interpessoais de comunicação e autonomia, garantindo aos internautas praticidade, velocidade e disponibilidade de conteúdos que não haveria por outros meios. Hoje o mundo cabe em um smartphone, com acesso à internet e serviços telefônicos rápidos e práticos, conectando as mais distantes pessoas com um simples toque ou mensagem. Além disso, o espaço online irá proporcionar locais de geração e fomento de discussões sobre política, além da organização de manifestações por redes sociais. Graças a esses atributos relacionados às redes, presenciamos durante as Jornadas de Junho<sup>3</sup> o uso de tecnologias que propiciaram a eclosão e divulgação dos movimentos de rua.

Os movimentos espalharam-se por contágio num mundo ligado pela internet sem fio e caracterizado pela difusão rápida, viral, de imagens e ideias. (CASTELLS, 2013. p. 8)

Redes sociais são interligações psicoemocionais e sociais entre indivíduos, que através delas se realizam e se comunicam. Iniciamos e desenvolvemos novas relações por meio de tais redes, que podem ser off-line ou online. Redes off-line são redes na qual os indivíduos não utilizam de equipamentos de alta tecnologia para comunicação, como cartas, telefones residenciais e até mesmo encontros pessoais. O mais interessante para nosso estudo são as redes online, que são compostas por equipamentos tecnológicos como telefones celulares, notebooks e outros aparelhos que se conectam entre si através de uma rede mundial de computadores, possibilitando comunicação ágil e de grande alcance. Tais redes se constituem como um elo de comunicação entre diversos indivíduos, na qual conecta pessoas de diferentes localidades, encurta distâncias, acelera o contato e que passam a discutir politicamente as indignações com a sociedade.

Essas redes sociais online deixam de ser um espaço de conteúdo de entretenimento para se tornar um espaço agonístico, um espaço não físico capaz de criar um ambiente de

discussão de ideias, no qual os embates serão entre e somente entre as ideias. Mais do que isso, esse novo espaço se torna um canal de diálogo entre os movimentos e toda a sociedade. Portanto, os movimentos sociais enxergam a possibilidade de fazer uso desse espaço para iniciar debates sobre suas reivindicações. Essas reivindicações são reflexos de todo o descontentamento na quais diversos setores da sociedade brasileira passam, com necessidades sociais e políticas urgentes e não resolvidas, que começam a ser discutidas dentro desse novo espaço.

A questão fundamental é que esse novo espaço público, o espaço em rede, situado entre os espaços digital e urbano, é um espaço de comunicação autônoma. A autonomia da comunicação é a essência dos movimentos sociais, ao permitir que o movimento se forme e possibilitar que ele se relacione com a sociedade em geral, para além do controle dos detentores do poder sobre o poder da comunicação. (CASTELLS, 2013. p. 16)

Tal espaço confere altíssimo grau de autonomia para o indivíduo, e autonomia se refere “à capacidade de um ator social tornar-se sujeito ao definir sua ação em torno de projetos elaborados independentemente das instituições da sociedade [...]” (CASTELLS, 2013. p. 168). As redes sociais da internet são, portanto, “*espaços de autonomia, muito além do controle de governos e empresas*” (CASTELLS, 2013. p. 7), ou seja, um espaço livre no qual se pode embasar seus argumentos em discussões conectando-se a sites que oferecem os mais diversos conteúdos. Essa autonomia também garante a liberdade do indivíduo de participar dos debates sem estar presente, garantindo assim que suas opiniões sejam lidas e debatidas apenas no campo das ideias. Além disso, os movimentos sociais representam o *contrapoder*, a alteração da ordem vigente. E esses novos espaços agonísticos propiciam aos movimentos sociais exercerem o contrapoder “*construindo-se, em primeiro lugar, mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional*” (CASTELLS, 2013. p. 14), além de garantir a permanência do movimento. As redes sociais também reduzem a “*vulnerabilidade do movimento à ameaça de repressão, já que há poucos alvos específicos a reprimir [...]; e a rede pode se reconstruir enquanto houver um número suficiente de participantes, frouxamente conectados por seus objetivos e valores comuns*” (CASTELLS, 2013. p. 160). Portanto, se as redes sociais passam a fazer parte das ações dos movimentos sociais, elas deixam de ser somente um espaço de conteúdos de entretenimento para assumir um papel político e vital para a organização e manutenção das manifestações.

É interessante pensar que os movimentos podem também surgir na internet, mas é nesse espaço que eles irão se organizar e se manter. Sobretudo, o espaço agonístico construído

nessas redes sociais online irá tomar o espaço urbano, já que os movimentos sociais essencialmente estão presentes na rua e necessitam estar visíveis. Surge então a necessidade de tomar locais públicos ou simbólicos e estabelecer a continuidade do espaço agonístico, agora presencial, para que as manifestações tomem forma, se desenvolvam e busquem atingir os objetivos das reivindicações. Legitima-se então o movimento, pois o início dos movimentos pode ser dado pela internet, mas só se torna movimento ao ocupar o espaço urbano.

Uma vez que o espaço público institucional – o espaço constitucionalmente designado para a deliberação – está ocupado pelos interesses das elites dominantes e suas redes, os movimentos sociais precisam abrir um novo espaço público que não se limite à internet, mas se torne visível nos lugares da vida social. É por isso que ocupam o espaço urbano e os prédios simbólicos. (CASTELLS, 2013. p. 14-15)

### **A RUA COMO ESPAÇO DE ENCONTROS E REIVINDICAÇÕES SOCIAIS**

Aconteceu também no Brasil. Sem que ninguém esperasse. Sem líderes. Sem partidos nem sindicatos em sua organização. Sem apoio da mídia. Espontaneamente. Um grito de indignação [...] que se difundiu pelas redes sociais e foi se transformando no projeto de esperança de uma vida melhor, por meio da ocupação das ruas em manifestações que reuniram multidões [...] (CASTELLS, 2013. p. 178)

E as ruas foram ocupadas. Pessoas de todas as idades, principalmente jovens, após organizarem-se nas redes sociais, ocupam agora o espaço urbano para manifestar seu descontentamento perante as adversidades na vida do cidadão.

Tais ocupações não foram bem recebidas. Observou-se durante as manifestações o sistema de segurança montado pelo órgão do Estado responsável, que atuou, muitas vezes, de forma a não contribuir para o desenvolvimento pacífico das manifestações. Diversos foram os motivos, como presença de pessoas de má fé que, ao irem aumentar o contingente, acendiam uma centelha que transformava o movimento pacífico em um confronto direto contra a polícia; além do uso inadequado de aparatos de contenção de grandes massas por parte da polícia, que provocava a continuação dos confrontos; diversas prisões de manifestantes – algumas até por motivos completamente banais; e o principal motivo, a ocupação das ruas e dos espaços públicos visíveis transformavam a vida dos cidadãos das cidades em um caos, na qual se alegava o impedimento do direito de ir e vir nas ruas, além da questão econômica, pois se as ruas estão bloqueadas, deixam de serem usadas para o transporte das riquezas produzidas no país.

Quando se pensa nos espaços públicos, as ruas não podem ter delegadas apenas a função de via de locomoção de veículos, elas podem ser incumbidas de papel político. As ruas



pertencem à população, que deve se valer sempre de ocupações para manifestações públicas de indignação, proporcionando a todos um espaço de luta por interesses comuns, com discussões sobre suas necessidades. Além disso, a exposição de um indivíduo nos espaços públicos mostra a faceta de sua desumanidade, do desrespeito para com seus iguais, que vivem em situações semelhantes ou até piores. Interessante é que, durante as manifestações, observou-se que a autonomia vivida nas redes sociais online se transfere para as ruas, na qual as pessoas tinham autonomia de reivindicarem o que mais os afligia. E justamente por esse grau de autonomia, é preciso que o Estado esteja presente, não oficialmente com seus representantes diretos, mas com o seu auxílio que mantém a ordem. Portanto, com reuniões cada vez maiores, é necessária a constante vigia das manifestações, para que não acabem tomando fim diferente do proposto inicialmente.

A questão da violência vai além. Nas manifestações, observa-se a violência presente em ambos os lados, tanto a violência do Estado quanto a violência da população. Para Arendt, violência é manifestação de poder, que é instrumento de domínio, garantindo dominação. Portanto, é possível inferir que a violência das manifestações (ocupação de ruas, prédios e espaços públicos, e até mesmo os subsequentes ataques à polícia) são tentativas de demonstração de poder, que emana da população. Do outro lado, temos a presença policial, que comanda efetivamente e, se essa é a essência do poder, “[...] então não há maior poder do que aquele emergente do cano de uma arma [...]” (ARENDR, 2013. p. 53). Ou seja, o poder muitas vezes se manifesta não somente pela organização, mas sim por implementos que conferem obediência a um comando dado pela polícia. E em um conflito entre violências, a superioridade do governo tem sido absoluta devido à sua estruturação que mantém seu poder intacto, e enquanto os comandos são obedecidos e as armas dos policiais estão prontas para uso; com o poder fragilizado, a situação muda, e podemos ver a corrosão do governo. E a partir do momento em que os comandos não são obedecidos, as manifestações tendem a ganhar força e partir para uma revolução.

Onde os comandos não são mais obedecidos, os meios da violência são inúteis e a questão dessa obediência não é decidida pela relação de mando e obediência, mas pela opinião e, por certo, pelo número daqueles que a compartilham. Tudo depende do poder por trás da violência. A ruptura súbita e dramática do poder que anuncia as revoluções revela em um instante quanto a obediência civil – às leis, aos governantes, às instituições – nada mais é do que a manifestação externa do apoio e do consentimento. (ARENDR, 2013. p. 65-66)

Temos que refletir então sobre essa nova ágora grega que vivenciamos no nosso tempo, já que esse conceito está incutido nas reivindicações. Essa população que vai às ruas

demonstra a desconfiança perante as instituições políticas. Não negam a democracia representativa, mas anseiam por um sistema democrático que realmente atenda seus apelos. Dentro dessa ágora, nem líderes foi possível ver, devido à desconfiança geral na delegação de poder e no constante medo de que caiam nas armadilhas e imprevistos que podem encerrar os sonhos dos manifestantes.

### **IMPLICAÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL**

Não cabe aqui narrar factualmente as Jornadas de Junho, mas podemos visualizar seus desdobramentos. O brasileiro vivenciou um período no qual ele se dispôs a lutar por seus interesses, motivados pela indignação e que fora transformado em esperança. Esse fato por si só já é um desdobramento das manifestações: a transformação da indignação pela sua condição de vida em esperança de um mundo melhor, não somente para eles, mas para os que virão depois deles.

Outro desdobramento interessante e que se considera importante foi a revolução social. Mais além do que conseguir reduzir o valor das passagens de transporte público urbano, do que pressão política sobre os governantes, do que qualquer outro fator positivo em favor dos manifestantes, o que fica das Jornadas de Junho é a mudança de mentalidade do brasileiro. Mudança essa marcada pela sua politização, por sua vontade de querer um país melhor, abnegando instituições políticas. É quando o brasileiro percebe que não é preciso um fator político para sair às ruas, nem líderes destacados, nem pautas fixas, mas sua própria força e vontade de manifestar seu descontentamento. Isso representa a mudança estrutural de mentalidade da nação, pois a revolução social foi uma revolução das mentalidades. E não só a mentalidade dos atores das manifestações, da população que fora recebida com balas de borracha e gás lacrimogêneo e que mostrou rostos marcados por dificuldades e indignação, mas também dos que se ausentaram de qualquer forma e perderam a oportunidade de serem atores de sua própria história, que não participaram das manifestações por diversos motivos, ou por ao menos não debater sobre as movimentações políticas que estavam ocorrendo.

O verdadeiro objetivo desses movimentos é aumentar a consciência dos cidadãos em geral, qualifica-los pela participação nos próprios movimentos e num amplo processo de deliberação sobre suas vidas e seu país, e confiar em sua capacidade de tomar suas próprias decisões em relação à classe política. (CASTELLS, 2013. p. 173)

Além disso, o que precisa ser discutido e lutado é a dignidade humana, uma batalha diária e que nas manifestações de junho fora conseguido mediante acordos políticos e promessas de melhorias – na qual algumas não foram feitas.

Porque, como todos os outros movimentos do mundo, ao lado de reivindicações concretas, que logo se ampliaram para educação, saúde, condições de vida, o fundamental foi – e é – a defesa da dignidade de cada um. Ou seja, o direito humano fundamental de ser respeitado como ser humano e como cidadão. (CASTELLS, 2013. p. 178)

O que resta é saber, com o distanciamento do fato, quais os resultados efetivos dessas manifestações. Questionamentos sobre o campo político das lutas desses movimentos que atuaram em 2013 e os tradicionais e históricos movimentos pairam no ar. É possível que as manifestações sejam capazes de gerar uma nova política, ou uma nova forma de se pensar a política? Como o governo federal tratará os resquícios das Jornadas de Junho? A falta de líderes dificulta o diálogo entre as partes envolvidas? Muitos questionamentos, e ainda teremos tempo para viver as respostas ou exigí-las novamente.

Pois o que é irreversível no Brasil como no mundo é o empoderamento dos cidadãos, sua autonomia comunicativa e a consciência dos jovens de que tudo que sabemos do futuro é que eles o farão. Móbil-izados. (CASTELLS, 2013. p. 182)

## REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2013. 4ª ed. 167 p.
- CASTELLS, Emanuel. **Redes de Indignação e Esperança**. Zahar: Rio de Janeiro, 2013. 271 p.
- MARICATO, Ermínia [et al]. **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomara as ruas do Brasil. Boitempo, Carta Maior: São Paulo, 2013. 112 p.
- REIS, José Roberto Franco. O coração do Brasil bate nas ruas: a luta pela redemocratização do país. In: PONTE, Carlos Fidélis (org.). **Na corda bamba da sombrinha**: a saúde no fio da história. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2010. p. 219-236.

---

<sup>1</sup> Graduando em Licenciatura em História, pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL, UE Lorena, bolsista BIC-SAL. Orientador: Prof. Dr. Mário José Dias, doutor em Memória Social pela UNIRIO, professor no UNISAL, UE Lorena.

<sup>2</sup> Ato Institucional nº5 – instituído em 13 de dezembro de 1968 e revogado no dia 1º de janeiro de 1979– foi o último decreto a ser tomado como base jurídica, suprimindo a Constituição e operando em caráter provisório.

<sup>3</sup> Termo utilizado para designar as manifestações de junho de 2013. Aparece como título do texto de Lincoln Secco no livro *Cidades Rebeldes*.

## TRANSIÇÃO BRASILEIRA E A DINÂMICA DA POLÍTICA ESTADUAL NO EDITORIAL DO JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO (1985-1989)

Na conjuntura dos acontecimentos relacionados à Ditadura Empresarial-Militar Brasileira a Abertura Política insere-se no contexto de mudanças instauradas tanto no cenário nacional, quanto local. O presente artigo ressalta a análise dos editoriais apresentados no jornal "O Estado do Maranhão", este de maior circulação na capital São Luis e tendo como um dos sócios, José Sarney, candidato a vice-presidente na chapa de Tancredo Neves, para assim identificar seu posicionamento político e discutir a utilização de um aparelho privado de hegemonia em determinadas questões referentes ao período da transição brasileira.

**Marcos Paulo Teixeira<sup>1</sup>**

**Monica Piccolo Almeida<sup>2</sup>**

## BRAZILIAN TRANSITION AND THE DYNAMICS OF STATE POLICY STATE NEWSPAPER EDITORIAL IN THE STATE OF MARANHÃO (1985-1989)

The conjuncture of events related to the Brazilian Military Dictatorship Business-Openness Policy falls within the context of introduced changes both on the national scene, and location. This article emphasizes the analysis of newspaper editorials presented in "The State of the Maranhão", this largest circulation in the capital São Luis and having as a partner, José Sarney, candidate for vice president on the ticket of Tancredo snows, so as to identify his political position and discuss the use of a private apparatus of hegemony in certain matters relating to the period of the Brazilian transition.

---

<sup>1</sup> Graduando do 7º Período do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Membro do NUPEHIC (Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea). Bolsista FAPEMA pelo Projeto de Organização, Indexação, Informatização e Publicização do acervo documental sobre História Contemporânea presente no Maranhão.

<sup>2</sup> Dr<sup>a</sup>. Monica Piccolo Almeida, professora adjunta do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

## INTRODUÇÃO

A política brasileira no ano de 1964 vivenciou um dos momentos mais intensos de história republicana brasileira. Os vários atores inseridos no contexto do Golpe Empresarial-Militar presenciaram a ruptura da democracia e a imposição de um Regime Ditatorial. Iniciado com a deposição do então Presidente João Goulart, o regime democrático só seria reinstalado em 1985, através de uma eleição indireta que elegeu um presidente civil após 21 anos de Ditadura, que marcaria profundamente a sociedade brasileira.

Os principais autores enfatizam o quanto o período do governo João Goulart foi intenso, em termos políticos; segundo o autor Daniel Aarão Reis Filho, com a renúncia do então presidente Janio Quadros 1961, a posse do vice João Goulart foi vista com maus olhos por parte significativa da classe dominante brasileira, impedindo a posse do mesmo através principalmente da ação dos ministros militares. Para garantir Jango na presidência, em meio a muita pressão, principalmente de Leonel Brizola, então governador do estado do Rio Grande Do Sul, foi acertada uma solução de compromisso, assim sendo aprovada a emenda constitucional para a solução do impasse, instaurar-se-ia o regime Parlamentarista no Brasil para que o então vice-presidente João Goulart, eleito nas urnas, pudesse enfim assumir a presidência, este governaria com poderes reduzidos, tendo como Primeiro Ministro Tancredo Neves.

Com o governo enfraquecido, Jango encontra dificuldade para governar no sistema Parlamentarista. A principal característica de seu governo seriam as lutas pelas Reformas de Base<sup>3</sup>. Segundo Daniel Aarão (2001), é possível identificar o desejo de diversas camadas pelas reformas. Toda essa conjuntura colocava em risco interesses que não eram dos trabalhadores, os conservadores assumiram uma postura mais combativa.

O autor André Villela (2005) afirma que as reformas sociais propostas por Jango possibilitariam, de certa forma, o desenvolvimento brasileiro no sentido de construir uma sociedade menos injusta; ainda segundo o autor, Jango quis programar

---

<sup>3</sup> Um conjunto de medidas que visavam a alteração em diversas estruturas no país, a fim de garantir um maior desenvolvimento, com justiça social. Dentre elas encontramos a reforma agrária tida como principal outras como reforma tributária, eleitoral, bancária, universitária.

uma política que tinha como ponto central três objetivos principais: conciliar crescimento econômico aliado a reformas sociais e o combate a inflação.<sup>4</sup>

A conjuntura de transição na presidência de Castelo à Costa e Silva e, em virtude da doença do último, para Médici, colocou à frente do país forças que acreditavam num maior aumento da repressão contra a subversão uma saída para continuidade do Regime. Neste sentido o aumento da repressão faz-se nos anos subsequentes. AI-5 representou o ápice da repressão por parte do Regime Militar. As denúncias se multiplicavam, porém, nenhuma resposta era dada a sociedade sobre esses acontecimentos; o que o autor Padrós classifica ao falar da Doutrina de Segurança Nacional e ao Terror de Estado:

Em nome da defesa da civilização ocidental e do sistema democrático, a DSN procurou desviar atenções sobre o crescente mal-estar de uma população cada vez mais atingida pelo crescente desequilíbrio da distribuição de renda. Diante dos primeiros sinais de resistência contra esse quadro, a DSN legitimou, em nome do capital internacional e dos seus aliados locais, o uso do Terror de Estado. Tudo justificado com o discurso da defesa da ordem, da estabilidade político-social, da nação ameaçada pelo “comunismo”, das liberdades e da civilização ocidental. (PADRÓS, 2007:49).

O medo imposto tanto pela DSN quanto o TED balizaram toda a conjuntura pós 1964. Impondo medo e receio na sociedade com o objetivo de desestabilizar qualquer reação por parte da mesma.

## **DISTENSAO E TRASIÇÃO**

Já na terceira fase de institucionalização da ditadura encontramos as políticas de distensão, promovidas pelo governo Geisel, como pontua Maria Helena Moreira Alves:

A primeira fase abrangendo os governos castelo branco e costa e silva, lançou as bases do Estado de segurança nacional, corporificado na constituição autoritária de 1967. A segunda, de 1969 a 1973, desenvolveu o modelo econômico e o aparato repressivo, ampliando o quadro legal da repressão, e, na prática, a engrenagem de coerção. Durante os governos Geisel e João Figueiredo, os planejadores do Estado concentraram-se em estruturas mais permanentes e flexíveis para a institucionalização do estado em longo prazo. (ALVES. 1985:185)

---

<sup>4</sup> Para uma leitura mais aprofundada do assunto ver a obra VILLELA, André. Dos anos Dourados de JK à Crise não resolvida (1956-1963). In: GIAMBIAGI, Fábio. Economia Brasileira Contemporânea (1954-2004). Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

A partir de da década de 70 e 80, vemos que a ditadura brasileira enfrenta algumas crises, não só no Brasil como em todo cone sul, vive-se um momento de intensos movimentos rumo à redemocratização. Os aspectos dessa crise são trabalhos de alguns autores como Francisco Carlos Teixeira, que estuda as dinâmicas de mudanças tanto no leste europeu, quanto na subida de Jimmy Carter a presidência dos EUA. Embora esse processo tenha ganhado corpo com essas mudanças estruturais, o autor não deixa de citar que a luta pelo retorno a democracia sempre existiu nos países latino americanos.

Nesse contexto, o historiador Renato Lemos, lança mão sobre questões importantes a respeito da nossa história republicana a despeito da concessão de anistia, como autor pontuou, no Brasil a anistia é sempre ligada à manutenção da ordem. A tradição concilia sempre a preservação dos interesses da classe dominante. Com relação a abertura ele cita:

Integrou a agenda de micro transformações buscadas desde 1973 por lideranças militares e civis do governo: ampliação do leque de opções partidárias, abrandamento da legislação repressiva etc. tratava-se de preparar a transição do regime, não necessariamente para outro qualitativamente diferente, mas para outra forma, que incorporasse novas forças políticas sem descartar a tutela militar. Os limites das reformas foram dados, desde logo, pelo caráter estritamente burguês da direção do processo político. O sentido básico da transição foi preservar as condições da dominação transformadora. (LEMOS. 2002, p. 287-313.)

Outro ponto importante a ser analisado na fase da transição é o papel que os militares desempenham como já foi pontuado foram os arquitetos do processo. A influência deles é vista tanto em 1984, quanto nas discussões a respeito da constituinte brasileira, no governo do civil, Jose Sarney. A natureza do governo Jose Sarney advém principalmente da sua capacidade de ser indicado na chapa Tancredo-sarney, sendo que, com a morte de Tancredo assume o vice, mesmo neste momento com uma crise de legitimidade, as forças armadas atuam neste sentido para dar a legitimidade necessária para que ele assuma como pontuam Celso Castro e Maria Celina D'Araujo:

A legitimidade da posse de Sarney fora questionada nos primeiros momentos após a doença de Tancredo, e o ministro do exercito, general Leônidas pires Gonçalves, tivera importante atuação na defesa da interpretação de que a constituição determinava a posse do vice, mesmo antes da posse do presidente eleito. (Castro. D'Araujo. 2006. p.24)

O governo Sarney é marcado por uma falta de unidade política, com uma imensa disputa entre os projetos políticos, bem como crises que se refletiam nas orientações econômicas. As crises econômicas do seu governo influenciaram

diretamente sua falta de popularidade no fim do mandato, Sarney saiu da presidência com mais poderes que entrou e tornou-se uma das mais fortes lideranças políticas do nordeste.

### **JORNAL OU PARTIDO POLITICO?**

Nas análises, tanto das reportagens quanto dos editoriais, cada temática fornece determinadas peculiaridades. Dentro do recorte temporal encontramos o primeiro governo Civil, eleito indiretamente, cujas bases remontam ao período anterior, ou seja, a Ditadura Empresarial-Militar Brasileira assumem uma relevância muito grande.

Na conjuntura do pensador italiano Antonio Gramsci, no que diz respeito a conceitos relacionados ao Estado (Sociedade civil+Sociedade política), conceitua o jornal como um Aparelho Privado de Hegemonia<sup>5</sup>. Este seria o papel do “Estado do Maranhão”, o editorial do periódico indica o posicionamento do jornal com relação aos projetos colocados pelas classes dominantes.

A transição política brasileira foi marcada por uma forte pressão vinda dos setores militares, não a toa, na composição do novo ministério da chapa Tancredo Sarney, alguns nomes são militares. Neste contexto as análises devem ser compreendidas como sendo um período de transição, como pontuou Juan J. Linz e Alfred Stepan:

“a transição brasileira partindo do autoritarismo começou com a posse do general Ernesto Geisel na presidência, em 15 de março de 1974. A partir de sua base no governo, Geisel e seu assessor político mais próximo, o general Golbery do Couto e Silva iniciaram um complexo processo de buscar aliados na sociedade civil, visando a colocar limites a crescente autonomia da comunidade de segurança, que eles consideravam perigosa para os militares como instituição, além de desnecessária, uma vez que todos os movimentos guerrilheiros esquerdistas já haviam sido eliminados.”(LINZ. 1999. p.204-205)

A situação do governo de transição no campo das rupturas foi de certa forma tensionada pela forte pressão que os militares continuavam exercendo, como pontuam Juan J. Linz e Alfred Stepan:

---

<sup>5</sup> Para Gramsci, os aparelhos privados de hegemonia constituem-se dentro da sociedade civil, por isso distante da sociedade política, também do Estado e com certa autonomia com relação a ele. Tem por função principal a construção do consenso, com o intuito de tornar o projeto hegemônico mais naturalizado.



Durante todo o governo do primeiro presidente civil, José Sarney, havia seis ministros militares em seu gabinete. Em diversas ocasiões, os militares tomaram, unilateralmente, a decisão de enviar ou não tropas para debelar greves. Oficiais da ativa continuavam no controle do Serviço Nacional de Inteligência. Nenhum dos controvertidos programas nucleares brasileiro foi discutido no congresso. Os militares tiveram uma atuação de peso na imposição de limites á reforma agrária. A influência militar na assembléia constituinte for forte suficiente para nos permitir colocar a constituição brasileira em nossa categoria de “uma constituição criada em circunstancias altamente restritivas, refletindo o poder de *facto* das instituições e forças não democráticas”(LINZ. 1999. p.205-206)

A dinâmica política estadual e os embates entre as forças políticas maranhenses dentro das reportagens e das editorias ressaltaram um posicionamento muito claro com relação a políticos que compõem dois partidos específicos e que configuram uma aliança nacional, naquele momento, o PMDB e o PFL. Como na reportagem do dia 01|01|185, as corrida para a disputa a governo do estado já começava, em matéria intitulada “**os candidatos**” (**O Estado do Maranhão. 01|01|1985**),, figuram Cafeteira (PMDB) e João Alberto (PFL), não somente nessa oportunidade como em muitas outras esses dois vão ter o apoio massivo do jornal, seja quando intuito é espaço, seja na falta de espaço para a oposição.

Esse posicionamento é reforçado pelo próprio presidente da republica, Jose Sarney, “**Aliança elegerá Cafeteira. União política no maranhão é um exemplo para o país, diz José Sarney**” (**O Estado do Maranhão. 01|05|1986**). A dinâmica da política estadual restringiu-se no jornal, a espaços para políticos que estejam ligados a estes dois partidos, todos os projetos, na maioria das vezes, apadrinhando pelo presidente vêm da base aliada ao governo.

Já a Assembléia Legislativa Estadual é palco de disputas que remetem muito a política nacional, esse fluxo aumenta consideravelmente quando a constituinte é convocada, onde muitas vezes se confunde também o posicionamento do periódico, do grupo político e do presidente. Um exemplo que deixa bem clara essa relação foi caso do Parlamentarismo, que tinha grandes chances de ser aprovado na constituinte e que foi descartado pelo grupo político do presidente. Tanto o governador, quanto vários deputados repudia a alternativa do parlamentarismo: “**não a tese do parlamentarismo. Cafeteira diz que parlamentarismo só com referendo popular**” (**O Estado do Maranhão. 03|09|1987**).

O sistema parlamentarista foi visto pelo governo como uma ameaça a toda ordem imposta, não só pelo governo, como exemplifica Brasílio Sallum:

“Os interesses vinculados a preservação do presidencialismo não se resumiam as do presidente Sarney, ansioso por conservar seu mandato na inteireza, ou dos governadores de estado, com todos os poderes de costume. Na verdade um novo sistema de governo mudaria os horizontes de milhares de participantes da “classe política”, cujos interesses políticos se organizavam segundo uma matriz presidencialista” (SALLUM. 1999. P.145)

Ainda no contexto da transição, a Constituinte Brasileira foi marcada por fortes grupos de pressão. O período da Constituinte contou com a pressão também dos militares, que como já foi citado anteriormente, ainda continuaram em alguns ministérios no governo de Sarney.

Tanto as reportagens quanto os editoriais direcionam-se para a importância e a participação de todos na construção da carta magna, diversos grupos são inseridos na discussão, dando sempre a entender que todo o povo representar-se-ia na nova carta. Processo que começou em 1985, com a primeira notícia, do ainda Tancredo, fixando suas metas: **“Tancredo define mudanças: 1º) a constituinte vira em 1986” (O Estado do Maranhão. 12|02|1985)**. Todo o processo estendeu-se até o ano de 1988, quando enfim: **“Sarney promulga a Constituição” (O Estado do Maranhão. 15|10|1988)**. O processo da qual nossa constituição resultou é bem mais complexo STEPAN e LINZ citam:

“A influencia militar na assembléia constituinte foi forte o suficiente para nos permitir colocar a constituição brasileira em nossa categoria de “uma constituição criada em circunstancias altamente restritiva, refletindo o poder de *facto* das instituições e forças não-democráticas”(LINZ. 1999. P.205, 206)

## CONCLUSÃO

Os vários processos que levaram ao golpe contra a democracia pelas classes dominantes no Brasil formaram um corpo, logo após a tomada do Aparelho do Estado, dentro deste foram moldando vários aspectos, entre os mais destacados estão o econômico e também o social. A dependência da economia e as questões relacionadas a sociedade constituem o legado trágico que o período ditatorial nos deixou.

Nas questões relacionadas ao papel da imprensa, diversos trabalhos abordam a sua participação decisiva no momento da tomada de poder em 1964. No que diz respeito ao posicionamento do jornal “O Estado do Maranhão”, nos anos de governo do primeiro presidente civil após a Ditadura, José Sarney, vemos que o posicionamento de seu editorial está, de maneira clara, aliado com os interesses dos que participaram do projeto da Transição, tanto pelas leituras críticas a respeito do período, quanto por uma própria avaliação das medidas tomadas ao longo desse período, é perceptível uma defesa de pontos que muitas vezes dizem respeito a interesses da classe dominante. O jornal estaria, portanto, atuando como meio difusor das idéias que fazem parte de um projeto de transição, pactuado e fazendo também seu papel de aparelho privado de hegemonia, na construção do consenso, com o intuito de naturalizar o projeto hegemônico.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

### **FONTES DOCUMENTAIS**

Jornal “O Estado do Maranhão” nos anos de 1985-1989. Disponível: na Biblioteca Publica Benedito Leite. Localização: REG 418 M/R 406-509. São Luís.

### **BIBLIOGRAFIA**

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 1984, Editora Vozes. Petrópolis, RJ.

BORGES, Nilson. A doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia Neves. (orgs) *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura-Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de janeiro: civilização brasileira, 2003.

CASTRO, Celso. D’ARAUJO, Maria Celina. *Democracia e forças armadas no Brasil da nova república: balanço de uma pesquisa*. In: A democratização no Brasil: atores e contextos/organizadora Alzira Alves de Abreu- Rio de Janeiro: editora FGV, 2006. 200p.

COUTO, Ronaldo Costa. *Historia indiscreta da ditadura e da abertura*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci. *Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de janeiro: campus, 1989

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Editora Vozes. Petrópolis, RJ.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia Neves (orgs). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

FONSECA, Francisco. *Conservadorismo patronal da grande imprensa brasileira*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v9n2/v9n2a04.pdf>. Acesso em: 30/01/2014.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere- Introdução ao Estudo da Filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006 a. v. I. 40

LEMONS, Renato. *Anistia e crise política no Brasil pós-64*. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 287-313.

LINZ, Juan J. *A transição e a consolidação da democracia- a experiência do sul da Europa e da América do sul/* Juan J. Luiz, Alfred Stepan. São Paulo: Paz e terra, 1999.

MELO, Demian Bezerra de. *Ditadura “Civil-Militar”?: Controvérsias Historiográficas Sobre O Processo Político Brasileiro No Pós-1964 E Os Desafios Do Tempo Presente*. Revista Espaço Plural Ano XIII Nº 27. 2º Semestre 2012 p. 39-53

PADRÓS, Enrique Serra. (2007). *América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado*. Revista Historia e Lutas de Classe, ano 3- edição nº 4. pag.49.

REIS, Daniel Aarão. O Colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2001.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: De Castelo A Tancredo 1964 – 1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALLUM, Brasília. *Labirintos. Dos generais à nova república*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lecilia (orgs).

VILLELA, André. Dos anos Dourados de JK à Crise não resolvida (1956-1963). In: GIAMBIAGI, Fábio. *Economia Brasileira Contemporânea (1954-2004)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

## **Normas Editoriais para publicação nos anais**

1. Os textos enviados devem conter o título do trabalho, nome completo do autor, título acadêmico, vinculação institucional, identificação do orientador(a) e co-orientador(a), e-mail.
2. Os trabalhos completos devem ter extensão máxima de 10 laudas, digitados na fonte “Times New Roman”, corpo 12, com espaço 1,5 e margens de 2,5cm. As notas devem ser colocadas, numeradas, no final do texto. A revista não publica bibliografias.
3. Os trabalhos devem ser acompanhados de resumos (em português e inglês), com no máximo 80 (oitenta) palavras e 3 (três) palavras-chave (em português e inglês). Caso a pesquisa tenha apoio financeiro de alguma instituição esta deverá ser mencionada.
4. As citações com mais de três linhas deverão respeitar tabulação a 3,5cm da margem esquerda, corpo 10, espaço simples. As citações com menos de três linhas deverão estar incorporadas, com aspas, ao texto.
5. As notas em formato de referências bibliográficas devem ser colocadas no final do artigo, com seguinte apresentação:

SOBRENOME, Nome. *Título do livro*. Tradução, edição. Cidade: Editora, ano, p.

SOBRENOME, Nome. “Título do capítulo ou parte do livro”. In: *Título do livro*. Tradução, edição. Cidade: Editora, ano, p.

SOBRENOME, Nome. “Título do artigo”. *Título do periódico*. Cidade: Editora, vol., fascículo, p., ano.

## **TODOS ÀS RUAS! VAMOS COMEMORAR? AS FESTAS DO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NO PARÁ A PARTIR DOS PERIÓDICOS *FOLHA DO NORTE* E A *PROVÍNCIA DO PARÁ* (1920-1922)\***

Marilene Andreza Guerreiro de Souza  
Universidade Federal do Pará

**Resumo:** As comemorações norteiam esta pesquisa que objetiva analisar as festas da Independência, através de dois grandes periódicos paraenses, trazendo consigo uma nova possibilidade de leitura acerca da imagem da Independência, e, especificamente, as comemorações do centenário, pois existem poucos estudos sobre este tema. Mesmo no âmbito nacional a produção historiográfica é mais pontual e pouco problematiza o papel da imprensa neste eixo de estudo. Os trabalhos existentes são geralmente direcionados aos fatos ocorridos no dia 7 de setembro de 1822.

**Abstract:** The celebrations guiding this research aims to analyze the festivities of Independence, through two major journals Pará, bringing with it a new opportunity to read about the image of Independence, and, specifically, the centenary celebrations, as there are few studies on this topic. Even at the national historiographical production is little more punctual and discusses the role of the press in this axis study. Existing jobs are generally directed to events that occurred on September 7, 1822.

**Palavras-chave:** Independência; periódicos; comemorações.

**Keywords:** Independence; journals; celebrations.

### **Introdução**

Em 1922, os paraenses da capital e do interior do Estado e migrantes oriundos de vários lugares que aqui viviam, preparavam-se para festejar a magna data do centenário da Independência do Brasil. O famoso grito de Independência, dado em São Paulo, fez seus ecos por aqui quase um ano depois quando se deu a Adesão do Pará, em 1823.<sup>1</sup>

---

\* Este artigo é resultado de uma pesquisa mais ampla, desenvolvida no projeto Amazônia e suas independências: percursos historiográficos (1839-2010), coordenado pela Professora Doutora Magda Maria de Oliveira Ricci, financiado pelo CNPq e registrado na Faculdade de História, da Universidade Federal do Pará, do qual participei na função de bolsista, cujo plano de trabalho se intitulou Historiografia da Independência: pesquisa no setor de periódicos da Biblioteca Arthur Vianna – Fundação Tancredo Neves (1920-1970). Meus sinceros agradecimentos à professora Magda Ricci pela oportunidade desta experiência de trabalho, orientações, amizade e serenidade de sempre.

Nesta segunda década do século XX, a região amazônica havia passado pelo primeiro auge da extração da borracha (*belle époque*), a qual gerou muitos lucros, proporcionando ao então Intendente de Belém, Antônio Lemos, a aplicabilidade de recursos públicos na urbanização de algumas áreas da cidade, promovendo calçamento, instalação de bonde elétrico e luz elétrica; abertura e pavimentação de ruas, construção de prédios públicos, entre outros; dando à capital paraense a noção de cidade urbanizada, higienizada e civilizada.<sup>2</sup> Mas por outro lado, esta mesma riqueza, provocou mazelas por conta da concentração dos investimentos no centro da cidade em detrimento às áreas periféricas.

O fim da *belle époque* destruiu o sonho de construir uma ponte entre a Europa e a Região Norte (COIMBRA, 2010)<sup>3</sup> e a Primeira Guerra Mundial acentuou os problemas econômicos pelos quais o Brasil passava, atingindo, assim, a Amazônia. Por outro lado, neste período, visualizou-se uma mudança de postura em relação à intelectualidade local. Há muito a população destas terras *brasiliensis* sofria com as heranças colonizadoras de um regime monárquico, mas que agora, reagia diante os auspícios de um regime republicano, que passara pelos primeiros momentos controversos de discussões e, que agora, se consolidara como regime de governo brasileiro.<sup>4</sup> E esta vontade de se desgarrar do passado recente, refletiu na literatura, nas artes, na política e em outras áreas, suscitando nos paraenses o sentimento de pertencimento regional e de integração nacional.

Impulsionados por tal sentimento, resurge, em 1917, o Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), aparecido pela primeira vez em 1900,<sup>5</sup> e, que a partir das comemorações do aniversário de Tricentenário de Belém, em 1916, ganhou fôlego para (re)tomar suas atividades. O IHGP teve papel de extrema importância para a realização das comemorações do centenário da Independência e da Adesão do Pará, visto que seus membros estavam diretamente envolvidos na organização e execução dos festejos.<sup>6</sup>

A imprensa no Pará consolidou-se na segunda metade do século XIX através de periódicos como o Treze de Maio e o Diário de Notícias. Contudo, foi no final do século XIX, com o impulso da economia da borracha, que um número muito grande de jornais existiu em toda a Amazônia e em especial no Pará. A grave crise dos anos de 1910 e 1920 redefiniu o papel da imprensa como órgão motivador das mudanças necessárias a implantação de novos patamares políticos e econômicos para o Pará. São periódicos como a Folha do Norte, A Província do Pará, O Liberal e Folha Vespertina, que transformaram a imprensa escrita nos anos de 1920. Nascia assim uma imprensa moderna como avalia o estudo de Figueiredo.<sup>7</sup> Se

havia nos anos de 1920 uma nova imprensa e debates intensos sobre a modernidade, existem ainda, contudo, poucos estudos sobre as comemorações da Independência de 1922 neste veículo.

Diante a carência sobre a memória do centenário da Independência, chama a atenção nos dois jornais paraenses o conteúdo dessas comemorações, o forjar de uma ideia de orgulho patriótico brasileiro e paraense. A questão da importância de se formalizar uma identidade em meio a debates modernistas e nacionalistas; a necessidade de se reconhecer como pertencente a um local, cuja suas peculiaridades regionais, tinham que vir à tona através das artes, literatura, culinária, etc. O que o passado da Independência poderia “ensinar” ao presente de 1922? Como as comemorações contribuíram para florescer e/ou estabelecer o sentimento de pertencimento e/ou identidade? São estas algumas questões a que este artigo se propõe.

### **A Exposição do Centenário**

As festas das comemorações do centenário da Independência foram, segundo os jornais, repletas de manifestações de cunho patriótico, marcado pelo orgulho do “ser paraense” diante do cenário regional e nacional. Todas as esferas da sociedade e do governo se mobilizaram para a realização de grandes eventos comemorativos, as chamadas efemérides. Na capital e no interior a programação era vasta e englobava desde festas mais simples realizadas nas escolas públicas e particulares com a participação dos alunos, pais e professores; instituições privadas; entidades filantrópicas até requintadas exposições de arte e concertos musicais no Teatro da Paz e ao ar livre.

Em âmbito nacional, entre as exposições de arte, destacou-se a grandiosa *Exposição Internacional do Centenário da Independência*, que a *Folha do Norte* e *A Província do Pará*, destacaram a criação de uma coluna em que noticiavam toda a organização das comemorações do centenário tanto no cenário regional quanto no nacional.

A exposição teve sua realização na então capital brasileira, o Rio de Janeiro, em setembro, com o objetivo de dar visibilidade aos avanços do país do ponto de vista industrial, econômico e social, e afirmar a identidade nacional.<sup>8</sup> E no Pará a exposição proporcionou a inserção da história da Amazônia no corpo da história nacional. O jornal *Folha do Norte*,<sup>9</sup> ainda no início do ano de 1922, publicou a convocação feita pelo então delegado da Comissão do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, no Estado do Pará, o senhor Djalma Cavalcanti, na qual fazia um verdadeiro apelo aos expositores:



#### Appelo aos expositores

De acordo com o regulamento, à Exposição Nacional, a realizar-se em setembro, comparecerão todos os Estados, representados por suas indústrias e fontes de riqueza principais. Resolveu-se, por uma necessidade de ordem e de experiência que se façam exposições preparatórias nas Capitais antes da embalagem dos productos. Como se sabe, nenhuma despesa incidirá sobre o expositor, além dos gastos precisos com os productos a serem exibidos e os mostruários, que terão transporte gratuito para o Rio, a expensas do Governo Federal, tanto na ida como na volta.

A exposição preparatória terá lugar em março, em prédio opportunamente designado. Desse modo, convido os expositores paraenses – industriais, commerciantes, agricultores – que receberem ou não circulares nesse sentido, a inscreverem a sua firma na Delegacia, à rua de Santo Antonio, n. 83-A, das 8 às 11 horas da manhã, até o dia 20 do mez vigente.

Ja são conhecidas as vantagens da Exposição, em que o Pará, como uma das maiores unidades do Brasil, deve ter uma representação condigna à sua grandeza dependendo isso do civismo dos seus filhos e da bôa-vontade dos que aqui lutam pelo seu progresso, num esforço admirável contra a indiferença e a inercia.

Certo, nenhum fugirá ao meu appello em prol do triumpho completo da Exposição.

Belém, 7 de janeiro de 1922 – Djalma Cavalcanti, delegado da Comissão do Ministério da Agricultura, Industria e Commercio, no Estado do Pará.<sup>10</sup>

A Exposição do Centenário se organizou, então, dessa forma: cada Estado brasileiro possuía uma Delegacia responsável por formar comissões nas capitais e municípios do interior.<sup>11</sup> Estas comissões eram formadas por políticos, commerciantes, industriais, produtores rurais, promotores públicos, membros das forças militares e intelectuais. No Pará, além da capital, os municípios do interior como Acará, Baião, Porto de Mós, Igarapé-Miri, Itaituba, Soure, Santarém e São João do Araguaia,<sup>12</sup> atendendo ao apelo do Sr. Cavalcanti, organizaram-se em comissões e passaram a se corresponder com a Delegacia, situada em Belém, através de cartas circulares nos jornais, como esta:

O sr. Dr. Clementino Lisboa, presidente da Associação Commercial, está dirigindo aos srs. Commerciantes e industriais a seguinte circular:

Tendo o delegado da Exposição do Centenário feito publicar pela imprensa que no dia 20 do corrente mez se encerrarão, naquella delegacia, as inscrições dos expositores que pretendem concorrer ao grande certamen de 1922, cabe-me, na qualidade de presidente da Associação Commercial, appellar para v. s. no sentido de não deixar passar despercebido o momento propício que se nos offerece para balanceamento dos nossos productos e das riquezas do nosso Estado. Certo de que a v. s. não será em vão este appello, subscrevo-me com estima e todo o apreço”. – Clementino de Almeida Lisboa, presidente.<sup>13</sup>

Além dos membros das comissões, na capital paraense, havia também os membros do IHGP que também estavam diretamente ligados às festas de comemorações, principalmente na Exposição do Centenário. Não à toa, o presidente Henrique Santa Rosa, propôs que a diretoria do Instituto dirigisse cartas circulares a todos os intendentes, solicitando-lhes a indicação de um procurador em Belém, que pudesse tomar parte nas sessões de estudos e de preparativos da exposição.<sup>14</sup>

Os meses que antecederam a exposição do Centenário foram de frenéticos preparativos para a comemoração de tal efeméride. Houve muitas reuniões entre os delegados, membros do IHGP e membros das comissões das cidades paraenses. Muitas decisões importantes foram tomadas nestas reuniões. Numa delas, foi acordado que nenhum membro da comissão faltasse, principalmente os representantes das Municipalidades do interior, a nenhuma reunião, bem como combinaram de publicar uma edição especial da revista do IHGP, para fornecer ao país documentos interessantes da história do Pará e da Amazônia.<sup>15</sup>

Em julho de 1922, deu-se início a uma série de visitas às fábricas de Belém, com a finalidade de verificar a variedade e qualidade dos produtos industrializados, visto que algumas amostras destes seriam enviadas para a grande exposição na capital brasileira.<sup>16</sup> No mesmo mês de julho a Delegacia da Exposição pediu aos membros das comissões que se organizem com máxima brevidade e que o delegado regional responsável se apressasse, para que fossem enviados ao Rio de Janeiro, os seus mostruários, produtos e informações até o dia 20 do mês em curso, sendo este o último prazo para o envio.<sup>17</sup> Alguns dos produtos enviados estão assim arrolados:

“Os mostruários dos produtos enviados à capital brasileira, pela Cooperativa dos Pescadores do Pará, na primeira remessa pelo navio “Minas Gerais” e na segunda remessa pelo “Santarém” constava de:

Pelo “Minas Geraes” foi mandada a primeira remessa, constante de duas caixas, das quaes uma contem 2 tracajás, 1 tartaruga cabeçuda, 13 mussuns, 1 quibeboriam, 6 eperemas, 2 jabotys, 1 tartaruga e 1 capitary.

A outra leva um peixe conservado em formol, 1 canôa de pesca em miniatura e 3 peixes seccos fórmula commercial.

Pelo “Santarém” hontem sahido, foi enviada (...) 1 caixa contendo vários peixes em conserva, 1 caixa com 1 canôa e 1 caixa com peixes seccos fórmula commercial, 1 caixa contendo 1 canôa de pesca, 1 pequena igarité, 1 montaria de pesca, 1 bocca de tubarão com dentes, 1 serra grande de espartate, diversas serras de espartates e 1 pequeno navio de pesca, 1 amarrado com anzoos, linha, arpões e talas de sondagem, 1 engradado contendo 25 tartarugas de diversas espécies, e tina contendo 3 puraqués”.<sup>18</sup>

Além destes produtos naturais vindos do interior, as fábricas da capital também enviaram produtos industrializados, tais como pregos, parafusos e roscas, da “Fábrica de pregos”, de Ferreira Gomes & Cia,<sup>19</sup> peças para mobiliário de madeira, da “Fábrica Freitas Dias”, e demais produtos das fábricas “Perseverança” e “Beneficiamento de Borracha”, cujos produtos, desta última fábrica, colocara o Pará no cenário mundial de extração e exportação gomífera.<sup>20</sup>

A grande Exposição do Centenário, na cidade do Rio de Janeiro, inaugurou-se na noite do dia 7 de setembro de 1922, com grande popularidade. Segundo Sant’ana (2008), os

pavilhões funcionavam nos “horários das 16h às 22h durante a semana e aos domingos, das 14h até meia-noite”. A exposição durou até o segundo semestre do ano de 1923 e “(...) todo o material da Exposição do Centenário foi recolhido para integrar o acervo que formaria o Museu Comercial e Agrícola, projeto do Ministério da Agricultura”.<sup>21</sup> Nos dois periódicos estudados neste artigo, não se tem registros da exposição feita aqui, na cidade de Belém, como ensaio para a grande exposição na capital brasileira, como havia sugerido o delegado da Comissão do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, no Estado do Pará, o senhor Djalma Cavalcanti, o que nos leva a crer que ela não existiu por conta do tempo que levava as reuniões com membros de todo o Estado, bem como das inúmeras listas de produtos que foram enviados à capital brasileira.

### **As efemérides pátrias do 7 de setembro em Belém**

A programação dos festejos era bastante diversa e procurava atingir à todas classes sociais, com o intuito de reunir o maior número de pessoas possível. No dia 29 de agosto de 1922, os dois jornais publicaram na coluna “Editais”, o Edital nº 8, assinado pelo Secretário da Intendência Municipal de Belém, Sr. Abel Chermont, por ordem do Intendente de Belém, o Sr. Cypriano José dos Santos, que dizia:

“(…) De ordem do exm. Sr. dr. Intendente, faço publico a quem possa interessar, que no dia 7 de setembro vindouro, data do 1º Centenário da nossa Independencia, fica prohibido a abertura de qualquer casa commercial, officina, barbearia, etc, estabelecidos nas vilas e localidades do interior deste município, devendo os fiscaes municipaes nessas localidades avisarem os respectivos interessados, providenciando de maneira que naquella grande data nacional nenhum desses estabelecimentos permaneçam abertos.

E para que não se allegue ignorante vae este publicado na imprensa durante dias a contar desta data, e fixado na portaria desta Municipalidade”.<sup>22</sup>

Apesar do “Edital nº 8” informar que o feriado ser no dia 7 de setembro de 1922, havia mais dois dias de programação (8 e 9 de setembro). Em algumas cidades do interior a programação se estendia por uma semana. Nessas ocasiões as cidades paravam completamente para festejar o Centenário. Fachadas de casas e prédios públicos recebiam iluminação e decoração especial, como foi o caso do Banco do Brasil, a Port of Pará, as casas bancárias Beringer & C<sup>a</sup> e Moreira Gomes & C<sup>a</sup>, a Pará Electrica, o Corpo de Bombeiros, além da Delegacia Fiscal.<sup>23</sup> No dia 4 de setembro do ano corrente, o Intendente Municipal, manda divulgar na sessão “Actos e Decisões”:

“O Intendente Municipal de Belém, usando dos poderes que a lei lhe confere e considerando que os dias 8 e 9 corrente também são destinados às festas

commemorativas do 1º Centenário da Independência, resolve tornar effectivas, nesses dias, as disposições relativas ao fechamento do commercio em dias feriados, contidas no Codigo de Policia Municipal e leis nºs 931 e 939”.

Ao todo, Belém já tinha oficializado três dias de festas que foram de intensa movimentação de demonstrações pátrias. Faremos em diante um apanhado do que foi os festejos do 7 de setembro de 1922, partindo das celebrações iniciais da igreja católica,<sup>24</sup> nos dias 30 e 31 de agosto e 1 de setembro de 1922, em honra de Nossa Senhora de Belém, Padroeira da Arquidiocese. Nos dias 2 e 3 de setembro foi realizada missa solene e à tarde do dia 3, procissão com a imagem de Nossa Senhora de Belém, na presença de membros do clero, ordens terceiras, irmandades, congregações, associações católicas, colégios e público em geral. No dia 7 celebrou-se em todas as igrejas e capelas do Estado missas com intenção de louvar o grande dia da Independência do Brasil.

Nas escolas de Belém a programação começava logo nas primeiras horas da manhã. As crianças e adolescentes das escolas Fellipa de Vilhena, o Centro Pedagógico do Pará, o Colégio Progresso Paraense, Grupo escolar Wenceslau Braz, a Escola Normal, entre outras, iniciavam suas homenagens entoando hinos, fazendo recital de poesias, expondo peças de artesanato e ouvindo palestras e discursos, que duraram até o entardecer.

Entre os desfiles houve pela manhã, a apresentação do 26º batalhão de caçadores da marinha, escolas de aprendizes marinheiros, companhia de 1º corpo da Brigada, Companhia de Metralhadoras, 1º pelotão de cavalaria, sociedades de Tiro e Collegios civis, marcharam na avenida 15 de agosto em direção ao lado direito do Teatro da paz. A Liga Nacionalista desfilou, às 16 horas, pelas principais ruas do Centro. Partiu da Praça Floriano Peixoto até a Praça da República, carregando estandartes e bandeiras e ao chegar ao destino final, foram entoados hinos e proferido um discurso do coronel Apolinário Moreira.

Para as crianças de Belém, acompanhados de seus respectivos pais ou responsáveis, os senhores da Teixeira, Martins & C<sup>a</sup>, proprietários do cinema “Olympia”, ofereceram “matinée”, cujos ingressos foram e distribuídos gratuitamente nas redações dos jornais: 250 ingressos no jornal *A Província do Pará* e 250 na *Folha do Norte*.<sup>25</sup> A procura foi imensa e rapidamente os ingressos se esgotaram.

Os membros do IHGP, após uma pesquisa histórica, chegaram a conclusão que D. Pedro deu o grito de Independência por volta das 16h30min e, por isso, juntamente com a *Pará Electric*, pediu que fosse acionado o sinal sonoro da usina, com a finalidade de que

todas as outras fábricas e empresas que também possuíssem sirene a reproduzissem seus ecos para que também

“ (...) todas as embarcações surtas no porto, clarins e bandas de musica, nos respectivos quartéis, e repiques de sinos de todas as igrejas de Belém, e que a esse signal suspenda-se o serviço dos bondes, automóveis, e mais viaturas; que os peões parem, no seu transito, que todos os cidadãos se levantem, se estiverem sentados, nos seus domicílios ou nas ruas, erguendo uma fervorosa prece a Deus pelo progresso do Brasil, à entrada do segundo centenário da sua nacionalidade. Essa manifestação (...) durará a tempo de 3 a 5 minutos, continuando, ao terminar a actividade urbana”.<sup>26</sup>

Mais à noite foi exibido, ao ar livre, “no parque João Coelho, ao lado fronteiro à avenida 29 de agosto” a película “O Guarany”, do famoso romance de José de Alencar, com patrocínio da Intendência de Belém.<sup>27</sup> E para fechar, com chave de ouro a programação houve um grande baile no Theatre Palace, com orquestra e muita música.

## Conclusão

Como podemos vislumbrar, as comemorações do centenário da Independência teve papel importante para que o sentimento de nacionalidade e/ou pertencimento suscitasse naqueles que estavam em solo paraense. As efemérides pátrias do início do século XX, segundo Eric Hobsbawm, foi repleto de um “princípio de nacionalidade”, cujo objetivo era de libertação nacional.

“Hoje, todos os estados do planeta, pelo menos oficialmente, são “nações”; todos os movimentos de libertação tendem a ser movimentos de libertação “nacional”. As agitações “nacionais” produzem ruptura dos Estados-nações mais antigos da Europa – Espanha, França, Reino Unido, e até mesmo, de maneira mais moderna, a Suíça; também afetam os regimes socialistas do Leste, os novos Estados do Terceiro Mundo libertos do colonialismo, e inclusive, as federações do Novo Mundo, onde apenas o Canadá permanece dividido”.<sup>28</sup>

Diante disso, os festejos das comemorações da Independência no Pará seguiu a lógica da qual Hobsbawm se refere, que é a de adotar a ideia de libertação da nação, tomando como base a demonstração de nacionalismo, que aqui no Pará, especificamente, ousou tomar como o termo mais apropriado o regionalismo. Para que esse sentimento fosse incentivado ou forjado é feito o uso de símbolos do Estado do Pará e da região amazônica, tais como a música, a pintura, a exuberante natureza, a literatura, a arquitetura das cidades, a culinária, a política, os costumes, a exploração dos recursos naturais, bem como a empregabilidade destes na indústria e comércio paraense.

## NOTAS

<sup>1</sup> O Pará aderiu à Independência quase um ano depois da Independência do Brasil, no dia 15 de agosto de 1823. As comemorações do centenário da Adesão do Pará se deu de forma muito semelhante que a do centenário da Independência. Porém, neste trabalho, minha discussão discorrerá apenas sobre a análise das comemorações do Centenário da Independência.

<sup>2</sup> SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Èpoque (1870-1912)*. 2ª edição. Belém: Paka-Tatu, 2002.

<sup>3</sup> COIMBRA, Adriana Modesto. Belém Moderna: As visões sobre o povo, a modernidade e a nação nas páginas da revista *A Semana*, 1922-1923. 2010 (Trabalho de Conclusão de Curso).

<sup>4</sup> Sobre este tema ver as obras de CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. COELHO, Geraldo Mártires. *No coração do povo: o monumento à República em Belém (1891-1897)*. Belém: Paka-Tatu, 2002. FARIAS, William Gaia. *A construção da República no Pará (1886-1897)*. Tese de Doutorado. Niterói, agosto, 2005.

<sup>5</sup> Para uma análise mais minuciosa acerca do Instituto Histórico e Geográfico do Pará ver FERREIRA, Silvio Rodrigues. *Efemérides paraenses: o Tricentenário de Belém e a nova história da Amazônia, 1915-1918*. 2005 (Trabalho de Conclusão de Curso).

<sup>6</sup> É importante ressaltar ao leitor que, com a retomada do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), as organizações para a festa do centenário da Independência e da Adesão do Pará, se iniciaram em 1920, daí o recorte temporal inicial desta pesquisa.

<sup>7</sup> FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Uma história impressa: a imprensa no Pará, 1822-1922*. zig360.com, Belém, 30 nov. 2008, p.36

<sup>8</sup> A dissertação de mestrado de Thais Rezende da Silva Sant'Ana, intitulada *A Exposição do Centenário da Independência: Modernidade Política no Rio de Janeiro do início dos anos 1920*. Unicamp, 2008, detalha os momentos da exposição e, principalmente, discute o conceito de identidade/pertencimento.

<sup>9</sup> Optei por manter a grafia original das fontes dos jornais.

<sup>10</sup> “Appelo aos expositores”. Folha do Norte, 6/01/1922, nº 9617, p.1.

<sup>11</sup> “Commissões Municipaes”. Folha do Norte, 12/01/1922, nº 9623, p.2.

<sup>12</sup> “A Exposição do Centenário”. Folha do Norte, 21/01/1922, nº 9630, p.1. Esta é a lista dos Municípios inscritos até a referida data da matéria do jornal.

<sup>13</sup> “Exposição do Centenário”, Folha do Norte, 19/01/1922, nº9628 p. 3

<sup>14</sup> “O Centenário do Brasil e as Municipalidades do Pará”, Folha do Norte, 25/01/1922, nº 9634, p.1.

<sup>15</sup> “Instituto Histórico e Geographico do Pará: A sessão de hoje”, Folha do Norte, 04/07/1922, nº 9780, p.2.

<sup>16</sup> “Exposição do Centenário: visita às fábricas”, Folha do Norte, 02/07/1922, nº9779 p. 2

<sup>17</sup> “Exposição do Centenário”, Folha do Norte, 08/07/1922, nº9784, p. 2.

<sup>18</sup> “O Pará no centenário”. A Província do Pará, 1 de setembro de 1922, p.1. Chamo atenção ao leitor que esses produtos elencados na matéria do jornal vieram de diversas regiões do Estado do Pará em que a principal atividade econômica é a pesca.

<sup>19</sup> Idem a nota 17.

<sup>20</sup> “Exposição do Centenário: visitas officiaes”, Folha do Norte, 22/07/1922, n 9797, p.2

<sup>21</sup> SANT'ANA, Thais Rezende da Silva de. *A Exposição Internacional do Centenário da Independência: modernidade e política no Rio de Janeiro do início dos anos 1920*. Campinas, 2008 (Dissertação de Mestrado).

<sup>22</sup> “Editaes”, A Província do Pará, 02/09/1922, p. 3 e “Editaes”, Folha do Norte, 02/09/1922, p. 4

<sup>23</sup> “Iluminações”. A Província do Pará, 04/09/1922, p. 1

<sup>24</sup> “As festas do Centenário da Independência e o clero paraense” Folha do Norte, 17/07/1922, nº 9792, p.4

<sup>25</sup> “A “matinée” dedicada às creanças no “Olympia”, A Província do Pará, 05/09/1922, p1.

<sup>26</sup> “Hora do Centenário”, Idem ao 24 e 26, p.1.

<sup>27</sup> “Guarany ao ar livre”, Idem ao 24, p.1

<sup>28</sup> HOBBSAWM, ERIC J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2013

## Fontes impressas

“Appelo aos expositores”. Folha do Norte, 6/01/1922, nº 9617, p.1.

“Commissões Municipaes”. Folha do Norte, 12/01/1922, nº 9623, p.2.

“Exposição do Centenário”, Folha do Norte, 19/01/1922, nº9628 p. 3.

“A Exposição do Centenário”. Folha do Norte, 21/01/1922, nº 9630, p.1.

“O Centenário do Brasil e as Municipalidades do Pará”, Folha do Norte, 25/01/1922, p.1.

“Exposição do Centenário: visita às fábricas”, Folha do Norte, 02/01/1922, nº9779 p. 2.

- “Instituto Histórico e Geographico do Pará: A sessão de hoje”, Folha do Norte, 4/07/1922, p.2.  
“Exposição do Centenário”, Folha do Norte, 08/07/1922, nº9784, p. 2.  
“As festas do Centenário da Independência e o clero paraense” Folha do Norte, 17/07/1922, nº 9792, p.4.  
“Exposição do Centenário: visitas officiaes”, Folha do Norte, 22/07/1922, n 9797, p.2.  
“Editaes”, Folha do Norte, 2 de setembro de 1922, p. 4.  
“As festas do Centenário da Independência e o clero paraense” Folha do Norte, 17/07/1922, nº 9792, p.4.  
“O Pará no centenário”. A Província do Pará, 1/09/1922, p.1.  
“Hora do Centenário”, A Província do Pará, 2/09/1922, p. 3.  
“Guarany ao ar livre”, A Província do Pará, 2/09/1922, p. 3.  
“Editaes”, A Província do Pará, 2/09/1922, p. 3.  
“Iluminações”. A Província do Pará, 4/09/1922, p. 1.  
“A “matinée” dedicada às creanças no Olympia”, A Província do Pará, 5/09/1922, p1.

### Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Wlamyra, *Algazarra nas ruas. Comemorações da independência na Bahia (1889-1923)*. Campinas, Editora Unicamp, 1999.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- COELHO, Geraldo Mártires. *Letras & Baionetas. Novos documentos para a história da Imprensa no Pará*. Belém. CEJUP, 1989, p.20.
- \_\_\_\_\_. *No coração do povo: o monumento à República em Belém (1891-1897)*. Belém: Paka-Tatu, 2002.
- COIMBRA, Adriana Modesto. *Belém Moderna: As visões sobre o povo, a modernidade e a nação nas páginas da revista A Semana, 1922-1923*. 2010 (Trabalho de Conclusão de Curso).
- FARIAS, Willian Gaia. *A construção da República no Pará (1886-1897)*. Tese de Doutorado. Niterói, agosto, 2005.
- FERREIRA, Silvio Rodrigues. *Efemérides paraenses: o Tricentenário de Belém e a nova história da Amazônia, 1915-1918*. 2005 (Trabalho de Conclusão de Curso).
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. “Datas antigas, festas modernas, 1616-1923”. In: *Eternos modernos: Uma história social da arte e da literatura na Amazônia (1908-1929)*. Campinas: Tese de Doutorado, Unicamp, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Uma história impressa: a imprensa no Pará, 1822-1922*. zig360.com, Belém, 30 nov. 2008, p.36.
- HOBBSAWM, ERIC J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2013.
- MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos: a questão nacional dos centenário da independência*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV-CPDOC, 1992;
- OLIVEIRA, Cecilia Helena Salles de. (org). São Paulo: EDUSP, *Museu Paulista, Imprensa Oficial de São Paulo*, 1999.
- SANT’ANA, Thais Rezende da Silva. *A Exposição do Centenário da Independência: Modernidade Política no Rio de Janeiro do início dos anos 1920*. Unicamp, 2008 (Dissertação de Mestrado).
- SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Èpoque (1870-1912)*. 2º edição. Belém: Paka-Tatu, 2002.

## **O Homem e a Beira: Humanismo e Representação urbana em “A Margem” (1967) de Ozualdo Candeias**

Nayhd Barros de Souza

(Graduada em História pela Universidade Federal do Piauí/UFPI, email:  
[nayhdbarros@yahoo.com.br](mailto:nayhdbarros@yahoo.com.br). Orientação: Prof. Dr. João Kennedy Eugênio).

### **RESUMO:**

O artigo reflete sobre as representações do urbano no filme *A Margem* (1967), do diretor Ozualdo Candeias, procurando perceber, na obra, articulações entre um discurso sobre a cidade e um discurso moral sobre a condição humana. No filme, Candeias construiu um universo particular em que real e onírico se fundem dentro da cidade e onde seus protagonistas, figuras marginais que transitam por espaços periféricos, vivem enredados em tramas amorosas e buscas subjetivas. Esse trabalho dedicar-se-á investigar esse universo.

**PALAVRAS- CHAVE:** Cinema; Candeias; Cidade;

### **ABSTRACT:**

The article reflects about the representations of urban in the movie *A Margem* (1967), by Ozualdo Candeias, seeking to perceive the articulations between a discourse about the city and a moral discourse on the human conditions existent in the work. On film, Candeias built a private universe in that real and oneiric are connected and where its protagonists, marginal figures that transit in the peripheral spaces, live involved in plots loving and subjectives quest. This work will investigate this universe.

**KEY-WORDS:** Cine; Candeias; City;

### **Introdução**

Os caminhos árduos e suas pedras, somadas às dúvidas humanas e as agudezas da vida podem ser percebidos com profundidade nos filmes do cineasta Ozualdo Candeias. Diretor de *A Margem* (1967), obra creditada como marco inaugural do cinema marginal no Brasil, Candeias é autor de uma considerável filmografia, que inclui outros nove longas-metragens, dois médias-metragens de ficção e diversos curtas de caráter documental.

Como disse Inácio Araújo, a respeito de um de seus filmes mais aclamados pela crítica, o longa *Aopção ou As rosas da estrada* (1981), Candeias “é o cineasta dos



destinos incompletos, malformados, situados entre o milagre redentor e o silêncio espesso da imagem”. 1 Essa consideração também pode ser estendida para *A Margem*, seu primeiro longa e um dos filmes mais densos de sua produção, obra que esse artigo irá se dedicar a analisar.

Investigar o filme *A Margem* (1967), sobretudo do ponto de vista das reflexões que suscita, sem esquecer, contudo de suas contribuições estéticas inovadoras para o cinema brasileiro da década de 1960 é um dos pontos chave da proposta desse trabalho. Desse modo, o artigo discutirá as representações do urbano existentes na obra e refletirá sobre o discurso humanista presente no universo do filme e das cidades por ele reinventadas.

Para percorrer esse caminho e propor reflexões, o trabalho encontra-se subdividido em três momentos distintos. O primeiro dedicar-se-á discutir o filme *A Margem*, a partir de seu contexto de produção, de modo a iluminar o universo em que o filme encontra-se inserido e sua relação com a produção cinematográfica do Brasil dos anos 1960.

No segundo momento, adentraremos mais especificamente a cidade imaginada por Candeias, refletindo sobre as representações do urbano construídas pelo filme, e suas relações com o mundo histórico com que dialoga.

No terceiro momento, por fim, refletiremos sobre o discurso acerca da condição humana presente na obra, partindo da visão de cidade constituída na narrativa e dos dramas humanos por ela elencados. Dessa forma, atravessaremos algumas das ricas possibilidades que a análise desse filme abre para os estudos de História e Cinema, tomando a obra, em sua riqueza de sentidos e problemáticas, como objeto de estudo desse trabalho.

### **Candeias, viagens do olhar**

A filmografia de Ozualdo Candeias foi marcada por seu olhar desviante, que movia a câmera com intuição e lirismo, e ao mesmo tempo com a violência necessária para filmar as agruras da vida de seus personagens e dos lugares em que viviam. Quando interrogado em uma entrevista de 1995 se filmava o Brasil das ruas, cru e sem recheio, Candeias disse: “Prefiro nos meus filmes falar do Brasil que precisa ser refeito, ser consertado. Do Brasil bonito, tem um bocado de gente no cinema que fala.” 2

De uma estética da precariedade, Candeias extraiu o sublime, indo ao encontro de questões existenciais e políticas de sua época. De caminhoneiro que comprou uma câmera para filmar a passagem de discos voadores pelas estradas que percorria ao prazer de aprender a ser cineasta, Candeias fez filmes marcados pelo baixo orçamento, pela criatividade da produção, e deu-lhes densidade temática, envolvida em uma estética inovadora.

Sobre a condição de produção dos filmes do diretor, Moura Reis diz: “As produções eram quase sempre tão paupérrimas que o obrigavam a filmar uma única vez a maioria das cenas, pois só dispunha de pontas e sobras de filmes virgens.” <sup>3</sup> O filme *A Margem* foi produzido com poucos recursos e só foi possível devido à organização em cooperativa dos interessados na produção, inclusive dos atores que representaram os quatro personagens principais da trama, dois casais que transitam pelas margens do rio Tietê em condições de penúria, num vagar insistente. No fim, todos são levados por uma mulher misteriosa pelo rio, em sua barca, após terem se cruzado e desencontrado em diversos espaços da mesma margem.

Filmado em preto e branco, foi um dos primeiros filmes produzidos no Cineboca paulista, ponto de articulação entre cineastas e amadores do cinema em São Paulo. Situado no ciclo do cinema marginal, esse filme dialogará com obras realizadas posteriormente pelos produtores do mesmo espaço ao assumir sua precariedade como recurso e como potência de criação, diferindo-se assim da produção fílmica de outras regiões do Brasil.

O cinema marginal opunha-se, então a indústria cinematográfica, assumindo sua ‘pobreza’ como ponto gerador de encontros e parcerias. Sobre ele, José Mário Ortiz Ramos diz: “Não havia entre os ‘marginais’, a preocupação com um desenvolvimento independente do cinema brasileiro, inexistia um projeto industrial articulado.” <sup>4</sup>

Desse modo, *A Margem* situa-se dentro de um quadro novo do cinema brasileiro da década de 1960, integrando um grupo que aponta novas soluções práticas e temáticas para a produção fílmica, ao levantar preocupações que se diferenciavam bastante das propostas pelo Cinema Novo. O cinema marginal alcançou de fato um maior entrelaçamento de linguagens que as produções cinemanovistas, como disse Sidney Ferreira Leite: “os diretores se interessaram pelas diversas linguagens contidas na cultura de massa, que foram incorporadas aos filmes do Cinema Marginal como citação e/ou como instrumento narrativo”. <sup>5</sup>

Entretanto, se refletirmos mais do ponto de vista da postura envolvida na realização desses filmes, podemos notar também pontos de articulação entre as duas propostas, como o fato de que ambas defendiam um assumir-se “subdesenvolvido” enquanto estética e problemática de criação. 6 Todavia, sabe-se que na prática o Cinema Novo teve um caráter elitista, se comparado ao cinema produzido na Boca do Lixo.

Sobre *A Margem* e seu lugar de filme inaugurador de uma nova estética, Ramos diz:

A margem transforma-se num poético manifesto que traz à tona não somente a marginalidade que ronda a grande cidade modernizada, mas também a incipiência das formas de produção do cinema brasileiro, que levadas ao extremo constituirão o estandarte do movimento. A criatividade, a constante invenção do cineasta reelaboram e transmutam a dupla-pobreza – do universo enfocado e da própria forma precária de realização. 7

Os filmes feitos pelos cineastas do polo Cineboca foram marcados pela força contestadora que residia tanto na ideia de “penúria”, “lixo”, como também de deboche, articulando entre si nomes como o de Rogério Sganzerla, diretor do renomado *O bandido da luz vermelha* (1968).

Marcada por uma forte liberdade, a produção do Cineboca era financiada por proprietários locais, por freqüentadores ricos, pelos próprios diretores e pelos apoios que conseguiam mobilizar em São Paulo. Candeias esteve ligado ao Cineboca até o final de sua vida, mesmo com a desarticulação do polo, que ficava na Rua do Triunfo, na capital paulista, tendo inclusive publicado um livro e realizado dois curtas sobre essa famosa rua e seus personagens.

Apesar disso e de *A Margem* está no princípio desse movimento, a produção fílmica de Candeias, em sua totalidade, diferencia-se bastante da realizada por outros integrantes do Cinema Marginal e freqüentadores do Cineboca como Sganzerla e José Mojica Marins. Diferenciá-lo de outros cineastas desse grupo faz-se necessário nesse momento. Segundo Ramos, essa diferença está na relação autêntica que Candeias estabelece com as representações da realidade brasileira nos seus filmes e de seus interesses temáticos, que de certo modo, podem ser situados em um viés nacionalista inovador, sobretudo do ponto de vista da linguagem.

Candeias vai sempre caminhar num outro sentido, procurando mergulhar na “realidade brasileira”, procurando, como diz posteriormente, encontrar um autêntico cinema caipira, marcado portanto por uma forte influência nacionalista, e escapando de uma concepção tradicionalista de cultura brasileira pelo

revolucionário tratamento estético que imprime nas suas obras. Um bom exemplo é o seu filme posterior, *Meu nome é Tonho* (1969) – cavado, como era comum no Cinema Marginal, junto a um pequeno produtor paulista -, um complexo e estranho “faroeste caipira”. **8**

É nesse ponto de inovação e, ao mesmo tempo, articulação e diálogo que podemos inserir a produção cinematográfica de Ozualdo Candeias, e onde *A Margem*, filme a que interessa especificamente esse trabalho, é gestado com todo seu movimento de abertura de novos caminhos para o cinema nacional, e simultaneamente de apontamento para questões universais, no denso mundo das viagens solitárias de Candeias, suas viagens do olhar.

### **Rumo à cidade, vagando pela beira**

As imagens do mundo urbano atravessam profundamente os universos construídos pelo cinema de Candeias, desde seus primeiros filmes documentais até suas últimas produções. A cidade que ele nos mostra é principalmente uma força arrasadora, que afeta a vida do homem de forma visceral.

É a cidade que, fortalecida pelo sistema produtivo e pelo enfraquecimento das possibilidades do mundo rural, passa a reordenar as formas de viver, relegando ao esquecimento àqueles que não se integraram ao processo produtivo e não conseguiram adaptar-se bem as novas condições.

Em *A Margem*, Candeias representa, a partir de uma narrativa fragmentada e esteticamente inovadora para a época, um mundo urbano que, com sua força centralizadora, imprimiu exclusão e miséria a muitos de seus habitantes, relegados às margens da vida na cidade, silenciados por aqueles que não lhe querem ver e pelas novas formas de organização da sociedade.

É importante ressaltar que compreendemos “urbano” aqui como realidade possível, dentro de uma leitura sobre a cidade que surge do desenvolvimento industrial, imbuída em diversas modernidades.

A cidade que vemos representada no filme é a materialização da própria crítica ao ideário progressista e ao processo modernizador dos anos 1950, que se consolidou ainda mais nos anos seguintes. Assim podemos dividir, a título de análise, o filme em dois momentos diferentes, tendo como ponto de partida a cidade que nos é apresentada.

O primeiro momento é marcado, inicialmente, por planos que apresentam os personagens circulando por uma favela situada às margens do Tietê, e observando a chegada de uma mulher misteriosa. Ela, por sua vez, chega numa barca mística e fita-lhes silenciosamente, com um olhar sombrio e sob uma música enigmática de fundo. Os personagens mostram-se assustados e curiosos diante daquela visão não esperada.

Nos planos que se seguem podemos acompanhar especialmente os dramas afetivos e as buscas subjetivas de dois dos protagonistas: um homem elegantemente trajado, porém com um terno já desgastado pelo uso (figura que parece ter sido desviada para a vida na margem após dramas e decepções pessoais), e uma mulher negra, com um corpo constantemente erotizado pelos planos apresentados, filmados em câmera subjetiva e nos mostrando, sobretudo, o olhar sobre seu corpo do homem que ao seu lado transita pelas margens.

Eles seguem entre paradas, encontros e desencontros, e percebemos sua coloquialidade no viver, sua situação periférica a partir dos espaços apresentados pela trama e dos poucos diálogos enunciados pela personagem de Valéria Vidal, a mulher que para sobreviver, nessa beira rio, beira vida, exerce a função de prostituta, aplicando pequenos golpes nos caminhoneiros e trauseantes desavisados.

A cidade que os contorna é a da miséria realocada, em um movimento comum nos grandes centros urbanos, o de esquecer suas mazelas, de afastar do centro aquilo que não é visto como “bonito”, que subverte o aceitável, dentro de um padrão normativo construído de progresso e de desenvolvimento social.

Entre os habitantes daquela favela, estão pessoas de várias idades, incluindo idosos e crianças que, apesar das condições de penúria, não parecem infelizes. Nesse caso, usam a potência da pobreza para criar e sobreviver das mais diferentes maneiras, muitas vezes divertem-se explicitamente, como quando mulheres dançam um rock nas beiras do rio ou quando a personagem de Valéria Vidal observa, à distância, um casamento e com gargalhadas diz ser uma noiva de “araque” para o homem que ama.

Desse modo, os habitantes da margem criam formas de resistência à exclusão, e Candeias potencializa seus corpos a partir das filmagens e da montagem das sequências, dando dignidade e espaço para os excluídos da cidade. Sobre esse ponto e sobre a evidenciação do corpo como um ato político e contestador, Rodrigo Cazes Costa diz:

O corpo de quem vive numa periferia como a favela revelada no filme deve ser mantido escondido. É um corpo que envergonha. Candeias vai para a direção oposta. Ele não tem a menor vergonha de mostrar o corpo de seus personagens. (...) Ele deseja apenas valorizar aquele corpo pelo que ele pode ser, pelo seu potencial plástico e político. **9**

Nas cenas seguintes, as paisagens que observamos nas margens são marcadas pela ausência de grandes recursos visuais, pela simplicidade e amplitude dos espaços, pelas ruínas e lugares abandonados, constituídos como ponto de parada dos personagens, que após pequenos intervalos de passagem por um mesmo lugar, tornam a caminhar, seguindo um fluxo quase incessante pelos contornos do rio e também da vida. É essa cidade que subverte o urbano, apresentando sua outra face que *A margem* termina por representar, em sua primeira parte.

Após a morte perturbadora do personagem engravatado, apontando para uma possível redenção do personagem, e o fim da mulher que o amava, vestida de branco a vagar a espera de seu noivo morto, o filme passa a focar o universo de outros dois protagonistas, constituindo um novo momento em sua diegese. Agora, acompanhamos com mais vagar o jovem louco obcecado por uma flor que encontrara, e a mulher loura, que a princípio trabalhava na cidade como vendedora de café profissional (profissão que existia na época de realização do filme), e que depois se torna prostituta, dada à própria exploração sofrida em seu primeiro trabalho.

Nesse segundo momento, o filme abre espaço para uma visão mais direta da cidade, do espaço metropolitano, centro do poder marginalizador dos personagens. A própria mudança na forma de filmar, saindo da câmera subjetiva para mostrar longos planos gerais, panorâmicas, e usando bastante o *plongée*, potencializa outro olhar para as diferentes formas de viver que a metrópole suscita.

Agora vemos a cidade do alto com seus prédios e seu fluxo dilacerante: inúmeros rostos e corpos transitando rapidamente pelas ruas, no ritmo gerado pela vida urgente da metrópole. A câmera segue os personagens, enquanto a mulher adentra os edifícios para vender café e o louco, com sua aparente ingenuidade, ajuda um casal de habitantes da margem a esmolar pelas ruas de São Paulo, representadas pelo filme. Os personagens são obrigados a se deslocar para o centro que os marginaliza a fim de lutar por sua sobrevivência. A grande cidade serve apenas como cenário dos desencontros, da *deambulação* e da decepção dos personagens com a cidade, que os culpabiliza por sua liberdade e sua própria inadequação as formas de ser vigentes. **10**

Assim, eles retornam para as margens do Tietê, lugar de rearranjos, em que constituem formas singulares de resistência, rejeitando à cidade à medida que por ela também são rejeitados. Nesse sentido, as imagens do urbano representadas em *A Margem* estão imbuídas de uma profunda crítica ao sentido de progresso modernizador que oprime os sujeitos, marginalizando-os nos espaços distantes e transformando-os em fantasmas beirando pela metrópole.

### **Sobre o homem e a margem ou considerações finais**

Ao construir representações do mundo urbano, em diálogo com a sociedade que crescia e se industrializava na década de 1960, Candeias também fez um filme sobre a dignidade do homem e sobre as buscas afetivas e místicas dos sujeitos. Para isso, o filme atravessa tanto a violência das imagens dos marginalizados nas beiras da cidade, quanto faz uso do onírico e do abstrato para evidenciar o ser humano, com seus sonhos, seus dilemas e suas possibilidades de redenção, mesmo depois de uma vida dura e mergulhada na miséria.

Ao ser entrevistado por Carlos Fonseca em 1968, e questionado sobre a parcela de humanismo existente em *A Margem*, Candeias disse não se interessar pelo cinema só espetáculo e que via o ato de fazer filmes como algo muito sério. Ele sinalizou interessar-se bastante pelo homem e que, ao fazê-lo, era preciso ser crítico, dar atenção aos problemas do mesmo.<sup>11</sup> Nesse ponto, Candeias assumiu uma perspectiva fundamental de seu trabalho como diretor de *A Margem*, valorizando as intempéries que assolam o cotidiano do homem.

Imbuído de um discurso humanista profundo, *A Margem* dignifica o ser humano em suas dúvidas, incertezas, buscas e misérias. E o caminhar incessante de seus personagens estranhos, mas desejosos de vida e de amor, revela a abertura do filme para o debate de questões também mais universais, além da chave de leitura que localiza historicamente o filme numa crítica do processo modernizador dos grandes centros brasileiros nas décadas de 1950 e 1960, especialmente São Paulo (perspectiva também defendida por esse trabalho).

Esse olhar humanista é consolidado, sobretudo pela alegoria da barca, empregada no início e no final do filme, para levar e guiar os quatro personagens, após

mortes trágicas pelo rio Tietê. Aqui, a mulher misteriosa simboliza o fim como renascimento e possibilidade de redenção dos sofrimentos da margem da vida.

Essa dimensão também pode ser percebida de uma maneira mais concentrada quando tomamos a produção de Candeias como um todo orgânico e analisamos os diversos jeitos de viver dos personagens de seus filmes seguintes, posteriores *A Margem*, e os sentidos que eles evidenciam. Porém, é certo que já se encontra bastante delineada logo em seu primeiro longa-metragem, do qual esse trabalho faz referência.

Em *A Margem*, os vazios do homem também o fazem vagar, nessa busca que se recusa a aceitar os padrões impostos pela vida urbana, como tal se aplica no interior dos grandes centros, onde as exigências capitalistas ditam as regras. Esse vazio também é absurdo de viver, e é felicidade de ser marginal na vida. Viver e vagar, como o ser humano a procura de seu próprio centro. Ser humano e viver, no interior de si, o epicentro do vulcão, ainda que seu corpo percorra as beiras da vida, contorne as margens das metrópoles. Sobre os vazios do homem, poetizou João Cabral de Melo Neto:

Os vazios do homem não sentem ao nada  
do vazio qualquer: do do casaco vazio,  
do da saca vazia (que não ficam de pé  
quando vazios, ou o homem com vazios);  
os vazios do homem sentem a um cheio  
de uma coisa que inchasse já inchada;  
ou ao que deve sentir, quando cheia,  
uma saca: todavia, não qualquer saca.  
Os vazios do homem, esse vazio cheio,  
não sentem ao que uma saca de tijolos,  
uma saca de rebites; nem tem pulso  
que bate numa sementes, de ovos. **12**

Esses vazios alimentam o homem, na sua caminhada pelas beiras que são orlas da vida, do tempo. Durante o filme *A Margem*, algumas reflexões ressoam implicitamente: como ser humano, continuar humano, vivendo na margem? De certa forma, o filme responde que o homem, independente de sua maneira de viver situa-se no limite, retomando aqui como referência indireta o famoso filme de 1930 de Mário Peixoto de nome homônimo. O ser humano é a margem.



## Notas

- 1- ARAÚJO, Inácio. “O limbo das almas e a anomalia dos corpos”. In: ALBUQUERQUE, Heloísa; PUPPO, Eugênio. *Ozualdo Candeias: 80 anos*. São Paulo: Centro Cultural Banco do Brasil, 2002, p. 43-45.
- 2- ALMEIDA, Miguel de; GARCIA, Erivelto Busto (org.). *Coleção e entrevistas: processos*. São Paulo: Sesc São Paulo e Lazuli Editora, 2003, p. 105-113.
- 3- REIS, Moura. *Ozualdo Candeias: pedras e sonhos no cineboca*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, p. 14.
- 4- RAMOS, José Mário Ortiz. *Cinema, Estado e lutas culturais: anos 50, 60 e 70*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 67.
- 5- LEITE, Sidney. *Cinema Brasileiro: das origens à retomada*. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 106.
- 6- RAMOS, 1983, op. cit., p 67.
- 7- RAMOS, ano, op. cit., p 67.
- 8- RAMOS, ano, op. cit., p 68.
- 9- COSTA, Rodrigo Cazes. “‘A Margem’ ou a violência estética-política dos corpos no cinema de Ozualdo Candeias”. *Concinnitas*, Ano 13, vol. 1, no. 20, agosto de 2013, p. 140-155.
- 10- A ideia de deambulação é discutida com profundidade na dissertação de mestrado a seguir: UCHÔA, Fábio Raddi. *Cidade e deambulação nos filmes de Ozualdo Candeias*, USP, São Paulo, 2008.
- 11- FONSECA, Carlos. “Candeias na estrada do Cinema”. *Filme Cultura*. Rio de Janeiro, Ano II, no 10, jul. 1968, p. 20-27.
- 12- MELO NETO, João Cabral de. *A educação pela pedra e depois*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 31.

## **Aqueles que não pegaram em armas: População civil em Angola no período da guerra de independência (1961-1975)**

Núbia Aguilar Moreno

Graduanda. Universidade Federal Fluminense – UFF

Orientada pelo professor doutor Marcelo Bittencourt.

[nubia\\_am@ig.com.br](mailto:nubia_am@ig.com.br)

### Resumo

Teremos como foco nesse trabalho analisar a população civil que não participou diretamente do conflito armado pela independência de Angola (1961- 1975). Com efeito, o esporte mostra-se como uma janela importante para tal objetivo, pois o mesmo estará manifestando tanto o lazer de parte dessa população, quanto mecanismo de resistência à colonização portuguesa.

Palavras-chave: Independência de Angola - População civil - Esporte.

### Abstract:

We will focus in this work to analyze the civilian population that didn't participate directly of the armed conflict by the independence of Angola conflict (1961 - 1975). Indeed, the sport shown as an important window for this purpose, because it signify the leisure part population and the mechanism of resistance to Portuguese colonization.

Keywords: Independence of Angola - Civil population- Sport.

### **Apresentando os jogadores antes de entrar em campo**

A grande maioria dos trabalhos sobre História de Angola, que se dedicam ao período de luta de libertação, vem priorizando espaços de combate armado e articulações vinculadas ao mesmo. Como consequência, o olhar para outros campos de atuação não vinculados à luta direta, só recentemente vem ganhando mais espaço na historiografia. Diante dessa questão, tenho a intenção, nesse trabalho, de olhar para a população que reside em Angola no período da guerra de independência (1961-1975) e que não participou diretamente da luta armada, mas que sofreram em seu cotidiano as mudanças oriundas desse movimento. Para tanto, busco relacionar diferentes espaços e acontecimentos que influenciaram nesse contexto.

Quero ressaltar, também, a importância de colocarmos os africanos como agentes de suas ações, algo que estarei priorizando constantemente no decorrer dessas páginas.

Escreveu Hegel que a África não seria um “continente histórico”, pois não possuiria “nenhum movimento ou mudança para mostrar”. Nada, no continente, “se desenvolve, nele nada se forma – e, como hoje percebemos, os negros sempre foram assim”<sup>1</sup>. Ainda que a influência direta do filósofo alemão na elaboração da historiografia acerca da África tenha tido um impacto apenas relativo, a opinião que ele expressou era representativa da ortodoxia histórica do século XIX. Tal opinião, apesar de completamente desprovida de fundamento e expressa em uma lógica anacrônica, não deixa de ter adeptos até os dias de hoje.

J.D. Fage, por seu turno, afirma que a partir da segunda metade do século XX a visão colonial começa a cair em descrédito com a história africana colocada em uma nova ótica. Esta mudança de percepção não teria sido possível “sem o processo de libertação da África do jugo colonial” que expôs a “postura heroica”<sup>2</sup> dos africanos frente à ação colonizadora.

Pela tônica argumentativa percebe-se que essa historiografia acabou se constituindo para legitimar historicamente a África que resultava da descolonização, em alguma medida, heroicizando as lutas de independência que então se desenrolavam. Indiscutivelmente fazia, desse modo, contraponto à lógica colonial expressa por Hegel séculos antes. No que respeita às preocupações deste trabalho, gostaria de colocar a importância de abranger o olhar para uma análise menos dicotômica de heróis e vítimas. Vendo, por conseguinte, os africanos enquanto agentes dentro do processo histórico, que reagiam de acordo com suas necessidades diante das circunstâncias vivenciadas.

### **Dos primeiros passos ao caminhar da elite assimilada.**

O contato português com a região que viria a constituir o atual território de Angola remonta desde o período do tráfico de escravos<sup>3</sup>. No entanto, a presença portuguesa nesse território era bem restrita a pequenos núcleos, quase sempre litorâneos, fazendo com que parte da administração dessas zonas coloniais fossem sendo exercidas por africanos.

Com a participação efetiva no tráfico de escravos de um grupo de africanos e luso-africanos em Luanda, teremos a formação de uma elite que estará próxima,

também, da cultura europeia, um grupo que se forma ainda no século XVI e que terá grande participação nos movimentos ocorridos no século XX. Autores, como Mario Antônio<sup>4</sup>, se referem a esse período como o germinador dessa elite, que futuramente será chamada de “assimilados”. Para ele, Luanda poderia ser vista como uma ilha crioula, o centro de formação de Angola, palco de hibridismo entre portugueses e africanos, ressaltando a participação ativa desses para a instalação do colonialismo português<sup>5</sup>.

Tendo em vista que os integrantes dessa elite vivenciavam, de certa forma, um entrelaçamento da cultura local com a cultura portuguesa estabelecendo-se assim, como um grupo diferenciado, cabe ressaltar que se torna um tanto quanto redundante e simplista colocar todos os integrantes desse grupo em uma classe homogenia. Como é possível observar no trabalho de Jill Dias<sup>6</sup>, existiam diferenças devido as suas necessidades e interesses.

A condição desses indivíduos, que se consideravam como filhos da terra vai ser alterada com, o aumento do número de portugueses em Angola a partir de 1875, quando se tem uma maior preocupação, diante do contexto internacional, de efetivar a colonização no continente africano.

Cabe lembrar, dentro dessa questão, a importância de algumas correntes da Antropologia, enquanto peça fundamental para o discurso legitimador da presença europeia no continente africano. Baseados na ideia do evolucionismo, articulado por Spencer, foi desenvolvido um discurso onde todas as sociedades passariam por estágios até chegarem ao ultimo que seria a civilização<sup>7</sup>. Esse discurso serviu como pauta para se estabelecer a presença europeia em África e, diante disso, várias conferencias foram organizadas, sendo entre elas uma das mais importantes e conhecidas a Conferencia de Berlim, para estipular a divisão do continente entre alguns países europeus.

Portugal viu-se na necessidade de aumentar o povoamento em Angola. Essa migração, enquadrada em especificidades do discurso civilizador, fazia com que não fosse qualquer português que pudesse povoar as colônias em África, mas aqueles que se enquadrava a certos requisitos. *“A carta, requisito obrigatório para embarcar é difícil de conseguir. Só lhe deita mão quem tem, na colônia, parente ou amigo que lhe lance o convite”*<sup>8</sup>, essa postura do governo tinha apoio na ideia do “bom português” que estava na missão de levar a civilização para a colônia. A visão tida do africano nesse momento era como o inferior, ele estava muito distante de ser integrante das terras do ultramar.

Essa migração em maior número de portugueses para o território angolano intensificou os conflitos por espaços entre a elite filha da terra. O privilégio dado aos portugueses, nascidos na metrópole, pelas autoridades coloniais em detrimento dos africanos fazia existir constantes atritos e ao mesmo tempo busca por uma maior demonstração de civilidade por parte dos africanos. A demonstração de uma maior proximidade a cultura portuguesa poderia fornecer maior oportunidades em comparação àqueles que estavam mais próximos às culturas locais.

Para garantir e normatizar a diferença entre colonizadores e colonizados, Portugal estabelecerá o Estatuto do Indígena em 1926 que seria alterado em 1929 e revisado em 1954<sup>9</sup>. Diante desse estatuto, passa a existir uma forma legal de frisar a diferença entre aqueles que eram “aculturados”, que passaram a ser chamados de assimilados, e aqueles que estavam mais próximos às suas respectivas culturas, que continuariam sendo chamados de indígenas. Ser assimilado significava ter maior permeabilidade dentro do regime colonial. Fazia com que o possuidor dessa categoria pudesse ter determinados acessos que os considerados indígenas não possuíam. No entanto, para conseguir adquirir esse estatuto era necessário corresponder a determinadas exigências impostas pelo regime, que buscava dificultar ao máximo aumentar o número de pessoas pertencentes a essa “classe”.

### **O luso tropicalismo: mãe da nação portuguesa e pai de Salazar.**

As ideias do luso tropicalismo não são absorvidas de imediato pelo discurso colonial português. Sua repercussão nos anos 1930 e 1940 não possui nenhuma aceitação oficial pelo governo. As ideias de Freyre são conhecidas em Portugal, mas podemos dizer que com outro tom. Nesse momento, a política de contato com as colônias africanas ainda é arraigada de estereótipos do pensamento evolucionista. A lógica da colonização estava longe da ideia da produção de uma mestiçagem, defendia o compromisso de Portugal “impor às ‘raças inferiores’ os valores da civilização ocidental e do cristianismo, mas desse contato civilizador teria que sair sem mácula. O processo era impositivo e unilateral.”<sup>10</sup> O único ponto irrefutável na obra de Freyre nesse momento é a questão da especificidade portuguesa para efetuar a colonização.

Cabe ressaltar, de acordo com Gerald Bender<sup>11</sup>, que o luso tropicalismo vai muito além de um plano político, mas passa pelo imaginário português, sendo que Portugal, por um tempo, fora visto, frente aos demais países europeus, como um país

material e espiritualmente doente<sup>12</sup>, a ideologia luso tropical serviu como um mito romântico para grande parte da população que acreditou convictamente nessas ideias. Ia muito além do campo prático, participava também do imaginário de um povo.

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) o discurso evolucionista foi perdendo força e a bipolaridade mundial ajudou na culminação de lutas de independência no continente. Com a independência da República Democrática do Congo, país que faz fronteira com Angola, a força da luta pela separação em relação a Portugal foi ficando ainda mais intensa.

Para tentar justificar sua presença em África, mormente frente a Organização das Nações Unidas, o regime salazarista português apoiou-se nas ideias do luso tropicalismo, articuladas por Gilberto Freyre.

Freyre, a partir do livro “Casa Grande e Senzala”, começou a explorar a ideia de Portugal ter uma maneira única de realizar sua colonização. Partia do pressuposto de que a colonização portuguesa gerava uma mestiçagem e isso era uma característica peculiar do modo português, que tornava o diferente da colonização britânica, francesa, entre outras. A comparação efetuada por Freyre em relação ao Brasil para muitos autores é considerada atemporal, afinal o contexto de cada colonização tem suas próprias características.

Freyre, na obra "O mundo que o português criou" frisa a aplicação da maneira ímpar de Portugal colonizar em África. O discurso luso-tropical é adotado e divulgado pelo governo português ao ponto de em 1961 transformar os seus territórios no continente africano, antes considerados colônias, em Províncias Ultramarinas. Tal estratégia pretendia defender que Portugal não possuía colônias no continente africano, mas sim extensões territoriais de sua parcela considerável na Europa.

A difusão dessas ideias do luso tropicalismo para alcançar as revistas e os jornais em Angola, abrangendo até os periódicos do campo esportivo. As primeiras publicações esportivas nas colônias portuguesas surgem a partir de 1922 nos principais centros urbanos de Angola e Moçambique. Segundo Francisco Pinheiro<sup>14</sup>, o primeiro periódico desportivo criado no espaço colonial português foi o semanário “O Sporting”, publicado em Angola em junho de 1922, seus editores explicitam aos leitores que esse jornal foi criado em “Defesa do desporto e de tudo o que com ele se relacione”<sup>15</sup>. O desporto com o passar do tempo, começa a se popularizar na colônia. As práticas desportivas começam a fazer parte da vida da população, mormente urbana<sup>16</sup>.

Criado em 1930 o jornal *Angola Desportiva* falava aos seus leitores com uma linguagem paternalista. Seu discurso, já na década de 50, apresenta grande peso do luso tropicalismo, mas não deixava de realizar denúncias ao regime colonial:

“Jogamos menos. Mas como havíamos de jogar mais?”

Vejamos a metrópole: abundancia de matéria prima, abundancia de técnicos, abundancia de dinheiro, amparo oficial, incentivo oficial, por meio de subsídios, de estados, de provas subsidiadas e amparadas pelo Estado. E nós? Não é difícil a resposta: a boa vontade de meia dúzia de corolas, a dedicação de meia dúzia de sacrificados, a falta de dinheiro, o amadorismo puro em que se vive – Pouco mais – quase nada mais.<sup>17</sup>

Tendo em vista que o esporte é um veículo de permeabilidade cultural, como trabalha Nuno Domingos em sua análise sobre Moçambique<sup>18</sup>, abrangendo tanto dos que leem quanto os analfabetos, este será utilizado como subsídio do discurso luso tropicalista que é proliferado em Angola. É assim que ganha novo significado o chamado “dia da raça”, proclamado em 09/06/1956, em Angola, para celebrar uma raça única portuguesa que engloba todos os territórios portugueses. O jornal ecoa ao povo:

“O desporto e o dia da raça”

Por decisão de Sua Ex<sup>a</sup> o Governador Geral de Angola, vai este ano o Desporto ter acção preponderante nas comemorações a realizar amanhã, “Dia da Raça”. Celebrando-se neste dia as virtudes da raça portuguesa, julgamos perfeitamente bem enquadrar o Desporto nas suas comemorações, porquanto, e através da sua prática metódica e disciplinada, que melhor se podem aperfeiçoar, e desenvolver, as virtudes físicas e morais dos povos.<sup>19</sup>

É perceptível, portanto, a penetração desse discurso luso-tropicalista muito além dos espaços políticos e do terreno da teoria sociológica, ele penetra no lazer das pessoas, no ciclo da vida cotidiana, no esporte. No entanto, como já dito, esse discurso não anula e muito menos faz de deixar existir as tensões raciais na colônia.

### **Jogando em outros campos: Aqueles que não participaram da guerra**

*“Encontrou uma colônia quase catorze vezes maior do que a metrópole. É certo que nem desenvolvimento nem gente, mas quem diria, dezoito distritos e todos bem mais extensos do que o seu Algarve!”*<sup>20</sup>

Esse trecho, tirado do livro “Angola, terra prometida. A vida que os portugueses deixaram”, nos traz um tema de suma importância diante da proposta de análise aqui

## **DA TAPEÇARIA DE BAYEUX AS CRÔNICAS ANGLO-SAXÔNICAS: AS FONTES E SEUS LIMITES SOBRE A BATALHA DE HASTINGS (1066)**

Paulo Christian Martins Marques da Cruz\*

### **Resumo:**

A Batalha de Hastings, ocorrida em 14 de Outubro de 1066, é uma das mais bem documentadas e polêmicas batalhas do medievo, sendo identificada pela historiografia como um marco na supremacia da cavalaria sobre a infantaria. Com base em um levantamento sobre as principais fontes da citada batalha, este trabalho se dispõe a problematizar e identificar os lugares sociais régios e eclesiais, onde tais discursos de poder se organizam, emanam e possuem sua intencionalidade. Propomos igualmente analisar seus posicionamentos e limites diante dos conceitos de paz e violência nesta sociedade, identificando ecos na documentação.

Palavras-Chave: Batalha de Hastings; Documento; Conquista Normanda da Inglaterra.

### **Abstract**

The Battle of Hastings took place on 14 October 1066, is one of the most well documented and controversial battles of the Middle Ages, being identified by historiography as a landmark in the supremacy of cavalry over infantry. Based on a survey of the main sources of the aforementioned battle, this work sets out to discuss and identify the royal and ecclesial social places where such discourses of power are organized, and emanate your possess intentionality. We also propose to analyze their positions and limits on the concepts of peace and violence in society, identifying echoes in the documentation.

Keywords: Battle of Hastings; Document; Norman Conquest of England.

### **Introdução**

O objetivo primeiro deste trabalho é propor um levantamento crítico a cerca das fontes referentes a Batalha de Hastings, clímax do processo conhecido por “Conquista Normanda da Inglaterra” – entendido assim pela historiografia. Este esforço se insere em uma proposta de mestrado em História, onde nosso objetivo concentra-se na análise dos aspectos militares anglo-saxônicos e normandos nesta mesma batalha. Interessa-nos igualmente observar os locais sociais de poder, de onde se organizam tais discursos, atentando para seus usos pelo poder régio de Guilherme I (1066-1087), como a Tapeçaria de Bayeux, assim como fontes mais desprovidas de influências externas, como as Crônicas Anglo-Saxônicas.

De acordo com suas respectivas origens, podemos metodologicamente dividir, para melhor compreensão, as fontes para esta pesquisa em três categorias: fontes normandas,

---

\* Graduado em História pela Universidade de Taubaté. Membro do Grupo de Pesquisa em História Antiga e Medieval – GEHAM/UNITAU. Paulo.mmc1@gmail.com



fontes anglo-saxônicas e fontes anglo-normandas. Primeiramente, de grande valor, encontra-se o trabalho de William de Poitiers (c. 1020-1070), capelão de Guilherme o Conquistador, que com sua crônica *Gesta Willelmi Ducis Normannorum et Regis Anglorum*, trás ricos detalhes sobre a batalha graças a uma anterior formação militar. Citamos também William de Jumièges, que sendo igualmente contemporâneo da Conquista, escreve a mando de Guilherme I a parte final da obra *Gesta Normannorum Ducum* a respeito da Conquista, com veemente viés pró-normando. Nesta obra, Jumièges esforçou-se para dar continuidade a uma obra já existente: *De moribus et actis primorum Normannorum ducum* de Dudon de São Quentin, possivelmente escrita entre 996 e 1015.

Em comparação com as fontes normandas, temos poucas fontes consideradas anglo-saxônicas, ou seja, escritas em inglês antigo e livres de influências externas. Destacamos as Crônicas Anglo-Saxônicas, um conjunto de anais compilados no século IX, provavelmente a mando de Alfredo, o Grande, sendo sucessivamente divulgada em mosteiros pela Inglaterra e, então, independentemente atualizados. Atualmente, chegaram a nós nove manuscritos, sendo as respectivas crônicas nomeadas – da mais antiga para a mais nove – “A”; “B”; “C”; “D”; “E”; “F”; “G”; “H” e “I”. Tendo especial valor para nós as crônicas “C”, ou Crônica de Abingdon II, “D”, ou Crônica de Worcester e a Crônica “E”, ou Crônica de Peterborough. Florence de Worcester nos provê pelo viés anglo-saxônico algumas linhas de sua *Chronicon ex Chronicis* dedicadas aos eventos da Conquista, e provavelmente utilizando-se de material advindo das Crônicas Saxônicas. Um documento anterior a Conquista, mas que nos é de grande valor é o Poema da Batalha de Maldon. O poema celebra a Batalha de Maldon, em 991, entre um exército anglo-saxão liderado por *Byrhtnoth*, que postulava a defesa do reino frente uma invasão viking liderada possivelmente por Olaf Tryggvason. O heróico é um tema recorrente no poema, onde é admissível inferir seu objetivo de apontar as mazelas do reinado de Ethelred (979-1016). Essa fonte em um primeiro momento nos é cara por descrever com detalhes as formações, armamentos e atitudes de um exército anglo-saxônico<sup>1</sup>.

Finalmente, a Conquista fomentou a criação de uma série de relatos anglo-normandos, como William de Malmsbury, filho de mãe saxã e pai normando, líder da abadia de mesmo nome. William em sua crônica *Gesta Regum Anglorum*, completa por volta de 1125, compara costumes saxônicos e normandos de maneira normanocêntrica e fornece alguns detalhes importantes sobre a batalha. Orderico Vital um monge saxão de nascimento, mas escrevendo

---

<sup>1</sup> BROWN, Allen R.. *The Norman Conquest of England: Sources and Documents*. Woodbridge: Boydell, 1995, p.93.

a partir da Normandia - apesar de basear-se principalmente nas obras de Poitiers e Jumièges – escreve sua *Historia Ecclesiastica*, fornecendo vasto relato do mundo anglo-normando, utilizando-se de fontes orais, fruto de suas conexões com a influente Abadia de Saint Evroul e de muitas viagens<sup>2</sup>. Com notável apelo lendário, a Crônica da Abadia de Batalha de autor não conhecido justifica a construção desta abadia por Guilherme como uma promessa em caso de vitória em Hastings, o que por conseqüência nos trás mais um relato sobre a Batalha.

Como fonte artística e linha anglo-normanda, nos utilizaremos da Tapeçaria de Bayeux, confeccionada por volta de 1070 e muito geralmente atribuída ao pedido de Odo de Bayeux<sup>3</sup>, meio irmão de Guilherme. A Tapeçaria, que possui 70 metros de comprimento por 50 centímetros de altura, descreve os eventos da Conquista, dando grande ênfase a Batalha de Hastings do ponto de vista normando. Rico em detalhes, a Tapeçaria foi e é fruto de incessantes trabalhos e polêmicas<sup>4</sup>.

A Batalha de Hastings é uma das mais bem documentadas batalhas do medievo<sup>5</sup> tendo sido alvo de incessantes pesquisas e debates sobre o viés de “propaganda” de suas fontes e sobre os detalhados aspectos militares que as mesmas carregam. A fim de trazer a luz da crítica documental, historiadores como David Douglas<sup>6</sup> testarem os limites da aplicabilidade destas fontes, sendo cautelosos frente a afirmações consagradas pela historiografia. Na citada obra, o autor esclarece a necessidade de nos afastarmos ou no mínimo, tecer a problemática necessária no emprego de fontes específicas, comumente utilizadas para se referir a Batalha de Hastings e ao seu contexto gerador, como a canção denominada *Carmen de Hastiae Proelio* ou Canção da Batalha de Hastings. A canção, que é atribuída a Guy, bispo de Amiens e escrita em 1067, teria na verdade, sido escrita segundo George White<sup>7</sup> e Allen Brown<sup>8</sup> no século XII ou mesmo depois, caracterizando-se com um exercício de literatura e de pouco

---

<sup>2</sup> Ibid, p.99.

<sup>3</sup> Ibid, p.172.

<sup>4</sup> Muitas das discussões atuais e relativas ao nosso trabalho podem ser exploradas em BRIDGEFORD, Andrew. *1066: the hidden history in the Bayeux Tapestry*. New York: Walker & Company, 2004.

<sup>5</sup> Existe uma vasta coleção de obras dedicadas a Batalha de Hastings – cuja listagem acreditamos ser de fácil acesso e não cabendo aqui -, tendo sido alvo de pesquisas em seus aspectos militares, e mais recentemente as absorções culturais no contexto anglo-normando – em especial lingüísticas - e nas produções culturais dos séculos XIX e XX. Dominique Bathélemy, ao tratar da cavalaria em “torno dos duques da Normandia”, localiza a Batalha de Hastings como central no uso da cavalaria como instrumento da guerra por excelência após o embate. BARTHÉLEMY, Dominique. *A Cavalaria: da Germânia Antiga à França do século XII*. Trad. Néri de Barros Almeida. Campinas-SP: Unicamp, 2010, p.232-249.

<sup>6</sup> DOUGLAS, David C.. *William the Conqueror: the norman impact upon England*. London: Eyre Methuen, 1977, p.194-204.

<sup>7</sup> DOUGLAS, David C.. Op. Cit. apud WHITE, G. H.. *The Battle of Hastings and the Death of Harold*. In: *Complete Peerage*. v.XII. part I, apêndice “L”. London: s/e, 1953.

<sup>8</sup> BROWN, Allen R.. *The Norman Conquest of England: Sources and Documents*. Woodbridge: Boydell, 1995, p.1.

valor histórico para enfrentar alguns problemas metodológicos necessários, mas responsável – enquanto foi livremente utilizado como fonte sem crítica – de escurecer algumas questões ainda mais:

Though at time generally regarded as probably written by Guy, bishop of Armiers, before 1068, and thus both very early and of automatic importance, this work has recently and convincingly been dismissed as a mere literary exercise of much later date and no historical value. In such case its conclusion seemed more likely to confuse than enlighten<sup>9</sup>.

Propomos aqui descrever com algumas nuances a Batalha de Hastings, em especial o relato cristalizado pela historiografia, com seus mitos e naturais exageros perpetrados pelos cronistas e o lugar da paz e da violência nessa sociedade e em seus escritos.

Muitas vezes a relação entre paz e violência – mesmo que ideologicamente justa – é um tema comum nas fontes contemporâneas a Conquista ou mesma nas sociedades em questão, quando mesmo divididas por uma tênue linha. Orderico Vital, por um exemplo, não se tece contra a violência - mesmo entre cristãos -, caso esta seja empregada para obter uma sociedade mais ordeira, dizendo encontrar eco em provérbios populares de sentido similar a “o errado deve ser feito para por fim a outra coisa errada”. Contraoendo-se a violência, William de Poitiers<sup>11</sup>, sugere uma firmeza normativa de Guilherme I contra os excessos da pilhagem, aproximando-o então de Cipião ou outros pródigos romanos, termo pejorativo para Orderico. No campo da paz, é importante elucidarmos de que a Trégua de Deus encontrou terreno problemático na Normandia. Sua primeira tentativa de introdução teria ocorrido no ano de 1041, sem sucesso foi seguida de uma tentativa posterior, já em Outubro de 1047, sendo levada a cabo em algumas regiões do ducado e em pequenas zonas de influência. A eficiência da aplicação da Trégua dependia diretamente da eficiência das instituições responsáveis por levá-las a cabo. No caso citado, a Igreja. A instituição não possuiu a eficiência necessária para impedir a continuidade da violência no ducado, seja em pequenos conflitos ou em grandes batalhas, como a de Val-ès-Danes, que pôs fim ao poderio de parte da nobreza diante de Guilherme<sup>12</sup>, o que colaborou sobre medida para a formação de uma aristocracia ávida pelo embate.

---

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> Através do tempo foi geralmente considerado como provavelmente escrito por Guy, bispo de Amiens, antes de 1068, e assim desde cedo de grande importância. Recentemente este trabalho foi convincentemente desmentido como um mero exercício de literatura de uma data muito mais a frente (tradução nossa).

<sup>11</sup> POITIERS, William. *Historie de Guillaume le Conquérant*. Trad. Raymond Foreville. Paris: Les Belles Lettres, 1952, p.232 apud DOMINIQUE, Barthélemy. Op. Cit...

<sup>12</sup> DOUGLAS, Davis C.. Op. Cit., p.52-53.

Diante dos movimentos de atenuação da violência entre cavaleiros e senhores, englobada no interior da Reforma Gregoriana no século XI, este movimento tratou de incorporar reflexões em relação à cavalaria e a violência de maneira legitimadora ou mesmo evangelizadora. Se Deus para os medievais é ele próprio o defensor dos fracos, dá viúva e do órfão, devem os cavaleiros<sup>13</sup> e os senhores da guerra assim igualmente serem. O cenário então, mesmo diante dos esforços de normatizar a violência ou mesmo “civilizá-la”, encontra na Normandia, tanto quanto na Gália, restrições culturais bastante severas, onde a violência perpetrada pela guerra é tida como cotidiana, ou o “estado natural das coisas” para Maurice Keen, eco latente do germanismo frente a uma tentativa de moralização da Igreja, a Sociedade Feudal de Bloch<sup>14</sup> ou mesmo toda a Civilização Feudal de Baschet<sup>15</sup>, são o hibridismo a se considerar. Como trataremos a diante, exemplo norteador da descrita realidade, é o envio do estandarte papal para Guilherme, demonstrando o apoio do poder eclesial à Conquista.

É complexo considerar a batalha de maneira isolada, sem conectá-la a um denso cenário de crise marcado pela morte do rei Eduardo, o Confessor em Janeiro de 1066. Este rei, que juntamente a outros nobres havia se exilado na Normandia por conta da ocupação da Inglaterra Anglo-Saxônica por Canuto, o Grande. De acordo com Janet Nelson<sup>16</sup>, Eduardo, o Confessor teria escolhido Guilherme, Duque da Normandia como seu sucessor no ano de 1051, um homem descrito por William de Poitiers como:

A renowned knight of great enterprise in the field [...] Endowed with quick wits and a ready tongue as well as courage; but everything was marred by his excessive pride and cruelty and he hid the talents with which Heaven had endowed him under a sombre mass of evil deeds. He engaged in many wars against his neighbours.<sup>1718</sup>

Devemos no ater brevemente e problematizar os sistemas sucessórios anglo-saxônicos e normandos. A obra de Guilherme de Jumièges nos provê uma série de biografias de duques desde Rollo<sup>19</sup>, descrevendo o procedimento sucessório diante da eminência da morte do

---

<sup>13</sup> Em nosso trabalho de conclusão de curso “*Entre a Cruz e a Espada: as relações de rivalidade entre a Ordem dos Cavaleiros Templários e a Ordem dos Cavaleiros Hospitalários*” propomos em nosso primeiro capítulo discutir a Reforma Gregoriana e seu impacto evangelizador sobre a cavalaria cristã.

<sup>14</sup> BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*, Trad. Emanuel Lourenço Godinho. Lisboa: Edições 70, 1982.

<sup>15</sup> BASCHET, Jérôme. *A Civilização Feudal: Do ano mil à colonização da América*. Trad. Marcelo Rede. São Paulo: Globo, 2006

<sup>16</sup> NELSON, Janet L. *Anglo-Saxon England*. In: *Illustrated History of Medieval England*. SAUL, Nigel (org). *The Oxford Illustrated History of Medieval England*. New York: Oxford University Press, 1997, p.57-58.

<sup>17</sup> KAEUPER, Richard W. *Chivalry and Violence in Medieval Europe*. New York: Oxford University Press, 1999, p.15.

<sup>18</sup> Um renomado cavaleiro de grande presença no campo [...] de rápido juízo e língua sempre pronta assim como sua coragem; mas tudo amarrado ao seu orgulho excessivo e crueldade, possuindo os talentos que os céus lhe dotaram escondidos sob a sombra de coisas malévolas. Ele engajou-se em muitas guerras com seus vizinhos (tradução nossa).

<sup>19</sup> Considerado o primeiro Duque da Normandia, recebendo as terras de Carlos, o Simples, após sucessivas vitórias sobre este e a celebração do Tratado Saint-Clair-Sur-Epte em 911.

duque. Segundo o autor, a alta nobreza era posta no leito de morte juntamente com os filhos do duque, onde o duque indicaria qual filho ele desejaria o que o sucedesse, onde geralmente o mais novo era escolhido<sup>20</sup>. No caso da Inglaterra anglo-saxônica, no período citado analisamos a presença do Witan<sup>21</sup> ou *Witanagemot*, o conselho dos homens sábios. Do Witan participavam altos nobres do reino, além de thengs e membros do clero, onde elaboravam as leis da terra e deveriam decidir pela sucessão do reino, em especial no caso citado<sup>22</sup>. Em suma a problemática básica que deve ser inferida ao tratar da contextualização da Batalha de Hastings é: os direitos exigidos por Guilherme fazem sentido nos termos da tradição anglo-saxônica? Acreditamos que George Garnett<sup>23</sup> possui um ponto de vista norteador:

It did not make any sense, even allowing for the turmoil in early eleventh-century England. There is very little evidence for anything akin to designation in Anglo-Saxon England, and none of the king being able to bequeath the kingdom, like a chattel or piece of land, to someone who was not of the royal line<sup>24</sup>.

Guilherme era primo de Eduardo, tendo, pois, esta ligação por meio de Emma da Normandia, tia-avó de Guilherme. O primeiro problema documental apresentado nesta afirmação encontra-se no fato de que a designação de Guilherme como herdeiro do trono não encontra menção na documentação anglo-saxã<sup>25</sup>. Harold, filho do *Earl* de Wessex, Godwin, e o mais forte na linha sucessória eletiva da Inglaterra Anglo-Saxônica havia segundo William de Poitiers<sup>26</sup> e William de Jumièges<sup>27</sup>, se dirigido a Normandia para reafirmar a promessa de Eduardo, e a anterior visita de Roberto de Jumièges, arcebispo de Canterbury, logo após a designação de Eduardo. O fato é que com a morte do rei e sem a existência de herdeiros diretos, o sucessor deveria ser escolhido.

---

<sup>20</sup> GARNETT, George. *Conquered England – 1066 – 1215*. In: SAUL, Nigel (org). *The Oxford Illustrated History of Medieval England*. New York: Oxford University Press, 1997.

<sup>21</sup> Com a Conquista Normanda em 1066, Guilherme logo esforçou-se para substituir o Witan pela Curia Regis, entretanto, mantendo parte de sua estrutura original e muitas das leis da terra.

<sup>22</sup> MAUROIS, André. *História da Inglaterra*. Trad. Carlos Domingues. Rio de Janeiro: Pongeti, 1959, p.54.

<sup>23</sup> GARNETT, George. Op. Cit., p.64-65.

<sup>24</sup> Isso não faz qualquer sentido, mesmo tendo em conta as turbulências da Inglaterra do século XI. Há muita pouca evidência para esse tipo de designação na Inglaterra Anglo-Saxônica, e nada no rei pode permiti-lo de transmitir o reino, como um bem imóvel ou um pedaço de terra para alguém que não é da linha real (tradução nossa).

<sup>25</sup> As Crônicas Saxônicas são silenciosas tanto para promessa de Eduardo como quanto para a citada viagem de Harold a Normandia. Sobre o ano de 1051, Florence de Worcester refere-se que “Guilherme, *Earl* da Normandia, veio até a Inglaterra com uma vasta gama de normandos. O rei Eduardo com muitas honras o divertiu assim como seus companheiros, recebendo muitos presentes. No mesmo ano, William, o capelão do rei foi apontado como bispo de Londres, posição anterior que havia sido dada a Spearheafoc. FLORENCE, Worcester de. *Chronicon ex Chronices*. Trad. J. H. R. Weaver. Dublin: Trinity College, 1908.

<sup>26</sup> POITIERS, William of. *Gesta Willelmi Ducis Normannorum et Regis Anglorum*. Trad. David Charles Douglas. In: *English Historical Documents*. 2º Ed. London: Routledge, 1981, p.231.

<sup>27</sup> JUMIÈGES, William of. *Gesta Normannorum Ducum*. Trad. David Charles Douglas. In: *English Historical Documents*. 2º Ed. London: Routledge, 1981, p.228.

Boa parte dos autores pretende apontar a ida de Harold à Normandia igualmente como uma fabricação dos cronistas normandos, com o objetivo de legitimar a Conquista e os feitos do rei Guilherme, como George Garnett, que identifica a obra de William de Poitiers como a mais próxima dos eventos ocorridos, e logo, dado a sua proximidade com o poder régio, caracteriza-se como uma fonte legitimadora da Conquista, ou seja, veementemente pró-normanda. Outro exemplo - este mais empírico - é a Tapeçaria de Bayeux, que representa em detalhes o juramento de Harold a Guilherme diante de relíquias de santos, fato que, como citado, não possui referências anglo-saxônicas. Fato que David Douglas<sup>28</sup> relata:

Earl Harold was brought to swear his famous oath of fealty to the Norman Duke, with particular reference to the impending question of the English succession. William of Jumièges states baldly that the earl 'swore fealty regarding the kingdom with many oaths', whilst the Bayeux Tapestry indicates the solemn character of the transaction, and emphasizes the relics on which the oath was taken. [...] He engaged himself to do everything in his power to secure the duke's succession in England after the Confessor's death<sup>29</sup>.

Sobre a estadia de Harold na Normandia, este teria sido tratado com respeito e consideração por Guilherme, participando de campanhas na Bretanha e sido adubado<sup>30</sup> como cavaleiro aos moldes feudais do continente. Entretanto, como já citado, o juramento de Harold a Guilherme é um argumento que encontra uma limitação cultural, uma vez que o Ducado da Normandia caracterizou-se como uma das regiões mais feudalizadas a Oeste do Reno, não compactuando com o sistema sucessório anglo-saxônico. Assim, notadamente a sucessão no Ducado da Normandia era garantida pela escolha do filho mais novo, onde os condes e viscondes deveriam respeitar a decisão do duque, sendo eles, os priores do falecimento do duque<sup>31</sup>.

Como vimos Guilherme então, buscou nortear-se pela criação de um conjunto de argumentos de legitimação durante a crise e em especial após a Conquista<sup>32</sup>. Menos bem

---

<sup>28</sup> DOUGLAS, David. Op. Cit., p.177.

<sup>29</sup> O *Earl* Harold foi trazido para fazer seu famoso juramento de fidelidade ao Duque Normando, com especial referência a sucessão inglesa. William de Jumièges afirma sem rodeios que “prometeu fidelidade sobre o reino com muitos juramentos”, enquanto a Tapeçaria de Bayeux mostra solenemente o caráter da transação, e enfatiza as relíquias sob as quais o juramento foi tomado. [...] Ele engajou-se para fazer tudo em seu poder para assegurar a sucessão do Duque na Inglaterra após a morte do Confessor (tradução nossa).

<sup>30</sup> De acordo com Dominique Barthélemy, o adubamento representaria um conjunto de práticas feudais de formação de um cavaleiro, o que incluiria votos e homenagens, o recebimento das insígnias, os torneios e outras práticas, o que notadamente é observado na região por volta de 1060. Ver BARTHÉLEMY, Dominique, *A Cavalaria: da Germânia Antiga à França do século XII*. Campinas-SP: Unicamp, 2010, p.207-218.

<sup>31</sup> O que segundo Jean Yver não impediu Guilherme, então filho bastardo de Roberto, o Magnífico () de chegar ao poder, em muito impondo-se sobre um nascente aristocracia laica. Consultar YVER, Jean. *Premières Institutions du Duché de Normandie. Settimanedi Studio Del Centro Italiano di Studi Sull'AltoMedioevo: I Normanni e la Loro Espansione in Europa Nell'AltoMedioevo*. Spoleto: Pressola Sede del Centro. Vol. XVI, p.330-331, 1969.

<sup>32</sup> Como citado no início deste trabalho, há um maior aporte em relação aos cronistas anglo-normandos e sua produção pós-Conquista.

elaborado, Harald Hardrada, rei da Noruega e veterano guerreiro da Guarda Varangiana dos imperadores bizantinos<sup>33</sup> igualmente clamava pelo trono, entretanto embaçado apenas em uma promessa feita igualmente por Eduardo, o Confessor. O fato é que em um curto espaço de tempo o Witan<sup>34</sup> escolheu Harold Godwinsson, filho de Godwin de Wessex como rei da Inglaterra<sup>35</sup>. A decisão logo chegou ao demais pretendentes que prepararam suas respectivas invasões.

## A Batalha de Hastings

Enquanto Guilherme providenciava a construção de uma frota capaz de transportar seu exército, Harald Hardrada havia desembarcado próximo a York, onde em Fulford enfrentou os exércitos de Edwin e Morcar vindos da Mércia e do Norte. Harald saiu-se vencedor sem muitos esforços, ocupando York e, gerando um problema para Harold Godwinsson: o rei deveria marchar ao Norte para proteger a região e expulsar os invasores, porém, tal movimento deixaria a região Sul desprotegida, uma vez que a única coisa que impedia a investida de Guilherme da Normandia era uma eventual mudança nos ventos<sup>36</sup>. Em 25 de Setembro, Harold Godwinsson foi o vencedor na Batalha de Stamford Bridge, cujo saldo final foram severas perdas para ambos os lados e a morte do rei da Noruega, Harald Hardrada.

Apesar de boa parte dos cronistas localizar a Batalha de Hastings como ocorrida em 14 de Outubro de 1066, a cronologia dos fatos e seus respectivos dias a partir de 25 Setembro é bastante problemática. De acordo com a Crônica Saxônica de tomo “D”: “Then Count William came from Normandy to Pevensey on Michaelmas Eve, and as soon as they were able to move on they build a castle at Hastings.” Já a Crônica em sua versão “E” relata: “O Conde Guilherme desembarcou em Hastings no dia de São Miguel”<sup>37</sup>. Respectivamente, as Crônicas se referem aos dias 27 e 28 de Setembro de 1066 para o desembarque de Guilherme da Normandia em Pevensey, Já Orderico Vitalis situa a data em 29 de Setembro<sup>38</sup>. Acredita-se que Harold ainda estivesse em York<sup>39</sup> ou a caminho de Londres quando teve a notícia do desembarque de Guilherme e, sendo assim, se sua presença é notada em 6 de Outubro na

<sup>33</sup> JESTICE, Phyllis G. Op. Cit., p.46.

<sup>34</sup> GARNETT, George. *Conquered England: Kingship, Succession and Tenure, 1066-1166*. New York: Oxford University Press, 1999, p.3.

<sup>35</sup> William de Malmsbury refere-se à subida de Harold ao trono como um ato de violência e de intimidação aos anglo-saxônicos. Ver MALMSBURY, William de. *Gesta Rerum Anglorum*. London: George Bell and Sons, 1904, p.255-256.

<sup>36</sup> DOUGLAS, David C.. Op Cit., p.193.

<sup>37</sup> “Count William landed at Hastings on Michaelmas Day.”

<sup>38</sup> VITALIS, Orderico. *Historia Ecclesiastica*. Trad. Thomas Forester. London: Henry G Bohns. 1853, p.481.

<sup>39</sup> HUNTINGTON, Henry of. *Historia Anglorum*. Trad. Thomas Forester. Standord: Stanford University Libraries, 1856. p.207-208.

cidade, Harold e seus homens teriam percorrido trezentos e cinco quilômetros em cinco dias, trajeto apenas possível nessas condições à cavalo, deixando então boa parte de seus homens pelo caminho, sendo acompanhado apenas pela alta nobreza e seus *housecarls*, guerreiros de elite<sup>40</sup>.

Enquanto Guilherme pilhava a região de Hastings – possessões de Harold -, o rei passava um total de seis dias na cidade de Londres, recolhendo impostos a fim de reforçar suas tropas e reconvocando o seu *fyrd*<sup>41</sup>. Novamente a sucessão dos eventos é problemática, mas em linhas gerais para indicar que o rei teria sido surpreendido<sup>42</sup> na altura da moderna cidade de Battle por batedores enquanto esperava por mais tropas nas primeiras horas do dia 14 de Outubro de 1066. Segundo Florence de Worcester<sup>43</sup>, Harold possuía apenas metade de seu exército ao sair de Londres e aguardava uma força capaz de atacar e segundo a tradição<sup>44</sup>, se posicionou sob uma colina. Harold optou por uma formação extremamente densa e compacta, formando uma parede de escudos<sup>45</sup>, adotando assim uma tática defensiva, já que não contava com cavaleiros e possuía poucos arqueiros.

O exército trazido ao campo por Harold poderia segundo Douglas – ao parafrasear historiadores militares – possuir em torno de 7.000 homens<sup>46</sup>, a grande maioria composta pelo *Fyrd*, e mal equipada, com exceção dos *housecarls*, com suas malhas de aço e o tradicional machado de batalha<sup>47</sup>. No caso normando, Guilherme dispunha primeiramente de um

---

<sup>40</sup> DOUGLAS, David C.. Op Cit., p.399.

<sup>41</sup> *Fyrdé* naturalmente um termo anglo-saxão que em uma tradução livre a uma língua latina poderia ser identificado como “força militar”. De acordo com Warren Hollister podemos dividi-lo em duas categorias: um serviço militar obrigatório para defender um determinado condado, formando uma milícia sob o comando de um *thegn* e em uma segunda possibilidade, uma milícia para uma campanha de relativa curta duração em nome do rei, onde os *thegns* deveriam organizá-las. Em ambos os casos, todos os milicianos convocados tinham a obrigação de armarem-se por si só. Para mais informações consultar HOLLISTER, Warren. *Military Obligation in Late-Saxon and Norman England*. In: *Ordinamenti Militari in Occidentenell’AltoMedievo*.v.2. Spoleto: Centro di Studisull’AltoMedievo, 1968, p.169-186.

<sup>42</sup> JESTICE, Phyllis G.. Op. Cit., p.51. Segundo a Crônica Saxônica “D” na entrada “1066”, Guilherme teria desenhado diante da tropa o plano de interceptar por surpresa o avanço de Harold.

<sup>43</sup> WORCESTER, Florence. Op. Cit, entrada “1066.”

<sup>44</sup> A real disposição das tropas ainda é um debate incessante na atualidade. Acreditamos, pela tática utilizada por Harold, que uma colina de fato era a melhor posição.

<sup>45</sup> Assim como descrito no Poema de Maldon, o muro de escudos é descrito por praticamente todas os autores utilizados.

<sup>46</sup> FULLER, J. F. C. *The Decisive Battles of the Western World*. London: Paladin, 1970, p.376., assim como LOT, Ferdinand. *Le art militaire et les armées au Moyan Age*. Paris: Payot, 1946, p.282., tecem a idéia de que dado o tamanho da colina disponível, e caso de fato Harold tenha se posicionado com uma falange, deixando aproximadamente meio metro de distância entre as fileiras, possuindo entre 9 a 12 fileiras, o efetivo empregado poderia ser calculado entre 6.700 a 7.500 homens.

<sup>47</sup> Apesar da Tapeçaria de Bayeux em alguns poucos elementos diferenciar Normandos e Anglo-Saxões, a presença de determinados tipos de armamentos e a ausência de cavalos, dão pistas importantes sobre a disposição e características de ambos os exércitos.



estandarte papal<sup>48</sup>, relíquias em torno do pescoço e aproximadamente 6.000 homens, sendo possivelmente 2000 cavaleiros<sup>49</sup>, além de um número considerável de arqueiros. Guilherme distribuiu seus homens no campo de Batalha ao estilo feudal. Segundo o cronista Wace<sup>50</sup>, assim como boa parte dos demais cronistas, a Batalha de Hastings teria começado por volta das 9 horas de manhã e durado quase o dia todo, sendo uma batalha de atrito<sup>51</sup>.

As inconclusivas investidas de Guilherme teriam mudado de rumo quando parte do muro de escudos rompeu sua formação<sup>52</sup>, movida pelo boato de que o duque havia morrido, o que é interessantemente representado na Tapeçaria. Uma vez dispersos, os homens do rei tornavam-se alvos mais fáceis para a cavalaria normanda<sup>53</sup>, até recuperaram a formação na colina e na devida disciplina. Guilherme teve de fazer-se visto para manter a ordem e, buscou segundo William de Poitiers<sup>54</sup> uma nova tática para o rompimento final do escudo anglo-saxão. Nesse momento Guilherme coordenou então o avanço simultâneo da cavalaria e da infantaria após o lançamento de diversas flechas a grande altura<sup>55</sup>. Harold foi morto nessa batalha, mas segundo Amatus de Monte Cassino, teria sido ferido exatamente com uma flecha no olho, o que encontrou eco na Tapeçaria de Bayeux. Para Stephen Morillo<sup>56</sup>, a morte de Harold paradoxalmente elevou o moral das tropas, mas falhou em manter o muro de escudos e sua respectiva disciplina, o que levou o exército saxônico finalmente a debandar no cair da noite.

Acreditamos assim, que a categorização crítico-metodológica das fontes desta batalha pode fomentar o surgimento de lacunas e assim, de problemáticas importantes para nossa pesquisa futura e demais trabalhos. A comparação crítica das fontes mostrou-se básica para o entendimento de um complexo contexto de crise, capaz de nos levar a entender a citada batalha como um episódio de clímax em uma densa teia de fatos políticos, delatando o choque entre duas sociedades com diferentes níveis de latinização.

---

<sup>48</sup> POITIERS, William. Op. Cit., p.180-192. Guilherme buscou legitimar sua Conquista buscando apoio junto ao Papa Alexandre II, acusando a Igreja anglo-saxônica de insubordinação papal e Harold em relação ao fratricídio de seu irmão, Tostig, na Batalha de Stamford-Brige.

<sup>49</sup> Muitos desses mercenários ou advindos de regiões de influência normanda, como a Bretanha e Flandres.

<sup>50</sup> Wace. *Roman de Rou*. Trad. Edgar Taylor. London: William Pickering, 1837, p.176.

<sup>51</sup> Termo militar utilizado ao referir ao adversário que é submetido a uma série de combates não decisivos ou simples escaramuças que, mesmo que resultem em vitórias pontuais do agredido, debilitam sua capacidade a longo tempo.

<sup>52</sup> DOUGLAS, David C. Op. Cit., p. 200.

<sup>53</sup> Ibid, p.201. O mesmo autor sugere que a tática era recorrente, sendo observada nas Campanhas de Roberto Guiscardo na década de 1060 no sul da Itália.

<sup>54</sup> GARNETT, George. *English Historical Documents*. 2º Ed. London: Routledge, 1981, p.196.

<sup>55</sup> DOUGLAS, David. C. Op. Cit., p.201.

<sup>56</sup> MORILLO, Stephen. *Warfare under the Anglo-Saxon Kings*. 1066-1166. London: Boydell, 1994, p.167.

## **Avenida Central: perspectivas de um tempo.**

Priscila Lopes d'Avila Borges \*

Resumo: A fim de compreendermos a visão contemporânea à construção da Avenida Central faz-se necessária uma visita sistemática a imprensa e aos discursos proferidos pelos dirigentes do país e da cidade no período, uma vez que por meio destas leituras visualizamos opiniões contraditórias sobre a construção e interesses declarados que cercavam a remodelação da cidade, e a sua passagem da imagem de cidade febril, em vigor no século XIX, para cidade maravilhosa, pós reforma urbana, no início do século XX.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; reforma urbana e imprensa.

Abstract: In order to understand the contemporary view of Central Avenue's construction it's becoming necessary a systematic study of the press and of the speeches given by presidents and mayors of Rio at that period. With this analysis, we will find divergent opinions about it, the interests connected with the city's improvement, and the changing of city's image people had, from freebie city, during the XIX century, to wonderful city after the urban reform, at the beginning of the XX century.

Keywords: Rio de Janeiro; urban reform and press.

No período republicano, diante da necessidade de afirmação do novo regime político perante a sociedade, a cidade foi mais uma vez ponto de convergência de interesses político-econômicos, já que como capital do Brasil, refletia simbolicamente a velha cidade incompatível com as aspirações republicanas, protagonizando uma transformação drástica da sua urbe, que culminou nas reformas urbanas no início do século XX.

A regeneração do Rio de Janeiro em termos estéticos, e a tentativa de elevação da cidade socialmente, possuem ligação direta com o que se ambicionava para a nação: o

---

\* Graduada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Trabalho orientado pelo professor doutor André Nunes de Azevedo e co-orientado pela professora doutora Magali G. Engel. E-mail: priscila.ld.borges@hotmail.com

progresso e a civilização. Para tanto, foram empreendidas reformas na cidade que reconfiguraram suas funções e usos, seguindo as intenções de seus governantes. Nas palavras de José Murilo de Carvalho<sup>1</sup>, “o brilho republicano expressou-se em fórmulas europeias, especialmente parisienses”, o que se justifica pela influência cultural francesa presente de forma significativa na educação dos homens que formavam o governo na época. As reformas seguiram um estilo autoritário e tecnocrático característico do regime republicano, que visava por meio da ordenação espacial e social, criar uma identidade nova e positiva para a cidade. Dentre as principais obras empreendidas nas reformas do Rio de Janeiro, referentes ao período estudado, está a construção da Avenida Central símbolo do progresso, elogio a estética que se desejava imprimir no centro da cidade e referência para a mudança de hábitos e costumes que forjaram a civilização nos trópicos.

A modernização da urbe foi palco de acalorados debates, uma vez que implicava tanto a criação de um espaço privilegiado quanto excludente, alterando significativamente o cotidiano da cidade. Neste sentido, são confrontadas as críticas que enfatizam o desinteresse do governo em relação às demandas e necessidades da população com os elogios que defendem as obras “regeneradoras” como meio de promover o progresso do país. A construção de um consenso, conforme o exposto por Giovanna Del Brenna<sup>2</sup>, se dá por meio de “editoriais, artigos e matérias pagas em jornais e revistas nacionais, artigos em revistas estrangeiras, publicações oficiais para circulação no Brasil e no exterior, edições de cartões postais, e etc”.

Uma vez que a “análise da construção deste diagnóstico sobre o Rio de Janeiro não pode prescindir do acompanhamento crítico da auto representação carioca produzida desde o surto de modernização do começo do século”<sup>3</sup>, a imprensa é fonte primordial deste trabalho, pois trata-se de um espaço privilegiado para apreendermos as diferentes percepções sobre as modificações realizadas na cidade, nos permitindo compreender, as diversas reações que a construção da nova avenida causou. Dentre a leitura de jornais, revistas e crônicas a descrição de um Rio de Janeiro contraditório e tenso se descortina no período da *Belle Époque*, a cidade que mudava dia após dia, tão surpreendente, prodigiosa e fecunda aos olhos de seus observadores, obviamente tornou-se palco do debates.

Na observação das críticas positivas à construção da Avenida Central, faz-se necessária a reflexão sobre a convicção de que a aparência era capaz provocar uma transformação de mentalidades que elevaria a capital, e conseqüentemente o Brasil, ao status de nova civilização. Tomando por base este apontamento, e a partir da leitura

sistemática de periódicos contemporâneos as obras aqui estudadas, ficam claras algumas características como: a identificação de eficiência com rapidez; a exaltação da personalidade carismática; o uso da ironia como ferramenta de críticas e o mito das grandes obras.

Entre os jornais que defendiam a construção da Avenida Central, o periódico *O Commentário*, publicou em janeiro de 1904:

A cidade é torta, a cidade é feia, a cidade é velha: toda gente lastima que os nossos antepassados nos tenham legado um monstro assim, toda a gente maldisse dos administradores contemporâneos que nada endireitaram, antes continuaram as obras de entortamento; pois agora não seria justo reconhecer unanimemente o extraordinário benefício das demolições com que tiramos a geração por vir o direito de queixar de nós como nós queixamos do passado? (O COMMENTÁRIO, 01/1904).

Na primeira edição da revista *A Avenida*<sup>4</sup>, do dia 01 de agosto de 1903, encontramos uma caricatura de “como foi” a cidade do Rio de Janeiro, representada como uma mulher maltrapilha, obesa, suja e despenteada. Na tiragem seguinte a revista publicou uma caricatura com a legenda: “como é”, com uma mulher de meia idade, roupas simples, magra e de aspecto cansado. Na terceira semana, dia 15 de agosto de 1903, a revista apresentou a última caricatura da cidade, “como será”, por meio da imagem de uma mulher jovem e elegante, de indumentária e porte delicados, simbolizando a regeneração da capital.

Contudo, outros periódicos criticavam a iniciativa, foi o caso do *Correio da Manhã*, consagrado como um dos mais importantes jornais brasileiros do século XX, o qual primava por seu caráter independente, liberal e doutrinário, dentro de uma linha editorial combativa, que defendia o acesso do povo a alguns de seus direitos fundamentais. Desde a primeira edição o *Correio da Manhã* caracterizou-se, nas palavras de Nelson Werneck Sodré, por um “ferrenho oposicionismo, de extrema virulência”, em contraste, ainda segundo o historiador, com o “extremo servilismo” adotado por jornais concorrentes.<sup>5</sup>

O jornal de grande circulação *O Paiz*, um dos principais formadores de opinião da sociedade brasileira, entre o fim do século XIX e o início do século XX, alertou para os perigos do que chamaram de “delírio de grandeza” dos governantes, que segundo o periódico estavam demasiadamente preocupados com as reformas, renegando problemas mais urgentes de ordem social no país. Já Gil Vidal publicou no *Correio da Manhã* em 1903 seu parecer em um artigo intitulado “*A grande avenida*”, concordando com a

publicação escrita por Ferreira Vianna no *Jornal do Comércio*, em 27 de julho de 1903, onde o último recomendava prudência nas obras urbanas, aconselhando adiar para melhores tempos as “obras deslumbrantes que se planejam sob o pretexto de melhoramentos do porto”.<sup>6</sup> Vidal aponta ainda que:

A censura do preclaro juriconsulto e estadista, como a de todos a quem o entusiasmo, ou antes a febre das grandezas, não tirou a calma para sentir os inconvenientes e perigos desses majestosos melhoramentos, não podia escapar a marcha vertiginosa com que nos querem precipitar a ruína; e a propósito, enuncia conceitos, que pintam com toda fidelidade a triste situação em que nos debatemos, incompatível com as obras colossaes de embelezamento que a fantasia arrojada traçou no papel sem se preocupar com as suas dificuldades e com os innumerables e pesados sacrificios que ellas impoem. (CORREIO DA MANHÃ, 30/07/1903).

Com a inauguração parcial da Avenida, que mobilizou parte da população, ainda que sob chuva, os debates acerca da sua construção permaneceram vivos, tendendo para o elogio ao progresso ou para a ironia vexatória.

Sendo vista, portanto como símbolo da modernidade e elevação do Brasil através de um renascimento estético, em periódicos como o *Jornal do Brasil*, a revista *Kosmos* e a *Gazeta de Notícias*, e sob duras críticas e escárnio, pelo *Correio da Manhã* e pela revista *O Malho*, que publicou em sua capa sobre a inauguração, na tiragem do dia 03 de setembro de 1904, uma caricatura intitulada “*O governo inaugurando o eixo da Avenida*” onde ironizou o estado da obra, apresentando alguns dos responsáveis pela construção tentando andar pela avenida em meio aos escombros das demolições, junto a homens trabalhando, e senhores e senhoras distintos caminhando, em uma clara alusão ao caos instaurado no centro da cidade.

Para além do papel da imprensa, lideranças persuasivas e discursos sedutores estão no cerne do impulso transformador da cidade, que segundo Benchimol vivia em “luta entre dois grandes campos ou princípios: o progresso, a civilização, a regeneração estética e sanitária da cidade; a cidade colonial, atrasada, anti-estética, suja e doente”<sup>7</sup>, a regeneração estética da cidade elevaria seu status internacional, e suscitaria, indubitavelmente, a uma mudança no cotidiano social, ponto onde residia um dos objetivos da reforma. Numa faina incessante do governo duas ideias chave vão se consolidar: progresso e disciplina, e para compreendê-las a figura do presidente e do prefeito são essenciais.

Rodrigues Alves assumiu o cargo de presidente do país, e tinha como dever consolidar e legitimar a República perante a população brasileira, para tanto o progresso

fora escolhido como referência simbólica de identificação do regime. Em seu discurso de posse, no dia 15 de novembro de 1902, o presidente anuncia transformações que pretende executar na capital, visando atrair a imigração e regenerar a imagem brasileira. As obras do porto foram pensadas como centro das grandes transformações pelas quais a cidade passaria, em busca do progresso material que regeneraria o Rio de Janeiro, afastando o passado colonial que simbolizava o atraso brasileiro e, solucionando problemas históricos de infraestrutura, como os de distribuição de produtos do porto para o comércio do centro da cidade. Neste sentido, a construção da Avenida Central era, tal qual outras obras, acessória as do Cais do Porto da capital, ficando clara sua função oficial, nas palavras do presidente ao Congresso Nacional.

A obra representava o progresso material não só pela sua função, mas também pelo aparato técnico que ela movimentou, sendo segundo André N. de Azevedo “das mais desenvolvidas para os padrões brasileiros da época, com cabos de luz, fios de telefone e tubos de gás subterrâneos, além de tecnologias modernas de calçamento viário”<sup>8</sup>. E este progresso material era uma das chaves para construir a civilização.

Em seu artigo André N. de Azevedo<sup>9</sup> lista cinco motivações para as reformas urbanas propostas pelo governo federal: o saneamento da cidade; a legitimação do regime republicano perante a população brasileira; a ampliação do comércio externo; a revigoração da capitalidade do Rio de Janeiro; e o redimensionamento da imagem da cidade visando a captação de mão de obra imigrante. O governo federal visava, portanto, mudanças concretas na cidade, baseadas na ideia de progresso material, mesmo ideal que norteou, em parte, as ações políticas municipais, na figura de Pereira Passos.

O prefeito, nomeado por Rodrigues Alves, iniciou sua vida política com a sua nomeação para o cargo de prefeito, em 1902, feita pela necessidade de um homem capaz de empreender as transformações pelas quais o Rio de Janeiro deveria passar, sendo, portanto, uma escolha técnica.

Visando facilitar a reordenação urbana da cidade, foi aprovado o decreto federal nº 939, o qual suspendia por seis meses as atividades do Conselho Municipal, dando amplos poderes ao novo prefeito. Contudo, é importante frisar que existem preocupações no método de realização das reformas municipais diferentes das apresentadas pelo governo federal.

As obras municipais tinham uma relação com a historicidade da cidade, mais do que apagar o velho, e construir novos paradigmas para o imaginário republicano, o prefeito procurava agregar valores a natureza da cidade, por meio da valorização de sua

constituição natural, e preservação de parte do seu passado. O projeto da reforma municipal estabeleceu uma visão orgânica sobre a cidade, demonstrando grande preocupação com a integração urbana e, dando conta de uma regeneração estética, que respeitasse um projeto conservador.

O relatório apresentado pela Comissão da Carta Cadastral<sup>10</sup>, em abril de 1903, chefiada por Alfredo Rangel, defendia o saneamento da cidade, a higiene domiciliar, a integração dos bairros e o despertar do gosto arquitetônico, entre outras características.

Para além da técnica e do progresso material, que caracterizavam os engenheiros contemporâneos a Pereira Passos, o prefeito acreditava que no caminho trilhado em busca da civilização, outras medidas eram necessárias, sendo estas de ordem comportamental. Logo, não bastava alterar a paisagem, era preciso forjar um novo povo para habitar a cidade “renascida”. No âmbito das medidas da prefeitura estava o centro da cidade, que para Passos tinha a função pedagógica de civilizar a população que ali circulasse, irradiando os hábitos aprendidos para outras áreas da cidade.

Em sua primeira mensagem ao Conselho Municipal, em setembro de 1903, Pereira Passos descreve algumas de suas ações ao longo de sua gestão, afirmando que:

Comecei por satisfazer tudo quanto era devido ao funcionalismo municipal, cujos pagamentos tenho mantido rigorosamente em dia para ter direito de ser inflexível com ele nas exigências relativas ao cumprimento das suas obrigações.(...) Ao mesmo tempo encetei os melhoramentos de que a cidade é tão carecedora, já no que diz respeito à abertura de novas vias de comunicação, já no que se refere ao alargamento das atuais, à reforma do calçamento, a arborização, ao ajardinamento das praças, ao embelezamento dos nossos melhores logradouros públicos. (...) Mandei também, desde logo, proceder à apanha e extinção de milhares de cães, que vagavam pela cidade. (...) Tenho procurado pôr a termo a praga dos vendedores ambulantes de bilhetes de loteria. (...) Muito me preocupei com a extinção da mendicidade pública.<sup>11</sup>

O prefeito desejava aniquilar o que ele entendia como males arraigados que davam a nota deprimente do atraso da nossa civilização, e a partir do centro da cidade e da civilização do espaço inspirar a mudança comportamental da população. Visando alcançar os ideais de beleza e progresso em voga no Rio de Janeiro no período, diversas medidas foram tomadas no primeiro ano de governo do prefeito, podemos observar que algumas atendem questões de salubridade da cidade, e outras dizem respeito a civilização do espaço urbano, entre os decretos podemos citar: a proibição dos antigos quiosques de madeira que vendiam alimentos; a proibição da venda ambulante de bilhetes de loteria; a prescrição do uso de escarradeiras em locais públicos, e a proibição de cuspir em veículos de transporte de passageiros; a proibição de fogueiras e fogos de artifício em praças

públicas, entre outros. Para o historiador Jaime Larry Benchimol:

Independente das razões invocadas para justificar cada um destes atos, eles traduzem um discurso moralizador e autoritário, segundo o qual cabia ao Estado transformar a multidão indisciplinada de “pés descalços” em cidadãos convertidos aos valores e estereótipos que serviriam à burguesia europeia.<sup>12</sup>

A tentativa de normatizar o comportamento da população carioca, e as transformações físicas implementadas na cidade foram motivo de elogios por parte da imprensa, mas também sofreram duras críticas, uma vez que as medidas eram entendidas como autoritárias pelos que refletiam sobre a diversidade cultural e social presente na cidade do Rio de Janeiro.

Em meio às reformas federais e municipais a Avenida Central se destacou como obra que agregava valores do progresso material e do progresso simbólico que elevariam o Rio de Janeiro, tornando-se um signo da civilização brasileira. Este emblema, tácito nos discursos e periódicos contemporâneos à sua construção, ganha tanta força ao longo dos anos que ultrapassa a relevância simbólica da obra mais importante da reforma, a do Cais do Porto. Sobrevive, acima de tudo o caráter catalisador da avenida, hoje Rio Branco, palco da vida econômica da cidade e centro de reivindicações políticas, espaço privilegiado pela sua monumentalidade e capacidade de atração sobre a sociedade, que se mantém como um dos símbolos da urbe carioca.



Notas:

---

<sup>1</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1987. p. 39.

<sup>2</sup> BRENNA, Giovanna Rosso Del. *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro: Index, 1985. p. 9.

<sup>3</sup> CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Quatro vezes Cidade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994. p.30.

<sup>4</sup> A Avenida APUD BRENNA, Giovanna Rosso Del. *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro: Index, 1985. p.89.

<sup>5</sup> Para saber mais sobre o *Correio da Manhã* e outros jornais marcantes do século XX podemos consultar a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, e recorrer à obra de SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

<sup>6</sup> Ferreira Vianna, *Jornal do Comércio*, 23/07/1903 APUD BRENNA, Giovanna Rosso Del. *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro: Index, 1985. p. 83.

<sup>7</sup> BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Hausmann Tropical. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do Século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992. p.205.

<sup>8</sup> AZEVEDO, André Nunes. *A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana*. Revista Rio de Janeiro, n.10, maio-agosto 2003. p. 41.

<sup>9</sup> Idem. p. 12.

<sup>10</sup> Os relatórios da Comissão da Carta Cadastral estão disponíveis para pesquisa no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

<sup>11</sup> Primeira Mensagem do Prefeito do Distrito Federal ao Conselho Municipal. 01/09/1903. p. 03-09, disponível no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

<sup>12</sup> BENCHIMOL, Jaime Larry. *A modernização do Rio de Janeiro*. In: *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro: Index, 1985. p. 607 – 608.

## O Refinar das “Paixões”; Maneiras, Interesse e História nas obras de David

Hume

Rafael da Silva Ferreira<sup>1</sup>

### Resumo:

A pesquisa tem como objetivo refletir sobre os interesses do “homem comercial” na Grã-Bretanha do século XVIII, onde comportamentos, valores e maneiras (Paixões) repudiadas até o século XVII, foram se adaptando (Refinando) a vida do homem britânico do século XVIII. Para tal empreitada, usamos como fonte primária a obra “Ensaio Morais, Políticos e Literários” do filósofo David Hume. Recortando os aspectos econômicos e comerciais da fonte, verificamos um interessante exercício ao tratamento das paixões.

**Palavras – chave:** David Hume, Paixões, Humanismo Comercial.

### Abstract:

The research aims to reflect the interests of the "business man" in Britain in the eighteenth century, where behaviors, values and ways (Passions) repudiated until the seventeenth century, were adapting (Refining) the life of the British man of the century XVIII. For this task, we use as the primary source work "Essays Moral, Political and Literary" the philosopher David Hume. Cutting the economic and commercial aspects of the source, we find an interesting exercise to the treatment of the passions.

**Keywords:** David Hume, Passions Commercial Humanism.

## INTRODUÇÃO

A Grã – Bretanha nas primeiras décadas do século XVIII, destacou-se pelo pioneirismo dado às relações de interesses entre os homens e o mundo econômico. Como lidar com “Paixões” que por séculos foram tratadas como corruptoras da virtude deste próprio homem. Entretanto, o avançar da modernidade; relações comerciais, créditos financeiros, trocas comerciais entre as nações e o valor do dinheiro ganha cada vez mais importância na vida cotidiana. As obras dos pensadores do Iluminismo Escocês; David Hume, Adam Ferguson, Thomas Rida e Adam Smith principais nomes do “Humanismo Comercial<sup>2</sup>”, surgem como um interessante exercício de compreensão ao tratamento destas paixões.

A seguinte pesquisa que se encontra em fase de elaboração, tem por objetivo, analisar a coleção de ensaios do filósofo e historiador escocês David Hume, publicados no livro “Ensaio de Morais, Políticos e Literários”<sup>3</sup>. Procurando destacar as ações intelectuais do filósofo escocês em “refinar” estas paixões em comportamentos úteis aos interesses deste “homem comercial britânico”.

Hume é considerado um dos principais pensadores britânicos do século XVIII, e seu interesse pelas paixões é facilmente percebida em suas obras. Chamado de o “filósofo das paixões”<sup>4</sup>, Hume dedica em sua principal obra filosófica “O Tratado da Natureza Humana”<sup>5</sup> o livro II ao estudo “Das Paixões”. Como destaca o próprio autor, as paixões têm como principal objeto o “eu”;

“(.) aquela sucessão de ideias e impressões relacionadas, de que temos memória e consciência íntima. É aqui que se fixa nosso olhar, sempre que somos movidos por uma dessas paixões. (...) jamais poderia excitar essas paixões, ou sequer produzir nelas o menor aumento ou diminuição (...) quando o eu, não é levado em consideração, não há lugar nem para o orgulho, nem para humildade”<sup>6</sup>

Com isso, as paixões despertadas nos leva ao contato conosco, ou seja, ao “eu”<sup>7</sup>. Como destaca o pesquisador Marconi Pequeno no livro “As 10 Lições sobre Hume”<sup>8</sup>, as paixões para Hume se situam entre dois extremos; “a causa que a produz e o seu objeto”<sup>9</sup>. Como exemplifica Pequeno, “a causa do orgulho e da humildade é qualquer qualidade mental de valor, seja da imaginação, do juízo, da memória ou do temperamento”<sup>10</sup>.

Ainda tratando do objeto das paixões sobre a perspectiva humeana, Marconi Pequeno destaca que; “podem compreender também tudo aquilo que tem alguma relação conosco (o eu), como, por exemplo, o país em que vivemos, a família que temos, a casa onde moramos, as roupas que usamos, a profissão que exercemos”<sup>11</sup>. É inviável comentar neste espaço, todos os meandros abordados por Hume sobre o estudo das paixões. Contudo, um olhar panorâmico de como o pensador escocês interpretava estas paixões é fundamental para compreender o seu tratamento nos “Ensaio”.

## **VIRTUDES E MANEIRAS**

As pesquisas elaboradas pela chamada “Escola de Cambridge”<sup>12</sup> tendo como seus principais nomes John Pocock, John Dunn e Quentin Skinner foram e ainda são referências fundamentais para as pesquisas em “História Política” na modernidade, especialmente na Inglaterra e em suas Ilhas Britânicas no início do século XVIII. Para este determinado período

destaca-se as pesquisas de J. G. A. Pocock, ainda com poucas obras traduzidas para o português. Contudo, em sua coletânea de ensaios “Linguagens do Ideário Político<sup>13</sup>” o historiador inglês descreve os caminhos metodológicos para o desenvolver das pesquisas sobre o pensamento político na modernidade.

No capítulo “Virtudes, Direitos e Maneiras<sup>14</sup>” o autor descreve o modo “cívico-humanista” de discursar sobre a política, acompanhado do modo “filosófico e jurídico”. Sobre o discurso do “Direito”, Hobbes entre muitos outros era um pensador que descrevia a favor da “Lei”, os direitos constituíam a soberania. Contudo, Harrington fazendo uso do discurso humanista, acreditava no homem como praticante de um autogoverno, Pocock descreve que em certos momentos que Harrington utiliza o termo “natureza”, “razão” e fundamentalmente “Virtudes”. Entretanto, eis que surge um novo modelo político para pensar a modernidade. “Maneiras”, que procuravam servir aos interesses de uma nova elite governamental, mesmo combatida pelos neo-harringtonianos, já que virtude e comércio não poderiam andar juntas. Entretanto, a virtude precisou ser refinada, abandona-se o “mundo rural – guerreiro” sustentado pela “virtude” e cria-se o mundo “humanista mercantilista”.

O economista Albert Hirschman é outro importante pesquisador a ser citado, sua obra “As Paixões e os Interesses: Argumentos políticos para o Capitalismo antes de seu Triunfo<sup>15</sup>” nos leva a compreender como que atividades de comércio, bancárias e outros empreendimentos rentáveis em um determinado momento da idade moderna passaram a ser consideradas “atividades dignas”, atividades estas, condenáveis por séculos. Como descreve Hirschman, os preceitos religiosos e a filosofia moral, já não eram suficiente para controlar as paixões humanas. Com isso, a solução em “mobilizar as paixões<sup>16</sup>” ao invés de apenas reprimi-las, seriam agora agentes de “transformação, com vínculo civilizador<sup>17</sup>”. O exercício seria como descreve Hirschman, utilizar um grupo de paixões, comparativamente inócuas, para contrapô-las a outro grupo de paixões mais destrutivas e perigosas.

## **A HISTÓRIA E O CÉTICO**

O pensador escocês fez da História um instrumento usual em seus escritos, como aponta a pesquisadora Sara Albiéri no capítulo intitulado “Hume<sup>18</sup>” da coletânea “Ideias de História” organizada pelo professor Marcos Antônio Lopes. Albiéri destaca a principal obra historiográfica do escocês “The History of England” como um eficaz exemplo de mudança na escrita da história no decorrer do século XVIII. Afastando-se de uma historiografia preocupada em relatar eventos, datas, tratados e sucessões tirânicas, Albiéri destaca que;

“Percorrendo o texto da História da Inglaterra, constataremos que, ao final de cada reinado importante ou cada período, Hume sistematicamente tece considerações gerais sobre as formas de governo, finanças, organização militar, costume, enfim tudo o que pudesse servir a um conhecimento mais amplo da sociedade e da natureza humana<sup>19</sup>”

É fundamental destacar que esta metodologia se encontra diretamente relacionada às ideias empíricas de inspiração newtonianas. Ernst Cassirer em “A filosofia do Iluminismo<sup>20</sup>” aponta a filosofia do século XVIII como detentora de um único instrumento intelectual para abordar tanto a História como a Natureza Humana. Procurando parrear-se com este novo método, a história filosófica se desenvolve a partir deste “novo estilo de narrativa<sup>21</sup>”. Sendo ofuscado no século XIX por meio dos historiadores do romantismo.

Uma das principais características nas obras de David Hume, é sem dúvida a utilização do ceticismo. A característica de seu ceticismo entre “moderado” ou “radical”, ainda é objeto de debate entre pesquisadores. Como destaca Pequeno<sup>22</sup>, o fundamental no ceticismo humeano é observa como o autor afasta a “metafísica do seu lugar de ordenadora da vida humana<sup>23</sup>”. Hume se posiciona de forma cética em relação aos pensadores que procuram estabelecer o conhecimento apenas pela via da razão.

Hume aponta para a possibilidade da dúvida a todos os meandros do conhecimento, todavia, salienta para o erro de levá-las às últimas consequências. Marconi Pequeno, descreve que o autor escocês, observa o ceticismo de um modo mais metodológico que dogmático; “um esforço do pensamento para colocar em dúvida, tanto as certezas intelectuais como os postulados metafísicos.

## **OS ENSAIOS**

Analisando os ensaios humeanos de aspectos econômicos, levantamos à hipótese de encontrar um certo tratamento ao comportamento do homem na modernidade. Em seu ensaio “Do comércio<sup>24</sup>”, Hume faz uso de aspectos históricos, destacando como o homem ao deixar o estado selvagem, enquadra-se em “agricultores” e “fabricantes” formando o corpo do Estado. Hume procura empregar a utilidade da “luxúria” para felicidade do estado;

“O corpo de estado pode ser dividido em agricultores e fabricantes (...) assim que os homens deixam seu estado selvagem, no qual viviam basicamente de caça e da pesca, eles devem se enquadrar nessas duas classes(...). Se essas mãos ociosas forem aplicadas às atividades mais refinadas, que são comumente denominadas as artes da luxúria, elas contribuirão para a felicidade do estado, já que proporcionam a muitos a oportunidades de entrar em contato com prazeres que, de outra forma jamais conheceriam<sup>25</sup>”.

As atividades econômicas e de comércio ajudam o legislador a governar;

“E, quanto menos natural for um conjunto de princípios que sustenta uma sociedade particular, mais dificuldade terá o administrador para administrá-la(...). Mas, conforme o curso mais natural das coisas, a indústria, as atividades econômicas e o comércio aumentam o poder do soberano, bem como a felicidade dos súditos.”<sup>26</sup>”

Hume, aparenta justificar os “estoques de trabalho”, como benéficos ao Estado;

“Um celeiro público de grão, um armazém de tecidos, um depósito de munições: tudo isso aponta para a riqueza e a força reais de um estado. O comércio e a indústria, na realidade, são apenas um estoque de trabalho que, em tempos de paz e tranquilidade, é empregado para o conforto e a satisfação dos indivíduos; mas que, ante qualquer necessidade do estado, podem ser convertidos num benefício público, e isso de forma a tornar todos os cidadãos predispostos a enfrentar os maiores obstáculos para o bem público; essas afeições podem, hoje como nos tempos antigos, construir sozinha um estímulo suficiente para o trabalho e em suporte para a comunidade.”<sup>27</sup>”

Procurando defender o bom uso do dinheiro na economia, no ensaio “Do dinheiro”<sup>28</sup> Hume se afasta de uma visão mercantilista que identificava dinheiro com o aumento da riqueza. O aumento do dinheiro deveria ser estímulo para o desenvolvimento econômico, das maneiras e dos costumes de um povo;

“Se considerarmos qualquer reino em si, é evidente que o volume maior ou menor de dinheiro não tem grandes consequências, pois os preços dos produtos são sempre proporcionais ao volume de dinheiro, e uma *coroa* no tempo de HENRIQUE VII servia ao mesmo propósito que uma *libra* nos dias de hoje”<sup>29</sup>.

“(.) depois que os homens começam a refinar os seus prazeres, e deixam de passar todo o tempo em casa, nem ficam mais satisfeitos com o que podem obter na vizinhança; aumentam as trocas e o comércio de todos os tipos, e mais dinheiro começa a circular”<sup>30</sup>.

O autor faz uso de um exemplo na história para alicerçar sua opinião;

“POLÍBIO nos conta que, sua época, as provisões eram tão baratas na Itália que em algumas hospedarias o preço de uma refeição equivalia a um *semis* por cabeça, pouco mais que um vintém! E, no entanto, o império ROMANO ainda dominava todo o mundo conhecido”<sup>31</sup>.

Iniciando o debate sobre as relações comerciais, em “Da balança comercial”<sup>32</sup> Hume descreve sobre os exemplos dos atenienses e do reinado de Eduardo III sobre a desconfiança nas relações comerciais;

“(…) as antigas leis de ATENAS determinavam que a exploração de figos era um crime; pois esta era considerada uma fruta tão excelente na ÁTICA que os ATENIENSES julgavam que ela era deliciosa demais para o paladar de qualquer estrangeiro. (...) Existem provas, em muitos decretos antigos do parlamento, de uma ignorância semelhante em relação à natureza do comércio, particularmente durante o reinado de EDUARDO III<sup>33</sup>”.

“Da desconfiança no comércio<sup>34</sup>”, Hume descreve sobre o esforço pelas relações comerciais entre as nações, afastando as desconfianças que o comércio poderia causar prejuízo aos cofres públicos. As relações abertas entre as nações, fortalece o crescimento de ambas.

“(…) quando se preserva uma comunicação aberta entre as nações, é impossível que a indústria doméstica de cada uma não receba um estímulo do desenvolvimento das outras<sup>35</sup>”.

“(…) quando um grande número de artigos é produzido e aprimorado para mercado interno, sempre sobrar um excedente que pode ser vantajosamente exportado. Mas, se os nossos vizinhos não tiverem nenhuma atividade, nenhum refinamento, eles não poderão compra-los; porque não terão nada a oferecer em troca. <sup>36</sup>”

## CONCLUSÃO

Procurar compreender como grandes pensadores da modernidade interpretaram o mundo em que viviam, é para a historiografia atual, um rico e interessante conjunto de fontes para a historiográficas. Desta forma, cientes da cobertura que um ensaio monográfico nos permite, acreditamos que esta pesquisa, ainda em fase de desenvolvimento pode contribuir na observação do homem comercial britânico. Via David Hume, observar os desafios e mudanças impostas pela modernidade na primeira metade do século XVIII.

Notas:

- <sup>1</sup> Graduando em História – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Formação de Professores. [rafael.bass@hotmail.com](mailto:rafael.bass@hotmail.com)  
Orientador: Prof. Dr. Carlos Mauro de Oliveira Júnior.
- <sup>2</sup> OLIVEIRA Jr, Carlos Mauro de. O Humanismo Comercial e a Querela das Liberdades. *Poder, Cultura e Violência*. Revista Escritas, Araguaína –TO. v.3, p.24-42, 2011.
- <sup>3</sup>HUME, David. *Ensaio Morais, Políticos e Literários*. Tradução Luciano Trigo. SP: Editora TopBooks, 2004.
- <sup>4</sup> PEQUENO, Marconi. *10 lições sobre Hume*. 2º Edição. RJ: Editora Vozes, 2014.
- <sup>5</sup> HUME. David. *Tratado da Natureza Humana*. Tradução Débora Danowski. SP: editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- <sup>6</sup> HUME *Ibidem* p.311.
- <sup>7</sup> PEQUENO *Ibidem* p.83
- <sup>8</sup> PEQUENO *Apud* p. 83.
- <sup>9</sup> PEQUENO *Apud* p.83.
- <sup>10</sup> PEQUENO *Apud* p. 83.
- <sup>11</sup> PEQUENO *Apud* p. 84.
- <sup>12</sup> JASMIN, Marcelo G. JÚNIOR, João Feres (org). *História dos Conceitos: debate e perspectivas*. RJ: Ed. Puc/Rio: edição Loyola: IUPERJ, 2006.
- <sup>13</sup> POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário política*. Sérgio Miceli (org). Tradução de Fábio Fernandes. SP: UDUSP, 2003.
- <sup>14</sup> POCOCK *Ibidem* p. 83.
- <sup>15</sup> HIRSCHMAN, A. *As paixões e os Interesses: argumentos Políticos para o capitalismo antes do seu triunfo*. 2º edição. SP: Paz &Terra, 2000.
- <sup>16</sup> HIRSCHMAN *Ibidem* p. 23.
- <sup>17</sup> HIRSCHMAN *Ibidem* p. 23.
- <sup>18</sup> ALBIERI, Sara. *Hume*. In: *Ideias de História: Tradição e Inovação de Maquiavel a Herder*. LOPES, Marcos Antônio (org.). Londrina: Eduel, 2007.
- <sup>19</sup> ALBIERI. *Ibidem* p. 209.
- <sup>20</sup> CASSIER, Ernst. *A Filosofia do Iluminismo*. Trad. Álvaro Cabral. Campinas, São Paulo: Ed. UNICAMP, p. 199. 1997.
- <sup>21</sup> ALBIERI. *Apud* p. 211.
- <sup>22</sup> PEQUENO *Apud* p. 51.



<sup>23</sup> PEQUENO *Apud* p. 51.

<sup>24</sup> HUME, David. “Do Comércio”. *Ensaaios Morais, Políticos e Literários*. Tradução Luciano Trigo. SP: Editora TopBooks, p. 399. 2004.

<sup>25</sup> HUME “Do Comércio” *Ibidem* p. 402-403.

<sup>26</sup> HUME “Do Comércio” *Apud* p. 407-408.

<sup>27</sup> HUME “Do Comércio” *Apud* p. 410-411.

<sup>28</sup> HUME “Do Dinheiro” *Apud* p. 435.

<sup>29</sup> HUME “Do Dinheiro” *Apud* p. 447.

<sup>30</sup> HUME “Do Dinheiro” *Apud* p. 451.

<sup>31</sup> HUME “Do Dinheiro” *Apud* p. 451.

<sup>32</sup> HUME “Da balança comercial” *Apud* p. 469.

<sup>33</sup> HUME “Da balança comercial” *Apud* p. 469.

<sup>34</sup> HUME “Da desconfiança do comércio” *Apud* p. 496.

<sup>35</sup> HUME “Da desconfiança do comércio” *Apud* p. 494.

<sup>36</sup> HUME “Da desconfiança do comércio” *Apud* p. 495.

## O Estado Islâmico: Mitos e Fatos

Rafael Vargas da Silva<sup>1</sup>  
Ronald Apolinário de Lira<sup>2</sup>

### Resumo

Tão falado, tão carregado de estereótipos e paradoxalmente tão pouco conhecido mesmo no meio acadêmico, no Brasil e no exterior, assim vem sendo abordado o Estado Islâmico e tudo a ele relacionado, desde a Shari'a (a lei islâmica), o Islam, a política, os direitos e deveres dentro do Califado entre tantas. Este artigo tem como propósito lançar uma luz sobre os temas, bem como levantar a possibilidade de um Califado nos dias atuais, como ocorreu outrora.

**Palavras-Chaves:** Islam, Política, Califado.

### Abstract

So much mentioned, so loaded with stereotypes and paradoxically so unknown even in academia, whether in Brazil or abroad, this is how the Islamic State and everything related to it as the Shari'a (Islamic law), politics, the rights and duties within the Caliphate have been approached. This article aims to shed light on the issues outlined above as well as to raise the possibility of a Caliphate nowadays as once occurred.

**Key Words:** Islam, Caliphate, Politics

Talvez não haja assunto mais controverso no Ocidente que o Estado Islâmico.

Mesmo no meio acadêmico é comum ouvirmos este termo sendo aplicado para qualquer país árabe ou de maioria muçulmana, o que é um grave erro, pois o que determina o regime adotado em um país não é o que o seu povo possa seguir, mas o que o governo institui. Desta forma podemos citar a guisa de ilustração, a Itália, que embora para o senso comum possa passar por um país católico, é de fato um Estado Laico. Em contrapartida o Vaticano, ainda que nenhum de seus habitantes professasse a fé católica, o mesmo continuaria a ser um

---

<sup>1</sup> Rafael Vargas da Silva graduando de História pela Universidade Estácio de Sá. E-mail: rafaelvargas.historiador@gmail.com

<sup>2</sup> Ronald Apolinário de Lira, graduado em História, Mestre e Doutorando em Ciências Sociais pela UERJ. Professor da UNIABEU nos cursos de História, Letras e Recursos Humanos. E-mail: prof.apolinario@gmail.com

Estado Católico, pois é regido por leis canônicas e gerido pela Igreja Católica Apostólica Romana, tendo o seu representante maior na figura do Papa. Outro exemplo que merece ser citado é a Arábia Saudita que embora seja o centro das atenções quando se fala do Islam, é na verdade uma monarquia absolutista. Nada tendo a ver com o que seria o sistema de governo islâmico ou Califado, ou ainda com mais propriedade, Al Khilafah. Na realidade não há hoje sequer um único país que seja merecedor de tal título.

Mas o que vem a ser o Califado? Normalmente ouve-se falar deste sistema a partir de Abu Bakr, companheiro de Muhammad, uma vez que este foi conhecido como o primeiro dos quatro Khulafaur Rashidin ou Califas Probos, ou ainda Califas Bem Guiados. Porém o conceito de Califa é muito mais abrangente na ótica islâmica. Segundo Sami Armed Isabelle em seu livro “O Estado Islâmico e Sua Organização” (2008, p.7)<sup>3</sup>, esse termo significa sucessor ou gerente. Para os muçulmanos o primeiro Califa foi ninguém menos que Adão, o primeiro homem da teoria criacionista<sup>4</sup>. Isso fica melhor expresso quando lemos no próprio Alcorão o seguinte versículo: “E quando teu Senhor disse aos anjos: ‘Por certo, farei na terra, um califa...’ (ALCORÃO 2:30, P.9)<sup>5</sup>.

Uma grande diferença, porém de qualquer governo que já tenhamos visto, em especial no ocidente é que o Califa não é o soberano da nação, cabendo a este seguir os preceitos segundo a crença islâmica deixados por Deus (Allah) no Alcorão e como orientados por Muhammad em sua Sunna (Tradição). No entanto não devemos confundir tal sistema com uma teocracia, uma vez que se nos aprofundarmos no sistema teocrático, sacerdotes e reis ou se denominam emanados de Deus, seus representantes ou ainda a própria divindade, e as leis de seus governos são criadas de acordo com seus próprios interesses, criando assim uma hierarquia opressora e injusta para com os demais súditos. Já no Califado o povo se compromete em seguir as ordens do governante enquanto este for obediente à Shari’a (a lei islâmica), e se estiver de acordo com a Shura ou Conselho, sobre o qual falaremos mais adiante. Também deve estar disposto a ser fiscalizado pelo próprio povo a que governa.

Outra característica marcante é que é escolhido pelo voto, podendo inclusive ser deposto em casos de perda das faculdades mentais, apostasia, o agir contrariamente às determinações da Shari’a e etc. Como bem disse Karen Armstrong (2002, p.290) em seu livro ‘Maomé uma Biografia do Profeta’: “Um governante não deve se isolar totalmente de seu

---

<sup>3</sup> Como pesquisado em ISBELLE, Sami Armed. “O Estado Islâmico e Sua Organização”, Rio de Janeiro, Qualitymark, 2008, p. 7.

<sup>4</sup> Chamado no árabe de *Ayah* (Sinal).

<sup>5</sup> “Tradução do Sentido do Nobre Alcorão Para a Língua Portuguesa”, Tradução: Sr. Helmi Nasr, Al-Madinah Al Munauarah K.S.A. Editora: Complexo do Rei Fahd para a impressão do Alcorão Nobre. Alcorão 2:30, p. 9.

povo. Deve compartilhar seus fardos, estar pronto para ouvir suas queixas e aceitar seus conselhos”<sup>6</sup>.

O Califado, no entanto não pode existir sem três pilares: o povo, a terra e o governo. Se qualquer um desses elementos estiverem ausentes a instauração deste sistema se torna inviável.

Uma prova clara de que o sistema islâmico está longe de ser uma ditadura como afirma o senso comum é justamente a existência da Shura, ou Conselho. Como disse Sami Armed Isabelle em seu livro “O Estado Islâmico e Sua Organização”:

“O objetivo da Shura é analisar diferentes ideias relacionadas a uma determinada questão, com o intuito de seguirmos a escolha da maioria como sendo a mais apropriada para ser aplicada naquela situação, mesmo que seja diferente da nossa opinião. Isso acaba desenvolvendo no ser humano a característica de estar aberto em escutar as diferentes ideias e aceitar a escolha da maioria, demonstrando humildade” (ISBELLE, 2008, p.16-17)<sup>7</sup>.

A Shura é composta de dois grupos: Ahlu Al Aqd que são os sábios que representam o povo e têm uma função legislativa limitada, e os Ahlu Al Ijtihad, que são sábios juristas. Para pertencer a Shura, porém, deve-se passar por uma rigorosa sindicância, onde primeiro será analisado o conhecimento e a competência jurídica de cada um. Depois disso, a honestidade e a conduta ilibada nas menores coisas da vida, como a forma de agir dos seus membros para com a sociedade, e a família. Estas condições são importantíssimas, pois é deste meio que sairá o Califa, e qualquer de seus membros deverá estar pronto para assumir o cargo em caso de necessidade.

É interessante ressaltar, como faz José Henrique Rollo Gonçalves (2009, p.125), Mestre em História pela UFPR, no capítulo de sua autoria intitulado “Natureza e Formas Institucionais do Império Otomano” que a História do Califado “tende a ser narrada em função do Ocidente”<sup>8</sup>, e que “raramente os compêndios escolares lhe destinam mais do que um número irrisório de páginas”<sup>9</sup>.

A tolerância religiosa também sempre fez parte do sistema de Califado, de acordo com o livro ‘Os Direitos Humanos no Islam’ de autoria do Dr. Zakaria El Berry (1989):

---

<sup>6</sup> ARMSTRONG, Karen. “*Maomé Uma Biografia do Profeta*”, Tradução: Andréia Guerini, Fabiano Seixas Fernandes, Walter Carlos Costa, São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 290

<sup>7</sup> ISBELLE, Sami Armed. “*O Estado Islâmico e Sua Organização*”, Rio de Janeiro, Qualitymark, 2008, p. 16-17

<sup>8</sup> ROLLO GONÇALVES, José Henrique, “*Natureza e Formas Institucionais do Império Otomano*”. “*Impérios na História*”, 1ª Edição, Rio de Janeiro, Campus Editora, 2009, p. 125

<sup>9</sup> Id. 2009, p. 125

“No tratado concluído com os habitantes de Jerusalém, Omar escreveu: ‘Eis o que o servo de Deus, Omar Ibn Alkhatib, o Emir dos Crentes, garante ao povo de Jerusalém: Ele lhes garante a paz, e a segurança, a proteção deles e de suas propriedades, de suas igrejas e templos. Suas igrejas não poderão ser ocupadas por outros, nem podem ser demolidas ou reduzidas, e as propriedades das igrejas não poderão ser violadas. Eles não poderão ser oprimidos por causa de sua religião, e nenhum deles poderá ser injuriado” (EL BERRY, 1989, p.38)<sup>10</sup>.

A respeito da tolerância religiosa José Henrique Rollo Gonçalves (2009, p.126) em sua obra já citada anteriormente, diz a respeito do Califado Otomano: “O império abrigava súditos de outras religiões abraâmicas, protegidos (dhimmi) do Islam. Milhares e milhares de judeus e cristãos viviam em seu território”<sup>11</sup>.

Tais fatos contrastam claramente com o atual movimento intolerante que se autointitula Estado Islâmico ou ISIS, onde, de acordo com notícia do site da BBC Brasil, com data de 22 de julho de 2014<sup>12</sup>, cristãos são obrigados a se converterem ao Islam, pagarem propina ou morrerem se forem reticentes às duas primeiras opções.

Como já vimos anteriormente outro ponto dissonante entre o atual “Estado Islâmico” e o Califado ou Estado Islâmico de fato, é a autonegação de Abu Bakr Al Bhagdadi como governante, já que de acordo com a Shari’a, ou lei islâmica, o Califa é escolhido por meio do voto.

Especulação ou não, Edward Snowden, antigo funcionário da Agência de Segurança Nacional dos EUA, “revelou que os serviços de inteligência britânica, norte-americana e o Mossad colaboraram na formação do grupo terrorista Estado Islâmico (antigo EIIS)”<sup>13</sup>. Em contrapartida Conselhos de Líderes Muçulmanos por todo mundo, inclusive do Brasil, já se pronunciaram contrários às práticas deste suposto governo islâmico. Sobre isso Sheikh Jihad Hassan Hammadeh, Presidente do Conselho de Ética da UNI – União Nacional Islâmica disse em nota oficial, publicada em 10/07/2014:

---

<sup>10</sup> EL BERRY, Dr. Zakaria. “*Os Direitos Humanos no Islam*”. Tradução, Prof. Samir El Hayek, edição. Cidade: São Bernardo do Campo – SP, Centro de Divulgação do Islam Para a América Latina, 1989, p. 38.

<sup>11</sup> ROLLO GONÇALVES, José Henrique, “*Natureza e Formas Institucionais do Império Otomano*”. “*Impérios na História*”, 1ª Edição, Rio de Janeiro, Campus Editora, 2009, p. 126

<sup>12</sup> \_\_\_\_\_. *Islâmicos impõem 'conversão, propina ou morte' a cristãos no Iraque*. BBC. Publicado e atualizado em 22 julho 2014 Atualizado pela última vez 06:19 (Brasília) 09:19 GMT. Disponível em <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/videos\\_e\\_fotos/2014/07/140721\\_video\\_cristaos\\_mosul\\_fl.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/videos_e_fotos/2014/07/140721_video_cristaos_mosul_fl.shtml)>. Acesso SET/2014.

<sup>13</sup> \_\_\_\_\_. *Snowden: o líder do grupo terrorista EIIS (Estado Islâmico) foi formado pelo Mossad israelense*. PCB-Partido Comunista Brasileiro. Publicado em 10 de julho de 2014. Disponível em <[http://pcb.org.br/porta1/index.php?option=com\\_content&view=article&id=7573:snowden-o-lider-do-grupo-terrorista-eiis-estado-islamico-foi-formado-pelo-mossad-israelense&catid=43:imperialismo](http://pcb.org.br/porta1/index.php?option=com_content&view=article&id=7573:snowden-o-lider-do-grupo-terrorista-eiis-estado-islamico-foi-formado-pelo-mossad-israelense&catid=43:imperialismo)>. Acesso SET/2014.

“Como muçulmanos, não podemos nos silenciar diante do grande número de crianças, mulheres e idosos e homens inocentes mortos injustamente pelo Governo Israelense na Palestina, governo que claramente viola as leis internacionais, muito menos diante das mortes de inocentes no Iraque e na Síria e outros locais. Entre eles, muçulmanos, cristãos e minorias religiosas, vitimados por um grupo autoproclamado ISIS (Estado Islâmico do Iraque e da Síria) e que se denomina muçulmano, mas cujas práticas não têm nada de islâmicas, pelo contrário, são totalmente contrárias aos ensinamentos do Islam”(HAMMADEH-SHEIKH in NOTA OFICIAL SBMRJ, 2014)<sup>14</sup>.

Vale recordarmos o Califado de Córdoba e todo avanço cultural presente tanto nele como em outros períodos, tanto no dos Khilafaur Rashidin, que inclui os governos de Abu Bakr, Omar Ibn Al Khatab, Osman e Ali Ibn Abi Talib, como no Califado Abássida e Otomano por exemplo. Com relação a Al Andalus nos voltamos mais uma vez à Karen Armstrong que diz em seu livro ‘Maomé Uma Biografia do Profeta’: “Como aos judeus, aos cristãos era dada total liberdade religiosa dentro do império islâmico, e a maioria dos espanhóis tinha orgulho de pertencer a uma cultura tão avançada, anos-luz à frente do resto da Europa” (ARMSTRONG, 2002, p.28)<sup>15</sup>.

Como se pode perceber, a ideia de que o povo muçulmano, assim como o sistema político islâmico é algo retrógrado, é apenas mais um mito trazido de uma época longínqua por influência romana, onde quem não cultivasse os costumes e valores romanos era tido como bárbaro, e, portanto inferior. Desta forma, a cultura ocidental como um todo tem agido como seus ancestrais ao ver de forma pejorativa o Oriente como um todo ou qualquer outra cultura que lhe pareça diferente.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

\_\_\_\_\_. “Tradução do Sentido do Nobre Alcorão Para a Língua Portuguesa”, Tradução: Sr. Helmi Nasr, Al-Madinah Al Munauarah K.S.A. Editora: Complexo do Rei Fahd para a impressão do Alcorão Nobre. <sup>(4)</sup>

ARMSTRONG, Karen. “Maomé Uma Biografia do Profeta”, Tradução: Andréia Guerini, Fabiano Seixas Fernandes, Walter Carlos Costa, São Paulo, Companhia das Letras, 2002. <sup>(5)</sup>  
14)

---

<sup>14</sup> HAMMADEH, Jihad Hassan-Sheikh. *NOTA OFICIAL Sbmj Riomuslim*. Publicado em 27 de agosto de 2014. Disponível em <<https://www.facebook.com/sbmj.riomuslim/posts/621116228005064>>. Acesso em 28/09/2014.

<sup>15</sup> ARMSTRONG, Karen. “Maomé Uma Biografia do Profeta”, Tradução: Andréia Guerini, Fabiano Seixas Fernandes, Walter Carlos Costa, São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 28.

ISBELLE, Sami Armed. “*O Estado Islâmico e Sua Organização*”, Rio de Janeiro, Qualitymark, 2008. <sup>(6,7)</sup>

ROLLO GONÇALVES, José Henrique, “*Natureza e Formas Institucionais do Império Otomano*”. “*Impérios na História*”, 1ª Edição, Rio de Janeiro, Campus Editora, 2009. <sup>(7,8)</sup>

EL BERRY, Dr. Zakaria. “*Os Direitos Humanos no Islam*”. Tradução, Prof. Samir El Hayek, edição. Cidade: São Bernardo do Campo – SP, Centro de Divulgação do Islam Para a América Latina, 1989. <sup>(9)</sup>

ROLLO GONÇALVES, José Henrique, “*Natureza e Formas Institucionais do Império Otomano*”. “*Impérios na História*”, 1ª Edição, Rio de Janeiro, Campus Editora, 2009. <sup>(10)</sup>

\_\_\_\_\_. *Islâmicos impõem 'conversão, propina ou morte' a cristãos no Iraque*. BBC. Publicado e atualizado em 22 julho 2014 Atualizado pela última vez 06:19 (Brasília) 09:19 GMT. Disponível em <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/videos\\_e\\_fotos/2014/07/140721\\_video\\_cristaos\\_mosul\\_fl.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/videos_e_fotos/2014/07/140721_video_cristaos_mosul_fl.shtml)>. Acesso SET/2014. <sup>(11)</sup>

\_\_\_\_\_. *Snowden: o líder do grupo terrorista EIIS (Estado Islâmico) foi formado pelo Mossad israelense*. PCB-Partido Comunista Brasileiro. Publicado em 10 de julho de 2014. Disponível em <[http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=7573:snowden-o-lider-do-grupo-terrorista-eiis-estado-islamico-foi-formado-pelo-mossad-israelense&catid=43:imperialismo](http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=7573:snowden-o-lider-do-grupo-terrorista-eiis-estado-islamico-foi-formado-pelo-mossad-israelense&catid=43:imperialismo)>. Acesso SET/2014. <sup>(12)</sup>

HAMMADEH, Jihad Hassan-Sheikh. *NOTA OFICIAL Sbmj Riomuslim*. Publicado em 27 de agosto de 2014. Disponível em <<https://www.facebook.com/sbmj.riomuslim/posts/621116228005064>>. Acesso em 28/09/2014. <sup>(13)</sup>

## ENTRE CARTAS E DIÁRIOS: O REGIME TOTALITÁRIO TCHECO E A BUSCA DO PASSADO NA CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE.

Rafaela Paula da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** A proposta deste artigo é analisar "O livro do riso e do esquecimento", do escritor Milan Kundera - mais especificamente as quarta e sexta partes - que narra a história de Tamina, personagem exilada que tenta resgatar algumas cartas e diários que ficaram para trás na fuga de sua cidade natal - Praga. Tamina é a representação das pessoas que tiveram que conviver com as práticas de apagamento da memória perpetradas por regimes totalitários. O escritor mescla narrativas de personagens com suas reflexões sobre o período da Primavera de Praga e a consequente busca do passado na constituição da identidade.

**Palavras-chave:** memória, identidade, regimes totalitários.

**Abstract:** The aim of this article is to analyse "The book of laughter and forgetting", by the writer Milan Kundera – more specifically the fourth and sixth parts – which narrates Tamina's history, a character in exile who tries to retrieve some letters and diaries which were left behind in her escape from her hometown – Praga. Tamina represents people who had to cope with practices of memory erasure perpetrated by totalitarian regimes. The writer merges narratives of characters with his reflections on the Prague Spring period and the consequent search for the past in the identity constitution.

**Key-words:** Memory, narrative, totalitarian regimes.

### Introdução:

Publicado inicialmente em 1978 *O livro do riso e do esquecimento* é um romance em sete partes (*As cartas perdidas, mamãe, Os anjos, As cartas perdidas, Listot, Os anjos, A fronteira*) de convergência temática. Em que as histórias múltiplas se relacionam sutilmente por meio de algum aspecto, termo, palavra, e se repetem. Os personagens se desenvolvem em meio a determinadas circunstâncias que definem seu comportamento. A isso Kundera chama de ego experimental, neste exercício de chocar o personagem com o meio e a partir de suas reações esboçar a personalidade e andamento da história. (SILVA, 2011, p.)

O cerne de nossa análise é Tamina, a personagem mais importante do livro, nos momentos em que ela aparece é sobre ela e quando está ausente para ela. Neste sentido o livro é um todo complexamente enlaçado. Esta personagem apresentada em duas partes do livro, a quarta e a sexta. (KUNDERA, 1987, p.75-109, p.147-179)



Tamina fugiu de Praga com o marido após onze anos de casamento. Pouco depois ele adoeceu e morreu. Ela tenta constantemente reativar essa memória dele e de ambos juntos, que aos poucos sente esvaír-se, enquanto trabalha como atendente num estabelecimento em que serve cafés e outras bebidas. Seu salário é muito baixo o suficiente apenas para pagar o aluguel e a alimentação. De modo que, quando uma amiga sua decide passar as férias em Praga, ela pede que traga de lá um embrulho que contém a correspondência que ela trocou com o marido e seus diários.

A fim de que o embrulho chegue selado as mãos de sua amiga, ela volta a falar com sua sogra (guardiã do embrulho) e seu pai (que deve buscar o pacote) por telefone apesar do preço exorbitante da ligação. Apesar de seus esforços, sua amiga Bibi com o tempo desiste da viagem, então ela pede ajuda a Hugo escritor intelectual apaixonado por Tamina. A princípio ele concorda e em ajudá-la, porém percebendo sua falta de interesse em seus sentimentos, desiste e usa como pretexto um artigo que publicara criticando o regime, afirmando que poderia ser preso caso tentasse entrar no país.

Depois desta segunda desistência Tamina desiste de recuperar seu embrulho e retoma sua vida pacata. Até que um dia um rapaz que toma uma Coca-Cola, no estabelecimento começa a conversar com ela e a convida para ir viver num lugar sem memória, a ilha das crianças. O rapaz leva Tamina para a praia e um menino de barco a leva até a ilha.

Lá Tamina convive com as crianças, até que decide fugir nadando e acaba morrendo afogada. Ela é o centro que tomamos refletir teoricamente sobre memória e identidade, relacionadas ao regime tcheco durante a Primavera de Praga.

Uma pequena anedota para começar:

“Vocês sabem quais os cinco mandamentos do cidadão tcheco?

1- Não pense.

2- Se for preciso pensar, não diga.

3- Se for preciso dizer, não escreva.

4- Se for preciso escrever, não assine.

5- Se, apesar de tudo, você assinar, não se espante com nada...” (GOLDFEDER, 1981, p.84)

Esta brincadeira se refere à perseguição política do povo tcheco. E de alguma forma também serve para refletir a respeito de “O livro do riso e do esquecimento” escrito por Milan Kundera, já que sua obra remete ao contexto político de seu país natal a Tchecoslováquia. Em sua vasta produção literária muitas vezes utilizou de forma bastante crítica desse referencial

para desenvolver suas histórias, dentre elas o famoso livro “A insustentável leveza do ser” (1982). Kundera esteve politicamente envolvido nas questões de seu país, razão pela qual foi perseguido e se exilou na França.

### **1- Memória, lugar e identidade:**

Na História houve sempre a convergência entre tempo e espaço. Segundo Foucault, na Idade Média havia um conjunto hierarquizado de lugares: sagrados, profanos, protegidos, abertos e sem defesa, urbanos e rurais. Ainda contando com a existência dos lugares supra celestes e celestes. Também aqueles onde estavam o repouso natural das coisas e os deslocamentos violentos. Esse era o espaço de localização. Noção introduzida pelo trabalho de Galilei Galilei, mais especificamente pela possibilidade do infinito. O lugar, portanto, nesse período era um ponto de movimento como qualquer coisa, mesmo que ilusoriamente imóvel se encontrava dentro de um movimento lerdo. Depois do século XVII a extensão subverte a localização, que então é substituída pelo posicionamento. (FOUCAULT, 200, p.412)

Logo a relação entre os pontos se torna mais importante que a distância. O lugar de onde se vê, o que essa posição torna claro, o que esconde. O tempo foi dessacralizado, o espaço não. (FOUCAULT, 200, p.412) São lugares múltiplos firmando-se junto aos indivíduos. Lugares reais e ilusórios unidos por meio da memória ou separados, preenchidos de significados.

Praga nesse sentido é o lugar de pertencimento das memórias de Tamina, onde suas vivências ocorreram e estavam guardadas. Esses acontecimentos na mente desta mulher são fluídos e carecem de materialidade. Razão que justifica sua busca pelos documentos, a incapacidade de lembrar tudo ordenadamente:

Pouco depois da morte do marido, ela comprara um caderno e o dividira em onze partes. É claro que conseguira se, lembrar bem dos acontecimentos e das situações meio esquecidas, mas não sabia absolutamente em que lugar do diário escrevê-las. A sucessão cronológica estava irremediavelmente perdida. Ela tentara primeiro reencontrar as lembranças que poderiam servir de ponto de referência na passagem do tempo e tornar-se a estrutura principal do passado reconstruído. Por exemplo, suas férias. Deveria haver onze, mas ela conseguia lembrar-se apenas de nove. Havia duas

que estavam perdidas para sempre. Em seguida ela se esforçara em organizar nos onze capítulos do caderno as nove férias que conseguira relembrar. Só conseguira fazê-lo com exatidão nos anos que se distinguia por alguma coisa de excepcional. Em 1964, a mãe de Tamina tinha morrido e eles tinham ido um mês mais tarde para os Tatras, onde tinham passado férias tristes. E ela sabia que no ano seguinte eles tinham ido para a beira-mar na Bulgária. Lembrava-se também das férias de 1968 e das do ano seguinte, porque foram as últimas que eles tinham passado na Boêmia. (KUNDERA, 1987, p. 99-100)

Sua busca é a de outros tchecos também, do mesmo modo que nos anos que seguem a 1968 sua memória foi apagada, seus compatriotas apagaram nomes de ruas como forma de desorientar os invasores russo, e lutaram para ter seus direitos civis protegidos. (GOLDFEDER, 1981, p. 50-56) Mesmo antes desta ocupação militar russa, a Tchecoslováquia já havia sido ocupada pelos alemães (1939-1945), período de extrema violência. Poderia ser pensado dentro do romance, como outro lapso de memória. Já que, o período de casamento vigência do casamento seria mais ou menos, o mesmo do Pacto de Varsóvia, tratado de mútuo auxílio e proteção entre oito países: Albânia, Bulgária, Hungria, Alemanha Oriental, Polônia, Romênia, Tchecoslováquia e União Soviética. (GOLDFEDER, 1981, p. 13)

Maurice Halbwachs afirma que as imagens habituais do mundo exterior são partes inseparáveis do nosso eu, referências para a afirmação de nossa personalidade. Inúmeras desordens psíquicas, segundo ele, adviriam da ruptura brusca entre o pensamento e as coisas, a incapacidade de se reconhecer naquilo que devia ser familiar. (HALBWACHS, 2006, p.157) De forma mais ampla a impossibilidade de identificar os outros membros do grupo e as referências espaciais. É importante que haja uma relativa estabilidade do espaço e no grupo para que gestem memórias coletivas e individuais.

A personagem padece dessa perda de elementos de identificação, não apenas ela como de maneira mais ampla seus compatriotas. As sucessivas invasões e o impedimento da soberania nacional, acabaram por impedir o pleno desenvolvimento de uma identidade nacional:

“A nação tcheca sempre buscou sua identidade nacional. Afirmava Milan Kundera, escritor checo, atualmente exilado na França, no discurso de abertura do 4º Congresso dos Escritores Tchechoslovacos, que a existência nacional, que para tantos povos era quase atribuída como um dom de Deus ou da natureza, se revelava, para os tchecos, de um modo muito diverso: ‘A história agitada e conflituosa do povo tcheco, que por muitas vezes sobreviveu à morte enquanto nação, nos preveniu contra a ilusão de nossa essência eterna.’ Nada tinha sido dado aos tchecos de forma natural. Nem sua língua, nem seu caráter europeu.” (GOLDFEDER, 1981, p.34)

E mesmo tendo vivenciado um fato sem outras pessoas presentes, o sujeito, segundo Halbwachs, não poderia afirmar que esteve realmente só, pois em sua interpretação estaria acompanhada por uma ou mais pessoas. Memórias que momentaneamente tornam o sujeito parte das múltiplas comunidades em que acumulou conhecimento, lembranças, informações. (2006, p.30)

Estas últimas podem atualizar lembranças antigas, tanto quanto ressignificar. O sentido daquilo que recordamos pode mudar completamente, perceberemos então o passado sob um novo prisma, ângulo diferenciado de luz invisível até então, fosse por falta de conhecimento, ou de maturidade.

São elas, as memórias fruto da interação da comunidade entre si, com outras pessoas e com o espaço. Que não é necessariamente igual para todos os indivíduos, pelo contrário a percepção espacial está diretamente ligada à receptividade do observador, seu estado de espírito e seus pensamentos. (HALBWACHS, 2006, p.31) A imagem evoca a memória de forma subjetiva e única para cada pessoa, o mesmo fato criará vários pontos de vista. Em caso de afastamento a versões do ocorrido tendem a se distanciar uma da outra, perdendo apuro. (HALBWACHS, 2006, p.40)

## **2- Identidade nacional, passado e lugar:**

Assim se unem grupos, que compartilham experiências e se veem situacionalmente unidos por determinado tempo. A comunidade familiar neste estudo ocupa um lugar relevante, de modo que algumas observações prévias devem ser feitas. A família é um núcleo menor e mais durável, em que os membros se definem antes pelo lugar que ocupam neste, do que por suas relações nos ambientes externos, de conhecimento familiar ou não. (HALBWACHS, 2006, p.35) Esta comunidade, produz e preserva lembranças durante sua convivência, que alguns participantes inclusive não recordam, por exemplo, os pais possuem lembranças exatas da infância dos filhos que os próprios não recordam.

A permanência das imagens externas engendra uma noção de continuidade, “[...] o grupo urbano não tem a impressão de mudar enquanto a aparência das ruas e das construções permanece idêntica...” (HALBWACHS, 2006, p.160) Do mesmo modo a casa da família

serve aos moradores e se torna lugar das práticas cotidianas e construção de tradições. A comunidade se molda por conta da coexistência dos indivíduos no mesmo espaço, e das relações originadas dessa circunstância.

Lugar é uma noção, Certeau trata esta palavra como sinônimo de local ocupado por um objeto ou pessoa, enquanto o espaço é relacionado às práticas. Trata-se, portanto de uma “outra espacialidade”, formada por “maneiras de fazer” próprias que fogem a totalidade, se tornando parte de uma mobilidade “opaca” e “cega”. (1998, p.172) Para Tuan a interação com o espaço o transforma em lugar, na medida em que este é um mundo de significado organizado subjetivo. Um conceito estático, uma lembrança do tempo passado. (TUAN, 1983, p.198) O lugar é o subjetivo feito por cada um, dia após dia, escolha.

No início da terceira parte de seu livro “A invenção do cotidiano” Michel de Certeau atém-se ao caminhante no espaço urbano. Para ele os praticantes ordinários da cidade, caminantes inconscientes das trilhas que formam, corpos cercados por muitos outros inscrevem práticas inconscientemente. Num entrelaçamento gerador de redes de escrituras que compõem uma história múltipla, formada por fragmentos de trajetórias em alterações de espaço. (CERTEAU, 1998, p.170)

Do mesmo modo a referida personagem é uma caminhante, na medida em que ouve e observa todos ao seus redor com o olhar de uma estrangeira. Muitos fatores externos do espaço urbano interferem na narrativa do lugar interno. As informações que desvendam os segredos são dadas por observadores externos. Certeau na terceira parte também os apresenta, são eles os “voyers” que separados do acontecimento apenas o observam e dele possuem um conhecimento mais completo. (CERTEAU, 1998, p.170-171) Porém, uma vez tendo abandonado seu posto de observação para intervir, ele é arrastado pelas circunstâncias e se torna tão inconsciente quanto os outros, sem prever o resultado de suas ações.

Tamina se mantém apática observando os outros, e mesmo em sua relações com sua amiga Bibi, ou com o amante Hugo, não se envolve diretamente. Somente na ilha das crianças é obrigada a participar ativamente das atividades cotidianas e no momento que faz isto, sofre as consequências, se desentende com as crianças, é perseguida e no fim foge para o mar, onde morre afogada. (KUNDERA, 1987, p.149-179)

As ações dos caminantes (personagens) apesar de descontínuas, existem dentro de uma ordem espacial que as organiza, um conjunto de possibilidades e proibições, que são

constantemente atualizadas pelo caminhante. Ele, entre o que é permitido ou proibido, tomará suas próprias decisões criando ou ignorando possibilidades. Pode fazê-lo em segredo, com fragmentos do enunciado. (CERTEAU, 1998, p.177 - 178) Deste modo, o personagem se encontra inserido em um contexto maior, em que se afirma como uma pequena singularidade.

O que nos remete a relação entre memória coletiva e individual, ao mesmo tempo em que o personagem se martiriza por suas fraquezas e culpas pessoais, está integrado a um ambiente coletivo em que a situação o impele para determinada postura. Que pode corroborar ou não com seus pensamentos.

Em seu texto Michel de Certeau declara (num sentido mais poético por assim dizer) justifica a relação espaço X lugar, feita neste artigo:

“Caminhar é ter falta de lugar. É o processo indefinido de estar ausente e à procura de um próprio. A errância multiplicada e reunida pela cidade, faz dela uma imensa experiência social da privação de lugar – uma experiência, é verdade, esfarelada em deportações inumeráveis e ínfimas (deslocamentos e caminhadas), compensada pelas relações e os cruzamentos desses êxodos que se entrelaçam, criando um tecido urbano, e posta sob o signo, do que deveria ser, enfim, o lugar, mas é apenas um nome, a Cidade.” (CERTEAU, 1998, p.183)

O caminhante busca construir seu lugar pelo caminho, deseja ter onde parar, e um destino que é ao mesmo tempo local e trajetória. Existe essa sutil convergência entre o pensamento de Certeau e Tuan, o não lugar. O primeiro nos apresenta os lugares vividos como presenças de ausências, o relato de algo que não existe mais além da mente, somente como recordação, as identidades invisíveis, são por ele definidas como lugar. As pessoas se prendem a este por suas recordações, são partes de histórias, isoladas, enigmáticas. E ainda além destas ligações, existe a auteridade, são possíveis as primeiras apenas porque o “eu” é uma coisa, e o “espaço” ao redor é outra. O “eu” ao ver-se reconhece o limite próprio sua existência e sua distensão. (CERTEAU, 1998, p.189-190) a reação inscreve os limites existenciais, chamados por ele de leis do ser e do lugar.

Uma colocação poética é que no lugar do quarto existe outro lugar, um sonho ou uma lembrança. (CERTEAU, 1998, p.200) O lugar pode ser algo não palpável, que se origina do palpável e intelectualmente é unido a recordações e interpretações, ousamos ainda dizer, um relato, uma imagem mental, que pode, por exemplo, representar como o “eu” se vê.

### **3- A ilha das crianças, ou a metáfora do povo dominado pelo regime:**

Para Tuan existem três classes para o lugar: meta, lar e acampamento. A meta é um objetivo almejado, materialmente localizado no tempo, o lar a estabilidade que deve ser superada e o acampamento são as pausas obrigatórias durante o processo. Em todas essas divisões o tempo desempenha papel definidor, a meta será obtida no futuro, o lar é construído por lembranças do passado, e o acampamento ocorre por tempo determinado repetidas vezes. (1983, p. 198-199)

O tempo pode caminhar linearmente ou circularmente. Com os acontecimentos se seguindo uns aos outros por consequência, ou repetindo-se sucessivamente. (TUAN, 1983, p. 198) De qualquer modo, tempo e espaço se unem para criar memória, a noção de passado existe apenas porque rememoramos fatos ocorridos anteriormente.

O passado serve para afirmação do “eu”. Rememorando, acessando, uma e outra vez o indivíduo se afirma. Talvez porque apenas o passado seja efetivamente real, enquanto o futuro não pode ser plenamente mensurado.

A criança está, segundo Tuan, fora do tempo vivendo num presente constante, sem arrependimentos e sem metas. Enquanto o jovem vive na expectativa daquilo que será e o idoso se agarra as lembranças do passado. Nesse sentido os objetos pessoais os ajudam na afirmação do eu, pois o idoso vê seu convívio social se tornar restrito, já não pode mais viajar com tanta frequência para visitar lugares de sua memória, seus pertences se tornam âncora para memória. Enquanto o mundo ao seu redor muda sem que ele possa impedir. (TUAN, 1983, p. 207-208)

As crianças da ilha são apenas a repetição de um tempo cíclico diluído em tarefas, diárias sem uma noção de passado ou de futuro. Como seria exatamente o povo de um regime que dilui as memórias referenciais. Elas convivem entre si, seguindo as regras, mas sem tradições, prontos para punir qualquer pessoa que não se encaixe em seu sistema.

---

## Notas:

1- Bacharelado em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, graduanda em Licenciatura em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, e-mail: rafaella.paula.da.silva.1991@gmail.com. Orientadora: Rosimara Richard (doutoranda – UNB).

## Referência Bibliográfica:

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. Tradução de Inês Autran Dourado. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GOLDFEDER, Sonia. *A primavera de Praga*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. 97 p. (Coleção Tudo é História, n.26)

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

KUNDERA, MILAN. *O livro do Riso e do Esquecimento*. Botafogo: Editora Nova Fronteira, 1987.

SILVA, Rosimara A. *Os signos da memória em Milan Kundera*. 2011, 119 f. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária e Literaturas) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.



**Resumo:** Esta pesquisa estuda as prisões preventivas efetuadas pelos órgãos de segurança e informação após a implantação do regime civil-militar em Pernambuco no ano de 1964. Objetiva-se, principalmente, problematizar os motivos e justificativas destas detenções relâmpagos. Neste sentido, pretende-se compreender o contexto social dos anos 50 e 60 do século XX em Pernambuco e analisar o funcionamento das instituições responsáveis pela repressão naquele período, através das trajetórias de vidas dos subversivos presos. As fontes utilizadas para compor a dissertação são, principalmente, os prontuários do DOPS/PE, e os relatos de memória registrados no CEHIBRA.

Palavras Chave: Ditadura civil militar; Subversivos Presos; Repressão;

**Abstract:** This research studies the preventive arrests by the security agencies and information after the implementation of civil-military regime in Pernambuco in the year 1964 objective is to mainly discuss the reasons and justifications of these arrests lightning . In this sense , we intend to understand the social context of the 50s and 60s of the twentieth century in Pernambuco and analyze the functioning of the institutions responsible for the repression that period , through the trajectories of lives of prisoners subversive . The sources used to compose the dissertation are mainly the records of DOPS / PE, and reports of memory recorded in CEHIBRA.

**Keywords:** Civil military dictatorship; subversive prisoners; repression

## **As prisões preventivas de 1964 em Pernambuco: Subversão, Polícia Política e Informação**

Raphael Henrique Roma Correia<sup>1</sup>([raphaelromaczr@gmail.com](mailto:raphaelromaczr@gmail.com))

A década de 2010, precisamente o ano de 2014, faz completar o quinquagésimo aniversário do golpe civil-militar de 1964. Quando, em 2004, Carlos Fico analisou a produção acadêmica sobre a Ditadura Militar no Brasil ele atestou que havia certa ausência de estudos propriamente históricos acerca deste período, existindo uma predominância de versões de cientistas políticos e sociólogos<sup>1</sup>. Contudo, recentemente a produção historiográfica já demonstrou, a partir de diversos estudos, o quanto os 21 anos de governos militares possuem um potencial fecundo e múltiplo aos ofícios do historiador.

---

<sup>1</sup> Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade de Pernambuco(UPE), e professor de história da rede estadual de ensino na Paraíba.

Levando em conta estes novos trabalhos, percebemos o potencial da população civil para as manobras de instituição do regime de exceção<sup>2</sup> estabelecido pelos militares. Um dos desdobramentos desta perspectiva é a alcunha do termo “civil-militar” para representar a participação direta de civis na articulação, execução e manutenção da ditadura, fatos analisados em pesquisas acadêmicas recentes<sup>3</sup>. Como afirma Daniel Aarão, a ditadura militar “foi um processo de construção histórico-social, não um acidente de percurso. Foi processada pelos brasileiros, não imposta, ou inventada por marciais”<sup>4</sup>.

No entanto, é preciso que se deixe evidente que apesar da participação dos civis para “legitimação” do golpe, na prática, isto é, na aplicação do poder, sobressaiu-se a atuação dos militares. Até porque os grandes prejudicados pela instituição do regime, pelo golpe de estado, foram justamente a maioria dos brasileiros, os que não gozavam das vantagens do *status quo* estabelecido e que procurou ser mantido.

Em nome da “Segurança Nacional”, que combatia os “inimigos internos” (o comunismo, a afronta à moral e aos bons costumes – “subversão” e a corrupção, dentre outras coisas) o aparato estatal buscou controlar a vida dos cidadãos “invadindo o mundo privado de pessoas, famílias, grupos e empresas, alterando cotidianos”<sup>5</sup>. Aos que não se alinhavam ao modelo dos bons costumes, estava reservado o aparato repressivo orquestrado pela polícia política e comunidades de segurança e informação, responsáveis pela tortura, desaparecimento e mortes de milhares de pessoas em todo o Brasil.

Esta pesquisa busca contribuir com o debate historiográfico da produção recente, isto é, a partir da “Nova História” acerca dos acontecimentos do regime militar, em que a maioria das problemáticas ocupa-se com a reconstrução dos fatos históricos demonstrando suas passividades de compreensão e explicação (para além das determinações político-econômicas e do peso as estruturas), entre outras coisas, preocupa-se, este projeto de pesquisa, com os anônimos, o cotidiano dos indivíduos, os seus relatos de memórias e suas trajetórias de vida.<sup>6</sup>

Focalizando os civis na dinâmica social condicionada ao golpe de 64, os antecedentes e as consequências desta manobra política, elabora-se um estudo preocupado com os pernambucanos do fim da década de 1950 e início dos anos 60. Pretende-se investigar os discursos e as práticas dos setores da sociedade que combatiam qualquer mudança do *status quo* e sentiam o “medo” de uma “revolução comunista” e, p<sup>7</sup>ncipalmente, destacar os “subversivos”, comunistas ou não, perseguidos e incriminados pela Lei de Segurança Nacional.

Nota-se que existe uma diversidade grande de estudos sobre os perseguidos políticos, os presos e torturados, os desaparecidos e os exilados do Brasil. Contudo, nas leituras iniciais

da historiografia do período, percebe-se a predominância de atenção às ações pós AI-5. Ao invés de reexaminar a biografia dos grandes líderes, interessam aqui as trajetórias de vida, condicionadas ao regime militar, dos cerca de 300 detidos entre os primeiros oito meses de governo, abril a dezembro, de 1964 em Pernambuco pela polícia política (DOPS) e forças militares.<sup>8</sup> Acreditando haver muito ainda a ser analisado sobre estas detenções, considera-se relevante uma pesquisa que procure estabelecer hipóteses e esclarecimentos contemporâneos, aliados à produção historiográfica recente, sobre a repressão desenvolvida pelos militares, suas instituições, suas práticas e seus discursos.

Para Jacques Le Goff “a história está sempre no centro das controvérsias”<sup>9</sup>, ou, noutros termos, que seus profissionais sempre se controvertem em busca de um modelo ideal em (re)fazer história. Comungando com as transformações que o mundo científico sentiu ao fim do século XX, principalmente pela divulgação da teoria da relatividade e da física quântica, por exemplo, pretende-se estudar, com este projeto, a dinâmica social das décadas de 50 e 60 da sociedade pernambucana utilizando os aparatos metodológicos incorporados pela historiografia a partir destas transformações.

Este estudo configura-se como uma proposta de análise sobre a estruturação das práticas de controle social dos órgãos de segurança e informação do regime militar em Pernambuco, sendo, inclusive, predominante a atenção dada aos artifícios e recursos que antecedem o ano de 1964. Afinal, o regime que se instala não pode ser pensado e analisado separadamente do aparato da tortura e repressão que o constituiu, e que durante certo período encontrou apoio em diversos setores da sociedade civil e política para absolver suas ações autoritárias como decorrentes da ameaça comunista.

Utilizando a perspectiva proposta por Giorgio Agamben, acredita-se existir um elo entre a prática da soberania e a ambição de controle da vida das pessoas na política moderna – a biopolítica. Neste sentido, a partir das análises de Agamben, em sua obra *O Poder Soberano e a Vida Nua*, identificam-se pontos de congruência com o quadro do poder soberano (militar) e da perseguição aos subversivos (biopolítica). Num ambiente de:

“estado de exceção, no qual a vida nua era, ao mesmo tempo, excluída e capturada pelo ordenamento, constituía, na verdade, em seu apartamento, o fundamento oculto sobre o qual repousava o inteiro sistema político; quando as suas fronteiras se esfumam e se indeterminam, a vida nua que o habitava libera-se na cidade e torna-se simultaneamente o sujeito e o objeto do ordenamento político e de seus conflitos, o ponto comum tanto da organização do poder estatal quanto da emancipação dele.”<sup>10</sup>

Discussão, inclusive, que se associa aos apontamentos foucaultianos, explicitamente citado por Agamben, sobre o controle social dos cidadãos. Não obstante, aproveita-se bastante as hipóteses de Foucault nesta pesquisa, notadamente para debater as funções e as

consequências dos aprisionamentos que os militares não perderam tempo em executar após a vacância da presidência de João Goulart em abril de 1964. Neste sentido, a utilização de obras como *Vigiar e Punir*(1993), *Arqueologia do Saber* (2000) e *Microfísica do poder* (2000) aparenta ser fonte fecunda para entendimento, entre outros, do sentido da vigilância como método de controle social; para vislumbrar a utilização da informação, colhida muitas vezes através de tortura, como saber-poder.

O diálogo estabelecido entre as “ciências humanas” permitiu uma expansão teórico-metodológica fortuita a elas. Para a história, este debate renovou as atenções conferidas as fontes visuais, a biografias, ao político, por exemplo. Assim, o conceito de cultura política configura-se como o mais capaz de representar a dimensão do político na vida cotidiana dos sujeitos analisados. Planeja-se utilizar a amplitude pluralista e culturalista da cultura política proposta por autores como René Remond, Serge Berstein e Rodrigo Motta (2009). Ou seja, cultura política seria um:

Conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.<sup>11</sup>

O que faz com que o trabalho com política adquira uma propriedade múltipla, diferente da visão clássica da narração das grandes figuras, grandes batalhas, eventos cronológicos marcantes. Transformando-se neste método indispensável para entender o cotidiano, as tradições, as regras e normas sociais como um todo.

Um dos empreendimentos orquestrados pelos militares durante seus governos foi a legitimidade e a legalidade da ditadura, conceitos nem sempre sinônimos. Por meio de atos institucionais e constitucionais, ansiava-se a aprovação moral e a justificação para as ações autoritárias.<sup>12</sup> Não se pretende aqui analisar a aceitação civil da legislação ditatorial dos militares como um todo, mas sua relevância na efetivação das prisões imediatamente após o golpe. Na realidade, um ponto de grande interesse deste trabalho é justamente trabalhar com a justificativa legal para as prisões de 1964 em Pernambuco.

Um das principais características destacadas pelo cientista político Anthony Pereira no livro *Ditadura e Repressão* é a sobrevivência ou adaptação do sistema judiciário já existente em países latinoamericanos, em que houve ditaduras militares, mesmo após a implantação do regime ditatorial. Assim ele afirma que:

“Os líderes dos governos militares do Brasil e do Cone Sul preocupavam-se com a legalidade de seus regimes. Apesar de todos eles terem chegado ao poder pela força,

esses governantes despenderam grandes esforços para enquadrar seus atos num arcabouço legal, uma mistura do antigo e do novo. Em todos esses regimes houve, por um lado, uma esfera de terror estatal extrajudicial e, por outro, uma esfera de legalidade rotineira e bem estabelecida.”<sup>13</sup>

Além do isolamento dos indivíduos que consideravam como inimigos públicos, os militares aproveitavam a dimensão da informação ao executar a prisão política. Tomar ciência das estratégias, ações e planos dos comunistas e “subversivos” era preocupação recorrente dos militares. Inclusive, existiam, desde a década de 30, órgãos de informação, aproximados por meio de uma *rede* e/ou *comunidade* de informações, especializados na análise, decomposição e desdobramento dos dados colhidos nos depoimentos dos confinados. Carlos Fico ao estudar a documentação desses órgãos conclui que:

“Deste modo, tomados inteiramente pela desconfiança sistemática, os agentes de informação desenvolveram algumas técnicas de trabalho capazes de gerar culpados em quantidade compatível com o forte sentimento anticomunista de que estavam tomados”<sup>14</sup>

Assim, uma das hipóteses preliminares baseada na observação da documentação do DOPS/PE que registra as breves reclusões de 1964 é de que o objetivo central destas detenções era a coleta de informações. Um dos principais estudos que contribuirão com a efetivação deste projeto de pesquisa é o de Marcília Gama sobre o DOPS. Quando a autora elaborou seu brilhante trabalho sobre a repressão em Pernambuco ela percebeu que a preocupação do aparato de segurança era “*ter o controle da vida dos indivíduos, produzir, apreender, divulgar, fantasiar e manipular informações reais ou imaginárias passa a ser o principal objetivo da polícia política de Pernambuco*”<sup>15</sup>. Apresentando um quadro nítido sobre o complexo sistema de vigilância que se desenvolvia antes e durante o período militar.

Os métodos do fazer historiográfico constituem-se numa dimensão tão relevante quanto os próprios acontecimentos temporais para o historiador. Representam, também, um objeto de estudo da historiografia, sobretudo, devido ao debate gestado a partir do positivismo do século XIX acerca da validade dos conhecimentos elaborados pelas denominadas ciências humanas. Considera-se importante registrar isto, pois é necessário que fique evidente a ausência da associação desta pesquisa com a perspectiva Rankeana da narração de fatos *como verdadeiramente aconteceram*. Ao contrário, não se entende a dinâmica social como algo pronto e acabado, mas de maneira múltipla e em movimento. Ou utilizando as palavras de Walter Benjamin, entende-se que “*articular historicamente o passado não significa conhecê-*

*lo "como ele de fato foi", Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo".<sup>16</sup>*

Procurando algumas possibilidades para a resolução dos problemas expostos até o momento e, ao mesmo tempo, abnegando a exclusividade e sacralização destes métodos, ou seja, destas possibilidades. Essa determinação do problema e de suas possíveis resoluções irá guiar a seleção dos documentos e a viabilidade de conclusões. Por extensão, este estudo, como já apresentado, tenta problematizar as nuances das prisões em Pernambuco no ano 1964 realizadas pelos órgãos de informação e segurança do Estado, suas as práticas e discursos legitimadores, suas consequências, entre outros.

Os historiadores que pesquisam a contemporaneidade apontam a facilidade do acesso e a abundância de fontes históricas, o que configura, também, uma dificuldade quanto a sua seleção. Para entender os anos 50 e 60 da sociedade pernambucana dispõe-se de grande diversidade de fontes primárias e secundárias, e esta variedade não para de se ampliar.

Por isto, a problemática desta pesquisa conta com uma série de documentos disponíveis para análise, principalmente os prontuários – individuais e funcionais – arquivados no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE) relativos a Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS/PE; bem como os relatos de memória do Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira (CEHIBRA) da Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (FUNDAJ); as entrevistas realizadas pelo Projeto Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil; e algumas fontes hemerográficas produzidas pelo Jornal do Commercio; Diário de Pernambuco e a Última Hora.

A principal fonte do estudo, de onde partem os fios e os problemas que tentam ser respondidos, é o Prontuário Funcional de número 1865-D arquivado no fundo 26.981 do DOPS/PE que registra os presos políticos em 1964 nas diversas instituições de segurança da capital pernambucana. Neste documento, aponta-se o número de 293 pessoas detidas, entre os meses de abril e dezembro, pelo exército executadas pelo 7º Regimento Militar, pela Delegacia Auxiliar, pela Casa de Detenção do Recife, bem como os encarcerados na Colônia de Férias, nos “Hospitais Militares” (com aspas no documento original), no Quartel do Corpo de Bombeiros e em suas Residências.<sup>17</sup>

Nas listas produzidas pelos agentes do DOPS estão catalogados o nome completo, a data de entrada e a data de saída da prisão (alguns apenas com a data de entrada), a profissão, o local de trabalho, o município e um espaço para “observações”. Sem contar que todas as pessoas referenciadas nesta lista possuem um Prontuário Individual, ou seja, “um conjunto de informações compiladas sobre uma pessoa no decorrer de um processo de investigação, que

servem como elemento de prova de um delito praticado e que levam ao enquadramento do indivíduo”<sup>18</sup> que varia de extensão, particularmente, conforme o grau de ameaça conferido ao indivíduo.

Remetendo-se a esta teia de documentos, planeja-se elaborar uma dissertação preocupada com a caracterização histórico-subjetiva dos “subversivos” pernambucanos. Usufruindo dos horizontes apresentados por historiadores como Montenegro (2009), Foucault (1993) e Deleuze (1992), entre outros, de que o entendimento histórico dos acontecimentos deve partir das conexões, das ligações, isto é, o trabalho do historiador deve se guiar pelo estudo dos fios, das relações e práticas, dos percursos, do *que se passa entre*. No intuito de fazer os documentos significantes por meio do entrecruzamento com outros documentos produzidos, sem exceção, com intenções e propósitos relacionados a suas fontes produtoras.

Para a materialização da pesquisa, também se analisa o acervo de fontes orais da Fundação Joaquim Nabuco disponíveis no CEHIBRA - Centro de Documentação de Estudos da História Brasileira<sup>19</sup> e os arquivados pelo Projeto Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil<sup>20</sup>, acreditando que estas fontes possuem grande fecundidade num estudo sobre *pessoas desconhecidas*. Já que, como afirma Antonio Montenegro, a história oral é “um meio privilegiado para o resgate da vida cotidiana”<sup>21</sup>, opera-se com as fontes orais, desta forma, como documentos férteis e que necessitam de uma análise peculiar. Levando em conta que “refletir acerca de uma história de vida a partir do relato oral de memória é debruçar-se sobre fragmentos que o narrador – ainda que com a participação do entrevistador - selecionou para construir uma imagem, uma identidade”<sup>22</sup>

Esclarece-se que o objetivo deste trabalho não será construir uma versão favorável a um lado da história, uma bandeira de luta contra os militares, pois, como demonstra Daniel Aarão, existe uma disputa de memórias sobre os acontecimentos da Ditadura Militar, uma recorrente análise de senso comum que coloca de um lado as vítimas e de outro os opressores, maniqueístamente divididos entre vilões e heróis.<sup>23</sup> Considera-se, sob este prisma, a proposta de Pablo Porfírio mais fecunda quando este afirma que é “importante desenhar a ampla rede social, cujas ações e/ou omissões, ao longo da década de 50, e principalmente no início dos anos 1960, favoreceram ao estabelecimento de uma ditadura militar no Brasil a partir de 1964”.<sup>24</sup>

## **Zézé da Galiléia: protagonista e anônimo nas Ligas Camponesas Pernambucanas:**

Não é de se espantar que a região agrária brasileira permaneça, em pleno século XXI, como o lugar de maiores desigualdades sociais desde a colonização exploradora da Coroa Portuguesa do século XVI. A Zona da Mata pernambucana, em especial, representa um modelo para este cenário. Pois, apresenta-se como um ambiente composto de peculiaridades generalizantes. Marcada pela monopolização, isto é o controle, em todos os âmbitos da vida em sociedade, de uma classe aristocrata criada a partir de relações de poder em cerca de quatro séculos.

Foi neste ambiente em que se organizaram as Ligas Camponesas na década de 1950. Movimento Social que contestará as estruturas tradicionais que mantinham o *status quo* de privilégios dos latifundiários, sobretudo da elite canavieira. As quais sofriam mudanças econômicas conduzidas pelas fundações de usinas, que transformou muitos engenhos em meros fornecedores de cana-de-açúcar (engenhos de “fogo morto”<sup>25</sup>), que contribuíram para o redimensionamento das relações de trabalho deste ambiente.

A partir de uma pesquisa, oficializada pelo Programa de Fortalecimento Acadêmico da Universidade de Pernambuco – PFA/UPE, realizada durante a graduação podemos compreender um pouco mais desta realidade. O trabalho daquele estudo centrou-se na trajetória de vida do senhor José Francisco de Souza, mais conhecido como Zezé da Galiléia, enquanto ex-administrador do Engenho e depois como um dos líderes das *Ligas*. À medida que Zezé da Galiléia, servia como ilustração do cotidiano sofrido dos moradores de engenho, fator principal para a efetivação do movimento de contestação das Ligas Camponesas.

Neste ambiente em crise surgiram de início sociedades assistencialistas, que depois adquirem um caráter contestador. Como exemplo, e modelo, no engenho Galiléia os moradores, inclusive Zezé, criam a SAAPP para tentar amenizar problemas habitacionais. Mas, com a ameaça de expulsão e a ajuda de legalização de Francisco Julião, logo se transforma em reivindicações e contestações que resultará na desapropriação favor dos camponeses. O caráter sintético que aqui se registra o início da onda propulsora das lutas no Galiléia é reconhecido pela historiografia como o berço e o modelo para propagação nacional das *Ligas*.<sup>26</sup>

O documento citado acima (Prontuário Funcional nº 26981 do DOPS/PE) registra a detenção de Zézé da Galiléia no dia 15 de abril de 1964 dando entrada na Colônia de Férias.<sup>27</sup> A data de saída de Zézé não é registrada no documento, nem foi possível precisá-la a partir dos documentos que tínhamos disponíveis à época da pesquisa da graduação. No entanto, podemos aproximar a data por meio de depoimentos da nora de Zézé.



Severina Ferreira de Souza. Dona Severina morava com seu marido, filho de Zezé da Galiléia em Recife e sempre que o Senhor José Francisco de Souza, Seu Zezé da Galiléia, vinha para a capital, para se encontrar com Francisco Julião ou realizar ações para a SAPP por exemplo, se instalava na sua residência. Sendo esta desconhecida pelos militares foi um ótimo esconderijo para o seu Zezé, e os outros líderes do movimento. E foi justamente lá que ele passou esse tempo escondido. Segundo Dona Severina ele:

“sempre visitava ela e seu marido, toda semana, praticamente estava lá[assim como ela participava das festas em sua casa, e visitava-o com frequência]. [...] quando os militares invadiram o Engenho da Galiléia meu sogro conseguiu fugir com alguns amigos, e eu e meu marido mantemos eles aqui, e manteríamos o tempo que fosse preciso. Só que o velho recebeu uma carta da Galiléia de sua mulher dizendo para ele ir para casa que os militares só iam ouvi-lo e ele viveria tranquilamente por causa de sua idade já avançada. Todo mundo acreditou que por causa da idade dele ele não seria preso, e então ele partiu para o engenho.”<sup>28</sup>

Certamente, essa era mais uma estratégia dos militares para prendê-lo. Foi exatamente o que aconteceu, ao chegar lá, nos diz fala José Joaquim da Silva: “Ele[seu Zezé] não recebeu nem voz de prisão. Entrou num jipe dos militares e seguiu para vitória, mas em vez de ir para Vitória o carro foi para Recife. E na Secretaria [de Segurança do Estado] foi preso.”<sup>29</sup>

A partir daí começa uma busca por José Francis de Souza, no Recife pela senhora Severina Ferreira de Souza por seu sogro, que para ela era um pai. Dona Severina saia todos os dias de casa sozinha, por que se mandasse algum homem da casa ou andasse junto a eles, estes, poderiam ser presos também, atrás de Seu Zezé em vários quartéis da região. Até que um dia chegou à Junta Militar de Olinda e soube que seu sogro tinha sofrido um ataque cardíaco e transferido para o 7º GAC – Regimento Olinda. Não teve dúvida e foi para lá atrás dele. A partir de então começou a visitar o seu Zezé todos os dias para levá-lo roupa, comida e remédio, sendo sempre bem atendida pelos militares. Isso ocorreu até o dia em que a situação de Seu José Francisco melhorou um pouco, cerca de quinze dias, e ele pode prestar depoimento. Segundo ela, ele passou dois dias dando depoimento aos militares e ela esperando-o.

José Francisco de Souza voltou a morar no Engenho da Galiléia após ser liberado pelos militares. O movimento das Ligas Camponesas já havia se desestruturado por completo. Já com uma idade avançada, e cheio de complicações de saúde, devido às torturas sofridas na prisão. Zezé da Galiléia faleceu no ano 1969 e está enterrado no município de vitória de Santo Antão.

- <sup>1</sup> Ver: FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- <sup>2</sup> AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua I*, trd. Henrique Burigo, 2 ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- <sup>3</sup> Ver: REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000; DREIFUSS, René A. 1964, a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981; etc.
- <sup>4</sup> ----- . Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória. In: MOTTA, Rodrigo Patto de Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Orgs) *O golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 50.
- <sup>5</sup> SILVA, Marcília Gama. *Informação, repressão e memória: Construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do Dops/PE (1964-1986)*. Recife: 2004. p 85.
- <sup>6</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, metodologia e memória*. São Paulo: Contexto, 2010.
- <sup>7</sup> PORFÍRIO, Pablo F. de A. *Medo, comunismo e revolução: Pernambuco (1959-1964)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.
- <sup>8</sup> Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE. Prontuário Funcional n. 26.981.
- <sup>9</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 2003. p. 74.
- <sup>10</sup> AGAMBEN, Giorgio. *Op. Cit.* p. 16-17.
- <sup>11</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org). **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**, Belo Horizonte: Argumentum, 2009. p 21.
- <sup>12</sup> Ver: FRANÇA, Andréa da Conceição Pires. *Doutrina e Legislação: os bastidores da política dos militares (1964-1985)*. São Paulo: 2009.
- <sup>13</sup> PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e Repressão: o autoritarismo e Estado de Direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. Tradução de Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2010 p. 53.
- <sup>14</sup> FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 100.
- <sup>15</sup> SILVA, Marcília Gama. *Op. Cit.* p. 58)
- <sup>16</sup> BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: Walter Benjamin, *obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política*. Vol. 1. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 244.
- <sup>17</sup> O documento intitula-se “Barreto Campelo – Presos Políticos” e possui 84 páginas, das quais apenas 16 serão utilizadas nesta pesquisa. Pois o prontuário completo trata das prisões do período de 1933 a 1974.
- <sup>18</sup> SILVA, Marcília Gama. Revista do Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano, Recife, v. 42, n. 47, dez. 1997. p. 50.
- <sup>19</sup> “A História Oral do Movimento Político-Militar de 1964 no Nordeste”. Recife: FUNDAJ. CEHIBRA.
- <sup>20</sup> Entrevistas disponíveis na internet, no canal do youtube “Marcas da Memória”. Link: [https://www.youtube.com/channel/UCc\\_-o5ZHJR03GDtpUqCvvXg/feed](https://www.youtube.com/channel/UCc_-o5ZHJR03GDtpUqCvvXg/feed) acessado no dia 05/06/2014 às 17:01.
- <sup>21</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 2001. p 16.
- <sup>22</sup> ----- . *História, metodologia e memória*. São Paulo: Contexto, 2010.p63.
- <sup>23</sup> Ver: REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória*. *Op. Cit.*
- <sup>24</sup> PORFÍRIO, Pablo F. de A. *Op. Cit.* p. 16.
- <sup>25</sup> Expressão eternizada por José Lins do Rego em seu romance histórico.
- <sup>26</sup> Ver mais: AZEVEDO, Fernando. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; CALLADO, Antônio. *Os industriais da seca e os galileus de Pernambuco, aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1960.
- <sup>27</sup> Instituição prisional pouco explorada ainda pela historiografia pernambucana. Exceto pela pesquisa magistral de Silva, José Rodrigo de Araújo. *Colônia de férias de Olinda: presos políticos e aparelhos de repressão em Pernambuco (1964)* João Pessoa, 2013.
- <sup>28</sup> SILVA, José Joaquim da. Em entrevista concedida ao autor, Raphael Henrique Roma Correia. Recife, 19 de setembro de 2009.
- <sup>29</sup> Idem.

**“A HISTÓRIA DA ÁFRICA VAI À ESCOLA”:** sugestões pedagógicas para aplicação  
**da lei 10.639/03 no ensino fundamental I.**

**REJANE RAMOS VIEIRA**

**RESUMO**

Diante das dificuldades que muitos professores apresentam em utilizar o conteúdo da História da África em sala de aula, onde na maior parte dos casos os professores desconhecem o conteúdo ou acabam utilizando os discursos do senso comum, pois muito desses professores foram formados por um currículo influenciado pelo contexto eurocêntrico, onde a cultura africana, na maior parte dos casos, não é valorizada, apresento a proposta de trabalho com oficinas pedagógicas para professores do ensino fundamental I (1º ao 5º ano) de como trabalhar o conteúdo da lei 10.693/03 em sala de aula. Esta proposta busca demonstrar novas visões a respeito dos conteúdos de História da África apresentadas em forma de oficina para que o professor além de ter acesso ao conteúdo possa em grupo criar novas formas de trabalhar as propostas apresentadas.

Palavras-Chave: História da África – Oficinas pedagógicas – Negro.

**ABSTRACT**

Given the difficulties that many teachers have to use the content of African history in the classroom, which in most cases teachers are unaware of the content or end up using the discourse of common sense, since many of these teachers were trained by a curriculum influenced by Eurocentric context, where the African culture, in most cases, is not valued, I present the proposal to work with educational workshops for teachers of elementary school (1st to 5th year) of the contents of working in law 10.693/03 classroom. This proposal seeks to demonstrate new views regarding the contents of African History presented in a workshop for the teacher as well as having access to the content group can create new ways of working on proposals.

Keywords: History of Africa - Educational Workshops - Black.

## **“A HISTÓRIA DA ÁFRICA VAI À ESCOLA”:** sugestões pedagógicas para aplicação da lei 10.639/03 no ensino fundamental I.

**REJANE RAMOS VIEIRA**

### **Introdução**

O brasileiro é resultado de diversidades culturais e da miscigenação de vários povos, isto aprendemos desde cedo na escola, mas de que maneira esta realidade é trabalhada? Será que é dada a mesma importância a todos os partícipes da nossa formação nos bancos escolares? O que sempre aprendemos é uma visão eurocêntrica de nossa formação, em que a participação negra é relatada somente quando se trata de escravidão ou nos estereótipos da influência na alimentação, música e danças. A figura negra, quando ressaltada, quase sempre é associada a isto ou a futebol. Até que ponto a disseminação destes discursos não causa um racismo, para alguns velados para outros abertos, na escola?

Em 2003 foi sancionada a lei 10.639 que tornou obrigatório o ensino de História da África e de cultura Afro-Brasileira nas escolas. Esta lei, fruto de uma luta de décadas do movimento negro, surge como uma forma de tornar mais democrático os conteúdos de História ensinados no Brasil. Um país verdadeiramente democrático não pode ter sua história baseada somente em um dos lados da nossa formação, mas sim em todas as faces que a completam. Muito mais do que mudar o discurso eurocêntrico para um afrocêntrico, é permitir que possa ser construída uma visão multirracial e pluricultural de como verdadeiramente somos.

Diante das dificuldades até hoje apresentadas por muitos na implementação da lei 10.639/03, fato este que verifiquei nos meus estágios não obrigatório em duas escolas Municipais da cidade do Rio de Janeiro, onde os professores, em sua maioria, desconhecem maneiras de se aplicar a lei, criei no meu trabalho de conclusão do curso de História da Universidade Gama Filho, oficinas pedagógicas para professores das primeiras séries do ensino fundamental, apontando várias maneiras de abordar a temática e principalmente como somos capazes de criar um ensino muito mais democrático, independente de uma lei que nos obrigue a isto, mas sim como forma de corrigir discursos antigos e assim formarmos um aluno muito mais cidadão e consciente de seu papel na sociedade. Este artigo é fruto deste trabalho.

## **Problemática e proposta**

O que pude perceber ao longo dos estágios que realizei é a grande dificuldade que os professores apresentam em utilizar o conteúdo da História da África em sala de aula. Na maior parte dos casos os professores desconhecem o conteúdo ou acabam utilizando os discursos do senso comum, pois muito desses professores foram formados por um currículo influenciado pelo contexto eurocêntrico, onde a cultura africana, na maior parte dos casos, não é valorizada.

Essa visão de que a África é um continente com uma cultura única, cheia de mazelas, é muito mais comum do que imaginamos. Oliva (2003) apresenta uma gafe do ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que evidencia as imagens que incorporamos e perpetuamos sobre o continente e que por muitas vezes reproduzimos em sala de aula:

Estou surpreso porque quem chega a Windhoek (capital da Namíbia), não parece estar num país africano. Poucas cidades do mundo são tão limpas, tão bonitas arquitetonicamente e tem um povo tão extraordinário como tem essa cidade [...]. A visão que se tem do Brasil e da América do Sul é de que somos todos índios e pobres. A visão que se tem da África é de que também é um continente só de pobre (CORREIO BRASILIENSE, 2003: 2 apud OLIVA, 2003, p.430)

O presidente Lula neste caso constatou o óbvio, como nossa sociedade tem uma visão falha a respeito do continente africano, e como esta visão é perpassada para as salas de aulas. Estas interpretações discriminatórias são resultados das apresentações deturpadas que temos, fruto de um casamento de ações e pensamentos do passado e do presente. Desta forma, se estas representações continuarem a ser reproduzido nas salas de aulas, muito provavelmente o imaginário de nossas futuras gerações não sofrerá modificações significativas.

Além disto, o currículo escolar no Brasil ainda é muito tradicional e com uma visão de mundo eurocêntrica, onde as mudanças ocorrem de maneira muito lenta e o currículo educacional não é debatido. Este vem pronto e o professor, em muitos casos, torna-se mero reprodutor dos conteúdos, sem parar para refletir em como ficam as culturas trazidas de outros espaços sociais para a escola, sem perceber as mudanças que estão ocorrendo do lado de fora da sala de aula.

Este é um dos grandes desafios da lei 10.639/03, como fazer os professores saírem de suas concepções e se abrirem a novas possibilidades de trabalho em sala de aula, posto que a

escola é um local onde as mudanças ocorrem muito lentamente. Oliveira (2012) cita um exemplo em um debate sobre a referida lei:

Na ocasião, estavam presentes diversos docentes, principalmente da área de história, e se debatia as grandes dificuldades de implementação da referida lei nos espaços escolares e na sala de aula. Essas dificuldades se referiam desde a falta de material didático sobre a história da África e dos negros no Brasil, o racismo presente entre crianças e jovens, certa dificuldade dos docentes em discutir um tema gerador de “muitos conflitos”, a falta de apoio pedagógico dos sistemas de ensino, até a defasagem na formação de professores sobre a problemática das relações raciais e educação.

Após tantas “evidências” levantadas no grupo sobre os desafios e as dificuldades de ter esta lei cumprida nas escolas, a professora declarou que “a sala de aula é o último lugar onde ocorrerão mudanças”. [...]

A professora não fez uma declaração em tom pessimista, mas tentando demonstrar que a superação e o combate ao racismo que esta lei apresenta implícita e explicitamente, estão mobilizando questões muito além de uma especificidade temática no campo educacional brasileiro. (OLIVEIRA, 2012, p.183)

Para que essas mudanças realmente aconteçam é necessário que além de formação profissional, o professor perceba que as mudanças são necessárias e para tanto ele deve buscar informações, deve buscar formação e capacitação.

Aliado a isso é necessário também que a escola abrace esta perspectiva e trabalhe todo o seu planejamento escolar baseado na perspectiva multicultural:

[...] Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Tem que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Resolução do Conselho Nacional de Educação, CP, 1/2004)

Diante das dificuldades apresentadas pelos professores, em sua maioria nos estágios que cursei/observei, de como trabalhar o conteúdo da lei 10.693/03 em sala de aula, apresento a proposta de trabalho com oficinas pedagógicas para professores do ensino fundamental I (1º ao 5º ano).

## Metodologia

Minha proposta metodológica consiste em uma capacitação usando oficinas pedagógicas com o conteúdo de História da África, elaboradas para professores das séries iniciais do ensino básico (1º ao 5º ano). Além disto, essas sugestões ficarão registradas numa apresentação utilizando a tecnologia PREZI<sup>1</sup> e disponível online em <http://prezi.com/c6jdfnhvidv-/sugestoes-pedagogicas-para-aplicacao-da-lei-1063903-no-ensi/>, que é uma nova maneira mais dinâmica e inovadora de apresentação dos conteúdos utilizados nas oficinas, pois a mesma permite a inserção de vídeos, imagens, textos, mas feitas de maneira multidimensional, com várias perspectivas. Será disponibilizado este material em CD para cada professor, sendo possível em qualquer momento o professor acessá-la e possibilitar novas visões das oficinas, com isso pretendo que outros profissionais possam pensar várias maneiras de se aplicar o conteúdo, em outras disciplinas e despertar nestes professores a vontade de buscar e criar situações diferentes de aplicação dos conteúdos da História da África.

O uso da apresentação em Prezi apresenta uma nova perspectiva de trabalhar o conteúdo, possibilitando despertar no professor uma nova visão em relação às apresentações do conteúdo, buscando sair da apresentação formal, para uma perspectiva mais dinâmica e inovadora, o que é mais compatível com a realidade do aluno de hoje.

## Plano de curso

- **Título do curso:** “A História da África vai à escola!”. Sugestões pedagógicas para aplicação da Lei 10.639/03 no Ensino Fundamental I
- **Público Alvo:** Professores do Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano)
- **Objetivos:**
  - a. Discutir o porquê da criação da lei, apresentando suas razões e propostas e mostrando que esta possibilidade já se encontrava presente na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira em seu art.26 §4º “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.” (Lei 9394, 1996).

- b. Apresentar novas perspectivas para utilização do conteúdo de História da África como forma de conhecimento de novas. Os Parâmetros Curriculares Nacionais de ensino fundamental já apresentam esta possibilidade e determinam sua importância:

Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais. (PCN 2 História, 1998)

- c. Levar o professor a perceber que o cumprimento da lei é uma possibilidade de combate ao racismo, conforme as Diretrizes Curriculares da lei 10639/03:

Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa. A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários. (CNE,2004)

- d. Mostrar como utilizar materiais diversos nas aulas (Prezi)

- **Método:** apresentação dos conteúdos e aplicação de atividades.
- **Carga horária total:** 8 h/a
- **Recursos:** computador, projetor, livros paradidáticos, material de apoio.



## Oficinas pedagógicas

<b>Oficina</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Atividades</b>
Alfabetário Africano	Mostrar ao professor formas de se trabalhar o alfabetário, mas utilizando-se de palavras e imagens do nosso vocabulário que são de origem africana.	Através do uso do alfabetário construir exercícios.
Vídeo Menina Bonita do Laço de Fita.	Discutir as diferenças e como somos resultados dos nossos ancestrais.	Atividades sobre família e percepção das diferenças.
A matemática nos jogos africanos	Perceber como é possível ensinar matemática através de jogos africanos.	Atividades de matemática com a construção de jogos africanos, como mancala e yoté.
Máscaras Africanas	Construção de atividades de artes mas com base na cultura africana.	Construção de máscaras africanas.
Uso de Livros Paradidáticos		
Bia Na África.	Percepção das semelhanças entre alguns países africanos e o Brasil.	Construção de brincadeiras de origens Africanas. Sugestão de construção de uma boneca Bia.
O chamado de Sosu.	Percepção das tradições orais, respeito aos mais velhos, semelhança em tradições musicais.	Atividades com desenho, dança e instrumentos musicais.
O Cabelo de Lelê.	Valorização das diferenças nas crianças.	Construção dos cabelos da Lelê, possibilidades de aplicação de diversos cabelos.

## Considerações Finais

A perspectiva deste artigo foi apresentar novas propostas de trabalho do conteúdo escolar que envolva a História da África e da cultura Afro-brasileira, pois assim o professor será capaz de trabalhar as propostas apresentadas pela lei em sala.

Pretendo que o professor, após o capacitação com as oficinas, possa ser capaz de perceber que é possível trabalhar este conteúdo de forma dinâmica, desafiadora, de maneira lúdica e interessante os conteúdos determinados pela lei.

Além disto, gostaria de levar o professor a refletir seu papel dentro de sala no que se refere a valorização da nossa pluralidade cultural e como consequência o combate ao racismo, deixando de ser um professor que somente reproduz conteúdo, mas dinamiza e critica o conteúdo, tornando seu aluno um futuro cidadão crítico e consciente do seu papel social.

## Notas

1. O Prezi é um software utilizado para a criação de apresentações não lineares, e poderá substituir o comumente utilizado [Power Point](#). No lugar, tudo é criado em uma estrutura única, parecida com uma palheta de designer real. A plataforma disponibiliza uma versão gratuita que roda a partir do [navegador](#). Após rápido cadastro, é possível criar suas apresentações tranquilamente. Além disso, é possível reutilizar apresentações públicas compartilhadas por outros usuários. Para apresentar o trabalho pronto, é possível acessá-lo pela internet ou baixá-lo em uma pasta compactada que não depende de acesso à internet para funcionar.

## Referências

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Diário oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>

BRASIL. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. *Diário oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 10 jan 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: DF, 10 mar 2004.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, ano 25, n° 3, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v25n3/a03v25n3.pdf>>

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. *História da África e dos Africanos na escola*. Rio de Janeiro: Imperial novo Milênio, 2012.

\_\_\_\_\_. “A sala de aula é o último lugar onde ocorrerão mudanças”. A Lei 11.465: suas implicações teóricas e práticas na recente produção acadêmica. In MIRANDA, Claudia, LINS Mônica R. F., COSTA, Ricardo C. R.(org). *Relações Etnicorracias na Escola: desafios teóricos e práticas pedagógicas após a Lei n.10.639*. Rio de Janeiro: Faperj, 2012. p. 183 – 219.

## **Além da vida: a distinção social e a continuidade simbólica diante da morte em Valença na segunda metade do século XIX**

**Renan Perozini Gomes Barrozo<sup>1</sup>**

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo analisar a relação social do homem diante da morte no oitocentos valenciano, tendo em vista que a esse fenômeno é carregado por símbolos atribuídos pelas sociedades de acordo com os seus contextos históricos, mas também, pelos diferentes grupos, que a partir da forma como a representa, demarcam uma distinção social.

Palavras-chave: Morte, representação simbólica, distinção social, boa sociedade.

**Abstract:** This article has as objective, analyse the human social relation against the death on the eight hundreds valenciano, as we see, that phenomen it's well-marked by symbols assigned by societies according by these historical contexts but also by the different groups, the from way is demarcate a social distinction.

Keywords: Death, symbolic representation, social distinction, good society.

Pensar a morte é algo que nos remete a ideias sobre ela, ideias essas modeladas pelos diversos contextos que atribuem a esse fenômeno natural, tal qual afirma Sigmund Freud “o objetivo derradeiro da vida é sua própria extinção”<sup>2</sup>, um significado simbólico, fazendo com que ela represente uma manifestação cultural. Pois é, como afirma Marilena Chauí “no sentido antropológico, uma criação coletiva e temporal de práticas, valores e ideias que rompem com a naturalidade das coisas na concepção humana, marcando sua consciência dos fatores que permeiam a sua vida e a sua morte”<sup>3</sup>.

Por esse motivo, os símbolos atribuídos pelas sociedades humanas à morte, em seus mais variados contextos, representam uma relação estruturante, ainda que possuam valores culturais, refletem um contexto social, estruturado através dos diferentes símbolos a fim de demarcar uma relação de poder<sup>4</sup>. A morte é uma representação simbólica que marca uma distinção social entre os grupos existentes em uma sociedade, o que faz dela, uma última maneira de demonstrar essa distinção, como mostra João José Reis "os poderosos

---

<sup>1</sup> Licenciando em História pelo Centro Universitário Geraldo di Biasi. renangomespb@gmail.com

<sup>2</sup> Apud REIS, João José. A morte é uma festa, ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. P.73

<sup>3</sup> CHAUI, Marilena. Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. In: Cidadania cultural: o direito à cultura. São Paulo: Perseu Abramo, 2003, p.39.

<sup>4</sup> BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 12.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

repetidamente faziam da hora da morte uma ocasião de reafirmar a distinção social em que viveram”<sup>5</sup>

Desta maneira, identificamos a morte como um fenômeno natural, carregado de simbologia atribuído pelas sociedades em seus contextos, como bem nos mostra Philippe Ariès em sua obra *História da Morte no Ocidente*<sup>6</sup>, na qual o autor demonstra como as sociedades ocidentais cristãs, atribuíram diferentes valores que iam de encontro com os seus mais variados contextos históricos, fazendo um estudo das diversas representações que a morte sofreu ao longo de toda Idade Média até os dias atuais.

De acordo com o Ariès, a morte teve seu significado modificado ao longo da história, pois determinados símbolos foram atribuídos à ela. Sendo assim, ele argumenta que as sociedades medievais, por terem a morte em seu cotidiano, enxergavam essa com maior familiaridade, em suas palavras, a morte estava “domada”. O seu momento era sempre esperado e havia uma necessidade de preparação para sua chegada<sup>7</sup>.

A partir dessa indagação, percebemos que as sociedades medievais mantinham uma relação muito próxima com a morte e exerciam, de certa forma, uma relação de poder sobre ela, pois faziam todos os preparativos para sua chegada. Esses preparativos são constructos históricos que refletem o contexto em que uma dada sociedade vive e atribui símbolos, retratando a sua interação com o meio social, como afirmou Pierre Bourdieu, “as representações simbólicas são os geradores de integração cultural, que são reflexo de um contexto social existente”<sup>8</sup>. Sendo assim, a “morte domada” para sociedade ocidental, era uma condição que seu contexto possibilitava.

Desta forma, os diferentes mecanismos simbólicos atribuídos pelas sociedades para uma expressão da identidade coletiva, tal qual a morte, estão ligados a uma representação política, que de acordo com René Rémond, “um povo demonstra o político tanto em sua maneira de conceber, de praticar de viver quanto por sua literatura, cinema e sua cozinha, as relações com o político o revelam, da mesma maneira que seus outros comportamentos políticos, o político está em todas as formas de uma sociedade se expressar”<sup>9</sup>.

---

<sup>5</sup> REIS Opus cit. p.159.

<sup>6</sup> ARIÈS, Philippe. *História da Morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

<sup>7</sup> Ibid ARIÈS.

<sup>8</sup> Ibid BOURDIEU p.10

<sup>9</sup> RÉMOND. René. *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro; FGV Editora, 2003.

Todavia no Brasil oitocentista, a morte recebeu um significado particular, pois manteve permanências do colonizador, com isso, características da sociedade cristã ocidental, somadas a outras características do processo histórico brasileiro, tendo em vista a miscigenação que ocorreu no país. Desta forma, a morte no oitocentos brasileiro era uma manifestação pública, que visava atingir o que Reis chamou de uma “boa morte”<sup>10</sup>. O autor nos mostra que a cerimônia de enterro no Brasil, era algo público, encarado pela sociedade como natural e necessário à salvação do moribundo, pois de acordo com o autor, vários eram os preparativos para a morte. Havia a necessidade de um esforço coletivo, em suas palavras, para uma “morte bonita”<sup>11</sup>, necessitava-se de um apoio da igreja em comunhão e na extrema-unção, pois esses rituais simbolizavam o perdão diante da morte. A mortalha do moribundo representava, além de um rito doméstico necessário, uma distinção social como afirma Reis ao fazer uma comparação entre os anos de 1835-6, ele demonstra que o leque de opções para os livres era consideravelmente maior do que para os escravos e ainda mais do que os libertos<sup>12</sup>.

A sociedade valenciana, objeto de nosso estudo, não foge a esse contexto social do século XIX brasileiro. Suas representações diante da morte refletiam a realidade social existente em vida. Para analisar a cidade de Valença e as suas particularidades diante da morte, escolhemos como arquétipo de figura pública representante do poder, o Visconde do Rio Preto, que teve uma carreira política importante, marcando um período na sociedade valenciana.

De acordo com Antônio Silva, Domingos Custódio Guimarães, futuro Visconde do Rio Preto, se tornou um homem influente na política valenciana, tendo exercido seu primeiro cargo político como delegado da freguesia de Santa Tereza em 1858 e sendo eleito duas vezes como presidente da Câmara para a legislatura de 1861-64 e 1865-68, o que fez dele um grande líder senhorial que soube articular os seus opositores construindo uma rede de subalternos muito extensa, mas que morreu sem poder assumir pela terceira vez a presidência da câmara<sup>13</sup>.

---

<sup>10</sup>Ibid REIS

<sup>11</sup> Opus Cit p. 100

<sup>12</sup> Opus Cit REIS p.125

<sup>13</sup> SILVA, Antônio Carlos A “boa sociedade” valenciana do século XIX: redes de sociabilidade (1829-1868) Dissertação de mestrado. Vassouras, PPGH/USS, 2010.

Por ter tamanha importância política, sua morte não poderia ser diferente do que fora sua vida. No dia 7 de setembro de 1868, morria um grande do império<sup>14</sup>, Visconde do Rio Preto, mas o que fez de sua morte algo importante, não foi ela por si só e sim as representações simbólicas que a permearam, sendo válido ressaltar que ele morreu no dia de seu aniversário, em meio a uma festa organizada pelo mesmo, no dia em que se comemorava a independência do Brasil, mas também e nem por isso menos importante, era o dia da inauguração da estrada de rodagem que ligava Paraibuna a Porto das Flores passando diretamente pela fazenda do Paraíso, posse de Domingos Custódio<sup>15</sup>.

Essa festa reuniu como descreveu o memorialista Eloy de Andrade, citado na obra de Rogerio Tjader, toda boa sociedade do Rio de Janeiro;

“ o Rio de Janeiro foi convidado em peso”. Conselheiros de Estado, Ministros, Senadores, Deputados Gerais e Provinciais, nobres das mais variadas titulações, entre os quais se pode citar o Visconde do Bom Retiro, o amigo predileto do imperador e o já agora Marquês de Bonfim, o velho sócio da firma Mesquita e Guimarães. Advogados, políticos, médicos, altos funcionários civis e militares das mais elevadas patentes. Elegantes senhoras rodeadas das mais graciosas moças da sociedade carioca e fluminense, davam um colorido especial de frescor e beleza, com seus vestidos rodados de seda.”<sup>16</sup>

A ligação entre uma festa e um funeral no Brasil oitocentista é destacada em João José Reis, de acordo com ele essas festas em funerais eram mais do que um passatempo, era uma questão de fé. O autor demonstra que para os brasileiros do século XIX, ter muitas pessoas no seu funeral tinha dois significados, um secular e um religioso, pois representava o prestígio do moribundo ter muitas pessoas envolvidas em seu velório, assim como a quantidade de pessoas significava mais orações, o que favorecia a obtenção de uma “boa morte”<sup>17</sup>.

Esse prestígio se fez notar no momento de sua morte, nas palavras de Tjader "Morreu o Visconde do Rio Preto, em meio a maior pompa que um ser humano possa idealizar, numa apoteose completa, ao som do Hino Nacional, sob vivas e chuvas”<sup>18</sup>. Desta maneira, como afirmou Reis, a quantidade de pessoas no funeral demonstrava o prestígio do moribundo. Concluímos a partir desses indícios que morrer em meio a uma festa que reunia

---

<sup>14</sup> TJADER, Rogerio da Silva. Visconde do Rio Preto, sua vida, sua obra. O esplendor de Valença. Valença: Gráfica PC Duboc Ltda., 2014.

<sup>15</sup> Opus Cit TJADER p.186

<sup>16</sup> Idem

<sup>17</sup> REIS, J.J. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista in NOVAIS, F. Coordenador geral. História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997

<sup>18</sup> Idem 2014 p. 191.

grande quantidade de pessoas importantes da corte carioca, era uma representação simbólica que demonstrava seu prestígio e sua distinção social.

No que diz respeito às representações simbólicas, é importante destacar a obra de Roger Chartier, pois as representações simbólicas são aquelas que organizam o mundo social com as categorias da percepção do real, a forma como se pretende fazer entendido, variando de grupo para grupo e com diferentes objetivos decorrentes do grupo ou do indivíduo que se pretende fazer notado<sup>19</sup>. Essa forma de ser percebido faz parte de uma estrutura simbólica que se configura em um espaço social estruturante. Como demonstra Bourdieu “o poder simbólico é um poder de construção da realidade, que tende a estabelecer uma ordem”<sup>20</sup>. Neste ponto, é interessante ressaltar a importância do diálogo entre os autores, pois a partir da noção de representações de Chartier podemos notar a forma do de se fazer notado que um indivíduo constrói para si mesmo e esse modo de ser percebido, obedecem a uma noção simbólica que se integra a construção de uma percepção de mundo. Uma figura importante para política local valenciana como o Visconde do Rio Preto, não poderia ter feito diferente. Esta festa que reuniu tantas figuras ilustres da boa sociedade fluminense, que raramente eram organizadas por ele<sup>21</sup>, a forma como se deu o seu fim derradeiro “sob vivas e chuvas”, enquadram-se na noção estruturante das representações simbólicas descritas anteriormente.

Seguindo assim uma lógica da dita “boa morte” analisada por João José Reis, é importante ressaltar que essa ideia estava relacionada com a concepção humana sobre o mundo dos mortos, como afirma o autor

“O tema se liga a uma das preocupações maiores dos homens e mulheres daquele tempo, a preocupação com uma boa morte. As concepções sobre o mundo dos mortos e dos espíritos, a maneira como se esperava a morte, o momento ideal de sua chegada, os ritos que a precediam e sucediam, o local da sepultura, o destino da alma, a relação entre vivos e mortos – eram todas questões sobre as quais muito se pensava, falava, escrevia e em torno das quais se realizavam ritos, criavam-se símbolos, movimentavam-se devoções e negócios”<sup>22</sup>

Ainda de acordo com o autor

“A morte era tida como uma passagem, motivo por que a ideia de deslocamento espacial e viagem estava sobremaneira presente nos ritos que a cercavam. As cerimônias e a simbologia que envolvia a morte eram produzidos para promover uma boa viagem para o outro mundo, cuja distância deste era consideravelmente menos do que hoje. O Tratamento

---

<sup>19</sup>CHARTIER, R. a história cultural, entre práticas e representações. 2.ed. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.17

<sup>20</sup>BOURDIEU Opus Cit p.9

<sup>21</sup> Idem TJADER p. 187

<sup>22</sup> REIS, J.J. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista in NOVAIS, F. Coordenador geral. História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 p. 96



dispensado ao morto visava integrá-lo o mais breve possível em seu lugar para seu próprio bem e a paz dos vivos.”<sup>23</sup>

Diante disso, notamos que as representações simbólicas estão caracterizadas em todas as formas de um indivíduo se fazer notado, a fim, assim, também de responder aos seus anseios, seja nos discursos, em uma festa, cerimonial, no local em que habita, na forma de se vestir e até mesmo no local de seu sepultamento, tendo em vista que esse local será o último a abrigar o corpomoribundo. Atentando a noção cristã oitocentista de que a morte não rompe com a existência, mas há uma ideia de continuidade no Além, configurado por uma crença cristã, que só considera a morte, a ida da alma para o inferno, conforme as palavras de Reis “Na tradição católica do Além, a morte existia apenas nos casos em que a alma fosse dar no Inferno”<sup>24</sup>

Seguindo, assim, também, uma lógica da existência de um terceiro elemento nesse caminho até o paraíso cristão, o Purgatório, que era “uma região de passagem na geografia celeste. Para dele escapar mais rapidamente, além do arrependimento na hora da morte, os mortos precisavam da ajuda dos vivos, na forma de missas e promessas a santos. A existência do Purgatório permitia e promovia a relação entre vivos e mortos.”<sup>25</sup> Fator essencial para compreensão de uma vontade de ter o que Reis chamou de uma boa morte, descrito conforma as palavras do autor “ A boa morte significava que o fim não chegaria de surpresa para o indivíduo, sem que ele prestasse contas aos que ficavam e também os instruisse sobre como dispor de seu cadáver, de sua alma e de seus bens terrenos”<sup>26</sup>. No entanto, voltando ao universo das representações simbólicas, faz-se necessário uma análise que tenha por objetivo entender de que maneira se configurou o local sepultamento do Visconde do Rio Preto.

Segundo nos descreve Philippe Ariès<sup>27</sup>, alguns indícios encontrados no túmulocarregam consigo uma noção laica, de individualização e continuidade, que, ao estarem relacionados a uma representação, visam a distinção.

---

<sup>23</sup> Idem

<sup>24</sup> Idem

<sup>25</sup> Idem

<sup>26</sup> REIS, João José. A morte é uma festa, ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. P.92

<sup>27</sup> ARIÉS, Philippe. História da Morte no Ocidente. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003. P. 62



#### Lápide alusiva no frontispício do mausoléu

**Fonte:** TJADER, Rogerio da Silva. Visconde do Rio Preto, sua vida, sua obra. esplendor de Valença. Valença: Gráfica PC Duboc Ltda., 2014

Essas inscrições esinais assinalados conforme o autor, nas sepulturas, possuem além de uma função que demarca a identidade, a manutenção de uma memória, tendo em vista que aquela morada perpétua carrega, assim, a lembrança do defunto, fazendo, desta maneira, com que essas sepulturas perpétuas de uma dada família, tornem-se uma forma de se fazer notado, garantindo um prestígio social, como bem demonstrou João José Reis, mencionado anteriormente “os poderosos repetidamente faziam da hora da morte uma ocasião de reafirmar a distinção social em que viveram”<sup>28</sup>. Por esta razão, não poderia ter sido diferente em se tratando do Visconde do Rio Preto.

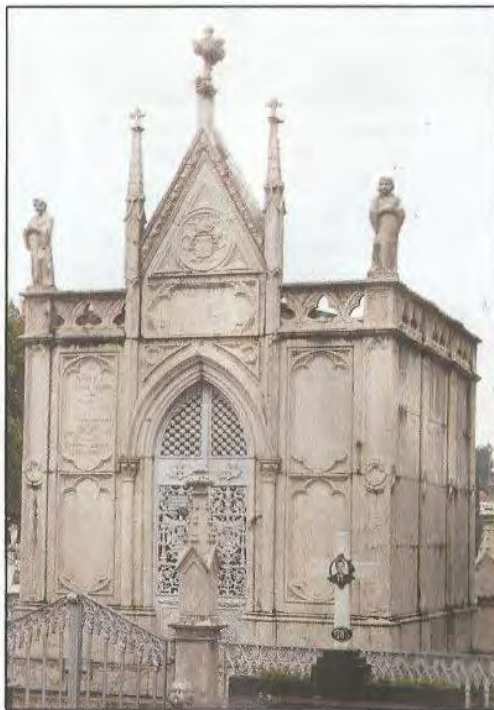
Tomando como ponto de partida a arquitetura do cemitério de Valença, podemos notar que ele é um local onde as representações simbólicas também são postas em prática, seja de maneira religiosa, ou laica, através da arquitetura, dos sinais, que afirmam uma identidade, sinal de prestígio social de determinados grupos, ou indivíduos, como o Visconde do Rio Preto.

Podemos notar que enquanto local de sociabilidade, o cemitério de Valença é organizado de acordo com as condições sociais existentes em vida. Ele reflete em sua arquitetura as maneiras de ser percebido que se configuravam em vida, o que pode ser notado

---

<sup>28</sup>Opus Cit

na forma monumental de sepultura criada para família do Visconde. Monumental este que tem um fator simbólico muito evidente, pois partindo da noção de monumento de Jacques Le Goff, “o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação”<sup>29</sup>.



Túmulo do Visconde do Rio Preto

**Fonte:** TJADER, Rogerio da Silva. Visconde do Rio Preto, sua vida, sua obra. esplendor de Valença. Valença: Gráfica PC Duboc Ltda., 2014.

Notamos a evidente ideia de continuidade e preservação da memória de Domingos Custódio Guimarães e sua família, mas também a distinção social. Essa forma de perpetuar a recordação enunciada é um dos fatores que mantém uma dada personalidade viva na memória de uma sociedade, conforme bem observou Le Goff “Os fenômenos da memória, tanto nos seus aspectos biológicos como nos psicológicos, mais não são do que os resultados de sistemas dinâmicos de organização e apenas existem “na medida em que a organização os mantém ou os reconstitui.”<sup>30</sup>

Sistemas dinâmicos assim como a “boa sociedade” valenciana, estudada por Antônio Carlos Silva, que demonstra em seu estudo, a maneira como ela se organizava em locais de sociabilidade para por em prática os seus projetos. Esses locais de sociabilidade visavam manter uma estrutura social, assim como nos mostrou Silva, com base em Ricardo Salles

---

<sup>29</sup>LE GOFF, J. Documento/monumento in LE GOFF, J História e memória 7.ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2013 p. 486

<sup>30</sup> LE GOFF, J Memória in Opus Cit p. 388

“A chamada classe senhorial constrói, um modelo no qual no centro do poder político e social ficam os grandes proprietários e ao seu redor gravitam profissionais liberais, pequenos proprietários que para ele são de fundamental importância para o relacionamento de extensão do poder dessa classe senhorial; as chamadas redes de sociabilidade.”<sup>31</sup>

Ainda em sua obra, Silva nos mostra três desses locais de sociabilidade, mas que, porém, nós nos atentaremos apenas à um desses em nosso estudo, a imprensa, local onde a voz da boa sociedade se fazia ouvir de maneira explícita.<sup>32</sup>

Antes da análise do documento, faz-se necessário observar que pelo nosso recorte temporal, 1868-69, recorreremos apenas a um periódico onde se articulava o pensamento da “boa sociedade” valenciana, *o Alagoas*, que apesar de ter sido publicado apenas dois anos, foi um importante local de propagação de ideias.<sup>33</sup> Assim como eram meios de propagar ideias, os periódicos também eram difusores de eventos, cerimônias, assim como de velórios.

Seguindo a linha de pensamento proposta por Chartier, procuramos entender como a leitura desses periódicos “dão formas e sentidos aos gestos individuais - , e que coloca no centro de sua interrogação os processos pelos quais, face a um texto, é historicamente produzido um sentido e diferenciadamente construída uma significação”<sup>34</sup> o que para nós, pode ser entendido como a necessidade de exaltar uma figura que fora grande líder local.

#### Noticiário

“- O Visconde do Rio Preto não terá sucessores, e nem quem de longe o imite.

- Morreo! Mas não morrerá a sua lembrança, que viverá eternamente nos corações do agradecido povo valenciano, á quem, com mão prodiga, cobrio de tantos benefícios”<sup>35</sup>

Nesse sentido, percebemos através do dialogo com Bourdieu sobre o poder simbólico, no que diz respeito a estruturação da realidade, com Chartier, no que tange a relação que existe entre a escrita que se produz e a leitura que se pretende

“Por um lado, a leitura é prática, criadora, atividade produtora de sentidos singulares, de textos ou de fazedores de livros, ela é uma caça furtiva, no dizer de Michel de Certeau. Por outro lado, o leitor é sempre pensado pelo autor, pelo comentador e pelo editor como devendo ficar sujeito a um sentido único a uma compreensão correcta, a uma leitura autorizada.”<sup>36</sup>

---

<sup>31</sup> SILVA Opus cit

<sup>32</sup> Idem p. 57

<sup>33</sup> Idem p. 58

<sup>34</sup> CHARTIER Opus Cit p.121

<sup>35</sup> In *O Alagoas*. Ano I. N.º 4 13 de setembro de 1868. CD – 009 CDH/CESVA

<sup>36</sup> CHARTIER Opus Cit 123

Notamos assim a clara necessidade de encontrar outra liderança a fim de tocar os projetos da “boa sociedade” valenciana.

#### Noticiário:

”- O sagrado fogo da caridade, que o finado Visconde ateára, e sempre accesoconservára no Hospiral de Valença não se extinguirá á mingua de sacerdotes; - os melhoramentos materiaes, que tanto impulso recebem, não estacionarão, e nem o importantíssimo projecto do ramal morrerá suffocado pelo asphixiantehalito do desanimo; por que consta-nos que o prestimoso cidadão e importante fasendeiro do município o Sr. Manoel Antonio Esteves, tomára a peito tornar effectiva sua realisação. Vouloirc’estpouvoir.”<sup>37</sup>

Concluimos assim, que a imprensa local tinha força criadora de discursos no qual, seus projetos podiam ser expostos, mas, além disso, era difusora de eventos que compunham o cotidiano social “fixam ou são portadoras da palavra, cimentam as sociabilidades e prescrevem os comportamentos, atravessam o foro privado e a praça pública, levam a crer, fazer ou a imaginar: revolvem a cultura na sua totalidade, compondo com as formas tradicionais da comunicação, instaurando novas distinções”<sup>38</sup>.

Distinções essas que estão configuradas em diversos locais que compõe o universo simbólico, tornando-se possíveis de serem entendidas na medida em que analisamos as representações praticadas no interior dos grupos sociais. Assim sendo, percebemos de que maneira, até a morte tem um significado que vária de acordo com o grupo que a reproduz, demarcando uma distinção social que vai além da vida, mas que a atravessa e configura uma estrutura social.

---

<sup>37</sup>In O Alagoas. Ano I. N°8 13 de outubro de 1868. CD – 009 CDH/CESVA

<sup>38</sup> Idem Chartier p.138

## **Ficção científica, antropologia e história: um estudo de caso do romance A Mão Esquerda da Escuridão, de Ursula K. Le Guin**

Renata da Conceição A. da Silva<sup>1</sup>

Resumo: Este artigo pretende redescobrir e olhar a obra *A Mão Esquerda da Escuridão*, de Ursula K. Le Guin, a partir de três faces: o gênero a qual pertence, a ficção científica, e suas particularidades; a significância dos conteúdos da obra enquanto um livro do fim dos anos 60 – utilizando para tal os referenciais da teoria da história Reinhardt Koselleck e Jörn Rüsen; a obra enquanto um experimento antropológico.

Palavras-chave: gênero, feminismo, ficção científica

Abstract: This paper aims to rediscover and to look at the romance *The Left Hand of Darkness*, by Ursula K. Le Guin, from three points of view: the genre, science fiction, to which it belongs; the meaning of the content of the text as a romance from the end of the 60s – using for this purpose the history theory referentials Reinhardt Koselleck and Jörn Rüsen; the work as an anthropological experiment.

Keywords: gender, feminism, science fiction

### **Introdução**

“Fiction here is likely to contain more truth than facts”, disse Virginia Woolf<sup>i</sup>. Escrever ficção é trabalhar com tensões entre verdades e não-verdades que podem nos levar, através de distanciamentos e aproximações, a redescobrir e nos reapropriarmos de coisas há muito perdidas.

Escrever presume um desejo de ação no mundo. Está então necessariamente ligado às percepções que sua autora (ou autor) têm do seu contexto. Assim, a escrita de alguém está sempre na tensão entre o seu *espaço de experiências* e o seu *horizonte de expectativas*<sup>ii</sup>. A *consciência histórica*<sup>iii</sup> trata da nossa experiência, que mobilizamos em todas as decisões que

---

<sup>1</sup> Graduanda em licenciatura e bacharelado em História pela Universidade Federal Fluminense. Email para contato: renatacas@id.uff.br.

tomamos; e trata da nossa expectativa de futuro, nosso entendimento do passado e intenções no presente. É a ligação que necessariamente fazemos entre passado, presente e futuro para agir no mundo.

## II – Especificidades e potencialidades da ficção científica

A ficção científica, devido provavelmente à sua popularização humilde através das revistas pulps nos EUA, passou longo tempo sendo considerada literatura inferior e demorou a ser respeitada. Ainda hoje em dia, no que se trata de estudos brasileiros, escrevem sobre ela aqueles e aquelas que foram seus fãs na juventude e levaram este amor para a universidade, o que forma ainda um círculo limitado de pesquisadores. Assim, ainda é uma fonte de veras inexplorada.

Entenderei aqui a FC como uma prática específica, produto de particularidades surgidas na era moderna, principalmente a mudança na percepção do tempo causada principalmente pela Revolução Francesa no Ocidente, segundo Koselleck. Para o historiador alemão, após a revolução se materializa o conceito de progresso e a mudança passa a ser a constante. A revolução técnico-científica e as novidades no mundo da ciência aceleram a mudança e aproxima os futuros possíveis. De toda esta mudança de percepção a ficção científica enquanto gênero é uma termômetro privilegiado. Como disse Isaac Asimov, o bom doutor:

What is important about science fiction, even crucial, is the very thing that gave it birth – the perception of change through technology. It is not that scientific fiction predicts this particular change or that that makes it important, it is that it predicts *change*<sup>iv</sup>.

Quando falamos de ficção científica, por causa de suas especificidades como: proximidade da literatura popular; leitura tipicamente mais palatável, pelo menos até os anos 60; liberdade e até incentivo para imaginar (sendo esta uma particularidade do gênero especulativo), sua capacidade de fazer “previsões” (lembrando do papel de Isaac Asimov para a legitimação do campo, um cientista respeitável e escritor apaixonado do gênero), falamos de uma literatura que teve amplo alcance e foi levada a tratar de assuntos contemporâneos a si incorporando questões políticas fundamentais em suas tramas.

Mas uma das coisas mais fascinantes da ficção científica é como ela toda pode ser classificada como um encontro com o Outro. De fato, como vemos presentes em vários clássicos do gênero (*Guerra dos Mundos* de H.G. Wells, *Encontro com Rama* de Arthur C. Clarke.), este é o tema principal das narrativas. Portanto, é um gênero muito apropriado para começarmos a investigar como uma época vê e percebe o tempo e também estudarmos como determinadas sociedades lidam com alteridades.

A partir das reflexões teóricas feitas até aqui fica mais clara a plausibilidade da escolha de um romance do gênero enquanto uma fonte, já que por sua forma e conteúdo ele se torna também um exercício antropológico. Na associação de análises internas e externas da obra, através da dinâmica das personagens e do que diz a autora sobre sua obra, tentaremos desbravar os significados produzidos e invocados pelo texto.

### **III – A Mão Esquerda da Escuridão**

Ursula Kroeber Le Guin (1929) é uma autora de ficção científica e fantasia estadunidense. Filha de dois antropólogos, Alfred e Theodora Kroeber, sendo que sua mãe também teve incursões no campo da história, parece não ser à toa que a autora deste texto se sentiu atraída por aquela.

A autora publicou em 1969 o livro *The Left Hand of Darkness*, republicado recentemente há alguns anos como *A Mão Esquerda da Escuridão*<sup>v</sup>. O livro faz parte de um universo futurista criado pela autora onde a humanidade já se espalhou por vários planetas e as nações são coordenadas por um centro chamado Ekumen. A estória é um exercício de imaginação de um choque cultural de um ser humano típico – voltarei a isso em breve – ao realizar sua missão de integrar ao Ekumen um planeta onde as pessoas na maior parte do tempo são andróginas.

O livro possui 20 capítulos ao todo. Destes, nove são narrados por Genly Ai; cinco são narrados por Estraven; outros cinco se referem à cultura e história do planeta Gethen: três sendo narrativas de folclore do lugar, um extrato do livro sagrado da religião yomeshita, e o último é um mito de criação retirado de um texto pré-Yomesh; por fim, há um capítulo que é um excerto das anotações de uma Investigadora ao visitar o planeta anos antes do Móvel ser enviado.



Genly Ai é um enviado do Ekumen. Sua designação é a de Móvel, aquele que é enviado em missão de tratar com as autoridades competentes para a integração do planeta à confederação ekumênica. Ele somente recebe sua missão depois que os Primeiros Investigadores se certificam de que a civilização do planeta está apta a receber visitantes alienígenas.

O romance começa em uma cerimônia onde o atual monarca, Rei Argaven XV, inaugura um porto na cidade onde Genly Ai se instalou para começar sua missão, Karhide. O nome do primeiro capítulo é “Um desfile em Erhenrang” e lemos que ele vem “Dos arquivos de Hain. Transcrito do documento ansível 01-01101-934-2-Gethen, ao estacionário em Ollul: relatório de Genly Ai, Primeiro Móvel em Gethen/Inverno. Ciclo Hainiano 93, ano ekumênico 1490/97”.

Muitas destas expressões com nomes de lugares, datação e afins são explicados em um apêndice no fim do livro e também começamos a entendê-los ao longo da narrativa. Hain, por exemplo, conforme aprendemos em um capítulo posterior, é a sede do Ekumen, e portanto o local onde todo o conhecimento coletado sobre outros planetas fica armazenado.

Genly descreve o desfile cerimonial e através de pequenas indicações vamos conhecendo a civilização getheniana.

(...) Primeiro vêm mercadores, poderosos e artesãos da Cidade de Erhenrang, uma fileira após a outra, magnificamente vestidos (...) Seus rostos são calmos e atentos. Não marcham em compasso. É um desfile sem soldados, sem sequer soldados falsos.

Em seguida, vêm os nobres, prefeitos e representantes, uma pessoa, cinco, quarenta e cinco ou quatrocentas, de cada Domínio e Co-Domínio de Karhide, um cortejo enorme e luxuoso movendo-se ao som de clarins (...)

Em seguida, o destacamento real, guardas, funcionários e dignitários da cidade e da corte, deputados, senadores, chanceleres, embaixadores, nobres do Reino, nenhum deles marchando ou formando fileiras, mas caminhando com grande dignidade; e, entre eles, está o Rei Argaven XV, de manto, camisa e culotes brancos, perneiras de couro da cor de açafião e um pontiagudo barrete amarelo. Um anel de ouro no dedo é seu único adorno e o símbolo de sua posição. (...) <sup>vi</sup>

Vê-se que Karhide tem uma estrutura social e de poder semelhante à da idade moderna da nossa história comum. Um monarca, Domínios, corte, nobres. E a princípio predominantemente masculina, já que todas as personagens até agora são referidas com

pronomes masculinos. Só na página 14, quando Genly troca palavras com aquele cuja posição é a de Ouvido do Rei, temos a primeira pista sobre a natureza do povo getheniano: “Enxugando o suor de sua testa escura, o homem – *homem*, devo dizer, já que me referi a ele usando o gênero masculino – o homem responde (...)”.

Le Guin escreveu *Mão Esquerda* durante seus primeiros contatos com a literatura feminista. Ela conta que a princípio as ideias lhe soavam muito radicais e ela teve dificuldade para absorvê-las. Somente em um livro de 1978, segundo ela, sua absorção de ideais feministas aparece claramente. Sobre o livro aqui analisado, ela diz:

JORNALISTA

O que te levou a situar *A Mão Esquerda da Escuridão* em um mundo onde gênero é algo fluido?

LE GUIN

Esse foi meu entendimento ignorante do feminismo. Eu sabia somente o bastante para entender que o gênero mesmo estava sendo posto em questão. Não tínhamos a linguagem ainda pra dizer que gênero é uma construção social, que é como nós simplificamos agora. Mas gênero – o que é gênero? Ele precisa ser masculino, ele precisa ser feminino? Gênero havia sido lançado à área onde a ficção científica vai procurar assuntos interessantes para revisitar e re-questionar. (...) Você poderia dizer que eu estava me perguntando, “O que significa ser mulher, ou homem, masculino ou feminino? E se você não fosse?”.

JORNALISTA

Ou, no romance, e se você às vezes fosse um gênero, outras vezes o outro, e mais frequentemente nenhum deles?

LE GUIN

Bem, você tinha que ser [ter um gênero definido] às vezes, porque isso é sexualidade. Eu achei que pessoas fossem odiar o livro, especialmente homens. E foram os homens que o adoraram!

JORNALISTA

Por que você acha que foi assim?

LE GUIN

Eu nunca entendi isso. As mulheres, várias das quais estavam com seu pensamento mais desenvolvido do que o meu, disseram, “mas ela chama todos eles ‘ele’!”. E elas estão certas, eu chamei todos [os personagens] “ele”, e defendi isto durante algum tempo, até que eu percebi que isso não passaria também.<sup>vii</sup>

Em outra entrevista, ao falar sobre a postura sexista de Genly Ai em certas passagens do romance:

No seu ensaio de 1976 "Gênero é necessário?" você se refere a Genly Ai como "convencional" e "conservador". Houve debates no Book Club sobre a visão estereotipada que Ai tem de Estraven como feminino quando ele parece fraco ou vulnerável. Você considera Ai sexista?

Ah, sim. Não um malvado. Não um misógino. Ele simplesmente aceitou e se identificou com a definição da sua sociedade de que as mulheres são mais fracas que os homens, mais desleais, menos corajosas, etc. - fisicamente e intelectualmente inferior. Esse preconceito de gênero existiu por tantos milhares de anos em sociedades tão diferentes que eu não hesitei em carregá-lo para o futuro.

Em 1968 eu acho que ninguém poderia ter imaginado um homem da terra se sentindo bem e confortável com a situação dos gêneros alienígenas de Gethen. Passou pela minha cabeça enviar uma mulher - e ela teria reagido muito diferente de Genly.

Mas ficção científica em 1968 não era sobre mulheres. Era sobre homens. Era um mundo de homens. Eu senti que assumia um grande risco do jeito que era, apresentando a um público majoritariamente masculino estas pessoas com gêneros estranhos. Eu pensei que os caras fossem odiar.

Eu estava errada. Eles gostaram muito. Foram as feministas que me deram trabalho sobre isso por anos. Elas queriam que eu tivesse sido mais corajosa. Acho que eu gostaria de ter sido. Mas eu fiz o melhor que eu sabia como fazer. E Genly realmente aprende muito!<sup>viii</sup>

As citações longas se fazem necessárias. Na fala de Ursula vemos as tensões entre um espaço de experiência e um novo horizonte de expectativas se delineando. No contato com a literatura feminista Ursula absorve essa mudança em fluxo e através dela escolhe seu de curso de ação: uma sociedade com gênero fluido... mas todos ainda são "ele". Ela também não sentiu que o ambiente seria propício para enviar outra pessoa que não um "ser humano típico": homem, aparentemente heterossexual (pelo menos é um homem negro). A autora percebe a mudança no horizonte, a sinaliza e contribui para ela em sua narrativa. Porém, teve que medir o quão longe poderia ir.

Esta tensão, que ilustra a gestação de uma nova visão de mundo, é negociada de várias maneiras no livro para que ele fosse aceito por gregos (as) e troianos (as). Apesar da maioria de capítulos serem do ponto de vista de Genly, temos cinco que são de Estraven, um nativo getheniano, e mais cinco que são de textos e narrativas orais locais. A dinâmica principal do livro é entre o Enviado, que é o estranho naquela terra que vem de um mundo estranho e em missão de estudos, e um nativo que junto com as histórias locais nos ajudam a entender a

mentalidade do povo. Essa pluralidade de vozes serve como solução narrativa para ouvirmos e nos aproximarmos destes Outros (as) que acabam sendo apagadas pela pouca compreensão e dificuldade de Genly Ai ao lidar com o choque cultural do encontro.

Harge Rem ir Tibe ainda estava próximo, ouvindo a conversa [de Genly com Estraven, enquanto o último fazia um convite para jantar], e percebi que Estraven queria que o convite fosse escutado por ele. Irritado com esta percepção de intriga efeminada, saí do palanque e me perdi em meio à multidão, baixando a cabeça e os ombros e me agachando, de certa forma, para conseguir isso. Não sou muito mais alto do que a média dos gethenianos, mas a diferença é mais visível na multidão. É ele, olhe, lá está o Enviado. Claro que isso fazia parte do meu trabalho, mas uma parte que se tornou mais difícil, não mais fácil, com o tempo; cada vez mais desejava o anonimato, a uniformidade. Suplicava para ser como todos os outros. (...)

(...) Estraven conversava amavelmente à mesa; agora, sentado à minha frente do outro lado da lareira, permanecia calado. Embora eu estivesse há quase dois anos em Inverno, estava ainda longe de conseguir ver as pessoas do planeta através de seus próprios olhos. Tentei, mas meus esforços tomaram a forma, desajeitada, de ver o getheniano primeiro como homem, depois como mulher, forçando-o em uma dessas categorias tão irrelevantes à sua natureza, e tão essenciais à minha. Assim, enquanto bebericava minha cerveja amarga e fumegante, pensei que à mesa o desempenho de Estraven fora feminino, cheio de charme, tato e falta de substância, capcioso e astuto. Seria, na verdade, essa feminilidade suave e dócil que me fazia desgostar e desconfiar dele? Pois era impossível pensar nele como uma mulher, aquela presença indefinida, irônica, poderosa ali ao meu lado, na escuridão iluminada pela luz do fogo. Contudo, sempre que pensava nele como homem, tinha a sensação de falsidade, de impostura: seria por causa dele ou de minha própria atitude em relação a ele? Sua voz era suave e ligeiramente ressonante, mas suave, não a voz de um homem, mas certamente tampouco a voz de uma mulher... Mas, o que a voz dizia? (...)<sup>ix</sup>

Neste trecho, enquanto Genly janta com Estraven, vemos as dificuldades do Enviado ao lidar com o getheniano. Ele ainda é incapaz de adotar as classificações do nativo, vendo-o o ou tentando vê-lo através dos olhos de seu mundo, dificultando a comunicação entre eles. Tenta ver Estraven como homem, interpretando seu comportamento de uma certa forma; ao tentar vê-lo como mulher, o entendimento muda também.

Na cena aqui transcrita o problema para Genly é que o temperamento de Estraven não se encaixa em um gênero, e portanto, ficando em uma eterna fronteira entre os dois, ele não lhe aparenta confiança. Na cena anterior, onde o Enviado se sente sufocado e queria simplesmente “ser como todos os outros”, ele sente o peso de estar em uma sociedade onde ele é o desajustado. É evidente aqui como gênero acaba sendo uma forma de opressão e de limitação das potências de um indivíduo. Gênero tornou-se um problema.

Essa ideia sobre gênero é a mesma de Margaret Mead em seu *Sexo e Temperamento*<sup>x</sup> de 1935. Em seu trabalho de campo com três sociedades da Papua-Nova Guiné, todas com padrões culturais frontalmente diferente dos nossos em termos de gênero, Mead concluiu pela não-universalidade dos estereótipos sobre mulheres e homens. Além disto, a antropóloga defendeu que o gênero se tornou uma limitação das potências de um indivíduo. Uma mulher quer ser valente e não pode porque isto não cabe a ela; um homem quer ser mais frágil e não pode porque não é este o papel que lhe cabe.

No dia seguinte ao jantar com Estraven, Genly tem uma audiência com o Rei para falar formalmente sobre a adesão do planeta Gethen (começando por Karhide) ao Ekumen. Nesta cena nós conhecemos um pouco como nosso protagonista é visto em Karhide desde sua chegada e alguns valores que guiam as relações sociais no planeta. Pouco antes da conversa um aviso por rádio é transmitido informando que Estraven é agora considerado um traidor e Genly teme por sua posição.

(...) Não sabia que rumo tomar diante de tantas incoerências, senão a franqueza. – Só posso lhe perguntar, senhor – eu disse – se sou considerado cúmplice do crime de Estraven.

– Você? Não. – Encarou-me ainda mais de perto. – Não sei que diabo é você, sr. Ai, uma aberração sexual, um monstro artificial ou um visitante dos Domínios do Vácuo, mas não é um traidor, apenas foi usado como ferramenta por um traidor. Não costumo punir ferramentas. Elas só causam dano nas mãos de um operário ruim. Deixe-me lhe dar um conselho. – Argaven disse isso com curiosa ênfase e satisfação, e ocorreu-me, então, que ninguém, jamais havia me dado um conselho. Respondiam a perguntas, mas nunca davam conselhos abertamente, nem mesmo Estraven, em seu momento mais prestativo. Deve ter algo a ver com o shifgrethor. (...) <sup>xi</sup>

Shifgrethor em nenhum momento da narrativa é algo claramente esclarecido. Porém podemos perceber pelos contextos onde é citado que ele é maior valor da sociedade getheniana. É algo parecido com o orgulho: dar um conselho para alguém pode ferir o shifgrethor daquela pessoa, por isso somente entre pessoas muito próximas ou a partir do rei tal intimidade é permitida. Em Gethen o que guia as relações é um valor que é permitido a todos; não há o favorecimento e conseqüente detrimento de uma parcela específica da população. Todas as potencialidades podem se realizar, diferente do mundo de Genly e de nosso próprio.

(...) O ciclo sexual dura, em média, de 26 a 28 dias (eles tendem a falar em 26 dias, aproximando-o do ciclo lunar). Durante 21 ou 22 dias, o indivíduo é *somer*, sexualmente inativo, latente. Por volta do 18º dia, mudanças hormonais são desencadeadas pelo controle pituitário e, no 22º

ou 23º dia, o indivíduo entra no *kemmer*, o cio. Nesta primeira fase do *kemmer* (*secher*, em karhideano), ele permanece completamente andrógino. O gênero ou a potência não são atingidos em isolamento. Um getheniano, na primeira fase do *kemmer*, se deixado sozinho ou na companhia de outros que não estão no *kemmer*, permanece incapaz de coito. Contudo, o impulso sexual é tremendamente forte nessa fase, dominando a personalidade, submetendo todos os demais impulsos à sua vontade. Quando o indivíduo encontra um parceiro no *kemmer*, a secreção hormonal recebe novo estímulo (principalmente pelo toque... secreção? Cheiro?), até que, num dos parceiros, ocorra a dominância hormonal masculina ou feminina. Os órgãos genitais crescem ou encolhem, conforme o caso, as preliminares se intensificam e o outro parceiro, provocado pela mudança, assume o papel sexual oposto? (Sem exceção? Se há exceções, resultando em parceiros-*kemmers* de mesmo sexo, são tão raras que podem ser ignoradas). (...)

Existe espaço para o sexo, espaço de sobra; mas um espaço, por assim dizer, à parte. A sociedade de Gethen, em seu funcionamento diário e em sua continuidade, é assexuada.

Considere: qualquer um pode trabalhar em qualquer coisa. Parece muito simples, mas os efeitos psicológicos são incalculáveis. O fato de toda a população, entre dezessete e trinta e cinco anos de idade, poder ficar (...) “amarrada à gravidez” sugere que ninguém aqui fica tão completamente “amarrado” como, provavelmente, ficam as mulheres em outros lugares – psicológica ou fisicamente. Fardo e privilégio são compartilhados de modo bem igualitário; todos têm o mesmo risco para correr ou a mesma escolha para fazer. (...)<sup>xiii</sup>

Este é um trecho de um dos capítulos sobre a história de Gethen que entremeiam a narrativa principal do livro; chama-se “A questão do sexo” (cap. 7). Ele é o recorte das observações de campo de uma dos primeiros Investigadores que foram decidir se o planeta podia ser visitado por um Móvel. Ele discute as repercussões sociais de seres humanos “não generificados”. As semelhanças com as ideias de Mead são claras: sem o limite do gênero os seres humanos são todos potencialidades, e ninguém é menos livre que ninguém. Vê-se também aí o presente de Le Guin: em 1960, com a pílula anticoncepcional, as mulheres puderam ter mais controle sobre sua descendência; a pílula foi mais uma mudança que destacou a aceleração do progresso pela ciência e que agora se aproximava ainda mais do corpo humano; pela percepção desses fatores, Le Guin escreve então um romance sobre uma sociedade sem gênero e estende as possibilidades do feminismo, inserindo um tema num campo que ainda era feito por homens e para homens.

---

<sup>i</sup> « Ficção aqui é provável de ter mais verdade do que fatos ». (Trad. livre.) Woolf, apud BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Trad. Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

<sup>ii</sup> *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto – Ed. PUC-Rio, 2006.

<sup>iii</sup> RUSEN, Jorn. O livro didático ideal. In: *Jorn Rusen e o Ensino de História*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010. Pp. 112-113.

<sup>iv</sup> ASIMOV, Isaac. *Asimov on science fiction*. New York: Avon Books, 1981. p. 5.

<sup>v</sup> Trad. de Susana Alexandria. São Paulo: Editora Aleph, 2008.

<sup>vi</sup> Idem, pp. 12-13.

<sup>vii</sup> Ursula K. Le Guin, The Art of Fiction, No. 221. In: *The Paris Review: Fall 2013*. Interview by John Wray. Acesso em 31 mai. 2014. Link <<http://www.theparisreview.org/interviews/6253/the-art-of-fiction-no-221-ursula-k-le-guin>>.

<sup>viii</sup> First contact: a talk with Ursula K. Le Guin. 24 jul. 2009. In: *The New Yorker*. Acesso em 31 mai. 2017. Link <<http://www.newyorker.com/online/blogs/bookclub/2009/07/first-contact-a-talk-with-ursula-k-le-guin.html>>.

<sup>ix</sup> LE GUIN, Ursula K. Op. cit. Pp. 19-20.

<sup>x</sup> São Paulo: Editora Perspectiva, 2006.

<sup>xi</sup> Ibidem, pp. 39-40.

<sup>xii</sup> LE GUIN, Ursula K. Op. cit. P. 95.

## **Em nome da família: A influência das classes conservadoras no jogo político do município de Nova Iguaçu na década de 1930**

**Autor:** Romero Jasku Bastos

**Título acadêmico:** graduado em Ciências Sociais pela UFF

**Vinculação institucional:** graduando em Pedagogia pela UNIRIO

**Orientador:** Gustavo Silvino de Oliveira

**E-mail:** romero\_jasku@hotmail.com

### **Resumo:**

Este trabalho tem por objetivo destacar o papel das famílias tradicionais no jogo político do município de Nova Iguaçu, durante a década de 1930, quando as diferenças entre as elites locais se acentuaram, dividindo-se entre partidários do prefeito Negreiros e apoiadores de Getúlio de Moura. O impacto da Revolução de 1930 fez-se sentir e interferiu diretamente nesse jogo político, mas não a ponto de mudar o quadro da estrutura do poder local, fortemente baseada nos laços de família.

Palavras-chave: Família; jogo político; Nova Iguaçu.

### **Abstract:**

This paper aims to highlight the role of traditional families in the political game of the municipality of Nova Iguaçu, during the 1930s, when the differences between local elites were heightened by dividing Negreiros between supporters of Mayor and supporters of Vargas de Moura. The impact of the 1930 Revolution was felt and directly intervened in this political game, but not enough to change the picture of the structure of local government, strongly based on family ties.

Keywords: family; political game; Nova Iguaçu

Em 1930, pouco depois da revolução que conduziu Getúlio Vargas ao poder e fez desabar os antigos alicerces que serviam de sustentação para a chamada "República Velha", o então interventor do estado do Rio de Janeiro, o Sr. Plínio Casado, nomeou Sebastião de Arruda Negreiros para a prefeitura de Nova Iguaçu, despertando forte reação das classes mais conservadoras do município fluminense.



Sebastião de Arruda Negreiros – que na primeira década do século passado havia fixado residência em São João de Meriti, então distrito de Nova Iguaçu, tornando-se subdelegado de política daquele distrito e, anos mais tarde, vereador – desfrutava de grande prestígio junto ao deputado Manoel Reis, de Nova Iguaçu, que por sua vez gozava da intimidade e da amizade de Getúlio Vargas.

Naquela altura, Arruda Negreiros representava uma ameaça a influência dos herdeiros políticos do ex-presidente fluminense Nilo Peçanha, conhecidos como “niilistas”. Mas, acima de tudo, a nomeação de Arruda Negreiros se chocava com os interesses de parte das elites políticas locais. E, muito embora essa fração da classe dominante, assim como aqueles que se reuniram em torno de Negreiros, também reivindicasse os ideais da revolução de outubro de 1930, protestando contra os aliados de Arruda Negreiros e arvorando-se como seus mais legítimos representantes, é verdade que em grande medida o descontentamento com os chamados “arrudistas” estava ligado não só às questões bem específicas do jogo político local (como a ingerência do governo da antiga capital da República em assuntos domésticos, ingerência corporificada na atuação do próprio deputado Manoel Reis bem longe dali, lançando mão de sua influência e posição privilegiada nos bastidores do poder legislativo estadual e também junto ao palácio do Catete, sede do governo federal); esse descontentamento estava diretamente relacionado à ameaça que Getúlio Vargas representava no imaginário das classes mais conservadoras de Nova Iguaçu, pois o novo chefe do governo provisório instaurado após a revolução trazia aos olhos dos conservadores um risco iminente a antigas redes de relações constituídas durante a República Velha e que aquela altura ainda forneciam a base para a dominação e a perpetuação daqueles grupos no interior das estruturas de poder local.

Nesse cenário de profundas transformações e mudanças – e diante dos evidentes sinais de esgotamento da própria República Velha – as classes mais conservadoras, embora assustadas com o impacto da revolução, viram-se forçadas a submeter-se à liderança de Vargas, aproximando-se dele e até mesmo esboçando um programa que se baseava em alguns pequenos pontos de confluência, estabelecendo com outras esferas de governo uma relação tipicamente “clientelística”, oferecendo vantagens em troca da manutenção de sua influência, prestígio e poder no âmbito local.

No início do século passado, na Baixada Fluminense, as obras de infraestrutura e saneamento, com a instalação das linhas férreas e pavimentação de novas estradas que então

passaram a cortar aquele território, além de medidas patrocinadas pelos poderes públicos que visavam acabar com a ameaça do impaludismo que pairava sobre os campos encharcados e insalubres da região – consequência do desmatamento e do assoreamento dos rios que, no passado, serviram de via para o transporte de pessoas e mercadorias –, aliadas, ainda, ao fracionamento das terras em lotes e sua comercialização a preços acessíveis – atraíram um grande contingente de descendentes de imigrantes, imigrantes e migrantes, sobretudo da região do nordeste do país, em busca de trabalho e melhores condições de vida.

Com isso, aos poucos novos atores entram em cena; alguns deles, no entanto, não se contentaram apenas com o papel de coadjuvantes e, contanto também com a sorte, assumiram o papel decisivo no jogo político daquela região, profundamente calcado no clientelismo e com forte acento coronelista, idioma que na Baixada Fluminense continuava a traduzir a dinâmica de funcionamento daquela estrutura social fortemente hierarquizada, marcada indelevelmente por relações desiguais – e, por definição, assimétricas – que separavam privilegiados e desfavorecidos, patrões e clientes, mesmo após o desabamento das antigas estruturas que serviam de sustentação para a República Velha.

Com a entrada de novos atores em cena o restrito círculo de poder da elite política local começa a assumir novos contornos a partir dos escombros da República Velha, adaptando-se e, em boa medida, resistindo às mudanças e transformações desencadeadas após a revolução de outubro de 1930 e que atingiram diretamente os privilégios dos antigos donos do poder local. Assim, enquanto alguns deles saíam de cena, outros atores emergiam nesse cenário, que tem o município de Nova Iguaçu como unidade de análise política, durante o período que se inicia com a chegada de Getúlio Vargas ao poder e termina com o fim da ditadura do Estado Novo.

Apesar de tudo, o cenário pouco havia se alterado em relação às décadas anteriores, quando, segundo Marlúcia de Souza,

houve um processo de continuidade dos antigo proprietários, se destacando na década de 1910 e 1920 quatro famílias tradicionais: o Capitão Luis Antonio dos Santos, o Coronel Macieira, o Coronel José Eliseu Alvarenga Freire e o Coronel João Telles Bittencourt, sendo as duas últimas famílias as principais da localidade.

Além de serem proprietárias de terras, algumas dessas famílias controlavam as atividades comerciais [...] e participavam, de forma ativa, da política em Nova Iguaçu. João Telles Bittencourt, por exemplo, produzia cerâmicas em suas olarias, era comerciante local e participava da política em Nova Iguaçu chegando a ser, inclusive, prefeito. Outra característica dos grupos políticos dominantes na região foi a incorporação de forasteiros que demonstravam capacidade de acumulação e de se integrar ao grupo dos comerciantes locais. Um exemplo foi a trajetória de Manoel Isaías

Lomba, um imigrante espanhol que trabalhou na olaria dos Telles Bittencourt e se tornou um dos mais ricos comerciantes locais, acabando por se casar com a irmã de João Telles Bittencourt. Sua residência chegou a ser usada para hospedar altas autoridades como o presidente Washington Luís em sua ida à Baixada Fluminense, em 1928, para conferir as obras da Rodovia Rio-Petrópolis<sup>1</sup>.

Antes da década de 1930, a constituição e o *modus operandi* dos grupos políticos locais caracterizavam-se, de acordo com Marlúcia de Souza, da seguinte maneira:

Os grupos dominantes locais parecem se constituir de: grandes proprietários fundiários, dos quais uma parte não reside no local, deixando as terras aos cuidados de administradores que paulatinamente adquirem poder local, tanto pela violência quanto pela intermediação de favores e posteriormente, pela ocupação e retalhamento de parte dessas terras; comerciantes locais residentes, interessados pela região e que crescentemente detém o controle do poder político local, em função do absentismo dos proprietários originais; aventureiros e/ou apadrinhados menores dos poderes centrais, cujos ganhos derivam da especulação futura sobre o uso das terras<sup>2</sup>.

Logo após a revolução de 1930, às vésperas da nomeação do novo interventor do município de Nova Iguaçu representantes das classes mais conservadoras de Nova Iguaçu escreveram um telegrama a Plínio Casado, reivindicando o nome de Getúlio de Moura, jovem político iguaçuano em ascensão, para o cargo de prefeito da cidade.

A população desse município pleiteia o nome do dr. Getúlio Moura, tendo sido enviados nesse sentido os seguintes telegramas ao Sr. Plinio Casado:

Dr. Plinio Casado – Nietheroy – Povo 2º Distrito Município Iguassú, unanimidade vistas demais distritos, confiado critério, orientação vossencia, intuito evitar assalto políticos profissionais, pede nomeação cargo prefeito dr. Getúlio Moura, moço independente, identificado ideal revolucionário, sem ligações partidárias, membro representativo classes conservadoras<sup>3</sup>.

Vale notar que entre os remetentes do telegrama que recomendava a nomeação de Getúlio de Moura ao interventor Plinio Casado estavam alguns dos principais representantes das famílias mais antigas e tradicionais de Nova Iguaçu, que ao que tudo indica sentiam-se acossadas pelas rápidas transformações em curso e que alimentavam neles grande insegurança com relação ao futuro. Os signatários do telegrama falavam em nome do movimento intitulado “União das Classes Conservadoras de Iguaçu”, constituída por mais de trezentos membros associados entre comerciantes, proprietários, lavradores e industriais que disparavam contra a candidatura de Sebastião de Arruda Negreiros, repudiando-o devido as suas ligações com o deputado Manoel Reis, que, de acordo com as classes conservadoras,

---

<sup>1</sup> CANTALEJO, Manoel Henrique de Sousa. *O Município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964-1985*. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2008.

<sup>2</sup> Souza, Marlúcia Santos de. *Escavando o passado da cidade. Duque de Caxias e os projetos de poder político local: 1900-1964*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002. Dissertação de Mestrado.

<sup>3</sup> A NOMEAÇÃO do prefeito de Iguassú. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 9 dez. 1930.

representava a “política de velha guarda” e tinha em comum com ela os “elementos da oligarquia decaída”. No telegrama enviado a Plínio Casado, pode-se ler, ainda, que a

População Nova Iguassú mostra-se escandalizada diante conchavo indecoroso celebrado ex-deputado Manoel Ignácio dos Reis, político velha guarda e elementos oligarquia decaída, fim assaltar posições Município.

Povo repele, indignado candidatura do “prestista” Sebastião Arruda Negreiros, nascida daquele contubérnio nefasto<sup>4</sup>.

É no mínimo curioso que Arruda Negreiros tivesse sido acusado pela União das Classes Conservadoras de Nova Iguaçu de “prestista”, indício de que a direção da revolução que eclodiu naquele ano de 1930 estava em disputa por diferentes grupos ligados de uma maneira ou de outra às elites políticas locais. Como se sabe, Luis Carlos Prestes – que aquela altura já havia abraçado definitivamente o comunismo pelas mãos de Astrojildo Pereira, fundador do Partido Comunista Brasileiro (PCB) –, recusara-se a integrar a sublevação de militares e a emprestar seu prestígio ao movimento revolucionário que pôs abaixo a República Velha.

A nomeação de Sebastião de Arruda Negreiros, ignorando os clamores das classes conservadoras de Nova Iguaçu, traria à tona conflitos e diferenças irreconciliáveis que em pouco tempo ganhariam contornos dramáticos no município fluminense. Por seu turno, os principais veículos de imprensa da capital e do estado do Rio de Janeiro que se manifestavam contra a nomeação de Arruda Negreiros e pressionavam o interventor Plínio Casado para demiti-lo não por acaso eram os mesmos em que proliferavam manchetes pouco simpáticas ao governo provisório de Vargas e produziam extensos editoriais que não se furtavam de apontar-lhe as contradições na condução do país. No início da década de 1930, pouco depois de consumada a nomeação de Arruda Negreiros, um jornal de grande circulação em todo estado do Rio de Janeiro, sem esconder a evidente insatisfação, noticiava com destaque na primeira página, em letras garrafais: “O prefeito do município de Iguaçu anda não foi demitido!”<sup>5</sup>. Em seguida, logo abaixo, perguntava: “O sr. Plínio Casado aguarda que o povo deponha Sebastião de Arruda?”<sup>6</sup> – denunciando também as relações que o jornal chamava de “imoral” entre e prefeitura e Manoel Reis, principal aliado e fiador de Arruda Negreiros: “Os

---

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> O PREFEITO do município de Iguassú ainda não foi demittido! *A Batalha*, 7 fev. 1931.

<sup>6</sup> Idem.

trabalhadores da Prefeitura são empregados na limpeza da chácara de Manoel Reis”<sup>7</sup>, acusava o jornal.

Pouco mais de um ano depois Arruda Negreiros seguia no cargo, e o mesmo jornal continuava a apelar ao governo estadual por um rápido desfecho da situação política de Nova Iguaçu e para a qual só enxergava uma saída: a demissão sumária de Arruda Negreiros. “Urge resolver o caso da Prefeitura de Iguaçu”<sup>8</sup>, sentenciava. “Os atuais dirigentes do E. do Rio não podem consentir que o prefeito Sebastião de Arruda continue a humilhar com atos de verdadeiro ‘achincalhe’”<sup>9</sup>, lê-se logo abaixo da referida manchete. Nota-se que o jornal não se preocupa em economizar nas palavras, ao passo que também deixa bem claro o quanto a disputa em torno do significado da revolução de 1930 desempenha importantíssimo papel no jogo político de Nova Iguaçu, fortemente influenciado pelos interesses das classes dirigentes do estado do Rio de Janeiro e da capital federal. Nesse cenário, os atores políticos naturalmente pensavam que estariam em vantagem os grupos que fizessem parecer “nacionais” ou “estaduais” disputas que, em última instância, diziam respeito a questões locais, na tentativa de atrair a atenção e com isso ganhar o apoio dos governos estadual e federal para suas demandas políticas domiciliares.

Assim, transformar disputas políticas locais em questões de alcance e relevância além dos limites do município de Nova Iguaçu era a principal estratégia utilizada por grupos que lutavam por mais espaço no interior da estrutura de poder na tentativa de forçar as esferas superiores de governo a intercederem em seu favor, jogando com o imaginário que em torno da revolução de 1930.

Nesse sentido, os jornais da época cumpriram papel decisivo, expressando os anseios e servindo aos interesses de grupos particulares em disputa. É interessante notar que antigos “niilistas”, entre outros herdeiros da República Velha, alguns dos mais atingidos pelas drásticas transformações que se fizeram sentir em Nova Iguaçu com o impacto da revolução de 1930 – contando com a inestimável colaboração de grandes veículos de imprensa da época – acusassem os aliados do prefeito Arruda Negreiros e de Manoel Reis de representantes “carcomidos” da República Velha. “O município de Iguaçu continua entregue aos ‘carcomidos’ da República Velha”<sup>10</sup>, estampava na primeira página um jornal que não

---

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> URGE resolver o caso da Prefeitura de Iguassú. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 19 jan. 1932.

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> O MUNICÍPIO de Iguassú continua entregue aos ‘carcomidos’ da República Velha. *A Batalha*, 16 fev. 1932.

poupara críticas à gestão de Arruda Negreiros e à suas ligações com Manoel Reis, que por diversas vezes foram classificadas de “ímorais”. “Cabe ao comandante Ary Parreiras a defesa dos direitos e do ideal da revolução”<sup>11</sup>, asseverava. Trata-se, mais uma vez, da “defesa dos direitos e do ideal da revolução”.

É a revolução que está em jogo, não as disputas políticas locais – ou pelo menos é assim que deseja fazer parecer os grupos políticos locais em conflito por mais espaço junto às estruturas de poder. Vocalizando interesses bem particulares, o diário toma o cuidado de retirar a responsabilidade do interventor Ary Parreiras pelo que consideram uma “afronta” ao “ideal da revolução” – a manutenção de Arruda Negreiros à frente do cargo de prefeito de Nova Iguaçu –, contudo sem deixar de lembra-lo que cabe sobretudo a ele desfazer o que consideram uma injúria com os verdadeiros revolucionários. Contra as pretensões de Manoel Reis em realizar uma reunião do Partido Republicano Fluminense em Nova Iguaçu, o jornal renova seus protestos e ataca:

Não sabemos até onde chegará a audácia de Manoel Reis, esse politiquero sabujo, sem critério, que tem acarretado para o município de Iguaçu toda sorte de desastres. Essa reunião do Partido Republicano Fluminense é uma afronta aos brios dos revolucionários do vizinho Estado, sabido como é, que era o referido partido quem ali mantinha a oligarquia que a vitória da Revolução em 24 de outubro de 1930 derrubou<sup>12</sup>.

Aproveitando-se dessa insatisfação, um pequeno grupo de descontentes, armados de metralhadoras e fuzis, assaltou o palácio do governo e defenestrou o prefeito da cidade de Nova Iguaçu, empossando em seu lugar Getúlio de Moura. Os amotinados, relata um memorialista,

entusiasmados com a coragem do jovem iguaçuano, Getúlio de Moura e insatisfeitos com a nomeação do dr. Arruda, reuniram uma força clandestina e marcharam sobre Nova Iguaçu, destituindo o Coronel Nicolau do poder, e dando posse a Getúlio, que governou apenas por algumas horas. Fez parte desse movimento Raimundo Maciel, Telmo Anichino, Miguel Jasku, Joaquim de Almeida, Tenente Cabral, Marcelino dos Santos Fagundes, e outros; João Antunes e Joaquim de Almeida, ficaram em Meriti, como elementos de ligação, enquanto o resto, invadia a terra dos laranjais, escrevendo uma das mais belas páginas de nossa História. Foi mantida a indicação e o Dr. Sebastião Arruda Negreiros assumiu a prefeitura Municipal<sup>13</sup>.

A despeito do fracasso do movimento golpista liderado por Getúlio de Moura, que no início da década de 1930 já havia se consolidado como importante liderança local, ao passo que qualquer consideração acerca da estratégia política a ser adotada com relação a região da Baixada Fluminense não poderia deixar de levar em conta a importância dele para o equilíbrio

---

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> MEDEIROS, Arlindo de. *Memória Histórica de São João de Meriti*. Rio de Janeiro: S/N, 1958.

do jogo político. À frente do que podemos chamar de “intentona” iguaçuana, Getúlio de Moura liderou uma tentativa fracassada de golpe que tomou de assalto a sede do governo municipal e depôs o prefeito de Nova Iguaçu, nomeado pelo então interventor do Rio de Janeiro, Plínio Casado. Logo depois, a tentativa de golpe seria definitivamente frustrada pelas tropas do Exército e Getúlio de Moura, preso.

Embora não tenha passado de um blefe que durou apenas algumas poucas horas, a tentativa de golpe demonstrava a força de Getúlio de Moura e a importância que começava a assumir, apresentando-se como principal representante das classes conservadoras que haviam sido diretamente atingidas com o fim da República Velha e buscavam espaço no novo cenário político inaugurado com a revolução de 1930.

Nos anos seguintes, depois de anistiado por Getúlio Vargas, em 1931, Getúlio de Moura de consolidaria como uma das principais lideranças políticas da Baixada Fluminense, enquanto reunia em torno de si novos aliados que lhe conferiam ainda mais influência em outros distritos, como São João de Meriti e Duque de Caxias, que então se chamava Merity, em referência à antiga estação ferroviária do mesmo nome. Em São João de Meriti, as ambições políticas de Getúlio de Moura foram acolhidas com grande entusiasmo por alguns ilustres moradores daquele distrito, que não por acaso associavam-se com algumas das famílias mais tradicionais e bem estabelecidas do lugar. O memorialista Arlindo Medeiros narrou assim o lançamento da candidatura de Getúlio de Moura ao cargo de vereador do município de Nova Iguaçu, em festa celebrada para recepcionar Artur Vitor, na época presidente da Aliança Liberal do Estado do Rio de Janeiro, em visita a São João de Meriti:

Logo após a revolução vitoriosa de 1930, estive em Meriti, o oficial de Polícia Militar, Artur Vitor, que era membro da Aliança Liberal. Os antigos moradores fizeram então festas para homenagear o visitante ilustre. Entre os homenageantes, estavam: Amadeu Lanziloti, Alzira Santos Soares, Miguel Jasku, Raimundo Maciel, Coronel Rodolfo Anichino, todos partidários de Getúlio de Moura, moço cheio de ideal que se iniciava na política sob os auspícios de Ricardo Xavier da Silveira, prestigiosa figura da política iguaçuana. Aí mesmo, nesse dia, com o assentimento de todos, a professora Nazaré Sutinga, que atualmente é advogada no Distrito Federal, num bonito discurso, lançou Getúlio de Moura, candidato a vereador. Nesta ocasião estava profundamente abalado o prestígio político do Coronel Eliseu de Alvarenga Freire, e começava a despontar o de Getúlio Barbosa de Moura e Tenório Cavalcante<sup>14</sup>.

Em pouco tempo Getúlio de Moura tornou-se uma das principais lideranças políticas da União Progressista Fluminense, partido fundado pelo general Christovam Barcellos. Em 1936, elegeu-se vereador de Nova Iguaçu pela UPF, perdendo o mandato depois do golpe que

---

<sup>14</sup> Idem.

inaugurou o Estado Novo, em 1937. Quanto a Sebastião de Arruda Negreiros, ao longo da década de 1930 ele viu declinar sua influência política, perdendo espaço com a ascensão do interventor do Estado do Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto, cujo “afilhado” político em Nova Iguaçu era Ricardo Xavier da Silveira, aliado de Getúlio de Moura, eleito depois prefeito do município fluminense, quando concorreu com o próprio Negreiros, naquela oportunidade vencendo-o por uma margem pequena de votos. Assim, chegava ao fim a hegemonia do grupo ligado ao ex-deputado Manoel Reis e a Sebastião de Arruda Negreiros, que na década seguinte ainda conseguiria eleger-se prefeito mais uma vez, quando a chamada era Vargas já havia terminado.

A agitação das classes conservadoras que reagiam às mudanças em curso e às transformações que de alguma maneira atingiam seus interesses e privilégios (com Getúlio de Moura despontando como principal representantes destes grupos descontentes) que os laços de família ainda tinham peso determinante no jogo político de Nova Iguaçu. Se não era uma condição indispensável, a associação com uma família antiga e bem estabelecida revelava-se no mínimo um caminho menos tortuoso para quem almejava posições de destaque nas estruturas de poder local. As velhas elites, que ainda se lembravam com nostalgia do fluminense Nilo Peçanha, quando este ocupava a cadeira de presidente da República no Palácio do Catete, enxergaram em Getúlio de Moura e em seus correligionários importantes aliados contra as ameaças a seus privilégios que, na visão destas, partiam das mudanças em curso. Formou-se, assim, com a entrada em cena de novos atores, uma nova elite, que perpetuava velhas práticas clientelísticas que as mudanças não se mostraram capazes de extinguir. Ao contrário, tendo que se aliar a essas elites para manter o equilíbrio das estruturas de poder, o governo do distrito federal não apenas tolerou, mas incentivou as relações clientelísticas entre os chefes políticos locais e as pessoas sob seu controle, que tinham com eles uma relação de dependência devido às posições inferiores que ocupavam no edifício social da época. Assim, o clientelismo, que se parecia muito com o antigo coronelismo da República Velha, ganhava um novo fôlego em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense.

### **Referências bibliográficas:**

A NOMEAÇÃO do prefeito de Iguassú. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 9 dez. 1930.

CANTALEJO, Manoel Henrique de Sousa. *O Município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964-1985*. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2008.



MEDEIROS, Arlindo de. *Memória Histórica de São João de Meriti*. Rio de Janeiro: S/N, 1958.

O MUNICÍPIO de Iguassú continua entregue aos ‘carcomidos’ da República Velha. *A Batalha*, 16 fev. 1932.

O PREFEITO do município de Iguassú ainda não foi demittido! *A Batalha*, 7 fev. 1931

SOUZA, Marluca Santos de. *Escavando o passado da cidade. Duque de Caxias e os projetos de poder político local: 1900-1964*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002. Dissertação de Mestrado.

URGE resolver o caso da Prefeitura de Iguassú. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 19 jan. 1932.

Ronillo Azevedo dos Santos\*

### Rio 40 Graus e o Cinema Novo

**Resumo:** A comunicação objetiva fazer um estudo do filme “Rio 40 Graus” de Nelson Pereira dos Santos, produzido no final dos anos 1950, e censurado no mesmo ano. No contexto dos fluxos migratórios direcionados ao centro-sul do Brasil, devido à forte urbanização, surge o movimento chamado Cinema Novo, encabeçado, pelo filme “Rio 40 Graus”, denotando uma crítica social e expondo os males sociais do Rio de Janeiro. Temos como referência historiadores como: Marc Ferro, Marcos Napolitano e Alexandre Busko Valim. .

**Palavras-chave:** Filme, Arte Engajada, Censura.

**Summary:** The communication aims to make a study of the film " Rio 40 Graus " Nelson Pereira dos Santos , produced in the late 1950s , and censored in the same year . In the context of migration flows directed to the center -south of Brazil , due to the strong urbanization , the movement called New Cinema , headed by the movie " Rio 40 Graus " , denoting a social critique and exposing the social ills of Rio de Janeiro arises . We as historians as reference : Marc Ferro , Marcos Napolitano and Alexandre Busko Valim

**Keywords :** Movie , Engaged Art , Censorship

Com o golpe civil-militar de 1964 o Brasil viveu um longo período de regime ditatorial. Com o recrudescimento das forças de repressão, também surgiram vozes que se contrapunham a forma de forma de governo vigente, sendo essas oriundas de algumas manifestações culturais, como o cinema.

Sabe-se atualmente que desde os anos de 1970 começou-se uma tendência a encaixar o cinema como uma nova fonte de pesquisa, um novo objeto a ser indagado para o historiador na qual tem-se o historiador Marc Ferro como um estudioso nesse campo. Assim, para esse autor o cinema é considerado como uma leitura singular de seu tempo, visto que está fora dele qualquer força de controle, inclusive o estado. Logo o cinema pode ser considerado como um instrumento ideológico podendo ser uma arte onde possa exprimir tipos de pensamentos e ideologias sociais. Assim o mesmo se encaixa como uma “Arte Engajada”, levando em consideração os aspectos anteriores.

Em um contexto internacional o que se tinha nas obras cinematográficas eram aquelas advindas das obras norte-americanas onde tinham um caráter mais ficcional distanciando-se do realismo. Então surge a partir dos anos de 1960 no Brasil, um movimento chamado Cinema Novo, encabeçados por jovens cineastas e artistas que viam nessa nova forma de fazer cinema uma maneira na qual poderia difundir seus ideais. Os cineastas que ficaram mais conhecidos nesse meio foram segundo Marcelo Ridente:

Seus integrantes como Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos, Cacá Diegues, Leon Hirszman, Joaquim Pedro de Andrade, Ruy Guerra, Zelito Viana, Walter Lima Jr., Gustavo Dahl, Luiz Carlos Barreto, David Neves, Eduardo Coutinho, Arnaldo Jabor, Paulo César Saraceni e outros.<sup>1</sup>

O Cinema novo vem com a proposta de mostrar a realidade do Brasil, caracterizado com produções de baixo custo, com a câmera na mão e uma ideia na cabeça mostrando as misérias do país. Nessa perspectiva O filme Rio 40 graus do ano de 1955, de autoria de Nelson Pereira dos Santos é o percussor desse novo estilo de fazer cinema, dessa forma mais simples, distanciando das produções americanas. Tendo em vista que o Brasil atualmente está passando por um período muito importante na sua história com a abertura dos documentos produzidos no contexto da ditadura civil-militar no qual o filme está inserido, teremos possivelmente então novas descobertas acerca dos movimentos culturais que foram estritamente censurados na época.

Sabendo assim as influências do cinema novo de uma forma mais ampla e seus reflexos na sociedade da época. A priori surgem os seguintes questionamentos sobre o filme Rio 40 graus, O que se propôs mostrar no filme sendo o mesmo considerado como uma “arte engajada”? Porque considera-se esse filme como percussor de uma nova maneira de se fazer cinema?

O estudo que pretendemos alcançar está localizado no campo da História Política, levando em conta que o tema proposto o filme “Rio 40 graus” como um elemento de revolução se encaixa nas abordagens que tratam as relações de poder diante da sociedade. Assim FALCON nos esclarece que a Nova História Política advinda nos anos 1970 propõe para estudo:

Julliard sugere como temas possíveis: os sistemas políticos (estruturas institucionais e funcionários); os agentes políticos (elites e massas); a dinâmica política (evolução dos regimes, reformas, revoluções). As sugestões dos demais não diferem muito desses padrões — insiste-se nos quadros institucionais e suas práticas, no pessoal político, partidos, eleições, manifestações populares, grupos de pressão, opinião pública.<sup>2</sup>

Sustentamos o ideal que a partir dessas relações de poder, diante da imposição de um instrumento de controle como o Estado, nascem prerrogativas de manifestação divergindo com os ideais impostos por esse instrumento. Partindo do nosso problema percebemos a concepção de RÉMOND<sup>3</sup> quando o mesmo remete a relação que se tem com o conceito de História Política vinculada aos fatos políticos, salientando que existe uma forma de se fazer que está ligada às formas de abordagem do objeto em questão. Para o autor a política está vinculada a outras matrizes da vida não se limitando somente a essa vertente.

Abraçando os grandes números, trabalhando na duração, apoderando-se dos fenômenos mais globais, procurando nas profundezas, da memória coletiva, ou do inconsciente, as raízes das convicções e as origens dos comportamentos políticos, a história política descreveu uma revolução completa. Como acreditar que seu renascimento possa ser apenas um veranico de maio?<sup>4</sup>

Partindo dos pressupostos de RÉMOND evidenciados na citação podemos nos referenciar para citarmos o fato de que a revolução proposta pelo filme “Rio 40 graus”, tendo em vista o engajamento contido na obra, nos leva a pensar e ao mesmo tempo nos referenciar aos questionamentos enquanto o filme como instrumento de revolução a par do controle do estado e sendo pioneiro em uma nova forma de fazer cinema chamada de *Cinema Novo* se

encaixando no que Braudel(1984) remete a média duração quando o mesmo engloba fatos políticos, sociais e econômicos.

Na utilização conceitual que trabalhamos, procurou-se enveredar pelo de Arte engajada, que está enquadrada no contexto onde o historiador Marcos Napolitano(2001, p.115) adentra no universo dos anos de 1955 no Brasil e assim começa a explorar as diversas artes que podem ser aplicadas nesse conceito. Juntamente com essas artes, na qual ele cita a música e o teatro, destacamos o cinema como elemento a ser analisado. O autor cita o engajamento como uma maneira de dar voz ao cinema brasileiro e assim através do mesmo propor um ideal chamado agora de *Cinema Novo* inspirado nos cineastas italianos, fazendo mostrar a realidade do Brasil, nesse contexto o filme será após o seu lançamento, censurado.

Partindo do nosso estudo das fontes percebemos que os documentos analisados tratam o filme como elemento subversivo aos ideais da época, contendo então essa arte engajada verificadas pelo autor NAPOLITANO(2001, p.114) em outras manifestações artísticas como o teatro e principalmente a música.

Assim, o interesse em estudar o filme Rio 40 graus de autoria de Nelson Pereira dos Santos, lançado em 1955 e censurado pelo governo militar da época, parte dos pressupostos de interesse do autor desse trabalho em saber as razões que levaram tal obra cinematográfica a ter sua exibição proibida. Como também, a influência de fatores ligados à Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, em que o mesmo estuda, que influenciaram o educando no interesse pelas mídias audiovisuais foram elas: uma oficina de documentário realizada no segundo semestre do ano de 2011, ministrada pelo professor Fernando Leão e as leituras do texto do autor Marc Ferro“ O cinema como uma contra-análise da sociedade”<sup>5</sup>, evidenciadas no componente curricular “Metodologia do Ensino de História”, ministrado pela professora Jossefrânia Vieira Martins no segundo período do ano de 2012.

Do ponto de vista social, esse artigo procura investigar acerca da utilização do filme Rio 40 graus como difusor de uma ideologia – o Cinema Novo - que vai de encontro com ideais dos militares da época. Levando em consideração questões contemporâneas, especificamente a abertura dos arquivos que dizem respeito ao período militar no Brasil, pode-se argumentar que o filme está intimamente ligado com o contexto em que esses documentos foram “escondidos”, sendo de grande importância para mostrar as intenções dos militares que dariam um golpe anos depois. Assim, é de suma importância a investigação, do

ponto de vista social, também pelo motivo de, no dia 31 de março de 2014, completar os 50 anos do golpe, no dia 31 de março de 1964 os militares tema esse que está sendo abordado por historiadores como Carlos Fico, em entrevista para o Café História<sup>6</sup> quando o mesmo salienta que “o golpe de 64 é momento chave para entender a história do Brasil recente”<sup>7</sup>.

Dentre alguns trabalhos pesquisados no acervo de monografias do CERES, pode-se encontrar diversos referente ao cinema, como por exemplo, “No escurinho do cinema: História e memória do cinema em Caicó.” de autoria de Ana Maria de Araújo e Sérgio Raimundo Magalhães Moura (2004), “Cinema e Cultura: uma leitura possível.” de autoria de Jussiana de Araújo Bezerra e Sérgio Henrique Santos da Silva (2005) e Terra coberta de fogo, fome e fantasia: O sertão Encantado de "Boi de Prata", de autoria de Wolmar de Almeida Teixeira Bastos no ano de 2009, conclui-se que o cinema pode ser objeto de estudo, tendo em vista que esse tipo de fonte é desenvolvido pelos pesquisadores já citados, como também por historiadores como Marc Ferro, que propõe o estudo do documentário e do filme de ficção como fonte para o historiador.<sup>8</sup> Considera-se a justificativa de pesquisa do filme Rio 40 Graus como relevante, tendo em vista o tema não ser amplamente estudado, abrindo novas perspectivas sobre os ideais que inspiraram os movimentos do Cinema Novo e, ainda, por considerar esse filme com grande potencial para se investigar a censura nos meios culturais tão propagados e da mesma forma censurados no período militar.

Torna-se possível a pesquisa e o seu desenvolvimento haja vista as fontes documentais estarem disponíveis para *download* na internet, como o filme “Rio 40 Graus” e o documento que certificava que a obra estaria proibida de ser exibida nos cinemas nacionais, como também citações de livros como o do Marcelo Ridente, o livro “Em busca do povo Brasileiro”.<sup>9</sup>

O filme como documento histórico a ser utilizado pelo historiador vem sendo implementado desde o advento dos Annales em 1929, porém, toma maior visibilidade na década 1970, com o historiador Marc Ferro no qual ele inaugura uma nova forma de olhar sobre o cinema o mesmo faz pensar o cinema como uma possibilidade de fonte para a análise do historiador, considerando, a partir dos anos 1970, o cinema como parte integrante da construção do saber histórico.

No Brasil, os estudos que se tem nessa relação história cinema e ditadura, podemos salientar o trabalho de Inimá Simões intitulado *Roteiro da Intolerância*<sup>10</sup>, o autor, apesar de não ser historiador, aborda essa questão da repressão diante dessa mídia cinematográfica,

especialmente no levante que se refere à Ditadura Militar. Percebemos que não existe uma produção maciça, acerca do cinema brasileiro com a perspectiva na Ditadura Militar, tal qual se tem sobre outra linguagem como a música, esse tema torna-se recorrente nos anos atuais.

Outros estudiosos preocupam-se em abordar essa questão do cinema novo no Brasil, podemos citar Helena Salem<sup>11</sup>, onde a mesma, partindo de entrevistas com o produtor de *Rio 40 Graus*, Nelson Pereira dos Santos, ela consegue realizar o trabalho intitulado *O sonho possível do cinema brasileiro*, esse trabalho nos servirá muito no sentido de termos contato com o a própria fala do autor, com os relatos de quem fez o filme de familiares e amigos que estavam com o mesmo durante a elaboração do filme.

No sentido de investigar as influências no qual o autor obteve para a idealização do filme *Rio 40 graus*, podemos citar que na época a Guerra Fria, onde se tinha a produção Hollywoodiana como hegemônica, produções essas de auto custo, o que Nelson Pereira dos Santos propõe segundo a monografia de Rafael Mautone Ferreira, é um cinema composto de baixos custos, fortemente influenciado pelo Neorealismo italiano, que propunha uma nova forma de cinema chamada “Cinema do autor”.

E considerando que o período no qual se tem tratado nesse trabalho trata-se dos anos 1955, época de grandes conturbações no cenário político do Brasil, como aponta o historiador Jorge Ferreira (2003) no seu artigo “Crises da república: 1954, 1955, 1961”. Assim no alvorecer desse período vão surgir por meio das artes, o que o historiador Marcos Napolitano<sup>12</sup> denomina de arte engajada, onde ele salienta que o cinema novo nasce nessa perspectiva, com pontapé inicial em “Rio 40 Graus”. Em uma época marcada pelo poderio militar com todos os ideais de progressos na busca de uma nação perfeita, o filme mostrar a realidade das favelas do Rio de Janeiro no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, fazendo assim, uma total denuncia, de forma audiovisual, da realidade do país. Por essa razão o filme se enquadra como uma arte engajada, haja vista, a sua mensagem social salientada na película.

Nesse sentido o filme *Rio 40 graus* também foi alvo dessa censura. Havendo atualmente esse debate acerca da reabertura dos documentos guardados do período da Ditadura e até então não abertos, o filme “Rio 40 graus” seria mostrado como de grande importância no sentido de salientar as formas repressivas na qual o poderio militar da época dispunha e ainda enfatizar o abuso de autoridade que se tinha diante das manifestações artísticas do contexto.

Na década de 1950 e recuando também alguns anos anteriores, o que se percebe até então nas produções cinematográficas é a hegemonia de filmes muito distante da realidade, com grande apelação para a ficcionalidade sendo essa as produções norte-americanas. A partir de Rio 40 graus os cineastas vão pensar em uma nova maneira de fazer cinema, filmando assim a realidade com uma câmera na mão e uma ideia na cabeça, sendo esse o lema dessa nova perspectiva cinematográfica, a partir disso vai surgir no espaço que compreende o Rio de Janeiro, os movimentos do Cinema Novo que assim ficou conhecido essa nova maneira de se fazer filme.

## AS FONTES

As tipologias de fontes utilizadas: audiovisuais, certificados de censura, fichas de censuras e artigos da imprensa da época. A priori serão utilizadas as fontes audiovisuais, neste caso, primeiro, o próprio filme “Rio 40 graus”, de Nelson Pereira dos Santos, pois, o mesmo é se não o objeto de toda a análise desse artigo, fazendo-nos inserir no contexto da época.

Em um segundo momento as fontes utilizadas serão primárias, documentos retirados em formato digital do site [www.memoriacinebr.com.br](http://www.memoriacinebr.com.br), como certificado de censura, no qual o mesmo confirmará a proibição/censura do filme de forma documentada e assinada por militares. Nesse sentido fontes como ficha de censura resultará em um melhor entendimento do porque o filme foi banido do cinema da época como também mostrará o que se tem de diferente nesse novo e o que vai de encontro com a forma de pensar de uma maioria da época nesse novo estilo de fazer cinema para que tais atos acontecessem. Sobre os artigos da imprensa também derivados do mesmo site e enquadrando-se como fontes primárias utilizaremos de um artigo do *Folha da manhã* de 1955, pois em alguns artigos o mesmo salienta algumas divergências na censura do filme, mostra uma discussão acerca da proibição ou liberação do mesmo.

---

\* Licenciando em História pelo Centro de Ensino Superior do Seridó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Bolsista de Iniciação à Docência – PIBID-CAPES –, coordenado pelos professores Doutores Antonio Elibio Junior e Jailma Maria de Lima. [ronillosantos@hotmail.com](mailto:ronillosantos@hotmail.com)

<sup>1</sup> RIDENTE, Marcelo, **Em busca do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2000 p. 89.



<sup>2</sup> Domínios da história : ensaios de teoria e metodologia/ Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). - Rio de Janeiro: Campus, 1997 p. 124

<sup>3</sup> RÉMOND, René. *Uma História Presente* in: RÉMOND, René. *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996p. 36

<sup>4</sup> RÉMOND, 1996, p-36

<sup>5</sup> FERRO, Marc. *Cinema e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p86

<sup>6</sup> Café história Canal do site youtube.com.br, destinado a entrevistas com historiadores.

<sup>7</sup> Cafezinho - 1964: 50 anos do Golpe (Nº.3), Acesso em 20/03/2014 disponível em:

<http://www.youtube.com/watch?v=Dm6J7kc3DBc>

<sup>8</sup> FERRO, Marc, 1992, p 86

<sup>9</sup> RIDENTE, Marcelo, p- 90.

<sup>10</sup> SIMÕES, Inimá. **Roteiro da intolerância**. A censura cinematográfica no Brasil. São Paulo. Ed. SENAC - São Paulo, 1999.

<sup>11</sup> SALEM, Helena. **Nelson Pereira dos Santos**: O sonho possível do cinema brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S.A., 1987.

<sup>12</sup> NAPOLITANO, Marcos. A arte engajada e seus públicos, 1955 1968. Estudos históricos, 2001, p. 300

## COMPLETAM ANOS HOJE... A VIDA SOCIAL SERGIPANA EM ANÚNCIOS DO JORNAL CORREIO DE ARACAJÚ

Rosana de Menezes Santos<sup>1</sup>

### Resumo

O escopo deste artigo remete a importância do jornal como principal veículo de informação, tendo como objetivo mostrar e entender a influência do Jornal Correio de Aracaju na sociedade sergipana nas primeiras décadas do século XX. O uso do jornal como fontes possibilita e contribui no resgate do cotidiano retratando as mudanças provocadas pelo intenso desenvolvimento industrial que ocorre na capital no período supracitado. Assim, torna-se imprescindíveis apropriar-se de referências bibliográficas para preencher lacunas e esclarecer fatos na história de Sergipe.

**Palavras-chave:** Aracaju; Jornal; Sociedade.

### ABSTRACT

The scope of this article refers to the importance of the newspaper as the main vehicle of information, aiming to show and understand the influence of the Courier Journal of Aracaju in Sergipe society in the early decades of the twentieth century. The use of newspaper sources as possible and helps in the rescue of everyday life depicting the changes caused by the intense industrial development taking place in the capital during the stated period. Thus, it becomes essential to appropriate references to fill gaps and clarify facts in history Sergipe.

**Keywords:** Aracaju; Journal; Society.

### 1. INTRODUÇÃO

O dinamismo da vida urbana vai se moldando dia-a-dia, ao longo das décadas e séculos, em Aracaju esse dinamismo surge a partir da transferência da capital de Sergipe em 17 de março de 1855, quando ela é transferida de São Cristóvão para Aracaju. Na concepção de Nascimento<sup>2</sup> desvendar a vida urbana é descobrir saberes, revelar olhares, conceitos, invenções, cenas do cotidiano, práticas sociais e políticas. As mudanças sociais pesquisadas são do período entre 1906 a 1923. Num espaço de 17 anos a capital sergipana sofreu inúmeras modificações em decorrência do desenvolvimento industrial, com a implantação de fábricas a partir de 1882.

---

<sup>1</sup> Licenciada em História pela Universidade Tiradentes – UNIT. rosana98765@gmail.com.

<sup>2</sup> NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **A cidade no arquivo:** o acervo do poder judiciário como fonte para os estudos da história de Aracaju. História, memória e justiça: Revista eletrônica do Arquivo Judiciário, Ano 1, n 1, mar/jun., 2008. Disponível em: <[http://www.tjse.jus.br/revistahmj//images/stories/file/Artigo%20-%20Prof\\_Jorge.pdf](http://www.tjse.jus.br/revistahmj//images/stories/file/Artigo%20-%20Prof_Jorge.pdf)>. Acesso: 06 de ago. 2014.

As primeiras décadas do século XX apresentam uma sociedade com características bem marcantes com uma gama diversificada de habitantes. E essas características são vestígios de uma sociedade composta por políticos, médicos, advogados, religiosos, funcionários públicos. De este modo retratar essa dinâmica resulta no estudo sobre o cotidiano dos cidadãos sergipanos no período entre 1906 a 1923, em que há um intenso desenvolvimento econômico e social.

O objetivo desse artigo é analisar recortes de Jornais o Correio de Aracaju que apresenta toda essa dinâmica social nos anúncios com notícias de eventos que envolveram a sociedade como um todo. Usando como objeto de estudo “os impressos que por aqui circularam [...] não só testemunham, registram e veiculam nossa história, mas são parte intrínseca da formação do país<sup>3</sup>”.

Assim, descrever os principais eventos e acontecimentos ocorridos na sociedade aracajuana em pequenos trechos publicados nas colunas Vida Social, Notas e Fatos e Necrologia representa um desafio para o pesquisador. A escolha de jornais como fonte principal de investigação para esta pesquisa deve-se ao fato de que a mesma ser um importante espaço de divulgação de ideias e notícias que circulavam nas primeiras décadas de 1900. Os jornais analisados fazem parte do acervo da hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e do arquivo de Documentação Sergipana da Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe.

Aracaju foi escolhida como cenário da pesquisa por ser: o centro administrativo da capital, o centro industrial e comercial de Sergipe. É neste cenário que surge o jornal Correio de Aracaju sobre o qual buscamos registrar alguns aspectos do cotidiano nas duas primeiras décadas. O jornal Correio de Aracaju constituiu-se um dos agentes de informação da sociedade, deste modo destacar os tipos de anúncios publicados é assinalar o seu principal papel na sociedade distinguindo-os dos mais utilizados pelos comerciantes locais como característica social. Como a sociedade aracajuana interagiu entre seus pares por meios desses anúncios e qual o intuito destes leitores ao publicar nas seções: Vida Social, Notas e fatos e Necrologia? As hipóteses levantadas e analisadas estão ancoradas nas áreas da História Social, História do Cotidiano e História da imprensa.

---

<sup>3</sup>MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. História da imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **Introdução**: pelos caminhos da imprensa no Brasil. Disponível em <file:///C:/Users/Suely/Downloads/historia\_da\_imprensa\_no\_brasil\_introduc\_o.pdf>. Acesso 01 de jul. 2014.

A metodologia que melhor se adequa ao nosso objeto é a pesquisa exploratória por proporcionar levantamentos bibliográficos que envolvam o tema proposto. A revisão bibliográfica sobre o cotidiano, sociedade e imprensa forneceu subsídios importantes para entender as transformações da sociedade, permitindo assim uma melhor compreensão do tema pesquisado. Podemos destacar Fernando Novais em *história da Vida Privada no Brasil*, retrata o cotidiano de brasileiros nas primeiras décadas, Hebe Castro, conceituando sobre a história social, Nelson Werneck Sodré, em *História da Imprensa*. O levantamento de leituras de artigos, livros e jornais permitirão abranger todos esses processos ocorridos em Sergipe.

## 2. A HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL E DO CORREIO DE ARACAJU

Entre o fim do século XIX até meados do século XX o Brasil sofreu um fluxo de transformações nas relações sociais, mudanças que estimularam novos dinamismos surgidos no contexto econômico proporcionando alterações nas hierarquias sociais, transformando as noções de espaço e tempo dos indivíduos no modo de percepção do dia-a-dia. É nesse cenário que a imprensa terá papel principal como divulgador e representante dos membros proeminentes da sociedade local.

A imprensa surge em meio às transformações estruturais fundantes da modernidade: a revolução urbana, comercial, industrial, científica e cultural, do mesmo modo ela surge com o capitalismo e onde se desenvolve, ocupa um espaço importante na sociedade, tornando-se um ambiente de registro histórico na sua distribuição e recepção da informação, trazendo um importante documento para o conhecimento do cotidiano desde o político ao cultural, passando pela economia. “A imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira [...] ela nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas<sup>4</sup>”.

A princípio a imprensa fora predominante artesanal, os jornais eram mantidos por políticos ou partidos, cujo principal interesse de ganhar espaço propagando as ações que possibilitassem a sua entrada ou permanência no poder. Assim,

o nascimento tardio da imprensa no Brasil não implicou numa atividade exígua dos homens de letras; ao contrário, ao longo do século XIX é quase incontável o número de publicações, cuja característica principal foi a variabilidade de duração e a periodicidade<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> MARTINS; LUCA, op. cit., 2008, p. 8.

<sup>5</sup> COHEN, Ilka Stern. *Diversificação e segmentação dos impressos*. In MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo, Ed. Contexto, 2008. pag. 103.

Com abordagens políticas e culturais, a imprensa tornou-se, ao mesmo tempo, fonte e agente histórico, indo além de mero reflexo de uma estrutura socioeconômica de fonte privilegiada portadora dos fatos e da verdade definida na historiografia tradicional. A concepção de que os jornais eram documentos inadequados a recuperação do passado, já que são registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões, foi criticada pelos não adeptos da Escola dos Annales na década de 1930, essa concepção é totalmente inadequada e reconhecer as potencialidades da imprensa como fonte histórica **auxilia no** reconhecimento dessas fontes que se soma à renovação das temáticas, problemas e procedimentos metodológicos.

O fluxo de mudanças entre o final do século XIX até meados do século XX ocorreu com dinamismo afetando as ordens e as hierarquias sociais antes não vistas ou exploradas, de tal modo que “nunca nenhum período anterior, tantas pessoas foram envolvidas de modo tão completo e tão rápido num processo dramático de transformação de seus hábitos cotidianos, suas convicções, seus modos de percepção e até seus reflexos instintivos<sup>6</sup>”.

Em Sergipe esse processo ocorreu de forma gradativa, “as tipografias começaram a ser instaladas na segunda metade do século XIX, ampliando-se o mercado de livros bem como do público consumidor, diversificando a produção jornalística para atender a diferentes segmentos<sup>7</sup>”. Inúmeras inovações foram introduzidas na imprensa sergipana, mudanças nas ilustrações, fotografia, vinheta e caricaturas com enfoque e mudanças na linguagem ocasionou a redução em assuntos como a política.

## 2.1 Breve História do Jornal Correio de Aracaju

Criado em 24 de outubro de 1906, O Jornal Correio de Aracajú, lança sua primeira edição durante as festividades em comemoração a Emancipação Política de Sergipe em Aracaju, fundado por Oliveira Valadão, que justifica a criação do jornal no seu editorial ao afirmar que “o intuito de *solemnizar* por esta forma a gloriosa data de nossa emancipação política, afirmando ao mesmo tempo o decidido empenho [...] para combater pela verdade do regime republicano federativo e material de Sergipe<sup>8</sup>”. Redigido por João Menezes, o jornal era matutino, com um pequeno editorial seguindo de várias notas e notícias internacionais, do

---

<sup>6</sup> NOVAIS, Fernando A.; SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil*. Republica: da Belle Époque à era do rádio. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.8.

<sup>7</sup> OLIVEIRA, Flávia Santos; Godim, Laise Mello; LINHARES, Ronaldo. *Jornal Correio de Aracaju e o fim da Segunda Guerra*. 7 Encontro Nacional de História da Mídia – Mídia alternativa e alternativas midiáticas, 2009.

<sup>8</sup> *Jornal Correio de Aracaju*, (24 de outubro de 1906). Hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju/Se.

Brasil e de Sergipe, sua circulação começa no momento que a imprensa nacional tinha ganhado estatuto de empresa.

No primeiro ano de publicação ocorria semanalmente, após um ano de intensa publicação o jornal passa a ser diário sua estrutura é composta de quatro páginas e todas elas possuíam cinco colunas, as duas últimas páginas eram destinadas aos anúncios. De gênero jornalístico optativo, ao longo dos anos passa a assumir características de informativo, com objetivo principal nos aspectos políticos e culturais de âmbito regional e local, transmitindo também notícias internacionais e do Brasil.

Baseados nesse argumento as notas públicas jornalísticas de Sergipe no início do século XX, é o principal meio de comunicação informativo entre a sociedade desde a sua criação, os jornais se tornaram o principal meio de crítica, informação e transmissão cultural proporcionando boas e más notícias, a quem dele se utilizasse; em Sergipe não é diferente, a história da Cultura, Memória e Identidade sofreu uma busca aprofundada dos seus convívios e costumes.

### **3 SOCIEDADE E COSTUMES NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX**

As mudanças a partir da metade do século XIX na política, no social e na forma de encarar a realidade que surgia com o desenvolvimento que estava em curso traz novas expectativas. Inserida na história social, o estudo de pesquisa voltado para sociedade é “frequentemente utilizada como forma de demarcar o espaço desta outra postura historiográfica à historiografia tradicional<sup>9</sup>”. O homem em sociedade nada mais é do que um pequeno grão que constitui o objeto final da pesquisa histórica.

A história social foi utilizada até a primeira metade do século XX, em abordagens de visão culturalista voltada aos costumes e tradições nacionais, entretanto entre as décadas de 30 e 40 há uma nova construção dessa identidade social. “Nas décadas de 1960 e 1970 [a história social], esteve fortemente marcada [...] por uma constante sofisticação de métodos quantitativos para a análise das fontes históricas<sup>10</sup>”.

Segundo Geertz<sup>11</sup> (2008), as ações provocadas pelos homens, não se identifica com hábitos ou costumes, está culturalmente informada para que se faça um melhor entendimento em determinado contexto social. “A história social passa a ser encarada como perspectiva de

---

<sup>9</sup> CASTRO, Hebe. *História Social*. In: *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora Campus. 1997, p.76.

<sup>10</sup> Id., 1997, p.82.

<sup>11</sup> GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 1ª ed. 13ª reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

síntese, como reafirmação do princípio de que, em história, todos os níveis de abordagens estão inscritos no social e se interligam<sup>12</sup>”.

Assim, os estudos voltados para os costumes ou cotidianos<sup>13</sup> da sociedade sergipana, a sua história, principalmente da cidade Aracaju está pautada no desejo de uma elite que “ansiava encontrar a identidade brasileira, a individualidade do Brasil”<sup>14</sup>, ou seja, a sergipanidade era e é representada na figura de homens ilustres. Sociedade formada por brancos, pretos, pardos e uma elite açucareira abastarda “provinciana, a sociedade em Sergipe é reforçada pelos poderes que o Ato Adicional de 1834 lhe conferiu”, ou seja, ao conceder autonomia à Província de Sergipe, a partir daí a identidade dos cidadãos aracajuanos fora se amalgamando ao longo de seis décadas. E essas

identidades estão sujeitas constantemente a processos de mudanças e transformação, [...] [que] tem a ver não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar”, como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma, como nós podemos representar a nós próprios”<sup>15</sup>.

A constante busca de resposta dessa identidade no início do século XX, provoca inúmeros questionamentos que envolvem o fenômeno da mobilidade urbana desses indivíduos e como afirma Novais e Sevcenko

a intensidade das misturas étnicas que aí ocorreram expressou-se em infindáveis denominações que, ao mesmo tempo que indicavam as múltiplas possibilidades de cruzamentos, diziam respeito às particularidades regionais, adequavam-se a diferentes modos de vida em diferentes meios<sup>16</sup>.

Fator decisivo para a pluralidade social, a transferência da capital de São Cristóvão para Aracaju acarretou inúmeras mudanças no então povoado de Santo Antônio de Aracaju, elevada à cidade pelo então Presidente Inácio Barbosa em 17 de março de 1855.

A escolha de Aracaju como cidade e capital deve a variados fatores, dentre eles, a sua proximidade dos engenhos da Cotingüiba, isto é, das principais regiões produtoras de açúcar da província e mais, deve principalmente à sua localização geográfica e à sua variedade hidrográfica, facilitadoras da importação, exportação e distribuição interna dos produtos<sup>17</sup>.

---

<sup>12</sup> Id., 1997, p.78.

<sup>13</sup> A vida cotidiana é compreendida como o conjunto de atividades que caracterizam a reprodução dos homens singulares, que criam por sua vez a possibilidade de reprodução social. CRUZ, Maria Helena Santana; FRANÇA, Vera Lúcia Alves. *Educação Feminina: Memória e trajetória de alunas do Colégio Sagrado Coração de Jesus em Estancia – Sergipe (1950 – 1970)*. São Cristóvão: Editora UFS, 2011.

<sup>14</sup> SOUSA, op. cit., p.8.

<sup>15</sup> HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós Modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 11ª ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2006, p. 57.

<sup>16</sup> NOVAIS; SEVCENKO, op. cit., p.56.

<sup>17</sup> OLIVEIRA, op. cit., p.49.

Com inúmeros problemas estruturais por estar localizada em zona de solo de fácil alagamento pelas chuvas pluviais “formando grande quantidade de pântanos e lagoas, a localização da cidade de Aracaju contribuiu para o aparecimento de variadas doenças febríferas<sup>18</sup>”. A sociedade aracajuana foi pouco a pouco sendo construída, a princípio os primeiros moradores da recente cidade foram homens e mulheres pobres de várias localidades de Sergipe, estes construíram seus casebres em morros de areia, nos mangues e lagoas.

A migração intensificada no início do século XX ocorreu devido a busca de melhores condições de vida de quem fugia da miséria. Essa “conglomerção de populações vindas dos mais diferentes lugares aumentava a impressão de desordem cidadina, provocando uma espécie de mal-estar generalizado entre as autoridades e os setores dominantes<sup>19</sup>”. A migração e permanência desses homens pobres preocupavam os idealizadores do discurso modernizador e para combater essa invasão das áreas nobres em seu início de povoamento, foi implantado o Código de Postura que

determinava como deveriam ser construídas as habitações dentro do “Quadrado de Pirro,” que já se encontrava em processo de ampliação dos seus limites de influência, determinando novos traçados para a construção e habitação localizadas nas sequências do Quadrado seguindo e unindo as ruas e construções suburbanas ao seu modelo geométrico e mais, restringiam o uso do telhado de palha. (OLIVEIRA, 2012, p.57)

A aplicação do Código de Postura segregou a população pobre para as áreas mais distantes do quadrado de Pirro. Segundo Wissenbach (1997, p. 93) eles “foram se abolitando na barra da cidade, em casas que seriam para dois meses e que ficariam anos de barro e feio [...], o seu dia-a-dia [ou seja, das] classes populares era sem dúvida, marcada por tensões, conflitos e [...] pelas duras condições do sobreviver”. Sousa<sup>20</sup> justifica a migração desses de classes populares por estar “influenciados pelas mudanças que se processavam e, respectivamente, por questões emergenciais que sofriam o campo”.

Entre 1907 a 1920, Aracaju passa a ser o centro industrial e comercial de Sergipe. Com o aumento de números de indústrias crescem a quantidade de mão de obra. Deste modo a sociedade aracajuana entre 1906 a 1923 é composta por uma elite letrada e por trabalhadores das indústrias.

#### **4. O JORNAL E AS NOTÍCIAS DA SOCIEDADE SERGIPANA**

---

<sup>18</sup> Id., 2012, p.50.

<sup>19</sup> WISSENBAACH, Cristina Cortez. *Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível*. In: NOVAIS, Fernando A.; SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil. Republica: da Belle Époque à era do rádio*. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.92.

<sup>20</sup> SOUSA, Antônio Lindvaldo. *Temas de História de Sergipe II*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, Cesad., 2010, p.8.



Os jornais podem apresentar elos essenciais para reconstituir ou recompor a história social e do cotidiano, segundo Pallares-Burke (1995, p. 12) “as notícias veiculadas nos periódicos se tornam cada vez mais relevantes para entender a história”. No jornal Correio de Aracaju as mudanças foram surgindo ao longo das suas publicações, de linguagem com postura mais jornalística diferente das primeiras publicações nas quais se destacavam uma postura opinativa, todavia não perdendo sua característica inicial ao tratar os temas com leveza sem sensacionalismo.

Os anúncios e colunas contidas no Jornal Correio de Aracaju expõem o cotidiano dos membros da sociedade: industriais, professor, políticos, funcionários públicos, etc. As informações fornecidas por eles são notoriamente necessárias à sociedade sergipana, onde são detectados os costumes desse período. Conceber o homem na realidade social com valores morais e éticos norteia suas ações cotidianas referenciando as condições materiais do grupo ao qual está inserido.

As colunas Vida social, Notas & Fatos e Necrologia, expõem nos traçados dos tipógrafos, vestígios de uma sociedade compostas por comerciantes ou oriundas de uma elite açucareira que se manteve ao longo dos anos em destaque na sociedade. A coluna Vida Social se sobressai com sua frase marcante: *Fazem anos hoje...* que inicia as felicitações natalícias, de matrimônios ou eventos que estivessem voltadas para os indivíduos pertencentes à elite, por meio dela conseguimos detectar as figuras mais proeminente da sociedade aracajuana.

A coluna Notas & fatos não se fixava a um assunto propriamente dito, nele é possível encontrar diferentes notícias desde política até contratos feitos pelo jornal na contratação de serviços de telégrafos para melhor suprir de informação aos seus assinantes. Podemos destacar o anúncio da morte do Senador Olympio Campos<sup>21</sup>, recebeu destaque por várias edições do Jornal Correio de Aracaju no mês de novembro de 1906, tornando-se uma das principais notícias por eles publicadas.

As necrologias publicavam sobre os cidadãos importantes e influentes da sociedade aracajuana, suas notas eram descritas com inúmeros elogios e pesares. Outros anúncios que merecem destaque são os dos Cinemas Rio Branco e Cine Eden e Circo Morales, que promoveram o lazer dos cidadãos, como podemos citar em anuncio do Jornal Correio de

---

<sup>21</sup> Olympio de Souza Campos – foi deputado federal e provincial, presidente do Estado de Sergipe de 1899 a 1903, exerceu a função de Senador da República entre 1903 a 1906 quando foi assassinado pelos filhos de Fausto Cardoso, no Rio de Janeiro em 09 de novembro de 1906.

Aracaju em 01 de fevereiro de 1914, em que o “Circo Morales tem dado bons resultados” agradando geralmente ao público, os cinemas publicavam resumos dos principais filmes para atrair multidões de frequentadores. Os anúncios de convites do Bar Chic buscando atrair a ala masculina para a diversão noturna.

Os anúncios do Jornal Correio de Aracaju seguem “os velhos modelos de anúncios de estabelecimentos que foram substituídos pelos novos, de mercadorias isoladas, valorizadas ao máximo pelas ilustrações ganhando relevo quase artístico quando as cores foram introduzidas<sup>22</sup>”. O que não é caso dos anúncios oferecidos pelo jornal sergipano. Assim o sucesso do jornal estava pautado no segredo desta imprensa que “consistia à medida que o capitalismo avançava, na rapidez com que chegava aos leitores<sup>23</sup>”.

## CONSIDERAÇÕES

Pudemos perceber que a dinâmica social envolvendo o jornal era possível devido aos constantes anúncios e interação entre informação e a sociedade. Em se tratando das três colunas citadas ao longo do artigo, podemos afirmar que além deles, outras notícias que envolvessem a sociedade eram expostas fora desse contexto. O período analisado correspondeu ao desenvolvimento econômico e administrativo da capital Aracaju entretanto, a pesquisa nos colocou diante de problemas e dificuldade para encontrar fontes sobre o dia-a-dia. Os jornais utilizados estão todos digitalizados, porém, não possui todos os anos de publicação, faltando os anos correspondentes a 1907 a 1913, ocasionando a perda de parte de informações primordiais e importante da sociedade sergipana.

Participando dos principais eventos modernizadores entre 1906 a 1923 em Aracaju, o Jornal Correio de Aracaju ao longo dos anos perdeu um pouco de suas características iniciais no que foi observado pelo aumento dos anúncios publicados, demonstrando uma visão capitalista e que é descrito por Sodré (1999) como principal segredo da imprensa jornalística está na rapidez de reproduzir cada vez mais seus jornais, característica essa que leva ao aumento de números de assinantes as informações dos seus pares.

As informações sobre a sociedade e seu cotidiano surgem paulatinamente no dia-a-dia das colunas que descreve seus principais eventos retratando uma elite letrada e envolvida no contato social entre eles, a interação redator-proprietário e membros da sociedade demonstram nas suas publicações os estreitos laços entre eles, já as classes populares somente

---

<sup>22</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p.4-5.

<sup>23</sup> SODRÉ, Op. cit., p 5.

são citadas em fatos raros, sua principal característica permanece ao longo dos anos: a política. A pesquisa sobre a sociedade aracajuana e sua vida social em anúncios de jornais é de grande valia nas áreas de História Social, do Cotidiano e da História da Imprensa no Brasil e principalmente em Sergipe por ser recente na historiografia brasileira quando se trata da relação de conceito na busca da sua identidade.

## REFERENCIAS

COHEN, Ilka Stern. **Diversificação e segmentação dos impressos**. In MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de. História da Imprensa no Brasil. São Paulo, Ed. Contexto, 2008.  
HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós Modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2006.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. História da imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **Introdução**: pelos caminhos da imprensa no Brasil. Disponível em <file:///C:/Users/Suely/Downloads/historia\_da\_imprensa\_no\_brasil\_introduc\_o.pdf>. Acesso 01 de jul. 2014.

NOVAIS, Fernando A.; SEVCENKO, Nicolau. História da vida privada no Brasil. **Republica**: da Belle Époque à era do rádio. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.  
OLIVEIRA, Anderson Lima. **O “estouro de um cabaço”**: crie no quadrado de Pirro, Aracaju - SE, década de 30. 2012, 114f. Monografia. (Licenciatura em História), São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe.

OLIVEIRA, Flávia Santos; Godim, Laise Mello; LINHARES, Ronaldo. **Jornal Correio de Aracaju e o fim da Segunda Guerra**. 7 Encontro Nacional de História da Mídia – Mídia alternativa e alternativas midiáticas, 2009.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **The Spectator, o teatro das luzes**. São Paulo: Hucitec, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Antônio Lindvaldo. Temas de História de Sergipe II. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, Cesad, 2010.

WISSENBACH, Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: NOVAIS, Fernando A.; SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil. Republica**: da Belle Époque à era do rádio. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

## **MARCAS DE GUERRA – A REPRESENTAÇÃO DO SOLDADO NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL EM “J DE JENNY”**

**Autora:** Thaís da Silva Tenório

Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe

Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET/FNDE/MEC).

Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/CNPq/UFS)

**Orientador:** Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard (DHI-UFS)

thais@getempo.org

**Resumo:** Diversas são as produções que tomam a Segunda Guerra Mundial como tema, dentre estas estão as Histórias em Quadrinhos (HQs). No presente trabalho faremos uma análise da representação da Segunda Grande Guerra na história *J de Jenny*, que se encontra na revista *War Stories* (2006), escrita por Garth Ennis. Em nossa análise, procuraremos observar como Ennis representou o conflito, levando em conta para isso tanto as imagens, quanto o tema, a contextualização e a caracterização do determinado período.

**Palavras-chave:** Segunda Guerra, Produções Culturais, Histórias em Quadrinhos.

**Abstract:** Many are the productions that use the Second World War as your main theme, and one of those productions are the Comic Books. In this article we will analyze the representation of the IIWW in the story *J for Jenny* published in the magazine “War Stories” (2006), wrote by Garth Ennis. In our analyze, we will look how the Ennis watch the conflict, considering the images, the thematic, the contextualization and the characterization of that period.

**Keywords:** Second War, Cultural Productions, Comic Books.

A História tem sido alvo de constantes produções que exploram os mais diversos lados e versões de um mesmo fato. Os grandes conflitos do século XX – a Primeira e a Segunda Guerra Mundial – compõe o quadro dos assuntos mais abordados, as grandes indústrias os fazem por meio de livros, filmes, séries de tv, como também através das Histórias em Quadrinhos, também chamadas de HQs.

As HQs estão presentes entre nós a mais de um século. Este meio de comunicação em massa têm uma proposta democrática e se propõe a atingir públicos diferenciados, econômica e socialmente. Ao trabalhar com texto e imagem as histórias em quadrinhos podem ser lidas e entendidas por todos os tipos de leitores, independentemente de sua faixa etária, grupo socioeconômico ou origem étnica. Tal fato torna este tipo de leitura um espaço privilegiado de representações sociais. Desde os cenários aos enredos, passando pelos personagens, os elementos presentes nos quadrinhos podem ser vistos como uma apropriação imaginativa de conceitos, valores e elementos que foram, são ou podem vir a ser aceitos como reais.

Nas linhas que se seguem iremos analisar a HQ norte-americana *War-Histórias de Guerra vol.2*, escrita por Garth Ennis, produzida em 2003 e publicada no Brasil pela Vertigo, uma das mais importantes editoras de quadrinhos no Brasil. Para este artigo, iremos nos focar apenas em uma de suas duas histórias, *J de Jenny*, onde nos dedicaremos a identificar como se constituía o universo do soldado no momento da Segunda Guerra Mundial. Para tal nos embasaremos nos estudos da História Social da Linguagem, iniciados por Peter Burke<sup>1</sup>, que mesmo direcionados aos textos – e não para as imagens ou ainda com a complexidade que envolve a articulação entre textos e imagens – podem nos ser úteis instrumentos no sentido de analisar e caracterizar o contexto no qual nossa fonte é produzida.

## **CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS**

Propor a análise dos quadrinhos como fonte histórica vai muito além do que aplicar conceitos e teorias acerca do assunto, se caracteriza em um esforço para pontuar neles traços representativos do mundo social a que fazem referência. Faz-se necessário levar em consideração que essas obras são práticas que se valem de representações construídas e disseminadas na sociedade.

Em *Testemunha Ocular*, ao lidar com imagens, Peter Burke enfatiza que elas “dão acesso não ao mundo social diretamente, mas sim as visões contemporâneas daquele mundo [...]”<sup>II</sup>. O mesmo ocorreria numa obra quadrinística. Assim, nos é dada a incumbência de mergulhar nas páginas de uma HQ e avaliar aquilo que testemunham, sem negligenciar como o fazem – mesmo que a priori aquela realidade nos pareça “fantasiosa” ou um mero devaneio.

Burke discorre acerca do uso das imagens na compreensão da história, de que forma o historiador pode entender aspectos de sua sociedade no passado a partir da compreensão e manuseio das imagens:

O uso de imagens por historiadores não pode e não deve ser limitado à “evidência” no sentido estrito do termo (...). Deve-se também deixar espaço para o que Francis Haskell denominou “o impacto da imagem na imaginação histórica”. Pinturas, publicações e assim por diante permitem a nós, posteridade, compartilhar as experiências não-verbais ou o conhecimento de culturas passadas<sup>III</sup>.

Partindo então do pressuposto de que tanto narrativas textuais quanto imagens podem servir como um passo na identificação de visões de mundo, de interesses de um ou outro grupo que controla diversas formas de poder em sociedade, não é absurdo pensar então nas HQs como um potente e eficaz meio de disseminação de ideias, crenças e modelos, sobretudo em momentos de intensa crise política e/ou econômica, como nos anos 1930 e 1940, nos EUA e na Europa. Porém, tais formas variam muito de cultura para cultura, sem perder o objetivo e o efeito final.

## **A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL EM *J DE JENNY***

As HQs, também conhecidas como Arte Sequencial, começaram sua trajetória como entretenimento simples, barato e de massa. Ao longo do tempo evoluíram e conseguiram, se estabelecendo não só como arte mas também como literatura. Segundo Ricciotto Canudo<sup>IV</sup>, são consideradas a Nona Arte<sup>V</sup> – integrando cor, palavra e imagem, sendo geralmente editadas em forma de revistas, livros ou tiras publicadas em periódicos.

Publicada em 2003 pela editora Vertigo *War<sup>VI</sup> – Histórias de Guerra<sup>VII</sup>* é uma tentativa de Garth Ennis de remontar as grandes guerras que marcaram a história da humanidade, abordando temas como a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Civil Espanhola. Fazendo parte desse projeto, a história *J de Jenny* se passa nos anos da

Segunda Grande Guerra (1939-1945). Coloca em evidência temas que norteavam o cotidiano dos soldados – vingança, medo, intrigas internas, mulheres, desesperança, motivações etc. Ennis nos dá o que seria uma representação do dia-a-dia de combatentes aéreos de um esquadrão inglês, onde ele deixa de lado o falso heroísmo ou patriotismo exacerbado e nos mostra as reais motivações que levavam aqueles desafortunados a cometerem ações de extrema violência.

A história terá como foco a participação da Inglaterra na 2ªGM. Ainda se recuperando o trauma deixado pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os ingleses temiam um segundo conflito. Ciente do desejo de revanche que a Alemanha nutria desde que lhe foram impostas duras penalidades a respeito da Guerra de 1914, o Primeiro Ministro Britânico Neville Chamberlain, em 1938, chegou a se encontrar com Adolf Hitler, prometendo ao povo inglês “peace for our time<sup>VIII</sup>”. Entretanto, apesar da promessa de paz, ao comando do Führer, no dia primeiro de setembro de 1939 as tropas alemãs invadem a Polônia, dando início assim a Segunda Guerra Mundial. Dois dias depois, a Inglaterra estava novamente em Guerra contra a Alemanha.

Ennis não nos deixa claro o ano em que a história se passa, entretanto presumimos que seja em meados da década de 40, pois no desenrolar do enredo os personagens fazem referências a fatos que se sucederam na Inglaterra neste período. Trazendo para o leitor os dramas vividos pelos soldados do esquadrão aéreo britânico, o autor começa a HQ narrando um ataque feito pela força britânica ao Reich, onde um dos personagens principais, o Tenente de voo Ronald Page, motivado por um sentimento de vingança após ataques aéreos feitos pela *Luftwaffe*<sup>IX</sup> em cidades inglesas, onde ele acaba perdendo sua mulher e filho, busca por “justiça”.

Ao abordar ofensivas alemãs nas cidades britânicas, Ennis cita cidades como Coventry, que na II Guerra foi bombardeada pelos nazistas devido à sua grande importância industrial, sendo considerada uma das maiores vítimas desses ataques. Em 14 de Novembro 1940 a cidade foi quase completamente destruída após um ataque, tal evento ficou conhecido como *Coventry Blitz*. Outro território que também sofreu duros ataques e é citado na história é Liverpool, a qual pertence ao condado de Merseyside. Durante a Segunda Grande Guerra houveram 80 ataques aéreos no condado, matando 2.500 pessoas e causando danos em boa parte das casas da região como também

destruindo patrimônios na cidade que só conseguiu se reerguer após alguns anos da Guerra, entre 1950 e 1960.



Fonte: Ennis, 2003. p,64

Outro tema levantado na HQ é acerca dos traumas e marcas que a Guerra deixa naqueles que a vivenciam. Personagens como Page – que se vê atormentado pelos fantasmas da mulher e o filho, mortos em um dos bombardeios nas cidades britânicas – O tenente Page é a representação de muitos daqueles que estavam na Guerra buscando por vingança, seja por entes perdidos, ou por nacionalismo exacerbado.

Outros personagens que compõem a trama demonstram nítidas sequelas deixadas pela exposição constante a tamanha violência. O sargento Stark é um dos maiores exemplos na HQ de como o olhar moral acerca dos próprios atos muda em tempos difíceis, sendo constantemente perturbado pelas lembranças da guerra, tendo uma postura apática perante atos extremamente violentos, como se aquele universo de hostil fosse parte da sua normalidade.

Neitzel e Welzer<sup>x</sup> afirmam que o conceito de violência muda quando se está numa guerra, isso porque o indivíduo recebe estímulos sócias, psicológicos hierárquicos, biológicos e antropológicos. Ter a capacidade de interpretar e tomar decisões pressupõe algum comando, um tipo de orientação, saber com o que esta se esta envolvido e quais consequências de cada ato. Tal orientação fornece modelos interpretativos, chamados de marco referencial.





Fonte: Ennis, 2003. p.93

Para analisar as ações de extrema violência cometidas pelos soldados na Segunda Grande Guerra, aqui representados pelos membros do esquadrão J de Jenny, é importante interpreta-las procurando entender a época em que os fatos ocorreram. Aqui nos deparamos com o conceito de representação, onde para se analisar os marcos referenciais é importante deixar de lado o olhar para o presente e tentar reconstruir ou pelo menos criar uma representação daquilo que determinados indivíduos viveram.

Tentar olhar o passado com os olhos do passado é um exercício fundamental para compreender ações e acontecimentos que formaram aquilo que chamamos de “fato histórico”, mas isso não significa necessariamente que o historiador consiga esse feito. Devemos nos atentar porém, que a história segundo, Neitzel e Welzer, não é percebida, ela acontece. Só depois o historiador fará um inventário dos acontecimentos e dentre estes irá selecionar aqueles que de alguma forma tiveram um significado no curso da história. A importância de um evento histórico que para nós no presente é considerado um marco, para pessoas que viveram tal período talvez não tenha tido o mesmo significado. Identificamos aí uma mudança nos marcos referenciais.

No dia a dia as alterações feitas sorrateiramente no meio social e físico, geralmente passam despercebidas aos nossos olhos. Isso porque a percepção se ajusta permanentemente às modificações do meio. Esse fenômeno é chamado por alguns psicólogos de *shifting baselines*. Tal fenômeno pode ser identificado em mudanças nos hábitos de comunicação, comportamento; tais mudanças podem trazer graves consequências, como por exemplo no regime nazista, onde os *shifting baselines*<sup>XI</sup> representaram a distorção radical de padrões normativos.

Indivíduos que vivenciam uma guerra e são expostos a violência diária acabam tendo seu marco referencial mudado. Não só eles, mas aqueles que são próximos e são atingidos direta ou indiretamente pelos efeitos da Guerra. Sem notar, mudam seus conceitos do que vem a ser violência, sua ideia de morte, vida, pátria, causa, etc.

Tais mudanças em seus referenciais<sup>XII</sup> levaram os personagens da HQ J de Jenny sofrerem uma brusca distorção do que vem a ser certo e errado, convencional ou não convencional. Afinal, na Guerra vale tudo? Essa pergunta, onde a cada nova situação observamos como o ser humano reage a situações de pressão e forte violência psicológica. Podemos observar a distorção de vários desses conceitos. Garth Ennis faz questão de nos mostrar o que teria sido para os soldados viver constantemente num meio hostil, e nos dá perfis psicológicos distintos. Assim como na Guerra os combatentes iam motivados por vingança, nacionalismo, ou apenas pela “diversão”, diversas são as posições dos personagens perante ao conflito. O Tenente Ronald Page vê ali uma forma de vingar a morte de sua família, outros chegam a desejar que tenha alguma catástrofe na Alemanha, para que suas ações de extrema violência fossem justificadas.

Através de seus quadrinhos, Garth Ennis leva ao público uma rica representação da Segunda Guerra Mundial com elementos que tendem a transportar o leitor para o momento vivido na narrativa, conseguindo assim reproduzir de maneira fictícia o dia a dia de uma base aérea britânica no conflito. Rica em contexto histórico, J de Jenny toca em temas poucos usuais: o psicológico dos soldados, suas motivações, o que os levavam a cometer tamanha violência, que no presente, ou até mesmo no século XX fora do contexto do combate seriam considerados abomináveis, condenados pela sociedade e sujeitos a duras punições.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao analisar a HQ J de Jenny observamos como tais produções da Nona Arte que abordam esse período da história podem ser vistas como ricas fontes de estudo. Congregando texto e imagem, Ennis dá aos seus leitores um material vasto em informações acerca da II Grande Guerra, informações estas que o autor deixa solta no texto, usando mais como referências, sendo seu foco principal o universo do soldado no conflito. Segunda Guerra está presente nos quadrinhos, não só na produção explanada acima, assim como em outras obras do Tempo Presente. Deste modo, o presente

trabalho procurou destacar a visão de Ennis acerca do conflito, analisando o contexto histórico em que ele insere a narrativa, como também sua inclinação a remontar um universo totalmente corrompido na mente dos soldados, onde se justifica a violência pela violência.

---

<sup>I</sup> BURKE, Peter; PORTER, Roy (Org). *História social da linguagem*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 199

<sup>II</sup> \_\_\_\_\_. *Testemunha ocular: História e imagem*. Bauru: EDUSC. 2004. p.236.

<sup>III</sup> \_\_\_\_\_. *Testemunha ocular: História e imagem*. Bauru: EDUSC. 2004 p.16

<sup>IV</sup> Ricciotto Canudo, crítico italiano de cinema durante o modernismo, organizou as artes vigentes na seguinte ordem: 1ª Arte – Música (som) 2ª Arte – Dança/Coreografia (movimento) 3ª Arte – Pintura (cor) 4ª Arte – Escultura (volume) 5ª Arte – Teatro (representação) 6ª Arte – Literatura (palavra) 7ª Arte – Cinema (integra os elementos das artes anteriores). A partir de então, com o surgimento da fotografia, dos quadrinhos, games e novos formatos de arte digital, deu-se continuidade a classificação das artes e surgiram as seguintes: 8ª Arte – Fotografia (imagem) 9ª Arte – Quadrinhos (cor, palavra, imagem) 10ª Arte – Jogos de Computador e de Vídeo, e 11ª Arte – Arte digital (integra artes gráficas computadorizadas 2D, 3D e programação).

<sup>V</sup> COELHO S. Coelho. “Parabéns Mafalda”. *Conhecimento Prático Literatura*. São Paulo: Escala, vol.I, 55, p.16, 2014.

<sup>VI</sup> A revista em Quadrinhos War – História de Guerras, volume 2, publicada em 2003 pela editora Vertigo, tem sua versão traduzida para o português brasileiro, onde adaptações foram feitas na edição do HQ, como a imagem, e a tradução de alguns verbetes. Sendo seu nome na edição original da HQ *War Stories*.

<sup>VII</sup> ENNIS, Garth. *War – Histórias de Guerra*. São Paulo. v. 2 . Fevereiro, 2003. Vertigo.

<sup>VIII</sup> “Paz para o nosso tempo”.

<sup>IX</sup> A Luftwaffe, parte da Wehrmacht, foi a força aérea da Alemanha durante a era nazista . Fundada em 1924, reorganizada após a chegada dos nazistas ao poder e oficialmente inaugurada em 1935.

<sup>X</sup> NEITZEL, Sönke; WELZER, Harald. *Soldados: Sobre Lutar, matar e morrer*. Tradução: Frederico Figueiredo. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2014.

<sup>XI</sup> \_\_\_\_\_. *Soldados: Sobre Lutar, matar e morrer*. Tradução: Frederico Figueiredo. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2014,p 30.

<sup>XII</sup> Primeiro capítulo do livro de Neitzel e Welzer se dedica a analisar os marcos referencias dos soldados, fazendo uma análise profunda dos elementos que contribuíram para a construção dos combatentes.

## **Turismo Cultural: O Elo entre Turismo e História. Uma Análise Conceitual.**

Thales Rocha de Freitas (Graduado em Turismo – CEFET-RJ)  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Nara Maria Carlos de Santana (Docente – CEFET-RJ)

**Resumo:** O presente artigo busca compreender, utilizando metodologia qualitativa e fontes bibliográficas e documentais, a relação entre turismo e História. Assim, faz-se necessária a compreensão da relação entre conceitos de memória coletiva, identidade social e patrimônio histórico-cultural. No recorte geográfico que é Petrópolis-RJ, busca-se analisar sua História e posteriormente, compreender como suas memórias são utilizadas como atrativos turísticos pelo Turismo Cultural. Por fim, busca-se salientar em que parâmetros o turismo cultural pode ser o elo entre turismo e História.

**Palavras-chaves:** Turismo Cultural; História de Petrópolis-RJ; Petrópolis-RJ.

**Abstract:** This Article search understand, using qualitative methodology and bibliographic and documentary sources, the relationship between tourism and history. Thus, it is necessary understanding of the relationship between concepts of collective memory, social identity and historical heritage- cultural. In the clipping geographical which is Petropolis- RJ, search to analyze its history and later, understand how your memories are used as tourist attractions by the Cultural Tourism. Finally, note in which parameters cultural tourism may be the link between tourism and history.

**Keywords:** Cultural Tourism, History of Petrópolis-RJ; Petrópolis-RJ.

### **Introdução**

O presente artigo busca compreender a relação entre turismo e mercado e turismo e ciências sociais, a partir da análise dos principais conceitos que envolvem essa temática. A investigação baseou-se em pesquisa qualitativa com fontes bibliográficas com vistas a construir primeiramente uma análise conceitual, evidenciar como identidade, memória e patrimônio histórico-cultural compõe a tríade consolidadora do Turismo Cultural. É relevante destacar que a preocupação desta reflexão conceitual visou perceber a intensa convergência entre Turismo e História. Destaco ainda que este artigo é um dos resultados fundamentais de minha inserção na Iniciação Científica do CEFET-RJ.

Ao discutirmos a relação entre turismo e mercado e turismo e ciências sociais, devemos salientar duas perspectivas: o turismo como atividade econômica, geradora de lucros, movimentação intensa ao redor do globo e, notadamente, combustível da globalização e do capitalismo; e o “Turismo strictu senso” (BARRETO, SANTOS, 2005:8<sup>i</sup>), ciência social aplicada, objeto valoroso de estudo das mais diversas áreas, de certo modo ainda primárias, já que análises científicas próprias do campo turístico vêm avançando lentamente, dado o destaque dado à atividade como setor econômico.

Deve-se ressaltar que, para fins de análise, o recorte espacial terá como enfoque a cidade de Petrópolis, localizada na região serrana do estado do Rio de Janeiro.

## **1 O Estado da Arte ou o conceito de Turismo Cultural**

Turismo, enquanto atividade, Turismo Cultural, como segmentação desta, e Memória, elemento viabilizador de ambos, muito dialogam com a História. Uma vez que “o turismo é um produto elaborado com matérias-primas da natureza (recursos naturais) ou da cultura material e simbólica (recursos culturais), somadas aos equipamentos para prestar serviços de recreação, alimentação e hospedagem aos quais se chega mediante transporte” (BARRETO, 2012:13)<sup>ii</sup>, observamos que o conceito de cultura é intrínseco ao turismo. E compreendendo que “a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível — isto é, descritos com densidade” (GEERTZ, 2008:10)<sup>iii</sup>, pode-se compreender a História como um sistema seletivo de orientação de memórias para a realidade (CARR, 1982)<sup>iv</sup>, as quais compõem o contexto chamado Cultura, do qual se beneficia e utiliza o Turismo e vice-versa.

### **1.1 Um pouco da História de Petrópolis**

A presença do Imperador D. Pedro II em Petrópolis é notável, desde o nome da cidade até o brasão oficial da cidade; entretanto, a cobiça da família imperial pela localidade serrana vem de outros tempos, com D. Pedro I. Segundo Schwarcz (1998, p. 357)<sup>v</sup>:

A fazenda fora comprada em 1830 por d. Pedro I — que pagou cerca de 20:000\$000 (vinte contos) pela propriedade — com a pretensão de construir ali um palácio para o verão: o ar ameno da montanha romperia com o bafo úmido da corte na temporada quente. No entanto, os planos do primeiro monarca não foram em frente.

A respeito da falência nos planos de D. Pedro I, observa-se que estes podem ser justificados por dois pontos básicos: primeiramente, pelo fato de que D. Pedro I renunciou em 1831 e, apenas três anos depois, veio a falecer; segundo, que a aparente negligência de D. Pedro II em não levar a cabo os sonhos de seu pai deve-se ao fato de este falecer tendo um elevado montante de dívidas assumidas em testamento, o que acabou mobilizando a fazenda (Córrego Seco) para as mãos dos credores (SCHWARCZ, 1998).

Todavia, para felicidade da família imperial, no início da década de 40, o governo brasileiro age de uma maneira que evidencia o que para Schwarcz (1998, p.358) é a “Marca do regime monárquico, o público e o privado servem-se reciprocamente”. Isto deve-se ao fato de o governo brasileiro ter realizado o pagamento referente ao valor da fazenda restituindo-a a seus antigos donos, ou seja, a família imperial e seus sucessores.

Com a posse total da fazenda, D. Pedro II começa a agir em prol da realização do sonho de seu pai: um palácio de veraneio na região serrana, buscando fuga do calor do Rio de Janeiro. Assim, começara a construção do que posteriormente seria a “Cidade Imperial”.

Para que todo o processo de “criação” da futura cidade fosse posto em prática, era necessário um projeto elaborado e fundamentado. É justamente isto que, em 1843, é apresentado pelo mordomo Paulo Barbosa.

Para execução do aprovado plano de Paulo Barbosa, era necessário um superintendente bem articulado e não-leigo em termos de infra-estrutura. Um major engenheiro chamado Frederico Koeler foi o eleito por D. Pedro II para que, arrendando a terra, a organiza-se conforme as ordens do Imperador: lembrando-se do espaço para seu palácio, para uma igreja, para um cemitério e para uma zona de povoamento.

Com a proclamação da República, em 1889, Petrópolis, a “cidade de Pedro”, passa a viver sem seu idealizador, sem aquele que havia comprado o desafio de construir uma cidade serrana para seus veraneios.

Contudo, documentos históricos da cidade de Petrópolis não deixam dúvida em relação à existência de uma série de memórias republicanas na cidade, tornando evidente a existência de uma identidade petropolitana que não permanece inerte na imagem imperial, mas permite diariamente uma disputa entre suas memórias imperiais e republicanas.

Tal disputa entre memórias pode ser observada em matérias jornalísticas, como a vista nas páginas 6 e 7 do “Jornal de Petrópolis”, de 22 a 28 de setembro de 1996. Segundo esta matéria, o Palácio Rio Negro, palácio responsável por acolher os Presidentes da República em suas visitas a Petrópolis, constitui a “Versão republicana do Museu Imperial”. Tal comparação deve-se ao fato de que o Museu Imperial, durante o Império, recebeu em seus verões a autoridade máxima do país, o Imperador D. Pedro II. Tempos depois, já no período republicano, voltara a receber, também durante o período do verão, a autoridade máxima do país, o presidente da república.

A presença do recorte republicano 1930-1945 é sobressalente nas memórias petropolitanas, bem como a aproximação entre a cidade e o governante máximo do período, Getúlio Vargas.

O “Caderno Especial do Diário de Petrópolis”, de março de 1998, aponta que “De 1930 a 1945 Getúlio Vargas ocupou o palácio passando nele em média três meses por ano e transformando-o em cenário marcante do Estado Novo.”

Continuando a análise em documentos históricos, vemos a matéria intitulada “Bonito, suntuoso e contador de histórias”, de José Luiz Campos.

Nesta matéria, publicada no jornal “Gazetinha semanal”, de 27 de agosto de 1999, o Palácio Rio Negro é abordado, analisando historicamente alguns marcos sobressalentes deste patrimônio histórico. Nela, há um setor intitulado “Era Vargas”, o qual busca descrever a

presença de Getúlio Vargas no Palácio Rio Negro, bem como sua identificação com a cidade de Petrópolis, o que pode ser visto em trecho extraída integralmente do jornal:

Mais diretamente à vida do Palácio Rio Negro, está o presidente Getúlio Vargas. Ele tinha um carinho especial pelo palácio e no seu veraneio por vezes chegava aqui em dezembro e permanecia até abril. Vargas despachava no Rio Negro, e aqui tomou decisões importantes como a confecção de leis trabalhistas em seu governo do Estado Novo.

A matéria continua, observando que

Baixinho, elegante e sempre trajando terno branco e chapéu gelô, Vargas costumava caminhar a pé pela Koeler com as mãos para trás, acompanhado de assessores e do segurança Gregório Fortunato, que era chamado de seu “anjo da guarda”. Comumente Getúlio driblava a segurança conversando com as pessoas, como os charreiros e afagando as cabeças das crianças que o reconheciam. Dava dinheiro aos mais humildes e por vezes crivava um passante (naturalmente um trabalhador) sobre como vivia, como era sua família. Em recente depoimento sobre o avô estadista, Celina Vargas do Amaral Peixoto, diretora do Museu Nacional no Catete, revelou o acendrado amor, o grande carinho que Getúlio Vargas tinha para com o Palácio Rio Negro. Todas as vezes que podia e com certeza em furtivas escapadas, vinha para o palácio no meio da semana e no seu interior se deixava ficar isolado de tudo e de todos.

No tocante à identificação entre o presidente Getúlio Vargas e o município serrano ficam evidentes ao se analisar documentos como as versões do jornal “A Tribuna de Petrópolis” do período 1930-1945. Na capa da “Tribuna de Petrópolis” de 17 de Janeiro de 1937, por exemplo, observa-se a seguinte notícia: “O verão presidencial – ao que se diz, o sr. Presidente da República pretende subir no próximo dia 20, fim de passar o verão nesta cidade.”

Este breve fragmento propicia a observação do modo como a presença do Presidente Getúlio Vargas se demonstrava deveras sobressalente, fazendo com que o simples rumor de sua presença em Petrópolis ocupe parte da capa de um dos principais jornais da cidade.

Toda essa história acima contada revela uma cidade cuja identidade se modela a partir da política brasileira e nos elementos materiais e imateriais que a caracterizam como uma reserva cultural nacional.

Desta maneira, compreendendo algumas nuances essenciais dos conceitos de turismo e verificando que este interage frequentemente com seu meio, estabelecendo uma relação de interdependência entre as partes, e compreendendo também a identidade social petropolitana por meio da análise de suas memórias, meio no qual buscamos analisar o elo entre Turismo e História, devemos seguir para a compreensão do conceito de Turismo Cultural.

No seguinte tópico, buscamos realizar uma investigação sobre o Turismo Cultural, apresentando um breve histórico e uma verificação do conceito, buscando compreender em quais parâmetros ente pode ser considerado o elo entre Turismo e História.

## • 1.2 Turismo Cultural : História e Conceito

Falar em Turismo Cultural é falar de algo pioneiro nos primórdios das atividades de deslocamento inter-regionais que precedem o turismo como hoje o concebemos. O Grand Tour, viagens inter-regionais dentro da Europa realizadas sobretudo no século XIX, nas quais jovens viajavam em busca de conhecimento cultural e aprimoramento intelectual e científico, já eram um indício do que, hoje, vem a ser o Turismo Cultural (BARRETO, 2012).

Assim, “a ideia de cultura, entendida a princípio como “alta cultura”, foi substituída pela ideia de cultura como civilização e, posteriormente, pela noção de que todos têm cultura, independentemente do estágio tecnológico” (BARRETO, 2012:19). Neste sentido, o conceito de cultura, é perfeitamente apropriado pelo turismo. Seja no tempo do Grand Tour, ou nos dias de hoje, quando uma viagem a qualquer canto do planeta, possibilita – ainda que precariamente e discutivelmente na maioria dos casos – uma experiência cultural, mesmo que superficial.

Deste modo, essa discussão introdutória a respeito do conceito de Cultura, nos coloca a indagar sobre o que é, de fato, o Turismo Cultural? Qualquer estudante ou pesquisador que se aventure pelo estudo do turismo, enfrentará o questionamento decifrado por Barreto, (2012:87), de que o:

Turismo cultural é todo turismo no qual o principal atrativo não é a natureza, mas um aspecto da cultura humana, que pode ser a história, o cotidiano, o artesanato ou qualquer dos aspectos abrangidos pelo conceito de cultura.

Aceitando a concepção da autora, que nos propõe ser o Turismo Cultural uma modalidade de turismo que tem como foco os aspectos abrangidos pelo conceito de cultura, podemos levantar a hipótese de que o Turismo Cultural é o turismo no qual não se busca produtos, mas produtores; não se busca atos, mas a compreensão do que há por detrás deles; não se busca aproveitar toda a superfície de uma localidade, mas imergir em sua essência e compreender como as relações daquela localidade realizaram-se e transformaram-se dia após dia até expor uma identidade tal qual vemos, imaginamos ou previamente conhecemos.<sup>vi</sup> Vale salientar que, no presente trabalho, o termo essência é compreendido como o conjunto de memórias que, somadas, resultaram em uma identidade, entendendo essa como mutável e/ou possivelmente heterogênea, mesmo numa localidade ou grupo social.

Observamos, deste modo, que para a existência do Turismo Cultural, é necessário haver uma identidade local, uma vez que o foco do Turismo Cultural é conhecer tais peculiaridades.

### **1. Identidade, Memória e Patrimônio histórico-cultural: A tríade consolidadora.**



Se aceitarmos que o Turismo Cultural é o tipo de turismo que se ancora não apenas na abstração do espaço geográfico, mas na concretude de aspectos da cultura humana, veremos que não há Turismo Cultural onde não há uma identidade consolidada.

Para entendermos melhor tal questão, se faz necessário o entendimento sobre o que é identidade, bem como quais elementos a formam e consolidam.

Para Manuel Castells (1999:22)<sup>vii</sup>, “entende-se por identidade a fonte de significado e experiência de um povo”. Tomando como ponto de partida tal abordagem, vemos que identidade é o produto das experiências e significados de um povo (nesse caso, entenda-se não somente como povo, mas também como o homem uno).

Falar em identidade é invariavelmente falar de experiências, de significados. Tal é o papel da identidade em traduzir memórias expondo experiências e evidenciando significados, que “a identidade passou a ser entendida como algo social e não essencial” (BARRETO, 2012:96).

Renato Ortiz (1985)<sup>viii</sup> ressalta dois aspectos imprescindíveis na análise do conceito de identidade: sua heterogeneidade e o fato de a mesma ser constituída por símbolos. Para ele, nenhuma identidade será algo “puro”. Antes, será um composto de fatores, valores e memórias que irão desembocar em um produto comum, a identidade.

Ortiz (1985:8) ainda defende que “toda identidade é uma construção simbólica”.

No entanto, para uma compreensão plena em torno do conceito de identidade, devemos nos questionar: quais são as “células formadoras deste tecido”? Quais são os elementos que, somados, produzem a identidade? Em que se ancoram todos os símbolos de cada identidade? A resposta para todas estas questões definiria aqui como a “memória”, ou “memórias”, considerando que “a memória é, portanto, um elemento constitutivo da identidade, tanto coletiva quanto individual, e elemento importante para o reconhecimento e a valorização de indivíduos ou grupos, agindo para reforçar sua auto-estima” (FREIRE; PEREIRA, 2002: 125)<sup>ix</sup>.

Vejamos nas palavras de Rousso que:

A memória (...) é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto toda memória é, por definição, ‘coletiva’, como sugeriu Maurice Halbwachs. Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao ‘tempo que muda’, às rupturas que são destino de toda vida humana; em suma, ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros. (apud FREIRE; PEREIRA, 2002:125)

Sendo assim, um estudo, ainda que inicial sobre o conceito de “memória”, suas atribuições e interfaces, a partir de autores como Maurice Halbwachs, Michael Pollak, Jacques Le Goff, Pierre Nora, conceituados pela historiografia, trará luz, sobre a questão da identidade. Visto a concepção de memória, tratar-se de um componente fundamental da identidade e nos possibilitar uma análise mais consistente – ainda que não tão aprofundada – sobre o turismo histórico-cultural. Por isso, algo a respeito das memórias é necessário ressaltar: Os lugares de memória (NORA, 1993)<sup>x</sup>.

Em seus estudos sobre memória, Pierre Nora (1993) observa que existem locais específicos nos quais as memórias se ancoram; lugares, segundo ele, que alcançam até determinado patamar nostálgico devido ao fato de o passado estar intrínseco a eles.

Poderíamos então compreender que os lugares de memória são, nas palavras de Fonseca (2003:56), aquilo que está “além da pedra e cal”. O que, em outras palavras, pode ser definido como Patrimônio histórico-cultural. Digo, histórico, pois traz intrínseco a eles as memórias, a base, o passado de algo, sendo ele mesmo um lugar de memória. Cultural, pois trata das particularidades identitárias de determinada coisa. Mas, como e quando esses “lugares de memória” tornam-se patrimônio?

Etimologicamente patrimônio provém do latim, *patrimonium* (*pater* = pai e *monium* = valor reconhecido ([www.etimo.it](http://www.etimo.it)), e refere-se aos bens legados pelos pais aos filhos ou por uma pessoa aos seus descendentes diretos. Aplica-se ao conjunto de bens que alguma pessoa ou instituição possui e por isso pode-se falar em patrimônio público, patrimônio privado ou patrimônio nacional. Tanto um quanto o outro podem ser classificados em patrimônio natural e cultural (BARRETO, 2012:110).

Em linhas gerais, podemos dizer que falar em patrimônio é falar de algo que produza a sensação de pertencimento, seja a um indivíduo, uma sociedade ou instituição, país, região ou cidade.

O Patrimônio histórico-cultural, deste modo, será um lugar de memórias, um instrumento para resgate e consolidação de memórias. Estas memórias serão a base, a composição de cada identidade. Assim, evidencia-se a sobressalência do patrimônio histórico-cultural como elemento chave na constituição de uma identidade. Não queremos dizer, contudo, que a consolidação de uma identidade não existirá sem o patrimônio histórico-cultural. Antes, observamos que o patrimônio histórico-cultural sempre será convergente à consolidação de alguma identidade, mesmo que para isto se contraponha à outra.

Finalmente, podemos perceber que a intercessão entre turismo cultural e patrimônio histórico-cultural é quase tautológica. Tal colocação fica-nos evidente quando observamos

que “muitos autores utilizam como sinônimas as expressões “turismo cultural” e “turismo de patrimônio”(...)” (BARRETO, 2012:89).

À guisa de finalização, em Petrópolis, observamos que a memória imperial ocupa um lugar na identidade petropolitana quando referendamos sempre os monumentos daquele período histórico, tais como o Museu Imperial. O que estaria por trás desta escolha de representação, não é a proposta deste trabalho, mas de uma pesquisa posterior. Assim, como Pollak (1989)<sup>xi</sup>, considerando que a memória é seletiva, finalizo meu trabalho com uma pergunta: a Cidade Imperial é um nome ou uma identidade de fato?

Concluindo este estudo, não podemos ser pragmáticos ao dizer que “Cidade Imperial” é a identidade de Petrópolis: tal título seria em demasia negligente frente à profunda memória republicana da cidade. Também não podemos, todavia, inferir que seja pequena a presença imperial na identidade petropolitana pelo fato de a cidade ter prosseguido no tempo rumo à construção de memórias que a identifiquem e estabeleçam no tempo presente e modelo político vigente.

O turismo cultural realizado na cidade tem permitido maior conhecimento da história local por parte de turistas de diversas partes do mundo, unindo todo o teor socioeconômico da atividade turística, como deslocamento, abstenção do cotidiano, consumo material, à História enquanto área de pesquisa, enquanto Ciência Social, na medida em que insere o turista nos lugares de memória. Assim, podemos verificar que, em Petrópolis, o turismo cultural pode de fato ser visto e compreendido como um elo entre Turismo e História, como elemento convergente à sinergia possível para as duas áreas do conhecimento humano e prática social.

Apesar de não sabermos ao certo o quanto a identidade de Petrópolis é imperial ou republicana, podemos observar algo bem mais definido no turismo local.

O museu imperial, talvez ícone maior do período imperial em Petrópolis obteve, apenas no ano de 2010, 331.347<sup>xii</sup> visitantes, sendo o ponto turístico mais visitado da cidade e um dos mais visitados e todo o país.

Além disto, observamos a constante prevalência de ícones imperiais no material turístico de Petrópolis, material este elaborado pela própria Fundação de Cultura e Turismo do município. Dentre este material, podemos destacar um livreto distribuído nos pontos de informações turísticas da cidade e disponível on-line<sup>xiii</sup>, intitulado “Atrativos Turísticos”, que fornece informações sobre pontos turísticos da cidade, como horário de visitação, breve histórico, etc..

Tal livreto possui em sua capa a descrição “Petrópolis Imperial”. Bem alocadas na capa estão as fotos do Museu Imperial e do Palácio de Cristal, ícones do período imperial.

Nas páginas subseqüentes, estes dois ícones tornam a aparecer em destaque, somando-se a eles a Catedral São Pedro de Alcântara, que embora concluída no período republicano, teve suas obras de construção iniciadas no período imperial.

Assim, podemos concluir que, no caso de Petrópolis, embora exista a dicotomia entre memórias imperiais e republicanas, a mesma é extremamente mais discreta no turismo local, onde há a proeminência do período e ícones referentes ao império.

## **2. Considerações finais**

A atividade turística desenvolveu-se demasiadamente desde Thomas Cook. Contudo, vemos que, para que tal acontecimento fosse possível, medidas de aprimoramento ocorreram de tempos em tempos.

Em princípio, o turismo, como atividade foi intrinsecamente cultural. Com o passar dos anos e o avanço do capitalismo, a atividade ganhou status de atividade econômica e foi sendo minuciosamente analisado pela economia e áreas afins. Posteriormente, o impacto geográfico e social de tal atividade despertou o interesse, quase que emergencial, de geógrafos, sociólogos e outros profissionais que observaram a urgência de uma estruturação sócio-ambiental para a atividade turística.

Em nossos dias, contudo, (FREIRE; PEREIRA, 2002:121)

A rapidez do processo de mudança, não há como negar, trouxe o sentimento de perda do sentido do passado, do desenraizamento e do esquecimento fácil, originando a necessidade de indivíduos e coletividades retomarem seu passado, na busca de elementos que permitam uma recomposição de sua identidade.

Tais condições contemporâneas “imploram” pelo envolvimento entre História e Turismo. Dentro do frenesi capitalista, o tempo que temos para descanso e lazer também é o tempo que temos para obter um reencontro com nosso passado, nossas origens, nossa cultura. Com isso, observa-se que o mesmo tempo utilizado para lazer será utilizado para um aprofundamento em elementos históricos que se traduzem dentro de cada homem na sensação de pertencimento: pertencimento de um grupo, pertencimento de uma cultura, pertencimento de si mesmo enquanto ser social.

Assim, o turismo histórico-cultural não é uma modalidade que promove meros passeios sob superfícies geográficas: ele proporcionará, antes, um passeio por aspectos históricos e culturais de cada sociedade.

No entanto, tal modalidade de turismo não cumprirá sua função de modo pleno caso não evidencie com maestria a identidade de uma localidade. E a identidade de uma localidade, por sua vez, não será evidenciada se, antes, não for consolidada. O que vemos em Petrópolis?

Existem políticas públicas para o turismo, ou a cidade submerge entre o que foi e o que poderia ser? Por isso essa preocupação.

Neste sentido, observa-se que, que o turismo histórico-cultural, favorece uma oportunidade de reencontro com passado e elementos subterrâneos, desde que ocorra de modo satisfatório. Para tanto, far-se-á necessária uma identidade consolidada, através das memórias de uma região, sociedade etc., que devem ser valorizadas, preservadas, evidenciadas. E, dentro deste contexto, o patrimônio histórico cultural se apresenta como um instrumento ideal para que o turismo histórico-cultural ocorra e cumpra suas funções na sociedade.

Assim, vemos que o turismo histórico-cultural possui, sim, uma tríade que o consolida e permite sua execução. Neste sentido, me arrisco a afirmar que a Identidade, a memória e o Patrimônio histórico-cultural serão a tríade consolidadora do turismo histórico-cultural. Ao mesmo tempo, afirmo que essa pesquisa ainda tem muito a avançar. Não proponho esgotar o tema, nem pretendo fechar a discussão.

Mas, para finalizar, explicito aqui a motivação do tema. Reflito sobre este tema, tão marcadamente preocupado com conceitos, porque observo na formação turística hoje, principalmente no curso de tecnólogo, um pretense distanciamento do turismo como fenômeno social e um tratamento deste, unicamente como um fenômeno mercadológico. O trabalho aqui apresentado parte de um incômodo inicial com a percepção deste distanciamento acadêmico e pela insistente separação de mercado e sociedade.

---

<sup>i</sup> BARRETO, Margarita; SANTOS, Rafael José dos. *Fazer científico em turismo no Brasil e seu reflexo nas publicações*. Revista Turismo, Visão e Ação, v. 7, n. 2, p. 357-364, Camboriu, Univali, 2005.

<sup>ii</sup> BARRETO, Margarita. *Cultura e turismo: Discussões contemporâneas*. 2º ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012

<sup>iii</sup> GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 1ed., 13.reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

<sup>iv</sup> CARR, Edward Hallet. *O que é História?* 3º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

<sup>v</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>vi</sup> Assim como BARRETO (2012), consideramos de fundamental importância destacarmos que o Turismo Cultural é uma modalidade do Turismo, e reforçamos que isso confirma a existência das outras.

<sup>vii</sup> CASTELLS, Manuel. *O poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 6º ed, v.2.

<sup>viii</sup> ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

<sup>ix</sup> FREIRE, Doia; PEREIRA, Lígia Leite. *História oral, memória e turismo cultural*. in MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina. *Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte; Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002.

<sup>x</sup> NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, nº 10, São Paulo: PUC-SP, 1993.

<sup>xi</sup> POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento e silêncio*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, 1989. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>

<sup>xiii</sup> Segundo dados disponíveis no site do Museu Imperial, disponíveis em <<http://www.museuimperial.gov.br/sala-de-imprensa/934-museu-imperial-alcanca-maior-visitacao-dos-ultimos-23-anos.html>> (acesso em 22/01/2014).

<sup>xiii</sup> <[http://www.petropolis.rj.gov.br/fct/phocadownload/Eventos/Temp/atrativos\\_turisticos.pdf](http://www.petropolis.rj.gov.br/fct/phocadownload/Eventos/Temp/atrativos_turisticos.pdf)> (acesso em 22/01/2014).

## PROJETO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Prof. Dr.<sup>a</sup> Andréa Cristina de Barros Queiroz<sup>1</sup>

Bolsista FAPERJ Thaynã de Paula Falcão Sá

### A História da Samba?

#### A circularidade cultural entre o Ensino de História e os Sambas de Enredo.

- 1. Resumo:** Com esse trabalho desejamos pesquisar e analisar a importância do samba, e a relação com o ensino de História. Por meio dos sambas de enredo e da historicidade das Escolas de Samba podemos compreender e analisar uma série de elementos que compõem a História Nacional e do Mundo. Além disso, podemos observar como a pesquisa para o desenvolvimento dos enredos das Escolas de Samba para os desfiles oficiais do carnaval necessitam cada vez mais do profissional da área de História. Serão analisadas as letras dos sambas de enredo das Escolas de Samba do Grupo Especial do Rio de Janeiro entre os anos 1930 a 1960, tendo como base o desenvolvimento dos enredos com cunho histórico. Além disso, será enfatizado o contexto histórico da criação dos próprios enredos e das principais Escolas de Samba, assim como, a sua importância para a sociabilidade de suas comunidades. Por fim, aprofundaremos o debate acerca da função político-sócio-cultural dos sambas de enredo, ao produzir, por vezes, letras com teor crítico e social, ou, ao invés disso, tornando-se ferramentas de propaganda política e empresarial.

Palavras-chave: Ensino de História, Samba de Enredo, Circularidade Cultural

**Abstract:** With this work we search and analyze the importance of samba, and the relationship with the teaching of History. Through the sambas of plot and the historicity of the Samba Schools we can understand and analyze a series of elements that make up the History of the Country and the World. In addition, we can observe how the research for the development of plots involving the Schools of sambas to the official parades carnival increasingly need the professional field of History.

---

<sup>1</sup>Orientadora, Prof. Dr.<sup>a</sup> de História da Universidade Unigranrio e Diretora da Divisão de Memória Institucional da UFRJ .E-mail:andreaqueiroz@sibi.ufrj.br Bolsista de Iniciação Científica FAPERJ e graduanda de História da Unigranrio Thaynã de Paula Falcão Sá. E- mail: [thaynapfs@gmail.com](mailto:thaynapfs@gmail.com)

Will be analyzed the letters of sambas of storyline of Samba Schools in the Special Group of Rio de Janeiro between the years 1930 to 1960, having as a basis the development of plots with historical. Finally, we will deepen the debate about the role political-socio-cultural of sambas storyline, to produce, sometimes, letters with critical content and social, or, instead, becoming tools of political propaganda and business.

Keywords: Teaching of History, Sambas Storyline, circularity Cultural

## 1. Introdução

As narrativas sobre a história do samba se confundem com a história do Brasil republicano, já que muitos elementos que foram ressaltados para exaltar a brasilidade e os símbolos nacionais se intercomunicavam com esse novo mundo em construção: o da República e o do samba e por isso mesmo se justifica a escolha desse recorte cronológico a ser estudado de 1930 a 1960, momento em que o samba ganhou uma expressividade nacional.

Se observamos que as primeiras análises feitas no Brasil sobre o mundo do samba, em meados do século XX, foram realizadas por antropólogos e sociólogos, ou seja, o samba como objeto de estudo esteve à margem dos debates historiográficos. Seja como for podemos destacar como principais trabalhos desenvolvidos sobre o samba e o carnaval no campo das ciências sociais os estudos de Roberto DaMatta: O carnaval como um rito de passagem (1973); Carnavais, paradas de procissões (1977); e Carnavais, malandros e heróis (1978); de Renato Ortiz: Reflexões sobre o carnaval (1980); e de Maria Izaura Pereira de Queiroz: O carnaval brasileiro, o vivido e o mito (1992).

A maioria desses estudos procurou construir uma imagem cristalizada e hierarquizada do carnaval. Contudo, muitos desses trabalhos observaram o carnaval como uma festa dotada de essência única, caindo nas armadilhas de uma história linear, caracterizada por um desenrolar contínuo de etapas. O antropólogo Roberto DaMatta (1997, p.8-9), salientou o papel desempenhado pelo carnaval junto aos populares, classificando-o como um ritual de inversão da ordem cotidiana, um fenômeno que promoveria a ruptura do continuum da vida social diária.

O sociólogo Renato Ortiz destacou que o carnaval oscilava entre momentos de efervescência e calma, em que haveria espaços tanto para a ordem cotidiana e para a desordem.

Para Ortiz, o carnaval existiria dentro da ordem social capitalista, sendo o Estado e as autoridades públicas os agentes reguladores, os quais determinariam o tempo e o espaço da festa, bem como os limites considerados toleráveis para a desordem.

A socióloga Maria Izaura Pereira de Queiroz analisou a evolução do carnaval e as suas etapas de criação, desde as Grandes Sociedades, os Ranchos e os Blocos Carnavalescos. Dessa forma, destacou que as grandes sociedades desfilavam com enredos de crítica social e política, ao som de óperas, com luxuosas fantasias. Já os ranchos, criados em fins do século XIX, eram organizados pela pequena burguesia urbana, também desfilavam com enredo e utilizavam fantasias e carros alegóricos, ao som de marchas de carnaval características. E, por fim, os blocos que abrigavam as camadas mais pobres, especialmente, os moradores dos morros e subúrbios cariocas, entre os quais estavam negros e mulatos herdeiros das tradições culturais afro-brasileiras. Os blocos apesar de serem menos estruturados, podem ser caracterizados como os formadores das Escolas de Samba cariocas. Para a autora, a ascensão das Escolas e do samba pode ser atribuída ao “nacionalismo exacerbado” que passou a predominar na década de 1920.

De acordo com o campo antropológico, a Escola de Samba emergiu como uma verdadeira instituição do mundo do samba<sup>2</sup>, desempenhando papel decisivo na transmissão e na manutenção da cultura de um grupo, pois estava intimamente associada à experiência social mais imediata. Para José Sávio Leopoldi (2010, p.61), o mundo do samba pode ser concebido como um desdobramento histórico de algumas manifestações que tiveram como palco as três décadas iniciais do século XX e que constituem os marcos de referência das expressões sociais e musicais que o caracterizaram.

Os historiadores passaram a se dedicar à análise do mundo do samba e do carnaval através do crescimento dos estudos voltados para a História Cultural. Os trabalhos realizados no campo da História apontaram para a diversidade existente no seio da folia, ajudando, assim, a desmontar os sentidos unívocos construídos por muitos pesquisadores de outros campos do conhecimento para a festa de momo.

---

<sup>2</sup> O mundo do samba é uma expressão corrente que circunscreve um conjunto de manifestações sociais e culturais, emergentes nos contextos em que o samba predomina como forma de expressão musical, rítmica e coreográfica (LEOPOLDI, 2010, p.61).



A historiadora Rachel Soihet, em *A Subversão pelo Riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas* (1998), discutiu as manifestações culturais da população pobre no Rio de Janeiro (1890-1930) como forma de resistência à discriminação e à opressão sofrida no cotidiano, através de músicas jocosas e a desobediência às leis. Destacou também que, a partir dos anos 1930, o samba, de música desqualificada, se transformou em um dos símbolos nacionais, ao mesmo tempo em que as concessões entre as escolas de samba e a ideologia do Estado Vargas transformaram as primeiras em atração turística. Para Soihet (1998, p.120), ao se tornar a manifestação máxima do carnaval carioca, a Escola de Samba marcou o transbordamento da cultura popular no Rio de Janeiro. Dessa forma, os segmentos populares, há muito resistindo à segregação, conseguiram garantir, por meio de sua cultura, a legitimação de uma identidade própria e promover sua participação na vida pública da cidade. Lembrou que durante a Primeira República, até 1930, a cultura e os valores populares eram estigmatizados com manifestações de atraso e barbarismo, elementos que maculavam a imagem civilizada da sociedade dominante. Segundo a autora, os populares engendraram as mais diversas formas de resistência para fazer frente à opressão e à intolerância.

O importante é que extremos podem ser entendidos como um dos motivos (ou o principal) da formação das escolas de samba, ou seja: a ordem imperando nos ranchos e a perseguição agindo sobre os sambistas [...]. Sentindo não ser mais possível sustentar aquele estado de coisas, isto é, desfiles às escondidas para evitar a repressão policial [...] os sambistas resolveram por fim também se organizar.<sup>3</sup>

A historiadora, Maria Clementina Pereira Cunha, em *Ecos da Folia* (2001), analisou a construção da identidade nacional associada ao carnaval como algo bastante complexo. Criticou a concepção do carnaval como uma festa construída em etapas que teriam evoluído do entrudo ao carnaval europeu até chegar às Escolas de Samba, como se dedicaram até aquele momento, os estudos no campo da antropologia e da sociologia. A autora identificou o carnaval como um espaço coletivo que acentuava as diferenças sociais e os conflitos, revelando as tensões e os diálogos com diferentes tradições no seio do carnaval. Além disso,

---

<sup>3</sup> PORTELLA, Juvenal. Assim nasceram as escolas de samba. *Jornal do Brasil*, 03/03/1973.

Além disso, rejeitou a ideia da folia de momo relacionada à alma nacional e percebeu a festa do carnaval como “o estandarte dos excluídos e o enredo das próprias contradições nacionais”.

Devemos ressaltar que na galeria dos símbolos nacionais, a invenção social do Brasil como “terra do samba” é uma imagem idealizada e perpetuada ainda em nossa contemporaneidade. Segundo o historiador Augusto Neves da Silva (2010), o samba que possui um denominador comum na construção do conceito de identidade cultural brasileira no segmento da música, enfrentou um longo e acidentado percurso ascendendo de um artefato cultural marginal, passando a objeto merecedor de honras, até a sua consagração crucial em algo nacional por excelência. Essa história está relacionada à conversão de símbolos étnicos em símbolos nacionais. Segundo o historiador Augusto Neves da Silva (2010), o samba que possui um denominador comum na construção do conceito de identidade cultural brasileira no segmento da música, enfrentou um longo e acidentado percurso ascendendo de um artefato cultural marginal, passando a objeto merecedor de honras, até a sua consagração crucial em algo nacional por excelência. Essa história está relacionada à conversão de símbolos étnicos em símbolos nacionais. Até se tornar em 2007, Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), sob registro no “Livro de Formas de Expressão”, sendo divididas as matrizes do Samba no Rio de Janeiro em: Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo.

Para os historiadores Marcos Napolitano e Claudia Wasserman (2000, p.85), a incorporação da cultura popular feita pelo Estado Novo getulista, não foi simplesmente uma expropriação cultural e sim a formulação ideológica de uma tendência histórica ancorada na experiência de vários segmentos sociais: o Estado Novo teria se aproveitado de uma prática cultural propícia à diluição de fronteiras e conflitos, utilizando o samba como laboratório cultural na construção de uma cultura nacional.

Segundo Silva (2010), a transformação do samba em música nacional não foi algo repentino, passando da repressão à louvação. Para Hermano Vianna (1998, p.35), o samba não nasceu autêntico, mas passou por um processo de autenticidade. A tese central de seu livro “*O Mistério do Samba*” é da “invenção da tradição” do samba como expressão social de raiz. Esse processo foi um dos parâmetros fundamentais da mediação cultural que o samba passou de “música marginal” a símbolo da brasilidade.

Não se pode deixar de mencionar que na década de 1920 a sociedade brasileira passava por uma série de transformações estruturais, como salientou Soihet (1998, p.150), representando o instante histórico da transição mais acentuada entre o Brasil rural e o Brasil

urbano. E a música não permaneceu alheia a essas mudanças. Muito foi discutido sobre a “origem” do samba como patrimônio cultural negro que foi expropriado pelos brancos e transformado em artigo de consumo. O samba e o carnaval se configuraram muitas vezes como locais estratégicos para a elaboração de espaços de sobrevivência. Como os encontros de sambistas, no início das duas décadas do século XX, na casa da Tia Ciata, uma velha baiana, moradora do Rio de Janeiro e mãe de santo.

De todas as importações que o Brasil fez da Europa, a mais natural foi o carnaval. Aliás, já tínhamos aqui no ritmo, no sangue e quase que até no espírito. Da Europa vieram [...] Momo, os carros alegóricos, os confetes e as serpentinas. Mas isso não quer dizer carnaval. Carnaval é samba, é ritmo, terreiro e baiana. A Baiana das canções, do cinema, a baiana para consumo de samba pode ser um mito. Nem por isso é menos verdadeiro. Se estamos criando mitos é porque estamos adultos. Já temos coisas próprias. Acabou-se a importação.<sup>4</sup>

No que tange às Escolas de Samba, essas teriam a sua origem associada aos já mencionados ranchos dos anos 1920, mas apenas nos anos 1930 que teria surgido realmente as Escolas de Samba. De acordo com Soihet (1998, p.126), o nome “escola” proviria de um grupo de “malandros” que se reunia para beber e fazer música num botequim no largo do Estácio que ficava em frente a uma escola normal. Ismael Silva sugeriu que aquele grupo se comparado aos demais sambistas compunha-se de “professores”, membros de uma *escola de samba*. Segundo a autora, as letras dos sambas eram uma forma de acesso desses grupos populares à cultura dominante. Impedidos de exercer a sua cidadania, muitos sambistas eram mal vistos, e em vez de brigar por partidos políticos como as elites, brigavam por suas agremiações, o que servia de pretexto para lhes atribuírem os epítetos de “bárbaros”, “primitivos” e para atitudes violentas da polícia, que justificava a brutalidade estendendo a todos os amantes do samba a pecha de marginalidade e da periculosidade. Para Roberto Moura (1988), a ação repressora da polícia derivava de uma possível insegurança da instituição, pois não teria conseguido controlar algumas áreas periféricas, como as favelas.

Os desfiles das escolas de samba foram oficializados em 1935, o que para Soihet (1998, p.142) significou receber subvenção regular da prefeitura e ter um dia e local certo para o desfile, dentro do Programa Oficial do Carnaval, elaborado pelo Departamento de Turismo.

---

<sup>4</sup>Revista do Globo, 25/02/1939, p.1.

Assim, até aquele momento, as escolas tinham sido entidades carnavalescas que desfilavam por conta própria.

De fato a história do samba é uma evocação de um passado integrado à história do Brasil (ALVES, 1976, p.13). Tanto que foi a partir da década de 1930, como mencionada acima, que se consolidou o samba de enredo com o despontamento de ícones do mundo do samba, como: Carlos Cachça; Cartola; Paula da Portela; Mano Décio da Viola; Silas de Oliveira; entre outros. Portanto, até aquele momento, ao samba cabia ditar a temática da escola: “antigamente, primeiro se fazia o samba e depois do samba pronto, se cantava, a gente ouvia, era bonito e dali é que saía o tema. Agora não, se escolhe o tema e você tem que *fabricar o samba*” (depoimento de D. Neuma a Soihet, 1998, p.143).

Percebemos que houve uma inversão, o samba passou a ser fabricado pelas demandas político-sociais, muitas vezes impostas pelas características do Estado brasileiro, que elegia algumas temáticas de valorização nacional ou folclórica, e dessa forma eram elaboradas as letras de samba de enredo. Essas letras eram um meio de divulgação do Estado, podemos perceber isso expressamente durante o Estado Novo Vargasista (1937-1945) quando o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) impôs às escolas de samba a obrigatoriedade de utilizarem temas nacionais em seus enredos. Com isso, as escolas transformaram-se em instrumentos da “memória nacional” se voltando para o enaltecimento de vultos da historiografia oficial. Seja como for, nessa lógica de um lado os valores populares eram exaltados como raízes da nacionalidade e por outro, eles teriam que fazer concessões, através da utilização de temas permitidos oficialmente, mas que principalmente enaltecessem a ideologia do Estado Novo. Podemos dizer que essa lógica, de enredos fabricados, não se alterou tanto assim, já que na atualidade as Escolas de Samba cada vez mais produzem enredos comerciais, ou seja, comprados por uma empresa que financia o carnaval das mesmas.

No que tange à competição entre as escolas de samba, precisamos destacar que o campeonato começou a ser disputado com o patrocínio da imprensa. Em 1932, ficou a cargo do jornal *Mundo Esportivo* a promoção da competição entre as escolas. Em 1933, outro veículo de comunicação, o jornal *O Globo*<sup>5</sup>, ficou encarregado de promover a competição

---

<sup>5</sup>*O Globo* foi em 29 de julho de 1925 por Irineu Marinho, com sede no Rio de Janeiro. Funcionou como jornal esportivo até 1962, quando se tornou matutino. De orientação política conservadora, é um dos jornais de maior tiragem do país.

entre as agremiações carnavalescas, e até os dias de hoje o periódico participa como um grande incentivador e patrocinador do carioca, com premiações conferidas às principais personalidades da festa de momo.

Quando o desfile tornou-se parte da programação oficial da prefeitura do Distrito Federal, foi o jornal *O Globo*, patrocinador da disputa, que formulou o regulamento, no qual entre outras coisas, estabelecia-se a proibição de instrumentos de sopro e a obrigatoriedade da ala de baianas, medidas que persistem até atualidade. Nos enredos, como já destacamos, predominavam os motivos folclóricos, referentes à música popular ou relacionados à origem do samba. Em 1934, estabeleceu-se a União das Escolas de Samba (UES), entidade que passaria a congregar tais organizações, incentivando-as a se registrarem como “sociedades civis recreativas sem fins lucrativos”. Dessa forma, o samba passou a ser institucionalizado e amparado pela mídia e pelo Estado.

### **3. Objetivos**

#### **3.1 – Objetivo Geral:**

A nossa pesquisa destina-se compreender como os sambas de enredo podem servir como importantes instrumentos pedagógicos no ensino da História, ao analisarmos essas letras tanto como fonte, quanto como objeto de pesquisa.

#### **3.2 – Objetivos Específicos**

- Analisar as letras dos sambas de enredo e contextualizá-las com a conjuntura política, social e cultural do Brasil e do mundo;
- Entender o contexto das Escolas de Samba e a origem do Carnaval no Brasil;
- Compreender os componentes do “mundo do samba” como elementos construtores da brasilidade; Compreender a trajetória do samba até se tornar Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil tombado pelo IPHAN;

### **4. Justificativa**

Como mencionou o estudioso do carnaval Hiram Araújo: “as maiores dificuldades que os pesquisadores encontram ao estudar o Carnaval são a carência de livros especializados e a quase inexistência de documentos e registros escritos. Em consequência, o Carnaval se recorre de um estudo mais profundo”. E é nesse fato reside à justificativa da necessidade de se fazer essa pesquisa. Além disso, esse estudo

tornar-se-á um importante instrumento pedagógico para o ensino da História, afinal de contas é nossa intenção compreender a importância da cultura popular relacionada ao desenvolvimento dos sambas de enredo como promotores da identidade nacional, subvencionados especialmente na década de 1930 pelo Estado Novo, e posteriormente na afirmação do ideal de brasilidade.

## 5. Resultados Esperados

Estabelecer uma relação entre as letras de samba de enredo e a historiografia nacional, produzindo uma reflexão que nos ajude a compreender a importância do samba como referência nacional. Possivelmente, poderemos publicar um artigo, quiçá um livro, com os resultados obtidos tornando-se útil para os professores de História dos ensinos básico e superior.

## Referencia

- ARAÚJO, Hiram. *Carnaval: seis milênios de História*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2000.
- AUGRAS, Monique. *O Brasil do Samba-Enredo*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- CABRAL, Sérgio. *As Escolas de Samba do Rio de Janeiro*. 2ªed. Rio de Janeiro: editora Lumiar, 1996.
- CAVALCANTI, Maria Laura V. de Castro. *Carnaval carioca: dos bastidores ao desfile*. 3ªed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006.
- COUTINHO, Eduardo Granja. *Os cronistas de momo: imprensa e carnaval na primeira República*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da Folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- DaMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e herois: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- FARIAS, Júlio César. *Para tudo não se acabar na quarta-feira: a linguagem do samba-enredo*. Rio de Janeiro: Litteris, 2002.
- \_\_\_\_\_. *O enredo de Escola de Samba*. Rio de Janeiro: Litteris, 2007.
- FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *Escolas de Samba: sujeitos celebrantes e objetos celebrados*. Rio de Janeiro, 1928-1949. Coleção Memória Carioca, v.3. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, DGD I e Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001. .

- LEOPOLDI, José Sávio. *Escola de Samba, ritual e sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.
- MOURA, Roberto. *Tia Ciata e pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Funarte, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Cartola: todo tempo que eu viver*. Rio de Janeiro: Corisco, 1988.
- NAPOLITANO, Marcos. *A Síncopa das ideias: a questão da tradição na música popular brasileira*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
- NOGUEIRA, Carlos. *Samba, Cuíca e São Carlos*. Rio de Janeiro: Armazém Digital, 2005.
- ORTIZ, Renato. *Reflexões sobre o carnaval II*. CERU, n.11, 1980.
- PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *Cacique de Ramos: uma história que deu samba*. Rio de Janeiro: E-papers, 2003.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro XIX*. 2.ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O carnaval brasileiro, o vivido e o mito*. São Paulo, Brasiliense, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- SANDRONI, Carlos. *Feitiço decente: transformações do samba no Rio de Janeiro (1917-1933)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, Ed. da UFRJ, 2001.
- SILVA, Augusto Neves da. Reflexões sobre carnaval e samba na historiografia brasileira. In: *Revista Tempo Histórico*. Recife: UFPE, v.2, n.2, 2010.
- SILVA, César Maurício Batista da. *Relações institucionais das Escolas de*
- SOIHET, Rachel. *A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas*: Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.
- TINHORÃO, José Ramos. *Pequena História da Música Popular*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.
- \_\_\_\_\_. *A imprensa carnavalesca no Brasil: um panorama da linguagem cômica*. São Paulo: Hedra, 2000.
- VIANNA, Hermano. *O Mistério do Samba*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, UFRJ, 1998.

## HISTÓRIA E PRESERVAÇÃO: A ORGANIZAÇÃO DO ACERVO ARQUIVÍSTICO DO IMNS.

<sup>1</sup>Thayná Fuly Garcia

**Resumo:** O objetivo desse trabalho é apresentar os esforços na preservação do acervo documental psiquiátrico do Instituto Municipal Nise da Silveira. O IMNS carrega hoje uma importância significativa para a história da psiquiatria brasileira por custodiar desde 1943 o acervo da primeira instituição de tratamento mental do Brasil, o Hospício Nacional de Pedro II. Esse acervo constitui um conjunto em organização com aproximadamente quarenta mil dossiês de internação, datados entre 1844 a 1949. Acreditamos que é intrínseca a importância que estes documentos têm para o entendimento da história psiquiátrica, e por isso é importante refletir sobre sua recuperação e preservação que vêm sendo feitas desde 2001.

**Palavras-chave:** História das ciências; fontes clínicas; história da psiquiatria.

**Abstract:** The objective of this work is to present efforts in preserving psychiatric documentary holdings of the Instituto Municipal Nise da Silveira, which today carries great significance to the history of brazilian psychiatric for custody since 1943 the documental collection of the Hospício de Pedro II, the first institution for mental treatment in Brazil . This collection is a set in organization with approximately forty thousand files of hospitalization, dated between 1844 and 1949. Believed to be intrinsic the importance that these documents have for comprehension of the psychiatric history, and so it is important to reflect about their recovery and preservation which have been made since 2001.

**Keywords:** History of science; clinical sources; history of psychiatry.

---

<sup>1</sup>Graduanda em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e bolsista no Instituto Municipal Nise da Silveira. tfulyg@gmail.com. Orientadora: Nayara Emerick Lamb.



## Os Arquivos e a História

A produção do conhecimento histórico está intimamente relacionada ao acesso aos vestígios que o passado deixou. As fontes são, para o historiador, “suporte da informação que será construída e analisada”<sup>1</sup> em seu esforço de reconstituição do passado. Porém, é necessário ressaltar que um acervo arquivístico tem um papel muito além do de um mero depósito de fontes. O papel que um arquivo tem na historiografia não se delimita apenas ao seu conteúdo, mas também pela leitura que o pesquisador fará dele e pela atividade subjetiva por trás de sua conservação.

No livro *O Lugar do Arquivo*, Luciana Heymann mostra como a naturalização da guarda documental, vista como imparcial, deve ser desconstruída<sup>2</sup>. Um acervo pode funcionar como local de preservação da identidade de um grupo, que busca na conservação de sua memória a fuga do esquecimento de seu papel na história. Também na guarda está inscrita a prática subjetiva feita pelo arquivista da escolha de quais documentos guardar, dando importâncias diferentes a uns sobre outros, delegando assim ao arquivo um discurso próprio sobre o passado. Ou seja, a organização dos acervos arquivísticos é de suma importância para a pesquisa e preservação da memória e para a construção e escrita da História.

Entretanto, a realidade brasileira acerca da organização dos arquivos é preocupante. Segundo Célia Maria Westphalen “Desde a Colônia, pouca atenção foi dada aos arquivos e à documentação de interesse para a História que ficaram, por isso mesmo, à mercê de extravios e da destruição irreparáveis”<sup>3</sup>, descaso este motivado por inúmeros fatores, o mais agravante provavelmente é o descaso por parte das autoridades responsáveis, mas também há uma parcela de culpa dos próprios historiadores para com essas fontes. Déa Ribeiro Fenelon e Leda Maria Rodrigues, em 1977 no Seminário Arquivos & História<sup>4</sup>, realizado em São Paulo, chamaram a atenção para o pouco contato com os documentos que a formação das graduações em História e até mesmo os programas de pós-graduação oferecem a seus alunos, tornando a pesquisa um ato “livresco” no sentido de apenas se basear em consultas bibliográficas e pouco se debruçar sobre o empirismo que os arquivos oferecem<sup>5</sup>.

Se a preocupação com os acervos no geral foi despertada há menos de 50 anos no Brasil, mais recente ainda – e não só no Brasil, mas também no mundo - é o debate sobre a relevância dos arquivos científicos, que tem sua preservação em geral negligenciada. Em 20 de Outubro de 2003 aconteceu na Casa de Rui Barbosa o Primeiro Encontro de Arquivos Científicos<sup>6</sup>, onde autoridades tanto do ramo arquivístico e histórico quanto do científico se reuniram num esforço de mudar a visão desse tipo documental e sua importância.

Nesse encontro, Veronica Martins de Brito expôs sua pesquisa sobre a visão dos pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz em relação à preservação da memória científica da instituição. Para eles, “[...] preservar a memória e os arquivos cumpre o papel de valorizar o processo de construção do conhecimento; dar identidade à instituição; possibilitar o entendimento dos caminhos trilhados pela ciência; possibilitar novas interpretações”<sup>7</sup>. Sendo assim, o discurso sobre o passado científico do país está inscrito nesses documentos que fazem parte da história da ciência, a qual nos mostra como a produção e o fazer do conhecimento científico está atrelado ao contexto social de sua época.

Focando no objeto deste trabalho, o acervo documental do Instituto Municipal Nise da Silveira, é necessário antes fazer uma apresentação do que é essa instituição para entendermos a história do acervo nela custodiado.

### **De 1841 a 2014: A História do Instituto Municipal Nise da Silveira**

Em julho de 1841, o Imperador Pedro II assina o Decreto nº 82, que determina a criação do primeiro hospital do país destinado ao tratamento de alienados da Corte, o Hospício de Pedro II, inaugurado em 1852 na Praia Vermelha, no bairro da Urca, zona sul do Rio de Janeiro, com capacidade para 300 internos. Após a Proclamação da República em 1889, o seu nome muda para *Hospício Nacional de Alienados*, seguindo uma lógica já apontada por José Murilo de Carvalho de remover o nome e a presença do antigo imperador do cotidiano do país<sup>8</sup>. Ao longo de seus anos de existência, o hospício sofreu com a alta demanda de internações, visto que grande parte dos internos não deixava o local, pois eram considerados incuráveis, impossibilitando a rotatividade das vagas.

Para amenizar os problemas de lotação, foram criadas em 1890 as colônias agrícolas de *São Bento* e *Conde de Mesquita*, localizadas na Ilha do Galeão, atual Ilha do Governador, zona norte do Rio de Janeiro. Ambas recebiam o contingente excedente de pacientes masculinos do Hospício, onde os pacientes considerados calmos trabalhavam em serviços agrícolas visando à subsistência da colônia, buscando resolver assim dois problemas: a ociosidade dos pacientes e diminuindo os custos do governo com o abastecimento do local. Já em 1911, foi criada a *Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro*, também na zona norte carioca, que recebia o excedente de pacientes femininas do *Hospício Nacional de Alienados*. Porém, em 1918 essa colônia passaria a receber também pacientes homens, e Gustavo Riedel, um dos mais importantes psiquiatras brasileiros da época, assume sua direção.

Riedel, muito influenciado pela escola psiquiátrica alemã, trouxera de uma viagem à Europa pensamentos inovadores sobre o tratamento dos pacientes. No período que esteve comandando a *Colônia de Engenho de Dentro*, implantou inúmeras mudanças estruturais de assistência aos alienados. Assim, a colônia assumiu um papel de destaque no contexto psiquiátrico, ofuscando o *Hospício Nacional de Alienados*<sup>9</sup>. Ainda nesse clima de mudanças, é criada em 1923 a *Colônia de Psicopatas de Jacarepaguá*, bairro localizado numa área remota da zona oeste do Rio de Janeiro, imensa se comparada as já existentes<sup>2</sup>, que substituiria as colônias agrícolas da Ilha do Governador. Em 1937, Gustavo Riedel morre e a *Colônia do Engenho de Dentro* passa a se chamar *Colônia Gustavo Riedel*<sup>10</sup>.

Com a urbanização frenética da zona sul, que foi sendo ocupada majoritariamente por uma população de alto poder aquisitivo e a decadência exponencial do *Hospício Nacional de Alienados*, Adauto Botelho, então diretor da Assistência de Alienados, órgão do Departamento Nacional de Saúde, do Ministério da Educação e Saúde, propõe a transferência dos pacientes da Praia Vermelha para o Engenho de Dentro, que em 1938 se torna o *Centro Psiquiátrico Nacional*. Apenas em 1943 é concluída toda a alocação dos internos para o *Centro Psiquiátrico Nacional* e este é formalizado como substituto do *Hospício Nacional de Alienados*. No conjunto da Praia Vermelha continuou em funcionamento apenas o Pavilhão de Observação e o Instituto de Neurosífilis, respectivamente hoje o Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Instituto Municipal Philippe Pinel.

Mais tarde, na década de 1960, o *Centro Psiquiátrico Nacional* tem seu nome mudado mais uma vez; agora se torna o *Centro Psiquiátrico Pedro II*. Até o presente momento, a última alteração que sofreu foi em 1999, quando passou ao controle da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro sob o nome *Instituto Municipal Nise da Silveira*, uma homenagem à psiquiatra que revolucionou a estrutura do hospital e também da psiquiatria brasileira.

Após tantas alterações de nomes e locais, esse importante complexo psiquiátrico sofreu grandes perdas em sua documentação. O que parece ser absurdo visto o significado que tem dentro da história, tanto social como médica para o Brasil e a América Latina. Hoje no *Instituto Municipal Nise da Silveira* estão custodiados os documentos das instituições que lá foram sediadas e também do *Hospício de Pedro II* do complexo da Praia Vermelha e também do *Hospício Nacional de Alienados*. Esse acervo está dividido em diversos setores pela instituição. No Centro de Estudos, Treinamento e Aperfeiçoamento Paulo Elejalde

---

<sup>2</sup> Seu tamanho equivale ao bairro de Copacabana hoje.

(CETAPE), está sendo processado o arquivo tido como “permanente”, que é constituído majoritariamente por dossiês de internação, conjuntos documentais que são compostos por documentos dos pacientes, como exames fisiológicos, a rotina do tratamento, o exame feito no ato da entrada que detalha a história do paciente e também de sua doença. Muitos têm fotos do paciente e até mesmo documentos pessoais produzidos por eles, como cartas e desenhos. Entre os dossiês mais antigos, pertencentes ao século XIX, encontram-se pacientes que eram escravos ou ex-escravos. Documentos administrativos também estão conservados, desde atas de reunião, livros de plantões, relação de médicos, etc.

O acervo se configura então como um importante detentor da história do fazer psiquiátrico no Rio de Janeiro, e até mesmo no Brasil e na América Latina, já que o *Hospício de Pedro II* serviu como modelo para outros fora do estado e do país. Como abordado no início, a preocupação com a preservação dos arquivos científicos é recente, e o acervo custodiado pelo *Instituto Municipal Nise da Silveira* chama atenção pelo seu abandono. Jogados em salas dos prédios da Instituição que mais parecem depósitos, em sua totalidade eles vinham se deteriorando, pois não recebiam nenhum tratamento especial até o ano de 2001.

### **O Projeto de Conservação**

Com o apoio do Centro Cultural do Ministério da Saúde (CCMS), em 2001 iniciou-se o recolhimento dos dossiês tidos como permanentes para tratamento, porém, com muitas falhas iniciais que prejudicam até hoje a conclusão desse trabalho. O projeto inicial visava preservar a documentação desde a fundação do *Hospício de Pedro II* até o ano de 1949. Não se sabe o porquê desta delimitação – visto que existem documentos posteriores a esse período e que o ano de 1949 não representa nenhum marco legal para as instituições findas ou mesmo para a atual - pois não há registros sobre esse trabalho, e o pouco que deixaram sobre o início da organização do acervo é muito vago. Por isso, hoje existe um trabalho enorme para entender a lógica com que foram organizados; se todos foram ou se ainda existem mais documentos perdidos, etc.

O projeto atual se esforça em priorizar os documentos do primeiro fundo do acervo, ou seja, os que correspondem aos documentos produzidos pelo *Hospício de Pedro II*, por serem os mais antigos e correrem maiores riscos de deterioração.

Coordenada pela historiadora Daniele Corrêa Ribeiro, que há muito trabalha com essa documentação, e pela arquivista e historiadora Nayara Emerick Lamb, a equipe composta

por sete estagiários, incluindo eu, realiza trabalhos simultâneos para que o acervo permanente adquira, enfim, a característica de um conjunto mais acessível.

A etapa inicial básica foi a higienização desses documentos, que se iniciou há algum<sup>3</sup> tempo e que já está quase completa. Apesar das dificuldades estruturais do arquivo, foi possível realizar essa tarefa sem maiores problemas. O acondicionamento de tais documentos em papel alcalino que garante a integridade dos mesmos também já está quase completo.

Os fundos arquivísticos do acervo foram recentemente delimitados a partir da lógica das nomenclaturas que a instituição teve ao longo do tempo e os marcos legais de suas transformações<sup>4</sup>. O primeiro abrange a totalidade dos documentos produzidos pelo *Hospício de Pedro II*, sendo datado então até o ano de 1889, que é quando começa o segundo fundo, onde os documentos do então *Hospício Nacional de Alienados* estão ordenados. Por essa lógica, mais três fundos ainda existem: o da *Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro*, o do *Centro Psiquiátrico Nacional* e o do *Centro Psiquiátrico de Pedro II*. Lembrando que estamos falando do arquivo permanente desse acervo, ou seja, “conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função de seu valor”<sup>11</sup>. Existe ainda o fundo que engloba os documentos do *Instituto Municipal Nise da Silveira*, mas nele estão contidos os arquivos intermediários e correntes, que ainda fazem parte do funcionamento do Instituto e não recebem tratamento.

Em cada um dos fundos existem basicamente as mesmas séries de documentos, que foram separados por tipos: a) *Dossiês de Internação*: são, como já mencionado, os conjuntos de documentos produzidos sobre/de cada paciente dentro do hospício, como prontuários, exames, etc; b) *Administração*: como o nome sugere, engloba os documentos da administração do hospital, como atas de reuniões, controle de pontos dos médicos e funcionários, etc; c) *Anexos de prontuários*: essa série já existe desde o início da organização do acervo e não se sabe muito bem o que contém nela, pois ainda não houve tempo para que fosse trabalhada, basicamente tudo que não fazia parte dos dossiês e dos administrativos foram inseridos nela. Documentos como passaportes, cartas de alforria, entre outros, foram encontrados. Atualmente há uma intenção de analisar melhor tais documentos e talvez criar novas séries para melhor organização dos mesmos.

---

<sup>3</sup> Quando iniciei o trabalho junto ao acervo, essa etapa já estava começada e não há indícios de quando ela foi iniciada, por isso a informação é tão vaga.

<sup>4</sup> Ver Anexo 1 na página 8 deste texto.

Fora essas séries, nos dois primeiros fundos, também há a presença da série *Papeleta*, que não sabe-se o porque de ter recebido este nome, uma vez que é similar aos dossiês do século XIX.

Segundo relatórios haveriam, aproximadamente 40 mil dossiês de internação fazendo parte desse projeto de recuperação<sup>5</sup>. É um trabalho grande, visto o volume de arquivos, a desorganização e a condição em que se encontram. Mas acredito que todos os esforços são bem vindos para a preservação de uma documentação tão singular na História da Psiquiatria Brasileira.

## Conclusão

Como bem lembra Roberto Machado no prefácio que escreveu para o livro de Vera Portocarrero, *Arquivos da Loucura*,

[...] aprendemos com Foucault que a psiquiatria é um saber situado historicamente. Isto é, um discurso de tipo médico sobre a loucura, que a considera doença mental, e uma prática que tem a finalidade de curá-la, por um tratamento físico-moral, só se constituem em determinado momento da história<sup>12</sup>.

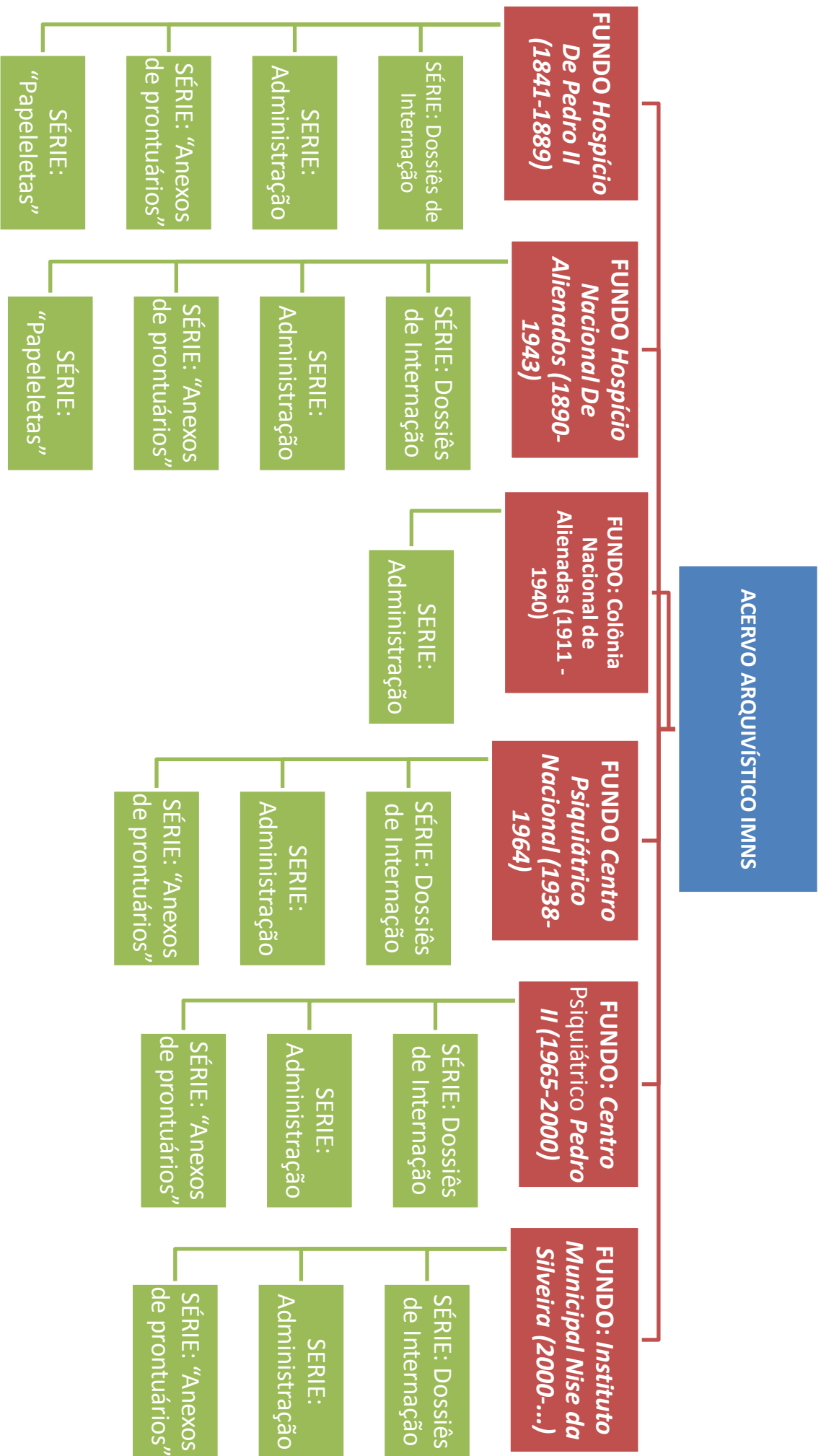
Nesse sentido, a meu ver, o acervo documental do *Instituto Municipal Nise da Silveira* não só indica os caminhos das práticas psiquiátricas no Brasil desde o século XIX, como também está contido nele os discursos sociais das épocas que legitimaram tais práticas. Da mesma forma, como pode representar a história que Foucault apresentou do início das ações psiquiátricas na Europa podem ter aparecido por aqui<sup>13</sup>.

É imprescindível enfatizar que a preservação da memória dessa parte da história médica e científica - e não só dos arquivos médicos psiquiátricos, mas também de muitos outros que encontram-se abandonados – pode e deve estar atrelada aos campos da História e das Ciências, com uma atuação conjunta entre ambas as áreas. Sendo assim, é de suma importância que historiadores, arquivistas e também cientistas de todas as áreas envolvidas se unam cada vez mais e olhem para esses arquivos com preocupação e assumam seu papel relevante no entendimento da prática científica ao longo da história.

---

<sup>5</sup> O que vem sendo contestado pela atual arquivista, tendo em vista contagens feitas recentemente.

## Anexo 1: Organograma dos Fundos Arquivísticos do Acervo Permanente.



- 
- <sup>1</sup> HEYMANN, Luciana Quillet. *O Lugar do Arquivo: a Construção de Legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012, p. 16.
- <sup>2</sup> HEYMANN, Luciana Quillet. *O Lugar do Arquivo: a Construção de Legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012.
- <sup>3</sup> WESTPHALEN, Célia Maria. *Seminário Arquivos & História*. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978, p. 66.
- <sup>4</sup> FENELON, Déa Ribeiro e RODRIGUES, Leda Maria Pereira. *Seminário Arquivos & História*. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978.
- <sup>5</sup> FENELON, Déa Ribeiro e RODRIGUES, Leda Maria Pereira. *Seminário Arquivos & História*. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978, p. 59.
- <sup>6</sup> BRITO, Verônica Martins de. *Encontro de Arquivos Científicos, 20 a 21 de outubro de 2003*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2006.
- <sup>7</sup> BRITO, Verônica Martins de. *Encontro de Arquivos Científicos, 20 a 21 de outubro de 2003*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2006, p. 58.
- <sup>8</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- <sup>9</sup> OLIVEIRA, Edmar de Sousa. *O Engenho de Dentro do lado de fora: o território como um engenho novo*. Rio de Janeiro: Fundação João Goulart, 2004, p. 50.
- <sup>10</sup> FACCHINETTI, Cristiana. “No labirinto das fontes do Hospício Nacional de Alienados”. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, v.17, supl.2, p.735, 2010.
- <sup>11</sup> *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 34.
- <sup>12</sup> MACHADO, Roberto. “Prefácio”. In: *Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002, p.8.
- <sup>13</sup> FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na idade clássica*. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1978.



**A SOCIEDADE RESENDENSE E SUAS PARTICULARIDADES,  
SEGUNDO O JORNAL *ITATIAYA* (1879-1889)**

Valmir Dias Maia \*

**RESUMO:**

O presente trabalho tem por objetivo analisar algumas particularidades da sociedade resendense que difere claramente de outras cidades do Vale do Paraíba, segundo o *Jornal Itatiaya* (1879-1889) e alguns autores locais. A História de Resende se reconhece na formação da classe senhorial, do Império Brasileiro, mantida pela agricultura cafeeira e carregada pela escravidão. As transformações pela qual atravessa a cidade, atualmente, nos mostra que é extremamente necessário o aprofundamento nessa questão, pois a memória dessa sociedade está em risco.

**PALAVRA-CHAVE:** café, escravidão, jornal.

**ABSTRACT:**

This paper aims at analyzing a few quirks of Resendense society that clearly differs from other cities in they *Vale do Paraíba*, according to *Jornal Itatiaya* (1879-1889) and some local authors. The history of Resende is recognized in the formation of the planter class, the Brazilian Empire, maintained by coffee farming and charged by slavery. Transformations by which crosses the city currently shows that it is extremely necessary to seriously consider this issue as the memory of that society is at risk.

**KEYWORDS:** coffee, slavery, newspaper.

**INTRODUÇÃO**

A História de Resende é muito rica, principalmente no período cafeeiro. Segundo a historiografia, foi a partir de Resende que a cultura do café se espalhou para outras cidades no Vale do Paraíba, inclusive o vale paulista. Como o município foi o pioneiro no cultivo do café em grande escala, também sofreu primeiro a sua queda, por vários motivos.

Usamos como metodologia uma análise mais detalhada de todos os números do citado jornal, disponíveis no Arquivo Histórico de Resende, no período analisado, bem como

a conferência das atas da Câmara de Vereadores sobre os assuntos abordados nos mesmos, livro de sepultamentos, e, alguns autores locais.

Ainda hoje encontramos alguns sobrenomes daquela época com certa influência na cultura e na sociedade resendense. Deixamos aberta uma porta para outras pesquisas sobre a formação econômica e social da região do médio Vale do Paraíba Fluminense, considerando as relações de poder da região.

### **A FORMAÇÃO DA CLASSE SENHORIAL, A CULTURA CAFEIEIRA E A ESCRAVIDÃO EM RESENDE.**

O Império brasileiro formou uma base de sustentação que se prolongou, praticamente durante todo século XIX. Esse processo de formação de um Estado Imperial forjou o processo que deu origem a uma classe senhorial, que dirigia e dominava a economia e a sociedade brasileira. Porém ia muito além de um simples domínio de um grupo social sobre os outros, era uma relação não só de poder econômico e social, mas, principalmente manutenção de uma ideologia que hierarquizava aquela sociedade. A complexidade desses acontecimentos históricos criaram um estilo de vida, que impunha aos grupos sociais se articularem com esse Estado Imperial.

Essa classe era formada não apenas por plantadores escravistas, mas também por comerciantes e setores burocráticos. Ricardo Salles descreve com muita propriedade: “Nesse processo, os grandes proprietários escravistas fluminenses, os comerciantes de grosso trato e os altos governantes do Estado experimentaram e forjaram vivências, sentimentos de identidade e interesses comuns”.<sup>1</sup>

A relação dessa classe com a produção cafeeira, e conseqüentemente com a escravidão é muito forte. Ela deve ser analisada, antes de tudo, como uma relação social. Seus interesses se escoravam na subordinação política ao Estado Imperial. E era preciso uma política que garantisse a mão de obra necessária para a cultura do café. Pois o desenvolvimento e o enriquecimento dessa classe senhorial se baseava na manutenção e reprodução do trabalho escravo, e para isso, era preciso se fortalecer internamente através das relações de seus interesses.

A face comercial que toma conta dessa classe, apresenta o dado fundamental: produzir para exportar. A fazenda cafeeira está presa nessas coordenadas comerciais e fica refém dos donos do crédito. A produção cafeeira sustentou o Império brasileiro e o ajudou a

se manter, durante grande parte do século XIX, precisamente 67 anos. E para retribuir, o Império distribuiu muitos títulos de nobreza aos cafeicultores. Mesmo no governo de D. João VI, foi essencial para o desenvolvimento do Vale do Paraíba e o alastramento da cultura cafeeira, tanto que, segundo Sheila de Castro Faria, “D. João VI concedeu, entre 1808 a 1821, 119 títulos; o imperador D. Pedro I, 134, entre 1822 a 1831; D. Pedro II foi o mais disposto a agradar, distribuindo 1065 títulos, de 1841 a 1889”.<sup>2</sup>

Em Resende essa situação não era diferente, mas não tanto quanto em outras cidades da região. Como bem explicado por Maria Celina Whately, “[...], apenas quatro cafeicultores receberam títulos de nobreza, a saber: Antônio José Dias Carneiro, visconde do Salto; Joaquim Pereira da Silva, barão de Monte Verde; José Aguiar Toledo, barão de Bela Vista; Luiz da Rocha Miranda, barão de Bananal”.<sup>3</sup>

A cidade se coloca nesse cenário como um dos braços principais da expansão cafeeira, sua história é muito rica em personagens e eventos, que se mistura com a história do café e da escravidão. Essa escravidão que quase sozinha sustentou o progresso econômico do Brasil, em várias fases e regiões, através do seu trabalho, e que Nelson Werneck Sodré destacou muito bem sua importância:

Mas, nos três estágios do progresso econômico do Brasil, nas suas três fases e em três regiões diversas, para fins diversos, a escravaria foi que o suportou, pelo seu trabalho incansável, pelo preço baixo que acarretava a sua mão de obra e pelo esforço e resistência de que era capaz. Começou no nordeste da cana-de-açúcar. Caminhou para o centro, na mineração. Prosseguiu para o centro-sul, na expansão do café.<sup>4</sup>

Podemos observar a importância das elites regionais que constituíam-se em elites políticas. Essas elites faziam parte de um projeto político de âmbito nacional. A vitória desse projeto destacou a influência dos grupos regionais na política nacional, deixando claro a necessidade de manutenção da escravidão e da grande propriedade. Quando faltou o braço escravo o café no Vale entra em crise, a monarquia perde o seu sentido de ser, pois estavam quebradas as estruturas de relação de poder.

Mas nem tudo girava entre os senhores e os escravos, existiam outras categorias sociais e outras formas sociais de produção, que não a escravista-exportadora. Segundo João Luiz Fragoso, em 1872, já no período próximo do final da escravidão, o percentual da população livre era de 84,7%. “Em 1874, nas três províncias do Sudeste que concentravam a produção cafeeira (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais), 60% da população cativa total encontrava-se em municípios não cafeeiros”.<sup>5</sup>

Resende se enquadra nesse cenário, no nosso recorte temporal. Embora com boa produção de café voltada para o mercado externo, essa produção era conseguida com muitos pequenos e médios produtores, que também se dedicavam a outras produções voltadas para o mercado interno. Estas propriedades que produziam para o mercado agro exportador não eram auto suficientes.

Na base da pirâmide social dos municípios cafeeiros, encontramos uma variedade de grupos sociais reunidos, grosso modo, sob a denominação de homens livres pobres: pequenos produtores de alimentos e ou café, pequenos comerciantes. Na diversidade desses homens, podem-se localizar aquelas unidades em que o trabalho escravo, mesmo quando presente, é menos importante que o trabalho familiar.<sup>6</sup>

Todas particularidades, dessa sociedade, encontradas nas páginas do *Jornal Itatiaya*, mostram bem a relação entre a classe senhorial, que tentava encontrar uma saída para melhor enfrentar os problemas nos cafezais, se mostrando mais caridosa e preocupada com a questão do negro; e seus escravos, que se sentiam mais fortalecidos e esperançosos na mudança de seus destinos, principalmente nos últimos anos da escravidão.

### **PARTICULARIDADES HISTÓRICAS DE RESENDE E DA REGIÃO, NO PERÍODO CAFEIEIRO.**

Segundo João Maia em seu livro *Do descobrimento do Campo Alegre até a criação da Vila de Resende*, em 1747, quando foi provida em curato a capela de Nossa Senhora da Conceição do Campo Alegre, o seu território fazia limites com a Província de São Paulo e Minas Gerais e ocupava uma imensa região que fazia parte da circunscrição civil da cidade do Rio de Janeiro, e nessa imensa área só existiam apenas algumas capelas e curatos, “sendo dos mais antigos o do Paraíba do Sul, criado em 1719, e o de São João Marcos, em 1742. Entretanto, dos municípios que dentro dessa área extensíssima se foram, ao depois, constituído, o de Resende ocupa o primeiro lugar na ordem cronológica”.<sup>7</sup>

Desde sua fundação pelo bandeirante paulista Simão da Cunha Gago, Resende tem sua história social, e por que não dizer econômica, fortemente ligada à Província de São Paulo e Minas Gerais, mas que também não perdia o contato com o Rio de Janeiro. Talvez por essa razão, desde o período cafeeiro, a cidade apresente tantas diferenças sociais do restante do Vale Fluminense.

Nesta interseção entre as províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, onde muitas cidades penetravam (e ainda penetram), geograficamente, as províncias vizinhas

(basta analisarmos um mapa dessa região), ocasionando uma troca cultural e comercial. Durante a Revolução Liberal de 1842, Bananal, Areias, Silveiras, Lorena, Guaratinguetá e Cunha chegaram a ser desanexadas da Província de São Paulo, mas voltaram a pertencer àquela província, após o término da revolta. “Até os primeiros anos da década de 1850, Bananal insistiu várias vezes por sua incorporação à Província do Rio de Janeiro”.<sup>8</sup>

É nessa posição estratégica que se localiza Resende. Com isso, desenvolveu uma face comercial muito mais acentuada que os municípios vizinhos, intermediava o comércio tanto do sul de Minas quanto do norte paulista (hoje Vale Histórico), o que mantinha uma significativa exportação cafeeira através de Resende, mesmo no declínio dessa produção. Essa característica da cidade lhe daria uma animação maior da vida urbana, diferente de outras regiões.

Alguns autores descrevem bem essa ligação de Resende com outras cidades da região. Maria Celina Whately nos mostra apenas um desses atritos ocorridos.

Em 1829 o padre José Marques da Mota, vereador e ativo político em Resende, chegou a propor a criação de uma província que incluiria as cidades do Vale Paulista (Bananal, Areias, São José do Barreiro e Silveiras), além de Campanha e Baependi, em Minas Gerais, tendo como capital Resende.<sup>9</sup>

O fato de Resende ter sido o pioneiro na introdução do café no Vale do Paraíba, o levou também a enfrentar precocemente o declínio desta lavoura, em relação aos centros produtores da vizinhança. Pois partindo do princípio que a cultura cafeeira é itinerante e o cafeicultor viveu sempre preso a um círculo vicioso de derrubar matas virgens para plantar café, dava as futuras safras como garantia para obter mais dinheiro que era usado para comprar mais escravos, derrubar mais matas e plantar mais café. Quando atinge o esgotamento da terra e não encontram mais áreas virgens, vários produtores locais partem em busca de terras mais férteis na província paulista. Com isso, observamos certas mudanças nas características da cidade, como diversificação do comércio e introdução da pecuária.

A sociedade escravista do século XIX era marcada por uma hierarquia econômica e social muito forte e uma grande concentração de riquezas em poucas mãos. Essa situação não era tão gritante em Resende. Talvez a diferença que mais nos chama a atenção é o fato de Resende, ao contrário de outras cidades do Vale, não ter tido grandes produtores com grande quantidade de escravos, porém muitos pequenos e médios produtores. No entanto, era responsável por boa safra de café, deixando claro essa relação terra x escravo. Em Resende

podemos observar que a distribuição de terras era bem pulverizada e não havia grande concentração de renda, o que influenciava também nas relações sociais.

Só para ilustrar, na década de 1860, “basta comparar a produção, de Maria Benedita Gonçalves Martins, a rainha do café de Resende, com 40.000 arrobas, e a produção de 300.000 arrobas de Joaquim José Souza Breves, considerado o rei do café do Vale Fluminense”.<sup>10</sup> Mesmo sendo uma covardia a comparação, pois Joaquim José de Souza Breves era um poderoso proprietário de terras, imensamente superior à Maria Benedita, podemos verificar que em Resende não predominou a monocultura cafeeira, como na maioria dos municípios. Os maiores produtores resendense não viviam exclusivamente do café.

A partir de 1856, ainda segundo Maria Celina Whately, “a cafeicultura resendense seria atingida por uma praga (também chamada bicho do café) causada por uma borboleta branca que depositava seus ovos nas folhas dos cafeeiros, fazendo com que amarelassem e caíssem. Cerca de seis colheitas ficaram terrivelmente prejudicadas”.<sup>11</sup> É possível imaginar o tamanho do prejuízo para os cafeicultores resendenses e o retalhamento de propriedades que não resistiram a tanto tempo de crise, a produção chegaria, em 1860, a apenas 170 mil arrobas, contra as 800 mil produzidas em 1850.

Podemos destacar um outro episódio que afetou a cafeicultura resendense e fluminense, a Guerra do Paraguai (1865-1870), que exigiu contribuições financeiras e de voluntários para engrossar as fileiras do Exército, desfalcando os plantéis locais. Como Resende possuía um plantel menor, pertencente a pequenos e médios produtores, certamente as consequências foram maiores. Mas, apesar de tudo, alguns cafeicultores receberam títulos por cederem escravos para a guerra, como também de perder escravos após retornarem dela, principalmente para o oeste paulista.

Resende encontra saídas para a crise do café, no final da década de 1870, produtores começam a transferência, não só de seus capitais como a experiência que adquiriram na cultura cafeeira resendense, para o oeste paulista. Quando o solo dessa região começa ficar saturado, grande parte dos produtores resendenses seguem para a província de São Paulo acompanhando os *Pereira Barreto*, família muito influente na cidade, nesse período analisado. Essa fuga de resendenses para aquela região ficou conhecida como *Caravana Pereira Barreto*. Segundo José Eduardo de Oliveira Bruno, foi Luiz Pereira Barreto quem desenvolveu o café *Bourbon*. “O café *Bourbon* nasceu por experiência genética de hibridação do café Libéria com o café Comum, realizada por Luiz Pereira Barreto na Fazenda

Monte Alegre”,<sup>12</sup> fazenda essa localizada em Vargem Grande, distrito de Resende e que pertencia a família Pereira Barreto.

A cidade se despovoou com a fuga em massa dos produtores para o oeste paulista, inclusive produtores de outras cidades da região como: Barra Mansa, Queluz, São José do Barreiro, Silveiras, Bananal e terras adjacentes.

Outra questão importante para a formação da sociedade resendense, na cafeicultura e depois na pecuária, foi a participação dos mineiros, que se estabeleceram na cidade em vários momentos do século XIX e por diversos motivos. Os mineiros chegam, não só em Resende, mas principalmente, e se aproveitam dos baixos preços das terras, trazem seu gado e começam a instalar, progressivamente, uma nova atividade econômica que salvará o Vale da decadência total. A pecuária leiteira que sucede ao café, só pode ser entendida como uma consequência deste. A criação de gado leiteiro é uma das heranças do café.

### **ÚLTIMA DÉCADA DE ESCRAVIDÃO EM RESENDE, SEGUNDO O JORNAL ITATIAYA.**

O que podemos observar no início da imprensa brasileira era que os jornais possuíam vidas curtas, eram muito diversificados e seus proprietários eram indivíduos, ou mesmo grupo de indivíduos, que lutavam e combatiam as causas do momento, causas essas que estavam transformando o Império Brasileiro.

A dimensão representativa da imprensa, ou seja, sua legitimação em representar os acontecimentos ocorridos na sociedade, assim como de reconstruir os fenômenos culturais e os estereótipos sociais, fazem dos jornais um potencializador e guardador de memórias locais ou mesmo nacionais.<sup>13</sup>

A imprensa resendense não se colocava efetivamente contra essa ordem. O que nos impõe ainda mais cuidado na análise dos documentos. Resende foi pioneiro, pelo menos no Vale Fluminense, e seu primeiro jornal foi “O Gênio Brasileiro” (1831-1833). Entre 1843 e 1864 houve um inexplicável período de silêncio na imprensa local. A partir daí aparecem vários periódicos. “Ocorre uma verdadeira explosão de periódicos na cidade, registrando-se de 1864 até o final do século XIX, cerca de trinta e quatro jornais”.<sup>14</sup>

É nesse período que aparece o periódico *Itatiaya* (1876-1890) de José Ribeiro dos Santos (um súdito português) e seu redator era o bacharel Joaquim Augusto Ribeiro da Luz. Esse jornal era semanal e foi extremamente defensor da causa abolicionista e do regime

republicano, tanto que a primeira crise republicana que explodiu, no Estado, em 1890, o fez desaparecer.

A escolha desse periódico para analisar a sociedade resendense da última década de escravidão, foi, primeiramente, por esse lado abolicionista e republicano e depois pelo grande número de exemplares ainda preservados no Arquivo Histórico de Resende. Conseguimos analisar 331 exemplares, dentro do nosso recorte temporal. Apesar de não ter sido encontrado todos os números, pois muitos anos estão incompletos, ainda assim conseguimos uma boa análise.

O periódico *Itatiaya* era bem completo de informações da vida social, política, comercial e científica. Possuía várias colunas conceituadas que traduziam bem a realidade de Resende, do país e do mundo, pois eram publicados vários artigos de acontecimentos internacionais; possuía uma ampla coluna de classificados com muitas ilustrações, onde eram anunciados todos tipos de serviços e mercadorias, na maioria produtos importados. Demonstrando que estavam sempre em contato com a Corte, e, principalmente, que Resende era ainda uma importante cidade, mesmo nesse período de queda da produção cafeeira.

Uma das colunas que mais nos chama a atenção é uma intitulada *Elemento Servil*, pois noticiava, semanalmente, a quantidade de escravos desembarcados no Rio de Janeiro, vindos do Norte. Pode nos parecer muito estranho para um jornal que se declarava abolicionista, mas era a cultura da época. “Se o jornal resendense dava constantemente este tipo de informação era porque havia interesse dos fazendeiros em acompanhar o tráfico interprovincial”.<sup>15</sup> Porém, esse jornal deixou de publicar essa coluna em 1881, quando caiu acentuadamente esse tráfico. Igualmente interessante era a coluna *Movimento de Imigrantes*, que trazia semanalmente (encontramos os primeiros registros em 1885, portanto três anos antes da abolição) os números de imigrantes que desembarcavam no porto Rio de Janeiro e eram destinados ao Império, e os que desembarcavam em Santos, para a província de São Paulo. Assim já se podia notar, em todo o período analisado, que o país já se preparava para a substituição da mão de obra escrava. Quanto mais se aproximava a abolição da escravatura, maior era o número de imigrantes que entravam no Brasil.

A análise do *Jornal Itatiaya* nos mostrou como a sociedade resendense se comportava de uma maneira bem particular, diferente de outras cidades da região. Todas as diferenças, já citadas nos capítulos anteriores, puderam ser observadas nas páginas desse periódico.



O citado jornal apresentava semanalmente todos os costumes e fatos religiosos, familiares, políticos, comerciais e sociais de uma cidade, que apesar da cultura cafeeira, e de sua classe senhorial, se desenvolvia de maneira bem particular, mas mantinha seus costumes escravocratas. Tanto que enfrentou diferente esse período de queda da produção cafeeira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho se concentrou na análise da sociedade resendense do final do século XIX (1879-1889), segundo alguns autores e a imprensa local, no caso o *Jornal Itatiaya*.

A historiografia e as fontes analisadas nos mostraram que a formação dessa sociedade se dá juntamente com a formação da classe senhorial, uma elite cafeicultora e escravista.

A cidade de Resende aparece como um dos polos irradiadores do café no Vale do Paraíba, e esse pioneirismo trouxe algumas particularidades para a sociedade resendense, como: sofreu primeiro a queda dessa lavoura, a estrutura das propriedades, a distribuição das riquezas e das terras eram mais pulverizadas; devido sua localização geográfica, sua face comercial se desenvolveu mais que municípios vizinhos; a Guerra do Paraguai, por ter cedido muitos escravos para o conflito, sofreu mais que os vizinhos devido a um plantel bem menor de escravos; a “praga da borboleta”, que a partir de 1856, atinge os cafezais resendenses causando grande prejuízo aos cafeicultores locais e retalhando as propriedades, que não resistiram a tanto tempo de queda da safra; a “Caravana Pereira Barreto”, uma das saídas para a crise do café em Resende. Não parece ter tido movimento semelhante em outras áreas do Vale. Outro fato que aparece como uma característica de Resende foi o grande número de mineiros que vieram para a cidade em vários momentos de sua história.

Analisando todas essas particularidades, podemos entender como se comporta essa sociedade nos dias atuais. Que se manifesta hora como progressista e desenvolvida, hora como conservadora, mantendo algumas famílias no controle político e cultural.

Acreditamos que por tudo isso a História de Resende merece ser mais pesquisada e certamente nessa análise não se esgotam todas as possibilidades de compreendermos melhor essa sociedade, que corre o risco, por causa do acelerado desenvolvimento, de se transformar numa cidade rica, mas sem memória.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

\*Graduado em História pela UNIRIO. Orientador - Thiago de Souza dos Reis (Mestre/UNIRIO), Avaliadora - Teresa Vitória Fernandes Alves (Mestre/UNIRIO). E-mail: valmir.maia@hotmail.com

1 - SALLES, Ricardo. *E o Vale era escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 48.

2 - FARIA, Sheila de Castro. Os barões do Brasil. In: FIGUEIREDO, Luciano (org.). *A era da escravidão*. Rio de Janeiro: Sabin, 2009, p. 44.

3 - WHATELY, Maria Celina. *Resende, a cultura pioneira do café no Vale do Paraíba*. 2ª edição. Resende: 2003, p. 44.

4 - SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Graphia, 1998, p. 63.

5 - FRAGOSO, João Luiz. O Império Escravista e República dos Plantadores. In: LINHARES, Maria Yeda. *História Geral do Brasil*. 9ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 145.

6 - FRAGOSO, João Luiz. *ibid.*, p. 153.

7 - MAIA, João Azevedo Carneiro. *Do Descobrimento do Campo Alegre até a Criação da Vila de Resende*. 2ª edição. Resende. 1986, p.1.

8 - RAMOS, Agostinho. *Pequena história de Bananal*. Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas. São Paulo, 1978, p. 105-119.

9 - WHATELY, Maria Celina, *op. cit.*, p.21.

10 - WHATELY, Maria Celina, *op. cit.*, p.41.

11 - WHATELY, Maria Celina, *op. cit.*, p.38.

12 - BRUNO, José Eduardo de Oliveira *et al.* *Crônica dos duzentos anos*. Resende 1801-2001. Resende: ARDHIS, 2001, p.37.

13 - BEZERRILL, Simone da Silva. Imprensa e política: jornais como fontes e objetos de pesquisa para estudos sobre abolição da escravidão. Separata de: *II Simpósio de História do Maranhão Oitocentista*. São Luiz, 2011, p.03.

14 - ROCHA, Alexandre Mendes da. *Uma Imprensa Precoce*. Apud WHATELY, Maria Celina, *op. cit.*, p. 86.

15 - WHATELY, Maria Celina, *op. cit.*, p.90.

## Discussões sobre feminismos e gêneros através da abordagem biográfica.

Vanessa de Almeida Moura<sup>1</sup>.

### Resumo:

Os feminismos e os gêneros variam de acordo com os contextos espaciais e temporais. A partir disso, refletimos sobre parte dos movimentos feministas no Brasil entre 1970 e 1980. Recorremos à abordagem biográfica, onde analisamos a trajetória de Hildete Pereira de Melo e sua militância no Centro da Mulher Brasileira. Objetivamos evidenciar a experiência feminina e romper com análises rígidas. A pesquisa é financiada pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

Palavras-chaves: feminismos, gêneros, biografia.

### Abstract:

Feminisms and genres vary with spatial and temporal contexts. From this, we reflect on part of the feminist movement in Brazil from 1970 to 1980. We use a biographical approach to analyze the trajectory of Hildete Pereira de Melo and her activism in Brazilian Women's Center. We aim to highlight feminine experience and break away from rigid analysis. The research is funded by the Carlos Chagas Filho Foundation for Research Support of the State of Rio de Janeiro (FAPERJ).

Keywords: feminism, gender, biography.

### Metodologia:

Como método de pesquisa, escolhemos a abordagem biográfica para analisar a trajetória de Hildete Pereira de Melo que participou do Centro da Mulher Brasileira. Em relação à História das mulheres, entendemos que, desse modo, podemos situar a experiência social dessas, sem, com isso, procurar uma essência da identidade feminina<sup>2</sup>. Sabemos que desde o século XIX, as feministas focalizavam em suas revistas

---

<sup>1</sup> Graduanda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), bolsista de iniciação científica financiada pela FAPERJ e orientanda da Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação da UFF, Rachel Soihet. E-mail: [vanessa-am@hotmail.com](mailto:vanessa-am@hotmail.com)

<sup>2</sup> SOIHET, Rachel, "Mulheres e Biografia. Significados para a História" In *LOCUS: revista de história*. Juiz de Fora, SP: EDUF JF, v.9, 2003, p.33-48.

e dicionários algumas mulheres excepcionais e que se destacavam no campo da política. Segundo Varikas (Varikas apud Soihet 2003), essas biografias possuíam o objetivo de provar a capacidade feminina. Mesmo que elas não tenham feito uma crítica sobre “o fazer história”, era uma tentativa de subversão e uma busca por outros valores<sup>3</sup>. Nosso estudo, entretanto, concentra outras perspectivas. É uma tentativa de romper com dicotomias e exercer um “perpétuo vai-e-vem entre o dado e vivido, o objetivo e o subjetivo, as determinações e as margens de manobra”, etc. Nosso objetivo, portanto, é tentar fugir dos “ciclos de vida”, dos papéis e funções sociais naturalizados dos gêneros<sup>4</sup>.

Em relação à necessidade de se considerar a realidade tal qual como ela se apresenta e as possibilidades de mudança podemos citar o Giovanni Levi (2001). De acordo com esse autor, é verdade que a liberdade de escolha não é absoluta, pois é determinada pela cultura e pela sociedade. No entanto, nenhum sistema normativo é suficiente estruturado para eliminar qualquer tipo de possibilidade de escolha consciente e as regras podem ser manipuladas, interpretadas ou negociadas. Assim, a biografia é o campo ideal para verificar a liberdade que dispõem os agentes e para observar como funcionam concretamente os sistemas normativos, que sempre são constituídos por contradições<sup>5</sup>.

Foram feitas entrevistas com Hildete Pereira. Desse modo, a História Oral e o que nos motivaram a utilizá-la devem ser apontados. Bourdieu (2001) afirmava que a história de vida era uma noção do senso comum contrabandeada para o universo acadêmico. Implicava considerar a vida como sendo coerente com um início, meio e fim<sup>6</sup>. No entanto, não é assim que Portelli (1996) enxerga a história de vida nas fontes orais. Nesta metodologia, a atenção de reconstrução de padrões e modelos se volta para os indivíduos. Cada indivíduo é excepcional, pois representam uma série de histórias

---

<sup>3</sup> SOIHET, “Mulheres e Biografia. Significados para a História” In LOCUS: revista de história. Juiz de Fora, SP: EDUF JF, v.9, 2003, p.33-48.

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> LEVI, Giovanni, “Cap. 12 Usos da Biografia” In FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2001.

<sup>6</sup> BOURDIEU, Pierre. “Allusão biográfica” In FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2001.

em potencial. Com isso, a história oral não se preocupa com a média, mas com o excepcional por ser mais representativo. Além disso, uma das características das fontes orais é a presença da subjetividade. São pessoas que não reduzem suas vidas em um conjunto de fatos que estão à disposição de questionamentos de pesquisadores. Normalmente, o que motiva a narração é a expressão de um significado da experiência através dos fatos e a subjetividade constitui o argumento do discurso<sup>7</sup>. Portanto, o que faremos é analisar a trajetória dessa militante para que possamos compreender movimentos feministas de forma um pouco mais complexa, inserindo contradições e especificidades.

Os feminismos no Brasil e a trajetória de Hildete Pereira de Melo.

No mundo contemporâneo, os feminismos de contextos diferentes adquiriram diversos significados. Por isso, não podemos atribuí-los a uma forma exata e definitiva. Estes se constituem em um conjunto variado de teorias e práticas que são voltados para a constituição e da legitimação dos interesses das mulheres. Além disso, a luta feminista varia de acordo com o período histórico<sup>8</sup>.

Não diferente do resto do mundo, as lutas feministas do Brasil se caracterizaram por ter as suas especificidades. Estávamos em pleno Regime Ditatorial e os governos desconfiavam de qualquer tipo organização. Em compensação, desde os primeiros anos do Regime Ditatorial, o modelo conhecido como “milagre econômico” caracterizou-se por um processo acelerado que proporcionou uma expansão do emprego no setor Estatal e à educação técnica e profissional universitário. Isso resultou em uma melhoria nas condições das mulheres brancas de classe média. A presença dessas em espaços profissionais e educacionais aumentou a possibilidade da participação feminina em movimentos estudantis, organizações clandestinas e em associações profissionais. Como afirma Danielle Tega (2012), a militância feminina, entretanto, era condenada não apenas por ser “fora da lei”, mas porque a participação da mulher na política transgredia o papel de mãe e esposa<sup>9</sup>. Se considerarmos os documentos oficiais do DOPS, SOPS e Secretaria de Segurança percebemos que as referiam como sendo

---

<sup>7</sup> PORTELLI, Alessandro, “A Filosofia e os fatos” In *Tempo*, Rio de Janeiro. Vol.1, número 2, dezembro de 1996, pp.59-72

<sup>8</sup> ERGAS, Yasmine. “O sujeito mulher. O Feminismo dos anos (1960-1980)”. In *História das Mulheres no Ocidente*. V.5. São Paulo: EBRADIL, 1991, pp. 583-611.

<sup>9</sup> TEGA, Danielle. “Memórias da Militância: Reconstruções da Resistência Política Feminina à Ditadura Civil-Militar Brasileira” In: - *Estud. Sociol. Araraquara*, v.17, n32, p.123-147, 2012.

mulher-objeto, sem vontade própria e que militavam por influência dos homens<sup>10</sup>. Os que eram da esquerda também acabavam reproduzindo o discurso machista. Nesses cenários, os homens possuíam um papel mais ativo em relação às mulheres e, por isso, a questão de gênero acabou emergindo.<sup>11</sup> Embora influenciado pelas experiências europeia e norte-americana, o feminismo brasileiro foi marcado pela contestação da ordem vigente. Grande parte dos grupos feministas estava articulada às organizações de influência marxista<sup>12</sup>. Nossa biografada nos ajuda a entender melhor isso.

Hildete Pereira de Melo começa no movimento estudantil, passa pelo comunismo e começa atuar nos movimentos feministas. Ela nasceu na Paraíba e aproxima-se do Partido Comunista muito cedo, quando ainda cursava o científico. Já como estudante universitária de economia, tornou-se uma das dirigentes da União Estadual dos Estudantes, que equivalia a União Nacional dos Estudantes em nível estadual. Hildete Pereira concedeu uma entrevista a Rachel Soihet. Nesta ocasião, a entrevistada relatou sobre vários momentos de sua vida. Entre esses, sobre sua militância no movimento estudantil.

“A política maior que a gente fazia era brigar com os homens... Por causa do aumento da passagem de ônibus e o aumento no cinema... (...) Por exemplo, aí o cinema aumentou. Não queria dar meia de estudante... Aí e a gente fazia fila boba. Eu me lembro dessa fila boba no cinema... A gente fazia fila pra comprar ingresso e ia com a metade... Dava o dinheiro, a menina não vendia... E a gente ia pro começo da fila... Não entrava ninguém no cinema. (...) E eu tinha um protetor... Porque eu era a única mulher...né? Então...o resto era tudo menino...tinha um protetor...o Zé Pedro ...”<sup>13</sup>.

Destacamos essa passagem, pois demonstra que, na lembrança dela, não havia outras mulheres que militasse junto ao grupo. É interessante o fato de ela precisar de um protetor. Esses fatores podem ser o indício da especificidade que era uma mulher participar de movimentos estudantis. Também nos dar uma ideia de como seriam as relações de gêneros.

Hildete Pereira vai para o Rio de Janeiro e após um tempo refugiada, resolveu fazer um grupo de estudos para a leitura de clássicos como “O Capital”. Apenas os

---

<sup>10</sup> COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

<sup>11</sup> SOIHET, Rachel & ESTEVES, Flávia Cópio Esteves “O Centro da Mulher Brasileira (CMB-RJ) e suas experiências nos anos 1970 e 1980” In FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (orgs). *Revolução e democracia (1964-...)*. Coleção As esquerdas no Brasil. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 2007, p. 355-384.

<sup>12</sup> SARTI, Cyntia. “O feminismo brasileiro desde os anos 1970”. *Estudos Feministas*, ano 12, nº 02, mai/ago 2004.

<sup>13</sup> Entrevista de Hildete Pereira de Melo, concedida em 03 de abril de 2012.

homens falavam enquanto as mulheres ficavam em silêncio, o que a incentivou a fazer um grupo destinado às mulheres. Paralelo a isso, conhece, através de um amigo, Comba Marques que a convida para participar da Semana de pesquisa sobre o papel e o comportamento da Mulher brasileira. Contudo, ainda não é nesse momento que começará a se dedicar a militância feminista. Segundo ela, acreditava que não daria conta, pois já militava no MDB e “estava com três filhos pequenos”. Depois da declaração do ano Internacional da Mulher pela ONU, a reviravolta da política, as prisões, o período que estava escondida, se deu conta que a política mais viável naquele momento era a feminista e começa a frequentar o Centro da Mulher Brasileira (CMB), uma iniciativa de mulheres que se reuniam informalmente. Entre as fundadoras estavam a Branca Moreira Alves e Maria Luiza Heilborn. Elas aproveitaram o fato das Organizações das Nações Unidas ter decretado que em 1975 seria o ano Internacional da Mulher.

De início, o CMB voltou-se para a reforma do código civil e o estudo de estereótipos sociais que contribuíam para a discriminação da mulher. No CMB, Hildete Pereira participou do grupo “Mulher e Trabalho”, que tinha o objetivo de conscientizar as mulheres sobre os seus direitos trabalhistas e que tinha uma aproximação com o sindicato das empregadas domésticas. Em 1977, prevaleceu à busca de alinhar as lutas contra a Ditadura militar e a conscientização das mulheres de segmentos populares. É que os grupos de esquerda consideravam os feminismos um fenômeno burguês e que a luta contra o Regime Ditatorial e a luta de classe eram mais importantes. O Jornal alternativo “O Pasquim”, por exemplo, que utilizava a ridicularização para fazer oposição ao governo autoritário, também fazia piadas com as feministas. Rotulavam-nas de masculinizadas, feias, despeitadas, depravadas, promíscuas, etc .

Portanto, existem pontos de contato entre as diferentes mulheres através de feminismos. Um estudo de Sarti (2004) aponta que as reivindicações feministas se expandiram nas classes populares, por exemplo, através das organizações de trabalhos pastorais nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB), inspirados na Teologia da Libertação. Atingiram, então, donas-de-casa, religiosas e moradoras da periferia. É complicado, no entanto, designá-las como feministas. Para Sarti (2004), as mulheres das classes populares dão mais importância para o papel de mãe e dona-de-casa. Também, a relação entre vizinhos na periferia seria mais forte. É evidente que podemos questionar essa posição. Como afirma Alinne de Lima Bonetti (2007), quando nos debruçamos

para movimentos de mulheres de baixa renda nos meios urbanos, percebemos explicações que associam esse engajamento com a matriz da “politização da maternidade”. Assim, existe uma lacuna na literatura sobre a experiência dessas mulheres. Há uma preocupação subjacente em relação ao engajamento e o nível de conscientização alcançada por aquelas que são de baixa renda (Brito apud Bonetti). Seria necessário um estudo sobre esses movimentos para percebemos suas contribuições e significações. O fato, é que se ecoou uma proposta radical de politizar o privado, repensar as relações mais fundamentais, no dia-a-dia, nos hábitos mais locais e periféricos.

Enfim, a predominância era uma aliança entre a esquerda, as feministas e a Igreja Católica, já que esses uniam forças contra a Ditadura militar. Temas como aborto e sexualidade possuíam pouca ressonância social<sup>14</sup>. Os conflitos, entretanto, não deixaram de existir. Nos dias 8, 9 e 10 de março de 1979 foram momentos tensos no Centro da Mulher Brasileira com a possibilidade de um seminário sobre o tema “livre apropriação do corpo da Mulher”. Muitas discordaram da ideia alegando que se deveria respeitar a posição da Igreja ou que havia assuntos mais relevantes. Tais fatos teriam levado uma reunião fora do Centro e a elaboração de um documento, lido no encontro nacional, demonstrando o descontentamento do rumo em que o CMB levou e o descaso com a discussão sobre a sexualidade feminina<sup>15</sup>.

Isso demonstra algumas divergências dentro dos movimentos feministas. Além disso, evidenciam problemáticas como a de pensar um movimento que contemple todas as mulheres. Em uma entrevista realizada no dia 1º de Maio de 2012, Hildete Pereira de Melo relatou conflitos. Em um evento, mulheres do movimento negro se recusaram a pagar a taxa para participar por não terem condições financeiras. Assim, elas passaram uma noite dentro de um ônibus e não puderam entrar. Isso causou um desconforto entre as pagantes e aquelas que foram barradas.

“Porque elas não tinham dinheiro... Eu acho que houve uma incompreensão da organização. Eu até me sinto mal em falar, porque eu nem era do batente da organização do encontro... Mas estava na periferia o

---

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> SOIHET, Rachel & ESTEVES, Flávia Cópia Esteves “O Centro da Mulher Brasileira (CMB-RJ) e suas experiências nos anos 1970 e 1980” In FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (orgs). *Revolução e democracia (1964-...)*. Coleção As esquerdas no Brasil. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 2007, p. 355-384.



tempo inteiro. Eu teria aberto o portão, né? Mas eu não tinha voto, né? Pra abrir o portão... Mas eu fiquei... Tônica...”<sup>16</sup>.

Para a Butler (2003), a classificação “mulher” não é suficiente. É que gênero nem sempre se constitui de maneira coerente em diferentes contextos (históricos e sociais). Tanto porque estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais, regionais e de identidades discursivamente constituídas, quanto o fato de sexo e gênero não está sempre imbricados. Os regimes de poder e discurso, ou seja, o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória constroem na linguagem, categorias de gêneros binários. Uma maneira de encerrar implicitamente essa noção é dissociar a relação mimética entre sexo e gênero. Desse modo, o gênero se tornaria um artifício flutuante e seria possível, por exemplo, um corpo de um homem significar um corpo feminino, assim como o contrário.

“o gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada. Uma colisão aberta, portanto, afirmaria identidades alternativamente instituídas e abandonadas, segundo as propostas em curso; tratar-se-á de uma assembleia que permita múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um telos normativo e definidor”<sup>17</sup>. (Butler 2003:37).

Aliás, a representação é algo polêmico. Por um lado, serve como termo operacional no processo político que busca a legitimidade às mulheres como sujeitos políticos. Por outro lado, é uma função normativa de uma linguagem que revelaria e distorceria o que é verdadeiro sobre a categoria “mulher”. Além disso, Butler (2003) afirma que o Patriarcado, argumento utilizado por feministas para ressaltar a forma singular da opressão sobre as mulheres em todas as culturas, também é criticável. O Patriarcado foi, na verdade, uma forma de confirmar noções ocidentais em culturas do Terceiro Mundo ou até mesmo do Oriente, em que a opressão de gênero é explicada como uma sintomática de um barbarismo intrínseco e inexistente no Ocidente<sup>18</sup>.

Mesmo que o período não tivesse sido favorável para a discussão de sexualidade de aborto por conta da necessidade de aliança entre diversos segmentos sociais, Hildete Pereira participou ativamente de campanhas a favor desses temas e lutou contra a violência sobre a mulher e o assédio sexual. Foram manifestações de rua, comparecimento em entrevista de jornais, rádios e televisão, distribuição de panfletos e de cartas aos parlamentares. Uma dessas relaciona-se com a prisão de um médico que

---

<sup>16</sup> Entrevista de Hildete Pereira de Melo, concedida em 1º de maio de 2012.

<sup>17</sup> Idem.

<sup>18</sup> Idem.

realizava abortos em uma clínica clandestina e de duas jovens que faziam o procedimento no local. Mulheres membros do CMB foram até o tribunal para conversar com o juiz Mota Morais, mas ele recusou recebê-las. Segundo o juiz, a justiça não admite qualquer tipo de solidariedade a um ato criminoso.

“MENINA mas ele ficou POSSESSO... ‘PONHA-SE DAQUI PRA FORA! PODE PRENDER TODO MUNDO!’ porque ele perguntou ‘você são advogadas também?’ falei ‘não...sou professora...’ (...) aí a polícia encostou... aí...’ela não sabia’ ‘eu não sabia’ e tal... aí deu a turma do deixa disso...mas ele ficou numa má vontade... ele me EXPULSOU depois quando eu fui pro cartório pra pegar os processos de aborto...<sup>19</sup>”

Nesta manifestação, distribuíram um manifesto que protestavam contra a ilegalidade do aborto, contra a política de natalidade do governo, pelo direito de aborto como último recurso e pelo direito de decidir se quer ter o filho ou não. Esta foi a primeira manifestação pública do país sobre a temática.

Hildete resolveu fazer uma pesquisa em que concluiu que eram feito cerca de um milhão e meio de abortos por ano no Brasil, o que lhe rendeu dois prêmios: o da fundação Carlos Chagas e da Fundação Ford. Para isso, entrou em contato com a Dataprev (empresa de tecnologia e Informação da Previdência Social) para conseguir alguns dados, mas não obteve resposta. Então, ela enviou uma carta ao jornalista do Jornal do Brasil, Cícero Sandroni, para ajudá-la e ele publicou uma matéria sobre essa necessidade de dados que a Hildete havia relatado. Com isso, o ministro da Previdência da época, Jair Soares, ligou para ela informando que os dados seriam disponibilizados. Outro fator que a ajudou na pesquisa foi o fato do pediatra dos seus filhos, o doutor Júlio Dickstein, ter sido nomeado presidente do INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social). Dessa forma, ela pode ter acesso aos números relativos à natalidade que precisava. Além disso, como os dados demoraram a ser processados, ela fez algumas entrevistas na maternidade da Praça XV, em que presenciou a chegada de mulheres que havia feito aborto. Em muitos casos, o procedimento era feito com permanganato de sódio e isto trazia algumas consequências como queimaduras nas mulheres. Também foram relatadas situações em que bebês nasciam vivos e morriam em seguida. Estes casos são interessantes, pois não necessitavam de atestado de óbito. Por não terem o peso mínimo, não eram considerados pessoas.

---

<sup>19</sup> Entrevista de Hildete Pereira de Melo, concedida em 11 de abril de 2012.

“acontecia de tudo aconteceu até que eu cheguei lá uma briga maior do mundo do pai...o pai queria atestado de óbito...e a enfermeira dizia ‘não tem moço...não tem atestado de óbito...’ ‘como não tem se nasceu vivo?’ mas não tinha quatrocentas gramas...só dá atestado de óbito depois de quatrocentas gramas...com quatrocentas gramas em diante...nasceu batendo as pernas mas aquilo não...não tá vivo...não é uma pessoa...então não tem atestado de óbito aí foi aí que eu falei ‘ah! quer dizer que você tem...a lei inclusive...(...) pra reconhecer a vida...reconhece pelo peso por causa do cérebro<sup>20</sup>”

Hildete Pereira, mesmo tendo sido comunista, aderiu a esses temas, que eram tabus para a esquerda. Como agente social, contribuiu para que esse tema (e outros como a sexualidade) fosse debatido no CMB e na mídia e, portanto, ajudou questionar alguns valores que justificavam a situação de opressão às mulheres.

Algumas conclusões.

As ideias que a Butler (2003) desenvolve acerca do gênero alargam muito as significações de ser homem ou mulher. Isso possibilita que as análises não se restrinjam as determinadas características tipicamente masculina ou feminina. Além disso, proporciona estudos até mais realistas, pois sabemos que a realidade não é simples para encaixarmos-la em categorias. Gênero deve ser visto como algo flutuante e não pode está imbricado com o sexo. Ao mesmo tempo, devemos compreender que há interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais, regionais e de identidades discursivamente constituídas. Até os movimentos feministas são diversificados de acordo com os contextos sócio espaciais. A forma com que os movimentos feministas se desenvolveram no Brasil possui suas especificidades, como o fato de estávamos em uma Ditadura Militar. Podemos criticar as pretensões feministas de unificar reivindicações e compreender porque as diferenças entre as mobilizações emergiram. Isso não significa, entretanto, que esses movimentos não tenham sua importância histórica para modificações dos padrões. Se analisarmos os feminismos no Brasil, percebemos que houve uma preocupação para oferecer uma maior visibilidade às mulheres como sujeitos políticos. Prova disso, é a aproximação de algumas feministas às mulheres da periferia. É evidente que representar todas em uma única categoria camufla algumas diferenças entre as mulheres. Quando citamos que a representação pode revelar ou distorcer, entendemos que, ao mesmo tempo em que ilumina questões especificamente femininas, apaga as especificidades. Com isso, muitas são poucas ou não representadas pela luta feminista. Como foi descrito, foram movimentos complexos com variações contextuais. Analisar a trajetória de uma feminista é uma maneira prática e concreta para observarmos uma parte da diversidade do gênero feminino e experiências das

---

<sup>20</sup> Entrevista de Hildete Pereira de Melo, concedida em 11 de abril de 2012.

mulheres. Acreditamos que a abordagem biográfica e a História Oral pode ser uma maneira de emergir as formas múltiplas do feminino, sem precisar cair em completo relativismo. Além disso, procuramos inserir Hildete Pereira em um contexto específico e analisar as margens de manobra que ela utilizou.

## A HISTÓRIA ENSINADA NA EJA: CURRÍCULO E METODOLOGIA

Vanilda de Araújo Campelo<sup>1</sup>  
[vanildacampelo07@hotmail.com](mailto:vanildacampelo07@hotmail.com)

### RESUMO:

A comunicação objetiva analisar a forma que a disciplina História para o Ensino Médio, no Centro de Educação Jovens e Adultos, na cidade de Caicó- RN vêm sendo aplicada e quais os principais desafios. Estudo que vem sendo desenvolvido em conjunto com as disciplinas de Laboratório I e II, componentes obrigatórios do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Discutimos os pontos elencados pelos alunos e quais os materiais didáticos a escola dispõe.

**Palavras Chaves:** Ensino de História; Jovens e Adultos; Material Didático.

### ABSTRACT:

The communication aims to analyse the way the discipline History for high school, in the Centre of adult and youth education in the city of Caicó-RN are being applied and what are the main challenges. Study that has been developed in conjunction with the laboratory disciplines I and II, required components of the course of degree in History at the Federal University of Rio Grande do Norte. Discuss the points listed by the students and the teaching materials the school offers.

**Key words:** School curriculum; Young and Adults; Didactic material.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho está inserido no campo da História Cultural, e investiga a Educação de Jovens e Adultos, (EJA), pensando de que forma é a disciplina de História para o Ensino Médio no Centro de Educação Jovens e Adultos, (CEJA) “Senador Guerra”, na cidade de Caicó- RN está sendo trabalhada. Estudo inicial que está sendo desenvolvido em conjunto com as disciplinas Laboratório I e II, componentes curriculares obrigatórios do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, (UFRN). O nosso objetivo é de investigar a forma que a disciplina História é aplicada na citada escola, como também os materiais didáticos que a mesma utiliza para o ensino secundarista da EJA.

---

<sup>1</sup> Licencianda em História pelo Centro de Ensino Superior do Seridó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID CAPES –, coordenado pelos professores Doutores Antônio Manoel Elíbio Júnior ([tonyelibio@ufrnet.br](mailto:tonyelibio@ufrnet.br)) e Jailma Maria de Lima. ([jailmalima@ig.com.br](mailto:jailmalima@ig.com.br))

A educação de jovens e adultos vem sendo palco de debates acerca das práticas de ensino, uma temática que desperta diversas reflexões em torno de seus limites no cenário brasileiro, no qual, segundo os “Assessores da Organização Ação Educativa” Di Pierro, Joia e Ribeiro:<sup>1</sup> “é um campo de práticas e reflexão que inevitavelmente transborda os limites da escolarização em sentido estrito”, por se tratar de uma modalidade de caráter acelerado, desse modo, acaba por enfrentar diversos desafios durante o processo de ensino aprendido. Com isso, o nosso empenho em pesquisar EJA, visa destacar a sua importância por ser uma modalidade direcionada para aqueles que, por muitas razões, não tiveram a oportunidade de cursar o Ensino Básico na idade regular, por esse fator, merece devida atenção conhecer como é pensado o Ensino de História na formação daqueles que, em sua maioria, já são adultos e muitas vezes ingressarem em uma profissão, fazendo parte do mercado de trabalho.

Pautada em experiência anterior da autora do projeto como egressa da instituição nos anos de 2002 a 2005, levantando a acuidade de destacar o Ensino na cidade de Caicó para com a clientela EJA, considerando a importância do papel exercido pela disciplina História na formação do sujeito quanto cidadão crítico e questionador. Desse modo, adentramos a pesquisa sobre o Ensino de EJA nas turmas de Ensino Médio noturno, composta por cinco turmas, totalizando um quadro de 165 (cento e sessenta e cinco) alunos.

A concretização de nosso estudo evidenciou-se de grande importância no sentido de que buscamos compreender e identificar como vêm sendo desenvolvida a Educação de Jovens e Adultos em nossa cidade, tendo como foco, umas das principais escolas locais.

## **A DISCIPLINA HISTÓRIA NO SENADOR GUERRA**

A temática da Educação de Jovens e Adultos tornou-se foco de discussões no cenário brasileiro a partir da Constituição de 1934, se firmando enquanto problema político nacional. O Rio Grande do Norte detém um papel importante no que diz respeito à EJA, desde a década de 1960 com a alfabetização de adultos que ocorreu em Angicos, RN, e também com experiência desenvolvida em Natal pela Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”.

Na atualidade a cidade de Caicó, dispõe de 07<sup>2</sup> (sete) escolas da Rede Estadual que oferecem a modalidade de EJA, dentre estas escolas, podemos destacar o Centro de Educação Jovens e Adultos, “Senador Guerra”, criado pelo Decreto nº 189 de 16 de fevereiro de 1909, pelo então Governador do Rio Grande do Norte, Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão, atendendo a uma solicitação do então prefeito de Caicó, Coronel Joaquim

Martiniano Pereira (1908 a 1910)<sup>3</sup>, sendo a escola mais antiga da cidade. Em de 30 de dezembro de 1976, o Grupo Escolar foi transformado em Escola Estadual Senador Guerra Ensino de 1º Grau. No ano de 1996 a escola passou a Centro de Ensino Supletivo, pelo Decreto 12.241/94, de 26 de junho de 1994.

Para o nosso estudo, tomamos como importante conhecer a produção acerca da Educação de Jovens e Adultos no Rio Grande do Norte, por meio do trabalho de Dayse Clecia Vasconcelos da Silva<sup>4</sup>, no qual visa compreender as práticas que são desenvolvidas para a alfabetização de adultos e também os caminhos que possam levar em conta especificidades dos alunos que fazem parte dessa modalidade. (SILVA, 2005) Silva demonstrou que muitas das metodologias usadas eram infantilizadas, assim, dirigimos os resultados desse trabalho em nossa pesquisa considerando seu local de produção que nos conduz a perceber a realidade no nosso estado e, sobretudo, por perceber o desenrolar de uma sala de aula de EJA em um espaço próximo de nossa realidade.

A escola que adotamos como centro para nosso estudo, trabalha exclusivamente com Ensino de EJA, tanto Fundamental como Médio, totalizando um quadro de 633 alunos, sendo 498 (quatrocentos e noventa e oito) do Ensino Médio e 135 (cento e trinta e cinco) do Ensino Fundamental, dividido nos turnos matutino, vespertino e noturno<sup>5</sup> A escola disponibiliza 13 (treze) turmas do Ensino Médio distribuídas nos três turnos e 04 (quatro) turmas do Ensino Fundamental, alocadas nos turnos matutino e vespertino. O turno noturno acopla 05 (cinco) turmas de nível Médio, com um total de 165 alunos, nas quais a nossa pesquisa está direcionada.

Atualmente, a escola enfrenta diversos desafios, entre eles a alta evasão escolar. Entende-se que muitos dos alunos da citada escola, por se encontrarem na situação de pessoas na fase adulta, que na maioria das vezes, passaram muitos anos sem frequentar a escola, não conseguem se adaptar ao ensino. Como podemos destacar o estudo e as discussões durante as aulas de História, contribui na formação do indivíduo enquanto cidadão, por se tratar de uma disciplina que discute a formação da sociedade, a formação política e a nosso desenvolvimento enquanto cidadão, a partir desta, o sujeito adquire conhecimento histórico para se perceber enquanto agente da história. Os estudantes de EJA, sendo estes adultos, adquirem junto ao ensino de História novos conceitos para seu desenvolvimento enquanto profissional, haja vista que estes já têm uma carga considerável de informações e muitos vivenciaram transformações ao longo de suas vidas.

Desde o ano de 1996 quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)<sup>6</sup> traz na sua seção V, mudanças acerca do ensino, na qual garante como dever e direito

à todos, uma educação gratuita, assegurando aqueles que não tiveram a oportunidade de frequentar a escola na idade regular, ocorreu uma mudança em relação à EJA. Nesse mesmo ano a Escola Senado Guerra, hoje nomeada como Centro de Educação de Jovens e Adultos, passa exclusivamente a essa modalidade. Sendo a única escola da cidade de Caicó que trabalha com o ensino voltado exclusivamente para o jovem e adulto.

Com a mudança o tempo das aulas foi modificado em relação educação de EJA, a partir disso, a carga horária passou a ser 100% presenciais, pois anteriormente os cursos tinham caráter de semipresenciais. Com as alterações nas diretrizes foram intensificadas as aulas, marcando uma considerável transformação nessa modalidade até os dias atuais, que vêm passando por momentos de extrema importância para o ensino de EJA em Caicó.

Para a elaboração de nossa pesquisa, utilizamos documentos administrativos da escola, composto principalmente de livros de presença e questionários com um total de 65 alunos das turmas do nível Médio noturno, no qual ficou evidente que os alunos sentem necessidade de currículo que abranja uma estrutura diversificada e formulada para atender as particularidades de seus alunos. Foi relatado que um dos principais desafios é tentar acompanhar os temas que na maioria das vezes estão fora de seu contexto social.

As turmas que desenvolvemos a nossa pesquisa, são bastante heterogêneas, com idades entre 18 a 60, aplicamos questionários com perguntas direcionadas ao cotidiano escolar, as aplicações das aulas, e ainda perguntas relacionadas aos materiais didáticos usados na escola, com a captação das respostas, pudemos diagnosticar uma dificuldade dos discentes em acompanhar os temas das aulas de História, muitas vezes decorrentes do dia inteiro de trabalho ou até mesmo, pelo fato de estarem fora da escola há muitos anos, e ainda, segundo alguns relatos, as aplicações das aulas serem muito infantilizadas. Dos 65 alunos que responderam os questionários 53 (cinquenta e três) mencionaram que já fazia anos que não frequentavam a escola, apenas 12 alunos estavam em estudo sem interrupções, que preferiram o EJA para poder adiantar os estudos.

Para entender a conceituação de currículo e podermos ter um maior conhecimento da disciplina de História, utilizamos como referência Tomaz Tadeu da Silva<sup>7</sup>, para nos situar dentro da nossa realidade da teoria de currículo, deste modo, nos assegurar em nosso percurso, uma vez que, esse traça uma teoria do currículo como um produto resultado de uma construção. Através deste, buscamos discutir de que modo é pensado o currículo e a disciplina de História da EJA, da escola acima citada. Segundo o autor, o currículo aparece como objeto de estudo nos anos 20 anos nos Estados Unidos. Em conexão com o processo de industrialização e os movimentos migratórios que intensificaram a massificação da



escolarização. Com isso, houve um impulso das pessoas ligadas à educação, para racionalizar o processo de construção, desenvolvimento e testagem de currículos. (SILVA, 2010.)

A nossa análise do currículo escolar do CEJA, nos levou a constatação de que o ensino de História da referida escola necessita de certos reajustes, pois a mesma não dispõe de currículo que seja adequado corretamente para o ensino específico em que atuam. A escola não leva em consideração os desafios do dia a dia dos jovens/adultos, onde não ocorre uma valorização da cultura local, desconsiderando o perfil etnográfico de seu público. Como aponta Furtado<sup>8</sup>;

O grande desafio da Educação de Jovens e Adultos no Brasil atualmente, se dá em torno de atender as necessidades básicas de aprendizagem do aluno, na existência de uma política nacional de EJA coerente e articulada, integrando todos os setores civis, governamentais e empresariais necessários para viabilização de políticas públicas que compactue de um conceito ampliado de EJA, no que diz respeito ao direito à cidadania, à formação para o trabalho, ao acesso às novas tecnologias, à formação docente, às fontes de financiamento, material didático, pesquisas e a um sistema estatístico mais eficaz. Não dá mais para pensar a EJA como um processo alfabetizatório, hoje ela assumiu outras feições, que não se limitam mais a dominar os simples códigos de escrita e leitura. (FURTADO, [s.d] p. 4)

Nesta concepção é necessária uma mobilização por parte do Estado como também da escola, para que haja um ensino de história com qualidade, voltado para EJA, o que na maioria das vezes, esta modalidade fica à margem da sociedade, não levando em consideração os alunos com seu papel contribuidor para o desenvolvimento econômico e social, destacando que é um dever do Estado um ensino gratuito e de qualidade, que possa formar cidadãos críticos e conscientes de sua realidade. Falar de currículo escolar recai sobre diversos pontos de vista, segundo Furtado;

Ele é um campo de estudo bem definido no que diz respeito a sua construção/elaboração enquanto documento de identidade de um grupo, em uma determinada época. [...] O currículo traduz a escola, norteia as relações que serão estabelecidas dentro e fora dela e se constitui dos elementos responsáveis pela formação humana na instituição escolar. ([s.d], p. 5)

Como podemos perceber o currículo da escola ainda utiliza uma estrutura de um ensino de História muito descontextualizado e factual, marcado pelos acontecimentos ocidentais, deste modo, ainda prevalece uma estrutura e visões de uma aula de História direcionada para figuras masculinas, como também as narrativas etnocêntricas. Isso acaba levando de certa forma, um distanciamento dos alunos por não conseguirem se identificar com a temática. Em sua metodologia a escola não procura fazer uma relação com a história local, o que acabar por desconsiderar a realidade de seus alunos.

## **JOVENS E ADULTOS: MATERIAL DIDÁTICO**

Para nos guiar na discussão sobre o material didático, tivemos como base os estudos de Paulo Eduardo Dias de Mello<sup>9</sup> *“MATERIAL DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: histórias, formas e conteúdos”*, este nos foi útil no que diz respeito ao material didático sobre EJA no Brasil.

A Educação de Jovens e Adultos requer um material diferenciado por se tratar de uma clientela, em sua grande maioria, adultos que trazem consigo um vasto campo de conhecimento social. Com isso, é necessário que disponham de um material de caráter resumido, porém, que possa cumprir sua meta, que é formar cidadãos conscientes e questionadores, no entanto, o Centro de Educação de Jovens e Adultos, Senador Guerra, não disponibiliza para o Nível Médio nenhum tipo de material didático de caráter diferenciado, apenas o Nível Fundamental utiliza um material voltado para EJA. Assim, é importante destacar que, o Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD-EJA), que incorporou o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), e ampliou o atendimento, incluindo o Ensino Fundamental e Médio de EJA, no qual tem o objetivo de distribuir materiais de qualidade para alfabetizando do Programa Brasil Alfabetizado e estudantes da EJA das redes públicas de ensino<sup>10</sup>. Nesse sentido, percebe-se a carência que a escola enfrenta com seu público, ainda não dispondo de uma metodologia ou qualquer material didático que o público secundarista necessita.

O material que é empregado na escola é o mesmo que toda a Rede de Ensino do Estado usa. Desse modo, vale salientar que, para que a escola possa dispor do material, terá que fazer um cadastro junto ao Ministério de Educação, disponível na internet. Devido esse material ser algo recente, pois o mesmo só foi elaborado no ano de 2013, a escola afirma está se adequando ao novo sistema. O material didático que está sendo trabalhado na instituição é: *“HISTÓRIA DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO: das origens da humanidade à Reforma Religiosa na Europa”* de Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota<sup>11</sup>. Uma coleção sem nenhuma divisão ou foco para a modalidade, ou seja, não contém uma estrutura para o EJA. Durante o nosso estudo, observamos dez aulas da disciplina de História, nesse período de observação não foi detectada nenhuma metodologia que facilitasse uma interação com os alunos, apenas o livro didático e o quadro compunham as aulas.

Mais que um meio de educar, o livro tem que estar enquadrado ao seu contexto social, o que não acontece durante as aulas desenvolvidas na escola analisada, livros ou outro material didático do mencionado centro. Segundo Mello, o documento Final do *“Seminário Nacional de Educação de Jovens e Adultos- elementos de um diagnóstico para EJA”*, que aconteceu em na cidade de Natal em 1996, afirma que “a seleção de materiais didáticos

devem respeitar as especificidades da EJA”. Alertando para as heterogeneidades socioculturais dos indivíduos que buscam a EJA, de modo “a garantir a pluralidade de concepções pedagógicas e metodológicas e os respeito às especificidades na seleção dos materiais didáticos e organização do ambiente escolar”. O documento, ainda enfatiza que;

O livro didático precisa ser visto como direito constitucional e solicita que os poderes públicos cumpram o que estabelece o art, 208 da Constituição Federal de 1988, reconhecendo a EJA como educação básica, o que exige políticas e ações que lhe assegure a participação na gestão democráticas das unidades escolares. (MELLO, 2010, p. 93)

Com isso, podemos perceber que a escola necessita se reformular para poder atender com qualidade os alunos da EJA, haja vista que a instituição em discussão, direciona seu ensino unicamente para o público de jovens e adultos. Durante a nossa pesquisa, com aplicação de questionários com as turmas de Médio noturno, o fato de que a escola não dispunha de um material elaborado para a modalidade em questão, foi um dos pontos mais relevantes elencados pelos alunos, deixando evidente a necessidade de uma alteração na sua estrutura curricular. Foi destacado pela maioria dos entrevistados que sentia falta de um material resumido e que pudesse enquadrar com seu tempo de estudo, que equivale a três semestres para os três anos de estudo, englobando todo o ensino médio.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa realizada equivalente à análise do Ensino de História e do material didático utilizado no Centro de Educação de Jovens e Adultos, Senador Guerra, nos direcionou a perceber que o currículo é muito mais que uma junção de vários mecanismos, sejam estes políticos, econômicos, sociais ou culturais. Estar além de uma escolha, é um produto gerado a partir de vários olhares. Assim como o material didático ainda gera muitas discussões, pois muitas vezes as escolas não se adequam para atender um determinado público. É importante destacar que todo e qualquer meio que se usa para dar aula, é tido como material didático. Portanto, os materiais didáticos são tidos como fornecedor de meios para um melhor desenvolvimento do ensino aprendido.

---

<sup>1</sup> DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO. “*Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil*”.  
Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001

---

<sup>2</sup> Dados coletados junto à 10ª *DIRED*. (Diretoria Regional de Educação em Caicó – RN) no dia 12 de mar. de 2014

<sup>3</sup> Disponível em: <[http://www.cerescaico.ufrn.br/historiadecaico/grupo\\_escolar1.htm](http://www.cerescaico.ufrn.br/historiadecaico/grupo_escolar1.htm)> Acesso em: 18 de mar de 2014.

<sup>4</sup> SILVA, D. C. V. **Alfabetização de Jovens e Adultos**: Desvendando Prática, Construindo Possibilidade. Natal, 2005.

<sup>5</sup> Entrevista com Maria Vale de Lucena, coordenadora pedagógica do Centro de Ensino de Jovens e Adultos, Senador Guerra, no dia, 18 de mar de 2014.

<sup>6</sup> BRASIL, *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, Lei 9.394/96.5ª edição. Brasília, DF, 2010.

<sup>7</sup> SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidades: uma introdução as teorias do currículo Belo Horizonte*. 3. ed.: Autêntica, 2010.

<sup>8</sup> FURTADO, C. Mendes de Abreu. “*A Modelação do Currículo de História para o Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos*”. Recife. UFPE. [s,d].

<sup>9</sup> MELLO, Paulo Eduardo Dias de. *MATERIAL DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: histórias, formas e conteúdos*. São Paulo. 2010.

<sup>10</sup> Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos: Disponível em <<http://pnld.mec.gov.br/cadastro/entrada/orientações>>. Acesso em 20 de set de 2014.

<sup>11</sup> BRAICK, Patrícia Ramos. *História: das cavernas ao terceiro milênio*. São Paulo. 2ª.ed. Moderna, 2010.

## **A MULHER NEGRA NA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940**

Victor Hugo Miranda de FREITAS<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo uma análise sobre a representação da mulher negra na música popular brasileira, entre as décadas de 1930 e 1940. A partir desse estudo podemos analisar problemas como a desigualdade de gênero e o preconceito racial presentes na música popular brasileira, dando ênfase nas obras dos principais compositores de samba na Era Vargas, como Ary Barroso, Lamartine Babo e Rubens Soares. Outro ponto abordado é a contradição entre a admiração e a desvalorização da mulher negra, e a influência da música na construção do preconceito na sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** Mulher Negra, Era Vargas, Música Popular Brasileira.

### **ABSTRACT**

This article aims to analyze the representation of black women in Brazilian popular music, between the 1930s and 1940s. From this study we examine issues such as gender inequality and racial prejudice present in Brazilian popular music, emphasizing in the works of the major composers of samba in the Era Vargas, as Ary Barroso, Lamartine Babo and Rubens Soares. Another point addressed is the contradiction between admiration and the devaluation of black women, and the influence of music in the construction of prejudice in Brazilian society.

**Keywords:** Black Women, Era Vargas, Brazilian Popular Music

---

<sup>1</sup> Acadêmico da licenciatura do Curso de História no Centro Universitário Fundação de Ensino Octávio Bastos, Campus II. E-mail: victorfreitas.92@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

Para dar início a este artigo, acredito que seja necessário colocar em pauta algumas questões de suma importância para o desenvolvimento desse trabalho. Qual a importância de se estudar a história da mulher negra e de que maneira a música pode contribuir para a afirmação de estereótipos negativos da figura feminina?

De acordo com os estudos da historiadora americana Louise A. Tilly, em seu texto “Gênero, História das Mulheres e História Social”, a definição de mulher vai muito além da categoria biológica.

“Elas existem socialmente e compreendem pessoas do sexo feminino de diferentes idades, de diferentes situações familiares, pertencentes a diferentes classes sociais, nações e comunidades; suas vidas são modeladas por diferentes regras sociais e costumes, em um meio no qual se configuram crenças e opiniões decorrentes de estruturas de poder”. (TILLY, Louise A, 1994).

É importante ressaltar que as mulheres vivem e atuam no tempo e espaço, elas participam de forma ativa na construção de um processo histórico. Ao estudar a história das mulheres, não devemos analisar de forma fragmentada, é necessário compreender todo o contexto e considerar a participação da mulher como uma peça fundamental, sem a qual não seria possível compreender o processo histórico.

Ao tratar das mulheres negras no Brasil, podemos notar a presença de um duplo preconceito. Além de estarem inseridas em uma sociedade arraigada no patriarcalismo, também fazem parte de um grupo marginalizado pelo preconceito racial. O estudo cauteloso da história dessas mulheres se faz necessário para problematização das questões que trazem à tona a verdadeira identidade das mesmas no nosso país, tentando romper os paradigmas que afirmam a interpretação preconceituosa e sexista da história das mulheres negras no Brasil.

Como podemos notar, ser uma mulher negra no Brasil compreende estar ligada a diversas manifestações de preconceito. Esses preconceitos aos quais as mulheres negras estão sujeitas não são recentes, eles se relacionam a um processo de permanência de ideias preconceituosas que eram explícitas no passado da nossa sociedade e que continuam presentes de uma forma mais implícita e singela até os dias atuais.

A reprodução desses preconceitos na atualidade pode se manifestar de diversas maneiras, sendo elas muitas vezes mecânicas e inconscientes. Podemos citar a música como

um dos meios pelos quais a desigualdade se perpetua. Através da música podemos notar a presença de discursos de inferiorização da mulher negra no Brasil, que muitas vezes são aceitos e reproduzidos mecanicamente, sem a devida análise social do contexto em que as canções se inserem.

## **O SAMBA NA ERA VARGAS**

Durante as décadas de 1930 e 1940, a música exerceu um importante papel na construção de uma identidade para o povo brasileiro. Impulsionado pelo plano nacionalista de Getúlio Vargas e pela necessidade de construção de uma identidade nacional, o samba exerceu, entre outras, a função de articular a relação entre pessoas de diferentes camadas sociais do nosso país, servindo assim como importante ferramenta para manutenção de uma nova identidade nacional.

Um dos meios pelos quais o samba se difundiu no território nacional foi através do rádio, que até então era de acesso restrito das elites. Com a popularização do rádio na década de 1930, pessoas de diferentes camadas sociais passaram a ter acesso a uma nova forma de comunicação. Além da transmissão de informação e entretenimento, o rádio também era muito usado na política, Vargas utilizava o alcance do rádio para ajudar a expandir suas ideias e suas propostas de governo.

O samba também foi usado como ferramenta política no governo de Getúlio Vargas. É possível notar a presença de alguns sambas e marchinhas de carnaval que exaltavam as propostas e mudanças políticas apresentadas por Getúlio. Em 1931, Lamartine Babo, lança uma marchinha de nome G-E-Gê (Seu Getúlio).

“Só mesmo com a revolução  
Graças ao rádio e o parabelo  
Nós vamos ter transformação  
Neste Brasil verde amarelo  
G-e-ge, ge  
T-u-tu-tu  
L- li, o  
Ge-tú-liu.”  
(BABO, 1931).

Nesse trecho, o autor nos mostra o seu apoio à política de Getúlio Vargas, afirmando que a mudança era necessária e aconteceria de qualquer forma, seja por meio do rádio, que foi

um importante meio de comunicação de massa, ou do “parabelo” (marca de revólver), que representava a força militar.

## **A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA NOS SAMBAS DA ERA VARGAS**

Como podemos notar, o samba esteve muito presente no cotidiano da população brasileira durante a Era Vargas. Paralelo a temas como a política e a malandragem, um dos temas abordados com frequência pelos sambistas era a figura da mulher brasileira. É possível perceber em diversas canções a dualidade entre a representação das mulheres, que em algumas letras era retratada como uma mulher forte e virtuosa, enquanto em outras era tratada de forma violenta e desrespeitosa.

Para exemplificar a dualidade da representação feminina no samba durante a Era Vargas, podemos analisar duas canções. A primeira delas recebe o título de “Dá Nela”, foi composta por Ary Barroso e gravada por Francisco Alves em 1930. De acordo com o autor, essa música foi composta logo após uma mulher ser vista aos gritos pelas ruas da cidade, na letra da música fica evidente o discurso de hostilização e violência contra a mulher.

“Esta mulher

Há muito tempo me provoca

Dá nela! Dá nela!

É perigosa

Fala mais que pata choca

Dá nela! Dá nela!

Fala, língua de trapo

Pois da tua boca

Eu não escapo.”

(BARROSO, 1930).

Com uma ideia contrária, em 1935, Mário Reis lança a marchinha “Eva Querida”, composta por Benedito Lacerda e Luis Carvalho. Nessa composição é possível notar uma representação diferente da mulher brasileira, dessa vez ela se torna objeto de admiração e desejo, fazendo com que o homem esteja disposto a dar sua vida em troca do amor feminino.

“Eva querida

Quero ser o teu Adão



Dar-te-ei o meu amor  
A minha vida  
Em troca do teu coração

Hei de conquistar  
O teu amor, se Deus quiser.  
Custe o que custar  
Haja o que houver  
Serei capaz de qualquer prejuízo  
Mas te darei um paraíso.”

(CARVALHO; LACERDA, 1935).

Ao escrever sobre as mulheres negras, os sambistas muitas vezes colocavam em evidência as desigualdades e os preconceitos presentes na sociedade brasileira. Em grande parte das canções a mulher negra aparece como um objeto de desejo sexual e muitas vezes são reduzidas à condição de coisa, sem possuir qualquer autonomia sobre seu corpo, demonstrando a influência de uma sociedade patriarcal, em que o corpo das escravas era propriedade do seu senhor.

“Da cor do Pecado”, uma das principais canções que retratam o corpo da mulher negra brasileira, foi gravada por Silvio Caldas e composta pelo sambista Bororó em 1939. A partir dessa canção podemos observar a afirmação de diversos estereótipos acerca da mulher negra brasileira. Além dos trechos em que o autor trata a mulher como um objeto de desejo sexual, também é possível notar a presença de discursos de desigualdade racial baseados na forte influência das relações de escravidão que permeiam a formação social brasileira.

“E quando você me responde  
Umás coisas com graça  
A vergonha se esconde  
Porque se revela  
A maldade da raça  
Esse corpo de fato

Tem cheiro de mato

Saudade, tristeza.”

(BORORÓ, 1939).

Em 1942, outra canção é lançada com um forte apelo preconceituoso. “Nega do cabelo duro” foi composta por Rubens Soares e gravada pelos Anjos do Inferno. Essa canção nos mostra com clareza o preconceito estético sofrido pela mulher negra não só durante a Era Vargas, mas também nos dias atuais.

“Nega do cabelo duro

Qual é o pente que te penteia?

Quanto tu entras na roda

O teu corpo serpenteia

Teu cabelo permanente,

Qual é o pente que te penteia?”

(SOARES, 1942).

Ao analisar essa canção, fica claro o caráter preconceituoso da letra. Quando o autor cita o “cabelo duro” da mulher brasileira, ela afirma os preconceitos da ditadura da beleza imposta pelos veículos transmissores da cultura de massa. Nos dias atuais ainda é possível notar a influencia desse discurso, que faz com que muitas mulheres negras alterem as características naturais do seu cabelo para facilitar a sua aceitação e convívio na sociedade brasileira.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com o termino desta breve pesquisa sobre a representação das mulheres negras na música popular brasileira durante a Era Vargas, podemos chegar a conclusão que a música exerce um papel de extrema importância na difusão dos discursos de desigualdades raciais e de gênero. Através da música, várias ideologias podem se propagar de maneira implícita ou explícita.

Se analisarmos atentamente algumas canções lançadas recentemente, podemos concluir que pouca coisa mudou. Ainda são repetidos os mesmos discursos que reafirmam o estereótipo de mulher negra submissa e relacionada à sexualidade.

“Entre os grupos de mulheres assassinadas como bruxas na sociedade colonial americana, as negras têm sido historicamente vistas como encarnação de uma “perigosa” natureza feminina que deve ser governada. Mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas “só corpo, sem mente”. A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era exemplificação prática da idéia de que as “mulheres desregradas” deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve de produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado. Essas representações incutiram na consciência de todos a idéia de que as negras eram só corpo, sem mente. A aceitação cultural dessas representações continua a informar a maneira como as negras são encaradas. Vistos como “símbolo sexual”, os corpos femininos negros são postos numa categoria, em termos culturais, tida como bastante distante da vida mental.” (HOOKS, B. 1995).

Apesar de ser um país com suas raízes ligadas à miscigenação, o Brasil ainda sofre com o preconceito racial que se perpetua de diversas maneiras. Através da música vários discursos de desvalorização da mulher negra são disseminados dia após dia. É muito comum ver pessoas ouvindo e repassando músicas com tendências preconceituosas sem ao menos se dar conta da gravidade de suas ações. Muitas pessoas acabam se alienando pelos meios de comunicação que vendem uma ideologia preconceituosa de forma subentendida. É importante estar atento e se dispor a analisar e filtrar o conteúdo das músicas que ouvimos no nosso dia a dia, pois estamos sujeitos a absorver qualquer tipo de ideologia que pode ser facilmente transmitida através dos mais diversos meios de comunicação.

## REFERÊNCIAS

- BABO, Lamartine. *G-E-Gê (Seu Getúlio)*. 1931. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=50HT-Mw1hwxw>> Acesso em: 23 set. 2014.
- BARROSO, Ary. *Dá nela*. 1930. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=Rq4TK3zwDU>> Acesso em: 23 set. 2014.
- BORORÓ. *Da cor do pecado*. 1939. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=2rluAh6uFEM>> Acesso em: 23 set. 2014.
- CARVALHO, Luis; LACERDA, Benedito. *Eva querida*. 1935. Disponível em: <[http://www.youtube.com/watch?v=LzM\\_hAQdz9A](http://www.youtube.com/watch?v=LzM_hAQdz9A)> Acesso em: 23 set. 2014.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14 ed. atual e ampl. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal / Gilberto Freyre; apresentação de Fernando Henrique Cardoso*. 51ª ed. ver.- São Paulo: Global, 2006 (Introdução á história da sociedade patriarcal no Brasil; 1).
- GOMES, Ângela. *O Brasil Republicano, tomo III: sociedade e política (1930-1964)* – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- HOOKS, B. *Intelectuais negras In. Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJE; PPCIS/UERJ, v. 3 n. 2, 1995.
- SOARES, Rubens. *Nega do cabelo duro*. 1942. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=zSeapcoXmZM>> Acesso em: 23 set. 2014.
- TILLY, Louise A. Gênero, *História das Mulheres e História Social*. In *Cadernos Pagu* (3) 1994: pp. 29-62.
- VIANNA, Hermano. *O Mistério do Samba*. 6ª ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Ed. UFRJ, 2007.

